

# Resumos do V CONPSI

## Área: Trabalho

**Atividade: O TRABALHO E SUAS RELAÇÕES**  
(Experiências em Debate)

**Trabalho:**O trabalho e seu significado

**Autor(es):** Joanna Marcos

**Resumo:** Entender como funciona a organização no trabalho, considerando a subjetividade de cada indivíduo a partir do ponto de vista de uma trabalhadora, vendedora de uma conceituada loja de confecções de Recife, situada no shopping center Recife. Compreender as relações homem-trabalho, os ritmos, as tensões nervosas, competitividade, sofrimento e desgastes de trabalho bem como as possíveis consequências do setting de trabalho da loja de confecções “padrão alto luxo”, tais como exemplos: doenças somatizadas, desgastes físicos e psíquicos. Realizamos uma entrevista com uma vendedora de loja de confecções de médio a grande porte, situado no Shopping Center Recife. Ela chama-se Clara e nos relatou sua experiência. Inicialmente a questionamos sobre os seus dados pessoal e histórico de trabalho. Abaixo de cada ponto acerca de seu trabalho, escreveremos a nossa impressão deixada por sua fala. “Chamo-me Clara e tenho 32 anos... 33 agora em junho... Sou casada há 13 anos..., Tenho dois filhos... Gêmeos... Que irão completar 12 anos agora no fim do mês... E de relação... No total tenho vinte anos..., Moro com o marido e filhos. Minha vida profissional é meio confusa..., Entrei nesta área de vendas... de shopping... Depois parti para o trabalho em um hospital... No hospital... Iniciei o trabalho com telemarketing... Depois na recepção... Fui gerente de recepção... E, por fim..., Gerente administrativa de unidade do próprio hospital, em uma outra unidade que foi recém inaugurada... O hospital não é do Recife... Mas, de Maceió..., E passei lá oito anos porque o meu marido que foi transferido pra lá... Só que agora faz um ano que voltei de Maceió... Ainda não consegui trabalhar na minha área que é administração hospitalar... (Esta entrevista, encontra-se mais detalhada em sua íntegra, em nosso artigo original) É através do trabalho que o homem se constitui como ser sociável e dentro dos padrões de determinada sociedade, desta forma, de acordo com o que cada sociedade considera como sendo o trabalho. O significado real do que vem a ser o trabalho, é algo estritamente subjetivo, se é tido como prazer ou sofrimento para a vendedora de loja de confecções que entrevistamos, porém, em seu discurso, ficou claro os seguintes aspectos abordados por Dejours (1992) em sua obra A loucura do trabalho:•

A relação de seu trabalho e o medo, a ameaça que gera constantemente ansiedade em alcançar metas;• A exploração do trabalho físico do trabalhador;• A falta de tempo para uma interação social e familiar. Podemos observar que alguns profissionais, principalmente na área de vendas são submetidos à pressão diária, levando a eles uma grande carga emocional, ou seja, o desgaste, o stress da competitividade, das metas a serem atingidas, quase irreais. Tendo essa carga emocional uma responsabilidade muito grande no âmbito social em que o indivíduo está inserido, trazendo para ele algumas mudanças no seu estado emocional como: Alteração de humor, irritabilidade, ansiedade, depressão entre outros fatores que são desencadeadores a partir dessas exigências. Como percebemos são muitos os sintomas associados ao ritmo de trabalho constante, as doenças, as recompensas que muitas vezes deixam a desejar, não sendo justas e outros fatores que também contribuem para os distúrbios emocionais.

**Palavras-chaves:** sofrimento, trabalhador, desgastes, relação

**Atividade: Contexto de trabalho de trabalhadores de uma empresa da área cultural:**  
**articulações com a psicodinâmica do trabalho**  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** Contexto de trabalho de trabalhadores de uma empresa da área cultural: articulações com a psicodinâmica do trabalho

**Autor(es):** Elise Alves Santos, Kátia Barbosa Macêdo

**Resumo:** A presente pesquisa visou levantar dados sobre a representação dos sujeitos sobre seu contexto de trabalho, numa companhia de dança contemporânea do Estado de Goiás, que recebe patrocínio, por meio de leis de incentivo à cultura, de empresas particulares e de órgãos governamentais. A pesquisa está fundamentada na teoria da psicodinâmica do trabalho, que aborda as categorias de condições de trabalho, relações de trabalho, organização do trabalho, vivências de prazer-sofrimento e estratégias defensivas. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com todos 18 integrantes, divididos de acordo com suas funções na companhia: 10 formavam a equipe artística e 8 formavam a equipe de produção/administração. Foram analisados documentos com informações relativas ao histórico da companhia, prêmios recebidos e apresentações em vários estados e países. Os dados foram analisados pela técnica de análise gráfica do discurso, que permitiu visualizar nos gráficos os núcleos de pensamento emergentes de ambos os grupos a partir dos núcleos induzidos pelas perguntas feitas aos participantes. Os dados indicam ênfase dada às condições de trabalho após o patrocínio. Os investimentos em tecnologias e equipamentos permitiram manutenção do status da companhia que apresenta espetáculos com um nível ótimo de resultados, além de garantir uma boa imagem perante o público. Em relação à organização do trabalho evidenciou-se a liberdade, possibilidade de criar e participar juntamente com a flexibilidade que marca um estilo de gestão democrática proporcionou, conforme os produtores desenvolvimento profissional e aprendizado. O conteúdo do trabalho foi elogiado e o que permite justificar, segundo os entrevistados, o fato de se trabalhar no meio cultural, lidando com arte. Os trabalhadores relataram reconhecimento e respeito recebido pela mídia, público em geral, chefia e colegas de trabalho, assim como afirmaram sentimentos de utilidade e importância dos trabalhos realizados. Houve predomínio de relatos de sentimentos de prazer e vantagens em comparação a outros locais onde os sujeitos trabalharam antes. Também se evidenciaram sentimentos de realização, satisfação e admiração em relação ao trabalho, honra, orgulho e felicidade por pertencer ao grupo, estando próximos de seus ídolos, uma vez que a maioria se considerava fã da companhia antes mesmo de se tornar um funcionário dela. As considerações sobre relações de trabalho entre todos os trabalhadores da companhia foram comparadas a relações familiares. As vivências de sofrimento apontam para a impossibilidade de dedicar-se a outra profissão ou ascensão promocional na empresa. A insegurança foi constada como sentimento freqüente em relação às políticas públicas de incentivo à cultura no Brasil e conseqüente continuidade da companhia. As estratégias defensivas parecem pouco utilizadas, uma vez que o trabalho é considerado dinâmico, sem monotonia.

**Palavras-chaves:** gestão democrática, conteúdo do trabalho, condições de trabalho, prazer no trabalho

**Atividade:** IMPACTO DO CONFLITO SUPERVISOR-SUBORDINADO NA SATISFAÇÃO COM O TRABALHO  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** IMPACTO DO CONFLITO SUPERVISOR-SUBORDINADO NA SATISFAÇÃO COM O TRABALHO

**Autor(es):** Patrícia Carneiro de Resende, Maria do Carmo Fernandes Martins, Daniel Gonçalves Cury, Sinésio Gomide Júnior, Marisa Amorim Silva, Fernanda Cunha Silva, Liliane Ochoa Castro, Arthur Siqueira de Sene, Danielle Mundim de Oliveira, Gisele de Andrade Mendes, Fábria Tunísia Alves Xavier, Flávia Miranda Oliveira

**Resumo:** Na literatura, encontram-se estudos que associam a interação do supervisor-subordinado com resultados organizacionais. Tais achados sugerem que a troca supervisor-subordinado ou líder-membro (TLM) de alta qualidade está relacionada com a crescente satisfação e produtividade dos subordinados, com menor rotatividade, melhores salários e taxas maiores de promoção. Embora existam várias pesquisas relacionando o impacto do conflito entre membros de um grupo nas variáveis do contexto organizacional, nota-se uma falta de atenção no que se refere às investigações do conflito entre pessoas em níveis hierárquicos diferentes dentro da organização. Então, devido a esta carência de pesquisas que investigue o conflito supervisor-subordinado, o presente estudo teve como objetivo analisar a influência desse tipo de conflito na percepção de satisfação do subordinado no trabalho, pois, sabe-se que a satisfação é outra variável de grande relevância dentro do contexto organizacional. Conflito pode ser entendido como processo manifesto de divergência, incompatibilidade ou discordância entre pessoas, grupos ou organizações. No que diz respeito ao conflito supervisor-subordinado, este pode ser de dois tipos, conflito de tarefa, que se refere aos desacordos sobre o conteúdo das tarefas que estão sendo executadas, incluindo diferenças nos pontos de vistas, idéias, e opiniões; e conflito de relacionamento, que é entendido como incompatibilidades interpessoais entre o subordinado e o seu chefe e que inclui tipicamente a tensão, a animosidade e contrariedade. Já a satisfação no trabalho pode ser entendida como um julgamento avaliativo positivo ou negativo que o indivíduo faz sobre um trabalho ou uma situação de trabalho. Sendo assim, é considerada como um construto com dois contínuos distintos, um de satisfação (satisfação com o suporte organizacional, satisfação com a utilidade social da organização e do trabalho, satisfação com relacionamento afetivo no trabalho, satisfação com o reconhecimento profissional) e outro de insatisfação (insatisfação com a inadequação da chefia e com falta de oportunidades e insatisfação com a sobrecarga de trabalho). Para realizar esse estudo foram investigados 82 trabalhadores de empresas diversas da cidade de Uberlândia, trabalhando na mesma empresa e submetidos ao mesmo chefe há, no mínimo, 3 meses; a maioria (78%) era do sexo feminino, com média de 27 anos e escolaridade variando entre ensino fundamental completo e pós-graduação, sendo que a maior parte desses sujeitos (46,3%) possuía nível superior incompleto e ocupavam cargos operacionais (47,6%). Para medir as variáveis desse estudo, foram utilizadas a Escala de Conflito Supervisor-subordinado, que avalia, a partir da percepção do subordinado, dois fatores, o conflito de relacionamento (5 itens;  $\alpha = 0,82$ ) e o conflito de tarefa (4 itens;  $\alpha = 0,89$ ); e a Escala de Satisfação no Trabalho composta por 45 frases que descrevem seis fatores: satisfação com reconhecimento profissional (9 itens;  $\alpha = 0,82$ ), satisfação com a utilidade social da organização e do trabalho (4 itens;  $\alpha = 0,81$ ), satisfação com o suporte organizacional (8 itens;  $\alpha = 0,86$ ), satisfação com o relacionamento afetivo no trabalho (6 itens;  $\alpha = 0,80$ ), insatisfação com a falta de suporte social (10 itens;  $\alpha = 0,85$ ) e insatisfação com a sobrecarga de trabalho (8 itens;  $\alpha = 0,81$ ). Para responder, os sujeitos dispunham de uma escala de quatro pontos para a Escala de Conflito Supervisor-subordinado e de uma escala de cinco pontos para a Escala de Satisfação no Trabalho. Os dados foram codificados no SPSS e submetidos a cálculos descritivos, de correlação e análise de regressão linear múltipla padrão. Os resultados revelam que não há correlação significativa entre as variáveis independente e dependentes. Os resultados da regressão revelaram que conflitos supervisor-subordinado (tarefa e relacionamento) não predisseram nenhum fator específico de satisfação, nem satisfação geral no trabalho. Não predisseram também nenhum fator específico de insatisfação nem a insatisfação geral no trabalho. Estudos revelam que boa qualidade da relação supervisor-subordinado associa-se a melhores índices de satisfação, o que levou à expectativa deste estudo de que conflitos pudessem levar a menores índices de satisfação no trabalho, o que não se confirmou. Todavia, como os estudos sobre relações entre conflitos supervisor-subordinado e satisfação no trabalho são escassos, propõe-se que novas pesquisas sejam realizadas com amostras mais heterogêneas (principalmente quanto ao sexo dos sujeitos, idade e níveis dos cargos ocupados), de forma que a estabilidade destes achados possa ser checada.

**Palavras-chaves:** conflito supervisor-subordinado, conflito de tarefa, conflito de relacionamento, satisfação no trabalho

**Atividade:** REFLEXÃO: REDE DE SIGNIFICAÇÕES E O PROCESSO SOCIAL DO COOPERATIVISMO  
(Experiências em Debate)

**Trabalho:** REFLEXÃO: REDE DE SIGNIFICAÇÕES E O PROCESSO SOCIAL DO COOPERATIVISMO

**Autor(es):** Renata Christina Santos do Valle, Lara Nassar Scalise

**Resumo:** Aproveitando a simbologia que Melo Neto traz em sua poesia sobre a construção de uma rede de contatos (entre galos) que resulta na confecção de uma manhã, corroboro com o intuito de Rossetti-Ferreira em utilizar esta poesia para retratar a estrutura e a condição fundamental das interações sociais. Percebi que a poesia retrata minha experiência com empresários do segmento de bares e restaurantes realizado de 2003 a 2006, por meio de um Programa do Sebrae/MS que tem como objetivo apoiar micro e pequenas empresas e participar dessa forma no desenvolvimento e progresso das mesmas e conseqüentemente da região. O Programa contava com vários módulos que procuravam atender a demanda do referido segmento e estavam classificados da seguinte forma: cursos para aprimoramento das competências técnicas - identificação dos custos dos pratos, confecção de cardápios, normas de higiene na preparação dos alimentos, entre outros – e cursos para aprimoramento das competências interpessoais – desenvolvimento interpessoal, aspectos motivacionais do grupo. Neste último que se referia ao desenvolvimento interpessoal entre os empresários envolvidos no Programa, tive a oportunidade de acompanhá-los por três anos. É importante destacar que inicialmente este módulo estava previsto para ser realizado em 12 meses, porém o trabalho foi prorrogado a pedido do grupo de empresários por mais um ano por duas vezes. As reuniões aconteciam mensalmente, sendo as primeiras com duração de 16 horas distribuídas em dois dias com o objetivo de o grupo se conhecer melhor e as reuniões posteriores tinham duração de 4 horas. O objetivo maior deste módulo era promover um espaço para que os empresários pudessem compartilhar suas experiências pessoais e profissionais e com isso estreitar vínculos e fortalecer a identidade do grupo enquanto segmento, tendo como pano de fundo a idéia de que é possível cooperar para competir. O grupo iniciou com 19 empresários e ao final do trabalho o grupo contabilizava 14 pessoas, havendo a desistência de 5 empresários no primeiro ano. O processo deste grupo foi sui generis no que se refere à disponibilidade para o estabelecimento de vínculos e o nível de abertura para auto-exposição. Como no mesmo período eu acompanhava outros grupos de segmentos e Programas diferentes, foi possível identificar com clareza esta peculiaridade do grupo, que fez com que após o trabalho, novas parcerias e sociedades fossem estabelecidas e projetos realizados na associação que representava o segmento (ABRASEL regional). Meu questionamento maior era: o que determina o sucesso ou o fracasso de uma forma de agrupamento, seja associações, cooperativas ou sindicatos. Baseado nesta experiência muitos questionamentos surgiram e a busca foi inevitável; portanto compartilho algumas reflexões realizadas a partir da leitura de literatura pertinente ao assunto. Sabe-se que as associações de micro e pequenas empresas, assim como outras formas associativas, entre as quais as cooperativas, vêm sendo consideradas como alternativa viável na atual conjuntura econômica do País, devido a sua peculiaridade maior que é a força do conjunto que opera nas mais diversas áreas e atividades de conhecimento humano e na vida das pessoas, daí a idéia que traz o tecer da rede. Deste modo, justifico meu interesse pela perspectiva da Rede de Significações, a qual contempla a discussão sobre a compreensão desta interrelação indivíduo – grupo.

**Palavras-chaves:** interações sociais, rede de significações, grupo

**Atividade:** Quando o trabalho adocece  
(Paineis)



**Trabalho:** Quando o trabalho adoece: o hospital como lugar adoecedor

**Autor(es):** Danielle Rebouças Sá, Roberta Kelle Venuto Barbosa, Maria Rosemary Cardoso Herculano, Clarisse Maurício de Andrade, Tereza Gláucia Matos

**Resumo:** Com o presente estudo propõe-se compreender os diferentes aspectos que afetam as relações profissionais e tornam o homem que trabalha doente. A pesquisa teve como objeto de estudo o processo relacional do ser humano no ambiente de trabalho. Foi aplicado um questionário para coleta de dados da amostra em forma de entrevista semi-estruturada, onde os respondentes eram auxiliares de enfermagem das unidades de neonatologia, alojamento conjunto e banco de leite humano. Participaram da pesquisa seis auxiliares de enfermagem, com nível médio educacional e uma enfermeira geral com nível superior, que prestam serviços em sistema de cooperativa sem vínculos empregatícios com o Estado. Trata-se, portanto de uma pesquisa qualitativa caracterizada por defender uma visão holística de homem e dos fenômenos, apresentando caráter descritivo que se adequa a aprofundar a complexidade dos fatos, processos particulares de indivíduos e grupos, sendo baseada na observação de fatos da situação social e dos problemas encontrados na escuta dos relatos sobre os mais diversos cotidianos. Através de um roteiro de entrevista semi-estruturada e observação participante, realizada num hospital estadual situado no município de Fortaleza-Ceará. O contato com essas profissionais revelou-nos que o trabalho de um hospital é bastante desgastante e, encontramos no mesmo, um amplo campo dos Transtornos Mentais Comuns (TMC). Entende-se por TMC a presença de sintomas como irritabilidade, fadiga, insônia, dificuldade de concentração, esquecimento, ansiedade, depressão e queixas somáticas. A instabilidade, a insatisfação, o estresse no ambiente de trabalho, a baixa remuneração, o risco do desemprego, o pagamento por produtividade e o controle rígido e autoritário dos indivíduos são fatores desencadeantes dos Transtornos Mentais Comuns (TMC) entre homens e mulheres. Esse contato revelou-nos também a importância do trabalho na constituição do sujeito e do lugar que o mesmo ocupa na sociedade. Nas entrevistas, apesar de inicialmente as entrevistadas relatarem apenas Transtornos Fisiológicos, relatou-se posteriormente fadiga, stress, desânimo, etc. Além disso, podemos perceber que a baixa renda e a falta de reconhecimento contribuem para a produção de TMC. Os dados da pesquisa permitiram examinar que a representação que os entrevistados fazem da doença e do dia-a-dia estressante no trabalho refletem no seu estado psicológico onde são afetados por uma baixa auto-estima, irritabilidade, chateação e desestímulo. Necessidades individuais, familiares e coletivas, restringem-se no ambiente profissional onde se embute em grande parte as principais causas do sofrimento psíquico do trabalhador. O trabalhador é domesticado a acreditar que a empresa é sua amiga e que o modo como ela pensa é o melhor para ele, pois à medida que ajuda a empresa a crescer, o seu emprego está garantido para sua sobrevivência. Neste aspecto o homem se pressiona e é pressionado colocando em risco a sua saúde física e mental. Por outro lado muitos deles submetem-se a tais condições para equilibrarem-se dentro do contexto social, fragilizando sua mente, sua identidade e autonomia, abandonando a idéia de organização grupal, caminhando rumo a uma postura individualista. É importante o olhar criterioso do psicólogo, sobre esses estudos e questionamentos para assim poder interpretar os significados lidos e entender criticamente a realidade que o cerca. Em uma sociedade como a nossa, capitalista e individualista, onde as questões humanas estão sendo deixadas cada vez mais de lado, achamos que o tema proposto está cada vez mais atual e presente e, fica evidente a importância do trabalho do psicólogo num ambiente estressante e adoecedor como o hospital para trabalhar as relações laborais, a qualidade do ambiente de trabalho e a questão, contraditória ao nosso ver, do não reconhecimento do adoecimento nesse ambiente.

**Palavras-chaves:** trabalho, adoecimento, relações

**Atividade:** ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO:

## **(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO: CICATRIZES PSICOLÓGICAS DE UMA AGRESSÃO VELADA.

**Autor(es):** Maria Quitéria Lustosa de Sousa

**Resumo:** O assédio moral no trabalho está relacionado à exposição do trabalhador a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante o exercício de suas funções. Trata-se de um processo geralmente velado e que ocorre em relações assimétricas e autoritárias. Dentre as possíveis causas do assédio encontram-se a inveja, o ciúme, a rivalidade e o medo. As estratégias do agressor se baseiam no isolamento da vítima no grupo e na desestabilização emocional e profissional desta. Este trabalho propõe um estudo teórico acerca do tema, levando em consideração as nuances que envolvem “agressor” e “vítima”. Observam-se aspectos ainda pouco abordados deste assunto o qual é tão comentado e, ainda, polêmico nos meios tanto acadêmicos quanto organizacionais. Neste tipo de assédio, expõe-se o outro, ridicularizando-o e menosprezando-o na frente de terceiros, além de responsabilizar aquele pelos erros ou problemas ocorridos. Como conseqüências na saúde física e mental do trabalhador, observam-se distúrbios do sono e do apetite; palpitações; depressão; tremores; hipertensão; dores generalizadas e, até, pensamentos ou tentativas de suicídio. De acordo com Hirigoyen (2002), pesquisas envolvendo pessoas assediadas moralmente, apontam que cerca de 18% dos homens tentaram o suicídio devido ao assédio praticado contra os mesmos. O assédio é um processo perverso no qual o assediador manipula para conseguir poder. Esta situação pode deixar seqüelas marcantes ou cicatrizes psicológicas as quais tornam o indivíduo fragilizado, e se revelam através de fobias, pesadelos e distúrbios psicossomáticos, entre outros sintomas. Uma das categorias que mais revelam casos de assédio moral é a de bancários. Este setor conta com programas específicos que discutem o problema; elaboram material de divulgação e informação, além de oferecer apoio às vítimas, através, por exemplo, dos seus Sindicatos. Em todo o país estão sendo empreendidos esforços para prevenir e combater o assédio moral e suas conseqüências. Sabe-se que estas são bastante específicas deste tipo de abuso e que são danosas à saúde física e mental do indivíduo. Em Pernambuco, o Projeto de Lei da Assembléia Legislativa do Estado, caracteriza assédio moral como sendo toda ação repetitiva, praticada por servidor de qualquer nível que, abusando da autoridade inerente às suas funções, venha causar danos à integridade psíquica ou física e à auto-estima do servidor. Diversas áreas da ciência abordam esta temática, com destaque para: Direito, Psicologia, Ciências Sociais e Administração. A Psicologia Organizacional e do Trabalho pode (e deve) elaborar estudos mais aprofundados sobre o tema no sentido de sistematizar o conhecimento já existente e a realizar pesquisas sobre as causas e conseqüências desta violência presente em diversas atividades. Além disto, percebe-se a necessidade de uma inter-relação desta disciplina com a Clínica para melhor aproximar-se do problema, através do estudo não só da vítima e de seu sofrimento, como também do agressor, ampliando assim sua análise sobre os casos.

**Palavras-chaves:** Assédio Moral, Trabalho, Saúde Mental e Trabalho, Violência e Trabalho, Psicologia Organizacional

**Atividade:** RUMO AO POTE DE OURO DO ARCO-ÍRIS: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE UMA ONG VOLTADA PARA O PÚBLICO GLBT.  
**(Experiências em Debate)**

**Trabalho:** RUMO AO POTE DE OURO DO ARCO-ÍRIS: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE UMA ONG VOLTADA PARA O PÚBLICO GLBT.

**Autor(es):** Mabel Melo Sousa

**Resumo:** O MAISH – Movimento Arco-Íris da Sociedade Horizontina -, é uma organização não-governamental do município cearense Horizonte, que foi pensada a partir da experiência de realização de jogos de futebol de salão, com times compostos por gays, e que, diante do preconceito e da repulsa de alguns setores da sociedade, decidiram abraçar integralmente a

causa pela cidadania homossexual. A instituição desenvolve um trabalho de conscientização e orientação ao público em geral e especificamente à comunidade GLBT – gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. Desde que foi fundado, em 25 de Setembro de 2003, o MAISH vem conquistando cada vez mais espaços na comunidade de Horizonte e aumentando sua visibilidade em todo o estado do Ceará, o que pode ser comprovado com a sua participação no Somos, projeto de alcance nacional financiado pela UNESCO, que tem como objetivos a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis (DST) e Aids, bem como a promoção de cidadania, junto à população de gays e outros homens que fazem sexo com homens (HSH). No final de 2006, os componentes da organização resolveram fazer um momento com as pessoas que fazem parte do movimento GLBT com o intuito de organizar as prioridades e ações do grupo para o ano de 2007. Porém, o que deveria ser uma simples reunião resultou em um grande planejamento estratégico que originou não apenas ações prioritárias, mas muitos outros produtos. A primeira etapa do planejamento foi facilitada pela psicóloga Mabel Sousa, que adotou a metodologia participativa na condução das atividades do processo, tendo sido este dividido em cinco fases principais: acolhimento, apresentação, avaliação do ano de 2006, trabalhos em grupo e fechamento. O acolhimento consistiu em um momento de boas-vindas com música de relaxamento para o grupo de cerca de quinze pessoas que passariam o dia inteiro reunidas em torno de um objetivo comum: pensar o MAISH e definir suas linhas de ação. Durante a apresentação, foi solicitado que os participantes falassem acerca de suas expectativas para o planejamento e para o ano de 2007, além de seu histórico e participação na instituição. Esse momento se mostrou de fundamental importância tendo em vista que nem todos os presentes se conheciam, apesar de defenderem a mesma causa. A fase de avaliação do ano de 2006 consistiu em uma breve retrospectiva de ações do MAISH no município de Horizonte e de acontecimentos importantes para o grupo, considerando os principais problemas e dificuldades enfrentadas pelos membros, as conquistas e vitórias atingidas e os desafios que ainda persistiam. A partir daí, iniciou-se o planejamento propriamente dito. Em grupos, os participantes foram convidados a repensar os planos de ação vigentes da instituição, no sentido de averiguarem se ainda condiziam com os propósitos discutidos durante as outras fases do processo. Chegou-se então à elaboração de uma nova missão institucional para o MAISH, bem como a determinação de novos objetivos e eixos de ação e a definição de um cronograma inicial de atividades que contemplava os eixos de ações. Por fim, a primeira grande etapa do planejamento estratégico contou com um momento de avaliação e fechamento, durante o qual foi ressaltada a importância do trabalho conjunto de todos participantes em prol dos seus ideais. Nesse momento, foi sugerido pelos próprios participantes a criação de um GT - Grupo de Trabalho, com o objetivo de dar continuidade ao processo iniciado. A implantação desse grupo de trabalho consistiu na segunda etapa do planejamento e culminou com o desenvolvimento dos eixos de ação e a finalização do cronograma de atividades em um período posterior. Assim, mais do que uma reunião para a elaboração de ações e atividades, acredita-se que o planejamento estratégico consistiu em um momento de troca de experiências, planos e aspirações e proporcionou um espaço propício para a integração dos participantes. Além disso, contribuiu para a evolução de um grupo social que, sempre pautado no lema “juntos somos MAISH fortes”, busca a igualdade social e a promoção dos direitos humanos e de políticas públicas em favor da população GLBT, auxiliando-o a buscar o pote de ouro que corresponde aos ideais almejados e que, segundo a lenda, encontra-se no final do arco-íris (símbolo do movimento homossexual), ou seja, no alcance dos objetivos do Movimento Arco-Íris da Sociedade Horizontina.

**Palavras-chaves:** Planejamento Estratégico, GLBT, Arco-íris, ONG, Horizonte

**Atividade: A Relação Trabalho e Saúde dos Psicólogos Jurídicos (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** A Relação Trabalho e Saúde dos Psicólogos Jurídicos

**Autor(es):** Camila Yamaoka Mariz Maia, Anísio José da Silva Araújo

**Resumo:** A Psicologia Jurídica é uma área emergente da ciência psicológica, se comparada às áreas tradicionais de atuação da Psicologia. A história mostra que a primeira aproximação da

Psicologia com o Direito ocorreu no final do século XIX com a “psicologia do testemunho”. Esta, segundo Altoé (2004), buscava verificar, por meio da aplicação de testes, a fidedignidade do relato do sujeito envolvido em processo jurídico. Esses primórdios fizeram com que a Perícia se estabelecesse como campo de atuação da Psicologia Jurídica, cujo objeto era a busca da verdade por meio da prova pericial. Nos dias de hoje, seja devido a aspectos inconscientes que permanecem inacessíveis à investigação, seja pelo distanciamento entre o discurso racional e objetivo do Direito e o discurso afetivo e subjetivo da Psicologia, Silva (2003), afirma que a Psicologia Jurídica não busca provas (no sentido jurídico do termo), mas sim, indicadores da situação dos envolvidos no processo jurídico, que nortearão a atuação do advogado, do promotor e do juiz. Se antes, o trabalho do psicólogo jurídico restringia-se a fazer perícias e pareceres, hoje vem ganhando novas modalidades, como a de informar, apoiar, acompanhar e dar orientação pertinente a cada caso atendido nos diversos âmbitos do sistema judiciário. Diante disso, o objetivo geral de nossa pesquisa de mestrado, em andamento, é analisar a relação entre o trabalho e a saúde dos psicólogos que atuam no Tribunal de Justiça da Paraíba. Como objetivos específicos, destacamos os seguintes: verificar a defasagem entre a prescrição e a atividade dos psicólogos que atuam junto à justiça; identificar as fontes de prazer e de sofrimento no trabalho; identificar/compreender as estratégias de defesa elaboradas por esses psicólogos; investigar as relações entre os psicólogos, com os magistrados, com a hierarquia, os usuários, e os seus familiares e, por fim, analisar as relações no interior da equipe multiprofissional de atendimento às pessoas que buscam a justiça e, nesse sentido, o grau de autonomia dos psicólogos frente aos outros saberes profissionais. Para dar conta de tais objetivos utilizaremos dois aportes teóricos: a Psicodinâmica do Trabalho (Dejours, 1980, 1994) e a Ergonomia da atividade (Lima, 1992). A Psicodinâmica do Trabalho (PDT) dedica-se à discussão da relação trabalho e saúde mental, a partir da análise do sofrimento e das defesas acionadas para minimizá-lo. Procura, desse modo, entender o destino desse sofrimento: a desmobilização, o adoecimento, a descompensação ou a criatividade e o prazer no trabalho. De acordo com Dejours e Abdoucheli (1994), entre o trabalho e o sofrimento interpõe-se um indivíduo que compreende sua situação, que é capaz de agir e de se defender de forma singular. A outra abordagem, a Ergonomia da atividade, está voltada a transformação do trabalho a partir da análise da atividade. Tal perspectiva ergonômica viabilizou a descoberta de uma defasagem entre o trabalho prescrito e o real, ou seja, entre uma tarefa pré-definida e a sua execução pelos trabalhadores. Tal defasagem responde pela mobilização de uma inteligência prática no sentido de gerir as variabilidades das situações de trabalho. A perspectiva metodológica adotada nesse estudo é de base qualitativa e os participantes da pesquisa são 09 psicólogos que trabalham no Tribunal de Justiça da Paraíba (Setor Psicossocial e nas 1ª e 2ª Varas da Infância e Juventude). O Setor Psicossocial atende às Varas de Família e aos psicólogos é demandada a análise dos aspectos psicológicos das pessoas envolvidas em processos judiciais, sobretudo no que se refere às questões afetivo-comportamentais da dinâmica familiar, ocultas nas relações processuais. Esses profissionais buscam garantir o direito e o bem-estar da criança e/ou adolescente, a fim de auxiliar o juiz na tomada de uma decisão que melhor atenda às necessidades dessas pessoas. As Varas da Infância e da Juventude lidam, predominantemente, com questões ligadas à adoção, maus tratos, negligência dos pais ou responsáveis, abuso sexual e acolhimento da criança ou adolescente em instituições. Nestes casos, a presença e o acompanhamento do psicólogo são fundamentais para um adequado estudo de caso e redação de um laudo pericial que auxilie o juiz na tomada de uma decisão mais favorável aos interesses da criança e/ou adolescente. Como técnicas de pesquisa, utilizaremos a entrevista individual semi-estruturada, e o grupo de discussão. De acordo com observações in loco já realizadas, podemos observar como antecipação de resultados, que a inserção profissional desses psicólogos não se deu por via de concurso público, sendo todos cedidos de outras instituições, o que causa uma certa insegurança nesses profissionais. A nossa perspectiva nesse estudo é, por meio do mergulho na atividade do Psicólogo jurídico, compreender melhor o seu trabalho, os métodos de que se utiliza, os dilemas e variabilidades enfrentadas e as soluções encontradas. Desse modo, estaremos contribuindo para a consolidação de um campo de atuação da Psicologia que vem adquirindo uma importância crescente.

**Palavras-chaves:** Trabalho, Saúde, Psicologia Jurídica

**Atividade: O PERCURSO DO PSICÓLOGO DO TRABALHO**

## (Comunicações Científicas)

### **Trabalho:**O PERCURSO DO PSICÓLOGO DO TRABALHO: EM BUSCA DE VISÃO E INTERVENÇÃO HUMANISTAS E SOCIAIS

**Autor(es):** Maria Izabel Migueis Quintas Calheiros, Martha Andrade da Mota Silveira

**Resumo:** A intervenção do profissional de Psicologia nos espaços de trabalho, ao longo dos últimos anos, tem se tornado de real importância para a eficácia organizacional e para que a escuta e intervenção oportunizem uma consideração mais humana e social do trabalhador. Perceber que as ações intervencionistas do psicólogo do trabalho por muito tempo foram essencialmente restritas a uma atuação técnica, reducionista, visando adaptar o ser humano ao trabalho, de uma forma unilateral, foi algo que sempre estimulou a refletir, escrever e compartilhar idéias sobre o papel deste profissional nas organizações. O interesse por esse tema originou-se ainda da prática como professoras, consultoras e supervisoras de estágio curricular de Psicologia Organizacional e do Trabalho. Para aprofundar essa reflexão que ora se propõe para comunicação científica, realizou-se uma pesquisa bibliográfica na qual analisou-se essa passagem da atuação tradicional, eminentemente técnica do psicólogo no trabalho para novos paradigmas que estão servindo de inspiração para uma intervenção mais humana e social. Tentando explorar o tema, é possível encontrar estudiosos que levam o leitor interessado a um passeio histórico revelador de uma postura pragmática, onde os “psicólogos voltaram-se apenas para o que acontecia dentro das organizações”. (ZANELLI, 2002, p.23). Além de Zanelli (2002 e 2004), outros profissionais da psicologia vêm se preocupando com o que tem norteado a intervenção do psicólogo do trabalho, identificando uma prática, que objetiva unicamente as adaptações dos trabalhadores às suas tarefas. Entre eles, destacam-se Bastos (1992, 2003 e 2004), Spector (2006), bem como, Guareschi; Grisci (1993 p.92), os quais analisam a “(...) tão conhecida abordagem tecnicista que exalta pelo famoso ‘homem certo no lugar certo’ que vem norteando a ação profissional do psicólogo do trabalho”. Este aprofundamento científico pretende então discutir como o profissional de Psicologia Organizacional e do Trabalho, vem redimensionando a forma de olhar e intervir nas relações de trabalho. Para tanto, buscou-se compreender como a formação acadêmica poderá contribuir para propiciar a mudança de uma intervenção dirigida ao indivíduo e não voltada unicamente para os processos organizacionais. Objetiva-se, ainda, com essa incursão teórica proposta para comunicação científica, refletir como o Psicólogo, através da escuta e intervenção em áreas tradicionais de trabalho, entre estas a captação e seleção de pessoal, treinamento e desenvolvimento, acompanhamento funcional, e saúde mental e bem-estar no trabalho, poderá ser um facilitador de contextos e relações de trabalho onde os trabalhadores, possam atuar como sujeitos criativos, flexíveis, em relação de reciprocidade e parceria. Há, finalmente, o interesse em discutir também até que ponto o Psicólogo do Trabalho vem intervindo para facilitar acordos pessoais e organizacionais, incentivando para que sejam consideradas tanto as necessidades e metas da organização, como as advindas dos seus trabalhadores. As considerações teóricas apontam então para um processo em transição, tanto nas empresas, como na intervenção e escuta do Psicólogo do Trabalho, onde se convive, com gestões participativas, que respeitam a diversidade, com preocupações sociais, que têm o trabalhador como foco e valorizam seus potenciais e competências. E, simultaneamente, vivencia-se lideranças centralizadoras, preocupadas unicamente com produtividade, bem como, intervenções psicológicas, que desconsideram a subjetividade dos trabalhadores e, as necessidades dos clientes, da comunidade e do meio ambiente.**PALAVRAS-CHAVE:** Psicologia do Trabalho, Intervenção, Seleção por Competências, Treinamento & Desenvolvimento, Saúde e Bem-estar.**REFERÊNCIAS**BASTOS, Antonio Virgilio B. A Psicologia no Contexto das Organizações – tendências inovadoras no espaço de atuação do psicólogo. Conselho Federal de Psicologia. Psicólogo Brasileiro: Construção de novos espaços. Campinas: Átomo, 1992.BASTOS, A.V.B. Psicologia organizacional e do trabalho: que respostas estamos dando aos desafios contemporâneos da sociedade brasileira? In: YAMAMOTO, O. H. & GOUVEIA, V. V (orgs). Construindo a Psicologia Brasileira: desafios da ciência e prática psicológica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.GUARESCHI, Pedrinho A. & GRISCI, Carmem Lúcia Lochins. A fala do trabalhador. Petrópolis, Editora Vozes, 1993.SPECTOR, P. E. Psicologia nas organizações. São Paulo: Saraiva, 2002.ZANELLI, José

Carlos. O psicólogo nas organizações de trabalho. São Paulo: Artmed Editora, 2002. ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo E.; BASTOS, Antonia Virgílio B. Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

**Palavras-chaves:** Psicologia do Trabalho, Intervenção, Seleção por Competências, Treinamento e Desenvolvimento, Saúde e Bem-estar

**Atividade:** FAMÍLIA, ESCOLA E EMPRESA INCLUSIVAS  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** FAMÍLIA, ESCOLA E EMPRESA INCLUSIVAS

**Autor(es):** Martha Andrade da Mota Silveira, Maria Izabel Migueis Quintas Calheiros

**Resumo:** A necessidade de inclusão de pessoas com deficiências específicas surge com o reconhecimento de prejuízos de ordem biopsicossocial, conseqüentes da atitude de exclusão, tanto por parte de quem exclui, quanto de quem é excluído. Configura-se assim como processo complexo que envolve fatores operativos como intervenções em acessibilidade, políticas públicas, educacionais e empresariais, além dos aspectos subjetivos como as relações interpessoais. A sociedade possui uma visão de homem padronizada e classifica as pessoas de acordo com essa visão. Dessa forma, elege-se um padrão de normalidade dentro desta sociedade, ignorando que sua composição é de pessoas diversas e que se constitui através dessa diversidade, levando-se em consideração fatores econômicos, sociais e históricos, onde o homem constrói sua identidade nas relações que estabelece consigo mesmo e com os outros. Esta incursão científica objetiva identificar, neste contexto, o papel da família, da escola, da empresa e da sociedade neste movimento de inclusão em atividades laborativas de pessoas com deficiências específicas. Pretende-se analisar em que momento a participação destas diversas instâncias se caracteriza por reais atitudes de acolhimento, integração e desenvolvimento de potenciais até então despercebidos e, quando trilham caminhos de desvalorização, discriminação e fragilização psicológica e social das pessoas com deficiências específicas. O trabalho em tela constitui-se não somente de uma revisão de literatura, como também de uma experiência prática interativa, dentro de uma perspectiva interdisciplinar. Percorrendo-se teoricamente nesta temática, encontram-se estudiosos como Barbosa citado em Mezzacappa (2004, p.1) que ressalta que "(...) o grande mérito da Lei de cotas foi trazer o debate da inclusão para a ordem do dia". Fruto de intensa fiscalização das Delegacias Regionais de Trabalho percebe-se um significativo aumento do índice de empregabilidade das pessoas com deficiências específicas. Porém este estudo aponta que muitas empresas se encontram limitadas apenas ao cumprimento do dispositivo legal, não investindo na qualificação destes novos trabalhadores e não sensibilizando gestores e demais trabalhadores para o desenvolvimento de atitudes inclusivas. Glat (2004) então registra que cumprir a lei não significa integração social, se não se investe na qualidade desta inclusão. Como resultados, esta produção científica apontou para um grande impeditivo do desenvolvimento de pessoas com deficiências específicas, o qual reside no desconhecimento e negação dos reais potenciais destas pessoas, de suas competências técnicas e comportamentais. Pontuou-se que o desconhecimento de potenciais passa também pela própria pessoa com deficiência específica e que se trata de uma problemática que antecede o momento do ingresso no trabalho. A maneira como a família lida com a deficiência pode favorecer o fortalecimento do deficiente como pessoa, como sujeito ativo e com sociabilidade saudável. Em contra partida identificou-se que famílias que superprotegem ou afastam o deficiente do convívio social, podem gerar adultos frágeis, com baixa auto-estima e que subutilizam suas competências. Este quadro tende a se agravar quando a vivência escolar não foi caracterizada por estratégias inclusivas no processo ensino-aprendizagem. A conjunção da sujeição e a exclusão no espaço familiar, escolar e empresarial podem desencadear prejuízos na saúde e bem estar biopsicossocial destas pessoas. Como conclusões foi fundamental trazer a contribuição dos estudos da APABB (2006), onde se ressalta que "A inclusão é uma meta revolucionária porque pretende melhorar a vida de todas as pessoas. É a filosofia necessária ao próximo milênio (...)". Assim agindo, se estaria colocando um novo olhar sobre as pessoas com deficiências específicas, olhar este que não perceberá apenas limitações e sim eficiências.

Retomando o pensamento de Werneck (2002) numa sociedade inclusiva não se é bonzinho e sim cidadão responsável pela qualidade de vida das outras pessoas, por mais diferentes que elas sejam ou pareçam ser.

**Palavras-chaves:** Trabalho, Família, Inclusão, Deficiência, Empresa Inclusiva

**Atividade: VIOLÊNCIA NO EXERCÍCIO DO TRABALHO  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** VIOLÊNCIA NO EXERCÍCIO DO TRABALHO

**Autor(es):** Joao Carlos Alchieri, Mariana Borges Machado Vieira

**Resumo:** A violência é um tema que desperta amplo interesse por ser um fenômeno que atinge direta ou indireta toda a sociedade. Na literatura tal construto é conceituado de diversas maneiras (Ristum e Bastos, 2004). Nesse estudo a violência é retratada dentro da tradição da aprendizagem social, a qual considera que um comportamento agressivo é desenvolvido por modelação e/ou por experiência direta (Bandura, 1973, conforme citado por Ristum e Bastos) e da Psicologia Sociológica que advoga que a violência é um fenômeno gerado por processos culturais, históricos e sociais que não pode ser estudado sem considerar a sociedade na qual se produz (Martin-Baró, 1989; Ristum e Bastos, 2004). O objetivo dessa pesquisa é, partindo da concepção de violência já exposta, identificar, caracterizar e avaliar os principais indicadores, e a respectiva magnitude da exposição da violência no trabalho no Brasil, com o conseqüente custo social desta exposição. Tal estudo justifica-se visto a escassez de pesquisas nessa perspectiva no país, já que as produções científicas nacionais sobre atividades profissionais e violência são incipientes e não articuladas em torno do conceito de violência, mas sim sobre os conceitos de saúde mental e/ou psíquica e bem-estar. E para, partindo da noção de que a violência no trabalho é tomada como passível de ser preventivamente trabalhada (OIT, 1998; OSHA, 2002), auxiliar na produção de políticas públicas que garantam a saúde e o bem estar do trabalhador brasileiro. Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2003) indicam que cerca de 160 milhões de trabalhadores sofreram de moléstias ocupacionais em 2002 e que o número de acidentes, fatais ou não, estão na ordem dos 270 milhões anuais, a um custo estimado de US\$ 1,25 trilhões de dólares, que corresponde a aproximadamente 4% do PIB mundial. Diversos países e instituições internacionais vêm adotando, nos últimos anos, programas e emitindo alertas sobre o crescente desenvolvimento de riscos e danos provenientes da violência no trabalho (OIT, 1998). A Agência Européia de Segurança e Saúde no Trabalho (OSHA, 2002) advoga que as categorias de trabalho mais expostas à violência são: enfermeiros e outro pessoal de saúde, motoristas de táxi, condutores de coletivos, trabalhadores que realizam consertos domiciliares, caixas, trabalhadores da segurança, agentes da polícia, guardas prisionais, assistentes sociais, partindo gradualmente das empresas que lidam com mercadorias de valor. Dessa forma desenvolveu-se esta atividade de investigação tomando-se como base de estudo categorias profissionais que lidam com uma alta freqüência de relações interpessoais e ou grupais em um curto espaço de tempo. Tais categorias são aqui interpretadas como tendo um alto risco de exposição ao fenômeno da violência, são elas: agentes de segurança pública, atendentes de telemarketing, profissionais de saúde, bancários e motoristas profissionais. A delimitação da amostra dessas categorias objeto de investigação está sendo conduzida com base nos indicadores oficiais existentes nos estados da federação participantes deste projeto (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Norte), junto aos órgãos de classe e sindicais. Para a execução da presente pesquisa estão sendo elaborados instrumentos que contemplam a especificidade de cada categoria profissional, especialmente, no que diz respeito às manifestações de violência e os mecanismos utilizados para atenuar o impacto. Estão sendo utilizados também instrumentos disponíveis para a verificação de alterações comportamentais como o stress, as alterações cognitivas e psico-emocionais. Incluindo-se ainda uma ficha sociodemográfica. Os resultados da coleta serão analisados primeiramente tomando como referencia cada uma das atividades profissionais. O projeto conta com a identificação e caracterização dos indicadores de desempenho entre as categorias profissionais, buscando verificar correspondência entre a exposição à violência e conseqüente

presença de danos ou limitações no exercício profissional. Nesta etapa estarão sendo identificados e analisados os principais indicadores referentes aos riscos potenciais e situações de dano provenientes da exposição à violência dos trabalhadores. Espera-se ao final da pesquisa responder as seguintes questões: Nos diversos âmbitos das relações interpessoais e grupais, como se processam as atividades profissionais sob efeito, antecipatório, imediato ou mesmo, a posteriori, de violência? Quais são as ações adotadas enquanto protetoras, supressoras, minimizadoras e atenuantes da exposição da violência? Frente às atividades profissionais, quais são as consequências diretas e indiretas da exposição à violência por parte de trabalhadores? Há mecanismos de proteção, preparo e mesmo treinamento, capazes de minimizar seus efeitos de forma a evitar prejuízos ao exercício profissional? Quais são os efeitos da exposição ou mesmo, dos riscos de uma possível exposição constante para o desempenho profissional e familiar? Seus efeitos possibilitam prejuízos individual, grupal ou mesmo financeiro? Quais são os custos sociais da violência?

**Palavras-chaves:** Violência no trabalho, Categorias profissionais mais atingidas, danos ou limitações no exercício profissional

**Atividade: DO ESTRESSE AO BURNOUT: AVANÇOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Modelos e métodos recentes na abordagem do estresse e do burnout

**Autor(es):** Maria Cristina Ferreira, EVELINE MARIA LEAL ASSMAR

**Resumo:** A saúde, o bem-estar e o trabalho constituem fenômenos intimamente relacionados e vêm despertando cada vez maior interesse dos estudiosos de diferentes disciplinas, o que se deve, em grande parte, à crescente conscientização acerca dos inúmeros prejuízos que os problemas de saúde acarretam às organizações. Assim é que as ausências ao trabalho motivadas por esse tipo de problema costumam implicar em perda de receita, queda na produtividade, rotatividade, diminuição do ritmo de trabalho, etc. Entre os fenômenos mais investigados ao se pensar na saúde do trabalhador encontram-se o estresse e o burnout, em virtude de serem eles os principais responsáveis pelas inúmeras reações físicas e psíquicas provocadas pela vivência de condições adversas no ambiente organizacional, as quais trazem graves prejuízos não apenas à saúde do indivíduo, mas também à organização e à sociedade em geral. Nesse sentido, estatísticas recentes revelam que, entre os países membros da União Européia, de 50 a 60% das ausências no trabalho se devem ao estresse e que, nos Estados Unidos da América, a ansiedade e o estresse foram os principais responsáveis pelo absenteísmo nas duas últimas décadas, com uma média individual de 20 dias parados. No Brasil, pesquisas realizadas pela Associação Internacional para o Manejo do Estresse (ISMA-BR) demonstram que pelo menos 70% dos trabalhadores brasileiros sofrem de estresse no trabalho, enquanto 30% são acometidos de burnout. Em face da gravidade de tais fenômenos, e na tentativa de aprofundar a sua compreensão, os estudiosos das organizações e os profissionais de saúde voltaram inicialmente seus esforços para a análise dos fatores ambientais e pessoais que interferem no estresse e no burnout, concentrando-se, assim, no contexto imediato em que o trabalho ocorre. Mais recentemente, porém, as investigações nessa área têm avançado em direção à busca de modelos mais complexos e abrangentes, que possam oferecer explicações capazes de integrar de forma mais consistente os múltiplos fatores que concorrem para a deflagração de tais fenômenos. O objetivo do presente trabalho é apresentar a teorização mais recente sobre o estresse e o burnout e discutir as possibilidades que ela oferece ao desenvolvimento da pesquisa sobre o assunto. Para tanto, faz uma apresentação inicial dos modelos teóricos que incorporaram em seus pressupostos as características de natureza macro-organizacional, em especial os que buscam articular os valores, práticas e percepções de justiça organizacional com o estresse e o burnout, assim como dos resultados empíricos que vêm lhes dando suporte. Em seguida, discute os métodos de análise multivariada e multinível que estão sendo adotados no teste dos referidos modelos. À guisa de conclusão, tece considerações sobre as maneiras pelas quais essas novas tendências de investigação poderão contribuir para a implementação de estratégias de gestão voltadas para a promoção da saúde do trabalhador.



**Palavras-chaves:** Burnout,síndrome do esgotamento emocional,modelos teóricos de burnout

**Trabalho:**A QUESTÃO DA MEDIDA DO BURNOUT: PREVALÊNCIA E DIAGNÓSTICOS DIFERENCIAIS

**Autor(es):** Livia de Oliveira Borges

**Resumo:** Os estudos sobre a síndrome de burnout se intensificaram bastante nas últimas duas décadas de forma que paulatinamente vem sendo reconhecida como uma enfermidade que afeta aos indivíduos por ela acometidos, mas também as organizações e a suas clientela, constituindo assim em um problema social. Reconhecem-se muitos casos que, sejam diretamente pelos seus sintomas específicos – esgotamento emocional, diminuição da realização pessoal, despersonalização do outro e/ou cinismo – sejam pelos sintomas psicossomáticos associados, conduzem os indivíduos a elevarem o absenteísmo ao trabalho ou a se afastarem por períodos extensos. Estes fatos implicam em despesas pela convivência com a enfermidade, tanto para as organizações empregadoras, quanto para os órgãos que lidam com saúde pública. Por conseqüência, deixou de ser uma preocupação exclusiva de pesquisadores da Psicologia e encontrou lugar na grande imprensa, nas pautas de negociação sindical e na legislação de proteção ao trabalhador. Por isso, a preocupação com a exatidão, consistência e validade de seu diagnóstico, além da sua importância para a qualidade das pesquisas, passou a constituir em problema prático que afetam por vezes decisões judiciais. Diante das polêmicas no campo da Saúde Mental e do Trabalho em se reconhecer o nexos causal epidemiológico e diante de proposta de lei trabalhista que tramita no congresso nacional, o problema tem ganhado relevância. A literatura especializada tem sido sistemática em apontar problemas de medida ou de avaliação da síndrome. Os questionários elaborados e submetidos a testes empíricos já são numerosos. No Brasil, no entanto, o MBI tem sido o questionário predominantemente utilizado a exemplo de vários países. A literatura e a prática em pesquisa têm apontado vários problemas, no uso do MBI (Maslach Burnout Inventory) e no diagnóstico da síndrome, entre eles: ambigüidade de alguns itens; coeficientes alfa de Cronbach (consistência) inferior a 0,70 em um dos fatores mensurados; o uso de um critério estatístico para classificar os escores em cada fator como baixo, médio e alto em detrimento de um critério clínico; inadequações em extrapolar os pontos de corte para cada nível referido para fora dos Estados Unidos; falta de um critério ou ponto de corte claro para diferenciar os indivíduos segundo a intensidade da síndrome como um todo; dúvidas quanto à codificação da enfermidade para fins de laudos de saúde; dificuldades de identificar as ocupações nas quais a ocorrência da síndrome é prevalente; e divergências amplas entre as pesquisas quanto ao percentual de pessoas acometidas em cada ocupação. O objetivo do presente trabalho é revisar as diversas medidas utilizadas nas pesquisas e as estratégias utilizadas para o seu diagnóstico e/ou para avaliar sua incidência nas diferentes ocupações. Em outras palavras, descrever-se-á o que se tem realizado para superar os referidos problemas. Apresentar-se-ão instrumentos alternativos desenvolvidos no Brasil e na Espanha, como o ECB (Escala de Caracterização do Burnout), CESQT (Cuestionario para la Evaluacion del Síndrome por el Trabajo) e o CBP-R (Cuestionario de Burnout del Profesorado Revisado) as diferenças e convergências entre as classificações dos níveis nos Estados Unidos, Espanha e Brasil, o uso de análises de cluster para apoiar a apreensão da síndrome como um todo nos estudos epidemiológicos e o uso de entrevistas para o diagnóstico individual. No momento, deixam-se as indagações: é possível um diagnóstico diferencial seguro? Que pautas de pesquisa se deve priorizar para superar os problemas atuais?

**Palavras-chaves:** diagnóstico diferencial,técnicas estatísticas,medida,análise de clusters

**Trabalho:**ESTADO ATUAL DAS PESQUISAS SOBRE BURNOUT: RESULTADOS DE UM ESTUDO EMPÍRICO

**Autor(es):** Helenides Mendonça,Ivone Félix Sousa

**Resumo:** O Trabalho ocupa lugar de destaque na vida dos indivíduos de diferentes culturas.

Constitui-se em uma categoria que, além de ser meio de sobrevivência, é o processo pelo qual o indivíduo ou se reconhece, ou se aliena. É através do trabalho que o homem se humaniza, cresce, exerce a criatividade e forma a sua identidade. Ao longo dos tempos, o mundo do trabalho vem sofrendo diversas transformações que estão refletindo no percurso da história cultural, política e econômica da sociedade organizada. Essas transformações advêm de processos como a globalização, aumento dos instrumentos tecnológicos, competitividade, perda do sentimento de coletividade, além de colocar o ambiente profissional como espaço que não propicia a satisfação pessoal, provocando desgastes físico e emocional. Todos esses fatores geram incompatibilidade entre trabalho-trabalhador e compromete o ajuste do trabalhador em seu contexto de trabalho, levando-o ao desenvolvimento da síndrome de burnout. Além da influência de fatores intrínsecos ao trabalhador, estudos empíricos têm demonstrado que a ocorrência do burnout está relacionada, prioritariamente, à falta de reconhecimento e recompensa, à percepção de estar sendo injustiçado e à percepção dos trabalhadores de que há incompatibilidade entre os valores organizacionais ideais e reais, dentre outros aspectos. Diante do exposto, percebe-se que as transformações que ocorrem no mundo do trabalho fazem com que o trabalhador diminua o seu envolvimento com seu trabalho, resultando no aumento da tensão emocional, o que pode levá-lo ao estresse crônico e ao desenvolvimento da síndrome de burnout, estado que contrapõe o envolvimento do trabalhador. O objetivo do presente estudo é apresentar o estado atual das pesquisas sobre o burnout. Para tanto, inicialmente são apresentadas pesquisas sobre esta síndrome, apontando seus antecedentes e conseqüentes. Em seguida apresenta-se-á um estudo empírico realizado com docentes universitários, em uma instituição situada no centro-oeste do Brasil e que teve como objetivo analisar o poder preditivo das variáveis percepção de (in)justiça – distributiva, processual e interacional – e comprometimento organizacional afetivo sobre o burnout em suas três dimensões – exaustão emocional, cinismo e ineficácia. Para essa análise, foram realizadas regressões múltiplas (stepwise). Os resultados demonstraram que a percepção de estar sendo injustiçado na forma de distribuição de recursos prediz a exaustão emocional, e que a falta de comprometimento afetivo com a organização prediz o burnout em suas três dimensões. Diante destes resultados constata-se que a percepção de estar sendo injustiçado na forma de distribuição de recursos pode contribuir para o desenvolvimento da exaustão emocional e que o comprometimento afetivo do trabalhador para com a instituição empregadora é de extrema importância para manutenção da saúde organizacional. Em síntese, nota-se uma preocupação de diversos cientistas do comportamento, a nível internacional, em desvendar e prevenir o burnout. Observa-se que existem diversas pesquisas que buscam desvelar os antecedentes e conseqüentes desta síndrome, porém ainda há um vasto campo de estudos para que se compreenda o burnout em sua complexidade multifacetada. À guisa de conclusão, sugere-se a realização de novas pesquisas adotando modelos mais complexos, como os modelos que permitem desvendar não só as variáveis predictoras, mas também, aquelas que medeiam e moderam a síndrome de burnout.

**Palavras-chaves:** moderação, mediação, burnout

**Atividade:** A SAÚDE DOS TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR.  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** A SAÚDE DOS TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR.

**Autor(es):** Carla Vaz dos Santos Ribeiro

**Resumo:** Esta comunicação visa tecer algumas considerações preliminares sobre as possibilidades de vivências de sofrimento e prazer no trabalho e suas implicações na saúde dos técnico-administrativos de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES). A autora na condição de Diretora de Recursos Humanos e docente da área de psicologia organizacional e do trabalho desta instituição, a partir de observações na sua prática profissional, sentiu-se instigada a investigar as relações desses técnicos no ambiente de trabalho. Pensar em uma instituição de ensino, nos remete de imediato a professores e alunos, muitas vezes acreditamos que este

núcleo se basta e esquecemos ou ficamos no mínimo indiferentes a toda a constituição de organizações tão complexas, como são as organizações de ensino. Para que o célebre e conhecido tripé de atividades finalísticas de toda e qualquer IFES com porte de Universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão, venha a ser executado a contento pelos docentes, haverá que existir outro conjunto potencializador, formado pelas atividades meio, as quais são realizadas principalmente por técnico-administrativos. Contudo, esta interação afinada entre atividades meio e fim, ainda deixa muito a desejar. É visível o conflito entre as categorias de docentes e técnicos nesta instituição. O sentimento de desvalorização da atividade meio comparece frequentemente no discurso dos técnicos, no momento em que reivindicam acesso aos cargos de chefia mais cobiçados e maiores oportunidades de capacitação e qualificação, assim como, pesos iguais de votos nas eleições, maior representatividade nos Conselhos, enfim, quando buscam igualdades de direitos e tratamento, contrapondo-se aos que muitos deles denominam de “privilégios dos docentes”. Em janeiro de 2005, uma aliada legal, a Lei 11.091, regulamenta a implantação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, amplia as possibilidades de desenvolvimento profissional dos servidores integrantes do plano, e, por conseguinte, a sua inserção no planejamento estratégico e no desenvolvimento organizacional, muda à terminologia de técnico-administrativo para técnico-administrativo em educação e traz nas descrições de seus cargos a necessidade de articulação das atividades dos técnicos com o ensino, a pesquisa e a extensão. Os representantes do sindicato apontam ganhos gerados com a publicação da referida lei, destacando que agora eles estão sendo valorizados, que têm uma carreira e especialmente uma identidade. Fundamentando-nos na abordagem da psicodinâmica do trabalho, podemos entender a atividade laboral como um dado fundamental na saúde, o trabalho pode constituir fonte de sofrimento e adoecimento, como também ser um canal para o prazer e a realização, favorecendo desta forma o fortalecimento da identidade pessoal e social do indivíduo. No contexto organizacional em questão, é comum se observar técnicos limitados às tarefas rotineiras, padronizadas, prescritas, com chances mínimas de intervenção, com potenciais subutilizados e normalmente colocados à margem dos processos de decisão, funcionando como mero apoio às atividades acadêmicas, provavelmente vivenciando sofrimento nas suas relações com o trabalho. Entretanto, identificamos também técnicos que apesar das adversidades experimentadas, conseguem transgredir o trabalho prescrito, tornando-se necessários e muitas vezes indispensáveis para o funcionamento eficaz do seu setor. Alguns desses profissionais chegam a ser homenageados em convites de formatura, em datas comemorativas da instituição e comumente têm a sua lotação disputada por outros gestores. Estes servidores, mesmo diante de desafios e dificuldades do cotidiano, procuram alternativas para lidar com os problemas encontrados, transformando muitas experiências de sofrimento em oportunidades de vivências de prazer e realização. Segundo a psicodinâmica do trabalho, a saúde do trabalhador não implica em ausência de sofrimento, e sim, como as pessoas enfrentam as restrições e as pressões no ambiente de trabalho. Assim, para a referida abordagem esta atitude indica a existência de uma relação saudável dos mesmos com o trabalho, pois apesar de estarem expostos a situações adversas, continuam combativos, movimentando-se em busca de soluções. Objetivamos, portanto com estas reflexões preliminares, baseadas em observações e testemunhos do cotidiano destes técnicos, propor uma investigação mais aprofundada, considerando todo o contexto em que os mesmos estão inseridos e em especial este momento de implantação do plano de carreira, que está em andamento desde 2005 e que pelos prazos legais estabelecidos, provavelmente se concluirá neste ano de 2007. Deste modo, temos o intuito de averiguar a inter-relação de vivências de prazer e sofrimento no ambiente laboral com a saúde dos técnico-administrativos.

**Palavras-chaves:** saúde, trabalho, técnico-administrativo em educação

**Atividade: A Satisfação no trabalho:  
(Paineis)**

**Trabalho:** A satisfação no Trabalho

**Autor(es):** Cristiane Fonseca Cunha, Ana Paula dos Santos Moitinho

**Resumo:** Desde que o indivíduo passou a vender sua força de trabalho, este passou a ser manipulado pelo sistema, se tornando cada vez mais complexas a relação entre o homem e o trabalho. As diversas mudanças ocorridas, no que refere ao trabalho, foram prioritariamente visando adequar o trabalhador de maneira a gerar mais lucros aos patrões. Em virtude disto, pouco se percebe a preocupação por parte das organizações de trabalho, para com a saúde do trabalhador, seja física ou mental. Na contemporaneidade o que se tem constatado, seja no nosso dia a dia ou por pesquisadores é que várias doenças “novas” têm surgido entre os trabalhadores. O trabalho enquanto categoria de mediação das relações entre os sujeitos de diferentes contextos e classes sociais, estabelece a dinâmica inerente às relações de poder e autoridade presentes nas organizações e na sociedade como um todo. “A organização do trabalho exerce sobre o homem uma ação específica, cujo impacto é no aparelho psíquico. Em certas condições emerge um sofrimento que pode ser atribuído ao choque entre uma história individual, portadora de projetos, de esperanças e de desejos, e uma organização do trabalho que os ignora.” (Dejours, 1992). Dejours designa por organização do trabalho, a “divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa, o sistema hierárquico, as modalidades de comando, as relações de poder, as questões de responsabilidade entre outros”. O sofrimento do trabalho se expressa pela insatisfação e pela ansiedade. A satisfação com o trabalho é a atitude geral de uma pessoa em relação ao trabalho que realiza. Segundo os autores Baker e Karasek, o stress no trabalho é visto como as respostas físicas e emocionais prejudiciais que ocorrem quando as exigências do trabalho não estão em equilíbrio com as capacidades, recursos ou necessidades do trabalho. Objetivos Geral: Este trabalho tem como objetivo verificar o nível de satisfação e as dificuldades que os agentes de trânsito encontram ao realizar seu trabalho na cidade de Vitória da Conquista - Bahia. Objetivo Específico: Propõe-se ainda a motivar os agentes para uma maior participação na resolução dos problemas por eles encontrados. Método: Foram aplicados questionários, que continham perguntas abertas e de múltipla escolha, as quais os respondentes fariam sobre as dificuldades na realização do trabalho apontando os fatores positivos, as possíveis soluções para melhoria e o nível de satisfação no exercício de suas funções. Resultados e discussão: Responderam ao questionário 28 agentes de trânsito, homens e mulheres.. A principal dificuldade encontrada na realização do trabalho pelos agentes foi na infra-estrutura, que engloba falta de viaturas, sinalizações viárias e estacionamentos, seguida pelo cansaço físico e mental. O bom relacionamento entre os colegas, o profissionalismo, e o reconhecimento por parte do público foram os pontos positivos mais citados. Outro ponto relevante apresentado na pesquisa foi a questão da desvalorização do material humano por parte do órgão como dificuldade e ao mesmo tempo um reconhecimento por parte da sociedade como ponto positivo, o que demonstra uma espécie de compensação na realização do trabalho. A infra-estrutura, aumento de salário, trabalho em dupla, esforço físico e mental e o aperfeiçoamento, foram as soluções mais citadas. Contudo a maioria dos agentes consideram-se satisfeitos com o trabalho que realizam. Conclusões: O trabalho deve ser uma atividade geradora de prazer e satisfação, não apenas uma fonte de sobrevivência, pois, a frustração poderá causar danos irreparáveis à saúde do trabalhador. Com base nos resultados obtidos e analisados, verificamos que a maioria dos agentes de trânsito de Vitória da Conquista, considerou no momento de realização da pesquisa, estarem satisfeitos com o trabalho que realiza.

**Palavras-chaves:** Trabalho, Satisfação, dificuldades

**Atividade: A Carga Psíquica Positiva do Trabalho: (Paineis)**

**Trabalho:** A Carga Psíquica Positiva do Trabalho: Um Indicador de Sofrimento da Subjetividade Humana

**Autor(es):** Anne Cristine Cavalcanti da Silva, Diego Arthur Pinheiro de Moura, Rafaela Valentim, Renata Viana

**Resumo:** Considerando o processo de evolução das relações de trabalho, percebe-se que a

relação organização – trabalhador tem influenciado cada vez mais a saúde tanto física quanto mental do sujeito. Guiado por essa percepção, o presente estudo foi construído com o objetivo de verificar a existência de carga psíquica positiva do trabalho (sofrimento psíquico gerado pelo trabalho) em uma motorista de ônibus coletivo da região metropolitana do Recife. Tal investigação foi baseada nas seguintes hipóteses: 1) a atividade ser exercida em sua grande parte por pessoas do sexo masculino; 2) ser realizada fora do espaço físico da organização (o que possibilita imprevistos que não podem ser diretamente controlados por esta); 3) ser controlada pelas próprias empresas de ônibus e órgão responsável pelos meios de transportes urbanos do Recife; 4) o desempenho da profissional ser afetado pela insatisfação dos usuários com o serviço; e 5) a possível força física necessária para a realização desta atividade, juntamente com as condições físicas de trabalho. Para tal intento, foi elaborado um roteiro de entrevista semi-estruturada com questões relacionadas à organização do trabalho (divisão de tarefas, hierarquia, controle, regras, atribuições, horários, dentre outras), às condições de trabalho (ruídos, mobília, iluminação, calor, etc), além de referentes a preconceitos de gênero e significado do trabalho, e entrevistou-se uma profissional de 38 anos de idade, que trabalha há sete anos e sete meses como motorista de transporte urbano. A entrevista foi gravada em áudio e posteriormente transcrita e analisada a luz do referencial teórico de Christophe Dejours sobre Psicodinâmica do Trabalho. Na análise da entrevista, observou-se que a profissional possui uma carga psíquica positiva de trabalho, embora expresse se sentir realizada na execução de suas atividades, e gostar muito de dirigir. Existe um sofrimento psíquico relacionado ao trabalho, primordialmente evidenciado, na percepção da falta de reconhecimento por parte da empresa e da sociedade do seu trabalho. Isto porque o significado que ela atribui ao seu trabalho está, sobretudo ancorado no reconhecimento da empresa e da sociedade de que ela é uma das mulheres pioneiras neste ramo de atividades e executa muito bem a sua profissão. Percebeu-se ainda que outros elementos foram, também, geradores de sofrimento psíquico, como o preconceito, a fiscalização, as doenças físicas, o relacionamento com seus colegas de trabalho, dentre outros e, que algumas das hipóteses levantadas, como a insatisfação dos usuários e as condições físicas de trabalho como sendo geradores de carga psíquica positiva não foram corroboradas. O uso de estratégias de defesa individuais, tais como, ler uma revista durante o engarrafamento ou manter certa distância dos seus colegas de trabalho, demonstraram ser de vital importância para a sua permanência até hoje no emprego.

**Palavras-chaves:** Relação trabalho - saúde mental, Christophe Dejours, Carga psíquica positiva

**Atividade: Ação Ergonômica na Aviação Civil - O Papel do Psicólogo numa Equipe Interdisciplinar (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Ação Ergonômica na Aviação Civil - O Papel do Psicólogo numa Equipe Interdisciplinar

**Autor(es):** Lisia Maria Espinola da Silva Pacheco Cabral

**Resumo:** Fatores Humanos ou Ergonomia consistem de uma disciplina interdisciplinar, ainda, pouco abordada no ensino superior, adotada para a compreensão e intervenção nas atividades laborativas. Apresenta, por definição, a adaptação de sistemas de gerenciamento, operação e manutenção às características, habilidades e limitações do ser humano, com vistas à maior efetividade, segurança, confiabilidade e conforto, nos aspectos úteis, práticos e aplicados do trabalho. Assim sendo, os Fatores Humanos ou Ergonomia pressupõem a idéia de interação do saber técnico-científico de profissionais com formações diferenciadas, voltada para o objetivo comum de se operar uma síntese dentro de determinado contexto. Isso caracteriza a sua interdisciplinaridade, que consiste no passo anterior à transdisciplinaridade, esta representando um desafio a ser alcançado de integração global entre as diversas ciências. Os Fatores Humanos ou Ergonomia, mundialmente, são congregados pela Associação Internacional de Ergonomia (International Ergonomics Association – IEA). Nos Estados Unidos, encontra-se a Sociedade de Fatores Humanos e Ergonomia (Human Factors and Ergonomics Society) e, no Brasil, a Associação Brasileira de Ergonomia – ABERGO. No caso da aviação civil, especificamente, o organismo que emana os conceitos relativos a essa área é a Organização Internacional de Aviação Civil – OACI (International Civil Aviation Organization – ICAO). Através de tais Órgãos, e,

ainda, no Brasil, do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos - CENIPA (BRASIL, 2001), os Fatores Humanos ou Ergonomia em ambiente de aviação regulamentam a atuação dos profissionais, inclusive do psicólogo, em prol do objetivo comum da Segurança de Voo. Além disso, o Instituto de Psicologia da Aeronáutica (IPA) regulamenta as atividades do psicólogo na aviação militar. Nesse sentido, este pode contribuir com os seus conhecimentos específicos em Psicologia, inserida nas Ciências Humanas, para a contenção / minimização de ocorrências aeronáuticas, e, por sua vez, para a saúde e o bem-estar dos trabalhadores desse setor. Nesta apresentação, pretende-se descrever, sinteticamente, um estudo de Ação Ergonômica na aviação civil, a partir da realização do Curso de Especialização Superior em Ergonomia (CESERG), ressaltando o papel do psicólogo numa equipe interdisciplinar de trabalho. O estudo foi realizado numa Organização operadora de helicópteros, que presta serviços de transporte aeromédico, com vistas à identificação de possíveis demandas organizacionais, o que resultou em propostas de mudanças necessárias para uma maior efetividade no desempenho do trabalho das equipes em observação. Como Metodologia, foram utilizadas a Análise Ergonômica do Trabalho – AET (VIDAL, 2001) e a Análise Coletiva do Trabalho – ACT (FERREIRA, 2003), se subdividindo nas seguintes etapas: Demanda Gerencial, Análise Global, Demanda Ergonômica, Análise Focal, Análise Focada, Validação e Restituição. A Ação Ergonômica requereu uma construção social da estrutura do estudo, assim constituída: a) Equipe de Ergonomia do CESERG, composta por equipe interdisciplinar, constituída por engenheiros, uma psicóloga e uma fisioterapeuta; b) Grupo de Suporte (GS) - Diretorias de Manutenção e de Resgate Aeromédico; c) Grupo de Acompanhamento (GA) - uma Médica do Trabalho e o Chefe de Operações; e, d) alguns Grupos de Trabalho (GT) - uma amostra das equipes médica (médicos e enfermeiros) e operacional (pilotos e mecânicos) existentes na Organização. O estudo foi conduzido ao longo de 13 (treze) meses (de maio / 2002 a junho / 2003), perfazendo, ao todo, 24 (vinte e quatro) visitas e reuniões externas quinzenais (entre a Equipe de Ergonomia do CESERG e os Grupos de Suporte, de Acompanhamento e de Trabalho); e 52 (cinquenta e duas) reuniões internas (da própria Equipe de Ergonomia do CESERG). Foi respeitada cada etapa da Ação Ergonômica, tendo sido utilizadas as técnicas de entrevista dirigida e observação direta para o levantamento e a análise dos dados, evoluindo até chegar à finalização do trabalho. Foram pesquisadas todas as fases do voo em dois tipos de helicópteros: BK 117 e ESQUILO AS 130, ambos da EUROCOPTER, possibilitando, não apenas, a verificação da interação entre as diferenciadas equipes (mentefatos e sóciofatos), como também a interação humano-máquina (mentefatos e artefatos). O estudo foi concluído após as etapas de Validação, que resultou em algumas recomendações, e de Restituição, através do encaminhamento de seus resultados, não apenas à Organização, bem como à Autoridade Aeronáutica e ao fabricante. Aqui será apresentado um resumo do estudo, focando o papel do psicólogo durante o desenvolvimento do mesmo, na tentativa de demonstrar como este pode atuar, em conjunto com uma equipe interdisciplinar, em Fatores Humanos ou Ergonomia na aviação civil, contribuindo, assim, para a consolidação desta disciplina junto à comunidade de psicólogos.

REFERÊNCIAS: BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. Atualização técnico-profissional do pessoal do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos – SIPAER (NSCA 3-10). Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA). Brasília: Autor, 2001. FERREIRA, L. L. Análise Coletiva do Trabalho. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, n. 78, vol. 21, abril/junho, p.7-19, São Paulo: Fundacentro, 1993. VIDAL, M. C. R. Ergonomia na empresa: útil, prática e aplicada. Rio de Janeiro: Ed. Virtual Científica, 2001.

**Palavras-chaves:** Fatores Humanos ou Ergonomia, Interdisciplinaridade, Aviação Civil, Ação ergonômica

**Atividade:** Avaliação de necessidades de treinamento de consultores de vendas de duas concessionárias de Brasília (Paineis)

**Trabalho:** Avaliação de necessidades de treinamento de consultores de vendas de duas concessionárias de Brasília

**Autor(es):** Raphael Andrade Nunes Freire, Maria Emília Barroso de Oliveira Araújo, Juliana Carvalho Bittar, Carolina Guidi Gentil, Nathalia de Paula Santos

**Resumo:** Treinamento consiste em atividades previamente elaboradas pelas organizações para proporcionar oportunidades de aprendizagem aos seus integrantes. Está diretamente relacionado à identificação, à superação de lacunas no repertório de competências ou de falhas no desempenho profissional do trabalhador. Treinamentos visam também a preparação da mão de obra para novas funções e para mudanças tecnológicas no trabalho. Para desenho de treinamentos, faz-se uso da tecnologia instrucional, focando-se na avaliação de necessidades, na elaboração do planejamento instrucional, execução e avaliação de treinamento. Com base na abordagem de sistemas instrucionais, este trabalho foi realizado com o intuito de avaliar necessidades de treinamento e planejar um curso para consultores de vendas de duas concessionárias localizadas em Brasília, Distrito Federal. Para a coleta de dados, foram realizadas análises documentais e entrevistas semi-estruturadas para elaboração das análises organizacional e de tarefas. Posteriormente, utilizou-se método de incidentes críticos para construção de instrumento de levantamento de necessidades de treinamento. O questionário de levantamento de necessidades, elaborado a partir dessas análises, é composto por 30 itens, associados a duas escalas tipo Likert de 4 pontos, em que 0 corresponde a “Sem importância para o meu desempenho” na primeira escala e “Não domino a habilidade” na segunda; e 3 a “Muito importante para o meu desempenho”, na primeira escala e “Domino completamente a habilidade” na segunda. Esse instrumento, aplicado individualmente, visava identificar se havia discrepância entre o nível de domínio e de importância das tarefas esperadas para o cargo analisado. Participaram da pesquisa treze consultores de venda de ambos os sexos, com idade variando entre 24 e 41 anos, com desvio padrão de aproximadamente cinco anos. Também foram entrevistados os gerentes de venda e a estagiária da área de Recursos Humanos para validação semântica dos itens e instruções. As respostas numéricas dos consultores de vendas ao questionário foram submetidas a análises estatísticas descritivas por meio do software SPSS, versão 13.0. Foram calculados índices de prioridades de treinamento para cada conhecimento, habilidade e atitude descrita no questionário, de modo a identificar em quais itens e quem necessitava de treinamento, entre os consultores de vendas. Os resultados, além de mostrarem confiabilidade ao instrumento, mostraram baixas necessidades de treinamento com baixos desvios-padrão, indicando homogeneidade da amostra. Entretanto, para apenas duas habilidades foram detectadas necessidades de treinamento, são elas: Avaliar o carro usado do cliente de acordo com os preços do mercado e Apontar corretamente os preços dos modelos de diferentes marcas de acordo com o mercado. Utilizando como referência a teoria sobre resolução de problemas organizacionais de desempenho, foi sugerido às concessionárias, um treinamento presencial focado no custo cognitivo, mais especificamente no processo de aplicação de conhecimentos. Baseado em teorias instrucionais, o curso foi desenhado para treinar os consultores de vendas na identificação, avaliação e comparação das características dos carros de diferentes marcas, a fim de melhorar as habilidades de negociação com o cliente, ao mostrar as vantagens associadas a cada carro e marca. Ressalta-se, por fim, a importância deste trabalho, ao elaborar um treinamento para o alcance ou superação de lacunas no desempenho profissional dos pesquisados, a partir de um levantamento sistemático de necessidades de treinamento. Os resultados da pesquisa são discutidos em termos da importância de criar suportes organizacionais ao desempenho dos consultores de vendas para que os mesmos possam reter, aplicar e atualizar-se constantemente em relação aos modelos e marcas de automóvel. Os resultados decorrentes dos dados qualitativos e quantitativos mostram que é muito valiosa a utilização de várias fontes de informação sobre necessidades de treinamento, incluindo os próprios funcionários e gerentes durante a coleta, validação dos resultados e desenho das situações de ensino-aprendizagem.

**Palavras-chaves:** Treinamento, Levantamento de Necessidades de Treinamento, Planejamento Instrucional, Consultor de Vendas

**Atividade:** A equipe de enfermagem no contexto atual da Reforma Psiquiátrica Brasileira

## (Comunicações Científicas)

**Trabalho:** A equipe de enfermagem no contexto atual da Reforma Psiquiátrica Brasileira

**Autor(es):** Ana Carla Bastos Armaroli, Claudia Osorio da Silva, Hélder Pordeus Muniz

**Resumo:** A equipe de enfermagem no contexto atual da Reforma Psiquiátrica Brasileira Este estudo é sobre o processo de trabalho da equipe de enfermagem psiquiátrica no contexto da Reforma Psiquiátrica Brasileira, que hoje está em um período de implantação de um novo modelo assistencial. Por ser um período de transição, ocorre a desestruturação do modelo antigo sem a plena implantação do outro. Assim sendo, se faz necessário, um olhar cuidadoso nas formas de trabalho que estão inseridas neste contexto. A apresentação deste estudo promove e amplia a discussão entre os vários saberes que envolvem o processo de trabalho. Entende-se o trabalho como um processo, incluindo a concepção de que nele existe dinamismo, força, movimento. E sob este ponto de vista, não mais cabe a percepção causalista que vincula a doença a um agente específico ou a um grupo de fatores de risco presentes no ambiente de trabalho. E sim, a concepção de um sistema complexo de fatores que estão em constante interação. Os serviços nas instituições de saúde têm atualmente como proposta um funcionamento transdisciplinar, que é a atividade em equipe dos vários técnicos com especificidades diferentes, mas com o mesmo objetivo: o cuidado mais abrangente possível, não havendo assim o domínio de uma especialidade sobre a outra, em um constante processo de construção e reconstrução de saberes e também de fortalecimento do coletivo de trabalho. Este modelo aponta a passagem de um funcionamento hierárquico, de saberes e de poder, da categoria médica tanto sobre as outras categorias que formam a equipe, quanto sobre o usuário do serviço, para uma outra dinâmica direcionada primordialmente para as funções destes "atores", referentes ao cuidado. A passagem de técnico, este que executa uma atividade especializada, em um contexto onde a prescrição e objetivos de trabalho definidos de modo unidisciplinar e tecnicista, para um sujeito disponível a acolher a dor alheia, ou seja, um "ator social" que no exercício da sua atividade é convocado a todo o momento a se implicar e fazer escolhas, construindo assim "micro-histórias", é marcada por variabilidades, um processo de mudança contínuo de si e do meio. Este momento de ter que implicar (se), escolher (se), gerir (se) com dificuldades para recorrer a um patrimônio construído coletivamente e às prescrições, já que o momento é de transição dos modelos, constitui-se por inúmeros fatores. A configuração "taylorista" na divisão do trabalho da enfermagem, representa um dos entraves para a formação de um modelo de assistência que seja delineado por propostas de construção e acompanhamento dos projetos terapêuticos dos usuários do serviço, através uma equipe de referência, onde seus componentes se articulam pelo princípio da cooperação e não pelo médico, o "Único" que prescreve os procedimentos a serem seguidos. É importante destacar aqui o papel primordial do coletivo de trabalho, que, por ser enfraquecido, ocasiona a redução de sentido da atividade para o trabalhador e compromete a sua eficácia. Sendo a função psicológica que o trabalho desempenha na vida dos sujeitos, também atingida por este enfraquecimento. As transformações que estão ocorrendo nos serviços de saúde mental, com a implantação do novo modelo de assistência, estão ocasionando uma sobrecarga nos profissionais que trabalham nestas instituições. Esta nova forma de se exercer a atividade, a meu ver, provoca "desengajamentos" pela dificuldade que estes profissionais de base têm em "precisar qual é o seu ofício", tanto pela falta de prescrição ou de delineamento da função à exercer, quanto pela exigência de lançar mão de recursos subjetivos. O lançar mão de recursos subjetivos, se torna um problema, pelo fato da constituição subjetiva do trabalho e mesmo do humano se fazer no coletivo, e isto inclui a circulação da fala entre os trabalhadores, a gestão co-participativa na atividade, a formação de laços de cooperação. Práticas que fazem com que o trabalhador se sinta com mais autonomia em suas atividades. Porém, essas atividades são dificultadas, dentre outros fatores, pela organização do trabalho da equipe de auxiliares, ser feita por plantões/turnos, favorecendo um desencontro entre os sujeitos. Como foram apontadas acima, as experiências do trabalho e a proposta da Reforma se chocam (vão à contra mão) ao que é determinado como trabalho prescrito para o auxiliar de enfermagem psiquiátrica. Sendo assim, o que sustenta o trabalho dos técnicos e auxiliares de enfermagem no hospital psiquiátrico, este marcado por



tantas exigências contraditórias advindas do mundo do trabalho e da proposta da Reforma? Questões sobre a atividade só podem ser compreendidas e possivelmente transformadas a partir do conhecimento histórico e conceitualmente adquiridos, pelos operadores durante a própria prática. Certamente, apesar de toda “infidelidade” do meio, os auxiliares psiquiátricos encontram algum sentido em seu trabalho, e usam de suas inteligências criativas para alcançarem os resultados com eficiência, porém a invisibilidade de suas capacidades renormativas contribui para a sobrecarga desta categoria.

**Palavras-chaves:** Enfermagem, Trabalho, Reforma Psiquiátrica Brasileira

**Atividade: CONSTRUINDO UMA NOVA REALIDADE: MONITORAMENTO DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE, GÊNERO E TRABALHO NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE JOÃO PESSOA – PB (Paineis)**

**Trabalho: CONSTRUINDO UMA NOVA REALIDADE: MONITORAMENTO DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE, GÊNERO E TRABALHO NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE JOÃO PESSOA – PB**

**Autor(es):** Mary Yale Rodrigues Neves, Mateus do Amaral Meira, Aline Kelly Cassimiro P Ribeiro, Cinthia Lopes Santos, Julianne Patrícia Leiros da Silva, Luciano de Sousa Silva, Heddy Lamarr Rosas de Melo Filha, Edil Ferreira da Silva, Francécirly Alexandre dos Santos, Jana Gabriela Barros Silva, Liliane Tubino, Mônica Rafaela de Almeida

**Resumo:** O Programa de Formação em Saúde, Gênero e Trabalho nas Escolas constitui-se em um programa de formação-pesquisa-intervenção realizado nas escolas de ensino fundamental do município de João Pessoa – PB, desde 2000. Seu objetivo geral é intervir na problemática das condições de saúde e trabalho nas escolas públicas de ensino fundamental, através de ciclos de formação de trabalhadores/as (dentre eles/as, merendeiras, auxiliares de serviço, diretores/as, professores/as, auxiliares de secretaria e vigilantes) para a sua autodefesa, e por intermédio do desenvolvimento de uma metodologia de monitoramento das condições de saúde e trabalho, incorporando as relações de gênero. O programa tem como suportes teórico-metodológicos o Modelo Operário Italiano de Luta pela Saúde (Oddone et al., 1986), a Psicodinâmica do Trabalho (Dejours, 2004) e a Ergonomia da Atividade (Guérin et al., 2004), sob a perspectiva das relações sociais de gênero (Hirata, 2002). O Programa foi organizado em etapas: na primeira deu-se a capacitação de trabalhadores/as de escolas (denominados/as “multiplicadores/as”) e, na segunda, houve a formação dos/as “multiplicadores/as de base”, quando os/as multiplicadores/as que já tinham passado pelo processo assumiram, juntamente com os pesquisadores profissionais, a formação de novos/as trabalhadores/as. Atualmente, este programa se encontra na fase de implementação do Observatório das condições de saúde e trabalho e a perspectiva é que, enquanto dispositivo metodológico-técnico, possibilite aos/às trabalhadores/as das escolas envolvidas no programa o monitoramento contínuo e autônomo das condições de saúde e trabalho. No seu processo de implantação foram propostas algumas formas de enfrentamento da saúde por parte dos/as trabalhadores/as, como é o caso da formação de comissões de saúde. Estas têm como objetivo constituírem-se numa referência em saúde do trabalhador para o conjunto de profissionais da escola, assumindo a responsabilidade de notificar as queixas trazidas pelos mesmos e de pensar, juntamente com eles, soluções para os problemas detectados. O Observatório ganha contornos mais visíveis em cada escola na medida em que

avançam, concomitantemente, a atuação das comissões de saúde e os estudos realizados por pesquisadores da universidade e por trabalhadores/as acerca das atividades ali executadas, com foco principal nas condições de saúde, sempre pautadas por uma perspectiva de compreender-transformar as situações de trabalho. Os instrumentos metodológicos utilizados nesta última etapa são as visitas às escolas acompanhadas de observações globais e sistemáticas, realizadas pelos pesquisadores, e a construção de mapeamentos de riscos no trabalho, desenvolvida pelos/as trabalhadores/as, com o acompanhamento dos pesquisadores. As observações globais possibilitam uma valorosa aproximação e compreensão da complexidade concernentes às atividades em questão. Estas são realizadas em momentos diferenciados, com o objetivo de se identificar os acontecimentos envolvidos no dia-a-dia desses/as trabalhadores/as. Já as observações sistemáticas se desenrolam de forma mais rigorosa e exaustiva, na medida em que buscam apreender detalhadamente os movimentos, gestos, posturas, atentando para os recursos cognitivos requeridos pelas atividades, como, por exemplo, as trocas de informações e verbalizações realizadas nos coletivos de trabalho. Também apontam indicadores acerca das estratégias utilizadas na regulação da atividade e na promoção de saúde. Cabe ressaltar ainda a importância dos mapas de riscos, que se constituem numa ferramenta que expressa a reunião de dados vinculados à presença, nos ambientes de trabalho, de fatores potencialmente danosos à saúde, cujos dados levantados devem ser validados coletivamente. A partir destas discussões em grupo esse processo abre espaço para que as pessoas reflitam sobre o seu trabalho e o dos/as outros/as trabalhadores/as. Em seguida são elaborados relatórios que subsidiam as comissões de saúde para que estas encaminhem, em conjunto com os/as demais trabalhadores/as, as negociações com as direções, visando à transformação local das condições de trabalho, ou então, para que conduzam, em parceria com o sindicato, aquelas alterações de caráter mais geral à Secretaria de Educação ou a outros órgãos competentes. Até o presente momento o Observatório foi implementado em 4 (quatro) escolas. No decorrer do processo de análise das atividades e do levantamento dos fatores de riscos ligados ao trabalho do conjunto de profissionais das escolas, algumas recomendações foram formuladas e reformuladas junto aos pesquisadores, no intuito de realizar melhorias nesses locais de trabalho, tornando-os menos nocivos à saúde dos/as que neles atuam. O Observatório vem possibilitando que as questões relativas à saúde e às condições de trabalho sejam colocadas na ordem do dia nas escolas, propiciando que seja aberto um espaço de discussão entre os/as trabalhadores/as envolvidos/as. Apesar das dificuldades existentes acredita-se, contudo, que este tem potencial para se afirmar como um dispositivo estratégico de produção de conhecimento e de ação no campo da saúde do trabalhador.

**Palavras-chaves:** Saúde do Trabalhador, Observatório das Condições de Trabalho, Relações de Gênero

**Atividade: O caso dos controladores de vôo (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** A contribuição da Ergonomia para aos estudos na Aviação

**Autor(es):** Selma Leal de Oliveira Ribeiro

**Resumo:** A aviação é considerada um sistema complexo, no qual seus múltiplos atores utilizam toda a sua bagagem pessoal, profissional, social, cultural etc., para manter seu bom funcionamento. A segurança de vôo é o principal objetivo e, para tal, muitos instrumentos tecnológicos têm sido incorporados aos diferentes postos de trabalho com o intuito de reduzir a carga de trabalho dos operadores e, também, a possibilidade do “erro humano”. Entretanto, a despeito de todos esses avanços, os acidentes continuaram a acontecer, hoje nem tanto pela sobrecarga física do operador, mas muito mais pela não compreensão plena, por parte deste, do comportamento dos dispositivos automatizados que necessita gerenciar. Em geral, alguns erros são detectados pelo próprio operador e corrigidos a tempo. Entretanto, mesmo assim, falhas acontecem, cujos resultados, algumas vezes, são catastróficos, o que freqüentemente dificulta a identificação precisa do que realmente ocorreu. Isto é consequência da complexidade inerente ao próprio ser humano e à compreensão exata de seus comportamentos em situação real, bem como da complexidade das situações de trabalho (que envolve a complexidade estrutural e

funcional dos equipamentos, dos sistemas de comunicação e das ligações com outras estruturas, entre outras) (RIBEIRO, 2006). É principalmente sobre estes aspectos que recai a grande maioria dos estudos no campo da aviação. A Ergonomia (ou Fatores Humanos) “é uma disciplina científica relacionada ao entendimento das interações entre os seres humanos e outros elementos ou sistemas, e à aplicação de teorias, princípios, dados e métodos a projetos a fim de otimizar o bem estar humano e o desempenho global do sistema” (IEA, 2000, apud ABERGO, 2007). Reúne em sua abordagem um conjunto de conhecimentos e profissionais, entre eles os da Psicologia, que buscam entender e atuar sobre os diferentes ambientes com o objetivo principal de melhorá-los ou aperfeiçoá-los com vistas a atender às necessidades dos operadores e, conseqüentemente, melhorar seus desempenhos. A Ergonomia, em seus três domínios de especialização: a Ergonomia Física - relacionada às características da anatomia humana, antropometria, fisiologia e biomecânica-, a Cognitiva – que se refere aos processos mentais que afetam as interações entre seres humanos e outros elementos de um sistema- , e a Organizacional – voltada para a otimização dos sistemas sócio-técnicos, incluindo suas estruturas organizacionais, políticas e de processos -, muito tem a contribuir para o campo da aviação. O foco desta participação é apresentar como os conceitos da Ergonomia, sob uma ótica psicológica, podem auxiliar o ambiente aeronáutico a manter seu objetivo principal: a segurança de vôo.

**Palavras-chaves:** Aviação, Operadores, Ergonomia, Fatores Humanos, Complexidade

**Trabalho:** Precarização do trabalho, sofrimento e defesa: o caso dos controladores de tráfego aéreo

**Autor(es):** Ana Magnólia Bezerra Mendes

**Resumo:** É objetivo abordar o trabalho no tráfego aéreo na perspectiva da Psicologia do Trabalho, particularmente sob o olhar da Psicodinâmica do Trabalho. A discussão é norteada por algumas categorias teóricas que constituem o eixo de análise do estudo empírico realizado. Essas categorias são: organização, condições e relações socioprofissionais de trabalho, vivências de prazer e de sofrimento, estratégias de evitação do sofrimento e de busca de prazer e danos físicos e psicossociais. Parte-se do pressuposto que a precarização é caracterizada pela rigidez da organização do trabalho, traduzida nos modos de divisão das tarefas, nas normas, controles, ritmos e pressões; na falta de qualidade do ambiente físico, posto de trabalho, equipamentos e materiais disponibilizados para a execução das tarefas; e na falta de apoio nas relações socioprofissionais, dificuldades na gestão do trabalho e na comunicação. Essa precarização gera uma vivência de sofrimento, caracterizada pelo medo, insegurança e angústia, que não permanece, sendo frequentemente enfrentada por diversas estratégias individuais e coletivas. As estratégias para negar o sofrimento e buscar vivências de prazer são de dois tipos: defensiva e de cooperação. O uso bem sucedido dessas estratégias evita o surgimento de danos físicos e psicossociais, como dores no corpo, estresse e distúrbios de humor. O sucesso depende do quanto à organização do trabalho permite a subjetivação, no sentido de oferecer espaço para negociação entre o desejo da produção e desejo do trabalhador, levando a resignificação do sofrimento. Quando a organização do trabalho, articulada as condições de trabalho e relações socioprofissionais, é precarizada, não existe espaço público da fala sobre o sofrimento. Isso torna o trabalhador vulnerável e legitima a negação do sofrimento e o uso predominante de defesas individuais. Essas estratégias são as que podem mais facilmente fracassar, tendo em vista seu papel, ao mesmo tempo, de proteção contra os afetos dolorosos e de alienação ao negar a realidade que faz sofrer. Para verificar esses conceitos, realizou-se pesquisa empírica qualitativa com 13 controladores de vôos por meio de entrevistas coletivas semi-estruturadas, submetidas à análise de conteúdo. Os dados aproximam-se da teoria, levando ao debate de algumas questões. O sofrimento é evidenciado, uma vez que a organização do trabalho patrocina um bloqueio no modo de subjetivação desses trabalhadores, não permitindo o uso de estratégias de cooperação, predominando assim, as defesas individuais e algumas coletivas. Isso ocorre devido ao desgaste e quebra de confiança nas relações estabelecidas entre os pares e chefes imediatos. As dificuldades dos gestores da organização do trabalho para negociar o prescrito geram maior sofrimento aos trabalhadores, uma vez que existe pouca margem de liberdade para utilizarem a inteligência prática, caminho para a transformação

do sofrimento. Um alerta é a execução, à risca, das prescrições dos manuais e normativos, que podem levar à morosidade do trabalho e ao não-cumprimento das metas. Assim, os resultados das entrevistas apontam estratégias defensivas individuais e coletivas, construídas em consenso pelo grupo de trabalhadores, mas não evoluindo para as estratégias de cooperação, considerando a ausência de mudanças na organização do trabalho e a manutenção das situações de precarização. Isso é evidenciado pelos danos físicos e psíquicos relatados nas entrevistas, que indicam um possível fracasso dessas defesas. A saída para essa situação está na (re) apropriação do desejo dos sujeitos-trabalhadores. Com isso, é resgatado o pensar e agir criticamente sobre a organização do trabalho, bem como a construção coletiva de soluções de compromisso, visando superar as contradições a ela inerentes. Nessa perspectiva, é possível o jogo de evitação do sofrimento e busca de prazer ser bem-sucedido e constituir-se em um dos caminhos para a saúde no trabalho. Futuras pesquisas devem ser realizadas para consolidar o estudo das especificidades do trabalho dessa categoria profissional.

**Palavras-chaves:** Precarização, Sofrimento, Defesa, Controladores de Vôo

**Trabalho:** O Caso dos Controladores de Vôo no Brasil: um olhar desde o ponto de vista da psicologia organizacional

**Autor(es):** Jairo Eduardo Borges Andrade

**Resumo:** A psicologia organizacional existe como área de conhecimento e como campo de intervenção. Como “área de conhecimento”, estuda os aspectos objetivos e subjetivos do fazer humano em organizações de trabalho. Isto pode incluir atitudes, percepções, emoção, motivação, satisfação, liderança, processos decisórios, gestão, poder, conflito, cultura e processos de mudança. Esse estudo ocorre mais freqüentemente nos níveis individual e grupal e, mais recentemente, nos níveis organizacional e de contexto externo. É tão importante compreender o que ocorre em cada nível, quanto o que ocorre entre níveis. Como “campo de intervenção”, é preciso oferecer respostas a questões relacionadas à interação entre esse fazer humano e a organização onde ocorre, bem como respostas a questões relacionadas à gestão de pessoas, ou às práticas utilizadas para organizar a ação individual e a coletiva em congruência com os objetivos e missão das organizações. Estas respostas muitas vezes envolvem atividades de recrutamento e seleção, educação e treinamento, avaliação de desempenho, planos de carreira e desenvolvimento gerencial. O objetivo da presente apresentação será demonstrar como a psicologia organizacional pode colaborar na compreensão do que vem ocorrendo com a categoria ocupacional dos controladores de vôo no Brasil. São reflexões realizadas a partir da interpretação de dados obtidos em entrevistas com pequenos grupos de controladores de vôo, totalizando 13 pessoas. O foco desta apresentação não será no método ou nos resultados de um estudo de caso qualitativo, que está efetivamente em curso e que tem objetivos bem mais específicos, mas na tentativa de demonstrar como compreender o que está acontecendo com uma categoria ocupacional que prendeu a atenção da mídia, do governo e da população nacionais, desde 29 de setembro de 2006. Isto será feito a partir do quadro de referências da psicologia organizacional anteriormente mencionado. O trabalho desses controladores é altamente especializado, envolve intensa interação com pessoas e com equipamentos e é geralmente realizado em pequenas equipes, com elevada interdependência de tarefas e uma rotina bem estabelecida. Há um controle rígido de tempo e registros de quase tudo que é feito. Existem turnos, pois a atividade de controle de vôo não pode parar. Há flexibilidade para troca deles e possibilidade de ajuste dos mesmos a outras atividades pessoais. A autonomia parece ser exercida no componente técnico do trabalho, que é a base de poder utilizada pelos indivíduos. Os freqüentes conflitos podem ser decorrentes de uma hierarquia bastante rígida, de um lado, e de características pessoais de autonomia cultivadas desde a época do recrutamento dessas pessoas e de uma especialização técnica decorrente de treinamento. Há evidências de uma mudança cultural em curso, que passa a valorizar menos os aspectos heróicos do trabalho e a submissão a decisões superiores, como forma de evitar o risco de envolvimento em acidentes e melhorar a imagem da categoria ocupacional na sociedade. Existe forte aspiração a uma cultura que valorize o aprendizado contínuo, com base na análise crítica de erros, mas isto tem sido outra fonte de conflito com uma hierarquia rígida e supostamente avessa a esse tipo de análise. O trabalho realizado parece ser rico em significado, especialmente por suas

características de reconhecimento social, responsabilidade e autonomia. Mas há relatos freqüentes de que é estressante e produtor de várias patologias, devido à complexidade cognitiva das ações, à constante exigência de atenção e de solução de problemas e às conseqüências potencialmente desastrosas decorrentes de erros de julgamento. É freqüente o relato do uso de estratégias de abstração da realidade, como forma de reduzir essa complexidade. Uma volta ao trabalho prescrito parece ser um movimento em curso na categoria, como estratégia de redução da pressão por assumir tarefas cognitivas cada vez mais complexas. O acidente aéreo ocorrido em setembro de 2006 intensificou o medo de errar e aumentou as repetições de atividades como forma de evitar os erros de julgamento. Do ponto de vista político, isto aumentou o poder de barganha dos indivíduos. Existem evidências de uma elevada motivação, provavelmente decorrente do fato do trabalho ser desafiador e rico em significado e de existir elevado suporte social nas equipes, mas há também fortes evidências de insatisfação com uma carreira sem muitas possibilidades de ascensão, salários baixos, hierarquia rígida, treinamentos insatisfatórios, falta de efetivos acompanhamentos médico e psicológico e incompreensão organizacional sobre a natureza dos problemas da categoria ocupacional. O comprometimento com as tarefas parece ser muito mais elevado do que o comprometimento organizacional. Este parece ser mais instrumental ou calculativo do que afetivo ou normativo. Do ponto de vista macro-organizacional, podem ter ocorrido falhas na análise das mudanças em curso nos cenários de ambiente externo, especialmente dos movimentos dos atores deste ambiente. Ou, então, pode ter ocorrido demora em colocar em marcha mudanças significativas nas práticas de gestão de pessoas, que pudessem evitar uma crise que estava anunciada há muitos anos.

**Palavras-chaves:** Controladores de Vôo, Psicologia Organizacional, Comportamento Organizacional, Gestão de Pessoas, Estratégia Organizacional

**Atividade: Trabalho igual, recompensas desiguais: Um estudo do contrato psicológico de terceirizados e não terceirizados (Painéis)**

**Trabalho:** Trabalho igual, recompensas desiguais: Um estudo do contrato psicológico de terceirizados e não terceirizados

**Autor(es):** Mino Correia Rios, Sonia Maria Guedes Gondim

**Resumo:** Os contratos psicológicos podem ser compreendidos como um importante regulador nas relações que se estabelecem entre empresas e trabalhadores. Tais contratos, distintos dos contratos de trabalho formal, por não serem explícitos e documentados, são construídos a partir das expectativas mútuas das bases em que devem estar apoiadas as relações entre organização e trabalhador. A expansão de outras modalidades de vínculo de trabalho em organizações em que se destaca a terceirização, amplamente usada no Brasil, coloca um novo desafio para o estudo deste fenômeno, essencial para assegurar a motivação, o comprometimento e o sentido de justiça nas relações empregatícias. O terceirizado passa a integrar as rotinas organizacionais como uma espécie de "cidadão de segunda categoria", com status diferenciado e situação mais instável do que o empregado efetivo, mesmo exercendo as mesmas funções que ele. O presente trabalho investigou a relação entre terceirização e contrato psicológico. Foi elaborado um questionário contendo itens relativos a obrigações mútuas entre empregadores e empregados utilizando uma escala de tipo likert (5 pontos) para medir o nível de concordância de terceirizados e não-terceirizados de uma mesma organização. Tal instrumento foi uma tradução livre das duas escalas validadas (do empregador para com empregado, do empregado para com empregador) por Sels e cols (2004) que contempla seis dimensões de contrato psicológico: 1) Tangibilidade, definida como o grau em que se percebe os termos do contrato como definidos sem ambigüidade, de maneira específica e clara; 2) Escopo, sendo o grau em que o limite entre as relações de trabalho e outros aspectos da vida do sujeito se permeiam; 3) Estabilidade, se referindo ao grau de limitação do contrato, em termos da sua habilidade de se transformar sem implicar renegociação dos termos; 4) Estrutura temporal, relacionada às expectativas em termos de duração da relação entre as partes; 5) Simetria da troca, sendo o grau em que o empregado percebe as diferenças em relação às trocas estabelecidas como sendo aceitável; e 6) Nível do

contrato, indicando o grau em que se percebe o contrato como sendo regulado individual ou coletivamente. Foram inseridas no instrumento de coleta de dados algumas questões visando a explorar outras características dos terceirizados e suas experiências prévias de trabalho. Por fim, procedeu-se a uma análise de confiabilidade das escalas (escala de obrigação do empregado para com o empregador e escala de obrigação do empregador para com o empregado, ambas contemplando itens das seis dimensões mencionadas acima), visando a assegurar que as características psicométricas do instrumento fossem confiáveis para proceder a algumas análises. Participaram do estudo 106 trabalhadores de quatro organizações que exercem as mesmas funções, sendo que 53 são terceirizados e 53 não-terceirizados. A amostra foi composta por 55 homens e 48 mulheres, sendo 43 casados e 53 solteiros, e média de idade de 32 anos (DP=9,95). A maior parte da amostra (66%) tem nível de escolaridade superior concluído ou em curso, não havendo diferenças significativas entre terceirizados e não-terceirizados. O nível de renda variou, sendo que os terceirizados ganham relativamente menos que os não-terceirizados. Quanto ao tempo de serviço houve semelhante variação sendo que os terceirizados em média trabalham há menos tempo na organização que os não-terceirizados. A percepção do grau de segurança no emprego mostrou-se somente mediana com diferença marginal entre terceirizados e não-terceirizados ( $p=0,084$ ). Procedeu-se a uma análise de confiabilidade, tanto para os itens que compunham cada uma das seis dimensões, quanto para as duas escalas como um todo (escala de obrigações do empregador para com o empregado e escala de obrigações do empregado para com a empresa ou empregador), obtendo Alpha de 0,80. Em relação às quatro dimensões das escalas finais, somente duas apresentaram diferenças significativas entre terceirizados e não-terceirizados: Nível do contrato e Estrutura temporal. Mesmo essas dimensões, só apresentaram diferenças na escala de obrigações do empregado para com o empregador, não sendo identificadas diferenças nas expectativas de obrigações do empregador (escala de obrigações do empregador para com o empregado). Nesse caso, os terceirizados têm expectativa de que a relação com a organização dure menos tempo (dimensão estrutura temporal), e esperam um modelo de contrato mais coletivo do que individualizado (dimensão nível de contrato). Acredita-se que as poucas diferenças entre contratos psicológicos de terceirizados e não-terceirizados que foram encontradas nestas análises preliminares possam estar relacionadas ao tipo de organização (públicas e/ou mais sólidas) e aos modelos de terceirização (trabalhos especializados de difícil substituição) em uso nessas organizações, o que merece ser explorado mais detalhadamente em análises posteriores.

**Palavras-chaves:** Contrato Psicológico, Terceirização, Vínculos com o Trabalho

**Atividade: PADRÕES DE COMPROMETIMENTO NO TRABALHO, SATISFAÇÃO COM O TRABALHO E OBEDIÊNCIA ENTRE TRABALHADORES RURAIS. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: SATISFAÇÃO COM O TRABALHO E OBEDIÊNCIA ENTRE TRABALHADORES RURAIS**

**Autor(es):** Camila Ferreira Oliveira

**Resumo:** O presente trabalho, em um primeiro momento, visa identificar os padrões do comprometimento, considerando a forma como os trabalhadores estruturam o seu vínculo com a organização e o trabalho como; adicionalmente, no caso do comprometimento organizacional, a identificação de padrões que considerem o peso das bases afetiva e instrumental neste vínculo. Em um segundo momento, objetivou-se verificar a relação entre os padrões de comprometimento identificados e os níveis de satisfação no trabalho e adesão à norma da obediência frente a organização e gestores. Foram entrevistados 950 trabalhadores em 32 organizações de fruticultura irrigada para exportação do pólo Juazeiro-Petrolina. O instrumento de coleta de dados consistia em um roteiro estruturado de entrevista que continha, entre outros itens, escalas Likert de sete pontos para mensuração dos dois focos (trabalho e organização) e duas bases (afetiva e instrumental) do comprometimento. Itens específicos avaliaram a satisfação global com o trabalho e a obediência às ordens organizacionais. Os dados foram analisados através do programa estatístico SPSS (Statistical Package for Social Sciences) sendo empregadas análises descritivas, testes de diferenças de médias, análise de contingência e de

Cluster. Entre os trabalhadores participantes do estudo 65,3% estão alocados em atividades de campo e 34,7% divididos da seguinte forma: 16,1% em atividades técnicas, 8,5% em atividades administrativas e 10% em atividades de packing house. A análise de Cluster considerando as duas bases do comprometimento organizacional permitiu a identificação de quatro grupos ou padrões: afetivo e instrumental altos (AF+IN+), 42,2% da amostra; afetivo alto e instrumental baixo (AF+IN-), 23,8% da amostra; afetivo baixo e instrumental alto (AF-IN+), 22,1% da amostra; afetivo e instrumental baixos (AF-IN-), 11,9% da amostra. Verificou-se uma associação significativa entre tais padrões de comprometimento e a adesão à norma da obediência. O grupo duplamente comprometido, em sua maioria (57,6%) afirma que as ordens devem ser sempre cumpridas, independente de concordarem ou estarem convencido da sua adequação. Em oposição, o grupo duplamente descomprometido afirma na sua maioria (50,4%) que só devem cumprir ordens se convencidos da sua pertinência. É possível inferir, assim, que a presença de comprometimento seja ele afetivo ou instrumental aumenta a probabilidade do cumprimento de ordens dentro da organização. Observou-se, também, uma associação significativa entre os padrões de comprometimento organizacional e os níveis de satisfação no trabalho. A análise de variância apontou ( $F= 48,496$  e  $p=0,000$ ) que quando o comprometimento instrumental e afetivo são altos (duplamente comprometidos) a satisfação com o trabalho é maior, com média de 6,24, em uma escala de sete pontos. Esta média de satisfação cai para 4,90 entre os trabalhadores do padrão duplamente descomprometido. É interessante observar que os padrões nos quais o vínculo afetivo é positivo apresentam maiores níveis satisfação, mesmo quando o vínculo instrumental é baixo, mostrando a forte associação entre o comprometimento afetivo e a satisfação com o trabalho. A análise que tomou o comprometimento com o trabalho e a organização também permitiu a identificação de quatro padrões ou grupos de trabalhadores que organizam estes dois vínculos de forma similar: Um primeiro grupo possui níveis muito elevados de comprometimento com os dois focos (O++T++), representando 48,7% da amostra; um segundo grupo (36,4%), tem níveis positivos, porém mais baixos com os dois focos (O+T+); o terceiro grupo (11,5%) apresenta um comprometimento mediano com ambos os focos (O+ -T+ -); finalmente, o quarto grupo apresenta um comprometimento baixo com a organização e médio com o trabalho (O-T+ -) e tem uma presença reduzida de 3,4% da amostra. Também foram encontradas associações positivas e significativas estatisticamente entre estes padrões e as variáveis satisfação e adesão à norma de obediência. Em linhas gerais, quanto maior o comprometimento com a organização e com o trabalho maiores os níveis de satisfação com o trabalho ( $F= 85,703$  e  $p=0,000$ ) e maior o percentual dos trabalhadores que consideram que devem cumprir sempre as ordens da organização e de seus gestores ( $\chi^2 = 18,865$ ,  $p= 0,004$ ). A partir desse estudo é possível concluir que existe uma forte associação entre comprometimento, adesão à norma de obediência e satisfação, ampliando a compreensão dos correlatos do comprometimento em uma amostra de trabalhadores pouco estudada pela Psicologia Organizacional e do Trabalho. A investigação das relações entre comprometimento e a norma social da obediência deverá ser objeto de investigação cuidadosa para permitir melhor delimitação conceitual entre comprometimento e obediência, fenômenos não raros confundidos especialmente pelos gestores organizacionais.

**Palavras-chaves:** Comprometimento organizacional, satisfação com o trabalho, Adesão a norma da obediência

**Atividade:** Percepção de empregabilidade, satisfação no trabalho e obediência às normas: um estudo entre trabalhadores da fruticultura irrigada (Comunicações Científicas)

**Trabalho:** Percepção de empregabilidade, satisfação no trabalho e obediência às normas: um estudo entre trabalhadores da fruticultura irrigada

**Autor(es):** Claudia Viana de Oliva, Antonio Virgilio Bittencourt Bastos

**Resumo:** O presente trabalho discute a percepção de empregabilidade dos trabalhadores de organizações agrícolas do pólo Juazeiro – Petrolina e sua relação com os níveis de satisfação no trabalho e adesão ao valor da obediência na sua relação com a organização. O termo

empregabilidade surge em resposta às profundas e aceleradas mudanças que vêm afetando o mundo do trabalho, e que exigem, portanto, o ajuste dos trabalhadores às novas necessidades e dinâmica do ambiente organizacional. O segmento de trabalhadores aqui tomado como unidade de análise insere-se em um contexto produtivo que vêm sofrendo alterações significativas em suas práticas organizacionais e tecnológicas em um processo de transição entre a agricultura tradicional para a moderna. Estes novos modelos de produção agrícola demandam trabalhadores com perfil diferenciado de competências e habilidades. A percepção de empregabilidade foi concebida a partir de uma avaliação pessoal dos entrevistados em relação a sua capacidade de se manter ou tornar-se empregado, sendo estruturada em quatro dimensões: (1) grau de dificuldade em ingressar na empresa; (2) risco de perder o emprego; (3) alternativas de trabalho no momento de admissão na empresa atual; (4) e, por fim, perspectivas de emprego ao sair da organização a qual pertence. Dois construtos foram associados a esse conjunto de percepções da empregabilidade: a satisfação com o trabalho atual e a adesão ao valor da obediência às normas da organização. A satisfação envolve uma avaliação global do sentimento positivo ou não em relação à situação de trabalho como um todo. A obediência inclui o nível de concordância em seguir normas organizacionais e ordens gerenciais sem questioná-las. A pesquisa caracteriza-se por uma investigação de cunho extensivo e quantitativo, abrangendo uma amostra de 665 trabalhadores efetivos em 32 organizações de médio e grande porte situadas no Baixo Médio São Francisco, envolvendo os pólos de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE). Os dados foram obtidos no próprio local de trabalho através de entrevistas guiadas por um questionário estruturado. Foram empregadas análises descritivas e de contingência (crosstabs) a partir do programa estatístico SPSS. O perfil dos trabalhadores entrevistados se caracteriza predominantemente por homens (70,7%), jovens - 58,5% com até 30 anos – e pessoas casadas ou com união estável (59,4%). Além disso, a maioria possui baixa escolaridade, sendo que 53,5% estão entre o primário completo e o ginásio incompleto e apenas 3,6% apresentam o superior completo. Quanto às tarefas que exercem, uma quantidade significativa dos trabalhadores (58%) executa atividades de campo (roçar, poda, colher etc.), seguida por atividades técnicas (20,9%), atividades administrativas (11,3%) e, por fim, packing house (limpeza, embalagem e armazenamento), com 9,8% da amostra. Os resultados indicaram que 75,3% dos trabalhadores não tiveram nenhuma alternativa de emprego quando ingressaram na empresa atual. Seguindo a mesma tendência, acreditam que seria difícil conseguir outro emprego fora da empresa (57,7%). Entretanto, consideram, na sua grande maioria, que não tiveram dificuldade em entrar na empresa atual (76,6% consideraram fácil) e não sentem que correm risco de perder o emprego, já que 55,6% julgam difícil a ocorrência desta situação. Verifica-se ainda que os trabalhadores que executam atividades administrativas (33,3%) e os que possuem como escolaridade mínima o superior completo (40%) são os que mais tiveram possibilidade de trabalho na região. A idade dos entrevistados não se revelou enquanto fator desencadeante de maiores perspectivas de emprego no momento de ingresso na organização. Essa proposição já não é válida ao se observar o potencial de empregabilidade deste segmento fora da empresa a qual pertencem, uma vez que os indivíduos situados na faixa etária acima de 40 anos foram os que revelaram maior nível de dificuldade em conseguir um novo emprego (72,9%) enquanto aqueles situados entre 26 a 30 anos foram os únicos que julgaram ser fácil (54,5%) se inserir em uma nova empresa. De forma geral, a percepção de empregabilidade deste segmento de trabalhadores rurais não exerceu impacto sobre o grau de satisfação no trabalho, com exceção da dimensão 'facilidade de entrar na empresa'. Os indivíduos mais insatisfeitos (média de 5,53, em uma escala de sete pontos) são os que apresentaram maior dificuldade em ingressar na organização. Já em relação à obediência, os trabalhadores que avaliam a circunstância para decidirem se cumprirão ou não as ordens dos seus superiores se caracterizam como o grupo de maior potencial de empregabilidade, visto que percebem maiores chances de obter um novo emprego (54,7%) e se caracterizaram por terem mais alternativas de emprego para comparar quando entraram na empresa atual (43,7%). Diferentemente, aqueles que concordam que devem cumprir as ordens mesmo quando não concordam (22,2%) e os que só cumprem ordens quando estão convencidos de que estão corretas (23,8%), apresentam indicadores menos positivos de percepção da empregabilidade. O estudo abre perspectivas de análises mais refinadas que possam vir a esclarecer os vínculos entre estes três importantes construtos na vida dos trabalhadores e das organizações.

**Palavras-chaves:** Percepção de empregabilidade, Satisfação no trabalho, Obediência às



normas,Trabalhador rural

**Atividade: Significado do Trabalho  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Significado do Trabalho: um estudo de casos com trabalhadoras rurais do pólo Juazeiro-Petrolina

**Autor(es):** Camila Lisboa, Antonio Virgilio Bittencourt Bastos

**Resumo:** A presente proposta constitui uma análise em profundidade sobre o significado do trabalho para mulheres envolvidas em atividades agrícolas em empresas do pólo agroindustrial de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE). A investigação do significado do trabalho insere-se num estudo de maior abrangência que se propõe a melhor delinear as bases teóricas acerca dos conceitos de comprometimento, consentimento e entrincheiramento no trabalho, considerando o vínculo entre trabalhador e organização. Tal vínculo que os indivíduos estabelecem com o ambiente organizacional reflete as relações complexas entre o contexto social e histórico em que ambos se inserem, revelando a natureza multidimensional do conceito de comprometimento. Sendo assim, um estudo qualitativo se esboça, visando captar o significado do trabalho através da análise dos discursos. Dentre 950 casos estudados em uma pesquisa de corte transversal e que abrangeu 32 empresas, foram selecionados 35 trabalhadores de três empresas que foram entrevistados com base num roteiro semi-estruturado buscando compreender suas trajetórias de vida e de trabalho. As entrevistas foram realizadas no local de trabalho e gravadas com o consentimento dos entrevistados. A presente comunicação faz um recorte de cinco casos que constituem a amostra feminina, configurando um arranjo à parte no estudo, devendo ser analisado em suas especificidades. O roteiro de entrevista dividiu-se em quatro partes globais: breve histórico de vida do trabalhador, relação do trabalhador com o seu trabalho, relação do trabalhador com a sua organização e perspectivas para o futuro. Alguns pontos específicos foram investigados dentro de tais categorias: em “histórico de vida”, foi perguntado acerca do local de nascimento, vida escolar, contexto familiar (pais, irmãos, cônjuge, filhos) e ocupacional, bem como as principais mudanças (positivas e negativas) que marcaram a vida dessas mulheres; em “relação com o trabalho”, foram mostradas algumas fotos com pessoas trabalhando em diferentes atividades, para as quais se questionava qual atividade era pessoalmente desejada e qual não era desejada, e por qual motivo; em “relação com a organização”, foram sugeridas algumas situações para as quais a trabalhadora dizia qual o provável comportamento que teria diante delas; em “perspectivas para o futuro”, as mulheres falaram livremente acerca de seus projetos e expectativas. Depois disso, foi feito um levantamento dos dados relevantes obtidos a partir das entrevistas semi-estruturadas, segundo os quais se elaboraram categorias de análise, tais como origem, contexto familiar, trajetória ocupacional, relação com o trabalho e perspectivas para o futuro. Os dados foram então agrupados num quadro comparativo, onde o significado do trabalho para essas mulheres se revelou em seus aspectos globais e idiosincrasias. Constatou-se que a família representa o foco de maior preocupação e motivação, estando o significado do trabalho intimamente relacionado a ela. O ingresso no trabalho foi verificado em decorrência da necessidade de ajudar os pais ainda na adolescência ou em paralelo a uma gravidez inesperada, a partir da qual se impôs a necessidade de obter recursos financeiros. O trabalho é ainda citado como maior fator de evasão escolar e como pressuposto financeiro essencial à criação dos filhos – todas as mulheres revelam ser separadas dos seus parceiros, estando na incumbência de sustentar a prole. Apesar de todos os sujeitos possuírem experiência anterior de trabalho no campo em relação à empresa atual, apenas uma delas relata ser essa uma atividade desejada. Mesmo a melhoria salarial sendo uma aspiração, ressalta-se a importância de um tratamento adequado por parte dos empregadores e um ambiente organizacional propício ao desenvolvimento de vínculos. O trabalho atual é avaliado como importante por se constituir a maior oportunidade de emprego na região, não como efetivamente almejado. Além destas características gerais que mostram que todas as trabalhadoras entrevistadas compartilham um contexto de vida e de trabalho mais ou menos similar, cada caso foi estudado em suas particularidades, buscando-se compreender elementos singulares das trajetórias de vida e de trabalho, elementos esses que se configuram como bastante imbricados. A temática da mulher

não é muito enfocada em estudos envolvendo o vínculo entre trabalhadores e contextos organizacionais. Quando suscitada, aparece em meio a dados quantitativos em sua maior parte, como variável a ser considerada. Enfatizá-la diante de análises qualitativas, portanto, contribui significativamente para uma melhor avaliação de fenômenos psicossociais e para a elaboração de novas pesquisas na área.

**Palavras-chaves:** Significado do trabalho, Trabalhadoras Rurais, Estudo Qualitativo

**Atividade: NA PONTA DA LINHA DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS: A ATIVIDADE DE CAIXAS EXECUTIVOS (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: NA PONTA DA LINHA DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS: A ATIVIDADE DE CAIXAS EXECUTIVOS**

**Autor(es):** Luciane Albuquerque Sá de Souza, Mary Yale Rodrigues Neves

**Resumo:** O trabalho bancário tem sofrido diversas mudanças devido às transformações sociais, econômicas, tecnológicas e de gestão que acometem o setor. Nessa perspectiva, a regulação da atividade de caixas executivos da Caixa Econômica Federal na cidade de João Pessoa – PB constitui-se em nosso objeto de investigação. No que concerne ao referencial teórico recorremos à Ergonomia da Atividade e à Psicodinâmica do Trabalho como as duas principais abordagens que nos subsidiaram no processo de apreensão da dinâmica da atividade dos caixas e suas regulações frente às variabilidades que se apresentam no referido contexto. Enquanto dispositivos metodológicos utilizados, merecem destaque, a observação da atividade e a entrevista semi-estruturada, objetivando dar conta da máxima descrição, compreensão e explicação do objeto de estudo. Visitamos as dez agências do município de João Pessoa apresentando nossa proposta de investigação aos caixas executivos (num total de trinta e três), dos quais participaram voluntariamente quatorze (dez homens e quatro mulheres). A média de idade foi de quarenta e quatro anos e eles foram caracterizados quanto à identificação pessoal e profissional. Por ser um setor que lida com circulação diária de dinheiro e devido aos critérios internos de segurança do banco, não obtivemos autorização para realizar as observações da atividade na parte interna dos guichês. Ficamos próximas ao balcão de atendimento ao público, de onde acompanhamos as jornadas de trabalho dos caixas, visualizando seus movimentos e gravando, com um equipamento MP3, seus diálogos com clientes e demais colegas. Após transcrever as entrevistas a técnica de interpretação dos dados pautou-se na análise de conteúdo, mais especificamente na análise temática, com o objetivo de apreender sentidos pertinentes ao objeto (Minayo, 2004; Laville & Dionne, 1999). Dentre as várias mudanças pelas quais passaram os bancos nos últimos anos, no caso específico das condições de trabalho nas agências, apesar dos participantes da pesquisa atualmente considerarem-nas menos insatisfatórias, eles ainda se queixam de problemas relativos à estrutura física, mobiliário inadequado ergonomicamente, temperaturas extremas (frio ou calor), além do tamanho das filas e do barulho provocado pelas pessoas no interior das agências. Cabe frisar ainda que os clientes exercem grande pressão ao apresentarem suas demandas pessoais aos caixas, provocando um processo de aceleração do ritmo de trabalho. Também identificamos que a maioria dos caixas acredita que algumas das rotinas diárias não se diferem do apreendido nos treinamentos, no entanto, confessam que “transgridem” ou “burlam” certas prescrições. Para eles, as várias mudanças que ocorreram nos procedimentos internos da Caixa Econômica, ou mesmo no sistema bancário brasileiro, os mantêm expostos às variabilidades do sistema organizacional, e sua capacidade de flexibilidade e adaptação tornou-se algo fundamental. A nova medida organizacional implantada e que tem gerado tensões é a mudança do cargo de caixa executivo e flutuante para o de caixa PV (ponto de venda de serviços do banco- ver). Além da preocupação com o excesso de trabalho, os participantes salientam que o atendimento aos clientes ficará prejudicado, pois a diminuição do efetivo despachando fará com que as pessoas permaneçam um tempo maior nas filas. Segundo depoimentos, a pressão recente das gerências para que atinjam individualmente determinadas metas crescentes de vendas de produtos vem gerando incômodo. Constatamos que ao longo da jornada de trabalho é o fechamento do caixa o fator que

mais gera preocupações nestes trabalhadores. A ansiedade pela hora de “bater o caixa” provoca neles uma sensação de tristeza e medo, traduzida como a pior vivência relacionada à função. Devido às variabilidades diárias, durante a conferência dos documentos no final do expediente, freqüentemente, acontecem sobras ou faltas de dinheiro. Ocorrendo a primeira hipótese, a quantia é enviada para o fundo de reserva do banco e, no segundo caso, o valor é descontado do funcionário responsável pelo guichê, num prazo de 48 horas. Diante dessas situações de trabalho desgastantes entendemos que os caixas remanescentes podem ser vistos como verdadeiros “sobreviventes”, pois ainda permanecem trabalhando na mesma empresa em meio a condições potencialmente nocivas. O sonho de pertencer a uma empresa que integra funcionários e os acolhe tal qual uma “família”, parece ter chegado ao fim depois de tantas desilusões. A realidade inspirada na perfeição do “amor de mãe” sai de cena e dá espaço a um “padrasto” (no pior sentido) que impõe o medo, ao invés de respeito.

**Palavras-chaves:** bancários, condições de trabalho, regulação da atividade

**Atividade: A Atividade dos Médicos do Trabalho na Gestão da Saúde e Segurança e na Ação de Prevenção (Paineis)**

**Trabalho:** A Atividade dos Médicos do Trabalho na Gestão da Saúde e Segurança e na Ação de Prevenção

**Autor(es):** Deborah Dornellas Ramos, Anísio José da Silva Araújo, Daniele Viana Alves, Fabiana Ribeiro Monteiro

**Resumo:** O presente estudo aborda a atividade dos médicos do trabalho, enquanto categoria profissional que integra a equipe que faz a gestão da Saúde e Segurança do Trabalho (SST) nas empresas. Está inserida em linha de pesquisa que focaliza o trabalho dos profissionais de SST, que envolve médicos do trabalho, engenheiros de segurança, enfermeiros e auxiliares de enfermagem, técnicos de segurança, membros de Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA), fiscais do trabalho, entre outros, que atuam tanto nas empresas quanto no serviço público. Não obstante a reconhecida importância desses trabalhadores na gestão da SST, pouco se conhece a respeito de sua atividade, dos contextos organizacionais onde operam, dos limites impostos à sua ação, do esforço investido nas suas intervenções. Dependendo, portanto, das condições em que esta atividade se desenvolve, teremos repercussões importantes no processo saúde-doença e na qualidade e efetividade do trabalho desses profissionais. Essas são as razões pelas quais optamos por analisar as atividades dos médicos do trabalho, contrapondo-a ao que está previsto legalmente e pelas empresas como sendo atribuição desses profissionais. Para tanto, adotamos uma perspectiva qualitativa, já que nos interessava acessar a atividade por meio dos seus protagonistas. Enquanto instrumento de produção de dados, utilizamos a entrevista individual semi-estruturada conduzida com nove médicos do trabalho, membros de uma associação médica da Paraíba. A nossa abordagem teórica privilegiou os referenciais da Ergonomia da Atividade e da Psicodinâmica do Trabalho. No primeiro caso, a descoberta de uma defasagem entre o trabalho prescrito e o real (efetivamente realizado) abriu um cenário marcado pela variabilidade e pelo esforço de redução dessa variabilidade. Essa ferramenta, portanto, nos dá condições de “enxergar” toda essa gestão das variabilidades e de que modo implica a saúde. A Psicodinâmica do trabalho, por sua vez, focaliza a relação psíquica com o trabalho, por meio da identificação das fontes de sofrimento e prazer no trabalho e das defesas mobilizadas individual ou coletivamente. Procura entender o destino do sofrimento: se prazer, inventividade, produção de inovações, ou desinvestimento no trabalho, apatia, adoecimento. Os “resultados” que julgamos mais importantes estão destacados a seguir. Uma primeira questão levantada e que tem uma grande interferência no trabalho dos médicos é a formação profissional, considerada insuficiente, muito em função da baixa carga horária dos cursos de especialização oferecidos. Um outro aspecto foi a precária cobertura na fiscalização dos ambientes de trabalho, prerrogativa das Delegacias Regionais do Trabalho, o que foi

atribuída à quantidade insuficiente de auditores fiscais, o que acaba por comprometer os esforços de promoção da SST, já que quando falta o dedo da lei, o movimento das empresas é mínimo no sentido da mudança. Também fica evidente o descaso por parte das empresas no investimento em políticas de saúde e segurança para seus próprios ambientes de trabalho, o que acaba por resumir a atividade desses profissionais unicamente à tentativa de implementar os programas de SST que são exigidos pela Legislação Trabalhista. A falta de autonomia para realizar as ações preventivas dentro das empresas foi outro grande limitador apontado pelos médicos do trabalho, muito em função da sua condição de empregados. Quanto à comunicação dentro da equipe, esta se dá geralmente de forma superficial e muitas vezes burocrática, o que pareceu ser uma conseqüência a própria situação de pouca autonomia em que esses profissionais encontram-se inseridos. A falta de comunicação efetiva também com os trabalhadores, repercute em uma freqüente culpabilização desses últimos pelos acidentes de trabalho e na resistência destes em seguir as normas de saúde e segurança. O baixo reconhecimento dessa especialidade médica foi apontado como um dos principais fatores de sofrimento. Tal situação tem levado a um esforço de institucionalização de residências médicas na área e na busca de um controle de qualidade para os cursos de especialização existentes, o que evidencia um movimento no sentido da melhoria das condições de trabalho dos médicos. Não obstante, os desafios que se colocam são grandes, para os próprios médicos, para as empresas, para o Estado no sentido de dotarem os que fazem a gestão da SST (entre os quais os médicos) da autonomia necessária à realização das ações de promoção da SST.

**Palavras-chaves:** Análise da Atividade, Medicina do Trabalho, Saúde e Segurança no Trabalho

**Atividade: Órgão Público e Qualidade de Vida no Trabalho:  
(Paineis)**

**Trabalho:** Órgão Público e Qualidade de Vida no Trabalho: Estudo de Caso da Coordenadoria de Comunicação Social do Estado do Piauí

**Autor(es):** Silvana Teixeira de Araújo Sousa, Francisca Rejane Rios da Silva, Patricia Carvalho Moreira

**Resumo:** Diante da nova realidade das organizações, na qual valoriza-se cada vez mais o capital intelectual, sendo as pessoas assim o recurso mais importante para o sucesso da organização, a promoção de Qualidade de Vida no Trabalho torna-se um item indispensável. Em muitas organizações de âmbito privado este processo já vem acontecendo de forma intensa, gerando programas específicos de combate às doenças ocupacionais, ao stress e outros projetos voltados para o bem estar do trabalhador. Em contrapartida, as organizações públicas enfrentam dificuldades que afetam diretamente este novo paradigma do colaborador como parceiro, e que, portanto limitam a Qualidade de Vida no Trabalho, posto que esta possui normas rígidas, redução orçamentária, achatamento dos salários, falta de treinamento e motivação, falta de recursos, entre outros. Partindo-se dessa conjuntura, o presente projeto vislumbra averiguar a Qualidade de Vida no Trabalho de uma Instituição Pública, buscando favorecer e aperfeiçoar intervenções voltadas para a melhoria da Qualidade de Vida no Trabalho, a partir de uma pesquisa em forma de estudo de caso, envolvendo servidores públicos da Coordenadoria de Comunicação Social (CCOM), na cidade de Teresina-PI. A referida Coordenadoria possui em torno de oitenta e três (83) funcionários, sendo 46 funcionários efetivos, 22 funcionários comissionados, 11 serviços prestados, 2 estagiários e 2 mirins. Para a realização desta pesquisa utilizou-se a aplicação de questionários com uma amostra de 36% dos servidores públicos da referida instituição. O questionário, baseado nos fatores de Maslow e Herzberg, compreende 110 questões de múltipla escolha, com quatro alternativas de respostas, que avaliam aspectos relevantes à Qualidade de Vida no Trabalho, como ambiente de trabalho, condições de trabalho, relacionamento com as chefias e os colegas, crescimento profissional, desenvolvimento pessoal, carga horária, motivação, entre outros. Além do questionário, escolheu-se o método da observação semi-estruturada para corroborar os dados obtidos com os questionários, baseando-se nos seguintes critérios: comunicação intersetorial e intrasetorial, liderança (nível de

comunicação, comprometimento, acessibilidade e divisão de tarefas), clima setorial (senso de comunidade, nível de confiança e respeito, colaboração intra e inter setorial, nível de estresse, divisão de tarefas), relacionamento intra e interpessoal, ambiente físico (iluminação, espaço físico e móveis), equipamentos (estado, adequação, utilização e acessibilidade) e dinâmica de trabalho (horário, organização, rotatividade e mobilidade negativa). Na análise dos dados, os resultados alcançados serão divididos em onze categorias, sendo avaliado entre os fatores influentes no trabalho: políticas da empresa, normas administrativas, estilos de chefia, salários diretos, relações interpessoais, condições de trabalho, sentido de realização, reconhecimento pelo trabalho feito, conteúdo do trabalho, responsabilidades e promoção para tarefas mais amplas. Encontrando-se a pesquisa ainda em fase de andamento, e diante do percebido nas primeiras observações junto ao ambiente investigado, enumera-se dentre os resultados esperados a realidade de que há algumas deficiências relacionadas aos aspectos investigados que influenciam negativamente na Qualidade de Vida no Trabalho no órgão em questão, sendo possivelmente os fatores mais críticos aqueles ligados à motivação, relacionamento com as chefias e os colegas e crescimento profissional.

**Palavras-chaves:** Órgãos públicos, Qualidade de vida, Trabalho, Organizações

**Atividade:** A entrevista final em Orientação Profissional (Experiências em Debate)

**Trabalho:** A entrevista final em Orientação Profissional

**Autor(es):** Maria Célia Lassance, Luciana Rubensan Ourique, Cláudia Sampaio Corrêa da Silva, Marcia Giovanna dos Reis, Manoela Ziebell de Oliveira

**Resumo:** O CAP/SOP - UFRGS (Centro de Avaliação Psicológica, Seleção e Orientação Profissional) é um projeto de extensão do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que se destina ao atendimento de adolescentes e adultos em processo de escolha profissional, planejamento e transição de carreira. A intervenção pode ser realizada tanto em grupos como individualmente e visa a proporcionar uma reflexão sobre si mesmo – interesses e habilidades – sobre as questões relativas ao trabalho e às profissões, além de estimular o comportamento exploratório, tendo como meta a realização de uma escolha bem informada, consciente e autônoma. Ao final do processo, realiza-se uma entrevista final, individual, com o objetivo de estimular o orientando a realizar uma avaliação sobre o processo e sobre a sua escolha profissional. A partir da prática de estágio no CAP/SOP- UFRGS, realizou-se uma investigação com 10 clientes que foram atendidos entre os anos de 2001 e 2005, de ambos os sexos, com idades entre 18 e 22 anos, os quais responderam a questões referentes à experiência que tiveram de orientação profissional. A entrevista procurou investigar a percepção que os entrevistados tinham acerca do momento de vida quando da orientação profissional; as lembranças que tinham do processo; de que forma percebiam o seu envolvimento com o grupo e com as atividades; como se deu a tomada de decisão; se houve utilização posterior do aprendizado adquirido no grupo; se indicariam o SOP para outro jovem em processo de escolha e por quê. No que se refere aos resultados das entrevistas, em geral, os entrevistados consideraram positivo seu envolvimento com o processo e mencionaram o trabalho de autoconhecimento e de busca de informação como importantes para a tomada de decisão; todos os clientes indicariam ou já indicaram o SOP a outros jovens, por não serem fornecidas respostas, por ser desenvolvido um trabalho que envolve autoconhecimento e que tem por conseqüência o amadurecimento, por terem autonomia na tomada de decisões ou por acharem interessantes as atividades realizadas nos grupos. Ao início da entrevista os participantes recordaram-se de forma vaga do processo de orientação. No decorrer desta, entretanto, foi ocorrendo uma ressignificação da experiência, tendo em vista que algumas lembranças foram surgindo, como técnicas que envolviam atividades lúdicas e o trabalho de autoconhecimento, o que pareceu provocar uma mudança na percepção que eles tinham do processo de orientação.

Uma vez que a entrevista foi disparadora da ressignificação, a partir da qual os entrevistados reconstruíram o percurso vivenciado e passaram a atribuir significados que não haviam sido percebidos anteriormente, a entrevista individual final adquire relevância e exige formatação apropriada. A partir da investigação, o modelo de entrevista final utilizado no CAP-SOP foi repensado, pois evidenciou-se a importância desta para a qualidade do processo de orientação. O objetivo do trabalho desenvolvido no CAP/SOP é auxiliar os indivíduos a formularem um projeto de vida, dentro do qual se insere o trabalho, e estimular sua autonomia frente à tomada de decisão. Assim, visa a instrumentalizar os clientes para que realizem suas escolhas, não lhes fornecendo uma resposta acerca de um curso ou trabalho que irão realizar, mas sim promovendo o aprendizado das habilidades e competências necessárias para que se faça uma escolha satisfatória. É importante, portanto, que a entrevista final esteja alinhada com este objetivo, tornando-a parte integrante do processo como um instrumento de formato intencional. A aprendizagem e o desenvolvimento só são possíveis se a experiência for simbolizada e avaliada, sendo assim possível utilizar-se o aprendizado em outras situações. A oportunidade de reconstruir e ressignificar a experiência de orientação profissional e a forma como esta se insere no projeto de carreira possibilita a obtenção de resultados mais duradouros e de aprendizagens transferíveis.

**Palavras-chaves:** orientação profissional, ressignificação, entrevista final

**Atividade: Liderança e Mecanismos de Aprendizagem em Organizações: análise de suas relações em uma organização financeira (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Liderança e Mecanismos de Aprendizagem em Organizações: análise de suas relações em uma organização financeira

**Autor(es):** Antonio Isidro Filho

**Resumo:** Baseando-se no pressuposto de que aprendizagem e liderança são importantes variáveis para o sucesso de organizações, o presente estudo teve por objetivo investigar a existência de relações de predição entre liderança e mecanismos de aprendizagem em organizações com base na percepção de funcionários de uma organização financeira. Neste estudo, a variável liderança foi mensurada a partir da aplicação da Escala de Avaliação do Estilo Gerencial (EAEG), validada por Melo (2004). Os estilos avaliados foram Relacionamento, Tarefa e Situacional, com base na Teoria de Liderança Situacional de Hersey e Blanchard (1986). O conceito de liderança utilizado no neste estudo foi o de Chemers (2000), o qual a define como um processo de influência social no qual um indivíduo é capaz de recrutar ajuda e suporte de outros para a realização de uma tarefa em comum. A variável-critério Mecanismos de Aprendizagem foi mensurada a partir da aplicação da Escala de Mecanismos de Aprendizagem em Organizações validada por Isidro-Filho (2006), e definida conforme Lipshitz, Popper e Oz (1996) enquanto procedimentos institucionalizados de coleta, análise, armazenagem, disseminação e utilização de conhecimentos relevantes à organização. Os mecanismos avaliados foram Aquisição Interna e Externa de Conhecimentos, Compartilhamento de Conhecimentos e Codificação e Controle de Conhecimentos, de acordo com os modelos teóricos de López, Peón e Órdaz (2005) e Lipshitz, Popper e Friedman (2002). A pesquisa, de caráter descritivo e explicativo, ocorreu por meio de questionários armazenados em uma página na internet disponibilizada exclusivamente para os funcionários da organização objeto de estudo, através de um endereço eletrônico. A coleta de dados se deu entre os meses de dezembro de 2005 e janeiro de 2006. Inicialmente, a amostra foi de 522 respondentes, lotados em diversas diretorias e unidades da organização estudada. Após as análises de casos omissos, univariados multivariados e exatidão da entrada dos dados, foram excluídos 16 respondentes do arquivo de dados para realização das análises propostas no estudo. A amostra final foi constituída de 506 respondentes. Após as análises descritivas, inferenciais e multivariadas, os resultados indicaram, principalmente, que o estilo de liderança orientado para o relacionamento é um importante preditor de ações de aquisição interna e externa de conhecimentos ( $R^2=0,061$ ), compartilhamento de conhecimentos ( $R^2=0,10$ ) e codificação e controle de conhecimentos ( $R^2=0,043$ ). Tais resultados mostraram relação com a literatura do tema, principalmente com os estudos de Amitay, Lipshitz e Popper (2005) e Popper

e Lipshitz (2000). Os estilos de liderança voltados para tarefa e situacional não mostraram relação significativa de predição em relação à variável-critério. Ao final do estudo, são apresentadas limitações metodológicas, recomendações práticas e sugestões para pesquisas futuras.

**Palavras-chaves:** Liderança, Mecanismos de Aprendizagem, Aprendizagem em Organizações

**Atividade: Liderança e Cultura de Aprendizagem em Organizações: análise de suas relações em uma organização financeira (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Liderança e Cultura de Aprendizagem em Organizações: análise de suas relações em uma organização financeira

**Autor(es):** Antonio Isidro Filho

**Resumo:** Na literatura de comportamento organizacional é ponto pacífico que aprendizagem e liderança são importantes variáveis para o sucesso de organizações. Baseando-se nesse pressuposto, o presente estudo teve por objetivo investigar a existência de relações de predição entre liderança e cultura de aprendizagem em organizações com base na percepção de funcionários de uma organização financeira. Neste estudo, a variável liderança foi mensurada a partir da aplicação da Escala de Avaliação do Estilo Gerencial (EAEG), validada por Melo (2004). O conceito de liderança utilizado neste estudo foi o de Chemers (2000), o qual a define como um processo de influência social no qual um indivíduo é capaz de recrutar ajuda e suporte de outros para a realização de uma tarefa em comum. Os estilos avaliados foram Relacionamento, Tarefa e Situacional, com base na Teoria de Liderança Situacional de Hersey e Blanchard (1986). A variável-critério Cultura de Aprendizagem foi mensurada a partir da aplicação da Escala de Cultura de Aprendizagem em Organizações validada por Isidro-Filho (2006), e definida conforme Armstrong e Foley (2003) como um conjunto de crenças, valores, atitudes, papéis, suposições e comportamentos compartilhados que permitem a real aprendizagem na organização. Os comportamentos avaliados, presentes na cultura de aprendizagem, foram Responsabilidade e Abertura à Aprendizagem, Transparência no Desempenho no Trabalho e Integridade e Igualdade no Trabalho, de acordo com os modelos teóricos de Ellis et al (1999) e Popper e Lipshitz (1998). A pesquisa, de caráter descritivo e explicativo, ocorreu por meio de questionários armazenados em uma página na internet disponibilizada exclusivamente para os funcionários da organização objeto de estudo, através de um endereço eletrônico. A coleta de dados se deu entre os meses de dezembro de 2005 e janeiro de 2006. Inicialmente, a amostra foi de 522 respondentes, lotados em diversas diretorias e unidades da organização estudada. Após as análises de casos omissos, univariados multivariados e exatidão da entrada dos dados, foram excluídos 16 respondentes do arquivo de dados para realização das análises propostas no estudo. A amostra final foi constituída de 506 respondentes. Após as análises descritivas e inferenciais, os resultados indicaram, principalmente, que o estilo de liderança orientado para o relacionamento é um importante preditor de comportamentos de responsabilidade e abertura à aprendizagem ( $R^2=0,152$ ), transparência no desempenho no trabalho ( $R^2=0,114$ ) e integridade e igualdade no trabalho ( $R^2=0,379$ ). Tais resultados mostraram relação com a literatura do tema, principalmente com os estudos de Amitay, Lipshitz e Popper (2005) e Popper e Lipshitz (2000). Os estilos de liderança voltados para tarefa e situacional não mostraram relação significativa de predição em relação à variável-critério. Ao final do estudo, são apresentadas limitações metodológicas, recomendações práticas e sugestões para pesquisas futuras.

**Palavras-chaves:** Liderança, Cultura de Aprendizagem, Aprendizagem em Organizações

**Atividade: Reflexões sobre a precarização e a flexibilização temporal no contexto atual do trabalho (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Reflexões sobre a precarização e a flexibilização temporal no contexto atual do trabalho: a juventude como foco de análise.

**Autor(es):** Raquel Nascimento Coelho, Cássio Adriano Braz de Aquino

**Resumo:** A compreensão da realidade laboral contemporânea implica uma discussão aprofundada sobre as transformações que o mundo do trabalho vem sofrendo e que são associadas, frequentemente, a um contexto de reestruturação produtiva. Este, na maioria das vezes referido como uma crise, tem seu início na perda da hegemonia do modelo taylorista-fordista e ascensão do modelo de acumulação flexível - Toyotismo - que traz a precarização laboral e a flexibilização temporal como elementos cada vez mais presentes nas formas de inserção no mercado de trabalho. O que pretendemos apresentar aqui é uma reflexão sobre como esses modelos de inserção precários, que são mais comumente associadas aos jovens, estão se espalhando por toda a classe trabalhadora e sendo plenamente absorvidos como a solução para essa crise que envolve o mundo laboral. É importante, portanto, ressaltar que a juventude, enquanto um conceito moderno, nos remete a uma condição de formação, um momento de preparação para o mundo adulto, nesse sentido, a organização da vida e do tempo desses indivíduos está regulamentada por essa idéia de adquirir a experiência necessária, ou buscar completar-se. Podemos compreender esse fato quando observamos que com a modernização e as novas tecnologias, o trabalho foi se especializando e ao mesmo tempo prescindindo de um grande contingente de mão de obra, gerando o desemprego estrutural. Aos jovens, que antes eram inseridos no espaço da fábrica, trabalhando, foi exigido um maior tempo de formação nas escolas e, conseqüentemente, um prolongamento do tempo de ingresso no mundo laboral. A juventude se apresenta, então, como um período de latência social gerado exatamente pela dificuldade de entrar no mercado laboral e pela necessidade de um longo preparo técnico dentro da escola já que os jovens não têm experiência. Essa nova condição gera um conflito nesses indivíduos que já possuem atribuições físicas, cognitivas e afetivas para entrarem no mundo adulto, mas são impedidos de fazê-lo por uma necessidade social. O que passamos a observar é que esses sujeitos acabam se inserindo em formas de trabalho que se adaptem à sua realidade de preparação, ou seja, trabalhos temporários, com horários flexíveis, por meio período ou até menos, entre outros, e, portanto, com remuneração oscilante, sem benefícios e garantias, enfim, que são qualificados como precários e flexíveis. Essa forma de inserção que pode ser caracterizada como um modelo do jovem está se transformando na forma hegemônica de acesso ao trabalho, atingindo todas as classes sociais, faixas etárias e ambos os sexos. É inegável que essa realidade se apresenta a esses públicos de formas peculiares, mas a precarização se mantém entre todos. Nesse sentido, há uma possibilidade de aproximar ou mesmo qualificar esse fenômeno da precarização e flexibilização temporal como uma "juvenilização" dos trabalhadores na contemporaneidade. Esse fenômeno não se restringe só ao trabalho, mas também afeta outros espaços como a dinâmica familiar, com a permanência mais prolongada dos jovens na casa dos pais; um espaço de formação da imagem corporal e identidade construído com um apelo muito forte da busca da eterna juventude; no campo do direito, frente à desregulamentação do trabalho que caracteriza grande parte do acesso dos jovens no mercado de trabalho; além da esfera do consumo, do conceito de saúde entre outros.

**Palavras-chaves:** Trabalho, Precarização, Flexibilização, Temporalidade Laboral

**Atividade:** Levantamento de necessidades de treinamento (LNT) e planejamento instrucional (Paineis)

**Trabalho:** Levantamento de necessidades de treinamento (LNT) e planejamento instrucional

**Autor(es):** Bruno Gouveia de Lima, Rodrigo Araújo de Miranda, Ana Carolina Viana, Wellington Sarmiento, Gardenia Abbad



**Resumo:** Este trabalho teve como objetivos levantar necessidades de treinamento e, posteriormente, elaborar um Planejamento Instrucional para trabalhadores de um posto de abastecimento de combustíveis, que, devido às suas características e objetivos, é denominado Posto-Escola de Brasília, DF. Esta pesquisa foi realizada no âmbito de um projeto social vinculado ao programa Fome Zero do Governo Federal, que objetiva a capacitação de jovens a fim de prepará-los para o mercado de trabalho. O programa é coordenado por duas organizações: Petrobrás Distribuidora - BR e SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial). De acordo com Rosenberg (2001), o processo de treinamento pode ser dividido em quatro etapas principais: avaliação de necessidades; desenho instrucional, execução e avaliação de treinamento. Este trabalho abarca as duas primeiras etapas. A literatura especializada em Treinamento, Desenvolvimento e Educação (TD&E) sugere que a avaliação de necessidades ocorra em três níveis de análise: organizacional, de tarefas e pessoal. A abordagem metodológica utilizada nesse trabalho consistiu das três etapas. Na primeira etapa, fez-se uma Análise Organizacional. Na segunda etapa, realizou-se uma Análise das Tarefas dos monitores do Posto Escola. Por fim, na terceira etapa foi organizada a Construção, Validação Semântica e Aplicação dos Instrumentos, constituindo o estudo do Levantamento das Necessidades de Treinamento (LNT) no nível pessoal. Este trabalho adotou como metodologia de construção dos instrumentos o modelo descrito por Menezes, Rivera e Borges-Andrade (1988) e buscou identificar prioridades de treinamento a partir da opinião sobre a importância e a frequência com que uma lista de conhecimentos, habilidades e atitudes dos monitores responsáveis pelo treinamento de jovens nas atividades de um posto de gasolina. O questionário construído a partir de análises documentais e entrevistas com monitores e jovens aprendizes, contém 38 itens e foi aplicado individualmente numa amostra de 11 jovens aprendizes (hetero-avaliações) e 6 monitores (auto-avaliações). As duas fontes de avaliação de necessidades foram utilizadas para tornar mais acurado o levantamento de necessidades de treinamento. Esse método foi baseado na metodologia proposta por McEnery & McEnery (1987); Stanley & Shockley Zalabak (1986). A partir do cálculo do Índice de Prioridade Geral (IPG) não foi diagnosticada nenhuma necessidade de treinamento para os monitores do Posto Escola. Foi desenhado, entretanto, um curso para novos monitores que ingressarem no posto para ocupar esse cargo, uma vez que o cargo de monitor é considerado extremamente estratégico para a boa formação dos alunos. Portanto, este trabalho propõe uma ação instrucional sistemática voltada para a capacitação dos monitores, caracterizada como modalidade de treinamento presencial. Tal ação teve os funcionários do Posto Escola de Brasília que ocupam o cargo de monitor como público-alvo e foi dividida em três módulos: Como transmitir conhecimento, Avaliação de desempenho e Feedback sobre o desempenho dos monitores. As limitações da pesquisa, bem como suas contribuições serão discutidas com base nas teorias instrucionais.

**Palavras-chaves:** desenho instrucional, LNT, capacitação profissional

**Atividade: O SABER-PODER E O RECURSO CONFSSIONAL NA MODERNIDADE: SUA INCISIVA AÇÃO NO DIREITO E NA SCIENTIA SEXUALIS. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: O SABER-PODER E O RECURSO CONFSSIONAL NA MODERNIDADE: SUA INCISIVA AÇÃO NO DIREITO E NA SCIENTIA SEXUALIS.**

**Autor(es):** Ramon Cerqueira Gomes, Fernanda Braga Pereira Veloso, Gilsara Silva de Andrade

**Resumo:** A princípio, ao pensarmos no Direito, na confissão e no sexo, pouco provavelmente veremos uma relação capaz de interligá-los. A partir desse estudo, porém, tentaremos mostrar que os três têm algo em comum, chegando mesmo a ter estratégias similares. O sexo, as formas jurídicas e a confissão mantêm laços precisos, todos foram moldados (ou modificados), ideologicamente, a partir de uma concepção burguesa, com o aval do saber científico, a fim de legitimar o poder-saber. Refletiremos, então, sobre o papel do Direito, da objetivação do sexo e da confissão na sociedade moderna, bem como, sobre o seu contributo na manutenção da estrutura social. O estudo tem por objetivo analisar os efeitos das incisões promovidas pela

ideologia do saber-poder na modernidade através do Direito e da scientia sexualis, identificando assim, os papéis dos saberes jurídicos e do sexo na sustentação do controle social, localizando em seus respectivos métodos a insistência e as decorrências da confissão. Nos séculos XVIII e XIX, na Europa, eclodem problemas como pestes, epidemias e crescimento demográfico. Diante deste contexto histórico, que papel a sexualidade teria na resolução deste problema de ordem social? Problemas sócio-econômicos como estes, suscitaram em princípio, uma preocupação política em torno do sexo propiciando a construção de saberes mais específicos sobre a sexualidade. Agora, o corpo sexualizado é preponderante para a sociedade capitalista, já que as suas manifestações remetem a problemas de ordem política. É investigando esta realidade que Foucault cria o conceito de Biopoder, do qual nos valeremos para o desenvolvimento deste artigo. O sexo foi institucionalizado como objeto de saber científico pela scientia sexualis. A vida sexual se tornou cada vez mais alvo de investigação, de classificação, de decodificação. O Ocidente que tinha deixado a exclusividade do discurso extenuante do sexo à penitência cristã, criou uma forma bem peculiar de tratar o sexo por caminhos prescritos racionalmente através da técnica confessional. A “vida debaixo dos lençóis” foi convocada impudicamente a confessar-se. Mas, não só isso, e aí é que identificamos ainda mais a injunção à confissão, a vida e suas experiências mais corriqueiras passaram a ser requeridas com mais rigor pela scientia sexualis, que encontrou no sexo, o signo magnânimo da complexa existência humana. Segundo Foucault, o sexo não seria um objeto inócuo da ciência, mas extremamente estratégico nas relações de poder que objetivam as crianças, as mulheres, os perversos, os neuróticos. Identificar o papel da confissão no Direito, não constitui tarefa difícil se antes de discutirmos esse processo de busca pela verdade, entendermos o que é o Direito. O Direito constitui uma das mais importantes instituições da contemporaneidade e influi de maneira vivaz nas relações sociais. A forma como se conduz o Direito tem repercussões em toda a sociedade, por isso entendemos ser tão importante a sua compreensão. O que é o Direito? Seria ele símbolo de justiça social? Ou, como afirma os marxistas, não passa de um instrumento ideológico e político de dominação capitalista? Aqui nos cabe dizer, que vemos o Direito como uma instituição muito bem engendrada, cujo fim é a manutenção do poder dominante. Ao discutirmos Direito e Poder não podemos deixar de refletir sobre o seu caráter ideológico. Procuraremos mostrar que o discurso da paz e do progresso social não passa de idéias fantasiosas nascidas da necessidade burguesa de manter a dominação exercida sobre a classe explorada. A confissão sempre teve destaque no Direito ao longo da história e, hoje, apesar do grande aparato tecnológico de investigação, não deixa de ter relevante importância. Isso por que, o Direito na modernidade, usa como “escudo ideológico” a justiça que tem por maior princípio a verdade. O Direito teria então como princípio a “busca pela verdade”. Nada traz maior certeza de veracidade e, portanto, de justiça, do que ouvir do infrator a confissão. Nada é mais oportuno para a produção da “verdade jurídica” do que a autocondenação. Assim sendo, refletiremos sobre as conseqüências psicológicas e sociais, da produção da verdade pela via confessional. A partir do momento em que nós tomamos consciência do quanto somos manipulados e vigiados, podemos identificar os pontos de dominação que nos coagem. A sociedade capitalista impõe a confissão como forma de controle social. Institucionaliza o sexo com o mesmo intuito e se vale do Direito para manter a “ordem”. Daí o contributo do nosso artigo, pois, este vem com o intuito de mostrar, sem o “véu ideológico”, a força dominante que “coisifica” o homem na sociedade atual e, quem sabe assim, contribuir para a conscientização e resistência contra as investidas dominantes do saber-poder que dociliza nossas experiências de prazer sexual e de conduta social, a fim de estabelecer o controle.

**Palavras-chaves:** confissão,saber-poder,ideologia,scientia sexualis,Direito

**Atividade: A Psicodinâmica e a Clínica do Trabalho: Pesquisas e Perspectivas (Mesas Redondas)**

**Trabalho:**A Psicodinâmica do Trabalho e a Clínica do Trabalho: Pesquisas e Perspectivas

**Autor(es):** Suzana Canez da Cruz Lima,Ana Magnólia Bezerra Mendes,Rosânia Rodrigues de Sousa

**Resumo:** Objetiva-se analisar as vivências de prazer e sofrimento no trabalho a partir da Psicodinâmica do Trabalho. Para a compreensão desta abordagem teórica pode-se considerar os seguintes princípios fundamentais: (1) O trabalho é entendido como resultado da interseção de três mundos: o objetivo, o social e o subjetivo, tendo como consequência uma solução de compromisso e negociação social simultânea entre os pares e os diferentes níveis hierárquicos. Esse compromisso é construído pelos próprios trabalhadores, constituindo o momento em que são partilhadas a cooperação, a confiança e regras comuns. Representa o espaço da fala, da expressão coletiva do sofrimento e da busca de mecanismos de transformação da situação vigente. (2) O sofrimento no trabalho não permanece, é constantemente enfrentado por meio de estratégias para transformar as situações adversas. A saída para o sofrimento no trabalho pode ser dada pela sua resignificação, que funciona como uma rede de significados compartilhados coletivamente permitindo ao trabalhador a elaboração de estratégias internas e externas para dar um sentido a esse sofrer, por meio da tomada de consciência das suas causas, dos conflitos e frustrações que a organização do trabalho produz. (3) A relação comportamento patológico e organização do trabalho depende das pressões impostas ao sujeito, levando-o a assumir um comportamento dito "normal" pelo que é prescrito, mas provavelmente, à custa de muito sofrimento em ter que adaptar-se e ajustar-se a determinados contextos. Em função desses princípios, conclui-se que a organização do trabalho pode promover o prazer ou o sofrimento, dependendo da flexibilidade e/ou das estratégias de controle utilizadas, favorecendo ou não os modos de ação e de resignificação do sofrimento. Nesta atividade propõe-se que a discussão destes fundamentos teóricos ocorra a partir da apresentação dos resultados de três pesquisas realizadas em contextos de trabalho diferenciados de extrema relevância social: a) trabalhadores após acidente de trabalho, b) trabalho da mãe social de uma instituição do Distrito Federal, e c) policiais militares de Minas Gerais integrantes de um grupamento especializado. Sobre a pesquisa com trabalhadores após acidente de trabalho os resultados indicam clara relação entre a organização do trabalho, estratégias de enfrentamento do sofrimento e sua resignificação. O estudo sobre as mães sociais indica que sua principal atividade diz respeito ao estabelecimento e manutenção do vínculo com as crianças assistidas e que a vivência de sofrimento central refere-se ao medo de ruptura deste vínculo que não está sob seu controle. Por fim, em linhas gerais, o estudo com a polícia militar de Minas Gerais sugere que a presença de estratégias coletivas e/ou individuais para o enfrentamento do trabalho.

**Palavras-chaves:** Organização do Trabalho, Sofrimento, Defesas

**Trabalho:** Organização do trabalho e resignificação do sofrimento após acidente de trabalho

**Autor(es):** Suzana Canez da Cruz Lima, Ana Magnólia Bezerra Mendes, Rosânia Rodrigues de Sousa

**Resumo:** Organização do trabalho e resignificação do sofrimento após acidente de trabalho Ana Magnólia Mendes Universidade de Brasília Objetiva-se analisar as inter-relações entre a organização do trabalho e a resignificação do sofrimento dos trabalhadores após acidente de trabalho. Alguns princípios são fundamentais para o entendimento dessas relações. Entre eles destaca-se: (1) O trabalho é entendido como resultado da interseção de três mundos: o objetivo, o social e o subjetivo, tendo como consequência uma solução de compromisso e negociação social simultânea entre os pares e os diferentes níveis hierárquicos. Esse compromisso é construído pelos próprios trabalhadores, constituindo o momento em que são partilhadas a cooperação, a confiança e regras comuns. Representa o espaço da fala, da expressão coletiva do sofrimento e da busca de mecanismos de transformação da situação vigente. (2) a organização do trabalho, quando centrada no controle e carente de adaptações, pode funcionar como um instrumento regulador do sofrimento, possibilitando ao trabalhador a resignação ou a transformação das adversidades das situações de trabalho, significando, que uma organização, muitas vezes rígida e voltada apenas aos interesses da racionalidade econômica, pode favorecer a produção de patologias no comportamento. Assim, a relação comportamento patológico e organização do trabalho, depende das pressões impostas ao sujeito, levando-o a assumir um comportamento dito "normal" pelo que é prescrito, mas provavelmente, à custa de muito

sofrimento em ter que adaptar-se e ajustar-se a determinados contextos. (3) o sofrimento no trabalho não permanece, é constantemente enfrentado por meio de estratégias para transformar as situações adversas. A saída para o sofrimento no trabalho pode ser dada pela sua resignificação, que funciona como uma rede de significados compartilhados coletivamente permitindo ao trabalhador a elaboração de estratégias internas e externas para dar um sentido a esse sofrer, por meio da tomada de consciência das suas causas, dos conflitos e frustrações que a organização do trabalho produz. Em função desses princípios, conclui-se que a organização do trabalho pode promover o prazer ou o sofrimento, dependendo da flexibilidade e/ou das estratégias de controle utilizadas, favorecendo ou não os modos de ação e de resignificação do sofrimento após acidente de trabalho. Para exemplificar esses fundamentos teóricos, apresentam-se os resultados de uma pesquisa exploratória realizada em uma empresa após grave acidente de trabalho. A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas coletivas semi-estruturadas com 04 grupos com 05 participantes. Foi gravada, transcrita e submetida à análise de conteúdo categorial. Os resultados indicam clara relação entre a organização do trabalho, estratégias de enfrentamento do sofrimento e sua resignificação. As estratégias utilizadas são do tipo defensiva individuais, entre elas destacam-se a negação, a formação reativa, a idealização e a projeção. Os valores organizacionais favorecem uma identificação com a empresa após o acidente, levando os trabalhadores a sentirem-se “donos da empresa”, usando, por exemplo, como uma das estratégias do tipo formação reativa, a aceleração no trabalho. Nesse sentido, a defesa é estimulada e legitimada pela cultura e exerce o papel de aumentar a produtividade, assumindo dupla função: proteger contra o sofrimento e explorar o trabalhador. Outro exemplo de defesas é a projeção-idealização, na qual os trabalhadores projetam os efeitos negativos do acidente para fora da empresa, negando as mudanças provocadas no seu trabalho depois do ocorrido. Idealiza a empresa, considerando-a melhor do país no ramo, e considera as chefias como dignas de admiração pela forma como trataram seus subordinados no momento da crise. De um lado, essa defesa de projeção-idealização é eficaz para enfrentar um sofrimento intenso, de outro, pode trazer prejuízos aos processos de subjetivação do trabalhador, distanciando-o da realidade, levando-o a assumir uma postura alienada diante da empresa e com isso, podendo ser mais facilmente capturado nas redes da dominação, do controle e da exploração do trabalho. Essas contradições da organização do trabalho após acidente de trabalho será o eixo central da discussão dos resultados e da elaboração das conclusões.

**Palavras-chaves:** Organização do Trabalho, Sofrimento, Defesas, Acidente de trabalho

**Trabalho:** Saúde mental entre mães sociais de uma instituição do Distrito Federal

**Autor(es):** Rosânia Rodrigues de Sousa

**Resumo:** Saúde mental entre mães sociais de uma instituição do Distrito Federal. Autores: Suzana Canez da Cruz Lima; Ana Magnólia Mendes. O presente trabalho apresenta uma discussão sobre a vivência de prazer e sofrimento no trabalho da mãe social de uma instituição do Distrito Federal, com o apoio da Psicodinâmica do Trabalho. Considera-se esta temática de relevância social e científica já que permite uma maior visibilidade deste profissional que tem como responsabilidade contribuir para a reinserção de crianças e adolescentes em situação de risco numa modalidade institucional específica, as “casas lares”. A investigação foi orientada pelas seguintes questões norteadoras: Quais as características da organização do trabalho da mãe social? Qual o significado do trabalho construído junto ao grupo de mães sociais? Como se caracteriza a vivência de prazer e sofrimento nesta atividade? A pesquisa foi realizada numa instituição vinculada à Secretaria de Ação Social do Distrito Federal. O objetivo da referida instituição consiste em abrigar crianças e adolescentes em situação de risco, com capacidade de abrigar até 80 crianças e adolescentes. O modelo anterior era caracterizado pela distribuição das crianças por sexo e idade, a existência de um único refeitório, a padronização das vestimentas das crianças assistidas e o acompanhamento realizado por servidores denominados de educadores. O modelo de Casa Lar distribui as crianças, de diferentes idades, nas diversas casas, as refeições são realizadas nas casas, as crianças vestem-se com as suas próprias vestimentas e são acompanhadas por duas mães sociais em cada casa. A instituição conta com uma equipe técnica e administrativa que subsidia as atividades desenvolvidas. Enfim, tal modelo pretende aproximar-se da vivência familiar. A jornada de trabalho das mães sociais inclui seis

dias da semana, horário integral, e um dia de folga semanal. Participaram desta investigação 09 mães sociais, todas do sexo feminino, com idade em torno de 26 a 46 anos, escolaridade variando entre ensino médio incompleto e ensino fundamental completo e estado civil variando também entre solteiras e casadas. O instrumento de coleta de dados utilizado foi o roteiro de entrevista coletiva semi-estruturada. Os dados foram tratados através da análise de conteúdo, de acordo com Bardin (1977). Constatou-se que a principal atividade desta profissional diz respeito ao cuidado de outro, seu conteúdo central refere-se ao estabelecimento e manutenção do vínculo com as crianças assistidas, ou seja, a disponibilidade psicológica e afetiva é o principal aspecto desta atividade. É a gestão emocional do grupo “familiar” a principal atribuição da mãe social. Quanto aos elementos constitutivos do significado do trabalho em suas vidas, de acordo com o relato das entrevistas, ele traz em si o sentimento de realização por sentir-se útil, por ser uma atividade de extrema responsabilidade, um meio de aprendizagem e, enfim, de muita gratificação e satisfação. Entretanto, percebe-se que as entrevistadas identificam-se com este tipo de atividade e acreditam que só é possível realizá-la se houver este processo de identificação. A vivência de prazer foi analisada a partir das seguintes situações vividas no trabalho: a cooperação entre os pares, o espaço para a criatividade e o reconhecimento proveniente da atividade. A vivência de sofrimento foi analisada sobre dois aspectos abordados pelas entrevistas: a falta de participação na tomada de decisão sobre o encaminhamento das crianças e a intensa exigência de dedicação ao trabalho. O trabalho da mãe social é de acompanhar crianças numa situação “provisória”, ou seja, estas crianças com o tempo ou retornarão para seus familiares ou terão outro destino, o encaminhamento para outra instituição, por exemplo. O trabalho da mãe social está construído em torno de um vínculo afetivo muito intenso assim, observa-se que o sofrimento presente nesta atividade é justamente a ruptura deste vínculo, que não está sob o controle desta profissional. É o medo da perda o sofrimento silencioso desta atividade. Desta forma, acredita-se que o relato das mães sociais sobre o mal-estar de não participarem junto à direção da instituição sobre o encaminhamento das crianças, expressa a negação de resignificação deste sofrimento. O não conhecimento sobre o destino da criança e seus motivos não permite a mãe social resignificar esta vivência de sofrimento. Outro aspecto abordado como motivo de mal-estar no trabalho diz respeito a intensa dedicação ao trabalho que, conseqüentemente, repercute na restrição do tempo para si. Acredita-se que esta situação reflete a dificuldade de limites para a própria dedicação ao trabalho numa atividade, de ser mãe. Entretanto, este mal estar sugere uma exploração por parte da organização do trabalho da mobilização subjetiva dos trabalhadores. O risco desta prática pode ser o adoecimento do trabalhador pelo excesso de zelo.

**Palavras-chaves:** Organização do Trabalho, Sofrimento, Defesas, Saúde Mental

**Trabalho:** VIVÊNCIAS DE PRAZER E SOFRIMENTO NO TRABALHO POLICIAL

**Autor(es):** Rosânia Rodrigues de Sousa

**Resumo:** VIVÊNCIAS DE PRAZER E SOFRIMENTO NO TRABALHO POLICIAL  
Autora: Rosânia Rodrigues de Sousa  
Este trabalho tem como objetivo analisar, à luz da abordagem da Psicodinâmica do Trabalho, as vivências de prazer e sofrimento dos policiais militares de Minas Gerais, integrantes de um grupamento especializado. Objetiva, ainda, analisar a inter-relação entre sofrimento e as estratégias individuais e coletivas utilizadas pelos policiais militares para enfrentar o sofrimento e transformá-lo em prazer. Esta abordagem foi escolhida por fornecer uma compreensão da dinâmica intersubjetiva entre o trabalhador e a organização do trabalho na busca pela saúde. Esta temática é atual relevante, especialmente neste momento em que a discussão sobre a violência tem se tornado cada vez mais intensa no país. O que fazer quando o alvo das organizações criminosas passa a ser sobre aqueles indivíduos destacados para proteger a sociedade? Qual o impacto desta violência sobre a saúde mental deste profissional? Na verdade, os policiais convivem com ocorrências imprevisíveis, as quais englobam o contato com a violência em todas as suas formas. Neste caso, podemos dizer que existe sempre um espaço onde o saber é, necessariamente, colocado por aqueles que o produzem. São “truques” ou “macetes” que possibilitam, na vida diária, o enfrentamento de problemas e a tomada de decisões, envolvendo ações que fogem, muitas vezes, àquilo que está prescrito. Isto certamente influencia sua condição psicológica, ou neste caso, equilíbrio psíquico, interferindo na sua

capacidade de fazer juízos de cada situação. Como uma das conseqüências dessa realidade, reações inadequadas e arbitrárias podem ocorrer. Como também, o policial pode voltar-se contra si desenvolvendo quadros depressivos, dentre outros, que podem levar ao suicídio. Além das características da organização policial militar, não se pode esquecer que esta categoria profissional convive diuturnamente com a violência. Isto faz com que sejam construídas estratégias defensivas, por parte dos policiais militares, para preservarem sua saúde. Neste sentido, as seguintes questões norteiam este trabalho: - Como se caracteriza a organização do trabalho do policial militar em um grupamento especializado? – Como os policiais militares vivenciam o prazer-sofrimento no trabalho? – Quais são as estratégias de mediação utilizadas pelos policiais militares em seu trabalho? A pesquisa foi realizada em um grupamento especializado da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) onde foram entrevistados cinco (5) policiais militares. Foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas individuais. Estas foram gravadas, transcritas e os dados levantados foram analisados através da análise de conteúdo. Ficam demonstrados através dos resultados que a relação existente entre a organização do trabalho e as estratégias defensivas desenvolvidas pelos policiais, sejam estas coletivas ou individuais. A construção destas defesas será o principal ponto de discussão na pesquisa.

**Palavras-chaves:** Organização do Trabalho, Sofrimento, Defesas

**Atividade: Comunidade e o Mundo do Trabalho (Paineis)**

**Trabalho:** Comunidade e o Mundo do Trabalho

**Autor(es):** Victor Meneses de Arruda Carlos, Antonio Fábio Coelho Paz, Viviane dos Santos Rocha, Clarissa de Fátima Nobre Carvalho, Leonardo Araújo Lima, Cristiane Alves Silveira, Tatiana Alves Pereira Oliveira, Débora Carvalho Fernandes, Maria Annelice Magalhães Torres, Andressa Alencar Gondim, Glícia Rodrigues Pinheiro, Cássio Adriano Braz de Aquino

**Resumo:** O presente trabalho é fruto das atividades desenvolvidas no Projeto “Trabalho e Cidadania”, um convênio entre o Núcleo de Psicologia do Trabalho (NUTRA) e Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo do Estado do Ceará (SETE) e o Sistema Nacional de Emprego/Instituto de Desenvolvimento Tecnológico (SINE/IDT), no período de julho a dezembro de 2006 com jovens de 16 a 24 anos de idade sem experiência registrada na (Carteira de Trabalho e Previdência Social) CTPS e sem pretensão ocupacional definida; trabalhadores que buscaram oportunidades de trabalho através do SINE/IDT, pelo menos dez vezes no último ano e em dias distintos e não foram colocados; e pessoas com deficiência. A metodologia utilizada foi o método psicossocial, que prevê um protagonismo dos saberes, onde a partir de um compromisso, reforçado pela vinculação afetiva do grupo, há a possibilidade de construção de espaços de aprendizado e troca de informações, com a ampliação dos conceitos para percepção da realidade e a produção de instrumentos e estratégias baseados no modo de vida do grupo. Na primeira fase do projeto, o público atendido foi estudantes do 1º ano do Ensino Médio de uma escola estadual de Fortaleza-CE e, na segunda fase, jovens entre 16 e 24 anos da comunidade do Bom Jardim, um bairro da periferia de Fortaleza. O trabalho consistiu na formação de um grupo, onde realizamos dinâmicas, rodas de conversas, debates que enfocavam a organização social, tanto ao nível escolar quanto ao nível comunitário. No trabalho com os alunos da rede

pública, percebemos que, para a maioria não havia uma identificação enquanto grupo, pois muitos não residiam no mesmo bairro onde estudavam e, apesar de compartilharem de um mesmo espaço físico (a escola) e de uma realidade sócio-econômica semelhante (moradores de bairros periféricos, alunos da rede pública de ensino, baixo poder aquisitivo, entre outros), eles não visualizavam a organização estudantil como estratégia de promover melhorias para o seu contexto educacional e comunitário. Em nosso trabalho no bairro Bom Jardim, percebemos diferenças em relação à experiência no contexto escolar, como discussões centradas em como a comunidade pode potencializar no processo de inserção laboral e as modificações no mercado de trabalho. Os participantes demonstraram pouco conhecimento da comunidade a que pertencem e de suas potencialidades. As discussões que seguiram às atividades geraram reflexões acerca de como eles, enquanto cidadãos e membros da comunidade poderiam ver quais potencialidades e forças existem na comunidade e elaborar estratégias de enfrentamento das dificuldades vivenciadas por eles. Percebemos uma falta de identificação dos jovens envolvidos com o lugar (comunidade), e também uma ausência da percepção de como cada um contribui na construção do ambiente em que está inserido influenciando e sendo influenciado por ele. Outro discurso muito presente expressava o forte desejo de abandonar o bairro e migrar para regiões que não acarretam os mesmos estigmas aos seus moradores. Esses momentos possibilitaram a discussão sobre os potenciais da comunidade e das atividades coletivas, ampliando o olhar lançado sobre o mundo do trabalho e as diversas maneiras de enfrentamento da crise do trabalho formalizado. Estabelecemos como nosso objetivo principal levar esses jovens a visualizar as comunidades das quais fazem parte como um lugar de desenvolvimento pessoal e coletivo e se perceber como gerador de mudanças sociais, tanto para si como para a própria comunidade. Atingimos tal o objetivo de forma bastante satisfatória, segundo nossa avaliação e dos participantes. Para verificar se contribuimos para a ampliação da visão dos participantes pedimos a estes que ao fim do projeto relatassem através de textos anônimos o que acharam das atividades e dos temas abordados. A partir desses relatos, a maioria dos jovens expressou que suas visões sobre si, sobre as comunidades ao qual faziam parte e sobre o mundo do trabalho mudaram e que esses conteúdos foram reconstruídos através das oficinas.

**Palavras-chaves:** comunidade, oficina com jovens, mundo do trabalho

**Atividade: Os psicólogos no terceiro setor:  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Os psicólogos no terceiro setor: perfil e atuação

**Autor(es):** Adriana Barbosa Ribeiro, Ilana Lemos de Paiva, Isabel Fernandes de Oliveira, Oswaldo H. Yamamoto, Keyla Mafalda de Oliveira Amorim, Eunice Neves de Assis, Tatiane Medeiros Silva Gadelha

**Resumo:** A progressiva diminuição do papel do Estado na aplicabilidade das políticas sociais teve como consequência o crescimento acentuado do “terceiro setor”, com destaque para as Organizações não-governamentais. Tal fato se acompanha de uma busca de profissionalização de suas equipes, gerando um novo campo de atuação para diversos profissionais, dentre eles os psicólogos. Todavia, percebe-se que muitos profissionais não tiveram uma formação voltada para o trabalho com a demanda atendida nesses espaços, o que leva a uma transposição de modelos e técnicas comuns às concepções psicológicas tradicionais. Conquanto perceba-se que, nos últimos anos, tem havido uma mudança na população alvo dos cuidados psicológicos, haja vista a expansão do campo de trabalho na área do bem estar, questiona-se se as concepções e práticas usadas pelos psicólogos são suficientes e capazes de oferecer respostas concretas à problemática social que o “terceiro setor” tomou para si. Desta forma, o objetivo desse trabalho é conhecer o perfil dos psicólogos atuantes no “terceiro setor” na cidade de Natal/RN e verificar

quais os procedimentos adotados por eles, averiguando como se configura a atuação do profissional da Psicologia nesse novo campo. Para a realização dessa pesquisa inicial foi necessário um mapeamento preliminar das ONG's que tinham psicólogos, totalizando 12 profissionais, e a colaboração dos entrevistados indicando outros psicólogos vinculados ao "terceiro setor". Participaram, até o momento, 11 psicólogos, de 18 mapeados, que responderam a um questionário contendo dados gerais e procedimentos adotados na sua prática profissional. Os dados demonstram que o perfil dos profissionais se caracteriza por uma maioria feminina, com predomínio da faixa etária de até 30 anos e solteiras, formadas pela UFRN, depois de 2000. Quanto à área e local de estágio, verifica-se uma alternância entre áreas tradicionais, como clínica e organizacional, e áreas emergentes, como social e até ambiental. Os locais de atuação são bastante heterogêneos, devido à própria singularidade do campo, mas verifica-se que vários profissionais vinculam-se a trabalhos em que o público alvo são crianças e adolescentes. Em relação aos procedimentos, percebe-se o aparecimento de ações que buscam responder às demandas sociais, como ações informativas (7 psicólogos freqüentemente executam essa atividade), realização de palestras e oficinas (8 psicólogos apontam que fazem com freqüência); buscam responder, também, às demandas da instituição, como atividades administrativas e de coordenação (8 psicólogos apontam como atividade freqüente), além de todos os psicólogos responderem que freqüentemente atuam junto à equipe multiprofissional. Outro ponto que chama atenção é que procedimentos tradicionais já não aparecem mais como atividade principal, como psicoterapia (8 psicólogos afirmam não fazer nunca) e aplicação de testes (10 psicólogos dizem que não fazer nunca). Essas atividades sinalizam uma mudança gradual na atuação do psicólogo, que, concomitantemente, apresenta ações tradicionais e outras inovadoras, demonstrando que progressivamente busca responder às demandas e exigências trazidas por uma população bastante distinta da atendida pela Psicologia tradicional. Assim, apesar da prática psicológica ser mais abrangente com relação ao seu público-alvo, ainda necessita da construção de concepções e meios de intervenção mais adequados à nossa realidade. O impacto social da atuação dos psicólogos, dentro dos espaços das ONG's, poderia ser mais eficiente a partir de uma reflexão acerca da formação profissional, dos modelos teóricos adotados, bem como da problemática dimensão social e política na qual estão inseridas essas organizações.

**Palavras-chaves:** atuação do psicólogo, terceiro setor, Psicologia no Rio Grande do Norte

**Atividade: DEMISSÃO E ESTRATÉGIAS DE REINserÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Demissão e estratégias de reinserção no mercado de trabalho

**Autor(es):** Telma Fernandes Mascarenhas

**Resumo:** O estudo buscou compreender o fenômeno da demissão de profissionais de nível superior no contexto atual do mundo do trabalho, na perspectiva do demitido, procurando identificar e analisar as reações psicológicas à demissão, as repercussões e efeitos na vida dos indivíduos e as estratégias utilizadas para enfrentarem o evento, além dos fatores que influenciaram a reinserção no mercado de trabalho. Para tanto, utilizou-se a metodologia qualitativa, com base no estudo de caso. A pesquisa apoiou-se no depoimento de um grupo de 18 profissionais de nível superior, demitidos de uma organização de grande porte do setor de construção civil. Na coleta de dados, utilizou-se a entrevista semi-estruturada, contemplando, além dados sociodemográficos, o processo de demissão, o apoio da empresa, as ações realizadas por iniciativa própria, a reinserção profissional e a situação profissional pós demissão, oportunizando-se aos profissionais relatarem as vivências de cada um deles no processo de demissão, as estratégias de enfrentamento e os fatores que influenciaram a reinserção no mercado de trabalho. A análise dos dados foi norteada por uma preocupação em articular e entender os níveis objetivo e subjetivo como interdependentes nas explicações de fatos e ocorrências. Os resultados do estudo possibilitou analisar, entender, comparar, comprovar e enriquecer com novos dados os achados sobre o processo de demissão nos cenários contemporâneos sobre o mundo do trabalho e a reestruturação produtiva, as conseqüências da demissão para os trabalhadores, em especial àqueles trabalhadores de nível de escolaridade superior, considerados qualificados, que assumem cargos administrativos, de gerência e de



direção nem sempre considerados nos estudos sobre a temática. Os resultados também permitem algumas conclusões sobre os efeitos e repercussões da demissão, aqui entendida como a perda indesejada e involuntária do emprego e o período de transição até a reinserção profissional. Contudo, as conclusões quanto aos efeitos do desemprego são limitadas, uma vez que alicerçada, apenas na vivência de um sujeito desta amostra. Vale ressaltar que esse único caso possibilitou o contato com o efeito mais nocivo da demissão: o desemprego de longa duração. Confirma-se que o desemprego e seus efeitos nocivos também atingem a este nível de trabalhadores, talvez não na mesma proporção que atingem aos trabalhadores menos qualificados, o que nos leva a inferir que qualificação, experiência e rede de relações são fatores que podem contribuir para a reinserção no mercado de trabalho num espaço de tempo mais curto. Importante também foi entrar em contato com o drama e o sofrimento de quem passa por essa forçada experiência, sendo, por isso, escolhido como um dos casos para ilustrar as diferentes vivências da demissão. Na análise das vivências dos demitidos, destacam-se como categorias que revelam os aspectos mais subjetivos e do sofrimento psíquico: a comunicação da demissão, os motivos alegados pela empresa, as primeiras reações e impactos na vida do demitido. Os aspectos subjetivos da demissão e do desemprego são considerados em todos os estudos que tratam desses temas. Para a abordagem da psicodinâmica e psicopatologia do trabalho, que é a adotada como uma das principais referências para esse estudo. "Quem perdeu o emprego ou quem não consegue empregar-se ou reempregar-se passa por um processo progressivo de sofrimento, que pode levar à doença mental ou física, pois ataca os alicerces da identidade..." Dejours (2001, p. 19). Nesse estudo, os efeitos da demissão sobre a vida das pessoas, o sofrimento causado à saúde psíquica ou física aparecem em vários momentos dos relatos em expressões que indicavam mal-estar e sofrimento, confirmando os estudos sobre processos de demissão e desemprego. Esses efeitos acontecem em maior ou menor intensidade, conforme a história de vida de cada trabalhador, o significado que tem e teve o trabalho na construção da sua história e, na manutenção do equilíbrio do aparelho psíquico, também confirmando outros estudos, como os realizados por Dejours (1983), para quem os efeitos da interrupção da relação de emprego dependem "da estrutura do sujeito e o modo pelo qual utilizou o trabalho até então". Os relatos também indicam que a reflexão sobre a demissão de trabalhadores qualificados, objeto deste estudo pode ser válida para outros trabalhadores. Por mais esperada que seja a demissão, esta causa algum sofrimento, o qual pode ser atenuado ou agravado a depender do preparo anterior, da forma como é comunicada, do apoio recebido da própria empresa, da família, de colegas e amigos, do suporte financeiro para fazer frente às despesas de manutenção e perspectivas de voltar a exercer atividade remunerada. O presente estudo foi realizado em 2005 e apresentado em abril de 2006 ao Curso de Mestrado em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social da Fundação Visconde de Cairu, Salvador-Bahia, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre, tendo sido aprovado.

**Palavras-chaves:** demissão, trabalho, reação psicológica, reinserção

**Atividade: Precarização das Relações de Trabalho e o Jovem (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Precarização das Relações de Trabalho e o Jovem: Implicações no Processo de Inserção Laboral

**Autor(es):** Raquel Nascimento Coelho

**Resumo:** Podemos observar que o trabalho está adquirindo novas formas de ser feito e, principalmente, significado pelos indivíduos. Uma das razões é que o referencial da sociedade salarial e a realidade do emprego se aplica cada vez menos à realidade dos trabalhadores. O que observamos no atual cenário laboral é uma intensa globalização e transformações marcantes que caracterizam uma reestruturação produtiva e que traz o tema da precarização como uma das principais conseqüências negativas que assolam a classe trabalhadora. Algumas características desse contexto podem ser enumeradas: ocupações urbanas, principalmente, no setor terciário; alongamento de segmentos pouco estruturados, como pessoas trabalhando sem carteira assinada, pequenos empregadores, trabalhadores por conta própria e não remunerados;

precariedade ou perda na qualidade do posto de trabalho representada pelo desassalariamento formal, perda dos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, jornadas de trabalho mais longas, remuneração oscilante no tempo, múltiplas fontes de rendimentos, entre outros; estagnação dos salários; piora distributiva funcional (repartição da renda entre rendimentos do capital e do trabalho) e pessoal (repartição dos rendimentos do trabalho entre os ocupados); e aumento dos níveis de desocupação e desemprego aberto. Dentre aqueles que são mais atingidos por essa realidade precária, marcada pelos trabalhos parciais, temporários, subcontratações, múltiplas jornadas, estão os jovens, funcionando como presas fáceis desse mercado flexível. É importante ressaltar que consideramos que o processo de inserção laboral é um fenômeno que pode estar caracterizando a própria condição de ser jovem, já que eles estão num processo de construção de identidade e emancipação que se concretiza na fase adulta. E uma das formas de ascensão a esta fase é pelas vias do trabalho. Ou seja, estamos falando de uma etapa fundamental para esses indivíduos. Visamos apresentar uma reflexão sobre a nova configuração do contexto do trabalho, focalizando, principalmente, a precarização, e discutir sobre suas implicações no processo de inserção laboral dos jovens. Tomaremos como ilustração do aporte teórico a ser apresentado uma pesquisa qualitativa realizada com jovens de uma associação comunitária da periferia da cidade de Fortaleza e que fez parte da monografia de conclusão de curso da autora. Foram realizadas entrevistas semi-dirigidas com cinco sujeitos, gravadas, transcritas e submetidas a análise de conteúdo. É importante termos em mente que a juventude atua como um barômetro ou meio de projeção para medir a evolução geral da sociedade, ou seja, um reflexo, no presente, do que está por vir. Estudar a relação dos jovens com o trabalho, através do processo de inserção laboral desses sujeitos, se apresenta como uma contribuição relevante para compreender a própria importância que terá o trabalho no futuro e as implicações dessa categoria na ideia de construção da subjetividade.

**Palavras-chaves:** Juventude, Trabalho, Precarização, inserção laboral

**Atividade: Workaholic : Destinado à superação, condenado à perfeição (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Workaholic : Destinado à superação, condenado à perfeição

**Autor(es):** Adriana Marburg Teixeira

**Resumo:** Este trabalho tem a finalidade de apresentar a pesquisa sobre o incentivo nas formações educacionais do chamado perfil workaholic criado no indivíduo, realizada junto ao Curso de Mestrado, do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social – PPGPS, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, com início em 2005. O estudo tem por objetivo investigar como o ato de se trabalhar se tornou um vício para um considerável número de indivíduos através dos métodos de formação profissional no meio administrativo, assim como toda bibliografia administrativa, que com a finalidade de formação e atualização profissional, facilitam a compulsão ao trabalho. Busca-se, ainda, contribuir para um maior aprofundamento a respeito do que se entende hoje como ser um vício considerado “louvável”, tanto pelas empresas quanto pela população de trabalhadores. E quando o trabalhar se torna uma obsessão, os perigos patológicos do vício, atingem o ser humano sem que muitas vezes ele perceba o risco que está correndo. Tendo em vista as transformações de valores e regras que se desenvolvem na atualidade, podemos analisar a questão do fenômeno Workaholic como característica marcante de uma época, vista através de um processo educacional atual que vem a reboque das transformações organizacionais. Atualmente um crescente número de estudantes brasileiros, se formam como promessas de futuros workaholics. À serviço do capital, eles estudam doutrinas administrativas e empreendedoras que durante algum tempo de suas carreiras irá lhes ensinar e contribuir para o desenvolvimento de pensamentos e atitudes consideradas vitais para se obter o fenômeno workaholic. Em cenários empresariais nos quais existe alto nível de competição, considera-se essencial a participação dos profissionais, com o intuito de tornar a empresa mais ágil e competitiva. Cabe notar que tal participação não se limita apenas ao comprometimento com os objetivos organizacionais, e o envolvimento com as decisões e processos de trabalho, porém implica melhor qualificação e capacitação. Qualificação esta, que se faz presente desde a formação acadêmica, e se prolongando em todas as etapas de treinamento e avaliação do

trabalhador em questão. Para este fim, foram analisadas as falas de indivíduos que se auto-intitulam workaholics. Como o primeiro núcleo brasileiro formado desta natureza, indivíduos se organizam através do grupo denominado “Trabalhadores Compulsivos Anônimos”, se definem como sendo uma irmandade de indivíduos que compartilham experiência, força e esperança uns com os outros para resolver seus problemas comuns e ajudar outros a se recuperar da compulsão por trabalho. Assim sendo, tomou-se workaholics participando da primeira iniciativa atual acerca das atribuições da formação profissional com o incentivo social funcionando como propulsores ao vício. Como forma de abordar a realidade a ser estudada optou-se pela metodologia de pesquisa qualitativa com trabalho de campo. O procedimento consistiu na realização de entrevistas individuais, semi-estruturadas, com uma amostragem de 12 participantes, homens e mulheres, de classe média, residentes na cidade de Brasília, que se encontram periodicamente com o único intuito primordial de parar de trabalhar compulsivamente e levar a mensagem de recuperação aos trabalhadores compulsivos que ainda sofrem. Estes profissionais já consideram o vício de se trabalhar um incômodo para suas vidas. Consideramos este grupo adequado por se tratar de pessoas que procuram uma explicação para o fenômeno e estão inseridos não só na discussão acerca da problemática, assim como com a vida rotineira de um workaholic. Os sujeitos foram selecionados de modo aleatório, conforme disponibilidade de horários para responder as questões. As entrevistas foram, em sua maioria, realizadas no local de encontro dos participantes, conforme o que foi acordado com os mesmos. Os resultados apreendidos foram tratados por meio da análise de conteúdo. A partir das informações prestadas nas entrevistas, foi possível observar uma variedade de arranjos de mecanismos formadores da compulsão, em especial a denominação do meio capitalista exacerbado pelo consumo social. Com isso, a presente pesquisa buscou, na articulação de teorias e técnicas, uma ferramenta para pensar a realidade e aprofundar algumas questões pertinentes à organização social e aos papéis atribuídos aos homens e mulheres, e a essência vital da formação dos profissionais na contemporaneidade. Mesmo sem a preocupação de produzir respostas técnicas específicas, as reflexões acerca da compulsão ao trabalho, especialmente as discussões alcançadas sobre a qualidade de vida, estresse e prioridades no contexto hiper-moderno, poderão subsidiar ponderações voltadas ao campo social e, principalmente, educacional, contribuindo para repensar a formação e os dispositivos organizacionais atuais.

**Palavras-chaves:** workaholic, formação educacional, capitalismo

**Atividade: Psicologia do Trabalho e movimentos sociais: qual contribuição possível? (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Psicologia do Trabalho e movimentos sociais: qual contribuição possível?

**Autor(es):** Patricia Tomimura, Hélder Pordeus Muniz

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é a formulação de metodologias de intervenção na área de saúde e trabalho para três ocupações urbanas do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) na presente data, no Rio de Janeiro: a ocupação Chiquinha Gonzaga, a ocupação Zumbi dos Palmares e a ocupação Quilombo das Guerreiras. Para isso, trabalhou-se segundo uma perspectiva epistemológica denominada Ergologia que enfatiza a construção do conhecimento no que concerne à saúde dos trabalhadores, através da valorização da experiência do trabalhador e do diálogo necessário a ser estabelecido entre as diversas disciplinas acadêmicas e o saber de quem vive o trabalho. Utilizou-se a questão da experiência em Larrosa (2002) como fio condutor de diferentes abordagens teórico-metodológicas. A experiência, é o que “nos passa”, e não o que “se passa” (Larrosa, 2002); ou seja, há um sujeito da experiência. Decorrente dessa experiência, se produz o “saber de experiência” (Larrosa, 2002). Esse saber pode ser produzido, por exemplo, numa ocupação urbana quando, através da experiência de participar de um coletivo, o morador tem que aprender a debater questões em Assembléias sem que haja um líder para indicar um caminho. Esse tipo de conhecimento pode ser chamado de “conhecimento político” (Sader 1988) e ele ajuda na constituição das coletividades onde hajam práticas que garantam a expressão dos sujeitos e a defesa de suas vontades: o “sujeito coletivo” (Sader, 1988). Abordagens teóricas como a psicodinâmica do trabalho e a clínica da atividade também elegem o coletivo como uma

importante meio para se recusar a nocividade e se construir alternativas de saúde no trabalho. Nesse sentido, foi a partir de uma perspectiva histórico-epistemológica que foram buscados os caminhos para a elaboração dessas novas metodologias, além de uma vivência junto com os moradores das ocupações, e o desenvolvimento de trabalhos na área de saúde dentro destas. A importância desses trabalhos reside no fato de que ocupar também é trabalhar, visto que dentro do processo de ocupação se dá também o trabalho doméstico, os trabalhos de manutenção do prédio (hidráulica, elétrica, obras), a cozinha coletiva, a portaria e o trabalho cognitivo-afetivo de participar das Assembléias. O principal resultado dessa pesquisa teórico-metodológica é a confirmação da importância da escuta do "ocupante" na elaboração de qualquer estratégia de intervenção: de suas necessidades, de suas vontades, de seus sofrimentos. A criação de um espaço onde eles possam coletivizar suas vivências e suas dificuldades de trabalhar juntos é fundamental. Importa sistematizar e construirmos juntos as demandas que os moradores apresentam, de modo a poder garantir a saúde num ambiente tão difícil de se viver como uma ocupação.

**Palavras-chaves:** movimentos sociais, trabalho, experiência

**Atividade:** A atividade dos membros de Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA) e suas implicações no processo saúde-doença e na ação de prevenção (Paineis)

**Trabalho:** A atividade dos membros das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA) e suas implicações no processo saúde-doença e na ação de prevenção

**Autor(es):** Daniele Viana Alves, Anísio José da Silva Araújo, Deborah Dornellas Ramos, Fabiana Ribeiro Monteiro

**Resumo:** O presente estudo teve por objetivo analisar a atividade de trabalhadores, membros das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs), e suas implicações na ação de prevenção. Partimos do pressuposto que é nos locais de trabalho onde pode acontecer uma gestão efetiva da Saúde e Segurança no Trabalho (SST). Desse modo, se o trabalho de prevenção não for capaz de captar o olhar de quem está na base e, portanto, de enxergar os procedimentos de segurança que os próprios trabalhadores engendram no exercício de sua atividade, corre sérios riscos de fracassar. As ferramentas teóricas que consideramos pertinentes ao nosso objeto de estudo foram a Ergonomia da Atividade e a Psicodinâmica do Trabalho. No primeiro caso, a descoberta da diferença entre o trabalho prescrito e o trabalho real, revelou um cenário marcado pela variabilidade e pelo esforço em reduzi-la. Coloca-se em destaque, assim, a capacidade gestonária dos trabalhadores, muitas vezes praticada sob múltiplos constrangimentos. A Psicodinâmica do trabalho, por outro lado, focaliza a relação psíquica com o trabalho, procurando identificar o destino do sofrimento no trabalho, ou seja, invenção, produção de inovações, prazer ou, do contrário, desinvestimento, apatia, desmobilização subjetiva, adoecimento. O interesse em captar o ponto de vista de quem está mais próximo dos trabalhadores na gestão da SST, ou seja, os cipeiros, nos levou a optar por uma abordagem qualitativa, já que esta procura entender os fenômenos segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada. No processo de produção dos dados, utilizamos a entrevista individual semi-estruturada e, na análise dos dados, a análise de conteúdo temática. A pesquisa foi desenvolvida em três empresas da grande João Pessoa - PB, inseridas nos ramos têxtil e de alimentos. O grupo de pesquisa envolveu 21 cipeiros. A primeira etapa do estudo consistiu na realização da entrevista individual semi-estruturada, cujo roteiro, composto por 13 questões, envolve aspectos como; as motivações para ser cipeiro; concepções subjacentes à formação de cipeiro; identificação das ações preventivas desenvolvidas pelas CIPAs; análise do modo de organização do trabalho das CIPAs; as condições de trabalho oferecidas; as dificuldades enfrentadas; as fontes de sofrimento e de prazer no trabalho, identificação do trabalho prescrito dos cipeiros, análise das relações de trabalho no interior da CIPA e por último, investigação do modo como os acidentes são analisados. Concluiu-se, a partir desse estudo, que a atividade dos

cipeiros restringe a prevenção quase exclusivamente ao nível do cumprimento das normas de segurança e ao uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), revelando uma visão, no mínimo defasada, no tocante a uma Política de SSST em bases conseqüentes. No que diz respeito ao Curso de Formação para cipeiros, os entrevistados manifestaram a necessidade de uma atualização e de uma reciclagem, de modo que novas questões possam ser contempladas. Um número considerável de participantes da pesquisa apresentaram como motivo para serem cipeiros a indicação da empresa, o que denota que não houve por parte deles uma “escolha” da CIPA, ou seja, uma decisão respaldada na sensibilidade em relação ao tema da SST. Quanto as dificuldades enfrentadas pelos cipeiros, uma delas se refere a resistência dos trabalhadores quanto ao uso do Equipamento de Proteção Individual (EPI) que, por sua vez, é interpretada como sendo decorrente da indolência do trabalhador, da sua pouca consciência quanto a segurança no trabalho. Outra dificuldade identificada diz respeito ao conhecimento, pelos trabalhadores, dos riscos aos quais estão expostos, porém, estes não são assumidos, como seria de se esperar. No que se refere a análise de acidentes, é predominante o discurso segundo o qual a ocorrência do acidente se deve a alguma disfunção da máquina, ou simplesmente como culpa do trabalhador, decorrente de um ato inseguro. As análises de acidentes são simplistas, monocausais e restritas às causas imediatas, as quais descontextualizam o acidente de suas origens organizacionais e gerenciais, e ajudam a construir uma visão errônea que tende a culpabilizar o trabalhador. Quanto ao mapeamento de riscos, observamos que o procedimento em si é conhecido pelos cipeiros, porém a não participação dos trabalhadores no processo de elaboração dos mapas de riscos é preocupante, porque sabemos que ninguém melhor que o próprio operário para identificar os riscos existentes em sua atividade. A falta de autonomia dos cipeiros diante da realidade a qual estão inseridos, é um aspecto relevante, uma vez que muitos dos entrevistados afirmam não ter poder decisório, ou seja, a gerência da empresa é quem determina o que pode e o que não pode ser feito. Em resumo, a situação que encontramos nas três empresas investigadas não é das mais alvissareiras, levando-se em conta a participação dos cipeiros e dos trabalhadores de modo geral na gestão da SST.

**Palavras-chaves:** Análise da Atividade, Comissões Internas de Prevenção de Acidentes, Saúde e Segurança no Trabalho

**Atividade: Morte Anunciada: Acidente de trabalho no processo de beneficiamento do mármore (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Morte Anunciada: Acidente de Trabalho no processo de beneficiamento do mármore

**Autor(es):** Maria das Graças Barbosa Moulin

**Resumo:** O setor de rochas ornamentais é de grande importância na economia do Estado do Espírito Santo. Trata-se de um complexo de atividades como extração de blocos, serragem destes em chapas, beneficiamento das chapas em produtos industrializados, tais como pisos ou bancadas de pias, transporte, moagem das pedras refugadas em pó de calcário, além da comercialização tanto a nível nacional quanto internacional. É um setor que gera empregos, e é justamente no processo de trabalho, na organização e nas condições em que se dá é que se esconde o Lado Não Polido das Pedras. É um processo de trabalho reconhecidamente penoso e perigoso, em que há manuseio de dinamites, contato contínuo com o pó, poeiras, ruído intenso, manobras e carregamento de blocos e chapas, e que resultou em cerca de dez acidentes fatais por ano. A presente comunicação tem por objetivo apresentar estudo de caso de um acidente de trabalho que resultou em paraplegia do trabalhador de cerca de 35 anos, casado, pai de dois filhos, a mulher grávida de mais um à época do acidente. O acidente de trabalho, ocorrido numa serraria, teve, na forma descuidada e autoritária com que era organizado, todas as características que o tornou, como referem os sindicalistas uma "Morte Anunciada" - no caso aqui resultou numa deficiência física incapacitante - a vida foi poupada, perde-se a identidade de trabalhador com emblemas de virilidade, começa um novo drama. A organização do trabalho se caracterizava por jornadas que tinham hora para começar, mas não tinham hora para acabar, por vários pequenos acidentes e incidentes que prenunciavam o acidente maior, pela prática de alocar trabalhadores em funções para os quais não estavam habituados, guinchos sem freio,

trabalhadores que não eram ouvidos em seu saber e suas reivindicações por uma estrutura hierárquica autoritária. Morando em pequenos distritos onde a atividade predominante está no setor de rochas, os trabalhadores, que muitas vezes se auto-denominam heróis, se submetem: temem, antes de tudo o desemprego, que lhes subtrairiam a identidade de homem trabalhador, provedor, bom pai de filho, um homem honrado enfim. O presente estudo de caso é revelador também das consequências sociais do acidente de trabalho: como reage a família, os apoios que recebem da comunidade, da parentela mais extensa, do forte ancoradouro simbólico da religião, que lhes dá coragem para prosseguir sem olhar para trás. É revelador também do papel fundamental do sindicato dos trabalhadores, que se faz presente não só na assistência jurídica, mas material e até afetiva. É revelador também do descaso dos responsáveis pela empresa e da ausência absoluta do Poder Público, seja na fiscalização das empresas, seja em termos de vigilância ou assistência em termos da Saúde do Trabalhador. Um caso paradigmático de um processo de trabalho que, para muitos, marca a história pessoal de forma dramática, negativa e que urge que seja transformada para que os riscos que os trabalhadores corram sejam somente aqueles que escolherem nestes tempos de incertezas, e não de um processo de trabalho que produz "mortes anunciadas"

**Palavras-chaves:** Acidentes de Trabalho, Saúde do Trabalhador, Organização do Trabalho e Saúde

**Atividade: Competências Gerenciais e Estratégias de Aprendizagem no Trabalho (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Competências Gerenciais e Estratégias de Aprendizagem no Trabalho

**Autor(es):** Livia Cruz Tourinho de Melo, Sonia Maria Guedes Gondim

**Resumo:** As competências gerenciais têm crescido em importância em virtude do papel estratégico dos gerentes na performance organizacional, especialmente na articulação entre os níveis de planejamento e operação de trabalho. Um dos desafios que se apresenta é o de compreender como tais competências são desenvolvidas e que estratégias de aprendizagem são comumente utilizadas para tal. O objetivo deste estudo foi o de relacionar domínios de competências gerenciais às estratégias de aprendizagem utilizadas por gerentes no trabalho. Após a identificação de três domínios de competências gerenciais: 1) planejamento e gestão dos processos de trabalho, 2) gestão de pessoas e 3) conhecimento técnico, inferidos por meio de análise fatorial e validados por 9 juízes (três estudiosos de competências, 3 gerentes de nível médio e 3 gerentes seniores) foram selecionados cinco gerentes de diferentes contextos organizacionais (setor bancário, petrolífero, elétrico e de construção civil) e áreas de atuação diversas para serem entrevistados. As entrevistas em profundidade versaram sobre três tópicos: competências mais utilizadas, atividades gerenciais e estratégias de aprendizagem utilizadas para desenvolver as competências necessárias ao exercício do papel gerencial. As entrevistas foram transcritas e validadas pelos entrevistados, uma vez que os mesmos tiveram acesso às transcrições e puderam ratificar e/ou acrescentar informações sobre competências essenciais, atividades gerenciais e estratégias de aprendizagem. Procederam-se à análise de conteúdo temática e argumentativa das entrevistas, concluindo-se que independente do domínio de competências, a atividade de gerência está intimamente relacionada à experiência prática adquirida no cotidiano de trabalho. Os cursos e treinamentos teóricos e vivenciais são importantes, porém não são decisivos no desenvolvimento de competências gerenciais. Para quem atua em gestão de pessoas as competências mais utilizadas são comunicação eficaz, uso do processo decisório, administração de conflitos, monitoramento do desempenho individual e desenvolvimento dos empregados, cujas principais estratégias de aprendizagem são a consulta a manuais e artigos técnicos, busca de ajuda interpessoal e aplicação prática (aprender fazendo). Para quem atua como gerente de nível técnico (gerência de produção, por exemplo) destacam-se as competências de gerenciamento de projetos e gerenciamento multidisciplinar, estando relacionadas às estratégias de aprendizagem de consulta a manuais e procedimentos, busca de ajuda interpessoal, aplicação prática e reflexão extrínseca (articulação de conhecimentos de diferentes áreas). Por fim, a gerência que atua no domínio do planejamento e gestão de

processos de trabalho destaca as competências de gerenciamento da mudança, orientação para resultados e estabelecimento de metas e objetivos, cujas estratégias de aprendizagem são a prática e a busca de ajuda de outros. Conclui-se, então que embora haja diferenças na eleição das competências gerenciais, que variam conforme a área de atuação da gerência e o contexto organizacional, as estratégias de aprendizagem são semelhantes, destacando-se a busca de ajuda interpessoal (colegas mais experientes) e a aplicação prática, sendo os livros e manuais técnicos apenas um suporte de aprendizagem, necessários, porém não suficiente para qualificar o gerente.

**Palavras-chaves:** Competências gerenciais.,Estratégias de Aprendizagem,Desenvolvimento gerencial

**Atividade: Condições de saúde e trabalho de auxiliares de serviços gerais de escolas publicas municipais de João Pessoa – PB. (Paineis)**

**Trabalho:**Condições de saúde e trabalho de auxiliares de serviços gerais de escolas publicas municipais de João Pessoa – PB.

**Autor(es):** Edil Ferreira da Silva,Mary Yale Rodrigues Neves,Luciano de Sousa Silva,Mateus do Amaral Meira,Mônica Rafaela de Almeida,Liliane Tubino,Julianne Patrícia Leiros da Silva,Jana Gabriela Barros Silva,Heddylamarr Rosas de Melo Filha,Francecirly Alexandre dos Santos,Cinthia Lopes Santos,Aline Kelly Cassimiro P Ribeiro

**Resumo:** Desde 2001 o Programa de Formação em Saúde, Gênero e Trabalho nas Escolas vem sendo desenvolvido nas escolas de ensino fundamental do município de João Pessoa – PB, com o intuito de capacitar trabalhadores e trabalhadoras para compreender o seu trabalho e sua relação com o processo saúde-doença, buscando transformar as situações nocivas. Nesta apresentação, estaremos nos detendo às situações de trabalho e saúde das auxiliares de serviço gerais de escolas públicas da rede municipal de João Pessoa. O resultado do estudo que aqui será explicitado faz parte do Observatório das Condições de Saúde e Trabalho, que é a etapa atual do Programa acima citado. O Observatório objetiva intervir na problemática das condições de saúde e trabalho, possibilitando aos/às trabalhadores/as das escolas envolvidas, o monitoramento contínuo e autônomo das condições de saúde e trabalho para sua autodefesa. Dessa forma, o Observatório procura ativar nos/as trabalhadores/as o senso crítico sobre o que está causando-lhes sofrimento e/ou adoecimento e criar espaços de discussão permanentes sobre a saúde nos ambientes de trabalho. A análise da atividade das auxiliares de serviços de escolas públicas e suas conseqüências para o bem estar dessas trabalhadoras foi realizada a partir de observações gerais que possibilitaram uma valorosa aproximação e compreensão da complexidade que envolve as situações de trabalho e observações sistemáticas buscando uma visão mais detalhada da atividade, além do mapeamento dos fatores de risco. Os suportes teórico-metodológicos deste estudo vêm das seguintes disciplinas: Ergonomia da Atividade (Guérin et al., 2004), a Psicodinâmica do Trabalho (Dejours, 2004), o Modelo Operário Italiano de produção de conhecimento sobre saúde e trabalho (Oddone et al., 1986) e a perspectiva das relações sociais de gênero (Brito et al., 2003). De acordo com os dados levantados o trabalho de auxiliar de serviço é desenvolvido predominantemente por mulheres, que na sua maioria se desdobram em duplas jornadas de trabalho, dando conta tanto do trabalho doméstico como do

assalariado. Observa-se também: uma grande variabilidade do trabalho, uma defasagem entre o trabalho prescrito e o trabalho efetivamente realizado fazendo com que as trabalhadoras tenham que gerir a regulação de suas atividades e desse modo, criação de estratégias para poder continuar o trabalho. Uma das estratégias a destacar é a formação de coletivos de trabalho ampliado (auxiliares, merendeiras e vigilantes) com o intuito de abarcar o conjunto de atividades e exigências requeridas durante a jornada de trabalho no tempo certo e com qualidade. Foram detectadas, em geral, condições e organização precárias de trabalho e de segurança, como escassez de pessoal e de utensílios adequados para o desenvolvimento do trabalho, produtos de limpeza de péssima qualidade, excesso de responsabilidade, pressões vinculadas às relações de trabalho e falta de materiais de proteção adequados. Entre os diversos agravos à saúde produzidos por estas condições de trabalho podemos citar as alergias e irritações da pele e mucosas, problemas respiratórios, dores nas articulações, de cabeça e de coluna e sofrimento decorrente da organização do trabalho. A falta de reconhecimento da contribuição destas profissionais na dinâmica geral da escola tem implicações nas fontes de prazer, na produção de sentido e na saúde dessas trabalhadoras. O monitoramento tem permitido compreender e provocar mudanças nas condições de trabalho. Entre as medidas discutidas e colocadas em prática podemos citar: retirada de uma sala de aula do refeitório, conserto dos banheiros, compra de quadros brancos, utensílios de qualidade necessários à limpeza e construção de um carrinho adequado para o transporte da merenda escolar.

**Palavras-chaves:** Saúde do Trabalhador, Condições de Trabalho, Auxiliares de Serviço de Escolas Municipais

**Atividade: Poder e cárcere:  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Poder e cárcere: uma análise Foucaultiana das implicações do poder na subjetividade do interno.

**Autor(es):** Mariana Leonesy da Silveira Barreto, Gilton Carlos da Silva Santana, Diogo Esmeraldo Cavalcanti, José Euclimar Xavier de Menezes, Jaira Capistrano da Cruz Soares

**Resumo:** O sistema prisional é caracterizado por um ambiente de violência e degradação. A opressão vivenciada pelo interno pode ser percebida por meio do poder periférico, o qual é exercido nas relações interpessoais entre agentes penitenciários, reclusos e colegas de cela. A sensação de patrulhamento e vigília é constante. O recluso está imerso em uma rede complexa de relações de poder, as quais se iniciam desde o rito de passagem que subdivide o mundo liberto do confinamento. A partir de uma perspectiva foucaultiana, há na análise das redes de poder no cárcere um destaque para a categoria de poder disciplinar, o qual é definido como sendo um mecanismo de controle que “adestra” o indivíduo e se apropria do seu corpo. A disciplina “fabrica” sujeitos, toma-os como objetos e instrumentos de seu exercício, tendo como principal objetivo tornar o corpo dócil e, por consequência, mais produtivo, o que converge com os interesses de uma sociedade capitalista, que tem como função adestrar para melhor expropriar. (FOUCAULT, 1999). O entrelaçamento das redes de poder tem consequências diretas na subjetividade do interno. O indivíduo que se submete a uma instituição total, vivencia processos contínuos de “mortificação do eu”, uma vez a principal característica é o confinamento. A falta de comunicação do recluso com o ambiente externo implica na assimilação em maior ou menor grau da cultura existente no interior do cárcere, o interno possui a sua subjetividade violada, pois na tentativa de se adaptar ao ambiente de reclusão acaba por modificar as suas crenças, valores e atitudes. Este fenômeno é denominado prisionalização e é estudado por uma equipe multidisciplinar, tais como sociólogos, psicólogos, juristas e psiquiatras, por exemplo. Gradativamente, o recluso perde a capacidade de se relacionar, torna-se mais violento, ou até mesmo elabora um embotamento afetivo, estes são apenas três exemplos que demonstram a sujeição da subjetividade do interno para a sua adaptação em uma instituição total (HANNEY,



2001; THOMPSON, 1980). Ante tais constatações, tem-se como escopo teórico analisar de que maneira as relações de poder intra-sistema prisional interferem na subjetividade do interno no contexto da pena privativa de liberdade. Os princípios existentes na Lei de Execução Penal, que asseguram a dignidade da pessoa humana, são contrariados no momento em que a realidade do recluso se insere num ambiente de celas superlotadas, falta de assistência social e médica e carência de higiene, por exemplo. A experiência vivida no cárcere implica, inevitavelmente, conseqüências sobre o corpo e a mente do interno. Esta será a idéia norteadora da análise Foucaultiana para o presente estudo.

**Palavras-chaves:** Foucault, Cárcere, Subjetividade, Prisionalização, Instituição Total

**Atividade: ANÁLISE DE UMA INSTITUIÇÃO CONCRETA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE UM SETOR HOSPITALAR (Painéis)**

**Trabalho: ANÁLISE DE UMA INSTITUIÇÃO CONCRETA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE UM SETOR HOSPITALAR**

**Autor(es):** Claudia Tatiana Ferreira Cavalcante, João Paulo dos Santos Nobre, Mayara Barbosa Sindeaux Lima, Abraão Fonseca, Eric Campos Alvarenga, Maria Lúcia Chaves Lima

**Resumo:** As instituições são redes de relações e conceitos que se imbricam em um determinado agrupamento social. Por instituições compreendem-se as idéias, normas, regras que regulam a vida social: são as formas pelas quais nos organizamos socialmente ao longo do tempo. A sociedade se configura, portanto, em uma rede de instituições interligadas. O teórico Guilhon Albuquerque, na herança de Michel Foucault, valoriza a análise das relações de poder presentes nas instituições, uma vez que é inerente às relações sociais estabelecidas entre as pessoas. E é através da análise das instituições concretas que tais relações de poder podem ser reveladas como uma prática institucional, política, econômica e ideológica. A análise institucional designa tanto uma concepção acerca da instituição quanto uma teoria para a análise. Este trabalho visa, com base nos elementos fornecidos por Guilhon Albuquerque para a análise das práticas institucionais, investigar o discurso de alguns profissionais que trabalham em um hospital. A pesquisa foi realizada no setor de Otorrinolaringologia do Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza, em Belém/PA. Para a realização das entrevistas e da observação do funcionamento do setor pesquisado foram utilizados um gravador, fita, papel e caneta. Elaboraram-se também roteiros para guiar as entrevistas, sendo um voltado para os profissionais e outro, para a clientela. O roteiro aplicado aos profissionais continha perguntas relacionadas à sua função, suas práticas cotidianas, sua importância e sobre a relação com a clientela. As perguntas para a clientela eram relacionadas aos serviços oferecidos e aos profissionais que prestavam tais serviços. Participaram do estudo 7 profissionais (Otorrinolaringologista, Fonoaudiólogo, Psicólogo, Enfermeira, Auxiliar de Enfermagem, Técnico de Enfermagem e Secretária), 1 residente de medicina e 6 usuários do serviço. Foi realizada também uma visita ao setor escolhido para a familiarização com o local, e nesse período se estabeleceu contato com os profissionais para conhecer a estrutura e dinâmica da instituição. A partir da análise realizada, constatou-se que o objeto institucional é a saúde, tendo como âmbito institucional a orientação a respeito de práticas que irão interferir na saúde auditiva. Os atores institucionais são: divididos em agentes privilegiados, que a partir dos dados coletados podemos observar que são os Profissionais de Otorrinolaringologia, o coordenador geral do setor de Otorrinolaringologia, os profissionais de Fonoaudiologia, o coordenador dos residentes e o profissional de Psicologia. Com base nas entrevistas realizadas observou-se que estes agentes constituem uma categoria profissional dentro da instituição e tem o seu trabalho reconhecido tanto pelos agentes privilegiados quanto pelos outros atores institucionais; outra categoria é de agentes subordinados, e foram identificados como tal os profissionais de enfermagem e residentes de

medicina. O profissional de Enfermagem de acordo com Guilhon de Albuquerque deveria se enquadrar como agente privilegiado por constituir uma categoria profissional, no entanto estes profissionais acusaram não sentir-se valorizados pelos outros atores institucionais, pois não são chamados para as reuniões da equipe. O enquadramento dos auxiliares e técnicos de enfermagem como agentes subordinados está de acordo com os critérios de Guilhon, visto que constituem uma classe hierarquicamente inferior na instituição, assim como os residentes; a terceira categoria é do pessoal institucional que são definidos como sendo empregados ou funcionários da instituição que prestam serviços indispensáveis à manutenção da mesma, sem estarem ligados diretamente ao objeto institucional. Nesta categoria encontram-se a secretária; a quarta categoria é o mandante caracterizado pela relação de subordinação funcional com a Universidade Federal do Pará; e foi reconhecida como clientela os moradores do estado do Pará, apresentando problemas de saúde relacionados ao setor de otorrinolaringologia e fonoaudiologia, matriculados no hospital e encaminhados por um médico clínico geral. Quanto ao serviço prestado, todos acreditam que é de qualidade e que está de acordo as necessidades da clientela. A própria clientela se disse satisfeita com o atendimento na instituição, não indicando pontos em que seria necessário aplicar melhorias; o público que são as pessoas que moram no estado do Pará e que são matriculados no hospital ou encaminhados pelo SUS de municípios que não possuem atendimento médico especializado em otorrinolaringologia/fonoaudiologia; e por fim as práticas institucionais demonstradas pelo atendimento especializado nas áreas de otorrinolaringologia, fonoaudiologia, psicologia e enfermagem. Estas práticas estão relacionadas diretamente com o objeto de ação da instituição. Há também práticas relacionadas à administração da instituição, não relacionadas diretamente ao objeto de ação, mas de fundamental importância para o funcionamento da instituição.

**Palavras-chaves:** Guilhon Albuquerque, Análise institucional, hospital

**Atividade: O Comportamento do Motociclista na Cidade de Manaus: O estresse como fator desencadeante de acidentes de trânsito. (Paineis)**

**Trabalho:** O Comportamento do Motociclista na Cidade de Manaus: O estresse como fator desencadeante de acidentes de trânsito.

**Autor(es):** Andreina Santos, EDLAILSON SOUSA

**Resumo:** Dirigir nas cidades grandes é uma tarefa cada vez mais difícil e estressante, não bastasse o excesso de veículos nas vias, que nem mesmo as campanhas de educação no trânsito e a reconfiguração das vias, construção de viadutos e outras medidas conseguem resolver. As pessoas têm que lidar com outros complicadores que dificultam ainda mais o trânsito, tais fatores envolvem: motoristas de todas as categorias, pedestres, qualidade das vias, veículos e o respeito ao cidadão que deseja circular pelo espaço público em segurança. Além do caos do trânsito, o motorista ainda tem que coordenar outros tipos de pressões como a vida profissional e familiar; portanto não é de se surpreender que o número de acidentes de trânsito, com o passar dos anos, seja cada vez maior nos grandes centros urbanos do país. A pesquisa realizada teve como objetivo principal investigar comportamento do motociclista na cidade de Manaus: o estresse como fator desencadeante de acidentes de trânsito. Buscou-se investigar o que leva o motociclista profissional a envolver-se em acidentes de trânsito. A respeito da investigação das causas desse comportamento, pode ser citado a falta de segurança e equipamentos de proteção; ausência de treinamento e qualificações profissionais; a negligência e a imprudência dos motociclistas; as formas de remuneração; as condições do trânsito; as condições de trabalho; as relações interpessoais estabelecidas no trabalho e na vida pessoal. Esses fatores estão direta ou indiretamente relacionados às causas de acidentes de trânsito envolvendo esse profissional. Para tal foi usado o método quantitativo, pois empregou técnicas estatísticas na coleta e tratamento das informações. Foi usado como instrumento para coleta de dados um questionário semi-estruturado, contendo perguntas abertas e fechadas. A técnica de entrevista também foi utilizada. Foram entrevistados 30 motociclistas profissionais, funcionários de uma rede de drogarias da cidade, que trabalham no turno matutino, do sexo masculino, com

idade entre 23 e 50 anos de idade, atuando na profissão entre 2 e 5 anos. O resultado da pesquisa mostrou que as condições do trânsito, as condições de trabalho, o clima da região, a saúde mental, o estresse, a imprudência dos motociclistas e motoristas, exercem sem dúvida alguma influência sobre os acidentes envolvendo motociclistas. É estarrecedor o crescimento do número de acidentes envolvendo carros e motocicletas, sendo este último o que mais sofre pela falta de proteção física aumentando todos os dias essa estatística. Existe uma necessidade crescente de políticas públicas e o envolvimento das empresas voltadas para a melhoria das condições de trabalho, condições de trânsito e na redução dos indicadores de acidentes de trânsito.

**Palavras-chaves:** Acidentes de trânsito, Comportamento humano, Motociclista, Trânsito, Condições de Trabalho

**Atividade:** Análise do Material Didático de um Treinamento Baseado na Web (TBW) (Paineis)

**Trabalho:** Análise do Material Didático de um Treinamento Baseado na Web (TBW)

**Autor(es):** Rodrigo Araújo de Miranda, Vanessa Bixi, Acileide Coelho, Annelise Soares, Cássio Koshevnikoff Zambelli, Gardenia Abbad

**Resumo:** O presente estudo teve por objetivo avaliar a qualidade do material didático de um curso a distância, baseado na web (TBW). O programa de treinamento, denominado Uma introdução à Lógica de Programação, é composto por nove módulos, cujos objetivos instrucionais podem ser cumpridos pelo aluno em aproximadamente 60 horas de estudo. O objetivo geral do curso é capacitar os alunos a desenvolver lógica de programação e a elaborar algoritmos em Português Estruturado e em Diagramas de Bloco, sem a necessidade do uso de linguagens de programação. Porém, a linguagem utilizada para descrever o objetivo geral é muito técnica e de difícil compreensão. A análise do presente curso permite inferir que o mesmo tem a finalidade de apresentar conceitos básicos de lógica de programação, com exemplos práticos mínimos acerca da realidade de um programador, fato que torna difícil apontar o público-alvo do curso. O material foi disponibilizado na forma de CD-ROM e material impresso, que continham a parte teórica abordada nos módulos, bem como exercícios de fixação ao final de cada módulo. Além desses recursos instrucionais, os alunos tinham acesso à interface gráfica disponibilizada pelo site da empresa MSD Tecnologia Educacional, uma empresa que tem por objetivo desenvolver produtos multimídia voltados para o ensino, treinamento e entretenimento. Nesse último recurso didático, constam atividades complementares ao curso, bem como exercícios de fixação do conteúdo. O procedimento de análise teve como subsídio dois instrumentos: "Roteiro de Análise do Material Didático" e "Tabela de Análise de Objetivos Instrucionais". Esses instrumentos foram construídos principalmente com base em abordagens instrucionais, no modelo de avaliação somativa de cursos, proposto por Abbad (1999) intitulado "Um modelo integrado de avaliação do impacto do treinamento no trabalho – IMPACT", nas técnicas de redação de Mager (1961) e em taxonomia de objetivos instrucionais de Bloom e colaboradores (1972). O material do curso foi analisado nos seguintes aspectos: qualidade dos objetivos instrucionais, seqüência de apresentação dos conteúdos, adequação dos exercícios, das avaliações e dos feedbacks. A equipe de avaliadores se reunia em duplas para avaliar o material do curso de forma alternada em relação aos módulos propostos, com base no Roteiro de Análise de Material Didático – EAD, instrumento de avaliação que foca os indicadores: Objetivos Instrucionais, Adequação das Estratégias Instrucionais, Exercícios, Planejamento de Atividades, Seqüência de Ensino, Fontes de Informação e Informações Gerais sobre o Curso. Ao final dessa etapa, toda a equipe (5 pessoas) discutiu os resultados e as discrepâncias eram sanadas por consenso. De modo geral, o curso foi bem avaliado. Além de apresentar boa navegabilidade no material virtual, o curso também mostrou bastante coerência na apresentação do conteúdo entre os materiais impresso e virtual e boa

adequação da linguagem utilizada. Ainda são pouco disponibilizados para o aluno atividades extras, chats, fóruns e serviços de tutoria. O público-alvo do curso não recebe feedbacks estruturados e informativos quanto ao seu rendimento nos exercícios propostos durante o curso, pois os existentes apenas indicavam a porcentagem de acerto na questão, sem explicitar qual resposta era a correta ou porque estava errada, tampouco guiava o aluno a encontrar a resposta certa. Essa prática, provavelmente, prejudica a aprendizagem do aluno por dificultar seu acesso à informação correta. Um feedback efetivo possibilita ao treinando o acesso a informações sobre o que foi aprendido e o que é necessário ainda revisar e estudar para alcançar os objetivos instrucionais. Foi colocado como sugestão adicionar essas informações no material do curso para cada questão. Assim, os exercícios se tornam mais eficazes como estratégias de fixação dos conteúdos e estímulo à transferência de treinamento. Desta forma, pretende-se aperfeiçoar o treinamento a distância, que é uma das principais ferramentas de capacitação humana nas organizações atualmente porque permite a constante auto-avaliação dos aprendizes-profissionais, de modo que estes não se tornem obsoletos no mercado de trabalho. Os resultados dessas avaliações serão discutidos com base em revisão da literatura psicológica especializada em feedbacks.

**Palavras-chaves:** Educação a Distância, Avaliação de Treinamento, Psicologia Instrucional

**Atividade: Psicologia Social e Cooperativismo Solidário:  
(Experiências em Debate)**

**Trabalho:** PSICOLOGIA SOCIAL E COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO: encontros de saberes e práticas

**Autor(es):** Andrea Siomara de Siqueira

**Resumo:** Este trabalho objetiva apresentar o percurso e os resultados do projeto Comunidade Reciclada, que nasceu como um projeto de pesquisa durante a graduação em Psicologia e se tornou um empreendimento de cunho social efetivado graças ao recurso financeiro investido por Furnas Centrais Elétricas S/A. Ele teve como objetivo criar condições para que monitores ambientais, desempregados e homens e mulheres que vivem em situação de rua no bairro da Penha (zona leste de São Paulo) iniciassem um trabalho cooperativo que visa gerar renda através da atividade de coleta seletiva de resíduos sólidos, engajando-se mutuamente na educação ambiental da comunidade e na luta pela diminuição da extração natural. Uma cooperativa de catadores racionaliza o trabalho, aumenta a produtividade e melhora a auto-imagem do trabalhador. Isto acontece através de um processo de intervenção social longo e trabalhoso, mas que torna independente a comunidade ao longo do processo. A cooperativa justifica-se por dois principais argumentos: melhores resultados econômicos e alteração da qualidade de vida como um todo – auto-imagem mais elevada, melhor convivência social e sentido de coletividade. Ela se diferencia dos demais tipos de sociedade por ser, ao mesmo tempo, uma associação de pessoas (aspecto social) e uma empresa econômica (aspecto econômico). Por isso se diz que ela tem dupla natureza sendo considerada uma das formas mais avançadas de organização social. Acreditar nessa iniciativa, é enfatizar as pessoas enquanto seres sociais, ativos e modificadores de sua realidade. O projeto psicossocial Comunidade Reciclada priorizou a geração de renda, a economia solidária, o cooperativismo, o desenvolvimento da cidadania, o meio ambiente, o relacionamento com a comunidade e, principalmente, a construção de uma nova identidade de trabalhador. Acreditar na potencialidade do ser humano é acreditar que a mudança se efetiva nas pequenas práticas diárias, que se tornam grandes na medida em que se multiplicam. Os objetivos gerais do projeto foram: a) Mapear as demandas dos participantes, individualmente e do grupo como um todo; b) Trabalhar os princípios da cidadania alicerçados na autogestão política, financeira e social; c) Promover reflexão sobre a auto-imagem a partir de valores éticos e condizentes com os princípios da economia solidária; d) Propiciar a construção do conhecimento de como se dão as relações humanas entre membros cooperados, compradores, fornecedores e clientes. Os objetivos específicos foram: a) Identificar as necessidades e dificuldades pessoais dos participantes; b) Identificar fatores internos e externos que podem dificultar o desenvolvimento; c) Identificar os fatores motivacionais que norteiam a construção de uma identidade individual de trabalhador; d)

Promover uma reflexão sobre a identidade individual através de autoconhecimento;e)Promover reflexão sobre a auto-imagem a partir dos valores de cada um para gerar expectativas de futuro;f)Construir em grupo o conceito de cooperativa;g)Definir cidadania para preparar os participantes no estabelecimento de vínculos grupais;h)Apresentar e discutir a importância do trabalho de reciclagem de lixo;i)Desenvolver a identidade grupal visando a coesão dos membros e a formação de uma personalidade social jurídica.

**Palavras-chaves:** Psicologia Social,Cooperativismo Solidário,Economia Solidária,Projeto Social

**Atividade:** **CARACTERÍSTICAS PSICOLÓGICAS QUE ENVOLVEM OS PROCESSOS DE MUDANÇA DE EMPRESA PRIVADA PARA TERCEIRIZADA (Paineis)**

**Trabalho:**CARACTERÍSTICAS PSICOLÓGICAS QUE ENVOLVEM OS PROCESSOS DE MUDANÇA DE EMPRESA PRIVADA PARA TERCEIRIZADA

**Autor(es):** Andreina Santos,EDLAILSON SOUSA

**Resumo:** Durante toda evolução humana, o homem passa por mudanças, contudo, sempre que estas se apresentam este se desestabiliza, até que passe para acomodação e re-equilíbrio. Assim, grandes transformações acontecem permeando a vida da humanidade. Para uma reformulação de comportamento grupal é necessário descongelar atitudes, desaprender formas de agir para reeducar-se. Deste modo, faz-se preciso novas aprendizagens e novos comportamentos. Toda mudança é em geral difícil, contudo, grande parte desta conduz a crescimento e desenvolvimento pessoal e grupal. Na modificação de um comportamento grupal mais eficiente, etapas intermediárias se fazem necessárias: desenvolvimento da percepção do outro, através de papéis desempenhados, atitudes grupais, mecanismos de resistência à atração efetiva, desenvolvimento de comportamentos de liderança, compreensão dos problemas de comunicação. Podendo-se afirmar que toda reformulação de comportamento é uma mudança na pessoa. Considerando-se que a educação, neste caso, é o desenvolvimento de habilidades, em que primeira meta é o aprendizado do trabalho. A pesquisa teve como objetivo investigar a situação dos processos psicológicos que envolvem as mudanças de empresa privada para uma empresa terceirizada, além de buscar identificar quais os principais fatores que levam as pessoas à resistência a mudança. O estudo se compôs de pesquisa bibliográfica e o procedimento foi aliado ao método exploratório de forma descritiva. Ao desenvolver as hipóteses de que as resistências às mudanças dificultam os processos na transição de uma modalidade de organização para outro tipo de organização, considerou-se que um dos objetivos do estudo é saber como o psicólogo organizacional diante desta realidade pode auxiliar, facilitando essa passagem e contribuir na construção de novos paradigmas apresentados pelas atuais empresas. Constatou-se que o trabalho do psicólogo tem um valor fundamental nesse processo de transição. Através de sua intervenção, os fatores podem ser melhor repensados e avaliação, reconduzindo os agentes envolvidos nas mudanças a fazê-la sem danos psicológicos, físicos e outros. Na transição de uma empresa privada para uma terceirizada, o colaborador que sempre desempenhou um bom trabalho na empresa empregadora, possuirá mais condições de se adaptar e de crescer, até mesmo com ganhos bem maiores quando se encontra na empresa terceirizada. Destaca-se que a terceirização é a relação entre parceiros, em que se transferem para terceiros, atividades complementares, concentrando, deste modo, todos os seus esforços em suas atividades fundamentalmente ligadas ao seu negócio principal. E que esta proporciona – quando bem direcionada e criativa - menor custo, especialização nos serviços, maior qualidade, aumenta o poder de lucratividade, tanto para a empresa contratante, como para o trabalhador prestador dos serviços, pois, a este, é gerado maior número de empregos frente a demanda de trabalho; diminui o desperdício; favorece para que haja maior competitividade no mercado e diminuição de custos para a sociedade.

**Palavras-chaves:** Psicologia Organizacional,Trabalho,Terceirização

**Atividade:** **PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E MERCADO DE TRABALHO**

## **(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E MERCADO DE TRABALHO:

**Autor(es):** Luciana Maria Maia Viana, Leoncio Francisco Camino Rodriguez Larrain, Cleonice Pereira dos Santos Camino

**Resumo:** Verifica-se que nos grupos dominantes desenvolvem-se e expressam-se atitudes negativas e depreciativas, assim como comportamentos hostis e discriminatórios em relação a membros de grupos minoritários, em função da pertença grupal. Esse fenômeno, chamado de preconceito, acaba determinando que membros de diversos grupos minoritários vivam, no cotidiano, situações de extrema injustiça social. Um exemplo disso é o caso das pessoas com deficiência física. Especificamente no campo do trabalho, estimativas apontam que menos de 0,5% do número total dessas pessoas está, de fato, inserido no mercado de trabalho. Essa estatística vai de encontro à existência de leis afirmativas que garantem o direito ao trabalho dessas pessoas. Na prática, essa política, ao invés de contribuir para diminuir a discriminação e o preconceito, tem influenciado novas formas de discriminação que se manifestam, dentre outras, sob a forma de crenças pejorativas, a respeito da não aptidão desses indivíduos para o trabalho; avaliações tendenciosas, que consideram como padrão o profissional que não possui uma deficiência; ofertas de funções estereotipadas e pouco concorridas para as pessoas com deficiência; contratações dessas pessoas sem levar em conta o perfil psicológico; pagamento de salários baixos e inferiores aos pagos no mercado; e na falta de uma política de capacitação e promoção profissional. Esta realidade constitui-se um grave problema social uma vez que o trabalho, além de ser um direito de todos e uma das principais formas de participação social, permite o acesso aos meios de subsistência e de qualidade de vida do indivíduo e de sua família; auxilia na construção de sua identidade; permite a estruturação de atividades e do tempo e favorece as relações interpessoais. Para conhecer como pessoas com deficiência física, que trabalham em empresas de setores industriais, percebem a sua inserção no mercado de trabalho, realizou-se uma pesquisa com 14 dessas pessoas. Na coleta dos dados, utilizou-se a técnica de entrevista, conduzida a partir de um roteiro semi-estruturado, composto por perguntas relativas à pessoa com deficiência física, às funções que ocupa, à legislação que a protege e às práticas da organização voltadas a esse profissional. Verificou-se nos resultados que as pessoas com deficiência física, em seus discursos, ressaltam as leis afirmativas como principal instrumento que elas dispõem de acesso ao trabalho, mas atribuem a razões pessoais as possibilidades de ascensão e sucesso profissional. Além disso, essas pessoas, ao mesmo tempo em que falam em práticas e discursos preconceituosos experimentados no ambiente de trabalho, negam, em sua maioria, a existência de preconceito e quando não o fazem, afirmam não se importar com a situação. Concluindo, a compreensão que essas pessoas com deficiência física têm do seu acesso e permanência no mercado reproduz uma visão ideológica que traz o ideal de justiça social, entretanto, fundamentado na meritocracia capitalista.

**Palavras-chaves:** preconceito, pessoas com deficiência física, trabalho

**Atividade:** INDICADORES DE ASSÉDIO MORAL EM UMA LINHA DE PRODUÇÃO:  
**(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**INDICADORES DE ASSÉDIO MORAL EM UMA LINHA DE PRODUÇÃO:  
PERCEPÇÃO E ENFRENTAMENTO

**Autor(es):** José Tadeu Coutinho, Edson Carlos Cassiano, Fernanda Coelho

**Resumo:** A presente pesquisa, teve como objetivo verificar a presença de indicadores de assédio moral e descrever suas implicações no comportamento de operários de uma linha de produção de uma empresa de autopeças. Assédio moral pode ser observado em situações nas

quais indivíduos durante a jornada de trabalho são expostos a situações de humilhação e constrangimento no exercício de suas funções, geralmente praticadas por um chefe imediato ou indivíduos que ocupam o mesmo nível hierárquico, com objetivo de desestabilizar e em última instância, forçar o abandono do emprego. Tal fenômeno pode ocorrer tanto em direção vertical como horizontal e é mais comum em organizações que adotam estilos de liderança mais autoritários, no qual são privilegiadas condutas mais competitivas com foco na produção e resultados. O cenário da pesquisa foi uma linha de montagem de uma empresa de autopeças, de médio porte na região do Vale do Paraíba, Estado de São Paulo, Brasil. A amostra foi composta por dezesseis operários, de ambos os sexos, com mais de dois anos de casa e escolaridade igual ou superior ao ensino médio, divididos em dois grupos de oito componentes. A metodologia utilizada para coleta de dados foi a dos grupos focais, a partir da estrutura funilar composta por um roteiro de três perguntas, que incentivavam e exploravam relatos de experiências de sofrimento no trabalho, sentimentos frente a essas situações e por último como essas situações de sofrimento eram enfrentadas. Foram realizados dois encontros com cada grupo de operários, com duração de duas horas cada. Todos os encontros foram gravados por meio de equipamentos audiovisuais mediante autorização dos sujeitos pesquisados. O procedimento de exame dos dados coletados foi à análise de conteúdo. Os principais resultados apontam como indicadores de assédio moral, as ameaças de desemprego, exploração do trabalho e desrespeito profissional, invasão da privacidade, exposição frente colegas de área e constatação pública de falhas no trabalho, bem como mandos e desmandos por parte das chefias, que produzem nos operários sentimentos de autodesvalorização, revolta, decepção, insegurança e humilhação. Como conseqüências desse fenômeno, foram relatadas dificuldades de comprometimento para com a organização e em nível pessoal, sofrimento psíquico acompanhado de dores físicas, que pode incidir pontualmente em baixo rendimento do operário na linha de montagem, podendo dessa forma caracterizar motivos para sua demissão. Como principais estratégias de enfrentamento, foram relatados episódios de raiva acompanhado da possibilidade de abandono do posto de trabalho e busca de um novo emprego, além de boicotes direto frente as chefias imediatas.

**Palavras-chaves:** Assédio Moral, Sofrimento no Trabalho, Humilhação no Trabalho

**Atividade:** Pesquisa de Clima Organizacional desenvolvida por Consultores Juniores em uma Multinacional  
(Experiências em Debate)

**Trabalho:** Pesquisa de Clima Organizacional desenvolvido por Consultores Juniores em uma Multinacional

**Autor(es):** Rosângela Maria Guimarães Rosa, Jorge Carlos de Araújo, Luciana Veiga dos Santos, Juliana Guedes Gonçalves

**Resumo:** O seguinte trabalho é uma pesquisa de Clima Organizacional realizada em uma gerência específica da área de logística de uma multinacional localizada na cidade de São Luís – Maranhão, no período de junho a novembro de 2006. O projeto foi desenvolvido por consultores juniores da NovaMente – Empresa Júnior de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão e supervisionado por uma Professora, Psicóloga Especialista na área de Gestão de Pessoas. A solicitação do cliente foi identificar que fatores estariam contribuindo para o endividamento dos funcionários, que em conseqüência disso, estavam pedindo demissão da empresa visando receber os benefícios demissionais. A área onde foi desenvolvido o projeto caracteriza-se por ser estratégica e essencial para a empresa por fazer o controle logístico das operações, desde o transporte da matéria prima até sua exportação. Por essa especificidade, seus funcionários são qualificados dentro da própria organização, passando por várias outras áreas operacionais até chegar ao centro de controle de operações, processo este que ocorre a longo prazo. Tal fato consiste em um grande investimento da empresa em seus funcionários, o que denota uma preocupação da organização em mantê-los dentro de seu quadro. Após a análise da solicitação

do cliente, foi elaborada uma proposta de prestação de serviços visando inicialmente, antes de qualquer intervenção na área, um levantamento de possíveis indicadores e variáveis que estariam contribuindo para tal fato. Desta forma, o escopo original do projeto foi ampliado para uma Pesquisa de Clima Organizacional, na qual seria possível fazer um levantamento de tais pontos e também servir como ferramenta gerencial para o desenvolvimento humano e da referida área. Com a aceitação da proposta, iniciou-se a etapa preliminar de planejamento da pesquisa, onde a equipe desenvolveu estudos bibliográficos, elaborou o instrumento a ser aplicado e planejou toda a logística do projeto. O instrumento utilizado consistia em um questionário com 37 perguntas fechadas e 2 abertas. O questionário foi elaborado com base em 11 indicadores: condições de trabalho, volume e qualidade do trabalho, visão do superior imediato, relação com o superior imediato, feedback, nível de satisfação, espaço para falar / reconhecimento, relacionamento / comunicação, família, visão da empresa e visão de futuro. Esses indicadores não só embasaram a construção do questionário, mas visavam também à estrutura da avaliação dos dados obtidos. Antes de iniciar a aplicação do questionário, foi realizada uma palestra de sensibilização para os funcionários, onde a equipe explicou sobre a importância do projeto e apresentou todo o planejamento das etapas subsequentes. A pesquisa atingiu um universo de 74% dos funcionários, amostra considerada satisfatória para iniciar a etapa de mensuração e avaliação dos dados. Vale ressaltar que a pesquisa foi realizada em duas áreas que compõem a gerência, o Centro de Controle de Operações e o Centro de Controle de Manutenções. A mensuração dos dados obtidos com a pesquisa foi feita de duas formas: quantitativa e qualitativa. A partir disso, foi elaborado um relatório geral do projeto, contendo uma apresentação inicial do escopo do projeto, como foi elaborado o instrumento utilizado, as análises das áreas separadamente, uma análise geral da gerência e considerações finais dos consultores acerca do projeto. Antes de apresentar os resultados para os funcionários da área, foi realizada uma reunião de alinhamento e apresentação dos resultados para a gerência e os supervisores. Posteriormente, o resultado da pesquisa foi apresentado para os funcionários através de uma palestra explicativa, sem a exclusão de nenhum item avaliado. A partir dos resultados obtidos com a Pesquisa de Clima Organizacional, a empresa mobilizou uma equipe do RH juntamente com os gestores da área para o desenho dos planos de ação a serem implementados, visando a melhoria dos pontos de fragilidade e a manutenção dos pontos positivos, baseado nas análises da equipe de consultores.

**Palavras-chaves:** Pesquisa, Clima Organizacional, Intervenção, Plano de Ação

**Atividade: PELAS RUAS DA CIDADE: A ATIVIDADE DOS MOTOTAXISTAS EM CAMPINA GRANDE/PB (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: PELAS RUAS DA CIDADE: A ATIVIDADE DOS MOTOTAXISTAS EM CAMPINA GRANDE/PB**

**Autor(es):** Angélica Maria Ferreira de Melo Silva, Edil Ferreira da Silva

**Resumo:** O mundo do trabalho se reconfigurou com a reestruturação produtiva. Muitos empregos deixaram de existir devido a configuração das novas formas de gestão e organização do trabalho. Porém, outros tipos de atividades foram surgindo neste processo mostrando a dinamicidade e o potencial do trabalho enquanto conceito ainda fundamental em nossos dias. Neste contexto, podemos inserir a categoria profissional dos mototaxistas. A questão do transporte público é um problema para as cidades de grande e médio porte. A cidade de Campina Grande com uma população de mais de 370 mil habitantes tem uma demanda forte por serviços de transporte público. Com a inadequação da oferta em relação a demanda e o desemprego, surge na cidade um esquema de transporte alternativo, que utiliza a moto como veículo de transporte de passageiro. A atividade de mototaxista é recente sendo reconhecida legalmente na cidade em 2001. Compreender como se configura esta atividade é um desafio devido a integração deste tipo de serviço a vida da cidade e por envolver diretamente vidas humanas. Neste contexto o objetivo desta pesquisa é analisar as condições e o processo de trabalho dos mototaxistas legalizados na cidade Campina Grande e possíveis conseqüências para sua saúde



física e mental, bem como à segurança da população. O tema deste estudo constitui em um objeto multifacetado e complexo necessitando, portanto, do aporte de várias disciplinas para compreendê-lo. Neste sentido, a fundamentação teórica aqui empregada se embasa: na Psicodinâmica do trabalho, na Ergonomia e na Ergologia. O uso dos materiais destas disciplinas se justifica devido ser a atividade um conceito central destas abordagens e deste estudo. De cunho qualitativo o método da instrução ao sócio é o caminho que nos guia nesta empreitada de compreender esta atividade. Complementarmente a esse método utilizam-se as técnicas de: observação da atividade; entrevistas e mapeamento dos fatores de riscos. A população do estudo é composta por mototaxistas que trabalham legalmente na cidade de Campina Grande - PB. A amostra será constituída por trabalhadores dos pontos de moto da Praça da Bandeira e Estação Rodoviária. Utilizado-se como base de interpretação das entrevistas o método de análise de conteúdo. De acordo com os dados já obtidos pode se dizer que para exercer as atividades de mototaxista, o motorista deve estar devidamente cadastrado na Superintendência de Trânsito e Transportes Públicos (STTP), e não conter vínculo empregatício e precisa passar por um treinamento para este fim. Para desempenhar sua atividade o mototaxista deve possuir os seguintes equipamentos: dois capacetes com viseiras e queixo, devidamente padronizados como rege a STTP; no mínimo 10 toucas descartáveis para os passageiros; luvas de couro vazadas nos dedos para uso próprio, além de portar um vestuário padronizado como rege o regulamento, com: colete padrão, calça jeans, camisa de mangas e sapatos. Em relação aos fatores de risco existente na atividade podemos destacar: os fatores de risco de acidentes já que os mototaxistas ficam praticamente no meio da rua tentando conseguir um passageiro; os fatores de risco químicos, onde encontra-se predominantemente os gases e fumaças; os fatores de risco físicos também se fizeram presentes, principalmente devido os ruídos existentes (buzinas de veículos, carros de propaganda, etc.). Na atividade os trabalhadores empenham sua subjetividade e inteligência prática desde o momento da procura do passageiro. Neste caso fazem uso do corpo para perguntar se a pessoa quer pegar moto; o ato de oferecer seu serviço é como um jogo de "sedução" ao passageiro: mostram a moto, esticam o braço, fazem gestos específicos de pilotagem, etc. Alguns mototaxistas não recusam passageiros que estejam portando algum tipo de bagagem, de acordo com a STTP eles não podem transportar qualquer tipo de bagagem. Com este tipo de passageiro o mototaxista vai ter que fazer uma regulação da sua atividade, já que leva uma pessoa e bagagem. Neste sentido, são mais requeridos o uso do corpo e as estratégias de destreza necessária para controlar não só o passageiro mas também os pacotes. Geralmente os mototaxistas formam grupos nos pontos de moto. A organização do trabalho obedece a seqüência de saída e chegada das corridas. Cada um tem a sua vez de pegar um passageiro, enquanto isto os outros ficam esperando seu momento chegar. A fim de evitar a morosidade e como uma forma de se manter atento na atividade realizam desde contos de anedotas à acrobacias de bicicletas. Deste modo, forjam novas formas e estratégias de se passar o tempo e driblar a monotonia à espera de um passageiro. A diferença do trabalho real e do prescrito fica evidente, os mototaxistas não seguem os padrões de controle como rege a STTP (Superintendência de Trânsito e Transportes Públicos), tais como normas de higiene, segurança, vestuário e apresentação da moto. Além do que não prestam somente serviço de transporte de pessoas, mas também de bens materiais.

**Palavras-chaves:** Saúde, Atividade, Riscos

**Trabalho:** PELAS RUAS DA CIDADE: A ATIVIDADE DO MOTOTAXISTAS EM CAMPINA GRANDE/PB

**Autor(es):** Angélica Maria Ferreira de Melo Silva, Edil Ferreira da Silva

**Resumo:** O mundo do trabalho se reconfigurou com a reestruturação produtiva. Muitos empregos deixaram de existir devido a configuração das novas formas de gestão e organização do trabalho. Porém, outros tipos de atividades foram surgindo neste processo mostrando a dinamicidade e o potencial do trabalho enquanto conceito ainda fundamental em nossos dias. Neste contexto, podemos inserir a categoria profissional dos mototaxistas. A questão do transporte público é um problema para as cidades de grande e médio porte. A cidade de Campina Grande com uma população de mais de 370 mil habitantes tem uma demanda forte por serviços

de transporte público. Com a inadequação da oferta em relação a demanda e o desemprego, surge na cidade um esquema de transporte alternativo, que utiliza a moto como veículo de transporte de passageiro. A atividade de mototaxista é recente sendo reconhecida legalmente na cidade em 2001. Compreender como se configura esta atividade é um desafio devido a integração deste tipo de serviço a vida da cidade e por envolver diretamente vidas humanas. Neste contexto o objetivo desta pesquisa é analisar as condições e o processo de trabalho dos mototaxistas legalizados na cidade Campina Grande e possíveis conseqüências para sua saúde física e mental, bem como à segurança da população. O tema deste estudo constitui em um objeto multifacetado e complexo necessitando, portanto, do aporte de várias disciplinas para compreendê-lo. Neste sentido, a fundamentação teórica aqui empregada se embasa: na Psicodinâmica do trabalho, na Ergonomia e na Ergologia. O uso dos materiais destas disciplinas se justifica devido ser a atividade um conceito central destas abordagens e deste estudo. De cunho qualitativo o método da instrução ao sócia é o caminho que nos guia nesta empreitada de compreender esta atividade. Complementarmente a esse método utilizam-se as técnicas de: observação da atividade; entrevistas e mapeamento dos fatores de riscos. A população do estudo é composta por mototaxistas que trabalham legalmente na cidade de Campina Grande - PB. A amostra será constituída por trabalhadores dos pontos de moto da Praça da Bandeira e Estação Rodoviária. Utilizado-se como base de interpretação das entrevistas o método de análise de conteúdo. De acordo com os dados já obtidos pode se dizer que para exercer as atividades de mototaxista, o motorista deve estar devidamente cadastrado na Superintendência de Trânsito e Transportes Públicos (STTP), e não conter vinculo empregatício e precisa passar por um treinamento para este fim. Para desempenhar sua atividade o mototaxista deve possuir os seguintes equipamentos: dois capacetes com viseiras e queixo, devidamente padronizados como rege a STTP; no mínimo 10 toucas descartáveis para os passageiros; luvas de couro vazadas nos dedos para uso próprio, além de portar um vestuário padronizado como rege o regulamento, com: colete padrão, calça jeans, camisa de mangas e sapatos. Em relação aos fatores de risco existente na atividade podemos destacar: os fatores de risco de acidentes já que os mototaxistas ficam praticamente no meio da rua tentando conseguir um passageiro; os fatores de risco químicos, onde encontra-se predominantemente os gases e fumaças; os fatores de risco físicos também se fizeram presentes, principalmente devido os ruídos existentes (buzinas de veículos, carros de propaganda, etc.). Na atividade os trabalhadores empenham sua subjetividade e inteligência pratica desde o momento da procura do passageiro. Neste caso fazem uso do corpo para perguntar se a pessoa quer pegar moto; o ato de oferecer seu serviço é como um jogo de "sedução" ao passageiro: mostram a moto, esticam o braço, fazem gestos específicos de pilotagem, etc. Alguns mototaxistas não recusam passageiros que estejam portando algum tipo de bagagem, de acordo com a STTP eles não podem transportar qualquer tipo de bagagem. Com este tipo de passageiro o mototaxista vai ter que fazer uma regulação da sua atividade, já que leva uma pessoa e bagagem. Neste sentido, são mais requeridos o uso do corpo e as estratégias de destreza necessária para controlar não só o passageiro mas também os pacotes. Geralmente os mototaxistas formam grupos nos pontos de moto. A organização do trabalho obedece a seqüência de saída e chegada das corridas. Cada um tem a sua vez de pegar um passageiro, enquanto isto os outros ficam esperando seu momento chegar. A fim de evitar a morosidade e como uma forma de se manter atento na atividade realizam desde contos de anedotas à acrobacias de bicicletas. Deste modo, forjam novas formas e estratégias de se passar o tempo e driblar a monotonia à espera de um passageiro. A diferença do trabalho real e do prescrito fica evidente, os mototaxistas não seguem os padrões de controle como rege a STTP (Superintendência de Trânsito e Transportes Públicos), tais como normas de higiene, segurança, vestuário e apresentação da moto. Além do que não prestam somente serviço de transporte de pessoas, mas também de bens materiais.

**Palavras-chaves:** Saúde, Atividade, Riscos

**Atividade: Re-construção e Validação de uma Escala de Socialização Organizacional (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Re-construção e Validação de uma Escala de Socialização Organizacional

**Autor(es):** Livia de Oliveira Borges, Simone Lopes de Melo, Fábio Henrique Vieira de Cristo e Silva, Alessandra Silva Oliveira

**Resumo:** Para o desenvolvimento a contento do seu papel social e para sobreviver em um mundo dinâmico e globalizado, as organizações têm cada vez mais necessitado integrar seus servidores rapidamente nas tarefas, favorecendo a produtividade com qualidade e criatividade bem como promovendo a identificação dos servidores aos princípios, objetivos e metas organizacionais. Por consequência, a socialização organizacional – sendo o processo através do qual os indivíduos se tornam membros de uma organização, incorporando costumes, hábitos e valores sociais – tem sido mais focalizada. No Brasil, entretanto, os estudos não são numerosos de modo que ainda faltam instrumentos de medida consistentes e validados. Assim, planejou-se a presente pesquisa com o objetivo de adaptar e validar um questionário de socialização organizacional para funcionários de empresas do setor público. Partiu-se do questionário de socialização organizacional, elaborado por pesquisadores da Universidade de Michigan nos Estados Unidos. Tal questionário é capaz de medir seis fatores, a saber: proficiência do desempenho; pessoas; políticas, linguagem, objetivos e valores organizacionais e história. Sobre tal questionário existe pesquisa anterior no Brasil avaliando sua validade. Em tal pesquisa foi realizada tradução regressiva, adaptação de alguns itens e aplicação do questionário traduzido para o português em uma amostra composta por operários da construção civil e trabalhadores de redes de supermercados de Brasília. Os resultados de tal pesquisa consistiram na identificação de três fatores: qualificação/inclusão, competência e objetivos e tradições organizacionais. Para explicar a diferença da estrutura fatorial da pesquisa brasileira em relação a original estadunidense, se recorreu a aspectos das condições de trabalho e a diferença da composição da amostra principalmente no que diz respeito ao nível de instrução dos participantes. No entanto, não se eliminaram explicações como a adequação dos itens ao construto. Ainda tendo em vista a reconstrução do questionário se realizou ampla revisão de literatura, observando forte incremento nos últimos dez anos no número e na sistematização das publicações. Entre outros aspectos de avanço das pesquisas, observou-se uma maior ênfase na pró-atividade dos indivíduos bem como na importância atribuída ao acesso às informações. Para uma nova validação do Questionário de Socialização Organizacional no Brasil, desenvolveu-se inicialmente a pesquisa em instituição pública de ensino superior através de entrevistas explorando a linguagem e/ou a expressão de novos servidores quanto a aspectos de sua socialização organizacional. Assim, foram realizadas 12 entrevistas com funcionários, sendo feitas análises de conteúdo e elaborados novos itens. Reconstruíram-se os itens tendo em vista mensurar oito fatores hipotéticos da socialização organizacional: competência, pró-atividade, qualificação, objetivos e valores organizacionais, história da organização, políticas, domínio da linguagem e integração às pessoas. Posteriormente, foi realizado um teste empírico com seis especialistas no assunto (sendo três da UFRN e três da Universidade Complutense de Madrid) para testar a adequação do conteúdo dos itens ao conteúdo dos fatores hipotéticos. Após esta etapa, o instrumento ficou com 54 itens, dispostos em uma escala Likert variando de -2 (discordo muito) a +2 (concordo muito), como proposto na versão estadunidense. Para aplicar o questionário, foi solicitada autorização para a realização da pesquisa em duas instituições públicas, uma ligada à educação e outra à agronomia. Participaram do estudo 555 servidores, com média de idade 40 anos (desvio-padrão: 11,40), sendo 55% da amostra do sexo masculino, 45% do feminino e 44% portadores de título de pós-graduação. Na instituição educacional, foram aplicados questionários nos novos funcionários, com até 36 meses na organização, um total de 275 questionários. Na instituição agrônoma, os questionários foram aplicados em funcionários novos e antigos (com mais de 36 meses na organização), um total de 280 questionários. As respostas aos questionários foram registradas na forma de banco de dados do SPSS (Statistical Package for Social Science), sendo as análises estatísticas desenvolvidas a partir das rotinas de tal programa. Aplicando-se a Análise Fatorial (técnica dos eixos principais e com rotação oblíqua), encontraram-se oito fatores, sendo eles: Acesso às Informações ( $\alpha=0,81$ ;  $r^2=0,23$ ), Competência e Pró-atividade ( $\alpha=0,82$ ;  $r^2=0,06$ ), Integração às Pessoas ( $\alpha=0,79$ ;  $r^2=0,05$ ), Objetivos e Valores Organizacionais ( $\alpha=0,79$ ;  $r^2=0,04$ ), Domínio da Linguagem e Tradições ( $\alpha=0,81$ ;  $r^2=0,03$ ), Qualificação Profissional ( $\alpha=0,73$ ;  $r^2=0,03$ ), Falta de Integração Organizacional ( $\alpha=0,70$ ;  $r^2=0,03$ ) e Aprendizagem sobre a Organizacional ( $\alpha=0,66$ ;  $r^2=0,03$ ). A estrutura fatorial encontrada

apresenta o número de fatores esperados, mas não na sua qualidade, pois que fatores como a Falta de Integração Organizacional e Aprendizagem sobre a Organização não eram esperados. Os resultados sugerem que o questionário apresenta validade e consistência satisfatória desde que não se considere o último fator. A presente versão do questionário é melhor do que a disponível anteriormente. Estudos posteriores deverão ampliar as aplicações em instituições privadas e aperfeiçoar o fator Aprendizagem Organizacional.

**Palavras-chaves:** Socialização Organizacional, Adaptação e Validação de Escalas, Análise Fatorial, Avaliação Psicológica

**Atividade: Contrato Psicológico de Trabalho: Um estudo comparativo entre setor público e setor privado (Paineis)**

**Trabalho:** Trabalho igual, recompensas desiguais: Um estudo do contrato psicológico de terceirizados e não terceirizados

**Autor(es):** Mino Correia Rios, Sonia Maria Guedes Gondim

**Resumo:** Nos últimos anos, o debate sobre a gestão de pessoas, bem como o discurso sobre a competitividade já há algum tempo deixou de ser exclusivo das organizações privadas. Aos poucos, as organizações públicas passaram a incorporar o discurso da lógica da competitividade, o que de certo modo as compeliu a investir não só na capacitação de pessoas e melhoria contínua de processos, bem como na qualidade das relações entre empregadores e empregados. Cabe considerar, no entanto, que a despeito das transformações sociais, políticas, tecnológicas e econômicas que obrigam as organizações públicas a estarem sujeitas às leis de mercado, seus estilos de gestão ainda se distinguem dos adotados pelas organizações privadas, em especial por suas características culturais. O presente estudo insere-se numa pesquisa mais ampla, em que se buscou encontrar relações entre contrato psicológico e as organizações públicas e privadas. O contrato psicológico pode ser definido como um conjunto de expectativas mútuas da relação empregador e empregado e adotou-se como premissa o fato de que haveria diferenças nos contratos psicológicos entre trabalhadores do setor público e do setor privado, em virtude especialmente das diferenças culturais. Foi elaborado um questionário contendo itens relativos a obrigações mútuas entre empregadores e empregados utilizando uma escala de tipo likert (5 pontos) para medir o nível de concordância de terceirizados e não-terceirizados de uma mesma organização. Tal instrumento foi baseado no que foi validado por Sels (2004) que contempla seis dimensões de contrato psicológico: 1) Tangibilidade, definida como o grau em que o empregado percebe os termos do contrato como definidos sem ambigüidade, de maneira específica e clara; 2) Escopo, sendo o grau em que o limite entre as relações de trabalho e outros aspectos da vida do sujeito se permeiam; 3) Estabilidade, se referindo ao grau de limitação do contrato, em termos da sua habilidade de se transformar sem implicar renegociação dos termos; 4) Estrutura temporal, relacionada às expectativas em termos de duração da relação entre as partes; 5) Simetria da troca, sendo o grau em que o empregado percebe as diferenças em relação às trocas estabelecidas como sendo aceitável; e 6) Nível do contrato, indicando o grau em que os empregados percebem o contrato como sendo regulado individual ou coletivamente. Foram inseridas no instrumento de coleta de dados algumas questões visando a explorar outras características dos terceirizados e suas experiências prévias de trabalho. Por fim, procedeu-se a uma análise de confiabilidade das escalas (escala de obrigação do empregado para com o empregador e escala de obrigação do empregador para com o empregado, ambas contemplando itens das seis dimensões mencionadas acima), visando a assegurar que as características psicométricas do instrumento fossem confiáveis para proceder a algumas análises. Participaram da investigação 106 trabalhadores de quatro organizações que exercem as mesmas funções, sendo que 53 são terceirizados e 53 não-terceirizados. A amostra foi composta por 55 homens e 48 mulheres, sendo 43 casados e 53 solteiros, com média de idade de 32 anos (DP=9,95). Procedeu-se a uma análise de confiabilidade, tanto para os itens que compunham cada uma das seis dimensões, quanto para as duas escalas (escala de obrigações do empregador para com o empregado e escala de obrigações do empregado para com a empresa ou empregador), obtendo Alpha de 0,80. A maior parte da amostra (66%) tem nível de escolaridade superior

completo ou em curso, havendo no setor público uma média superior em termos de anos de instrução, além de níveis de renda superiores ( $p=0,0000$ ). Em relação às dimensões, verificou-se diferença significativa em apenas duas dimensões: Tangibilidade, na escala de obrigações do empregado, onde no setor público verificou-se expectativas de maior tangibilidade ( $p=0,016$ ), o que se repete com significância marginal nas obrigações do empregador; e Nível nas obrigações do empregador, havendo expectativas de maior personalização na iniciativa privada ( $sig=0,05$ ). O nível de segurança no trabalho é mais elevado no setor público ( $t=0,000$ ), o que não é uma surpresa, exceto pelo fato desse padrão se repetir nos terceirizados do setor público, que referem níveis de segurança superiores até mesmo se comparados aos contratados diretos da iniciativa privada. Os dados permitem concluir haver diferenças entre os setores, mesmo nos contratos terceirizados, indicando identidades muito próprias em termos de cultura, mesmo quando as organizações atuam no mesmo tipo de atividade fim.

**Palavras-chaves:** Contrato Psicológico, Organizações Públicas, Segurança no Trabalho, Setor Público X Privado

**Trabalho:** Contrato Psicológico de Trabalho: Um estudo comparativo entre setor público e setor privado

**Autor(es):** Mino Correia Rios, Sonia Maria Guedes Gondim

**Resumo:** Nos últimos anos, o debate sobre a gestão de pessoas, bem como o discurso sobre a competitividade já há algum tempo deixou de ser exclusivo das organizações privadas. Aos poucos, as organizações públicas passaram a incorporar o discurso da lógica da competitividade, o que de certo modo as compeliu a investir não só na capacitação de pessoas e melhoria contínua de processos, bem como na qualidade das relações entre empregadores e empregados. Cabe considerar, no entanto, que a despeito das transformações sociais, políticas, tecnológicas e econômicas que obrigam as organizações públicas a estarem sujeitas às leis de mercado, seus estilos de gestão ainda se distinguem dos adotados pelas organizações privadas, em especial por suas características culturais. O presente estudo insere-se numa pesquisa mais ampla, em que se buscou encontrar relações entre contrato psicológico e as organizações públicas e privadas. O contrato psicológico pode ser definido como um conjunto de expectativas mútuas da relação empregador e empregado e adotou-se como premissa o fato de que haveria diferenças nos contratos psicológicos entre trabalhadores do setor público e do setor privado, em virtude especialmente das diferenças culturais. Foi elaborado um questionário contendo itens relativos a obrigações mútuas entre empregadores e empregados utilizando uma escala de tipo likert (5 pontos) para medir o nível de concordância de terceirizados e não-terceirizados de uma mesma organização. Tal instrumento foi baseado no que foi validado por Sels (2004) que contempla seis dimensões de contrato psicológico: 1) Tangibilidade, definida como o grau em que o empregado percebe os termos do contrato como definidos sem ambigüidade, de maneira específica e clara; 2) Escopo, sendo o grau em que o limite entre as relações de trabalho e outros aspectos da vida do sujeito se permeiam; 3) Estabilidade, se referindo ao grau de limitação do contrato, em termos da sua habilidade de se transformar sem implicar renegociação dos termos; 4) Estrutura temporal, relacionada às expectativas em termos de duração da relação entre as partes; 5) Simetria da troca, sendo o grau em que o empregado percebe as diferenças em relação às trocas estabelecidas como sendo aceitável; e 6) Nível do contrato, indicando o grau em que os empregados percebem o contrato como sendo regulado individual ou coletivamente. Foram inseridas no instrumento de coleta de dados algumas questões visando a explorar outras características dos terceirizados e suas experiências prévias de trabalho. Por fim, procedeu-se a uma análise de confiabilidade das escalas (escala de obrigação do empregado para com o empregador e escala de obrigação do empregador para com o empregado, ambas contemplando itens das seis dimensões mencionadas acima), visando a assegurar que as características psicométricas do instrumento fossem confiáveis para proceder a algumas análises. Participaram da investigação 106 trabalhadores de quatro organizações que exercem as mesmas funções, sendo que 53 são terceirizados e 53 não-terceirizados. A amostra foi composta por 55 homens e 48 mulheres, sendo 43 casados e 53 solteiros, com média de idade de 32 anos ( $DP=9,95$ ). Procedeu-se a uma análise de confiabilidade, tanto para os itens que compunham cada uma das

seis dimensões, quanto para as duas escalas (escala de obrigações do empregador para com o empregado e escala de obrigações do empregado para com a empresa ou empregador), obtendo Alpha de 0,80. A maior parte da amostra (66%) tem nível de escolaridade superior completo ou em curso, havendo no setor público uma média superior em termos de anos de instrução, além de níveis de renda superiores ( $p=0,0000$ ). Em relação às dimensões, verificou-se diferença significativa em apenas duas dimensões: Tangibilidade, na escala de obrigações do empregado, onde no setor público verificou-se expectativas de maior tangibilidade ( $p=0,016$ ), o que se repete com significância marginal nas obrigações do empregador; e Nível nas obrigações do empregador, havendo expectativas de maior personalização na iniciativa privada ( $\text{sig}=0,05$ ). O nível de segurança no trabalho é mais elevado no setor público ( $t=0,000$ ), o que não é uma surpresa, exceto pelo fato desse padrão se repetir nos terceirizados do setor público, que referem níveis de segurança superiores até mesmo se comparados aos contratados diretos da iniciativa privada. Os dados permitem concluir haver diferenças entre os setores, mesmo nos contratos terceirizados, indicando identidades muito próprias em termos de cultura, mesmo quando as organizações atuam no mesmo tipo de atividade fim.

**Palavras-chaves:** Contrato Psicológico, Organizações Públicas, Setor Público versus Privado, Segurança no Trabalho

**Atividade: Desenvolvimento profissional  
(Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Desenvolvimento profissional: articulações entre teoria e prática

**Autor(es):** Marlene Alves Silva, Erica Ribeiro Medeiros, Warley Teixeira Gomes

**Resumo:** A maioria dos treinamentos são executados na forma presencial. Apesar da grande oferta e variedade, esses treinamentos apresentam, em muitos casos, deficiências no processo de ensino – aprendizagem, o tempo disponível não é suficiente para a carga de informações. Sendo assim, vemos como processo em que o desenvolvimento de habilidades profissionais e sociais, são agregados a valores pessoais, organizacionais e sociais em constante evolução. Nosso projeto procurou dar respostas à demanda de um grupo de jovens e adultos dos 18 aos 40 anos, com segundo grau completo, em busca do primeiro emprego, viabilizado mediante parceria entre SEST - Serviço Social do Transporte e SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte e a FTC Faculdade de Tecnologia e Ciências. A proposta era viabilizar o acesso dessas pessoas ao mercado de trabalho a partir de habilidades profissionais, valorizando a experiência de vida de cada um, com ética e autonomia, visando alargar seus conhecimentos e proporcionar uma melhor qualidade de vida. Nesse sentido os autores desenvolveram técnicas de atuação numa percepção inovadora em um curso que não buscou apenas transmitir informações teóricas para uma formação tecnicista ao exercer determinada função, e sim, proporcionar o acesso a atividades que integraram habilidades que cada momento profissional exige contribuindo para auto-realização profissional, com a ampliação da visão ética e consciente do papel que exercerão na empresa e na sociedade - União entre a teoria e a prática. Os temas versados foram qualificação profissional, auto-estima, auto-conhecimento, motivação, ética, assédio moral e comunicação interpessoal. O grupo foi composto de 22 pessoas, sendo 20 mulheres e 2 homens em busca do primeiro emprego. A duração total foi de 44 horas de atividades, subdivididas em 11 encontros de 04 horas diárias, sendo o último reservado para uma avaliação escrita anônima e individual do impacto que o treinamento provocou junto aos participantes. Os resultados mostram grande satisfação com a forma que o curso foi ministrado, sendo que 100% dos participantes descrevem o mesmo como dinâmico, criativo, interessante e de ótimo aproveitamento para a vida pessoal e profissional. Outro ponto que despertou o interesse de todos foi o estímulo em permanecer na sala após o período matinal de aula, visto que tendo oportunidade de participarem de maneira ativa, com suas opiniões e sugestões, contribuindo com as atividades em grupo tornando-as mais prazerosas. A grande maioria (93%) concordou com a condução das mesmas, acreditando que a participação de todos é indispensável para que a dinâmica funcione, porém (7%) declaram-se pressionados e nervosos

nos momentos que eram convidados a participar de determinadas atividades por não se sentirem muito à vontade ao serem questionados em público. Por outro lado, (94%) gostariam de participar de outros cursos cuja condução seguisse essa mesma linha, considerando o nosso trabalho como o melhor já oferecido até o momento; os outros participantes (6%) foram indiferentes, não se posicionaram quanto ao interesse em participar de outros cursos. Constatase, em conclusão, que o trabalho trouxe uma gama de informações novas aos participantes, proporcionando-lhes melhor articulação de suas competências pessoais e profissionais, segundo seus próprios depoimentos.

**Palavras-chaves:** empregabilidade, competências, habilidades

**Atividade: Uma Jornada Invisível: Assédio Moral e suas implicações na saúde biopsicossocial do trabalhador (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Uma jornada invisível: Assédio Moral e suas implicações na saúde biopsicossocial do trabalhador

**Autor(es):** Silviane Melo Silvestre, Martha Andrade da Mota Silveira

**Resumo:** A prática de humilhações, discriminações e de abuso de poder nas instituições não é algo recente, poderia se dizer que remota ao próprio surgimento do trabalho enquanto exercício coletivo na sociedade. Confundindo também conflitos pontuais, o assédio moral tem como diferença básica o fato de ser velado, invisível, enquanto que no conflito a agressão é explícita. O assédio moral se instala então em diversos espaços e culturas, sendo um antigo problema que prevalece e que aumenta em dimensões na sociedade atual. Este então, se caracteriza pela exposição dos trabalhadores a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas, havendo o predomínio de condutas negativas de desvalorização, coação, hostilidades e outras formas de violência, implicando diretamente na saúde biopsicossocial do trabalhador. Com isso, o interesse por este tema surgiu da prática como psicólogas do trabalho e consultoras de gestão de pessoas, bem como psicoterapeuta a partir de uma observação do contexto de trabalho na atualidade e da identificação das buscas de espaços, poder, saber e sobrevivência que nem sempre percorrem caminhos saudáveis no ambiente de trabalho e sim, revelam manobras muitas vezes invisíveis, de desvalorizar o outro. Objetiva-se levantar um alerta contra a banalização deste tipo de violência e buscar identificar as causas atuais que acentuam essa prática, bem como pontuar as consequências biopsicossociais. O método utilizado para esta comunicação científica contemplou o aprofundamento bibliográfico de casos, considerando ao mesmo tempo a atuação prática tanto a escuta clínica em acompanhamentos psicoterapêuticos como funcionais de trabalhadores. Este estudo teve como base teórica autores e pesquisadores como Barreto (2003), Codo (2002), Correa (2002), Hirigoyen (2001 e 2002), Jacques (1998), Kaes (2002) e Leyman (2004). Como resultado identificou-se então que na contemporaneidade, a economia globalizada e automação industrial aceleraram uma competitividade no mercado, a qual se reflete também nas relações interpessoais no trabalho. Neste cenário, a prática de assédio moral se descortina, tanto no plano vertical, como no plano horizontal. Como conclusões foi possível perceber que a recuperação da dignidade, identidade e respeito nas instituições requerem urgentes intervenções corretivas e preventivas em prol da saúde do trabalhador. Por parte de poderes judiciários na aplicação da lei que coíbe este mal e ainda por iniciativas de organizações, profissionais da área de saúde e o mais importante, por movimentos espontâneos e coletivos dos próprios indivíduos, os quais fortalecidos e resgatando seu verdadeiro eu, estarão também retomando a possibilidade de serem sujeitos de suas próprias histórias pessoais e profissionais.

**Palavras-chaves:** Assédio Moral, saúde biopsicossocial, trabalho

**Atividade: Diagnóstico Organizacional em uma instituição que trabalha com crianças em situação de risco\* (Paineis)**

**Trabalho:** Diagnóstico Organizacional em uma instituição que trabalha com crianças em situação de risco

**Autor(es):** Larissa Alcantara Rodrigues, Amanda Barbosa Dutra, Cecília Pinheiro Freire Barros Cairo, Isabela Arruda Soares, Cássio Vinícius Montalvão Brito, Luciana Alves Oliveira Weber

**Resumo:** O Diagnóstico Organizacional visa identificar a cultura, valores, formas de trabalho e lideranças, através de pesquisa, detectando possíveis fatores limitantes de sua eficácia, reconhecimento de suas potencialidades, planejamento e treinamento dos recursos humanos, segundo as estratégias organizacionais. Este diagnóstico organizacional foi realizado no ano de 2004, em uma instituição que promove trabalhos com crianças em situação de risco em uma cidade no sudoeste da Bahia. A instituição, cujo objetivo é atender e promover ressocialização e cidadania a crianças e adolescentes em riscos pessoal e social, é mantida pela prefeitura da cidade, atendendo cerca de 400 crianças na faixa etária de 7 a 18 anos. A presente pesquisa objetivou identificar, a partir do diagnóstico organizacional, os aspectos positivos e negativos presentes na instituição, relacionados às seguintes categorias: motivação para o trabalho, padrões de relacionamento, relações intergrupais, padrões de comunicação, canais de comunicação, estilos de liderança, planejamento, resolução de problemas, relações interpessoais, trabalho em equipe e clima organizacional. A partir do diagnóstico foi possível programar intervenções organizacionais necessárias à instituição. A identificação das condições favoráveis ao trabalho dos funcionários desta instituição terá reflexo direto na qualidade do trabalho exercido. Foi elaborado um questionário com 60 questões (abertas e fechadas), que abordou as categorias citadas acima. A aplicação dos questionários (total de 50) foi realizada em todos os setores da instituição que se dispuseram a participar da pesquisa, incluindo as chefias dos mesmos. Para análise dos dados coletados foram criados gráficos, possibilitando, assim, melhor averiguação do diagnóstico e das propostas de intervenções. A organização pesquisada, no momento, apresenta um clima organizacional favorável, porém, com alguns desconfortos no universo inter-relacional. Essa leitura torna-se possível ao verificarmos os níveis de cooperação, os processos comunicacionais em perspectiva fluente bem como os de realização pessoal. No entanto, percebe-se nos processos de relações interpessoais que o respeito mútuo precisa ser otimizado. As políticas de cargos e salários também se mostraram passíveis de revisitações e possíveis mudanças. Nota-se ainda um universo de insatisfação dos colaboradores frente às posturas dos superiores do processo organizacional, que poderiam estar negligenciando demandas organizacionais e não se envolvendo a contento com as necessidades individuais dos primeiros. A instituição apresenta um bom prognóstico, mesmo com tendência ao declínio nos níveis de comprometimento do todo organizacional, a menos que a organização se permita visitar-se a partir das sugestões apresentadas. A partir desta constatação, sugere-se ainda algumas estratégias de intervenção que venham a contribuir para o desempenho satisfatório dos profissionais envolvidos nesta instituição. Dentre algumas dessas estratégias, destacamos: promoção de levantamento de demandas dos subsistemas (departamentais e individuais) e realização de dinâmicas de grupo, visando identificar as possíveis insatisfações da equipe de trabalho, bem como suas inter-relações.

**Palavras-chaves:** Trabalho, Instituição, Crianças, diagnóstico

**Atividade:** TRABALHO, PESCA E VIDA  
(Experiências em Debate)

**Trabalho:** TRABALHO, PESCA E VIDA: UMA HISTÓRIA DE PESCADORES DA GAMBOA DE BAIXO

**Autor(es):** Fernanda Blanco Vidal



**Resumo:** Salvador possui uma história/memória com culturas locais pouco estudadas. Parte da diversidade cultural de Salvador é expressa pela comunidade secular de pescadores localizada na Gamboa de Baixo. Neste trabalho, buscamos conhecer o modo de organização e realização do trabalho dos pescadores artesanais que lá vivem. Para tal, analisamos alguns processos psicológicos envolvidos neste trabalho, a saber: Motivação, Vínculos, Emoções, Socialização, Aprendizagem, Grupos de Referência, Saúde Mental e as relações de tais processos com o lazer e a vida. Poucos são os estudos realizados sobre esta profissão, mesmo considerando-se o imenso litoral existente no Nordeste, a mais especificamente no Estado da Bahia. A escassez de tais estudos sinaliza para o importante fenômeno de invisibilidade social a que estes trabalhadores estão submetidos. Utilizamos entrevistas semi-estruturadas com cerca de 5 membros da Associação de pescadores da Gamboa, com variados tempos de profissão (entre 10 e 55 anos) e utilizamos no trato destas entrevistas aspectos da pesquisa histórica (história oral/memória). Esta comunidade possui cerca de 800 famílias, sendo cerca de 70 ligadas diretamente à Pesca. A análise foi realizada à luz da teoria de Psicologia Organizacional e do Trabalho, porém, divergindo dela, por indicar limites para a especificidade do trabalho realizado pelos pescadores. Este trabalho guarda íntima relação com o lazer, lugar, vida e seu cotidiano diferindo dos tipos de trabalho mais estudados por esta teoria. Do estudo realizado, constatamos que as teorias da psicologia organizacional só consideram processos de trabalho que tragam como pressupostos a alienação humana, a divisão, o fracionamento dos processos de trabalho, constituindo-se limitadas para a compreensão de atividades como a dos pescadores. Trabalho e Vida são palavras indissociáveis para compreensão deste trabalho, já que este possui sentido histórico às experiências cotidianas deste local e pessoas. Os resultados indicados mostram que a atividade da pesca produz vida para estes trabalhadores e a vida, por conseqüência, torna-se significa por meio de suas experiências de trabalho. O cotidiano, a família, as redes interpessoais são emaranhadas e organizadas pela atividade por esta atividade laboral de tal maneira que, para estes trabalhadores, torna-se difícil a tentativa de explicar processos de trabalho sem falar em suas vidas e dia-dia. Frases como “não vivo um dia sem ir ao mar”, ou “nasci na beira do mar e não tinha outro destino”, chama a atenção para esta vida que emana da experiência de trabalhar. A motivação, o vínculo, o envolvimento com o trabalho tem elevada relação com a atividade em si, muito mais que com salário e outros benefícios que possam ter. A educação e o lazer dos filhos se dá no mesmo lugar de onde retiram os recursos de sobrevivência, sendo o mar quase um prolongamento de seus lares e comunidade. Necessário faz-se tornar mais visível à existência desta categoria profissional e de suas relações de trabalho, lazer e vida produzidas historicamente e que permanecem até hoje. Importante a construção de outros referenciais teóricos amplos e que analisem a experiência do trabalho como uma produção histórica da humanidade, que pode e deve produzir vida para os trabalhadores e que sejam capazes de analisar com riqueza e profundidade atividades são belas e possíveis como esta.

**Palavras-chaves:** TRABALHO DE PESCADORES, TRABALHO E VIDA, HISTÓRIA DA COMUNIDADE

**Atividade: Carreira e trabalho: sentimentos e afetos.  
(Paineis)**

**Trabalho:** Carreira e Trabalho: sentimentos e afetos

**Autor(es):** Janeide Sampaio Araújo, Silviane Melo Silvestre

**Resumo:** O presente trabalho teve como base uma pesquisa desenvolvida no núcleo de Iniciação Científica da Faculdade Frassinetti do Recife – FAFIRE, que buscou compreender como as mudanças no contexto de trabalho influenciam na percepção de carreira dos trabalhadores e trabalhadoras. Foram entrevistados 04 profissionais, uma mulher, de 28 anos, e 03 homens, 02 com 37 anos e 01 com 53 anos de idade. Os participantes têm formação superior, experiências profissionais diferentes e atuam em empresas públicas e privadas, de médio e grande porte do Recife e Região Metropolitana. A coleta de dados foi realizada tendo como instrumento entrevistas semi-estruturadas, realizadas individualmente com cada participante. As entrevistas foram gravadas, transcritas literalmente e analisadas com base na

metodologia proposta por Spink (2001). Inicialmente foi elaborada uma análise descritiva de cada participante e, posteriormente, uma análise por categorias. Diante das informações coletadas, percebemos o surgimento de muitos sentimentos e afetos dos trabalhadores e trabalhadoras diante do contexto de trabalho e da carreira profissional. Os dados pesquisados revelam que na atualidade o trabalho tem dado sentido a existência do ser humano, principalmente quando há uma identificação com a profissão e prazer ao desempenhá-la. O trabalhador e a trabalhadora levam para o interior das organizações seus projetos pessoais e profissionais, bem como suas emoções. O trabalho também oferece condições do indivíduo se sentir pertencendo a algo e exercendo sua cidadania, o que gera sentimentos de satisfação em relação ao trabalho e carreira profissional. As relações com os colegas de trabalho, também influenciam a satisfação com que o trabalhador e a trabalhadora realizam seu trabalho, bem como sobre a maneira de pensar e desenvolver a carreira. Com as mudanças do contexto de trabalho, os participantes procuram se adequar ao contexto, buscando oportunidades e maior investimento no projeto profissional, o que parece gerar sentimentos de insegurança e cobrança em relação a si mesmos. Percebemos esses sentimentos mesmo nos profissionais que estavam investindo em sua formação. A experiência profissional e a idade oferecem maior confiança para que o trabalhador e a trabalhadora pensem e planejem sua carreira. Quando é percebida uma distância entre a formação do trabalhador ou trabalhadora e a de seus colegas de trabalho, aflora sentimentos de que está sendo ultrapassado, o que leva a um aumento da insegurança. É importante destacar que a organização onde o trabalhador ou trabalhadora está inserido, pode ser percebida como facilitadora por oferecer apoio financeiro ou outras condições, como horários diferenciados de trabalho, para que o a formação continuada possa ser realizada.

**Palavras-chaves:** carreira, trabalho, afeto, sentimento

**Atividade: A CONCEPÇÃO DE TRABALHO E ÊXODO RURAL DE EDUCADORES E EDUCANDOS DO ENSINO MÉDIO NO SEMI-ÁRIDO ALAGOANO (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** A CONCEPÇÃO DE TRABALHO E ÊXODO RURAL DE EDUCADORES E EDUCANDOS DO ENSINO MÉDIO NO SEMI-ÁRIDO ALAGOANO

**Autor(es):** Antonio César de Holanda Santos, Henrique Jorge Simões Bezerra

**Resumo:** O objetivo desta pesquisa foi investigar as relações entre a educação formal do semi-árido alagoano, o trabalho e o êxodo rural. Buscou-se compreender como o educador do ensino médio da escola pública do semi-árido alagoano considera o mundo do trabalho. E, diante disso, investigar como os discursos dos docentes influenciavam na formação político-ideológica dos educandos desta região. A hipótese ora aventada foi de que o processo educacional no semi-árido alagoano possui uma prática reprodutora dos contextos político-econômicos locais, que estimulam a migração para os grandes centros urbanos. E, portanto, valoriza a educação para o trabalho “industrializado” em detrimento do desenvolvimento local, que é visto pelos moradores da região como limitado e sem oportunidades, ocasionando a desvalorização da agricultura e demais práticas locais de trabalho e subsistência. Inspirados em uma orientação sócio-histórica e histórico-crítica, utilizamos cinco conceitos como fundamento para esta pesquisa: trabalho, educação, ideologia, seca e êxodo rural. Consideramos trabalho enquanto atividade em que o ser humano produz sua própria existência, relacionando-se com os outros seres humanos, produzindo a si mesmo e também sendo produzido pelo outro. Educação, uma prática de formação social, cultural e ética dos seres humanos, que jamais se executa de forma passiva e alienada por parte de educandos. Ideologia, como um conjunto de idéias incompletas, distorcidas, falsas sobre fatos e realidades que visam mascarar práticas de dominação e exploração que um determinado grupo social impõe a outro. Adotamos dois conceitos de seca. No primeiro, a seca é um processo natural de ocorrência de estiagens no semi-árido brasileiro, caracterizado pelo solo do tipo cristalino, que possui rochas que não retêm água. No segundo, seca é visto como uma ideologia associada à estiagem que surge em decorrência de forças políticas e sócio-econômicas que visam a exploração dos produtos do trabalho dos habitantes locais. O êxodo é uma prática migratória que estabelece o deslocamento de populações do

campo e das pequenas cidades para grandes centros urbanos, neste caso, está associado às duas concepções de seca supracitadas. Como métodos de pesquisa utilizamos entrevistas semi-estruturadas e grupos focais, enquanto ferramentas que contribuem para o entendimento de como se constroem diferentes perspectivas para interpretação de fatos e práticas da vida cotidiana. Ocorreram três encontros definidos junto com os participantes - dois educadores e oito educandos do 3º ano do Ensino Médio de uma escola pública de Pão de Açúcar-AL. Para registro e análise foi adotada a perspectiva de Análise Interacional e Videográfica, um método de cunho interdisciplinar, que permite registrar e analisar a interação dos seres humanos entre si, na forma de conversas, movimentos e disposição de corpo e interações não-verbais, e de suas relações com objetos em um dado contexto. De um modo geral, as análises indicaram que as concepções de seca dos participantes se baseiam predominantemente no fenômeno natural, relacionando-o raramente à ideologia político-econômica. As concepções de trabalho têm pouca relação com o contexto econômico local, estando, na maioria das vezes, associadas ao êxodo e ao trabalho industrializado, e desconsiderando a agricultura como alternativa viável de subsistência. A Educação Formal no semi-árido alagoano não está adequadamente contextualizada às particularidades culturais, sociais, políticas e econômicas da região. Por fim, constatou-se que os participantes da pesquisa não relacionam diretamente a seca e o êxodo rural, enquanto fenômenos político-ideológicos, com as questões do trabalho local e da educação. Conclui-se que a educação formal não fornece o necessário suporte para que os participantes sejam aptos a realizar análises político-econômicas dos processos que os impedem de realizar uma convivência digna com a seca enquanto fenômeno natural.

**Palavras-chaves:** Trabalho, Educação Contextualizada, Êxodo Rural, Seca, Ideologia

**Atividade: O PARADIGMA HOSPITALAR DO INSTITUINTE E INSTITUIDO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA ANÁLISE INSTITUCIONAL (Paineis)**

**Trabalho: O PARADIGMA HOSPITALAR DO INSTITUINTE E INSTITUIDO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA ANÁLISE INSTITUCIONAL**

**Autor(es):** Paulyane Silva do Nascimento, Ana Teresa Pina de Carvalho, Marina Dalmácio dos Anjos, Maria Lúcia Chaves Lima

**Resumo:** A análise institucional é uma abordagem crítica que visa a transformação das instituições e organizações através da mudança daquilo que está instituído, buscando novas formas de viver e entender o mundo a partir da análise das práticas e discursos dos seus agentes. O modelo seguido na estrutura hospitalar é o funcionalista/sistêmico o qual se refere à forma de serviços e/ou setores bem articulados que trabalham entre si para satisfazerem os “objetivos organizacionais”. Este paradigma é abordado como insuficiente para tratar o hospital, uma vez que, seus objetivos, em sua maioria, não atentam às demandas comumente requeridas pela população ou pelos próprios profissionais de saúde. Neste sentido, o presente estudo teve como objetivo analisar alguns aspectos do serviço hospitalar tendo como foco principal a atuação do profissional de saúde neste contexto e a implicação do modelo instituinte e instituído na vida destes profissionais. Para tal, foi realizado um levantamento bibliográfico utilizando livros, artigos da Internet e periódicos. De acordo com a pesquisa realizada, o instituído no hospital é representado pelas normas estabelecidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) as quais atuam direcionando, de certa forma, os agentes institucionais, (profissionais de saúde) contribuindo para que haja o privilégio maior dos aspectos “estruturais” do instituído do que das forças instituintes que contam justamente com a participação dos atores institucionais. Tais autores agem a fim de mobilizar recursos para os seus objetivos operacionais, interesses pessoais, corporativos e de grupos. Uma vez que o hospital funciona estrategicamente por meio da remuneração e do contrato de trabalho ele acaba levando seus funcionários a posicionarem-se de acordo com o que rege a organização, prendendo-os a esta sem que os mesmos se posicionem criticamente ao sistema instituído. Portanto, os resultados obtidos demonstraram que a estrutura dos hospitais

públicos ainda é fragmentária com relação aos seus serviços e setores, pois estes trabalham de acordo com os objetivos organizacionais do SUS, dificultando a manifestação crítica de seus agentes a qual inclui reivindicações como as de melhores condições de trabalho, de medidas contra a falta de equipamentos e medicamentos, entre outras. Desta forma, observamos que ao se tratar do paradigma do instituído e do instituinte é evidente que o instituído atua, ainda hoje, com um poder de decisão que ultrapassa em proporções desiguais o instituinte. Isso nos alerta para a importância de uma atuação mais ativa, na qual o desejo de mudança seja fundamental na atuação dos profissionais de saúde a fim de se proporcionar uma transformação nas atuais condições de trabalho, de modo que os agentes se expressem, ampliando o poder de ação destes dentro da organização.

**Palavras-chaves:** análise institucional, organização hospitalar pública, instituído, instituinte

**Atividade: CONSULTORIA EM PSICOLOGIA DO TRABALHO  
(Cursos - 4hs)**

**Trabalho:**CONSULTORIA EM PSICOLOGIA DO TRABALHO

**Autor(es):** Roberto Moraes Cruz

**Resumo:** O objetivo desta atividade é caracterizar o trabalho de consultoria realizado por psicólogos no âmbito das organizações de trabalho, destacando os principais aspectos que constituem os processos de consultoria, em seus diferentes modos de contrato e domínios de intervenção, assim como sua íntima relação com o trabalho de pesquisa e extensão universitária em Psicologia. O trabalho dos psicólogos no campo das organizações de trabalho permanece como um dos principais domínios da intervenção em Psicologia, porém ampliando-se gradativamente em função de demandas oriundas dos processos de consultoria e assessoramento em diferentes níveis do processo de trabalho. A consultoria, no âmbito das organizações de trabalho, pode ser definida como o fornecimento de determinada prestação de serviço, em geral por profissional qualificado e conhecedor do tema (neste caso, experto em matéria de psicologia do trabalho e seus correlatos), visando influenciar ou auxiliar pessoas, em diferentes níveis de responsabilidades, na resolução de problemas relacionados às condutas de trabalho, na mudança ou melhoria de situações e ambientes que exigem métodos de regulação, controle e avaliação de processos organizacionais, além, é claro de métodos de verificação dos efeitos do planejamento e intervenção por meio de consultoria. O trabalho de consultoria realizado por psicólogos do trabalho, apesar de não ser uma atividade recente, tem se intensificado nas últimas duas décadas, potencializadas por necessidade de mudanças de padrões culturais-econômicos dos estilos gerenciais, de re-elaboração de contratos psicológicos e sociais no mundo do trabalho, de aperfeiçoamento de condutas específicas voltadas ao campo do controle da saúde e da segurança no trabalho, de treinamento voltados ao encarecimento e gestão do trabalho e de redimensionamento de processos de avaliação de competências e responsabilidades decorrentes da atividade de trabalho. Por tudo isso, é possível afirmar que o trabalho de consultoria é o produto de um trabalho de co-participação, de contrato de dois tipos diferentes de competências, aquele técnico específico sobre o assunto e aquele decorrente da vivência organizacional e de conhecimento de suas peculiaridades culturais, políticas e econômicas. O reconhecimento de mudanças sociais e econômicas, os incrementos tecnológicos e gerenciais, os efeitos dos processos organizacionais sobre as condições de saúde e trabalho, tudo isso, são premissas básicas que orientam as atividades de consultoria e determinam a qualidade dos modos de intervenção dos psicólogos nas organizações de trabalho. Dessa forma, os serviços de consultoria oferecidos por psicólogos aos corporativos de trabalho (empresas, instituições sindicatos, grupos institucionalizados), negócios jurídicos plenos, serve ao propósito de caracterizar necessidades ou diretrizes, meio de diagnóstico, identificar e projetar soluções, assim como recomendar ações de controle de processos e prevenção de situações críticas por meio do desenvolvimento, implantação e viabilização de projetos e programas, de acordo com as necessidades específicas de cada cliente e com base nas informações coletadas e dados gerados no próprio processo de consulta. O entendimento do trabalho de consultoria, hoje, suas premissas, características e principais tendências e modus operandi certamente é uma demanda social e profissional coerente com o trabalho do psicólogo nas corporações de

trabalho, seja no atendimento ao mercado de trabalho, seja na construção de novos espaços de ação e interlocução dos psicólogos com a sociedade civil organizada.

**Palavras-chaves:** consultoria, assessoria, psicologia do trabalho, mercado de trabalho, intervenção psicológica

**Atividade: Assédio Moral e Sofrimento Psíquico no Trabalho (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** ASSÉDIO MORAL E SOFRIMENTO PSÍQUICO NO TRABALHO

**Autor(es):** Mana de Mendonça Silva, José Tadeu Coutinho

**Resumo:** O Assédio Moral pode ser visto como a prática de condutas aécticas realizadas sistemática e repetidamente, por um período de tempo prolongado, no qual os sujeitos submetidos a diversos tipos de humilhação, por meio de gestos, palavras ou comportamentos, contra a dignidade e a integridade psíquica ou física que venham a prejudicar a saúde do sujeito e o clima organizacional e, em última instância, causam ao abandono do trabalho de várias maneiras. Tal fenômeno se faz presente em todas as épocas nas relações de trabalho, e ganha maior intensidade quando se percebe que a relação Capital x Trabalho é desigual e geradora de condutas que privilegiam o individualismo e todo tipo de controle da subjetividade do trabalhador. Geralmente, está associado à humilhação e pode ser compreendido através da estrutura organizacional hierárquica, tanto como fenômeno vertical quanto horizontal. Roberto Heloani em seu livro *Gestão e Organização no Capitalismo Globalizado* aponta que a abrangência de Taylor, em vários setores da vida moderna é enorme e na década de 80, regras e padrões empresariais se sofisticaram com a Administração Participativa, e houve um considerável aumento do controle da subjetividade do trabalhador, o que fez com este aceitasse de forma tácita as normas impostas acarretando na introjeção das normas e valores estabelecidos, afim de tornarem o sujeito cada vez mais controlado por regras que o deixassem suscetível a relações de humilhação e ao abuso de poder. Essa pesquisa se propôs a examinar o Assédio Moral e o Sofrimento Psíquico no Trabalho e relacioná-los aos modelos de gestão de pessoas por meio de uma revisão bibliográfica. Para sua realização foi necessário um amplo levantamento bibliográfico no qual consultou-se diversos tipos de produção, tanto acadêmicas como não acadêmicas, sendo 15 livros, 53 teses e artigos, 5 revistas e 10 sites e classificados em cinco categorias, Assédio Moral, Violência e Sofrimento Psíquico, Aspectos Jurídicos, Burnout e Estresse no trabalho. As principais referências estudadas mostraram que o sujeito assediado fica geralmente isolado de seu grupo e acaba submetido às condições aécticas sendo comuns sentimentos crescentes de tristeza e passividade, normalmente encarados como estresse, porém o sofrimento vai além, pois o sujeito mostra-se sobrecarregado, desmotivado e desacreditado, o que leva a perda da saúde e ao abandono do posto de trabalho. Tais fatos podem ser percebidos em modelos de gestão que vão do Taylorismo aos semelhantes ao Toyotismo. Pôde-se concluir que o conceito de Assédio Moral é relativamente novo, bem como é crescente a quantidade de processos que surgem na área Jurídica. Contudo, ainda é necessário que se pesquise para o desenvolvimento de formas de entendimento e prevenção que objetivem práticas "saudáveis" na gestão de pessoas, dentro da cultura empresarial brasileira e mundial, possibilitando a valorização das relações humanas no ambiente de trabalho. Notou-se a importância de dar maior visibilidade ao tema nas diversas áreas de conhecimento, Médica, Jurídica e Psicológica, na busca pela sistematização e operacionalização de conceitos, possibilitando assim, maior número de pesquisas.

**Palavras-chaves:** Assédio Moral, Gestão de Pessoas, Humilhação, Sofrimento Psíquico, Trabalho

**Atividade: Avaliação de programas sociais (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Avaliação de programas sociais - podem os psicólogos contribuir?

**Autor(es):** Luciana Mourão

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma reflexão teórica sobre as contribuições da Psicologia para a avaliação de programas sociais. A necessidade de avaliação de programas públicos é defendida por vários autores como forma de tornar mais eficazes os processos de decisão sobre as políticas públicas, o que tem originado maior interesse pelas técnicas de avaliação aplicadas aos programas sociais. Em países em desenvolvimento como o Brasil, em que os problemas sociais são numerosos e graves e os recursos reduzidos, a avaliação torna-se obrigatória. Sulbrandt (1993) sugere que o interesse por avaliação de programas se deve a uma combinação de fatores e circunstâncias: (a) a aguda crise social com alto percentual de pobreza; (b) a pressão de uma parte significativa da população por projetos sociais; (c) o dever do Estado de enfrentar esta situação; (d) o aumento do interesse na eficiência e no impacto do gasto social. Diante dessas circunstâncias, a avaliação adquire importância primordial, pois se supõe que ela assegure o correto emprego dos recursos e o máximo de eficiência e efetividade. Na América Latina tem sido crescente a preocupação com a avaliação de programas sociais. Documentos preparados por autores latino-americanos sistematizam técnicas de avaliação e elaboram criticamente alguns enfoques. Porém, em que medida esse aumento de interesse e a publicação de novos trabalhos configuram uma evolução no processo e na metodologia de avaliação? Em que medida as avaliações de programa levam em conta o sujeito, o que mudou em sua vida e na da comunidade? O crescente número de programas sociais que são avaliados tem representado também um aumento na participação de psicólogos nas equipes responsáveis pelo processo de avaliação? Quais são as formações profissionais dos avaliadores de programas sociais? O presente trabalho pretende discutir essa e algumas outras questões, pois, uma das contribuições mais importantes que a Psicologia pode oferecer para essa área é o foco no indivíduo, em sua subjetividade e percepção. Além disso, o avanço dos delineamentos e da análise de dados nas pesquisas na área de Psicologia Social no Brasil representa relevante contribuição, de natureza metodológica, dos psicólogos para a atividade de avaliação de programas sociais. Os resultados desse estudo mostram que a avaliação de programas, sobretudo os sociais, é um campo à parte, com ampla literatura e desenvolvimento teórico e metodológico, mas que a Psicologia tem muito a contribuir com essa área (Fernandez-Ballesteros, Vedung, e Seyfried, 1998). Entre as contribuições metodológicas que a Psicologia pode oferecer está o uso sistemático de procedimentos de pesquisa científico-sociais na avaliação de programas sociais, pois a causa do sucesso ou fracasso desses programas muitas vezes está associada ao comportamento humano. Além disso, a Psicologia pode oferecer contribuições teóricas ligadas à compreensão de processos cognitivos de aprendizagem e julgamento e contribuições específicas a respeito de treinamento e desenvolvimento e tantas outras.

**Palavras-chaves:** avaliação de programas, contribuição da Psicologia, metodologia de pesquisa

**Atividade:** O EFEITO DO PROCESSO DE MUDANÇA CULTURAL NAS PERCEPÇÕES DE (IN)JUSTIÇA (Paineis)

**Trabalho:** O EFEITO DO PROCESSO DE MUDANÇA CULTURAL NAS PERCEPÇÕES DE (IN) JUSTIÇA

**Autor(es):** Ivone Félix Sousa, Helenides Mendonça

**Resumo:** Ao longo dos tempos, o mundo do trabalho vem sofrendo diversas transformações que estão refletindo no percurso da história cultural, política e econômica da sociedade organizada. Para se manter no mercado, com força competitiva as organizações têm procurado, com capacidade de inovação, se adequar às condições socialmente estabelecidas, gerenciando o seu processo produtivo a partir de análises sistemáticas do ambiente externo e interno no qual ela está inserida. Essa mudança ocorre nos níveis social, econômico e político, gerando impacto direto na cultura organizacional, haja vista provocarem influência nos artefatos visíveis, nos ritos, mitos, assim como nos valores que governam a vida das pessoas no contexto de trabalho. A

cultura organizacional governa as relações que existem dentro de uma organização. Conhece-se uma organização a partir de seu funcionamento, da análise relacionada aos elementos discriminatórios, integradores e compartilhados pelos trabalhadores. Portanto, a cultura organizacional está implícita nos papéis, normas e valores organizacionais. A justiça organizacional, entretanto, é compreendida como o modo pelo qual as regras e normas que governam a vida nas organizações influenciam na distribuição dos resultados, a maneira como os procedimentos são usados para tomar as decisões e o modo pelo qual as pessoas são tratadas. Diante desse contexto que clama por ajustes e mudanças, que leva as percepções de ser tratado de maneira justa ou injusta, a presente pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de analisar o impacto que a mudança cultural exerce sobre as percepções de justiça, focando a percepção de justiça organizacional do docente universitário, nas dimensões distributivas, processual e interacional. A realização desta pesquisa contou com a participação de 233 professores [N = 110 masculino e N = 123 feminino] de uma universidade situada no Centro-Oeste do Brasil e que vem passando por um processo de mudança na cultura organizacional, na tentativa de se manter no mercado competitivo. Como instrumento de medida, utilizou-se uma escala de percepção de justiça organizacional e um questionário para as variáveis sócio-demográficas – gênero, tempo de serviço e titulação. Para as análises foram realizados testes estatísticos relacionados à média da frequência da percepção de estar sendo (in)justiçado, o teste t – para averiguar se houve diferença significativa na forma de perceber a (in)justiça em relação ao gênero – e a ANOVA, para analisar se houveram diferenças significativas na percepção de (in)justiça em relação ao tempo de serviço e titulação do professor. Os resultados obtidos demonstraram que o processo de mudança organizacional interfere no clima da universidade, alterando e intensificando a percepção dos professores referentes à injustiça da organização para com eles. Notou-se também, que as mulheres percebem-se mais injustiçadas do que os homens em relação ao tratamento interpessoal de reconhecimento, de aceitação de seus superiores. Porém, não apareceram diferença estatisticamente significativa quando comparadas as variáveis tempo de serviço e titulação dos professores na forma de se perceber injustiçado. Os resultados deste estudo são discutidos apontando-se lacunas a serem exploradas em investigações brasileiras no sentido de subsidiar programas de intervenção que visem minimizar os efeitos negativos que a mudança de cultura organizacional provoca nas percepções de justiça e, conseqüentemente, no clima organizacional.

**Palavras-chaves:** Mudança cultural, Percepção de (in)justiça, Clima organizacional

**Atividade: Possibilidades de estudos das redes sociais informais em contextos intra e inter-organizacionais (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** A Gestão por Competências na Perspectiva das Redes Sociais Informais – O Caso de uma Empresa Pública de Grande Porte

**Autor(es):** Luciane Benetti, MARIA JULIA PANTOJA

**Resumo:** Este trabalho investigou as Redes Sociais Informais, na perspectiva da Gestão por Competências, como mecanismo de sustentabilidade aos processos de aprendizagem e transferência do conhecimento em grupos de trabalho. Para tanto, foi realizado um estudo de caso no âmbito do Programa Solução Combinada de Mensagens, de uma empresa pública de grande porte. A estrutura desta pesquisa empírica contemplou a integração de diferentes abordagens metodológicas. Foram realizados estudos de natureza qualitativa e quantitativa que congregaram uma diversidade de técnicas e procedimentos aplicados na investigação das Redes Sociais Informais. Trinta e seis participantes responderam questionários de opinião e três participaram de entrevistas semi-estruturadas. Os resultados obtidos demonstraram que o Programa pretende adotar a Gestão de pessoas por Competências, o que vai facilitar a transferência e absorção do conhecimento que é um de seus objetivos estratégicos. Contudo, o Programa ainda não conta com o mapeamento das competências necessárias para adotar esse modelo de gestão, pois o mesmo está na fase de implantação. Para a identificação das Redes Sociais Informais de Informação e o mapeamento das competências de grupo, foi selecionado o

processo crítico Transferência e Absorção de Informação e Conhecimento, uma vez que este permeia todos os demais processos que compõem o Programa. Uma contribuição teórica relevante desse trabalho contempla a análise e discussão dos seguintes tópicos: i) conceitos relativos à competência de grupo, ii) processos de aprendizagem nas organizações e iii) Redes Sociais Informais. Foram consideradas as possíveis conexões dessas abordagens e a identificação de fatores que as interligam, a fim de fornecer subsídios significativos aos processos de aprendizagem. Entre as implicações práticas dessa pesquisa, constatou-se que as Redes Sociais Informais podem apoiar os gerentes do Programa, na construção de práticas que facilitem o processo de transferência e absorção de informação e de conhecimento. Além disso, essas redes podem promover o compartilhamento e a disseminação dessas informações entre os funcionários envolvidos nesse processo, a fim de criar um ambiente de interação e socialização na organização. Porém, os resultados, também, indicaram a necessidade de maior investimento nos relacionamentos dos atores identificados como fundamentais, pois a maioria deles desempenha mais de um papel na Rede. Concluiu-se que os resultados podem contribuir e trazer informações relevantes, especificamente, no que se refere às estratégias subsidiadas por meio do mapeamento das competências de grupo das Redes Sociais Informais de Informação, cujo objetivo é o de facilitar o gerenciamento dos processos de aprendizagem, transferência e absorção de conhecimento.

**Palavras-chaves:** Gestão do Conhecimento, Aprendizagem Organizacional, Redes Sociais Informais

**Trabalho:** Mapeando as Redes Intraorganizacionais Informais de uma Empresa Pública: Indo Além das Relações Formais

**Autor(es):** Sergio Ricardo Franco Vieira, Elaine Rabelo Neiva

**Resumo:** As redes sociais estão sendo crescentemente utilizadas como ferramentas para análise de processos organizacionais onde outros métodos têm-se revelados ineficientes. Redes sociais são estruturas construídas, onde indivíduos interagem, e essas estruturas interferem na capacidade da organização de lidar tanto com seu cotidiano como também com problemas imprevistos. Pode-se também definir redes sociais como estruturas compostas por indivíduos que emergem de situações comuns vivenciadas e de interesses compartilhados, visando a comunicação, a troca e a ajuda mútua. Partindo deste ponto, vários estudos demonstram que as redes sociais intraorganizacionais são compostas por relações vivenciais que se destacam e se diferem das relações formais no ambiente do trabalho. O presente estudo teve como objetivo verificar as diferenças entre essas relações formais e informais em uma gerência de uma empresa pública. Com o intuito de alcançar este objetivo, foram feitas uma pesquisa nos documentos organizacionais que definiam a estrutura formal da empresa e um mapeamento das redes informais de confiança e comunicação através de um questionário. O questionário foi aplicado a um grupo de 28 empregados da gerência pesquisada. O instrumento era composto de quatro partes com algumas informações sobre a pesquisa e questões abertas que perguntam ao sujeito sobre pessoas das suas redes de informação e de confiança. Após análise de documentos da organização, traçou-se as relações formais e de hierarquia da gerência estudada e dos seus setores, isto é, um esboço do organograma da gerência. As respostas foram lançadas em matrizes que foram simetrizadas pelos seus máximos. Os resultados encontrados permitiram analisar as microestruturas e representar graficamente os dois tipos de redes investigadas. A primeira rede, a de comunicação revelou que o gerente (um cargo de liderança) é menos requisitado que dois chefes de setores de cargo inferiores. Nesta rede fica claro que um supervisor é o conector central. Na rede de confiança, um funcionário se destaca como conector central da rede e diferente do conector da rede de comunicação, ele não exerce cargo de chefia. Nota-se também um micro rede isolada e formada por dois atores externos à gerência. Os dados revelam que as relações de comunicação e de confiança dentro da gerência estudada vão além das fronteiras das relações formais. Estes dados corroboram a literatura na área de redes informais intraorganizacionais no tocante de que dentro das relações formais uma outra rede com uma configuração própria é tecida pelos seus atores. Uma análise mais profunda da rede de confiança revela que ela pouco densa e pouco recíproca. A presença de atores externos á



gerência na rede mostra a fragilidade das relações formais no que tange a confiança. Outro dado relevante desta rede é que um ator que não atua como chefia é o principal conector central e que as outras pessoas citam como uma pessoa com qual elas correriam riscos profissionais. Apesar do caráter exploratório do estudo, o mapeamento das redes de comunicação e confiança mostrou-se útil para a compreensão da dinâmica dos grupos que compõe a gerência.

**Palavras-chaves:** Redes Sociais Intraorganizacionais, Relações Informais no Trabalho, Mapeamento de Redes Sociais

**Trabalho:** REDES SOCIAIS NA PESQUISA: UMA ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIENCIA PSICOLÓGICA.

**Autor(es):** Ariane Agnes Corradi, Elaine Rabelo Neiva

**Resumo:** No contexto de redução das atividades econômicas do Estado e ampliação do seu papel na elaboração de políticas públicas, consolida-se a noção de que são cada vez mais necessários conhecimentos científicos que fundamentem os processos de tomada de decisões. Essa nova abordagem torna o Estado um crescente consumidor dos resultados da atividade científica. Assim, a ciência e tecnologia (C&T) passam a ter um papel estratégico no contexto social contemporâneo. No âmbito do desenvolvimento científico-tecnológico, o aumento na intensidade das interações entre as coletividades científicas nacionais e internacionais, facilitado pelas novas tecnologias, tem levado à formação de redes em torno das atividades de C&T. Tais redes ultrapassam os contextos institucionais de origem (universidades, institutos de pesquisa, empresas, governos), obtendo crescente autonomia. A cooperação transnacional entre instituições de ensino e pesquisa e instituições corporativas vem assumindo grande importância, tornando-se norma nos centros desenvolvidos. Para estudar a organização, a dinâmica e os resultados dessas relações, as ciências sociais têm adotado a Análise de Redes Sociais. A Teoria de Redes Sociais permite tratar as relações entre atores em diversos níveis, separadamente ou numa perspectiva de relacionamentos multinível. Uma rede pode configurar-se em um arranjo grupal, organizacional ou extra-organizacional formado por um grupo de atores, que se articulam – ou são articulados por uma autoridade - com a finalidade de realizar objetivos complexos e inalcançáveis de forma isolada. A rede é caracterizada pela condição de autonomia das pessoas/organizações e pelas relações de interdependência que estabelecem entre si. É um espaço no qual se pode produzir uma visão compartilhada da realidade, intercambiar diferentes tipos de recursos e conduzir ações de forma cooperada. São vários os tipos de conteúdo estudados nas redes sociais: comunicação ou informação, vínculos formais (quem deve se reportar a quem), laços afetivos (confiança ou amizade), influência, troca de dinheiro ou recursos materiais, etc. Os atores geralmente compartilham mais de um tipo de ligação. Além disso, a Análise de Redes Sociais possibilita a identificação de papéis críticos assumidos pelos atores. Os estudos geralmente têm se focado quatro papéis críticos de ligação: (1) o conector central, que liga a maior parte das pessoas de uma rede social umas com as outras; (2) o expansor de fronteiras, que conecta uma determinada rede social com outras partes de uma organização ou com outras organizações, (3) o corretor de conteúdo transacional, que mantém a comunicação entre os diferentes subgrupos de uma rede social, unindo-os e impedindo que a rede se fragmente em subunidades menores e menos eficientes e (4) o especialista periférico, a quem todos de uma rede social podem recorrer sempre que algum conhecimento específico é necessário. Quando a análise se expande para o nível de grupos ou instituições é possível estabelecer quais trocas são realizadas entre essas entidades, com qual frequência e quais materiais são trocados, formas de apoio entre grupos, áreas ou subáreas carentes de pessoal e intercâmbio com outros grupos. Insere-se neste cenário a relevância das redes sociais para que se efetive a troca de informação e de conhecimento entre pesquisadores de uma mesma organização ou de organizações diferentes. O objetivo da presente proposta é analisar e discutir a importância do estudo das redes sociais entre pesquisadores da psicologia como forma viabilizar o desenvolvimento científico da área. Para isso serão investigados critérios estruturais e de conteúdo transacional que configuram as redes sociais entre esses pesquisadores no Brasil. Os objetivos específicos buscam identificar as características estruturais, relacionais e posicionais das redes sociais de pesquisadores em Psicologia no Brasil;

levantar os conteúdos transacionais trocados entre os pesquisadores; e apresentar possíveis sugestões de ações que fomentem uma atuação mais efetiva da rede social de pesquisadores como estratégia de desenvolvimento da Psicologia brasileira. Os dados serão coletados por meio de questionário online e serão analisados com softwares específicos para análise de redes sociais, tais como UCINET e NetDraw; Pagés ou ainda Krackplot.

**Palavras-chaves:** redes sociais, desenvolvimento científico, rede de pesquisadores

**Trabalho:** Redes sociais interorganizacionais: uma análise das parcerias mantidas pelas organizações do Consórcio Social da Juventude.

**Autor(es):** Elisa Maria Barbosa de Amorim Ribeiro, Antonio Virgilio Bittencourt Bastos

**Resumo:** O estudo mapeia a configuração das parcerias mantidas pelas entidades programa Consórcio Social da Juventude em Salvador e Região Metropolitana – CSJ/RMS, descrevendo-a em seus aspectos macro e micro-estruturais. A noção de redes sociais é utilizada como ferramenta teórico-metodológica no campo de pesquisa em redes, e como arranjos organizativos de organizações da sociedade civil articuladas entre si e/ou aos demais setores. As unidades de análise das redes sociais podem se constituir de indivíduos ou grupos ou organizações. Foram entrevistados 18 dirigentes de 18 organizações, dentre as 21 que integram o CSJ/RMS, com base em um roteiro estruturado com questões voltadas para o mapeamento da rede de relações interorganizacionais, incluindo o levantamento de recursos transacionados e percepções sobre o impacto da participação na rede sobre o desempenho da organização. Além das entrevistas foram coletados e analisados dados secundários, a exemplo das súmulas das reuniões e relatório do seminário de avaliação do CSJ/RMS. Os dados foram analisados de acordo com as ferramentas de pesquisa em redes sociais, utilizando-se o programa Ucinet 6.81 para mapear a rede, assim como caracterizá-la nos seus aspectos macro e micro-estruturais. Esta análise foi desenvolvida em dois níveis: o da Rede Geral – parcerias estabelecidas entre as diversas instâncias (governamental, não governamental e privado) e o da Rede Consórcio – parcerias circunscritas às entidades do CSJ/RMS. Na Rede Geral destacam-se: o estabelecimento de parcerias entre todas as instâncias, demonstrando tendência de estreitamento das relações entre setores na efetivação de projetos sociais; a configuração de uma rede interconectada, sem a formação de subgrupos, revelando potencial de incremento das relações e do fluxo de informações; a relação com organizações privadas, governo e ONGs internacionais definidas pelo suporte financeiro, indicando forte dependência e fragilidade; atores não respondentes são conectores centrais responsáveis pela existência da rede interconectada. Na Rede Consórcio identificou-se: a existência de subgrupos isolados; baixa densidade de relações; poucas relações bidirecionais; atores com alta concentração de poder e atores com alto grau de dependência; maior percepção de impacto no desempenho por parte das entidades que mais buscaram estabelecer parcerias; percepção das entidades sobre os entraves gerados pela ausência de interações como problemas no fluxo da informação e não compartilhamento de recursos e experiências. O estudo permite constatar a complexidade dos arranjos institucionais na efetivação de ações sociais, apontando limites de articulação que podem ter impactos sobre o desempenho geral do CSJ/RMS. Adicionalmente, revela o potencial do conceito e da metodologia de investigação de Redes Sociais.

**Palavras-chaves:** Redes Sociais Interorganizacionais, Consórcio Social da Juventude, Desenvolvimento social

**Atividade:** Levantamento de Clima e Diagnóstico Organizacional realizado por uma Empresa Júnior numa Indústria de Vidros (Experiências em Debate)

**Trabalho:** Levantamento de Clima e Diagnóstico Organizacional realizado por uma Empresa Júnior numa Indústria de Vidros

**Autor(es):** Rosângela Maria Guimarães Rosa, Luciana Veiga dos Santos, Mariana Benigno Moreira, Yram de Olinda Neves Miranda

**Resumo:** A NovaMente – Empresa Júnior de Psicologia da UFMA é uma associação civil, sem fins lucrativos, com finalidades educacionais, constituída exclusivamente por graduandos do referido curso, que presta serviços em Psicologia Organizacional para empresas e sociedade em geral, sob a supervisão de profissionais da área. Em abril de 2006, a NovaMente executou o serviço de recrutamento e seleção para uma indústria de vidros na cidade de São Luís, a qual produz e vende vidros a pessoas físicas e, primordialmente, jurídicas e é constituída basicamente por três setores: produção, loja e setor comercial. Como resultante deste processo seletivo, realizado para cargos da linha de produção e atendente comercial, a Empresa, representada por seu diretor geral, relatou algumas dificuldades relacionadas à entrada dos novos funcionários na linha de produção. Essa entrada, segundo o diretor, teria instaurado um clima tenso e de competição, já que os antigos funcionários não estariam repassando as informações necessárias para o desempenho das atividades. Outra dificuldade relatada foi o alto índice de absenteísmo dos funcionários. Inicialmente, o serviço solicitado foi com o objetivo de atender a demanda de possível desmotivação e ausência de trabalho em equipe na linha de produção. Assim, a solicitação inicial da Empresa foi de uma intervenção focal no setor de produção. Contudo, o serviço proposto pela NovaMente foi o de Levantamento de Clima e Diagnóstico Organizacional, visto que, antes de qualquer intervenção, seria necessário detectar uma visão geral da Empresa a partir da coleta de dados, e não apenas de um setor específico da Empresa. A Pesquisa de Clima Organizacional objetivou a investigação dos níveis de motivação dos funcionários em todos os setores da organização, relacionados ao desenvolvimento de trabalho e integração da equipe, comunicação, processo gerencial, atendimento aos objetivos individuais e coletivos por parte da empresa, dentre outros. O Diagnóstico Organizacional consistiu numa investigação, através de instrumentos de pesquisa, do funcionamento e da dinâmica da organização. O trabalho teve como principal objetivo coletar informações, controlada e sistematicamente, para uma posterior análise. Os instrumentos de coleta de dados foram: observação in loco, brainstorming, questionário de clima organizacional, questionário de chefia e pesquisa de satisfação do cliente, aplicados nessa ordem. Seis consultores juniores da NovaMente participaram da execução do trabalho, o qual foi supervisionado por uma professora e psicóloga especialista na área, e realizado em cinco etapas: uma denominada “Preliminar” e as outras denominadas Etapas I, II, III e IV. A Etapa Preliminar consistiu basicamente em elaborar os instrumentos, fazer revisão teórica sobre as ferramentas utilizadas, comprar e organizar materiais para aplicação e fazer um levantamento amostral dos clientes. A Etapa I – Observação in loco consistiu na coleta de informações sobre o comportamento organizacional, realizada por observadores colocados no ambiente de trabalho. A Etapa II, que se caracterizou pela aplicação das ferramentas Brainstorming, Levantamento de Clima e Questionário de Chefia, foi aplicada a fim de levantar a percepção dos funcionários acerca dos pontos positivos e negativos do trabalho que realizam e da Empresa em geral, e assim apontar idéias, sugestões e críticas para o aprimoramento do ambiente, das condições de trabalho e conseqüente aumento da produtividade. Na Etapa III foi aplicado um instrumento de Pesquisa de Satisfação dos Clientes, o qual serviu para verificar e avaliar o nível de satisfação dos clientes acerca da qualidade e variedade dos produtos oferecidos, bem como sua opinião sobre o atendimento, os preços e prazos, além de possíveis críticas e sugestões. A última etapa, Etapa IV, constituiu-se da análise dos dados obtidos nas etapas anteriores, os quais foram tabulados e analisados quantitativa e qualitativamente, o que possibilitou obter um diagnóstico geral da Empresa, identificar pontos positivos a serem reforçados e possíveis falhas a serem corrigidas. Por fim, foram apresentadas ao diretor geral, através de um relatório final, propostas de soluções viáveis para ambas as situações, no sentido de aprimorar o funcionamento da Empresa, melhorando a qualidade e produtividade e, conseqüentemente, elevando a rentabilidade da Empresa. Os resultados obtidos a partir da Pesquisa de Clima e Diagnóstico Organizacional possibilitaram investigar a dinâmica das relações interpessoais e da produção da Empresa, os pontos positivos no contexto da organização, apontar os aspectos a serem melhorados, constatar o nível de satisfação dos clientes, bem como apontar as possíveis sugestões de intervenções através da manutenção e reforçamento dos pontos positivos e melhoria dos pontos de fragilidade, buscando, assim,

aprimorar a qualidade de vida no trabalho, a produtividade e rentabilidade da Empresa. Verificou-se ainda que muitas das fragilidades encontradas na empresa tinham como causa um elemento comum: o modelo de gestão centralizador, coercitivo e não participativo. As intervenções posteriores não puderam ser realizadas, uma vez que o diretor tornou-se resistente quanto às intervenções no modelo de gestão o que não permitiu transformar o ambiente de trabalho em um espaço de aprendizado, integração e realização profissional dos seus integrantes.

**Palavras-chaves:** Empresa Júnior, Pesquisa de Clima Organizacional, Diagnóstico Organizacional, Produtividade

**Atividade: Coping no trabalho (Paineis)**

**Trabalho:** Coping no trabalho

**Autor(es):** Clicia Jatahy Peixoto, Juliana Costa de Carvalho Rêgo, Manuela de Albuquerque Rocha, Marília Maia Lincoln Barreira, Lígia Rocha Fontenele

**Resumo:** O assunto Coping no trabalho vem suscitando muitas discussões, tanto no âmbito da Psicologia clínica, quanto na Psicologia organizacional, social e outras, tendo em vista que se trata de algo que está diretamente vinculado ao estresse da nossa vida cotidiana, às condições de trabalho em geral (ambiente, gestão, carga horária, responsabilidade). Peixoto (2004) nos fala que uma situação pode ser considerada estressante quando acarreta perdas, ameaças, prejuízos ou desafios. Sabendo que “a exposição freqüente, intensa ou crônica ao estresse está associada a numerosos efeitos adversos na saúde física e mental” (PANZINI; BANDEIRA: 2005; 1), o coping no trabalho torna-se uma vertente bastante interessante de ser discutida. É como nos diz Heloani e Capitão, “o mundo do trabalho torna-se, de forma rápida e surpreendente, um complexo monstruoso, que se por um lado poderia ajudar, auxiliar o homem em sua qualidade de vida, por outro lado (...) avassala o homem em todos os seus aspectos” (2003). Esta pesquisa tem como base um critério qualitativo. Participaram deste estudo três profissionais de diferentes empresas privadas cearenses, sediadas em Fortaleza, onde ocupam cargos de diferentes níveis hierárquicos. Todos têm escolaridade superior, porém, devido a suas profissões, possuem jornadas de trabalho diferenciadas. Foi utilizada a versão brasileira da Escala de Coping Ocupacional elaborada por Latack na qual o autor trabalha com as estratégias de coping de: controle (quando a ação se dirige à resolução do problema), manejo (quando a estratégia utilizada diz respeito à regulação do estado emocional) e esquiva (relacionada à fuga do problema). Um dos sujeitos, M., 22 anos, do sexo masculino, marcou “sim” em 90,9% dos itens referentes à estratégia de controle, 22,2% daqueles referentes à estratégia de manejo e 11,1% dos itens referentes à estratégia de esquiva. Proprietário de micro-empresa do ramo da publicidade, esses resultados podem estar retratando sua posição estratégica, de busca por resultados, que é exigida a qualquer pessoa que ocupe essa posição. Frente a situações de estresse, o sujeito age na modificação do quadro que causou o problema, procurando soluções para este. Esse resultado também é característico de pessoas que se motivam e estimulam frente a desafios. As estratégias que o sujeito tem utilizado são as consideradas por Gil-Monte e Peiró (apud TAMAYO, TROCÓLLI: 2002) como as mais saudáveis, que se relacionam a ação na origem do problema, a reversão do fator causador do estresse, sendo também estas que previnem o desenvolvimento da síndrome de burnout. Outro sujeito de nossa pesquisa, B., 60 anos, sexo masculino, é advogado e revelou a partir de suas respostas, adotar estratégias relacionadas ao controle da situação, agindo, portanto, no foco do problema. B. marcou 0% dos itens referentes ao manejo de sintomas, 11,1% daqueles que correspondiam a comportamentos de esquiva e 81,8% dos itens ligados ao controle. B. trabalha com advocacia em seu próprio escritório. Suas decisões envolvem os bens de seus clientes, por isso, não pode se esquivar de suas responsabilidades. Deve agir de modo a montar estratégias para organizar as defesas dos seus casos e está sempre sob controle dos prazos de seus processos, não podendo adiar suas

decisões. O terceiro sujeito de nossa amostra é L, 47 anos, bancária. No questionário aplicado, marcou de forma afirmativa 22,2% das opções referentes ao manejo das condições que envolvam a situação estressante, 45,4% daquelas que eram referentes ao controle destas situações e, 22,2% das opções ligadas à esquivar destas mesmas situações. Através das suas respostas, podemos perceber que a maioria de suas estratégias referem-se ao controle da situação, ou seja, L prefere encarar a situação de frente a fim de resolvê-la. Seu trabalho é de gerente de contas especiais em um banco, com o público de classes A e B. Desta forma, ela adota as estratégias mais saudáveis possíveis para o bom andamento de seu trabalho, pois como gerente é necessário que L consiga liderar seu grupo, o qual é constituído de três pessoas, para que os seus subordinados possam executar tarefas que venham a resolver os conflitos de seu setor de forma que o trabalho deste seja eficaz e de certa forma rápido. L usa de forma equilibrada estratégias do tipo manejo e esquivar, pois em se tratando de um setor no qual ela ocupa um cargo de chefia, não poderia ser diferente, visto que essas duas outras categorias de estratégia distanciam o sujeito do problema e do ambiente de trabalho. Tendo em vista os resultados da pesquisa qualitativa, concluímos que as estratégias de coping estão ligadas não só a subjetividade das pessoas, mas principalmente ao que seus cargos exigem no trabalho. Além disso concluímos que é de primordial importância que as organizações estejam atentas às estratégias de coping que seus trabalhadores têm utilizado, pois como vimos essas estratégias interferem diretamente na qualidade do trabalho.

**Palavras-chaves:** coping, trabalho, estresse, estratégias

**Atividade:** “CADA LIGAÇÃO É COMO SE FOSSE A PRIMEIRA”. O Impacto da Organização do Trabalho nos Custos Cognitivo e Afetivo em um Call Center de uma rede de Drogarias de Brasília  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** “CADA LIGAÇÃO É COMO SE FOSSE A PRIMEIRA”. O Impacto da Organização do Trabalho nos Custos Cognitivo e Afetivo em um Call Center de uma rede de Drogarias de Brasília.

**Autor(es):** Bruno Gouveia de Lima, Raphael Andrade Nunes Freire, Rafaella de Andrade Vieira, Rodrigo Araújo de Miranda, Carolina Guidi Gentil, Fernanda Teles Vieira

**Resumo:** O termo Ergonomia é definido como uma abordagem científica que investiga a relação entre os indivíduos e o Contexto de Produção de Bens e Serviços. Analisa as contradições presentes nessa inter-relação e as estratégias individuais e coletivas de mediação que os indivíduos constroem para responderem às múltiplas exigências existentes nas situações de trabalho. O presente estudo teve como objetivo principal levantar as necessidades prioritárias da atividade dos atendentes em um Call Center de uma rede de Drogarias de Brasília. Buscou-se investigar as relações existentes no contexto de trabalho por meio da análise ergonômica da atividade e, com base nos resultados, sugerir recomendações para a promoção do bem-estar dos empregados. Participaram do estudo 30 atendentes, sendo a maioria do sexo feminino (60,7%), solteiro (73,3%), com faixa etária entre 19 e 35 anos. A média de tempo de serviço é de 16 meses e a maioria dos atendentes (73,3%) tem o Ensino Médio completo. A jornada de trabalho é de 6 horas diárias, ao longo de 6 dias na semana. A abordagem metodológica utilizada foi baseada na Análise Ergonômica da Atividade: análise documental; observações livres das atividades do Call Center; aplicação da Escala de Avaliação do Contexto de Trabalho - EACT e da Escala de Avaliação de Custo Humano do Trabalho – ECHT do Inventário sobre Trabalho e Riscos de Adoecimento - ITRA; entrevistas com o gerente, atendentes e com a supervisora; tratamento dos dados quantitativos e qualitativos; elaboração de recomendações a partir do pré-diagnóstico. Os resultados indicam que a organização do trabalho é um fator crítico neste Call Center. As médias dos itens das escalas aplicadas e as falas dos atendentes evidenciaram que a organização do trabalho ( $M = 3,80$  e  $DP = 0,48$ ) tem um impacto significativo nos custos afetivo

(M = 3,46 e DP = 0,63) e cognitivo (M = 3,99 e DP = 0,58), ao passo que os outros fatores da escala - condições de trabalho, relações sócio-profissionais e custo físico – tiveram médias relativamente baixas: abaixo de 2,4 (desvios entre 0,35 e 0,81). O impacto negativo é observado em situações como a grande necessidade de lidar com imprevistos e de resolver problemas (atrasos, falhas na entrega de medicamentos e panes no sistema); a constante exigência por controle das emoções (atender clientes ríspidos e mal educados); a cobrança incessante por resultados e a fiscalização do desempenho. Com base nos dados levantados e nos conhecimentos adquiridos ao longo do estudo, algumas recomendações são feitas: criação de uma tabela com valores de bonificações salariais, de acordo com a porcentagem da cota mensal atingida pelo atendente; as monitorias das ligações devem promover o desenvolvimento pessoal por meio de feedbacks e orientações aos funcionários; com relação às condições de trabalho, providenciar mesas e cadeiras ergonômicas; utilizar outro material para isolamento acústico que não solte pó e, assim, não prejudique a saúde dos atendentes; adquirir proteção para as telas dos monitores e protetor auricular individualizado. Entretanto, é válido ressaltar que este foi um pré-diagnóstico e que para uma análise mais aprofundada no contexto de trabalho são necessários mais estudos, como por exemplo, a realização de uma análise sistemática das atividades realizadas pelos atendentes do Call Center.

**Palavras-chaves:** Ergonomia, Call Center, Análise Ergonômica do Trabalho

**Atividade: SIGNIFICADO DO TRABALHO E ESCOLHA ACADÊMICO-PROFISSIONAL: (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Significado do trabalho e escolha acadêmico-profissional

**Autor(es):** Elson da Cunha Vilela

**Resumo:** Neste estudo foram analisadas relações entre o significado atribuído ao trabalho por universitários primeiranistas e a escolha acadêmico-profissional por eles realizada. Os dois fenômenos foram vistos como multifacetados e enfatizado que atribuir significado e escolher um curso e/ou profissão se constituem em processos vivenciados subjetivamente, nos quais tanto a intencionalidade da pessoa quanto suas habilidades cognitivas e afetivas são implicadas e trazendo, simultaneamente, marcas da sua inserção no mundo. Portanto, apresentando aspectos socialmente compartilhados, associados às condições históricas da sociedade – revelando a contemporaneidade do sujeito do processo. Foram envolvidos 921 estudantes, entre 17 e 52 anos (M = 22, DP = 4,9), matriculados em 16 cursos comuns a duas instituições de ensino superior da cidade de Natal (RN), sendo uma pública e outra particular. Para a obtenção dos dados relativos à escolha acadêmico-profissional aplicou-se um questionário desenvolvido para o estudo, contendo questões abertas e fechadas. O significado do trabalho foi apreendido por meio de duas questões sobre centralidade e duas escalas contidas no Inventário de Motivação e Significado do Trabalho: atributos valorativos e descritivos. Utilizou-se também uma ficha sociodemográfica. O registro das respostas aos itens de todo o protocolo deu-se sob a forma de banco de dados do SPSS (Statistical Package for Social Science) – o que permitiu que fossem utilizadas técnicas estatísticas pertinentes, tais como análise de frequência, teste t, teste qui-quadrado (Pearson), análise fatorial, análise de variância (ANOVA) e análise de cluster. Os resultados indicaram que a escolha acadêmico-profissional, no tocante à primeira opção ao se prestar o vestibular (N=921), fora feita pela maioria dos participantes desprovida de uma adequada consideração de critérios de avaliação da realidade sócio-profissional (80,7%) e de recursos pessoais internos (98,5%). Considerando-se a segunda opção (N=654), apenas o primeiro critério fora levado em conta e, ainda, de forma adequada por apenas 12,5% dos integrantes da amostra. Foram destacadas as principais dificuldades enfrentadas no processo de escolha, dentre elas: falta de preparação, falta de motivação, indecisão, expectativas irracionais, falta de informação, não saber conciliar fatores determinantes da escolha. Constatou-se que 46,8% dos participantes se encontravam insatisfeitos com o curso iniciado e mantendo perspectivas pouco promissoras em relação ao mesmo. Os primeiranistas tomaram o trabalho como a segunda esfera de vida mais importante e demonstraram uma visão idealizada acerca do mesmo. Foi possível a identificação de cinco padrões do significado do trabalho. Quanto à centralidade e aos fatores dos atributos valorativos e descritivos, os universitários apresentaram

diferenciação na atribuição do significado do trabalho de acordo com curso e a área do conhecimento.

**Palavras-chaves:** Significado do trabalho, Escolha acadêmico-profissional, Comportamento vocacional, Orientação profissional

**Atividade:** Maricultura familiar e mudanças da percepção de pescadores artesanais (Experiências em Debate)

**Trabalho:** Maricultura familiar e mudanças da percepção de pescadores artesanais

**Autor(es):** Sandra Assis Brasil, Erica Rocha Lordelo

**Resumo:** A pesca artesanal observada em pequenas comunidades pesqueiras se caracteriza por um trabalho extrativista, de subsistência e centrado em unidades familiares. A produção do dia é vendida em pequenos mercados locais ou entregue aos chamados “atravessadores” que compram o pescado a preços irrisórios e os revende em outras localidades. Para o trabalhador do mar e do mangue, seu trabalho é cotidiano, vivenciado dia após dia e dependente das variações ambientais, tais como maré, lua, ventos, temperatura, entre outros. A principal característica desse tipo de envolvimento com o trabalho tradicional de pesca é o imediatismo: estes trabalhadores culturalmente exigem o retorno imediato de sua força de trabalho. O presente estudo busca analisar a percepção e reação de pescadores e marisqueiras tradicionais da região do Baixo-Sul Baiano, diante das transformações ocorridas no ambiente pesqueiro e das novas formas de organização do trabalho exigidas pelas técnicas de cultivo de algumas espécies marinhas. Apresentaremos, em nossa comunicação, elementos sócio-culturais da pesca artesanal que repercutem na escolha e valorização daquela atividade pelos pescadores e os principais aspectos que apontaram pouco interesse ou dificuldades de entendimento dessa alternativa de renda. O projeto MarSol – Maricultura Familiar Solidária no Baixo-Sul Baiano, financiado pelo CNPq, atuou nas comunidades de Batateira, Taperoá, Galeão, Garapuí e Barra dos Carvalhos desenvolvendo técnicas de cultivo de ostra, algas e camarão, com o propósito de geração de trabalho e renda para os pescadores e marisqueiras da região. Para capacitar tais moradores naquelas técnicas foi necessário conhecer as formas como aqueles trabalhadores, do mar e do mangue, entendiam a organização tradicional de seu trabalho, passado de pai para filho, e a percepção sobre as novas técnicas oferecidas como alternativa de trabalho, bem como, a motivação para envolvimento com aquelas novidades. As técnicas utilizadas nessa pesquisa foram entrevistadas individuais semi-estruturadas com pescadores e marisqueiras das cinco comunidades. As atividades práticas para implantação dos cultivos e as reuniões ordinárias com pequenos grupos, também propiciaram momentos importantes na captação das principais idéias que aqueles moradores formavam. Nessas conversas mais descontraídas, surgiam pistas sobre aceitação ou não das novas formas de organização do trabalho necessárias à implantação daqueles cultivos. As transformações ambientais que mais influenciam o trabalho artesanal foram identificadas por aqueles pescadores como: escassez dos pescados, sobrepesca, pesca predatória e poluição. Esses fatores, já observados como responsáveis pelas dificuldades econômicas vivenciadas pelas famílias, ainda assim, não impediram que muitos destes pescadores tradicionais preferissem a pesca artesanal, garantidora da liberdade de que tanto gozam naquele ambiente. Além disso, a mudança de uma atividade extrativista para atividades de cultivo, como na agricultura, onde o tempo de coleta dos produtos não é imediato, dificultou o interesse pelo desenvolvimento das novas alternativas de renda, difundidas pelo MarSol. A mudança de uma economia familiar, imediatista, para uma economia visando as promessas do mercado, é um ponto essencial para a análise da modificação do modo de vida desses trabalhadores. O que cumpre aqui analisar, portanto, é a mudança no modo de percepção, e as dificuldades de aceitação do projeto, que estes trabalhadores adotaram.

**Palavras-chaves:** Maricultura familiar, Pesca artesanal, Percepção

**Atividade:** UTILIZAÇÃO DE TÁTICAS DE INFLUÊNCIA INTERPESSOAL EM AMBIENTE ORGANIZACIONAL

## (Comunicações Científicas)

### **Trabalho:** UTILIZAÇÃO DE TÁTICAS DE INFLUÊNCIA INTERPESSOAL EM AMBIENTE ORGANIZACIONAL: VARIAÇÃO ENTRE AUTO E HETEROAVALIAÇÃO

**Autor(es):** Alexandre Santille, Gabriela Andrade da Silva, Emma Otta, André Luiz Silva Samartini

**Resumo:** Os processos de influência são importantes para compreender como os gestores motivam seus subordinados; como as decisões são tomadas nas organizações; como os administradores obtêm cooperação de colegas sobre os quais eles não têm autoridade e como os administradores influenciam os superiores para obter apoio e recursos necessários. O objetivo da presente pesquisa foi verificar a relação entre a auto-avaliação e a heteroavaliação a respeito da utilização das táticas de influência em ambiente organizacional. O instrumento utilizado foi o questionário de táticas de influência elaborado por Gary Yukl (The Impact of Leadership, Greensboro, NC, 1992), que contém breves descrições da utilização de onze táticas (Persuasão Racional, Inspiração, Consulta, Troca, Legitimação, Pressão, Apelos Pessoais, Coalizão, Agradabilidade, Informação e Colaboração) e campos para que os participantes preencham com que frequência eles as utilizam no ambiente de trabalho, em uma escala de 1 a 5, em que (1) corresponde à não utilização e (5) corresponde à utilização muito frequente. Na auto-avaliação, 141 participantes (agentes) responderam a um questionário em que deveriam avaliar a frequência de utilização das táticas de influência separadamente em relação a subordinados, pares e chefes. Em seguida, realizou-se a heteroavaliação, pedindo aos colegas de trabalho (alvos) dos participantes que respondessem a um questionário semelhante através da internet, avaliando a utilização das mesmas táticas de influência pelo agente. Nessa etapa da pesquisa, 43 chefes, 118 pares e 92 subordinados responderam ao questionário. Os dados foram analisados através de um modelo de ANOVA com medidas repetidas e a variável resposta considerada foi a diferença entre a auto-avaliação e a média das heteroavaliações de cada um dos níveis hierárquicos (subordinado, par ou chefe). Foram realizadas análises diferentes para os três níveis hierárquicos e consideradas as variáveis tática de influência e sexo do agente. Houve diferenças estatisticamente significativas entre a auto e a heteroavaliação em todos os níveis hierárquicos. O resultado do modelo para o “chefe” mostrou que houve interação entre as variáveis tática e sexo ( $p < 0,01$ ). As mulheres não apresentaram diferença global entre auto e heteroavaliação, mas a média da auto-avaliação foi significativamente menor ( $p$ -valor  $< 0,05$ ) que a da heteroavaliação nas táticas Troca e Coalizão. Entre os homens, a auto-avaliação foi significativamente maior que a heteroavaliação ( $p < 0,05$ ) para todas as táticas estudadas. No nível “par”, houve interação entre tática e sexo ( $p < 0,05$ ). Para o sexo feminino, não houve diferença global entre auto e heteroavaliação, mas a auto-avaliação foi menor que a heteroavaliação, em média, na tática Coalizão, e o contrário ocorreu nas táticas Pressão, Apelos Pessoais e Agradabilidade. Já entre os homens, a auto-avaliação foi maior que a heteroavaliação de maneira geral ( $p < 0,001$ ), tendo mostrado-se significativas ( $p < 0,05$ ) as táticas Consulta, Troca, Pressão, Apelos Pessoais, Agradabilidade, Informação e Colaboração. No nível “subordinado”, o resultado revelou apenas efeito principal de tática ( $p < 0,01$ ). Embora o efeito principal de sexo não tenha sido significativo, foram realizadas análises separadas para homens e mulheres. Constatou-se que para o sexo feminino, não houve diferença global significativa entre auto e heteroavaliação. Houve efeito de tática ( $p < 0,01$ ), sendo a auto-avaliação, em média, significativamente menor que a média da heteroavaliação na tática Coalizão e significativamente maior que a média da heteroavaliação nas táticas Apelos Pessoais e Colaboração. No sexo masculino, a auto-avaliação foi maior que a heteroavaliação de forma global ( $p < 0,001$ ). Observou-se que a auto-avaliação foi maior que a heteroavaliação, em média, em todas as táticas, com exceção de Legitimação e Coalizão ( $p < 0,01$ ). Os resultados indicaram que os agentes utilizaram-se de diferentes estratégias dependendo do alvo que procuravam influenciar, alterando a frequência de utilização de determinadas táticas segundo o nível hierárquico. Também foi observado que, em todos os níveis hierárquicos, a concordância entre auto e heteroavaliação é mais alta quando o agente é uma mulher que quando é um homem, e que os homens tiveram a auto-avaliação maior, em média, que a heteroavaliação.



**Palavras-chaves:** Psicologia Evolucionista, Influência Interpessoal, Táticas de Influência, Organizações

**Atividade:** O psicólogo nas organizações privadas no RN (Paineis)

**Trabalho:** O psicólogo nas organizações privadas no RN

**Autor(es):** Rafael Fernandes Bezerra

**Resumo:** Um dos maiores problemas para os estudantes, de um modo geral, é a escolha da área profissional em que eventualmente vira a atuar. Uma das principais causas para a ocorrência desse fenômeno é a falta de conhecimento prático e cotidiano sobre a profissão, como e onde ela atua e o porquê de sua atuação. Por isso, esse trabalho tem como objetivo primordial expor, de forma superficial, a atual situação do psicólogo organizacional dentro das instituições privadas do estado do Rio Grande do Norte (principalmente na cidade de Natal, onde estão todos os cursos superiores de psicologia do estado), onde a grande maioria das empresas empregadoras são de pequeno ou médio porte, e também como e até onde seu conhecimento é aceito por seus superiores. O principal objetivo do trabalho é orientar os estudantes acerca da atuação do psicólogo organizacional em instituições cujo lucro é um dos principais objetivos, o que não ocorre na maioria das instituições públicas, onde o profissional organizacional se ocupa principalmente da promoção da melhoria na qualidade de vida dos funcionários, e onde ocorre grande parte das pesquisas e trabalhos da área organizacional, no Rio Grande do Norte. Os dados da pesquisa serão coletados através de entrevista semi-abertas com profissionais que trabalham em empresas privadas, ou já o fizeram até maio de 2006. Os focos das entrevistas são: verificar as posições que os profissionais da psicologia ocupam enquanto “peça” da organização; buscar o tipo de trabalho que os profissionais realizam nas empresas; o grau de liberdade que eles consideram ter, e se ele interfere na execução ou objetivo de seu trabalho; a satisfação dos profissionais enquanto psicólogos organizacionais e qual a relevância do saber psicológico para o seu trabalho; a remuneração. Todos os profissionais a serem entrevistados têm, no mínimo, formação superior em psicologia, e sua escolha foi feita de forma arbitrária, principalmente de acordo com sua disponibilidade. A amostra mínima será de doze entrevistados e a máxima de dez. ....

**Palavras-chaves:** Psicologia organizacional, Mercado de trabalho, Relações de trabalho

**Atividade:** A SÍNDROME DE BURNOUT E SUAS RELAÇÕES COM ESTRATÉGIAS DE COPING E COMPROMETIMENTO ORGANIZACIONAL (Comunicações Científicas)

**Trabalho:** Mestre

**Autor(es):** Elson da Cunha Vilela

**Resumo:** Neste estudo foram analisadas relações entre o significado atribuído ao trabalho por universitários primeiranistas e a escolha acadêmico-profissional por eles realizada. Os dois fenômenos foram vistos como multifacetados e enfatizado que atribuir significado e escolher um curso e/ou profissão se constituem em processos vivenciados subjetivamente, nos quais tanto a intencionalidade da pessoa quanto suas habilidades cognitivas e afetivas são implicadas e trazendo, simultaneamente, marcas da sua inserção no mundo. Portanto, apresentando aspectos socialmente compartilhados, associados às condições históricas da sociedade – revelando a contemporaneidade do sujeito do processo. Foram envolvidos 921 estudantes, entre 17 e 52 anos (M=22, DP=4,9), matriculados em 16 cursos comuns a duas instituições de ensino superior da cidade de Natal (RN), sendo uma pública e outra particular. Para a obtenção dos dados relativos à escolha acadêmico-profissional aplicou-se um questionário desenvolvido para o estudo, contendo questões abertas e fechadas. O significado do trabalho foi apreendido por meio

de duas questões sobre centralidade e duas escalas contidas no Inventário de Motivação e Significado do Trabalho: atributos valorativos e descritivos. Utilizou-se também uma ficha sociodemográfica. O registro das respostas aos itens de todo o protocolo deu-se sob a forma de banco de dados do SPSS (Statistical Package for Social Science) – o que permitiu que fossem utilizadas técnicas estatísticas pertinentes, tais como análise de frequência, teste t, teste qui-quadrado (Pearson), análise fatorial, análise de variância (ANOVA) e análise de cluster. Os resultados indicaram que a escolha acadêmico-profissional, no tocante à primeira opção ao se prestar o vestibular (N=921), fora feita pela maioria dos participantes desprovida de uma adequada consideração de critérios de avaliação da realidade sócio-profissional (80,7%) e de recursos pessoais internos (98,5%). Considerando-se a segunda opção (N=654), apenas o primeiro critério fora levado em conta e, ainda, de forma adequada por apenas 12,5% dos integrantes da amostra. Foram destacadas as principais dificuldades enfrentadas no processo de escolha, dentre elas: falta de preparação, falta de motivação, indecisão, expectativas irracionais, falta de informação, não saber conciliar fatores determinantes da escolha. Constatou-se que 46,8% dos participantes se encontravam insatisfeitos com o curso iniciado e mantendo perspectivas pouco promissoras em relação ao mesmo. Os primeiranistas tomaram o trabalho como a segunda esfera de vida mais importante e demonstraram uma visão idealizada acerca do mesmo. Foi possível a identificação de cinco padrões do significado do trabalho. Quanto à centralidade e aos fatores dos atributos valorativos e descritivos, os universitários apresentaram diferenciação na atribuição do significado do trabalho de acordo com curso e a área do conhecimento.

**Palavras-chaves:** Significado do trabalho, Escolha acadêmico-profissional, Comportamento vocacional, Orientação profissional

**Trabalho:** A SÍNDROME DE BURNOUT E SUAS RELAÇÕES COM ESTRATÉGIAS DE COPING E COMPROMETIMENTO ORGANIZACIONAL

**Autor(es):** Angélica Maria Eloi Ferreira Vasconcelos, Graciele Matos de Medeiros, Elson da Cunha Vilela

**Resumo:** O estudo foi desenvolvido com o propósito de investigar a incidência da síndrome de burnout e suas relações com estratégias de coping e o comprometimento organizacional entre trabalhadores de saúde em serviços de urgência e emergência, no município de Natal/RN. Realizou-se em seis organizações (quatro públicas e duas privadas). A amostra foi composta por 40 trabalhadores de ambos os sexos, com idade entre 22 e 64 anos (M=39,30 e DP=10,90). Os instrumentos utilizados para a coleta dos dados foram o Inventário de Burnout de Maslach (MBI); a Escala de Coping Ocupacional; a Escala de Comprometimento de Mowday; a de Meyer e Allen; e uma ficha sócio-demográfica. As repostas aos instrumentos foram registradas sob forma de banco de dados do SPSS (Statistical Package for Social Science). Foram utilizadas técnicas estatísticas como medidas de tendência central e dispersão, análise de variância (ANOVA), teste t, teste qui-quadrado (Pearson), correlação e análise de regressão. A maioria dos participantes apresentou uma intensidade moderada da síndrome de burnout (exaustão emocional – M=2,50 e DP=0,59; diminuição da realização – M=3,93 e DP=0,59; e despersonalização - M=2,14 e DP=0,73). Foram apresentadas médias com diferença estatisticamente significativa entre todos os fatores da escala de coping. O uso da estratégia de controle – M=3,54 e DP=0,57 – preponderou sobre as de manejo – M=3,32 e DP=0,45 (t = 3,39, para p=0,001) e estas sobre as de escape – M=2,47 e DP=0,60 (t = -12,47, para p=0,000). Não se verificaram diferenças significativas entre as médias nos fatores do comprometimento: com a organização (M=3,95 e DP=0,80); com a carreira (M=4,23 e DP=0,97); e com o sindicato (M=3,87 e DP=0,87). Dos três construtos, foi no comprometimento que os participantes mostraram mais diferenças na dependência de determinadas variáveis sócio-demográficas e funcionais. Os três focos de comprometimento apresentaram correlações significativas e negativas com a exaustão emocional; significativas e positivas com diminuição da realização; e apenas o comprometimento com o sindicato apresentou correlação significativa e positiva com a despersonalização. Para verificar o poder de predição dos focos e bases do comprometimento e das estratégias de coping no trabalho para as

dimensões da síndrome de burnout foram realizadas três análises de regressão múltipla padrão. A primeira, calculada para a exaustão emocional mostrou que 22% da variância dessa dimensão foi explicada pelo conjunto de variáveis de coping no trabalho e comprometimento, sem que nenhuma trouxesse contribuição estatisticamente significativa. Na segunda regressão, realizada para a diminuição da realização, observou-se um poder explicativo de 26% da variância da dimensão e que apenas o controle contribuiu com significância estatística. Na terceira, desenvolvida para a despersonalização, constatou-se que 16% da variância dessa dimensão foi predita pelo conjunto das dimensões. Porém, apenas o fator escape contribuiu com significância estatística para explicar essa variância. Foram apresentadas recomendações quanto à prevenção da burnout – considerando-se aspectos organizacionais e pessoais.

**Palavras-chaves:** Saúde mental e trabalho, Burnout, Comprometimento Organizacional, Coping

**Atividade: Experimentação Fenomenológica na configuração de equipe de trabalho no setor de Gestão de Pessoas em uma Instituição Pública Estadual da Cidade de Teresina-Piauí (Paineis)**

**Trabalho:** Experimentação Fenomenológica na configuração de equipe de trabalho no setor de Gestão de Pessoas em uma Instituição Pública Estadual da Cidade de Teresina-Piauí

**Autor(es):** Alexsandro Augusto Carvalho de Oliveira, Silvia Milena Barbosa Leite, Francisca Rejane Rios da Silva

**Resumo:** A administração pública traz tantos desafios quanto a privada, principalmente quando se trata de Gestão de Pessoas. Para gerir funcionários em instituições públicas têm-se recursos em grande maioria diferentes das instituições privadas, as regras que organizam os direitos e deveres são outras; o compromisso social, a estabilidade e os objetivos dos funcionários são diferenciados; a própria percepção social que se tem dos serviços desenvolvidos em ambos demonstra que a administração desses recursos humanos exige um cuidado que precisa ser ainda mais aprofundado e pesquisado, levando em conta essas diferenças. O presente trabalho está sendo desenvolvido na Secretaria de Infra-estrutura do Estado do Piauí no setor de Gestão de Pessoas e foi proposto durante um estágio extracurricular. A atividade tem como meta verificar a importância e eficácia da configuração de grupo no setor público, assim como propor um modelo de configuração de equipe de trabalho baseado em conhecimentos advindos do diagnóstico organizacional realizado na instituição, avaliação de liderança no setor, fundamentos teóricos adquiridos da noção de grupo de Kurt Lewin e terapia de grupo de Rogers. A pesquisa se mostra interessante pela escassez de pesquisas de abordagem humanista na área de psicologia organizacional, mostrando que precisa ser incitado o desenvolvimento de mais trabalhos; pela necessidade de uma otimização do setor verificada no decorrer do estágio e para favorecer o crescimento de pesquisas na área de psicologia no setor público. Está sendo feita uma Experimentação Fenomenológica, por meio método quanti-qualitativo, usando como base teórica a noção de grupo de Kurt Lewin e a terapia de grupo de Rogers. A partir dessa base teórica e recorrendo as características do grupo trabalhado percebidas no decorrer de outras atividades durante o estágio, estruturou-se 20 (vinte) encontros organizados em até três meses. As 20 sessões possuem duração de 40 (quarenta) minutos, são duas vezes por semana alternando-se entre dinâmicas (escolhidas em função de suas temáticas e organizadas sistematicamente) e discussões de temas relacionados à própria secretaria e a noção de grupo. A verificação dos efeitos das sessões é feita por meio da aplicação de entrevistas com os funcionários do setor de Gestão de Pessoas e com questionário, organizado com perguntas sobre o trabalho do setor de Gestão de Pessoas, aplicado ao restante da secretaria, ambos (entrevistas e questionários) aplicados antes das 20 sessões e após a realização de todas. Far-se-á em seguida uma análise de conteúdo das entrevistas e uma análise estatística dos questionários. Uma vez integrado os dados obtidos, verificou-se possíveis mudanças.

**Palavras-chaves:** configuração grupal, experimentação fenomenológica, gestão de pessoas, setor público

**Atividade: O engenheiro de segurança de trabalho e sua visão a respeito do profissional de Psicologia (Paineis)**

**Trabalho:**O engenheiro de segurança de trabalho e sua visão a respeito do profissional de Psicologia

**Autor(es):** Daniel Gonçalves Cury, Alline Alves de Sousa, Flávia Alves de Almeida, Patrícia Duarte, Renata Yumi Okubo, Andréia Camargo Vasconcelos

**Resumo:** Cada vez mais os empresários têm procurado os serviços dos psicólogos organizacionais em assuntos referentes às técnicas psicológicas direcionadas a recursos humanos na empresa. No entanto, à medida que essa procura vem crescendo, na mesma proporção os psicólogos vêm a necessidade de se aperfeiçoarem e de se aprofundarem nas áreas de suas atividades práticas. Dessa forma, o psicólogo tem sido chamado para colaborar até mesmo com outras áreas, como por exemplo, com o setor de segurança de trabalho. Com base nesse contexto, o presente trabalho foi uma prática proposta pela disciplina Psicologia Industrial I do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, tendo sido efetuado na cidade onde se situa a universidade, no mês de janeiro de 2007, e teve como objetivo a análise das contribuições da psicologia para o setor de segurança de trabalho, bem como obter considerações relevantes a respeito da visão que os profissionais de engenharia de segurança no trabalho têm do trabalho do psicólogo organizacional, e quais as contribuições que ele acredita que pode obter deste profissional; além disso, objetivou-se obter informações a respeito de possíveis parcerias que estes profissionais possam fazer, de forma a aumentar a segurança nas organizações. Para obter tais informações, foi elaborada e consecutivamente aplicada uma entrevista semi-estruturada direcionada a uma amostra de dois profissionais especializados em Engenharia de Segurança. O primeiro profissional entrevistado fez as seguintes considerações e atribuições ao profissional de psicologia quando relacionado a sua profissão: É um profissional de suma importância em uma indústria ou organização; é responsável pela conscientização da realidade; seu trabalho visa aliviar a tensão do empregado e colaborar para sua qualidade de vida; deve trabalhar com a culpa e frustração do Engenheiro de Segurança de caso não consiga prevenir e detectar acidentes; é responsável pela resolução dos conflitos em todas as instâncias da vida; o psicólogo e o engenheiro de trabalho devem estabelecer uma parceria, pois ambas as profissões visam propiciar a qualidade de vida no ambiente. Já o segundo profissional entrevistado fez as seguintes considerações e atribuições ao profissional de psicologia quando relacionado a sua profissão: O psicólogo pode entrar na intimidade do funcionário sem que ele se sinta exposto na frente dos colegas; é ele quem pode descobrir os temores e os medos do empregado na hora da contratação; também é ele o responsável pela descoberta de traumas e problemas em casa que contribuem para que o empregado seja um alvo fácil de acidente. A partir da interpretação dos dados, verificou-se que os profissionais entrevistados percebem os psicólogos no contexto da empresa como sendo também psicólogos clínicos, considerando assim que a sua principal contribuição para a segurança do trabalho é o aconselhamento de pessoal particularmente em situações em que os empregados demandam maior cuidado e orientação específica.

**Palavras-chaves:** engenheiro de segurança de trabalho, organizações, psicologia

**Atividade: PROGRAMA DE PÓS-SELEÇÃO (Paineis)**

**Trabalho:**PROGRAMA DE PÓS-SELEÇÃO

**Autor(es):** ELTON RAMOS MORAES, Sinésio Gomide Júnior

**Resumo:** O Comportamento Organizacional tem produzido conhecimentos significativos com a investigação dos vínculos entre indivíduo e organização, buscando a capacidade de prever o comportamento do ser humano no trabalho. No âmbito da investigação do comportamento organizacional, profissionais e pesquisadores têm se dedicado a compreender as relações afetivas e cognitivas que o trabalhador estabelece com sua organização. Este interesse tem produzido estudos que têm trazido, para o campo do conhecimento, resultados significativos no estabelecimento de relações entre satisfação no trabalho, comprometimento organizacional afetivo e suportes organizacionais. Os vínculos positivos entre trabalhador e empresa tendem a gerar benefícios que fazem com que o indivíduo se sinta melhor e mais realizado e a empresa receba maiores e melhores esforços gerando lucro e sobrevivência em longo prazo. Expectativas e necessidades são geradas no indivíduo na busca de realizá-las por meio da organização, e em contrapartida, a organização tem expectativas e necessidades que possam ser garantidas pela entrada de um novo profissional. Dentro desta perspectiva, uma grande empresa de telecomunicações da região do Triângulo Mineiro realiza, periodicamente o programa de pós-seleção, com o objetivo de identificar as expectativas dos neo-selecionados. Assim, este trabalho teve por objetivo identificar as percepções dos trabalhadores quanto à extensão em que a organização valoriza as suas contribuições e cuida do seu bem-estar (suporte organizacional), suas percepções quanto ao suporte social (informacional, emocional e instrumental) fornecido, identificando suas correlações com comprometimento organizacional afetivo, envolvimento e satisfação no trabalho. O estudo de caso teve uma amostra de trinta e dois funcionários da empresa de telecomunicações, sendo 50 % do sexo feminino e 50% do sexo masculino, possuidores, em sua maioria, de superior incompleto ou superior completo (72% na soma de ambos). Os resultados indicaram que há correlações positivas e significativas entre Percepção de Suporte Organizacional e Satisfação no Trabalho (0,71;  $p < 0,001$ ) e com Comprometimento Organizacional Afetivo (COA) (0,43;  $p = 0,015$ ). Correlação entre Percepção de Suporte Social Informacional com Comprometimento Organizacional Afetivo (COA) (0,36;  $p = 0,045$ ) e com Envolvimento no Trabalho (0,35;  $p = 0,047$ ). Correlação entre Percepção de Suporte Social Emocional com Envolvimento no Trabalho (0,37;  $p = 0,037$ ) e Percepção de Suporte Social Instrumental com Satisfação no Trabalho (0,44;  $p = 0,012$ ). Os autores discutem o papel desempenhado pelos suportes organizacionais oferecidos pela organização, nos critérios de desempenho dos indivíduos recém admitidos por ela. Sugerem novos estudos com estatísticas mais sofisticadas que buscam a determinação daqueles critérios sobre estes.

**Palavras-chaves:** Suporte Organizacional, Suporte Social no Trabalho, Comprometimento Organizacional Afetivo, Satisfação no Trabalho, Envolvimento no Trabalho

**Atividade: REDES SOCIAIS E INCUBAÇÃO DE EMPRESAS:  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho: REDES SOCIAIS E INCUBAÇÃO DE EMPRESAS: INTERCÂMBIO DE  
CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL**

**Autor(es):** Ariane Agnes Corradi

**Resumo:** O objetivo principal deste trabalho é apresentar uma agenda de pesquisa sobre as redes sociais no processo de incubação de empresas, buscando associar os processos de transferência de conhecimento a impactos sobre o desenvolvimento local. Os estudos sobre redes sociais e seu papel em aspectos relacionados ao desenvolvimento local têm tido destaque nos últimos anos, sob diferentes aspectos. Um deles diz respeito às redes informais que se estabelecem entre produtores, distribuidores e consumidores de diferentes produtos. Uma grande área de estudos investiga as relações entre pequenas empresas em arranjos produtivos locais ou distritos industriais. Os resultados das pesquisas dessa área têm mostrado a importância de laços fortes entre os diversos membros dentro do APL para o estabelecimento de relações de confiança e a redução de riscos nas transações econômicas estabelecidas entre eles. Além disso, têm discutido a importância dos laços fracos como fonte de inovação e de captação de recursos (humanos, tecnológicos, informacionais, por exemplo) inexistentes ou

escassos no APL. Como consequência, tem-se, por um lado, melhores e mais freqüentes relações econômicas dentro do APL, implicando em maior produtividade, qualidade e desenvolvimento da região. Por outro lado, pequeno número de contatos feitos com atores externos ao APL são otimizados, trazendo valiosas informações relacionadas a inovação tecnológica para o arranjo como um todo. Contudo, os estudos nessa linha de pesquisa têm utilizado conceitos centrais da Teoria de Análise de Redes Sociais, como os conceitos de laços fortes e fracos, apenas como ferramenta de discussão dos processos descritos. Não foram encontrados estudos que se baseassem nesse arcabouço para coleta, análise e interpretação de dados empíricos. Assim, busca-se investigar essa lacuna quanto à efetiva aplicação da teoria de análise de redes sociais em um contexto associado a desenvolvimento local. Foi realizada uma revisão de literatura dos últimos 5 anos de pesquisas sobre redes sociais entre micro/pequenas empresas e desenvolvimento regional e não foi encontrado nenhum artigo empírico publicado no Brasil. Esse dado da literatura aponta para a necessidade de se discutir e desenvolver pesquisas de campo pautadas na Análise de Redes Sociais para investigar as relações entre atores de micro/pequenas empresas incubadas e desenvolvimento local. Considera-se de suma importância o mapeamento das redes em relação a seus aspectos estruturais, como densidade da rede e papéis críticos desempenhados pelos atores sociais, bem como em relação aos seus conteúdos transacionais. Nesse sentido, apresenta-se uma proposta de estudo de redes sociais entre empresas incubadas, incubadoras e universidades, considerando-se principalmente o conteúdo transacionado nas diversas redes que essas instituições possam estabelecer entre si (formais, informais, de conhecimento, de informação etc). As micro e pequenas empresas são estratégicas para o desenvolvimento local. Por isso, o processo de incubação de empresas vem sendo alvo de políticas públicas, uma vez que os dados apontam que cerca de 60% das empresas incubadas estão voltadas ao desenvolvimento local ou setorial. A proposta desenvolve-se sobre três premissas principais. A primeira considera que o dinamismo das redes sociais poderá ser mensurado, em termos estruturais e de conteúdo transacional, sob uma perspectiva longitudinal, observável ao longo do período de incubação. A segunda trata do conteúdo transacional trocado entre atores das universidades e atores das empresas incubadas, que pode se apresentar sob a forma de transferência de tecnologia ou de geração de demandas para o desenvolvimento científico-tecnológico. A terceira premissa postula que as incubadoras exercem papel de mediação entre as empresas e a universidade, funcionando como um conector nas redes formais e até informais estabelecidas pelos atores. Com base nessas premissas, apresenta-se uma agenda de pesquisa, sob uma perspectiva multinível e multimétodo, das redes entre atores de empresas incubadas, incubadoras e universidades, visando ao desenvolvimento local.

**Palavras-chaves:** redes sociais, incubação de empresas, desenvolvimento local, abordagem multimétodo e multinível

**Atividade: Trabalho X Emprego (Painéis)**

**Trabalho:** Trabalho X Emprego

**Autor(es):** Viviane dos Santos Rocha, Maria Annelice Magalhães Torres, Débora Carvalho Fernandes, Tatiana Alves Pereira Oliveira, Cássio Adriano Braz de Aquino, Glícia Rodrigues Pinheiro, Andressa Alencar Gondim, Antonio Fábio Coelho Paz, Victor Meneses de Arruda

Carlos, Leonardo Araújo Lima, Clarissa de Fátima Nobre Carvalho, Cristiane Alves Silveira

**Resumo:** Este trabalho surgiu das reflexões resultantes das atividades do projeto Trabalho e Cidadania, realizado pelo Núcleo de Psicologia do Trabalho da Universidade Federal do Ceará (NUTRA), em parceria com a Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo do Estado do Ceará (SETE), no período de junho a dezembro de 2006. Nosso público-alvo foi composto por jovens de 16 a 24 anos de idade sem experiência registrada na CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) e sem pretensão ocupacional definida, além de trabalhadores que buscaram oportunidades de trabalho através do SINE/IDT, pelo menos dez vezes no último ano e em dias distintos e não foram colocados. Para tanto, foi delimitado que o contexto de atuação seria uma escola estadual, com alunos do Ensino Médio e uma grande comunidade da periferia de Fortaleza/Ceará. O projeto foi posto em prática por estudantes de Psicologia, através de oficinas de desenvolvimento pessoal e de Orientação para o Trabalho, dentro de uma metodologia psicossocial (teórico-vivencial), que proporciona a construção de um espaço de discussão e aprendizagem, sempre centrado na realidade e no desejo dos participantes, a partir de um compromisso, reforçado pela vinculação afetiva do grupo. Utilizamos diversos recursos, como dinâmicas de grupos, técnicas projetivas, exposição com recursos audiovisuais e círculo de debates que contemplavam temas como trabalho, emprego, processos de escolhas individuais, dificuldades e possibilidades de inserção laboral. Este trabalho contempla a reflexão dos conteúdos abordados nas oficinas intituladas “Trabalho X Emprego”, a partir do que foi discutido entre os facilitadores e os grupos. A partir das contribuições da Psicologia Social do Trabalho, abordamos as concepções acerca do trabalho e das novas formas de organização deste no capitalismo contemporâneo. Pudemos perceber claramente a consideração do emprego como forma mais válida de trabalho – muitas vezes única forma considerada válida de inserção no mundo do trabalho - e a auto-responsabilização total de alguns sujeitos na consecução de um emprego, sendo ainda muito presente a idéia de que “tudo depende de mim, do meu esforço”, sem a consideração das transformações do mundo do trabalho, como a crescente automação, o aumento das taxas de desemprego e a precarização dos postos de trabalho, através de contratos temporários, redução de salários, alongamento das jornadas de trabalho, perda de direitos sociais, previdenciários, etc. Tal perspectiva dos jovens quanto à sua inserção no mercado de trabalho dificulta o desenvolvimento de atividades possíveis no contexto de suas comunidades, por exemplo, uma vez que eles estão focados apenas no emprego formal e que não se dão conta das condições supracitadas de precarização laboral, etc. A partir daí, pudemos debater sobre a concepção de trabalho como uma relação entre o homem e a natureza que gera significados na medida em que permite a ação construtora da sociedade e do próprio homem, da sua subjetividade (Codo, 2002). Já em relação ao emprego, discutimos a visão trazida por Paul Singer (1981, apud Albornoz, 1992), na qual tal categoria não se entende como uma atividade peculiar, no sentido técnico do trabalho ou produção, mas sim como recurso de acesso, mesmo como parcial e defeituoso, a uma parte da renda e ao consumo, visto que a formalização do trabalho permitiria ao trabalhador o acesso a programas de previdência social, aos direitos trabalhistas e à garantia de uma remuneração fixa ao final do mês. Vale ressaltar, como exposto acima, que o trabalho é muito mais abrangente que esta maneira moderna e formal de realização de atividades. Tais idéias, diferenciadoras das categorias trabalho e emprego geraram certa surpresa e inquietação em alguns dos participantes, além de representarem concepções novas para a maioria deles. Atingimos os objetivos propostos de aprofundamento da discussão de tais temas de forma bastante satisfatória, segundo avaliação dos próprios participantes e da equipe de trabalho ou de facilitadores; pensamos ter contribuído para a ampliação da visão dos participantes do mundo trabalho e para uma inserção laboral mais consciente e valorizada por eles próprios.

**Palavras-chaves:** Trabalho, Emprego, Subjetividade, Inserção laboral

**Atividade: Validação de uma escala de diagnóstico de modelo de gestão Agency-Community (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Validação de uma escala de diagnóstico de modelo de gestão Agency-Community

**Autor(es):** Rebeca da Rocha Grangeiro, Antonio Virgilio Bittencourt Bastos

**Resumo:** Este trabalho de pesquisa visa construir e validar – a partir da realidade de organizações baianas – um instrumento capaz de identificar a percepção dos indivíduos sobre o modelo de gestão de pessoas adotado pela organização onde ele trabalha, de modo a avaliar como concepções, valores e práticas de gestão adotadas e idealizadas se aproximam das dimensões agency e community do modelo de gestão de pessoas proposto por Rousseau e Arthur (1999). A primeira dimensão refere-se à noção de ação agency, que defende a habilidade de os atores tomarem decisões e agirem de acordo com seus interesses; as oportunidades são vistas como fontes de flexibilidade e vantagem competitiva para trabalhador habilitado e capitalizado segundo as demandas do mercado; o empreendedor autônomo é o seu protótipo. Já a segunda dimensão remete à noção de ação community, que enfatiza uma maior participação dos atores em relações de interdependência, suporte mútuo, aprendizado conjunto, cooperação e adaptação coletiva ao ambiente; as oportunidades são vistas como caminhos para o engajamento coletivo, a fim de promover valiosa qualidade ou inovação; tem como base a idéia de homem comprometido. Se as duas perspectivas encontram-se na organização, pode-se dizer que a noção de agency-community é a que está estabelecida no modelo de gestão de pessoas na referida organização. O modelo de gestão de pessoas agency-community tenta estabelecer o equilíbrio entre as características paradoxais da nova ordem socioeconômica. Devido à nova idéia de carreira sem fronteira e pressões competitivas, as empresas necessitam de uma visão sinérgica de duas idéias tradicionalmente opostas acerca dos processos de gestão de pessoas nas organizações. Assim, Rousseau e Arthur (1999) definiram um modelo que articula essas duas concepções e que contribui para harmonizar algumas contradições presentes nas organizações. Conforme a finalidade dessa pesquisa, a validação da escala foi realizada em duas etapas, uma validação teórica, onde contamos com o auxílio de 10 juízes (mestres e doutores em psicologia que se dedicam à área de comportamento organizacional) e outra validação empírica, onde submetemos a análises estatísticas os dados coletados em uma amostra composta por 280 sujeitos que trabalham em 14 organizações (dentre elas, organizações privadas, públicas e públicas não-governamentais) localizadas no estado da Bahia. Para verificarmos a fidedignidade da escala fizemos os cálculos dos coeficientes de correlação de Pearson e analisamos a significância dos itens, a partir do coeficiente alpha de Cronbach. Para o exame de validade da escala utilizamos a técnica de análise fatorial. De modo conclusivo, como síntese dos resultados, averiguamos que ambas as análises propuseram a exclusão de itens impróprios e revelaram a inadequação da escala ideal. Por fim, depois de realizados esses ajustes, apresentamos a versão final da escala e as análises estatísticas que comprovam a fidedignidade e validade da mesma nos resultados destas análises. Tivemos uma redução de 10 itens de um conjunto de 44 itens e os novos níveis de significância dos princípios community e agency são 0,86 e 0,63 e das práticas community e agency são 0,85 e 0,75. Os resultados obtidos através do tratamento estatístico dos dados também revelam que a escala proposta precisa passar por aprimoramentos em relação aos itens que se referem ao construto agency.

**Palavras-chaves:** Agency, Community, Modelo de Gestão de Pessoas, Validação de escala

**Atividade:** Análise dos construtos relacionados à escolha do policial padrão (Comunicações Científicas)

**Trabalho:** Análise dos construtos relacionados à escolha do policial padrão: Um estudo com policiais militares da região do recôncavo baiano e adjacências

**Autor(es):** Anderson Magalhães Lula, Mino Correia Rios

**Resumo:** Em geral, o processo de valorização dos empregados tem sido uma prática comum nas grandes corporações. No caso da polícia militar, a valorização acontece principalmente através do processo de escolha do policial padrão que seria um destaque policial outorgado, a cada três meses, ao policial que dentre os membros daquele pelotão apresentou o melhor desempenho no cumprimento do dever, de acordo com a percepção dos membros de cada



pelotão. Para essa avaliação, no entanto, não é indicado nenhum tipo de critério, o que é deixado a cargo da avaliação subjetiva de cada membro da corporação. A escolha é feita de maneira simples, onde cada policial faz uma indicação do nome daquele que apresenta as características de um policial padrão. Assim, apesar da literatura já ter estudado diversos aspectos que envolvem o policiamento militar, nunca antes foi averiguado quais construtos estariam envolvidos na elaboração do que seria, na concepção dos próprios policiais, o policial padrão. Além desse fator, a compreensão do que seria esse policial pode fornecer elementos para entender melhor as pressões sofridas por essa categoria, uma vez que um dos aspectos mais estudados em relação à mesma relaciona-se as elevadas taxas de suicídio entre esses profissionais. Este estudo teve como proposta identificar estes construtos e descobrir quais apresentariam uma frequência maior entre os componentes do pelotão. Para a coleta de dados, o instrumento utilizado foi um questionário composto de duas etapas. Na primeira, o sujeito foi levado a descrever todas as características associadas ao policial padrão, sendo possível descrever todos os construtos associados ao tema. Num momento posterior, foi solicitado que cada sujeito ordenasse os três construtos fundamentais, em ordem de importância. Por meio do software Statistical Package for the Social Science (SPSS 11.5) foram realizados procedimentos estatísticos descritivos da amostra. Nesta pesquisa participaram um total de 83 policiais que atuam na região do recôncavo baiano e adjacências, sendo 65,1% do gênero masculino e 32,5% do feminino, porém dois sujeitos não responderam esta questão, o que corresponde a 2,4%. Com relação ao grau de escolaridade, a maioria possui segundo grau completo ou superior (97,6%). No que se trata do tempo de serviço, a maior parte possui até 10 anos na corporação (66,3%). Com os resultados obtidos, foi possível efetuar alguns cruzamentos, através do teste do Qui-Quadrado, utilizando-se do perfil dos respondentes indicado no instrumento de pesquisa. Os construtos que apresentaram maior frequência entre os respondentes foram: Honestidade (39), Responsabilidade (32), Respeito (17), Ser Amigo (16), Ética (12) e Lealdade (12). No cruzamento entre os atributos e o estado civil ( $p=0,00$ ), os resultados demonstraram que os casados indicaram especial atenção à competência, comprometimento com a corporação, ética e disciplina em comparação com os solteiros. Por outro lado, atributos como responsabilidade e ser sociável foram indicados acima do esperado pelos solteiros em comparação com os casados. Em relação ao cruzamento com o nível de instrução as diferenças mostram-se significativas ( $p=0,01$ ), com elementos ligados a definição mais consensual da profissão nos profissionais de menor escolaridade, envolvendo categorias como: competência e justiça, para o primeiro grau; competência, discernimento e boa conduta, para o segundo grau. Nos profissionais de instrução mais elevada, surge: respeito, ser sociável, cortesia, ter postura e amor à profissão. Dessa forma, percebem-se fatores ligados não somente a interação com a comunidade de maneira mais harmoniosa (podendo inferir uma concepção diferente do que seria a função do policial e do seu modelo de atuação), além da atenção a forma como a categoria se percebe. Os resultados indicam que a despeito do impacto da socialização na corporação policial, fatores dos nichos sociais dos quais seus elementos fazem parte interferem na concepção do que seria proteger e servir. Por outro lado, alguns elementos parecem ser pertinentes a todos os grupos, como, por exemplo, a noção de responsabilidade. Futuros estudos podem ser úteis na identificação de quais fatores podem estar associados tanto aos universais, quanto as diferenças e especificidades dessas percepções.

**Palavras-chaves:** Percepção, Policial Militar, Policial Padrão

**Atividade: O COMPORTAMENTO E ATUAÇÃO DAS OSCIP'S EM PSICOLOGIA EM BELO HORIZONTE: UMA INTERFACE MULTIDISCIPLINAR (Paineis)**

**Trabalho: O COMPORTAMENTO E ATUAÇÃO DAS OSCIP'S EM PSICOLOGIA EM BELO HORIZONTE: UMA INTERFACE MULTIDISCIPLINAR**

**Autor(es):** Ana Flavia Soares Conceição, Joana Carvalho Correia, Thiago da Silva Gusmão

**Resumo:** A sociedade é um sistema complexo e multidimensional em que os atores muitas vezes têm interesses divergentes e não raro conflitantes, bem como atribuem sentidos contraditórios para noções como “bem comum” ou “problema social”, entre outras. O comportamento gerencial de consultórios e clínicas em saúde tem sido a principal hipótese para o aumento da rotatividade de instituições em saúde. O enfoque no atendimento de atenção secundária ou terciária muitas destas instituições recebem recursos públicos provenientes de políticas sociais. As condições metodológicas necessárias à construção de um conhecimento rigoroso e controlado deste fenômeno social estão em gestação para a cidade de Belo Horizonte. Assim, nota-se uma miragem que ilude a eficácia das políticas sociais. Por exemplo, somente no ano de 2003, conforme dados do Ministério da Previdência, as organizações filantrópicas tiveram isenção fiscal e tributária da ordem de R\$ 2,18 bilhões. Por outro lado as próprias organizações reclamam de ausência de recursos para a área social. Quais as rotinas de trabalho e o comportamento destas instituições voltadas para a saúde? E, podemos nos questionar ainda: se estão surgindo tantas iniciativas dessa natureza, então por que os problemas sociais não diminuem? Esta pesquisa objetiva definir o comportamento organizacional das OSCIP's da área de saúde na cidade de Belo Horizonte. Também objetiva observar as rotinas que demonstrem as estratégias sociais e eficiência econômico-administrativo. Para tanto utilizou de estudo quantitativo e qualitativo, com pesquisa documental, aplicada, de campo e teórica. Para a construção e análise das informações, a pesquisa exigirá a utilização de instrumentos como pré-teste, questionário, banco e análise de dados. A amostra compôs-se Oscip's de saúde no site do Ministério da Justiça com 57 instituições com título de OSCIP's em Belo Horizonte. O Instrumento de pesquisa compôs-se do roteiro de entrevista em profundidade e do questionário da Confederação Nacional da Indústria de 2001 adaptado às especificidades das Oscip's. A Coleta de dados seguiu-se de um estudo piloto; carta-convite/telefonema às empresas; visita à empresa para preenchimento do questionário. Os dados foram analisados por análise exploratória através de medidas descritivas, através do software SPSS 12.0.1. Os resultados demonstram que das 57 instituições 37 responderam ao questionário. Ou seja, obtivemos 64% das empresas aceitaram responder o questionário. Das instituições de saúde duas foram identificadas como atuantes apenas na prestação de serviços psicológicos. Uma destas atua a mais de 30 anos em Psicologia em Belo Horizonte. Os dados demonstram um feixe de instituições que desenvolvem sua gerência e comportamento de acordo com seu público de interesse. O direcionamento para o público de interesse bem como a diversificação dos serviços prestados foram variáveis identificadas como mantenedoras das instituições. Além da diversificação dos serviços existe também a constituição de um grupo com diferentes titulações para cada serviços prestado. Para cada titulação uma legislação específica e limitações de acesso. Com esta estratégia algumas destas instituições possuem um registro para cada titulação, de acordo com as especificidades do Ministério da Justiça. Para uma gerência adequada ainda investem em parcerias das Oscips da mesma área com as Universidades. Investem também em rede de informações e comunicação, encontros, seminários e, absorção de pesquisadores no quadro institucional. Isto tem auxiliado na gerência do processo e diversificado as respostas para uma tomada de decisão. Conclui-se, portanto, que estes resultados formatados em uma única base de dados, estabelece-se o princípio da eficiência na gestão das políticas públicas, pois a partir do conhecimento criterioso dos movimentos, comportamentos e organizações que se aglutinam no fenômeno social, pode-se desenvolver um sistema de respostas pelas reais demandas existentes. Evita-se o desembolso de recursos para ações isoladas, sem uma estratégia que consolide os impactos do desenvolvimento social.

**Palavras-chaves:** economia da saúde, psicologia organizacional, gerenciamento clínico

**Atividade: ATITUDES E COMPORTAMENTOS DE INJUSTIÇA COMO ESTRESSORES NO AMBIENTE DE TRABALHO (Paineis)**

**Trabalho: ATITUDES E COMPORTAMENTOS DE INJUSTIÇA COMO ESTRESSORES NO AMBIENTE DE TRABALHO**

**Autor(es):** Livia Rodrigues de Sousa, Isolda Germana Nunes de Freitas, Kádja Xavier, Livanira Rodrigues, Mylenna de Carvalho Nobrega, ANDRÉA GONSALVES DINIZ, Tieme Vilar, Henrique D`Albuquerque

**Resumo:** O mundo do trabalho tem sido invadido por inúmeras transformações. A globalização, a competitividade, a economia e vários outros fatores tem influenciado as relações de trabalho. Tendo em vista as mudanças vigentes nas organizações, tornam-se imprescindíveis, uma melhor adequação às novas demandas do mercado. Dentro deste contexto surgem as experiências de injustiça que levam o trabalhador a se deparar com situações que desgastam, amedrontam, desestimulam e irritam. Influenciando diretamente sua vida. Estas situações geram sofrimento e podem ocasionar estresse que afeta a saúde física e psicológica do trabalhador. Isso porque freqüentemente, as organizações apresentam ambientes de trabalho competitivos, estruturas burocráticas, políticas, procedimentos imprecisos e processos de tomada de decisão nem sempre nítidos e públicos pelo fato de estarem, muitas vezes apoiadas em valores individuais, assim comprometendo o bem-estar do indivíduo e o crescimento organizacional, ocasionando uma queda na produtividade. Dentro da relevância do tema, Este estudo foi elaborado com o objetivo de investigar as atitudes e comportamento de injustiça como fontes estressoras no ambiente de trabalho. Sabe-se que a qualidade de vida no trabalho, se reflete nas percepções e atitudes dos trabalhadores em relação às suas tarefas, ao ambiente, aos colegas e aos gerentes. As organizações modernas não são apenas locais de trabalho, elas constituem espaços de interação e representação humanas, habitadas por um imaginário socialmente constituído dentro e fora delas. As pesquisas realizadas sobre justiça organizacional tem-se preocupado em investigar a influência que fatores macror organizacionais podem exercer nos julgamentos de justiça. Um desses fatores é a cultura corporativa, que segundo Tamayo (2004) reflete a orientação organizacional sobre os valores esposados e as praticas que implementam esses valores, são esses elementos os que primordialmente servem de base aos trabalhadores para orientarem suas ações, bem como para escolherem um referencial que dê sentido às coisas e explique a realidade no nível de análise organizacional. O presente estudo evidenciou as situações de injustiça que são percebidas como fontes estressoras pelos trabalhadores. Constatou-se que o maior percentual de respostas foi a do item - Salário incompatível com minha responsabilidade (36,6%). em segundo lugar destaca-se o item - Pouca possibilidade de promoção com (31,7%) e em seguida o item espaço físico inadequado para a realização das tarefas com (29,3%). De acordo com a literatura a pouca possibilidade de promoção desencadeia no funcionário a sensação de estagnação no trabalho, ou seja, sua perspectiva de aumento salarial é praticamente extinta. Estas situações somadas a falta de recursos no ambiente físico geram uma percepção de injustiça como fonte estressora de trabalho. Segundo Spector a insatisfação com o salário decorre da comparação entre os salários dos funcionários que desempenham a mesma função em vez do salário de outras pessoas em geral. Quanto a diferença da percepção entre os gêneros acerca da injustiça pode-se afirmar que não há uma diferença significativa, ou seja, ambos os sexos se sentem injustiçados com os mesmos fatores. Fato este que corrobora com a literatura. Logo, os pesquisadores concluíram que de fato, a injustiça no ambiente de trabalho gera sofrimento, sendo este fruto de condições organizacionais negativas ou desfavoráveis. Essa realidade compromete as relações de trabalho e o próprio indivíduo

**Palavras-chaves:** Ambiente de trabalho, injustiça, estresse

**Atividade: Motivação intrínseca e extrínseca: Perfis motivacionais de estudantes de graduação de psicologia e a sua relação com os fatores acadêmicos. (Paineis)**

**Trabalho:** Perfis motivacionais de estudantes de psicologia e a sua relação com os fatores acadêmicos.

**Autor(es):** Daiane Borges Machado, Flávia Jôse Oliveira Alves, Gisele Queiroz, Juliana da Silva Santos, Mino Correia Rios, Thaise Almeida Nunes Vasconcelos

**Resumo:** O presente estudo tem como propósito principal analisar o perfil motivacional de estudantes de psicologia e a sua relação com os fatores acadêmicos, com base na teoria da avaliação cognitiva. Motivação é a área da psicologia que estuda os fatores que estimulam o comportamento, investigando a maneira como o comportamento é iniciado, dirigido e sustentado, sendo o resultado da interação entre o indivíduo e a situação. A investigação tomou como ponto de partida a pesquisa conduzida previamente por Sobral (2003), sobre a motivação do aprendiz em medicina. Para fins do presente trabalho, replicamos a investigação junto a estudantes de psicologia de cinco universidades do estado da Bahia, uma vez que se optou por trabalhar apenas com instituições com turmas de egressos, o que também permitiu avaliar o impacto do semestre na motivação. A pesquisa foi do tipo survey, com corte transversal (n=154, sendo 22,1% homens e 71,4% mulheres, 40,3% do setor público e 59,7% do setor privado), utilizando-se amostragem aleatória. O instrumento utilizado foi o proposto por Vallerand e cols. (1992; 1993), traduzido e adaptado para o português por Sobral (2003), que também avaliou suas características psicométricas, sendo composto de três partes. A primeira parte era composta de vinte e oito afirmativas onde o respondente deveria indicar em uma escala (Likert de sete pontos) seu grau de concordância em relação às mesmas; na segunda, o respondente era solicitado a indicar (numa escala de zero a cem) a sua motivação global para prosseguir nos estudos de psicologia e; na terceira eram solicitados dados biográficos (sexo, idade, semestre) e tipo de instituição (pública ou privada). A escala é subdividida em sete subescalas: três correspondem a tipos de motivação intrínseca (onde a motivação está vinculada diretamente à atividade desenvolvida); outras três incorporam tipos de motivação extrínseca (onde a motivação se dá de maneira indireta, a partir dos benefícios obtidos a partir da atividade, ou em função da pressão exercida por outrem) e, a última, representa desmotivação ou ausência de motivação (implica ausência de percepção de contingências entre as ações e seus desfechos – falta de motivos intrínsecos ou extrínsecos). Os resultados em termos de motivação global revelaram índices de satisfação muito altos (média de 87,04 e desvio padrão de 14,5), havendo predomínio de escores mais elevados na subescala de motivação intrínseca, quando comparada com as de motivação extrínseca e de desmotivação (médias de 5,23; 3,3; e 1,58, respectivamente, com sig=0,000). Com relação ao nível de motivação global ao longo do curso, foi verificada uma diferença apenas marginal (sig=0,079), com níveis ligeiramente mais elevados nos últimos semestres, havendo um padrão semelhante em relação às sub-escalas. Com relação ao gênero, embora não tenha se verificado diferenças significativas quanto ao nível de motivação global, verificou-se nas mulheres um índice mais expressivo de motivação intrínseca (5,34, comparado a 4,9, com sig=0,039). Em relação ao tipo de instituição, os estudantes das instituições particulares referem níveis mais expressivos em termos de motivação global (90,1 contra 80,5, com sig=0,002), padrão esse que se repete nas sub-escalas (sig=0,005). Enfatizamos a importância desse estudo pela atual necessidade de se compreender como se dá a motivação intrínseca e as formas auto-reguladas de motivação extrínseca dos alunos podendo estes novos conhecimentos representar novas possibilidades para uma maior e melhor compreensão do envolvimento dos estudantes com a sua própria educação e com a instituição em que se encontram, refletindo diretamente no seu empenho e comprometimento. Também vale ressaltar que o próprio ambiente acadêmico pode facilitar ou inibir a motivação intrínseca em decorrência da facilitação e suporte ou obstrução das necessidades psicológicas de competência e autonomia dos aprendizes. Percepções objetivas ou subjetivas sobre o nível de eficácia pessoal ou competência nesse ambiente de estudos acadêmicos poderiam afetar a intensidade ou a orientação da motivação. Vale ressaltar também que a amostra restringiu-se a alunos de psicologia da cidade de Salvador o que pode ter enviesado os resultados pela cultura e tradições locais, como também pelo atual mercado de

trabalho da cidade citada, faz-se mister o prosseguimento desses estudos em outros estados e países.

**Palavras-chaves:** motivação,extrínseca,intrínseca

**Atividade: Gerenciamento comportamental nas organizações  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Gerenciamento comportamental nas organizações

**Autor(es):** Abraão Fonseca,Alane Gláucia Brito Cruz,Eric Campos Alvarenga,João Paulo dos Santos Nobre,Milena Monteiro Nagahama,Olívia Misae Kato

**Resumo:** Contingências de reforçamento são utilizadas para compreender a emissão de respostas em determinados contextos. Porém não apreendem a complexidade das práticas culturais e sua manutenção. Estudos mostram a aplicação da idéia de metacontingência nessa apreensão mais precisa da relação entre contingências e práticas culturais, reunindo comportamentos individuais, e suas conseqüências durante um período de tempo, influenciando no comportamento do todo um grupo. As relações entre as pessoas em uma determinada organização são alvos de observação, para otimização de comportamentos que gerem lucro, direta ou indiretamente, para a mesma. Surge daí o gerenciamento comportamental nas organizações. Esse gerenciamento pretende maximizar o desempenho de funcionários de uma determinada organização. Tal medida ocorre a partir do resultado das ações dos próprios funcionários. Os meios pelos quais isso pode ser atingido são: a) sistemas de remuneração, b) feedback e c) teamwork. Os sistemas de remuneração podem acontecer a partir da relação entre o responder e a conseqüência: remuneração; uma maneira de instalar esse responder é relaciona-lo imediatamente antes da conseqüência – resposta esta que pode ser controlada por metas ditadas pela organização –, o que não ocorre no sistema tradicional. O sistema de feedback é mostrado em recentes pesquisas que é um sistema que funciona de maneira satisfatória na otimização de comportamentos-alvo. Deve ser composto por medição dos comportamentos, e disponibilização da produção dos demais funcionários e a produção grupal inteira, na qual o indivíduo deve adequar-se ou superar. Ainda há outra maneira de obter o melhoramento do desempenho: teamwork, no qual o indivíduo não tem acesso somente ao controle de sua produção, mas tem controle sobre os horários, metas a serem atingidas, materiais e planejamento, em conjunto com os demais funcionários. Isso leva a responsabilidade da produção para perto dos produtores, o que lhes imputa responsabilidade sobre a própria companhia e a possível maior dedicação a partir da observação da execução de tarefas elaboradas pro eles mesmos, tornando o ambiente de trabalho menos rígido e mais auto-supervisionado. Enquanto esses meios de melhoria da produção em uma organização são estudados e testados por uma psicologia comportamental, as contingências mais amplas, como o cenário econômico, político e cultural, são responsáveis pela flexibilização da produção, adaptando-a ao atendimento das necessidades do mercado e otimizando sua absorção pelos clientes a medida em que considera as variáveis que os funcionários e patrões, enquanto também clientes e integrantes de um grupo social o qual os clientes também fazem, elaboram, executam e avaliam, diminuindo a cópia de métodos clássicos de controle de produção em voga em outras culturas, desprovidos de conteúdo regional, que têm sido mostrado como importante variável na produção organizacional.

**Palavras-chaves:** metacontingências,organizações,sistemas de remuneração

**Atividade: O ESTUDO DO ASSÉDIO MORAL NO BANCO DE CAPITAL PRIVADO E PÚBLICO:  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**O ESTUDO DO ASSÉDIO MORAL NO BANCO DE CAPITAL PRIVADO E PÚBLICO:  
UMA ANÁLISE COMPARATIVA

**Autor(es):** José Tadeu Coutinho,Fernanda dos Santos Montero,Gabriela Francisconi de Mendonça Uchôa

**Resumo:** Esta pesquisa teve como objetivo comparar a percepção de empregados de um banco privado e funcionários de um banco de capital público em relação a possíveis condutas de Assédio Moral. Tão antigo como o próprio trabalho, o assédio Moral tem tomado dimensões bastante ampliada nas últimas décadas, e com isso tem avançado em gravidade, tanto em empresas privadas quanto em órgãos públicos. Caracteriza-se basicamente pela repetição de comportamentos hostis contra uma pessoa, promovendo sua desestabilização gerando sentimentos de humilhação e grave sofrimento psíquico e físico, constituindo assim, a possibilidade de amplo repertório de mazelas desde a depressão e sentimentos de inutilidade até a tentativa de suicídio, passando por distúrbios de sono, tonturas, perda de concentração, ansiedade, sentimentos de fracasso, impotência, baixa auto-estima, além do trabalhador se sentir ridicularizado, fragilizado, estigmatizado, desestabilizado, sendo considerado como mau caráter e de difícil convívio. A amostra pesquisada foi composta por vinte e quatro sujeitos, divididos em três grupos de oito sujeitos, sendo doze empregados de um banco privado, com cargos operacionais e doze sujeitos, funcionários de um banco de capital público, com cargos operacionais. A faixa etária dos sujeitos pesquisados era de vinte e cinco a trinta e oito anos de idade e em relação a escolaridade, os sujeitos apresentavam a graduação superior incompleta ou completa. O tempo de trabalho dos sujeitos na empresa ou instituição era de dois anos a oito anos. O cenário da pesquisa foi a região do Vale do Paraíba, estado de São Paulo, Brasil. A metodologia utilizada para coleta de dados foi a entrevista coletiva, composta por um roteiro semi-estruturado abordando quatro tópicos, sendo a percepção do trabalho no banco privado e no banco de capital público, as políticas de trabalho, as principais fontes de insatisfação e sofrimento e as principais estratégias de enfrentamento das situações de insatisfação e sofrimento. Foram realizadas três entrevistas, com duração de noventa minutos cada, cujos dados coletados foram gravados e transcritos posteriormente pelos pesquisadores, mediante autorização dos sujeitos pesquisados. A análise de dados foi baseada na análise de conteúdo que possibilitou aos pesquisadores agruparem os dados em categorias, de acordo com as respostas dos sujeitos. Como principais resultados, pode-se perceber que tanto no banco privado como no banco de capital público, a percepção desenvolvida pelos sujeitos pesquisados, apontam para um quadro de sofrimento que muitas vezes é ampliado para outras áreas da vida. Pode-se perceber em alguns casos, que este tipo de relação se estabelece a partir de uma hierarquia autoritária, na qual o agressor dentro do ambiente de trabalho se sente ameaçado diante de alguma pessoa, que por algum motivo possa se destacar como profissional, ou até mesmo não aceitar a forma de liderança presente no banco privado ou banco de capital público, fato que muitas vezes pode desencadear o assédio moral. Também se pode perceber que no banco de capital público as políticas de promoção, os mandos e desmandos, se destacam como fatores que muitas vezes são desencadeadores de condutas atéticas, gerando sentimentos de humilhação. Em relação ao banco privado, a competitividade e o estresse do dia a dia, a pressão por resultados, bem como as ameaças do mercado e a instabilidade no trabalho foram considerados como fatores de insatisfação e motivos de sofrimento, associados ao assédio moral. Como conduta de enfrentamento a qualificação profissional, a habilidade política, a resignação ou agressividade foram apresentadas como principais estratégias de anulação dos sentimentos frente a possíveis condutas de assédio moral.

**Palavras-chaves:** Assédio Moral,Humilhação,Psicologia do Trabalho

**Atividade: Trabalho e Subjetividade:O papel do Psicólogo nas organizações (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Trabalho e Subjetividade: O papel do Psicólogo nas organizações

**Autor(es):** Silviane Melo Silvestre, Maria Izabel Migueis Quintas Calheiros

**Resumo:** No contexto atual, observa-se a rapidez com que as mudanças no mundo do trabalho estão acontecendo devido aos avanços tecnológicos e a globalização, além das práticas de racionalização das técnicas organizacionais e produção enxuta, assim criando um contexto extremamente competitivo. De acordo com isso, Guareschi relata que (1993), o trabalho em nosso dia-a-dia é revestido "...de um sentido vago e maleável" (p.29), ou seja, ao consultar o dicionário este autor percebeu que o trabalho pode significar "... aplicação da atividade física ou intelectual; serviço; esforço; fadiga; ação ou resultado da ação de uma força; labutação; esmero; inquietação; exercício; obra feita ou em via de execução" Ferreira apud GUARESCHI, (1993, p.29). Essa necessidade que o homem possui de trabalhar está implicado na subsistência de sua própria sobrevivência humana e na transformação da natureza como forma de realização dos seus desejos, segundo Arendt in Guareschi (1993): "É através do trabalho que o homem cria coisas extraídas da natureza, convertendo o mundo num espaço de objetos partilhados pelo homem. Diferencia, então, labor e trabalho. O primeiro é um processo de transformação da natureza para satisfação das necessidades vitais do ser humano. E o segundo, um processo de transformação da natureza para responder àquilo que é um desejo de ser humano, emprestando-lhe certa permanência e durabilidade histórica" (p.30). A partir disso, o trabalho tem sido fator essencial para dar sentido a vida do sujeito moderno, segundo Albornoz (1998). Diante disso, estas transformações que vem ocorrendo no mundo do trabalho repercutem diretamente na construção e compreensão da subjetividade do sujeito, que muitas vezes não é valorizada nas organizações. Este tema já vem sendo estudado por diversas perspectivas teóricas, sendo estes estudos ressignificados ao longo de toda história. Com isso, observa-se que o Trabalho e a Subjetividade se influenciam mutuamente em uma trama de significados, construções e reconstruções ao longo dos séculos, onde o Trabalho exerce influência na constituição do ser do sujeito e no que permanece subjacente, em sua singularidade e espontaneidade do eu. Já os fatores subjetivos repercutem nos processos de trabalho, nos aspectos inerentes ao contexto organizacional como produtividade, desempenho, diferencial competitivo, planos estratégicos e muitos outros, em todos, a subjetividade percorre cada uma destas instâncias. Diante disso, o interesse por este tema surgiu inicialmente na prática acadêmica, e logo após como Psicólogas do Trabalho e Consultoras em Gestão de Pessoas, cujo objetivo da pesquisa foi compreender a relação trabalho e subjetividade, e suas implicações na constituição do trabalhador, bem como possíveis intervenções do psicólogo sensível à subjetividade nas organizações. O método utilizado contemplou o aprofundamento bibliográfico tendo como base teórica Albornoz (1998), Antunes (2005), Calheiros (2001), Cattani (1997), Davel e Vergara (2001), Ferreira (2000), Gonzalez-Rey (2003), Guareschi (1993) e outros. Como resultado observou-se que a compreensão da subjetividade inserida no contexto organizacional facilitará na prática do Psicólogo e em suas intervenções desenvolvidas diariamente nas organizações, possibilitando desta forma, a identificar e lidar com os dilemas, valores, motivação e experiência humana em toda a sua forma de expressão singular e subjetiva a cada um, assim como favorecerá a estes profissionais a desvendar as diversas e diferentes linguagens, espaços e práticas que governam os sujeitos e as organizações em seu cotidiano na contemporaneidade. Para isso é importante que o Psicólogo Organizacional e do Trabalho busque refletir sobre o lugar das pessoas nas empresas, pois as mesmas têm o seu valor, suas qualidades, fazendo com que estes aspectos sejam um diferencial competitivo dentro das organizações, principalmente quando estes trabalhadores se encontram motivados e realizados pessoalmente e profissionalmente.

**Palavras-chaves:** Trabalho, Subjetividade, Intervenções

**Atividade:** Projeto Girassol: Humanização, Educação e Saúde Mental (Paineis)

**Trabalho:** Projeto Girassol: Humanização, Educação e Saúde Mental

**Autor(es):** Tathiane Gleice da Silva, Kilma Alice Chagas

**Resumo:** PROJETO GIRASSOL: HUMANIZAÇÃO, EDUCAÇÃO E SAÚDE MENTAL. Trabalhar em hospital psiquiátrico promove ao profissional lidar diretamente com rediscussões sócio-históricas a respeito do cuidado à saúde mental, em confronto aos estereótipos postos a uma pessoa acometida de adoecimento psíquico. Além disso, a dinâmica de qualquer organização orienta-se nas relações de poder vigentes, de modo que as relações interpessoais no trabalho revelam um perfil organizacional que, dependendo do modo como for vivenciado, pode estruturar-se em uma patologização do complexo organizacional. Ainda, segundo o Programa Nacional de Humanização ao Atendimento Hospitalar (PNHAH), cabe às instituições hospitalares refletir continuamente sobre suas ações terapêuticas, promovendo mudanças na cultura do atendimento à saúde, de modo a favorecer tanto a qualidade de vida no trabalho, quanto a assistência prestada. Em sintonia com essas idéias, o Projeto Girassol surgiu da inquietação de alguns estagiários de Psicologia quanto à qualidade do relacionamento interpessoal de profissionais de saúde mental e suas implicações no cuidado aos usuários de um hospital psiquiátrico do Estado de Pernambuco. Assim, com o suporte de uma visão clínica do fenômeno organizacional, pensou-se em humanizar a assistência, primando por sujeitos crítico-inventivos, pois, pela promoção de saúde mental da equipe de saúde em foco, em vistas de minimizar a distância entre trabalho e prazer. A intervenção deu-se, pois, nas seguintes etapas, durante um semestre: a) Preparação do solo - realizada observação assistemática da dinâmica hospitalar, além de levantamento de opinião, seguida de diagnose que se antecedeu a momentos de sensibilização aos funcionários a co-participarem do Projeto; b) Plantação - etapa na qual se efetivaram Grupos de Encontro Intersetoriais, que aconteceram semanalmente, com durabilidade de 1h, sob um perfil educativo - reflexivo, utilizando-se de técnicas de dinâmica de grupo, criando-se um espaço onde os funcionários de diversas categorias e níveis hierárquicos compartilhavam idéias e sentimentos, elucidando os conflitos da rotina hospitalar em foco, ainda pensando no lugar em que o trabalho ocupava na vida deles; c) Cultivo - momento em que se necessitou reformular os métodos até então aplicados, sendo realizadas entrevistas semi-estruturadas, investigando-se a concepção dos funcionários acerca do projeto, coletando-se propostas de mudança, bem como se promovendo uma escuta clínica acerca das justificativas postas aos boicotes grupais; assim foi considerado o tempo psíquico do grupo em lidar com sua realidade organizacional, diante das resistências desencadeadas em continuarem o processo de conscientização; uma intervenção renovada enfocou um cuidado intra-setorial; d) Colheita - consistiu na fase final deste Projeto, através de uma pesquisa de campo, sendo aplicadas entrevistas semi-estruturadas à Equipe de saúde da unidade de saúde. Ao que se constatou nos discursos dos membros do grupo, foi evidenciado um adoecimento nas relações interpessoais, o que pareceu atingir o auto-conceito dos funcionários, além de facilitar a condição de estresse no cumprimento das atividades, atingindo diretamente à assistência aos usuários acometidos de transtornos psiquiátricos. Em outros termos, embora as tarefas de trabalho fossem cumpridas, notou-se uma desarmonia intersetorial que interferia na qualidade de vida dos funcionários. Nos dois estilos interventivos (intersetorial e intra-setorial), observou-se um processo incipiente de conscientização da problemática dos vínculos profissionais no referido ambiente hospitalar que mereceria uma maior continuidade, para se garantir uma humanização mais eficaz. Mesmo assim, importa dizer, a realização do projeto foi para além de uma visão funcionalista organizacional: a questão não estava no registro de relacionamentos harmoniosos, mas de relacionamentos conscientes. Portanto, o Projeto Girassol possibilitou visualizar a importância da Psicologia, em atenção aos complexos organizacionais da assistência à saúde mental.

**Palavras-chaves:** Projeto de Humanização, Hospital psiquiátrico, Servidores públicos

**Atividade: Apoio Social e Suas Implicações no Bem-Estar dos Trabalhadores: (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Apoio Social e Suas Implicações no Bem-Estar dos Trabalhadores

**Autor(es):** Walkyria Camarotti, Sonia Regina Pereira Fernandes

**Resumo:** Apoio Social e Suas Implicações no Bem-Estar dos Trabalhadores: Estudo em Equipe



de Unidade de Terapia IntensivaWalkyria Camarotti Psicóloga (UFBA) Mestra em Psicologia (UFBA)Sonia Regina Pereira FernandesPsicólogaDoutora em Saúde ColetivaDocente do Mestrado em Psicologia da UFBA)O trabalho além de constituir aspecto importante da vida, vem passando por muitas transformações na atualidade. O segmento da saúde não foi poupado destas mudanças e é evidente que a crescente capitalização do setor, juntamente com os avanços tecnológicos, fizeram com que a assistência à saúde se transformasse em prática dispendiosa e sofisticada. Entretanto, apesar dos avanços tecnológicos, observa-se que o setor enfrenta uma crise que resulta no baixo padrão de atenção à saúde da população. A organização do trabalho em saúde tem incorporado cada vez mais “equipes multiprofissionais” e encoraja a interação, mas não se configura em um trabalho em que haja a construção de um projeto único, voltado para a assistência do paciente. Apoiando-se nessa realidade, no presente estudo, toma-se como unidade de análise profissionais que trabalham em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) de um Hospital Geral na cidade de Salvador-Ba. As UTIs são ambientes marcados por tensões de várias naturezas, permeados por intensa racionalidade. Tomou-se como referencial teórico neste estudo, os construtos Apoio Social e Bem-Estar Subjetivo (BES). Objetivo- analisar as implicações do apoio social no bem-estar dos trabalhadores que integram a equipe. Método - estudo descritivo, de corte transversal, qualitativo. Participantes- envolveu 52 profissionais de várias categorias que atuam nas equipe da UTI. Instrumentos – utilizou-se observações, entrevistas semi-estruturadas e um questionário. Análise dos dados – como elemento auxiliar usou-se o programa SPSS, após a categorização das informações pertinentes aos objetivos do estudo. Principais Resultados - os participantes são na maioria do sexo feminino, solteiros, de nível médio, especializados em UTI. O trabalho em UTI é constituído predominantemente por ações racionais, orientado pelas regras técnicas, daí os trabalhadores conceberem apoio social predominantemente na perspectiva instrumental e elegerem os apoios materiais e informacionais como os mais presentes, sem contudo desprezar o valor dos apoios emocionais e afetivos; quanto mais elevadas as exigências intelectuais da atividade profissional, mais distantes os profissionais se encontram das concepções de apoio que envolvem emoção, afeto e interação; as análises permitiram confirmar a influência dos apoios sociais na produção de bem-estar e detectaram a concepção de bem-estar associada à “qualidade dos relacionamentos”, seguida das categorias “condições de trabalho” e “satisfação pessoal”; a auto-avaliação dos indivíduos quanto à satisfação com a vida de modo geral e à presença de afetos positivos, apresentou associação positiva com o nível de bem-estar no trabalho. Conclusão – o estudo possibilita um aprofundamento das questões vinculadas a apoio social, como preditoras de proteção à saúde psíquica e neste sentido, pode-se supor que através dos apoios tangíveis e de uma reciprocidade de informações há a possibilidade de criação de um ambiente favorável à geração de recursos psicológicos e físicos, que venham a fortalecer os indivíduos para o enfrentamento das adversidades. A partir dos resultados, recomenda-se que as organizações dêem prioridade às estratégias de fortalecimento das relações sociais e dos comportamentos que levem os indivíduos a serem capazes de administrar o estresse provocado pelo ambiente de UTI.Palavras-Chave: equipe, apoio social e bem-estar.

**Palavras-chaves:** apoio social,bem-estar.,equipe

**Atividade: Integrado, Mobilizado e Renovado (Temas em Debate)**

**Trabalho:**Planejamento Estratégico Participativo:

**Autor(es):** Kátia Virgínia Ayres Ayres,Amanda Raquel de França Fllgueiras D´Amorim,Joel Souto-Maior Filho,Rodrigo de Oliveira,Anna Carolina Cunha,Agnes Campello Araújo

**Resumo:** Este trabalho relata o desenvolvimento do Planejamento Estratégico do Conselho Regional de Psicologia 13ª. Região (CRP 13), atividade prevista no Plano de Ação da Comissão

de Psicologia Organizacional e do Trabalho do CRP 13. O Projeto, caracterizado como Atividade de Extensão, registrado no Programa de Extensão da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), intitulado “Consultoria Júnior: uma nova perspectiva de sustentabilidade para organizações do Terceiro Setor”, foi realizado por professores e alunos do Departamento de Administração da UFPB, no período de julho a dezembro de 2005, com duração de 40 horas, e contou com a participação de conselheiros, funcionários e estagiários do CRP 13. Adotou-se a metodologia de Planejamento Estratégico Participativo – PEP (SOUTO-MAIOR, 2004), que combina as abordagens pesquisa-ação e consultoria-extensão, consistindo em um método de gestão para um posicionamento adequado da organização no seu ambiente relevante, com a participação de stakeholders internos e externos. Para o desenvolvimento do trabalho foram realizadas as seguintes atividades: Reuniões estruturadas com a Diretoria do Conselho, para a construção de objetivos e uma agenda de trabalho; avaliação estratégica e operacional dos fatores internos e externos importantes para o sucesso do CRP-13; desenvolvimento, através de uma abordagem simultaneamente participativa e construtivista, das estratégias para o CRP-13; Desdobramento das estratégias em um plano de ação; construção de indicadores, junto com o CRP-13, para acompanhamento e avaliação de desempenho; início da execução do plano de ação; Montagem de um mecanismo para obtenção de feedback e aplicação de ações corretivas. Como resultado do Projeto foi delineada a Missão do CRP 13: “Zelar pela profissão de psicólogo, através da orientação, fiscalização e disciplina, disseminando valores como ética, transparência, responsabilidade e competência profissional, visando garantir a excelência dos serviços oferecidos pelos psicólogos e a qualidade de vida dos seus colaboradores, de forma a promover o bem-estar da sociedade.” Na análise do ambiente externo destacaram-se como principais oportunidades para o Conselho: inscrição de novos profissionais, desmembramento da seção RN, maior participação dos profissionais, inserção do psicólogo nos programas governamentais e diminuição do número do cancelamento de inscrições. E como principais ameaças, foram elencadas: aumento da inadimplência, má gestão administrativa, dívida com o CFP, demissões e descrédito da categoria. Em relação à análise do ambiente interno foram priorizados como pontos fortes: fortalecimento da profissão, bom relacionamento interpessoal, responsabilidade, honestidade e motivação do corpo funcional. E como pontos fracos: inadimplência, débito com o CFP, baixos salários, localização e falta de equipamentos. Ações concretas foram delineadas para remover os obstáculos visando resolver questões estratégicas, entre as quais: investimento no corpo funcional (treinamentos, Plano de Cargos e Salários etc.); cobrança mais eficaz; aproximação com a categoria, através de visitas e eventos; apresentação na APAF de projeto que retire os juros; maior espaço na mídia para que a categoria e o público em geral possam conhecer as ações do CRP. Com base nas propostas para resolver as Questões Estratégicas foram definidos três Planos de Ação, envolvendo ações das diversas Comissões que atuam no CRP 13: 1) Recursos Humanos, com o objetivo de promover a modernização do CRP-13 no que diz respeito à gestão dos seus R.H; 2) Recursos financeiros e Materiais, com o objetivo de promover o equilíbrio administrativo-financeiro do CRP-13; e 3) Ações Políticas e Administrativas, buscando fortalecer a política institucional do CRP-13, em sua relação com a categoria e a sociedade. No que se refere à avaliação do projeto pelo grupo assistido, ao longo de todo o processo e, especialmente na última reunião de elaboração da PEP, deu-se oportunidade para que os participantes pudessem expor suas opiniões a respeito do projeto, sendo esta avaliação bastante positiva. Para garantir a execução dos Projetos Estratégicos, os facilitadores do trabalho sugeriram a criação de uma comissão formada por membros do Conselho, para monitoramento e execução da PEP. Passados alguns meses, constata-se que o CRP 13 conseguiu realizar a grande maioria das ações propostas; e que as demais estão em fase de finalização, o que significa que ao final do atual mandato, a Gestão Integração para Mobilização e Renovação terá conseguido transformar intenções em ações efetivas na busca de um melhor desempenho como representante de uma categoria profissional tão relevante para a sociedade, por meio da construção conjunta de metodologias eficazes para um efetivo cumprimento da profissão do Psicólogo, possibilitando um melhoramento contínuo no atendimento às demandas sociais, e potencializando os impactos positivos na comunidade na qual o CRP-13 atua.

**Palavras-chaves:** Planejamento Estratégico Participativo, Plano de Ação, Psicologia Organizacional e do Trabalho

**Trabalho:** Integrado, Mobilizado e Renovado

**Autor(es):** Kátia Virgínia Ayres Ayres, Amanda Raquel de França Fllgueiras D'Amorim, Agnes Campello Araújo

**Resumo:** A Psicologia, como as demais profissões, vem ao longo dos tempos passando por transformações para adequar-se às novas demandas sociais. Para o delineamento desse novo cenário, com novas práticas, a gestão do CRP 13 período 2004-2007 se propôs a realizar atividades que articulem o saber e o fazer por meio de ações integradas e inovadoras, considerando que a busca de novos horizontes na organização administrativa dos conselhos profissionais aponta com clareza a necessidade de orientar esforços e mobilizar recursos de forma coerente em direção a objetivos bem definidos. As propostas do CRP 13 para o triênio 2004-2007 abordaram: promoção e apoio a debates, palestras, cursos e grupos de estudos; participação contínua na construção da cidadania; promoção de amplo debate com a comunidade acadêmica e a sociedade sobre o papel e a prática do psicólogo nas novas demandas sociais; criação de grupos de trabalho e de estudos conforme necessidades específicas do Conselho nas diversas áreas; ampliação e modernização do sistema de computação; defesa das minorias e luta pelos seus direitos, pela inclusão social, pela inclusão escolar e pela promoção da cidadania; parceria com o CFP em prol da categoria, salientando as diferenças e necessidades regionais; criação do videoclube e semanas culturais com ciclos de debates; criação de vínculos com instituições formadoras; realização de visitas às instituições, onde o psicólogo atua, visando coletar informações para formação e orientação, criando espaço gerador de debates e soluções; modernização da home-page; manutenção e ampliação dos projetos já existentes, a exemplo o Banco Social de Serviços em Psicologia; fortalecimento da Psicologia no interior dos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte; mobilização para criação e estruturação do Sindicato da Categoria; renovação do canal de comunicação entre o Conselho e seus associados; participação ativa nas discussões e debates que envolvam projetos sociais, promovidos pelos órgãos Legislativos, Executivo e Judiciário; estímulo à produção do conhecimento científico; mapeamento da categoria e integração com os profissionais; fortalecimento da prática profissional nas diversas áreas de atuação, estimulando as novas áreas de inserção da psicologia, tais como jurídica, esporte e trânsito; ativação das diversas comissões já existentes, e ampliação de outras, mobilizando-as para discussão das temáticas; divulgação da importância da avaliação psicológica nas diversas áreas da Psicologia; integração com movimentos sociais (organizações governamentais e não-governamentais) visando uma participação ativa na construção social; defesa da autonomia e valorização do exercício profissional do psicólogo, com especial atenção aos projetos de lei ligados à Psicologia: Ato Médico, a luta antimanicomial e a inserção do Psicólogo no PSF; e orientação de estudantes e profissionais para uma prática ética. Para a consecução dessas propostas, o CRP 13 desenvolveu um Planejamento Estratégico Participativo que resultou no delineamento da sua Missão: "Zelar pela profissão de psicólogo, através da orientação, fiscalização e disciplina, disseminando valores como ética, transparência, responsabilidade e competência profissional, visando garantir a excelência dos serviços oferecidos pelos psicólogos e a qualidade de vida dos seus colaboradores, de forma a promover o bem-estar da sociedade." E, por meio de análises dos ambientes interno e externo, nos quais foram identificados ameaças, oportunidades, pontos fortes e pontos fracos, foram estabelecidas propostas que abrangem ações das diversas Comissões que atuam no CRP 13, as quais foram agrupadas em três Temas Estratégicos: 1) Recursos Humanos, com o objetivo de promover a modernização do CRP-13 no que diz respeito à gestão dos seus R.H, que resultou em atividades de Recrutamento, Seleção, Treinamento, Higiene e Segurança, Descrição e Análise de Cargos, Pesquisa Salarial e Plano de Cargos e Salários (em fase de finalização); 2) Recursos financeiros e Materiais, com o objetivo de promover o equilíbrio administrativo-financeiro do CRP-13, resultando, entre outras coisas, em corte de gastos, adequação das despesas, renegociação de dívidas junto ao CFP, compra de móveis e equipamentos de informática, reforma da sede; e 3) Ações Políticas e Administrativas, buscando fortalecer a política institucional do CRP-13, em sua relação com a categoria e a sociedade, que, em sua atuação podem ser destacadas a criação do CREPOP, a adoção de novos e modernos canais de comunicação com os psicólogos e a sociedade, o incentivo à criação de grupos de estudos e debates sobre diversos temas, o apoio à realização de

pesquisas, o desmembramento do Rio Grande do Norte e a conseqüente criação do CRP 17, e a realização de manifestos públicos e de eventos visando informar e orientar os psicólogos e a sociedade em geral. Diante do exposto, constata-se que a Gestão Integração para Mobilização e Renovação tem conseguido transformar suas promessas de campanha em realidade, por meio de políticas e práticas que representam benefícios inestimáveis para o futuro do Conselho, consolidando a sua identidade e fortalecendo seu espírito e seus valores.

**Palavras-chaves:** Planejamento Estratégico, Plano de Ação, Gestão de Pessoas, CRP 13

**Atividade: A Urgência de Uma Práxis Política e Social dos (as) Psicólogos (as)**  
**(Temas em Debate)**

**Trabalho:** Praxis e Sindicalismo

**Autor(es):** Luis Carlos de Araújo Lima

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é o de propor reflexões sobre as relações existentes entre o conceito de práxis em uma perspectiva marxista que entende o próprio ser humano como práxis, e que a práxis se materializa social e historicamente como trabalho. Ao entendermos o trabalho como uma relação dialética dos seres humanos com a natureza na produção de sua existência, podemos conceber que o modo de inserção de psicólogas e psicólogos no mundo do trabalho reflete a maneira como vimos nos apropriando, enquanto ciência e profissão, de uma realidade histórica dada e que em última instância determina a nossa consciência de categoria profissional. A inserção cada vez mais freqüente, dos psicólogos e psicólogas nas inúmeras instituições, sindicatos, organizações públicas e privadas, e conselhos de controle social, responsáveis, direta e/ou indiretamente, pela efetivação de políticas públicas junto à sociedade brasileira. Acreditamos na construção da psicologia como ciência concordando com Codo (2006) quando afirma que “produção e reprodução são as duas chaves fundamentais para a construção da psicologia como ciência na mesma medida em que são chaves para a compreensão de todos nós”. Está cada vez mais evidente que, apesar de ainda a maioria dos profissionais atuarem em consultórios particulares, uma parcela cada vez mais expressiva de nossa categoria está se inserindo neste campo possível de atuação que é o das instâncias de discussão e deliberação política da sociedade brasileira, como por exemplo, aquelas instâncias de controle social tais como Conselhos de saúde, Conselhos de Assistência Social, Conselhos de Comunidade, Fóruns de Defesa de Direitos (idosos, pessoas portadoras de necessidades especiais, criança e adolescente), assim como Sindicatos, Federações, Centrais Sindicais, Conselhos de representação profissional, ou mesmo, em instâncias de decisão da vida pública brasileira como nos colegiados de vereadores, deputados, senadores. A questão que se impõe é qual seria a função e o papel dos sindicatos dos psicólogos e psicólogas nesta transformação, cada vez mais evidente, de um profissional caracterizado por práticas profissionais privadas liberais para a condição de trabalhadores e trabalhadoras determinados social e historicamente? O trabalho de reflexão sobre a trajetória profissional de nossa categoria profissional pode ser um caminho para a superação dialética das contradições ainda presentes pode nos ajudar na tarefa de confecção de diretrizes e políticas sindicais para a nossa categoria. A professora Silvia Lane, ao propor uma direção para a pesquisa e teorização para Psicologia Social afirmou que caberia a essa ciência resgatar o sujeito no encontro de sua história de sua vida e a história de sua sociedade. Será que essa não poderia ser uma diretriz para as práticas e políticas sindicais, resgatar os psicólogos e as psicólogas no encontro da história de sua trajetória profissional com a história de sua sociedade? Ao propor campanhas para adequação de sua carga horária e salários os sindicatos podem abrir caminhos para uma reflexão sobre as condições materiais do trabalho de psicólogas e psicólogos que pode chegar, através de uma reflexão dialética, das contradições presentes em suas práticas profissionais em uma sociedade dividida por uma luta de classes e de uma possível reprodução ideológica de seu trabalho. Porém essa perspectiva indagativa crítica só se transformará efetivamente em uma práxis sindical se resultar na construção de uma consciência profissional comprometida com a luta de todos os trabalhadores por uma sociedade mais digna justa e igualitária. Bibliografia: CHAUÍ, Marilena Convite à Filosofia: Editora Ática. São Paulo, 1997. CODO, Wanderlei. Por uma Psicologia do Trabalho. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. LANE, Silvia e CODO, Wanderlei (orgs). Psicologia Social: o homem em movimento. São

Paulo: Brasiliense, 1984.

**Palavras-chaves:** Práxis, Trabalho, Sindicalismo

**Trabalho:** O Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo e a luta por mais empregos e melhores salários

**Autor(es):** Arlindo da Silva Lourenço

**Resumo:** No “escasso” e, ao mesmo tempo, sub-utilizado mercado de trabalho para psicólogos e psicólogas no Estado de São Paulo, em que uma superdemanda reprimida pede para ser suprida, seja nos diversos setores das políticas públicas (saúde, criança e adolescente, assistência social, encarcerados, justiça, educação, habitação, entre tantos outros), ou mesmo, nos setores privados e terceiro setor, o que se vê é um quadro que exige de todos nós um esforço considerável de análise. Temos, ao lado de experiências profissionais extremamente interessantes e que abrem novas possibilidades de atuação destes (as) profissionais, um grito por melhores condições de trabalho, salário, renda e, porque não, reconhecimento pessoal e da profissão. Apenas como exemplo, temos o oferecimento de concursos públicos para psicólogos (as) em municípios do interior do Estado, oferecendo a título de proventos, por volta de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por mês para uma jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais. O Sindicato dos psicólogos no Estado de São Paulo mostrou, via ofício encaminhado à Prefeitura do município citado, sua indignação com este ato, no mínimo, desrespeitoso para com os profissionais que passam, no mínimo, cinco anos de suas vidas sentados em bancos universitários para, enfim, conseguirem graduar-se, colocando-se disponíveis a esse mercado de trabalho indecente. Mais recentemente, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo publicou Resolução que trata do trabalho voluntário nos serviços públicos oferecidos pelo Poder Judiciário, precarizando as relações de trabalho e prejudicando o serviço que constitucionalmente deve ser prestado à população. Este ato ocorreu logo após realização de concurso público para diversos profissionais, entre eles psicólogos Irados, os (as) profissionais que obtiveram classificação no concurso que os colocariam em posição de assumir, brevemente, um cargo público, “invadiram” as suas entidades de classe, buscando soluções de seus representantes para este grande impasse. Apesar dos esforços empreendidos até o momento, uma solução razoável parece ainda estar distante. No momento em que este texto é produzido, uma grande manifestação de trabalhadores e trabalhadoras, se dirige às portas da residência oficial do Governador do Estado, cobrando e exigindo, daquele, um índice de reajuste para o conjunto dos servidores públicos de São Paulo. Entendemos que, se não houver cobranças junto aos nossos governantes por uma política pública de qualidade, onde trabalhadores e trabalhadoras possam ser respeitados enquanto cidadãos e cidadãs que são, um estado e um país diferente ainda não será possível. Aos poucos, psicólogos e psicólogas vão se dando conta de sua condição de assalariamento e de aviltamento nas condições de trabalho, às vezes, deplorável. Às entidades de classe, urge organizar os trabalhadores e trabalhadoras em sua base, buscando romper, principalmente, entre nosso meio, algumas tradições que, historicamente, têm dificultado o reconhecimento dos (as) profissionais, enquanto classe trabalhadora. Nesta mesa redonda, pretendemos, em nome do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo, continuar uma reflexão que já fazemos a muito tempo e que, imaginamos, pode tirar trabalhadores e trabalhadoras psicólogos do caos em que estão situados.

**Palavras-chaves:** trabalhador (a) psicólogo (a), Sindicalismo, mercado de trabalho

**Trabalho:** A Importância da Seguridade Social Pública e de Qualidade E a Luta Contra a Precarização da Saúde, Previdência e Assistência Social

**Autor(es):** Irineu Messias de Araújo

**Resumo:** Título: “A Importância da Seguridade Social Pública e de Qualidade E a Luta Contra a Precarização da Saúde, Previdência e Assistência Social”. A Importância da Seguridade Social Pública e de Qualidade E a Luta Contra a Precarização da Saúde, Previdência e Assistência Social: A Confederação (CNTSS-CUT) representa nacionalmente os trabalhadores de um ramo

produtivo e atua em questões ligadas a relações de trabalho, direitos fundamentais, políticas públicas, política econômica e de desenvolvimento, negociações nacionais gerais ou setoriais e representação institucional. A categoria profissional dos Psicólogos é majoritariamente ligada a seguridade social, posto que suas atribuições e realizações são ligadas a Saúde e Saúde Mental aonde quer que ele esteja atuando. O ramo Seguridade Social é um conceito avançado que articula diversas políticas de proteção social e que foi conquistado na Constituição de 1988, mais precisamente no artigo 194, compreendendo um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. O compromisso da CNTSS/CUT está em organizar e articular as entidades sindicais da seguridade social com o objetivo de representar nacionalmente os trabalhadores, consolidando o Ramo e elaborando políticas que fortaleçam e unifiquem as entidades sindicais e que possibilitem intervir nas políticas públicas. Tendo como prioridades o apoio às lutas das entidades de base, atuando nos fóruns e espaços de debate e deliberação de direitos sindicais, relações de trabalho e negociação no setor público e privado. Defendendo a jornada máxima de 30 horas semanais, a desprecarização do trabalho no SUS – Sistema Único de Saúde, a implementação do SUAS, brigando por espaços regulares de negociação no setor público e privado para a recuperação das perdas salariais, defendendo a promoção dos Serviços públicos de Qualidade e se envolvendo profundamente na desprecarização do Trabalho das categorias profissionais. A presença da CNTSS/CUT nesta mesa redonda pretende fortalecer a importância dos psicólogos e psicólogas no ramo Seguridade Social, reafirmando compromissos históricos pela luta de ampliação do mercado de trabalho nas políticas públicas, no controle social e no enfrentamento às terceirizações e às políticas neoliberais da sociedade capitalista em que vivemos. Traçando conjuntamente estratégias para melhores condições de trabalho, salário, renda, ampliando a participação da Psicologia no Campo Social. Palavras-chave: 1) Organização dos (as) trabalhadores (as); 2) Seguridade Social e 3) Serviços Públicos de Qualidade. Palavras-chave: 1) Organização dos (as) trabalhadores (as); 2) Seguridade Social e 3) Serviços Públicos de Qualidade.

**Palavras-chaves:** Seguridade Social, Organização dos (as) trabalhadores (as), Serviços Públicos de Qualidade

**Trabalho:** Psicologia e Políticas Públicas: O Desafio da Construção do CREPOP

**Autor(es):** Maria da Graça Marchina Gonçalves

**Resumo:** A partir do lugar dos Conselhos de Psicologia reconhece-se a urgência de uma práxis política e social dos psicólogos e a possibilidade de que o conselho profissional seja um espaço para a construção coletiva de um projeto para a profissão. Nesta apresentação, traremos ao debate alguns aspectos que têm marcado a gestão política dos Conselhos de Psicologia nos últimos dez anos e que podem contribuir para que o lugar social da psicologia como profissão seja reconhecido por sua relevância. Nossa visão é de que os conselhos são órgãos de mediação ente a sociedade e a profissão. Somos hoje 130 mil psicólogos inscritos nos conselhos e ativos. Entendemos que devemos trabalhar em defesa da profissão, mas em uma perspectiva que não seja estritamente corporativista, no sentido de colocar os interesses da categoria acima dos interesses da sociedade. Ao contrário, temos feito um caminho que é o de buscar, efetivamente, no contexto concreto da sociedade brasileira, colocar a Psicologia a serviço da sociedade. Para isso, é necessário reconhecer a desigualdade estrutural de nossa sociedade e nos colocarmos em defesa de uma concepção igualitária de sociedade, que diz que todos os cidadãos deveriam ter direito a ter acesso aos benefícios daquilo que o conhecimento psicológico oferece como possibilidade. Essa concepção valoriza, a nosso ver, a psicologia. Não queremos uma psicologia pequena, fechada em si mesma. Queremos uma psicologia aberta às demandas sociais, atenta às urgências de nosso tempo e produzida por uma categoria ciente e ciosa de seu lugar. Por isso valorizamos os espaços de organização e participação dos psicólogos e queremos que também os conselhos tenham esse papel. Serão apresentadas, então, as formas pelas quais essas concepções vêm se concretizando por meio de projetos políticos desenvolvidos nos Conselhos de Psicologia. O projeto mais amplo, que tem se desdobrado em vários outros, é o projeto do Compromisso Social da Psicologia. E, por meio da discussão da Psicologia e Direitos Humanos e da discussão da relação entre a Psicologia e as Políticas

Públicas, por exemplo, aponta-se para a necessidade de colocar a Psicologia a serviço do atendimento dos direitos fundamentais e dos direitos sociais, esclarecendo a perspectiva que orienta o compromisso social. Serão apresentados, mais detidamente, os aspectos que marcam o projeto Psicologia e Políticas Públicas, a partir da criação, nos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia do CREPOP - Centro de Referência em Psicologia e Políticas Públicas. A atuação da Psicologia em políticas públicas atualmente constitui-se em um desafio, considerando que sua história como profissão no Brasil foi marcada, de certo modo, por uma ausência nesse campo. Caracterizam essa ausência a participação da Psicologia como área secundária ou subsidiária de outras áreas (Medicina, Educação), durante um longo período, característica ainda presente em alguns contextos; e seu desenvolvimento por fora das instituições sociais, como alternativa para o desenvolvimento de práticas comprometidas com direitos sociais frente a um Estado autoritário que não desenvolvia políticas com essa perspectiva. O desafio atual é o de avançar em relação a essas duas formas de participação da Psicologia no campo social, as quais caracterizam uma “presença ausente”, considerando que hoje é necessário, frente às políticas neo-liberais, oferecer resistência e democratizar as instituições e o Estado, por meio da luta por políticas públicas e da participação na sua formulação e execução. Nesse sentido, a criação do CREPOP pode representar a contribuição dos Conselhos de Psicologia ao atendimento dos direitos sociais na direção de uma sociedade justa.

**Palavras-chaves:** Práxis, CREPOP, Políticas Públicas

**Atividade: Pesquisa de Clima Organizacional:  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Pesquisa de Clima Organizacional: uma análise qualitativa

**Autor(es):** Juliana de Brito Seixas Neves, Heila Magali S. Veiga, Eleuni Antônio de Andrade Melo

**Resumo:** É crescente o número de organizações que realizam pesquisas para conhecer a opinião dos seus empregados sobre diversos fatores relacionados ao trabalho, entre os quais se destaca o clima organizacional. Por ser um instrumento de diagnóstico dos fatores relevantes na vida da organização, a pesquisa de clima organizacional é uma ferramenta muito utilizada para o planejamento de estratégias de gestão de pessoas visando a melhoria no ambiente de trabalho. O presente trabalho foi desenvolvido em uma empresa pública que em apoio ao aprimoramento de suas práticas gerenciais implementou o projeto de gestão do clima organizacional. A gestão do clima nessa organização se dá por meio de ciclos que têm início com a realização da pesquisa de clima organizacional, onde já foram realizadas duas pesquisas. O instrumento utilizado para coleta de dados foi submetido à análise fatorial, que apresentou 11 fatores, com índice de precisão (Alfa de Cronbach) variando de 0,72 a 0,95. Na pesquisa realizada em 2005 detectou-se que uma área operacional da empresa se mostrou com índices bastante insatisfatórios em 4 fatores, a saber: “Liderança”, “Ambiente Físico e Condições de Trabalho”, “Comunicação” e “Natureza do Trabalho”. Assim, tendo como base a pesquisa realizada nesta empresa, este trabalho teve como objetivo conhecer, com maior nível de detalhe, a avaliação que os empregados dessa área fazem sobre a empresa e o seu ambiente de trabalho, assim como as relações entre pares e superiores através de uma investigação adotando metodologia de pesquisa qualitativa, com o uso da técnica de grupo focal. Para a realização deste trabalho participaram da pesquisa 16 pessoas divididas em dois grupos focais, com 8 pessoas em cada um deles. Os resultados obtidos foram categorizados, de acordo com a técnica de Análise de Conteúdo. As verbalizações do grupo 1 resultaram em 11 categorias e as do grupo 2 em 14. A escolha das categorias teve como base os fatores da pesquisa quantitativa de clima organizacional realizada na empresa em 2005. De maneira geral, o processo construtivo do discurso levou à observação de importantes aspectos do clima organizacional. Os principais aspectos observados foram a questão da mudança organizacional, surgida no grupo 1 e a importância do fator “Liderança” e sua relação com os fatores “Equipe de Trabalho” e “Comunicação”, evidenciada nos dois grupos, além de outros que são discutidos na pesquisa. As verbalizações dos grupos foram examinadas em confronto com os resultados da pesquisa

quantitativa realizada em 2005. Os instrumentos qualitativos permitem alcançar níveis importantes de detalhe e profundidade que não são conseguidos com os instrumentos quantitativos. Assim sendo, o método qualitativo utilizado neste trabalho foi útil para aprofundar características do clima organizacional identificadas pela pesquisa quantitativa, permitindo que fossem alcançados com êxito os objetivos definidos inicialmente. Os resultados da pesquisa possibilitaram que fossem apresentadas sugestões à organização para aprimoramento das relações de trabalho na área pesquisada.

**Palavras-chaves:** clima organizacional, pesquisa qualitativa, grupo focal

**Atividade: Abordagem Psicodinâmica das vivências dos trabalhadores em uma organização de entretenimento. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Abordagem psicodinâmica dos trabalhadores em uma organização de entretenimento

**Autor(es):** Fabiana Ramos Dias, Kátia Barbosa Macêdo

**Resumo:** A presente pesquisa apresenta resultados de uma pesquisa realizada em uma organização que atua no ramo de entretenimento e lazer, localizada em Goiás. O estudo de caso apresentado teve caráter descritivo e exploratório. A pesquisa teve como objetivo geral investigar as relações entre trabalhadores e organização, condições de trabalho, vivências de prazer e sofrimento dos trabalhadores e caracterizar as formas de enfrentamento utilizadas pelos trabalhadores para lidar com o sofrimento. Considerando que a referida organização era do segmento de entretenimento e lazer, partiu-se do pressuposto que a organização e condições de trabalho propiciariam vivências de prazer nos trabalhadores, uma vez que sua função é exatamente proporcionar vivências de prazer nos clientes. A pesquisa se fundamentou na abordagem psicodinâmica do trabalho (Dejours, 1994), e abordou as categorias: organização e condições do trabalho, vivências de prazer-sofrimento e estratégias defensivas. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com dezessete trabalhadores escolhidos intencionalmente, composta por aqueles responsáveis pelo atendimento direto aos clientes. Foram analisados documentos com informações relativas às normas e código de ética, valores e missão da organização. Os dados foram analisados pela técnica de análise gráfica do discurso de Lane (1985). Os resultados desse estudo indicaram uma organização de trabalho com normas rígidas de conduta para os trabalhadores, com pressão para cumprimento de metas de vendas de certos produtos e a presença de condições de trabalho lesivas à saúde do trabalhador, que fica exposto a ambientes escuros, mal ventilados e com muita fumaça de cigarro, som muito alto, trabalho noturno. Observou-se a presença de fatores que geram vivências de prazer, como liberdade e reconhecimento no trabalho, prazer nas relações sócio-profissionais, ambiente de trabalho e chefia, boa remuneração salarial; em relação aos fatores ligados ao sofrimento, houveram queixas ligadas à sobrecarga de trabalho e às condições de trabalho, sendo enfatizados: horário noturno como sendo cansativo, pressão interna para cumprimento das metas de vendas, ausência de transporte e de plano de saúde, insegurança ao retornar para casa e condições de trabalho precárias com ruídos altos, ambiente sem ventilação, temperatura quente, esfumaçado de cigarro e iluminação fraca, gerando desgaste e adoecimento dos trabalhadores. Para enfrentar tal sofrimento, foram utilizadas estratégias de enfrentamento como a negação do real do trabalho, a mentira e a racionalização. A análise documental indicou uma contradição estrutural, pois há um discurso oficial no código de ética que adota como fatores importantes para o sucesso de todos, valores morais e sociais como centro de suas preocupações, que se contrapõem a políticas de pessoal ideologicamente comprometidas com a lógica do capital e geração de lucro e que utilizam os trabalhadores de forma a gerar sobrecarga, exploração e alienação dos funcionários.

**Palavras-chaves:** psicodinâmica do trabalho; vivências de prazer-sofrimento; estratégias de enfrentamento.

**Atividade: SAÚDE MENTAL E TRABALHO:**



## **(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**SAÚDE MENTAL E TRABALHO: um olhar sobre os Policiais Militares em serviço ostensivo – Palmas - TO

**Autor(es):** Liliam Deisy Ghizoni, Fernanda Toledo, Gisele Cecílio Guimarães Lima, Douglas França Rabelo

**Resumo:** INTRODUÇÃO: O policiamento ostensivo é uma atividade de preservação da ordem pública executada com exclusividade pela Polícia Militar, caracterizada pelo fardamento e pelos princípios e variáveis próprias, visando à tranquilidade pública e o bem estar da comunidade. O ambiente é conflituoso e tenso, repleto de variáveis de pressão, em que as decisões são tomadas em frações de segundos, onde falhas podem resultar como desfecho neste cenário e conseqüências desastrosas e imensuráveis podem vir a acontecer. O homem que trabalha na atividade operacional está em contato direto com a sociedade para solucionar as contendas inerentes a sua profissão e, portanto torna-se alvo de cobranças árduas e constantes por parte da sociedade a que serve. Através desta pesquisa, buscou-se verificar a sintomatologia do estresse entre policiais militares que atuam no policiamento ostensivo bem como relacioná-los a existência de atos agressivos e/ou violentos no ambiente de trabalho. METODOLOGIA: Trata-se de uma pesquisa social que conta com a aplicação de dois instrumentos: um questionário sócio-econômico baseado em Patrocínio e Souza (2004) composto pelos seguintes temas: Trabalho, carga-horária, tempo de serviço, satisfação no trabalho e renda familiar. Dados residenciais, número de dependentes e condição de saúde da família. Grau de satisfação no trabalho. Irritação, agressividade e violência. O segundo instrumento foi o Inventário de Sintomas de Stress para Adultos - ISSL (Lipp, 2000). O Inventário permite um diagnóstico preciso, indicando se a pessoa tem estresse, em qual fase do estresse se encontra e se é físico ou psicológico. Ambos os instrumentos foram aplicados numa amostra de 21 policiais em serviço ostensivo, exercendo atividade de comandante de viatura, motorista e auxiliar. Inicialmente solicitou-se aos voluntários que lessem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e assinassem o mesmo, para em seqüência responderem ao dois instrumentos. RESULTADOS: Os participantes deste estudo são em sua maioria Soldados (57.14%) com até 5 anos de serviço, 80.95% atuam em turno de trabalho alternados. Percebe-se insatisfação com o salário recebido, pois o mesmo não atende as necessidades da família de 76.19% dos participantes. 61.90% recebiam na época da pesquisa de R\$1050,00 a 2100,00. 52,38% dos entrevistados não têm casa própria. 61.90% dos policiais entrevistados desempenham outras atividades em sua maioria na mesma área de trabalho – Segurança. Percebe-se que os PMs se vêem obrigados a procurar outra atividade (bico), para complementar a renda, diminuindo suas horas de lazer e convívio familiar, para tentar suprir as necessidades não atendidas. Esta atividade extra obriga o policial militar a trabalhar em suas horas de descanso, contribuindo desta forma para aumentar o estresse e induzi-lo a reações agressivas. Os participantes estão divididos em relação a prática de atos agressivos, tanto verbais quanto físicos, direcionados ao cidadão durante o trabalho. Isto demonstra que 50% podem ter “perdido a cabeça” pelas alterações de humor decorrentes de problemas pessoais. Observou-se que 19.04% dos policiais entrevistados já pensaram em suicidar-se. 33% apresentaram um resultado positivo para o stress, sendo que destes, 85% apresentaram sintomas correspondentes a fase de resistência, que se caracteriza por uma tentativa do organismo a uma adaptação, devido à sua tendência de procurar a homeostase interna; nesta fase as reações são opostas àquelas que surgem na primeira fase e muitos sintomas iniciais desaparecem dando lugar a uma sensação de desgaste e cansaço. Se o estressor é contínuo e a pessoa não possui estratégias para lidar com ele, o organismo exaure sua reserva de energia adaptativa. 15% apresentaram sintomas correspondentes a fase de quase exaustão. Essa fase se encontra entre a fase da resistência e a da exaustão; caracterizando-se por um enfraquecimento da pessoa, que não mais está conseguindo adaptar-se ou resistir ao estressor. As doenças começam a surgir, porém, ainda não são tão graves como na fase da exaustão. CONSIDERAÇÕES FINAIS: O policial militar, inserido neste quadro de desigualdade social, tem conseguido assistir à sua família no que se refere às necessidades

básicas, por meio de serviços extras prestados fora da Corporação Miliciano, o que não só aumenta a possibilidade de esgotar sua energia tanto física quanto psíquica, quanto nutrir irritação por estar inserido neste problema sócio-econômico, podendo, assim, promover atos agressivos contra si ou terceiros. A relação entre os baixos rendimentos, o número de dependentes, a presença de doença na família e a necessidade de pagar aluguel, contribuem na diluição da renda familiar, enfatizando a preocupação gerada pela existência de familiares doentes, que além de promover uma preocupação no seio familiar, recai sobre os ombros do miliciano a necessidade de prover uma melhor assistência à saúde. Entregou-se uma cópia dos resultados da pesquisa para cada participante, bem como um laudo lacrado para cada participante que realizou o ISSL. Para aqueles que apresentaram índices de estresse encaminhou-se para a Psicóloga da Corporação. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS PATROCÍNIO, Maria Carmem e SOUZA, Elaine Dias. LIPP, Marilda Novaes. Teste psicológico ISSL – São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2000.

**Palavras-chaves:** estresse, polícia militar, trabalho

**Atividade:** Perfil do Profissional de Psicologia Organizacional na Região de Aracaju no Segmento da Construção Civil (Paineis)

**Trabalho:** PERFIL DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL NA REGIÃO DE ARACAJU NO SEGMENTO DA CONSTRUÇÃO CIVIL

**Autor(es):** Genilce Helena Silva Nardin França

**Resumo:** O Psicólogo Organizacional, segundo Zanelli (2004); Spector (2004) preocupa-se principalmente, em compreender o comportamento dos indivíduos e grupos no contexto laboral, bem como criar condições que favoreçam a satisfação dos colaboradores neste ambiente. Além disso, busca recrutar pessoas qualificadas para determinados cargos e também, lidar com conflitos relacionados ao trabalho, família, ao lazer, a saúde, etc. Huffman (2003) relata que os psicólogos organizacionais são freqüentemente colaboradores que atuam nas empresas, na indústria e em cargos públicos. Seu foco está concentrado na psicologia dos fatores humanos (procura aprimorar o desenho e as funções das máquinas e o ambiente de trabalho), na psicologia dos recursos humanos (selecionar profissionais que tenham suas habilidades maximizadas, melhorando a produtividade e mantendo a motivação do colaborador em alta) e na psicologia organizacional (interesse em como as relações interpessoais afetam a produtividade). Na atualidade, a presença do psicólogo organizacional nas empresas é cada vez mais requisitada, não só para a administração dos conflitos homem / trabalho, como também para a manutenção de um clima organizacional e motivacional em níveis adequados. Sendo assim, o objetivo principal deste artigo é identificar o perfil do Psicólogo Organizacional nas empresas de construção civil de Aracaju, focalizando seu modo de atuação, bem como o potencial de crescimento desse segmento de mercado. Do ponto de vista metodológico, realizou-se um estudo qualitativo e quantitativo, no qual se usou a amostra de dez dirigentes de empresas de construção civil e dois psicólogos que atuam na mesma área. Quanto aos instrumentos e procedimentos, elaborou-se dois roteiros de entrevista, sendo um para os dirigentes e outro para os psicólogos. Para os dirigentes, o instrumento aplicado versava sobre a satisfação e vantagens dos mesmos em ter esse profissional em seu quadro de funcionários, já o segundo instrumento buscou investigar questões referentes ao papel do psicólogo, bem como suas funções nas empresas de construção civil, e como as empresas viam o seu trabalho dentro das mesmas. Para ambas as amostras, os instrumentos foram aplicados individualmente e duraram em média 30 minutos. Os resultados obtidos indicam que por ser Aracaju uma capital de pequeno porte esse campo de trabalho também é reduzido. Contudo, verificamos através das entrevistas com os dirigentes que a contratação do psicólogo está dentro da necessidade das empresas, porém a inserção deste profissional não é maior, provavelmente, por falta de procura dos próprios cursandos por esta área da psicologia, enquanto opção de estágio curricular. Constatamos também que as funções exercidas pelos psicólogos que atuam na área organizacional corroboram com a literatura pesquisada.

**Palavras-chaves:** psicologia, construção civil, atuação, organizacional

**Atividade: Socialização Organizacional: aspectos conceituais e a prática psicológica em gestão de pessoas. (Paineis)**

**Trabalho:** Socialização Organizacional: aspectos conceituais e a prática psicológica em gestão de pessoas.

**Autor(es):** Flavio Rodrigues Costa, Camile Cardoso Fabre

**Resumo:** Os processos de socialização nas organizações têm revelado, no mercado atual, um cenário particular de diversidade conceitual e metodológica. Dos entendimentos mais primitivos sobre a necessidade gregária do ser humano, às estratégias metodológicas para melhoria da produtividade empresarial, muito se tem discutido sobre o que afinal pode ser chamado de socialização das pessoas. Os referenciais teóricos têm nos mostrado que há uma grande confusão no que se refere ao tema socialização organizacional. Se por um lado alguns autores focam suas explicações para o evento que caracteriza o ingresso de um novo profissional em uma instituição, por outro lado encontramos aqueles que estendem o conhecimento para outras atividades relacionadas à capacitação para o desempenho de papéis. Se uma simples confraternização nas empresas tem sido compreendida como um possível evento de socialização enquanto fenômeno de melhoria das relações interpessoais, um complexo programa de capacitação, treinamento ou desenvolvimento poderia também estar inserido naquilo que muitos acreditam ser uma socialização organizacional. Com efeito, seja por uma estratégia de acolhimento, recepção, integração, recolocação funcional ou inserção cultural o tema demonstra indiscutível relevância quando se trata de refletir o papel do psicólogo na gestão de pessoas nas organizações. Afinal, o que é, ou melhor, o que poderia ser entendido como atividade de socialização organizacional? Quem são os agentes participantes deste processo e quais as suas responsabilidades como socializador e como socializado? Que estratégias metodológicas e resultados têm sido relatados por psicólogos que atuam profissionalmente nesta área. Diante destes questionamentos, esta pesquisa teve como principal objetivo compreender o entendimento conceitual e as práticas realizadas pelas empresas acerca desse fenômeno psicológico. Foram trabalhadas questões referentes à identificação conceitual, o tipo de agente socializador, o público alvo que vem a se caracterizar como agente socializado, as principais estratégias interventivas e os conseqüentes resultados organizacionais advindos desse processo. Quanto à metodologia, a pesquisa é classificada como exploratória e de abordagem qualitativa. O instrumento para a coleta dos dados foi uma entrevista individual semi-estruturada, realizada com profissionais de RH em um total de dez empresas de médio e grande porte, do setor de varejo da Grande Florianópolis. Para que se pudesse alcançar os resultados pretendidos, os dados colhidos foram analisados à luz da identificação de categorias, a partir do conteúdo dos discursos dos participantes, selecionando-se as narrativas mais significativas na relação com o objeto de estudo proposto. Estes procedimentos permitiram a descrição de cinco categorias principais que puderam responder aos objetivos geral e específicos do trabalho, bem como permitir considerações finais acerca de uma possível proposta teórico-didática sobre o tema da Socialização Organizacional.

**Palavras-chaves:** socialização, integração, organizações

**Atividade: Notificação de acidente de trabalho: o conhecimento e as práticas de médicos de Aracaju - SE (Paineis)**

**Trabalho:** Notificação de acidente de trabalho: o conhecimento e as práticas de médicos de Aracaju - SE

**Autor(es):** Roberval Passos de Oliveira, Edna Felix, José Laécio Fontes

**Resumo:** Os acidentes de trabalho constituem um importante problema de Saúde Pública, porquanto possam causar seqüelas incapacitantes e até a morte, acarretando grandes custos econômicos e sociais. Relacionado a esse, um outro grande problema é o sub-registro. No Brasil, as estatísticas oficiais referem-se apenas aos acidentes ocorridos com trabalhadores segurados pelo Seguro de Acidentes de Trabalho – SAT, ficando excluídos os trabalhadores autônomos, os domésticos, os funcionários públicos estatutários, os subempregados – aqui inclusos os trabalhadores informais – e muitos trabalhadores rurais. Diante da gravidade e dos prejuízos gerados pela subnotificação dos acidentes de trabalho no Brasil e, particularmente em Sergipe, torna-se imprescindível avançar na produção de conhecimentos acerca desse problema, somando esforços para acelerar os procedimentos de notificação dos acidentes de trabalho e das doenças relacionadas ao trabalho. Nessa perspectiva, o presente estudo pretendeu descrever o conhecimento que os médicos de Aracaju têm acerca dos acidentes de trabalho e da obrigatoriedade da sua notificação. Entende-se que os resultados do estudo poderão contribuir para subsidiar a formulação de políticas de combate a subnotificação. O estudo se caracteriza como uma pesquisa de cunho qualitativo, baseada em entrevistas em profundidade, guiadas mediante um roteiro semi-estruturado com dez médicos da cidade de Aracaju: quatro de Equipes de Saúde da Família – ESF, oriundos de unidades situadas em áreas industriais de Aracaju; dois especialistas em ortopedia; dois plantonistas de um hospital de urgência/emergência; e dois de Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT de empresas da cidade. As entrevistas foram gravadas em fita cassete, realizando-se posterior transcrição verbatim. Esses dados foram organizados por categorias analíticas, e os discursos apreciados mediante o uso de técnicas de análise de conteúdo. Os resultados demonstram que os médicos têm conhecimentos acerca dos acidentes, assim como das doenças profissionais e das doenças do trabalho, compatíveis com as informações da legislação previdenciária brasileira. Contudo, mesmo apontando, dentre as atividades desenvolvidas, a notificação de agravos e investigação das doenças de notificação compulsória, foi possível apreender que nem todos notificavam os acidentes de trabalho. Tal comportamento foi justificado pela falta de conhecimento da obrigatoriedade da notificação desses agravos, assim como por dificuldades em identificá-los, principalmente nos casos em que os próprios trabalhadores, empregados com carteira assinada, omitem a ocorrência dos acidentes com receio de serem demitidos. Além disso, todos os entrevistados relataram existir obstáculos administrativos para notificar os acidentes de trabalho, tais como: falta de pessoal de apoio administrativo; grande demanda de atendimentos e o pouco tempo destinado à consulta; falta de documentação específica de notificação; e falta de fiscalização, com a finalidade de fazer acontecer o registro dos agravos. Também foi colocado como impedimento para o registro dos agravos relacionados ao trabalho, o fato de não existir, na prática dos trabalhos no Sistema Único de Saúde – SUS, uma normalização para realização das notificações dos acidentes de trabalho e um sistema informatizado, que seja gerenciado por pessoal técnico. As sugestões apresentadas pelos entrevistados denotam a necessidade iminente dos gestores do SUS implementarem ações que fortaleçam o sistema de notificação compulsória de acidentes de trabalho através do Sistema Nacional de Agravos de Notificação – SINAN. Tal estratégia deve incluir todos os trabalhadores que fazem parte da População Economicamente Ativa – PEA, não só em Aracaju, mas em todo o país. Além disso, faz-se necessário capacitar os médicos nas questões de saúde do trabalhador, para que esses possam fazer atendimentos com um olhar mais vigilante acerca dos infortúnios relacionados ao trabalho e desenvolver uma normalização de condutas para combater o problema da subnotificação dos acidentes de trabalho.

**Palavras-chaves:** acidente de trabalho, subnotificação, médicos

**Atividade:** O TRABALHO NA VIDA DE USUÁRIOS DE UM HOSPITAL-DIA (Paineis)

**Trabalho:** O TRABALHO NA VIDA DE USUÁRIOS DE UM HOSPITAL-DIA

**Autor(es):** Edilane Nunes Régis Bezerra, Ana Rivênia Amorim Ferreira, Magda Dimenstein

**Resumo:** Com o advento da Reforma Psiquiátrica no Brasil, através do processo de desinstitucionalização, tem-se observado uma mudança nas práticas de cuidado em saúde mental. Vários trabalhos vêm sendo desenvolvidos na tentativa de resgate da cidadania do louco, indicando seu potencial não só terapêutico, mas como direito e respeito ao cidadão. A implementação da política de ressocialização e de desinstitucionalização da assistência psiquiátrica vêm se fortalecendo cada vez mais nos últimos anos, promovendo avanços significativos na assistência, mas também criaram novos problemas que ainda não foram superados. A atual política de saúde mental preconiza que se evite ao máximo as internações psiquiátricas e que estas, quando inevitáveis, tenham a menor duração possível. Deve-se dar preferência ao tratamento ambulatorial e o quadro assistencial deve estar mobilizado para promover a “desospitalização” imediata dos pacientes que estão submetidos a internações prolongadas. A Psiquiatria moderna, por volta do século XVIII, passou a associar o distúrbio psíquico à incapacidade para o processo produtivo, tomando isso como um critério para a classificação diagnóstica do louco. Desse modo, o usuário de saúde mental, pela legislação psiquiátrica encontra atestado em seu diagnóstico, uma inaptidão para ocupar um lugar no mercado formal de trabalho, no mundo capitalista. Na atualidade o trabalho é uma condição humana constitui-se como espaço de encontros, produtor de subjetividades, de modos de ser, de se pensar e de se reconhecer em um lugar de saber, produtor de verdades. É um lugar de possível reconhecimento social, de objetivação da vida não só no sentido de perceber-se como um ser que fala, que trabalha e que vive, mas de afirmação de vida. Este estudo objetiva discutir como o trabalho se configura na vida das pessoas que são usuárias de um hospital-dia. Para operacionalização foi utilizado como instrumento metodológico entrevistas individuais de caráter semi-estruturado. A coleta de dados foi realizada no Hospital-dia Elger Nunes localizado em um prédio anexo ao Hospital psiquiátrico Dr. João Machado na cidade de Natal/RN e os dados foram analisados por meio do método hermenêutico-dialético, onde a fala dos atores sociais é situada em seu contexto para melhor ser entendida. No que diz respeito aos resultados do estudo, os entrevistados expuseram não estar trabalhando atualmente, alegando estarem doentes e necessitarem de tratamento. Todos indicaram fazer uso de psicotrópicos, mas relatam ter acesso, através do hospital, a outros recursos terapêuticos, tais como: louvores, corais, atividades de ginástica, terapia ocupacional, entre outros. Quanto ao sentido do trabalho na vida deles, os entrevistados apresentaram o trabalho ocupando um lugar de destaque, como algo fundamental: relativo ao prazer, a independência e ao sustento de si próprio e da família. Através do qual eles podem mostrar o que são capazes de realizar e sem o qual a vida não teria sentido. Também colocaram o quanto é importante trabalhar para ocupar o tempo ocioso e não se sentirem inválidos. Sobre às dificuldades para encontrar um trabalho, apenas um entrevistado afirmou que a idade avançada e a falta de cursos de capacitação o impedem de conseguir trabalhar, os outros dois indicaram que a dificuldade está no fato de estarem doentes e com isso estão esquecidos ou atrapalhados, ouvindo vozes. O que, de acordo com os entrevistados, dificulta o exercício do trabalho. Ao serem questionados sobre o que o hospital está promovendo para melhorar o cotidiano dos usuários do serviço, os entrevistados responderam que contam com a ajuda do hospital no fornecimento de remédios, apoio e escuta dos profissionais e, através da realização de atividades que corroboram para o bem-estar e distração deles, como as atividades desenvolvidas no Operart, no louvor e na ginástica. Com relação às perspectivas de trabalho no futuro, apenas um dos entrevistados relatou não ter planos. Os outros expuseram o desejo de trabalhar, seja na atividade que desempenhavam antes do internamento, ou mesmo desempenhando uma nova atividade, abrindo o próprio negócio.

**Palavras-chaves:** Saúde Mental, Trabalho, Reforma Psiquiátrica

**Atividade: ATIVIDADES DO PSICÓLOGO NA CONSTRUÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SAUDÁVEIS (Cursos - 6hs)**

**Trabalho: ATIVIDADES DO PSICÓLOGO NA CONSTRUÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SAUDÁVEIS**

**Autor(es):** José Carlos Zanelli

**Resumo:** Como objetivo geral, os participantes deste mini curso, ao final, devem ser capazes de identificar atividades do psicólogo que contribuem para a construção de condições nas organizações de trabalho favoráveis ao desenvolvimento humano saudável e produtivo. Dois temas são centrais nesse estudo: a construção da cultura e os aspectos da saúde organizacional. As dimensões essenciais de uma organização – estrutura, estratégia, tecnologia e ambiente – são perpassadas pela cultura. Os padrões de comportamento que são compartilhados em qualquer organização podem ser explicados pelos elementos da cultura nacional, da cultura do entorno da organização e, é claro, da cultura que foi construída na organização. As maneiras que são consideradas adequadas de pensar, sentir e agir na organização têm como fundamento os valores que, ao longo do tempo, foram consolidados e ficaram estabelecidos como pressupostos da cultura. Estão entre os aspectos da cultura, que requerem aprofundamentos pelo psicólogo: concepções da cultura organizacional e importância do conceito para a compreensão da ação humana nas organizações; confluências entre a cultura nacional e a cultura organizacional; distinções e relações entre os conceitos de cultura, subcultura e contracultura nas organizações; origens e processo de desenvolvimento da cultura organizacional; diferentes níveis de análise da cultura organizacional; procedimentos para caracterizar a cultura nas organizações. Por sua vez, para entender os indicadores de saúde dos participantes da organização – conceito que vem sendo cada vez mais analisado na literatura internacional – é preciso compreender variáveis geralmente associadas à cultura. Observe-se que sob a denominação de “participantes da organização” devem ser incluídas comunidades que extrapolam os limites internos de uma organização. Não existe consenso sobre o que constitui “boa saúde ou bem-estar” em uma organização. Em vez disso, o que existe é uma discussão aberta, comum entre pesquisadores e profissionais quando se defrontam com conceitos recentes ou revisitados na literatura. Em princípio, saúde e bem-estar, em qualquer âmbito de análise, constituem um estado instável, que varia entre pontos difíceis, muitas vezes, de distinguir. Os elementos que afetam a saúde organizacional incluem: estilos de liderança; estratégias, visão e valores organizacionais; comprometimento; procedimentos de aprendizagem e desenvolvimento de competências; reconhecimento e recompensas; formação de equipes – entre outros. Destacar avanços recentes na produção do conhecimento no estudo dos fenômenos relativos à interface entre cultura e saúde organizacional justifica a relevância da presente proposta, que irá auxiliar estudantes e profissionais a esclarecer os seguintes itens do conteúdo programático: 1. Construção da cultura nas organizações de trabalho; 2. Aspectos sistêmicos da saúde organizacional; 3. Atividades de promoção da saúde organizacional. Como método e recursos a serem utilizados, estão previstas exposições dialogadas, com auxílio de roteiros de estudo e apresentação de slides ou transparências. Os participantes serão incentivados, em todos os itens do conteúdo programático, a relatar suas percepções e experiências, bem como descrever as características do campo de trabalho nas diferentes regiões do País. Assim, experiências serão compartilhadas entre os participantes do mini curso, bem como discutidas possibilidades de qualificação dos psicólogos interessados neste segmento de atuação profissional – o que contribui para viabilizar os objetivos do V Congresso Norte Nordeste de Psicologia. Será realizada uma avaliação de aprendizagem nos últimos 30 minutos do mini curso, por meio de questionário específico para tal fim. Tal avaliação poderá confirmar as aprendizagens (para os participantes) e verificar a consecução do objetivo (para o docente). Referência bibliográfica básica: ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

**Palavras-chaves:** organização saudável, cultura organizacional, atividades profissionais do psicólogo

**Atividade: O Comprometimento Organizacional e a Motivação Humana em uma Organização Privada da Região Metropolitana do Recife (Paineis)**

**Trabalho:** O Comprometimento Organizacional e a Motivação Humana em uma Organização Privada da Região Metropolitana do Recife

**Autor(es):** Abinaécia Lúcia de Souza, Gerard José da Silva, Janaína Sampaio Leal

**Resumo:** A Psicologia Organizacional auxiliada por estudos da motivação humana tem manifestado interesse significativo em desenvolver pesquisas que aborde o tema comprometimento do indivíduo com a organização assim como tem contribuído de forma crescente para a humanização das relações de trabalho. Essa tendência humanística e gestores atentos a esse recente contexto brasileiro têm como desafio elaborar estratégias de motivação com o fim de obter um melhor aproveitamento produtivo e um satisfatório desenvolvimento potencial daqueles que compõem a organização. Este trabalho de pesquisa buscou levantar e questionar informações acerca de esclarecer o perfil do comprometimento organizacional de colaboradores de uma organização privada da Região Metropolitana do Recife; e como esse comprometimento se relaciona com a motivação no trabalho e se reflete no desempenho de suas atividades. Buscou-se caracterizar as expressões de comprometimento que estão relacionadas com a motivação, identificar os principais determinantes do comprometimento dos colaboradores da organização pesquisada, bem como, explicitar os fatores motivacionais que levam os colaboradores a se identificar com suas atividades. Para tanto, foram selecionadas e trabalhadas uma amostra de 40 colaboradores, homens e mulheres dos diversos cargos, os quais responderam espontaneamente a um questionário composto por 31 perguntas que buscou retratar fielmente seus sentimentos com relação ao seu efetivo comprometimento e motivação frente às atividades desempenhadas na organização. Os resultados mostraram que os colaboradores estão, em sua grande maioria, comprometidos (59%) e motivados (81%) ao exercerem suas atividades. As mulheres, em relação aos homens, se mostraram um pouco mais comprometidas e motivadas, (22% contra 17% e 35% contra 31%), mas tal diferença não pode ser encarada como definitiva, já que a amostra feminina foi mais significativa que a masculina. Constatou-se entre os colaboradores com conhecimento de nível técnico um maior comprometimento (28%) do que aqueles que possuem nível superior iniciado ou concluído (4% e 23% respectivamente), ou seja, o mesmo comprometimento tende a decrescer quanto maior o nível educacional e a percepção de locus de controle externo do colaborador. Ao se analisar os índices de motivação por formação profissional, constatou-se que os colaboradores com nível superior concluído se mostra mais motivados (46%), seguido pelos técnicos (36%) e superior incompleto (23%). O reconhecimento da organização das qualidades profissionais do indivíduo no trabalho profissional proporciona o aumento do grau de motivação dos colaboradores. Da mesma forma, a oportunidade de participar do planejamento das tarefas a serem executadas e implementadas, pode ajudar na satisfação das necessidades dos colaboradores em termos de responsabilidade, realização, reconhecimento, crescimento e melhoria da auto-estima. Os resultados da pesquisa revelaram que o comprometimento organizacional não é um comportamento que se desenvolve a partir de uma única motivação, mas que apresenta um núcleo motivacional complexo. Basicamente, o comprometimento organizacional parece atender motivações na procura do bem-estar coletivo e de obtenção de status social, de reconhecimento, prestígio e de benefícios. Por fim, os resultados demonstraram que os colaboradores classificam os fatores que mais os motivam, como sendo: reconhecimento, recompensas financeiras, benefícios propostos pela organização e estabilidade no emprego.

**Palavras-chaves:** Comprometimento organizacional, Motivação, Colaboradores

**Atividade: O Comprometimento Organizacional e a Motivação Humana em uma Organização Privada da Região Metropolitana do Recife (Paineis)**

**Trabalho:** O Comprometimento Organizacional e a Motivação Humana em uma Organização Privada da Região Metropolitana do Recife

**Autor(es):** Abinaécia Lúcia de Souza, Gerard José da Silva, Janaína Sampaio Leal, Vanessa Conceição Alves dos Santos

**Resumo:** A Psicologia Organizacional auxiliada por estudos da motivação humana tem manifestado interesse significativo em desenvolver pesquisas que aborde o tema comprometimento do indivíduo com a organização assim como tem contribuído de forma crescente para a humanização das relações de trabalho. Essa tendência humanística e gestores atentos a esse recente contexto brasileiro têm como desafio elaborar estratégias de motivação com o fim de obter um melhor aproveitamento produtivo e um satisfatório desenvolvimento potencial daqueles que compõem a organização. Este trabalho de pesquisa buscou levantar e questionar informações acerca de esclarecer o perfil do comprometimento organizacional de colaboradores de uma organização privada da Região Metropolitana do Recife; e como esse comprometimento se relaciona com a motivação no trabalho e se reflete no desempenho de suas atividades. Buscou-se caracterizar as expressões de comprometimento que estão relacionadas com a motivação, identificar os principais determinantes do comprometimento dos colaboradores da organização pesquisada, bem como, explicitar os fatores motivacionais que levam os colaboradores a se identificar com suas atividades. Para tanto, foram selecionadas e trabalhadas uma amostra de 40 colaboradores, homens e mulheres dos diversos cargos, os quais responderam espontaneamente a um questionário composto por 31 perguntas que buscou retratar fielmente seus sentimentos com relação ao seu efetivo comprometimento e motivação frente às atividades desempenhadas na organização. Os resultados mostraram que os colaboradores estão, em sua grande maioria, comprometidos (59%) e motivados (81%) ao exercerem suas atividades. As mulheres, em relação aos homens, se mostraram um pouco mais comprometidas e motivadas, (22% contra 17% e 35% contra 31%), mas tal diferença não pode ser encarada como definitiva, já que a amostra feminina foi mais significativa que a masculina. Constatou-se entre os colaboradores com conhecimento de nível técnico um maior comprometimento (28%) do que aqueles que possuem nível superior iniciado ou concluído (4% e 23% respectivamente), ou seja, o mesmo comprometimento tende a decrescer quanto maior o nível educacional e a percepção de locus de controle externo do colaborador. Ao se analisar os índices de motivação por formação profissional, constatou-se que os colaboradores com nível superior concluído se mostra mais motivados (46%), seguido pelos técnicos (36%) e superior incompleto (23%). O reconhecimento da organização das qualidades profissionais do indivíduo no trabalho profissional proporciona o aumento do grau de motivação dos colaboradores. Da mesma forma, a oportunidade de participar do planejamento das tarefas a serem executadas e implementadas, pode ajudar na satisfação das necessidades dos colaboradores em termos de responsabilidade, realização, reconhecimento, crescimento e melhoria da auto-estima. Os resultados da pesquisa revelaram que o comprometimento organizacional não é um comportamento que se desenvolve a partir de uma única motivação, mas que apresenta um núcleo motivacional complexo. Basicamente, o comprometimento organizacional parece atender motivações na procura do bem-estar coletivo e de obtenção de status social, de reconhecimento, prestígio e de benefícios. Por fim, os resultados demonstraram que os colaboradores classificam os fatores que mais os motivam, como sendo: reconhecimento, recompensas financeiras, benefícios propostos pela organização e estabilidade no emprego.

**Palavras-chaves:** Comprometimento organizacional, Motivação, Colaboradores

**Atividade:** Capacitação em Desenvolvimento Humano e Organizacional na TV  
Universitária / UFRN  
(Paineis)

**Trabalho:** O Autodesenvolvimento como ferramenta de crescimento de uma organização.

**Autor(es):** Geórgia Couto Freire Reis de Oliveira

**Resumo:** O projeto de Capacitação em Desenvolvimento Humano e Organizacional na TV Universitária da UFRN (integrante da estrutura da Superintendência de Comunicação da UFRN), vinculado ao Programa de Extensão em Psicologia Organizacional e do Trabalho foi realizado entre os dias 09 de agosto de 2006 e 22 de novembro de 2006. Seu objetivo era qualificar os funcionários desta para a aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao seu autodesenvolvimento, além da melhoria de suas relações interpessoais internas e externas e, da organização como um todo, tendo por base os pressupostos teóricos do Desenvolvimento



Interpessoal, Comportamento e Desenvolvimento Organizacional. A equipe envolvida contando com o apoio da Pro - Reitoria de Recursos Humanos (PRH) , do Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos (DDRH) e da Consultoria Organizacional, todos da UFRN, fez uso de uma proposta de trabalho inovadora na instituição, estruturando o projeto a partir da idéia de que a aquisição de novas atitudes não constitui um processo rápido ou automático como Moscovici (1997), muito bem ressalta: “pretender formar ou mudar atitudes através de processos puramente cognitivos é ilusório e inconseqüente”; sua metodologia foi portanto, centrada em: entrevistas individuais (nas quais se realizava um trabalho de coleta de dados, bem como o de abertura de um espaço de escuta às queixas); atividades vivencias grupais (tais como a dinâmica da construção coletiva do rosto e a de Escravos de Jô), adaptadas as temáticas a serem trabalhadas (Percepção interpessoal, Desenvolvimento de equipes, Significado do trabalho, Qualidade de vida, Mitos organizacionais – inveja e boatos no ambiente de trabalho, Ética no serviço público e Qualidade no atendimento ao público interno e externo); experiência compartilhada em grupo (momentos fundamentais para exposição e resolução de conflitos); discussão de textos (basicamente voltados para a temática da possibilidade da mudança); atividade de elaboração de um plano de vida (muito importante dado que muitos dos alunos estão próximos de sua aposentadoria); auto avaliação e avaliação de desempenho dos demais participantes. Estas atividades foram desenvolvidas em etapas distribuídas, conforme cronograma e totalizaram cento e vinte horas. No que tange aos resultados obtidos, é relevante colocar que modificações comportamentais e de atitudes, já puderam ser percebidas no decorrer do período de trabalho. Identificação de pontos que precisavam ser melhorados, troca de experiências, resolução de conflitos entre colegas e melhoria no clima do grupo como um todo, caracterizam alguns desses resultados. Dados esses avanços, a instituição demandou abertura de uma nova turma, a ser iniciada em março de 2007.

**Palavras-chaves:** Psicologia Organizacional, Desenvolvimento Humano, Relações interpessoais

**Atividade: Revalidação do Instrumento de Medida de Percepção de Saúde Organizacional. (Paineis)**

**Trabalho:** Revalidação do Instrumento de Medida de Percepção de Saúde Organizacional.

**Autor(es):** Marília Nunes Fernandes, Sinésio Gomide Júnior

**Resumo:** As primeiras proposições sobre o constructo “saúde organizacional” surgiram na década de cinquenta, atreladas à noção de efetividade organizacional. Além disso, os autores, em geral, assumem que os mesmos critérios empregados para a identificação do indivíduo mentalmente sadio podem ser empregados para a identificação da organização saudável. A saúde organizacional refere-se à necessidade das organizações de se adaptarem às circunstâncias ambientais, bem como à necessidade de assegurar que as relações internas sejam balanceadas e adequadas. Assim, a organização saudável é vista como aquela que é capaz de se adaptar às demandas internas e externas, de testar a realidade e que apresenta um senso de identidade. O objetivo deste estudo foi revalidar a escala de Percepção de Saúde Organizacional (EPsaO) construída e validada por Gomide Jr. et al. (1999), que avalia a percepção dos empregados a respeito da saúde da organização em que trabalham. Para a revalidação da EPsaO, o instrumento original composto por quarenta itens foi aplicado a 377 trabalhadores de empresas públicas (29,6%) e privadas (70,4%) do Triângulo Mineiro, sendo 65,2 % do sexo feminino, a maioria com ensino médio completo (31,6%) e idade média de 29,9 anos (DP = 10,49 anos), que indicaram seu grau de concordância com o conteúdo de cada item em uma escala de cinco pontos (1 = Discordo totalmente; 2 = Discordo; 3 = Nem discordo nem concordo; 4 = Concordo; 5 = Concordo totalmente). A matriz se mostrou adequada à fatorabilidade (KMO = 0,94). Para extração dos fatores, foi realizada análise dos componentes principais que indicou três fatores com autovalores maiores que 1,5. Posteriormente, utilizou-se o método de extração dos eixos principais (PAF) com rotação oblíqua (oblimin), adotando-se, como critério cargas fatoriais mínimas de 0,40 e autovalores iguais ou superiores a 1,5. A melhor configuração foi bi-fatorial, contendo fatores coerentes e interpretáveis, que em conjunto,

explicaram 38,71% do construto. O primeiro fator foi denominado “Integração de Pessoas e Equipes” e reuniu vinte itens com cargas fatoriais variando de 0,42 a 0,80; coeficiente de precisão (alfa de Cronbach) de 0,92 e correlação item-total variando de 0,48 a 0,66 (com média de 0,56). O segundo fator, denominado “Flexibilidade e Adaptabilidade a Demandas Externas”, reuniu sete itens, com cargas fatoriais entre 0,43 e 0,80, coeficiente de precisão de 0,84 e correlação item-total entre 0,49 e 0,70 (com média de 0,59). A correlação (r de Pearson) entre os fatores foi de 0,72. O instrumento final ficou composto por vinte e sete itens. O primeiro fator avalia as crenças dos empregados quanto à capacidade da organização de estimular o compartilhamento dos objetivos organizacionais e a integração de seus membros às suas equipes de trabalho. O segundo fator, por sua vez, avalia as crenças dos empregados quanto à adoção por parte da organização de políticas e procedimentos de trabalho flexíveis e voltados para a adaptação da organização às demandas do ambiente externo.

**Palavras-chaves:** Comportamento Organizacional, Saúde Organizacional, Psicometria

**Atividade: Revalidação do Instrumento de Medida de Percepção de Comportamentos Éticos organizacionais. (Paineis)**

**Trabalho:** Revalidação do Instrumento de Medida de Percepção de Comportamentos Éticos organizacionais.

**Autor(es):** Marília Nunes Fernandes, Sinésio Gomide Júnior

**Resumo:** A ética deixou de ser uma questão estritamente do indivíduo que enfrenta dilemas morais em sua vida, adquirindo uma dimensão maior, a organizacional, que impacta o público interno, especificamente os empregados, e a sociedade como um todo, passando a ser objeto de estudo do comportamento organizacional. A ética é um tema de crescente interesse para a sociedade e envolve tanto as organizações públicas quanto as privadas. Ética empresarial é definida como um conjunto de regras, princípios e padrões que regem e orientam o comportamento da organização no mundo dos negócios. O objetivo deste estudo foi revalidar a escala de Percepção de Comportamentos Éticos Organizacionais (EPCEO) que foi construída e validada por Gomide Jr. et al. (2003). A “EPCEO” avalia a percepção dos empregados quanto aos comportamentos éticos da organização que os emprega. O instrumento inicial (pré-validação) apresentava vinte e cinco itens que procuravam abarcar sete dimensões teóricas: a) qualidade no trabalho e respeito no trato interpessoal, b) valores de igualdade de oportunidades e tratamento não-discriminatório, c) importância do cliente, d) respeito pelos prazos, e) confiabilidade, credibilidade e estabilidade de normas e objetivos, f) capacitação e auto-desenvolvimento e g) comprometimento com normas sociais e integração com a comunidade. Para a revalidação, o instrumento foi aplicado a 243 empregados de empresas públicas (35,4 %) e privadas (64,6%) da região do Triângulo Mineiro, sendo 36,5% do gênero masculino, a maioria com ensino médio completo (43,1%) e idade média de 29,73 anos (DP = 8,6 anos) que indicaram seus graus de concordância com o conteúdo de cada item em uma escala de quatro pontos (1 = Discordo Totalmente, 2 = Apenas Discordo, 3 = Apenas Concordo, 4 = Concordo Totalmente). A escala foi submetida à análise fatorial dos eixos principais (PAF), com rotação oblíqua (oblimin), cargas fatoriais iguais ou superiores a 0,40, autovalores iguais ou superiores a 1,5. A partir das análises, emergiram dois fatores correlacionados entre si ( $r = 0,63$ ) que explicaram, em conjunto, 45,75% da variância do construto. O instrumento final ficou composto por vinte e um itens. No entanto, um item foi excluído do segundo fator em função da sua interpretação semântica ou pureza conceitual, ou seja, o item foi excluído em função de não se coadunar semanticamente com o fator. A exclusão desse item ocasionou uma pequena redução no valor do alfa de Cronbach, que passou de 0,83 para 0,82. Então, o instrumento final ficou composto por vinte itens, distribuídos em dois fatores. O primeiro fator denominado “Gestão do Sistema” ficou composto de 14 itens, com cargas fatoriais variando de 0,41 a 0,84, correlações item-total de 0,54 a 0,73, com média de 0,64. O coeficiente de confiabilidade foi bastante satisfatório (alfa de Cronbach = 0,92). O segundo fator denominado “Orientação para o cliente”, reteve seis itens, com cargas fatoriais entre 0,58 e 0,76, correlações item-total de 0,46 a 0,67 (com média de 0,59),

e coeficiente de confiabilidade satisfatório (alfa de Cronbach = 0,82). O primeiro fator avalia as crenças dos empregados quanto à honestidade e clareza das políticas, regras e normas de gestão adotadas pela organização em que trabalham. O segundo fator, por sua vez, avalia as crenças dos empregados quanto à clareza e honestidade das relações estabelecidas entre a organização e seus clientes.

**Palavras-chaves:** Comportamento Organizacional, Ética Organizacional, Psicometria

**Atividade: OBESIDADE E MERCADO DE TRABALHO: trajetórias de vida de mulheres obesas que ingressaram no mercado de trabalho em Belém-Pa no setor terciário (Paineis)**

**Trabalho:** OBESIDADE E MERCADO DE TRABALHO: trajetórias de vida de mulheres obesas que ingressaram no mercado de trabalho em Belém-Pa no setor terciário

**Autor(es):** Pablo da Silva Rêgo Magalhães, Michele Calandrine do Corral, Monica Mutran, Lúcia Cristina Cavalcante da Silva

**Resumo:** A obesidade segundo a literatura, é considerada uma doença crônica que abrange todas as faixas etárias, com maior prevalência nas mulheres e atingindo todas as classes sociais. A etiologia é multicausal, isto é, o aumento da ingestão de alimentos e diminuição do gasto de energia por fatores orgânicos, psicológicos, culturais e outros. E definiu-se como obeso alguém cuja o peso corporal é maior do que esperado para sua altura, idade e tipo físico, e calculado através do índice de massa corporal ( $\text{Peso (kg)/Altura}^2$ ) de acordo com tabelas de peso e altura aceita pela comunidade científica ou por medidas de pregas cutâneas. Mercado de trabalho é a relação da procura e da oferta de determinada mão-de-obra ou não mão-de-obra, onde em lugares e épocas determinadas pessoas e/ou empresas, eliciam o surgimento e condições para que essa relação ocorra. Setor terciário compreende-se por atividades ligadas ao comércio e a prestação de serviços. Esta pesquisa objetivou conhecer as trajetórias de vida de mulheres obesas que ingressaram no mercado de trabalho em Belém-Pa no setor terciário. Utilizou-se como método de coleta de dados a história de vida, que é um instrumento que valoriza a captura de informações contidas na trajetória de vida de uma ou de várias pessoas. Participaram da pesquisa 4 mulheres obesas, entre 24 à 37 anos, e que exercem e/ou exerceram atividades no mercado de trabalho. Foram realizadas entrevistas abertas, a partir de uma questão registradas em fita K-7. Os resultados mostraram que P1, P2 e P3 tiveram o ingresso no mercado de trabalho com base nas relações de amizades, apenas P3 passou por processo seletivo. Quanto ao ambiente de trabalho P3 e P4 tiveram ambientes variados, P1 e P2 tiveram ambientes fixos. No que concerne as atividades exercidas, P3 e P4 eram projetistas, P1 era vendedora e P2 era secretária. Na questão que refere-se a problemas com pessoas do mercado de trabalho, P1, P2 e P3 não tiveram problemas, porém percebeu-se trechos que refutavam essa afirmativa, P4 teve problema com um homem que trabalhava na construção. No que diz respeito as dificuldades no mercado de trabalho, P1 e P3 teve dificuldade em conseguir emprego por não enquadrarem-se no perfil, P3 ainda teve dificuldade em medir os cantos, mas refuta dizendo que o corpo não seja empecilho, P2 não teve dificuldade dentro do ambiente de trabalho, nega ao sentir-se sobrecarregada, trabalho rotineiro e enjoado, P4 não sentiu discriminação, em contrapartida enfrentou inconveniente assédio ao perder 20 quilos, porém refuta dizendo que os homens não assumem relacionamento com mulheres obesas. Quanto a questão de ter alterações orgânicas, P1 e P3 não tiveram alteração orgânica, porém P1 sente ansiedade, P2 e P4 terem asma, P2 também tem diabete. As análises feitas sugerem que os trabalhadores obesos sofrem discriminação do seu corpo e preconceitos dos colegas de trabalho, dificultando o reconhecimento e a realização como profissional.

**Palavras-chaves:** Obesidade, Mercado de trabalho, História de vida, Psicologia organizacional, Psicologia

## **Atividade: O Operador de Bolsa em Análise (Painéis)**

**Trabalho:**O Operador de Bolsa em Análise

**Autor(es):** Adailton Clélio Moreira Mello

**Resumo:** Temos sido testemunhas de intensas mudanças que se processam nas relações de trabalho e na produção de subjetividade nas últimas décadas. Durante alguns séculos, a sociedade foi marcada pelos ares industriais onde a produção manufatureira era o foco central das atividades, contribuindo, de alguma forma, no processo de construção subjetiva individual e coletiva nos diferentes momentos históricos. Com o desenvolvimento dos mercados e a intensificação da globalização, inclusive do mercado financeiro e de capitais, passamos da sociedade marcada pela produção industrial para a que enfatiza o capitalismo financeiro. Este nos moldes em que hoje se encontra, passa a ser modulado, em fluxos, não tendo mais fronteiras territoriais definidas, o chamado Capitalismo Mundial Integrado (Deleuze & Guattari). Se na sociedade industrial a tônica estava na produção de bens, na sociedade capitalista a mais valia que se pretende é diretamente financeira. Desta forma, o dinheiro torna-se a principal referência na sociedade atual. A sociedade industrial e como consequência a força de trabalho nela necessária e presente, requisitava e agenciava modos de subjetivação característicos de sua época. A sociedade disciplinar, marcada pelos corpos dóceis, pelo quadriculamento (Foucault). O que se pretendia no trabalho, eram pessoas atentas e voltadas rigorosamente a seguir um processo prescrito de produção. O que se valorizava era a capacidade de seguir normas estabelecidas segundo um modelo já dado (Taylorismo). De outro modo, a sociedade capitalista recente vai requerer novos predicados dos trabalhadores. Se a sociedade industrial estava caracterizada por uma certa rigidez funcional, sob o pressuposto de que quanto mais as normas fossem seguidas a risca melhores seriam os resultados; a sociedade capitalista atual vai valorizar a flexibilidade, a criatividade, a tomada de decisão cada vez mais horizontalizada. Estudos atuais na área da psicologia do trabalho e ergonomia, apontam que, em muitos casos, se os trabalhadores apenas seguirem o prescrito, o resultado final será o de produtos fora do padrão que se pretendia (Dejours, Schwartz). Nas empresas atuais, o que se espera é que, os trabalhadores sejam estrategistas (Enriquez). Da mesma forma que a sociedade industrial produzia um modo de subjetivação via trabalho, entendemos que a sociedade capitalista contemporânea, também o faz, mas de forma diversa. Neste sentido, o mercado de capitais nos parece um palco privilegiado para esta investigação. Pretendemos assim, empreender uma análise do trabalho e da produção de subjetividade no mercado de capitais. Para tal fim estaremos, através de entrevistas semi-estruturadas realizadas com operadores de bolsa de valores, buscando identificar, utilizando o método da análise de discurso, categorias que nos permitam consubstanciar esta análise. Nossa investigação já aponta para as seguintes categorias: velocidade, flexibilidade, urgência de enriquecimento ou de bem estar financeiro. A virilidade parece privilegiada assim como intensos paradoxos marcados entre outros pelo desejo de ganhar e risco de perder. Parece-nos que o mercado de capitais de alguma forma antecipa e/ou contribui na construção destas categorias. Na apresentação do trabalho pretendemos também mostrar como, o mercado de capitais, principalmente no cenário brasileiro, vem passando por todo um processo de inovação tecnológica onde a teleinformática desponta com nítidos avanços e contribuições. Isto pode ser observado, por exemplo, através da implementação do “home broker” onde investidores podem atuar de suas casas, prescindindo do acesso ao operador de bolsa e a implementação do “megabolsa”. É o capitalismo em sua vertente atual e paradoxal sendo “doador de tempo” (Negri). Notadamente, no caso da Bolsa de Valores de São Paulo, as inovações fizeram com que uma categoria profissional inteira fosse extinta, a de operador de pregão. Isto tem levado muitos trabalhadores do mercado a se angustiarem com a possibilidade de término de suas profissões. Da análise até aqui empreendida, podemos concluir que não há antídoto para fazer face aos efeitos das transformações do mercado atual.

**Palavras-chaves:** Trabalho,Produção de Subjetividade,Mercado de Capitais,Operador de Bolsa

**Atividade: A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA APOSENTADORIA**

## **(Paineis)**

**Trabalho:** A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA APOSENTADORIA: UM ESTUDO DO PROGRAMA PREPARATÓRIO DE UMA ORGANIZAÇÃO.

**Autor(es):** Vanda Martins Santos, Márcia Oliveira Staffa Tironi

**Resumo:** A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA APOSENTADORIA: UM ESTUDO DO PROGRAMA PREPARATÓRIO DE UMA ORGANIZAÇÃO RESUMO A aposentadoria tem sido caracterizada por alguns estudiosos, como a ruptura do mundo do trabalho, pelo trabalhador, sendo mantida a remuneração pelo tempo de trabalho. A partir da concepção do trabalho como elemento fundamental na percepção do sujeito como ser humano útil e criativo, pode-se pensar no processo de aposentadoria vinculado à perda do lugar social atribuído ao sujeito, categorizado pela sociedade contemporânea como sujeito jovem, saudável e produtivo. O fato de a aposentadoria tratar da configuração do trabalho na constituição psíquica dos indivíduos no momento em que eles estão deixando o mercado de trabalho, e, a possibilidade de se tornar "improdutivo" a partir da sua saída do mundo do trabalho, pode representar para o sujeito que se aproxima da aposentadoria a falta de sentido existencial. Estudos têm indicado a importância do aprofundamento sobre este tema, uma vez que a idade para a aposentadoria tem sido cada vez mais, prolongada. Neste sentido, com o propósito de preparar os seus trabalhadores para a aposentadoria, algumas organizações têm oferecido o Programa Preparatório para a aposentadoria - PPA, cuja participação dos trabalhadores que estão aproximadamente a dois anos de se aposentarem, é voluntária. O presente estudo teve por objetivo identificar a representação social da aposentadoria para os participantes de um programa preparatório para a aposentadoria de uma organização petroquímica. Este programa contempla temas relacionados ao trabalho, saúde e aposentadoria, além daqueles sugeridos pelos participantes, a fim de prepará-los para as novas carreiras e/ou atividades possíveis de serem desempenhadas nesta fase. O método de investigação deste estudo envolveu a análise qualitativa de conteúdo descritivo, de corte transversal, e utilizou instrumento auto-aplicável, caracterizado por questionário aberto composto por dados sócio-demográficos e questões relacionadas aos temas aposentadoria, trabalho, envelhecimento e preparação para a aposentadoria. Fizeram parte deste estudo 44 pessoas: 34 trabalhadores pertencentes ao quadro efetivo de uma organização petroquímica e 10 aposentados que trabalharam na mesma organização, de ambos os sexos, na faixa etária entre 40 e 80 anos. O procedimento de coleta de dados ocorreu durante a realização do PPA para os seus participantes; nas instalações da empresa para os trabalhadores não participantes do PPA e nas residências dos aposentados. Para o processamento dos dados da pesquisa foi utilizado o programa MINDMANAGER X5. Neste programa foram construídos os Mapas Cognitivos que trazem em sua estrutura as idéias presentes na população estudada ao responderem o instrumento de pesquisa. Tais idéias foram categorizadas e agrupadas em sua frequência simples, sendo dispostas por ordem decrescente nos mapas. Através da categorização e construção dos Mapas Cognitivos os indicadores da população foram traçados, as respostas foram analisadas e trabalhadas de acordo com a teoria e o público alvo do estudo. Os principais resultados deste trabalho fazem referência às representações positivas por parte dos respondentes acerca da aposentadoria que envolve a idéia de descanso por merecimento pelos anos de dedicação ao trabalho. Com relação ao PPA, foi considerado pelos trabalhadores participantes do estudo como um mediador da transição para a aposentadoria e tem como principais imagens o esclarecimento e a informação. Por último, a imagem que o trabalhador que está em processo de aposentadoria tem de si mesmo está relacionada à sua imagem de trabalhador ativo e produtivo. Para finalizar, este estudo aponta para a necessidade da realização de novas pesquisas que investiguem, a partir das suas limitações: a comparação entre diferentes modelos de Programas Preparatórios para a Aposentadoria oferecidos por diferentes organizações e a relação entre aposentadoria, trabalho e envelhecimento.

**Palavras-chaves:** Aposentadoria, Representação social, Trabalho

**Atividade:** Desconto de futuro: uma análise evolucionista da escolha profissional (Comunicações Científicas)

**Trabalho:**Desconto de futuro: uma análise evolucionista da escolha profissional

**Autor(es):** Álvaro da Costa Batista Guedes, Monique Bezerra Paz Leitão, FIVIA LOPES

**Resumo:** "Hoje ou amanhã? Agora ou depois? Estas são questões intrigantes quando temos que decidir por investir em retornos menores em curto prazo ou arriscar maiores ganhos em longo prazo. E qual seria a atitude mais acertada? A resposta vai depender de uma série de fatores, especialmente àqueles relativos às circunstâncias nas quais os indivíduos vivem. Decidir por ganhos imediatos em lugar de maiores benefícios em longo prazo é o que teóricos da Psicologia Evolucionista chamam de "descontar o futuro", que pode ser a alternativa mais vantajosa quando as necessidades presentes são altas e as possibilidades futuras percebidas como restritas. Desse modo, o que se espera é uma otimização entre o ganho que o sujeito vê para si, adiante no tempo, e o ganho que este poderia ter caso antecipasse os supostos benefícios. É claro que a antecipação dos ganhos traz um custo e, portanto, só vale a pena quando o ganho futuro é incerto. A idéia de desconto de futuro tem auxiliado no entendimento de diversos comportamentos humanos, assumindo-se que a capacidade de processar as pistas do ambiente e realizar as escolhas mais vantajosas teria sido importante ao longo da história evolutiva humana. Foi considerando o dilema da escolha que o presente trabalho foi desenvolvido, partindo de um contexto de escolha profissional. Neste trabalho, buscou-se analisar a relação entre a escola de origem dos indivíduos (pública ou privada) e suas perspectivas futuras e escolhas profissionais, tendo como referencial a perspectiva evolucionista de desconto de futuro. Para tanto, foram investigados 221 adolescentes (151 do sexo feminino e 70 do masculino), concluintes do ensino médio de três escolas privadas (110 sujeitos) e uma escola pública (111 sujeitos) da cidade de Natal-RN, sendo também utilizados, neste estudo, dados oficiais referentes aos candidatos ao Vestibular-2007 da UFRN. Através de questionários, foram investigadas as perspectivas futuras dos estudantes, ou seja, o que pretendiam fazer depois de concluírem o ensino médio, bem como as suas escolhas profissionais, referentes aos cursos universitários escolhidos para a inscrição no vestibular de prioridade. Os resultados apontam que, em relação aos planos futuros, os adolescentes de escolas privadas citaram significativamente mais respostas referentes a faculdade e a atividades de lazer/esportes do que os da escola pública, os quais relataram mais respostas ligadas ao trabalho e a estudos outros. Os estudantes de escolas privadas pesquisados foram maioria entre os inscritos para cursos das áreas que, geralmente, apresentam uma maior demanda de candidatos por vaga e/ou pontuações médias de aprovação mais altas, ao passo que os da escola pública foram predominantes nos cursos que vêm sendo os menos concorridos ou que geralmente exigem pontuações médias mais baixas. Considerando o referencial teórico da psicologia evolucionista, sugere-se que os indivíduos oriundos da escola pública estejam adotando a estratégia de descontar o futuro ao elaborar seus planos e decidirem suas vidas profissionais. Dada uma provável condição sócio-econômica desfavorável, tais sujeitos efetuam escolhas que podem trazer maior retorno em curto prazo, como o ingresso imediato no mercado de trabalho, cursos profissionalizantes e de capacitação, ou mesmo a escolha por cursos universitários de ingresso mais acessível (baixa concorrência ou menor média de acertos), o que lhes aumenta a probabilidade de retorno mais imediato. Ao contrário, aqueles oriundos de escolas privadas, que presumivelmente estão em um estrato social mais confortável, articularam estratégias de longo prazo, tais como investir em formação superior, inclusive optando por cursos de difícil ingresso, provavelmente demandantes de mais tempo e recursos. Destarte, conclui-se que o tipo de escola a qual o indivíduo pertence influencia suas escolhas no tocante à esfera profissional, o que está relacionado à percepção que este tem de suas possibilidades futuras, modulando a ocorrência de desconto de futuro. Embora tenhamos consciência das inúmeras variáveis que perpassam a escolha profissional, que incluem fatores sociais, familiares e culturais, o novo paradigma da Psicologia Evolucionista pode trazer contribuições relevantes ao entendimento dos fenômenos psicológicos e comportamentais. Lançar uma nova luz teórica na questão da escolha profissional é simplesmente uma tentativa de entendimento cada vez mais amplo dos processos psicológicos que podem estar norteando o sujeito da escolha, em uma fase tão importante da sua vida."

**Palavras-chaves:** Psicologia Evolucionista, Cognição, Escolha Profissional, Adolescentes, Desconto de Futuro

**Atividade: O assédio moral no Ceará (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** O assédio moral no Ceará: naturalização dos atos negativos no trabalho

**Autor(es):** Rosemary Cavalcante Gonçalves, Regina Heloísa Maciel

**Resumo:** Este estudo investiga a prevalência do assédio moral e os principais atos negativos relacionados ao assédio a trabalhadores no Ceará. O assédio moral consiste em situações em que um ou mais trabalhadores são submetidos, persistentemente, a condutas negativas, como humilhação, perseguição, discriminação e maus-tratos no trabalho, sem que possam se defender, constituindo-se em afronta à sua dignidade. A pesquisa quanti-qualitativa foi conduzida entre trabalhadores no estado do Ceará. Os dados foram coletados pela aplicação de questionário em amostra de 218 trabalhadores que aguardavam atendimento na Delegacia Regional do Trabalho – DRT/Ce, e por meio de entrevistas semi-estruturadas com cinco trabalhadores. A triangulação dos dados pela utilização de diferentes instrumentos, como questionário, pergunta aberta e entrevista, foi fundamental para tornar evidentes as condutas hostis no trabalho. No estudo, duas diferentes estratégias de medição do assédio moral foram usadas e comparadas. Dada a definição de assédio moral 25,2% dos pesquisados auto-relataram terem sido vítimas, nos últimos seis meses. Porém, utilizado o Questionário de Atos Negativos (NAQ), contendo uma lista de 22 atos negativos potenciais de assédio, 66,9% dos trabalhadores da amostra relataram a exposição a, pelo menos, um ato negativo semanalmente, nos últimos seis meses. Os pesquisados responderam com maior frequência que foram alvos de gritos e agressividade, lembrados constantemente de erros e que se espalharam boatos a seu respeito. Indagados sobre outras condutas consideradas negativas no ambiente de trabalho citaram como mais comuns o não cumprimento de direitos trabalhistas, pressão para fazer hora-extra e liderança intimidadora e hostil. As entrevistas semi-estruturadas revelaram que existe uma tendência à naturalização dos atos negativos, com muitas condutas percebidas como normais e comuns no trabalho. Além disso, os resultados demonstram predominância da liderança autoritária e coercitiva, havendo elevada incidência de comportamentos de humilhação, e conseqüente sofrimento no trabalho. Percebe-se haver relação entre os atos negativos experienciados pelos trabalhadores e as influências do contexto histórico, social e cultural cearense no ambiente de trabalho. Condutas encontradas comumente, nas organizações no Ceará, não parecem ser percebidas como perseguição ou discriminação pelos trabalhadores, apesar do sofrimento que provocam. Assim, ao responderem à lista de condutas pré-descritas no NAQ, os pesquisados claramente não interpretam algumas como assédio, de tão corriqueiras e disseminadas nas organizações locais, pois estão fundadas na cultura regional. A pesquisa abre espaço para discussão sobre a necessidade de distinguir entre atos negativos de assédio ao indivíduo e atos negativos que fazem parte de comportamentos culturais de um grupo social. A interpretação dos atos negativos, nas pesquisas, precisa levar em conta os aspectos culturais da sociedade em questão, discernindo entre o que é considerado aviltamento ou não, o que pode ser configurado como assédio ou não, na percepção dos pesquisados. O aprofundamento da questão é fundamental para a construção de instrumento adaptado à avaliação dos atos negativos em trabalhadores brasileiros, bem como para proposição de estratégias eficazes de prevenção e intervenção nas organizações.

**Palavras-chaves:** Assédio moral, Comportamentos negativos, Sofrimento no trabalho, Aspectos sociais e culturais

**Atividade: Metodologias participativas em psicologia do trabalho: a fotografia como instrumento para uma clínica da atividade. (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Metodologias participativas em psicologia do trabalho: a fotografia como instrumento

para uma clínica da atividade.

**Autor(es):** Claudia Osorio da Silva, Julia Maria Garrão, Bruna Koslowski Cordeiro, Roberta Pena de Oliveira

**Resumo:** A metodologia que apresentamos para debate inspira-se no trabalho de Ivar Oddone, buscando contribuir para uma psicologia do trabalho que seja instrumento de mobilização subjetiva, visando a supressão do risco, pela via do desenvolvimento dos gêneros profissionais. Com este objetivo, articula conceitos da Análise Institucional francesa, da Vigilância em Saúde do Trabalhador desenvolvida no Brasil e da Clínica da Atividade. Nesta perspectiva, a compreensão da relação entre o trabalho e subjetividade não é centrada na luta contra o sofrimento, mas na atividade de trabalho como fonte permanente de recriação de novas formas de fazer e viver. A atividade de trabalho é sempre singular, sendo a recriação de situações que a pré-figuram. Os antecedentes sociais da atividade formam uma memória, objetiva e impessoal, fornecendo modelos de agir, oferecendo recursos para enfrentar situações que são generalizadas num ofício. Esse trabalho social prévio à ação forma o gênero profissional. A referência a um gênero profissional forte permite, segundo a Clínica da Atividade, o uso da experiência para a renovação desse mesmo gênero. Pensando a Saúde do Trabalhador como transdisciplinar, com múltiplas interferências teóricas, propomos a produção de ferramentas para a análise do trabalho em sua relação com a saúde. Numa colaboração com a Comissão de Saúde do Trabalhador do Hospital dos Servidores do Estado (HSE), no Rio de Janeiro, desenvolvemos métodos participativos de análise do trabalho, dentre eles a Oficina de Fotos. Nas Oficinas de Fotos, os profissionais participantes fotografam seus locais de trabalho, focalizando o processo e as condições de trabalho vigentes. O objetivo é que os participantes reconheçam pontos positivos, fontes de saúde e qualidade de vida no trabalho, e pontos negativos, propiciadores de mal estar, doenças e acidentes. Partimos do pressuposto de que a atividade de trabalho é dialógica, e que implicar trabalhadores no ato coletivo de escolher o que fotografar e selecionar as fotografias mais significativas para confecção de painéis a serem exibidos para grupos ampliados, pode produzir movimentos disparadores de transformações nas atuais condições. Por este método pode-se trabalhar o gênero profissional em questão, aumentando sua vitalidade e plasticidade. Até o momento foram realizadas 8 Oficinas de Fotos, com profissionais de enfermagem vinculadas a diferentes Serviços do Hospital. As situações positivas e negativas apontadas e o diálogo produzido nestas Oficinas mostram uma atividade dinâmica e complexa, onde uma mesma situação figura em ambos os pólos e a discussão de um aspecto deriva para outros. A discussão da experiência de realização das Oficinas de Fotos será usada para a apresentação e debate das possibilidades de uma Psicologia do Trabalho em que o conhecimento e a capacidade de intervenção dos trabalhadores em sua própria atividade é posta em primeiro plano.

**Palavras-chaves:** trabalho, atividade, clínica da atividade

**Atividade:** Estresse no Prazer e Sofrimento no Trabalho: teste de um modelo explicativo para o comprometimento organizacional calculativo. (Painéis)

**Trabalho:** Estresse no Prazer e Sofrimento no Trabalho: teste de um modelo explicativo para o comprometimento organizacional calculativo.

**Autor(es):** Sinésio Gomide Júnior, Cíntia Pereira Alves

**Resumo:** Comprometimento Organizacional Calculativo caracteriza-se pela necessidade do trabalhador em permanecer na organização, o que pode ocorrer pela falta de outras alternativas de emprego ou pela crença que o trabalhador tem de que seu investimento na organização foi maior que o retorno dela para com ele. O trabalhador, quando percebe seu ambiente de trabalho como uma ameaça à sua saúde física e mental e à sua realização pessoal e profissional,



vivência o que se denomina estresse ocupacional, uma vez que a interação do indivíduo com o trabalho fica prejudicada. Assim, as relações entre estresse e trabalho constituem, além de preocupações sociais, um interesse econômico, pois o trabalhador só exercerá bem o seu trabalho se estiver mentalmente saudável e integrado ao sistema produtivo. De acordo com os estudos sobre prazer e sofrimento no trabalho e suas inter-relações no ambiente organizacional, o estresse ocupacional adquire fundamental importância no conhecimento sobre qualidade, saúde e bem estar do indivíduo no trabalho. Quando o indivíduo vê seu trabalho como fonte de prazer, sente uma vontade maior de continuar produzindo e vê na sua atividade a oportunidade de crescer como sujeito psíquico e social. Ou seja, quando o trabalhador é valorizado e reconhecido e seu trabalho é flexível, então o prazer é vivenciado. Mas o trabalho, quando fica doloroso e penoso, quando favorece a centralização de informações, a rigidez hierárquica, a falta de reconhecimento e o individualismo entre colegas, pode levar o indivíduo ao sofrimento. A literatura nacional e internacional têm identificado o trabalho de tele-atendimento como uma das maiores fontes de estresse e descontentamento devido tanto as pressões inerentes ao trabalho por produtividade quanto pela pressão de chefias e gerentes. Conforme pesquisas recentes, este é também um trabalho com grandes índices de absenteísmo e rotatividade. Acredita-se que os trabalhadores da área trocariam de trabalho se as condições de mercado ou condições pessoais permitissem. Para verificar esta hipótese, este trabalho teve como objetivo testar um modelo explicativo para comprometimento organizacional calculativo tendo como antecedentes estresse (instrumento unifatorial) e prazer e sofrimento no trabalho (instrumento validado com quatro fatores. Dois para prazer – realização e liberdade; e dois para sofrimento – desgaste e desvalorização). O questionário, contendo os instrumentos de medida para os quatro constructos, foi respondido por 168 trabalhadores em tele-atendimento em empresas da cidade de Uberlândia (MG), com idades entre 17 e 39 anos, grau de instrução médio em segundo grau completo, sendo 68% do gênero feminino. Para o alcance do objetivo, quatro análises de regressão lineares (método Stepwise) foram executadas, uma para cada fator de comprometimento (perdas sociais, perdas de investimentos, perda de retribuições e perdas profissionais). Assim, para Perdas Sociais, apenas o fator Realização foi retido ( $R^2 = 0,08$ ;  $\beta = 0,296$  e  $p < 0,01$ ); para o fator Perdas de Investimentos o único fator retido também foi Realização ( $R^2 = 0,07$ ;  $\beta = 0,261$  e  $p < 0,01$ ). Também Realização foi o único fator retido para Perdas de Retribuições ( $R^2 = 0,15$ ;  $\beta = 0,396$  e  $p < 0,01$ ) enquanto para Perdas Profissionais foram retidos os fatores Realização ( $R^2 = 0,08$ ;  $\beta = 0,235$  e  $p < 0,01$ ) e Desgaste ( $R^2 = 0,03$ ;  $\beta = -0,171$  e  $p < 0,01$ ). Assim, pelos resultados deste estudo, o trabalhador em tele-atendimento não trocaria a empresa que o emprega, comprometendo-se calculativamente com ela, se esta empresa propiciasse a ele realização em seu trabalho e menos desgaste. A guisa de agenda de pesquisa, os autores sugerem que sejam investigados, nesta mesma população, os antecedentes das variáveis que figuraram como antecedentes neste trabalho: vivências de prazer e sofrimento no trabalho e estresse ocupacional.

**Palavras-chaves:** Comportamento Organizacional, Tele-atendimento, Comprometimento Organizacional Calculativo

**Atividade: BEM-ESTAR NO TRABALHO: IMPACTO DA CONFIANÇA DO EMPREGADO NA ORGANIZAÇÃO (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Bem-estar no trabalho: impacto da confiança do empregado na organização

**Autor(es):** Área de Fátima Oliveira, Polyana Araújo Martins

**Resumo:** O conceito de bem-estar no trabalho que focaliza o funcionamento psicológico positivo é relativamente recente, tendo suas bases assentadas na Psicologia Positiva. Um nível elevado de bem-estar seria vivenciado por trabalhadores que relatassem satisfação, envolvimento com o trabalho e a manutenção de compromisso afetivo com sua organização de trabalho. Outra variável que tem merecido destaque é a confiança sendo investigada não somente na psicologia, mas também por outras ciências. Na perspectiva do indivíduo a confiança do empregado na

organização constitui um conjunto de crenças do empregado sobre a manutenção de padrões éticos, a solidez econômica da organização e a capacidade dela de reconhecer os esforços dos empregados, honrar compromissos, obedecer a leis e normas. A investigação dessas variáveis em conjunto permite solidificar conhecimentos, buscando sustentação empírica para os estudos já realizados. A partir dessas considerações, O objetivo deste estudo foi investigar um modelo preditivo tendo como variáveis independentes de bem-estar no trabalho (comprometimento organizacional afetivo, envolvimento com o trabalho e satisfação no trabalho) a confiança do empregado em sua organização (solidez organizacional, padrões éticos, reconhecimento financeiro, normas relativas à demissão e promoção do crescimento do empregado). O teste do modelo foi realizado através de regressões múltiplas, método stepwise, no programa SPSS versão 12. A amostra foi composta por 202 trabalhadores vinculados a três organizações privadas de Uberlândia, sendo 54% do sexo masculino, 23% dos participantes completaram o segundo grau e 51,8% possuem até curso superior completo. A idade média é 30 anos e tempo médio de trabalho de 6 anos. Os participantes responderam a um instrumento contendo as seguintes escalas: confiança do empregado na organização, satisfação no trabalho, comprometimento afetivo e envolvimento com o trabalho. Destas somente as duas últimas são unifatoriais. Os coeficientes de precisão das escalas para a amostra (Alpha de Cronbach) variaram de 0,75 a 0,92, exceto para satisfação com colegas ( $\alpha = 0,64$ ). Os resultados mostraram que, para comprometimento afetivo foram retidas no modelo duas variáveis, sendo o principal preditor a confiança do empregado nos padrões éticos, seguido por promoção do crescimento ( $R^2$  ajustado = 0,58;  $p < 0,001$ ). A variável dependente envolvimento com o trabalho foi explicada somente por promoção do crescimento do empregado ( $R^2$  ajustado = 0,15;  $p < 0,001$ ). Em relação às dimensões de satisfação no trabalho, especificamente satisfação com salário e chefia, o maior percentual de explicação origina-se na confiança no reconhecimento financeiro organizacional. Satisfação com as promoções recebidas tem entre seus preditores também a confiança do empregado na promoção do crescimento e satisfação com as tarefas é explicada, principalmente, pelos valores relativos à realização. Satisfação com os colegas teve preditores confiança nos padrões éticos da organização e normas relativas à demissão ( $\beta$ ; negativo). A dimensão solidez organizacional foi excluída de todas as equações, permanecendo como principais preditores padrões éticos, promoção do crescimento do empregado e reconhecimento financeiro organizacional. Os resultados sugerem que aspectos relacionados diretamente à vida do empregado tiveram maior destaque neste estudo. Entretanto, há necessidade de estudos com amostras diferentes para verificar a consistência destes achados.

**Palavras-chaves:** Bem-estar no trabalho, Confiança do empregado na organização, Psicologia positiva

**Atividade: Saúde do trabalhador e a Clínica Social do Trabalho (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** A clínica do trabalho bancário: o caso dos adoecidos por LER/DORT.

**Autor(es):** Ana Magnólia Bezerra Mendes

**Resumo:** Discute-se a clínica do trabalho na perspectiva da abordagem da psicodinâmica. Parte-se do pressuposto que a clínica do trabalho é a revelação e tradução dos aspectos visíveis e invisíveis do trabalho, que permite o acesso aos processos de subjetivação, às vivências de prazer-sofrimento, as mediações e ao processo saúde-adoecimento. O caso apresentado trata da clínica do trabalho em trabalhadores bancários adoecidos por LER/DORT. O objetivo é coletar dados sobre a dinâmica da inter-relação trabalho-adoecimento e desenvolver estratégias coletivas para resignificar o sofrimento e resgatar a saúde e a qualidade de vida desses trabalhadores. A pesquisa atende a uma demanda do sindicato dos bancários de Brasília. Foram realizadas 10 sessões coletivas no próprio sindicato, com um grupo de 08 trabalhadores adoecidos, com duração de duas horas cada uma. As sessões são focadas na escuta do sofrimento, na discussão, acompanhamento, orientação e suporte psicossocial que permitam a intervenção na etiologia, sintomatologia, diagnóstico e prognóstico, na definição das ações para o enfrentamento da doença e para inclusão no trabalho. Essas sessões são conduzidas com base nos seguintes objetivos específicos: identificar no contexto de trabalho os fatores

potencializadores da doença ocupacional; proporcionar uma compreensão sobre a gênese, sintomas, diagnóstico e tratamentos, visando à desmistificação da doença; focar a auto-imagem, autoconfiança e auto-estima dos participantes com o propósito de fortalecer a autopercepção e a identidade; facilitar aos participantes a elaboração de estratégias de enfrentamento para lidar com o sofrimento e as situações adversas, a fim de melhorar a qualidade de vida, reapropriando-se da saúde e do sentido do trabalho. Para alcançar tal objetivo, as sessões obedecem aos seguintes procedimentos: na primeira sessão é realizada a integração dos participantes; na segunda, o levantamento de dados e a discussão sobre a organização do trabalho, a qual estava exposto antes do adoecimento; na terceira e quarta sessões, é discutida a história e os sentimentos em relação à doença; na quinta e sexta, tratam-se as estratégias de mediação utilizadas para enfrentar o sofrimento antes, durante e depois do adoecimento; na sétima e oitava são debatidas as limitações geradas pela doença, o tratamento e a qualidade de vida; e na nona e décima, são discutidas as alternativas para inclusão no trabalho e os novos modos de enfrentar a vida após o adoecimento. Os resultados apresentam dados sobre o trabalho, o processo de adoecimento por LER/DORT e a mudança de atitude frente à doença. Entre as principais conclusões destaca-se: a identificação dos modos perversos de organização do trabalho bancário como provocadores do adoecimento; a resignificação do sofrimento por meio do espaço público da fala; a desculpabilização e melhora da auto-imagem; a valorização das redes de apoio social e do papel do sindicato; e a elaboração de estratégias coletivas para melhoria da qualidade de vida, como por exemplo, manter os encontros para dar continuidade às discussões das questões abordadas nas sessões. Futuras pesquisas e intervenções devem ser realizadas com diferentes categorias de trabalhadores e de doenças ocupacionais. É importante sistematizar a coleta de dados por meio de sessões coletivas e fortalecer a intervenção articulada à pesquisa e à fala sobre o sofrimento, como um dos princípios da clínica do trabalho.

**Palavras-chaves:** organização do trabalho,sofrimento,ler/dort

**Trabalho:**Os trabalhadores de uma organização de entretenimento de lazer entre promover lazer e (não) se divertir

**Autor(es):** Fabiana Ramos Dias,Kátia Barbosa Macêdo

**Resumo:** O presente texto considera como pressupostos fundamentais que o indivíduo não existe fora do campo social e que tanto a psicanálise quanto a psicodinâmica do trabalho possuem o mesmo foco, que é a dinâmica psíquica que se desenvolve a partir da criação e a evolução do vínculo social. Temas relacionados ao trabalho têm se tornado cada vez mais pertinentes, tendo em vista as profundas mudanças que ocorrem no contexto mundial. Tais mudanças envolvem estrutura funcional, organização do trabalho, visão da pessoa no trabalho, bem como função e lugar do trabalho na sociedade. A área de entretenimento apresenta características diferenciadoras na medida em que seus trabalhadores, seus processos e ações visam proporcionar lazer e entretenimento aos clientes. Pode-se imaginar que os trabalhadores que atuam nessas organizações também se divertem enquanto proporcionam lazer e diversão para seus clientes. A pesquisa apresenta resultados de uma pesquisa realizada em uma organização que atua no ramo de entretenimento, localizada no Brasil. Trata-se de estudo de caso descritivo e exploratório. Teve como objetivo investigar as relações entre trabalhadores e organização, condições de trabalho, vivências de prazer e sofrimento dos trabalhadores e caracterizar as formas de enfrentamento utilizadas pelos trabalhadores para lidar com o sofrimento. A pesquisa se fundamentou na abordagem psicodinâmica do trabalho. Foram realizadas entrevistas com dezessete trabalhadores escolhidos intencionalmente. Utilizou-se análise documental. Os dados foram analisados pela técnica de análise gráfica do discurso. Os resultados indicaram uma organização de trabalho com normas rígidas de conduta para os trabalhadores, com pressão para cumprimento de metas de vendas de certos produtos e a presença de condições de trabalho lesivas à saúde do trabalhador, que fica exposto a ambientes escuros, mal ventilados e com muita fumaça de cigarro, som muito alto, trabalho noturno. Observou-se fatores que geram vivências de prazer, como liberdade e reconhecimento no trabalho, prazer nas relações sócio-profissionais, ambiente de trabalho e chefia, boa remuneração salarial; em relação aos fatores ligados ao sofrimento, houveram queixas ligadas à

sobrecarga de trabalho e às condições de trabalho, sendo enfatizados: horário noturno cansativo, pressão interna para cumprimento das metas de vendas, ausência de transporte e de plano de saúde, insegurança ao retornar para casa e condições de trabalho precárias, gerando desgaste e adoecimento dos trabalhadores. Para enfrentar tal sofrimento, foram utilizadas estratégias de enfrentamento como a negação do real do trabalho, a mentira e a racionalização. Análise documental indicou contradição estrutural, com discurso oficial que adota valores morais e sociais como fatores importantes para o sucesso que se contrapõem a políticas de pessoal ideologicamente comprometidas com a geração de lucro e que explora e aliena os trabalhadores. Assim, pode-se afirmar que os trabalhadores vivenciam um conflito gerado pela própria atividade que executa, pois ao mesmo tempo que deve proporcionar lazer e entretenimento para os seus clientes, vivencia sofrimento ocasionado tanto pela organização e condições de trabalho, sofrimento este que não pode expressar e que pode comprometer sua saúde física e psíquica ao se estender por longo prazo, devendo haver intervenções no sentido de desenvolver programa de qualidade de vida no trabalho.

**Palavras-chaves:** psicodinamica do trabalho,prazer-sofrimento,estretegios de enfrentamento

**Trabalho:**Ética e gestão das organizações do trabalho

**Autor(es):** José Newton Araújo

**Resumo:** Nesta exposição, propõe-se uma reflexão sobre a questão ética e suas implicações no mundo do trabalho. Parte-se da premissa geral de que a ética diz respeito ao bem comum ou à busca da “otimização” das relações sociais. Neste sentido, toda atividade humana, inclusive aquelas do campo econômico e produtivo, devem contribuir, ao mesmo tempo, para o bem-estar do indivíduo e da coletividade. No entanto, as relações entre ética e trabalho dificilmente parecem andar na mesma direção, especialmente quando se sabe que, nos modos de produção capitalista, a esfera econômica está voltada basicamente para os interesses privados. Argumenta-se também que as relações éticas se apóiam nos princípios básicos que fundam o processo civilizatório, dentre os quais citamos a equidade das relações de troca. Ora, se examinarmos as relações de troca entre empresas e trabalhadores, pode-se apontar para transações marcadas por forte “incivilidade” (Robert-Demontrond, 2003). Não se trata aqui apenas de mencionar a imensa desigualdade entre a força de trabalho dada e o salário recebido, para situar o desequilíbrio das trocas entre empregadores e empregados. Falamos também das situações nas quais as relações de troca, nos processos produtivos, se degradam em formas bárbaras de interação, o que implica tanto a anulação identitária dos assalariados quanto o aviltamento das condições de sua saúde e de sua integridade física, sem contar os casos extremos da perda de sua própria vida. Trata-se aqui das formas de exploração violenta do outro, que desemboca na própria negação das relações de troca, fenômeno esse que Barus-Michel (2001) chamou de “relações antropofágicas”. Mas mesmo quando as relações de troca entre empresas e trabalhadores não chegam às formas de violência, que resultam anualmente, na esfera planetária, em milhões de acidentes de trabalho ou de mortes, há também as formas pouco visíveis de exploração do outro, através das estratégias sutis de controle do trabalhador, atualmente adotadas pelas empresas. Estas se traduzem nas novas políticas de gestão, através das quais o controle da “força de trabalho” inclui distintas formas de domínio sobre o pensamento e sobre a afetividade do trabalhador, o que resulta principalmente em desgaste psíquico. Pretendemos desenvolver estas reflexões, a partir de uma análise do discurso organizacional que afirma valorizar a ética na economia e no trabalho, através de fórmulas conhecidas como “responsabilidade social”, “empresa cidadã”, “respeito ao consumidor”, etc. Tais fórmulas revelam a clivagem entre o discurso da empresa “cidadã” e suas práticas internas, em relação aos chamados “colaboradores”, bem como em suas relações com o público externo, o consumidor. Ora, a cidadania ou a “civilidade” significam o respeito a um conjunto de regras de ação nos espaços público e privado, que permitem a emergência de relações de confiança, de respeito ao outro, de ausência da violência. Mesmo reconhecendo alguns méritos no discurso organizacional, quando estes se traduzem em posturas realmente éticas, algumas questões fundamentais permanecem como objeto de reflexão ou de interrogação. De um lado, pode-se tomar o “discurso ético” da empresa como resultado de uma “moral de classe” (Lima, 2002), elaborada como instrumento ideológico de dominação e de controle social. No caso, as

empresas buscam impor seus códigos de conduta tomando-os como proposições éticas. De outro lado, parece muito difícil conciliar as intenções “socialmente responsáveis” das empresas com a atual lógica de racionalização dos sistemas de produção, guiados pela ideologia do lucro sempre maior a um custo sempre menor. Isso se traduz em tecnologias perversas de gestão dos “recursos humanos”, implicando uma intensificação crescente dos ritmos de trabalho ou uma “cultura da urgência” (Nicole Aubert, 2003) que faz da organização e das condições de trabalho uma fonte permanente de tensão, de insegurança, de sofrimento e de adoecimento no emprego. Estas questões serão discutidas, através de exemplos diversos, mostrando como as atuais proposições éticas dos dirigentes organizacionais podem revelar uma “ética travestida” (Enriquez, 1997), construída como um instrumento sutil a serviço de uma ideologia e de uma performance que não se quer questionar.

**Palavras-chaves:** etica,moral,atuação,profissão

**Atividade: Trajetórias Profissionais  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Trajetorias profissionais: o papel das âncoras de carreira

**Autor(es):** Sonia Regina Pereira Fernandes

**Resumo:** No contexto atual do mundo do trabalho, um conjunto de fatores, entre os quais mercado de trabalho, as possibilidades de qualificação e o perfil profissional, têm sido associados às escolhas profissionais, como também ao posterior desenvolvimento de carreiras. Os aspectos históricos inerentes às concepções de carreira, são ressaltados por BARUCH (2004) indicando que os estudos clássicos de carreira estão localizados dentro de um contexto no qual as pessoas orientam a si mesmas tendo como referência a ordem social – valor, status. Entretanto, uma definição mais moderna compreende a carreira como “um processo de desenvolvimento de um empregado ao longo de um caminho de experiências e trabalhos em uma ou mais organizações” Baruch e Rosenstein (1992 apud Baruch, 2004). Ainda segundo o autor, embora as carreiras sejam de “propriedade” dos indivíduos, as pessoas que estão empregadas terão suas carreiras planejadas e administradas pelas organizações. No passado a carreira era vista como sendo de responsabilidade do indivíduo, depois o foco mudou do indivíduo para a organização e a partir de 2000, a tendência é dos indivíduos serem responsabilizados cada vez mais por suas carreira. CHANLAT (1995) considera que as carreiras profissionais tendem a ser menos lineares como uma decorrência das transformações que vem passando as organizações, implicando na construção de carreiras profissionais menos convencionais. COCHRAN (2003) ao realizar uma revisão de literatura sobre trajetórias de carreira indica, entre outros aspectos, a existência de poucos estudos empíricos identificando as trajetórias de carreira e, também, que os estudos sobre mobilidade de carreira, estrutura e padrões sugerem que é possível identificar tendências sistemáticas nas trajetórias de carreira. Neste sentido, segundo a autora, é importante incorporar a concepção de Schein sobre âncoras de carreira, funcionando como sinalizadoras para os caminhos a serem seguidos, ao longo da trajetória profissional, pois estão envolvidos os aspectos vinculados ao autoconhecimento, aos conhecimentos sobre o mundo do trabalho e a capacidade de resolver problemas que são competências importantes para o desenvolvimento das carreiras profissionais. O conceito de âncora de carreira desenvolvido por Edgard Schein na década de 60, foi empiricamente identificado através de um estudo longitudinal com alunos e posteriormente profissionais sendo observadas mudanças nos eixos das carreiras, em virtude dos valores inerentes a cada fase de vida. Pode-se considerar como aspectos vinculados às âncoras de carreira – competência técnico-profissional; dedicação; gerência de pessoas; autonomia, segurança, empreendedorismo, desafio e estilo de vida. Schein considera âncora de carreira, em termos da auto-imagem da pessoa, dos valores, podendo ser considerada um conjunto de valores e talentos que direcionam as escolhas profissionais, e são modificados ao longo vida dos indivíduos com implicações diretas no desenvolvimento das carreiras profissionais. Objetivos - Compreender os processos que envolvem a construção de carreiras profissionais visando a proporcionar informações que possam auxiliar no aconselhamento de carreira e nos programas de desenvolvimento de carreira. De forma específica pretendeu-se: a) Identificar os valores e as

estratégias que conformam as âncoras de carreira adotadas pelas pessoas nas suas trajetórias profissionais; b) Identificar a relação entre os objetivos de vida, valores e o desenvolvimento de carreira dos participantes do estudo. Método - o desenho do estudo foi de corte transversal, sendo a investigação de natureza descritiva através da análise quantitativa dos fenômenos. Considerando os objetivos propostos, o estudo foi estruturado em uma única etapa. Participantes - foram 206 profissionais de nível superior que cursavam Pós-graduação em Salvador-Ba, sendo 42,6% do sexo masculino e 57,6% do feminino, a faixa etária predominante foi 26 a 35 anos (49%). Instrumentos - Questionário auto-aplicado - caracterização pessoal; formação escolar; trajetória profissional, valores pessoais e profissionais; inventário sobre âncora de carreira (Schein). Coleta de dados – foi realizada em Cursos de Pós-Graduação com a concordância dos participantes. através do preenchimento do Termo de Consentimento Informado. Análise de dados - de natureza quantitativa, incluiu a categorização das variáveis do estudo, a construção do banco de dados utilizando o programa SPSS e a construção de mapas cognitivos sobre as principais concepções sobre carreira profissional. Principais Resultados as “âncoras de carreira” predominantes neste grupo foram: Estilo de Vida (4,5), Busca de Desafio (4,1) e Competência Técnica (3,9). Quanto a construção das suas “carreiras profissionais”, os participantes atribuíram: a) a escolhas profissionais e pessoais ao longo da vida; b) a investimentos nas habilidades e competências. Sobre as trajetórias profissionais na atualidade, a tendência foi a de considerar, prioritariamente, a influência das características pessoais, seguida dos desafios do mercado de trabalho. Conclusão Observa-se que apesar dos profissionais estarem ancorando as suas carreiras na busca da “competência técnica” e do “enfrentamento de desafios”, a “qualidade de vida” é a grande preocupação deste segmento de profissionais. Finalmente, deve-se salientar a visão que as características pessoais são fundamentais tanto na escolha quanto no desenvolvimento das carreiras profissionais na atualidade.

**Palavras-chaves:** Carreiras Profissionais; Âncoras de Carreira, Desenvolvimento profissional

**Atividade: ESTUDO CORRELACIONAL ENTRE BEM &#8211;ESTAR NO TRABALHO E CONFIANÇA DO EMPREGADO NA ORGANIZAÇÃO (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: ESTUDO CORRELACIONAL ENTRE BEM &#8211;ESTAR NO TRABALHO E CONFIANÇA DO EMPREGADO NA ORGANIZAÇÃO**

**Autor(es):** Áurea de Fátima Oliveira, Polyana Araújo Martins

**Resumo:** Este estudo pretende investigar as relações existentes entre Bem-estar no trabalho composto por três dimensões: Envolvimento com o trabalho, Satisfação no trabalho e comprometimento organizacional afetivo e a Confiança do empregado na organização, um construto multidimensional cujas dimensões são Promoção do Crescimento do empregado, Solidez Organizacional, Normas Relativas à Demissão de Empregados, Reconhecimento Financeiro e Padrões Éticos. A amostra foi composta por 144 funcionários de duas empresas privadas de Uberlândia- MG , sendo 50% do sexo feminino e maioria com ensino superior incompleto(30,6%) e completo (27,1%) que responderam a um instrumento contendo as escalas de medidas dos construtos bem como dados pessoais e organizacionais. O percentual de empregados das empresas corresponde, respectivamente, a 61,8% e 38,2% da amostra. A análise dos dados foi realizada através do pacote estatístico SPSS versão 12.0, por meio de estatísticas descritivas, correlações de Pearson e cálculo do Alpha de Cronbach. Os índices de precisão das escalas variaram de 0,75 a 0,92, predominando índices de 0,80. Os resultados mostraram correlações significativas e positivas em relação às dimensões de confiança do empregado na organização com coeficientes variando de 0,26 a 0,80, exceto no caso normas relativas à demissão que apresenta relação negativa com todas as outras variáveis. As relações entre as dimensões de bem-estar no trabalho também revelaram correlações positivas e significativas com índices variando de 0,24 a 0,71. Por sua vez, as correlações entre comprometimento afetivo e confiança variaram de -0,37 (normas de demissão) a 0,73, destacando-se a associação entre afetos que o empregado nutre pela organização e os padrões éticos, a promoção do crescimento do empregado e o reconhecimento financeiro. Envolvimento

com o trabalho apresenta correlação moderada (0,50) com padrões éticos, sendo os demais coeficientes de menor intensidade. Também nesse caso, normas de demissão se relacionam de forma negativa indicando que ausência de normas claras e conhecidas pelos empregados é uma variável que pode afetar negativamente o envolvimento do empregado com a organização, ou seja, o quanto o empregado se dedica ao trabalho. Normas de demissão também se relacionam de forma negativa com as dimensões de satisfação no trabalho (colegas, salário, chefia, tarefas e promoção). Por outro lado, os maiores coeficientes de correlação associados à satisfação no trabalho são atribuídos, sequencialmente, as dimensões de promoção do crescimento do empregado, reconhecimento financeiro da organização e padrões éticos. Os menores coeficientes estão relacionados à solidez econômica da organização. Nesse estudo, as correlações sugerem que a confiança que o empregado deposita em sua organização se vincula a vivência de bem-estar no trabalho focalizando aspectos diretamente ligados ao trabalhador, permanecendo com menor destaque aspectos da organização como a sua solidez no mercado. As relações entre confiança e bem-estar no trabalho são complexas, pois a combinação de afeto positivo em relação à organização, satisfação e envolvimento com o trabalho juntamente com a confiança plena atribuída à organização poderiam gerar benefícios tanto para os empregados quanto para os empregadores, o que conduz a hipótese de saúde em seu sentido mais amplo para os colaboradores e de melhor produtividade e funcionamento das organizações, o que poderá ser investigado em outros estudos, a partir da inserção de novas variáveis bem como do uso de técnicas estatísticas avançadas.

**Palavras-chaves:** Bem-Estar no Trabalho, Confiança do Empregado na Organização, Estudo correlacional

**Atividade: IMPACTO DOS VALORES ORGANIZACIONAIS E DA CONFIANÇA DO EMPREGADO NA ORGANIZAÇÃO NO BEM-ESTAR NO TRABALHO (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: IMPACTO DOS VALORES ORGANIZACIONAIS E DA CONFIANÇA DO EMPREGADO NA ORGANIZAÇÃO NO BEM-ESTAR NO TRABALHO**

**Autor(es):** Áurea de Fátima Oliveira, Polyana Araújo Martins

**Resumo:** As mudanças na estrutura e funcionamento das organizações podem ter um impacto na saúde e no bem-estar dos seus empregados e na própria efetividade da organização. Essa perspectiva tem levado os pesquisadores do Comportamento Organizacional a buscar entender como propiciar o bem-estar dos indivíduos. Grande parte da trajetória do conceito de bem-estar dentro da psicologia foi nos domínios da psiquiatria e da gerontologia. Mais recentemente foi proposto o conceito de bem-estar no trabalho cuja base encontra-se na Psicologia Positiva focalizando o funcionamento psicológico positivo em contraposição a uma visão anterior que buscava compreender aspectos negativos tais sofrimento, estresse, dentre outros. No contexto de trabalho um nível elevado de bem-estar seria vivenciado por trabalhadores que relatassem satisfação, envolvimento com o trabalho e a manutenção de compromisso afetivo com sua organização de trabalho. Considerando a recentidade do conceito bem como a necessidade de se conhecer os fatores que poderiam afetar a vivência de bem-estar no trabalho, este estudo teve por objetivo investigar a influência dos valores organizacionais e da confiança do empregado na organização enquanto possíveis preditores dessa variável. A amostra foi composta por 178 trabalhadores de organizações privadas da Região do Triângulo Mineiro, sendo 53% do sexo masculino com maior percentual possuindo o curso superior completo (39%). Os participantes responderam a um instrumento contendo as escalas de medidas dos construtos: valores organizacionais, confiança, satisfação no trabalho, comprometimento afetivo e envolvimento com o trabalho. Destas somente as duas últimas são unifatoriais. O teste do modelo foi realizado através de regressões múltiplas, método stepwise, no programa SPSS versão 12. Os resultados mostraram que, para comprometimento afetivo foram retidas no modelo 5 variáveis, sendo o principal preditor a confiança do empregado na promoção de seu crescimento. A variável dependente envolvimento com o trabalho foi explicada por um conjunto de preditores, destacando-se a confiança nos padrões éticos. Em relação às dimensões de satisfação no

trabalho, especificamente satisfação com a natureza do trabalho e com o salário, o maior percentual de explicação origina-se na confiança no reconhecimento financeiro organizacional. Satisfação com as promoções recebidas tem entre seus preditores também a confiança do empregado na promoção do crescimento e satisfação com a chefia é explicada, principalmente, pelos valores relativos à realização. Satisfação com os colegas teve como único preditor confiança nos padrões éticos da organização. Os componentes de bem-estar no trabalho possuem preditores distintos, porém, neste estudo os maiores percentuais de explicação foram atribuídos à confiança que o empregado deposita na organização. Os dados sugerem que os determinantes de bem-estar são complexos e requerem investigações futuras.

**Palavras-chaves:** valores organizacionais, confiança do empregado, Bem-estar no trabalho

**Atividade: ANTECEDENTES DE COMPROMETIMENTO ORGANIZACIONAL AFETIVO: CONFIANÇA DO EMPREGADO NA ORGANIZAÇÃO E VALORES ORGANIZACIONAIS (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: ANTECEDENTES DE COMPROMETIMENTO ORGANIZACIONAL AFETIVO: CONFIANÇA DO EMPREGADO NA ORGANIZAÇÃO E VALORES ORGANIZACIONAIS**

**Autor(es):** Polyana Araújo Martins, Áurea de Fátima Oliveira

**Resumo:** As pesquisas em comportamento organizacional têm investigado comprometimento organizacional afetivo com frequência buscando identificar seus principais preditores. Estudos que contemplam o papel dos valores organizacionais constam na literatura, entretanto, a investigação dessa variável e da confiança do empregado em sua organização de trabalho em relação ao comprometimento afetivo ainda carece de elucidaciones. A partir dessas considerações, o presente estudo teve por objetivo um modelo em que valores organizacionais e confiança do empregado se constituem nos antecedentes de comprometimento afetivo. A amostra foi composta por 144 funcionários de duas empresas privadas de Uberlândia- MG. Em relação ao grau de instrução, 57% dos participantes possuem até terceiro grau completo e foram representados em proporções iguais na variável sexo. Todos responderam a um instrumento contendo as escalas de medidas dos construtos: valores organizacionais, confiança do empregado na organização e comprometimento organizacional afetivo. Todas as medidas foram validadas previamente e destas somente a última é unifatorial. A análise dos dados foi realizada através do Programa SPSS versão 12.0 por meio de estatísticas descritivas, cálculo do Alpha de Cronbach e análise de regressão múltipla padrão. Os resultados mostraram que com exceção das dimensões domínio e tradição dos valores organizacionais e confiança nas normas relativas à demissão de empregados, os índices de precisão são satisfatórios, acima de 0,73. Em média os coeficientes variam em torno de 0,80. Para alcançar o objetivo deste estudo foi calculada uma análise de regressão múltipla padrão tendo como variável dependente comprometimento afetivo e variáveis independentes as dimensões de valores organizacionais e confiança do empregado. O resultado obtido explicou 57% da variância ( $R^2$  ajustado = 0,571). Do conjunto das variáveis independentes ofereceram contribuições significativas os valores de conformidade (&#946; negativo), prestígio e preocupação com a coletividade e confiança na promoção do crescimento do empregado. A posição de destaque da organização no mercado, o respeito e admiração que provoca e o cuidado em promover valor como justiça e igualdade na organização mantêm uma relação positiva com comprometimento enquanto valores que enfatizam normas, padrões de comportamentos se relacionam de maneira inversa. Por outro lado, promoção do crescimento do empregado na organização se relaciona de maneira positiva com os sentimentos que o empregado nutre por sua organização (orgulho, contentamento, animação). As conseqüências do comprometimento Organizacional Afetivo, por exemplo, podem implicar em menor intenção de rotatividade além da sua possível relação com desempenho do empregado. Todavia, outros estudos deverão ser realizados para dar maior consistência a esses achados, visto que esses resultados são provenientes de uma investigação exploratória.

**Palavras-chaves:** Confiança do Empregado na Organização, Valores Organizacionais, Comprometimento Afetivo



**Atividade: Construção e Validação de um Instrumento de Medida de Percepção de Efetividade Organizacional: estudos preliminares (Paineis)**

**Trabalho:** crenças do empregado de que a organização que o emprega é capaz de gerenciar seus recursos internos de modo a se adaptar às influências externas e garantir sua sobrevivência.

**Autor(es):** Sinésio Gomide Júnior, Marília Nunes Fernandes, Franciely Nunes Rosa, Tatiana Pereira Atahyde Costa, Paulo Rogério Borges Garcia Ribeiro, Flávia Araújo de Souza, Amanda de Gouveia Figueira, Rodrigo Gomes Santana, Rômulo Ferreira Barale, Tiago Regis Cardoso Santos

**Resumo:** Efetividade organizacional é um dos temas de interesse central para as teorias da organização, sendo definida como a capacidade da organização em alcançar os objetivos a que se propõe. No entanto, uma das evoluções dos estudos de Efetividade Organizacional foi o reconhecimento da influência do ambiente externo à organização e de sua interdependência dinâmica, o que revelou uma nova perspectiva ao construto: a capacidade da organização de se adaptar às mudanças externas e internas. O objetivo deste estudo foi o de construir e validar um instrumento de medida de Percepção de Efetividade Organizacional. A partir de uma análise da literatura, foram identificadas três dimensões de efetividade organizacional: Meta de Produção (capacidade da organização de alcançar as metas de produção, num determinado período de tempo, em termos de quantidade e qualidade propostas), Estado Interno do Sistema (capacidade da organização de gerenciar os processos relacionados aos recursos humanos e materiais disponíveis que possibilitam o alcance das metas de produção) e Adaptação e Posicionamento de Recursos (capacidade da organização de gerenciar seus recursos internos de modo a se adaptar às influências externas e garantir sua sobrevivência). Assim, foram construídos 52 itens para abarcar as três dimensões. Na primeira fase do estudo 10 juízes (cinco professores doutores, dois professores mestres e três mestrandos), avaliaram a correspondência entre os itens e as dimensões propostas. Para a permanência do item no instrumento final foi utilizado como critério o grau de concordância entre os juízes de no mínimo 80%. Desta análise dos juízes, foi obtida uma versão preliminar da escala, em que 15 itens foram eliminados, permanecendo um total de 37 itens, que foram assim distribuídos: “Meta de Produção” ficou composta por 10 itens, “Estado Interno do Sistema” por 15 itens e, finalmente, “Adaptação e Posicionamento de Recursos” ficou com um total de 12 itens. Na segunda fase do estudo, o instrumento foi aplicado a 162 sujeitos de empresas públicas e privadas da região do Triângulo Mineiro (50,6% do gênero feminino, com escolaridade média de segundo grau completo e idade média de 31,91 anos). Submetidos à Análise dos Componentes Principais (autovalores superiores a 1,0 e cargas superiores a 0,40), os dados revelaram a provável existência de três fatores que congregaram, respectivamente, 12, 11 e 4 itens, revelando uma possível estruturação fatorial próxima das dimensões teóricas propostas. Com próximo passo para validação, o instrumento deverá ser submetido a mais, no mínimo, 208 sujeitos (mantendo-se as mesmas características dos já investigados); proceder-se-á à análise fatorial (PAF) e serão investigadas as confiabilidades (Alfa de Cronbach) dos fatores resultantes.

**Palavras-chaves:** Comportamento Organizacional, Efetividade Organizacional, Psicometria

**Atividade: Trabalho e Cidadania (Paineis)**

## **Trabalho:**Trabalho e Cidadania

**Autor(es):** Antonio Fábio Coelho Paz,Glícia Rodrigues Pinheiro,Cássio Adriano Braz de Aquino,Cristiane Alves Silveira,Victor Meneses de Arruda Carlos,Tatiana Alves Pereira Oliveira,Andressa Alencar Gondim,Viviane dos Santos Rocha,Maria Annelice Magalhães Torres,Débora Carvalho Fernandes,Clarissa de Fátima Nobre Carvalho,Leonardo Araújo Lima

**Resumo:** O trabalho tem grande relevância na construção da subjetividade, socialização dos indivíduos e no reconhecimento social. Todavia, tratando-se dos jovens, é o processo de inserção laboral que ganha um maior significado. Em nossa sociedade, o trabalho é visto como uma forma de independência financeira adquirida pelo indivíduo. No caso dos jovens, pontua-se também a independência em relação aos seus responsáveis. Essa emancipação começa com a inserção laboral desses jovens, porém, antes que eles possam entrar no mercado de trabalho é importante que estejam cientes de como se caracteriza esse mercado. No sentido de contribuir para a inclusão social desses jovens por meio da preparação para o trabalho, da preparação para a inserção laboral, enfatizando a situação atual do mercado laboral em nossa sociedade e, também, a fim de promover uma visão mais consciente e crítica desse jovem acerca do mundo do trabalho, o Núcleo de Psicologia do Trabalho/NUTRA (projeto de extensão cadastrado no Departamento de Psicologia desde 1994 que tem a missão de pensar a Psicologia Social do Trabalho enquanto disciplina científica e campo profissional, trazendo contribuições para a pesquisa, o ensino e a extensão, possibilitando a inserção dos conhecimentos no mercado sócio-laboral) da Universidade Federal do Ceará/UFC realizou, juntamente com Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo do Estado do Ceará (SETE) e o Sistema Nacional de Emprego/Instituto de Desenvolvimento Tecnológico (SINE/IDT), o projeto “Trabalho e Cidadania”. O projeto trabalhou com a realização de atividades de desenvolvimento psicossocial e orientação profissional, através de oficinas que contemplaram os seguintes temas: Identidade, Categorias Trabalho x Emprego, Organização Social e Cidadania, Organização comunitária como estratégia de enfrentamento, Entrevista profissional e elaboração de currículo. A metodologia utilizada foi o método psicossocial, que prevê um protagonismo dos saberes, onde a partir de um compromisso, reforçado pela vinculação afetiva do grupo, há a possibilidade de construção de espaços de aprendizado e troca de informações, com a ampliação dos conceitos para percepção da realidade e a produção de instrumentos e estratégias baseados no modo de vida do grupo. Foram realizadas oficinas com alunos do primeiro ano do Ensino Médio de uma escola pública de Fortaleza-CE (primeira fase) e com jovens que têm de 16 a 24 anos da comunidade do bairro Bom Jardim (segunda fase). A importância das oficinas de orientação reside na possibilidade dos indivíduos ressignificarem o trabalho, refletindo sobre os tipos de relações estabelecidas a partir da sua inserção laboral, demarcando a posição do indivíduo como um agente ativo e passivo nesse processo. Essas ações enriqueceram a concepção dos jovens acerca das constantes mudanças no mundo do trabalho, estabelecendo uma visão crítica dos seus processos de inserção laboral, apostando no poder da construção coletiva e da instituição de campos de diálogos como operações básicas para o desenvolvimento de uma sociedade mais plena, solidária e justa. A primeira fase do projeto aconteceu de agosto a setembro e, a segunda, de novembro a dezembro. Quanto às oficinas realizadas, concluímos que seu desenvolvimento foi proveitoso tendo em vista a assiduidade e participação dos jovens envolvidos. Na primeira fase as discussões suscitaram conteúdos relativos à postura dos alunos frente à escola, dificuldades referentes ao mercado laboral, investimento na carreira profissional, entre outros. No trabalho

realizado no Bairro Bom Jardim, além das temáticas trabalhadas na primeira fase foram enfocados aspectos referentes ao mapeamento das tendências produtivas da comunidade, desenvolvimento comunitário e possíveis estratégias de enfrentamento para as mudanças do mundo laboral. Através de alguns depoimentos dos alunos como forma de avaliação do trabalho realizado, confirmamos o saldo positivo do mesmo: "... aprendi bastante, eu nunca tinha tirado um tempinho das minhas horas vagas pra debater assuntos com alguém", "... de uma pequena palavra, fizemos um diálogo muito importante. E, aqui, fico muito orgulhoso por tudo isso", "nesses encontros aprendi mais sobre como funciona o mercado de trabalho", "...aprendi também que posso mais do pensava antes..."

**Palavras-chaves:** Psicologia Social do Trabalho, Trabalho, Cidadania, Método Psicossocial

**Atividade:** AS DIFICULDADES NO TRABALHO REALIZADO PELA CENTRAL DE TELEATENDIMENTO DE UMA COMPANHIA DE ENERGIA ELÉTRICA (Paineis)

**Trabalho:** A CENTRAL DE TELEATENDIMENTO DE UMA COMPANHIA DE ENERGIA ELÉTRICA: DIFICULDADES DO TRABALHO E DO TRABALHADOR

**Autor(es):** Ana Rafaela Soares Barbosa, Polliana de Jesus Salvador Santos, Melinda Torres Barros Ferreira, Bruna Gomes Galvão Coelho

**Resumo:** Este trabalho refere-se a uma prática da disciplina de Psicologia Organizacional, na qual desenvolveu-se uma pesquisa na companhia de energia elétrica, focalizando o trabalho dos funcionários da central de teleatendimento. O interesse desse estudo foi desencadeado pelo conhecimento da queda dessa companhia, em todos os índices, na Pesquisa de Satisfação do Cliente Residencial, desenvolvida em Abril de 2006. E esses índices: facilidade para entrar em contato; rapidez no atendimento ao cliente; tempo até ser atendido; conhecimento dos funcionários que atendem; clareza das informações dadas pelos funcionários que atendem; educação dos funcionários que atendem; prazo para a realização dos serviços; solução definitiva dos problemas; cumprimento dos prazos para solução de problemas; nos anos anteriores situavam essa companhia como destaque no âmbito nacional. As Centrais de Teleatendimento são unidades compostas por estruturas físicas específicas e de pessoal, que tem por objetivo centralizar o recebimento de ligações telefônicas, distribuindo-as automaticamente aos atendentes, possibilitando o atendimento do solicitante pela Companhia. Esta atividade passou a ser padronizada após uma Resolução de 12 de Abril de 2004. Dessa forma, entendendo a relevância que este setor representa por estabelecer um elo de ligação entre o cliente e a empresa, pretendeu-se identificar as principais dificuldades existentes para o desenvolvimento do trabalho e do trabalhador, a fim de propor possíveis intervenções, tendo em vista a necessidade de melhorar os índices apresentados. Os métodos utilizados foram observação e entrevistas semi-estruturadas, com 08 (oito) funcionários, dos cinco turnos. As observações do dia-a-dia de trabalho da companhia foram realizadas durante as visitas que duraram de 20 (vinte) minutos a 1 (uma) hora. Após essas visitas foram aplicados questionários. A partir da análise das respostas pode-se identificar que a maior dificuldade encontrada neste setor para o desenvolvimento de suas atividades está diretamente relacionada à Gestão, em função da ênfase das dificuldades colocada na falta de comunicação entre os diversos setores da companhia. O atendente não recebe informações sobre a solução dos serviços que ele encaminhou para as equipes na rua, a única coisa que ele sabe é que a solicitação desapareceu do sistema. Sentem-se excluídos dentro da empresa devido a baixa remuneração, falta de benefícios, dificuldades de comunicação com a gerência e demais setores da empresa. Estas dificuldades afetam significativamente a relação dos tele-atendentes com a empresa, sendo outra dificuldade apontada por eles enquanto trabalhador, que é o sentimento de que são excluídos, na condição de terceirizados. Por outro lado, o fator que sustenta os tele-atendentes na companhia é o vínculo de amizade existente entre eles. Como proposta de intervenção sugere-se que seja feito um trabalho junto a gerência para maior integração da equipe de teleatendimento com as

demais equipes de atendimento ao cliente da Companhia, como as equipes da rua, as Gerências comerciais e operacionais. Uma outra proposta seria a atualização do sistema utilizado, para que os teleatendentes tenham maiores informações sobre como anda a solicitação, tornando o feedback ao usuário mais fidedigno, assim como permitindo um acompanhamento do trabalho realizado pela Gerência.

**Palavras-chaves:** Teleatendimento, Condições de Trabalho, Gestão de Equipes

**Atividade: Poder organizacional e vivências de prazer e sofrimento no trabalho (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Poder organizacional e vivências de prazer e sofrimento no trabalho

**Autor(es):** Zuleide Oliveira Feitosa, MARIA DAS GRAÇAS TORRES DA PAZ

**Resumo:** O presente estudo teve como objetivo principal relacionar as variáveis configurações de poder organizacional e vivências de prazer e sofrimento no trabalho. Adotando-se a definição de poder como a capacidade de afetar a dinâmica e os resultados organizacionais, seis configurações de poder foram consideradas: Autocracia – o poder é centrado na cúpula da organização, Instrumento – o poder é de influenciadores que estão fora da organização; Missionária – o poder é da ideologia organizacional; Meritocracia – o poder é dos especialistas; Autônoma – o poder é dos membros da organização, especialmente dos seus administradores; Arena Política – o poder é difuso em decorrência de crises da organização. O prazer e o sofrimento são definidos por meio de quatro indicadores: Gratificação – sentimento de satisfação, realização, orgulho e identificação com o trabalho; Liberdade – sentimento de estar livre para pensar, organizar e falar sobre o trabalho; Desgaste – sentimento de que o trabalho causa estresse, sobrecarga, tensão emocional, ansiedade, frustração; Desqualificação – receio de não conseguir atender às expectativas relacionadas à competência profissional, exigências de produtividade e pressões no trabalho. As escalas de configurações de poder organizacional, de cinco pontos (0 a 4) e de Prazer e sofrimento no trabalho, de cinco pontos (1 a 5), validadas estatisticamente, foram aplicadas a 60 funcionários de uma empresa pública, que responderam aos instrumentos baseados em suas percepções. Os resultados obtidos revelaram que: a configuração de poder característica da organização é a missionária (média = 2,21), mas caminhando para uma configuração autônoma (média = 2,04); as vivências de prazer são mais intensas que as de sofrimento (Liberdade: média = 4,00, Gratificação: média = 3,3, Desgaste: média = 2,5, Desqualificação: média = 2,1); houve correlações positivas significativas entre: a) as configurações instrumento, meritocrática e arena política e as vivências de desqualificação e desgaste; b) a configuração missionária e as vivências de liberdade e gratificação; houve correlações negativas significativas entre: a) a configuração arena política e as vivências de liberdade e gratificação; b) a configuração meritocrática e as vivências de liberdade; c) a configuração autocrática e as vivências de gratificação; d) a configuração missionária e as vivências de desqualificação e desgaste. Os resultados são discutidos à luz da teoria do poder organizacional de Mintzberg e da aborgagem psicodinâmica. Ter uma base de poder não é o suficiente, o indivíduo deve agir de modo a se tornar um influenciador, investindo energia, e usando a base de poder de modo inteligente e com elevada habilidade política. Portanto, é preciso saber usá-la e querer usá-la com sabedoria. O uso das bases de poder requer um olhar atento sobre os canais (meios e sistemas de influências) através destes, o poder pode ser exercido de modo eficaz e constituir os mecanismos capazes de afetar os resultados organizacionais. Considerando que a cultura serve de guia para a construção de sentido e movimento para a ação, as três configurações de poder identificadas não apontaram indícios de sofrimento na organização, levando a crer que o setor estudado pode estar vivendo um momento de harmonia cultural. Adverte-se que esta realidade descrita através dos resultados pode não ser aplicável à organização na sua totalidade. Os resultados da pesquisa se restringiram à amostra estudada.

**Palavras-chaves:** Configurações de Poder, trabalho

**Atividade: A NATUREZA E INTENSIDADE DO COMPROMETIMENTO COM A ORGANIZAÇÃO: um Estudo entre Trabalhadores da Agroindústria no Baixo Médio São Francisco (Paineis)**

**Trabalho:** A NATUREZA E INTENSIDADE DO COMPROMETIMENTO COM A ORGANIZAÇÃO: um Estudo entre Trabalhadores da Agroindústria no Baixo Médio São Francisco

**Autor(es):** Fabíola Marinho Costa, Antonio Virgílio Bittencourt Bastos

**Resumo:** Os estudos sobre comprometimento no trabalho sempre se detiveram em investigar os setores secundário e terciário da economia. Pode-se afirmar que o corpo de conhecimento produzido acerca desse tema foi construído a partir da experiência com trabalhadores industriais e de serviços, pertencentes a grandes organizações, localizadas em centros urbanos de médio e grande porte. Movida pela necessidade de ampliar a compreensão de como se estruturam os vínculos do trabalhador com o seu contexto de trabalho, a pesquisa relatada voltou-se para a inclusão de trabalhadores rurais, tendo escolhido uma área em que profundas alterações (tecnológicas e organizacionais) estão reconfigurando o padrão de exploração agrária no nordeste brasileiro – as empresas do segmento da fruticultura irrigada do Baixo Médio São Francisco, no semi-árido dos Estados da Bahia e de Pernambuco. Foi adotado como referencial teórico o conceito de comprometimento organizacional, desenvolvido por Allen e Meyer, o qual aborda três diferentes bases psicológicas: afetiva – apego com a organização; instrumental – custos associados a deixar a organização; e normativo – sentimentos de obrigação em permanecer à organização. Considerando a sobreposição entre as bases afetiva e normativa, foram investigadas as bases afetiva e instrumental. Dessa forma, trabalhou-se em uma perspectiva multidimensional, explorando como diferentes processos psicológicos embasam o vínculo do trabalhador com a organização. A presente comunicação faz um recorte de um estudo mais amplo, tendo como objetivos: descrever os níveis de comprometimento dos trabalhadores relativos aos elementos afetivos e instrumentais como bases para relação com a organização empregadora; e identificar padrões de comprometimento do trabalhador com a organização, frente às bases afetiva e instrumental. Trata-se de um estudo extensivo de corte transversal, em 32 organizações agroindustriais de médio e grande porte do pólo Juazeiro/Petrolina, que produzem, sobretudo, manga e uva para exportação. A pesquisa envolveu uma amostra de 919 trabalhadores, constituída, predominantemente, por homens (66,5%), pessoas casadas (57,4%), jovens (59,9% tinham até 30 anos), com pouca escolaridade (81,1% não completaram o ensino médio), que realizam atividades de campo (64,8%). Utilizou-se um questionário contendo escalas já validadas de comprometimento, aplicados mediante entrevistas estruturadas, no local de trabalho e no horário do expediente. A análise dos dados foi realizada com o auxílio de um programa estatístico, incluindo análises descritivas, de variância, de contingência, assim como procedimentos de cluster analysis para identificar padrões. Entre os resultados mais importantes, constatam-se níveis elevados de comprometimento organizacional, tanto na base afetiva ( $X = 5,30$ ;  $Dp = 1,34$ ) quanto instrumental ( $X = 5,22$ ;  $Dp = 1,16$ ). Foram identificados quatro padrões de comprometimento que agrupam trabalhadores com perfis diferentes quanto ao peso das duas bases investigadas. No grupo 1 – duplo comprometimento elevado, encontramos 29,5% da amostra; no grupo 2 – moderado comprometimento afetivo e elevado comprometimento instrumental estão 31,4% dos participantes; o grupo 3 – elevado comprometimento afetivo e baixo comprometimento instrumental tem a menor participação, com 16,6% dos casos; finalmente, o grupo 4 – baixo comprometimento afetivo e moderado comprometimento instrumental conta com 22,5% dos trabalhadores. Devido aos elevados escores de comprometimento, a análise de cluster não configurou um grupo com baixo comprometimento nas duas bases simultaneamente, o que diferencia a amostra estudada de outras de trabalhadores urbanos e industriais em que tal padrão se encontra presente. A identificação dos quatro padrões de comprometimento corrobora estudos que demonstram a possibilidade dos indivíduos se comprometerem com a organização, a partir de diferentes bases do comprometimento. Os grupos 1 e 2 apontam para a coexistência de fortes vínculos afetivo e instrumental, demonstrando a compatibilidade desses entre 60,9% dos trabalhadores. Já entre 39,1% dos entrevistados, pode se observar um conflito, tendo uma base com níveis elevados ou moderados de comprometimento e a outra com baixos níveis. Portanto, a utilização de padrões

como unidade de análise, com duas bases de comprometimento, simultaneamente, viabiliza uma maior aproximação da complexidade natural do ser humano, minimizando a fragmentação característica de muitos estudos da área. Procurou-se avançar, também, no sentido de identificar variáveis pessoais ou contextuais que podem estar associadas aos distintos padrões de comprometimento. A descrição desses fatores mostrou-se importante para apontar as diferenciações entre os grupos com distintos padrões de comprometimento. Os resultados desta pesquisa reforçam a relação entre comprometimento e variáveis como estado civil, idade e tempo de serviço na organização. Tais achados fortalecem, adicionalmente, a relevância de se tratar o comprometimento como um fenômeno multidimensional, visando à compreensão dos vínculos dos indivíduos com variados aspectos do trabalho de uma maneira mais complexa. Finalmente, coloca-se a necessidade de levantar hipóteses para os elevados escores de comprometimento que predominaram entre os trabalhadores das organizações agroindustriais estudadas.

**Palavras-chaves:** Comprometimento organizacional, Padrões de comprometimento, Trabalhadores rurais, Organizações agrícolas

**Atividade:** Alinhavando Sonhos / Construindo Realidades – Uma Proposta de Inclusão (Experiências em Debate)

**Trabalho:** Alinhavando Sonhos / Construindo Realidades – Uma Proposta de Inclusão

**Autor(es):** Maria de Fátima de Sena e Silva, Mabel Melo Sousa, Clarissa de Fátima Nobre Carvalho

**Resumo:** O Projeto 'Alinhavando Sonhos / Construindo Realidades – um resgate da criatividade e da cultura para a geração de trabalho e renda entre mães chefes de famílias oriundas de comunidades de Fortaleza e Horizonte' é uma ação do Núcleo de Psicologia do Trabalho – NUTRA, financiado pelo Programa Nacional de Promoção da Inclusão Produtiva de Jovens- PNUD/MDS/BRA/05/028. O NUTRA é um Programa de Extensão cadastrado no Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará desde 1994 que tem a missão de pensar a Psicologia Social do Trabalho enquanto disciplina científica e campo profissional, através da construção teórica e metodológica, trazendo contribuições para a pesquisa, o ensino e a extensão. Entre os objetivos que perseguimos está o desenvolvimento de uma consciência política e cidadã, comprometida com a realidade social e com a nossa qualidade de vida. Ao contrário dos discursos que corroboram que trabalhar é uma atividade humana sem valor em si e que se configura como um meio para finalidades de lucro e de consumo, nossas matrizes teóricas e filosóficas fundamentam-se na compreensão de que esta é a condição mediatizadora pela qual se realiza o processo de hominização, humanização e, portanto, de construção do sujeito. Apropriamo-nos desta categoria como fator de construção da subjetividade humana, entendendo a sua importância para a identidade, socialização e reconhecimento dos indivíduos. Todavia, quando falamos especificamente de populações com maior vulnerabilidade social, é o processo de inserção laboral que ganha significado especial. Ressaltamos assim a importância da criação de oficinas de orientação e rodas de conversas onde é possibilitado aos indivíduos ressignificarem suas relações laborais, refletirem sobre seus sentidos, sobre os tipos de vínculos que estabelecem no trabalho, relativizando a questão das escolhas, das posições polares de agente ativo e passivo, servindo-se do diálogo como fator de conscientização e fortalecimento da condição de sujeito coletivo. Acreditamos que nossas ações têm como finalidade o progressivo e consistente enriquecimento dos modos de existir das pessoas no mundo, apostando, para isso, no poder da construção grupal e da instituição de campos de diálogos como operações basilares para a construção de estratégias de enfrentamento na luta por uma sociedade mais plena, solidária e justa. A proposta que, ora, apresentamos é voltada à profissionalização de mães chefes de família dentro da perspectiva de geração de trabalho e renda por meio da instrumentalização das mesmas para o mercado de trabalho e para a resposta social. Nossa meta é facilitar o exercício da cidadania e da independência financeira das mulheres envolvidas e assim, melhorar a sua qualidade de vida e das suas famílias. É no sentido de contribuir para a

promoção da inclusão produtiva, que estamos trabalhando com dois grupos de mulheres vinculadas ao bolsa-família, de 18 a 30 anos, sendo um localizado no município de Fortaleza/Ce e outro, em uma comunidade quilombola no município de Horizonte/Ce, prevendo-se 50 mulheres diretamente beneficiadas. Utilizamos a metodologia psicossocial que prevê um protagonismo dos saberes, onde a partir de um compromisso afetivo há a possibilidade de construção de espaços de troca e aprendizado, com a ampliação dos conceitos para percepção da realidade e a produção de estratégias baseadas no modo de vida do grupo. Esse modelo é consolidado a partir do desenvolvimento da participação, da organização grupal e do exercício de uma consciência crítica. Dessa forma, surge um movimento de investigação constante e coletiva, cujos membros são do lugar onde o grupo se estabelece e da academia (profissionais e estudantes), havendo a promoção de uma participação que se instala em todos os segmentos envolvidos. Vale destacar que a metodologia psicossocial não é só mais uma elaboração teórica a ser somada a outras tantas, é um movimento de aproximação de dois pólos que, por muito tempo, estiveram separados, com a valorização de ambos indistintamente. É um movimento que se funda na construção de teorias e na certeza de que a humanidade merece ser exaltada e defendida em sua dignidade e em seus direitos, além de estar sendo compreendida como dona e construtora de sua própria história e das formas de superar os obstáculos. Os pontos fundamentais do modelo são: inserção e familiarização; estabelecimento de contrato, dos objetivos e formas de execução; desenvolvimento participativo e avaliação final. Durante 10 meses, serão realizadas oficinas de desenvolvimento e crescimento pessoal, sexualidade, drogas e redução de danos, resgate da identidade cultural, customização, modelagem e corte e costura, trabalho com retalhos, pinturas em tecidos, cooperativismo, economia popular e solidária, objetivando a implantação de um Brechó Social voltado para a comercialização de roupas usadas e customizadas, o que contribuirá para a posterior sustentabilidade das beneficiadas e do projeto. Na fase atual, estamos realizando oficinas de Sensibilização para a Autogestão e Cooperação (40 hs), iniciamos os cursos de modelagem e corte e costura (80 hs), os encontros mensais de Desenvolvimento e Crescimento Pessoal e preparando a I Feira de Exposição dos Trabalhos.

**Palavras-chaves:** trabalho, mulheres, inclusão social produtiva

**Atividade: Estresse Ocupacional e Vivências de Prazer e Sofrimento no Trabalho: o teste de um modelo para comportamentos de Civismo Organizacional. (Paineis)**

**Trabalho:** Estresse Ocupacional e Vivências de Prazer e Sofrimento no Trabalho: o teste de um modelo para comportamentos de Civismo Organizacional.

**Autor(es):** Cíntia Pereira Alves, Sinésio Gomide Júnior

**Resumo:** Civismo Organizacional é caracterizado por atos espontâneos, praticados pelos trabalhadores, que beneficiam a organização como um todo e que possibilitam uma forma particular de manifestação que não presume uma retribuição formal. O trabalhador, quando percebe seu ambiente de trabalho como uma ameaça à sua saúde física e mental e à sua realização pessoal e profissional, vivencia o que se denomina Estresse Ocupacional, uma vez que a interação do indivíduo com o trabalho fica prejudicada. Devido a isso, as relações entre estresse e trabalho constituem, além de preocupações sociais, um interesse econômico, pois o trabalhador só exercerá bem o seu trabalho se estiver mentalmente saudável e integrado ao sistema produtivo. De acordo com os estudos sobre prazer e sofrimento no trabalho e suas inter-relações no ambiente organizacional, o estresse ocupacional adquire fundamental importância no conhecimento sobre qualidade, saúde e bem estar do indivíduo no trabalho. Quando o indivíduo vê seu trabalho como fonte de prazer, sente uma vontade maior de continuar produzindo e vê na sua atividade a oportunidade de crescer como sujeito psíquico e social. Ou seja, quando o trabalhador é valorizado e reconhecido e seu trabalho é flexível, então o prazer é vivenciado. Mas o trabalho, quando fica doloroso e penoso, quando favorece a centralização de informações, a rigidez hierárquica, a falta de reconhecimento e o individualismo entre colegas, pode levar o indivíduo ao sofrimento. A literatura nacional e internacional têm identificado o trabalho de tele-

atendimento como uma das maiores fontes de estresse e descontentamento devido tanto as pressões inerentes ao trabalho por produtividade quanto pela pressão de chefias e gerentes. Conforme pesquisas recentes, este é também um trabalho com grandes índices de absenteísmo e rotatividade. O grande desafio gerencial, portanto, seria encontrar maneiras de aumentar o comprometimento e as ações pró-ativas dos empregados. Para testar a hipótese de que vivências de prazer e sofrimento no trabalho e estresse ocupacional podem desincentivar as ações pró-ativas dos empregados em tele-atendimento, este trabalho teve como objetivo testar um modelo para civismo organizacional (instrumento de medida validado com cinco fatores: sugestões criativas ao sistema, proteção ao sistema; criação de clima favorável, autotreinamento e cooperação com colegas) que previa como antecedentes os quatro fatores de vivências de prazer e sofrimento no trabalho (instrumento validado com quatro fatores. Dois para prazer – realização e liberdade; e dois para sofrimento – desgaste e desvalorização) e estresse ocupacional (instrumento unifatorial). O questionário, contendo os instrumentos de medida para os quatro constructos, foi respondido por 168 trabalhadores em tele-atendimento em empresas da cidade de Uberlândia (MG), com idades entre 17 e 39 anos, grau de instrução médio em segundo grau completo, sendo 68% do gênero feminino. Para o alcance do objetivo proposto, cinco análises de regressão lineares (método Stepwise) foram executadas, uma para cada fator de civismo organizacional. Assim, para Sugestões Criativas ao Sistema, foram retidos os fatores Liberdade, Realização (fatores de vivências de prazer no trabalho) –  $R^2 = 0,165$ ;  $\beta = 0,419$  e  $p < 0,01$ ;  $R^2 = 0,023$ ;  $\beta = 0,186$  e  $p < 0,01$ ;  $R^2 = 0,023$ ;  $\beta = 0,191$  e  $p < 0,01$ , respectivamente. Para Proteção ao Sistema, foram retidos apenas um fator de sofrimento (Desvalorização:  $R^2 = 0,023$ ;  $\beta = 0,186$  e  $p < 0,01$ ;) e um fator de prazer (Liberdade:  $R^2 = 0,044$ ;  $\beta = 0,212$  e  $p < 0,01$ ). Já para o terceiro fator de civismo (Criação de Clima Favorável) foram retidos também apenas um fator de prazer (Realização:  $R^2 = 0,237$ ;  $\beta = 0,391$  e  $p < 0,01$ ;) e um fator de sofrimento (Desgaste:  $R^2 = 0,044$ ;  $\beta = 0,212$  e  $p < 0,01$ ), enquanto para o quarto fator – Autotreinamento – apenas o fator Realização foi retido pelo modelo ( $R^2 = 0,062$ ;  $\beta = 0,249$  e  $p < 0,01$ ). O quinto fator de civismo (Cooperação com Colegas) só foi explicado pelo fator de prazer – Liberdade – que foi retido explicando 7,1% do constructo ( $R^2 = 0,071$ ;  $\beta = 0,267$  e  $p < 0,01$ ). Embora as explicações propiciadas pelos fatores retidos em todos os modelos encontrados sejam pouco elucidativas porque pequenas, os autores acreditam que este estudo representou avanços para o conhecimento na área, principalmente quando alavanca novas questões a serem abordadas por novos estudos. Os autores sugerem, a guisa de agenda de pesquisa, estudos que busquem determinar os antecedentes das vivências de prazer, sofrimento e estresse no trabalho.

**Palavras-chaves:** Comportamento Organizacional, Tele-atendimento, Civismo Organizacional

**Atividade:** Estresse Ocupacional: o teste de um modelo explicativo.  
(Painéis)

**Trabalho:** Estresse Ocupacional: o teste de um modelo explicativo.

**Autor(es):** Cíntia Pereira Alves, Sinésio Gomide Júnior

**Resumo:** O trabalhador, quando percebe seu ambiente de trabalho como uma ameaça à sua saúde física e mental e à sua realização pessoal e profissional, vivencia o que se denomina Estresse Ocupacional, uma vez que a interação do indivíduo com o trabalho fica prejudicada. Devido a isso, as relações entre estresse e trabalho constituem, além de preocupações sociais, um interesse econômico, pois o trabalhador só exercerá bem o seu trabalho se estiver mentalmente saudável e integrado ao sistema produtivo. De acordo com os estudos sobre prazer e sofrimento no trabalho e suas inter-relações no ambiente organizacional, o estresse ocupacional adquire fundamental importância no conhecimento sobre qualidade, saúde e bem estar do indivíduo no trabalho. Quando o indivíduo vê seu trabalho como fonte de prazer, sente uma vontade maior de continuar produzindo e vê na sua atividade a oportunidade de crescer como sujeito psíquico e social. Ou seja, quando o trabalhador é valorizado e reconhecido e seu trabalho é flexível, então o prazer é vivenciado. Mas o trabalho, quando fica doloroso e penoso, quando favorece a centralização de informações, a rigidez hierárquica, a falta de reconhecimento



e o individualismo entre colegas, pode levar o indivíduo ao sofrimento. Comprometimento Organizacional Calculativo caracteriza-se pela necessidade do trabalhador em permanecer na organização, o que pode ocorrer pela falta de outras alternativas de emprego ou pela crença que o trabalhador tem de que seu investimento na organização foi maior que o retorno dela para com ele. A literatura nacional e internacional têm identificado o trabalho de tele-atendimento como uma das maiores fontes de estresse e descontentamento devido tanto as pressões inerentes ao trabalho por produtividade quanto pela pressão de chefias e gerentes. Conforme pesquisas recentes, este é também um trabalho com grandes índices de absenteísmo e rotatividade. O grande desafio gerencial, portanto, identificar os fatores que determinam o estresse destes trabalhadores com o objetivo de minimizá-los. Assim, este trabalho teve como objetivo testar um modelo para estresse ocupacional (instrumento unifatorial) que previa como antecedentes os quatro fatores de vivências de prazer e sofrimento no trabalho (instrumento validado com quatro fatores. Dois para prazer – realização e liberdade; e dois para sofrimento – desgaste e desvalorização) e os quatro fatores de comprometimento organizacional calculativo (perdas sociais, perdas de investimentos, perda de retribuições e perdas profissionais). O questionário, contendo os instrumentos de medida para os quatro constructos, foi respondido por 168 trabalhadores em tele-atendimento em empresas da cidade de Uberlândia (MG), com idades entre 17 e 39 anos, grau de instrução médio em segundo grau completo, sendo 68% do gênero feminino. Para o alcance do objetivo proposto, uma análise de regressão linear (método Stepwise) foi executada. Os resultados apontaram que apenas três fatores da escala de prazer e sofrimento no trabalho foram retidos pelo modelo: Liberdade ( $R^2 = 0,364$ ;  $\beta = -0,484$  e  $p = 0,01$ ), Desgaste ( $R^2 = 0,146$ ;  $\beta = 0,279$  e  $p = 0,01$ ) e Desvalorização ( $R^2 = 0,023$ ;  $\beta = 0,193$  e  $p = 0,01$ ). O modelo final (composto pelos três fatores retidos) explicou 53% da variância do construto ( $R^2 = 0,533$ ;  $p = 0,01$ ). Este trabalho parece demonstrar que vivências subjetivas dos trabalhadores em tele-atendimento podem ter um importante impacto em seu estresse cotidiano. Contudo, novos estudos devem ser feitos no sentido de fortalecer estas evidências.

**Palavras-chaves:** Comportamento Organizacional, Tele-atendimento, Estresse Ocupacional

**Atividade:** IMPACTO DAS BASES DE PODER DO SUPERVISOR NO CONFLITO SUPERVISOR-SUBORDINADO.  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** IMPACTO DAS BASES DE PODER DO SUPERVISOR NO CONFLITO SUPERVISOR-SUBORDINADO

**Autor(es):** Maria do Carmo Fernandes Martins, Patrícia Carneiro de Resende, Daniel Gonçalves Cury, Danielle Mundim de Oliveira, Gisele de Andrade Mendes, Flávia Miranda Oliveira, Fernanda Cunha Silva, Liliane Ochoa Castro, Marisa Amorim Silva, Arthur Siqueira de Sene, Fábria Tunísia Alves Xavier, Sinésio Gomide Júnior

**Resumo:** A maioria das pesquisas empíricas sobre conflito focalizou os conflitos intragrupais. Houve na literatura uma falta de atenção no que se refere ao conflito supervisor-subordinado. Sendo assim, o objetivo desse trabalho foi o de investigar se as bases de poder utilizadas pelo supervisor interfere no surgimento do conflito entre este e o seu subordinado. Conflito supervisor-subordinado refere-se a desacordos ou diferenças vivenciadas entre o supervisor e o

seu subordinado. Dentro dessa relação, dois tipos de conflitos podem ser estabelecidos: o conflito de tarefa e o de relacionamento. O conflito de tarefa diz respeito a desacordos sobre o conteúdo das tarefas que estão sendo executadas. Já o conflito de relacionamento é entendido como incompatibilidades interpessoais, que inclui tipicamente tensão, animosidade e contrariedade. Os estudos sobre as bases de poder do supervisor apresentam cinco bases como as mais importantes, poder coercitivo, poder de recompensa, poder legítimo, poder de perícia, poder de referência. O poder coercitivo baseia-se na percepção do subordinado que o supervisor tem habilidade para puni-lo caso ele falhe ou não aceite sua influência. Poder de recompensa se estabelece na percepção do subordinado que o supervisor poderá recompensá-lo pelos seus comportamentos desejáveis. Poder legítimo é oriundo da crença que subordinado tem a respeito do direito que o seu supervisor possui em determinar e controlar seu comportamento. O poder de perícia refere-se à crença que subordinado tem na experiência, no conhecimento de seu supervisor em determinada área. Já o poder de referência está ligado à atração e à identificação interpessoal do subordinado com seu supervisor devido a sua admiração ou ligação pessoal com o mesmo. Porém, alguns estudos consideram as bases de referência e perícia como indicadora de um único fator, modelo este empregado no presente estudo. Para realização dessa pesquisa, foram investigados 92 trabalhadores de diferentes empresas da cidade de Uberlândia, a maioria (60%) do sexo masculino, com média de idade de 30 anos e escolaridade variando entre ensino fundamental completo e pós-graduação, sendo que 33% desses sujeitos possuíam ensino superior incompleto e ocupavam em sua maioria cargos operacionais (74%). Vale ressaltar que esses trabalhadores estavam há mais de três meses respondendo ao mesmo chefe. Para medir as variáveis desse estudo, foi utilizada a Escala de Conflito Supervisor-subordinado, que avalia, a partir da percepção do subordinado, dois fatores, o conflito de relacionamento (5 itens,  $\alpha = 0,82$ ) e o conflito de tarefa (4 itens,  $\alpha = 0,89$ ); e a Escala de Bases de Poder do Supervisor, que é composta por 19 frases que descrevem 4 fatores: poder de perícia/referência (6 itens;  $\alpha = 0,84$ ), poder legítimo (6 itens;  $\alpha = 0,85$ ), poder de coerção (3 itens;  $\alpha = 0,85$ ) e poder de recompensa (4 itens;  $\alpha = 0,81$ ). Os dados foram analisados no SPSS e submetidos a cálculos descritivos e análise de regressão linear múltipla padrão. Os resultados revelaram que conflito de relacionamento foi predito em 11,6% pelas bases de poder de recompensa e coerção ( $R^2 = 0,116$ ;  $F(2,89) = 5,811$ ;  $p = 0,004$ ) sendo que poder de recompensa predisse inversamente 7,4% do conflito de relacionamento ( $R^2 = 0,074$ ,  $Beta = -0,29$ ,  $t = -2,90$ ,  $p < 0,01$ ) e poder de coerção predisse diretamente 4,2% ( $Beta = 0,20$ ,  $t = 2,04$ ,  $p < 0,05$ ) deste tipo de conflito ( $R^2 = 0,042$ ). No que se refere ao conflito de tarefa, os achados demonstraram que bases de recompensa, de coerção e de perícia/referência predisseram 22,3% de sua variância ( $R^2 = 0,223$ ;  $F(3,88) = 8,416$ ;  $p < 0,01$ ), sendo que a base de poder de recompensa predisse negativamente este conflito, ( $R^2 = 0,15$ ,  $Beta = -0,24$ ,  $t = -2,18$ ,  $p < 0,05$ ) e perícia/referência predisse negativamente 3,8% da variância total ( $R^2 = 0,038$ ,  $Beta = -0,28$ ,  $t = -2,47$ ,  $p < 0,05$ ). Já a base de poder de coerção predisse positivamente ( $R^2 = 0,037$ ,  $Beta = 0,20$ ,  $t = 2,03$ ,  $p < 0,05$ ) conflito de tarefa, ou seja, quanto maior a percepção do subordinado da base de poder de coerção, maior é o conflito de tarefa entre ele e o seu chefe. Através desse estudo pode-se perceber a influência das bases de poder na promoção de conflitos. Literatura da área revela papel positivo e negativo da base de coerção, vez que, por relacionar-se diretamente com conflito de tarefas, pode trazer resultados negativos como a transformação deste em conflito de relacionamento ou positivo, quando leva a discussões mais aprofundadas sobre as tarefas realizadas, podendo promover, nestes casos, melhoria nos resultados organizacionais. Já os estudos sobre base de poder de recompensa ainda se encontram inconclusivos na literatura, porém, neste estudo ela se mostrou como uma preditora de conflito de tarefa, de modo que, quanto mais o subordinado percebe a base de recompensa, menor será o conflito de tarefa por ele experimentado. Entretanto outros estudos se fazem necessários para confirmar esses achados, uma vez que, na literatura pesquisada não foram encontrados estudos que relacionassem essas variáveis.

**Palavras-chaves:** bases de poder do supervisor, conflito supervisor-subordinado, bases de poder social, conflitos no trabalho

**Atividade: Carreiras Profissionais “sem-fronteiras”.**  
**(Paineis)**

**Trabalho:** Carreiras Profissionais “sem-fronteiras”. Um estudo com professores universitários.

**Autor(es):** Fagner Ferreira Santana, Sonia Regina Pereira Fernandes

**Resumo:** RESUMOSANTANA, Fagner<sup>1</sup> e FERNANDES, Sônia Regina<sup>2</sup>. Com as mudanças ocorridas na sociedade nos últimos anos e seus impactos nos modelos organizacionais, nas oportunidades de emprego oferecidas à sociedade, os indivíduos depararam-se com um novo desafio - administrar suas trajetórias profissionais para participarem e ajustarem-se às novas demandas da sociedade. Assim, alguns autores (VALQUARESMA e LOURENÇO, 2006) acreditam que a identidade profissional não se atrela mais à questão do emprego formal. Na contemporaneidade, os atributos pessoais – qualidades e habilidades – tornaram-se grandes ‘fontes geradoras’ de desenvolvimento profissional, onde uma boa formação acadêmica e um bom know-how, já não são mais sinônimos de empregabilidade. Com a diferenciação entre emprego e trabalho, as carreiras profissionais passaram a ser vistas sob o aspecto do comprometimento com a atividade laborativa atrelada às questões de desenvolvimento de habilidades pessoais. Assim, a literatura aponta modalidades de carreiras profissionais baseadas sob a forma de “espirais” e “zigue-zagues” para caracterizar a relação de trabalho entre o indivíduo e a sociedade, (EVANS, 1996). O termo “identificação com o trabalho” torna-se a característica marcante do modelo de carreira profissional existente e dessa forma, as carreiras “sem-fronteiras” assumem um destaque importante nas relações laborativas. Carreira “sem-fronteiras” (LACOMBE, 2005), é um termo que surge na década de 90, visando caracterizar as trajetórias ocupacionais baseadas fundamentalmente no desenvolvimento pessoal e na busca da auto-realização através do trabalho, apresentando implicações entre o indivíduo e sua trajetória profissional validando sob sua responsabilidade seu planejamento, construção e desenvolvimento. Objetivos: Analisar os fatores que contribuem para a formação de carreiras profissionais “sem-fronteiras”, de forma específica, identificando as características da carreira do professor universitário e a sua similaridade com a denominada carreira “sem-fronteira”. Método: A partir dos objetivos propostos, utilizou-se um estudo exploratório, descritivo natureza transversal. Participantes: Participaram do estudo, 8 (oito) professores de cursos de pós-graduação em Universidades de Salvador-Ba, sendo 50% de instituição pública de ensino superior que tinham a titulação de Doutor e 50% de instituições privadas que haviam titulação de Mestre. Instrumento: Utilizou-se um instrumento auto-aplicável dividido em duas partes: a primeira continha perguntas referentes à dados sócio-demográficos (sexo, idade e formação acadêmica) e a segunda parte continha perguntas referentes à caracterização profissional (contrato de trabalho, vínculo e carga horária, principais atividades semanais e fatores que contribuíram para o desenvolvimento da atual carreira profissional). Posteriormente, realizou-se uma entrevista semi-dirigida composta de quatro perguntas que tiveram como finalidade identificar as principais motivações e construções da carreira profissional além da concepção que tinham, os participantes, sobre o tema. Coleta de Dados: Foi solicitada a participação mediante a apresentação dos objetivos do estudo e da assinatura do termo de consentimento informado. No uso da entrevista semi-dirigida, os participantes expressaram suas opiniões que foram registradas. Análise dos Dados: Análise descritiva, a partir da tabulação dos dados do questionário e da entrevista. Principais Resultados: Todos os participantes da instituição pública apresentaram idade superior aos 41 anos, enquanto que os das instituições privadas apresentaram idade compreendida entre 20 e 51 anos. Percebeu-se que os professores de instituição pública dedicavam-se integralmente à atividade acadêmica, ao desenvolvimento de pesquisas, enquanto que aos participantes das instituições privadas a carga horária variava entre o tempo parcial de dedicação e trabalhos pontuais, como o ensino em pós-graduação, com a inserção em outros contextos de trabalho, envolvendo consultorias e outros serviços, além do ensino. Conclusão: Dessa forma, os dados não caracterizam a carreira profissional como carreiras “sem-fronteiras”, visto que as práticas profissionais em distintos contextos são guiadas mais pela “complementação salarial” do que por escolhas autônomas. É possível indicar a tendência à precarização da carreira destes profissionais do que a construção de carreiras “sem-fronteiras” conforme preconizado na literatura.

**Palavras-chaves:** Carreiras profissionais, Professores de ensino superior, Carreiras “sem-fronteiras”.

**Atividade: O SIGNIFICADO DO TRABALHO PARA OS TRABALHADORES DO PÓLO JUAZEIRO – PETROLINA: (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: O SIGNIFICADO DO TRABALHO PARA OS TRABALHADORES DO PÓLO JUAZEIRO – PETROLINA:**

**Autor(es):** Antonio Virgilio Bittencourt Bastos, Marianna Luiza Alves Soares

**Resumo:** O significado do trabalho é um construto multifacetado, que inclui a centralidade – crença geral sobre o valor do trabalho na vida de uma pessoa -, as normas sociais - direitos e deveres do trabalhador -, e os resultados e produtos valorizados – motivação e satisfação do trabalhador em relação à atividade que desempenha, à organização e aos colegas de trabalho. Investigar o significado do trabalho ajuda-nos a entender como o trabalhador está construindo os seus vínculos com o seu contexto de trabalho ainda pouco investigado - agroindústria da fruta no semi-árido nordestino, em um momento de profundas alterações nos formatos organizacionais, nas políticas e práticas de gestão de pessoas. O objetivo deste estudo foi o de aprofundar a compreensão do significado do trabalho em um pequeno grupo de trabalhadores rurais que já haviam participado de um estudo extensivo e quantitativo sobre o mesmo tema. Assim, buscou-se recuperar a trajetória de vida de cada participante, explorando a centralidade que o trabalho assume em suas vidas, quais os valores imbricados nele e as metas e objetivos que esses trabalhadores têm em relação ao seu trabalho. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com 35 trabalhadores rurais, 30 homens e 5 mulheres, de idades variadas, de três empresas da agro-indústria de Petrolina. As entrevistas foram realizadas no próprio local de trabalho dos sujeitos, gravadas e transcritas posteriormente. As entrevistas foram baseadas em um roteiro semi-estruturado com temas referentes à história de vida dos trabalhadores, trajetórias escolares e ocupacionais, a relação com o trabalho e as perspectivas de futuro dos mesmos. A análise dos dados ocorreu de forma qualitativa, através da leitura exaustiva das entrevistas transcritas e da análise individual do discurso de cada trabalhador. Durante toda a análise foi investigado o que o trabalho representa para cada trabalhador através dos argumentos e das justificativas utilizados ao falar sobre cada temática de sua vida. Posteriormente, as falas dos sujeitos foram categorizadas e agrupadas de acordo com cada temática. Os principais resultados indicam que apesar da diversidade de cada caso, alguns traços comuns apontam histórias de migração para várias cidades e a vinda para Petrolina pelas oportunidades de emprego; baixa escolarização (apenas dois entrevistados haviam concluído o ensino médio) decorrente da necessidade de trabalhar; as transições mais positivas na vida dos sujeitos estiveram relacionadas à família e ao trabalho e as mais negativas à morte de familiar, e problemas financeiros; a família foi vista pelos sujeitos como central em suas vidas, corroborando o índice de centralidade, obtido na etapa quantitativa da pesquisa; o trabalho também ocupa lugar de grande importância na vida e a sua busca determina em grande medida as trajetórias de vida, muitas vezes desde idade precoce. O significado do trabalho apresenta elementos contraditórios para os trabalhadores, visto que é negativo por ser árduo e de baixa remuneração, mas é também desejável e fonte de ‘orgulho’ pelo que representa, socialmente, ter assegurado um emprego em região com tamanha desigualdade social. Confrontados com outras diferentes ocupações, os participantes do estudo, no geral, escolhem atividades profissionais diferentes da que exercem atualmente, sinalizando que os fatores negativos associados ao trabalho atual levam a desejar outros trabalhos com melhores condições (remuneração, carga de trabalho mais leve etc). Há, no entanto, a consciência de que tais trabalhos não são acessíveis a eles pela falta de escolaridade. O estudo permite, assim, compreender uma dimensão importante do que significa ser trabalhador rural naquele contexto produtivo, abrindo possibilidade de se compreender melhor os vínculos que este trabalhador estabelece com a sua organização e o trabalho que executam.

**Palavras-chaves:** Significado do trabalho, Trabalhadores rurais, Análise Qualitativa

**Atividade: Stress ocupacional em servidores de uma organização do Poder Judiciário do Distrito Federal. (Paineis)**

**Trabalho:** Stress ocupacional em servidores de uma organização do Poder Judiciário do Distrito Federal.

**Autor(es):** Rogério Rodrigues da Silva

**Resumo:** Este estudo investiga o nível de stress ocupacional entre servidores de uma grande organização pública do Poder Judiciário sediada no Distrito Federal. Para isso, o stress é definido como uma reação complexa, composta de alterações psicofisiológicas que ocorrem quando o indivíduo é forçado a enfrentar situações que ultrapassem sua habilidade de enfrentamento. O stress ocupacional pode estar relacionado a uma demanda do ambiente, a uma característica do indivíduo, ou a uma interação entre indivíduo e ambiente, ou seja, uma complexidade que pode envolver tanto características organizacionais, quanto pessoais. Se os estressores ocupacionais - fatores intrínsecos ao trabalho, papéis estressores, relações no trabalho, desempenho na carreira, estrutura e cultura organizacional - persistirem e se os sujeitos perceberem seu enfrentamento como insuficientes poderão, então, produzir reações de stress psicológico, físico e de conduta e, desta maneira, afetando a produtividade no trabalho e podendo conduzir eventualmente a doenças e ao absenteísmo. Para fins desta pesquisa damos uma ênfase apenas aos três primeiros grupos de estressores, avaliados a partir das variáveis demanda no trabalho, controle no trabalho e apoio social. Demanda no trabalho é a pressão de natureza psicológica, seja ela qualitativa ou quantitativa para a realização do trabalho. Controle no trabalho é a possibilidade do trabalhador utilizar suas habilidades intelectuais para a realização de seu trabalho. Apoio social se refere aos níveis de interação social, existentes no trabalho, tanto com os colegas quanto com os chefes. Foi aplicada a escala de stress no trabalho composta por 17 itens, do tipo likert (1 a 4 pontos), cujos valores de consistência interna variam de 0,69 a 0,86. Participaram 265 servidores, sendo 131 homens e 134 mulheres. A média de idade foi de 39,245 (DP=8,895). Os sujeitos foram selecionados utilizando o método de amostra aleatória estratificada com porcentagem fixa de 10% de elementos para cada unidade da organização. Os resultados obtidos apontaram para vivências moderadas de demanda (média = 2,293 e dp= 0,554) e controle no trabalho (média = 2,242 e dp = 0,536) e ótimas relações sócio-profissionais (média = 1,489 e dp= 0,488). Fazendo uma análise de regressão observou-se que a demanda está diretamente relacionada ao fator apoio social e inversamente ao tempo de serviço na organização, indicando que aqueles que são mais novos na organização sentirão uma pressão maior no trabalho que os mais antigos. Já o controle no trabalho está diretamente relacionado com o apoio social recebido no trabalho e o apoio social está diretamente relacionado com a demanda e com o controle no trabalho. Os dados apontam ainda que não haja diferenças significativas na percepção de todos os fatores entre homens e mulheres, ou seja, a variável gênero parece não ser uma variável significativa para os fatores investigados. Todavia no que tange à pressão e ao controle no trabalho foram observadas diferenças significativas entre gerentes e não gerentes, ou seja, o fato de estar como gerente ou não afeta a pressão sobre o trabalho e a possibilidade de aplicar suas habilidades técnicas. Quando cruzamos gerência com gênero foi observado que os homens gerentes têm o mesmo controle no trabalho e o mesmo nível de apoio social que os homens não-gerentes, indicando que o fator de estar como gerente é importante apenas para a questão da pressão sobre o trabalho. Já as mulheres gerentes percebem demanda e controle sobre o trabalho maiores que as mulheres não gerentes. Assim, de maneira geral, pode ser dito que o nível de stress é moderado entre os servidores, todavia os trabalhos de manejo de stress devem estar voltados principalmente aos não gerentes, com uma ênfase maior às mulheres, pois, para a questão do controle no trabalho, são os que menos têm autonomia e possibilidade de aplicar suas competências no trabalho, o que pode ser bastante prejudicial para o indivíduo e também para a organização. Pesquisas futuras poderão ser realizadas combinando outros instrumentos de coleta de dados, bem como outras variáveis individuais - por exemplo, locus de controle, comportamento tipo A (pessoas competitivas, impacientes, agressivas), auto-estima; as prioridades axiológicas do indivíduo - e também organizacionais - por exemplo, clima organizacional, relações de poder, estrutura hierárquica - a fim de verificar outros estressores não aqui investigados e propor ações mais efetivas para de manejo de stress nesses servidores.

**Palavras-chaves:** stress ocupacional, servidores públicos, Poder Judiciário

**Atividade: PERFIL DE PERSONALIDADE DE MOTORISTAS ATRAVÉS DA TÉCNICA DE ZULLIGER**  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** PERFIL DE PERSONALIDADE DE MOTORISTAS ATRAVÉS DA TÉCNICA DE ZULLIGER

**Autor(es):** Maria de Fátima dos Santos Neves

**Resumo:** Este estudo analisa as características da personalidade do motorista de ônibus urbano da Região Metropolitana do Recife, com vistas a desenhar um perfil, adotando-se a Técnica de Zulliger. A população foi composta de motoristas de Empresas do Sistema de Transporte, com faixa etária de 25 a 55 anos e experiência profissional de 3 anos. A Técnica de Zulliger (Z-Teste, forma coletiva, Vaz, 1998), foi aplicada em noventa e dois motoristas divididos em dois grupos: quarenta e seis que apresentaram registros de transgressão (G1) e quarenta e seis sem os referidos registros (G2). A apreciação comparativa dos dados coletados foi realizada mediante análise correlacional e para o levantamento do perfil consideraram-se as variáveis: capacidade produtiva e desempenho; aspiração, percepção de conjunto, senso de organização e discernimento; senso de objetividade e praticidade (gosto pelo concreto); controle geral sobre os impulsos e reações afetivo-emocionais; criatividade e espontaneidade; flexibilidade e capacidade de adaptação; e o relacionamento interpessoal. Para a diferença de médias foi utilizado o t-Teste; e para as correlações a Correlação de Pearson. Em todos os casos o nível de aceitação foi de  $p \leq 0.05$ . No estudo de correlação, considerou-se a integração dinâmica dos dados. O perfil encontrado aponta: (1) Desempenho e capacidade produtiva (R)  $G1 = 5,66$  e  $G2 = 5,49$ , ambos se encontram dentro dos limites do grupo ocupacional; (2) Percepção de conjunto, senso de organização e nível de aspiração (G)  $G1 = 28,57\%$  e  $G2 = 36,41\%$  com aspiração e criatividade acima da média; (3) Senso de objetividade e praticidade (Gosto pelo Concreto) (D),  $G1 = 56,39\%$  e  $G2 = 49,86\%$ , sendo que o  $G2$  se encontra acima da média, demonstrando rigorosidade e exigência no modo de perceber o mundo; (4) Controle geral sobre os impulsos e reações afetivo-emocionais (F%)  $G1 = 72,6\%$  e  $G2 = 62,54\%$ , sinalizando controle racional rígido e elevado; (5) Funcionamento claro e coerente do pensamento lógico (F+)  $G1 = 70,31\%$  e  $G2 = 60,4\%$ ; (6) Impulsividade e dinamismo (FM)  $G1 = 7,1\%$  e  $G2 = 10,03\%$ , pode indicar iniciativa e competitividade adequadas; (7) Espontaneidade e criatividade (M)  $G1 = 0,43$  e  $G2 = 0,54$ , ou seja, menos de uma resposta por protocolo, o que indica que ambos os grupos encontram-se comprometidos quanto à adaptação ao meio externo e na capacidade de empatia e expressão da criatividade; (8) Relacionamento Interpessoal (H + Hd) com dificuldades – cautela – abaixo da média geral e específica,  $G1 = 13,5\%$  e  $G2 = 13,0\%$ ; e a capacidade de adaptação e flexibilidade (A + Ad)  $G1 = 49,24\%$  e  $G2 = 46,21\%$ . Palavras-chave: ; ; ;

**Palavras-chaves:** Perfil de motoristas, Motorista e saúde mental, Personalidade de motoristas, motoristas de ônibus

**Atividade: CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA MORAL COMO DANO MORAL**  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA MORAL COMO DANO MORAL - Desafios para o psicólogo jurídico

**Autor(es):** Rosane Maria Souza e Silva

**Resumo:** Também denominada de assédio moral, violência psicológica, terrorismo psicológico ou psicoterror laboral, a violência moral no trabalho consiste em qualquer comportamento, palavras, atos, gestos e escritos, dirigida a superiores, pares ou subordinados, que denuncie repetitiva perseguição que possa gerar danos à saúde física, psíquica e moral da vítima. Atos de violência isolados podem ocorrer em qualquer relação de trabalho, entretanto, repetições desses atos só podem ocorrer se a organização responder com cumplicidade ou negligência diante da violência. Processos judiciais por violência moral no trabalho exigem do trabalhador a

comprovação de uma ação ou omissão voluntária do empregador; a ocorrência de um dano e, finalmente, o nexo de causalidade entre o dano e o comportamento do agente. A ação ou omissão voluntária é o primeiro elemento indispensável à configuração do ato ilícito e, para a devida responsabilização do empregador pela ocorrência do ato ilícito e direito à indenização ao empregado, é necessária a comprovação do dano patrimonial ou moral. A ocorrência de um dano e a configuração da prova, nas situações de violência moral constituem-se no 'calcanhar de Aquiles' das ações de indenização em geral e particularmente do assédio moral, pois, como lembram os estudos sobre o fenômeno, a perversão fascina e geralmente as testemunhas tomam o partido do perverso. O nexo de causalidade é atribuído quando se estabelece, através de provas periciais, a relação inequívoca entre o dano e o comportamento do agente (o empregador). A configuração jurídica do assédio moral como dano moral, exige a comprovação, por parte do trabalhador, dos prejuízos físicos ou psíquicos. Tal situação implica em longas horas dedicadas a visitas a profissionais de saúde para obter relatórios, perícias médicas e psicológicas, audiências prolongadas e adiadas, processos que correm anos a fio sem uma resolução. O dano psíquico ou psicológico, constitui, uma modalidade do dano moral e caracteriza-se como uma patologia por deterioração, disfunção e distúrbios nas áreas afetivas e intelectivas, limitando a capacidade de gozo individual, familiar e social. Trata-se de um prejuízo emocional capaz de resultar em comprometimento das funções psíquicas, de forma súbita e inesperada, surgida após um evento traumático, gerado por uma ação deliberada ou culposa de alguém e que traz para a vítima um prejuízo material ou moral decorrente da limitação de suas atividades habituais e laborativas. Nesse sentido, o dano psíquico deve, obrigatoriamente, guardar uma relação causa-efeito incontestável e os psicólogos da área jurídica devem caracterizar de forma clara sua quantificação e qualificação, ou seja detectar a quantidade do dano e que tipo de transtorno psíquico dele decorreu. O dano psíquico diferencia-se dos Transtornos ou Doenças Mentais, uma vez que estes, ainda que também resultem em alteração das funções psíquicas, teriam sua origem em causas naturais e biológicas, não podendo ser atribuídos, exclusivamente, a alguma injúria emocional, embora possam ser agravados por ela. Do ponto de vista da avaliação para fins de elaboração de laudos periciais, o diagnóstico do dano psíquico resultante de violência moral, implica no julgamento do prejuízo na performance do trabalhador decorrente de alteração mórbida de alguma esfera psíquica que nunca existira antes do ocorrido; uma causa ou evento relevante, diretamente relacionado e a partir do qual a alteração mórbida da esfera psíquica passou a existir; um diagnóstico de qual seria precisamente essa alteração psíquica mórbida, de acordo com Código Internacional de Doenças; e, por fim, a definição de um prognóstico do dano concretamente ruim, incapacitante e permanente. Entretanto, os critérios de avaliação do dano psíquico descrito acima são eminentemente pragmáticos e não contemplam uma avaliação mais detida e acurada, por parte do perito e do juiz, do 'sofrimento emocional' que resultou em transtornos emocionais que, embora possam ter sido transitórios e não incapacitantes, podem ter deixado cicatrizes emocionais perenes. Tais sofrimentos emocionais também podem ser ressarcidos, embora não atendam estritamente os critérios de definição enquanto dano psíquico. Estão aí incluídos as repercussões emocionais de temores e estresses prolongados, os sofrimentos próprios da violência moral, a perda da auto-estima, a sensação de insegurança e o medo persistente, dentre outros.

**Palavras-chaves:** Violência moral, Saúde e Trabalho, Psicologia Jurídica, Assédio moral

**Atividade:** O Contexto de Trabalho em um Órgão Público do Poder Judiciário sob a Ótica dos Servidores  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** O Contexto de Trabalho em um Órgão Público do Poder Judiciário sob a Ótica dos Servidores

**Autor(es):** Mário César Ferreira, Juliana Seidl, Angêla Ferreira, Rosemary Vargas

**Resumo:** Uma parceria entre o Grupo de Estudos e Pesquisa em Ergonomia Aplicada ao Setor

Público (Ergopublic) do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília e um Órgão Público do Poder Judiciário possibilitaram a realização de um trabalho de investigação científica. O principal objetivo deste trabalho foi mapear os principais indicadores críticos existentes na organização relativos às condições, à organização e às relações socioprofissionais de trabalho. Para operacionalizar este objetivo, a Escala de Avaliação do Contexto de Trabalho – EACT (α=0,93) que compõe o “Inventário Sobre Trabalho e Riscos de Adoecimento – ITRA” foi aplicada em 1197 servidores do Órgão entre junho e julho de 2006. Tal escala é do tipo Likert de 5 pontos, sendo 1=nunca e 5=sempre. Participaram da pesquisa 731 trabalhadores (61%) cujo perfil demográfico pode ser caracterizado por um equilíbrio entre os gêneros feminino e masculino, um predomínio de servidores casados (60%), com nível de escolaridade “superior completo” (52%) e na faixa etária entre 41 e 45 anos (24%). Quanto às variáveis profissiográficas, observou-se que o tempo médio de lotação foi de até um ano e que há três gerações quanto ao tempo de trabalho na organização: até 5 anos, de 10 a 15 anos e de 20 a 25 anos. Foram identificados três parâmetros básicos de análise dos resultados: satisfatório – resultado positivo e produtor de bem-estar no trabalho; crítico – resultado mediano e potencializador de vivências de mal-estar no trabalho e risco de adoecimento e grave – resultado negativo e produtor de mal-estar no trabalho. De modo geral, os participantes avaliaram o “contexto de trabalho” de forma crítica (63%) e grave (12%) evidenciando a necessidade de providências imediatas a curto e médio prazos. Os aspectos avaliados pelos sujeitos como os mais problemáticos encontram-se relacionados à dimensão “organização do trabalho”. Há necessidade de mudanças imediatas no “ritmo de trabalho” e na “cobrança por resultados”. “Pressão temporal”, “pausas” e “normas” foram avaliadas de forma crítica e, por isso, também devem ser objeto de mudança. Com relação à dimensão “condições de trabalho”, os aspectos críticos (38%) que requerem mudanças a curto e médio prazos são, prioritariamente, o mobiliário dos locais de trabalho e, sobretudo, os postos de trabalho. A dimensão “relações socioprofissionais” é avaliada pelos participantes, se comparada com as demais, a menos problemática (ex.: distribuição justa de tarefas e apoio das chefias). Os aspectos relativos à “participação”, ao “individualismo” e riscos para o “bem-estar” são aqueles que exigem providências a curto e médio prazos. Os resultados obtidos representam uma “fotografia” sobre o contexto de trabalho deste Órgão do Poder Judiciário e fornecem os primeiros indícios sobre as representações que os servidores constroem sobre Qualidade de Vida no Trabalho. Os resultados possibilitaram estabelecer um conjunto de recomendações, visando aprimorar o ambiente de trabalho, e desenhar uma agenda para implementação de medidas a curto, médio e longo prazos.

**Palavras-chaves:** ergonomia, contexto de trabalho, serviço público do judiciário, qualidade de vida no trabalho

**Atividade: ANÁLISE DE FATORES DE ABSENTEÍSMO-DOENÇA (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Análise de Fatores de Absenteísmo-Doença

**Autor(es):** Laura Cândida Pedrosa Caldas

**Resumo:** ANÁLISE DE FATORES DE ABSENTEÍSMO-DOENÇA: PROJETO CHESF Este estudo piloto teve como objetivo geral identificar os fatores explicativos do absenteísmo-doença na CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco. Os objetivos específicos foram: (1) analisar o contexto de trabalho do Setor; (2) diagnosticar os fatores que geram absenteísmo-doença; e (3) identificar o significado do trabalho para os participantes. Foi utilizado como método a pesquisa-ação. Esta pesquisa foi realizada no período de março a junho de 2006, com 25 participantes, todos empregados lotados no setor do Correio Interno. Perfil da área participante: serviço melhor avaliado na Pesquisa de Clima Organizacional e a área com maior índice de absenteísmo-doença na CHESF. Numa população de 5.618 empregados, corresponde a 14% dos afastamentos com menos de 15 dias e 35% acima de 15 dias. Perfil dos participantes: faixa etária entre 40 e 55 anos, acima de 15 anos de empresa e nível de escolaridade: Fundamental e Médio Incompleto. Foram realizados 15 encontros e os temas abordados foram: (1) significado do trabalho; (2) satisfação e motivação no trabalho; ser reconhecido e valorizado no trabalho; (3) marketing pessoal e auto-estima; (4) relacionamento interpessoal e trabalho em equipe; (5)



dependência química e impacto no desempenho; (6) orçamento doméstico; (7) trabalho e família; (8) Saúde e Qualidade de Vida; (9) projeto de vida. Os resultados obtidos apontam que o ambiente de trabalho revelou-se em condições precárias quanto à estrutura física, equipamentos e mobiliários. Os fatores explicativos do absenteísmo-doença identificados foram: precarização dos postos de trabalho, condições sócio-culturais e econômicas inadequadas, fatores de personalidade e de doenças ocupacionais pré-existentes. Dentre as doenças evidenciam-se: doenças osteomusculares e transtornos comportamentais, além do uso excessivo de álcool. O significado do trabalho para os participantes denota aspectos negativos, mais especificamente em razão da desmotivação decorrente da percepção que têm sobre as suas atividades. Sentem-se desvalorizados por parte dos demais trabalhadores da Empresa e pouco reconhecidos. Outros resultados evidenciados na pesquisa apontam: redução de 39,49% do índice de Absenteísmo-doença e de 87% do índice de acidente de trabalho entre janeiro e junho de 2006, comparados com o mesmo período em 2005. Além destes resultados, 92% dos empregados do Setor participaram de todos os encontros e 100% realizaram o Exame Médico Periódico em 2006 (29% realizados em 2004 e 34% em 2005). Esta pesquisa-ação atendeu aos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) referente ao indicador: Público Interno, mais especificamente aos critérios: (1) valorização da diversidade; (2) cuidando da saúde, segurança e condições de trabalho; (3) políticas de benefícios.

**Palavras-chaves:** Absenteísmo-doença, Significado do trabalho, Saúde & Doença Ocupacional

**Atividade: AS LÓGICAS DE SUSTENTAÇÃO DO VOLUNTARIADO NAS RELAÇÕES CAPITAL-TRABALHO (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** AS LÓGICAS DE SUSTENTAÇÃO DO VOLUNTARIADO NAS RELAÇÕES CAPITAL-TRABALHO: A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE PERMITIDA.

**Autor(es):** Adriana Cristina Ferreira Caldana

**Resumo:** As constantes transformações no mundo do trabalho apresentam contradições, revelando modos diversos de constituição da subjetividade do trabalhador. Pode-se observar a intensa especialização do trabalhador que permanece nas organizações, continuamente pressionado pela competitividade e expectativas de manutenção no mercado de trabalho. Em contrapartida, aos trabalhadores excluídos do processo produtivo restam os trabalhos precários, informais, parciais e o desemprego. Diante desta diversidade de modalidades de contratos de trabalho, há ainda o crescimento da atividade voluntária, realizada tanto por parte dos trabalhadores desempregados, bem como por aqueles inseridos em organizações que possuem programas de voluntariado corporativo. A estratégia de estimular os trabalhadores da empresa a participarem de atividades voluntárias em instituições do Terceiro Setor foi o foco da análise deste trabalho, realizado na cidade de Ribeirão Preto, interior de São Paulo. Foram realizadas dezenove entrevistas, semi-estruturadas, com voluntários que atuam em instituições que prestam assistência a crianças com câncer, idosos e usuários de drogas e também em uma instituição voltada à educação ambiental. O referencial teórico-metodológico adotado neste trabalho permite a análise das relações Capital/Trabalho, em diferentes contextos de produção, e a das contradições presentes nos processos enfocados. As análises compararam os sentidos atribuídos e os principais eixos de identificação com a atividade voluntária, em dois diferentes contextos de realização: o primeiro é caracterizado pela busca espontânea de inserção em projetos sociais, em que a iniciativa de engajamento parte do próprio voluntário (não corporativo); enquanto o segundo é formado por voluntários que estão sendo estimulados pelas empresas nas quais trabalham a realizarem atividades voluntárias na comunidade (voluntário corporativo). A discussão dos dados sugere que a questão do voluntariado informa a respeito da construção de uma subjetividade permitida no contexto do capitalismo contemporâneo. Os relatos dos entrevistados na presente pesquisa mostraram, em diversos momentos, como a realização da atividade voluntária atua para aliviar tensões determinadas pelo sistema do Capital, sem, contudo, se contrapor ou alterar tal sistema. O intuito desta análise não é negar o trabalho voluntário, mas considerar que este é um modo permitido de construção da subjetividade, uma ação possível dentro da lógica do Capital. Mais do que discutir as práticas de responsabilidade

social das empresas, as contradições apontadas precisam ser refletidas e discutidas pelos diversos atores sociais. Essa discussão não deve se prender às abstrações imobilizadoras do Capital, pois precisa chegar ao questionamento do núcleo das desigualdades sociais: a questão do lucro e da acumulação de capitais. Para isso, deve-se investir na autonomia das ONGs e na superação de modelos assistencialistas e com ações demasiadamente focalizadoras, fortalecendo empreendimentos coletivos de economia solidária e movimentos sociais de base.

**Palavras-chaves:** trabalho, subjetividade, voluntariado, responsabilidade social empresarial, movimentos sociais

**Atividade: Reflexões sobre a precarização e a flexibilização temporal no contexto atual do trabalho Científicas) (Comunicações)**

**Trabalho:** O tempo como categoria privilegiada de análise da precarização e da flexibilização do trabalho

**Autor(es):** Iratan Bezerra Sabóia, Cássio Adriano Braz de Aquino

**Resumo:** Tomando historicamente o trabalho, percebe-se um progressivo controle deste enquanto atividade social. Se os povos mais antigos detinham um grande afrouxamento nas obrigações laborais, o sujeito inserido na sociedade pós-Revolução Industrial sentiu o forte peso do controle de sua produção. Esse fato ocorreu em função da mínima metrificação do tempo; se foi o ingresso da máquina a vapor que possibilitou o surgimento das grandes indústrias, a utilização do relógio nas fábricas permitiu a utopia da produção total, onde o controle máximo do tempo evitaria qualquer pausa na atividade laboral. O segundo rompimento temporal do trabalho foi a utilização da energia elétrica no interior das fábricas. A partir deste ponto, o sujeito não precisaria mais produzir de acordo com a luz do dia, que era a determinante da jornada de trabalho, pois a energia elétrica podia transformar a noite em dia nas fábricas; a produção deixou de ser cíclica, como a passagem dos dias, e passou a ser linear como a esteira de produção. O modelo Fordista/Taylorista perdurou por algum tempo até que o grande volume de acumulação de estoques o fez ruir enquanto método de produção prioritário. Assim nasceu o Toyotismo e com ele a ideologia da flexibilidade de produção, trabalho e tempo. Rompendo com uma tendência hegemônica até então, o Toyotismo retira o caráter mais especializado das linhas de produção e, ao contrário de tempos determinados rigidamente para o trabalho, emprega a flexibilidade da produção, - de acordo com a demanda do mercado - e do tempo (horas extra, terceiro turno, etc.), - de acordo com a necessidade de produção. Entretanto, essa não foi a única mudança empregada por esse modelo de produção, o conceito de flexibilização temporal agregou consigo a precarização do trabalho (subcontratações, a falta de garantias e estabilidade, sindicatos da fábrica, etc.). É dentro desse processo que podemos entender a flexibilização e a precarização, pois é com a disseminação do conceito de produção e tempo flexível, que a estabilidade e a formalidade do trabalho vão se perdendo, acompanhando a ideologia do próprio sistema de produção, que adentrou nos dias atuais na chamada `era dos serviços` onde os vínculos de trabalho se esgaçam cada vez mais. A conjuntura do trabalho hoje é reflexo de dois processos indissociáveis: a precarização laboral e a flexibilização temporal. A flexibilidade e a precariedade são expressões desse processo que tem um cunho ideológico muito maior que somente normativo. O tempo entra nessa reflexão como elemento privilegiado de análise.

**Palavras-chaves:** tempo, trabalho, flexibilidade, precariedade

**Atividade: Reflexões sobre a precarização e a flexibilização temporal no contexto atual do trabalho Científicas) (Comunicações)**

**Trabalho:** Um olhar sobre o cidadão-trabalhador

**Autor(es):** Ítalo Emanuel Pinheiro de Lima, Cássio Adriano Braz de Aquino

**Resumo:** O Trabalho como conhecemos tem sofrido profundas mudanças, principalmente no período do pós-guerra, devido a perda de espaço do modelo produtivo Fordista, preocupado com uma produção constante, para um modelo dedicado a demanda flexível, o modelo Toyotista. Não se trata de uma simples mudança conjuntural do modelo produtivo, esta transformação aparentemente econômica irradiou seus efeitos para o social e para o individual alterando a forma com que os sujeitos se relacionam com seus espaços e com os outros. Pretendemos aqui, levantar algumas questões que a nos parecem pertinentes acerca da derrocada do modelo de pleno emprego característico do modelo Fordista e suas implicações para a construção do cidadão pautado nesta nova forma de pensar o trabalho. Com a necessidade de fortalecer o mercado para escoar a produção, o grande vilão eleito pelo capital fora o Estado, por toda a ingerência e morosidade com que suas administrações se fizeram presentes. O modelo flexível de produzir agora deveria dar conta do espaço deixado pelo estado para que este se dedicasse quase que exclusivamente ao controle inflacionário deixando que cada indivíduo, em acordo com as “leis de mercado” negociasse sua situação de trabalho. Desta forma dois temas passam a povoar mais incisivamente os estudos acerca do mundo do trabalho, a Precarização e a Flexibilização temporal, fenômenos indissociáveis que nunca deixaram de existir mas que a partir desta estruturação laboral transformaram-se em modelo principal de inserção no mundo do trabalho. Assistimos, agora, a uma dissolução de grande parte dos valores que eram sustentáculo da sociedade salarial como a perda de uma moral do trabalho que ao mesmo tempo era uma moral social, mantendo a ordem dentro de toda estrutura industrial. É nesta moral que se fomenta o ideal de cidadão, o reconhecimento de si enquanto parte integrante de uma sociedade produtiva. Não se trata aqui de um saudosismo, mas um olhar criterioso sobre as perdas e ganhos advindos das constantes mudanças. O trabalho nunca foi unívoco de modelos, sempre se observou modos de trabalhar extremamente precarizados, mas estes nunca estiveram tão em voga como no momento que nos encontramos. Não se trata de exceção, mas sim de regra agora. O sujeito trabalha para sobreviver e para se ver reconhecido, entretanto o reconhecimento neste modelo caracterizado pela onda consumista é a imagem que se tem perante os outros. Antes, a regulação advinha das “instituições panópticas” como nos mostrou Michel Foucault, agora ela está disseminada no olhar do outro. A cidadania, assim como o Trabalho, perde sua forma “hegemônica” de ser, fomentada em meio ao Estado-do-Bem-Estar-Sócial e as políticas Keynesianas e passa a adaptar-se ao modelo neo-liberal e flexível adotado pela economia mundial. O problema reside, quando em meio a todas estas mudanças, o trabalhador ainda se encontra ligado a valores da sociedade industrial, acreditando na possibilidade de um pleno emprego, tentando sobreviver mobilizado pela constante idéia de sucesso contida no discurso individualista presente na atualidade. Com a crescente onda de desemprego resistindo a todas as conjunturas políticas e econômicas e a grande ânsia por políticas assistenciais, advinda das massas populares, observamos dois movimentos distintos e ao mesmo tempo simbióticos. Uma parte clamando pelo retorno do Estado interventor como meio de regulação, e em contrapartida, os defensores do modelo vigente intensificam os esforços para um afastamento ainda maior da instituição, relegando a ela somente o espaço para regulação econômica do mercado. Dessa forma devemos pensar soluções para a situação do trabalhador, pedra fundamental para o funcionamento da máquina e ao mesmo tempo maior afetado pela ação dela.

**Palavras-chaves:** Precarização, Flexibilização temporal, Trabalho, cidadania

**Atividade: Percepção de empregabilidade e bases do comprometimento organizacional: um estudo entre trabalhadores de agroindústrias de Juazeiro/Petrolina. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Percepção de empregabilidade e bases do comprometimento organizacional: um estudo entre trabalhadores de agroindústrias de Juazeiro/Petrolina.

**Autor(es):** Carolina Villa Nova Aguiar, Antonio Virgilio Bittencourt Bastos

**Resumo:** No contexto organizacional os indivíduos estabelecem diversos vínculos, estando

entre eles o comprometimento, que exercem influência em importantes processos organizacionais tais como satisfação, desempenho e rotatividade. O comprometimento, especificamente, é tomado por grande parte dos pesquisadores como um conceito multidimensional, já que o consideram como possuidor de diferentes bases, sendo as mais estudadas a afetiva e a instrumental ou calculativa. O comprometimento afetivo refere-se ao desejo de permanecer, a uma forte identificação e empenho em contribuir com os objetivos organizacionais, ancorado em sentimentos positivos em relação à organização. Já o comprometimento instrumental se caracteriza por ser de natureza cognitiva e por envolver uma avaliação dos investimentos feitos e dos possíveis custos sofridos pelo empregado caso este deixe a organização. Nesse caso, então, a permanência na empresa acontece porque a saída do indivíduo seria muito custosa e não por um desejo real do mesmo, como ocorre no comprometimento afetivo. Os graus em que se encontram presentes as bases do comprometimento no sujeito acarretarão conseqüências tanto individuais como organizacionais. Assim, o empregado que possui uma elevada base afetiva revela uma tendência a apresentar maiores níveis de motivação e desempenho do que o empregado que é instrumentalmente comprometido. Dessa forma, a natureza do comprometimento, considerando as suas bases, constitui um fator que pode afetar vários indicadores de desempenho individual, grupal e organizacional. Considerando essa relação apontada pela literatura, faz-se necessário compreender melhor quais variáveis são determinantes na construção de tais bases para que seja possível otimizar os processos organizacionais e ao mesmo tempo proporcionar bem-estar aos empregados. O presente estudo tem como objetivo identificar as possíveis relações entre as duas bases do comprometimento (afetiva e instrumental) e a variável “percepção da empregabilidade” dos trabalhadores, considerando que esta se refere à avaliação pessoal da capacidade do profissional manter-se empregado e ter sua carreira protegida dos riscos inerentes ao mercado de trabalho. Os participantes foram 665 trabalhadores fixos (com carteira assinada) de 32 empresas agroindustriais do Pólo de irrigação de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE). A amostra foi composta por 469 homens (70,7%) e 194 mulheres (29,3%). Ademais, 58,1% dos sujeitos são trabalhadores de campo, 51% técnicos, 11,2% administrativos e 9,8% trabalhadores de packing houses (centros de seleção, limpeza, embalagem e armazenamento de frutas). Para a obtenção dos dados foram realizadas entrevistas guiadas por um questionário geral dividido em cinco partes, sendo a primeira destinada ao significado do trabalho para o sujeito, a segunda à sua trajetória ocupacional, a terceira à sua relação com o trabalho, a quarta ao desempenho e aprendizagem no trabalho e, por fim, a quinta aos dados sócio-demográficos do sujeito. Para medir a percepção de empregabilidade, a parte destinada à trajetória ocupacional conteve questões acerca da existência ou não de alternativas de emprego na ocasião da contratação, da facilidade de ingressar na empresa, da facilidade de perder o emprego e da facilidade de conseguir um novo trabalho. Para essas perguntas houve seis alternativas de respostas, variando de muito difícil a muito fácil. As bases do comprometimento foram mensuradas através de duas escalas propostas por Meyer e Allen (1995), validadas previamente para o contexto brasileiro, integradas por seis itens cada, frente aos quais o sujeito revelou o seu grau de concordância a partir de uma escala Likert de 7 pontos, variando de discordo muito (1) a concordo muito (7). Os resultados foram apurados no programa SPSS e, de modo geral, constatou-se que 76,6% dos trabalhadores entrevistados julgaram ser fácil entrar na empresa, 55,6% responderam ser difícil perder o emprego, 57,7% julgaram ser difícil conseguir um novo emprego fora da empresa e 75,3% afirmaram que não tiveram alternativa de emprego para comparar na época da contratação. Foram realizadas também as correlações entre os indicadores de percepção de empregabilidade e as duas bases de comprometimento que são alvo desse estudo. Os resultados parciais são os seguintes: o comprometimento instrumental apresentou significativa correlação negativa com dois dos indicadores da percepção da empregabilidade: alternativa de emprego para comparar ( $r = -0,148$ ,  $p = 0,000$ ) e facilidade de conseguir um novo emprego ( $r = -0,378$ ,  $p = 0,000$ ). Já o comprometimento afetivo correlacionou-se negativamente de forma significativa com o indicador facilidade de perder o emprego ( $r = -0,092$ ,  $p = 0,018$ ). A partir desses resultados, conclui-se que os trabalhadores que não tiveram alternativa de emprego na época da contratação e os que julgaram difícil conseguir um novo emprego tendem a apresentar elevados índices de comprometimento instrumental, revelando que a difícil situação do mercado de trabalho é um fator determinante para que os trabalhadores comprometidos instrumentalmente permaneçam na organização. Além disso, foi possível verificar que o comprometimento afetivo é maior nos sujeitos que percebem como difícil a sua

saída da empresa, o que mostra que a percepção de estabilidade e falta de ameaças propicia o desenvolvimento de vínculos de apego com a organização.

**Palavras-chaves:** Comprometimento organizacional, bases do comprometimento, trabalhadores rurais

**Atividade:** CARACTERÍSTICAS DE EMPRESAS E COMPROMETIMENTO DE SEUS TRABALHADORES: UM ESTUDO NA AGROINDÚSTRIA IRRIGADA DO BAIXO-MÉDIO SÃO FRANCISCO.  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** CARACTERÍSTICAS DE EMPRESAS E COMPROMETIMENTO DE SEUS TRABALHADORES: UM ESTUDO NA AGROINDÚSTRIA IRRIGADA DO BAIXO-MÉDIO SÃO FRANCISCO

**Autor(es):** Daiane Souza Santos, Frailan Mota Silva, Antonio Virgilio Bittencourt Bastos

**Resumo:** A agroindústria irrigada do vale do São Francisco constitui um campo fértil para a investigação de processos organizacionais, por seu caráter inovador para a região, tanto em tecnologias físicas como tecnologias organizacionais. Inserida em uma pesquisa mais ampla, a presente comunicação tem por unidade de análise os trabalhadores de organizações agrícolas do pólo Juazeiro - Petrolina, buscando-se investigar se a intensidade e natureza de seus comprometimentos com a organização e com o trabalho variam entre empresas com diferentes características. O construto comprometimento significa um forte envolvimento do indivíduo com diversos aspectos do ambiente de trabalho. Para a presente comunicação foram considerados dois focos, a organização e o trabalho, e duas bases do comprometimento organizacional - a afetiva e a instrumental. As informações foram obtidas em 32 empresas agrícolas, abrangendo uma amostra de 950 trabalhadores. Para coletar os dados, foi utilizado roteiro estruturado de entrevistas para os trabalhadores que, dentre outros itens, constavam das medidas de comprometimento organizacional propostas por Mowday e colaboradores e por Meyer e Allen e uma escala de comprometimento com o trabalho proposta por Fink. As escalas, modelo Likert de sete pontos, foram validadas para o contexto brasileiro, apresentaram elevados níveis de confiabilidade (alphas respectivamente de 0,84; 0,81; 0,61 e 0,84). Os dados sobre as empresas foram coletados em um outro instrumento, com informações fornecidas por gestores centrais das mesmas. Após a criação de um banco de dados no programa estatístico SPSS 13.0, foram empregadas análises descritivas e de variância (ANOVA). As empresas foram categorizadas segundo as variáveis: porte, estratégia, benefícios e a presença, ou não de certificações e prêmios. O porte das empresas foi definido a partir de duas dimensões de análises: o número total de empregados, na qual as empresas se distribuem em pequena (10 a 99 funcionários), média (100 a 400 funcionários) ou grande (acima de 500 funcionários) e a área total plantada, na qual as empresas se distribuem entre pequena (10 a 20 ha.), média (21 a 50 ha.) ou grande (acima de 50 ha.). Foram consideradas as estratégias genéricas propostas por Porter (1986), a citar: Diferenciação, na qual a organização busca primar pela comercialização de um produto singular que a diferencie de seus concorrentes; Liderança de custos, na qual a organização busca, através de controle de processos, obter um nível de custo baixo de seus produtos e Enfoque, na qual ela escolhe um nicho mercadológico específico para atuar e se especializar. Quanto aos benefícios, as empresas foram distribuídas em quatro categorias: não oferece benefícios, oferece até dois; oferece três ou quatro e oferece mais do que quatro benefícios. Entre os benefícios encontram-se: Assistência médico-hospitalar; Assistência odontológica; Apoio Educacional; Previdência Complementar; Lazer, Esporte; Empréstimos e Participação em lucros. Quanto ao porte por número de empregados as empresas pesquisadas estavam distribuídas da seguinte forma: 4,2% pequenas, 45% médias e 58,8% grandes. Relativo à área plantada, 6,6% eram pequenas empresas, 15,8% médias e 77,6% grandes. Em termos de estratégia, 29,9% das empresas adotavam a diferenciação, 40,9% adotavam a liderança de custo e 29,1% o enfoque. A presença de prêmios e certificações foi identificada em 83,8% das empresas. 6,3% das empresas não oferecem benefícios, 22,9% oferecem até dois benefícios, 62,5% três ou quatro benefícios e apenas 8,2% mais do que quatro benefícios. Considerando-se

o porte por número de empregados, há uma diferença estatisticamente significativa no comprometimento organizacional ( $F= 9, 714$ ;  $p= 0, 000$ ), na base afetiva deste comprometimento ( $F=4, 795$ ;  $p= 0, 006$ ). As grandes empresas obtiveram maiores médias de comprometimento organizacional (6,00); no entanto, o vínculo afetivo é maior nas pequenas empresas (5,45). Este mesmo padrão se observa quando se comparam as empresas por porte quanto à área plantada. Os funcionários das grandes empresas apresentaram as maiores médias em todas as medidas de comprometimento, com exceção do vínculo instrumental que é maior entre trabalhadores das pequenas empresas (4,77). Os funcionários das empresas que utilizam a estratégia de diferenciação apresentaram a maior média de comprometimento instrumental (5,32), com diferença significativa ( $F= 4, 361$ ;  $p=0,013$ ). O nível global de comprometimento organizacional não se diferencia pela quantidade de benefícios oferecidos pelas empresas. Todavia, foram identificadas diferenças estatisticamente significativas nas bases afetiva ( $F= 2,624$ ;  $p= 0,049$ ), instrumental ( $F=3,601$ ;  $p=0,013$ ) e no comprometimento com o trabalho ( $F=3,054$ ;  $p=0,020$ ). O resultado encontrado revela-se curioso, pois os empregados das empresas que oferecem mais benefícios apresentaram as menores médias de comprometimento instrumental (4, 8064), ao passo que os funcionários das empresas que não oferecem nenhum tipo de benefícios apresentaram a segunda maior média (5,2147). Os resultados apresentados contribuem para a compreensão das relações entre contextos organizacionais e comprometimento, diferenciando-se da pesquisa existente por tomar indicadores contextuais independentes da percepção dos próprios trabalhadores, padrão mais comum na área. As diferenças estatisticamente significativas encontradas são, na sua maioria, congruentes com o conhecimento já acumulado sobre a intensidade e natureza do comprometimento organizacional.

**Palavras-chaves:** Comprometimento organizacional, Bases do comprometimento, Comprometimento com o Trabalho

**Atividade:** A abordagem psicossocial do sujeito como facilitadora da reflexão sobre o mercado de trabalho (Paineis)

**Trabalho:** A abordagem psicossocial do sujeito como facilitadora da reflexão sobre o mercado de trabalho

**Autor(es):** Leonardo Araújo Lima, Glícia Rodrigues Pinheiro, Cássio Adriano Braz de Aquino, Andressa Alencar Gondim, Antonio Fábio Coelho Paz, Viviane dos Santos Rocha, Maria Annelice Magalhães Torres, Victor Meneses de Arruda Carlos, Tatiana Alves Pereira Oliveira, Cristiane Alves Silveira, Clarissa de Fátima Nobre Carvalho, Débora Carvalho Fernandes

**Resumo:** Este trabalho trata-se de uma reflexão feita a partir do projeto efetivado no ano de 2006 pelo NUTRA-UFC (Núcleo de Psicologia do Trabalho da Universidade Federal do Ceará) em parceria com a SETE (Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo do Estado do Ceará) em algumas das comunidades e escolas de Fortaleza-CE, com o objetivo de realizar oficinas de orientação profissional com públicos-alvos diferentes em dois momentos da intervenção. No início eram alunos da primeira série do ensino médio de uma escola pública da cidade de Fortaleza, com idade a partir de 16 anos no ano de execução do projeto. No segundo momento o público foi composto de jovens na faixa etária de 16 a 24 anos, sem experiência registrada na CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) que moram em uma comunidade de

Fortaleza/CE. O Projeto contou com a participação de estudantes de Psicologia da UFC que, em duplas, se capacitaram para facilitar tais oficinas com grupos encaminhados pela SETE. Considerando que, na realidade sócio-econômica do mercado de trabalho atual, os jovens se constituem como um “elo fraco” entre a camada da população desempregada e as possibilidades reais de se colocar em tal mercado, o corpo técnico do Projeto optou por desenvolver oficinas de orientação profissional onde os sujeitos pudessem se apropriar e se posicionar criticamente frente a sua realidade. Para isso se escolheu um enfoque embasado na Psicologia Sócio-Histórica no planejamento e execução das atividades em grupo, ou seja, desde o início se buscou fazer com que os jovens elaborassem em seus discursos uma visão de como se apresenta e como eles queriam que fosse o seu contexto na comunidade, na escola, na família e, principalmente, no mercado de trabalho. A partir de tais concepções e seguindo uma metodologia psicossocial, foram elaboradas oficinas onde foram utilizadas atividades como dinâmicas e debates. Essa escolha facilitou a participação de todos os sujeitos presentes nas oficinas, o que contribuiu para a reflexão de sua realidade e de como poderiam participar desta. Salientando um dos tópicos que foi trabalhado em algumas oficinas, a concepção de sujeito psicossocial, foi determinado que seriam mais relevantes de se trabalhar a visão de sujeito sócio-histórico, por proporcionar essa reflexão de forma mais ampla. A Teoria Sócio-Histórica aponta o ser humano como um indivíduo atuante que, apesar das limitações decorrentes dos planos filogenético e ontogenético (ambos de caráter biológico, referentes à história da espécie e do ser, respectivamente) de seu desenvolvimento, possui um grau de mobilidade que o permite atuar no mundo singularmente. Esta possibilidade se refere ao plano microgenético, que faz referência à história de vida do sujeito. Entretanto, essa liberdade não pode ser entendida como uma escolha plena, pois o indivíduo nasce submetido a um quarto plano do desenvolvimento: o sociogenético, equivalente à cultura construída e modificada pelo ser humano. Como parte integrante de um contexto sócio-cultural, o indivíduo desenvolve determinadas percepções, posturas, ou seja, modos de encarar os fatos próprios de um determinado entorno social. As dinâmicas e debates fundamentadas por esses pontos tiveram impacto ao longo de todas as oficinas, apesar de trabalhados mais explicitamente no início do cronograma, pois se percebeu que a perspectiva histórica e social de sujeito foi um conteúdo que necessitou de um percurso maior para ser elaborado, já que envolveu para muitos uma nova percepção de si e de seu entorno. Os públicos-alvos deste projeto apresentaram boa receptividade aos conteúdos desenvolvidos. No primeiro público percebeu-se que o formato das oficinas foi algo que lhes chamou atenção por ter sido o primeiro contato com este tipo de proposta metodológica diferenciada. Percebeu-se que, no início dos debates e dinâmicas, a visão de sujeito era confusa quanto à sua realidade sócio-cultural: os sujeitos eram vistos como determinados por fatores restritos, ora sem ligação com sua cultura, ora sua condição social ou sem ligação com as escolhas de cada sujeito. As oficinas resgataram a idéia do ser humano em um contínuo processo de construção devido à sua relação dialética com seu meio.

**Palavras-chaves:** Trabalho, Juventude, Intervenção

**Atividade:** Vivências de prazer e sofrimento psíquico: correlações relevantes na relação de psicólogos organizacionais com seu trabalho (Paineis)

**Trabalho:** Vivências de prazer e sofrimento psíquico: correlações relevantes na relação de psicólogos organizacionais com seu trabalho

**Autor(es):** Maristela de Souza Pereira, Sinésio Gomide Júnior

**Resumo:** Diversos estudos têm sido efetuados por psicólogos investigando o prazer e sofrimento de trabalhadores na relação com sua atividade laboral, sendo muitas destas pesquisas ambientadas em organizações de trabalho e empresas. Entretanto, os próprios profissionais de Psicologia que atuam em contextos organizacionais também são impactados pela organização do trabalho e sendo assim, também desenvolvem vivências relacionadas ao prazer e ao sofrimento neste âmbito. O presente estudo investiga este aspecto, tendo por objetivo geral buscar correlações entre tais vivências e aspectos biográficos como idade, sexo,

tempo de graduação e tempo de empresa. O enfoque teórico adotado é a Psicodinâmica do trabalho, o qual define a organização do trabalho como o conjunto formado pelo conteúdo das tarefas desempenhadas, ritmo imposto das atividades, e as relações sócio-profissionais estabelecidas pelo trabalhador, incluindo-se aí as modalidades de comando, cadeias hierárquicas, etc. Nesta perspectiva, o sofrimento e o prazer se inserem como vivências psíquicas, constituintes de um mesmo constructo, e derivativas da relação estabelecida pelo trabalhador com sua atividade profissional. As vivências de prazer, dentro do recorte adotado, relacionam-se a sentimentos de valorização (a percepção que o trabalho tem sentido e importância para a organização e a sociedade) e reconhecimento (no sentido de ser aceito, admirado e possuir liberdade para se expressar no trabalho). Já as vivências de sofrimento estão relacionadas a sentimentos de desgosto (descontentamento, desânimo e apatia em relação ao trabalho) e de insegurança (temor de não conseguir atender às demandas e imposições organizacionais concernentes à competência profissional, produtividade, ritmo de trabalho). A metodologia utilizada baseia-se na abordagem quantitativa, tendo por sujeitos psicólogos que atuam na área organizacional, em regime CLT, em empresas privadas do município de Uberlândia/MG. O instrumento utilizado foi a Escala de Indicadores de Prazer e Sofrimento no Trabalho (EIPST), em sua primeira versão. Os dados foram submetidos a uma análise descritiva e também a um procedimento de correlação, utilizando-se o SSPSS versão 11.0. De acordo com os resultados, há uma predominância das vivências de prazer no grupo de psicólogos pesquisado. Foram ainda encontradas correlações positivas entre a idade e o reconhecimento e entre o tempo de graduação e este mesmo item. Verificou-se ainda a existência de uma correlação negativa entre o tempo de graduação e a insegurança relacionada ao trabalho. Tais informações mostram-se coerentes, uma vez que quanto maior o tempo de graduação e atuação profissional, mais o trabalhador adquire prestígio e conhecimentos sobre sua área de trabalho, reduzindo-se assim suas incertezas e inseguranças mediante a mesma. Há que se considerar ainda que a valorização da atividade a que se dedica e a dinâmica do reconhecimento subjacente a esta possibilitam uma resignificação do sofrimento, o que aparece através do predomínio das vivências de prazer da maior parte dos sujeitos pesquisados. Tal estudo constituiu-se como um levantamento inicial deste tema em relação ao profissional de psicologia, o qual deve ser alvo de novas pesquisas relacionadas, com o intuito de podermos conhecer melhor como este profissional lida com as mesmas questões a que estão submetidos os demais trabalhadores no contexto de empresas, para assim podermos repensar inclusive a efetividade de sua própria prática profissional.

**Palavras-chaves:** prazer,sofrimento psíquico,trabalho,psicologos

**Atividade: Uma análise da escolha da Profissão e o comprometimento com a carreira em Psicologia.  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:PSICÓLOGOS BRASILEIROS: UMA ANÁLISE DA ESCOLHA DA CARREIRA E O COMPROMETIMENTO COM A PROFISSÃO**

**Autor(es):** Talyson Amorim Tenório de Carvalho

**Resumo:** A pesquisa toma como objeto de estudo o vínculo de comprometimento do psicólogo com a sua profissão/carreira e área de atuação, buscando identificar possíveis impactos dos processos de escolha profissional. Dois pontos devem ser levados em consideração. O primeiro refere-se às definições da escolha e do comprometimento com a carreira. Emmerling e Cherniss (2003) definem escolha da carreira como um processo realizado através de uma série de decisões que envolveriam aspectos de cada indivíduo dentre eles o nível de aspiração, importância de valores e o interesse por atividades. O comprometimento com a carreira é definido por Cooper-Hakim e Viswesvaram (2005) como uma dedicação ou compromisso de uma pessoa com sua profissão, ocupação ou carreira. O segundo ponto refere-se à sobreposição dos termos carreira, ocupação e profissão nos estudos sobre comprometimento. Tais terminologias são tratadas de forma equivalentes, apesar de elas possuírem suas próprias definições. Bastos (1994), diz que a carreira focaliza a dimensão temporal, a profissão agrega a formação, o reconhecimento social e a institucionalização de uma ocupação. A ocupação do psicólogo torna-



se uma profissão, por ser legitimada socialmente e ter código de ética e entidades responsáveis pelo seu exercício; e uma carreira, quando envolve um conjunto variado de atividades que podem se alterar ou não ao longo de uma trajetória profissional – a carreira do psicólogo. A questão de pesquisa: A escolha da profissão/carreira e da área de atuação interfere no nível de comprometimento e, conseqüentemente, nas intenções de mudança em relação à aos dois focos em que atuam os psicólogos brasileiros? O Objetivo geral: analisar as relações entre escolha, comprometimento e intenção de mudanças em relação à profissão/carreira e a área de atuação dos psicólogos, buscando identificar o efeito de possíveis variáveis moderadoras destas relações. Hipóteses: H1) A escolha da profissão e da área de atuação, quando livre e guiada por fatores internos, favorece a um maior nível de comprometimento e a uma menor intenção de mudança da profissão e da área de atuação; H2) A escolha da profissão e da área de atuação, quando livre e guiada por fatores externos, favorece a um menor nível do comprometimento e a uma maior intenção de mudança da profissão e da área de atuação; H3) A relação entre comprometimento e a intenção de mudança da profissão e da área de atuação é mediada pela percepção do status da profissão. O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, de caráter quantitativo que busca identificar as possíveis relações dentre um conjunto de variáveis, e, para tanto, utilizará a metodologia que caracteriza os surveys. A população: psicólogos somando-se aproximadamente 300 sujeitos. Os dados serão tabulados e analisados utilizando o software SPSS. A coleta será via on-line o que força a uma maior atenção em seus procedimentos. Os questionários serão hospedados na página eletrônica [www.psicologocobrasileiro.ufba.br](http://www.psicologocobrasileiro.ufba.br) com domínio no CPD da UFBA – Universidade Federal da Bahia. Resultados preliminares (N=115): Existe uma relação positiva entre a escolha da profissão (fatores internos) e o nível de comprometimento afetivo com a profissão ( $r=0,261^{**}$ ). Referente a escolha da área (fatores internos), verifica-se uma correlação negativa com nível do comprometimento afetivo com a área em que atua ( $r= -0,418^{**}$ ) revelando, que parte da amostra pode estar atuando em área em que não gostaria de atuar. Não foram encontrados resultados significativos entre escolha da profissão / área com o comprometimento de base instrumental para ambos os focos. Referente ao comprometimento e a intenção de mudança. Os resultados apontam que quando o indivíduo é comprometido afetivamente com sua área ( $r = 0,558^{**}$ ) e com sua profissão ( $r =0,652^{**}$ ) maior é a intenção em permanecer nelas. Quando o vínculo é instrumental, não se encontram correlações significativas com a intenção de mudar. Sobre o status da profissão com comprometimento. Os resultados apontam um valor positivo de significância para ambos os comprometimentos afetivos – profissão ( $r = 0,338^{**}$ ); e área de atuação ( $r = 0,267^{**}$ ). Ou seja, quanto mais comprometido afetivamente, mais positiva é a percepção em relação ao status da sua profissão. Quando o comprometimento é instrumental os resultados foram – profissão ( $r = -0,202^{*}$ ); e área de atuação ( $r = -0,222^{*}$ ). Ou seja, quanto maior for o nível do comprometimento instrumental, mais negativa será a percepção em relação sua profissão. Referente ao status da profissão com a intenção de mudança. Os resultados encontrados apresentam escores positivos tanto para a profissão ( $r = 0,260^{**}$ ), quanto para a área de atuação ( $r = 0,191^{*}$ ). Ou seja, quanto mais positiva for à percepção do status da profissão, maior será a intenção de permanecer para ambos os focos. A presente pesquisa se propõe a oferecer informações atualizadas sobre a ocupação dos psicólogo brasileiros, bem como a caracterização dos processos de escolha da área de atuação e da profissão e seus impactos sobre o comprometimento contribuindo para a Literatura da Psicologia do Trabalho no Brasil.

**Palavras-chaves:** Profissão/Carreira, Escolha e Comprometimento com a Carreira, Intenção de mudança, Status profissional, Psicólogo

**Atividade:** Estresse ocupacional no Brasil: revisitando a produção científica da última década (Paineis)

**Trabalho:** Estresse ocupacional no Brasil: revisitando a produção científica da última década

**Autor(es):** Rayana Santedicola Andrade, Sonia Regina Pereira Fernandes

**Resumo:** Muitos estudos caracterizando situações de trabalho potencialmente causadoras de

estresse já foram realizados na realidade brasileira. Codo, Soratto e Menezes (2004) diferenciam as condições ambientais - ruído, temperatura, vibração, iluminação, poluição - dos fatores relacionados à organização do trabalho. Estas compreendem características como a monotonia, repetitividade e fragmentação das atividades, cujos impactos na saúde estão ligados à variação repentina das taxas hormonais, aos riscos de acidentes cardiovasculares e à tensão psicológica. São caracterizados ainda fatores relacionados à ambigüidade, à sobrecarga, ao conflito e, principalmente, a falta de autonomia. Contrapondo-se à perspectiva puramente ambiental, tem-se observado nos estudos sobre estresse uma tendência em considerar aspectos subjetivos como mediadores importantes para a caracterização de um evento como estressor ou não-estressor. Neste âmbito, características pessoais como auto-estima e locus de controle, e situacionais, como suporte social e controle sobre o próprio trabalho, são consideradas na abordagem do problema (Codo, Soratto e Menezes, 2004). Dejours (1989, apud Fernandes, 1996) salienta que a abordagem do estresse avança nos estudos sobre o psiquismo do trabalhador. Entretanto, como utiliza critérios somáticos e biológicos na avaliação, não se aproxima dos elementos inerentes à significação nem à vivência subjetiva dos trabalhadores. Muitas críticas têm sido realizadas a este campo de estudo, a começar pela sua baixa delimitação (Cordeiro et alli, 1993; Codo, Soratto e Menezes, 2004), e ainda à sua inespecificidade. Objetivos: buscou-se realizar uma revisão da literatura sobre estresse ocupacional, a partir da produção científica nacional no período de dez anos (1993-2004), tendo como alvos a Revista de Saúde Pública e a Revista de Saúde Ocupacional, nos números publicados no período de Janeiro de 1993 até Junho de 2004. De forma específica, pretendeu-se analisar a evolução das pesquisas nesse período, com temática referente ao campo da saúde do trabalhador como um todo, e ainda identificar como evoluem as temáticas afins ao estresse. Método: Os artigos foram selecionados a partir dos seguintes critérios: título e/ou objetivos e/ou resultados e discussão. Abrangência: foram considerados, para a revista de Saúde Ocupacional, apenas os artigos que tratassem especificamente do tema “estresse” ou “estresse ocupacional”. Já para a Revista de Saúde Pública, os temas que tinham afinidade com o estresse também foram considerados (por exemplo, a Hipertensão Arterial Sistêmica como medida de saúde de trabalhadores). Análise dos dados: Os resultados foram analisados por número de artigos produzidos no período analisado (anual), e ainda em relação aos achados (análise qualitativa), com base no referencial teórico sobre estresse ocupacional. Os conteúdos foram analisados individualmente, e após a compilação dos dados, foi realizada a análise comparativa. Resultados e discussão: Os artigos foram considerados a partir do título, objetivos e discussão e/ou resultados, e os periódicos foram a Revista de Saúde Pública (RSP) e a Revista de Saúde Ocupacional (RSO). Do total de publicações consideradas nesta pesquisa, prevaleceu o primeiro periódico (RSP), com 13 artigos, sendo que na RSO não se publicou nenhum trabalho sobre o tema no período. Artigos específicos sobre o tema estresse só foram identificados nos anos de 2002, 2003 e 2004. Observa-se uma preocupação com as repercussões do trabalho sobre a saúde física, notadamente em estudos epidemiológicos sobre a Hipertensão Arterial Sistêmica. A associação do estresse com a hipertensão foi referida por Cordeiro et alli, 1993 (a), em uma revisão de literatura sobre a HAS. Os autores publicaram, no mesmo ano, um outro estudo no qual investigaram uma eventual associação da PAD (Pressão Arterial Diastólica) com tempo de serviço em motoristas e cobradores de ônibus da cidade de Campinas (SP). Em 2002 foram analisados os efeitos do estresse ambiental sobre a PA de trabalhadores; Em 2003 e 2004, predominam estudos a partir do modelo demanda-controle de Karasek. Conclusões: De uma forma geral, a partir das análises realizadas na Revista de Saúde Pública, os textos não apresentam uma clara distinção conceitual entre estresse geral o estresse ocupacional. A associação entre estresse e HAS é encontrada nos estudos já referidos, sugerindo haver, neste periódico, um foco medidas fisiológicas e bioquímicas do estresse. É interessante notar que ao mesmo tempo em que se observa nas publicações mais recentes, uma tendência a delimitar o campo do estresse ocupacional, esta delimitação aparece associada, quase que exclusivamente, ao aporte teórico do modelo Demand-Control de Karasek. Conclui-se não ser possível caracterizar, a partir dos periódicos considerados, os estudos sobre estresse ocupacional como um campo específico na realidade brasileira. Sugere-se a realização de revisões complementares considerando novas fontes de publicação.

**Palavras-chaves:** Estresse, Estresse Ocupacional, Saúde do Trabalhador, Hipertensão Arterial Sistêmica

**Atividade: A força motivacional em diferentes categorias ocupacionais (Paineis)**

**Trabalho:**A força motivacional em diferentes categorias ocupacionais

**Autor(es):** Alda Karoline Lima da Silva, Antonio Alves Filho, Livia de Oliveira Borges, Mauricio Tamayo, Maria Albanisa da Silva, Nayra Souza

**Resumo:** A motivação no trabalho é um construto que vem sendo estudado há aproximadamente um século e na perspectiva de Vroom é um processo que governa escolhas de diferentes possibilidades de comportamento do indivíduo. Sobre esse construto aqui se toma como referência a Teoria das Expectativas de Vroom que consagrou o conceito de Expectativas no campo da motivação e vem se mostrando adequada para fundamentar diagnósticos da motivação. É uma teoria cognitiva que assume existir uma relação entre o esforço que se realiza e o rendimento do trabalho. O caráter processual da Teoria das Expectativas e sua flexibilidade no sentido de permitir a aplicação em numerosos setores da economia e no sentido de fundar a análise em diferentes resultados do trabalho, tornou possível sua adoção como referência. Este modelo supõe que as pessoas devem ser vistas como indivíduos pensantes cujas crenças, percepções e expectativas influenciam fortemente seus comportamentos e se sustenta em cinco conceitos básicos: (1) Resultados do trabalho, que são as conseqüências que uma organização pode oferecer aos seus empregados a partir do exercício de suas funções; (2) Valência que consiste na atribuição a cada resultado do trabalho de desejabilidade ou não; (3) Expectativa que consiste na percepção de quanto os esforços despendidos conduzem aos resultados esperados ou, em outras palavras, consiste na prevenção do indivíduo sobre a probabilidade de um certo resultado (desejável ou não) venha de fato ocorrer; (4) Instrumentalidade que consiste no grau de relação percebida entre a execução e a obtenção dos resultados; (5) Força motivacional que é, então, a quantidade de esforço ou pressão de uma pessoa para motivar-se e que, na Teoria das Expectativas é uma função multiplicativa das valências, instrumentalidades e expectativas, e pode ser expressa na seguinte fórmula:  $FM = E \cdot \sum V_i \cdot I_i$  onde, FM= Força Motivacional, E= Expectativa, V= Valência e I= Instrumentalidade. O presente estudo objetivou, então, verificar a força motivacional entre diferentes categorias ocupacionais, quais sejam petroleiros, servidores técnico-administrativos, bancários, profissionais de saúde, funcionários de uma universidade privada, profissionais de educação média e fundamental e policiais civis, totalizando uma amostra acidental de 541 profissionais. Para coleta de dados foi utilizado o IMST (Inventário da Motivação e Significado do Trabalho) que em sua composição avalia, numa escala de 0 a 4, itens relacionados a Expectativa, Valência e Instrumentalidade, componentes da Teoria da Expectativa. As respostas foram registradas em banco de dados do SPSS (Statistical Package for Social Science). As estatísticas descritivas revelam variação nas médias da força motivacional das diversas categorias estando os petroleiros com a maior média (fm = 167,73), seguido dos bancários (fm = 164,07), servidores técnico-administrativos (fm=163,39), funcionários de universidade privada (fm=160,15), profissionais de saúde (156,34), policiais civis (fm=149,79) e profissionais de educação (fm=137,97). O teste ANOVA possibilitou verificar a existência de diferenças estatisticamente significativas entre as médias dos escores de força motivacional das diversas categorias ( $F=2,93$ ;  $p<0,008$ ). Ao examinarem-se os Post Hoc Tests (LSD), constatou-se que o que ocorre é que de um lado os profissionais de educação apresentam média efetivamente mais baixa e, de outro, petroleiros, bancários e funcionários universitários apresentam médias mais elevadas. Os resultados demonstram que os petroleiros é a categoria que possui a maior força motivacional, enquanto que os profissionais de educação possuem a menor força motivacional. Tal resultado pode está atrelado às condições de trabalho, aos benefícios, status financeiro, prestígio social e chances de auto-desenvolvimento que estão mais fortemente presente em petroleiros do que com profissionais da educação. Um outro aspecto relevante que justifica tal resultado deve-se a importância econômica que essas

categorias exercem na sociedade, como também a valorização e prestígio social que lhes atribuíram, fazendo da categoria petroleira uma ocupação mais valorizada e almejada socialmente do que a dos profissionais de educação. É importante, por fim, deixar a indagação sobre o que as políticas públicas a ver com a motivação dos profissionais de educação. Tal nível motivacional dos profissionais de educação (ensino médio e fundamental) reflete a prioridade brasileira de investir na educação das crianças, adolescentes e jovens?

**Palavras-chaves:** motivação, ocupações, profissões, ANOVA, análises quantitativas

**Atividade: Os valores humanos para trabalhadores do asseio e limpeza, da construção habitacional e da indústria têxtil de calçados (Paineis)**

**Trabalho:** Os valores humanos para trabalhadores do asseio e limpeza, da construção habitacional e da indústria têxtil de calçados

**Autor(es):** Flávia Ribeiro Alves Bahia, Alda Karoline Lima da Silva, Karen Fantine Silva Souza Oliveira, Livia de Oliveira Borges, Nayra Souza

**Resumo:** O conceito de valores na Psicologia Social salienta uma dimensão motivacional. Eles são definidos como critérios ou metas transituacionais, organizados hierarquicamente, que funcionam como princípios guias na vida das pessoas. São critérios que definem o que é desejável, servindo como um guia nos caminhos sociais adotados pelos indivíduos, orientando a seleção das ações, as avaliações sobre as pessoas e os eventos e explicando as suas ações e avaliações. Os valores humanos apresentam interesses individuais, coletivos ou mistos. A elucidação da organização hierárquica dos valores, consistindo na maior ou menor importância atribuída a cada tipo de valores, tem se mostrado útil para diferenciar os indivíduos, grupos e sociedades bem como para prever formas das pessoas de pensar, decidir, agir e sentir. A compreensão das prioridades das diversas ocupações é importante, por exemplo, para o estabelecimento de políticas de recursos humanos e de saúde ocupacional. A revisão de literatura revela, entretanto, que a maioria dos estudos no Brasil, seguindo as limitações impostas pelos instrumentos de coleta de dados, tradicionais e/ou traduzidos de outros idiomas, tem focalizado ocupações de mais sofisticada qualificação. Enquanto isso, no Brasil, vários segmentos do mercado de trabalho continuam concentrando trabalhadores de baixa instrução (de analfabetos ao ensino fundamental). Por todas estas razões, planejou-se o presente estudo para investigar os valores humanos dos trabalhadores das categorias ocupacionais dos setores de asseio e limpeza, da construção habitacional e da indústria de calçados. Contou-se com uma amostra de 406 trabalhadores de baixa instrução, sendo 77,3% do sexo masculino e 22,7%, feminino e com idade média de 31,54 anos ( $dp=9,78$ ). Aplicou-se o questionário de valores humanos, anteriormente validado para trabalhadores de baixa instrução. Tal questionário mensura seis fatores, a saber: pacifismo, autodeterminação e realização, poder, tradição, universalismo e segurança nacional e hedonismo. Aplicou-se também uma ficha sócio-demográfica. Os participantes da amostra responderam no próprio local de trabalho e de forma anônima. As respostas foram registradas na forma de banco de dados do SPSS (Statistical Package for Social Science). Estimaram-se os escores dos indivíduos nos referidos fatores e aplicou-se análise de variância por ocupações. Com exceção do último fator, foram encontradas diferenças significativas entre as médias dos demais fatores. Tais resultados indicam que: em relação ao pacifismo ( $F=1522,7$ ;  $p<0,001$ ), à autodeterminação e realização ( $F=1030,4$ ;  $p<0,001$ ), à tradição ( $F=104,7$ ;  $p<0,001$ ) e ao universalismo e segurança nacional ( $F=75,2$ ;  $p<0,001$ ), os trabalhadores do setor têxtil de calçados tendem a priorizá-los menos; enquanto que em relação ao poder ( $F=145,8$ ;  $p<0,001$ ), os trabalhadores do setor têxtil de calçados tendem a priorizá-lo mais. Concluiu-se que trabalhadores da construção habitacional e do setor de asseio e limpeza tendem a estabelecer prioridades de valores semelhantes enquanto que aqueles do setor têxtil de calçados tendem a se diferenciar nas suas prioridades de valor dos trabalhadores dos dois

primeiros setores referidos.

**Palavras-chaves:** valores,ocupações,baixa instrução,trabalho,ANOVA

**Atividade: Saúde e sofrimento do trabalhador: reflexões acerca da experiência de profissionais de saúde mental no contexto do SUS em serviços substitutivos (Cursos - 6hs)**

**Trabalho:**Saúde e sofrimento do trabalhador: reflexões acerca da experiência de profissionais de saúde mental no contexto do SUS em serviços substitutivos

**Autor(es):** Carlos Frederico de Oliveira Alves

**Resumo:** Diante das recentes transformações no cenário da assistência em saúde pública em nosso país, fruto da Reforma Sanitária e implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), no final da década de 80, percebe-se a necessidade de ampliação de estudos e reflexões voltadas a compreender a dinâmica dos profissionais envolvidos neste amplo e complexo processo. Neste contexto, inserem-se as ações em saúde mental em serviços substitutivos, baseadas nos pressupostos da Reforma Psiquiátrica Brasileira, tais como os CAPS, Residências Terapêuticas, ações junto à Estratégia Saúde da Família, dentre outras. Assim sendo e diante da carência de abordagens acerca desta realidade, temos buscado proceder com realização de estudos com o intuito de compreender como tem se dado a práxis destes profissionais, com ênfase na questão da saúde do trabalhador, como manifestação de uma atitude de cuidado do cuidador. Tais ações culminaram com a Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica referente a esta temática, bem como com outras produções científicas correlatas. O cenário que permeia a cotidianidade dos trabalhadores de saúde nos aponta questões acerca da relação sofrimento/cuidado para além de uma dinâmica estritamente intra-psíquica, perpassada, em todo momento, por uma série de questões de cunho psicossocial e institucional. Neste sentido e a partir de uma aproximação com a lógica e diretrizes que balizam o funcionamento dos serviços e modelos assistenciais no âmbito da Atenção à Saúde Mental no contexto do SUS, propomos a constante busca por uma ampliação da compreensão do estresse no trabalho e, mais especificamente, da Síndrome de Burnout, como sinalizações possíveis do panorama de sofrimento no qual se inserem estes sujeitos. A aproximação desta problemática tem permitido o resgate da implicação de questões relacionadas à visão moderna de técnica, aos processos de construção da imagem social do cuidador, à formação profissional e, finalmente, à relação entre angústia e cuidado em seus aspectos existenciais. A partir de um posicionamento da clínica psicológica numa perspectiva fenomenológica existencial, como atitude de ser e pesquisar, temos colhido narrativas, enquanto relatos de experiência vivida, de profissionais inseridos nesta rede de serviços assistenciais, as quais nos apontam, dentre outras questões, aspectos relacionados ao caráter transitório e, por vezes, paradoxal, em que se encontra a implantação da rede substitutiva em Saúde Mental, com ênfase nas vivências dolorosas, fruto da discrepância entre expectativa do profissional e condições institucionais; a carência de uma efetiva política de desenvolvimento humano e cuidado do cuidador, além da repercussão de aspectos referentes às crises e desalojamentos vivenciados contemporaneamente, permeadas pelo individualismo exacerbado, precarização das condições de trabalho e vivências de altos níveis de angústia em sua cotidianidade. Diante disto, discute-se que, a partir da complexidade implicada na situação de descuido dos cuidadores, faz-se necessária a proposição de um constante olhar acerca de todos estes aspectos, que envolva, invariavelmente, a manutenção da tensão entre os diversos temas e questões envolvidas, bem como a permanente problematização do papel de cada elemento do sistema, numa atitude de cuidado que implique coletivamente os âmbitos do cuidado enquanto atitude ética e política, atravessados pelo cuidado de si, o cuidado institucional e o cuidado do outro. Assim sendo, propomos este curso, enquanto possibilidade de uma construção reflexiva e coletiva de postura e atitudes ante o atual cenário da implantação e desenvolvimento dos serviços substitutivos em saúde mental, não só no Estado de Alagoas, como também na região Nordeste e em todo o Brasil.

**Palavras-chaves:** Sofrimento e saúde do trabalhador,Cuidado do cuidador,Estresse ocupacional,Psicologia Clínica Fenomenológica Existencial

**Atividade: O trabalhador e o medo do desemprego  
(Paineis)**

**Trabalho:**O trabalhador e o medo do desemprego

**Autor(es):** Lígia Rocha Fontenele

**Resumo:** O sujeito é percebido por seu trabalho, pelo que consegue produzir e acumular. Ao não conseguir conquistar tal inserção na sociedade e o reconhecimento dos outros indivíduos, torna-se difícil para alguns manter a sua auto-estima elevada, ou mesmo o prazer da vida, pois na sociedade em que vivemos o trabalho é o que define o sujeito. “Um homem é o que ele faz.”. (PIMENTEL, 2002, p. 17). O temor de ser desempregado é ainda mais evidente naqueles indivíduos do sexo masculino, pois o desemprego atinge de forma diferente o homem e a mulher, uma vez que ainda existe um papel tradicional e uma grande expectativa sobre a obrigação do homem de produzir e gerar lucro para a sociedade e renda para gerir a família. A situação de desemprego para o homem pode ser vivida com sentimentos de exclusão e angústia que não se limitam apenas ao aspecto profissional do sujeito, mas também influenciam seu relacionamento familiar, com os amigos, sua auto-percepção, e todas as demais esferas do indivíduo. “O desemprego além de excluir o homem de seu meio social, o destitui de si próprio”. (Ibid., p. 22). Atualmente o trabalhador acompanha aterrorizado vários colegas serem atingidos pelo desemprego e teme ser o próximo a passar por isso, pois está desprotegido e incluso em um mercado extremamente volátil. O desemprego se apresenta muito próximo ao sujeito e isso impacta no seu dia-a-dia, no seu estar na empresa. Esse estudo visa analisar qual o valor atribuído ao emprego pelo homem de classe média, bem como o medo do desemprego é vivenciado e afeta sua relação com a organização em que trabalha. Através de uma breve revisão bibliográfica, da contextualização histórica do conceito de trabalho, passando pelas principais transformações econômicas até os novos paradigmas das organizações e da análise de dois relatos obtidos em entrevista semi-dirigida com homens empregados em diferentes empresas de Fortaleza demonstra-se qual o valor psicossocial dado à atividade laboral e como o temor de perdê-la modifica a relação entre sujeito e a empresa que o emprega. Foi percebido que as mudanças estruturais na organização aumentam as causas do medo do desemprego e criam novas formas de reações que podem ter como consequência maiores sofrimentos físicos e psíquicos do empregado. Dejours (2003) afirma que o medo deve ser considerado junto aos processos de demissões e precarização de trabalho e diz que existem quatro fatores principais que resultam do sentimento de vulnerabilidade e mobilização do medo. O primeiro é a intensificação do trabalho e o aumento do sofrimento subjetivo, o segundo é a neutralização da mobilização coletiva. O terceiro fato que se observa a partir do medo do desemprego é o de não “perceber” o sofrimento e a injustiça impostos aos outros e finalmente o quarto efeito do sentimento de insegurança na empresa é o individualismo e o aumento da competição entre colegas de trabalho. Tendo em vista que o homem é definido por seu trabalho e ter um emprego significa ter respeito, honra e dignidade; ter seu emprego ameaçado representa um risco a sua própria identidade. Assim é preocupante a forma como as constantes mudanças e os novos paradigmas organizacionais vêm explorando, exercendo controle e dominação em seus trabalhadores, provocando sentimentos de insegurança e medo cada vez maiores. Através da revisão bibliográfica, juntamente com as entrevistas realizadas, foi observado que as mudanças estruturais na organização aumentam as causas do medo do desemprego e criam novas formas de reações no ambiente de trabalho que podem ser danosas ao sujeito, como por exemplo, o aumento do sofrimento subjetivo, a intensificação do trabalho, a omissão frente ao sofrimento do outro e dele próprio, a neutralização da mobilização coletiva, o individualismo e o agravamento da competição.

**Palavras-chaves:** sofrimento no trabalho,desemprego,medo,subjetividade

**Atividade: IMPACTO DO CONFLITO SUPERVISOR-SUBORDINADO NO  
COMPROMETIMENTO ORGANIZACIONAL AFETIVO  
(Comunicações Científicas)**

## **Trabalho:**IMPACTO DO CONFLITO SUPERVISOR-SUBORDINADO NO COMPROMETIMENTO ORGANIZACIONAL AFETIVO

**Autor(es):** Danielle Mundim de Oliveira, Arthur Siqueira de Sene, Daniel Gonçalves Cury, Fábila Tunísia Alves Xavier, Fernanda Cunha Silva, Flávia Miranda Oliveira, Gisele de Andrade Mendes, Liliane Ochoa Castro, Maria do Carmo Fernandes Martins, Marisa Amorim Silva, Patrícia Carneiro de Resende

**Resumo:** Uma característica chave de qualquer grupo é a interação, e nesse processo interativo é comum que surja o conflito até mesmo devido à interdependência dos membros. Estudos apontam que o conflito é um fator que interfere em diversas variáveis do contexto organizacional, inclusive no comprometimento do indivíduo com a organização, com seu grupo e até mesmo com as decisões tomadas. Conflito, de modo geral, pode ser entendido como um processo no qual, entidades sociais como indivíduos, organizações ou grupos possuem dissonância ou incompatibilidade de objetivos, valores e necessidades dentro das interações estabelecidas. Já o conflito supervisor-subordinado refere-se a desacordos ou diferenças vivenciadas entre o supervisor e o seu subordinado. Dentro dessa relação, dois tipos de conflitos podem ser estabelecidos: o conflito de tarefa e o de relacionamento. O conflito de tarefa diz respeito a desacordos sobre o conteúdo das tarefas que estão sendo executadas, incluindo diferenças nos pontos de vistas, idéias, e opiniões. Já o conflito de relacionamentos é entendido como incompatibilidades interpessoais entre o supervisor e o subordinado, que inclui tipicamente tensão, animosidade e contrariedade. Devido à escassez de estudos na literatura sobre esse tipo de conflito, supervisor-subordinado, o presente trabalho objetivou verificar a influência deste no comprometimento organizacional afetivo dos trabalhadores, a partir da percepção dos subordinados. O comprometimento organizacional afetivo pode ser compreendido como um estado no qual o indivíduo se identifica com uma organização particular e com seus objetivos, desejando manter-se afiliado a ela com vistas a realizar tais objetivos. Resultados de pesquisas sugerem que empregados comprometidos afetivamente são os apresentam menores taxas de rotatividade, absenteísmo e intenção de sair da empresa e maiores freqüências de comportamento de cidadania organizacional, bem como melhores indicadores de desempenho no trabalho. Para realizar esse estudo foram investigados 72 trabalhadores de diversas empresas da cidade de Uberlândia, com idade média de 32 anos, sendo 52,8% do feminino. Metade da amostra (50%) possuía ensino médio completo, e o restante apresentava escolaridade diversificada variando do ensino fundamental completo a pós-graduação. Quanto ao cargo ocupado na organização, a grande maioria dos sujeitos (68%) possuía cargos operacionais, 23% administrativos, 4% comerciais e 4% gerenciais. Foram utilizadas, para medir as variáveis desse estudo, a Escala de Conflito Supervisor-subordinado, que avalia, a partir da percepção do subordinado, dois fatores, o conflito de relacionamento (5 itens,  $\alpha = 0,82$ ) e o conflito de tarefa (4 itens,  $\alpha = 0,89$ ); e a Escala de Comprometimento Organizacional Afetivo que é unifatorial e contém 5 frases ( $\alpha = 0,93$ ). Para respondê-las, os sujeitos dispunham de uma escala de 4 pontos, para a escala de conflito, e uma de 5 pontos para a escala de comprometimento. Os dados foram codificados no SPSS e submetidos aos cálculos descritivos, de correlação e à análise de regressão linear múltipla padrão. (Os resultados obtidos revelaram um baixo índice de conflito, tanto de relacionamento (média=1,62, DP= 0,69), quanto de tarefas (média= 2,04), DP= 0,68) e revelaram comprometimento afetivo médio (= 3,12, DP= 0,86). Resultados da análise de regressão revelaram que conflito de relacionamento não teve impacto significativo no comprometimento organizacional afetivo, já o conflito de tarefa teve um impacto significante e predisse inversamente 17% [ $R^2 = 0,172$ ;  $F(2,69) = 7,172$ ;  $p \leq 0,01$ ] do

comprometimento organizacional afetivo, revelando que quanto maior o conflito de tarefa, menor era o comprometimento organizacional afetivo (Beta= -0,38, t= -2,57, p<0,05). Além disso, verificou-se que sexo, escolaridade e cargo não se correlacionaram com comprometimento organizacional afetivo. Esses achados permitem hipotetizar explicativamente que, como o chefe pode ser percebido pelo subordinado como representante dos objetivos organizacionais, a discordância entre eles sobre as tarefas, poderia levar o subordinado a considerar-se discordante das diretrizes da própria empresa, levando assim, a um menor comprometimento organizacional afetivo. Já o conflito de relacionamento fica restrito aos desacordos de ordem pessoal, não sendo, portanto, confundidos com desacordos quanto aos objetivos da organização. Como os estudos sobre conflito supervisor-subordinado ainda são escassos na literatura, sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas, para que ocorram aprofundamentos e maiores descobertas sobre o assunto.

**Palavras-chaves:** conflito supervisor-subordinado, conflito de tarefa, conflito de relacionamento, comprometimento organizacional afetivo

**Atividade: O poder preditivo do conflito supervisor subordinado no envolvimento com o trabalho (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** O PODER PREDITIVO DO CONFLITO SUPERVISOR-SUBORDINADO NO ENVOLVIMENTO COM O TRABALHO

**Autor(es):** Danielle Mundim de Oliveira, Arthur Siqueira de Sene, Daniel Gonçalves Cury, Fábria Tunísia Alves Xavier, Fernanda Cunha Silva, Flávia Miranda Oliveira, Gisele de Andrade Mendes, Liliane Ochoa Castro, Maria do Carmo Fernandes Martins, Marisa Amorim Silva, Patrícia Carneiro de Resende

**Resumo:** Envolvimento com o trabalho relaciona-se a idéia de fluxo que descreve as sensações experimentadas pelo indivíduo provenientes de “ações sem esforços”. Para que possa ocorrer o estado de fluxo no trabalho é preciso que o trabalhador tenha um conjunto de metas claras, respostas apropriadas para a execução da tarefa, que seu trabalho lhe proporcione feedback interno, ou seja, que ele mesmo reconheça o resultado de sua atividade e desempenho, além de possuir habilidades que o possibilitem realizar a tarefa que está no limiar de sua capacidade de controle. Nessas condições a energia psíquica volta-se para a realização da tarefa, o que o mantém completamente imerso, concentrado na atividade que realiza, ou seja, em estado de fluxo. Variáveis dos supervisores como consideração com as relações pessoais e sociais com seus subordinados, oportunidades criadas para participação destes em tomadas de decisão e a quantidade e qualidade da comunicação existente no ambiente de trabalho com seus subordinados são considerados na literatura como alguns dos antecedentes de envolvimento com trabalho. Ciente do impacto dessa relação, o objetivo deste estudo foi investigar a influência do conflito supervisor-subordinado no envolvimento do trabalhador com o trabalho. Conflito supervisor-subordinado refere-se a desacordos ou diferenças vivenciadas entre o supervisor e o seu subordinado. Dentro dessa relação, dois tipos de conflitos podem ser estabelecidos: o conflito de tarefa e o de relacionamento. O conflito de tarefa diz respeito a desacordos sobre o conteúdo das tarefas que estão sendo executadas, incluindo diferenças nos pontos de vistas, idéias, e opiniões. Já o conflito de relacionamentos é entendido como incompatibilidades interpessoais entre o supervisor e o subordinado, que inclui tipicamente tensão, animosidade e



contrariedade. Para realizar este estudo foram investigados 67 trabalhadores de empresas diversas da cidade de Uberlândia, a maioria (66%) do sexo feminino, com média de 24 anos e escolaridade variando entre ensino fundamental completo e pós-graduação, sendo que 75% desses sujeitos possuíam ensino fundamental completo e nível superior incompleto e ocupavam em sua maioria cargos operacionais (84%). Vale ressaltar que esses trabalhadores estavam há mais de três meses subordinados ao mesmo chefe. Para medir as variáveis desse estudo, foram utilizadas as Escalas de Conflito Supervisor-subordinado, que avalia, a partir da percepção do subordinado, dois fatores, o conflito de relacionamento (5 itens,  $\alpha = 0,82$ ) e o conflito de tarefa (4 itens,  $\alpha = 0,89$ ) e de Envolvimento com o Trabalho que é unifatorial e contém cinco itens ( $\alpha = 0,78$ ). Para responder, os sujeitos dispunham de uma escala de quatro pontos para a Escala de Conflito Supervisor-subordinado e de uma Escala de sete pontos para a Escala de Envolvimento com o Trabalho. Os dados foram codificados no SPSS e submetidos a cálculos descritivos e análise de regressão linear múltipla padrão. Os resultados revelaram que há relação entre conflito e envolvimento, de modo que os conflitos entre o supervisor e o subordinado (de tarefa e de relacionamento) predisseram aproximadamente 10% do envolvimento com o trabalho [ $R^2 = 0,097$ ;  $F(2,64) = 3,454$ ;  $p \leq 0,05$ ]. O conflito de relacionamento predisse negativamente envolvimento ( $Beta = -0,44$ ,  $t = -2,62$ ,  $p < 0,005$ ), enquanto o conflito de tarefa foi preditor positivo ( $Beta = 0,34$ ,  $t = 2,01$ ,  $p < 0,005$ ). Através desses achados pode-se supor que quando há conflito de relacionamento entre o supervisor e seu subordinado, a relação interpessoal entre eles pode tornar-se incompatível e tensa, e assim, gerar um menor envolvimento do subordinado com o trabalho, pois como mostra a literatura, a relação do supervisor com o subordinado interfere no envolvimento deste com o trabalho desenvolvido. No que se refere ao conflito de tarefa, os resultados aqui encontrados, corroboram outros estudos: ele pode ser benéfico em algumas circunstâncias, que acontecem quando se discutem, principalmente, as discordâncias sobre as tarefas sem envolvimento emocional. Isto possibilita o aumento da qualidade das decisões, o melhor desempenho do empregado e da equipe, a geração de novas idéias sobre os processos organizacionais e o aumento da criatividade para lidar com problemas da organização. Deste modo, este conflito parece promover um maior envolvimento do empregado com o seu trabalho. Porém, como esses temas ainda são pouco estudados, novas pesquisas fazem-se necessárias para confirmação desses achados.

**Palavras-chaves:** conflito supervisor-subordinado, conflito de tarefa, conflito de relacionamento, envolvimento com o trabalho

**Atividade: O HU Quer Saber  
(Experiências em Debate)**

**Trabalho:** O HU Quer Saber - A Importância da Comunicação na Pesquisa Organizacional

**Autor(es):** Raquel Libório Feitosa, João Vilnei de Oliveira Filho, Letícia Lopes Silva, Antônio Ricardo Gadelha Silva, Germana Sales Feijão, Ana Paula Berg, Antonio Caubi Ribeiro Tupinambá, Edmilson Forte Miranda Júnior

**Resumo:** O Hospital Universitário Walter Cantídio da UFC é uma instituição pública formada por 1800 profissionais de diversas áreas da saúde. Objetivando entender como esses funcionários sentem-se em relação à Instituição e propor um plano de melhorias, vem se realizando uma Pesquisa de Clima e Comprometimento Organizacional, cuja complexidade tem demandado massiva participação dos colaboradores em suas duas fases: quantitativa e qualitativa. Nesse contexto, a Comunicação desempenhou papel fundamental desenvolvendo uma Campanha de Sensibilização, denominada “Construção do Cenário”, para que todos os colaboradores da instituição fossem atingidos e entendessem a necessidade da participação voluntária no

processo. Este trabalho reforça a importância da Comunicação como instrumento de interlocução entre o Hospital e seus colaboradores, fazendo com que estes exerçam a cidadania organizacional. A idéia foi mostrar ao colaborador que a sua voz é importante, e que sua participação é fundamental para o bom funcionamento do Hospital Universitário. Apenas com esse canal de comunicação bem “afiado” é que mudanças podem acontecer na instituição. A Campanha teve, inicialmente, dois momentos distintos: estranhamento e reforço. A etapa do estranhamento teve como objetivo despertar a atenção dos colaboradores para algo novo na instituição – a realização da Pesquisa - através de cartazes, faixas de tecido, desenhos colados no piso (floorgraphics), distribuídos pelo Hospital, e mensagens nos contra-cheques. Neste momento o foco maior foi despertar a curiosidade e a atenção da comunidade organizacional, no sentido de instigá-la sobre o que iria acontecer, mas ainda sem divulgar todas as informações. A etapa reforço foi um momento de contato direto com os colaboradores. Para tanto, um grupo de acadêmicos e profissionais da instituição, que se apresentou voluntariamente, foi capacitado pela equipe de pesquisadores com a finalidade de esclarecer sobre a pesquisa e formas de participação. Este grupo de multiplicadores voluntários, que utilizava camisas com a logomarca da pesquisa, percorreu todos os setores do hospital, utilizando um kit com informações completas sobre a mesma, composto de fichas informativas, papel de parede para computadores, adesivos para telefone e mesa, e apresentando-o de forma transparente com abordagem face a face. As estratégias criadas para divulgação do trabalho tiveram a preocupação de dar caráter lúdico e atraente ao processo, além de vislumbrar os demais objetivos específicos estabelecidos, a saber: atingir, nas duas fases da pesquisa, o número de questionários previstos na metodologia; divulgar eficazmente as datas e formas de participação dos colaboradores na Pesquisa de Clima e Comprometimento Organizacional; comunicar utilizando instrumentos de baixo custo devido às dificuldades financeiras de um hospital público e criar alternativas ao memorando, levando em consideração os diferentes públicos a serem atingidos. A primeira fase da pesquisa (quantitativa) já foi concluída tendo êxito no alcance da amostra estipulada. Os questionários foram respondidos por 531 colaboradores que aderiram à Pesquisa, demonstrando a eficácia do plano de marketing elaborado.

**Palavras-chaves:** Comunicação, Pesquisa Organizacional, Plano de Marketing

**Atividade:** VIDA FINANCEIRA SAUDÁVEL  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** VIDA FINANCEIRA SAUDÁVEL

**Autor(es):** Clisalva Gomes da Silva

**Resumo:** VIDA FINANCEIRA SAUDÁVEL presente trabalho tem como origem o projeto de extensão denominado "Vida Financeira Saudável", desenvolvido na Universidade Estadual de Maringá (UEM) – Maringá-PR. Vem sendo operacionalizado por uma equipe multiprofissional e coordenado pela Diretoria de Assuntos Comunitários (DCT), vinculada à Pró-Reitoria de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários. A falta de educação financeira é um problema de toda a sociedade. Enquanto isso a população, adultos de diferentes profissões, não se sentem confortáveis na habilidade de manejar o dinheiro. Para outras famílias em diferentes culturas, os alicerces da educação financeira estão muito arraigados e consegue-se transferi-los por gerações. Mas o que é comum em nossa cultura, é o não diálogo sobre fianças em casa. E esses hábitos financeiros dos pais tendem a se propagar aos descendentes. Também temos que considerar que as dificuldades financeiras são grandes responsáveis pela destruição das famílias e pelas separações conjugais. O endividamento tem influenciado sobremaneira a saúde física, deteriorando a saúde mental e relacional dos servidores, conseqüentemente, causa prejuízo em seu desempenho profissional. O projeto tem por objetivo promover a prática educativa, preventiva e curativa na área de Educação Financeira junto aos servidores e familiares da Universidade e conta com a assistência de setores afins que assessoram com atendimentos especializados (Médico, Psicoterápico e Jurídico), bem como, informações relativas à situação salarial, margens consignáveis e outras. O trabalho justifica-se diante da observação de um quadro de endividamento pessoal e da existência de um número considerável de servidores vivendo dificuldades no planejamento orçamentário doméstico, o que os leva ao endividamento

das mais diversas modalidades de empréstimos bancários dentre o quais, o “crédito consignado” que, nos últimos doze meses, cresceu 50,1% enquanto o total do crédito pessoal aumentou em 25,2%. O endividamento é visto pelo servidor como solução de seus atuais problemas, acabam levando-os a um descontrole, causando infortúnios emocionais, físicos e sérios problemas de ordem pessoal, social, de saúde, familiar e profissional. A metodologia utilizada pela equipe multidisciplinar, pautou-se na realização de campanhas permanentes de caráter preventivo e educativo; reuniões setoriais e grupais junto aos servidores e familiares, para os auxiliarem no processo de elaboração do orçamento familiar; plantões de consultoria financeira e suporte psicossocial. Tais ações buscam desenvolver o equilíbrio financeiro melhorando a qualidade de vida dos servidores e familiares. A questão da qualidade de vida do servidor envolve aspectos físicos, ambientais e psicológicos do local de trabalho e tem sido um parâmetro entre a experiência humana e sua satisfação no desempenho das atividades. Sua proposta tem caráter profilático, motivando-os a melhorarem o seu padrão de saúde e cultura financeira, viabilizando o funcionamento de mecanismos adaptativos e regulatórios, mesmo em face de uma sociedade consumista, tendo como estratégia o envolvimento à integração familiar, resultando na adequação das despesas e receitas orçamentária. Quanto aos resultados obtidos: foram realizadas oito reuniões com a equipe multiprofissional, objetivando as tomadas de decisões (estratégias de atuação anual) e estudos de casos. Em outubro de 2005, foi realizado o “Primeiro Seminário Vida Financeira Saudável” com a participação da equipe da Itaipu Binacional, lançando o projeto, comparecendo ao evento setenta e três servidores. Foram ministradas três palestras relativas à “Educação Financeira e Orçamento Familiar”; duas palestras psicológicas, cujos temas: “Stress e Qualidade de Vida” e “Relacionamento Interpessoal no trabalho”, proferidas pela equipe multidisciplinar, perfazendo um total de cento e sessenta servidores e familiares presentes. Foram realizados sessenta plantões em cerca de duzentas horas de atendimentos, com orientações referentes ao orçamento familiar, uso de planilhas, empréstimos e necessidade de antecipação do 13º salário afim de reequilibrar as finanças e investimentos. Este procedimento atingiu cento e dois servidores através de reuniões individuais. Três famílias se dispuseram ao acompanhamento e orientação, bem como, foram realizadas duas visitas domiciliares. Tais dados referem-se ao trabalho da equipe de outubro de 2005 a dezembro de 2006. Concluímos que a reeducação financeira pode propiciar melhores condições de vida aos servidores, levando-os ao equilíbrio nas áreas: profissional, familiar, emocional, saúde, financeira e até mesmo religiosa. Minimizando o absenteísmo, acidente de trabalho e melhorando a qualidade de vida do servidor. Alavancando sobremaneira a cultura organizacional como um todo.

**Palavras-chaves:** Psicologia Organizacional, Qualidade de Vida, Educação Financeira, Cultura Organizacional, Orçamento familiar

**Atividade: SÍNDROME DE BURNOUT EM MÉDICOS PEDIATRAS  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** SÍNDROME DE BURNOUT EM MÉDICOS PEDIATRAS: ESTUDO EM DOIS HOSPITAIS

**Autor(es):** Márcia Oliveira Staffa Tironi, Sonia Regina Pereira Fernandes

**Resumo:** Autor: Márcia Oliveira Staffa Tironi - UFBA. Co-autor: Sônia Regina Pereira Fernandes – Mestrado em Psicologia - UFBA. RESUMO A síndrome de burnout (esgotamento profissional) é desenvolvida em resposta à exposição prolongada aos fatores interpessoais no trabalho. A concepção sócio-psicológica sobre a síndrome evidencia a existência de fatores multidimensionais: a exaustão emocional - sensação de esgotamento tanto físico como mental, a despersonalização - tratamento negativo, cínico, frio e impessoal com os usuários de seus serviços e a reduzida realização pessoal - declínio do sentimento de competência e produtividade no trabalho. Os estudos têm evidenciado que as categorias profissionais com maior vulnerabilidade para o desenvolvimento da síndrome são: profissionais de saúde, professores e policiais. Objetivos: analisar a síndrome de burnout a partir de variáveis individuais e organizacionais entre os médicos pediatras, buscando de forma específica: a) investigar suas

percepções sobre aspectos do processo de trabalho, a saber: controle sobre o trabalho, cargas de trabalho e reconhecimento; b) avaliar a intensidade dos fatores da síndrome de burnout: exaustão emocional, desumanização e decepção nos participantes; c) explorar a relação entre a percepção do médico pediatra sobre os aspectos do seu trabalho e os fatores da síndrome de burnout. Método: estudo descritivo de corte transversal, envolvendo predominantemente análises dos aspectos da dimensão quantitativa, apesar de ter incorporado também alguns aspectos da dimensão qualitativa. Os dados foram coletados através da auto-aplicação de um questionário que além das características pessoais e funcionais, investigou a percepção do trabalhador sobre aspectos do processo de trabalho e a saúde psíquica. Para construção do instrumento, incorporou-se parte do instrumento utilizado por Esteves (2004) para a investigação das variáveis: cargas de trabalho, controle sobre o trabalho e reconhecimento e a Escala de Categorização do Burnout (ECB) desenvolvida e validada no Brasil por Tamayo & Tróccoli (2002), para investigação do burnout. Os dados foram submetidos a análises exploratórias, descritivas, estatísticas inferenciais e de confiabilidade e, posteriormente, análise de regressão múltipla hierárquica. Participantes: o estudo incorporou 59 participantes, trabalhadores médicos que atuam na área de pediatria de duas organizações, tendo sido contemplados 76% (n=38) da organização A e 80,76% (n=21) da organização B. Resultados: possibilitaram confirmar a hipótese principal do estudo: altas cargas de trabalho, reduzido grau de controle sobre o trabalho e de reconhecimento, estão associados aos fatores da síndrome de burnout. Neste sentido, os participantes que tiveram altas cargas de trabalho, reduzido grau de controle sobre o trabalho e reduzido grau de reconhecimento, tiveram níveis altos nos fatores da síndrome de burnout (exaustão emocional, desumanização e decepção). Verificou-se correlação dos aspectos do processo de trabalho e características pessoais e funcionais com os três fatores da síndrome de burnout, tendo sido identificados como preditores: idade e cargas de trabalho para o fator exaustão emocional; controle sobre o trabalho para o fator desumanização; e, controle sobre o trabalho e reconhecimento para o fator decepção. Finalmente, o estudo aponta para a necessidade de novos estudos, prioritariamente longitudinais, para investigação desta síndrome na categoria profissional de médicos, envolvendo também outros contextos e outras especialidades médicas.

**Palavras-chaves:** Síndrome de Burnout, Saúde do Trabalhador, Trabalho Médico

**Atividade: SÍNDROME DE BURNOUT EM MÉDICOS PLANTONISTAS DE UTI EM SALVADOR - BA (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: SÍNDROME DE BURNOUT EM MÉDICOS PLANTONISTAS DE UTI EM SALVADOR - BA**

**Autor(es):** Márcia Oliveira Staffa Tironi, Dalton de Souza Barros, Eduardo Reis, Igor Carlos Cunha Mota, Juliana Silva França, Lorena Guimarães Borges, Manuela Barreto de Jesus Lordão, Maria Valverde Trindade, Mônica Bastos Tranzillo Almeida, Alessandro de Moura Almeida, Almir Bittencourt, Ana Isabela Ramos Feitosa, Flávia Serra Neves, Marcelo Santos Teles, YGOR GOMES

DE SOUZA, Carlito Lopes Nascimento Sobrinho

**Resumo:** A síndrome de burnout é uma síndrome psicológica caracterizada por 3 dimensões: exaustão emocional (EE, sentimento de esgotamento); despersonalização (DP, tratamento impessoal com usuários) e ineficácia (IN, sentimento de incompetência). O contexto de trabalho funciona como uma moldura e fator importante para o seu desenvolvimento. Os médicos que trabalham em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) estão particularmente predispostos a esta síndrome pelo seu contexto de trabalho que exige conhecimento técnico qualificado, raciocínio rápido e habilidade interpessoal, além de atualização científica contínua, frente ao desenvolvimento que a especialidade vem apresentando ao longo dos últimos anos. O cotidiano de trabalho em UTI apresenta vários fatores de estresse, como lidar com o sofrimento e risco de vida, demanda intermitente de decisões rápidas, entre outros. Objetivo: Descrever a prevalência da síndrome de burnout entre médicos trabalhadores em UTI associando-a a dados demográficos e características do trabalho destes profissionais. Método: estudo epidemiológico de corte transversal, onde foi estudada a população de médicos que trabalhavam nas Unidades de Terapia Intensiva (UTI) para pacientes adultos na cidade de Salvador, no ano de 2006. Dos 336 médicos elegíveis ao estudo, 297 responderam ao questionário, totalizando 88,4% da população. Foi utilizado um questionário padronizado, auto-aplicável, composto de seis blocos de questões: 1º bloco: dados sócio-demográficos; 2º bloco: características do ambiente de trabalho percebidas pelos médicos como nocivas à sua saúde (Job Content Questionnaire - JCQ); 3º bloco: referente a qualidade de vida (WHOQOL-Bref); 4º bloco: queixas de doenças; 5º bloco: Avaliação do nível de burnout (Maslach Burnout Inventory – MBI); 6º bloco: questões sobre hábitos de vida. Utilizou-se a classificação do MBI para identificação do burnout nos níveis baixo, moderado e alto em cada uma das três dimensões estudadas. Burnout foi definida pela presença do nível alto em pelo menos uma das dimensões. Os resultados foram analisados utilizando-se o programa SPSS for windows 11.0. Resultados: A idade média observada foi de  $34,2 \pm 6,9$  anos, sendo 71,7% do sexo masculino. A média de tempo de formado foi de  $10,0 \pm 6,7$  anos. A síndrome foi observada em 63,3% (n=188) dos médicos avaliados, sendo que 7,4% apresentaram nível alto nas três dimensões; 22,3% em duas; e 33,8% em uma dimensão. Níveis moderados ou altos foram encontrados em 79,9%, 51% e 54,8% dos médicos para as dimensões de EE, DP e IN, respectivamente. Conclusão: a síndrome de burnout apresentou alta prevalência entre médicos trabalhadores de UTI devendo ser discutidas estratégias para prevenção desta síndrome nesta especialidade médica.

**Palavras-chaves:** síndrome de burnout, saúde do trabalhador, trabalho médico

**Atividade: A PRÁTICA DO PSICÓLOGO NO CONTEXTO DA AVIAÇÃO (Mesas Redondas)**

**Trabalho: ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA INVESTIGAÇÃO DE OCORRÊNCIAS AERONÁUTICAS**

**Autor(es): LISIA MARIA ESPINOLA DA SILVA PACHECO CABRAL**

**Resumo:** As atribuições do psicólogo em aviação são bastante abrangentes: seleção, treinamento, acompanhamento de pessoal, prevenção e investigação de ocorrências aeronáuticas, atendimento de crise etc. Contudo, no campo da aviação brasileira, existe uma carência muito grande de regulamentação específica para a atuação do psicólogo. Se, por um lado, tem-se uma regulamentação para a aviação militar (BRASIL, 2004; 2003, 1991a, 1991b), por outro, para a aviação civil existem legislações de caráter mais geral, sobre Fatores Humanos, tanto nacionais (BRASIL, 2003, 1999) quanto internacionais (OACI, 2002; 2001; 1998), que descrevem aspectos fundamentais deste tema, porém, sem estabelecer, com especificidade, as atividades do psicólogo. E o que são Fatores Humanos? É uma disciplina interdisciplinar, sinônimo de Ergonomia, ainda, pouco abordada no ensino superior, que é adotada no tratamento e compreensão das atividades laborativas no ambiente de aviação, tendo, por definição, a adaptação dos sistemas de trabalho às características, habilidades e limitações do ser humano, imperfeito, por natureza, com vistas a resultados com maior efetividade, segurança,

confiabilidade e conforto. Praticada por profissionais de formações diferenciadas, visa reunir o saber técnico-científico destes em prol de um objetivo comum: a Segurança de Vôo. Nesse sentido, no âmbito da aviação civil, a atuação do psicólogo se insere na legislação de Fatores Humanos / Ergonomia, contextualizada dentro da realidade aeronáutica de cada País, organização e profissão, considerando-se, respectivamente, as culturas nacional, organizacional e profissional vigentes. Assim sendo, se poderia comentar, aqui, superficialmente, cada uma das atividades do psicólogo, porém, ao invés disso, a decisão mais apropriada foi a de se aprofundar em, apenas, uma delas: a investigação de ocorrências aeronáuticas. Com o avanço da tecnologia aeronáutica, se observa, cada vez menos, falhas materiais e, cada vez mais, erros relativos aos Fatores Humanos nas ocorrências aeronáuticas, o que não significa que o ser humano esteja errando mais, e sim que essa evolução caminha bem mais veloz do que a capacidade humana de acompanhá-la. Num sistema de alto grau de complexidade, como a aviação, se evidencia a vulnerabilidade das equipes envolvidas com a atividade aérea (pilotos, comissários de bordo, pessoal de manutenção, pessoal de aeroportos, controladores de tráfego aéreo etc.), sendo necessário desenvolver estratégias precisas na tentativa de conter os erros humanos. Dessa forma, a atuação do psicólogo como profissional de ciências humanas, que busca compreender a dinâmica das pessoas, com suas características individuais, psicossociais e organizacionais, é fundamental na prevenção de ocorrências aeronáuticas. E a atividade de investigação de ocorrências aeronáuticas, como instrumento de prevenção, apesar de se inserir numa Abordagem Reativa da Segurança de Vôo, tirando ensinamentos depois da ocorrência já consolidada, com os seus respectivos danos e perdas, apresenta-se de muita utilidade como meio para minimizar a probabilidade de reincidência de outras ocorrências semelhantes, no que se refere ao erro humano. Como a atuação do psicólogo em ambiente de aviação é, ainda, pouco conhecida pela comunidade de psicólogos, urge ser difundida, de modo que estudantes de Psicologia possam ser formados e capacitados para este fim. Assim sendo, esta apresentação se propõe a apontar os aspectos relevantes da atuação do psicólogo na investigação de ocorrências aeronáuticas, em termos de procedimentos e ferramentas utilizadas no Brasil, tendo por objetivo a conscientização quanto à importância do seu papel no atendimento a este tipo de demanda.

**Palavras-chaves:** Psicologia e aviação, Segurança de Vôo, Investigação de ocorrências aeronáuticas

**Trabalho:** A CONSTRUÇÃO DE UMA PRÁTICA EM PSICOLOGIA VOLTADA PARA O TRÁFEGO AÉREO

**Autor(es):** MARIA DA CONCEIÇÃO PEREIRA

**Resumo:** Pensando na proteção ao vôo dos dias de hoje, ainda possuímos, no Brasil, um sistema operacional com o funcionamento e suporte básico centrados na ação específica do homem. O controlador de tráfego aéreo representa o elo entre aeronaves e o solo, e entendemos que é destinada a esse homem a real responsabilidade do gerenciamento e da manutenção da segurança entre ar e terra, embora todo esse sistema venha sofrendo modificações, em função do avanço da tecnologia que vislumbra um sistema sofisticado e extremamente automatizado. Compreendemos o Controle de Tráfego Aéreo (CTA), na atualidade, como um sistema cooperativo complexo, onde estão presentes pessoas envolvidas em múltiplas tarefas, em diferentes segmentos, tais como: pilotos, controladores, meteorologistas, técnicos em geral e de comunicação, todo pessoal de terra, entre outros. É nesse processo de cooperação que se estabelecem os níveis de qualidade da Segurança de Vôo. Tendo como foco a Segurança de Vôo e a Proteção ao Vôo, dentro do espaço aéreo brasileiro, e entendendo que o desempenho de uma atividade, como a de Controle de Tráfego Aéreo (CTA), enfatiza aspectos sistêmicos e de questões específicas da adaptação do homem à máquina e a seu meio, destacamos a importância da presença da Psicologia neste espaço de trabalho. A participação deste profissional ganha destaque, não só para empreender conhecimentos e traçar a investigação de dimensões psicológicas na perspectiva do trabalho técnico junto às operações desenvolvidas, mas, especialmente, para oferecer maiores condições de apoio a este ser humano que desenvolve, no dia-a-dia, atividades que requerem extrema solicitação psicofísica e de grande responsabilidade diante da vida de quem realiza os vôos, seja como passageiros ou como

tripulantes que ocupam o espaço aéreo do Brasil. Este trabalho tem o objetivo de apresentar a experiência construída no Terceiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Espaço Aéreo (CINDACTA III), enfocando a perspectiva da Psicologia voltada para o CTA como atividade humana, suas peculiaridades e suas especificidades. A forma de apresentação deste estudo será através do relato da experiência vivida, diante do desenvolvimento das atividades neste Centro de Controle, que constitui a construção de uma prática em Psicologia voltada para o tráfego aéreo. Ressaltamos que as atividades de CTA envolvem um amplo processo cognitivo e solicita um homem, psicologicamente, preparado, uma vez que executa tarefas que exigem conhecimentos específicos relativos a procedimentos operacionais complexos, que envolvem informações em constante mudança, além de lidar com toda uma tecnologia que vem se aperfeiçoando, aceleradamente, e exigindo um redimensionamento da relação homem /máquina. Neste sentido, o relato desta experiência permite um desvelamento do papel da Psicologia neste espaço de trabalho e diante desta tão nobre atividade do sistema aeronáutico brasileiro.

**Palavras-chaves:** Psicologia e Tráfego Aéreo, Segurança, Atividade Complexa

**Trabalho:** A CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA EM PSICOLOGIA NA AVIAÇÃO

**Autor(es):** Selma Leal de Oliveira Ribeiro

**Resumo:** A Psicologia vem se tornando cada vez mais evidente e necessária em vários setores da atividade humana. Sua história tem mostrado que as conquistas alcançadas, na maioria das vezes, são decorrentes de necessidades sociais que emergiram de contextos variados. Daí, o surgimento de especializações, como as Psicologias Clínica, Social, Hospitalar, do Esporte, do Trabalho e Organizacional, entre outras. No caso particular da Psicologia aplicada ao trabalho e às organizações, as primeiras preocupações residiam sobre a adequada escolha dos profissionais que iriam executar as tarefas, com o principal objetivo de manter em equilíbrio a relação de bem-estar do operador com os níveis de produção. Um contexto de trabalho no qual a Psicologia vem se destacando é a aviação. A sua presença se fez notar, de forma mais significativa, por ocasião da II Guerra Mundial, quando foi utilizada para a seleção de pilotos. Com o passar do tempo, o desenvolvimento tecnológico das aeronaves e de outros postos de trabalho trouxeram outras preocupações para os profissionais que atuavam nessa área: a participação humana nos acidentes. Apontado como tendo a participação em cerca de mais de 70% dos eventos (JENSEN, 1995), o erro humano e formas de minimizá-lo tem sido o foco central dos estudos desenvolvidos. O objetivo desta participação é apresentar as contribuições das pesquisas desenvolvidas no meio aeronáutico que tiveram sua base nos avanços teóricos da Psicologia. No mundo, as primeiras pesquisas, durante o período que compreendia os anos 40 a 70, envolviam técnicas de seleção de pessoal, de desenvolvimento de projetos de equipamentos e de métodos de treinamento, de estabelecimento de limitações de tempo de voo e de descanso, entre outros temas, entretanto sempre tendo como objeto principal de interesse, o piloto (MAURIÑO, 1994). Na década de 70, a dinâmica dos pequenos grupos como meio de melhorar a comunicação e o desempenho das equipes de voo foram a tônica dos estudos, dando subsídios para o desenvolvimento do Treinamento de Gerenciamento de Recursos de Tripulação – Crew Resource Management (CRM). Já nos anos 80, com o grande desenvolvimento tecnológico das máquinas, se tinha como principais metas reduzir a carga de trabalho dos operadores e a sua participação nas atividades, de tal forma que a probabilidade do erro diminuísse. Entretanto, os acidentes decorrentes de falhas humanas continuaram a acontecer. As investigações, até aqui, realizadas tinham o seu foco no desempenho individual dos operadores, na tentativa de compreender quais os aspectos intrínsecos às suas características pessoais que contribuíram para as catástrofes. Até que no final dos anos 80, um acidente ocorrido no Canadá (MAURIÑO, 2000) trouxe a contribuição dos estudos da Psicologia Organizacional para o cenário da investigação de acidentes, apontando que falhas sistêmicas tiveram uma participação significativa no evento. Nos tempos mais recentes, pode-se observar que a sociedade não admite mais manter os estudos para o aprimoramento da Segurança de Voo calcados, apenas, em abordagens reativas, ou seja, evitar a reincidência de eventos através da identificação das falhas ocorridas. Um grupo de pesquisadores da Universidade do Texas, liderado pelo Prof. Robert Helmreich, realizou estudos que visam, principalmente, a identificação de condições indutoras de erros presentes no contexto aeronáutico que podem conduzir a ocorrência de

incidentes ou acidentes, e, conseqüentemente, desenvolver estratégias para fortalecê-lo. A proposta consiste em monitorar constantemente o ambiente operacional e detectar, através de ferramentas apropriadas e de pessoal treinado, os pequenos erros e as violações que ocorrem no dia-a-dia, e, também, os mecanismos utilizados pelos operadores para contornar e/ou resolver as situações (ICAO, 2002). Paralelo a isso, outros mecanismos de “incentivo a um sistema de ‘reports’ das condições de trabalho e, também, das deficiências das defesas existentes nos sistemas, criam um fluxo de troca de informações bastante útil para a identificação prematura e pró-ativa das situações que podem conduzir a um acidente” (MAURIÑO, 2000). Esta proposta, em fase de implantação em muitos países, inclusive no Brasil, apresenta-se como mais uma estratégia desenvolvida com apoio de profissionais da área da Psicologia, entre outros, visando, primordialmente, a manutenção do objetivo maior na aviação: a Segurança de Voo.

**Palavras-chaves:** Pesquisa em aviação, Psicologia e aviação, Segurança de Voo

**Atividade: IMPACTO DO CONFLITO SUPERVISOR-SUBORDINADO NO CLIMA ORGANIZACIONAL.  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho: IMPACTO DO CONFLITO SUPERVISOR-SUBORDINADO NO CLIMA ORGANIZACIONAL**

**Autor(es):** Maria do Carmo Fernandes Martins, Patrícia Carneiro de Resende, Arthur Siqueira de Sene, Daniel Gonçalves Cury, Danielle Mundim de Oliveira, Fábía Tunísia Alves Xavier, Flávia Miranda Oliveira, Fernanda Cunha Silva, Gisele de Andrade Mendes, Liliane Ochoa Castro, Marisa Amorim Silva, Sinésio Gomide Júnior

**Resumo:** Clima organizacional é a percepção global do trabalhador sobre seu ambiente de trabalho que sofre influencia de aspectos organizacionais e individuais. Conflito tem tido, ao longo dos anos, importante papel como preditor de desempenho, satisfação, criatividade, comprometimento. Sendo assim, o objetivo desse estudo foi investigar a influência do conflito supervisor-subordinado no clima organizacional. Conflito pode ser entendido como um processo de dissonância, incompatibilidade de objetivos, valores e necessidades entre entidades sociais como indivíduos, organizações ou grupos dentro. Conflito supervisor-subordinado refere-se a desacordos ou diferenças vivenciadas entre o supervisor e o seu subordinado. Nesta relação, pode haver dois tipos de conflitos: o de tarefa e o de relacionamento. O de tarefa diz respeito a desacordos sobre o conteúdo das tarefas que estão sendo executadas, incluindo diferenças nos pontos de vistas, idéias e opiniões. Conflito de relacionamento é entendido como incompatibilidades interpessoais entre o supervisor e o subordinado, que inclui tipicamente tensão, animosidade e contrariedade. Foram sujeitos deste estudo 72 trabalhadores de diferentes empresas da cidade de Uberlândia, com idade média de 27 anos, sendo a maioria (54,2%) do sexo feminino. A escolaridade dos sujeitos variava entre ensino fundamental completo e pós-graduação, sendo que a maior parte (40,3%) possuía nível superior incompleto e ocupava cargos operacionais (44,4 %). Vale ressaltar que todos os trabalhadores estavam há mais de três meses trabalhando na organização e subordinados ao mesmo chefe. A fim de medir as variáveis desse estudo, foram utilizadas a Escala de Conflito Supervisor-subordinado composta por 9 itens e que avalia, a partir da percepção do subordinado, dois fatores, conflito de relacionamento e conflito de tarefa; e a Escala de Clima Organizacional composta por 63 frases



que descrevem cinco fatores de clima: apoio, recompensa, conforto físico, controle/pressão e coesão. Para respondê-las, os sujeitos dispunham de uma escala de 4 pontos para a escala de conflito supervisor-subordinado e uma escala de 5 pontos para a escala de clima organizacional. Para análise dos dados, foi utilizado o SPSS; os dados foram submetidos a cálculos descritivos e a análises de regressão linear múltipla padrão. Os modelos que entraram nas regressões como preditores reuniam, numa primeira rodada, somente os dois tipos de conflito e na segunda, acrescentou-se a ele a interação entre ambos. A primeira regressão para apoio evidenciou que os dois tipos de conflitos predisseram significativamente 28% de apoio ( $R^2=0,28$ ,  $F=13,46$ ,  $p < 0,001$ ), sendo conflito de tarefa o único preditor negativo e significativo ( $Beta= -0,44$ ,  $t= -2,98$ ,  $p < 0,01$ ). A interação entre ambos não acrescentou nada ao poder de predição do modelo. Os dois tipos de conflito predisseram 12% de recompensa ( $R^2= 0,12$ ,  $F=4,68$ ,  $p < 0,05$ ). Mais uma vez apenas conflito de tarefa foi o único negativo responsável por esta predição ( $Beta= -0,43$ ,  $t= -2,65$ ,  $p= 0,01$ ). A interação entre os dois tipos de conflito manteve a mesma capacidade de predição e conflito de tarefa deixou de ser significativo; portanto, a interação foi deixada fora do modelo. O modelo que reuniu os dois tipos de conflito explicou 22% do fator Conforto Físico ( $R^2= 0,22$ ,  $F=9,95$ ,  $p < 0,001$ ), sendo o único preditor significativo e negativo o conflito de tarefa ( $Beta= -0,43$ ,  $t= -2,65$ ,  $p= 0,01$ ); ao acrescentar a interação entre os conflitos ao modelo, a capacidade de explicação da variância de conforto físico subiu para 25 % ( $R^2= 0,25$ ,  $F= 7,56$ ,  $p < 0,001$ ) e então os dois tipos de conflito passaram a ser significativos e negativos ( $Beta$  de conflito de tarefa= $-0,65$ ,  $t=-2,23$ ,  $p < 0,05$  e  $Beta$  de conflito de relacionamento= $-0,65$ ,  $t=-2,14$ ,  $p < 0,05$ ) e a interação, embora tenha somado ao poder de predição, não foi significativa (mas foi positiva). Nenhum tipo de conflito ou a interação entre ambos predisse significativamente controle/pressão. O modelo que reunia os dois tipos de conflito predisse significativamente 21% de coesão ( $R^2= 0,21$ ,  $F= 8,94$ ,  $p < 0,001$ ). Apenas conflito de tarefa foi preditor significativo ( $Beta= -0,33$ ,  $t=-2,11$ ,  $p < 0,05$ ). O acréscimo da interação nada acrescentou ao modelo. Os resultados evidenciaram que conflito de tarefa produz maior e mais importante (significativo) impacto no clima organizacional do que o de relacionamento. Uma das hipóteses explicativas para estes resultados pode ser que seja o fato de, tanto conflito de tarefa quanto clima organizacional, serem ambas variáveis de natureza cognitiva. Talvez conflito de relacionamento ou afetivo, como, por vezes, se denomina na literatura, produza impacto em afetos ou atitudes do trabalhador, mas não o faça em percepções. Além disso, a interação entre ambos os tipos de conflitos, discutida na literatura só acrescentou significância ao modelo, particularmente tornando preditor significativo o conflito de relacionamento na predição de conforto físico. Nos demais fatores de clima organizacional, a interação não foi preditora significativa. Estes resultados precisam ser retestados, dada a raridade de estudos sobre conflito tanto internacionalmente quanto no Brasil. As conclusões deste estudo não são definitivas nem generalizáveis, dadas as limitações da amostra. Novos estudos fazem-se necessários para confirmar e explicar melhor estes achados.

**Palavras-chaves:** conflito interpessoal, conflito supervisor-subordinado, clima organizacional, conflito de tarefa, conflito de relacionamento

**Atividade:** A predição da força motivacional pelos fatores do significado do trabalho do trabalho (Painéis)

**Trabalho:** A predição da força motivacional pelos fatores do significado do trabalho do trabalho

**Autor(es):** Nayra Souza, Antonio Alves Filho, Livia de Oliveira Borges, Alda Karoline Lima da Silva, Maria Albanisa da Silva

**Resumo:** A motivação no trabalho é um tema que vem sendo estudado desde o início do século passado na Psicologia e, portanto, tem inúmeras definições e teorias que se propõem a explicá-la. Será abordada aqui como uma ação dirigida a objetivos, ativada por um conjunto de necessidades, emoções, valores, metas e expectativas. A teoria norteadora da presente pesquisa foi a Teoria das Expectativas de Vroom, uma teoria cognitiva a qual supõe que as

pessoas devem ser vistas como indivíduos cujas crenças, percepções e expectativas têm forte influência em seu comportamento. Tal modelo é composto por cinco conceitos básicos: (1) resultados do trabalho, ou seja, as recompensas que uma organização pode proporcionar aos seus trabalhadores, não sendo necessariamente positivas; (2) valência, orientação dos trabalhadores acerca dos resultados em termos de atração ou de satisfação antecipada; (3) instrumentalidade, que se dá pelo grau de relação percebida entre a execução e a obtenção dos resultados. (4) expectativa, que é a avaliação subjetiva da probabilidade de ocorrer o resultado; (5) força motivacional, que se caracteriza pela quantidade de esforço ou de pressão para um indivíduo agir e podendo expressa através da fórmula  $FM = E \cdot V \cdot I$ , sendo FM=Força Motivacional, E=Expectativa, V=Valência e I=Instrumentalidade. O significado do trabalho, por sua vez, é composto por atributos valorativos, descritivos, pela hierarquização dos mesmos e pela centralidade do trabalho. Os atributos valorativos se organizam em quatro fatores: (1) justiça no trabalho, que indica que o ambiente de trabalho deve garantir as condições adequadas ao trabalho, assim como as medidas de segurança e o equilíbrio de esforços e direitos entre os profissionais; (2) auto-expressão e realização pessoal, que se refere ao sentimento de produtividade, das habilidades interpessoais, da capacidade de tomar decisões e do prazer pela realização das tarefas; (3) sobrevivência pessoal e familiar, que se caracteriza pela garantia das condições econômicas de sobrevivência e de sustento pessoal; (4) desgaste e desumanização, que indica que o trabalho deve implicar em atarefamento, esforço físico e dedicação e o trabalhador deve perceber-se como máquina ou animal. Os atributos descritivos se organizam, por sua vez, em cinco fatores: (1) auto-expressão, que se refere ao sentimento de reconhecimento por parte do trabalhador; (2) desgaste e desumanização, que caracteriza o trabalho como meio para o indivíduo perceber-se como máquina ou animal, exigindo dele grande desgaste físico; (3) recompensa econômica, que se refere à garantia de sustento e sobrevivência ao trabalhador; (4) responsabilidade, que indica a necessidade de cumprir as tarefas previstas; e (5) condições de trabalho, que se caracterizam pela disponibilidade de equipamentos adequados, conforto no ambiente de trabalho, assistência e melhores salários para o trabalhador. O objetivo da presente pesquisa foi, então, verificar se os fatores valorativos e descritivos supracitados e a centralidade do trabalho são preditores da força motivacional nas categorias estudadas, que foram petroleiros, servidores técnico-administrativos, bancários, profissionais de saúde, funcionários de universidade particular e profissionais de educação secundária e fundamental, totalizando uma amostra acidental de 439 profissionais. Para coleta de dados foi utilizado, uma questão de centralidade do trabalho e o IMST (Inventário da Motivação e Significado do Trabalho) que em sua composição avalia, numa escala de 0 a 4, itens relacionados à expectativa e à Instrumentalidade (componentes da motivação) bem como relacionados aos atributos valorativos e descritivos (componentes do significado do trabalho). As repostas foram registradas em banco de dados do SPSS (Statistical Package for Social Science). Desenvolveram-se, então, análises de regressão (stepwise), tomando a força motivacional como variável dependente e a centralidade do trabalho e os fatores valorativos e descritivos como variáveis independentes, obtendo-se seis equações: a primeira identificou como preditor da força motivaconal o fator descritivo auto-expressão, explicando 35% da variância; a segunda regressão incluiu como preditor o fator valorativo sobrevivência pessoal e familiar, passando a explicar 46% da variância; a terceira regressão, o fator descritivo recompensa econômica e a explicação da variância subiu para 50%; a quarta regressão, o fator descritivo responsabilidade e a explicação da variância passou a ser de 51%; a quinta regressão, o fator valorativo auto-expressão e realização pessoal, passando a explicar 52% da variância; e, a sexta regressão, o fator descritivo condições de trabalho, passando a explicação da variância para 53%. Os demais fatores e a centralidade do trabalho (não mencionados nos resultados) não são capazes de predizer a força motivacional em níveis estatisticamente significativos. A partir de tais resultados é possível concluir que os fatores supracitados são preditores adequados da força motivacional sendo que o fator descritivo auto-expressão mostrou-se como maior preditor, juntamente ao fator valorativo sobrevivência pessoal e familiar e ao fator descritivo recompensa econômica, que juntos explicam 50% da variância. Sendo assim, entende-se que os profissionais das categorias pesquisadas tendem a se sentir mais motivados quando podem se expressar, suas opiniões são levadas em consideração e quando o trabalho lhes possibilita sustentarem economicamente a si mesmos e a suas famílias.

**Palavras-chaves:** significado do trabalho, motivação, valores, análises de regressão, análises quantitativas

**Atividade:** Os padrões de significado do trabalho por categoria ocupacional (petroleiros, bancários, profissionais da educação e profissionais de saúde)  
(Paineis)

**Trabalho:** Os padrões de significado do trabalho por categoria ocupacional (petroleiros, bancários, profissionais da educação e profissionais de saúde)

**Autor(es):** Nayra Souza, Isabelle Silva Nascimento, Alda Karoline Lima da Silva, Silvânia Cruz Barbosa, Livia de Oliveira Borges

**Resumo:** O conceito que cada indivíduo atribui ao trabalho é matizado pela influência da vivência pessoal e social dele. De modo que o significado do trabalho é entendido entre os pesquisadores como uma cognição subjetiva e social do indivíduo a respeito do trabalho. O modelo de estrutura cognitiva do significado do trabalho utilizado é composto por quatro facetas, quais sejam: (1) centralidade do trabalho, que é a importância que se atribui ao trabalho comparando-no a outras esferas de vida; (2) atributos valorativos, a definição de como o trabalho deveria ser para o indivíduo; (3) atributos descritivos, a percepção do trabalho na realidade; e (4) a hierarquia dos atributos, a forma como o sujeito ordena os atributos de acordo com a importância de cada um. Os atributos valorativos se organizam em uma estrutura com os seguintes fatores: Justiça no Trabalho, Auto-expressão e Realização Pessoal, Sobrevivência Pessoal e Familiar e Desgaste e Desumanização. Os atributos descritivos, por sua vez, se organizam nos seguintes fatores: Auto-expressão, Desgaste e Desumanização, Independência e Recompensa Econômica, Responsabilidade e Condições de Trabalho. Ao realizar uma pesquisa com esse modelo, as relações entre fatores e facetas apontam para tendências gerais da amostra pesquisada, evidenciando as várias configurações ou formas de relacionar esses fatores e facetas. Tais configurações são designadas por padrões do significado do trabalho e são compartilhados por subgrupos da amostra. Por isso, planejou-se e realizou-se pesquisa com o objetivo de identificar os padrões do significado do trabalho compartilhados por pessoas de quatro ocupações e avaliar quanto variam entre diferentes ocupações. Contou-se com amostra que totalizou 441 participantes, sendo 24,8% petroleiros, 35,5% bancários, 15,5% profissionais de educação (servidores de universidades públicas e privadas, professores do ensino médio e fundamental) e 40,2% profissionais de saúde. O instrumento utilizado foi o IMST – Inventário de Motivação e Significado do Trabalho – questões de centralidade do trabalho e ficha sócio-demográfica. A coleta aconteceu no próprio ambiente de trabalho dos sujeitos de acordo com a conveniência dos mesmos e das instituições nas quais eles estavam inseridos. Os dados foram analisados por meio de análise de clusters, tabela cruzada de frequência e qui-quadrado. A aplicação da primeira técnica resultou na identificação de oito padrões de significado do trabalho, dos quais se consideraram sete, pois o oitavo padrão representa uma proporção muito pequena da amostra (1,6%). O padrão majoritário, o sexto (com 32% da amostra), designado por instrumental econômico, caracteriza-se por tomar o trabalho como a terceira esfera de vida e atribuir maiores escores, entre os fatores valorativos, à Sobrevivência Pessoal e Familiar e, entre os fatores descritivos, às Condições de Trabalho. O primeiro padrão (16,5% da amostra), designado central-valorativo, apresenta atribuição de máxima centralidade combinada com tendência a escores elevados em vários fatores valorativos e descritivos. O quinto padrão (mesma proporção da amostra do primeiro padrão), designado de instrumental econômico moral, considera o trabalho a segunda esfera de vida, valoriza prioritariamente garantir a Sobrevivência Pessoal e Familiar, enquanto percebe o trabalho na realidade como Responsabilidade. O segundo padrão (13,8% da amostra), designado de valorativo-insatisfeito, atribui centralidade máxima ao trabalho, apresenta tendência a escores altos nos fatores valorativos, mas tem uma visão negativa da realidade do trabalho, além de perceber intenso Desgaste e Desumanização combinado com elevada Responsabilidade. O sétimo padrão (9,1% da amostra), designado por instrumental econômico-crítico, não hierarquiza diferencialmente as esferas de vida, atribui o maior escore entre os fatores valorativos à Sobrevivência Pessoal e Familiar e, entre os fatores

descritivos, à Desgaste e Desumanização, seguido por Condições de Trabalho e Responsabilidade. O terceiro padrão (5,2% da amostra), designado por central econômico e expressivo, toma o trabalho como a primeira esfera de vida, valoriza prioritariamente garantir à Sobrevivência Pessoal e Familiar e percebe o trabalho como um espaço de Auto-expressão. Por fim, o quarto padrão (4,9% da amostra), designado por indiferente-insatisfeito, toma o trabalho como a terceira esfera de vida, tende a escores altos entre os fatores valorativos e a escores baixos entre os fatores descritivos. A distribuição dos participantes da amostra nos diferentes padrões não é independente da ocupação (qui-quadrado de Pearson=86,9;  $p < 0,001$ ), observando-se que: os petroleiros (43,1% deles) e bancários (37,6% deles) predominam no sexto padrão (instrumentalidade econômica); os profissionais de educação (32,4%), no quinto padrão (Instrumentalidade econômica moral); os profissionais de saúde (27,6%), tanto no quinto quanto no segundo padrão (Valorativo-insatisfeito). Observou-se adicionalmente que, diferente a outras amostras de pesquisas anteriores, não se identificou um padrão apático e que os padrões indiferente-insatisfeito e instrumental econômico crítico são próprios da presente amostra. O conjunto dos dados corrobora a noção de que é necessário se pensar políticas de pessoal que dêem conta das especificidades de cada ocupação e seja capaz de motivar os trabalhadores compensando os problemas e dificuldades próprias da ocupação.

**Palavras-chaves:** significado do trabalho, análise de clusters, qui-quadrado, ocupações

**Atividade: Pesquisa de Clima e Comprometimento Organizacional do HUWC (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Pesquisa de Clima e Comprometimento Organizacional do HUWC

**Autor(es):** Raquel Libório Feitosa, Antonio Caubi Ribeiro Tupinambá, Adriana Maria Gurgel Gomes, Ana Paula Berg, Sulamita Dias Feijão, Felipe Nunes Pinho, Ana Paula Santos Lima

**Resumo:** O presente trabalho discorrerá sobre a Pesquisa de Clima e Comprometimento Organizacional que vem sendo desenvolvida por uma equipe de profissionais e acadêmicos de Psicologia do Trabalho para o Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC) da Universidade Federal do Ceará. O HUWC é uma instituição pública de grande porte e alta complexidade que conta com 1800 colaboradores de diversas áreas profissionais, cuja ação laboral é peculiar pela prática genuinamente humana que envolve sua missão. Tais características mobilizaram nos gestores do Hospital a necessidade crescente de se aproximar da percepção de seus colaboradores sobre vários fatores, tais como: processo de comunicação, identificação com a organização, valorização profissional, recursos para o trabalho, estilo de gestão, etc. O instrumento utilizado para o alcance desse objetivo foi a Pesquisa de Clima e Comprometimento Organizacional de metodologia quanti-qualitativa. A primeira etapa da pesquisa é quantitativa e foi realizada através da aplicação de questionários estruturados, baseados numa amostra com probabilidade de erro de 3,5% e composta por 531 colaboradores dos diversos níveis e setores da instituição. Os resultados foram tratados estatisticamente através do SSPS (Programa Estatístico para Ciências Sociais) que permitiram a identificação dos principais aspectos favoráveis e desfavoráveis para o clima organizacional e comprometimento com a instituição. Estes aspectos foram destacados e vinculados a aportes teóricos, às peculiaridades da instituição e com dados de outros projetos e pesquisas do HUWC, levando a indicações de algumas estratégias de melhoria. A partir dos resultados desta etapa da pesquisa evidenciou-se que na maioria dos aspectos o clima é positivo e favorável, bem como se denota a existência de um elevado comprometimento com a instituição, embora também alerte para necessidade de se rever fatores como: valor do vale-alimentação, recursos materiais para execução do trabalho, integração inter-setorial, plano médico-odontológico, etc. A equipe da pesquisa, em consonância com os gestores da instituição, firmou a importância de atuar nas seguintes direções: - ampla

divulgação dos resultados para proporcionar um feedback à toda comunidade de HUWC; - priorizar ações em curso ou novas estratégias que minimizem as problemáticas apontadas nos aspectos que tiveram índices desfavoráveis e desenvolver a fase final da pesquisa (qualitativa) realizando entrevistas de aprofundamento para clarificar pontos críticos ou cujos percentuais não apresentaram diferenças relevantes que permitissem inferências. Os discursos dos sujeitos da fase qualitativa da pesquisa - obtidos através de entrevista semi-estruturadas - serão submetidos ao método de análise de conteúdo. Os resultados apresentados até o presente momento ratificaram a importância de se realizar a pesquisa como instrumento gerador de uma base de informações, capaz de identificar aspectos positivos e negativos que impactam na organização e orientar a definição de planos de ação possibilitando gerenciamento da satisfação dos funcionários e, conseqüentemente, promovendo o desenvolvimento organizacional e a qualidade de vida no trabalho.

**Palavras-chaves:** Clima Organizacional, Comprometimento Organizacional, Hospital Público e de Ensino

## Área: Educação

**Atividade: AVALIAÇÃO DA QUALIDADE EM AMBIENTES EDUCACIONAIS INFANTIS PÚBLICOS**  
**(Comunicações Científicas)**

**Trabalho: AVALIAÇÃO DA QUALIDADE EM AMBIENTES EDUCACIONAIS INFANTIS PÚBLICOS**

**Autor(es):** Alysso Massote Carvalho

**Resumo:** No Brasil, a atenção e o direito à educação infantil, etapa da educação básica que se processa em instituições que visam atender necessidades desenvolvimentais e educacionais de crianças de zero a seis anos, têm sido regulamentadas na legislação: Constituição Federal (1988), Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). A partir desse arcabouço legislativo vem ocorrendo a progressiva municipalização do atendimento, sendo o seu principal desafio oferecer, de forma abrangente, educação infantil de qualidade. Nesse sentido o presente trabalho teve como objetivo avaliar a qualidade de ambientes educacionais infantis em instituições públicas, de um município localizado em Minas Gerais, pertencentes a um programa implementado em 2004. A definição de critérios para a avaliação da qualidade do atendimento em instituições educacionais é complexa apresentando variações. Katz (1993) identificou cinco perspectivas que contribuem para a avaliação global da qualidade da educação infantil (das crianças, dos adultos, das famílias, do programa, da sociedade). A perspectiva dos adultos tem sido a mais estudada, existindo dois instrumentos nos quais os critérios de qualidade identificados por Katz (1993) para avaliação na perspectiva dos adultos estão contemplados: a Infant/Toddler Environment Rating Scale - Revised Edition (ITERS-R) e a Early Childhood Environment Rating Scale - Revised Edition (ECERS-R). As escalas apresentam estruturas semelhantes. Os itens são agrupados em sete subescalas: 1 - Espaço e mobiliário; 2 - Rotinas e cuidados pessoais; 3 - Linguagem e raciocínio; 4 - Atividades; 5 - Interação; 6 - Estrutura do programa; e 7 - Pais e equipe. A ITERS-R apresenta 39 itens e a ECERS-R apresenta 43 itens. Cada item apresenta, por sua vez, um número variado de indicadores de qualidade, sendo que na ITERS-R existe um total de 467 indicadores e na ECERS-R há um total 470 indicadores. Ambas as escalas foram utilizadas como instrumentos para avaliação do programa. Participaram da investigação 16 turmas pertencentes às unidades do programa, divididas em dois grupos, totalizando 258 crianças: Grupo 1: turmas com crianças de 0 a 1 ano, 1 a 2 anos ou 2 a 3 anos avaliadas por meio da ITERS-R; Grupo 2: turmas com crianças de 3 a 4 anos, 4 a 5 anos ou 5 a 6 anos avaliadas por meio da ECERS-R. A fidedignidade foi verificada por meio da concordância entre avaliadores, sendo o procedimento realizado em 75% da amostra. Os avaliadores receberam treinamento de 25 horas. O tempo de observação de cada turma foi de 8 horas e 20 minutos, em média.

**RESULTADOS/DISCUSSÃO:** o nível de concordância entre avaliadores foi aceitável com média de 85,8% no uso da ITERS-R e de 86,1% no uso da ECERS-R. A concordância entre avaliadores em nível aceitável corrobora a favor das características psicométricas dos instrumentos de avaliação da qualidade de ambientes educacionais infantis. As pontuações totais obtidas pelas turmas do Programa de Educação Infantil avaliadas com a escala ITERS-R variaram de 1,90 a 3,38 e a média foi 2,80. As turmas avaliadas por meio da ECERS-R obtiveram pontuações que variaram de 2,22 a 3,17, com a média 2,69. Assim, a avaliação nos ambientes educacionais aponta para uma qualidade entre inadequada e minimamente adequada. Na escala ITERS-R a subescala 2 (Rotinas de cuidados pessoais) obteve a menor média (1,87) e a subescala 5 (Interação) obteve a maior média (4,44). Na escala ECERS-R a subescala 4 (Atividades) obteve a menor média (2,05) e a subescala 5 (Interação) obteve a maior média (3,67). Apesar da semelhança nas médias gerais obtidas pelas turmas avaliadas por meio de cada uma das escalas, a variância na ITERS-R foi maior (média 1,14) do que na ECERS-R (média 0,51). Esse resultado evidencia que há maior dispersão nos escores na ITERS-R do que na ECERS-R, o que pode se relacionar com a maior homogeneidade nos aspectos da qualidade do ambiente mensurados nas turmas com crianças de três a cinco anos e oito meses do que nas turmas com crianças com até três anos. O programa avaliado tem o mérito de ter sido

implementado a partir das exigências de uma política pública moderna, que considera a relevância de oferecer à criança de zero a seis anos um ambiente que favoreça o seu desenvolvimento integral. Todavia, os resultados obtidos por esta pesquisa indicam a necessidade de melhorias em diversos aspectos do programa tais como a rotina diária e o plano de atividades com as crianças de forma que o mesmo possa melhor atender aos dispositivos legais que consideram a atenção à criança uma prioridade das políticas públicas.

**Palavras-chaves:** educação infantil, qualidade, avaliação

**Atividade: A construção de conhecimentos por crianças surdas nas interações em sala de aula (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** A construção de conhecimentos por crianças surdas nas interações em sala de aula

**Autor(es):** Christianne Thatiana Ramos Souza, José Moysés Alves, Maria Socorro Aguiar

**Resumo:** Pesquisas mostram que a maioria das crianças surdas é filha de pais ouvintes que não dominam ou não conhecem a língua de sinais. Estas crianças podem ter acesso à língua de sinais quando entram na escola. Isto acontece muitas vezes em uma idade bastante avançada, prejudicando o desenvolvimento das mesmas. A maioria das escolas para surdos no Brasil estrutura sua prática pedagógica de acordo com os pressupostos da Comunicação Total. Nestas escolas, professores ouvintes e alunos surdos não compartilham uma língua comum. Isto causa problemas na comunicação em sala de aula, levando frequentemente os alunos a construírem conhecimentos não pretendidos pelo professor. Segundo a teoria histórico-cultural, a linguagem participa da formação das funções psicológicas superiores. Desta forma, atribui-se um papel importante para a língua de sinais na mediação pedagógica e para o desenvolvimento do aluno surdo. Opondo-se às diretrizes da Comunicação Total, o Bilingüismo defende o uso da língua de sinais como principal recurso semiótico para mediar a construção de conhecimentos em sala de aula, priorizando não apenas o desenvolvimento das habilidades comunicativas do surdo, mas também seu desenvolvimento cognitivo. Ainda são poucas as pesquisas brasileiras que investigam a construção de conhecimentos por surdos em contextos escolares com uma perspectiva Bilingüe. Neste sentido, a presente pesquisa objetivou investigar as maneiras pelas quais as interações em sala de aula possibilitam a superação de dificuldades comunicativas e a construção de conhecimentos por crianças surdas. Participaram da pesquisa uma professora ouvinte, usuária da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e 10 alunos surdos, com idades variando entre 6 e 10 anos. Os alunos estavam em fase de aquisição da LIBRAS e eram de uma turma de alfabetização, em uma escola da rede pública da cidade de Belém/PA, especializada na educação de surdos. Esta escola estava implantando práticas pedagógicas de acordo com os postulados do Bilingüismo. As aulas foram observadas duas vezes por semana, durante um ano letivo. Para o presente estudo, foram transcritas duas aulas de ciências. Destas aulas, foram recortadas seqüências interativas em que ocorreram obstáculos na comunicação que foram superados. Estas seqüências foram analisadas microgeneticamente, procurando-se caracterizar o papel das interações para a construção das soluções às dificuldades na comunicação. Os resultados mostraram que, para superarem barreiras na comunicação, os alunos aprenderam novos sinais; ou aprenderam a usar um sinal conhecido em um novo contexto, através da criação de referências compartilhadas; ou construíram conhecimentos necessários para a formação do conceito pretendido pela professora. Todas essas aprendizagens são importantes para o desenvolvimento do aluno surdo. Portanto, os resultados do presente estudo corroboram a perspectiva do bilingüismo, que aponta a necessidade das pessoas surdas terem acesso à língua de sinais para se comunicarem em diferentes contextos e aprenderem os conteúdos escolares.

**Palavras-chaves:** educação do surdo, bilingüismo, interação professor-aluno

**Atividade: Afetividade: nos fios dos bastidores da sala de aula. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Afetividade: nos fios dos bastidores da sala de aula

**Autor(es):** Maria de Lourdes Soares Ornellas Farias

**Resumo:** Analisar a afetividade que circula na sala de aula não é uma tarefa fácil. Pode-se sentar dentro da classe e assistir às aulas, mas não se chegará a compreender o que passa neste contexto, se não preparar os ouvidos para escutar os sussurros, os lapsos, os medos, os afetos, os não-ditos, os silêncios e o que se revela por detrás das letras e do discurso pedagógico. Para desvelar esta realidade criada na sala de aula, a teoria das representações sociais foi convidada a comparecer a este estudo, como instrumento teórico metodológico e se apoiou em categorias da psicanálise para ajuda-la a interpretar os significados e significantes construídos pelo diálogo entre professor-aluno. A preocupação com o rigor metodológico conduziu ainda, o traçado de procedimentos de pesquisa com o cuidado de inicialmente construir o espaço para o trabalho de investigação na busca da coleta de dados. Frente a questão problema formulada – “Que lugar e posição teriam as representações sociais de professores sobre fala e escuta em sala de aula e como os suportes psicanalíticos permitiriam compreender estas representações?” – pode-se ressaltar que o contexto em que esse problema está pontuado refere-se ao espaço de sala de aula do ensino médio de uma escola pública da cidade de Salvador-Bahia. Compreender o lugar e a posição que teriam as representações sociais do professor sobre afetividade significa definir os objetivos deste estudo: analisar a fala e a escuta de professores em sala de aula compreendidas pelo campo das representações sociais; compreender diferentes significados que a afetividade revela em sala de aula, a partir do referencial teórico da psicanálise. A pesquisa apresentada pelos fios do bordado dos bastidores da sala de aula encontra-se ancorada na abordagem qualitativa como linha de pesquisa, pelas metas traçadas neste estudo e como instrumentos de coleta utilizou-se a observação e a entrevista. A opção pela análise de discurso como técnica para análise dos dados permitiu garimpar discursos semiotizados na fala dos sujeitos. As categorias descritivas e interpretativas foram construídas e os comportamentos verbais dos professores foram registrados em três momentos da aula: recepção de chegada, durante a aula e conclusão da aula. A pesquisa mostrou que a fala e a escuta simbolizada pela afetividade estão ancoradas em representações de “sedução”, “relação transferencial”, “ambivalência”, “repressão” e “frustração”. Estas ganharam atenção, desvelando assim os afetos manifestos na sala de aula. Neste estudo a autora mostra que os sujeitos da pesquisa são constituídos como sujeitos da fala e da falta quando tentam alçar vôos para dar forma a este desejo na tentativa de amarrar os fios quebrados e inteiros do material teórico que foi tecido. Como todo investimento libidinal, parece que o debate não está suspenso, há arquivos inconscientes a serem achados, arremates a serem feitos, posto que a autora se coloca nesta comunicação científica como uma bordadeira que segura o bastidor e compara a fiação no direito e no avesso e se vê no lugar do sujeito da falta. Assim tenta-se nesta escritura retirar alguns véus e, quem sabe, possa trocar a repetição por um ato de criação.

**Palavras-chaves:** afetividade, professor, representações sociais

**Atividade:** **ESTRATÉGIAS DE RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS DE DIVISÃO QUOTITIVA POR CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**ESTRATÉGIAS DE RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS DE DIVISÃO QUOTITIVA POR CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL

**Autor(es):** Paulo Sérgio Costa Barbosa Dias, Alan Gonçalves Lacerda, João César Ferreira Rodrigues, Marinalva Silva Oliveira

**Resumo:** Estudos recentes têm abordado de forma significativa o aspecto da resolução de



problemas matemáticos, direcionados principalmente para a descrição e compreensão de estratégias relacionadas aos procedimentos que envolvem a operação de divisão (CORREA, 2004; LAUTERT & SPINILLO, 2002; RÉGO, 2006). Notou-se nestes estudos a descrição de uma grande diversidade de estratégias, principalmente no que se refere a operação de divisão. O conceito desta operação é vinculado às quatro operações, onde alunos anos após anos têm fracassado. Ferreira e Lautert (2002) reportam-se a Vergnaud para explicar as regras operatórias complexas envolvidas nesse conceito e que podem ser observadas através da resolução de problemas. O grau de dificuldade varia e vai desde os problemas de isomorfismo denominados divisão por cota, onde é dada a quantidade a ser dividida, o tamanho da cota e pergunta-se pelo número de cotas existentes; aos problemas por partição, onde é dada uma quantidade a ser dividida, e o número de vezes em que esta quantidade deve ser distribuída e pergunta-se pelo tamanho de cada parte. A literatura tem mostrado que as crianças consideram os problemas de divisão quotitiva mais difíceis que os de divisão partitiva (CORREA, 2004; LAUTERT & SPINILLO, 2002). Ao analisar alguns livros didáticos brasileiros, Cunha (1997) observou que os problemas de divisão quotitiva aparecem com menor freqüência. Diante desses fatos, esta pesquisa é direcionada ao estudo de problemas de divisão por quota, objetivando descrever e compreender as estratégias que as crianças utilizam na resolução desses problemas. Participaram desta pesquisa 7 alunos da 4ª série do ensino fundamental de escolas públicas de Macapá e Santana, selecionados aleatoriamente. Inicialmente os pesquisadores entraram em contato com os professores das turmas e solicitaram a identificação dos conteúdos trabalhados em sala de aula e se os mesmos já haviam trabalhado a divisão. Após esta confirmação, os problemas foram elaborados e os participantes sorteados na turma. Após o sorteio, cada participante foi conduzido individualmente a uma sala da própria escola, onde permaneceram apenas os pesquisadores e o aluno. Primeiramente foi solicitado ao aluno que respondesse por escrito a 4 problemas contextualizados de divisão por cotas, colocando a sua disposição apenas lápis e papel. Após a resolução de cada problema, o pesquisador questionava sobre como obteve o resultado e as estratégias de resolução que foram utilizadas na atividade. Após a explicação dada pelo aluno, era apresentado o problema seguinte. Todas as ações foram filmadas, transcritas e analisadas. Foram utilizados os mesmos problemas e procedimentos para cada um dos participantes. Os resultados evidenciaram o uso de múltiplas estratégias empregadas pelos sujeitos às atividades propostas. Noções como a de separar e distribuir foram mais enfatizadas pelos alunos através de representações gráficas com o uso de correspondência termo-a-termo, procedimento esse característico do princípio envolvido nos problemas de partição. Apesar de tratar-se de divisão por cota os sujeitos reportavam-se a estratégias referentes a divisão por partição. Quanto a esse tipo de procedimento, Nunes e Bryant (1998) afirmam que as crianças possuem um conhecimento espontâneo sobre conceitos matemáticos antes mesmo de entrarem na escola e desde cedo se deparam com as mais variadas situações onde são levadas a repartir objetos com seus colegas. Daí associar a noção inicial de divisão com a idéia de repartir (TAXA, 2001). Lautert e Spinillo (2002) ressaltam que as situações que envolvem divisão por cota são menos usuais nas experiências sociais informais e menos consideradas nas situações didáticas no contexto escolar. Outras estratégias observadas foram a contagem escrita e a oral, evidenciadas principalmente através do uso de recursos gráficos e do auxílio dos dedos. Duarte (APUD OLIVEIRA & TOURINHO, 2001), justifica o fato de o indivíduo fazer uso dos dedos ou de registros gráficos, como sendo um mecanismo que auxilia no treino dos algoritmos enquanto ainda não foram memorizados os fatos básicos da adição. A montagem da operação foi observada na resolução de todos os problemas, porém o uso do algoritmo inapropriado foi identificado em apenas um participante, onde o mesmo fez uma interpretação incorreta ao problema com o uso de um algoritmo diferente da divisão a três dos problemas apresentados, onde a um dos problemas “armou” como tratando-se de adição, vindo a resolvê-lo seguindo os passos do algoritmo da multiplicação. Este comprometimento relacionado ao uso do algoritmo destituídos de um significado pode ser a causa de muitas das dificuldades encontradas pelas crianças (LACERDA & OLIVEIRA, 2006). Conhecer as estratégias que as crianças utilizam durante resolução de problemas matemáticos se torna relevante na medida que novas metodologias possam ser implementadas pelos professores.

**Palavras-chaves:** Divisão quotitiva, Estratégias de divisão, Resolução de problemas

**Atividade:** A parceria entre a escola e a família e o exercício da cidadania

## **(Paineis)**

**Trabalho:**A parceria entre a escola e a família e o exercício da cidadania

**Autor(es):** Márcia Regina dos Santos,Alessandra Amaral Cenci,Ivana Moraes de Alencar

**Resumo:** Esta pesquisa visa a destacar as relações estabelecidas entre escola e a família, observadas pelas pesquisadoras durante sua atuação no Programa Escola da Família, da Secretaria e Estado da São Paulo.Na condição de educadoras, nos deparamos com situações das mais variadas no contexto escolar em sua relação com a família. São questões relacionadas com interação e parceria entre a instituição familiar e a formação educacional. Por meio de dados materiais, subjetivos e intersubjetivos, foram discutidos e caracterizados temas ligados à parceria entre escola, família e exercício da cidadania. O objetivo é averiguar o quanto o estabelecimento dessa parceria, pode contribuir para o processo de formação do cidadão. Pretende-se, a partir daí,compreender como pode ser estabelecida essa relação de parceria e se há possibilidade de essa parceria interferir no processo de formação do cidadão-aluno. Foi utilizada a pesquisa qualitativa, segundo Chizzotti (2001), cujo objetivo é provocar o esclarecimento de uma determinada situação, para que os próprios pesquisados se conscientizem de seus problemas e das condições que os fazem surgir, podendo, a partir daí, elaborar estratégias para solucioná-los. Segundo Aquino (2002), entende-se que escola e família precisam trabalhar juntas e que o processo educativo deve ser trabalhado a quatro mãos e com muito diálogo. Desse modo, foram realizadas entrevistas com famílias que freqüentam o programa em uma escola da periferia de São Paulo (Capital).A relação entre escola e família é importante e deve ser discutida e aprofundada, a fim de vislumbrarmos novas perspectivas acerca do que percebemos atualmente e de como apontaremos possibilidades, para que a parceria entre as duas instituições ocorra de forma eficaz e, sobretudo, condizente com a realidade na qual estão inseridas, visando à formação do cidadão em questão.Após observação e estudos realizados, esta pesquisa permitiu que um contato com as duas instituições e constatamos que o processo de inserção da família no ambiente escolar caminha de forma muito lenta, sobretudo, com as propostas oferecidas como estratégia para trazer a família para a escola.Em contra partida, identificamos que a família pouco se apropria do espaço escolar, por ignorar seu papel como fundamental educadora; por não dispor de elementos que imponham sua visão; suas idéias e sua posição frente aos conteúdos transmitidos pela escola; acomodação conseqüência de uma educação conformista; por falta de esclarecimento; também pela postura de detentora do saber, das regras e das leis, que a escola assume diante da instituição familiar. Há necessidade urgente de se buscarem meios para a efetivação dessa parceria, por meio da pesquisa prática, urgente e pontualmente por ser de suma importância para os que estão envolvidos com o campo educacional. Concluímos que, se a escola e a família atuarem juntas por uma educação mais inclusiva e preocupada com as conseqüências de sua atuação, poderá ocorrer uma transformação capaz de minimizar as dificuldades discutidas acima, pois, de acordo com Freire (1996: 88), "o mundo não é, o mundo está sendo! Mudar é difícil, mas é possível...". E nesse sentido, a educação deve estar voltada à conscientização das partes envolvidas quanto às injustiças que vêm sofrendo; ao desafio àqueles que a criticam, e à não-passividade, procurando sempre a renovação constante de sua prática.

**Palavras-chaves:** Escola,Família,Exercício da cidadania

**Atividade: SAÚDE: UMA CONSTRUÇÃO NA INFÂNCIA  
(Paineis)**

**Trabalho:**SÁUDE: UMA CONSTRUÇÃO NA INFÂNCIA

**Autor(es):** Viviane de Bona,Leandra Carla Monteiro Gueiros,Maria de Fatima de Souza

Santos, Maria Isabel Pedrosa

**Resumo:** O desenvolvimento cognitivo do indivíduo ocorre ao longo da vida através de diferentes fases que envolvem diversos processos mentais, um deles é o processo de formação de conceitos que tem início na infância, amadurece e se configura somente na puberdade. Durante a infância a criança adquire a capacidade de conceituação, que constitui o início do processo que envolve todas as funções mentais superiores, estas funções combinadas formam a base psicológica para a formação de conceitos, só sendo possível ser construída na vivência sócio-cultural. Existe uma relação bastante próxima entre as tarefas externas e a dinâmica do desenvolvimento do sujeito, considerando a formação de conceitos como uma função do crescimento social e cultural, e que afeta não apenas o conteúdo, mas também o método de seu raciocínio. Na teoria Vygotskyana a formação de conceitos passa por três fases básicas: sincretismo, pensamento por complexos e pseudoconceito. Uma vez formados, os conceitos são categorizados em dois grupos: os conceitos cotidianos e os científicos, sendo o primeiro adquirido fora do contexto de instrução explícita e o segundo explicitamente apresentado. No entanto, os conceitos científicos, têm sua base em conceitos cotidianos que refletem o modo de pensar da criança, e assim que começam a ser dominados pela mesma transformam seus conceitos cotidianos. Nesta perspectiva, o trabalho objetivou investigar os sentidos atribuídos por crianças ao conceito de saúde, para tal foi composto um grupo com 5 crianças e outro grupo com 4 crianças, com idade entre 6-7 anos de escola particular da cidade do Recife. Utilizou-se a técnica de grupo focal como instrumento de coleta de dados, estabelecendo-se um roteiro de discussão com quatro questões iniciais no intuito de incitar a discussão em torno do conceito de saúde. Optou-se por gravação em vídeo, com intenção de realizar uma análise mais cuidadosa e criteriosa dos dados obtidos. Após transcrição da gravação e análise qualitativa baseada na análise de conteúdo, foram elaboradas algumas categorias mostrando como as crianças concebem o conceito de saúde. Para as crianças, a saúde é vista como ausência de doenças e sua significação é compreendida como um bem estar corporal que possibilita a realização das atividades cotidianas. A compreensão de doença está relacionada à dor e mal-estar tendo como referências o próprio corpo, trazendo à tona doenças que freqüentemente se manifestam em si mesmos. O conceito de saúde, analisado pelas crianças como ausência de doença, é inserido dentro de um contexto mais amplo que engloba desde os cuidados preventivos até uma noção rudimentar do que seria qualidade de vida. Esta é compreendida por elas como “sentir-se bem” e estar disposto fisicamente. A possibilidade de brincar através do exercício físico amplo como correr e pular são uma das marcas da saúde. Compreende-se o conceito de saúde apresentado pelas crianças como pertencente a dois universos: tanto do científico quanto do cotidiano. Todavia a marca maior ainda é do conceito cotidiano, estando o científico em processo de integração pela criança.

**Palavras-chaves:** saúde, formação de conceitos, doença, crianças

**Atividade: Processo de Alfabetização em crianças de diferentes contextos escolares da Cidade de Salvador (Paineis)**

**Trabalho:** Processo de Alfabetização em crianças de diferentes contextos escolares da Cidade de Salvador

**Autor(es):** Ágatha Georges Reis Khouri, Hylma Xavier de Castro Pereira Xavier, Luiza Sampaio

**Resumo:** Ao se pensar no processo de alfabetização na perspectiva sócio-interacionista, deve-se levar em consideração o desenvolvimento da linguagem e do pensamento frente à importância de um meio sócio-cultural, pois este servirá como mediador desta aprendizagem. A partir da interação de indivíduos com os membros mais maduros da cultura, pode-se dispor de uma linguagem estruturada, provocando o salto qualitativo para o pensamento verbal. Nesta perspectiva em que o aprendizado impulsiona o desenvolvimento, então a escola tem um papel essencial na construção do ser psicológico adulto, pois esta passa a ter um papel essencial na

aprendizagem infantil. Um aspecto importantíssimo investigado no presente estudo foi o processo de alfabetização em diferentes contextos da cidade do Salvador entre crianças de 6 a 7 anos. Foram observados 26 alunos na escola municipal, dividindo-se entre 53,8% de meninas e 46,2% de meninos. Foi realizada uma entrevista com a professora da turma observada. No contexto da escola particular, foram observados 21 alunos, dividindo-se entre 54% de meninas e 46% de meninos. As professoras das respectivas turmas foram entrevistadas, no intuito de identificar possíveis práticas das instituições que possam afetar o desenvolvimento da escrita levando em consideração a relação professor-aluno e as práticas de ensino, bem como observar aspectos nas práticas de ensino que estejam descontextualizadas para aprendizagem das crianças. Na escola municipal, observou-se crianças em níveis alfabéticos distintos, gerando três grupos na turma. Isto ocorreu inicialmente pelo fato da professora estar mais presente nos grupos alfabético e silábico-alfabético, e pelo fato das atividades realizadas serem relacionadas ao desenvolvimento da linguagem escrita. Observou-se durante a entrevista uma incoerência entre o discurso e a prática da professora, no que tange às relações hierarquizadas e às metodologias de ensino utilizadas. Na escola particular foi possível observar que todas as atividades desenvolvidas em sala de aula são acordadas com os alunos e que a professora exercia um certo controle da turma, contudo não se mostrava autoritária, nem ocupava uma posição hierárquica superior à dos alunos. Além disto, o discurso da professora da escola particular foi coerente com as suas práticas em sala de aula. Outro aspecto que divergiu nas escolas, foi quanto à padronização do ensino, sendo possível observá-lo fortemente na escola municipal, e não na escola particular, onde observou-se um estímulo por parte da professora para que os mesmos vivenciassem a experiência da aprendizagem e solidificassem o conhecimento. Além disto as crianças eram estimuladas à se auto-mediarem, aspecto não valorizado na escola municipal. A partir do estudo realizado foi possível concluir que a estrutura e o contexto das instituições escolares enfocadas são bastante distintos, o que implica práticas educativas diferentes. Apesar de em diversas ocasiões o discurso da professora da escola municipal não equivaler à sua prática, faz-se necessária uma reflexão acerca do fato que a mesma trabalha para o Estado, dependendo dos investimentos deste. Quanto à organização da escola particular, esta possui um modelo de ensino contemporâneo, no qual os professores têm espaço para definir as suas atividades em sala de aula, respeitando o tempo e a forma de aprender de cada aluno, o que implica, portanto num ensino não padronizado. Contudo, a experiência serviu como disparador de novos questionamentos e novas buscas no sentido de tentar pensar e posteriormente construir uma prática psicológica e social no sentido de tornar a prática do professor da escola municipal mais eficaz, o ambiente escolar mais favorável, além de tornar a aprendizagem e o ensino algo motivante e acessível aos professores e às crianças.

**Palavras-chaves:** teoria sócio-histórica, contextos escolares, processo de alfabetização

**Atividade: As relações entre Metacognição e Aprendizagem (Mesas Redondas)**

**Trabalho: METACOGNIÇÃO E APRENDIZAGEM: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS**

**Autor(es):** Jane Correa

**Resumo:** Na palavra metacognição, o prefixo “meta” é empregado para designar o conhecimento e controle intencional por parte do indivíduo sobre sua própria atividade cognitiva. O termo se estabelece na literatura psicológica na década de 70, sendo tema de interesse de diferentes perspectivas teóricas. Nesta mesa redonda pretende, sem esgotar toda a complexidade do tema, tratar brevemente de algumas perspectivas teóricas, e de algumas propriedades da metacognição. Considerada como o conhecimento que o indivíduo tem acerca de seus processos cognitivos e produtos, a metacognição diz respeito à cognição sobre a cognição cuja definição compreende um duplo aspecto: o conhecimento de suas formas e a regulação de suas atividades. Embora intimamente relacionadas, essas dimensões referem-se a diferentes objetos: o conhecimento e a atividade. Assim, no que concerne à dinâmica do processo ensino-aprendizado, as duas dimensões da metacognição referem-se, por um lado, à tomada de consciência dos processos e competências necessárias à aquisição, organização e representação do conhecimento e relacionadas ao conhecimento (conhecimento do

conhecimento); e por outro lado, essas dimensões referem-se à habilidade de controle, avaliação e correção da atividade, visando o processo de aquisição do conhecimento (auto-regulação da atividade). A metacognição é um construto complexo e multidimensional que envolve diversas habilidades como por exemplo, a capacidade de tomar a linguagem como objeto de reflexão e análise (metalinguagem no âmbito da fonologia, morfologia, sintaxe, pragmática, da textualidade entre outras), a capacidade de monitoramento da leitura e a capacidade de pensar e refletir sobre processos de resolução de problemas aritméticos. Este caráter multifacetado é considerado a partir das relações entre metacognição e aprendizagem de conhecimentos específicos. Objetivamos focalizar a importância da metacognição na pesquisa em Psicologia do Desenvolvimento Cognitivo, enfatizando o uso da metacognição como ferramenta para a aprendizagem, analisando-se o papel das estratégias relacionadas à tomada de consciência e à auto-regulação na promoção da aprendizagem de crianças, principalmente no que concerne à construção de conceitos matemáticos e ao domínio da linguagem. Assim, a metacognição é entendida como uma competência psicológica que auxilia a compreensão de conceitos diversos e a aquisição de habilidades lingüísticas e cognitivas relevantes. Quando inseridas em situações de instrução, as atividades metacognitivas implicam em uma participação ativa por parte da criança na situação de aprendizagem. Essa participação ativa torna a criança um espectador (no sentido de ser aquele que reflete acerca de algo) de seus processos de pensamento, de forma que ela passa a ser, simultaneamente, agente e objeto de reflexão. (Apoio: FAPERJ e CNPq).

**Palavras-chaves:** metacognição, definição, enfoques teóricos

**Trabalho:** METACOGNIÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES LINGÜÍSTICAS

**Autor(es):** Alina Galvão Spinillo

**Resumo:** Os aspectos metacognitivos envolvidos na compreensão de textos usualmente investigados são aqueles relacionados ao monitoramento da leitura. Os estudos tendem a enfatizar uma das facetas da metacognição que é o controle ou auto-regulação relativa ao monitoramento da leitura, ou seja, à capacidade do leitor de avaliar a própria compreensão, sendo capaz de detectar anomalias em textos, fazer correções e adotar estratégias que facilitem a compreensão do texto. Existe, entretanto, um outro aspecto da metacognição ainda pouco explorado que é a tomada de consciência por parte do leitor acerca de seu próprio processo de compreensão no que concerne ao estabelecimento de inferências. Com vistas a desenvolver a compreensão de textos em crianças com dificuldades nesta área, foi conduzido um estudo de intervenção em sala de aula com alunos de escolas públicas em Recife. Crianças com dificuldades de compreensão de textos foram igualmente divididas em um grupo controle e um grupo experimental, sendo submetidas a um pré-teste em que ambos os grupos apresentavam o mesmo nível de dificuldade na compreensão de textos. Após o pré-teste, foi proporcionada às crianças do grupo experimental uma intervenção em sala de aula, enquanto as crianças do grupo controle continuavam com a mesma prática de ensino adotada pela escola. Do ponto de vista teórico, a intervenção tinha por base o modelo de construção e integração (CI) de Kintsch que focaliza o conhecimento de mundo do leitor, os elementos textuais (conteúdo e forma lingüística) e a interação entre essas duas instâncias. Ainda, do ponto de vista teórico, a presente investigação conferiu papel de destaque às inferências durante o processo de compreensão de textos. Do ponto de vista aplicado, a intervenção se caracterizava por um conjunto de atividades metacognitivas que requeriam dos alunos tomar consciência acerca da origem das informações que geraram as inferências por eles estabelecidas: se informações intratextuais (derivadas do próprio texto), se informações extratextuais (derivadas de seu conhecimento de mundo) ou ambas. Assim, tanto o texto como o próprio raciocínio dos alunos eram objetos de reflexão e análise. Após a intervenção, foi aplicado um pós-teste a todos os participantes. Em contraste como o observado no pré-teste (semelhança entre os grupos), no pós-teste as crianças do grupo experimental tiveram um desempenho significativamente superior ao do grupo controle. Verificou-se, ainda, que o grupo experimental, diferentemente do grupo controle, apresentou ganhos expressivos após a intervenção. De maneira geral, verifica-se que a intervenção teve um efeito positivo sobre a compreensão, tanto em relação a uma compreensão mais global do texto, como em termos de uma compreensão voltada para a capacidade de identificar as principais idéias nele veiculadas. Acrescente-se a isso o avanço da criança em relação à capacidade de

estabelecer e explicar as bases de suas inferências (informações intra e extratextuais). Passagens extraídas da sala de aula são apresentadas para ilustrar as relações entre metacognição e aprendizagem no âmbito do conhecimento lingüístico, exemplificando situações em que as crianças tomavam consciência das bases de suas inferências e tornavam-se, gradativamente, capazes de tomar o texto e seu raciocínio para reflexão e análise (Apoio: CNPq).

**Palavras-chaves:** crianças,intervenção,metacognição,habilidades linguísticas

**Trabalho:**METACOGNIÇÃO E APRENDIZAGEM DE CONCEITOS MATEMÁTICOS

**Autor(es):** Síntria Labres Lautert

**Resumo:** Pesquisas em psicologia da educação matemática revelam que o entendimento acerca de conceitos matemáticos é, muitas vezes, confundido com o emprego de algoritmos os quais passam a ser o único critério para avaliar a compreensão que a criança tem sobre um dado conceito. Este modo de tratar a aprendizagem de conceitos lógico-matemáticos ignora que, do ponto de vista psicológico, o processo de aquisição dos conceitos matemáticos envolve invariantes operatórios, sistemas de representação e situações que conferem significado aos conceitos. No caso do conceito de divisão, por exemplo, é possível supor que refletir acerca dos invariantes operatórios da divisão (suas características e relações) e tomar consciência acerca dos procedimentos adotados durante a resolução de problemas de divisão sejam atividades metacognitivas que possam auxiliar a compreender este conceito. Tendo como foco as relações entre metacognição e aprendizagem, é apresentado um estudo de intervenção realizado com crianças de escolas públicas em Recife que tinham dificuldades com a divisão. Cem crianças foram igualmente divididas em um grupo experimental e um grupo controle. O planejamento experimental envolvia um pré-teste e um pós-teste aplicado a todos os participantes. As crianças do grupo experimental receberam, individualmente, uma intervenção que envolvia atividades metacognitivas em que tinham que tomar consciência a respeito (i) dos termos da divisão (divisor, dividendo, resto) e de suas relações (relação inversa entre divisor e dividendo, papel desempenhado pelo resto na divisão), e (ii) da natureza de procedimentos de resolução incorretos e formas de corrigi-los. Os procedimentos incorretos tomados para reflexão correspondiam aos tipos de erros mais freqüentes cometidos pelas crianças ao resolverem problemas de divisão inexata, conforme levantamento bibliográfico realizado. As atividades metacognitivas propostas envolviam tanto a tomada de consciência como a auto-regulação em relação aos procedimentos de resolução em problemas de divisão e também envolviam uma reflexão a respeito das características do próprio objeto de conhecimento em questão, no caso, o conceito de divisão. Os grupos não se diferenciavam no pré-teste, apresentando o mesmo nível de dificuldade com a divisão. Contudo, no pós-teste o grupo experimental teve um desempenho significativamente superior ao grupo controle. Comparando-se os grupos em cada ocasião de testagem, observou-se que as crianças do grupo experimental mostraram um conhecimento sobre a divisão mais elaborado no pós-teste do que aquele que apresentaram no pré-teste; não sendo isso observado entre as crianças do grupo controle que continuaram apresentando as mesmas dificuldades em ambas as ocasiões de testagem. A principal conclusão foi que a intervenção ajudou as crianças a superar as dificuldades que experimentavam com a divisão, desenvolvendo uma compreensão apropriada deste conceito. A natureza metacognitiva das atividades permitiu que as crianças refletissem tanto acerca do conceito de divisão (termos e suas relações), como também acerca de formas de resolução. As relações entre metacognição e aprendizagem da matemática são ilustradas a partir da apresentação e discussão de passagens extraídas das sessões de intervenção. (Apoio: CNPq).

**Palavras-chaves:**

**Atividade:** PERDA DA VISÃO E ENFRENTAMENTO  
(Experiências em Debate)

**Trabalho:**PERDA DA VISÃO E ENFRENTAMENTO: um estudo sobre os aspectos psicológicos da deficiência visual adquirida

**Autor(es):** Luize Dantas Carvalho Costa

**Resumo:** A perda da visão é um assunto pouco discutido no meio acadêmico e também são poucas as pessoas que falam sobre ela, portanto construímos esse trabalho com a finalidade de contribuir no aspecto científico, através da ampliação de referências bibliográficas acerca do tema; assim como, no aspecto sócio-profissional, possibilitando a melhoria da qualidade de vida do deficiente e aprimorando os conhecimentos dos profissionais, prestando um atendimento psicológico de excelência a essa clientela. Este projeto surgiu a partir de uma inquietação em compreender o processo pelo qual um indivíduo passa ao se deparar com a perda da visão, despertando assim, o interesse em verificar como este ser, antes inserido na sociedade sofreu esta situação, como ele lidou com ela e se conseguiu se inserir novamente na mesma. A partir de estudos sobre a perda da visão e suas repercussões psicológicas percebemos que uma série de fenômenos e modificações passam a afligir a essência física e psíquica do indivíduo, mudando completamente a sua forma de “ver”, sentir e viver a vida. O indivíduo cego possui uma deficiência sensorial que pode ter nascido com ele, assim como ter sido adquirida através de algum evento de sua vida ou, ainda, a partir de uma doença. A perda da visão adquirida pode ser entendida como a falta efetiva do sentido, fazendo com que o indivíduo afetado se depare com uma nova situação, desenvolvendo mecanismos e recursos para se adaptar a esta realidade. Dentro dessa nova realidade, o indivíduo acometido pela cegueira, que antes era vidente, passa por processos e modificações atribuindo uma nova configuração à forma de se ver enquanto deficiente, ocasionando em uma reestruturação da identidade. As estratégias de enfrentamento podem reduzir as condições ambientais desfavoráveis e aumentar as possibilidades de recuperação, possibilitando ao sujeito a tolerância ou adaptação a eventos negativos. As estratégias de enfrentamento podem ainda conservar uma auto-imagem positiva diante da adversidade, mantendo o equilíbrio emocional e um relacionamento satisfatório com as pessoas. Em resumo, as estratégias de enfrentamento têm o objetivo de manter o bem-estar, buscando amenizar os efeitos de situações estressantes. Realizamos um estudo de caso numa instituição de apoio a cegos na cidade de Salvador – Ba com dois sujeitos. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas para o levantamento da sua história de vida e utilizamos como método de análise a abordagem qualitativa tendo como referencial teórico os autores Amiralian (1986), Amaral (1995) e Hall (2003), no que diz respeito à construção da identidade e Kluber-Ross (1969) para a identificação dos modos de enfrentamento. A identidade é a consciência do que o sujeito é para si e tem uma relação clara com a sociedade em que vive, com a sua cultura e com o que ele apreende nela, é a demarcação de um “limite” entre o “eu” e o “eles”. A identidade enquanto condição pessoal se constrói nas relações sociais que estão impregnadas de normas e conceitos. Acreditamos que, na medida em que o indivíduo desenvolve formas de enfrentamento eficientes, terá melhores condições de adaptação pessoal e social. A análise de dados revelou que a cegueira adquirida geralmente acarreta uma mudança na identidade do sujeito, havendo a necessidade de uma re-organização do corpo imaginado, do papel e espaço social conhecido e dos valores para a re-significação de outros, podendo a perda da visão não se configurar necessariamente num aspecto negativo, pois, a partir da cegueira adquirida, é possível para algumas pessoas re-configurar positivamente a sua identidade. Compreendemos que para um indivíduo antes incluso na sociedade, a perda da visão constituirá em diversas outras perdas, mas há também casos em que estas perdas podem ser re-configuradas como ganhos, pois a forma como o indivíduo viverá esta situação não está no fenômeno propriamente dito da cegueira adquirida e sim ao papel que lhe é atribuído no contexto no qual ele se encontra.

**Palavras-chaves:** Deficiência visual adquirida, Modos de enfrentamento, Identidade, Inserção social

**Atividade: A Invenção de Novos Possíveis: contribuições de Foucault, Deleuze e Guattari para a Psicologia na Educação (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** REFLEXÕES SOBRE JUVENTUDE, EDUCAÇÃO, PÓS-MÍDIA E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR.

**Autor(es):** Luciana Lobo Miranda

**Resumo:** A experiência do homem contemporâneo encontra-se cada vez mais mediada pela tecnologia. De um simples telefonema à navegação, via Internet, passando pela TV, os meios de comunicação de massa, grandes aliados das inovações tecnológicas, atravessam o nosso cotidiano. Neste grande leque de tecnologias ligadas à comunicação, a televisão merece destaque especial. Ao contrário do computador, a televisão cobre quase inteiramente o território nacional, difundindo valores, costumes e comportamentos. No Brasil, algumas pesquisas recentes mostram que as crianças e jovens passam, em média, mais de três horas em frente ao aparelho de TV, disputando com a família, a escola e a rua, a responsabilidade pelo seu processo de formação. O presente trabalho discute a relação Juventude, Educação, Mídia e Subjetividade, a partir de duas experiências distintas ocorridas num espaço escolar: uma pesquisa qualitativa realizada como parte do trabalho de campo para o Doutorado em Psicologia no Projeto "Capacitação de Jovens em Produção de Vídeo" da TV Maxambomba em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, e o Projeto de Extensão TVEZ: Educação para o Uso Crítico da Mídia, projeto interdisciplinar que integra o Departamento de Psicologia e de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará (UFC). Na TV Maxambomba o projeto reuniu, ao longo de seis meses do ano 2000, trinta jovens, numa escola pública de Ensino Fundamental, para aulas teórico-práticas, visando à produção de vídeos comunitários. Já o projeto TVEZ reuniu semanalmente no segundo semestre de 2005, cerca de vinte jovens, estudantes de uma escola da rede estadual de Ensino Médio, objetivando a discussão e apropriação da mídia, através de rodas de conversa, exibição de vídeos, debates e oficinas. A partir do conceito de Produção de Subjetividade e de Pós-Mídia de Félix Guattari, nossa proposta é analisar a mídia como um vetor de subjetivação contemporâneo, enfocando a posição da subjetividade, tanto no seu aspecto de produção massificada, quanto nos seus fluxos de singularização, através dos limites e alcances do uso qualificado da mídia em um espaço educativo. As experiências aqui discutidas trazem uma marca em comum: em ambas, jovens de escolas públicas deixam de ser apenas enunciados nos discursos/imagens de outros, seja em programas de TV de massa, publicidades, revistas ou jornais, e passam a ser protagonistas de uma experiência, a partir de um suporte midiático, enunciando-se a si mesmos. Nossa análise destaca: a ambigüidade desses jovens com relação à mídia, com manifestações de insatisfação e fascinação; o território semiológico comum entre a grande mídia e as produções dos jovens; e a necessidade da escola refletir a cerca dos espaços de educação não formais, dentre eles a mídia, em nas práticas cotidianas.

**Palavras-chaves:** Subjetividade, Psicologia-escolar, Educação

**Trabalho:** Plantão Institucional: um dispositivo criador

**Autor(es):** Adriana Marcondes Machado

**Resumo:** Durante o ano de 1997 foi criado o Plantão Institucional pelo Serviço de Psicologia Escolar do Instituto de Psicologia da USP. Nosso objetivo é atender, na USP, profissionais de uma mesma instituição educativa (escolas públicas, casas abrigo, grupo de psicólogos de secretarias de educação, espaços gente jovem...) visando o aprimoramento do exercício profissional com conseqüente melhoria do atendimento a crianças e adolescentes. Nossas ações buscam propiciar a reflexão da demanda dos profissionais das instituições educativas e de suas práticas cotidianas. Portanto, as demandas, as queixas, os saberes e as práticas narradas pelos educadores são nossos objetos de trabalho. Essa montagem tem como objetivo potencializar o grupo de educadores no enfrentamento dos problemas que trazem à Psicologia, o que exige que seja problematizado a qual Psicologia esses educadores se referem. Muitas das problemáticas trazidas são relacionadas às atitudes e ao aprendizado das crianças e jovens de uma maneira na qual a psicologia aparece como a ciência capaz de solucionar conflitos como se os mesmos fossem acidentes que não deveriam acontecer. Romper a relação na qual se depositam as causas do fracasso no corpo da criança implica restituir ao coletivo aquilo que foi individualizado nesse corpo. Um coletivo que nos remete ao impessoal, às intensidades presentes na produção de um fenômeno, e não à somatória de indivíduos. Através de um olhar estrangeiro investigamos a maneira como vão sendo constituídos os fenômenos apresentados e as várias maneiras de pensar e de agir na instituição. A produção dessa possibilidade, de um certo estranhamento, torna-se uma maneira de discutir as práticas e problemáticas narradas pelos



educadores e, dessa maneira, é objetivo de nosso trabalho: produzir um modo de se encontrar e trabalhar os acontecimentos. Esse trabalho afirma a possibilidade de atuarmos coordenando a atividade de refletir criticamente as práticas cotidianas com grupos de profissionais, produzindo como efeito um fortalecimento desses grupos para o exercício de suas funções. Apresentaremos, a história da construção desse dispositivo (contra o quê lutamos?) o formato desse dispositivo (novos tempos e espaços), o modo de trabalhar (o contrato, os procedimentos e o manejo das intervenções). O tema da violência, das agressões, da necessidade de princípios norteou o trabalho com esse grupo. Outros temas conduzem outros trabalhos, mas a maneira de agir traz muitas semelhanças. Pensamos em formas de afetar as idéias e sensações trazidas pelas professoras, discutimos as diferentes funções de cada um (coordenador, professor, diretor) na instituição relacionadas às necessidades da questão ou caso trazido, por exemplo, alguns casos necessitam da articulação com a saúde e isso tem que ser agenciado pela coordenação. Trabalhamos com as hipóteses levantadas pelas professoras para os problemas escolares. Quando surge, como ocorreu nesse grupo, a intensa associação dos problemas dos alunos com problemas familiares, discutimos as estratégias da escola na relação com a comunidade. Fortalecemos as possibilidades de contradições na análise das professoras. Para isso, muitas vezes, solicitamos escritos, fazemos debates, pedimos cenas, para que as várias versões e idéias possam aparecer na discussão e contagiar os processos de subjetivação hegemônicos. Nosso desafio é alterar um campo afetivo, um campo de potências, de forças. E afetar um campo de forças implica uma ruptura com a relação de dominação que se estabelece nos discursos que a psicologia foi criando sobre os outros e sobre si mesma.

**Palavras-chaves:** Subjetividade, Psicologia-Escolar, Educação, Instituição

**Trabalho:** HISTÓRIAS E PRÁTICAS DO SOFRER NA ESCOLA – MÚLTIPLOS ATOS/ATOES NA PRODUÇÃO DO “ALUNO-PROBLEMA”

**Autor(es):** Angela Maria Dias Fernandes, Deliane Macedo Farias de Sousa, Marina Pereira Gonçalves

**Resumo:** O trabalho aqui apresentado tem como foco a produção do “aluno-problema” e os processos institucionais acionados no cotidiano escolar que interditam a criança das classes empobrecidas fazendo constituir um corpo a serviço de um discurso naturalizado do mérito e das aptidões inatas. Romper com esse processo é um caminho que requer desmontar práticas focalizando os mecanismos que se engendram no cotidiano escolar para, a partir de sua recusa, inventar novas possibilidades de gerir a produção de conhecimento. Aponta-se para a idéia de que esse caminho seja marcado pela inventividade e pela construção de práticas participativas produtoras de autonomia afetando as relações de poder que atravessam o cotidiano produzindo sofrimento e mal-estar na escola. Essas reflexões foram impulsionadas pelas ações do projeto Implantação de um Serviço de Psicologia em uma escola pública em João Pessoa, realizado durante o ano de 2005, por uma equipe formada por sete estagiários de psicologia e a professora orientadora. No primeiro contato com o coletivo da escola foi elaborado um desenho do “aluno-problema” a partir da fala do conjunto de professoras e toda a investigação/intervenção apontou para a necessidade de desmontar os mecanismos que contribuíam com a produção de uma visão preconceituosa e estigmatizada do aluno, presente no discurso dos profissionais das escolas públicas. O contrato firmado com a escola incluía como atividades: um trabalho diretamente organizado em sete salas de aula, contando com a participação do estagiário no cotidiano da turma, dois dias na semana e uma reunião semanal com a professora, além de uma reunião mensal com todas as dezesseis professoras da organização. As sete profissionais, que trabalharam diretamente com os estagiários, se engajaram voluntariamente no projeto. Nesse processo estabeleceu-se uma parceria entre cada professora e um estagiário realizando a tarefa de analisar as práticas cotidianas e potencializar os atores sociais no sentido da implementação de mudanças. A Análise Institucional é o principal suporte desta proposta sendo utilizadas diversas ferramentas: a análise de demandas e a construção da encomenda; a análise e intervenção nos processos institucionais de produção do lugar do “aluno problema”; a organização de um processo permanente de restituição que permitiu coletivizar os resultados não

só entre as sete professoras diretamente envolvidas, mas também com todo o quadro de profissionais da escola através das reuniões periódicas. O texto apresentado traz algumas práticas e falas recolhidas no cotidiano do trabalho que demonstram os deslocamentos conseguidos definindo novos traçados na construção do discurso sobre o aluno. O processo de culpabilização da criança e da família; os procedimentos de reprovação/aprovação dos alunos; o “cansaço” do professor foram potencializados como temas/força do final do ano letivo dando relevo a ação de todos os atores sociais. O efeito mais importante aqui trazido para análise é o olhar que o coletivo de professores produziu sobre seu trabalho assumindo uma “curiosidade” pelos processos grupais que dão vida ao coletivo de alunos constituindo-se assim, o elemento central de continuidade do projeto. Neste trabalho a ação da psicologia é abordada como uma necessária intervenção não só no espaço escolar, como, fundamentalmente no conhecimento que se tem produzido na articulação entre psicologia e educação interrogando cotidianamente os determinantes do sucesso e do fracasso na escola e os elementos de produção de discursos e práticas sociais.

**Palavras-chaves:** Subjetividade, Psicologia-Escolar, Educação

**Trabalho:** Educação e Políticas de Subjetivação nas Sociedades de Controle

**Autor(es):** Sylvio de Sousa Gadelha Costa

**Resumo:** O presente trabalho constitui uma tentativa, ainda inicial, de cartografar algumas das condições de possibilidade da educação nas sociedades contemporâneas, designadas pelo filósofo francês Gilles Deleuze como “sociedades de controle”. Reflete o início de uma série de estudos que têm como horizonte mais amplo as virtuais relações entre biopolítica, biotecnologias e educação nas sociedades contemporâneas. Assim, apesar de não ser fruto de pesquisas maduras, busca apontar algumas importantes tendências que vêm se delineando recentemente em nossas sociedades, a que devemos estar atentos se quisermos avaliar e dimensionar o estado das relações entre Educação e os biopoderes (novos dispositivos, mecanismos e procedimentos de regulação e controle da vida das populações), para além dos limites formais em referência aos quais a Educação tradicionalmente vem sendo situada, compreendida e praticada. Isso implica ter em vista diferentes estratégias de governamentalidade: a primeira, voltada para as populações “incluídas”; a segunda, por sua vez, voltada às populações “excluídas”. Num tom mais ou menos cético, e baseando seu enfoque teórico nas formulações de Michel Foucault, Gilles Deleuze, e outros estudiosos de nossa contemporaneidade, a argumentação se desenvolve numa quádrupla direção: a) A educação encontra-se entre perda e confusão em meio às transformações contemporâneas que vêm alterando nossas condições de existência – isso se traduz, por exemplo, na dificuldade da teorização educacional lidar com as relações entre o atual e o virtual (politizando-as). Na tentativa de exemplificar tal questão, seguindo as direções de análise propostas por Gilles Deleuze, busca-se explicar a transição entre as sociedades disciplinares e as sociedades de controle; b) Por outro lado, a biopolítica, tal como a concebe Michel Foucault, talvez constitua uma via privilegiada para escutar algumas dessas transformações e dar sentido às relações entre Educação e os novos mecanismos de dominação; c) A educação “dos” e/ou “para” os incluídos passa cada vez mais pela comercialização e pelo consumismo, fabricando indivíduos serializados e consumidores permanentemente endividados (inclusive em relação a serviços e produtos educacionais, psicopedagógicos etc.). Por essa razão, faz-se imprescindível dedicar maior atenção ao papel da comunicação, da publicidade, do branding, assim como ao funcionamento das grandes corporações em nossa contemporaneidade; d) A educação “dos” e/ou “para” os excluídos parece estar cada vez mais atrelada à menor ou maior relevância estratégica que a vida das populações adquire na economia e nos jogos de poder (relações de dominação) numa sociedade globalizada. É a partir da estimativa dessa relevância (ou irrelevância) que se deveria pensar os processos de inclusão e exclusão. Assim, a despeito da tagarelice em torno da importância estratégica da educação numa “sociedade de conhecimento”, os Estados e as organizações supranacionais não vêm conseguindo garantir uma educação substancial às populações necessitadas, particularmente nos países pobres do hemisfério sul.

**Palavras-chaves:** Subjetividade, Sociedade de Controle, Educação

**Atividade: A realidade da psicologia escolar em Maceió (Paineis)**

**Trabalho:**A realidade da psicologia escolar em Maceió

**Autor(es):** Walter da Rocha Araujo

**Resumo:** A realidade da Psicologia Escolar em Alagoas é o principal objetivo deste trabalho. Os estudos têm reconhecido a importância dos conhecimentos teóricos da psicologia no processo ensino-aprendizagem desenvolvidos na Escola. Porém, nem sempre se verifica a existência do profissional psicólogo nesta Instituição social. A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, no seu Art. 64, faz referência apenas à profissionais de educação com funções de administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, subentendendo-se a não citação do psicólogo escolar como uma intenção consistente da mesma. O significado da não importância da psicologia escolar para o sistema de ensino brasileiro também se torna evidente quando se trata das despesas financeiras a serem assumidas pela Instituição. Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com: [...] IV – programas suplementares de alimentação e assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social. (BRASIL, Lei 9394, Art. 71, grifo nosso) Sabe-se que, tradicionalmente, as áreas de atuação da psicologia eram restritas à clínica, à organizacional e à escolar, evidenciando-se a primeira. Entretanto, nos últimos vinte anos, ocorreu uma maior diversificação, incluindo-se as áreas hospitalar, jurídica, do trânsito, desportiva e comunitária. Esta abrangência, sem deixar de evidenciar a área clínica, possibilitou uma menor atenção por parte do mercado do trabalho para a área escolar. Apesar disso, numa pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Psicologia, em 1992, a psicologia escolar, com 24,4%, ainda era a terceira área de maior atuação no Brasil. (MEIRA, 2000, p.37) Entretanto, as questões de maior complexidade da psicologia escolar estão na interface da escola com esta área de atuação. A escola se apresenta com “inúmeros problemas e graves consequências sociais: crianças fora da escola, violência e marginalização, grande distorção idade/série, dificuldades de aprendizagem e evasão para identificar algumas mais diretamente relacionadas com a educação básica.” (GUZZO, 2001, p.27). Frente a este quadro, se questiona o que tem e o que pode ser feito pelo psicólogo escolar, assim como também para quem um psicólogo na escola. Tais questões nos conduzem a refletir e procurar entender a forma de inserção, a identidade e o processo de formação do psicólogo escolar. (ALMEIDA, 2001, p.44). Esta última não é priorizada na estrutura curricular da graduação, quase sempre inadequada para a realidade escolar atual. A formação deste profissional está determinando as questões problemáticas da sua prática. Verificam-se inadequações na graduação: desarticulação entre as disciplinas do curso, ênfase excessiva numa área de estágio (quase sempre a clínica), despreparo dos professores de psicologia, nem sempre há consideração da realidade escolar nos conteúdos das disciplinas. Desta forma, as incompatibilidades entre formação e práticas psicológicas do psicólogo escolar nos conduzem a verificar as dificuldades de atuação na instituição Escola. A identidade do psicólogo escolar, por sua vez, situa-se entre a característica clínica (caráter curativo-terapêutico) e preventiva (caráter mais educacional e pedagógico) Almeida (2001, p.44). As práticas destes psicólogos nem sempre atendem às demandas da escola, dos alunos e suas famílias, o que coloca em questão as características identitárias, anteriormente citadas. O questionamento da identidade do psicólogo escolar tem levado à várias considerações: as práticas deste profissional não dão conta da solução dos problemas escolares, excluindo-se a sua necessidade; alguns psicólogos preferem ser visualizados como os que trabalham na educação; outros preferem ser designados como psicopedagogos, pois se dedicam exclusivamente às questões de aprendizagem (MALUF, 2001, p.62). Porém, entendemos que, ao psicólogo que atua na instituição escolar, cabem práticas relacionadas ao processo educacional e de aprendizagem, abrangendo indivíduos, famílias e sociedade. Portanto, evidencia-se assim uma discussão entre as práticas psicológicas, as teorias que as fundamentam e a formação deste profissional. Desta forma, considerando-se a realidade do sistema educacional, podemos categorizar os processos de inserção do psicólogo escolar na Escola como inadequados. É importante considerar aqui que, em função de algumas teorias psicológicas – as interpretações organicistas, a psicométrica, o behaviorismo, a abordagem centrada na pessoa e as

interpretações culturalistas – a psicologia escolar sempre se reduziu à uma Psicologia do escolar, culpabilizando o aluno e visando a patologização dos problemas escolares (MEIRA, 2000, p.53). Desta forma, as questões fundamentais da educação não são evidenciadas, tornando o real educacional um objeto alienado das possibilidades de mudança social. A realidade encontrada nos trouxe a comprovação da diminuição da psicologia escolar em Maceió, a não existência da mesma na rede pública e a não adequação da graduação às necessidades desta formação específica. São dados que entendemos serem importantes tanto para as políticas públicas desenvolvidas na Escola como para as preocupações das instituições profissionais e formadoras do psicólogo.

**Palavras-chaves:** Psicologia escolar, Formação do psicólogo, Escola

**Atividade: REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO SABER LER E ESCREVER  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho: REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO SABER LER E ESCREVER**

**Autor(es):** Ana Lucia Paes de Barros Pacheco, João Pedro Azevedo

**Resumo:** Atualmente existem cerca de 16 milhões de pessoas com idades acima de 15 anos que não é alfabetizada no Brasil. Este índice sugere que até então, não houve nenhuma ação efetiva para uma mudança dessa realidade a ponto de enfrentar com veemência o analfabetismo e a baixa escolaridade nos bolsões de pobreza existentes no País. E ainda 65 milhões de pessoas não completaram o ensino fundamental, dentre as quais 33 milhões são analfabetos funcionais, isto é, pessoas com menos de quatro anos de estudo. Estes números já alarmantes deixam de fora o incomensurável número de analfabetos com diploma, que recebem das escolas públicas algum tipo de aprovação automática. O analfabetismo refuta desses brasileiros a possibilidade de serem também cidadãos. O presente trabalho teve como objetivo conhecer a representação social do saber ler e escrever de alunos participantes do programa Brasil alfabetizado. Para tanto, foi feita uma pesquisa de campo com um grupo formado por 85 participantes do Programa, todos moradores na zona urbana da cidade do Rio de Janeiro. O programa Brasil Alfabetizado é um projeto do governo federal que se presta a servir como porta de entrada e de integração à escola a todos aqueles que estão fora do sistema de ensino. A opção por utilizar a teoria das representações sociais se deu, uma vez que, a representação social permite compreender como o sujeito, em sua relação com o mundo, constrói e atribui significados às suas ações, experiências e projetos pessoais. Sendo socialmente elaborada e compartilhada, contribui para a construção de uma realidade comum, que possibilita a comunicação e uma melhor compreensão da mesma. Logo conhecer as representações sociais me permite entender melhor como e porquê os adultos entraram no projeto nesse momento específico de sua vida. Foram realizadas entrevistas individuais semidirigidas, a partir de um roteiro que abordava, além da representação social do saber ler e escrever por meio da técnica de evocação livre, características socioeconômicas do grupo entrevistado. As informações obtidas foram digitadas e tratadas através de pacote estatístico. Os resultados preliminares foram interpretados segundo a abordagem estrutural das representações sociais. O grupo estudado estava composto em sua maioria por pessoas pobres e do sexo feminino. Dentre as categorias que compõem o núcleo central da representação social do saber ler e escrever as que aparecem como as mais freqüentes e mais prontamente evocadas são: trabalho, melhorar de vida, ter mais conhecimento e saber ler. Essas representam os aspectos mais socialmente compartilhados desse grupo. Nos esquemas periféricos, encontram-se categorias como: saber ler e preencher formulários, saber escrever, fazer contas, ler o nome e ler endereço. Elas estão mais relacionadas às vivências pessoais desses sujeitos. De fato, no núcleo central, o saber ler e escrever é visto como um instrumento de acesso e aquisição de maior conhecimento e de atingir uma melhor condição de vida. Já no sistema periférico, o saber ler e escrever aparece como uma busca de maior autonomia.

**Palavras-chaves:** Educação, Representação social, Pobreza

**Atividade: ENSINO E AVALIAÇÃO DE LEITURA COM COMPREENSÃO DE SENTENÇAS: UMA ANÁLISE FUNCIONAL DA PRÁTICA DE PROFESSORAS DE UMA ESCOLA PÚBLICA (Paineis)**

**Trabalho:** ENSINO E AVALIAÇÃO DE LEITURA COM COMPREENSÃO DE SENTENÇAS: UMA ANÁLISE FUNCIONAL DA PRÁTICA DE PROFESSORAS DE UMA ESCOLA PÚBLICA

**Autor(es):** Juliana Baía do Vale, Marcelo Quintino Galvão Baptista

**Resumo:** ENSINO E AVALIAÇÃO DE LEITURA COM COMPREENSÃO DE SENTENÇAS: UMA ANÁLISE FUNCIONAL DA PRÁTICA DE PROFESSORAS DE UMA ESCOLA PÚBLICA Uma das principais queixas acadêmicas refere-se à dificuldade de compreensão de leitura, apresentada por uma parcela considerável do corpo estudantil brasileiro, em diversos níveis de ensino. Essa dificuldade gera problemas, não apenas quanto a prejuízos na realização das atividades escolares em si, mas também no que diz respeito a sérias conseqüências sócio-emocionais e de sobrevivência econômica desses estudantes. O paradigma de equivalência de estímulos constitui uma alternativa metodológica já consolidada de análise do problema da compreensão de leitura e contribui para solucioná-lo. No presente estudo, realizou-se a observação da prática de professoras de 3ª e 4ª séries, de uma escola pública de Belém-PA, envolvendo o ensino com compreensão de leitura de sentenças no âmbito da disciplina Língua Portuguesa, com o objetivo geral de avaliar posteriormente a metodologia utilizada e a construção de um procedimento de ensino no contexto do laboratório baseado no paradigma referido. Os objetivos específicos foram: (1) observar a prática das professoras relativa ao ensino e avaliação da leitura de frases com compreensão; (2) analisar a metodologia empregada nesse ensino e avaliação, com base na Análise do Comportamento; (3) discutir as implicações da metodologia empregada pelas professoras para a construção de um instrumento eficaz voltado para o ensino de leitura com compreensão. A pesquisa foi dividida em duas etapas e teve como participantes alunos de quatro turmas e quatro professoras de 3ª e 4ª séries. A pesquisa ocorreu nas salas de aula de cada uma das turmas em que as professoras lecionavam. Utilizou-se a técnica de registro cursivo dos comportamentos observados (das professoras e respectivos alunos) e a análise funcional dos mesmos. As categorias comportamentais mais freqüentes das professoras (P) que produziram conseqüência observável nos alunos e as categorias comportamentais mais freqüentes dos alunos (A) que produziram conseqüência observável nas professoras, indicando interação, foram: 1) Perguntar para a Turma (P) a respeito do conteúdo da disciplina – Resposta da Turma (A); 2) Corrigir [exercícios dos alunos sobre o conteúdo da disciplina] Individualmente (P) – Perguntar sobre Palavras (A); 3) Permanecer Sentada (P) – Conversar na Presença da Professora (A); 4) Ditar Palavras (P) – Escrever Palavras e Escrever Frases (A); 5) Sair da Sala de Aula (P) – Conversar na Ausência da Professora (A). A primeira, segunda e quarta categorias comportamentais acadêmicas das professoras, ou seja, relevantes para o contexto do ensino e da aprendizagem, produziram um efeito também acadêmico positivo sobre a turma. Porém, o fato de as professoras terem permanecido sentadas (categoria 3) e o fato de terem saído das respectivas salas de aula (categoria 5) durante muito tempo e ao longo do período das observações, geraram efeitos negativos nos alunos, em virtude de estes terem emitido comportamentos não acadêmicos (irrelevantes e prejudiciais para o ensino e a aprendizagem), como conversar freqüentemente, o que caracterizou interrupções nas atividades de ensino. As professoras de ambas as séries ensinaram a leitura de palavras e sílabas com maior freqüência do que a leitura de frases. Observou-se, ainda, que essas interrupções afetaram o ensino de leitura e a avaliação da compreensão desta, pois em grande parte das aulas as professoras deixaram de corrigir os exercícios e explicar a matéria, além de outros prejuízos. Esse fato e outros problemas observados, somados à baixa freqüência dos comportamentos relativos ao ensino da leitura de sentenças, atestam a necessidade de continuidade da pesquisa.

**Palavras-chaves:** Ensino de leitura de frases com compreensão, Análise do Comportamento, Educação

**Atividade:** “ELE PODE PARECER DIFERENTE, MAS AINDA É UM FÓSFORO”:

## **(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**“ELE PODE PARECER DIFERENTE, MAS AINDA É UM FÓSFORO”

**Autor(es):** Natália Freitas Dantas, Ana Caroline Leite de Aguiar

**Resumo:** Esse trabalho insere-se no cenário da educação inclusiva e protagonizou uma investigação acerca das representações sociais de alunos não portadores de necessidades especiais, de escolas inclusivas e não inclusivas fortalezenses, sobre os deficientes físicos. Tal propósito alicerçou-se na intenção de contribuir com uma proposta de inclusão escolar de qualidade, uma vez que práticas educacionais com este caráter estão, cada vez mais, sendo abordadas pela mídia e ganhando atenção do governo federal. Para efetuar a investigação referida inicialmente, recorreu-se a autores como Moscovici, Jodelet, Pereira e Soares, Freitas e Castro, buscando elucidar o conceito de representações sociais. No que tange à perspectiva da educação inclusiva, a pesquisa foi embasada em idéias de Leny Mrech, Rita Vieira e Ana Lage. Objetivou-se, então, realizar uma comparação entre as representações sociais de estudantes oriundos de escolas inclusivas e não inclusivas e, a partir desta, verificar a possível influência de uma educação inclusiva sobre o modo de esses alunos representarem os deficientes físicos. Metodologicamente, foram utilizados grupos focais com alunos de oitava série de ambas as modalidades educativas. A seleção dos estudantes foi submetida ao critério de tempo na escola, sendo exigido que tivessem ingressado na instituição há, pelo menos, sete anos e, no caso dos estudantes de escolas inclusivas, acrescentou-se o critério de convivência com, no mínimo, um deficiente físico em sala de aula. A escolha das escolas ocorreu por facilidade de acesso e por sua disponibilidade em participar da pesquisa. Assim, foram selecionadas duas escolas, sendo uma inclusiva e a outra não, e ambas particulares e de mesmo porte. Finalmente, apreenderam-se algumas representações sociais dos alunos não portadores de necessidades especiais sobre os deficientes físicos. A saber: os deficientes são vistos pelos estudantes da escola inclusiva como incompletos (sendo essa incompletude adquirida), inferiores, possuindo limitações e potencialidades, excluídos socialmente, com pouco apoio da sociedade, e persistentes, podendo adaptar-se a uma nova vida com o auxílio de instrumentos (braille, próteses, etc). Os alunos da escola não inclusiva, por sua vez, demonstraram perceber os deficientes como incompletos, excluídos e ajudados pela sociedade, capazes de adaptar-se a uma nova vida, bastando que tenham “força de vontade”, merecedores de igualdade de oportunidades em relação às demais pessoas. Percebeu-se uma ambigüidade em relação aos discursos desses alunos acerca da consciência e ignorância das potencialidades e limitações dos deficientes físicos. Pode-se dizer que esse trabalho levanta questionamentos importantes acerca da prática da educação inclusiva, a partir dos quais poderão surgir outros estudos que busquem investigá-los.

**Palavras-chaves:** Representações Sociais, Deficiência física, Inclusão

**Atividade:** ANÁLISE DA ESCOLA MUNICIPAL PROF. ZUZA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA (Painéis)

**Trabalho:**ANÁLISE DA ESCOLA MUNICIPAL PROF. ZUZA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

**Autor(es):** Álvaro da Costa Batista Guedes, Andre Luis Leite de Figueiredo Sales, Makson Rocha Lima, Flávio Fernandes Fontes, Cynthia Medeiros

**Resumo:** O presente trabalho foi realizado na Escola Municipal Professor Zuza, localizada em um bairro periférico na cidade do Natal/RN, no período de 10 do mês 05, em 2006, até 12 do mês 06 do mesmo ano, realizado como parte da disciplina Psicologia Escolar III, do Departamento de Psicologia da UFRN, teve por objetivo fazer uma observação sistemática das várias interfaces que compõem essa instituição, buscando suas falhas e idiosincrasias que possam estar se

configurando como obstáculos para a efetivação do processo de ensino/aprendizagem. Através da observação da escola (instalações físicas, recursos humanos, materiais disponíveis e aulas ministradas pelos docentes) e de entrevistas com educadores, funcionários, diretores, coordenadores, pais e alunos que fazem parte dela, foi criado um perfil geral da instituição; ao todo foram entrevistados oito profissionais que compunham o quadro de funcionários da instituição. Para realização desta atividade, empregou-se uma entrevista semi-estruturada com a qual se objetivava captar as diversas percepções dos integrantes da escola sobre a instituição em si. Além disso, intentava-se obter um relato mais detalhado de como aqueles profissionais enxergavam as suas práticas cotidianas. Observou-se que havia uma grande disposição dos diversos profissionais a falarem de suas atividades, fato que foi de grande ajuda para a realização do trabalho. Do material coletado, foram analisados os seguintes pontos: concepções teóricas que, mesmo de maneira não-consciente, embasam as práticas educativas do corpo de professores e professoras; a visão de desenvolvimento infantil (inatista/ambientalista) que permeia a prática destes; como o ambiente escolar facilita ou dificulta as relações sociais dos alunos e como isso repercute no aprendizado; qual a relação da escola com a comunidade na qual ela está inserida; como o professor acha que o aluno aprende e o que pensa acerca da necessidade de um psicólogo dentro da escola. A partir dos dados coletados ao longo deste trabalho de pesquisa, concluiu-se que a concepção de ensino e aprendizagem ainda parece um pouco confusa na prática pedagógica de alguns docentes. Ademais, percebe-se, dadas as queixas apresentadas pelos funcionários, relativa desintegração entre as várias instâncias do ambiente profissional escolar, sendo necessária, portanto, uma análise mais crítica do cotidiano dos profissionais dessa instituição de ensino a fim de que possa intervir da maneira mais abrangente e efetiva possível.. Desse modo, observou-se a necessidade premente de intervenção de um psicólogo escolar, sendo propostas iniciativas e projetos visando agir no contexto dessa instituição de modo a atenuar alguns dos problemas que atingem essa escola.

**Palavras-chaves:** Educação, Avaliação Institucional, Concepções de Ensino Aprendizagem

**Atividade: DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**Autor(es):** Lilian Kelly de Sousa Galvão, Jô D'Avila, Samuel Lincoln Bezerra Lins

**Resumo:** Os atrasos e problemas de aprendizagem foram, durante muito tempo, considerados como uma deficiência em determinada habilidade no nível individual. No entanto, na atualidade, existe uma tendência, entre os estudiosos, a conceituar a dificuldade de aprendizagem de modo abrangente, considerando-a como um problema decorrente da interação de uma série de fatores, como o sistema educacional, as características próprias do indivíduo e as influências ambientais. Mas, como os alunos avaliam a questão da dificuldade de aprendizagem? O presente estudo foi realizado com o objetivo principal de conhecer a percepção dos alunos a respeito da dificuldade de aprendizagem. Participaram desta pesquisa 92 alunos do 6º ano, distribuídos em três turmas com níveis de aprendizagem diferenciados, de uma escola pública da cidade de Natal. Os estudantes responderam individualmente a um questionário, aplicado de forma coletiva, com o auxílio do pesquisador no momento da leitura das questões. Os dados foram avaliados através de uma análise de conteúdo. Os resultados revelaram que 60% dos participantes estavam fora da faixa etária; 47% já haviam sido reprovados (predominando as disciplinas de português e matemática); 82% dos alunos afirmaram ter dificuldade em aprender alguma disciplina, destacando-se matemática, espanhol e português, que também foram apontadas como as matérias que eles “menos gostam”. Quando questionados sobre o que leva a um aluno ter dificuldades de aprendizagem, 92% dos respondentes afirmaram que a culpa estava no aluno, que não prestava atenção nas aulas, bagunçava e conversava; o restante dos participantes culpabilizaram os professores, seguido dos companheiros de classe, da escola e da família. Para

ajudar os alunos que têm dificuldade em aprender, a maioria dos participantes (56%) citou os alunos como o principal responsável neste processo, devendo estudar mais, ter aula de reforço e prestar mais atenção nas aulas; 38% dos respondentes, por sua vez, atribuíram a responsabilidade da aprendizagem do discente ao professor, que deveria “ensinar direito”, explicar melhor o conteúdo e as tarefas; apenas 6% dos alunos mencionaram que a ajuda na aprendizagem dos alunos depende da Escola, que deveria ter um projeto didático melhor. Quando perguntados sobre o que fazer para melhorar as aulas, 45% dos participantes responderam que os alunos deveriam se comportar melhor, ficar em silêncio e estudar mais; 37% mencionaram que a melhoria do ensino aconteceria com a colaboração do professor, que deveria fazer aulas mais dinâmicas e interessantes, ter paciência com os alunos, ensinar melhor, dar mais atenção aos alunos e não faltar às aulas; 17% afirmaram que a contribuição para a melhoria das aulas deveria partir da Escola, no sentido de ser mais organizada, limpa e com uma ventilação adequada. Esses resultados são apenas pré-eliminatórios; na realidade, eles fazem parte de uma pesquisa mais ampla que também avalia a percepção dos professores a respeito da dificuldade de aprendizagem, comparando-a com a dos alunos, e que, além disso, relaciona uma série de variáveis, como nível de aprendizagem e repetência, com a percepção da dificuldade de aprendizagem dos alunos.

**Palavras-chaves:** dificuldades na aprendizagem, alunos, psicologia na educação

**Atividade: PARTICIPAÇÃO GUIADA E AFETIVIDADE ENTRE CRIANÇAS: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE TRIÁDES E DÍADES. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: PARTICIPAÇÃO GUIADA E AFETIVIDADE ENTRE CRIANÇAS: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE TRIÁDES E DÍADES**

**Autor(es):** Marinalva Silva Oliveira, Hozana Machado Mendonça, Maria do Carmo Lobato da Silva, Adiene Santos Coelho

**Resumo:** Este estudo objetiva comparar a ocorrência da participação guiada e a importância da afetividade entre triádes e díades de alunos do ensino fundamental durante resolução de problemas matemáticos. Para Rogoff (2005) participação guiada envolve diferentes perspectivas colocadas à disposição do outro e da própria aprendizagem, remetendo a processos intersubjetivos que focalizam a maneira como crianças são envolvidas num trabalho conjunto. A participação guiada pode ser analisada em atividades estruturadas na escola onde interações face-a-face ensejem constantes ações e comunicações verbais ou gestuais, numa troca que mistura intrasubjetivo e intersubjetivo caracterizada pelo compartilhamento de significados. Desta forma a participação guiada envolve diferentes formas de orientar a aprendizagem em diferentes contextos culturais. Assim, mudanças intrasubjetivas que ocorrem durante o processo envolvem diretamente o significado que o sujeito atribui a cada situação. O ambiente da sala de aula, onde a interação entre alunos torna-se propulsora de desenvolvimento, permite que crianças conversem em nível de igualdade, ensejando estruturas de participação seja por facilitação ou restrição uma das outras. Neste sentido a afetividade torna-se relevante para a compreensão das ações de crianças quando estas participam de atividades pré-estruturadas onde o outro, pelo qual o sujeito nutre diferentes perspectivas, é tomado como figura afetivo-cognitiva (SIMÃO, 2005). Participaram desta pesquisa 24 alunos da 3ª série do Ensino Fundamental, agrupados em triádes e díades com e sem relação de amizade. Para agrupar as crianças quanto à amizade, foram realizadas entrevistas na sala de aula com o intuito de obter informações sobre seus vínculos afetivos, bem como, sobre o tempo de amizade e se gostavam ou costumavam realizar trabalhos juntos. Após a entrevista os alunos foram agrupados em quatro triádes com relação de amizade (TCRA) segundo critério de indicação mútua. Já o critério de formação das quatro triádes sem relação de amizade (TSRA), foi que os alunos que não se indicassem na entrevista. Num segundo momento, os alunos foram encaminhados em triádes (TCRA e TSRA) em dias e horários diferentes a uma sala separada onde deveriam resolver cinco problemas matemáticos



em tarefas não habituais sobre conteúdos já ministrados em sala de aula. As interações foram gravadas através de filmadora e gravador. Após entregar a cada tríade um único papel contendo os problemas, um lápis e uma borracha, as pesquisadoras solicitavam que as tríades resolvessem os problemas sempre verbalizando aos outros interatores as dúvidas, estratégias e metas utilizadas. Num terceiro momento, sorteou-se duas TCRA e duas TSRA para formarem díades, a partir do sorteio foram formadas quatro díades com relação de amizade (DCRA) e quatro sem relação de amizade (DSRA) com intuito de comparar a sua participação em díades e tríades, verificando de que forma a participação guiada e a afetividade podem interferir na interação dos alunos nestes dois diferentes contextos. As díades foram submetidas ao mesmo procedimento das tríades na resolução de problemas matemáticos. Os resultados mostraram que, quando comparadas, as tríades com relação de amizade evidenciam interação mais consistente e participação guiada mais freqüentemente que as sem relação de amizade, pois há maior possibilidade de discussão e envolvimento entre os participantes. Sendo que, quanto mais estruturadas as amizades, maiores as possibilidades do uso de uma linguagem comum que facilite o entendimento, bem como a negociação em caso de discordância. No envolvimento entre iguais em que o outro tem um significado singular, o sujeito enseja possibilidades de trocas de pontos de vistas e de verbalização sobre os processos de resolução seja com uma ou diferentes estratégias. Portanto, a explicação da trajetória até determinado resultado é benéfica para o desenvolvimento de competências tanto de quem argumenta quanto de quem contra-argumenta ou simplesmente observa o que os outros fazem. Já nas tríades sem relação de amizade, os alunos tendem a resolver os problemas de forma competitiva ou individual, pois o outro é visto como barreira para resolução da tarefa. Ao se comparar díades com e sem relação de amizade, as informações empíricas mostraram que os participantes têm de gerir um duplo processo de caráter social, pois estabelecem e mantêm interação com o outro, enquanto, por outro lado são confrontados com processos de raciocínio e estratégias de resolução diferentes dos seus. Esta informação, tanto nas díades CRA e nas SRA demonstrou possibilidades de enriquecimento do repertório individual que de outra forma não ocorreria. Comparando díades com tríades, a interação entre díades parece ser o ambiente ideal para desenvolvimento e construção do conhecimento. Este estudo poderá servir de auxílio para os professores suplementarem suas práticas em salas de aula e, para os estudiosos do desenvolvimento entender como crianças constroem suas auto-identidades na relação com o outro.

**Palavras-chaves:** Participação Guiada, Triades de criança, díades de criança, afetividade

**Atividade: OS EFEITOS DA INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NO COMPORTAMENTO DE UMA CRIANÇA AUTISTA (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: OS EFEITOS DA INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NO COMPORTAMENTO DE UMA CRIANÇA AUTISTA**

**Autor(es):** Christianne Thatiana Ramos Souza, Alanna Lima Marinho, Rosangela da Silva Almeida

**Resumo:** Estudos sobre o autismo infantil têm mostrado que a intervenção psicopedagógica junto a crianças que apresentam este distúrbio deve buscar a redução de comportamentos “anormais” minimizando os prejuízos presentes. A intervenção psicopedagógica deve compreender o processo de aprendizagem da criança de forma multicausal e abrangente considerando os componentes de diferentes eixos de estruturação: afetivos, cognitivos e motores. Esse tipo de atendimento visa a independência dos indivíduos. O objetivo deste trabalho foi descrever as atividades psicopedagógicas realizadas no processo de intervenção e verificar os resultados dessas atividades no desenvolvimento de uma criança autista, com 4 (quatro) anos de idade, que recebia atendimento em um programa de intervenção psico-educacional para crianças com condutas típicas. As sessões de intervenção aconteciam semanalmente, com duração de uma hora, sendo realizada por uma equipe composta por uma psicóloga, uma pedagoga e uma estagiária de psicologia. Nestas sessões a criança realizava

diferentes tarefas que visavam o desenvolvimento de habilidades básicas tanto para o processo de escolarização como para as interações sociais. A coleta foi feita através de observação e registro escrito das sessões de intervenção realizadas pelos técnicos com a criança, focalizando as interações ocorridas entre estes. Além disso, foram analisados os registros das intervenções iniciais realizadas com a criança, nas quais a pesquisadora não estava presente. Foi coletado um total de 15 (quinze) atendimentos. A partir da análise deste material foram criadas duas categorias que caracterizam diferentes momentos do atendimento: Fase de Adaptação e Atividades Diversificadas. Dentro de cada um desses períodos foram categorizadas as habilidades sociais, afetivas e cognitivas. Os resultados mostraram que as atividades buscaram abranger diferentes tipos de habilidades básicas como: brincadeiras, atividades psicomotoras, jogos de encaixe, atividades lúdicas envolvendo os conceitos de cor, tamanho, quantidade, seqüência lógica visando desenvolver as áreas de memória, concentração, lateralidade, esquema corporal, linguagem, coordenação motora grossa e fina, contagem entre outros aspectos. A análise dos dados sugere modificações importantes no desenvolvimento da criança a saber: redução na dificuldade de interação sociais e afetivas, menor freqüência de ecolalia, desenvolvimento na formação de conceitos de cores e objetos. Os dados corroboram as contribuições de outros estudos com relação a relevância da intervenção psicopedagógica no comportamento de crianças autistas. Verificamos ao final do trabalho importantes avanços no aspecto cognitivo, nos comportamentos voltados para o contato social e afetivo da criança acompanhada. Estas mudanças contribuíram tanto para uma melhor adaptação desta criança ao ambiente familiar quanto ao ambiente no qual ela recebe intervenção psicopedagógica.

**Palavras-chaves:** Autismo Infantil, intervenção psicopedagógica, processo ensino-aprendizagem

**Atividade: ENSINO DE LEITURA DE PALAVRAS E DE FRASES COM COMPREENSÃO BASEADO NA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO: AVANÇOS METODOLÓGICOS E IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS (Mesas Redondas)**

**Trabalho: ENSINO DE LEITURA DE PALAVRAS E DE FRASES COM COMPREENSÃO BASEADO NA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO: AVANÇOS METODOLÓGICOS E IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS**

**Autor(es):** Marcelo Quintino Galvão Baptista

**Resumo:** Pesquisas baseadas na Análise do Comportamento, em particular no paradigma de equivalência de estímulos, documentaram o ensino com compreensão de leitura de palavras substantivas. Tendo em conta essas unidades verbais, a compreensão de leitura das mesmas tem sido tratada como sendo de âmbito simples, necessitando, assim, de ampliação, ao incorporar verbos, advérbios, preposições, frases, etc. Essa ampliação já foi apontada na literatura como algo possível de ser realizada se for levado em conta o paradigma mencionado que lhe serve de suporte e se for considerada a disponibilidade de recursos tecnológicos apropriados. A ampliação de unidades verbais necessita, entretanto, de ser acompanhada da garantia do necessário controle de unidades mínimas – letras e sílabas quando relativas a palavras e estas quando relativas frases. A consideração desse controle é imprescindível para a busca da leitura generalizada pela recombinação tanto de palavras quanto de frases. Pesquisas realizadas com esse propósito e que dão corpo ao presente trabalho justificam-se não apenas pela sua relevância teórica e metodológica, mas também pelas contribuições educacionais, em particular no que concerne à tecnologia de ensino passível de ser derivada. O primeiro relato de uma das pesquisas refere-se a seis estudos que investigaram a leitura recombinativa, verificando os efeitos do ensino combinado de cópia, ditado e oralização na emergência da leitura textual e com compreensão das palavras de generalização. Os resultados obtidos indicam que começar o ensino de leitura de sílabas impede o controle parcial, dispensando ensinamentos adicionais que o evitem e revertam, além da não necessidade do ensino da habilidade de recombinar sílabas em diferentes posições. O segundo relato relaciona-se a dois estudos: um primeiro que gerou a elaboração de um manual ilustrado de ensino de leitura por passos, envolvendo palavras substantivadas e voltado para alunos de Educação Infantil e de Educação Especial, e outro estudo, com um procedimento de construção de respostas, abarcando letras e sílabas, que foi aplicado a duas crianças da Educação Especial sem o repertório de leitura. Os resultados levam

à conclusão de que o manual utilizado é adequado para o ensino de leitura a crianças de 5 a 6 anos e para o ensino de alunos com necessidades especiais. O terceiro relato é alusivo a um estudo de replicação e teve como objetivo ensinar a leitura com compreensão de frases compostas de três palavras (um pronome, um substantivo e um adjetivo), obedecendo ao ensino de sílabas e de palavras como unidades mínimas para o ensino de frases. Os resultados apontam para o fato de que o ensino inicial de leitura de sílabas e de palavras, como pré-requisitos para o ensino posterior de leitura de frases, produziu a leitura generalizada em arranjos com a recombinação das unidades verbais menores. Tomados como um todo, os resultados dos estudos são discutidos como possibilitadores de gerar importantes contribuições para a educação, em particular quanto à compreensão do processo ensino-aprendizagem e das variáveis que o afetam, bem como para desenvolver procedimentos de ensino da leitura com economia e eficiência.

**Palavras-chaves:** Ensino de leitura com compreensão, Análise do Comportamento, Tecnologia de ensino

**Trabalho:** LEITURA RECOMBINATIVA E CONTROLE PARCIAL PELA SÍLABA

**Autor(es):** Olívia Misae Kato

**Resumo:** As pesquisas sobre leitura recombinitiva no Brasil, pautadas no paradigma da equivalência de estímulos, têm investigado a emergência da leitura textual e com compreensão de novas palavras (de generalização) formadas pela recombinação das sílabas das palavras de ensino. Essas pesquisas ressaltam a necessidade do controle por todos os componentes da palavra na generalização da leitura por recombinação. O controle parcial pelas sílabas tem sido documentado quando o ensino da leitura começa pelo ensino das relações palavras ditadas-figuras (AB) e palavras ditadas-escritas (AC). Esse controle dificulta a emergência da leitura recombinitiva e pode ser evitado ou revertido por procedimentos combinados de oralização, cópia e ditado. No entanto, seus efeitos dependem do momento em que são introduzidos em relação ao procedimento de ensino das discriminações condicionais AC. O ensino explícito da leitura de sílabas pode evitar o controle parcial e promover prontamente a leitura recombinitiva. Dos seis estudos que investigaram a leitura recombinitiva, cinco verificaram os efeitos do ensino combinado de cópia, ditado e oralização na emergência da leitura textual e com compreensão das palavras de generalização. O ensino combinado foi introduzido antes (Estudos 1 e 2), durante (Estudo 3) ou após (Estudos 4 e 5) o ensino das discriminações AC. Sempre após o ensino das relações AB e AC, eram testadas as relações figuras-palavras escritas (BC) e o inverso (CB), que documentam a leitura com compreensão. Em seguida, era testada a leitura textual das três palavras de ensino e das 27 palavras de generalização. Se não ocorresse a leitura dessas palavras, eram aplicadas sondas de controle silábico, seguidas pela mesma seqüência de ensino e testes do primeiro conjunto, mas usando três palavras de generalização. Se ocorresse a leitura das palavras de generalização, era testada a leitura com compreensão dessas palavras. Os 15 participantes dos cinco estudos apresentaram a leitura com compreensão das palavras de ensino e em seguida, todos apresentaram prontamente a leitura textual dessas palavras. Todos também, demonstraram prontamente a leitura com compreensão das palavras de generalização, após a leitura textual dessas palavras. Quanto o ensino combinado foi aplicado antes (Estudos 1 e 2) e durante o ensino das relações AC, mas com oralização fluente (Estudo 3, Experimento 1), a análise do desempenho nas sondas de controle e no ensino combinado revelam o controle por todos as sílabas da palavra. No entanto, a análise das leituras incorretas das palavras de generalização, na qual é requerida a recombinação, revela o controle parcial por uma sílaba. Quando o ensino combinado era aplicado após a emergência das relações BC/CB (Estudos 4 e 5), as sondas de controle e a análise das leituras incorretas indicaram o controle parcial por uma sílaba e a reversão desse controle após o ensino combinado. Um resultado surpreendente foi obtido quando o ensino de cópia e ditado combinado com oralização fluente e escandida foi aplicado durante o ensino das relações AC (Estudo 3, Experimento 2). Todas as crianças apresentaram prontamente a leitura textual e com compreensão das três palavras de ensino e em seguida, apresentaram a leitura textual das 27 palavras de generalização e a leitura com compreensão de nove dessas palavras. Todos esses desempenhos emergentes ocorreram, usando somente um conjunto de três palavras para o

ensino. Os resultados dos cinco estudos indicam que o controle por todas as sílabas da palavra não é o suficiente para promover a leitura recombinativa. Ressaltam a importância da habilidade de recombinar as sílabas em novas palavras na leitura recombinativa. Mostram ainda, que a leitura com compreensão das palavras de generalização ocorre prontamente após a leitura textual dessas palavras. Também, a leitura textual das palavras de ensino ocorre prontamente após leitura com compreensão dessas palavras. O Estudo 6 iniciou com o ensino explícito das discriminações condicionais entre sílabas para cinco crianças da pré-escola. Em seguida, era testada a leitura textual de novas sílabas formadas pela recombinação das letras das sílabas de ensino. Depois foi testada a leitura textual e com compreensão das palavras com sentido cultural e inventadas, formadas pelas sílabas de ensino e recombinadas. Todas as crianças apresentaram a emergência da leitura das sílabas de ensino e recombinadas. Todas demonstraram prontamente a emergência da leitura textual, e com compreensão, envolvendo palavras com sentido e inventadas. Para promover a leitura recombinativa não foram necessários ensinamentos adicionais de nomeação, oralização, cópia e/ou ditado ao procedimento básico. Portanto, esses resultados indicam que começar o ensino pelas sílabas evita o controle parcial, não sendo necessário ensinamentos adicionais para evitá-lo ou revertê-lo. Revela também, que não é necessário o ensino da habilidade de recombinar sílabas em diferentes posições. Os resultados dos seis estudos fornecem contribuições teóricas e metodológicas importantes para compreender o processo ensino-aprendizagem e as variáveis que o afeta, bem como para desenvolver procedimentos econômicos e eficientes de ensino da leitura. Novas tecnologias de ensino e aperfeiçoamento das já existentes podem revelar as nítidas implicações educacionais desses estudos.

**Palavras-chaves:** Controle parcial pelas sílabas, Leitura recombinativa, Equivalência de estímulos, Leitura textual e com compreensão

**Trabalho:** LEITURA COM COMPREENSÃO DE PALAVRAS SUBSTANTIVADAS E A GENERALIZAÇÃO DA LEITURA: AVALIAÇÃO DE UM MANUAL DE ENSINO PARA PROFESSORES

**Autor(es):** Verônica Bender Haydu

**Resumo:** O paradigma da equivalência de estímulos tem demonstrado ser um método eficaz para o ensino da leitura com compreensão e o procedimento constructed response matching to sample (CRMTS) para a generalização da leitura de palavras novas. Equivalência de estímulos é definida como sendo a emergência de relações arbitrárias após terem sido ensinadas relações entre, pelo menos, dois pares de estímulos que apresentam um elemento em comum. CRMTS consiste do procedimento de construção de palavras pela recombinação de unidades mínimas. Para o ensino de leitura com compreensão e para a generalização da leitura são ensinadas, de forma geral, as relações entre palavra ditada e figura, nomeação de figura, palavra ditada e palavra impressa, palavra impressa e montagem de anagrama. Em seguida, testa-se a nomeação de palavra impressa e as relações entre figura e palavras impressa, palavra impressa e figura, figura e montagem de anagrama e palavra ditada e montagem de anagrama. A partir de um estudo anteriormente desenvolvido, bem como os da bibliografia da área, foi elaborado um manual de ensino de leitura ilustrado. O manual apresenta um Programa de Ensino de leitura de palavras substantivadas, as quais são apresentadas de forma contextualizada em histórias. O programa é apresentado em passos de ensino desenvolvidos com o uso de um material manipulável composto por cartões com palavras impressas e com figuras correspondentes às palavras, e por letras avulsas. Esse Programa de Ensino foi testado em dois contextos diferentes, envolvendo alunos de Educação Infantil e de Educação Especial. O objetivo do primeiro estudo foi avaliar as dificuldades que surgiriam na aplicação do programa pelas próprias professoras, em situação coletiva de sala de aula. Duas professoras e duas turmas de alunos de Educação Infantil participaram da pesquisa. (Pré II – 12 alunos de 4 a 5 anos e Pré III – 14 alunos de 5 a 6 anos). O procedimento foi composto de quatro fases: Fase 1 - Pré-teste de Leitura; Fase 2 - encontros da pesquisadora com as professoras, para demonstração e discussão do Programa de Ensino; Fase 3 - aplicação pelas professoras do Programa de Ensino com o acompanhamento da pesquisadora; Fase 4 - Pós-teste de Leitura e avaliação do Programa de Ensino com as professoras. Observou-se que, no Pós-teste, o qual envolvia todas as palavras de ensino e todas

as palavras de palavras de generalização, 10 dos 14 alunos do Pré III leram corretamente mais de 90% das palavras, sendo que do Pré II apenas 3 dos 12 alunos atingiram esse índice. No segundo estudo, o procedimento foi aplicado pela própria pesquisadora a duas crianças da Educação Especial que não sabiam ler, visando avaliar a diferença na forma como a recombinação no CRMTS era feita – anagrama com sílabas ou com letras. Observou-se que as crianças com necessidades especiais aprenderam a ler com compreensão todas as palavras ensinadas e que a generalização da leitura das palavras novas dependeu do aumento do número de palavras de ensino e da variação na posição das unidades menores (sílabas ou letras), em diferentes palavras de ensino. Os resultados permitem concluir que o manual de ensino é adequado para o ensino de leitura a crianças da faixa etária de 5 a 6 anos e para o ensino de alunos com necessidades especiais. No entanto, alguns ajustes devem ser feitos em relação às palavras de ensino e de generalização apresentadas aos alunos, principalmente, para os da faixa etária de 4 a 5 anos. Isso deverá ser feito de tal forma que possibilite aumentar a discriminação das unidades que compõem as palavras e para permitir um melhor rearranjo das unidades menores ao compor as palavras novas (palavras de generalização). As professoras do Ensino Infantil sugeriram que duas das histórias, que fazem parte do manual, devem ser substituídas por história com enredos mais simples. O manual de ensino desenvolvido é um passo inicial para a transferência do conhecimento derivado de pesquisas experimentais para a sala de aula, aspecto considerado de suma importância nos meios acadêmicos. As estratégias de ensino baseadas no paradigma da equivalência têm gerado muito entusiasmo, porque podem contribuir para o desenvolvimento de tecnologias de ensino capazes de solucionar alguns dos problemas comuns no ensino de leitura nas escolas brasileiras.

**Palavras-chaves:** Equivalência de estímulos, Ensino de leitura, Leitura generalizada, Educação Especial, Educação Infantil

**Trabalho:** UM AVANÇO NA BUSCA DE PROCEDIMENTOS DE ENSINO DE LEITURA COM COMPREENSÃO: IMPLICAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E EDUCACIONAIS

**Autor(es):** Marcelo Quintino Galvão Baptista

**Resumo:** Diversos estudos demonstraram a consolidação do uso do paradigma de equivalência de estímulos, na Análise do Comportamento (AEC), para o ensino de leitura com compreensão envolvendo palavras substantivas. Nesses estudos, tendo em conta essas unidades verbais, a compreensão de leitura das mesmas, é considerada como de âmbito simples, cuja ampliação – abrangendo verbos, advérbios preposições, frases e sentenças – é necessária e possível. Dentre outros aspectos, dois justificam isso: 1) a existência de incipientes evidências experimentais, não obstante haver recursos tecnológicos que propiciem essa ampliação; 2) a possibilidade de expansão de estudos tradicionais, com a demonstração da pertinência do uso desse paradigma para a compreensão de leitura de unidades verbais complexas. Também, aponta-se para o fato de que essa expansão venha a possibilitar à AEC contribuir com o sistema educativo quanto à solução da dificuldade de leitura com compreensão, dentro e fora de contextos escolares, especialmente nas primeiras séries e em várias disciplinas curriculares, como o caso da Língua Portuguesa. Um experimento foi implementado com dois alunos de segunda série do ensino fundamental de escolas públicas de Belém-Pa, que apresentavam dificuldade em leitura. Como replicação de um estudo anterior, com frases de duas palavras, o objetivo do geral do presente experimento foi verificar a possibilidade de ensino de leitura de frases compostas de três palavras, em que os componentes eram um pronome, um substantivo e um adjetivo. Os objetivos específicos foram: (1) ensinar a leitura dessas frases, obedecendo ao estabelecimento de pré-requisitos, ou seja, começando-se por sílabas até frases; (2) avaliar a leitura generalizada de palavras e de frases; (3) avaliar a manutenção da leitura generalizada de palavras e de frases no contexto experimental, após um período de 30 dias; (4) avaliar a estabilidade do desempenho dos participantes em leitura, no âmbito da disciplina Língua Portuguesa, após o encerramento do experimento, para verificar o possível efeito da manipulação experimental sobre a aprendizagem no contexto escolar. Foram utilizados conjuntos de estímulos auditivos e visuais (respectivamente, som e grafia de sílabas, de palavras e de frases, além de figuras). Dois participantes, RA e GA, obtiveram 100% de acertos nas relações comportamentais pré-requisitos para a leitura de palavras e de frases. O estabelecimento desses pré-requisitos levou à leitura

generalizada em arranjos com ambos os tipos de unidades verbais. Tanto na garantia desses pré-requisitos como durante a leitura de novas palavras e de novas frases, houve, entretanto, variabilidade caracterizada por reexposições às tentativas, o que sugere a continuidade da pesquisa com mais participantes. Esses resultados, embora ainda obtidos com dois participantes, podem ser considerados indicadores de sucesso na tentativa da geração da leitura de frases com mais de dois componentes, não somente em relação ao âmbito dessa leitura que caracteriza os estudos tradicionais (utilização de palavras substantivas com referentes concretos) como também em relação ao do estudo que antecedeu o presente (frases com palavras substantivas e adjetivas). A busca de dados com outros participantes e a extensão cada vez maior da quantidade de unidades verbais e sua conseqüente função gramatical (artigos, pronomes, verbos, advérbios, etc) constitui um sério desafio para a Análise do Comportamento, em termos teórico-metodológicos e no que tange à solução de relevantes problemas sociais, no campo educativo, em particular o problema do ensino de leitura com compreensão.

**Palavras-chaves:** Equivalência de estímulos, Compreensão de leitura de frases, Análise do Comportamento, Educação

**Atividade: Dever de Casa: Sentimentos e percepções dos pais e as implicações no sistema familiar. (Paineis)**

**Trabalho:** Dever de Casa: Sentimentos e percepções dos pais e as implicações no sistema familiar.

**Autor(es):** Ana Patrícia de Oliveira Fernandez, Sarah Danielle Baia Silva

**Resumo:** O presente trabalho se propôs averiguar os sentimentos e as percepções parentais acerca dos deveres de casa, de modo a verificar suas implicações no sistema familiar. A metodologia utilizada está respaldada na fundamentação teórico-metodológica das estratégias de investigação de natureza qualitativa, com ênfase na utilização do grupo focal. O material coletado foi realizado com base na análise de conteúdo, que consiste numa análise interpretativa dos relatos dos participantes. Os resultados indicaram que os sentimentos e as percepções dos pais acerca do dever de casa estão relacionados às acepções que os mesmos têm acerca da referida atividade. Partindo dessa perspectiva, o dever de casa apareceu como um elemento constituinte da dinâmica das atividades escolares e do processo ensino-aprendizagem, sendo considerado uma prática educacional bastante utilizada ao redor do mundo, comumente reconhecida não apenas pelas instituições dedicadas ao ensino, como também pela própria família. Os sentimentos e as percepções dos pais revelaram que a autonomia favorecida pelo exercício do dever de casa promete contribuir para o desenvolvimento de seus filhos, além de aparecer como um aspecto desejado com grande expectativa por parte dos pais. Entretanto, que este desejo parece estar influenciado por algum tipo de receio ou sentimento de culpa, originados por uma suposta inoperância em supervisionar os deveres de casa dos filhos. A referida atividade manifestou-se também nos discursos como uma questão de conflito. Tal conflito traduziu-se como um aspecto que não é bem resolvido, não apenas em função da grande quantidade de demanda de trabalho dos pais, como também pela falta de habilidades pedagógicas que a supervisão e o envolvimento parental pressupõem. Os pais vêem-se no impasse de tentar conciliar a carga de atividades e demandas profissionais do mundo contemporâneo, ao mesmo tempo em que tentam atender às campanhas de investimento parental na referida atividade. Sentem-se pressionados e cobrados pela escola e revelam considerável grau de inquietação em relação à “transferência de responsabilidade que esta lhes impõe”. As circunstâncias domésticas nas quais a atividade ocorre também denunciam o conflito que se instaura no interior das relações entre pais e filhos, manifestando-se como aspecto comprometedor dessa relação. Os pais também revelaram que a tarefa escolar não é um momento prazeroso, em virtude das inúmeras adversidades apontadas. Assim, tarefa escolar tem sido discutida dentro do sistema de ensino, mas tem desdobramentos dentro de outros sistemas, mais particularmente, dentro do sistema familiar. A tentativa de desmistificar os problemas envolvidos e vivenciados para além do sistema escolar, constituiu-se como proposta de suscitar uma problemática válida, favorecendo

um modo de repensar o dever de casa, ainda que este continue a fazer parte das estratégias de ensino.

**Palavras-chaves:** pais,dever de casa,sentimentos,percepções

**Atividade:** VIVÊNCIAS COLABORATIVAS EM ESCOLAS PÚBLICAS DE PETROLINA – VICEPPE  
(Paineis)

**Trabalho:**VIVÊNCIAS COLABORATIVAS EM ESCOLAS PÚBLICAS DE PETROLINA – VICEPPE

**Autor(es):** Ana Paula Cardoso Vichi,Albertina Marília Alves Guedes,Vanessa Rocha Novaes,Juliana Ott Lima,Elzenita Falcão de Abreu,Roseléia Carneiro dos Santos,Luanna Larissa Paixão Barros

**Resumo:** Este projeto tem como proposta desenvolver um “Ciclo de Palestras Sócio-Educativas Itinerantes”, com características de ações permanentes. Está sendo desenvolvido por alunas do Curso de Psicologia da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, acompanhado pela psicóloga e pedagoga, professora orientadora Elzenita Falcão de Abreu. O referido Ciclo de Palestras aborda temas voltados para a psicologia, educação e saúde, visando levar às famílias, educadores e comunidade em geral, a possibilidade de acesso aos conhecimentos acadêmicos referentes a essas áreas. Assim sendo, visa aproximar a comunidade dos conhecimentos que estão sendo construídos pelos futuros psicólogos da região, ao mesmo tempo em que compartilha o saber popular que parte do público beneficiado. Dessa forma, o VICEPPE busca alternativas de inserção dos saberes especializados à população de baixa renda, à medida que procura favorecer a melhoria da qualidade de vida, ao inserir, nas comunidades, estudantes de psicologia, na perspectiva de, junto aos educadores locais, identificar os problemas existentes e buscar formas e estratégias de solução para os mesmos. Por outro lado, o projeto procura oferecer novas formas de aprendizado para os estudantes interessados em conceber as relações existentes entre o ensino, a pesquisa e a extensão - proposta maior de nossa universidade. E, sabe-se que o processo de inserção do psicólogo na comunidade vem sendo muito discutido nas últimas décadas no Brasil, principalmente quanto aos objetivos que têm orientado as práticas psicológicas na comunidade. A forte influência teórica no desenvolvimento desse estudo é Paulo Freire, considerando uma “educação de problematização”, na qual o aluno, situado no contexto, reconhecido em sua riqueza particular e no saber fazer, será incitado à criatividade e a ter uma consciência crítica. Foram contempladas oito escolas da periferia da cidade, selecionadas após o contato, inicialmente com a Gerência Educacional Regional de Ensino – GERE e Secretaria Municipal de Educação, e, em seguida, com os representantes das próprias escolas, para que pudessem escolher os temas a partir das necessidades locais. Dessa forma, as estudantes montaram o Ciclo de Palestras selecionando os temas que foram comuns às escolas. São eles: O papel da família: relacionamento entre pais e filhos, Indisciplina, Auto-estima, Sexualidade, DSTs: conhecendo e prevenindo e Drogas: redução de danos. A metodologia que vem sendo desenvolvida parte de uma abordagem reflexiva e dialógica, através de exposição de slides, dinâmicas de grupos e estudos de casos. A avaliação está sendo feita de forma contínua, durante todo o processo, visando ao redimensionamento das ações, sempre que necessário. Questionamentos sobre os temas são constantemente feitos aos beneficiários do projeto, para que sejam identificados seus conhecimentos, nível de informação e dúvidas sobre os conteúdos das temáticas em questão. Os depoimentos que ocorrem no final de cada palestra estão sendo registrados, visando uma análise da contribuição que pode estar sendo oferecida para o crescimento das pessoas e melhoria da qualidade de vida da comunidade em geral.

**Palavras-chaves:** Psicologia, Educação, Saúde, Vivências, Palestras

**Atividade:** Estudo sobre a importância da monitoria e do Eixo Fundamentos Teórico-Metodológicos no curso de Graduação em Psicologia da UFC (Paineis)

**Trabalho:** Estudo sobre a importância da monitoria e do Eixo Fundamentos Teórico-Metodológicos no Curso de Graduação em Psicologia da UFC

**Autor(es):** Carine Teixeira Eleutério, Verônica Morais Ximenes

**Resumo:** Devido à solicitação de ajustamento dos cursos de graduação em Psicologia de todo Brasil às diretrizes nacionais de educação, foi elaborado e implantado no ano de 2006 um Projeto Político-Pedagógico e um novo currículo para o curso de graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará – UFC, com a participação de professores e alunos do curso. Com a criação do novo currículo, foram criados eixos estruturantes, entre estes eixos se encontra o Eixo Fundamentos Teórico-Metodológicos que compreende sete disciplinas que são ministradas em diferentes semestres, com carga horária de 384 horas que correspondem a 24 créditos. O Eixo Fundamentos Teórico-Metodológicos engloba os conhecimentos básicos em metodologia da ciência psicológica, fornecendo uma visão crítica sobre métodos, técnicas e recursos instrumentais usados pelo campo da Psicologia no processo de construção do conhecimento científico. Este estudo é fruto de uma experiência de monitoria e objetiva compreender as mudanças para a aprendizagem dos alunos nas disciplinas no Eixo Fundamentos Teórico-Metodológicos do curso de graduação em Psicologia, com a implantação das Diretrizes Curriculares em Psicologia no Projeto Político-Pedagógico em 2006.1 e discutir a importância da monitoria nas disciplinas metodológicas. A metodologia utilizada foi a aplicação de um questionário para os 14 alunos do quarto semestre que cursaram as disciplinas de Método Científico em Psicologia (Currículo antigo) e 22 alunos do segundo semestre que cursaram Fundamentos Metodológicos das Ciências Humanas (currículo novo). Foram escolhidos para responder ao questionário os alunos destes referidos semestres, pois estes alunos tiveram diferentes vivências, uma vez que os alunos do quarto semestre estão inseridos no currículo antigo e não tiveram o acompanhamento de uma monitora e os alunos do segundo semestre estão inseridos na primeira turma a cursar o currículo novo e durante a disciplina tiveram a presença de uma monitora. Foi constatado com a pesquisa que cerca de 50% destes alunos possuíam pouco ou nenhum conhecimento sobre a disciplina, antes de ter ingressado na universidade e os outros 50% sabiam apenas que a disciplina estava relacionada à produção de trabalhos científicos. A pesquisa também revelou que cerca de 50% dos alunos afirmam que aprenderam com a disciplina técnicas de organização dos estudos na universidade e elaboração de trabalhos científicos. 74% dos entrevistados afirmam que utilizam o conteúdo destas disciplinas em pesquisas e na produção de trabalhos em outras disciplinas. A respeito da importância da disciplina de Fundamentos Metodológicos das Ciências Humanas para a formação do psicólogo(a), 40% dos alunos do segundo semestre fizeram alusão à importância da visão crítica em relação à sociedade como psicólogos e a atividade do psicólogo para a transformação da realidade social. Todos os alunos entrevistados do quarto semestre acreditam que a disciplina de Método Científico em Psicologia deveria ser ministrada no primeiro semestre, pois é importante para a aprendizagem de conceitos e regras importantes na produção de trabalhos, organização de horário de estudo e pelo incentivo à produção científica. Foi constatado também que a maioria dos alunos acredita que a presença de um monitor é importante para a aprendizagem dos alunos. Analisando os dados da pesquisa, foi constatada a relevância das disciplinas metodológicas para a formação do estudante de psicologia e a importância da monitoria na construção do processo de aprendizagem e no acompanhamento do Eixo Fundamentos Teórico-Metodológicos. Como também, a relevância para a formação do monitor como futuro professor nos aspectos relacionados à didática, preparação de aulas, análise crítica dos conteúdos, habilidade de trabalhar em grupo, em realizar pesquisa sobre as disciplinas e divulgar a experiência em artigos e congressos. Também foi possível constatar a relevância das disciplinas metodológicas para a formação do psicólogo, a importância da disciplina de



Metodologia do Trabalho Acadêmico, disciplina que corresponde a Método Científico em Psicologia do currículo antigo, ser ministrada no primeiro semestre do curso de Psicologia.

**Palavras-chaves:** Eixo Fundamentos Teórico-Metodológicos, Projeto Político-Pedagógico, Monitoria

**Atividade: O sofrimento psíquico do professor de ensino fundamental e suas relações com a síndrome de burnout: uma realidade do trabalho docente no Brasil (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** O sofrimento psíquico do professor de ensino fundamental e suas relações com a síndrome de burnout: uma realidade do trabalho docente no Brasil

**Autor(es):** Betania Oliveira Barroso Barroso, Nastassja Silva Néto, Ileno Izídio da Costa, Maria Izabel Tafuri

**Resumo:** Em se pensando no sofrimento psíquico do professor de ensino fundamental e suas relações com a síndrome de burnout, este artigo propõe uma reflexão na interface psicanálise educação sobre a realidade do trabalho docente no Brasil, com o intuito de chamar a atenção para uma possível re-significação do papel do profissional da educação. Relembrando o pensamento freudiano provindo de 1937 a respeito das três profissões impossíveis &#9472; educar, governar e psicanalisar, é possível sugerir um questionamento atual direcionado para políticas de formação de professores, as quais, historicamente, buscam recursos para formar profissionais capazes de assumir o papel daqueles que “tudo sabem em uma sala de aula”. Desse modo, a abordagem do presente tema pretendeu, em especial, considerar a postura que os professores assumem em função das exigências dos sistemas de ensino, os programas curriculares, os rigores da própria instituição, suas demandas profissionais e pessoais e outras que se explicitam na questão do sofrimento no trabalho pedagógico, buscando compreender, particularmente, o sofrimento psíquico desenvolvido em locus educativo e seu impacto proporcionado por fontes geradoras de mal-estar, como, por exemplo: imposições de idéias e ideais mercantilizados circundantes em espaço institucional; dificuldades nos relacionamentos entre trabalhadores; impossibilidades pessoais e organizacionais com as quais os professores se deparam; sujeições às normas e regras impostas pela empresa educativa; dentre outros aspectos que provocam no profissional da educação sentimentos de angústia, ansiedade, sintomas de depressão, dores musculares, cefaléia, etc. Com o passar do tempo estes sintomas se intensificam, desencadeando um sofrimento psíquico tal que resulta, geralmente, na chamada síndrome de burnout. De acordo com Codo (1999), a síndrome de burnout ou síndrome da desistência do educador, leva o professor a um estado crônico de desânimo, apatia, cansaço, onde a resultante é a exaustão e o sentimento de incapacidade em criar estratégias de enfrentamento da rotina de trabalho, entregando-se ao sofrimento e por vezes até desistindo da profissão. “Eu estou dando esse depoimento porque é importante as pessoas tomarem consciência de que estão doentes, e que precisam se tratar, e que precisam de medicação, [...]. Tem muitos professores na minha escola que estão em quadro de depressão crônica porque as pessoas não entendem que eles precisam de ajuda...” (Depoimento de professora da rede pública de ensino do DF). Conforme Dejours (1994/98), o professor, em seu ambiente de trabalho, geralmente não tem a liberdade de colocar em palavras suas situações de angústia ou falar a respeito de seus desejos dentro da instituição. Em certas circunstâncias, surge um sofrimento que pode ser atribuído ao conflito entre uma história individual, portadora de projetos, de esperanças e de desejos e uma organização de trabalho que os ignora. Esse sofrimento de natureza mental inicia quando o trabalhador já não pode fazer nenhuma mudança na sua tarefa no sentido de torná-la mais de acordo com suas necessidades fisiológicas e seus desejos (psico) pedagógicos, isto é, quando a relação do sujeito-professor com o trabalho-escola é interrompida, impedida de movimento. Procedendo de modo a aliviar seu sofrimento, o professor acaba sendo levado a utilizar-se de estratégias e/ou mecanismos de resistência como rota de fuga ao ato pedagógico: as licenças médicas, os atestados, dentre outros. Freud já argumentava, em 1930,

que o neurótico cria seus próprios sintomas e satisfações substitutivas para si, mesmo que essas lhe causem sofrimento pela criação de dificuldades em relacionamentos com o meio e com a sociedade. Diante dessa realidade, o presente artigo sugere e concorda com a criação de um espaço para a circulação do discurso dentro da escola, proposto pela psicanalista Cristina Kupfer (1997). Este espaço poderá funcionar como um caminho ao revés do adoecimento ou a possibilidade para uma re-significação do sofrimento psíquico, sem pressupor, de modo algum, qualquer escala de medida que presuma maior/menor quantidade de sofrimento, haja vista sua natureza estritamente subjetiva. Conforme Kupfer, a idéia de um espaço para circulação discursiva também não é a de promover uma prática psicanalítica dentro da escola, mas uma onde o professor possa falar de suas angústias e frustrações oriundas do ambiente de trabalho, participando dela ativamente e se responsabilizando por aquilo que fazem ou dizem. Este espaço, ainda, poderá proporcionar ao professor maior liberdade ao diálogo e à comunicação entre os demais profissionais da educação, na tentativa de que o mesmo possa colocar seu sofrimento em palavras e buscar alternativas para superação deste.

**Palavras-chaves:** sofrimento psíquico, mal-estar, burnout, discurso

**Atividade:** Hipertexto e Educação  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** Hipertexto e Educação

**Autor(es):** Isabela Arruda Soares, José Vicente Carmo Correia, Michelle Barrocas Soares Esmeraldo, Marta Cavalcante Paes Lima, Izabela Silva Vasconcelos, Karoline Costa Carlos, Keline Mendes Cavalcante, Kelita Silveira Matos, Laurie Cristine Tavares

**Resumo:** Introdução: Os estudos sobre os processos de comunicação na era dos meios eletrônicos percorrem o inevitável caminho de construir e desconstruir conceitos, devido “à velocidade de surgimento e de renovação dos saberes” (LÉVY, 1999). As categorias conceituais que compõem o universo da chamada comunicação contemporânea, não têm características rígidas e guardam entre si uma estreita relação. Essas categorias perpassam o ciberespaço, que pode ser entendido segundo Lévy (1999), como “interconexão dos computadores do planeta”, tendendo a tornar-se a principal infra-estrutura de produção, transação e gerenciamento econômicos. Noções como interface, interatividade, hipertexto, hiperímídia, virtual, ciberespaço, cibercultura e outras, parecem indicar não apenas uma redefinição do papel dos meios de comunicação no contexto histórico, cultural e educacional da humanidade, mas um novo direcionamento das relações do homem com tudo o que cria, da palavra como ordenação do pensamento ao moderno e sofisticado computador. A hipertextualidade ganha impulso, com destaque ao espaço educativo, a partir do avanço da crescente ação dialógica entre o homem e a técnica, assim como, a utilização de novas linguagens e formas de produção e construção do conhecimento. Tomando a concepção de hipertextualidade como ponto de convergência de outros conceitos, constatamos que ela revela os limites e por isso mesmo, a falência do discurso tradicionalmente lógico, acabado, fechado em si. As infinitas possibilidades de conexões entre trechos de textos e textos inteiros favorecem a flexibilização das fronteiras entre diferentes áreas do conhecimento humano. Estamos na vigência de uma contemporaneidade, onde um outro mundo está delineando os novos limites. É a emergência do ciberespaço, desdobrando-se em tempo descontínuo a produção do conhecimento humano e a informação. O ciberespaço é um novo terreno onde esta funcionando a humanidade. Significa, portanto a permanente instalação e reinstalação de uma rede viva de todas as memórias informatizadas e de todos os computadores. Tendo como característica o dinamismo e a interconexão em tempo real, a rede

faz com que se transforme num imenso hipertexto em constante evolução. Objetivos: Esta pesquisa é fruto de um trabalho avaliativo da disciplina Psicologia e Estratégias de Ensino (9ª semestre) do curso de psicologia da Universidade Tiradentes. Buscou-se, a partir do conhecimento a respeito do hipertexto e novas tecnologias utilizadas na educação, fazer uma investigação exploratória a sites relacionados diretamente com a educação. Procurou-se também investigar a introdução de novas tecnologias no contexto escolar na construção do saber do aluno, além de ampliar as discussões sobre o papel do docente e da escola na atualidade. Metodologia: Foi realizado um levantamento a vários sites na rede mundial de computadores, porém, um site foi selecionado para investigação. Para análise do mesmo, os princípios hipertextuais trabalhados por Lévy (1999) foram utilizados. Resultados: O uso do computador permitiu que novas mediações textuais, feitas a partir do uso das tecnologias digitais, fossem incorporadas pela escola. Assim, o hipertexto desponta como uma nova forma de linguagem, síntese e mediação entre o oral, o escrito, o imagético e o digital. A linguagem em que é estruturado o hipertexto neste site, não é formal, nem informal, ela é construída como se o texto tivesse sido feito para cada estudante direcionar seu aprendizado individualmente. A adoção de recursos multimídia abre a possibilidade de encontro e de troca no ambiente escolar, bem como permitem que se extrapolem os limites das salas de aula, proporcionando intercâmbios múltiplos com o universo cibernético, interligando alunos, professores, textos e acontecimentos. Convém ressaltar, o que há de mais significativo nessa rede hipertextual não é apenas a informação, mas o ser humano. Compreende-se que, o sentido evolutivo da tecnologia é abrir novas possibilidades de ação, abrir novos espaços sociais, culturais e educacionais, permitir novas formas de aprendizagem e conhecimento na educação e tornar-se um meio de desenvolver a inteligência dos seres humanos.

**Palavras-chaves:** Hipertexto, Educação, Tecnologia

**Atividade: O que eles fazem no Palco?**  
**(Experiências em Debate)**

**Trabalho:** O que eles fazem no Palco? Psicologia e teatro em um Projeto de Extensão

**Autor(es):** Jessé Guimarães da Silva, Leila Maria Torraca de Brito, Christine Vieira Pereira, Carolina Lago Obadia

**Resumo:** O projeto de Extensão Palco Acadêmico faz parte do Programa de Formação em Direitos da Infância e da Juventude - Pró-Adolescente, programa de extensão do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O projeto tem por objetivo discutir temas relacionados à Psicologia Jurídica através do teatro. Após a apresentação de uma peça, o elenco coordena um debate junto ao público, visando à reflexão acerca do tema apontado na montagem. Os enredos são criados a partir da parceria que o projeto mantém com o Grupo de pesquisa Parentalidade, coordenado pela docente Leila Maria Torraca de Brito, cujo enfoque de discussão perpassa as temáticas de separação conjugal e guarda de filhos. A elaboração do texto e a apresentação da peça ficam a cargo de profissionais e estudantes de Psicologia que pertencem, ou são ligados indiretamente, ao referido programa. A atual peça "Guarda conjunta... como assim", após sua estréia, em 2004, no Seminário Divórcio e Filiação, vem sendo encenada em diversas instituições. Foram feitas apresentações em Fóruns, Congressos, Seminários, Universidades e Forças Armadas, eventos estes de grande repercussão nos quais a platéia considerou a arte dramática como excelente instrumento de intervenção. Esta montagem teatral aborda a temática da separação conjugal e das dificuldades do casal protagonista quanto à definição de guarda de sua filha. A partir dos dados obtidos nas fichas de avaliação preenchidas pelo público, verificou-se que a metodologia utilizada mostra-se proveitosa, visto que a platéia se identifica com o tema e, muitas vezes, com as falas dos personagens. O público ao qual a peça se destina é composto por operadores do Direito, profissionais de Psicologia, Serviço Social, pais, mães e interessados no assunto. O projeto vem contribuindo para a formação dos bolsistas do Programa, tendo em vista seu caráter extensionista, permitindo aos alunos o

desenvolvimento em atividades que integram estudos científicos e o debate com a sociedade. Somado a isso, na medida em que o projeto atua na interface entre Psicologia e Direito, o conhecimento acadêmico passa a ser visto pelo aluno bolsista por um viés mais amplo. O projeto e a própria equipe do programa são beneficiados pela presença de doutorandos, mestrandos, alunos que cursam especialização e graduandos do Grupo de pesquisa Parentalidade, visto que esta interação concorre para um teor mais crítico acerca do trabalho. Atualmente, o projeto Palco Acadêmico e o Grupo Parentalidade elaboram um novo texto teatral, no qual o foco central diz respeito à visão dos filhos diante da separação dos seus pais, tema este analisado concomitantemente pelo grupo de pesquisa.

**Palavras-chaves:** Teatro social, Formação profissional, Atividade extensionista, Debate com a sociedade

**Atividade: Inclusão: Um desafio (im)posto à Educação brasileira (Paineis)**

**Trabalho:**Inclusão: Um desafio (im)posto à Educação brasileira - notas sobre esse cenário

**Autor(es):** Ana Caroline Leite de Aguiar, Natália Freitas Dantas

**Resumo:** Os portadores de necessidades educativas especiais, como sujeitos cognoscitivos, anseiam por uma educação que favoreça ao máximo o desenvolvimento de suas potencialidades. Não adianta, contudo, propalar uma educação para todos como meta prioritária governamental se, para uma parcela da população, a responsabilidade recai sobre um segmento do sistema geral de ensino – a educação especial, que permanece, até hoje, tentando, de forma isolada e solitária, buscar mecanismos e estratégias para educar alunos com necessidades educativas especiais (VIEIRA, 1999). Assim, “o desafio que confronta uma escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de, bem-sucedidamente, educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas” (Declaração de Salamanca, 1994). O referido trabalho pretendeu explicitar o que se entende por educação inclusiva e estabelecer algumas características fundamentais de uma escola que se proponha a trabalhar com inclusão de portadores de necessidades especiais. Com o respaldo de tais características, buscou-se analisar uma amostra de escolas fortalezenses no intuito de apreender como estas estão lidando com o assunto da inclusão. Para tanto, foram realizadas visitas a instituições voltadas para a educação especial e a escolas regulares, públicas e particulares, de Fortaleza, entrevistas com profissionais de ambas e com os portadores de necessidades especiais. A partir daí, apreendeu-se que educação inclusiva refere-se ao processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino em todos os seus graus. No entanto não se trata apenas de levá-los às classes comuns ignorando suas limitações e necessidades específicas ou, muito menos, suas potencialidades. O professor, como elemento mediador desse processo ensino-aprendizagem, é parte fundamental para a reformulação de um novo projeto pedagógico que atenda as diferenças individuais de cada um. Dentre outros aspectos, uma escola considerada inclusiva caracteriza-se por: objetivar uma participação ativa do portador de necessidades educativas especiais na sociedade na qual está inserido; viabilizar um diálogo entre pais, alunos, professores e outros profissionais para facilitar o processo de inclusão escolar; explorar o potencial máximo de cada aluno e avaliá-los respeitando suas limitações e formas de aprendizagem. Valendo-se de tais características, traçadas a partir de um contato com alunos e profissionais de duas instituições de educação especial em Fortaleza, foram visitadas, entre três e 12 de novembro de 2004, nove escolas fortalezenses, selecionadas por facilidade de acesso, onde foram aplicados questionários semi-estruturados a psicólogos, coordenadores e/ou diretores destas a fim de observar como tais estabelecimentos estariam lidando com a questão da inclusão. Em se tratando do tema educação inclusiva, percebeu-se uma realidade bastante heterogênea e complexa. A inclusão escolar, em Fortaleza, considerando a amostra de escolas visitadas, parece constituir-se como algo incipiente e em constante construção, urgindo uma discussão mais ampla sobre o tema, da qual pais, alunos e profissionais possam participar e contribuir para a efetivação de uma educação inclusiva de qualidade.

**Palavras-chaves:** Inclusão, Portadores de necessidades especiais, Escola inclusiva

**Atividade: Do Amor em Tempos de Cólera  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Do Amor em Tempos de Cólera

**Autor(es):** Beatriz de Souza Lima

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo abordar a questão da agressividade e da violência a partir de uma discussão sobre manifestações hostis e agressivas que emergem no contexto de um dispositivo terapêutico que promove atendimento coletivo a crianças de 0 a 12 anos de idade, em uma comunidade localizada em uma favela carioca, marcada pela presença do tráfico de drogas. Inicialmente, lançando mão das idéias de Winnicott, ele busca compreender a natureza múltipla do fenômeno agressivo. Disso resulta a constituição de um ponto de vista que tem por certo algumas premissas. Em primeiro lugar, a impossibilidade de se considerar a questão da agressividade e da violência fora do contexto do qual ela emerge. Em segundo, que uma discussão sobre manifestações hostis e agressivas deve ter por base uma investigação sobre raízes da intenção agressiva. Defendendo a idéia de que a dependência é o primeiro fato na vida de uma pessoa, Winnicott chama atenção para a importância dos cuidados iniciais presentes em uma maternagem suficientemente boa: a medida que o bebê cresce a agressividade modifica o seu sentido e as suas características de acordo com o ambiente com o qual ele se depara. Para esse autor, os transtornos da agressividade resultam de falhas na provisão ambiental nos momentos iniciais do desenvolvimento e estão relacionados não apenas com a questão da violência mas também com a inibição das moções agressivas. Nesse contexto, os conceitos de falso self e de tendência anti-social juntamente com a sua teoria do desenvolvimento emocional revelam-se como importantes recursos teóricos tanto para a avaliação quanto para o manejo clínico das manifestações hostis e agressivas. Paralelamente a essas noções, Winnicott aposta na potencialidade terapêutica do brincar. Enquanto na análise tradicional a criatividade é um fenômeno secundário que encontra a sua origem na atividade reparadora; ou seja, o paciente só alcança uma atitude construtiva mediante a conscientização da própria destrutividade, em Winnicott, a criatividade é primária e encontra-se associada ao componente agressivo dos impulsos do amor primário. Para ele, são as experiências construtivas que capacitam o indivíduo a experimentar sua destrutividade. Ou seja, é o exercício dos impulsos agressivos/criativos, em um ambiente de holding satisfatório, que franqueia ao indivíduo essa possibilidade. Por holding satisfatório, entendemos uma provisão ambiental capaz de fornecer o apoio egóico necessário a cada criança e sobreviver, sem retaliação, aos ataques impiedosos do self emergente. Além de constituir a morada da criatividade primária, o brincar propicia a experiência de um estado não-intencional, favorável à emergência do verdadeiro self. Em outras palavras, as idéias de Winnicott formam o pano de fundo a partir do qual se propõe uma avaliação e uma discussão acerca do manejo clínico de manifestações hostis e agressivas, no âmbito de um dispositivo que encontra no brincar e no falar o principal recurso terapêutico. Além de chamar atenção para a importância da teoria winnicottiana da agressividade, pretende-se apontar alguns dos impasses e dificuldades enfrentados pelos terapeutas em um trabalho clínico dessa natureza. Por fim, ressalta-se o caráter preventivo inerente a esse tipo de atendimento.

**Palavras-chaves:** agressividade, violência, atendimento coletivo à infância, prevenção em saúde mental

**Atividade: monitoria em psicologia ambiental  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Monitoria em Psicologia Ambiental: Interdisciplinaridade e vivência no ensino da psicologia ambiental

**Autor(es):** Helenira Fonsêca Alencar,Zulmira Aurea Cruz Bomfim,Ana Caroline Costa,Antonio Fábio Coelho Paz,Eloise de Brito Mudo,Gabriela Figueiredo Neves,Juliana Antunes Marques,Ana Karolina Pessoa Bastos,Byanka Gomes Martins Campos,Wellyka de Araújo Pinto,Luiza Maria Soares Dias,Maria Eniana Araújo Gomes Pacheco

**Resumo:** Nesse resumo apresentamos, na condição de monitores, a experiência pedagógica que vem sendo realizada na disciplina de Psicologia Ambiental do departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Essa experiência tem contado com a colaboração de uma equipe interdisciplinar composta pela professora da disciplina, uma monitora do curso de psicologia e um monitor do curso de Geografia da mesma universidade. Colaboram também com a disciplina integrantes do LOCUS, Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental, um educador ambiental e uma professora do curso de Geografia. A psicologia ambiental estuda os processos psicológicos envolvidos na relação do homem com seu entorno. Contudo, compreendemos que a subjetividade é formada por uma relação dialética em que o meio interno e o externo se constroem mutuamente e por isso nos colocamos como co-responsáveis pela construção desse meio externo que é o espaço comum da coletividade. Portanto, nos esquivando de uma visão comportamentalista e seguindo uma vertente sócio-ambiental, procuramos produzir um conhecimento crítico sobre o papel do homem como ocupante do espaço global, tendo em vista trazer para a psicologia, de forma dialógica, a discussão sobre que tipos de condutas e estilos de vida estão presentes numa cultura de depredação ambiental e de desigualdade social que vem assolando a vida no planeta. Vislumbramos, a partir desse diálogo, soluções conjuntamente. Por isso a educação ambiental tem sido nossa parceira permanente. Como objetivamos, não apenas passar conteúdos, mas envolver os alunos na busca dessa solução, procuramos um método de ensino-aprendizagem que os permitissem um contato vivencial com a realidade estudada e os sensibilizassem para a aquisição de comportamentos ecologicamente responsáveis e comprometidos com a transformação social. Portanto, partimos do princípio de que a compreensão não se dá somente pela apresentação de conteúdos, mas pela experiência fenomenológica dos mesmos e de que a pura informação não responde pela implicação de quem as recebe se aquela não for acompanhada de uma afetação. Com o suporte teórico da fenomenologia e orientados pela ética da afetividade de Espinosa, lançamos mão de trabalhar com visitas monitoradas a alguns ambientes urbanos e ecológicos, com oficinas, com apresentação e debates de filmes que se relacionassem com temas estudados, com seminários e com o Círculo de Cultura (FREIRE 2003), tendo sempre como foco a afetividade envolvida nas experiências. Por intermédio de trilhas urbanas, problematizamos a revitalização do centro da cidade, a preservação do patrimônio público, a apropriação dos espaços urbanos de sociabilidade e cultura. Na trilha ecológica problematizamos educação ambiental, sustentabilidade, comportamento ecologicamente responsável, áreas de risco, planejamento urbano, preservação ambiental, topofilia. Na oficina de acessibilidade os alunos percorreram parte da área universitária com vendas nos olhos, cadeiras de roda e muletas, em busca de locais e informações que foram solicitados, experimentando, assim, a dificuldade de acessibilidade encontrada no desenho arquitetônico da universidade e sensibilizando-se com a necessidade de um espaço planejado democraticamente para todos. Dentro da sala de aula, trabalhamos a compreensão através da participação dialógica deflagradas por seminários, oficinas e pelo Círculo de Cultura. Com a oficina de Metodologias, apresentamos métodos de intervenção e pesquisa em Psicologia Ambiental; com a Oficina de fotografia, facilitada por um professor da sociologia, abordamos conteúdos da etnofotografia e técnicas em fotografias, o que nos ajudaram a registrar de uma forma mais sensível os ambientes visitados; com os seminários elaborados e apresentados pelos alunos aprofundamos algumas categorias e temáticas abordadas na disciplina. No Círculo de Cultura, realizado logo na primeira aula apresentamos

como Palavras Geradoras as categorias e temáticas a serem abordadas ao longo do semestre. Foram elas: Psicologia Ambiental, Educação Ambiental, Comportamento Ecologicamente Responsável, Sustentabilidade, Gestão Ambiental, Aglomeração, Intimidade Residencial, Privacidade, Proxêmica, Topofilia, Território, Apropriação do Espaço, Identidade de Lugar, Mapas Afetivos (BOMFIM, 2003), Mapas Cognitivos, Apego a Lugares. O espaço de debate, reflexão, planejamento, construção e participação nas atividades da disciplina que a professora compartilhou conosco monitores, nos proporcionou um desenvolvimento humano e um aprendizado acadêmico de apreensão de conteúdos e exercício da docência que veio a contemplar os objetivos do projeto da monitoria. Os resultados obtidos desta nova metodologia de ensino ousada por nós, têm se mostrado muito satisfatórios. Há em todas as aulas grande participação e dinamicidade do grupo, os alunos falam dos conteúdos estudados com mais firmeza e clareza, sempre imprimindo ao discurso sua compreensão particular e, por vezes crítica dos mesmos, há uma maior assiduidade dos alunos nas aulas, observamos uma relação mais afetiva e descontraída com a professora e monitores e maior partilha dos conhecimentos adquiridos dentro e fora da disciplina. A troca de saberes nos diálogos realizados traz novas questões para serem pensadas e pesquisadas, sendo muito importante para fomentar as atividades acadêmicas de pesquisa, ensino e extensão na área da Psicologia Ambiental.

**Palavras-chaves:** psicologia ambiental, educação ambiental, interdisciplinaridade

**Atividade: A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES EM UMA CULTURA DE DIREITOS HUMANOS: A PRÁTICA DE ORIENTAÇÃO VOCACIONAL COMO DISPOSITIVO DE ANÁLISE INSTITUCIONAL (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES EM UMA CULTURA DE DIREITOS HUMANOS: A PRÁTICA DE ORIENTAÇÃO VOCACIONAL COMO DISPOSITIVO DE ANÁLISE INSTITUCIONAL**

**Autor(es):** Richarllys Martins da Silva, Claudete Francisco de Sousa, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho

**Resumo:** O reconhecimento da existência de diversas juventudes no país compõe um complexo mosaico de experiências que precisam ser valorizadas no sentido de promover os direitos dos jovens, articulando a busca da igualdade individual de condições com a valorização da diferença. Na realidade brasileira convive-se com uma profunda desigualdade social que encontra origem num processo de organização que gerou um abismo entre ricos e pobres, homens e mulheres, negros e brancos, entre outros, revelando a dificuldade em garantir equidade, justiça social, educação, trabalho, cultura, acessibilidade, saúde, esporte, lazer, de maneira mais ampla: qualidade de vida e cidadania. No Brasil, uma parcela significativa dos jovens tem sido submetida a diferentes situações de violação de direitos fundamentais, em situação de vulnerabilidade à violência e sua conseqüente não garantia de direito à vida. Aliado ao medo do desemprego e das preocupações com o mundo do trabalho (pode-se citar, a escolha da profissão), segurança e violência destacam-se como os problemas que mais preocupam os jovens no atual contexto, nas diferentes regiões do país. As múltiplas formas de violência, desde a física, letal, à simbólica, vulnerabilizam principalmente a juventude, sendo importante caracterizar dentro desta faixa etária os sujeitos mais prejudicados por ela. Devem ser considerados os espaços e territorialidade onde estes jovens estão inseridos, a exclusão física e geográfica; os indicadores sócio, econômico, cultural e educacional dos mesmos; bem como os recortes por gênero e raça. Nestes recortes, na periferia, os jovens pobres, as jovens mulheres, a juventude negra, entre outros, encontram-se as parcelas juvenis com maior necessidade e urgência de políticas públicas, que assegurem o cumprimento dos direitos humanos, mais elementares. Nesta conjuntura, na tentativa de denunciar a exclusão, buscando dar visibilidade a esta camada e dando voz a uma parcela estigmatizada da sociedade, composta pela juventude da Baixada Fluminense, do estado do Rio de Janeiro, foi criado, no início do ano de 2006, o Projeto Curso Pré Vestibular de Nova Iguaçu-CPV NI. Este projeto de extensão universitária, parceria entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, a prefeitura municipal de Nova Iguaçu e órgãos de fomento à pesquisa, preconiza

facilitar o acesso de estudantes de origem popular às universidades públicas e à promoção da cidadania. Em 2006, 450 jovens, moradores de Nova Iguaçu estudaram no CPV NI; em 2007, este número aumentou para 600 alunos. A Psicologia através do trabalho da equipe de Orientação Vocacional atuou no CPV NI durante o ano de 2006 e continua atuando em 2007, com o postulado de realizar e pensar algo novo para este importante campo de inserção do psicólogo, a orientação profissional. Norteados pelo diferencial de não se restringir a determinar ou indicar uma profissão, de não fazer do trabalho um determinismo profissional, mas de ir além, de problematizar formas de resistências e reflexões sociais. Levando estas problemáticas para dentro dos grupos de orientação, com os alunos. Mais também, através das práticas cotidianas, institucionais e dos posicionamentos políticos, nas supervisões com profissões de diferentes áreas, compondo uma equipe multidisciplinar, a Psicologia pôde pensar o seu papel e atuação dentro deste projeto. Este resumo possui três eixos centrais: primeiramente analisar as implicações éticas e os compromissos políticos da prática psicológica, por meio do trabalho de Orientação Vocacional, produzido no referido projeto de extensão da UFRJ. Para isso problematizaremos a mistificação da escolha, as noções de vocação e dom, como conceitos sócio-históricos que são construídos, - e, portanto, não naturais - , permeados pela lógica do capitalismo e liberalismo. Além de trazer a discussão de como se é trabalhar escolha profissional, quando escolher conjuga-se um verbo indisponível para estes vestibulandos, durante a maior parte de suas vidas. Quando se vive a margem, excluído, sem acesso à educação de qualidade, bens culturais, meios de comunicação e privação alimentar, quais os mecanismos que permeiam o processo de escolha? Quais as profissões escolher, neste contexto? Num segundo momento, pretendesse refletir sobre a prática da extensão universitária para os graduandos de Psicologia da UFRJ e pensar como ocorre a indissociabilidade, entre o ensino, a pesquisa e a extensão nos projetos extensionistas. Pretende-se analisar de que forma esta experiência afeta estes estudantes, reorganizando sentidos fechados, elitistas e estereotipados da Psicologia, enquanto prática profissional. Como último objetivo de análise, serão apontados alguns mecanismos de superação à violência juvenil, em situação de vulnerabilidade social, que vive fora dos grandes centros urbanos. Neste sentido serão analisadas algumas ações e iniciativas implementadas pelo CPV NI, como mecanismos de promoção cidadã, numa perspectiva de valorização da autonomia do sujeito. Desta forma, acredita-se que esta intervenção da Psicologia, em campo, através da proposta de colocar em análise, a prática da Orientação Vocacional, ou externamente, ao pensar mecanismos que afetem a realidade social, possibilita a produção de novos olhares, olhares possíveis, menos distanciados do real, do outro e de si, que promovam subjetividades em uma cultura de direitos humanos.

**Palavras-chaves:** direitos humanos, orientação vocacional, análise institucional, juventude, extensão universitária

**Atividade:** A ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL COMO INSTRUMENTO NA CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DE VIDA ENTRE ADOLESCENTES DA CIDADE DO RECIFE (Experiências em Debate)

**Trabalho:** A ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL COMO INSTRUMENTO NA CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DE VIDA ENTRE ADOLESCENTES DA CIDADE DO RECIFE.

**Autor(es):** Vivian Lemos Mota, Lucia Helena Sampaio Cascao, Telma Costa de Avelar, Renata Viviane Neves da Silva, Laura Livramento da Silva Oliveira

**Resumo:** A adolescência é vista geralmente como uma fase decisiva, caracterizando-se em nossa época e cultura, pela busca de status social, sobretudo através do ingresso em determinada estrutura ou grupo profissional. Nesta fase, o jovem torna-se capaz de refletir e se ver como um indivíduo que participa da sociedade, recebendo e exercendo influências e assim se inserindo socialmente. Destarte, o adolescente estará envolto em descobertas, emoções, ambivalências e conflitos, depara-se com questões acerca de sua identidade e de seu projeto de



vida, e assim faz questionamentos como: “quem sou eu?”, “para onde vou?”, “qual rumo devo dar à minha vida?”. Deste modo, pode-se entender projeto de vida como sendo a ação do indivíduo de escolher um entre os vários futuros possíveis, sendo capaz de transformar os desejos almejados em realizações passíveis de serem conquistadas e assim adquirir um rumo na vida. No entanto, vale destacar que um projeto de vida pode ser individual ou coletivo, a curto ou médio prazo e estará atrelado às condições do contexto sócio-econômico e cultural ao qual o jovem esteja inserido. Nesta perspectiva, um projeto de vida se estruturaria na ligação entre a identidade do sujeito e o seu conhecimento da realidade. Com relação à identidade, pode-se indagar que quanto mais o jovem se conhece, experimenta as suas potencialidades individuais, descobre suas preferências, maior será a sua capacidade de elaborar o seu projeto. Desta forma, na construção da sua identidade ele deve se aceitar e se compreender, condições estas que serão determinantes na aquisição de sua auto-estima, autoconceito, autoconfiança e uma visão otimista de futuro. A respeito de seu conhecimento da realidade, o jovem que conhece o contexto ao qual está inserido, que compreende o funcionamento da estrutura social com os seus mecanismos de inserção e exclusão e tem a consciência dos limites e das possibilidades da área em que almeja atuar, provavelmente, maiores serão as suas chances de por em prática o seu projeto de vida. Portanto, o projeto “Orientação profissional: auxiliando na construção de um projeto de vida” foi idealizado devido à necessidade de trazer para a comunidade, particularmente os estudantes do Ensino Médio da escola pública Senador Novaes Filho, localizada no bairro da Várzea na cidade do Recife, um programa de orientação profissional que possibilite uma melhor tomada de decisão na construção do seu projeto de vida, a partir de discussões de temas como: identidade, cidadania, trabalho e escolha profissional. Valendo-se importante verificar o nível de informação que os mesmos têm sobre o mundo à sua volta, e assim possibilitar uma maior reflexão sobre o contexto sócio-político ao qual está inserido; o seu auto-conhecimento, levando-se em conta a relação que este tem com a tomada de suas decisões; e a necessidade de aproximar o adolescente com o significado do trabalho. A princípio planejou-se trabalhar com um grupo de 30 adolescentes de ambos os sexos, dividido em dois grupos de 15. Iniciou-se com um grupo de 24 adolescentes e, atualmente, o projeto encontra-se com um grupo de 13 adolescentes. Os encontros estão sendo realizados uma vez por semana, com duração de uma hora, tendo o projeto como um todo a duração de 10 meses, estando atualmente no nono mês. A metodologia aplicada encontra no lúdico um de seus referenciais, trabalhando o psico-coletivo dos adolescentes fazendo-se uso de instrumentos como música, dinâmicas, dentre outros, buscando através desse método abordar os temas propostos e com isso alcançar os objetivos estabelecidos. Como resultado inicial, observou-se que os adolescentes demonstraram uma grande evolução durante o projeto, em vista que o mesmo trabalhou temas como a identidade e a cidadania, o que fez com eles adquirissem não só um maior auto-conhecimento, como também o conhecimento de alguns de seus direitos, o que facilitou na sua escolha profissional. Avaliaram como positivo um projeto como esse, ser realizado em uma escola pública, pelo fato dessas escolas não terem, normalmente, pessoas qualificadas ou até mesmo o interesse, de possibilitá-los uma maior reflexão acerca das questões propostas pelo projeto.

**Palavras-chaves:** Adolescência, Trabalho, Orientação Profissional

**Atividade: Educação, Trabalho e Solidariedade  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Educação, Trabalho e Solidariedade

**Autor(es):** Eliana Perez Gonçalves de Moura

**Resumo:** Concebendo a educação para além dos espaços hegemônicos de saberes e questionando as instituições socialmente legitimadas - proprietárias do direito (e dever) à transmissão de conhecimentos - entendemos que na marginalidade dos saberes instituídos, existe um universo plural de culturas, de expressões de sujeitos que produzem conhecimentos, atribuindo outros significados a sua própria existência e que o mais importante sentido da educação está em perceber e recuperar - ou construir - os diferentes espaços nos quais estes significados são compartilhados. Assim, propondo-nos pensar três eixos fundamentais na

ressignificação dessa marginalidade (educação, trabalho e subjetividade), inicialmente, pela via da extensão universitária, entramos em contato com o amplo debate sobre Economia Popular Solidária que vem ocorrendo no RS. Assim, nosso objeto de investigação emergiu das atividades desenvolvidas junto a um grupo de mulheres que se mobilizou para organizar-se como um grupo associativo e solidário de geração de trabalho e renda, na qual apreendemos o quanto este universo se repete em diversos outros grupos que estão excluídos de oportunidades de trabalho assalariado. A partir da extensão universitária percebemos que os sujeitos têm encontrado, em atividades associativas de geração de trabalho e renda, formas de inclusão que ressignificam os sentidos historicamente atribuídos ao trabalho e a própria educação. Neste sentido, ante do quadro de desemprego estrutural, a economia popular e solidária desempenha um papel importantíssimo na construção de alternativas de sobrevivência e reflexão sobre o trabalho, não apenas como uma forma de produção do capital, mas como um meio de produção do humano. Haja vista o crescente surgimento de experiências de geração de trabalho e renda que, desde os anos 90, desenvolveram-se em todo o Brasil como alternativas aos processos de exclusão social causado pelo desemprego. Estas experiências têm-se consolidado como opção de organização de trabalho e de produção diferenciada caracterizada por um funcionamento coletivo e democrático, estimulando a solidariedade e a cooperação entre seus membros; por relações de colaboração solidária com outras organizações e com a população em geral, colocando a satisfação plena das necessidades de todos como centro e fim da atividade econômica e; pela busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza. Especialmente no RS, inúmeras experiências e organizações foram-se desenvolvendo e desencadeando processos de articulação entre entidades e grupos, fazendo surgir as Feiras de Economia Solidária e os “Encontros de Economia Popular e Solidária”. Esta pesquisa, portanto, emerge no bojo dos debates de grupos locais que, neste momento, reúnem-se em torno do Fórum Municipal de Economia Solidária de Novo Hamburgo/RS, articulando, aproximadamente, dezesseis (16) grupos cooperativos (organizados ou em processo de organização), compreendendo um total estimado de 320 trabalhadores associados. Com isso, nosso problema central de pesquisa é compreender como as experiências de produção associada de trabalho, baseadas na autogestão e na solidariedade produzem saberes e significados? Pensando a Economia em seu sentido mais amplo e dinâmico, a partir das relações humanas, de suas contradições e de seu aspecto criador e transformador, esta a pesquisa visa compreender como o(a)s desempregado(a)s e/ou sub-empregado(a)s constroem e dinamizam, coletivamente, por meio de práticas educativas, estes processos sociais. Pretende analisar como as questões de gênero, classe, geração, entre outras se expressam nesses processos sociais e compreender como estes sujeitos atribuem significados (como vêm e criam) às práticas sociais que vão adquirindo uma organização formalmente constituída (regras, horários, atividades, papéis, etc.) por meio da construção coletiva e compartilhada de práticas de produção associada. Para tanto, adota-se a abordagem metodológica qualitativa, com predominância da etnografia, entendida, aqui, como um método de ir ao campo não fazendo deste o elemento da administração da prova, mas o material indispensável para que o discurso sobre o outro tenha sentido, caracterizando-se assim uma “postura” etnográfica. Através da noção de “definição da situação”, assume-se o pressuposto de que são os próprios atores sociais que definem a situação na qual se encontram e que, assim, estão a construí-la e reconstruí-la. Isto implica levar em consideração e apreender a cultura dos grupos observados - num movimento pendular entre o ponto de vista do investigador e o dos atores - reconhecendo a multivetorialidade da análise. Nesta investigação, lançamos um olhar etnográfico sobre o trabalho de campo, por meio de práticas de conversação - o diálogo etnográfico como dispositivo - usando desde uma técnica clássica como a da entrevista individual, as técnicas de inquérito em geral, associando-as com histórias de vida, algumas formas da pesquisa-ação ou mesmo a microetnografia, tomando a fotografia, o vídeo ou a análise documental, como fontes primárias. Nesta perspectiva, a cada ida ao campo, a cada dia e com cada grupo ou pessoa, paulatinamente, vamos construindo e reconstruindo as estratégias mais adequadas para colher informações.

**Palavras-chaves:** Educação, Trabalho, Subjetividade, Economia Solidária

**Atividade: Música e Aprendizagem  
(Paineis)**

**Trabalho:**Música e Aprendizagem

**Autor(es):** Párbata Araújo Côrtes dos Santos,Laura Regina Oliveira Santana,Luciana Tavares de Andrade Ribeiro,Lígia Carolina Oliveira Silva,Zenith Nara Costa Delabrida

**Resumo:** Este trabalho busca explorar a interação da criança com a música, descobrindo se há diferença entre realizar tarefas ouvindo música ou realizá-las sem música e se há diferenças de acordo com o estilo musical. A descoberta desta relação pode melhorar a execução de tarefas e o desenvolvimento de uma melhor aprendizagem no contexto escolar. Para isso, verificou-se o efeito dos estímulos musicais (erudito e rock) na realização de tarefas. Foi necessário um amparo em pesquisas de diversas áreas, como a respeito da preferência de crianças em ouvir música e realizar tarefas, e do uso da música como facilitadora no enfrentamento de situações-problema por crianças em fase de aprendizagem. O presente estudo também se baseia na teoria da relação entre música e o nível de cortisol no organismo, a qual sugere que a música rock causaria um aumento do nível de cortisol no sangue, gerando no indivíduo um mecanismo de estresse – situação onde o organismo está preparado para a fuga ou o combate mediante ameaça invisível; essa situação só cessa com o fim dessa ameaça, que neste caso seria o rock. Para a realização desse estudo participaram 25 crianças com idade média de 7,16 anos (DP = 0,473), sendo 11 destas do sexo feminino e as 14 restantes do sexo masculino, as quais foram solicitadas a executar três tarefas lúdicas, posteriormente avaliadas pelos critérios de finalização das tarefas e de tempo gasto para a realização das mesmas. Durante a resolução das atividades, as crianças foram submetidas a estímulos musicais instrumentais, a saber: “Adagietto da 5ª sinfonia” - Gustav Mahler (música erudita), “Phanton of the opera” - Iron Maiden (rock). Os dados obtidos foram analisados de acordo com o tipo de música executado. A partir dos resultados permite-se especular que tarefas ativadoras da mesma região do cérebro que a música necessitam de mais tempo para serem executadas; já atividades as quais não estimulam a mesma área cerebral que a música são facilitadas pelo tal estímulo sonoro. Relacionando os resultados à teoria da influência da música no nível de cortisol sanguíneo, é possível constatar (de forma preliminar), a partir do tempo gasto para realizar a tarefa, que realmente as crianças submetidas ao estímulo sonoro rock tem uma média ligeiramente inferior para a realização das tarefas (Tarefa 1: 02min27seg.; Tarefa 2: 35seg.; Tarefa 3: 02min33seg.). Com a mesma lógica, os indivíduos submetidos ao estímulo da música erudita obtiveram escores sensivelmente maiores (Tarefa 1: 03min09seg.; Tarefa 2: 23seg.; Tarefa 3: 03min36seg.). Assim, é possível propor a seguinte utilização da música, no contexto da aprendizagem: alunos mais despertos e ágeis na resolução de problemas de lógica matemática têm o rock como um grande aliado; em oposição, alunos mais concentrados, mais calmos para resolverem problemas que exigem atenção em detalhes, como caligrafia ou até em produção de textos devem utilizar a música erudita. Esse estudo limitou-se a avaliação de dois estilos musicais e apenas três tipos de tarefas, tornando a capacidade de generalização limitada. Propõe-se que novos experimentos sejam feitos. É necessário também utilizar variados estilos, além de novas tarefas, de lógica ou relacionadas à produção ou interpretação de texto; também é imprescindível a realização de estudos sobre a temática para avaliar se o estresse que o rock gera pode causar ou não riscos e prejuízos no processo de aprendizagem das crianças. Para o presente estudo pretende-se aumentar a amostra para aumentar a predição dos atuais resultados.

**Palavras-chaves:** estímulo musical,aprendizagem,tarefas lúdicas

**Atividade: RELAÇÕES DE PODER E VIOLÊNCIA: A ORGANIZAÇÃO DOS ADOLESCENTES INTERNOS NA FEBEM/SP (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:RELAÇÕES DE PODER E VIOLÊNCIA: A ORGANIZAÇÃO DOS ADOLESCENTES INTERNOS NA FEBEM/SP**

**Autor(es):** Natália Felix de Carvalho Noguchi

**Resumo:** A FEBEM – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, atualmente denominada CASA (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente) é a instituição, em São Paulo, responsável por cumprir as diretrizes e normas dispostas no ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente – no que se refere a adolescentes autores de ato infracional. Estes, considerados inimputáveis, devem ser inseridos, de acordo com a idade e o grau da infração, em programas sócio-educativos específicos, que devem incluir a profissionalização e a reintegração social. O presente trabalho tem como base a dissertação de mestrado de título “Seguro na FEBEM/SP: universo moral e relações de poder entre adolescentes internos”, que se propôs a denunciar, expor e analisar as relações de moralidade e poder na instituição à luz de conceitos como poder e relações de violência, segundo Foucault. O poder, para este autor, não é algo que se detenha como um bem, não está localizado em um ponto específico, pode ser entendido como correlação de forças, de domínio e resistências, de caráter estritamente relacional. As relações de poder possuem papel produtor e se exercem somente onde há liberdade. Para Foucault, o poder produz. Diferencia desse conceito do de relações de violência, que age sobre a ação do outro, aniquila, submete, destrói, fecha todas as possibilidades, tem como único pólo oposto possível a passividade. E, ao encontrar resistência, busca reduzi-la. O contato com Unidades de Internação faz transparecer um sistema frágil, criticado por todos os lados, com constantes rebeliões, fugas e acusação de agressão física e espancamento. Ano passado, funcionários da FEBEM foram condenados por torturarem adolescentes como medida de contenção. A institucionalização é marca evidente, vista no comportamento minuciosamente controlado, uso de roupas e corte de cabelo idênticos, além da vigilância constante de funcionários e técnicos da instituição. No entanto, assim como nas prisões, nas unidades da FEBEM há uma forma de organização, com regras determinadas pelos adolescentes, à qual denominam Sistema. Trata-se de um código não escrito, com regras muitas vezes mais rígidas que as estabelecidas pela FEBEM e o desrespeito a elas leva a desprezo, humilhação, castigo físico e até morte. O Seguro, então, pode ser definido como um grupo de adolescentes internos, excluídos do convívio e/ou ameaçados de morte pelo não cumprimento das regras do Sistema ou devido ao crime cometido. Os adolescentes, ao estabelecerem o que para eles seria aceitável ou dentro de uma normalidade, produzem, entre eles, um esquema de vigilância constante, tornando-os objetos de uma economia calculada a partir de instrumentos simples – o olhar constante e a sanção normalizadora. Em uma instituição como a FEBEM, em que todos ou quase todos os meios de resgate da subjetividade são retirados, essa forma de organização dos adolescentes, aparece como contraponto a esse fechamento e é a expressão de uma dinâmica institucional. A existência do Seguro evidencia uma tensão entre a FEBEM (leia-se, aqui, funcionários) e os adolescentes (não deixando de pensar que a FEBEM também é uma instituição legitimada pelos adolescentes, enquanto atores institucionais). Os adolescentes, enquanto responsáveis pela determinação das regras, vigilância e julgamento daqueles que vão para o Seguro, são detentores de um saber e poder na instituição. O Seguro evidencia que não existem grupos fixos de dominadores e dominados, mas uma mobilidade de poder existente em cada unidade de internação - em que, como os próprios internos dizem, muitas vezes “a casa está nas mãos dos menores” ou “a casa está nas mãos dos funcionários”. Se, em uma situação de rebelião, os internos ameaçam os adolescentes do Seguro de morte para conseguir reivindicações, isso mostra o Seguro como dispositivo de tensão. Na FEBEM, estar no Seguro é, portanto, estar em constante tensão – protegido pela instituição em que está interno e ameaçado constantemente pelos companheiros de pátio. Nesse sentido, podemos inferir que importa não só o conteúdo das regras, mas o fato delas existirem. O Sistema acarreta a existência de dois grupos opostos – convívio e Seguro – e garante um movimento de exclusão e pertencimento. Estabelece, assim, uma tensão entre adolescentes e a produção de uma delinquência fechada, mais fácil de controlar, pois, via sistema disciplinar, há uma vigilância instalada entre os próprios internos – um mecanismo panóptico e uma coerção dos corpos que regula as minúcias do comportamento, estabelece normalidades, homogêneas e permite medir desvios rapidamente. Os adolescentes reproduzem o funcionamento da FEBEM, ao criarem regras próprias, legitimadas pelo poder e força. Apesar de, por vezes, não concordarem com as regras estabelecidas, consideram-nas sagradas e imutáveis. Esse modo de educação proposto pela FEBEM, que se baseia em disciplinarização e vigilância constante produz uma delinquência que vigia a si própria e reforça a heteronomia a partir de relações pautadas, cada vez mais, em violência.

**Palavras-chaves:** adolescente autor de ato infracional, violência, FEBEM, relações de poder, Foucault

**Atividade:** MORALIDADE NA FEBEM/SP: AS LEIS DOS ADOLESCENTES INTERNOS (Experiências em Debate)

**Trabalho:** MORALIDADE NA FEBEM/SP: AS LEIS DOS ADOLESCENTES INTERNOS

**Autor(es):** Natália Felix de Carvalho Noguchi

**Resumo:** A questão do “menor” traz consigo pré-concepções que levam a determinadas práticas, bastante questionáveis - a começar pelo Código de Menores, instituído em 1979, que ligava diretamente a situação de pobreza a perigo social, situando crianças e adolescentes como objeto de intervenção estatal, e não sujeitos de direitos com cidadania garantida e preservada. Foi por meio do artigo 227 da Constituição de 1988 que adolescentes e crianças tiveram, pelo menos via legislação, seus direitos básicos reconhecidos; movimento este que culminou em julho de 1990, quando foi revogado o antigo código. Marcando uma mudança radical em relação à legislação anterior, entrou em vigor o ECA, que garante proteção integral e todos os direitos fundamentais para o desenvolvimento a toda e qualquer criança e adolescente do Brasil. Pretendendo romper com a lógica segregacionista e criminalizante do código anterior, busca assegurar a efetivação dos direitos básicos às crianças e adolescentes. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, é considerado adolescente, no Brasil, toda e qualquer pessoa entre 12 e 18 anos e define-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal, segundo o artigo 103. Ao adolescente autor de ato infracional, considerado inimputável, são aplicadas medidas sócio-educativas que variam desde advertência, medidas em meio aberto, até internação em estabelecimento educacional. No que diz respeito a essa última medida, a FEBEM – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, atualmente denominada CASA (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente) – tem como objetivo cumprir as diretrizes e normas dispostas no ECA e inserir os adolescentes, de acordo com a idade e o grau da infração, em programas sócio-educativos específicos, que devem incluir a profissionalização e a reintegração social. Segundo algumas autoridades, a FEBEM sofre mudanças constantes com o intuito de, teoricamente, melhor cumprir suas funções. No entanto, a lógica da punição, em detrimento de uma ação educativa, tem trazido cada vez mais à tona discussões sobre a redução da maioria penal. Traz-se, com isso, a seguinte discussão: seriam esses jovens “sem moral”? Até que idade é possível educar? Os adolescentes internos na FEBEM teriam algum respeito por alguma regra? O presente trabalho tem como base a dissertação de mestrado intitulada “Seguro na FEBEM/SP: universo moral e relações de poder entre adolescentes internos”. Toma como objeto de estudo o Seguro – grupo de adolescentes internos excluídos do convívio e/ou ameaçados de morte devido ao desrespeito a regras por estes determinadas. A dissertação teve como ponto de partida um trabalho de Plantão Psicológico realizado nas unidades de internação e teve como objetivos estudar o universo moral e as relações de poder existentes entre os adolescentes internos. Para o estudo do tema específico foram realizadas entrevistas semi-dirigidas com adolescentes internos de diferentes unidades da FEBEM/SP. Se as notícias de jornal publicadas sobre a FEBEM fazem saltar aos olhos um sistema frágil, com fugas e espancamentos, o contato com os adolescentes fez surgir a vontade de denunciar/expor um funcionamento interno pautado em regras criadas e legitimadas exclusivamente pelos adolescentes. A institucionalização, que se dá através da retirada de bens pessoais, mesmo corte de cabelo, uniforme idêntico para todos, uso de chinelo diariamente e ordens que devem ser obedecidas e levam à humilhação – como andar de cabeça baixa e mãos para trás – tem como contraponto meninos que criam suas próprias regras de comportamento. Contrariando o estigma de “sem moral”, há o Sistema, conjunto de normas criadas e legitimadas pelos próprios adolescentes. Inclui regras que, em seu conteúdo, fazem referência ao respeito pela mãe e familiares, regulam a sexualidade, garantem a ordem e higiene na unidade, preservam o grupo e zelam pela imagem e união dos que pertencem ao Mundo do Crime. Um funcionamento que mostra os adolescentes com padrões morais diversos, por vezes contraditórios, diretamente vinculados ao contexto. Uma moral híbrida, que eles diferenciam daquela que chamam “dos honestos”. Instala-se a vigilância entre os próprios internos, uma espécie de grupo de autodefesa

contra a penalidade estatal. É a produção do delinqüente com sua introdução no jogo da lei e da infração. Adolescentes que reproduzem o funcionamento da FEBEM, reflexo de um esquema disciplinar. Criam regras próprias, legitimadas pelo poder e força. Apesar de, por vezes, não concordarem com as regras estabelecidas, consideram-nas sagradas e imutáveis: modo de educação proposto pela instituição encarregada de educá-los, que se baseia em disciplinarização e vigilância constante produz uma delinqüência que vigia a si própria e reforça a heteronomia a partir de relações pautadas, cada vez mais, em violência.

**Palavras-chaves:** adolescente autor de ato infracional, FEBEM, Psicologia Moral, Piaget, Foucault

**Atividade: Inclusão Educativa: Focalizando a Qualificação de Recursos Humanos (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Inclusão Educativa: Focalizando a Qualificação de Recursos Humanos

**Autor(es):** Nadja Maria Vieira Silva

**Resumo:** INCLUSÃO EDUCATIVA: FOCALIZANDO A QUALIFICAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS  
Palavras-chave: Inclusão educativa; dimensão sociocultural da deficiência; qualificação de recursos humanos. A inclusão social e educativa de indivíduos é um tema que reflete a segregação daqueles que manifestam características que divergem do padrão produtivo e competitivo socialmente esperado. Trata-se de um movimento que apesar de ter surgido nos anos 90, projeta-se nos dias atuais, ascendendo com conceitos essencialmente humanístico e político, na medida em que se endereça à correção do descumprimento dos direitos humanos. No âmbito dos processos educacionais, o movimento da inclusão revelou-se como resposta necessária aos efeitos prejudiciais da segregação social praticada no sistema do ensino especial. Os fundamentos desse sistema, posteriormente reestruturado na prática da integração em classes especiais, ao fomentar a normalização dos alunos com necessidades educativas especiais, na verdade, nunca concebeu o principal fator que exige uma nova compreensão do papel da escola: uma consideração plena à diversidade na pessoa humana e o seu direito a serviços educacionais de qualidade. Por essa razão observa-se, ainda hoje, a alta frequência de evasão escolar de pessoas deficientes ou com quaisquer outros limites que os impedem de responder satisfatoriamente aos modelos de ensino-aprendizagem tradicionalmente impostos. O conteúdo que se apresenta aqui, diz respeito à construção da educação inclusiva como reação a esse quadro inapropriado dos procedimentos na educação. Trata-se de um conjunto de informações decorrentes de entrevistas e visitas em escolas das redes privada, municipal e estadual de Maceió, realizadas com o objetivo de investigar acerca do reconhecimento da proposta da escola inclusiva. Essa iniciativa se justifica pela expectativa de que essas escolas precisam se preparar para essa nova forma de conceber a prática educativa, uma vez que, por esforço e conquistas quanto ao exercício de cidadania, exige-se deliberadamente o cumprimento das leis que asseguram esse direito, a saber: a Constituição Brasileira de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, as quais estabelecem que toda criança e adolescente, tem direito aos serviços educacionais de qualidade e que todas as pessoas com deficiência tenham acesso preferencialmente à rede regular de ensino, respectivamente. Nesse sentido, uma vez que o antigo ensino especial agora se configura como uma modalidade dentro do sistema regular de ensino, supõe-se que todas as escolas estão sob a observância do dever de se instrumentalizar para o cumprimento das leis. Dez escolas foram visitadas (sete municipais, uma estadual e duas da rede privada). Em respostas a entrevistas semidirigidas, as direções de todas as escolas foram unânimes em apontar a falta de recursos humanos qualificados (professores e educadores de uma forma geral) como o maior entrave a viabilização da proposta da escola inclusiva. Concebeu-se essa falta de recursos humanos qualificados como fator que agrava toda a descrença na proposta da escola inclusiva, uma vez que nele se refletem vários aspectos da dinâmica educacional, como por exemplo: a comunicação entre escola comunidade, a relação família-escola, a interdisciplinaridade entre os agentes educativos e a ineficiência do processo ensino-aprendizagem. No presente, procura-se configurar essas explicações quando se analisa a viabilidade dessa proposta que, embora tenha sido abraçada pela imensa maioria dos profissionais da educação, não raro é desacreditada quanto à possibilidade de sua efetivação. Essa descrença se fundamenta em representações negativas

que os serviços de educação destinados para pessoas com necessidades especiais construíram ao longo da história humana. Essas significações negativas, que pouco incentivam às ações transformadoras, emergiram com explicações, hoje contraditas, acerca da determinação orgânica de deficiências que algumas pessoas podem apresentar. Atualmente, observa-se o fortalecimento de concepções que privilegiam a dimensão sociocultural subjacente à manifestação das deficiências; defende-se que é no âmbito das condições para acessibilidade que se deve situar a avaliação dos limites, se reais ou impostos por um projeto imperfeito para as sociedades humanas que pressupõem diversidade. Com isto se quer dizer, que os limites impostos por possíveis deficiências se traduzem, nos tempos atuais, na inaptidão do desenho universal, quando não se consegue contemplar, nos projetos de novas tecnologias educativas e de outras áreas, a diversidade nas condições de vida da pessoa humana. É dentro dessa visão que se objetiva destacar, ainda que de forma simplificada, explicações acerca dos possíveis entraves a efetivação da escola inclusiva. Ou, dito de outra forma, busca-se argumentar a favor da educação inclusiva, redimensionado todo um conjunto de fatores, que tem se revelado na literatura como amplas dificuldades. Para isso, destaca-se a emergência da qualificação de recursos humanos, como a ação de maior relevância para plena realização da educação inclusiva.

**Palavras-chaves:** Acessibilidade, Dimensão sociocultural da deficiência, Recursos Humanos, Inclusão Educativa

**Atividade: Dinâmica institucional e produção de conhecimento (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** A práxis do cuidador social

**Autor(es):** João Clemente de Souza Neto

**Resumo:** Este trabalho, fruto de pesquisa, discute a realidade de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, que residem em abrigos, e a formação dos educadores sociais no estado de São Paulo, mais especificamente no Brasil. Resultados demonstram que esses espaços requerem um orientador, educador ou liderança comunitária com formação humana, capaz de compreender os emaranhados da situação de abandono. Por si mesmos, crianças e adolescentes não conseguem superar os emaranhados de suas vidas. Geralmente, quando são abandonados, atribuem a si a responsabilidade pelo fato e se sentem tomados pela culpa. Neste caso, o abrigo seria o castigo correspondente. Não basta uma simples explicação, pois uma calma superficial pode escamotear o desejo ardente de voltar com os pais, especialmente com a mãe. A superação dessa condição dependerá do modo pelo qual os educadores desenvolverão seu trabalho. Um bom formador pode ajudar crianças e adolescentes a manifestar seus sentimentos, por meio de palavras e outras formas de expressão, e a interpretar sua biografia. Ele necessita de muita habilidade para ajudar a criança e o adolescente a entender a situação de abandono familiar. Nas condições do abrigo, uma excelente formação psicológica ajuda-lo a realizar um bom trabalho. A realidade de abandono da criança e do adolescente insuficientemente orientados poderá trazer danos incalculáveis a sua saúde mental. Ao invés de ser um espaço de proteção, o abrigo se torna um instrumento de reprodução da perversidade humana. Muitas das dificuldades das crianças são reforçadas pela falta de escuta e de retorno. Esta proposta de formação exige o repensar do conhecimento científico e do papel do sujeito educador como aquele que se apropria de sua vida, ressignifica sua biografia e transfaz sua história, trazendo diferentes sentidos ao sofrimento humano. Funda-se no pressuposto de que a educação tende a interferir na construção da visão de mundo e da subjetividade, que se faz no contexto de uma síntese de circunstâncias históricas e biográficas. Esse movimento se realiza pelo conflito entre educador, o educando e outros agentes que constituem o espaço de aprendizagem no interior do abrigo. Tem como fonte do conhecimento a articulação entre emoção, pensamento e atitude, o que denomino de aprendizagem humana. Este estudo é resultado de pesquisa de intervenção junto a educadores que trabalham em abrigos. Acredita que quando o educador toma posse de sua biografia e descobre a do outro, numa linha de respeito e de ressignificação, amplia suas condições para ajudar o outro a encontrar e a ressignificar sua história.

**Palavras-chaves:** aprendizagem, situação de risco, educador social

**Trabalho:** Intervenção psicopedagógica junto a professores da rede pública de ensino

**Autor(es):** Cleomar Azevedo

**Resumo:** Estamos no início do século XXI e as questões voltadas à aprendizagem se faz presente como uma das mais importantes para o desenvolvimento do ser humano. O contexto social que envolve o sujeito deve possibilitar e priorizar o conhecimento da cultura construída pela humanidade a todos que chegam a este universo, isto independentemente de crenças, valores, classes sociais e dos demais aspectos que fazem parte das diferentes culturas existentes em nosso universo. A transmissão da cultura às demais gerações passa pelo processo de aprendizagem do sujeito, que envolve diferentes etapas do desenvolvimento humano e, que deve ser respeitada para que o mesmo ocorra. No entanto a aprendizagem formal que é desenvolvida pela escolarização é responsável pela sistematização do conhecimento básico que todo ser humano deve ter em nosso contexto social, para poder desenvolver seu potencial. A escola necessita de vários componentes para a transmissão do conhecimento, mas um instrumento bastante significativo é a linguagem escrita. Hoje é condição fundamental em nossa sociedade, um cidadão conhecer a leitura e a escrita, pois através desta, este cidadão poderá ser atuante, crítico e participar de todas as grandes decisões de seu contexto social. Uma questão primordial hoje na escola é como desenvolver o processo de aprendizagem da leitura e da escrita, fazendo com que as pessoas envolvidas neste processo tenham condições de compreender o seu significado e saibam utilizá-la corretamente. A aquisição da leitura e escrita inserida em um ambiente afetivo e sócio-emocional adequado, ocorre de forma quase natural. No entanto se esse processo é, desvinculado de suas funções de comunicação e expressão, transformando-se em exigência independente do ritmo de desenvolvimento e necessidades experimentadas pelo sujeito, ele se transforma em um ato traumático e geralmente ineficaz. Nesta aprendizagem muitas questões devem ser discutidas levando-se em consideração a complexidade do processo de aprendizagem do ser humano. Este trabalho se propõe a fazer uma reflexão através da vivência e do relato de um trabalho feito junto a professores da rede de ensino, aonde a escuta e o diálogo demonstram os conflitos e angústias vivenciado pelos docentes que buscam alternativas para poder conviver com a sua realidade profissional. A discussão de temas que envolvem: a formação dos educadores e as implicações para o desenvolvimento da aprendizagem; da proposta de ensino feito à população que frequenta normalmente este nível de escolaridade e, a busca da igualdade social através de uma aprendizagem significativa que envolve fatores como a auto-estima, o reconhecimento do sujeito como autor da sua produção intelectual e o desejo que faz parte deste processo, foram dados importantes discutidos nestes encontros. O envolvimento dos aspectos cognitivos, afetivos como fatores importantes na atuação dos docentes e as implicações envolvidas no diálogo e na reflexão dos participantes deste trabalho, é o eixo norteador desta reflexão.

**Palavras-chaves:** aprendizagem, professores, rede pública

**Trabalho:** Estudo sobre situação familiar de crianças portadoras de problemas de aprendizagem

**Autor(es):** Marcia Siqueira de Andrade

**Resumo:** No contexto brasileiro, dificuldades no aprendizado escolar estão entre os principais motivos de procura de atendimento psicológico para crianças na rede pública de saúde e nas clínicas-escola de Psicologia (Barbosa & Silveiras, 1994; Sales, 1989; Santos 1990). Variáveis familiares podem contribuir para a persistência dos problemas da fase pré-escolar à escolar (Denham & cols., 2000) e da meninice à adolescência (Fergusson & cols., 1996; Ribeiro, 1998). Dentre essas variáveis está o evento da separação ou divórcio que sempre gera uma crise. (Carter & McGoldrick, 1995; Hetherington, 1979; Hetherington & Stanley-Hagan, 1999; Kaslow & Schwartz, 1995; Schwartz, 1992; Wallerstein & Kelly, 1998). Estatísticas do Registro Civil do IBGE indicaram, em 1985, a realização de 952.295 casamentos no Brasil, e um total de 112.547 separações judiciais e divórcios encerrados em primeira instância. Dentre o grande número de



dificuldades psicossociais que aparecem associadas pelos filhos ao período inicial da separação dos pais encontra-se o rebaixamento do desempenho escolar (Souza, 2000). No entanto, parece que a idade das crianças e o nível de desenvolvimento cognitivo, afetivo e social são fatores que auxiliam também no enfrentamento das transições familiares, favorecendo as crianças mais velhas e os adolescentes. (Ramires, 2002; Schwartz, 1992). Schwartz (1992) chama especial atenção para a decisiva influência do nível de desenvolvimento cognitivo na compreensão e respostas das crianças ao divórcio. Ramires (2002) constatou a importância do desenvolvimento cognitivo, das estruturas de pensamento das crianças e adolescentes na sua compreensão das vicissitudes que atravessam os vínculos amorosos. A investigação relatada neste artigo focalizou a situação conjugal de pais de crianças e adolescentes de baixo poder aquisitivo com problemas de aprendizagem atendidos em clínica – escola de hospital universitário da região sul da cidade de São Paulo. Foram selecionados de uma amostra, 116 prontuários de crianças e adolescentes de ambos os sexos atendidos consecutivamente em clínica de Psicopedagogia vinculada a hospital universitário localizado na região sul da cidade de São Paulo no ano de 2000. Todos haviam sido encaminhados, através de referência do Sistema Único de Saúde, tendo por motivo o rendimento escolar pobre. Foram analisados os dados constantes em 116 prontuários elencando-se as seguintes variáveis consideradas relevantes para a consecução dos objetivos da pesquisa: idade, sexo, número de irmãos, situação conjugal dos pais, tipo de encaminhamento. Foram considerados dois grupos a partir da amostra geral: Grupo 1 (G1) composto pelos dados de crianças e adolescentes cujos pais não se separaram; Grupo 2 (G2) composto pelos dados de crianças e adolescentes cujos pais haviam se separado em data anterior ao atendimento psicopedagógico. Os dados foram computados em números absolutos e percentuais e comparados entre si (G1 e G2) e aos dados da situação familiar brasileira constantes da informações do Censo 2000 divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Considerou-se como variável independente a separação dos pais e dependente o aumento do número de atendimentos de sujeitos com problemas de aprendizagem na clínica-escola em pauta. Nossos resultados vão na mesma direção da literatura mundial atual (Amato, 1994, 1995; Hetherington & Stanley-Hagan, 1999; Lamb & Thompson, 1997; McConnel & Sim, 1999; Wadsby & Svedin, 1994), destacando o papel do conflito conjugal como um dos grandes estressores da vida infantil. Os dados indicam forte correlação entre os problemas de aprendizagem e condicionantes relacionados à separação dos pais. Do número total de participantes (grupo G1 e grupo G2) o número de meninos é superior ao número de meninas, confirmando situação apresentada na literatura científica (Elias & Maturano, 2005; Barbosa & Silveira, 1994; Santos, 1990). O maior número de encaminhamentos por profissionais da área da saúde (50%) do grupo G2 em relação ao grupo G1 (20%) parece confirmar a presença de outros distúrbios como os elencados pelos próprios participantes: insônia, dificuldade de concentração, ansiedade. A média de idade dos participantes do grupo G2 (8 anos e três meses) inferior à do grupo G1 confirma a fragilidade das estruturas de pensamento de crianças mais novas para a compreensão da separação dos pais (Ramires, 2004). O número maior de irmãos dos participantes do grupo G2 parece não ter contribuído para a compreensão da situação. O tempo decrescente decorrido entre a separação dos pais e o início do atendimento psicopedagógico sugere, como foi apontado por Hetherington, (1979), que decorre um período de tempo entre a crise pré-separação e a realização de um novo patamar de funcionamento familiar, isto é, cerca de quatro anos. A análise dos dados indica um maior número de participantes cujos pais são casados (60%) encontrando porém uma diferença significativa entre o percentual de indivíduos separados na população em geral (9,78) e o percentual encontrado na população atendida na clínica-escola no ano de 2000 (31,79). O alto número crianças e adolescentes atendidos na clínica – escola cujos pais se separaram aponta para a importância e a necessidade de desenvolvimento de estudos mais abrangentes sobre o assunto.

**Palavras-chaves:** família,aprendizagem,subjetividade

**Atividade: O Processo de Inclusão-Necessidade Gritante nas Escolas Públicas da Cidade de Vitória da Conquista-Ba (Paineis)**

**Trabalho:**O Processo de Inclusão-Necessidade Gritante nas Escolas Públicas da Cidade de Vitória da Conquista-Ba

**Autor(es):** Luciana Alves Oliveira Weber

**Resumo:** A inclusão escolar remete a escola a questões de estrutura e funcionamento, que subvertem seus paradigmas e que implicam em um redimensionamento de seu papel. Este projeto propõe uma investigação acerca do desenvolvimento do processo de inclusão nas escolas da rede pública e suas implicações, como tentativa de consolidação de um novo paradigma de atitude e de comportamento, com relação ao portador de necessidades especiais. Diante da realidade educacional brasileira, questiona-se como preparar a Escola para incluir o aluno portador de necessidades especiais, já que a mesma não oferece condições de atender aos alunos ditos “normais”. Analisar se as escolas que trabalham nesse processo de inclusão estão evoluindo e atendendo aos requisitos básicos para o desenvolvimento desse trabalho, requer uma observação direta, sistemática e entrevistas com os sujeitos participantes do processo. Será que os requisitos básicos para o desenvolvimento desse trabalho estão sendo atingidos? Tais como: reconhecimento e valorização da diversidade, como elemento enriquecedor do processo ensino-aprendizagem; professores conscientes e preparados psicologicamente para atuarem; para promover a aprendizagem de todos os alunos; cooperação entre os implicados no processo educativo – dentro e fora da escola; valorização do processo sobre o produto da aprendizagem; enfoque curricular, metodológico, estratégico e psicopedagógico, que possibilitem a construção coletiva do conhecimento. Devido ao ambiente e a multiplicidade dos aspectos abordados no estudo, os procedimentos técnicos de coleta dos dados possibilitaram um maior controle das variáveis. Percebe-se que a partir do princípio fundamental da escola inclusiva, que consiste em que todas as pessoas devem aprender juntas, onde quer que isso seja possível, não importam quais dificuldades ou diferenças que elas possam ter, as escolas regulares ainda precisam reconhecer e responder às necessidades diversificadas de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando educação de qualidade para todos, mediante: currículos apropriados, mudanças organizacionais, apoio psicológico, estratégia de ensino, uso de recursos e parcerias com suas comunidades. O processo de inclusão exige novos posicionamentos diante do processo ensino/aprendizagem, à luz de concepções e práticas psicopedagógicas mais evoluídas. A inclusão é, pois, um motivo para que as escolas se modernizem e os profissionais aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico. Logicamente, para que todas essas transformações ocorram no ensino, faz-se necessário uma parceria com a Secretaria de Educação Municipal, já que hoje a Educação encontra-se sob tutela do Município

**Palavras-chaves:** Inclusão, Escola, Necessidade especiais, Pública, Psicopedagógica

**Atividade: FORMAÇÃO INICIAL DE PEDAGOGOS  
(Experiências em Debate)**

**Trabalho: FORMAÇÃO INICIAL DE PEDAGOGOS: UMA EXPERIÊNCIA INTERDISCIPLINAR  
APOIADA EM AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM**

**Autor(es):** Nilza Simões Corrêa de Albuquerque, Graziela Brito de Almeida, Marluce Jaques Albuquerque, Yara Maria Leal Heliodoro

**Resumo:** Nosso relato contempla uma experiência didática que envolveu as disciplinas Pesquisa e Prática Pedagógica, Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa, Matemática e Metodologia do Ensino I e Fundamentos Psicológicos da Educação II, do 3º período (2005.2) do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Católica de Pernambuco. Com esta comunicação, visamos a contribuir para a discussão sobre a Formação e Prática Docente interdisciplinar e articulada a espaços presenciais e virtuais de ensino e aprendizagem. O trabalho pedagógico desenvolvido no interior da “prática como componente curricular” das

disciplinas contou com a utilização do ambiente virtual de aprendizagem (AVA) concebido pela UFPE (Projeto Virtus) e disponibilizado gratuitamente no Portal Universia Brasil, através do software denominado VIRTUSCLASS. E, compreendeu as seguintes atividades: (a) “Pesquisa e Prática Pedagógica” trabalhou com a análise de concepções, tipos e processos da pesquisa como meio de construção de conhecimento sobre o trabalho pedagógico na escola, numa perspectiva diagnóstica, tendo como referências princípios éticos, sócio-políticos, profissionais e técnicos. Os alunos desenvolveram um estudo exploratório como elemento subsidiário à elaboração do projeto de pesquisa, de acordo com a bibliografia indicada. O aporte teórico do projeto de pesquisa foi trabalhado, concomitantemente, pelas professoras das outras disciplinas do período. A culminância do trabalho foi a elaboração e discussão dos projetos de pesquisas socializados na classe; (b) “Fundamentos Psicológico da Educação II” promoveu a análise do processo ensino-aprendizagem com base nas principais abordagens teóricas da psicologia, considerando os fatores históricos, culturais e sociais. Os alunos observaram o cotidiano educativo, e entrevistaram os professores sobre o processo ensino-aprendizagem, em especial, os procedimentos metodológicos adotados em sala de aula. Ao retornarem à universidade, socializavam o conteúdo apreendido no campo de estudo, confrontando, simultaneamente, com a fundamentação teórica analisada em sala de aula, resultando na elaboração escrita de um relatório final e apresentação oral da interpretação dos dados do estudo realizado; (c) “Língua Portuguesa e Metodologia do Ensino I” preparou os alunos para a observação das classes de 1ª e 2ª séries do ensino fundamental, através do estudo de pesquisas que compõem o acervo da ANPEd (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação - Anped - <http://www.anped.org>), do Grupo de Trabalho 10 – Alfabetização, Leitura e Escrita, bem como a preparação e apresentação dessas pesquisas em um seminário. Todos se envolveram na replicação do estudo clássico de base piagetiana “Psicogênese da Língua Escrita”, desenvolvido por Emília Ferreira e Ana Teberosky. Estas atividades deram subsídios para elaboração do projeto de pesquisa na área de língua portuguesa. (d) Em “Matemática e Metodologia do Ensino I”, os alunos agruparam-se em torno de pesquisas com as seguintes temáticas: notação escrita e a resolução de problemas; uso de materiais concretos na resolução de problemas de divisão; escrita numérica e resolução de problemas de estrutura aditiva. Os alunos trabalharam com a classificação de Vergnaud, envolvendo as seguintes categorias: a) composição de duas quantidades; b) uma transformação ligando duas quantidades; c) um relacionamento estático ligando duas quantidades e d) composição de duas transformações. Como estavam estudando fundamentos da Psicologia da Aprendizagem, puderam fazer ligações com a área específica da Cognição e Educação Matemática. Considerando que, sob inspiração bakhtiniana, compreendemos gêneros textuais como sistemas discursivos complexos com padrões de organização facilmente identificáveis, através desta vivência integrada, os alunos tiveram, nas quatro disciplinas, um contato intenso com artigos resultantes de relatórios de pesquisa, tornando essa literatura familiar enquanto gênero textual. Além deste aspecto positivo, destacamos a aprendizagem dos alunos ao lidarem com o AVA, através do sistema de registro com várias atividades de complexidade variada tais como: inscrever-se, enviar documentos, disponibilizar “links” interessantes para os colegas, pesquisar e extrair informações importantes para sua formação, debater temas a distância através da Sala de Bate-papo, etc. Quanto à formação para a docência, caracterizando-a como um curso de transformações pelas quais competências são construídas a partir do plano intersubjetivo, as múltiplas mediações, entre professores e alunos, e outros interlocutores disponibilizados na experiência de educação presencial com o apoio de ferramentas da educação a distância e dos meios comunicacionais de massa, possibilitam internalização, no plano intrasubjetivo, de novos processos educacionais. Com uma inspiração vigotskyana, analisamos os processos interativos, quer entre docentes, quer entre os alunos dentro dessa atividade simbólica a partir da leitura e escrita de trabalhos na Universidade. Observamos que, em sua maioria, os alunos começam a desenvolver uma sensibilidade científica para olhar a realidade escolar através da familiaridade com a literatura especializada que acessaram, propiciando a construção da subjetividade como professores através de um plano da intersubjetividade que incorpora e sistematiza as tecnologias de comunicação e informação. Enfim, cabe aos professores formadores buscar estratégias e desenvolver atividades coletivas para evitar dispersão e fragmentação, pois dificuldades inerentes a nossas próprias limitações, quando compartilhadas e refletidas, facilitam uma posição de aprendizagem constante, de construção e desconstrução de caminhos e processos pedagógicos.

**Palavras-chaves:** Prática Pedagógica, Educação a distância, Interação socioafetiva, Informática Educativa

**Atividade: Intervenção em problemas de aprendizagem (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Investigação sobre característica do tratamento de meninos com problemas de aprendizagem

**Autor(es):** Sílvia Schlemenson

**Resumo:** O objetivo da apresentação é transmitir resultados sobre uma investigação que concretizaram membros da Cadeira de psicopedagogia Clínica da Faculdade de Psicologia da Universidade de Buenos Aires, sobre os aspectos psíquicos que se alteram nos meninos com problemas de aprendizagem e a elaboração de estratégias que permitem superá-los. Na primeira parte da investigação se estudaram as características significativas da atividade representativa em meninos com dificuldades para cursar sua escolaridade em forma normal. pôde-se comprovar que todos eles, apresentavam restrições em sua atividade gráfica e narrativa, pelo qual o desenho e o relato eram dois modos de intervenção que poderiam produzir transformações nos conflitos que atravessam os meninos com dificuldades na aprendizagem. Para poder elaborar estratégias específicas de intervenção clínica em cada uma destas áreas, elaboraram-se técnicas que incluíam o uso de um caderno, o diálogo prolongado entre os meninos com dificuldades e a orientação de seus pais para tratar que modifiquem a relação com seus filhos. formou-se um grupo de 6 meninos da mesma idade que se reuniu semanalmente durante duas horas e se o vídeo gravou durante todos os encontros. O grupo esteve coordenado por duas psicólogas que conheciam as características psíquicas destes meninos e que se preocupavam com as encontrar em cada uma das produções que se concretizavam durante o tratamento. Todos os meninos tinham problemas de aprendizagem, mas cada um deles apresentava problemáticas psíquicas e formas de aprender diferentes. As terapeutas se centravam nas diferenças e particularidades produtivas de cada menino para tratar de modificar os aspectos psicologicamente restritivos que incidiam em suas dificuldades escolar. Os pais desses meninos foram também assistidos clinicamente em forma paralela para tratar de gerar neles transformações que possibilitassem o desdobramento de operações que favorecessem a promoção do desejo pelo conhecimento em seus filhos filmaram-se as sessões íntegras de ambos os grupos durante todo o período 2005. O dispositivo que se analisará durante a apresentação tem características grupales e modos de intervenção específicos que podem acelerar a remissão das dificuldades de aprendizagem nos meninos e focalizará nas características que adquire a produção gráfica, a discursiva e a lecto escrita de cada menino durante todo o tratamento. Na análise das produções gráficas se analisaram as transformações da produção proyectiva gráfica dos meninos tratando de se localizar seu nível de complexidade, rigidez e características sobressalentes de suas mudanças durante o processo terapêutico. Na produção discursiva se avaliaram as características lingüísticas de maior freqüência que caracterizavam a atividade narrativa dos meninos com problemas de aprendizagem e o modo de expressão dos conflitos psíquicos que mostravam no intercâmbio dialógico com seus semelhantes e se estabeleceram estratégias de intervenção durante o tratamento que permitiram ampliar os recursos simbólicos de cada um dos pacientes. Na análise das particularidades discursivas dos meninos se realçou o papel da atividade reflexiva e imaginativa na resolução de seus problemas de aprendizagem. O trabalho da imaginação se rastreou a partir da avaliação da ductilidade na expressão que mostrava cada menino, ponderando as características de seu posicionamento discursivo e sua capacidade para antecipar desenlaces. O trabalho da reflexão se indagou a partir do posicionamento do menino em relação ao discurso do semelhante e a possibilidade de diferenciar do mesmo. Na assistência a pais de meninos com problemas de aprendizagem se trataram de hierarquizar os legados identificatorios que promoviam a circulação do desejo pelo conhecimento nos meninos e se realçaram os tipos de funções parentales que favoreciam a inserção social de seus filhos. A razão pela qual se decidiu orientar a investigação psicológica à análise dos problemas de aprendizagem na infância foi considerar que um menino com problemas na aprendizagem, encontra-se psíquica e socialmente ameaçado em suas dificuldades para inserir-se na sociedade e necessita uma assistência ágil e específica que

permita superá-los. Trabalhar especificamente na área psicopedagógica, define então uma urgência social que preserva a inserção social de um menino pelo qual se faz necessário aprofundar em uma investigação específica que permita elaborar modalidades de intervenção clínica para produzir mudanças psíquicas que favoreçam as transformações das restrições simbólicas nos meninos. Para avaliar as características da produção simbólica de um menino se considerarão as formas de intervenção narrativa de cada menino durante o tratamento e suas transformações deducíveis da videograbação. Durante a apresentação se fará uma análise das características do caderno que se utiliza no tratamento, considerado como espaço projectivo de objetos sociais (desenho e escritura) e se realçarão as características dos diálogos entre os meninos, como expressão dos aspectos sobressalentes de sua atividade narrativa.

**Palavras-chaves:** subjetividade, aprendizagem, atividade representativa

**Trabalho:** DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NA LEITURA E NA ESCRITA EM ALUNOS DA 4ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL

**Autor(es):** Cleomar Azevedo

**Resumo:** A alfabetização tem sido um tema bastante discutido pelos que se preocupam com a educação, já que há muitas décadas se observam as mesmas dificuldades de aprendizagem, as inúmeras reprovações e a evasão escolar. As dificuldades de alfabetização das crianças oriundas das classes desprivilegiadas vêm sendo um problema grave na educação brasileira desde os primeiros movimentos da democratização do ensino e de ampliação das oportunidades educacionais. Mas, por ser antigo, não deixa de ser trágico. Há mais de 40 anos, em nosso país, a evasão entre a 1ª e 2ª séries atinge uma taxa próxima dos cinquenta por cento. O fato é que há muito tempo os índices de fracasso escolar na alfabetização são inaceitáveis e as medidas tomadas no âmbito dos sistemas públicos pouco têm contribuído para transformar esse quadro de forma significativa. A falta de explicações para as causas do fracasso da escola em alfabetizar todos os alunos fez com que essa responsabilidade, direta ou indiretamente, fosse a eles atribuída – à sua suposta incapacidade de aprender e/ou às suas perversas condições de vida. Apesar de todas as razões sociais e políticas para não depositar a responsabilidade pelo fracasso no aluno, as teorias do déficit cognitivo e/ou da “carência cultural” acabam por consolidar a crença de que a possibilidade de indivíduos aprenderem teria direta relação com sua condição econômica, social e cultural. Com isso, consolidou-se progressivamente uma cultura escolar da repetência, da reprovação, que acabou por ser aceita como um fenômeno natural. O país foi se acostumando com o fato de cerca de metade de suas crianças não se alfabetizar ao término do primeiro ano de escolaridade no Ensino Fundamental. A proposta de ciclo representava (e continua representando) uma possibilidade concreta de superar a injustiça do “tudo ou nada” contida no sistema seriado, e, de certa forma, a organização da escolaridade em ciclos é também uma forma indireta de combater a evasão: como sabemos, a retenção é a grande vilã da evasão escolar, porque atesta institucionalmente um fracasso que seria do aluno. Hoje o sistema educacional já reformulou a proposta do ciclo básico e temos no ensino fundamental dois ciclos: o primeiro que vai da 1ª série à 4ª e o segundo da 5ª à 8ª série. Com essa modificação temos um contingente de alunos que chegam à 4ª série, sem conhecer a linguagem escrita, ou seja, não compreendem o que significa a leitura e a escrita, e, por ser uma questão relevante na aprendizagem do aluno e conseqüentemente no seu percurso escolar, essa pesquisa é voltada aos alunos com dificuldades de aprendizagem na leitura e na escrita na quarta série do ensino fundamental. O objetivo de estudo desta pesquisa é verificar as dificuldades de aprendizagem da leitura e da escrita, nos alunos de quarta série, do 1º ciclo, que estudam em escolas públicas. Metodologia da Pesquisa: Partindo-se da idéia que aprender a ler e a escrever caracteriza-se por um motivo psíquico que sempre inclui relações entre indivíduos, é necessário postular relações interpessoais, portanto a interação do sujeito como o mundo que se dá pela mediação feita por outros sujeitos. No processo de desenvolvimento da consciência, a linguagem desempenha um papel fundamental. Entendida como um complexo sistema de códigos formado no curso de história da humanidade, ela reproduz os conhecimentos e os velhos valores associados às práticas sociais que se cristalizam, através dos significados das palavras articulares em frases, reproduzindo uma visão de mundo. Portanto, verificar o como se dá a construção do conhecimento da leitura e da escrita, são fatores fundamentais, para compreender

de modo mais específico quais são os aspectos significativos deste movimento psíquico e de suas implicações. Na primeira fase a coleta de dados, foi feita a partir do estudo de casos individuais registrados em relatórios disponíveis nos arquivos dos atendimentos da Clínica Psicopedagógica do UNIFIEO, e que possuía as características do problema apontado. Em seguida foi feita, uma sondagem da escrita, em sala de aula com alunos que apresentam a dificuldade apontada. Como técnicas utilizamos a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, a observação e a sondagem da escrita, além de entrevistas com professores que atuam com alunos que participaram desta pesquisa. Estes dados contribuíram para levantar uma relação entre a realidade da prática profissional e a eficácia da transmissão do conhecimento relacionado à aprendizagem da linguagem escrita. Todos os aspectos citados anteriormente são relevantes para repensarmos a questão da aprendizagem da linguagem escrita, através de um enfoque de aprendizagem que seja significativa.

**Palavras-chaves:** escrita, dificuldade de aprendizagem, mediação

**Trabalho:** A escrita inconsciente e a leitura do invisível

**Autor(es):** Marcia Siqueira de Andrade

**Resumo:** O número de pessoas que apresentam problemas de aprendizagem relacionados a certas dificuldades de comunicação cresce ano a ano. Professores e pais não deixam de expressar suas preocupações diante das dificuldades que certas crianças consideradas disléxias encontram na escola. Frequentemente, os pais estão impossibilitados de compreender a coexistência interna nos seus filhos, de um lado sonhador e dispersivo e outro caprichoso e inteligente. Da mesma maneira, o especialista sente-se algumas vezes desamparado diante do comportamento de tais crianças, a ponto de abandonar toda ação empreendida. Essas pessoas se vêem, então, qualificadas de preguiçosas, dispersivas, desligadas, etc... Sua integração no meio escolar e social pode resultar em um grande fracasso. A necessidade de compreendermos mais profundamente os problemas de aprendizagem relacionados à língua escrita, tendo em vista ser este o sintoma mais presente nos pacientes que procuram a terapia psicopedagógica, fez com que iniciássemos os estudos e pesquisas buscando articular a gênese da língua escrita à gênese das questões inconscientes. Para dar conta desse objetivo consideramos o processo de aprendizagem da leitura e da escrita na articulação teórica resultante da Epistemologia Genética e da Psicanálise por entendermos que estes dois referenciais teóricos poderiam lançar alguma luz às questões que nos intrigam. A Epistemologia Genética trata da gênese do conhecimento, das questões relacionadas ao cognitivo, busca identificar o que é comum a todos os seres humanos no processo psicológico de construção do conhecimento. Para iluminar este sujeito epistêmico de forma que possamos particularizá-lo, focando o sujeito particular, vamos trazer as questões da psicanálise. A psicanálise se interessa pelo que é específico, particular nesse sujeito, construído na relação com os pais, através da sua história de vida. Vamos pensar o erro como o inconsciente, emergindo e se cristalizando na escrita. Quando um paciente apresenta problemas de aprendizagem relacionados à escrita e procura ajuda trazendo consigo a queixa de que come letras, troca letras, é necessário que se verifique se esse comer letras, trocar letras tem a ver com o sujeito epistêmico, ou seja, se esse comportamento diz respeito ao sujeito genérico e faz parte do processo de construção da língua escrita ou se é um sintoma. Vamos considerar sintoma como sendo o sinal de um conflito interno. Neste sentido, muito próximo da perspectiva médica, o sintoma não é a doença em si mas mostra que, possivelmente, existe um desequilíbrio entre organismo e subjetividade e tem sempre uma dimensão simbólica. É como se o sintoma indicasse a direção do desejo, como se fosse a resposta do ego diante da ameaça da ocorrência de uma situação traumática, de uma situação interna de perigo, envolvendo a separação ou perda de um objeto amado, a possibilidade de desamparo, decorrente de um acúmulo de desejos insatisfatórios. Desta forma, não tratamos do sintoma, do problema de aprendizagem, mas buscamos interpretar esse sinal, descobrir seu significado simbólico identificando a situação traumática que se esconde por trás dele. O sintoma é percebido, então, como alguma coisa positiva, um pedido de socorro, já que denuncia alguma coisa que o sujeito, conscientemente, não pode e não consegue exteriorizar. Cabe ao terapeuta, enquanto orientador do processo de tratamento, garantir a esse sujeito um espaço para a manifestação simbólica dos significados resguardados no inconsciente.

Vimos que o corpo, a inteligência, o desejo e o organismo tem uma relação de interpretação fundamental para que a aprendizagem aconteça. <sup>1</sup> Quando o paciente apresenta problemas de aprendizagem na língua escrita sem nenhum comprometimento orgânico, se não existe nenhum comprometimento relacionado a inteligência, isto é, se a pessoa é neurológica e cognitivamente normal, resta-nos pensar o problema através da questão subjetivante, que remete ao inconsciente. Sabemos, a partir da Epistemologia Genética, que o desejo é o combustível para a aprendizagem. Se a energia necessária para a construção de uma aprendizagem específica, no caso a língua escrita, está comprometida com outras questões, busca outro objeto de desejo, o problema de aprendizagem pode se instalar à partir desta dinâmica trazendo junto a necessidade de ser, não apenas identificado, mas interpretado como uma manifestação inconsciente. A dificuldade que se instala a partir destas questões diz respeito, principalmente, às escassas pesquisas que se ocupam do problema aqui delimitado.

Pretendemos mostrar, aqui, que, enquanto sintoma, o trocar e/ou omitir letras, assim como outros problemas de aprendizagem cristalizados na escrita, pode estar relacionado ao significado inconsciente dessas palavras, das ações, das produções imaginárias de um sujeito particular, aparecendo então como sinal inconsciente de algum conflito que ainda não foi elaborado. O problema de aprendizagem-sintoma aqui, constitui-se como uma linguagem codificada por um sujeito que busca outros caminhos para falar daquilo que não pode ser dito.

Estaremos neste momento, trazendo nossas reflexões teóricas, fruto de vinte anos de estudos e pesquisas sobre este tema. Estas reflexões não se esgotam aqui, mas através da sua exposição pretendemos ampliar o debate à partir de novas contribuições.

**Palavras-chaves:** aprendizagem, escrita, subjetividade

**Atividade: RELAÇÕES ENTRE A AQUISIÇÃO DA LÍNGUA ESCRITA, O ERRO E O OUTRO NOS CONTEXTOS DE ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS (Paineis)**

**Trabalho:RELAÇÕES ENTRE A AQUISIÇÃO DA LÍNGUA ESCRITA, O ERRO E O OUTRO NOS CONTEXTOS DE ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS**

**Autor(es):** Leonor de Santana Guimarães, Adrielle Santos de Matos, Amanda leal do Nascimento, Daniela Cibele Cabral Lemos, Iã Maira São Bernardo, Jenifer Satie Ogasawara, Kalyne Henriques, Kátia Rego, Léssia Lima, Marina Lima de Andrade, Natália Batista Gonsalves, Tianna Carolina Caldas de Almeida, Victor Matos Pimentel da silva

**Resumo:** No processo de aquisição da língua escrita, a criança percebe a função social da linguagem e sua constituição como sistema de regras que vão da grafia à leitura; inserindo-se, deste modo, em uma realidade histórico-cultural específica. É inerente neste processo o estabelecimento de conflitos cognitivos, os quais podem desencadear o erro e/ou o acerto. Há na criança não só uma capacidade biológica, isto é, predisposições inatas específicas que favorecem a aprendizagem da linguagem e da escrita, mas, também propicia o desenvolvimento de outros domínios cognitivos. Aliada a essa influência biológica, há ainda a influência marcante da dinâmica e da interação entre a mente e o meio. Apesar das discordâncias sobre as raízes genéticas do desenvolvimento há unanimidade sobre o caráter processual da construção do código da escrita, sendo portanto, complexo e contínuo, ultrapassando inclusive as barreiras da

escola formal. A aquisição da língua escrita, como processo cognitivo, ocorre em uma relação de intersubjetividade, onde o aprendiz não apenas reproduz o código, mas se constitui enquanto sujeito. A internalização de conceitos e a dinâmica de individuação propiciadas pela cultura traz a linguagem como processo de ação e interação focalizadas nas práticas sócio-culturais. Logo, a linguagem supõe um ato particular e individual (sujeito agente), bem como uma aquisição do que lhe é imposto de fora. No momento de confronto com a nova linguagem que a escrita representa, a criança como sujeito ativo, cria hipótese, busca compreender o conteúdo recebido em um processo de assimilação desta realidade nova e desconhecido. A linguagem escrita é entendida de maneira própria e particular dentro da perspectiva infantil. O processo de assimilação busca trazer para o aluno o que lhe é familiar e inicialmente "aceitável". A imposição da correção por parte da sociedade pode exercer um efeito inibitório da expressão autônoma da linguagem. É importante destacar o erro como etapa construtiva e potencializadora da aprendizagem superando a concepção de erro como sinônimo de fracasso. Assim, o trabalho realizado teve como objetivo comparar a influência do erro na aquisição da língua escrita em crianças de escolas públicas e privadas da cidade do Salvador - Bahia, no ano de dois mil e seis. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de enfoque qualitativo, com observações de crianças na faixa etária entre cinco e nove anos, em processo de alfabetização; analisando seu comportamento e suas produções escritas diante das atividades propostas pelos pesquisadores. Adotou-se como fundamento teórico as idéias de Piaget e Vygotsky acerca do erro e das interações sociais na dinâmica da aprendizagem. Conclui-se que ignorar os saberes espontâneos da criança constituídos a partir do contato com o saber científico trazido pelo outro, influencia decisoriamente na aquisição da língua escrita, o que corroborou com a literatura.

**Palavras-chaves:** erro, alfabetização, outro

**Atividade: O SABER PSICOPEDAGÓGICO PARA O EDUCADOR DO ENSINO FUNDAMENTAL (Paineis)**

**Trabalho: O SABER PSICOPEDAGÓGICO PARA O EDUCADOR DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**Autor(es):** Leonor de Santana Guimarães

**Resumo:** A relação entre a psicopedagogia e a ação educativa vêm se solidificando nos últimos anos. Concomitantemente ao avanço do papel da Instituição Escolar perante a sociedade, a qualificação do professor passa a ser atribuída e associada a prática de uma atualização continuada em busca de um saber interdisciplinar. Assim, a prática dos educadores incorpora crescentes aperfeiçoamentos técnicos, relacional e humano. A psicopedagogia surge inicialmente como meio para solucionar os problemas que dificultavam a continuidade do processo de ensino-aprendizagem, no entanto, paulatinamente a ação preventiva vai ocupando lugar no fazer psicopedagógico, isto ocorre devido a influência de novas teorias que colocam as dificuldades de aprendizagem como conseqüência da inadequação de métodos pedagógicos a multiplicidade de formas de aprendizagem apresentadas pelo homem. Desta forma a ação psicopedagógica volta-se não apenas para as conseqüências mas também para as causas dos problemas de aprendizagem, enfocando, principalmente o ambiente institucional e familiar em que o indivíduo está inserido. A impossibilidade de separar o desenvolvimento natural do indivíduo de sua aprendizagem constitui-se no motivo principal que leva a psicopedagogia a ser praticada em dois espaços: a clínica e a instituição, sendo que este último vem destacando-se pelo seu caráter preventivo e pela sua abrangência social. Apesar destes espaços caracterizarem-se por diferentes métodos de ação, ambos preocupam-se com o contexto em que se dá o aprender, considerando o sujeito, a família, a comunidade e a escola. Aceitando esse pensamento, surge a defesa de que o saber psicopedagógico para o Professor do Ensino Fundamental é uma necessidade fundamental para a consolidação de uma educação mais consciente e justa. Nessa perspectiva, os professores precisam ser envolvidos nas descobertas científicas contemporâneas. Assim valorizando as principais teorias que explicam a construção do conhecimento por parte do ESTUDANTE. Este trabalho objetiva discutir a importância do saber psicopedagógico para o Educador do Ensino Fundamental, visando uma adequada reflexão sobre o tema e tendo em vista o amplo campo de discussão do mesmo. Para que isso



fosse possível, realizou-se uma pesquisa bibliográfica acerca dos saberes psicopedagógicos, bem como uma pesquisa de enfoque qualitativo com a aplicação de questionários a um grupo de educadores do ensino fundamental de escolas públicas e privadas de Salvador-Bahia no primeiro semestre de 2006. Procurou-se desenvolver uma pesquisa voltada para o perfil do professor enquanto agente de mudanças, tentando captar a realidade discente e a Educação como ato político e social. Deste modo adotou-se como referencial teórico as idéias de Vygotsky sobre a educação e o papel do professor. Concluiu-se que os professores do ensino fundamental apresentam pouco conhecimento a respeito da utilização dos saberes psicopedagógicos na sua prática cotidiana, o que alerta para ações imediatas que possibilitem a motivação e capacitação desses educadores.

**Palavras-chaves:** psicopedagogia,educador,ensino fundamental

**Atividade: A Leitura Textual em Alunos com Síndrome de Asperger (Paineis)**

**Trabalho:**A Leitura Textual em Alunos com Síndrome de Asperger

**Autor(es):** Izabel Cristina Silva Moura,Adriana Benevides Soares

**Resumo:** Este estudo teve com principal objetivo investigar a capacidade compreensão textual em alunos com Síndrome de Asperger matriculados no Ensino Fundamental, na Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro atendidos pela Educação Especial nas diversas modalidades de atendimento educacional: classe espacial, salas de recursos e ou professor itinerante. Utilizamos o enfoque da Psicologia Cognitiva do presente pesquisa dentro de uma abordagem de Processamento da Informação. A compreensão textual foi analisada segundo o Modelo de Compreensão Textual de Kintsch e van Dijk (1978). Inicialmente foi necessária a aplicação dos instrumentos de compreensão textual em alunos de turma regular que não apresentam necessidades educacionais especiais para a validação dos instrumentos. A análise de compreensão textual nos instrumentos 1 e 2 foram realizadas pelo método de consistência interna considerando o coeficiente Alpha de Cronbach obtendo 0,717 no instrumento 1 e 0,494 no instrumento 2. Após validação os instrumentos foram aplicados estes mesmos instrumentos em 20 alunos com Síndrome de Asperger que responderam a dois instrumentos com quatorze perguntas cada. Diferentes níveis do texto foram analisados: macroestrutura., argumentação, inferências e detalhes.O instrumento 1 com perguntas abertas e instrumento 2 com perguntas de múltipla escolha. Os sujeitos foram classificados em bons ou maus compreendedores de texto nos dois instrumentos utilizando o cálculo da mediana. Utilizamos o Teste de Friedman para verificar a diferença percentual de acertos nos diferentes níveis de compreensão textual já citados. Comparamos o percentual de acertos nos instrumentos 1 e 2 para verificar o melhor desempenho dos sujeitos e utilizamos o Teste estatístico de Mann-Whitney verificando se a ordem de aplicação do instrumento determinaria um melhor desempenho no primeiro instrumento utilizado.Os resultados deste estudo apontaram que os que os alunos com Síndrome de Asperger, sujeitos desta pesquisa, podem ser considerados bons compreendedores de textos nos dois instrumentos utilizados em todos os níveis, com exceção no nível Inferências, onde podem ser classificados como maus compreendedores textuais. Quanto à ordenação dos níveis por desempenho os resultados seguiram a previsão: Inferências (3) < Argumentação (2) < macroestrutura (1) < Detalhes (4). Foi verificado que a ordem de aplicação do instrumento não determinou um melhor desempenho no primeiro instrumento utilizado.Os resultados apontam a necessidade de refletir sobre as especificidades desses sujeitos e sua maneira peculiar de interpretação textual e a urgência de pensar suas necessidades educacionais especiais e as respostas educacionais necessárias para seu pleno desenvolvimento e a concretização de uma verdadeira inclusão escolar.

**Palavras-chaves:** Compreensão Textual,síndrome de asperguer,educação

**Atividade: Intervenções Psicopedagógicas com Crianças Autistas (Paineis)**

**Trabalho:**Intervenções Psicopedagógicas com Crianças Autistas

**Autor(es):** Niura Luci Schuch

**Resumo:** Em 1943, o autismo foi conceituado pela primeira vez por Leo Kanner, como uma doença da linha das psicoses, caracterizada por isolamento extremo, alterações de linguagem representadas pela ausência de finalidade comunicativa, rituais do tipo obsessivo com tendência a mesmice e movimentos estereotipados. Hoje, essa doença é definida como um conjunto de sintomas de base orgânica, com implicações neurológicas e genéticas, sendo descrito como uma síndrome comportamental com causas múltiplas, decorrente de um distúrbio de desenvolvimento. É caracterizado por déficit na interação social, ou seja, inabilidade para se relacionar com o outro, usualmente combinado com déficit de linguagem e alterações de comportamento. As causas do autismo são desconhecidas, mas diversas doenças neurológicas e/ou genéticas foram descritas com sintomas do autismo. A criança autista prefere o isolamento. O autismo é caracterizado por diversos distúrbios: de percepção, dificuldades para entender o que ouve; de desenvolvimento, principalmente nas esferas motoras, da linguagem e social; de relacionamento social, expresso principalmente através do olhar, da ausência do sorriso social, do movimento antecipatório e do contato físico; de fala e de linguagem que variam do mutismo total: à inversão pronominal (utilização do você para referir-se a si próprio), repetição involuntária de palavras ou frases que ouviu (ecolalia); e movimento caracterizado por maneirismos e movimentos estereotipados. O tratamento de crianças autistas deverá incluir um local de instrução adequado, uma terapia da linguagem, modificação de comportamento, suporte de pais e possivelmente, medicação. Como estratégia psicoeducacional é necessário, inicialmente, que se realize uma avaliação sobre as necessidades da criança e de desenvolvimento de um plano individual e de recomendações educacionais. Há várias estratégias educacionais para atender as crianças autistas e cada um com um enfoque específico: na estratégia psicodinâmica é preciso que se orientem as crianças a se conscientizarem de suas próprias necessidades, desejos e temores. A estratégia de modificação de comportamento é conseguida pela especificação dos comportamentos que devem ser mudados, oferecendo-se reforço diferencial para estabelecer os comportamentos desejados. A estratégia ecológica afirma que os problemas humanos são resultantes de interação inapropriadas da criança com o ambiente e oportunizam que ocorram interações mais construtivas da criança com o seu ambiente. Verifica-se que o ambiente escolar deverá ser um fator contribuinte para respostas desejáveis e que um modelo generalista, no qual os profissionais de qualquer disciplina, interessados em trabalhar com esta população sejam capacitados como generalistas. Isto significa que se espera que eles tenham uma habilidade funcional de lidar com toda a ampla gama de problemas provocados pelo autismo, independentemente de suas áreas de especialização. Isto permite que assumam a responsabilidade pela criança como um indivíduo, assim como de consultar especialistas quando necessário. Com este modelo, também aprendem a conhecer o ponto de vista dos pais, pois deles se espera a função de generalistas em relação a seu filho, tendo este, necessidades especiais ou não.

**Palavras-chaves:** Autismo,Intervenções psicopedagógicas,Estratégias

**Atividade: Formação de professores em questão:  
(Mesas Redondas)**

**Trabalho:**Avaliação e intervenção no desenho infantil no contexto escolar segundo a Psicologia Construtivista

**Autor(es):** Mônica Cintrão França Ribeiro

**Resumo:** O desenho e o jogo são formas essenciais de representação simbólica na criança, são condutas representativas que permitem a evocação representativa de um objeto ou fato por meio de um significante dando-lhe um significado. Na escola tanto o jogo como o desenho são utilizados como atividades pedagógicas, no entanto, foi observado que os professores possuem uma noção espontaneísta do desenho e as atividades pedagógicas realizadas nessa área visam

o treino de habilidades motoras com exercícios para colorir e copiar ou a simples expressão livre do aluno sem qualquer intervenção do professor, indicando o quanto esse profissional encontra-se despreparado para trabalhar essas atividades visando o desenvolvimento e aprendizagem do aluno. Em função disso, foi construído um instrumento (Ribeiro, 2003) para ser utilizado por professores na avaliação do grafismo infantil e, também, para auxiliar na elaboração de estratégias de intervenção nessa área. Esse instrumento foi construído ao longo de várias oficinas realizadas com professores sendo modificado à medida que os mesmos indicavam melhores procedimentos e de acordo com os objetivos em relação a sua utilização. Como resultado, verificou-se que o instrumento possibilitou aos professores a construção de uma referência para avaliação dos desenhos dos alunos na sala de aula, ajudando-os na leitura dos mesmos, intervindo em suas dificuldades e promovendo a construção de uma atitude mais positiva frente às intervenções na produção do desenho fora do contexto das oficinas e na aprendizagem de uma proposta de intervenção no grafismo infantil a partir de uma perspectiva construtivista. Como continuidade dessa pesquisa, está sendo realizado um estudo como o objetivo de analisar os desenhos de crianças, utilizando o instrumento construído, a fim de oferecer referência a pedagogos e psicólogos que trabalham com crianças em escolas ou clínicas, tanto no diagnóstico como na intervenção psicopedagógica. No primeiro estudo (Ribeiro, 2003), os sujeitos da pesquisa foram professores que ajudaram em oficinas a construir o instrumento. Nesse estudo os sujeitos são os desenhistas (alunos), ou seja, a partir da observação sobre as estratégias que utilizam durante a realização dos desenhos a pesquisadora irá analisar as produções gráficas utilizando o instrumento. A análise dos desenhos de acordo com os indicadores apresentados no instrumento irá permitir a compreensão e a identificação dos processos de desenvolvimento do grafismo infantil e, por conseguinte, o processo psicogenético da evolução gráfica. Na escola serão coletados os desenhos e, depois, na análise será construída essa escala evolutiva de acordo com o instrumento que foi elaborado de acordo com os indicadores de estudiosos nessa área Luquet (1927/1969), Lowenfeld (1947/1977), Bernson (1957/1962), Kellogg (1969) e Lavelberg (1993; 2003). O estudo sobre a psicogênese do desenho está pautado na Psicologia construtivista piagetiana (1948; 1954; 1966).

**Palavras-chaves:** formação docente, desenho infantil, avaliação

**Trabalho:** O jogo de palitinhos no processo ensino aprendizagem segundo a Psicologia Construtivista

**Autor(es):** Izilda Malta Torres

**Resumo:** Pesquisas têm demonstrado a importância dos jogos na aprendizagem escolar (Macedo, 1994, 1997, 2000, 2005; Kamii, 1986, 1995). Jogos como senha, dominó, resta 1, pega-varetas, reverse, quilles, entre outros foram estudados e a análise feita com cada um deles possibilitou se conhecer sobre a sua importância na construção de novas formas de pensar, novos meios de atingir um fim, alcançando equilíbrios cada vez maiores. O equilíbrio físico e mental é resultado do desenvolvimento da organização interna, possibilitada pela ação de jogar. (Macedo, 2000:53). Jogos têm sido, portanto cada vez mais utilizados como instrumento auxiliar na aprendizagem formal sendo que é fundamental a compreensão da importância deles como instrumentos mediadores no desenvolvimento e na aprendizagem e como motivadores na construção do conhecimento. Embora utilizado por alguns professores, ainda percebe-se resistência por parte de outros na utilização de atividades lúdicas por, erroneamente, acreditarem que brincadeiras devem ficar fora da escola. Na tentativa de se resgatar brincadeiras que acontecem fora da escola para dentro da mesma e de se trabalhar no sentido de conscientizar professores de que jogos e brincadeiras podem facilitar a aprendizagem, utilizamos para o presente trabalho o jogo de palitinhos (conhecido e jogado principalmente por adultos nas periferias) tendo como objetivo a análise do pensar durante o jogo de acordo com a teoria construtivista de Jean Piaget. Após observações e análises sobre as estratégias utilizadas pelos jogadores e suas justificativas, ou seja, o porquê da decisão de tais jogadas foi solicitado a cada jogador que representasse concretamente em forma de enunciados de situações-problema, a operação mental e estratégias anteriormente explicadas verbalmente. Com base no construtivismo de Piaget, as análises permitiram perceber que, ao pensar sobre “as jogadas”, os sujeitos fazem cálculos mentais de soma, subtração e multiplicação de forma lúdica utilizando-se

de antigas e novas estruturas mentais. Neste jogo de regras através do raciocínio lógico matemático utilizado, os jogadores demonstraram noções de quantidade, de conceito maior e menor, inclusão de classes, reversibilidade do pensamento, hipóteses e deduções, além de condutas de sociabilidade, reciprocidade, habilidades sociais, desenvolvimento do pensamento e da linguagem ao pensar sobre o pensar e concretamente registrá-lo. Durante o jogo de palitinhos pode-se propiciar aos jogadores, dilemas a serem resolvidos utilizando-se de seus esquemas mentais já construídos, de novos esquemas e da coordenação de suas ações, nos remetendo a Piaget (1994:72) de que “as operações lógico-matemáticas derivam das próprias ações, pois são produtos de uma ação precedente da coordenação das ações e não dos objetos”. Concluímos então que, as operações realizadas pelas crianças durante o jogo as levam a refletir sobre a ação, coordenar suas idéias, possibilitando, além da construção de novos esquemas, transformações que se processam na afetividade quando jogadores – crianças e adultos – interagem, cooperam, coordenam pontos de vista, propiciando ainda, novos sentimentos morais, e melhor integração do eu em direção a equilíbrios cada vez maiores.

**Palavras-chaves:** formação docente, jogos e brincadeiras, construtivismo

**Trabalho:** As brincadeiras no desenvolvimento humano segundo a Psicologia Histórico-Cultural

**Autor(es):** Marcela de Andrade Gomes

**Resumo:** A proposta do presente trabalho é refletir sobre as possíveis contribuições de uma brinquedoteca nas relações de ensinar-aprender em um contexto escolar. Para tanto, utilizamos as concepções teóricas da psicologia histórico-cultural de L. S. Vygotsky que fundamentam as práticas realizadas de uma brinquedoteca (LABRINCA) em um colégio da rede pública da cidade de Florianópolis. O desenvolvimento humano é semioticamente constituído por meio das/pelas relações sociais vivenciadas pelo sujeito em um determinado contexto histórico-cultural. Ao se apropriar de forma singular dos significados culturais, o sujeito vai se particularizando e se constituindo, demarcando sua posição ativa na constituição de si mesmo e de seu contexto. A atividade de brincar é defendida como uma importante mediação no desenvolvimento infantil de acordo com Vygotsky (1991), pois por meio dela, a criança se apropria dos significados do mundo, criando sentido para suas experiências, constituindo suas relações e a si mesmo. A participação em brincadeiras propicia o desenvolvimento do pensamento abstrato, possibilitando que a criança consiga descolar os significados de seus objetos, contribuindo na construção dos processos criativos e imaginativos. Sendo assim, suas vivências passam a ser mediadas mais pelas idéias e motivações do que pelos objetos, propiciando que a criança participe de forma mais criativa nas suas relações com os outros e consigo mesmo. Por meio das brincadeiras, as crianças vivenciam e refletem o mundo dos adultos e suas regras, apropriando-se das mesmas e (re) significando-as, possibilitando a criação de novos sentidos para os valores, as regras, os outros e si mesma. De acordo com Vygotsky (1991), o brincar propicia a criação de Zonas de Desenvolvimento Proximais na criança, pois ao brincar, vai se relacionar além das formas habituais de sua idade, vivenciando experiências futuras, projetando-se em situações e papéis que ainda estão por vir, logo, contribuindo de forma ímpar para o desenvolvimento de seus processos afetivo-cognitivo. O LABRINCA é freqüentado semanalmente por alunos das séries iniciais e pelo professor responsável pela turma. A equipe que atende os alunos é composta por estagiários de Educação Física, Pedagogia, Biblioteconomia e Psicologia coordenadas por uma Educadora Física. A partir das reflexões oriundas das discussões teóricas e das observações realizadas neste espaço, registradas em uma ficha de relato desenvolvida pela equipe, pode-se notar alguns resultados: o aumento da inserção em brincadeiras imaginárias (principalmente as brincadeiras com fantasias e fantoches), o desenvolvimento de relações marcadas pelo compartilhamento dos brinquedos, a apropriação das regras de jogos que antes necessitavam da presença do brinquedista, e um maior interesse em atividades que requeriam participação da criança e de seus processos criativos, como a confecção de bijuterias e a montagem de peças teatrais. O relato de algumas professoras contribuiu na compreensão da importância da brinquedoteca na relação entre alunos/professores e na utilização dos jogos para as relações de ensinar-aprender. Neste sentido, o lugar ocupado pelo(s) mediador(s) nas práticas do brincar é de suma importância, uma vez que este participará de forma significativa no desenvolvimento dos aspectos cognitivo-afetivo das crianças, sendo o brincar uma importante ferramenta de

mediação nestes processos.

**Palavras-chaves:** formação docente, brinquedoteca, abordagem sócio-histórica

**Atividade:** Escrita Ortográfica e a Ocorrência de Segmentações Lexicais Não-Convencionais na Produção de Histórias por Crianças (Comunicações Científicas)

**Trabalho:** Escrita Ortográfica e a Ocorrência de Segmentações Lexicais Não-Convencionais na Produção de Histórias por Crianças

**Autor(es):** Jane Correa, Giuliana Ramires Santana, Julia Rodrigues Ramos, Gisele Oliveira Souza, Juliana Pereira Martins, Thais Ferreira Araujo, Julia Reis Silva

**Resumo:** A escrita de textos é uma atividade bastante complexa. A conceituação de palavra não se configura como uma noção intuitiva cuja existência independa daquela que a própria escrita lhe confere. Quando escrevemos, separamos as palavras por espaços em branco. Tal tipo de segmentação, naturalizado para escritores experientes, nada tem de óbvio. A existência de espaços em branco na escrita é, portanto, uma informação constitutiva de significado pois os espaços em branco constituem um dispositivo para a realização da segmentação lexical na escrita. Uma vez que a segmentação lexical não pode ser decidida pela criança com base na correspondência grafofônica, não causa surpresa a ocorrência de segmentações não-convencionais nos textos das crianças que iniciam o aprendizado da língua escrita. Tais segmentações podem tomar a forma de hiposegmentações (junturas vocabulares, como em medá) ou hipersegmentações (segmentação além daquela prevista pela norma, como em a gora). A existência de segmentações não-convencionais na escrita pode ser observada em crianças com dificuldades de aprendizagem específicas em relação à linguagem escrita. Dificuldades em estabelecer limites entre as palavras podem, em função da frequência com que ocorrem no texto, dificultar o desenvolvimento das habilidades de escrita das crianças, a ocorrência de segmentações não-convencionais não se restringem aos textos das crianças que apresentam dificuldades no aprendizado da língua escrita. Ao contrário, tais tipos de segmentação são observados, de maneira geral, ao longo do processo de aquisição da leitura e da escrita das crianças de desenvolvimento típico. O presente trabalho objetiva examinar a relação entre a ocorrência de segmentações não-convencionais na escrita da criança e sua relação com o desenvolvimento da escrita ortográfica na criança. De forma mais específica, examinamos se crianças com maior ocorrência de segmentações não-convencionais em seus textos produzem erros ortográficos diferentes daqueles que ocorrem na produção escrita de crianças com menor ocorrência de hiposegmentações e hipersegmentações em sua produção escrita. Foram analisados 76 histórias livres produzidas por crianças com escolaridade entre a Classe de Alfabetização e a 2a. série do Ensino Fundamental do Município do Rio de Janeiro. Os erros ortográficos das crianças foram classificados em quatro categorias: seqüência de letras, erros fonologicamente aceitáveis; erros fonologicamente inaceitáveis e erros de natureza morfológica. Nossos resultados mostram que tanto a ocorrência de hiposegmentações quanto hipersegmentações não-convencionais nos textos das crianças está relacionado à presença de erros ortográficos que expressam dificuldades de análise fonológica pelas crianças. A aquisição da escrita resultaria, portanto, de um processo gradual de reelaboração cognitiva por parte da criança da articulação entre os sistemas fonológico e ortográfico da língua (FAPERJ; CNPq).

**Palavras-chaves:** escrita, ortografia, histórias, hiposegmentações, hipersegmentações

**Atividade:** Percepções de professores de 1a. a 4a. série sobre as dificuldades de aprendizagem

## (Comunicações Científicas)

**Trabalho:** Percepções de professores de 1a. a 4a. séries sobre as dificuldades de aprendizagem

**Autor(es):** Ana da Costa Polonia

**Resumo:** As dificuldades de aprendizagem são preocupações da área de Pedagogia e da Psicologia, porque afetam sistematicamente os alunos, os pais e o sistema escolar. Os professores, especialmente, na fase da alfabetização, são os primeiros a perceberem quando a aprendizagem da leitura, da escrita, da matemática ou mesmo algum problema de comportamento do aluno interfere no seu processo educacional. No entanto, é fundamental distinguir o que é uma dificuldade de aprendizagem, na medida que são confundidas com deficiências nas áreas sensoriais e até mesmo identificadas em crianças com necessidades educativas especiais, isto é, com aquelas que apresentam um déficit cognitivo. Na verdade, as dificuldades de aprendizagem são caracterizadas pela diferença do potencial do indivíduo e sua produção na escola, nas áreas da leitura, da escrita, do cálculo além de problemas comportamentais que o impedem de realizar com êxito suas atividades escolares. Em síntese, as Dificuldades de Aprendizagem (DA's) representam um conjunto heterogêneo de desordens caracterizadas por problemas significativos na aquisição e utilização da compreensão auditiva, da fala, da leitura, da escrita e do raciocínio matemático, como também, aquelas que envolvem os problemas de comportamento e os fatores ecológicos e socioeconômicos. E o grande desafio da comunidade escolar é compreender que não é um único aspecto que provoca as DA's, mas o entrelaçamento de distintas variáveis.. Além disso, a didática inadequada pode gerar a dispedagogia que interfere no processo ensino-aprendizagem pelo emprego inadequado dos métodos de ensino. Deve-se reconhecer que a heterogeneidade das DA's, a formação exígua na área para os professores e educadores, somadas à incompreensão do próprio conceito de dificuldades de aprendizagem geram confusão na identificação e nos conhecimentos sobre suas causas, repercutindo no encaminhamento e no acompanhamento satisfatório dos alunos. Essa precariedade de informações interfere no atendimento inadequado ao aluno, à família e aos professores, onerando o sistema educacional e todos os envolvidos no problema. É importante ressaltar que não existe uma relação direta entre DA's e fracasso escolar, isso significa que uma criança pode ter um insucesso na escola e não apresentar dificuldades de aprendizagem e vice-versa. Por isso, é importante propiciar aos professores conhecimentos sobre as DA's, bem como, identificar como eles a caracterizam no seu cotidiano e que ações pedagógicas empregam com os alunos que apresentam tal problema. Tomando como base a visão dos professores e das DA's por eles encontradas no seu trabalho, essa pesquisa tem como objetivo identificar como os professores lidam com as DA's em sala de aula. Para a consecução dessa investigação foram aplicados 41 questionários, desenvolvidos para esse propósito, em escolas públicas e particulares do Distrito Federal, nos professores do ensino básico (1a. à 4a. séries). Os itens do questionário visavam coletar dados sobre o que é uma dificuldade de aprendizagem, os tipos encontrados em sala e as estratégias para lidar com elas. No tocante ao conceito de DA foram destacados: dificuldades para assimilar o conteúdo (raciocínio lógico, leitura e interpretação), impedimento do desenvolvimento e aprendizagem oriundo de fatores internos e externos e dificuldades frente a um determinado conteúdo, no entanto, algumas respostas indicaram o desconhecimento do que seria realmente uma DA. E entre as DA's mais frequentes foram destacadas aquelas relacionadas aos processos de aquisição da leitura e escrita e também o baixo nível de concentração dos alunos. As estratégias para lidar com são diversas, predominando o atendimento individualizado ou em pequenos grupos por meio do lúdico e de material concreto e atividades diversificadas. Os professores indicaram que gostariam de receber orientações pedagógicas de como lidar com o problema obtendo auxílio do coordenador da escola, do orientador, do psicólogo escolar (equipe de apoio psicopedagógico) e contando com a ajuda da família do aluno. Dentre os problemas para lidar com as DA's encontram-se: o grande número de alunos em sala, a falta de espaço para o atendimento em outro horário, a integração precária entre os professores e outros especialistas da área de educação ou mesmo a ausência de profissionais especializados para auxiliarem a criança e o professor, precariedade de materiais didáticos e pouco envolvimento da família. Frente essas questões, é fundamental que os profissionais da área de pedagogia e de psicologia possam, nos cursos de formação, desenvolverem conteúdos que discutam a aprendizagem como os fatores que interferem e

causam as dificuldades, sua identificação precoce e estratégias para fomentar atividades integradas de apoio ao professor, ao aluno e aos pais de forma preventiva para minimizar o impacto das dificuldades escolares na família, na escola e na sociedade.

**Palavras-chaves:** dificuldades de aprendizagem, professores, percepção sobre o processo ensino-aprendizagem

**Atividade: ESCUTA SENSÍVEL: REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA (Paineis)**

**Trabalho:** ESCUTA SENSÍVEL: REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA

**Autor(es):** Ana da Costa Polonia, Teresa Cristina Siqueira Cerqueira

**Resumo:** A escuta sensível é um aspecto básico e presente em todas as relações sociais, especialmente, em sala de aula, na interação entre o saber e o conhecer, englobando os aspectos cognitivos, afetivos, sociais e contextuais. O presente trabalho realiza uma reflexão sobre a importância da escuta sensível para o desenvolvimento do sujeito aprendiz e as implicações no processo de ensino-aprendizagem em turmas de 4ª série, fundamentada nos referenciais teóricos de Barbier sobre a prática pedagógica focada na relação professor-aluno. A pesquisa foi realizada em duas escolas do Plano Piloto, no Distrito Federal, envolvendo duas professoras de 4ª. série e seus alunos. As idades dos alunos participantes variavam entre 10 e 12 anos e das professoras entre 30 e 45 anos. As duas professoras eram formadas em Pedagogia pela Universidade Católica de Brasília e o tempo de exercício no magistério da Professora da Escola A é de 19 anos e da Professora da Escola B é de 10 anos. Foram empregados dois questionários, um direcionado aos alunos, de 4ª série por concluírem ciclo básico e com isso tendo independência no letramento para expressar seus sentimentos e um outro direcionado ao professor regente com a intenção de fazer um contraponto entre as suas percepções e as dos seus alunos. Buscou-se identificar como professor e aluno relacionam o saber e o conhecer, considerando que a escuta sensível é essencial para o estabelecimento de novos saberes. Os discursos dos professores e alunos destacavam os aspectos afetivo-cognitivos presentes no processo ensino-aprendizagem com o ensino tradicional permeando as relações. Foram apresentando os pontos e contrapontos com o intuito de ilustrar os aspectos multidimensionais desse processo, as interações e os conflitos presentes nas relações interpessoais que permeiam adoção da escuta sensível. Quanto ao aspecto transmissão do conteúdo x construção do saber, notou-se que na sala de aula ocorre um processo exclusivamente de aprendizagem, ou seja, prevalece a idéia de que o professor concentra seu trabalho na exposição de conteúdos em suas atividades. Os alunos também relataram a adoção de metodologia expositiva, em que os mesmos recebem tudo pronto, ou seja, não se problematiza, não se questiona, não se interage seja com o conhecimento seja com os sujeitos epistêmicos. E para romper este modelo epistemológico é necessário ampliar os conhecimentos científicos e estabelecer um processo de escuta sensível nas práticas pedagógicas. É notório que a construção do conhecimento se concretiza à medida que todos os envolvidos estejam conscientes das ações que precisam ser desencadeadas e uma das formas para consolidar essa condição seria por meio da escuta sensível. Pode-se também identificar que o papel do professor em sala de aula precisa ser redimensionado, pois nos discursos apresentados ainda há controvérsias nos pensamentos das participantes que ora se mostram mais construtivistas, ora se mostram ainda com perspectivas tradicionais, definindo a sua epistemologia sobre a construção do conhecimento. Percebeu-se que o ensino tradicional ainda predomina, com o professor no papel de transmissor de conhecimentos, demonstrando uma cultura educacional difícil de ser rompida. Em contraposição, uma concepção voltada à construção de conhecimentos e à interação social aparece no espaço escolar, indicando que as mudanças ocorrem de forma gradativa. Além do que, desfazer paradigmas é uma tarefa difícil que precisa ser superada se empregando debates, reflexões no espaço da formação continuada. No que se refere à escuta sensível, a maioria dos discursos encontra-se voltada apenas para o ouvir e o falar, pois as respostas retratam ordens, pedidos de explicação de deveres, no âmbito da sala de aula sem oportunizar a expressão dos sentimentos e argumentos dos alunos. Em síntese, conclui-se que é fundamental nos cursos de formação de

professores a discussão sobre a escuta sensível no processo do aprender e do ensinar, como aspectos essenciais no desenvolvimento de competências.

**Palavras-chaves:** Escuta sensível, prática pedagógica, relação professor-aluno

**Atividade:** OS FATORES QUE DIFICULTAM O INGRESSO DE ESTUDANTES DE ESCOLA PÚBLICA DE TERESINA A UNIVERSIDADE  
(Paineis)

**Trabalho:** OS FATORES QUE DIFICULTAM O INGRESSO DE ESTUDANTES DE ESCOLA PÚBLICA DE TERESINA A UNIVERSIDADE

**Autor(es):** Lucienia Libanio Pinheiro

**Resumo:** Recentemente no Brasil e em outros países tem como este, o ingresso dos estudantes, de renda marginalizadas e de baixa renda no ensino superior tendo sido motivo de discussão. Mudanças estão acontecendo no campo estudantil encontrando seu ápice nos programas de cotas para minoria defendidas pelo atual presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional estabeleceu em seu art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. A pesquisa tem como objetivo analisar dados na Universidade Federal do Piauí, quanto ao acesso de estudantes da rede particular e pública no ensino superior. E como objetivo específico Verificar dados da UFPI acerca do perfil dos estudantes que prestaram vestibular. Os participantes da pesquisa foram os alunos do ensino médio de escola pública de Teresina que prestaram vestibular na UFPI. A coleta de dados foi feita através de solicitação a COPEVE, órgão organizador do Vestibular da UFPI. Esses dados não revelam apenas a falta de oportunidade em nosso país, mas também a falta de igualdade de acesso às instituições de ensino superior públicas em nosso país, o que é extremamente grave quando se trata de Universidade Pública. Curso de Medicina – 853 inscritos, 60 vagas, classificados todos de escola particular. O que se repete em cursos bastante concorridos como direito e computação. Em outras áreas, o acesso de estudantes de escola pública varia de 1 a 10 %. Dos estudantes que participam do PSIU, 20,23% cursou todo o ensino médio em escola pública e 70,18% todo em escola particular. A partir da análise dos dados colhidos com esta pesquisa fica explícita a necessidade e a motivação para a realização de uma pesquisa voltada para esta área. Em 2004, dos 166 alunos vindos de escola pública inscritos no vestibular para o curso de medicina, nenhum conseguiu êxito, enquanto que dos 853 alunos vindos de escola pública na disputa pelo mesmo curso, conquistaram as sessenta vagas disponíveis, ou seja 100%. Há uma discrepância muito grande entre as duas realidades e isso se repete em vários outros cursos. A importância da educação na sociedade, em especial na sociedade do novo milênio, é indiscutível. Compreender a dimensão desta tarefa nos conduz a uma análise de conceitos e objetivos que servem de referência para agir, numa sociedade complexa e em constante mudança como a atual. Para BRANDÃO (1985), “educação é um processo vital, para o qual concorrem forças naturais e espirituais, conjugadas pela ação consciente do educador e pela vontade livre do educando. É atividade criadora, que visa a levar o ser humano a realizar potencialidades físicas, morais, espirituais e intelectuais”. O ensino com pesquisa que passa pela superação da ideologia opinante na educação, permitindo aos envolvidos no processo educativo, “filtrar” certos procedimentos e políticas que interferem no processo, nos proporciona uma aprendizagem infinitamente mais ampla. Esta pesquisa conclui-se colocando apenas como uma base teórica, para um aprofundamento futuro dos fatores que dificultam ou contribuem para o ingresso dos estudantes de escola pública de Teresina ao ensino superior.

**Palavras-chaves:** motivação, acesso a universidade, Psicologia e Educação, Psicologia da Libertação

**Atividade:** Projeto de Extensão - Intervenção junto a crianças e adolescentes em situação de risco  
(Experiências)



em Debate)

**Trabalho:** Oficinas de Aprendizagem

**Autor(es):** Cynthia Castiel Menda, Maria José Félix Silva, Lívia de Castro Rocha, Denise Rocha Rodrigues, Ana Gabriela Sousa Rebelo

**Resumo:** A instituição atendida pelo projeto faz parte da ANBEAS- Associação Norte Brasileira de Assistência Social, é administrada e mantida por freiras da igreja católica e está localizada na zona norte de Teresina-Piauí. É um local que tem por objetivo abrigar crianças e adolescentes, de 4 aos 17 anos, de nível sócio- econômico baixo, sexo feminino, que vivem em situações de risco psicossocial. As meninas moram na casa, estudam em escolas particulares, públicas ou filantrópica, que ficam próximas, realizam atividades extra-curriculares como: apoio pedagógico, psicológico e oficinas de esporte e cultura; recebem uma alimentação adequada, atendimento médico e odontológico. A Faculdade Santo Agostinho no ano de 2003, firmou convênio com a instituição, trabalhando com estágio curricular de psicologia escolar, clínica e a partir do segundo semestre de 2006, com o projeto de extensão. O projeto conta com duas atividades distintas: a co-terapia, na grupoterapia, e as oficinas de aprendizagem, alvo deste trabalho. A necessidade da atividade estabeleceu-se a partir de vários fatores percebidos na maioria da clientela da Casa: distorção idade-série, problemas de aprendizagem diagnosticados, resistência em se dedicar aos estudos e déficit na estimulação global do desenvolvimento. No segundo semestre de 2006, iniciou-se as atividades com 4 (quatro) alunas extensionistas e a professora da disciplina de Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem da FSA. Os encontros ocorriam sempre aos sábados pela manhã, com duração de 1 h 30 min, para garantir a presença de todas as crianças e adolescentes, já que os turnos das escolas são diferenciados. O grupo trabalhou, em algumas oficinas com subgrupos (por faixa etária), de modo que facilitasse um acompanhamento mais específico e, outras vezes, com todo o grupo, visando uma maior integração entre elas e facilitando quando a oficina era ministrada por algum convidado. A supervisão ocorreu uma vez por semana, com 1h de duração, com a participação da psicóloga/professora responsável e das 4 extensionistas. Eram discutidos as atividades a serem realizadas, mudanças no planejamento prévio e a visão das extensionistas sobre o comportamento das crianças e atividades realizadas. Além disto, houve reuniões de avaliação geral com as demais extensionistas da Casa (co-terapia). As Oficinas de Aprendizagem foram realizadas com o objetivo de despertar o interesse pela aprendizagem formal, diagnosticar prováveis déficits no desenvolvimento cognitivo e/ou motor e realizar atividades de desenvolvimento cognitivo e/ou motor. Foram escolhidas atividades que ligassem o cognitivo ao lúdico, o que justifica a própria concepção de “oficinas”. Conforme refere Ramos (2002): “Aprender é sair de si mesmo, conectar o prazer e o desprazer, a satisfação e a privação. Aprender é se deparar com o desconhecido e com a insegurança, com o desafio de crescer e amadurecer, frente à realidade.” (p.214) Optou-se pelos grupos, porque estes trazem, segundo Bonals (2003), uma fonte de construção de conhecimentos pela interação entre os membros do grupo; melhora as habilidades sociais que, ao mesmo tempo, afetam o bem-estar pessoal dos componentes do grupo e favorece um clima descontraído e agradável. O Projeto foi executado com diversos temas, como: linguagem, artes, psicomotricidade, raciocínio lógico; o que resultou nas seguintes oficinas: Hora do Conto, Linguagem, Artes (pintura e argila), Construção de Brinquedos (com sucata), Jogos Matemáticos, Música, Teatro, Psicomotricidade e Informática (jogos lógicos). Inicialmente, a realização das oficinas desencadeou certa resistência por parte do grupo, principalmente por ser uma atividade nova e com diferentes configurações de grupo ao qual estavam acostumadas, já que a grupoterapia acontece há vários anos na Casa. Mas, com o decorrer do tempo, estas foram se adaptando e aceitando com maior facilidade participar das mesmas. Na avaliação final das oficinas, o grupo demonstrou aprovação e um feedback positivo, apontando sugestões de atividades para as próximas oficinas como, por exemplo, brincadeira de arco e flecha, envolvendo culinária e auto-maquagem. As Oficinas nos proporcionaram uma análise mais específica das demandas das crianças e adolescentes e a observação de dificuldades que deverão ser trabalhadas no próximo semestre, dentre elas está a

psicomotricidade, a habilidade em realizar cálculos e a organização temporal e espacial. O Projeto terá continuidade no primeiro semestre de 2007, com 4 (quatro) alunas extensionistas, sendo que 3 (três) permanecem do grupo anterior.

**Palavras-chaves:** Psicologia Escolar, Problemas de Aprendizagem, Intervenção sócio-educativa

**Atividade: ALTAS HABILIDADES / SUPERDOTAÇÃO: PERCORRENDO CONCEITOS E DEFININDO POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Altas Habilidades / Superdotação: Percorrendo Conceitos e Definindo Possibilidades de Atuação.

**Autor(es):** Solange Neves dos Santos, Izabel Augusta Hazin Pires, Danielle Ferreira Garcia, Ediana Rosselly de Oliveira Gomes, Mariana Borges Machado Vieira, Sâmide Danielle Costa de Oliveira

**Resumo:** O presente trabalho aborda a temática das Altas Habilidades/Superdotação, tendo por objetivo a realização de um levantamento histórico das suas diferentes concepções ao longo do tempo, de forma a melhor compreender a trajetória teórica conducente às abordagens contemporâneas da temática supracitada. Vale ressaltar que esta empreitada corresponde à etapa preliminar de pesquisa com vistas à caracterização do perfil de funcionamento cognitivo de crianças com altas habilidades/superdotação atendidas nos NAAH/S (Núcleo de atividades de altas habilidades/superdotação) das cidades de Natal (RN) e Recife (PE). A pesquisa acima referida tem como um dos seus objetivos oferecer ao profissional psicólogo subsídios para o aperfeiçoamento da compreensão e intervenção junto a essas crianças, aqui caracterizadas como portadoras de Necessidades Especiais. Tal pesquisa, já em andamento, é fruto da parceria entre a Superintendência de Educação Especial – SUEESP - da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, a Gerência de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação da Cidade de Recife e os Departamentos de Psicologia das Universidades Federais do Rio Grande do Norte (UFRN) e Pernambuco (UFPE). O fenômeno das altas habilidades tem sido historicamente envolto em controvérsias e mitos, tais como a suposição de que os indivíduos com altas habilidades necessariamente possuem uma alta capacitação global, e bom rendimento na escola e que portanto, prescindem de atendimento especializado. Tais crianças são comumente associadas à esfera daquelas que têm a mais quando comparadas às demais crianças de sua faixa etária e nível sócio-econômico. Várias terminologias foram utilizadas em referência a esses indivíduos, tais como: bem-dotados, talentosos, com alta produção criativa, com alto QI (quociente de inteligência), precoces, prodígios etc, e crianças assim rotuladas têm despertado fascínio e interesse, tanto no meio psicológico quanto em outras áreas da produção de conhecimento, tais como a educação e saúde, e no próprio senso comum. Essas idéias que circundam a temática ofuscam as tentativas de se alcançar uma definição uníssona, ao que se acrescenta a natureza politicamente impregnada da questão (Melo, 2005; Winner, 1998). Também contribui para o distanciamento crítico de um referencial único o fato de que os diversos contextos sócio-culturais imprimem aspectos distintos à definição de altas habilidades, uma vez que o valor concedido a uma dada aptidão pode discrepar significativamente entre culturas. As controvérsias são acentuadas, ainda, pelo perfil heterogêneo de capacidades que por vezes os indivíduos portadores apresentam: não raro, há a incidência do que se concebe por “ilhas de inteligência”, caracterizadas por um alto desempenho em um determinado domínio contrabalançado por desempenho mediano ou inferior nos demais (Melo, 2005). De acordo com a época e a cultura, portanto, várias concepções e tratamentos foram destinados aos portadores de altas habilidades. Na cultura Grega, o significativo número de filósofos, matemáticos e astrônomos que deixaram várias contribuições para a humanidade comprova a grande atenção dada à inteligência superior. Já durante o século XV e XVI, as pessoas proeminentes

intelectualmente eram consideradas nocivas à sociedade e eram interpretadas como bruxos, demônios etc. Na época do Renascimento, tudo que se afastava do estimado como “normal” – tanto a genialidade como a insanidade – era tido como instabilidade ou doença mental. Ao longo do século XVIII, XIX e XX, a produção de conhecimento relativa às altas habilidades está intrinsecamente relacionada aos estudos da inteligência. Nesse sentido, destaca-se a contribuição de alguns teóricos, como Francis Galton, James Catell, Lewis Terman, Alfred Binet, Theodore Simon e Howard Gardner – os quais forneceram o alicerce do conhecimento de que se dispõe atualmente acerca das Altas Habilidades/Superdotação. Gardner tem particular importância por ter introduzido um novo conceito de inteligência no livro A Teoria das Inteligências Múltiplas, obra na qual inaugura uma visão multidimensional das aptidões humanas, ampliando a noção do spectrum de talentos. Este estudioso, juntamente com Joseph Renzulli – autor da perspectiva dos Três Anéis – destaca-se nos estudos referentes às Altas Habilidades nos dias atuais. O modelo dos Três Anéis é a definição de Altas Habilidades/Superdotação mais amplamente aceita dentro e fora do Brasil. Segundo essa perspectiva, as Altas Habilidades são resultantes da confluência de três fatores: habilidades gerais e/ou específicas acima da média, elevados níveis de comprometimento com a tarefa e elevados níveis de criatividade. Em que pese as controvérsias existentes na literatura concernente às Altas Habilidades, as definições de que se dispõe nos dias atuais convergem basicamente para a presença neste grupo de quatro características infantis atípicas: precocidade, resolução idiossincrásica de problemas, interesse obsessivo por conhecer e dominar e criatividade. Reconhecidas as especificidades dessas crianças, justifica-se a necessidade de lhes oferecer atenção diferenciada em termos de políticas educacionais específicas às suas demandas. Deve-se, dessa forma, superar a crença de que apenas os indivíduos que apresentam déficits em relação aos padrões de desenvolvimento predominantes necessitam de um apoio suplementar, considerando-se a situação de vulnerabilidade em que as crianças com habilidades acima da média se encontram.

**Palavras-chaves:** Inteligencia, Altas Habilidades/Superdotação, Avaliação Psicológica, Educação Especial

**Atividade:** A dificuldade de aprendizagem na perspectiva de professores do ensino fundamental: implicações na ação docente.  
**(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** A dificuldade de aprendizagem na perspectiva de professores do ensino fundamental: implicações na ação docente.

**Autor(es):** Karenn Cristina Lima Santiago de Melo, Lidiane de Oliveira Goes, Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro

**Resumo:** O presente trabalho é resultado de uma pesquisa realizada no ano de 2005 que teve o objetivo de compreender como um grupo de professores descreve e explica a dificuldade de aprendizagem e suas implicações na maneira como o professor lida com esse fenômeno. O referencial teórico e metodológico norteador foi o das práticas discursivas e produção de sentidos, que enfatiza a característica performática da linguagem, fundamentada pela pragmática que se refere às condições de uso da linguagem: em que momento, em que condições e com que intenção as pessoas falam. É no processo das práticas discursivas que ocorre a produção de sentidos. Uma das formas de produção desses sentidos é o posicionamento, ou seja, dependendo do lugar de onde se fala e de quem fala são produzidos diferentes sentidos. Este referencial se fundamenta na perspectiva construcionista, segundo a qual o conhecimento é resultado do processo de interação social situado num determinado contexto histórico-cultural. A pesquisa foi desenvolvida utilizando-se a técnica do grupo focal, a partir da qual foram realizados cinco encontros, com a participação de nove professores do ensino fundamental de escolas públicas e privadas. Durante os encontros foram focalizados três aspectos referentes à dificuldade de aprendizagem, a saber: como ela é descrita, quais são suas causas e quais soluções são propostas. De acordo com o posicionamento adotado pelos participantes, observou-se mudanças na maneira de compreender a dificuldade de aprendizagem quanto aos

aspectos ressaltados. Ao falarem enquanto professores, os participantes descreveram a dificuldade de aprendizagem como relacionada às características individuais do aluno e situaram as causas na família e no contexto social. Quanto às ações propostas para resolver a dificuldade, geralmente foram focalizadas no professor e consistiam principalmente em chamar os pais do aluno para que os mesmos solucionassem o problema. Ao falarem posicionando-se como alunos, os participantes descreveram a dificuldade de aprendizagem também relativa às características individuais do aluno, entretanto, situaram as causas em aspectos do contexto escolar, principalmente no professor, identificando-o como o causador do problema. As propostas de ações para resolver o problema, foram situadas na família do aluno e/ou nele próprio. A partir dessa análise das falas produzidas no grupo focal, considerou-se que as formas de compreender e lidar com a dificuldade de aprendizagem estão influenciadas pelas teorias e concepções filosóficas de educação (escola tradicional e escola nova) que enfatizam o aspecto individual, pautadas numa doutrina liberal que culpabiliza o aluno e, conseqüentemente, a família do mesmo por sua dificuldade. Os participantes da pesquisa, enquanto professores, relatam que exigem e esperam da família que esta resolva a dificuldade do aluno. Quando a família não atende às solicitações do professor e/ou da escola, os professores tentam “driblar” a situação com ações que geralmente não produzem mudanças, como cobrar do aluno que ele faça as atividades. Quando se posicionam como alunos, os participantes mencionam ações realizadas pelos mesmos ou por sua família. Isto pode indicar que a família e o aluno concordam com a compreensão do professor acerca do problema. A dificuldade de aprendizagem tem sido compreendida como uma questão isolada, ora é focalizada na família e no aluno, ora na escola e no meio social em que o aluno está inserido. A interação entre esses contextos na configuração e na solução do problema, não é levada em consideração, resultando em ações que não contribuem para uma transformação.

**Palavras-chaves:** Dificuldade de aprendizagem, Professor, Construcionismo social, Práticas discursivas

**Atividade: AVALIAÇÃO DE IMPACTO E ANÁLISE QUALITATIVA DO MATERIAL DIDÁTICO DE UM CURSO A DISTÂNCIA (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: AVALIAÇÃO DE IMPACTO E ANÁLISE QUALITATIVA DO MATERIAL DIDÁTICO DE UM CURSO A DISTÂNCIA**

**Autor(es):** Rafaella de Andrade Vieira, Raphael Andrade Nunes Freire, Raquel Vilas Boas Dias, Gardenia Abbad

**Resumo:** O presente estudo teve por objetivo relatar resultados preliminares da avaliação de impacto de um curso a distância nos comportamentos esperados dos empregados de uma grande empresa, assim como uma análise qualitativa de seu material instrucional. O curso analisado possui conteúdo relacionado a procedimentos de segurança dos empregados e produtos da empresa e é oferecido pela Universidade Corporativa por meio da intranet. Realizou-se a avaliação do material utilizado no treinamento, para a qual se dispôs do Roteiro de Análise de Material Didático, que, partindo das teorias objetivistas de desenho instrucional, funciona como um check-list e orienta a observação de itens relativos à adequação dos objetivos e das estratégias instrucionais, aos exercícios, ao planejamento de atividades, à seqüência do ensino e às fontes de informação. Encaminhou-se também, a uma amostra de cerca de 8000 empregados que haviam realizado o curso, um instrumento de avaliação de impacto contendo 23 itens relacionados a comportamentos esperados dos treinandos após a realização do curso. Duplas de pesquisadores realizaram uma análise descritiva dos dados quantitativos obtidos através do questionário. Como resultado dessa análise observou-se que o curso possuía objetivos, em sua maioria inadequados, ou seja, não eram descritos em termos de desempenhos observáveis, apresentavam verbos imprecisos e sem foco no treinando. Foram encontrados resultados desfavoráveis quanto às estratégias utilizadas para interação entre os participantes (chats,

fóruns, etc); e quanto à complexidade dos exercícios, considerados incompatíveis com os objetivos de aprendizagem pretendidos pelo curso. Quanto à navegabilidade, observou-se que a interface gráfica não possibilitou ao treinando flexibilidade e facilidade para tramitar entre as páginas e para localizar o conteúdo. A estratégia instrucional que mais se destacou positivamente foi a utilização de recursos de animação bem elaborados e adequados ao ambiente de trabalho dos funcionários. Quanto aos dados quantitativos coletados a partir dos instrumentos, obteve-se uma amostra de 1686 respondentes, sendo que, em geral, 47,1% dos empregados trabalhavam na região Sudeste, 54,2% são do gênero masculino, 56,2% possuíam o ensino superior completo, 54,9% trabalhavam no subsistema negocial, 54,2% dos eram casados e sua média de idade é de 38,30 anos (com desvio-padrão de 9,08 anos). Os resultados indicaram que os empregados aplicam o curso na sua rotina de trabalho. A média geral de impacto foi de 4,3, com desvio padrão (DP) de 0,39, em uma escala tipo likert, de 5 pontos, onde 1 correspondia a "Nunca" e 5 correspondia a "Sempre". A média para os empregados lotados na área fim da Empresa foi de 4,43 (DP= 0,36), já para aqueles lotados nas áreas meios a média foi de 4,35 (DP = 0,42). As altas médias encontradas, bem como o baixo desvio padrão, podem ser explicados devido ao fato das habilidades desenvolvidas pelo curso, o qual era obrigatório a todos os funcionários, serem aplicáveis à todos os empregados da Empresa, apesar de serem um pouco mais utilizadas por aqueles lotados na área fim. Verifica-se, portanto, convergência de opiniões dos empregados sobre o impacto positivo do curso sobre seu desempenho pós-treinamento na percepção dos empregados sobre seu desempenho pós-capacitação. Apesar da avaliação do material didático ter sido negativa para a maioria dos aspectos investigados, percebe-se que há uma aplicação do conteúdo do curso no dia-a-dia de trabalho. Pode-se hipotetizar que, devido às características da organização pesquisada, os procedimentos de segurança são de suma importância e, portanto, constantemente lembrados na empresa. Tal "atividade" pode facilitar a aplicação do conteúdo, mesmo utilizando como base um material didático não tão eficaz. Dessa forma, a experiência será discutida em termos das implicações práticas do uso de técnicas de análise de materiais instrucionais em conjunto com avaliação de impacto na criação de soluções eficazes na área de treinamento em organizações. Além disto, são avaliadas as dificuldades e desafios associados à avaliação de treinamentos a distância oferecidos por Universidades Corporativas.

**Palavras-chaves:** avaliação de treinamento a distância, avaliação de impacto, universidade corporativa, planejamento instrucional

**Atividade: O adolescente e a escolha profissional: a urgência em se desnaturalizar o processo Redondas** (Mesas)

**Trabalho:** A Adolescência: desnaturalizando e revendo o conceito

**Autor(es):** Ana Mercês Bahia Bock

**Resumo:** A reflexão que se apresentará aqui parte da crítica às noções naturalizadas de adolescência presentes em livros destinados a pais e educadores e é resultado de uma pesquisa realizada na PUCSP acompanhada de alunos em Iniciação Científica. Foram trabalhados 4 livros que são referência na área e destinados a pais e educadores de jovens. Os livros trazem a concepção de adolescência como uma etapa no desenvolvimento que é natural e universal. Não há nos livros qualquer explicação sobre a gênese da adolescência, supondo-a como natural. São estudadas as características da adolescência, a relação dos jovens com os adultos e as orientações que são dadas a pais e educadores. Faremos a crítica à concepção encontrada na medida em que têm tido conseqüências nas relações familiares, na forma como os educadores lidam com os jovens e na própria forma como a sociedade pensa e lida com a adolescência. Pensada como algo negativo, associado à idéia de crise, a adolescência é tolerada. A adolescência foi apresentada, nos 4 livros estudados, por meio de elementos, em geral, negativos. Negativos porque são características desvalorizadas na sociedade; porque aparecem como incompletude, imaturidade, algo que ainda não acabou de acontecer e de se desenvolver. É definida em oposição com o adulto, o qual aparece como a meta deste desenvolvimento; como o estágio a ser atingido; como a etapa que apresenta as características que a adolescência ainda

não possui. Adolescência é fase do desenvolvimento e se encaminha para a vida adulta. Por isso a adolescência aparece como fase passageira. Como fase do desenvolvimento, as características são universais e inevitáveis. É característica da adolescência a oposição aos pais e ao mundo adulto. Poucas referências são feitas à gênese da adolescência, não se buscando uma visão clara da gênese dos fenômenos. As relações com o mundo social e adulto aparecem somente como interferência; interferem, mas não constituem. As diferenças porventura existentes entre os adolescentes se dão devido às influências do meio que facilitam ou dificultam o desabrochar daquilo que é potencial. As orientações são sempre na direção de pedir tolerância, compreensão e paciência. Os argumentos que justificam este pedido são: a adolescência é passageira, pois se constitui como uma fase do desenvolvimento; a adolescência, como algo necessário no crescimento, é incontrolável; e, por fim, os adultos são seres mais completos e prontos e, portanto, podem controlar a situação. A Psicologia não pode mais manter-se divulgando e reforçando estas visões, pois não contribui para a construção de políticas sociais adequadas para a juventude; não ajuda a construir projetos educacionais adequados para manter os jovens na escola, não ajuda a inserir os jovens nos grupos e nas instituições que têm como vocação o debate sobre a juventude. Enfim, a visão naturalizante da adolescência é mais do que uma visão que acoberta as determinações sociais; é uma visão que impede a construção de uma política social adequada para que os jovens possam se inserir na sociedade como parceiros sociais fortes, criativos, cheios de projetos de futuro.

**Palavras-chaves:** Psicologia Sócio-Histórica, Adolescência, Desnaturalização

**Trabalho:** A Orientação profissional : desnaturalizando os processos de escolha

**Autor(es):** Elisa Zaneratto Rosa

**Resumo:** O objetivo desta apresentação é, em primeiro lugar, expor algumas reflexões que a Psicologia Sócio Histórica tem realizado sobre os pressupostos teóricos e metodológicos orientadores da prática de Orientação Profissional, e a seguir como os processos de escolha são entendidos por esta abordagem. Com relação ao primeiro ponto destacado, sua relevância se dá, por acreditarmos que a discussão sobre a Orientação Profissional, não pode se resumir à apresentação de um conjunto de estratégias e atividades. Vemos como fundamental na discussão do “como fazer”, ou seja, na discussão da prática, a reflexão sobre os pressupostos que orientam a prática, indicando assim a ética que aí está contida. No bojo desta discussão vamos apresentar o sujeito como aquele que é único, singular, mas social e histórico ao mesmo tempo. Este homem, constituído na e pela atividade, ao produzir sua forma humana de existência, revela - em todas as suas expressões - a historicidade social, a ideologia, as relações sociais e o modo de produção, ao mesmo tempo em que expressa sua singularidade, o novo que é capaz de criar, os significados sociais e os sentidos subjetivos. O sujeito será aqui entendido como aquele que transforma o social em psicológico, como aquele que vive a unidade contraditória do simbólico e do emocional, como aquele que produz sentidos subjetivos e desta forma, com certeza, como aquele que Escolhe. Apresentaremos a seguir, como a Psicologia Sócio - Histórica entende o processo de escolha. Estaremos guiados por uma perspectiva de desnaturalização do processo, ou seja, sem negar o papel ativo e criador do sujeito, mas sem cair nas armadilhas que tal discussão encerra, quando pautadas pelas concepções naturalizantes, atravessadas pelo liberalismo, com uma concepção de sujeito descolada do social, do processo histórico que o constitui. Temos clareza, no entanto, das armadilhas que podem nos enredar ao fazermos tal afirmação. Ao afirmarmos que o homem escolhe, não estamos nos pautando nas concepções liberais, que destacam o aspecto da liberdade humana, da autonomia, sempre calcadas no individualismo, valorizando o indeterminismo. Não estamos nos referindo à existência de uma natureza humana aprioristicamente concebida, que permitiria ao indivíduo trazer consigo, à revelia da história e do social, aptidões, habilidades e gostos. Sendo coerente com a concepção de homem apresentada, esta possibilidade é negada. Falamos, assim, em Condição Humana como forma de imprimirmos uma visão dialética da constituição do humano, rompendo com visões subjetivistas ou objetivistas, considerando as mediações sociais e históricas como constitutivas.

**Palavras-chaves:** Orientação Profissional, Escolha, Desnaturalização

**Trabalho:**Orientação profissional: a perspectiva sócio-histórica

**Autor(es):** Silvio Duarte Bock

**Resumo:** A prática da Orientação Profissional na abordagem sócio-histórica preocupa-se o tempo todo com a desnaturalização do fenômeno da escolha profissional. Entende-se a naturalização como uma perspectiva que se opõe às noções de construção humana e histórica. A escolha profissional, na perspectiva da Psicologia sócio histórica, não é algo inerente ao ser humano mas sim construção humana datada historicamente. Assim, temas como por exemplo vocação, aptidão, competência, mercado de trabalho, trabalho, processo produtivo, processo de reorganização produtiva, profissão, ocupação, áreas econômicas, hierarquia, interesse, salário, projeto de vida e mais outros devem ser colocados em pauta para reflexão dos participantes do programa. Na exposição apresentaremos o trabalho efetivo no sentido apontado por esta mesa: O programa desenvolvido pelo Nace-Orientação Vocacional é aplicado em 30 horas de trabalho, distribuídas em reuniões de duas horas cada uma, em 3 unidades. A primeira, denominada de “O Significado da Escolha Profissional”, intenta debater o significado desta escolha na vida das pessoas. Trata-se de discutir valores sociais e individuais que norteiam a escolha profissional bem como a discussão dos mitos envolvidos nessa decisão. A segunda unidade, denominada “Trabalho”, objetiva discutir a forma como a nossa sociedade se organiza para o trabalho e como esta organização interfere na escolha profissional. As propostas de orientação profissional, guiadas por perspectivas naturalizantes, em geral, não tomam o trabalho como um tema fundamental da orientação. E nossa perspectiva, o trabalho é tomado ed forma central permitindo ao jovem perceber que a escolha profissional é também a escolha de um trabalho como forma de inserção na sociedade. A terceira e mais longa das unidades tem o nome de “Autoconhecimento e Informação Profissional”. No autoconhecimento, mais do que simplesmente identificar interesses, aptidões e características de personalidade como os testes fazem, procuramos discutir com o participante como ele está “lidando” ou “operando” as suas escolhas e em especial o opção profissional. Nas reuniões que versam sobre Informação Profissional, o jovem terá oportunidade de ampliar seu leque de conhecimento sobre profissões. Trabalhamos com aproximadamente 130 profissões, número que de certa forma abarca a totalidade das profissões de nível universitário, postas como possibilidade de escolha. O programa se utiliza de variada gama de técnicas e materiais de trabalho. Durante o processo, o próprio jovem se “acompanha” através do material denominado “PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO e SÍNTESE”, que lhe dará condições, no final do programa, de realizar sua própria síntese e conclusão. Após o final do processo, o participante pode realizar uma entrevista final com o coordenador de seu grupo. Todo o trabalho é realizado orientado pela perspectiva que entende o jovem como um sujeito ativo no processo, superando concepções naturalizadoras do processo e dos elementos da orientação profissional.

**Palavras-chaves:** Desnaturalização,Auto Conhecimento,Trabalho

**Atividade: Fenômeno Bullying  
(Paineis)**

**Trabalho:**Fenômeno Bullying

**Autor(es):** Thacianne de Andrade Leal

**Resumo:** O fenômeno bullying ocorre quando um aluno (ou um grupo deles) está exposto, repetidamente ao longo do tempo, a ações que lhe causam dano, o ferem ou o incomodam sempre praticadas intencionalmente por outro aluno – o agressor - ou vários deles, mas sem que haja um motivo aparente para o desencadeamento desse comportamento. Esse fenômeno se caracteriza principalmente pela existência de uma desigualdade entre as forças da vítima e do agressor, onde o aluno que está sofrendo as ações negativas tem dificuldade em defender-se e, em certa medida, se encontra covarde diante daquele(s) que o ameaça(m).Mesmo supondo-se que este seja um fenômeno tão antigo quanto à própria escola, o bullying só passou a receber ênfase em estudos científico nas duas últimas décadas, após ter sido constatado que se trata de

um comportamento altamente degradante para aqueles estudantes que padecem desse mal, pois compromete seu contexto físico, psicológico, social e educacional. Atualmente, os atos de bullying atingiram tão grandes proporções que passaram a ser considerados um problema universal, embora, na prática, ainda sejam muitas vezes ignorados ou não valorizados pelos adultos, reforçando a ocorrência dessas condutas agressivas. Diante de inquietações como esta, nos propomos a fazer uma investigação bibliográfica, onde buscamos dados nas principais obras sobre a temática, editadas no Brasil e também uma obra editada na Espanha além de artigos científicos encontrados na Internet. Analisamos os dados qualitativamente e acreditamos que, abordado dessa forma, poderia haver novas contribuições para o entendimento do bullying como uma síndrome psicossocial multidimensional. Dentro desse contexto, tivemos como objetivo geral desse estudo, compreender o fenômeno bullying sob a perspectiva de diferentes autores, conhecendo em quais aspectos há consenso entre as suas idéias e em quais ele manifestam opiniões divergentes. Desse modo, nos dedicamos a descrever principalmente as várias definições dadas ao fenômeno, suas diferentes características, assim como o perfil dos estudantes envolvidos, visando, sobretudo, uma delimitação teórico-conceitual desse fenômeno. Além disso, pretendíamos saber quais são os fatores que podem induzir crianças e adolescentes a adotarem os comportamentos agressivos que caracterizam essa conduta, como também conhecer quais os contextos na vida daqueles que sofrem transformações após estes estarem, de alguma forma, envolvidos nesse tipo de violência. Por fim, aspiramos a compreender qual a função dos adultos diante de toda essa situação. Após abordarmos todas essas questões, constatamos que esses comportamentos variam pouco entre os países, sendo os mais comuns o assédio moral, a agressão física, e as discriminações. Já, com relação a sua gênese, percebemos, entre os autores analisados, a inexistência de um consenso, pois foram apontadas como principais razões para o desencadeamento dessas condutas agressivas, desde questões sociais e comunitárias; passando por fatores relativos à própria escola; até se chegar a critérios de natureza psicológica, relacionadas ao funcionamento familiar e às diferenças individuais. Todo o contexto apresentado nos levou a acreditar que o prejuízo causado pelo bullying não está nas agressões em si mesmas, mas nos graves efeitos que estas produzem na vida daqueles que estão envolvidos no fenômeno, já que este não se restringe às vítimas e agressores, mas envolvem também os demais estudantes, a própria escola (professores e pessoal não-docente) e as famílias (dos agressores e dos agredidos). Por tudo isso, chegamos à conclusão que o bullying é um mal-estar que precisa ser prevenido e combatido. Também ficou bastante claro, para nós, que a maneira mais eficiente de atuar contra as situações de maus-tratos é por meio da cooperação entre todos os envolvidos: professores, pais e alunos e da sociedade de uma forma geral.

**Palavras-chaves:** Bullying, Violência na Escola, Violência Juvenil

**Atividade:** Apresentação de critérios para avaliação do grafismo infantil a partir de um instrumento (Paineis)

**Trabalho:** Apresentação de critérios para avaliação do grafismo infantil a partir de um instrumento

**Autor(es):** Mônica Cintrão França Ribeiro

**Resumo:** O desenho infantil é uma das formas essenciais de representação do pensamento e amplamente utilizado na sala de aula pelos professores como recurso pedagógico, especialmente nas escolas de Educação Infantil e primeira fase do Ensino Fundamental. Observa-se, no entanto, que os professores não se sentem preparados para esse uso, uma vez que as propostas pedagógicas nessa área ora visam o treino de habilidades motoras em exercícios de cópia e pintura em ilustrações, ora são livres sem qualquer intervenção do professor. Em função disso, foi realizado um estudo e construído um instrumento para ser utilizado por professores na avaliação do desenho do aluno na escola e possibilitar a organização de estratégias para a intervenção pedagógica na área do grafismo infantil. Reunindo os indicadores comuns apresentados por Luquet (1927/1969), Lowenfeld (1947/1977), Bernson (1957/1962), Kellogg (1969) e Lavelberg (1993; 2003) sobre o desenvolvimento do grafismo infantil elaboramos um instrumento para ser utilizado como formulário por professores para avaliação do desenho infantil em um contexto escolar. Esse instrumento foi testado em oito



oficinas por 220 professores do ensino básico e ao longo da pesquisa foi modificado à medida que os professores indicavam melhores procedimentos e de acordo com nossos objetivos em relação a sua utilização. Dois procedimentos foram utilizados nas oficinas para a avaliação do desenho e utilização do instrumento: ora os professores usaram o instrumento para a análise de desenhos variados (o que chamamos de situação-problema 1), ora para a análise de desenhos selecionados por nós e projetados em transparência (situação-problema 2). Na primeira situação, os professores escolheram, entre os vários desenhos espalhados no centro da sala de aula, aqueles que tivessem os indicadores listados no instrumento, resultando em uma análise coletiva de desenhos variados. Na segunda situação, foram selecionados 20 desenhos, a partir de alguns critérios, e projetados em transparência, resultando em uma análise coletiva dos mesmos desenhos. Além disso, modificamos a seqüência de apresentação dos desenhos, em relação aos níveis do grafismo, a fim de evitar respostas sem reflexão. Nos dois procedimentos buscamos escolher situações de desafio que por suas características possibilitassem por um lado à formação do professor nessa área ajudando-o na leitura dos desenhos, intervindo em suas dificuldades e promovendo a construção de uma atitude mais positiva frente às intervenções na produção do desenho fora do contexto das oficinas; e por outro lado na nossa verificação da validade do instrumento observando como o professor o utilizava e se oferecia bons indicadores para a leitura do desenho infantil. Como resultado, pudemos verificar que o instrumento possibilitou aos professores a construção de uma referência para a avaliação dos desenhos dos alunos na sala de aula e, além disso, a aprendizagem de uma proposta de intervenção no grafismo infantil a partir de uma perspectiva construtivista.

**Palavras-chaves:** desenho infantil, avaliação, formação docente, desenvolvimento, aprendizagem

**Atividade:** Interação e processo de ensino-aprendizagem de interpretação textual no ensino médio (Paineis)

**Trabalho:** Interação e processo de ensino-aprendizagem de interpretação textual no ensino médio

**Autor(es):** Nathalie Letouzé Moreira, Silviane Barbato

**Resumo:** A pesquisa objetiva analisar o ensino de interpretação de texto no ensino médio e a possibilidade de desenvolvimento de um pensamento crítico e autônomo. O estudo fundamenta-se na perspectiva sócio-histórica, principalmente na noção de "zona de desenvolvimento proximal", considerando a interação na escola como recurso eficaz para o aprendizado dos alunos. A expansão da "zona de desenvolvimento proximal" pode ser realizada com maior facilidade e efetividade por meio da interação, do diálogo. Serão consideradas também as estratégias de leitura utilizadas pelos interlocutores durante as atividades de sala de aula. Utilizamos a metodologia qualitativa e foi obtida permissão dos professores e pais dos alunos para realizar a pesquisa por meio da assinatura do consentimento esclarecido. Participaram duas professoras do ensino médio, uma graduada em letras português/inglês, com especialização em "leitura, análise e produção de textos", outra graduada em língua portuguesa e literatura, mestranda de lingüística. Alunos do 1º e 3º anos do ensino médio. Utilizou-se a observação e gravação em cassete de seis aulas de P2 e quatro de P3. Entrevistas com as professoras e 3 alunos gravadas em cassete. Todas as gravações foram transcritas na sua integridade. As entrevistas foram submetidas a uma análise temática dialógica. As aulas foram divididas em episódios, os relacionados ao uso de estratégias de leitura foram descritos e analisados com base nas estratégias de leitura e de acordo com as etapas metodológicas de leitura. As interações ocorridas durante as aulas foram analisadas conforme dois tipos de análise de conversação adaptadas à Psicologia. A professora P2, em entrevista, demonstrou considerar o ensino de língua portuguesa a base para todas as outras disciplinas, partilhamos da mesma opinião e nesse ensino considera como mais importante o desenvolvimento da habilidade de interpretação textual, o mesmo é considerado pelo Parâmetros Curriculares Nacionais e por diversos autores. A professora, em entrevista, demonstrou preocupação em desenvolver a etapa metodológica de leitura objetiva e de leitura inferencial, essa preocupação foi verificada refletida nas atividades desenvolvidas durante as aulas de interpretação de texto, contudo a professora

não menciona trabalhar com a leitura avaliativa, leitura crítica, que é o objeto estudado nessa pesquisa e de fato esse tipo trabalho não foi observado em nenhuma das aulas. Nas gravações das aulas observadas e nas anotações feitas no diário de campo pode ser observado que a professora constrói o entendimento do texto gradativamente até atingir a etapa metodológica inferencial, não atingindo a etapa avaliativa (objeto do estudo), professora P2 busca associar a atividade de leitura a de produção textual, o que é considerado recurso adequado por estarem essas duas atividades intimamente conectadas. O dicionário foi utilizado em todas as aulas observadas e essa frequência não é considerada tão interessante. Pode ser observado nas aulas dessa professora diversas interações entre ela e os alunos e entre os alunos o que possibilita a co-construção do conhecimento. A professora P3 menciona utilizar a estratégia de debate durante suas aulas, que é considerada por vários autores bastante produtiva para o ensino, durante a prática da discussão o ato de raciocinar se manifesta e se articula, determinando-se discursivamente, contudo, embora a professora mencione a preocupação em trabalhar o entendimento do texto pelos alunos por meio do debate, esse recurso não foi observado efetivamente durante suas aulas, que estão mais concentradas na fala da professora. A professora, na entrevista, não mostrou preocupação desenvolver a leitura avaliativa durante as suas aulas. As aulas dessa professora pouco possibilitam as interações capazes de possibilitar a co-construção do conhecimento. A explanação dessa professora se utiliza de muitos recursos fáticos. Embora as duas professoras tenham colocado que os alunos não lêem, durante as entrevistas com os três alunos se percebeu que algumas leituras lhes foram bastante marcantes e apreciadas, o que os leva a abandonar uma leitura é o não entendimento do texto. Os três alunos entrevistados demonstraram consciência da relevância das aulas de língua portuguesa para suas vidas, um dos alunos entrevistados demonstrou interesse por aulas de interpretação de texto que fossem "mais profundas". Os resultados indicam que ambas professoras empregam conscientemente a etapa metodológica de leitura objetiva, sendo que a professora P2 utiliza também a etapa metodológica de leitura inferencial, porém, nenhuma das duas professoras voltou atenção para o letramento crítico, leitura avaliativa. Considerando o objetivo de nossa pesquisa, concluímos que não houve ensino de interpretação de texto de forma a possibilitar a construção do pensamento crítico e autônomo nos alunos.

**Palavras-chaves:** estratégias de leitura, interação, construção do conhecimento, ensino médio

**Atividade: Quando a psicologia vai à escola: uma intervenção junto a professores (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Quando a psicologia vai à escola: uma intervenção junto a professores

**Autor(es):** Andre Luis Leite de Figueiredo Sales, Flávio Fernandes Fontes, Álvaro da Costa Batista Guedes, Makson Rocha Lima, Cynthia Medeiros

**Resumo:** O presente trabalho, realizado como parte da disciplina Psicologia Escolar III, do Departamento de Psicologia da UFRN, visou analisar e intervir nas principais queixas relatadas por professores de uma escola pública municipal acerca dos chamados "problemas de aprendizagem escolar". Contou com a participação de quatro alunos do referido curso, supervisionados pela professora da disciplina, e quatro professoras do quarto ano do ensino fundamental da Escola Municipal Professor Zuza, localizada em um bairro periférico na cidade de Natal/RN. Inicialmente ofertado a todos os professores do turno matutino da escola, a participação das quatro professoras no projeto deu-se em função da aceitação e engajamento espontâneo das mesmas. A metodologia empregada foi a realização de encontros semanais (seis ao todo) de escuta das professoras, com duração de uma hora cada. Os primeiros encontros trataram de trabalhar a construção da queixa escolar. Assim, inicialmente tais encontros visaram o levantamento das queixas e percepção das professoras acerca das causas do fracasso escolar dos seus alunos. As principais questões vistas como empecilhos pelas docentes eram: condição socioeconômica precária vivida por boa parte da clientela da escola,

falta de apoio da família na aprendizagem dos alunos, uso e abuso de drogas e violência &#8211; tanto em âmbito doméstico, quanto na própria escola. Assim, as causas apontadas para o fracasso escolar não foram muito diferentes daquelas encontradas e debatidas por Patto, 1980. Com o objetivo de (des)construir a queixa escolar o grupo procurou montar, com o apoio de textos, discussões que instigassem as professoras a se engajarem na melhoria do processo de ensino, a partir da questão: o que nós, professoras, podemos fazer a respeito do que nos queixamos? O trabalho de equipe foi direcionado, então, para diminuir o nível de angústia e ansiedade das professoras com os problemas que estavam além da sua alçada de atuação &#8211; auxiliando-as a reconhecer com mais clareza e menor aflição os limites da sua atuação &#8211; como também de aumentar a implicação delas naquilo que realmente lhes cabia, ou seja, o trabalho com os alunos no ambiente escolar. O efeito de tal ação foi notado na fala das profissionais na medida em que elas reconheceram haver uma certa comodidade em usar o discurso do &#8220;aluno problema&#8221; e da &#8220;família desestruturada&#8221; para manejar as dificuldades de sua prática cotidiana. Tê-las levado a essa reflexão foi considerado de grande valia pela equipe. Outro âmbito de intervenção teve como foco o tema das drogas. Para isso, em grupo, facilitadores e professoras concluíram que um trabalho informativo seria de grande valor, e elaborou-se uma atividade que trouxesse conhecimento sobre cigarro, maconha, álcool e crack para dentro da sala de aula, com o objetivo de conscientizar e promover a reflexão junto com os estudantes. As professoras, trazendo os resultados da atividade, relataram um alto nível de engajamento dos alunos, tendo estes contribuído bastante ao trazer narrativas de seu cotidiano, a partir das quais foi possível transformar o encontro em algo proveitoso e dinâmico. Por fim, a avaliação da intervenção foi positiva, pois demonstrou que bons resultados haviam sido alcançados. Enquanto equipe, observamos que os encontros proporcionaram às professoras um espaço de expressão que lhes fazia falta, o que possibilitou uma diminuição da angústia presente na realização dos seus trabalhos; além disso, estavam mais motivadas, tendo se envolvido criativamente na elaboração do projeto a respeito das drogas. As professoras, por sua vez, relataram que os encontros foram proveitosos e úteis para a sua atuação profissional, e concluíram afirmando que o trabalho de um psicólogo era algo necessário para a escola. A esse respeito, percebemos, de início, um desencontro entre aquilo que as educadoras esperavam ser a atuação de um psicólogo na escola e o trabalho ofertado pelo grupo, na medida em que as atividades propostas visavam um trabalho com as professoras e não com os alunos. Essa quebra de expectativas constituiu-se, inicialmente, em uma dificuldade que veio a ser vencida ao longo do trajeto. Mostrou-se fundamental para a superação desta adversidade, e para o bom andamento das atividades como um todo, o desenvolvimento de uma relação sólida e de confiança entre o grupo de professoras e a equipe responsável pelo desenvolvimento da intervenção, bem como a decisão do grupo em torno de uma atuação coerente com o debate crítico na área de Psicologia Escolar/Educacional que venha a reverter a clássica culpabilização do aluno e da família, encontrando novas formas de ação frente às dificuldades enfrentadas pelas professoras no cotidiano escolar.

**Palavras-chaves:** Educação,Atuação,Psicologo Escolar

**Atividade: Um Programa de Orientação Vocacional enfocando a importância do autoconhecimento nas escolhas pessoais e profissionais (Paineis)**

**Trabalho:**Um Programa de Orientação Vocacional enfocando a importância do autoconhecimento nas escolhas pessoais e profissionais

**Autor(es):** Adriana Fernandes Vieira Melo,RENATA CORREIA LIMA,ANA HELENA SOARES DE FREITAS

**Resumo:** “Um programa de orientação vocacional enfocando a importância do autoconhecimento nas escolhas pessoais e profissionais” Introdução Escolher uma profissão é tarefa das mais difíceis para o adolescente, especialmente no mundo de hoje, pleno de incertezas. Na prática, tal decisão representa esboçar um projeto de vida, questionar valores,

habilidades e a qualidade de vida que se pretende ter. Essa é uma fase difícil, de buscas, de descobertas, é o primeiro grande desafio do adolescente, que exige, sobretudo empenho.

A orientação vocacional surge como um campo partilhado e interdisciplinar que desenvolve as atitudes, idéias, técnicas, e hábitos que habilitam o adolescente ao processo de evolução em busca da reflexão da sua problemática e ao caminho para elaboração da mesma. A orientação tem como centro o adolescente, e não os testes, as técnicas e o orientador, isto acontece porque cada indivíduo tem características psicológicas singulares, e é impossível pensar em soluções idênticas para indivíduos diferentes. Todos os aspectos trabalhados no processo de orientação vocacional têm por finalidade levar o adolescente à por em prática seu protagonismo quanto a conhecer-se, conhecer a realidade do mundo em que se vive e tomar suas decisões com autonomia, levando em conta as suas vontades e não as influências e pressões tão comuns desta fase.

Desta maneira a orientação vocacional aparece como uma possibilidade de ajuda para os adolescentes, não levando estes apenas à escolha de uma profissão, mas auxiliando-os a se conhecerem melhor como indivíduos inseridos num contexto social, econômico e cultural, a descobrir suas potencialidades e seus reais objetivos e a lutar por eles sem medo de enfrentar obstáculos.

Este trabalho apresenta o resultado de um programa de orientação vocacional implementado numa escola de ensino médio, envolvendo um grupo de 17 alunos que buscavam respostas para amenizar suas dúvidas em relação à escolha profissional e à influência da família sobre essa escolha. **Objetivo** Demonstrar a importância do autoconhecimento nas escolhas pessoais e profissionais. **Método** Este programa constou de duas fases distintas: elaboração e implementação. Na elaboração do programa foi realizada pesquisa documental utilizando livros, internet e periódicos para o embasamento teórico necessário. A fase de implementação correspondeu à realização de encontros semanais, num período de 06 meses. Nesses encontros, foram trabalhadas técnicas de autoconhecimento, reflexões, testes vocacionais, oficinas sobre as profissões, entrevistas individuais, tendo em vista amenizar aspectos que geram estresse e ansiedade nessa etapa e dificultam as escolhas profissionais do adolescente. **Resultado** Esse encontros promoveram o crescimento pessoal, a auto-confiança, a determinação na escolha profissional dos integrantes e na luta pela busca dos seus ideais. **Conclusão** Para fazer a escolha profissional, é essencial se conhecer bem e saber quais são suas preferências. A orientação vocacional é um processo de assistir o indivíduo, de incentivá-lo a utilizar suas possibilidades e, de acordo com um dos integrantes do grupo, “ajuda a descobrir que todos são capazes de lutar quando se tem um sonho, de determinação pessoal e de saber o que realmente se quer na vida.”

**Palavras-chaves:** Autoconhecimento, auto estima, escolhas

**Atividade: SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO  
(Mesas Redondas)**

**Trabalho:** CINEMA, SUBJETIVIDADE E INFANCIA

**Autor(es):** Adriana Mabel Fresquet

**Resumo:** O diálogo com Benjamin, Bakhtin e Agambem permite fazer algumas reflexões sobre as possibilidades desta relação. Embora muitos autores defendam a impossibilidade da experiência nos perguntamos: É possível pensar o cinema como experiência ou fazer experiência no cinema ou fazer do cinema uma experiência, de maneiras diversas? Em que medida essa experiência relaciona-se com a subjetividade, com a infância? Sabemos que não existe uma única teoria do cinema. Segundo Jacques Aumont y Michel Marie (2003), podemos pensar o cinema como reprodução ou substituto da mirada, como arte, como linguagem, como escrita, como modo de pensamento e, finalmente, como simbolização e expressão do desejo. Veremos em que medida cada perspectiva nos ajuda a pensar sua relação com a experiência e a infância. Em particular, nos interessa a experiência da infância na constituição da subjetividade humana. Benjamin (1989) identifica a experiência com a “máscara” do adulto, sua característica é a hostilidade e a aniquilação dos sonhos juvenis. Considera, também, que como o homem não tem mais experiência, perdeu também a sua capacidade de narrar e agora só fala do valor material das coisas. Giórgio Agambem (2001), na mesma sintonia, afirma que a experiência deve partir da verificação de sua impossibilidade de realização. Além de privado de sua biografia, o homem

contemporâneo tem sido expropriado da experiência. Podemos interpretar essa afirmação de um modo nihilista ou pessimista mas, se avançamos em seu raciocínio, descobriremos uma tese que restaura a confiança na humanidade e sua possibilidade de fazer outro tipo de experiência. Agambem foca de uma forma especial a imaginação, atualmente expulsa do conhecimento como algo irreal. Em consonância com outros autores, aponta que a imaginação já foi na antiguidade o meio por excelência de conhecimento, situada entre o mundo sensível e o mundo inteligível de conhecimento. A expropriação da fantasia do âmbito da experiência cria uma sombra sobre ela. Essa sombra se chama desejo, ou seja, a idéia de que a experiência é algo inapropriável e inesgotável. A esperança se restitui quando alcançamos a relação entre linguagem e experiência, onde começa a possibilidade de sua restauração. Para Agambem, um estudo rigoroso do problema da experiência deve se encontrar necessariamente com o problema da linguagem. Baseado em Benveniste, Agambem afirma que o homem se constitui como sujeito na linguagem e através dela. Assim a subjetividade não seria outra coisa que a capacidade do locutor de se situar como um ego, com uma particularidade de transcendência do eu lingüístico com respeito a toda a experiência possível. Ego é aquele capaz de dizer "eu". A linguagem está organizada de tal modo que permite a cada sujeito se apropriar da mesma na sua totalidade, ao se designar como "eu". Na infância, a diferenciação entre linguagem e fala abre pela primeira vez um espaço para a história. Babel, a saída da pura língua edênica, para ingressar no balbucio da infância (segundo os lingüistas, período em que as crianças formam os fonemas de todas as línguas do mundo) constitui a origem transcendental da história. Deste modo, experimentar significa voltar a aceder à infância como pátria transcendental da história. Talvez seja nessa perspectiva onde o cinema introduz e amplia a possibilidade de que o homem viaje a sua própria infância e re-descubra sensações, espaços, momentos e sonhos arquivados pela aquisição da experiência pelo módico preço de esquecer os sonhos mais genuínos da infância. O cinema nos permite também, como uma ponte, aproximarmo-nos às crianças, à sua realidade e vivências reduzindo o abismo da incomunicação. No cinema conjuga-se um espaço de possibilidades de encontros com a nossa subjetividade, nossa história, com o presente da infância hoje. Podemos atravessar o tempo, o espaço, o real, o possível, o imaginário, o desejado, sendo implicitamente convidados a pensar e a sonhar acordados, infinitas possibilidades. O cinema restaura uma possibilidade de encontro do homem com a experiência e sua história.

**Palavras-chaves:** cinema, subjetividade, infância

**Trabalho:** PROMOÇÃO DA PRÁTICA REFLEXIVA, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E CONSTRUÇÃO DE RELAÇÕES INTERPESSOAIS SUBJETIVAS: UMA EXPERIÊNCIA DE APROXIMAÇÃO ENTRE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO.

**Autor(es):** Sanmya Jesus Salomão

**Resumo:** O presente trabalho partiu da perspectiva sociocultural do desenvolvimento humano na tentativa de compreender as relações entre um grupo de cinco estagiárias do curso de psicologia, em supervisão, e a equipe de professores de uma escola pública de Brasília, onde o estágio foi realizado. O objetivo central do estágio foi aproximar as estudantes do contexto escolar, com suas contradições, conflitos, estratégias de mudança e resistência, revelando a necessidade da construção do vínculo com os professores a partir de uma relação de confiança para que a proposta da psicologia possa se transformar em uma contribuição efetiva no contexto escolar. Assim, o estágio persegue um duplo objetivo na construção da identidade do psicólogo escolar, tanto no sentido da formação do psicólogo com habilidades, competências e atribuições específicas nos contextos sócio-educativos, quanto da consolidação da identidade desse profissional perante a escola e os educadores. Perseguindo tal objetivo e com o intuito de estabelecer uma aproximação junto à equipe de professores foram realizados encontros quinzenais - Oficinas Temáticas - para refletir, discutir e elaborar conjuntamente novas formas de atuar em sala de aula, de acordo com os temas e com as necessidades apontadas pelas professoras. A proposta apresentada em cada Oficina Temática visava a promoção da prática reflexiva, a partir das dificuldades encontradas e do esforço coletivo para produzir idéias, buscando novas soluções e perspectivas para a transformação das relações sociais no cenário escolar. Diante das demandas apresentadas pelas professoras, foram planejadas cinco Oficinas Temáticas, com ênfase no desenvolvimento de valores morais, nos padrões de comportamento

agressivo existente entre as crianças e na necessidade de promoção da cooperação. Foi possível perceber grande resistência por parte da equipe de professores em participar coletivamente e assumir uma postura reflexiva, tão necessária à implicação subjetiva do profissional em seu trabalho. Em contrapartida, houve uma reação à resistência por parte das estagiárias que, de início, rejeitaram as respostas e a participação das professoras e precisaram aprender a lidar com as limitações de sua própria atuação. O presente trabalho permitiu ampliar a reflexão acerca da formação dos estudantes de psicologia como momento privilegiado para a construção e consolidação da identidade do psicólogo escolar, não apenas pelo exercício da prática profissional proporcionado pelo estágio, mas também em função da apresentação de um novo modelo para essa atuação, pautado na ação mediadora, em habilidades interpessoais envolvidas nas relações de confiança e na construção de um vínculo capaz de suportar (e superar) as resistências a partir do acolhimento e da escuta. Do encontro entre o universo das educadoras e das estagiárias de psicologia surgiu mais essa reflexão sobre os pontos de contato e as disparidades entre a Educação e a Psicologia, indicando algumas habilidades necessárias à construção de uma identidade profissional e das competências do psicólogo escolar no domínio das relações interpessoais subjetivas.

**Palavras-chaves:** Subjetividade, Psicologia escolar, intersubjetividade

**Trabalho:** SUBJETIVIDADE E ENSINO MÉDIO: A NECESSIDADE DE PENSAR O PROFESSOR

**Autor(es):** Valeska Zanello

**Resumo:** O presente trabalho teve como escopo apontar uma articulação possível entre o lugar sublinhado pela psicanálise como sendo o do “mestre possível” de adolescentes e o papel desempenhado pelo professor, na Comunidade de Investigação- método utilizado no projeto “Filosofia na Escola”. O propósito do estudo é apontar a utilidade que a comunidade de investigação teria na facilitação do desabrochar desta disposição no professor de ensino médio, desde que este vivenciasse a própria comunidade de investigação, numa formação contínua, que denominamos analogicamente de “filosofia com professores”. O projeto “Filosofia na Escola” surgiu a partir do programa “Filosofia para Crianças”, do filósofo americano Mathew Lipman, nos Estados Unidos. A metodologia utilizada consiste, de modo geral, na realização de uma roda do mediador (geralmente o professor) com as crianças, na qual se dialoga, filosoficamente, sobre diversos temas. Algumas regras normativas se fazem aí estruturadoras da situação de interlocução, são elas: “escutar com atenção aos outros membros da comunidade, apoiar outros participantes ampliando e corroborando a sua perspectiva, submeter os pontos de vista dos outros participantes à investigação crítica, dar razões para apoiar os pontos de vista dos demais mesmo quando se discorda deles, colocar o ego em perspectiva, responder aos outros, instigar as outras pessoas da comunidade a exprimirem seus pontos de vista, (...) estar aberto a mudar os próprios pontos de vista e as prioridades em relação com os pontos de vista dos outros integrantes da comunidade” (Kohan, 1999, pp.107-108). A partir de nossa experiência no projeto, verificamos que não se tratava apenas da aplicação de uma nova metodologia por parte do professor, mas antes foi percebida a necessidade de que o próprio professor vivenciasse a experiência da comunidade de investigação com outros professores, para que conseguisse realmente mediar a comunidade de investigação com seus alunos, sem um discurso moralizante e destituído da posição de “todo-saber”. Houve, neste sentido, uma mudança subjetiva (na disposição) do mesmo, relato esse presente em nosso artigo “Subjetividade e Filosofia com Crianças: Um Relato de Experiência e Reflexão” (Zanello, 2005). Segundo uma leitura psicanalítica contemporânea, a adolescência é marcada por tarefas psíquicas específicas, dentre elas, o ‘abandono’ dos pais, percebidos, nesta etapa, com seus defeitos e limites (trabalho de desligamento das figuras parentais). A transferência com o professor adquire aqui uma coloração especial: ela coloca em xeque o “suposto saber”, o discurso do mestre, que se coloca como um “todo”, completo, sem lacunas e fissuras. O mestre-possível de adolescentes seria assim aquele que se coloca plenamente como mestre, mas um mestre não-todo (Gutierra, 2003), daí termos apontado a metodologia da comunidade de investigação como sendo extremamente profícua para a colaboração do surgimento dessa disposição. Neste sentido, chegou-se à conclusão de que um projeto de “filosofia com professores” seria de extremo interesse não apenas nas licenciaturas do Ensino Superior, mas na própria formação continuada do professor do nível

médio.

**Palavras-chaves:** Subjetividade, Formação do professor, Educação Ensino Médio

**Atividade:** AS HISTÓRIAS DE VIDA E MEMÓRIAS COMO PROPOSTA METODOLÓGICA PARA PESQUISA SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES (Comunicações Científicas)

**Trabalho:** AS HISTÓRIAS DE VIDA E MEMÓRIAS COMO PROPOSTA METODOLÓGICA PARA PESQUISA SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

**Autor(es):** Lara Nassar Scalise, Alda Maria do Nascimento Osório

**Resumo:** Este trabalho é referente a revisão teórica da proposta metodológica de uma pesquisa em andamento que visa discutir a formação de professores no aspecto de sua constituição profissional a partir de sua trajetória de vida que precede a escolha e a capacitação docente. Pretende compreender como a subjetividade influencia na sua constituição profissional na observância de fatos e experiências de vidas que dão sentido e que refletem na prática docente. O presente estudo mostra-se relevante diante da própria literatura pedagógica que dá ênfase à discussão da constituição e trajetória profissional nos níveis de formação profissional e em serviço. A investigação pretende contemplar os pressupostos teóricos da psicologia, por meio do referencial da perspectiva sócio-histórica, que assume a concepção de que o sujeito de constitui no plano social e posteriormente no plano individual. A metodologia a ser utilizada com os sujeitos da pesquisa (professores) está fundamentada na técnica de história de vida e suas memórias onde se pretende privilegiar os sentidos dados aos fatos singulares no confronto com o trabalho docente. A partir dessas reflexões teóricas e da proposta metodológica da história de vida, podemos nos apoiar na idéia de que o processo de formação profissional vai além, sem querer desvalorizá-la das dimensões técnicas e tecnológicas, o que acaba nos obrigando a compreendê-la por meio de um percurso pessoal, de experiência de vida, em relação ao contexto sócio-histórico e político em que vivemos. Entender que somos sujeitos em formação ultrapassa a questão de objetos da formação, que não só participamos, mas vamos nos criando, tornando alguém subjetivamente, diferente no percurso histórico da sociedade e de nossas vidas. Um olhar que ultrapassa o aqui agora como mero acaso, que procura ressignificar para transformar o presente a partir das experiências sócio-culturais e pessoais passadas, mas sempre pensando o futuro. Dessa forma como proposta metodológica da história de vida tem por objetivo trabalhar na produção/análise de relatos autobiográficos que propicia a reconstrução de si mesmo ao dizer sobre si, definindo seu lugar social, suas relações com os outros e participação na realidade. Na procura da nossa identidade enquanto mestres, não há possibilidade de compreender o presente desvinculado de um passado que determina quem somos, e principalmente no reconhecimento de que pouca coisa mudou, somos mestres hoje pelo modelo que tivemos anteriormente. Daí a importância do reconhecimento do resgate das memórias escolares no processo de formação do professor. Esperamos que os resultados possam contribuir para a compreensão da constituição do professor e assim colaborar para a discussão do tema da formação de professores no reconhecimento que possamos assumi-la como um compromisso social e ético com o objetivo de desenvolvimento do tema na área da educação e da psicologia.

**Palavras-chaves:** história de vida, memórias, formação de professores

**Atividade:** Aprendizagem a partir do brincar: Um estudo em uma escola particular, com crianças de cinco e seis anos e professores, da cidade de Salvador (Paineis)

**Trabalho:** Aprendizagem a partir do brincar: Um estudo em uma escola particular, com crianças de cinco e seis anos e professores, da cidade de Salvador

**Autor(es):** Selena Vieira Damásio, Ludimila Araujo Freire

**Resumo:** Este artigo propõe fomentar a discussão por parte dos profissionais da área educacional bem como psicólogos, sobre a utilização do brinquedo com objetivos pedagógicos. A partir do brincar, a criança experimenta novas formas de ação, exercitando a criatividade e reproduzindo momentos de interações importantes de sua vida. Com o uso desse instrumento - o brinquedo - as crianças evoluem por intermédio de suas próprias brincadeiras e das invenções feitas por outras crianças e adultos. Nesse processo as crianças, ampliam gradualmente sua capacidade de visualizar a riqueza do mundo externamente real, e, no plano simbólico, procuram entender o mundo dos adultos, pois ainda que com conteúdos diferentes, as brincadeiras, possuem uma característica comum: a atividade do homem e suas relações sociais (tão fundamentais para o aprendizado) e ainda as relações de trabalho. Faz-se necessário desta maneira que se desenvolvam novos métodos que incorpore o brincar no cotidiano escolar, para que se facilite o processo de ensino e aprendizagem, desmistificando a concepção de alguns educadores de que o brincar deve restringir-se a espaços como play ground, ou a uma sala como a brinquedoteca. Deste modo visando investigar como o brinquedo é usado em um espaço escolar, esta pesquisa teve como métodos à observação naturalística e entrevista semi-estruturada. A observação foi realizada em uma escola particular, da cidade de Salvador com 40 crianças divididas em duas turmas de 20 estudantes, que tinham entre cinco e seis anos, em um dia de atividades livres em uma brinquedoteca; e as entrevistas foram aplicadas em dois professores, uma estagiária e uma psicóloga coordenadora da brinquedoteca, levantando reflexões acerca da utilização dos jogos e brincadeiras em sala de aula. De acordo com os relatos dos professores e observações realizadas pode-se comprovar que, por o brinquedo ser brinquedo é um objeto cultural, portador de significados e representações, sua utilização em sala de aula, como meio de alcançar uma aprendizagem direcionada, reflexiva e, sobretudo significativa, as crianças têm muitos benefícios além de trabalharem com algo que lhe proporcionam ganhos tanto em nível da expressão corporal quanto ganhos na qualidade de vida mental. Quando a aprendizagem é apresentada de uma forma divertida e estimulante, as crianças interessam-se e envolvem-se mais. Além de contribuir decisivamente no processo de socialização, os brinquedos possibilitam descobertas e estimulam a auto-expressão. É preciso haver tempo e espaço dentro da escola suficiente para o brinquedo, e que conseqüentemente a criança solte sua imaginação, invente, sem medo de ser punida.

**Palavras-chaves:** Educação, Brinquedos, aprendizagem, formação de professores, brincar

**Atividade: Preparo Profissional e Educação Especial (Paineis)**

**Trabalho:** Preparo Profissional e Educação Especial

**Autor(es):** Camila Loiola Santos, Andréa Rodrigues Marques, Davi Araujo Alves Pereira, Leandro Gomes Reis Lopes

**Resumo:** Julgadas a partir de concepções equivocadas, as pessoas portadoras de necessidades especiais foram, durante muitos anos, afastadas do convívio social. O presente estudo aborda questões referentes à inclusão das mesmas em classes comuns do ensino regular. Somente ao final dos anos 80 surge a idéia de adequar o sistema escolar às necessidades dos alunos, baseada no princípio de que a inclusão gerasse uma educação de qualidade e igualitária a todos. A nível mundial o direito de toda criança à educação, foi consignado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e reiterado pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Mais recentemente, com a Declaração Mundial de Salamanca, este direito também foi assegurado para um segmento escolar que, até então, era pouco considerado: trata-se dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais. No Brasil, um passo importante para assegurar o direito à educação sem exclusão se deu com a promulgação da lei n.º 9394/96 - Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996). Em seu Artigo 4º, a LDB determina que deve haver "atendimento educacional



especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino", e, no seu Artigo 58.º, estabelece, também, que educação especial é "a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais". As modificações ocorridas no meio educacional e na legislação que rege o sistema educacional brasileiro deixam clara a importância de incluir todos os alunos portadores de necessidades especiais nas salas de aula regulares das redes pública e particular de ensino. Apesar disso, tais serviços continuam impregnados de concepções errôneas e estigmatizantes acerca das capacidades e características desses indivíduos. Dentro desse processo, o preparo dos profissionais que lidam com esses alunos fica muito abaixo da necessidade que advém dos novos modelos educacionais. Assim, o que se pretende com este trabalho é enfatizar o que pode ser feito para melhorar essa atuação. Este estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva, de levantamento e etnográfica que tem por objetivo geral avaliar até que ponto os professores de escolas públicas de ensino regular da cidade de Teresina estão profissionalmente preparados para trabalhar com o aluno portador de necessidade especial, contrastando a qualificação que seria adequada a esses professores com a realidade encontrada nessas escolas; conhecendo de que forma a escola promove o preparo desses professores e argumentando acerca do que o professor acredita que pode ser melhorado com relação à sua capacitação no que diz respeito ao trabalho junto a esses alunos. Foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas, observações e conversas informais com os professores destas escolas. Os dados foram examinados mediante análise de conteúdo obtidos através dos instrumentos de coleta de dados e posterior organização dos discursos pela linha de convergência. Os resultados revelaram que a maioria dos participantes demonstrou estar consciente do despreparo para a atuação em uma escola inclusiva apontando várias dificuldades envolvidas nesse processo. A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais em classe comum do ensino regular pode ser viável, desde haja muito investimento e comprometimento, principalmente dos órgãos governamentais. Mesmo caracterizados como possuidores de uma formação acadêmica que contempla os objetivos estabelecidos pela legislação brasileira, os docentes participantes desta pesquisa não possuem preparo profissional adequado para atuar com portadores de necessidades especiais em suas salas de aula regulares. As dificuldades apresentadas pelos educadores neste estudo são graves e sugerem que ações governamentais sejam implementadas. Além disso, é necessária a redefinição dos modelos de formação dos professores, com vista a contribuir para uma prática profissional mais segura e condizente com as necessidades de cada educando. Vale ressaltar que um processo dessa natureza requer que as escolas se preparem, isto é, se estruturarem tanto no âmbito físico como de recursos humanos para receber um aluno com necessidades educativas especiais. O professor deve estar preparado profissionalmente e emocionalmente para lidar com as diferenças, com a individualidade e a diversidade de todos os alunos. Dentro dessa perspectiva, observa-se que a escola, enquanto espaço de discussão e articulação de um novo modelo social e político pode e deve ser também um espaço de atuação e de compromisso social de todos os profissionais atuantes na área, que devem debater e eliminar barreiras educacionais para a transformação das instituições de ensino em espaços abertos para a diversidade.

**Palavras-chaves:** Portador de necessidade especial, Inclusão, Preparo Profissional

**Atividade: Conseqüências da violência sexual contra crianças: significações de mães de meninas sexualmente vitimizadas (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Conseqüências da violência sexual contra crianças: significações de mães de meninas sexualmente vitimizadas

**Autor(es):** Silvia Regina Viodres Inoue, Marilena Ristum

**Resumo:** RESUMONa infância, o ambiente doméstico é o principal local em que as crianças são vitimizadas, sob a forma de violência física, sexual, psicológica e de negligência. Dentre essas formas de violência, destaca-se a violência sexual pela dificuldade de combate e pela sua invisibilidade. Sentimentos de medo, dependência e estima se misturam, uma vez que a família,

parentes e pessoas próximas são os principais agressores sexuais e violadores infanto-juvenis, o que torna o crime difícil de ser denunciado. Na concepção de família brasileira, ainda hoje, cabe às mulheres a responsabilidade pela promoção do bem estar e união familiar, bem como pelo desempenho e fracasso dos filhos. Quando ocorre algum evento danoso em relação aos filhos, especialmente a violência sexual contra a criança, a mulher tende a ser culpabilizada e ser a principal figura empenhada em seu enfrentamento. Há estudos sistemáticos que apontam que o apoio e o estado emocional materno contribuem, decisivamente, para amenizar as conseqüências lesivas da violência sexual. O combate da violência sexual é uma prática recente, dificultado pelo fato da violência sexual constituir um fenômeno polissêmico, sendo que a diversidade de termos utilizados para defini-lo resulta em diferentes significações entre os profissionais e a população em geral. Definições tão distintas podem gerar práticas conflituosas entre profissionais e familiares da criança vitimizada. Quando os familiares desconhecem o impacto da violência sexual na vida da criança, estão mais propensos a interromper o acompanhamento médico e psicológico prematuramente; tendendo a atribuir as alterações emocionais e de comportamento a outras causas. Conhecer como a mãe significa a violência sexual e como lida com as situações vivenciadas, a partir da descoberta da violência sexual é de fundamental importância para a produção de conhecimento científico que possa ser utilizado para prevenir, orientar e acompanhar terapêuticamente estas mães e suas crianças, especialmente considerando a dependência da criança para com sua mãe. A compreensão da significação da violência sexual pode representar também uma possibilidade de apreender os fatores relacionados à busca de auxílio profissional. O presente trabalho parte de uma concepção de saúde e bem estar biopsicossocial mais ampla, tendo em vista que, para a elaboração de estratégias de promoção de saúde e a redução da vulnerabilidade à violência sexual, é necessária a ampliação do conhecimento sobre a problemática da violência sexual. Este trabalho pretende apresentar resultados parciais de um trabalho mais amplo, e tem como objetivos: a) delinear o perfil das mães (participantes) e das vítimas; b) identificar as principais características dos agressores e sua relação com as vítimas; e c) descrever e analisar as conseqüências da violência sexual apontadas por mães de meninas sexualmente vitimizadas. As participantes foram oito mães de meninas sexualmente vitimizadas que estavam sendo atendidas em dois serviços de atendimento a vítimas de violência sexual .... e foram submetidas a uma entrevista semi-estruturada realizada nas dependências do serviço. Estas entrevistas foram submetidas à análise do conteúdo das respostas, que resultaram em categorias de sentido. Os resultados mostraram a existência de cinco classes de conseqüências da vitimização sexual infantil. A conseqüência mais citada foi a física e as menos citadas foram as conseqüências sociais e cognitivas. Poucas participantes foram capazes de identificar conseqüências da violência diferentes da conseqüência física, que parece ser a mais valorizada por estas mães. Estes dados chamam a atenção para a possibilidade de uma falha no trabalho de profissionais especializados na orientação destas mães, ou ainda para a dificuldade de modificar/ampliar as concepções dessas participantes. As mães parecem não estar orientadas a respeito das mudanças comportamentais e emocionais que podem ocorrer com suas filhas, resultantes da vitimização, o que dificulta lidar adequadamente com as ocorrências relacionadas ao impacto da violência sexual. Palavras-chave: violência sexual, conseqüências, significações, mães. Apoio: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

**Palavras-chaves:** violência sexual, conseqüências, mães

**Atividade:** A percepção da inclusão de estudantes portadores de necessidades especiais na UCB (Paineis)

**Trabalho:** A percepção da inclusão de estudantes portadores de necessidades especiais na UCB

**Autor(es):** Jicei Dechechi Gomes Carneiro

**Resumo:** Este trabalho consiste em uma pesquisa realizada no curso de Psicologia da Universidade Católica de Brasília para a disciplina de Psicologia e Necessidades Educacionais Especiais, ministrada no sexto semestre. A inclusão cresce a cada ano e, com ela, o desafio de garantir uma educação de qualidade para todos. Esta possui como proposta central transformar a educação comum para eliminar as barreiras que limitam a aprendizagem e participação de

numerosos estudantes. A educação inclusiva aspira fazer efetivo o direito à educação, a igualdade de oportunidades e de participação. Este estudo procurou investigar a autopercepção de estudantes universitários portadores de necessidades especiais, no que diz respeito à inclusão na Universidade Católica de Brasília. Além disso, buscou-se descobrir a relevância do tema para cada um dos participantes. A amostra consistiu de cinco estudantes com necessidades especiais da Universidade Católica de Brasília (UCB) – DF. O instrumento utilizado para a coleta dos dados baseou-se em um roteiro de entrevista estruturado. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas. Os entrevistados foram abordados pessoalmente pelas entrevistadoras conforme eram avistados no campus. Este fato, no entanto, impossibilitou o acesso a portadores de necessidades especiais mais sutis que não poderiam ser percebidas de forma tão evidente. Utilizou-se de uma abordagem qualitativa neste estudo. Procedeu-se a uma análise de conteúdo dos dados obtidos. Os entrevistados entendem que a inclusão é um direito assegurado por lei, facilitando a entrada no mercado de trabalho, embora não abranja grande parte dos portadores de necessidades especiais. Os resultados sugerem que a maioria dos estudantes reconhece o esforço feito pela Universidade Católica no sentido de atender às necessidades desta população, embora vários aspectos necessitem de aprimoramento para uma inclusão mais efetiva, como, por exemplo, capacitação adequada dos professores e melhoria da estrutura física do campus. Apenas uma pessoa não compartilhou da mesma opinião, acreditando que muitas ações não levam em consideração as necessidades desta população. No que se refere às relações mantidas com colegas e professores, os relatos indicaram, em sua maioria, solidariedade, ausência de preconceitos, não havendo diferenciação entre eles e o restante dos colegas. A relevância em se realizar estudos sobre inclusão foi citada pelos entrevistados. Além disso, há necessidade de aproximação entre teoria e prática para que estas pessoas possam ser diretamente beneficiadas. O direito à educação é também o direito a aprender e a desenvolver-se plenamente como pessoa. Para que isso seja possível é fundamental assegurar a igualdade de oportunidades, proporcionando a cada um o que necessita, em função de suas características e necessidades individuais. O direito à própria identidade significa assegurar a individualidade de cada sujeito na sociedade, respeitando cada pessoa pelo que ela é, e reconhecendo sua liberdade e autonomia. Torna-se evidente a responsabilidade do psicólogo, que pode atuar em qualquer instituição, no processo de inclusão social de pessoas portadoras de necessidades especiais. Inclusão, como dito anteriormente, não significa apenas a admissão dessas pessoas em escolas, empresas, etc., mas principalmente a compreensão e aceitação da singularidade de cada ser humano, começando pela aceitação de si mesmo. O psicólogo tem sob essa óptica uma dupla tarefa: olhar para si mesmo, percebendo como tem contribuído para a construção de uma sociedade mais inclusiva, e agir ativamente para que esse processo se dê de forma efetiva.

**Palavras-chaves:** inclusão social, estudantes com necessidades especiais, ensino superior, psicologia

**Trabalho:** A percepção da inclusão social de estudantes portadores de necessidades especiais na UCB

**Autor(es):** Jicei Dechechi Gomes Carneiro

**Resumo:** Este trabalho consiste em uma pesquisa realizada no curso de Psicologia da Universidade Católica de Brasília para a disciplina de Psicologia e Necessidades Educacionais Especiais, ministrada no sexto semestre. A inclusão cresce a cada ano e, com ela, o desafio de garantir uma educação de qualidade para todos. Esta possui como proposta central transformar a educação comum para eliminar as barreiras que limitam a aprendizagem e participação de numerosos estudantes. A educação inclusiva aspira fazer efetivo o direito à educação, a igualdade de oportunidades e de participação. Este estudo procurou investigar a autopercepção de estudantes universitários portadores de necessidades especiais, no que diz respeito à inclusão na Universidade Católica de Brasília. Além disso, buscou-se descobrir a relevância do tema para cada um dos participantes. A amostra consistiu de cinco estudantes com necessidades especiais da Universidade Católica de Brasília (UCB) – DF. O instrumento utilizado para a coleta dos dados baseou-se em um roteiro de entrevista estruturado. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas. Os entrevistados foram abordados pessoalmente pelas

entrevistadoras conforme eram avistados no campus. Este fato, no entanto, impossibilitou o acesso a portadores de necessidades especiais mais sutis que não poderiam ser percebidas de forma tão evidente. Utilizou-se de uma abordagem qualitativa neste estudo. Procedeu-se a uma análise de conteúdo dos dados obtidos. Os entrevistados entendem que a inclusão é um direito assegurado por lei, facilitando a entrada no mercado de trabalho, embora não abranja grande parte dos portadores de necessidades especiais. Os resultados sugerem que a maioria dos estudantes reconhece o esforço feito pela Universidade Católica no sentido de atender às necessidades desta população, embora vários aspectos necessitem de aprimoramento para uma inclusão mais efetiva, como, por exemplo, capacitação adequada dos professores e melhoria da estrutura física do campus. Apenas uma pessoa não compartilhou da mesma opinião, acreditando que muitas ações não levam em consideração as necessidades desta população. No que se refere às relações mantidas com colegas e professores, os relatos indicaram, em sua maioria, solidariedade, ausência de preconceitos, não havendo diferenciação entre eles e o restante dos colegas. A relevância em se realizar estudos sobre inclusão foi citada pelos entrevistados. Além disso, há necessidade de aproximação entre teoria e prática para que estas pessoas possam ser diretamente beneficiadas. O direito à educação é também o direito a aprender e a desenvolver-se plenamente como pessoa. Para que isso seja possível é fundamental assegurar a igualdade de oportunidades, proporcionando a cada um o que necessita, em função de suas características e necessidades individuais. O direito à própria identidade significa assegurar a individualidade de cada sujeito na sociedade, respeitando cada pessoa pelo que ela é, e reconhecendo sua liberdade e autonomia. Torna-se evidente a responsabilidade do psicólogo, que pode atuar em qualquer instituição, no processo de inclusão social de pessoas portadoras de necessidades especiais. Inclusão, como dito anteriormente, não significa apenas a admissão dessas pessoas em escolas, empresas, etc., mas principalmente a compreensão e aceitação da singularidade de cada ser humano, começando pela aceitação de si mesmo. O psicólogo tem sob essa óptica uma dupla tarefa: olhar para si mesmo, percebendo como tem contribuído para a construção de uma sociedade mais inclusiva, e agir ativamente para que esse processo se dê de forma efetiva.

**Palavras-chaves:** inclusão social, necessidade especial, ensino superior, psicologia

**Atividade:** Opinião do estudante do ensino fundamental II diante da escola enquanto formadora de cidadãos.  
(Paineis)

**Trabalho:** Opinião do estudante do ensino fundamental II diante da escola enquanto formadora de cidadãos.

**Autor(es):** Paula Tereza Saraiva Aureliano, Wédja Karline Vieira Borba, Rafaela Duque Andrade

**Resumo:** A vida cotidiana e suas demandas sócio-econômicas têm servido de variáveis que implicam nas obrigações para o sustento da família nos dias atuais, afastando cada vez mais as crianças e os adolescentes por maior tempo de seus lares e, por conseqüência, da vida familiar. Logo, a maior parte do tempo destes estudantes têm sido preenchidas pelas atividades intra-escolares, momento onde acontece a socialização. Tal fator vem afastando cada vez mais a posição da família enquanto função primeira de sociabilizadora. Esta pesquisa busca preencher as lacunas deixadas por tantas, que embora tenham suas relevâncias, se preocupam com a ótica dos pais, educadores e outros diversos atores e atitudes, mas deixam lacunas sobre a visão que os estudantes têm disto tudo, do contexto institucional onde foram inseridos com a intenção, primária ou não, de serem formados enquanto cidadãos. Baseado nos pressupostos de que a escola está atrelada com a contextualização dinâmica de um povo a qual é possível ser concebida como um espaço de construções subjetivas (ALVES, 1994), que, enquanto instituição social, tem função de dotar os estudantes dos instrumentos que lhes serão necessários e pertinentes para o exercício da cidadania, organizando e distribuindo conhecimentos e habilidades disponíveis num devido momento histórico, preparação para o trabalho, acesso ao desenvolvimento tecnológico e participação crítica na vida política (RODRIGUES, 2001). Esta

pesquisa busca uma conexão entre construções subjetivas e formação do cidadão tendo, pois, como objetivo geral estudar a opinião do estudante do Ensino Fundamental II diante da escola enquanto formadora de cidadãos e, deste modo, têm como objetivos específicos: conhecer as opiniões que os adolescentes têm diante do papel da escola, verificar se os estudantes vêem a escola enquanto formadora de cidadãos e conhecer as perspectivas dos estudantes sobre a escola. Dos 47 estudantes do Ensino Fundamental II de uma escola da rede pública de ensino da Região Metropolitana do Recife, que responderam o questionários, maior porcentagem acreditam ser papel da escola fornecer-lhes os recursos necessários para exercício da cidadania – descritos por Rodrigues (2001), bem como maior porcentagem diz que a escola está cumprindo seu papel, exceto com o desenvolvimento tecnológico. Estes estudantes têm consciência do verdadeiro papel da escola que, como afirma Marval (1994), deve formá-los para garantir o social e informá-los para inseri-los na cultura de que são oriundos e na qual estão vivendo. Citando a concepção de Rodrigues (2001) de que a cidadania se fundamenta na liberdade, na autonomia e na responsabilidade, a escola que hoje virar o olhar para a opinião do aluno a cerca de suas funções talvez possa quebrar paradigmas políticos e da mídia e alcançar condições para a cidadania e fundamentos para a ética possibilitando dar para o aluno o que de fato ele não só precisa como acredita precisar: formação em cidadãos erguida nos pilares dos direitos humanos.

Em suma, este estudo pode verificar condescendências entre o que os alunos esperam da escola para o papel que ela deve exercer e que acredita estar desempenhando para os discentes.

**Palavras-chaves:** Função da escola, Estudantes, Cidadania

**Atividade: UMA PROPOSTA DE ORIENTAÇÃO VOCACIONAL PARA ALÉM DA ESCOLHA DE CARREIRAS: UMA ANÁLISE DE MOTIVAÇÕES SOCIOCULTURAIS (Experiências em Debate)**

**Trabalho: UMA PROPOSTA DE ORIENTAÇÃO VOCACIONAL PARA ALÉM DA ESCOLHA DE CARREIRAS: UMA ANÁLISE DE MOTIVAÇÕES SOCIOCULTURAIS**

**Autor(es):** Luiz Otavio Ferreira Luz, Mayra Silva Bressy Lameirão, João Carlos Pivatto Lipke, Flávio Guilhon, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho

**Resumo:** Não é novidade a inserção da psicologia no âmbito escolar, principalmente no tocante à orientação de alunos com relação à escolha de sua profissão. A escola delega aos psicólogos esta tarefa, e os mesmos, em sua maioria, buscam cumpri-la auxiliados única e exclusivamente por testes psicológicos, que utilizados de forma mecanicista são entendidos como “verdade científica” para a obtenção de dados relevantes acerca dos alunos submetidos ao trabalho. Tais moldes de trabalho parecem deixar de lado a singularidade de cada aluno, tendo-os como uma massa uniforme, submetida a testes, e à simples espera de suas correções e resultados retirados de um manual. A proposta de trabalho diferenciada em “Orientação vocacional”, que apresentamos, foi realizada no Projeto Curso Pré-vestibular de Nova Iguaçu- RJ, promovido, pela Pró reitoria de extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), juntamente com a Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu. A equipe de orientação vocacional, composta por alunos bolsistas do Instituto de Psicologia da UFRJ desempenhou este projeto ao longo do ano de 2006. O trabalho realizado junto aos alunos do referido pré-vestibular tinha como objetivos não apenas o já conhecido “auxílio”, ou o “desvelar” de vocações, mas proporcionar aos mesmos, experiências de ruptura das amarras impostas pela injustiça econômica decorrente do modelo sob o qual está estruturada a sociedade brasileira contemporânea. Visávamos contribuir para que os alunos desenvolvessem um pensamento crítico a respeito do mundo à sua volta, de suas escolhas e suas implicações, devolvendo-lhes a responsabilidade (antes delegada apenas ao pedagogo ou ao psicólogo) sobre sua decisão. Compreendemos cada aluno, como singular, tendo sua própria subjetividade, o que nos exigiu dar a este trabalho um contorno livre de moldes formais, onde houvesse a possibilidade de pensar e tratar outras questões, nem sempre

relacionadas diretamente à questão profissional. Questões estas, que por muitas vezes, surgiram como principais ao trabalho, delegando a um segundo plano a escolha profissional em si. Para tanto, utilizamos diversos instrumentos, como dinâmicas de grupo e entrevistas individuais, onde os alunos foram atores no processo de construção da Orientação, e não apenas “clientes”, a espera de uma retorno de seu investimento. Utilizamos ainda, testes psicológicos, pois acreditamos nos mesmos, não como cerne de nossa proposta, mas como um recurso a mais, à disposição para o enriquecimento da Orientação Vocacional. Apresentada a estrutura do trabalho realizado, este resumo vem abordar as demandas que emergiram dos alunos, durante as dinâmicas em grupo, e entrevistas individuais. De certo, são questionamentos e colocações das mais variadas, mas dentre estas, a que surgiu de forma constante, e chamou-nos a atenção foi tocante às expectativas que cercam o objetivo de “estar na universidade”, independente da carreira escolhida. Ao darmos um grande enfoque no trabalho à reflexão por parte dos alunos sobre suas reais motivações para buscarem o acesso aos cursos universitários, deparamo-nos com a forte “crença” de que o caminho “sólido e real” para a tão desejada ascensão social é o acesso à universidade, e que esta, seria a motivação de grande parte dos estudantes ali presentes. A carreira que escolheriam para tal ascensão fazia parte destas expectativas, mas o que determinava esta escolha, não era a princípio o desejo por realização pessoal, ou pelo desempenhar de uma função prazerosa, mas pelo lucro, status social, que a mesma possa conferir ao profissional. Pensar sobre esta demanda “dirigida” nos leva mais além, nos leva a questionar o que torna a mesma comum a tantos alunos. Logo, nos deparamos com uma questão de âmbito maior, uma solidificada construção sociocultural. O sistema capitalista em que vivemos prega, tal como seu movimento de origem (o surgimento da burguesia), a mobilidade social e aquisição de status, através da detenção dos meios de produção, o que hoje podemos substituir pela detenção de uma “formação”, de um saber, conhecimento que estaria atribuído ao ingresso na universidade. Esta verdade “incontestável” furta para si o foco que acreditamos que a escolha profissional bem sucedida teria. O desejo do indivíduo é moldado de acordo com o que a sociedade de consumo lhe impõe, incluindo a posição profissional que este indivíduo precisa ter para acessar ao que é visto, colocado como fundamental à sua vida. Partindo destas afirmativas, o presente trabalho, assim como o realizado junto aos alunos, têm como objetivo pôr em análise as motivações que levam os mesmos a almejam o ingresso na universidade, suas escolhas e a naturalização de um modelo único e verdadeiro para o gerenciamento da vida.

**Palavras-chaves:** Orientação Vocacional, Análise de Demandas Socioculturais, Construção Social

**Atividade:** Argumentação em Surdos (Paineis)

**Trabalho:** Argumentação em Surdos

**Autor(es):** Tatiana Araújo Bertulino da Silva, Bárbara Batista Vieira, Danuta Helena Cintra de Araujo Lima

**Resumo:** Na produção de um texto escrito, o sujeito exerce dois papéis: enquanto formula esse texto, o sujeito também aprimora suas opiniões a partir do contato com a produção textual, sendo um ator ativo na concepção de língua como lugar de interação. O sujeito não é estático, ele é concebido como uma entidade psicossocial (KOCH, 2002), que interage com o ambiente, ao mesmo tempo em que o reproduz. Neste sentido, o texto não é uma “mera cópia” de nossa representação mental e sim, uma elaboração dos sentidos construídos na interação dos sujeitos com o próprio texto. Sendo a argumentação um tipo de texto em que os interlocutores discutem pontos de vista, levando a um posicionamento com justificativa dos mesmos a respeito de uma idéia, considerou-se o texto argumentativo como adequado para verificar essa interação entre o sujeito e o ambiente. Para a construção desse tipo de texto é necessário que o emissor preveja as possíveis contestações do receptor a suas idéias, pois essas idéias podem ser aceitas ou recusadas pelo receptor. E este receptor pode ser, não somente uma outra pessoa, como o próprio emissor da mensagem. O texto argumentativo é assim estruturado: argumento-geral

(principal ponto de vista defendido pelo sujeito, enunciando seu ponto de vista de forma positiva ou negativa), justificativa (servirá como subsídio para sustentar a opinião), contra-argumento (idéias que funcionam como elementos de oposição ao argumento do sujeito) e resposta (capacidade de avaliar os contra-argumentos e refutá-los quando possível). Considerando a influência do contexto social na construção das opiniões do sujeito e, sendo a comunidade surda reduzida e usuária da LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), a produção de textos argumentativos em Língua Portuguesa escrita deste grupo seria desfavorecida de subsídios da Língua Portuguesa oral. A LIBRAS, língua oficial dos surdos, é considerada independente da Língua Portuguesa e os surdos usuários de ambas são reconhecidos como bilíngües. Diante do exposto, investigou-se se a surdez interferiria na habilidade de produção de textos argumentativos dos adolescentes. O público alvo do estudo foi escolhido em decorrência de ser a faixa etária convencional no exame do vestibular, posto que neste processo a redação em Língua Portuguesa escrita é obrigatória e o tipo de texto argumentativo ser predominante. Verificou-se também de que forma os textos argumentativos são produzidos pelos adolescentes surdos e as possíveis diferenças na estruturação de um texto argumentativo escrito por adolescentes surdos e adolescentes ouvintes. Os adolescentes ouvintes constituíram um grupo de controle para tornar possível esta comparação. O estudo foi realizado com a participação de 10 jovens de ambos os sexos (sendo 5 adolescentes surdos e 5 adolescentes ouvintes, com idades entre 15-20 anos). Os participantes do estudo pertenciam à mesma classe de 8ª série de uma escola inclusiva da rede pública estadual de Ensino Fundamental II da cidade do Recife, referência em educação para portadores de necessidades especiais. A atividade proposta foi composta pela construção de um texto escrito a partir de um questionamento que provocasse opiniões diversas e que fosse necessário que o aluno utilizasse a argumentação para justificar sua idéia. A atividade foi aplicada conjuntamente a todos os alunos pelas pesquisadoras com a colaboração da intérprete de LIBRAS da própria escola, na sala de origem e no horário de aula regular dos alunos. Os textos argumentativos produzidos por ambos os grupos, foram analisados por quatro juízes independentes com concordância mínima de 75%. Nesta análise levou-se em consideração a estrutura argumentativa, excluindo-se a qualidade literária. Nos principais resultados, 60% dos adolescentes surdos não apresentaram textos argumentativos, demonstrando dificuldade na construção deste tipo de estrutura textual, em contra-partida aos 100% dos adolescentes ouvintes que construíram textos argumentativos escritos. Os outros 40% dos adolescentes surdos, que elaboraram o texto argumentativo escrito, construíram textos menores em extensão e com menor variedade de tipos de justificativas do argumento em relação aos textos dos adolescentes ouvintes. Isto aponta haver diferenciação no que diz respeito à habilidade de produção de textos argumentativos escritos em Língua Portuguesa entre adolescentes surdos e ouvintes. Tendo em vista que a LIBRAS atende a um menor número populacional, ela pode ser um fator influenciador para a menor variedade de tipos de justificativas apresentadas pelos participantes surdos. Em relação a 60% dos participantes surdos não construírem um texto de estrutura argumentativa, seria necessário um estudo mais aprofundado para uma análise de outras possíveis variáveis que poderiam influenciar nesta habilidade.

**Palavras-chaves:** Argumentação, Surdos, Produção textual escrita

**Atividade:** A DIVERSIDADE TIPOLOGICA NA ESCOLA EXPRESSA COMO DISSIDÊNCIA (Comunicações Científicas)

**Trabalho:** A DIVERSIDADE TIPOLOGICA NA ESCOLA EXPRESSA COMO DISSIDÊNCIA

**Autor(es):** Terezinha Teixeira Joca, Francisco Silva Cavalcante Junior

**Resumo:** Os aprendentes que não se adaptam às regras rígidas e conteudistas das escolas apresentam inadaptação e insatisfação que podem adormecer seus conhecimentos e afastá-los das práticas acadêmicas através de atitudes dissidentes e adquirem o rótulo de maus alunos. Fundamentados nos pressupostos da Pedagogia Simbólica Junguiana, de Carlos Byington, e em seus conceitos básicos e, ainda, recorrendo a Carl Jung e aos pós-junguianos, objetivamos com este estudo desenvolvido na RELUS – Rede Lusófona de Estudos da Felicidade, inserido na linha de pesquisa “Produção e expressão sociocultural da subjetividade” apresentada pelo

Mestrado em Psicologia da Universidade de Fortaleza, averiguar a influência exercida pela escola na constituição do sujeito aprendiz-dissidente. Elegemos como abordagem de investigação a etnografia centrada na pessoa, proposta por Harry Wolcott, a qual possibilitou a análise e interpretação dos contos de vida de dois aprendizes (Drei e Dalila) tidos como maus alunos. Realizamos o trabalho de campo participando de eventos, que aconteciam no cotidiano de ambos, indo aos locais de “aprendizagem” que eram freqüentados por eles, visitando sua escola de origem, contatando com seus familiares e amigos. Como também, empregamos o teste psicológico Questionário de Avaliação Tipológica – Quati, criado pelo psicólogo brasileiro José Zacharias para compreender o processo de subjetivação desses aprendizes e para fazer um paralelo de suas tipologias com o tipo de escola por eles freqüentada. Através das características desta escola, procuramos identificar em qual tipo psicológico ela estaria inserida, a fim de compreender as semelhanças e divergências tipológicas dos aprendizes e da instituição. Registramos aproximadamente 220 horas com Drei e 180 horas com Dalila de trabalho de campo, durante o período de um ano letivo. A partir dos relatos dos colaboradores que se deu por meio de conversas gravadas e transcritas, comunicação escrita através do correio eletrônico e, ainda, o recurso de textos-sentido evocados por músicas, textos lidos e conversas sobre temas diversos, tornou-se evidente que a escola tem um papel fundamental na vida do aprendiz e quando as experiências vividas são negativas podem gerar sombras cronificadas que serão revividas, remexidas, a cada nova experiência. As escolas precisam atender às diversidades tipológicas para que possam responder aos diversos tipos de aprendizes e, diante deste estudo, uma das possibilidades que apontamos, é a proposta do professor Francisco Cavalcante Jr., através do Método (Con)texto de Letramentos Múltiplos e de uma Escola do Sujeito, que valoriza e incentiva a potencialidade e as múltiplas formas de expressão do sujeito aprendiz e que também, potencializa a Pedagogia Amorosa proposta por Byington atendendo à cognição e à emoção dos sujeitos em fase de aprendizagem na escola. Apoio: FUNCAP.

**Palavras-chaves:** etnografia,tipologia,dissidência,pedagogia simbólica,escola do sujeito

**Atividade:** CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PAPEL DO PSICÓLOGO NO SISTEMA PENAL DO RIO DE JANEIRO.  
(Experiências em Debate)

**Trabalho:**CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PAPEL DO PSICÓLOGO NO SISTEMA PENAL DO RIO DE JANEIRO.

**Autor(es):** Luiz Otavio Ferreira Luz,João Carlos Pivatto Lipke,Tatiane Vieira Curi,Jefferson Cruz Reishoffer,Pedro Paulo Gastalho de Bicalho

**Resumo:** O presente resumo aborda um campo de atuação do qual cada vez mais os profissionais da Psicologia estão se apropriando, o Sistema Penitenciário. No caso, o trabalho dos psicólogos na Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro (SEAP). Logo após a regulamentação da profissão no Brasil, em 1962, entraram os primeiros psicólogos no Manicômio Judiciário Heitor Carrilho, destinado aos infratores com algum tipo de transtorno mental. Mas foi somente com a implantação da Lei de Execução Penal em 1984 (LEP), que os psicólogos foram distribuídos para as diferentes unidades prisionais, tendo contato direto com os presos, tornando-se membro obrigatório da Comissão Técnica de Classificação (CTC) e também com a atribuição de emitir um parecer psicológico que, juntamente com o relatório social e o exame psiquiátrico compõem o Exame Criminológico. Este exame é pedido pelo juiz de execução da pena, que quer saber se o preso tem condições de receber os benefícios aos quais tem direito, como: progressão de regime, liberdade condicional, indulto e visita periódica ao lar. Ao longo desse tempo, no qual o psicólogo encontra-se no Sistema Penal, os profissionais da área sempre questionaram a prática desses exames e, também a participação nas CTCs, onde o preso sempre acaba por ser julgado novamente, por qualquer



falta disciplinar que este venha a cometer. Então, percebemos que o psicólogo é introduzido no Sistema Penal, a partir da LEP, sob o discurso de que estará realizando tratamento e reabilitação, isto é, uma forma bem ortopédica de atuação, onde o objetivo é corrigir as infrações cometidas pelo interno. Fazemos nossa uma questão colocada por Leila Maria Torraca de Brito, professora do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro: “seria função de psicólogos avaliar faltas disciplinares cometidas pelos detentos e estabelecer sanções?” Será que quando o psicólogo indica um benefício para a pessoa presa, a partir do parecer psicológico, ele está testemunhando que o Sistema Penal reabilitou o interno? Os psicólogos da SEAP apresentam os trabalhos que realizam nas unidades prisionais e discutem suas atribuições nos Fóruns Permanentes de Psicologia, realizados pela Coordenação de Psicologia, que faz parte da Subsecretaria de Tratamento Penitenciário. Nestas discussões estes profissionais entendem que é muito importante o acompanhamento psicológico dos presos, possibilitando para eles atendimentos individuais e em grupos onde se abordem o fato de estar preso, as saudades da família, as dificuldades que eles passam no cárcere, isto é, se tenta de alguma forma amenizar o sofrimento pelos quais essas pessoas passam ajudando a elaborar a sua condição de encarcerado, independente de serem inocentes ou culpados. Um dos objetivos desse trabalho é levantar o que os mais de 100 psicólogos da SEAP do Rio de Janeiro estão realizando em cada Unidade Prisional, além dos exames e das participações nas CTCs, e também de mostrar os projetos que foram impossibilitados de serem realizados por algum impedimento institucional, como questão de segurança por exemplo. O outro objetivo seria sempre manter um debate com psicólogos envolvidos nesta questão em todo o Brasil, como no Encontro Nacional dos Psicólogos do Sistema Prisional que teve como tema a “Atuação dos psicólogos no Sistema Prisional”, realizado a partir da parceria entre o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) com o Conselho Federal de Psicologia (CFP). E um debate, não só com os profissionais de nossa área, mas também com juízes, assistentes sociais, inspetores de segurança pública, isto é, com todos os envolvidos na questão carcerária. Pois temos que buscar entender: por que esses exames criminológicos são pedidos para nós da psicologia? Qual seria o real intuito? O fato de estar na lei, ou porque o juiz realmente acredita nestes exames? E já que não se pode deixar de fazê-los, como realizá-los sem estarmos sendo mais um a julgar e decidir sobre o futuro do interno? Em 2003, a nova Lei nº 10792 alterou os artigos 6º e 112 da LEP e, assim, suprimiu o acompanhamento da execução da pena pela CTC e o exame criminológico para os benefícios legais do livramento condicional e da progressão de regime, respectivamente, passando a ser exigido apenas a declaração de comportamento carcerário do preso emitida pelo diretor da unidade prisional. Contudo, no Rio de Janeiro, o juiz da Vara de Execuções Penais continua exigindo o exame criminológico. Por que? A busca da resposta para esta e as muitas outras questões abertas ao longo deste trabalho convoca a Psicologia a pensar uma nova forma de inserção do psicólogo no Sistema Penal.

**Palavras-chaves:** Sistema Penitenciário, Atuação do Psicólogo, Criminologia

**Atividade: A PRODUÇÃO TEXTUAL NA UNIVERSIDADE E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA DAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (Experiências em Debate)**

**Trabalho: A PRODUÇÃO TEXTUAL NA UNIVERSIDADE E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA DAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: ANÁLISE DE PROCESSOS MEDIACIONAIS E DISCURSIVOS**

**Autor(es):** Nilza Simões Corrêa de Albuquerque

**Resumo:** O que significa ler e escrever durante o curso de Pedagogia e, especificamente, no grupo de disciplinas que têm como objeto de estudo “Língua Portuguesa e Metodologia da Linguagem”? Como o alunado se constitui o sujeito leitor-escritor de trabalhos técnicos na área de linguagem, em sua formação de professor de Língua Portuguesa? O que entra em jogo quando se está a ler pesquisas e artigos sobre os processos envolvidos na aprendizagem da leitura e escrita? Em que instâncias institui-se o leitor no texto escrito? Não pretendo, nesta comunicação, responder essas questões, mas declarar que preocupações com essas são objeto constante de reflexão e ação, na formação de futuros professores de Língua Portuguesa. Esta

comunicação discute os desdobramentos da vivência dos alunos, seres em formação intra e intersubjetiva. e contempla a parte dessas disciplinas que têm 15 horas dedicadas formalmente à “Prática como componente curricular”. Este relato aborda, especificamente, uma das atividades de preparação dos alunos para a observação das classes de 3ª e 4ª série em escolas que os acolheram, em 2006.2. Apresento, para exemplificar os processos mediacionais desencadeados pela atividade, citações do relatório de uma aluna, Sheila, que, estimulada para buscar outros interlocutores para sua produção, logrou apresentar os resultados de sua replicação da pesquisa em um congresso científico sobre formação de professor. Primeiramente, destaco alguns pressupostos teóricos de minha reflexão sobre o trabalho docente que desenvolvo. Numa visão bakhtiniana e mediacional vigotskiana, compreendo a linguagem que usamos para ler o mundo como a que determina, em grande medida, a forma como pensamos e agimos no e sobre o mundo, uma vez que não existe uma realidade fora da linguagem e dos signos, e que a linguagem e os signos não representam uma realidade autônoma nem estão em correspondência com uma realidade que existe para além de nós. Analiso os processos de ensino e aprendizagem a partir das formações foucaultianas de poder, destacando dimensões discursivas, mediacionais e dialógicas, percebendo, a partir desses enfoques, ser uma necessidade vital para o alunado sua tomada de consciência sobre a dialogicidade da vida, especialmente, das relações pedagógicas, para sua futura atuação como professores de língua portuguesa. Parto do princípio de que constituir linguagem é constituir sistemas de referências do mundo, e também de que a constituição do sujeito da linguagem e do conhecimento está imbricada à formação subjetiva de ser professor. A sequência de atividades preparatórias iniciou com a escolha de pesquisas, para replicar, quer no Portal da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação (Anped -<http://www.anped.org>), de pesquisas do Grupo de Trabalho 10 – Alfabetização, Leitura e Escrita, quer em livros da literatura indicada. Após a escolha, houve um seminário de apresentação das pesquisas escolhidas. Esta atividade revelou-se altamente significativa para o alunado. Foi comum, no referido seminário, a expressão “nossa pesquisa”, revelando uma relação significativa de aprendizagem e envolvimento com os pressupostos, metodologia de pesquisa e os resultados encontrados. Concluído o seminário, foi planejada a replicação, que, às vezes, implicou adaptação da metodologia. Quando acontecia, tinha que ser justificada. Tudo isso ofereceu familiaridade com este tipo de texto e o exercício de pesquisa na formação para a docência. A atividade de replicação de pesquisas tem facilitado a familiaridade dos alunos com este tipo de literatura. É possível inferir os processos discursivos pelos quais o alunado passa, tomando o discurso de pesquisadores, e apropriado das referências, dá-lhe o significado próprio, subjetivo. Sheila foi para a escola que a acolheu com o olhar sensível para desconstruir a complexidade do cotidiano escolar, e respaldo científico. Realizou a replicação da pesquisa de Cecília Góes e Ana Smolka sobre produção de textos em uma turma de 3ª série do Ensino Fundamental de uma escola particular. A coleta de dados foi realizada através da observação e registro da prática da professora e entrevista, após a análise preliminar dos dados. Um dos seus objetivos foi observar a atividade de produção de textos escritos. Destaco de seus registros, as seguintes citações: a) “Acho primordial para minha formação como professora de Língua Portuguesa, a compreensão dos processos de ler e escrever, que devem ser analisadas levando-se em conta a qualidade das condições de produção e o papel fundamental dos interlocutores da criança na sala de aula”. b) “O processo de produzir um texto não começa e termina com as primeiras e as últimas palavras registradas. A situação que desencadeia a atividade já começa a prefigurar o texto, pois caracteriza seus propósitos e a destinação e antecipa as possibilidades de repercussão”. Pondero que Sheyla tomou o discurso de Smolka e Góes e, apropriada das referências, dá-lhe o significado próprio, subjetivo, como futura professora de Língua Portuguesa. Seu texto revela suas aprendizagens, demonstra competência e sensibilidade diante de práticas instaladas, buscando-lhes o sentido e teorizando-as. Seu discurso revela um universo lingüístico e conceitual propício a novas relações de ensino-aprendizagem.

**Palavras-chaves:** formação de professores, prática pedagógica, Interação socioafetiva, procedimentos metodológicos

**Atividade: O ENSINO DA CONTABILIDADE: UM ESTUDO A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA (Paineis)**

## **Trabalho:**O ENSINO DA CONTABILIDADE: UM ESTUDO A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA

**Autor(es):** Cristiane Barbosa Tavares, Mírian Barbosa Tavares Raposo

**Resumo:** O ENSINO DA CONTABILIDADE: UM ESTUDO A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA Como professora de Contabilidade, especificamente Análise de Balanços, num curso de Administração de Empresas numa faculdade privada do Distrito Federal venho vivenciado alguns problemas relacionados à aprendizagem dos alunos, entre eles: a diversidade do nível de conhecimentos dos alunos a respeito da contabilidade; e a dificuldade de compreensão da importância da contabilidade para sua formação profissional enquanto administradores. Em razão desses fatos desenvolvi um estudo na área da psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem com o objetivo de construir algumas considerações que poderão tanto facilitar minha ação pedagógica quanto indicar caminhos para mostrar aos alunos de administração as contribuições da contabilidade para alcance de seus objetivos profissionais. Era nossa intenção especificamente buscarmos formas mais eficazes para o ensino da contabilidade para não contadores, principalmente, para alunos do curso de administração de empresas. Neste sentido iniciamos nossos estudos utilizando-nos das contribuições de Maximiliano (2004) e Sá (2005) e definimos como papel do administrador, de qualquer escalão, planejar, organizar, dirigir e controlar todos os recursos necessários, desde financeiros, humanos até máquinas e equipamentos. Cabe a ele, ainda, buscar o máximo de resultados com o mínimo de esforços. Para atender a esse desafio é importante que o profissional tenha conhecimentos a respeito de como uma estratégia pode afetar o seu patrimônio. Entendemos que, nessa direção, a contabilidade, juntamente com a análise de balanço, permitirão que esta avaliação seja feita a qualquer tempo, uma vez que possibilitam que o administrador leia e interprete sua realidade e tenha informações para agir a partir delas. A partir dessa definição buscamos as contribuições nas teorias de desenvolvimento e aprendizagem de Skinner, Rogers, Piaget e Vygotsky a fim de nos instrumentalizarmos para análise das questões teórico-práticas abordadas em cada uma dessas teorias e refletirmos sobre a relação entre desenvolvimento e aprendizagem na nossa prática pedagógica. O estudo teórico dessas teorias realizou-se durante um semestre letivo e foi realizado de forma que fomos colocados como praticantes reflexivos diante de nossa prática pedagógica, de forma que assumíamos o compromisso com o avanço de conhecimentos e com o nosso aperfeiçoamento profissional, numa perspectiva de pesquisadores na ação (Raposo, 2006). Para melhor compreendermos as contribuições e limitações de cada uma das teorias de desenvolvimento e aprendizagem estudada utilizamos alguns temas que consideramos de extrema relevância para auxiliar na tarefa de ensinar e aprender contabilidade, entre eles: currículo, aprendizagem significativa, conhecimentos prévios, motivação, avaliação e situação-problema. Durante a pesquisa constatamos que para Skinner a observação do currículo é fundamental. A aprendizagem será significativa se representar o contexto cultural em que o indivíduo está inserido. Na situação-problema deveríamos buscar as respostas verdadeiras, que representar o consenso social. A avaliação ocorre no final de cada fase de ensino e deve ser organizada de forma que o aluno possa apresentar respostas coerentes com o que foi ensinado. Existe uma resposta correta que é culturalmente aceita. A motivação é extrínseca e a aprendizagem é significativa quando representa o contexto cultural em que o indivíduo está inserido. Para Roger o currículo não tem grande importância, considerando que o indivíduo é que estabelece seus objetivos. Na avaliação o ensino está centrado na pessoa o que implica técnicas de não-diretividade. Despreza-se qualquer padronização de produtos de aprendizagem e, por conseqüência, defende-se uma avaliação baseada na auto-avaliação. Na situação-problema todas as respostas estariam corretas, sem avaliação do melhor resultado. A motivação é intrínseca e a aprendizagem será significativa a partir do respeito aos conhecimentos prévios dos alunos e aos objetivos individuais. Para Piaget e Vygotsky o currículo será observado sendo que será respeitado o momento de cada aluno. Na avaliação, segundo Piaget, todas as respostas seriam consideradas, contudo, o professor deveria provocar o aluno em direção às respostas culturalmente aceitas, provocando subseqüentes situações de desequilíbrio mental. Para Vygotsky na avaliação todas as respostas seriam consideradas, contudo, o professor deveria provocar o aluno em direção ao seu nível potencial, que o levará às respostas culturalmente

aceitas. A motivação será tanto extrínseca como intrínseca para ambos. E a aprendizagem será significativa se respeitado os conhecimentos prévios dos alunos, contudo com direcionamento para o conhecimento cultural construído historicamente. Considerando as impressionantes contribuições para a educação dessas teorias, dentro de minha sala de aula observei que para cada abordagem da teoria contábil cabe perfeitamente as contribuições de um teórico ou a combinação delas.

**Palavras-chaves:** docencia,contabilidade,desenvolvimento,aprendizagem

**Atividade: Aprender Brincando  
(Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Aprender brincando: o papel do lúdico na aprendizagem

**Autor(es):** Ingrid Araújo de Andrade Silva,Rebecca Tavares de Melos Toscano de Brito,Juliana Tavares Maurício,Leane Lima de Oliveira,Cynthia Tâmara Salles Serpa

**Resumo:** O presente estudo teve como objetivo analisar a relação do lúdico como facilitador da aprendizagem na sala de aula. Para alcançarmos tais objetivos da pesquisa e conseguirmos as informações e dados necessários, foi utilizado um questionário semi-estruturado, contendo quatro questões subjetivas e cinco questões objetivas, que foram aplicados em 26 professores que lecionam da 1ª a 4ª série. Nas sociedades de mudanças aceleradas em que vivemos, somos sempre levados a adquirir competências novas, pois é o indivíduo a unidade básica de mudança. A utilização de brincadeiras e jogos no processo pedagógico faz despertar o gosto pela vida e leva as crianças a enfrentarem os desafios que lhe surgirem. Foi possível através deste estudo mostrar o quanto o “lúdico” pode ser um instrumento indispensável na aprendizagem, no desenvolvimento e na vida das crianças, tornar evidente que os professores e futuros professores devem e precisam tomar consciência disso, saber se os professores atuantes têm conhecimento de alguns conceitos, como o “lúdico” e a “brinquedoteca” e muitas outras questões sobre a relação do brincar com a aprendizagem e o desenvolvimento da criança. A partir disso, vamos tornar evidente a importância do “lúdico” e como ele, os jogos, os brinquedos e as brincadeiras podem ser importantes para o desenvolvimento e para a aprendizagem das crianças. A ludicidade é assunto que tem conquistado espaço no panorama nacional, principalmente na educação infantil, por ser o brinquedo a essência da infância e seu uso permitirem um trabalho pedagógico que possibilita a produção do conhecimento, da aprendizagem e do desenvolvimento. De acordo com os dados obtidos a partir da visão dos entrevistados, constatamos que o lúdico exerce um papel importante na aprendizagem das crianças, onde 96,1% dos professores responderam que é possível reunir dentro da mesma situação o brincar e o educar. Identificamos que 76,92% dos professores possuem conhecimentos acerca do tema. A partir do exposto pudemos concluir que a maioria dos professores “obtem” certo conhecimento sobre o tema, porém observamos ainda que é necessário tanto nas escolas públicas quanto privadas, uma maior conscientização no sentido de desmistificar o papel do “brincar”, que não é apenas um mero passatempo, mas sim um objeto de grande valia na aprendizagem e no desenvolvimento das crianças. Sendo assim a escola e, principalmente, a educação infantil deveria considerar o lúdico como parceiro e utilizá-lo amplamente para atuar no desenvolvimento e na aprendizagem da criança, como um facilitador da aprendizagem e um mecanismo de aperfeiçoar as suas aulas.

**Palavras-chaves:** Lúdico, Aprendizagem, Educação

**Atividade: Jogos coordenados e aprendizagem: Sera que esse casamento da certo  
(Paineis)**

**Trabalho:** jogos coordenados e aprendizagem: Sera que esse casamento da certo

**Autor(es):** Ludimila Araujo Freire,Ágatha Georges Reis Khouri,Selena Vieira Damásio,Kécia Passos,Livia dos Santos Santana

**Resumo:** Resumo O presente projeto, tem como objetivo incentivar os professores de escola pública na construção de novos métodos de ensino para a utilização dos jogos no cotidiano da sala de aula. Sendo assim se faz necessário, a formação e treinamento do professor para que se relacione os jogos coordenados - que são atividades com mediação do professor visando atingir um objetivo educacional específico - e aprendizagem de forma que tanto o educador, quanto o educando, se envolvam no processo, e obtenham uma conseqüente melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem.Os jogos são uma forma de lazer no qual estão presentes as vivências de prazer e desprazer. Representam uma fonte de conhecimento sobre o mundo e sobre si mesmo, contribuindo para o desenvolvimento de recursos cognitivos e afetivos que favorecem o raciocínio, tomada de decisões, soluções de problemas e o desenvolvimento do potencial criativo. Assim este instrumento (os jogos) está inserido num sistema de regras, as quais estão presentes independentemente de quem brinca. Estas regras são produzidas à medida que se desenvolve o jogo e só existe quando aceitas por todos que jogam, no decorrer da situação, torna-se um espaço de decisão que está relacionada à liberdade de ação, ao desejo pessoal e ao de se relacionar com o outro.A concepção de jogos varia de acordo com autores, épocas e culturas, o termo deve ser investigado no contexto social e cultural em que está sendo empregado, se afastando da idéia que se tem de brinquedo, pois o brinquedo não tem uma função definida sendo uma atividade que apresenta apenas um expressivo valor simbólico.O psicólogo assim tem um papel muito importante neste processo, pois ao adentrar o cotidiano escolar teria acesso às várias dimensões da instituição. Ao intervir no cotidiano, este propiciaria situações onde as práticas sociais teriam condições de serem resignificadas. A estruturação do trabalho será, portanto, envolver o coletivo escolar, assegurando e proporcionando a participação democrática de todos os segmentos que vivenciam a escola, seja em termos educativos, afetivos e lúdicos. A metodologia será baseada na interação ativa dos estudantes de psicologia, psicólogos presente na escola e professores. Para tanto o método interativo-expositivo se faz bastante pertinente pois possibilitará a emergência de reflexão acerca da importância da utilização dos jogos na facilitação da aprendizagem. Irão ser realizados seis encontros semanais, em uma mesma escola, cada um com duração de quatro horas, em momentos disponibilizados pela direção da escola. Onde os alunos de psicologia juntamente com sua orientadora, proporcionarão um ambiente de reflexão, envolvendo os professores em diversas atividades onde incluirão os jogos coordenados nas atividades e conteúdos escolares.

**Palavras-chaves:** jogos coordenados,formação de professores,processo de aprendizagem

**Atividade: Problematizando e desconstruindo em busca de soluções (Experiências em Debate)**

**Trabalho:**Problematizando e desconstruindo em busca de soluções

**Autor(es):** Marcia Araripe Mello,Priscila Fernandez de La Pradilla Andrade Mota

**Resumo:** A escolha profissional é uma das primeiras decisões importantes que o jovem tem que tomar e deve levar em consideração seus gostos, interesses, habilidades, assim como informações sobre as profissões o mercado de trabalho e oportunidades futuras. Entretanto, fatores como as expectativas familiares e dos amigos, bem como as expectativas pessoais muitas vezes dificultam este processo, especialmente para jovens que estão passando por uma fase de amadurecimento emocional. Nosso trabalho em análise vocacional refere-se à construção de um processo de escolha que se dá pela utilização de diversos instrumentos de forma a trabalhar o autoconhecimento e estimular o jovem a participar efetivamente da busca por

sua profissão. Ou seja, esta atuação não tem por objetivo dar respostas prontas ou indicar a profissão que melhor se encaixa à vocação de cada um. De acordo com pesquisas do IBGE (apud Mônica Oliveira Gonçalves), apenas 5% dos vestibulandos mostram-se seguros quanto a sua escolha profissional. Além disso, de cerca de 500.000 alunos que ingressam nas faculdades a cada ano, 48% desistem do curso posteriormente. Acreditamos que o trabalho de análise vocacional possibilita escolhas mais maduras e contribui para a diminuição da evasão das universidades em função de insatisfação com o curso escolhido. Bertelli (2001) concluiu que o amadurecimento emocional é fator fundamental da evasão da universidade. A demanda da Divisão de Psicologia Aplicada da Universidade Federal do Rio de Janeiro - DPA, corresponde a jovens de classe média, estudantes do Ensino Médio, que buscam obter uma orientação acerca de uma profissão ideal. As duas maiores dificuldades apontadas por estes jovens no processo decisório são a falta de conhecimento acerca das profissões, bem como de seus próprios desejos. A proposta do trabalho é ao longo de 12 encontros, que ocorrem em grupo, ajudar a desconstruir os estereótipos criados acerca das profissões, estimulando uma reflexão crítica durante o processo de escolha profissional. Ao longo das atividades, utilizam-se testes psicológicos – Levantamento de Interesses Profissionais e Escalas de Personalidade Comrey - e dispositivos que propiciam a dinamização do grupo. Como dito anteriormente, não temos o objetivo de apontar aos orientandos uma profissão a ser seguida ao final das atividades, entendemos que a nossa função é a de auxiliar no processo de escolha, o qual deve, entretanto, ser individual. Ao longo dos encontros, são destacadas variáveis que influem na escolha como o estilo de vida que acompanha cada profissão, remuneração, mercado de trabalho, aptidões pessoais, estereótipos envolvendo cada profissão, opiniões familiares, entre outros. Destacamos ainda que nenhuma escolha é estática, ou seja, dentro de cada profissão o orientando irá localizar as áreas de atuação que mais têm a ver com seu estilo. Desde os primeiros encontros, surgiu uma comparação entre duas grandes escolhas da vida, como a escolha profissional e o casamento. O processo de análise vocacional seria equivalente ao “ficar” dos jovens e teria como objetivo conhecer mais acerca das profissões, sem um compromisso firmado. Os passos seguintes seriam namoro (fase de vestibular), noivado (época da faculdade) e casamento (atuação profissional). Ao final dos encontros, perguntamos aos orientandos o que eles consideraram mais relevante durante o processo, o que mais os ajudou, e obtivemos as seguintes respostas: foram eliminadas algumas dúvidas, o que possibilitou uma melhor delimitação dos campos de atuação, e surgiram algumas profissões que não haviam sido pensadas anteriormente. Nem todos os orientandos terminaram o processo com uma profissão definida. No entanto, todos se mostraram mais seguros acerca de como dar os próximos passos, variando de busca por mais informações a reflexão sobre seus desejos.

**Palavras-chaves:** Orientação Vocacional, Profissão, Escolha

**Atividade:** Educação Inclusiva  
(Paineis)

**Trabalho:** Educação Inclusiva: um percurso de cidadania

**Autor(es):** Ivana Moraes de Alencar

**Resumo:** Educação Inclusiva: um percurso de cidadania Este trabalho é fruto de minha experiência como psicóloga e docente da disciplina de Educação Inclusiva do Curso de Pedagogia da Universidade São Marcos, em São Paulo. Segundo Aranha (2001) a inclusão de pessoas com necessidades especiais é um projeto construído por todos: família, escola, comunidade e diferentes setores da vida pública. A relação da sociedade com as pessoas com necessidades especiais vem se modificando no decorrer dos tempos, da ideologia pela normalidade ao processo de desinstitucionalização; integração e finalmente a inclusão, que prioriza o desenvolvimento do sujeito e os aspectos psicossociais para que o indivíduo possa ter acesso e participação na comunidade. Diversos autores afirmam que a educação Inclusiva é um movimento mundial, no qual as pessoas excluídas e a sociedade buscam efetivar a equiparação de oportunidades para todos. Durante o semestre os alunos realizam visitas às escolas que praticam a inclusão e fazem entrevistas com os professores, coordenadores, diretores, famílias e observação de campo; com o intuito de identificação de demandas passíveis de intervenção. Está

disciplina tem como objetivo instrumentalizar educadores e profissionais da saúde no trabalho junto às comunidades inclusivas, levando em consideração o valor social da igualdade; minimizar a resistência à inclusão e oferecer subsídios para uma atuação mais efetiva junto às pessoas com necessidades especiais. O fim de práticas educacionais excludentes propicia uma renovação para a escola e os seus integrantes. O fato da discussão sobre pessoas com necessidades especiais ter ampliado, vem mobilizando educadores, cidadãos e a sociedade como um todo para uma relação de respeito e igualdade. Como afirma Aranha (2001) aprendemos convivendo com a diversidade, que é uma experiência enriquecedora para a sociedade como um todo. Os obstáculos existem e faz-se necessário a quebra de barreiras físicas, sociais e psicológicas. Para tal é imprescindível a atuação da família, escola, educadores, cidadãos e comunidade para o planejamento de ações efetivas, sendo fundamental uma discussão em larga escala das políticas públicas e educacional. Após os alunos desenvolverem atividades diversas tais como: dinâmicas de grupo e jogos, com a equipe que trabalha com inclusão constatou-se mudanças de atitudes e de posturas dos educadores, com eliminação e/ou minimização de preconceitos e barreiras existentes e, conseqüentemente a adoção de um comportamento mais democrático e respeitoso diante da diversidade humana para a construção de um novo paradigma. Neste sentido, vale lembrar o que autores conceituados sobre educação inclusiva estão ressaltando, ou seja, para uma inclusão bem sucedida é fundamental a reestruturação do sistema educacional e da sala-de-aula.

**Palavras-chaves:** educação inclusiva, cidadania, necessidades especiais

**Atividade: DISCUSSÃO DA PRÁTICA DESENVOLVIDA A PARTIR DAS MEMÓRIAS E HISTÓRIAS ESCOLARES DE ACADÊMICOS DE PSICOLOGIA EM FORMAÇÃO PARA PROFESSORES (Experiências em Debate)**

**Trabalho: DISCUSSÃO DA PRÁTICA DESENVOLVIDA A PARTIR DAS MEMÓRIAS E HISTÓRIAS ESCOLARES DE ACADÊMICOS DE PSICOLOGIA EM FORMAÇÃO PARA PROFESSORES**

**Autor(es):** Lara Nassar Scalise, Renata Christina Santos do Valle

**Resumo:** Este trabalho é o relato das memórias e histórias escolares de acadêmicos de psicologia, do quinto semestre da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, realizado no primeiro semestre 2006, que se encontram em formação para professores. Uma das lacunas na formação dos professores é a dificuldade de se reconhecer como instrumento de sua própria prática, não trabalhamos somente com teorias e conteúdos, mas com nossos sentimentos, emoções, aprendemos a ser não nascemos sendo isto ou aquilo, nas relações que experienciamos iremos nos construindo como pessoa e como profissionais. Somos portadores de variadas experiências e assim vamos dando sentido a nossa prática. Ter consciência pode ajudar a se reconhecer em formação, muda a concepção de aprendizagem e de ensino. Ao ressignificar nossas próprias experiências escolares podemos transformar a idéia apenas tecnológica da formação valorizamos a formação pessoal e sua importância na inédita forma de construir a educação, ou seja, se construindo também, caminhando junto. Desta forma o trabalho realizado junto aos acadêmicos teve uma introdução dessas questões que valorizamos na formação de professores. Mas como fazer com que os alunos possam compreender estas questões, visto que se encontram em formação, não estão na prática para observar seu próprio comportamento. Foi com este nó que pensamos em desenvolver uma leitura inicial de suas próprias experiências escolares. Assim proposta desta atividade teve por objetivo enriquecer a compreensão a respeito dos alunos em formação fornecendo subsídios para que os mesmos possam refletir sobre a profissão docente e sobre sua própria formação, mediante o lembrar e relatar suas memórias e histórias de vida escolares. Atividade foi desenvolvida em sala de aula, inicialmente utilizou-se da técnica da escrita das memórias mais significativas de suas vidas em relação as experiências escolares, seguida por um encontro em que os acadêmicos sub-divididos em 4 grupos socializaram suas histórias, concluindo num último momento com encontros individuais a fim de investigar individualmente através da história oral as contribuições destes relatos de experiências na compreensão do

estudo nos processos de formação de professores. A proposta de análise teve por finalidade encontrar os nexos nos relatos de suas vivências escolares reconhecidas como significativas para sua formação e conseqüentemente futura atuação profissional, o que nos permitiu observar uma proposta de formação que ao explorar as experiências, através das memórias e histórias de vida, tornam-as uma vertente importante para a formação de professores. Os resultados obtidos nos proporcionou discutir uma formação que não se constitui somente no curso de graduação ou na formação continuada, mas nas experiências pessoais vividas, produções de sentidos, de memórias e de histórias que se entrelaçam com sua prática docente e que, portanto, reflete na sua constituição profissional.

**Palavras-chaves:** atividade acadêmica em psicologia, memórias, histórias escolares, formação de professores

**Atividade: Desvelando um contexto, repensando caminhos: questionamentos em torno do papel do psicólogo escolar face às práticas de coordenação pedagógica em uma escola pública municipal de Natal/RN (Paineis)**

**Trabalho:** Desvelando um contexto, repensando caminhos: questionamentos em torno do papel do psicólogo escolar face às práticas de coordenação pedagógica em uma escola pública municipal de Natal/RN

**Autor(es):** Soraya Souza de Andrade, Cynthia Medeiros

**Resumo:** Este trabalho deriva de uma pesquisa de mestrado, cujo tema foi a prática de coordenação pedagógica no âmbito do ensino público municipal, tendo em vista as aproximações necessárias com o cotidiano do campo pedagógico apontadas nas produções recentes em psicologia (Souza, 1997; Machado, 1997; Freller, 1997). Nosso objetivo geral foi, compreendendo a configuração da rede de relações local de uma equipe de coordenação pedagógica, as funções assumidas pelos (as) profissionais, as relações por eles (as) estabelecidas com cada um dos elementos da escola (pais, alunos, funcionários e professores) e as demandas por eles feitas à psicologia, poder produzir elementos para refletir sobre as teorizações em torno das práticas psicológicas e as sugestões feitas sobre as parcerias com esse grupo de profissionais. Para tanto, realizamos uma caracterização sobre os mesmos enquanto grupo por meio de uma pesquisa documental junto à Secretaria Municipal de Educação do Município do Natal/RN. Posteriormente, por meio da realização de observações participantes, de entrevistas e de um grupo de discussão, mergulhamos no cotidiano da Escola Municipal Professora Emília Ramos, a qual é marcada por uma história propiciadora da construção de um trabalho de reconhecido sucesso no enfrentamento do desafio cotidiano de alfabetizar crianças de classes populares. Os documentos evidenciam pouca clareza na definição das atribuições e exigências para o exercício da função, o que pode ser considerado um reflexo das dificuldades de responder às muitas mudanças experimentadas na estruturação do sistema de ensino após a LDB 9.394/96, tanto dos cursos de pedagogia quanto da própria legislação, mais especificamente no que diz respeito às exigências à formação e à atuação docente. Na escola pesquisada, isto se evidencia na peculiaridade com que se estruturou o trabalho das 7 profissionais que foram sujeitas de nossa pesquisa. Mesmo diante da necessidade de atender às diferentes e verticais determinações advindas da SME – Natal/RN, muitas vezes destoantes das necessidades reais da escola, e de uma formação inicial nem sempre favorecedora de referenciais orientadores para esse tipo de atuação, prevalece naquele contexto a preocupação e o esforço de realização de um trabalho coerente com as demandas cotidianas. Dessa forma, as profissionais pesquisadas atuam cooperativamente junto à direção da escola, voltadas prioritariamente para o acompanhamento do trabalho dos professores docentes, com ênfase na promoção da formação continuada dos mesmos. Atuam ainda na interface família-escola e diretamente junto aos alunos, principalmente mediando situações de conflito. Como demandas à psicologia, foram trazidos o suporte emocional para os profissionais da escola, a orientação às famílias com situações peculiares de risco social e também a colaboração no esclarecimento de questões específicas da área, mas relevantes ao campo pedagógico. Tal quadro evidenciou que é possível, na educação pública, constituir-se um esquema de trabalho marcado pelo esforço de aprimoramento do domínio e uso



das teorias, técnicas e estratégias pedagógicas, mesmo em face às muitas adversidades que cercam essa realidade. Percebemos ainda que, desse modo, à psicologia é solicitado servir-se de sua especificidade para dialogar com o pedagógico, e não substituí-lo. Assim, o trabalho reforça a necessidade de se problematizar o que vem sendo definido como papel do psicólogo escolar, especialmente no que diz respeito ao modo de sua participação no processo de formação continuada docente.

**Palavras-chaves:** Coordenação pedagógica, Ensino público municipal, Papel do psicólogo escolar

**Atividade:** A AUTO-ESTIMA EM ALUNOS DE CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR POPULAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** A AUTO-ESTIMA EM ALUNOS DE CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR POPULAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**Autor(es):** Cristiane Barros Marcos, Aline Anacleto, Adriana Garcia Stefani, Roberto Moraes Cruz

**Resumo:** Pesquisar a respeito da auto-estima é uma tarefa de extrema relevância pois o conhecimento acerca desse fenômeno contribui para a compreensão das relações interpessoais e do comportamento humano. Cientes da importância de um grau elevado de auto-estima, em particular em populações que apresentem determinadas carências, como no caso daqueles que almejam ingressar no ensino superior mas não possuem meios para estudar em cursinhos comerciais desenvolvemos essa pesquisa, com o objetivo detectar o grau de auto-estima existente em alunos de um cursinho pré-vestibular popular do estado de Santa Catarina. O grau de auto-estima está diretamente relacionado com as atitudes que o indivíduo apresenta. Então, o grau de auto-estima do sujeito pode estar influenciando suas atitudes diante do estudo, bem como na sala de aula e dessa forma, relacionar-se com o desempenho, por exemplo, no vestibular. Os estudantes podem encontrar nos cursinhos sociais uma oportunidade de ascensão profissional e social. Passam a ter possibilidades e ideais que muitas vezes sequer foram mencionados ao longo do seu desenvolvimento. Por vezes depositam nessa oportunidade de estudo a sua confiança e também a daqueles de sua convivência, na expectativa de melhorias de vida. Nesse momento, a valorização que colocam (ou não) a seu próprio respeito influencia a forma como se comportam na situação de estudo. Então o grau de auto-estima é evidenciado como um dos fatores que poderá contribuir no ingresso destes alunos no ensino superior. Diante de tais constatações, buscou-se através do estudo e construção de escala de medida de auto-estima. Participaram desta pesquisa 43 alunos regularmente matriculados e freqüentando cursinho pré-vestibular popular em Santa Catarina. As informações para análise desses requisitos foram obtidas através de visita ao cursinho mencionado. Este estabelecimento surgiu para atender a necessidade de estudantes que não dispõem de recursos financeiros para freqüentar cursos preparatórios para o vestibular. É gratuito e tem vagas limitadas. A pesquisa foi feita através de aplicação de inventário com o objetivo de medir o grau de auto-estima em sujeitos na situação de cursinho pré-vestibular popular. Os resultados deste estudo indicaram que sujeitos mais jovens apresentam sua auto-estima mais elevada. Diante disso discutiu-se possibilidades para tal, quiçá por estarem em maior número no cursinho pré-vestibular, por estarem vivenciando uma situação que está dentro do esperado socialmente para sua faixa etária, ou ainda por trazerem um repertório quantitativamente menor de fracassos e repressões. A medida de auto-estima apresentou maior destaque naqueles que estão envolvidos com atividades de trabalho além do estudo, despertando-nos para a realidade dessa população, na qual existe a dificuldade financeira e portanto trabalhar e participar na renda da família torna-se indispensável. Com isso aquele que consegue conciliar o emprego e o estudo está cumprindo o papel a ele atribuído dentro do sistema de valores de seu meio. Em relação a já ter ou não prestado vestibular, surgiu, na análise de dados desta pesquisa um escore maior em sujeitos que já haviam prestado vestibular uma vez ou mais do que em sujeitos que não haviam prestado até

então. Tal resultado não dá margem à concepção de que o “não se classificar” acarreta em deterioração da crença em si mesmo, mas evidencia uma tendência contrária na qual aquele que já vivenciou a experiência da prova demonstra-se mais confiante. Então pode-se pensar que aquele que está aguardando algo desconhecido, que é no caso a prova do vestibular, pode vir a ser detentor de maior nível de ansiedade e insegurança as quais relacionam-se com sua auto-estima. Por ser um tema importante e pouco pesquisado se levarmos em conta todas as variáveis que podem estar sendo causa e/ou consequência no grau de auto-estima do sujeito, evidencia-se a necessidade de mais estudos, inclusive na busca por detalhamento acerca dos resultados discutidos nesta pesquisa. Uma maior compreensão do fenômeno auto-estima pode contribuir para inovação e melhorias nas formas de intervenção do profissional de psicologia dentro do cursinho popular. Desse modo os vestibulandos terão alguém qualificado que os auxilie a reestruturar seus esquemas de estudo através de uma resignificação de seu posicionamento diante de si mesmo.

**Palavras-chaves:** Auto-Estima, Vestibular, Cursinho Popular

**Atividade: O silêncio dos docentes  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** O silêncio dos docentes

**Autor(es):** Deise Franco Sant'Ana

**Resumo:** Esta pesquisa resulta de minha experiência como psicopedagoga numa escola pública de Maceió cujo cotidiano era marcado por cenas que envolviam o uso de drogas dentro da escola. Entretanto, o que me chamava a atenção era o silêncio dos professores em relação a essas cenas: tudo era muito velado. Foi exatamente a partir de entrevistas informais que percebi como tudo que se relacionava à droga na escola era velado nos discursos. Esses primeiros contatos me levaram a pensar em denunciar aquela situação tão clara aos meus olhos de pesquisadora. Diante dessas ocorrências procurei os professores fora do espaço escolar para realizar com eles entrevistas semi-estruturadas. Nessas entrevistas o que ficou evidente foi o medo de perderem a vida, pois o tráfico de drogas gera uma violência que perpassa tudo: a “lei do silêncio”; as relações interpessoais na escola e o trabalho pedagógico. Compreendi, então, que o processo ocorre da seguinte forma: se o aluno que usa droga na escola é denunciado à polícia poderá ser preso; em sequência o policial vai em busca do traficante que exerce um poder paralelo e violento em relação à polícia e à escola. Gerando o medo que desliza no discurso dos professores. Por tudo isso, o campo de interesse desta pesquisa é o medo que pode ser objeto de estudo de vários campos da ciência: sociologia, economia, psicologia social, sociologia. Entretanto o lugar de onde olho esse medo é o lugar da educação, verificando o desenvolvimento das atividades do ponto de vista cognitivo, pedagógico. A fim de observar como o medo interfere no desenvolvimento dessas atividades, elegi a Análise do Discurso, para entender por que a escola silencia diante dessa violência, ao velar o uso e o tráfico de drogas na escola. Para tanto, fiz um recorte de três entrevistas, restringi o interesse sobre o que estava por trás desse silêncio. Além de entrevistas informais e semi-estruturadas realizadas com professores de escolas estaduais e municipais de Maceió; coletei, em reportagens de jornais alagoanos, o discurso produzido em entrevistas e depoimentos de professores vitimados pela violência do tráfico. Todos os discursos convergem para a questão do medo, pois denunciar tem consequência (risco de morte). A partir disso, buscou-se identificar as condições de produção dos discursos desses professores. Além de discutir a relação entre as influências do contexto em interação com esses sujeitos específicos dentro da escola e o silêncio sobre a violência das drogas, através de uma perspectiva psicanalítica. Os depoimentos dos professores foram tratados através da análise das práticas discursivas que focou quatro categorias: dêiticos de discurso, repertórios lingüísticos, retórica utilizada e implicaturas conversacionais. Tomou-se como referencial teórico para Análise do Discurso (AD), os pressupostos de Michel Pêcheux, perspectiva teórica que propõe que propõe um imbricamento entre Lingüística, Psicanálise e Marxismo. Da primeira toma-se a linguagem, da segunda toma-se o conceito de inconsciente, a idéia de falha que coloca a possibilidade de deslocamento de sentidos, de transformações, de novas interpretações; do terceiro toma-se a idéia de que a história é movida pela luta de classes.

Ainda como referencial teórico recorreu-se a La Teille para entender a relação entre violência e ética; a Freud e Lacan como suporte psicanalítico para compreensão das relações interpessoais dos atores envolvidos no espaço escola-comunidade; dos silenciamentos diante da violência das drogas ao velar o tráfico e o uso de drogas na escola; das relações de perversão que permeiam esse espaço escolar. Os resultados permitiram compreender o lugar social do professor, falando sobre a violência ele critica e nega a violência como estratégia de defesa da própria vida, pois ciente de que o tráfico e a delinquência permitem estruturas perversas das relações de poder, abrindo portas para pactos bárbaros entre o tráfico e o Estado, mais propensos ao domínio de territórios e de grupos pelo uso da força bruta. A análise permitiu concluir que existe uma relação de sentidos que é mais forte, as representações que circulam há tempos ainda têm mais força do que o discurso jurídico atual, incapaz de transformar as práticas. Ainda que o discurso jurídico defina o procedimento, no caso da violência das drogas, ser denunciada pelo professor, a ausência de segurança por parte do Estado e o fortalecimento do poder do traficante, acabam por silenciar o professor. O silenciamento ocorre porque o que se demanda da escola – reconhecer e denunciar – é um papel que ela não consegue cumprir: a dúvida que se coloca devido à tensão constitutiva de duas posições em conflito que geram ordens discursivas distintas, leva ao silêncio.

**Palavras-chaves:** medo, violência, análise do discurso, silêncio

**Atividade: Uma Abordagem Educativa para a Gravidez na Adolescência (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Uma Abordagem Educativa para a Gravidez na Adolescência

**Autor(es):** Mariana Aribé Alves, Ana Lúcia Barreto Anunciação, Elaine Pereira Terassi, Lígia Maria Lorenzetti De Sanctis Pires de Paula

**Resumo:** Gravidez na adolescência não é novidade na história de vida das mulheres. Quando uma adolescente se torna mãe, necessita de mais atenção que outras mães de maior idade. Em grande parte dos casos, a gravidez provoca maior dependência da família. Quando esse apoio familiar não acontece, ou mesmo em situações de abandono, de risco social em que essas jovens ficam vulneráveis, é de grande relevância a figura da instituição, pois oferece um local para repouso, higiene e alimentação, com vistas a possibilitar uma reinserção social no futuro. Baseado nesta realidade, foi desenvolvido o projeto de intervenção intitulado "Uma Abordagem Educativa para a Gravidez na Adolescência" no Centro de Atenção à Gestante Adolescente de Risco Social e de Saúde da Casa Maternal Amélia Leite, entidade sem fins lucrativos, localizada na cidade de Aracaju/SE. Neste, buscou-se trabalhar junto às adolescentes, assuntos relevantes e necessários à promoção de uma melhor qualidade de vida, almejando, assim, despertar a possibilidade de se construir projetos de vida que se adequassem às próprias expectativas e interesses das jovens, os meios utilizados foram: discussões, conscientizações, relaxamentos, conversas individuais, exibição de filmes, elaboração de diários, participação em dinâmicas e oficinas que objetivassem despertar o auto-conhecimento de habilidades e competências. Assuntos como drogas, gravidez precoce, maternidade, vivência institucional, papéis sociais desempenhados, expectativas para o futuro representaram o foco das atividades, tendo o Psicodrama como base já que além de ser uma abordagem que viabiliza o trabalho grupal dá, também, ênfase ao resgate da criatividade e espontaneidade do indivíduo. Durante o período de um ano, tempo em que foi elaborado e posto em prática o projeto descrito acima, foi possível vivenciar o dia-a-dia do psicólogo, o quão o mesmo é importante no ambiente institucional. Paulatinamente, após observações minuciosas, aplicação de anamneses e, ainda, o estabelecimento de vínculos começaram a surgir, também, mudanças em cada membro do grupo, o que deu subsídios para uma posterior avaliação da intervenção. Pode-se dizer que o caminho para se trabalhar o grupo e as relações comuns ao mesmo foi aberto nesta instituição, o projeto desenvolvido foi bem-sucedido visto que seu objetivo foi de relevância social, aliado ao baixo custo financeiro para sua implantação, além das técnicas de fácil aplicabilidade, o que veio

a se constituir ferramentas eficazes para a promoção da cidadania e da saúde mental daquelas jovens. Dificuldades existiram, principalmente, no sentido de que há uma rotatividade das jovens assistidas na casa, por outro lado, esse foi um fator positivo para que pudéssemos exercitar o que o Psicodrama prega: a criatividade.

**Palavras-chaves:** adolescência, maternidade, instituição

**Atividade:** Nutra – Núcleo de Psicologia do Trabalho.  
(Paineis)

**Trabalho:** Nutra - Núcleo de Psicologia do Trabalho

**Autor(es):** James Ferreira Moura Junior, Thaís Andrade Vidal de Negreiros

**Resumo:** O NUTRA – Núcleo de Psicologia do Trabalho da Universidade Federal do Ceará – surgiu em 1994 vinculado ao Departamento de Psicologia. Seu objetivo principal é propiciar aos estudantes de graduação e pós-graduação um para estudo e discussão de temas relacionados à Psicologia Social do Trabalho, visto que este tema é pouco estudado no Brasil. Dessa forma, o Nutra pretende ser um Núcleo de referência nesses estudos. Ao longo desses 12 anos de existência, o Nutra tem desenvolvidos várias atividades que se alicerçam no tripé básico do Ensino Superior: Ensino, Pesquisa e Extensão. Assim, entendemos como Extensão Universitária um processo que vincula educação, cultura e ciência, articulando o Ensino e a Pesquisa de forma intrínseca. Portanto, há uma viabilização de uma relação transformadora entre Universidade e Comunidade. Na medida em que a comunidade acadêmica entra em contato direto com a sociedade através de uma práxis transformadora, há um relação de troca mútua de saberes na qual, ao mesmo tempo, em que afirmamos nosso compromisso com a sociedade, produzimos um conhecimento coerente com a realidade brasileira e regional. Já a Pesquisa tem como objetivo a produção de conhecimento através do questionamento dos saberes científicos, partindo da premissa de que não existe uma verdade absoluta. Dessa forma, estabelece-se uma troca de saberes sistematizado entre Universidade e Sociedade. E o Ensino baseia-se no aprendizado permeado pela relação dialético-reflexiva docente/discente amparada pelas teorias em voga. Nesse contexto, o Nutra tenta alinhar esses três abrangentes pilares através de seus projetos. Assim, produzimos atividades como, o NUCESD – Núcleo de Estudos sobre Drogas – que surgiu em 2004 com o objetivo de criar e sedimentar um espaço de referência para o estudo sobre o uso de drogas, dentro de uma abordagem multidisciplinar e tendo como público alvo alunos, funcionários e professores da UFC e a comunidade em geral. Desde então, tem realizado atividades dentro e fora do universo acadêmico. Atualmente, o Núcleo desenvolve três atividades principais, sendo elas: o Projeto Kara a Kara, uma pesquisa intitulada “Comportamento dos estudantes e graduação da UFC frente ao uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas” e o Fórum de Redução de danos. O Kara a Kara tem como proposta promover uma “educação sobre drogas”, acreditando que a confrontação dialética pode gerar formas mais eficazes de enfrentamento deste fenômeno – através de uma metodologia psicossocial – com quatro temas principais: abordagens psicossociais do sujeito, sexualidade, drogas e trabalho e cidadania. Já a pesquisa sobre o “Comportamento dos estudantes e graduação da UFC frente ao uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas” tem como objetivo um extenso levantamento de dados sobre como se dá o uso de drogas na faculdade através de uma compreensão das atividades e dos hábitos dos estudantes de graduação de todos os cursos da UFC, os quais se apresentam como o público alvo da referida pesquisa. E o Fórum de Redução de Danos é promovido pelo núcleo com a finalidade de criar espaços de discussão entre academia, movimentos sociais, órgãos governamentais e sociedade civil sobre a questão das drogas e a política de Redução de Danos. Além disso, há o Projeto Trabalho, Saúde e Cidadania através do Movimento A: Movimento dos Adolescentes de Fortaleza, em seu formato original, desenvolve-se em parceria com a ONG CASA – Centro de Assessoria à Adolescência - e desde 2004 vem atuando junto a escolas da rede pública de Fortaleza no sentido de facilitar, capacitar e acompanhar a formação e o desenvolvimento de representantes e protagonistas juvenis. Para isso, As reuniões são realizadas semanalmente através de uma metodologia participativa e teórico-vivencial, as quais permitem a existência de um espaço de aprendizagem sempre centrado na realidade e no desejo

dos participantes. Objetivos específicos como a promoção do crescimento e desenvolvimento pessoal dos estudantes; o exercício da cidadania e do protagonismo juvenil; o aperfeiçoamento de competências intra e interpessoais; a sensibilização para a escolha e orientação profissional; redução a incidência da infecção pelo HIV/AIDS e por outras DSTs, da gravidez precoce; orientação no sentido de redução de danos no uso de drogas lícitas e ilícitas, e a contribuição para uma cultura de paz na sociedade foram atingidos e quantificados a partir dos trabalhos apresentados nos Fóruns Municipais - realizados mensalmente, cada um com um dos temas acima referidos, contando a participação de todas as escolas envolvidas. Há ainda entre outras atividades, o Seminário de Integração do Curso de Psicologia da UFC, o Nutrócio, a Pesquisa sobre Mobbing – assédio moral no trabalho, o Workshop anual: Psicologia, Trabalho e Organizações, e o Encontro Cearense bienal de Psicologia Organizacional do Trabalho. Portanto, desenvolvemos nossas atividades sempre alicerçadas no conhecimento específico da Psicologia Social do Trabalho e áreas afins.

**Palavras-chaves:** Extensão, Pesquisa, Ensino, Articulação, NUTRA

**Atividade: A investigação dos processos de co-construção da leitura e escrita (Cursos - 6hs)**

**Trabalho:** A investigação dos processos de co-construção da leitura e escrita: uma abordagem sociocultural construtivista.

**Autor(es):** Diva Maria Moraes Albuquerque Maciel, Norma Lúcia Neris de Queiroz

**Resumo:** Embora haja um grande volume de trabalhos publicados a respeito da aquisição e desenvolvimento da linguagem escrita, produzidos a partir de diferentes abordagens, o conhecimento acerca dos problemas relacionados ao ensino-aprendizagem dessa competência ainda apresenta grandes lacunas e tem sido objeto de extensos debates. Um problema relacionado a grande parte desses trabalhos, formulados a partir da abordagem cognitiva, geralmente conduzidos em laboratórios e em situações padronizadas, é considerar a prática da leitura como uma habilidade cognitiva desvinculada de seus usos sociais e da cultura. Face a esta questão, a abordagem sociocultural-construtivista do desenvolvimento humano, a qual abrange conceitos de várias correntes de pensamento, desde James Baldwin e Kurt Lewin até as atuais abordagens sócio-históricas e ecológicas (Ver Branco & Valsiner, 2004), tem enfatizado a necessidade de se desenvolver métodos de investigação que permitam captar e compreender o desenvolvimento humano em sua complexidade e em sua natureza dinâmica. Dentro dessa abordagem teórica, os processos de canalização cultural por meio dos quais ocorre a aquisição e o desenvolvimento da leitura e escrita vêm sendo foco de investigação em nosso projeto de pesquisa no Laboratório de Microgênese nas Interações Sociais – Labmis, do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília e divulgado por diversos meios (por ex.: Maciel, 1996, 1999, 2002, 2004; Maciel, Barbato & Queiroz, 2003; Maciel, Branco & Valsiner 2004). Nesse sentido, o curso que ora propomos tem o duplo objetivo de (1) discutir sobre os fundamentos teóricos da psicologia da leitura e escrita e sobre as especificidades desse saber nos campos da alfabetização e letramento; e (2) apresentar contribuições de estudos realizados com crianças da educação infantil e da primeira série do Ensino Fundamental, que utilizaram a observação em sala de aula, entrevistas semi-estruturadas com as professoras e as famílias das crianças e intervenções em Situações Estruturadas e analisadas especificamente por meio de análise microgenética. De forma específica, o curso focalizará: (a) o conceito de leitura, aqui problematizado pelo que consideramos uma falsa questão, isto é, a questão do código versus o sistema de escrita; (b) a leitura e escrita como práticas de letramento, e portanto, como prática sociocultural, e como processos psicológico e lingüístico; (c) a participação dos pais no processo de letramento dos filhos; (d) a interação família X escola no processo de letramento; e (e) a literatura infantil como mediador privilegiado no processo de letramento da criança. Tais temas serão abordados por meio de uma dinâmica de apresentação de resultados de nossas pesquisas, buscando-se enfatizar as contribuições teóricas e metodológicas para esse campo de estudos e para o ensino-aprendizagem da leitura e escrita.

**Palavras-chaves:** Psicologia da Leitura e Escrita;,Práticas de Letramento e Alfabetização;,Análise Microgenética

**Atividade: Violência nas Escolas de Periferia e a Clandestinidade das Drogas (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Violência nas Escolas de Periferia e a Clandestinidade das Drogas

**Autor(es):** Vilma Maria de Lima Bezerra

**Resumo:** Esta comunicação tem por objetivo tocar na ferida da problemática social das drogas e da violência nas escolas públicas da periferia.Pretende estudar o tema lançando mão de um jogo dialético entre o enfoque molecular e macroscópico do problema. Parte dos pressupostos de que a adição e o tráfico de drogas não são problemas específicos das classes desfavorecidas, mas perspassa todas as camadas da população. Uma visão moralista, não ajudaria ao dimensionamento do problema nem ao encaminhamento das soluções.O lócus da pesquisa são escolas de comunidades carentes de Maceió.As questões colocadas partiram da tentativa de interpretar o discurso de professores de uma escola da rede pública de Maceió durante a minha participação como orientadora.Nesta dissertação, Deise Franco, aluna do Mestrado em Educação da UFAL, ao presenciar, numa escola de periferia, certos episódios que envolviam o uso de drogas, foi surpreendida pelo silêncio ou pela atitude evasiva dos profissionais da escola. O registro do discurso dos professores obtido através de conversas informais e de entrevistas semi-estruturadas, realizadas fora do ambiente escolar, permitiu um corpus muito rico que autoriza várias possibilidades de análise.Comportamentos observados no recinto e nos entornos da escola, juntamente com os discursos registrados, são favoráveis à formulação da hipótese de que os profissionais fazem de conta que não vêem, ajudam a camuflar a situação ou mesmo fecham os olhos às ocorrências que envolvem o tráfico e o consumo das drogas.À primeira vista, estas atitudes de encobrimento poderiam ser interpretadas simplesmente como negligência, omissão ou medo de denunciar às autoridades da Segurança Pública, ou, ao diretor da escola para que fossem tomadas medidas repressivas para punir a infração. Prosseguindo em sua investigação, Franco passa a detectar que há na fala dos professores o medo de encarar o problema de frente, desde que a problemática das drogas nos bairros de periferia está fortemente associada ao problema da violência.Com o aprimoramento da análise, a pesquisadora mergulha nas entrelinhas dos discursos dos professores com vistas a interpretar o que denominou “O sentido do medo dos professores, diante da violência e das drogas nas escolas”. Achei que outro caminho promissor para a análise seria o de interrogar sobre “o que está sob o véu desta evitação?”. Passei, a buscar subsídios para o enfrentamento da questão e constatei tratar-se de algo de natureza muito mais complexa do que imaginava, impossível de ser analisado dentro das restrições locais e nacionais. Constatei, também, que mesmo fora da esfera restrita da escola, e das unidades sanitárias das comunidades de periferia, essa problemática se constitui como um tema tabu, alvo de discussões que, até agora, apenas têm tangenciado o verdadeiro foco da questão.Tem-se transferido para a polícia a responsabilidade de “impedir o uso e o tráfico das drogas” a quem se atribui à missão impossível da erradicação do problema. Trata-se de um problema social que requer o compromisso de profissionais de várias áreas, e exige uma ação conjunta de vários ministérios públicos. Nós psicólogos e educadores somos convidados a nos sentar à mesa do debate e nos perguntar qual a repercussão para o trabalho dos profissionais das áreas da saúde e da educação, se essa problemática passasse a ser tratada às claras. A mudança de foco permitiria uma análise mais dinâmica confrontando aspectos individuais e locais com dimensões sociais e políticas. Estas questões servirão de ponto de partida para a discussão do tema que passei a denominar: “Violência nas escolas e a clandestinidade das drogas”. Como ponto de partida, tanto a abordagem freudiana da Psicanálise como a perspectiva lacaniana da análise do discurso será de grande utilidade para a interpretação dos resultados discursivos. Pontos de vista de pessoas públicas, que transitam no âmbito da política nacional e internacional e que, confessam ter experiência pessoal com o consumo de drogas pareceram de grande valia. Defendem os pontos de vista segundo o qual esta problemática jamais irá desaparecer e que a retirada da obscuridade dos fenômenos do consumo do comércio das drogas obriga o pagamento dos impostos. Facilitaria também a tomada de medidas para o desencorajamento do consumo e para o tratamento dos

dependentes. Certamente, que discussão como esta envolvendo assuntos considerados tabu devem fazer parte de congressos de profissionais do campo da Psicologia. Interrogo, o que mudaria no trabalho dos profissionais da saúde e da educação se toda essa problemática pudesse ser discutida às claras? Qual o lugar dos educadores, do pessoal do serviço social, dos médicos e dos psicólogos neste debate? Como sair da alienação das salas de aula e do trabalho clínico nas unidades públicas, quando, muitas vezes, nós educadores e psicólogos constatamos que o aluno ou o cliente não comparece à consulta porque lhe falta algo mais básico como a passagem, o tempo, a comida, ou a consciência da importância do tratamento?

**Palavras-chaves:** drogas,violência,clandestinidade

**Atividade: Estágio em Psicologia Escolar (Paineis)**

**Trabalho:**Estágio em Psicologia Escolar

**Autor(es):** Livia de Castro Rocha,Ruslana Oliveira

**Resumo:** O estágio supervisionado em Psicologia escolar teve como objetivo a intervenção sistemática do psicólogo no ambiente escolar. Foi realizado em uma escola filantrópica, sustentado pela Congregação das Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena, uma escola muito bem organizada e com um alto nível de organização, podendo assim ser um ambiente de muito aprendizado. O projeto de estágio concretizou-se num período de três meses com carga horária de aproximadamente 75/h aula. Foi realizado por um grupo composto por três estagiárias, as quais eram supervisionadas uma vez por semana por uma mestra em Psicologia Escolar. A demanda com a qual se trabalhou partiu de uma reflexão da própria coordenação pedagógica e da direção da escola. O principal problema foi: trabalhar medos e anseios dos alunos em decorrência da transição do ensino fundamental menor para o ensino fundamental maior. Os alunos precisavam entender melhor esse processo e todas as mudanças que ocorriam, não só de ambiente escolar físico, mas também as mudanças no corpo de cada um, as mudanças na visão de mundo, capacitando-os para um melhor entendimento com relação ao ato de estudar, para que os mesmos se interessassem mais pelos estudos. Além disso, como a escola é de um nível muito bom e é gratuita, os pais pressionam os alunos para estudarem, porque se ficarem reprovados, tem que sair da mesma, ou seja, a escola é de grande importância para a comunidade e eles se esforçam muito para conseguir uma vaga, sendo assim de fundamental importância para todos eles. Além desta demanda o grupo trabalhou também aconselhamento com os pais e alunos da escola e o mural. A partir da demanda definida pela escola, realizamos um Plano de Ação, as atividades foram realizadas com três turmas de 4ª série do ensino fundamental menor, semanalmente em um horário de 40 min. O principal objetivo deste projeto foi trabalhar a ansiedade sofrida pelos alunos com as mudanças da 5ª série, dentre estas mudanças estão as mudanças pedagógicas que dizem respeito à própria escola e as transformações ocorridas pela puberdade. O Plano de ação foi dividido nas seguintes etapas: 1) no primeiro contato, conhecer as turmas que iriam ser trabalhadas; 2) levantar uma estimativa sobre os medos e anseios com relação à 5ª série; 3) levar alunos da 5ª série para relatarem a sua experiência; 4) levar professores da 5ª série para esclarecerem um pouco sobre as mudanças que iriam enfrentar; 5) trabalhar as transformações da puberdade; 6) produzir uma redação sobre o conteúdo aprendido. Inicialmente o grupo encontrou dificuldade na realização das atividades. As turmas se mostraram imaturas e indisciplinadas, este fator as impedia de se envolverem nas atividades propostas. Porém, embora fossem turmas com características peculiares, o resultado final foi bastante semelhante, pois aos poucos, no decorrer do tempo as crianças tiveram mais interesse e participação nas atividades. Através do conteúdo explicitado nas redações tivemos um feedback positivo com relação ao processo.

**Palavras-chaves:** Educação,Estágio,Escolar

**Atividade: SOCORRENDO PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** SOCORRENDO PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL: SOFTWARE PARA ENSINAR ANÁLISE DO COMPORTAMENTO VISANDO REDUÇÃO DE COMPORTAMENTOS INADEQUADOS.

**Autor(es):** Sílvia Aparecida Fornazari, Celso Socorro Oliveira, David Marconi Polônio, Marcos Aníbal Tardin Torresani

**Resumo:** Consistindo em meios ou dispositivos mecânicos, as máquinas de aprender apresentavam seqüências de aprendizagem programadas de acordo com os princípios comportamentais descritos pela análise do comportamento. O fato de serem peças de equipamento determinou duplamente a incompreensão e o repúdio generalizado de que foram vítimas entre os educadores. O fato de serem dispositivos limitados e grosseiros, insuficientes para a apresentação de todas as filigranas da instrução programada, causava impaciência aos próprios analistas. Os computadores de hoje prestam-se muito mais adequadamente à tarefa de apresentar material de ensino do que as primitivas máquinas de ensinar, que avançavam linearmente ao toque de alavancas com a ocorrência de respostas certas. O presente trabalho teve por objetivo desenvolver um software que possibilitasse o treinamento de professores e profissionais em conceitos e procedimentos desenvolvidos pela análise do comportamento. O software foi desenvolvido como um dos instrumentos para um programa de treinamento de profissionais que faz parte da tese de doutoramento da primeira autora. Atua através de procedimentos de pré-teste, treino e pós-teste, utilizando o procedimento de matching-to-sample. Fornece conceitos e situações problemas, além de coletar informações sobre a possível atuação profissional antes do treinamento, permitindo comparação com as respostas do software. O programa foi concebido para receber o conteúdo do treinamento, e as respostas esperadas foram indicadas. O programa registra todos os passos do treinamento para avaliação dos resultados, inclusive em caso de desistência ou finalização prematura da lição. A metodologia consistiu na elaboração da dinâmica do treinamento e do conteúdo a ser inserido no software, reuniões sobre o funcionamento e instrumentos necessários para a execução do programa. O software foi utilizado primeiramente no treinamento de uma professora e uma auxiliar social de uma sala de aula de pessoas com deficiência mental severa ou profunda, com oito alunos matriculados, da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, APAE - Bauru/SP. O tempo médio de treinamento utilizando o software foi de quatro horas. Os resultados apontam para dados que demonstram a efetividade do programa. Como parte do treinamento, o software foi de extrema importância para uma aprendizagem rápida e efetiva dos conteúdos propostos. Para o presente estudo, o software foi modificado incluindo um fading in de alternativas a serem selecionadas e o conteúdo foi completamente reformulado visando atender os objetivos específicos de crianças e professores da Educação Infantil. Foi realizado inicialmente, objetivando construir o conteúdo específico para o software, um estudo considerando a análise funcional dos comportamentos apresentados por duas crianças de cinco e seis anos de idade, ambas do sexo masculino, matriculadas em uma escola de educação infantil na cidade de Lins, SP. Os comportamentos apresentados foram de agressão (bater, gritar e ofender os outros), correr pela sala e não atender às solicitações da professora. Cada ocorrência do comportamento foi analisada e o reforço mantenedor do comportamento anotado. Os resultados demonstram que os comportamentos inadequados ocorriam prioritariamente por atenção e obtenção de objetos ou situações, a função de fuga foi registrada com menor freqüência. Os comportamentos e situações observados constituíram-se em linha de base e serviram de suporte à elaboração do conteúdo a ser inserido no software que apresentará o treinamento à professora e subsidiará as sessões de treinamento. Considerando os dados referentes à atuação da professora, pode-se observar que a mesma raramente reforça a emissão de comportamentos adequados, o que faz com que tais comportamentos sejam mantidos apenas por reforço natural. Os comportamentos inadequados, por sua vez, são reforçados intermitentemente pela professora, e em uma taxa muito baixa de reforçamento, o que tem por conseqüência, comportamentos extremamente resistentes à extinção. O trabalho evidencia a necessidade de treinamento de professores nos conceitos da análise comportamental aplicada, de modo que possam manejar contingências e



reduzir os comportamentos indesejados de seus alunos, e é nesta fase que se encontra o trabalho. Um procedimento importante a ser introduzido no repertório de professores é o reforçamento diferencial, que aliado a uma análise funcional efetiva, possibilita o reforçamento de comportamentos adequados que tenham a mesma função dos inadequados, aumentando a frequência dos primeiros e reduzindo a ocorrência dos segundos, conteúdos incluídos no software.

**Palavras-chaves:** software, análise do comportamento, educação infantil, análise funcional, matching to sample

**Atividade: A Simbolização da Criança Pré-Escolar (Paineis)**

**Trabalho:** A Simbolização da Criança Pré-escolar: Relação com a Alfabetização

**Autor(es):** Sílvia Larisse do Patrocínio Cavalcante, Taya Soledade, Anamélia Lins e Silva Franco

**Resumo:** O trabalho tem como objetivo analisar a simbolização e o desenvolvimento da escrita de crianças pré-escolares e, mais especificamente, verificar suas habilidades em utilizar seus próprios desenhos como signos auxiliares. Luria (1998) concebe que a escrita se trata de uma técnica auxiliar utilizada para fins psicológicos, para recordar e transmitir idéias e conceitos, organizando, desta forma, as operações psicológicas internas e as tornando mais eficientes. Para esse autor, a escrita possibilita a quem escreve um papel funcional auxiliar, em vista de sua função mnemônica, o que possibilita dizer que a escrita se trata, também, de um método de memorização que envolve a capacidade de utilizar signos condicionais para rememorar. De acordo com Luria (1998), a linguagem escrita não é adquirida, mas desenvolvida; e o desenho da criança pode ser considerado como um estágio preliminar no desenvolvimento dessa linguagem, uma vez que se trata de uma linguagem gráfica que surge tendo como base a linguagem verbal. Finalmente, para Luria (1998), o estudo sobre a pré-história da escrita infantil se finaliza quando a criança adquire, enfim, a escrita simbólica. Ao iniciar o processo de alfabetização formal, a criança é exposta de forma sistemática ao ensino de um novo sistema de escrita social. E então, tendo que utilizar essa nova forma de escrita, Luria (1998) acredita que as crianças tornam a viver as características das fases de sua pré-escrita, denotando assim, todo o desenvolvimento da criança e confirmando que a escrita se configura numa substituição de técnicas, num sucessivo aprimoramento (GONTIJO et al, 2002; LURIA, 1998). Moro et al (1994) propõem que o desenvolvimento da escrita da criança se dá através da evolução de níveis. Todos esses estudos levam à conclusão de que do momento em que uma criança começa a aprender a escrever até a hora em que, finalmente, domina esta habilidade, há um longo período. A partir dos seus experimentos, Luria (1998) afirma que o desenvolvimento da escrita na criança se dá a partir da transformação de um rabisco não-diferenciado em um signo diferenciado, numa transformação de um estímulo em um símbolo. Tendo como base essa teoria luriana, pensa-se que o desenvolvimento da linguagem escrita nas crianças ocorre pelo deslocamento do desenho de coisas para o desenho de palavras. Já a consciência fonológica consiste na consciência dos sons, ou seja, na habilidade de manipular os sons da fala, significando, assim, dar-se conta de que cada letra em cada palavra possui um som, o qual é reproduzido na própria fala (CAPOVILLA & CAPOVILLA, 2000). Com base nessas teorias, o trabalho estabelece paralelos entre a pré-escrita, a escrita e consciência fonológica de 22 crianças pré-escolares, de uma instituição pública da cidade de Salvador; observam-se a capacidade de simbolização e a formação das imagens internas de representação das crianças (QUINTANAR et al, 2003), através de desenhos, seu nível de escrita sistematizada e seu nível de consciência fonológica. Utilizam-se como instrumentos, desenhos das crianças realizados segundo instrução fornecida, ditado de palavras e Prova de Consciência Fonológica (CAPOVILLA & CAPOVILLA, 2000). Para analisar os dados são considerados a pré-escrita da criança, seus níveis de escrita sistematizada, de consciência fonológica, suas idades e de qual grupo pré-escolar são estudantes. Os resultados do trabalho coincidiram com os encontrados por Luria, acerca da pré-história da escrita, possibilitaram a observação de diversas condições de simbolização infantil

bem como de nuances de estratégias particulares de auxílio à memória, produzidas pelas próprias crianças; permitindo também que as correlações realizadas entre os dados investigados denotassem estreita relação entre estes, tal como sugere a hipótese do estudo: foram observadas relações entre o uso de desenho enquanto signo auxiliar, com o nível de escrita sistematizada e com o nível de consciência fonológica das crianças. A pesquisa também leva à percepção de que as crianças não se adaptam à linguagem escrita, mas se apropriam dela, independentemente de sua idade cronológica, de forma pessoal e a seu tempo.

**Palavras-chaves:** simbolização, signo auxiliar, escrita, consciência fonológica, Lúria

**Atividade: Motivação no Processo de Aprendizagem  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Motivação no Processo de Aprendizagem

**Autor(es):** Ueliton da Silva Pereira Filho, Bárbara Cristina Barbosa dos Santos

**Resumo:** O corrente artigo tem como objetivo desvendar os inúmeros fatores que interferem na motivação dos alunos das faculdades particulares de Salvador no processo de aprendizagem acadêmica, dos cursos de Psicologia. Foi realizada uma pesquisa empírica através de uma escala psicométrica com 30 questões objetivas, baseada nas seguintes categorias: Pessoal (dependência de si), Grupal (interação com o grupo), Professor (atuação na sala de aula), Instituição (condições que oferece para o aluno e o professor), Metodologia (aplicação de métodos de transmissão do ensino), Fontes exteriores (família, retorno financeiro, etc.). Foram levantadas algumas hipóteses que influenciariam o processo de aprendizagem dos alunos, juntamente com os profissionais envolvidos na práxis educacional, tais como: Há equivalência entre o curso que ele está fazendo e sua vocação; A aplicação de várias técnicas motivadoras por parte do professor; A estrutura de apoio oferecida pela instituição; As boas relações interpessoais com a turma. Obtivemos dados importantes e relevantes que ajudam a melhorar a compreensão dos fatores motivacionais para o aluno, tais como: quanto maior a idade do estudante, mais ele se aproxima de 100% de concordância de que chegar no horário facilita o aprendizado. É apropriado pensar que o amadurecimento traz juntas exigências de responsabilidade não presentes entre os mais jovens; quanto maior a idade do estudante, maior a concordância de que a participação do aluno nas atividades em sala de aula melhora o seu rendimento; quanto mais veterano é o aluno, menor é a concordância com a relação estabelecida entre o aluno estudar mais devido a ter tirado notas melhores. Nos primeiros semestres, a concordância é de 100% com esta questão, caindo para algo em torno de 73% no quarto semestre. É possível que alunos veteranos já tenham uma melhor compreensão da importância de se envolver com os estudos; a utilização de recursos audiovisuais como melhora da dinâmica das aulas é concebido como motivacional mais pelos alunos do semestres iniciais do que para os alunos dos semestres mais adiantado; 71% dos alunos que não trabalham discordam que os desafios impostos aos alunos pelo professor não motivam o processo de aprendizagem, enquanto que apenas 50% dos alunos que trabalham discordam. Soa estranho este resultado, pois os alunos já acostumados a trabalhar são normalmente desafiados como estratégia para aumento de produtividade. Dito de outra forma, os estudantes que já trabalham deveriam apresentar discordância bem acima daqueles que não trabalham, entre outros resultados que também contribuem para compreender as conseqüências decorrentes da inauguração de um novo fenômeno que se deu com a implantação de diversas faculdades particulares, o que tem produzido mudanças significativas no cenário educacional brasileiro. Pretende-se dar continuidade ao presente artigo para que seja possível realizar generalizações sobre os cursos particulares e poder estender esta pesquisa nas faculdades de rede pública dos cursos de Psicologia em Salvador.

**Palavras-chaves:** Motivação, Aprendizagem, Faculdades Particulares

**Atividade: Educação na periferia  
(Paineis)**

**Trabalho:**Educação na periferia

**Autor(es):** Fernanda Nogueira Farias

**Resumo:** O presente trabalho teve como proposta uma intervenção junto a 23 crianças de idade entre 6 e 11 anos, do bairro dos coelhos/Recife-PE, que são assistidas pela OAF\* (Organização de Auxílio Fraternal). Trata-se de uma ONG que se dedica aos cuidados educacionais e de resgate social de crianças e jovens em situação de risco. Idealizou-se um projeto de intervenção apoiado no estudo da pesquisa ação e, posteriormente, houve a execução que contou com o apoio da professora responsável pela turma de alunos na OAF. Através de três intervenções, com duração de quatro horas cada, objetivou-se: conhecer um pouco da realidade destas crianças e do seu imaginário quanto à escolaridade; analisar o que motiva a frequência delas nesse espaço de desenvolvimento e, finalmente, pensar sobre a dinâmica das crianças junto à instituição. Essas articulações foram elaboradas a partir das relações que se estabeleceram entre todos os participantes em sala de aula nas dinâmicas propostas. A teoria que sustentou o plano de pesquisa e sua execução foi a abordagem da Pesquisa Ação, que é de base empírica, concebida e realizada em estreita associação com a resolução de problemas coletivos. Os pesquisadores apoiaram-se na perspectiva de uma ação conjunta onde todos ensinam e aprendem, pesquisadores e pesquisados, levando em consideração os diferentes universos sociais e o senso comum; numa valorização do saber formal e informal, de modo cooperativo e participativo. Buscou-se, nesta perspectiva da pesquisa ação, aumentar o nível de consciência destas crianças através de dinâmicas e intervenções quanto à função e importância do desenvolvimento e socialização na escola e, junto a isto, a sensibilização dos pesquisadores em busca de reflexões e soluções. Pensando sobre o que leva essas crianças à escola, percebemos algumas questões: A alimentação foi o principal motivo para que seus pais persistam na frequência destes, pois garantem o café da manhã e o almoço que a OAF proporciona. Quanto ao que mais influencia o desejo das crianças em irem para escola, muitos foram os questionamentos postos e a principal conclusão que se chegou, foi a de que na OAF os infans tem a garantia de um espaço onde a fantasia é possível, onde podem atuar como crianças com a certeza de que estão sendo vistos e acolhidos, onde seus questionamentos e confusões são levados em consideração. As crianças expressam comportamentos que demonstram a intimidade com a agressão como forma de expressão. Essa agressão não se caracteriza necessariamente pelo sentimento da raiva - elas se chutam, se beliscam, se abraçam – mas parecem brincar brigando, sendo essa a forma que aprenderam a se relacionar. Feitas as reflexões sobre o trabalho realizado nos três encontros, foi possível produzir uma devolução à instituição com o intuito de criar-se estratégias de intervenção. Apresentado os resultados desse trabalho a toda a equipe da OAF (professores, assistente social, psicólogas, estagiária e diretora) e sensibilizando a equipe, concebeu-se a proposta de uma supervisão junto aos vários profissionais que ali trabalham. Com essa supervisão haverá a possibilidade de fazer uma leitura outra da dinâmica destas crianças e assim uma atuação interdisciplinar que leve em consideração as diversas facetas que envolvem uma verdadeira educação. De forma abrangente, será ampliado o entendimento sobre os possíveis encaminhamentos e indicações, para cada profissional e para a instituição como um todo, acerca do cotidiano destas crianças e seus familiares. Fica difícil estudar e assimilar conteúdos ou mesmo participar saudavelmente das atividades propostas quando se vive numa realidade bizarra de pobreza extrema como é o caso dessas crianças, aonde até a roupa para ir à instituição se torna um desafio. Nesta pesquisa observou-se que o futuro não depende apenas de cada um, pois negar essas condições externas seria negar a sua relação com o seu meio ambiente, com seu contexto de criação em família, com todas as experiências que os cercam na comunidade, com a forma como apreenderam o social e como este às foi apresentado. O que existe é a possibilidade de uma mudança de caráter estrutural, que possa oferecer condições mínimas para que estas se desenvolvam enquanto crianças e que possam transformar essa infância criativa na possibilidade de ser um adulto singular. Os profissionais de psicologia precisam sair dos consultórios e negociar espaços para o bom desenvolvimento dos seres humanos, pode-se fazer isso com articulações de políticas públicas, contactando empresas interessadas ou mesmo trabalhos voluntários que demonstrem para a população o que é possível de se fazer em uma gestão de cunho cooperativa e participativa, em busca da melhoria de todos em uma ação articulada em comunidade.

**Palavras-chaves:** Educação,pobreza,cooperação

**Atividade:** A CO-CONSTRUÇÃO DA AUTO-ESTIMA POR CRIANÇAS DE PRIMEIRA SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL: UM ESTUDO SOCIOCULTURAL CONSTRUTIVISTA. (Comunicações Científicas)

**Trabalho:**A CONSTRUÇÃO DA AUTO-ESTIMA POR CRIANÇAS DE PRIMEIRA SÉRIE

**Autor(es):** Simão Miranda,Diva Maria Moraes Albuquerque Maciel

**Resumo:** A presente pesquisa, se propõe, a partir de uma perspectiva sociocultural construtivista, identificar, descrever e analisar o processo de co-construção da auto-estima infantil na Primeira Série do Ensino Fundamental de uma escola pública de cidade da periferia do Distrito Federal. Lança olhares sobre as interações sociais entre seus sujeitos (professor-aluno, aluno-aluno) em situações reveladoras de padrões comunicativos e metacomunicativos, ricos de significados, entre tais díades, com vistas a perceber como se dão os processos de mudança nos padrões de auto-estima. Dentre as opções metodológicas está o Método Microgenético, por pretender perceber em detalhes os processos de mudança da auto-estima. Participaram do estudo, doze crianças, na faixa etária de seis e sete anos, matriculadas em turma de Primeira Série e sua respectiva professora. Das doze crianças, seis apresentavam indicadores de baixa auto-estima e seis apresentavam indicadores de alta auto-estima. Como critério de inclusão, a seleção das 12 crianças participantes foi assim pautada na identificação de indicadores mais contundentes de baixa e de alta auto-estima, reunidos por meio de observações feitas pelo pesquisador e pela professora às crianças em interação e da aplicação do conjunto de três instrumentos não-padronizados, criados pelo pesquisador para este fim, denominados Mapas Indiciais de Auto-Estima Infantil 1, 2 e 3. Foi, além disso, construído um sociograma como um instrumento extra e adjuvante para a compreensão dos dados obtidos pelos referidos mapas, como auxílio na seleção final dos doze participantes. Os instrumentos e procedimentos para a co-construção dos dados junto aos doze sujeitos selecionados e a professora se constituíram em uma triangulação de olhares que identificamos aqui como: VÉRTICE “A” - Entrevista semi-estruturada reflexiva com a professora, na modalidade face-a-face; VÉRTICE “B” - Observação das aulas, focando nas ocorrências nascidas das díades aluno-aluno e professora-alunos, nas quais a professora incluía jogos infantis de explícito teor de competitividade, cooperatividade e interação, a pedido do pesquisador, registrada por uma mini-câmera de vídeo digital; VÉRTICE “C” - Atividades lúdicas para as doze crianças, contendo “provocações” com a finalidade de captar as falas verbais e não-verbais deste grupo de sujeitos, em outro ambiente físico na escola, sem a presença da professora, conduzidas pelo pesquisador e grupo de apoio à pesquisa, registradas pela mesma mini-câmera. Os resultados e discussões apontam, dentre outros aspectos, que a comunicação e metacomunicação professora-alunos, e alunos-alunos, as interações interpessoais no ambiente docente e muitos aspectos da programação escolar influenciam fortemente os processos de construção da auto-estima dos sujeitos pesquisados.

**Palavras-chaves:** comunicação e meta-comunicação professora alunos,microgênese das interações,auto-estima infantil

**Atividade:** Um estudo etnopsicológico com estudantes acerca da violência no cotidiano de uma escola pública do ensino fundamental. (Comunicações Científicas)

**Trabalho:**Um estudo etnopsicológico com estudantes acerca da violência no cotidiano de uma escola pública do ensino fundamental.

**Autor(es):** Matheus Batalha Moreira Nery

**Resumo:** Os estudos sobre a violência têm tomado diversos caminhos nos últimos anos. O

aumento das formas de criminalidade e sua constante presença no cotidiano da população fizeram com que a violência fosse inserida nas mais diversas áreas de discussão, sendo uma delas a academia científica. Na escola pública, os inúmeros atos de vandalismo, roubos, brigas, assédios, tráfico de drogas etc., levaram muitos pesquisadores a levantar vários questionamentos sobre a relação violência-escola. Assim, a presente pesquisa tomou, como questionamento central, a tentativa de compreender como alunos do ensino fundamental de uma escola pública dão sentido à violência escolar e às estratégias utilizadas pela escola para o seu enfrentamento. Na tentativa de responder essa pergunta, foram utilizados o método etnográfico e a abordagem multirreferencial, que conjugou os olhares da psicologia social crítica e da etnometodologia. O presente trabalho é parte de uma pesquisa mais ampla, e focaliza somente os dados colhidos com os alunos. Foram realizadas observações participantes durante o horário do recreio, em uma escola de ensino fundamental, em que se buscou conhecer as experiências e histórias dos estudantes acerca do fenômeno estudado. A partir daí, foram escolhidos quatro alunos para serem entrevistados, com base na proximidade com o pesquisador e na disponibilidade e abertura para falar acerca do fenômeno da violência escolar. O roteiro da entrevista semi-estruturada utilizado com os estudantes foi construído a partir das experiências cotidianas do pesquisador, durante sua estadia na instituição. Nesse roteiro, além das informações pessoais, visou-se obter as opiniões dos alunos acerca de temas como comunidade, escola, desempenho escolar e violência. Antes de cada novo encontro com os alunos, a entrevista anterior era submetida a uma análise prévia, objetivando identificar dúvidas ou perguntas que não teriam sido respondidas. Assim, novas perguntas foram adicionadas aos roteiros de entrevista utilizados nos segundos e nos terceiros encontros. Os resultados apontaram que os estudantes têm conhecimento das estratégias utilizadas pela coordenação, as quais foram restritas a conversas com os estudantes e solicitação da presença dos pais na escola para lhes comunicar as ocorrências envolvendo seus filhos. Os alunos demonstraram descontentamento com as ações adotadas, além de cobrar ações mais eficazes e igualitárias no combate à violência escolar. Nenhum projeto educativo foi identificado como tentativa de minimizar o fenômeno da violência na escola. O estímulo a eventos de violência, realizados por estudantes da escola, foi apontado como uma das causas das confusões e dos desentendimentos no espaço do recreio. Os estudantes cobraram mais atenção da coordenação e demonstraram se importar quando o trabalho dessas pessoas não é bem feito.

**Palavras-chaves:** violência escolar, estratégias de enfrentamento, cotidiano escolar

**Atividade: ARGUMENTAÇÃO E APROPRIAÇÃO ORTOGRÁFICA EM CRIANÇAS COM DISTÚRBO DE LEITURA-ESCRITA (Paineis)**

**Trabalho:** Argumenação e apropriação ortográfica em crianças com distúrbio de leitura-escrita

**Autor(es):** Ticia Cassiany Ferro Cavalcante

**Resumo:** A ortografia é uma convenção social criada para cristalizar na escrita as diferenças dialetais dos usuários de uma determinada língua. No entanto, a aquisição da ortografia do português é um processo lento e complexo, em que o aprendiz comete muitos erros. Na ortografia do português existem diversas relações entre letras e sons, porém poucas são compreendidas mais facilmente pelas crianças, pois a maioria das relações é de difícil aquisição. Uma das relações de natureza complexa refere-se às chamadas regras hierárquicas ou contextuais, que pressupõem uma relativização do princípio alfabético segundo o qual cada letra deve representar apenas um som e cada som só pode ser representado por uma letra. Nas regularidades contextuais uma mesma letra pode representar mais de um som (letra r representa os fonemas [R] como em “rato” e [r] como em “fera”) e o mesmo som pode ser representado por mais de uma letra (o fonema [R] pode ser representado pela letra “r” e pelo dígrafo “rr”). Essas relações fonográficas exigem do aprendiz o conhecimento das regras contextuais para poder grafar corretamente. Assim, as regras contextuais são relações cruzadas perfeitamente previsíveis que permitem estabelecer, a partir do conhecimento dos princípios que as regem, como deve ser grafada uma palavra, até mesmo uma palavra desconhecida. Portanto, aprender ortografia não é somente possuir habilidades mnemônicas, é, principalmente,

construir conhecimento, pois a aquisição ortográfica na língua portuguesa é, em grande parte, a apropriação de regras contextuais, em que o aprendiz precisa refletir acerca dos princípios ortográficos que gerem as regras. Pela complexidade envolvida no processo de aquisição ortográfica, defende-se, aqui, que atividades entre pares em que sejam propiciados debates sobre os princípios que regem as regras ortográficas são favorecedores da apropriação/construção de regras ortográficas. Sendo assim, a presente investigação teve como objetivo investigar o papel exercido pelo discurso argumentativo na construção de regras ortográficas dos contextos do R e do RR em crianças com distúrbios de leitura-escrita, que freqüentam a sessões de terapia fonoaudiológica. Além das dificuldades comumente encontradas na apropriação das regras ortográficas contextuais, as crianças com distúrbio de leitura-escrita apresentam diversas dificuldades de aprendizagem adicionais. Essas crianças necessitam de uma atenção especializada, que as façam encontrar estratégias para superar as suas limitações. Não há consenso na literatura recente sobre a definição e caracterização do distúrbio de leitura-escrita. Todavia, considera-se que as alterações características desse distúrbio manifestam-se, em maior grau, no período de aprendizagem escolar, pois nesse período as crianças estão imersas em situações de leitura-escrita. Há, também, sinais dessas dificuldades em período pré-escolar, como: pobreza de vocabulário, uso inadequado da gramática e problemas no processamento fonológico. As dificuldades comuns do distúrbio de leitura-escrita acometem tanto os aspectos notacionais (capacidade de grafar as letras, apropriação da escrita alfabética e da ortografia) quanto os aspectos discursivos (produção e compreensão de texto). De acordo com a proposta do presente estudo, acredita-se que o debate e, conseqüentemente emergência de contradições, possibilitarão a construção de conhecimento dos contextos do RR e do R, constituindo-se, conseqüentemente em uma estratégia facilitadora do processo de ensino-aprendizagem das regras ortográficas contextuais em crianças com distúrbios de leitura-escrita. Sugere-se, aqui, que a dinâmica do discurso argumentativo possibilita a construção de conhecimento, pois permite que os interlocutores exponham seus pontos de vista e, muitas vezes, revise-os à luz de pontos de vista contrários. A argumentação é uma atividade de natureza discursiva que se realiza pela justificação de pontos de vistas e consideração de objeções a que estão sujeitos (contra-argumentos), com o objetivo último de tornar as posições defendidas aceitáveis àqueles a quem a argumentação se dirige. Participaram, da presente investigação, 08 crianças de 7 a 11 anos com distúrbio de leitura-escrita, em atendimento na clínica fonoaudiológica, sendo constituídos de dois grupos: Experimental e Controle. Os dois grupos foram solicitados a participar de ditados de palavras, em dois momentos distintos: no pré-testes e no pós-teste. Contudo, somente o grupo-experimental participou da intervenção, atividade alternativa, favorecida pela emergência da argumentatividade. De acordo com as análises realizadas, foi verificado que, no pré-teste, a maioria das crianças do grupo-experimental e do grupo-controle encontra-se nas categorias mais elementares de apropriação dos contextos ortográficos do R e do RR; dificuldades de ortografar gerativamente. Os resultados demonstraram que as crianças do grupo-experimental avançaram na apropriação dos contextos do R e do RR após a realização da intervenção. Já no pós-teste, foi possível verificar uma evolução do grupo-experimental quando comparado ao grupo-controle na escrita das palavras reais, pois houve mudanças nas escritas das crianças – de categorias mais elementares para categorias mais elaboradas. Pode-se sugerir, então, que a proposta de intervenção permeada pelo discurso argumentativo contribuiu para a construção de conhecimento dos contextos do R e do RR.

**Palavras-chaves:** distúrbio de leitura-escrita, apropriação ortográfica, argumentação

**Atividade: Limites e Abrangências do Psicólogo Escolar: Contribuições de um Estudo de Caso. (Paineis)**

**Trabalho:** Limites e Abrangências do Psicólogo Escolar: Contribuições de um Estudo de Caso.

**Autor(es):** Ana Luiza Correia, Adriano Tenório Pereira, Amanda Fávero, Daniela Torres Barros Barros, Robson Pinheiro da Silva, Telma Costa de Avelar

**Resumo:** Reconhecer as tensões existentes na relação do ensinar-aprender torna-se o primeiro passo no caminho da melhor forma de se estabelecer o processo do educar. Os pólos vigentes, entre perspectivas de educar – sejam oriundas de relações exógenas ou endógenas de sujeito para o mundo - devem ser interpretados e justificados na utilização de suas concepções no ensino. No contexto educacional, em meio aos diferentes profissionais que lidam,, com a questão do processo de ensino-aprendizagem, o Psicólogo Escolar, objeto do presente trabalho, é definido pela ABRAPEE (2007) como aquele que visa a melhoria do processo supracitado, além de trabalhar com o desenvolvimento humano, a escolarização em todos os seus níveis, a inclusão de pessoas com deficiências, a gestão psicoeducacional em instituições, a avaliação psicológica, a formação continuada de professores, dentre outros. Com o objetivo de conhecer a prática do Psicólogo Escolar, a partir de um estudo de caso, observando as congruências e contradições entre o seu discurso, arcabouço teórico e a sua atuação, visamos um maior esclarecimento quanto ao lugar que este profissional ocupa, bem como o nível de esclarecimento que a entrevistada tem de seu papel dentro da instituição escolar. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, realizada como trabalho final da disciplina Psicologia Escolar 1, pertencente à grade curricular do curso de graduação em Psicologia e que teve por sujeito uma profissional com graduações em Psicologia e Pedagogia, além de uma pós-graduação em Psicopedagogia e que atua numa escola da rede privada, a qual atende a uma clientela de classe média alta. Na análise de seu discurso, fez-se importante discorrer sobre algumas questões de cunho mais instrumental do saber e da prática do Psicólogo Escolar, a saber, o desenvolvimento moral e seu papel na construção do sujeito, o papel do erro dentro da abordagem de que faz uso (sócio-construtivismo) e a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais no âmbito escolar. Além disso, na análise do discurso foram observadas dificuldades em relação à transposição do embase teórico e a sua atuação dentro da instituição. Esse trabalho foi válido na medida em que trouxe uma visualização mais clara sobre a prática atual do psicólogo escolar, com suas dificuldades, limitações e abrangências. Embora, como supracitamos, em alguns momentos nossa entrevistada tenha utilizado o legítimo direito de não expor seu ponto de vista, o mesmo traz à baila a necessidade de pesquisas que clarifiquem o universo do psicólogo em atuação escolar, visando o fortalecimento e reconhecimento da sua importância enquanto agente de transformação de práticas educacionais.

**Palavras-chaves:** Psicólogo Escolar, sócio-construtivismo, processo de ensino-aprendizagem

**Atividade: Interação entre pares e desenvolvimento no contexto da escola inclusiva (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Interação entre pares e desenvolvimento no contexto da escola inclusiva: o caso de uma criança com Síndrome de Down.

**Autor(es):** Erenice Natália Soares de Carvalho, Diva Maria Moraes Albuquerque Maciel

**Resumo:** A perspectiva sociocultural construtivista do desenvolvimento é uma abordagem que compatibiliza teses e pressupostos de Vigotski e Piaget, oferecendo instrumental teórico-metodológico para a compreensão do desenvolvimento humano como um processo cultural co-construtivo em contextos e práticas sociais. Conceber a origem e a natureza sociocultural do psiquismo humano requer a compreensão dos caminhos pelos quais os bens da cultura participam como elementos constitutivos dos processos psicológicos estritamente humanos, conforme preconiza a perspectiva da transmissão cultural bidirecional defendida pela visão sociocultural construtivista. Nesse sentido, as diversas situações interpessoais e os contextos socioculturais específicos assumem um papel privilegiado na investigação psicológica, sendo objeto de interesse dos pesquisadores, particularmente, a família, a escola e o grupo de pares. Este estudo focaliza a interação entre pares como propulsora da co-construção de significados, sentimentos e comportamentos da criança. Foi realizado em uma escola pública inclusiva de educação infantil, envolvendo uma criança de quatro anos com diagnóstico de Síndrome de

Down e seus colegas de turma. O foco do estudo é a dimensão relacional das situações interativas, vividas no aqui-agora de atividades curriculares livres ou estruturadas na programação do professor regente de classe, nas quais se analisa a natureza desenvolvimental das relações interpessoais entre pares para a criança com necessidades educacionais especiais. O método microgenético é empregado na construção e análise do corpus empírico, no qual experiências sociais das crianças são registradas em vídeo, selecionadas e analisadas em sucessivos níveis de complexidade: interação, relacionamento e relação grupal. São objetos da investigação as orientações para metas, sua direção e coordenação em (a) frames interativos (de qualidade convergente, divergente e ambivalente); (b) situações pré-interativas e; (c) em situações onde não se verifica interação. Também são foco da investigação os processos de comunicação e metacomunicação das crianças no fluxo interativo dos episódios analisados. A análise realiza-se nas diferentes configurações de redes de significações constituídas no aqui-agora onde se dinamizam papéis e posições sociais coordenados pelos sujeitos nas situações investigadas, tendo em vista o contexto social e semiótico onde se inserem. O estudo tem como objetivo analisar as experiências infantis, nas quais a participação ativa da criança atua em favor do seu próprio processo de desenvolvimento e de seus pares, por meio da co-construção de significados e de ações compartilhada que funcionam como mediadores do desenvolvimento infantil. A pesquisa sugere que as crianças aprendem e constroem significados e comportamentos conjuntamente, em contextos que podem favorecer ou desfavorecer seu desenvolvimento e inclusão escolar, em situação de frames interativos de qualidade convergente, divergente ou ambivalente, mediante processos de colaboração, competição ou individualismo, bem como em situações interativas, pré-interativas e não-interativas. Os processos de co-construção de significados e ações, por sua vez, põem em evidência a importância do papel e da qualidade da mediação docente durante as interações sociais infantis, influenciando a aquisição de comportamentos pró-sociais, culturalmente canalizados, que são previstos, estimulados e aprovados pelos adultos da comunidade escolar no itinerário educacional das crianças. Esses resultados articulam-se com o processo de exclusão/inclusão escolar, influenciando a aceitação da criança por seus pares e suas relações escolares atuais e perspectivas futuras.

**Palavras-chaves:** perspectiva sociocultural construtivista, deficiência intelectual, inclusão escolar

**Atividade: Atuação do psicólogo escolar: reflexões a partir de uma experiência prática (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Atuação do psicólogo escolar: reflexões a partir de uma experiência prática

**Autor(es):** Luciana Tavares Andrade, Karine Maria Porpino Viana, Karina de Mendonça Vasconcellos

**Resumo:** As discussões acerca da psicologia e do papel do psicólogo na educação têm recebido grande destaque na literatura, em encontros científicos e na academia, sinalizando a relevância de estudos que envolvam o fazer psicológico nas instituições educacionais. Devido às inúmeras possibilidades de atuação do psicólogo na escola e às dificuldades de delimitação de seu papel, este tem sido, por sua vez, alvo de inúmeras críticas. No entanto, delimitar rigidamente suas funções pode vir a restringir uma boa atuação, pois se parte do pressuposto de que esta deve ser contextualizada e emergir das necessidades e demandas de cada escola. Sendo assim, este trabalho objetiva, a partir de uma experiência prática de intervenção em uma escola pública municipal da cidade do Recife, apontar para as possibilidades de atuação do profissional de psicologia, levando em consideração a realidade da referida instituição. A prática então realizada foi solicitada por profissionais de saúde da comunidade que, em contato com a escola, percebeu a necessidade de intervenção psicológica. Esta foi realizada voluntariamente por três profissionais de psicologia durante sete meses. Os dois primeiros, que consistiram em um reconhecimento institucional, caracterizaram-se por um período de pesquisa, observações e coletas de informações que objetivaram o levantamento de dados e demandas a fim de planejar e direcionar a intervenção a ser realizada. Durante tal investigação, a equipe de psicologia administrou questionário para os professores e coordenação da escola, participou das reuniões



pedagógicas e conselhos de ciclo e realizou observações em aula, reuniões e dinâmicas de grupo com os alunos, nas quais, através de técnicas projetivas como desenho e criação de histórias, e da técnica de associação livre, procurou explorar a representação que os mesmos possuíam da escola. Os aspectos mais relevantes detectados para intervenção foram: indisciplina em sala de aula, sinais de dificuldade de concentração e agitação dos alunos, exagero das conotações sexuais em brincadeiras e atividades de sala de aula, desmotivação dos alunos do EJA (Educação de Jovens e Adultos) e participação insuficiente dos pais na educação dos filhos e no trabalho da escola. Diante dessas demandas, a equipe de psicologia engajou-se nas reuniões pedagógicas, incitando os professores a refletir sobre as questões que se lhes apresentavam no intuito de envolvê-los na compreensão e direcionamento das mesmas, diminuindo, conseqüentemente, a expectativa de que a equipe solucionaria todas as demandas detectadas ou de que se trabalharia exclusiva ou diretamente com os “alunos-problema”. Além disso, realizaram-se palestras com os professores, dentre as quais se destacou a importância e o significado do brincar, o que embasou a proposta de implantação do recreio, uma vez que este não fazia parte das atividades da instituição. As famílias também foram estimuladas a envolverem-se no trabalho da escola, tendo sido oportunizada, a partir de encontros descontraídos por brindes e comemorações, a discussão de temas como: gênero e atribuições do pai na educação dos filhos, processos de socialização e influência que os pais exercem no modo como os alunos constroem sua identidade de aprendiz e a complementaridade da ação educativa entre família e escola. Os alunos participaram de reflexões em cada sala de aula onde, juntamente com o professor responsável, discutiram-se condições e regras necessárias para o funcionamento do grupo em questão. Além disso, foram realizados grupos de temas específicos com algumas turmas: com os alunos e professores do EJA trabalhou-se motivação, objetivos, limites e possibilidades desse programa de ensino; com as crianças envolvidas em brincadeiras com conotações sexuais, foram realizadas dinâmicas direcionadas à sexualidade. A peculiaridade das demandas e o limite do tempo para intervenção direcionaram o enfoque das questões e o modo como abordá-las. Ou seja, privilegiou-se o trabalho em grupos, a partir de vivências que mobilizassem participação e envolvimento de todos, possibilitando e instituindo o exercício de reflexão por parte daqueles envolvidos na tarefa de educar. Acredita-se, portanto, que o papel do psicólogo na educação, a despeito de assumir funções específicas e universais, deve ser construído de forma contextualizada a partir da realidade de cada escola. Propõe-se, a exemplo da prática realizada, que o psicólogo em contexto escolar prescindir de habilidades em identificar demandas emergentes e incitar mudança na assunção de papéis pelos atores que compõem o cenário da escola, através do contínuo exercício de reflexão e capacitação dos mesmos em conhecimentos oriundos da psicologia que venham a fundamentar e ampliar as ações educativas. Além disso, tal prática sugere, como mais uma função do psicólogo na escola, envolver, de forma criativa, a família e os próprios alunos como co-autores e responsáveis no processo educativo. Em decorrência disso, sugere-se que a escola abriga, em sua dinâmica institucional, um lugar rico para atuação do psicólogo enquanto profissional comprometido com a mobilização e circulação de novos discursos, reflexão e leitura crítica da realidade, objetivando a construção da prática educativa por todos os atores que compõem o cenário escolar a partir da criatividade, versatilidade e coerência.

**Palavras-chaves:** Psicologia escolar, Prática contextualizada, Exercício de reflexão

**Atividade:** A Literatura Infantil  
(Paineis)

**Trabalho:** A Literatura Infantil: redução do estresse e da ansiedade numa sala de triagem de um hospital infantil público

**Autor(es):** Jane Alves Coelho

**Resumo:** A convivência com as crianças em hospital público e em casas de apoio a famílias de crianças com câncer, os conhecimentos advindos da Psicopedagogia e os adquiridos a partir dessa interação orientaram a formulação do seguinte problema: Como a Literatura Infantil poderia ser utilizada, dentro de uma visão psicopedagógica, em uma sala de um hospital público? Este trabalho teve como objetivo geral investigar as repercussões do trabalho psicopedagógico

para as crianças numa sala de triagem de um hospital público, utilizando-se a Literatura Infantil como instrumento maior. Realmente não é fácil entrar em que o contexto refere-se a crianças e seus acompanhantes que chegam cedo à Instituição de Saúde; não raras vezes, muitos deles vêm de outras cidades, quer do interior do Ceará, quer de outros estados. Ou, ainda, de outros encaminhamentos médicos. O fato é que ser criança em uma sala de um hospital público sem proposta psicopedagógica é muito árduo e penoso, visto que muitos fatores dificultam sua estada nesse ambiente, principalmente por se tratar de um hospital que, culturalmente, associa-se a doenças, ansiedade, angústia, perdas, frustrações e, em alguns casos, à morte. Esta pesquisa consiste em um estudo empírico-analítico com a utilização da Literatura Infantil como instrumento de uma proposta psicopedagógica numa sala de triagem de um hospital público como procedimento mais adequado, por se tratar de uma pesquisa que retrata relações interpessoais, com atividades lúdico-pedagógicas. Como instrumentos de coleta de dados, foram aplicados dois questionários semi-estruturados: o primeiro, elaborado pela própria instituição hospitalar, no estágio inicial da pesquisa, com intuito de se obterem subsídios para melhor definição dos objetivos e coleta informações relacionadas ao objeto de estudo; o segundo, pela pesquisadora, para coleta de informações complementares. Foram trabalhadas três histórias infantis: uma sobre os animais na floresta, ressaltando alguns valores sociais; uma outra sobre o valor de uma alimentação saudável; e, uma terceira, sobre a importância da higiene para a saúde. Após a leitura de cada história, eram feitas atividades artísticas (recontar, desenhar e modelar) e lúdicas (teatro de fantoche, dramatização e brincadeiras de roda). Quanto aos sujeitos participantes da pesquisa, eram crianças, na faixa etária entre 4 e 10 anos de idade, que aguardavam atendimento médico numa sala de triagem de um hospital infantil de referência em Fortaleza. O estudo revelou que a Literatura Infantil, associada a áreas afins, juntamente com atividades lúdico-pedagógicas, pode proporcionar um espaço agradável, saudável (mesmo em um ambiente hospitalar), descontraído, estimulador, criativo e, acima de tudo, intensivo. A pesquisa mostrou a prática psicopedagógica em uma sala de triagem de um hospital público favoreceu a criação de um espaço para uma nova possibilidade de um olhar e escutar clínicos das crianças participantes, como também amenizou o ato da espera em uma instituição pública de Saúde que, de um modo geral a quase todas as instituições públicas de Saúde, não oferece condições adequadas de acomodação para tantas horas de espera pelo atendimento por um profissional da área de Saúde. Constatou-se que a Literatura Infantil, utilizada como proposta psicopedagógica em uma sala de triagem de um hospital público, funcionou como uma forma de expressão de vida, pois favoreceu momentos de trocas vivenciais, trabalhando-se, assim, ora fatores relacionados à criação, ora se estimulando as competências e habilidades individuais. As “sessões” possuíam um poder de “pulsão” que se enquadraria numa “pulsão de vida”. Assim sendo, comprovou-se – não com a pretensão de esgotar o assunto – que a Literatura Infantil representa um instrumento fundamental para essa prática psicopedagógica, utilizando-se o ato de contar histórias, como um pretexto para se discutirem, de modo encantado e mágico até, assuntos importantes para as crianças em uma sala de triagem de um hospital público, quebrando-se o paradigma de que o termo “hospital” deva sempre está associado à doença, aos sofrimentos e, pior ainda, à morte, sendo totalmente viável se trabalharem questões de pontos de vista bem diversificados das crianças, favorecendo, assim, o debate, a reflexão, a criação, a (re) criação e, obviamente, a aprendizagem propriamente dita. Sugere-se que sejam desenvolvidas atividades ligadas à música, à dança, ao teatro de fantoches, às brincadeiras de roda e aos jogos pedagógicos para todas as idades e gêneros, para melhor atender às necessidades das crianças/pacientes e de suas acompanhantes. É possível e pertinente, portanto, o desenvolvimento de práticas psicopedagógicas em salas de triagem de hospitais de um modo geral, mas os públicos em especial. Desse modo, é essencialmente recomendável entrelaçar os campos da Psicopedagogia e da Saúde, em uma sala de triagem de todo e qualquer instituição de Saúde, quer seja para uma clientela infantil, quer seja adulta, para que esses dois campos de saberes, juntos, ampliem-se e compartilhem-se. E dessa união, surja um locus em que as crianças possam ser crianças, mesmo esperando tantas horas em uma sala de triagem de um hospital público. Palavras-chave: Literatura Infantil, sala de triagem, hospital público, propostas psicopedagógicas.

**Palavras-chaves:** Literatura Infantil, Sala de triagem, hospital infantil público, propostas psicopedagógicas

**Atividade: Ao paciente terminal  
(Paineis)**

**Trabalho:** Ao paciente fase terminal: o que ainda se pode oferecer?

**Autor(es):** Jane Alves Coelho

**Resumo:** Numa sociedade onde as informações técnico-científicas circulam com tal velocidade e precisão, ainda se depara com o estranhamento que as pessoas sentem diante de presenciar o estado terminal de um paciente. A morte parece ainda ser algo tido como estranho, amedrontador, sem o controle até dos saberes médicos. No entanto, mais distante ainda está de se pensar no processo do morrer como uma qualidade restante de vida para os pacientes terminais. Longe ainda de se pensar na qualidade de morte a ser proporcionada a eles. O que se percebe é que, mesmo nos ambientes de promoção de saúde, a discussão da importância do falar sobre a morte e os momentos do morrer não vêm à tona, a não ser circunstancialmente. Este estudo tem como objetivo discutir o que se pode oferecer ao paciente terminal, quando as intervenções médicas e os fármacos não conseguem mais dar suporte a esse sofrimento. Começou-se a observar os pacientes terminais, a ler autores cujos trabalhos abordavam essa temática e, sobretudo, a verificar a possibilidade de lhes oferecer um algo que os saberes médicos, a assistência de enfermagem e os fármacos já não poderiam dar mais suporte. Esta pesquisa é de caráter descritivo, pois se pretende descrever, com exatidão, os fatos e fenômenos da realidade em estudo, e de prevalência qualitativa, visto que a pesquisa qualitativa busca compreender, de modo particular e específico, aquilo que se estuda, sem, contudo, preocupar-se com generalizações. Recorreu-se à Literatura Infantil como o instrumento para uma prática psicopedagógica, utilizando-se o ato de contar histórias como um pretexto para que, de modo encantado, mágico e fantástico, pudessem se discutir assuntos importantes para as crianças que se encontram em estado terminal, favorecendo, assim, o debate e a reflexão acerca da morte e a qualidade de vida no processo de morrer. E a literatura é um dos campos que favorece justamente esse contato entre o real e o ideal, o concreto e o abstrato, o possível e o impossível. Quanto à técnica de pesquisa escolhida, optou-se pelo estudo de caso por ser mais apropriado quando se deseja estudar situações complexas, visto que essa técnica caracteriza-se pela análise profunda e exaustiva de uma determinada realidade, de maneira a possibilitar o seu detalhamento. A observação foi a técnica de coleta de dados utilizada para investigação neste estudo. Os dados obtidos na observação deste caso enfatizaram a importância da intervenção, não mais médica nem farmacológica, mas humana, no ato de sentar-se, no escutar e, sobretudo, no fazer-se presente nos instantes finais de vida de um paciente, sobretudo o pediátrico. Os resultados analisados foram postos à luz da literatura da temática em questão, ressaltando-se como uma proposta de intervenção psicopedagógica poderá amenizar o tempo de sofrimento, dor e medo, sentimentos vinculados à morte. O estudo revelou que o paciente em fase terminal ainda está-aí, ainda está-no-mundo, ainda está-vivo, não pode – nem deve – ser deixado isolado, sozinho, à espera da morte, sem participação no seu próprio morrer. O morrer exige acompanhamento, tanto quanto, ou até mais, do que o viver. Constatou-se que, mesmo diante de tanto sofrimento que o setor oncológico infantil deixa registrado na memória de cada um que passa por essa experiência, é importante ressaltar-se que há ganhos, embora pareça meio contraditório se falar em ganhos e vantagens num espaço que, per si, remete sempre a perdas, à dor e à morte. Esse é, talvez, um dos mais privilegiados lugares em que, quando os conhecimentos científicos e os saberes médicos não conseguem dar mais respostas, ainda assim se pode oferecer o que o paciente terminal mais espera no que lhe resta de vida: apoio, a presença, a valoração no que resta de vida, enquanto processo natural da existência humana. Tentou-se trazer à discussão quais iniciativas podem as instituições promotoras de saúde proporcionar ao paciente em fase terminal, para que este não seja dado por morto, mesmo ainda estando-no-mundo, mesmo que a força da imprevisibilidade (do tempo, atitudes, reações) seja uma constante no setor oncológico. É uma tentativa de transformar o evento inerente à vida – a morte – em momentos de vida para o paciente em fase terminal, deixando-lhe espaço de decisões e participação, fazendo-o sentir-se acompanhado, assistido, valorizado, mas, sobretudo, de lhe oferecer uma qualidade de morte. Não se trata de pretender tirar-lhe as dores ou evitar-lhe o sofrimento. Menos ainda de intervir nos procedimentos e práticas médicas. Menos ainda de tentar reverter o quadro e devolver-lhe a vida. Apenas fazer a diferença no seu processo

de morrer e de morte. Portanto, é possível e pertinente o desenvolvimento de práticas psicopedagógicas intervencionistas no processo do morrer e da morte iminente, para que surja um locus em que o paciente terminal, sobretudo o pediátrico, sinta-se ainda assistido, valorizado e apoiado em suas demandas finais.

**Palavras-chaves:** Câncer, Paciente pediátrico, Terminalidade, Qualidade no morrer

**Atividade:** A FORMAÇÃO DE CLASSES EQUIVALENTES NO FORMATO PAPEL-E-LÁPIS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PROCESSO DE APRENDIZAGEM. (Paineis)

**Trabalho:** A FORMAÇÃO DE CLASSES EQUIVALENTES NO FORMATO PAPEL-E-LÁPIS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PROCESSO DE APRENDIZAGEM.

**Autor(es):** Paulyane Silva do Nascimento, Victor Conceição Romano, Olívia Misae Kato

**Resumo:** A literatura aponta uma grande variedade de pesquisas sobre equivalência de estímulos e seu procedimento de treino. Inicialmente, estas pesquisas foram testadas com pombos e, posteriormente, com crianças e indivíduos portadores de retardo mental. Considerando que os membros de uma classe de equivalência são equivalentes no sentido de serem permutáveis uns pelos outros, no contexto de procedimentos de emparelhamento arbitrário e partindo-se da hipótese de que para participantes intelectual e verbalmente sofisticados como os universitários um protocolo de treino mais elaborado poderia ser eficaz no estabelecimento de relações de equivalência entre estímulos usando instruções escritas, propôs-se o referido trabalho. Justifica-se o uso do protocolo com papel e lápis devido sua maior eficiência em termo de aplicação, pois além do teste poder ser aplicado em vários participantes ao mesmo tempo, requer um baixo custo de material, apenas papel e lápis. Também tem sido apontado como um método comum utilizado na área educacional para testar habilidades complexas, verbal e cognitiva. O presente estudo investigou a rápida formação de classes de equivalência no formato papel e lápis por meio de instruções escritas, replicando um estudo que demonstrou tal efeito. Participaram desta pesquisa 24 alunos graduandos do curso de Engenharia da Computação da Universidade Federal do Pará, sendo divididos em dois grupos de 12. Cada subgrupo foi submetido a uma das duas condições: composição com treino e composição sem treino. A composição com treino era composta de quatro páginas, a primeira página continha instruções escritas aos participantes, as quais descreviam o experimento e a forma de escolha ao modelo. A segunda página apresentava exemplos de quatro discriminações as quais serviram como regras para as tentativas nas terceira e quarta páginas. Na terceira página havia 40 tentativas para as regras instruídas as quais poderiam ser consultadas visualmente ou memorizadas antes de se completar todas as tentativas. A quarta página apresentava 32 tentativas, sendo 16 para testar as propriedades das relações de equivalência de forma aleatória e as 16 restantes programadas para verificar a manutenção das relações originais, ou seja, daquelas apresentadas como regra na segunda página. No decorrer da fase de teste, referente à quarta página, os participantes não poderiam mais consultar as quatro discriminações originais apresentadas na segunda página sendo instruídos a memorizarem-nas. A composição sem treino, por sua vez, era composta de duas páginas. A primeira página continha instruções escritas aos participantes, descrevendo a forma de escolha ao modelo. A segunda página apresentava o teste de equivalência no qual deveriam ser marcados os estímulos que apresentassem alguma relação, mas que não tinham sido pré-estabelecidas. Nenhuma consequência diferencial foi programada para as escolhas corretas e incorretas, para o seguimento das instruções ou para o cumprimento da tarefa visando garantir que as relações originais fossem constituídas por instruções e não por modelagem. As instruções eram fornecidas quando necessário. Não era estipulado um tempo específico para a realização dos exercícios. Dos 12 participantes que tiveram acesso às instruções na composição com treino, 33% responderam corretamente às 16 tentativas do teste; 25% estabeleceram entre 8 e 10 relações de equivalência; 17 %, entre 4 e 6 relações de equivalência e 25% apresentaram de 0 e 2 tentativas corretas. Dos 12 participantes da condição composição sem treino, 8,33%,

responderam corretamente a 13 das 16 tentativas do teste; 33% estabeleceram entre 8 e 9 relações de equivalência; 25% demonstraram entre 6 e 7 relações de equivalências e, 33% entre 0 e 2 relações. Ao compararmos os resultados nas duas condições quanto aos acertos, composição com treino e composição sem treino, verificou-se que na primeira as instruções descritas no treino foram eficientes em gerar relações de equivalência. Ocorreu 33% de acertos referentes a 16 sondas das classes de equivalência na ausência de contingências de reforçamento programados, documentando-se o comportamento simbólico de estabelecer tais relações. Na composição sem treino verificou-se apenas 8,33% de acertos. Desta forma, propõe-se que este procedimento poderá ser estendido a situações acadêmicas visando tornar mais eficiente o ensino para alunos em qualquer faixa etária ou pessoas com necessidades educacionais especiais.

**Palavras-chaves:** classes de equivalências de estímulo, pareamento arbitrário ao modelo, discriminações condicionais, composição com treino e sem treino

**Atividade: Autoridade e Família  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Autoridade e família

**Autor(es):** Susie Amâncio Gonçalves de Roure

**Resumo:** Na instituição e consolidação do modo de vida que caracteriza a sociedade ocidental moderna, a autoridade assume um sentido controvertido e contraditório. Por um lado, a vida coletiva implica a observância de normas de conduta e de leis coletivas, o que significa a subordinação a alguma forma de autoridade. Por outro, a inserção e a adesão sociais devem comportar os princípios da autonomia e da liberdade, tão caros ao pensamento liberal, e que são concebidos, muitas vezes, como opostos à autoridade. Expressando essa contradição, as várias teorias e abordagens que orientam o processo formativo a ser encaminhado pela família e pela escola se dividem entre aquelas que negam a autoridade, tomando-a como sinônimo de coerção e de violência, e aquelas que a reduzem à mera imposição de limites ou à tarefa de dizer “não”. Em muitos desse enfoques, verifica-se a perda do sentido e a destituição da autoridade nas relações de cuidado e de educação das novas gerações. No entanto, para se compreender a autoridade a partir do pressuposto da autonomia e da emancipação, é preciso fugir a duas formas de engodo: a que apregoa e justifica a ausência da autoridade e a que a reduz à imposição de regras e de proibições. Mais do que a determinação de limites, a autoridade significa a possibilidade de identificação com o humano e de apropriação da cultura sócio-historicamente desenvolvida. Assim, o presente trabalho visa apreender o percurso da autoridade na modernidade, em especial a partir da investigação das teorias que fundamentam o pensamento psicológico e a ação educativa em perspectiva para a família e a escola, na sociedade contemporânea. Sobretudo, busca questionar se a crise da autoridade coopera, ou não, para a formação do indivíduo autônomo e emancipado. Para tanto, criva algumas das teorias proeminentes acerca do desenvolvimento psicológico e educação da criança com a noção de autoridade conforme estabelecida na confluência entre a psicanálise freudiana e os estudos sobre autoridade e família de Marcuse, Horkheimer e Adorno. Deve-se ressaltar que a teoria freudiana permite situar a discussão da autoridade no complexo campo teórico das relações entre o indivíduo, tomado pelas pulsões inconscientes, e as demandas do processo civilizatório, demarcado a partir da sua inserção na família e nas demais instituições sociais. Os processos de repressão e de identificação repercutem, nos laços sociais, a instituição do sujeito e da lei e evidenciam o caráter transitório, mas necessário, das figuras de autoridade. Nesse mesmo sentido, a Teoria Crítica dos autores frankfurtianos possibilita compreender que, assim como a conversão da autoridade em autoritarismo, que se reproduz nos moldes do poder na família patriarcal burguesa, também a negação da autoridade, expressa na permissividade e indiferença nas relações formativas da família contemporânea, estabelecem modos perversos de repressão e deturpam os processos identificatórios instituintes do sujeito. Por decorrência, obscurecem a consciência da lei e dos laços sociais, dificultando o desenvolvimento da razão e da resistência à barbárie, bases fundamentais para a constituição do sujeito autônomo e emancipado. Repensar as condições de uma autoridade que colabore para a formação genuína e efetiva do sujeito

requer uma discussão sobre os entraves que se põem na formação e na valorização social daqueles que o criam e que o educam. Significa confrontar tanto a hipertrofia quanto a negação da autoridade, superando a aparente dicotomia entre o seu conceito e a noção de autonomia. Em especial, considerando que a autoridade representa um momento legítimo e necessário das relações entre a família e a criança em processo de formação, é fundamental delinearem-se os parâmetros de uma autoridade esclarecida, qual seja, aquela comprometida com a autonomia, com o desenvolvimento dos laços sociais e com a emancipação do indivíduo.

**Palavras-chaves:** autoridade, autonomia, família, educação

**Atividade: Um espelho à procura de uma face: (Paineis)**

**Trabalho:** Um espelho à procura de uma face: a compreensão dos professores sobre o papel do (a) psicólogo(a) no ensino fundamental da rede municipal na cidade de Vitória da Conquista - Bahia.

**Autor(es):** Mônica Pinchemel Nascimento, Marta Alves Amoras, Verena Freire, Célio Brito Santos, Emilene Ribeiro, Fábio de Almeida Andrade, NELI SOUZA PINHEIRO PINHEIRO, Thaís Barbosa de Andrade, Marcella Anjos

**Resumo:** Na prática diuturna da educação escolar, o (a) professor (a) transfere saberes das disciplinas teóricas para os alunos e avalia-os. Os resultados desta última atividade, por sua vez, ensejam diagnósticos e prognósticos, ambos fundados em representações científicas que os docentes mantêm sobre comportamento dos estudantes e que, supostamente, estariam por trás das dificuldades de aprendizagem constatadas. Ora, esse fazer dos professores evoca competências que eles não somente estão longe de dominar, posto que não receberam o adequado preparo acadêmico, como também termina por impedir que eles, bem como, em última análise, também autoridades e planejadores educacionais, possam aquilatar a contribuição que poderia ser ministrada por profissionais da psicologia ao processo da educação, especialmente atuando no contexto das próprias instituições educacionais. Conduzida por essas questões, realizou-se pesquisa de campo para saber como o corpo docente das escolas públicas da rede municipal do ensino fundamental de quinta a oitava série da cidade de Vitória da Conquista, Bahia, no ano de 2006, entende qual o papel do psicólogo na educação escolar. Um questionário foi aplicado a trinta e sete professoras e onze professores, somente dois atuando na direção da escola, na faixa etária de 21 a 50 anos; 65% deles especialistas, com tempo de serviço diversificado entre 1 e 20 anos de trabalho e 67% concursados. Esse instrumento apresentou perguntas fechadas, abertas e afirmativas, buscando, dentre muitos aspectos, investigar a presença de psicólogo na escola, bem como a importância desse profissional nos estabelecimentos de ensino. Procurou, outrossim, saber se o psicólogo deveria estar presente nas reuniões de pais e mestres, além de indagar se podem profissionais de educação sem formação específica em psicologia oferecerem diagnósticos. Indagou-se também se há necessidade de um (a) psicólogo (a) nas reuniões dos pais e mestres, e se deveria somente dar assessoria aos orientadores educacionais, orientar os pais dos (as) alunos (as) na escola, atuar no sentido de colaborar no planejamento de currículos escolares, na definição de técnicas de educação mais eficazes ou, ainda, se há necessidade de um(a) psicólogo(a) todos os dias na escola ou se sua atuação estaria limitada a atender a demanda de alunos (as) que necessitam de acolhimento, no momento de sua "crise" dentro da escola e se, para este aluno, sem a assistência do profissional de psicologia, existe algum procedimento de registro do comportamento e aprendizagem, quem é responsável e para qual setor da educação seria

enviado, e se é possível um profissional da educação, não tendo a formação de psicólogo apresentar diagnóstico quando avaliado o comportamento e a aprendizagem do(a) aluno(a). De acordo com a sistematização e análise dos dados da pesquisa, constatou-se que 98% das escolas não têm assistência de um profissional em psicologia; mas a maioria dos entrevistados confirmou ser importante a presença desse profissional na escola, mesmo não sabendo definir com precisão seu papel dentro dela. A maioria dos professores concordou que é possível um profissional da educação ter a mesma condição do profissional de psicologia em diagnosticar possíveis problemas de aprendizagem ou de comportamento de uma criança, mas discordaram da afirmativa de que não é necessária a presença de um (a) psicólogo (a) todos os dias na escola. Como relevante conclusão, a análise dos dados levantados aponta contradições que sugerem a necessidade de uma eficaz e eficiente divulgação das atribuições do psicólogo e de como pode este profissional atuar dentro de uma instituição escolar.

**Palavras-chaves:** Psicólogo, Avaliação, Escola, Educação

**Atividade:** Violência interpessoal na escola  
(Paineis)

**Trabalho:** Violência interpessoal na escola

**Autor(es):** Érica Almeida Coelho, Andréa Pato Vieira de Campos, Fernanda Rebouças Maia Costa, Tatiana Lacerda Medeiros, Tatiane Ribeiro Martins da Silva, ILKA DIAS BICHARA

**Resumo:** Devido à complexidade de seus fatores determinantes, além da sua alta incidência e crescimento progressivo na sociedade moderna, a violência tem sido amplamente investigada dentro de diversas perspectivas e com os mais variados objetivos. De acordo com pesquisas de opinião pública, a violência é uma das maiores preocupações da população nas grandes cidades (Silva, 1997) e, por isso, tem tido muito destaque nos meios de comunicação e na comunidade acadêmica. O objetivo geral deste estudo foi investigar como crianças de uma escola pública municipal re-significam a violência tendo como base os comportamentos apresentados entre seus colegas nesse contexto. A instituição escolar foi escolhida como cenário de investigação da violência já que as escolas, principalmente as públicas, têm sido o principal palco de situações onde esse fenômeno está presente, fato que se torna alarmante visto que a escola é espaço fundamental de formação. Para isto, foi realizado um estudo exploratório na Escola Municipal Nova do Bairro da Paz, na cidade de Salvador. A amostra foi composta por 08 alunos da série inicial CEB II (Ciclo de Educação Básica), na faixa etária de sete a oito anos. Foram utilizados recursos lúdicos como instrumentos para alcançar os objetivos da pesquisa, tendo sido todos elaborados pelas autoras da pesquisa. Os mesmos envolviam cartões ilustrados e histórias, confeccionados pelas autoras, tendo como personagens animais que se envolviam em situações de conflito comuns no ambiente escolar. Pedia-se, então, a opinião das crianças a respeito da situação ilustrada, bem como qual dos personagens consideraria culpado e com qual se identificaria. Outro método utilizado foi a solicitação de que as crianças confeccionassem e posteriormente descrevessem dois desenhos: o primeiro ilustrando uma cena de violência qualquer e o segundo apresentando uma cena de violência que a criança tivesse presenciado na escola. Para fins de análise, utilizou-se o método qualitativo da análise de conteúdo. Entre os resultados encontrados, foi fundamental identificar a maneira como as crianças participantes re-significam a violência interpessoal. Notou-se que este processo deu-se a partir dos tradicionais conceitos de “certo” e “errado”, socialmente compartilhados e fortemente repassados nessa fase da infância pelos adultos responsáveis pela sua educação. Dessa forma, consideram como violência os conflitos ocorridos entre eles, independente da sua gravidade, não adotando uma postura de banalização ou naturalização do fenômeno. Além disso, ficou claro que as crianças partiam da consideração do sujeito como violento (ex: assassino) para justificar os atos cometidos (ex: assassinatos), ao invés de compreender que são estes, ao serem realizados pelo

sujeito, que lhe conferem tal denominação. Por fim, percebeu-se que as crianças utilizaram como única justificativa para a violência a sua causa imediata, deixando de lado as possíveis causas macrossociais. A relevância desta pesquisa está em privilegiar o olhar dos agentes, neste caso os alunos, acerca da violência que ocorre entre eles, ao utilizar métodos que possibilitaram acessar seus conteúdos e representações. Dessa forma, fez-se possível compreender a violência a partir do olhar das crianças, levando em conta a fase da vida na qual se encontram e o contexto em que estão inseridas. Esse enfoque possibilita uma intervenção coerente com a sua realidade e mostra que elas têm uma concepção própria do que seria violência, mesmo que esta seja significativamente influenciada pela cultura.

**Palavras-chaves:** violência interpessoal, escola, criança

**Atividade: Acampamento Vivencial  
(Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Acampamento Vivencial

**Autor(es):** José Geraldo da Cruz Gomes Ribeiro, Orlando Gonçalves Lins Junior

**Resumo:** O Acampamento Vivencial constitui em um ambiente de aprendizagem onde, na estruturação de atividades ao ar livre, em regime de acampamento, envolvendo aventuras, jogos e atividades psicopedagógicas, adolescentes e jovens podem ampliar as possibilidades de desenvolvimento pessoal, a partir da experimentação de si mesmos, nas diversas situações que são propostas como vivência de consciência. Seu objetivo é, então, a ampliação no sujeito das possibilidades de interpretação de si mesmo, como vivência de desenvolvimento da consciência. A título explicativo, o que estamos chamando de interpretação de si mesmo corresponde a própria ação da pessoa no mundo, a dramatização de si mesmo, ou seja, a interpretação do próprio personagem, com sua singularidade e diversidade de possibilidades. Considerando que um aspecto que ajuda o ser humano na superação das dificuldades é o que se chama experiência de vida, que surge na medida em que a pessoa faz várias coisas, experimenta maneiras diferentes de fazê-las, reflete sobre como as fez e que resultados obteve, a nossa proposta é criar as oportunidades para que o grupo, assim como cada participante, possa viver situações deste tipo. Neste clima, em que a atividade em grupo permite a cada participante experimentar a sensação de superar os desafios do local e de si próprio, no contato com o outro, o Acampamento Vivencial, cria um contexto de permissão para a experimentação de si mesmo, a partir da estratégia de minimização de julgamento de valor, na tentativa de substituir essa perspectiva pela análise da eficiência obtida a partir das escolhas feitas pelos participantes. Partimos da concepção fenomenológico-existencial, possibilitando que as situações vividas pelos participantes sejam os principais critérios da experiência de ampliação do nível de consciência da pessoa, sobre como se percebe, e sobre as estratégias que usa para solucionar suas dificuldades, possibilitando o desenvolvimento de novas maneiras de superar obstáculos. No desenvolvimento da metodologia, são desenvolvidas as seguintes atividades:

1. utilização do sistema de equipes: os participantes são reunidos em equipes ou "times" que se desafiam na superação de obstáculos através de jogos;
2. encontros na cidade, com jogos e atividades de preparação para obstáculos maiores, onde inicia-se a aprendizagem do trabalho em grupo;
3. explorações e acampamentos, num estreito contato com a natureza, onde o desafio maior é a construção dos meios para obtenção do próprio conforto e sobrevivência (providenciar o próprio alimento, construir utensílios e instrumentos, aprender a arte do "mateiro" etc.), visando a aprendizagem do trabalho cooperativo, de processos criativos, da autonomia e da iniciativa;
4. dinâmicas de grupo (envolvendo jogos e reflexões);
5. sessões informativas ("seminários") sobre temas de interesse do adolescente, estruturados a partir das escolhas do grupo. Neste trabalho, procuraremos apresentar as condições e formatação da vivência, depoimentos dos participantes, os resultados obtidos, os fundamentos teóricos utilizados, as reflexões e os novos conhecimentos construídos, ao longo de dez anos de experiência.

**Palavras-chaves:** Educação, Fenomenologia Existencial, Acampamento Vivencial



**Atividade: O Centro Municipal de Educação Infantil Professora Carmem Maria Reis: (Paineis)**

**Trabalho:**O Centro Municipal de Educação Infantil Professora Carmem Maria Reis: uma intervenção em Psicologia Escolar/Educacional

**Autor(es):** Munique Therense Costa de Moraes, Pollyanna Larissa Azevedo Costa, Andressa Rafaella Oliveira de Castro, Aline Francisca de Oliveira, Cynthia Medeiros

**Resumo:** O presente trabalho resulta de observações e entrevistas realizadas entre os dias 22 de setembro e 16 de novembro de 2006, no Centro Municipal de Educação Infantil Professora Carmem Maria Reis, situado na Vila de Ponta Negra em Natal, Rio Grande do Norte. A escola atende 177 crianças, oferecendo ensino para os níveis I e II da Educação Básica, nos turnos matutino e vespertino e conta com um quadro de 22 funcionários. Os números referentes à evasão escolar são mínimos, sendo a realidade do bairro (favela com alto índice de periculosidade) o fator que caracteriza a instituição. O trabalho de intervenção fez parte de um conjunto de atividades que norteiam a formação do graduando em psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e objetivou aproximar o aluno do referido curso da realidade do profissional atuante na área escolar/educacional. A intervenção na escola possuiu como objetivo introduzir junto aos professores um questionamento reflexivo sobre a conceituação de “alunos problema”, uma vez que as principais demandas ao profissional da psicologia partem de uma queixa acerca destes alunos. Usaram-se como referenciais teóricos nomes como Maria Helena de S. Patto, M. Foucault, Almeida e Neves, S. Freud, M.C. Kupfer, entre outros. Como metodologia evidenciou-se o foco de trabalho em uma das turmas da escola (nível II, contendo 21 alunos), sendo cada um dos quatro participantes do grupo responsável por estar presente em um dia fixo da semana na instituição, totalizando 15 encontros. Fez-se ainda, observações da dinâmica da sala de aula, entrevistas com a equipe pedagógica e com os pais/responsáveis pelos alunos denominados problemáticos, além da participação nas reuniões de planejamento e em atividades culturais da escola, como a MARCO - Mostra de Artes e Conhecimento. Os registros foram feitos em papel, caneta e material fotográfico. O fechamento do trabalho realizou-se através de reuniões, propostas pelo grupo, com o intuito de demonstrar resultados, que, neste caso, revelaram uma possibilidade de atuação do psicólogo escolar/educacional coerente com o debate crítico na área. Assim, no que diz respeito à queixa escolar, a intervenção cumpriu seu objetivo ao produzir uma resignificação das queixas dos professores, pela via de um trabalho de escuta que os permitiu reconhecer a adequação, ou não, das práticas pedagógicas aos alunos, assim como as expectativas geradas em torno deles, o lugar de onde enunciavam os seus “problemas” e os modos encontrados para enfrentá-los, repensando maneiras que facilitem o seu aprendizado, bem como a sua implicação nos mesmos.

**Palavras-chaves:** Queixa escolar,aluno problema,psicólogo escolar/educacional,Intervenção

**Atividade: Educação estética e formação de professores (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Educação estética e formação de professores

**Autor(es):** Andréa Vieira Zanella

**Resumo:** Neste trabalho são apresentadas reflexões sobre a importância da educação estética no processo de formação continuada de educadores e alguns indicadores para sua consecução. Essas reflexões e indicadores resultam de investigações realizadas com professores de ensino fundamental, participantes de um curso de extensão que tinha como proposta metodológica o desenvolvimento de atividades criadoras mediadas por diferentes linguagens artísticas. Para cada um dos encontros havia objetivos e atividades específicas, sendo que o fio norteador da

proposta era o processo de produção pelos sujeitos, com a mediação de vivências estéticas, de novos olhares que os permitissem imaginar possibilidades outras para suas trajetórias docentes e práticas pedagógicas. As vivências propunham, nesse sentido, rupturas em relação às formas estereotipadas, historicamente produzidas, que todos os sujeitos imersos em uma dada cultura que os constitui e a qual constituem possuem de olhar, ouvir, sentir, enfim, de se relacionar com a realidade, com os outros e consigo mesmos. As investigações realizadas permitiram identificar os seguintes indicadores para a formação estética de professores: a necessidade de trabalhar suas experiências e a trajetória profissional, ou seja, reconstituir os caminhos percorridos de modo a se refletir sobre as escolhas feitas, o que delas resultou e as possibilidades que se abrem ao devir; problematizar as formas estereotipadas, o que se apresenta como familiar e que, não estranhado, oblitera as aberturas ao diferente, à diferença; experimentar outras possibilidades de ver, ouvir, sentir, e de se objetivar criativamente; relativizar as certezas da percepção, romper com os instituídos de modo a que o novo e o imprevisível possam se apresentar como possibilidades; produzir novos sentidos e refletir sobre seus caminhos éticos, o que se apresenta como fundamental para a criação de novas formas de existência. Esses indicadores podem vir a ser concretizados de várias formas, posto que são múltiplas as estratégias a serem utilizadas em processos educativos que objetivam romper com a massificação das sensibilidades, dos saberes e fazeres, massificação essa que se apresenta como característica da sociedade do consumo. A arte, o meio ambiente, os diferentes campos de saber e seus diversos conhecimentos, os acontecimentos cotidianos, tudo pode constituir-se como cenário de uma proposta de educação estética que sensibilize as pessoas para o reconhecimento das características das relações que estabelecem com outros e consigo mesmas e, fundamentalmente, do que pode vir a ser. Educação estética é, nesse sentido, uma aposta em relações reconhecedoras e fundadoras de diversidades e no desenvolvimento de sujeitos criativos, capazes de transformar a realidade em direção à potencialização de práticas sociais que promovam condições éticas e estéticas de existência para todos.

**Palavras-chaves:** educação estética, atividade criadora, formação de professores

**Atividade:** O Diagnóstico do TDAH e o Processo de Ensino-Aprendizagem (Painéis)

**Trabalho:** O Diagnóstico do TDAH e o Processo de Ensino-Aprendizagem

**Autor(es):** Joseildes Farias Fonseca, Patricia Alvarenga Lima, Angela Maria Dias Fernandes

**Resumo:** Têm se tornado freqüente, notadamente por parte dos profissionais da área de saúde, o uso indiscriminado de diagnósticos de crianças encaminhadas em consequência de uma avaliação preliminar, destacando-se neste diapasão às escolas em que nelas estudam, pelo fato de não corresponderem às perspectivas de rendimento escolar e comportamental. Não se pode olvidar que dentre esses diagnósticos existe a predominância do transtorno de déficit de atenção/hiperatividade. As primeiras referências ao TDAH – Transtorno de Déficit de Atenção / Hiperatividade datam da metade do século XIX, feita por um pediatra chamado, George Still, em 1902. Entretanto, a nomenclatura desse transtorno vem sofrendo alterações contínuas. Na década de 40, surgiu a designação "lesão cerebral mínima", que em 1962, foi modificada para "disfunção cerebral mínima", reconhecendo-se que as alterações características da síndrome relacionam-se mais a disfunções em vias nervosas do que propriamente a lesões nas mesmas. Os sistemas classificatórios utilizados em psiquiatria, CID-10 e DSM-IV, apresentam mais similaridades do que diferenças nas diretrizes diagnósticas para o transtorno, embora utilizem nomenclaturas diferentes (transtorno de déficit de atenção/hiperatividade no DSM-IV e transtornos hipercinéticos na CID-10). Esse transtorno tem sido pesquisado por profissionais de muitas áreas. Estudos atuais, que utilizam os critérios plenos do DSM-IV tendem a encontrar prevalências ao redor de 3-6% em crianças em idade escolar como portadoras desse tipo de transtorno. (Kaplan, 2003). De acordo com Kaplan (2003) o "distúrbio" pode ter seu início na infância. As crianças são excessivamente sensíveis a estímulos e facilmente perturbadas por alterações ambientais, mas pode acontecer o inverso e serem dóceis e sem energia. Na escola,

tendem a iniciar rapidamente um teste, mas responde apenas às duas primeiras questões. Elas podem ser incapazes de esperar por sua vez em aula e responder pelos outros, em casa, não conseguem ficar quietas por um minuto sequer. As crianças “acometidas” do TDAH são explosivamente irritáveis. Dificuldades emocionais concomitantes são freqüentes. As características mais freqüentemente citadas são: 1) hiperatividade; 2) Comprometimento percepto-motor; 3) Instabilidade emocional; 4) Déficit geral de coordenação; 5) Distúrbios de atenção; 6) Impulsividade; 7) Transtorno de memória e do pensamento; 8) deficiências específicas do aprendizado; 9) Distúrbios da fala e da audição; e 10) sinais e irregularidades neurológicas duvidosas ao eletroencefalograma (Kaplan, 2003). Vale ressaltar que neste sentido a maioria daqueles profissionais tem feito uso de critérios descompassados de avaliação, talvez por força da não aplicação dos competentes e necessários estudos para identificação da real causa do problema, redundando, desta forma, no encaminhamento equivocado. Tido pela sociedade como profissionais merecedores de credibilidade científica, de forma equivocada eles contribuem no sentido de que a responsabilidade dos “distúrbios” apresentados pelos alunos não sejam, sob nenhuma hipótese, transferidos para a escola e/ou para a metodologia de ensino aplicada, caracterizando-se, desta forma, perfeita aliança formada entre as escolas e os profissionais que a elas atendem, culminando na produção e na culpabilização de uma criança que não se adapta às imposições escolares. Portanto este estudo pretende analisar o diagnóstico do TDAH e suas implicações no processo ensino/aprendizagem. Além de comparar os diversos diagnósticos produzidos por profissionais e pelo senso comum e identificar quais as implicações do diagnóstico em TDAH no processo de ensino-aprendizagem e para a existência da criança diagnosticada. Com o intuito de visualizar os diversos diagnósticos produzidos dentro de uma instituição escolar, as conseqüências deste diagnóstico na existência de uma criança, como também as implicações no processo ensino-aprendizagem, realizou-se uma pesquisa de cunho qualitativo, através de entrevistas semi-estruturadas com os atores sociais que integram o cotidiano de uma instituição escolar. A análise das narrativas que foram desveladas pelos atores sociais que compõem a instituição escolar foram analisadas a partir da análise de conteúdo. Esta pesquisa encontra-se em fase de análise dos dados. Como resultados preliminares é possível citar que a partir das narrativas dos atores sociais pode-se constatar que as diversas falas estão perpassadas por práticas sociais de exclusão e que são produtoras de diagnósticos que marcam a existência do aluno e comprometem o processo de ensino-aprendizagem. Dentre muitos fatores outro aspecto observado nas falas dos atores sociais é de que a culpabilização do fracasso escolar encontra-se exclusivamente no aluno e de que os diagnósticos acima referenciados auxiliam nesse processo de exclusão e de fracasso. Outra observação a partir dos discursos é que existem diferenças no que tange o discernimento dos profissionais quanto à conclusão do diagnóstico do TDAH. Desvelou-se por parte dos pais das crianças ditas hiperativas que estas possuem problemas emocionais que eles não conseguem compreender. Esse material coletado está passando por um processo de categorização para que a posteriori possa ser realizada uma análise mais profunda dos discursos.

**Palavras-chaves:** Psicologia Escolar, Práticas sociais, Fracasso escolar, Análise Institucional

**Atividade: O MEDO DE SI E O PRECONCEITO DO OUTRO:  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** O medo de si e o preconceito do outro

**Autor(es):** Nicoleta Mendes de Mattos

**Resumo:** Nesta pesquisa buscamos identificar, através do estudo da prática pedagógica desenvolvida em escolas regulares da cidade de Valença - Ba que atendem a alunos com deficiência, de que forma os aspectos subjetivos do professor, aqui relacionados às articulações existentes entre a formação dos professores, os princípios de integração e de inclusão educacional e as concepções de deficiência trazidas pelos professores, tendo em vista sua história de vida e as especificidades culturais nas quais as concepções estão historicamente organizadas. Tal estudo visa compreender como essas articulações se expressam na prática pedagógica, já que acreditamos que a qualidade da prática docente dependerá diretamente da formação docente, do conteúdo dessas concepções e de como estas são articuladas com os

princípios de integração e de inclusão educacional pelo professor, sendo essa articulação determinante para adoção (ou não) dos referidos princípios e para uma conseqüente mudança (ou não) na atuação do professor. Como procedimento metodológico, elegemos o modelo de Análise de Conteúdo proposto por Bardin (1977) e Teixeira (1983) para analisarmos os textos produzidos a partir dos depoimentos de 25 (vinte e cinco) professoras e coordenadoras pedagógicas que atuam em 10 (dez) escolas regulares, públicas e privadas da sede municipal, e realizamos observações da prática desenvolvida por 08 (oito) professoras em sala de aula. Realizamos também análise documental e entrevistas não estruturadas com 03 (três) depoentes integrantes da comunidade, para levantar informações sobre a cultura, a história e história da educação da cidade. Como resultados, constatamos que as concepções de deficiência preconceituosas e segregadoras, associadas à história de vida e ao entorno cultural e social dos sujeitos se fundam no medo que este aluno lhes causa, constituindo-se em elementos básicos de resistência aos princípios de integração e de inclusão. Como conseqüência, ocorre uma dissociação entre o medo e os comportamentos e atitudes preconceituosas, sendo que os professores reagem ao medo negando o aluno com deficiência e suas necessidades, e projetando suas dificuldades e preconceitos diante deste aluno no "Outro", seja este o aluno, os pais, o sistema, permanecendo no lugar de não-responsáveis pela promoção da aprendizagem do aluno, mecanismos esses que vêm sendo reforçados pelos modelos utilizados na formação docente (inicial e continuada), considerados deficientes, e no processo de inserção deste aluno na rede regular. Consideramos serem estes indicativos pistas importantes para uma maior compreensão dos elementos que compõem as resistências e desejos de mudança do professor diante de uma proposta e de uma prática inclusiva, e entendemos que esta é ainda um campo ainda inexplorado, e que deve ser melhor pesquisado, uma vez que tal campo acreditamos que tal campo se configura como campo de intervenção do psicólogo na educação. Acreditamos também que o aprofundamento da pesquisa poderá auxiliar no redimensionamento das práticas de formação e qualificação docente, bem como oferecer elementos para a estruturação de uma intervenção do psicólogo que atua em contextos educacionais que promovam a inclusão.

**Palavras-chaves:** subjetividade, prática pedagógica, medo, atuação do psicólogo, inclusão educacional

**Trabalho:** REPENSANDO A FUNÇÃO DA PSICOLOGIA NA FORMAÇÃO DOCENTE: DESENVOLVENDO HABILIDADES SOCIAIS E PESSOAIS DO PROFESSOR

**Autor(es):** Nicoleta Mendes de Mattos

**Resumo:** Nas sociedades que aprendem e reaprendem de modos diferentes e se desenvolvem continuamente, as relações interpessoais assumem uma importância crucial para o desenvolvimento humano. Como são, como se apresentam estas relações e como interferem nos novos modelos de educação que o mundo atual exige são questões que devem estar presentes na construção de uma atuação profissional competente. Assim, entendemos que não se pode perder de vista a dimensão pessoal e interpessoal inerente à natureza do trabalho do educador. Sabemos que as inteligências intra e interpessoal, a habilidade de lidar e entender as demandas e necessidades de si e do outro, o resgate permanente do entrosamento afetivo e a comunicação eficiente e eficaz são ingredientes indispensáveis num ambiente saudável de trabalho, seja este qualquer espaço educacional. Sabemos também que o desenvolvimento das competências e habilidades intra e interpessoais não tem sido objeto de aprendizagem no processo de formação, inicial e continuada, de educadores, muito menos na sua prática profissional. Acreditamos que todo o processo de formação eficiente passa pelo desenvolvimento de relações interpessoais mais autênticas, onde o contato entre sujeitos da educação possa se dar de um modo o mais direto, sensitivo e verdadeiro possível, tendo em vista as especificidades de seus papéis e a consciência de que estamos diante de uma pessoa, que ocupa o lugar de aluno. Autores como Tavares, Del Prette e Del Prette (2001), Del Prette (2000), Guzzo (2004), Souza (2004) entre outros, chamam a atenção para a importância de relações interpessoais e habilidades sociais adequadas no universo educacional, e de como estas habilidades podem (e devem) ser aprendidas, através da identificação das competências e habilidades necessárias para ser pessoa na relação profissional, trazendo para sua realidade a possibilidade de expansão de consciência de si e do outro que favoreça e potencialize um desenvolvimento humano e

profissional mais saudável. Nesse sentido, não se trata apenas de uma mudança cognitiva de opinião. É necessário mudar atitudes, identificando e vivenciando as diferentes dimensões da pessoa – ser, estar, ter, poder, querer (TAVARES, 2001) e como essas dimensões se expressam nas práticas educacionais. Nesse sentido, cada vez mais a ação do psicólogo em contextos de formação de professores, seja do ponto de vista disciplinar (currículo básico), seja do ponto de vista acadêmico, através de práticas extensivas, deve organizar-se, para além da transmissão dos saberes teóricos da ciência psicológica, como promotora da saúde dos professores, tendo em vista que a qualidade de vida é um elemento constitutivo da sua prática profissional.

**Palavras-chaves:** desenvolvimento pessoal, formação docente, habilidades sociais, psicologia educacional

**Atividade: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E ESCOLA: O CONHECIMENTO DOS PROFISSIONAIS DA ESCOLA SOBRE O ECA. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E ESCOLA: O CONHECIMENTO DOS PROFISSIONAIS DA ESCOLA SOBRE O ECA.**

**Autor(es):** Marilena Ristum, Thaise Almeida Nunes Vasconcelos

**Resumo:** O ambiente doméstico tem se caracterizado como o lócus principal de práticas de maus tratos a crianças, os quais dificilmente são notificados, tanto por se tratar de um ambiente “fechado ao público”, quanto pelos aspectos culturais que proclamam a família como possuidora de todos os direitos sobre a criança. É recente o reconhecimento da importância da escola na prevenção e no combate à violência doméstica. A literatura tem relatado vários indícios de maus tratos à criança que poderiam ser observados na escola; além das marcas corporais, que são facilmente identificadas, há muitos outros indícios, referentes tanto a comportamentos sociais (agressividade, dificuldade de relacionamento, isolamento, apatia, choro etc.) como a comportamentos acadêmicos (dificuldade de aprendizagem, baixo rendimento, faltas freqüentes, falta de atenção e concentração, desinteresse etc.). Os profissionais da escola, embora convivam com as crianças por um tempo prolongado, pouco têm atuado no sentido de prevenir, identificar e denunciar as violências de que os alunos são vítimas no âmbito familiar, como tão pouco fornecer o apoio e o acompanhamento necessários nos casos identificados. Buscando saber se o Estatuto da Criança e do Adolescente, em vigência desde 1990, é conhecido pelos profissionais da escola, de forma que possa orientar suas ações e possibilitar que a escola elabore estratégias de enfrentamento do problema, o presente trabalho, que é parte de uma pesquisa mais ampla sobre a atuação da escola frente à violência doméstica, teve como objetivos identificar o conhecimento que os profissionais da escola têm: a) sobre o que o ECA regulamenta a respeito da violência doméstica e b) sobre o que o ECA prescreve para a atuação da escola frente aos casos de violência doméstica sofrida por seus alunos. A amostra foi composta por diretores, coordenadores pedagógicos, funcionários e professores de 10% de todas as escolas públicas municipais de Salvador, de educação infantil à 4ª série, tomando-se o cuidado de abranger todas as 11 Coordenadorias Regionais de Ensino e, portanto, todas as regiões do município. Foi aplicado um questionário com 14 questões, das quais foram analisadas apenas as referentes aos objetivos deste trabalho. Os resultados obtidos mostram que a maioria dos diretores, coordenadores e professores leram o ECA apenas parcialmente; entre os funcionários, os que não leram o ECA apresentaram-se em maior porcentagem, seguidos de perto pelos que leram parcialmente. Quando indagados sobre as especificidades do que regulamenta o ECA em relação à violência doméstica, as respostas de todas as categorias profissionais se concentraram nas categorias: punição ao agressor, defesa dos direitos da criança e do adolescente e orientação à família e/ou ao agressor. Quanto à indagação sobre o que o ECA regulamenta para a atuação da escola frente à violência doméstica de que seus alunos são vítimas, a grande maioria das respostas concentrou-se na afirmação sobre o dever de encaminhar e denunciar o caso ao Conselho Tutelar ou aos órgãos competentes. De um modo geral, as respostas foram amplas e vagas, sendo que nenhuma especificou as sanções previstas para a escola nos casos de omissão. Acrescente-se a isso a identificação, nas respostas, de

algumas categorias que se distanciam da real regulamentação do ECA. Deve-se destacar, ainda, um resultado bastante significativo que se refere à grande porcentagem de respostas nas categorias: não se lembra, não entendeu o que leu/não sabe e não respondeu, denotando que o desconhecimento sobre o ECA, depois de 16 anos de vigência, ainda é muito grande. Coloca-se, assim, a necessidade da implementação de programas na escola que possam efetivamente conduzi-la ao exercício de seu papel social no combate à violência contra a criança e o adolescente.

**Palavras-chaves:** Violência Doméstica, Estatuto da Criança e do Adolescente, Escola

**Atividade:** O lugar da autoridade na visão da família, do aluno e do mestre.  
(Paineis)

**Trabalho:** O lugar da autoridade na visão da família, do aluno e do mestre.

**Autor(es):** Renata Pires Basto Costa, Henrique Carneiro

**Resumo:** Instituição: Universidade de Fortaleza, UNIFOR. Título: O lugar da autoridade na visão da família, do aluno e do mestre. Autor: Prof. Dr. Henrique Figueiredo Carneiro Co-autor (a): Renata Pires Basto Costa RESUMO A partir da queixa recorrente de pais e educadores relacionada à dificuldade de estabelecimento de limites, esta pesquisa debruça-se sobre a questão do lugar da autoridade na visão da escola, da família, do mestre e, principalmente, na visão do aluno, do adolescente que parece carecer de referencial simbólico capaz de sustentar a lei. Partindo da hipótese de que vivemos um momento de enfraquecimento discursivo causado por intensas transformações como a evolução dos meios de transporte e comunicação, a participação da mulher no mercado de trabalho, as novas estruturas familiares, o poder da mídia e o fortalecimento do discurso tecno-científico, esta pesquisa tem, como central, a questão da autoridade. Assim, onde o lugar da autoridade enfrenta um momento de instabilidade e incerteza, intolerância ao estudo, dificuldade de concentração, indisciplina e a violência que se dissemina pela sociedade, são alguns aspectos que fazem parte da vida escolar de um número cada vez maior de adolescentes. Nesse contexto, a pesquisa analisa em que medida o “fracasso escolar” pode ser entendido como um sintoma social frente ao mal-estar na civilização. Com o objetivo geral de analisar as posições discursivas ocupadas pela família, pela escola e pelo mestre no que diz respeito ao lugar da autoridade, o trabalho está composto por duas partes: pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Através de referencial psicanalítico freudo-lacaniano, analisamos o desenvolvimento do sujeito adolescente, a construção dos seus laços sociais, a posição ocupada pela família e pela escola para este sujeito e de que forma as principais mudanças sentidas pela sociedade contemporânea vêm afetando o seu referencial de limite. A segunda parte da pesquisa, o estudo de caso, é composta por entrevistas, grupos de discussão e análise de dados e relatos de alunos, pais, professores e orientadores escolares. O lócus de pesquisa, de onde serão selecionados três alunos para realização do estudo de caso, é um curso de acompanhamento educacional que atende adolescentes com “queixas escolares” pertencentes às principais escolas da rede particular da cidade de Fortaleza, denominado BASE Acompanhamento Educacional. Ressaltamos que as identidades dos alunos serão preservadas e que a pesquisa só será realizada após esclarecimento de seus objetivos e métodos aos adolescentes envolvidos e seus respectivos responsáveis. Assim, será necessária a autorização (através de assinatura de termo de consentimento) dos adolescentes e seus responsáveis, bem como o parecer do comitê de ética da UNIFOR.

**Palavras-chaves:** adolescência, “fracasso escolar”, autoridade, psicanálise

**Atividade:** O percurso do afeto no ato pedagógico  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** O percurso do afeto no ato pedagógico

**Autor(es):** Inês Maria Zanforlin Almeida, Janaína Mota

**Resumo:** A presente pesquisa propõe-se a melhor compreender a importância do afeto no processo ensino-aprendizagem e as suas possíveis implicações na relação professor-aluno. Um tema necessário e atual a ser investigado para além das pesquisas já concluídas e publicadas referenciadas na abordagem psicanalítica, na medida em que por mais fascinantes que sejam as explicações limitadas ao consciente, apenas roçam nele mesmo, é preciso avançar para um outro nível de realidade: o inconsciente. São assim, estudos que buscam a compreensão dos fenômenos ocorridos na escola em um outro nível de realidade, numa dimensão que “escapa” e/ou transcende nossa razão/consciência, reconhecendo o aluno enquanto sujeito perpassado pelas relações afetivas. Freud permeou seus textos com reflexões e críticas à educação, pois na sua concepção seria da maior importância a conexão entre a psicanálise e a educação mesmo não tendo se aprofundado no assunto. Dessa maneira, o ponto crucial não é propor análise para professores e alunos, mas buscar a compreensão de fenômenos que fogem das explicações racionais e que muito frustram o trabalho pedagógico. O inconsciente não pode ser banido da sala de aula como se não existisse e fundamentalmente como se não interferisse nas relações pedagógicas. A criança ao chegar à escola traz consigo toda experiência já vivida e inconscientemente uma carga relacional de seus recalques e frustrações e entra em contato com o professor. A intercessão da psicanálise e da educação permite o desenvolvimento do processo educativo, e a atuação docente determina o desenrolar da cena em sala de aula e a qualidade de suas emoções define as marcas por ele/ela deixadas que possam ser profundas e indeléveis. Assim sendo, esta pesquisa busca revelar: de que modo o afeto se interpõe na transferência na relação pedagógica? E as ponderações acerca da importância do afeto na relação professor-aluno servindo de vínculo para o resgate efetivo do aprendizado e a motivação de aprender ligado ao desejo (inconsciente) inscrito desde os primórdios da infância. Quando o docente ocupa o lugar das figuras parentais, herdando as antigas relações às quais os alunos viveram com seus pais. Portanto, eles são herdeiros da relação dos pais com os filhos. Então, o educador necessita exercer a sua função de conduzir a classe, apesar da resistência de muitos alunos, que o estão testando. Importante reconhecer que também deve transmitir e implicar-se com afeto para obter do aluno atenção, desempenho, criatividade, envolvimento. De tal modo transformando o amor transferencial do aluno pela sua pessoa em interesse pelo conhecimento. Além disso, este projeto procura analisar outras dimensões dessa questão central das quais destacamos: Compreender que o afeto entremeia o que se ensina e o que se aprende; e na relação professor-aluno quais os efeitos dos vínculos transferências. A articulação do afeto na educação nunca foi priorizada porque a razão sempre foi vista como predominante no ensino e principalmente um processo consciente. Buscando no relato das memórias e diários de bordo de professores as marcas afetivas destas relações e vínculos e seus possíveis efeitos em seus atores. Mediante o exposto é que esta investigação se inscreve dentro das pesquisas acerca do trabalho pedagógico.

**Palavras-chaves:** Afeto, professor, educação, psicanálise

**Atividade: Reuniões sócio-educativas com as crianças (Paineis)**

**Trabalho:** Reuniões sócio-educativas com as crianças: uma ação para a transformação

**Autor(es):** Janaína Cristina Barêa, Marcilene Oliveira de Abreu

**Resumo:** A apresentação desse trabalho terá por objetivo relatar uma das atividades desenvolvidas no Programa Ação Família - viver em Comunidade do Centro de Referência Ação Família Movimento Comunitário de Vila Remo – CRAF Vila Remo. O Programa Ação Família foi elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS – da prefeitura da cidade de São Paulo com o objetivo promover a inclusão social da população mais vulnerável do município tendo como unidade de ação as famílias. Atualmente o Programa vem sendo desenvolvido em diversas regiões da cidade e a atividade que será discutida faz referência ao trabalho realizado no CRAF que é administrado pelo Movimento Comunitário de Vila Remo,

que atende 1000 famílias do distrito do Jardim São Luiz, zona sul do município. Uma das atividades do programa são as reuniões sócio-educativas realizadas com as famílias atendidas com o objetivo de discutir temas relacionados a família, comunidade, direitos e deveres e buscar soluções para enfrentar as dificuldades encontradas na região. Atualmente o CRAF Vila Remo atende dezessete grupos mensalmente de aproximadamente trinta representantes de famílias cada um deles. Diante do grande número de crianças que acompanham seus pais e/ou responsáveis nas reuniões a equipe, composta por uma gerente (assistente social), duas técnicas (uma assistente social e uma psicóloga) e cinco agentes de proteção social, realizou um planejamento que contemplasse a participação das crianças. Esse planejamento foi elaborado dentro da metodologia psicodramática, que pressupõe que cada encontro deve ser pensando dentro de três etapas, o aquecimento, a ação e o compartilhar. A reunião escolhida para ser apresentada nesse congresso foi a terceira reunião, que teve por objetivo levantar as demandas de cada grupo, pertinente a realidade dos participantes, entre eles adultos e crianças. Nessa reunião cada grupo identificou e elegeu por prioridade quais são as dificuldades mais comuns entre os membros dos grupos para serem discutidas futuramente. Atualmente os grupos já estão participando de sua quinta reunião e os temas levantados nas terceiras reuniões já discutidos nos grupos foram: desemprego, saneamento básico, oportunidade para os jovens, saúde e segurança pública. Nossas intervenções tem se dado na busca da emancipação de seus envolvidos, através da troca entre saber científico e popular e entre o saber das crianças e o dos adultos, estabelecido em relações de horizontalidade, na busca da auto-gestão e emancipação. Acreditamos que é preciso intervir junto com as comunidades mais excluídas para que consigamos transformar a realidade social de grandes desigualdades em que vivemos.

**Palavras-chaves:** Reuniões sócio-educativas, Família, Crianças, Direitos, Transformação

**Atividade: Canto Jovem  
(Paineis)**

**Trabalho:** Canto Jovem: Educação, Psicologia e Protagonismo Juvenil

**Autor(es):** Caroline Cristina de Arruda Campos, Rebeca Silva de Araújo

**Resumo:** Múltiplas concepções circundam o universo escolar. Teorias e paradigmas já instituídos fundamentam e legitimam propostas pedagógicas com intervenções que reforçam o modelo sócio-econômico vigente, responsabilizando unicamente o indivíduo pelo seu sucesso ou fracasso no processo de aprendizagem. Evidenciando-se, assim, a constituição de uma hegemonia na forma de se pensar a vida em sociedade, cuja influência revela-se nas ações cotidianas dos indivíduos e em uma dificuldade social em refletir e criticar as imposições desse sistema, o qual através de conteúdos e avaliações realizados igualmente com todos, desconsidera diferenças individuais e sociais. Assim constitui-se a prática de ensino nas Instituições educacionais. Direcionado em rumo contrário a esse modelo, surge uma postura educacional crítica que visa superar o paradigma escolar já institucionalizado, proporcionando novas perspectivas de ensino-aprendizagem. Nesse cenário ações de resistência e contestação do sistema começaram a surgir. O despertar social é observado nos movimentos sociais e projetos de Organizações Não-Governamentais (ONG's), de grupos comunitários, das associações e grupos pró-defesa de direitos sociais e dos sindicatos. Alguns deles, findam por se dispor como instituição de ensino, fomentando a reflexão e ações que conduzem a conscientização acerca do panorama social. Exemplos dessa abordagem são as Organizações Não-governamentais. Uma delas, pois, é o universo em que desenvolveu-se a presente pesquisa de campo, que dispôs-se delinear, a partir de um olhar crítico, a atuação do psicólogo no âmbito da ONG Canto Jovem. Trata-se de uma organização que embasa sua atuação em teóricos como Marx, Gramsci, Durkheim; na perspectiva construtivista de educação; e na práxis de seus profissionais. Estes, por sua vez, possuem formações e experiências diversificadas. São sociólogos, psicólogos e pedagogos, que idealizam uma perspectiva mais crítica de educação e incitam o protagonismo juvenil nas ações da ONG. Analisar, pois, de forma mais aprofundada essa perspectiva, direcionando-a à prática do psicólogo na organização constituiu o objetivo desse trabalho. Utilizando-se como instrumentos de pesquisa - entrevistas semi-estruturas com



profissionais da Canto Jovem – e da observação empírica das atividades desenvolvidas nos núcleos de ação da organização, constatou-se ser o psicólogo um profissional de fundamental importância no contexto educacional. Através do entendimento de como se dá a intervenção do psicólogo nesse contexto, pôde-se concluir que sua prática profissional está impregnada, ainda na atualidade, de alguns problemas e desafios, o que tem incitado pesquisas e estudos a fim de sinalizar posturas, ações e direcionamentos para contribuir que o psicólogo atue mais efetivamente na construção da proposta pedagógica de instituições educacionais, e no aprimoramento do processo educativo, estabelecendo sua relevância em tal campo de atuação. Faz-se necessário, portanto, que o mesmo supere a aplicação do modelo clínico-terapêutico adotado nas escolas, e o tratamento coletivo realizado nas ONGs. É preciso compreender o indivíduo como ser único, com características únicas e singulares, que está inserido em um contexto social, econômico, cultural e político. Só assim o psicólogo alcançaria o ser completo que o homem é.

**Palavras-chaves:** Educação,ONG,Psicologia

**Atividade: O Aprender no Imaginário Infantil  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**O Aprender no Imaginário Infantil

**Autor(es):** Ana Clara Rocha Santos

**Resumo:** Este trabalho se propõe a estudar a relação da criança com a escola e o aprender através do referencial teórico da psicanálise e da psicologia escolar. Os processos de aprendizagem formal que acontecem na escola e de aprendizagem informal que ocorrem fora da escola, participam de forma dinâmica do desenvolvimento da criança e são discutidos ao longo do texto. A relação da criança com o aprender ocupa lugar central na discussão que focaliza no significado e nos valores atribuídos ao ambiente escolar, a relações estabelecidas na escola e ao processo de estudar e aprender. Nesta pesquisa foram ouvidas dez crianças, com idades entre sete e oito anos, de ambos os sexos, estudantes de uma escola da rede particular de Maceió, que foram convidadas a responder perguntas sobre as experiências escolares. As crianças percebem a escola como o lugar onde elas devem estar para aprender, e este aprendizado se refere principalmente a aquisição da leitura e da escrita. No entanto, as atividades desenvolvidas com o objetivo da aquisição de aprendizagem formal, diferentemente das atividades lúdicas, não são descritas ou referidas como prazerosas. Por outro lado, as crianças atribuem grande importância ao ato de estudar e associam sentimentos positivos ao fato de poder aprender, bem como de poder ir à escola; apesar disso, o que as crianças afirmam que aprendem na escola é apontado quase sempre como tendo utilidade somente no futuro, e assim a escolaridade passa a ter uma finalidade, a de tornar a vida dessas crianças melhor no futuro. Se faz importante também a relação afetiva que é estabelecida entre as crianças e a professora, pois é através dela que a aprendizagem acontece. A criança dirige sentimentos ambivalentes à figura da professora e esta pode repassar conteúdos se utilizando dessa relação de transferência. No que se refere às relações afetivas estabelecidas entre os colegas, as crianças atribuem grande importância ao convívio e às experiências de interações grupais. As atividades lúdicas aparecem sempre relacionadas à brincadeiras grupais. A família se mostra presente nas atividades desenvolvidas pelas crianças na escola, e são representadas principalmente pela figura da mãe, que acompanha de forma mais freqüente as atividades escolares dos filhos. Com isso, esta pesquisa mostra a importância de se estudar os fatores responsáveis pela compreensão da criança tem da escola e do ato de estudar, além de descrever atividades e interações próprias do contexto escolar. Pesquisas que investiguem o processo de ensino-aprendizagem podem proporcionar uma grande contribuição ao conhecimento na área da psicologia e da educação, principalmente se estudadas sob a ótica da criança que aprende.

**Palavras-chaves:** Aprender,afetividade,psicanálise

**Atividade: Um Estudo sobre o Projeto Político-Pedagógico do curso de graduação em Psicologia da UFC**

## **(Paineis)**

**Trabalho:** Um Estudo sobre o Projeto Político-Pedagógico do curso de graduação em Psicologia da UFC

**Autor(es):** Byanka Gomes Martins Campos, Carine Teixeira Eleutério, Eduarda Gadelha Aquino

**Resumo:** Estudo realizado sobre o Projeto Político-Pedagógico do curso de graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, implantado no ano de 2006. Apresentamos este trabalho devido à grande necessidade de compreensão por parte dos alunos do curso em Psicologia da UFC acerca da importância deste Projeto para o curso e para permitir uma maior compreensão sobre os benefícios que o Projeto Político-Pedagógico e o novo currículo irão propiciar para a aprendizagem. Objetiva mostrar as principais mudanças e inovações sobre o referido Projeto. Temos também como objetivos expor acerca da importância da implantação do Projeto no curso de Psicologia da UFC; mostrar as metas e mudanças propostas para a aprendizagem dos estudantes do curso; esclarecer que este Projeto não é apenas uma simples mudança na grade curricular, mas representa uma maior dinâmica, uma nova postura acadêmica. A necessidade de atualização curricular e de elaboração de um Projeto Político-Pedagógico se verifica, no curso de Psicologia da UFC, desde o ano de 1990. Estas necessidades surgiram a partir de críticas e avaliações do curso pela comunidade acadêmica, e estavam em consonância com os questionamentos que estavam sendo feitos a nível nacional sobre a formação oferecida pelos cursos de Psicologia no país. Mostra inicialmente em que consiste um Projeto Político-Pedagógico, e como este dá a orientação política e contribui para a dinâmica pedagógica da instituição. Discorre sobre as Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Psicologia como um documento inspirador do Projeto Político-Pedagógico da Psicologia – UFC. Aponta as principais características deste Projeto e suas conseqüências no perfil da formação do Psicólogo. Este trabalho permite um maior esclarecimento acerca do Projeto Político-Pedagógico por parte da comunidade acadêmica envolvida, e dos demais interessados. Contribui para uma tomada de consciência acerca da importância do Projeto Político-Pedagógico. A metodologia utilizada foi à realização de entrevistas com os principais professores e alunos envolvidos com as discussões e com a construção do Projeto Político-Pedagógico para o curso e foi realizado também um estudo das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Psicologia, bem como do Projeto Político-Pedagógico já concluído. Um Projeto Político Pedagógico expressa propostas, diretrizes e estratégias de ensino, e a orientação filosófico-pedagógica da escola ou do curso para o qual foi elaborado. No caso de cursos universitários, contempla também outras atividades, como as de extensão e pesquisa, nas suas relações com o curso em questão. Ele surge a partir de vários fatores: da análise contextual das características sócio-culturais da região onde a escola ou o curso está inserido; do papel dessas instituições frente às necessidades sociais do local; da revisão contínua das práticas pedagógicas; da necessidade de fortalecer princípios democráticos, entre outros. A alteração no currículo englobou mudanças e atualizações nas ementas das disciplinas; junção, criação de algumas e extinção de outras; além de algumas disciplinas que eram obrigatórias e tornaram-se opcionais. Buscou-se também valorizar e integrar as atividades práticas e extracurriculares, incluindo créditos práticos em cada disciplina e tornando as atividades em núcleos de pesquisa, extensão, iniciação à docência e atividades artístico-culturais e estudantis (como o Centro Acadêmico) mais valorizadas no histórico, passando a valer créditos. Também pode ser concluído que o Projeto Político-Pedagógico da Psicologia – UFC é de extrema importância para a vida acadêmica do curso. Ele traça as estratégias pedagógicas e o modo de agir de professores e alunos. A nível político, a análise do contexto social em que se insere a UFC foi ponto de partida para o estabelecimento de um perfil de psicólogo voltado para as questões sociais. O princípio norteador básico, a dimensão social, está em consonância com este pressuposto de regionalização. Foi contatado, a partir dos documentos analisados (tanto o Projeto Político-Pedagógico da Psicologia – UFC, quanto as Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Psicologia, do Conselho Nacional de Educação), que a sociedade espera do psicólogo uma atuação profissional onde se destaquem as capacidades de liderança, tomada de decisão, comunicação, gerenciamento, educação permanente, atenção à saúde.

Chegamos à conclusão que a elaboração do Projeto Político-Pedagógico contou com a participação ativa dos alunos e professores. As mudanças curriculares inclusas no Projeto, fruto da discussão levada a cabo durante sua elaboração, terão um grande impacto na forma como o curso se desenvolverá, e no modo como se vê a postura do aluno da graduação em Psicologia.

**Palavras-chaves:** Projeto Político-Pedagógico, Diretrizes Curriculares Nacionais, Graduação em Psicologia

**Atividade: A Relação escola-Família como Instrumento para a Construção da Cidadania (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** A Relação Escola-Família como Instrumento para a Formação da Cidadania

**Autor(es):** Lavínia de Melo e Silva Ximenes, Rita de Cassia Americo Gomes Cadima

**Resumo:** Pensar a relação escola-família na atualidade constitui-se um imperativo e um desafio para professores e educadores envolvidos com a tarefa da educação, convocados a desenvolver atividades que garantam o crescimento integral de crianças e adolescentes, submetidos ao cuidado e proteção prioritária pela condição de pessoas em desenvolvimento físico, psicológico e moral. Esse estudo tece considerações acerca da importância e relevância dos referidos espaços no processo educativo de crianças e adolescentes, entendendo-os como lócus de práticas e vivências educacionais. Desse modo, compreender a dinâmica da relação Escola-Família no processo de construção do sujeito inserido em contextos educacionais, a exemplo da escola e da família, constitui-se em um dos objetivos desse estudo. A reflexão sobre o tema está pautada nas seguintes perspectivas teóricas: 1. A Abordagem Sociocultural de Vygotsky, que considera a atividade humana mediada por instrumentos e signos lingüísticos, primordialmente a palavra, que terão uma função transformadora do meio, enquanto mediadores materiais e simbólicos; 2. A Abordagem Ecológica-Contextual de Bronfenbrenner, que considera a dimensão interativa entre os fatores constitutivos dos ambientes e pessoas; e 3. A Pedagogia Libertadora de Paulo Freire, para quem a educação constitui-se na mola mestra para a transformação dos paradigmas existenciais e compreensão sobre o que ocorre na sociedade. O estudo destaca ainda os aspectos históricos relacionados à educação no Brasil e a construção de textos legislativos como a Lei de Diretrizes e Bases (1996), a Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e o Plano Nacional de Educação (2001), que gradativamente convocam as instituições escola e família a se aproximarem, minimizando suas diferenças e dificuldades em prol do objetivo comum de formar cidadãos e cidadãs plenos, particularmente no que tange à formação para a cidadania. Na tentativa de diminuir tais dificuldades e enfrentar o desafio no processo de educação integral de crianças e adolescentes, o Estado brasileiro vem sinalizando, através dos referidos textos legislativos, sua preocupação em unir família e escola numa tarefa conjunta em benefício da educação na infância e adolescência, seja reafirmando o dever da família com o processo de escolarização, seja destacando a importância de sua presença no ambiente escolar. Assim, guardada as devidas diferenças, família e escola acabam representando espaços em que ocorrem distintos processos de aprendizagem, caracterizando-se assim como um vasto campo de produção do conhecimento. Nesse sentido entende-se aprendizagem como um processo de transformação da participação na comunidade em que o sujeito encontra-se inserido e a compreensão das atividades que participa. Criam-se assim expectativas mútuas entre as referidas instituições. Desse modo, escola e família são ambientes diferentes de ensino e aprendizagens que têm sido chamados a se entender. Com esse intuito, programas têm sido propostos em que o grupo família atua como co-responsável no processo de aquisição dos saberes. Entre os muitos desafios para a escola e a família são relevantes, numa visão paulofreiriana, o “aprender a ser” e o “aprender a conviver”, que busca associar as noções de cidadania às de sociedade democrática, em que se torna imprescindível pensar no outro, no coletivo e no individual. Como resultado do fortalecimento da autonomia e da construção de uma alteridade solidária, decorre a formação da personalidade, e subjetividade do sujeito, processos esses vividos em contextos educativos, particularmente a escola e a família, que se constituem mutuamente como fonte do capital humano, cultural e social. A internalização de princípios, normas e valores que a sociedade providencia para proteger o processo evolutivo, delineado na

infância, adolescência e demais etapas posteriores, é parte estruturante do psiquismo e das relações sociais que definem o lugar e a função de cada um dos atores sociais nos diferentes contextos, bem como a expressão e o exercício da cidadania.

**Palavras-chaves:** Escola,Família,Cidadania,Subjetividade

**Atividade: As Educadoras: Suas Crenças e Práticas (Paineis)**

**Trabalho:**As Educadoras: Suas Crenças e Práticas

**Autor(es):** Eric Campos Alvarenga,Claudia Tatiana Ferreira Cavalcante,Alane Gláucia Brito Cruz,Celi da Costa Silva Bahia,Celina Maria Colino Magalhães

**Resumo:** Pesquisas vêm mostrando a influência das idéias dos adultos, sobre as relações que são estabelecidas entre estes e as crianças, seja em ambientes coletivos ou familiares. Há consenso quanto ao fato de que o comportamento dos cuidadores não consiste de uma série de respostas acidentais ao comportamento da criança. Os adultos têm noções ou idéias a respeito de como devem tratá-las, isto é, suas práticas na relação com as crianças estão sustentadas no que acreditam ser bom ou ruim, naquilo que eles valorizam ou desvalorizam. Neste sentido, pode-se concluir que as educadoras de creche agem com suas crianças em função de suas idéias e expectativas a respeito de desenvolvimento adquiridas ao longo do tempo. Este trabalho tem por objetivo observar as práticas das educadoras de creche e a partir destas analisar as crenças sobre desenvolvimento infantil que estão orientando as ações desenvolvidas nestes contextos. Fizeram parte deste estudo 9 professoras que trabalham com crianças na faixa etária de quatro e cinco anos e suas respectivas crianças, em um total de 25 crianças por professora. O trabalho foi desenvolvido em duas creches da rede municipal de Belém, tendo com critério de escolha a estrutura física apresentada pelas unidades, uma delas é referência da rede municipal e a outra não. Para a coleta de dados utilizou-se a técnica de registro contínuo e o diário de campo. As observações foram realizadas em 2 turmas, em diferentes dias e horários alternados durante o período da manhã e da tarde. Durante este período os observadores acompanhavam as professoras e as crianças onde quer que estes fossem, observando-os e registrando os comportamentos de ambas. Os resultados foram divididos em duas unidades: Situações de entrada e saída e Cuidar e Educar na Creche. A respeito dos momentos de entrada e saída das crianças, observou-se uma escassez de diálogo entre família e creche. Este se limitava apenas a questões práticas do dia-a-dia da criança. Aparentemente as professoras não faziam uso das situações de entrada e saída para estreitar os laços entre família e creche. Com relação ao Cuidar e Educar na creche, os dados permitiram visualizar que as práticas das educadoras demonstraram ser guiadas por dois tipos de crenças, umas mais influenciadas por uma crença ambientalista caracterizada muitas vezes por práticas educacionais coercitivas e de imposição, onde a professora exerce sua vontade sob as crianças, como exemplo temos as professoras 2, 4 e 7, e outras interacionistas cujas práticas são caracterizadas pela relação entre criança-criança e criança-professora. Faz-se necessário investigar o discurso das educadoras de modo a perceber como suas idéias estão guiando suas práticas.

**Palavras-chaves:** Creche,Atividade,Prática de Educadoras

**Atividade: PRÁTICAS INCLUSIVAS NA UNIVERSIDADE PÚBLICA E A PESQUISA AUTOBIOGRÁFICA (Experiências em Debate)**

**Trabalho:**PRÁTICAS INCLUSIVAS NA UNIVERSIDADE PÚBLICA E A PESQUISA AUTOBIOGRÁFICA: O PROJETO DA CAIXA-MUSEU

**Autor(es):** Maria Alexandra Militão Rodrigues

**Resumo:** PRÁTICAS INCLUSIVAS NA UNIVERSIDADE PÚBLICA E A PESQUISA AUTOBIOGRÁFICA: O PROJETO DA CAIXA-MUSEU Em 2005 foi criado e implantado, em 14 universidades brasileiras, por iniciativa do MEC, o Programa Conexões de Saberes. Esse Programa visa fortalecer a presença e permanência de estudantes de origem popular na universidade pública. O Conexões de Saberes tem também a intencionalidade político-pedagógica de favorecer mudanças na própria cultura universitária por meio do confronto com valores, saberes e outras dimensões inerentes às vivência pessoais, culturais e sociais dos estudantes de origem popular; e de contribuir para modificar percepções acerca da suposta "carência" desses estudantes, permitindo o confronto com outros modos de ser, saber e sentir que conduzam à compreensão e convívio com a diversidade humana e social e à possibilidade de uma aprendizagem mútua entre atores provenientes de diferentes cenários sócio-culturais e econômicos. Inúmeras questões atravessam o acesso dos estudantes de origem popular à universidade: sendo geralmente os primeiros do seu grupo familiar e da sua comunidade a ingressar na universidade pública, enfrentam uma nova rede de relações geradoras de conflitos de identidade permeados por questões sociais, culturais, psicológicas e econômicas. Aspectos como a sensação de pertença, a necessidade de lidar com as diferenças e com atitudes de discriminação, o confronto com o saber erudito que nega as outras formas de saber presentes na sociedade, o entendimento de novos códigos e a vivência de novas práticas, gera muitas vezes uma sensação de desenraizamento e isolamento. A Universidade de Brasília (UnB), por meio do seu Decanato de Extensão e da colaboração de Psicólogos e Pedagogos, professores da Faculdade de Educação, vem desenvolvendo este Programa com um grupo de 25 estudantes das classes populares, moradores das cidades satélite e do entorno de Brasília, alunos das áreas de Humanas, Biológicas, Exatas e Tecnológicas. A primeira fase do projeto visou o conhecimento e organização do Grupo. Uma das dimensões trabalhadas e que se constitui como objeto deste relato de experiência, foram as histórias de vida dos estudantes. O trabalho desenvolvido teve como objetivos conhecer e compartilhar as narrativas autobiográficas do grupo, reconhecer o sentido subjetivo de suas vivências familiares, escolares e sócio-culturais, realizar um exercício de auto-conhecimento e de identificação das páginas de luta, perdas e conquistas em suas vidas até a chegada na universidade e já dentro dela, proporcionar uma troca de experiências de vida entre os estudantes e fortalecer sua identidade social e pessoal. Nortearam esse trabalho a perspectiva histórico-cultural da subjetividade de González-Rey (2003), a abordagem autobiográfica das histórias de vida (Nóvoa, 1995) e a proposta da escuta sensível de Barbier (2002). O trabalho com a memória educativa foi desenvolvido em três momentos. No primeiro os estudantes foram incentivados a realizar uma pesquisa da sua história de vida e a materializar e reconstruir seus achados internos em uma caixa-museu da sua memória autobiográfica, construída por cada um individualmente. Em uma segunda etapa foi realizada a socialização oral dessa caixa-museu, um laboratório de múltiplas vozes no qual cada um foi abrindo e compartilhando sua história de vida, envolvendo-se em uma escuta atenta do outro e nele se reconhecendo como sujeito que compartilhou um cenário sócio-econômico gerador de vivências comuns. Finalmente, os estudantes foram convidados a escrever um texto, assumindo plenamente a autoria de suas páginas de vida, visando a publicação de um livro de autoria coletiva. Abrir e remexer gavetas internas, revisitar o passado, decifrar entrelinhas, constituiu um exercício por vezes doloroso, permeado pela emoção e pela compreensão de vivências que deixaram marcas. Entretanto, a experiência desenvolvida facilitou o reconhecimento de uma história social inscrita e singularizada em cada história individual, das estratégias de enfrentamento desenvolvidas face às adversidades, de vivências subjetivas reconfiguradas no decorrer do processo. Este trabalho teve vários desdobramentos após o lançamento do livro Caminhadas, lançado pelo MEC em 2006. Duas estudantes que realizavam um projeto de Pesquisa acerca da memória educativa no Curso de Graduação de Pedagogia na disciplina Projeto 3, desenvolveram um estudo qualitativo de cinco narrativas autobiográficas publicadas no livro, tomando como objeto de estudo a influência dos traumas na trajetória escolar de estudantes universitários de classes populares. A experiência relatada e seus desdobramentos fortalece a idéia de que é importante trabalhar, na formação de estudantes - em especial dos estudantes oriundos das classes populares, recém-chegados à universidade - questões relacionadas à sua história de vida e constituição subjetiva, que os ajudem a compreender como cada um se tornou o sujeito que é. Além do conhecimento científico, um

maior conhecimento de si próprios, da sua história de vida, da sua identidade sócio-cultural e dos processos de significação de suas experiências, parece fortalecer a trajetória acadêmica e existencial dos estudantes.

**Palavras-chaves:** autobiografia,estudantes universitários,subjetividade

**Atividade:** ASPECTOS DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME E DOWN EM ESCOLAS DE ENSINO REGULAR (Paineis)

**Trabalho:**ASPECTOS DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME E DOWN EM ESCOLAS DE ENSINO REGULAR

**Autor(es):** Ylka Sousa Almeida,Geórgia Carvalho Lopes,Algelless Milka Meireles

**Resumo:** O uso atual do excepcional é, em si mesmo, um reflexo das mudanças radicais do ponto de vista da sociedade em relação aquelas que se desviam da norma. Progredimos bastante, mas lentamente, desde a época espartana, quando se matavam os bebês deficientes ou deformados. (Kirk e Gallagher, 2000).Uma das ações mais rigorosas foi buscar nos tribunais o apoio ao direito dos deficientes a uma educação adequada. A maioria das constituições estaduais declara que “toda criança tem o direito ao ensino gratuito”. Em 1998 na constituição da Republica Federativa do Brasil, prescreve no seu artigo 208, inciso III, entre as atribuições do poder público, garantir, atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.Para Vygotski o papel da escola é orientar o aluno com deficiência mental em direção anormalidade eliminando tudo aquilo que acentua o problema. Não se pode afirmar que o desenvolvimento de crianças com atraso mental está determinado pelos processos de “compensação”. O principio fundamental de todo trabalho educativo contraria a orientação da escola tradicional, é representado pelo “politecnismo” da “educação geral” para garantir o máximo aproveitamento das potencialidades dentro da vida social coletiva. É nesse contexto que o sujeito com atraso mental encontrará condições para formação das funções internas que poderão se desencadear seu desenvolvimento “multilateral”.As crianças não podem ser rotuladas como deficientes ou colocadas em educação especial sem um diagnostico adequado que leve em consideração diferentes experiências culturais e lingüísticas (Larry. P.V. Rites 1979). Pois, qualquer criança que seja banida do meio cultural circundante terá desenvolvimento insuficiente de suas funções psicológicas superiores.Além da criança se sentir integrada socialmente trazendo beneficio para a sua socialização, o fato da criança portadora conviver com outras ditas normais, com certeza, iria se submeter a vários estímulos que seriam responsáveis pela maturação psicossocial e psicomotora.Visando melhorar este quadro, principalmente a qualidade de ensino e de vida das crianças portadoras de Síndrome de Down, este estudo será direcionado a descrever e esclarecer como funciona a inclusão de uma criança com SD numa escola de ensino regular. Utilizando como método norteador entrevista com pais de alunos, diretor e professores de uma instituição de ensino regular da rede privada.Podemos perceber no início as dificuldades encontradas no processo de inclusão da criança quanto ao que desrespeita interação com os demais alunos, dificuldades motora, falta de recurso e déficit na preparação da escola e professores, e não aceitação dos pais quanto à repetição de serie do mesmo; mas que depois do processo de adaptação houve um ganho significativo no aprendizado e desenvoltura quanto às questões psicossociais e psicomotoras.REFERÊNCIAS• Kirk, Samuel A. (1996). Educação da criança excepcional. São Paulo: Martins Fontes. • Tunes, Elizabeth. (2001). Cadê a síndrome de sown que tava aqui?. São Paulo: Autores Associados. • Mills, V. (1992). Board of education. United States of America. • Saad, Suad Nader. (2003). Preparando o caminho da inclusão: dissolvendo mitos e preconceitos em relação a pessoa com síndrome de down. 1ª ed. São Paulo: Vetor.

**Palavras-chaves:** Inclusão,Criança,Educação,Sindrome de Down,Desenvolvimento

**Atividade:** Aprendendo com Arte

## **(Paineis)**

**Trabalho:** Aprendendo com Arte

**Autor(es):** Elisângela Lima

**Resumo:** Contextualizando no sistema escolar, a arte estética apresenta-se como fundamental no processo de aprendizagem. Entretanto, os limites educacionais existentes no Brasil, acabam por transformar a arte em um artigo de luxo, uma vez que voltam seus olhares apenas para a transmissão de saberes teóricos. Este artigo tem como objetivo socializar e proporcionar uma reflexão sobre alguns aspectos da contribuição da arte-educação no processo de aprendizagem, obtidos através de uma extensa pesquisa bibliográfica, cuja proposta surgiu a partir de estudos anteriores, em que a habilidade estética mostrou-se necessária no conjunto de categorização de saberes e habilidades como base de competências, no contexto escolar. A necessidade de compreender o sujeito como “um todo”, um sujeito dono de um saber pluralizado, leva psicólogos e outros formadores educacionais a enfatizar a construção de competências, e a se capacitarem para desenvolver ações com uma metodologia voltada para estas categorias. Este artigo aborda a utilização de habilidades estéticas no contexto escolar. A produção deste artigo também objetiva fornecer recursos, a partir de um olhar psicológico, que colaborem na formação de arte-educadores. Outro objetivo é proporcionar aos psicólogos escolares um breve contato com a necessidade de atuação junto às escolas, buscando a estimulação do desenvolvimento de habilidades estéticas. O psicólogo pode ser um agente de mudanças no contexto escolar, e dependendo da situação em que a escola se encontre, ele poderá abrir espaços para que sejam estimuladas atividades com a utilização de arte como forma de proporcionar um aprendizado, que entre outras coisas, se dará de forma mais dinâmica; como também poderá se encontrar em situações em que seja necessário intervir na maneira como a arte está sendo repassada aos alunos. Ele deve apropriar-se de seu espaço na escola, e ao participar da elaboração de currículos e programas educacionais, deve questionar juntamente com a equipe técnica-pedagógica os fatores culturais (incluindo aqui a utilização de recursos artísticos na formação educacional), além dos sociais e econômicos de sua comunidade escolar; visando a qualidade de ensino e objetivando proporcionar um bom rendimento do aluno, além da satisfação da comunidade estudantil. Inicialmente, é apresentado o caminho percorrido pela arte-educação no Brasil, de forma que possamos contextualizá-la a partir de uma construção sócio-histórica. Em seguida, são discutidos alguns aspectos de como Vygotsky e a teoria histórico-cultural do desenvolvimento humano, na qual se fundamenta a Psicologia Sócio-Histórica, podem contribuir para a compreensão da importância da arte para a nossa constituição enquanto sujeitos. Já a terceira parte, aborda a arte-educação enquanto processo, em que brevemente, discute-se a visão de como a escola e os profissionais inclusos no contexto educacional podem e/ou devem colaborar, transformando a disciplina escolar (de aula de artes, educação artística, ou outro nome que possa ser atribuído) em facilitadora/instigadora da aprendizagem. Embora a arte seja garantida por lei pra fazer parte da formação escolar, mas na prática, muitas vezes ela se encontra ainda bem distante do que foi proposto. Entretanto, cabe aos profissionais que trabalham com a educação, lançarem-se na luta da conquista deste espaço de trabalho com habilidades estéticas, objetivando melhorar cada vez mais a qualidade do ensino ofertado aos alunos. Entender historicamente como o ensino da arte ocorreu no Brasil, nos permite compreender como ela apresenta-se na atualidade, e ainda, aprender com os erros do passado e firmar a luta em prol da conquista de espaços dedicados ao seu ensino e aprendizagem. E para ser levada à formação de alunos, a arte deve ser anteriormente estudada e vivida pelos profissionais da educação, que devem procurar compreender o que é a arte e como ela atinge o homem. Um olhar sobre a arte nos é proporcionado ao estudarmos a Teoria Histórico-Cultural do Desenvolvimento Humano, na qual se fundamenta a Psicologia Sócio-Histórica, em que Vygotsky colabora na fundamentação de seus princípios. É fundamental a reflexão de como a arte pode ser utilizada no processo educacional, uma vez que são inúmeras as contribuições que ela pode oferecer. Não há um único e perfeito modo de atuação a ser seguido com a arte-educação, mas cabe a todos nós a discussão de como esse processo está sendo e pode ser construído, de forma que vise sempre à oferta de uma melhor qualidade da formação educacional dos alunos.

**Palavras-chaves:** Arte-Educação, Vygotsky, Psicologia Escolar, Aprendizagem, Psicologia sócio-

histórica

**Atividade: Discurso, educação e interação em sala de aula: um estudo de caso. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Mestre em Psicologia

**Autor(es):** Anna Luiza Araújo Ramos Martins Oliveira

**Resumo:** Pesquisas sobre o discurso em sala de aula tornaram-se freqüentes nas áreas de ciências humanas e sociais e, têm fornecido valiosas contribuições sobre assuntos relacionados ao processo de ensino e aprendizagem: o papel do discurso na criação de novas formas de organização da mediação semiótica; como instrumento para criação de significados compartilhados em sala de aula; a caracterização do discurso em práticas de ensino específicas – ciências, história, matemática. No entanto, muitos estudos ignoraram o conteúdo do discurso em favor de uma análise puramente lingüística, simplificando a comunicação em sala de aula a categorias de atos verbais distintos. A Psicologia Discursiva é uma corrente de pesquisa teórica e metodologicamente sensível à linguagem e à cultura. Para ela, o discurso é o instrumento por excelência de mediação na construção interpessoal e social do conhecimento entre professor(a) e alunos(as). O ensino escolar é uma prática social que contribui, ao mesmo tempo, para a socialização e individualização das pessoas. Socialização porque a educação escolar está ligada a um conjunto de práticas socialmente estabelecidas que têm o objetivo de ajudar os agentes do grupo social a apropriarem-se de conceitos, idéias, comportamentos, sistemas de valores considerados relevantes para uma participação ativa na sociedade. Individualização porque a apropriação desses conhecimentos culturais permite que os indivíduos se desenvolvam com características singulares, que os capacitam para atuar como agentes de mudança e de criação cultural. Fundamentada nessa perspectiva, essa pesquisa teve como objetivo analisar as interações discursivas entre uma professora de matemática e seus alunos(as) em sala de aula. Consiste em um estudo de caso, com uma sala de aula da quarta série do ensino fundamental, de uma escola da rede particular da cidade do Recife. Divide-se em duas etapas principais: (1) observações, anotações etnográficas e filmagem de aulas de matemática e (2) análise de fragmentos discursivos do cotidiano escolar videografado. Os dados coletados foram analisados através de uma microanálise interpretativa e de alguns pressupostos da análise conversacional. O estudo concluiu que: a) alguns modelos de interação na sala de aula contribuem para a estabilidade dos discursos matemáticos; b) as práticas escolares têm como objetivo fornecer acesso a uma linguagem matemática e esse acesso se dá pela convencionalização de uma série de ações; e c) durante a interação a professora utiliza vários mecanismos de controle em relação ao discurso dos(as) alunos(as) com o objetivo de elicitar sua participação e de aproxima-los/las do significado pretendido. Verificou-se, portanto, que através da comunicação o(a) aluno(a) é introduzido(a) nos critérios sociais e cognitivos da prática escolar e que o discurso é uma das principais atividades para guiar os membros menos experientes de uma comunidade em direção aos significados compartilhados.

**Palavras-chaves:** Sala de aula,Discurso,interação professora/alunos(as)

**Trabalho:**Discurso, educação e interação em sala de aula: um estudo de caso

**Autor(es):** Anna Luiza Araújo Ramos Martins Oliveira

**Resumo:** Pesquisas sobre o discurso em sala de aula tornaram-se freqüentes nas áreas de ciências humanas e sociais e, têm fornecido valiosas contribuições sobre assuntos relacionados ao processo de ensino e aprendizagem: o papel do discurso na criação de novas formas de organização da mediação semiótica; como instrumento para criação de significados compartilhados em sala de aula; a caracterização do discurso em práticas de ensino específicas – ciências, história, matemática. No entanto, muitos estudos ignoraram o conteúdo do discurso em favor de uma análise puramente lingüística, simplificando a comunicação em sala de aula a categorias de atos verbais distintos. A Psicologia Discursiva é uma corrente de pesquisa teórica e metodologicamente sensível à linguagem e à cultura. Para ela, o discurso é o instrumento por



excelência de mediação na construção interpessoal e social do conhecimento entre professor(a) e alunos(as). O ensino escolar é uma prática social que contribui, ao mesmo tempo, para a socialização e individualização das pessoas. Socialização porque a educação escolar está ligada a um conjunto de práticas socialmente estabelecidas que têm o objetivo de ajudar os agentes do grupo social a apropriarem-se de conceitos, idéias, comportamentos, sistemas de valores considerados relevantes para uma participação ativa na sociedade. Individualização porque a apropriação desses conhecimentos culturais permite que os indivíduos se desenvolvam com características singulares, que os capacitam para atuar como agentes de mudança e de criação cultural. Fundamentada nessa perspectiva, essa pesquisa teve como objetivo analisar as interações discursivas entre uma professora de matemática e seus alunos(as) em sala de aula. Consiste em um estudo de caso, com uma sala de aula da quarta série do ensino fundamental, de uma escola da rede particular da cidade do Recife. Divide-se em duas etapas principais: (1) observações, anotações etnográficas e filmagem de aulas de matemática e (2) análise de fragmentos discursivos do cotidiano escolar videografado. Os dados coletados foram analisados através de uma microanálise interpretativa e de alguns pressupostos da análise conversacional. O estudo concluiu que: a) alguns modelos de interação na sala de aula contribuem para a estabilidade dos discursos matemáticos; b) as práticas escolares têm como objetivo fornecer acesso a uma linguagem matemática e esse acesso se dá pela convencionalização de uma série de ações; e c) durante a interação a professora utiliza vários mecanismos de controle em relação ao discurso dos(as) alunos(as) com o objetivo de elicitá-la participação e de aproximá-la do significado pretendido. Verificou-se, portanto, que através da comunicação o(a) aluno(a) é introduzido(a) nos critérios sociais e cognitivos da prática escolar e que o discurso é uma das principais atividades para guiar os membros menos experientes de uma comunidade em direção aos significados compartilhados.

**Palavras-chaves:** Discurso, Sala de aula, Professora, alunos(as)

**Atividade: Ameaça dos estereótipos na performance intelectual dos cotistas da UNEB (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Ameaça dos estereótipos na performance intelectual dos cotistas da UNEB

**Autor(es):** Joice Ferreira da Silva, Marcos Emanuel Pereira

**Resumo:** A idéia central da teoria da ameaça dos estereótipos é de que quando um indivíduo acredita que pertence a um grupo alvo de um estereótipo negativo, e é submetido a uma tarefa relacionada com este estereótipo, a sua performance sofre uma considerável redução. O conceito de ameaça dos estereótipos refere-se às ameaças situacionais, oriundas de crenças estereotipadas sobre determinados grupos e da ameaça que paira no ar sobre as pessoas pertencentes a tais grupos alvos de estereótipos. Em situações ameaçadoras os membros de tais grupos acreditam que o critério de julgamento do seu desempenho será, antes de tudo, baseado em crenças estereotipadas. Além dos indivíduos terem seu potencial de performance inibido, há um reconhecimento de que esses possíveis fracassos podem confirmar um estereótipo negativo aplicado ao seu endogrupo, e por conseqüência a ele mesmo. Pesquisas têm mostrado que a manipulação da ameaça do estereótipo pode afetar a performance acadêmica. O objetivo fundamental da presente pesquisa foi avaliar o impacto da ameaça dos estereótipos na performance intelectual de estudantes oriundos de escolas públicas, que entraram na universidade através do sistema de cotas. As hipóteses, oriundas da teoria da ameaça dos estereótipos podem ser enunciadas nos seguintes termos: Os participantes cotistas submetidos à ameaça, terão um desempenho significativamente menor que os cotistas alocados nas demais condições, onde não haverá menção à forma de entrada na faculdade ou quando serão valorizadas características positivas, o oposto acontecerá em relação aos estudantes não-cotistas, ou seja, eles acertarão mais questões quando for mencionada a suposta inferioridade de desempenho dos cotistas em testes de raciocínio lógico. A presente pesquisa empregou metodologia experimental com um delineamento 3 x 2, o primeiro fator refere-se às condições experimentais (1. ameaça aos cotistas; 2. valorização dos cotistas e 3. grupo controle) e o segundo fator refere-se à forma de entrada na universidade (estudantes que aderiram ao sistema

de cotas x estudantes que entraram pelo sistema tradicional). Até janeiro de 2007, o estudo contou com a participação de 30 estudantes da Universidade Estadual da Bahia, alocados nas três condições experimentais. Todos os participantes são estudantes de cursos considerados de alto prestígio, como Fisioterapia (N = 13), Enfermagem (N = 6), Fonoaudiologia (N = 3), Nutrição (N = 3) e Direito (N = 5), destes 53,3% se declararam cotistas. A idade média dos participantes foi de 21,87 anos, variando de 18 a 37 anos (DP = 4,22). A maior parte da amostra, 70%, foi composta por mulheres, o que reflete o estereótipo das carreiras na área de saúde. Em relação à origem escolar, 43,3% se declararam como oriundos de escolas particulares, 40% eram egressos de escolas particulares e 16,7% não responderam a este item. A coleta de dados foi inteiramente realizada mediante o uso de computadores. O instrumento utilizado para avaliar a performance dos estudantes é composto por 21 questões de raciocínio lógico formal, incluindo sucessões lógicas; proposições categóricas; afirmação e negação; raciocínio lógico que envolve argumentos com verdade e mentira; raciocínios matemáticos, lógicos numéricos e lógicos quantitativos; anagramas, raciocínio lógico crítico e lógico analítico. Com este instrumento, são mensurados o tempo requerido para completar a tarefa e acurácia da resposta. A ativação dos estereótipos foi efetuada por meio da leitura das instruções na primeira tela do instrumento. Na condição de ameaça, há uma afirmação de que o desempenho dos estudantes não-cotistas é superior a dos cotistas. Na condição de valorização de atributos positivos dos cotistas, estes são descritos como mais motivados, esforçados e que não demonstram qualquer inferioridade em relação aos não cotistas em termos de raciocínio lógico. Na condição controle não é feita qualquer menção às cotas, portanto, o participante inicia o teste já na tela de instruções sobre a forma que o teste deve ser respondido. Os resultados preliminares da comparação da quantidade média de acertos dos cotistas nas condições de ameaça e de valorização indicam que aqueles alocados na condição de ameaça obtiveram desempenho inferior aos da condição de valorização, eles acertaram respectivamente 8,71 e 9,8 das 21 questões do instrumento, o que parece uma direção favorável à corroboração da hipótese principal do presente estudo.

**Palavras-chaves:** Ameaça dos estereótipos, Cotas universitárias, Performance intelectual

**Atividade:** A co-construção da leitura e escrita na educação infantil perspectiva sociocultural construtivista (Comunicações Científicas)

**Trabalho:** A co-construção da leitura e escrita na educação infantil perspectiva sociocultural construtivista

**Autor(es):** Norma Lúcia Neris de Queiroz, Diva Maria Moraes Albuquerque Maciel

**Resumo:** COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA - A CO-CONSTRUÇÃO DA LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL NUMA PERSPECTIVA SOCIOCULTURAL Nas sociedades letradas, as crianças iniciam desde o nascimento o contato com a linguagem escrita. Dependendo das situações socioeconômicas culturais, elas descobrem o aspecto funcional da comunicação escrita, desenvolvendo interesse e curiosidade por essa linguagem em maior ou menor intensidade. O presente estudo investigou o processo de co-construção da leitura e escrita de um grupo de crianças de 4 e 5 anos de idade de uma turma de jardim II da educação infantil em uma instituição comunitária do Paranoá – DF. Constituiu como objetivo do presente estudo contribuir para a construção do conhecimento sobre o processo de formação de leitores e escritores na educação infantil a partir do desenvolvimento do Projeto de Formação de Leitores e Escritores, composto por dois subprojetos: (1) A Hora do Conto e a Escrita Significativa de Textos - SPHC e (2) o da Bolsa de Leitura - SPBL. Estes, articulados entre si, tiveram como objetivo co-construir a leitura e escrita das crianças na escola e em seus lares. A revisão da literatura, apoiada em uma concepção sociocultural construtivista do desenvolvimento humano, discutiu os conceitos de leitura e escrita na educação infantil, por meio das interações entre crianças – pesquisadora e famílias. Participaram do estudo, 11 crianças e suas mães/(pais), a professora e pesquisadora. Os dados foram construídos com base nos procedimentos: análise documental, sondagem da leitura e escrita das crianças, observação em sala de aula, duas entrevistas com roteiro semi-estruturado com a professora e as famílias, gravadas em áudio e os dois subprojetos - SPHC,

no qual a co-construção da leitura e escrita ocorreu em sala de aula por meio de onze Situações Estruturadas (SEs), com base na leitura de um livro de literatura infantil diferente em cada SE, seguida de diversas atividades: reconto, compreensão por meio do desenho, modelagem, ordenação de gravuras e produção de um livro. No SPBL, oportunizamos as famílias participar do processo de co-construção de leitura de seus filhos, uma vez que as crianças não liam nem escreviam convencionalmente, mas algumas delas tinham como práticas em seus lares, audição de histórias e brincadeira de escolinha. Durante 10 semanas, as crianças levaram para casa um livro infantil em uma bolsa confeccionada artesanalmente. A primeira entrevista com a professora, construímos dados pessoais, orientações para crianças sobre aprendizagem e expectativas em relação à aprendizagem das crianças e na segunda, a oportunidade de auto-avaliar sua prática pedagógica e o estudo desenvolvido. Com as famílias, buscamos compreender o significado da leitura e escrita e suas expectativas em relação à educação dos filhos e na segunda, avaliamos a participação dessas famílias no subprojeto SPBL. Procedemos dois tipos de análise: microgenética e qualitativa. Utilizamos a análise microgenética no SPHC a fim de compreender as regularidades dos processos de co-construção da leitura e escrita ocorridos entre pesquisadora e crianças. E a qualitativa no SPBL, visando compreender a participação das famílias e sua avaliação sobre este projeto. Os resultados da análise microgenética sobre o SPHC indicaram: 1) o vínculo criado entre pesquisadora e crianças permitiu estabelecer uma relação de confiança entre os segmentos envolvidos 2) a relação de confiança e a condução das SEs com base em um planejamento bem estruturado contribuiu para ampliar a capacidade de ler e escrever das crianças de forma ativa; 3) as estratégias de assistência às crianças na condução das SEs, principalmente, a do scaffolding foram fundamentais para a consecução dos objetivos do subprojeto. E a análise qualitativa indicou que para essas famílias 1) a leitura e escrita significa uma ferramenta importante para a formação de seus filhos, sobretudo para a ascensão social; 2) utilizavam a leitura e a escrita para resolver problemas cotidianos; 3) liam jornais, folhetos, contas (luz, água e telefone), revistas femininas e a bíblia; 7) faziam anotações de endereços, telefones, jogos da sorte, escreviam pequenos bilhetes e receitas culinárias, e assinavam documentos. Observamos, ainda, que essas práticas de leitura eram marcadas pela questão de gênero, o jornal é o texto mais valorizado pelos homens e a bíblia pelas mulheres. Em relação à participação dessas famílias no subprojeto “Bolsa de Leitura”, constatamos que todas elas participaram do subprojeto, mais especificamente, as mães realizando entre 5 e 9 atos de leitura com os filhos e avaliaram o SPBL como uma estratégia positiva uma vez que despertou o interesse dos filhos pela leitura. Nesse sentido, concluímos que para desenvolver a leitura e a escrita principalmente de crianças das camadas populares, a escola deve utilizar situações de ensino-aprendizagem criativas, envolvendo tanto as crianças quanto às famílias. Sugerimos como considerações finais novas aplicações deste projeto em contexto de classes populares.

**Palavras-chaves:** leitura, escrita, literatura infantil, perspectiva sociocultural construtivista, instituição comunitária

**Atividade: O Corpo e o Eu  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** O Corpo e o Eu

**Autor(es):** Alice Maria de Souza Dantas Gramacho, Perla Mendoza Villaverde

**Resumo:** O dualismo cartesiano, a divisão da natureza em dois tipos de entidade - mente e matéria, Corpo e Alma - influenciou o pensamento ocidental como um todo, ultrapassando até o campo das ciências e se inserindo nos outros aspectos da vida humana. O campo educacional não foi uma exceção e ainda hoje, apesar dos consideráveis indícios na literatura sobre a existência de um elo comum entre as origens da Noção de Corpo Próprio e da emergência do Eu na criança, o processo de escolarização é frequentemente separado do trabalho corporal, como se independentes fossem. Sobre o ponto de vista da Neuropsicologia, o hemisfério cerebral que se relaciona principalmente com o corpo e o espaço é o direito, o qual possui um amadurecimento mais precoce servindo, portanto, como base para o posterior

desenvolvimento do hemisfério esquerdo - verbal-lingüístico. Além disso, a Noção de Corpo, para Luria (1964), está integrada, no cérebro, a uma unidade funcional cujas camadas mais superiores se relacionam também com as funções simbólicas e cognitivas mais estruturadas, as quais amadurecem aproximadamente entre cinco e oito anos (FONSECA, 1995), faixa etária propícia à alfabetização. Portanto, no período da pré-escola, o trabalho com o corpo também prepara alicerces para o posterior desenvolvimento da linguagem e os processos ligados a esta. Desta forma, considerando as evidências teóricas sobre a existência de interseções entre as origens do corpo e do Eu, esta pesquisa optou por investigar o paralelo entre tais funções no período importante no desenvolvimento destas – a pré-escola, e, partindo do princípio que tal processo possui uma origem biológica e outra socialmente determinada, foram estudadas amostras que apresentavam diferenças socioeconômicas. O estudo teve por fim, ainda, justificar e demonstrar a importância do trabalho corporal neste período escolar. Para tanto, foi investigado se o desenvolvimento da Noção de Corpo na criança, examinado sob aspectos do Esquema Corporal, influencia o surgimento da noção de Eu, observado na qualidade da narrativa e do autoconceito; se uma condição comprometida no Esquema Corporal está relacionada a dificuldades na construção da identidade; se existe na criança uma relação entre sua representação gráfica e seu Esquema Corporal e se níveis socioeconômicos diversos apresentam diferenças nos resultados. A amostra abarcou crianças de quatro a seis anos, provenientes de uma ONG e de uma escola particular (IP) da cidade de Salvador-BA, sendo sete crianças por faixa-etária, totalizando 42 sujeitos. Foram utilizados dois instrumentos referentes ao Corpo – “O Desenho da Figura Humana” e “Conhecimento das partes do corpo” –, e dois relacionados ao Eu – “Dados de Identificação” e “Histórias das Figuras Humanas”. Em relação ao esquema da figura humana, em todas as idades de ambas as instituições, os resultados estavam de acordo com o descrito pela literatura, sendo possível verificar uma evolução nos esquemas dos desenhos, bem como crianças que se encontravam em fases distintas. Quanto ao esquema corporal, nos dois locais de pesquisa, os valores brutos obtidos foram aumentando conforme as idades, já a quantidade de sujeitos que alcançou ou superou a média esperada para sua faixa etária, diminuiu significativamente com o acréscimo das idades. Em contrapartida, sobre a produção narrativa e de autoconceito, o número de crianças com desempenho na média ou acima desta aumentou conforme a idade. Assim, nos dois locais de pesquisa, e com médias mais altas da IP, o melhor desempenho foi encontrado na faixa etária de quatro anos enquanto o menor foi encontrado na de seis anos. Verificou-se, em ambas as instituições, em todas as idades, crianças que atingiram, ou superaram, todas as funções investigadas neste trabalho e que, por outro lado, ficaram abaixo da média em todas elas, o que confirma a principal hipótese do paralelismo entre a noção de corpo e a emergência de eu na criança pré-escolar. Percebeu-se ainda, uma diferença entre os sujeitos de origens socioeconômicas distintas, pois quase todos que alcançaram uma correlação acima da média para os itens investigados pertenciam à IP, enquanto que a maior parte de correspondências abaixo da média esperada, para todos os instrumentos, foram obtidas por crianças pertencentes à ONG, a qual atende unicamente a população economicamente desfavorecida. Ou seja, existe um paralelo entre os resultados obtidos nas funções estudadas, e este é influenciado pelo meio social. Acredita-se que quando ambas as funções são estimuladas, ambas poderão progredir, sendo a grande interseção entre o corpo e o Eu oferecida pela rede social. Concluiu-se, a partir dos resultados, que em todas as faixas etárias pesquisadas, bem como nos instrumentos utilizados, não há uma idade determinada para a aquisição de competências específicas e que, dentro da mesma idade, a mediação pode produzir diferenças. Como a escola é um desses ambientes que dá contorno a este sujeito na sua fase de formação, salienta-se, pois, a relevância de seu trabalho no desenvolvimento de qualquer criança.

**Palavras-chaves:** Corpo, Eu, figura humana, produção narrativa, mediação

**Atividade: Psicologia Escolar e Educacional: a contribuição da ANPEPP (Paineis)**

**Trabalho:** Psicologia Escolar e Educacional: a contribuição da ANPEPP

**Autor(es):** Sunna Prieto de Azevedo, Nádia Maria Dourado Rocha

**Resumo:** A Psicologia Escolar/Educacional têm crescido como campo de atuação da Psicologia tanto em instituições de ensino quanto em pesquisas voltadas para a interface Psicologia - Educação. Existe uma gama de estudos aí contidos que vão desde temas como escolarização em todos os seus níveis, ensino e aprendizagem, dificuldade de aprendizagem, necessidades especiais e inclusão, o estudo de políticas públicas, desenvolvimento humano e atuação do psicólogo escolar, configurando-se como um campo muito abrangente. Prova disto é a constituição da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (Abrapee) entidade civil, sem fins lucrativos, fundada em 1990 por um grupo de psicólogos interessados em congregar os profissionais da área, que se propõe a incentivar a produção de conhecimento dentro da /área de psicólogo escolar e educacional a fim de promover bem estar e desenvolvimento humano ([www.abrapee.psc.br](http://www.abrapee.psc.br)) e o Grupo de Trabalho de Psicologia Escolar/educacional, vinculado à Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Psicologia (ANPEPP) com o objetivo de fomentar e estimular a formação de profissionais para pesquisa e pós-graduação em Psicologia. Diante disso, o presente trabalho teve como objetivo analisar a temática da produção do GT de Psicologia Escolar/Educacional da ANPEPP relacionando-a as instituições às quais estes pesquisadores estão vinculados. Para tanto Foi feito levantamento da produção científica de oito dos dez integrantes do GT de Psicologia Escolar/Educacional da ANPEPP cujas informações constam do Currículo Lattes, trabalhando-se as variáveis: instituição do autor e tema dos trabalhos, para tal utilizando-se da categorização proposta pela Abrapee, e utilizada em seus Congressos Nacionais, que consta de 22 categorias, sendo elas: Avaliação e medidas no contexto escolar, Desenvolvimento Humano, Educação à distância, Educação Infantil, Educação Informal, Ensino à distância, Ensino da Psicologia, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior, Família, Formação do Educador, Formação do psicólogo escolar/educacional, Fracasso Escolar/Evasão, Leitura / Escrita, Necessidades Especiais/Inclusão, Orientação Profissional, Pesquisa em Psicologia Escolar/ Educacional, Prevenção, Tecnologia Educacional e Terceira Idade. Além dessas categorias já existentes fez-se necessária a criação de dez outras: Atuação do psicólogo escolar, Problemas/Dificuldades de aprendizagem/ queixa, Formação do psicólogo, História, Criatividade, Temas Afins, brincar, Políticas públicas. Pode-se constatar que, em geral, existe diferenças na ênfase dada à pesquisa em cada instituição (UnB, UFRN, PUC-CAMP, UFBa, USP e UFU) no campo da Psicologia Educacional. Alguns são bastante trabalhados enquanto que outros nunca o foram. Entendendo a importância e a abrangência daquilo que permeia a Psicologia Escolar/ Educacional, não existem de fato temas esgotados, mas existem aquelas que são mais trabalhados, dentre estes estão: Avaliação e medidas no contexto escolar (4,3%), educação infantil (8,4%), necessidades especiais/ inclusão (3,3%), atuação do psicólogo escolar (6,4%), problemas de aprendizagem (3%), história (3,3%), criatividade (4%) e o brincar (3,6%). Existem, porém, temas que nunca ou raramente foram publicados nestas instituições dentro do período pesquisado, tais como: educação a distancia, ensino médio, terceira idade, tecnologia educacional, ensino fundamental, família, leitura e escrita, orientação profissional e ainda temas como políticas públicas e desenvolvimento humano. Particularmente as instituições seguem o mesmo padrão do geral, ou seja, não existe uma. Na UnB, por exemplo, o tema mais trabalhado é “criatividade” (15,7%), seguido por “Atuação do psicólogo escolar” (9,9%), “Necessidades Especiais/ Inclusão” (8,7%) e “Problemas/ Dificuldades de aprendizagem/ queixa” (5,8%), os demais temas como por exemplo “Prevenção” (1,7%) e “Formação do psicólogo” (0,5%) são muito pouco explorados, sendo que os temas: “Educação à distância”, “Educação Infantil”, “Educação Informal”, “Ensino à distância”, “Ensino da Psicologia”, “Ensino Fundamental”, “Ensino Médio”, “Família”, “Orientação Profissional”, “Terceira Idade”, “História”, “O brincar” e “Políticas públicas” nunca foram publicados. Considerando que foi estudada a produção de oito pesquisadores, sugere-se a ampliação deste trabalho, considerando publicações em periódicos técnicos da área e anais de eventos, por exemplo, para que possamos efetivamente concluir sobre a investigação em Psicologia Escolar e Educacional.

**Palavras-chaves:** Psicologia Escolar, Psicologia Educacional, ANPEPP, História contemporânea

**Atividade: CONSTRUINDO UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA NA GRADUAÇÃO DE PSICOLOGIA DA UFPE: UMA EXPERIÊNCIA DE MONITORIA.**  
(Paineis)

**Trabalho:** Construindo uma perspectiva inclusiva na graduação de psicologia da UFPE: uma experiência de monitoria

**Autor(es):** Tathiane Gleice da Silva, Thaís Costa Lins, Telma Costa de Avelar

**Resumo:** CONSTRUINDO UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA NA GRADUAÇÃO DE PSICOLOGIA DA UFPE: UMA EXPERIÊNCIA DE MONITORIA. O relato é de uma experiência de monitoria na disciplina Pedagogia Terapêutica, que teve como meta favorecer a construção de conceitos acerca da Educação Inclusiva, a fim de garantir uma formação de psicólogos voltados para uma ética do respeito às diferenças. Vale dizer, que a disciplina, integrante do elenco de eletivas, há anos vem tentando ocupar um espaço cada vez mais significativo na grade curricular, acompanhando o próprio processo incipiente da inclusão no Brasil. Observa-se na literatura que as imprecisões conceituais apresentadas na Educação Especial sinalizam a importância de profissionais e da sociedade comprometerem-se com o universo das Necessidades Educativas Especiais (NEE). Além disso, movimentos sociais, políticos e científicos contra-argumentaram uma noção positivista e normatizadora de sujeito. Ou seja, o tema da inclusão no Brasil alia-se a uma série de fatores sócio-históricos, ainda marcados pela estigmatização dos antes considerados deficientes (leia-se incapazes). Deste modo, vê-se que a “Escola para Todos” tem esbarrado-se com uma Lógica de Exclusão viva na contemporaneidade: a Lógica de Classes, como denomina Lino de Macedo. Um trabalho pedagógico orientado por esta lógica pode negligenciar o propósito educacional, vindo a manifestar, originar ou intensificar as NEE. Nesse sentido, coube à proposta da monitoria ampliar em sala de aula um espaço senso-crítico, sob uma visão sócio-construtivista de ensino, para a produção de uma noção de sujeito e de NEE pautadas pela Ética da Diversidade. Para tanto, tendo sido matriculados 32 alunos, as atividades das monitoras foram: a) escolha, leitura e discussão de textos; b) acompanhamento discursivo de vídeos; c) elaboração e avaliação conjunta de aulas; d) participação na escolha das atividades teórico-práticas; e) facilitação de técnicas de dinâmicas de grupo na sala de aula; f) organização e coordenação de mesa-redonda, através de equipe multidisciplinar convidada; g) seminários participativos; h) acompanhamento e orientação de relatórios; i) reuniões semanais. Nesse aspecto, os alunos passaram a vivenciar tanto atividades em grupo, como individuais, sendo avaliados continuamente, nas tarefas semanais propostas, tendo ainda de realizar, como trabalho final da disciplina, uma entrevista com psicólogo escolar. A aprendizagem aconteceu em rede, sendo favorecidas tanto a professora-orientadora, quanto as monitoras, além dos graduandos matriculados na disciplina. As aulas tornaram-se mais dinamizadas, favorecendo um maior aprofundamento aos alunos monitores que tiveram a oportunidade de iniciação à docência, de modo que os graduandos matriculados puderam compartilhar um espaço salutar, onde se repensava o papel do psicólogo na escola, frente às questões inclusivas. Outro fato, as discussões na reunião de monitoria, viabilizou rever a própria nomenclatura da disciplina, considerando a amplitude atual de seus objetivos, vislumbrando-se a possibilidade de ser “Educação Terapêutica”, levando a idéia como proposta à Reforma Curricular. Ainda, no final da disciplina, foram coletados alguns depoimentos dos alunos, todos apontando criticamente a qualidade da aprendizagem desenvolvida no decorrer das aulas. O que se notou neste trabalho foi a importância de uma relação ensino-aprendizagem mais favorecedora à participação do graduando. Também, do investimento a ser feito em aspectos conceituais para a formação de psicólogos mais conscientes de seu papel frente à política inclusiva.

**Palavras-chaves:** Educação Inclusiva, Formação de Psicólogo, Monitoria de Disciplina

**Atividade:** CINEMA PARA APRENDER E DESAPRENDER  
(Cursos - 6hs)

**Trabalho:** CINEMA PARA APRENDER E DESAPRENDER

**Autor(es):** Adriana Mabel Fresquet

**Resumo:** O curso visa pesquisar as possibilidades de aprender e desaprender com o cinema junto de professores, crianças e jovens. Constituirão objeto de estudo os conceitos de cinema, aprender e desaprender, desde múltiplos olhares (pedagógico, artístico, estético, filosófico, social, cultural, etc.) e tentando problematizar a utilização pedagógica dos filmes. Para este curso, inicialmente, faremos uma reflexão acerca das teorias do cinema. Segundo Jacques Aumont y Michel Marie (2003), podemos pensar o cinema como reprodução ou substituto da mirada, como arte, como linguagem, como escrita, como modo de pensamento e, finalmente, como simbolização e expressão do desejo. Em cada uma delas exploraremos possibilidades de aprender e desaprender a partir da experiência do cinema. Logo, daremos início ao debate acerca dos conceitos de aprender, desaprender e reaprender. O processo bidirecional de transmissão e produção cultural nos leva a pensar na interfunção do ensinar e do aprender desde essa tripla possibilidade. A cada dia aprendemos coisas novas. Em geral, as aprendizagens variam em intensidade afetiva, importância, valorização social, transcendência. Porém, é necessário e não menos importante desaprender conceitos, significados, atitudes, valores historicamente apropriados, às vezes, nem totalmente conscientes, carregados como mochilas pessoais, familiares, culturais. E o cinema, que aprendizagens facilita? Que valores, conceitos, questões nos permite escovar a contrapelo para desaprender? O conceito de desaprender, polêmico e controvertido por demais, pode enganosamente nos parecer contrário ao conceito de irreversibilidade temporal de Valsiner (1989), pelo qual tudo o que acontece no tempo não tem possibilidade de ser desfeito. Tal é a força da irreversibilidade da aprendizagem, que desaprender significa fundamentalmente “lembrar” as coisas aprendidas que querem ser desaprendidas. Desaprender é aprender a não querê-las mais para si; a não outorgá-lhes mais o estatuto de verdade, de sentido ou de interesse. Crianças e jovens produtores de cultura quer dizer cumprir um papel único na cultura dos adultos. Nesse sentido, o processo de aprender e desaprender supõe um terceiro momento que é o tempo da re-aprendizagem. Podemos pensar esse momento como uma síntese pessoal, produto de aprendizagens e desaprendizagens no processo bidirecional de transmissão cultural, no qual os significados coletivos tornam-se individuais, ampliando seu potencial semiótico que transcende novamente aos contextos de interação social para reiniciar o processo. Re-aprender é algo mais que aprender. Coloca em cena a flexibilidade; o uso da memória para lembrar de fatos vinculados a essas aprendizagens, estratégias utilizadas, conseqüências, efeitos sociais, etc.; a disposição para estabelecer mudanças que podem desequilibrar aspectos bem compensados da personalidade e da relação com os outros; aceitação dos fracassos, perdas, limitações; pulsão para a geração de novos desejos e conquistas. Re-aprender inclusive também pode ser uma outra forma de encontro com o cinema, dado que ele abre horizontes, nos mostra outras possibilidades de viver, de pensar e de ser. O cinema, entendido como possibilidade de expressar os afetos e simbolizar o desejo constitui uma alternativa – ao mesmo tempo individual e coletiva – de realização, de produção de novas oportunidades, de criação de espaços onde possam se encontrar crianças e adultos para pensar, sentir e criar uma experiência diferente. Uma experiência que não nos remeta ao que já se sabe e se transmite de memória. Uma experiência que se lembra, se sente e se recria com a participação de todos, especialmente dos sonhos das crianças que estavam adormecidas nos adultos.

4. Principais Referências Bibliográficas

ARIES, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AUMONT, J. A estética do filme. Campinas: Papyrus, 1995.

BACHELARD, G. La poética de la ensoñación. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BENJAMIN, W. A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica. In: BENJAMIN, W. Obras Escolhidas, vol. 1, São Paulo: Brasiliense, 1980.

BERNARDET, J-C. O que é Cinema. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BRUNER, J. A cultura da educação. Porto Alegre: ArtMed, 2001.

COLE, M. Culture in development. In: BORNSTEIN, M. H., LAMB, M., E. (Eds), Developmental psychology: An advanced textbook (pp. 731-788). Hillsdale, N. J.: Lawrence Earlbaum, 1992b.

CORSARO, W. A. e Miller, P. J. (Eds). Interpretative approach to children's socialization (New Directions for Child Development, nº 58). San Francisco, CA: Jossey-Bass Publishers, 1992.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

KOHAN, W. Infância. Entre Educação e Filosofia. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VALSINER, J. Human Development and Culture: The Social Nature of Personality and Its Study. Lexington, MA: Lexington Books, 1989.

VIGOTSKI, L. S. Psicologia pedagógica. São Paulo: Martins Fontes, 2001a.

WERTSCH, J. V. Vygotsky y la formación social de la mente. Barcelona: Paidós, 1985.

Profª Dra. Adriana Fresquet Rio de Janeiro, 29/01/07

**Palavras-chaves:** cinema,jovens,cultura

**Atividade: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O INÍCIO DA ESCOLARIZAÇÃO: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA ABORDAGEM SOCIOCULTURAL CONSTRUTIVISTA (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O INÍCIO DA ESCOLARIZAÇÃO: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA ABORDAGEM SOCIOCULTURAL CONSTRUTIVISTA

**Autor(es):** Mírian Barbosa Tavares Raposo, Diva Maria Moraes Albuquerque Maciel

**Resumo:** Apresentamos aqui, parte de um estudo mais amplo, cujo objetivo foi investigar como o professor transforma os conteúdos das teorias psicológicas em ferramenta para a organização de seu trabalho pedagógico, assim como, em que dimensão utiliza sua prática para construir novas teses teóricas em sua formação continuada. A partir dos trabalhos de Mitjans Martínez (2001), Larocca (2002), Pereira, Almeida e Azzi (2002), Valsiner (2001), Prigogine (1996), Morin (1996), Nóvoa (1992) e Schön (1992) defendemos uma formação de professores que envolva as dimensões técnica, pedagógica e teórica dos cursos de formação, articuladas a uma formação política, ética e humanizadora. Dessa feita, características como o diálogo e a troca, visando a autonomia, a cooperação e a emancipação devem ser inerentes a propostas de formação de professores. Nessa perspectiva, o professor poderá desenvolver a capacidade de investigar a própria atividade, para, a partir dela, constituir e transformar os seus saberes-fazeres docentes, num processo contínuo de construção de sua identidade como professor. Arquetizado sobre os pressupostos teóricos e metodológicos da abordagem sociocultural construtivista (Branco e Vlsiner, 2004; Valsiner, 2001, 2006), o estudo analisou a proposta curricular e a organização pedagógica de um curso semi-presencial de graduação em pedagogia, em seus vários níveis, com vistas a compreender que características da organização e da dinâmica do trabalho pedagógico do curso contribuem para que os professores-cursistas transformem conhecimentos teóricos e práticos em ferramenta para a organização de seu trabalho pedagógico. Foi desenvolvido no Curso de Pedagogia para Professores em Exercício no Início de Escolarização – o PIE, um curso superior, organizado pela Universidade de Brasília – Faculdade de Educação, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e chancela da Cátedra UNESCO de Educação à Distância. O curso destinava-se a formar professores da rede pública de ensino, que estavam em efetivo exercício no início de escolarização e eram habilitados apenas em Magistério – Curso Normal em nível médio. Os resultados do estudo foram construídos por meio de análise documental, observação participante e entrevistas semi-estruturadas a dois coordenadores e uma professora-cursista do curso, que foi observada no curso, na universidade, e no seu exercício profissional em sala de aula, na escola de ensino fundamental da Rede Pública de Ensino do DF. Tais resultados foram apresentados sob duas dimensões: (1) a dimensão da estrutura, ou seja, numa perspectiva descritiva de cada um dos níveis de organização do curso, buscando oferecer uma compreensão de quais recursos são essenciais no processo de co-construção de conhecimentos do professor, em cada um dos níveis de organização do curso; (2) a dimensão da dinâmica, onde buscamos alcançar a rede de articulações desses diferentes recursos, construída prioritariamente por meio de observações e falas da cursista. A análise desses resultados baseou-se na abordagem sociocultural construtivista e utilizou-se de três categorias teóricas construídas a partir dela e que representaram no estudo algumas direções interessantes para as discussões teóricas e práticas nos cursos de formação de professores. São elas: (1) o exercício reflexivo; (2) o papel ativo do aprendiz; (3) e o papel do outro. Com relação ao 'exercício reflexivo', vivenciamos estratégias que colocavam os alunos, professores em formação continuada, como praticantes reflexivos diante da prática pedagógica, de forma que assumiam o compromisso com o avanço do conhecimento e com o seu aperfeiçoamento sendo, portanto, vistos como pesquisadores na ação. A categoria 'o papel ativo do aprendiz' envolvia as estratégias que colocavam o aprendiz como ativo no seu processo de co-construção de conhecimentos e da sua cultura individual, a partir das sugestões advindas da cultura coletiva. Nessa perspectiva vimos o curso organizar espaços de trabalho e formação que propiciavam a constituição de redes de formação contínua



em que o papel ativo do aprendiz era valorizado. A categoria 'o papel do outro' foi observada nos momentos em que o curso preparava o trabalho pedagógico da sala de aula sob a forma de situações, nas quais os professores em formação continuada eram postos em relação, dentro de um contexto de interações, que permitia aos alunos realizar atividades coletivas, nas quais pudessem estar constantemente estabelecendo, afirmando, negociando e modificando seus objetivos. Com estratégias assim, consideramos que os cursos de formação de professores poderão contribuir para a construção de escolas como lugares de formação permanente, com espaços de aprendizagem cooperativa, onde os professores possam ir formando-se em um diálogo e em uma reflexão com os colegas, consolidando sistemas de ação coletiva no seio do professorado e uma cultura de cooperação.

**Palavras-chaves:** Formação de professor, Abordagem sociocultural construtivista, Relação teoria e prática, Interação professor-professor

**Atividade:** EXPERIÊNCIAS DE LETRAMENTO NA INFÂNCIA: INTERAÇÃO MÃE-CRIANÇA EM SITUAÇÕES ESTRUTURADAS  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** EXPERIÊNCIAS DE LETRAMENTO NA INFÂNCIA: INTERAÇÃO MÃE-CRIANÇA EM SITUAÇÕES ESTRUTURADAS

**Autor(es):** Denise Maria Maciel Leão, Diva Maria Moraes Albuquerque Maciel

**Resumo:** A linguagem escrita, como um produto da história cultural altamente valorizado na sociedade ocidental, deve ser estudada segundo a cultura que é utilizada, e o seu domínio supõe que a criança deve aprender como participar ativamente de um conjunto de práticas socialmente organizadas que envolvem o uso de materiais escritos. Antes de ser inserida na escola, a criança vivenciou na família uma gama de experiências em seu processo de letramento. Realizamos essa investigação do letramento infantil sob a luz da abordagem sociocultural construtivista do desenvolvimento humano, em que os processos psicológicos superiores são culturalmente mediados, historicamente desenvolvidos e socialmente construídos. O estudo teve como objetivo investigar a interação da díade mãe-criança em eventos de letramento, realizados durante sessões de situações estruturadas (SEs). Pretendeu dessa forma, contribuir para a elaboração de subsídios para orientação das famílias junto às escolas e vice-versa, e para a co-construção do conhecimento sobre a participação dos pais no processo de aprendizagem da leitura e da escrita na infância. Participaram do estudo oito díades (mãe-criança), formadas por alunos da Educação Infantil do Centro de Desenvolvimento e Cultura do Paranoá (CEDEP) e suas mães. Foram realizadas uma reunião e duas entrevistas (final e inicial) com a mãe, uma visita ao domicílio da criança e quatro SEs com as díades envolvendo experiências de letramento. A fase de construção dos dados foi registrada em vídeo e/ou áudio. A discussão dos resultados apresenta-se em três eixos: (1) os relatos das mães antes e depois da participação nas SEs; (2) a dinâmica das interações da díade mãe-criança no contexto dos eventos estruturados idealizados para o estudo; e (3) a interação mãe-criança no nível microgenético. As mães do nosso estudo valorizam a aprendizagem da leitura e da escrita, percebendo e reconhecendo seu caráter instrumental na construção do conhecimento, revelando que suas crianças se beneficiavam de seus talentos como educadoras no contexto familiar. Demonstraram alto grau de envolvimento durante as SEs, participando da melhor forma que puderam, esforçando-se cada uma a seu modo em todas as atividades propostas. As ações dos participantes foram direcionadas para o objetivo principal de investigar a interação da díade mãe-criança durante eventos de letramento. As SEs foram padronizadas em tipos de participação convencionalizadas, mas ao mesmo tempo, dinâmicas, uma vez que cada díade mostrou-se única em sua forma de interagir. Através da participação conjunta nas atividades de leitura e escrita propiciadas nas SE, as crianças tiveram a oportunidade de aprender a relacionarem-se com os outros participantes da pesquisa e com a língua alfabética, na medida em que elas aprenderam a usar a linguagem escrita em contextos particulares para propósitos específicos. O aprendizado do letramento para as crianças do nosso estudo, portanto, pode ter sido incrementado pela experiência vivenciada através das SEs, as quais funcionaram como mediadoras do uso da linguagem durante

atividades realizadas em interações face-a-face. As atividades idealizadas para as SEs do presente estudo podem ser reaplicadas, com as devidas adaptações, numa parceria entre a escola e a família. A instituição pode organizar encontros com os familiares da criança, com objetivo inicial de tomar conhecimento sobre a cultura doméstica valorizada no lar de cada criança, e posteriormente, propor uma parceria na construção de atividades propiciadoras para o desenvolvimento do letramento infantil.

**Palavras-chaves:** Letramento na infância, Interações mãe-criança, Abordagem sociocultural construtivista, Análise microgenética

**Atividade: PROJETO FORMAÇÃO DE LEITORES E ESCRITORES COMO ESTRATÉGIA DE CO-CONSTRUÇÃO DA LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL NUMA PERSPECTIVA SOCIOCULTURAL (Paineis)**

**Trabalho:** PROJETO FORMAÇÃO DE LEITORES E ESCRITORES COMO ESTRATÉGIA DE CO-CONSTRUÇÃO DA LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL NUMA PERSPECTIVA SOCIOCULTURAL

**Autor(es):** Norma Lúcia Neris de Queiroz, Diva Maria Moraes Albuquerque Maciel

**Resumo:** O domínio da leitura e escrita tem adquirido grande importância no mundo contemporâneo. Em sociedade, como a nossa, a capacidade de ler e escrever tornou-se um bem social e ferramenta que pode contribuir para o desenvolvimento humano, pois possibilita ao indivíduo o acesso à outras linguagens que permitem usufruir outros conhecimentos para atender necessidades individuais, socioeconômicas e políticas. O presente estudo é resultado da tese de doutoramento, na qual realizamos o Projeto de Formação de Leitores e Escritores com o objetivo de promover a co-construção da leitura e escrita de um grupo de crianças na faixa etária entre 4 e 5 anos de idade de uma turma da educação infantil de uma instituição comunitária no Paranoá – DF. Optamos, nesse estudo, pela abordagem teórica sociocultural construtivista, a qual permite examinar o processo de co-construção da leitura e escrita por crianças numa perspectiva bidirecional, o conceito de scaffolding estruturado por Wood, Bruner e Ross (1976), o qual ressalta o processo de assistência do adulto à criança no processo de ensino-aprendizagem e as relações de confiança discutidas por McDermott (1977). Para Valsiner (1997), a pessoa em desenvolvimento constrói ativa e continuamente sua organização psicológica nos encontros com outras pessoas que guiam seu curso ontogenético. Tomamos como referência para a formação de leitores e escritores, as práticas socioculturais de leitura e escrita – letramento – vivenciadas pelas crianças, uma vez que estas práticas não ocorrem somente na escola, mas em diferentes contextos com a mediação de ‘outros sociais’: família, igreja e momentos de lazer com companheiros mais experientes. O Projeto Formação de Leitores e Escritores foi composto por dois subprojetos: “A Hora do Conto e a Escrita Significativa de Textos” – SPHC, realizado pela pesquisadora e o da “Bolsa de Leitura” – SPBL, realizado pelas famílias. No SPHC, a co-construção da leitura e escrita ocorre em sala de aula por meio de onze Situações Estruturadas (SEs). A partir da leitura de um livro de literatura infantil, seguida de diversas atividades: reconto, compreensão por meio do desenho, modelagem, ordenação de gravuras e produção de um livro. No SPBL, oportunizamos as famílias participar do processo de co-construção de leitura de seus filhos. Durante 10 semanas, as crianças levavam para casa um livro infantil numa bolsa confeccionada artesanalmente. Participaram deste estudo, onze crianças, suas famílias e a pesquisadora. As famílias participaram de duas entrevistas com base em um roteiro semi-estruturado, gravadas em áudio. Com a primeira entrevista construímos dados pessoais, expectativas em relação à aprendizagem dos filhos, significado da leitura e escrita e na segunda avaliamos a participação dessas famílias no subprojeto SPBL. Procedemos dois tipos de análise: microgenética e qualitativa. Utilizamos a análise microgenética no SPHC a fim de compreender os processos interativos ocorridos entre pesquisadora e crianças. E a qualitativa no SPBL, visando compreender a participação das famílias e sua avaliação sobre este projeto. Os resultados da análise microgenética sobre o SPHC indicaram: 1) o vínculo criado entre pesquisadora e crianças permitiu estabelecer uma relação de confiança entre os segmentos envolvidos como ressalta McDermott (1997); 2) a relação de confiança e a condução das SEs

com base em um planejamento bem estruturado contribuiu para ampliar a capacidade de ler e escrever das crianças de forma ativa; 3) as estratégias de assistência às crianças na condução das SEs, principalmente, a do scaffolding foram fundamentais para a consecução dos objetivos do subprojeto. E a análise qualitativa indicou que para essas famílias 1) a leitura e escrita significa uma ferramenta importante para a formação de seus filhos, sobretudo para a ascensão social; 2) utilizavam a leitura e a escrita para resolver problemas cotidianos; 3) liam jornais, folhetos, contas (luz, água e telefone), revistas femininas e a bíblia; 7) faziam anotações de endereços, telefones, jogos da sorte, escreviam pequenos bilhetes e receitas culinárias, e assinavam documentos. Observamos, ainda, que essas práticas de leitura eram marcadas pela questão de gênero, o jornal é o texto mais valorizado pelos homens e a bíblia pelas mulheres. Em relação à participação dessas famílias no subprojeto “Bolsa de Leitura”, constatamos que todas elas participaram do subprojeto, mais especificamente, as mães realizando entre 5 e 9 atos de leitura com os filhos e avaliaram o SPBL como uma estratégia positiva uma vez que despertou o interesse dos filhos pela leitura. Nesse sentido, concluímos que para desenvolver a leitura e a escrita principalmente de crianças das camadas populares, a escola deve utilizar situações de ensino-aprendizagem criativas, envolvendo tanto as crianças quanto às famílias. Sugerimos como considerações finais novas aplicações deste projeto em contexto de classes populares.

**Palavras-chaves:** leitura, escrita, escola, família, sociocultural construtivista

**Atividade: Reflexões sobre a Educação Inclusiva: possibilidades e limites de um processo (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Reflexões sobre a Educação Inclusiva: possibilidades e limites de um processo

**Autor(es):** Telma Costa de Avelar

**Resumo:** Para muitos que se confrontam, direta ou indiretamente, com a questão da educação inclusiva, o alcance da dimensão exata do que representa este processo no âmbito educacional ainda requer maiores reflexões. Longo e doloroso foi o percurso na busca pela inclusão (social e educacional) da pessoa deficiente. Em alguns momentos da história da humanidade, a criança diferente (com algum tipo de deficiência) tinha como destino o abandono ou a morte. Só a partir de meados do século XIX, alguns países começaram a repensar essa postura social criminosa, através de movimentos em defesa dessas crianças. Nesse contexto, não podemos deixar de mencionar a importância da “Declaração de Salamanca”, documento originado a partir da Conferência Mundial de Educação Especial, realizada na Espanha, em 1994. Tal declaração, proclamou os direitos fundamentais da criança à educação e o seu acesso ao ensino regular. No Brasil, a Lei de Diretrizes e Base da Educação, ainda que timidamente, promove o amparo legal para uma proposta inclusiva. Os problemas relacionados à efetivação da inclusão são múltiplos e de natureza diferentes, abrangendo, por exemplo, questões relacionadas ao preconceito social com a diferença (ressalte-se aqui a deficiência), adaptações ambientais e qualificação dos profissionais que estão à frente desse processo. Apesar de, nos últimos anos, termos observado uma maior preocupação, por parte dos órgãos governamentais, em promover condições favoráveis à educação inclusiva, com algumas iniciativas bem sucedidas, o processo de inclusão como um todo ainda está longe de alcançar seus reais objetivos. Nesse sentido, nossa fala será direcionada para o levantamento de questões acerca do processo de educação inclusiva, suscitadas a partir de nossa experiência, enquanto docente, respaldadas por discussões teóricas, entrevistas e observações em sala de aula, atividades estas desenvolvidas nos últimos dois anos, junto aos alunos das disciplinas Pedagogia Terapêutica e Psicologia Escolar, integrantes da grade curricular do curso de graduação em psicologia da Universidade Federal de Pernambuco. Nesse breve intervalo de tempo, temos refletido bastante sobre algumas questões, presentes no cotidiano de escolas públicas e privadas. Na busca por atender à demanda inclusiva, muitos profissionais ainda não têm clareza quando à diferenciação conceitual entre integrar e incluir, acreditando que a inclusão significa garantir um espaço, no ensino regular (fundamento inicial da integração), para crianças com algum tipo de Necessidade Educacional Especial, promovendo, assim, o salutar contato (inquestionável) com as crianças consideradas “normais”. Como conseqüência direta de tal perspectiva, destacamos um aspecto que diz

respeito à prática do professor, em sala de aula. Estariam essas práticas contemplando as diferenças ou estariam, em essência, reproduzindo um modelo de atuação que, historicamente, privilegia a homogeneidade? Tem sido relativamente freqüente, ouvirmos de diferentes profissionais frases como: “ aqui elas são tratadas como iguais às outras, não há discriminação, nada muda na sala de aula” (Diretora de uma instituição particular). Contudo, tal perspectiva tem, no nosso modo de entender, dado origem a um outro tipo de exclusão, ou seja, aquela que, ao ignorar as diferenças, não contempla as necessidades de seus alunos (com ou sem deficiência), não contribuindo, portanto, no nível desejável, com o seu processo de desenvolvimento. Nesse contexto, encontramos professores que enfatizam o seu despreparo, como uma de suas principais dificuldades ao lidar com essas crianças em ambiente escolar, dificuldade esta que ressalta um outro problema a ser encarado no processo de educação inclusiva, qual seja, a qualificação profissional. Não estamos aqui defendendo uma posição de formação desenfreada de especialistas, mas de suporte profissional especializado para o professor do ensino regular que tendo de lidar com essa nova realidade, necessita de apoio para cumprir sua função, com o mínimo de qualidade exigida. Para finalizar, um outro aspecto bastante discutido tem sido a questão da avaliação dessas crianças. Para alguns professores, tem se constituído em fonte de angústia, o como avaliar essas crianças, que parâmetros utilizar se elas “não conseguem passar pelo mesmo tipo de avaliação que as outras” (professora de escola pública). Nesse momento, percebemos, notoriamente, a influência de um modelo que elege a homogeneidade, no cotidiano da sala de aula, mas que evidencia sua fragilidade no momento em que essas crianças necessitam da análise do professor, no que diz respeito ao desenvolvimento das habilidades e competências exigidas no nível de escolarização em questão. Essas são, apenas, algumas das questões que pretendemos colocar em foco para nossa reflexão. Estamos conscientes das dificuldades inerentes ao processo de inclusão, visto que o mesmo ultrapassa os muros da escola, exigindo mudanças sociais profundas (inclusive da família), atitudes positivas e realistas quanto aos seus limites e possibilidades, bem como uma escola capaz de viabilizar a inclusão, não como mais uma de suas atribuições, mas como uma conseqüência natural da consideração do direito de todas à educação. Contudo, acreditamos, também, tratar-se de um processo irreversível, rumo a uma sociedade que, acima de tudo, garanta os direitos, constitucionalmente previstos, do ser humano.

**Palavras-chaves:** Inclusão, Necessidades Educacionais Especiais, Educação Inclusiva

**Atividade: O Desenvolvimento Cognitivo do Estudante do Ensino Superior (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** O desenvolvimento cognitivo do estudante do Ensino Superior: Investigações portuguesas, implicações educacionais e estratégias de promoção

**Autor(es):** Maria Teresa Pires Medeiros

**Resumo:** Resumo: O texto, para além duma breve, Introdução, na qual se enquadra o estudante “tradicional” do ensino superior no período designado por “adulter emergente” diferenciado, portanto, dos períodos da adolescência e do adulto, e marcado predominantemente pela exploração de identidade, instabilidade, auto-centração e vivência do sentimento “in-between”, a partir da proposta de Arnett (2000, 2004), é considerado como alguém capaz de lidar com a incerteza, perante diferentes pontos de vista, com os problemas bem e mal estruturados e a quem, ao longo da sua permanência no ensino superior, ocorrem mudanças cognitivas, no sentido da complexidade do pensamento e das estratégias que ele escolhe e utiliza para resolver os problemas de aprendizagem e da sua vida pessoal, está organizado em 3 partes: 1- Inserção e contextualização histórica sobre o desenvolvimento cognitivo pós-formal, onde se enquadra o modelo de Desenvolvimento Intelectual e Ético de W. Perry (1970, 1981, 1999). Em seguida, descreve tal modelo, o qual, compreende uma progressão de níveis epistemológicos de complexidade cognitiva crescente designadamente: o dualismo, o relativismo e o compromisso no relativismo, cada um dos quais compreendendo três posições. Apresenta-se o esquema da linha de desenvolvimento (Perry, 1999) e explicitam-se as posições de desvio (a temporização, o escape e o recuo), as quais não têm sido devidamente tomadas em conta na literatura. 2- De seguida, a partir da tradução e validação do Inventário do Desenvolvimento Cognitivo de Parker

(IDCP) para a população portuguesa, por Ferreira & Bastos (1995), a autora analisa investigações sobre o desenvolvimento cognitivo do estudante do ensino superior levadas a cabo nos últimos oito anos em Portugal (cf. Bastos, 1998; Viveiros 2000; Pereira, 2002; Medeiros et al., 2002), expõe os resultados completando com uma análise crítica sobre os mesmos e, aponta possibilidades de desenvolvimento futuro na investigação deste domínio. 3- A seguir, após fazer um rápido balanço a respeito dos recentes dos desafios que se colocam ao psicólogo na contemporaneidade, a autora, primeiramente aborda as implicações educacionais do modelo apresentado na formação inicial do estudante do ensino superior, pontuando a necessidade de reflectir tanto sobre os aspectos estruturais e de gestão de recursos das instituições formadoras, quanto os aspectos curriculares e pedagógicos, mediante uma prática de reflexão profícua entre os docentes, passando pelos apoios aos estudantes e pela redefinição do papel deles como agentes activos da sua aprendizagem e do seu desenvolvimento. Finalmente, a modo de conclusão, propõe estratégias de mudança com vista a sair do “mesmismo” educacional vigente, no que concerne ao desenvolvimento cognitivo do estudante de ensino superior, as quais, exigirão um somatório conjunto de esforços da comunidade universitária, entendida como comunidade aprendente, designadamente das Instituições de Ensino Superior, dos professores, dos psicólogos, dos gestores e funcionários e, principalmente, dos estudantes, o qual resultará num projecto holístico de desenvolvimento.

**Palavras-chaves:** Psicologia, Ensino superior, Psicologia Cognitiva

**Atividade: Psicologia na Educação  
(Temas em Debate)**

**Trabalho:** Psicologia e Educação

**Autor(es):** Deise Maria do Nascimento

**Resumo:** Temas em Debate: Psicologia na Educação Proponente: Conselho Regional de Psicologia – 12ª Região – CRP-12 – Santa Catarina O Sistema Conselhos tem acumulado discussão sobre Psicologia e Educação. A existência de um grupo de trabalho (GT) sobre o tema, entre 2002 e 2004, e o projeto “Intervenção dos Psicólogos nos Processos Educacionais”, do Banco Social de Serviços em Psicologia e, depois, o CREPOP, resultaram em importantes contribuições para o avanço das discussões. Além disso, os Congressos Nacionais da Psicologia (CNPs) colaboraram para que se consolidasse a importância que o assunto tem no âmbito da autarquia. Em abril de 2003, o GT Psicologia e Educação organizou o “Fórum do Sistema Conselhos: Psicologia e Educação”, no VI Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional, na cidade de Salvador. Esse evento promoveu reflexão acerca das questões históricas da Psicologia em sua relação com a Educação, contemplando três tópicos centrais: o controle social de políticas públicas para o setor, a formação e a inserção do psicólogo na rede de ensino. Em dezembro de 2005, na APAF, o CRP-12 gestionou em favor da retomada do GT Nacional, que se encontrava desarticulado, com o argumento de que se deveria cumprir a diretriz “inserção dos psicólogos nas políticas públicas”, uma das deliberações do IV CNP, reafirmada pelo V CNP. Com essa ação, o GT foi rearticulado e colocado sob a coordenação do CRP-12. Ao longo de 2006, seus participantes trabalharam no âmbito do Sistema e com outras entidades nacionais com o sentido de dar rumos consensuais ao tema, a partir das seguintes diretrizes: &#61600; Elaborar pauta e calendário para as ações do Sistema Conselhos no campo da Psicologia e Educação; &#61600; Aprofundar a relação da Psicologia com as políticas públicas de Educação; &#61600; Manter diálogo com o Estado e a sociedade organizada visando o avanço da participação da Psicologia nas políticas públicas de Educação; &#61600; Manter relação com os movimentos sociais, atuando como partícipe na luta pelos direitos sociais, em especial os relacionados à Educação; &#61600; Promover a reaproximação com o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, buscando fortalecer a luta em prol do Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira, cuja elaboração contou com a participação do Conselho Federal de Psicologia; &#61600; Estabelecer diálogo com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) com o objetivo de que a formação promova o compromisso da Psicologia com as demandas sociais em Educação; &#61600; Promover a discussão entre os profissionais da Psicologia visando à definição da posição técnica e política a respeito das funções do psicólogo

na Educação; Propor ao CREPOP pesquisa sobre a atuação do psicólogo no campo das políticas públicas de Educação; Acompanhar de maneira ativa a tramitação dos projetos de lei, em âmbito federal, relacionados ao trabalho do psicólogo na Educação;

Intensificar o debate sobre a Psicopedagogia enquanto área de conhecimento interdisciplinar e reforçar a idéia de uma área de especialização, no sentido de combater a possibilidade de criação da profissão de psicopedagogo; Promover a aproximação, diálogo e articulação permanente com associações nacionais da educação, tais como a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (Abrapee), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (Anpepp), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e ABEP, além do Sindicato dos Psicólogos de SP. Esta articulação iniciou com reunião que aconteceu no II Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência & Profissão, em setembro de 2006, em SP. A discussão sobre o trabalho do psicólogo na Educação envolve diálogo com os poderes executivo e legislativo federais, com os movimentos sociais, com as instâncias de controle social e com as entidades nacionais da Psicologia, que lutam pela educação pública com qualidade social. É necessário também que esse processo seja articulado aos esforços do CREPOP, no sentido de consolidar a idéia de que a atuação do psicólogo se dá na educação escolar e em outros âmbitos educativos, sejam eles em organismos governamentais ou não, nos movimentos sociais e no controle social das políticas públicas relacionadas aos direitos sociais, bem como no ensino de Psicologia no ensino médio e no ensino superior (formação de psicólogos e licenciaturas em Psicologia e demais cursos e licenciaturas). No âmbito de Santa Catarina, o CRP-12 realizou um levantamento de dados sobre os projetos de lei e as práticas dos psicólogos em Educação em SC, cuja análise corrobora a necessidade de implementação das diretrizes apontadas pelo GT Nacional. O detalhamento dos dados será apresentado na atividade Temas em Debate no V CONPSI. Enfim, aponta-se a importância de empreender ações que favorecem a inserção dos psicólogos nas políticas públicas de Educação, buscando um exercício profissional comprometido com a Educação Inclusiva e com o fortalecimento da escola pública de qualidade social. Afinal, o psicólogo deve ser protagonista da transformação social a partir da sua prática profissional específica no campo da Educação.

**Palavras-chaves:** Psicologia e Educação, Psicólogo escolar/Educacional, Políticas Públicas de Educação

**Atividade: Psicologia e a cultura do complexo na escola (Conferência)**

**Trabalho:** Psicologia e a cultura do complexo na escola

**Autor(es):** Luciano Rogério de Lemos Meira

**Resumo:** Desde mais ou menos a metade do século passado, uma forma relativamente inovadora de discurso científico tem despertado o interesse de públicos variados em muitas e diferentes áreas de investigação, tais como aprendizagem (Resnick, 1996), redes sociais (Barabási, 2002) e sistemas vivos em geral (Kelly, 1994). Na base desse novo discurso está a noção de complexidade. As chamadas ciências do complexo têm oferecido um conjunto de idéias inéditas para o entendimento de processos tão diversos quanto o desenvolvimento cognitivo, a organização de formigueiros e o tráfego de automóveis nas metrópoles. Meu objetivo neste artigo é discutir algumas das noções próprias às ciências do complexo e, em particular, apresentar uma visão de educação, escola e didática construída a partir de reflexões sobre psicologia e complexidade. Embora semelhante ao projeto de Edgar Morin, a reflexão apresentada aqui tem, em vista de minha incompetência filosófica, um escopo mais restrito que o pretendido pelo pensador francês. Por outro lado, buscarei oferecer à discussão algumas considerações acerca do funcionamento psicológico e da necessidade de uma escola outra: uma escola do complexo, capaz de promover um acolhimento mais efetivo do indivíduo ao longo de seu desenvolvimento cultural-cognitivo. Como forma de fazer avançar uma nova visão de escola, na qual muitos educadores já se encontram engajados, propõe-se desenfaturar o ensino de rotinas, algoritmos, técnicas, definições e resolução de problemas típicos, presentes em maior ou menor grau em todas as disciplinas escolares e níveis de ensino. Estas práticas tendem a

obscurecer o entendimento das razões para o funcionamento das coisas e obstaculizar o uso das noções às quais as rotinas e todo o resto se referem. A fim de realmente inserirmos a escola em práticas de produção de sentidos voltadas a uma cultura do complexo, penso que seria necessário conceder alta prioridade aos seguintes processos: (1) Usos da linguagem- Trata-se de engajar o aprendiz em práticas discursivas diversificadas, nas quais e pelas quais o sentido atualiza-se; (2) Argumentação- Enquanto prática discursiva, a produção de justificativas e a legitimação de pontos de vista na forma de argumentos são reconhecidamente fundamentais para a construção de conhecimentos; (3) Modelização ou modelagem- Trata-se aqui de uma atividade semiótica peculiar, assim como o é a argumentação, através da qual busca-se conferir estrutura e regularidade aos fenômenos; e (4) Interação e diálogo- Os processos argumentativos e de modelização, eles próprios parte considerável dos usos que fazemos da linguagem, ganham existência apenas em contextos nos quais sujeitos reais se fazem presentes enquanto vozes, interacionais e/ou dialógicas. O resultado de uma escola assim construída, a escola do complexo, seria o desenvolvimento guiado pela produção de sentidos em um contexto de permanente quase-estabilidade, organizado em torno de situações complexas e continuamente emergentes.

**Palavras-chaves:** Diversidade, Ética, Política

**Atividade: Adolescências e Escola: encontrando um lugar para a Psicologia (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** O Ensino da psicologia numa perspectiva de redução de danos

**Autor(es):** Marisa Feffermann

**Resumo:** O conceito de juventude deve ser compreendido em conexão com o universo cultural, político, social e econômico no qual este se insere (HOBSBAWM, 1995). A complexidade da sociedade moderna, torna peculiar a passagem do jovem para condição de adulto, devido à variedade de alternativas de vida e à conseqüente incerteza quanto ao próprio destino pessoal. Os jovens buscam lidar com o 'mal-estar na civilização' (HOBSBAWM, 1995), através de estratégias que envolvem, inclusive, o consumo de drogas. Seu uso traz embutida a marca de diferentes tradições sociais e culturais, por isso, compreender e analisar esse comportamento, a partir da internalização dos direitos e da identidade dos jovens enquanto cidadãos, é uma proposta para a ação no campo da construção de uma cidadania extensiva. A redução de danos, segundo Abrams e Lewis (1999), se mostra como um novo paradigma para orientar ações de intervenção em saúde, que capacita as pessoas para o desenvolvimento da responsabilidade pessoal. Essa abordagem incluiu, conforme novos pressupostos educacionais, as vivências e experiências dos sujeitos em questão, suas condutas e códigos de comunicação, motivando a sua capacidade de compreender, decidir e abordar a questão, fortalecendo a reflexão e a autonomia individual. Entre as drogas, as bebidas alcoólicas são, hoje, um dos principais fatores de mortalidade do mundo, entre jovens, a utilização nociva de tais substâncias já traz agravos consideráveis, estimulados pela publicidade, que induz seu consumo a partir da adolescência, podendo levar a índices de uso acima de 73%, como foi observado entre universitários (KERR-CORRÊA et al, 2002). Com essa perspectiva o projeto 'Alcoolismo na Juventude' foi realizado envolvendo classes de Ensino Médio de uma escola pública localizada na zona Sul de São Paulo, integrando, como estratégia metodológica, a proposta de realização de uma pesquisa aplicada entre pares. O desenvolvimento desse projeto supôs a integração de uma ação interdisciplinar, com a contextualização do conteúdo a ser trabalhado e a participação e responsabilidade dos alunos diante do estudo proposto, sendo que a coordenação do trabalho foi a disciplina de Psicologia. A pesquisa foi concebida e aplicada pelos próprios estudantes, envolvendo: a definição do tema/problema a ser investigado, pesquisa bibliográfica, discussões e formulações de hipóteses, desenvolvimento e realização de pesquisa de campo, análise e sistematização de informações coletadas e divulgação dos resultados obtidos. Esse processo resultou em uma ação de intervenção dos estudantes com seus colegas, incentivando a reflexão e a promoção de ações conscientes e críticas para a prevenção do abuso de álcool entre jovens, além de uma intervenção coletiva na comunidade em que vivem. Observou-se, neste trabalho, que o processo de ensino-aprendizado é uma elaboração complexa que envolve basicamente três fatores

principais que interagiram de forma dialética, promovendo constantemente a formação autônoma dos sujeitos e, ao mesmo tempo, a construção coletiva da cidadania. Acredita-se que, considerando a construção histórica da juventude e o significado e a prática que o consumo de drogas assume neste grupo, a abordagem preventiva de 'redução de danos' facilita a implementação das ações de promoção e prevenção em saúde. Tal estratégia tem o potencial de incluir, além da discussão de substâncias lícitas e tão amplamente consumidas como o álcool e o cigarro, a discussão da experiência cotidiana dos jovens, valorizando a sua participação reflexiva e autonomia e proporcionando a busca de comportamentos de promoção do auto-cuidado individual, como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 1990).

**Palavras-chaves:** ensino medio,jovem,juventude

**Trabalho:**Ensino de Psicologia na Educação Básica, problematizando as condições de

**Autor(es):** Diva Lúcia Gautério Conde

**Resumo:** Essa apresentação tem como objetivo refletir sobre as condições atuais de realização da formação de professores de Psicologia para a docência na Educação Básica, problematizando-as em três dos aspectos que as constituem: as relações construídas entre o saber disciplinar de origem e o saber disciplinar ensinado, materializadas pelos conteúdos programáticos propostos; as relações decorrente das legislações que orientam a formação de professores para a Educação Básica e o ensino de Psicologia; as relações estabelecidas pelos licenciandos com o campo de estágio, escolas públicas estaduais, localizadas no município do Rio de Janeiro. A relação entre os saberes acadêmicos com os saberes escolares, à luz dos estudos sobre a História das Disciplinas Escolares, realizados por Goodson, Chervel, Macedo e Lopes, entre outros considera que o deslocamento dos saberes teóricos e científicos dos centros acadêmicos para o interior das escolas consiste em um processo complexo, no qual os conteúdos escolares ganham contornos e elementos não exatamente coincidentes com as narrativas teóricas de origem. Inúmeros fatores concorrem para a formulação desses novos saberes: as crenças dos professores, os recursos e materiais didáticos, as relações curriculares com as outras disciplinas escolares, os alunos e suas condições de aprendizagem. No ensino de Psicologia, a multiplicidade teórica e conceitual na ciência de origem, e o fato de seu ensino realizar-se em currículos majoritariamente de cursos profissionalizantes, faz com que ela assuma diversos conteúdos programáticos, caracterizando uma ausência de tradição conteudista, que a identifique nos cenários educativos dos quais participa. Ao inserir-se como um dos saberes que fala sobre muitos dos aspectos da vida humana, o ensino de Psicologia trabalha em um campo intensamente mobilizado por tradições, marcas culturais, fantasias, preconceitos. A possibilidade de que esse ensino seja convertido em confirmação ou contestado por esses aspectos é real, o que acentua a importância dos professores, e sua formação, como mediadores entre conteúdos de Psicologia e alunos. Devem ainda ser consideradas as relações construídas pelos licenciandos de Psicologia com o magistério, a partir de sua inserção nas condições objetivas das práticas de exercício docente, aqui situadas nas escolas públicas de nível médio do Estado do Rio de Janeiro. A observação e a co-participação constituem ferramentas privilegiadas de conhecimento das políticas e de gestão na Educação Pública, bem como das dinâmicas das atuações discente e docente, e constituem um dos principais recursos de sua formação como professores. Um dos desafios consiste no desenvolvimento de habilidades de análise crítica dessas condições, sem afetar os núcleos de interesse e apreço pelo magistério como profissão. Por outro lado, as relações da graduação em Psicologia com a formação de professores da Educação Básica, tomando como referência a Resolução CNE/CP Nº1 de 18 de fevereiro de 2002 e as Diretrizes Curriculares para o Ensino de Psicologia devem ser consideradas no quadro de condições a serem problematizadas nos programas de formação de professores de Psicologia. Analisa-se como as exigências de uma formação própria como professor, rompendo com o modelo 3+1, repercutiram nos programas de formações de Psicólogo. O encerramento de muitas licenciaturas em Psicologia pode ter como uma de suas principais consequências agravar o distanciamento entre a formação científica em Psicologia e seu ensino na Educação Básica, atingindo a possibilidade desse ensino efetivamente contribuir para a educação de jovens brasileiros.



**Palavras-chaves:** jovem, educação básica, ensino médio

**Trabalho:** Adolescências e escola: percursos, conflitos e perspectivas para o ensino de Psicologia no Ensino Médio

**Autor(es):** Ângela Fátima Soligo

**Resumo:** A literatura clássica da Psicologia nos apresenta uma visão cristalizada e naturalizada da adolescência, que via de regra a coloca na condição de desvio ou patologia. Estudos culturais e pesquisas recentes indicam, no entanto, que a adolescência é um fenômeno cultural, não universal, e que não se pode mais falar de uma adolescência abstrata, mas de adolescências, circunscritas em espaços e tempos distintos. Ao analisarmos concepções de adolescência presentes nos contextos educativos, deparamo-nos, no entanto, com uma visão tradicional da adolescência, e com um ideal de aluno que, via de regra, distancia-se da realidade dos adolescentes contemporâneos, em suas diferenças e modos de existir. O que vemos na escola é, então, um não diálogo, que leva ao vazio pedagógico e reafirma representações e preconceitos, culminando na culpabilização da adolescência pela não aprendizagem e pelo não envolvimento nas práticas escolares. É neste contexto que propomos um lugar para o ensino da Psicologia, na dupla perspectiva de conhecer/desvendar conceitos e aprofundar discussões sobre concepções psicológicas e cotidianas sobre adolescências e suas relações com a cultura e o tempo, e ao mesmo tempo propor estratégias de aproximação e trabalho com os alunos que possibilitem o acontecimento pedagógico, que leve ao crescimento intelectual e afetivo dos alunos e a formas de apropriação dos conteúdos escolares. A mesa proposta pretende discutir o Ensino de Psicologia no Ensino Médio e suas estratégias, partindo da perspectiva das subjetividades e culturas adolescentes. Serão feitas reflexões sobre essa escola que aí está, com seus ideais de aluno e problemas por todos conhecidos, na relação com as possibilidades adolescentes que se colocam na contemporaneidade. A discussão pretende situar um espaço e um papel interessantes para a Psicologia no contexto atual. A literatura clássica da Psicologia nos apresenta uma visão cristalizada e naturalizada da adolescência, que via de regra a coloca na condição de desvio ou patologia. Estudos culturais e pesquisas recentes indicam, no entanto, que a adolescência é um fenômeno cultural, não universal, e que não se pode mais falar de uma adolescência abstrata, mas de adolescências, circunscritas em espaços e tempos distintos. Ao analisarmos concepções de adolescência presentes nos contextos educativos, deparamo-nos, no entanto, com uma visão tradicional da adolescência, e com um ideal de aluno que, via de regra, distancia-se da realidade dos adolescentes contemporâneos, em suas diferenças e modos de existir. O que vemos na escola é, então, um não diálogo, que leva ao vazio pedagógico e reafirma representações e preconceitos, culminando na culpabilização da adolescência pela não aprendizagem e pelo não envolvimento nas práticas escolares. É neste contexto que propomos um lugar para o ensino da Psicologia, na dupla perspectiva de conhecer/desvendar conceitos e aprofundar discussões sobre concepções psicológicas e cotidianas sobre adolescências e suas relações com a cultura e o tempo, e ao mesmo tempo propor estratégias de aproximação e trabalho com os alunos que possibilitem o acontecimento pedagógico, que leve ao crescimento intelectual e afetivo dos alunos e a formas de apropriação dos conteúdos escolares.

**Palavras-chaves:** escola, adolescência, ensino médio

**Atividade: Avaliação de cursos: aonde estamos e aonde queremos ir (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Avaliação de cursos: aonde estamos e aonde queremos ir

**Autor(es):** Odair Furtado

**Resumo:** Há equívoco em tratar o processo de avaliação do ensino superior como uma imposição, algo que vem de fora para vigiar e punir possíveis culpados. Essa forma de conduta transforma a iniciativa de proceder à avaliação em algo inócuo, já que obriga ao lado avaliado a se apresentar de forma diferente daquela que funciona normalmente. Aliás, não é incomum que os

avaliadores indiquem para os avaliados a forma adequada de preencher relatórios e formulários para poderem ser "melhor avaliados". Precisamos construir no ensino superior em geral, e na Psicologia em particular, a noção de sistema de ensino. As soluções individualizadas na condição de oferecer as respostas de que o povo e a nação brasileira necessitam. Todo o sistema precisa crescer não somente um outro curso de forma isolada. A marca do autoritarismo que estigmatizou os processos de avaliação se constitui em acúmulo de prejuízos para o desenvolvimento da Psicologia no país. A escassa participação dos diferentes atores da formação de psicólogos nas definições dos processos de avaliações de cursos cria problemas de diferentes ordens. Por exemplo, as queixas relacionadas aos processos de avaliação dos cursos de psicologia apontam frequentemente aspectos como: a) Variação na aplicação de critérios por parte de diferentes avaliadores; b) Falta de clareza sobre as dimensões efetivamente enfocadas; c) Autoritarismo nas definições gerais desses processos e; d) Destrato dos coordenadores por parte de alguns avaliadores. Entretanto, essas queixas não chegam a encontrar espaços de reconhecimento e sistematização. Isso impede a verificação da realidade dos aspectos queixados e o encaminhamento de possíveis soluções. Entende-se que a construção de um processo mais participativo na definição e acompanhamento dos procedimentos de avaliação seja um fator fundamental para a busca da elevação do padrão de qualidade dos cursos de psicologia. Hoje vivemos um momento que pode gerar inflexões importantes na história da nossa formação. Por um lado, vivemos uma organização sem precedentes na história da formação em Psicologia (consubstanciada na ABEP). Por outro, o aparelho de estado define condutas para o cuidado com o ensino superior que podem ser aproveitadas na construção de melhorias. Nesse sentido, as iniciativas de avaliação que estão em voga no país apontam para o tratamento dos processos de avaliação como elemento constituinte das políticas públicas de educação. Não mais a restrição a uma lógica mercadológica de ser permissivo na abertura de cursos e depois de uma tentativa de exigir deles coisas e buscar fechá-los nas situações limite. Cabe a nós procedermos à verificação crítica da adequação dessa política pública. E tomar seus instrumentos e resultados como elementos úteis para a luta por uma melhoria efetiva na formação de psicólogos no Brasil.

**Palavras-chaves:** psicologia, avaliação, ensino superior

**Trabalho:** Avaliação de cursos

**Autor(es):** Marcos Ribeiro Ferreira

**Resumo:** Há equívoco em tratar o processo de avaliação do ensino superior como uma imposição, algo que vem de fora para vigiar e punir possíveis culpados. Essa forma de conduta transforma a iniciativa de proceder à avaliação em algo inócuo, já que obriga ao lado avaliado a se apresentar de forma diferente daquela que funciona normalmente. Aliás, não é incomum que os avaliadores indiquem para os avaliados a forma adequada de preencher relatórios e formulários para poderem ser "melhor avaliados". Precisamos construir no ensino superior em geral, e na Psicologia em particular, a noção de sistema de ensino. As soluções individualizadas na condição de oferecer as respostas de que o povo e a nação brasileira necessitam. Todo o sistema precisa crescer não somente um outro curso de forma isolada. A marca do autoritarismo que estigmatizou os processos de avaliação se constitui em acúmulo de prejuízos para o desenvolvimento da Psicologia no país. A escassa participação dos diferentes atores da formação de psicólogos nas definições dos processos de avaliações de cursos cria problemas de diferentes ordens. Por exemplo, as queixas relacionadas aos processos de avaliação dos cursos de psicologia apontam frequentemente aspectos como: a) Variação na aplicação de critérios por parte de diferentes avaliadores; b) Falta de clareza sobre as dimensões efetivamente enfocadas; c) Autoritarismo nas definições gerais desses processos e; d) Destrato dos coordenadores por parte de alguns avaliadores. Entretanto, essas queixas não chegam a encontrar espaços de reconhecimento e sistematização. Isso impede a verificação da realidade dos aspectos queixados e o encaminhamento de possíveis soluções. Entende-se que a construção de um processo mais participativo na definição e acompanhamento dos procedimentos de avaliação seja um fator fundamental para a busca da elevação do padrão de qualidade dos cursos de psicologia. Hoje vivemos um momento que pode gerar inflexões importantes na história da nossa formação. Por um lado, vivemos uma organização sem precedentes na história da formação em Psicologia (consubstanciada na ABEP). Por outro, o aparelho de estado define condutas para o cuidado com

o ensino superior que podem ser aproveitadas na construção de melhorias. Nesse sentido, as iniciativas de avaliação que estão em voga no país apontam para o tratamento dos processos de avaliação como elemento constituinte das políticas públicas de educação. Não mais a restrição a uma lógica mercadológica de ser permissivo na abertura de cursos e depois de uma tentativa de exigir deles coisas e buscar fechá-los nas situações limite. Cabe a nós procedermos à verificação crítica da adequação dessa política pública. E tomar seus instrumentos e resultados como elementos úteis para a luta por uma melhoria efetiva na formação de psicólogos no Brasil.

**Palavras-chaves:** avaliação, psicologia, ensino superior

**Trabalho:** Avaliação de cursos de psicologia

**Autor(es):** RICARDO PRIME

**Resumo:** Há equívoco em tratar o processo de avaliação do ensino superior como uma imposição, algo que vem de fora para vigiar e punir possíveis culpados. Essa forma de conduta transforma a iniciativa de proceder à avaliação em algo inócuo, já que obriga ao lado avaliado a se apresentar de forma diferente daquela que funciona normalmente. Aliás, não é incomum que os avaliadores indiquem para os avaliados a forma adequada de preencher relatórios e formulários para poderem ser "melhor avaliados". Precisamos construir no ensino superior em geral, e na Psicologia em particular, a noção de sistema de ensino. As soluções individualizadas na condição de oferecer as respostas de que o povo e a nação brasileira necessitam. Todo o sistema precisa crescer não somente um outro curso de forma isolada. A marca do autoritarismo que estigmatizou os processos de avaliação se constitui em acúmulo de prejuízos para o desenvolvimento da Psicologia no país. A escassa participação dos diferentes atores da formação de psicólogos nas definições dos processos de avaliações de cursos cria problemas de diferentes ordens. Por exemplo, as queixas relacionadas aos processos de avaliação dos cursos de psicologia apontam frequentemente aspectos como: a) Variação na aplicação de critérios por parte de diferentes avaliadores; b) Falta de clareza sobre as dimensões efetivamente enfocadas; c) Autoritarismo nas definições gerais desses processos e; d) Destrato dos coordenadores por parte de alguns avaliadores. Entretanto, essas queixas não chegam a encontrar espaços de reconhecimento e sistematização. Isso impede a verificação da realidade dos aspectos queixados e o encaminhamento de possíveis soluções. Entende-se que a construção de um processo mais participativo na definição e acompanhamento dos procedimentos de avaliação seja um fator fundamental para a busca da elevação do padrão de qualidade dos cursos de psicologia. Hoje vivemos um momento que pode gerar inflexões importantes na história da nossa formação. Por um lado, vivemos uma organização sem precedentes na história da formação em Psicologia (consubstanciada na ABEP). Por outro, o aparelho de estado define condutas para o cuidado com o ensino superior que podem ser aproveitadas na construção de melhorias. Nesse sentido, as iniciativas de avaliação que estão em voga no país apontam para o tratamento dos processos de avaliação como elemento constituinte das políticas públicas de educação. Não mais a restrição a uma lógica mercadológica de ser permissivo na abertura de cursos e depois de uma tentativa de exigir deles coisas e buscar fechá-los nas situações limite. Cabe a nós procedermos à verificação crítica da adequação dessa política pública. E tomar seus instrumentos e resultados como elementos úteis para a luta por uma melhoria efetiva na formação de psicólogos no Brasil.

**Palavras-chaves:** avaliação, ensino superior, psicologia

**Atividade: Ensino de Psicologia nos outros cursos superiores (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** O conhecimento psicológico como ferramenta para atuação profissional: o mundo como resultado do fazer humano.

**Autor(es):** Ana Lucia Cortegoso

**Resumo:** A mesa proposta abordará três enfoques diversos sobre a temática do ensino de Psicologia nos cursos superiores, que não o de Psicologia. A temática do ensino de Psicologia

fora dos cursos de Psicologia têm sido pouco explorada em investigações e congressos da psicologia e que, no entanto, precisam ser debatidas por todos. É preciso que se faça a discussão sobre o que e como ensinamos, para quem o fazemos e quais objetivos privilegiamos em nosso ensino, além de tratar de outros aspectos envolvidos na atividade de ensino. A atividade ora proposta configura-se como uma iniciativa que pretende contribuir com este debate. Desde muito cedo, em nossas escolas, crianças aprendem sobre o processo de germinação cultivando grãos de feijão em algodão úmido. Aprendem sobre diferentes fatos da natureza física, inclusive sobre o seu próprio corpo, podem aprender sobre o sagrado em famílias propensas à religião, sobre arte em contextos atentos à beleza... Muito raramente, contudo, têm a oportunidade de aprender sobre o seu próprio funcionamento psicológico, não apenas porque isto inexistente como objeto de atenção no processo de ensino formal, mas também porque pessoas com quem convivem, inclusive aquelas responsáveis por cuidar e educar estas crianças, também não aprenderam sobre este assunto senão de modo ocasional e não sistemático, e freqüentemente não sabem como ensinar outros a se conhecerem, a lidar com a complexidade psicológica envolvida nas relações humanas, a lidar com os fenômenos que permeiam todas as ações, sentimentos e pensamentos humanos. A existência de uma profissão diretamente ligada ao conhecimento psicológico freqüentemente dificulta notar que a Psicologia constitui uma área do conhecimento que não poderia deixar de fazer parte da formação de todo e qualquer profissional, particularmente de nível superior, uma vez que o fazer humano (incluído aí o sentir e o pensar) é o meio pelo qual se faz a ligação do ser humano com seu mundo, considerado em todas as suas dimensões, a social entre elas. O uso do conceito de comportamento por uma equipe multidisciplinar e multiprofissional que atua em Economia Solidária será examinado como ilustração da relevância do ensino de Psicologia para não psicólogos. O ensino, ao configurar uma ação intencional e complexa, exige que se reconheça no professor um sujeito com suas histórias, saberes, valores, mantendo relações de proximidade/afastamento, familiaridade/estranheza com o conhecimento e com os alunos. Estas relações conferem ao processo ensino-aprendizagem traços da interação, da parceria, da perspectiva interdisciplinar, da educação dialógica. Assim, parte-se de uma compreensão de que falar do Ensino de Psicologia é assumir a multiplicidade, complexidade e pluralidade que marcam este campo científico. Propor intersecções com a formação de profissionais de saúde é ampliar as possibilidades de significação das aprendizagens em psicologia, problematizando conteúdos, estratégias e modalidades de inserção dos saberes psicológicos na saúde. Os campos empíricos que fundamentam este trabalho abrangem a docência desenvolvida em uma universidade pública da cidade de São Paulo, envolvendo os níveis de graduação, especialização e mestrado, todos voltados para formação de nutricionistas, terapeutas ocupacionais, educadores físicos, enfermeiros, fisioterapeutas, médicos e fonoaudiólogos. No período privilegiado para estudo, 2000-2006, discussões centrais foram travadas, particularmente aquelas que se referem à inclusão da Psicologia como uma profissão da saúde. Assim, as reflexões ora partilhadas trazem os ecos do debate nacional sobre os rumos da formação profissional em saúde, bem como da valorização de propostas curriculares centradas no enfoque problematizador, na interdisciplinaridade e na integralidade no cuidado. A tessitura de significados tem desvelado um Ensino de Psicologia que supera a transmissão de informações nucleadas em princípios teóricos de uma dada formulação em psicologia, bem como busca romper com a separação fictícia entre os práticos e os teóricos, entre teóricos e aplicadores. Reconhece-se uma contribuição importante no que tange aos aspectos relacionais que marcam as práticas de assistência à saúde, à dimensão contextual de produção da condição humana e de abordagens teóricas em Psicologia que ampliam as referências para o trabalho em saúde.

**Palavras-chaves:** outros cursos, psicologia, ensino superior

**Trabalho:** Ensino de Psicologia e a Formação de Profissionais da Saúde: tecendo significados

**Autor(es):** Roberta Gurgel Azzi

**Resumo:** A mesa proposta abordará três enfoques diversos sobre a temática do ensino de Psicologia nos cursos superiores, que não o de Psicologia. A temática do ensino de Psicologia fora dos cursos de Psicologia têm sido pouco explorada em investigações e congressos da psicologia e que, no entanto, precisam ser debatidas por todos. É preciso que se faça a

discussão sobre o que e como ensinamos, para quem o fazemos e quais objetivos privilegiamos em nosso ensino, além de tratar de outros aspectos envolvidos na atividade de ensino. A atividade ora proposta configura-se como uma iniciativa que pretende contribuir com este debate. Desde muito cedo, em nossas escolas, crianças aprendem sobre o processo de germinação cultivando grãos de feijão em algodão úmido. Aprendem sobre diferentes fatos da natureza física, inclusive sobre o seu próprio corpo, podem aprender sobre o sagrado em famílias propensas à religião, sobre arte em contextos atentos à beleza... Muito raramente, contudo, têm a oportunidade de aprender sobre o seu próprio funcionamento psicológico, não apenas porque isto inexiste como objeto de atenção no processo de ensino formal, mas também porque pessoas com quem convivem, inclusive aquelas responsáveis por cuidar e educar estas crianças, também não aprenderam sobre este assunto senão de modo ocasional e não sistemático, e freqüentemente não sabem como ensinar outros a se conhecerem, a lidar com a complexidade psicológica envolvida nas relações humanas, a lidar com os fenômenos que permeiam todas as ações, sentimentos e pensamentos humanos. A existência de uma profissão diretamente ligada ao conhecimento psicológico freqüentemente dificulta notar que a Psicologia constitui uma área do conhecimento que não poderia deixar de fazer parte da formação de todo e qualquer profissional, particularmente de nível superior, uma vez que o fazer humano (incluído aí o sentir e o pensar) é o meio pelo qual se faz a ligação do ser humano com seu mundo, considerado em todas as suas dimensões, a social entre elas. O uso do conceito de comportamento por uma equipe multidisciplinar e multiprofissional que atua em Economia Solidária será examinado como ilustração da relevância do ensino de Psicologia para não psicólogos. O ensino, ao configurar uma ação intencional e complexa, exige que se reconheça no professor um sujeito com suas histórias, saberes, valores, mantendo relações de proximidade/afastamento, familiaridade/estranheza com o conhecimento e com os alunos. Estas relações conferem ao processo ensino-aprendizagem traços da interação, da parceria, da perspectiva interdisciplinar, da educação dialógica. Assim, parte-se de uma compreensão de que falar do Ensino de Psicologia é assumir a multiplicidade, complexidade e pluralidade que marcam este campo científico. Propor intersecções com a formação de profissionais de saúde é ampliar as possibilidades de significação das aprendizagens em psicologia, problematizando conteúdos, estratégias e modalidades de inserção dos saberes psicológicos na saúde. Os campos empíricos que fundamentam este trabalho abrangem a docência desenvolvida em uma universidade pública da cidade de São Paulo, envolvendo os níveis de graduação, especialização e mestrado, todos voltados para formação de nutricionistas, terapeutas ocupacionais, educadores físicos, enfermeiros, fisioterapeutas, médicos e fonoaudiólogos. No período privilegiado para estudo, 2000-2006, discussões centrais foram travadas, particularmente aquelas que se referem à inclusão da Psicologia como uma profissão da saúde. Assim, as reflexões ora compartilhadas trazem os ecos do debate nacional sobre os rumos da formação profissional em saúde, bem como da valorização de propostas curriculares centradas no enfoque problematizador, na interdisciplinaridade e na integralidade no cuidado. A tessitura de significados tem desvelado um Ensino de Psicologia que supera a transmissão de informações nucleadas em princípios teóricos de uma dada formulação em psicologia, bem como busca romper com a separação fictícia entre os práticos e os teóricos, entre teóricos e aplicadores. Reconhece-se uma contribuição importante no que tange aos aspectos relacionais que marcam as práticas de assistência à saúde, à dimensão contextual de produção da condição humana e de abordagens teóricas em Psicologia que ampliam as referências para o trabalho em saúde.

**Palavras-chaves:** psicologia, ensino superior, outros cursos

**Trabalho:** Debatendo a presença da psicologia nos diferentes cursos superiores

**Autor(es):** Roberta Gurgel Azzi

**Resumo:** A mesa proposta abordará três enfoques diversos sobre a temática do ensino de Psicologia nos cursos superiores, que não o de Psicologia. A temática do ensino de Psicologia fora dos cursos de Psicologia têm sido pouco explorada em investigações e congressos da psicologia e que, no entanto, precisam ser debatidas por todos. É preciso que se faça a discussão sobre o que e como ensinamos, para quem o fazemos e quais objetivos privilegiamos em nosso ensino, além de tratar de outros aspectos envolvidos na atividade de ensino. A

atividade ora proposta configura-se como uma iniciativa que pretende contribuir com este debate. As Disciplinas de Psicologia têm estado presente em cursos tecnológicos, nos bacharelados e licenciaturas em diferentes áreas de conhecimento. Embora presente em diversos cursos as disciplinas de psicologia têm sido pouco, ou nada, debatidas pela comunidade de psicólogos. É na direção de aproximação do cenário do ensino de psicologia nos outros cursos às preocupações que envolvem o ensino de psicologia como um todo que este trabalho é proposto, buscando problematizar os desafios que a presença da psicologia gera naqueles cenários. Os principais aspectos a serem discutidos partirão de dois eixos: 'psicologia e sua relação com o curso' e 'psicologia e sua relação com a psicologia'. Defende-se a necessidade de uma maior aproximação da realidade vivida por quem ensina fora dos cursos de psicologia às entidades representativas da categoria dos psicólogos, com vistas a favorecer que aquela parcela dos profissionais docentes encontre eco para suas preocupações e desafios cotidianos e veja aumentado o espaço de discussão sobre a psicologia que ensinam. Acredita-se que instaurar e fortalecer este debate em muito enriquecerá o ensino de psicologia já existente nos diversos cursos superiores, bem como promoverá reflexões que podem levar à defesa de novas disciplinas com potencial para contribuir com os diversos cursos. Desde muito cedo, em nossas escolas, crianças aprendem sobre o processo de germinação cultivando grãos de feijão em algodão úmido. Aprendem sobre diferentes fatos da natureza física, inclusive sobre o seu próprio corpo, podem aprender sobre o sagrado em famílias propensas à religião, sobre arte em contextos atentos à beleza... Muito raramente, contudo, têm a oportunidade de aprender sobre o seu próprio funcionamento psicológico, não apenas porque isto inexistente como objeto de atenção no processo de ensino formal, mas também porque pessoas com quem convivem, inclusive aquelas responsáveis por cuidar e educar estas crianças, também não aprenderam sobre este assunto senão de modo ocasional e não sistemático, e freqüentemente não sabem como ensinar outros a se conhecerem, a lidar com a complexidade psicológica envolvida nas relações humanas, a lidar com os fenômenos que permeiam todas as ações, sentimentos e pensamentos humanos. A existência de uma profissão diretamente ligada ao conhecimento psicológico freqüentemente dificulta notar que a Psicologia constitui uma área do conhecimento que não poderia deixar de fazer parte da formação de todo e qualquer profissional, particularmente de nível superior, uma vez que o fazer humano (incluído aí o sentir e o pensar) é o meio pelo qual se faz a ligação do ser humano com seu mundo, considerado em todas as suas dimensões, a social entre elas. O uso do conceito de comportamento por uma equipe multidisciplinar e multiprofissional que atua em Economia Solidária será examinado como ilustração da relevância do ensino de Psicologia para não psicólogos.

**Palavras-chaves:** ensino superior, outros cursos, psicologia

**Atividade: A Produção na diversidade: compromissos éticos e políticos em Psicologia da Educação (Conferência)**

**Trabalho:** A Produção na diversidade: compromissos éticos e políticos em Psicologia da Educação

**Autor(es):** MARILENE PROENÇA REBELLO DE SOUZA

**Resumo:** Esta conferência tem por objetivo analisar e discutir aspectos referentes à temática da diversidade pensada no contexto da Psicologia na Educação, destacando compromissos éticos e políticos presentes na ação de psicólogos. Considerando as análises presentes na literatura educacional referentes aos processos de produção do fracasso escolar, um dos aspectos que merece atenção de psicólogos e de educadores refere-se à visão preconceituosa com que se entendem as diferenças, sejam elas culturais, sociais, religiosas ou étnicas. As críticas às práticas educacionais estereotipadas e preconceituosas em relação a crianças e adolescentes que freqüentam a escola brasileira têm gerado reações por parte daqueles que estão à frente das políticas públicas em educação e produzido um significativo número de trabalhos de pesquisa no campo da Psicologia Social e Escolar. Uma análise mais aprofundada, permite-nos considerar que do ponto de vista de políticas públicas, as propostas de enfrentamento desta questão foram inseridas principalmente pela elaboração e implementação dos Parâmetros Curriculares

Nacionais (1996), que designa um volume especial para discutir entre os educadores brasileiros sobre a questão da pluralidade cultural. O desafio posto é de se compreender a educação enquanto processo de aprendizagem, baseado na comunicação e na troca permanente entre diferentes. A pluralidade cultural de grupos étnicos, sociais ou culturais, nesse sentido deve ser pensada como matéria-prima da aprendizagem. Se no campo das ciências humanas há importantes contribuições na direção da compreensão das questões que envolvem a diversidade ou o multiculturalismo, mais especificamente, na área da Psicologia ainda temos muito mais um conhecimento que analisa as questões postas, do que uma prática que nos permita intervir na realidade e contribuir para a melhor compreensão e ampliação de discursos em uma perspectiva crítica de ação no mundo. Uma área que pode vir como um recurso importante à Psicologia é a articulação com conhecimentos presentes nos campos da Lingüística e da Semiótica. Como entender os discursos preconceituosos e estereotipados presentes no cotidiano escolar e educacional? Como intervir nos discursos de forma a produzir formas de compreensão da realidade que questionem as práticas de exclusão? Autores da perspectiva histórico-cultural trazem importantes instrumentos teórico-metodológicos para atuarmos no campo da Psicologia da Educação. Um de seus expoentes é Bakhtin, um dos autores que mais se aprofundou na compreensão da linguagem, na estrutura e dialogicidade dos discursos. Dentro dessa perspectiva, podemos considerar que a Psicologia e o psicólogo possuem uma série de compromissos políticos e éticos que precisam ser delimitados e evocados pela Psicologia enquanto área de conhecimento humano e pelo psicólogo, na condição de profissional que atua na mediação das relações humanas e de humanização. De maneira geral, podemos destacar os seguintes compromissos políticos da Psicologia e do psicólogo com: a) uma formação profissional cujas bases sejam encontradas em uma visão teórico-metodológica que questione a desigualdade social, que explique a diversidade cultural e que amplie a prática psicológica na direção do processo de humanização e de constituição de relações democráticas no campo das relações sociais e humanas; que explicita preconceitos e estereótipos socialmente construídos em relação aos mais pobres, às diferenças religiosas, de gênero e de etnia e que caminhe na busca de soluções para o enfrentamento de tais circunstâncias; b) uma atuação profissional que possibilite compreender o fenômeno psicológico na sua complexidade, constituído nas relações histórico-sociais e culturais em que os indivíduos são formados e cujas práticas sejam comprometidas com a emancipação humana; c) na constituição de políticas sociais e públicas que se pautem na melhoria da qualidade de vida da população, alicerçadas nos princípios da diminuição da desigualdade social, no enfrentamento do preconceito social em relação às classes sociais, ao gênero, às diferentes etnias e credos religiosos. E enquanto compromissos éticos, destacamos: a) o compromisso com o humano, com a humanização, com práticas humanizadoras, com a produção dessas práticas no interior das relações institucionais e sociais; b) a indignação e a explicitação dos mecanismos institucionais, sociais e históricos presentes nas situações de humilhação e das práticas disciplinares e pedagógicas que tiram do sujeito o seu status de ser pensante e que são vistas como “naturalizadas” muitas vezes no interior das instituições educativas; c) a importância do psicólogo conhecer os mecanismos institucionais produtores da exclusão, da humilhação, da discriminação humana e da necessidade de reconhecer e de constituir canais coletivos de denúncia e de enfrentamento dos desafios trazidos pela perpetuação de práticas excludentes e preconceituosas no âmbito das relações sociais. Para a Psicologia, o tema da Diversidade ainda é um tema que precisa ser discutido e aprofundado, possibilitando a constituição de práticas de atuação e de intervenção que de fato contribuam para o avanço do conhecimento na ciência e profissão, bem como na melhoria da vida das pessoas.

**Palavras-chaves:** Ética, Política, Diversidade

**Atividade:** Projeto Quilombola  
(Experiências em Debate)

**Trabalho:** Projeto Quilombola

**Autor(es):** Keginaldo Paiva

**Resumo:** A Comunidade remanescente de antigos quilombos, Jacu e Mocó, é reconhecida

como quilombola pelo Governo Federal, Ministério da Cultura, através do Decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003, assinado em Alagoas na Serra da Barriga. Caracteriza-se por ser uma comunidade tradicional que preserva sua cultura e sua ligação com seus antepassados escravos, principalmente na manutenção do seu artesanato. Um trançado de fibra com características da cultura negra, no qual é feito bolsas e é à base da economia, porém de forma extremamente artesanal desde a produção até a comercialização, onde os atravessadores são os maiores beneficiados. Dentre outras características, a comunidade encontra-se em um estado de miserabilidade extrema.

A comunidade localiza-se no Poço das Trincheiras, município com um dos piores índices de IDH do Estado de Alagoas. E encontra-se no processo de extinção de suas tradições culturais e da preservação da vida humana. Porém com todas as dificuldades e deficiências sociais e econômicas a comunidade preserva valores e tradições no processo de produção artesanal onde é gerada a pequena renda que os sustenta e que é a base da economia do povoado.

Outra característica predominante na comunidade é a grande incidência de pessoas nanicas, com baixa estatura óssea, deficiência que atinge uma boa parte da população e contribui para o processo de exclusão social e do mercado de trabalho. Os índices e pesquisas mostram ainda que o perfil sócio econômico do afro-descendentes brasileiros não é nada bom, principalmente das comunidades remanescentes de antigos quilombos, onde boa parte delas encontra-se em estado de abandono total de poderes públicos, a exemplo das comunidades do sertão alagoano, em específico as comunidades Jacu e Mocó.

Durante nossas visitas mensais à comunidade de Jacu e Mocó, podemos observar que o tabagismo é um hábito bastante comum entre homens, mulheres e crianças. Sabemos que o tabagismo é muito nocivo, tanto para adultos como para crianças, podendo-se dizer que é deletério para o feto, pois pode provocar desde problemas respiratórios para o recém nascido até morte neonatal e aborto. Com estes conhecimentos e estas observações resolvemos aplicar um questionário a respeito do número de filhos e abortos entre as mulheres das comunidades Jacu e Mocó. O questionário aplicado com perguntas simples objetivas, tipo múltipla escolha, por colaboradores, visto que, o índice de analfabetismo é muito grande.

Além de um grande número de mulheres tabagista, o número de aborto espontâneo é superior ao encontrado na população em geral. Foi alarmante o resultado, quanto a várias questões abordadas no questionário, por exemplo, muitas mulheres referem início do hábito muito precoce, entre 7 e 11 anos de idade. não parando durante as muitas gestações, mesmo quando foram informadas, por médicos dos riscos para o feto. Algumas referem sentimento de medo e culpa.

No povoado, todas as casas são de taipas, com mínimas condições de vida, falta saneamento básico, posto de saúde, escola, e até água potável. Nesse estado de fome e miséria, a desnutrição traz como consequência índices altíssimos de mortalidade infantil e também de aborto. O número alarmante de aborto pode ser um somatório da desnutrição e uso e abuso do tabaco.

**Palavras-chaves:** Quilombola, Psicologia, Índios

**Atividade: Psicologia Escolar formação e atuação: experiências e perspectivas em cenários contemporâneos (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** PSICOLOGIA ESCOLAR: Perspectivas e compromissos na formação continuada

**Autor(es):** Claisy Maria Marinho Araujo

**Resumo:** PROPOSTA CONPSI 2007 Mesa redonda: Psicologia Escolar formação e atuação: experiências e perspectivas em cenários contemporâneos. Título da Apresentação: PSICOLOGIA ESCOLAR: Perspectivas e compromissos na formação continuada. No trabalho realizado há 10 anos junto aos psicólogos escolares da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, constatou-se que a formação inicial do psicólogo escolar não tem fornecido o suporte necessário à sustentação de demandas mais integradas e preventivas, contextualizadas às exigências das práticas profissionais quando realizadas nos espaços educativos. Buscando minimizar as contradições entre as escolhas teóricas e as modalidades de intervenção utilizadas pelos psicólogos escolares do Distrito Federal, desenvolveu-se um processo de formação continuada em serviço junto a esses profissionais. Tal formação, entendida como uma alternativa



de reconstrução da própria história e de tomada de consciência de possibilidades e potencialidades desses profissionais, desenvolveu-se por meio de duas grandes ações: cursos de aprofundamento teórico e assessoria à prática profissional. Os cursos têm por objetivo a sistematização teórica-conceitual sobre as implicações da relação entre Psicologia e Educação, as teorias do desenvolvimento humano, as abordagens teórico-metodológicas para o estudo das interações e relações sociais, articuladas às intervenções psicológicas na instituição escolar. Foram organizadas, desde 2000, sete turmas, totalizando 250 profissionais participantes, integrantes das equipes de apoio psicopedagógico da SEEDF. Os cursos foram estruturados em núcleos integrados, com carga horária de 60 horas-aula. Os resultados apontam para a importância da formação teórica articulada ao exercício profissional, especialmente no que tange às leituras sugeridas, às situações didáticas desenvolvidas, aos procedimentos de apropriação e aperfeiçoamento do conhecimento e das competências e às estratégias avaliativas. O assessoramento à prática profissional constituiu-se em outra forma de imersão na realidade investigada, oportunizada por meio do acompanhamento sistemático dos avanços e dificuldades na atuação dos profissionais envolvidos; de discussão sobre a especificidade do processo de construção da identidade desses profissionais; e de oportunidade para o desenvolvimento compartilhado e reflexivo de competências necessárias à intencionalidade da prática profissional. Acreditando que o locus da escola é rico em manifestações concretas de transformações e que essas podem permear atividades simples e cotidianas, a assessoria tem contemplado temas como relação família-escola, formação de professores em serviço, processos de gestão nas ações e espaços educativos, desenvolvimentos de competências pessoais e na equipe escolar. Os resultados dessas ações demonstraram que a formação assistida adquiriu proporções formativas fundamentais à construção da identidade profissional dos psicólogos escolares. A análise dos desdobramentos advindos dessa formação assistida indicou a necessidade de continuidade no investimento de outros níveis de desenvolvimento de competência na formação continuada desses profissionais.

**Palavras-chaves:** Psicologia Escolar, Formação, Atuação Profissional

**Trabalho:** Formação inicial em Psicologia Escolar: questões apontadas por alunos de graduação

**Autor(es):** Marisa Maria Brito da Justa Neves

**Resumo:** Apresentação 2: Formação inicial em Psicologia Escolar: questões apontadas por alunos de graduação. A questão da pós-graduação em Psicologia, notadamente na área da Psicologia Escolar, nos remete às questões de base que são colocadas no ensino de graduação. A natureza e a qualidade da informação recebida na graduação é primordial, tanto para que a futura ação do Psicólogo Escolar atenda às demandas sociais de maneira ética e socialmente comprometida, como, também, para habilitá-lo a pensar em questionamentos que alimentem teses a serem tratadas em nível de pós-graduação. A Psicologia Escolar é uma das áreas de atuação mais tradicional da Psicologia; no entanto, diante das atuais questões que permeiam a escola brasileira, a preparação profissional do psicólogo escolar deve privilegiar o entendimento do sistema educacional em suas dimensões social e política; o estudo do sucesso acadêmico e das formas de implementá-lo; e o desenvolvimento de competências, que possibilitem o psicólogo escolar lidar com os problemas que se apresentam no campo educativo. A falta de clareza e a abrangência das funções possíveis a serem desenvolvidas na escola como, também, a dificuldade de estabelecer os limites com outras áreas de fronteira e interfaces da Psicologia, constituem-se como fatores importantes a serem investigados pela Psicologia Escolar. Neste trabalho, discutiremos intervenções propostas por alunos de graduação do Curso de Psicologia da Universidade de Brasília. Os dados foram construídos a partir dos trabalhos finais desenvolvidos por 40 alunos da disciplina Pedagogia Terapêutica, no 1º semestre de 2005. Foram produzidos 16 trabalhos de intervenção e os temas foram livremente escolhidos pelos alunos. Os trabalhos foram agrupados em quatro categorias. Seis trabalhos foram realizados com professores e tiveram como objetivo o conhecimento das concepções dos professores sobre questões atuais da educação. Cinco trabalhos foram realizados com psicólogos escolares e priorizaram coletar informações sobre a atuação e a formação desses psicólogos. Quatro trabalhos consistiram-se em intervenções diretas com grupos de crianças e refletiram o interesse dos alunos em conhecer e vivenciar formas de mediação do conhecimento e questões do ensino.

Um trabalho foi realizado com uma psicóloga clínica e buscou investigar com se processa a avaliação de alunos encaminhados com queixas escolares. A análise desses dados possibilita o conhecimento das concepções dos alunos de graduação de Psicologia sobre as possibilidades de atuação dos psicólogos escolares e sobre as questões que lhes suscitam interesse de investigação. Oferece, também, subsídios para o debate sobre a relação graduação / pós-graduação em Psicologia.

**Palavras-chaves:** Psicologia Escolar, Formação, Atuação Profissional

**Trabalho:** Diálogos entre educação e saúde sobre a avaliação da pessoa com deficiência mental

**Autor(es):** Claisy Maria Marinho Araujo

**Resumo:** Este trabalho resulta da experiência que se dedicou a construir junto com os profissionais de uma instituição especializada no atendimento ao deficiente mental, o processo de avaliação. Para esse fim, realizamos estudos com os profissionais envolvidos nesta tarefa, visando fomentar discussões sobre a prática da avaliação que pudesse favorecer o processo educativo da pessoa que apresenta deficiência mental. Com base no referencial da teoria histórico cultural, construímos em conjunto com os profissionais, coordenadores, estagiários do curso de psicologia proposições acerca da avaliação. A metodologia adotada foi a pesquisa-ação, uma vez que a demanda foi gerada da coordenação da referida instituição, que demonstrava expectativas sobre a possibilidade do diálogo entre educação e saúde. Ancoradas no princípio de que saúde é um processo de construção coletiva, objetivou-se se superar a visão de desvios patológicos, onde os fatores internos são tidos como determinantes fundamentais da saúde ou doença dos sujeitos, minimizando outros aspectos, entre eles, os de natureza social, econômica e cultural. Promover saúde não é projeto isolado de um e de outro profissional, é uma cultura que deve ser perseguida enquanto projeto político. Isso exige afinamento, e não homogeneização. Há que se respeitar as nossas diferenças, bem como as nossas contradições, seja no plano interpessoal quanto intraprofissional. Há que superar a visão cartesiana de sujeito, que privilegia a razão em detrimento das emoções. Não somos mais Isto ou Aquilo, mas Isto e Aquilo e muito mais, ou seja, não somos individual ou social. Somos social e individual. Este trabalho resulta da experiência que se dedicou a construir junto com os profissionais de uma instituição especializada no atendimento ao deficiente mental, o processo de avaliação. Para esse fim, realizamos estudos com os profissionais envolvidos nesta tarefa, visando fomentar discussões sobre a prática da avaliação que pudesse favorecer o processo educativo da pessoa que apresenta deficiência mental. Com base no referencial da teoria histórico cultural, construímos em conjunto com os profissionais, coordenadores, estagiários do curso de psicologia proposições acerca da avaliação. A metodologia adotada foi a pesquisa-ação, uma vez que a demanda foi gerada da coordenação da referida instituição, que demonstrava expectativas sobre a possibilidade do diálogo entre educação e saúde. Ancoradas no princípio de que saúde é um processo de construção coletiva, objetivou-se se superar a visão de desvios patológicos, onde os fatores internos são tidos como determinantes fundamentais da saúde ou doença dos sujeitos, minimizando outros aspectos, entre eles, os de natureza social, econômica e cultural. Promover saúde não é projeto isolado de um e de outro profissional, é uma cultura que deve ser perseguida enquanto projeto político. Isso exige afinamento, e não homogeneização. Há que se respeitar as nossas diferenças, bem como as nossas contradições, seja no plano interpessoal quanto intraprofissional. Há que superar a visão cartesiana de sujeito, que privilegia a razão em detrimento das emoções. Não somos mais Isto ou Aquilo, mas Isto e Aquilo e muito mais, ou seja, não somos individual ou social. Somos social e individual.

**Palavras-chaves:** Psicologia Escolar, Formação, Atuação Profissional

**Atividade:** Estudo Preliminar sobre a Relação entre a Adaptação Acadêmica ao Ensino Superior e o Tipo de Personalidade (Paineis)

**Trabalho:** Estudo Preliminar sobre a Relação entre a Adaptação Acadêmica ao Ensino Superior e o Tipo de Personalidade

**Autor(es):** Simone Miguez Cunha, Denise Madruga Carrilho

**Resumo:** No contexto atual do mundo globalizado a universidade tem um papel fundamental, pois é a principal esfera de formação de mão de obra especializada. Contudo, percebe-se uma crise na gestão do ensino superior, tanto por falta de políticas educacionais do governo como falta de investimento efetivamente em capacitação de professores e criação de um ambiente de pesquisa eficiente. Há muito se discute sobre a necessidade premente de uma reforma no sistema brasileiro de educação superior. Vários fatores permeiam este debate, mas destaca-se como relevante nesta discussão, as intensas transformações que ocorrem na sociedade nesse século e a dificuldade da educação superior em absorvê-las. Estas novas referências de valores, de papéis sociais e profissionais são fatores determinantes para a reformulação dos objetivos educacionais. Segundo Novaes (2000) a educação brasileira está sempre vivendo conflitos que refletem o distanciamento da escola das demandas sociais e do mercado de trabalho, tornado-a monótona, superada e vazia de significado. A valorização dos aspectos técnicos e científicos da educação vem estreitando a visão educacional a respeito do homem e do seu mundo, limitando a ampliação da formação do estudante e a compreensão do indivíduo como um todo. Não se pode deixar de considerar que a universidade de forma direta ou indireta promove a formação dos seus alunos como indivíduos e cidadãos, além da formação acadêmica. Dessa maneira o compromisso da educação superior precisa estar vinculada ao desenvolvimento humano do aluno. Durante o curso universitário o jovem vivencia muitas mudanças pessoais que por sua vez coincidem com as dificuldades do início da vida universitária. O ambiente acadêmico oferece várias oportunidades para este desenvolvimento. Neste momento de transição educacional o estudante passa por uma diversidade de experiências promovidas no ensino superior que associadas as características pessoais e ao apoio encontrado na instituição e na família podem gerar mais ou menos dificuldades psicológicas e de adaptação. Sobremaneira pelo fato de que no momento destes desafios o estudante vivencia o final da adolescência. Nesta fase o jovem ainda está em formação de alguns traços de personalidade e adquirindo competências específicas o que merece uma atenção especial, pois nem sempre conseguem responder aos desafios deste momento de vida (Ferreira e Hood, 1990; Astin, 1996; Polydoro e Primi, 2004; Almeida, Ferreira e Soares, 2001). Neste sentido aponta-se como importante conhecer as especificidades dos contextos acadêmicos e as características psicológicas do estudante universitário para se revelar como se dá o enlaçamento das dimensões psicológicas na adaptação acadêmica ao ensino superior. Assim, pretende-se trazer para o foco da questão os aspectos psicológicos envolvidos no processo de integração. A contribuição da presente pesquisa é alargar o conhecimento da universidade a respeito do perfil do estudante de modo a planejar estratégias de apoio psicossocial que facilitem e minimizem o impacto da transição educacional. Assim o presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre o tipo de personalidade e as vivências acadêmicas na adaptação ao ensino superior, de forma a possibilitar planejamentos futuros que facilitem a adaptação e o sucesso acadêmico. A pesquisa foi realizada com 59 estudantes do 1º ano do curso de engenharia de uma escola militar, com idades entre 17 e 23 anos, sendo a maioria do sexo masculino (83%). Para avaliar a adaptação acadêmica foi aplicado o Questionário de Vivências Acadêmicas – versão reduzida (QVA-r), adaptado a população universitária brasileira por Granado et al (2005), composto de 55 itens distribuídos em cinco dimensões (Carreira, Pessoal, Interpessoal, Estudo e Institucional). Para obtenção do Tipo de Personalidade utilizou-se a técnica de Zulliger (Morali-Daninos e Canivet, 1970), forma coletiva (Z-teste), contendo três slides com imagens sem configuração determinada que avalia vários aspectos da personalidade. Os tipos de personalidades são classificados em quatro grupos: extratensivo, introversivo, coartado e coartativo. As análises estatísticas indicam que não há nenhuma diferença estatisticamente significativa entre os tipos de personalidade e o nível de adaptação acadêmica. Contudo vale destacar que algumas dimensões da adaptação foram melhores percebidas pelos estudantes em função das suas características de personalidade. Quanto a variável tipo de personalidade os estudantes coartados e coartativos obtiveram maiores médias em quase todas as dimensões do QVA-r, mas sem apresentar diferenças significativas entre eles. As vivências referentes às dimensões pessoal (M=50,36; DP=9,71), interpessoal (M=49,91; DP=4,16) e institucional (M=31,18; DP=3,74) foram melhores percebidas pelos estudantes coartativos. E os tipos coartados mostraram-se mais adaptados nas

dimensões estudo (M= 30,40; DP= 4,83) e institucional (M=31,20; DP=3,27). Os tipos extratensivos mostraram-se mais adaptados nas vivências relacionadas à dimensão carreira (M= 53,75; DP=5,24). Já os alunos introversivos apresentaram as menores médias em relação aos demais, revelando que estes estudantes tiveram maiores dificuldades na adaptação acadêmica. A partir da análise dos resultados concluiu-se pela necessidade de novos estudos, para uma melhor compreensão do processo de integração dos estudantes a vida universitária considerando as especificidades dos contextos acadêmicos e do perfil dos estudantes.

**Palavras-chaves:** Adaptação Acadêmica, Ensino Superior, Tipo de Personalidade, Desenvolvimento humano

**Atividade: UMA ANÁLISE ESTATÍSTICA DO PERFIL DOS ESTUDANTES RECÉM-INGRESSADOS NO CURSO DE PSICOLOGIA DO CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE MACEIÓ – CESMAC (Paineis)**

**Trabalho: UMA ANÁLISE ESTATÍSTICA DO PERFIL DOS ESTUDANTES RECÉM-INGRESSADOS NO CURSO DE PSICOLOGIA DO CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE MACEIÓ – CESMAC**

**Autor(es):** Andressa Pereira Lopes, Édel Alexandre Silva Pontes, Rita de cássia Tenório Monteiro

**Resumo:** Segundo CAMPOS, SILVA-FILHO, CAMPOS & ROCHA apud BAPTISTA, AMADIO, RODRIGUES et al. (2004), “o conhecimento do alunado de um curso superior parece não ser preocupação constante das universidades, sendo que é necessário conhecer tais características para que a realidade do curso possa ser adequada à realidade do aluno”. Por exemplo, “BOSI & ELIAS apud BAPTISTA, AMADIO, RODRIGUES et al., (2004) ressaltam, em seu trabalho, uma série de dificuldades e adaptações que os universitários recém-ingressados enfrentam nesta nova etapa da vida.” Nosso trabalho teve como objetivo traçar o perfil dos estudantes recém-ingressados no curso de Psicologia do Centro de Ensino Superior de Maceió – CESMAC. Foram analisadas as seguintes variáveis: sexo, idade, estado civil, renda familiar, conclusão do ensino médio, matéria que menos gosta, se os alunos trabalham ou não, suas características, assim como a motivação antes e depois de ingressar na faculdade. Participaram desta pesquisa 32 estudantes, 22% do sexo masculino e 78% do sexo feminino, do primeiro ano do curso de Psicologia do CESMAC. A seleção foi feita por meio de uma amostra probabilística sistemática. Para a coleta de informações foi utilizado um questionário psicossocial contendo 09 questões tipo abertas e fechadas. Notamos que as matérias da área de exatas são as de menor identificação (72% não apreciam), seguida das ciências biológicas (9,5%) e humanas (6%). Além disso, 12,5% afirmaram que não tinham dificuldade em nenhuma matéria. Em relação as características pré-informadas pelos estudantes pesquisados, dentre de todas citadas, as que tiveram maior identificação foram: alegre (11,3%), prestativo (8,7%), comunicativo (8,7%), ansioso (8,7%) e calmo (8%). Da mesma forma, as características de menor influência no comportamento dos estudantes foram: tolerante (3,3%), distraído (2,7%), submisso (1,3%), infeliz (0,7%) e irritável (0,7%). O teste de Wilcoxon para duas amostras pareadas foi aplicado para comparar a motivação dos alunos antes e depois do ingresso na faculdade (p-value=0,002654). Como a decisão foi rejeitada, verificamos que houve um aumento na motivação do estudante após ingressar no CESMAC (p < 0,05), o que significa que eles estão satisfeitos e motivados. É relevante conhecer as características dos alunos de uma faculdade. As variáveis tais como: renda familiar, motivações, aspectos sócio-culturais podem influenciar no desempenho acadêmico desses alunos ao longo do curso. “SILVA apud BAPTISTA, AMADIO, RODRIGUES, et al(2004) afirma que a vida acadêmica pode ser influenciada, direta ou indiretamente, pelo corpo de conhecimento que o aluno traz antes mesmo do ingresso em um curso universitário, a exemplo de suas expectativas, leituras anteriores ao curso, planos profissionais, informações e preconceitos. Sendo assim, se este corpo de conhecimento está distorcido (ex: acreditar que Parapsicologia e Psicologia são sinônimos), é de suma importância que esse equívoco seja elucidado em sala de aula ou por meio de palestras, simpósios, programas científicos, dentre outros. Sendo assim, de posse destas informações, coordenadores e professores podem

desenvolver estratégias específicas no aperfeiçoamento do aluno ao curso de graduação, sendo tais características fundamentais para a implantação de trabalhos psicopedagógicos pelas universidades.”

**Palavras-chaves:** Estudantes recém- ingressados, universitários de psicologia, meio psicossocial, curso de psicologia do CESMAC, perfil acadêmico

**Atividade: ANDE  
(Paineis)**

**Trabalho:** Avaliação Neuropsicológica do Desenvolvimento de crianças de uma creche pública em Salvador (BA)

**Autor(es):** Taya Soledade, Camila Bonfim, Frederico Fidelis Barboza, Sílvia Larisse do Patrocínio Cavalcante, Priscila Junqueira

**Resumo:** Pesquisas demonstram que o desenvolvimento infantil tem sido estudado em muitos lugares no mundo, porém há uma escassez de estudos e baterias brasileiras, adaptadas para o contexto sócio-cultural do país. Este estudo teve como objetivos construir uma bateria neuropsicológica e avaliar o desenvolvimento infantil de crianças do Grupo I e II da Educação Infantil de baixo nível sócio-econômico. Participaram da pesquisa 81 sujeitos de uma creche pública de Salvador (BA), sendo 48,1% do grupo um e 51,9% do grupo dois. Os sujeitos foram escolhidos por estarem matriculados na creche e cursarem o grupo um e dois da Educação Infantil. A idade-média foi de 25,53 meses, sendo a mínima de 15 meses e a máxima de 37 meses. Para a realização da pesquisa foi construída uma bateria neuropsicológica baseada em autores como Piaget, Luria, Vigótski, Bergès, Lefèvre, Wallon, Coriat. A bateria, denominada ANDE – Avaliação Neuropsicológica do Desenvolvimento para um e dois anos, foi construída por alunos do curso de Neuropsicologia do Desenvolvimento. O curso foi promovido pela clínica o Corpo e a Letra e pela Associação Baiana de Neuropsicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem – a.banda, sendo supervisionados pela especialista em Neuropsicologia e professora da Faculdade Ruy Barbosa Taya Soledade. A bateria avaliava oito aspectos: equilíbrio estático e dinâmico, tônus, preensão, pinça, arremesso, função reguladora da linguagem, noção de permanência de objeto, imitação, noção do “eu”, noção de esquema corporal e jogo simbólico. Para cada habilidade avaliada e adquirida pela criança era somado um ponto, totalizando 48 pontos. Além disso, também era realizada uma observação naturalística da criança em sala de aula bem como uma entrevista semi-estruturada com a professora sobre aspectos como relação da criança com a professora e com as outras crianças, sobre o temperamento, alimentação e principais hábitos. Havia também um questionário concedido pela instituição contendo dados como história da vida da criança. A ANDE era aplicada por dois avaliadores, sendo um aplicador e o outro observador do procedimento. O registro do protocolo foi realizado pelo observador e este ficava posicionado na sala de forma a não interferir no procedimento. Foi construído um banco de dados no software estatístico Statistical Package Social Science (SPSS), versão 8.0 para Windows, contendo os dados da bateria e do questionário concedido pela instituição. Para tratamento estatístico dos dados foram realizadas análise de frequência, comparação de médias, T-test, cruzamento de dados e correlações não-paramétricas entre as variáveis estudadas. Foi possível verificar diferenças nas habilidades por grupo. Verificou-se, principalmente, uma diferença quantitativa na linguagem, sendo que 70% das crianças do grupo dois construíram frases enquanto que 15,4% das crianças do grupo um possuíam esta mesma habilidade, sendo esta diferença estatisticamente significativa. Foi possível constatar também uma diferença estatística na função reguladora da linguagem, sendo que 87,2% das crianças do grupo dois tinham esta habilidade desenvolvida enquanto que 54,5% das crianças do grupo um também a apresentava. 57,6% do grupo um possuíam noção de corpo próprio enquanto que apenas 10,3% das crianças do grupo dois não pontuaram esta subprova, sendo esta diferença estatisticamente significativa. As subprovas apresentaram alta correlação, como a exemplo, da função reguladora

da linguagem e noção do eu ( $p=0,00$ ) e função reguladora da linguagem e noção de corpo próprio ( $p= 0,00$ ). Isto permitiu concluir que a função reguladora da linguagem é uma habilidade essencial para o desenvolvimento de habilidades neuropsicológicas, principalmente, enquanto um instrumento regulador da ação da criança. Os resultados permitiram concluir que a bateria foi consistente para avaliar o desenvolvimento de crianças de um e dois anos. Desta forma, verificou-se que a maturação do lóbulo frontal parece anteceder e conduzir o processo de amadurecimento das outras áreas do cérebro e que a função reguladora da linguagem é um aspecto fundamental para o desenvolvimento infantil entre os 15 e os 37 meses.

**Palavras-chaves:** avaliação, neuropsicologia, desenvolvimento, função reguladora da linguagem, pré-escolares

**Atividade: PSICOSOCIALIZAÇÃO  
(Paineis)**

**Trabalho: PSICOSOCIALIZAÇÃO**

**Autor(es):** Emanuela de Oliveira Justino

**Resumo:** O PND - Projeto Nova Descoberta é um projeto de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, vinculado ao Instituto Ayrton Senna, como um membro da Educação pelo Esporte. Trata-se de um projeto que está em seu quarto ano de existência e que, atende crianças de sete a dezessete anos, em sua maioria moradora do bairro de Nova Descoberta, o qual fica próximo ao campus universitário, para onde tais crianças se descolam diariamente para participarem das atividades físicas, pedagógicas e da psicologia, propostas pelos educadores. Apesar de as atividades voltadas para o esporte serem o carro-chefe do projeto, este vem dedicando um bom espaço e tempo para a realização de atividades integrativas e mais especificamente voltadas para os educando, especialmente na área da psicologia. Dessa forma, o sub-projeto Psicosocialização se propôs desde sua elaboração à desenvolver juntamente com os educandos do Projeto Nova Descoberta, suas potencialidades e descobrir a cada atividade realizada, novas formas de se implicar em sociedade e a partir daí estarem aptos a reconhecer seu lugar de cidadão. Nesse ínterim, tivemos como objetivo primordial contribuir para o desenvolvimento humano através de práticas que envolvam a criança de forma integral, tanto no convívio social, quanto nas práticas esportivas. Além disso, visamos também promover uma melhoria na relação entre os grupos, procurando criar um ambiente de acolhimento e aceitação dos indivíduos, levando em consideração suas individualidades e singularidades. Buscando também contribuir para o desenvolvimento da tolerância e do companheirismo, a fim de que os educandos não só saibam resolver conflitos, como também evitá-los. A metodologia aplicada ao trabalho desenvolvido neste ano especificamente foram particulares a cada mês e feitas a partir da seleção dos temas mais atuais em sociedade. Foi sempre uma meta, implicar o educando nos assuntos desenvolvidos, através da realização de discussões e trocas de experiências entre eles. Dessa forma, mensalmente, a equipe da psicologia se reunia para elaborar temas e estratégias – dinâmicas, discussões, atividades interativas – para que em cada turma, pudesse ser desenvolvida uma forma de se explorar o assunto em questão. Foi visto que a atuação deste subprojeto produz seus principais frutos na leitura dos comportamentos dos educandos do PND. Lidar com educação pressupõe um trabalho diário, contínuo e prolongado, que requer não só um esforço dos educadores como também a participação da família e escola. Tem-se tido alguns sucessos, não somente pelo trabalho desempenhado, mas também pela capacidade de adaptação e resiliência de tais crianças, em se esforçarem e melhorarem a cada dia, seu comportamento e sua forma de se portar no mundo. O trabalho desenvolvido pelo subprojeto em questão no PND, pressupõe empenho e dedicação, mas também esforço, paciência e muito estudo. Tais elementos são necessários para que as dificuldades sejam superadas e que o processo educacional adotado seja adequado ao crescimento pessoal dos educandos. Assim, esperamos obter nossas metas e fazer destes educandos, cidadãos do mundo.

**Palavras-chaves:** Projeto Nova Descoberta, Educação, Cidadão.

**Atividade: FAMÍLIA E ESCOLA: UMA INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA**

## **(Experiências em Debate)**

**Trabalho:**FAMÍLIA E ESCOLA: UMA INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA

**Autor(es):** Bianca Albuquerque

**Resumo:** Trata-se de uma Intervenção Psicopedagógica realizada na Escola Estadual Governador Roberto Silveira, município de Resende, estado do Rio de Janeiro. Esta experiência foi relatada no trabalho de conclusão do Curso de Pós-graduação em Psicopedagogia. A demanda para a realização de um grupo com as famílias partiu da própria equipe pedagógica da escola que percebeu a necessidade de prestar uma maior assistência aos responsáveis pelos alunos, visto que eles freqüentemente iam à escola para solicitar auxílio na educação de seus filhos. Dessa forma, a psicóloga voluntária da escola criou o projeto intitulado “Escola de Pais”, que teve o intuito de propiciar um espaço de reflexão, onde os familiares pudessem debater sobre alguns temas, tais como: conflitos familiares, escolarização, dificuldades de aprendizagem, indisciplina, limite. Estes encontros tinham o objetivo de desenvolver nos pais uma postura participativa acerca da educação de seus filhos e, a partir dos questionamentos surgidos e das orientações dadas, desejava-se que muitos problemas encontrados na escola, cuja causa se encontra na dinâmica familiar, pudessem ser contornados ou até mesmo solucionados indiretamente. Como objetivos práticos pretendia-se tornar a família mais implicada com a educação e atitudes de seus filhos e estreitar os laços entre a escola e a família de seus alunos. Foram convidadas a participar do projeto 28 famílias. Dentre essas, a maioria tinham filhos que apresentavam algum tipo de problema na escola ou em casa (seja de comportamento ou dificuldade de aprendizagem). A coordenação do projeto teve o cuidado de mesclar os grupos com famílias que apresentassem um maior comprometimento com a educação de suas crianças. Isto balancearia as discussões surgidas no grupo, além de não estigmatizá-lo como grupo de pais de “crianças-problema”. Do mesmo modo, a constituição heterogênea do grupo possibilitaria novas formas de organização e ação por parte dos participantes. A mediadora do grupo ficou a cargo da Psicóloga. Os grupos ocorriam quinzenalmente e tinham duração de aproximadamente uma hora. Sempre com os mesmos convidados. Os temas abordados no grupo eram, em geral, selecionados em função da relevância observada no decorrer do trabalho. Assim sendo, quando alguma temática nova mostrava-se mobilizadora, procurava-se aprofundá-la, sempre abrindo espaço para a demanda criada no interior do próprio grupo. Este projeto pretendeu ser mais uma forma de atuação da escola junto à comunidade a qual serve. Ao afirmar o lugar ocupado pela escola no centro da rede comunitária amplia-se necessariamente seu papel formador a todos aqueles que participam direta e indiretamente do processo educacional. A construção de um espaço na escola que possibilite a expressão e a coletivização de questões vivenciadas pelos pais dos alunos no contexto familiar, comunitário e institucional é uma maneira privilegiada de escuta, essencial a uma intervenção Psicopedagógica direta na instituição família, escola e, mais amplamente, na sociedade. Pretende-se nesta apresentação mostrar um modo de atuação do Psicólogo na instituição escolar e analisar a intervenção e as questões suscitadas durante os encontros do projeto “Escolas de Pais”.

**Palavras-chaves:** Intervenção Psicopedagógica Institucional,Família,Escola,Grupo

**Atividade:** HÁBITOS DE LEITURA DE ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (Paineis)

**Trabalho:**HÁBITOS DE LEITURA DE ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

**Autor(es):** Leila Borges de Araujo,Angela Maria Carreiro Monteiro de Barros,Lucia Helena Jorge Alves,Francisco Donizetti Mendes Takahashi

**Resumo:** Todos sabem que os livros têm um papel importante em nossas vidas. O comportamento dos indivíduos em sociedade modifica-se pela influência da leitura e, por conseguinte, o desenvolvimento da escrita aprimora-se. Assim sendo, o objetivo do presente trabalho foi pesquisar sobre o hábito de leitura de estudantes do Ensino Fundamental, de 3ª a 8ª série, matriculados em escolas da rede municipal de ensino da Cidade do Rio de Janeiro. Participaram 228 alunos sendo 105 do sexo masculino e 123 do sexo feminino, com idades entre nove e dezoito anos, sendo a média de 12,12. Foi aplicado um questionário contendo 22 itens que procurou investigar a respeito da renda familiar; se o estudante trabalha ou não; escolaridade dos pais; se possui computador; acesso à Internet; TV a cabo; se é membro do ORKUT; troca idéias sobre livros com amigos do ORKUT; número de livros lidos mensalmente; frequência à sala de leitura; leitura e contação de histórias pelos pais; se possui livros em casa; preferência de estilos de leitura; acesso a jornais e seções preferidas; assinatura de revistas; frequência às bibliotecas públicas e livrarias; leitura para aprofundamento dos temas desenvolvidos em sala de aula e a frequência do uso de dicionário. Os resultados indicaram que quanto à renda familiar 20% encontram-se em até 1 salário mínimo; 36% de 1 a 2; 20% de 2 a 3; 18% de 3 a 5 e 7% de 4 a 10. Dos alunos pesquisados apenas 9% trabalham. No item que se refere à escolaridade das mães 1% são analfabetas; 45% concluíram o ensino fundamental; 42% o ensino médio; 11% o ensino superior e 1% são pós-graduadas. Quanto aos pais 3% são analfabetos; 48% concluíram o ensino fundamental; 33% o ensino médio; 14% superior e 3% são pós-graduados. Em relação a possuir computadores em casa 35% responderam que sim. Quanto ao acesso à internet 3% acessam do trabalho; 3% da escola; 28% de casa; 31% da LAN HOUSE e 34% não acessam. Apenas 35% declararam ser membros do ORKUT e 11% afirmaram que trocam idéias sobre livros com amigos do ORKUT. No que se refere à TV a cabo 44% possuem. No que tange ao número de livros lidos, mensalmente, 17% informaram que não lêem; 45% lêem de 1 a 2 livros; 21% de 3 a 6; 10% de 7 a 10 e 7% lêem acima de 11. Em relação ao tipo de leitura preferida terror aparece com 47%; romance com 38% e poesia com 36%. Apenas 53% informaram que pesquisam para saber mais sobre os conteúdos ministrados em aula. Quanto às visitas à sala de leitura 22% responderam que não; 48% visitam uma vez; 20% duas vezes; 6% três vezes; 4% quatro vezes e 6% cinco vezes. No que se refere à frequência às bibliotecas públicas 22% o fazem e quanto às livrarias somente 35% dos participantes responderam que sim. Do total de participantes 83% declararam ter livros em casa para ler. No caso de contação de histórias pelos pais 73% o fazem e no caso da leitura 57% informaram que seus pais liam quando eles eram menores. Em relação a leitura de jornais 23% declararam que não lêem; 43% lêem de 1 a 2 vezes; 14% de 3 a 4 vezes; 4% 5 vezes e diariamente somente 16%. Quanto às seções de preferência 51% apontaram esportes; seguido de histórias em quadrinho com 32%; cultura com 28% e ciências com 25%. Quanto ao hábito de consultar dicionário 78% dos alunos informaram que consultam. Os dados obtidos indicam que o hábito de leitura deve ser mais estimulado no Ensino Fundamental visto que é essencial para a formação do aluno questionador. O objetivo da educação é formar um cidadão crítico e com ampla visão da sociedade na qual está inserido.

**Palavras-chaves:** estudantes, hábitos de leitura, tipos de leitura

**Atividade:** INCLUSÃO ESCOLAR  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** INCLUSÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO DA INTEGRAÇÃO DE ALUNOS AUTISTAS EM ESCOLA REGULAR

**Autor(es):** Cristina Lucia Maia Coelho

**Resumo:** Este trabalho faz reflexões sobre os momentos de interseção entre as intervenções educativa e clínica, a partir do acompanhamento psicopedagógico do percurso de dois alunos gêmeos portadores de necessidades educacionais especiais – ambos deficientes intelectuais e autistas – em uma escola regular da rede pública do Rio de Janeiro. Considerando a política de inclusão recentemente adotada, focalizamos os empecilhos às suas possibilidades de desenvolvimento e escolarização, assim como as suas limitações nas relações e vínculos. Damos especial atenção ao trabalho desenvolvido na sala de recurso e à ausência de integração desta com o trabalho da turma regular. Destacando a importância do psicodiagnóstico, pudemos



identificar a dimensão terapêutica das práticas institucionais, sejam elas educativas ou artísticas, com destaque ao valor da alternância entre os dois contextos e na medida em que os insere na cultura de forma diferenciada, promovendo o laço social dentro de suas possibilidades subjetivas e cognitivas. Articulando o efeito terapêutico com o pedagógico, ressaltamos a questão da formação do professor e o lugar que ocupa no contexto institucional. Para tanto, nos propomos a analisar as suas implicações psicológicas e ideológicas na condução destas crianças no cenário da inclusão, abrindo um espaço para discussões teóricas e empíricas a respeito do campo da psicose infantil, assim como o das deficiências cognitivas. Assim, o que é visado com estes tipos de crianças não é somente a aprendizagem, mas a sua integração em uma realidade institucional. Nesse sentido, o educador não visará apenas a criança, mas o quadro de trabalho em que se integrará. A frustração expressada pelas professoras nos levou a admitir que o projeto escolar se vê prejudicado pelos problemas de aprendizagem e de comportamento no ideal de completude da criança e da escola que encerra. Ainda que elas aceitem a política de inclusão, nos defrontamos com a inevitável queixa de que o trabalho de alfabetizá-los junto à turma lhes traz uma enorme sobrecarga, especialmente considerando a sua formação insuficiente. A escola oferece muito mais do que a chance de aprender, na medida em que representa um discurso social, oferecendo à criança uma ordenação e leis que regem as relações entre os humanos. As figuras de autoridade, em especial os professores, substituem ou complementam os pais na internalização dos modelos de lei e de realizações. Consideramos que a inclusão escolar deve consistir em um processo que demanda um apoio específico psicopedagógico, singularizado tanto no sentido do exame psicodiagnóstico quanto no trabalho institucional que poderá garantir o desenvolvimento integral de crianças com deficiências e transtornos psicopatológicos diversos.

**Palavras-chaves:** Autismo, Inclusão escolar, Psicopatologia da Aprendizagem, Relação professor-aluno

**Atividade:** As implicações da linguagem digital na produção escrita dos estudantes de psicologia da univasf (Paineis)

**Trabalho:** As implicações da linguagem digital na produção escrita dos estudantes de psicologia da univasf

**Autor(es):** Jackeline Maria Souza, gleice oliveira cordeiro

**Resumo:** Esta pesquisa desenvolvida pelas discentes Jackeline Maria de Souza e Gleice de Oliveira Cordeiro da UNIVASF, propõe-se a analisar as implicações da linguagem digital na escrita dos estudantes do curso de Psicologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, caracterizando o perfil da linguagem no contexto virtual no âmbito da subjetividade, fenomenologia, linguagem e caracterização da escrita no meio virtual. A relação dialética estabelecida entre o homem e o meio, mostra que ambos são transformadores e transformados, sendo a linguagem uma “arma da liberdade” (Luria apud Rey, 2005, p.137), e por meio dela se revela a subjetividade. É através da palavra que vamos indicar as mudanças dos valores, leis, regras sociais e as formas de vida. Nesse contexto, o “internetês”, como é chamado a escrita utilizada na web, é adaptável ao meio e ao leitor, uma vez que não é uma grafia padronizada, e busca por uma maior expressividade na interação do escritor e receptor. Vale ressaltar que essa pesquisa é guiada por uma visão fenomenológica e não procura explicar, mas sim descrever o fenômeno, por meio de uma avaliação livre de pressupostos e preconceitos. Assim, pretendeu-se compreender como se dá a relação de subjetividade com a produção textual, numa perspectiva fenomenológica, com dados coletados, principalmente, por meio de e-mails impressos, produzidos pelos alunos, além de entrevistas não estruturadas, reafirmando uma abordagem qualitativa. Envolveu aproximadamente 30 alunos, 10 de cada período (1º, 2º e 4º) – únicas turmas - escolhidos de forma aleatória por intermédio de sorteio. Como na atualidade vive-se a era da agilidade, instantaneidade e rapidez, a própria escrita se adequou a esse contexto ocorrendo despreendimento das regras gramaticais e tradução de sentimentos por ícones. E embora o “internetês” não seja regido por regras foi possível destacar alguns padrões, tais como: Sons de letras iniciais associadas a números e símbolos matemáticos, substituição do Ç, S e CH

pela letra K, utilização de palavras incompletas, indicar sensações por parênteses, expressões reduzidas a uma única palavra, substituição da terminação NDO por NDU, NU, supressão de vogais, substituição do acento agudo pela letra H, substituição do sinal til (~) pelas letras AUM, substituição do QUE e C pela letra K, onomatopéias e alongamentos das letras e sinais de pontuação. No entanto, vale ressaltar que embora seja considerada livre, essa maneira de escrever vai variar de acordo com o receptor da mensagem, uma vez que observou-se nesta pesquisa que em e-mails enviados a profissionais ou relacionados a assuntos acadêmicos os estudantes não fazem uso dessa abertura que a web proporciona, utilizando assim a mesma forma de grafia dos trabalhos acadêmicos. É justamente esse discernimento que faz com que lingüistas vejam o “internetês” como uma produção mais próxima de uma criação do que de um erro gramatical. Em contraposição, há quem afirme ser essa grafia uma ameaça para o Português, visto que limita o vocabulário do usuário, além de confundir essas pessoas frente a uma situação que exija o uso gramatical padrão.

**Palavras-chaves:** linguagem digital, produção escrita, fenomenologia, Psicologia

**Atividade: O Tema Jogo Infantil no Periódico Pró-Posições (Paineis)**

**Trabalho:** O Tema Jogo Infantil no Periódico Pró-Posições

**Autor(es):** Lílian Miranda Bastos Pacheco, Flávia Roberta dos Santos Pereira, Litza Pereira Santos

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo identificar as publicações acadêmicas em periódicos nacionais que abordam o tema jogo na Educação Infantil. Esta é a primeira etapa do Ensino Básico, atende os alunos de 0 a 6 anos de idade. Neste período da vida as crianças exploram intensamente seu imaginário, dedicam a maior parte de seu tempo ao jogo, às brincadeiras de faz-de-conta. Por essa razão o jogo é uma das formas mais naturais da criança entrar em contato com a realidade. Inúmeros pedagogos e psicólogos estão de acordo em que o jogo infantil é uma atividade física e mental que favorece tanto o desenvolvimento pessoal como a sociabilidade, pois neles estão contidos conflitos, regras, harmonia, ordem, tensão, entre outras coisas. Situada a importância do jogo para o desenvolvimento da criança, levantou-se a questão: Quais as características da produção acadêmica sobre o tema jogo infantil, divulgada no periódico Pró-posições, na década de 1990 até 2003? Esta fonte documental foi escolhida por ter sido avaliada pelo QUALIS-CAPES com conceito A, ser de circulação nacional e ligada a programa de pós-graduação em Educação. Foram selecionados os artigos que apresentaram explicitamente no título, palavras-chave ou resumo, os seguintes descritores: creche, pré-escola, educação infantil, 0 a 6 anos, criança, infância, jogo, brincadeira, brinquedo. Os textos foram analisados considerando-se: autoria e filiação institucional, temática abordada, enfoque teórico-metodológico. As análises dos documentos indicaram que a frequência de estudos na área da Educação Infantil aumentou consideravelmente a partir do ano 1994. Os estudos sobre jogo e brincar aparecem entre outros temas como: concepções, desenvolvimento da criança, formação de profissionais, política da educação, necessidades especiais, gênero, literatura infantil, produção acadêmica, proposta ou práticas educacionais. Seis artigos foram identificados. Em todos eles o autor é do gênero feminino, professoras/pesquisadoras, da área da Educação Infantil ou desenvolvimento humano, ligadas a programas de pós-graduação na região sul e sudeste, em universidades públicas. As pesquisas investigam: possíveis relações entre jogo, desenvolvimento cognitivo e desempenho escolar, classificação e evolução do jogo, conceito de jogo, vínculos entre brincar e educação presentes nas práticas pedagógicas, concepções de brincar, papéis sexuais nas brincadeiras. Os artigos se fundamentam na abordagem psicogenética, sócio-cultural ou na história cultural. Há estudos empíricos, analisando grupos específicos de crianças, pais ou professores, assim como estudos teóricos, revisando conceitos ou abordagens históricas. Todos os artigos destacam a importância de se aprofundar os estudos sobre este momento da educação tão peculiar, em que as funções maternas e educacionais se confundem tanto, reunindo as potencialidades da atividade lúdica às necessidades de educação

da criança. A intenção é de explicitar os diferentes enfoques nesse campo de conhecimento específico, através de um olhar multidimensional e integrador.

**Palavras-chaves:** produção acadêmica,jogo,Educação Infantil,infância

**Atividade: Processos mundiais e suas repercussões no trabalho do professor universitário (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Processos mundiais e suas repercussões no trabalho do professor universitário

**Autor(es):** Samira Meletti da Silva Goulart,Sabrina Barbosa da Silva Nigri,Deise Mancebo

**Resumo:** Este trabalho apresenta reflexões produzidas a partir de revisão bibliográfica realizada sobre a temática do trabalho docente nas instituições de educação superior. É um recorte da pesquisa maior “Trabalho Docente: políticas e subjetividade”, desenvolvida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e que visa investigar como o trabalho docente vem sendo afetado pelas mudanças na economia global. Podemos observar, através da referida revisão bibliográfica, o desencadeamento de uma crise no modo de produção capitalista, ocorrida nos últimos trinta anos, em vista do esgotamento do modelo de produção taylorista/fordista, acarretando consequências para a esfera social e do trabalho. De forma a enfrentar a crise instalada, o capital apostou em novos modos de produção, em novas formas de aumentar a produtividade, expressas, por exemplo, na priorização de contratos mais flexíveis e temporários de trabalho. Essas respostas do capital à crise levaram a uma consequente flexibilização da produção e dos direitos sociais e a um aumento do sentimento de insegurança no trabalho. Destacam-se dentre as mudanças ocorridas nesse momento, como formas de o capital manter suas margens de lucro, os avanços produzidos nas tecnologias, principalmente nos meios de comunicação, que favorecem a aceleração das trocas de informação. As instituições de educação superior vêm recebendo influências diretas desses novos processos globais, devido às mudanças ocorridas na esfera do trabalho e, especialmente, às novas e aceleradas demandas que se fazem presentes para a produção científica e tecnológica, o que torna o conhecimento uma mercadoria chave para garantir lucros e vantagens sobre os concorrentes. As universidades acabaram passando por redefinições sob influência de tais mudanças, expressas pelas novas formas de gerenciamento das mesmas, passando a adotar o modelo de gestão produtivista e competitiva do mercado. Adotou-se um modo de expansão via iniciativa privada, que acaba por contribuir para a redução dos gastos públicos com educação superior. Essas e outras transformações atingem diretamente a rotina do professor universitário e pode-se observar a precarização do trabalho deste professor, verificadas a partir da multiplicação das (sub) contratações temporárias de docentes, intensificação do regime de trabalho, acompanhado do aprofundamento do individualismo. Desta forma, pôde-se concluir que as instituições de educação superior foram atravessadas pelas mudanças decorrentes dos processos de globalização e que passaram a agir e se organizar de forma a melhor atender as demandas mercantis. Podemos concluir, ainda, que a rotina do professor universitário foi atravessada pelo conjunto de modificações que ocorreram no campo do trabalho, modificando a atividade deste professor, que passou a agregar tarefas outras (como as de captação de recursos para suas pesquisas, por exemplo) que antes não eram prescritas a seu trabalho. Estas transformações atingem a forma de ser do professor, modifica sua forma de se relacionar com os colegas e alunos, bem como altera seu posicionamento diante da universidade e das atividades que nela realiza. A universidade torna-se, então, mais um palco no qual se reproduz a subjetividade individualista e competitiva contemporânea, tendo o professor universitário como seu principal protagonista.

**Palavras-chaves:** globalização,trabalho docente,subjetividade

**Atividade: ESTUDO COMPARATIVO DA AQUISIÇÃO DE LEITURA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO ENTRE ESCOLA PÚBLICA E ESCOLA PARTICULAR**

## **(Paineis)**

**Trabalho:** ESTUDO COMPARATIVO DA AQUISIÇÃO DE LEITURA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO ENTRE ESCOLA PÚBLICA E ESCOLA PARTICULAR

**Autor(es):** Eri Carneiro Santos Amado, Alexandre José Raad

**Resumo:** A leitura envolve a integração de múltiplos fatores relacionados à experiência do indivíduo, habilidades e funcionamento neurológico. A maioria dos indivíduos com dificuldades de leitura experimentam uma variedade de problemas com a linguagem que origina uma função cerebral alterada e secundariamente, fatores emocionais e do ambiente podem ter um efeito prejudicial no processo de aprendizagem em cada uma delas. Neste estudo realizou-se um trabalho de campo nos conhecimentos da Neuropsicologia, na área da Educação, com abordagem quantitativa, qualitativa e comparativa, na cidade de Aracaju - SE, onde utilizou-se instrumento neuropsicológico ( TeCoLeSi – Teste de Competência de Leitura Silenciosa) no sentido de serem tabuladas informações que, permitissem verificar se havia discrepâncias quanto ao aprendizado da leitura entre crianças de escola pública e escola privada; comparar o desempenho da leitura silenciosa em crianças da segunda série do ensino fundamental de ambas as escolas e se havia diferenças significativas no desempenho da leitura silenciosa intra classe. A amostra foi constituída por 60 alunos de 2ª série do ensino fundamental, destes 30 pertencentes a escola pública, 14 do sexo masculino e 16 do sexo feminino e 30 da escola particular, 17 do sexo masculino e 13 do sexo feminino, com faixa etária de 7 anos e 6 meses a 9 anos e 6 meses. Os resultados mostraram que os desempenhos dos alunos da escola particular com relação à habilidade em leitura, superam os da escola pública em aproximadamente 11,1%. A diferença entre melhores desempenhos das duas escolas atingiu o escore aproximado de 7,5% e entre os piores desempenhos, atingiu o escore aproximado de 20,5%, relação escola particular e pública. Diferença entre os desempenhos intra-classe: escola particular 28% aproximadamente e escola pública 38,5% aproximadamente. Entende-se que há discrepância significativa a favor da escola particular tanto nos resultados gerais, bem como na sua relação intra-classe. Com relação a isso, observa-se ainda uma maior homogeneidade entre os alunos da escola particular. Percebe-se também que na comparação entre os que melhores se destacaram, apesar de haver diferenças a favor do aluno da escola particular, ela não é tão significativa o mesmo não ocorre quando se compara os piores desempenhos. Os resultados revelaram que o desempenho em estratégia fonológica possibilitou dividir os participantes em bons e maus leitores. Constatou-se assim que o desempenho em leitura dos participantes dependeu do uso da rota alfabética. Os resultados obtidos revelaram efeito de série escolar e do tipo de escola sobre os desempenhos no TeCoLeSi (escore total e em palavras corretas regulares, corretas irregulares, vizinhas semânticas, vizinhas visuais, vizinhas fonológicas, pseudopalavras homófonas, e pseudopalavras estranhas). Ou seja, em todas essas medidas, as crianças da escola particular obtiveram desempenhos superiores às crianças da escola pública.

**Palavras-chaves:** Avaliação neuropsicológica, Desempenho em leitura, Comparação de desempenho

**Atividade: Fenômeno Bullying: Intimidação por colegas nas escolas (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Fenômeno Bullying: intimidação por colegas nas escolas

**Autor(es):** Gisele Millen Mendes

**Resumo:** O estudo objetiva entender o fenômeno Bullying e as suas conseqüências no ambiente escolar. Muitas crianças e adolescentes são vítimas de preconceito, humilhações e intimidações na escola. Esta prática, que acontece com alunos no mundo todo pode acarretar conseqüências graves ao desenvolvimento psíquico dos mesmos gerando medo, pânico, depressão, distúrbios psicossomáticos, queda na auto-estima e, em casos mais extremos, o

suicídio. A violência entre os alunos, desencadeada de forma repetida contra uma mesma vítima ao longo do tempo e dentro de um desequilíbrio de poder, conhecida como Bullying pode causar danos psicológicos irreparáveis ao psiquismo, à personalidade, ao caráter e à auto-estima de suas vítimas, manifestando suas seqüelas ao longo de toda a vida. O fenômeno Bullying vem sendo praticado há muito tempo nas escolas. De fato, todos nós já o presenciamos como estudantes ou como educadores e muitas vezes não sabemos o que fazer em situações de violência sutil, velada e sorradeira. O Bullying é muito mais que uma brincadeira que faz parte da idade, é um ato de desrespeito, humilhação, causando traumas e bloqueios emocionais que interferem prejudicialmente no desenvolvimento sócio-educacional dos alunos. As crianças e adolescentes vítimas do Bullying na escola sentem-se, por um longo período de tempo, solitárias, incompreendidas, indefesas, desconectadas. Sofrem silenciosamente por vergonha e medo, maus-tratos, apelidos pejorativos, gozações, humilhações, desrespeito constante e repetitivo, quase sempre por serem diferentes em seu biótipo. As vítimas do Bullying vão se fechando em seu mundo e se tornam reféns dos seus próprios sentimentos, como: medo, insegurança, raiva, pensamentos de vingança e de suicídio, fobia social, falta de motivação para os estudos, depressão e doenças psicossomáticas. Este trabalho teve como objetivo pesquisar o fenômeno Bullying na escola Liceu de Estudos Integrados, particular, situada na cidade de Aracaju-Se. Há dez anos acontece na escola a “Jornada do Adolescente”, projeto ganhador do PRÊMIO ESCOLA 2003, promovido pela UNESCO. Este projeto discute com os alunos temas ligados à adolescência. A jornada foi realizada nos dias 30 e 31 do mês de junho/2006 com a participação de 5ª à 8ª séries e ensino médio. Na Jornada do Adolescente eu comecei a trabalhar o projeto: “Paz na Escola” desenvolvido com o objetivo de alertar sobre o fenômeno Bullying na escola. Este projeto foi composto por duas etapas. A etapa A denominada de “Conhecimento da realidade escolar” teve como objetivo a divulgação do projeto “Paz na Escola” e a coleta dos dados. Nesta etapa houve aulas teóricas, filme sobre o Bullying e aplicação do questionário para os alunos de 5ª à 8ª séries. A etapa B, denominada de “Modificação da realidade escolar” teve como objetivo detectar os casos de Bullying na escola e intervir através de entrevistas individuais e grupais, dinâmicas de grupo e transparência na devolução dos resultados para os alunos, professores e outros profissionais. Durante todo o ano de 2006 houve muito interesse dos alunos em procurar o serviço de psicologia da escola, o medo das vítimas diminuiu significativamente e a maioria dos agressores percebeu a gravidade do problema. Vários casos foram solucionados, melhorando o relacionamento entre os alunos. Porém, o trabalho não acaba por aqui, é preciso dar continuidade para que haja uma conscientização ainda maior sobre os efeitos maléficos do Bullying para toda a vida. Foram elaborados tabelas e gráficos com o resultado quantitativo da pesquisa.

**Palavras-chaves:** Bullying, Violência, Preconceito, Escola

**Atividade: O uso da comunicação mediada por computador no processo de aprendizagem da formação de psicólogo (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** O uso da comunicação mediada por computador no processo de aprendizagem da formação de psicólogo

**Autor(es):** Wilson Maranhão Sampaio

**Resumo:** A formação de psicólogos defronta-se, na atualidade, com um fascinante desafio ético e político. A saber, a utilização criativa e produtiva, no cotidiano da sala de aula, promovidas pela comunicação mediada por computador. O que pode parecer estranho para uma problematização de questões políticas e éticas, em uma primeira mirada, deve ser tomado como parte das ações da vida de nossos alunos na atualidade, porém, ainda sem encontrar respaldo entre a maioria dos professores. Acreditamos que uma via explicativa para este moroso processo seja o recente interesse que a comunidade de pesquisadores em psicologia demonstra sobre o recorte das novas tecnologias e a produção de subjetividades. Fora das ações de sala de aula, uma fração de nossos estudantes utiliza as possibilidades de informação, comunicação e de laços sociais viabilizados através das novas tecnologias digitais (como telefone móvel, computadores pessoais, sites de relacionamento etc) no cotidiano dos processos de ensino e aprendizagem. Ao

observar tal movimentação, passamos a nos interessar por estas questões. Propusemos o uso da comunicação mediada por computador como parte das atividades da disciplina Seminários Interdisciplinares I do curso de psicologia da Universidade Salvador, no segundo semestre de 2004. Este laboratório funcionou como uma primeira aproximação e forma de investigação destes recursos, no processo de ensino e aprendizagem em psicologia, além de auxiliar na compreensão de como estes jovens fabricam relações éticas e políticas nestes veículos de interação. Nosso processo de investigação teve início na busca de literatura apropriada sobre o fenômeno em questão, seguido do aprendizado e operacionalização da interface Teleduc, construída pela Unicamp, para facilitar a comunicação mediada por computador, em seus procedimentos internos. A experiência daquela conceituada universidade serviu-nos de base para construir o plano de ensino. Na apresentação da disciplina, relatamos aos estudantes que os métodos de leitura e discussão dos textos de referência, assim como os mecanismos de avaliação deveriam ser realizados exclusivamente através da interface Teleduc. Ressaltamos que o acolhimento da novidade não contou com a adesão de todo o grupo – eram 20 alunos em sua maioria mulheres entre 18 e 25 anos. Isto ocorreu devido a dificuldades de acesso à rede sem banda larga, o tempo destinado aos procedimentos da disciplina diante do computador, a necessidade de se comunicar, interagir com o maior número de colegas a cada tarefa proposta. Com o passar do tempo e com o imperativo dos resultados parciais das avaliações, o grupo modificou a forma de se conduzir diante das tarefas propostas. Em sua maioria, as atividades de leitura a partir do Teleduc eram seguidas de um roteiro de problematização dos conceitos e conteúdos trabalhados em sala, onde os estudantes eram instados a articular suas trajetórias de vida com as temáticas abordadas sobre as propostas de ações políticas no campo da psicologia. Por se tratar de estudantes de segundo semestre, estas enunciações digitalizadas apresentaram argumentações frágeis, repletas de conteúdos do senso comum, com agravantes de ortografia e gramática na parte escrita. Este quadro foi vertiginosamente alterado com o passar das aulas e acessos às provocações apresentadas via Teleduc, na medida em que foi possível desenvolver em conjunto com os discentes a condução reflexiva dos escritos, incentivando a qualificação dos textos produzidos e a troca de experiências políticas e éticas da prática da profissão de psicólogo. Cabe ressaltar que esse movimento foi sentido nas demais disciplinas a partir do reconhecimento do interesse do grupo na atividade, na melhoria dos textos das avaliações e no engajamento do grupo em discussões com outros professores. Sendo assim, ao observar o crescimento do mundo digital, preocupa-nos a inclusão permanente deste contexto na existência humana sem que se problematize os desdobramentos dessa questão, em especial, na formação de psicólogos. Com isso, queremos ponderar com a categoria Psi, a pertinência desta possibilidade de aprendizagem para os cursos de psicologia como um novo campo de pesquisa, sua extensão e complexidade, com o intuito de fabricar, nos encontros gerados a partir desta tarefa, outras possíveis problematizações éticas e políticas.

**Palavras-chaves:** Comunicação mediada por computador, formação de psicólogo, novas tecnologias

**Atividade: Inclusão Educacional  
(Mesas Redondas)**

**Trabalho:** A Inclusão Educativa de Pessoas com Síndrome de Down: uma Abordagem Sócio-cultural da Deficiência Mental

**Autor(es):** Nadja Maria Vieira Silva

**Resumo:** A Síndrome de Down (SD) é um tipo peculiar de encefalopatia congênita não progressiva, resultante de uma cromossomopatia que afeta, na maioria dos casos, o par 21. Essa configuração genética condiciona um desenvolvimento pré-natal diferente desde as primeiras divisões celulares, tendo como consequência uma combinação de estigmas somáticos e uma maior lentidão no desenvolvimento psicomotor pós-natal. Por essas razões, muitas pessoas com SD têm dificuldades para atingir o nível de desenvolvimento que lhes permite decodificar símbolos gráficos necessários para aprendizagem da leitura e da escrita. A maioria dos estudos relacionados ao desenvolvimento da habilidade lingüística de crianças com SD faz referência ao grande comprometimento encefálico apresentado por elas e, portanto, reserva

maior interesse pelas complicações biológicas e clínicas. Apesar do alto nível de comprometimento encefálico, alguns pesquisadores observaram que pessoas com SD podem conquistar um estágio de desenvolvimento que lhes permite experimentar um progresso na sua convivência social. O presente estudo teve como objetivo explorar alguns aspectos da linguagem de criança com SD na sua função comunicativa; trata-se de uma análise de aspectos socioculturais da linguagem. Participaram desse estudo, quatro crianças com SD e quatro adultos - seus respectivos pais, que as ajudavam nas tarefas escolares realizadas em casa. Os dados reuniram gravações em áudio de dezesseis sessões de interação, com duração média de quinze minutos. Nas análises dos dados transcritos destacaram-se a dinâmica da conversação durante oficinas de arte que essas crianças freqüentavam, bem como durante a realização de tarefas escolares de casa junto a um adulto. Os resultados ilustram a evolução da função comunicativa. Passa-se de um estágio no qual se revelam repetições de elementos do enunciado de um interlocutor para outro; para um mais avançado em que se observa um amplo domínio de consideração aos conteúdos semânticos da fala do adulto. Esses aspectos foram interpretados como sinalizadores de uma ampla capacidade das crianças com SD para compartilhar significados. Concebeu-se que essa capacidade representa uma dimensão importante no seu desenvolvimento mental. Para analisá-la é necessária a apropriação de conceitos com os quais seja possível conceber a linguagem como processos de mediação entre a cultura e o organismo. Todavia, as pesquisas mais tradicionais da linguagem de pessoas com SD, que superestimam a hipotonia muscular, não tornam possível a visualização do quanto essas pessoas podem conhecer e compartilhar conhecimentos acerca do mundo. Através de recortes da fala dessas crianças ilustrou-se o alcance e a complexidade de aspectos cognitivos e afetivos numa interpretação funcional da linguagem, uma dimensão ainda pouco explorada da capacidade mental dessas pessoas. Acredita-se que essa forma de compreender a linguagem pode ter uma ampla aplicação nas propostas de inclusão educativa de crianças com SD. Defende-se que esses pressupostos, que elegem a função comunicativa, na sua dimensão dialógica, como o lugar onde o desenvolvimento mental se revela, podem fortalecer as estratégias para flexibilização curricular que deve objetivar, nesses casos, a dimensão funcional da aprendizagem. Isto porque, ao conceber a produção de significados como o princípio fundamental da atividade mental, somos levados à necessidade de se traduzir os processos de aprendizagem e desenvolvimento a partir de uma condição de interdependência ativa entre o aprendiz e o meio sociocultural. Finalmente, consideramos que a apropriação de novos conceitos acerca da deficiência mental é um aspecto relevante para instrumentalização da escola nesse contexto de transformação e esforço para diversificar as metodologias e viabilizar a escola inclusiva.

**Palavras-chaves:** Síndrome de Down, Função comunicativa, Produção de significados, Educação inclusiva

**Trabalho:**Inclusão: utopia e esperança

**Autor(es):** Rodrigo Barros Gewehr

**Resumo:** Até que ponto é possível apostar na idéia de inclusão social face à inalterável capacidade humana de invadir os espaços alheios e de tornar sua vontade, sempre que possível, a vontade que impera? Esse é o questionamento de base desta proposta de Comunicação. Vivemos num mundo em que Direitos Humanos e Inclusão são pautas constantes em discussões locais e na agenda internacional. Todavia, esse mesmo mundo que avança na construção de direitos e deveres globais, que luta para ser um contraponto das barbáries que constituíram a civilização humana, esse mundo mostra, em tempo que real, que a barbárie não só não deixou de existir como também vem ganhando em refinamento, graças a tecnologias cada vez mais arrojadas, com as quais a ciência nos garante a possibilidade de matar com eficiência e em grande quantidade, numa velocidade nunca antes imaginada. Nesse tipo de paradoxo evidente que vivemos, é fácil tentarmos resolver o dilema em termos de bons e maus, de mocinhos e vilões, de terroristas e defensores da ordem mundial. Sim. É fácil e impreciso. Fácil e ineficiente. Ineficiente, pois estas respostas ligeiras não levam em consideração o potencial de destruição que é inerente ao Homem; ou, como afirma Freud, não levam em consideração que todo indivíduo é um inimigo potencial da civilização. Em outros termos, para buscarmos uma compreensão mais apurada da exclusão e de nossa insistência em manter a miséria e a

ignorância, é preciso antes de tudo questionar esses sentimentos dentro de cada um de nós, bem como dar-se conta de nossa incompetência para reconhecermos o que significa estar vivo, fazer parte do mundo. Basarab Nicolescu interroga: como é possível que quanto mais compreendamos do que nós somos feitos menos saibamos quem nós somos? Esta é uma pergunta pertinente e atual, pois não há ética sem que também interroguemos a ontologia; não há como construir relações éticas sem que nos coloquemos no lugar de quem desconhece e está aflito por compreender a vida. É só na esteira desses questionamentos que poderemos equacionar o lugar do outro em nossa vida e, a partir daí, buscar compreender nossa responsabilidade pelo outro e, sobretudo, começar a agir a partir dessa responsabilidade. Sair da retórica para uma prática verdadeiramente implicada exige mais do que um posicionamento teórico. Exige que nos lancemos de corpo inteiro na indigência de estar vivo, na nossa capacidade limitada, imperfeita e abusiva de amar; nos muitos falsos altruísmos que não passam de retórica para o conforto de nossa vontade de manter a submissão do outro. Esses e outros questionamentos estarão em pauta nessa discussão que visa discutir a noção de inclusão a partir da problematização de nossa capacidade de aceitar o outro.

**Palavras-chaves:** Inclusão Educacional, Ética, Direitos Humanos

**Trabalho:** Reflexões sobre a Educação Inclusiva: possibilidades e limites de um processo

**Autor(es):** Telma Costa de Avelar

**Resumo:** Para muitos que se confrontam, direta ou indiretamente, com a questão da educação inclusiva, o alcance da dimensão exata do que representa este processo no âmbito educacional ainda requer maiores reflexões. Longo e doloroso foi o percurso na busca pela inclusão (social e educacional) da pessoa deficiente. Em alguns momentos da história da humanidade, a criança diferente (com algum tipo de deficiência) tinha como destino o abandono ou a morte. Só a partir de meados do século XIX, alguns países começaram a repensar essa postura social criminosa, através de movimentos em defesa dessas crianças. Nesse contexto, não podemos deixar de mencionar a importância da “Declaração de Salamandra”, documento originado a partir da Conferência Mundial de Educação Especial, realizada na Espanha, em 1994. Tal declaração, proclamou os direitos fundamentais da criança à educação e o seu acesso ao ensino regular. No Brasil, a Lei de Diretrizes e Base da Educação, ainda que timidamente, promove o amparo legal para uma proposta inclusiva. Os problemas relacionados à efetivação da inclusão são múltiplos e de natureza diferentes, abrangendo, por exemplo, questões relacionadas ao preconceito social com a diferença (ressalte-se aqui a deficiência), adaptações ambientais e qualificação dos profissionais que estão à frente desse processo. Apesar de, nos últimos anos, termos observado uma maior preocupação, por parte dos órgãos governamentais, em promover condições favoráveis à educação inclusiva, com algumas iniciativas bem sucedidas, o processo de inclusão como um todo ainda está longe de alcançar seus reais objetivos. Nesse sentido, nossa fala será direcionada para o levantamento de questões acerca do processo de educação inclusiva, suscitadas a partir de nossa experiência, enquanto docente, respaldadas por discussões teóricas, entrevistas e observações em sala de aula, atividades estas desenvolvidas nos últimos dois anos, junto aos alunos das disciplinas Pedagogia Terapêutica e Psicologia Escolar, integrantes da grade curricular do curso de graduação em psicologia da Universidade Federal de Pernambuco. Nesse breve intervalo de tempo, temos refletido bastante sobre algumas questões, presentes no cotidiano de escolas públicas e privadas. Na busca por atender à demanda inclusiva, muitos profissionais ainda não têm clareza quando à diferenciação conceitual entre integrar e incluir, acreditando que a inclusão significa garantir um espaço, no ensino regular (fundamento inicial da integração), para crianças com algum tipo de Necessidade Educacional Especial, promovendo, assim, o salutar contato (inquestionável) com as crianças consideradas “normais”. Como consequência direta de tal perspectiva, destacamos um aspecto que diz respeito à prática do professor, em sala de aula. Estariam essas práticas contemplando as diferenças ou estariam, em essência, reproduzindo um modelo de atuação que, historicamente, privilegia a homogeneidade? Tem sido relativamente freqüente, ouvirmos de diferentes profissionais frases como: “ aqui elas são tratadas como iguais às outras, não há discriminação, nada muda na sala de aula” (Diretora de uma instituição particular). Contudo, tal perspectiva tem, no nosso modo de entender, dado origem a um outro tipo de exclusão, ou seja, aquela que, ao



ignorar as diferenças, não contempla as necessidades de seus alunos (com ou sem deficiência), não contribuindo, portanto, no nível desejável, com o seu processo de desenvolvimento. Nesse contexto, encontramos professores que enfatizam o seu despreparo, como uma de suas principais dificuldades ao lidar com essas crianças em ambiente escolar, dificuldade esta que ressalta um outro problema a ser encarado no processo de educação inclusiva, qual seja, a qualificação profissional. Não estamos aqui defendendo uma posição de formação desenfreada de especialistas, mas de suporte profissional especializado para o professor do ensino regular que tendo de lidar com essa nova realidade, necessita de apoio para cumprir sua função, com o mínimo de qualidade exigida. Para finalizar, um outro aspecto bastante discutido tem sido a questão da avaliação dessas crianças. Para alguns professores, tem se constituído em fonte de angústia, o como avaliar essas crianças, que parâmetros utilizar se elas “não conseguem passar pelo mesmo tipo de avaliação que as outras” (professora de escola pública). Nesse momento, percebemos, notoriamente, a influência de um modelo que elege a homogeneidade, no cotidiano da sala de aula, mas que evidencia sua fragilidade no momento em que essas crianças necessitam da análise do professor, no que diz respeito ao desenvolvimento das habilidades e competências exigidas no nível de escolarização em questão. Essas são, apenas, algumas das questões que pretendemos colocar em foco para nossa reflexão. Estamos conscientes das dificuldades inerentes ao processo de inclusão, visto que o mesmo ultrapassa os muros da escola, exigindo mudanças sociais profundas (inclusive da família), atitudes positivas e realistas quanto aos seus limites e possibilidades, bem como uma escola capaz de viabilizar a inclusão, não como mais uma de suas atribuições, mas como uma consequência natural da consideração do direito de todas à educação. Contudo, acreditamos, também, tratar-se de um processo irreversível, rumo a uma sociedade que, acima de tudo, garanta os direitos, constitucionalmente previstos, do ser humano.

**Palavras-chaves:** Educação inclusiva, Deficiência, Necessidades educativas especiais

**Atividade: O FRACASSO ESCOLAR NO DISCURSO DE PROFESSORES DE ENSINO FUNDAMENTAL EM MACEIÓ (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: O FRACASSO ESCOLAR NO DISCURSO DE PROFESSORES DE ENSINO FUNDAMENTAL EM MACEIÓ**

**Autor(es):** Leile Alves e Freitas, Alexandra Patricia Almeida Batista, Bárbara Alanna Lins Basilio, Henrique Jorge Simões Bezerra

**Resumo:** O fracasso escolar é um fenômeno sócio-educacional complexo, definido como o insuficiente ou inadequado desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades escolares necessários à vida social e profissional dos educandos; geralmente está associado à interrupção do processo de escolarização formal. É regulado por certos mecanismos de exclusão educacional que prejudicam predominantemente as camadas populares. Apresenta causalidade complexa, envolvendo e implicando aspectos de natureza social, histórica, cultural, política, econômica, educacional, familiar e individual. Esta pesquisa investigou os discursos de professores de escolas públicas de ensino fundamental da periferia de Maceió sobre o fracasso escolar. A partir das perspectivas sócio-histórica e histórico-crítica, buscou-se compreender e analisar sua dinâmica explicativa; os papéis atribuídos aos membros da comunidade escolar; bem como os padrões de rotulação e culpabilização de alunos no sistema escolar. Como participantes, foram selecionados cinco professores das cinco escolas que apresentaram os maiores índices de repetência e evasão escolar no ano de 2005 – segundo estatísticas da Secretaria Municipal de Educação. O instrumento utilizado foi uma entrevista semi-estruturada registrada em recurso audiovisual. Para o exame das entrevistas, empregou-se a análise de conteúdo de orientação qualitativa, ou seja, um conjunto de técnicas descritivas e interpretativas que servem para evidenciar a estrutura profunda dos mais variados tipos de discurso, possibilitando uma compreensão dos sentidos e significados produzidos nas conversações. De

um modo geral, observou-se que os professores entrevistados concebem o fracasso escolar como o não cumprimento por parte dos alunos dos objetivos institucionais de aprendizagem - tais como aquisição da leitura e da escrita, realização das tarefas escolares e disciplina. Os rótulos atribuídos a estes alunos estão associados tanto ao desestímulo, desinteresse e desatenção, quanto à agressividade e inquietação comportamental. Identificam como possíveis “culpados” pelo fracasso escolar principalmente o aluno e a família; e, ocasionalmente, os professores não-qualificados e a estrutura sócio-econômica da comunidade. Consideram que a família não participa do desenvolvimento educacional dos alunos por desinteresse; analfabetismo ou baixo grau de escolarização dos pais; alcoolismo e violência familiar; excesso de trabalho e baixa remuneração. Em relação aos aspectos educacionais, afirmam que: a escola não é um ambiente atrativo para o aluno; o sistema de avaliação é inadequado; há elevado número de crianças por sala de aula; elevado número de estagiários ocupando o lugar do professor; e formação pedagógica insuficiente. Nas questões sócio-econômicas, o fracasso escolar aparece geralmente associado à pobreza; uso de drogas, violência, prostituição e trabalho infantil; e nomadismo familiar. Em alguns dos discursos o fracasso escolar está relacionado à perda do poder disciplinador do professor, mudança freqüente dos docentes de sala de aula, que impede a continuidade do fazer pedagógico; a contradição e afastamento entre os conhecimentos da escola e os da rua; a exigência de conhecimentos prévios que o aluno não possui; e a freqüência à escola associada a motivos alimentares. As análises indicam que ao conceituarem o fracasso escolar, os professores utilizam como principal critério o cumprimento dos objetivos institucionais, não mencionando o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades sociais e profissionais necessários aos alunos. Em suas falas, o aluno e a família permanecem sendo os principais culpados pelo fracasso escolar; e os rótulos que atribuem aos primeiros variam entre os pólos da passividade ou da atividade excessiva. Apesar de tratarem de questões mais específicas como a formação do professor e avaliação pedagógica, não discutem os problemas e as necessidades de reforma do sistema educacional, atêm-se principalmente às problemáticas internas da escola. Utilizam os indicadores sócio-econômicos como justificativa do fracasso escolar, estabelecendo uma estreita relação entre baixa renda e baixo desempenho escolar. De um modo geral, constata-se que o fracasso escolar ainda é significado pelos professores como um fenômeno localizado predominantemente no aluno ou em sua dinâmica familiar. Ou seja, permanece sendo visto como majoritariamente individual e, portanto, alicerçado numa ideologia meritocrática que desconsidera as diferenças sócio-histórico-culturais, políticas, econômicas e educacionais, atribuindo todo o êxito ou fracasso aos interesses e esforços individuais dos educandos, ainda que os associem a eventuais incidentes no processo de escolarização formal.

**Palavras-chaves:** fracasso escolar;,discurso;,professores;,ensino fundamental

**Atividade: Agressividade Infantil em Escolas Publicas e Privadas (Paineis)**

**Trabalho:**Agressividade Infantil em Escolas Publicas e Privadas

**Autor(es):** Carolina Resende Christiano

**Resumo:** A agressividade infantil, segundo Newcombe (1999) é uma alteração de comportamento provocado por diversos fatores tais como frustração, rejeição, punição e poderá ocasionar no indivíduo o isolamento dos colegas e o baixo rendimento escolar. Sendo assim, busca-se neste artigo identificar os principais fatores que originam a agressividade infantil, a fim de possibilitar a prevenção ou minimização deste comportamento inadequado, bem como comparar as diferenças entre as escolas públicas e privadas em relação à agressividade infantil. Quanto aos procedimentos metodológicos, a amostra foi composta por 18 sujeitos do sexo feminino (psicólogas, professoras, orientadoras educacionais). Para coleta de informações, elaborou-se um roteiro de entrevista que versava sobre a visão dos profissionais sobre as possíveis causas e as conseqüências da agressividade infantil bem como a demonstração dos atos agressivos pela criança. Em seguida realizaram-se individualmente as entrevistas, que duraram aproximadamente 20 minutos e foram feitas no próprio local de trabalho dos entrevistados. Os dados foram analisados de maneira qualitativa, categorizando as respostas seguindo a ordem do roteiro de entrevista. Quanto aos resultados obtidos, notou-se que 88,8%

das entrevistadas apontaram a família e a televisão como sendo os principais agentes causadores da agressividade, seguido da ausência de limites e também a ausência dos pais na vida dos filhos, que foram citados por 60% das entrevistadas. Importante destacar que independentemente da situação econômica, a família, de acordo com as entrevistadas, é o principal agente causador da agressividade em uma criança, principalmente a relação da criança com seus pais ou responsáveis. Corroborando este resultado, BEE (2003) afirma que uma criança que assiste a um filme de alguém sendo agressivo é mais inclinada a exibir comportamentos agressivos. Em relação à demonstração da agressividade, de acordo com 94,4% das entrevistadas, as maneiras mais usadas pelas crianças para demonstrar a agressividade são bater nos colegas, desobedecer a ordens e também chorar sem motivo aparente. Ainda em relação à demonstração da agressividade, 55,5% das entrevistadas observaram que muitas crianças brigam por brinquedos e por espaço. E, finalmente, no quesito conseqüências da agressividade, 72% das entrevistadas concordaram que as possíveis conseqüências geradas pela agressividade são o isolamento ou rejeição, pois as outras crianças teriam medo da criança agressiva; e a queda do rendimento, da aprendizagem escolar. Uma diferença constatada foram as respostas de duas professoras das escolas públicas e que não foram encontradas nas professoras das escolas particulares. Ou seja, as duas afirmaram que a criança pode ser discriminada dentro da escola por ser agressiva, principalmente pela professora.

**Palavras-chaves:** agressividade infantil, psicologia escolar, causas e consequências da agressividade

**Atividade: DISCUTINDO A INFÂNCIA COM CRIANÇAS  
(Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Discutindo a Infância com crianças: Relato de experiência em Psicologia Escolar/Educacional na Educação Infantil

**Autor(es):** Nara Thais Guimarães Oliveira, Natália Freitas Dantas, Rubens André Carloto de Souza, Tiago Fernandez Fernandes de Oliveira, Andréa Carla Filgueiras Cordeiro

**Resumo:** O relato que segue versa sobre a experiência de estágio em Psicologia Escolar/Educacional realizado de março a junho de 2006 por quatro estudantes do curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Consistiu em estágio orientado pela Prof<sup>a</sup> Andréa Carla Filgueiras Cordeiro, professora do Departamento de Psicologia da UFC. O Núcleo de Desenvolvimento da Criança é um projeto de extensão da UFC vinculado ao Departamento de Economia Doméstica. Tem como uma de suas características principais a abertura ao meio acadêmico, tanto no ramo da pesquisa quanto no da intervenção. Traz uma proposta diferenciada de atuação junto à educação infantil, visando o desenvolvimento da autonomia e do pensamento crítico e atendendo filhos de professores, servidores e alunos da UFC, com idade de dois anos e meio a seis anos e meio, podendo ser considerada como uma escola sócio-construtivista. No NDC funcionam quatro grupos, cada qual com dezesseis crianças. Nossa proposta de trabalho consistiu na problematização do tema infância junto às crianças dos grupos III e IV (faixa etária de quatro anos e meio a seis anos e meio) a fim de que estas pudessem se expressar acerca dos significados da experiência de "ser criança". Além disso, atentamos para as implicações desta atuação no contexto escolar/ pedagógico e na relação ensino-aprendizagem. Fundamentamos nossa prática na Psicologia Histórico-cultural, especificamente os postulados teóricos de Lev Semenovich Vygotsky, e na Análise Institucional. O tema infância se configurou como relevante por partirmos de uma concepção de criança como sujeito de direitos, confrontando a visão adultocêntrica acerca da infância. Ao adotarmos a perspectiva construtivista, compreendemos que o conhecimento é uma construção coletiva, assim questionamos a unilateralidade na relação aprender-saber, na qual o adulto ensina e a criança aprende. Dessa forma, ressaltamos a importância dos significados de infância e dos sentidos a

ela veiculados, bem como da diversidade das inter-relações no contexto escolar, a partir das quais pode se dar o aprendizado. Inicialmente, realizamos nosso processo de inserção na escola através de um período de observação da dinâmica do local. Esse momento foi de extrema importância, pois consistiu no contato inicial com a instituição, com a equipe pedagógica e com os grupos específicos de alunos. A partir do levantamento de demandas junto às professoras, observações dos grupos de crianças, discussões durante as supervisões em grupo, fizemos uma “leitura” do local e iniciamos a construção de nosso plano de intervenção, a fim de realizarmos uma prática centrada na realidade da escola. As intervenções foram realizadas por duas duplas de estagiários, respectivamente com os grupos III e IV. Tendo como base o eixo temático escolhido, dentre os subtemas trabalhados tivemos: individual versus coletivo, “ser criança na escola (NDC) e fora da mesma”, lidar com perdas e ganhos, dicotomia adulto-criança, amizade, cooperação e competição. Considerando a faixa etária dos alunos, utilizamos variados artifícios como música, contação de histórias, fantoches, pintura, desenho, colagem, exibição de filmes e jogos, buscando assim as formas mais lúdicas de expressão das crianças. Pensando nos resultados deste trabalho, antes de tudo, vimos que este se configurou como um momento peculiar de aprendizado no que diz respeito às práticas em psicologia escolar/educacional. O trabalho em grupo entre a equipe de estagiários e supervisora se mostrou fundamental para a consolidação da nossa prática enquanto futuros profissionais. Além disso, percebemos como ainda estamos envolvidos por essa visão adultocêntrica da infância, na medida em que, algumas vezes, esperamos grandes elaborações por parte das crianças. Ao longo do estágio, quando nos deparamos com as sutilezas da realidade da educação infantil, foi preciso que repensássemos nossas concepções e práticas a esse respeito. Acreditamos que não podemos falar de resultados imediatos, tendo em vista o curto período de estágio e o próprio caráter qualitativo desta intervenção psicológica. Ainda assim, a partir das avaliações realizadas com as crianças, inferimos que de alguma forma mobilizamos conteúdos e afetos referentes à temática trabalhada, e que tiveram grande impacto na experiência dos sujeitos envolvidos.

**Palavras-chaves:** Psicologia Escolar/Educacional, Educação Infantil, Ser criança

**Atividade:** FORMAÇÃO E PESQUISA EM PROCESSO E AS IMPLICAÇÕES COM A PSICOLOGIA  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** FORMAÇÃO E PESQUISA EM PROCESSO E AS IMPLICAÇÕES COM A PSICOLOGIA

**Autor(es):** Ayla Cristina de Oliveira Alves, Fabrícia da Silva Barros, Marisa Lopes Rocha, Rosimeri Dias

**Resumo:** A relação entre docência e pesquisa no ensino fundamental tem se constituído em alvo de discussões freqüentes, no âmbito da academia e da escola, em que muitos consideram a pesquisa como condição para o exercício da autonomia e de um trabalho crítico do professor. Tais polêmicas estão atravessadas pela perspectiva de que o processo de subjetivação do professor não se faz apenas por meio de uma proposta curricular, mas, principalmente, nas experiências, relações e histórias que tece durante a formação que se inicia no normal/licenciatura e se atualiza ao longo da vida no curso dos trabalhos que realiza, construindo permanentemente um modo de pensar/fazer educação. Em pesquisas anteriores, pudemos constatar que é comum o professor encontrar-se isolado, limitado à transmissão de conhecimentos e à execução de tarefas, circunstâncias que impedem a articulação entre investigação e intervenção. Existe a idéia hegemônica de que só os especialistas são habilitados para investigar a realidade no campo educativo. Neste sentido, torna-se fundamental a discussão do que singulariza o tempo e o espaço da experiência e as exigências que se impõem para a transformação educacional: formação acadêmica implicada com a postura investigativa, dispositivos institucionais favorecedores das práticas de pesquisa, condições de divulgação e incorporação de novos conhecimentos e métodos produzidos no cotidiano escolar. O objetivo

deste trabalho é, portanto, analisar as relações entre docência e pesquisa no cotidiano de trabalho do professor de ensino fundamental a partir do curso de formação, levando em consideração as implicações que tais práticas podem trazer a melhoria das condições de saúde e do exercício do magistério. Para isso construímos uma Comunidade Interinstitucional de Pesquisa (CIP) em que participam a equipe de professores/pesquisadores e de alunos (futuros professores) pertencentes a um Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, enquanto um dispositivo de análise coletiva da formação. A perspectiva é a de contribuir para a construção da escola como um permanente território em movimento, levando em conta a investigação dos modos de funcionamento da vida escolar que ganham relevo quando a questão é a pesquisa na formação e os caminhos possíveis para as mudanças no trabalho e na vida educacional. O enfoque teórico-metodológico é a pesquisa-intervenção que vem se constituindo como tendência das pesquisas participativas, buscando investigar a vida das coletividades na sua diversidade qualitativa, assumindo uma intervenção psicossociológica em nível de transformação institucional, possibilitando a redimensão do pensar/fazer educação na nossa realidade. A pesquisa também apresenta como preocupação norteadora do seu processo a reflexão sobre o desenvolvimento de uma metodologia de investigação que possa ultrapassar as bases e limites da ciência positivista. Conseqüentemente, o próprio modo de pensar/fazer psicologia fica sujeito à análise, com a perspectiva de desconstrução do lugar de especialista e das relações de assistência que o psicólogo historicamente estabeleceu com a escola. Como resultados, apontamos a mobilização de um coletivo significativo de professores e alunos do Instituto em questão que, por meio da problematização coletiva vem produzindo interrogações acerca das próprias experiências institucionais e organizando diferentes espaços de pesquisa na formação de professores. Isto proporcionou a aproximação entre professores e alunos, ressignificando lugares e papéis vigentes no cotidiano escolar e potencializando lutas por melhores condições de trabalho. Consideramos fundamental abordar micropoliticamente a questão da mudança institucional a partir de análises das experiências concretas, em que se desenvolvem os conflitos entre o vivido e os padrões de desempenho formulados por meio de uma lógica geral estabelecida. A análise micropolítica traz para o campo polêmico a dimensão processual do trabalho, do desejo enquanto força, potência, movimento criador de planos que podem dar consistência a outros modos de subjetivação. Por se tratar de uma pesquisa-intervenção, temos nos debruçado não sobre respostas que permitam fechar os problemas, mas sobre uma discussão que permita deslocá-los e repensá-los, instaurando processos de análise e inventando sempre novas questões para a Psicologia e para a Educação. (CNPq)

**Palavras-chaves:** pesquisa, formação, educação

**Atividade:** A produção da vida profissional no espaço de baixa renda (Painéis)

**Trabalho:** A produção da vida profissional no espaço de baixa renda

**Autor(es):** Samila Marques Leão

**Resumo:** Ao falarmos em escolha profissional, bem como a produção de vida diante das atuais políticas econômicas do país nos deparamos com a grande fenda que separa as classes sociais: as oportunidades de qualificações que encontram-se díspares entre a população. A política educacional implementada no nosso país, infelizmente, sem medo de errar, tem o propósito único de manter as coisas como estão, ou seja, de reafirmar a velha idéia de que “o pobre deve permanecer sempre pobre e o rico cada vez mais rico”. A realidade social do jovem brasileiro, promulgada na sua realidade educacional, não oferece o suporte necessário à construção de projetos de vida profissionais. Esta realidade convida-nos a pensarmos e investigarmos a construção do processo de escolha profissional em jovens de classe baixa. Este trabalho pretende contribuir para compreensão de como se produz a escolha profissional dos jovens de baixo poder aquisitivo do município de Teresina - PI; bem como identificar os fatores sócio-culturais mais relevantes na escolha profissional. Para a execução deste estudo recorreu-se aos instrumentos: questionário psicossocial, entrevista semi-estruturada e grupo focal. Onde os dados foram analisados de forma qualitativa na perspectiva dos estudos da abordagem sócio-histórica. Recorreu-se à abordagem em psicologia sócio-histórica, tendo em vista que os

métodos utilizados nessa abordagem nos possibilita compreender a complexidade do nosso objeto de estudo, já que uma concepção de realidade onde a relação do homem com o social e a história não fosse evidenciada, se tornaria um tanto quanto falha. O público alvo foi constituído de oito jovens de 17 a 22 anos, que estudam no terceiro ano do ensino médio e que pertencem à classe baixa. O estudo considera classe baixa famílias com quatro pessoas e renda mensal de R\$ 163 a R\$ 652. Os resultados desse estudo apontaram que a vida profissional dos jovens de classe baixa, caminha por dois movimentos: 1) como suscitadora de mobilidade social para os que têm em vista uma carreira profissional; e 2) após a escolha os jovens encontram com obstáculos da própria condição social para almejar tal mobilidade. Aqui, as condições socioeconômicas e, principalmente, as realidades educacionais dos jovens, determinam a escolha, quando não os destituem desta. Na pesquisa ficaram evidentes alguns determinantes, tais como a família, a classe social e, principalmente, a escola. É claro que existem muitos outros fatores determinando a vida profissional, mas o que ocorre é que a classe social e a escola estão determinando de uma forma desumana este momento tão importante na vida de um indivíduo.

**Palavras-chaves:** Vida Profissional, Sócio-Histórica, Psicologia Escolar

**Atividade:** Um panorama sobre as deficiências empáticas em crianças com Síndrome de Asperger  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** Um panorama sobre as deficiências empáticas em crianças com Síndrome de Asperger

**Autor(es):** Patricia de Souza Barros

**Resumo:** Desde as primeiras definições a respeito do autismo, as peculiaridades na sociabilidade foram tratadas como características essenciais desses indivíduos. Por esse motivo, grande parte dos estudos a respeito do espectro autista tem-se dedicado a investigar as principais características sociais desses indivíduos, bem como desenvolver estratégias que promovam seu aprimoramento. Na Síndrome de Asperger, especificamente, as dificuldades sociais aparecem de forma menos intensa do que no autismo clássico, entretanto, continuam causando inúmeros prejuízos na vida desses indivíduos. Dentre as dificuldades centrais de crianças e adolescentes com este transtorno está a deficiência na reciprocidade da interação social: suas conversas podem se tornar monólogos sobre um único assunto de seu interesse, dificuldades no reconhecimento emocional e na inferência de estados mentais alheios, além de pouca habilidade para expressão de seus próprios estados afetivos, não permitindo ao interlocutor que os decodifique, e impedindo, assim, uma interação de qualidade. O impacto dessas dificuldades resulta em inadequação social, incluindo isolamento, baixa taxa de comportamentos pró-sociais, dificuldades na percepção e adequação dos comportamentos às regras sociais, comportamentos agressivos e opositivos, além do deficitário desenvolvimento da autonomia e da qualidade de vida. Levando em consideração uma visão multidimensional da empatia, o que inclui seus componentes cognitivo, afetivo e comportamental, pode-se sugerir que esta é uma habilidade sustentadora de grande parte das dificuldades enfrentadas na Síndrome de Asperger. Por esse motivo, a empatia vem sendo objeto de inúmeros estudos com portadores dessa desordem. Muitos deles buscam contemplar os principais componentes e mecanismos implícitos nas dificuldades desses indivíduos de empatizar. Pesquisas a respeito da Teoria da Mente têm sustentado este aspecto cognitivo como causa central de suas peculiaridades sociais. Algumas delas sugerem que existe um atraso neste tipo de desenvolvimento, enquanto outros autores assumem a perspectiva de que essa seja uma inabilidade estável, inerente ao transtorno e permanente ao longo do tempo. Independente de qual seja a perspectiva assumida, o fato é que grande parte dos dados empíricos têm sustentado que as deficiências em empatia, especialmente em seu componente cognitivo (ou na capacidade de reconhecer e inferir estados mentais alheios – Teoria da Mente), originam limitações importantes ao longo da infância, adolescência e durante a vida adulta. Estes estudos nos permitem concluir sobre a importância dessa habilidade como fundamental para vida social dos indivíduos. Um fator que auxilia a tomada de consciência deste tipo de importância está na comparação de crianças de desenvolvimento típico com crianças com a Síndrome de Asperger. Como uma capacidade que

nos permite a sobrevivência, a empatia (que nos permite teorizar sobre as intenções alheias e agir em favor disso) tornou-se, então, uma habilidade preservada ao longo da evolução. Desse modo, o presente estudo tem por objetivo apresentar detalhadamente as principais dificuldades de crianças e adolescentes com a Síndrome de Asperger no âmbito da empatia, apontando os mecanismos subjacentes a estas inabilidades, bem como as respectivas conseqüências no cotidiano desses indivíduos. Paralelamente, este estudo possui como alvo a comparação de crianças com o desenvolvimento típico da empatia com o de crianças portadoras da Síndrome de Asperger. Esta última meta possui a intenção de enfatizar o papel da empatia como habilidade básica para um desempenho social bem-sucedido ao longo de toda vida, além de capacidade fundamental para a sobrevivência humana.

**Palavras-chaves:** Síndrome de Asperger, empatia, desenvolvimento, teoria da mente

**Atividade: REPERTÓRIO DE BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS DE CRIANÇAS DE COMUNIDADES DE BAIXA RENDA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO (Paineis)**

**Trabalho: REPERTÓRIO DE BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS DE CRIANÇAS DE COMUNIDADES DE BAIXA RENDA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO**

**Autor(es):** Lucia Helena Jorge Alves

**Resumo:** Independente da época, cultura ou classe social o ato de brincar faz parte do universo infantil. Através do brincar a criança vivencia papéis, limites, desenvolve habilidades o que contribui para a sua autodescoberta, autonomia, adaptação social, enfim, para o seu desenvolvimento. Partindo-se da premissa de que a escola tem como função socializar conhecimentos, preservar e respeitar a cultura local, o objetivo do presente trabalho foi o de elencar as brincadeiras e brinquedos conhecidos e preferidos das crianças oriundas de comunidades de baixa renda para conhecer, mais detalhadamente, seu universo lúdico visando, futuramente, a inserção dessas vivências no planejamento das atividades escolares. Utilizou-se a expressão brinquedo para o objeto material, suporte de brincadeira e brincadeira para a descrição de uma conduta estruturada com regras incluindo-se aqui a brincadeira do faz-de-conta visto que envolve não só o uso da imaginação mas, também, regras implícitas a própria situação imaginária. Participaram da pesquisa 302 crianças entre 4 e 12 anos, que se encontravam matriculadas em turmas de Educação infantil a quarta série do ensino fundamental da rede municipal, de uma escola localizada na zona suburbana da cidade do Rio de Janeiro. A coleta de dados foi realizada através de entrevistas nas quais se procurou saber que brincadeiras e brinquedos conheciam, o que preferiam e em que locais e com quem costumavam brincar. Através das respostas obtidas foi possível listar 25 brinquedos e 44 brincadeiras. Os brinquedos e as brincadeiras mais citadas foram também as consideradas como preferidas pelo grupo: boneca/boneco (N=215); video-game (N=120); bola (N=90); carrinhos (N=53); pique (N=285); casinha (N=110); de imitar os Rebeldes (N=90); queimada (N=60); alerta-cor (N=48); pular corda (N=45); futebol (N= 44) e amarelinha (N=30). Quanto aos brinquedos e brincadeiras com menos de 10 citações estão: abobrinha, adedanha, adoleta, anel, bafo-bafo, bambolê, batatinha frita, bente-que-bente-ó-frade, botão, bola-de-gude, bingo, cabo-de-guerra, cabra-cega, chicotinho queimado, dama, dança das cadeiras, dominó, elástico, forca, galinha choca, ioiô, mamãe posso ir, pega varetas, peteca, pião, polícia e ladrão e xadrez. No que se refere ao local escolhido para brincar foi possível verificar que a casa ou quintal aparecem em primeiro lugar (N=290), seguidos da rua (N=157) e, por último, da escola (N=100). A brincadeira é compartilhada com os irmãos (N=264); amigos (N=230); pai e/ou mãe (N=40); avós (N=35) e um pequeno grupo respondeu que brinca sozinho (N=20). Os resultados apontaram que as atividades lúdicas transmitidas de geração a geração estão se perdendo pouco a pouco. Assim sendo, a partir do que foi elencado cabe a escola a tarefa de resgatar os brinquedos e brincadeiras tradicionais pois, além do patrimônio cultural e da função lúdica assumem, também, uma dimensão pedagógica importante possibilitando o desenvolvimento de aspectos sociais, afetivos e cognitivos imprescindíveis a formação do ser humano e a vida em sociedade.

**Palavras-chaves:** criança,brinquedos,brincadeiras

**Atividade:** A Formação em Pesquisa segundo mestrandos da Universidade Federal de Sergipe (Paineis)

**Trabalho:**Formação em Pesquisa segundo mestrandos da Universidade Federal de Sergipe

**Autor(es):** Walter Lisboa Oliveira,Ana Almeida Costa,Rita Tatiana Amiel Castro,Ana Paula Azevedo Lima,Roseanne Souza Teixeira,MARIA BENEDITA LIMA PARDO PARDO

**Resumo:** A Universidade teve um surgimento muito tardio no Brasil, tendo a primeira instituição universitária surgido somente em 1934, após vários debates, projetos e tentativas mal-sucedidas. A pós-graduação é ainda mais recente, tendo surgido no país há cerca de 40 anos. Em contrapartida, ampliou-se mais rápido que em muitos outros países e daí em diante, cada vez mais a pós-graduação tem contribuído consideravelmente para a formação de recursos humanos qualificados e para o desenvolvimento científico do país, o que faz com que o Brasil responda por 45% de toda a produção científica da América Latina. O Infocapes salienta ainda que a pós-graduação, através da pesquisa, realmente contribuiu para a consolidação da base científica nacional, uma das principais condições que possibilitam o aperfeiçoamento do sistema educacional como um todo. Além disso, a pós-graduação tem sido um dos fatores importantes no desenvolvimento educacional de nosso país, uma vez que a produção de pesquisas pode gerar conseqüências positivas tanto para o desenvolvimento econômico quanto para o social. No entanto, apesar do notável crescimento da pós-graduação no Brasil, comparando com outros países, ainda existem poucos mestres e doutores. Portanto, o investimento na pós-graduação ainda é uma necessidade em nosso país, a fim de que a formação de pesquisadores atinja novos patamares e as atividades de pesquisa sejam incrementadas. No Estado de Sergipe, a Universidade Federal vem se destacando como uma instituição que tem contribuído significativamente para a formação de pesquisadores, através de seus cursos de Mestrado e de Doutorado. A presente pesquisa teve por objetivo analisar, a partir de depoimentos de alunos de cursos de Mestrado da Universidade Federal de Sergipe (UFS), as características de sua formação em pesquisa na graduação e no decorrer do curso de pós-graduação, além de levantar as necessidades que esses participantes percebiam para a continuidade do seu processo de formação como pesquisadores. Foram participantes 79 alunos, representando 83% dos mestrandos ingressos no ano de 2003, nos seguintes cursos de Mestrado da UFS: Sociologia, Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema), Educação, Química, Geografia, Física, Ciências da Saúde e Agroecossistemas. As coletas de dados foram feitas através da aplicação de um questionário, que continha questões abertas e fechadas. Por ocasião das coletas, os mestrandos estavam cursando o último semestre do curso. Os dados foram analisados mediante análise de conteúdo, categorização das informações e levantamento da freqüência e cálculo do percentual de respostas para cada categoria. Os resultados mostraram que a média de idade para três dos cursos estava acima daquela obtida em pesquisa realizada a nível nacional por Velloso e Velho. Com relação à experiência em pesquisa na graduação a maioria dos mestrandos não a tinha tido, mas dos que a tiveram consideraram que sua influência nas atividades da pós-graduação foi positiva. Com relação à avaliação de domínio das etapas de pesquisa no decorrer do Mestrado a maioria das respostas foram relacionadas ao domínio superior, embora os mestrandos tivessem considerado, de modo geral, as etapas de execução mais difíceis do que as de planejamento. Em relação às sugestões para melhoria das condições para a formação do pesquisador no Mestrado as mesmas se distribuíram entre alterações a serem feitas nos cursos e melhoria das condições materiais.

**Palavras-chaves:** formação em pesquisa,pesquisa na graduação,pesquisa na pós-graduação

**Atividade:** Dificuldade de Aprendizagem: que neurose!



## **(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Dificuldade de Aprendizagem: que neurose!

**Autor(es):** Patrícia Pinheiro, Adriana Pereira Bomfim, Maria Izabel Tafuri, Ileno Izídio da Costa

**Resumo:** Construída na interface psicanálise-educação, a tese que se apresenta neste texto é a de que sintoma neurótico nos tempos da infância, enquanto falha na transmissão do saber, se relaciona à dificuldade de aprendizagem. Idéia que se sustenta na formulação de Porge (1998), segundo a qual essa neurose, entendida como um tipo de neurose de transferência, ocorre a partir de uma falha do sujeito suposto saber, na transmissão de sua mensagem. O sintoma da neurose de transferência (nos tempos da infância) é uma metáfora da mensagem do Outro que não se estabeleceu por um ruído em sua transmissão. Ora, nesta situação de ruído na transmissão da mensagem, em que os pais falham enquanto “sujeito suposto saber fazer passar” socialmente a mensagem familiar, questiona-se se o professor e o analista, diante da neurose da infância, podem ocupar um lugar transferencial. Se assim o for, no âmbito das questões transferenciais, a tese aqui proposta erige o postulado de que a dificuldade de aprendizagem seria como um sintoma de uma neurose de transferência. Eis o ponto em que se enodam a escola e a clínica psicanalítica. Pretende-se esboçar esta questão a partir do Caso Nina, uma adolescente de 15 anos, diagnosticada, na infância, como disléxica, e também, ressaltar a importância da intersecção psicanálise e educação, não num campo interdisciplinar de saberes, mas de um lugar êxtimo (Lacan, 1959-1960/1988), numa confluência de não saberes e impasses diante dos processos da aprendizagem. De acordo com os relatos de caso de Mannoni (1979/1980), os chamados “distúrbios escolares” estão presentes na clínica psicanalítica pelo menos desde os anos 70 do século passado. Foram criadas, na década de 90, uma gama de práticas e técnicas para tratar crianças, cujo distúrbio ou transtorno estaria relacionado ao campo difuso das dificuldades de aprendizagem, balizadas por um saber cognitivista e neuropsicológico. Sem a intenção de minimizar esse conhecimento, o que se pretende é pensar que, para além de falhas na neurotransmissão e de funções cognitivas, há falhas transferenciais relacionadas ao sintoma da neurose nos tempos da infância. Neste caminho, interrogam-se, ainda, as conseqüências de uma rotulação diagnóstica para a criança, a família, a escola e o analista. Diante das exigências de uma completude impossível no trabalho do professor e, sobretudo, na aprendizagem da criança, faz-se uma crítica à posição idealizadora do ato educativo, bem como à localização unicamente na criança da dificuldade de aprendizagem. Discute-se, também, a partir das afirmações de Cordié (1996), a posição passiva, assumida pela criança, frente à imposição do desejo do Outro, presente especialmente nas relações parentais e atividades escolares, o que acaba impedindo-a de assumir uma posição desejante diante das situações de aprendizagem. Neste contexto, propõe-se pensar numa educação para o desejo, na qual possa haver práticas educativas que permitam ao aluno encontrar seu espaço de subjetividade na escola. Busca-se, ainda, refletir a eclosão das dificuldades de aprendizagem a partir do ideal narcísico do professor em relação ao seu aluno. Com este intuito, há uma reflexão acerca da possibilidade de re-significação das posturas de pais, professores e analistas frente à criança-problema, a partir das conseqüências das posições de culpa, responsabilização ou implicação que estes podem assumir. À guisa de conclusão, propõe-se que a pontuação mais adequada não seja um ponto final, mas reticências que se impõem pelas muitas interrogações que não cessam de se inscrever.

**Palavras-chaves:** Psicanálise, Educação, Dificuldade de Aprendizagem

**Atividade: PRÁTICAS DE FORMAÇÃO  
(Mesas Redondas)**

**Trabalho:** MODOS DE SUBJETIVAÇÃO E A PRODUÇÃO DE OUTRAS ANÁLISES NA EDUCAÇÃO

**Autor(es):** Marisa Lopes Rocha

**Resumo:** As políticas de subjetivação produzidas entre as tramas das relações tradicionais de soberania de nossa história e as demandas produtivistas neoliberais da atualidade, vêm circunscrevendo, nas escolas, diferentes formas de existências em que o tédio ganha preponderância. Neste trabalho, pretendemos refletir sobre as práticas de formação enquanto paradoxo, efeito do encontro das práticas de assujeitamento uniformizadoras da temporalidade escolar e da irre-mediável complexidade que lança educadores e educandos na aventura do pensamento, abrindo espaço para outros regimes de tempo. O modo de funcionamento rotinizado que parece poupar esforços e agilizar processos produz dispositivos de manutenção de uma ordem de confinamento, repetindo relações naturalizadoras de dualidades que fazem a vida se restringir a certo/errado, normal/anormal. Quando a ênfase dos modos de vida educacionais recaem no controle, no cumprimento de normativas, na produção de regras que buscam evitar (dis)torções no padrão, as experimentações do pensamento deixam de se constituir em motor da dinâmica escolar e as diferenças intensivas, ou seja, o que produz densidade no cotidiano perde consistência para a manutenção da ordem vigente. Porém, a escola, templo da formação em nossa cultura, não se constitui em um tempo linear na medida em que é um território de experimentação, podendo ser abordada como usuária e como usina do conhecimento. Não há dúvida de que as práticas de formação estão atravessadas por processos administrativos vinculados à organização institucional que investe num saber-repetição, ou seja, num saber padronizado em uma cadência, freqüência e circuitos onde o educador é uma figura importante e cuja premissa é a equalização dos educandos. Isso significa que a formação traz como expectativa a produção de boas formas, reduzindo desvios e multiplicando dispositivos compensadores do que pode fazer diferença. No entanto, tal processo não tem um caráter simples, controlável ou contornável, uma vez que a complexidade da formação está exatamente no entre-cruzamento de sucessivas deformações, que só se efetivam pela afirmação da diferença. O que escapa ao controle se constitui em formação, potência de campos de afecção, de territórios de intensidades geradores de movimento. Assim, partimos do pressuposto de que a escola é uma rede complexa de ações e proposições em que se constrói uma diversidade de caminhos possíveis de serem trilhados, dentre os quais as sucessivas práticas de exclusão do que não se encaixa nas expectativas construídas nas tradições e/ou nos novos manuais de produtividade, trazendo como efeito o sufocamento do coletivo. São os encontros, os conflitos, as contradições que vão construindo territórios estéticos de vida entre educadores e educandos – invenção de maneiras de considerar diretrizes, currículo, circunstâncias, a favor de outros modos de existência. Se a tensão que faz pulsar essa rede, justamente a densificação que ativa o pensamento, é vivida como problema que se encarna nos corpos dos sujeitos e que deve ser eliminado, a complexidade é fragmentada e a formação que é um processo ético-estético e político passa à assistência individualizada/individualizante. A escola como instituição alavanca processos sempre complexos em que hábitos, conjuntura sócio-político-institucional, singularidades, utopias trançam um espaço-tempo produtor de formas múltiplas de subjetivação. Não se trata de desqualificar as relações de proximidade em que a atenção é dispensada a cada um e a todos, pelo contrário, a questão é que o olhar mediado por padrões não problematizados, deixa de lado a alteridade e o campo de experimentação. Temos como desafio colocar coletivamente em atenção-tensão-discussão no que tange as suas implicações com o engendramento de acontecimentos na vida educacional pois, quando a direção das lutas está na perpetuação de estruturas, o que se perde é o movimento e o sentido das práticas, condição fundamental de inclusão pelas ações interventivas de um trabalho compartilhado. A perspectiva, então, é a de produzir um campo de análise da/na escola entre a macro e a micropolítica, buscando cartografar linhas de subjetivação, outros modos de gestão do trabalho, problematizando as relações de saúde/adoecimento.

**Palavras-chaves:** Formação, Subjetividades, Psicologia, Educação

**Trabalho:** FORMAÇÃO, APRENDIZAGEM DE ADULTOS E SOCIEDADE DA CAPACITAÇÃO

**Autor(es):** Rosimeri Dias

**Resumo:** As políticas circunscritas na cultura do capitalismo atualmente desembocam no que

Richard Sennett (2006) chama de sociedade da capacitação que investe na constituição de aptidões portáteis. Estas aptidões acentuam a capacidade de trabalhar em vários problemas com uma gama de personagens constantemente mudando, separando a ação do contexto buscam um talento direcionado as pessoas que resolvem problemas. Um talento que vive das aptidões potenciais portáteis dá ênfase ao êxito nas soluções. Uma cultura assim gera uma atitude política voltada para a superficialidade, para a abundância do consumo e para o curto prazo que prevalece no processo do trabalho e produz efeitos diretos na vida e na escola. Se as modificações no ambiente do trabalho refletem diretamente na produção de subjetividade, então aquelas que ocorrem na escola não poderiam deixar de fazê-lo. Pois tanto na empresa como nos espaços de trabalho e de formação a cultura do capitalismo penetra com força em cada um dos seus agentes quando a ênfase recai numa lógica meritocrática que quantifica e potencializa os criativos e os que se adaptam aos contextos de uma maneira nova. Neste sentido, a sociedade da capacitação expressa um tempo flexível em que os indivíduos precisam ser capazes de aprender novas capacitações, em vez de se aferrarem a antigas competências. A dinâmica da sociedade da capacitação dá ênfase à aptidão portátil de processar e interpretar conjuntos de informação e de práticas permanentemente em mudança. Sennett argumenta, no entanto, que as empresas, as capacitações e os padrões de consumo mudaram na sociedade atual, mas seu ponto de vista é que essas mudanças não libertaram as pessoas. Neste trabalho pretendemos refletir sobre a influência que a sociedade da capacitação exerce nos processos de aprendizagem de adultos e formação de professores analisando os mecanismos que estão em jogo, os limites, as polêmicas e os conflitos que uma concepção de aprendizagem de adultos pautada na padronização de um modelo de capacitação gera para a formação de professores. Em que sentido ocorre o atravessamento de uma certa pragmática da sociedade da capacitação na formação de professores? A sociedade da capacitação se conecta com a escola quando esta almeja a disciplina dos corpos, dos saberes, do pensamento e sua sujeição a uma verdade pré-determinada. Pensar de outro modo e problematizar as aptidões portáteis e a capacitação decorre da maneira como lidamos com o tempo. O tempo flexível da sociedade da capacitação acentua uma formação dos “que sabem” a organização, estruturação e legitimação dos saberes e dos métodos para transmiti-los. No entanto, o processo de formação não possui somente um caráter linearizado de talento para ensinar e produzir novos saberes. Na tensão do cotidiano de formação os processos de aprendizagem de adultos escapam ao controle e acontecem na intensidade e densidade de um tempo que engendra uma rede complexa experienciada. Percebemos, com isto, a importância de se dar atenção à densidade do tempo e a experiência da complexidade da formação de professores. Trata-se de explorar os limites, as condições, as exigências para que possamos fazer do processo de formação de professores um jogo que nos permita, cada vez mais, o exercício de pensar de outro modo, de ser de outro modo. Em outras palavras, acolher nas relações político-pedagógicas da formação de professores o caráter provisório, contingente, arbitrário da sociedade da capacitação colocando em questão seu modo de funcionamento e inventando outras maneiras de lidar com o currículo, com os acontecimentos e produzindo outras formas de aprender como adultos que não reproduzam os mecanismos padronizados de aquisição portátil de habilidades e competências para solucionar problemas com êxito no mundo e na escola. Neste sentido, afirmamos que o desafio é acentuar na formação experiências de aprendizagem mais coletivas e inventivas que tencionem aquilo que é posto como regra e padrão de funcionamento, ao mesmo tempo colocar em discussão o caráter flexível e portátil da sociedade de capacitação. Assim, apontamos a importância de se implicar com uma formação que é uma prática política que toma corpo em técnicas, em efeitos e em saberes que duram e operam incessantemente produzindo singularidades e sentido nas práticas de formação de professores.

**Palavras-chaves:** Formação, subjetividades, Aprendizagem de Adultos, sociedade da capacitação

**Trabalho:** EDUCAÇÃO POPULAR E ECONOMIA – POSSÍVEIS ENLACES E ALGUMAS LIÇÕES

**Autor(es):** Katia Aguiar

**Resumo:** Esse trabalho tem como objetivo trazer contribuições aos debates sobre a construção de práticas de enfrentamento ao sistema do capital, no campo da educação. As análises

apresentadas se sustentam nas produções do movimento institucionalista que, no Brasil, tem como intercessores a micropolítica do desejo (G. Deleuze e F. Guattari) e a microfísica do poder (M. Foucault). O campo de intervenção que é matéria do presente trabalho, se construiu a partir de minha inserção em atividades de pesquisa e de extensão: cursos para técnicos/assessores, ações diretas junto aos setores populares e profissionais da área da educação. Nessas ações procura-se intervir nos nexos instituídos entre subjetividade, economia e política, a partir da problematização das concepções e dos modos de fazer que perpetuam a lógica do capital. Aborda-se os processos de formação presentes nas práticas competitivas e predatórias, com finalidades apenas mercantis e monetárias, enquanto vetores de naturalização de um modo de se fazer economia, o único caminho possível (M. Arruda, J.L. Coraggio). Dentre as estratégias/espacos de controle para a perpetuação das forças ou dos interesses dominantes, encontra-se a educação/escola. Desde sua aparição histórica ela se tornou, pouco a pouco, um lugar social privilegiado e importante de ordenação e de disciplinamento. Uma ordenação que estabelece, sob forma de escala, quem e o quê deve ser valorizado, definindo um esquema hierárquico de poderes e de saberes; e que também opera um modo de distribuição espacial e temporal de indivíduos e de atividades. O disciplinamento faz a costura dessa ordenação com todo um conjunto de técnicas e de procedimentos científicos que definem os limites do que é aceito como normalidade e os instrumentos de adequação dos indivíduos à norma. Hoje, olhando a escola, talvez ela pareça enfraquecida. As diferentes mídias e as mudanças mais recentes no sistema do capital – o que alguns chamam neoliberalismo, desenham esse cenário. As estratégias de controle ganham novas nuances, se multiplicam, apresentam infinitas variações, ocupam as entranhas do socius. Muitos são os caminhos educativos e variadas são as formas de valorização/sujeição das pessoas. A redução de investimento financeiro na rede pública de ensino dá o golpe final. Ela atinge em especial os mais pauperizados, assinando a sentença de incompetência desses setores para a escolarização. Além disso, os novos caminhos de manutenção da dominação transformam qualquer movimento de insurgência dos setores populares em ato criminoso, justificando seu encarceramento e extermínio. Tem-se acumulado inúmeros desafios para quebrar a lógica do capital. Alguns deles estão diretamente ligados às práticas educativas, sejam elas escolarizadas ou não. A intenção desse trabalho é o de partilhar algumas reflexões de nossos percursos e implicações, no que denominamos estratégias de formação na economia setores populares. Recorre-se a experiências de educação popular no âmbito escolar e em iniciativas de geração de trabalho e renda, para delas extrair enlaces e possíveis lições. O trabalho de desmistificação dos grandes temas e de aproximação de questões difíceis de compreender, especialmente no campo da economia, tem-se mostrado um recurso importante na ampliação da capacidade de análise do presente. Além disso, tem possibilitado avançar no entendimento do lugar que ocupamos como produtores-consumidores, avaliar "o tamanho de nossas pernas". É o início de uma avaliação sobre os limites e as possibilidades de escolha, sobre as conseqüências de cada uma delas, sobre o que é possível de ser feito por cada um e pelo coletivo. Um recurso importante contra a impotência frente a cada tentativa de mudança que, com freqüência, gera imobilismo. Toma-se como ponto de partida e ponto de chegada, ainda que esta seja sempre provisória, a crítica dos lugares que ocupamos nos jogos de poder e de verdade e que sustentam, muitas vezes sem nos darmos conta, o sistema que tencionamos questionar/aniquilar. Uma atitude política ou, melhor seria, um modo de politizarmos o cotidiano e, com isso, ampliarmos nossa capacidade de (inter) ferir a lógica do capital.

**Palavras-chaves:** estratégia de formação, subjetividades, economia dos setores populares

**Atividade: Projeto Em Cine: o uso da filmografia como estímulo ao debate (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Projeto Em Cine: o uso da filmografia como estímulo ao debate

**Autor(es):** Christine Vieira Pereira, Helene do Carmo Gomes, Emmanuela Neves

Gonsalves, Jessé Guimarães da Silva, Leila Maria Torraca de Brito

**Resumo:** O presente trabalho visa apresentar a metodologia empregada no Projeto de extensão Em Cine – Ciclo de debates, discutindo sobre o uso da filmografia como instrumento facilitador do ensino por meio do debate. A partir da exibição de um curta-metragem, será realizada uma discussão coordenada pela equipe do projeto, onde serão apresentados objetivos, metodologia, formas de divulgação e resultados obtidos nos eventos já realizados pelo projeto. O Em Cine – Ciclo de debates integra o Programa de Formação em Direitos da Infância e da Juventude – Pró-Adolescente, do Instituto de Psicologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Criado no ano de 2003, o projeto Em Cine tem como objetivo principal propiciar o debate acadêmico a partir da exibição de filmes, priorizando conteúdos teóricos relacionados à Psicologia Jurídica, dentre eles os relacionamentos familiares e os direitos de crianças e adolescentes. A cada evento do Em Cine, após a apresentação do longa-metragem, o público é convidado a participar de um debate coordenado por profissional especializado no tema abordado na película. A escolha dos debatedores tem por referência a congruência entre o que é entendido como cerne do tema tratado pelo filme e a área específica de trabalho do profissional. Vale destacar que, dentre os já convidados, participaram do Em Cine professores da UERJ e alunos do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da universidade, além de profissionais e docentes de outras instituições de ensino. Busca-se, nesse sentido, promover o encontro com diferentes profissionais, o que resulta em distintas visões e caminhos teóricos na explicação da complexidade e multidisciplinariedade dos temas abordados. O ciclo de debates encontra-se em sua vigésima sexta edição e tem recebido, enquanto espectadores, profissionais e graduandos de variadas faixas etárias, filiação institucional e formações, constatando-se por meio de avaliações individuais preenchidas pelos participantes ao término de cada evento, ser esta metodologia eficaz e produtiva, com grande aceitação do público alvo. Constatou-se que no ano de 2006, 64% dos participantes avaliaram o uso da linguagem cinematográfica como um excelente recurso didático. Tais avaliações servem ao projeto como um “termômetro”, apontando a validade do recurso utilizado como disparador para discussão e viabilizando o atendimento de sugestões dadas pelo público. Destaca-se que nas avaliações do ano de 2006, a opinião dos participantes foi de que o cinema além de ser um “recurso moderno”, “atraente e dinâmico”, é também um “dispositivo de reflexões”. Portanto, um excelente instrumento, para a transmissão, compartilhamento e produção de conhecimentos.

**Palavras-chaves:** extensão universitária, debate acadêmico, filmografia

**Atividade: ADOLESCENTES, VIDAS INTERROMPIDAS: POR QUE É TÃO IMPORTANTE FALAR SOBRE MORTE COM ELES? (Experiências em Debate)**

**Trabalho: ADOLESCENTES, VIDAS INTERROMPIDAS: POR QUE É TÃO IMPORTANTE FALAR SOBRE MORTE COM ELES?**

**Autor(es):** Cláudia Fernanda Rodriguez

**Resumo:** Os jovens têm sonhos, almejam realização pessoal e profissional, estão no “auge da vida” e, assim, é comum o pensamento equivocada de que não existe espaço para se pensar em tragédias e mortes neste período do desenvolvimento. Este trabalho é o relato de minha experiência profissional que buscou compreender como os adolescentes percebem, refletem e se relacionam com o tema da morte e verificar como explicam as altas taxas de mortalidade na sua faixa etária. Além disso, investigou-se a necessidade de discutir o tema da morte com a família, amigos, profissionais e quais as maneiras que os jovens consideram melhor. Esta reflexão é relevante e fundamental uma vez que as estatísticas mostram dados alarmantes sobre o aumento da mortalidade entre adolescentes, principalmente relacionadas com acidentes e mortes violentas. Buscou-se compreender o processo da adolescência e a sua relação com o tema da morte, a partir de uma abordagem qualitativa na coleta e na compreensão dos dados. Participaram desta pesquisa adolescentes do Ensino Fundamental e Médio de duas escolas da cidade de São Paulo. Foi exibido o vídeo “Falando de morte com o adolescente” (do Laboratório de Estudos sobre a Morte do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo) e foram

propostas discussões com os adolescentes, inspiradas na modalidade denominada Grupo Focal. Categorias temáticas foram destacadas com o intuito de formar alguns eixos de análise. As reflexões feitas pelos adolescentes envolveram o tema da morte e a dificuldade de pensar na possibilidade da perda de pessoas queridas. De uma forma geral, os adolescentes não percebem a morte como possibilidade pessoal, expressando sentimentos de imortalidade e onipotência. Ao relatarem perdas de amigos também adolescentes, os sentimentos de choque e tristeza intensa são freqüentes, afinal, os amigos são importantes fontes de apoio num processo de identificação. Algumas das hipóteses sobre os altos índices de mortalidade na adolescência foram: uso de drogas; violência; banalização da morte; situações sociais desfavoráveis; AIDS; falta de emprego e de perspectivas de futuro; suicídios; dificuldade na comunicação com profissionais, amigos e familiares; dificuldades na expressão de sentimentos e pedidos de ajuda; acidentes; falta de limites e a postura de desafiar o mundo; más influências; não imposição de responsabilidade pela sociedade; entraves na educação etc. Foi estabelecido um contato com profissionais de educação que refletiu como a escola compreende um importante espaço para possibilitar a discussão e a reflexão sobre o tema da morte entre os profissionais e entre/com os alunos. Sendo que a maior parte das mortes de jovens são provocadas por causas não naturais, existe, dessa forma, a possibilidade de trabalhos de prevenção nesse sentido. Observa-se que não deveria ocorrer uma imposição de atividades, ou seja, a forma ideal de construção e execução destas envolveria profissionais de saúde e educação e os próprios adolescentes. Portanto, é fundamental ouvir o que os jovens têm a dizer sobre isso. Temas a serem discutidos: Falando com jovens sobre a adolescência e o tema da morte. Taxas de mortalidade na adolescência. Educação para a morte. Autores a serem trabalhados ABRAMO, H.W.; FREITAS, M.V. & SPOSITO, M.P. (Org.) – (2002). Juventude em debate. São Paulo: Freitas. ESSLINGER, I. & KOVÁCS, M. J. (2004). Adolescência: vida ou morte? São Paulo: Ática. KOVÁCS, M.J. (2003). Educação para a morte: desafio na formação de profissionais de saúde e educação. São Paulo: Casa do Psicólogo: FAPESP. RODRIGUEZ, C.F. (2005). O que os jovens têm a dizer sobre a adolescência e o tema da morte? Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

**Palavras-chaves:** adolescência, taxas de mortalidade, educação para a morte, escola

**Atividade: Da teoria à prática:  
(Experiências em Debate)**

**Trabalho:** – um debate acerca da atuação do Psicólogo Escolar.

**Autor(es):** Miriane da Silva Santos, Mônica F. B. Correia

**Resumo:** Muito se tem discutido acerca da atuação do psicólogo escolar. Passados anos desde a inserção deste profissional nas escolas, mitos e concepções errôneas ainda persistem quanto ao seu papel dentro destas instituições. Este panorama resulta de uma longa evolução histórica que traz nas suas raízes perspectivas deturpadas construídas e sustentadas dentro da Psicologia, pelo senso comum, pelos demais profissionais da educação e pelos próprios psicólogos escolares. O debate quanto a nossa função é constante, apresentando como resultado audaciosas e eficazes propostas de intervenção. Mas o que se observa na prática é que o psicólogo escolar é revestido, em sua maioria, por uma destas duas roupagens: ou “a fada madrinha” ou “o delator persecutório”. No primeiro caso, ele é recebido pela escola como aquele que solucionará todos os problemas como num passe de mágica. No segundo, pelo contrário, tal espaço não lhe é concedido pelo medo de ele criticar, num sentido pejorativo, o que não vai bem na escola. É no sentido de comprovar como estas duas imagens estão tão arraigadas no contexto real que o presente trabalho tem como objetivo proporcionar uma análise, através do relato de uma experiência prática de estágio, sobre as reais dificuldades encontradas pelo Psicólogo Escolar ao se deparar com tal panorama e suscitar idéias de que como a parceria entre este profissional e a escola pode ser concreta. O estágio em questão fundamentou-se em reuniões de supervisões fomentadas por discussões e orientações acerca da inserção do psicólogo na escola, da origem de sua figura na instituição, de temas relevantes à área e de perspectivas teóricas geradoras de reflexões e possibilitadoras de estratégias de atuação.

Consistiu-se em duas etapas desenvolvidas durante dois semestres. Na primeira, além das leituras e preparação de uma fundamentação teórica, nos fizemos presentes na escola com o objetivo de coletarmos dados e realizar observações, a partir das quais foi elaborado um projeto de intervenção. A segunda etapa destinou-se à execução das atividades propostas no semestre anterior. Conforme programado, após realizarmos observações da forma como eram conduzidas diversas atividades da escola (aulas, reunião de pais e mestres, reuniões de professoras, reuniões da equipe de apoio pedagógico, atividades lúdicas) e a par dos dados referentes ao funcionamento da instituição, elaboramos um projeto para intervenção em cinco focos considerados de urgente interferência. Antes de iniciarmos nossa atuação, apresentamos o projeto à direção da escola e posteriormente à equipe de apoio pedagógico. Após esta apresentação, foram feitas algumas objeções pela direção no que se referiam a alguns pontos por nós levantados, mas ainda assim ambas concordaram em firmar conosco uma parceria e ceder o espaço necessário para nossa atuação. À medida que nos empenhamos para pôr em prática as atividades planejadas, percebemos que, na realidade, a escola se mantinha numa posição de defensiva e por isso mesmo nos cedia cada vez menos espaço. Era paradoxal concluirmos que, tendo a direção da instituição firmado um compromisso de melhorar o serviço oferecido pela escola, não oferecer condições que possibilitassem tal fim. Os últimos dias de nossa presença na escola só corroboraram esta constatação. Muito embora tenhamos presenciado as reais necessidades de uma parceria entre a Psicologia e a Educação, a impressão que ficou foi a de que, embora a escola careça de nossa presença em suas dependências, ela não está preparada para nos receber. Finalmente, de forma alguma visamos desmotivar os profissionais na área, nem tampouco apontar culpados. O intuito foi, tão somente, propiciar uma oportunidade de apresentar como o trabalho do Psicólogo Escolar vem sendo desenvolvido dentro das instituições e de que forma podemos contribuir para que nossas propostas de atuação possam ser aceitas e postas em prática com o auxílio de toda a comunidade escolar.

**Palavras-chaves:** Psicólogo Escolar, Intervenção, Dificuldades de Atuação

**Atividade:** APROPRIAÇÃO DO CONHECIMENTO ATRAVÉS DA PARTICIPAÇÃO GUIADA POR DÍADES DE CRIANÇAS NA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS MATEMÁTICOS COM E SEM RELAÇÃO DE AMIZADE. (Comunicações Científicas)

**Trabalho:** APROPRIAÇÃO DO CONHECIMENTO ATRAVÉS DA PARTICIPAÇÃO GUIADA POR DÍADES DE CRIANÇAS NA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS MATEMÁTICOS COM E SEM RELAÇÃO DE AMIZADE.

**Autor(es):** Marinalva Silva Oliveira, Hozana Machado Mendonça, Maria do Carmo Lobato da Silva

**Resumo:** Os indivíduos, durante o decorrer de sua vida, se encontram em contextos interacionais nos quais, através de ações mutuamente reguladas e/ou dirigidas, estão continuamente co-construindo significados ou conceitos sobre um determinado tema. Nestes contextos, os processos interativos e de comunicação, que envolvem a construção conjunta de significados, canalizam o desenvolvimento humano (Valsiner, 1997). Dentre as interações, as verbais envolvem diferentes perspectivas sobre uma determinada tarefa a serem articuladas e confrontadas e que induzem às coordenações interindividuais e, subseqüentemente, às coordenações intraindividuais. Estas últimas foram denominadas por Vygotsky (2003) como internalização, isto é, a reconstrução da atividade psicológica baseada na operação com signos. O termo tem sido designado em diferentes perspectivas teóricas e, mais recentemente, tem sido utilizado por Rogoff (1990) como apropriação. Para esta autora a participação do indivíduo numa resolução de problemas envolve um processo que está além do nível individual, pois ao longo da interação, ao se beneficiar do pensamento compartilhado o indivíduo não “obtem” alguma coisa de um modelo externo, ao contrário, participar da atividade significa estar diretamente envolvido na apropriação. Isto é, durante o processo, cada indivíduo reflete sobre sua compreensão compartilhando significados e, posteriormente, utilizando esta compreensão de uma forma individual diferente daquela construída conjuntamente. Desta forma a participação guiada

proporciona diferentes perspectivas sobre a aprendizagem conduzindo o indivíduo a se apropriar do conhecimento à medida em que participa e é orientado. Desta forma, a apropriação é o processo pelo qual os participantes em uma dada tarefa transformam seus conceitos. Diante do exposto o objetivo deste trabalho é analisar e comparar como ocorre a apropriação do conhecimento através da participação guiada em díades de crianças com e sem relação de amizade. Dezesesseis alunos da 3ª série do ensino fundamental participaram deste estudo e foram agrupados em quatro díades com relação de amizade (DCRA) e quatro díades sem relação de amizade (DSRA). A seleção para agrupá-los (DCRA e DSRA) ocorreu através de uma entrevista onde os alunos foram entrevistados com o objetivo de conhecer o vínculo afetivo, bem como o tempo de amizade e se gostavam ou costumavam realizar trabalhos juntos. A partir desta indicação, formou-se as DCRA. Já as DSRA formaram-se com os alunos que não se indicaram na entrevista. Em seguida, cada díade, em horários e dias diferentes, foram conduzidas a uma sala na própria escola para que resolvessem cinco problemas matemáticos referentes a conteúdos já ministrados anteriormente em sala de aula, conforme informações da professora. As interações foram gravadas através de filmadora e gravador. As pesquisadoras solicitavam que as díades resolvessem os problemas verbalizando ao outro as dúvidas, estratégias e metas utilizadas. A cada díade era entregue um único papel contendo cinco problemas matemáticos, um lápis e uma borracha. Após a finalização da busca de informações empíricas, as fitas foram transcritas e analisadas. Os resultados mostraram que as interações em díades com e sem relação de amizade envolviam diferentes perspectivas sobre o problema matemático, induzindo coordenações interindividuais e, subseqüentemente, intraindividuais com apropriação das estratégias apresentadas durante a interação. Não ocorreram diferenças significativas de interações entre díades com e sem relação de amizade. Nos dois casos os participantes justificaram suas estratégias com conceitos já apropriados em sala de aula, mas a relação com o outro trouxe varias direções com múltiplos significados. A argumentação sobre as resoluções para convencer o parceiro e a negociação de estratégias tinham o propósito de incluir o outro na resolução da tarefa, ou seja, os pares estruturavam suas participações mutuamente. Neste contexto colaborativo, tanto nas DCRA quanto nas DSRA, os participantes funcionavam como mediadores sociais de seus pares. Neste sentido depreende-se que quando os sujeitos participam de uma tarefa de forma colaborativa revela-se uma diversidade entre os pares, onde cada um pode confrontar com as diferenças entre suas respostas e as respostas dos outros, o que implica, também, aprender a regular e auto-regular suas ações, o que numa situação hierárquica não ocorreria. Ou seja, assim como no estudo de Rogoff (2005), quanto mais os parceiros buscam um campo comum de entendimento, mais se envolvem na compreensão de seu significado, havendo uma conexão mútua em suas compreensões. Diante de tais resultados cada participante exerceu o papel de sujeito e agente na resolução da tarefa. Neste estudo o outro surgiu enquanto campo possibilitador de ação e como suporte emocional possibilitando a apropriação do conhecimento através da participação guiada. Neste sentido, quando diferentes parceiros se envolvem em um esforço conjunto para resolverem uma tarefa, eles obtém benefícios próprios, pois constróem soluções para a tarefa que individualmente poderiam não conseguir, logo cada participante é construtor de significados e construído pelo outro.

**Palavras-chaves:** Interação verbal, Díades de crianças, Resolução de Problemas Matemáticos

**Atividade:** PESQUISA-INTERVENÇÃO COM UM GRUPO DE DEPENDENTES QUÍMICOS (Comunicações Científicas)

**Trabalho:** PESQUISA-INTERVENÇÃO COM UM GRUPO DE DEPENDENTES QUÍMICOS: POR UMA PROPOSTA DE PESSOA SAUDÁVEL

**Autor(es):** Márcio Silva Gondim, Francisco Silva Cavalcante Junior

**Resumo:** Esta pesquisa-intervenção aborda experiências da aplicação do Método (Con)texto de Letramentos Múltiplos, em um modelo de práticas terapêuticas psicoeducativas em Círculos de Letramentos, norteadas por modelos grupais, inspirados na Psicologia Humanista da Abordagem Centrada na Pessoa de Carl Rogers; nas propostas de Educação Estética de Dewey, Rosenblatt e Eisner e na Pedagogia da Libertação de Paulo Freire. A prática de letramentos múltiplos em



grupos constitui-se como uma intervenção terapêutica, de cunho psicoeducativo integrador das múltiplas dimensões da vida humana. A presente investigação ocorreu por meio de oito sessões terapêuticas grupais, em uma instituição que tem como um dos objetivos recuperar dependentes químicos, localizada na cidade de Fortaleza (Ceará). Propõe-se, neste trabalho, uma Psicologia de orientação positiva no acompanhamento de dependentes químicos em grupos terapêuticos. Objetivou-se possibilitar a manifestação de múltiplos modos expressivos dos sujeitos; promover uma consciência desconstrutora de patologias provocadas por experiências de opressão e resgatar potenciais latentes nos indivíduos, para uma livre comunicação e expressão de idéias, pensamentos e sentimentos, caracterizando-se, assim, este estudo como uma pesquisa-intervenção. Desse modo, foram planejados e realizados oito encontros com as pessoas que utilizavam os serviços dessa instituição, fundados nos princípios ação-reflexão-reação. O Método (Con)texto de Letramentos Múltiplos consiste em um método que permite aos sujeitos atribuírem sentidos próprios ao mundo vivido. A partir das múltiplas linguagens existentes no repertório comunicacional dos participantes dos grupos, a expressão pode ocorrer por meio de modos diversificados. Foi eleita a abordagem qualitativa para a orientação conceitual da investigação, fazendo-se uma combinação de métodos qualitativos: os pressupostos e técnicas da etnografia e da pesquisa-intervenção narrativa reflexiva, sendo conduzida através dos três estágios que compõem o Método (Con)texto de Letramentos Múltiplos: a (L)eitura, a (E)scrita e a (R)ecriação. A (L)eitura consistiu na percepção de experiências significativas nas vidas dos participantes do grupo – em uma leitura de mundo realizada pelos integrantes do grupo; a (E)scrita foi realizada em relação ao sentido pessoal da experiência vivida e as (R)ecriações ocorreram como possibilidade de compreensão do processo de constituição como sujeitos participantes de um contexto cultural. Como destaca Alain Touraine e Carl Rogers, as pessoas são orientadas para uma liberdade do sujeito pessoal e a comunicação intercultural. Esta forma de compreender o resgate do potencial interior da pessoa ecoa o pensamento e prática de Carl Rogers, na Abordagem Centrada na Pessoa, onde se entende que, num contexto favorável (seja ele clínico, organizacional, social ou educacional), a existência de um ambiente acolhedor e uma postura de aceitação positiva incondicional do facilitador – neste projeto denominado de mentor –, favorecem para que a pessoa/cliente encontre o seu caminho para o crescimento, realização positiva e atualização daquilo que verdadeiramente existe dentro de si, tornando-se o que é. Os participantes desse grupo destacaram os sentimentos de sentirem-se mais valorizados e tornando-se mais tolerantes às diversidades humanas, desejando compartilhar com outros o que experienciaram pessoalmente. Considera-se que a realização do grupo foi relevante, pois possibilitou aos indivíduos uma inter-relação com as semelhanças e diferenças entre outros, possibilitando, sob uma perspectiva da Psicologia da Saúde de A. Maslow, a promoção da Pessoa Saudável (ou Saúde Mental) em sujeitos orientados positivamente para pleno-funcionamentos orgânicos, destacando as expressões dos indivíduos como significativa possibilidade de subjetivação. Norteados pelo referencial humanista-crítico, consideramos que o indivíduo, confrontado com uma experiência de grupo acolhedora, como a apresentada neste trabalho, tem a oportunidade de emergir como pessoa e reconhecer suas estratégias pessoais de atualização em um contexto de aprendizagem em grupo. Por fim, vale destacar que o presente trabalho visa estimular o debate acerca de experiências regionais (no caso, na cidade de Fortaleza) como contexto relevante à produção de conhecimento e intervenção profissional em Psicologia.

**Palavras-chaves:** Subjetivação,Psicoeducação,Abordagem Centrada na Pessoa

**Atividade: Chute na Mosca : a busca de relações entre jogos e desenvolvimento cognitivo (Paineis)**

**Trabalho:**Chute na Mosca : a busca de relações entre jogos e desenvolvimento cognitivo

**Autor(es):** Jaqueline Pacheco dos Santos Araújo, Werusca Marques Virote de Sousa Pinto, Roberta Macedo Barreto, Patrícia Toscano de Jesus, Luise de Oliveira Santos, Amanda Brito Lisboa, Sandra Cristina Moreira de Santana Vitor

**Resumo:** O presente estudo visa identificar e analisar os processos cognitivos por meio de um jogo desenvolvido por alunos de graduação de psicologia do segundo semestre, como parte integrante da disciplina Processos Psicológicos Básicos I. O jogo foi criado para relacionar o ato de jogar às teorias de percepção e de representações mentais e aspectos relacionados a memória dos jogadores. A proposta de confecção do jogo foi concebida mediante a interpretação de bibliografias, artigos e pesquisas relacionadas ao tema Percepção e Representação do Conhecimento, aplicando e relacionando esses conceitos ao cotidiano e à atividade de jogar. Os comportamentos observados reportam também às teorias ativas da percepção auditiva. Ao responder às questões propostas pelo jogo, observa-se a utilização dos processos léxicos, desenvolvendo a aquisição de vocabulário e o conhecimento declarativo. Os jogos atuam como elementos lúdicos no processo de aprendizagem. Também expressam o desenvolvimento cognitivo do indivíduo e preparam o aprendiz para tarefas mais elaboradas e mais sérias que a vida poderá lhe exigir. Chute na Mosca é um jogo competitivo que pode ser utilizado para fins pedagógicos, pois envolve conhecimentos gerais, vivências cotidianas e raciocínio lógico. Os participantes não apresentaram dificuldades na compreensão das regras, porém o jogo exige além de concentração, habilidades cognitivas como a percepção, que é conceituada como o ato de perceber pelos centros nervosos, impressões conhecidas pelos sentidos. Esses processos facilitam as estratégias no ato de jogar. Tão importante quanto a percepção, tem-se: a memória, percebida no jogo através da necessidade de lembrar, readquirir idéias ou imagens; o pensamento, conjunto de reflexões não sistemáticas do homem sobre suas experiências e a linguagem, essencial para exprimir sinais falados, escritos ou gesticulados. Vale ressaltar que o jogo exige a utilização dos conhecimentos prévios. Segundo Piaget (1993) o desenvolvimento cognitivo se articula ao desenvolvimento social. Para o autor, influências neurológicas se combinam para ocasionar a maturidade cognitiva. Dessa forma, o jogo é um elemento importante na socialização e no desenvolvimento de habilidades e processos cognitivos básicos. Além das funções de aprendizagem, o jogo ainda favoreceu as interações sociais e estimulou o respeito às regras, podendo, em alguns momentos, ser um agente de transformação, permitindo resolver situações problemáticas de forma prazerosa, desenvolvendo os aspectos da cognição. Foi realizada uma aplicação preliminar na exposição dos jogos cognitivos que nos deu parâmetros para continuar a aplicação desse jogo em uma escola pública de Feira de Santana – Bahia, com o propósito de desenvolver em crianças e adolescentes a partir de doze anos tanto a socialização como os processos cognitivos citados anteriormente.

**Palavras-chaves:** Jogos, Desenvolvimento cognitivo, Aprendizagem, Processos cognitivos

**Atividade:** **INTERAÇÃO VERBAL E PARTICIPAÇÃO GUIADA DURANTE SOLUÇÃO DE PROBLEMAS MATEMÁTICOS EM TRIÁDES DE CRIANÇAS COM E SEM RELAÇÃO DE AMIZADE.**  
**(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** INTERAÇÃO VERBAL E PARTICIPAÇÃO GUIADA DURANTE SOLUÇÃO DE PROBLEMAS MATEMÁTICOS EM TRIÁDES DE CRIANÇAS COM E SEM RELAÇÃO DE AMIZADE.

**Autor(es):** Maria do Carmo Lobato da Silva, Hozana Machado Mendonça, Marinalva Silva Oliveira

**Resumo:** Pesquisas recentes enfatizam o papel das interações sociais na construção do conhecimento, mas raramente discutem a importância das interações em díades e tríades na construção de conceitos matemáticos. Este estudo propõe analisar e comparar a participação guiada em tríades de crianças com e sem relação de amizade. Para Rogoff (2005) o contexto social é constituído por normas e práticas desenvolvidas e apropriadas pelas gerações passadas que deixam heranças como letramento, sistema numérico, sistema de valores e normas. Estes conhecimentos visam não apenas instruir práticas culturais, mas proporcionar uma interação

paralela nas quais adultos e crianças participam. Rogoff (2005) denominou este conceito de Participação Guiada, onde diferentes perspectivas são colocadas à disposição do outro e da própria aprendizagem, remetendo a processos intersubjetivos que focalizam a maneira como crianças são envolvidas num trabalho conjunto. A participação guiada pode ser analisada em atividades estruturadas na escola onde a interação face-a-face enseja constantes ações e comunicações verbais ou gestuais, numa troca que mistura intrasubjetivo e intersubjetivo caracterizada pelo compartilhamento de significados. Neste trabalho propomos entender o conceito de participação guiada, a partir das relações de afetividade, na interação de tríades de criança com e sem relação de amizade durante a resolução de problemas matemáticos. A relação entre tríades de crianças pode ser intensa e proveitosa na medida em que nos processos de participação um possa envolver o outro para auxiliá-lo ou representar desafios e barreiras durante a resolução da tarefa. Isso dependerá do significado afetivo que o outro tem para ele e para a própria atividade. Participaram 24 alunos da 3ª série do ensino fundamental agrupados em quatro tríades com relação de amizade (TCRA) e quatro tríades sem relação de amizade (TSRA). A seleção para agrupá-los (TCRA e TSRA) ocorreu através de uma entrevista onde os alunos foram entrevistados com o objetivo de conhecer sobre o vínculo afetivo, bem como o tempo de amizade e se gostavam ou costumavam realizar trabalhos juntos. A partir desta indicação, formaram-se as TCRA. Já as TSRA formaram-se com os alunos que não se indicaram na entrevista. Depois, os alunos foram encaminhados em tríades a uma sala separada onde deveriam resolver cinco problemas matemáticos em tarefas não habituais sobre conteúdos já ministrados em sala. As pesquisadoras solicitavam às tríades que resolvessem os problemas verbalizando as dúvidas, estratégias e metas utilizadas. As interações foram registradas através de filmadora e gravador. As fitas foram transcritas e analisadas segundo o método microgenético comparando a participação guiada entre crianças com e sem relação de amizade. Analisou-se como crianças estruturam o envolvimento uma das outras na tarefa em razão da afetividade, pois esta pode interferir na ampliação ou restrição da participação dos alunos. Os resultados mostraram que, na tríade em que houve reciprocidade de indicação, os alunos participavam ativamente da resolução da tarefa facilitando a participação mútua. Nas demais tríades TCRA ocorreram à exclusão da criança com menor relação de amizade, transformando-se em díade durante a resolução. Ou seja, a participação guiada estava relacionada aos aspectos afetivos que direcionavam a coordenação de metas comuns reiterando a relação intrapessoal e a intersubjetividade, pois um tenta estruturar a participação do outro para atingir seus objetivos. Em duas tríades TSRA, os sujeitos buscaram resolver os problemas competitivamente, pois a meta era somente alcançar os objetivos individuais, o que se expressava em comportamentos anti-sociais. As outras tríades TSRA resolveram os problemas individualmente, com os sujeitos buscando afirmar seu potencial de ação, mas ao perceberem que a meta não seria alcançada por essas ações, solicitavam participações restritas dos outros visando apoio às suas decisões, portanto, uma participação guiada tímida. O tempo de interação das tríades TSRA foi inferior ao das TCRA permitindo inferir um grau de intersubjetividade maior onde o vínculo afetivo é maior. Afetividade significa maior coordenação social entre parceiros e, conseqüentemente, direcionamento para objetivos comuns. Podemos inferir que o afeto é importante na aprendizagem e no desenvolvimento cognitivo como propulsor de interação e que, segundo Piaget (1999), impulsiona o desenvolvimento cognitivo fortalecendo-se com as estruturas construídas e direcionando a atividade intelectual. A imagem que a criança tem de si e do outro, assim como o grau de confiança que deposita em si e no parceiro, interfere no processo de construção de conhecimentos. Assim, tríades TCRA se envolveram em interações mais intensas de acordo com a relevância que atribuíram ao outro para seus propósitos, importância essa conectada com experiências construídas anteriormente e trazidas para a relação. Em tríades TSRA as estruturações de participação eram restritas, pois os sujeitos diminuía as oportunidades de verbalizar suas ações ou restringiam as ações dos outros durante a tarefa. Portanto, ao regular e estruturarem suas ações, os participantes construíam e compartilhavam significados que os conduziam a modificar seus comportamentos buscando alcançar um objetivo coletivo ou individual, dependendo da relação afetiva existente.

**Palavras-chaves:** Interação Verbal, Tríades de alunos, Resolução de problemas matemáticos

**Atividade:** Estudo exploratório sobre aprendizagem musical para deficientes auditivos e surdos (Paineis)

**Trabalho:**Música em silêncio

**Autor(es):** Paula Lemes, Carolina Faria Arantes, Débora Nobusada, Fernanda Blascovi, Luiara Silva Ramos, Renata Prado de Freitas, Mariana Tanus Jorge

**Resumo:** O presente trabalho apresentou como objetivo compreender o processo de aprendizagem musical de pessoas surdas e deficientes auditivas. Participaram desse estudo exploratório duas coordenadoras, formadas em música, e seus alunos, com faixa etária média de 16 anos, que, junto, formam o projeto “O surdo e a musicalidade”, realizado no Conservatório Estadual de Música Cora Pavan Caparelli de Uberlândia, situado no estado de Minas Gerais. As coordenadoras atuam diretamente no ensino de música para pessoas surdas e portadoras de deficiência auditiva. Foram utilizados como instrumentos uma entrevista semi-estruturada com 10 (dez) questões, feitas diretamente às coordenadoras. Além da entrevista semi-estruturada foi realizada observação do projeto mediante acompanhamento das aulas e apresentação da banda dos alunos. Os resultados das respostas foram categorizados, evidenciando os seguintes aspectos: quando questionadas sobre os procedimentos utilizados no ensino de música, as participantes do estudo exploratório responderam que utilizam a educação multissensorial que corresponde à utilização de atividades que envolvam coordenação gesto-visual, corporalidade, sinestesia e psicomotricidade. Ressaltaram ainda, que o mesmo procedimento é utilizado em alunos ouvintes. Quanto às dificuldades existentes com esse tipo de ensino, a resposta prevaiente referiu-se à falta de materiais específicos para a metodologia na aprendizagem de música. Os materiais utilizados no desenvolvimento do ensino musical para esses alunos são produzidos pelas próprias coordenadoras do projeto. Além desses materiais, utilizam também a associação visual com a metodologia para ouvintes (desenhos no computador, palmas e placas). Questionou-se a importância da aprendizagem de música para esses alunos, e a resposta obtida foi que essa aprendizagem permite maior socialização, aumento da auto-estima, da auto-valorização e da autoconfiança, revelando uma relação direta e positiva no que diz respeito à melhora na aprendizagem escolar, maior disciplina, concentração e percepção das matérias e por último, melhora nas relações familiares. Esses procedimentos utilizados pelas coordenadoras na realização do projeto estão eficientes e geram benefícios aos alunos. Questionou-se também como se dá a percepção da música pelos alunos. A resposta é que ela ocorre pela vibração notando-se que há uma especificidade para cada aluno, já que a percepção acontece em diferentes partes do corpo como pernas, costa e peito, além desta também estar ligada ao ritmo. Então, enfocamos o tema de aprendizagem de música por esses alunos na tentativa de mostrar que é preciso valorizar as capacidades dessas pessoas e não suas fraquezas como é feito frequentemente. Para isso, foram utilizadas e adaptadas as teorias de Lev S. Vygotsky, o construtivismo de Piaget e relatos de Lucielle Farias Arantes, bacharel e licenciada em Música pela Universidade Federal de Uberlândia. Diante das dificuldades encontradas em achar referenciais teóricos e que por conseqüência, dificultou a especialização dos profissionais da área, fica a sugestão da continuação dessa pesquisa a fim de futuras melhoras nesse tipo de ensino, seja na formação dos professores, seja na criação de materiais específicos.

**Palavras-chaves:** surdos, música, aprendizagem

**Atividade:** O Impacto do Ensino da Música na Vida de Crianças Ditas “Problemáticas” de uma Instituição Pública de Ensino Fundamental (Paineis)

**Trabalho:**O Impacto do Ensino da Música na Vida de Crianças Ditas “Problemáticas” de uma Instituição Pública de Ensino Fundamental

**Autor(es):** Pollyana da Silva Dias, Geida Maria Cavalcanti Souza, Darlindo Ferreira Lima, Aktos da Silva Dias, Leilane Almeida Paixão

**Resumo:** O presente projeto se caracteriza como uma proposta interdisciplinar que relaciona a ciência à arte, com o principal objetivo de compreender o impacto da música, através de atividades de musicalização, na vida de crianças ditas “problemáticas” que estudam em uma escola pública de ensino fundamental na cidade de Petrolina-PE. Existem estudos que indicam a interferência da música no organismo, nas atividades intelectuais, nas relações interpessoais e na relação do indivíduo consigo mesmo. Estes estudos colaboraram para a elaboração desse projeto. Igualmente, orientou-se na utilização da música como dispositivo de inclusão social e de cuidado. A metodologia empregada foi baseada na metodologia qualitativa fenomenológica, cujos instrumentos de coleta de dados foram a observação participante, as entrevistas semi-estruturadas e os diários-de-campo elaborados ao longo das atividades desenvolvidas. Assim, já se iniciaram as atividades de musicalização com os sujeitos da pesquisa, desenvolvidas na escola, duas vezes por semana, com duração de duas horas cada aula, aproveitando o período de férias das crianças. Essas tiveram início após reuniões com os responsáveis dos sujeitos e a direção da escola. Além disso, foi realizada uma observação participante das crianças em suas atividades escolares por uma semana e meia. Em seguida, dar-se-á começo a análise dos dados obtidos. Entretanto, a análise preliminar, obtida por meio dos instrumentos da pesquisa, aponta para a ausência de problemas de aprendizagem e relacionamento dos sujeitos da pesquisa, indicando que não há razão para denominá-los de “problemáticos”. O que se encontram são condições desfavoráveis para o processo de ensino-aprendizagem desses alunos: contexto sócio-econômico e cultural desestimulante (famílias desestruturadas, situações de violência doméstica, professoras mal remuneradas e sem o devido preparo para exercer sua função), ambiente desconfortável (salas de aula mal ventiladas e mal iluminadas) e falta de sentido no aprendizado de ler e escrever por não haver referências positivas o bastante que os incentivem nesse processo. As atividades de musicalização podem oferecer esse sentido por meio da interferência da música no indivíduo e em suas relações, como também por meio da elevação da auto-estima dos sujeitos proporcionada pelo vislumbramento de suas capacidades destacadas nas atividades. A música pode, ainda, colaborar com o aprendizado relacionado com proporção, imagens e comparações, por facilitar funções cognitivas, abrindo espaço para o seu papel no contexto educacional e igualmente sócio-econômico e cultural. Contudo, uma análise mais aprofundada ainda necessita ser feita, a qual será realizada posteriormente, com base em mais dados, os quais serão obtidos por meio das entrevistas com os responsáveis, as professoras e os sujeitos da pesquisa, e pelo prosseguimento das atividades de musicalização.

**Palavras-chaves:** Música, Fenomenologia, Intervenção, Cuidado

**Atividade:** **A gestão do comportamento social em sala de aula: programa de capacitação técnico-profissional destinado a professores que atendem alunos com necessidades especiais (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** A gestão do comportamento social em sala de aula: programa de capacitação técnico-profissional destinado a professores que atendem alunos com necessidades especiais

**Autor(es):** Francisco de Paula Nunes Sobrinho

**Resumo:** A pedido de uma instituição educacional da rede pública, que atende alunos com necessidades especiais, a proposta original da presente pesquisa consistiu no desenvolvimento de um programa de capacitação, destinado a professores que lidam com uma população de crianças e de adultos diagnosticados como deficientes mentais e que estiveram envolvidos em atos de indisciplina na escola. A queixa principal do corpo de funcionários da instituição pesquisada, dentre outras, foi a agressividade física e verbal, originada nos próprios alunos e agravada pelo despreparo técnico-profissional do grupo de professores, principalmente no que se

refere ao atendimento de demandas em sala de aula. A esse respeito, os resultados de pesquisa encontrados na literatura sustentam que a gestão do comportamento de alunos sempre se constituiu em tema de preocupação para os pais, professores e autoridades educacionais. No nosso contexto, a literatura especializada em assuntos de (in)disciplina escolar se limita a conteúdos quase sempre descritivos e explicativos, desconsiderando assim alternativas operacionais para o professor aplicar soluções objetivas diante dos impasses que ocorrem no contexto escolar. A essa limitação profissional, comprovadamente estressante, os coordenadores da presente pesquisa responderam ao grupo com práticas instrucionais mais eficazes e não disponíveis na formação inicial dos professores participantes. Assim, foi adotado o modelo conceitual da Análise Aplicada do Comportamento, como suporte metodológico para que o grupo adquirisse conhecimentos e desenvolvesse habilidades necessárias para lidar com o comportamento dos alunos em situações diversas. Nesse processo de educação continuada e participativa, foram convocados 18 participantes, envolvendo os próprios professores, os chamados educadores (inspetores) e pais representantes voluntários, que atuaram como participantes da pesquisa. Esses participantes integravam um pequeno grupo de reflexão e discussão sobre gestão de comportamento de alunos, sendo a metodologia predominante a mesma empregada em pesquisa-ação. O tema central dos debates na pesquisa-ação ficou circunscrito ao conceito de controle de contingências, além das questões relacionadas aos fatores sociais e físicos do ambiente da escola e que contribuem para padrões característicos de respostas indesejáveis. Dentre as técnicas e os procedimentos propostos no programa instrucional de capacitação para professores, os principais foram os seguintes: discussão de conteúdos durante exposições orais; relatos de experiências em sala de aula; exibição de material videografado; dinâmica de grupo; dramatização das situações do cotidiano escolar; administração de pré e de pós-teste associado a competências essenciais; entrevistas planejadas com o objetivo de identificar demandas, incluindo-se técnicas de observação, de registro e de mensuração do comportamento humano. Os delineamentos de pesquisa experimental intra-sujeitos foram também expostos aos participantes como arranjos especiais para fins de comprovação da eficácia de procedimentos específicos de controle comportamental em sala de aula e em outros ambientes. Com base em técnicas e procedimentos instrucionais, o objetivo dos pesquisadores foi instalar um repertório de comportamentos nos participantes, que contribuísse com a gestão efetiva do comportamento dos seus alunos, o que de fato ocorreu. O programa de capacitação endereçado aos participantes da pesquisa foi eficaz, conforme apontam os resultados comparativos entre pré e pós-teste, além dos dados conclusivos extraídos da análise de relatos verbais e de episódios evidenciados empiricamente, ocorridos no cenário educacional da própria instituição.

**Palavras-chaves:** comportamento social, capacitação de professores, educação especial

**Atividade: O CONHECIMENTO DE CRIANÇAS SOBRE DIFERENTES SUPORTES DE REPRESENTAÇÃO ASSOCIADOS A NÚMERO, OPERAÇÕES E MEDIDAS (Paineis)**

**Trabalho: O CONHECIMENTO DE CRIANÇAS SOBRE DIFERENTES SUPORTES DE REPRESENTAÇÃO ASSOCIADOS A NÚMERO, OPERAÇÕES E MEDIDAS**

**Autor(es):** Rosita Marina Ferreira Batista, Alina Galvão Spinillo, Juliana Ferreira, Wanessa Alessandra Braga Chagas

**Resumo:** Um tema que tem chamado a atenção de pesquisadores em Psicologia da Educação Matemática é a numeralização. Ser numeralizado significa ter familiaridade com os números, sendo capaz de compreender e usar informações matemáticas nas mais diversas formas de representação e contextos. A numeralização está fortemente ligada ao que a literatura tem denominado sentido numérico que, por sua vez, envolve um pensar matemático nas diversas situações e práticas cotidianas que vai além do conhecimento de regras lógicas e algoritmos utilizados no contexto escolar. É difícil definir o que vem a ser sentido numérico devido à sua

complexidade e amplitude. Em vista disso, muitos autores têm se preocupado em listar alguns comportamentos que podem ser entendidos como indicadores de um sentido numérico, tais como: a habilidade de atribuir significado a números, reconhecer o uso e funções desses em situações do cotidiano, usar a matemática para fazer previsões de resultados, estar familiarizado com os diferentes sistemas e instrumentos de representação. O presente estudo focaliza, especificamente, esse último indicador, ou seja, a familiaridade que a criança tem com diferentes sistemas e instrumentos de representação. Seria a criança capaz de reconhecer que um dado suporte de representação ou instrumento seria mais apropriado que outro em relação a um conteúdo matemático em particular? No caso da presente investigação, essa questão é examinada em relação a quantidades, operações e medidas. Um segundo objetivo é investigar se esta capacidade se desenvolve de forma homogênea ou se esta capacidade varia em função do conteúdo matemático. Essa capacidade de reconhecer a adequação de um suporte de representação é igualmente adquirida em relação a números, operações e medidas? Ou esta capacidade variaria em função de sua aplicação sobre números, operações e medidas? O estudo foi realizado com 60 crianças de baixa renda, alunas de escolas públicas em Recife, sendo 20 alunas da alfabetização, 20 da 1ª série e 20 da 2ª série do ensino fundamental. Três tarefas foram individualmente apresentadas. Na Tarefa 1 (números) a criança era solicitada a indicar qual suporte de representação (dedos, lápis e papel ou desenho) seria mais apropriado para representar uma dada quantidade (números inteiros grandes e pequenos, números fracionários, números decimais). Na Tarefa 2, a criança tinha que indicar qual instrumento (lápis e papel, dedos ou calculadora) seria mais apropriado para realizar uma determinada operação (adição e subtração de números grandes e de números pequenos). Na Tarefa 3 foi pedido à criança que indicasse qual dentre dois instrumentos (régua ou fita métrica) seria mais adequado para medir o comprimento de algo (a altura de uma pessoa, um envelope, um poste, um corredor). Nas três tarefas, em cada item, após a escolha da criança, solicitava-se que ela justificasse sua escolha. Na Tarefa 1 (números) foi observado que a maioria das justificativas em cada série mostra que as crianças não conseguem reconhecer que um dado suporte de representação ou instrumento é mais apropriado que outro para representar uma quantidade. Apenas 5% das crianças da alfabetização e 8% da 1ª série conseguiam associar o suporte de representação às características dos números. A 2ª série também apresentou dificuldades, porém menos acentuada (23%). Na Tarefa 2 (operações), os resultados foram um pouco melhor em comparação com a Tarefa 1 (números), sobretudo em relação à 1ª e à 2ª série, visto que 10%, 34% e 46% das justificativas das crianças em cada série, respectivamente, indicam que as crianças são capazes de reconhecer que um dado suporte de representação era mais apropriado que outro para realizar uma operação. Na Tarefa 3 (medidas), 40% das respostas crianças da alfa, 57% da 1ª série e 50% da 2ª expressavam que a criança conseguia reconhecer que um instrumento era mais apropriado que outro para medir o comprimento de algo. De maneira geral, 1ª e da 2ª série apresentam resultados bastante semelhantes em relação a operações e medidas, mas não em relações a números. As crianças da alfabetização tendem a ter dificuldades nas três tarefas. No entanto, as três séries se assemelham no sentido em que mostram serem capazes de reconhecer que um dado suporte de representação era mais apropriado que outro para medir o comprimento de objetos. Conclui-se que as crianças das séries investigadas têm dificuldades em reconhecer que um dado suporte de representação ou instrumento é mais apropriado que outro em relação a um conteúdo matemático em particular. Essa dificuldade é mais acentuada em relação a números do que em relação a operações e medidas. Vale salientar que o melhor desempenho em cada série foi em relação a medidas. Ao que parece, as crianças não apresentam um sentido numérico desenvolvido; no entanto, é em relação a medidas que elas demonstram um desempenho mais satisfatório. É possível supor que a relação entre suporte de representação e medidas antecede a relação entre suporte de representação e números ou operações.

**Palavras-chaves:** sentido numérico, crianças, número, operações, medidas

**Atividade:** **RELAÇÕES INTERSUBJETIVAS, DESENVOLVIMENTO E IMPASSES NA APRENDIZAGEM (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** **RELAÇÕES INTERSUBJETIVAS, DESENVOLVIMENTO E**

**Autor(es):** Cristina Lucia Maia Coelho,Raquel Batista Silva

**Resumo:** Ao longo do século XX, a temática do Fracasso Escolar foi abordada por diversas teorias. A perspectiva biologizante, com um discurso psiconeurológico individualista, tende à segregação das diferenças, localizando na criança a falta de aptidão necessária à aprendizagem. Por outro lado, o discurso do déficit cultural inclina-se a valorizar o contexto social da criança. Em ambas as perspectivas, a escola, e principalmente o professor, deixam de assumir um papel na produção dos fracassados. O texto pretende discutir a questão do fracasso escolar à luz das perspectivas psicodinâmica e sócio-histórica, destacando o lugar do professor na produção do conhecimento em alunos de uma turma de alfabetização da rede pública. Numa abordagem na qual se questiona o caráter idealizado da prática educativa, admite-se que fatores lacunares são constitutivos no processo ensino-aprendizagem, destacando os aspectos de descontinuidade do ato de educar. Mais especificamente, pretende-se enfatizar o processo de constituição da subjetividade nestas crianças, considerando o seu universo familiar e as vicissitudes do momento de seu desenvolvimento, destacando a elaboração do conflito edipiano, as conseqüências nas suas possibilidades de aprendizagem escolar, nas relações transferenciais estabelecidas com as figuras docentes e na sua integração ao contexto institucional escolar. Interessada em aprofundar a reflexão sobre os processos sociais envolvidos na construção subjetiva desses alunos, trouxemos cenas do cotidiano da sala de aula. Uma multiplicidade de sentidos atravessava as falas que circulavam pela sala. Preconceitos e discriminação permeavam as interlocuções produzidas. Destacam-se ainda, como alternativa metodológica, as outras possibilidades não verbais de linguagem, como a gestual, a física, a corporal e a imagem. Numa perspectiva sócio-histórica, entendemos que a questão do fracasso escolar deve ser contextualizada, considerando-se o sujeito-aluno, a família a que pertence e principalmente como a figura de autoridade se constitui neste universo único e singular. Consideramos significativo a forma como a figura de autoridade vai sendo internalizada pela criança a partir da sua experiência familiar e escolar. As crianças reproduzem na escola a ideologia dos pais. O lugar que a criança ocupará na escola vai depender do lugar que ocupa na família. Como cada criança aceita ser a burra? Porque se deixar colocar neste lugar na escola e aceita? Porque a expressão gráfica é carregada de sinais que remetem a um sentimento de rejeição, isolamento e vergonha? Observamos episódios de segregação vindos de outras crianças da turma. Na dinâmica da turma, o desempenho escolar pode indicar a medida em que um aluno percebe o reconhecimento do seu desejo pelo grupo. Isso significaria o desejo de não se fazer rejeitar, de ser amado por si mesmo, de realizar aquilo que sente como a própria essência do seu ser, mesmo que a sua produção não seja aquela institucionalmente esperada. O debate que se impõe frente ao exposto é que muitas vezes há uma dificuldade em se compreender a questão dos impasses na aprendizagem considerando as esferas individual (subjetivas) e social (a realidade escolar e familiar) articuladas. Assim, a base teórica que nos permite compreender o processo de escolarização e a constituição da subjetividade impõe que se considere sua complexidade e a base social de sua constituição, deslocando o foco apenas no indivíduo para a rede de relações institucionais, históricas e psicológicas que se fazem presente.

**Palavras-chaves:** Fracasso Escolar, Transferência, Relação Professor-Aluno

**Atividade:** O PROCESSO DE SENSIBILIZAÇÃO DOS EDUCADORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CARUARU-PE:  
(Paineis)

**Trabalho:** O PROCESSO DE SENSIBILIZAÇÃO DOS EDUCADORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CARUARU-PE: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO SOB O NOVO OLHAR DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA



**Autor(es):** Maria do Socorro Ferreira Santos, Ana Maria Barreto Maciel, Cristiane Rodrigues Martins, Daniel Carlos Oliveira Silva, Jacy Barbosa de Caldas, Kleber Ítalo Bezerra, Luciene Gomes da Silva, Maria das Graças Costa Xavier, Wedja Vieira Figueiredo, MARIA DE LOURDES DE ALMEIDA

**Resumo:** Todas as críticas sobre a política da Educação Especial e as tentativas de atuação que ocorrem desde 1968 e que se acentuaram nos dias de hoje vem fortalecer e criar maiores discussões e procuras de soluções para um ensino eficaz e adequado para os estudantes com necessidades especiais. Algumas medidas e planejamentos parecem ainda ser utópicos perante a realidade existente, no entanto é preciso conseguir a realização de pequenas melhoras, que podem significar muito, e nada mais viável para isso do que trabalhar numa proposta que insira a psicologia junto a educação, promovendo a junção do entendimento do processo de aprendizagem com o compromisso social. Atualmente a inclusão continua tendo uma visão estereotipada, onde os alunos são rotulados de pessoas com necessidades educacionais especiais. Com certeza, é certo procurar incluir todos os alunos no ensino regular, no entanto, é preciso viabilizar e suprir algumas necessidades e em alguns casos avaliar qual o melhor atendimento para esse aluno. Esta significa educação gratuita e apropriada, em ambientes sem restrições, com crianças da mesma idade, diante das possibilidades de cada uma, onde o professor se sinta capacitado e seguro de atuar frente a essa demanda. O tema da Inclusão tem proporcionado ampla discussão no meio educacional e causado grande polêmica que envolve escolas tradicionais, instituições especializadas, os pais de alunos com ou sem dificuldades e a própria sociedade. Preconceitos, antigos valores, velhas verdades, atitudes e paradigmas conservadores da educação ainda retardam a implementação de ações em favor da abertura das escolas para alunos portadores de dificuldades especiais. A escola inclusiva ainda tem um longo caminho a percorrer no Brasil. Falar em educação de inclusão implica em se pensar numa escola onde os alunos recebam oportunidades educacionais adequadas às suas habilidades e necessidades; em pensar uma escola da qual todos fazem parte, em que todos são aceitos em que todos ajudam e são ajudados pelos professores, pelos colegas e pelos membros da comunidade, independentemente do talento, deficiência, origem sócio-econômica ou cultural. Uma escola de inclusão só existe na medida em que aceitarmos que é preciso tirar proveito das diferenças. Foi pensando nessa perspectiva que estamos desenvolvendo um trabalho de Palestras Educativas, Seminários, Fóruns de discussões e Estudos dirigidos nas escolas da rede municipal de Caruaru-PE. Sendo importante lembrar o que referencia Stainbach (1999) com relação aos benefícios da inclusão: (a) benefícios para todos os alunos, na medida em que, nas salas de aula, todas as crianças se enriquecem por terem oportunidade de aprender umas com as outras, aprendem a cuidar umas das outras e a conquistar atitudes, habilidades e valores necessários para a sociedade apoiar a inclusão de todos os cidadãos; (b) benefícios para todos os professores, na medida em que eles têm a oportunidade de planejar e conduzir a educação como parte de uma equipe cooperativa, melhoram suas habilidades profissionais e a mantêm-se informados das mudanças que ocorrem em suas áreas e garantem sua participação nas tomadas de decisões; (c) benefícios para toda a sociedade, na medida em que a razão mais importante do ensino inclusivo é o valor social da igualdade, pois que se ensina aos alunos que, apesar das diferenças, todos têm direitos iguais. A inclusão reforça a prática de que as diferenças são aceitas e respeitadas. Diante desse universo e após a intervenção em 10 escolas da rede municipal de ensino de Caruaru-PE estamos observando que a cada dia que passa se faz necessário que o professor compreenda o desenvolvimento da aprendizagem do aluno, de como ele vai construindo o seu conhecimento, interagindo com seu próprio ambiente e desenvolvendo aptidões. A necessidade de se construir um sistema educacional de qualidade para todos impõe uma forma de atuação diferenciada por parte daqueles que trabalham no campo da educação. A quebra de estereótipos e preconceitos, ponto de partida para a implantação de uma escola inclusiva, faz-se necessária para que o modelo que aí está se rompa. A colaboração e a cooperação entre todos os participantes do processo educacional (pais, professores, alunos, coordenadores pedagógicos, diretores, comunidade, etc.) na tentativa de

mudar papéis e responsabilidades tornando o ambiente educacional mais flexível são alguns dos objetivos a serem alcançados neste processo. Enfim trabalhar na perspectiva dos princípios humanitários, visando uma formação que promova o senso de criticidade diante dos fatos e fatores estruturadores da sociedade, é que graduandos de Psicologia estão desenvolvendo estudos relacionados com a Inclusão social. Comungando com as diretrizes curriculares que visam uma atuação que responda a demandas que se inscrevem em um contexto político, econômico, social e cultural, onde sua intervenção junto aos educadores enfatizando as relações democráticas, instituindo o respeito às diferenças individuais.

**Palavras-chaves:** educação inclusiva, professor, psicologia

**Atividade: Trabalhando o autoconceito da criança: o uso da fotografia como recurso psicopedagógico (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Trabalhando o autoconceito da criança: o uso da fotografia como recurso psicopedagógico

**Autor(es):** Jucele Gomes de Sales, Telma Costa de Avelar, Renata Maria da Silva Nascimento, Renata Viviane Neves da Silva, Januária Barbosa da Silva

**Resumo:** Frequentemente, diferentes profissionais, relacionados à área educacional, buscam explicações para o fracasso escolar, evidenciado pelos altos índices de repetência e evasão. É certo que não existe uma causa exclusiva que determine as dificuldades escolares, no entanto, atualmente, estudos sobre a relação entre variáveis afetivo-emocionais e emocionais, em especial o autoconceito, têm indicado uma associação positiva entre estes o autoconceito e o desempenho escolar. Partindo-se da idéia de que o objetivo principal da educação é o pleno desenvolvimento da pessoa, é inquestionável que o autoconceito, estima dos sentimentos, experiências ou atitudes que o individuo tem sobre si mesmo, apresenta relevância para o processo educativo. Uma intervenção referente de autoconceito significa, portanto, trabalhar no desenvolvimento de uma visão mais positiva do individuo. Nesse sentido, o presente trabalho insere-se neste âmbito, objetivando intervir, junto a professores e alunos, no sentido de proporcionar condições (internas e externas) adequadas para o desenvolvimento positivo do autoconceito dos estudantes, visando uma melhoria qualitativa no desempenho escolar. Participaram deste trabalho 04 professoras e 83 alunos das quatro séries iniciais do Ensino Fundamental de uma escola da rede municipal do Recife. A experiência ora apresentada, configura-se como um recorte de um projeto que está em andamento, e que abrange outras propostas para trabalhar o autoconceito das crianças. A atividade em foco, no presente trabalho, fez uso de um recurso simples e pouco explorado, porém, enriquecedor na pratica educacional, a imagem fotográfica. A fotografia é um elemento revelador do modo como visualizamos e construímos o mundo e, em assim sendo, utilizar a imagem em atividades escolares é refletir com os alunos a respeito das múltiplas representações dessa imagem e de como estas podem ser manipuladas. A citada atividade constou das seguintes fases: a) Captura, pelas crianças, de imagens fotográficas da região/comunidade circundante à escola; b) Após a revelação das fotos, cada criança expôs suas percepções acerca de sua fotografia, através da produção de um texto; c) Utilização das fotos como recurso didático, pelas professoras, em suas respectivas turmas, para a realização de atividades pertinentes e aos seus objetivos e conteúdos das séries; d) Organização (por série) das imagens com as produções textuais das crianças em brochuras; e) Socialização do conhecimento, com a comunidade interna e externa à escola, através da exposição do material elaborado na feira anual de conhecimento. No que diz respeito, especificamente, à utilização das imagens como recurso didático, pelas professoras, a atividade proposta gerou propostas pedagógicas distintas em sala de aula. Utilizando as imagens capturadas pelos seus respectivos alunos, as professoras propuseram as seguintes ações: 1º ano/ 1º ciclo: revisão do conteúdo anual, contando com a participação oral das crianças, tendo

como temas: “O meu bairro” e “O meio ambiente”; 2º ano/ 1º ciclo: produção de um texto coletivo com o tema “ Meu bairro”, posteriormente afixado no mural da turma; 3º ano/ 1º ciclo: Pesquisa histórico-geográfica, junto aos moradores do bairro, das imagens capturadas e posterior socialização das informações coletadas; 1º ano/ 2º ciclo: Releitura artística individual (desenho em tinta guache) da imagem capturada pela criança e posterior exposição no mural da turma. A partir de avaliação dos professores envolvidos, dos alunos participantes e de observações em sala de aula, realizadas pela equipe do projeto, pode-se constatar que as atividades propostas com o uso de fotografias possibilitaram, dentre outros aspectos: a) participação ativa das crianças no processo de construção de seu conhecimento; b) maior interesse e participação dos alunos em atividades consideradas “rotineiras” e não atraentes (como por ex: produção de textos); c) promoção de atividades pedagógicas interdisciplinares; d) Vivência, pelos alunos, de uma experiência pessoal positiva, no ambiente escolar, com repercussões no contexto social e familiar. Diante do exposto, pode-se constatar que a experiência em questão configura-se como um indicativo de que tarefas dessa natureza podem contribuir para o desenvolvimento positivo do autoconceito das crianças, em diferentes esferas, propiciando condições para um melhor desempenho escolar e, de um modo mais abrangente, contribuindo para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

**Palavras-chaves:** Autoconceito, Ensino Fundamental, Intervenção, Fotografia

**Atividade:** A visão dos alunos de uma escola estadual de Uberlândia acerca das disciplinas escolares: as matérias que eles mais gostam e as que menos gostam. (Paineis)

**Trabalho:** A visão dos alunos de uma escola estadual de Uberlândia acerca das disciplinas escolares: as matérias que eles mais gostam e as que menos gostam.

**Autor(es):** Vanessa Coelho Sousa, Fábio Alves dos Reis, Franciely Nunes Rosa, Cláudia Araújo da Cunha

**Resumo:** Vários são os fatores que fazem com que um aluno goste ou não de uma disciplina escolar, tais como afinidade com o professor e com a disciplina, o próprio conteúdo, a utilização deste na prática e a relação da disciplina com a escolha profissional. Buscando visualizar como este fato se evidencia na prática, foi realizado um trabalho com alunos do ensino médio de uma escola pública da cidade de Uberlândia – MG no qual perguntou-se qual era a disciplina que cada aluno mais gostava e qual menos gostava, bem como a razão que o levava a tal postura. O trabalho foi feito durante o período de estágio na escola, tendo sido realizado com 94 alunos com idades entre 15 e 23 anos (média de 19 anos), que cursavam da primeira à terceira série do ensino médio (26 alunos da primeira série, 35 da segunda e 33 da terceira série). Após a análise dos dados, pôde-se perceber que, entre os alunos da primeira série, a disciplina mais citada como sendo a preferida pelos mesmos foi Matemática (20%), os motivos mais indicados por esta preferência foram a facilidade que os alunos têm com a matéria e o gosto por números. Já na segunda série, 30% dos alunos indicaram que preferem Educação Física, pelos seguintes motivos: querer cursar Educação Física na faculdade, por não fazer nada no horário da aula, por distrair, relaxar e divertir e porque o professor é “legal”. A Matemática foi considerada a preferida pelos alunos da terceira série (23%) devido à facilidade dos alunos para aprender, por ajudar no dia a dia, por gostarem de números e raciocínio lógico e porque a professora é “legal”. Quando foi perguntado qual a matéria escolar que menos gosta, 21% dos alunos da primeira série do ensino médio responderam que não gostam de Português por acharem chato, complicado e pela falta de afinidade com a professora. Já a segunda série considerou a disciplina Química como a que eles menos gostam (37%) devido problemas com o professor, o qual foi considerado chato e que não explica direito, as aulas foram consideradas desinteressantes e pouco dinâmicas e a matéria, chata e difícil. Filosofia foi considerada a disciplina que os alunos da terceira série menos gostam por não entenderem muito, por ser uma ciência abstrata, confusa, complicada e sem prática e devido ao fato do professor não explicar direito. Pode-se perceber que nas três

séries, os motivos que levam os alunos a gostar de uma disciplina são relacionados à sua utilidade (escolha profissional, aplicabilidade no dia-a-dia) e motivos internos, como facilidade para aprender. Com relação às disciplinas que menos gostam, os alunos atribuíram motivos mais externos, como problemas com o professor, conteúdo desinteressante e difícil.

**Palavras-chaves:** ensino médio, matéria escolar, adolescente

**Atividade:** A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO MEDIADORA NO DESENVOLVIMENTO DO COMPROMISSO SOCIAL EM ESTUDANTES DE PSICOLOGIA NO INTERIOR DE PERNAMBUCO  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO MEDIADORA NO DESENVOLVIMENTO DO COMPROMISSO SOCIAL EM ESTUDANTES DE PSICOLOGIA NO INTERIOR DE PERNAMBUCO

**Autor(es):** Ana Maria Barreto Maciel, Maria do Socorro Ferreira Santos

**Resumo:** O ensino superior numa perspectiva cidadã: Utopia? Ou será sonho realizável? Acreditamos que a importância da educação se constrói no desenvolvimento da interação constante do homem com a sociedade, tanto no que diz respeito a questões políticas, sociais e culturais, quanto nas questões humanas, de desenvolvimento pessoal. Fazemos parte do círculo evolutivo de uma nação, de um país, de uma cidade, enfim somos protagonistas da evolução de cada ser humano, pois nascemos em convivência e vivemos relacionando-nos com o outro em todo curso de nossa vida. Infelizmente, estamos vivendo uma época de contradições humanas, individualismos e de grande desprendimento de bens comportamentais e morais, como o respeito e a valorização do outro e o amor à família. A cada dia que passa se faz necessário que o professor compreenda o desenvolvimento da aprendizagem do seu aluno, de como ele vai construindo o seu conhecimento, interagindo com seu próprio ambiente e desenvolvendo aptidões. É claro que o professor deve preparar seu aluno para o mercado de trabalho, que deve apresentar para ele conteúdos que desenvolvam seu crescimento intelectual, todavia é imprescindível que o eduque para SER HUMANO. O aluno tem que ser capaz de mudar, de refletir, de reavaliar-se e acima de tudo ter a coragem de recomeçar e isso acontece sobretudo se ele estiver interagindo e intervindo com o meio social que está inserido. Segundo Rogers: "São os sentimentos e as atitudes que promovem a ajuda, quando expressos, e não as opiniões ou os julgamentos sobre outra pessoa". Neste sentido, o objetivo deste trabalho é mobilizar e incentivar o alunado de Psicologia desde o início da sua formação a promover uma interação entre a teoria e a prática, viabilizando uma formação que prive pelo compromisso social, proporcionando ao acadêmico, condições de analisar e participar da política educacional brasileira; trabalhando com ações voltadas para a cidadania e os Direitos Humanos, com aqueles considerados diferentes. Desta forma, optamos por utilizar uma metodologia de natureza quali-quantitativa onde pesquisamos o impacto da interação dos acadêmicos ao se deparar com a realidade dos alunos da escola pública da rede municipal de ensino da cidade de Caruaru-PE, tendo em vista que a grande maioria dos universitários da rede privada advém de uma classe social econômica mais favorecida. Os dados coletados estão sendo interpretados através da análise de conteúdo e relatórios de pesquisas encaminhados aos orientadores deste trabalho. Portanto, acreditamos que a necessidade de se construir um sistema educacional de qualidade para todos impõe uma forma de atuação diferenciada por parte daqueles que trabalham no campo da educação e especialmente os psicólogos que irão atuar neste campo. Para Wallon, a integração entre a formação da pessoa e a sua inserção na coletividade asseguraria a realização da educação.

**Palavras-chaves:** extensão, educação, psicologia

**Atividade:** O ESTRESSE EM PROFESSORAS DAS SÉRIES INICIAIS DE UMA ESCOLA PARTICULAR DE MACEIÓ-AL  
(Paineis)

## **Trabalho:** O ESTRESSE EM PROFESSORAS DAS SÉRIES INICIAIS DE UMA ESCOLA PARTICULAR DE MACEIÓ-AL

**Autor(es):** Leile Alves e Freitas, Waneska Cunha Sarmento Pinto

**Resumo:** O processo de universalização do ensino formal, estimulado por diversas transformações no âmbito social, cultural, econômico e político foi desencadeado por diversos marcos Históricos, dentre eles a Revolução Industrial. Como consequência, observou-se vários avanços nas diversas áreas do conhecimento, que propiciaram intenso desenvolvimento das questões educacionais, bem como múltiplas dificuldades quantitativas e qualitativas. Essas dificuldades são sentidas por todos que fazem parte do contexto escolar, principalmente pelos educadores, os quais têm que lidar com realidades como: salas de aula superlotadas; baixos salários, que levam ao aumento excessivo das horas de trabalho e diminuição na qualidade do mesmo; trabalhos extra-classe, sem que haja alteração salarial; constantes cobranças da comunidade escolar quanto à qualidade das atividades exercidas, muitas vezes sem incentivo a qualificação dos profissionais. Em decorrência dessa tensa realidade os educadores podem ser acometidos de transformações físicas e/ou psicológicas que vão desde ausência de paciência frente às relações inter-pessoais, inclusive com os alunos, até o surgimento de doenças como o estresse. O estresse caracteriza-se por reações do organismo, com componentes físicos, psicológicos, mentais e hormonais, causadas por alterações psicofisiológicas ocasionadas pelo confronto com situações irritantes, amedrontadoras, excitantes ou confusas, que persistem por longo período de tempo ou ultrapassam a resistência do indivíduo. O presente estudo iniciou-se no ano de 2005 com nove professoras da Educação Infantil e de 1ª à 4ª Série do Ensino Fundamental, que trabalham em período integral numa escola particular do Município de Maceió-AL. Foi proposto pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico da Instituição, a partir de observações diárias, de que os docentes apresentavam sintomas característicos de estresse. Assim, buscou-se identificar a ocorrência de estresse entre os docentes, conhecer os agentes estressores presentes no âmbito do trabalho dos educadores e avaliar os recursos sócio-ambientais disponíveis para lidar com o mesmo. Isso porque, o estresse pode gerar diminuição da energia mental, ansiedade, instabilidade emocional e redução das defesas imunológicas; prejudicando a concentração, a criatividade e a capacidade produtiva, as quais são cruciais para um satisfatório desempenho profissional do educador, principalmente em atuação nas séries iniciais. Afinal, de acordo com a Teoria do Desenvolvimento Humano, proposta por Jean Piaget, que ressalta a participação ativa da criança nos processos quantitativos e qualitativos de seu desenvolvimento, caberia ao professor ouvir, compreender, respeitar e valorizar seu raciocínio; conduzido-a, através de desafios interessantes, motivadores e compatíveis com seu nível de desenvolvimento, a reflexão e a possíveis reformulações de suas idéias, num processo de mútua aprendizagem. Assim, aplicou-se, individualmente o Teste Psicológico Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp (ISSL), que possibilitou verificar a ocorrência de sintomas de estresse em 90% das professoras. Posteriormente, foi aplicado um questionário com os educadores permitindo relacionar os agentes estressores com as práticas escolares cotidianas, como a realização de atividades escolares na residência, planejamento e elaboração das ações pedagógicas e correção de tarefas e provas. Segundo 88,9% das professoras, essas atividades ocorrem pelo menos duas noites durante a semana e três finais de semana por mês. Um outro aspecto mencionado por 77,8% das professoras, diz respeito à existência de empecilhos educacionais que prejudicaram a realização do desempenho pedagógico, destacando o acúmulo de trabalho; dificuldade de relacionamento inter-pessoal; falta de material didático, de pessoal de apoio; ambiente físico inadequado e escasso apoio pedagógico. Em seguida, foi realizada uma entrevista individual devolutiva com cada professora, a fim de relatar o resultado da pesquisa e propiciar um momento de escuta psicopedagógica. Posteriormente, informou-se a cerca das consequências do estresse no contexto físico, social e psicológico e das alternativas de redução de danos que cada uma das professoras poderiam realizar. O Núcleo de Apoio Psicopedagógico apresentou os dados da pesquisa a direção e a coordenação da Instituição, propondo medidas preventivas frente à situação. A partir de então, foi sugerida a execução de atividades psicopedagógicas com as professoras, as quais não puderam ser desenvolvidas devido à indisponibilidade de horários no cronograma escolar, por coincidir com o final do último bimestre letivo. Contudo, atualmente, faz parte do calendário escolar uma série de atividades bimestrais

elaboradas em parceria entre o Núcleo de Apoio Psicopedagógico e os docentes de Educação Física da escola, que serão realizadas bimestralmente com as professoras, com o intuito de possibilitar um espaço que contemple atividades de relaxamento, recreação, descontração e informação, visando ampliar as estratégias de redução de danos relativas ao estresse.

**Palavras-chaves:** Estresse;,escola;,professoras;,redução de danos

**Atividade:** AS PRINCIPAIS QUEIXAS ESCOLARES NO ENSINO BÁSICO: A Visão do Educador (Paineis)

**Trabalho:**AS PRINCIPAIS QUEIXAS ESCOLARES NO ENSINO BÁSICO: A Visão do Educador

**Autor(es):** Catarino de Oliveira

**Resumo:** Neste trabalho buscou-se compreender parte do fracasso escolar, a partir do próprio ponto de vista do professor, levantando questionamentos sobre alguns dos principais problemas de aprendizagem que acometem os alunos do ensino básico de escolas públicas em Goiânia, dando espaço para uma reflexão acerca de como a psicologia pode contribuir para ajudar a amenizar tal situação e permitindo uma avaliação qualitativa da interação entre professor e aluno, pois ambos são atores do mesmo palco. Para Fernanda A. F. Sobral a educação sempre estará em constante transformação, independente de seus resultados. Pois a educação é o próprio processo de socialização e por essa razão varia segundo o tempo e o meio. É dessa forma, integra o indivíduo ao meio social, o proporcionando competências de acordo com as conotações do momento histórico. Assim, se torna de extrema significância buscar compreender tais transformações que influenciam a trajetória escolar, levando ao seu mau funcionamento, e deixando várias partes desse ciclo de relações insatisfeitas com a escola. Principalmente no que se refere aos papéis estabelecidos pelos principais protagonistas dessa história: professores e alunos. A pesquisa foi organizada por alunos do quarto período de psicologia, e participaram da investigação dez professores da rede pública do ensino fundamental na cidade de Goiânia e Aparecida de Goiânia, de quatro escolas diferentes e que atendem alunos de diversas classes sociais. Os professores entrevistados fazem parte de uma amostra por conveniência, decorrente das condições de acessibilidade que se teve na coleta de dados. As entrevistas foram individuais e os questionários abordavam as dificuldades de aprendizagem através de perguntas subjetivas e objetivas, onde o entrevistado deveria graduar as respostas de acordo com a ocorrência pelo sistema likert. O levantamento das queixas escolares apontadas pelos professores entrevistados permitiu verificar que entre as principais interferências encontradas na aprendizagem, encontram-se causas como Indiferença dos Pais (carência afetiva e falta de auto-estima) e a Desorganização Familiar. Os outros aspectos levantados, como Pobreza, Perdas Familiares e Interferências Funcionais se mostraram equilibradas quanto ao número de indicações. No que se refere aos sintomas de problemas na aprendizagem, os dados mais significativos na fala das professoras e que representam maior gravidade, foram os que se referem às Interferências na Leitura e na Escrita, a Lentidão na aprendizagem e Parada na Aprendizagem. O trabalho trás dados importantes sobre algumas das principais queixas das escolas públicas, confirmando o que os autores falam a respeito do fracasso escolar. Os resultados demonstram que os professores ainda compreendem a queixa escolar como um problema da criança pobre e de sua família. Aponta também a necessidade de se rever o papel do professor que atua junto às crianças portadoras de queixa escolar, o qual deve incluir, em sua atuação, aperfeiçoamentos técnicos que promovam mudanças na sua prática profissional. O ponto de partida é repensar a prática, tal como ela está constituída, redefinindo as metas de formação profissional. Dessa forma, o profissional da psicologia muito tem a contribuir junto às instituições escolares. Entendido como trabalhador social, teria como papel “atuar e refletir como os indivíduos, para conscientizar-se junto com eles das reais dificuldades da sua sociedade” (Paulo Freire). O psicólogo deve contribuir no sentido de repensar a escola, com ações voltadas para a cidadania, sendo esta entendida enquanto possibilidade de os indivíduos se apropriarem dos bens socialmente criados. Buscando para todos uma vida mais digna de ser vivida, que se opõe ao fracasso escolar.

**Palavras-chaves:** problemas de aprendizagem, psicologia educacional, dislexia, fracasso escolar

**Atividade: O PROCESSO EDUCACIONAL NAS ESCOLAS ESPECIAIS E INCLUSIVAS: UM ENFOQUE COMPARATIVO (Paineis)**

**Trabalho:** O PROCESSO EDUCACIONAL NAS ESCOLAS ESPECIAIS E INCLUSIVAS: UM ENFOQUE COMPARATIVO

**Autor(es):** Silvana Teixeira de Araújo Sousa, Alda Maria Ribeiro Alves, Layane Bastos dos Santos

**Resumo:** O presente trabalho propõe-se a contribuir com as discussões a respeito do processo de inclusão, o qual se tornou personagem de destaque após o lançamento de dispositivos legais obrigando todas as escolas públicas a aceitar qualquer criança, independente de suas condições sociais, físicas e psicológicas. A proposta surgiu com a necessidade de tomar conhecimento sobre que tipo de educação seria mais eficiente para crianças com necessidades especiais, tendo em vista não apenas os aspectos cognitivo, mas também os aqueles relativos a sua socialização. Prevendo dados pouco conclusivos a pesquisa almejou-se também definir que características estariam favorecendo ou desfavorecendo o desenvolvimento das crianças assistidas em cada um dos casos. Através da descrição de quatro situações específicas o trabalho fornece dados, analisados a partir de um enfoque comparativo, capazes de enriquecer as atividades teóricas e práticas voltadas para o aperfeiçoamento da assistência à crianças com necessidades especiais. A pesquisa desenvolveu-se com a observação, pesquisa em prontuários e o estudo de caso de quatro crianças, no qual duas experienciam a educação especial e duas a educação inclusiva. Dentro de cada uma das duas situações, duas crianças possuem Síndrome de Down e as outras duas apresentam Deficiência Mental, de forma que sejam comparados o desenvolvimento de crianças com dois tipos de necessidades especiais diferentes nos distintos sistemas educacionais (inclusivo e especial). Pretende-se com esta pesquisa ainda, discutir a realidade e validade dos sistemas educacionais, especial e inclusivo, não ansiando, no entanto, ser definitiva, posto que seus dados não sejam suficientes, mas fornecer dados adicionais à discussão do tema da inclusão, através das informações descritivas trazidas em seu escopo de como vem funcionando na prática a educação especial e a proposta da inclusão, na realidade em que desenvolveu-se o trabalho, ou seja, na cidade de Teresina-PI. A partir do trabalho pôde-se perceber o quanto os dois sistemas educacionais tem suas limitações na assistência à criança especial. O sistema mais antigo, de educação especial, não se mostrou em todos os anos de sua existência ser tão eficaz quanto se pretendia, além de trazer consigo o estigma da segregação. Enquanto isso a proposta de inclusão ainda não possui uma estrutura básica formada para ser posta em prática, tais como uma equipe multiprofissional, professores preparados e estrutura física e didática adequadamente adaptada às necessidades da criança incluída. O conhecimento da situação descrita demonstra o quanto todos os profissionais envolvidos nessa assistência, dentre eles o psicólogo, devem buscar fazer-se presente nas escolas tanto especiais como inclusivas com o objetivo de fazê-las funcionar de fato, colaborando para o desenvolvimento social, psicológico e físico das crianças especiais.

**Palavras-chaves:** DESENVOLVIMENTO, EDUCAÇÃO ESPECIAL, INCLUSÃO, SÍNDROME DE DOWN, DEFICIÊNCIA MENTAL

**Atividade: Alfabetização de adultos como atividade de extensão universitária (Paineis)**

**Trabalho:** Alfabetização de Adultos como atividade de extensão universitária

**Autor(es):** Lina Petaccia de Macedo, Larisse de Oliveira Seixas

**Resumo:** O trabalho consiste num relato de experiência do programa de alfabetização de adultos, realizado como atividade de extensão por um grupo de estudantes de Psicologia da Faculdade Ruy Barbosa em Salvador – Bahia, sob a orientação da professora Mercêdes Cunha Carvalho, numa comunidade de baixa renda da periferia urbana denominada Vale das Pedrinhas no bairro Nordeste de Amaralina. O objetivo principal é alfabetizar idosos promovendo a inclusão social e desenvolvendo a consciência crítica de indivíduos excluídos socialmente. A fundamentação teórica tem dupla vertente: Método Paulo Freire de Educação de Adultos e a teoria da Aprendizagem na abordagem do Behaviorismo Radical de Skinner. São sujeitos do programa 20 indivíduos na faixa etária de 40 a 75 anos, do sexo feminino, aposentadas ou empregadas domésticas. Os procedimentos utilizados implicam em discussões no “círculo de cultura” a partir de dados do cotidiano de vida dos sujeitos e de materiais elaborados pelos próprios alunos. São realizados três encontros semanais cada um com duas horas de duração, que ocorrem na Associação de Moradores do bairro. Além do procedimento geral são feitas intervenções individualizadas acompanhadas por cada estagiário para suprir dificuldades encontradas nas linhas de base dos sujeitos. São utilizadas como reforço para o desempenho a aprovação e a atenção. A comunicação é feita de forma horizontal e os conteúdos são apresentados por avanços graduais em respeito ao ritmo próprio de cada sujeito. Os resultados têm demonstrado que os procedimentos utilizados são compatíveis com as demandas e as condições, também revelam aprendizagem significativa da leitura pelos indivíduos. A principal dificuldade se situa no domínio da escrita enquanto habilidade autônoma. Como exemplo das intervenções individualizadas apresentamos o sujeito S3 com 51 anos de idade, inscrito no programa desde 2005, que apresentava um repertório restrito à escrita do nome e da repetição do alfabeto de forma decorada. O trabalho realizado consistiu no estabelecimento de uma associação entre a sonoridade das letras e os signos correspondentes de cada uma. O procedimento utilizado consistia no aproveitamento do repertório inicial do sujeito de forma que a escrita e a leitura das letras utilizassem como referência auxiliar a própria seqüência do alfabeto memorizada. Ao final do ano de 2006, S3 já conseguia soletrar algumas palavras sem o recurso auxiliar e mesmo escrever algumas delas quando soletradas. O ganho mais expressivo de todo o programa além da aquisição da leitura e escrita é o aumento da auto-estima dos sujeitos, o que se transforma em condição favorável às aprendizagens.

**Palavras-chaves:** Alfabetização, Conscientização, Idosos

**Atividade:** A inclusão escolar na educação infantil: um estudo de caso.  
(Paineis)

**Trabalho:** A inclusão escolar na educação infantil: um estudo de caso.

**Autor(es):** Camila Siqueira Cronemberger Freitas, Carlos Eduardo Fernandes Lima Oliveira

**Resumo:** É considerada escola inclusiva aquela que abre espaço para toda e qualquer criança, envolvendo também as com necessidades especiais. Incluir uma criança que não é “igual” às demais crianças da escola regular corresponde à promoção da oportunidade de que todos os alunos possam aprender a se relacionar com o “diferente”, sem, no entanto, desprezá-la. A chance de ter esta experiência possibilita que as crianças compreendam que isto é natural em qualquer lugar, isto é, que não é possível desconsiderar a diversidade, incluindo o aprendizado como um todo. Assim, tem-se que a criança que conviver com a diversidade nas escolas poderá aprender estes valores éticos e transportá-los para a sua vida em todos os meios. Já a criança com deficiência, se conviver com as outras crianças, estarão se realizando pessoalmente e participando e transformando socialmente o mundo a sua volta. Esta integração favorece o desenvolvimento e aprendizagem, permitindo a formação de vínculos estimuladores, o confronto com a diferença e o trabalho com a própria dificuldade. Diante deste panorama é que este trabalho objetivou descrever o processo de inclusão escolar de uma criança com necessidades educacionais especiais na educação infantil, em uma escola de ensino regular de Teresina, Piauí, além de identificar os comportamentos desta que a caracteriza como portadora de necessidades especiais e citar as principais intervenções realizadas durante este processo. Assim, o sujeito deste estudo de caso trata-se de uma criança de 4 (quatro) anos de idade, do



sexo masculino, identificado como Vitor (nome fictício), que foi inserido numa sala de maternal II de uma escola regular privada. Desse modo, este processo de inclusão no contexto escolar teve como meta a aquisição de autonomia e habilidades para a realização de atividades da vida diária por parte de Vitor. Sobre a patologia que acomete essa criança, ainda não foi fechado um diagnóstico, sendo necessário, para o estudo de caso, o levantamento de duas hipóteses diagnósticas, a de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e a de Autismo, das quais a criança estudada possui inúmeras características. Por conta disso, ressalta-se que estas hipóteses são mutáveis à medida que nossos estudos passam a surgir. Assim, são relatadas no decorrer deste trabalho a história de vida de Vitor, desde o parto até a realização desta pesquisa, enfatizando o seu desenvolvimento comportamental, seguindo o relato de seus pais e dos profissionais que o acompanham, as intervenções realizadas durante este processo de inclusão destacando os comportamentos a serem minimizados ou extinguidos (morder as mãos e pulsos, a agressão ao outro, o jogar objetos no chão e mexer em objetos inadequados) e os comportamentos a serem maximizados (comportamentos verbais, de independência – comer, vestir-se, tomar banho, brincar, manipular objetos, guardar o material após o uso e realizar suas atividades até o fim), baseadas na literatura referente à teoria comportamental. Neste sentido, o reforçamento positivo, a extinção, a modelagem e a modelação foram às estratégias utilizadas para promover o desenvolvimento de Vitor, tanto em casa, nas atividades da vida diária, como nas escolas, nas atividades pedagógicas, comprovando assim, que as técnicas comportamentais são eficazes para a modificação satisfatória do comportamento. Enfim, a partir do que foi explanado se valida a possibilidade e a importância da inclusão escolar tanto para a criança portadora de necessidades educacionais especiais como para as sem necessidades educacionais especiais, já que a interação entre crianças sem deficiência e com deficiência poderá promover o desenvolvimento de ambas, proporcionando-lhes conhecimento que é transmitido através desta interação.

**Palavras-chaves:** inclusão escolar, TDAH, autismo

**Atividade: Inclusão escolar no Autismo Infantil: comportamento comunicativo na interação professor-aluno (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Inclusão escolar no Autismo Infantil: comportamento comunicativo na interação professor-aluno

**Autor(es):** Maria Cláudia Brito, Kester Carrara

**Resumo:** Estudos apontam que nem todos os indivíduos autistas podem ser inseridos no contexto educacional regular, principalmente porque apresentam problemas de comportamento, interação social e comunicação que dificultam a interação com outras pessoas, especialmente com professores em salas de aula, exigindo ações profissionais apropriadas para reduzir tais dificuldades. O desenvolvimento da linguagem de crianças autistas está entre os critérios mais comumente utilizados como condicionais ao encaminhamento desses indivíduos à escola regular e é considerado determinante para a integração e aprendizagem desses alunos. Todavia ainda são escassas pesquisas que abordam esse tema no ensino inclusivo da população brasileira. A partir disso, este estudo investigou o comportamento comunicativo de crianças com autismo durante a interação professor-aluno, em salas de ensino regular de instituições públicas, com o objetivo de identificar e categorizar iniciativas de comunicação do aluno. Como parte do procedimento foram realizadas duas filmagens de 30 minutos de 4 diádes professor-aluno com diagnóstico de autismo infantil, de ambos os sexos, com idades entre 4 e 8 anos, em situações de sala de aula que pretendiam entre outros objetivos trabalhar a linguagem oral dos alunos. Para análise das filmagens, foi utilizado como instrumento o Protocolo de Pragmática, a fim de verificar a ocorrência das iniciativas de comunicação, as funções comunicativas dessas iniciativas e o meio utilizado (verbal, vocal e gestual) pelos alunos para expressá-las. Os resultados demonstraram que durante a interação com sua professora o aluno 1, com 4 anos, matriculado no Jardim I, apresentou média de 52,5 atos comunicativos, sendo que desses atos 36,5 apresentaram funções comunicativas não interpessoais com a utilização de 50,5 do meio

gestual; o aluno 2, de 4 anos, matriculado no Maternal, realizou uma média de 33,0 atos comunicativos, com 18,5 de funções não interpessoais e utilização de 31,0 meios gestuais; o aluno 3 com 5 anos, matriculado no Maternal apresentou 48,5 atos, com 24,5 funções comunicativas não interpessoais e a utilização de 43,5 meios gestuais; e finalmente o aluno 4, com 8 anos matriculado na primeira série do ensino fundamental, utilizou 33,5 atos comunicativos, com 27,5 funções não interpessoais e a utilização de 32,5 de meios gestuais. A partir desses dados foi verificado que todos os alunos com autismo foram capazes de iniciar a comunicação com suas professoras nas situações de sala de aula. Quanto aos meios comunicativos, embora os alunos tenham estabelecido comunicação com suas professoras, eles utilizaram preferencialmente gestos, em detrimento da fala e vocalizações, o que dificulta a compreensão e interpretação do interlocutor e conseqüentemente pode comprometer a eficácia da comunicação. No que se refere às funções comunicativas houve alto índice de funções não interpessoais, ou seja, em sua maioria as iniciativas de comunicação dos alunos não pretendiam estabelecer interação social com o professor e sim regular suas ações para conseguir algo do ambiente ou eram apenas estereotipadas ou para auto-estimulação. Esse fato implica dificuldades para as professoras no estabelecimento das interações comunicativas com seus alunos autistas e provável prejuízo à integração dos mesmos nas situações de sala de aula. O presente estudo permitiu identificar aspectos funcionais da comunicação de alunos autistas durante a interação com suas professoras e observar atos que favorecem ou dificultam a interação nessa idade em contexto de ensino regular. Esses dados podem contribuir para discussões acerca de como a interação e comunicação favorecem o desenvolvimento e aprendizagem de alunos autistas na educação inclusiva, com vistas ao planejamento de estratégias de intervenção terapêutica e à elaboração de programas de orientação e de formação inicial e continuada para educadores e outros profissionais. Esta pesquisa recebe apoio das agências financiadoras FAPESP e CNPQ através de suas respectivas autoras.

**Palavras-chaves:** Autismo infantil, Comportamento comunicativo, Interação professor-aluno, Inclusão escolar

**Atividade:** A INFLUÊNCIA DAS NOTAÇÕES ESCRITAS NA APROPRIAÇÃO DO CONCEITO DE DIVISÃO  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** A INFLUÊNCIA DAS NOTAÇÕES ESCRITAS NA APROPRIAÇÃO DO CONCEITO DE DIVISÃO

**Autor(es):** Arthane Menezes Figueirêdo, Marinalva Silva Oliveira

**Resumo:** AO processo de apropriação do conceito de divisão por crianças do ensino fundamental foi estudado durante a resolução de problemas de divisão, através da análise de suas notações escritas, registros de suas reflexões e estratégias, utilizados no processo de apropriação de conceitos. Segundo a Teoria dos Campos Conceituais de Vergnaud (1990, 1996), a divisão faz parte do campo das estruturas multiplicativas e subdivide-se em divisão por partição, quando a idéia apresentada representa a distribuição de uma quantidade em partes iguais e divisão por quotas, que representa a idéia de formação de grupos iguais, a partir de uma quantidade. Este estudo, analisando estas representações de pensamentos, discute a compreensão dos sujeitos sobre a divisão, revelando como estão conseguindo realizar a apropriação deste conceito em suas complexidades. Apropriação que, para Rogoff (2005), significa o modo como os sujeitos constroem suas concepções por meio de um processo de reflexão e participação com os problemas analisados, tornando-os preparados para resolver situações mais complexas. O objetivo da investigação foi analisar como as notações escritas, produzidas por crianças da 3ª série do ensino fundamental durante a resolução de problemas de divisão, influenciam na apropriação e compreensão deste conceito matemático. Foram entrevistados 12 sujeitos, selecionados através de sorteio, com auxílio da professora da classe. A partir de uma entrevista com a professora da turma, que apontou os tipos de problemas que os sujeitos já haviam resolvido em sala sobre o conceito abordado, foi possível selecionar problemas não habituais que pudessem ser resolvidos pelos sujeitos analogamente àqueles

cotidianos, mas que fizessem parte do desenvolvimento real dos alunos, possibilitando-lhes resolver sozinhos, ou da zona de desenvolvimento proximal, para que, de acordo com a teoria de Lev Vigotski (2001), estabelecendo relações entre o conceito apresentado nos problemas e outros de seu domínio, tivessem condições de alcançar o resultado, sozinhos ou com auxílio da pesquisadora, que em alguns momentos foi consultada pelos sujeitos para confirmar seu pensamento ou tirar dúvidas. Cada sujeito resolveu quatro problemas de divisão exata, sendo dois do tipo partição e dois do tipo quotas, utilizando apenas lápis e o papel designado pela pesquisadora. Os alunos resolveram os problemas selecionados em uma sala reservada pela direção da escola para esse propósito, em uma única sessão com cada sujeito e as sessões foram filmadas e transcritas para análise qualitativa, utilizando o método microgenético. Este estudo mostra resultados parciais de um projeto maior, que pretende analisar as influências da interação aluno-aluno na elaboração das notações e na apropriação do conceito de divisão. Os protocolos e as entrevistas realizados individualmente nesta etapa, foram analisados considerando duas formas básicas de representação: notação formal, representada pelos algoritmos comumente ensinados no contexto educativo, e notação não formal, representada pelas formas idiossincráticas de resolução, sem um padrão estabelecido. Entre estas, foram denominadas, segundo os estudos de Selva (1993), as estratégias utilizadas pelos sujeitos como sendo apropriadas, na medida em que alcançavam a resposta correta ao problema e não-apropriada, quando o procedimento adotado não levava o sujeito à resposta correta. Os resultados indicaram que (1) A maioria dos sujeitos preferiu utilizar as notações formais; (2) Alguns sujeitos associaram notações formais e não formais na resolução de problemas de divisão, demonstrando estar em um momento de transição entre um modelo e outro na compreensão do conceito estudado; (3) As estratégias não formais foram mais apropriadas que as formais em alguns problemas; (4) Os sujeitos que utilizaram estratégias apropriadas demonstraram, por meio de suas explicações, maior compreensão do conceito de divisão; (5) Os sujeitos obtiveram mais estratégias apropriadas em relação à divisão por partição, que correspondiam aos dois primeiros problemas resolvidos, do que na divisão por quotas; (6) Alguns sujeitos não conseguiram resolver os problemas e indicaram, na entrevista, que não conheciam o conceito investigado, portanto, não fazia parte de sua zona de desenvolvimento proximal. Com esses indicativos, podemos concluir que as notações não formais devem ser estimuladas enquanto os alunos ainda não se apropriaram do conceito formal, favorecendo sua participação e envolvimento com a atividade. Dessa forma, será possível garantir o envolvimento dos sujeitos com os conceitos e prepará-los para a resolução de tarefas mais complexas, porque os conceitos serão gradualmente apropriados. As notações formais e informais representam, nesse contexto, um importante instrumento na construção do conhecimento do sujeito em relação à aprendizagem de conceitos e compreensão da linguagem matemática. É importante nesse contexto, que as escolas estimulem as diferentes formas de notação em seus alunos, favorecendo uma apropriação gradual e significativa dos conceitos matemáticos.

**Palavras-chaves:** Notação formal e não formal, divisão, apropriação, matemática

**Atividade:** Desenvolvimento de Habilidades Metafonológicas no ambiente de Aprendizagem 'Realidade Suplementar', com alunos de classes de recuperação de ciclo. (Paineis)

**Trabalho:** Desenvolvimento de Habilidades Metafonológicas no ambiente de Aprendizagem 'Realidade Suplementar', com alunos de classes de recuperação de ciclo."

**Autor(es):** Luciane Mialich Scadelai

**Resumo:** "DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES METAFONOLÓGICAS NO AMBIENTE DE APRENDIZAGEM 'REALIDADE SUPLEMENTAR', COM ALUNOS DE CLASSES DE RECUPERAÇÃO DE CICLO" Luciane Mialich Scadelai Antônio dos Santos Andrade  
Resumo: A criança desde uma idade muito precoce domina a linguagem sob a forma de compreensão e produção. Estas habilidades ocorrem de um modo espontâneo, como parte de seu desenvolvimento, só mais tarde a criança será capaz de controlar conscientemente os tratamentos lingüísticos que realiza. A esta capacidade é que se dá o nome de habilidade metalingüística e que deve ser diferenciada da simples possibilidade de linguagem, isto não

significa que os tratamentos lingüísticos que ela opera não sejam controlados. Todas as aquisições da criança comportam sempre “metaprocessos”, presentes em todos os níveis do desenvolvimento e não apenas tardiamente. Isto permite distinguir “os metaprocessos precoces” dos “metaprocessos tardios”, que se tornam disponíveis para consciência e verbalizáveis. Assim sendo, as habilidades metalingüísticas, só ocorrem como resultados de aprendizagem explícitos, freqüentemente de natureza escolar. Pesquisas recentes têm desenvolvido diversos procedimentos para treinamento das habilidades metalingüísticas e, em geral, se tem verificado que os efeitos destes treinamentos são significativos. Na presente pesquisa, optou-se por utilizar o Psicodrama Pedagógico, também referido como Realidade Suplementar, como uma estratégia lúdica de aprendizagem para o treinamento de habilidades metafonológicas (consciência fonológica). Neste sentido, o objetivo desta pesquisa é avaliar a eficácia de um programa de desenvolvimento de habilidades metafonológicas no ambiente lúdico de aprendizagem “realidade suplementar”. A pesquisa foi realizada em três escolas do ensino fundamental com um grupo de alunos das Classes de Recuperação de Ciclo da Rede Estadual de Ensino do Município de Ribeirão Preto. Os procedimentos utilizados foram: avaliação pré-intervenção, intervenção e avaliação pós-intervenção. A intervenção foi conduzida, com 3 sessões semanais em cada escola, de 1 hora a 1 hora e 30 minutos cada uma, no qual se desenvolviam atividades de habilidades metafonológicas, num ambiente lúdico de aprendizagem “realidade suplementar”, por analogia com as dramatizações do Psicodrama Pedagógico, que estavam sendo utilizadas. Para avaliação dos efeitos da intervenção foi composto um delineamento quase-experimental com um grupo de intervenção (GI) e dois Grupos de Controles: um com desempenho acadêmico acima da média (GCa) e outro com desempenho abaixo (GCb). Os resultados obtidos foram submetidos ao tratamento estatístico através de prova não paramétrica, tendo sido encontrado que o Grupo que recebeu a Intervenção (GI) apresentou ganhos em tarefas de Consciência Fonológica, sendo seus desempenhos superior aos GCb e/ou semelhantes aos do GCa. Portanto, pode-se concluir que a análise dos dados permitiu identificar que os resultados mostraram que as crianças expostas às instruções fonológicas apresentaram melhora nas tarefas de consciência fonológica.

**Palavras-chaves:** Psicodrama Educacional, Habilidades Metafonológicas, Grupos de Alunos

**Atividade:** A INSERÇÃO DE ACADÊMICOS DE PSICOLOGIA NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CARUARU – PE (Paineis)

**Trabalho:** A INSERÇÃO DE ACADÊMICOS DE PSICOLOGIA NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CARUARU – PE

**Autor(es):** Ana Maria Barreto Maciel, Maria do Socorro Ferreira Santos, Ana Lúcia da Silva, Annayk Magalys Sandos de Albuquerque, Ghesa Maria Quirino Lima Vieira, Karem Pollyana Pereira N. de Barros, Lúcia de Fátima Santos Tavares, Maria Edivani da Silva, Maria Rejane Florêncio, Silviclea Barbosa dos Santos

**Resumo:** A inclusão é um desafio, grande em muitos países e enorme no Brasil. Ela deve também, além de outros, vencerem desafios de ordem orçamentária. A inclusão genuína não significa a inserção de alunos com deficiências em classes de ensino regular sem qualquer apoio para a instituição escolar, para os professores ou alunos. A inclusão implica em aparelhar adequadamente a escola com instrumentos, técnicas e equipamentos especializados, em apoio aos professores e alunos. Não restam dúvidas de que a inclusão é um desafio, já que se trata de

um novo paradigma de pensamento e de ação, pois que trata da inclusão de todos os indivíduos em uma sociedade na qual a diversidade deve se tornar uma norma e não uma exceção. O caminho não é, certamente, um dos mais fáceis. Mudanças dessa natureza não se fazem sem resistências, mas é o único para uma prática social verdadeiramente democrática. Não podemos perder de vista que somos protagonistas da evolução de cada ser humano, pois nascemos em convivência e vivemos relacionando-nos com o outro em todo curso de nossa vida. A Educação Inclusiva resgata a importância de um novo olhar da sociedade, da necessidade de ambientes menos restritivos, da educação para todos. Alguns documentos internacionais como a Declaração de Educação para Todos (Conferência de JOIMTIEN) de 1990 e a Declaração de Salamanca de 1994, que deu continuidade a este movimento, transformaram-se na base legal para a execução de projetos de educação no mundo inteiro. Estas Declarações partem do pressuposto de que a forma com que o sistema educacional atua tem levado grande parcela dos alunos à exclusão, principalmente das minorias sejam elas sociais, sexuais, de grupos étnicos ou de portadores de deficiências. Tais documentos não se propõem a serem cartas de intenções gerais para a educação mundial, mas, ao contrário, promovem a particularização do ensino em cada país, cidade ou município para que estes desenvolvam sistemas educacionais de acordo com suas necessidades específicas. Pontuam que todas as crianças têm o direito básico à educação e que esta deve levar em conta seus interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem. Desta maneira, visando efetivar essas propostas é que a participação dos psicólogos no sistema educacional é de fundamental importância, tendo em vista estabelecer espaços de discussões, tentando minimizar as barreiras conflituosas com relação à política de inclusão, transformando as instituições de ensino em espaços abertos para a diversidade. A ruptura de um sistema que não dá mais conta do desejo de seus participantes se dará a partir da consciência das práticas pedagógicas que estão sendo utilizadas nos estabelecimentos de ensino e da conseqüente valorização dos saberes de cada comunidade. Desta forma, a educação no Ensino Superior deve priorizar a Educação como veículo primordial de inclusão social, enfocando as leis e diretrizes que norteiam a Educação especial. Bem como, viabilizar uma prática acadêmica que possibilite meios de como lidar com a diversidade humana, fornecendo subsídios teóricos que permitam apreciar as diferentes experiências humanas, estimulando o reconhecimento do potencial de todo Ser Humano. Instrumentalizando o acadêmico na prevenção, identificação da etiologia, avaliação e diagnóstico das pessoas com necessidades especiais. Objetivando alcançar a realização deste trabalho está sendo utilizado uma metodologia quali-quantitativa, com análise descritiva, observação participante e questionário semidirigido. Sendo importante ressaltar que a finalidade primordial deste trabalho é contribuir para inclusão social, avançando no processo de democratização do acesso à Educação. Por isso os dados tem apontado que estas práticas diferenciadas dos antigos modelos de ação dão ao psicólogo em formação um outro tipo de inserção na comunidade respaldando sua ação na valorização social de sua profissão. Sair de um lugar marcado por perspectivas tradicionais da prática psicológica foi condição, e ainda o é, para que possamos atender as necessidades da maioria da população prestando um serviço de qualidade e para que sejamos encarados como verdadeiros profissionais da educação.

**Palavras-chaves:** educação inclusiva, psicologia, extensão universitária

**Atividade:** O que fazer com os “alunos impossíveis”?  
(Paineis)

**Trabalho:** O que fazer com os “alunos impossíveis”? Experiência de acompanhamento de aluno com queixa escolar em EMEF

**Autor(es):** Ana Carolina Bastides Horibe, Fabiana Olivieri Catanzaro

**Resumo:** O presente trabalho é fruto da experiência na disciplina de graduação “Psicologia Escolar e Práticas Institucionais” (IPUSP) – 1º semestre de 2006, cujas aulas teóricas e estágio possibilitou pensar um projeto pontual e intervir na EMEF Brasil Japão, fundamentadas em uma perspectiva crítica em psicologia escolar, proposta por Machado (2004) e Souza (2002). Aprendemos a buscar o funcionamento institucional, compreendendo a realidade presente da

escola como construção histórica. Percebemos que as estratégias pedagógicas tem efeitos afetivos, e que devemos problematizar as relações e o processo que cria a ilusão de que os problemas são individuais. Apresentaremos o acompanhamento realizado com uma aluna em quem se concentrava várias queixas escolares, incluindo queixas de aprendizagem e comportamento. No momento de nossa chegada na escola, a situação era de muita tensão, devido à decisão, tomada pelo conselho da escola, de solicitar a transferência da aluna para outra instituição. Nosso objetivo foi problematizar os efeitos das práticas escolares instituídas, que compunham o campo de forças da produção da queixa escolar. Queríamos provocar encontros com pessoas e criar um tipo de relação em que fosse possível investigar o outro; afetar professores e alunos de forma a podermos pensar os problemas não como causa, mas sim como efeito de um funcionamento institucional. Enfim, desejávamos tornar potentes alunos, professores e equipe para falar, pensar e agir sobre o que acontecia na escola. Promover a circulação das informações na rede, buscando soluções conjuntamente. A intervenção aconteceu em diferentes momentos e espaços: - Conhecendo o território: momento de conhecer a instituição e as relações existentes, os diversos atores institucionais, buscando diferentes versões sobre as problemáticas. - Acompanhando a aluna Ana Carolina: criação de maneiras de investigar e intervir na produção das queixas; conversas com a aluna, família, professoras, coordenação e diretoria. Elaborar junto com as pessoas envolvidas estratégias de alteração do campo em que a queixa fora produzida. Práticas de bastidores.- Participando em JEIs: devolutiva do que pensamos a partir do acompanhamento da aluna, conversa com a professora e participação em sala de aula. A partir desta experiência de estágio em instituição escolar pública, aprendemos a olhar a produção da queixa e seu contexto histórico, retirando o foco da culpabilização individual de circunstâncias exteriores à instituição. Passamos a entender a queixa escolar como um processo de produção que ocorre nas relações institucionais ao longo de sua história. As queixas em relação ao desrespeito, bagunça, agressividade, desvalorização do ambiente escolar tinham um sentido de descaso, produzido pelos modos de relação aos quais os sujeitos habitam. Assim, pudemos refletir que nossas intervenções devem caminhar no sentido de produzir, nas relações que se estabelecem entre o psicólogo e os atores institucionais, a necessidade de maior implicação dos personagens da instituição na produção das queixas, como participantes ativos na construção de processos de subjetivação.

**Palavras-chaves:** Psicologia escolar, produção de queixa escolar, intervenção institucional

**Atividade: Criança, família e formação de professores:  
(Mesas Redondas)**

**Trabalho:** OUVINDO A CRIANÇA: A ENTREVISTA LÚDICA E A AVALIAÇÃO DA PRÉ-ESCOLA

**Autor(es):** Celia Vectore, Lígia Ribeiro Horta, Gabriela Martins Silva

**Resumo:** O estudo sobre infância, na maioria das vezes, apresenta achados obtidos por meio da aplicação de instrumentos em pais e/ou professores. Portanto, fala-se sobre as crianças. Atualmente, os trabalhos demonstrando que a criança produz cultura têm enfatizado a importância de se ouvir as manifestações infantis. Assim, o objetivo dessa apresentação é evidenciar essa nova metodologia, que trata de pesquisar diretamente a criança. Assim, serão apresentados dados de dois estudos, em que os dados foram construídos, a partir do discurso das crianças. O estudo 1, buscou implementar um instrumento avaliativo de quadros de estresse infantil, a partir da “entrevista lúdica”, sendo elaborado um jogo de tabuleiro, confeccionado especialmente para esse fim, com uma linguagem acessível à crianças pequenas, e apresentando objetivos e regras capazes de despertar o interesse pela atividade. A literatura sobre procedimentos avaliativos de estresse em crianças pequenas é praticamente inexistente, desse modo, acreditando na competência das crianças para descreverem o que se passa nos contextos em que vivem, identificando suas emoções, foi possível obter dados relacionados às fontes de estresse no ambiente familiar e escolar, além daquelas advindas de crenças, sentimentos ou traços de personalidade da criança. O estudo 2, teve como objetivo de identificar, sob a perspectiva infantil, os critérios de avaliação da qualidade do ensino pré-

escolar. Para tanto, participaram da pesquisa 15 crianças de 5 e 6 anos, estudantes de uma instituição particular de ensino. A partir de uma extensa revisão bibliográfica sobre a temática do comportamento do consumidor e da avaliação de serviços, foram realizadas oficinas temáticas com grupos de crianças, que visaram à construção de um ambiente propício para se entrevistar crianças pequenas usuárias do serviço de ensino. Com isso, foi possível verificar que a escola é o local onde as crianças esperam se divertir e viver as experiências que almejam. Além disso, verificou-se que o respeito ao tempo da criança e à sua percepção de espaço foram pontos mencionados na avaliação da qualidade do ensino recebido pelas crianças. Desse modo, observou-se que, muitas vezes, o contexto escolar é elaborado exclusivamente por uma visão adultocêntrica da instituição, desconsiderando aspectos triviais e críticos para a criança, como o respeito ao seu tempo, a liberdade para desenhar e brincar sem regras e a existência de um espaço para brincadeiras motoras. Este trabalho contribuiu para a efetivação de uma metodologia de entrevista com crianças pequenas que se mostrou útil e adaptada ao contexto infantil. Finalmente, trata-se de uma nova área de investigação da infância.

**Palavras-chaves:** pesquisa, criança, instrumentos

**Trabalho:** FAMÍLIA E INSTITUIÇÃO INFANTIL: UMA PARCERIA NECESSÁRIA E POSSÍVEL.

**Autor(es):** Lúcia Helena Ferreira Mendonça Costa

**Resumo:** Este é um trabalho de pesquisa desenvolvido ao longo de três anos, voltado para a melhoria da educação infantil através do fortalecimento da parceria família-creche. Participaram 196 pais de crianças atendidas em duas creches comunitárias na cidade de Uberlândia-MG. O trabalho foi estruturado em cinco etapas e desenvolvido, distintamente, em cada instituição. Objetivou: (1) Sensibilizar educadoras e pais para a participação efetiva junto ao projeto apresentado, bem como identificar as necessidades educacionais dos mesmos, fortalecendo o desenvolvimento de parcerias; (2) identificar e caracterizar o perfil das educadoras e dos pais atendidos pelas instituições; (3) instrumentalizar educadoras e famílias quanto à compreensão do desenvolvimento infantil e a importância destas na formação integral da criança; (4) estruturar junto aos pais, atividades a serem desenvolvidas em parceria com educadoras. (5) Implementar as ações nas instituições. Através de dinâmicas de grupo, distintas, com educadoras e pais foi discutido, inicialmente, o papel do psicólogo escolar e sua relevância na educação; o projeto de pesquisa e as contribuições de cada grupo na formação integral da criança. Junto às educadoras: foi aplicado um questionário semi-estruturado, com questões sobre características pessoais; expectativas em relação a creche e com o trabalho que está sendo realizado; opinião sobre seus papéis na instituição; do que mais gostavam; o que entendiam por qualidade na educação / parceria entre família-creche e o que isso significava para o seu trabalho junto às crianças. Nos encontros subsequentes foram discutidos: o papel da educadora na creche; auto-estima e as interações no contexto da creche; a percepção de si e do outro; desenvolvimento infantil e interações criança-criança e criança-adulto. Junto aos pais: visando identificar o perfil dos pais, foi realizado um sorteio de 30 famílias, em cada instituição, que constituíram como amostras, e aplicado um questionário semi-estruturado com questões sobre: identificação, cotidiano das famílias; atividades que desenvolvem junto aos seus filhos; motivo que os levaram a escolher a creche; suas expectativas para com a instituição; participação nas atividades dos filhos promovidas pela creche. A seguir, foram realizados encontros mensais, aberto a todos os pais, com os seguintes assuntos: sensibilização e adesão dos mesmos, a dinâmica do desenvolvimento infantil, representação dos pais no espaço creche e suas relações ali estabelecidas. A partir de discussões, os grupos de pais, deliberaram sobre a estruturação de dois projetos: Construção de Horta e Contação de Histórias. Os resultados sinalizaram: necessidade de maior conscientização das educadoras no que tange ao desenvolvimento das crianças e como os pais podem contribuir com projetos na creche; melhoria das relações interpessoais na instituição. Em relação aos pais, embora em número não representativo, reafirmaram a importância da participação em projetos para estarem mais próximos da realidade da creche, além de valorizarem o contato mais direto com outros pais e a necessidade de trazer outros pais para comporem as equipes de trabalho. Estes dados apontam para a importância da continuidade de projetos junto às famílias e creche, como um dos recursos de construção partilhada de ações que visem à melhoria da qualidade infantil em nosso país.

**Palavras-chaves:** parceria,família,instituição infantil

**Trabalho:**DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES À FORMAÇÃO DE PAIS.

**Autor(es):** Eulália Henriques Maimone

**Resumo:** A preocupação presente entre aqueles, que se dedicam aos estudos sobre o desenvolvimento infantil, tem sido o grande número de pesquisas, que toma isoladamente a família e a instituição de educação infantil, não considerando que a criança, ao ingressar no ambiente da instituição, não pertence mais a apenas um dos ambientes, mas recebe influência de ambos. A presente pesquisa teve por objetivo tentar suprir a lacuna dos trabalhos que estudam família e escola separadamente, na medida em que buscou uma estratégia de trabalho com professoras e pais de crianças de creches mineiras, como parte de um projeto maior, sobre a qualidade na Educação Infantil. Participaram da mesma dez professoras de turmas de 3, 4 e 5 anos de duas creches, uma comunitária e uma municipal. Trata-se de uma pesquisa de intervenção, a partir de um diagnóstico sistematizado sobre as relações família-escola. Esse diagnóstico indicou que uma das necessidades das famílias dessas creches era acompanhar o desenvolvimento dos seus filhos, já que as reuniões de pais, que aconteciam durante o ano, não tratavam a respeito disso, sendo mais burocráticas e administrativas. Por outro lado, o pessoal das creches reclamava da falta de colaboração dos pais. Entrevistas realizadas com pais e professores revelaram que a concepção sobre o brincar de pais e professoras da creche era de que o brincar não se constituía como oportunidade de aprendizagem e de desenvolvimento, mas apenas como pausa nas experiências de ensino/aprendizagem. Um outro aspecto observado nas atividades das creches é que estas não contemplavam conteúdos de matemática, ou então isso ocorria raramente. Considerando todas essas informações e que a técnica da autoscopia já havia sido utilizada na instituição, para a formação de professores, foram planejadas, em conjunto com as professoras, dinâmicas de grupo com pais, professores e crianças, em atividades matemáticas. Essas dinâmicas eram filmadas, para posterior análise pelo grupo de pesquisa. As avaliações daí decorrentes serviram de conteúdo para encontros de formação de professores, uma vez que uma zona de desenvolvimento proximal pode ser ativada pelas dinâmicas, como parte da prática docente com pais e crianças. A preparação das dinâmicas de grupo acontecia na semana anterior à execução, quando a professora de uma das turmas expunha como pretendia fazer as atividades de “brincar junto”, como foram denominadas as dinâmicas, com pais e crianças. Na ocasião, eram enviados convites por escrito para os pais. Estes já haviam vivenciado algumas experiências fora da sala de aula, tendo avaliado as mesmas como prazerosas e solicitando que a direção da creche promovesse outras situações semelhantes. Esses momentos de preparação serviam também para que as pesquisadoras pudessem socializar com as professoras conhecimentos científicos da área, em especial textos de autores da Psicologia Histórico-cultural, sobre o brincar, a zona de desenvolvimento próximo e a importância do estilo mediacional da educadora. Vídeos eram vistos e discutidos sobre a prática de cada uma e sugestões eram feitas coletivamente, para melhorar essa prática. A formação continuada nos moldes descritos teve, portanto, a participação das professoras desde o planejamento até a sugestão de modificações na prática docente. As professoras parecem ter tomado consciência da importância do brincar e das experiências de aprendizagem matemática, nessa faixa etária, e de como os pais podem compreender tudo isso e colaborar com a instituição. Essa consciência de que, por meio de uma proposta coletiva, é possível obter melhores condições de trabalho, talvez seja o caminho para a conquista da sua autonomia como professor.

**Palavras-chaves:** formação continuada,família,instituição infantil.

**Atividade:** **A contradição da Inclusão Escolar: uma reflexão sobre a inclusão numa sociedade que ainda não é para todos.**  
**(Paineis)**

**Trabalho:**A contradição da Inclusão Escolar: uma reflexão sobre a inclusão numa sociedade que ainda não é para todos.



**Autor(es):** Ricardo Schers de Góes

**Resumo:** Os modelos adotados hoje no trato com a Educação é fruto de um contexto histórico desenvolvido pelo homem, ou seja, a humanidade a partir do seu desenvolvimento tecnológico e intelectual foi capaz de questionar e mudar paradigmas em sua história, tanto de ordem estrutural como em suas relações. Isto porque, em outras épocas a forma de lidar com as diferenças era completamente diferente, por conta da falta de recursos físicos e intelectuais das sociedades antigas, que lidavam com a questão de forma variada de acordo com o seu momento histórico, mas com o avanço do intelecto e da tecnologia, vários modelos de trabalho e modo de ação foram contestados, revistos e transformados para o que temos hoje em dia, portanto, podemos afirmar que o conceito de inclusão é culturalmente construído, pois nossas ações são pautadas no passado como forma de entender o que ocorreu, mas calcadas no presente como forma de criação de possibilidades novas e de ações transformadoras e vislumbrando o futuro, que é aquilo que desejamos construir para o amanhã, na perspectiva do “tornar-se”. A contradição da inclusão na Educação pode ser pensada pelo ponto da segregação/inclusão de alunos, assim sendo, podemos destacar que o ideal das políticas educacionais inclusiva, integradoras, pressupõem um modo de se construir o sistema educacional que considere as diferenças e necessidades de todas as pessoas, sem discriminar ou segregar por motivo de qualquer dificuldade ou diferença que possam existir. A escola inclusiva pressupõe uma nova escola, comum na sua organização e funcionamento, pois adota os princípios democráticos da educação de igualdade, equidade, liberdade e respeito à dignidade que fortalecem a tendência de manter na escola regular os alunos deficientes. Felizmente, no limiar desse novo milênio estamos, vivendo novos tempos, uma época de transição entre as práticas de integração e as de inclusão social. Os dois processos coexistem, ou seja, algumas das velhas práticas ainda sobrevivem enquanto as novas vão sendo incentivadas. Nesse caminho para a instituição de uma igualdade democrática de acesso e permanência da pessoa com deficiência, faz-se necessário um aporte legal, isto é, a criação, implantação e aplicação de uma legislação educacional mais específica, que garanta os direitos das pessoas interessadas e envolvidas nesse processo integrador e inclusivo. A garantia do direito à educação para todos, nesse incipiente cenário de educação inclusiva, implicará em projetos de políticas públicas que se configurem em ações que façam distinção entre aqueles que acreditam ser possível um projeto de escola que inclua todos os segmentos da população e busquem a construção da cidadania, e aqueles que apenas proclamam que o tratamento igual aos diferentes supera desigualdades numa sociedade como a brasileira, que acentua a impossibilidade de muitos e promove condições a poucos. A democratização do acesso à escola e seu percurso histórico foi causado por interesses que vão desde a privatização desta Educação até mesmo na manutenção de políticas educacionais que ainda excluem, causando assim dificuldades na integração do aluno diferente, tanto na escola quanto na sociedade, conseqüentemente, mantendo e legitimando a segregação. Esta é a contradição.

**Palavras-chaves:** Educação, Inclusão, Educação Inclusiva, Contradição

**Atividade:** Habilidades sociais de crianças de um meio social hostil avaliadas pelo SSRS (Comunicações Científicas)

**Trabalho:** Habilidades Sociais de crianças de um meio social hostil avaliadas pelo SSRS

**Autor(es):** Eliane Gerk Pinto Carneiro, Elisabete Shineidr

**Resumo:** Um meio social desfavorecido e hostil pode promover nas crianças o desenvolvimento de valores e expectativas coerentes ou não com suas estratégias de sobrevivência. Estas estratégias, por sua vez, ocorrem usualmente via interações sociais, possivelmente requerendo um elaborado repertório de habilidades interpessoais. O presente estudo comparou o repertório de habilidades sociais de alunos da 3ª série do ensino público fundamental de uma escola localizada no Complexo da Maré, comunidade marcada por alto índice de criminalidade no Rio de Janeiro com as habilidades sociais de crianças de uma escola particular de um meio sócio

cultural de classe média localizada na Ilha do Governador. O instrumento utilizado foi o Sistema de Avaliação de Habilidades sociais (Social Skills Rating System, SSRS, de Gresham & Elliott, 1990). O S.A.H.S. contém 34 sentenças que identificam a frequência com que as crianças apresentam os comportamentos sugeridos em situações sociais do seu cotidiano. Participaram deste estudo 21 crianças de uma escola pública, localizada no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, sendo 14 meninos e 7 meninas com idade variando entre 9 a 12 anos, e crianças moradoras num bairro de classe média do Rio de Janeiro, e matriculadas numa escola particular situada no bairro da Ilha do Governador. Os resultados indicaram que: A) Tanto as crianças do complexo da Maré quanto à da Ilha do Governador percebem-se como muito habilidosas. B) Como diferenciador entre os grupos, no que se refere aos 6 fatores: autocontrole e expressividade emocional, civilidade, empatia, assertividade, solução de problemas interpessoais e fazer e manter amizades encontramos diferenças específicas. Quanto ao autocontrole as crianças da Maré percebem-se como mais controladas quando zangadas, porém encontramos maior expressividade emocional no grupo da Ilha do Governador. Quanto à civilidade as crianças da maré percebem-se como mais habilidosas quando em contato com autoridade enquanto as da Ilha percebem-se como mais questionadoras. No fator empatia, os da Ilha percebem-se muito mais habilidosos. Com relação à assertividade, as crianças da Maré apresentam-se bem menos questionadoras e utilizam-se de uma agressividade para expressar sua posição. Na solução de problemas interpessoais, o grupo da Maré apresenta maior nível de agressividade para solução dos problemas. No fato 6, fazer e manter amizades, o grupo da Ilha do Governador percebe-se como muito mais habilidoso. Diante dos resultados analisados podemos concluir que o grupo da Maré apresenta maior grau de habilidades nas competências que sugerem a inteligência social enquanto os da Ilha do Governador apresentam maior grau de habilidades nas competências que envolvem a expressividade emocional, considerando-se que os resultados apontam valores invertidos para as competências citadas.

**Palavras-chaves:** Habilidades Sociais, Educação Especial, Avaliação

**Atividade: Habilidades Sociais e Educação Especial (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Avaliação das habilidades sociais e cognitivas de pessoas com necessidades educacionais especiais -

**Autor(es):** Marina Bandeira

**Resumo:** A lógica dos estudos com pessoas com necessidades educacionais especiais tem sido compreender e explicar como estas pessoas ao ingressarem na Escola se adaptam às exigências, pressões e desafios que a vida escolar proporciona, destacando a significativa influência dos contextos escolares na promoção/inibição do seu ajustamento e, conseqüentemente, na promoção/inibição dos padrões de desenvolvimento estabelecidos. Dessa forma, então, parte-se da premissa de que o desenvolvimento é um processo contínuo ao longo de toda a vida e que a adaptação à escola não ocorre acidentalmente, mas sim como o processo das interações constantes e dinâmicas que se estabelecem entre os aspectos pessoais, interpessoais e contextuais dos indivíduos. A avaliação das habilidades cognitivas e sociais, responsáveis por esta adaptação, deve contemplar, em conseqüência, todos os aspectos mencionados. Entre as múltiplas e complexas tarefas com que as pessoas com necessidades educacionais especiais são confrontadas particularmente em sua adaptação à vida escolar são destacados quatro domínios principais: (a) acadêmico: as tarefas escolares do ponto de vista cognitivo são exigentes e requerem dos alunos deficientes adaptações constantes aos novos ritmos, metodologias e estratégias de aprendizagem, aos novos sistemas de avaliação e de estudo; (b) social: a vida escolar exige o desenvolvimento de padrões de relacionamento interpessoal mais maduros na relação com: a família, os professores, os colegas, o sexo oposto e as figuras de autoridade; (c) pessoal: os anos vividos na escola devem favorecer o estabelecimento de um forte sentido da identidade, para o desenvolvimento da auto-estima, de um maior conhecimento de si próprio e para o desenvolvimento de uma visão pessoal de mundo; e (d) vocacional: a Escola constitui uma etapa fundamental para o desenvolvimento de uma identidade vocacional, onde os processos de tomada de decisão, exploração e compromisso

com objetivos merecem particular destaque. As habilidades sociais envolvem componentes comportamentais e cognitivos. Nisso se assemelham ao conceito original de inteligência social de Thorndike (1920). A evolução científica da Psicologia aproximou os estudos comportamentais, cognitivos e afetivos de tal maneira, que hoje encontramos certa similaridade entre construtos antes bastante distintos. As primeiras teorias da inteligência focalizavam apenas aspectos acadêmicos e analíticos na resolução de problemas. As teorias contemporâneas são muito mais integrativas, buscando avaliar de forma mais ampla, integrando o conceito de competência. No que se refere à avaliação das habilidades sociais, foram selecionadas os dez procedimentos mais freqüentemente utilizados por psicólogos: entrevista, auto-relato pelo próprio sujeito; entrevista com outras pessoas significativas do ambiente do sujeito avaliado; observação direta; testes projetivos; representação de papéis. Sendo os sujeitos investigados, pessoas com necessidades educacionais especiais, decidimos preparar um instrumento, que possa contemplar observações para determinadas classes de deficiências, a saber: deficiente físico, deficiente visual, deficiente auditivo, portadores de Síndrome de Down, deficiente mental, portadores de paralisia cerebral. Tal instrumento deverá contemplar habilidades cognitivas, para que possamos estimar as suas possibilidades na área social. Também deverá contemplar aspectos específicos do tipo de deficiência da pessoa. De posse dessas avaliações será viável desenvolver um programa de promoção das habilidades de forma a garantir maior integração social destas pessoas.

**Palavras-chaves:** habilidades sociais, educação especial, avaliação

**Trabalho:** Padrão de interação do indivíduo não oralizado e seus interlocutores.

**Autor(es):** Leila Regina D'oliveira de Paula Nunes

**Resumo:** A lógica dos estudos com pessoas com necessidades educacionais especiais tem sido compreender e explicar como estas pessoas ao ingressarem na Escola se adaptam às exigências, pressões e desafios que a vida escolar proporciona, destacando a significativa influência dos contextos escolares na promoção/inibição do seu ajustamento e, conseqüentemente, na promoção/inibição dos padrões de desenvolvimento estabelecidos. Dessa forma, então, parte-se da premissa de que o desenvolvimento é um processo contínuo ao longo de toda a vida e que a adaptação à escola não ocorre acidentalmente, mas sim como o processo das interações constantes e dinâmicas que se estabelecem entre os aspectos pessoais, interpessoais e contextuais dos indivíduos. A avaliação das habilidades cognitivas e sociais, responsáveis por esta adaptação, deve contemplar, em conseqüência, todos os aspectos mencionados. Entre as múltiplas e complexas tarefas com que as pessoas com necessidades educacionais especiais são confrontadas particularmente em sua adaptação à vida escolar são destacados quatro domínios principais: (a) acadêmico: as tarefas escolares do ponto de vista cognitivo são exigentes e requerem dos alunos deficientes adaptações constantes aos novos ritmos, metodologias e estratégias de aprendizagem, aos novos sistemas de avaliação e de estudo; (b) social: a vida escolar exige o desenvolvimento de padrões de relacionamento interpessoal mais maduros na relação com: a família, os professores, os colegas, o sexo oposto e as figuras de autoridade; (c) pessoal: os anos vividos na escola devem favorecer o estabelecimento de um forte sentido da identidade, para o desenvolvimento da auto-estima, de um maior conhecimento de si próprio e para o desenvolvimento de uma visão pessoal de mundo; e (d) vocacional: a Escola constitui uma etapa fundamental para o desenvolvimento de uma identidade vocacional, onde os processos de tomada de decisão, exploração e compromisso com objetivos merecem particular destaque. As habilidades sociais envolvem componentes comportamentais e cognitivos. Nisso se assemelham ao conceito original de inteligência social de Thorndike (1920). A evolução científica da Psicologia aproximou os estudos comportamentais, cognitivos e afetivos de tal maneira, que hoje encontramos certa similaridade entre construtos antes bastante distintos. As primeiras teorias da inteligência focalizavam apenas aspectos acadêmicos e analíticos na resolução de problemas. As teorias contemporâneas são muito mais integrativas, buscando avaliar de forma mais ampla, integrando o conceito de competência. No que se refere à avaliação das habilidades sociais, foram selecionadas os dez procedimentos mais freqüentemente utilizados por psicólogos: entrevista, auto-relato pelo próprio sujeito; entrevista com outras pessoas significativas do ambiente do sujeito avaliado; observação direta;

testes projetivos; representação de papéis. Sendo os sujeitos investigados, pessoas com necessidades educacionais especiais, decidimos preparar um instrumento, que possa contemplar observações para determinadas classes de deficiências, a saber: deficiente físico, deficiente visual, deficiente auditivo, portadores de Síndrome de Down, deficiente mental, portadores de paralisia cerebral. Tal instrumento deverá contemplar habilidades cognitivas, para que possamos estimar as suas possibilidades na área social. Também deverá contemplar aspectos específicos do tipo de deficiência da pessoa. De posse dessas avaliações será viável desenvolver um programa de promoção das habilidades de forma a garantir maior integração social destas pessoas.

**Palavras-chaves:**

**Trabalho:** Padrão de interação do indivíduo não oralizado e seus interlocutores.

**Autor(es):** Zilda A. P. Del Prette

**Resumo:** A literatura sobre o desenvolvimento normal é pródiga em revelar que o desenvolvimento lingüístico, em suas diversas dimensões – semântica, sintática, fonológica e pragmática, é função das interações freqüentes, sintônicas e sincrônicas da criança com seu meio social. São as intenções comunicativas desenvolvidas pela criança em seu ambiente social que provocam a contínua necessidade de aprimorar as formas verbais, em um processo de crescente complexidade. O que ocorre, entretanto, quando a criança devido a diversos fatores (deficiência mental, paralisia cerebral, autismo) não consegue desenvolver a comunicação oral a contento? Como são suas interações sociais? Como ela desenvolve suas habilidades lingüísticas e sociais? Os recursos da comunicação alternativa (CA) têm sido disponibilizados para essa população com o propósito de favorecer sua comunicação na ausência da fala. Assim, a comunicação alternativa envolve o uso de gestos manuais, expressões faciais e corporais, símbolos gráficos (fotografias, gravuras, desenhos, escrita, além de objetos reais e miniaturas), voz digitalizada ou sintetizada, dentre outros como meios de efetuar a comunicação face-a-face de indivíduos incapazes de usar a linguagem oral. Uma das características muito comumente destacadas nos estudos sobre a conversação de pessoas que usam a comunicação alternativa é a lentidão no processo de construção de enunciados através de sistema gráfico, a despeito das facilidades promovidas pelos recursos da informática. Ora, o ritmo com que mensagens são produzidas e veiculadas afeta sobremaneira o fluxo da conversação, e este, por conseguinte, a extensão e a freqüência destas interações. Comumente as dificuldades de comunicação estão associadas ao isolamento social dos portadores de distúrbios de comunicação, à baixa freqüência de suas interações sociais, à ênfase nas funções comunicativas instrumentais ou imperativas em detrimento de outras mais complexas. Além disso, interações entre crianças e jovens usuários de CA e seus interlocutores são marcadas por assimetria nas formas de comunicação, pois enquanto os interlocutores usam predominantemente a linguagem oral, os usuários de CA empregam comunicação multimodal composta por gestos, expressões faciais, sistemas gráficos e vocalizações. Outro aspecto refere-se à assimetria nos papéis, ou seja, o interlocutor falante assume freqüentemente o domínio na situação, reforçando assim o papel passivo do usuário de CA. Diferentemente da postura dos pais de crianças normais, que em suas interações seguem o interesse e a liderança dos filhos desde que estes começam a falar, nos diálogos com o usuário de CA é o adulto que inicia e controla a interação estabelecendo os tópicos da conversação (nem sempre do interesse de seu parceiro), antecipando os desejos e completando as enunciados de seu interlocutor. Com freqüência, os adultos articulam as palavras correspondentes aos símbolos dispostos na sentença gráfica e tipicamente expandem esses enunciados em comentários com base na sua própria interpretação da situação. A alta freqüência de turnos e de perguntas fechadas (sim/não) pode ser explicada pelas mensagens telegráficas emitidas pelo usuário de CA e as numerosas questões de esclarecimento por parte de seu interlocutor. Contudo, a característica mais marcante, e provavelmente a mais deletéria para o desenvolvimento social, lingüístico e da auto estima do portador de deficiência da fala é a baixa expectativa de seus interlocutores na sua capacidade em veicular novas informações e produzir mensagens complexas através de enunciados compostos por múltiplos símbolos/palavras. Com efeito, nas interações com seus filhos que utilizam sistema alternativo, os pais freqüentemente fazem perguntas cujas respostas eles próprios já sabem, não encorajam

comentários independentes dos filhos e impedem que estes mudem o tópico da conversação. Tudo isto com a preocupação de tornar tais interações aparentemente bem sucedidas. Os símbolos gráficos quando usados em situação de conversação podem funcionar mais como estratégias, ou estímulos discriminativos, para fazer com que o interlocutor formule oralmente os enunciados do que como símbolos lingüísticos que podem ser combinados pelo usuário de CA para formar enunciados mais complexos. Frequentemente a linguagem produzida através dos sistemas gráficos e/ou sinais manuais se assemelha mais a uma protolinguagem ou pidgin: enunciados com sintaxe truncada e limitada, cujo significado tem de ser ampliado e/ou negociado com os interlocutores. Assim, podemos concluir que tanto a criança não oralizada deve ser ensinada a se apropriar de tais sistemas de CA, como seus interlocutores devem desenvolver habilidades sociais e estratégias de conversação que favoreçam o estabelecimento de interações ricas e significativas.

**Palavras-chaves:** habilidades sociais, educação especial, comunicação alternativa

**Trabalho:** Necessidades educativas especiais avaliadas pelo SSRS: Relações entre habilidades sociais, comportamentos problemáticos e competência acadêmica

**Autor(es):** Zilda A. P. Del Prette

**Resumo:** Os comportamentos problemáticos (CP) e o comprometimento da competência acadêmica (CA) situam-se entre condições caracterizadas como necessidades educativas especiais. A literatura tem documentado relações entre tais necessidades e os déficits de habilidades sociais (HS), mas há ainda escassos estudos de caracterização empírica das relações entre esses aspectos em nosso meio. O presente estudo apresenta tais relações, obtidas a partir de pesquisa multicêntrica de validação nacional do Sistema de Avaliação de Habilidades sociais (Social Skills Rating System, SSRS, de Gresham & Elliott, 1990). Trata-se de instrumento de auto-relato, com versões de auto-avaliação e de avaliação por pais e professores (dados psicométricos apresentados na mesma mesa redonda que este trabalho). O estudo foi realizado com 416 estudantes de 1ª a 4ª séries e 12 professores, de quatro estados brasileiros (MG, PR, SP e RJ), efetuando-se análises correlacionais entre escores globais e subescalas de HS, CA e CP bem como comparações entre grupos contrastantes sob cada uma dessas categorias. Pode-se destacar como principais resultados: (1) COMPETÊNCIA ACADÊMICA (CA) versus HABILIDADES SOCIAIS (HS): (a) houve correlação negativa entre o número de reprovações e os escores globais de HS (avaliação do professor) e entre os escores globais de CA e os de HS (obtidos com os três informantes); (b) os escores globais de CA apresentaram correlação positiva também com todas as subescalas de HS na avaliação de pais e professores; (c) os estudantes com maior escore global de CA foram superiores aos de menor CA no escore global HS avaliadas pelos três informantes e nas subescalas de HS avaliadas por pais e professores, o mesmo ocorrendo para cada um dos itens de CA; (d) na auto-avaliação, os escores globais de CA se correlacionaram com cinco das seis subescalas de HS (Responsabilidade, Empatia, Assertividade, Autocontrole e Civilidade) e o grupo de melhor CA apresentou melhores escores em três subescalas de HS (Responsabilidade, Empatia e Assertividade); (e) correlacionando as subescalas de CA com as subescalas de HS auto-avaliadas, o grupo de melhor desempenho em leitura e em matemática apresentou escores mais elevados Empatia e Assertividade, o grupo de maior motivação geral para o êxito acadêmico apresentou melhores escores de Empatia, Assertividade e Autocontrole; o grupo de maior estímulo dos pais para o êxito acadêmico apresentou melhores escores de Responsabilidade e Empatia e o grupo de maior funcionamento intelectual apresentou melhores escores de HS em Responsabilidade, Empatia, Assertividade e Autocontrole; (2) COMPETÊNCIA ACADÊMICA (CA) versus COMPORTAMENTOS PROBLEMÁTICOS (CP): (a) grupo de maior CA apresentou menores escores de CP; (b) houve correlação negativa do escore global de CA com o escore global de CP e com as subescalas de CP avaliadas da versão pais (internalizantes, externalizantes e hiperatividade) e da versão professores (internalizantes e externalizantes); (b) grupos de pouca, nenhuma e muita DA apresentaram diferenças nos escores globais e nas subescalas de CP, com o grupo sem DA apresentando menor freqüência de CP tanto na avaliação dos pais como na dos professores; (3) COMPORTAMENTOS PROBLEMÁTICOS (CP) versus HABILIDADES SOCIAIS (HS): (a) houve correlações negativas significativas entre o

escore global de CP (avaliado por pais e professores) e de HS (pais, professores e auto-avaliação); (b) nas subescalas, correlações negativas entre escores de HS e as três subescalas de PC. Os resultados são discutidos em termos de suas implicações práticas e de pesquisa para a Educação Especial. CNPq

**Palavras-chaves:** habilidades sociais, educação especial, Sistema de Avaliação

**Atividade: Jogo Mundo Lógico: Uma tentativa de explorar as funções cognitivas humanas (Paineis)**

**Trabalho:** Jogo Mundo Lógico: Uma tentativa de explorar as funções cognitivas humanas

**Autor(es):** Mylena Marques Magno de Melo, Werusca Marques Virote de Sousa Pinto, Anne Liege Silva dos Santos, Maria Betânia Faria Santos, Cristiane Guedes Gomes, Judinara Braz da Silva Mota de Carvalho

**Resumo:** Diante da proposta de elaboração de um jogo que tivesse como produto o desenvolvimento cognitivo humano, alunos do curso de Psicologia, do segundo semestre da Faculdade de Tecnologia e Ciências de Feira de Santana- Bahia, propuseram um projeto que trabalhasse de forma lúdica: desafio, estratégia e lógica. O jogo Mundo Lógico foi criado com o objetivo de desenvolver elementos que compõem a cognição humana saber: percepção, memória, linguagem, atenção e aprendizagem. A proposta do jogo é que os participantes só alcancem a vitória por meio da descoberta de enigmas, eliminação de hipóteses ou confirmação das mesmas, interpretação de dicas e leituras as quais compõem as regras do jogo. A intenção é oportunizar aos jogadores estabelecer relações, construir e reconstruir pensamentos e habilidades, procedimentos e idéias por meio de elaborações dinâmicas e mapas cognitivos. Para jogar, os participantes utilizaram-se de três tipos de conhecimento. São eles: o conhecimento por pontos de referência, o conhecimento de rota-estrada, ou seja, a cada jogada dos dados, o jogador se moveu baseado tanto no conhecimento procedural, assim como no declarativo e por fim no conhecimento por levantamento, envolvendo as distâncias estimadas entre os pontos de referência, tantas quantas possam aparecer nos mapas de levantamento. O jogo foi proposto para crianças e adolescentes acima de 10 anos, pois os jogadores farão uso também da percepção construtiva, postulada por Stenrberg (2002), como a construção dos estímulos que são percebidos, utilizando-se a informação sensorial como fundamento para a estrutura. Além da referida construção, também se considera o conhecimento prévio necessário ao jogo proposto. Diante das leituras dos casos, os jogadores precisarão formar impressões sobre o texto lido, fazer reflexões, esclarecer dúvidas, resumir idéias e perceber a intenção do texto para que possa descobrir o enigma que envolve cada um deles. Solé (1998) afirma que é necessário ativar o conhecimento prévio diante de uma leitura, sendo este conhecimento, no jogo proposto, condição para que se estabeleçam conexões de modo que o participante tenha sucesso ao jogar. Os participantes que já tenham conhecimento de jogos tais como: Xadrez, Palavras Cruzadas e Detetive, poderão se beneficiar da transferência de aprendizagem e do efeito benéfico quanto à memorização e aprendizado dos padrões estabelecidos por esses jogos e provavelmente terá melhores desempenhos que os demais participantes que desconhecem tais jogos. A proposta é aplicar, observar e registrar os comportamentos de 15 alunos do ensino fundamental de uma escola pública de Feira de Santana, a fim de coletar dados sobre suas percepções e desenvolvimentos cognitivos frente ao jogo Mundo Lógico. A experiência de utilizar jogos para explorar a cognição humana e ampliar a discussão sobre o desenvolvimento da inteligência reporta aos estudos de Piaget (1993), em que a construção desses processos está diretamente ligada às possibilidades maturacionais, sem entretanto, descartar a importância da interação com o meio em que o indivíduo está inserido. Dessa forma, os jogos são fundamentais para que a criança experimente o mundo e encontre caminhos para a socialização e descoberta

do como aprender.

**Palavras-chaves:** desenvolvimento cognitivo, jogos, percepções, habilidades

**Atividade:** Trabalhando a cognição e a apreensão da realidade por meio de um jogo de Figuras Imaginárias (Paineis)

**Trabalho:** Trabalhando a cognição e a apreensão da realidade por meio de um jogo de Figuras Imaginárias

**Autor(es):** Werusca Marques Virote de Sousa Pinto, FRANCILEIDE PIMENTEL COSTA, JACYLMA LIMA MOTA SILVA, Núbia Oliveira, Givanilton Andrade, Mayara Margarida Santos Muniz Meireles, Italo Bruno Gomes

**Resumo:** O jogo foi construído por alunos do segundo período do Curso de Psicologia da Faculdade de Tecnologia e Ciências de Feira de Santana – Bahia, apresentado na disciplina Processos Psicológicos Básicos I, em que os alunos tinham como proposta abarcar no jogo aspectos da cognição humana trabalhados em sala de aula. Figura Imaginária é um jogo que tem como objetivo enfatizar os aspectos cognitivos do brinquedo-jogo, embasado em referências teóricas. Trabalha os aspectos da cognição: linguagem, pensamento, memória, percepção e aprendizagem. O jogo mobiliza esquemas mentais, estimulando o pensamento, a ordenação de tempo e espaço; integra algumas dimensões do eu, tais como: a social, motora e cognitiva; favorece a aquisição de habilidades como a rapidez e a concentração e ainda contribui para a formação de atitudes sociais: respeito a regras, cooperação e coesão grupal. O processo de aprendizagem das regras se dá por meio de associações de conhecimentos prévios a partir das experiências vivenciadas por cada jogador, fazendo uma ponte da vida real com a fantasia. A aprendizagem ocorre através da mediação simbólica, com a ajuda das cartas, que contém ilustrações e as regras existentes. Para jogar é necessário que o participante tenha abstrações de objetos e situações que serão requeridos no jogo. Envolve também a forma do conhecimento declarativo (saber o quê) e o conhecimento procedural (saber como). O jogo Figura Imaginária é uma atividade lúdica com uma expressão da vida real por meio da fantasia e do desenvolvimento cognitivo, motor e emocional trabalhando aspectos psicológicos infantis. Vygotsky (1998) ressalta que a criança cria (desenvolve o comportamento combinatório) a partir do que conhece, das oportunidades do meio e em função das suas necessidades e preferências. Neste jogo é necessário que a criança possua uma representação mental dos ambientes sugeridos no jogo. As representações ou modelos mentais são construídos pelos indivíduos, a partir das suas interações e aprendizagens em um domínio específico do seu ambiente. O jogo enfatiza a construção do conhecimento a partir das relações com a realidade. A criança elabora seu processo de aprendizagem de formas diversas, associando o conhecimento ao cotidiano. Assim, ao brincar, a criança movimenta-se em busca da parceria e da exploração de objetos, comunica-se com outros, expressa-se através de múltiplas linguagens, além de descobrir regras e tomar decisões. O jogo simbólico aparece predominantemente entre os 2 e 6 anos. A função desse tipo de atividade lúdica, de acordo com Piaget, consiste em satisfazer o eu por meio de uma transformação do real, a fim de satisfazer desejos, ou seja tem como função apreender a realidade. O brinquedo, portanto permite diferenciar a fantasia da realidade, porque, enquanto a criança desenvolve esta atividade, sabe que é “de mentira” e não real. O brinquedo constitui então uma ação específica que, além de desenvolver a capacidade psicomotora, promove a ampliação do psiquismo e do conhecimento em geral. O movimento do lúdico que se caracteriza neste jogo proporciona compreender os limites e as possibilidades da assimilação de novos conhecimentos pela criança. Esta situação desenvolve a função simbólica e a linguagem, além de trabalhar os limites entre o imaginário e o concreto e dessa forma, a criança vai conhecendo e

interpretando os fenômenos a sua volta.

**Palavras-chaves:** cognição, Jogo, Atividade Lúdica, imaginário, realidade

**Atividade:** Desenvolvimento de habilidades sócio-cognitivas utilizando a medição de jogos (Paineis)

**Trabalho:** Desenvolvimento de habilidades sócio-cognitivas utilizando a medição de jogos

**Autor(es):** Werusca Marques Virote de Sousa Pinto, Claudia de Oliveira Ramos, Dayana Lima Dantas Valverde, Emanuelle Nice da Silva Karam Souza, Julinda Ribeiro, Leane Cunha Silva, Ronivalda Peron

**Resumo:** O projeto que deu origem ao jogo Kebra-Kuka passou pelas etapas de busca de referenciais bibliográficos sobre jogos, sobre cognição, percepções, e linguagem, até que fosse proposta a segunda etapa do projeto: a confecção de um jogo que abordasse os aspectos teóricos encontrados na literatura. Dessa forma foi idealizado o jogo, e apresentado na I Exposição de Jogos Cognitivos. O termo kebra-kuka foi criado com a finalidade de abordar de forma descontraída os conteúdos cognitivos. O termo que dizer: instigar a mente no processo de aprendizagem. Refere-se a um jogo divertido e envolvente que pode ser jogado por crianças e adultos. Um jogador não conseguirá ganhar o jogo baseado somente na sorte. É necessário ter uma boa dose de conhecimentos. Tem como objetivo desenvolver de forma global os aspectos sócio-cognitivos dos participantes, bem como desenvolver a percepção visual e espacial; exercitar a memória; facilitar o desenvolvimento das representações mentais e promover a interação entre os participantes. Dentro desta perspectiva o jogo leva o participante a utilizar representações mentais que envolvem atividades complexas, em que ele deverá entender e cumprir as regras, fazer uso de estratégias e recorrer a seus conhecimentos gerais. O jogo propiciará a interação entre os participantes, possibilitando o encontro entre adultos e crianças. O ponto chave da percepção neste jogo é a capacidade de estimular o participante a ter uma visão global de todo o tabuleiro e qual o seu lugar no jogo para que possa vislumbrar todas as possíveis jogadas. Para obter sucesso o jogador deve recorrer a memória de longo prazo, a memória implícita e a memória semântica, para responder as questões das cartas-perguntas. A fundamentação teórica que sustenta a proposição deste jogo são os conceitos propostos por Sternberg (2000). Outro processo básico da cognição que deverá ser utilizado ao jogar é a linguagem, que segundo o autor facilita o pensamento e afeta a percepção e a memória. Sendo pensamento conceituado como a capacidade de imaginar ou representar objetos e eventos na memória e atuar sobre suas representações e atenção denomina-se a capacidade de selecionar algumas informações para um exame mais detalhado e ignorar outras. A partir desse processo o jogo proporciona um desenvolvimento social advindo dessa interação evidenciando o que Gardner chamou de inteligência interpessoal, a saber: a capacidade de perceber e compreender as outras pessoas, empatia, identificação de sentimentos e relacionamento interpessoal. Habilidade de entender humores, temperamentos e motivações de outras pessoas. O presente trabalho terá continuidade com a aplicação do jogo em crianças de uma escola pública de Feira de Santana- Bahia, para dar continuidade as atividades acadêmicas de observação dos aspectos cognitivos e experimentar a utilização de jogos para tal fim.

**Palavras-chaves:** jogos, cognição, percepção, interação

**Atividade:** Trabalhando a memória por meio de um jogo pedagógico-cognitivo (Paineis)

**Trabalho:** Trabalhando a memória por meio de um jogo pedagógico-cognitivo



**Autor(es):** Werusca Marques Virote de Sousa Pinto, Cláudia Sepúlveda, Ivoneide Marinho, Neuza Hermelina Vidal Santoro, José Mário Pitombo Vieira

**Resumo:** Os principais objetivos do presente estudo são: incentivar, primeiramente, a utilização dos diversos tipos de memória, dando enfoque à memória explícita, como também, fazer com que os jogadores criem em sua mente um mapa cognitivo do corpo humano, favorecendo, desta forma, o processo interacionista nos indivíduos participantes do referido jogo. Viajando pelo Corpo Humano propõe desenvolver atividades lúdicas, como o jogo no processo ensino aprendizagem. O jogo desperta o interesse do aluno, possibilita-lhe refletir sobre o tema, promovendo uma aprendizagem prazerosa e significativa, além de desenvolver a capacidade de ouvir, contribuindo para a melhoria das relações inter-pessoais. A atividade proposta constitui-se como uma oportunidade para o aluno se auto-avaliar, pois estará sendo constantemente desafiado a resolver problemas, além de permitir que o professor avalie seus alunos sem que crie tensões e conflitos. Pode ser jogado em grupo ou em duplas. Vencerá a equipe que, respondendo em primeiro lugar às perguntas dos seis sistemas, seguir a flecha vertical (cheia) e alcançar o centro do tabuleiro (chegada). É importante salientar que apesar das perguntas estarem objetivas do ponto de vista científico, o professor deverá estar atento às possíveis respostas relacionadas com a realidade sócio-cultural do aluno, o que implica em ajustá-las levando-o a refletir e ampliar o seu conhecimento. Trata-se de um jogo cujas habilidades intelectuais requeridas são fundamentais, porém seu maior objetivo é promover a interação da criança com os demais participantes e a partir dessa relação, observar a construção da formação cognitiva evidenciadas pelas possibilidades maturacionais. O jogo ainda desenvolve a capacidade de reflexão que se inicia nesta fase, isto é, pensar antes de agir considerando os vários pontos de vista simultaneamente. No que se refere ao pensamento infantil é possível estabelecer corretamente as relações de causa e efeito e de meio e fim (pensamento). É possível, também, seqüenciar idéias ou eventos, retendo o conteúdo na memória assim como trabalhar com idéias acerca de dois pontos de vista simultaneamente, inter-relacionando as percepções. O processo cognitivo que mais se destaca neste jogo é a memória conceituada como o meio pelo qual as pessoas recorrem ao conhecimento passado, afim de utilizá-lo no presente; os mecanismos dinâmicos associados à retenção e à recuperação das informações Sternberg (2000). É, também, perceptível a presença de um outro aspecto relevante: a Transferência de Aprendizagem que, segundo Falcão (2003), é a aplicação de determinada aprendizagem a certa situação em que poderão ser aplicadas as noções mais abstratas e livrescas adquiridas em sala de aula, ou seja, a influência das experiências anteriores favorecendo a aprendizagem do momento, assim como a aprendizagem do momento deve favorecer aprendizagens futuras. Podemos também reverenciar os mapas cognitivos que, segundo Bastos (1998), são representações de indícios visuais, táteis e auditivos os quais configuram um ambiente e permitem a localização do sujeito no espaço. Os jogadores serão capazes de desenvolver um mapa cognitivo do corpo humano valendo-se da capacidade de cada indivíduo em representar o ambiente em seu próprio cérebro, ou seja, serão feitos esquemas ou modelos mentais a partir de suas interações e aprendizagens em um domínio específico.

**Palavras-chaves:** memória, aprendizagem, atividades lúdicas, cognição, jogos

**Atividade: A Psicanálise vai à escola: contribuições ao processo ensino-aprendizagem (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** A psicanálise e a formação de educadores: transmissão ou ensino?

**Autor(es):** Sandra Francesca Conte de Almeida

**Resumo:** A polêmica e complexa questão da transmissão da psicanálise a educadores, notadamente no âmbito da formação profissional, seja esta inicial ou continuada (em serviço), ou

mesmo em cursos de pós-graduação, sobretudo cursos de lato sensu (aperfeiçoamento e especialização) se desdobra em uma série de perguntas e Interroga o analista quanto ao sentido do seu ato. O que se transmite da psicanálise a educadores, como se dá essa transmissão e com que finalidade? Trata-se, de fato, de uma transmissão ou de um ensino, já que o saber da psicanálise se dirige a um outro, o professor, aqui suposto como educador, situado em uma cena estranha ao campo psicanalítico. De todo modo, a transmissão ou o ensino da psicanálise a educadores implica em um laço social que envolve o desejo do analista que transmite/ensina, o educador que se “forma”, os dispositivos éticos em ação, o lugar no qual se transmite/ensina, a instituição, e, sobretudo, as metas que se deseja alcançar. A presença da psicanálise nos cursos de formação de educadores, nas suas mais diversas modalidades, tem nos interrogado e nos afetado duplamente: como docente e pesquisadora e como psicanalista, levando-nos a refletir e a produzir um certo saber – um saber não-todo - sobre as contribuições possíveis e os impasses advindos das relações entre a psicanálise e a formação de educadores. As considerações que tecemos, por enquanto, se encaminham na direção de se estabelecer uma distinção entre transmissão e ensino, demarcando a diferença radical entre a formação do analista, cujo dispositivo coloca em ato a transmissão da psicanálise em intensão, nas três dimensões que a compõem (ensino, análise pessoal e supervisão), pela via da transmissão de um estilo, e a formação de educadores, mesmo que estes se deixem afetar, transferencialmente, pela transmissão da psicanálise em extensão, na sua dimensão de ensino, inserida em cursos de formação, nas Universidades ou instituições afins. Considerando que o discurso analítico, na sua radicalidade, não se deixa reduzir a qualquer outra forma discursiva, que a transmissão da psicanálise só é possível se feita por analistas, que os educadores, na maioria das vezes, não passaram pela experiência do inconsciente, em uma análise, temos defendido a posição de que a transmissão da psicanálise a educadores só é possível se forem criadas algumas condições mínimas: um analista na posição de Mestre não-todo, um educador que se interroga sobre o sentido de seu ato, um dispositivo clínico de escuta, de fala e de escrita pelo qual se metabolizará a angústia da posição “ensinante”, e uma finalidade assim constituída: uma mudança subjetiva do educador em sua relação com os ideais narcísicos e educativos, de modo a que o encontro com o real da educação não se reduza a uma experiência de profundo e funesto mal-estar, mas, ao contrário, que lhe permita viver a relação educativa como uma experiência única, singular, de criação e de prazer (Almeida, 2006). É em torno dessas reflexões que pretendemos debater as contribuições, dilemas e impasses na transmissão/ensino da psicanálise na formação de educadores.

**Palavras-chaves:** Transmissão da psicanálise, Formação de educadores, Ensino da psicanálise, Psicanálise em intensão, Psicanálise em extensão

**Trabalho:** O relato de uma experiência: Projeto Aleph Psicanálise & Educação

**Autor(es):** Ruth Helena Pinto Cohen

**Resumo:** O presente trabalho traz à discussão a posição tomada pelo educador, frente aos impasses educativos e suas diferentes funções, sejam elas facilitadoras ou impeditivas à transmissão do saber. Aponta para a tensão sofrida pela criança diante da demanda do tecido social, supondo que o fracasso escolar emerge como resposta à política e a ética que regem a educação na contemporaneidade. Para tal dá o testemunho de uma prática de pesquisa e intervenção realizada em três escolas da rede pública do município do Rio de Janeiro, na qual busca identificar as tensões geradoras de fracasso escolar, promovendo meios que facilitem e viabilizem o diálogo entre educadores e psicanalistas, implicando-os no processo educativo de crianças e adolescentes. Pensando-se que, de um lado, as tensões originadas nas articulações entre o impossível e o necessário da educação podem, por intermédio da inibição de funções cognitivas, traduzirem-se em fracasso escolar, de outro, cabe demonstrar que o fracasso escolar pode ser abordado em sua vertente sintomática segundo a lógica contingente. Das dificuldades em precisar as causas do fracasso escolar – onde localizá-lo, no aluno, no professor, na escola, no método, na política educacional? – evidenciou-se a possibilidade de demonstrar o funcionamento do sintoma fracasso escolar com base no conceito de indecidível, formulado pelo matemático austríaco Kurt Gödel (1931), cujo trabalho sobre o tema foi considerado um dos mais importantes progressos da lógica nos tempos modernos. A psicanálise e a lógica matemática se

aproximam no que concerne ao tratamento do inominável, do real, da incompletude e da inconsistência, pontos fecundos sobre os quais este trabalho se debruça. A partir da formulação de Lacan acerca das modalidades lógicas impossível e contingente, como negações diferenciadas das proposições universais, que obedecem, em sua relação, ao princípio da indecibilidade (Lacan 1971-2) interessa-nos extrair o saber fazer com o impossível, isto é, o que “insiste em não se escrever”, núcleo real do sintoma fracasso escolar. O interesse em trabalhar o fracasso escolar nesta vertente diz respeito à sua inscrição contemporânea, seja esta a de um novo sintoma ou apenas a de uma nova roupagem. Como consequência desta preocupação, o Projeto Aleph propõe a criação de um espaço coletivo de discussão entre educadores e psicanalistas, visando contribuir para que ambos, responsabilizando-se por suas ações, encontrem suas próprias saídas frente aos impasses educativos. Desse modo, pressupomos um avanço na transmissão de um saber que suporte o real ineducável do sintoma fracasso escolar, quer para a psicanálise quer para a educação. A partir dessa experiência verificamos que as discussões que incrementam a interface desses distintos campos de atuação podem contribuir para viabilizar tanto uma educação possível quanto um exercício da psicanálise no mundo.

**Palavras-chaves:** Psicanálise e educação,Psicanálise e fracasso escolar,conceito de indecidível,conceitos de impossível e contingente

**Trabalho:**Psicanálise aplicada à educação: da submissão do analista à causa do inconsciente

**Autor(es):** Cynthia Medeiros,Suely Alencar Rocha de Holanda

**Resumo:** Este trabalho visa discutir, a partir de uma perspectiva teórica, a questão da aplicação da psicanálise ao campo da educação. Na medida em que, como afirma Viganó (2000), não encontramos de Freud até a segunda clínica de Lacan, passando pela orientação lacaniana promovida por Jacques Alain Miller, uma simples continuidade temática, partiremos da posição freudiana acerca do tema e avançaremos, com Lacan, na discussão em torno da produção do analista e da ética daí decorrente na medida em que, para este autor, estes dois eixos definem o campo de aplicação da psicanálise. Dado o contexto de produção da psicanálise, e a sua necessidade de reconhecimento como um novo corpo de saber, a preocupação de Freud sempre esteve muito mais voltada para distinguir a psicanálise da medicina e da psiquiatria do que para afirmar a sua aplicação. Para ele, a conexão da psicanálise a outros campos de saber, incluindo-se aí a educação, se daria primordialmente por seu valor terapêutico. Nesse sentido, questionando-se a respeito da possibilidade, via educação, de uma profilaxia das neuroses, afirma que a análise de professores e educadores é a medida profilática mais eficaz. A despeito disto, distingue-a de outras terapias situando sua especificidade na abordagem ao inconsciente e apontando os limites da transmissão acadêmica na formação do analista. Por outro lado, não é por ser um método de tratamento mais eficaz que os outros que Freud a considera relevante, mas por seu valor de verdade acerca dos interesses humanos. Lacan, seguindo a via aberta por Freud, toma como central a questão da produção do analista, abordando-a de forma radical na medida em que, diferente do saber médico, o saber do psicanalista não concerne à observação, a uma técnica de terapia, mas diz respeito à estrutura do sujeito que implica o desejo do analista. Neste sentido, o fundamental é que a psicanálise se preocupe com sua identidade psicanalítica, com a distinção entre o que é psicanálise e o que não é. Para ele, a especificidade da psicanálise se situa no campo de uma ética, ética do desejo, que diz respeito ao mais particular e irreduzível do sujeito. A partir daí, convoca cada analista a dizer de sua experiência singular, buscando os meios de extrair um saber transmissível acerca de como se produz um analista, o que, em última instância, seria um efeito de uma análise levada a termo e somente verificável a posteriori. Sendo assim, podemos dizer que é na medida de sua submissão à causa do inconsciente que uma prática se revela analítica, o que, de resto, só se pode testemunhar depois. Assim, é somente recolhendo os testemunhos de atos que nascem da iniciativa dos analistas que podemos dizer das (im)possibilidades de aplicação da psicanálise, não só ao campo da educação, mas a outros campos de saber.

**Palavras-chaves:** Psicanálise e educação,Ética da psicanálise,Transmissão da psicanálise,Formação do analista

**Atividade: HABILIDADES SOCIAIS, CAPACIDADES ADAPTATIVAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MENTAL: IMPLICAÇÕES NO CONTEXTO EDUCACIONAL (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Habilidades sociais, capacidades adaptativas de alunos com deficiência mental: implicações no contexto educacional

**Autor(es):** Edicléa Mascarenhas Fernandes, Helio Ferreira Orrico

**Resumo:** Os paradigmas de avaliação da deficiência mental vêm se transformando, adequando-se às mudanças sociais relativas às pessoas com deficiência. As redefinições da American Association on Mental Retardation (AAMR 1992/2002) acrescentaram ao parâmetro do quociente intelectual a avaliação das capacidades adaptativas privilegiando no diagnóstico a dimensão social. Esta revisão deslocou o foco dos níveis de deficiência: leve, moderado, severo e profundo para níveis de suporte. O documento da AAMR define quatro tipos de suporte: os periódicos, os limitados, os extensivos e os constantes. Os periódicos referem-se a situações momentâneas de crise, como perda de emprego, crise médica. Os suportes limitados referem-se aqueles caracterizados pela consistência no tempo podendo requerer apoio de equipe multidisciplinar. Os suportes extensivos caracterizam-se pela regularidade diariamente em alguns exemplos, como escola, por exemplo. Os suportes de natureza constante envolvem mais profissionais e são muito mais intensivos que os suportes anteriores. Os recursos de suportes podem estar no indivíduo, em outra pessoa, na tecnologia, na organização dos sistemas de serviço, no ensino, nas amizades, no planejamento financeiro, na assistência ao trabalho, nos suportes comportamentais, na assistência domiciliar, no uso e acesso às escolas, comunidade e assistência à saúde. Enfatiza também o valor da integração entre pares não deficientes como um caminho primordial para reduzir as incapacidades funcionais dos portadores de retardo mental. Os suportes devem ocorrer de forma regular em ambientes integrados e serem oferecidos no ambiente onde o indivíduo trabalhe, viva, estude e divirta-se. As atividades de suporte devem ser individualizadas, coordenadas, avaliadas periodicamente e não serem retiradas de forma prematura. A revisão da AAMR propõe que os níveis necessários de suporte para uma pessoa substituam definitivamente os níveis formais inferidos pela avaliação do quociente intelectual. Os apoios são recursos e estratégias que visam a promover o desenvolvimento, a educação e o bem-estar pessoal e que melhoram o funcionamento do indivíduo. O funcionamento individual resulta da interação dos apoios com as dimensões de habilidades intelectuais, comportamentos adaptativos, participação, interação e papéis sociais, saúde e contexto. São dez as áreas das capacidades adaptativas que devem ser avaliadas e identificadas através do perfil sócio-etário do grupo em que a pessoa com deficiência mental convive: comunicação, cuidados pessoais, atividades de vida doméstica, habilidades sociais, uso comunitário, independência, saúde e segurança, funcionalidades acadêmicas, lazer e trabalho. Apresentamos análise descritiva de estudos de caso de sujeitos com deficiência mental de diversas faixas etárias, que freqüentaram ou freqüentam escolas especiais e classes regulares. Foi aplicado o protocolo de capacidades adaptativas desenvolvido por Fernandes (2000) considerando a área de habilidades sociais do modelo da AAMR, que define estas habilidades como comportamentos sociais apropriados e inapropriados. Os comportamentos sociais apropriados incluem tais como fazer amigos, mostrar apreciação, sorrir, aceitar mudança, cooperar com os outros, demonstrar honestidade, fidelidade, brincadeiras adequadas à faixa etária, demonstrar interesse pelos outros, simpatia, ser agradável, fazer amizades e manter-se nelas, engajamento em namoros. Os comportamentos sociais inapropriados incluem acessos de raiva, ciúmes, briga, competitividade excessiva, egoísmo, exibicionismo sexual, interrupção da fala dos outros, requisitar atenção constante, permanecer além do tempo no ato de cumprimentar socialmente e negativismo. Estes indicadores comportamentais das habilidades sociais geralmente são traduzidos em atividades curriculares no ensino infantil, porém não são trabalhados no ensino fundamental. Neste sentido, alunos com deficiência mental que necessitam de maiores suportes para o desenvolvimento destas habilidades sociais são desfavorecidos quando a atitude do corpo docente não contribui para inclusão do aluno com deficiência mental no contexto educacional. O processo de inclusão de alunos com deficiência

mental deve necessariamente envolver capacitação de professores para lidarem com o específico do sujeito com deficiência mental elencando suportes que possibilitem o desenvolvimento de habilidades sociais próprias a sua faixa etária. Os protocolos analisados demonstraram maior índice de comportamentos positivos nas habilidades sociais da atual geração de crianças com deficiência mental que freqüentam classes regulares. O protocolo de capacidades adaptativas oportuniza ao professor um conhecimento de sua turma e de alunos com deficiência mental, possibilitando-o elencar objetivos comportamentais de habilidades sociais ao seu planejamento incluindo o sistema de suporte necessário a cada aluno. Atualmente, através do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Inclusiva da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, este modelo encontra-se em aplicação em rede pública de ensino em programas de extensão e capacitação de professores que lecionam para alunos com deficiência mental.

**Palavras-chaves:** habilidades sociais, capacidades adaptativas, deficiência mental

**Atividade: Atribuição de Causalidade na escola: comparação da visão dos estudantes em relação ao seu desempenho acadêmico. (Paineis)**

**Trabalho:** Atribuição de Causalidade na escola: comparação da visão dos estudantes em relação ao seu desempenho acadêmico.

**Autor(es):** Vanessa Coelho Sousa, Franciely Nunes Rosa, Fábio Alves dos Reis, Marcela Novais Medeiros, Fernanda Machado

**Resumo:** Normalmente um mau desempenho acadêmico é visto como consequência de limitações pessoais do aluno, como por exemplo, um déficit de aprendizagem, ou o aluno não gosta de estudar, atribuindo, assim, sempre a culpa de tal resultado ao próprio estudante. Porém, desta forma se esquece verificar como o aluno vê o seu desempenho, e as causas que ele atribui a este. Perante esta realidade o presente trabalho teve como objetivo verificar os mecanismos atribucionais de alunos do ensino médio, de uma escola pública da cidade de Uberlândia Minas Gerais, ao explicarem o seu sucesso e fracasso escolar, comparando a atribuição dada por alunos do sexo feminino e alunos do sexo masculino. A amostra é composta de 69 sujeitos, com idades entre 15 e 23 anos (média de 19) de ambos os sexos (40 do sexo feminino e 29 do sexo masculino). Foi aplicado um questionário contendo três questões fechadas, sendo a primeira visando verificar a visão do aluno em relação ao seu desempenho escolar, classificando suas notas em altas, regulares e ruins. A segunda questão objetivava analisar a atribuição de causalidade de seu fracasso escolar. Já a terceira buscava verificar a atribuição de causalidade do sucesso escolar de acordo com a visão do aluno. A segunda e a terceira questão eram compostas por oito alternativas abrangendo atribuições internas como a inteligência, o esforço do aluno, e externas como, por exemplo, a dificuldade da prova e a qualidade do professor e o apoio dos colegas. A coleta de dado ocorreu na própria sala, durante o período da aula. Os participantes foram primeiramente informados dos objetivos do estudo e, em seguida, procederam ao preenchimento dos questionários, em tempo livre. No geral os alunos consideraram suas notas regulares (67% do sexo feminino e 65% do sexo masculino), 21% dos sujeitos do sexo masculino consideraram suas notas altas, e o restante (14%) as consideraram ruins. Já os sujeitos do sexo feminino não consideraram bom o seu desempenho escolar (18% consideraram ruins e 15% as consideraram boas). Em relação à atribuição de causalidade ao sucesso escolar, uma boa qualidade da explicação do professor foi apontada como a principal causa das notas boas por ambos os sexos (62% do sexo feminino e 37% do sexo masculino, causa externa) seguida por o esforço do aluno (25% do sexo masculino e 22% do sexo feminino, causa interna). Em contra partida, as causas do fracasso escolar foi atribuída à má qualidade de ensino do professor (43% do sexo feminino e 29% do sexo masculino, causa externa) seguido por causas internas como falta de atenção do aluno (24% do sexo feminino) e pouco estudo do

aluno (26% do sexo masculino) . Assim, pode-se verificar que a principal causa tanto do mal quanto do bom desempenho escolar foi atribuído por ambos os sexos à qualidade de ensino dado pelo professor (fator externo), seguido pelo esforço do próprio aluno (fatores internos), o que contradisse a idéia de que desempenho escolar é visto como conseqüência de limitações pessoais do aluno, pois se pode perceber que para o próprio aluno, o professor possui uma maior atuação no desempenho escolar do estudante.

**Palavras-chaves:** Atribuição de Causalidade,desempenho escolar,gênero

**Atividade: Os novos rumos da educação pública no Brasil (Paineis)**

**Trabalho:**Os novos rumos da Educação Pública no Brasil

**Autor(es):** Luciene Alves Miguez Naiff,Cristiany Azamor,Adriana Benevides Soares,Alcides Cardoso,Monique de Oliveira Moura Baldez

**Resumo:** Esse trabalho é parte de uma pesquisa maior que tem como objetivo identificar e comparar as representações sociais de professores do ensino fundamental de escolas públicas de dois municípios do estado do Rio de Janeiro - caracterizados pela proximidade geográfica e as diferenças sócio-demográficas- acerca da avaliação escolar.As políticas voltadas para a educação no Brasil vêm sofrendo modificações marcantes nas últimas décadas. A mais recente e polêmica delas diz respeito a progressão continuada como forma de combate a evasão escolar, já testada em alguns municípios brasileiros, e que interfere em toda a lógica escolar utilizada até então. Nesse novo contexto, um dos dispositivos mais afetados em seu modelo original é a avaliação escolar no que tange a produção de aptos e não aptos para a escola.As representações sociais por se apresentarem como uma modalidade de conhecimento construída e compartilhada no ambiente social e que tem como objetivo final a orientação de práticas e comportamentos podem proporcionar um maior entendimento do contexto educacional. Conhecer as representações sociais que professores fazem de elementos constitutivos de sua prática possibilita entender como as relações interpessoais existentes no ambiente escolar influenciam o processo de ensino-aprendizagem e transformam a escola em um espaço de inclusão ou de exclusão social.Os objetivos específicos do presente trabalho podem ser descritos como: levantar as representações sociais dos professores do ensino fundamental sobre avaliação escolar; e comparar as representações sociais de professores do 1º segmento e do 2º segmento sobre essa temática inferindo como as práticas sociais produzidas pelos mesmos podem estar sendo influenciadas por essas representações.Foi realizada uma tarefa de evocação livre com 50 professores do 1º segmento do ensino fundamental e 50 professores do 2º segmento do ensino fundamental do município do Rio de Janeiro tendo como termo indutor "avaliação escolar". Os dados foram analisados com o auxílio do programa de computador EVOC, cuja lógica procura combinar a frequência com que as palavras e expressões são emitidas pelos sujeitos com a ordem em que cada sujeito as evoca, permitindo apreender quais os elementos das representações são presentes de forma mais central na produção discursiva dos sujeitos.Os dados preliminares sugerem que no município do Rio de Janeiro os professores do ensino fundamental de ambos os segmentos possuem representações sociais sobre a avaliação escolar como algo necessário para a boa prática educativa e como parâmetro de acompanhamento do desenvolvimento educacional do aluno. No entanto, percebemos que os professores do 1º segmento do ensino fundamental estão mais sensíveis às mudanças propostas no processo de avaliação da progressão continuada que os professores do 2º segmento do ensino fundamental.Percebemos que as diferenças encontradas dizem respeito a especificidades de cada segmento em relação a relação professor-aluno; a formação do professorado e a relação do professor com a escola. Os professores do primeiro segmento atuam de forma contínua e diária com seus alunos tendo possibilidade de avaliar o crescimento de cada um de forma holística, recebendo para isso uma formação específica e estabelecendo

uma relação constante com a escola e sua proposta pedagógica. Já seus colegas do 2º segmento ministram suas matérias em dias específicos, só conhecem o desempenho de seus alunos naquilo que diz respeito a sua disciplina e estão na escola por períodos curtos, absorvendo em menor escala a cultura organizacional. Os resultados apontam para a dificuldade de incorporar novas políticas educacionais para diminuir a evasão escolar utilizando o redimensionamento e até mesmo a extinção da avaliação tradicional- as provas escolares- como único método de conhecer o desenvolvimento educacional dos alunos. As políticas públicas atingem indivíduos que agem e interagem socialmente e que ancoram suas formas de pensamento em um passado de práticas sociais. Neste sentido, entendemos a necessidade de se entender os indivíduos envolvidos nesse processo para que as práticas não fiquem vazias de sentido e possam ser de fato incorporadas enquanto pensamento social compartilhado.

**Palavras-chaves:** representações sociais, educação, avaliação escolar, exclusão social

**Atividade: Repercussões psicossociais no desempenho escolar de meninas trabalhadoras domésticas da escola Unidade Integrada Estado do Piauí (Paineis)**

**Trabalho:** Repercussões psicossociais no desempenho escolar de meninas trabalhadoras domésticas da escola Unidade Integrada Estado do Piauí

**Autor(es):** Ioana da Cunha Pereira Yacalos, ALESSANDRA CRISTINE FILGUEIRAS RATES, Caroline Gonzaga Torres, Marina Flávia Bentivi de Andrade, RAFAELLE MONTEIRO SANCHES

**Resumo:** De acordo com COSTA (2001), entende-se, por trabalho doméstico, serviço de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou família, no âmbito residual. A mesma autora afirma que o trabalho doméstico infanto-juvenil tem configurações de trabalho escravo, pois não raro crianças e adolescentes têm jornada de trabalho não estipulada, sem remuneração e ausente de férias ou descanso semanal, não obedecendo ao limite de idade mínima e muitas vezes têm tarefas insalubres que podem prejudicar o crescimento e a saúde dessas crianças. Mas apesar de todo o aparato legal, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), 5,482 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos trabalham no Brasil. Desses, 296 mil têm entre 5 e 9 anos; 1,9 milhão, entre 10 e 14 anos; 862 mil, 15 anos; e 2,3 milhões estão na faixa etária de 16 e 17 anos. De acordo com a mesma pesquisa, 1 milhão não estuda e 4,4 milhões cumprem jornada dupla: trabalho e escola. Praticamente a metade deles (48,6%) não é remunerada e 10% não vai à escola por motivos relacionados ao trabalho. No Maranhão, verifica-se uma realidade semelhante, principalmente por ser um estado pobre, no qual o trabalho em casas de família apresenta-se como a única alternativa para subsistência de sua família. De acordo com LIMA, DA SILVA E SILVA (2002), das crianças e adolescentes que trabalham em casa de família, 81,6% vem principalmente da baixada ocidental e oriental maranhense, e apenas 15,3% são da capital. O trabalho doméstico é mais freqüente no sexo feminino, o que caracteriza um traço cultural da nossa sociedade machista, quase que fazendo parte da vida das crianças de famílias pobres, que dimensionam os serviços do lar como parte da formação infantil e sua passagem para lares de terceiros como uma possibilidade de aprendizado e melhoria de oportunidades para a ascensão social. Desta forma, o trabalho doméstico infanto-juvenil acaba por ser legitimado na sociedade, que não vê nenhum prejuízo às jovens que exercem essa atividade. Por outro lado, KASSOUF apud VIVARTA (2003), afirmara que a ineficiência do sistema educacional pode ser uma causa para a falta de mobilidade social destas jovens trabalhadoras domésticas, porque mesmo levando em consideração que o exercício do trabalho prejudique a freqüência escolar, outra relação em sentido oposto também deve ser reconhecida – os problemas internos do sistema educacional influenciam decisivamente nas altas taxas de repetência e evasão entre as crianças das classes populares. Tendo em vista essa grande quantidade de jovens trabalhadoras domésticas no município de São Luís e,

percebendo que as grandes jornadas de trabalho poderiam repercutir em um mau desenvolvimento escolar, decidiu-se por realizar uma pesquisa na escola Unidade Integrada Estado do Piauí, objetivando verificar as conseqüências psicossociais no desempenho escolar de quatro adolescentes (de acordo com a definição do Estatuto da Criança e do Adolescente). Optou-se por um método dialético de investigação e uso do referencial de análise de dados qualitativo, por possibilitar uma análise mais aprofundada dos dados. Serão feitas entrevistas com as alunas e professores destas selecionados, utilizando-se de um roteiro. Além das entrevistas, haverá observação dos históricos escolares, com o propósito de analisar os dados coletados, obtendo-se um resultado mais aproximado da realidade investigada.

**Palavras-chaves:** Trabalho doméstico,desempenho escolar,jovem

**Atividade: Desenvolvimento, criatividade e aprendizagem metacognitiva: uma perspectiva sistêmica (Mesas Redondas)**

**Trabalho:**DESENVOLVIMENTO HUMANO: AVANÇOS RECENTES.

**Autor(es):** MARIA AUXILIADORA DESSEN

**Resumo:** O desenvolvimento humano apresenta-se, inquestionavelmente, como fenômeno complexo, dinâmico, multifacetado, constituído por interações entre fatores biológicos, emocionais, cognitivos, sociais e culturais. Isto implica considerar a pessoa em desenvolvimento a partir de suas características biopsicológicas e daquelas construídas na sua interação com o ambiente. As variações históricas, geográficas e ambientais nos padrões de vida, nos diferentes contextos, influenciam os indivíduos que, por sua vez, são agentes ativos de mudanças, influenciando os contextos e seu próprio desenvolvimento, através de suas escolhas baseadas nas experiências, disposições, conhecimentos e valores e crenças. Para se compreender o desenvolvimento é preciso, portanto, descrever os padrões de mudanças e estabilidades no tempo de vida (presente, passado e futuro) e sob diferentes níveis, abarcando desde os sistemas fisiológicos e bioquímicos até as relações compostas por seqüências de interações entre indivíduos, grupos e sociedades. Isto significa repensar o conceito de desenvolvimento, incorporando a noção de que as mudanças entre um período inicial de homeostase e seu subsequente retorno a este estado é decorrente de tensões provocadas por forças de coação entre os diferentes níveis do sistema organismo-ambiente; sua manifestação é probabilística e epigenética, resultando em um aumento da complexidade da organização e das ações humanas. Esta apresentação tem como objetivo discutir os avanços científicos ocorridos nas últimas décadas, decorrentes das mudanças paradigmáticas nas ciências em geral, que favorecem a compreensão dos fenômenos de desenvolvimento sob uma ótica integrada, pluralística e complexa, compatível com as noções da 'nova' ciência do desenvolvimento humano. Os avanços ocorridos nas últimas décadas, presentes nos domínios interdisciplinares da ciência do desenvolvimento, propõem uma mudança na forma de pensar o estudo do desenvolvimento humano, tendo um forte impacto na pesquisa. A prática da pesquisa precisa incorporar uma visão sistêmica do processo de desenvolvimento, implicando em análises de sistemas complexos e integrados em todos os seus níveis: genético, neural, comportamental e ambiental (físico, social e cultural), interagindo ao longo do tempo e traçando trajetórias probabilísticas. Conhecer a trajetória de desenvolvimento do indivíduo, considerando a sua evolução em diferentes aspectos constitui um desafio para pesquisadores e profissionais de diferentes disciplinas. Neste sentido, é imprescindível desenvolver uma linguagem comum para facilitar o diálogo multidisciplinar que pode ser iniciado por meio de algumas definições heurísticas presentes nas disciplinas, tais como estrutura, temporalidade, mudanças, padrões de mudança e critérios intelectuais e sociais para distinguir as mudanças associadas ao desenvolvimento. Um trabalho de construção inter e multidisciplinar faz-se necessário, particularmente no que tange às interfaces com a educação, gerando dados de pesquisa e, especialmente, recursos para apreender e compreender os processos de desenvolvimento humano, dentre os quais o processo de desenvolvimento da criatividade.

**Palavras-chaves:** desenvolvimento humano,curso de vida,diálogo multidisciplinar



## **Trabalho:**A RELAÇÃO ENTRE CRIATIVIDADE E DESENVOLVIMENTO HUMANO

**Autor(es):** Denise de Souza Fleith

**Resumo:** É inquestionável a importância da criatividade para a sobrevivência e o progresso da humanidade. Neste sentido, para lidar com os desafios deste terceiro milênio, como a explosão tecnológica irreversível, o mundo efêmero do descartável, o automatismo, a robotização e a lógica da contradição e da incerteza, entre outros, é necessário preparar o ser humano, desde os primeiros anos de vida, para antecipar e solucionar problemas de maneira inovadora. Para compreender o fenômeno da criatividade humana e, assim, criar condições que favoreçam a sua emergência, é necessário investigar os processos cognitivos, emocionais, sociais, os aspectos familiares, a educação formal e informal, os fatores históricos e culturais que influenciam o potencial criativo ao longo do curso de vida. Tendências recentes no estudo da criatividade salientam que a criatividade não é um processo que ocorre internamente ao sujeito, mas é o resultado da interação entre indivíduo e os diversos ambientes nos quais ele está inserido. A abordagem individual foi substituída por uma visão sistêmica do fenômeno da criatividade. Além disso, o ato criativo deve ser considerado como um processo dinâmico e contínuo. Diversos estudos têm evidenciado que habilidades criativas podem ser estimuladas e desenvolvidas, desconstruindo o mito de que criatividade é uma questão de tudo ou nada – a pessoa é criativa ou não. Ademais, as investigações na área têm salientado que o produto criativo não é resultado de um lampejo de inspiração que ocorre sem uma razão explicável, mas é desenvolvido ao longo do tempo como fruto de um processo que envolve dedicação, esforço, preparo, reconhecimento e aceitação da sociedade. Conclui-se, então, que a criatividade é um fenômeno multifacetado, interativo, sistêmico e evolutivo e, neste sentido, deve ser investigado ancorado no estudo do desenvolvimento humano. Isto significa examinar como o indivíduo interage com os diferentes contextos em que ele está inserido, considerando as distintas fases do desenvolvimento, os diferentes momentos históricos e a diversidade de fatores culturais e sociais que influenciam o comportamento humano. Por exemplo, como mudanças estruturais na sociedade podem encorajar ou não a criatividade? Ou, ainda, como a transmissão de valores e crenças entre gerações tem afetado a produção criativa na cultura ocidental nas últimas décadas? Isto requer das pesquisas sobre o desenvolvimento da criatividade a coleta de dados, no mínimo, em dois contextos e períodos de tempos distintos. Ademais, as técnicas de coleta de dados devem capturar a temporalidade e complexidade do fenômeno combinando diversos instrumentos e utilizando delineamentos mistos. Portanto, o objetivo desta apresentação é discutir a relação entre criatividade e desenvolvimento humano tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico.

**Palavras-chaves:** criatividade, desenvolvimento humano, curso de vida

## **Trabalho:**APRENDIZAGEM METACOGNITIVA, TECNOLOGIA, E DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO EDUCACIONAL

**Autor(es):** Maria Cristina Rodrigues Azevedo Joly

**Resumo:** O desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) tem possibilitado a utilização de diferentes mídias como provedoras de informação para a educação. Neste sentido, os estudos acerca da aprendizagem enquanto processo cognitivo de seleção, organização e elaboração de informações para a aquisição de conhecimento e construção de significado têm sido realizados pela psicologia e educação. Cabe destaque aos aspectos relacionados à avaliação de recursos cognitivos e à metacognição. A cognição envolve as habilidades necessárias para realizar uma tarefa e a metacognição implica no planejamento, monitoração e regulação do próprio pensamento, suas estratégias e suas atividades de aprendizagem enquanto executa a tarefa. É o conhecimento e o autocontrole acerca da cognição. Esse autocontrole implica no conhecimento de diferentes estratégias a serem usadas em função do tipo de atividade, mais a capacidade de detectar erros e contradições durante o processo de realização dessas. Só se pode falar de metacognição quando se trata de conhecimento e controle conscientes, de modo que o conhecimento acerca da cognição possa

ser demonstrado, comunicado, examinado e discutido. No tocante, à avaliação de recursos ou auto-apreciação cognitiva, a análise pessoal do estudante sobre os conhecimentos e competências cognitivas, as características da tarefa e as estratégias disponíveis para sua realização são temas de análise. Quanto à metacognição ou auto-controle cognitivo, as investigações se referem à organização e planificação da ação - antes do início da tarefa - aos ajustamentos que se fazem durante sua realização e às revisões necessárias quando da verificação dos resultados obtidos. Nessa perspectiva serão apresentados e discutidos estudos acerca da aprendizagem sob a orientação da metacognição e do desenvolvimento sistêmico em contextos educacionais permeados pelo uso da TIC. Cabe destacar que o estudo do controle da metacognição envolve questões relativas ao quanto se pode controlar as estratégias metacognitivas e à influência do conhecimento prévio e interesse para que tal controle ocorra. Serão considerados os três aspectos que intervêm no conhecimento metacognitivo: as variáveis do indivíduo, da tarefa e as estratégias a serem utilizadas que se convertem em parte integrantes do modo de pensar e da eficácia do próprio pensamento. Ao lado disso, destaque será dado à metacognição que abre novas perspectivas para o estudo das diferenças individuais no rendimento escolar, uma vez que destaca o papel pessoal na avaliação e controle cognitivos — alunos com idênticas capacidades intelectuais podem ter diferentes níveis de realização escolar, devido não somente à forma como cada um atua sobre os seus próprios processos de aprendizagem, mas também quais estratégias cognitivas e metacognitivas adquiriu que o possibilitam planejar e monitorar o próprio desempenho escolar.

**Palavras-chaves:** avaliação, desenvolvimento, metacognição

**Atividade: O INCONSCIENTE NA SUBJETIVIDADE DOCENTE E AS POSSÍVEIS RELAÇÕES NO TRABALHO PEDAGÓGICO COM ALUNOS INSCRITOS EM HISTÓRICO DE EXCLUSÃO SOCIAL E ESCOLAR (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: O INCONSCIENTE NA SUBJETIVIDADE DOCENTE E AS POSSÍVEIS RELAÇÕES NO TRABALHO PEDAGÓGICO COM ALUNOS INSCRITOS EM HISTÓRICO DE EXCLUSÃO SOCIAL E ESCOLAR**

**Autor(es):** Márcia Barra Milhomens Chauvet, Inês Maria Zanforlin Almeida

**Resumo:** O presente resumo apresenta uma pesquisa em andamento que se realiza como parte da exigência do programa de pós-graduação, em nível de Mestrado da Faculdade de Educação/UnB. A questão norteadora que orienta esse trabalho se inscreve na possibilidade de investigar, elucidar e compreender o papel significativo da dimensão inconsciente no processo de constituição de sujeito do professor e suas possíveis influências na prática educativa. Esta pesquisa apóia-se nos fundamentos de um estudo de caso, referindo-se a cinco participantes, com uma abordagem do paradigma qualitativo, onde, segundo Flick (2004), a subjetividade dos atores da pesquisa, tanto do observador como dos sujeitos investigados, constituem a própria pesquisa. Tal escolha justifica-se pelo fato de objetivarmos retratar uma realidade de forma aprofundada e, dependendo do modo pelo qual o estudo for se desenvolvendo, novos aspectos, elementos ou dimensões poderão ser acrescentados. O aporte teórico da psicanálise servirá como ponto de apoio e estrutura básica do trabalho, não havendo a intenção de a pesquisadora assumir a posição de analista clínico. Apóia-se em Birman (1994), onde diferentes saberes podem trabalhar sobre um mesmo tema. Apenas busca-se ancorar as interpretações em conceitos básicos da psicanálise freudiana, promovendo um diálogo entre as duas áreas de conhecimento. Ressalta-se, ainda, que não se está realizando uma pesquisa psicanalítica, e sim de educação, com orientação psicanalítica, ou atravessada pela psicanálise como denomina Gutierrez (2003). O objeto de pesquisa está intrinsecamente ligado ao itinerário pessoal e profissional da pesquisadora, que há quinze anos tem exercido sua prática pedagógica com adolescentes carentes, em situação de risco, sendo alguns moradores de rua, outros com histórico de drogadição e/ou cometimento de atos infracionais. Nesse contexto, busca-se aprofundar, para além da dimensão do consciente e da objetividade, a discussão acerca dos possíveis componentes inconscientes presentes na opção profissional pela docência, especificamente quando se refere a professores que lecionam para alunos inscritos em histórico

de exclusão escolar e social. Os dispositivos utilizados e as análises de fatos e conteúdos também estarão permeados pelos pressupostos teóricos da psicanálise. Visa-se reconhecer e refletir a influência e a relevância dos processos de transferência e identificação, presentes na prática pedagógica, bem como seus efeitos. Optou-se, ainda, pela análise e possível compreensão dos efeitos da pulsão de morte, como conceito representativo da exclusão social, na constituição da identidade dos professores sujeitos da pesquisa, que fizeram a escolha de trabalhar com alunos circunscritos ainda no conceito banalizado de fracasso escolar. Como principal dispositivo de investigação, utiliza-se a memória educativa. Por meio desta, os educadores pesquisados relatam e escrevem suas trajetórias como alunos nos diferentes níveis da instituição escolar, inseridas nas histórias de suas próprias vidas. Desta maneira, cada pesquisando expõe a si mesmo e ao grupo as marcas historicamente constituídas, em encontros de reflexão e escuta. A memória educativa como aponta Almeida (2001) oportuniza ao docente ressignificar suas experiências escolares e compreender que sua formação inicial e continuada é atravessada por sua constituição pessoal/profissional com possíveis repercussões em suas concepções acerca do processo de ensino-aprendizagem e geralmente reproduzidas em seus atos educativos atuais. As reflexões advindas do registro e das discussões proporcionam, também, a possibilidade de se rever aspectos metodológicos e pedagógicos específicos da profissão clareando que a prática docente está de fato inscrita nas experiências de vida do professor de modo peculiar a cada sujeito. Pretende-se enriquecer as reflexões, aprofundar as análises, atentar para as relações educacionais e seus aspectos subjetivos, visando, também, a possibilidade de se percorrer novos caminhos no trabalho pedagógico junto a esta clientela específica. Inicialmente, no projeto, são esboçadas as possíveis contribuições da psicanálise à educação e o quadro teórico-metodológico. Em seguida, apresentados os primeiros relatos do trabalho investigativo a partir de um dos cinco sujeitos de pesquisa, focalizando trechos de sua memória educativa, que corroboram com algumas conclusões iniciais, ressaltando-se que os objetivos de pesquisas qualitativas não se prendem a generalizações fechadas, com preocupações de validação/comprovação de hipóteses iniciais. Concluindo, ao se propor que algo da teoria psicanalítica possa ser transmitido aos professores, não se pretende que a comunicação entre psicanálise e educação venha a ser mais uma teorização pedagógica, com modelos e técnicas a serem seguidas. Não cabe à psicanálise definir ações ou ideais para a educação. Acredita-se, porém, que a apropriação dos fundamentos básicos possa contribuir para que os educadores encontrem um optimum na educação de sorte que ela se torne mais benéfica que maléfica, que privilegie os próprios educadores, sem torná-los um Outro absoluto ou esvaziado de qualquer sentido, enfim, com buscas intermináveis para o desenvolvimento pessoal e para o ato de educar.

**Palavras-chaves:** psicanálise e educação, memória educativa, constituição e atuação docente

## Área: Saúde

**Atividade: Experiencia com o tratamento do Câncer de Mama em Sergipe (Paineis)**

**Trabalho:**Experiencia com o tratamento do Câncer de Mama em Sergipe

**Autor(es):** Missilene Mota

**Resumo:**

**Palavras-chaves:**

**Atividade: Auto - imagem: a representação do corpo para as mulheres mastectomizadas. (Paineis)**

**Atividade: A PRÁTICA DA HIPNOTERAPIA ERICKSONIANA NO TRATAMENTO DO TRANSTORNO DO PÂNICO: UM ESTUDO DE CASO CLÍNICO. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**A PRÁTICA DA HIPNOTERAPIA ERICKSONIANA NO TRATAMENTO DO TRANSTORNO DO PÂNICO: UM ESTUDO DE CASO CLÍNICO.

**Autor(es):** Fanny Gabriela Correia Gama

**Resumo:** O Transtorno do Pânico vem sendo constatado em aproximadamente 10% dos casos na Saúde Mental, e representa não uma “desordem” de origem meramente biológica, mas é resultante da interação de um conjunto de fatores – biológicos, psicológicos, sociais e culturais (DSM – IV, 2002, p. 425). Neste sentido, seus sintomas acarretam conseqüências que vão desde a sudorese e tremores no corpo ao isolamento total do indivíduo, gerando com isso maiores probabilidades de associar-se a outros transtornos, como o Transtorno Obsessivo Compulsivo, mais conhecido como TOC, as Fobias, e outros, além de dificuldades ocupacionais e de aprendizagem. Dentro desse contexto, o tratamento pode ser farmacológico, psicoterápico ou conjugado. Dentre as abordagens psicoterápicas existentes, ressalta-se nesse estudo a Hipnoterapia Ericksoniana, cujo princípio consiste em focalizar a capacidade de superação e os recursos que o indivíduo desenvolveu ao longo da vida, buscando ressignificar os conflitos precursores de seus sintomas. Utiliza-se, assim, tudo que o cliente traz na terapia, trabalhando a partir do sintoma e intervindo em outras questões que possam estar correlacionadas a este. Desta forma, frisa-se que a Hipnoterapia Ericksoniana, sendo uma Psicoterapia Breve “Estratégica”, vem contribuindo de maneira “significativa” para a qualidade de vida dos indivíduos que sofrem deste transtorno. Entretanto, a realização de pesquisas torna-se necessária, uma vez que possibilita não apenas compreender o fenômeno estudado, mas também oportuniza “novos” questionamentos e sistematiza “melhor” a teoria. Neste contexto, este estudo visa saber como se dá a prática da Hipnoterapia Ericksoniana no tratamento do Transtorno de Pânico, já que esta representa o momento em que a teoria se confronta com a realidade, sendo representado pela informação que resulta dessa confrontação, e que se desenvolve por diferentes vias (GONZÁLEZ-REY, 2005, p. 30 – 31, grifo meu). Assim, esta pesquisa tem como objetivo principal proporcionar um maior conhecimento sobre a prática da Hipnoterapia Ericksoniana no tratamento do Transtorno do Pânico. Salienta-se que ela está dividida em 3 capítulos: 1º) A Psicoterapia Ericksoniana; 2º) O Transtorno do Pânico; e 3º) O Estudo de Caso. Desta forma, no primeiro, busca-se ressaltar aspectos relevantes da biografia de Milton Erickson e as contribuições da Psicoterapia Ericksoniana. Já o segundo, visa abordar os principais sintomas, características e formas de tratamento mais utilizadas nos casos de Transtorno do Pânico. E o terceiro, por sua vez, através da análise do caso, visa explicitar a prática da Hipnoterapia Ericksoniana no tratamento do Transtorno do Pânico. Neste sentido, a metodologia adotada será o Estudo de Caso Clínico. Frisa-se que esta pesquisa será fundamentada na Hipnoterapia Ericksoniana, com

contribuições complementares de outros teóricos da Psicologia, da Psiquiatria e Ciências Sociais.

**Palavras-chaves:** hipnoterapia, Transtorno do Pânico, Psicoterapia

**Atividade:** O Apoio Matricial na perspectiva de técnicos de equipes de Saúde da Família em Natal/RN (Paineis)

**Trabalho:** O Apoio Matricial na perspectiva de técnicos de equipes de Saúde da Família em Natal/RN

**Autor(es):** Magda Dimenstein, Vanessa Almira Medeiros, Ana Kalliny de Sousa Severo, Clariana de Moraes Tinoco Cabral, Monique Brito, Ana Lícia Soares, Edilane Nunes Régis Bezerra

**Resumo:** A atenção básica, no campo da saúde pública brasileira, tem se tornado um espaço privilegiado de intervenções em saúde mental em virtude de sua necessidade de produzir ações focadas no eixo territorial. Nesse contexto, o Programa de Saúde da Família (PSF) nasce como uma necessidade de romper com o modelo assistencial em saúde hegemônico no Brasil, propondo a produção de novos modos de cuidado em saúde – e em saúde mental – dentro dos princípios de integralidade e territorialidade, atuando de forma sistêmica e elegendo a família como locus privilegiado de ação. A integração do PSF com as políticas de saúde mental implica em algumas transformações, a começar por tentar desconstruir a lógica dos especialismos, da hierarquização dos saberes, apontando para uma nova forma de organização dos serviços e superando a delimitação de ações pautadas nas competências que definiriam quem tem autoridade para lidar com a loucura. A saúde mental, no município de Natal, ainda se apresenta como um campo de saber não articulado com a atenção básica, prevalecendo a lógica dos encaminhamentos e a renovação da receita como principais práticas. Ainda se constata um alto índice de internações em instituições psiquiátricas. Os serviços substitutivos, por sua vez, são numericamente insuficientes e pouco articulados à rede de saúde como um todo. Na tentativa de superar essa lógica, a Secretaria Municipal de Saúde vem implementando algumas ações, das quais destacamos o Apoio Matricial (AM), proposta do Ministério da Saúde que propõe pensar a saúde mental imbricada na saúde como um todo e a construção de estratégias que permitam e/ou facilitem o direcionamento dos fluxos na rede, promovendo uma articulação entre os equipamentos de saúde mental e as Unidades Básicas de Saúde (UBS). Visa à implementação de uma clínica ampliada, favorecer a co-responsabilização entre as equipes, promover saúde e a diversidade de ofertas terapêuticas através de um profissional de saúde mental que acompanhe sistematicamente as UBS. Essa pesquisa visa discutir o funcionamento do AM em Unidades de Saúde da Família (USF) do Distrito Sanitário Leste de Natal. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com um técnico de nível superior de cada uma das equipes de PSF desse distrito: Guarita (2 equipes), Rocas (4) e Passo da Pátria (2), totalizando 8 entrevistados – 5 médicos e 3 dentistas. O questionário versava sobre dois eixos temáticos, com seus desdobramentos: a demanda de saúde mental recorrente na realidade local e a implementação do AM. As demandas relatadas passam por estresse, insônia, transtornos mentais mais leves ou mais severos, até os usuários de medicação psicotrópica, cuja receita é normalmente renovada na USF. Foi também mencionado o encaminhamento como alternativa recorrente de intervenção. A proposta do AM, ainda não está clara para os profissionais, possivelmente em virtude do fato de ter havido apenas algumas reuniões iniciais. A maioria dos profissionais não foi capaz de definir a proposta, mas alguns a identificam como uma estratégia de descentralização no atendimento em saúde mental, outros como uma forma de orientação para o atendimento, incluindo a questão dos medicamentos e ainda uma entrevistada o percebe como sendo uma espécie de suporte emocional para os técnicos de PSF. Todos os entrevistados relatam a necessidade de terem um apoio nessa área, contudo esta se revela de maneiras distintas: algum mencionam que a contribuição do AM seria por meio de capacitações, treinamentos, palestras; para outro, a

existência de um psicólogo por unidade, bem como de um veículo de transporte social para os usuários seria a contribuição; outra, ainda, menciona o suporte emocional para os técnicos. Percebe-se, com isso que a saúde mental não é vista por eles como uma demanda que diga respeito às USF, exceto no conhecimento mínimo necessário para que se proceda ao encaminhamento e renovação da receita de forma mais adequada (uso do medicamento correto), o que revela um pensar sobre saúde mental ainda pautado no modelo das especialidades, na lógica dos encaminhamentos, na reprodução de um modelo que tem na medicação a sua principal arma, fazendo-se necessário, apenas, o uso correto da mesma. Convém ressaltar que em alguns casos, percebe-se uma angústia nesse lugar de “repassador de remédios”, mas o encaminhamento continua sendo visto como alternativa última, para todos os casos. O AM, na perspectiva dos técnicos, ainda não é visto como uma estratégia efetiva para melhoria do atendimento na rede.

**Palavras-chaves:** Apoio Matricial,PSF,Saúde Mental,Rede Básica

**Atividade: Jornal Correio do Estado: visibilidade da saúde como notícia (Painéis)**

**Trabalho:**Jornal Correio do Estado: visibilidade da saúde com notícia

**Autor(es):** Fabrine Oliveira Roman,Vera Sonia Mincoff Menegon

**Resumo:** JORNAL CORREIO DO ESTADO: VISIBILIDADE DA SAÚDE COMO NOTÍCIA.A mídia de maneira geral &#9472; impressa, televisiva, radiofônica &#9472; é um veículo de comunicação de massas constituído por formas simbólicas e contextuais que, além de veicularem informações, produzem sentidos e influenciam na constituição de subjetividades das pessoas. Assim, pesquisar a mídia é procurar entender o que vem sendo veiculado e as maneiras como isso é feito, já que este é um veículo que faz parte do cotidiano das pessoas em geral. Considerando que a Psicologia Social da Saúde é uma perspectiva da Psicologia que compreende o conceito de saúde-doença de uma maneira mais ampla, que busca entender a realidade cotidiana e social das pessoas e as suas inter-relações, fica clara a importância de se estudar o papel da mídia nas relações cotidianas, uma vez que ela circula repertórios e imagens sobre saúde e doença. Inserida nesse contexto, a pesquisa ora apresentada foi desenvolvida no âmbito do programa do PIBIC, com apoio do CNPq, e teve como objetivo analisar a visibilidade das notícias sobre saúde e interrupção da saúde de forma violenta, publicadas no jornal Correio do Estado, um dos mais tradicionais do estado de Mato Grosso do Sul, no período de janeiro a março de 2005. No primeiro eixo temático (saúde), incluíram-se assuntos como: avanço de pesquisa; comportamento (estilo de vida, dicas de como se cuidar); desnutrição; doenças em geral (cárdio-vascular, DST-AIDS, câncer, infecto-contagiosas, respiratórias, crônicas, diabetes e outras); medicamento; prevenção/promoção; propaganda; saúde reprodutiva; serviços de saúde (Unidade Básica de Saúde, Programa de Saúde da Família, Hospital, Centros de saúde, Convênios e outros); transmissão de doenças; tratamentos em geral; terapias alternativas; treinamento/capacitação; vacina. No segundo eixo (interrupção da saúde de forma violenta), foram incluídas notícias sobre: abuso sexual; acidente (doméstico, trabalho, trânsito, animal e outros); agressão; desastre (furacão, terremoto, maremoto, enchente, temporal, incêndio, desabamento, seca, terrorismo, guerra, outros); drogas/dano; homicídio; suicídio; homicídio/suicídio. Para tanto, realizou-se o clipping e a análise das notícias publicadas, no período de janeiro a março de 2005, no jornal Correio do Estado, de Campo Grande, MS. Os critérios estabelecidos para analisar a visibilidade das notícias foram: 1) frequência de publicação; 2) a distribuição pelo jornal (se tem chamada de capa ou não); 3) o uso de ilustrações (foto, quadro, imagem, etc.). A análise quantitativa de 1117 notícias, que foram inseridas no banco de dados ACCESS, mostrou que 53% versam sobre saúde e 47% sobre interrupção da saúde de forma violenta. Dos assuntos incluídos no tema saúde é importante destacar as publicações sobre serviços de saúde (26%), desnutrição (14%) e prevenção/promoção (9%). No que se refere ao tema interrupção da saúde de forma violenta, o destaque ficou para as notícias sobre homicídio (31%), acidentes (29%) (trabalho, trânsito, animal, contexto doméstico) e desastre (23%) (enchentes, terremotos etc.). Entretanto, ao se

considerar a característica multimodal de um jornal impresso, nesta pesquisa representada pela análise da frequência das notícias, das chamadas de capa e do uso de imagens, as diferenças detectadas no número de notícias publicadas ficam diluídas. Conclui-se que no jornal Correio do Estado, no período pesquisado, as notícias sobre saúde e sua interrupção de forma violenta apresentam padrões de visibilidade muito semelhantes. Destaca-se, porém, a ausência de imagens sensacionalistas, no que se refere às notícias sobre interrupção da saúde de forma violenta.

**Palavras-chaves:** Mídia impressa, Psicologia Social da Saúde, Saúde, Interrupção da Saúde de forma violenta

**Atividade: ATENÇÃO PREVENTIVA A GESTANTES DE ALTO RISCO NUMA MATERNIDADE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ARACAJU-SE (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: ATENÇÃO PREVENTIVA A GESTANTES DE ALTO RISCO NUMA MATERNIDADE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ARACAJU-SE**

**Autor(es):** Ila Nunes Silveira, Fernanda Rangel Gama

**Resumo:** No período gestacional, a saúde da mãe está estreitamente relacionada ao desenvolvimento saudável do bebê. Quando ocorrem situações de risco: idade materna abaixo dos 17 anos ou maior que 35 anos, casos de hipertensão, doenças sexualmente transmissíveis, drogas, tentativas de aborto, etc; a gestante pode necessitar permanecer longos períodos internada. No intuito de intervir junto às gestantes de risco, foi desenvolvido um projeto na Maternidade Hildete Falcão Batista em Aracaju-SE, calcado na inter-relação entre as disciplinas Práticas Educativas e Promoção de Saúde do Curso de Psicologia da Universidade Tiradentes-SE. Para fundamentar a necessidade do projeto, o diagnóstico da problemática, feito através de observações diretas e simples realizadas nas enfermarias, unidade de tratamento intensivo neonatal - UTIN e sala pré-parto, apontou necessidades como: carência de informação sobre pré-natal; mitos e tabus na ingestão de alimentos; ausência da figura paterna no processo; necessidade de auto-estimulação das gestantes através de massagem abdominal; alto nível de ansiedade e ociosidade devido a longos períodos de repouso. Sob a ótica desse diagnóstico, foram desenvolvidas, dentre outras, atividades ocupacionais (crochê, bordado, confecção de móveis artesanais e outros artefatos infantis); relaxamento, massagem corporal, orientação familiar sobre questões como aleitamento, participação paterna e cuidados básicos de prevenção em saúde materno-infantil, além de apresentações artísticas. Tais atividades objetivaram o fortalecimento do vínculo afetivo na tríade pai-mãe-bebê, bem como, a redução dos níveis de ansiedade para a gestante. O método utilizado para elaboração, análise e gerenciamento dessas atividades, baseou-se no instrumento do Marco Lógico que se trata de um conjunto de hipóteses e de relações de causa e efeito, tornando explícitas as relações entre as atividades, os resultados, os objetivos do projeto e o objetivo geral ao qual ele quer contribuir. O Marco exige ainda a explicitação dos fatores de risco do projeto (premissas). O material educativo com recursos audiovisuais (cartazes, folhetos, vídeos) foi disponibilizado por recursos próprios das estagiárias e em parte cedido pela equipe de saúde da maternidade em pauta, na preocupação com uma intervenção multidisciplinar que se coadunou no programa de humanização da instituição. Concomitante a essas práticas, estudos bibliográficos foram desenvolvidos com o propósito de garantir uma preparação prévia para a explanação das palestras, bem como, para a aplicação das atividades no âmbito da promoção de saúde. Ainda sob a ótica da pesquisa bibliográfica, foram desenvolvidos estudos posteriores às realizações dessas atividades, a fim de se buscar uma maior esclarecimento empírico frente aos diagnósticos das pacientes. Os resultados coletados dessa intervenção foram dispostos quantitativamente em dois gráficos: um que registrou numericamente a frequência dos diagnósticos, causas das internações das pacientes; e outro que registrou a rotatividade desse mesmo público, correlacionando o período gestacional, o período de internação na maternidade e uma possível futura admissão. Neste sentido, a intervenção beneficiou as gestantes de risco de baixa renda, sua família e a Maternidade.

**Palavras-chaves:** gestantes de risco, intervenção, longo período de internação

**Atividade: O jovem adulto falcêmico: questões e dilemas (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** O jovem adulto falcêmico: questões e dilemas

**Autor(es):** Maria Elizabeth Ribeiro dos Santos

**Resumo:** Introdução - Estudos sobre pacientes portadores de anemia falciforme são importantes, seja por essa ser a doença genética de maior prevalência no Brasil, ou pelo fato de, na ausência de tratamento, haver altos índices de mortalidade infantil e aparecimento de comorbidades, prejudicando a qualidade de vida dos pacientes (Nuzzo e Fonseca, 2004). Só recentemente, entretanto, tem havido uma maior preocupação com estudos sobre essa doença entre nós, aí incluindo estudos que visem entender melhor as questões destes pacientes. A pesquisa “O jovem adulto falcêmico: questões e dilemas” é um desdobramento de outro estudo, realizado com crianças portadoras de doenças crônicas. No presente estudo, procuramos avaliar as condições de portadores de anemia falciforme entre 18 e 25 anos. Delimitamos esta faixa etária, por achamos interessante ouvir estes pacientes no momento em que devem enfrentar as tarefas que marcam a entrada do jovem no mundo adulto, tais como: convivência com grupos de outros adolescentes, escolha profissional, entrada no mercado de trabalho, namoro, casamento, reprodução, ou outras. O estudo se justifica pela importância de escutar as questões destes pacientes, com vistas a identificar e/ ou propor medidas que possam auxiliá-los em suas demandas. Metodologia - foram realizadas 23 entrevistas semi-estruturadas com jovens adultos portadores de anemia falciforme, que freqüentavam o ambulatório de uma instituição do SUS, referência para o tratamento de anemia falciforme na cidade do Rio de Janeiro. As entrevistas obedeceram a um roteiro pré-estabelecido, em que foram delimitadas duas grandes áreas: questões ligadas à história dos entrevistados e questões da vida atual. As entrevistas foram gravadas e submetidas à análise de discurso, após termos obtido o termo de consentimento esclarecido. Resultados 1-história da instalação e diagnóstico da doença –embora a doença tenha se manifestado muito precocemente, a maioria dos entrevistados tinha uma versão sobre o que tinha se passado entre o aparecimento dos primeiros sintomas, o diagnóstico e o início do tratamento. Pela precocidade do início da doença, era uma versão a que tiveram acesso através dos próprios familiares: foram comuns comentários como “eu não sei, só sei o que me contaram”. De qualquer forma, este foi um importante dado sobre a comunicação paciente/familiar. No relato dos pacientes, apareceu a dificuldade de muitas unidades de saúde em realizar o diagnóstico de anemia falciforme, o que obrigava os familiares a buscar serviços em locais distantes da moradia, ou mesmo em outras cidades. Merece destaque o esforço da família em buscar o diagnóstico e em manter o tratamento, esforços que teriam sido recompensados pela garantia da qualidade do atendimento obtido. 2-relação com familiares- como dissemos antes, o primeiro dado indicador de um padrão de relações positivas com familiares é, exatamente, todos terem uma história da doença para contar, durante a qual fica claro o reconhecimento à família. Outros dados que apareceram seria a identificação dos esforços para tratá-los como crianças normais. Em alguns casos, entretanto, os entrevistados reclamaram da superproteção dos familiares, que teria cerceado sua infância. 3- amigos e escola- em relação a essas áreas, a maioria dos relatos inclui informações de apoio e aceitação. Os amigos são vistos como elementos fundamentais para a manutenção do equilíbrio. A escola, por sua vez, foi vista como um fator essencial para o desenvolvimento e, na maior parte das entrevistas, um espaço onde os entrevistados encontraram apoio. Poucos entrevistados referiram uma relação preconceituosa na escola, perpassada por estigma em relação à doença. 4- a entrada na adolescência - muitos entrevistados avaliaram o período da adolescência como um período difícil, no tocante ao cumprimento das rotinas e limitações. Não beber, não fazer esforço físico, não apanhar frio, seriam restrições difíceis de serem seguidas durante esse período. Para estes adolescentes, essas condições foram se modificando a medida que os anos passaram, e apareceu, também, o risco das úlceras de perna. Geralmente contraídas a partir da adolescência, as úlceras têm um efeito de alerta sobre a necessidade de estarem mais atentos às restrições impostas pela doença. 5-questões atuais/ planos para o futuro- entre as



questões importantes para os entrevistados está a relação com o trabalho. Em um país onde a entrada do jovem no mercado de trabalho já é difícil, as limitações impostas pela doença tornam ainda mais preocupante essa questão. Outro aspecto importante é a perspectiva de casamento, destacando em especial a resolução de ter ou não ter filhos. Conclusões – o estudo permitiu uma avaliação preliminar da população, bem como sugestões para o acompanhamento desses jovens. Um aspecto a ser destacado foi ausência de um padrão de falas onde a questão do estigma aparecesse como uma variável significativa, o que já fora encontrado em trabalhos anteriores. Considerando que a maioria destes jovens é tratada nessa instituição desde crianças, pode-se interrogar se o padrão de atendimento da referida instituição – onde o acolhimento e a informação são muito valorizados – teria auxiliado no desenvolvimento de uma melhor consciência de si.

**Palavras-chaves:** doença-crônica, anemia falciforme, cuidado psicológico

**Atividade: Cuidando do cuidador  
(Paineis)**

**Trabalho:** Cuidando do cuidador

**Autor(es):** Maria Suzana Souza, MARCOS AURÉLIO DE ALMEIDA ALVES, Alexandre José Raad

**Resumo:** Talvez o impacto que atinge a família do portador da Doença de Alzheimer (DA), não venha do diagnóstico propriamente dito, mas sim das dificuldades que esta família encontra em lidar com as inúmeras mudanças que gradativamente vão se instalando na pessoa que está doente. Este trabalho apresenta um estudo exploratório sobre o conhecimento que os cuidadores dos doentes com Mal de Alzheimer tem. Em um futuro próximo, existe a possibilidade de termos um aumento no número de DA, visto a tendência de envelhecimento da nossa população, conforme dados estatísticos apresentados pelo IBGE. Procurou-se realizar o estudo a partir do referencial teórico sobre o tema, neurologia, na psicologia social e psicologia comunitária. O método consistiu em estudo qualitativo, onde o número de sujeitos entrevistados foi de vinte pessoas, todos moradores da cidade de Aracaju/SE. A investigação revelou que muitos cuidadores de DA's sofrem de sintomas de esgotamento, tais como a raiva, o desamparo, a culpa, a depressão, o isolamento, a preocupação e as queixas físicas. Os resultados mostram-se confluentes com a revisão da literatura sobre o tema. Há variações individuais demasiadas em pacientes, famílias e cuidadores de modo geral. A sociedade exige muito de cuidadores, de casas especializadas, famílias e mesmo dos pacientes. O muito que se desconhece no cuidado com esse tipo de demência faz com que esse campo esteja aberto a qualquer interpretação. Há variações individuais demasiadas em cuidadores de modo geral. A sociedade exige muito de cuidadores, de casas especializadas, famílias e mesmo dos pacientes. O muito que se desconhece no cuidado com esse tipo de demência faz com que esse campo esteja aberto a qualquer interpretação. Na maioria dos casos, os portadores do mal de Alzheimer são cuidados em casa, entretanto, depois de algum tempo, podem vir a serem internados em casas especializadas, ação essa fomentada pelo agravamento da doença ou desestruturação familiar. Muitas vezes as famílias contratam um cuidador para aliviá-los dessa responsabilidade diuturna. O trabalho contempla as abordagens comportamentais e de enfermagem ampliando estratégias de comunicação. Os problemas de comunicação e linguagem são particularmente frustrantes quando se trabalha com portadores de Doentes de Alzheimer. Cuidar de uma pessoa com demência é um trabalho físico e emocionalmente extenuante. Muitas vezes, o cuidador pensa que mais ninguém sabe cuidar tão bem como ele. Esta idéia pode impedir os cuidadores de se aperceberem do próprio stress. Se não se lidar com o stress e a frustração sentidos, o resultado pode vir a ser o esgotamento provocado pela exaustão física e emocional. Os cuidadores querem proporcionar aos seus familiares cuidados com competência e compaixão. Uma vez estabelecidos estes exigentes objetivos, eles esquecem-se, frequentemente, de reconhecer e de preencher as suas próprias necessidades negando frequentemente, essas necessidades de modo a cumprirem as suas responsabilidades de cuidar. Mas, para conservar as capacidades

físicas e mentais necessárias à tarefa de cuidar, é preciso encorajar os cuidadores a cuidarem de si próprios e para equilibrarem as suas necessidades pessoais com as necessidades dos outros.

**Palavras-chaves:** Alzheimer, cuidadores, Desamparo

**Atividade:** EMOÇÕES CAUSANDO A HIPERTENSÃO ARTERIAL: essa nossa (des) conhecida (Paineis)

**Trabalho:** Emoções causando a Hipertensão Arterial: essa nossa (des) conhecida

**Autor(es):** Theny Mary Viana Fireman de Araujo

**Resumo:** O referido trabalho teve por objetivo conhecer as representações sociais que o paciente, constrói sobre a Hipertensão Arterial, H.A., verificando se consegue fazer correlação do aparecimento da doença com outros fatores de risco que a envolve. E o interesse pelo tema decorre do fato desse agravo ter alta prevalência no mundo e no Brasil, onde acomete 35% da população. Por ser uma doença crônica, vai degenerando o organismo, sendo responsável por 65% dos óbitos da população adulta, segundo o Ministério da Saúde (Brasil, 2005). O conceito de H.A é concebido segundo a Sociedade Brasileira de Hipertensão, hipertensão é uma doença crônica, não transmissível, de natureza multifatorial, assintomática que compromete fundamentalmente o equilíbrio dos mecanismos vasodilatadores e vasoconstritores, levando a um aumento da tensão sanguínea nos vasos, capaz de comprometer a irrigação tecidual e provocar danos aos órgãos por eles irrigados (SBH, 2006). O termo psicossomática surge no século XIX, com Heinrot, ao introduzir a expressão psicossomática para explicar sua crença na influência das paixões sexuais sobre as doenças (tuberculose, epilepsia e câncer). A separação entre a mente e o corpo com a determinação do modelo biológico, excluindo-se o psiquismo e a visão integradora do ser e do adoecer remota ainda a Grécia, com a criação de duas escolas distintas: a escola de Cós ou hipocrática e a escola de Cnido. O século XIX e começo do século XX a inspiração da medicina era mais para a escola de Cnido, pois o homem doente foi fragmentado reduzido a sistema, órgãos e células enfermas e o movimento da Psicossomática é um retorno à escola de Cós e segundo De Marco (2003) a medicina psicossomática passa a ser vista como uma reação a um modelo de medicina exclusivamente biológica. O corpo fala continuamente e é preciso entender essa linguagem. Quando a doença aparece, não é ainda a doença e sim seus sintomas expressando no corpo físico. A pessoa que representa suas angústias em somatizações não consegue simbolizar. Com o surgimento dos trabalhos de Freud e Breuer sobre a histeria foi esclarecido que havia uma nova forma de doença, cujas causas, não estavam ligadas diretamente à fisiologia e nem a neurologia e sim, a psicologia, onde o sofrimento psíquico se expressava no corpo. O estudo foi desenvolvido também com base na teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici, a partir de um saber construído no senso comum, permitindo as pessoas expressarem sua visão de homem e de mundo. Foi a partir do conhecimento construído pelos portadores de H.A. que pudemos entender qual a visão que os mesmos têm da sua patologia, identificando nessa fala, se houve alguma correlação entre a doença e algum aspecto emocional envolvido, bem como, se os mesmos fazem a correlação com algum fator de risco. A teoria das RS foi formada para tornar 'familiar' o 'não familiar', ou seja, para que não haja a negação, rejeição e estranheza daquilo que não é familiar. Para assimilar o 'não familiar', dois processos são necessários: ancoragem e objetivação. A ancoragem é um mecanismo que tenta ancorar idéias estranhas, reduzindo-as em imagens comuns, as quais são colocadas num contexto familiar. A objetivação se processa pela transformação do que se procura real e concretamente. Moscovici (2005) demonstra que a objetivação une a idéia de não-familiaridade com a realidade. O estudo ocorreu no município de Olivença no sertão alagoano, cuja população é de 10.517. A pesquisa foi realizada utilizando a visita domiciliar aos usuários que moram mais próximos da unidade de saúde sendo selecionado 13 pessoas. Após análise dos resultados encontramos que 85% dos pesquisado sentiram alguns sintomas e ficaram sabendo da doença, através do diagnóstico médico, entretanto, apenas uma pessoa soube explicar, um pouco, o que era a H.A. Isto mostra que com base na teoria das Representações Sociais, o conceito de hipertensão arterial continua como "não familiar",

entretanto, todas conseguiram correlacionar algum fato ao aparecimento da mesma. E assim, pode-se afirmar que não houve o processo de ancoragem, isto é, a equipe, não trabalhou diretamente com os portadores para um maior esclarecimento do que seja a hipertensão arterial suas causas e conseqüências, ou então, a forma como foram repassadas as informações ficou no nível técnico, no abstrato. O processo de ancoragem ocorreu quando eles identificaram algum acontecimento (motivo) para que a sua pressão arterial tenha aumentado, 85% identificaram muito bem o(s) motivo(s) do aparecimento do(s) sintoma(s). Quanto aos ganhos com a doença, 70% informa que seus familiares e amigos, ficaram muito mais atentos para com eles, depois que souberam da sua doença, tanto que ficam de certa forma “controlando” a vida deles, confirmando o ganho secundário com a doença.

**Palavras-chaves:** Hipertensão arterial, Psicossomática, Representação Social

**Atividade:** A estratégia do Apoio Matricial segundo coordenadores de equipes de PSF em Natal/RN (Paineis)

**Trabalho:** A estratégia do Apoio Matricial segundo coordenadores de equipes de PSF em Natal/RN

**Autor(es):** Magda Dimenstein, Vanessa Almira Medeiros, Monique Brito, Clariana de Moraes Tinoco Cabral, Ana Kalliny de Sousa Severo, Ana Lícia Soares, Edilane Nunes Régis Bezerra

**Resumo:** Essa pesquisa visa discutir a implementação do Apoio Matricial em Unidades de Saúde da Família (USF) do Distrito Sanitário Leste de Natal. O AM é uma estratégia de retaguarda especializada em saúde mental à equipes ligadas à atenção básica. Com esse objetivo foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os coordenadores de cada uma das equipes de PSF desse distrito: Guarita (2 equipes), Rocas (4) e Passo da Pátria (2). Contudo, dois não puderam participar, totalizando, portanto, 06 entrevistadas, todas enfermeiras, do sexo feminino, com idades entre 42 e 53 anos. O questionário versava sobre dois eixos temáticos básicos: o primeiro visava investigar o tipo de demanda de saúde mental da realidade local, as estratégias e dificuldades em lidar com ela e a necessidade de um suporte específico na área; o segundo englobava a compreensão acerca da proposta do AM, seus objetivos, metas, fatores que motivaram a sua implementação, bem como as estratégias que vêm sendo utilizadas e as dificuldades no processo, o envolvimento delas e contribuições do AM para a rede de saúde. A demanda mais freqüente, em todos os casos, foi a de usuários de medicamentos psicotrópicos que vão à unidade em busca da renovação da receita. A maior dificuldade é não saber como lidar com a demanda (falta de preparo específico, de capacitação, de suporte). Todas consideraram necessário ter um apoio nessa área. As metas do AM apresentadas foram: descentralizar a rede de saúde mental (reduzir os encaminhamentos); melhorar a qualidade no atendimento na rede básica; fortalecer a sua articulação com os serviços especializados; dar suporte à UBS construindo, juntos, estratégias de ação; levar as discussões de saúde mental para a UBS, demonstrando coerência com a proposta tal qual se apresenta. Apenas uma das entrevistadas, que esteve afastada da unidade, achou que o AM se destina ao supervisor territorial do distrito que, por sua vez, repassaria para as UBS o suporte recebido. Não há consenso quanto aos motivos que originaram tal proposta: duas entrevistadas consideraram que surgiu das próprias UBS (dificuldades em lidar com a demanda); duas, dos serviços especializados (alta demanda que poderia ser resolvida na rede básica) e duas consideraram o âmbito mais geral (Reforma Psiquiátrica, diminuição dos leitos de hospitais psiquiátricos, redistribuição dos saberes, superação da lógica das especialidades). Percebe-se com isso, que não está claro que trata-se de um projeto do Ministério da Saúde, apesar de que os fatores apresentados são coerentes com a proposta e não são mutuamente excludentes. Com exceção de uma entrevistada, todas relataram uma receptividade extremamente positiva à proposta, como capaz de minimizar a

angústia do não saber, propiciando um suporte, um espaço de discussão e criação de estratégias frente a uma demanda que já existe, mas que é normalmente deixada em segundo plano por toda a dificuldade e angústia envolvida. Essa angústia se apresentou como mais comum ao profissional da enfermagem, responsável pelo acolhimento e atendimento das demandas mais diversas possíveis. Para essas profissionais o AM apresenta-se como uma estratégia importante na organização da rede, na articulação dos serviços e no atendimento de qualidade em saúde mental na rede básica.

**Palavras-chaves:** Apoio Matricial, PSF, UBS, saúde mental

**Atividade:** A humanização da assistência pré-natal para gestantes de uma maternidade-escola da cidade do Rio de Janeiro  
**(Paineis)**

**Trabalho:** A humanização da assistência pré-natal para gestantes de uma maternidade-escola da cidade do Rio de Janeiro.

**Autor(es):** Ana Lydia Soares, Ruth Machado Barbosa

**Resumo:** No Brasil, mesmo tendo quase 90% das gestantes recebendo atendimento pré-natal, os elevados índices de mortalidade materno e neonatal continuam a existir. A urgência de mudança desse quadro remete à proposta de melhora do atendimento oferecido à gestante e ao recém-nascido. Para tanto, o Ministério da Saúde (MS) traz a humanização como uma política pública norteadora do Sistema Único de Saúde atrelada ao Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento. Sendo assim, a prática dos profissionais de saúde deve ser alterada, promovendo uma nova cultura de atendimento, baseada nos pressupostos da humanização. Os valores que norteiam esta política são a autonomia e o protagonismo dos sujeitos, a corresponsabilidade entre eles, o estabelecimento de vínculos solidários e a participação coletiva no processo de gestão. Operacionaliza-se com a troca e a construção de saberes; o trabalho em rede com equipes multiprofissionais; a identificação das necessidades, desejos e interesses dos diferentes sujeitos do campo da saúde; entre outros. No entanto, as delimitações do MS não apresentam uma base teórica para a necessidade de se humanizar a saúde. Diversos teóricos vêm trabalhando o ideário da humanização, evidenciando a necessidade de se humanizar o cuidado, valorizando os sujeitos envolvidos e a capacidade de ouvir e falar, integrando conhecimentos teóricos ao calor humano. A filosofia humanista pode ser vista como o referencial teórico para a humanização por considerar o homem a medida de todas as coisas. O paradigma benigno-humanitário pode ser caracterizado pela valorização do humano, e é a base primordial da humanização. Os princípios éticos de justiça, beneficência, não-maleficência e autonomia estão presentes quando se pensa em humanização da assistência em saúde. Dignidade da pessoa, liberdade e bem-estar são fatores que permeiam a relação profissional de saúde-paciente. Acolhimento e protagonismo servem de base para promover a saúde da população, sendo então respeitada como sujeito no processo de saúde e cidadãs, com o direito de receber um atendimento de qualidade. A visão que dos usuários, envolvendo pacientes e familiares ainda não é muito conhecida. Acolhimento significando a importância da escuta, do chamar pelo nome, do contato olho no olho, no tratamento pessoal. Autonomia como sendo a atividade e o poder de dar a si um regramento, definido a partir dos próprios interesses e relações. Protagonismo sendo o sujeito, protagonista da própria vida, ativo no processo de saúde. Para promover uma compreensão do que seria essa humanização, a assistência pré-natal foi escolhida como objeto de estudo para a presente pesquisa. Sendo assim, buscou-se responder a seguinte questão: como as gestantes vêem a humanização da assistência pré-natal de uma maternidade na cidade do Rio de Janeiro. Metodologia: Foram realizadas seis entrevistas semi-estruturadas sobre o atendimento recebido, seguidas de transcrição e análise de conteúdo divididas em três categorias: acolhimento, autonomia e protagonismo. A subjetividade aparece como sendo muito importante para um atendimento de qualidade. A pesquisa foi realizada no ambulatório de pré-natal da Maternidade-Escola da UFRJ na cidade do Rio de Janeiro. Resultados: Ficou evidente a satisfação das usuárias com o atendimento recebido. Para elas, a humanização da assistência pré-natal é poder conversar com o profissional de saúde, ter suas dúvidas explicadas, ser

perguntada. Ao falar com o profissional que deve lhe passar tranquilidade, a paciente deve sentir que está sendo cuidada, tratada com respeito para poder confiar, sentindo-se segura. Isso pode ser considerado até uma operacionalização da humanização da assistência em qualquer instituição de saúde. A importância do relacionamento com os profissionais de saúde foi evidenciada pela confiança que sentem neles, por serem escutados, por poder tirar dúvidas. O fato da maternidade em questão ser um ambiente limpo e organizado também apareceu como relevante para se considerar o atendimento obtido. Pôde-se problematizar o relacionamento profissional de saúde-paciente, enfatizando a importância da relação que se estabelece entre eles como fator primordial para se obter um atendimento humanizado. A humanização evidencia a importância do diálogo entre profissional de saúde-paciente, o que indica uma relação entre semelhantes, em que ambos se consideram como pessoas, sendo uma relação 'eu-tu'. O diálogo que se almeja na humanização ocorre necessariamente entre semelhantes. A coisificação do outro implica em desumanização em qualquer circunstância da vida. Vale ressaltar que para que essa relação entre profissional de saúde-paciente seja um encontro existencial, a responsabilidade de ambos no estabelecimento é primordial, deixando assim, de ser uma apenas uma consulta diagnóstica. Pensar que a relação depende exclusivamente do profissional de saúde é desvalorizar o paciente que é agente ativo em tal relacionamento. Conclusões: As questões levantadas evidenciaram a importância de um atendimento humanizado para usuários (gestantes) do SUS. Ressalta-se a relevância de se repensar a relação que se estabelece entre profissional de saúde-paciente, promovendo uma nova cultura de atendimento em saúde, seguindo os pressupostos da humanização da assistência em saúde.

**Palavras-chaves:** humanização, pré-natal, gestante, profissional de saúde, relação profissional de saúde-paciente

**Atividade: A assistência da Psicologia e da Enfermagem em estudo de caso em Traumatismo raquimedular (TRM) (Paineis)**

**Trabalho:** A Assistência da Psicologia e da Enfermagem em um estudo de caso de Trumatismo Raquimedular (TRM)

**Autor(es):** Lyvia de Jesus Santos, Ana Gleice Teles de Jesus

**Resumo:** O presente estudo de caso objetivou a importância de oferecer ao paciente vítima de traumatismo raquimedular (TRM) um plano de cuidados que tenha como intuito a melhor assistência da equipe de saúde para com o sujeito e a família, ressaltando que a mudança de vida de um TRM afeta não só a ele como pessoa, mas também à família, que sofre uma mudança substancial em sua estrutura funcional. O plano visa garantir melhor habilidade funcional de maneira eficiente, possibilitando a comunicação dos profissionais de enfermagem e da psicologia envolvidos na assistência. A amostra compreende um indivíduo de 28 anos, sexo masculino, casado, um filho, diagnóstico de TRM lombar, internado no Hospital Governador João Alves Filho (HGJAF), na cidade de Aracaju-SE. Buscou-se promover assistência de enfermagem nos cuidados gerais de higiene, medicação, alimentação, prevenção de escaras de decúbitos e monitorização dos parâmetros vitais. Coube à psicologia o acolhimento, o apoio, o alicerce do indivíduo e da família durante a internação, sendo um trabalho em conjunto, acompanhando o paciente durante o período pré e pós operatório, oferecendo a importância de se fazer o diagnóstico de enfermagem e de psicologia para a elaboração de um plano de cuidados para o enfrentamento do problema de saúde. Na coleta de dados, utilizou-se de um roteiro de entrevista semi-estruturada para levantamento dos dados do paciente junto com a família e a equipe de enfermagem na elaboração do diagnóstico e plano de cuidados. A análise dos dados, através da implementação do plano, demonstra que diante da complexidade das alterações físicas e emocionais, decorrentes do TRM, é necessidade premente o planejamento de assistência específica, que inclui avaliação mensurada do estado do paciente, coordenação de serviços, monitorização das ações e resultados; a fim de garantir a continuidade e a qualidade do cuidado. Em relação à assistência, não ocorre o envolvimento de todas as disciplinas com um objetivo comum, cada profissional realiza suas funções restritas à sua área de trabalho. As dificuldades

encontradas são decorrentes da falta de interação da equipe de saúde, talvez o trabalho do psicólogo na instituição hospitalar ainda não esteja no julgamento diário dos acontecimentos nos aspectos importantes. No entanto, acreditamos que as instituições hospitalares ainda não reconheçam a valorização do trabalho do psicólogo na preparação e acompanhamento do indivíduo na internação, como também na reabilitação. Um passo adiante para mudar essa realidade pode ser resolvido através de inclusões da psicologia no âmbito hospitalar evidenciando com o trabalho interdisciplinar, conscientizando de sua importância ativa na equipe, comprovando que sua presença contribui para a recuperação dos indivíduos internados e também com a equipe de saúde. Nesse hospital, a assistência ao paciente com lesão medular não se diferencia daquela dada aos outros pacientes de variadas patologias. Em termo de estrutura física e recursos de materiais, o paciente que carece de uma unidade específica é tratado nas dependências do ambiente hospitalar.

**Palavras-chaves:** Traumatismo raquimedular,;Psicologia,;Enfermagem,;Plano de cuidados.

**Atividade: A implementação do Apoio Matricial entre CAPS e USF em Natal/RN. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**A implementação do Apoio Matricial entre CAPS e USF em Natal/RN.

**Autor(es):** Edilane Nunes Régis Bezerra, Magda Dimenstein, Vanessa Almira Medeiros, Monique Brito, Ana Kalliny de Sousa Severo, Ana Lícia Soares

**Resumo:** Com o processo de Reforma Psiquiátrica surge em todo o Brasil uma série de novos serviços que se configuram como serviços substitutivos ao modelo manicomial, que mesmo apresentando suas singularidades, têm em comum a proposta de oposição e transformação do modelo clássico em Psiquiatria. Visam à transformação da estrutura manicomial, possibilitando uma nova e complexa realidade no campo da saúde mental, sendo o ponto de partida para mudar as tradicionais perspectivas em saúde mental. No campo da saúde pública brasileira, a atenção básica tem progressivamente se tornado um espaço privilegiado para intervenções em saúde mental, em virtude da necessidade de produzir ações focadas no eixo territorial. A estratégia saúde da família tem sido destacada como componente importante na reorganização da atenção básica. Estrutura-se com base em equipes multiprofissionais, que atuam a partir da adesão e territorialização da clientela atendida, o que possibilita a continuidade da atenção e a constituição de vínculos no processo de cuidado à saúde. De modo que todo serviço funcione como porta de entrada às pessoas, cada serviço responsabilizando-se efetivamente por elas e realizando a integralidade possível das ações. Uma atenção integral, como a pretendida pelo sistema único de saúde, poderá ser alcançada através da troca de saberes e de práticas, instituindo uma lógica de trabalho interdisciplinar, por meio de uma rede interligada de serviços de saúde. A relação construída entre o Caps e a Atenção Básica é importante para a composição de uma rede de atenção integral e resolutiva em saúde mental. Atualmente no município de Natal/RN a Secretaria Municipal de Saúde está em processo de implementação do Apoio Matricial na rede de serviços substitutivos e unidades de saúde da família. O Apoio Matricial é um arranjo institucional que foi recentemente incorporado pelo Ministério da Saúde como estratégia de gestão para a construção de uma rede ampla de cuidados em Saúde Mental. Desviando a lógica de encaminhamentos indiscriminados para uma lógica da co-responsabilização, o Apoio Matricial visa produzir maior resolutividade à assistência em saúde. Este estudo tem como objetivo analisar a implementação da proposta do Apoio Matricial entre as equipes inseridas nos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS do município de Natal/RN. Para operacionalização desse estudo foi utilizado como instrumento metodológico entrevistas individuais de caráter semi-estruturado com o coordenador de cada um dos 04 CAPS. Os resultados a serem discutidos estão voltados para os seguintes eixos de discussão: 1. Forma de participação dos CAPS no processo de implementação do Apoio Matricial; 2. Conhecimentos e habilidades que a equipe

precisa ter para realizar o trabalho de Apoio Matricial; 3. Proposta da Gestão sobre o Apoio Matricial; 4. Estratégias de implementação e consolidação; 5. Dificuldades e avanços da proposta. De acordo com os coordenadores entrevistados o apoio matricial é uma ferramenta potente, um dispositivo que busca construir estratégias para aumentar o fluxo resolutivo da rede, constituindo-se numa proposta que está interligada a outros dispositivos que estão sendo realizados pela Secretaria Municipal de Saúde, como por exemplo, o Fórum de Educação em Saúde; o Apoio Territorial e as Oficinas sobre Acolhimento voltadas para os agentes administrativos. Os entrevistados ressaltam a importância do apoio matricial, uma vez que as ações de saúde mental estão sendo ampliadas na rede básica, sendo esta o foco central na saúde mental, uma vez que os caps não dão conta da demanda em saúde mental, portanto a atenção básica entra para ampliar a cobertura em saúde mental. Os entrevistados ressaltam a falta de articulação entre os caps e a atenção básica, uma vez que os caps buscam articular e ordenar a rede, acaba ocorrendo uma centralização dos serviços, pouca inserção com os territórios e com a comunidade. Os coordenadores apontam à necessidade de repensar a função dos caps na rede, rever o lugar que ele ocupa no funcionamento do serviço. Os caps vêm participando de forma efetiva do processo de implementação do apoio matricial, no intuito de poder pensar a reorganização e redefinir o fluxo na rede e não atuar de forma fragmentada. O apoio matricial surge para fazer uma ponte, um elo entre atenção básica e os caps. Neste sentido, o apoio matricial tem em sua essência a troca de experiências e de saberes, a responsabilização compartilhada dos casos, buscando encontrar caminhos e romper preconceitos acerca da loucura, trabalhando em rede de forma articulada entre os serviços. Quanto à formação acadêmica dos profissionais, os mesmos não se sentem preparados para atender aos usuários com transtornos mentais, pois não receberam formação universitária, indicam à necessidade de uma capacitação ou especialização na área de saúde mental. A coordenação em saúde mental da secretaria municipal de saúde pretende com o apoio matricial a ampliação da rede em saúde mental; a melhoria dos equipamentos; a capacitação dos profissionais envolvidos; oficinas itinerantes em saúde mental e o acesso para todos os usuários à atenção em saúde mental.

**Palavras-chaves:** Apoio Matricial, Saúde Mental, Atenção Básica à saúde, Serviços Substitutivos

**Atividade:** Alterações Psicológicas em pacientes vítimas d Traumatismo Raquimedular (TRM) durante a internação hospitalar (Paineis)

**Trabalho:** Alterações Psicológicas em pacientes vítimas de Traumatismo Raquimedular (TRM) durante internação hospitalar

**Autor(es):** Lyvia de Jesus Santos, André Faro Santos

**Resumo:** A presente pesquisa objetivou conhecer o impacto do traumatismo raquimedular (TRM) na dinâmica psíquica do indivíduo acometido por essa patologia, realizando uma avaliação que se possibilita a melhor visão das condições emocionais, numa amostra de 10 pacientes internados no Hospital João Alves Filho na cidade de Aracaju/SE, sendo nove homens e uma mulher. Buscou-se identificar possíveis reações emocionais no período pré-operatório, conhecendo as perspectivas de compreensão das mudanças de vida do indivíduo, vítima de TRM quanto aos temas de maior interesse em relação à patologia e detectando as possíveis limitações conseqüentes das mudanças nas atividades diárias, segundo a equipe clínica e o paciente. Na coleta de dados, utilizou-se de um roteiro de entrevista semi-estruturado, observações e escuta clínica. A análise dos dados realizou-se em etapas com estabelecimento do rapport, de acordo com as observações, escuta, explorando e codificando o material colhido, interpretando no referencial teórico da psicanálise, observando as variáveis de memória a partir do trauma sofrido, visando o conteúdo de algumas funções cognitivas: orientação, memória, linguagem e pensamento, para assim caracterizar a experiência dos pacientes com TRM. Os resultados mostraram que, tendo em vista as reações produzidas a partir das suas vivências, os indivíduos da pesquisa apresentaram elevados índices de ansiedade, prevalecendo, em quase metade da amostra: insegurança, desconforto, agressividade, prejuízo de auto-identificação,

depressão e dependência como alterações afetivas perceptíveis. Durante todo o processo de pesquisa, lançaram-se questionamentos como a aceitação de submeter-se à cirurgia, necessidade de apoio e preparação. É possível sim ter um desempenho do psicólogo com esses pacientes, para tanto, as teorizações são de fundamental importância, visto que as mudanças ocorridas estavam implicadas no diagnóstico de TRM. A iniciativa acerca de pesquisas com pacientes vítimas deste tipo de lesão é relevante, pois ocorre principalmente em jovens em idade produtiva. As dificuldades encontradas após o TRM suscitam modificações que, por vezes, não são bem adaptadas ao indivíduo, família e sociedade. Pode-se observar que o grupo avaliado apresentou alterações emocionais no período pré e pós-operatório, sendo possível investigar as mudanças ocorridas nos sujeitos da pesquisa ante seu enfrentamento da patologia. Percebeu-se que a grande dificuldade de aceitar a intervenção cirúrgica se deve ao fato de não elaborar ou não superar o adoecimento, fica visível a necessidade de falar e ser ouvido. A importância dos achados sugere que futuras investigações possam verificar a influência dos fatores encontrados, e subsidiar novas diretrizes para condução de tratamentos avançados por parte da equipe que o acompanha. Então, a experiência emocional provocada pelo trauma traz prejuízos, comprometendo o enfrentamento de situações novas ou gerando a percepção de perdas em vista do trauma, porém estas podendo ser minimizadas a partir de um suporte terapêutico adequado.

**Palavras-chaves:** Traumatismo Raquimedular;, Internação;, Cirurgia;, Psicologia.

**Atividade: Experiências Comunitárias a partir de uma clínica ampliada em saúde mental. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Experiências Comunitárias a partir de uma clínica ampliada em saúde mental

**Autor(es):** Karine Cambuy, Mauro Martins Amatuzy

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo apresentar um levantamento da literatura científica sobre o papel do psicólogo clínico em saúde pública e as contribuições da psicologia comunitária para a ampliação da prática psicológica neste contexto de trabalho. Este levantamento teórico faz parte da tese de doutorado em fase de desenvolvimento da pesquisadora a respeito deste tema. O objetivo da pesquisa é compreender em que sentido as experiências comunitárias em Centros de Convivência podem ser promotoras de crescimento pessoal e coletivo. O estudo será conduzido a partir de um referencial qualitativo e utilizará o método fenomenológico para coleta e análise dos dados. O interesse por este tema de pesquisa teve origem a partir da prática profissional da pesquisadora que atualmente desenvolve sua atividade clínica em uma Unidade Básica de Saúde no Município de Campinas-SP. Desde sua inserção no Sistema Único de Saúde, a pesquisadora tem atentado para a importância de rever paradigmas e técnicas em psicologia que atendam as reais necessidades terapêuticas dos usuários que procuram as instituições públicas de saúde em busca de ajuda para sofrimentos que muitas vezes ultrapassam os limites da clínica tradicional e do modelo individualista dentro do qual muitos psicólogos foram formados para atuar. Percebe-se a importância de construir novas práticas em saúde mental voltadas para a produção social da saúde e da cidadania, práticas comprometidas com o bem-estar social. Algumas pesquisas apontam o quanto a formação do psicólogo ainda é muito deficitária em relação ao trabalho em saúde pública já que sua entrada nas instituições públicas de saúde, apesar de ter ampliado seu campo de trabalho, parece não ter alterado os modelos teóricos e práticos que fundamentam sua atuação. Faltam referenciais teóricos para uma prática mais contextualizada, para a construção de um profissional-cidadão com possibilidade de intervenção adequada aos espaços territoriais locais. Alguns estudos apontam que o espaço comunitário é um dispositivo importante para o desenvolvimento de uma clínica ampliada em saúde mental no contexto da saúde pública, ou seja, uma prática responsável e comprometida com o tecido social em que a patologia se produz e que permita atuar além do espaço e da forma individual. Tais experiências comunitárias no Município de Campinas têm sido denominadas de Centros de Convivência e, ainda que tenham iniciado como uma alternativa de tratamento para pacientes portadores de sofrimento mental grave a partir do movimento da reforma psiquiátrica, tiveram uma ampliação de ações que se estenderam também a toda



comunidade. O objetivo é oferecer um espaço de convivência para a comunidade, incluindo os usuários da saúde mental e outras populações com vulnerabilidades diversas, através de atividades que promovam cultura, educação e saúde, visando trocas sociais e promoção de cidadania. Como se trata de uma experiência em construção, não há muitos estudos a respeito. Desta forma, acredita-se que a pesquisa poderá oferecer subsídios para a construção de um referencial teórico que permita avançar num modelo de atuação psicológica em saúde pública mais comprometido com as questões sociais e que possibilite o crescimento humano a partir da inserção comunitária.

**Palavras-chaves:** Clínica ampliada, Psicologia Comunitária, Saúde Pública, Pesquisa fenomenológica

**Atividade: A Inclusão da saúde mental no Programa Saúde da Família em Campinas (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** A inclusão da saúde mental no Programa Saúde da Família em Campinas

**Autor(es):** Karine Cambuy

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo descrever a prática profissional da psicóloga em um Centro de Saúde da região sul do Município de Campinas-SP. Além de discutir as possíveis atividades que podem ser realizadas dentro deste contexto de trabalho, tem interesse também em apontar para a importância da inserção do psicólogo e de outros profissionais pertencentes à área de saúde mental dentro das equipes do Programa Saúde da Família. Em 1994, o Ministério da Saúde implantou o Programa Saúde da Família (PSF) como estratégia para deixar a saúde mais perto da população, criar uma rede de saúde mais eficaz e reafirmar os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) - universalização, descentralização, integralidade e participação da comunidade. As Equipes do PSF são compostas por médicos generalistas, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e agentes comunitários de saúde. Esses profissionais e a população acompanhada criam vínculos de co-responsabilidade, o que facilita a identificação e o atendimento aos problemas de saúde da comunidade. Como é de alcance nacional, o PSF existe de diferentes formas no Brasil. Na maioria destas experiências, o plano do Ministério da Saúde é o único recurso e, em várias outras, apresenta peculiaridades próprias. Em muitas delas os profissionais de saúde mental foram incluídos como apoio fundamental às equipes do Programa Saúde da Família; as diferenças dependeram da história de inserção da área de saúde mental no sistema de saúde local. Em Campinas-SP, o PSF foi implantado em 2001 e denominado PAIDÉIA - Saúde da Família. O projeto de saúde mental de Campinas está articulado e integrado ao projeto político de saúde pública PAIDÉIA - Saúde da Família. Houve a reestruturação da antiga equipe mínima de saúde mental e ampliação da atenção e atuação enquanto equipe de apoio. Os profissionais da área de saúde mental além de prestar atendimento próprio de seu núcleo de competência técnica às pessoas acolhidas por outros profissionais da equipe, realizam o apoio matricial que consiste em outorgar suporte técnico às equipes locais de referência através de discussões e intervenções conjuntas que visam à promoção, prevenção e recuperação da saúde, tanto individual como coletiva. A responsabilização compartilhada dos casos exclui a lógica do encaminhamento, pois visa estimular a capacidade resolutive de problemas de saúde pela equipe local de referência. Considera-se que a inclusão do psicólogo e de outros profissionais da área da saúde mental no Programa Saúde da Família é de fundamental importância, uma vez que vem acrescentar uma visão ou uma perspectiva a mais para que se possa olhar para a família de uma maneira mais integral e ampliada, em que, mente, corpo, comportamento e emoção são entendidos como aspectos interligados do ser humano. Isto permite aos profissionais desenvolver ações de saúde também mais integrais.

**Palavras-chaves:** Programa Saúde da Família, Saúde Mental, Apoio Matricial

**Atividade: Criança e doença crônica (Cursos - 6hs)**

**Trabalho:** Crianças e doença crônica: uma discussão sobre as possibilidades de

desenvolvimento

**Autor(es):** Maria Elizabeth Ribeiro dos Santos

**Resumo:** I-INTRODUÇÃO O curso propõe uma discussão sobre a possibilidade de que crianças muito precocemente acometidas por patologias físicas crônicas, como cardiopatias congênitas ou anemia falciforme, se constituam como indivíduos emocionalmente saudáveis. A consideração de que este desenvolvimento é possível é resultante de anos de trabalho com estas crianças, com seus familiares e com as equipes que as acompanhavam em unidades do sistema de saúde. A proposta do curso inclui uma articulação entre diferentes abordagens teóricas e dados obtidos em um estudo de campo com crianças cronicamente adoecidas e seus familiares.II-OBJETIVO O objetivo do curso é discutir a possibilidade de crianças portadoras de patologias físicas crônicas se constituam como indivíduos emocionalmente saudáveis.III- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO A proposta do curso inclui quatro unidades:1-pensando a diferença: as representações da doença física ao longo da históriaUm primeiro ponto importante a assinalar é que as representações da doença e dos corpos doentes não são estáticas e variam segundo sociedades e épocas. Assim, nesta primeira unidade, a proposta é discutir diferentes representações de doença, usando como base autores provenientes da antropologia médica, bem como a contribuição de Susan Sontag, que analisa a doença enquanto uma metáfora ou de Erving Goffman, que discute o conceito de estigma;2-uma discussão sobre a constituição do sujeito Na segunda unidade, a proposta é discutir o que se considera importante para o desenvolvimento emocional do sujeito. Entre outros autores, destacam-se as contribuições de Donald W. Winnicott e de Françoise Dolto. O critério de escolha destes autores foram sua importância na psicologia atual e o fato de serem autores de formação pediátrica, que permaneceram ligados ao campo da pediatria toda sua vida profissional. Desta forma, ambos tiveram a oportunidade de conviver com um grande número de crianças vítimas de diferentes patologias físicas, o que os levou a afirmar em vários momentos sua posição em defesa das possibilidades de desenvolvimento destas crianças;3-a criança doente: falamos os familiares Nesta unidade, serão apresentados dados de uma pesquisa de campo com setenta e cinco familiares de crianças com doenças crônicas, realizada em unidades do SUS no município do Rio de Janeiro. A pesquisa foi feita a partir de entrevistas semi-estruturadas, submetidas à análise de discurso, sendo focados aspectos como: a importância da autonomia no desenvolvimento da criança, a percepção de sua diferença em oposição ao sentimento de ser discriminada, ou o "risco a mais" que a entrada na adolescência representa para estas crianças.4-a criança doente por ela mesma Finalmente, serão apresentados os dados de uma pesquisa paralela, na qual foram entrevistadas trinta crianças e adolescentes entre 10 e 18 anos. Nestas entrevistas, foram analisados aspectos como o lugar da escola na vida destas crianças, sua relação com familiares, amigos e equipe de saúde e seus medos e perspectivas. Ao final de cada entrevista, solicitava-se que os entrevistados fizessem o desenho de algo importante, o que ofereceu um material gráfico complementar.IV- METODOLOGIA A proposta metodológica inclui aulas expositivas de 50 minutos para cada unidade, seguidas da abertura de espaço para discussão a cada aula, de modo que se discuta a experiência dos alunos.V- BIBLIOGRAFIA DOLTO, F. A imagem inconsciente do corpo, São Paulo: Editora Perspectiva, 1992. ———— La difficulté de vivre, Paris: Gallimard, 1995. GEIST, H. Como atender el niño antes y después de la hospitalización, Buenos Aires : Paidós, 1979. GIANNOTTI, A. Efeitos psicológicos das cardiopatias congênitas, São Paulo, Lemos, 1996. GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada, Rio de Janeiro: Zahar, 1982. LEWIS, M. & WOLKMAR, F.R. Aspectos Clínicos do desenvolvimento na Infância e Adolescência, tradução de Gabriela Giacomet, Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. OLIVEIRA, H. A enfermidade sob o olhar da criança hospitalizada, em Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 9(3): 326-332, 1993. PITTA, A.M. Hospital: dor e morte como ofício, São Paulo: Editora Hucitec, 1999. PLANK, E. El Cuidado Psicológico del Niño Enfermo, Buenos Aires : Paidós, 1996. RAIMBAULT, G. A criança e a morte - crianças doentes falamos da morte: problemas da clínica do luto, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. ————. Clinique du réel: la psychanalyse et les frontières du medical, Paris: Éditions du Seuil, 1982. SANTOS, M.E.R. et al. O Impacto Emocional da Hospitalização da Criança, Jornal de Pediatria, Vol. 56(5) 24: 245, 1984-a. ————. A Hospitalização da Criança: A Visão do Familiar, Jornal de Pediatria, Vol. 56, (6) 391:396, 1984-b. ————. A Criança Hospitalizada: Reflexões da Equipe, Jornal de Pediatria, Vol. 57 (1) 103: 106, 1984-c. SONTAG, S. A doença

como metáfora, WINNICOTT, D.W. Clinical notes on disorders of childhood, London: Willian Heineman/Michigan, UMI Books on demand, 1931. ————— Da Pediatria à Psicanálise: textos selecionados, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978. ————— A natureza humana, Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

**Palavras-chaves:** doença crônica, criança, família, equipe

**Atividade: Psicologia e saúde coletiva:  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** PSICOLOGIA E SAÚDE COLETIVA

**Autor(es):** Maristela Araujo

**Resumo:** A Saúde Pública pode ser definida como “o campo de conhecimentos e atividade multiprofissional que tem por objetivo promover, proteger e recuperar a saúde das pessoas e da sociedade a partir de um diagnóstico e através de medidas de alcance coletivo, da mobilização, organização e participação ativa da sociedade e da organização dos recursos de saúde; atuando em todos os meios em que estão inseridos os indivíduos tomados como seres integrais”. A partir dessa concepção foi implantado o Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, através da Constituição de 1988. O SUS se constitui como um sistema integrado de serviços e de ações. Tal sistema é regido pelas esferas de governo - federal, estadual e municipal, e também conta com a participação da iniciativa privada em algumas atividades complementares. O que se almeja com o este Sistema é um modelo de atenção integral à saúde, no qual haja a incorporação progressiva de ações de promoção e de proteção à saúde, ao lado daquelas de recuperação e cura. Para concretizar tais propósitos tem sido preconizada uma concepção de saúde mais ampla que abarque vários aspectos da saúde das coletividades - físico, mental, social - sem recortes parcializantes, procurando integrá-los em uma concepção de saúde coletiva que agrega aos conhecimentos biomédicos o olhar e o saber das ciências sociais – tal qual a Psicologia. Dessa forma, procura-se uma reestruturação das concepções de saúde hegemônicas relativizando o discurso biológico e evidenciando as dimensões simbólica, ética e política. Nesse sentido, as práticas psicológicas inseridas no contexto da Saúde Pública devem procurar atender as necessidades de saúde das comunidades de acordo com a complexidade de suas questões, reinventando um fazer que contemplem a construção coletiva, solidária e democrática de modos de estar na vida que visem a emancipação psicossocial. No entanto, a inserção do profissional psicólogo na rede de Assistência em Saúde Pública que vem ocorrendo desde a década de 80, tem se caracterizado, na maior parte das vezes, por uma repetição de modelos médicos, calcados na ótica curativa, chamada de psicologia clínica tradicional. Ainda que se considerem algumas iniciativas em Psicologia comunitária, o certo é que os profissionais psicólogos comumente sentem-se despreparados para uma ação dentro dos padrões da atenção primária, isto é, aquelas que visam prioritariamente à promoção da saúde. A responsabilidade por esta situação tem sido atribuída à formação destes profissionais. Esta, segundo vários autores, não tem preparado os alunos e profissionais para uma ação mais contextualizada no SUS. Assim, considerando que a intervenção do Psicólogo pode e deve ser uma estratégia para a transformação da realidade que vislumbre a criação de outras formas de entender o que é saúde e como promovê-la, vimos, desde 2000, realizando o projeto de Estágio Psicologia e Saúde Coletiva: promovendo a saúde na comunidade, para alunos do curso de Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde do município de Vitória. Por meio deste projeto um número expressivo de alunos pode ter contato com a realidade do trabalho do psicólogo em Unidades de Saúde e na comunidade de referência. Nossos objetivos com este projeto são: instrumentalizar alunos de psicologia para a atuação no campo da Saúde Pública; contribuir para a construção de um conhecimento em Psicologia no sentido de uma resignificação dos conceitos de saúde física e mental; construir junto com a comunidade atendida um espaço que possibilite a promoção da saúde e incentivar os profissionais da saúde para atuarem em abordagens coletivas. As atividades são desenvolvidas nas Unidades Básicas de Saúde da Rede Municipal de Vitória, circunscritas na macrorregião de Maruípe que compreende os Territórios de Andorinhas, Território de Consolação, US Maruípe, US de bairro da Penha e a US Tomás Tommasi. As

atividades dos alunos são regularmente registradas em relatos diários – Diário de campo - no qual se descreve os vários movimentos visualizados no decorrer do mesmo. Utilizando deste instrumento são elaborados os relatórios, parcial e final avaliando a repercussão do projeto tanto para a US quanto para a comunidade. Tais atividades são acompanhadas semanalmente em supervisões coletivas. O levantamento das atividades preponderantes e as principais dificuldades encontradas são analisados para que se possa avançar na construção de conceitos e estratégias para esta área de atuação.

**Palavras-chaves:** psicologia e saúde,saúde coletiva,promoção da saúde

**Atividade: Reações maternas e ajustamento psicológico de meninas vítimas de abuso sexual (Paineis)**

**Trabalho:**Reações maternas e ajustamento psicológico de meninas vítimas de abuso sexual

**Autor(es):** Samara Silva dos Santos,Jeane Lessinger Borges,Débora Dalbosco Dell' Aglio

**Resumo:** A família da criança ou adolescente tem papel importante na revelação do abuso sexual, podendo apresentar-se como fator de risco ou proteção. Pesquisas recentes apontam que mães não-abusivas freqüentemente acreditam no relato de seus filhos e que o suporte materno pode ser um importante fator de proteção para o bem estar psicológico das crianças vítimas de abuso sexual. Este trabalho teve como objetivo investigar como mães reagiram diante da revelação de abuso sexual de suas filhas e o ajustamento psicológico destas crianças, observando a presença de sintomas e do Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT). Foi realizado um estudo qualitativo investigando oito pares de mães e suas filhas, vítimas de abuso sexual intrafamiliar, que freqüentavam um serviço especializado em atendimento a situações de violência, da cidade de Porto Alegre, RS. Foram realizadas entrevistas individuais semi-estruturadas com as mães, enfocando dados sociodemográficos, reações maternas diante da revelação de abuso sexual das filhas e o ajustamento psicológico de suas crianças. Para a avaliação do TEPT foi utilizada a Schedule for Affective Disorders and Schizophrenia for School Aged-Children, Kiddie – Sads (K-SADS-PL), aplicada na mãe e na criança. As reações maternas frente à revelação do abuso foram classificadas em duas categorias: as respostas classificadas como reações positivas referiam-se à disponibilidade e sensibilidade da mãe para escutar e acreditar no relato da criança (n=6); e as respostas classificadas como reações ambivalentes estavam relacionadas a sentimentos simultâneos de raiva, amor e carinho em relação ao abusador e por dúvida em relação à veracidade do relato de abuso sexual de suas filhas (n=2). Os principais sintomas observados nas meninas foram dificuldade de concentração, medos, choro, pesadelos, comportamento sexualizado e enurese. O diagnóstico de TEPT foi observado em seis dos oito casos investigados. Destaca-se que nos dois casos de meninas com menos sintomatologia e que não apresentaram TEPT, as mães acreditaram no relato de suas filhas, afastaram o abusador e mostraram-se protetivas. No entanto, nos casos das demais mães que se mostraram protetivas, também foram observados sintomas e a presença de TEPT. Apesar disto, pode-se considerar que os resultados deste estudo indicaram que reações de crédito e apoio por parte das mães podem atuar como mediadores na manifestação das conseqüências do abuso em suas crianças, confirmando estudos na área. Contudo, são necessárias novas pesquisas que possam abranger um número maior de casos e realizar um acompanhamento longitudinal para avaliação das conseqüências do abuso sexual infantil no desenvolvimento das vítimas. Além disso, destaca-se a importância da participação das mães no processo terapêutico, tendo em vista as repercussões do suporte materno no bem estar psicológico da criança.

**Palavras-chaves:** TEPT,abuso sexual,mães,crianças

**Atividade: A mulher e o câncer de mama (Paineis)**

**Trabalho:**A mulher e o câncer de mama: representações sociais de pacientes mastectomizadas

**Autor(es):** Sandra Rodrigues Oliveira

**Resumo:** O câncer de mama é o segundo tumor mais comum em mulheres e a primeira causa de morte por câncer nesta população. No Brasil, o câncer de mama ainda é muitas vezes diagnosticado em estágios avançados da doença. Nestes casos, a mastectomia torna-se um tratamento inevitável. Porém, o câncer de mama é temido pelas mulheres não só por sua alta incidência, mas também pelos efeitos psicológicos decorrentes ao processo de adoecimento. O diagnóstico de câncer é muitas vezes vivenciado com tamanha intensidade que se assemelha à dor da perda de um ente querido. A ameaça de mutilação pode ser devastadora, principalmente porque a mama é considerada um símbolo da vida, do erotismo, da sedução e da beleza femininas (BOFF, 1999). Portanto, a mulher, ao se deparar com a indicação de cirurgia radical, também se depara com outras perdas que não se restringem à perda do(s) seio(s). Segundo Ferreira (2003), "... perder a mama é também perder parte de um lugar construído socialmente pelas mulheres" (p.110). A fim de compreendermos a experiência de adoecimento e os significados atribuídos ao câncer de mama e à perda do seio, sustentamos esta investigação na Teoria das Representações Sociais, na qual o "senso comum" (ou conhecimento socialmente construído e partilhado) é considerado uma rica fonte de significados, que pode influenciar positiva ou negativamente na forma como cada indivíduo enfrenta as situações do cotidiano. Em relação ao câncer de mama, concepções, opiniões e atitudes foram construídas e transmitidas ao longo dos séculos, e ainda se mantêm nos dias de hoje, perpetuando atitudes de medo, preconceito e estigmatização. Segundo Liberman et al. (2004), os sintomas mais frequentes em pacientes com câncer de mama são a ansiedade e a depressão. Segundo os autores, estes estão relacionados ao impacto afetivo frente ao diagnóstico e às mudanças decorrentes ao adoecimento. Este estudo teve como objetivo investigar as representações acerca do câncer de mama junto à pacientes submetidas à cirurgia de retirada total (mastectomia) de uma ou ambas as mamas. Também foram investigadas as representações acerca da internação, da mastectomia e da mama, órgão afetado pela doença. Por fim, buscamos constatar a presença (ou não) de sintomas de ansiedade e/ou depressão nesta população. A amostra estudada foi composta por 30 pacientes, divididas em dois grupos distintos: Grupo A, composto por 15 mulheres internadas em enfermaria entre o 1o e o 3o dia de pós-cirúrgico; e Grupo B, composto por 15 mulheres em acompanhamento ambulatorial, de 1 a 6 meses após a realização da mastectomia. Os dados foram todos coletados na Clínica de Ginecologia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Os instrumentos utilizados foram uma entrevista semi-dirigida e a aplicação da Escala HAD (Hospital Anxiety and Depression Scale). Para análise dos dados, foram criadas categorias que possibilitaram uma avaliação quantitativa e qualitativa das informações obtidas. Estas categorias foram analisadas à luz da Teoria das Representações Sociais. Os resultados que se mostraram mais significativos foram que as crenças e significados atribuídos ao câncer de mama parecem interferir diretamente na forma como estas mulheres enfrentam o processo de adoecimento. O câncer de mama é considerado, por grande parte das mulheres, uma doença grave, que suscita sentimentos como medo da morte, da mutilação, do sofrimento e da dor. A mastectomia representou para todas as entrevistadas um momento traumático, que marcou para sempre no corpo destas mulheres não só a perda do seio, mas também todas as perdas vivenciadas ao longo do processo de adoecimento. Outro dado importante foram as diferenças entre os resultados obtidos através da Escala HAD junto às pacientes internadas e às pacientes em acompanhamento ambulatorial – as pacientes do Grupo B apresentaram maiores índices de ansiedade e depressão do que as pacientes do Grupo A, além destas terem se mostrado mais receosas em relação ao futuro. Este dado parece indicar uma maior dificuldade de enfrentamento das mulheres há mais tempo mastectomizadas justamente por já estarem vivenciando atualmente as repercussões deste procedimento cirúrgico.

**Palavras-chaves:** câncer de mama, representações sociais, amputação de mama, ansiedade, depressão

**Atividade:** HUMANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA EM SAÚDE E EXPERIÊNCIAS INOVADORAS NO CENÁRIO DO SUS  
(Comunicações Científicas)

## **Trabalho:**HUMANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA EM SAÚDE E EXPERIÊNCIAS INOVADORAS NO CENÁRIO DO SUS

**Autor(es):** Fabrícia da Silva Barros,Roseni Pinheiro,Fabíola Ribeiro Botechia,Tatiana de Laai

**Resumo:** No processo de consolidação do SUS, constatamos avanços e desafios significativos em relação aos aspectos estruturais da organização dos serviços, e no cotidiano das instituições. Programas de reformulação têm sido propostos e/ou implementados com certa frequência; procurando apontar, em sua maioria, a necessidade de humanização da saúde em suas diversas dimensões. As repercussões destas discussões influenciaram a formulação de uma Política Nacional de Humanização da atenção e da gestão na saúde (PNH), instituída pelo Ministério da Saúde e apresentada nacionalmente na XII Conferência Nacional de Saúde, em 2003. Tal política passa a ser discutida e defendida como aspecto fundamental para a qualificação do SUS e para uma construção coletiva do campo da atenção em saúde. Implementar a política de humanização das práticas em saúde tende a esbarrar, porém, no cotidiano dos serviços, com os modos específicos de organização do trabalho, os quais podem criar obstáculos significativos à coesão e consolidação de coletivos de produção de saúde. Implicação pessoal, compromisso e solidariedade não são valores passíveis de decreto ou imposição. O presente trabalho tem o objetivo de apresentar os resultados da pesquisa sobre experiências inovadoras que, na dimensão coletiva e co-gestiva do trabalho, desenvolveram “estilos” próprios de gestão e organização das equipes e do serviço, promovendo ativamente estratégias para superar a fragmentação do processo de trabalho em saúde. Esta pesquisa integra a 2ª fase do Projeto “Integralidade: Saberes e Práticas no Cotidiano das Instituições de Saúde”. O trabalho de campo foi desenvolvido em instituições públicas do Sistema Único de Saúde, localizadas em Belo Horizonte (MG), Piraí (RJ), e Porto Alegre (RS). A coleta de dados foi realizada entre março e setembro de 2005 e foram entrevistados profissionais de diferentes categorias, bem como usuários dos serviços. O método utilizado foi de natureza qualitativa e transdisciplinar, com coleta e registro de dados; entre as quais destacamos as entrevistas com roteiros semi-estruturados, observação direta, grupos focais e análise de documentos. Para cumprir o objetivo da pesquisa, o universo de estudo escolhido foi a linha de cuidado materno-infantil, adotada por essas experiências como itinerário terapêutico privilegiado em discernir acerca das práticas de humanização na atenção hospitalar e básica. Entre as evidências observadas na análise final dos dados, estão presentes as seguintes constatações: (a) a sistematização de uma proposta de humanização efetiva da/na saúde, apesar da pouca clareza com que a definição do tema é abordada, mesmo nos diversos documentos oficiais, repercute significativamente sobre a organização do trabalho em saúde; (b) as equipes de trabalho entrevistadas em cada localidade desenvolveram uma maneira própria de lidar com a necessidade de que os profissionais assumam um posicionamento crítico sobre o próprio agir em busca de novas formas de produção do cuidado, sem ignorar ou negar o protagonismo dos usuários ressignificando saberes e fazeres e implicando-se com o processo de trabalho; (c) a importância de um diálogo constante entre os formuladores de políticas públicas e os atores dos serviços de saúde foi ratificada, levando-se em consideração que o cotidiano dos serviços de saúde configura-se num locus fértil de produção de saberes, fazeres e subjetividades; (d) a construção de estratégias inovadoras de organização e gestão do trabalho exigiu um esforço maior de implicação de cada trabalhador com o processo de trabalho, com vistas à busca de uma forma de inserção diferenciada que atendesse de maneira satisfatória à demanda dos usuários, e que minimizasse a hierarquia de poderes e saberes. Por fim, constatamos que as práticas de humanização contêm atributos da integralidade em saúde, como um conjunto de práticas que consiste em valorizar a autonomia e a emancipação dos sujeitos envolvidos no cuidado prestado no cotidiano dos serviços. Enfatizar os efeitos e repercussões da integralidade das ações de saúde na análise da dinâmica das equipes torna-se fundamental na construção de sentidos e significados que permitam a ampliação do campo de possíveis, e a construção de um cuidado integral em saúde. Esta pesquisa conta com o apoio do CNPq e da FAPERJ.

**Palavras-chaves:** Humanização, Trabalho em Equipe, Integralidade em saúde, SUS

**Atividade:** Grupo de Apoio a acompanhantes de longa permanência (GAALP): implantação em hospital infantil de referência. (Experiências em Debate)

**Trabalho:** Grupo de Apoio a acompanhantes de longa permanência (GAALP): implantação em hospital infantil de referência.

**Autor(es):** Monique do Monte Leal Nogueira

**Resumo:** A família, desde os seus primórdios, apresenta-se para a criança como um contexto de suma importância, necessário para promover o equilíbrio e desenvolvimento de suas necessidades psico-afetivas. O problema da internação hospitalar envolve a família e todos os aspectos inerentes da presença da mesma dentro do hospital. Os pais costumam ser profundamente atingidos, sobretudo por um sentimento de impotência que ameaça seu papel protetor. Os familiares, diante do processo de internação da criança, terão que enfrentar diversos aspectos como a dor, a incapacidade e outros sintomas apresentados pela criança, o hospital e sua rotina, o relacionamento estabelecido com a equipe hospitalar e outros pacientes e seus acompanhantes, além da ameaça constante da perda. Assim, para que as vivências decorrentes da hospitalização possam ser enfrentadas e transformadas, é preciso que a criança e sua família estejam em um ambiente acolhedor, com uma equipe de profissionais que forneça apoio, ajudando na construção de novas possibilidades de realização das atividades cotidianas, na retomada de desejos e vontades, fornecendo um espaço saudável na rotina destes acompanhantes. Desta forma, este trabalho tem como objetivos: 1. realizar um levantamento na literatura acerca da hospitalização infantil como agravador de sofrimento e desorganização direcionado para os acompanhantes; 2. realizar uma estruturação do perfil, a partir de 50 entrevistas, destes acompanhantes (pais e/ou responsáveis dos menores internados), e mais especificamente os do quarto andar do Hospital Geral de Pediatria do Instituto Materno Infantil Professor Fernando Figueira – IMIP, que apresenta como clientela crianças com horas de vida até dois anos de idade, internadas com patologias clínicas de baixa complexidade, como pneumonia, conjuntivite, por exemplo, até alta complexidade neste caso, hidrocefalia, meningoencefalites, entre outras; e 3. de constituir um grupo terapêutico, de apoio a estes acompanhantes de longa permanência, ou seja, com previsão de mais de 7 dias de internamento, diagnosticada previamente pelo médico ou responsável pela enfermagem, caracterizando-se por ser um grupo aberto, no sentido de que variáveis podem interromper a internação como alta hospitalar, óbito da criança, evasão, entre outras, com participação em média de 15 acompanhantes por grupo, composto de atividades terapêuticas (artesanais, autoexpressivas, discursivas) semanais, desenvolvidas pela terapeuta ocupacional e a psicóloga, além da participação em oficinas e palestras promovidas pelo hospital e/ou equipe, e quando necessário acompanhamento individual com as terapeutas. Para tanto, será utilizado como material metodológico, uma entrevista padronizada com estas acompanhantes, enfatizando a permanência delas no ambiente hospitalar, suas angústias e questionamentos, além da sua rotina anterior a internação, e uma ficha de participação na qual será registrada a frequência, o desempenho, e o interesse das mesmas na realização das atividades e nos grupos desenvolvidos. Como resultados pode-se destacar a escassez nas discussões sobre o tema referido na literatura, como também suas possíveis abordagens de minimização dos efeitos da hospitalização para os acompanhantes. Outro destaque refere-se a percepção na prática clínica do alto grau de ansiedade observada nestes acompanhantes e na equipe hospitalar, esperando assim, a partir deste estudo e da implantação do grupo terapêutico, atingir grande parcela de acompanhantes, com a possível extensão para demais enfermarias e gerar interesse em outros profissionais de saúde a fim de favorecer um melhor olhar e escuta da equipe com os acompanhantes, contribuindo para a promoção de saúde, e principalmente, promovendo para esta clientela de longa permanência que sofre com o processo de hospitalização um espaço para dissolução e equalização destes sofrimentos. Conclui-se desta forma, que num ambiente hospitalar infantil não somente a criança, mas também, os seus acompanhantes estão predispostos a todo o mecanismo de hospitalização, sendo necessário a realização de estudos aprofundados acerca deste tema, assim como o desenvolvimento de estratégias terapêuticas

que favoreçam um alívio ou elaboração deste sofrimento.

**Palavras-chaves:** hospitalização infantil,acompanhantes,relação médico-paciente,grupo de apoio

**Atividade: Planejamento Familiar e as Políticas Públicas de Saúde da Mulher (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Planejamento Familiar e as Políticas Públicas de Saúde da Mulher

**Autor(es):** Neuza Guareschi,Patrícia Flores de Medeiros,Milena Nardini,Daniela Wilhems,Liana Della Vecchia

**Resumo:** Este trabalho faz parte de um projeto integrado entre o grupo de pesquisa Estudos Culturais e Modos de Subjetivação do PPGP da PUCRS e o Serviço de Saúde Comunitária de um Grupo Hospitalar eminentemente Público de Porto Alegre. Este aborda as Políticas Públicas de saúde da mulher, tendo como temática central a ação do Planejamento Familiar. Entende-se por Planejamento Familiar a livre decisão de manter o controle sobre a fecundidade - número de filhos, o espaçamento entre gestações e a oportunidade de concepção. Neste trabalho, especificamente, temos como objetivo evidenciar como e quais orientações são trabalhadas junto as mulheres usuárias de 12 unidades básicas de saúde UBS em relação aos métodos contraceptivos disponíveis na rede pública de saúde, bem como o funcionamento das UBS da rede pública de saúde da cidade de Porto Alegre, no que diz respeito as ações referentes ao Planejamento Familiar. Para desenvolver esta pesquisa realizamos entrevistas com os coordenadores da ação do planejamento familiar das UBS e com os profissionais da saúde destas unidades como Médicos, Enfermeiros e Assistentes sociais. As entrevistas foram gravadas, transcritas, analisadas e separadas pelas temáticas que respondem aos objetivos e questões da pesquisa. A análise de outros documentos como o PNAISM, se fundamentou na concepção de saúde proposto pelo SUS, PNAISM e as ações do Planejamento Familiar, fundamentadas na discussão de produção de subjetividade e práticas discursivas. Até o momento, este estudo apresenta os resultados em três categorias: 1. Gênero/ cidadão/ sujeito: nas rotinas dos prontuários como são descritos/classificados/nomeados e de que nos falamos essas rotinas- qual nome vai na pasta a qual pertence a criança: o do pai ou da mãe, a transitoriedade das pessoas que fazem com que as idéias sobre família, lar e a forma como colocamos as pessoas na comunidade se tornem pouco práticas, fazendo rodar o fixo - as famílias não são mais conhecidas pelo nome do pai e sim pelo endereço da mãe 2. Dentro e fora do posto/ trabalho: Quem trabalha dentro (pessoas) e quem trabalha fora (agentes), quais são da comunidade, mas que trabalham dentro. O que trazem para dentro do posto da comunidade. 3. Posto como ponto: A) Ponto do saber, como cuidar de si, do corpo- controle das populações; B) aquele que une a comunidade com o resto da cidade e também onde a violência aparece para e a forma como é tratada em relação a mulher. Os princípios norteadores desta discussão são: a integralidade e a promoção da saúde da mulher, com ênfase nas questões de gênero, buscando consolidar avanços nestas Políticas. Estas estratégias atravessam diversas temáticas dentro da PNAISM, não se atendo a uma categoria específica. Além disso, a relação destas propostas de ação do Planejamento Familiar com o SUS se dá no sentido de que o Ministério da Saúde tem como uma de suas prioridades estimular e apoiar a implementação e a qualificação da atenção em Planejamento Familiar.

**Palavras-chaves:** Planejamento Familiar,Aborto,Políticas Públicas de Saúde da Mulher

**Atividade: Características da relação médico-acompanhantes de consulta pediátrica (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Características da relação médico-acompanhantes de consulta pediátrica



**Autor(es):** Marília Marques da Silva, Lílian Maria Borges, Laura Ferreira da Silva, Karine Araújo, Janete F Balestrini, Sabrina Dantas Soares

**Resumo:** O estudo investigou sobre a avaliação que acompanhantes de crianças em consultas pediátricas fazem sobre suas experiências prévias com consultas. Verificou quais aspectos da qualidade da relação médico-acompanhante e/ou características específicas das consultas, estariam influenciando na qualificação da mãe sobre estes atendimentos. As acompanhantes foram entrevistadas na sala de espera de um ambulatório de pediatria do Hospital da Universidade Católica de Brasília – HUCB, em momento anterior a consulta pediátrica. Estas entrevistas fazem parte de um projeto maior “Intervenção e avaliação em saúde no desenvolvimento da criança” que propõe analisar as interlocuções entre acompanhantes e pediatras por meio do estudo das interações verbais que ocorrem no contexto das consultas, procurando identificar variáveis que aprimorem esta interação, contribuindo assim para o melhoramento e promoção da saúde das crianças. Foram entrevistadas 42 acompanhantes de crianças que seriam atendidas em pediatria. A entrevista continha seis (6) perguntas. As respostas à questão analisada “Como foram às experiências anteriores que você teve com seu filho em consultas pediátricas?” foram classificadas em categorias experiências prévias satisfatórias, insatisfatórias e outras, e subcategorias (16). Foi realizada uma análise geral, do conjunto de indicadores de satisfação ou insatisfação a partir da fala da mãe referente à qualidade do atendimento durante a consulta pediátrica. Os resultados obtidos mostraram que 74% das acompanhantes estavam satisfeitas e 12% das acompanhantes insatisfeitas com as consultas anteriores. As subcategorias que apresentaram maior frequência e indicam quais aspectos da qualidade da relação médico-paciente e/ou características específicas das consultas, estariam influenciando na qualificação da mãe sobre estas consultas foram: “ausência de problemas” 21,28%, “competência profissional”, “aprendizagem materna”, “fala positiva sucinta” 14,98% e “atenção do profissional” 12,77%. Tais dados indicam que apesar de que tanto aspectos afetivos como técnicos profissionais, aparecem na qualificação do acompanhante em relação às consultas, os aspectos técnicos foram os mais ressaltados. Tal fato nos remete ao desenvolvimento e cristalização da cultura biomédica. Foi visto que o processo de enfatizar aspectos fisiológicos durante as consultas, parte não apenas do profissional, mas também das acompanhantes. Visto que a relação médico-paciente é uma díade de influência mútua, ambos tornam-se responsáveis pela modificação de todo um construto cultural biologizante. Apesar de ser priorizado o aspecto técnico nas falas das acompanhantes entrevistadas, a concepção de um indivíduo biopsicosociocultural deve ser relevada e, gradativamente, inserida no repertório de comportamentos dos sujeitos pertencentes ao contexto de atendimento médico, favorecendo a relação médico-paciente e, conseqüentemente, melhorando a qualidade da prática clínica.

**Palavras-chaves:** Relação médico-acompanhante, saúde da criança, qualidade de consultas pediátricas

**Atividade: O cuidado com a equipe de enfermagem em oncologia pediátrica (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** O cuidado com a equipe de enfermagem em oncologia pediátrica

**Autor(es):** Marília Marques da Silva, Ana Carolina Ladeia

**Resumo:** Este estudo investigou, em um hospital particular do DF, a presença de estresse, depressão, frustração e/ou outros sentimentos vivenciados pela equipe de enfermagem que presta assistência a crianças com câncer. O cuidado a estes pacientes envolve grande investimento emocional que, somadas às exigências do próprio tipo de trabalho com as

características individuais de cada profissional podem desencadear o processo de estresse, alterando assim, a sua qualidade de vida. Para tanto, tornou-se necessário conhecer a prática dos profissionais em oncopediatria e a opinião destes sobre a sua rotina de trabalho e sugerir uma proposta de intervenção direcionada ao cuidado do cuidador enfermeiro e das técnicas de enfermagem. Participaram da pesquisa 5 enfermeiras e 10 técnicas de enfermagem de um hospital particular do DF. Estes participantes foram escolhidos, visto que são os que mais auxiliam no tratamento e vivenciam sentimentos de ansiedade e angústia devido à natureza do trabalho. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi uma entrevista semi-estruturada com questionamentos para a coleta de informações acerca da demanda dessas profissionais, a fim de propor suporte psicológico e um sistema de apoio direcionado a esta equipe, primando, assim, pela sua saúde física e mental, para que possam atender e se relacionar de forma humanizada. As falas das profissionais foram analisadas, por meio da análise de conteúdo que foram agrupados em seis (6) temas que se referiam a quinze (15) subtemas. Os dados revelam que ao prestar assistência a essas crianças, as profissionais experimentam sentimentos de bem-estar e de mal-estar, pois se sentem úteis e felizes por poderem ajudar, mas, por sofrerem muito com a condição da doença e experimentarem sentimentos de incapacidade, frustração e estresse, com a queda da imunidade e com a perda, a morte. Elas gostam muito do trabalho que fazem, apesar das dificuldades em separar o lado emocional do profissional. Falam das dificuldades em relação à necessidade de saber lidar com tudo, com todos e principalmente, com os pais. Referem-se à ansiedade, devido aos questionamentos e as interferências, as exigências técnicas e psicológicas, e ainda ter que esconder os sentimentos. Assim esta profissional requer um perfil que além de um conjunto de conhecimentos técnico-científicos, apresente habilidades para que possa oferecer um cuidado integrado que atenda as necessidades psicossociais dos pacientes e familiares, proporcionando melhor qualidade de vida. A maioria delas relatou que não recebem suporte para lidar com a rotina específica da enfermagem. Para muitas o suporte vem da equipe e, poucas delas, adquiriram o suporte com o tempo, “aprendendo a lidar com isso com a própria situação”, no dia a dia. Outras aspiram pelo cuidado do cuidador, para lidar com sentimentos de mal-estar, como “desespero”, “estresse”, “cansaço”, pois “quem cuida do paciente também precisa ser cuidado”. As profissionais definiram o seu trabalho como “gratificante”, “tranquilo” e “útil”, mas também “cansativo”, “triste” e “um sofrimento”. A partir do que foi pesquisado, fortalece-se a necessidade do cuidado com a qualidade de vida do cuidador, para que o seu trabalho seja realizado com satisfação e qualidade de vida para as pessoas envolvidas. Para tanto, um trabalho direcionado aos membros da equipe de enfermagem, para que possam cuidar e se relacionar de forma humanizada deve ser realizado. Nota-se a necessidade de oferecer suporte psicológico a estas profissionais; um sistema de apoio para ajudar a equipe a lidar melhor com a doença e suas conseqüências. Este apoio poderia ser proporcionado por um encontro de grupo semanal, aberto a todos os profissionais da oncologia pediátrica e dirigido por um psicólogo, que facilite a livre discussão e a livre verbalização dos pensamentos e emoções. O psicólogo deve ouvir as queixas, informar e apoiar esses profissionais para que possam lidar melhor com os fatos e os sentimentos. Torna-se essencial, portanto, desenvolver estratégias que visem a promoção e a prevenção em saúde. Obter apoio informativo e emocional, e clarificar as emoções podem ajudar na mudança de comportamento e na busca de alternativas e soluções para se adaptar a situações de estresse, além de aprender a lidar com as próprias limitações. Estratégias de relaxamento e distração, como realizar outra atividade e comunicar-se com os colegas, beneficiando-se do apoio social também são eficazes para o equilíbrio, a saúde mental e física. O suporte direcionado é primordial para garantir a qualidade de vida daquele que cuida. Agora é o momento de “olhar” para aquele que cuida de crianças com câncer e de seus acompanhantes; que cuida, mas também precisa ser cuidado, para que esteja integrado consigo, com o trabalho e para que a sua saúde esteja assegurada e preservada, para então cuidar de forma saudável e com qualidade. Essas condições promoveriam a satisfação e motivação no trabalho, favorecendo a dimensão afetiva e social, bem como a relacionada à saúde integral do profissional da saúde.

**Palavras-chaves:** cuidado com o cuidador, equipe de enfermagem, oncologia pediátrica

**Atividade:** PSICOLOGIA ESCOLAR APLICADA A SÍNDROME DE RUBINSTEIN-TAYBI (Paineis)

**Trabalho:** PSICOLOGIA ESCOLAR APLICADA A SÍNDROME DE RUBINSTEIN-TAYBI

**Autor(es):** Anderson Almeida Chalhub, Bruno Vivas Sá, Francisco Kelmo, Mariana Sousa Lima, Marina Lima Duarte Moreira, Jarbas Cersosimo, Luiza Sampaio

**Resumo:** A síndrome de Rubinstein-Taybi caracteriza-se por anomalias craniofaciais, polegares largos e dedos grandes, alterações da pirâmide nasal, baixa estatura, palato ogival, constipação intestinal, alterações morfológicas dos dentes, hipertensão pulmonar, reabilitação da válvula mitral. Frequentemente, o desenvolvimento neuropsicomotor e a linguagem são prejudicados também, em consequência do nível intelectual ser rebaixado. Geneticamente, a causa desta síndrome deve-se à microdeleções ou translocações, ao longo do cromossomo 16. Observa-se nesta perspectiva a relevância de estudos que desvelem a complexidade dos diversos contextos que abrangem os indivíduos portadores desta síndrome, inclusive o contexto escolar. Nesta perspectiva, observa-se que, profissionais especializados no trabalho com indivíduos portadores de necessidades especiais, tornam suas funções constituintes do processo de desenvolvimento humano destes, pelo fato de deterem o conhecimento científico, contudo, costumeiramente terminam por criar estratégias de atuação classificatórias e condenatórias, revelando a fragilidade destas práticas. Contudo, na contemporaneidade, há perspectivas teóricas propondo para as crianças, espaços em que estas busquem ativamente compreender o mundo a sua volta, re-significando o erro no processo de aprendizagem, passando a vê-lo positivamente, ou mesmo como construção do pensamento infantil. O presente estudo utilizou-se deste aporte teórico, para tentar investigar o processo de alfabetização de um indivíduo portador da síndrome de Rubinstein-Taybi. Nesta perspectiva, tentou-se levantar os aspectos da relação em família deste que favorecem o seu processo de alfabetização, tornando erros possibilidades de aprendizagem, bem como visou-se investigar como as atividades e as relações escolares intervêm neste processo de erro versus aprendizagem. Este estudo estruturou-se com visitas à residência e à escola especial do sujeito. Nas primeiras visitas, realizaram-se entrevistas semi-estruturadas com sua mãe e sua professora particular respectivamente, e nas últimas, sua professora escolar acompanhada da psicóloga institucional, foi entrevistada. A mãe do sujeito revelou que as bases norteadoras da educação deste são respeito e limites, pois sempre o percebeu como cidadão, que ao seu tempo vem se inserindo na sociedade, devendo saber regras e limites que a compõe, noção esta também transmitida no processo de ensino-aprendizagem. O sujeito tem conhecimento de que no seu espaço para aprender, tem autonomia e ao seu tempo conhece o mundo e a linguagem falada e escrita. Sua progenitora o acompanha diariamente nas tarefas enviadas da escola para casa, promovendo adaptações necessárias para a realização destas. O acompanhamento inicial da professora particular com o sujeito desenvolveu-se de forma dificultosa. O erro sempre foi visto de forma natural e normal, pelo fato da professora também equivocar-se ocasionalmente nas aulas particulares e da relação destes ser amigável e transparente. Deste modo, quando o erro ocorre é observado e re-significado positivamente. A professora escolar relata que o sujeito sabe as letras do alfabeto, mas apresenta dificuldades para associá-las e construir palavras, preferindo o desenho à escrita. Muitas vezes é levada a realizar atividades superficiais com o mesmo, pelas suas dificuldades. De fato, o sujeito encontra-se em nível alfabético onde o desenho aparece apoiando a escrita, e as primeiras letras são esquematizações, frequentemente reduzidas a elementos, portanto, há questionamentos no que tange ao valor dado às suas construções de pensamento, que poderiam ser utilizadas na construção do conhecimento, e das tarefas para casa, que segundo a mãe, são padronizadas. A partir destas observações, concorda-se que as escolas, mesmo especializadas, constroem espaços de acolhimento adoecidos para crianças à margem da sociedade, nos quais muitas vezes há investimentos na socialização destas em detrimento dos suportes pedagógicos e psíquicos, possivelmente porque a representação social de crianças portadoras de necessidades especiais consiste em incapacidade e não funcionalidade. Este fato dá aos professores poderes, culminando em condições semelhantes à realidade escolar do sujeito estudado, que revelam despreparo da professora escolar, e imitação das escolas regulares, que ensinam sob a ótica do

professor. O presente estudo também revelou práticas conscientes, como às da progenitora e da professora particular do sujeito, próximas das perspectivas atuais, indicando as bases para a construção de uma educação não segregada, na qual o erro é re-significado e considerado construção infantil, valorizando e respeitando esta inteligência peculiar e característica do pensamento pueril. Novamente revela-se a importância da continuidade dos estudos acerca da síndrome de Rubinstein-Taybi, uma vez que estes investimentos científicos: (i) promovem benefícios e avanços na constituição do psiquismo destes portadores; (ii) contribuem sugerindo à sociedade que respeite as diversidades da vida e promova inclusão social e, (iii) facilita a percepção de que o erro condena, julga e fortalece as relações de poder e opressão que permeiam a sociedade em variados níveis.

**Palavras-chaves:** Síndrome de Rubinstein-Taybi, Processo de Alfabetização, Erro, Inserção Social

**Atividade:** A REALIDADE DE UM AIDÉTICO ASSITIDO POR UMA CASA DE APOIO EM TERESINA – PI ATRAVÉS DE ESTÁGIO DE OBSERVAÇÃO (Comunicações Científicas)

**Trabalho:** A REALIDADE DE UM AIDÉTICO ASSITIDO POR UMA CASA DE APOIO EM TERESINA – PI ATRAVÉS DE ESTÁGIO DE OBSERVAÇÃO

**Autor(es):** Sheila Barros Ribeiro, Lydia de Carvalho Pires

**Resumo:** O desenvolvimento deste trabalho teve como fundamentação o planejamento, execução e a avaliação de atividades de observação do comportamento de crianças, adolescentes e adultos, participando de trabalhos de campo em áreas que puderam articular conhecimento, competência, habilidade e atitudes relacionadas com as disciplinas básicas do curso de psicologia, para com base nessas vivências, discutir ações que possibilitassem viabilizar a promoção da saúde em diferentes contextos sociais. A escolha do local para um estágio de observação decorreu da disponibilidade de uma clientela abastada de informações que enriqueceram nossos conhecimentos. A instituição escolhida foi o Lar da Fraternidade da Ação Social Arquidiocesana de Teresina – ASA, localizado na Rua Goiás nº 731 no bairro Ilhotas e tem como clientela pessoas que vivem com o vírus HIV e os aidéticos, tanto adultos como crianças, atuando no ramo das assistências médica e social. O Lar da Fraternidade objetiva amparar as pessoas que vivem com o vírus HIV/AIDS excluídos pela família ou caracterizadamente carentes, proporcionando-lhes melhoria na qualidade de vida por meio de moradia digna, alimentação com assistência dietoterápica, assistência médica com tratamento farmacêutico, assistência social, enfermagem e apoio psicológico, além de atividades musicoterápicas e assistência espiritual/cristã. As entrevistas foram um meio encontrado de se pesquisar o que significativamente interessava a estas pessoas que vivem com o vírus HIV/AIDS, pois nelas pode-se relacionar a história da doença e seu funcionamento psíquico geral, juntamente com as interações dos que vivem com o vírus procurando entender seus significados e componentes emocionais. A partir da vivência com eles se pode confirmar suas necessidades e, em cima destas, planejar atividades e executá-las, sendo estas atividades diferentes por serem fundamentadas nos sentimentos expostos em virtude de viverem com o vírus HIV/AIDS, sendo os mesmos, uma preciosa riqueza para o estágio. Assim, por meio não só das atividades executadas, mas, principalmente, em virtude da vivência participativa de todos, pode-se alcançar os objetivos de observar, aprender e conhecer a história de vida dos que vivem com o vírus HIV/AIDS do Lar da Fraternidade, bem como, atingir um dos objetivos a que a instituição se propõe que é promover a qualidade de vida para sua clientela. O objetivo de um estágio básico é fundamentar as ações planejadas e realizá-las de modo que possam articular sabedoria, destreza, habilidade e posturas relacionadas com as teorias e baseadas na vivência, fomentando a promoção da saúde neste contexto social. Portanto, a execução de um estágio proporciona a oportunidade de qualificar ainda mais uma aprendizagem, devido uma vivência prática aliada à teórica, além do desenvolvimento dos estagiários e, daqueles a quem o objetivo está sendo direcionado: que no caso foram os que vivem com o vírus HIV/AIDS.

**Palavras-chaves:** HIV/AIDS, Promoção de saúde, Qualidade de vida, Estágio de observação

**Atividade:** PSICOMOTRICIDADE APLICADA À SÍNDROME RUBINSTEIN-TAYBI:  
PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E AVANÇOS DA ATUALIDADE  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** PSICOMOTRICIDADE APLICADA À SÍNDROME RUBINSTEIN-TAYBI:  
PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E AVANÇOS DA ATUALIDADE

**Autor(es):** Marina Lima Duarte Moreira, Luiza Sampaio, Bruno Vivas Sá, Jarbas Cersosimo, Mariana Sousa Lima, Anderson Almeida Chalhub, Francisco Kelmo

**Resumo:** Psicomotricidade é uma ciência que tem por principal objetivo o estudo do ser humano, através do movimento corporal no processo de relação entre o mundo interno e o externo. Autores relatam que a síndrome de Rubinstein-Taybi foi descrita pela primeira vez em 1963, incide em 1 em cada 300.000 nascidos vivos da população geral e em 1 em cada 300 crianças com retardo mental. Ocorre com menor freqüência em indivíduos da raça negra e não apresenta predileção por sexo. O objetivo da pesquisa é analisar a questão psicomotora em indivíduos que apresentam a síndrome genética Rubinstein-Taybi, uma síndrome que está associada ao retardo mental e apresenta características físicas peculiares. As características físicas exercem forte influência e estas podem propiciar, juntamente com o retardo, distúrbios psicomotores no portador. Técnicas de psicomotricidade vêm sendo bem aplicadas na atualidade e indivíduos submetidos a tais estimulações, apresentaram melhora no seu quadro geral, independente da natureza da dificuldade psicomotora. A pesquisa está diretamente relacionada a um estudo de caso que exemplifica a eficácia e influência das técnicas utilizadas por profissionais de saúde, educação e família em um indivíduo portador da síndrome Rubinstein-Taybi. Todos os conceitos e elaborações têm por base um estudo teórico do desenvolvimento humano, pois, a Rubinstein-Taybi é uma síndrome causada por uma mutação genética que manifesta suas características desde o nascimento. A pesquisa em questão promove uma análise qualitativa do indivíduo portador da síndrome Rubinstein-Taybi e seu desempenho psicomotor. Foi feita uma entrevista semi-estruturada com a mãe do jovem de 17 anos portador da síndrome, com a professora particular, a professora da escola especial e a psicóloga. Realizou-se um levantamento bibliográfico destacando o conceito e o histórico da psicomotricidade, enfatizando a relevância à questão do deficiente físico e mental no Brasil de forma a lançar um novo olhar a respeito das técnicas utilizadas e da importância do acompanhamento familiar e profissional ao portador. Foram feitas observações acerca do desenvolvimento humano, da relação com o corpo e da psicomotricidade, com o objetivo de fundamentar as informações coletadas, sendo possível assim, chegar a conclusões que justificam o bom desempenho do jovem em relação às tarefas que são enfrentadas com dificuldades por outros indivíduos portadores da síndrome. O bom desenvolvimento psicomotor apresentado pelo jovem quando comparado a outros portadores da síndrome descritos por diversos autores, está diretamente relacionado às estimulações variadas a que foi submetido ao longo do seu desenvolvimento. Tarefas motoras finas mais complexas ainda são realizadas com dificuldade, porém, muitos dos problemas referentes à desordem genética foram minimizados. Algumas atividades ainda refletem as dificuldades motoras, estejam elas relacionadas às características físicas ou ao desenvolvimento do esquema e imagem corporal. A musicalidade surpreendeu os dados teóricos analisados, pois, o jovem demonstrou grande capacidade de se movimentar ao som das músicas. A dificuldade mais aparente é a linguagem. O paciente demonstra-se, irritado, ansioso ou impaciente quando não consegue se expressar de forma adequada desenvolvendo gesticulações que servem como suporte à fala. Todas as tarefas desempenhadas com relativa facilidade estão relacionadas ao estabelecimento de regras seguidas ao longo do cotidiano e à influência de técnicas estimulantes. Os dados coletados surpreendem as expectativas teóricas contidas nas bibliografias utilizadas. Muitas

teorias se limitam à descrição de distúrbios psicomotores com a devida avaliação dos mesmos ou abordam com pouca precisão a questão da importância das estimulações físicas e mentais visando progresso psicomotor. Alguns autores ainda fazem referência ao portador como um indivíduo extremamente limitado, capaz apenas de realizar atividades domésticas. Para o adolescente analisado, o teatro foi uma grande experiência que demonstrou a incrível capacidade de superação humana. Foi possível perceber que, com apoio econômico familiar e profissional, assim como das estimulações conseqüentes, problemas psicomotores podem ser minimizados em diversos aspectos demonstrando uma grande necessidade de vencer os obstáculos impostos pelo preconceito visando garantir uma melhor qualidade de vida através da inclusão social progressiva dos indivíduos portadores da síndrome de Rubinstein-Taybi.

**Palavras-chaves:** Rubinstein-Taybi,psicomotricidade,desenvolvimento

**Atividade: HABILIDADES SOCIAIS EDUCATIVAS, HABILIDADES DE VIDA E RELEVÂNCIA CLÍNICA DE INTERVENÇÕES PSICOLÓGICAS (Mesas Redondas)**

**Trabalho:SIGNIFICÂNCIA CLÍNICA E MUDANÇA CONFIÁVEL NA AVALIAÇÃO DE INTERVENÇÕES PSICOLÓGICAS**

**Autor(es):** Zilda A. P. Del Prette,Almir Del Prette

**Resumo:** A preocupação com a efetividade dos atendimentos realizados em várias áreas da Psicologia é pertinente, tanto aos profissionais quanto à clientela atendida, especialmente considerando o contexto atual de reconhecimento (inclusive legal) dos direitos do consumidor e de uma cultura de avaliação, em consolidação, sobre serviços prestados em geral. Esse contexto avaliativo, presente nos serviços de saúde da Europa e da América, cria o desafio para o progressivo aperfeiçoamento dos procedimentos e práticas que subsidiam a formação e a atuação dos profissionais e técnicos. Na Psicologia, e particularmente no campo da psicoterapia (Estados Unidos, Canadá e Europa), pode-se identificar, nos últimos vinte anos, um investimento crescente em métodos e critérios para avaliar a efetividade das práticas clínicas e para identificar procedimentos efetivos. Várias são as metodologias de avaliação bem-sucedidas no quadro de desenvolvimento da Psicologia. Este estudo analisa uma vertente com especificidades próprias que remete aos trabalhos pioneiros, de Jacobson, Follette e Revenstorf (1984), retomados posteriormente por Jacobson e Truax (1991). A questão da efetividade de qualquer intervenção (clínica, educacional, organizacional etc.) implica, necessariamente, em reunir evidências empíricas pertinentes (Cosby, 2003): (a) sobre a validade interna das intervenções (grau em que os resultados podem ser atribuídos aos procedimentos utilizados) e (b) sobre a sua validade social ou externa (impacto sobre o funcionamento cotidiano do cliente, generalização para outros ambientes ou para a população mais ampla, aceitabilidade do tratamento, relação custo-benefício etc.). Dentre as várias propostas desenvolvidas nos últimos anos, destaca-se a de Jacobson e Truax (1991), que ficou conhecida como “Método JT” que tem gerado muito interesse na literatura internacional.. O Método JT prevê uma análise comparativa entre os escores pré e pós-intervenção com o objetivo de decidir se representam mudanças confiáveis e se são clinicamente relevantes. Nesta apresentação serão abordadas: (a) as questões metodológicas que está na base dos conceitos de mudança confiável e mudança clinicamente significativa; (b) a racional do Método JT, em termos clínicos estatísticos; (c) os índices produzidos por esse método, (c) sua aplicabilidade no tratamento de dados e na apresentação de resultados de pesquisa-intervenção; (d) os critérios desenvolvidos por Jacobson e Truax para realizar essas análises. Ao final, são discutidas questões pertinentes à importância e domínio desse método para o profissional clínico interessado em aperfeiçoar seus procedimentos na prestação de serviços psicológicos, especialmente em Clínica e Educação e para os pesquisadores interessados em contribuir para o aperfeiçoamento progressivo dos programas, estratégias e técnicas de atendimento e intervenção em Psicologia. CNPq

**Palavras-chaves:** Significância clínica,Índice de mudança confiável,Intervenção psicológica,Pesquisa-intervenção,Habilidades sociais

## **Trabalho:**HABILIDADES SOCIAIS E HABILIDADES DE VIDA: RELAÇÕES E SOBREPOSIÇÕES

**Autor(es):** Sheila Giardini Murta

**Resumo:** Habilidades de vida têm sido definidas como a junção de três classes de habilidades: habilidades sociais (como dizer não), habilidades cognitivas (como tomar decisões) e habilidades de manejo de estresse (como administrar o uso do tempo). Tomando por base as definições de habilidades sociais e habilidades de vida, esta apresentação pretende abordar as interseções e diferenças entre estas terminologias. Para tanto, serão abordados os contextos históricos em que ambos os termos foram gerados e os contextos atuais de aplicação de programas de habilidades de vida/habilidades sociais. As relações entre os dois termos serão ilustradas em dois programas de intervenção: o primeiro será um programa de habilidades de vida para adolescentes, implementado com fins de prevenção ao uso de drogas, gravidez precoce e fracasso escolar; e o segundo será um programa de habilidades sociais, conduzido com vistas à redução do estresse entre trabalhadores. O programa de habilidades de vida foi conduzido junto a um grupo de 18 adolescentes, entre 12 e 14 anos, sem queixas de saúde. O programa consistiu em 24 horas de intervenção, distribuídas em 16 sessões, de 90 minutos cada, com periodicidade semanal. O programa se baseou nas teorias da aprendizagem social, resiliência, enfrentamento e estágios de mudança. Por ordem, as sessões trataram dos temas: favorecendo a motivação e a adesão ao programa; estimulando a auto-estima e auto-eficácia; estimulando o correr riscos para crescer; aprendendo a identificar e corrigir erros de pensamento; aprendendo a identificar a mensagem dos sentimentos; aprendendo a expressar assertivamente pensamentos e sentimentos; compreendendo os nossos pais; negociando com os pais; aprendendo a fazer amizades; aprendendo a alcançar metas e resolver problemas; construindo-me como homem/mulher; aprendendo a tomar decisões e lidar com a pressão grupal; aprendendo a lidar com o estresse; aprendendo a buscar recursos para crescer; aprendendo a ouvir com empatia; fortalecendo a mudança e prevenindo recaídas. O segundo programa foi feito em um grupo de 32 trabalhadores administrativos de uma universidade, ao longo de 12 sessões de 60 minutos, conduzidas durante o horário de trabalho. Foram treinadas as habilidades relativas ao fazer e receber elogios, ouvir com empatia, lidar com críticas e reagir assertivamente às situações abusivas e manejo da raiva. Comparações entre o conteúdo e resultado destas intervenções serão feitas para análise das sobreposições entre os dois conceitos, de habilidades de vida e habilidades sociais. Como conclusão, será proposto que programas de habilidades de vida podem ser vistos como programas multimodais ou multicomponentes de habilidades sociais.

**Palavras-chaves:** Habilidades de vida,Habilidades sociais,Programas de intervenção

## **Trabalho:**HABILIDADES SOCIAIS EDUCATIVAS: CLASSES E DEFINIÇÕES PARA OBSERVAÇÃO DIRETA

**Autor(es):** Almir Del Prette,Zilda A. P. Del Prette

**Resumo:** O movimento que consolidou o que se denomina atualmente de Treinamento de Habilidades Sociais, ou simplesmente de Habilidades Sociais, se iniciou na Inglaterra, mais precisamente na Universidade de Oxford, com um projeto de pesquisa liderado por Michael Argyle. Nesse período de constituição da área, foram estabelecidos os principais conceitos, a identificação do campo e, ainda, um delineamento de disciplinas afins. Enquanto contextualização do trabalho ora proposto é interessante apontar aqui, que o trabalho pioneiro de Argyle (1980) apresentou também um conjunto de classes de habilidades sociais específicas inerentes às atividades do professor. Ainda que essas classes não estivessem definidas, nem testadas empiricamente, esse rol permitiu uma reflexão quanto à sua importância para a investigação de habilidades sociais e, em segundo lugar, resultou em uma primeira tentativa de agrupamento e definição. No processo de definição optou-se por usar o termo Habilidades sociais educativas, ao invés de Habilidades sociais do professor, considerando o termo educação como mais apropriado tanto porque o seu significado ultrapassa o âmbito do ensino formal como

porque algumas das habilidades não são exclusivas do contexto escolar. Nesse sentido, Habilidades sociais educativas conforme aparece em um outro estudo (Del Prette & Del Prette 2001, p. 94) são referidas como “aquelas intencionalmente voltadas para a promoção do desenvolvimento e da aprendizagem do outro, em situação formal ou informal”. Esse conceito serviu de base para uma proposta inicial de classes gerais de habilidades sociais educativas (Del Prette & Del Prette, 2001) que vêm sendo discutidas e aplicadas nos estudos do Grupo RELAÇÕES INTERPESSOAIS E HABILIDADES SOCIAIS ([www.rihs.ufscar.br](http://www.rihs.ufscar.br)). Esse processo levou os autores a proporem novas alterações nas classes e subclasses e, mais recentemente, um refinamento em termos de um sistema de 32 categorias de habilidades sociais educativas, agrupadas em quatro conjuntos amplos: (1) Estabelecer contextos interativos potencialmente educativos; (2) Transmitir ou expor conteúdos; (3) Estabelecer limites e disciplina; (4) Monitorar positivamente. Algumas das subcategorias desses conjuntos foram definidas e denominadas como: Arranjar ambiente físico, organizar materiais, alterar distância-proximidade, fazer perguntas de sondagem ou desafio, parafrasear, apresentar objetivos, estabelecer relações entre comportamento, antecedente e consequência, apresentar modelo, resumir, dar instruções, apresentar dicas, descrever/justificar comportamentos desejáveis, negociar regras, chamar atenção para normas estabelecidas, pedir mudança de comportamento, interromper comportamento, manifestar atenção a relato, obter informações, expressar concordância, apresentar feedback positivo, elogiar, incentivar, demonstrar empatia, remover evento aversivo, estabelecer sequência de atividades, expressar discordância/reprovação. As definições vêm sendo re-analisadas e refinadas, resultando na elaboração de um sistema de Classes e subclasses de Habilidades Sociais Educativas, avaliado por outros três pesquisadores e representando, portanto, um consenso preliminar, que estão submetendo-o a um teste empírico em pesquisas independentes na área das habilidades sociais. CNPq

**Palavras-chaves:** Habilidades sociais educativas, Sistema de categorização, Observação direta

**Atividade:** **Relações entre o racismo, a violência e a saúde mental no contexto de infratores presos (Paineis)**

**Trabalho:** Relações entre o racismo, a violência e a saúde mental no contexto de infratores presos

**Autor(es):** Adrielle Santos de Matos, Maria Thereza Ávila Dantas Coelho

**Resumo:** No Brasil existe uma crença de que o indivíduo negro tende a ser mais perigoso que o branco. Estudos questionam a veracidade dessa informação, tendo obtido dados opostos a ela. No entanto, como essa idéia é a que prevalece na sociedade, estes sujeitos são os alvos preferenciais das agências responsáveis pelo controle da criminalidade. Mesmo dentro das prisões, se constatou que a intimidação policial, as punições e a maior severidade no tratamento dispensado aos detentos recaem principalmente sobre aqueles que são negros (ADORNO, 1996). Assim, a violência racista mostra sua existência no que concerne ao sistema de justiça brasileiro. É importante destacar que os negros constituem o grupo mais presente dentro das penitenciárias brasileiras (67,75% no Rio de Janeiro, segundo estudo de Adorno, 1998). Em Salvador (BA), essa população é maioria na Penitenciária Lemos de Brito - PLB (LEITÃO, 2000). É importante frisar que o racismo influencia diretamente as práticas de exclusão social. Vários estudos já demonstraram que os pobres são excluídos das práticas sociais e, dentre estes, os negros são ainda mais marginalizados. Neste sentido, Adorno (1996) afirma que, apesar da existência de estudos que provam o contrário, os indivíduos negros ainda são percebidos como prováveis perturbadores da ordem social. Ele aponta que tanto o senso comum quanto os governantes e autoridades acabam se apoiando em teorias e teses que indicam que os negros possuem um maior potencial para o crime do que os brancos. Acredita-se que, se é negro, é mais perigoso; ao contrário, se é branco, é menos perigoso. No entanto, isto já foi desmentido por diversas pesquisas. O autor (1996) complementa afirmando que, “se o crime não é privilégio da população negra, a punição parece sê-lo” (p.1). Bastide (1965 apud Guimarães, 2004) ainda salienta que o preconceito de cor, no Brasil, transforma-se em preconceito contra os “bairros”



havendo, assim, um deslocamento do preconceito do indivíduo para a sua posição regional. É nessa direção que este estudo visa investigar as relações entre o racismo, a violência e a saúde mental no contexto de infratores presos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual estão sendo realizadas entrevistas com infratores presos em uma unidade prisional de Salvador/BA. Concomitantemente, um levantamento das pesquisas realizadas sobre o tema, através de livros, periódicos científicos e base eletrônica de dados está em andamento. As entrevistas estão sendo feitas a partir de um roteiro semi-estruturado, composto por questões abertas que versam sobre as percepções dos presos sobre os itens referidos na pesquisa. Os dados coletados, então, serão agrupados em categorias a serem definidas. A partir da análise destas e correlacionando com a literatura científica da pesquisa, serão estabelecidas relações pela pesquisadora. Preliminarmente, percebe-se que o racismo pode influenciar a saúde mental dos detentos negros, seja nas dificuldades de acesso à justiça, seja na suspeição policial do indivíduo negro como potencialmente criminoso. Não existem dados precisos sobre a incidência de transtornos mentais na população negra, no entanto, considerando as precárias condições de vida, a discriminação racial e a falta de perspectiva para o futuro existentes neste país, pode-se compreender que o negro vive em constante sofrimento psíquico. No caso dos presidiários, a precariedade em que vivem podem dar indícios de como se encontra sua saúde mental: superlotação, péssimas condições sanitárias, alimentação deteriorada, precárias assistências médica, social, jurídica, profissional e educacional, violência entre os presos e entre eles e os agentes penitenciários. É importante pontuar a importância de a Psicologia estar refletindo a questão do racismo e seus efeitos na saúde mental de infratores presos e questionando como seus instrumentos podem colaborar com mudanças efetivas no que diz respeito a esta questão.

**Palavras-chaves:** Racismo, Violência, Saúde Mental, Infratores presos

**Atividade:** Aspectos da Amizade de Adolescentes Portadores de Doença Crônica (Paineis)

**Trabalho:** Aspectos da Amizade de Adolescentes Portadores de Doença Crônica

**Autor(es):** Bruno Eduardo Silva Ferreira, Agnaldo Garcia

**Resumo:** Este trabalho é fruto de uma dissertação de mestrado, e teve por objetivo descrever e analisar certos aspectos das amizades de adolescentes acometidos por doenças crônicas, a saber, diabetes mellitus e câncer. Os aspectos da amizade investigados foram: a) histórico da relação, b) companheirismo e reciprocidade, c) comunicação, auto-revelação e intimidade, d) apoio social, e) conflito e f) expectativas e conceito de amigo. Doze participantes foram entrevistados e divididos em dois grupos, sendo três pessoas com diabetes tipo 1 e seus três melhores amigos, e três pessoas que tiveram câncer (duas participantes desenvolveram leucemia, e uma teve osteossarcoma) e seus três melhores amigos. As entrevistas foram transcritas e analisadas, e os nomes dos participantes foram substituídos por nomes fictícios, para garantir o anonimato dos participantes. Os resultados apontam para uma relação específica, similar às amizades de adolescentes que não sofrem de uma doença crônica em alguns aspectos, mas que difere destes relacionamentos em outros. Se, por um lado, o percurso histórico da relação não difere significativamente das relações não marcadas por enfermidades crônicas, o mesmo não pode ser dito da comunicação entre as díades: a auto-revelação de conteúdos íntimos é diminuída, e as conversações acerca de conteúdos ligados à enfermidade também são evitadas pelos participantes. O companheirismo (o “estar junto” ao amigo) é apontado como elevado, mas tal comportamento é típico entre adolescentes, independentemente da presença da doença crônica. Esta proximidade aumenta o apoio social dado ao adolescente portador de uma doença crônica, fato que altera a reciprocidade, base das relações de amizade. Os conflitos, de uma forma geral, são evitados, comportamento também encontrado nas amizades de adolescentes em geral, embora em menor grau. Chama atenção o fato de que os amigos dos adolescentes com diabetes ou câncer evitam assuntos que possam gerar conflitos com seus amigos, evidenciando um desequilíbrio no relacionamento: busca-se poupar o amigo de mais sofrimento. Tais fatos chamam a atenção para o fato de que as amizades vão muito além do apoio social (largamente investigado no Brasil e no mundo), e dimensões como

intimidade e companheirismo, entre outras, também estão presentes e desempenham papéis de destacada importância para a vida do adolescente. Grande parte dos relatos de pesquisa sobre os relacionamentos interpessoais e doenças crônicas trabalham apenas o apoio social, negligenciando outros aspectos essenciais tanto para a própria relação de amizade, quanto para o próprio indivíduo. Considerando a delicada situação pela qual estes adolescentes passam ao desenvolver doenças como diabetes ou câncer, é de extrema importância conhecer um pouco mais de suas vidas, e principalmente como utilizar estas informações a seu favor.

**Palavras-chaves:** Amizade, Doença Crônica, Relacionamento Interpessoal

**Atividade: HUMANIZAÇÃO E SAÚDE: CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA NO BRASIL E AMÉRICA LATINA (Paineis)**

**Trabalho: HUMANIZAÇÃO E SAÚDE: CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA NO BRASIL E AMÉRICA LATINA**

**Autor(es):** Iara Cersosimo de Lucena, Nádia Maria Dourado Rocha

**Resumo:** O tema “Humanização” na saúde vem sendo amplamente discutido, principalmente após a criação da Política Nacional de Humanização – PNH pelo Ministério da Saúde em 2003. A humanização da atenção à saúde é importante para a construção de um sistema que ofereça serviços de qualidade, numa relação de respeito, dignidade e garantia de direitos aos cidadãos e profissionais envolvidos. Visto que a PNH foi criada com base nos princípios e diretrizes do SUS, a execução de ações humanizadas na área da saúde podem ser indicativos de passos em direção à concretização de alguns desses princípios. O objetivo do trabalho foi analisar os resumos de pesquisas e trabalhos sobre humanização e saúde, presentes nas bases de dados do Scielo e da Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde - LILACS, publicados entre os períodos de 1985 a 2006. Foram identificados 119 trabalhos. O método utilizado foi análise dos dados de acordo com categorias como: autor, palavras-chave, ano de publicação, periódico, metodologia/desenho de pesquisa, sexo e faixa etária dos sujeitos de pesquisa, co-autor, instituição do autor e do co-autor, Unidade Federativa - UF - do autor e do co-autor. Os procedimentos utilizados foram análise individual e/ou cruzada das variáveis e o software utilizado na construção da base de dados e gráficos foi o Microsoft Excel. Os resultados indicam uma concentração de trabalhos publicados sobre o tema entre os anos de 2003 e 2005, fator que pode estar relacionado com o ano de criação da PNH. Há também uma concentração de publicações de autores e co-autores de instituições das regiões Sudeste e Sul do país, mais expressivas no ramo de pesquisa, e destaque em seguida para o Ceará, no Nordeste. A análise das palavras-chaves permitiu identificar uma tendência de publicações sobre humanização com relação ao parto e na área de enfermagem. Houve uma tendência de publicações de trabalhos sobre o tema em periódicos sobre saúde, saúde coletiva e da área de enfermagem. Pode-se concluir que a criação da PNH pelo Ministério da Saúde impulsionou o crescimento de publicações sobre o tema no Brasil, mas houve uma concentração destas publicações em áreas como Enfermagem. O tema humanização trata basicamente de relações humanas, tornando-se um objeto importante para a Psicologia, que se mostrou, através da análise dos dados, pouco expressiva na produção de conhecimentos sobre o tema. Foram encontrados 47 trabalhos caracterizados como pesquisas em campo utilizando observações e entrevistas como fonte de coleta de dados, e 45 trabalhos sob o formato de trabalho teórico. Os outros trabalhos dividiram-se em estudos de coorte, relatos de experiência, resenhas, revisão de literatura, etc. Foram realizados muitos trabalhos individuais e teóricos, o que gera questionamentos acerca de que ações estão sendo desenvolvidas para a concretização da humanização enquanto prática de atenção à saúde, e não somente um valor ou conceito teórico. Pôde-se concluir ainda que perante o crescimento acelerado de trabalhos e pesquisas sobre o tema, houve um descuido com relação à qualidade das publicações, o que compromete o acesso aos novos conhecimentos por outros pesquisadores.

**Palavras-chaves:** humanização, saúde, produção científica

**Atividade: Identificando e Avaliando as Opiniões e os Sentimentos dos integrantes do grupo familiar em Relação ao Paciente que apresenta Episódios Depressivos Atendidos no Ambulatório de Ansiedade e Depressão (Paineis)**

**Trabalho:** Identificando e Avaliando as Opiniões e os Sentimentos dos Integrantes do Grupo Familiar em Relação ao Paciente que Apresenta Episódios Depressivos Atendidos no Ambulatório de Ansiedade e Depressão.

**Autor(es):** Marina Dalmácio dos Anjos

**Resumo:** A doença mental não deve ser explicada apenas no nível individual, pois são vários os fatores que se relacionam com o adoecer mental. Entre estes se encontra a família, que é um importante fator deste processo, pois esta atua como um suporte básico e no caso dos doentes mentais, os mesmos podem necessitar de cuidados e acompanhamentos do grupo familiar. Considera-se que entendendo a forma como o grupo familiar percebe o seu familiar portador de determinado transtorno, a promoção de saúde poderá se estender por todos os membros da família podendo os mesmos “auxiliarem” a equipe de saúde no tratamento do ente adoecido, atuando assim como co-terapeutas. Segundo Ackerman (1986) os problemas emocionais refletem sobre as experiências do dia-a-dia, e são as relações emocionais presentes neste contexto que podem construir ou destruir a saúde mental. Sendo assim, é destacado o papel ativo do familiar para contribuir com a melhora ou piora do quadro apresentado pelo paciente, daí a importância de investigar as opiniões e sentimentos dos familiares em relação ao paciente. Neste sentido almejou-se também a compreensão e intervenção na área de saúde mental em relação ao grupo familiar como um todo. Deste modo o objetivo da pesquisa foi de identificar e investigar as opiniões e sentimentos dos integrantes do grupo familiar nuclear e/ou extensa em relação ao paciente que apresenta Episódios Depressivos. Considerou-se neste estudo apenas pacientes com Episódios Depressivos de grau moderado, este foi classificado de acordo com o manual psiquiátrico CID 10. Para a realização da pesquisa se fez uso do método qualitativo de pesquisa. Inicialmente selecionou-se dois pacientes atendidos no Ambulatório de Ansiedade e Depressão (AMBAD), em seguida pediu-se a autorização de cada paciente, para que estes permitissem o contato com seus respectivos familiares, para que a entrevista pudesse ser realizada. O instrumento utilizado na pesquisa foi um roteiro de entrevista semi-estruturado que tinha como objetivo identificar as opiniões e os sentimentos dos familiares, bem como levar a reflexão acerca do tema. A entrevista foi realizada no domicílio de cada família. Foram entrevistados 6 familiares, a primeira família era formada por dois filhos e uma nora, a segunda por um filho, uma filha e uma nora. Os resultados obtidos mostraram que no que se refere às opiniões (“modo de ver e pensar”) os entrevistados posicionam-se da seguinte forma: quanto aos sintomas apresentados pelos pacientes a maior parte dos familiares colocam que os pacientes se irritam e choram com facilidade, são nervosos, sentem desânimo e dor de cabeça. Todos os 6 familiares acreditam que alguma coisa contribuiu para que os sintomas se tornassem mais frequentes, quanto ao que estes podem fazer quando o paciente está em crise os mesmos respondem de diferentes formas, pois alguns acreditam que nada podem fazer, portanto optam por se afastar (3), enquanto outros tentam conversar, ouvi-los (3). Quanto aos sentimentos registrou-se que todos demonstram um grande afeto pelo paciente, porém agem de diferentes formas. No que se refere a forma como se sentem por ter um doente mental na família uma entrevistada demonstrou que é algo que não a incomoda enquanto que o restante considera que é algo que os deixa inconformados e tristes, sobretudo por não saberem lidar com os pacientes. Com relação a influência dos sintomas na vida do paciente e do grupo familiar os entrevistados responderam que a doença reflete de forma negativa na vida do paciente e quando se trata do grupo familiar, com exceção de um filho que acredita que os sintomas não interferem na vida do grupo familiar, todos os outros (5) acreditam que o estado do doente mental acaba sendo o “termômetro da família”, pois se o doente está bem a família está bem, caso contrário o grupo familiar é abalado. Deste modo entende-se que o modo de pensar (opiniões) e o modo de sentir-se (sentimentos) são apresentados de diferentes formas. Registrou-se que de modo geral os entrevistados acreditam que podem ajudar os pacientes de forma superficial, porém não vêem a família como peça fundamental no processo de adoecimento do paciente. Segundo Figueredo (2002) a doença mental deve ser entendida como um atributo que o indivíduo assume dentro da

família, e do contexto social, e não como algo que afeta o indivíduo isoladamente. Neste sentido que o comprometimento dos familiares com os pacientes deveria ser mais amplo, pois observou-se que sentimentos mostram que existe um carinho pelo familiar, porém esse é demonstrado apenas por alguns entrevistados que dão mais atenção ao paciente, procurando entendê-los, enquanto outros preferem se afastar nos momentos de crise. Sendo assim este estudo constatou que é de fundamental importância pesquisas futuras que ajudem concretamente os familiares a compreender seu papel como co-terapeutas. Por fim destacamos que este estudo contribuiu para compreensão e intervenção na área de saúde mental em relação ao grupo familiar como um todo.

**Palavras-chaves:** Família, Doente mental, opiniões, sentimentos

**Atividade: CONCEPÇÕES DE DIFERENTES PROFISSIONAIS DE UMA UTI NEONATAL DE HOSPITAL GERAL SOBRE A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO: PRÁTICA DE PROMOÇÃO DE SAÚDE? (Paineis)**

**Trabalho: CONCEPÇÕES DE DIFERENTES PROFISSIONAIS DE UMA UTI NEONATAL DE HOSPITAL GERAL SOBRE A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO: PRÁTICA DE PROMOÇÃO DE SAÚDE?**

**Autor(es):** Leandra Sobral Oliveira

**Resumo:** O presente trabalho diz respeito à monografia de conclusão de curso em Psicologia realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, tendo orientação da Professora Doutora Maria Luiza Bustamante Pereira de Sá e se propõe a investigar o ambiente hospitalar, versando sobre perspectivas de atuação do Psicólogo em UTI neonatal. Conta com uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, o levantamento de questões sobre a interação mãe-bebê nesse contexto específico, algumas peculiaridades do trabalho em UTI neonatal, a indefinição de papéis profissionais deste setor, principalmente com relação à atuação do Psicólogo, e a realização de um estudo sobre o tema. Tal pesquisa consistiu na análise do cotidiano do trabalho em um hospital geral público de emergência no Rio de Janeiro e na aplicação de questionários estruturados dirigidos a profissionais 'não psi' da UTI Neonatal desta unidade de saúde, tendo como principais questões a sua concepção de saúde, as maiores dificuldades apontadas no trabalho cotidiano dentro do referido setor, possibilidades de trabalho psicológico e promoção de saúde em UTI neonatal. Cabe ressaltar que toda a coleta e análise do material foi realizada durante o estágio extra-curricular que a autora realizou no Hospital Estadual Rocha Faria em Campo Grande/RJ no ano de 2003. A análise do material mostra uma grande reprodução dos papéis clássicos esperados do Psicólogo, de acordo com a literatura sobre o tema, quais sejam a resolutividade de situações emergenciais e inusitadas e que passam pelo 'não palpável'. Quando nenhum outro profissional consegue 'dar conta' da situação, o Psicólogo é acionado, e na grande maioria das vezes para intervir em relações referentes às mães e demais familiares, principalmente quando está em jogo a interação com a equipe profissional do setor. De forma geral, os profissionais apresentaram perspectivas restritas acerca do conceito de saúde, associando-o a um bem-estar inespecífico, de cunho físico e psicológico, corroborando com as prerrogativas mundiais sobre os novos paradigmas da saúde, mas ainda muito desvinculada de uma prática realística e diferenciada. A análise bibliográfica sobre o tema e os próprios resultados da pesquisa realizada nos mostram a escassez de trabalhos semelhantes e a importância de maior investimento na organização e na delimitação da atuação da Psicologia enquanto fundamental área da saúde dentro do Hospital Geral, principalmente na UTI Neonatal, onde a eminência da morte e a 'mecanização' das relações estrema a construção do vínculo mãe-bebê e a otimização das relações entre a tríade bebê – família – equipe de saúde.

**Palavras-chaves:** uti neonatal, hospital geral, promoção de saúde, psicólogo em hospital geral

**Atividade: ACOMPANHANTES NO HOSPITAL E OS PSICÓLOGOS DA ALEGRIA (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: ACOMPANHANTES NO HOSPITAL E OS PSICÓLOGOS DA ALEGRIA : UM**

## ESTUDO DE CASO NO HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE

**Autor(es):** Maria do Socorro Ferreira Santos, Andrezza Falcão Gonçalves, Isolda de Marilak Campos, Mariana Soares Paz, Paulo Cristiano de Carvalho, Renata B. Case de Vasconcelos, Andréa Karla de Malta Tavares Brandão

**Resumo:** Acreditando que o brincar e a alegria promovem saúde mental e desenvolvem um processo positivo na restauração do corpo, nosso objetivo é proporcionar aos acompanhantes de crianças hospitalizadas o fortalecimento da sua auto-estima em busca do seu bem estar físico, social e emocional. Segundo alguns autores a essência da vida é cultural e não natural, portanto todo impulso criativo possibilita a realizar novas combinações e possibilita a extração de fatos da realidade. Segundo Vygotsky (1989) não só os artistas são privilegiados e têm essa criatividade, mas todas as pessoas dispõem desse processo criativo. Para ele, a base da criação é a realidade. Outra forma de expressão da criatividade é a combinação da fantasia e da imaginação, ou seja, aqui a realidade é adquirida não pela experiência direta do sujeito, mas pelas experiências alheias ou sociais e que o indivíduo internaliza, através desse processo criativo. Outra forma é o enlace emocional entre a realidade e a fantasia. Para tanto, a metodologia do presente trabalho é de natureza qualitativa, caracterizada como um estudo de caso envolvendo acompanhantes e crianças no maior hospital da região, o Hospital Regional do Agreste, localizado na cidade de Caruaru-PE. Num primeiro momento, iniciamos visitas ao Hospital para conhecer a rotina e a dinâmica hospitalar e a disponibilidade da equipe de saúde para o trabalho. Após um breve diagnóstico do cenário observado, procuramos utilizar atividades lúdicas em busca do alívio do stress causado pela hospitalização direcionando as atividades, especialmente, para as crianças. Porém, na atual fase do trabalho, buscamos realizar atividades interativas que envolvam os acompanhantes das crianças, em sua maioria, as mães, possibilitando momentos de prazer e descontração. Considerando essas ações, extremamente importantes e tomados pela escuta-intervenção do psicólogo no hospital, observamos que houve grande aproveitamento por parte dos acompanhantes durante as intervenções realizadas pelo grupo nas visitas. Muitos, que ali estavam a mais de uma semana, encontravam uma maneira de expressar suas angústias através das brincadeiras de faz-de-conta provocadas através da magia do lúdico e das histórias inventadas no momento da ação dos Psicólogos da Alegria. A fantasia, portanto, é a mediadora para lidar com a realidade. O brincar de faz-de-conta é um importante instrumento para auxiliar o sujeito a lidar com a ansiedade e a superar obstáculos. Segundo Winnicott (1975:63) as atividades lúdicas têm o poder de ativar as emoções, dando margem à criatividade e percepção do mundo em que se está inserido. Estas atividades possibilitam o fantasiar e o imaginar, ou seja, é através do ato de brincar que a criança começa a criar a situação e, conseqüentemente, a respectiva solução, ele nos revela que “o brincar facilita o crescimento e, portanto, a saúde; o brincar conduz aos relacionamentos grupais”. Enfim, tanto a criança quanto o adulto são favorecidos no ato do brincar e, principalmente, na construção das histórias durante as visitas, pois as mães puderam interagir com o grupo e ao mesmo tempo com as crianças expressar seus desejos e alegria em busca do bem estar físico e mental.

**Palavras-chaves:** saúde, hospital, lúdico, fantasia

**Atividade:** Assumindo riscos para crescer: uma oficina de promoção de saúde para universitários  
**(Paineis)**

**Trabalho:** Assumindo riscos para crescer: uma oficina de promoção de saúde para universitários

**Autor(es):** Sheila Giardini Murta, Danilo Cruvinel Ribeiro, ELIANA PORTO ROCHA, Francimara Azevedo Borges

**Resumo:** Diversos problemas à saúde na adolescência e juventude resultam da exposição a comportamentos de riscos. Torna-se relevante, então, para esta população a discriminação entre riscos à saúde e riscos para o crescimento pessoal. Estes últimos incluem riscos de progresso pessoal, de compromisso e de exposição pessoal. Correr riscos desta natureza pode ser benéfico para a saúde mental. O presente trabalho descreve uma oficina que visa estimular a adesão a riscos de progresso pessoal e sensibilizar para a adoção de estratégias de enfrentamento focadas no problema. Participaram 10 estudantes universitários entre 18 e 27 anos de uma universidade privada. Para intervenção foram utilizados objetos diversos, revistas, cartolinas, cola, tesoura, tinta guache, pincel e CD de relaxamento. Para avaliação: um baralho de sentimentos contendo expressões faciais demonstrativas de diversas emoções e uma folha de registro de relatos de (in) satisfação frente à intervenção. A sessão teve duração de 180 minutos. Foram aplicadas as técnicas: apresentação dos participantes baseada na escolha de um objeto com o qual se identificam, confecção de um painel com figuras representativas do passado e do futuro, jogo do balão explorando a iniciativa para correr riscos e o enfrentamento de situações desafiadoras, texto com apresentação dos diversos riscos para o crescimento, listagem de habilidades já presentes no repertório e habilidades que se deseja desenvolver, exercício de solução de problemas com planejamento de metas e recursos para alcançá-las e relaxamento com visualização de desejos ou metas. Foram abordados os temas: habilidades sociais, auto-estima, auto-eficácia, resolução de problemas, avaliação do correr riscos e suas conseqüências para a saúde ou para o crescimento pessoal. Os relatos verbais de satisfação ou insatisfação dos participantes frente à oficina foram registrados em uma folha, analisados por meio da análise de conteúdo e agrupados em quatro categorias: fortalecimento da auto-eficácia; motivação para a ação; subsídios para tomada de decisão; alívio e bem-estar. Conforme os relatos dos participantes, a oficina proporcionou algumas descobertas, os fez perceber que existem possibilidades e que nas escolhas existem ganhos e perdas. Disseram que adquiriram coragem, autoconfiança, alívio e paz interior. Os dados indicam que a oficina produziu um efeito imediato na direção esperada, estimulando o desejo de ação e o senso de auto-eficácia. Permitiu que os participantes refletissem sobre o passado vivido, o futuro desejado e a necessidade de terem iniciativa para lidar com desafios. Sugere-se intervenções mais prolongadas, a fim de favorecer não somente a contemplação da mudança, mas também a tomada de decisão e a mudança em si.

**Palavras-chaves:** riscos de progresso pessoal, habilidades sociais, resolução de problemas

**Atividade: Promovendo habilidades sociais e resiliência em adolescentes (Experiências em Debate)**

**Trabalho: PROMOVENDO HABILIDADES SOCIAIS E RESILIÊNCIA EM ADOLESCENTES: UMA EXPERIÊNCIA NA COMUNIDADE**

**Autor(es):** Sheila Giardini Murta, Francimara Azevedo Borges, Jordana Calil Lopes Menezes, Marina de Moraes e Prado

**Resumo:** Resiliência se refere à capacidade de manter preservada a saúde mental quando há a exposição a eventos adversos de vida. Estudos têm mostrado que a resiliência pode ser aumentada quando são promovidos fatores de proteção no indivíduo, na família ou na comunidade. Dentre os vários fatores de proteção individuais, encontram-se as habilidades sociais. Sabe-se que quanto maior o repertório de habilidades sociais maior o ajustamento psicossocial e menor a probabilidade de desenvolvimento de problemas internalizantes e externalizantes entre crianças e adolescentes. Este trabalho pretende relatar a experiência de implementação de um programa de desenvolvimento de habilidades sociais em uma comunidade

de baixa renda e seus efeitos sobre a prática de habilidades aprendidas durante a intervenção. Participaram 28 meninos e meninas, entre 10 e 18 anos, moradores de um município do interior de Goiás, com alta incidência de riscos psicossociais à saúde e desenvolvimento da comunidade local. Os participantes foram alocados em quatro grupos, com sete participantes por grupo, em média. Inicialmente, ocorreu a divulgação do programa por meio de visitas às casas dos moradores. Posteriormente foi realizada uma reunião com os pais e adolescentes para esclarecimento de aspectos éticos e sensibilização para participação no programa. A intervenção consistiu em 10 sessões, com duração de 80 minutos, em que foram aplicadas as técnicas: vivências grupais, treino assertivo, relaxamento, exposição dialogada, reestruturação cognitiva, solução de problemas, modelação, modelagem e tarefas de casa. Foram abordados os temas: auto-estima, auto-eficácia, identificação de crenças irracionais, habilidades sociais, resolução de problemas e avaliação do correr riscos e suas conseqüências para a saúde ou para o crescimento pessoal e identificação de fatores de proteção. A coleta e registro de dados sobre a prática de habilidades era feita no início de cada sessão, a partir da terceira sessão. Uma caixa era colocada no centro do grupo e os participantes recebiam a instrução de relatar o que estavam praticando durante a semana sobre o que foi aprendido nas sessões e colocar na caixa, simbolicamente, o seu crescimento. Ao final de cada sessão, as facilitadoras registravam em uma ficha o que havia sido relatado. Na última sessão, os participantes relataram as estratégias de enfrentamento que foram desenvolvidas a partir do programa em suas vidas, incluindo a utilização do modo assertivo de comunicação, as vantagens de correr riscos para o crescimento pessoal e a importância de identificar crenças irracionais para diminuir sentimentos negativos. De modo geral, os resultados apontam para uma generalização das habilidades aprendidas para o ambiente natural dos participantes. Contudo, a prática de habilidades nos diversos grupos não ocorreu de forma homogênea. Sugere-se uma intervenção mais longa, com um número maior de sessões, e mais abrangente, com o desenvolvimento de fatores de proteção na família e na escola.

**Palavras-chaves:** habilidades sociais, intervenção em grupo, prevenção

**Atividade: Perfil dos Usuários de Drogas que utilizam os Serviços de Atenção à Dependência de Drogas na Região da Grande Florianópolis (Paineis)**

**Trabalho:** Perfil dos Usuários de Drogas que utilizam os Serviços de Atenção à Dependência de Drogas na Região da Grande Florianópolis

**Autor(es):** Daniela Ribeiro Schneider, Eder Bráulio Leone

**Resumo:** O fenômeno do uso de drogas e da sua dependência é um dos mais graves problemas de saúde pública da contemporaneidade, atingindo diferentes etnias, gêneros e classes sócio-econômicas. Pesquisas epidemiológicas sobre o uso de drogas, como “I Levantamento Domiciliar sobre Uso de Drogas no Brasil”, realizado em 2002, demonstraram que 68,7% da população brasileira já fez uso de álcool na vida, dos quais 11,2% são dependentes. Em relação a outras drogas, 19,4% já fez uso na vida, dos quais 1% são dependentes, destacando-se a maconha, os solventes e a cocaína. No entanto, segundo dados de pesquisa nacional, somente 23% dos dependentes passam por serviços de tratamento específico. Tais dados remetem a existência de uma demanda reprimida. O Núcleo de Pesquisas em Psicologia Clínica (PSICLIN) da UFSC, em cooperação com a UNISUL, desde 2002, vêm realizando pesquisas sobre a realidade dos serviços de atenção aos usuários de substâncias psicoativas na Grande Florianópolis, visando caracterizá-los e avaliá-los em suas dimensões estruturais, teóricas e metodológicas. Nos anos de 2005/2006, realizou a pesquisa intitulada “Avaliação dos Serviços de Atenção à Dependência de Substâncias Psicoativas: o ponto de vista dos usuários”. Os resultados aqui apresentados referem-se à caracterização dos usuários dos serviços. Metodologia: em pesquisa anterior (2002/2004) foi investigado o universo das instituições existentes na área, objetivando proceder seu mapeamento e caracterização. Foram encontrados 28 serviços, dos quais 21 foram respondentes. Constatou-se a existência de seis diferentes tipos de instituições: ambulatórios, clínicas, hospitais, comunidades terapêuticas, grupos de ajuda

mútua, programas de redução de danos. Na atual pesquisa foram sorteados dois programas de cada tipo de instituição, sendo que responderam a ela os usuários que estavam em tratamento no momento da coleta de dados e que consentiram em sua participação. Foram aplicados por psicólogos e estudantes treinados questionários auto-aplicáveis, com questões de múltipla-escolha, questões estilo medida de satisfação (likert) e questões abertas. Foi, também, realizado grupo focal com os respondentes do questionário. Aqui serão apresentados os primeiros resultados, baseados na análise univariada das freqüências e análise bivariada de correlações. Resultados: foram pesquisados onze diferentes serviços, tendo sido aplicado questionários e grupos focais em 103 sujeitos. Entre as características da população de usuários de serviços que atendem dependentes de substâncias psicoativas na Grande Florianópolis, destaca-se: o predomínio do sexo masculino (89,3%), de grupo étnico branco (82,5%), de escolaridade nível médio (57,3%), de religião católica (64,1%), faixa etária acima dos 20 anos (92%), com renda variando entre R\$ 600,00 e 3000,00 (56,3%). As drogas mais utilizadas na fase ativa do uso foram o álcool (69%), seguido da maconha (41,8%) e cocaína (41,7%) e, por fim, do crack (25,3%). Considerações finais: o predomínio de clientela masculina, de grupo étnico branco, de escolaridade média, de religião/credo católica, acima dos 20 anos, e de classe econômica média baixa, nos serviços que atendem dependentes de drogas leva ao questionamento de quem são os usuários que tem acesso aos tratamentos na região estudada e as razões deste predomínio, quando comparado com os dados do Censo do IBGE 2000 e com os dados epidemiológicos de uso/dependência de drogas para a Região Sul do Brasil.

**Palavras-chaves:** Avaliação de Serviços de Saúde, Dependência de Drogas, Perfil do usuário de drogas

**Atividade: PSICOMOTRICIDADE APLICADA À SÍNDROME RUBINSTEIN-TAYBI: O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO SEGUNDO VYGOTSKY (Paineis)**

**Trabalho: PSICOMOTRICIDADE APLICADA À SÍNDROME RUBINSTEIN-TAYBI: O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO SEGUNDO VYGOTSKY**

**Autor(es):** Marina Lima Duarte Moreira, Jarbas Cersosimo, Luiza Sampaio, Mariana Sousa Lima, Bruno Vivas Sá, Anderson Almeida Chalhub, Francisco Kelmo

**Resumo:** O conceito de psicomotricidade pode ser diretamente relacionado com a teoria de Vygotsky quando entende-se que psicomotricidade é uma ciência que tem por principal objetivo o estudo do ser humano, através do movimento do corpo, ao relacionar-se com o mundo externo e interno. É no processo de interação que ocorre a interseção entre o ser humano e o seu meio sócio-cultural, que tem como consequência a formação das características humanas. Vygotsky trabalha o processo de constituição psíquica do sujeito a partir da mediação de elementos culturais. A síndrome de Rubinstein-Taybi foi descrita pela primeira vez em 1963, e tem como característica o retardo mental, grave ou moderado. Trabalhar o processo de desenvolvimento psicomotor em indivíduos portadores da síndrome Rubinstein-Taybi, necessita de bases e estudos em desenvolvimento humano, pois, o atraso mental é variável e a intensidade pode influenciar no desenvolvimento social do paciente. As características físicas exercem forte influência a partir do momento em que o processo de elaboração do movimento e do desenvolvimento psicológico, depende diretamente do meio cultural do indivíduo. Técnicas de psicomotricidade relacionadas a atividades socializantes vêm sendo bem aplicadas na atualidade e indivíduos submetidos a tais estimulações, apresentaram melhora no seu quadro geral, independente da natureza da dificuldade psicomotora. A pesquisa está relacionada a um estudo de caso que exemplifica diversos procedimentos e técnicas aplicadas por profissionais na atualidade. Estas revelam a eficácia de estimulações variadas referentes à socialização do



indivíduo, nos diversos âmbitos. A pesquisa promove uma análise qualitativa do indivíduo portador da síndrome Rubinstein-Taybi e seu desempenho no processo de socialização durante atividades psicomotoras. Foi realizada uma entrevista semi-estruturada com a mãe do jovem de 17 anos que é portador da síndrome, onde foram coletados dados referentes à gravidez, desenvolvimento infantil e pubertário, ambiente familiar e escolar, assim como técnicas de estimulação realizadas ao longo do seu desenvolvimento. Também foram entrevistadas: a professora particular, a professora da escola especial e a psicóloga que forneceram informações valiosas a respeito do processo de socialização do jovem. Estas informações serviram como alicerce para reforçar e embasar a análise psicomotora do indivíduo. A partir das observações feitas e das entrevistas com profissionais envolvidos, Foi realizado um levantamento bibliográfico destacando a teoria de Vygotsky e do conceito e o histórico da psicomotricidade de forma a lançar um novo olhar a respeito das técnicas utilizadas e da importância do acompanhamento familiar e profissional ao portador durante seu processo de desenvolvimento. As observações realizadas revelaram um bom processo de socialização e desempenho em atividades motoras, diante do quadro de retardo moderado. Tais informações exemplificaram o desenvolvimento físico e mental, a relação com o corpo (próprio e do outro) e a psicomotricidade como um todo do paciente. O bom desenvolvimento psicomotor apresentado pelo jovem, está relacionado às estimulações variadas a que foi submetido ao longo do seu processo de socialização, afinal, indivíduos portadores desta síndrome apresentam mais interesse em atividades solitárias. Atividades em grupo realizadas na escola e o estabelecimento de jogos nos diversos âmbitos freqüentados pelo jovem, reforçam a idéia de Vygotsky, que estabelece uma relação estreita e de grande importância entre o jogo e a aprendizagem, desta forma, a escola torna-se um grande centro de estimulação social e psicomotora. Vygotsky relata que a imitação e o ensino, que, para ele, são de fundamental e primária importância por revelarem as qualidades humanas do cérebro e conduzirem a diferentes níveis de desenvolvimento. Em seus estudos, ele ressalta que a relação do indivíduo com o mundo é uma relação mediada por ferramentas construídas por ele próprio. Estas ferramentas têm por base o Social. Vygotsky relata que o homem modifica o mundo e é modificado por ele, o processo de desenvolvimento da auto-imagem na psicomotricidade exemplifica claramente este conceito, quando a criança entra em interação com o espaço e com os outros seres socializantes e é estimulado por ambos, num processo de auto-conhecimento e auto-construção. As redes de socialização fornecem tais instrumentos para desenvolvimento mútuo da população em geral. A escola especial do paciente observado, exemplifica a construção humana através das relações socializadoras, onde o jogo encontra-se no centro das relações de aprendizagem e ensino. As atividades psicomotoras realizadas impulsionam, através da socialização, o exercício físico e mental o que possibilita atividades de cunho recreativo, como o teatro.

**Palavras-chaves:** Rubinstein-Taybi,psicomotricidade,Vygotsky

**Atividade: A Psicologia aplicada à Odontologia  
(Cursos - 4hs)**

**Trabalho:**A Psicogia Aplicada à Odontologia

**Autor(es):** Ricardo Azevedo Barreto

**Resumo:** O encontro interdisciplinar entre a Psicologia e a Odontologia é bastante fecundo. A Psicologia aplicada à Odontologia propõe uma visão não reducionista do paciente em atendimentos odontológicos humanizados, contemplando também a dinâmica da equipe de saúde, do acompanhante e a importância do setting odontológico. Desse modo, a abordagem odontológica estende-se para além do “paciente-boca”, centrando-se na relação interpessoal de maneira interativa/sistêmica, considerando dimensões biopsicossociais, o que contribui para uma reflexão contextualizada sobre o saber e as práticas no “território odontológico”, em que o papel do psicólogo é de indiscutível importância, não como “bombeiro” em situações de “apagar o fogo”, mas como profissional com atividades científicas, fundamentadas teoricamente, de avaliação psicológica, psicoterapia, psicoprofilaxia, consultoria, dentre outras exercidas de modo interativo com as práticas do odontólogo na clínica geral e nas especialidades odontológicas. Se anteriormente o comum na Odontologia era o barulho ameaçador do motorzinho, inovam-se na

contemporaneidade, cada vez mais, as práticas odontológicas com músicas, DVDs, brinquedos, na Odontopediatria e na Odontologia para bebês, por exemplo, e, sobretudo, surge uma nova concepção do atendimento odontológico. A Psicologia aplicada à Odontologia, por sua vez, é um dos ângulos a metamorfosear os olhares odontológico e psicológico, fortalecendo um novo paradigma na saúde, cujas práticas são mediadas pela aproximação de campos distintos do conhecimento científico com efeitos amplos do ponto de vista social. Este curso tem como objetivo geral proporcionar conhecimento dos fundamentos básicos da Psicologia aplicada à Odontologia, ramificação jovem e promissora do campo da Psicologia da Saúde, propondo novos enfoques e adaptação de instrumentos para uma atividade profissional consistente e coerente do psicólogo nesta área fronteira de atuação. À guisa de exemplificação da importância da Psicologia aplicada à Odontologia, podem ser mencionadas situações clínicas de fobia, trauma, bruxismo, hábito disfuncional da sucção, ansiedade pré e pós-operatória, depressão em pacientes oncológicos, além de muitas outras, como as relacionadas às implicações psicológicas da perda dos dentes e do uso do aparelho ortodôntico, do estresse na gengivite, assim como aquelas referentes aos significados psicossociais associados à fissura lábio-palatina, tão importantes no binômio paciente-família, etc. De modo mais específico, este curso objetiva discutir sobre: 1. A Psicologia aplicada à Odontologia ou Psico-odontologia; 2. A Psicologia nas especialidades odontológicas; 3. As especificidades dos papéis do psicólogo e do odontólogo na Psicologia aplicada à Odontologia e 4. Apresentação de pesquisas e/ou casos clínicos ilustrativos na área. Vale salientar que é destinado a psicólogos, odontólogos, estudantes e outros interessados na temática e em obter competências e habilidades básicas na área, tendo duração de 4(quatro) horas em que os conteúdos serão ministrados através de uma metodologia de ensino com atividades didático-pedagógicas predominantemente expositivo-reflexivas, cujo recurso fundamental será o projetor multimídia. Conclui-se que, com tal (per)curso, espera-se, a partir da interlocução em grupo a respeito dos interstícios da Psicologia aplicada à Odontologia, comprometendo-se com uma reflexão crítica sobre o assunto, ajudar a desenvolver o campo psicológico, cujas bases científicas se têm ampliado, marcando-o ainda mais com a diversidade criativa por meio de atuais emergências do instituinte.

**Palavras-chaves:** Psicologia,Odontologia,Saúde

**Atividade: ESTRESSE, RESILIÊNCIA E VALORES  
(Mesas Redondas)**

**Trabalho:**Estresse Pré-Operatório em Colectectomia

**Autor(es):** André Faro Santos,Ludgleydson Fernandes Araújo,Sheyla Christine Santos Fernandes

**Resumo:** Atualmente, o estresse vem sendo destacado como um dos modelos explicativos do processo de saúde-doença, estando amplamente divulgado na mídia leiga e na comunidade científica. Suas causas e conseqüências são associadas a algumas doenças da vida humana, trazendo o enfoque da administração do estresse como uma meta a ser alcançada junto à saúde das populações. O estresse é conceitualmente definido como uma reação psicofisiológica de alta complexidade, denotando a necessidade de o organismo lidar com algo que ameaça a sua homeostase ou equilíbrio interno. Estas reações podem surgir quando a pessoa depara-se com algo que o irrite, cause medo, excite ou confunda, tanto com o caráter de prazer ou de desprazer exacerbado. As reações ao estresse surgem mediante um processo de etapas, nas quais a sintomatologia e a forma de manejo são diferenciadas de acordo com a fase observada. Segundo pesquisadores da temática, o procedimento cirúrgico, apesar dos avanços tecnológicos alcançados, gera diversos tipos de reação emocional, onde o paciente percebe seu futuro como incerto e variados medos surgem (dor, incapacitação, morte, etc.) incrementando a ameaça à integridade física e psicológica. Para estes autores, quanto maior o estresse e a tensão no pré-cirúrgico, maiores poderão ser as dificuldades em enfrentar os limites que a cirurgia impôs ao cotidiano do paciente. Neste contexto, a presente pesquisa objetivou conhecer a ocorrência de estresse em 60 pacientes no pré-operatório de colecistectomia, sendo 30 do SUS e 30 dos

convênios. Utilizou-se o Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp e dois questionários: um sociodemográfico e o outro sobre variáveis relativas ao processo cirúrgico. A aplicação dos questionários foi por volta de 4 horas antes do procedimento cirúrgico, os pacientes já estando internados nas dependências dos hospitais. Estes não estavam medicados e a maioria não fazia uso de medicamento para tratamento de outras patologias, além da maior parte não portar outra doença além da litíase biliar. Os resultados mostraram que os grupos foram equivalentes em relação à maioria das variáveis. Constatou-se que 93,3% dos pacientes do SUS tiveram estresse, enquanto 33,3% dos conveniados apresentaram o diagnóstico ( $p < 0,05$ ). Como variáveis sociodemográficas que apresentaram diferença estatística entre os grupos, encontrou-se que o sexo feminino, ter residência no interior do estado, ter filho, não ter realizado a consulta pré-anestésica e a escolaridade em nível fundamental foram fatores que influenciaram a ocorrência do estresse entre os participantes e modificaram-se a depender do tipo de assistência à saúde ( $p < 0,001$ ). A partir do que foi encontrado, pôde-se concluir que: 1. foram situações geradoras de estresse a cirurgia eletiva de colecistectomia e a forma de atendimento pelo SUS e; 2. estiveram como características que se associaram a maior frequência do estresse o sexo, a escolaridade, o tipo de ocupação, a residência e a consulta pré-anestésica. Por fim, pode-se inferir que conhecer a existência do estresse diante de cirurgia eletiva de colecistectomia é importante para que sejam planejadas ações psicoterapêuticas que visem uma adaptação favorável do sujeito a sua realidade, manejando o estresse decorrente da cirurgia e caracterizando grupos mais vulneráveis às conseqüências danosas sobre a sua saúde.

**Palavras-chaves:** Estresse, Cirurgia, Acompanhamento Pré-Operatório

**Trabalho:** A EXPLICAÇÃO DAS AÇÕES E A VALORIZAÇÃO DE PRINCÍPIOS: UM ESTUDO CORRELACIONAL

**Autor(es):** Sheyla Christine Santos Fernandes, André Faro Santos, Ludgleydson Fernandes Araújo

**Resumo:** Uma variável central na explicação e determinação da conduta humana consiste na expectativa generalizada acerca das responsabilidades das ações que o ser humano realiza, por este fato diversas teorias clássicas foram desenvolvidas no sentido de encontrar que fatores estão associados à maneira pela qual as pessoas atribuem causas aos eventos, teorias estas que em suma, defendem a observância das associações entre pessoa/situação/fenômeno, num continuum de estabilidade e invariâncias de controlabilidade e incontrolabilidade como antecedentes e conseqüentes do julgamento social; acrescentando-se que o relevo se dá em função da interpretação subjetiva que se faz do evento em tela em detrimento dos resultados per si. Partindo do pressuposto central de que as causas atribuídas aos fenômenos podem emergir de focos internos ou externos e de sua relação, aponta-se a necessidade de se observar os julgamentos das condutas pessoais como construto intimamente ligado ao comportamento social e desempenho pessoal. Desta forma, um dos mais interessantes e relevantes traços de personalidade orientadores da conduta dos indivíduos é o locus de controle. Rotter (1966, 1990), um dos pioneiros no estudo do locus de controle, o define como um conceito referente às crenças que os indivíduos estabelecem sobre a fonte de controle dos comportamentos ou acontecimentos habituais que ocorrem consigo ou no ambiente em que estão inseridos, indicando a existência de um controle de reforçamento interno-externo, o qual alude ao grau em que o indivíduo considera que os reforçamentos são contingentes a sua conduta. Obviamente, a maioria das pessoas situa-se entre os dois extremos formando uma distribuição contínua entre crenças de controle. Por ser constituído por crenças, o locus de controle apresenta profunda sintonia com demais variáveis, tendo em vista sua capacidade inquestionável de configurar os conteúdos representacionais inerentes às interpretações e às condutas pessoais. Não obstante a uma ampla gama de estudos que analisam o locus de controle, observa-se a escassez concernente à associação entre esta variável e variáveis de ordem psicossocial, trazendo à tona um inevitável interesse em averiguar tal problema. Analogamente a esta questão, foi encontrado que a cultura confere um certo peso nas proposições de controlabilidade atribuída, atesta-se que em determinadas regiões vigoram a primazia do locus de controle interno, como é o caso dos

Estudos Unidos e de demais países ocidentais, enquanto que aos países orientais, principalmente o Japão, é conferido um maior locus de controle externo. A explicação destes achados pode se fazer valer em virtude da valorização de atributos socialmente compartilhados característicos de cada cultura. Valores de cunho individualista são típicos de culturas ocidentais e apresentam relação com um maior locus de controle interno, devido à crença na responsabilidade social e na crença do controle sobre eventos e comportamentos, enquanto que as sociedades que aderem a valores coletivistas apresentam um maior locus de controle externo, ressaltando a crença na participação de outros indivíduos e de outros fatores externos a si como responsáveis pelos acontecimentos cotidianos. Alcança-se, desta forma, a necessidade de analisar esta questão, sabendo-se que os princípios valorativos são variáveis de grande relevância na constituição de crenças, atitudes e escolhas. Schwartz (1992) propõe um modelo no estudo dos valores analisado em grande escala através de estudos transculturais, definindo os valores como concepções que o indivíduo possui sobre o desejável que por serem transituacionais, guiam a forma como os atores sociais selecionam seu comportamento, avaliam pessoas e explicam suas ações. Desta forma, os valores estão organizados em torno de dimensões bipolares que apresentam relações de compatibilidade e conflito: autotranscendência (universalismo e benevolência) versus autopromoção (poder e realização); abertura à mudança (autodireção, estimulação e hedonismo) versus conservação (segurança, tradição e conformidade). Estes seriam representados por três necessidades básicas e universais na natureza humana: biológicas, de interação social estável e de sobrevivência dos grupos. Em consonância com a discussão ora levantada, o objetivo central deste estudo consistiu em investigar as relações existentes entre uma variável tida como individual e cognitiva, o locus de controle e um construto psicossocial, os valores humanos, através da análise correlacional de suas dimensões em uma amostra de estudantes universitários de uma capital do nordeste brasileiro. 355 universitários responderam a dois instrumentos: (1) Escala de locus de controle e (2) Questionário de valores humanos, além de questões sócio-demográficas. Os resultados indicaram que as dimensões de locus de controle e de valores humanos são construtos interligados, sugerindo que as explicações dos acontecimentos da vida e os princípios que norteiam a vida das pessoas possuem estreitas ligações.

**Palavras-chaves:** locus de controle, valores humanos, análise correlacional

**Trabalho:** RESILIÊNCIA E ENGAGEMENT-BURNOUT EM CUIDADORES FORMAIS DE IDOSOS

**Autor(es):** Ludgleydson Fernandes Araújo, Sheyla Christine Santos Fernandes, André Faro Santos

**Resumo:** A Psicologia Positiva representa uma nova perspectiva que adota um modelo salutogênico, em lugar de um paradigma patogênico, para a conceitualização da, investigação e intervenções no âmbito de experiências traumáticas. Dentre estes fenômenos indicativos de uma vida saudável destaca-se a Resiliência que prioriza os processos que contribuem para a superação das adversidades, e o Engagement que se caracteriza por altos níveis de energia enquanto se trabalha, cujo discurso hegemônico de ambos constructos destacam o protagonismo do indivíduo na mudança da realidade biopsicossocial. A Resiliência é a capacidade de enfrentar as adversidades, recuperar-se, e sair fortalecido, com êxito e de desenvolver competência social, acadêmica e vocacional. Essa é o conjunto de processos sociais e intrapsíquicos que possibilitam o desenvolvimento de uma vida sadia, mesmo vivendo em um ambiente de vulnerabilidade. Tal processo concerne na combinação entre os atributos da criança, jovem, adulto ou idoso e seu ambiente familiar, social e cultural. Deste modo, a resiliência não pode ser pensada como um atributo que nasce com o sujeito, nem que ele adquire durante seu desenvolvimento. Seria sim, um processo interativo entre a pessoa e seu meio capaz de transformar-se na força necessária para lidar positivamente com a adversidade. Este trabalho teve como objetivo verificar a relação entre resiliência e o modelo Burnout-Engagement em Cuidadores Formais de Idosos. Participaram 265 cuidadores, de ambos os sexos, escolhidos de forma intencional e não probabilístico de diversas residências geriátricas das

Comunidades de Extremadura e de Castilla e León, na Espanha. Os instrumentos utilizados foram a escala Connor–Davidson de resiliência; o inventário geral de burnout de Maslach (MBI-GS) e o questionário de engagement Utrecht Work Engagement Scale. Os resultados apontam que os cuidadores com altas pontuações em Resiliência, quando comparados com os de baixa pontuações, demonstraram maior nível de eficácia e compromisso laboral (vigor, dedicação e absorção), além exteriorizaram menor esgotamento emocional e cinismo. Para tanto, não se pode afirmar que os cuidadores mais resilientes não possam se irritar, mas dispõem de maiores habilidades e competências e de Engament, na medida em que reforçam esses atributos pessoais, diminuindo a vulnerabilidade ao Burnout. Sabe-se das limitações da presente investigação, no entanto, esta vislumbra que o uso das competências sociais e fortalezas humanas por parte dos cuidadores atuam como fatores protetores frente ao risco de Burnout e estimula o compromisso e a eficácia laboral. Faz-se necessário futuras investigações enfocando os fatores salutogênicos, enfocando a prevenção e o bem-estar, que estimulem nos trabalhadores sua energia (vigor), implicação (dedicação) e concentração no trabalho e superação de experiências traumáticas.

**Palavras-chaves:** Resiliência, Burnout/Engagement, Cuidadores Formais de Idosos

**Atividade:** A PRÁTICA DA CAMINHADA E SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: UM ESTUDO REALIZADO NA CIDADE DE TERESINA-PI (Paineis)

**Trabalho:** A PRÁTICA DA CAMINHADA E SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: UM ESTUDO REALIZADO NA CIDADE DE TERESINA-PI

**Autor(es):** Maria Zilda Silva Soares, Juliana Gomes da Silva Soares, Indiara Soares Oliveira, Jardeson Leite Gomes

**Resumo:** Observa-se na atualidade uma motivação à prática de atividades físicas como promotora de bem-estar biopsicossocial. Desta forma, as pessoas preocupam-se cada vez mais com a saúde, dedicando uma parte de seu tempo diário aos diversos tipos de modalidades de exercícios para manterem o corpo equilibrado e, assim, garantirem uma melhor qualidade de vida. Entre os variados tipos de atividades físicas, pode-se citar a “caminhada”, que vem sendo a cada dia uma das modalidades mais demandadas pelos sujeitos sociais, sendo assim, partiu-se ao interesse de averiguar quais são as motivações básicas que levam pessoas a exercitarem esta prática. O presente estudo, então, teve como objetivo identificar através das Representações Sociais as motivações relacionadas à prática da “caminhada”. A Teoria das Representações Sociais de Moscovici (1978) possibilitou a apreensão dos questionamentos no que diz respeito a essas motivações. As Representações Sociais são um conjunto de conceitos afirmações e explicações, sendo consideradas verdadeiras “teorias” do senso comum, “ciências coletivas”, pelas quais se procede à interpretação e mesmo à construção da realidade social. O estudo foi do tipo exploratório, de cunho quanti-qualitativo, realizado em um dos três espaços próprios à prática da caminhada na cidade de Teresina-PI. A amostra foi composta por 80 sujeitos de ambos os sexos, 37 do sexo masculino e 43 do sexo feminino, com idade variando entre 14 e 76 anos. Ressalta-se que o horário escolhido pelos pesquisadores foi entre 16 e 20h. Para coleta de dados, utilizaram-se dois instrumentos: Um Teste de Associação Livre de Palavras (DE Rosa, 1988), com a palavra indutora “caminhada” e uma entrevista semi-estruturada contendo as seguintes indagações: a primeira foi “qual a importância da caminhada para a sua vida?” e a segunda “por que você pratica caminhada?” Os dados foram submetidos à Técnica de Análise de Conteúdo Temática (Bardin, 1991). Nos resultados, os discursos dos sujeitos da pesquisa demarcaram a presença de cinco grupos categoriais que simbolizam as representações sociais em torno da temática trabalhada. Essas categorias serão apresentadas a seguir em ordem decrescente de unidades de análise. A categoria mais evidenciada foi “mente-corpo”, que se refere aos aspectos motivacionais relacionados à saúde física e mental dos praticantes da caminhada (226 unidades de análise). A segunda categoria foi “estética”, que

envolve a valorização do corpo, implicando nas questões de cultuação à beleza de um corpo esbelto (57 unidades de análise). A categoria seguinte, “bem-estar psicossocial”, refere-se à afetividade, liberdade, lazer e socialização na prática da caminhada (56 unidades de análise). A próxima categoria foi “qualidade de vida” em que os praticantes da caminhada visam uma melhoria nos mais variados âmbitos da sua vida cotidiana (52 unidades de análise). A última categoria e a menos representativa trata-se da “modalidade esportiva”, em que a prática da caminhada foi enfatizada como um tipo de esporte (08 unidades de análise). Conclui-se, então, que as Representações Sociais da prática da caminhada neste contexto social, estão mais diretamente relacionadas a uma necessidade de obtenção de saúde, seja no seu aspecto psíquico ou físico.

**Palavras-chaves:** Caminhada, Representações Sociais, Saúde

**Atividade: ESTRESSE PRÉ-OPERATÓRIO EM PACIENTES DO SUS E CONVENIADOS (Paineis)**

**Trabalho: ESTRESSE PRÉ-OPERATÓRIO EM PACIENTES DO SUS E CONVENIADOS**

**Autor(es):** André Faro Santos, Lidiane dos Anjos Santos

**Resumo:** Atualmente, o estresse vem sendo destacado como um dos modelos explicativos do processo de saúde-doença, estando amplamente divulgado na mídia leiga e na comunidade científica. Suas causas e conseqüências são associadas a algumas doenças da vida humana, trazendo o enfoque da administração do estresse como uma meta a ser alcançada junto à saúde das populações. O estresse é conceitualmente definido como uma reação psicofisiológica de alta complexidade, denotando a necessidade de o organismo lidar com algo que ameaça a sua homeostase ou equilíbrio interno. Estas reações podem surgir quando a pessoa depara-se com algo que o irrite, cause medo, excite ou confunda, tanto com o caráter de prazer ou de desprazer exacerbado. As reações ao estresse surgem mediante um processo de etapas, nas quais a sintomatologia e a forma de manejo são diferenciadas de acordo com a fase observada. Segundo pesquisadores da temática, o procedimento cirúrgico, apesar dos avanços tecnológicos alcançados, gera diversos tipos de reação emocional, onde o paciente percebe seu futuro como incerto e variados medos surgem (dor, incapacitação, morte, etc.) incrementando a ameaça à integridade física e psicológica. Para estes autores, quanto maior o estresse e a tensão no pré-cirúrgico, maiores poderão ser as dificuldades em enfrentar os limites que a cirurgia impõe ao cotidiano do paciente. Neste contexto, a presente pesquisa objetivou conhecer a ocorrência de estresse em 60 pacientes no pré-operatório de colecistectomia, sendo 30 do SUS e 30 dos convênios. Utilizou-se o Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp e dois questionários: um sociodemográfico e o outro sobre variáveis relativas ao processo cirúrgico. A aplicação dos questionários foi por volta de 4 horas antes do procedimento cirúrgico, os pacientes já estando internados nas dependências dos hospitais. Estes não estavam medicados e a maioria não fazia uso de medicamento para tratamento de outras patologias, além da maior parte não portar outra doença além da litíase biliar. Os resultados mostraram que os grupos foram equivalentes em relação à maioria das variáveis. Constatou-se que 93,3% dos pacientes do SUS tiveram estresse, enquanto 33,3% dos conveniados apresentaram o diagnóstico ( $p < 0,05$ ). Como variáveis sociodemográficas que apresentaram diferença estatística entre os grupos, encontrou-se que o sexo feminino, ter residência no interior do estado, ter filho, não ter realizado a consulta pré-anestésica e a escolaridade em nível fundamental foram fatores que influenciaram a ocorrência do estresse entre os participantes e modificaram-se a depender do tipo de assistência à saúde ( $p < 0,001$ ). A partir do que foi encontrado, pôde-se concluir que: 1. foram situações geradoras de estresse a cirurgia eletiva de colecistectomia e a forma de atendimento pelo SUS e; 2. estiveram como características que se associaram a maior freqüência do estresse o sexo, a escolaridade, o tipo de ocupação, a residência e a consulta pré-anestésica. Por fim, pode-se inferir que conhecer a existência do estresse diante de cirurgia eletiva de colecistectomia é importante para que sejam planejadas ações psicoterapêuticas que visem uma adaptação favorável do sujeito a sua realidade, manejando o estresse decorrente da cirurgia e caracterizando grupos mais vulneráveis às conseqüências danosas sobre a sua saúde.

**Palavras-chaves:** Estresse, Cirurgia, Sistema Único de Saúde, Convênios

**Atividade:** As práticas cotidianas de usuários de serviços substitutivos e de seus familiares (Paineis)

**Trabalho:** As práticas cotidianas de usuários de serviços substitutivos e de seus familiares

**Autor(es):** Ana Kalliny de Sousa Severo, Frederico Leão Pinheiro, Magda Dimenstein

**Resumo:** A partir da década de 80, ocorreram transformações significativas na assistência psiquiátrica brasileira tendo como objetivo a desconstrução do paradigma psiquiátrico que legitima a tutela, a exclusão e a idéia de periculosidade do louco, para reinventar o modelo de assistência. Esse paradigma da desinstitucionalização evidencia a necessidade da promoção de mudanças que ultrapassem o aparato físico do manicômio, levantando discussões para o campo sócio-cultural. A efetivação desta proposta se dá principalmente através da implantação de serviços substitutivos no atendimento em saúde mental. Dentre os novos equipamentos configurados para essa mudança está o CAPS (Centros de Atenção Psicossocial), definidos como unidades de saúde regionalizadas que atendem a uma população definida pelo nível local. Esse serviço se propõe a realizar um trabalho terapêutico territorial articulado no interior de uma rede de unidades sanitárias e de serviços comunitários, inserido em políticas públicas de não abandono ao usuário, facilitando, deste modo, as mediações nas relações terapêuticas entre os diversos níveis de atendimentos e contribuindo para a inserção social do usuário. Isso pode auxiliar na construção da vida cotidiana dos usuários evitando assim novas cronificações. Deste modo, esta pesquisa objetivou compreender as implicações que as práticas desenvolvidas no/pelo CAPS estão trazendo para a vida dos usuários do serviço substitutivo e de seus familiares. Para isso, mapeou-se as estratégias de cuidado em saúde mental utilizadas pelos usuários e familiares em questão; explorou-se as concepções que os usuários e familiares têm acerca do diagnóstico médico e de como ele se insere na vida dos participantes; e analisou-se as implicações destas práticas na vida dos usuários e dos familiares envolvidos. Escolheu-se como instrumentos dois questionários semi-estruturados, sendo um referente às entrevistas com os usuários do CAPS e outro às entrevistas com seus familiares, identificados como acompanhantes nas atividades desenvolvidas no serviço, e um diário de campo. As entrevistas foram realizadas nas residências dos participantes, buscando-se ter um maior contato com a vida cotidiana dos mesmos. Esses participantes eram atendidos por um CAPS da cidade de Natal / RN e residiam no mesmo distrito territorial localizado no bairro de Bom Pastor, zona leste da cidade. A seleção dos participantes se deu através de um banco de dados construído junto às equipes de PSF da Unidade de Saúde do referido bairro sobre a demanda de saúde mental desse local. Na pesquisa foram entrevistados 5 usuários (3 mulheres e 2 homens), predominando entre eles a faixa etária superior a 30 anos; e 4 familiares. Nas entrevistas com os usuários percebeu-se que a maioria está no serviço há mais de 9 anos; o nível de consumo de psicotrópicos variou durante esse tempo por diversos motivos (mudança no diagnóstico, redução dos efeitos pela “habituação” do organismo); apenas 1 usuário foi internado em hospital psiquiátrico durante esse período, mas outros 2 relataram ter sido encaminhados pelo psiquiatra do CAPS para isso, sendo evitadas pelos familiares, já que estes posicionaram-se contra esse recurso; o surgimento dos sintomas é associado à atividades cotidianas (estudo e condições de trabalho), sendo as intervenções para o tratamento relacionadas ao afastamento dessas atividades; as estratégias terapêuticas utilizadas pelo CAPS aparecem como variadas (convívio social e arte-terapia) e os benefícios provenientes predominantemente associados a sensação de bem-estar; algumas atividades como lazer, trabalho e socialização são apontadas como ausentes no cotidiano fora do CAPS. Os familiares destacaram o surgimento da doença associados a alterações comportamentais; a convivência com o usuário é relacionada às preocupações constantes que geram a necessidade de uma vigilância dos familiares para com os usuários; os familiares avaliam as atividades realizadas pelos usuários no CAPS como sendo geradoras de um bem-estar (“distraindo”). A perspectiva de alta, nos 2 grupos entrevistados, são negativas, pois não se vislumbra a possibilidade de cura, a volta ao exercício do trabalho e a

parada no consumo de psicotrópicos. Tendo em vista o objetivo proposto, a articulação destes dados aponta para a necessidade de uma problematização das práticas de desinstitucionalização, tendo em vista que as formas tradicionais no lidar com a loucura se perpetuam através de uma cronificação e da redução da vida dos usuários ao serviço substitutivo, o que dificulta a desconstrução de relações de tutela na relação com a loucura, não funcionando como um recurso articulador desse usuário à rede social no qual este se insere. Desse modo, faz-se necessário promover atividades que auxiliem na construção de modos de vida fora do CAPS, a fim de superar a exclusão cotidiana da loucura.

**Palavras-chaves:** Reforma Psiquiátrica,usuários,familiares,vida cotidiana,CAPS

**Atividade: A pesquisa sobre saúde em Psicologia: grupos de pesquisa e pesquisadores (Paineis)**

**Trabalho:**A pesquisa sobre saúde em Psicologia: grupos de pesquisa e pesquisadores

**Autor(es):** Emerson Fernando Raserá,Luciana G S Faria

**Resumo:** Apesar das relações entre Psicologia e Saúde serem antigas, a construção de um campo de conhecimento relativo à intersecção dessas duas áreas é relativamente recente. No intuito de contribuir com os esforços de reflexão sobre as relações entre Psicologia e Saúde, este trabalho busca analisar o processo de construção de uma comunidade de pesquisadores voltados ao estudo das questões de saúde no campo da Psicologia. A identificação desta comunidade, sua constituição, o conhecimento produzido e seu potencial de produção de novos pesquisadores poderão nos apontar os caminhos que têm sido percorridos por aqueles interessados nessa área e oferecer subsídios para uma reflexão sobre os rumos a serem tomados e os desafios a serem enfrentados. Assim, este estudo teve por objetivo caracterizar a pesquisa sobre saúde em Psicologia conforme descrita no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil/CNPq, em 2006. A seleção dos grupos se deu por meio da utilização das palavras “psicologia” e “saúde” nos seguintes campos de busca do diretório: Nome do grupo, Nome da linha de pesquisa e Palavras-chave da linha de pesquisa. Este procedimento permitiu a identificação de 117 grupos de pesquisa, que representam 26% dos grupos de pesquisa em Psicologia presentes no Diretório, e 424 linhas de pesquisa. 63% destes grupos foram criados após o ano 2000. 50% deles se concentravam em instituições universitárias da região Sul (23%) e Sudeste (60%) do Brasil. 807 pesquisadores faziam parte destes grupos, dos quais 65% eram doutores e 27% eram mestres. 72% dos doutores obtiveram sua titulação nos últimos dez anos, principalmente, em instituições brasileiras (82%). A produção científica da área se deu predominantemente sob a forma de artigos publicados em periódicos nacionais (39%) e capítulos de livro (30%). Esses resultados apontam para um expressivo desenvolvimento desta área como campo de conhecimento em Psicologia, bem como alguns desafios para sua efetiva consolidação. A análise apresentada neste trabalho consiste, contudo, apenas uma fotografia, um recorte momentâneo, dada a atualização permanente do Diretório por parte dos líderes dos grupos de pesquisa. Se, por um lado, ela permite refletirmos sobre os caminhos tomados pelas pesquisas na área, por outro, ela reconhece o caráter dinâmico e vivo da mesma e as mudanças constantes que ocorrem. Além disso, apesar das pesquisas que utilizam o Diretório como fonte de dados serem importantes, as buscas permitidas são restritas, o que dificulta uma análise mais detalhada dos dados presentes no mesmo. Estudos futuros devem ser realizados que permitam um aprofundamento das reflexões sobre a constituição desta comunidade e os rumos da pesquisa na área, e facilitem uma comparação com a produção científica em Psicologia mais amplamente.

**Palavras-chaves:** Psicologia,Saúde,Pesquisa,Pesquisadores

**Atividade: DEPRESSÃO E ADOLESCÊNCIA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO (Paineis)**



## **Trabalho:**DEPRESSÃO E ADOLESCÊNCIA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO

**Autor(es):** Israel Lima de Luna Freire,Karla Carolina Silveira Ribeiro,Josevânia da Silva Cruz de Oliveira,Maria da Penha de Lima Coutinho

**Resumo:** De modo geral na adolescência os púberes se deparam com várias situações novas, como transformações físicas e pressões sociais, favorecendo condições próprias para que apresentem flutuações do humor e mudanças expressivas no comportamento. Alguns podem desenvolver quadros francamente depressivos com notáveis sintomas de descontentamento, confusão, solidão, incompreensão e atitudes de rebeldia. Nesse período também as mudanças ocorridas no aspecto físico, na maioria das vezes, entram em contradição com os modelos de estética ideais de sua época. Essa distonia entre o corpo e a aspiração pode desencadear sérias dificuldades de adaptação social, uma baixa auto-estima e uma não aceitação pessoal. Outras características próprias desta fase são o prejuízo no desempenho escolar, a baixa auto-estima, as idéias e tentativas de suicídio; em adolescentes com sintomatologia depressiva esses pensamentos costumam apresentar alta letalidade e graves problemas de comportamento, especialmente o uso abusivo de álcool e drogas. Esta pesquisa objetivou apreender as representações sociais da depressão elaboradas por adolescentes inseridos no Ensino Médio, de uma escola pública na cidade de João Pessoa/PB. A amostra foi proposta de forma não-probabilística, intencional e acidental. Participaram desse estudo 130 alunos de faixa etária variando entre 14 e 17 anos, sendo 36,9% do sexo masculino e 63,1% do sexo feminino, com incidência de 10% de sintomatologia depressiva. Os instrumentos utilizados nesse estudo foram o Inventário de Depressão Infantil – CDI (Children’s Depression Inventory), válido para detectar a presença e a intensidade da depressão tendo servido de screening na seleção da amostra, e a Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP) a partir de palavras indutoras (depressão, pessoa depressiva, si mesmo). Os dados do CDI foram processados através do Pacote Estatístico para Ciências Sociais (SPSS for Windows 15.0) e os dados do TALP pelo software Tri-Deux-Mots, através da Análise Fatorial de Correspondência (AFC). A Análise Fatorial da correspondência das Representações Sociais apresentaram dois fatores: Fator 1, correspondendo ao fator de maior poder explicativo com 73,2% da variância total das respostas e o fator 2 que possui 26,8% da variância total das respostas. Os dois fatores, em sua totalidade, apresentam poder explicativo de 100% de significância, portanto, possui parâmetros estatísticos com consistência interna e fidedignidade. As representações sociais dos adolescentes com relação à depressão estão ancoradas principalmente aos aspectos psicoafetivos como “solidão”, “medo”, “tristeza”, “vontade de morrer”, “choro” e “doença”. Os resultados demonstraram diferenças significativas entre os adolescentes com sintomatologia depressiva, os quais associavam a depressão à solidão e se viam como pessoas carentes e solitárias, os adolescentes que não apresentaram nenhuma sintomatologia associaram a depressão à doença e se representavam como pessoas alegres e otimistas. Os resultados demonstram que, de um modo geral, as produções semânticas trazidas pelos adolescentes são o resultado dos problemas que circundam seu posicionamento na sociedade, como também suas vivências integradas à circulação da informação da doença em seu meio de pertença, suas imagens e suas representações. Esses dados remetem á uma maior atenção dos profissionais que lidam com essas problemáticas a uma posição que priorize o tratamento do estado psicológico desses púberes.

**Palavras-chaves:** Depressão,Adolescência,Representação Social

**Atividade:** O trabalho do Grupo “Acolher”: Construindo possibilidades de diálogo no atendimento à saúde em Felipe Camarão.  
(Paineis)

**Trabalho:**O trabalho do Grupo “Acolher”: Construindo possibilidades de diálogo no atendimento à saúde em Felipe Camarão.

**Autor(es):** Martha Azucena Traverso-Yépez, Ana Sílvia de Moraes, Sayonara Freitas

**Resumo:** O presente trabalho é um recorte de nossa pesquisa em andamento “A dinâmica da relação equipes PSF – usuários do serviço. Construindo possibilidades de diálogo no atendimento à saúde em Felipe Camarão”. Destaca-se que o Programa Saúde da Família (PSF) traz como uma das premissas de intervenção, o fortalecimento do controle social e da participação comunitária. Isso pressupõe basicamente relacionamentos horizontais e dialógicos entre equipes e população, bem como uma concepção de usuário com competência e abertura para avaliar e intervir no sistema. A pesquisa desenvolve-se na Unidade III do citado bairro na cidade de Natal-RN, a qual conta com quatro equipes básicas, cada uma conformada por médico, enfermeiro, 2 auxiliares de enfermagem, 6 agentes de saúde, odontólogo e auxiliar de odontologia. Em nosso processo de pesquisa anterior, desenvolvida com os profissionais da Unidade, um dos aspectos mais destacados foi a dificuldade de comunicação, seja entre as próprias equipes e, especialmente, entre equipe e usuários. A pesquisa tem como proposta metodológica a etnografia institucional, baseada em Smith (2004), que considera que os processos organizacionais e institucionais se constituem através de relações sociais normatizadoras, configurando as experiências locais específicas. Nossa apresentação descreve o trabalho do “Grupo Acolher”, conformado por alunos da disciplina complementar “A Psicologia Social e as práticas de humanização em saúde”, que numa experiência piloto entre os meses de Outubro e Dezembro de 2006, desenvolveram uma dinâmica de observação participante na citada Unidade, supervisionados por um estagiário da Psicologia Social. A sistematização da dinâmica observacional desenvolvida pelos estudantes mostra que as atividades dos profissionais concentram-se nos atendimentos biomédicos, sem tempo ou disposição para desenvolver tarefas qualificadas por Brasil (2005) como de “tecnologias leves”. Ou seja, as relações entre equipes e os usuários tendem a ser pontuais e verticalizadas. Nas conversas com os usuários, a maioria deles declaram não conhecer a proposta do PSF e tendem a se queixar da infra-estrutura (pelo reduzido e abafado do espaço físico da Unidade), bem como da demora no atendimento e da burocratização do serviço, especialmente relacionado com o sistema de referências e contra-referências. Observa-se que a falta de funcionários na área administrativa e das ciências humanas inviabiliza dar conta das demandas sociais e de comunicação, tanto dos usuários quanto dos profissionais. Apesar de se constatar na dinâmica institucional e nas conversas com os profissionais a pouca participação da comunidade, na experiência do trabalho de acolhimento do grupo, percebeu-se que quando são dadas as oportunidades de escuta e diálogo, esse usuário geralmente toma outro posicionamento mais ativo e comprometido com sua saúde e com o serviço.

**Palavras-chaves:** Psicologia Social, PSF, relações dialógicas

**Atividade:** DEFICIÊNCIA X FAMÍLIA X POLÍTICAS PÚBLICAS  
(Paineis)

**Trabalho:** DEFICIÊNCIA X FAMÍLIA X POLÍTICAS PÚBLICAS

**Autor(es):** Maria Antonieta Nascimento Araújo, Caio Araújo de Almeida, Tacila Andrade Menezes Lima

**Resumo:** Essa pesquisa faz parte de um projeto maior de investigação que trata das condições de acessibilidade à rede social de apoio, por crianças e adolescentes com deficiência, inscritas em uma Unidade de Saúde da Família (USF), no bairro do Candéal, Salvador – Bahia, tendo tal pesquisa o objetivo de estudar a realidade bio-psico-social dessas crianças e adolescentes. Os dados iniciais apontaram para duas características relevantes: o desconhecimento, pela família, de Políticas Públicas que apóiam portadores de deficiência e o encaminhamento dos seus filhos para rede de apoio educacional e da clínica especializada. Como sub-produto do citado estudo,

apresentamos o projeto objeto deste relato, que tem como objetivo verificar a repercussão dos benefícios concedidos pelo Governo aos sujeitos pesquisados e o impacto, nas respectivas mães, da descoberta de ter gerado um filho com deficiência. A criança com deficiência tem urgências básicas como toda criança que nasce sem comprometimentos no seu desenvolvimento porém o atendimento àquelas, muitas vezes, requer estratégias diferenciadas; a forma como a mãe lida com tais estratégias, pode depender, em parte, da maneira como ela concebe essa realidade, seja devido à forma como foi lhe passada a notícia e o conhecimento acerca das características da deficiência do seu filho, ou seja na própria aceitação deste. Uma outra questão levantada foi a não utilização dos benefícios que protegem essas crianças repercutindo em muitas limitações e colocando esses sujeitos em uma situação de exclusão de direitos garantidos por Lei. Essa é uma pesquisa de cunho qualitativo e quantitativo com uma amostra de 18 sujeitos com diagnósticos diversos. No campo empírico utiliza-se a estratégia de visita domiciliar e atendimento na USF para a aplicação do instrumento de pesquisa - entrevista semi-estruturada. Como essa investigação está em andamento os resultados são parciais. Diante de tais resultados percebeu-se que em muitas famílias a notícia não foi dada de uma maneira esclarecedora e acolhedora, considerando a importância do diagnóstico. Observou-se também uma falta de esclarecimento geral, tanto no âmbito da deficiência em si quanto nos benefícios pesquisados. Além disso, levantou-se o perfil da população que é composta por 40% meninos e 60% meninas, sendo poucos beneficiários, tendo uma maioria composta por pais separados e residem com a mãe possuindo uma limitação econômica. É de fundamental importância que a família esteja informada de todos os direitos que a criança tem, buscando também um tratamento adequado e informações necessárias para o cuidado desses sujeitos podendo assim garantir uma melhor qualidade de vida.

**Palavras-chaves:** deficiência,saúde publica,inclusão

**Atividade: A prática clínica nos novos serviços de saúde mental do Rio de Janeiro (Mesas Redondas)**

**Trabalho:**A articulação entre o CAPS e o Ambulatório: uma aposta na desmedicalização da demanda de tratamento de sujeitos históricos.

**Autor(es):** Daniela Bursztyn

**Resumo:** Na clínica psiquiátrica contemporânea, o diagnóstico de histeria foi suprimido entre outras categorias nosológicas inauguradas pela psiquiatria clássica dando lugar às novas classificações diagnósticas dos transtornos dissociativos, transtornos de personalidade, transtorno bipolar ou síndromes psicóticas. A função clínica do diagnóstico, tão essencial ao psiquiatra e à equipe que se ocupa do paciente, tende cada vez mais a ser centrada radicalmente nos manuais de diagnósticos como o DSM IV e o CID-10. Assim, o próprio conceito de doença tem desaparecido na medida em que já não se espera conhecer o processo e a dinâmica do paciente que adoece. Comprometidos com a lógica dos recentes manuais, alguns profissionais que se ocupam do tratamento de sujeitos históricos nas instituições médicas utilizam instrumentos terapêuticos, muitas vezes invasivos e ineficazes, visando a suspensão de alguns sintomas históricos e negligenciando, com isso, o dizer desse sujeito sobre seu adoecimento e seu sofrimento psíquico revelado sob forma sintomática. Ao observar os efeitos dessa problemática evidenciados na cronificação de sujeitos históricos nas atuais instituições médicas e psiquiátricas, uma aposta clínica vem sendo lançada nos novos serviços de saúde mental orientados pelo desafio da desmedicalização da demanda de tratamento apresentada por esses pacientes. Ainda que uma acentuada referência ao discurso médico se apresente em alguns serviços, seja através da forte demanda de tratamento medicamentoso por parte dos pacientes e seus familiares, seja através das intervenções terapêuticas de controle de psicotrópicos levadas a efeito por parte das equipes, o novo formato de assistência criado pela reforma psiquiátrica brasileira ao descentralizar a referência única dirigida ao saber médico sobre o tratamento das doenças mentais vem redimensionando o trabalho clínico ao garantir a presença de variados dispositivos clínicos na atenção psicossocial. A crescente demanda de atendimentos ambulatoriais para casos de "neurose graves" oriundas dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) vem possibilitando novas parcerias de encaminhamentos para o serviço ambulatorial

estabelecidas a partir da necessária articulação entre as equipes dos CAPS´s e dos ambulatórios na sustentação de uma prática clínica que implique o sujeito no sintoma que produz. Diferenciando-se do formato medicalizante das instituições psiquiátricas, os CAPS´s e os ambulatórios assumem novas condutas terapêuticas fundamentados na importância da escuta clínica e da interlocução entre as equipes para o tratamento de sujeitos histéricos. Neste cenário, a função diagnóstica e o tratamento medicamentoso vêm se articulando à imprescindível ferramenta clínica da escuta – nos atendimentos individuais, nas oficinas terapêuticas, nos entretenimentos e nas visitas domiciliares - como capazes de considerar a demanda apresentada por cada paciente no estabelecimento de um projeto terapêutico. A partir disso, este trabalho indicará os possíveis percursos, diagnósticos e condutas terapêuticas observados nos últimos anos para o tratamento da histeria nos serviços de saúde mental, visando, diante da diversidade de posições e discursos que atravessam o campo da atenção psicossocial, viabilizar uma discussão sobre a contribuição que discurso psicanalítico lança aos dispositivos clínicos que hoje se ocupam do tratamento de sujeitos histéricos na rede pública de saúde mental. Ao contrário das condutas adotadas no tratamento psiquiátrico atual, que introduzem novos procedimentos para abolir os sintomas, no tratamento analítico este sintoma é acolhido como algo que faz uma função importante para o sujeito. Por meio da interlocução entre diversos profissionais, o dispositivo analítico vem operando no campo da saúde mental sustentando a escuta do sintoma histórico como algo que representa o sujeito, e trazendo suas contribuições na apreensão do sintoma não necessariamente como sinal de doença, mas como a marca do sujeito do inconsciente. Comprometidos com esse desafio, o dispositivo analítico não deve ceder às condutas silenciadoras do saber médico, mas promover a proliferação da fala do sujeito histórico para implicá-lo na direção de seu tratamento.

**Palavras-chaves:** tratamento da histeria, desmedicalização, atenção psicossocial, psicanálise

**Trabalho:** A função clínica das oficinas nos Centros de Atenção Psicossocial.

**Autor(es):** Gabriela Sulaiman de Castro, Martha Beatriz Santos Izoton

**Resumo:** O interesse em abordar esse tema surgiu de nossa participação na pesquisa "Clínica do sujeito e atenção psicossocial: novos dispositivos de cuidado no campo da saúde mental", orientada pela professora Doris Luz Rinaldi, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Nesta, realizamos uma pesquisa de campo em um dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) do município do Rio de Janeiro, onde, através da observação participante do cotidiano de trabalho, da participação nas reuniões e supervisões de equipe e de entrevistas com técnicos de diversas especialidades, inseridos em uma equipe multiprofissional, investigamos como se opera a clínica nos CAPS. Através de nossa inserção em algumas oficinas terapêuticas, foi possível nos questionarmos a respeito da função clínica dessa proposta de tratamento para os usuários do serviço, e mesmo sobre o sentido dessas oficinas: O que orienta sua concepção? Quais são as demandas em jogo nessas atividades? Quais os seus efeitos terapêuticos? Através deste trabalho, pudemos pensar, com base nas observações e entrevistas da pesquisa de campo, sobre a clínica nessa nova forma de assistência em saúde mental - a oficina terapêutica - buscando contribuir para as discussões existentes sobre esse novo dispositivo assistencial do qual a reforma psiquiátrica brasileira lançou mão no tratamento de pessoas portadoras de grave sofrimento psíquico. Cremos que o trabalho proposto pelas oficinas terapêuticas seja muito mais que um simples "habilitador de profissionais"; acreditamos que ele se configure como possibilitador de construção de laços afetivos e de redes de trocas sociais. Através da criação de espaços reais de trabalho, que implicam na mobilização de recursos, na construção de lugares, no agenciamento das relações e na constituição de sujeitos, as oficinas promovem ao portador de transtornos mentais a descoberta de novas habilidades e a lembrança daquelas por ele há muito esquecidas. Dessa forma, também analisamos a relação entre o trabalho proposto pelas oficinas e suas intervenções terapêuticas no campo da saúde mental, ponderando a respeito da proposta terapêutica das oficinas de geração de renda, a partir da experiência em uma oficina do CAPS pesquisado: a oficina de geração de renda "Cantina" do CAPS Clarice Lispector. Assim, apresentamos um breve retrato desta atividade, sua trajetória e fundamentação como integrante do Núcleo de Geração de Renda do referido CAPS, para, por fim, discutirmos sua dinâmica de

funcionamento e formas de intervenção terapêutica, sempre baseando nossas reflexões na experiência adquirida como acadêmicas bolsistas do Programa em Estágio Integrado em Saúde Mental da Prefeitura do Rio de Janeiro e, principalmente, como participantes da pesquisa supracitada.

**Palavras-chaves:** Oficina Terapêutica, clínica, geração de renda

**Trabalho:** Sobre o projeto terapêutico: contribuições da psicanálise para a clínica nos CAPS

**Autor(es):** Leonardo Henrique Cabral

**Resumo:** O presente trabalho pretende contribuir com algumas reflexões acerca do conceito de projeto terapêutico, a partir da psicanálise, e como este vem sendo construído no cotidiano dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e na Saúde mental. No contexto do projeto “Clínica do sujeito e atenção psicossocial: novos dispositivos do cuidado no campo da saúde mental”, realizamos no período de janeiro a agosto de 2006 nossa pesquisa de campo em um CAPS localizado no município do Rio de Janeiro. Através da participação em oficinas e grupos terapêuticos, reuniões de equipe e demais atividades de convívio com os pacientes e de realização de entrevistas com os técnicos daquele serviço, verificamos como a clínica vem sendo construída a partir de muitos saberes. A partir da análise qualitativa de algumas entrevistas e dos relatórios das reuniões de equipe, verificamos a existência de diferentes parâmetros clínicos para elaboração do projeto terapêutico. Esta discussão importa à psicanálise visto que é a partir dessa idéia que os profissionais realizam o investimento na clínica dos usuários dos serviços de Saúde mental. Uma primeira análise da expressão “projeto terapêutico” nos remete a outro termo: terapia, que significa entre outras coisas, cuidado e cura. A psicanálise freudiana nos ensina que o trabalho analítico é um processo lento em que pesquisa e tratamento coincidem. Ainda que as investigações freudianas se referissem ao tratamento dos pacientes neuróticos no dispositivo analítico tradicional, ou seja, no consultório, é possível utilizarmos esse mesmo princípio para o trabalho com a psicose na atualidade, visto que as exigências no sentido de promover a cura ou a reabilitação podem significar o mesmo que a “ambição terapêutica”. Freud afirma que a ambição terapêutica constitui um dos obstáculos encontrados pelo analista iniciante para condução adequada da tarefa clínica, uma idéia que pode se insinuar quando trabalhamos a noção de projeto terapêutico nos serviços de saúde mental. O saber psicanalítico nos ensina que a direção em que se deseja obter uma transformação, por vezes, desconsidera o lugar do sujeito. A discussão teórica de autores como Alfredo Zenoni e Antônio Di Ciaccia, oferecem uma importante contribuição para o entendimento do fenômeno da psicose, sua relação com as instituições de tratamento e a clínica que se constitui na “prática entre vários”, expressão que se refere tanto a profissionais quanto a usuários das instituições de saúde mental. Podemos reconhecer inicialmente no cotidiano do CAPS a necessidade de estabelecer a diferença entre duas práticas, quais sejam, o tratamento da instituição de saúde mental, que privilegia o cuidado e o atendimento das demandas e a clínica psicanalítica, voltada para o sujeito. Antes de sugerir um projeto terapêutico, é preciso colocar-se a disposição de cada paciente, oferecendo uma escuta de modo a reconhecer sua singularidade enquanto sujeito e quais os significantes que surgem a partir da sua fala, quais os profissionais a quem ele prefere dirigir suas queixas de sofrimento, o que geralmente aponta para a existência de relações na instituição baseadas na transferência. O caminho e as ações que visam obter efeitos clínicos na terapêutica de cada paciente passam pelas indicações que são apontadas pelo próprio sujeito, a partir da escuta de seus significantes, abrindo espaço para que se considere sua fala não unicamente no registro da doença, mas como indicativa de sua condição subjetiva.

**Palavras-chaves:** projeto terapeutico, psicanálise, clínica da psicose, saúde mental

**Trabalho:** Os Centros de Atenção Psicossocial e a clínica do acompanhamento.

**Autor(es):** Clarice Furtado de Oliveira

**Resumo:** Visando uma investigação acerca da clínica que se realiza nos Centros de Atenção Psicossocial, um minucioso trabalho de campo foi realizado em três CAPS’s da cidade do Rio

de Janeiro durante o último ano de 2006, como atividade proposta na pesquisa “Clínica do Sujeito e Atenção Psicossocial: novos dispositivos para o cuidado em saúde mental”. Os sete meses de envolvimento nesta pesquisa de campo, que incluiu entrevistas e observação participante, bem como as leituras e discussões nas reuniões semanais da pesquisa, fizeram surgir o questionamento sobre a possibilidade de um processo de cronificação de pacientes assistidos nestes serviços. A cronificação, já reconhecida na iatrogenia do hospital psiquiátrico tradicional, poderia aparecer sob nova roupagem nos CAPS quando não há um acompanhamento clínico operando a cada caso. A clínica da reforma psiquiátrica foi concebida a partir da noção de clínica ampliada que abrange questões de cidadania, como trabalho, lazer, moradia e cultura, tal como, a oferta de um campo de cuidados que intervenha na vida cotidiana do sujeito. Esta concepção pode ser entendida como uma prática clínica do “fazer”, em que o usuário está se reabilitando socialmente: “se ele está fazendo coisas, está em tratamento”; o que poderia denotar uma “obrigação” para todos os pacientes inseridos nos serviços de atenção psicossocial. No CAPS o usuário deve, portanto, freqüentar as oficinas e grupos, ainda que, muitas vezes não se tenha clareza de qual é o tratamento ofertado a ele neste serviço. Diante disso, o usuário pode freqüentar o CAPS, em alguns casos diariamente, sem que exista uma motivação clínica para sua inserção. A existência de dispositivos clínicos, como o projeto terapêutico e o técnico de referência, criados a partir da lógica da atenção psicossocial, puderam assegurar o tratamento singularizado dos pacientes nos CAPS. No entanto, estes dispositivos nem sempre garantem uma operação clínica no cotidiano da instituição, podendo nortear-se, apenas, por um formato burocrático e normativo de acompanhamento. Para que exista um tratamento efetivo dentro da instituição, é preciso que o usuário seja acompanhado de modo constante, sem se restringir a um trabalho objetivo de reabilitação que venha a desconsiderar a fala do sujeito. Como proposto pela psicanálise, o trabalho clínico deve voltar-se para o resgate do sujeito como verdadeiro operador do tratamento e para a construção de um espaço terapêutico destinado à escuta. É através do acompanhamento da demanda de cada sujeito, portanto, que chegamos à direção de tratamento que é dada a cada momento e por cada paciente assistido.

**Palavras-chaves:** clinica,acompanhamento,escuta

**Atividade: GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: UMA ANÁLISE DOS FATORES ENVOLVIDOS EM SUA REPETIÇÃO (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: UMA ANÁLISE DOS FATORES ENVOLVIDOS EM SUA REPETIÇÃO**

**Autor(es):** Camomila Lira Ferreira,Caroline Araújo Lemos,Ádala Nayana de Sousa Mata,Liliane Pereira Braga,Eulalia Maria Chaves Maia

**Resumo:** Contrariando os padrões culturais prescritos para a adolescência contemporânea, mais mulheres entre 10 e 19 anos estão tendo filhos. Dados do Ministério da Saúde apontam que, no Brasil, no ano de 2000, na faixa etária de 10 a 14 anos, 0,43% tinha filhos e 17% delas, mais de um filho. Nesse mesmo ano, na faixa etária de 15 a 19 anos, 15% das jovens já tinham filhos. A gravidez na adolescência é considerada no Brasil como um problema de saúde pública, uma vez que a gestação nessa faixa etária pode acarretar efeitos negativos à saúde da mulher e do bebê e à inserção da adolescente no mercado de trabalho, já que prejudica suas condições de estudo e intensificam as dependências familiares, advindo assim, conseqüências desfavoráveis na perspectiva de vida e de trabalho. Diante das considerações acima, a gravidez na adolescência configura-se como uma questão de grande relevância, e, portanto, diversos estudos investigam os possíveis fatores relacionados a este fenômeno. Os fatores apontados são a precocidade do início das atividades sexuais, aliada à desinformação quanto ao uso adequado de contraceptivos e à deficiência de programas de assistência ao adolescente. Inclui-

se também o nível de escolaridade e sócio-econômico baixos, o estado civil, e o desconhecimento da fisiologia reprodutiva. Há ainda a liberação sexual da sociedade e a influência dos meios de comunicação, além da ideologia da maternidade, das carências emocionais da adolescente e da ausência de projetos pessoais com os quais a maternidade pudesse interferir. Alguns autores consideram certas características da própria fase da adolescência como, por exemplo, a impulsividade, o imediatismo e os sentimentos de onipotência e indestrutibilidade como estando relacionados à ocorrência da gravidez nessa fase do desenvolvimento. O levantamento de todos os fatores acima listados permite a compreensão da gravidez na adolescência como um fenômeno multicausal. Outros autores discutem a importância de estar atento à gravidez na adolescência, já que este fenômeno nem sempre é um evento único, fortuito, visto que, para algumas jovens, ele acaba se repetindo, uma vez que a primeira gravidez indesejada não parece ser um recurso significativamente forte para prevenir a ocorrência de outras gestações. Além dos fatores citados, há ainda outros fatores que se relacionam com a repetição da gravidez na adolescência, como, por exemplo: a ausência de ocupação remunerada da adolescente, baixa renda familiar, envolvimento com parceiros mais velhos, residir com o parceiro, e ter um parceiro fixo. Ressalta-se que pior que uma gravidez na adolescência é sua repetição, que pressupõe problemas resultantes de um pequeno intervalo entre os partos, como a maior possibilidade de baixo peso ao nascer para o bebê, além de problemas como a sobrecarga imposta a essas garotas, que têm que cuidar de dois ou três filhos, e muitas vezes, da casa e do companheiro. Alguns dos fatores relacionados à ocorrência da gravidez na adolescência se mantêm quando se trata da repetição deste fenômeno, uma vez que os aspectos que exercem influência no início da vida sexual da jovem implicam em uma série de consequências para seu comportamento sexual futuro. Constatou-se também que as jovens que eram casadas ou moravam com o pai de seu primeiro filho, tendiam a ter uma outra gestação. Assim, o padrão gestacional é geralmente definido na adolescência, de modo que quanto mais jovem for a mãe adolescente, maior a probabilidade de multiparidade. Esse levantamento permite concluir que a gravidez na adolescência se configura, de fato, como um problema de saúde pública, que merece a atenção dos órgãos responsáveis pela elaboração de políticas públicas eficazes que visem a prevenção deste fenômeno. Diante da complexidade da prevenção da gravidez na adolescência, não se pode apenas recorrer à pregação da abstinência sexual para adiar o início da vida sexual, tampouco, informar sobre os métodos contraceptivos mais adequados para essa idade, mas trata-se de assumir a prática educativa como um processo sistemático de orientação e reflexão sobre a sexualidade, trazendo condições para que rapazes e moças compreendam a relação entre as suas aspirações, a felicidade e a tomada de decisões sobre a vida sexual e reprodutiva.

**Palavras-chaves:** gravidez na adolescência, repetição, multifatorialidade

**Atividade: ADOLESCENTES COM DIABETES MELLITUS TIPO 1: UMA AVALIAÇÃO DE SUAS CARACTERÍSTICAS BIOPSISSOCIAIS EM UM AMBULATÓRIO DE PEDIATRIA (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: ADOLESCENTES COM DIABETES MELLITUS TIPO 1: UMA AVALIAÇÃO DE SUAS CARACTERÍSTICAS BIOPSISSOCIAIS EM UM AMBULATÓRIO DE PEDIATRIA**

**Autor(es):** Camomila Lira Ferreira, Ádala Nayana de Sousa Mata, Caroline Araújo Lemos, Liliane Pereira Braga, Eulalia Maria Chaves Maia

**Resumo:** A adolescência é um período que dura aproximadamente dos 12 ou 13 anos até o início dos 20 anos, considerando como ponto de início a puberdade, processo pelo qual se inicia a maturidade sexual, e termina quando se atinge a maioridade. Nessa fase de desenvolvimento, o indivíduo sente a necessidade de organizar as exigências e expectativas conflitantes da família, da comunidade e dos amigos; além de desenvolver as mudanças que ocorrem no corpo e no leque de necessidades; estabelecer independência; e conceber uma identidade para a vida

adulta. Enquanto uma etapa do desenvolvimento psicológico, a adolescência é definida como uma crise normativa, desencadeada pelas modificações corporais inerentes à própria adolescência e tais mudanças trazem dificuldades readaptativas aos adolescentes. Tratando-se do adolescente, o esperado é que ele viva situações de saúde para crescer e desenvolver-se dentro desses limites da normalidade. Porém, ao se defrontar com a condição de doente, o adolescente, como todo ser humano, tem seu comportamento modificado, sobretudo, quando se trata de uma doença crônica. No Brasil, o Diabetes Mellitus tipo 1 (DM1) é a segunda doença crônica mais comum entre crianças e adolescentes. Estima-se que a cada 1000 jovens, pelo menos 1 ou 2 sejam diabéticos. Por doença crônica entende-se um transtorno demorado, podendo ser progressivo e fatal, ou podendo causar prejuízos no funcionamento físico (invalidez permanente ou residual) ou mental, impondo limitações às funções do indivíduo e requerendo adaptação. Geralmente demanda supervisão, observação, atenção e, muitas vezes, reabilitação. Considerando-se o diagnóstico de uma doença crônica como um evento de risco para o adolescente, essa vivência impõe modificações na vida da criança e de sua família, exigindo readaptações frente à nova situação e estratégias para o enfrentamento. Esse processo depende, entre outras coisas, das estruturas disponíveis para satisfazer suas necessidades e readquirir o equilíbrio. No caso do DM1, o paciente apresenta uma deficiência quase total de insulina, sendo obrigatória a utilização de insulina injetável para manter normais os níveis de glicose no sangue. O DM1 é causado por fatores genéticos (herdados) e ambientais, tais como obesidade, infecções bacterianas e viróticas, traumas emocionais, gravidez, dentre outros. Frente às modificações originadas pela adolescência e pelo acometimento por uma doença crônica, a combinação de atributos individuais, familiares, sociais e culturais se apresentam como fundamentais para o desenvolvimento de uma vida sadia, mesmo nas adversidades. Dessa forma, objetivou-se avaliar as características psicossociais de adolescentes com DM1, atendidos no ambulatório do Serviço de Endocrinologia Pediátrica do Hospital de Pediatria Professor Heriberto Bezerra (HOSPED), em Natal/RN, através da aplicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e de um Questionário Semi-estruturado a fim de investigar variáveis sócio-demográficas, biológicas e psicológicas. Para isso, amostra foi constituída por 23 adolescentes, sendo 14 do sexo feminino e 09 do sexo masculino, com idade média de  $13,3 \pm 1,4$  anos, participantes do Programa de Assistência ao Paciente Portador de Diabetes Mellitus tipo 1 do ambulatório do HOSPED. A partir dos dados obtidos, percebeu-se que somente 4% não estava estudando, correspondendo a escolaridade de 65% da amostra ao Ensino Fundamental Incompleto. Quanto à religião desses adolescentes 39% são católicos e 39% não possuem religião. Eles moram em média com 5,35 pessoas, cujas residências de 70% deles apresentam de 4 a 6 cômodos. Na amostra, 44% possui renda familiar média entre 0 e 2 salários mínimos. Além disso, 17% relataram estar trabalhando no momento e 65% da amostra reside com sua família de origem. Os adolescentes receberam o diagnóstico de DM1 há, em média,  $41,1 \pm 23,8$  meses, sendo os auto-cuidados mais realizados a auto-aplicação da insulina (100%), alimentar-se durante os intervalos das refeições (83%) e se dedicar aos cuidados com os pés (83% dos adolescentes). Tem-se ainda que 78% dos adolescentes relataram que seus pais “sempre” sabem aonde eles vão e com quem vão. Quanto aos relacionamentos interpessoais, 65% dos adolescentes avaliaram a relação com sua mãe como ótima. Ao questionar sobre mudanças após o diagnóstico de DM1, 91% dos adolescentes referiram mudanças em sua alimentação. As atividades diárias mais realizadas são atividades educacionais (70%), enquanto atividades recreativas foram referidas por 52% para a diversão dos jovens. Diante desses resultados, observa-se a presença de adolescentes com baixas condições sócio-econômicas, características estas condizentes com a realidade da população assistida pela rede pública de saúde. Além disso, percebe-se uma adesão satisfatória ao tratamento com a realização dos auto-cuidados e poucas alterações nas atividades diárias dos adolescentes, mesmo diante das mudanças de hábitos alimentares, pessoais e sociais que a vivência de uma doença crônica implica. Assim, bons relacionamentos, assistência multidimensional à saúde e satisfatória adaptação a uma situação de risco, como uma doença crônica na adolescência, parece favorecer o bem-estar biopsicossocial dos adolescentes, o contribui para a continuidade desse padrão encontrado.

**Palavras-chaves:** Adolescência, Diabetes Mellitus tipo 1, Características Biopsicossociais, Assistência Multidisciplinar, Psicologia da Saúde

**Atividade:** HÁBITOS DE SONO EM CRIANÇAS BRASILEIRAS DE 7 A 10 ANOS DE IDADE



**(Paineis)**

**Trabalho:**HÁBITOS DE SONO EM CRIANÇAS BRASILEIRAS DE 7 A 10 ANOS DE IDADE

**Autor(es):** Luciane Bizari Coin de Carvalho,Marilaine Medeiros de Almeida,Izilda Malta Torres,Lucila Bizari Fernandes do Prado,Gilmar Fernandes do Prado

**Resumo:** INTRODUÇÃO. Os hábitos de sono da criança apresentam diferenças culturais como o horário de ir para cama, os rituais para o adormecimento e a duração do sono na infância e adolescência. Esses rituais tão importantes para a criança pequena, com o avançar da idade vai se transformando em rotinas independentes, como ler livro, escutar música e outras. No Brasil há poucos estudos sobre os hábitos de sono de crianças e pouco sabemos sobre a influência do período escolar (manhã ou tarde) sobre estes hábitos. OBJETIVO. O objetivo desse estudo foi investigar os hábitos de sono em crianças de escolas estaduais da região Centro-Sul da cidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, procurando-se observar sua evolução de acordo com as faixas etárias, sexo e período escolar. MÉTODO. Foram estudadas 2482 (1281 meninas) entre as idades de 7 e 10 anos. Os pais ou responsáveis responderam um questionário sobre hábitos e distúrbios de sono em crianças. Participaram desse estudo apenas as crianças que não apresentavam distúrbios do sono ou distúrbios clínico-psiquiátricos e nem estavam fazendo uso de medicações. Comparamos os hábitos de sono levando em consideração o sexo, a idade e o período escolar das crianças (matutino = PEM, vespertino = PEV). RESULTADO. Foi observado que 61% (n=1504) das crianças realizava pelo menos um ritual antes de dormir como ingerir leite, levar brinquedo para a cama e precisar de luminosidade para dormir e que isso era mais freqüente nas crianças de 7 anos de idade (65%,  $p<0,001$ ). Precisar de luminosidade foi um hábito que diminuiu com a idade. A necessidade de brinquedos para dormir (60%,  $p=0,003$ ) e os cochilos (53%) foram mais freqüentes entre as meninas. As crianças de 10 anos dormiam sozinhas mais freqüentemente (13%,  $p<0,001$ ). Crianças que estudam no período escolar matutino apresentam a duração do sono diminuída (média PEM 504min $\pm$ 47), dormem mais cedo (entre 21 e 21:50h) e a freqüência de cochilos é maior (30%) do que as crianças que estudavam no período escolar vespertino, que tem a duração do sono superior a 10 horas por noite (média PEV 671min $\pm$ 107;  $p<0,001$ ), dormem mais tarde (entre 22 e 22:50h), acordam mais tarde (entre 8 e 8:50h) e os cochilos são raros (8%,  $p<0,001$ ). Os meninos (60%) iam dormir mais tarde (depois da meia noite) comparados às meninas ( $p<0,003$ ) CONCLUSÃO. O período escolar influencia os hábitos de sono de crianças, com prejuízo do sono daquelas que estudam no período matutino, que dormiram menos, apesar de dormirem mais cedo, e necessitaram de cochilos durante a tarde.

**Palavras-chaves:** hábitos,sono,crianças

**Atividade: SONO E ANSIEDADE EM CRIANÇAS NO CENÁRIO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL (Paineis)**

**Trabalho:**SONO E ANSIEDADE EM CRIANÇAS NO CENÁRIO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL

**Autor(es):** Luciane Bizari Coin de Carvalho,Marilaine Medeiros de Almeida,Izilda Malta Torres,Lucila Bizari Fernandes do Prado,Gilmar Fernandes do Prado

**Resumo:** INTRODUÇÃO. A saúde da criança é considerada um assunto importante para pais,

profissionais da saúde e educadores. Os problemas de sono (insônia, pesadelos, sonambulismo, terror noturno, distúrbios respiratórios do sono, entre outros) podem apresentar fatores fisiológicos, psicológicos e comportamentais que são observados nas interações entre pais e filhos. Crianças com ansiedade podem apresentar dificuldades de aprendizagem e de relações interpessoais. De 35 a 45% de crianças em idade escolar têm Distúrbios do Sono. Muitos estudos avaliam distúrbios psicológicos e comportamentais associados a distúrbios do sono (DS), mas há pouca informação sobre problemas emocionais específicos. Algumas crianças podem estar adaptadas ao seu problema, mas quando observamos seu comportamento, encontramos problemas de agressividade, impulsividade, ansiedade, alteração do humor e também alteração na atenção. Desordens respiratórias (DR) em crianças estão associadas a comportamentos agressivos (AG). OBJETIVO. Avaliar os indicadores de ansiedade e agressividade em crianças com distúrbios de sono. METODO. Estudamos 1180 crianças: 547 com distúrbios de sono (DS) e 633 normais (grupo controle – GC), avaliadas através de questionários sobre distúrbios do sono. No grupo DS, analisamos separadamente as crianças com distúrbios respiratórios relacionado ao sono (DRRS) e o conjunto restante de distúrbios do sono não respiratórios (DSNR). Os indicadores de ansiedade e agressividade foram avaliados através do Teste Gestáltico de Bender. Os dados foram analisados pela associação de ansiedade, agressividade em relação aos grupo com DS e grupo controle, levando em conta as idades (8, 9, 10 anos) e sexo. RESULTADO. Crianças com DS (100%) apresentaram mais ansiedade que as crianças do GC (59%,  $p < 0,001$ ). As meninas com DSNR (64%) apresentaram uma tendência à ansiedade em relação ao GC (73%,  $p = 0,06$ ). Os meninos com DRRS (95%) apresentaram mais ansiedade do que os do GC (75%,  $p < 0,05$ ). As crianças de 8 anos com DR apresentaram tendência a menos agressividade do que as do GC (25%, 45% respectivamente,  $p = 0,092$ ). As crianças de 9 anos de idade mostraram tendência a mais agressividade (DS: 97%; GC: 93%;  $p = 0,08$ ). As crianças de 10 anos com DS apresentaram mais agressividade do que as do GC (52%, 34% respectivamente,  $p = 0,009$ ), porém as crianças com DR não apresentaram mais agressividade do que as do GC (54%, 40% respectivamente,  $p = 0,5$ ). CONCLUSÃO. Crianças com DS apresentaram mais ansiedade do que as GC, assim como os meninos com DRRS. As meninas com DNRs apresentaram uma tendência à ansiedade. As crianças mais velhas com DS apresentaram mais agressividade do que as outras crianças, contudo quando consideramos as crianças com DR, elas não apresentaram mais comportamento agressivo do que as crianças normais. Não é possível saber neste estudo transversal se a ansiedade e agressividade são causas de DS ou o contrário, mas os dados sugerem que ambas estão relacionadas e de forma diferente em relação ao tipo de distúrbio do sono e estão acontecendo juntos nessa faixa etária.

**Palavras-chaves:** distúrbios do sono, ansiedade, crianças, agressividade

**Atividade:** O que eu preciso saber pra passar? Uma análise de provas de concurso público para psicólogos na área da saúde (Paineis)

**Trabalho:** O que eu preciso saber pra passar? Uma análise de provas de concurso público para psicólogos na área da saúde

**Autor(es):** Fabia Monica Souza dos Santos, Carla Cristina Pinna Belo, Franciane Silva Peres, Joanna Franco Gonçalves Vieira, Sandra Rodrigues Xavier

**Resumo:** Uma grande parte dos psicólogos vê na seleção de um concurso público a possibilidade de estabilidade numa profissão marcada pela multiplicidade de perspectivas de atuação e pela predominância, até hoje, da atuação como profissional liberal (no consultório, em consultoria de RH, educação ou saúde, na prestação de serviços, etc.). No entanto, uma análise preliminar nos mostra que um exponencial aumento na absorção dos psicólogos no mercado de trabalho nacional vem ocorrendo justamente no serviço público. A educação e a saúde, como

áreas privilegiadas nesse cenário, têm presenciado, principalmente nos últimos quinze anos, uma incorporação de mão de obra qualificada nunca antes vista. O presente trabalho, fruto do projeto de Iniciação Científica “A Psicologia no cenário da saúde no município de Niterói: construções e reconstruções subjetivas, históricas e profissionais”, pesquisa esta desenvolvida no ano de 2006 no curso de psicologia da Universidade Estácio de Sá (campus Niterói), tem por objetivo investigar justamente a constituição das provas de concurso público para psicólogo na área da saúde na última década. Buscamos investigar os temas mais comuns que são exigidos nesses processos, na tentativa de analisar quais seriam as expectativas dos organizadores dos concursos com relação aos conhecimentos necessários aos psicólogos aprovados. Como critério inicial de investigação, utilizamos uma seleção aleatória de 13 provas de concurso que variam entre os anos de 1995 e 2006, encontradas em uma coletânea organizada por uma editora vinculada a um curso preparatório para concursos e de acervo pessoal, totalizando 525 questões sobre conhecimento específico de psicologia, excluindo-se as questões sobre conhecimentos gerais, português e SUS. Entre elas, contam provas das esferas federal (INCA 1995, Ministério da Saúde 2005 e Universidade Federal do Rio de Janeiro 2006), estadual (Rio de Janeiro 1995, 2001, Ceará 2003 e Recife 2003) e municipal (Mesquita 2006, Marica 2002 e Rio de Janeiro, como acadêmico bolsista 1999 e psicólogo 2001, 2001, 2003). Como primeiro fator de análise, todas as provas selecionadas foram minuciosamente lidas pelos integrantes do grupo de pesquisa e a partir daí foram estabelecidas categorias gerais nas quais alocamos cada uma das 525 questões de conhecimento específico. Cada questão foi analisada pelos cinco avaliadores do grupo de pesquisa, e nos casos em que foi atribuída mais de uma categoria por questão, o que aconteceu com uma frequência considerável, realizamos uma discussão buscando o consenso da categoria predominante. Como alguns dos resultados preliminares, identificamos uma predominância de algumas categorias, como a de psicanálise, psicopatologia, processos psíquicos e do desenvolvimento e saúde mental, evidenciando que o profissional buscado pelo serviço público em geral é aquele que detém maior conhecimento nessas quatro áreas. Mesmo não sendo nossa intenção no presente trabalho, sugerimos que tais áreas nem sempre evidenciam as exigências apresentadas pelas instituições de saúde em que os psicólogos ingressam, o que demonstra um certo distanciamento entre o que é exigido na seleção pelo concurso público e a realidade encontrada na instituição de saúde ao ingresso no serviço público. Nos chamou ainda atenção a baixíssima frequência, nas provas analisadas, das categorias específicas denominadas psicologia hospitalar e psicologia da saúde, mostrando a pouca utilização de rótulos específicos denominando essas subáreas do conhecimento. De forma geral, os dados apontaram para uma grande quantidade de categorias diferentes em que se agrupa o conhecimento esperado do psicólogo na área da saúde pública, o que nem sempre vem acompanhado de uma realística atuação dos profissionais que já se encontram nessas instituições. Nossa pesquisa encontra-se ainda em fase de conclusão, em que estamos realizando comparações entre os resultados encontrados em diferentes provas. No momento estamos equiparando as provas do ano de 1995 com as de 2006, para ver que diferenças podemos encontrar no intervalo de onze anos com relação aos conhecimentos exigidos para aprovação no concurso público. Estamos também tecendo correlações entre as provas para um mesmo segmento (por exemplo, a secretaria estadual de saúde do Rio de Janeiro) em diferentes anos (nesse caso 1995 e 2001). Buscamos, com isso, poder contribuir para uma análise crítica acerca dos conhecimentos e das competências buscadas do psicólogo, visando elucidar um campo ainda pouco investigado, bem como reduzir a distância encontrada entre os conhecimentos exigidos e a atuação propriamente dita desses profissionais.

**Palavras-chaves:** concurso público, psicólogo na saúde, conhecimento exigido, campo de atuação, prova de seleção

**Atividade: Tessituras da história da psicologia e dos seus atores no cenário da saúde: o hospital geral e seus nós (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Tessituras da história da psicologia e dos seus atores no cenário da saúde: o hospital geral e seus nós

**Autor(es):** Fabia Monica Souza dos Santos, Ana Maria Jacó-Vilela

**Resumo:** No campo da psicologia social, a interface entre psicologia e saúde se apresenta como um dos mais férteis caminhos na análise da nossa construção profissiográfica. Principalmente em um viés histórico, a análise da literatura psicológica das últimas décadas aponta um panorama no qual a atuação do profissional do psicólogo que atua na saúde superou de maneira significativa o crescimento nos outros setores mais tradicionais. Se até meados da década de 80 o cenário brasileiro era predominantemente dominado pelas clássicas áreas da psicologia clínica, da psicologia escolar e da psicologia do trabalho, no despontar do século XXI o maior crescimento de oferta dessa inserção profissional ocorre justamente na área da saúde. Tais reflexões estão inseridas no projeto de doutorado *Tessituras da História da Psicologia e dos seus Atores no Cenário da Saúde: o hospital geral e seus nós*, desenvolvido no PPGPS/UERJ (Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UERJ) sob orientação da professora Ana Maria Jacó-Vilela. As investigações propostas neste projeto de doutorado têm como foco principal as diferentes histórias narradas pelos psicólogos que compõem este cenário de articulação com a área da saúde, estando nosso direcionamento voltado à área da saúde pública na cidade do Rio de Janeiro. Para isso, privilegiamos as instituições hospitalares (hospitais gerais), por acreditarmos que nelas tanto o saber psicológico quanto a diversidade de demandas exigem uma multiplicidade de olhares e abordagens que configura uma história radicalmente diferente daquela construída nos hospitais psiquiátricos. Enquanto o campo psiquiátrico fundamentou algumas sólidas bases nas quais se assenta o fazer do psicólogo no campo da saúde mental, nos hospitais gerais a indefinição de papéis e a ambigüidade de estratégias de atuação se confrontam de tal forma que se torna fundamental a realização de estudos mais apurados. Dessa forma, nosso trabalho apresenta como ponto central a proposta de realização de um mapeamento de narrativas, concepções e estilos de pensamento a partir dos quais os psicólogos constroem suas formas de atuação e transmitem o que parece ser aceitável como prática de promoção de saúde. Tal mapeamento vem se delineando a partir da proposta básica de duas formas privilegiadas de coleta de dados: I) a observação de campo e seu registro etnográfico; II) e a realização de entrevistas semi-dirigidas com psicólogos atuantes em hospitais gerais da rede pública de saúde no Rio de Janeiro. Como estratégia principal de análise das entrevistas utilizamos a proposta desenvolvida por M. J. Spink e colaboradores (2003, 2004) com os chamados mapas dialógicos, integrados a uma perspectiva construcionista. Nosso trabalho de campo, realizado no ano de 2007, apresenta ainda como um dos objetivos centrais o levantamento de dados da história oficial e da história contada que possam promover um resgate da inserção dos psicólogos nas unidades hospitalares no panorama da saúde pública do Rio de Janeiro. Com esse intuito, realizamos um levantamento bibliográfico através do qual buscamos alguns dos alicerces que possam embasar uma compreensão sócio-histórica sobre a psicologia enquanto ciência e profissão. Discutimos a negociação de saberes que vem configurando a formatação dos mais diversos subcampos em psicologia, entre eles a Psicologia Hospitalar, a Psicologia da Saúde, a Saúde Mental, a Psicologia Médica, a Psicologia Clínica e a Psicologia Institucional. Nossa busca por uma melhor compreensão sobre o objeto privilegiado de atuação do psicólogo inserido na saúde nos leva também, inevitavelmente, a um aprofundamento acerca dos conceitos de corpo, de linguagem e de saber. Dessa forma, caminhamos no sentido de ampliar os nossos principais questionamentos: Quem são os psicólogos que atuam na área da saúde no cenário carioca? Desde quando eles adentraram o espaço hospitalar com suas práticas profissionais? Como se deu essa inserção? Como eles nomeiam, configuram e temporalizam suas concepções e práticas profissionais, tanto sob um viés contemporâneo quanto retrospectivo? Como eles atuam? O que narram? Como suas histórias se cruzam? Como contribuir para que um estudo desse porte indique reflexões críticas sobre o tema, muito mais do que um manual de técnicas e orientações sobre como ser um bom psicólogo na área da saúde? Nosso objetivo com a apresentação do presente trabalho no Conpsi 2007 é discutir com os nossos interlocutores as estratégias adotadas para a nossa pesquisa de campo, bem como apresentar os resultados parciais encontrados até o momento.

**Palavras-chaves:** psicólogo no hospital geral, história da psicologia na saúde, narrativa, mapas dialógicos, limite entre os campos

**Atividade:** A força das mulheres:

## **(Paineis)**

**Trabalho:**A história da Associação de Panelleiras de Goiabeiras e da Cooperativa de Desfiadeiras de Siri da Ilha das Caieiras – ES

**Autor(es):** Maristela Araujo,ELZIMAR PEIXOTO,Margareth Pereira Bergamin

**Resumo:** Maristela Dalbello de Araujo Elzimar Peixoto e Margareth Bergamin Os movimentos sociais representam atualmente, uma multiplicidade de formas de participação e organização; tal diversidade é decorrência das diversas culturas e realidades sócio-econômicas a que estamos submetidos. Os movimentos populares que ocorreram nas últimas décadas apresentaram características ímpares quando comparados a movimentos considerados tradicionais, como o sindicalista e o partidário. Uma delas, apontada por Chauí (1988), é a modificação que se pode observar na noção de sujeito. Os sujeitos são criados pelos próprios movimentos, sendo que sua prática os põe como sujeitos sem que teorias prévias os constituíssem ou designassem, deixando de ser colocados como passivos. É no interior desses movimentos que os indivíduos passam a definir-se e reconhecer-se mutuamente, a decidir e agir em conjunto e a redefinir-se a cada efeito resultante das decisões e atividades realizadas. É um sujeito que passa a ser histórico e que defende a autonomia dos movimentos, tendendo a romper com a tradição da tutela e de cooptação, criando novos lugares para exercitar a política. A participação das mulheres nestes movimentos é bastante recente, os espaços públicos eram considerados nitidamente como espaços masculinos, sendo apenas locais de passagem para as mulheres, que tinham, por sua vez, como sendo seu o espaço privado, a casa, onde deveriam cuidar dos laços familiares e do bem estar de todos. Os movimentos, compostos principalmente por mulheres, trouxeram novidades. As mulheres, que em sua maioria não trabalhavam fora, começaram a participar de diversos movimentos, como o de lutas por creches e de custo de vida. Passa então a haver uma mudança gradual nos papéis atribuídos tradicionalmente às mulheres, que estavam reclusas na vida privada e que começaram a participar de movimentos sociais, invadindo, de certo modo, os espaços públicos. A participação cada vez mais efetiva das mulheres na nossa sociedade e o movimento feminista por elas deflagrado, nas décadas de 70 e 80, trouxe a necessidade de se estudar e analisar os seus efeitos e influências. Podemos, então, reconhecer o surgimento do conceito de gênero que segundo Gonçalves (1998), é um conceito, uma categoria analítica que se refere à forma como cada cultura aloca determinados atributos ao sexo feminino e ao masculino, estabelecendo diferenças entre ambos e valorizando socialmente algumas dessas características. O objetivo deste estudo foi o de conhecer e analisar a história do grupo de artesãos que confeccionam painéis de barro e a posterior constituição da Associação das Panelleiras de Goiabeiras, assim como a história do grupo das desfiadeiras de Siri e a constituição da Cooperativa das Desfiadeiras de Siri da Ilha das Caieiras, buscando compreender o lugar ocupado por essas mulheres na história do movimento bem como os efeitos desses movimentos na organização da comunidade e na saúde das pessoas. Foram realizadas entrevistas com participantes de ambos os movimentos abordando os seguintes tópicos: surgimento e organização do movimento, forma de transmissão do conhecimento, modificação provocada pelo movimento na vida da comunidade e na vida pessoal e a interferência das questões de gênero no desenvolvimento do movimento. As entrevistas apontaram alguns fatores importantes para o rumo dos movimentos, como a tradição, as redes de sociabilidade, a identidade, o protagonismo dos grupos, a autonomia e o papel ocupado pelo feminino e masculino dentro desses grupos. Buscou-se, então, relacionar o conceito de saúde enquanto experiência de invenção de si e de modos de vida, discutindo se os movimentos estão produzindo saúde ou adoecimento.

**Palavras-chaves:** movimentos sociais, psicologia e saúde, gênero

**Atividade: A morte e a prática dos profissionais de saúde  
(Cursos - 4hs)**

**Trabalho:**A morte e a prática dos profissionais de saúde

**Autor(es):** Alberto Manuel Quintana, Dorian Mônica Arpini

**Resumo:** CARGA HORÁRIA - 3 horas A morte e aquele que está a morrer são temas que detêm a preocupação do ser humano desde sempre. Já nos registros encontrados em cavernas as representações de morte se constituem num tema relevante, demonstrando ser essa uma preocupação que remonta às origens do ser humano. Mas não foram somente os nossos antepassados longínquos que se interessaram pela questão da morte; ela foi objeto de interesse em diversos trabalhos literários, como os de Dostoievski e de Tolstoi (2002). Este último, no seu livro A morte de Ivan Ilitch, consegue fazer uma excelente descrição do sentimento de um paciente terminal e das dificuldades do médico em compreender o mesmo. Ainda que esse trabalho literário tenha sido escrito em 1886, a dificuldade de lidar com o paciente terminal, e portanto com a morte, continua hoje, após mais de cem anos, imutável. Fundamentados nas pesquisas por nós realizadas, consideramos que um fator que influencia na resistência do profissional da saúde para lidar com a morte é o seu despreparo para trabalhar com ela. Essa situação presente nos trabalhadores da saúde também está presente em nossa sociedade onde três aspectos podem ser destacados no comportamento manifestado em relação à morte e ao morrer. Em primeiro lugar, percebemos uma total exclusão do moribundo em relação aos rituais que assinalam sua morte, o que o mantém numa situação de ignorância sobre seu destino. Em segundo, podemos observar uma diminuição da participação da família na realização dos ritos funerários, tanto no que se refere ao local onde os mesmos são realizados (da casa do defunto foram transferidos para as capelas mortuórias) quanto à transferência das funções relacionadas com o cadáver, principalmente aquelas relativas aos cuidados do corpo, da família para profissionais específicos. Em terceiro lugar, constatamos o encurtamento do período dos ritos fúnebres, onde o luto parece estar quase que extinto. Tudo isto nos sinaliza que, cada vez mais, se procura excluir a morte de nossas vidas. Essa negação da morte é típica de nossa sociedade. Na idade média considerava-se a morte como parte da vida, do cotidiano das pessoas. Os parentes daquele que ia morrer não ocultavam esse fato do doente e dessa forma o sujeito tinha tempo de preparar-se para morrer, pois esse era realmente o temor: morrer sem ter conseguido despedir-se daqueles que se ia deixar. Daí porque a morte súbita fosse vista como uma morte ruim, uma morte maldita. É nos meados do século XIX em que iniciam as mudanças no modo de conviver e lidar com a morte. É a partir desse momento que a morte passa a ser vista como uma verdade problemática e os parentes começam a poupar o doente de conhecer o seu estado. O hospital como o lugar da morte O deslocamento da morte para a instituição hospitalar traz grandes modificações à forma como ela se apresenta em nossa sociedade. A morte não chega mais à casa do defunto; é no hospital que ela faz sua morada. Em lugar de uma situação em que parentes e amigos carinhosamente acompanhavam o moribundo em seus momentos finais, a morte passa a ocorrer num clima de assepsia, longe da vista de outras pessoas e, por vezes, longe até da vista dos próprios técnicos. Assim, a morte tornou-se em muitos casos um ato solitário, mecânico e doloroso. As Unidades de Terapia Intensiva não servem somente para proteger o paciente, elas também protegem a sociedade de se deparar com a dor e o sofrimento. Ao isolar o paciente entre quatro paredes brancas de uma maneira muito similar ao isolamento usado nos manicômios ou nos leprosários, essas instituições também protegem a sociedade de se deparar com a aflição e a amargura. A morte e, conseqüentemente aqueles que dela possam nos fazer lembrar, devem ser afastados do "mundo dos vivos", pois, numa sociedade onde prevalece o prazer, não existe espaço para a dor e a tristeza. Essa forma "evitativa" que a nossa sociedade tem de lidar com a morte se reflete nos profissionais de saúde os quais careceram de uma formação que os prepare para lidar com o fim da vida. Porém, não estar preparado para lidar com a morte no cotidiano profissional traz, para o trabalhador de saúde, uma série de transtornos, os quais não somente o prejudicam pessoalmente, como também influenciam o seu rendimento profissional. Dessa maneira a nossa proposta é um curso que permita uma reflexão sobre a morte e as formas de lidar com a mesma, com a finalidade de contribuir para preencher um vazio na formação dos profissionais de saúde. Neste curso se pretende abordar a temática da morte através de três aspectos que consideramos principais. Conceituações gerais sobre a morte, 2. A morte e o profissional da saúde, 3. Relato e discussão de duas estratégias de trabalho sobre a morte junto a profissionais de saúde.

**Palavras-chaves:** Morte, Psicologia da Saúde, Tanatologia

**Atividade:** VIOLÊNCIA E SAÚDE MENTAL  
(Mesas Redondas)

**Trabalho:** CONCEPÇÕES DE NORMALIDADE, VIOLÊNCIA E SAÚDE MENTAL ENTRE INFRATORES PRESOS DE UMA UNIDADE PRISIONAL DA CIDADE DE SALVADOR, BAHIA

**Autor(es):** Maria Thereza Ávila Dantas Coelho

**Resumo:** Cada vez mais a cidade de Salvador tem sido alvo da violência urbana. Apesar desse crescente fenômeno, é grande a carência de estudos que revelem como os infratores concebem a normalidade e a saúde mental, e suas relações com a violência. O conhecimento desses aspectos é essencial para o planejamento de ações de saúde mental nas comunidades. As novas políticas públicas de saúde têm apontado, justamente, para a importância de ações intersetoriais. Nessa direção, a saúde vem sendo pensada como algo a ser construído não apenas pelo setor saúde, mas também por outros setores da sociedade. Apesar da crescente discussão sobre esse ponto de vista, poucos estudos têm sido feitos no sistema penitenciário. As pesquisas têm excluído essa parcela da população, mantendo-a à margem da sociedade. O objetivo principal deste estudo é, então, investigar concepções de normalidade e saúde mental entre infratores presos, assim como as relações entre a violência, a saúde e a doença mental. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, em andamento na Universidade do Salvador, que tem o apoio da FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia. Ela adota um referencial teórico multidisciplinar, através de autores da psicologia, filosofia, ciências sociais e psicanálise. Utiliza o referencial metodológico de coleta e análise de dados da teoria dos sistemas de signos, significados e práticas, que propõe que sejam estudadas não apenas pessoas do centro da sociedade, mas também as que se encontram à sua margem, buscando apreender múltiplas vozes. Nessa direção, após consentimento prévio, os presos foram entrevistados a partir de um roteiro semi-estruturado e os dados coletados foram analisados e agrupados de acordo com os objetivos do estudo. No que diz respeito aos resultados obtidos, verificamos que, na perspectiva dos detentos, a violência está associada, dentre outras coisas, ao crime, à anormalidade e à doença mental. Ao mesmo tempo, os entrevistados não se consideram nem anormais nem violentos por terem cometido um delito. Esse aspecto parece apontar para a existência de duas diferentes visões: uma social, que reproduz tal associação, e outra individual, que admite a co-existência entre um momento de violência e de criminalidade com o estado de normalidade e saúde mental. Tais aspectos, dentre outros, foram discutidos a partir de uma perspectiva multidisciplinar. Espera-se que este estudo seja fonte de outras pesquisas e revele novos elementos para a discussão sobre os conceitos de violência e saúde mental. Espera-se também que ele levante ações de normalização e promoção da saúde para os presidiários, gerando subsídios para as políticas públicas de segurança e saúde. Espera-se ainda que ele promova o debate sobre as relações entre criminalidade, saúde e doença mental e contribua para a formação científica de estudantes de Psicologia. É sabido que muitos dos sistemas de segurança e saúde têm falido devido aos excessivos gastos com equipamentos, exames e procedimentos cada vez mais sofisticados. O investimento na prevenção da violência e promoção da saúde pode produzir não só uma grande redução dessas despesas, como garantir a viabilidade econômica desses sistemas e o bem-estar da população.

**Palavras-chaves:** violência, saúde mental, concepções, penitenciária

**Trabalho:** QUESTÕES DA AUTONOMIA E DA VULNERABILIDADE CULTURAL DA POPULAÇÃO DE JOVENS DA COMUNIDADE DA FAVELA DA MANGUEIRA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO –BRASIL

**Autor(es):** Regina Gloria Nunes Andrade, Andreyra Mendes de Almeida Scherer Navarro

**Resumo:** Este paper é uma reflexão transdisciplinar sobre situações atuais às quais estão expostas a população jovem da Comunidade da Favela da Mangueira na cidade do Rio de

Janeiro - Brasil. O trabalho é fruto de uma pesquisa baseada em investigações sobre identidade cultural, cotidiano e a via de transmissão da cultura em que é perpetuada a tradição desta Comunidade. Nosso interesse é tecer algumas idéias sobre princípios de autonomia e de vulnerabilidade social e a conseqüente exposição à violência às quais estão submetidos os jovens desta comunidade carente e esta população excluída em aspectos sócio-culturais. Das singularidades e transformações observáveis nesta Comunidade, deve-se destacar o Centro Cultural Cartola, onde se concentra a pesquisa. Nosso objetivo nesta pesquisa é, por um lado, a identificação de aspectos gritantes da violência cotidiana e, por outro lado, do cuidado da preservação da saúde mental desses jovens através do fortalecimento de aspectos sócio-culturais aí desenvolvidos. A comunicação interna e externa dessa Comunidade contribui para a circulação da informação e o reforço da sensação de pertencimento de grupo, assim como as atividades culturais que os jovens desenvolvem no Centro Cultural Cartola, tais como as aulas e as apresentações de violino, de flauta e de biodança. Observa-se que as mudanças que reafirmam a valorização de aspectos bioéticos e psicológicos (auto-estima, informação, comunicação e divulgação dos produtos culturais) têm efeitos sobre a autonomia e a vulnerabilidade na população jovem da Comunidade da Favela da Mangueira, no dia-a-dia, e em relação aos seus produtos culturais. Nossa metodologia de pesquisa concentra-se na proposta do sociólogo Pierre Bourdieu, que diz que, para construir um espaço de pontos de vista possíveis sobre um fato, é necessário estabelecer uma relação a qual se define o método de análise que o fato propõe, e o significado que o método postula para a existência de uma relação entre as tomadas de posição e as posições no campo. Para compreender melhor, neste campo determinado, os diferentes pesquisadores se distribuem em diferentes aproximações entre as manifestações dos jovens e da "velha guarda", provocando diferentes métodos possíveis para esta investigação. Para alcançarmos a complexidade do tema proposto nesta pesquisa que se realiza há três anos, nossa abordagem é transdisciplinar e está baseada nas reflexões dos seguintes teóricos: Hanz Jonas (1993 - Princípio da Responsabilidade), Nestor Canclini (2006 - Estudos Culturais), Michel Maffesoli (2000 - Estudos do Cotidiano), Sigmund Freud (1933 - O Mal-estar na Civilização) e Pierre Bourdieu (Metodologia).

**Palavras-chaves:** violência,saúde mental,favela,vulnerabilidade,práticas culturais

**Trabalho:**VIOLÊNCIA E SAÚDE MENTAL: LIDANDO COM A VIOLÊNCIA NOS SERVIÇOS SUBSTITUTIVOS DE SAÚDE MENTAL

**Autor(es):** Vlândia Jamile dos Santos Jucá

**Resumo:** Quando refletimos sobre a atuação dos profissionais de saúde, inseridos no contexto da reforma psiquiátrica, uma série de desafios são facilmente identificados. No entanto, uma questão que comumente não tem sido problematizada, apesar de sua premência para os que trabalham nos serviços substitutivos, é a questão da violência. A violência faz sua aparição nesse cenário de várias formas. Primeiro, os profissionais enfrentam diariamente a violência mais estrutural que mantém boa parte da população impossibilitada de usufruir bens e serviços. É freqüente, por exemplo, situações em que os usuários não dispõem de alimentação em suas casas ou mesmo têm suas vindas ao serviço limitadas em função da impossibilidade de pagar o transporte público. Além disso, há situações associadas ao tráfico de drogas, as quais têm impactos vários nos serviços: são usuários que faltam ao serviço porque não podem sair de casa em função de conflitos que acontecem em suas respectivas comunidades e envolvem troca de tiros; são os casos nos quais uma crise é desencadeada após a perda de um ente querido na guerra do tráfico; são as situações nas quais a equipe de saúde tem dificuldade de estender suas ações no território que se encontra mapeado e dividido por facções diversas. Isso sem contarmos com os maus-tratos dirigidos de modo mais específico ao portador de transtorno mental. Todas essas situações nos convidam a uma série de reflexões, dentre as quais gostaríamos de abordar especificamente o enlace entre saúde mental e violência, no sentido de considerarmos que o sofrimento decorrente de um contexto maior é também matéria-prima para o sofrimento qualificado como "mental". Isso não que dizer que os sujeitos submetidos a um sofrimento maior adoecem apenas porque se encontram mergulhados nesse contexto. No entanto, sabendo que o sujeito se constitui na relação com o outro e que é nos laços sociais, ou na impossibilidade de estabelecê-los, que o sofrimento se revela, não podemos fazer de conta



que essa realidade inexistente. Além dos mais, lutar pela cidadania do dito “louco” é lidar com as inúmeras violências: a simbólica (que nos faz desqualificar a palavra do “portador de transtorno mental”), a estrutural (a impossibilidade de ter acesso aos bens e serviços) e a violência urbana (que convida ao agravamento da dor psíquica). Por todos esses motivos, o presente trabalho propõe fazer um mapeamento inicial dessas formas de violência que batem à porta dos serviços de saúde mental. A partir disso, levantaremos reflexões sobre a atuação dos profissionais, destacando seus compromissos éticos que vão além dos códigos específicos para cada categoria para, por fim, apresentarmos alguns cuidados que consideramos essenciais no sentido de evitar que a ação dos profissionais descambe num outro tipo de violência, pautada na suposição de que esses sempre sabem o que é melhor para os usuários.

**Palavras-chaves:** violência,saúde mental,serviços de saúde,prática profissional

**Atividade: A atenção psicossocial e o trabalho no território (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**A atenção psicossocial e o trabalho no território

**Autor(es):** Aniele de Castro Xavier

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma discussão sobre ações territoriais no âmbito dos novos dispositivos de saúde mental. Esta reflexão tem seu ponto de partida em minha experiência como acadêmico-bolsista do CAPS Clarice Lispector (dezembro de 2005 a dezembro de 2006), pertencente à Rede Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, e apresenta seus desdobramentos teóricos na participação da pesquisa “Clínica do Sujeito e Atenção Psicossocial: Novos Dispositivos de Cuidado em Saúde Mental”, coordenada pela professora Dóris Luz Rinaldi, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Esta pesquisa vem realizando estudos de campo nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) da cidade e discutindo como se opera a clínica nesses espaços, a partir de um referencial psicanalítico. O CAPS é um serviço de atenção diária que funciona na lógica territorial, ou seja, em articulação com emergências, enfermarias e ambulatórios. O conceito de território, além de expressar uma atribuição legal que confere aos CAPS a missão de organizar a demanda de saúde mental de uma determinada região, possui também uma característica que remete à construção das referências culturais, sociais e subjetivas dos usuários de saúde mental. Este segundo caráter do trabalho no território expressa a existência de um ideal político de cidadania, segundo o qual, uma de suas missões seria a inserção social dos portadores de grave sofrimento psíquico. Neste sentido, cada serviço desenvolve ações que buscam levar em consideração as referências específicas de seu território, ou seja, as particularidades culturais e sociais da região onde se encontram inseridos. No caso específico do CAPS Clarice Lispector, localizado no Encantado, bairro do subúrbio do Rio de Janeiro, foram criadas frentes de trabalho que visam a uma maior articulação do serviço e seus usuários com a comunidade: o núcleo de ação territorial, que tem por objetivo buscar recursos territoriais que não estejam diretamente ligados à saúde mental; o núcleo de cultura, que visa ao resgate das referências culturais do bairro, promovendo rodas de samba e realizando um trabalho de pesquisa sobre a história da região do Encantado; dentre outros. No entanto, para que seja possível construir um lugar para os usuários do CAPS fora do espaço institucional, é preciso a realização de um trabalho clínico rigoroso. Essa clínica, que se encontra em articulação com o plano mais geral das políticas públicas, é responsável pelo trabalho artesanal, que, a partir da escuta do sujeito, concretiza (ou não) os ideais mais gerais de cidadania na vida de cada usuário. Isso não ocorre sem que surja um campo de tensões, posto que o sujeito do inconsciente nem sempre é equivalente ao cidadão - representante, por excelência, da razão universal. Assim, pretendo discutir com base na vivência prática na área de saúde mental e nas elaborações produzidas pela pesquisa universitária, a produção de ações no território que se articulem com o tratamento da clientela do CAPS.

**Palavras-chaves:** Saúde Mental,Psicanálise,Clínica,Território,Política

**Atividade: Criminalidade, cárcere, violência e saúde (Comunicações Científicas)**

## **Trabalho:**A SAÚDE MENTAL DE INFRATORES PRESOS NUMA PENITENCIÁRIA DE SALVADOR

**Autor(es):** Maria Thereza Ávila Dantas Coelho

**Resumo:** Ainda hoje, no Brasil, a saúde mental de infratores presos é um tema pouco estudado, apesar da sua relevância. As políticas públicas de saúde parecem esquecer essa parcela da população, que permanece à margem tanto das pesquisas quanto das ações e dos programas de saúde mental. A integração entre os setores da segurança e da saúde pública tem se restringido aos manicômios judiciários, que em seu processo de trabalho interage com ambulatórios de saúde mental e CAPS, por ocasião da liberação dos internos que se encontram em tratamento sob a custódia do Estado. As demais pessoas, reclusas nas penitenciárias do sistema prisional, em geral não têm acesso (ou pouco acesso têm) às assistências médica, odontológica, psiquiátrica e psicológica, o que torna urgente repensar estratégias de ações de saúde que contemplem este segmento da sociedade. As condições precárias nas quais vive a população carcerária, devido sobretudo à superlotação das prisões, torna premente a necessidade de se fazer periodicamente avaliações do estado de saúde mental desta população. A falta de liberdade, o tormento e as auto-acusações pelo crime cometido (em alguns casos), a preocupação com os familiares, a impossibilidade de acompanhá-los em situações de doença e morte, a falta de dinheiro e a tensão gerada pela idéia de que haverá muita dificuldade para conseguir posteriormente um trabalho e ser novamente aceito pela sociedade são alguns temas que afligem cotidianamente os presos que, em sua maioria, permanecem retidos no sistema prisional, sem que haja possibilidade de exercício de uma atividade ocupacional. Estudos foram feitos com os funcionários que lidam no dia a dia com esses internos, os agentes penitenciários, e constataram um elevado índice de estresse e de transtornos mentais entre os mesmos. Entretanto, inexistem pesquisas que revelem como se encontra a saúde mental dos presos. Dentro desse contexto, o objetivo deste estudo é avaliar, justamente, a saúde mental de alguns detentos de uma unidade prisional de regime semi-aberto, da cidade de Salvador, na Bahia. Trata-se de uma pesquisa quanti e qualitativa, em andamento na Universidade do Salvador, que tem o apoio da FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia. Para realizar este objetivo, foi utilizado um instrumento de avaliação de saúde chamado SRQ (Self Questionary Report). Este instrumento indica a possibilidade da existência de um transtorno mental naqueles indivíduos que apresentam um escore igual ou superior a 7, nas respostas do primeiro bloco de perguntas, ou igual ou superior a 1, nas respostas do segundo bloco. Verificamos, dentre os resultados, que apesar das condições precárias de habitação e de assistência de saúde a essa população, a maioria dos internos não apresentou escores que indicassem a existência de transtornos mentais entre os mesmos. Tal resultado demanda novos estudos no sentido de se esclarecer os meios pelos quais essa população vem mantendo a sua saúde mental, em condições tão adversas de existência. Ele também sugere que sejam feitas novas avaliações de saúde, com outros instrumentos, para efeito de comparação e confirmação dos resultados, se for o caso.

**Palavras-chaves:** saúde mental, violência, penitenciária, avaliação de saúde

**Atividade:** A brinquedoteca no contexto hospitalar e sua influência sobre os aspectos psicológicos de crianças hospitalizadas.  
(Paineis)

**Trabalho:**A brinquedoteca no contexto hospitalar e sua influência sobre os aspectos psicológicos de crianças hospitalizadas.

**Autor(es):** Carlos Eduardo Fernandes Lima Oliveira, Camila Siqueira Cronemberger Freitas

**Resumo:** O bem estar físico e mental são os critérios para que o indivíduo seja considerado pertencente ao grupo dos que possuem uma boa qualidade de vida (Campos, 1995). O indivíduo hospitalizado sente-se em prejuízo, sofrendo com algum dano na área da sua vida que, a

princípio, lhe possibilita a sobrevivência. Esta área corresponde à biológica ou área física que, estando doente, imobiliza o sujeito, impossibilitando-o de manter sua rotina (Romano, 1999). Para a criança, segundo Chiattonne (2003), a doença e a constante presença da morte, refere-se à perda das pessoas queridas e significativas para ela, ou seja, o abandono. Assim, hospitalizar uma criança é cessar sua interação com a família, principalmente, em se tratando da relação mãe-filho. Quanto mais prematura esta cessação, maior será a seqüela que irá se instaurar nos comportamentos subseqüentes desta criança. Ela, que ainda não discerne totalmente a fantasia da realidade, irá criar fantasmas na sua experiência enquanto hospitalizada. A dor física é encarada pela criança como maldade ou agressão, independente de ser ocasionada pela doença em si, ou pelo tipo de tratamento aplicado. Por isso, há uma grande recusa em participar e em colaborar com o tratamento. Para a criança hospitalizada, que sofre uma ruptura no seu ambiente social, o ato de brincar irá não só revelar seus medos e inseguranças como também, de certa forma, irá confortá-la, levando a criança à “esquecer” a doença e hospitalização e, fazendo com que ela supere os sentimentos que interferem na colaboração desta criança ao tratamento. Nesse contexto, tem-se que no processo de desenvolvimento do ser humano, a brincadeira desempenha um papel fundamental por oferecer à criança a possibilidade de organizar sua própria história, conscientizando-se de si mesma como um ser agente e criativo. Os esquemas lúdicos, ou seja, o modo de brincar da criança, segundo Piaget, possui a mesma riqueza dinâmica em qualquer uma das fases do desenvolvimento infantil, sendo que em cada fase existem as brincadeiras específicas. A criança reproduz na brincadeira a sua própria vida. As personagens adquirem vida como projeções, quer do eu, quer das figuras paternas, quer de uma combinação das duas, mas sempre através de uma assimilação deformante, mais agradável à criança. A partir desses pressupostos, buscou-se com este trabalho analisar a importância da brinquedoteca no contexto hospitalar e sua influência sobre os aspectos psicológicos de crianças hospitalizadas, identificando-os e estabelecendo os principais fatores que influenciam em sua melhoria nas crianças hospitalizadas, além de serem apresentadas as possíveis intervenções realizadas na brinquedoteca no contexto hospitalar. Dessa forma, as intervenções foram realizadas nas brinquedotecas do Hospital Infantil Lúcido Portela e do Instituto de Doenças Tropicais Natan Portella (IDTNP), ambos localizados em Teresina, Piauí. Assim, trabalhou-se com crianças com faixas etárias compreendidas entre 5(cinco) a 12 (doze) anos, em sua maioria, naturais de outros Estados da região norte e nordeste e do interior do Estado do Piauí. Nesse sentido, houve a oportunidade de contato com os familiares e acompanhantes de algumas crianças internadas, em geral, as mães que com a doença do filho acabavam vivendo dentro do próprio hospital. Desse modo, foram realizadas atividades lúdicas utilizando-se o espaço especialmente destinados para este procedimento (brinquedoteca). Estas consistiam em desenhar, colorir desenhos, manipular objetos, tais como: blocos de madeiras, balões, quebra-cabeças, dentre outras. As crianças, através destas brincadeiras, acabavam por desenvolver habilidades de desenhar, capacidade de gerar novas formas de usar os brinquedos, incluindo outros aspectos relacionados ao desenvolvimento intelectual e psicológico, na medida em que o processo intervenção consistia em relacionar estas atividades ao contexto coercivo da hospitalização no qual estavam inseridas. Destas intervenções, percebeu-se como resultados a melhoria no processo de socialização das crianças participantes e sua integração junto a outros internos, bem como uma diminuição da ociosidade e da ansiedade nas crianças, além de se trabalhar a desmistificação do uso do jaleco e uma maior aderência ao tratamento como no trabalho com alguma queixa, como por exemplo “não poder comer parcial ou total” (devido marcação de cirurgia ou colostomia). Em vista destas e de outras questões, o acompanhamento psicológico nos hospitais é indispensável para as crianças hospitalizadas e seus pais acompanhantes, já que toda a dinâmica familiar foi modificada com o aparecimento da doença em um membro da família e a saída deste membro e de seu acompanhante do contexto familiar.

**Palavras-chaves:** Brinquedoteca, criança, contexto hospitalar

**Atividade: Os "Sintomas do Corpo" na criança: considerações sobre a recidiva do câncer infantil. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Os Sintomas do Corpo na criança: Considerações sobre a recidiva do câncer infantil.

**Autor(es):** Kilvia Barbosa

**Resumo:** Trata-se de um trabalho que está sendo desenvolvido no mestrado acadêmico em Psicologia, pela Universidade Federal do Ceará e que tem como objetivo compreender o processo de recidiva do câncer infantil, entendendo-o enquanto 'sintoma do corpo' na criança e sua relação com os lugares simbólico e imaginário que ela ocupa na fantasia dos pais. Para tanto, estamos considerando o discurso dos pais sobre o processo de adoecimento do filho como um instrumento fundamental de análise. O referencial teórico utilizado é o da psicanálise. Buscamos compreender tal fenômeno através da análise da história das relações primordiais que a criança estabeleceu inicialmente com o Outro materno. Para tanto, utilizamos-nos de conhecimentos advindos da psicossomática com base psicanalítica. Como exemplo, podemos citar a Escola de Psicossomática de Paris que traz como contribuição à compreensão das patologias somáticas a atenção às relações precoces da criança com seus pais. Segundo essa Escola, as manifestações somáticas na infância podem ser entendidas como empobrecimento da relação mãe-bebê, constituinte do psiquismo infantil. A constituição psíquica do sujeito, o lugar simbólico e imaginário que ele ocupa frente ao desejo dos pais e os efeitos disso tudo sobre o corpo da criança constitui-se o núcleo sobre o qual recai o nosso principal interesse. Enfatizamos que o corpo a que nos referimos diz respeito ao corpo da representação inconsciente, o corpo investido numa relação de significação, construído em seu fantasma e em sua história. Partindo da idéia de que os pais constroem uma imagem fantasiada dos filhos que estão por vir, referenciados num ideal-do-eu arrolado à sua própria infância e história de vida, pensamos que quando uma patologia orgânica se faz presente nesse contexto, uma nova configuração psíquica também se faz necessária e isso diz respeito a mudanças internas, de resignificação dos conteúdos inconscientes e fantasias concernentes aos filhos. Ou seja, diz respeito ao lugar imaginário e simbólico da criança. É exatamente sobre esta questão que recai o nosso interesse: compreender o 'sintoma do corpo' e sua relação com o lugar simbólico e imaginário que a criança ocupa na fantasia dos pais. Ou seja, estamos buscando compreender o desejo dos pais frente ao adoecimento do filho, esse filho que veio para cumprir uma promessa de realização narcísica. Dessa forma, nos perguntamos constantemente qual o lugar que o filho ocupa na fantasia dos pais se, a partir do diagnóstico de recidiva, a imagem do 'filho ideal', para os pais e para o social (promessa de um futuro melhor) fica comprometida.

**Palavras-chaves:** Psicossomática, Vínculo pais-filhos, Recidiva, Câncer infantil

**Atividade: A influência do tabagismo no desencadeamento e curso de outras adições (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** A influência do tabagismo no desencadeamento e curso de outras adições

**Autor(es):** Maria Júlia de Oliveira Uchôa, Jeane Freitas de Oliveira, Antônio Nery Alves Filho

**Resumo:** Mundialmente o tabaco e o álcool têm destaque dentre as substâncias psicoativas utilizadas, sendo consideradas como as primeiras e principais drogas de iniciação. No mundo ocidental a oferta destes produtos aumentou consideravelmente e seu consumo não cessou de crescer, ano após ano, repercutindo largamente nas sociedades, sendo por isso objeto de estudos constantes e preocupação de primeira ordem em diversos países. Nesse contexto, foi desenvolvido um estudo exploratório e descritivo com objetivos de conhecer a percepção de usuário(a)s de substâncias psicoativas legais e/ou ilegais sobre a influência do tabagismo no início e curso do consumo de outras substâncias; avaliar a dependência nicotínica dos pacientes tabagistas através da aplicação do Questionário de Tolerância de Fagerström. Foi utilizado como instrumento de pesquisa um questionário semi-estruturado com questões relacionadas a dados sócios demográficos dos participantes; seu uso de tabaco e outras drogas e, sua percepção sobre a influência do uso do tabaco para início, continuidade e gravidade de outras substâncias. O questionário foi aplicado aleatoriamente para 149 clientes atendido(a)s em uma unidade especializada, vinculada à Universidade Federal da Bahia, em Salvador, no período de maio a dezembro de 2006, sendo respeitadas as questões éticas. Os dados foram analisados de forma

qualitativa e quantitativamente pela técnica de análise de conteúdo e com índices freqüenciais absolutos e relativos, respectivamente. Do total de participantes, 81% eram homens, 51% fumantes, 29% haviam interrompido o consumo de tabaco e 20% nunca haviam fumado. Considerando o total de investigado a faixa etária prevalente foi de 21-30 anos, contudo dentre as mulheres o destaque foi para idade entre 41-50 anos. Para 60,5% do total de fumantes o cigarro não influencia no início de outras substâncias e para maioria destes, o consumo de drogas se inicia pelo álcool, maconha e cocaína. Dentre os 119 fumantes, 56% não consideram que o cigarro influencia na continuidade de outras substâncias e 73% dos fumantes não consideram que o tabagismo interfere na gravidade do consumo de outras drogas e apontam o álcool e o crack como drogas estimulantes para início e continuidade do cigarro. A escala de Tolerância de Fagerström indicou que 40% dos fumantes apresentam baixa adesão à nicotina. Os dados revelam maior demanda de pessoas do sexo masculino na busca de assistência para o tratamento de consumo de drogas na unidade pesquisada; possibilidades de maiores agravos para saúde das mulheres devido às mesmas se apresentarem para assistência ao tratamento de drogas em idade mais avançada; necessidade de maiores investigação em relação à seqüência do consumo de substâncias psicoativas com vistas a implantação e implementação de ações terapêuticas de cunho preventiva e educativa.

**Palavras-chaves:** Tabaco, Substâncias psicoativas, Tabagismo

**Atividade:** MORTES NA ADOLESCÊNCIA – PESQUISA E CLÍNICA EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO  
(Cursos - 6hs)

**Trabalho:** MORTES NA ADOLESCÊNCIA – PESQUISA E CLÍNICA EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO

**Autor(es):** Cláudia Fernanda Rodriguez, Natália Felix de Carvalho Noguchi, Sáshenka Meza Mosqueira

**Resumo:** Estatísticas mostram dados alarmantes sobre o aumento da mortalidade entre adolescentes, principalmente relacionadas a acidentes de trânsito e mortes violentas - homicídios e suicídios. Não seriam as mortes de jovens “perdas injustificadas”? Em um período do desenvolvimento marcado por mudanças no corpo, novas experiências, conflitos de sentimentos, afirmação da identidade etc., o paradoxo vida e morte se mostra fortemente presente. Há uma busca intensa pela vida, expressando-se sentimentos de onipotência e imortalidade e, com isso, podem ocorrer aproximações de perigos e a possibilidade de morte. O curso pretende discutir a visão de morte para adolescentes em duas instituições educacionais específicas: escolas e FEBEM. A morte e o sofrimento da perda são elos fundamentais da humanidade e compartilhar os sentimentos decorrentes pode oferecer a possibilidade de amparo e não isolamento das pessoas envolvidas. Mortes concretas envolvem perdas de pessoas significativas ou não e a possibilidade de vivência do luto e de situações traumáticas. Mortes simbólicas podem corresponder a situações de vida que nos confrontam com perdas, transformações significativas, situações traumáticas que remetem a sentimentos de medo, tristeza e/ou desamparo pelo que está sendo deixado e pelo novo e desconhecido. Buscamos abordar a questão da morte com adolescentes inseridos em escolas formais e com adolescentes autores de ato infracional. Em entrevistas realizadas nas escolas, jovens relatam que, em situações de prazer, normalmente não pensam na possibilidade de morte. Também apontam a escola como um importante espaço para possibilitar a reflexão sobre o tema, devido à possibilidade de compartilhar informações, opiniões, sentimentos, dificuldades e experiências entre amigos e professores. As sensações de acolhimento e segurança são apontadas como podendo refletir num melhor rendimento escolar. Pensar a questão da morte junto a adolescentes autores de ato infracional na FEBEM - instituição que se pretende educacional, porém restrita à contenção e repressão - nos convoca a uma visão abrangente do tema, possibilitando aproximações entre as apreciações de morte e perda dos jovens internos e dos freqüentadores de escolas formais. Enquanto alguns perdem a noção de perigo e de morte iminente, outros falam de morte - da própria e de terceiros - de forma

fria e cruel. Destaca-se a descartabilidade da vida, característica de quem se envolve com o crime, manifesta entre os adolescentes internos. Frases como: "... e se eu morrer?... vem outro em meu lugar!" denunciam a banalização da vida e sua transcendência. Como abordar esta visão de vida e morte com adolescentes que, por circunstâncias diversas, passam por período de privação de liberdade? A FEBEM, enquanto instituição total, viola territórios; a fronteira pessoal é invadida por um modo de viver institucional, promovendo um engessamento do viver singular, manifestado pela maneira de gesticular, vestir-se, comunicar-se. Movimentos contrários a essas regras, aparentemente incontestáveis, levam adolescentes e/ou profissionais a punições degradantes e, na maioria das vezes, em condições de humilhação e mortificação. Desse modo, a permanência nesse ambiente faz com que o adolescente adquira, inevitavelmente, traços institucionalizados que se sobrepõem ao modo singular de cada sujeito – características notadas também em trabalhadores desta instituição. Ao fazer referência ao cerceamento da singularidade dos sujeitos, falamos de uma morte que se antecipa à morte concreta: apagar rostos, nomes, histórias de vida dentro da violência institucional nos remete à morte simbólica, também presente fora das instituições e que, não sendo percebida por quem é massacrado por ela, pode determinar o silenciamento de vidas de pessoas. Esse moldar de comportamentos leva os adolescentes a reproduzir o funcionamento institucional, criando regras próprias, legitimadas também pelo poder e pela força. Esse modo de educação proposto pela FEBEM, que se baseia em disciplinarização e vigilância constante produz uma delinquência que vigia a si própria e reforça a heteronomia a partir de relações pautadas, cada vez mais, em violência – aniquilando o outro como sujeito, silenciando a singularidade e a vida. Tanto a clínica quanto a educação tratam diretamente da convocação de sujeitos enquanto cidadãos que, ao participar do mundo, apropriar-se-iam do que antes nele já existe; porém, com a possibilidade de modificá-lo a partir de iniciativas próprias de um ser humano autor de ações que o fariam transcender à sua condição de finitude. Seriam a escola e a FEBEM espaços de escuta e discussão sobre a adolescência e a morte? Teriam os profissionais de Psicologia possibilidades de atuação nessas instituições? Existem pontos de aproximação entre clínica e educação? Temas a serem discutidos: morte concreta e simbólica na adolescência; abordagem do tema da morte nas escolas; o silenciamento de vidas na FEBEM; experiências de atuação de profissionais de Psicologia com adolescentes em instituições de educação. Autores de referência: KOVÁCS, FOUCAULT, GOFFMAN, MORATO, ARENDT.

**Palavras-chaves:** ADOLESCÊNCIA, MORTE, ESCOLA, FEBEM

**Atividade:** Conhecendo o nível de estresse de militares do Exército Brasileiro da Guarnição de João Pessoa (Paineis)

**Trabalho:** Conhecendo o nível de estresse de militares do Exército Brasileiro da Guarnição de João Pessoa

**Autor(es):** Danyelle Monte Fernandes Costa, PATRÍCIA DINIZ SANTANA

**Resumo:** Danyelle Monte Fernandes da Costa 2 Ten Psicóloga do Hospital de Guarnição de João Pessoa Patrícia Diniz Santana Psicóloga do Hospital de Guarnição de João Pessoa  
Introdução: Atualmente a sociedade está vivenciando um estado de tensão em todas as áreas na vida do indivíduo, sobretudo no ambiente de trabalho que é estimulado constantemente pelo meio, devido a diversos fatores como cobranças, competitividade, qualidade, dentre outros, essa situação pode gerar um estado de tensão que causa ruptura no equilíbrio interno do organismo, a este estado chamamos estresse. Segundo a literatura o estresse é apresentado em três níveis, o nível de alerta, resistência e exaustão. Estes níveis são interdependentes e vão ocorrendo de acordo com os estímulos e/ou fatores estressantes e o esforço de adaptação à situação estressora. O estresse quando não é bem administrado pela pessoa, pode gerar e desencadear uma série de sinais e sintomas e tem sido apontado por diversos profissionais da saúde como grande responsável pelo surgimento de muitas patologias. A presente pesquisa investigou o nível de estresse de militares do Exército Brasileiro da Guarnição de João Pessoa, considerando que o âmbito do trabalho pode ser um fator estressante no cotidiano de muitos,

principalmente quando o trabalho envolve os rigores e disciplinas própria da instituição. Como se sabe organizações militares trazem consigo uma série de valores baseados em dois conceitos básicos que são hierarquia e disciplina, estas representam um padrão rígido em relação a sociedade civil, essa dualidade pode causar conflitos internos em alguns militares, daí a importância e necessidade de se estudar sobre o assunto, uma vez que na prática observou-se uma grande demanda de militares procurando assistência no Serviço de Psicologia com queixas de estresse. Amostra: Composta por 125 militares do Exército Brasileiro, sendo 88 Praças e 30 Oficiais todos da Ativa com as idades variando entre 24 e 57 anos, todos do sexo masculino. Procedimento: As Pesquisadoras proferiram palestras sobre o estresse nas Organizações Militares (OM) e ao término da explanação foi aplicado aos voluntários um Teste de Estresse, os voluntários não se identificavam apenas a idade e o Posto ou Graduação foram os dados solicitados. Instrumento: Uma Escala tipo Likert validade por Melquior Resultados: Verificou-se que 75% dos sujeitos apresentaram um nível de Estresse considerado uma “alerta”, ainda não se encontram em uma 2A. Fase que requer uma atenção especial, mas que se não tomarem as devidas precauções podem adentrar em uma condição mais agravante.

**Palavras-chaves:** ESTRESSE, ORGANIZAÇÃO, MILITAR

**Atividade:** REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E DEPRESSÃO EM ADOLESCENTES INSERIDOS NO ENSINO FUNDAMENTAL (Paineis)

**Trabalho:** REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E DEPRESSÃO EM ADOLESCENTES INSERIDOS NO ENSINO FUNDAMENTAL

**Autor(es):** Israel Lima de Luna Freire, Karla Carolina Silveira Ribeiro, Maria da Penha de Lima Coutinho

**Resumo:** A depressão tem hoje altos índices de ocorrência, sendo alarmante ainda a rapidez com que sua incidência tem aumentado. Dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) citam que tal transtorno ocupa o quarto lugar, dentre vinte doenças, de maior AVAD (anos de vida perdidos por morte e incapacidade), a projeção é que ela alcance o segundo posto nos próximos vinte anos. Embora apresente sintomas cognitivos, motores, somáticos e de humor, são os desse último tipo mais marcantes em um quadro depressivo. Por ser um período de maturação fisiológica e psicológica, com a ocorrência de várias situações novas, a adolescência é uma fase propícia para se apresentarem flutuações de humor e mudanças significativas no comportamento, havendo pois vulnerabilidade à instalação de uma sintomatologia depressiva. Estudiosos descrevem tal estágio do desenvolvimento humano como caracterizado pelo surgimento e fortalecimento do pensamento abstrato, este possibilita um melhor entendimento sobre fenômenos mais complexos, como a morte. Indivíduos com algum grau de sintomatologia depressiva estão propícios a apresentarem idéias suicidas, o que pode resultar em problemas de comportamento, em especial o uso abusivo de álcool e drogas. Mesmo sendo as pesquisas sobre a temática depressão, infantil e adolescente, realizadas em ambiente escolar, ainda são poucos aquelas que evidenciam uma relação entre dificuldades acadêmicas e depressão; achados sobre o tema expõem, em estudos, que crianças pouco competentes acadêmica e socialmente apresentam mais sintomas depressivos do que crianças com sucesso escolar. Este trabalho teve como objetivo apreender os campos semânticos construídos por estudantes inseridos no Ensino Fundamental a partir de palavras indutoras (depressão, pessoa depressiva, si mesmo), tendo como base o suporte teórico-metodológico das Representações Sociais (RS). A amostra foi proposta de forma não-probabilística, intencional e acidental. Participaram desse estudo 199 alunos de duas escolas públicas da cidade de João Pessoa/PB, com faixa etária variando entre 11 e 19 anos, média de 13,74 e desvio padrão de 1,36, sendo 49,2% do sexo masculino e 50,8% do sexo feminino, matriculados da sexta à oitava série do Ensino Fundamental, destes 40,2% eram da sexta série, 30,7% da sétima e 29,1% da oitava série. A incidência de sintomatologia foi de 2,51%. Os instrumentos utilizados nesse estudo foram o Inventário de Depressão Infantil – CDI (Children’s Depression Inventory), válido para detectar a

presença e a intensidade da depressão tendo servido de screening na seleção da amostra, e a Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP). Os dados do CDI foram processados através do Pacote Estatístico para Ciências Sociais (SPSS for Windows 15.0) e os dados do TALP pelo software Tri-Deux-Mots, através da Análise Fatorial de Correspondência (AFC). Realizada a AFC dos campos semânticos apresentados, denotou-se a presença de dois fatores, o primeiro deles teve poder explicativo para 59,8% da variância total das respostas, já o segundo teve o percentual de explicar 40,2% da variância delas. Por somados totalizarem 100%, pode-se assegurar a existência de consistência interna e fidedignidade dos parâmetros estatísticos. Os resultados demonstraram que, de um modo geral, a depressão está associada à “tristeza”, à “solidão”, à “raiva”, ao “nervosismo” bem como ao “medo”; sendo pois ancorada principalmente a aspectos psico-afetivos. É perceptível que as associações semânticas trazidas pelos estudantes são resultado dos problemas que circundam seu posicionamento na sociedade, assim como a circulação da informação da doença, suas imagens e representações. Espera-se que essa pesquisa possa contribuir para uma melhor compreensão da referida sintomatologia na população de adolescentes.

**Palavras-chaves:** Depressão, Adolescência, Representação Social

**Atividade: SAÚDE COLETIVA, PSICOLOGIA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: IMPASSES E POSSIBILIDADES.  
(Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Aproximações entre Psicologia Social e Saúde Coletiva: problematizando a formação do psicólogo

**Autor(es):** Luciana Nogueira Fioroni

**Resumo:** Considerando que a Psicologia Social Crítica constitui contribuição importante para o campo da Saúde Coletiva, propomos discutir os vieses, limites e alcances da formação do psicólogo no Brasil para atuar na área da Saúde. A psicologia tem vivido importantes momentos de transição; questionamentos em relação à hegemonia do modelo clássico de intervenção clínica para o que é denominado clínica ampliada, desenvolvimento de novos contextos de atuação (empresas, unidades básicas de saúde, ONGs, cooperativas, gestão de políticas públicas), que se apresentam como desafios teóricos e metodológicos. Ressalta-se aqui que os diferentes contextos não garantem a postura de trabalho, o modelo de intervenção e os pressupostos teórico-metodológicos adequados. Observamos em estudos e na nossa prática docente que existe uma transposição direta de olhar e técnicas de intervenção de um contexto para outro, sem os devidos questionamentos, por exemplo, da clínica psicoterápica para unidades básicas de saúde ou hospitais gerais, de práticas de psicodiagnóstico para programas de atenção básica junto às equipes de saúde da família, gerando conflitos nas delimitações entre saúde e saúde mental, falta de clareza do papel do psicólogo nas instituições e equipes de trabalho; nós críticos que a Psicologia e a Saúde Coletiva devem cuidar e produzir respostas. O psicólogo tem sido visto como um profissional do cuidado, mas uma concepção de cuidado do ponto de vista estritamente clínico, psicopatológico. Muitos profissionais ao iniciarem estudos e intervenções no campo da saúde coletiva reproduzem olhares marcados por teorias essencialistas em relação ao modelo de família, de mulher, de sexualidade, representações sobre dor, psiquismo, corpo; tendo como consequência entraves no trabalho institucional e no direcionamento de planos de intervenção e políticas macrossociais. Alguns impasses na assistência pública à comunidade são produzidos a partir de uma visão dicotomizada da relação indivíduo/coletivo, conflitos nas representações sociais sobre o processo saúde/doença entre profissionais psicólogos e usuários, baixa eficácia das terapêuticas empregadas com alto índice de abandono dos tratamentos, desenvolvimento de uma cultura e prática avaliadora psicopatologizante. Esta hegemonia ideológica produz efeitos na forma de estruturação das práticas de saúde, através das quais observa-se uma tendência a patologização do sofrimento, da diferença, uma psicologização dos problemas sociais, com respostas individuais para questões estruturais; efeitos da construção de uma concepção naturalizada da subjetividade. Diante destes desafios, consideramos uma proposta de concepção de subjetividade a fim de compor com a saúde coletiva, que demanda inicialmente problematizar a historicidade da



psicologia no Brasil buscando compreender suas concepções hegemônicas, abrindo espaços para discussões sobre a formalização deste campo interdisciplinar. Recorremos à Psicologia Social entendendo-a como uma ciência do entre, tendo uma especificidade importante neste debate, qual seja, teorizar espaços de mediação que residem na contradição e coexistência de multiplicidades. Uma das limitações importantes da formação do psicólogo é exatamente sua compreensão sobre o que seja Social, muitas vezes confundido com a qualificação daquilo que constitui uma característica comum a tudo que é considerado coletivo, naturalizando o conceito. Esta naturalização reduz a especificidade da psicologia social, o que requer que deixemos de tomar o social como evidência e passemos a constituir-lo como um problema, como uma multiplicidade produzida a partir de diferentes práticas humanas e relações de forças historicamente situadas. A articulação entre Psicologia Social, Interdisciplinaridade e Intervenção Social demanda a concepção de um sujeito coletivo, histórico, construído através de suas representações e condições de vida, considerando que os processos sociais são expressões das condições de produção material e simbólica de uma dada sociedade. Trabalhar de forma interdisciplinar com a saúde coletiva é assumir uma postura ética, política e metodológica, entendendo que este campo constituiu-se enquanto movimento político. A interdisciplinaridade pressupõe possibilidade real de articulação com novos e diferentes paradigmas científicos, comprometida com políticas sociais. Neste sentido, é possível construir espaços de intervenção onde o psicólogo é capaz de cumprir diferentes papéis, buscando produzir autonomia e empoderamento, que os sujeitos da sua intervenção possam perceber os determinantes de sua condição e as possibilidades de enfrentamento micro e macrossociais, desenvolver processos de formação e capacitação sistemáticos, o que implica reformulação de currículos e aproximação da Academia com a comunidade. A partir destas relações é possível compreender a complexidade dos fenômenos humanos e sociais.

**Palavras-chaves:** psicologia social,saúde coletiva,interdisciplinaridade

**Trabalho:**A formação do psicólogo para a atuação em saúde e as implicações para sua inserção no SUS

**Autor(es):** Emerson Fernando Rasera

**Resumo:** Alguns estudos têm buscado caracterizar a inserção do psicólogo no contexto da saúde pública no Brasil, na tentativa de oferecer subsídios para uma atuação profissional sensível ao contexto e comprometida socialmente. Dando continuidade a tal empreendimento de pesquisa, este estudo busca refletir sobre a atuação do psicólogo nos serviços públicos de atenção à saúde do município de Uberlândia/ MG e sua formação para o exercício profissional neste contexto. Os dados foram construídos por meio de entrevistas semi-estruturadas junto a 17 profissionais que atuam na rede pública de saúde (UBSF, UBS, UAI, CAPS). Foram investigadas questões relativas à identificação do entrevistado; à sua formação; à sua concepção de saúde, bem como às dos profissionais da equipe em que trabalham e da clientela atendida; à sua concepção do SUS; às diversas atividades que caracterizam seu trabalho; ao processo de acolhimento aos usuários; às práticas grupais por ele realizadas; às suas práticas de promoção de saúde e prevenção de doenças; e aquelas relativas ao controle social. A análise dos dados foi realizada segundo as contribuições da perspectiva construcionista social. Baseados nessa perspectiva, os passos da análise dos dados consistiram nas seguintes etapas: transcrição literal das entrevistas realizadas; leitura flutuante, curiosa e reflexiva das transcrições; e definição de categorias gerais inspiradas no objetivo da pesquisa. Os principais resultados apontados foram: descrição de saúde de forma estereotipada e distante das descrições da população atendida e dos outros profissionais de saúde; desconhecimento das especificidades do SUS; pouca integração com os outros membros da equipe de saúde; atividades em grupo realizadas como forma de atender a demanda; ausência de atividades relacionadas à promoção da saúde e prevenção de doenças; poucas práticas de estímulo ao controle social. Estes resultados podem ser explicados, em parte, pela falta de formação dos profissionais para o trabalho no serviço público. Em relação à formação, os psicólogos concluíram sua graduação, em sua maioria, em instituições públicas de Ensino Superior de Uberlândia e região, sendo que a maior parte deles se formou há mais de doze anos. Conforme as falas dos entrevistados, os cursos de graduação que realizaram não os prepararam adequadamente para trabalhar na área de Saúde Pública.

Definem que a preparação para a atuação no SUS ocorreu a partir das experiências cotidianas e da troca com outros profissionais inseridos há mais tempo nos serviços. A busca por complementação na formação se deu especialmente por meio da realização de especialização profissional na área de Psicologia Clínica. A escolha por uma formação clínica tradicional contribui para uma separação entre a definição de 'saúde' e de 'saúde mental' no discurso dos psicólogos e para a falta de identificação dos psicólogos como profissionais da saúde. Se, por um lado, há dessa forma uma maior legitimação da atuação dos psicólogos no CAPS, por outro, se apresentam maiores desafios para aqueles inseridos na atenção primária. É necessário, assim, repensar a formação profissional para atuação dos psicólogos em saúde, especialmente em contextos de atenção primária, buscando uma formação que permita o desenvolvimento de recursos profissionais para a construção e consolidação de práticas psicológicas mais condizentes com os princípios do SUS.

**Palavras-chaves:** psicologia, formação, SUS

**Trabalho:** Discussão de famílias numa Unidade de Saúde da Família: contribuições da poética social à formação do profissional de saúde

**Autor(es):** Carla Guanaes

**Resumo:** A formação do profissional de saúde para atuação no contexto da atenção primária, num enfoque complexo e interdisciplinar, tem sido alvo de reflexões constantes. Esse contexto pede por habilidades e competências que transcendem as especificidades técnicas de cada disciplina, e que muitas vezes são negligenciadas nos projetos pedagógicos dos cursos superiores. Visando contribuir com o conhecimento nesse campo, relatamos aqui uma prática de ensino que temos desenvolvido junto aos alunos do 6º ano de Medicina do Centro Universitário Barão de Mauá, por ocasião de seu estágio "Treinamento em Serviço em Saúde Coletiva", realizado numa Unidade de Saúde da Família no município de Jardinópolis/SP. Denominada de "discussão de famílias", essa atividade é realizada semanalmente, sendo coordenada por uma psicóloga, docente do curso de Medicina, e contando com a participação dos alunos de Medicina em estágio nessa Unidade, bem como da equipe de saúde como um todo (médico, enfermeiro e agentes comunitários). Em linhas gerais, essa atividade caracteriza-se como uma reunião de equipe com enfoque interdisciplinar para discussão de famílias e planejamento de ações de saúde segundo as necessidades identificadas nas famílias e na comunidade, mediante as visitas periódicas dos agentes comunitários. Através da criação de um contexto dialógico, essa prática almeja contribuir com a articulação entre aspectos teóricos, práticos e vivenciais, e com a maior integração entre a equipe profissional na compreensão e construção da assistência em saúde. O diferencial dessa atividade está em sua concepção teórica e, por conseguinte, em seu processo e realização. Baseada no referencial construcionista social e, em especial, nas contribuições da poética social à compreensão dos processos de construção do conhecimento, essa prática de ensino focaliza o processo de produção de sentidos, dando especial ênfase aos significados produzidos pelos alunos e pela equipe de saúde na relação com a comunidade e as implicações dos mesmos na construção das práticas de cuidado. Nessa apresentação, buscamos ilustrar como a perspectiva construcionista social e a prática investigativa da poética social podem sustentar também uma prática sistemática de ensino no contexto da atenção em saúde. O construcionismo social se define pela ênfase dada ao modo como as pessoas constroem sentidos sobre o mundo e sobre si mesmas em suas práticas discursivas. Coerente com essa perspectiva, a prática investigativa da poética social busca descrever os processos discursivos e relacionais de produção de sentidos a partir de uma ênfase especial às respostas corporificadas e espontâneas das pessoas umas às outras e ao mundo a seu redor. Esse tipo de investigação destaca a importância de uma relação corporificada, dialógica e envolvida do profissional com seu objeto de estudo, através da qual ele tenta dar forma ou sentido aos momentos marcantes que capturaram sua atenção e despertaram seu interesse de estudo. Busca-se enfatizar as ocorrências singulares, os momentos marcantes, as relações nunca construídas nas interações ou diálogos anteriores com a questão estudada. Baseados nessas referências teórico-metodológicas, estruturamos a atividade de "discussão de famílias" da seguinte maneira: a) identificação, pelos alunos de Medicina, de momentos marcantes de sua relação com um paciente ou família atendida na unidade; b) descrição detalhada desse atendimento, tentando

reconhecer os sentidos de “problema”, saúde e doença produzidos nessa interação; c) construção de um genograma, para mapeamento e compreensão das formas de relacionamento familiar e redes de apoio; d) apresentação e discussão dessas informações na reunião de equipe, integrando as descrições do restante da equipe de saúde (médicos, agentes comunitários, enfermeiros) ao quadro apresentado; e) flexibilização dos discursos essencialistas sobre problema, saúde e doença, visando uma maior sensibilidade aos aspectos sócio-culturais; f) construção de ações de saúde, em resposta à problemática apresentada, sobretudo focalizando os recursos e potencialidades já existentes. Nossa experiência tem demonstrado que o emprego da poética social pode se constituir um recurso metodológico útil na formação do profissional de saúde, favorecendo a análise de sua relação com a comunidade e provocando um olhar implicado, reflexivo e crítico sobre os sentidos produzidos nessa interação. Em nossa experiência, concluímos que ao final da atividade alunos e profissionais são capazes de: a) identificar sentidos de problema, saúde e doença, considerando-os como uma construção social e relacionando-os ao contexto mais amplo da atenção à saúde; b) reconhecer-se como parte desse processo de construção de sentidos, desconstruindo a idéia de neutralidade presente na relação profissional de saúde e paciente; c) apresentar uma visão crítica e não valorativa sobre a dinâmica da família e conflitos interpessoais, sobretudo identificando as redes sociais de apoio; e d) construir uma visão sistêmica e ampliada sobre a problemática familiar, que fundamente uma proposta de intervenção coerente com os princípios do SUS.

**Palavras-chaves:** psicologia, poética social, formação profissional

**Atividade: Aspectos Psicossomáticos do Diabetes Mellitus Tipo 2: Um Estudo de Caso (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Aspectos Psicossomáticos do Diabetes Mellitus Tipo 2: Um Estudo de Caso

**Autor(es):** Ana Paula Alves Lima Santos

**Resumo:** O diabetes desde que começou a ser estudado a partir da prática clínica, colocou situações emocionais como preponderantes para a abertura e/ou agravante da doença, afetando o modo de vida do doente e de sua família. Sendo assim, há necessidade de buscar estratégias efetivas mediante uma abordagem integral, envolvendo-se os elementos fisiopatológicos, psicossociais, educacionais e de reorganização da atenção a saúde. Vários autores consideram o diabetes mellitus uma doença psicossomática, ou seja, que sofre influência de fatores emocionais em sua etiologia. Doença psicossomática é qualquer alteração somática decorrente de sofrimentos psíquicos, diferentemente da somatopsíquica que é qualquer alteração psíquica decorrente de sofrimento físico, por exemplo, os efeitos psíquicos sofridos pelo indivíduo que possui uma enfermidade crônica ou uma debilidade física. Dessa forma, o diabetes mellitus pode ser considerado tanto uma doença psicossomática quanto somatopsíquica. A relevância deste trabalho está em conhecer a dinâmica psicossomática do diabetes mellitus tipo 2, tendo como objetivos investigar os fatores emocionais associados ao surgimento do diabetes mellitus tipo 2, assim como conhecer os aspectos psicossomáticos do diabetes mellitus tipo 2 e analisá-los a partir de um estudo de caso. O interesse em desenvolver este estudo partiu da curiosidade em saber de que forma os eventos estressores influem na etiologia e/ou desencadeando do diabetes mellitus tipo II, uma vez que o diabetes está muito relacionado com o estado emocional dos seus portadores. Esta relação entre o emocional e o diabetes existe antes mesmo do surgimento da doença, pois vários autores acreditam que o diabetes é uma doença psicossomática. Esta pesquisa é de natureza qualitativa, sendo que trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, respondendo a questões muito particulares e preocupando-se com o nível de realidade que não pode ser quantificado. A amostra foi constituída de uma pessoa do sexo feminino portadora de diabetes mellitus tipo 2. A técnica utilizada para a coleta de dados desta pesquisa foi um estudo de caso. Foi realizada uma entrevista semi estruturada, envolvendo a vida desta paciente e o histórico da doença, possibilitando obter dados para a constituição de um estudo de caso. Ao analisar os dados percebeu-se que o diabetes está muito relacionado com o estado emocional, o que também se verifica em outras pesquisas. Não é possível, através dos dados obtidos, afirmar um movimento causal nesta relação. Não se pôde comprovar até então que o estresse causa o diabetes, mas

situações determinadas como estressantes na vida de um indivíduo podem potencializar seu surgimento. Da mesma forma, a influência de situações estressantes no dia a dia de um diabético pode dificultar o controle da doença, como também desencadear e/ou agravar o diabetes e ao mesmo tempo, ser conseqüência da constatação da doença. Foi permitido através da análise dos dados mostrar a importância de ofertar um outro enfoque ao tratamento do diabetes mellitus para além do enfoque biológico, o qual retira dos indivíduos seus aspectos psicossociais. Observou que a presença do diabetes mellitus gera sentimentos diversos como inferioridade, angústia, temor e incerteza. Muitas vezes sente-se frustrada ou esgotada pelo desconforto diário do tratamento e automonitorização. Diante disto, o papel do psicólogo na abordagem do paciente diabético usa o desenvolvimento do auto-controle, estimular a responsabilidade do paciente, na busca de uma maior aceitação da doença, com maior adesão à terapêutica instituída.

**Palavras-chaves:** Psicossomática, Diabetes, Estresse

**Atividade: Crime Passional e saúde mental  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Crime passional e saúde mental

**Autor(es):** Rosilene Almeida Santiago, Maria Thereza Ávila Dantas Coelho

**Resumo:** Esta comunicação é fruto de uma pesquisa em andamento na Universidade do Salvador, sob a orientação da professora Maria Thereza Ávila Dantas Coelho, com apoio da FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia. Sabemos que o alto índice de criminalidade por homicídio passional sensibiliza e conduz estudiosos a discutirem o tema, na tentativa de entender e combater esse fenômeno que emerge da sociedade e marca a contemporaneidade, ceifando vidas. A violência tem suas raízes profundas nas relações de poder baseadas no gênero, na sexualidade, na auto-identidade e nas instituições sociais. Em muitas sociedades, o direito do homem dominar a mulher é considerado a essência da masculinidade. A União de Mulheres de São Paulo constatou que, em 1998, 2.500 mulheres foram mortas por ano, vítimas de crime passional. De 1998 a 1999, o Centro Feminista de Estudos e Assessoria informou um aumento no índice desse crime de 13,5%. A Organização Mundial de Saúde relata que quase metade das mulheres assassinadas no mundo é morta pelo marido ou namorado, seja ele atual ou ex. A estatística do Ministério Interior Francês informa que, na França, três mulheres são mortas pelo companheiro a cada 15 dias. O crime passional é um crime hediondo, cuja pena prevista é de 12 a 30 anos de reclusão. Constitui motivo torpe (art. 121, parágrafo 2º, do Código Penal), se o acusado, sentindo-se desprezado pela amada, resolve vingar-se, matando-a. A evolução da posição da mulher influenciou as decisões judiciais sobre o crime passional, antes perdoado com base nos direitos superiores do homem sobre a mulher. No Direito Romano, por exemplo, o homem que surpreendesse a mulher adúltera, se não a matasse, seria morto. Recentemente, quanto a um crime passional, em Florianópolis, o advogado declarou que seu cliente estava assustado, o crime foi uma fatalidade e a companheira, vítima, tinha um namorado. O crime passional é cometido em razão da intolerância à frustração suscitada pela traição. O passional tem em sua estrutura psíquica uma fixação no narcisismo e elege a si mesmo como objeto de amor. Ferido em seu auto-amor, ele destrói a imagem idealizada de si mesmo que até então sustentava na amada. Não tolerando o lugar de traído, ele busca evitar a morte de seu eu e, acreditando protegê-lo, consuma o crime passional. Assim, os maiores atos dessa natureza se realizam num total excesso de amor. Tal conduta criminosa se dá, muitas vezes, através de uma passagem ao ato. Nessa passagem, o sujeito esmaga-se e identifica-se com o objeto, diferentemente do acting out, que representa uma outra maneira de dizer o sintoma, uma outra maneira de dar voz às paixões. Sendo a paixão uma pulsão desmedida, ela vive em busca do seu objeto e o aprecia mais do que a própria vida. Na impossibilidade de possuir esse objeto e fugindo da dor reprimida, esse sujeito não encontra meios imaginários ou simbólicos de expressão desses conteúdos e a saída, então, é a transgressão da lei e os atos de violência. Segundo alguns autores, a paixão não deriva do amor, mas do ódio. É preciso que o sujeito realize, em sua existência, o movimento de renúncia à

sofreguidão do desejo primitivo de fusão com a mãe-universo. É preciso perder esse mundo iluminado que um dia o indivíduo habitou, barrá-lo e torná-lo inconsciente, constituindo assim a falta que move e a possibilidade de transformar o mundo. Sem a instituição da diferença não há necessidade do outro, de modo que a pessoa permanece voltada para si mesma, assim como Narciso ficava aprisionado à sua própria imagem. Os critérios de normalidade neste contexto e a compreensão deste crime como uma doença psicológica é um tema complexo. Paixão e psicose não se excluem. Um apaixonado pode ser mais ou menos um psicótico, e um psicótico mais ou menos um apaixonado, a depender da sua história de vida. A proposta da psicocriminologia, neste sentido, é considerar os movimentos inconscientes do desejo e explorar os aspectos psíquicos do crime, sem desumanizar o criminoso. Dentro desse contexto, este estudo tem como objetivo apreender as relações entre a paixão, a violência, a normalidade e a saúde mental. Nesse percurso, percebeu-se que o indivíduo passional, em seu narcisismo, deseja a posse do objeto, a sua imagem, representada pela amada que o traiu. Em transe pelo impacto da traição, ele revive as primeiras experiências infantis da fantasia de perfeição. Para transformação dessa situação de aumento do índice de violência passional, espera-se que esse estudo forneça subsídios para que as novas políticas públicas de saúde criem condições para que o indivíduo possa reagir às frustrações amorosas sem passar pelo ato criminoso. Essa modificação é possível, a depender da possibilidade da libido se deslocar de um objeto a outro, podendo se desviar para outras atividades humanas. Tal possibilidade pode balizar a normalidade do sujeito.

**Palavras-chaves:** Paixão, Violência, Saúde mental

**Atividade: CONCEPÇÕES DE INFRATORES PRESOS SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE O RACISMO, A VIOLÊNCIA E A SAÚDE MENTAL (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: CONCEPÇÕES DE INFRATORES PRESOS SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE O RACISMO, A VIOLÊNCIA E A SAÚDE MENTAL**

**Autor(es):** Adrielle Santos de Matos, Maria Thereza Ávila Dantas Coelho

**Resumo:** Esta comunicação é fruto de uma pesquisa em andamento na Universidade do Salvador, sob a orientação da professora Maria Thereza Ávila Dantas Coelho, com apoio da FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia. Ela objetiva propor um debate acerca das relações entre o racismo, a violência e a saúde mental no contexto de infratores presos. Deste modo, serão apresentadas concepções de presidiários sobre racismo, violência e saúde mental, assim como as possíveis relações que eles fazem entre estes aspectos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que tem o apoio da FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado da Bahia. A coleta de dados deste estudo consistiu de entrevistas semi-estruturadas, realizadas em uma unidade prisional de Salvador/BA, que abordaram questões ligadas aos itens referidos. Foram elaboradas categorias analíticas para posterior análise das respostas dos entrevistados. Para a discussão teórica, alguns pontos foram levantados, dentre eles a crença existente no Brasil segundo a qual o indivíduo negro tende a ser mais perigoso que o branco. Estudos questionam a veracidade dessa informação, tendo obtido dados opostos a ela. No entanto, como essa idéia é a que prevalece na sociedade, os sujeitos negros vistos como “perturbadores da ordem social” são os alvos preferenciais das agências responsáveis pelo controle da criminalidade. Mesmo dentro das prisões, constatou-se que a intimidação policial, as punições e a maior severidade no tratamento dispensado aos detentos recaem principalmente sobre aqueles que são negros. Assim, a violência racista mostra sua existência no que concerne ao sistema de justiça brasileiro. É importante destacar que os negros constituem o grupo mais presente dentro das penitenciárias brasileiras (67,75% no Rio de Janeiro, em 1998). Em Salvador (BA), essa população é majoritária na Penitenciária Lemos de Brito, por exemplo. Estudos mostram que a violência racial atinge tanto o corpo do negro quanto subverte a dinâmica da organização mental do mesmo. A imagem corporal que o negro do Brasil vem construindo está associada à dor, deixando o corpo de ser pensado como fonte de prazer. Isso traz conseqüências na forma como o negro se coloca no mundo. Por meio do preconceito de cor, estabelece-se uma relação persecutória entre o negro e o seu corpo. A violência racial do branco

também é exercida na tentativa de destruição da identidade do indivíduo negro. Este internaliza um Ideal de Ego branco e, por isto, elabora um projeto de identificação que é incompatível com o seu corpo. O negro, então, tenta atravessar essa barreira à custa de seu equilíbrio psíquico. Um outro aspecto já levantado é que o negro, por ter internalizado a ideologia branca, passa a fazer aquilo que é aceitável e desejável pelo branco e não aquilo que lhe dá prazer. Assim, como na ideologia dominante o branco não deseja o corpo negro, o pensamento vai incumbir-se de fazer este corpo inexistir no psiquismo, desaparecendo enquanto representação mental. O pensamento do negro torna-se, então, incapacitado de elaborar enunciados de prazer sobre sua identidade. Percebe-se, assim, que o racismo pode influenciar a saúde mental dos detentos negros. Não existem dados precisos sobre a incidência de transtornos mentais na população negra. No entanto, considerando as precárias condições de vida, a discriminação racial e a falta de perspectiva para o futuro existentes neste país, pode-se hipotetizar que o negro vive em constante sofrimento psíquico. No caso dos presidiários, a precariedade das condições em que vivem pode dar indícios de como se encontra sua saúde mental: superlotação, péssimas condições sanitárias, alimentação deteriorada, precárias assistências médica, social, jurídica, profissional e educacional, violência entre os presos e entre eles e os agentes penitenciários. É importante pontuar a importância de a Psicologia estar refletindo a questão do racismo e seus efeitos na saúde mental de infratores presos e estar questionando como seus instrumentos podem colaborar com mudanças efetivas no que diz respeito a esta questão.

**Palavras-chaves:** Racismo, Violência, Saúde mental, Infratores presos

**Atividade: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS RELAÇÕES CONJUGAIS DAS MULHERES MASTECTOMIZADAS (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Representações Sociais das Relações Conjugais das Mulheres Mastectomizadas

**Autor(es):** Ana Paula Alves Lima Santos

**Resumo:** De acordo com a Organização Mundial de Saúde a cada ano o câncer atinge nove milhões de pessoas e mata cerca de cinco milhões. Apesar de ser curada se diagnosticada precocemente, a neoplasia de mama vem aumentando a cada ano. No Brasil, ela cresce na razão de 1,5% ao ano, situando-se como segunda causa de óbito entre as mulheres. Diante disso, busca-se neste artigo conhecer as representações sociais das relações conjugais das mulheres mastectomizadas, tendo como objetivos analisar estas representações, relacionando-as com a vivência da conjugalidade e mostrar as implicações da mastectomia na vida sexual destas mulheres. O interesse em desenvolver este estudo partiu da curiosidade em saber de que forma a mastectomia interfere na conjugalidade, assim como na vida sexual das mulheres mastectomizadas, pois algumas mulheres declaram sentir-se envergonhadas, mutiladas, deformadas, meio-mulheres e sexualmente repulsivas, é como se não reconhecessem o próprio corpo. Esta pesquisa é de natureza qualitativa, sendo que trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, respondendo a questões muito particulares e preocupando-se com o nível de realidade que não pode ser quantificado. A amostra foi constituída de 06 pessoas do sexo feminino, com idades a partir de 26 anos até 60 anos, que participam do grupo de pacientes mastectomizadas de um Hospital Público de Aracaju, sendo que estes sujeitos não são internos do hospital. Para a coleta de dados desta pesquisa, a técnica utilizada foi a de grupos focais, que consiste em entrevistas que se fundamentam na interação desenvolvida dentro do grupo, produzindo dados e insights que seriam difíceis de conseguir fora desta situação. As falas dos grupos são registradas em dados: transcrição das entrevistas, leitura fluente do material, retorno aos objetivos da pesquisa para após a categorização dos dados fazer sua interpretação de acordo com os referenciais teóricos em questão. Para a análise dos dados obtidos nesta pesquisa, utilizou-se a análise de conteúdo. Primeiramente foi feita uma leitura fluente, seguida de uma leitura dirigida para formação do corpus de análise, o qual consistiu em transcrição das mensagens colhidas, e previamente selecionadas, em processo interativo com a revisão da literatura da seguinte pesquisa. Ao analisar os dados percebeu-se que a mama, por ser um símbolo da feminilidade, quando atingida acarreta mudanças na vida das mulheres que perderam este órgão, alterando a percepção da própria imagem corporal.

Observou-se que as mastectomizadas apresentam preocupação com o visual, em algumas delas modificando a forma de se vestir. Sobre a eficácia da mastectomia, no geral mostraram-se conformadas com a situação, pois a cirurgia foi o meio de sobrevivência encontrado. Constatou-se que as mulheres mastectomizadas consideram o câncer uma doença horrível, ficando preocupadas com uma possível recidiva da doença, sendo isto motivo constante de cuidados com a saúde, procurando informar-se sobre todo o processo e cultivando hábitos saudáveis. Foi permitido através da análise dos dados mostrar a importância que o marido e a família possuem quando a mulher passa por um momento difícil, sendo imprescindível a colaboração de todos para que se possa alcançar resultados positivos. A doença traz consigo uma conotação negativa, interferindo na feminilidade, nos comportamentos, na auto-estima, necessitando que a mulher submetida à cirurgia encare de maneira satisfatória a sua sexualidade. Nos relacionamentos estáveis antes da intervenção cirúrgica não se constatou mudanças negativas. Já os relacionamentos que por outros motivos, tais como, problemas financeiros, sociais e conjugais, já se encontravam abalados, a cirurgia contribuiu ainda mais na desestabilização desses relacionamentos. Verificou-se algumas alterações na vida sexual, ocasionada pela diminuição do desejo e vergonha do parceiro, sendo que para a superação desta dificuldade o companheiro exerce um papel importante ao compreender e ajudar a mulher acometida a lidar com esse novo problema. As mastectomizadas mostraram-se confiantes no futuro e felizes, declarando todo amor à família e o apoio que a maioria recebeu de seus companheiros.

**Palavras-chaves:** Mastectomia, Conjugalidade, Representações Sociais

**Atividade: Obesidade  
(Paineis)**

**Trabalho:** Obesidade: aspectos psicológicos relacionados à manutenção ou desistência do tratamento de reeducação alimentar em pessoas obesas

**Autor(es):** Heloísa Karmelina Carvalho Sousa, Neuciane Gomes da Silva, Eulalia Maria Chaves Maia, Katie Moraes Almondes, Ana Nunes Ribeiro, Isabelly Marques Souza de França Marques, Joisa Priscilla Saraiva de Araújo

**Resumo:** Diversas pesquisas apontam as dificuldades enfrentadas pelos pacientes obesos em manter o peso após tratamento formal para perda de peso. Assim, é importante manter os pacientes comparecendo aos programas, pós-tratamento, que tem por finalidade fazer com que eles não abandonem os novos hábitos adquiridos depois da reeducação alimentar, consigam manter o peso obtido no tratamento e conquistem, dessa forma, melhor qualidade de vida. O presente estudo teve como objetivo acompanhar pacientes após o programa de tratamento da obesidade a fim de verificar a manutenção do peso e as possíveis variáveis ambientais, fisiológicas e psicológicas envolvidas; além de comparar aqueles que tiveram acompanhamento pós-redução do peso e aqueles que abandonaram o tratamento e que, portanto, não tiveram a oportunidade de receber novas orientações sobre a dieta, comportamentos que facilitam e dificultam a aquisição de peso, etc. Para isso, foram utilizados dois grupos de pacientes do ambulatório do Hospital Universitário Onofre Lopes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, divididos em: Grupo Acompanhamento, composto por quatro pacientes que compareceram as consultas de acompanhamento, e Grupo Não-Acompanhamento, composto por quatro pacientes que não compareceram as consultas após o tratamento nutricional. Durante a pesquisa foi empregado um questionário semi-aberto com esses pacientes e os resultados mostram que no Grupo Acompanhamento a gravidez e o trabalho exaustivo são percebidos, pela metade da amostra, como fatores que dificultam a manutenção do peso perdido. No Grupo Não-acompanhamento o problema de família foi apontado por 75% dos entrevistados como sendo um fator importante para a obesidade. Os obesos são influenciados por fatores emocionais,

agradáveis ou desagradáveis, em relação ao ato de se alimentar. No Grupo Acompanhamento os fatores desencadeantes para uma alimentação inadequada para pessoas que se submeteram ao tratamento citado são: preocupação e tranquilidade, que foram citados, cada um, por 50% dos sujeitos da amostra; os indivíduos do Grupo Não-acompanhamento, por sua vez, apontaram ansiedade (75%) e fome (75%) como principais fatores para a aquisição desse tipo de alimentação. Todas as pessoas entrevistadas consideram importante a continuidade do tratamento para o sucesso na manutenção do peso desejado. Os resultados apontam para a importância do acompanhamento por profissional da saúde (médico, nutricionista, psicólogo) e do apoio social na tentativa de manutenção do peso em longo prazo, visto que, dessa forma, os pacientes tendem a se conscientizar mais da importância da manutenção desse peso, como sendo fator que evite alguns problemas de saúde, por exemplo, e facilite, assim, uma melhor qualidade de vida.

**Palavras-chaves:** Obesidade, tratamento nutricional, continuidade

**Atividade: O PROGRAMA “DE VOLTA PARA CASA”:  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** O PROGRAMA “DE VOLTA PARA CASA”: SUA IMPLANTAÇÃO E EXPANSÃO NO ESTADO DE ALAGOAS

**Autor(es):** Priscila Moura Guimarães, Leile Alves e Freitas, Adélia Augusta Souto de Oliveira

**Resumo:** O Movimento da Reforma Psiquiátrica implica numa série de mudanças, especialmente, as políticas, que possibilitam a existência da rede de atendimento à saúde mental, por meio da implantação de serviços substitutivos ao atendimento hospitalar. Dentre as reformas políticas encontra-se o Programa “De volta Para Casa” que foi instituído pelo Ministério da Saúde através da Lei nº 10708, em julho de 2003. O mesmo busca incentivar a organização de uma rede ampla e diversificada de recursos assistenciais e de cuidados, visando à assistência, o acompanhamento e a integração social das pessoas portadoras de sofrimento psíquico intenso. O programa consiste no pagamento mensal de auxílio-reabilitação psicossocial, no valor de R\$ 240,00, a pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS ou seus responsáveis legais, egressos de internações hospitalares com duração mínima de dois anos, a fim de possibilitar a sua reinserção social e o exercício dos direitos civis, políticos e de cidadania. Trata-se de um programa de âmbito Federal que implica em ações em nível Estadual e Municipal. Dentre as atividades que devem ser realizadas pelos gestores estaduais do SUS destaca-se: o acompanhamento das ações dos municípios vinculados ao programa; a confirmação da aptidão dos municípios possíveis de serem inseridos ao programa; a análise dos recursos provenientes de solicitações indeferidas pelos municípios; a articulação entre os Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico e o município quanto à indicação de pessoas daquela instituição em condições de serem beneficiadas pelo programa. Quanto às atribuições dos gestores municipais do SUS enfatiza-se: a responsabilidade pela atenção integral em saúde assegurando a continuidade de cuidados em saúde mental, em programas extra-hospitalares, para os beneficiários do programa; a seleção, a avaliação, o preenchimento e o encaminhamento ao Ministério da Saúde de informações cadastrais necessárias para a inclusão dos beneficiados no programa; o acompanhamento dos beneficiados inseridos no programa. O objetivo desse trabalho é apresentar informações sobre a atuação das Secretarias Estadual e Municipal de Saúde frente à implantação do Programa “De Volta Para Casa” focalizando as possíveis dificuldades e propostas de intervenção para expansão do mesmo, e assim compreender o processo de inclusão social de usuários de saúde mental, no Estado de Alagoas. Colaboraram com esse estudo um profissional da Secretaria Estadual de Saúde e dois profissionais da Secretaria Municipal de Saúde. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e utilizou-se da análise de conteúdo. Foi possível perceber algumas contradições entre as falas das secretarias, tanto no que diz respeito as suas atribuições frente ao programa, quanto na caracterização dos usuários beneficiados; demonstrando possíveis limitações nas ações das secretarias, dificultando o processo de expansão do Programa “De Volta Para Casa”, no Estado de Alagoas.



**Palavras-chaves:** políticas públicas;,SUS;,saúde mental.

**Atividade:** REFORMA PSIQUIÁTRICA: A REPRESENTAÇÃO SOCIAL PARA OS FAMILIARES DE INTERNOS DE HOSPITAIS PSIQUIÁTRICOS E USUÁRIOS DE CAPS (Paineis)

**Trabalho:**REFORMA PSIQUIÁTRICA: A REPRESENTAÇÃO SOCIAL PARA OS FAMILIARES DE INTERNOS DE HOSPITAIS PSIQUIÁTRICOS E USUÁRIOS DE CAPS.

**Autor(es):** Bárbara Batista Vieira,Sheva Maia da Nóbrega

**Resumo:** A psiquiatria brasileira, como em outros países, sofreu consideráveis mudanças ao longo dos séculos. Ultrapassou momentos sombrios, onde as pessoas excluídas da sociedade, particularmente, os portadores de transtorno mental, eram enclausuradas em locais isolados e, com o decorrer do tempo, foram gradativamente libertadas, até alcançarem tratamento específico. Tratamento este, que lhes proporcionou um atendimento que permitiu seu retorno à família e a sociedade, como responsáveis para sua re-inserção coletiva. Essa mudança foi possível através de um trabalho de humanização realizado por profissionais de vários países, que influenciaram o olhar psiquiátrico brasileiro, para a produção de uma prática diferenciada no Brasil: a Reforma Psiquiátrica que acontecera em nível internacional. A psiquiatria brasileira sofreu influência da Psiquiatria Comunitária dos Estados Unidos, da Psicoterapia Institucional francesa e da Psiquiatria Democrática italiana. A aplicação da Reforma Psiquiátrica no Brasil somente foi homologada em 1999, com o Projeto de Lei nº 3657. Ela propõe transformar o modelo assistencial em saúde mental e construir um novo estatuto social para o portador de transtorno mental e, de restituir os direitos de cidadania. O tratamento clínico não é extinto, mas a prática do internamento é eliminada por constitui-se numa forma de exclusão social. Há uma substituição do modelo institucional pela criação de uma rede de serviços de atenção psicossocial, de suporte comunitário. A família passa a ter uma participação fundamental no tratamento destes sujeitos. A partir dessas premissas, se faz necessária a interação das famílias com os serviços de saúde através de uma relação que considere as necessidades dos portadores de transtorno mental e de suas famílias. Para propiciar a construção de uma melhoria no tratamento dos portadores de transtorno mental, o presente estudo abordou a temática da Reforma Psiquiátrica Brasileira a partir da abordagem teórica das Representações Sociais, que possibilitou investigar como os familiares interagem com a realidade na qual estão inseridos e como a Reforma Psiquiátrica influencia no tratamento de seus parentes. A pesquisa foi constituída de 34 participantes, todos familiares de pacientes psiquiátricos e distribuídos em dois grupos: um constituído por 19 familiares de internos de um Hospital Psiquiátrico e outro constituído por 14 familiares de usuários do CAPS. Todos com idades entre 18 anos e 65 anos e moradores da região metropolitana do Recife. Foi utilizado como instrumento de pesquisa o teste de associação livre de palavras com a totalidade da amostra. Para a análise dos dados utilizou-se o programa Tri-deux Mots. Os resultados revelaram que os grupos, de familiares de internos no Hospital Psiquiátrico e familiares de usuários do CAPS, não têm conhecimento sobre a Reforma Psiquiátrica nem qualquer informação sobre a relação entre a Reforma e o surgimento dos CAPS. Construímos duas hipóteses como explicação da inexistência de articulação entre a Reforma Psiquiátrica e a implantação do CAPS pelos familiares: a primeira supõe a falta de informação ou insuficiência da divulgação a respeito da Reforma. A segunda hipótese é que os familiares receberam informações suficientes sobre a Reforma, mas por tratar-se de uma problemática de políticas de saúde e história da psiquiatria no país, os familiares priorizaram a retenção das informações mais concretas e relativas ao que na prática ocorreria nas mudanças dos serviços públicos de tratamento à doença mental. Evidencia-se, desse modo, como processo cognitivo e função própria das representações sociais realizarem uma construção seletiva dos conteúdos comunicacionais. Concluímos que ficou constatada a inexistência, em ambos os grupos, de construção se representação social sobre a Reforma Psiquiátrica.

**Palavras-chaves:** REFORMA PSIQUIÁTRICA,REPRESENTAÇÃO SOCIAL,FAMILIARES

**Atividade: Repercussões Psicológicas Advindas do Processo de Institucionalização: (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Repercussões Psicológicas Advindas do Processo de Punição

**Autor(es):** Roberta Graziela Silva Sampaio,Ana Paula dos Santos Moitinho,Lorena Alves Juliano,LUCIANA FREITAS MONTEIRO BONFIM,Cristiane Fonseca Cunha

**Resumo:** No século XVII as punições eram físicas, os condenados eram submetidos a um rito de execução, onde a selvageria regia o espetáculo em praça pública, cenário no qual, os punidos, considerados “diferentes” ou “indesejados”, ou ainda “perturbadores” da moral e da ordem social vigentes na época, tinham seus corpos desmembrados, esquartejados, enforcados e queimados. Na maior parte das cidades da Europa existiu, ao longo de toda a Idade Média e da Renascença, um lugar de detenção reservados aos insanos: Os manicômios, que surgem a partir da conversão dos antigos leprosários, representam um exemplo claro dos “rituais de exclusão” que alienam todos os indivíduos que não se enquadravam às convenções sociais, através de uma separação geográfica, colocando os loucos fora do campo visual e interacional da sociedade, tal como os asilos e prisões (Goffman, 1996) e fazendo com que os “homens de bem” não sofram com uma convivência inadequada. Através de mecanismos de correção desumanos, como a tortura, o Estado utilizava o manicômio como aparelho de controle e repressão. No fim do século XVIII e começo do XIX, a punição física pouco a pouco deixou de ser uma cena explícita, não sendo apenas exercida ao corpo em suas formas mais duras, mas também à alma, agindo profundamente sobre a mente e à vontade, violando a integridade moral e psicológica do indivíduo, suscitando a mortificação da alma. Objetivo Geral: A presente pesquisa tem por objetivo investigar as repercussões psicológicas advindas do processo de institucionalização. Objetivo Específico: busca-se também identificar se o processo de institucionalização ocasiona a mortificação da alma. Método: A pesquisa foi concebida através de estudo bibliográfico e observações feitas em visitas quinzenais durante o período de três meses ao Hospital Psiquiátrico Afrânio Peixoto da Cidade de Vitória da Conquista – Bahia. Resultados e discussão: Durante as observações, pode-se identificar um ambiente com estrutura física bastante antiquada caracterizando isolamento através das grades que vedam suas janelas e separam seus espaços. As camas estão sempre dispostas em longas fileiras tornando difícil a formação de grupos e de se obter privacidade para organização do espaço do Eu, absolutamente necessário para manutenção da identidade pessoal. Percebemos o despreparo dos profissionais de saúde em atender os pacientes portadores de transtornos mentais, pois cumprem funções policiais, de vigilância e controle, em vez de assumir uma postura terapêutica. Observamos também que a vida no hospício produz um enorme e brutal empobrecimento da alma. Em todos os níveis se produzem amputações: não existe qualquer tipo de tarefa, o paciente não possui nada que possa ser sentido como próprio, nem se quer sua própria roupa, que é trocada por um uniforme, violando o direito de ter sua individualidade e sua identidade preservadas. Um dado relevante, observado foi à ausência de comunicação entre instituição e algumas famílias, que, às vezes, deixam seus parentes ali internados, não os visitam, dificultando o retorno aos seus próprios lares. Os pacientes vivem em estado de ociosidade, monotonia e solidão, absortos nos seus próprios pensamentos, apáticos, levando uma vida sem perspectiva de futuro. Conclusão: O espaço físico dos manicômios tem como característica básica ser um lugar fechado, isolado do exterior, marcado pela imagem e odor do abandono, do descaso da monotonia, da miséria e da solidão. Os pacientes são privados de sua liberdade, sua autonomia, sua cidadania. A permanência dentro dessa lógica cronifica indivíduos de tal forma que se tornam objetos, ou seja, sem voz, vez, desejos, escolhas, direitos e deveres, gerando a perda da identidade e qualquer forma de interação social. Senso assim, o hospício se configura como um lugar de "enclausuramento" e exclusão social, ocasionado a mortificação da alma, onde corpos sem inserção na realidade, transitam em seus corredores feito zumbis.

**Palavras-chaves:** Saude mental,Subjetividade,Institucionalizacao

**Atividade: A CRIANÇA E O ADOLESCENTE NA POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE ALAGOANA: UM RELATO DE OBSERVAÇÃO (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**A CRIANÇA E O ADOLESCENTE NA POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE ALAGOANA: UM RELATO DE OBSERVAÇÃO

**Autor(es):** Anna Júlia Giurizatto Medeiros, Carolina Bezerra Barros Santos

**Resumo:** Este trabalho pretende relatar o trabalho de campo desenvolvido na disciplina Psicologia Comunitária do curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas focalizando as observações realizadas em um Centro de Atenção Psicossocial para Infância e Adolescência em um município do Estado de Alagoas (CAPSI) numa perspectiva da Psicologia Social Comunitária. Para tanto destaca inicialmente, a discussão das diretrizes que norteiam a Política Nacional de Saúde Mental para a Infância e Adolescência e a implementação das mesmas no âmbito municipal. Partindo do pressuposto de que, diante das contradições da sociedade em que vivemos, a implementação da política de Saúde Mental para Crianças e Adolescentes reflete este contra-senso, procuramos analisar as reais possibilidades de efetivação da mesma. Constituíram-se como procedimentos privilegiados em uma perspectiva qualitativa, as observações dirigidas, as conversas informais, a observação participante e análise de documento. Os resultados provenientes da análise de conteúdo apontam para as unidades temáticas: condições de trabalho, usuários da instituição, equipe de profissionais, atividades desenvolvidas e a cultura da instituição. Algumas questões resultam como emergentes nessa discussão, quais sejam: manutenção da atenção básica; dualidade de perspectiva organicista na triagem dos usuários e na definição da equipe de trabalho; inviabilidade da lógica da territorialidade imposta pela burocratização da liberação de verbas; grande demanda de usuários; a falta de segurança; a dificuldade na realização de um trabalho multi profissional; a falta de materiais e infra-estrutura mínima para o trabalho terapêutico. As questões econômico-sociais em nosso Estado devem ser enfrentadas, pois vimos uma estreita relação entre elas e a dinâmica da saúde mental. Sabemos que em um sistema social excludente a cultura individualista predomina e, em nossas observações, os profissionais de saúde exercem seu papel com humanidade apesar de todos os empecilhos, bem como são reconhecidos como tais pelos usuários e familiares. No entanto, não podemos afirmar o mesmo em relação ao Estado como o gerenciador da política, visto que, em nosso estudo, verificamos uma dificuldade do mesmo cumprir com as funções que lhe cabem nesse processo. Pudemos verificar o reconhecimento por parte dos usuários e familiares das dificuldades psíquicas em que se encontram, entretanto, o necessário reconhecimento da realidade socioeconômica em que estão imersos não tem sido privilegiada. Neste sentido, propomos para a continuidade deste trabalho focalizar na temática do papel e ações do Estado na viabilização das Políticas Públicas de Saúde Mental. Para tanto, sugerimos o desenvolvimento de um trabalho coletivo com a equipe, usuários e familiares, fundado no reconhecimento da realidade social, cultural e econômica em que estão inseridos, como forma de assumir posturas mais críticas e comprometidas com a sua realidade social.

**Palavras-chaves:** REDE DE SAÚDE MENTAL PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA,IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES,CAPSI

**Atividade: O DESPERTAR PARA UMA NOVA REALIDADE (Paineis)**

**Trabalho:**O Despertar para uma nova realidade

**Autor(es):** Ana Paula Lemos Alves da Silva, Aline Brandão Siqueira, Verônica Cristiane Oliveira, Anamaria Carolina de Meira Accioly Lins, Cristiane Aparecida Silva Domingos, Luís Carlos do Nascimento Silva, Carlos José da Silva, José Valdinez Chagas de Vasconcelos, Maria Adjailma Pereira Silva

**Resumo:** Buscando confrontar os conhecimentos teóricos adquiridos, com uma realidade desenvolvida em nossa cidade, Caruaru – PE, nós, alunos do curso de Psicologia da FAVIP, orientados pela professora da disciplina Saúde Mental, realizamos uma pesquisa de campo para conhecer as atividades de uma ONG cujo trabalho, voltado para crianças, adolescentes e idosos, que se encontram em situação de vulnerabilidade social, almeja promover a saúde mental, resgatar a cidadania e melhorar a qualidade de vida dessas pessoas assistidas. A ONG existe e atua há trinta e sete anos, foi criada e desde então é dirigida por uma freira alemã, da Ordem Beneditina, atende hoje uma média de 310 (trezentos e dez) crianças e adolescentes dos 0 aos 15 anos, nos turnos da manhã e tarde, de segunda a sexta-feira, com educação infantil para crianças de até 06 anos, e atividades extra-curriculares para as demais crianças e adolescentes, que devem estar obrigatoriamente matriculadas na rede regular de ensino. Essas atividades são ministradas por uma equipe multiprofissional através de 11 oficinas, de música, de dança, teatro, atividades circenses, artes em pintura e artesanato, ginástica, arte culinária, marcenaria, plantio de horta e atividades lúdicas. O grupo de idosos conta com 160 (cento e sessenta) pessoas divididas por turmas, de acordo com as atividades desenvolvidas, que são: ginástica, dança, banda de pífanos, coral, bordados, pinturas, grupos de oração e o importante trabalho de alfabetização para adultos. Com uma boa infra-estrutura, ambiente extremamente limpo e organizado, mobiliário e equipamentos adequados, profissionais qualificados, a manutenção desse projeto é onerosa, é viabilizada pela solidariedade de cidadãos alemães, a partir de doações, por órgãos e empresas locais, e por verbas oriundas da prefeitura do município. A clientela assistida pela instituição é em sua maioria desprovida dos mínimos sociais, marcada pelo convívio diário com a pobreza e com o desemprego, pela falta de estrutura básica de moradia, pela violência, pelo uso abusivo de cigarro e bebidas alcoólicas, além do tráfico de drogas e da falta de estrutura emocional dos pais, ou seja, da família, em meio a essa realidade adversa, esse é um trabalho que consegue resgatar valores, exercitar a disciplina, o respeito ao outro e às diferenças, despertar novas habilidades e talentos, promover o bem-estar biopsicossocial, possibilitando que crianças e adolescentes sejam afastadas das ruas, das drogas, da criminalidade, que os idosos exercitem a sua autonomia, a socialização e o sentimento de utilidade e/ou produtividade. Essa oportunidade de vivenciar um projeto de reabilitação psicossocial que vem funcionando com resultados positivos despertou na equipe o interesse em intervenções futuras.

**Palavras-chaves:** Saúde Mental, Vulnerabilidade Social, Atividades Multidisciplinares

**Atividade:** Kara a Kara...Uma roda de conversas sobre sexo, drogas, rock'n' holl e muito mais...  
(Experiências em Debate)

**Trabalho:** Kara a Kara...Uma roda de conversas sobre sexo, drogas, rock'n' holl e muito mais...

**Autor(es):** Maria de Fátima de Sena e Silva, Juliana e Silva de Oliveira, Raquel Nascimento Coelho, Glícia Rodrigues Pinheiro, Carolina Ribeiro Colares

**Resumo:** O Projeto 'Kara a Kara' é uma ação do Núcleo de Estudos sobre Drogas – NUCESD, do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, financiado pelo PROEXT-

SESu/MEC 2005. O consumo de drogas faz parte de nosso cotidiano e a história tem mostrado que a humanidade sempre as utilizou com as mais diversas finalidades, tendo recebido, historicamente, várias atribuições de valor. O ópio, por exemplo, de remédio milagroso, passou no último século a ser utilizado como um perigoso entorpecente. A expansão dos valores das sociedades ocidentais, dentro do chamado processo de globalização, vem produzindo nos últimos tempos o desmonte de antigos rituais comunitários presentes na vida dos indivíduos, acarretando profundas transformações em suas relações com o tempo, o espaço e com o trabalho. Ampliam-se os vazios existenciais estimulando o consumo imediato de uma infinidade de produtos. Os problemas relacionados ao uso de drogas não ocorrem somente entre os dependentes que necessitam de tratamento especializado, mas se apresentam desde a criança que cheira cola e cujos pais fumam dois maços de cigarro por dia, o jovem que não vê o modo como bebe como problema, a moça de 20 anos que teve uma relação sexual sem preservativo após cheirar cocaína, a adolescente que faz uso direto de moderadores de apetite, além do usuário de crack que rouba e trafica para sustentar seu hábito. São questões com dimensões sociais, psicológicas, físicas, farmacológicas, médicas, judiciais que se mesclam em nosso cotidiano. A realidade tem apontado para a fragilidade e ineficácia das ações políticas e acadêmicas no manejo deste fenômeno. Precisam-se de vários olhares e é nesta perspectiva que este projeto se instaura, com a finalidade de construir um espaço de aproximação, reconhecendo a complexidade deste fenômeno multifacetado em seus aspectos contraditórios e irregulares. Trabalhamos com estudantes e professores de escolas públicas e jovens e adultos vinculados aos movimentos sociais da sociedade civil. O objetivo é que eles funcionem como construtores e multiplicadores dessa proposta, que é uma estratégia de prevenção e promoção da saúde, voltada para prevenir e minimizar o uso e abuso das substâncias psicoativas. O que propomos é uma 'educação sobre drogas', acreditando que a redução da ignorância pode gerar formas mais eficazes de enfrentamento deste fenômeno, já que a 'educação anti-drogas' não tem conseguido apresentar. A hipótese que subsidia esse projeto é a compreensão de que é através da educação e da atividade(trabalho) que as pessoas podem se construir como sujeitos coletivos de direitos e deveres comprometidos com sua realidade. Pensar em um projeto de prevenção e promoção da saúde, voltado para prevenir e minimizar o uso e abuso de drogas é pensar, obrigatoriamente, em educação. Temos nos perguntado porque as ações de prevenção às drogas não têm conseguido obter os resultados que prometem. Não estará existindo uma falsa interpretação do 'problema', relacionando-o unicamente às substâncias, como se as drogas tivessem personalidade, ou aos usuários, classificando-os em doentes, marginais, bandidos, desocupados ou ainda à sociedade, culpando à família, o governo, às máfias? Alguma coisa parece estar equivocada, quando os programas educativos recorrem a proibição, precisamente em uma idade em que o proibido é o mais atraente. Não se estarão com essas campanhas, também, induzindo ao uso e abuso, quando se apresentam como inquestionáveis afirmações que já não se sustentam e ao ruírem, parecem derrubar todo o processo educativo que elas representam? A educação precisa recobrar seu sentido mais profundo, não como mecanismo de controle, mas como recurso de formação de pessoas críticas e comprometidas com a saúde individual e coletiva, fortalecendo no indivíduo a possibilidade de dirigir seu destino em um mundo acelerado e globalizado. As pessoas precisam compreender a questão das drogas e desenvolver atitudes saudáveis diante das substâncias que podem criar dependência. Este projeto reivindica, pois, o direito à 'educação sobre as drogas'. Durante o ano de 2006, atuamos diretamente com mais de 200 pessoas e indiretamente com mais de 1.000. Atuamos em escolas públicas, associações comunitárias, ongs e diversos fóruns de movimentos sociais. Dentro de uma metodologia psicossocial desenvolvemos os temas centrais: abordagens psicossociais do sujeito, sexualidade, drogas e trabalho e cidadania. Os relatórios apontam para a confirmação de nossas hipóteses, já que percebemos, tanto nos grupos concluídos como nos que estão em andamento, que ao longo das oficinas houve uma nítida mudança comportamental nos participantes, no que se refere à convivência em grupo, ao modo de se expressar de forma mais clara e crítica e de se pensarem também como construtores de suas realidades, responsáveis pelos seus atos e, portanto, mais conscientes das possibilidades de suas escolhas. Além de demonstrarem uma maior consciência preventiva com relação ao uso e abuso de drogas, ao comportamento sexual e às demais temáticas trabalhadas. Os profissionais e estudantes envolvidos também apresentaram mudanças significativas quanto à compreensão dos conteúdos desenvolvidos e ao manejo e condução de grupos dentro da metodologia psicossocial.

**Palavras-chaves:** drogas, trabalho, cidadania

**Atividade: AMBULATÓRIO PEDIÁTRICO: ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO DOS ENVOLVIDOS NO TRATAMENTO DAS CRIANÇAS HOSPITALIZADAS. (Painéis)**

**Trabalho:** AMBULATÓRIO PEDIÁTRICO: ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO DOS ENVOLVIDOS NO TRATAMENTO DAS CRIANÇAS HOSPITALIZADAS. Ana Lucia Barreto da Fonseca, Ivanesk Flávia Correia de Andrade e Jamile Nobre Sobreira (Universidade Tiradentes – Aracaju – SE)

**Autor(es):** Ivanesk Flávia Andrade, Ana Lucia Barreto da Fonseca, Jamile Nobre Sobreira

**Resumo:** A inserção da psicologia nas instituições hospitalares tem como meta diminuir o sofrimento daqueles envolvidos na relação saúde-doença. Visto que, no tratamento de uma enfermidade está presente não somente o paciente, mas todos os atores do processo de cura, entre estes a família e a equipe de saúde. (CAMON, 2002). Quando o paciente é uma criança, a situação apresenta particularidades bem mais específicas, principalmente quanto à compreensão e colaboração dessa e de seus familiares durante as intervenções da equipe técnica. O clima de tensão que circunda as relações dos familiares entre si e com os técnicos, como ansiedade, culpa, responsabilidade, confiança e medo da perda, interferem na dinâmica e tende a dificultar o trabalho de busca de soluções adequadas aos problemas. Neste contexto, o psicólogo propicia uma revisão nas inter-relações, com fins de diluir as tensões, de modo que o curso dos acontecimentos sane as dificuldades do paciente, dos familiares e da equipe. A observação deste fenômeno durante o levantamento das principais demandas do Hospital Geral João Alves Filho, no Setor de Pediatria, em cumprimento ao Estágio Básico I, durante o qual foram registradas situações de tensão, conflito e confronto entre familiares de crianças internadas e integrantes da equipe técnica, interferindo na execução dos procedimentos de cuidado ao enfermo infante. Por conta desta realidade, foi estruturada uma proposta de intervenção cujo objetivo era minimizar a ansiedade e a angústia dos atores do processo de hospitalização da criança, com foco nas figuras maternas. Para tanto, foram realizadas dinâmicas de grupo com mães e/ou acompanhantes, durante as quais desenvolveu-se atividades interativas com as crianças e com as demais acompanhantes, dissensibilizações com fins de expressão e compartilhamento de ansiedades e conflitos, propiciando um espaço de integração e ocupação. A partir dessas atividades foram evidenciados estados emocionais ansiogênicos, principalmente quanto à desinformação do real estado de saúde da criança e o período de alta do hospital, assim como a relação sectária com a vida fora dos muros da instituição, com a continuidade das obrigações quanto ao demais familiares, em especial, conciliar os demais filhos e a necessidade de cuidado com a criança internada. Outro aspecto levantado dirigia-se a percepção negativa que a equipe técnica demonstrava das práticas de cuidado das mães ou responsáveis para com as crianças, responsabilizando-as pelo adoecer das crianças, fator que gerava bastante atrito nas relações. Foi evidenciada uma grande dificuldade da equipe de saúde em compreender a função destas atividades, tornando-a, a todo o momento, interrompida, questionada e suspensa. Porém aquelas realizadas trouxeram uma resposta bastante positiva, pois abriu um espaço de escuta e reflexão, junto a isto houve também a perspectiva das acompanhantes terem a oportunidade de criar vínculos entre si, além de fortalecerem mais a relação com a criança, intermediado por atividades lúdicas. Estes aspectos estão previstos na prática da psicologia no ambiente hospitalar, visto que não há um espaço e um tempo de atuação definido, este tem que se adequar às circunstâncias e necessidades situacionais, bem como superar as resistências da equipe de saúde e a desinformação dos pacientes e familiares.

**Palavras-chaves:** Psicologia hospitalar, família, pediatria, equipe de saúde

**Atividade: Intensificação de cuidados a pacientes psicóticos: uma clínica ampliada (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Intensificação de cuidados a pacientes psicóticos: uma clínica ampliada

**Autor(es):** Andréa Pato Vieira de Campos, Cristiane Batista Silva, Fernanda Rebouças Maia Costa, Carla Silva Fiaes, Érica Almeida Coelho, Mariana Ferreira Santos Carteador, Tatiana Lacerda Medeiros

**Resumo:** O Programa de Intensificação de Cuidados a pacientes psicóticos (PIC) surgiu há três anos com o objetivo de proporcionar a estudantes de graduação uma experiência de atuação clínica numa perspectiva ampliada, tratando a psicose como um fenômeno psicossocial. Essa atuação está em conformidade com os pressupostos da Reforma Psiquiátrica, as diretrizes da nova legislação em saúde mental e com a tentativa de incentivar a autonomia, respeitar as singularidades e interromper as recorrentes internações desses pacientes. Dos 30 pacientes acompanhados pelo Programa, a maioria foi encaminhada pelo Hospital Especializado Mario Leal (HEML), localizado na cidade de Salvador. O grupo dos estagiários é composto por estudantes de Psicologia e Medicina da UFBA e de Terapia Ocupacional da Fundação Bahiana para o Desenvolvimento da Ciência (FDC), totalizando 26 graduandos. As supervisões ocorrem semanalmente e de forma coletiva com coordenação de um professor de cada instituição. O trabalho consiste na realização de visitas domiciliares, grupos e passeios terapêuticos, reunião com os familiares, acompanhamento a consultas psiquiátricas e assessoria no encaminhamento de documentações, benefícios e questões jurídicas. Por considerar a psicose um arranjo psíquico que engloba aspectos psicossociais, a atuação dos estagiários ocorre em espaços pouco convencionais e abrange toda a rede social do paciente. O acompanhamento de cada paciente é realizado em dupla, o que possibilita uma maior riqueza na compreensão dos casos, além de permitir que o cuidado englobe os familiares. Todo o trabalho realizado no PIC fundamenta-se numa presença orientada, ou seja, em qualquer lugar que se dê o encontro, a clínica se faz possível, dada a escuta diferenciada e a intencionalidade da atuação. Um outro conceito fundamental que orienta esta prática é o vínculo, por partir da hipótese que os sujeitos psicóticos têm uma vulnerabilidade relacional e, por isso, tendem a estabelecer vínculos frágeis e conturbados durante a vida. O Programa possibilita a criação de um vínculo com um cuidador intencional e sensível às dificuldades do paciente na relação com o outro. No decorrer do acompanhamento desses pacientes é freqüente a presença de crises, o que torna essencial que se desenvolvam recursos para lidar e abordar a mesma. O primeiro passo é compreender que a crise pode ser a única possibilidade que aquele sujeito encontrou para suportar sua existência no mundo. A partir daí, confiando no vínculo já estabelecido, intensifica-se os cuidados com esse paciente no sentido de estar junto, vivenciando a crise e se situando como um núcleo organizado em um meio que parece caótico. A mediação nas relações com aqueles diretamente envolvidos na crise como, por exemplo, os familiares, se torna ainda mais relevante nesse momento. Alguns resultados puderam ser observados ao longo desses três anos do PIC, tais como a redução do número de internações, o fortalecimento e ampliação das redes sociais e a conquista significativa de autonomia por parte dos pacientes, além do amadurecimento profissional dos estagiários que compõem o referido programa.

**Palavras-chaves:** Psicose, Intensificação de cuidados, Clínica Psicossocial

**Atividade: ATITUDE DOS ESTUDANTES DE PSICOLOGIA E MEDICINA FRENTE À REFORMA PSIQUIÁTRICA: UM ESTUDO COMPARATIVO (Painéis)**

**Trabalho: ATITUDE DOS ESTUDANTES DE PSICOLOGIA E MEDICINA FRENTE À REFORMA PSIQUIÁTRICA: UM ESTUDO COMPARATIVO**

**Autor(es):** Cleidiana Ferreira de Paulo Sá,Jaqueline Marins,Midori Decco,Anamélia Rocha,Paloma Abelin,CLAUDIO CAVAS

**Resumo:** O movimento da reforma psiquiátrica nasceu como uma tentativa de oferecer ao sujeito portador de transtorno mental novas possibilidades que não a segregação. A loucura, até então era um assunto restrito ao modelo psiquiátrico clássico. Tal modelo tinha como seu objeto, o tratamento da doença mental. A partir desse movimento, ampliaram-se as possibilidades de tratamento para a loucura, e a ênfase passou a ser a promoção da saúde mental. Ocorre nesse contexto a tentativa de substituição dos manicômios, responsáveis pelos altos índices de cronificação, por novos dispositivos como os Centros de Atenção Psicossocial, que proporcionam uma maior integração entre aqueles que sofrem de transtornos mentais e a sociedade. Há ainda a valorização de novos recursos terapêuticos, como oficinas, trabalho protegido etc, para além da super medicalização e do eletrochoque, métodos muito presentes na psiquiatria clássica. O presente trabalho tem como objetivo fazer uma comparação entre a atitude dos estudantes de medicina e de psicologia, em relação às práticas clínicas propostas pela reforma psiquiátrica, e as práticas clínicas da psiquiatria tradicional. Após uma revisão bibliográfica sobre o tema, foi elaborado um questionário fechado com 29 questões. Em seguida, foi feita a aplicação desse instrumento em 100 estudantes a partir do 4º período da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sendo 50 do curso de Medicina e 50 do curso de Psicologia. Após um tratamento estatístico das respostas, em que foi aplicada a prova do Qui-quadrado para cada questão ao nível de significância de 0,05, foi possível verificar que houve diferença significativa entre os estudantes de psicologia e de medicina no que se refere ao tratamento com eletrochoque, sendo os estudantes de medicina mais favoráveis a essa prática que os estudantes de psicologia; ao lugar central do médico em relação ao tratamento, sendo que os estudantes de medicina consideram imprescindível o acompanhamento dos pacientes por esse profissional; a idéia de autonomia, sendo os estudantes de psicologia mais favoráveis a dar um lugar de autonomia a esses pacientes. Os estudantes de medicina consideram necessária a internação e julgam prioritário no tratamento o uso da medicação. Tanto os estudantes de psicologia quanto os de medicina não divergem quanto à importância para o tratamento do apoio familiar, da convivência em sociedade desses pacientes e da utilização de outros recursos de tratamento como as oficinas terapêuticas. Os resultados encontrados nos permitem afirmar que há uma diferença em relação à idéia do que seja tratamento para pessoas com transtornos mentais para essas duas áreas da saúde. Tais resultados podem ser justificados pela formação dada aos estudantes do curso de medicina, ainda muito voltada para os aspectos biológicos, o que difere da proposta da reforma psiquiátrica que considera os aspectos sociais e psíquicos, como sendo mais relevantes. Conclui-se que se faz necessário a realização de discussões permanentes, no sentido de promover uma maior divulgação e conscientização das propostas do movimento da reforma psiquiátrica.

**Palavras-chaves:** reforma psiquiátrica,saúde mental,atitude

**Atividade: ATUAÇÃO PSICOLÓGICA E FONOAUDIOLÓGICA JUNTO AOS PACENTES COM PARALISIA FACIAL PÓS- ACIDENTE VASCULAR ENCEFÁLICO (Paineis)**

**Trabalho:ATUAÇÃO PSICOLÓGICA E FONOAUDIOLÓGICA JUNTO AOS PACENTES COM PARALISIA FACIAL PÓS- ACIDENTE VASCULAR ENCEFÁLICO:RELATO DE EXPERIÊNCIA**

**Autor(es):** Rayné Moreira Melo Santos,Dayane Silva Rego

**Resumo:** O Acidente Vascular Encefálico (AVE) é uma morbidade que apresenta alto risco de óbito e incapacidade. Atualmente, há grande incidência de pacientes acometidos pelo Acidente vascular Encefálico no cenário mundial. Dentre as seqüelas apresentadas, tem-se a paralisia



facial, onde o paciente passa a ter uma nova imagem, mesmo que transitória; A paralisia facial é uma situação de impacto, na qual a pessoa perde a possibilidade da comunicação não-verbal, ou seja, das informações fornecidas ao interlocutor que apenas as palavras expressas oralmente não são capazes de transmitir. A relevância da estética no meio social também deve ser considerada e, aquele que apresenta uma alteração importante deste aspecto, poderá ter prejudicado o seu convívio social. Este trabalho visa mostrar a eficácia da interdisciplinaridade da atuação do psicólogo com o fonoaudiólogo, somando-se a intervenção de outros profissionais. Na literatura, há trabalhos que descrevem diferentes aspectos da paralisia facial periférica e que apresentam estatística numerosa. Além disso, um Simpósio sobre o nervo facial ocorre a cada quatro anos, no qual são apresentados trezentos estudos em média dos diferentes aspectos do nervo facial como anatomia, histologia, fisiologia, patologia, imunologia, procedimentos para diagnóstico, topografia das lesões e tratamento. Entretanto, quando se trata da paralisia facial central existe um número menor de trabalhos publicados, bem como uma estatística significativamente menor. A paralisia facial central emocional é a perda de força quando os movimentos faciais são evocados espontaneamente, como no sorriso, com ativação voluntária normal. Na ADEFAL, são atendidos vinte pacientes por semana com seqüela de paralisia facial pós-AVE recente, com a faixa etária de 45-70 anos, ambos os gêneros, que fazem parte da Alta Complexidade – um dos procedimentos do SUS, que tem como norma o tratamento em, no máximo, nove meses, comprovando a necessidade de uma efetividade do processo terapêutico. Os atendimentos duram, em média, trinta minutos. Na atuação do psicólogo é utilizada a técnica de psicoterapia breve. Na atuação do fonoaudiólogo é dado ênfase em distúrbios miofuncionais orofaciais, não há relato de disfagia e afasia. O caso do paciente é sempre discutido antes e após o tratamento, priorizando linhas homogêneas de abordagem. Pretende-se assim, descrever as ações e estratégias que têm sido realizadas nesta instituição, na atuação interdisciplinar do psicólogo com o fonoaudiólogo junto aos pacientes com seqüela de paralisia facial pós-AVE recente. Essa atuação necessita ser disseminada para contribuir com pesquisas futuras em relação ao tema, o qual não se esgota nesse trabalho, e sim, em muitos outros que surgirão a partir dessa valiosa experiência.

**Palavras-chaves:** Acidente Vascular Encefálico, Paralisia Facial, Interdisciplinar, Psicoterapia, Fonoterapia

**Atividade: O Discurso de sobre o Lúpus (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** O Discurso sobre o Lúpus

**Autor(es):** Nadia Regina Loureiro de Barros Lima

**Resumo:** Com este trabalho, buscamos tecer uma reflexão em torno do funcionamento discursivo sobre o Lúpus, à luz do dispositivo teórico-metodológico da Análise do Discurso (AD). Nessa busca, propomos apreender o sentido da doença, articulando estrutura e acontecimento, conceitos estes fundamentais na Teoria do Discurso, donde a questão: Como se dá o funcionamento discursivo sobre o Lúpus, considerando a articulação entre estrutura e acontecimento psicossomático? Tendo em vista o caráter de entremeio da Teoria da Análise do Discurso, a busca de resposta para tal questão será construída a partir de um lastro epistemológico transdisciplinar, constituído por uma pluralidade de campos de saberes pertencentes não só ao campo da Teoria da AD (Linguística, Materialismo Histórico, Teoria do Discurso, atravessados pela teoria psicanalítica da subjetividade), mas também correspondentes aos da Teoria Psicossomática e de Gênero. Entre as razões que despertaram nosso interesse por tal reflexão, destacamos o desejo de conhecer o funcionamento discursivo sobre o Lúpus e que relação poder-se-ia estabelecer com a significativa incidência dessa afecção em mulheres. O Lúpus é uma enfermidade crônica de causa desconhecida, que pode atingir todos os órgãos do corpo, e por isso é caracterizada como sistêmica - Lúpus Eritematoso Sistêmico - LES. Apesar do desconhecimento das causas do Lúpus, é sabido que alguns fatores estão envolvidos no seu aparecimento, de ordem ambiental, genético e emocional; é em relação a este último, que o Lúpus é caracterizado como um fenômeno psicossomático (FPS). A relevância dessa reflexão consiste em, entre outras contribuições, poder apontar para a possibilidade de se identificar

indicadores significativos relacionados ao funcionamento discursivo sobre o adoecer; enquanto acontecimento discursivo, estariam vinculados a uma rede de relações dialeticamente conectadas, constituindo um todo (estrutura) somato – psico - social. Considerando o dispositivo de análise da Teoria da AD, construído a partir da questão dirigida aos materiais de análise (corpus), nos propomos, para efeito dessa reflexão, trabalhar com alguns enunciados proferidos por pessoas portadoras de Lúpus; com isso, objetivamos apreender como funciona o acontecimento psicossomático, enquanto acontecimento discursivo, produzindo efeitos de sentidos, tendo em vista examinar de que modo as condições de produção dos tempos da dinâmica da afecção podem afetar a estrutura psíquica, o acontecimento psicossomático e, conseqüentemente, o discurso sobre o Lúpus. Em suma, do ponto de vista investigativo, essa reflexão se propõe contribuir não só para o campo do conhecimento, especificamente para a apreensão do adoecer em sua complexidade processual, concernente aos saberes médico, psicanalítico, psicossomático, discursivo e da teoria de gênero, mas também, diretamente, para com as pessoas portadoras de afecções psicossomáticas, em particular, as portadoras de Lúpus, no que se refere à saúde e melhor qualidade de vida.

**Palavras-chaves:** Discurso, Psicossomática, Gênero, Psicanálise, Lúpus

**Atividade: Modelo de Socialização e Intervenção em Saúde Mental (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Modelo de Socialização e Intervenção em Saúde Mental

**Autor(es):** Maria Celeste Andrade de Almeida, Lidiane de Almeida Barbalho, LUCIANA FREITAS MONTEIRO BONFIM

**Resumo:** O cuidado em saúde mental tem sido caracterizado, ao longo de décadas, em todo o mundo, pela exclusão social, reforçado pelo modelo hospitalocêntrico. Tal modelo se caracteriza pela intervenção individual, através de uma atenção na crise, e centrado na assistência medicamentosa, que traz como conseqüências a estigmatização, o isolamento social e a alienação, reforçando a falta de habilidade da sociedade em lidar com o sofrimento psíquico. Este trabalho propõe-se a relatar a experiência da Oficina de Saúde do CAPS II (Centro de Atenção Psicossocial) de Vitória da Conquista-BA, que tem por objetivo proporcionar um espaço de informação e integração, discutindo temas ligados às psicopatologias e às suas formas de tratamento. As oficinas terapêuticas são umas das principais formas de tratamento oferecido nos CAPS; são atividades realizadas em grupo com a presença de um ou mais profissionais de saúde e/ou estagiários. A experiência da oficina relatada neste trabalho foi realizada por estagiários, com supervisão de profissionais, e os temas discutidos eram definidos de acordo com o interesse dos usuários. Dentro de um novo paradigma de cuidado em saúde mental, baseado na desinstitucionalização, reinserção social (acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis, fortalecimento dos laços familiares e comunitários) e em um tratamento mais humanitário, essa oficina permite ao usuário conhecer melhor sua patologia e lidar com situações de crise, desmitificando-se a idéia de que o portador de transtorno mental é um “louco” ou um “inútil”. Entendemos que o direito à informação sobre a sua doença é um dos pontos críticos da relação instituição/usuário, tendo em vista a falta de diálogo imposta pelo sistema asilar. De acordo com o Art. 2º da lei nº 10.216, de 2001, o usuário tem o direito de receber o maior número de informação a respeito de sua doença e de seu tratamento. As reuniões são realizadas semanalmente desde fevereiro de 2006, com duração de 90 minutos, e é aberta a todos os usuários, tendo em média 12 participantes por sessão. A metodologia facilita a socialização e construção coletiva de alternativas para lidar com o sofrimento mental e suas implicações, além de ser uma tentativa de maior integração entre paciente e sociedade, uma vez que o grupo ajuda seus participantes a expressarem com maior facilidade seus conflitos e sentimentos, e a estabelecerem relações positivas. Quando necessário, há, paralelamente ao grupo, atendimento psicoterápico individual supervisionado. Com isso, observa-se maior aceitação das perdas, melhoria da auto-estima e autonomia, resgatando-se, assim, a cidadania do portador de sofrimento mental.

**Palavras-chaves:** saúde mental,CAPS II,oficina de saúde,reinserção social

**Atividade:** PROGRAMA INTEGRADO DE ORIENTAÇÃO MATERNO-INFANTIL  
(Paineis)

**Trabalho:**PROGRAMA INTEGRADO DE ORIENTAÇÃO MATERNO-INFANTIL - PREVENINDO O ESTRESSE HOSPITALAR-RETROSPECTIVA E AVANÇOS

**Autor(es):** Maria Nazaré Santos Galindo Martins,Leydjane Nunes Carvalho,Cicera Gomes da Silva,Denise Maria Moura Soares,Manon de Oliveira Mello,Emanuel Belarmino R. dos Anjos,Laísa Malta Costa de Messias,Milliam Carla Cavalcante do Nascimento,Viviane Soares Nunes,Sara Evaristo de Lima Melo

**Resumo:** O Programa Integrado de Orientação Materno-Infantil – registrado na Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Alagoas - UFAL iniciou no Caic Jorge de Lima (1994), coordenado pela profª Mª Nazaré S. G. Martins. Desde 1995, funciona na Clínica Pediátrica do Hospital Universitário Professor Alberto Antunes, HUPAA – UFAL. O Programa tem entre seus objetivos, propiciar aos discentes a oportunidade de participarem de trabalhos de extensão, exercitar a relação profissional-cliente, aperfeiçoando as ações dirigidas às mães acompanhantes e às crianças enfermas e prevenir o estresse em mães e crianças durante e pós-hospitalização. Com a participação diária dos alunos do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, previamente treinados, o Programa, desde o início, adota metodologia simples adaptada às condições de saúde das crianças enfermas, priorizando o livre brincar (música, jogos, desenhos, pintura, histórias infantis, teatrinhos, etc.) como estratégia de prevenção ao estresse e traumas durante e pós-hospitalização. A aquisição de todo material utilizado nas atividades (brinquedos, cd's, livros de histórias, jogos, etc.) era feita basicamente por meio de doações. Atualmente, o Programa começou a lançar mão de novas formas que viabilizam a compra dos materiais necessários, como a realização de Feiras da Pechinha. Os resultados obtidos ao longo dos 13 anos (1994-2007) de existência do Programa Integrado de Orientação Materno-Infantil permitiram um acúmulo de experiência, traduzido a cada ano pela crescente motivação dos participantes (coordenadores, monitores e estagiários) que buscam aperfeiçoar formas de atuação revertidas em benefícios para as crianças enfermas e respectivas mães, durante a hospitalização. Entre os resultados do Programa podemos citar a visível aceitação das crianças ao tratamento e aos procedimentos terapêuticos dolorosos, quando estas foram preparadas através do brincar pelos acadêmicos estagiários; a resposta positiva das crianças que necessitam retornar ao hospital e ao tratamento, quando estas foram acompanhadas pelos estagiários em internações anteriores. As atividades desenvolvidas vêm contribuindo para: a prevenção do estresse hospitalar em mães e acompanhantes e em crianças enfermas; realização de pesquisas (iniciação científica, TCCS e dissertação de mestrado); criação de cursos de formação em prevenção ao estresse hospitalar, ministrados para acadêmicos de psicologia e áreas da saúde, possibilitando identificar estressores na Clínica Pediátrica e UTI do Hospital Universitário - UFAL, bem como, no Centro de Tratamento de Queimados, Setor de Cardiologia, UTI e Pediatria da Unidade de Emergência Dr.º Armando Lages - AL. As atividades do Programa vêm favorecendo à apresentação de trabalhos em congressos internacionais, nacionais, regionais e outros eventos locais, tanto por professores como por alunos/estagiários vinculados ao Programa.

**Palavras-chaves:** PREVENÇÃO,ESTRESSE,HOSPITALIZAÇÃO

**Atividade: PREVALÊNCIA DE DISTÚRBIOS DO SONO EM CRIANÇAS BRASILEIRAS DE 7 A 10 ANOS DE IDADE.**

**(Paineis)**

**Trabalho:PREVALÊNCIA DE DISTÚRBIOS DO SONO EM CRIANÇAS BRASILEIRAS DE 7 A 10 ANOS DE IDADE.**

**Autor(es):** Izilda Malta Torres, Luciane Bizari Coin de Carvalho, Marilaine Medeiros de Almeida, Lucila Bizari Fernandes do Prado, Gilmar Fernandes do Prado

**Resumo:** INTRODUÇÃO. Distúrbios do Sono na infância são muito comuns, principalmente os não-respiratórios, porém para algumas crianças, eles podem ter efeitos significantes no comportamento e rendimento das atividades diárias, principalmente escolares. Os distúrbios do sono também estão relacionados a distúrbios emocionais devidos ao relacionamento com os pais e colegas, que gera higiene do sono conturbada (atraso de fase ou privação de sono). Com os pais trabalhando fora e voltando para casa mais tarde, somando-se aos programas de televisão e videogame, e casas comerciais funcionando 24 horas por dia, a criança tem uma superestimulação no período em que deveria estar dormindo, gerando distúrbios do sono relacionados a padrões cronobiológicos desajustados. OBJETIVO. Verificar a prevalência de distúrbios de sono na população infantil de 7 a 10 anos de idade e investigar quais são as associações mais freqüentes entre os distúrbios de sono na infância. MÉTODO. Foram estudadas 3574 crianças (50,5% meninas), entre 7 e 10 anos, cursando o ensino fundamental de escolas estaduais da região centro-sul da cidade de São Paulo, Brasil. Os pais ou responsáveis responderam 15 perguntas sobre o sono da criança. Consideramos os seguintes distúrbios do sono: enurese noturna, sonilóquio, sonambulismo, ronco, insônia, sonolência excessiva diurna, pesadelo-terror noturno, bruxismo. RESULTADOS. Verificamos que 1730 (48%) das crianças apresentaram distúrbios do sono, sendo 917 (53%,  $p=0,003$ ) meninos. Os distúrbios do sono mais prevalentes foram: bruxismo 20%, pesadelo-terror noturno 16% e ronco 15,4%. Bruxismo (44%,  $p=0,005$ ), ronco (35%,  $p=0,003$ ) e enurese noturna (22%,  $p=0,001$ ) foram mais freqüentes entre os meninos do que entre as meninas. Já a insônia (11%) e pesadelo-terror noturno (51%) apesar de mais freqüentes nas meninas, não foram maiores que para os meninos. Houve um aumento progressivo das freqüências de ronco ( $p=0,003$ ) e sonolência diurna ( $p=0,002$ ) com o avançar da idade. A prevalência de comorbidades entre os distúrbios do sono esteve presente em 455 crianças (26%), sendo 243 (53%) meninos, e a maioria com 10 anos de idade (35%,  $p=0,001$ ). As associações mais freqüentes foram sonilóquio e pesadelo-terror noturno (72%;  $p<0,001$ ), sonolência excessiva diurna e pesadelo-terror noturno (44%;  $p<0,001$ ) e insônia e sonolência excessiva diurna (35%;  $p=0,003$ ). CONCLUSÃO. O distúrbio de sono mais freqüente foi o bruxismo, os meninos apresentaram mais distúrbios do sono e houve um aumento progressivo de ronco e sonolência excessiva diurna com a idade. Algumas associações de distúrbios do sono são freqüentes, constituindo comorbidades intrínsecas ao conjunto de doenças do sono que afetam as crianças. As crianças mais velhas parecem ser afetadas freqüentemente.

**Palavras-chaves:** distúrbios do sono, crianças, bruxismo e sonilóquio

**Atividade: CONDIÇÕES CRÔNICAS DE SAÚDE  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho: CONDIÇÕES CRÔNICAS DE SAÚDE: O DESAFIO DA PSICOLOGIA NOS CUIDADOS E NA PROMOÇÃO DE SAÚDE**

**Autor(es):** Caroline Araújo Lemos, Liliane Pereira Braga, Ádala Nayana de Sousa Mata, Camomila Lira Ferreira, Eulalia Maria Chaves Maia

**Resumo:** As doenças denominadas crônicas se caracterizam pela produção de sintomas e sinais em um período variável de tempo, de curso prolongado, e uma recuperação parcial. Elas se constituem como o principal problema de saúde para os países em desenvolvimento, aumentando em ritmo acelerado no mundo e correspondendo à principal causa de incapacidade no mundo até o ano de 2020, atingindo até 60% da carga global de doenças. No Brasil, por exemplo, foi registrado um total de 946932 óbitos em 2002, por Doenças e Agravos Não Transmissíveis (DANT), sendo 32% devido a doenças do aparelho circulatório, 15% a neoplasias e 11% a doenças do aparelho respiratório. Quanto à magnitude e ao peso decorrente dessas doenças mais prevalentes, estudos indicam que elas são responsáveis pelas maiores proporções de anos de vida perdidos por morte prematura, pela vivência e pelo ajustamento à situação de incapacidade. As enfermidades crônicas parecem ser conseqüência do aumento do número de pessoas com 60 anos ou mais de idade, além da mudança no estilo de vida da população que, com o processo de urbanização-industrialização, ficou mais exposta aos fatores de risco, como alimentação inadequada, consumo de álcool e tabaco, e o sedentarismo. Dessa forma, as doenças crônicas passam a demandar mais ações, procedimentos e serviços de saúde, o que vem a gerar um grande impacto sócio-econômico nas organizações de assistência à saúde, bem como no indivíduo e sua família, tendo estes últimos, ainda, perdas em níveis biológicos, sociais e psicológicos. As políticas e os serviços de saúde devem ser revistos, pois estão voltados para o tratamento dos problemas agudos, impedindo uma visão integral do indivíduo. Quando não tratadas adequadas e oportunamente, tendem a provocar complicações e seqüelas que dificultam a independência e a autonomia das pessoas, interferem nas suas aspirações, estilo de vida e atividades, podendo, também, gerar algumas desordens, como a ansiedade e a depressão. Além disso, sua reação diante dessa experiência desconhecida pode lhe trazer sentimentos de culpa, medo, angústia e apatia, e ameaçar a rotina do seu dia-a-dia, podendo ser freqüentemente submetido a hospitalizações para exames e tratamento à medida que a doença progride. Tais mudanças e alterações exigem estas adaptações a um novo estilo de vida, o que pode desencadear reações psíquicas definidas, produzindo uma série de conflitos emocionais, e por este motivo, as intervenções psicossociais vêm ganhando espaço nos cuidados, tornando emergente a necessidade do profissional da Psicologia na equipe multiprofissional. O grande desafio dos sistemas de saúde e de seus profissionais, inclusive dos psicólogos, é proporcionar a busca por uma vida saudável, reduzindo os fatores de risco e integrando os níveis elementares dos sistemas de saúde. Diante desses aspectos, não há um único profissional que possa tratar o indivíduo isoladamente. Esse profissional deve estar inserido em equipe para atuar com base em um atendimento no trabalho profilático em todos os níveis, visando uma estabilização do quadro da saúde, e buscando uma modificação, mesmo que gradativa, nos critérios e atitudes de cuidados com a saúde de uma forma multifatorial e multidirecionada. Entre outros fatores, o reconhecimento das doenças e suas formas, agudas e crônicas, são fundamentais a fim de elaborar melhores estratégias dessa ação e desse cuidado.

**Palavras-chaves:** Condições Crônicas, Promoção de Saúde, Psicologia da Saúde, Equipe Multiprofissional

**Atividade: Desenvolvimento e Implementação de um Programa de Habilidades Sociais para Crianças em Situação de Vulnerabilidade Social (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Desenvolvimento e Implementação de um Programa de Habilidades Sociais para Crianças em Situação de Vulnerabilidade Social

**Autor(es):** Marina de Moraes e Prado, Sheila Giardini Murta

**Resumo:** O desenvolvimento humano em situações de vulnerabilidade social vem sendo

estudado por diversos autores nas últimas décadas, visando principalmente a descoberta de fatores que possam ajudar as pessoas a manterem um desenvolvimento saudável mesmo frente a inúmeras adversidades. Isto fez emergir diversos estudos sobre resiliência. Esta refere-se ao surgimento de respostas positivas diante de ameaças ao desenvolvimento e à adaptação do indivíduo, permitindo, portanto, manter-se saudável mesmo em presença de inúmeros fatores de risco. Estes são descritos na literatura como sendo eventos negativos de vida, que quando ocorrem, aumentam a probabilidade do indivíduo desenvolver problemas físicos, sociais ou emocionais. Fatores de proteção atuam diante dos fatores adversos, sendo recursos pessoais, do ambiente ou do funcionamento psicológico do indivíduo, que amenizam ou superam os riscos. O crescimento da criança em um ambiente sócio-econômico precário é ressaltado por diversos autores como sendo um risco ao seu bem-estar e uma possibilidade de limitação ao seu desenvolvimento. Enquanto as habilidades sociais são descritas como fatores de proteção. Estas podem ser definidas como comportamentos habilidosos emitidos em um contexto interpessoal que expressa pensamentos, sentimentos, desejos, de forma adequada à situação, viabilizando relações interpessoais bem sucedidas e minimizando a probabilidade de problemas futuros. Abrangem respostas do tipo: iniciar e manter conversações, falar em público, expressar sentimentos, defender os próprios direitos, pedir favores, recusar pedidos, fazer e receber elogios, expressar opiniões pessoais, inclusive discordantes, pedir desculpas, pedir mudança de comportamento e lidar com críticas. Desenvolveu-se um programa de habilidades sociais, com o objetivo de aumentar e fortalecer os fatores de proteção para que a criança tivesse uma maior probabilidade de desenvolvimento saudável. O trabalho foi feito em um centro comunitário de uma instituição religiosa, em uma cidade do interior de Goiás. As famílias foram visitadas em casa, recebendo explicações sobre o Programa e convite para a participação dos filhos. Participaram do Programa 10 crianças de 10 a 11 anos, sendo 6 homens e 4 mulheres, com condição sócio-econômica baixa. Foram realizados 10 encontros semanais, em grupo, com duração de uma hora e vinte minutos. Os encontros eram semi-estruturados, sendo utilizadas técnicas cognitivo-comportamentais, como instruções, modelação, ensaio comportamental, retroalimentação, reforçamento, aprendizagem de novos comportamentos mais adaptativos, relaxamento, reestruturação cognitiva e treinamento em solução de problemas. A estrutura do encontro consistia em uma avaliação inicial da dose recebida, quando se buscava acessar os progressos que os participantes tiveram durante a semana, bem como suas dificuldades e os resultados de tarefas de casa. Em seguida eram realizadas técnicas vivenciais visando o desenvolvimento de temas como percepção e expressão de sentimentos, auto-conhecimento, auto-estima, auto-eficácia, enfrentamento de riscos para o seu crescimento, forma de expressão assertiva, relação familiar, sexualidade, identificação e questionamento de erros de pensamento, gênero, construção de metas e planos de vida e resolução de problemas. Ao final, avaliava-se a satisfação do consumidor, visando saber como os participantes se sentiram durante o encontro e como estavam se sentindo ao término. Após a finalização do encontro, a facilitadora preenchia um formulário de frequência dos participantes, um relatório assistemático sobre o encontro e um checklist de habilidades sociais, que continham tanto comportamentos desejáveis para uma melhor interação social, como comportamentos problemas que deveriam ser trabalhados durante os encontros. A análise dos resultados constatou uma presença efetiva dos 10 participantes, sendo que se notou um aumento significativo, durante o desenvolvimento do trabalho, de ocorrência de comportamentos tais como iniciar e manter conversações, fazer elogios, agradecer, lidar com críticas, expressar sentimentos negativos, cumprimentar, despedir, oferecer ajuda, defender os próprios direitos, reconhecer problemas e identificar possíveis soluções. Houve ao mesmo tempo, um decréscimo considerável na ocorrência de comportamentos como olhar para baixo enquanto fala, agredir fisicamente o colega, interromper a fala dos colegas e da facilitadora, dentre outros. Pode-se perceber a partir do checklist, da presença dos participantes e de seus relatos e comportamentos durante os encontros, que os objetivos foram alcançados de modo a melhorar as habilidades sociais já existentes como fazer perguntas, e ensinar habilidades sociais como assertividade, conversar com contato visual, dentre outros. Apesar dos resultados alcançados serem satisfatórios, sugere-se que intervenções futuras possam abranger o contexto familiar e escolar, além do individual para que se possam ter resultados mais abrangentes e satisfatórios, aumentando ainda mais os fatores de proteção para um desenvolvimento saudável.

**Palavras-chaves:** Habilidades Sociais, Vulnerabilidade Social, Infância

**Atividade: O QUE PENSAM OS FAMILIARES EM RELAÇÃO AO SUJEITO PORTADOR DE TRANSTORNOS MENTAIS (Paineis)**

**Trabalho:**O QUE PENSAM OS FAMILIARES EM RELAÇÃO AO SUJEITO PORTADOR DE TRANSTORNOS MENTAIS

**Autor(es):** Danyelle Monte Fernandes Costa,ELIANE RAFAEL BARBOSA

**Resumo:** INTRODUÇÃO: A literatura tem mostrado uma variedade de atitudes, muitas vezes estereotipadas, da população frente ao portador de transtorno mental. Portanto conhecer a atitude dos familiares frente ao sujeito portador de transtorno mental é valioso, considerando a mudança de atitude que vem se estruturando socialmente frente a esse sujeitos, e a família é vista atualmente como co-participante no processo de reabilitação psicossocial destas pessoas que sofrem psiquicamente e que precisam ser consideradas como pessoas capazes e com direitos de exercer sua cidadania. Esses Centros MÉTODO:A Pesquisa foi realizada em um Centro de atenção psicossocial na cidade de João Pessoa localizado em um grande bairro da periferia. AMOSTRA: Composta por 16 familiares de usuários desse CAPS. INSTRUMENTO: Escala de atitude frente ao doente mental tipo Likert validada e aplicada em estudos anteriores. PROCEDIMENTO: Os sujeitos foram comunicados pelos pesquisadores por telefone sobre a pesquisa e convidados a participar da pesquisa de forma voluntária, marcou-se o dia e horário para aplicação do instrumento e o mesmo foi aplicado de forma coletiva em uma sala no próprio Centro, foi realizada uma leitura para esclarecer quaisquer dúvidas e em seguida cada um dos sujeitos respondia seu questionário individualmente. RESULTADOS: Observou-se que 93,75% dos familiares afirmam que o sujeito portador de transtornos mentais é uma pessoa vista como incapaz de pensar e agir e 75% apontam este sujeito como uma pessoa desorientada, tanto no agir como no falar, quanto no pensar e recordar, enquanto que 62,5% percebem o sujeito portador de transtorno mental como um indivíduo que não apresenta dificuldade de relacionamento com os outros e consigo mesmo, é uma pessoa que tem vontade própria, reconhece os seus familiares e apresenta habilidades para fazer amizades, disposição para o trabalho e apresentando uma boa percepção e memória. CONCLUSÃO: Os resultados corroboram com pesquisas anteriores que apontam esteriótipos aos doentes em relação a alguns aspectos como de orientação e incapacidade, uma observação interessante é que os familiares percebem o sujeito portador de transtorno mental um indivíduo que não tem dificuldade de se relacionar com as pessoas apresentando inclusive uma habilidade em construir amizades. Esses resultados nos fazem pensar que houve uma avanço significativo em relação a alguns pontos percebidos pelos familiares, no entanto ainda se faz necessário um trabalho mais intenso de conscientização com os familiares desses sujeitos, pois a partir do momento que os familiares reconhecerem e compreenderem o papel e limites de cada membro da família , contribuirá junto à instituição no processo de reabilitação dos portadores de transtornos mentais.

**Palavras-chaves:** CAPS,TRANSTORNO MENTAL,FAMILIARES

**Atividade: Psicologia e Hemodialise: (Experiências em Debate)**

**Trabalho:**Psicologo

**Autor(es):** Remerson Russel Martins

**Resumo:** Este trabalho busca discutir o trabalho desenvolvido pela Psicologia junto a duas das clínicas de hemodiálise situadas na região da grande Natal, RN. As doenças crônicas têm recebido maior atenção dos profissionais de saúde nas últimas décadas. Isso se deve ao importante papel desempenhado na morbi-mortalidade da população mundial, não sendo apenas privilégio da população mais idosa, já que também as doenças crônicas atingem os jovens em idade produtiva. No Brasil, a prevalência de pacientes mantidos em programa crônico de diálise mais que dobrou nos últimos oito anos. A incidência de novos pacientes cresce cerca de 8% ao

ano, tendo sido 18.000 pacientes em 2001. O gasto com o programa de diálise e transplante renal no Brasil situa-se ao redor de 1,4 bilhões de reais ao ano. Diante disso, faz-se cada vez mais necessário o desenvolvimento de pesquisas e estudos que busquem avaliar a influência dos aspectos psicológicos do paciente renal sobre a evolução de sua condição clínica. Tais aspectos representam a adesão do paciente ao tratamento, o seguimento das recomendações médicas e nutricionais, o manejo adequado de suas limitações e possibilidades, entre diversas outras facetas da dimensão humana. Ao considerar-se o desgaste emocional diante da dificuldade de adaptação no início do tratamento dialítico e as implicações desse desgaste para o próprio sucesso do tratamento, têm-se as conseqüências maiores da influência dos aspectos psicológicos do paciente sobre as taxas de morbi-mortalidade do tratamento, os níveis de qualidade de vida e os gastos governamentais e pessoais com o paciente renal. Durante as primeiras três décadas de desenvolvimento do tratamento hemodialítico buscou-se aumentar a sobrevivência dos pacientes. No entanto, o desafio para os próximos 30 anos será entender a associação entre fatores psicossociais e evolução dos pacientes, o que inclui ajustamento, adesão, morbidade e mortalidade. Após o êxito considerável da ciência em prover uma manutenção duradoura da vida do paciente renal vem a tona a necessidade de que esta vida seja acompanhada por qualidade e atenção aos aspectos emocionais e comportamentais intervenientes na evolução da Insuficiência Renal Crônica. Nesse conjunto é relevante ressaltar a relação entre adesão ao tratamento da IRC, manejo do estresse e respostas de enfrentamento (coping). Diversos autores consideram estresse e respostas de enfrentamento como tendo um destaque especial na área da psicologia da saúde. As estratégias de enfrentamento, ou processo de coping, caracterizam-se como o conjunto de estratégias utilizadas pelo indivíduo para lidar com as demandas e situações estressoras de seu dia-a-dia de maneira funcional e adaptativa, assinalando formas de manejo do estresse associado ao tratamento hemodialítico. Contudo, deficiência ou ineficácia de estratégias de enfrentamento para o paciente renal incorre no desenvolvimento de áreas problemáticas relacionadas a qualidade de vida e bem-estar psicológico do paciente e da adesão e eficácia do tratamento renal. Nesse sentido, concebe-se o indivíduo portador da insuficiência renal crônica não simplesmente como uma vítima passiva de sua condição médica, mas como um dos responsáveis pelo seu estado de saúde e doença, pela eficácia do tratamento e melhora de sua qualidade de vida, questionando-se o papel que suas estratégias de enfrentamento exercem sobre a adesão ao tratamento hemodialítico e sua eficácia, implicando diretamente sobre sua qualidade de vida. Para isso, busca-se discutir a prática psicológica desenvolvida em clínicas de tratamento hemodialítico na região da grande Natal, RN, através do relato cerca de 250 pacientes renais crônicos sobre seu processo de adoecimento, adaptação inicial, adesão ao tratamento, manejo do estresse, planos de vida, além de outras questões relevantes trazidas pelos pacientes.

**Palavras-chaves:** Hemodialise, Psicologia da saúde, Psicoterapia breve, IRC

**Atividade: CAPSI  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** CAPSI -fuga, captura ou plano de intermediação

**Autor(es):** Vanessa Menezes de Andrade, Amanda dos Santos Gonçalves, Fernanda Alcantara Oliveira, Daniel Maribondo Barboza, Fabrício Costa Fernandes, Heliana de Barros Conde Rodrigues

**Resumo:** O “devir-criança” com o seu potencial criativo, mutante, seu movimento veloz, sua alegria, sua liberdade, nem sempre efetivamente acontece. O que observamos majoritariamente são crianças às quais se aplica o poder disciplinar desde muito cedo. O tratamento moral da criança torna-se, neste sentido, a própria infância &#61485; à maneira de óculos dados sob medida aos adultos pra melhor enxergar, para ditar o “como ser criança”, para vigiar e punir. Os



dispositivos de poder envolvidos nesse processo são os mais diversos. Os pais são os primeiros e quiçá os maiores agentes-instrumentos: estipulam horários pra brincar, comer, deitar, sair; acerca de quando, a quem e o que falar. Por volta dos 4/5 anos, é acrescentada a instituição escola. Nesta, a criança é submetida diariamente a diversos tipos de ortopedia: é obrigada a manter-se sentada até segunda ordem, a falar somente quando solicitada, a satisfazer suas necessidades básicas (Ex: ir ao banheiro, beber água) somente quando permitido. E mais: a prestar exames freqüentes para a averiguação do seu aprendizado &#61485; afinal, talvez o mais aterrorizante seja vê-las adestradas para que sigam fielmente um determinado modo de pensar... No entanto, há sempre aquelas que tentam se desvencilhar dessas armadilhas. Para tanto, criam/seguem, na terminologia de Gilles Deleuze, linhas de fuga. São logo taxadas de rebeldes, perigosas &#61485; como é de praxe &#61485;, porém, mais recentemente, de “portadoras de TDAH” (Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade). Trata-se, no caso, de uma nova tentativa de captura, na qual o papel de perito cabe com freqüência ao psicólogo. Este, através de dispositivos de saber-poder, mais uma vez procurará introjetar na criança os valores morais, a boa conduta &#61485; buscará docilizá-la, enfim, para que possa ser “reintroduzida” na infância instituída, da qual é um dos promotores-produtores. Há algum tempo, na pesquisa da qual participo, cuja temática é Reforma Psiquiátrica no Brasil, questiona-se o porquê de um dos Centros de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSIs) chamar-se “Pequeno Hans” &#61485; tomando tal denominação, sob a perspectiva da Análise Institucional, como um analisador. Afinal, Hans foi um menino analisado por Freud (intermediado pelo pai da criança) que apresentava fobia a cavalos &#61485; característica logo enquadrada na lógica edipiana. Ora, seria o CAPSI uma fábrica de “pequenos Hans”? Ou, seguindo o movimento alegadamente preconizado por nossa Reforma, seria uma válvula de escape, um lugar de liberdades, uma linha de fuga num território permeado por dispositivos de poder? Ou ainda, talvez, conseguiria o CAPSI conciliar esses papéis, ou seja, conseguiria projetar uma imagem de tratamento para amenizar os anseios dos que encaminham a criança &#61485; propiciando que ela, estrategicamente, dissimule suas fugas mediante uma conduta mais serena, passiva, obediente &#61485;, ao mesmo tempo que propicia à própria criança a oportunidade de, naquele lugar e naqueles instantes, ser livre, devir-criança? Estas são as hipóteses que nos propomos a discutir através da presente comunicação.

**Palavras-chaves:** CAPSI, infância, Reforma Psiquiátrica

**Atividade: A Re-Forma da Reforma Psiquiátrica  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** A Re-Forma da Reforma Psiquiátrica

**Autor(es):** Amanda dos Santos Gonçalves, Vanessa Menezes de Andrade, Fernanda Alcantara Oliveira, Fabrício Costa Fernandes, Heliana de Barros Conde Rodrigues

**Resumo:** A Reforma Psiquiátrica é uma experiência relativamente nova no Brasil que, desde a experiência de Santos, com a intervenção na Casa de Saúde Anchieta - então apelidada “Casa dos Horrores” -, propiciou muitos avanços e novas visões. Dada a relevância deste assunto para toda a sociedade e, inclusive, para a Psicologia, desenvolvemos a pesquisa intitulada “Polifonias de um paradigma sem passado- O “sotaque italiano” da Análise Institucional em São Paulo”, que, estudando os caminhos seguidos pela Análise Institucional no Brasil, privilegia os percursos trilhados no estado de São Paulo, enfatizando a intervenção acima citada. O percurso reformista em, Santos, propôs desconstruir o modelo manicomial vigente na época e criar alternativas humanas. Esta perspectiva foi aceita por muitos, mas sua implementação no presente, tem sido muito conflituosa: após muitas conquistas que, gradativamente, possibilitaram desvencilhar-se, parcialmente, das amarras manicomiais, estas até hoje persistem, no entanto, em muitos cantos no Brasil. Cumpre ressaltar que aquilo que no início do processo foi uma grande revolução, hoje, mesmo com avanços obtidos, corre o risco de tornar-se uma repetição dos esquemas supostamente abolidos. Os serviços substitutivos, como os CAPS, NAPS e outros projetos,

visavam a pôr fim à centralidade dos hospitais manicomial e a construir formas de viver com liberdade, favorecendo (e simultaneamente problematizando) a reaproximação com a sociedade e os familiares - garantindo eventualmente, por exemplo, o direito de asilo, de acordo com a demanda singular. Tãmanha tem sido a importância dos CAPS - o milésimo, no Brasil, foi recentemente inaugurado -, que eles se tornaram, com seu trabalho de território e inserção, talvez um novo modelo: regras e métodos, com o passar dos anos, parecem se ter cristalizado, perdendo uma das principais motivações do Movimento Antinanicomial, que é o espírito empreendedor e questionador de formas e métodos. Os fundamentos da Reforma Psiquiátrica, tão singulares e revolucionários, foram aceitos, e muito bem, por muitos; no entanto, agora corremos o risco, como sugere Paulo Amarante da mera "capsização" da Reforma. A repetição do discurso de que o CAPS é um centro de excelência coloca-o em um patamar difícil de ser atingido pelos sons questionadores oriundos de novas visões. Sendo assim, neste trabalho, tentaremos ser mais uma voz, entre várias, que tentam aumentar o volume da discussão sobre a eventual manutenção de modelos manicomial. Questionar é preciso para manter sempre o caráter de movimento/mudança/devir que nomeou o Movimento da Reforma Psiquiátrica, mas que atualmente é simplificado, minimizado excluindo-se dos discursos, e também, das práticas, a "Reforma". Muitos agentes e serviços, apesar de favoráveis aos compromissos reformistas e éticos que surgiram com grande entusiasmo em Santos, hoje, com a cristalização das práticas e visões, tornam-se eventualmente apenas repetitivos e auto-legitimadores.

**Palavras-chaves:** Reforma Psiquiátrica,CAPS,Cristalização

**Atividade: Conversando sobre dor, medo e morte  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Conversando sobre medo,dor e morte

**Autor(es):** Marione Cortez Pessoa

**Resumo:** Introdução - Em 2000, iniciamos trabalho de grupo de discussão com alunos do internato do curso médico, intitulado "Conversando sobre dor, medo e morte". Apesar de trabalhar com situações de dor e morte, há lacunas no curso o que deixa alunos e médico-residentes ansiosos e com dificuldade de lidar com os pacientes. Muitas vezes, o aprendizado se dá com médico-residentes que também estão estressados e não sabem como agir em tais casos. Há pouca aproximação dos docentes com alunos na prática da relação médico-paciente e "o aprender a ser" fica deficiente. O curso médico centrado na parte biológica direciona o discurso médico para o foco da doença; o aluno passa a ver o doente como objeto do seu estudo e não como uma pessoa que é dotada de mente e corpo. Desta forma, as emoções ficam em segundo plano ou mesmo são desprezadas. Mecanismos de defesa do ego são desenvolvidos pelos alunos, ao longo do curso, e a incorporação de que o médico deve ser "frio, distante" poderá acontecer. Objetivos - oportunizar espaço para a troca de experiências; discutir casos clínicos focalizando a relação médico-paciente; discutir como é formada a estrutura psíquica do ser humano, o processo da morte e do morrer, trazendo casos clínicos vivenciados na enfermaria ou em outro espaço. Metodologia - as reuniões são realizadas semanalmente, com duração de uma hora e meia, com participação de internos da Clínica Médica, embora seja aberta aos demais alunos da área de saúde e outros profissionais; a coordenação é realizada por docente , médica , psicanalista , integrante da equipe médica da enfermaria de Clínica Médica. A discussão se dá de modo espontâneo e o conteúdo das falas é trabalhado. Os temas "Estrutura psíquica e mecanismos de defesa do ego" são obrigatórios. Resultados - até o momento (janeiro 2007) cerca de 400 horas de discussões têm mostrado que os alunos apontam para a necessidade de ampliação desse grupo, devendo abranger todas as séries do curso médico; os alunos encontram apoio para as experiências pessoais, "para sedimentar a personalidade e redirecionar a vida" (fala de um interno). Durante determinado período alunos do curso de Psicologia participaram do grupo o que fez a equipe sentir, ainda mais, a importância da sua participação. A análise mostra conteúdos que embasam o valor da interlocução com docentes, alunos, técnicos e pacientes na intersecção e construção dos saberes. Conclusões - após seis anos os resultados revelam a importância do trabalho como campo aberto aos profissionais da área da saúde, sobretudo da Psicologia, alunos e docentes, na ponte da Medicina com a Psicanálise, no foco

das relações interpessoais, sobretudo em hospital de ensino. Os alunos têm oportunidade de discutirem temas relacionados com a morte e o morrer, as dores e os medos decorrentes do exercício da profissão e que estão presentes nos seres humanos, sentindo-se apoiados e estimulados para falarem sobre suas emoções e, assim, se aprofundarem na prática da relação médico-paciente, despertando para enfrentar a prática clínica.,

**Palavras-chaves:** Estrutura psíquica,medo,dor,morte,morrer

**Atividade: Humanização Hospitalar  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Humanização Hospitalar

**Autor(es):** Ricardo Azevedo Barreto

**Resumo:** Uma das finalidades primordiais da Psicologia no contexto hospitalar é a humanização do atendimento, sobretudo diante da coisificação do ser humano no cenário mundial da atualidade. Promover a saúde, minimizando o sofrimento vivido, portanto, torna-se dimensão fundamental às práticas psicológicas em hospital, sendo importante um trabalho humanizante, voltado à tríade pacientes-acompanhantes-equipe de saúde, embasado cientificamente em uma perspectiva psicológica consistente e coerente. No entanto, falar acerca de humanização hospitalar, práxis emergente na área de saúde brasileira, é referir-se a múltiplos pontos de vista, o que exige um recorte teórico-metodológico. Por outro lado, abraçar a causa da humanização é reconhecer que o ser humano, de modo contraditório, tem deixado de ser humano e que é imperativo que medidas humanizantes sejam tomadas em vários ambientes na contemporaneidade, como, por exemplo, no hospital, em que a medicalização e a tecnologização dos atendimentos têm tornado invisível a subjetividade humana em toda sua complexidade. Ressalte-se ainda que o psicólogo, por causa de sua formação humana, pode ser um dos protagonistas no agenciamento de mudanças a favor da humanização do mundo presente, marcado pelo “mal-estar”, o que significa, antes de tudo, uma revisão crítica e histórica dos passos da humanidade, para uma (re)definição de um papel para o profissional da Psicologia que não esteja alienado em função de determinadas demandas institucionais e macro-sociais. Diante do exposto, tem-se desenvolvido este trabalho de humanização hospitalar em instituição do estado de Sergipe, Hospital São Lucas, concretizado há anos como projeto de extensão universitária por meio da Universidade Tiradentes (UNIT/SE) com a participação do professor, autor e coordenador da atividade, e alunos/estagiários selecionados a cada semestre. Em função dos resultados favoráveis obtidos, justifica-se debater sobre a temática “humanização hospitalar”, a partir do trabalho desenvolvido, que tem por objetivo geral humanizar as práticas e promover a saúde nas relações do trinômio pacientes-acompanhantes-equipe de saúde no ambiente hospitalar e por objetivos específicos a minimização do sofrimento implicado na hospitalização aos pacientes e acompanhantes, a obtenção de efeitos na qualidade das relações hospitalares e no bem-estar das pessoas do trinômio pacientes-acompanhantes-equipe de saúde e a contribuição para a flexibilização do papel dos profissionais da área hospitalar. A metodologia do trabalho, por sua vez, inclui uma fase de caracterização da demanda e uma fase de intervenção psicológica da tríade supramencionada, bem como um outro momento de investigação dos resultados obtidos, sendo fundamentada teoricamente pela Psicologia Hospitalar orientada psicanaliticamente. Vale salientar que a fase de caracterização da demanda possui três modelos de entrevista (do paciente, do acompanhante e da equipe de saúde) como instrumentos; as estratégias de intervenção utilizam recursos lúdicos para a consecução de grupos analíticos de reflexão sobre a hospitalização com pacientes e acompanhantes, ao que se acrescenta a interação do psicólogo com a equipe de saúde; a investigação dos resultados ocorre por meio de questionários pós-intervenção aplicados a cada semestre, cujos dados são analisados quanti e qualitativamente. Os resultados obtidos apontam que o trabalho desenvolvido tem alcançado os objetivos delineados, por exemplo, é unanimidade (100%) em todo o transcorrer desta atividade que as pessoas a percebem humanizando as práticas e promovendo a saúde relacional no contexto hospitalar. Também há sinalização que este trabalho diminui a dor e/ou o sofrimento do paciente e do acompanhante dentro do hospital, promove uma participação mais ativa do acompanhante a favor da recuperação do paciente, ajuda os pacientes mais idosos a lidarem

com aspectos emocionais relacionados à hospitalização, bem como produz efeitos na qualidade das relações, no bem-estar das pessoas dentro do hospital e proporciona às mesmas cuidados mais de si. Muitos ainda apontam que este trabalho ajuda as pessoas a falarem de temas como a dor e o medo da morte, elaborando suas vivências, assim como melhora o papel profissional na área de saúde. Aliás, inúmeras frases dos participantes expressam os resultados favoráveis deste trabalho, por exemplo: “É um trabalho muito interessante e proveitoso tanto para o cliente, como seus familiares.” “Depois do atendimento psicológico, mudou o estado emocional 100%.” Conclui-se que a humanização hospitalar pode ter resultados muito positivos, sendo assunto de grande relevância social, devendo ser mais divulgado em prol do crescimento do campo psicológico.

**Palavras-chaves:** Humanização, Hospital, Psicologia, Psicanálise

**Atividade: A IMPORTÂNCIA DOS VOLUNTÁRIOS NO PROGRAMA DE CUIDADOS PALIATIVOS E NA HUMANIZAÇÃO HOSPITALAR. (Paineis)**

**Trabalho: A IMPORTÂNCIA DOS VOLUNTÁRIOS NO PROGRAMA DE CUIDADOS PALIATIVOS E NA HUMANIZAÇÃO HOSPITALAR.**

**Autor(es):** Eduarla Resende Videira, Hugo Cezar Palhares Ferreira, Rui de Moraes Júnior, Tatiane Gouveia Miranda

**Resumo:** Este trabalho é um relato da experiência de acompanhar pacientes terminais assistidos no Programa de Cuidados Paliativos do Hospital do Câncer em Uberlândia–MG. Os Cuidados Paliativos são os vários modos de uma equipe multiprofissional da saúde prestar assistência total e ativa ao paciente e à sua família quando já não há esperança de cura e, então, o objetivo primeiro do tratamento é o de garantir o máximo de qualidade de vida possível àqueles que sofrem com a enfermidade. Isso inclui atenção às suas necessidades físicas, psicológicas, sociais e espirituais. A Equipe de Voluntários do Grupo Luta Pela Vida que atua junto à equipe multiprofissional dos Cuidados Paliativos colabora na humanização do atendimento ao doente oncológico fora de possibilidade terapêutica de cura e aos seus familiares e principalmente aos cuidadores, durante o tratamento paliativo, no luto e pós-luto. Os Cuidados Paliativos assim como em outros setores de ajuda psicossocial presentes em hospitais são parte de um trabalho denominado de Humanização Hospitalar, esta humanização é muito mais do que apenas um olhar sobre o doente e sua doença, mas abrange a relação efetiva de cuidados, que pode ser traduzida no acolhimento, no carinho, na sensibilização, no respeito e na compreensão do ser que necessita de cuidados. Tal trabalho confronta com a baixa personalização que existe no ambiente hospitalar e com a alta tecnologia que busca somente a cura e que resulta em dores não aliviadas, falta de comunicação e de apoio social e emocional. O trabalho de humanização integra toda atenção e cuidado sobre o paciente, não só perante o seu estado físico, mas também entender o doente como portador de uma história particular que deve não somente ser observada, mas acompanhada durante e após todo o processo terapêutico, pois apenas assim é possível ver cada ser humano como ele realmente é, único e especial. De acordo com Backes (2005) os pacientes entendem o trabalho de humanização como uma maior abertura para além de fronteiras raciais e sociais, pois este trabalho se resume em solidariedade, sensibilidade e compaixão. Visto que um dos aspectos mais importantes para o paciente seja a sensação de que seus relatos podem ser importantes e trazer ao menos sentido para os outros (Kubler-Ross, 1987), viemos mostrar o papel fundamental dos voluntários no Programa de assistência a pacientes terminais que oferecem a este e ao cuidador um pouco de atenção e escuta ativa e compreensiva dos seus relatos de sofrimento, contribuindo assim para o trabalho de Humanização Hospitalar. BACKES, Dirce Stein; LUNARDI FILHO, Wilson Danilo; LUNARDI, Valéria Lerch. Humanização hospitalar: percepção dos pacientes, [http://www.ppg.uem.br/Docs/ctf/Saude/2005\\_2/02\\_310\\_05\\_Bakes%20et%20al\\_Humanizacao%20hospitalar.pdf](http://www.ppg.uem.br/Docs/ctf/Saude/2005_2/02_310_05_Bakes%20et%20al_Humanizacao%20hospitalar.pdf). Acesso: 02/11/2006 às 15:30. KUBLER-ROSS, E., Sobre a morte e o morrer.

São Paulo: Martins Fontes, 1987.

**Palavras-chaves:** Humanização Hospitalar,Cuidados Paliativos,Equipe de voluntários

**Atividade: O Lugar da Saúde Mental Infantil (Paineis)**

**Trabalho:**O lugar da Saúde Mental Infantil: uma leitura sobre os documentos oficiais no Brasil (2002 - 2006)

**Autor(es):** Ana Carolina Bastides Horibe

**Resumo:** No Brasil, nas últimas décadas, a substituição do paradigma psiquiátrico nas práticas de atenção à saúde mental tem sido um tema amplamente discutido por diversos setores da sociedade. Atualmente, os problemas relacionados à saúde mental devem ser pensados, segundo Fernandes (1999), para além do eixo terapêutico, ressignificando este campo no eixo da saúde social. A partir da revisão bibliográfica em saúde mental, nos intrigou o fato de não haver muitos trabalhos que abordem a atenção em saúde mental infantil. A partir de experiências de estágio com crianças com grave sofrimento mental, pudemos perceber que a inserção destas no âmbito público ainda é muito restrita. O objetivo da presente pesquisa foi identificar questões que emergem na pesquisa de ações públicas no campo da saúde mental infantil, buscando reconhecer as diferentes dimensões do problema para desenvolver a temática da inserção social. Nossas reflexões caminharão no sentido de identificar o lugar que a saúde mental infantil ocupa no contexto de implementação de políticas públicas na área de saúde mental.

Partindo da necessidade de abandonar enfoques teóricos centrados no indivíduo abstrato e a-histórico, descontextualizado de suas questões sociais, políticas e econômicas, utilizamos os referenciais da Psicologia Social e da Psicanálise. Nossas reflexões se fundamentaram nas noções de René Kaës sobre os processos de crise e ruptura e de intermediação, de Bleger acerca de instituições, e de pertença e identidade de Pichon-Rivière. Procedemos com um levantamento bibliográfico e a pesquisa de documentos oficiais relativos à saúde mental de crianças (0 a 14 anos), nos âmbitos do Ministério da Saúde do Brasil e da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo (como portarias, publicações periódicas, programas, recomendações de comissões intersetoriais, cadernos temáticos, etc., pesquisados a partir das páginas da web) no período de 2002 a 2006. Identificamos diversas lacunas e contradições entre os princípios propostos no âmbito do SUS e a implementação de práticas. Identificamos que, apesar dos princípios de promoção, prevenção e atenção integral em saúde, as ações em saúde mental infantil estão ainda muito centradas nos dispositivos de tratamento de doenças mentais. Uma rede ampliada, calcada em uma concepção mais ampla de saúde, que abarque educação, cultura, lazer, esportes, não se constituiu efetivamente. Apesar da promoção e prevenção ser afirmada como prioridade, identificamos escasso investimento na detecção precoce de sofrimento psíquico em crianças pequenas. Documentos do Fórum Nacional de Saúde Mental Infante-Juvenil afirmam a importância de articulações e parcerias com as secretarias Cultura, Esportes e Educação, principalmente no que se refere à possibilidade de inclusão escolar, mas faltam ações concretas que articulem os diversos setores.

**Palavras-chaves:** Saúde mental infantil, políticas públicas, psicologia social

**Atividade: AS ALTERAÇÕES CORPORAIS E AS VICISSITUDES EMOCIONAIS EM PACIENTES COM INSUFICIÊNCIA RENAL CRÔNICA: CONTRIBUIÇÕES DO APOIO PSICOLÓGICO. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**AS ALTERAÇÕES CORPORAIS E AS VICISSITUDES EMOCIONAIS EM PACIENTES COM INSUFICIÊNCIA RENAL CRÔNICA: CONTRIBUIÇÕES DO APOIO PSICOLÓGICO.

**Autor(es):** Maria de Fátima Chixaro Voss, Maria Vilani Maia Sequeira

**Resumo:** RESUMOO estudo foi realizado em uma clínica que presta serviços à pacientes com

Insuficiência Renal, com atendimento particular e pelo Sistema Único de Saúde- SUS, na cidade de Manaus-AM. A pesquisa contou com a participação de 20 (vinte) participantes com Insuficiência Renal Crônica em tratamento hemodialítico, na faixa etária entre 20 a 55 anos, sendo a coleta de dados procedidos pela pesquisadora no período de janeiro a junho de 2006, através de entrevista semi-estruturadas, permitindo aos coletivos expressarem as manifestações físicas e emocionais vivenciadas desde os primeiros sintomas, diagnóstico da doença e tratamento. O objetivo principal da pesquisa foi descrever as experiências dos participantes a partir das alterações físicas e as vicissitudes emocionais advindas da Insuficiência Renal Crônica, e no âmbito institucional investigar as contribuições do apoio psicológico no processo de aceitação da doença a partir do diagnóstico, e as orientações procedidas à família e aos acompanhantes dos pacientes no tratamento. O referencial teórico adotado identifica a insuficiência renal crônica como uma deteriorização progressiva e irreversível da função renal em que a capacidade do corpo para manter o equilíbrio metabólico e hidroeletrólítico falha, resultando em uremia. Nos dias atuais, as doenças crônicas têm recebido maior atenção dos profissionais da área de saúde. Isso se deve a morbimortalidade da população mundial, não afetando apenas idosos, pois as doenças também atingem jovens em idade produtiva. A doença crônica pode afetar a vida de uma pessoa, dependendo da forma, extensão e intensidade da enfermidade, o grau de limitação prejudica o funcionamento físico e emocional, comprometendo a qualidade de vida do paciente e a psicodinâmica familiar. As implicações de uma enfermidade física prolongada sobre os desenvolvimentos social, emocional e cognitivo das pessoas diferem-se consideravelmente, dependendo da idade em que se instalou e das limitações provocadas. Os dados coletados foram organizados em categorias e analisados utilizando-se a técnica de Bardin. Os resultados apontam para a identificação, por parte do paciente, de várias alterações corporais, assumindo diferenciações entre as primeiras e últimas manifestações, sendo mais ou menos visíveis de acordo com a evolução da enfermidade e do grau de adesão ao tratamento, destacando como sintomas iniciais, dores nas pernas, inchaço constante pelo corpo, falta de apetite, infecção urinária, dores de cabeça, pressão alta e falta de ar. No decurso da doença as manifestações se agravam, refletindo no comprometimento da imagem corporal do paciente, aparecendo outros sintomas diferentes dos iniciais, entre eles incluem perda do peso, mudança na cor da pele, constipação, diminuição da libido, boca seca, cansaço, fadiga, atrofia muscular. Alguns participantes da pesquisa incluem nos sintomas atuais alterações advindas do tratamento como, as fístulas, cicatrizes provocadas pelos cateteres e sondas, comprometendo sua imagem corporal e sua identidade. Emergem na categoria denominada aspectos emocionais no enfrentamento da doença sintomas como pensamentos suicidas, depressão, tristeza, ansiedade, desesperança e raiva. Percebem o primeiro impacto emocional acontecer no momento em que recebe a notícia da doença através do diagnóstico. Surge a idéia de morte, fantasias de remissão da doença, medo da dor, do abandono e dependência dos outros, nessa situação é curta a intervenção do médico e do psicólogo, e o paciente vale-se de presença da família, parentes mais próximos ou amigos. As comunicações dos coletivos permitiram organizar uma terceira categoria identificada como mecanismos de defesa, entendendo como proteção do ego, avisando o enfrentamento da doença desde o diagnóstico, o estágio inicial da doença, tratamento e as mobilizações atuais. Identifica-se com maior frequência os mecanismos de negação e racionalização, seguido da cólera e barganha, variando por todo o percurso da doença, chegando à fase da treminalidade da vida, acompanhados dos sintomas emocionais. Os pacientes reconhecem suas limitações no cotidiano, vivenciando perdas e mudanças biopsicossociais que interferem na qualidade de vida. Em última categoria encontra-se o apoio psicológico recebido na clínica, para o enfrentamento da doença. Indicam que o acompanhamento psicológico é importante para a compreensão e aceitação da doença, atenuando de forma considerável as implicações dos fatores emocionais, contribuindo para a eliminação das percepções distorcidas sobre o processo de adoecimento, capacidade de compreender o tratamento, adotando atividade que contribuem na qualidade de vida. A psicologia aplicada à nefrologia pode ser entendida na busca de uma visão mais integrativa do ser humano e considerando que somente parte dos pacientes recebem acompanhamento psicológico, é preciso estender essa possibilidade, não somente aos pacientes, mas também a família que acompanha e auxilia o paciente durante esse processo, como forma de oferecer melhorias dos serviços oferecidos pela psicologia nessa instituição.

**Palavras-chaves:** Apoio psicológico, insuficiência renal crônica, hemodiálise, manifestações

emocionais

**Atividade: Oficinas: Possibilidades de Ação, Sentido e Transformação (Painéis)**

**Trabalho:** Oficinas: Possibilidades de Ação, Sentido e Transformação

**Autor(es):** Ana Leticia Cabral de Moura, Anastacia Cristina Monteiro André, Viviane Penna Dias, Ademir Pacelli Ferreira

**Resumo:** Descreve-se as atividades desenvolvidas na enfermaria psiquiátrica do HUPE/UERJ\*\*\*, focando as ofertas terapêuticas do projeto de extensão Espaço de Atividades e Convivência Nise da Silveira (EAC-NS). A partir da experiência de estágio, procura-se destacar e analisar os efeitos da participação dos internos neste espaço e a sua importância como mobilizador e catalisador de elementos subjetivos e intersubjetivos que favoreçam o processo terapêutico e a continuidade do tratamento externo. O projeto EAC-NS é entendido como proposta operativa que se insere na concepção da internação como momento importante de construção do programa terapêutico do paciente. Neste sentido, lança mão de vários recursos que favorecem a aproximação do sujeito logo que chega à enfermaria. Através do acolhimento, da escuta, do trabalho com os familiares e dos laços estabelecidos, espera-se que o sujeito consiga organizar-se melhor e comece a participar de forma ativa de seu programa terapêutico, onde as oficinas ocupam papel relevante. Através da produção plástica, das falas e das interações surgidas neste espaço, observa-se as mudanças que vão ocorrendo tanto ao nível subjetivo quanto intersubjetivo, onde se destaca a melhora da convivência entre os internos, destes com seus familiares e com a equipe técnica. Serão incluídos exemplos demonstrando momentos críticos, tanto no espaço da enfermaria, onde os atritos podem dificultar o processo terapêutico, quanto entre a equipe, cujo canal de comunicação e de superação das diferenças deve ser mantido para evitar as divisões interprofissionais. Demonstra-se que a partir da criação de vínculos e maior comprometimento com o próprio destino de suas vidas e de sua continuidade terapêutica, ocorre uma redução do período de internação e uma diminuição das reinternações, o que vem colaborar para uma clínica proposta hoje pelo projeto da reforma assistencial no Brasil. Como nos exemplos seguintes: com o diagnóstico de esquizofrenia, M. parece estar sempre alheia ao que se passa à sua volta, sendo a comunicação verbal com ela dificultada, mas responde a ofertas de recursos não verbais, criando assim um canal de expressão e comunicação, podendo pensar sua saída da internação. A., apesar de não estar mais internado, continua freqüentado o Espaço de Convivência, o que faz parte de seu projeto terapêutico e que A. parece se beneficiar, estando sempre presente nos horários das atividades. F. apresenta-se incapaz de se situar no espaço e no tempo, como se quisesse estar em todos os lugares ao mesmo tempo, tentando ser o foco das atenções. Nas oficinas, essa agitação e demanda por atenção podem ser melhor distribuídas e alguma organização começa a aparecer. São três pacientes e três maneiras diferentes de lidar e de tirar proveito das atividades oferecidas. Dessa maneira, percebemos ao longo dessa experiência de estágio, que é bastante instigante o trabalho na Saúde Mental, pois, ao mesmo tempo em que ocorrem muitos imprevistos e situações inesperadas, como atitudes agressivas, abraços, beijos e xingamentos dirigidos aos profissionais, há também a organização dos gestos e das atitudes, onde o laço afetivo vai se estabelecendo e desenvolvendo a percepção do eu e do outro. Trata-se, portanto, de um projeto que contribui para a formação em saúde mental, pois há um aprendizado constante, onde se confronta com questões sobre o ser humano, seu pathos e suas formas de suportar as situações que se apresentam de forma dramática, constituindo-se como espaço de lidar com as adversidades e criar maneiras de viver.

**Palavras-chaves:** Oficinas, Enfermaria Psiquiátrica, Acolhimento, Saúde Mental, Projeto Terapêutico

**Atividade: Efeito da luta antimanicomial na instituições de cuidado mental nos espaços**

## **público e privados de Teresina - PI (Paineis)**

**Trabalho:** Efeito da luta antimanicomial na instituições de cuidado mental nos espaços público e privados de Teresina - PI

**Autor(es):** Leandro Gomes Reis Lopes, Davi Araujo Alves Pereira, Camila Loiola Santos, Andréa Rodrigues Marques

**Resumo:** O movimento da luta antimanicomial tem suscitado importantes questões sobre o saber e o fazer da psiquiatria tradicional. Em relação ao saber critica seu caráter biológico e naturalizante dos transtornos mentais, ressaltando os aspectos sociais. Em decorrência disso, denuncia a prática de isolamento dos considerados loucos e o caráter político da institucionalização. O fundamento filosófico dessa luta encontra-se presente nas obras dos pensadores franceses Jean-Paul Sartre e Michael Foucault. Para aquele a esquizofrenia era uma forma encontrada pelo sujeito de enfrentar a factualidade da situação: outro tipo de subjetividade possível. Foucault, por sua vez, analisa o surgimento da psiquiatria, como prática médica, que tomou a loucura como objeto de estudo, e deu-lhe um caráter de doença. No entanto quem deu impulso decisivo para a reforma foi Franco Basaglia, psiquiatra, através da Psiquiatria Democrática. Esta nova forma de cuidado proposta pressupõe a mudança do modelo hospitalocêntrico, baseado na internação, sedação e isolamento, para um modelo humanocêntrico baseado na entrevista, fala e atendimento ambulatorial. Para tanto, propõe a criação de uma rede de serviços territoriais de atenção psicossocial de base comunitária, onde se encontra a sua disposição equipes multidisciplinares para o acompanhamento terapêutico. No Brasil, foi criado em 1987 o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (MNLA), agregando trabalhadores, usuários, familiares de programas, profissionais e estudantes. Em 2001, é aprovada a lei nº 10.216, conhecida como Lei Paulo Delgado, que entre outras coisas proibiu a construção de hospitais psiquiátricos financiados com recursos públicos e redução progressiva dos leitos psiquiátricos. Além disso, ela propõe tratamentos alternativos, privilegiando serviços de base comunitária. Muitas mudanças ocorreram em todos os estados do Brasil, cada uma de acordo com suas especificidades próprias. Neste sentido, este trabalho tem como objetivo analisar os efeitos dessa discussão na realidade do município de Teresina – PI, levando em consideração o espaço público e privado. A proposta visa, ainda, analisar as mudanças concretas nos cuidados para com as pessoas com sofrimento mental, através de uma comparação de uma instituição pública e privada, escolhidas por serem as duas maiores referências na área de estudo. O Hospital Psiquiátrico Areolino de Abreu é um hospital público que possui atualmente quatro pavilhões em funcionamento onde abrigam 40 pessoas cada um. Já, a Clínica Gesta, por sua vez, é de caráter particular, e acomoda no máximo 21 pessoas. Foi realizada uma pesquisa de campo, na qual se buscou uma análise geral sobre as condições de cada instituição, inerente à estrutura física, à organização da atuação dos profissionais e sobre a metodologia e princípios de intervenção. Assim, entrevistas semi-estruturadas foram realizadas com os profissionais, gestores e usuários, quando possível, além de registro fotográfico. No Hospital Areolino de Abreu percebe-se um distanciamento negativo daquilo considerado como ideal, mesmo que seja também perceptível numa análise histórica, observar-se uma progressiva mudança desse sistema. Pacientes constantemente medicados com doses fortes de calmante e/ou amarrados em suas camas são fatos rotineiros naquela instituição, como se fosse parte impregnada de uma condição, que na verdade é desnecessária. Ouviu-se dos próprios profissionais o termo “depósito de gente” atribuído ao hospital, como referencia ao abandono a que eles são sujeitados, inclusive por parte das famílias que se eximem de qualquer responsabilidade. No entanto, algumas mudanças no seu sistema apresentaram-se perceptíveis nas visitas, com alguns aspectos a serem ressaltados como a diminuição no tempo de internações, a diminuição da oferta de leitos, a ampliação de terapias ocupacionais, a ampliação do atendimento ambulatorial, hospital-dia e a criação de dispositivos residenciais e o trabalho assistencial junto às famílias dos pacientes. Já na Clínica Gesta, percebe-se a preocupação de passar ao paciente uma condição de hóspede, fugindo da impressão e sensação de que estão



internados. Isso se faz através de um sistema simples que passa pela relação informal com os profissionais e pela liberdade que lhes é proporcionada, incluindo-se apenas um limite essencial para a manutenção da ordem. O espaço aconchegante e familiar da gesta é o representativo mais evidente do nível de qualidade da instituição. Lá o paciente se sente humanizado e distancia-se de estigmas que são associados ao doente mental. Assim percebe-se a difusão das idéias advindas do movimento da luta antimanicomial e da prática da reforma psiquiátrica nas iniciativas de modificação do processo de tratamento do deficiente mental. No entanto, as modificações concretas que ocorreram se deram de forma diferenciada nos espaços públicos e privada.

**Palavras-chaves:** luta antimanicomial, reforma psiquiátrica, transtorno mental

**Atividade: FÊNIX: A ARTE QUE NASCE DAS CINZAS (Paineis)**

**Trabalho:** FÊNIX: A ARTE QUE NASCE DAS CINZAS

**Autor(es):** Tamara Cristine Gomes Bezerra, Aline Brandão Siqueira

**Resumo:** A partir do debate oriundo da disciplina Saúde Mental, nós, alunos do curso de Psicologia da FAVIP, buscamos compreender os rumos trilhados pelo processo da reforma psiquiátrica brasileira, tivemos nessa ocasião a oportunidade de conhecer a vida e a obra do artista plástico Arthur Bispo do Rosário, paciente esquizofrênico, que em virtude de seu diagnóstico viveu cinquenta anos cronificado na Colônia Juliano Moreira no Rio de Janeiro. Bispo foi vítima do antigo modelo hospitalocêntrico, testemunhou e sofreu na pele as consequências negativas do tratamento da época, os eletrochoques, a lobotomia, o aprisionamento físico/farmacológico, psíquico e social. Nesse estudo buscamos fazer uma reflexão sobre a contribuição artística e cultural deixada por Arthur Bispo do Rosário, que nunca teve a pretensão de ser considerado artista, nem de tão pouco ter em sua obra `divina` reconhecimento e visibilidade. Acreditava ser um enviado por Deus, que veio ao mundo acompanhado por sete anjos e sua missão seria reconstruir o universo. Através da arte, Bispo fez das cinzas do seu mundo uma linda e misteriosa fênix. A base material utilizada pelo artista em sua obra era originada do próprio manicômio, em sua maioria dejetos que Bispo juntava com a ajuda dos internos e dos funcionários, através do câmbio existente na colônia ou da gentileza dessas pessoas, que tinham em bispo uma figura excêntrica, misteriosa, mas respeitada. Para criar/recriar o seu mundo Bispo utilizou papelão, barro, madeira, vidro, plásticos, panos, fios para os bordados, que o artista conseguia desfiando as vestes e os lençóis do manicômio, além de objetos excêntricos como vassouras, chapéus, canecas, sandálias, estes últimos em sua maioria utilizados nas assemblagens. O artista deu luz a aproximadamente mil obras, que ao final do seu anonimato percorreram as galerias de arte do Brasil e do mundo. Mas adentrar no universo de Bispo e explorar a sua obra não era tarefa fácil, afinal ele não construiu o seu legado para ser apreciado em museus, mostras, exposições ou vitrines. Bispo produziu/reproduziu o seu mundo para apresentar no dia do juízo final, para acompanhá-lo no dia da sua `passagem`. Na década de oitenta do século passado, Bispo ainda era mais um dentre os milhares de internos, a sua obra foi descoberta pela mídia, por estudiosos e artistas, que buscaram uma aproximação com o autor e fizeram com que a riqueza de sua obra extrapolasse os muros da Colônia Juliano Moreira. Bispo e a grandiosidade da sua obra é prova material que de existe criatividade, inteligência, genialidade na "loucura" e que esta pode servir de ponte para a arte. Atualmente a maioria das peças confeccionadas por Bispo pertence ao museu Nise da Silveira no Rio de Janeiro, que possibilita aos interessados apreciarem e decifram os mistérios do inconsciente desse grande artista. Entre as cinzas do manicômio e a criação, a arte de Bispo superou fronteiras e percorreu o mundo, sendo admirada e respeitada em vários países.

**Palavras-chaves:** Saúde Mental, Arte, Arthur Bispo do Rosário

**Atividade: ANOREXIA: ESTILO DE VIDA OU TRANSTORNO ALIMENTAR? (Experiências em Debate)**

## **Trabalho:**ANOREXIA: ESTILO DE VIDA OU TRANSTORNO ALIMENTAR?

**Autor(es):** Gabriela Betanho Inácio,Lilian de Oliveira Silva

**Resumo:** O presente trabalho relata sobre a anorexia nervosa, um transtorno alimentar que leva a sérios problemas psicológicos e físicos; colocando as questões de causa, tratamento, características, critérios de diagnóstico estabelecidos. Abordando não apenas o campo da moda, mas também a dança; o esporte (que é uma área que pouco se fala, mas que possui casos de anorexia, como exemplo na ginástica olímpica). Mostra o que precisa ser observado para que os pais ou as pessoas próximas possam procurar ajuda o quanto antes, porque quanto mais cedo o tratamento se inicia, melhores as possibilidades de cura do paciente. Usando a análise bibliográfica para a realização da pesquisa, levantou-se informações em reportagens, artigos, livros especializados, sites, buscando na internet pessoas com o problema (a partir de páginas pessoais, onde deixam depoimentos, diários virtuais), como o projeto ainda está em andamento, ainda serão feitas entrevistas com pessoas que sofrem e sofreram desse transtorno alimentar, com familiares, estudos de casos, foi e serão cruzadas as informações para uma análise sobre o problema e assim possibilitando construir uma visão particular a respeito do assunto. O trabalho possui como objetivo um melhor esclarecimento sobre o assunto que já esteve em foco na mídia, mas não se fala mais sobre o problema que vem crescendo em todo o mundo, e se faz necessária uma sensibilização acerca do problema, que no Brasil, por exemplo, a procura de tratamento para o transtorno dobra a cada ano. Estudos sobre o assunto se fazem cada vez mais necessários para estudantes de graduação, e para profissionais, já que é um problema que cresce a cada ano, e que desencadeia consequências sérias, tanto nas questões psicológicas, quanto físicas, onde a segunda é diretamente influenciada pela primeira. O projeto quer analisar e aprofundar o conhecimento sobre o assunto, para que estudantes das várias áreas relacionadas se tornem profissionais conscientes, esclarecidos de tal assunto com o qual poderão deparar no decorrer dos estágios, e principalmente após a formação, na vida profissional. Até agora se conseguiu alguns dados estatísticos a respeito da prevalência em países como Argentina, EUA, Brasil; as características gerais; critérios de diagnósticos; descobriu-se que o esporte tem casos sérios relacionados ao transtorno; a questão da manifestação em homens (que é tão pouco falada); algumas influências; diferenças entre anorexia e bulimia. Acredito que a melhor forma de apresentar o trabalho no V Congresso Norte Nordeste de Psicologia, seja atividade de experiências em debate (ED), para que possamos compartilhar o material que já foi levantado e que ainda será levantado, possibilitando a troca de experiências e informações entre os interessados pelo assunto. E assim dando uma continuidade ao processo de informação, discussão, e troca sobre o problema da anorexia nervosa, um transtorno alimentar.

**Palavras-chaves:** Anorexia,Estilo de vida,Alimentação

**Atividade: O fazer neuropsicológico: possibilidades de intervenção em desenvolvimento, educação e clínica (Mesas Redondas)**

**Trabalho:**Neurodesenvolvimento das relações de apego mãe-bebê

**Autor(es):** Pompéia Villachan Lyra

**Resumo:** Assumindo uma perspectiva sistêmica, neste estudo o ser humano e seu desenvolvimento, em particular, o neurodesenvolvimento no início da vida, são concebidos como um sistema aberto, e eminentemente susceptível às interações que ocorrem no contexto de relações sócio-afetivas e culturais. Neste cenário teórico, é incontestável a ativa participação dos indivíduos no próprio processo de construção e transformação do desenvolvimento bio-psico-social. O bebê nasce com mais de 100 bilhões de neurônios que irão conectar-se entre si através das sinapses, dando origem a trilhões de conexões que terão grande impacto na aquisição de diversas habilidades ao longo do desenvolvimento humano. O neurodesenvolvimento humano caracteriza-se por uma superprodução de neurônios nos primeiros meses de vida, dos quais

apenas metade sobreviverá. No entanto, o número de sinapses que serão construídas bem como quais serão os neurônios que sobreviverão será largamente influenciado pela experiência do indivíduo, sobretudo na primeira infância. Nosso principal objetivo neste trabalho é discutir de que maneira a qualidade das relações de apego construídas entre o bebê e a figura materna no início da vida pode estar relacionada ao neurodesenvolvimento infantil. Segundo Bowlby (1980), a construção das relações de apego emerge a partir de uma interação dinâmica entre um organismo e o ambiente particular no qual está inserido, e a emergência das competências sociais, psicológicas e biológicas não pode ser compreendida separadamente da relação estabelecida com a mãe. Uma das principais funções maternas na primeira infância é promover um ambiente facilitador da construção do senso de conforto e segurança para o bebê, a partir das constantes trocas relacionais estabelecidas entre eles. Para interagir com seu meio social, e em particular com sua figura materna, o bebê usa, desde o seu nascimento, suas capacidades sensoriais, em particular o olfato, audição, paladar e toque. Por volta dos dois meses de vida ocorre uma importante mudança no cérebro do bebê, mais precisamente no córtex occipital - envolvido na percepção visual da face humana - que favorecerá um grande avanço nas capacidades sociais e emocionais do bebê. Assim, as trocas face-a-face são intensificadas por volta dos dois meses de vida do bebê, em um primeiro contexto de brincadeira social. Engajada neste tipo de brincadeira, a criança é introduzida a um alto nível de informações cognitivas, sociais e afetivas ao mesmo tempo em que constrói a relação de apego com sua figura materna. Esta relação mãe-bebê é acompanhada por fortes emoções que podem ser evidenciadas nas expressões faciais, tom de voz, postura, modificações fisiológicas, gestos, vocalizações e movimentações corporais. Assim, mãe e bebê regulam suas emoções através destas trocas face-a-face e novas conexões sinápticas são construídas. Neste contexto interativo, mãe e criança constroem um senso de confiança que vai favorecer o uso desta figura de apego como uma base segura, uma fonte de segurança e confiança. O uso da figura materna como uma base segura favorece um movimento de exploração por parte da criança do seu ambiente físico e social, pois esta confia na disponibilidade e suporte materno. Este movimento exploratório, por sua vez, favorece estimulações cerebrais e o desenvolvimento de uma autoconfiança, assim como confiança tanto na figura de apego como na própria relação diádica. No entanto, quando a figura de apego não é concebida pela criança como uma fonte de proteção e segurança, ou seja, quando se constrói uma relação de apego insegura, este movimento exploratório pode se constituir como um evento bastante estressor, o que, por sua vez, levará a um aumento na liberação de cortisol. No que se refere especificamente à neurofisiologia das relações de apego, o sistema límbico apresenta-se como particularmente relacionado às mudanças no desenvolvimento associadas com o aparecimento dos comportamentos de apego (Andes & Zeanah, 1984). O período específico entre sete e quinze meses tem se mostrado um importante período de mielinização e maturação do sistema límbico e áreas corticais associadas. Schore (2003) defende também que a qualidade da relação de apego, a sincronia interacional das trocas face-a-face de sorriso e vocalizações entre o bebê e sua mãe está relacionada ao desenvolvimento do circuito do córtex orbital pré-frontal, uma área corticolímbica que tem o período de maior crescimento na segunda metade do segundo ano de vida (Schore, 1997, 1998, 2003). Este é o período de grande importância para o desenvolvimento das relações de apego, uma vez que será um período de importantes aquisições no desenvolvimento infantil, que irá favorecer o aumento do movimento exploratório por parte da criança. Concluímos que a qualidade das relações sociais e afetivas estabelecidas pelo bebê com seus principais cuidadores no início da vida é um importante elemento no processo de organização funcional e estrutural de partes do cérebro particularmente envolvidas com os processos emocionais e de personalidade. Assim, sugerimos ser possível compreender a vida emocional da criança considerando, ao mesmo tempo, os aspectos biológicos, sócio-afetivos, cognitivos e culturais.

**Palavras-chaves:** neuropsicologia do desenvolvimento,apego,desenvolvimento

**Trabalho:**Neuropsicologia, Atividade Matemática e Cultura: subsídios para uma abordagem integrada da aprendizagem humana

**Autor(es):** Izabel Augusta Hazin Pires,Pompéia Villachan Lyra,Gutemberg Guerra

**Resumo:** O objetivo central desta contribuição é subsidiar a discussão acerca das relações entre mente (conhecimento e aprendizagem) e cérebro (estruturas morfofisiológicas, filogenia), elegendo a patologia como contexto conveniente para tal observação e buscando, a partir de tal perspectiva, contribuir para uma abordagem que efetivamente integre aspectos do campo da psicologia (abrangendo tanto a teorização como a intervenção) relacionados ao desenvolvimento, educação e clínica. Tradicionalmente o processo de aprendizagem tem sido abordado partindo-se de diferentes concepções acerca do que é aprender e de quem é o sujeito-aprendiz. Na psicologia a relação entre desenvolvimento e aprendizagem tem sido elemento focal de discussão. Teóricos têm identificado o desenvolvimento enquanto aspecto que determina o que a criança pode aprender em determinado estágio, como defende Piaget. Enquanto para outros a aprendizagem desponta como mola propulsora do desenvolvimento, como é o caso de Vygotsky. Por sua vez, a perspectiva neurobiológica de aprendizagem defende que esta pode ser descrita como uma modificação mais ou menos constante do Sistema Nervoso a partir da aquisição de uma nova representação inscrita na memória. Para este estudo, ambas as perspectivas são incompletas. A psicologia, de forma geral, tem negligenciado a dimensão corporal-cerebral no processo de aprendizagem, como se este fosse resultado de uma mente imaterial e descorporificada. Por outro lado, a perspectiva neurocientífica comumente reduz um processo complexo como a aprendizagem a uma mera inscrição de novas representações em áreas cerebrais específicas, igualando e reduzindo a atividade mental à atividade cerebral. Considera-se aqui que ambos os posicionamentos contribuem para uma concepção de descontinuidade no processo de aprendizagem. O primeiro por impor dicotomias entre interno/externo, material/imaterial, mental/corporal, o que implica na defesa da existência de conteúdos de conhecimento independentes de quem os produz. O segundo por defender, por exemplo, a possibilidade de falar-se de representações no domínio pré-linguístico (ex: matemática inata), produtos da atividade espontânea de áreas cerebrais específicas. Este estudo vem defender que a aprendizagem é uma ação produzida por uma mente corporificada. Defende portanto, a existência de uma continuidade entre as experiências corporais e o pensamento. A cerebralidade é co-responsável pela aprendizagem humana. Entretanto, ressalta-se a necessidade de considerar tal atividade para além da corporeidade individual, abarcando o contexto socio-histórico-cultural que dialeticamente a constitui e é por ela constituído, num movimento complexo com duas vertentes, denominadas por Alan Bishop de enculturação (aprendizagem no contexto cultural de origem do indivíduo) e aculturação (aprendizagem que remete a um novo contexto cultural – como é o caso da escola). Em ambos os contextos de aprendizagem supracitados a linguagem, assim como as demais formas de expressão simbólica, despontam como mediadores da interação entre o sujeito e o entorno sócio-cultural. Em tradução mais operacional deste objetivo, pretende-se oferecer subsídios que possibilitem aprofundar a compreensão acerca das dificuldades e peculiaridades envolvidas na atividade matemática de crianças epiléticas, a partir do estabelecimento de diálogo entre contribuições advindas da psicologia cognitiva, educação e neuropsicologia. Um importante aspecto, a ser aqui focado é o interesse do patológico enquanto contexto privilegiado para a compreensão da cognição humana. Como afirma Luria, o estudo das lesões/disfunções neurológicas pode ser considerado uma fonte de compreensão do funcionamento do cérebro enquanto órgão integrante da atividade mental. A Organização Mundial de Saúde define a epilepsia como uma desordem crônica, caracterizada por recorrentes episódios de disfunção cerebral e excessivas descargas neuronais. A epilepsia é um dos transtornos neurológicos de maior prevalência em todo o mundo. Sua sintomatologia pode variar de um curto lapso de consciência a períodos de comprometimento da atividade consciente acompanhados de convulsões. Estudos apontam que crianças epiléticas apresentam dificuldades de aprendizagem, em especial no contexto da atividade matemática. Entretanto, poucas pesquisas foram desenvolvidas neste domínio, o que relega a compreensão da natureza de tais dificuldades a rotulações generalistas tais como: 1) efeitos cognitivos colaterais, advindos da utilização de psicofármacos no controle das crises epiléticas; 2) aspectos de ordem sócio-afetiva (auto-estima e autoconceito negativos) e; 3) disfunções cognitivas inerentes à alteração funcional do cérebro epilético. De forma geral, o funcionamento neuropsicológico das crianças epiléticas integrantes deste estudo pode ser caracterizado pela presença de déficits na atenção, na memória verbal e na organização visuo-espacial, o que por sua vez implica em comprometimentos no desempenho matemático escolar destas crianças. Tal comprometimento relaciona-se a aspectos procedurais da atividade matemática, tais como a discriminação de

dígitos (como 6 e 9), a organização espacial da escrita de números em procedimentos algorítmicos (como adição com reserva) e a resolução de problemas geométricos. Finalmente, os dados coletados evidenciaram o quanto as crianças epiléticas beneficiaram-se da oferta de “próteses culturais”, tais como utilização de cores diferentes para a identificação de unidades, dezenas e centenas em procedimento algorítmico de adição com três dígitos. Tais resultados vêm elucidar o quanto o funcionamento neurocognitivo destas crianças é plástico, destacando o quanto ferramentas culturais podem auxiliar a transformação do negativo da deficiência no positivo da compensação.

**Palavras-chaves:** neuropsicologia da educação, epilepsia, educação matemática

**Trabalho:** Cognição, Escolaridade e o Diagnóstico de Demência

**Autor(es):** Gutemberg Guerra

**Resumo:** O uso da linguagem escrita e a freqüência a escolas e a outras instituições de ensino é um fato tão comum atualmente que não desperta maior interesse à primeira vista. No entanto, o impacto que esses processos têm sobre a cognição humana ainda está por ser suficientemente esclarecido. Alguns estudos com neuroimagem estrutural e funcional sugerem que a alfabetização modifica inclusive a arquitetura cerebral da cognição. Porém antes mesmo de dispormos de recursos de tecnologia de ponta para nos auxiliar nesta investigação, informações da antropologia já nos apontavam na mesma direção. Estudando o volume do crânio de hominídeos, pesquisadores observaram que o volume cerebral parou de aumentar há cerca de 400 mil anos, período que coincide com a provável aquisição da linguagem verbal. Uma outra abordagem foi apresentada por Berry. Observando o desempenho cognitivo de diferentes agrupamentos humanos, propôs a existência do que chamou “estilos cognitivos”. Esse modelo permite prever, em função do tipo de ocupação e das relações sociais em determinado grupo, quais habilidades cognitivas serão otimizadas e que padrões de comportamento podem ser esperados. Em outro trabalho muito interessante, Scribner e Cole puderam estudar separadamente os efeitos de dois diferentes estímulos cognitivos ambientais: a alfabetização e a escolarização. O povo Vai, na costa oeste africana, desenvolveu seu próprio sistema de escrita, que é ensinado em casa. Uma minoria da população tem acesso à educação formal. Os pesquisadores puderam observar que alfabetização e escolarização têm impactos diferentes sobre o desempenho cognitivo. O problema das relações entre cognição e ambiente assumiu um papel de destaque no contexto da neurologia com o crescente interesse pelas síndromes demenciais. A medida que ferramentas foram sendo desenvolvidas para a avaliação cognitiva de pacientes com quadros demenciais, os primeiros estudos epidemiológicos passaram a sugerir que baixa escolaridade era um fator de risco para demência. Diversos autores se dedicaram a tentar esclarecer a questão. Um dos resultados destas pesquisas foi o surgimento do conceito de reserva cognitiva. Segundo esta concepção, a interação da herança genética de um indivíduo com as contínuas oportunidades de aprendizado e com as possíveis situações de comprometimento neurológico resultaria na formação de um pool de recursos cognitivos e neurológicos. Esse pool de recursos é a reserva de que o sujeito dispõe para usar durante a vida. Indivíduos com maior reserva são mais resistentes às agressões ambientais. Isso poderia explicar então porque os sujeitos com maior escolaridade são mais resistentes às síndromes demenciais. Ou dizendo de outro modo, porque estes sujeitos conseguem mascarar os sintomas e sinais da síndrome por um período maior. Estudos posteriores mostraram que o hábito com maior potencial para estimular uma boa reserva cognitiva é a leitura. Mais uma vez, a linguagem escrita aparece como um determinante importante da organização cerebral da cognição. Um fato interessante que merece ser comentado aqui é que a proporção de analfabetos no mundo reduziu drasticamente nos últimos cem anos. Se considerarmos que nossa espécie habita a Terra há cerca de 100 mil anos, poderemos concluir facilmente que, sob uma perspectiva evolucionista, nosso cérebro é analfabeto. Como a cada dia que passa teremos mais dificuldades de encontrar sujeitos analfabetos sem qualquer contato com a linguagem escrita, precisamos concentrar esforços na pesquisa do funcionamento do cérebro analfabeto, porque é sobre sua organização básica que nossos processos são “instalados” quando da aquisição da linguagem escrita. No contexto das demências, é necessário desenvolver e validar instrumentos capazes de avaliar o desempenho cognitivo sem o viés da exigência de habilidades que tenham sido

aprendidas na escola. A sociedade escolarizada e alfabetizada é homogênea. Os analfabetos não. Existem muitas perguntas sem respostas, muitos problemas sem soluções. As respostas virão com o nosso esforço e dedicação.

**Palavras-chaves:** neuropsicologia educacional, neuropsicologia clínica, demências, analfabetismo

**Atividade: Qualidade de Vida de Pessoas Ostomizadas (Paineis)**

**Trabalho:** Qualidade de Vida de Pessoas Ostomizadas

**Autor(es):** Rafisa Moscoso Lobato Rêgo, Huaína Guimarães Vieira Ribeiro, Vânia Beatriz Sousa Santos, Juliana Guedes Gonçalves

**Resumo:** Uma cirurgia de ostomização altera de modo significativo a vida dos pacientes que foram submetidos a ela. Há mudanças na percepção da auto-imagem corporal, na realização de atividades de auto-cuidado e higienização; assim como mudanças no âmbito da vida laborativa, familiar, social, afetiva e sexual do paciente ostomizado. Neste trabalho, foi realizada uma análise das expectativas de vida em relação às atividades laborativas, sociais e sexuais de pacientes que foram submetidos a uma cirurgia de ostomização. A pesquisa visou analisar as mudanças na qualidade de vida de pessoas ostomizadas após a cirurgia, conhecendo suas principais dificuldades e queixas. Apesar do grande número de pessoas que são submetidas à cirurgia de ostomização, os trabalhos de pesquisa na área são poucos, a literatura relativa a esse tema é escassa e os profissionais especializados encontram-se em número reduzido. Observa-se ainda uma tecnologia incipiente, um atendimento precário e a falta de informações e esclarecimento aos familiares e à população em geral, muitas vezes preconceituosa. A pesquisa teve como amostra seis pacientes, sendo três homens e três mulheres, pertencentes à Associação dos Ostomizados do Maranhão (AOMA), cuja sede localiza-se no hospital Pam-Diamante. Os dados foram coletados a partir de uma entrevista semi-estruturada e foram analisados através do método qualitativo. A análise dos dados revelou que os pacientes não retomaram suas atividades laborais, aposentando-se por invalidez. Todos alegaram impossibilidades ou limitações físicas para voltarem ao trabalho e demonstraram frustração por não poderem mais exercer as suas antigas profissões. Quanto às práticas de lazer, apesar de alguns ainda manterem atividades desse tipo, as fazem com restrições, adaptações ou procuram outras alternativas que consideram condizentes com sua nova situação. Por fim, observou-se que os estomas intestinais afetaram também a vida sexual do ostomizado, podendo perturbar o seu desempenho, a relação que o sujeito tem com o próprio corpo assim também como alterar a sua imagem corporal. Os resultados mostraram que quando os pacientes não se abstêm por completo de suas atividades sexuais as retomam apenas parcialmente e atribuem isso a problemas físicos decorrentes do processo cirúrgico, problemas com o dispositivo, vergonha ou não aceitação pelo parceiro. Será realizado um aprofundamento dessa pesquisa a partir de um estudo comparativo das expectativas de vida entre pacientes recentemente ostomizados, com até um ano de ostomização, e pacientes que possuem um ostoma há mais de cinco anos, considerando os mesmos aspectos pesquisados anteriormente (atividades laborativas, sociais e sexuais). O aprofundamento da pesquisa tem como objetivo, a partir do estudo comparativo entre os dois grupos de pacientes ostomizados, fornecer subsídios para os profissionais da área de saúde que se propõem a trabalhar com eles, de modo a melhorar a qualidade de vida desses pacientes. Nessa nova etapa será utilizada a mesma metodologia, e a amostra será composta por dez pacientes – cinco com ostoma recente e cinco com ostoma antigo. Os cinco primeiros serão entrevistados no Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão – Unidade Presidente Dutra, e os cinco últimos na sede da AOMA.

**Palavras-chaves:** Ostomização, Atividade Sexual, Qualidade de Vida, Atividade Laborativa, Atividade Social

## **Atividade: OS GRUPOS DE AJUDA MÚTUA DO HOSPITAL PSIQUIÁTRICO NOSSO LAR (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** OS GRUPOS DE AJUDA MÚTUA DO HOSPITAL PSIQUIÁTRICO NOSSO LAR

**Autor(es):** Juliana Carvalho de Faria

**Resumo:** Quase diariamente aparecem histórias em manchetes de jornal para documentar o fato de que o mau uso de drogas é um dos problemas mais graves com que a sociedade ocidental se defronta hoje. O abuso de drogas era no passado um problema principalmente adulto, porém atualmente, milhões de crianças e adolescentes são usuários de drogas, como maconha, cocaína, crack, entre outras. Segundo Laranjeira (2002), a palavra droga é de etiologia controversa, poderia ter vindo do persa *droa*, que significa odor aromático, do hebraico *rakab*, perfume, ou do holandês *droog*, substância ou folha seca. Holmes (1994) define droga psicoativa como qualquer substância que altere o humor, a percepção do ambiente externo ou interno. Por exemplo, após consumir uma droga psicoativa um indivíduo pode sentir-se exultante, estar inconsciente da passagem do tempo e pode focalizar em fantasias ao invés de no que está acontecendo no ambiente ao seu redor. O termo psicoativo assumiu diversas conotações negativas ao longo dos anos, no entanto, o termo psicoativo não implica em bom ou ruim, legal ou ilegal. O açúcar, a cafeína, a nicotina e o álcool são todas substâncias psicoativas, assim como a maconha, a cocaína, a heroína e o LSD. Vale ressaltar que embora o uso abusivo de substâncias psicoativas possam levar a sérios problemas, elas também apresentam usos valiosos e importantes no tratamento dos transtornos mentais, para reduzir ansiedade, controlar a dor, etc. Seibel e Toscano (2000) destacam que na farmacologia, a maior parte das drogas é considerada de uso terapêutico, desde que manejada conforme as regras estabelecidas a partir de conhecimentos específicos acumulados pela medicina. A relação do homem com as substâncias psicoativas é bastante antiga, o que mostra que é equivocada a idéia de que a presença das drogas é um evento novo no repertório humano. No entanto, é na contemporaneidade que a ênfase nos problemas derivados das drogas, sejam aqueles ligados ao tráfico ou às conseqüências individuais e coletivas do consumo, passa a ser inserida no cotidiano das pessoas. Ao longo dos últimos 200 anos, num contexto de mudança gradativa dos construtos da medicina, da psiquiatria e da saúde pública, o conceito de adição veio a se desenvolver como doença ou transtorno. As complicações clínicas e sociais causadas pelo consumo de substâncias psicoativas são hoje bem conhecidas e consideradas um problema de saúde pública. Figlie, Laranjeira e Ribeiro (2004), apontam que foi durante o século XX, que o consumo de substâncias psicoativas passou a ser estudado exaustivamente e suas mudanças foram compreendidas sob a ótica científica, deixando de ser vista como desvio de caráter para ganhar características de doença. Tal mudança de mentalidade também repercutiu nas estratégias de tratamento: se há uma doença, deve haver um tratamento específico para ela. O surgimento dos grupos de ajuda mútua de Alcoólicos Anônimos (A.A.), durante a década de 30 representou a primeira proposta de tratamento para os dependentes. Nascidos a partir da incapacidade das instituições em oferecer-lhes uma solução, os indivíduos procuram, nos grupos de ajuda mútua que se autodenominam irmandades anônimas, o apoio para superar problemas que envolvam dependências e outros conflitos de ordem psicológica. Os grupos são atrativos para a contemporaneidade: associações voluntárias com critérios mínimos para participação, estruturas administrativas sem hierarquias fixas, além de um lugar baseado em valores relacionais comuns (Mota, 2004). A condição básica para tornar-se membro desses grupos é de natureza existencial (narrativa do eu), não implicando, dessa maneira, a influência de aspectos sócio-econômicos ou étnicos no processo de filiação. A adesão dos indivíduos a tais grupos ocorre através de uma auto-identificação, construída por intermédio das narrativas (histórias de vida) de seus próprios integrantes. Para Giddens (2002), os grupos de ajuda mútua encarnam o projeto reflexivo do eu, onde a auto-identidade é construída através das narrativas do eu (biografias). O indivíduo que visita os grupos de ajuda mútua, ao escutar as histórias de pessoas com problemas similares aos seus, identifica-se com o outro e engaja-se no grupo. Em minha experiência trabalhando no hospital psiquiátrico Nosso Lar em grupos formados por pacientes dependentes de substâncias psicoativas me surpreendia ao ouvir suas histórias de vidas e como seus relatos lhe possibilitavam compreender melhor o significado de suas escolhas, comportamento e até mesmo a função de sua adição para sua autoconstituição. Em contato com

esses grupos de ajuda mútua pode conhecer um espaço que possibilita as narrativas de seus freqüentadores e constatar como o contar de tais histórias eram fundamentais para a construção de novas possibilidades de comportamentos e estilos de vida. A presente pesquisa se fez importante na medida em que buscou identificar como os pacientes diagnosticados como dependentes químicos percebem as contribuições dos diferentes tipos de grupos de ajuda mútua na adesão e continuidade do tratamento para dependência química durante o período da internação hospitalar.

**Palavras-chaves:** Dependência Química, Grupos de Ajuda Mútua, Hospital Psiquiátrico

**Atividade: O TOC no Cotidiano (Paineis)**

**Trabalho:** O TOC no Cotidiano

**Autor(es):** Juliana Goes de Araujo, Isabelle Karin Macêdo Aretakis de Almeida

**Resumo:** Esta pesquisa abordou como as pessoas lidam, convivem, percebem ações tidas como “manias”, “esquisitices”, “rituais”, que podem ser apenas uma maneira excêntrica de ser ou expressarem sintomas da doença denominada Transtorno Obsessivo Compulsivo. Segundo Cordioli, “o TOC é um transtorno heterogêneo, geralmente crônico, cujas causas podem envolver fatores de ordem biológica e psicossocial, constituindo prováveis subtipos no que se refere à etiologia, apresentação clínica, curso, prognóstico e resposta a tratamentos” (apud, Knapp, 204, p.193). A abordagem utilizada foi de cunho cognitivo-comportamental, a qual também tem se mostrado uma forma muito efetiva de tratamento do TOC. A escolha do tema “TOC no cotidiano” ocorreu por ser um assunto que atualmente tem apresentado um estudo mais enfático na psiquiatria, na psicologia e muita divulgação pela mídia, por estar se apresentando de forma acentuada na sociedade pós-moderna. Esta temática estimulou as relatoras a conhecerem mais sobre o assunto através da investigação (mesmo que numa visão limitada) sobre como este tipo de sintoma pode provocar sofrimento intenso no sujeito e afetar as suas relações sociais. O objetivo desta pesquisa foi verificar se o TOC estava presente na amostra pesquisada, além de saber se os sujeitos da amostra tinham conhecimento sobre o TOC ou se percebiam os seus comportamentos apenas como tiques ou manias. Pretendeu-se neste trabalho compreender se as pessoas que possuem comportamento do TOC conseguem identificá-los como sintoma. Utilizou-se na coleta de dados um questionário, pois permitiu maior flexibilidade, além de ser uma técnica que pode permitir o envolvimento face-a-face de duas pessoas. Esse questionário contém 10 perguntas elaboradas previamente, permitindo aos sujeitos um conjunto de respostas objetivas, claras e em tempo reduzido para responder o instrumento. Sendo o TOC uma doença de caráter psicossocial, se tornam necessários o auxílio profissional, familiar e psicoterapêutico para o paciente, pois assim a família passa a conhecer melhor a doença e entendendo como o processo age oportuniza um engajamento de todos no tratamento. O método utilizado para a análise dos dados consistiu no método indutivo, ou seja, partiu-se de princípios particulares e chegou-se à generalização como um produto posterior do trabalho de coleta dos dados particulares. Diante da análise dos dados obtidos através da pesquisa, pôde-se constatar que a população amostral não apresentou TOC, contudo, observou-se que 60% dessa mesma amostra apresentaram manias, que podem ser consideradas como um traço do TOC, mas não o transtorno em si. Assim, pôde-se concluir que as características que são do TOC e que se apresentam na pessoa, são percebidas pela mesma apenas como uma excentricidade.

**Palavras-chaves:** Transtorno Obsessivo Compulsivo, manias, Excentricidade

**Atividade: A DESCONSTRUÇÃO DA RELAÇÃO DE APEGO ENTRE MÃE(S) E FILHO(S) NA VIVÊNCIA DO ÓBITO DE UM NEONATO (Paineis)**

**Trabalho:** A DESCONSTRUÇÃO DA RELAÇÃO DE APEGO ENTRE MÃE(S) E FILHO(S) NA VIVÊNCIA DO ÓBITO DE UM NEONATO



**Autor(es):** Fernanda Rangel Gama,Marlizete Maldonado Vargas

**Resumo:** No período gestacional, a saúde da mãe está estreitamente relacionada ao desenvolvimento saudável do bebê. Quando ocorrem situações de risco e perda do neonato as pacientes geralmente necessitam reelaborar essa fase da vida. A perda do filho idealizado é um dos acontecimentos mais difíceis de aceitar, pois representa a quebra de uma seqüência esperada. No intuito de investigar, a vivência do óbito, as reações afetivas e atitudes maternas diante da perda de um natimorto, a pesquisa pretende discutir o processo de desconstrução da relação de apego entre mãe(s) e filho(s). Outra característica importante para realização desse estudo é a verificação das possibilidades de assistência psicológica às mães enlutadas e a preocupação com a utilização de conceitos relacionados à experiência do luto. Para fundamentar a necessidade da pesquisa em questão, foi levantado o diagnóstico da problemática, através de observações diretas e intervenção breve realizada nas enfermarias específicas de gestantes de risco numa maternidade pública do Estado de Sergipe. Constatou-se que muitas mães enlutadas apresentavam uma fase de explosão de raiva, descrença do diagnóstico, desespero, desorganização, torpor e culpa no momento em que recebiam a notícia de um natimorto. O estudo está sendo desenvolvido numa perspectiva qualitativa enfocando o universo de significados e preocupando-se com o nível de realidade que não pode ser quantificado. Os sujeitos desta pesquisa são mulheres que passaram por um período de internação na maternidade pública em questão por motivo de perda do neonato. Não se estabelecendo, a priori, o número de sujeitos entrevistados. Luto significa dor, desafio, sentimento de tristeza profundo por motivo da morte de alguém, amargura e desgosto, sendo que a intensidade do pesar ao viver uma experiência de perda varia, consideravelmente, de indivíduo para indivíduo, em razão de fatores da história pregressa, grau de vulnerabilidade, perdas secundárias, padrão de apego e grau e qualidade da vinculação com aquela pessoa que se perdeu (FREITAS, 2000). Antes de iniciar a coleta dos dados, realizaram-se reuniões com as psicólogas da maternidade a fim de levantar informações pertinentes sobre os casos pesquisados. Os resultados preliminares da investigação acerca da forma como pacientes que perderam seus filhos após o parto e/ou no período gestacional vivenciam o luto, já podem revelar a importância do trabalho. Além de dar suporte ao setor de Psicologia, a pesquisa que ampliará o conhecimento sobre a desconstrução do apego materno na ocorrência do óbito fetal, já mobilizou a instituição para importância da pesquisa que tem como compromisso primordial a preocupação no cuidado integral à mãe/família enlutada promovendo o bem estar e a saúde numa conduta de humanização.

**Palavras-chaves:** ,maternidade,óbito fetal,luto,psicologia hospitalar

**Atividade: A HUMANIZAÇÃO PARA USUÁRIOS E PROFISSIONAIS DE SAÚDE NAS ENFERMARIAS DO HOSPITAL DE PEDIATRIA (Paineis)**

**Trabalho:A HUMANIZAÇÃO PARA USUÁRIOS E PROFISSIONAIS DE SAÚDE NAS ENFERMARIAS DO HOSPITAL DE PEDIATRIA: UMA ANÁLISE PRELIMINAR**

**Autor(es):** Luciana Carla Barbosa de Oliveira,Camomila Lira Ferreira,José Helder Aquino,Priscilla Cristhina Bezerra de Araújo,Eulalia Maria Chaves Maia

**Resumo:** Junto às Ciências da Saúde percebe-se ultimamente grandes avanços, embora estes ainda sejam puramente tecnológicos e cientificistas em virtude do forte modelo cartesiano/mecanicista. O espaço destinado à tecnologia humana/social não teve tanta ênfase. Esta realidade na saúde pública é ainda mais visível. A Humanização emerge enquanto movimento no campo da saúde (unidades básicas, hospitais e serviços), trazendo em si ações vinculadas atualmente à Política Nacional de Humanização/HUMANIZASUS - PNH (Ministério da

Saúde). Trouxe em sua abrangência aspectos globais inerentes aos sujeitos (o paciente, o profissional de saúde, a instituição e seus gestores), envolvidos no processo de construção de uma assistência qualificada no hospital. Esta pesquisa exploratória objetiva analisar o grau de satisfação quanto à humanização oferecida no setor de enfermagem do Hospital de Pediatria Professor Heriberto Bezerra (HOSPED) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na visão de usuários e profissionais de saúde. Atualmente conta-se como amostra preliminar de 32% (n = 11) Profissionais de Saúde e 20% (n =15) Usuários. Este estudo (quantitativo e qualitativo) utiliza como instrumento um questionário semi-aberto (diferenciado e adequado à realidade dos profissionais e usuários) constando dados sócio-demográficos, diretrizes indicativas/avaliativas da humanização na instituição, avaliação e percepção da humanização na instituição. Os dados estão sendo processados em dois programas: o SPSS 12.0 para tratamento estatístico e o ALCESTE para categorização e análise de discurso. Até o momento, obteve-se resultados por categoria. a) Caracterização da amostra: Entre os usuários, apresentam idade entre 31 a 40 anos (40%) e 33% de 21 a 30 anos; predominância de usuárias do sexo feminino (100%), sendo 53% solteiras e 40% casadas; escolaridade correspondendo ao ensino fundamental incompleto em 67% da amostra. Já entre os profissionais de saúde, estes apresentaram entre 31 a 40 anos (45%) e 27% de 41 a 50 anos; 73% são casados, predominantemente do sexo feminino (100%) e 36% têm mais de 20 anos de tempo de serviço. b) Algumas avaliações parciais acerca da humanização: Quanto à satisfação dos sujeitos em relação ao espaço na instituição para sugestões, elogios ou reclamações, 40% dos usuários avaliaram como insatisfeitos e 33,3% se colocaram em uma posição satisfatória. Já na avaliação dos profissionais quanto a esse aspecto, 36,4% avaliaram como insatisfeitos e 27,3% como satisfeitos. Outro ponto se deteve à avaliação dos serviços oferecidos, na qual houve um direcionamento às partes envolvidas. No caso dos usuários, solicitou-se uma avaliação do atendimento e dos serviços de saúde oferecidos ao mesmo, de modo que 57,1% encontravam-se satisfeitos. No que se refere aos profissionais, solicitou-se uma avaliação quanto ao nível de satisfação dos serviços oferecidos a saúde do trabalhador. Nesta situação, o indicativo de insatisfação tem se mostrado significativo visto que 36,4% estão insatisfeitos e 18,2% muito insatisfeitos. Ao solicitar uma avaliação de uma forma geral do hospital, há bons indícios avaliativos tanto por parte dos profissionais quanto por parte dos usuários. Neste caso, 54,5% dos profissionais consideraram como boa a instituição e os usuários ampliaram este aspecto positivo, de modo em que 47% consideram ótimo e 40% bom. Ao solicitar ao usuário uma avaliação das informações oferecidas pelos funcionários do hospital, os indicativos também são positivos, de modo que 60% se consideram satisfeitos e 26,7% como muito satisfeitos. Contudo ao solicitar dos profissionais uma avaliação das possibilidades de aperfeiçoamento oferecidas aos funcionários, houve um certo equilíbrio nas respostas, de modo que se evidenciou a presença de 30% insatisfeitos, 30% neutros e 30% satisfeitos. Para o profissional, o reconhecimento do seu trabalho pela direção, gestores e usuários funciona como um dos elementos motivacionais para o desempenho da sua função, percebendo-se a avaliação de 45,5% como satisfatórios e 18,2% como neutros esse reconhecimento. Como a pesquisa está em andamento, não é passível se ater a generalizações e/ou conclusões. Contudo, foi possível propor algumas sugestões diante dos dados parciais expostos: a) a necessidade da implantação de um serviço de escuta com espaço formal e neutro (que garanta o sigilo), como uma ouvidoria específica, ou até mesmo caixa de sugestões e reclamações, considerando as queixas de insatisfação em ambos os sujeitos; b) proporcionar ações junto aos profissionais, objetivando tanto a melhoria de saúde e qualidade de vida no trabalho, como a promoção de cursos de capacitações e aperfeiçoamento, atendendo, dessa forma, a uma das diretrizes da PNH sobre a necessidade de uma atenção à saúde do profissional de saúde; e, c) buscar uma maior proximidade e vínculo entre gestores e funcionários, facilitando tanto a escuta, quanto o acompanhamento das necessidades apresentadas. Neste sentido, torna-se sugestivo proporcionar meios que viabilizem, no processo de humanização da assistência, o fluxo de elementos que facilitem a interação, a comunicação e o vínculo no âmbito hospitalar. Acredita-se que diante desses resultados preliminares se possa estabelecer diretrizes para melhor viabilizar ações intervencionistas e acompanhamento das melhorias.

**Palavras-chaves:** Humanização,Satisfação,Profissionais,Usuários,PNH

**Atividade:** A Sala de Espera transformada em espaço para se trabalhar a adesão ao

## **tratamento psiquiátrico (Experiências em Debate)**

**Trabalho:**A Sala de Espera transformada em espaço para se trabalhar a adesão ao tratamento psiquiátrico

**Autor(es):** Marines de Fátima Cunha

**Resumo:** Os grupos de sala de espera (GSE) podem ser considerados como uma variante de grupo aberto que, como o nome sugere, acontece nas salas de espera de hospitais ambulatoriais ou postos de saúde e que já estão previamente formados a partir de uma finalidade - a consulta. Os GSEs têm se configurado como possibilidade de intervenção por parte de profissionais de saúde no contexto do serviço público, indo ao encontro da necessidade de procura por novas modalidades de atendimento que tendam a resolver o impasse em que se encontram as instituições públicas ante a grande demanda e a necessidade de atendimento adequado. Justificativa: Através da prática de grupos deste tipo na instituição observou-se assystematicamente que muitos pacientes tinham dificuldades para seguir seu tratamento, parecendo altas as taxas de abandono ao tratamento e também de uso incorreto da medicação. Dados de uma pesquisa realizada no intuito de melhor conhecer fatores associados a adesão e à não-adesão ao tratamento medicamentoso para depressão, sugeriram e delineararam aspectos para se trabalhar nos grupos de sala de espera que ora apresentamos. Objetivos: esta prática visa, inicialmente, transformar a sala de espera em espaço de reflexão sobre saúde mental, proporcionar espaço para troca de experiências entre pacientes, fortalecer o vínculo paciente - instituição e provocar a participação ativa do paciente em seu tratamento, aumentando a possibilidade de adesão ao tratamento. Do ponto de vista técnico, pode possibilitar à instituição um maior reconhecimento das necessidades da população atendida, o que, pode ajudar na orientação de práticas mais coerentes. Método: estes grupos vêm acontecendo duas vezes por semana em um ambulatório de saúde mental, enquanto pacientes e acompanhantes aguardam por atendimento psiquiátrico e/ou psicológico. São coordenados por uma das psicólogas da instituição, que os convida para um bate-papo sobre o tratamento em saúde mental, assegurando que a participação é voluntária e que o paciente poderá sair quando de seu atendimento e/ou de sua vontade. Inicialmente dá - se as boas-vindas para pacientes iniciantes e coloca-se a proposição: "alguém teve ou tem alguma dificuldade para fazer o tratamento na saúde mental"? A partir desta proposição o grupo transcorre em forma de diálogos e orientações considerando a demanda do dia. Resultados: Em consonância com os dados da pesquisa anteriormente citada, observa-se que as principais dificuldades para a manutenção do tratamento partem de des-conhecimento a respeito da doença mental e de seu tratamento. Crenças a respeito da etiologia dos sintomas, da importância e duração de um tratamento e o preconceito do próprio paciente potencializado pelo o que ele sofre em seu meio social prejudicam o seu vínculo com o tratamento. Neste sentido, as orientações e esclarecimentos apropriados às necessidades do paciente e à sua compreensão, efetuados na sala de espera, podem ser consideradas como uma estratégia inicial visando o incremento da adesão ao tratamento em saúde mental. Considerações finais: O grupo de sala de espera tem sido observado como intervenção que oportuniza a reflexão do processo saúde/doença mental. A proposição de um espaço onde o paciente possa se colocar, tirar dúvidas e fazer trocas de experiências com outros, pode contribuir na vinculação do paciente com seu tratamento e com a instituição prestadora de serviço, o que, pode reverter em incremento na qualidade de vida destes pacientes.

**Palavras-chaves:** adesão ao tratamento, grupo de sala de espera, saúde mental

**Atividade: HUMANIZAÇÃO E EQUIPE  
(Paineis)**

**Trabalho:**HUMANIZAÇÃO E EQUIPE: CARACTERIZAÇÃO DA SAÚDE PSÍQUICA DO CUIDADOR

**Autor(es):** Priscilla Cristhina Bezerra de Araújo, Luciana Carla Barbosa de Oliveira, José Helder Aquino, Eulalia Maria Chaves Maia, Tabita Moreira

**Resumo:** A humanização hospitalar vem imbricada em uma proposta cujo sentido está em sensibilizar, organizar atitudes e condutas em prol da qualidade dos serviços hospitalares. Contudo ainda contamos na saúde com um serviço mecanicista, despersonalizado, fragmentado e impessoal. Além disto, o profissional de saúde hoje sofre com várias exigências, em clima de tensão constante, ocasionadas por diversos fatores, tais como: escalas permanentes, turnos irregulares, múltiplos vínculos, plantões sucessivos, baixos salários, falta de materiais, índice reduzido de pessoal e condições inadequadas de trabalho. Este ritmo constante de tensão acarreta conseqüências graves à saúde do profissional refletindo em seu desempenho nas ações e relações de trabalho. De fato a proliferação da humanização hospitalar trouxe algumas contribuições na assistência, no entanto, a saúde psíquica do profissional de saúde não tem alcançado grande enfoque. Este estudo traz uma análise exploratória sobre aspectos da humanização, saúde psíquica e o stress de 32 profissionais de saúde atuantes no Complexo Hospitalar da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Como instrumentos foram utilizados: uma entrevista semi-dirigida (dados sócio-demográficos dos profissionais, abrangendo dados pessoais e profissionais); o Questionário de Saúde Geral de Goldberg (QSG); e o Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp (ISSL). Para a análise dos dados, além dos manuais dos testes, utilizou-se o programa estatístico SPSS, versão 12.0. Diante do acima exposto, obteve-se os seguintes resultados. A amostra está composta por médicos e enfermeiros (com 37,5% cada), assistente sociais (9,4%), nutricionista (12,5%) e 3,12% de psicólogo. Destes, 90,6% são do sexo feminino, 68,75% casados, e 84,37% católicos. Também foi questionada a quantidade de folga/dia que eles dispõem para se dedicarem à vida pessoal, encontrando que 37,5% de sujeitos contam com dois dias disponíveis. Vale salientar que ainda existem aqueles que conta somente com um dia (28,12%) e outros que atualmente não têm folga (15,62%). Encontrou-se um público de 75% especialistas, contudo 18% não têm nenhuma pós-graduação adicionada em sua formação. A maioria (75%) está regulamentada na instituição sob um regime de trabalho integral. A renda mensal varia entre 04 e 06 salários mínimos, existindo também aqueles que recebem acima de 07 salários (37,5%). Acerca do salário, 65,62% colocam a necessidade de trabalhar em outro local, para poder complementar a renda. Vale salientar que, quanto à existência de outros vínculos, 47,61% tem mais um emprego. No entanto, existem alguns profissionais que necessitam de outros mais, como dois empregos (23,81%), três empregos (19,04%) e quatro ou mais vínculos (9,52%). Com relação à humanização, foram analisadas as condições oferecidas pela instituição para desenvolver seu trabalho. Os profissionais avaliaram essas condições como regular (59,37%), bom (21,87%) e ruim (18,75%). Contudo, ao se questionar acerca da suficiência destas condições para atender à demanda solicitada, 65,62% disseram que não são suficientes. Ao se solicitar uma breve avaliação da humanização oferecida aos profissionais, mesmo 40,62% avaliando como boa; 37,5% avaliaram como ruim e 12,5% como péssimo. Quando se solicita colocar a existência de programas direcionados a Qualidade de Vida (QV) voltada aos sujeitos, 50% relatam à inexistência e 28,12% o desconhecimento de algumas atividades nessa direção. Quanto à avaliação da saúde psíquica, o QSG proporcionou uma análise tanto por fatores específicos quanto pela saúde psíquica geral do indivíduo. Foram apresentados em sua maioria fatores específicos, estando um quantitativo relevante de sujeitos limítrofes junto ao stress psíquico (37,5%), desconfiança do próprio desempenho (31,5%), distúrbio do sono (31,25%) e distúrbio psicossomático (31,25%). Vale salientar que ainda no fator de distúrbio psicossomático, também foi encontrado um número significativo (25%) de indivíduos cujos sintomas estão em estado grave. Mas, ao avaliar o nível de sofrimento psíquico, foi constatado que 65,62% encontram-se em um bom estado, 25% estão na categoria limítrofe e 9,4% apresentam sofrimento psíquico em seu estado mais avançado. Quanto à sintomatologia do stress verificado pelo ISSL, percebe-se que 53,12% não têm stress, todavia também há uma parcela significativa de 46,87% apresentando stress. Dentre estes que apresentam stress, a fase mais freqüente foi a de resistência (60%). Também 33,33% encontram-se na fase (recém-descoberta) de quase-exaustão. No caso, o estudo aponta um predomínio de sintomatologia de fatores vinculados ao físico (44,66%) e 40% de ordem psíquica.

Esta pesquisa chama atenção à sobrecarga de trabalho, visto que uma grande proporção dos sujeitos trabalham em um regime integral na instituição pesquisada e ainda necessitam trabalhar em outras instituições. Este fato pode também ter uma influência decisiva no estado de saúde desses profissionais, que demonstram estar um tanto fragilizada, com uma incidência significativa de sintomas de estresse e de sofrimento psíquico. Esses resultados apontam para a necessidade de se investir mais em programas direcionados ao bem-estar dos profissionais que lidam diretamente com a saúde das outras pessoas, visto que se torna muito difícil a estes sujeitos oferecer um atendimento de qualidade quando não se dispõe de condições físicas, psicológicas e materiais para o desempenho de suas funções.

**Palavras-chaves:** Saúde Psíquica, Stress, Psicologia da Saúde, Humanização

**Atividade: Transbordamento psicótico  
(Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Transbordamento psicótico - desafios e possibilidades de intervenção

**Autor(es):** Lygia Silva Pedreira de Freitas

**Resumo:** O presente trabalho trata de um caso desenvolvido durante o Programa de Intensificação de Cuidados a Pacientes Psicóticos (PIC), programa de extensão universitária efetivado através de parceria entre a UFBA, a Faculdade Baiana para o Desenvolvimento das Ciências e o Hospital Especializado Mário Leal e posto em prática por meio de atendimento domiciliar, encontros grupais com os pacientes, reuniões com cuidadores, acompanhamento a consultas, dentre outras atividades. Este texto compreende a descrição da trajetória particular de um indivíduo do sexo masculino (Emerson) portador de transtorno mental, solteiro, 35 anos, com longa carreira manicomial. Busca ainda abordar os recursos terapêuticos disponíveis, bem como o processo de aprendizagem ocorrido durante os nove meses em que o paciente foi acompanhado. Durante o acompanhamento do caso, pôde-se perceber que investir ativamente na atenção ao paciente e ao caso, de modo geral, ocasionou mudanças nas formas de vinculação social de Emerson. As internações, antes freqüentes, sofreram significativa redução, ao passo que sua relação com a irmã melhorou sensivelmente, no que tange aos cuidados que um passou a ter em relação ao outro e ao companheirismo que surgiu entre eles. Evidencia-se, assim, a importância da intensificação de cuidados como dispositivo essencial no trato com o paciente psicótico, tendo em vista as graves ressonâncias sociais que a loucura pode gerar no seio da sociedade, comunidade, bairro, núcleo familiar. É preciso, sem dúvida, apostar no vínculo e, antes de qualquer coisa, trabalhar de forma ativa para favorecer sua constituição e fortalecimento. No caso apresentado, tornou-se flagrante a concepção de que, para ser cuidado, o paciente pode e deve permanecer imerso em sua comunidade, uma vez que a reclusão em hospitais psiquiátricos só contribui para fragilizar os já tão vulneráveis laços sociais desse sujeito. Outra questão que ficou patente durante o acompanhamento do caso diz respeito aos desafios impostos pela aproximação com a pobreza e todas as repercussões que ela pode gerar no psiquismo do sujeito. De fato, os bancos das universidades ainda não nos preparam para lidar com as classes menos favorecidas e com as diferenças culturais que a convivência com esse tipo de clientela faz aflorarem. Afinal, “onde é que se realiza a vida social do pessoal de classe baixa? É na rua. Onde é que se dão as trocas, onde é que as pessoas enriquecem os seus conhecimentos? É na rua. A possibilidade de refúgio no privado, no particular da classe baixa, é muito menor, muito pequena” (Cesarino, 1991). Ao contrário do que se costuma dizer em algumas situações, o sujeito psicótico não “fica ou está em crise”, mas é a expressão da crise do ideal, do ideal do homem contemporâneo, racional, autônomo, dono de si. E tratar esse tipo de sujeito requer muito mais do que sua mera inclusão em serviços de assistência ao portador de sofrimento psíquico, que, da forma como vêm se configurando, ao menos em algumas instituições do Estado da Bahia, se constituem numa mera transferência de lugar, do hospital psiquiátrico, em que o paciente sofria maus tratos e era obrigado a ficar internado; para o serviço substitutivo, onde há liberdade de ir e vir, mas o portador de transtorno mental continua excluído do convívio social preso às tão propaladas oficinas terapêuticas. É premente que, ao tempo em que são constituídos serviços substitutivos em saúde mental, sejam construídas também novas formas de lidar com o louco, que possibilitem seu cabimento no seio da sociedade, sua real

inserção social. Vale salientar, ainda, a importância da articulação dos serviços de atendimento em saúde mental como forma de ampliar as possibilidades de cuidado e potencializar os vínculos que dão sustentação ao sujeito na sociedade. A criação de dispositivos coletivos de acolhimento e convivência que "grupalizem" não apenas os sujeitos como seus familiares contribui significativamente para a auto-regulação e autonomia desses indivíduos. Por fim, compete valorizar a atenção domiciliar como dispositivo essencial no trato com a loucura, principalmente quando se consideram as grandes possibilidades de trocas sociais e afetivas que os profissionais de saúde mental podem intermediar entre os pacientes e os membros da comunidade.

**Palavras-chaves:** Transbordamento Psicótico, Continência, Holding

**Atividade: Diagnóstico de Síndrome de Down (Painéis)**

**Trabalho:** o conteúdo da informação como fator de desenvolvimento da criança

**Autor(es):** Mariana Meira Pires Simonetti, Maria da Silva Santana, Lúcia Maria Gomes Torres, Eulalia Maria Chaves Maia

**Resumo:** A experiência de uma família com o nascimento de um bebê com Síndrome de Down envolve adaptação e reações que se assemelham a de outras famílias na mesma situação. Daí a importância da escolha de uma melhor forma de comunicação do diagnóstico da deficiência do filho à família, considerando as possíveis conseqüências desse momento para a mesma.

**Objetivo:** Analisar o conteúdo das informações contidas na transmissão do diagnóstico para mães cujos filhos nasceram com síndrome de Down, assim como a influência desse conteúdo no processo de desenvolvimento de seus filhos. **Metodologia:** Utilizou-se uma abordagem quanti-qualitativa. O instrumento de coleta de dados constou da aplicação de um questionário semi-estruturado em situação individual com uma amostra de 20 mães cujos filhos apresentam Síndrome de Down (SD) e recebem atendimento em um programa de Síndrome de Down do Ambulatório do Hospital de Pediatria Professor Heriberto Bezerra (HOSPED), vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na faixa etária de zero a três anos de idade. A primeira parte do questionário visou à caracterização das mães incluindo informações sócio-demográficas. A segunda parte constou de um roteiro com questões abertas e fechadas utilizadas para identificar a percepção das mães frente ao diagnóstico de Síndrome de Down de seus filhos. Os dados foram analisados através de dois softwares de processamento de dados, o SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), programa de análise de frequência e o ALCESTE 4.5 (Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segments de Texte), programa de processamento de dados que classifica hierarquicamente as informações mais significantes. Este software informa a distribuição do texto analisado em classes lexicais, resultantes de uma análise hierárquica descendente realizada a partir das formas reduzidas originadas das palavras constantes do texto e do seu contexto semântico. A tese principal do autor deste programa é que todo discurso expressa um sistema de "mundos lexicais", que organiza uma racionalidade e dá coerência a tudo o que o locutor enuncia. Logo, o objetivo do Alceste é precisamente pôr em evidência os mundos lexicais mais frequentes que compõem o discurso, através das distribuições estatísticas das palavras mais frequentes que compõem o discurso.

Complementarmente, fez-se uso de uma abordagem qualitativa que mediante o objetivo da pesquisa foi feita através da técnica de análise de conteúdo, a partir da análise temática, que consiste em observar os "núcleos de sentido" que compõem a comunicação, e cuja presença ou frequência de aparição poderão significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido.

**Resultados:** Os resultados foram codificados em duas categorias: diagnóstico tardio; conteúdo insuficiente e inadequado das informações. **Conclusão:** concluiu-se que no grupo estudado, as mães que vivenciaram o impacto de um diagnóstico não esperado, experimentaram sentimentos de insegurança e de tristeza diante de um quadro insuficiente e inadequado de informações por denotar um futuro sombrio e de desesperança para seus filhos. Dependendo da forma como essa notícia é transmitida, pode atuar como facilitador ou dificultador no estabelecimento do

vínculo da mãe com seu filho, comprometendo sobremaneira a busca de recursos importantes para o desenvolvimento normal de sua criança. Quando as mães desconhecem a deficiência, geralmente gera uma fonte de tensão que compromete a situação atual e de seus projetos futuros. A transmissão cientificamente adequada do diagnóstico favorece a busca de atendimentos necessários, faz com que ela enxergue o que sua criança é capaz de realizar, bem como fazer com que desenvolva suas potencialidades. É nesse sentido que a transmissão adequada do diagnóstico é tão importante e significativa, uma vez que conduzem as mães à maneira segura de conduzir seus filhos no cotidiano, de maneira semelhante aos demais bebês.

**Palavras-chaves:** comunicação do diagnóstico, atitude humanitária, desenvolvimento da criança, Síndrome de Down

**Atividade: Relato da experiência da Psicologia Institucional e Qualidade em um hospital público: conquistas e melhorias. (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Psicologia Institucional e Qualidade em um hospital público: conquistas e melhorias

**Autor(es):** Vera Lúcia Bonato

**Resumo:** O Instituto do Coração – InCor - do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – HCFMUSP -, é um hospital público situado na cidade de São Paulo. Dentre seus diversos serviços conta com o setor de Psicologia Institucional e Qualidade que tem por objetivos: assessoramento técnico para as áreas que buscam rever e melhorar seus processos de trabalho, estimula a participação dos colaboradores e facilita o intercâmbio entre problemas e soluções - sugerindo, implantando e acompanhando as ações. Desta forma, o foco das atividades da área está voltado para melhoria dos processos de trabalho por meio de ações com grupos institucionais, pesquisas de satisfação dos usuários externos vinculados ao SUS, convênios e particulares; além de pesquisas internas avaliando a prestação de serviços de área para área. Dentre as atividades desenvolvidas estão: \* Gestão de Melhoria de Processos - Área de Imagem;\* Coordenação e Supervisão de Programas de Estágios e Aprimoramento;\* Publicação de artigos em revistas específicas;\* Participações em aulas no InCor e Instituições afins;\* Treinamentos; \* Satisfação do Cliente Médico;\* Melhoria da Recepção Principal;\* Reformulação CAPI;\* Elaboração de procedimentos da Medicina Nuclear;\* Programa de Melhoria – CDI;\* Projeto Humanização – NINHU;\* Projeto Sol;\* Elaboração do Relatório de Gestão PNGS; \* Certificação ISO;\* Avaliação da Satisfação dos Serviços do LAC;\* Ações de Integração Institucional;\* Projeto Vídeo Ações Institucionais – FUNDAP;\* Projeto Terra Fórum;\* Prêmio Mário Covas;\* Projeto FPF – Apto para o Apto;\* Emplasa – divulgação institucional;\* Dia “D” Humanização;\* Organização da Festa de Natal. Todas essas ações trazem fundamentalmente benefícios e contribuições para a sociedade, tais como: serviços hospitalares com qualidade; melhoria do atendimento oferecido aos clientes internos e externos; melhoria do acesso aos serviços de saúde; privacidade e respeito no atendimento e humanização no ambiente hospitalar. Qualidade dos serviços e ações de saúde tanto para cliente interno quanto para cliente externo são indissociáveis e visam otimizar, integrar e sistematizar o trabalho institucional melhorando os serviços prestados, bem como a qualidade de vida e de trabalho dos seus profissionais. Instituições de saúde onde se realizam atividades de assistência, ensino e pesquisa, Qualidade deve ser valor inato e intrínseco às ações e o paciente centro das atenções e elemento integrador da equipe multiprofissional. Poder desencadear esta discussão num espaço institucional, onde estão presentes diferentes olhares, estimula a diversidade e a humanização. O trabalho do psicólogo na vertente institucional no hospital enfrenta desafios no dia-a-dia frente às grandes demandas da instituição e do trabalho com as equipes interdisciplinares. Assim, a interlocução com os outros saberes é a semente para a construção de caminhos e novas formas de pensamento seguido de atuação modificadora. Trilhando nessa estrada, a Psicologia Institucional e Qualidade podem contribuir no campo das decisões num campo institucional mais amplo.

**Palavras-chaves:** Psicologia Institucional, Qualidade, Hospital

**Atividade: Cuidado Ampliado em Saúde  
(Mesas Redondas)**

**Trabalho: HETEROGENEIDADE GENÉTICA, RETARDO MENTAL E SOCIALIZAÇÃO NA SÍNDROME DE RUBINSTEIN-TAYBI**

**Autor(es):** Francisco Kelmo, Jeane Saskya Campos Tavares, Anderson Almeida Chalhub

**Resumo:** A Síndrome de Rubinstein-Taybi (RSTS) é tipicamente caracterizada por retardo mental, polegares e haluxes largos e anomalias craniofaciais. Sua incidência é de um para cada 300 nativos com retardo mental, com incidência elevada em gêmeos monozigóticos. As formas mais severas de RSTS, são resultantes da deleção contígua do gene CREBBP na região 16p13.3, bem como de regiões adjacentes. Entretanto, a causa mais comum desta síndrome é decorrente de uma mutação no gene que codifica o coativador transcricional da proteína de ligação CREB-CBP (CREBBP). A proteína de ligação (CBP) ativa a transcrição gênica através de sua região C-terminal. A ativação do domínio CBP interage diretamente com o fator de transcrição basal TFIIB, que por sua vez passa a interagir com a proteína TBP1 (TATA-box-binding protein), dando seqüência a uma cascata físico-química de eventos que ligam a proteína CREB-fosfoativada ao promotor, ativando o complexo da polimerase II e assim, iniciando a transcrição. Agindo como coativador, a proteína CBP aumenta a atividade do CREB-fosforilado permitindo desta forma a ativação da transcrição dos genes que respondem ao AMPc. A heterogeneidade genética, por sua vez, advém de mutações no gene EP300, o qual está envolvido em diversos processos reguladores do metabolismo celular. Neste estudo, de caráter multidisciplinar, avaliou-se cento e noventa e oito casos registrados na literatura, nove registros hospitalares, e acompanhou-se por quinze meses as atividades cotidianas de um sujeito experimental adolescente do sexo masculino, de sua família e de seus cuidadores. Os dados da literatura registram que 65% dos casos são acometidos pela forma severa da RSTS; 28% pela forma moderada, e 7% são acometidos pela forma branda. Altos níveis de óbitos (94%) são registrados até os dez anos de idade entre os indivíduos diagnosticados com a forma mais severa da RSTS. 88% dos indivíduos que entraram na adolescência e faleceram antes de atingir dezoito anos foram diagnosticados com as formas moderadas. Todos os indivíduos que ultrapassaram os vinte e um anos de idade (3% de todos os casos analisados), foram diagnosticados com a forma branda da RSTS. Em cada uma destas categorias, o grau de retardo mental foi identificado como severo, moderado e leve, respectivamente. As principais anomalias físicas e manifestações clínicas apresentadas pelo sujeito avaliado foram baixa estatura, polegares largos e dedos grandes, anomalias craniofaciais, disgenesia de corpo caloso, bossa frontal proeminente, fissuras palpebrais oblíquas antimongolóides, estrabismo, alterações da pirâmide nasal com dorso nasal alto, crescimento anterior do septo cartilaginoso em direção à columela, desvio de septo, hipoplasia da maxila, palato ogival, fissura palatina submucosa sem úvula bífida e sutil alteração odontomorfológica. O sujeito apresenta ainda, nível intelectual rebaixado, retardo no desenvolvimento neuropsicomotor e na linguagem. O desenvolvimento psicomotor apresentado pelo jovem quando comparado a outros portadores da síndrome descritos na literatura é considerado bom e está diretamente relacionado às estimulações variadas a que foi submetido ao longo do seu desenvolvimento. Tarefas motoras finas mais complexas ainda são realizadas com dificuldade, porém, muitos dos problemas referentes à desordem genética foram minimizados. Algumas atividades ainda refletem as dificuldades motoras, estejam elas relacionadas às características físicas ou ao desenvolvimento do esquema e imagem corporal. Observações no ambiente escolar do sujeito revelam que o desenvolvimento deste encontra-se em nível pré-silábico; havendo dificuldade em evoluir das operações simbólicas concretas para as abstratas, e deste modo, as atividades são propostas até o nível de resposta do sujeito. O mesmo ainda não realiza as operações lógico-matemáticas, nem está apto a realizar uma contagem numérica, exceto quando existem objetos concretos para auxiliá-lo. Observa-se maior retorno nos trabalhos realizados no plano concreto, de modo que inicialmente foram propostas ao sujeito atividades que exploravam o lúdico, estimulando sua consciência corporal. Todas as tarefas desempenhadas com relativa facilidade estão relacionadas ao estabelecimento de regras seguidas ao longo do cotidiano e à influência de técnicas



estimulantes. Uma vez que dados coletados extrapolam as expectativas teóricas registradas na literatura, conclui-se que o sucesso no desenvolvimento do sujeito é devido à estimulação contínua da equipe multidisciplinar que o acompanha. Dessa forma, propõe-se a efetivação de um sistema de atenção voltado aos defeitos congênitos, de forma integrada e multidisciplinar, a ser formulada por meio de política específica, de âmbito nacional, com a participação ativa do Ministério da Saúde.

**Palavras-chaves:** Rubinstein-Taybi, retardo mental, inserção social, defeitos congênitos, deficiência neuropsicomotora

**Trabalho:** Modelo Bioecológico de Desenvolvimento Humano: delimitando aspectos do microsistema de um jovem com Síndrome de Rubinstein-Taybi

**Autor(es):** Anderson Almeida Chalhub, Jeane Saskya Campos Tavares, Francisco Kelmo

**Resumo:** O desenvolvimento humano pode ser estudado enquanto uma função de forças que emanam de múltiplos contextos sendo parte das relações entre estes contextos. Isto requer o estudo de aspectos destes ambientes em que a pessoa está inserida, desde os proximais até os distais. Por considerar a pessoa ativa na construção do seu processo desenvolvimental, se faz necessário estudar características próprias desta pessoa no ambiente que a modifica, mas que também é modificado por ela. O Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano privilegia o estudo do desenvolvimento a partir da interação sinérgica de quatro componentes: Contexto, Pessoa, Processo e Tempo. Os processos proximais, parte central do modelo, operam através do tempo e são considerados mecanismos primários que produzem o desenvolvimento humano. No entanto, o poder destes processos de influenciar o desenvolvimento varia substancialmente em função das características da Pessoa em desenvolvimento, dos Contextos e dos períodos de Tempo, onde os Processos Proximais acontecem. Desta forma, aspectos da biologia do sujeito encontram-se também como parte do estabelecimento do seu desenvolvimento. A Síndrome de Rubinstein-Taybi sendo uma desordem genética, pode ser então estudada em seus reflexos no desenvolvimento de um indivíduo. Esta síndrome é uma afecção pouco comum e de difícil detecção que afeta uma em cada cento e vinte e cinco mil nativos. Suas principais características são retardo mental, baixa estatura, anomalias craniofaciais (pirâmide nasal alta e alongada, associado à hipoplaxia da maxila), polegares largos e angulados, retardo no desenvolvimento neuropsicomotor, problemas cardíacos e oftalmológicos. Por conta destas características e dos problemas médicos associados, faz-se necessário compreender como se estrutura o ambiente em que o indivíduo está inserido o que pode influenciar o seu desenvolvimento, permitindo-lhe um crescimento saudável e autônomo. A fim de identificar no contexto mais imediato (microsistema como a casa) aspectos que impulsionem o desenvolvimento de um jovem de 17 anos de idade, com Síndrome de Rubinstein-Taybi, realizou-se um estudo de caso exploratório baseado no método da observação participante simples, associado a entrevistas semi-estruturadas e análise de documentos. Foram fontes de informação a sua mãe e sua professora particular. A partir da análise dos resultados, percebeu-se a importância da estimulação ambiental para o desenvolvimento de habilidades sociais, cognitivas e formação da noção de auto-imagem do jovem, processos que situam o sujeito no seu contexto, apesar da síndrome. Foram detectados aspectos promotores do desenvolvimento deste jovem na sua residência como sinalização de rotina, dias da semana, meses e ano, cores, números; além de nomes dos objetos colados junto e eles em cartolina, como televisão, porta e gavetas. Para a psicologia, este estudo permite a percepção de que mais que inserir socialmente o portador de uma deficiência, é preciso que este se sinta inicialmente um indivíduo. A partir da percepção de si mesmo e de suas necessidades, o portador de uma deficiência pode estar em sociedade de forma integrada, ressaltando a necessidade de a sociedade também se adequar às suas demandas, permitindo a convivência 'com' e 'em' suas diferenças.

**Palavras-chaves:** estimulação ambiental, pessoa, contexto, bioecologia, desenvolvimento

**Trabalho:** CONVIVENDO COM A DOENÇA CRÔNICA: REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA

## DA FAMÍLIA

**Autor(es):** Jeane Saskya Campos Tavares, Anderson Almeida Chalhub, Francisco Kelmo

**Resumo:** A família é um espaço privilegiado de constituição, desenvolvimento, crise e resolução dos problemas da saúde individual. Enquanto parte da unidade de cuidados, agente de encaminhamento e rapidez na utilização de serviços de saúde, o comportamento dos membros do sistema familiar afeta diretamente a adesão aos tratamentos propostos, acelera processo de cura, aumento de tempo e qualidade de vida do doente. Diante de uma doença crônica, de repercussões biopsicossociais significativas como a Síndrome de Rubinstein-Taybi, a família inicia processos de transição de longo prazo que resultam em uma reorganização qualitativa interior e do comportamento manifesto, particularmente nos cuidadores primários. As múltiplas demandas e perdas associadas à doença podem levar a alterações danosas dos processos familiares, mudanças físicas e emocionais adversas nos membros da família, maior presença de comportamentos de risco à saúde nos familiares. No entanto, as adversidades geradas pelo prestar cuidados podem conduzir à construção de novas e saudáveis formas de relacionamento familiares, tornando-se este um momento propício para resolução de conflitos, crescimento do grupo e fortalecimento de vínculos. Considerando-se a tipologia psicossocial da doença (Início, Curso, Conseqüências e Grau de incapacitação), foi realizada a análise do caso de uma família, a partir de informações coletadas em inventário médico, entrevistas abertas com a mãe e irmão de um adolescente (17 anos) portador da Síndrome de Rubinstein-Taybi, observação assistemática domiciliar. Nesta análise, discutiram-se aspectos que podem contribuir para uma má-adaptação familiar, como o não-reconhecimento de processos de luto entre os membros, gastos financeiros e cronificação psíquica. Assim como os que favorecem o processo adaptativo: acesso aos serviços médicos, pedagógicos e informações especializadas, possibilidade de aquisição de medicamentos e realização de exames, responsividade e cuidados intensivos desenvolvidos pela mãe. Destacou-se, neste caso, a configuração da rede social significativa, que ultrapassa a família nuclear e extensa, incluindo todo o conjunto de vínculos interpessoais dos membros do grupo: amigos, relações de trabalho, de estudo, inserção comunitária e de práticas sociais. No que diz respeito ao jovem portador da síndrome, sua participação em redes (família e escola) parece ser um elemento protetor da saúde, pois houve incentivo às atividades pessoais que se associam positivamente à sobrevida: rotina de dieta, exercícios físicos e cognitivos, desenvolvimento afetivo, controle de agressividade, sono, busca de autonomia e cuidados com a saúde em geral. Em relação à família, observou-se pobreza de relações sociais, que se constitui fator de risco à saúde comparável a outros que são comprovadamente nocivos. O agravo tem impacto negativo sobre o grupo mais próximo do portador da síndrome, levando à retração da rede causando uma deterioração recíproca. Finaliza-se discutindo a necessidade de inserção dos membros da família em rede de suporte para que possam, através do recebimento de apoio social, aprimorar a noção de pertencimento e a experiência de também serem cuidados e de bem-estar. Propiciando-se ainda intensificação das relações, aprimoramento da comunicação entre os membros e fortalecimento da rede familiar.

**Palavras-chaves:** redes, família, doença crônica, biopsicossociologia

**Atividade: Paixão, violência e saúde mental (Paineis)**

**Trabalho:** Paixão, violência e saúde mental

**Autor(es):** Rosilene Almeida Santiago, Maria Thereza Ávila Dantas Coelho

**Resumo:** O aumento da criminalidade no país inquieta e conduz alguns estudiosos a discutirem o tema na tentativa de elaborar um conceito para compreender e combater esse fenômeno que emerge da sociedade, e que vem marcando a contemporaneidade ceifando vidas. Metade das mulheres assassinadas no mundo é morta pelo marido ou namorado, atual ou ex. Na França, 3

mulheres são mortas pelo marido ou companheiro a cada 15 dias. 60 a 70% das 208 mulheres assassinadas em Pernambuco foram mortas pelos seus companheiros ou ex. 2500 mulheres foram mortas em 1998 vítimas de crime passionais e até 1999 houve um acréscimo de 13,5%. A palavra violência é conhecida desde a Antiguidade, mas só passou a ser questionada a partir dos meados do século XIX. Nem mesmo na Revolução, quando muitos foram sacrificados à guilhotina, o termo violência foi considerado. A violência é um fenômeno complexo, com raízes profundas nas relações de poder baseadas no gênero, na sexualidade, na auto-identidade, nas instituições sociais e nas muitas sociedades em que o direito masculino de dominar a mulher é considerado a essência da masculinidade. Ainda hoje, num homicídio cometido por ciúmes em Florianópolis, o advogado declarou que isto foi uma fatalidade e ressaltou que a vítima tinha um namorado. Embora as mulheres também sejam violentas, a maioria dos homicídios passionais é praticada por homens. No século XIX era comum no Jornal do Commercio e A Noite manchetes como: “Do ciúme ao crime”, “Neurastenia sangrenta”. As crônicas foram influenciadas pelo espírito da época, que considerava as mulheres culpadas e o assassino, vítima do amor. Na Mesopotâmia - Constituição Divina - e no Código de Hamurabi, a mulher flagrada em adultério era amarrada com o seu amante e ambos eram lançados à água. No Direito Romano não cabia ao Estado a punição do delito, quer dizer, os infratores não eram punidos com pena pública, mas cabia ao homem punir o delito. O crime passionais é um crime hediondo, e a sua pena prevista é de 12 a 30 anos de reclusão. Constitui motivo torpe, (art.121, 2º, I do CP) se o acusado, sentindo-se desprezado pela amada, resolve vingar-se, matando-a. Derivado do latim *passionalis*, de *passio* (paixão), o termo designa juridicamente o que se comete por paixão. A paixão é uma pulsão desmedida que vive em busca do objeto do seu desejo e o aprecia mais do que a própria vida. Porém, na impossibilidade de possuir esse objeto, e fugindo da dor reprimida, esse sujeito não encontra meios imaginários ou simbólicos de expressão desses conteúdos e a saída que ele encontra nessa situação é a transgressão da lei e os atos de violência. A questão do passionais é a intolerância à frustração da traição do relacionamento amoroso. Sob o choque da traição, ele revive as primeiras experiências infantis da fantasia de perfeição, pois aquilo que causa desejo e angústia evoca a sofreguidão dos primeiros vínculos. Ferido em seu amor-próprio ele destrói a imagem idealizada de si mesmo que até então sustentava na amada. Em transe, embaraçado por um excesso de palavras, ele não se sustenta nesse lugar de traído e consome o crime passionais acreditando proteger o seu eu. Assim os maiores atos se concretizam num total de excesso de amor. Tal conduta criminosa acontece, muitas vezes, através de uma passagem ao ato. Nessa passagem o sujeito esmaga-se e identifica com o objeto, diferentemente do *acting out*, que representa uma outra maneira de dizer o “sintoma” por um ato, um outro modo de dar voz às paixões. A psicocriminologia propõe considerar os movimentos inconscientes do desejo. Propõe explorar os aspectos psíquicos do crime, sem desumanizar o criminoso. Quanto aos critérios de normalidade, no entanto, compreender um crime como doença psicológica é um tema complexo. Sendo assim, paixão e psicose não se excluem. Um apaixonado pode ser mais ou menos psicótico, e um psicótico mais ou menos apaixonado, a depender de sua história de vida. Este estudo está sendo desenvolvido em uma unidade prisional de Salvador-Ba, cujo objetivo é apreender as relações entre a paixão, a violência, a normalidade e a saúde mental. O resultado parcial é que o passionais tem em sua estrutura psíquica uma fixação no narcisismo que elege a si mesmo como objeto de amor, e deseja a posse desse objeto, representado pela amada que o traiu. Quanto às primeiras conclusões, espera-se, para transformação do contexto de violência passionais, que este estudo forneça subsídios para que novas políticas públicas de saúde criem condições para que o indivíduo possa reagir às frustrações amorosas sem passar ao ato criminoso. Essa modificação é possível, a depender da facilidade com que a libido passe de um objeto a outro, podendo se desviar para atividades humanas. Isso define a normalidade do sujeito.

**Palavras-chaves:** Paixão, Violência, normalidade

**Atividade:** A relevância da Avaliação Psicológica no atendimento a clientes na Clínica-Escola de Psicologia do UNIPÊ (Paineis)

**Trabalho:** A relevância da Avaliação Psicológica no atendimento a clientes na Clínica-Escola de Psicologia do UNIPÊ

**Autor(es):** Roberta Montenegro dos Santos, Adriana de Andrade Gaião e Barbosa, Alexmara de Barros Medeiros, Fernanda Naiene Rodrigues Valadares, Iva Izabel Cavalcanti da Silva Barros, Mary Ellen Valois da Mota Cândido

**Resumo:** A avaliação psicológica é considerada como um dos recursos complementares para a formulação do diagnóstico. Segundo Wechsler (Coutinho, 2001) avaliação psicológica acrescenta na coleta de dados e interpretações de informações a respeito das dimensões psicológicas, a utilização de instrumentos que nos possibilita um conhecimento de capacidades cognitivas e sensório-motoras, componentes sociais, emocionais, afetivos, motivacionais, aptidões específicas e indicadores psicopatológicos, conforme os objetivos propostos para a investigação. Além disso, se constitui em importante dado para o processo psicoterápico pois abrange diversos aspectos do comportamento humano que dependem da investigação proposta, ou seja, a demanda direciona o trabalho a ser realizado como os instrumentos a serem utilizados durante o processo de avaliação. Contudo, as medidas e materiais utilizados devem ser coerentes com o comportamento a ser pesquisado, além de se ter domínio do instrumento aplicado, sendo assim deve-se ter reconhecimento da validade e precisão de todo instrumento proposto para o profissional de avaliação psicológica. Conforme Cunha (2000), as modalidades de avaliação psicológica dependem dos objetivos da avaliação. Ao enfatizar a utilização de testes e instrumentos psicológicos para o processo de avaliação psicológica de um sujeito deve-se considerar alguns aspectos, entre eles podemos destacar: observar os atributos ou características que se pretende avaliar; Quais testes avaliam tais atributos ou características e a sua disponibilidade no mercado; Identificar o nível econômico, idade, nível de escolaridade, condições físicas e psicológicas para a utilização dos instrumentos adequados; Considerar as características psicométricas do instrumento a ser utilizado como validade e precisão entre outros. Sabe-se que na maioria das vezes os clientes deixam de informar dados essenciais quando da realização de sua anamnese. Assim, através de provas psicológicas pode-se descobrir informações essenciais que irão facilitar o processo do psicodiagnóstico. Neste sentido a Clínica-Escola de Psicologia do Unipê esta desenvolvendo atividades para seus alunos, com intuito de priorizar a avaliação psicológica como forma de aprendizagem, para que conheçam e trabalhem com as principais provas psicológicas abrindo-se assim, uma formação na área do psicodiagnóstico, favorecendo também, a sociedade uma forma de atendimento gratuito, contribuindo, o Unipê, com este programa de extensão que a sociedade possa utilizá-lo. Neste trabalho propomos uma apresentação sobre a avaliação psicológica, enfatizando sua importância e relevância para um processo de encaminhamento e de ampliação do conhecimento da problemática do ser. Para se efetivar o objetivo proposto, realizamos um levantamento sobre os casos atendidos na instituição através de dados sócio-demográficos como: idade, nome, escolaridade, estado civil, religião, naturalidade, entre outros; testes utilizados como: AC, RAVEN ESPECIAL, R-2, GOODENOUGH, R-1, WISC III, TESTE DO DESENHO DA FAMÍLIA entre outros e encaminhamentos feitos para o público atendido por este serviço. Situamos este trabalho em uma exposição teórica citando a definição, contexto sócio-histórico e objetivos da avaliação psicológica no Brasil, como suas tendências e perspectivas atuais e futuras, além de abordar aspectos sobre a ética e formação profissional necessários para se desempenhar esta atividade

**Palavras-chaves:** avaliação psicológica, Clínica-escola, instrumentos, testes

**Atividade: SAÚDE E RELIGIOSIDADE  
(Painéis)**

**Trabalho: SAÚDE E RELIGIOSIDADE: LÍDERES DE INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS DE UM BAIRRO POPULAR DE SALVADOR E SUAS CONCEPÇÕES A RESPEITO DA SAÚDE A PARTIR DA RELIGIÃO**

**Autor(es):** Fernanda Von Flach Correia, Amanda Oliveira Prata Nascimento

**Resumo:** A Organização Mundial de Saúde inclui o bem-estar religioso entre os elementos a serem considerados, juntamente ao bem-estar biopsicossocial, para definir a saúde. Assim, concluímos que a religião por estar tão fortemente presente em nossa cultura ganhou tamanha relevância e status de fator relevante para constituição da definição de saúde. Tem-se conhecimento também de que a utilização dos serviços informais de cuidado à saúde é mais facilmente observada entre famílias pobres. Dentre estes serviços, as redes formadas através dos grupos religiosos são uma tentativa de suprir a precariedade do sistema público de saúde no Brasil, utilizando-se de métodos caseiros e orações. Considerando estes aspectos, o presente estudo buscou tratar do tema Saúde e Religiosidade, do ponto de vista dos líderes de diferentes instituições religiosas da Boca do Rio. O bairro foi escolhido por ser considerado periférico e por ter sido escolhido pela pesquisa maior, conforme será citado e a qual este trabalho está vinculado, além de apresentar precárias condições de assistência à saúde, saneamento, educação e por possuir uma diversidade de instituições religiosas, com um número significativo de cada uma delas. Este estudo integra a pesquisa “O cuidado à saúde no contexto familiar e suas inter-relações com os serviços formais e informais de saúde”, desenvolvida no grupo Comunidade, Família e Saúde (FASA), vinculado ao Instituto de Saúde Coletiva (ISC/ UFBA). A presente investigação pretendeu analisar as diferentes representações da religião em relação à saúde, bem como a forma como esta interfere no auto e hétero-cuidado e a relevância desta para os mesmos. Participaram da pesquisa líderes das duas principais instituições religiosas (igreja católica integrada ao movimento carismático e uma igreja evangélica pentecostal) presentes na comunidade, além de moradores do bairro que as freqüentavam. A metodologia utilizada teve como base no modelo etnográfico, desta forma houve inserção dos pesquisadores no campo possibilitando a integração destes com a população, de modo que favoreça o surgimento do discurso da comunidade em relação ao seu cotidiano. Dado ao caráter exploratório e descritivo, aprofundou-se o estudo das unidades-caso, práticas de saúde e religiosidade. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, após a assinatura do termo de consentimento livre esclarecido, que foram gravadas. Para a análise, foram utilizados os conteúdos das entrevistas, assim como os registros contidos nos diários de campo e dados obtidos a partir de observações assistemáticas de cultos e missas nos referidos seguimentos religiosos. Realizou-se escuta exaustiva dos conteúdos gravados, assim como releitura das considerações feitas no diário de campo. Os resultados preliminares indicam que o filiar-se a uma religião de alguma forma ajuda de forma positiva no cuidado a saúde, de modo que a religião interfere no auto e hétero-cuidado com o objetivo de melhoria da saúde, a medida que esta proporciona um entendimento a cerca da necessidade do cuidado com o corpo, além do cuidado da alma; é dada também, a indicação do tratamento formal pelos líderes bem como a estimulação da melhoria da qualidade de vida dos adeptos com a existência de programas ligados às instituições que promovem a saúde e previnem doenças. Além disso, os líderes apontam uma concepção de homem como um conjunto, que precisa cuidar tanto do físico quanto do espiritual, sendo a saúde o equilíbrio destas unidades. Assim como aponta a literatura, a fé / religião se constitui como um recurso a ser utilizado junto às práticas de saúde. Entretanto, a busca imediata dos adeptos continua a ser ao tratamento formal. Sugere-se que novas pesquisas sejam feitas abordando esse tema, uma vez que as crenças fazem parte da constituição da subjetividade do ser humano, além de novos estudos envolvendo mais profundamente os adeptos e as suas famílias, buscando o seu ponto de vista sobre a relação entre saúde e religiosidade.

**Palavras-chaves:** saúde, religiosidade, cuidados com a saúde

**Atividade: Perfil do Comportamento Alimentar: pessoas com peso normal versus pessoas obesas. (Paineis)**

**Trabalho::** pessoas com peso normal versus pessoas obesas.

**Autor(es):** Eudes Araújo Rocha, Neuciane Gomes da Silva, Eulalia Maria Chaves Maia, Priscilla Cristhina Bezerra de Araújo, Aline Aguiar Pereira de Lima, Ana Heloísa Cassimiro Costa, Ana Nunes Ribeiro

**Resumo:** Levando em consideração o fato de a obesidade ser considerada uma doença crônica, multifatorial, que envolve tanto fatores biológicos, como psicológicos e culturais, e que vem aumentando consideravelmente a sua prevalência nas últimas décadas - possivelmente devido ao alto consumo de alimentos gordurosos ou ainda ao estilo de vida estressante existente atualmente, que faz com que o indivíduo sinta dificuldade em manter uma alimentação saudável e adequada - percebe-se que, atualmente, um terço da população mundial adulta encontra-se vivenciando esta problemática que se apresenta, sem dúvida, como fator de risco para diversas outras patologias (diabetes, doenças cardíacas, etc.). Desta forma, o estudo a seguir teve como objetivo traçar o perfil da pessoa obesa através da identificação de sua relação com o ato de se alimentar. Este perfil foi comparado ao de pessoas com peso normal a partir da formação de dois grupos compostos, respectivamente, por quatro pessoas obesas, consideradas a partir do Índice de Massa Corporal entre 30kg/m<sup>2</sup> a 40kg/m<sup>2</sup>, e por quatro pessoas de peso normal, que apresentam o Índice de Massa Corporal entre 20 e 25kg/m<sup>2</sup>; é importante ressaltar que as duas amostras são semelhantes no que se refere à questão do gênero, sendo todos os sujeitos do sexo feminino, não portadores de diabetes e com os níveis de renda e escolaridade semelhantes entre si. Os dados referentes a este trabalho foram coletados no ambulatório do Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL), pertencente à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em Natal/RN. A pesquisa foi, então, realizada na forma de entrevista com perguntas abertas e fechadas, nas quais foram investigadas crenças, regras alimentares e atitudes dos participantes em relação ao alimento e ao ato de se alimentar. Os dados evidenciam que existem diferenças entre os indivíduos obesos e os indivíduos com peso normal na relação destes com a sua alimentação. Mais especificamente, com relação aos resultados, pôde ser evidenciada uma diferença na associação que os dois grupos de pessoas fazem em relação ao alimento, tendo, no grupo de obesos, uma maior relação do alimento com saciar a fome e prazer/satisfação, em detrimento do item correspondente à saúde/nutrição. Dentre a população da amostra de pessoas com peso normal, foi percebido que estes sabem conceituar melhor a diferença entre fome e apetite, enquanto os sujeitos obesos não fazem essa distinção com eficácia; hábitos como estes, apresentados pelos obesos, ajudariam no ganho e na conservação do excesso de peso, sendo necessárias mudanças comportamentais nos mesmos, a fim de que sejam obtidos hábitos nutricionais saudáveis que possam, a longo prazo, possibilitar-lhes uma melhoria na sua qualidade de vida.

**Palavras-chaves:** Obesidade, Comportamento, Alimentação

**Atividade:** ASPECTOS PSICOLÓGICOS EM PACIENTES COM CIRURGIA BARIÁTRICA (Painéis)

**Trabalho:** ASPECTOS PSICOLÓGICOS EM PACIENTES COM CIRURGIA BARIÁTRICA

**Autor(es):** Maria das Graças Teles Martins

**Resumo:** ASPECTOS PSICOLÓGICOS EM PACIENTES COM CIRURGIA BARIÁTRICA Autoras: Maria das Graças Teles Martins- 13 (1) Lucia de Fátima Alves Correia Lima- 13 (2) Nilza Maria Dantas Farias- (3) Denise Maria Guedes Albuquerque- (4) O objetivo geral deste trabalho é apresentar os aspectos psicológicos mais presentes em pessoas com obesidade mórbida e candidatas a cirurgia bariátrica. A obesidade é vista, na atualidade, como um dos problemas mais preocupantes de saúde pública e envolve componentes multifatoriais como genéticos, comportamentais, psicológicos, sociais, metabólicos e endócrinos. É uma doença com

prevalência em diversos países, dentre eles o Brasil, cujo número de pessoas acima do peso, de acordo com a OMS, dobrou nas últimas três décadas e já afeta 70 milhões, contingente que incluem todos aqueles que apresentam alguns quilos fora do padrão da normalidade, ou seja, cerca de 18 milhões são considerados obesos, apresentando até 45 quilos acima do peso ideal. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica e a entrevista. O universo envolveu pacientes com obesidade mórbida. A amostra foi de cinco pacientes que se submeteram a cirurgia bariátrica. Os instrumentos utilizados foram questionários e escalas voltados para a análise da ansiedade e depressão. A cirurgia bariátrica é uma opção de tratamento para a obesidade mórbida em pessoas que não respondem aos tratamentos convencionais e apesar dos benefícios apresenta indicações específicas e alguns riscos para o paciente. Os resultados indicam que, na maioria das vezes, quando o paciente procura acompanhamento psicológico, ele já está decidido a submeter-se ao processo cirúrgico. O papel do psicólogo, além de avaliar se o paciente encontra-se apto emocionalmente para o processo cirúrgico, é de apoiá-lo, orientá-lo e esclarecê-lo a nível psicoeducacional, na compreensão de todos os aspectos decorrentes dos momentos pré e pós cirúrgicos, considerando que muitas dúvidas permeiam o paciente que se submete a cirurgia. As conclusões do estudo apontam que o Psicólogo tem um papel importante no esclarecimento, orientação e reeducação das pessoas com obesidade mórbida. O acompanhamento psicológico torna-se um componente necessário ao processo pós-cirúrgico, a fim de se manter a elevação da auto-estima, da auto-confiança e da auto-imagem, bem como a reestruturação psíquica frente à reconstrução do corpo modificado e seu significado na vida diária do paciente. Considera-se de fundamental importância o procedimento de uma avaliação multidisciplinar criteriosa, objetivando amenizar possíveis complicações no pós-operatório. Palavras-chave: Obesidade Mórbida – Cirurgia Bariátrica – Psicologia PAINEL1- Psicóloga Clínica, Especialista em Psicologia da Saúde Desenvolvimento e Hospitalização-UFRN; Especialista em Psicologia Cognitivo Comportamental (FIP-PB), Especialista em Sexualidade Humana (UFPB), Mestre em Educação (ULHT Portugal).2- Psicóloga Clínica e Hospitalar, Especialização em Psicologia Cognitivo Comportamental.3- Psicóloga Clínica e Organizacional, 4- Psicóloga Clínica e Organizacional, Especialista em Psicologia Cognitivo Comportamental. Instituição: CLINICA INTERSER – Clínica Especializada no Ser Humano

**Palavras-chaves:** OBESIDADE MÓRBIDA, CIRURGIA BARIATRICA, PSICOLOGIA

**Atividade: O IDOSO HOSPITALIZADO: uma compreensão psicológica de Emoções, afeto e comportamento (Painéis)**

**Trabalho: O IDOSO HOSPITALIZADO: UMA COMPREENSÃO PSICOLÓGICA DE EMOÇÕES, AFETO E COMPORTAMENTO**

**Autor(es):** Maria das Graças Teles Martins

**Resumo:** RESUMOO objetivo deste trabalho foi analisar os aspectos afetivos-emocionais e comportamentais mais presentes no idoso hospitalizado. A qualidade de vivência cotidiana será refletida no decorrer de toda a vida, mais precisamente quando as pessoas se encontram mais velhos. Assim, a vida é um constante processo de modificações e, a cada fase de seu desenvolvimento, ocorrem transformações múltiplas acompanhadas de seus próprios desafios de sobrevivência humana. Esses desafios compostos de fatores biopsicosociais implicam em uma somatória de emoções, sentimentos, perdas e modificações adquiridas com o passar dos anos, em seu processo de desenvolvimento, que se acentuam frente a um processo de hospitalização. O Hospital é considerado um lugar marcado entre a vida e a morte e o paciente idoso, quando internado, tem na sua história pessoal uma cisão do seu cotidiano e, conseqüentemente, ocorre uma série de problemas na sua autonomia e no seu transcurso normal de vida. Assim, muitos fatores podem contribuir para que o idoso hospitalizado apresente descontentamento, sensação de abandono, medo, ansiedade, agressividade, raiva e angústia. A metodologia caracterizou-se num estudo exploratório, fundamentado num protocolo de registro diário, elaborado com base no modelo de Sebastini e Fongaro (1996), realizado no período de atendimento, antes do horário de visitas. O critério de inclusão para o estudo consistiu em que o

idoso se encontrasse internado, independente da patologia apresentada e que o mesmo seria interrogado diariamente nos dois turnos (manhã e tarde). O Instrumento utilizado foi um protocolo de registro diário composto de 17 manifestações psíquicas referentes às principais manifestações afetivas-emocionais e comportamentais. Teve como base uma amostra de 20 idosos do sexo feminino, na faixa etária de 60 a 78 anos, pertencentes a duas instituições hospitalares. Os Resultados, obtidos na análise das respostas, apontam a tristeza, a solidão e a esperança como o aspectos mais privilegiado pela maioria dos idosos. A esperança faz parte dos estágios de defesa psicológica e se apresenta como um ponto importante na vivência hospitalar do idoso persistindo em todos os outros estágios como a negação, a raiva, a aceitação e o stress físico e psicológico presentes. A solidão foi o segundo aspecto eleito pelos idosos e reflete uma insatisfação considerada presente em vista do isolamento, do estar só, da falta de relações sociais e de contato freqüente com familiares (filhos, netos e amigos). Os demais aspectos justificam a compreensão dos sentimentos emocionais inerentes e predominantes numa instituição hospitalar. No idoso os entusiasmos e as motivações declinam e as condições de uma maior adaptação dependem de uma melhor saúde e inteligência. A fragilidade do quadro clínico, a incerteza do diagnóstico e a imprevisibilidade da evolução do tratamento influem sensivelmente na estrutura psíquica de cada paciente idoso e de seus familiares. A doença se apresenta como uma desarmonia orgânica ou psíquica suprimindo a dinâmica de desenvolvimento do indivíduo como um ser global, gerando desarmonização biopsicossocial. Nossas conclusões indicam que a equipe de saúde necessita estar atenta de que seu papel interfere na qualidade e na satisfação do atendimento ao idoso. O papel do psicólogo hospitalar envolve, dentre outras atuações, saber o que o idoso pensa, o que sente e quais as suas expectativas diante hospitalização e da vida proporcionando alívio de sintomas e amenizando seu sofrimento psíquico. O ambiente físico do hospital, os recursos tecnológicos são fatores importantes, no entanto, acima de tudo isso existe o significativo do que a essência humana representa para cada um. Sugere-se que a busca contínua da humanização em seus múltiplos fatores se torne um desafio no atendimento do idoso hospitalizado. PALAVRAS-CHAVE: Idoso – Hospitalização- Psicologia da Saúde

PAINEL 1- Psicóloga Clínica, Especialista em Psicologia da Saúde, Desenvolvimento e Hospitalização - UFRN; Especialista em Psicologia Cognitivo - Comportamental- FIP-PB, Especialista em Sexualidade Humana-UFPB, Mestre em Educação-ULHT- Portugal.2- Psicóloga Clínica e Hospitalar, Especialização em Psicologia Cognitivo - Comportamental. Instituição: CLINICA INTERSER – Clínica Especializada no ser humano-João Pessoa PB

**Palavras-chaves:** IDOSO,HOSPITALIZAÇÃO,PSICOLOGIA DA SAÚDE

**Atividade:** AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA EM PACIENTES ESQUIZOFRÊNICOS EM SERVIÇOS SUBSTITUTIVOS DE UM MUNICÍPIO DA PARAÍBA (Paineis)

**Trabalho:**AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA EM PACIENTES ESQUIZOFRÊNICOS EM SERVIÇOS SUBSTITUTIVOS DE UM MUNICÍPIO DA PARAÍBA

**Autor(es):** Isolda Germana Nunes de Freitas,Livania Rodrigues,Kádja Xavier,ANDRÉA GONSALVES DINIZ,Mylenne de Carvalho Nobrega,Lívia Rodrigues de Sousa

**Resumo:** Falar em qualidade de vida nos casos onde o tratamento dos transtornos mentais não apresenta cura, como nas doenças mentais graves, é tentar entender as limitações, sofrimento e a falta de preparo da sociedade como um todo para descobrir e definir o que é qualidade de vida para esses indivíduos doentes. A esquizofrenia é uma doença mental que afeta a capacidade do indivíduo distinguir se as experiências vividas são ou não reais. Ela determina impacto não somente sobre as histórias de vida dos acometidos, mas sobre as respectivas famílias, e a sociedade em geral, tendo sua maior incidência em parcela importante da população



economicamente ativa (principalmente jovem), sendo extremamente onerosa para a sociedade. O Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS) é um serviço de saúde aberto e comunitário do Sistema Único de Saúde (SUS). É um lugar de referência e tratamento para pessoas que sofrem com transtornos mentais, cuja severidade ou persistência justifiquem sua permanência num dispositivo de cuidado intensivo, comunitário, personalizado e promotor de vida, realizando acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários. Aos serviços substitutivos, fica o papel de implementar novos dispositivos, refletindo e avaliando sua efetividade para que não se produzam novos enclausuramentos e novas hegemonias. Caracteriza-se por ser um serviço de atenção diária, que se propõe como alternativa ao hospital psiquiátrico. Nesse prisma, o objetivo principal da presente pesquisa foi verificar a qualidade de vida dos pacientes esquizofrênicos em serviços substitutivos. O estudo em questão foi realizado no CAPS do município de Santa Rita na Paraíba. A amostra foi composta por 29 pacientes com o diagnóstico de esquizofrenia, 14 (48,3%) homens e 15 (51,7%) mulheres. O instrumento de coleta de dados foi a escala de avaliação da qualidade de vida (QLS) adaptada à realidade da amostra. Os resultados revelam um discurso condizente com boa qualidade de vida, na percepção do paciente (59,1%), observou-se também que as mulheres percebem melhor qualidade de vida do que os homens, porém a diferença não foi significativa ( $r=0,19$ ). Conclui-se que os usuários do serviço substitutivo CAPS apresentam uma boa qualidade na percepção do próprio usuário. Enfim, a diminuição da frequência e da duração das internações psiquiátricas, com valorização dos tratamentos na comunidade faz com que portadores de transtornos mentais graves passem a ter maior interação com a sociedade, e a manifestar mais seus desejos e expectativas no âmbito da família e comunidade.

**Palavras-chaves:** Esquizofrenia, Qualidade de vida, Serviços Substitutivos

**Atividade:** AGENTES E FATORES QUE PODEM GERAR ACIDENTES E OFERECER RISCOS À SAÚDE DO TRABALHADOR EM INDÚSTRIAS DE MÓVEIS DE VITÓRIA DA CONQUISTA  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** AGENTES E FATORES QUE PODEM GERAR ACIDENTES E OFERECER RISCOS À SAÚDE DO TRABALHADOR EM INDÚSTRIAS DE MÓVEIS DE VITÓRIA DA CONQUISTA

**Autor(es):** Aline Mendes

**Resumo:** Considerando a inexistência de estudos desta natureza na região no ramo de movelaria, optou-se por uma investigação exploratória de caráter descritivo, buscando conhecer a realidade, descrevê-la, classificá-la e interpretá-la, o trabalho teve como objetivo reconhecer os agentes e fatores que podem gerar acidentes e oferecer riscos para a saúde do trabalhador em indústria de móveis de Vitória da Conquista. Buscou determinar as fontes de riscos, identificar os potenciais agentes de riscos de acidente e doenças nos ambientes de trabalho, como também identificar a existência de acidentes do trabalho e doenças relacionadas às atividades desenvolvidas e verificar existência de medidas e procedimentos preventivos. Foi realizado o estudo de 7 empresas componentes da Associação dos Moveleiros de Vitória da Conquista, que tem sede neste município, com uma população composta por 25 trabalhadores e 7 empresários. A coleta de dados foi realizada em três etapas. Na primeira etapa, foi realizada uma reunião com empresários para sensibilizá-los sobre a importância da pesquisa e obtenção de permissão para sua realização. A segunda foi feita observação do local de trabalho a partir de um roteiro estruturado em que foram verificados os seguintes aspectos: tecnologia de produção, processos, equipamentos e máquinas, fontes potenciais de contaminantes, inclusive condições inseguras que têm potencial de gerar risco. Também foram observadas as medidas que as empresas utilizam para a prevenção de doenças e acidentes de trabalho, bem como a manutenção, a utilização, o controle e a reposição das medidas adotadas. A terceira a etapa constituiu-se da aplicação de um questionário para avaliar as condições de trabalho a que os trabalhadores estavam submetidos, quais as suas percepções dos possíveis riscos, abordando sobre a saúde do trabalhador, incluindo queixas e sintomas de doenças. Através dos dados obtidos, foram constatados diversos problemas de saúde relacionados aos moveleiros, como dores nas pernas, alergias a utilização de produtos químicos e ao pó da madeira, dor de cabeça e ouvido devido à

exposição de ruído sem a devida utilização de equipamentos de proteção. A produção é formada por mão-de-obra familiar, sem carteira registrada e sem evidência de registro oficial dos acidentes e doenças de trabalho, o que agrava a sub - notificação desses registros dificultando o tratamento dos acidentes e doenças do trabalho. Constatou-se ainda a falta de treinamento para exercer a função e praticamente nenhuma noção sobre segurança e higiene do trabalho somado a baixa escolaridade. Os resultados do presente estudo indicam a necessidade de sistemas que possam apoiar os trabalhadores nas questões de saúde e higiene do trabalho, elevação da escolaridade e qualificação profissional. Dessa forma, conclui-se que é necessário conscientizar os micro-empresários das movelarias para a melhoria do processo produtivo, visando à redução de riscos e doenças ocupacionais, como conseqüência, o ganho econômico e social que isto pode representar.

**Palavras-chaves:** movelaria, acidente de trabalho, doença de trabalho, saúde e segurança no trabalho, qualidade de vida

**Atividade: AVALIAÇÃO DO ESTRESSE EM CRIANÇAS HOSPITALIZADAS NO CENTRO DE TRATAMENTO DE QUEIMADOS NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (Paineis)**

**Trabalho: AVALIAÇÃO DO ESTRESSE EM CRIANÇAS HOSPITALIZADAS NO CENTRO DE TRATAMENTO DE QUEIMADOS NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ**

**Autor(es):** Daniel Melo Macedo, Maria Nazaré Santos Galindo Martins

**Resumo:** Entende-se estresse como uma reação do organismo, com componentes físicos e/ou psicológicos, originado a partir de modificações psicofisiológicas que ocorrem quando a pessoa se depara com uma situação que exige adaptação. Este estudo teve como objetivo avaliar o estresse em crianças submetidas a tratamento de queimaduras no Centro de Tratamento de Queimados da Unidade de Emergência Dr. Armando Lages - CTQ, em Maceió; verificar a frequência de sintomas de estresse e identificar o grau de intensidade dos estressores externos em crianças, segundo a percepção das respectivas mães acompanhantes e dos profissionais da área de saúde do CTQ. Os profissionais foram divididos em duas categorias: profissionais de nível superior (3 enfermeiras, 2 médicas, 2 fisioterapeutas, 1 nutricionista e 1 psicóloga) e profissionais de nível médio (9 técnicos de enfermagem e 12 auxiliares de enfermagem). Participaram da amostra 16 crianças de ambos os sexos, de 0 a 12 anos de idade, internadas para tratamento de queimaduras, no período de junho a agosto de 2005, no Centro de Tratamento de Queimados da Unidade de Emergência Dr. Armando Lages – CTQ. Foram utilizados na coleta de dados três questionários, respondidos pelas mães e pelos profissionais de saúde. Os resultados destacaram que 25 (78.12%) dos 32 sintomas de estresse apareceram nas crianças. O sintoma inquietação foi identificado em 16 (100%) crianças. Outros sintomas de estresse foram apontados tais como, recusa da alimentação, evitar contato com outras pessoas, coração acelerado e apatia. Dentre os estressores externos 15 (48.38%) foram percebidos com alto grau de intensidade de estresse pelos profissionais de saúde, enquanto que as mães acompanhantes perceberam apenas 8 (25.80%). Os profissionais de nível superior, profissionais de nível médio e mães acompanhantes tiveram percepções semelhantes quanto aos estressores. Eles convergiram quanto à percepção dos estressores externos e quanto ao alto grau de intensidade de estresse sobre as crianças hospitalizadas no CTQ. Vivência do banho foi considerada por 100% dos profissionais como o maior estressor. Os percentuais elevados de crianças procedentes do interior submetidas a tratamento de queimaduras no CTQ reforçam as dificuldades desta população quanto ao conhecimento de medidas preventivas de queimaduras e ausência de assistência adequada por parte dos cuidadores, tornando-as mais vulneráveis ao estresse, que poderá ser agravado pelo afastamento do contexto sócio-familiar. Os dados sócio-demográficos das crianças submetidas a tratamento de queimaduras indicam fatores de risco, tais como idade da criança, baixa renda familiar, elevado número de pessoas residindo com a criança e limitado espaço físico da casa, podendo influenciar tanto no desencadeamento de situações que provocam acidentes de queimaduras quanto no estresse. A análise dos resultados permitiu concluir que o ambiente do CTQ pode contribuir para o estresse em crianças

submetidas a tratamento de queimaduras. De todas as suas formas e com todas as suas especificidades, hospitalizar-se em um Centro de Tratamento de Queimados implica em extremo sofrimento para a criança, a família e a equipe de saúde. Os estressores estão por todas as partes, no ambiente e dentro de cada pessoa. Aprender a lidar com eles e instrumentalizar as crianças para o cotidiano dessas experiências é um desafio para as famílias, para os profissionais de saúde e para os gestores hospitalares.

**Palavras-chaves:** Estresse, Hospitalização, Infantil, Tratamento, Queimaduras

**Atividade: HUMANIZAÇÃO DAS UNIDADES ESTADUAIS DE SAÚDE EM MANAUS (Experiências em Debate)**

**Trabalho: HUMANIZAÇÃO DAS UNIDADES ESTADUAIS DE SAÚDE EM MANAUS**

**Autor(es):** Niura Luci Schuch

**Resumo:** A evolução no atendimento na área de saúde e a preocupação com a atenção dispensada com o doente tem se tornado uma constante nos hospitais do país. Este projeto teve como finalidade contribuir para o aperfeiçoamento dos padrões profissionais, éticos e científicos que norteiam a atenção prestada às pessoas que buscam o atendimento na área da saúde, na cidade de Manaus. Visou, especialmente, à promoção do alívio do sofrimento do enfermo, disponibilizando para estes, familiares e profissionais de saúde a acolhida amiga e confiável no momento da procura pelo atendimento em saúde, propiciando a almejada relação otimizada entre usuários, profissionais e comunidade. O projeto pretendeu atender e iniciar a implantação, em Manaus, da política de humanização (PNH), proposta pelo Ministério da Saúde em 2004, desenvolvendo modelos de ações de assistência, atendimento, informação e acompanhamento usuário/família, na adoção de orientações educativas, psicológicas, artísticas e de assistência social, conjugadas à ação médica propiciando um atendimento mais humano em onze Unidades Estaduais de Saúde, em Manaus. Como meta, desenvolveu um modelo multiprofissional de atuação em saúde, capacitando 24 profissionais, bolsistas de Desenvolvimento Científico Tecnológico do Amazonas (DCTA), e formando 100 bolsistas de Iniciação Científica (IC), alunos da Universidade do Estado do Amazonas para atuação multiprofissional em saúde, no período de um ano. O método utilizado foi quanti-qualitativo, constituindo-se em uma pesquisa-ação cujo instrumento foi um questionário com perguntas abertas e fechadas aplicado aos usuários e familiares que procuravam atendimento em onze Unidades Estaduais de Saúde em Manaus, durante seis meses. O que oportunizou que se levantasse o diagnóstico da realidade de cada unidade pesquisada, ao mesmo tempo em que se aplicavam ações que visavam o acolhimento e a amenização da dor do momento. Como resultados a pesquisa apresentou o diagnóstico das necessidades dos usuários a partir da análise das condições do grau de satisfação dos serviços oferecidos e das condições encontradas e consolidou um modelo alternativo de atuação em saúde, sugerindo práticas psicológicas, educativas, artísticas e assistenciais. Em termos de ação humanizada foram desenvolvidas ações de acolhimento que buscaram a resolutividade das demandas dos usuários, oferecendo-se informações individuais aos usuários e aos seus familiares, além de realizarem-se palestras educativas e informativas, desenvolvendo temas preventivos em saúde e de campanhas nacionais e regionais de saúde e que igualmente favorecessem o entendimento do serviço prestado na unidade de saúde. Realizaram-se, também, sistematicamente, atividades lúdicas com crianças e adultos, apresentações teatrais, musicais e de dança, sessões de filmes informativos e de entretenimento buscando-se com isso amenizar-se a espera pelo atendimento. Palavras chave: Humanização, acolhimento, usuário, Unidade Estadual de Saúde.

**Palavras-chaves:** HUMANIZAÇÃO, ACOLHIMENTO, USUÁRIO, UNIDADE ESTADUAL DE SAÚDE

**Atividade: O Ambulatório de Saúde Mental no Contexto da Reforma Psiquiátrica Brasileira (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** O Ambulatório de Saúde Mental no Contexto da Reforma Psiquiátrica Brasileira

**Autor(es):** Yalle Fernandes dos Santos, Tatiane Medeiros Silva Gadelha, Adriana Barbosa Ribeiro, Isabel Fernandes de Oliveira, Oswaldo H. Yamamoto

**Resumo:** Desde os anos 1990 as políticas públicas brasileiras em Saúde Mental têm sido direcionadas à organização de uma rede de serviços substitutiva ao modelo hospitalocêntrico tradicional. Assim, a reestruturação da atenção psiquiátrica brasileira tem se configurado a partir de novas estratégias e novos espaços de cuidado às pessoas em sofrimento psíquico. Como, por exemplo, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), os centros de convivência, os ambulatórios e as residências terapêuticas. O objetivo deste trabalho é analisar as relações que o ambulatório especializado em Saúde Mental estabelece dentro da rede pública de assistência do município de Natal/RN, observando sua articulação com os serviços que compõem essa rede e sua adequação à proposta da Reforma Psiquiátrica brasileira. O ambulatório aqui analisado é o único neste nível de atenção nos quatro Distritos Sanitários de Natal e desenvolve atividades terapêuticas (grupo de usuários e familiares, oficinas e atividades re-inserção social, como passeios e bazares) que extrapolam o caráter tradicional de um ambulatório, ou seja, as consultas médicas e psicológicas. Para a coleta dos dados foram utilizados dois procedimentos metodológicos: a observação participante, que durou 03 meses e entrevistas semi-estruturadas com profissionais do ambulatório e da Secretaria Municipal de Saúde de Natal. A partir das informações colhidas, foi traçada uma caracterização geral do ambulatório, suas atividades, equipe que o compõe, articulação das ações com outras instituições, entre outros aspectos. Este ambulatório atende principalmente usuários egressos de CAPS e hospitais psiquiátricos. Oferece as seguintes atividades: grupo terapêutico, grupo familiar, consultas psiquiátricas, oficinas terapêuticas (jardinagem, artesanato, pintura, costura), acolhimento, passeios e outras. É formado por uma equipe de 07 profissionais (02 psiquiatras, 02 psicólogas, 01 terapeuta ocupacional, 01 auxiliar de enfermagem e 01 arte-educadora). Apesar de problemas – como a equipe reduzida e a falta de materiais para as atividades – que dificultam a realização de um bom trabalho, os profissionais do Ambulatório da Ribeira conseguem alcançar bons resultados e efetivar cuidados em saúde mental que incentivam a ressocialização dos usuários e o exercício da cidadania e da autonomia destes. Contudo, a articulação do ambulatório referido com os demais serviços que formam a rede de assistência em saúde mental de Natal é incipiente, pois o sistema de referência e contra-referência não se realiza e, em decorrência disso, várias ações e atividades que poderiam e deveriam ser realizadas em conjunto, não o são. Assim, a relação entre os serviços restringe-se ao encaminhamento de usuários: quem tem alta no CAPS pode ser encaminhado ao ambulatório e o usuário deste serviço que apresenta crise é levado ao CAPS. Perpetuam-se, então, características do modelo tradicional de atenção psiquiátrica, que embora seja exercida por serviços substitutivos em saúde mental, reproduzem a idéia de que o ambulatório oferece cuidados menos intensos e os CAPS e/ou hospitais psiquiátricos oferecem cuidados mais intensos. Conservar e reproduzir uma realidade como esta é uma questão que merece ser debatida, pois o projeto da Reforma Psiquiátrica brasileira pretende a construção de novos serviços em saúde mental, de um novo lugar social para a loucura e a estruturação de uma rede de serviços efetivamente substitutiva ao modelo manicomial e que dê suporte a uma demanda de saúde mental que vem se mostrando crescente.

**Palavras-chaves:** Ambulatório, Reforma Psiquiátrica, Saúde Mental, Políticas Públicas

**Atividade:** A Humanização no Sistema Municipal de Saúde de Fortaleza: um campo de atuação para a Psicologia.  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** A Humanização no Sistema Municipal de Saúde de Fortaleza: um campo de atuação para a Psicologia

**Autor(es):** Luiz Odorico Monteiro Andrade, Kelen Gomes Ribeiro, Ondina Maria Chagas Canuto

**Resumo:** A gestão do Sistema Municipal de Saúde de Fortaleza tem nos princípios do SUS, Universalidade, Equidade e Integralidade, a orientação para a construção de sua rede de gestão do cuidado à saúde. Neste sentido, a humanização à saúde é compreendida como uma condição básica para a qualificação da atenção e da gestão, na perspectiva de construção de novas relações entre gestores, trabalhadores e usuários. Estimulada pelas Políticas Nacional e Estadual de Humanização, a Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza vem desencadeando diversas estratégias para a construção de sua Política Municipal de Humanização. A referida política é coordenada por um núcleo gestor que conta com a participação de psicólogos, demonstrando uma tendência atual de contribuição desses profissionais no planejamento e acompanhamento de políticas públicas de saúde. No município de Fortaleza, conta-se com a participação efetiva de psicólogos na elaboração de diretrizes que tenham como eixo central o respeito à vida e à dignidade dos indivíduos, o que acarreta na implantação e implementação de ações humanizadoras. Essas ações estão relacionadas com o processo de educação permanente, que está voltado para a valorização dos diferentes sujeitos implicados na produção de saúde, para o fomento da autonomia, aumento do grau de co-responsabilidade e da formação de vínculos. O marco que demonstrou o compromisso da gestão com a implantação da Humanização e da Educação Permanente, como eixos estruturantes, foi o Curso de Extensão Universitária Fortaleza HumanizaSUS, de 40h/a, que envolveu cerca de 5000 trabalhadores em momentos de reunião num ginásio da cidade e em outros espaços de problematização e vivência, objetivando alcançar mudanças nos processos de trabalho. No ano de 2006, foi estabelecida uma parceria entre o Ministério da Saúde, através da Política Nacional de Humanização (PNH), a Prefeitura Municipal de Fortaleza-Secretaria Municipal de Saúde, e a Universidade Estadual do Ceará (UECE), através do Laboratório de Humanização da Atenção em Saúde (LHUAS), renovada para o ano de 2007. Com ela, busca-se além do apoio financeiro, a troca de saberes e de experiências entre os diversos atores/atrizes dessas instituições, envolvidos com a proposta de construção de uma Saúde mais humanizada, capaz de oferecer serviços mais resolutivos e com maior qualidade. Foram escolhidos três eixos significativos: Acolhimento, Saúde do Trabalhador da Saúde e Gestão Compartilhada. Esses eixos representam dispositivos importantes preconizados pela PNH, pois são meios através dos quais se podem reorganizar os processos de trabalho, resultando em maior satisfação dos trabalhadores e usuários. Atuam também como disparadores de mudanças, na medida em que fomentam a gestão compartilhada da clínica, a constituição de redes de serviços e principalmente a participação dos trabalhadores e usuários na gestão. Nas Redes assistenciais de produção de saúde, está sendo implementado o Acolhimento e tem-se dado ênfase também a saúde do trabalhador, com a realização de oficinas, cursos e seminários para capacitação dos profissionais. Essa é uma etapa de num processo de Educação Permanente que deve fomentar as práticas permeadas pela atitude de escuta do outro como princípio norteador de uma relação acolhedora e promotora de paz, que favoreça a resolutividade dos serviços e o respeito à cidadania. Considera-se que esse é o caminho para superação de muitos desafios encontrados pela atual gestão, a qual vem mostrando resultados: na significativa redução das filas noturnas nas unidades básicas de saúde, no processo de territorialização da cidade na perspectiva de organização dos serviços, na reforma e melhoria de equipamento das 88 unidades, na inauguração de unidades básicas de saúde e de Centros de Atenção Psicossocial – CAPS. Além disso, realizou concurso público que propiciou o aumento de 15 para 50% de cobertura da Estratégia Saúde da Família em Fortaleza. O processo de implementação da Humanização no Sistema Municipal de Saúde de Fortaleza vem se dando de forma gradativa e com participação significativa dos profissionais de psicologia, junto aos demais profissionais da área da saúde, que almejam: contribuir com a garantia do acesso, com a co-responsabilização dos diversos atores envolvidos no processo de produção da saúde, com a resolutividade, construção de redes de apoio, melhoria da ambiência, maior satisfação do usuário e do trabalhador, humanização das relações entre equipes de saúde e usuários e construção da assistência à saúde para a melhoria da qualidade de vida da população fortalezense. Entende-se que isso é possível a partir do empoderamento dos atores envolvidos no processo, das transformações nas práticas de saúde e de uma mudança cultural nas formas de construir políticas públicas de saúde. Em Fortaleza,

aposta-se também na idéia de que esse espaço de gestão pública pode contar com a atuação e significativa contribuição do profissional de psicologia.

**Palavras-chaves:** Humanização, Psicologia, Sistema Municipal de Saúde de Fortaleza

**Atividade:** Psicologia Ambiental e saúde  
(Experiências em Debate)

**Trabalho:** Psicologia Ambiental e Saúde: Uma intervenção na melhoria da qualidade de vida urbana a partir da psicologia ambiental

**Autor(es):** Helenira Fonsêca Alencar, Zulmira Aurea Cruz Bomfim

**Resumo:** Nesse resumo, apresento a experiência da aplicação prática da Psicologia Ambiental num Bairro da cidade de Fortaleza, com um grupo de mulheres moradoras do mesmo. Essa experiência, realizada no segundo semestre do ano de 2006, concretizou-se como estágio opcional curricular em Psicologia Ambiental, o qual ocorreu sob supervisão do Departamento de Psicologia da UFC. O estágio aconteceu como atividade do GEEON (Grupo de Educação e Estudos Oncológicos), OSCIP que me contratou como estagiária voluntária. Nesse estágio, trabalhei com um grupo contendo um número variável de dez a quinze mulheres. Planejei minha prática segundo dois objetivos: O de desenvolver com elas atividades de integração pessoa-ambiente, tendo em vista a melhoria de suas qualidade de vida urbana; e o de facilitar processos dialógicos, tendo por finalidade uma educação para a prevenção do Câncer, foco de ações do GEEON. A metodologia de intervenção utilizada baseia-se numa estratégia de ação em psicologia sócio-ambiental que vem sendo por nós estudada no LOCUS (Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental) da UFC. Seu princípio baseia-se numa ética da afetividade (BOMFIM, 2003) através da qual se planeja, se propicia ou se ratifica ações a partir da implicação afetiva das pessoas com as mesmas. Assim sendo, procurei aflorar os afetos das integrantes do grupo de mulheres a partir de seus encontros vivenciais ou representacionais com os espaços significativos do bairro em que moram para, por via desses afetos, implicá-las em ações que as interagissem com seus entornos sócio-físicos. Utilizei as seguintes atividades para facilitar o diálogo sobre a relação com o ambiente e para intervir na mesma: 'oficina de construção do mapa do bairro', 'oficina de narração de histórias do bairro', 'trilha urbana e trilhas institucionais', sessão de cinema com diálogo educativo, Biodança e 'oficina de apropriação do espaço do corpo'. Na Oficina de construção do Mapa do Bairro, procuramos construir um percurso significativo para o grupo, pelo qual, desenvolveríamos, dentro do bairro, as trilhas urbanas. Solicitei que elas desenhassem em um papel os espaços significativos daquele bairro para elas. Num segundo momento, levei um painel de tamanho (1.20 x 1.90)M feito de papel branco tipo 80 kg, estando traçada apenas uma via principal que delimitava o bairro: a Avenida José Bastos. Pedi, então que colassem os desenhos dos lugares no painel na posição semelhante a suas reais localizações no bairro. Assim construímos o 'Mapa do Bairro' a partir o qual planejamos o itinerário de nossas trilhas e desenvolvemos a oficina de narração de histórias do bairro. Através da Oficina de narração de histórias do bairro solicitei que cada pessoa falasse sobre alguns espaços do bairro, indagando o que elas sabiam sobre eles e o que eles representavam para elas. Nessa oficina evidenciou-se que a história dos espaços coletivos coincidiam com as histórias de vida das pessoas, de modo que, mesmo sendo solicitadas para falar dos espaços, as pessoas falavam de suas experiência naquele espaço. Com as trilhas trabalhamos a apropriação dos espaços, a resignificação ambiental e a integração grupal. As visitas aos espaços coletivos, experimentando um contato sensível com os ambientes do bairro, deflagraram nas pessoas novas percepções e significações sobre aquele ambiente, o que potencializou uma mudança de atitude sobre o mesmo. O grupo percebeu também que as trilhas têm uma dimensão lúdica que fortalece a sua coesão. Através dos filmes facilitei o diálogo com a seguinte questão: O que, no filme, mais nos emocionou e qual a relação da história do filme com as nossas histórias de vida? Tivemos como objetivo nessa atividade sensibilizar o grupo para uma relação mais afetiva e comprometida com seus espaços comuns. Uma profissional formada em Biodança facilitou cinco sessões no grupo. O objetivo de levar a biodança para o grupo foi o de integrá-lo numa dinâmica afetiva entre seus participantes e de desenvolver nesses

uma atitude de contemplação e fruição pelas suas vivências. Essa atitude possibilitou um maior interesse do grupo em participar das vivências planejadas nas outras atividades do estágio. Na oficina de apropriação do espaço do corpo, tendo já estirado no chão um papel de embrulho tamanho 2m x 5m, solicitei que as pessoas alternadamente se posicionassem sobre este, de modo que sua dupla riscasse nele o contorno de seu corpo tal como estava posicionado, obtendo ao final uma imagem oca do mesmo. Quando todas as imagens corporais estavam prontas, pedi que cada pessoa preenchesse sua própria imagem oca com um trabalho artístico, dando atenção especial à região das mamas. No diálogo conseqüente, conversamos sobre a estima com o espaço do corpo e sobre a importância de nos apropriarmos deste. O resultado desse trabalho foi um grupo de mulheres que pedia uma continuação daquelas atividades por considerar que aqueles momentos por proporcionados pelo meu estágio lhes fizeram gostar mais do seu bairro, das pessoas do grupo e de si mesmas.

**Palavras-chaves:** saúde, psicologia ambiental, qualidade de vida urbana

**Atividade: Os psicólogos na co-construção dos Grupos de Trabalho de Humanização: criando estratégias para cuidar (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Os psicólogos na co-construção dos Grupos de Trabalho de Humanização: criando estratégias para cuidar.

**Autor(es):** Luiz Odorico Monteiro Andrade, Kelen Gomes Ribeiro, Ondina Maria Chagas Canuto, Chayanne Matos de Souza

**Resumo:** A Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza vem desencadeando diversas estratégias para efetivar sua Política Municipal de Humanização, considerada como eixo estruturante. Conta com a participação de profissionais da psicologia como membros do núcleo gestor da referida política, que visa melhorias na qualidade da produção da saúde, através de práticas de co-gestão que levem ao cuidado e a resolutividade, que facilitem o estabelecimento de vínculos entre usuários e trabalhadores e que favoreçam a reorientação do modelo de atenção. Dentre as estratégias que demonstram o compromisso da gestão com a Humanização, destaca-se a implantação e implementação dos Grupos de Trabalho de Humanização - GTH nos hospitais municipais e no nível central da Secretaria Municipal de Saúde. Com esses grupos, busca-se o exercício do protagonismo, sendo potenciais participantes todos os trabalhadores, gestores e usuários que estejam interessados em promover ações humanizadoras que tragam importantes mudanças no modelo de gestar e gerir a saúde de Fortaleza. Além disso, espera-se que também fortaleçam vínculos positivos entre as equipes, com a promoção da participação como exercício da democracia. Nessa perspectiva e com a facilitação de psicólogos, nascem os GTH no Sistema Municipal de Saúde, vistos como espaço de inclusão de pessoas, com diferentes olhares que perpassam a instituição saúde, com o objetivo de refletir sobre os processos da saúde e influir sobre a gestão e a atenção. Na rede hospitalar própria, os grupos se implantaram em abril de 2005 e, em agosto de 2006, nasce o GTH no nível da gestão da Secretaria Municipal de Saúde. Esses grupos foram constituídos a partir da vontade de gestores e trabalhadores, da necessidade do Encontro, da reflexão e da ação em Humanização. Configuram-se GTH nos nove hospitais municipais e, mensalmente, seus representantes comparecem a um fórum itinerante, recepcionado por um hospital a cada encontro. Valorizando a construção coletiva e democrática deste percurso, este grupo vem se ampliando com a participação do seguimento de trabalhadores e usuários. No nível central da gestão, tem-se o propósito de atuar sobre três eixos: Ambiência, cuidando do cuidador e celebrações. Organizados em sub-grupos, os eixos vem sendo materializados, intercalados por momentos de reflexão coletiva sobre o sentido do GTH e os seus desafios de sensibilizar, envolver e comprometer mais gestores e trabalhadores no amplo movimento de fortalecimento da Humanização como política. Observa-se que os grupos vêm conquistando novas adesões a cada encontro e fortalecendo as experiências locais a partir de troca de experiências e de saberes

diversos. A participação dos profissionais de psicologia na facilitação dos processos dos GTH deixa evidenciar a necessidade de cuidado entre as pessoas, de proximidade que as levem a um sentimento de grupalidade e de integração. Mesmo nas realidades onde se evidenciam resistências, já se acenam claras possibilidades de construção de ações de humanização. As melhorias na perspectiva da humanização podem ser vistas: na infra-estrutura hospitalar, na reestruturação do fluxo de atendimento, a exemplo da visita noturna, na comunicação entre os setores, na relação dialógica com a população usuária, na nova sistemática de alta hospitalar. Além disso, vê-se o desenvolvimento da gestão participativa, envolvendo trabalhadores e usuários na dinâmica administrativa e de planejamento das ações das unidades; a mobilização da comunidade hospitalar em datas comemorativas e o acolhimento como importante marca da gestão, que são algumas das iniciativas locais que vão tecendo novas relações na rede de co-gestão do cuidado à saúde no município de Fortaleza. Neste caminho que se constrói passo a passo, percebe-se a aproximação de pessoas, o estabelecimento de vínculos, gerando um ambiente mais favorável às vivências cotidianas. A construção do espaço de trabalho acolhedor, compartilhado, solidário, humanizado, que reconhece a diversidade, a tensão e por vezes o desencanto e desencontro de seus atores é um compromisso com o desenvolvimento humano, que se insere também no compromisso social de um psicólogo.

**Palavras-chaves:** Grupos de Trabalho de Humanização, Psicologia, Co-gestão em Saúde, Política de Humanização, Estratégias para o cuidar

**Atividade:** Repercussões Psicológicas em Pacientes Cardíacos Submetidos ao Implante do Cardioversor Desfibrilador Implantável (Paineis)

**Trabalho:** Repercussões Psicológicas em Pacientes Cardíacos Submetidos ao Implante do Cardioversor Desfibrilador Implantável

**Autor(es):** Juliana Costa de Carvalho Rêgo, Juniana de Almeida Mota Ramalho, Renesa Pascoal Rôla Cavalcanti

**Resumo:** O aparelho cardioversor-desfibrilador implantável (CDI) é um instrumento utilizado na área de cardiologia para monitorar e tratar ritmos anormais, geralmente mais rápidos, que o coração pode apresentar, sendo indicado para pacientes com arritmias severas. É um eficiente recurso terapêutico para a prevenção de morte súbita. Apesar do notável aumento da sobrevivência do paciente, pesquisas revelam dificuldades na adaptação do indivíduo ao aparelho. Complicações clínicas e repercussões psicológicas, tais como ambivalência de sentimentos, dependência ou abuso em relação ao aparelho, ansiedade, depressão, medo da morte, mudança na imagem corporal e também no modo de realizar atividades cotidianas podem dificultar a adaptação do sujeito, comprometendo sua qualidade de vida. Realizamos revisão de literatura acerca das repercussões psicológicas apresentadas por pacientes submetidos ao implante de CDI em artigos publicados entre 1989 e 2005, disponíveis em sites como Scielo, Medline e Capes. O trabalho foi desenvolvido durante o período de Outubro de 2006 a Janeiro de 2007 e visa enumerar as principais repercussões psicológicas demonstradas pelos portadores de CDI, com intuito de ampliar a discussão do tema entre os psicólogos que atuam na área hospitalar junto a pacientes cardiopatas. Diferentes autores citam aspectos que podem influenciar o enfrentamento do paciente, sendo eles a idade, o sexo, o estado civil, características de sua personalidade, o status econômico, o tipo de cardiopatia, a presença ou não de outras doenças crônicas, o nível de compreensão que o paciente possui em relação à doença e ao aparelho, o suporte social, o bom funcionamento do CDI, o número de choques recebidos e a frequência com que ocorrem. Fricchione et. al. (1989) assinala pacientes que desenvolvem uma dependência em relação ao aparelho e passam a constituir a sua vida em torno da doença, sentindo-se mais vulnerável aos riscos que o cotidiano pode representar. Outras reações relatadas pelo autor são: o abuso, na qual o paciente acredita que o CDI será capaz de lhe proteger de qualquer adversidade, deixando de adotar posturas saudáveis para adotar comportamentos nocivos a sua vida; a ansiedade seguida de pânico, o que faz com que o



indivíduo evite a realização de atividades simples, como mover-se na cadeira; e, por fim, o Withdrawal, em que, ao deparar-se com a retirada do aparelho, por este não ser mais necessário, o paciente sente-se inseguro de realizar suas atividades. Após o implante, o indivíduo pode deparar-se com o sentimento de ambivalência em relação ao CDI. Ao mesmo tempo em que este realiza funções que seu coração não desempenha corretamente, evitando sua morte e melhorando sua sintomatologia, é considerado um objeto estranho, que materializa o “fim” de sua vida anterior: de trabalho, lazer, de independência. Da mesma forma que espera receber um choque para continuar vivendo, o paciente teme o choque pelo desconforto físico e emocional que este traz. Pedersen et. al. (2004) afirma que o nível de depressão e o uso de psicotrópicos em pacientes e em seus parceiros é semelhante. Entretanto, o nível de ansiedade é maior entre os parceiros, sobretudo do sexo masculino. Outras pesquisas destacam a vivência da ansiedade sendo maior em pacientes que já levaram choque do que naqueles que não receberam nenhum, o que mostra que, quanto menor a ocorrência de choques, melhor será a adaptação do indivíduo. A instalação do implante traz mudanças na rotina de pacientes em geral, interferindo na realização de suas atividades cotidianas por temor aos choques, à própria morte e a danos no aparelho. Há também um discurso de auto-desvalorização. Há necessidade de os pacientes passarem por uma reestruturação da imagem corporal, uma vez que a instalação do CDI demanda adaptação ao seu esquema corporal, trazendo para o paciente uma sensação de perda de controle. Verificou-se também que a experiência de choques constitui-se um fator importante que influencia na qualidade de vida, porém as variáveis médicas ou psicológicas tais como traços de ansiedade, otimismo, história de depressão e suporte social revelam-se indicadores de maior influência sobre a mesma. A revisão de literatura revela que as repercussões psicológicas decorrentes do implante de CDI encontram-se relacionadas aos recursos egóticos do sujeito, às experiências de choque do aparelho e às crenças errôneas acerca deste, entre outros fatores. O modo de adaptação ao instrumento depende da personalidade e do suporte social de cada indivíduo. É importante que novos estudos sejam realizados sobre esta temática afim de permitir aos psicólogos aprimorar suas intervenções junto aos pacientes.

**Palavras-chaves:** Psicologia hospitalar, Repercussões psicológicas, Implante de Cardioversor Desfibrilador Implantável

**Atividade:** Os efeitos da atividade física sobre os componentes negativos da saúde psicológica (Paineis)

**Trabalho:** Os efeitos da atividade física sobre os componentes negativos da saúde psicológica

**Autor(es):** Mariana Meira Pires Simonetti, Lúcia Maria Gomes Torres, Maria da Silva Santana, Eulalia Maria Chaves Maia

**Resumo:** O processo de envelhecimento humano corresponde a fenômeno multifacético e vem sendo tratado nas mais diversas áreas do conhecimento. inúmeras são as pesquisas em representações sociais sobre o idoso, seja pelo caráter extremamente ameaçador que a saúde e a doença têm para o indivíduo, ou emergência e consolidação de estudos sobre o envelhecimento saudável como temática atual. Essas pessoas, atores sociais que são, constroem teorias do senso comum que, de uma parte servem para explicar esses fenômenos que estão sendo representados e, de outra, podem sustentar suas práticas sociais em relação a como permanecer saudável na velhice. No Brasil o envelhecimento tem aumentado a prevalência de doenças psiquiátricas, das quais a depressão e a ansiedade encontram-se entre as alterações psicológicas que mais têm sido estudadas. A perspectiva desta pesquisa consiste em ampliar a atenção sobre os efeitos da atividade física na prevenção e/ou redução dessas doenças, de forma que não limite a definição de saúde mental ou de bem-estar psicológico. Ao se tomar como referencial principal desta pesquisa a Teoria das Representações Sociais, pressupõe-se que a exploração das representações sociais permitirá o contato com imagens e conteúdos que expressem, de certa forma, as necessidades de saúde sentidas pelas pessoas; no caso deste estudo, pessoas ativas, freqüentadores regulares de atividades físicas de um projeto específico a

essa faixa etária, na cidade de Natal, município do estado do Rio Grande do Norte, Brasil. Objetivo: O objetivo deste estudo foi compreender as representações sociais da atividade física e seu papel na saúde psicológica dessas pessoas. Metodologia: A pesquisa é de cunho quanti-qualitativo com uma amostra de 70 sujeitos de ambos os sexos, com idade superior a 50 anos. A coleta de dados foi realizada com a aplicação de um questionário semi-estruturado para caracterização social da amostra, e uma questão aberta. O tratamento dos dados foi realizado através da análise informatizada de conteúdo discursivo ALCESTE 4,5, e análise das evocações. A análise dos dados foi realizada a partir da técnica de determinação do núcleo central das representações e análise de conteúdo e discutidas à luz da Teoria das Representações Sociais. Resultados: A atividade física foi representada pelos sujeitos da pesquisa pelo binômio saúde-dança. De maneira geral, foi entendida como indicador da saúde em um sentido global, como um instrumento importante para a promoção da saúde, com ênfase no social. Verificou-se a existência de uma correlação significativa entre as evocações rapidamente associadas e as consideradas como mais importantes. Das diferentes temáticas que representaram os elementos consensuais observados entre as pessoas pesquisadas, os eixos temáticos resultantes foram a fuga da solidão, a perda da negatividade e a qualidade de vida revelando em âmbito geral dos motivos que levaram nossos entrevistados a freqüentarem as atividades físicas do Programa como forma de afrontamento e/ou cura a dois males maiores: a depressão e a ansiedade. Conclusões: A representação social da atividade física para essas pessoas se constituiu como uma estratégia para lidar com os componentes negativos da saúde psicológica. Para essas pessoas, a atividade física tem-se mostrado de bastante valia como medida terapêutica, cuja associação entre benefícios psicológicos e atividade física é tida como um coadjuvante importante contra sintomas e sinais que tais componentes apresentam. A interpretação dada por essas pessoas à Atividade Física vai além dos movimentos mecânicos, mas é entendida como conteúdo que tem sentido e significados próprios, cujas estratégias de intervenção fazem parte de uma realidade social, ou seja, capaz de interpretar as expressões do pensar, do sentir e do agir e, sobretudo, pelo papel que se reveste enquanto processo biopsicossocial.

**Palavras-chaves:** representações sociais, saúde psicológica, envelhecimento, atividade física

**Atividade: Histórias coletivas em redes de conversação  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Histórias coletivas em redes de conversação

**Autor(es):** Simone Moschen Rickes

**Resumo:** O trabalho proposto se inscreve no âmbito das reflexões geradas a partir do projeto de pesquisa intitulado Oficinando em Rede (MARASCHIN, C.; RICKES, S. M. et alii, 2004). Este projeto tem como objetivo analisar as modalidades de constituição de redes de convivência por parte de sujeitos, em situação de grave sofrimento psíquico, que se encontram em tratamento - seja na modalidade de internação, de hospital-dia ou de ambulatório. O campo empírico de onde parte o material base das reflexões aqui apresentadas constitui-se de oficinas tecnológicas levadas a cabo junto a crianças e adolescentes atendidos no CIAPS do Hospital Psiquiátrico São Pedro (Brasil), em regime de internação. Observa-se que os percursos que levam os jovens à internação são os mais diversos e se desdobram no gradiente que vai desde uma falha na rede de sustentação social até impasses na estruturação psíquica. A constatação da presença de um freqüente esgarçamento nas redes de sustentação afetiva, social e econômica como parte do processo que acaba por desembocar em uma internação, enquanto medida última e radical para a promoção de um suporte, abriu espaço para interrogar as possibilidades estabelecidas pelas redes de conversação em ambiente informatizado como ferramenta acessória no processo de reconfiguração de um laço ao outro. Neste trabalho, busca-se refletir sobre a potencialidade do trabalho em oficinas como um recurso terapêutico no campo da saúde mental, enfocando os movimentos de construção e interação criativa produzidos através de ferramentas tecnológicas e relacionando tais movimentos a possíveis deslocamentos nos impasses pertinentes às histórias dos sujeitos participantes das oficinas. Como forma de encaminhar a investigação, foram realizadas oficinas tecnológicas no laboratório de informática implementado na unidade hospitalar pelo referido projeto. Entre as atividades realizadas nessas oficinas, destacamos para a análise

neste trabalho, a criação de Histórias Coletivas. Nessa atividade, a partir de uma proposição inicial, os adolescentes foram convidados, um após o outro, a dar continuidade à história que, por conta da contribuição de cada um, foi sendo escrita coletivamente. Uma análise preliminar do transcurso da proposição demonstra que a abertura de um espaço ficcional tem a potência de abrir a possibilidade para cada jovem de incluir, na escrita coletiva da história, elementos que dizem de sua experiência de vida sem, contudo, fazer deste exercício um depoimento propriamente pessoal. A investigação leva-nos a proposição de que, à medida que o sujeito suporta escrever algo sem dominar a continuidade da história que elaborou, abrindo mão do exercício de um individualismo ou de uma personalidade, ele consegue dar espaço à singularidade, fazendo com que a mesma ganhe registro como efeito de um compartilhamento coletivo. (Projeto com financiamento CNPQ e bolsistas PIBIC UFRGS/CNPQ)

**Palavras-chaves:** oficinas terapêuticas, escrita, rede

**Atividade: Roda de Conversa (Paineis)**

**Trabalho:** Roda de Conversa: Uma nova forma de terapia

**Autor(es):** Sumaia Geisa Teixeira Coêlho, Ana Paula dos Santos Moitinho, Wllysses José Marques Maciel, Amanda Chaves Rocha, Maristela Viana Lima

**Resumo:** Os CAPS é um Centro de Atenção Psicossocial, que presta atendimento diário a população com algum tipo de sofrimento psíquico, visando o atendimento integral (biopsicossocial) tanto do paciente quanto de seus familiares. O trabalho desenvolvido nos Caps tem finalidade terapêutica promovendo a reinserção social dos usuários de saúde mental pelo acesso ao trabalho, lazer, direitos civis, fortalecimento dos laços familiares e comunitários. Além do atendimento médico, psicológico e farmacológico, o Caps II de Vitória da Conquista - Bahia oferece como forma de tratamento as oficinas terapêuticas. Entende-se por oficinas terapêuticas uma das principais formas de tratamento oferecido no Caps, essas são atividades realizadas em grupo com a presença de um ou mais profissionais, monitores e/ou estagiários. Dentre as oficinas está a Roda de Conversa, que acontece uma vez por semana, com duração de aproximadamente 1 hora e 30 minutos, com um grupo de 12 usuários, um estagiário e um profissional de psicologia. O intuito dessa Roda de Conversa (oficina) é ajudar os usuários a manifestarem suas angústias e sofrimentos através da fala espontânea acerca da demanda do momento, que muitas vezes está ou não relacionada ao seu estado patológico. Este espaço reserva para o usuário compreender as suas alegrias e dores, os seus limites, descobrindo suas próprias potencialidades, conscientizando-os de suas responsabilidades sobre tudo isso. O presente trabalho tem como objetivo verificar a importância desta oficina associada ao tratamento oferecido pelo Caps II de Vitória da Conquista – Bahia. O trabalho foi realizado através de relatos de experiência vivenciados durante o estágio no período de nove meses. Durante esse período observou-se uma melhora gradativa dos usuários, no que tange ao resgate da singularidade, da cidadania, da possibilidade de reinserção social e do entendimento de seu próprio transtorno mental. Inicialmente verificou-se certa resistência dos usuários em está relatando seu sofrimento; isso é esperado e natural, pois esses ainda não se conhecem e ainda não se vê como membro de um grupo, mas sim como pessoas em um agrupamento e os vínculos vão se estabelecendo no decorrer dos encontros, adquirindo uma coesão e uma confiança mútua, sem precisar de muitas intervenções por parte dos coordenadores. Jacob Levy Moreno em sua teoria psicodramática propôs que a relação grupal é um elemento fundamental para modificação do comportamento, tendo como finalidade o propósito terapêutico, no qual o paciente atua de forma espontânea e criativa, produzindo insight enriquecedor das suas relações emocionais. Sendo assim a Roda de Conversa mostrou-se eficiente e produtiva dentro do processo de melhoria da qualidade de vida e na resolução de problemas intrapsíquico de cada usuário.

**Palavras-chaves:** comunicação, melhoria intrapsíquica, socialização

**Atividade: Formação em Psicologia - experiência de estágio supervisionado na rede pública de saúde na cidade de Vitória-ES.  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Formação em Psicologia - experiência de estágio supervisionado na rede pública de saúde na cidade de Vitória-ES.

**Autor(es):** Eduardo Coelho Ceotto, ELZIMAR PEIXOTO

**Resumo:** A Saúde Pública tem se apresentado como um promissor espaço de trabalho para o psicólogo, e, requer, portanto, uma reflexão crítica do seu fazer; fugindo dos modelos tradicionais, individualizantes, para modelos pautados em uma visão de saúde coletiva, onde o compromisso com a realidade social e cultural não esteja subordinado ao uso excessivo da técnica. A partir do momento em que o modelo biomédico vai abrindo espaço para o modelo bio-psico-social, a psicologia tem encontrado respaldo para colaborar na expansão da compreensão do conceito de saúde, colaborando na diversificação das possibilidades de se fazer saúde. De acordo com Fagundes (2004), a Psicologia tem um potencial transversalizador das práticas sociais que é capaz de contribuir para a construção de processos de intervenção de modo a valorizar o fenômeno da vida. A partir de uma visão de saúde e de ciência que apontam para um novo paradigma, pautado na clareza da construção histórica do processo saúde-doença e do lugar ocupado pela psicologia na nossa sociedade; foi pensado uma proposta de estágio supervisionado que tem como objetivo principal a inserção do estudante no cotidiano das Unidades Básicas de Saúde da região continental do município de Vitória-ES. Esta proposta destaca uma análise crítica das possibilidades de atuação do profissional psicólogo na construção de ações que possibilitem a integração dos diferentes atores e agentes de saúde. Parte integrante das diretrizes curriculares, o estágio supervisionado, faz parte da formação do aluno desde o sétimo até o décimo período da formação integrando a ênfase da Dinâmica social - comunitária, possibilitando fortalecer a formação do futuro psicólogo nas ações relativas às políticas públicas de saúde, atuando nas temáticas relativas ao SUS e na integração do psicólogo com profissionais de outras áreas. O Estágio Supervisionado tem por objetivo principal inserir os alunos em cinco Unidades Básicas de Saúde (UBS). Os objetivos específicos estão relacionados à possibilidade do estagiário ter: 1) acesso às estatísticas de saúde da região de abrangência da UBS; 2) acesso às atividades do Psicólogo nos Programas desenvolvidos nas Unidades; 3) acompanhamento das atividades do Psicólogo junto à população atendida; 4) participação/atuação em programas específicos 4) elaboração e execução de atividades de intervenção em programas específicos (que pode variar de UBS para UBS) 5) elaborar atividades para implantação de programas de educação em saúde junto à população atendida. A duração do estágio é de 2 anos e os alunos atuam sempre em duplas, se inserindo nas atividades cotidianas das Unidades, possibilitando assim uma formação mais consistente com relação às políticas públicas de saúde, do Sistema Único de Saúde, possibilitando assim a integralidade das ações, a organização dos territórios e dos serviços de saúde. Os resultados vêm indicando para a construção de novos modelos teóricos e práticos, ainda durante a formação, que possam fundamentar a atuação da psicologia.

**Palavras-chaves:** Formação do Psicólogo, Psicologia Social e Saúde, Políticas Públicas, Estágio Supervisionado

**Atividade: A influência do Bem-Estar Pessoal e do Trabalho na Satisfação com a Vida dos profissionais de saúde.  
(Paineis)**

**Trabalho:** A influência do Bem-Estar Pessoal e do Trabalho na Satisfação com a Vida dos profissionais de saúde.

**Autor(es):** Zoraide Margaret Bezerra Lins, Samuel Lincoln Bezerra Lins, Aline Vieira

**Resumo:** O exercício do profissional de saúde é um fenômeno complexo, que envolve um grande conjunto de variáveis, vocação, motivações conscientes, inconscientes de escolha da profissão, da escolha da especialidade, características psicossociais, da população assistida, as peculiaridades do mercado de trabalho, grau de autonomia profissional, trabalho assalariado, jornadas de trabalho, plantões diurnos e noturnos, entre outras. Também é importante ressaltar que as relações entre a sociedade, e os profissionais de saúde se revelam profundamente conflituosas e as permanentes pressões a que estão submetidos devido a políticas de saúde ineficazes e recursos mal aplicados, pouco investimento em infra-estrutura. Diener (2000) considera como indicadores do Bem-Estar principalmente: a satisfação com a vida, a satisfação com áreas importantes da vida como o trabalho e os afetos positivos. Estes estão presentes em grande parte das pesquisas sobre o bem-estar. A importância do bem-estar pessoal e profissional do servidor público federal, trata-se no presente projeto da temática para a realidade dos profissionais de saúde de uma destas instituições. Tratando da especificidade de profissionais da saúde, tem sido desafiador exercer suas capacidades e desenvolver suas responsabilidades em um contexto pouco propício para a saúde mental geral do trabalhador, sendo um hospital universitário com todas as idiosincrasias de um hospital-escola com uma demanda de pacientes altíssima, já que o estresse ocupacional ecoa índices de incapacidade temporária ao trabalho, absenteísmo, aposentadoria precoce e riscos à saúde mental e psicológica do profissional de saúde, onde as condições de morte, dor e queixas são frequentes, podendo desencadear angústias e adoecimentos no trabalhador da área. Objetivo: Este estudo teve o objetivo analisar as relações existentes entre o Bem-Estar Pessoal, Bem-Estar Profissional e Satisfação Geral com a vida. Participantes A pesquisa foi realizada com 152 profissionais de saúde (M=113 e H=39; idade média de 47 anos,), entre médicos, enfermeiros, nutricionistas, fisioterapeutas, farmacêuticos e odontólogos, do Hospital Universitário Lauro Wanderley, situado na Universidade Federal da Paraíba, na cidade de João Pessoa – PB. Instrumentos: Para verificar o Bem-Estar Pessoal será aplicada a Escala Ânimo Positivo e Negativo Este instrumento foi criado por Sirqueira, Marins e Moura (1999). Trata-se de 14 emoções para serem avaliadas através de uma escala de cinco pontos variando de 1 (nada) até 5 (extremamente). O instrumento apresentou dois fatores (Afeto Positivo e Afeto Negativo) com alfa de Cronbach de 0,87 e 0,88 respectivamente, e cargas fatoriais satisfatórias (>0,35). A escala Bem-Estar Afetivo no Trabalho (BEAT) que será utilizada para verificar a satisfação no trabalho foi adaptada da Job-Related Affective Well-Being Scale -J.A.W.S.- (Spector & cols., 1993) e validada por (Lima & cols, 2004) é uma medida de emoções relativas à satisfação no trabalho e possui 30 itens, relacionado à emoções vivenciadas no ambiente laboral. Para avaliar a Satisfação Geral com a Vida foi utilizada a Escala elaborada por Diener, Lucas e Oishi (2005), composta por cinco itens. Procedimentos: Após o contato com a instituição, foi solicitada uma autorização junto à diretoria do Hospital, explicando os objetivos e a importância do trabalho que seria realizado ali, o pesquisador contactou cada servidor público em seu ambiente de trabalho a fim de solicitar sua colaboração para participar na pesquisa. Em seguida, foi solicitado a cada servidor da instituição, individualmente, que respondesse os instrumentos de medida apresentados, utilizando o procedimento padrão de aplicação. Resultados. A Satisfação Geral com a Vida apresentou correlações positivas com Afetos Pessoais Positivos ( $r=,543$ ;  $p=0,05$ ) e com o Emoções Positivas no Trabalho ( $r=,457$ ;  $p=0,05$ ), e correlações negativas com Afetos Pessoais Negativos ( $r=-,399$ ;  $p=0,05$ ) e com Emoções Negativas no Trabalho ( $r=-,232$ ;  $p=0,05$ ). Considerações Finais: Desse modo podemos afirmar que há uma relação direta entre as variáveis, Satisfação com a vida, e Bem-Estar Pessoal e com o Trabalho, demonstrando assim que “estar de bem com a vida” engloba diversos aspectos do cotidiano, tanto afetos pessoais, como emoções vivenciadas no ambiente de trabalho.

**Palavras-chaves:** Satisfação com a vida, Bem-Estar Pessoal, Bem-Estar no Trabalho, Profissionais de Saúde, Hospital Universitário

**Atividade: O Corpo em Forma (Painéis)**

**Trabalho:**O Corpo em Forma: A Visão de Estudantes de Psicologia

**Autor(es):** Lidiane dos Anjos Santos, Mateus Rezende Nunes Vasconcelos, André Faro Santos

**Resumo:** Diversos significados foram atribuídos ao corpo através dos tempos. Fontes (2006) afirmou que, na época do Renascimento, o corpo valorizado era o corpo dos mais “gordinhos”. Por volta dos anos 60, com o movimento hippie, o corpo era utilizado como uma forma de expressão e libertação sexual. No início dos anos 80 surge a geração saúde que pregou a busca pela saúde corporal. Na atualidade, vemos uma crescente necessidade de se atingir um corpo em forma, delineado, sem gordura, cada vez mais “sarado”. Segundo Vasconcelos (2004), o único corpo aceito atualmente é o corpo magro. A sociedade e os meios de comunicação em massa passam a idéia de uma necessidade de se atingir esse corpo considerado como ideal, e o indivíduo se vê numa luta permanente na busca de alcançar esse corpo socialmente padronizado. Nesta perspectiva, a presente pesquisa buscou: 1. Investigar como o corpo em forma é visto na contemporaneidade, 2. Conhecer os fatores que levam esses indivíduos a essa busca, 3. Identificar como eles se relaciona nesse contexto da necessidade de estar dentro desse padrão e 4. Estabelecer as possíveis implicações que essa busca incessante pode trazer ao ser humano, através do discurso das estudantes de Psicologia do 3º período de uma faculdade de psicologia na cidade de Aracaju (SE). A coleta de dados foi realizada através de um roteiro de entrevista semi-aberto e com uma amostra de 08 estudantes do sexo feminino. Utilizou-se o método da Análise de Conteúdo de Bardin, tendo assim uma análise não só das falas, mas também o que ocorre nas entrelinhas dos discursos. Através dos resultados obtidos nesta pesquisa, observamos que na visão das estudantes de psicologia, a busca pelo corpo em forma não está relacionada à questão da saúde, mas sim a uma necessidade de ser desejada socialmente. A maioria das entrevistadas (80%), afirmou estarem fora de forma, na maioria das vezes fazendo comparações de seu corpo com padrões idealizados pela sociedade e mídia. A mídia que foi considerada como o principal fator influenciador na busca pelo corpo em forma. Através deste trabalho, foi observado que o corpo em forma é visto atualmente como um corpo que precisa ser desejado socialmente, ficando a saúde em segundo plano, como constatou Goldenberg (2002) em seus estudos relacionados a esse tema. Observamos que os indivíduos comparam o seu corpo com corpos padronizados passados pela mídia e pela sociedade, o que faz com que estejam sempre insatisfeitos com os seus. Segundo esta pesquisa, as constatações feitas por Busse (2003) se consolidaram, já que foi possível notar que práticas como cirurgia plástica e uso de drogas estão cada vez mais difundidas numa sociedade onde o corpo tem que ser visto como um corpo em forma, em troca de uma boa aceitação social. A padronizada beleza exterior passa a ter muito mais importância que qualquer outro aspecto da personalidade dos indivíduos, fazendo-os escravos de uma árdua busca – na qual todo esforço é válido – por esse modelo que lhes é ditado. Enfim, podemos ressaltar nesta pesquisa, que as entrevistadas colocaram que essa busca pelo corpo em forma pode ter um lado bom, à medida que melhora a sensação de bem estar da pessoa, mas também têm um lado negativo, como prejuízos físicos e psicológicos. Através deste trabalho percebemos que o tema culto ao corpo se mostra como atual e cada vez mais problematizado no âmbito da subjetividade das pessoas.

**Palavras-chaves:** culto ao corpo, valores, atenção à saúde, psicologia

**Atividade:** A prática psicológica em Unidades Básicas de Saúde de Natal/RN no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS) (Paineis)

**Trabalho:**A prática psicológica em Unidades Básicas de Saúde de Natal/RN no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS)

**Autor(es):** Eunice Neves de Assis, Tatiane Medeiros Silva Gadelha, Keyla Mafalda de Oliveira Amorim, Adriana Barbosa Ribeiro, Isabel Fernandes de Oliveira, Oswaldo H. Yamamoto

**Resumo:** Diante do recrudescimento da crise do sistema público de saúde no Brasil, a Reforma Sanitária, com o objetivo de alcançar uma saúde integral e universalizante, conseguiu promover importantes mudanças legislativas, que culminaram na implantação do Sistema Único de Saúde. Porém, tais mudanças não encontraram a resposta esperada na prática; onde as ações continuaram a obedecer a uma lógica curativa e individual na qual as ações dos psicólogos também estão inseridas. Este modelo de atuação psicológica vem sendo questionado e as críticas têm motivado profissionais em direção a mudanças que propõem práticas inovadoras que se adequem aos princípios do SUS. Tendo em vista tais mudanças, este trabalho objetiva verificar como se distribui a cobertura dos serviços psicológicos nas Unidades Básicas de Saúde em Natal/RN, bem como, analisar os procedimentos efetuados pelos psicólogos a partir das quatro zonas do município, Norte, Sul, Leste e Oeste. Para tanto, foram analisadas as estatísticas do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA-SUS) referentes aos procedimentos efetuados por psicólogos de Janeiro de 2005 a Novembro de 2006 e da lista da Rede Ambulatorial e Hospitalar de Natal, ambas fornecidas pela Secretaria Municipal de Saúde de Natal. Observou-se que há 25 Centros de Saúde no município dos quais 18 têm ou tiveram, em média, 1,14, psicólogos atuando em cada unidade, no período mencionado, o que representa 70% de cobertura. Durante o período citado foram efetuados ao todo 55.767 procedimentos em Natal, sendo 14.763 na Zona Norte (26,47%), 26.430 na Zona Sul (47,39%), 3.796 na Zona Leste (6,8%) e 10.778 na Zona Oeste (19,32%). O procedimento mais efetuado foi Terapias Individuais com um total de 31.436 e uma queda de 17.839 em 2005 para 14.568 em 2006. Em segundo lugar vem Consulta e Atendimento em Atenção Básica Outros Profissionais com um total de 32.407 e também apresentando queda, de 17.839 em 2005 para 14.568 em 2006. Seguindo essa tendência também apresentam queda outros procedimentos como: Terapias em Grupo, Atividade de Educação em Atenção Básica com Grupo na Comunidade e Atividade Educativa de Assistência Especializada/Alta Complexidade com Grupo na Comunidade. Os únicos procedimentos que apresentam aumento são: Consulta Atendimento em Assistência Especializada/Alta Complexidade, e Visita Domiciliar. Para Consulta/Atendimento Assistência E., bem mais presentes na zona Sul do que nas zonas Norte e Leste e ausentes da zona Oeste. A maioria das ações educativas, em grupo e que trabalhem com a comunidade, além de apresentarem queda significativa, estão, ou ausentes ou em números muito pequenos nas zonas que apresentam os piores índices sócio-econômicos (Norte e Oeste). A Zona Sul, com os melhores índices, apresenta o maior número de procedimentos, uma maior variedade dos mesmos e uma concentração de procedimentos de alta complexidade e Visitas para Consulta/Atendimento e Assistência, o que se deve possivelmente à maior presença dos psicólogos - dos 9 Centros existentes apenas 2 não tiveram registro de psicólogo atuando no período. Quanto às estatísticas do SIA/SUS, evidencia-se a falta de regularidade de alguns dados apresentados, o que leva a questionar a validade dos mesmos. A nomenclatura utilizada para definir as unidades também é um ponto a se ressaltar, não há uniformidade entre as listas fornecidas pela SMS e os bancos de dados do SIA o que dificulta a definição do papel de cada unidade na rede municipal de saúde. Por fim, há vários Centros em Natal que listam entre suas especialidades a Psicologia, e que não possuem psicólogos lotados, e Centros que apresentam produção de psicólogo, mas onde não há registro de psicólogo lotado, o que demonstra uma desorganização que pode gerar falhas na distribuição dos psicólogos na rede, atendimento ineficaz à população e um mapa distorcido da representação da atuação psicológica no município. Assim, os serviços psicológicos nos Centros de Saúde de Natal parecem estar mais concentrados em termos quantitativos, de variedade de procedimento e de distribuição dos psicólogos nos bairros de índices sócio-econômicos mais privilegiados, enquanto que nos de baixos índices o atendimento parece se caracterizar pela baixa variedade de procedimentos, pouca interação com a comunidade e com poucos psicólogos em relação à densidade populacional desses bairros. Ressalta-se, no entanto, as falhas nas listas e estatísticas, e, conseqüentemente, a possibilidade de haver distorções nos resultados, fato que se mostra incoerente com o objetivo de planejamento das ações de saúde pública, para o qual tais instrumentos foram criados.

**Palavras-chaves:** Saúde Pública, Unidades Básicas de Saúde, Sistema de Informações Ambulatoriais

**Atividade:** SÍNDROME DE BURNOUT – UM ESTUDO JUNTO AOS PROFISSIONAIS DA EQUIPE DE ENFERMAGEM DO HOSPITAL VARELA SANTIAGO (Paineis)

**Trabalho:** SÍNDROME DE BURNOUT – UM ESTUDO JUNTO AOS PROFISSIONAIS DA EQUIPE DE ENFERMAGEM DO HOSPITAL VARELA SANTIAGO

**Autor(es):** Zilanda Pereira Lima, Paula Angela Fernandes Ribeiro Dantas Calafange, José Hélio Savir, Maria Teresa Pires Costa, Alessandra Ribeiro

**Resumo:** (INTRODUÇÃO) O termo Burnout significa exaurir-se, sendo estabelecida como uma resposta ao estresse no trabalho. Esse conceito surgiu nos EUA durante a década de 1970. O objetivo do nosso trabalho foi avaliar em relação a Síndrome de Burnout os profissionais da área de saúde de um hospital local. Muito embora fosse importante a pesquisa atender a todo o hospital, o estudo tem como foco apenas os profissionais técnicos e auxiliares de enfermagem. Sendo assim, a pesquisa é proposta como forma de investigar o desgaste emocional a que pessoas são submetidas nas relações com o trabalho, considerando ser um fator significativo na determinação de transtornos relacionados ao estresse, como é o caso das depressões, ansiedade patológica, pânico, fobias, doenças psicossomáticas, dentre outros. (METODOLOGIA) Trata-se de um estudo transversal que mostra o desgaste profissional provocado pela Síndrome de Burnout entre profissionais de enfermagem do Hospital Infantil Varela Santiago, em Natal-RN. Foi realizada uma pesquisa exploratória tendo como seus objetivos específicos, identificar a prevalência da Síndrome de Burnout nos profissionais de enfermagem e de UTI, como também mensurar os dados obtidos, confrontá-los e aferir em qual grupo há maior incidência da síndrome. Amostra foi intencional com 48 profissionais de enfermagem e também não-probabilística. Constituí-se de 36 profissionais que atuam nas enfermarias e 12, na UTI. Para esta fase da pesquisa foi utilizado o questionário padrão de Burnout (Maslach & Jackson, 1981) composto por 22 questões objetivas e de múltiplas escolhas. (RESULTADOS) Os resultados obtidos mostram que na exaustão houve um acentuado distanciamento nos escores obtidos nos grupos pesquisados. Tal constatação mostra que há grande divergência na incidência de Burnout, no que tange a essa variável, em ambos os grupos; na baixa realização profissional foi constatado que os profissionais das enfermarias apresentaram um índice pouco menor que o do grupo dos intensivistas. Já em relação à despersonalização, os grupos demonstraram escores consideravelmente divergentes, o que nos leva a inferir que os profissionais intensivistas têm um nível menor dessa dimensão da Síndrome de Burnout. (CONCLUSÃO) Os resultados permitem concluir que são necessários mais estudos sobre estes dois grupos de profissionais, utilizando-se, para tanto, amostras maiores e locais diversificados, especificando o tipo de trabalho e o grau de contato com os pacientes em cada setor, para se aferir, de forma mais clara e palpável, o impacto de fatores, como hierarquia profissional, no desgaste destes trabalhadores em seu ambiente laboral. Fica evidente no presente estudo que o acertado diagnóstico da Síndrome em tela dependeria da aplicação do questionário de forma seqüencial, durante um lapso temporal de pelo menos um mês, sempre com a mesma amostra e em horários e dias diferentes, de forma controlada, a fim de que não existissem respostas evitadas de vícios. A razão desta postura deve-se ao fato de que um questionário aplicado em um único dado momento não tem como diagnosticar se um indivíduo está ou não realmente sob a influência de Burnout, já que fatores pessoais, comportamentais e relacionados com o trabalho no dia-a-dia das pessoas podem interferir diretamente nas respostas.

**Palavras-chaves:** Síndrome de Burnout, Estresse, Enfermagem, Trabalho



**Atividade: PERFIL PSICOSSOCIAL DOS MÉDICOS DA CIDADE DE PETROLINA (Paineis)**

**Trabalho:** PERFIL PSICOSSOCIAL DOS MÉDICOS DA CIDADE DE PETROLINA

**Autor(es):** Érica Virgínia Batista Pereira, Hildene Carneiro de Castro, Darlindo Ferreira Lima

**Resumo:** Segundo o dicionário da Língua portuguesa Aurélio(2000), cuidado significa atenção, cautela, desvelo e zelo. Ainda segundo estudos, o termo cuidado deriva do latim cura, palavra que é sinônimo erudito de cuidado. Os dois significados básicos colhidos da filologia nos confirmam a idéia de que o cuidado é mais do que um ato singular ou uma virtude ao lado das outras. É sim um modo de ser, isto é, a forma como a pessoa se estrutura e se realiza no mundo com os outros. O ser humano é um ser de cuidado, pois sua essência se encontra no cuidado. Colocar cuidado em tudo que se projeta e faz configura-se como a característica singular do ser humano. Como em nenhum outro contexto a palavra cuidado tem um significado especial para a medicina, quando as pessoas procuram um médico, elas querem receber cuidados e geralmente estão preocupadas demais com o seu problema de saúde para lembrar-se que o médico também tem os seus problemas. Assim, poucos se dão conta do estresse que eles enfrentam. Eles lidam com pessoas ansiosas, assustadas, o que pode ser tão desgastante que alguns médicos começam a sofrer de um esgotamento conhecido como fadiga por compaixão. Além disso, o médico normalmente detém uma rotina exaustiva, estressante. Eles vivem um cotidiano extremamente agitado e mal têm tempo para a vida pessoal e uma boa noite de sono. Diante desse desequilíbrio, não tardam a aparecer manifestações de alerta, cujo sinal mais evidente é a elevação do nível de ansiedade. Dela resultam dificuldades de concentração, irritabilidade, mau humor, problemas de memória, impaciência, medos irracionais, insegurança e baixa auto-estima. Segundo o especialista em medicina do trabalho Gilberto Archêro, os médicos são os profissionais que mais se submetem ao stress. Ele disse que os cirurgiões são os campeões de separação na profissão. Entre 40 e 50 anos de idade, muitos médicos morrem de enfarte e outros, para suportar as pressões do cotidiano, usam drogas. A atividade médica, assim como qualquer outra, tem várias características que as distingue das demais por suas peculiaridades, a mente do médico está submetida a um estresse constante, e isto tem repercussões importantes. Diferentemente de outras profissões, o médico tem que ficar disponível, alcançável o tempo todo e isso se incorpora à sua personalidade, uma invasão de privacidade, uma alcançabilidade muito direta e, infelizmente, não há como fugir, pelo contrário, quanto mais omisso o médico, mais seus problemas pioram: há risco de morte, de processo ético, criminal e a repreensão de sua própria consciência. Uma das situações mais difíceis para o médico é dar uma má notícia. Alguns têm de fazer isso todos os dias e devem se recompor logo, pois, depois, o próximo paciente espera ser recebido com um sorriso. Dormir pouco, busca pela aquisição de conhecimento e de qualificação profissional, má remuneração, abnegação, mudanças em relação ao papel do médico na sociedade, carga horária extremamente exaustiva, responsabilidade e compromisso com a vida do outro, vários empregos, pouco tempo para o lazer e para a família, tudo isso acaba por gerar muita tensão e ansiedade na vida do médico. Além do excesso de pacientes, que não permite aprofundar seus casos nem intelectualmente nem afetivamente, o médico entra em conflitos, acabando por ser superficial, cometendo erros, matando as pessoas, atendendo muito mais do que pode, e se sente impotente para modificar as decisões governamentais, empresariais e até mundiais, uma vez que a média de médicos preconizada pela organização mundial de saúde não leva em conta a necessidade de uma psicologia médica aprofundada, que contemple essas particularidades de uma boa medicina. Há ainda o estresse inerente a própria matéria de trabalho, a morte, a dor. Ele tem que presenciar choros, gritos, desespero, pressa, agressividade de parentes. A angústia e a resolutividade da dor e a iminência da morte só são encontradas na profissão médica, acrescido a isso o fato de que qualquer atitude médica tem repercussão direta sobre a vida do doente. Com todo esse estresse fica a pergunta: quem cuida dos cuidadores médicos e como eles mesmos se cuidam? Essa pergunta foi desvendada através de instrumentos de pesquisa como questionários e entrevistas. Nossos resultados parciais apontam um relativo descaso e até falta de percepção do problema, que muitas vezes é visto como algo tão incorporado à profissão que é aceito passivamente sem nenhuma contestação.

Ficou evidenciado, ainda, que o grau de estresse do médico mantém um estreito paralelismo com a desenvoltura da relação médico-paciente.

**Palavras-chaves:** Estresse, relação médico- paciente, médicos, cuidadores

**Atividade:** **DEPRESSÃO PÓS-PARTO: UM FATO EM UMA MATERNIDADE PÚBLICA DE CAMPINA GRANDE (Paineis)**

**Trabalho:** **DEPRESSÃO PÓS-PARTO: UM FATO EM UMA MATERNIDADE PÚBLICA DE CAMPINA GRANDE**

**Autor(es):** Roberta Montenegro dos Santos, Adriana de Andrade Gaião e Barbosa, Alexmara de Barros Medeiros, Fernanda Naiene Rodrigues Valadares, Iva Izabel Cavalcanti da Silva Barros, Mary Ellen Valois da Mota Cândido

**Resumo:** Buscando uma reflexão sistematizada que compreendesse a depressão faz-se presente um estudo envolvendo esta patologia em parturientes. A depressão há muito é um dos temas mais estudados e analisados tanto na psicologia como na psiquiatria. Sob os mais diferentes ângulos, existem estudos a cerca da depressão: visões que enfocam aspectos meramente organicistas enfatizando, então, a prescrição medicamentosa, ou, ao contrário, visões que destacam a depressão como uma ocorrência englobada no rol das psicopatias modernas. De acordo com alguns teóricos, a depressão é um transtorno que se caracteriza por lentificação dos processos psíquicos, humor depressivo ou irritável, redução da energia, tristeza profunda e duradoura, entre outros sintomas. A Classificação Internacional de Doenças classifica a depressão pós-parto como subcategoria da depressão, pois muitos dos sintomas são os mesmos. A depressão normalmente é desencadeada por um acontecimento traumático ou uma mudança em nossas vidas. A depressão pós-parto pode se manifestar depois do nascimento de um filho, que é uma das maiores mudanças de vida, alterando dramaticamente a vida da mulher, bem como suas expectativas e imagens de si mesma. (Erika Harvey, 2002). Muitas vezes quando em contato com os bebês recém-nascidos, ou até um pouco mais velhos, é freqüente notar-se que essas por vezes choram profundamente, apontando que uma situação muito grave está acontecendo e que é urgente que esta se resolva. Este choro é de fato um indicador de que uma emergência está em andamento. Considerando que a maioria das pacientes em questão tendem a mudar seu estado emocional, assim como, hábitos, valores, crenças, comportamentos e atitudes, pode-se detectar alguma patologia, entre elas a depressão pós-parto, neste sentido, torna-se extremamente importante à realização de trabalhos voltados para esta temática. Esta pesquisa teve como finalidade detectar sintomas de depressão em parturientes de uma maternidade pública de Campina Grande. A amostra utilizada constatou de 50 mulheres na faixa entre 15 anos a 45 anos, sendo 25 pós-parto imediato e 25 doadoras do banco de leite da maternidade. O instrumento utilizado foi a Escala de Depressão Pós-Parto de Edinburgh (EPDS). Detectou-se que 32% das mulheres entrevistadas apresentaram depressão pós-parto, dentre as quais 37,5% apresentam estes sintomas num período de 0 a 3 meses e 62,5% de 3 a 6 meses, após o parto. Conclui-se que essas mulheres continuam tendo que lidar com seus bebês e seus afazeres domésticos, mas o prazer no exercício das atividades rotineiras se encontra seriamente comprometido, com risco de este comprometimento se estender às relações familiares com o tempo.

**Palavras-chaves:** Depressão, Parturientes, Maternidade

**Atividade:** **ITINERÁRIOS TERAPÊUTICOS E O SISTEMA FORMAL DE SAÚDE EM UMA COMUNIDADE DE SALVADOR-BA (Comunicações Científicas)**

## **Trabalho:ITINERÁRIOS TERAPÊUTICOS E O SISTEMA FORMAL DE SAÚDE EM UMA COMUNIDADE DE SALVADOR-BA**

**Autor(es):** Carla Silva Soares,Leny Trad,Jeane Saskya Campos Tavares

**Resumo:** A família, enquanto lócus privilegiado de interações e socialização configura-se um espaço potencialmente protetor ou fragilizante no que diz respeito à saúde. Ela atua ainda como mediadora na relação entre o sujeito e os sistemas de cuidado. Há, assim, uma tendência atual nos programas sociais e de saúde, a tomar a família como objeto das suas intervenções. Diante de tal perspectiva, é necessário ponderar acerca dos recursos de que dispõe a família no enfrentamento dos problemas de saúde, pois, estes são decisivos na determinação de estratégias possíveis e comportamentos alternativos. A presente investigação teve como objetivo descrever os itinerários terapêuticos desenvolvidos por famílias de um bairro popular de Salvador, focalizando particularmente sua relação com os serviços formais de saúde. Especificamente, buscou-se compreender as interpretações das famílias acerca da estruturação e dinâmica das unidades e serviços de saúde do bairro, analisando-se, ainda, as motivações das famílias para a escolha dos serviços. Esta análise integra a pesquisa “O cuidado à saúde no contexto familiar e suas inter-relações com os serviços formais e informais de saúde”, desenvolvida no grupo Comunidade, Família e Saúde (FASA), vinculado ao Instituto de Saúde Coletiva (ISC/ UFBA). Trata-se de um estudo etnográfico baseado no pressuposto de que é necessário investigar costumes e práticas culturais relacionadas ao cuidado, importante ponto de impacto de programas de saúde. O bairro é marcado pela convivência de classes, formado ao mesmo tempo por condomínios de luxo e por várias invasões. Para esta análise, especificamente, foram escolhidos os casos de três famílias, moradoras de uma das invasões do bairro. Participaram da pesquisa dois ou mais membros de cada família, além de agentes comunitários e gestores de unidades de saúde, totalizando a participação de onze pessoas. A coleta de dados ocorreu em três fases. O primeiro momento consistiu em uma pesquisa documental para traçar um perfil do bairro em relação a história, segurança, educação, lazer e serviços públicos, buscando-se também traçar um perfil da rede formal de atenção à saúde do bairro. O segundo momento implicou em um reconhecimento da área e na escolha dos participantes, a partir dos critérios de acessibilidade e histórico de busca à rede formal na família. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas individuais, após assinatura de termos de consentimento livre e esclarecido, além de observação direta e registros em diário de campo. As dimensões das entrevistas investigavam acerca de dados de identificação, caracterização do bairro, saúde no bairro, saúde da família, itinerário terapêutico atual e histórico de busca à rede formal. Os principais resultados indicam que as famílias interpretam a estruturação e dinâmica das unidades de saúde como serviços burocratizados e marcados por problemas administrativos. Há, porém, bom relacionamento interpessoal com os profissionais de saúde. Em relação à motivação, foi possível perceber a busca por diferentes serviços disponíveis de acordo com a gravidade ou urgência do problema de saúde. Em todas as famílias, a hipertensão foi fator fundamental no aumento da busca a uma das unidades. Em se tratando do Itinerário terapêutico, observou-se que nas famílias, a rede formal de atenção é a principal fonte de cuidados extra-domiciliares. Há, porém, busca de cuidados na religião ou em curandeira por membros isolados ou em caso de expectativas frustradas com o serviço formal ou dificuldades materiais.

**Palavras-chaves:** Cuidado,Família,Sistema formal,Serviços de saúde,Itinerários terapêuticos

**Atividade: PACIENTES ONCOLÓGICOS COM ANSIEDADE: MAIS QUE ROTULOS, REALIDADE. (Paineis)**

**Trabalho:PACIENTES ONCOLÓGICOS COM ANSIEDADE: MAIS QUE ROTULOS, REALIDADE.**

**Autor(es):** Alexmara de Barros Medeiros, Adriana de Andrade Gaião e Barbosa, Fernanda Naiene Rodrigues Valadares, Iva Izabel Cavalcanti da Silva Barros, Mary Ellen Valois da Mota Cândido, Roberta Montenegro dos Santos

**Resumo:** O câncer é uma das doenças mais complexas com as quais a ciência médica já se deparou. É uma doença que se origina nos genes de uma única célula, tornando capaz de se proliferar até o ponto de formar massa tumoral no local e a distância. Sem dúvida, é uma das doenças que afligem as pessoas, pois possui conotações negativas, para uma grande maioria o diagnóstico de câncer ainda é uma sentença de morte, com isso, ataca sem preconceito de idade, sexo, raça, religião e classe social, sendo este também um dos seus aspectos mais perversos, principalmente quando atinge crianças e jovens saudáveis. Trata-se de uma doença que, em alguns casos, só tem cura se detectado no início. A grande maioria dos pacientes em uma situação de diagnóstico de câncer tem o seu lado emocional abalado. Tal diagnóstico tem o poder de mudar tudo na vida do paciente. Passado e futuro passam a ser coisas distantes. O presente assume outras proporções. A simples suspeita de câncer já provoca uma certa ansiedade, o que dizer de uma confirmação do diagnóstico de câncer? Considerando que a maioria dos pacientes oncológicos tendem a mudar seu estado emocional, assim como, hábitos, valores, crenças, comportamentos e atitudes, pode-se detectar alguma patologia, entre elas ansiedade, neste sentido, torna-se extremamente importante à realização de trabalhos voltados para esta temática. A ansiedade é um estado emocional com componentes psicológicos e fisiológicos que faz parte do espectro normal das experiências humanas, sendo propulsora do desempenho. Ela passa a ser patológica quando é desproporcional à situação que a desencadeia, ou quando não existe um objeto específico ao qual se direcione. Com base no exposto, o objetivo da presente pesquisa foi identificar a frequência de ansiedade em pacientes oncológicos. Foram avaliados 30 pacientes, sendo 15 do sexo feminino e 15 do masculino, com idade variando de 20 a 50 anos, do Hospital Napoleão Laureano, na cidade de João Pessoa. Foram realizadas entrevistas estruturadas, com 30 minutos de duração e a questão da ansiedade em pacientes oncológicos foi quantificada através da Escala de Hamilton (HAM-A). Os índices dos sujeitos demonstrados através da escala foram classificados seguindo os critérios psicométricos e os resultados encontrados permitiram observar que, 07 sujeitos entrevistados, 23,4% da amostra, apresentaram baixo índice de ansiedade; 08 sujeitos, 26.6% da amostra, apresentaram médio índice de ansiedade; e 15 sujeitos, 50% da amostra, apresentaram alto índice de ansiedade. Esses dados estão de acordo com a literatura que demonstra que a ansiedade está presente, em maior frequência, naqueles pacientes com câncer.

**Palavras-chaves:** Ansiedade, Oncologia, Pacientes, Psicologia

**Atividade:** REAÇÃO DOS PAIS FRENTE AO DIAGNÓSTICO DE UM FILHO PORTADOR DA SÍNDROME DE DOWN.

(Paineis)

**Trabalho:** REAÇÃO DOS PAIS FRENTE AO DIAGNÓSTICO DE UM FILHO PORTADOR DA SÍNDROME DE DOWN

**Autor(es):** Alexmara de Barros Medeiros, Adriana de Andrade Gaião e Barbosa, Fernanda Naiene Rodrigues Valadares, Iva Izabel Cavalcanti da Silva Barros, Mary Ellen Valois da Mota Cândido, Roberta Montenegro dos Santos

**Resumo:** Objetivo: A Síndrome de Down (SD) é caracterizada pela anomalia no cromossomo

21, e que ocorre em 1,3 de cada 1.000 nascimentos. Por motivos ainda desconhecidos desta doença, um erro no desenvolvimento das células do embrião leva à formação de 47 cromossomos, no lugar dos 46, que se formam normalmente. (Mustacchi e Peres, 2000), para esses mesmos autores, a genética foi uma das áreas que mais se desenvolveu nos últimos anos. Doenças foram elucidadas em sua base de transmissão familiar, e os diagnósticos precisos e precoces cada vez mais encontram-se à disposição da população, que tem a possibilidade de prever anomalias em seus futuros filhos. Assim, foi neste período que aconteceu a descoberta da Síndrome de Down ou trissomia do par 21. A chegada de um bebê com esta síndrome coloca os pais em contato com um mundo de informações, sentimentos e necessidades totalmente novas e inesperadas. Atualmente nascem 150.000 crianças com algum tipo de anomalia no Brasil, sendo que cerca de 8000 com diagnóstico da Síndrome de Down. Hoje o país possui 110.000 portadores dessa síndrome, nas mais variadas classes sociais (MIRA,2000). Neste sentido, o trabalho teve como objetivo analisar as principais reações dos pais frente ao diagnóstico de um filho(a) portador(a) da SD. Método: O estudo foi realizado nas clínicas-escola de Fonoaudiologia, Fisioterapia e Psicologia de uma universidade particular da cidade de João Pessoa/PB, tendo como participantes 14 pais e mães de crianças portadoras da síndrome que se beneficiavam do serviço oferecido. Para a coleta dos dados foi utilizada uma entrevista semi-estruturada, composta por questões referentes as reações dos pais perante a notícia do diagnóstico da SD, bem como de dados que pudessem tipificar/caracterizar a idade gestacional dos pais, além de questões sociodemográficas. Resultados: Os resultados demonstraram que os pais das crianças com SD, que participaram deste estudo, tiveram conhecimento do diagnóstico apenas no momento do parto, mesmo com a realização do pré-natal. Verificou-se reações diversas nestes participantes, como surpresa, medo, ansiedade, fragilidade, tristeza, decepção, e por fim, aceitação. Conclusões: Através deste estudo pôde-se verificar os estágios ultrapassados pelos pais de crianças portadoras dessa síndrome, corroborando com o que defende a literatura acerca dos estágios da negação até a aceitação da criança. Observou-se ainda que aos poucos os pais conseguem perceber que seu filho(a) pode estudar, trabalhar e se tornar um cidadão independente, contribuindo para amenização do preconceito existente na sociedade, bem como para concretização da inclusão social.

**Palavras-chaves:** Síndrome de Down,Criança,Diagnóstico

**Atividade: CRENÇAS RELACIONADAS AO PROCESSO DE ADOECIMENTO E CURA NO CÂNCER INFANTIL: PERSPECTIVA DOS IRMÃOS SAUDÁVEIS E EQUIPE DE ENFERMAGEM (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:CRENÇAS RELACIONADAS AO PROCESSO DE ADOECIMENTO E CURA NO CÂNCER INFANTIL: PERSPECTIVA DOS IRMÃOS SAUDÁVEIS E EQUIPE DE ENFERMAGEM**

**Autor(es):** Liliana Fábria Gomes Oliveira,Niraldo de Oliveira Santos,Mara Cristina Souza de Lucia,Roberta Fernandes Marinho

**Resumo:** Sabe-se que a tentativa de se construir um saber em torno dos acontecimentos que mobilizam a humanidade sempre foi um marco característico da nossa espécie. E dentre os acontecimentos que mais provocam e incitam no homem a busca pelo conhecimento estão, sem dúvida, o adoecimento e a cura. Tais construções podem ser diferenciadas entre: o conhecimento científico propriamente dito, dotado de universalidade e objetividade e as chamadas crenças, que são próprias a determinados sujeitos e cultura, caracterizando uma forma de pensamento prático, relacionado ao senso comum e que foge dos moldes científicos. Nessa perspectiva, o adoecer de câncer, por exemplo, traz inúmeros estigmas que tornam bastante claras as diferentes ordens do saber e conhecimento acerca desse tipo de doença, interferindo na forma de compreender, interpretar, aceitar e tratar a doença. Contudo, o diagnóstico de câncer, principalmente na infância, traz repercussões bastante específicas à própria condição de ser criança. O câncer é socialmente caracterizado por dor, sofrimento e morte e nesse caso, o estigma da morte e a sua aceitação se antagoniza a esse tipo de

acontecimento na infância, pois criança é sinônimo de vida. Partindo do princípio de que a crença é uma construção particular e própria de determinado estrato cultural e social, acreditamos que a família e a equipe trazem conceitos próprios de um discurso permeado de valores e significantes que tentam, de certa forma, explicar os fenômenos que lhe dominam o cotidiano. Desta forma, este trabalho consistiu em oportunizar aos irmãos da criança portadora de câncer, bem como as auxiliares e técnicos de enfermagem, falarem de suas crenças a respeito do adoecimento, cura e dificuldades no enfrentamento ao câncer infantil. O estudo foi realizado com 10 irmãos de crianças portadoras de câncer infantil e em tratamento no setor de Quimioterapia da Fundação Hospitalar da Agroindústria do Açúcar e do Alcool de Alagoas/Maceió (FHAIAAA) e 15 profissionais da área de enfermagem (auxiliares e técnicos) que trabalham na Pediatria e/ou setor de Quimioterapia da FHAIAAA, do Hospital Universitário Alberto Antunes/ UFAL e Hospital Afra Barbosa (Arapiraca/AL). Foram convidados a participar do estudo 25 sujeitos, sendo as crianças com idade variada entre 08 a 16 anos, de ambos os sexos e as profissionais de enfermagem com idade superior a 18 anos, que concordaram em participar do estudo. Surgiram tanto no discurso dos irmãos como no da equipe de enfermagem, aspectos relacionados a crenças, principalmente nos quesitos: causas do adoecimento, fatores que ocasionam e intensificam os sintomas e que contribuiriam para a cura do mesmo. Muitas crianças atribuíam o adoecimento a maus hábitos alimentares, ou a hábitos de risco adotados pelo irmão (geralmente contrários à aprovação materna). Entre as profissionais entrevistadas, surgiram nas falas aspectos ligados a fatores orgânicos/hereditários, hábitos de risco/alimentares, bem como, aspectos ligados mais expressamente a crenças, como “levar uma pancada” ou “mioma não tratado da mãe”. Os irmãos atribuíram ainda a adesão ao tratamento médico, ao hábito alimentar, ter fé e obedecer ao médico e a mãe, como importantes para a cura do irmão. Entretanto, a equipe de enfermagem atribuiu principalmente ao fato de dar apoio/ carinho ao paciente, seguidas de recomendação para a adesão ao tratamento/medicação, cuidar do emocional/psicológico abalado pela doença, além de ter fé/ pensamento positivo. Percebemos neste estudo que apesar da concepção tradicional e universalista do discurso médico, as crenças se superpõem a essa “realidade imperiosa”, demonstrando a importância que estas representam na concepção sobre a doença, e conseqüentemente na forma como os indivíduos respondem a ela.

**Palavras-chaves:** psicologia hospitalar; câncer infantil; crenças; familiares; enfermagem.

**Atividade: Contribuição da teoria das representações sociais ao estudo da saúde e da doença. (Mesas Redondas)**

**Trabalho: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE SAÚDE EM DOIS GRUPOS DE ADOLESCENTES**

**Autor(es):** Rosemberg Cavalcanti Belém, Michele Araújo Santos, Maria de Fatima de Souza Santos, Maria Isabel Pedrosa

**Resumo:** A noção de saúde nunca foi consensual nem permanente, ela é variável conforme os grupos culturais e o tempo histórico. Ao longo dos tempos idéias religiosas, organicistas, culturalitas, políticas, entre outros, ampliaram a forma de contemplar o fenômeno “saúde”. O presente trabalho procurou, especificamente, investigar os sentidos de saúde entre adolescentes de dois grupos distintos: aqueles que se dedicam a atividades físicas com regularidade e aqueles que não o fazem. Parte-se da Teoria das Representações Sociais como marco teórico e metodológico e pressupõe-se que o lugar social ocupado pelo sujeito na dinâmica social influencia sua representação de um dado objeto cultural. Tivemos ainda como objetivos: investigar se a variável “prática de esportes” interfere na concepção sobre saúde da amostra estudada e se os adolescentes entrevistados vêem a si mesmos enquanto saudáveis ou não. Trinta adolescentes, entre 14 e 18 anos, compuseram a amostra, sendo 15 sujeitos praticantes regulares de alguma modalidade esportiva e 15 não têm nenhuma atividade física regular. Na coleta dos dados foi utilizado um roteiro de entrevista semi-estruturada, que incluía um pedido

inicial de associação livre a partir da palavra indutora “saúde” e as perguntas: “Você se considera saudável? Por quê?”; “O que você faz para manter a saúde?” e “O que é saúde, para você?”. O software EVOC foi utilizado como instrumento auxiliar na análise das associações livres, o mesmo permite verificar a estrutura de determinada representação social, descrevendo os elementos mais consistentes e os mais contingentes numa representação social. A análise das entrevistas foi feita a partir da leitura das mesmas, levando à construção de categorias de análise, na tentativa de identificar pontos de semelhança e diferenças entre os discursos. A interpretação dos resultados nos levaram a afirmar que os dois grupos entrevistados parecem se aproximar quanto ao conceito de saúde, pois este envolve os aspectos de ausência de doenças e bem estar físico, mental e social. Os grupos só parecem se diferenciar quanto às práticas mantenedoras de saúde e às justificativas para se considerarem saudáveis ou não. As respostas dos esportistas estão mais circunscritas ao corpo e aos cuidados com este através de exercícios físicos e controle alimentar; já no grupo dos sedentários temos outros aspectos envolvidos, como as dimensões social, psicológica e religiosa. No entanto, a prática de esportes e alimentação também são citados. Mesmo sendo composta de diversos elementos, a representação social de saúde nos adolescentes entrevistados estão objetivadas, primordialmente, na prática de esportes e numa alimentação adequada. Provavelmente essas objetivações estão ancoradas numa concepção de saúde orgânica.

**Palavras-chaves:** Representação social, Saúde, Adolescentes

**Trabalho:** O QUE É SAÚDE? SENTIDOS SOBRE O CONCEITO DE SAÚDE PARA IDOSOS DE ASILOS E GRUPO DE ‘TERCEIRA IDADE’

**Autor(es):** Sandra Carolina Farias de Oliveira, Gláucia Lorena Guedes dos Santos, Maria Isabel Pedrosa

**Resumo:** Este trabalho visou investigar quais os significados atribuídos pelos idosos à saúde. É importante dizer que como não existe consenso sobre o que é ‘ser idoso’, está se considerando a pessoa idosa como aquela que tem idade acima de 60 anos de acordo com o Estatuto do Idoso Brasileiro (2003). Depois desta ressalva, pode-se dizer que o objetivo específico do trabalho foi o de verificar se existem diferenças e/ou semelhanças quanto à representação de saúde para três grupos distintos dos quais os indivíduos faziam parte: asilo particular, asilo filantrópico e grupo de ‘terceira idade’. Para isto realizaram-se entrevistas semi-estruturadas com 15 participantes. Estas entrevistas apresentavam questões relacionadas num primeiro momento com o histórico de vida daquele idoso e sua caracterização (idade, estado civil, escolaridade); e num segundo momento com sua facilidade ou dificuldade em realizar atividades cotidianas e como as questões: “O que é saúde?” e “O que é doença?” sucessivamente. As idades dos indivíduos variaram de 62 anos até 89 anos, de ambos os sexos, porém a grande maioria foi de mulheres, (apenas 2 homens dos 15 entrevistados), nível socioeconômico médio- baixo e escolaridade de analfabeta até superior. Como foi dito foram selecionadas três instituições: asilo filantrópico, asilo particular e grupo de ‘terceira idade’ e em cada uma destas foram entrevistados 5 idosos. Depois de transcritas as entrevistas fez-se a análise dos dados com o software ALCESTE, que realiza uma apreciação do discurso dos participantes e favorece uma análise quantitativa e/ou qualitativa dos resultados. Vale ressaltar que as entrevistas precisam ser digitadas em um único arquivo do Word for Windows 2000 e salvo em texto-tx, isso é chamado de UCI (Unidade de Contexto Inicial). Após esta preparação rodam-se os dados que separam a UCI em UCE’S (Unidades de Contexto Elementar) que são pequenos segmentos do discurso do sujeito que serão agrupadas e calculadas pela sua frequência, fornecendo assim uma análise hierárquica e descende das classes léxico-semânticas. Com isso temos assim uma análise quantitativa deste corpus com as frequências das palavras calculadas através do teste Qui –quadrado e uma análise qualitativa, pois temos a possibilidade de através da codificação das entrevistas voltar a elas e identificar o contexto em que aquela palavra se encontra e qual o sujeito que fez referência a ela. Os resultados demonstram que a doença é associada à velhice e salientam-se os seus aspectos negativos: “coisa ruim”, “baixo astral”, “horrrível” foram expressões utilizadas pelos sujeitos para defini-la. A saúde, por outro lado, foi associada à mocidade e considerada como a “riqueza da

vida”, “coisa boa”. É interessante salientar que marcadamente para o ‘Grupo de Terceira Idade’ e do Asilo Particular a doença é associada à velhice. A grande maioria dos entrevistados não se considerou saudável, principalmente pela perda da autonomia. Essas considerações, dentre outras, são apresentadas à luz da Teoria da Representação Social, que trata da constituição do sujeito a partir de aproximações e/ ou contraposições com um outro social.

**Palavras-chaves:** Idoso, Saúde, Doença, Representação Social

**Trabalho:** Contribuição da teoria das representações sociais ao estudo da saúde e da doença.

**Autor(es):** Eduardo Coelho Ceotto, Zeidi Araujo Trindade

**Resumo:** Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), as doenças cardiovasculares são, atualmente, a principal causa de morte no mundo, responsáveis por pouco mais de 30% dos eventos. Dados do Anuário Estatístico de Saúde (Brasil, 2001) indicam as Doenças do Aparelho Circulatório (DAC) como a principal causa de morte. No ano de 1980 as DAC foram responsáveis por 25% dos óbitos, enquanto que em 1999, este índice subiu para 32%, o mesmo observado no ano de 2005. Dados da Sociedade Brasileira de Hipertensão indicam que a taxa de incidência da hipertensão é de 20 a 30% na população brasileira. No estado do Espírito Santo, as doenças cardiovasculares são as principais causas de morte em adulto. No âmbito psicossocial, abrindo espaço para o binômio saúde-doença, tendo como foco principal o doente, a Teoria das Representações Sociais (TRS) tem contribuído para a compreensão deste fenômeno, principalmente a partir da década de 1990 e tem se mostrado como um instrumento teórico eficaz para o desenvolvimento de pesquisas na área da psicologia da saúde. A TRS possibilita ao pesquisador conhecer a realidade em que a doença se desenvolve, levando em consideração o sistema de crenças e valores dos doentes. Partindo da idéia de que Representações e Práticas Sociais atuam de forma interdependente, investigamos também as práticas, aqui delimitadas como as ações utilizadas para o enfrentamento da doença, seja pela incorporação de elementos novos ao cotidiano, seja pelo controle dos fatores de risco, seja pelos incômodos decorrentes do processo de adoecimento. Este estudo contou com a participação de uma amostra de 40 pessoas com diagnóstico de Hipertensão Arterial Essencial e teve como objetivos: 1 – identificar os elementos de Representação Social (RS) de hipertensão; 2 – identificar as Estratégias de Enfrentamento (EE) mais utilizadas; 3 – Identificar as possíveis correlações entre os elementos de representação e as estratégias de enfrentamento. Para a coleta de dados utilizou-se um protocolo de entrevistas composto do evocativo da representação social de hipertensão e de uma check-list composta de 46 itens para identificar as estratégias de enfrentamento. Os dados referentes à Representação Social foram analisados através do método TISCON. Através do procedimento ANACOR verificou-se que os elementos morte e medo se apresentaram com tendências à centralidade enquanto que pressão alta, infarto, derrame, tem que cuidar, mal estar pessoal, problemas, remédio e coração se apresentaram como elementos periféricos. Com relação às Estratégias de Enfrentamento, foram identificadas nove, sendo que as mais utilizadas foram Distanciamento, Reavaliação Positiva, Resolução de Problemas, Autopreservação e Mágico-religiosa. Para identificar as correlações entre os elementos de RS e EE utilizou-se o procedimento PRINCALS (SPSS). O resultado demonstrou que os elementos de representação morte, pressão alta e infarto se apresentam com forte correlação com as estratégias de Autopreservação, Mágico-religiosa e Resolução de Problemas. Os resultados parecem demonstrar que os fatores psicossociais, entre os quais as crenças sobre os processos de saúde e doença, interferem na forma de cuidar e de compreender a sua doença. Conhecer as representações sociais e as práticas de enfrentamento dos hipertensos poderá facilitar a implantação de procedimentos de atendimento que focalizem comportamentos que favoreçam a adesão ao tratamento. Considerando a interdependência entre práticas e representações, a modificação das práticas pode contribuir para a ocorrência de mudanças na significação da doença, assim como a mudança nas representações pode alterar as práticas, criando mecanismos que visem a melhoria da qualidade de vida.\* REPPSO - REDE DE ESTUDOS E PESQUISAS EM PSICOLOGIA SOCIAL Apoio – CAPES e CNPq

**Palavras-chaves:** Representação Social, Estratégias de Enfrentamento, Hipertensão arterial



**Atividade: O TRABALHO E SEUS SENTIDOS NAS HISTÓRIAS DE VIDA DAS PESSOAS COM DOENÇAS REUMÁTICAS.  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**O TRABALHO E SEUS SENTIDOS NAS HISTÓRIAS DE VIDA DAS PESSOAS COM DOENÇAS REUMÁTICAS.

**Autor(es):** Fernanda Cristina Nunes Simião, Bárbara Maria de Oliveira Porto, Leydjane Nunes Carvalho, Sara Evaristo de Lima Melo, Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro, Heloisa Maria Cavalcanti Vital

**Resumo:** Este projeto tem tido duas vertentes, uma de pesquisa que tem focalizado a importância dos aspectos psicossociais na história de vida das pessoas com doenças reumáticas e outra de intervenção, que considera a relevância desses aspectos para o enfrentamento da doença, buscando uma melhora nas condições de saúde. Pretende dar continuidade aos projetos anteriores, em consonância com a necessidade, evidenciada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), de estudos científicos que proporcionem uma maior clareza dos determinantes sociais de saúde para subsidiar as políticas públicas. É desenvolvido em um Hospital Universitário, caracterizando-se pela interdisciplinaridade entre os cursos de Psicologia e Medicina. As pessoas com doenças reumáticas, que são atendidas pela professora e médica reumatologista, são convidadas e incentivadas a participarem a cada primeira quinta-feira do mês de um grupo, no qual também participam seus acompanhantes, a médica, a psicóloga e professora orientadora, os alunos de Psicologia e de Medicina. Esta pesquisa fundamenta-se no referencial teórico e metodológico das Práticas Discursivas e Produção de Sentidos, sustentado na perspectiva do construcionismo social. No primeiro ano do projeto foram identificados os diversos aspectos psicossociais (família, amizades, trabalho, escola, igreja, moradia, identidade, mudanças, saúde) presentes nas histórias de vida do grupo. A partir deste primeiro projeto, identificou-se a necessidade de focalizar de forma mais ampla os determinantes sociais evidenciados pela OMS, como tendo uma influência importante para as condições de saúde. Assim, no segundo ano do projeto, foi focalizado o apoio social presente nas histórias de vida dos participantes, bem como a importância do grupo enquanto apoio para o tratamento e enfrentamento da doença. No presente projeto, o determinante social de saúde que está sendo investigado é o trabalho, que se configura entre aqueles definidos pela OMS. Considera-se que ter um trabalho, em geral, é melhor para a saúde do que estar desempregado, entretanto, o status social da ocupação, a organização e o estilo do trabalho, bem como as condições socioeconômicas são aspectos importantes a serem considerados. É necessária uma compreensão mais ampla das circunstâncias vivenciadas em suas histórias de vida, relacionadas ao trabalho, considerando as mudanças significativas advindas do adoecimento. Identificou-se em outros estudos (Simião et al., 2005, Sule & Petri, 2006) a influência das condições socioeconômicas durante a infância no desenvolvimento das doenças reumáticas, como também a ruptura de seus projetos de vida a partir do surgimento da doença, afetando de forma acentuada as suas ocupações remuneradas ou não. Busca-se neste projeto ampliar o conhecimento das condições e das possibilidades de trabalho ao longo das vidas dos participantes do grupo de apoio, ao identificar as relações entre esses aspectos com as diferenças de gênero e faixa etária, observando em cada uma delas quais são os recursos necessários para a reconstrução de seus projetos de vida. Pretende-se contribuir para o desenvolvimento de ações direcionadas a melhoria das condições de saúde dessas pessoas. Os instrumentos utilizados são: técnicas de grupo, que focalizam os aspectos psicossociais; registros das falas produzidas durante os encontros; e estudos de caso dos voluntários, sendo três homens e três mulheres com a idade entre 30 e 50 anos. A análise das narrativas dos participantes do grupo de apoio e dos estudos de caso possibilita evidenciar as diferenças em termos de gênero e idade, observando as condições psicossociais vivenciadas por homens e

mulheres, nas diferentes faixas etárias, com relação ao trabalho e a doença reumática. O referencial teórico possibilita a compreensão dos sentidos que o trabalho tem para esse grupo e a identificação das possibilidades de reconstrução de seus projetos de vida. Até o dado momento, foram realizados sete encontros, nos quais pudemos constatar a importância que os participantes atribuem ao grupo, sendo este um lugar onde constroem novas amizades, trocam experiências e informações sobre as doenças reumáticas, aprendem uns com os outros e encontram o apoio e o convívio social necessários para a reconstrução de seus projetos de vida. Em relação à temática do trabalho, com o surgimento da doença, essas pessoas consideram-se incapazes de manter-se ativas, e muitos deles desistem de seus sonhos. A experiência com o grupo tem possibilitado observar que as pessoas com doenças reumáticas, que alcançam uma estabilidade da doença, propiciada tanto pelo tratamento clínico como pela participação no grupo de apoio, relatam estarem construindo novos projetos (passar no vestibular, voltar a trabalhar), levando em consideração as limitações impostas pela doença. Outro aspecto discutido durante os encontros é a identificação dos obstáculos para a realização desses projetos, os quais permanecerão sendo abordados durante os próximos encontros.

**Palavras-chaves:** histórias de vida, doenças reumáticas, determinantes sociais, trabalho

**Atividade: Psicologia e Medicina Fetal : implicações psicossociais (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Reprodução Assistida e ciclo vital: determinantes psicossociais e demandas familiares

**Autor(es):** Julieta Quayle

**Resumo:** Podemos pensar a reprodução assistida como a outra face do (recente) controle parcialmente adquirido sobre o processo reprodutivo humano, aquela representada pela possibilidade contraceptiva eficiente do século XX, responsável em certa medida, pela chamada “revolução sexual” dos anos sessenta: ao lado do “sexo sem concepção”, sem prole, e (quase) sem culpa, tornou-se possível, acessível e (quase) quotidiana a concepção sem sexo. Sexo seguro. Concepção quase. Estima-se que na atualidade entre 15% e 20% dos casais em idade reprodutiva irão utilizar alguma forma de tratamento médico para ter filhos e constituir ou ampliar sua família. Não raro, esse processo produzirá desgaste físico e emocional para o casal, agregado ao ônus financeiro e as repercussões no relacionamento. Por sua vez, esse desgaste estará associado ao tipo de tratamento oferecido, à história reprodutiva do casal, à motivação para a busca do tratamento e da constituição da família, ao significado de se ter um filho – entre outras tantas variáveis usualmente pouco valorizadas face ao espetáculo da técnica e sua potência. No que concerne ao tratamento médico e as técnicas envolvidas, as proposições em reprodução humana vão desde esquemas terapêuticos relativamente simples – como a correção de distúrbios hormonais através de medicamentos, o uso de antibióticos em doenças infecciosas associadas ao aparelho reprodutivo - até os procedimentos usualmente denominados como “Reprodução Assistida” (RA). Aqui também se descortina uma miríade de procedimentos diferenciados, dos relativamente simples (como a inseminação artificial) aos complexos (fertilização in vitro com ou sem a manipulação de gametas), havendo sempre embutida nesses procedimentos imbricações legais, sociais e emocionais que não podem ser ignoradas, além da presença constante de um “terceiro” na intimidade do casal, aspecto fartamente discutido no campo da psicologia em RA. Frequentemente o desenvolvimento técnico se antecipa à nossa capacidade de legislar sobre ele, propondo desafios significativos e embates singulares – como é o caso do “útero de substituição”, nomenclatura utilizada para substituir a “barriga de aluguel”, terminologia preñe de conotações inquietantes. Por vezes se antecipa também à nossa capacidade de lidar com algumas das questões presentes em RA. Propomos, aqui, que sempre deve ser tomada em consideração o momento do ciclo vital de cada um dos membros do casal que busca o concurso do esterilizado, pois pensamos ser essencial esboçar minimamente o desenho do desejo que conduz sua escolha pelo tratamento, uma vez que isso pode determinar não somente o fracasso ou o sucesso mas também a adaptação a esse sucesso ou fracasso e, eventualmente, modular a relação estabelecida com a prole assim constituída. As modernas técnicas de RA colocam em cheque a própria noção de maternidade e paternidade e modificam, inclusive, o conceito de parentalidade e família, com significativas conseqüências, inclusive do

ponto de vista quantitativo- quase poderíamos dizer epidemiológico... Pouco se sabe, de forma sistemática, a respeito das repercussões dessas novas “constituições” nas relações familiares, na construção da subjetividade, no desenvolvimento dessas crianças e na própria administração e elaboração da situação de “segredo” que muitas vezes acompanha a utilização de algumas dessas técnicas, como, por exemplo, a doação de gametas. Apesar das mudanças significativas ocorridas na concepção de família na urbe ocidental no final do último século, esta ainda é preferencialmente concebida como composta por um casal heterossexual geneticamente e biologicamente relacionado com sua prole. O corolário desse pressuposto é ser esse o padrão normal e aceitável, no âmbito do qual os problemas existentes seriam aqueles usualmente esperados e superados, sendo que qualquer desvio desse paradigma corresponderia a maiores riscos para o desenvolvimento da criança e, quase certamente, a resultados negativos. Aqui se incluiriam, por esse paradigma, as famílias constituídas por um único adulto (pai ou mãe solteira), hetero ou homossexual, bem como casais homossexuais, para citar somente algumas das formações familiares “modernas” mais óbvias. A RA favorece a diferença, o desvio do padrão e da norma, ao permitir que crianças nascidas numa dada formação familiar não sejam, por exemplo, geneticamente relacionadas a nenhum dos “pais” ou que sejam geneticamente relacionadas com suas tias, tios, ou que tenham sido gestadas por suas avós biológicas... Intrincadas relações se estabelecem. Em virtude de sua imbricação acentuada com as questões sócio-culturais de um dado grupo social, a dificuldade de importar diretamente modelos de atuação que se mostraram adequados em outros contextos é aqui ainda mais evidente, para além da mera utilização mimetizada de técnicas bem sucedidas. É imprescindível, então, que se contextualize a atuação dos profissionais que trabalham em RA, preferencialmente como uma equipe, considerando os aspectos da cultura onde esse trabalho se insere e a subjetividade dos envolvidos.

**Palavras-chaves:** Reprodução Assistida,Ciclo Vital,Aspectos psicossociais

**Trabalho:**Diagnóstico pré-natal e malformação fetal: o enfrentamento emocional da gestante

**Autor(es):** Eucia Beatriz Lopes Petean

**Resumo:** A família é um sistema dinamicamente organizado, em que o casamento é uma das mais importantes etapas do Ciclo de Vida Familiar. É uma fase de transições, em que aparecem crises inerentes às transformações ocorridas na antiga estrutura familiar, e na nova família nuclear que está sendo formada. Da mesma forma que o casamento, a continuidade da família através dos filhos constitui um desafio, não menor ou menos importante do que a união precedente. Configura-se como uma das primeiras expectativas que surgem logo que um novo núcleo familiar é constituído. Essa decisão pode surgir como a realização do desejo de ser mãe, para a mulher, ou, para o homem como a obrigação da manutenção da espécie e a simbolização de sua masculinidade. A gestação é conhecida como um período de muitas transformações físicas e psicológicas para a mulher. Diversos sentimentos vão e vêm durante a gravidez, como as alterações de humor, inquietação, irritabilidade, preocupação e depressão, todos reflexos de uma grande ansiedade instalada pela condição gravídica. Dentre os temores mais comuns da gestante no período da gravidez, está o de ter um filho mal formado. Na gestante em que foi identificado um bebê de risco, com malformação fetal ou anomalias, as adaptações emocionais são muito mais difíceis de se realizarem. Além das vicissitudes de uma gravidez, são acrescentadas as particularidades de uma gravidez de risco. A probabilidade dos medos se concretizarem torna-se real, e o temor de estar gerando uma criança com anormalidades deixa de ser uma possibilidade, uma fantasia, para se tornar uma realidade. O diagnóstico pré-natal, nos casos de malformação congênita ou anomalia fetal, certamente altera a vivência da espera do bebê, tendo repercussões sobre o processo de estabelecimento do vínculo afetivo entre mãe e bebê. Apesar de ser relativamente grande o número de nascimentos com os mais diversos tipos de malformação congênita, a compreensão do desenvolvimento do apego entre pais e um bebê malformado ainda permanece não muito bem esclarecida, sendo necessários estudos para que esse processo seja conhecido em sua totalidade. A repercussão do processo de diagnóstico pré-natal, em gestações normais e de alto risco (incluindo aí as gestações em que são diagnosticadas malformações ou anomalias), são diversas. Alguns estudos apontam que, em geral, há um aumento da ansiedade nas gestantes e em seus parceiros ao se verem diante da

necessidade de realizar um exame ultra-sonográfico, mesmo que este seja parte da rotina prática clínica profilática, muito comum nos dias de hoje. O casal vê-se diante da possibilidade e do medo de tornar-se responsável pelos cuidados de uma criança com problemas, aflige-se pela qualidade de vida desse filho e pela própria ruptura de suas expectativas. Esta situação de ansiedade, causada pelo diagnóstico pré-natal, nas gestações normais, no entanto é transitória, tendem a diminuir sua intensidade conforme avança o acompanhamento pré-natal e o tempo gestacional. Entretanto quando o diagnóstico pré-natal é realizado em uma gestação de alto risco, as reações de ansiedade são mais intensas e se uma malformação é detectada, é criado um trauma e uma crise real na vida do casal. As repercussões psicossociais do diagnóstico pré-natal são inúmeras principalmente no estabelecimento da ligação afetiva mãe-bebê. Baseados na prática profissional em diversos estudos desenvolvemos diversas pesquisas buscando conhecer o processo emocional pelo qual passa a gestante quando se depara com uma malformação fetal. Assim nesta apresentação relatar-se-á o resultado dos estudos realizados sobre o processo de enfrentamento emocional das gestantes no diagnóstico pré-natal.

**Palavras-chaves:** Diagnóstico Pre-natal, Malformação Fetal, Aspectos Psicossociais

**Trabalho:** A plasticidade do vínculo mãe-filho com malformações neurológicas identificadas na fase fetal, e seu papel no desenvolvimento posterior da criança.

**Autor(es):** Gimol Benzaquen Perosa

**Resumo:** As pesquisas que atribuem o atraso mental de crianças nascidas com malformações crânio-encefálicas apenas aos danos do sistema nervoso tem sido substituídas, nos últimos anos, por explicações multifatoriais. As mudanças se devem a vários fatores, dentre eles: a) os achados sobre plasticidade cerebral, atribuindo às condições ambientais como nutrição, estimulação e cuidados gerais nos 3 primeiros anos de vida, um papel fundamental na brotação dendrítica e na mielinização e conseqüentemente na determinação da trama cerebral e b) o pouco valor preditivo da falta ou malformação de estruturas neuronais por exemplo o corpo caloso, no desenvolvimento cognitivo posterior. A disparidade no desenvolvimento neuro-psicomotor de crianças nascidas com anormalidades neurológicas semelhantes direcionou as pesquisas na procura de fatores de proteção, que pudessem reduzir a vulnerabilidade e aumentar as chances de melhor prognóstico do desenvolvimento global. Dentre os vários fatores de proteção já identificados as pesquisas recentes tem destacado a qualidade das interações precoces mãe-filho. Mesmo sabendo da responsabilidade dos 2 parceiros (mãe e filho) na interação, no caso de crianças com limitado repertório comportamental ao nascimento, a mãe passa a ter um papel fundamental na qualidade da estimulação e especialmente na adaptação do filho às experiências estressantes que terá de enfrentar. A literatura tem investigado vários possíveis determinantes da adequação da mãe como mediadora da interação: seu nível mental, escolaridade, tempo disponível, saúde física e mental e rede de apoio intra e extra-familiar. No caso de malformações, cresce-se os sentimentos e representações acerca do filho, suas expectativas e desejos para com o futuro da criança e a sua segurança em desempenhar seu papel de cuidadora. Hoje em dia com o advento laboratorial e tecnológico, o impacto do diagnóstico da malformação ocorre antes do nascimento, no período pré-natal, podendo levar ao rompimento do vínculo afetivo entre mãe e filho e comprometendo o futuro das primeiras interações. Por outro lado, há dados que demonstram que, o vínculo pode ser reconstituído. Baseados nestes estudos, o Serviço de Psicologia da Faculdade de Medicina – UNESP desenvolve há alguns anos, uma área de pesquisa e intervenção sobre o vínculo mãe-filho quando do diagnóstico de malformação neurológica fetal, com o objetivo de identificar os fatores que possam garantir a preservação ou reconstrução do vínculo. Nesta apresentação pretende-se relatar os resultados de pesquisas desta linha de investigação que prioriza o processo de plasticidade do vínculo desde sua fase fetal, as primeiras interações e o follow-up dessas díades até os 3 anos de idade.

**Palavras-chaves:** Vínculo afetivo, Diagnóstico Pré Natal, desenvolvimento fetal

**Trabalho:** Psicologia e Medicina Fetal: lidando com o diagnóstico da malformação

incompatível com a vida.

**Autor(es):** Elenice Bertanha Consonni

**Resumo:** A experiência da gravidez pode ser considerada um grande acontecimento na vida da mulher. É vista como um dos períodos de "crise" ou transição, dentro do processo normal de seu desenvolvimento, envolvendo maior vulnerabilidade e desorganização. São inúmeras as preocupações que acompanham a gestação, mas o temor de gerar um bebê malformado talvez seja a primeira e mais comum delas. Nas últimas décadas a ultra-sonografia obstétrica, realizada durante o acompanhamento pré-natal, tem possibilitado aos pais saberem sobre a saúde do feto, em fases cada vez mais precoces da gestação. Felizmente, para a maioria deles, a investigação diagnóstica traz grande alívio para seus medos e anseios ao confirmar a normalidade do bebê. Mas os resultados do processo diagnóstico nem sempre são favoráveis e alguns casais se deparam com a notícia da existência de problemas ou malformações fetais, que acarretam em ampla gama de reações emocionais semelhantes às observadas em situações de grande estresse ou luto. Apesar do avanço da Medicina Fetal em realizar diagnósticos cada vez mais precisos de patologias fetais, poucos são os recursos terapêuticos disponíveis, havendo situações em que existe o reconhecimento de condições incompatíveis com a vida após o nascimento. Embora a legislação brasileira considere o aborto prática ilegal, salvo quando há risco de vida materno ou na gestação que resultou de violência sexual, muitos casais que recebem o diagnóstico de patologia que inviabiliza a sobrevivência neonatal, conseguem por meio de alvarás judiciais a autorização para a interrupção da gestação. Frente à inviabilidade fetal, a decisão por prosseguir com a gestação ou solicitar autorização judicial para a sua interrupção cabe somente ao casal, que deve ser orientado, mas não influenciado pela equipe de saúde que os assiste. No Serviço de Medicina Fetal da Faculdade de Medicina de Botucatu mais de 70% dos casais nestas condições optam pela interrupção da gestação. Dentre as principais justificativas para esta decisão está a busca por uma forma de evitar sofrimento ainda maior com o avançar da gestação e o parto no termo, assim como futuras complicações e riscos que podem surgir no decorrer da gestação. Entre os argumentos mais comuns para aqueles casais que optam por não interromper a gravidez estão o medo de se arrependerem da decisão no futuro, a esperança de que aconteça um milagre e o desejo de ficar com o filho vivo, nem que por alguns minutos. A internação e o processo de interrupção podem ser vividos com muita angústia por alguns casais, já que nem sempre é um processo rápido e indolor. A experiências e acontecimentos que ocorrem nesse período geralmente acompanham os pais por muito tempo após o nascimento da criança, na forma de pensamentos invasivos de difícil controle e que trazem consigo toda a emoção vivenciada anteriormente. Posteriormente, os atendimentos no puerpério revelam que mães e pais que optaram por ver a criança após o nascimento sentem-se satisfeitos por terem a chance de conhecerem e se despedirem de seu filho. Além relatarem uma sensação de alívio ao confirmarem a incompatibilidade com a vida, quando a patologia é visível como é o caso da anencefalia. Ao atender grávidas em condições tão singulares e difíceis, a Medicina Fetal requer a participação de profissionais de diferentes formações atuando interdisciplinarmente. Pretende-se discutir o papel do psicólogo e as diferentes formas de intervenção no trabalho com a gestante, seu companheiro e familiares, assim como com os membros de sua equipe.

**Palavras-chaves:** Malformação fetal, Psicologia Fetal, Gestação de risco

**Trabalho:** Psicologia e Medicina Fetal: lidando com o diagnóstico da malformação incompatível com a vida.

**Autor(es):** Elenice Bertanha Consonni

**Resumo:** A experiência da gravidez pode ser considerada um grande acontecimento na vida da mulher. É vista como um dos períodos de "crise" ou transição, dentro do processo normal de seu desenvolvimento, envolvendo maior vulnerabilidade e desorganização. São inúmeras as preocupações que acompanham a gestação, mas o temor de gerar um bebê malformado talvez seja a primeira e mais comum delas. Nas últimas décadas a ultra-sonografia obstétrica, realizada durante o acompanhamento pré-natal, tem possibilitado aos pais saberem sobre a

saúde do feto, em fases cada vez mais precoces da gestação. Felizmente, para a maioria deles, a investigação diagnóstica traz grande alívio para seus medos e anseios ao confirmar a normalidade do bebê. Mas os resultados do processo diagnóstico nem sempre são favoráveis e alguns casais se deparam com a notícia da existência de problemas ou malformações fetais, que acarretam em ampla gama de reações emocionais semelhantes às observadas em situações de grande estresse ou luto. Apesar do avanço da Medicina Fetal em realizar diagnósticos cada vez mais precisos de patologias fetais, poucos são os recursos terapêuticos disponíveis, havendo situações em que existe o reconhecimento de condições incompatíveis com a vida após o nascimento. Embora a legislação brasileira considere o aborto prática ilegal, salvo quando há risco de vida materno ou na gestação que resultou de violência sexual, muitos casais que recebem o diagnóstico de patologia que inviabiliza a sobrevivência neonatal, conseguem por meio de alvarás judiciais a autorização para a interrupção da gestação. Frente à inviabilidade fetal, a decisão por prosseguir com a gestação ou solicitar autorização judicial para a sua interrupção cabe somente ao casal, que deve ser orientado, mas não influenciado pela equipe de saúde que os assiste. No Serviço de Medicina Fetal da Faculdade de Medicina de Botucatu mais de 70% dos casais nestas condições optam pela interrupção da gestação. Dentre as principais justificativas para esta decisão está a busca por uma forma de evitar sofrimento ainda maior com o avançar da gestação e o parto no termo, assim como futuras complicações e riscos que podem surgir no decorrer da gestação. Entre os argumentos mais comuns para aqueles casais que optam por não interromper a gravidez estão o medo de se arrependem da decisão no futuro, a esperança de que aconteça um milagre e o desejo de ficar com o filho vivo, nem que por alguns minutos. A internação e o processo de interrupção podem ser vividos com muita angústia por alguns casais, já que nem sempre é um processo rápido e indolor. As experiências e acontecimentos que ocorrem nesse período geralmente acompanham os pais por muito tempo após o nascimento da criança, na forma de pensamentos invasivos de difícil controle e que trazem consigo toda a emoção vivenciada anteriormente. Posteriormente, os atendimentos no puerpério revelam que mães e pais que optaram por ver a criança após o nascimento sentem-se satisfeitos por terem a chance de conhecerem e se despedirem de seu filho. Além de relatarem uma sensação de alívio ao confirmarem a incompatibilidade com a vida, quando a patologia é visível como é o caso da anencefalia. Ao atender grávidas em condições tão singulares e difíceis, a Medicina Fetal requer a participação de profissionais de diferentes formações atuando interdisciplinarmente. Pretende-se discutir o papel do psicólogo e as diferentes formas de intervenção no trabalho com a gestante, seu companheiro e familiares, assim como com os membros de sua equipe.

**Palavras-chaves:** Psicologia Fetal, Gestação de Risco, Malformação Fetal

**Atividade: SAÚDE E RELIGIOSIDADE:  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho: SAÚDE E RELIGIOSIDADE: LÍDERES DE INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS DE UM BAIRRO POPULAR DE SALVADOR E SUAS CONCEPÇÕES A RESPEITO DA SAÚDE A PARTIR DA RELIGIÃO**

**Autor(es):** Fernanda Von Flach Correia, Amanda Oliveira Prata Nascimento

**Resumo:** A Organização Mundial de Saúde inclui o bem-estar religioso entre os elementos a serem considerados, juntamente ao bem-estar biopsicossocial, para definir a saúde. Assim, concluímos que a religião por estar tão fortemente presente em nossa cultura ganhou tamanha relevância e status de fator relevante para constituição da definição de saúde. Tem-se conhecimento também de que a utilização dos serviços informais de cuidado à saúde é mais facilmente observada entre famílias pobres. Dentre estes serviços, as redes formadas através dos grupos religiosos são uma tentativa de suprir a precariedade do sistema público de saúde no Brasil, utilizando-se de métodos caseiros e orações. Considerando estes aspectos, o presente estudo buscou tratar do tema Saúde e Religiosidade, do ponto de vista dos líderes de diferentes instituições religiosas da Boca do Rio. O bairro foi escolhido por ser considerado periférico e por ter sido escolhido pela pesquisa maior, conforme será citado e a qual este trabalho está

vinculado, além de apresentar precárias condições de assistência à saúde, saneamento, educação e por possuir uma diversidade de instituições religiosas, com um número significativo de cada uma delas. Este estudo integra a pesquisa “O cuidado à saúde no contexto familiar e suas inter-relações com os serviços formais e informais de saúde”, desenvolvida no grupo Comunidade, Família e Saúde (FASA), vinculado ao Instituto de Saúde Coletiva (ISC/ UFBA). A presente investigação pretendeu analisar as diferentes representações da religião em relação à saúde, bem como a forma como esta interfere no auto e hétero-cuidado e a relevância desta para os mesmos. Participaram da pesquisa líderes das duas principais instituições religiosas (igreja católica integrada ao movimento carismático e uma igreja evangélica pentecostal) presentes na comunidade, além de moradores do bairro que as freqüentavam. A metodologia utilizada teve como base no modelo etnográfico, desta forma houve inserção dos pesquisadores no campo possibilitando a integração destes com a população, de modo que favoreça o surgimento do discurso da comunidade em relação ao seu cotidiano. Dado ao caráter exploratório e descritivo, aprofundou-se o estudo das unidades-caso, práticas de saúde e religiosidade. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, após a assinatura do termo de consentimento livre esclarecido, que foram gravadas. Para a análise, foram utilizados os conteúdos das entrevistas, assim como os registros contidos nos diários de campo e dados obtidos a partir de observações assistemáticas de cultos e missas nos referidos seguimentos religiosos. Realizou-se escuta exaustiva dos conteúdos gravados, assim como releitura das considerações feitas no diário de campo. Os resultados preliminares indicam que o filiar-se a uma religião de alguma forma ajuda de forma positiva no cuidado a saúde, de modo que a religião interfere no auto e hétero-cuidado com o objetivo de melhoria da saúde, a medida que esta proporciona um entendimento a cerca da necessidade do cuidado com o corpo, além do cuidado da alma; é dada também, a indicação do tratamento formal pelos líderes bem como a estimulação da melhoria da qualidade de vida dos adeptos com a existência de programas ligados às instituições que promovem a saúde e previnem doenças. Além disso, os líderes apontam uma concepção de homem como um conjunto, que precisa cuidar tanto do físico quanto do espiritual, sendo a saúde o equilíbrio destas unidades. Assim como aponta a literatura, a fé / religião se constitui como um recurso a ser utilizado junto às práticas de saúde. Entretanto, a busca imediata dos adeptos continua a ser ao tratamento formal. Sugere-se que novas pesquisas sejam feitas abordando esse tema, uma vez que as crenças fazem parte da constituição da subjetividade do ser humano, além de novos estudos envolvendo mais profundamente os adeptos e as suas famílias, buscando o seu ponto de vista sobre a relação entre saúde e religiosidade.

**Palavras-chaves:** Saúde, Cuidados com a saúde, religiosidade

**Atividade: Unidade de Terapia Intensiva: a morte e o morrer perante aos profissionais da saúde. (Paineis)**

**Trabalho:** Unidade de Terapia Intensiva: a morte e o morrer perante aos profissionais da saúde.

**Autor(es):** Joseildes Farias Fonseca, Angela Aria Alves e Souza, Helder de Padua Lima, Violante Augusta Batista Braga

**Resumo:** A morte e o seu processo constituem um dos maiores enigmas da existência humana, tendo demandado esforços para seu equacionamento ao longo da história da humanidade. Conhecemos a morte somente mediante o processo de morrer dos outros, cujas vivências, jamais nos serão acessíveis em sua real dimensão. Mesmo constituindo-se um fenômeno da vida, sempre despertou grande temor no ser humano, e este sentimento se expressa na dificuldade dele de lidar com a finitude da existência, estando presente nas crenças, valores e visão de mundo que cada um traz consigo. Alvítra-se que, dentre todos os seres humanos que precisam conviver com os sentimentos provocados pela morte, os trabalhadores da área de saúde encontram-se mais suscetíveis, pois no cenário das instituições hospitalares ela esta constantemente presente, motivo pelo qual é tema relevante, porém de difícil abordagem

reflexiva no cotidiano da prática dos profissionais da saúde. As situações de terminalidade na área da saúde são freqüentes para os profissionais, e na maioria das vezes, inevitáveis, ficando o trabalhador exposto às mais diversas sensações, porquanto os hospitais são caracterizados como instituições de recuperação e cura, e as UTI's locais pra a manutenção da vida a qualquer custo. Entretanto, o que se observa nas unidades críticas, em geral, é uma atenção destinada às técnicas, à tecnologia que proporciona suporte para a manutenção da vida, em detrimento à condição humana e às necessidades emocionais do paciente. Contudo, não podemos esquecer que o ato de cuidar ultrapassa o fazer técnico, implica no entrelaçamento das ações de cuidado instrumentais e expressivas isto são ligadas à subjetividade do corpo do cuidador. Assim sendo, espera-se que a equipe de profissionais da saúde que atuam nas unidades intensivas, mediante o cuidado profissional, desenvolva suas ações objetivando não somente assistir o ser humano no momento sublime que é seu nascimento, mas comprometer-se com esse momento desconhecido em sua essência, ou seja, o instante da finitude humana. Diante do exposto, esta pesquisa teve como objetivo compreender como a equipe de profissionais da saúde que atuam na Unidade de Terapia Intensiva percebe e convive com o fenômeno morte em seu cotidiano profissional. Para alcançarmos o objetivo desta pesquisa escolhemos o referencial metodológico da fenomenologia hermenêutica, porquanto a pesquisa fenomenológica valoriza os significados que as pessoas atribuem à sua experiência vivida, e que se revelam a partir das suas descrições ou discursos. Consiste em um método de investigação que enfatiza a complexidade da experiência, na sua totalidade, como ela é realmente vivida. Assim sendo, seu objetivo é descrever os fenômenos vividos pela consciência. No que se refere à Hermenêutica, trata-se de uma metodologia interpretativa, que permite transformar o distante em próximo, e o estranho em familiar, mediante o discurso orientado pelo desejo do diálogo. A Fenomenologia Hermenêutica deverá, então, decifrar o sentido do texto da existência, esse sentido que precisamente se dissimula na manifestação do dado. A pesquisa foi realizada na Unidade de Terapia Intensiva de um hospital particular da Cidade de Fortaleza - Ce. Foram realizadas seis entrevistas, no período de julho a agosto de 2006. Os seguintes profissionais participaram do estudo: 1 médico, 1 enfermeiro, 1 assistente social, 1 psicólogo, 1 técnico em enfermagem e 1 auxiliar de enfermagem. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas, segundo a proposta do estudo supracitada e tiveram como questão norteadora para a entrevista aberta, a seguinte: Como você apreende e convive com a morte em seu cotidiano de trabalho? Os dados foram analisados de acordo com Martins (1992), que consiste em três momentos: descrição, redução e a compreensão fenomenológica e o tema que emergiu dos resultados encontrados foi: a morte como geradora de uma multiplicidade de sentimentos. Tais como: compaixão, culpa, indiferença, negação, envolvimento emocional, empatia. Evidenciou-se que estes trabalhadores desenvolvem suas atividades cercadas de muitas emoções e questionamentos, dado o fato de não terem sido preparados para trabalhar com a morte, mas sim trabalhar com a vida. Neste sentido, este trabalho evidencia a necessidade de se rever às questões relacionadas com morte e o morrer na formação profissional, pois se observa que, neste período existe uma lacuna em relação a esta temática, deixando os trabalhadores de saúde despreparados para trabalharem com essa realidade. Alivra-se ainda da importância de se promoverem debates e reflexões a respeito das situações de morte nestes ambientes em que ela se faz presente. As questões éticas também podem ser abordadas, quando a luta incessante contra a morte pode se tornar uma interessante fonte de capitalização.

**Palavras-chaves:** Morte e o morrer, Psicologia da saúde, Profissionais da saúde, Fenomenologia-Hermenêutica, Pesquisa Fenomenológica

**Atividade: O cotidiano dos Profissionais de Psicologia em um Hospital Universitário: as dificuldades em atender, quando não são bem atendidos. (Painéis)**

**Trabalho:** O cotidiano dos Profissionais de Psicologia em um Hospital Universitário: as dificuldades em atender, quando não são bem atendidos.



**Autor(es):** Joseildes Farias Fonseca, Nadia Lidiane do Nascimento Carvalho, Angela Aria Alves e Souza, Helder de Padua Lima, Violante Augusta Batista Braga

**Resumo:** Os progressos na área da saúde mental na rede pública brasileira evoluem lentamente. A reforma sanitária tem oferecido alguns desdobramentos, especialmente no que tange aos serviços de atendimento aos pacientes com transtornos mentais. Alguns setores tentam se adequar a novas experiências, buscando formas alternativas e mais humanizadas para este tipo de atendimento em substituição ao modelo tradicional. A luta antimanicomial, a municipalização da saúde e leis específicas que regulamentam esses serviços têm favorecido a instalação de programas que vêm ao encontro das necessidades e direitos dos usuários desta área de atuação. Depositários das dores de outrem, estes profissionais passam a ser depositários únicos e solitários das suas próprias dores psíquicas. O mito de que o profissional de saúde mental tem que ser “perfeito” isola-o do conceito de ser humano, fazendo com que muitas vezes passe a representar papéis nem sempre condizentes com a sua real capacidade psíquica. Esta representação exige-lhe um esforço redobrado na manutenção e adequação das suas faculdades psíquicas. Além das questões pessoais e intrapsíquicas, o trabalhador da saúde mental da rede pública enfrenta as condições do ambiente de trabalho, que agregadas ou somadas podem ser formadoras ou desencadeadoras de vários conflitos, estando muitas vezes tão ou mais comprometidas psicopatologicamente do que o próprio indivíduo. É sabido que o despreparo dos profissionais da saúde, as condições físicas e psicológicas precárias, baixos salários, pressões políticas e administrativas podem afetar diretamente o desempenho destes profissionais e sua qualidade de vida. Sabe-se também que as licenças médicas para afastamento ou para justificarem faltas ao trabalho são freqüentes e nestas geralmente as queixas indicam condições psicossomáticas, porém o que aparece é um diagnóstico orgânico. Diante do exposto, este estudo descritivo, baseado em uma metodologia qualitativa, tem como objetivo a retratação da realidade vivenciada por profissionais da área de saúde mental que atuam no Hospital Universitário localizado na cidade de Fortaleza - Ce. Visando identificar possíveis conflitos que afetam estes trabalhadores e seus respectivos focos e causas, procura-se analisar, do ponto de vista clínico-psicológico, as referidas dificuldades, relatando as características de atendimento na área de saúde mental do referido estabelecimento, além de traçar um perfil psicológico do trabalhador da saúde mental deste hospital. O instrumento utilizado foi uma entrevista semi-estruturada, seguindo o modelo da entrevista clínico-psicológica, cujo roteiro básico incluiu questões referentes à identificação dos entrevistados, ao exercício profissional e à vida pessoal que pudessem estar envolvidas com as questões de trabalho. Foram entrevistados 12 psicólogos. Em relação ao sexo: os profissionais de psicologia eram todos do sexo feminino. A faixa etária dos entrevistados foi de 30 a 59 anos. Sendo a média de idade dos entrevistados de 39 anos. Quanto ao tempo de profissão, a média foi de 10 anos. Para a análise dos discursos, tomou-se como referência interpretativa os estudos de psicopatologia e psicodinâmica do trabalho, sendo os dados agrupados de acordo com a metodologia do discurso do sujeito coletivo para facilitar o processo seletivo e interpretativo, homogeneizando os discursos. As dificuldades que mais afetam estes profissionais são as questões institucionais e pertinentes a condições de trabalho, onde prevalece o excesso de atividades, cobranças, pouco tempo para atendimento, pouca valorização do trabalho, condições técnicas e matérias inadequadas, falta de capacitação, de reconhecimento e de diálogo pelas chefias, baixos salários, a questão da morte, gerando desgaste, cansaço e frustração com o serviço público. Portanto, conclui-se que apesar de todo o conhecimento teórico-prático que estes profissionais detêm, estes não conseguem romper o círculo vicioso institucional onde a tendência à repetição é uma constante. Embora percebam o sofrimento, ao qual estão subjugados, os profissionais entrevistados sentem-se bloqueados pela estrutura institucional que de forma perversa lhes castra a possibilidade da sublimação, como forma adequada de obter o prazer através do trabalho. Em contrapartida a situação dos profissionais, está o paciente para quem todas as energias passam a ser canalizadas e cujo retorno, na forma de evoluções dos quadros psicopatológicos, proporciona uma relativa amenização do sofrimento psíquico a que estão submetidos estes profissionais.

**Palavras-chaves:** Psicologia da Saúde, Saúde do Trabalhador, Saúde Pública

**Atividade: ESTUDO DA QUALIDADE DE VIDA E FATORES DE ESTRESSE DE MÉDICOS RESIDENTES DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** Estudo da Qualidade de Vida e Fatores de Estresse de Médicos Residentes dos Hospitais Universitários da Universidade Federal do Amazonas

**Autor(es):** Marilise Katsurayama, Nathália Matos Gomes, Neila Falcone Bomfim, Maria Alice Becker

**Resumo:** A Residência Médica (RM) é uma forma eficiente de capacitação profissional, porém o este tipo de treinamento vem sendo discutido amplamente na literatura nos últimos anos, devido às inúmeras críticas à sobrecarga assistencial, à excessiva carga horária de trabalho e à privação do sono as quais os médicos residentes são submetidos. Seguindo o enfoque psicossomático, ressalta-se que mecanismos do corpo podem ser influenciados positiva ou negativamente por suas fontes internas e não somente pelas externas. Isto implica, portanto, uma visão holística do ser humano, segundo a qual fatores psíquicos, especialmente as emoções, podem ser as causas das doenças. O exercício da medicina no Brasil tem se tornado cada vez mais difícil devido a um conjunto de fatores que têm conduzido ao aumento do estresse na atividade profissional, são eles: crescimento do número de profissionais e aumento da competitividade, causados por aumento desordenado de escolas médicas; a necessidade constante de atualização, em função de novos recursos diagnósticos e terapêuticos; múltiplos empregos; baixos salários em muitas localidades; dificuldade no relacionamento com pacientes; excessiva carga horária de trabalho entre outras causas. Por todos esses fatores mais de 80% da classe médica brasileira considera o exercício da profissão extremamente desgastante, podendo produzir efeitos danosos tanto para a qualidade de vida dos residentes como para a qualidade da assistência por eles prestada aos pacientes. A Universidade Federal do Amazonas conta, atualmente, com 104 médicos residentes (MR) distribuídos em 22 Programas de Residência Médica, que funcionam nos Hospitais Universitários Getúlio Vargas (HUGV) e Francisca Mendes (HUFM). Objetivos: Este estudo avaliou os fatores de estresse dos médicos residentes dos Hospitais Universitários Getúlio Vargas e Francisca Mendes da Universidade Federal do Amazonas, bem como as características sócio-demográficas, o grau de satisfação com a vida, o modo como os enfrentam e o impacto que trazem para sua satisfação pessoal e assistência que prestam aos seus pacientes. Várias são as causas de estresse e o presente trabalho objetivou não só identificá-las, mas incentivar reflexões que planejem e implementem medidas no sentido de minimizá-las. Materiais e Métodos: A amostra deste estudo foi composta por 66 médicos residentes dos Hospitais Universitários Getúlio Vargas (HUGV) e Francisca Mendes (HUFM). O instrumento utilizado foi um questionário composto de 44 itens confeccionado pelas pesquisadoras a partir do "WHOQOL-breve" e do "Questionário de Avaliação de Atitudes" elaborado por Nogueira-Martins/ UNIFESP e aborda aspectos sócio-demográficos e de qualidade de vida, como por exemplo: idade, naturalidade, estado civil, número de filhos, período de residência, situação sócio-econômica, satisfação com as condições de moradia e transporte, tabagismo, consumo de bebidas alcoólicas e outras substâncias químicas. Resultados e Conclusão: Quanto ao perfil do médico residente dos hospitais universitários da Universidade Federal do Amazonas: 51,5% do sexo masculino, 65,2% solteiros, 46,2% com idade entre 27 – 30 anos e 80% concluíram a graduação na UFAM. Quanto às estratégias utilizadas pelos residentes para manejar o estresse diário, a variável "Olhar o lado bom das coisas" foi referida como sendo "sempre" utilizada. As estratégias referidas como "Nunca" utilizadas foram: "tentar se sentir melhor fumando mais", "tentar se sentir melhor ingerindo bebidas alcoólicas", "tentar se sentir melhor usando drogas não-legais". Com relação ao grau de satisfação com a vida foi registrado: 45,5% de insatisfeitos ou muito insatisfeitos com o sono; 50% estavam satisfeitos com suas atividades diárias e 52,3% com a capacidade para o trabalho. Os MR estão a um só tempo em duplo papel: são treinandos e executores em sua atividade diária, o que lhes confere desgaste físico e sofrimento psíquico. O fato de desenvolverem suas atividades em Hospitais Universitários lhes coloca frente a maior carga de

estresse, uma vez que esses hospitais padecem do mal que atinge a maioria dos hospitais da rede de saúde pública: superlotação, retração orçamentária, dívidas, insuficiência de recursos humanos e crise do modelo gerencial. Somam-se a esses fatores o estresse situacional gerado pela privação do sono, fadiga, excessiva carga assistencial, muitos pacientes difíceis, excesso de trabalho administrativo, corpo auxiliar insuficiente e problemas relativos à qualidade do ensino e ao ambiente educacional. Os fatores que mais contribuíram para o MR sentir-se estressado foi a carga horária extensa do PRM e a situação financeira aquém da desejada. A falta de segurança na saída do expediente foi significativamente mencionada pelo sexo feminino. Residentes e coordenadores de PRM devem interagir para reduzir o estresse do treinamento, promovendo o crescimento profissional e pessoal, prevenindo disfunções profissionais e distúrbios emocionais nos médicos residentes. O estresse na educação médica pode também trazer inúmeras conseqüências como somatizações, depressão e suicídio, o que é, na maioria das vezes, negligenciado no contexto educacional. Dada a dificuldade em modificar essas condições estressoras da RM, resta sugerir a implementação de programas que auxiliem os MR a lidar com as dificuldades da vida acadêmica.

**Palavras-chaves:** Estresse, Residência Médica, Hospitais Universitários, Universidade Federal do Amazonas

**Atividade: Oficina de Sensibilização em saúde mental (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Oficina de Sensibilização em Saúde Mental: uma experiência político-pedagógica

**Autor(es):** Ingrid Vieira Guimaraes Ferreri, NEYLA DURAES FERNANDES, Ana Lucia Machado Aguiar

**Resumo:** A interseção entre saúde e educação vem destinando investimentos intelectuais de tal forma que diversos atores afirmam que são espaços de produção e aplicação de saberes destinados ao desenvolvimento humano, configurando-se um ciclo permanente de ensinar e de aprender, um produzindo o outro, num processo incessante de dobra. A influência dos modelos pedagógicos da educação no setor saúde indica uma mudança de enfoque da pedagogia tradicional, voltada para a exposição dos conhecimentos pelo professor, para uma pedagogia crítica, a serviço das transformações sociais, econômicas e políticas, proporcionando, no setor saúde, ações direcionadas para o fortalecimento da equidade, universalidade, descentralização e participação popular. Utilizando-se desse método de ensino que se baseia na relação dialógica entre os atores da aprendizagem e que reconhece a experiência cotidiana de trabalho e das situações concretas vivenciadas pelos sujeitos como legítima produção de conhecimento, a pedagogia crítica na educação em saúde favorece dispositivos de reflexão acerca do processo de trabalho individual, em equipe e institucional, ampliando a dimensão cuidadora do trabalho em saúde. É a partir da perspectiva de que esse espaço de produção que pode ser transformado, conforme anuncia Boaventura Santos (1995:197), em “comunidade educativa, onde as necessidades de formação, sempre em mutação, são satisfeitas no interior do processo produtivo”, que o trabalho em questão foi pensado. Trata-se da exposição da experiência da Oficina de Sensibilização em Saúde Mental, dispositivo criado numa parceria entre o Grupo de Apoio Técnico das equipes da ESF e dos CAPS Ernesto Nazareth e CAPS Fernando Diniz da Área Programática (AP) 3.1 do município do RJ, embasada pela Política de Educação Permanente, mediante à urgência de criação de espaços institucionais de discussão sobre o acompanhamento aos portadores de transtorno mental no seu território pelas equipes de saúde da família. Inicialmente voltadas para Estratégia de Saúde da Família (ESF), as Oficinas ampliaram seu foco de ação para o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), enquanto novos arranjos institucionais foram criados para dar continuidade ao processo já instaurado, tal como se apresenta hoje a Oficina Permanente de saúde mental. O relato da Oficina de Sensibilização de Saúde Mental, objeto de nossa apresentação, foi concebido a partir da experiência vivenciada pelas psicólogas residentes do Curso de especialização em saúde da Família nos moldes de residência pela ENSP-FIOCRUZ como cumprimento à atividade que

contempla a interface saúde mental e saúde da família. As Oficinas aconteceram em oito PACS do Complexo da Maré – RJ, no período de 17 de outubro a 7 de dezembro de 2006, e contou com a participação de aproximadamente 110 profissionais de saúde, dentre eles enfermeiros e agentes comunitários de saúde. A experiência se deu com intensa troca de saberes (científicos e populares). O processo de troca desses conhecimentos se deu através da utilização de variados recursos pedagógicos e, ao final de cada oficina, foi solicitada uma avaliação por parte dos integrantes. As discussões e a análise da avaliação demonstraram quão sensíveis e envolvidos eles são/estão com o desenvolvimento do processo de cuidar, cuidado este que requer acolher, integrar, inserir, compartilhar e muitas vezes, buscar alternativas criativas diante da dificuldade de acesso à rede de serviços em saúde mental. Destacamos nesta experiência alguns pontos, dos quais enfatizamos: a importância da supervisão dos enfermeiros em relação ao processo de trabalho do PACS e da presença de uma equipe de apoio institucional para a efetivação de espaços concretos em sincronia com os princípios da educação permanente; necessidade da continuidade das discussões, no sentido de não se tornar um evento isolado e ratificar a proposta anterior; necessidade de conhecimento do território e de responsabilização da equipe com sua área adscrita, que possibilita a modificação da lógica do encaminhamento sem questionamento para o encaminhamento com acompanhamento; a importância de discussões de temas transversais nas reuniões de equipe para o planejamento das ações territoriais em saúde.

**Palavras-chaves:** modelo pedagógico crítico, Saúde Mental, Saúde da Família, residência multiprofissional em saúde

**Atividade:** Características Epidemiológicas dos casos atendidos no Caps-AD, em Fortaleza - CE (Paineis)

**Trabalho:** Características Epidemiológicas dos casos atendidos no Caps-AD, em Fortaleza - CE

**Autor(es):** Joseildes Farias Fonseca, Josecléia Derze do Nascimento, Helder de Padua Lima, Nadia Lidiane do Nascimento Carvalho

**Resumo:** O consumo de drogas tornou-se motivo de preocupação constante da sociedade brasileira. Neste contexto, as pesquisas epidemiológicas sobre o consumo de substâncias psicoativas são de especial relevância para elaboração de políticas públicas adequadas e efetivas de prevenção ao uso indevido dessas substâncias (Bucher, 1992). O recrudescimento no número de pessoas que utilizam substâncias psicoativas vem demonstrar que se faz necessário um maior número de pesquisas a respeito desta temática. Em Fortaleza, a Rede de Atenção Integrada à Saúde Mental, inseriu um serviço que visa oferecer atendimento a usuários de substâncias psicoativas, o CAPS – AD. Partindo dessa premissa, realizamos um estudo objetivando caracterizar os casos de dependência química atendidos no referido centro. Trata-se de um estudo exploratório e descritivo, retrospectivo e documental, com abordagem quantitativa. Para a coleta de dados, foi utilizado o Protocolo de Acolhimento e a Ficha de Avaliação Familiar que são ministrados aos usuários e familiares durante ao primeiro atendimento ao usuário. A amostra foi composta de 235 casos atendidos no período de janeiro a maio de 2006. A amostra foi constituída de 250 casos, todos pertencentes ao sexo masculino. Foi levado em consideração na seleção da amostra dois quesitos: o primeiro no que se refere ao preenchimento do protocolo de acolhimento, aqueles que estavam incompletos foram excluídos do estudo, o que compreendeu 10 casos. O segundo quesito de exclusão foi à faixa etária, ou seja, dependentes com idade inferior a 18 anos não integraram a população deste estudo, situação que totalizou cinco casos. Desta forma, totalizou a exclusão de 15 pessoas. O processamento dos dados foi realizado com o auxílio do software “Epi info”, versão 6.0 e apresentada em forma de tabelas, gráficos e figura. Aos resultados mostram que 92,7% das pessoas atendidas encontravam-se na faixa etária de 18 a 50 anos, 53% da clientela eram casados, 32% não concluíram o ensino fundamental, 47,3% eram trabalhadores do setor terciário e 39,7% residiam com os pais, 46,7% da população atendida apresentou o diagnóstico de dependência alcoólica, 35,9% já haviam

realizado pelo menos uma tentativa de suicídio, 27,9% tinham como determinante para uso de substância, a desestruturação familiar, 30% dos familiares da clientela atendida buscaram tratamento no CAPS como forma de resolver o problema da dependência química, 52,9% acreditaram que o tratamento teria resolatividade, 32,3% dos familiares não dispunham de conhecimento ou informação sobre o uso de drogas, e 56,8% desejaram ser acompanhados pelo serviço e que 71% dos usuários são oriundos de bairros de classes empobrecidas. Pesquisas sobre o abuso de drogas em nosso país e principalmente em Fortaleza, são escassas, contudo, pela procura freqüente de clínicas para recuperação, pelos depoimentos de especialistas, polícia, educadores e pais, observa-se que o uso indevido de drogas tem se desvelado como um problema significativo perpassando toda a sociedade. Diante dos dados expostos, apresentaremos algumas considerações dentro dos limites que os resultados da amostra permitem concluir, ressaltando que não é pretensão dos pesquisadores esgotar toda a discussão que delinea o objeto em estudo, mas que julga ser importante destacar os achados pertinentes. Assim, com relação à clientela estudada, observamos algumas peculiaridades: faixa etária entre 18 a 50 anos; percentual elevado de pessoas casadas e que não concluíram o ensino fundamental; alto índice de suicídio entre os casos atendidos, o álcool apareceu em primeiro lugar como a droga mais consumida e em seguida os benzodiazepínicos. É importante salientar que o serviço estudado objetiva o tratamento e reabilitação do dependente químico, atuando de forma integrada à política de saúde do município e a rede de atenção integrada em saúde mental, portanto é de se esperar que a partir do conhecimento de sua clientela, a equipe do CAPS – ad, possa aprimorar e aperfeiçoar a assistência prestada, planejando assim as atividades a serem realizadas em prol de seus usuários.

**Palavras-chaves:** Psicologia da Saúde,saúde Pública,Alcoolismo,Centro de Atenção Psicossocial,drogas

**Atividade: Construindo o sentido de saúde e doença (Paineis)**

**Trabalho:**Construindo o sentido de saúde e doença - práticas discursivas de pessoas com diabetes mellitus.

**Autor(es):** Larisse Coimbra Albuquerque Cerqueira,Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro

**Resumo:** Trata-se de uma pesquisa que visa compreender a construção dos sentidos de saúde e doença presentes na vida de pessoas com diabetes mellitus tipo 2, bem como as ações decorrentes dos sentidos produzidos. O estudo realizado está embasado numa abordagem qualitativa, caracterizando-se como um estudo de caso. O interesse por tal tema surgiu ao situar o psicólogo enquanto profissional de saúde comprometido com as necessidades de saúde da população. Dessa forma, ao situar a produção de sentidos no campo da ação social, vislumbra-se a própria transformação da sociedade, rumo à melhoria das condições de saúde da pessoa com diabetes. Além disso, outro fator de interesse residiu numa questão observada no cotidiano e corroborada por pesquisas (ACHUTTI; AZAMBUJA, 2004; MENDES, 1999; OMS, 2002; OPAS, 2004; SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES, 2002), que indicam uma incidência cada vez maior das doenças de longa duração ou incuráveis, como o diabetes. Essas doenças apresentam etiologia, muitas vezes, desconhecida e associada a fatores relacionados ao estilo de vida, configuram-se hoje um grave problema de saúde, uma vez que afetam todos os aspectos da vida da pessoa. O avanço do diabetes mellitus vem colocando em cheque o atual modelo de atenção à saúde, centrado numa perspectiva biomédica. Assim, buscou-se a compreensão dos sentidos por meio das práticas discursivas, a luz do construcionismo, utilizando a entrevista narrativa como meio de construção desse conhecimento. As pessoas que colaboraram com o estudo estavam sendo assistidas em um Hospital Universitário vinculado ao Sistema Único de Saúde, quando foram convidadas a participar da pesquisa por meio da indicação médica, após análise dos prontuários. A análise das práticas discursivas privilegiou a fala da pessoa com diabetes na descrição e explicação daquilo que é normal/patológico, a partir da compreensão de que o processo saúde/doença é um fenômeno biopsicossocial historicamente construído e não apenas uma questão biomédica. Possibilitou a identificação, nas

falas das pessoas com diabetes, da presença do discurso médico científico como uma importante esfera geradora de sentidos, mas não como o único domínio de saber. Nesse estudo, identificou-se que as ações da pessoa com diabetes, nas suas relações sociais e consigo própria, estão norteadas pelos sentidos produzidos, enquanto ser no mundo com diabetes, considerando os sentimentos, crenças, desejos e motivações presentes nessas ações. A vivência com o diabetes sugere a produção de sentidos ambivalentes nas pessoas entrevistadas. Ao mesmo tempo em que acreditam na doença, bem como nas explicações médicas acerca da etiologia e do tratamento, esforçando-se no cumprimento das recomendações terapêuticas, essas pessoas também tecem suas próprias explicações acerca do diabetes. Essas explicações, embasadas em crenças e valores construídos na interação social, além das próprias sensações corporais da pessoa com diabetes, levam-na a desconfiar do próprio diagnóstico médico. Nesses momentos identificamos um outro tipo de postura, na qual a pessoa rompe com o controle que lhe é imposto pela doença e tratamento e passa a agir com maior liberdade em relação à sua vida, à alimentação, à medicalização, etc. No entanto, notamos que nesse agir se interrompe a dieta e o uso de medicamentos, o que pode desencadear crises agudas e o aparecimento das complicações da doença. A falta de perspectiva de cura que acompanha a vivência da pessoa com uma doença crônica é outra esfera importante geradora de sentidos. Diante da cronicidade surge nas falas de nossos colaboradores a invocação da fé religiosa, como uma fonte de apóio e alívio do sofrimento. Identificamos que a aproximação com a religião favorece os sentimentos de esperança em relação à cura, contrapondo-se com aquilo que está posto pela ciência. Em contra partida, identificamos em outros momentos que a fé na cura é depositada também no poder do conhecimento científico. Além disso, referem-se à saúde como sinônimo de uma vida normal, sem a presença da doença e seus sintomas, enquanto a doença é sinônimo de vida patológica, na qual se convive com os sintomas, que impõem limites, gerando sofrimento. Esses sentidos levam as pessoas com diabetes a estabelecerem entre sua vida “normal” e a “patológica” relações que se associam às suas experiências de vida e ao bem-estar psicossocial sentido nas relações cotidianas. O mau funcionamento dos órgãos é relegado a um outro plano, no qual essas pessoas não detêm o controle ou saber. Dessa forma, pudemos entender como esses sentidos produzidos repercutem na maneira como essas pessoas enfrentam as situações de vida (no trabalho, na família, no lazer) diante da doença, incluindo tanto a aderência ao tratamento médico, como a sua forma de se perceber enquanto uma pessoa com uma doença crônica. Essa compreensão, de certo, poderá contribuir com a criação de novos subsídios para o planejamento de ações de saúde voltadas para a assistência integral à pessoa com diabetes, que levem em conta as dimensões psicossociais do ser.

**Palavras-chaves:** sentidos, saúde e doença, diabetes mellitus, práticas discursivas, construcionismo

**Atividade: A atuação do Psicólogo na equipe interdisciplinar do Serviço de Referência em Triagem Neonatal – APAE/Salvador: um estudo de caso (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** A atuação do Psicólogo na equipe interdisciplinar do Serviço de Referência em Triagem Neonatal - APAE/Salvador: um estudo de caso

**Autor(es):** Isabella Regina Gomes de Queiroz, Lusirose Lima da Silveira

**Resumo:** Até 2001, a portaria em vigor para o Programa de Triagem Neonatal, (portaria GM/MS nº 22, de 15 de Janeiro de 1992), preconizava a avaliação de todos recém-nascidos vivos e fazia a testagem para fenilcetonúria e hipotireoidismo congênito. A portaria nº 822 / junho de 2001 instituiu o Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN) e incluiu novas doenças na triagem neonatal, passando a diagnosticar, além da fenilcetonúria e do hipotireoidismo congênito, a fibrose cística, a anemia falciforme e outras hemoglobinopatias. Além disso, o PNTN estabeleceu que todos os pacientes triados e confirmados teriam que, obrigatoriamente, ser atendidos por uma equipe multidisciplinar do Serviço de Referência em Triagem neonatal (SRTN). No Manual de Normas Técnicas e Rotinas Operacionais do PNTN (2002), é estabelecido, dentre outros procedimentos, o acompanhamento multidisciplinar especializado além de delimitar as

responsabilidades de cada membro da equipe. Ao psicólogo coube o “apoio psicoterapêutico global individual e familiar, além de realizar testes psicométricos (regulares a cada paciente)”. As crianças triadas com hipotireoidismo e/ou fenilcetonúria, submetidas precocemente ao tratamento adequado, não desenvolverão retardo mental, nem outras sintomatologias. Nas hemoglobinopatias, o tratamento precoce melhorará o prognóstico, mas disso depende a adesão ao tratamento. Os achados clínicos dessas patologias só aparecem na medida em que a disfunção gerada pelo erro inato de metabolismo começa a produzir efeitos. Assim, a notícia de uma doença genética é dada a pais que não suspeitam de anormalidades em seus filhos. A elaboração do protocolo e a fundamentação teórica da abordagem psicológica ficaram a cargo do psicólogo de cada serviço. O objetivo geral do trabalho é relatar a abordagem do psicólogo no Serviço de Referência em Triagem Neonatal (SRTN) APAE/Salvador, enfocando a importância da base teórica adotada nas intervenções dos casos triados por esse serviço. Destacamos como objetivos específicos: descrever, em linhas gerais, o SRTN APAE/Salvador; apresentar a formatação do atendimento psicológico e a base teórica que fundamenta essa ação no SRTN APAE/Salvador; revelar a importância da escuta relativa às significações tecidas na tela simbólica dos pais, a partir das informações fornecidas pelos profissionais envolvidos no serviço de triagem. Adotamos como metodologia o estudo de dois casos: o primeiro com diagnóstico de anemia falciforme e o segundo com diagnóstico de hipotireoidismo congênito. No primeiro, caso A, os aspectos emocionais são indicados como elementos agravantes nas manifestações somáticas do bebê, apresentando um melhor prognóstico depois de restabelecido o sistema mãe/bebê, mãe/pai/bebê. No segundo, caso B, demonstramos como as questões relativas ao desenvolvimento infantil ficam afetadas pelas significações dadas tecidas pelos pais, a partir do diagnóstico de hipotireoidismo, graças ao receio de deficiência mental e outras construções fantasmáticas, parte da pré-história do bebê. Concluímos que: a atuação do psicólogo no SRTN favorece a tecitura mais adequada de sentidos à medida que intervém na tela simbólica dos pais, tecida a partir dos ditos médicos e dos fantasmas das figuras parentais, apontando que é de importância fundamental a intervenção no sistema mãe/bebê e mãe/pai/bebê. O equilíbrio desse sistema contribui, como demonstra o primeiro caso, para a boa adesão ao tratamento e, como demonstra o segundo caso, para o bom desenvolvimento infantil, dado que as significações não cuidadas, aqui relatadas, favorecem o surgimento de efeitos secundários aos quadros, trazendo repercussão na avaliação dos dados psicométricos, valiosos no balizamento do tratamento, dado que essas manifestações secundárias agravam a evolução clínica quando a deficiência mental está em jogo. Mostramos como se configura, na prática da triagem, a atuação do psicólogo na equipe do SRTN APAE/Salvador, destacando o aspecto interdisciplinar do nosso serviço, revelando que na nossa experiência cotidiana, a importância dada ao olhar sobre o organismo, sobre o funcionamento do organismo e ambiência onde esse organismo se estrutura e se desenvolve de maneira integrada é vital para uma boa evolução do quadro. Através desses casos ressaltamos que a atuação do psicólogo não tão somente abrange a esfera familiar, através do já citado apoio à díade mãe-filho ou a díade pai-filho, ou mesmo da tríade mãe-pai-filho por meio da escuta e pontuações psicoprofiláticas mediante a possível ocorrência de situações de agravamento inerentes aos quadros, como também assume o papel de auxílio e de esclarecimento para a equipe de atendimento no tratamento das crianças. Essas significações possuem uma dimensão que extrapola a ação direta do serviço, por se tratar de um programa de amplitude populacional.

**Palavras-chaves:** Triagem Neonatal, sistema mãe/bebê, Desenvolvimento infantil, Ministério da Saúde

**Atividade: MÉTODOS CONTRACEPTIVOS E PLANEJAMENTO FAMILIAR NA ADOLESCÊNCIA (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: MÉTODOS CONTRACEPTIVOS E PLANEJAMENTO FAMILIAR NA ADOLESCÊNCIA**

**Autor(es):** Caroline Araújo Lemos, Liliane Pereira Braga, Ádala Nayana de Sousa Mata, Camomila Lira Ferreira, Eulalia Maria Chaves Maia

**Resumo:** De certa forma, pode-se dizer que cada vez mais a sociedade tem permitido a atividade sexual entre os jovens. No entanto, proíbe a gravidez precoce, como se a atividade sexual fosse desvinculada a esse fenômeno. A precocidade da atividade sexual acaba por expor a jovem por mais tempo a uma gravidez, sendo necessária que existam políticas públicas que acompanhe tal movimento da juventude, no sentido de orientá-la efetivamente contra uma gravidez não desejada. A tecnologia no campo da contracepção e a assistência no âmbito da saúde reprodutiva e sexual têm avançado ultimamente, todavia, muitas adolescentes ainda engravidam sem terem planejado sua gestação. A gravidez na adolescência é considerada um problema de saúde pública, uma vez que a gestação nessa faixa etária pode acarretar diversos efeitos negativos à saúde da mulher e do bebê, e à inserção da adolescente no mercado de trabalho. Essas conseqüências podem ter sua incidência aumentada diante do aumento do índice de repetição de gravidez ainda na adolescência. Um grupo cada vez maior de adolescentes apresenta uma segunda, terceira ou até quarta gestação durante a adolescência, a maioria sem planejamento. Autores constataram altos percentuais de repetição da gravidez na adolescência (10 a 45%) acontecendo após pequenos intervalos entre as gestações (12-24 meses). A continuação da gravidez entre as adolescentes pode levar à desorganização familiar, abandono escolar, afastamento social e do mercado de trabalho, além das questões emocionais. A gravidez pode resultar do desconhecimento ou uso inadequado dos métodos contraceptivos, ignorância da fisiologia da reprodução e das conseqüências das relações sexuais, utilização de métodos de baixa eficiência, diminuição da capacidade de julgamento devido ao efeito de bebidas alcoólicas e drogas, entre outros. Diante disso, faz-se necessário conhecer a realidade dessas adolescentes que repetem a situação de gravidez ainda na adolescência, com a intenção de refletir sobre a função das Instituições de Saúde sobre a forma de transmissão das informações para as adolescentes, e a capacitação dos profissionais para acolher e atender essa demanda, além de discutir as possíveis causas para a repetição de gravidez na adolescência. Para isso, aplicou-se um questionário semi-estruturado em um estudo preliminar com 25 adolescentes, com idade média de  $17,08 \pm 1,04$  anos, atendidas no ambulatório e nas enfermarias da Maternidade Escola Januário Cicco, Natal/RN. Os resultados mostram que 72% das adolescentes têm união estável ou estão casadas, 72% não freqüentam a escola, apenas 16% trabalham e 64% delas têm renda igual ou menor a um salário mínimo. Tais adolescentes iniciaram a vida sexual, em média, aos  $13,28 \pm 1,34$  anos, apresentaram, em média, 2,36 gravidezes, em um período médio de 1 ano e 2 meses entre o último parto ou aborto e o início da gestação atual, sendo 60% destas não planejadas. Quanto aos métodos contraceptivos, 64% relataram conhecer pelo menos 3 deles, 60% delas declararam ter usado algum método na primeira relação, sendo a camisinha o método mais utilizado (73,3%); e no período anterior à última gestação, 56% das adolescentes afirmaram utilizar algum, sendo a pílula a mais citada (71%). Com relação ao planejamento familiar, 84% delas afirmaram jamais ter realizado e apenas 28% realizaram revisão pós-parto. Dessa forma, percebe-se que há o conhecimento dos métodos e o relato do uso, mas o fato de repetirem a gravidez e o número de gravidezes não planejadas torna evidente a necessidade de um acompanhamento eficaz dessas adolescentes, a fim de verificar como está sendo o uso dos métodos contraceptivos adotados, e de uma assistência multidisciplinar, com o intuito de compreender as expectativas e perspectivas dessas adolescentes, auxiliando-as. Além disso, vislumbra-se a necessidade dos serviços públicos enfatizarem medidas preventivas como prática fundamental para seus profissionais, bem como capacitá-los para o atendimento integral dos adolescentes, considerando as peculiaridades do seu desenvolvimento. Verifica-se, portanto, a necessidade de efetivação de políticas públicas na saúde da adolescente, visando a prevenção da gravidez na adolescência e de suas conseqüências negativas, ao assumir uma prática educativa como um processo sistemático de orientação e reflexão sobre a sexualidade e suas implicações.

**Palavras-chaves:** Gravidez na Adolescência, Repetição, Métodos Contraceptivos, Planejamento Familiar, Psicologia da Saúde

**Atividade:** As representações sobre a Aids no contexto da terceira idade por agentes comunitários de saúde.



## **(Paineis)**

**Trabalho:**As representações sobre a Aids no contexto da terceira idade por agentes comunitários de saúde.

**Autor(es):** Raquel Farias Diniz, Ana Alayde Werba Saldanha, Ludgleydson Fernandes Araújo

**Resumo:** Desde sua primeira identificação, em 1981, a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) vitimou mais de 25 milhões de pessoas, tornando-se uma das mais destrutivas epidemias registradas na história (Unaid, 2005). No ano de 2006, cerca de 2,9 milhões de vidas foram dizimadas pela Aids e, em torno de 4,3 milhões de pessoas contaminaram-se pelo vírus HIV, havendo uma estimativa de que haja 39,5 milhões de pessoas vivendo com esse vírus no mundo (Unaid, 2006). O Ministério da Saúde (2000) determinou que os trabalhadores da área de saúde pública, dentre estes, os Agentes Comunitários de Saúde, deveriam atuar da maneira mais adequada no sentido de promover a reflexão sobre a realidade da epidemia, realizando, assim, um trabalho eficiente de prevenção e assistência aos portadores de DST's (Doenças Sexualmente Transmissíveis) e do HIV/Aids. Este trabalho teve como objetivo conhecer as relações de cuidado prestado ao idoso soropositivo por parte dos agentes comunitários de saúde (ACS) integrados ao Programa de Saúde da Família (PSF), buscando conhecer algumas cognições e representações relacionadas às suas atividades no trabalho. Trata-se de um estudo de campo de cunho quantitativo. Participaram agentes comunitários de saúde, de ambos os sexos, escolhidos de forma não-probabilística, intencional e acidental, que atuam nos municípios de João Pessoa e Campina Grande-PB. A coleta de dados se deu através de um Questionário Semi-Estruturado buscando compreender e caracterizar o trabalho dos ACS, bem como verificar as crenças e atitudes frente a Aids na velhice. Os resultados apontam para a associação das concepções da Aids na velhice a temáticas negativas e concepções associadas a estigmas e preconceitos. Através das concepções da Aids apreendidas, pode-se ter acesso às opiniões, crenças, atitudes, preconceitos, símbolos e imagens. Essas representações ultrapassaram o aspecto biológico e atingiram os elementos psicossociais verificados através do preconceito, da segregação e do estigma, aspectos que também estão imbricados na construção sócio-histórica e psicológica da Aids. Espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para a formulação de estratégias na implementação de políticas públicas de educação e promoção em saúde para os ACS's, de modo a fornecer embasamento para os gestores em saúde, com intuito de minimizar o impacto psicossocial da Aids. Conforme observado, há desafios e contradições ao se lutar contra a Aids na velhice, principalmente ao se tratar da sexualidade nesta faixa etária. Não basta proporcionar os instrumentos adequados para uma vida sexual ativa na velhice, tais como medicamentos que melhorem a capacidade e aumentem atividade sexual, mas também a necessidade de campanhas permanentes direcionadas a essa faixa etária, que mencionem os riscos e perigos relativos a se fazer sexo desprotegido.

**Palavras-chaves:** aids, velhice, aspectos psicossociais, agentes comunitários de saúde

**Atividade: Como transformar um homem em carrapato: relato de experiência de saúde mental na Estratégia Saúde da Família. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Como transformar um homem em carrapato: relato de experiência de saúde mental na Estratégia Saúde da Família.

**Autor(es):** Rosana Carneiro Tavares, Ionara Vieira Moura Rabelo

**Resumo:** A Reforma Psiquiátrica coloca-se como um desafio às ações de saúde mental na atenção básica, pois confronta a lógica do encaminhamento, bem como reafirma a comunidade como o locus para o atendimento aos transtornos mentais. É a partir desta lógica que os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) se propõem a trabalhar em conjunto com as equipes de

atenção à saúde da família através da proposta de apoio matricial. O apoio matricial é uma estratégia que busca conhecer e interagir com as equipes de atenção básica em seu território; busca estabelecer iniciativas conjuntas de levantamento de dados relevantes sobre as demandas em saúde mental no território; atender conjuntamente situações complexas, realizar visitas domiciliares acompanhadas da equipe e atender casos complexos em conjunto. É importante ressaltar que tais estratégias confrontam o modelo manicomial, pois rompe com a lógica da especialização, e, portanto, amplia para fora do hospital psiquiátrico todas as estratégias de atenção em saúde mental. A partir destas considerações, coloca-se a relevância deste trabalho que propõe relatar uma experiência realizada no município de Goiânia, no decorrer do ano de 2006, entre a equipe de um CAPS II e duas equipes de saúde da família. Este trabalho iniciou-se a partir de um levantamento realizado, pela equipe, de mulheres atendidas nesta comunidade que faziam uso continuado de ansiolíticos. A proposta de busca apenas por mulheres ocorreu em função de estudos que indicam uma prevalência de pessoas do sexo feminino como sendo o público que mais faz uso abusivo de ansiolíticos. A equipe de saúde da família fez uma busca nos prontuários para localizar as prescrições de ansiolíticos a essas mulheres e, a partir deste levantamento, os agentes de saúde fizeram visitas domiciliares, para conhecer melhor o motivo do uso continuado deste tipo de medicação. Os agentes de saúde da equipe doze encontraram vinte e sete mulheres com este perfil, enquanto que a equipe treze localizou vinte e seis mulheres em uso contínuo. A equipe do CAPS era composta por duas psicólogas que discutiram todos os casos levantados em conjunto com os agentes de saúde e as enfermeiras das equipes. Percebeu-se um imaginário, inclusive por parte dos agentes, de que o uso contínuo do ansiolítico era justificado porque as mulheres “não conseguiam dormir”. Durante duas reuniões com os agentes começou-se a resignificar o sintoma, até então desconectado da realidade, passando a perceber relações de poder e gênero como geradoras de sofrimento. A partir de então, planejou-se com as equipes de saúde da família, encontros semanais com as mulheres que se mostraram dispostas a participar de um grupo de mulheres para discutir este sofrimento. Foi acordado também que os encontros seriam de uma hora e meia com as mulheres, ficando responsáveis por coordenar este grupo a equipe do CAPS, juntamente com as enfermeiras e duas agentes de saúde. Após o grupo de mulheres, fazia-se uma reunião com todos os agentes, para discutir o que foi trabalhado e planejar os próximos encontros. Ao todo, foram realizados dez encontros com diferentes dinâmicas de grupo, com o objetivo de problematizar o papel de mulher em conjunto com o significado do remédio na construção desta identidade. Foram atendidas dez mulheres e constatou-se que o grupo ajudou estas mulheres a entender seu sofrimento para além do sintoma, o uso racional, bem como a retirada da medicação, foram discutidos com a equipe do CAPS o que resultou na retirada total do ansiolítico em dois casos, em três casos houve a necessidade de indicação de antidepressivos e estabilizador do humor com retirada do ansiolítico. Duas mulheres que foram ao grupo em busca do medicamento puderam compreender o porquê desta busca e conseguiram se manter sem o uso da medicação. Discute-se a dificuldade de continuidade no grupo, por parte de quatro de mulheres, por questões sociais, em função da necessidade de buscar trabalho informal nos horários do grupo, e, portanto, tiveram que abandonar o atendimento. Discutem-se as interfaces gênero e sofrimento psíquico na atenção em saúde mental na comunidade.

**Palavras-chaves:** Saúde Mental, Estratégias de Saúde da Família, Gênero

**Atividade: REAL OU VIRTUAL?  
(Paineis)**

**Trabalho:** UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO DA INTERNET COM A ANSIEDADE SOCIAL.

**Autor(es):** Karina Torres Alucio, Rodrigo Freitas Monte Bispo, Marcia Torres Prado Mello, Bárbara Maria de Oliveira Porto, Cláudio dos Santos

**Resumo:** A Internet é um avanço tecnológico que vem tendo adesão nas diversas classes

sociais, estando presente nas universidades, escolas, empresas, casas comerciais, residências, entre outros. Ao tempo que podem ser identificados inúmeros benefícios (informações, entretenimento, serviços, etc), a rede virtual também pode ser associada a danos diversos, como: o uso inadequado de conteúdos, acessos ilimitados, contatos pessoais que podem conduzir a conseqüências imprevisíveis. De acordo com Balone (2003), o uso da internet permite a manipulação do perfil e das páginas desejadas, tornando o meio cibernético mais confortável para as pessoas com desconforto social. Falcone e Figueira (2001) apontam que indivíduos que sofrem de desconforto social têm um elevado nível de exigência (irreal) em relação às próprias condutas sociais; pensam que as outras pessoas também estão esperando deles este comportamento ideal, apresenta-se aí o medo de errar e de receber críticas. Se lembrarmos que alguns indivíduos requerem mais do que outros de um grande esforço interno para enfrentar suas dificuldades pessoais; o meio cibernético pode acabar sendo utilizado como instrumento de invisibilidade social para pessoas que tenham receio da avaliação de seu desempenho.

**OBJETIVO:** O objetivo deste estudo é avaliar a relação do uso da Internet com a ansiedade social; a prevalência entre os gêneros, sua associação com o número de horas dedicadas à rede e o tipo prevalente da ansiedade social apresentada. **MÉTODO:** Foram aplicados 57 questionários (Escala Liebowitz para a ansiedade social) em indivíduos da cidade de Maceió, maiores de 18 anos e com um mínimo de 15 horas semanais de uso da Internet; foi adicionado à pesquisa um cabeçalho para o levantamento das circunstâncias pelas quais ocorre essa conexão com o mundo virtual. **RESULTADOS:** 77% dos entrevistados apresentaram desconforto social, sendo 49% correspondente a um grau significativo de desconforto social e 28% a um alto grau de desconforto social. Com um baixo desconforto social atingindo escores mínimos estão 22% dos sujeitos entrevistados. Quanto aos gêneros, 81% dos que alcançaram significativo e alto desconforto social são do gênero masculino, e 67% deste mesmo grupo são do gênero feminino. 34 horas por semana é a média de uso da Internet para os que correspondem aos escores de grau significativo e alto desconforto social, aqueles que apresentam baixo grau de desconforto social fazem uso médio de 37 horas semanais na rede. A ansiedade do tipo: desempenho atingiu um escore médio de 27 pontos nos grupos com graus alto e significativo de desconforto social. A ansiedade do tipo: habilidade social atingiu em média 25 pontos para o mesmo grupo.

**CONCLUSÃO:** Usuários de Internet com idade superior a 18 anos apresentam em sua maior parte, desde graus significativos de desconforto social até níveis patológicos; há elevado desconforto social principalmente no gênero masculino. O tempo de uso da Internet não apresentou significância ao serem comparados os grupos de baixa ansiedade social com os de graus significativo e alta ansiedade social. É predominante o tipo de ansiedade de desempenho.

**Palavras-chaves:** Ansiedade social, Desempenho, Escala de Liebowitz, Internet

**Atividade: O ESTRESSE PSICOLÓGICO E IMUNOLÓGICO DOS ACADÊMICOS DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: O ESTRESSE PSICOLÓGICO E IMUNOLÓGICO DOS ACADÊMICOS DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**

**Autor(es):** Marilise Katsurayama, Maria Alice Becker, Nathália Matos Gomes, Maria Cristina dos Santos, Fabiano Hiromichi Makimoto, Linda Luciana Oliveira Santana

**Resumo:** Estudos sugerem que o curso médico freqüentemente exerce efeitos negativos no desempenho acadêmico, na saúde e no bem-estar psicossocial do estudante. Sendo assim, é importante considerar os aspectos culturais e sociais aos quais os sujeitos estão submetidos, pois em suas sociedades, eles tentam atingir metas definidas, níveis de prestígio e padrões de comportamento que o grupo cultural impõe e espera de seus integrantes, de maneira que uma frustração na realização desses aspectos pode desencadear o estresse. Tendo em vista o

despreparo do aluno de Medicina manauense e não-manauense, ou seja, acadêmicos com e sem apoio e presença das redes familiar, social e afetiva, para lidar com as situações estressantes e que isso pode influenciar na sua vida pessoal e acadêmica, este trabalho torna-se útil para o aprofundamento deste tema, podendo ser de grande utilidade para a melhoria do desenvolvimento acadêmico desses estudantes, e ainda servir de base para futuras pesquisas.

**Objetivos:** Determinar a fase (Alerta, Resistência, Quase-Exaustão e Exaustão), o sintoma (Físicos ou Psicológicos) e a época (Início ou fim do período letivo) predominantes do estresse tanto em acadêmicos manauenses quanto no não-manauenses comparando com as dosagens de anticorpos, o pH e fluxo salivar. **Materiais e Métodos:** O trabalho foi realizado em acadêmicos homens do curso de Medicina da Universidade Federal do Amazonas, 64 alunos de diferentes períodos na primeira coleta e 51 alunos na segunda e última coleta de dados. Foi utilizado como instrumento nesta pesquisa o Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp (ISSL, 2000) para identificamos a sintomatologia que o estudante apresenta, avaliando se este possui sintomas de estresse, o tipo de sintoma existente (se somático ou psicológico) e a fase em que se encontra. **Resultados e Conclusão:** Os estudantes que participaram nos dois momentos desse estudo são, na maioria: manauaras (57,9%), solteiros (97,4%), sem filhos (89,5%), do terceiro ao nono período acadêmico, e com média de idade igual a  $21,4 \pm 2,06$  anos. Com relação ao ISSL os resultados finais foram os seguintes: no início do período 40,6% encontravam-se com estresse e no final do período letivo 41,2% encontravam-se estressados. Dos estudantes que encontravam-se com estresse houve uma predominância na Fase de Resistência, o que revela estar o estudante utilizando sua energia adaptativa de reserva na tentativa de reequilíbrio, podendo o organismo se enfraquecer ou tornar vulnerável a doenças. Como demonstra as comparações entre os mesmos indivíduos que participaram das duas coletas, dentre os 38, houve uma evolução das fases em 11 estudantes, 5 tiveram o escore de sua fase inicial aumentado, 1 mudou para uma fase mais avançada do estresse e 5 passaram de um momento sem estresse (primeira coleta) para um momento com estresse (segunda coleta). Dentre os acadêmicos estressados a maioria apresentou sintomas psicológicos nos dois momentos, o que significa que nossa amostra é composta em sua maioria por pessoas mais vulneráveis nessa área. Os resultados imunológicos revelaram um maior número de indivíduos com pH entre 7 e 8 e fluxo em torno de 400 e IgA aumentada no período de provas finais, se considerarmos que o estresse crônico causa imunodepressão, houveram resultados contraditórios, ou seja, a concentração desta classe de anticorpo aumentou, durante o período de provas finais quando comparados com o período após as férias. Através dos resultados pudemos fazer uma comparação entre o estresse presente/ausente em estudantes manauenses e não-manauenses: pôde-se observar uma maior incidência de estresse nos estudantes oriundos de outros estados, e uma menor incidência nos estudantes da cidade de Manaus no início do período letivo, logo após as férias, os quais em sua maioria moram com a família. Neste caso alguns fatores podem estar colaborando para que essa situação esteja ocorrendo, como o fato de os acadêmicos não-manauenses não terem um suporte afetivo e social satisfatório, estando mais suscetíveis para as disfunções físicas e/ou psicológicas. No entanto, os resultados do final do período letivo mostram haver uma maior incidência de estresse nos acadêmicos manauenses do que nos não-manauenses, o que nos faz pensar numa provável expectativa e/ou ansiedade para o início das férias e o eminente encontro com os familiares destes últimos. Contudo, a educação médica é uma experiência estressante, podendo ter um forte impacto em uma população jovem, como a desta pesquisa, o que leva a formação de profissionais com características contrárias às pretendidas e indesejáveis ao paciente: um médico desatencioso, exausto, sem paciência e frio. Os estudantes de medicina “sobrevivem” aos estressores. No entanto, é necessário reconhecer que eles existem e que podem prejudicar o funcionamento psicossocial do aluno, bem como de seu futuro desempenho profissional. Neste sentido, torna-se importante o desenvolvimento de serviços de assistência psicológica aos estudantes de medicina, o oferecimento de programas de desenvolvimento de habilidades para lidar com os estressores, dando uma maior atenção à saúde de pessoas que no futuro cuidarão da saúde da sociedade.

**Palavras-chaves:** Estresse,estudantes de Medicina,Universidade Federal do Amazonas

**Atividade: A comunicação criança – equipe – família em psicologia pediátrica (Mesas Redondas)**

## **Trabalho:**A CAPACITAÇÃO DO MÉDICO PARA ENFRENTAR SITUAÇÕES DIFÍCEIS: A COMUNICAÇÃO DE MÁS NOTÍCIAS À CRIANÇA

**Autor(es):** MAria Aparecida Crepaldi

**Resumo:** Apesar de a morte ser uma constante no trabalho do médico, esse tema parece excluído dos currículos de Medicina, o que acaba ocasionando uma abordagem inadequada e faz com que o tratamento dos pacientes sem expectativa de cura seja, na maior parte das vezes, sofrido sem necessidade, tanto para o doente como para o médico. Segundo alguns autores, na graduação, há uma ênfase deficitária e inadequada nos aspectos psicológicos, especialmente os relacionados com sofrimento e morte, o que talvez não seja por mero acaso mas uma forma de preparar o aluno a lidar com essa problemática através do mecanismo de negação. Entretanto, o movimento de humanização na saúde impulsionou pesquisas sobre a inclusão de assuntos polêmicos nos currículos, assim como, de estratégias para capacitar futuros profissionais a lidar com aspectos relacionados com a morte. Tendo em vista a necessidade de criar estratégias que possibilitem ao futuro médico enfrentar situações difíceis, quando as decisões a serem tomadas envolvem aspectos que não se restringem ao técnico - científico, mas adentram no campo da ética, da moral e da subjetividade, foi aplicado um questionário-semi estruturado, aos médicos de um hospital-escola, que atendiam crianças, para investigar o que era considerado uma má notícia para a criança, as formas de comunicá-la e as condições de capacitação que esses profissionais tiveram durante a formação. As perguntas abertas foram categorizadas, calcularam-se as frequências, porcentagens, e, foi dado tratamento estatístico aos grupos. Os resultados mostraram que 58 médicos responderam, isto é, houve retorno de 66% dos questionários. A maioria considerou que, para a criança, a má notícia está relacionada com possíveis perdas na qualidade de vida, e que esta tem direito às informações. Poucos relacionaram a má notícia à possibilidade de morte, mas os mais velhos incluíram na definição os procedimentos invasivos. 70% da amostra já havia enfrentado esta situação. Houve divergências em relação à quantidade de informação que deve ser disponibilizada. Os médicos mais jovens contariam tudo enquanto que os mais velhos disponibilizariam apenas parte da informação. Nenhum profissional comunicaria a má notícia à criança sem o consentimento dos pais. Com relação à capacitação houve diferenças significativas: os médicos mais velhos relataram ter aprendido imitando médicos mais graduados. Os outros relataram ter tido discussões a respeito no curso, mas pouco treinamento específico sem uma preocupação explícita de criar condições facilitadoras de aprendizagem. Frente a esse quadro discute-se a necessidade de contemplar no currículo médico, conhecimentos específicos sobre o desenvolvimento infantil, especialmente a compreensão dos processos relacionados com saúde e doença, assim como, a possibilidade de utilizar técnicas psicodramáticas e role-playing para melhor preparar tais profissionais.

**Palavras-chaves:** Comunicação, Relação médico-paciente, Educação Médica, Criança Hospitalizada

**Trabalho:**A comunicação criança – equipe – família em psicologia pediátrica

**Autor(es):** Gimol Benzaquen Perosa

**Resumo:** Esta Mesa Redonda integra pesquisadores pertencentes ao Grupo de Trabalho da ANPEPP denominado Pesquisa em Psicologia Pediátrica. São psicólogos e professores universitários preocupados com a qualificação dos profissionais de saúde para a humanização do atendimento de crianças e adolescentes e suas famílias, quando do surgimento de uma doença que necessita de hospitalização. No ano de 2006 os pesquisadores deste grupo publicaram um livro, pela editora Casa do Psicólogo, que integra trabalhos de pesquisa e intervenção denominado Temas em Psicologia Pediátrica e que reúne trabalhos na área. A Psicologia Pediátrica trata de um campo de aplicação do saber psicológico à área de saúde da criança, especialmente vinculada ao atendimento da criança e sua família no âmbito hospitalar. Nesse contexto, emergem temas relevantes no tocante aos aspectos psicológicos do paciente pediátrico, de diferentes faixas etárias, que se encontram em enfermarias, unidades de tratamento intensivo, emergências e ambulatórios médicos ou odontológicos especializados. O psicólogo torna-se parceiro indispensável de outros profissionais de saúde, a fim de compor a

equipe de profissionais que devem estar compromissados com o atendimento de qualidade do paciente e sua família, tanto do ponto de vista técnico especializado, quanto ético profissional, promovendo padrões de relacionamento interpessoal adaptados entre paciente, família e equipe de saúde. Nesta Mesa três pesquisadoras tratarão da comunicação entre crianças e adolescentes e equipe de saúde. A criança no contexto hospitalar exige competências específicas do psicólogo, a fim de atender às demandas de promoção, prevenção e tratamento de saúde. Essas atividades são contextualizadas pelas tarefas desenvolvimentais inerentes ao ciclo vital da criança e pelo ecossistema que se forma com os familiares e profissionais presentes no hospital. O psicólogo deve transcender ao modelo clínico individual, em direção a uma atuação que englobe não só o indivíduo, mas também contexto social que se estrutura de modo dinâmico nas experiências que a criança vai tendo frente a condições de alto risco, da doença crônica, do tratamento e da hospitalização. Este é o contexto ao qual pertence a Mesa que aqui apresentamos. Tratará do debate sobre tema da comunicação entre criança-equipe de saúde- família, por ocasião de uma doença crônica grave. Reúne um conjunto de resultados de estudos desenvolvidos por pesquisadores pertencentes ao referido GT, e seus colaboradores. A pesquisadora Gimol Peroza apresentará o tema da dificuldade do médico em comunicar más notícias e trará resultados de pesquisas que tratam das diferenças entre médicos jovens e aqueles que são mais experientes, no processo de comunicação com a criança e a família. A pesquisadora Letícia Gabarra apresentará o tema da comunicação do diagnóstico pela vertente da visão da criança, ou seja, de como esta se processa, e apresentará resultados de pesquisa que referem-se a importância da participação da família como veículo de transmissão da informação para compreensão da doença e adesão ao tratamento. Por fim a pesquisadora Maria Aparecida Crepaldi trará para esta Mesa o debate sobre a formação do médico para comunicar más notícias, como os diagnósticos difíceis, além das estratégias utilizadas e crenças e opiniões dos mesmos sobre a compreensão que a criança tem sobre sua condição. Assim sendo, a Mesa abordará o tema da comunicação no contexto hospitalar direcionado a crianças e adolescentes e suas famílias, tema bastante discutido na atualidade no contexto da psicologia pediátrica, com vistas a instrumentar a intervenção psicológica no contexto hospitalar pediátrico. Esta Mesa abordará também o planejamento de atividades práticas que possam, pautadas na atividade científica, promover a saúde e o desenvolvimento da criança doente e hospitalizada.

**Palavras-chaves:** comunicação médico-criança-família,doença crônica,educação médica,criança

**Trabalho:**A COMUNICAÇÃO MÉDICO-PACIENTE NO CONTEXTO HOSPITALAR PEDIÁTRICO

**Autor(es):** MAria Aparecida Crepaldi

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo investigar a comunicação de más notícias por médicos de um hospital infantil de médio porte, que atende patologias da infância e adolescência, para crianças e adolescentes, acometidos por doenças crônicas graves. Más notícias são aquelas que alteram drástica e negativamente a perspectiva do paciente em relação ao seu futuro. Por um lado, os médicos não querem interferir na esperança do paciente temem a reação dele e de seus familiares e apresenta dificuldade em lidar com os efeitos emocionais que esta situação costuma gerar. No que se refere a formação acadêmica, os profissionais consideram-na inadequada, pois o ensino não privilegia o preparo do médico na comunicação de más notícias, como em caso de morte. O problema da comunicação torna-se ainda mais delicado quando o profissional precisa comunicar más notícias a uma criança ou adolescente. Além das dificuldades relacionadas ao próprio desempenho do papel profissional, existem questões éticas e legais que perpassam este tema.. Contudo é preciso revelar a verdade levando em consideração a sensibilidade com o que é comunicado, o apoio ao paciente e assistência no processo de decisão. Dizer a verdade de forma direta e incondicional, sem conhecer se o paciente está preparado para recebê-la, pode ser tão nocivo para ele quanto não ser informado de seu problema, logo a simples substituição de uma prática pela outra não resolve a questão. Na pediatria a comunicação de más notícias torna-se difícil de ser consensual, uma vez que transmitir o diagnóstico à criança ou adolescente associa-se a aspectos éticos, jurídicos e sociais. Muitas vezes, os responsáveis e os médicos têm uma postura de proteção à criança, achando que sabem o que é melhor para ela, mas é

preciso que os profissionais desenvolvam novas posturas para reconhecer os efeitos benéficos de manter a criança ciente de seu diagnóstico e tratamento, uma vez que esta transmissão respeite a particularidade de cada criança, de acordo com seu momento do desenvolvimento, suas possibilidades de apreensão intelectual, suas demandas e seu “tempo”. Neste caso, pode-se inferir que comunicar más notícias passa a ser uma tarefa mais árdua para o médico, já que demanda dele sensibilidade e ética para decidir a melhor forma e momento de informar à criança ou adolescente o diagnóstico ou prognóstico reservado. Considerando os aspectos acima, investigou-se 20 médicos, e o método utilizado incluiu questionários e entrevistas que foram analisados de forma quantitativa (estatística descritiva) como qualitativo (análise de conteúdo temático). Os resultados mostraram que os médicos consideraram que: em sua formação não foram preparados para este tipo de situação; que é importante estabelecer vínculo, comunicar com sinceridade sem tirar a esperança; informam sobre o diagnóstico e o tratamento e não falam sobre a morte. Referem que as crianças menores sabem que estão doentes, aceitam bem a situação de doença e as maiores sabem que vão morrer. Costumam informar primeiro aos pais e de forma dosada. Tais resultados implicam em questões práticas que podem ajudar os psicólogos que na equipe de saúde venham a participar da comunicação de más notícias. Palavras chave: más notícias, relação médico-paciente, criança doente.

**Palavras-chaves:** comunicação, relação-médico paciente, educação médica

**Trabalho:** A COMUNICAÇÃO MÉDICO-PACIENTE-FAMÍLIA NO ADOECIMENTO CRÔNICO INFANTIL

**Autor(es):** Leticia Macedo Gabarra

**Resumo:** A comunicação entre médico e paciente é um dos fatores predominantes na adesão ao tratamento, no caso das doenças crônicas isso é fundamental. Em psicologia pediátrica a comunicação ocorre na tríade: médico-criança-família. A presente pesquisa visou identificar a compreensão de crianças hospitalizadas com doenças crônicas sobre a comunicação da tríade. Participaram do estudo 15 crianças hospitalizadas, com idades entre 5 e 13 anos, com diagnóstico de doenças crônicas diversas. Realizaram-se entrevistas semi-estruturadas, estas foram gravadas e transcritas. Os dados foram analisados conforme a técnica de análise de conteúdo temático. Os resultados apontaram que as crianças sentiram se excluídas mencionando que as comunicações ocorriam entre os adultos. As crianças mais novas referiram maior exclusão das comunicações que incluíram diádes profissionais-família. As crianças pesquisadas identificaram dois tipos de comunicações: as indiretas e as diretas. A comunicação indireta foi referida principalmente pelas crianças pré-escolares, estas relataram conhecer o diagnóstico ao escutarem a conversa entre os adultos. A comunicação direta ocorreu entre a equipe e a criança, e entre a família e a criança; porém estas referiram preferir a conversa intrafamiliar. A dificuldade de compreender o discurso médico foi destacada, salientando que os familiares sabem explicar de forma mais simples. Os escolares souberam identificar dentro da equipe médica, os profissionais que sabiam e aqueles que não sabiam comunicar com as crianças. Apesar das diferenças entre pré- escolares e escolares, foi unânime a indicação da família como a principal fonte de informação sobre o tratamento. Porém, as crianças perceberam a proteção familiar relacionada com a não comunicação sobre a doença, principalmente no caso da doença crônica ser o câncer. As crianças demonstraram desejar mais comunicação dos médicos para com elas. As pré-escolares não souberam descrever o conteúdo que gostariam que fosse comunicado. As escolares apontaram desejar saber mais sobre a medicação, a hospitalização, procedimentos realizados, bem com a etiologia da doença e o prognóstico. O desejo por informação apareceu de forma ambivalente, devido aos sentimentos despertados pelo adoecimento e internação. A ambigüidade sobre falar da doença apareceu nas falas das crianças, que identificavam como positivo conversar sobre o adoecimento, no entanto, salientaram a relevância de escolher a pessoa e o momento para comunicar. A forma de comunicar foi descrita por escolares, com devendo ser gradual e acessível à compreensão das crianças. O desejo pela comunicação eficiente da tríade foi referido, de forma que os pais pudessem esclarecer sobre as informações transmitidas, tornando-as mais claras e acessíveis ao universo infantil. Considera-se que as crianças possuem uma grande capacidade de compreender e perceber sobre o que ocorre com o seu corpo. Os escolares demonstraram ter

mais condições de compreender sobre o adoecimento do que os pré-escolares, havendo um desinvestimento na comunicação dos profissionais com estas crianças. Os adultos, profissionais e familiares, tendem a omitir informações visando proteger as crianças de maiores sofrimentos, contrapondo o desejo delas de saberem mais. O vínculo afetivo mostrou-se fundamental para as comunicações diagnósticas, bem como o envolvimento dos familiares nestes momentos. Os resultados mostraram que a família é fundamental no processo da comunicação infantil, auxiliando na sua compreensão e na adesão ao tratamento. A capacitação dos profissionais de saúde é essencial para melhorar a comunicação da tríade equipe-família-criança, assim como oferecer apoio psicológico para a família e paciente durante todo o adoecimento e/ou hospitalização.

**Palavras-chaves:** comunicação médico-criança-família, doença crônica, relação médico-paciente

**Atividade: Grupos de Apoio a Trabalhadores com ler/dort (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Grupos de apoio a trabalhadores com ler/dort

**Autor(es):** Sonia Regina Pereira Fernandes

**Resumo:** A necessidade de compreender as relações entre trabalho, saúde e adoecimento é um imperativo na atualidade, especialmente frente às possibilidades de intervenção nos contextos de trabalho visando a promoção da saúde dos trabalhadores envolvidos. O trabalho tem contribuído para o adoecimento dos seus trabalhadores, cujas manifestações podem ser observadas através de diversos sintomas e quadros tanto na esfera psíquica quanto física. De forma associada, novas cargas de trabalho geradas pela competitividade organizacional, mudanças tecnológicas, necessidade de busca de novas competências pelos trabalhadores estão associadas a fontes de tensão nos contextos organizacionais. Como decorrência desta realidade, deve-se mencionar a expansão em diversos segmentos de trabalho dos casos de LER/DORT entre trabalhadores, ocasionando afastamentos temporários e/ou definitivos dos ambientes de trabalho. Um conjunto de aspectos, tanto na dimensão teórico-conceitual, no que se refere à delimitação do quadro e diagnóstico, bem como na dimensão da intervenção e itinerário terapêutico, têm sido objeto de preocupação dos profissionais da área. Neste sentido, realiza-se uma experiência, desde 2001 em um Serviço Escola de Psicologia, com o desenvolvimento de grupos de intervenção com trabalhadores com quadros diagnosticados de Ler/Dort. Esta experiência adota a abordagem sócio-psicodramática de J. L. Moreno como suporte teórico-metodológica. Objetivo: proporcionar condições para o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento ao adoecimento e suas conseqüências no cotidiano; estimular a formação de rede de apoio entre os trabalhadores. Participantes: foram realizados sete grupos, envolvendo aproximadamente 70 trabalhadores. Método. As atividades são estruturadas em dois momentos: a) inscrição e triagem; b) desenvolvimento dos grupos em oito encontros, sendo um encontro semanal. As estratégias adotadas na realização de cada encontro, de acordo com a perspectiva moreniana, inclui – aquecimento (inespecífico, específico) desenvolvimento da temática e encerramento. Principais Resultados: o grupo tem sido configurado como um espaço privilegiado de compartilhamento e criação de uma rede de apoio destes trabalhadores. Neste sentido, a identificação e o reconhecimento de situações similares funciona como “ajuda” na medida em que os demais membros do grupo relatam as suas trajetórias e estratégias de enfrentamento ao processo de adoecimento e a busca de itinerário terapêutico, trocando informações e fornecendo “dicas” sobre situações já vivenciadas. São recorrentes nestes grupos, temas como: o diagnóstico; o itinerário terapêutico; o afastamento do trabalho – as perdas e o luto; o significado social da doença; os novos arranjos familiares; as perdas financeiras; os fantasmas da perícia médica; os dilemas sobre o futuro. Geralmente, mesmo após o encerramento dos encontros grupais, os participantes continuam trocando informações ou até fazendo reuniões. Conclusão: a necessidade para quadros desta natureza de intervenções integradas, envolvendo a clínica individual, fisioterapia, psicoterapia e realização de grupos de apoio.

**Palavras-chaves:** Grupo de Apoio, Ler/Dort, Grupo de Intervenção



**Atividade: Crenças relacionadas ao processo de adoecimento e cura em portadoras de câncer do colo do útero submetidas à braquiterapia (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Crenças relacionadas ao processo de adoecimento e cura em portadoras de câncer do colo do útero submetidas à braquiterapia

**Autor(es):** Júnia Costa Vaz de Almeida,Niraldo de Oliveira Santos,Marcos Davi Lemos de Melo,Rosa Carla de Mendonça Melo Lôbo,Mara Cristina Souza de Lucia

**Resumo:** Embora a identificação das doenças malignas tenha ocorrido há algum tempo, foi a partir da descoberta do microscópio que os estudos em relação ao câncer evoluíram efetivamente, com o reconhecimento da célula como representante da função orgânica vital. Conceitualmente o câncer é caracterizado pela desorganização no processo de divisão celular, esta por sua vez, parece ir além do comprometimento orgânico propriamente dito, se estendendo às relações do sujeito com ele próprio e com o meio no qual está inserido. O câncer ainda hoje é uma doença cercada de estigma, a própria descrição deste como “tumor maligno” marca a sua ameaça, no entanto na atualidade a cura é alcançada em muitos casos, devendo ser considerado entre outros aspectos, a precocidade do diagnóstico. Dentre as mais freqüentes neoplasias do aparelho genital feminino, aparece em destaque o câncer do colo uterino. A escolha do procedimento terapêutico se dá a partir da determinação do estágio da doença. A radioterapia tem sua utilização bem ampla em tumores ginecológicos, é um tratamento com ação em uma área específica do corpo que tem como agente terapêutico a radiação ionizante. A braquiterapia é uma modalidade de tratamento radioterápico que emprega fontes radioativas diretamente no tumor, ou seja, leva a uma área determinada, doses mais elevadas de radiação, sendo indicada como complementação terapêutica na maioria dos casos, após um período de radiação externa. Este estudo visou identificar as crenças relacionadas ao processo de adoecimento e cura em portadoras de câncer do colo do útero em tratamento de braquiterapia no Instituto de Radioterapia da Santa Casa de Misericórdia de Maceió, buscando analisar o repertório de informações destas. A amostra foi constituída de vinte e cinco entrevistadas que haviam sido submetidas a, no mínimo, uma aplicação de braquiterapia de alta taxa de dose, sendo este o critério de inclusão. Verificamos que a causalidade externa e a fé religiosa foram atribuições presentes respectivamente acerca do adoecimento e cura, assim como houve a percepção da repercussão das crenças nas atitudes das entrevistadas, no que se refere ao enfrentamento da doença e tratamento. Observamos através dos dados que há relação entre a subjetividade e a atribuição da causa da doença e cura da mesma, sendo esta vinculação estabelecida de acordo com a história de vida do sujeito, assim como do contexto sócio-cultural no qual está inserido. Entendemos que o conhecimento das crenças envolvidas no processo de adoecimento e cura, de acordo com as repercussões destas no enfrentamento da doença e tratamento, pode contribuir para uma ação mais integradora, no que se refere às intervenções da equipe no atendimento as portadoras de câncer do colo uterino em tratamento de braquiterapia.

**Palavras-chaves:** Crenças,Câncer do colo do útero,Braquiterapia

**Atividade: ASPECTOS PSICOSSOMÁTICOS DA HIPERTENSÃO ARTERIAL (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**ASPECTOS PSICOSSOMÁTICOS DA HIPERTENSÃO ARTERIAL

**Autor(es):** Valdirene Alves de Lima,Daniele Fernandes Peixoto,Fabrícyra de Oliveira

Ferro, Louise Santos

**Resumo:** Entende-se Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) como sendo uma condição clínica de natureza multifatorial caracterizada por níveis de pressão arterial (PA) elevados e sustentados. Um indivíduo pode ser considerado hipertenso quando sua PA máxima fica igual ou maior a 14 (14 mmHg). Entretanto, pode-se afirmar que o ideal é manter a PA máxima igual a 12 (120 mmHg) e a pressão arterial mínima igual a 8 (80 mmHg). O sangue é o símbolo da vida, é seu portador material e expressão da individualidade. Cada gota de sangue contém o ser humano como um todo. A doença faz parte da maneira de ser e de viver do indivíduo; representa uma saída possível para os seus conflitos e uma tentativa mal-sucedida de equilíbrio. Dethlefsen e Dahlke (1983, p. 191) colocam que, a pressão sanguínea é a expressão do dinamismo de um ser humano. Ela se constitui a partir das trocas entre o comportamento do sangue fluido e o comportamento das vias sanguíneas enquanto continentes desse fluxo. Ao analisar a pressão sanguínea devemos sempre levar em conta estes componentes antagônicos: por um lado o que flui, o líquido e por outro o limite e as resistências das paredes dos vasos. Se o sangue corresponde ao próprio ser, as paredes dos vasos são os limites o desenvolvimento, a fim de enfrentar a resistência, os obstáculos que impedem seu desenvolvimento. O nível da pressão sanguínea é notadamente influenciado por impulsos agressivos cronicamente inibidos, associados à ansiedade, tensão, hostilidade e ressentimentos. Apesar dos hipertensos terem diferentes tipos de personalidades, há uma característica comum, que é a inabilidade em expressar seus impulsos agressivos, Romano (1994). Pesquisa sobre a Hipertensão Arterial Este trabalho apresenta resultados da pesquisa realizada na comunidade Alto do Zeca, Bebedouro, Maceió – AL, por alunas do curso de Psicologia do Centro de Estudos Superiores de Maceió – CESMAC em parceria com a Universidade Federal de Alagoas. A pesquisa teve o intuito de verificar a existência de aspectos psicológicos na Hipertensão Arterial como fatores desencadeantes de episódios de crise, além de observar os diversos comportamentos dos entrevistados, enfocando os sentimentos presentes em cada situação de crise, de acordo com a conduta do hipertenso. Metodologia A pesquisa de campo foi realizada por meio de questionários, com amostra de 50 pessoas sendo 9 do sexo masculino e 41 do sexo feminino, retiradas de 70 hipertensos cadastrados no projeto PESLUTAN (Projeto de extensão comunitária de saúde coletiva da Universidade Federal de Alagoas). A idade dos entrevistados variou de 32 a 87 anos. Resultados Entre os fatores que contribuem para que a pressão sanguínea se eleve, a raiva foi o sentimento mais freqüente, apresentando 52% dos resultados, como agente influenciador no desencadeamento das crises hipertensivas. A maioria dos entrevistados relatou que em momentos de raiva a pressão se eleva. As preocupações familiares e financeiras ocupam o segundo lugar, com 20%. Na seqüência, as emoções fortes (alegria/tristeza) com 18%; má alimentação, 8% e, por fim, com 2%, a falta de medicamentos. Dos sintomas da Hipertensão os mais observados foram: dor de cabeça, tonturas, alterações do sono (insônia/sonolência), mal-estar (náusea/agonia), nesta ordem. Conclusão Constatamos que o aspecto psicológico de maior incidência em hipertensos é a raiva. Essas pessoas têm dificuldades em expressar impulsos agressivos, criando uma resistência interna. A retenção desses impulsos pode acarretar elevação crônica da pressão sanguínea, representando assim, uma saída para seus conflitos, uma tentativa mal sucedida para obtenção de equilíbrio. A terapêutica médica envolve a participação ativa do paciente, pois estes precisam de mudanças de hábitos comportamentais, necessitando de apoio psicológico. Também se faz necessário o trabalho interprofissional, considerando além de aspectos médicos, os psicológicos, sociais e nutricional.

**Palavras-chaves:** Hipertensão Arterial, Psicossomática, Saúde comunitária

**Atividade: Crenças relacionadas ao processo de adoecimento e cura em pacientes com câncer de próstata: o declínio da masculinidade? (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Crenças relacionadas ao processo de adoecimento e cura em pacientes com câncer de próstata: o declínio da masculinidade?

**Autor(es):** Anamarina de Oliveira Soares, Niraldo de Oliveira Santos, Marcos Davi Lemos de Melo, Júnia Costa Vaz de Almeida, Rosa Carla de Mendonça Melo Lôbo, Mara Cristina Souza de Lucia

**Resumo:** A pesquisa foi realizada com 25 pacientes portadores de câncer de próstata, na Santa Casa de Misericórdia de Maceió (Centro de Oncologia e Instituto de Radioterapia), buscando identificar as crenças relacionadas ao adoecer de câncer de próstata e os tratamentos aos quais os pacientes podem ser submetidos (radioterapia, cirurgia, quimioterapia, observação vigilante). Entendemos que crença é um estado persistente ou um hábito de ação involuntária e não controlável, mas também passível de ser (re)construída. O câncer de próstata é a quarta causa de óbitos por neoplasias no Brasil e a segunda em relação aos homens, ultrapassado apenas pelo câncer de pulmão. Tem-se que a taxa de mortalidade bruta vem aumentando nos últimos anos. A enfermidade câncer, possui uma crença que, provavelmente por muito tempo, continuará permeando os discursos dos sujeitos – seu diagnóstico é referido como uma sentença de morte. Ainda temos que seus tratamentos são longos e com diversos efeitos colaterais. Realizou-se um estudo clínico transversal com participação voluntária e a amostragem constituída por meio de técnica não probabilística (amostragem intencional por conveniência). A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semi-dirigidas com roteiro de questões-estímulos previamente definidos. A análise dos dados ocorreu de forma quantitativa e qualitativa. Foi percebido que as crenças relacionadas ao adoecer, ao tratamento e à cura do câncer de próstata são diversas. Cita-se a negação do diagnóstico (64%); a dificuldade em procurar tratamento por preconceito (que pode ser ligada a alta taxa de mortalidade, visto que o crescimento do tumor em sua maioria ocorre de forma lenta); a passividade na relação paciente-médico; a culpabilização da mulher no adoecer (vê-se nisto algo da constituição da subjetividade masculina, como uma reatualização constante do complexo edípico e o apontamento para a castração simbólica); a cirurgia como tratamento de solução (com a visão de que se pode “extirpar o mal pela raiz”); os diversos tratamentos alternativos (52%), sobretudo a utilização de preparado da babosa com mel (8 citações); e diversas restrições alimentares perante a doença, principalmente a carne de porco (16 citações), crenças bastante arraigadas no ideário popular, como as comidas “carregadas”, que seriam desencadeadoras de processos inflamatórios. Na procura por tratamentos alternativos, já se percebe um maior distanciamento do senso comum. Percebeu-se no discurso dos pacientes o discurso médico, mesmo assim, a grande maioria procurou algo antes de ir procurar a Ciência, a Medicina. A pesquisa também aponta para que pacientes com câncer de próstata têm dificuldades sim em aceitar o diagnóstico, entretanto, acreditam no seu tratamento, tendo nele uma perspectiva curativa ou paliativa. Suas crenças podem ser obstáculos diante da procura por atendimento ou do tratamento. Cabe ao psicólogo hospitalar, identificar as crenças e compreendê-las a partir da dinâmica de cada paciente, como estes lidam com elas e até que ponto são nocivas.

**Palavras-chaves:** câncer de próstata, crenças, psicanálise

**Atividade:** CARACTERÍSTICAS DE GESTANTES QUE REALIZAVAM PRÉ-NATAL EM UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA ZONA OESTE DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (Comunicações Científicas)

**Trabalho:** CARACTERÍSTICAS DE GESTANTES QUE REALIZAVAM PRÉ-NATAL EM UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA ZONA OESTE DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

**Autor(es):** Luiza Azem Camargo, Gabriela Andrade da Silva, Fabiana Cristina Fonseca, Aline

Moreira da Silva Tafner, Lia Matos Viegas, Emma Otta, Vera Sílvia Raad Bussab

**Resumo:** O objetivo da presente pesquisa foi fazer uma caracterização do perfil de gestantes que freqüentavam quatro Unidades Básicas de Saúde (integrantes do SUS) da Zona Oeste da cidade de São Paulo. A nossa amostra foi composta por 54 gestantes. O questionário aplicado envolvia questões sobre o relacionamento das mulheres com seus próprios pais durante a infância (através de escalas Lickert de 5 pontos indicavam sua percepção sobre o quanto receberam de cuidados afetivos, o quanto seus pais se preocupavam com elas e o quanto se sentiram rejeitadas ou abandonadas, na infância); o relacionamento das gestantes com o pai da criança (através de uma escala Lickert de 7 pontos, as respondentes indicavam sua percepção sobre o grau de conflito familiar com o companheiro); percepção de apoio social (medida pela Escala de Apoio Social, validada no Brasil por Griep, Chor, Faerstein e Lopes (2003: Cad. Saúde Pública, 19, 625-634)); e histórico reprodutivo, incluindo perguntas referentes à idade da primeira menstruação, da primeira relação sexual e da primeira gestação. A análise dos dados revelou que a percepção das gestantes de rejeição pelos pais na infância correlacionou-se negativamente com a percepção de apoio nas seguintes dimensões: material ( $r = -0,291$ ;  $p = 0,035$ ), informação ( $r = -0,292$ ;  $p = 0,034$ ), interação positiva ( $r = -0,321$ ;  $p = 0,019$ ) e apoio total ( $r = -0,327$ ;  $p = 0,017$ ). Também foi encontrada uma tendência a correlação negativa na dimensão de apoio emocional ( $r = -0,240$ ;  $p = 0,084$ ). Esses resultados indicaram que as respondentes que percebiam terem sido mais rejeitadas pelos pais durante a infância também percebiam menor apoio social atualmente. Foi encontrada correlação negativa entre a idade do companheiro e o grau de conflito relatado pela gestante ( $r = -0,311$ ;  $p = 0,038$ ), ou seja, quanto mais velho o companheiro, menor o conflito existente entre o casal. A idade da primeira menstruação variou entre 9 e 15 anos ( $12,4 \pm 1,3$ ); a primeira relação sexual ocorreu entre 11 e 32 anos ( $18,3 \pm 4,6$ ); e a primeira gestação entre 13 e 36 anos ( $21,8 \pm 5,4$ ). Foi encontrada correlação positiva entre a idade da mulher na primeira relação sexual e a idade da primeira gestação ( $r = 0,775$ ;  $p < 0,001$ ), indicando que quanto mais cedo as mulheres iniciaram a vida sexual, mais cedo engravidaram pela primeira vez. Os resultados da presente pesquisa serão utilizados como parâmetro para análises subseqüentes de uma pesquisa longitudinal, que acompanhará as mulheres desde o último trimestre de gestação até os três anos de idade do bebê, objetivando estabelecer a relação entre as variáveis apresentadas no presente estudo e a incidência de depressão pós-parto, que será avaliada no terceiro mês de vida do bebê.

**Palavras-chaves:** Psicologia Evolucionista, Gestantes, Apoio Social

**Atividade:** CARACTERIZAÇÃO DA CLIENTELA ATENDIDA NO PAVILHÃO INFANTO-JUVENIL DE UM HOSPITAL PSIQUIÁTRICO DE TERESINA (PI) NO ANO DE 2006. (Paineis)

**Trabalho:** CARACTERIZAÇÃO DA CLIENTELA ATENDIDA NO PAVILHÃO INFANTO-JUVENIL DE UM HOSPITAL PSIQUIÁTRICO DE TERESINA (PI) NO ANO DE 2006.

**Autor(es):** Ângela Sousa de Carvalho, Danilo Camuri Teixeira Lopes, CLARA MARIA SILVEIRA NOLETO CHAVES, IDIMÁ TELES DE ALMEIDA, Samila Marques Leão, Veronésia Maria de Sena Rosal

**Resumo:** A população infanto-juvenil vem se tornando nos últimos anos alvo de preocupação no cenário atual, segmento que sem dúvida, marca importantes características nos perfis sócio-demográficos e epidemiológicos em todo o país. Os estereótipos relativos ao doente mental consideram que este é adulto. Na infância, estas patologias estão escondidas, remetidas ao silêncio, o que leva a redução da capacidade de tratamento de muitos pacientes. Ao contrário da crença popular, os transtornos mentais e comportamentais são comuns durante a infância e a adolescência, entretanto, tem-se dado insuficiente atenção a essa área da saúde mental. Embora

as cifras de prevalência variem consideravelmente nos estudos, é bastante elevada a taxa de crianças que parecem ter um ou mais problemas mentais. A população de crianças e adolescentes no Brasil foi calculada pelo IBGE, em torno de 60 milhões. Segundo a Organização Mundial de Saúde, no momento, do total de crianças e adolescentes brasileiros, 36 milhões são negligenciados. Baseados em estudos epidemiológicos internacionais pode-se dizer que entre 10 e 20% desta população apresenta sintomas psiquiátricos e necessita tratamento. Estes números certamente aumentam ao levar-se em consideração as graves seqüelas decorrentes da negligência e abandono infantil: distúrbios de personalidade, delinqüência, problemas de aprendizado, depressão, etc. O reconhecimento dessas altas taxas recomenda uma assistência especializada a esses jovens. Para tal, é preciso que se definam, como prioridades, pesquisas sobre a saúde mental desses menores, o desenvolvimento de protocolos de avaliação dos distúrbios psiquiátricos e a atenção médico-psicológica e social para eles dirigida. Os transtornos mentais e comportamentais da infância e da adolescência custam muito caro para a sociedade em termos tanto humanos como financeiros. A carga agregada de doenças gerada por esses transtornos tem grande peso no desenvolvimento de qualquer sociedade. Considerando a importância deste tema, procedeu-se um levantamento das características das crianças atendidas no pavilhão infanto-juvenil de um hospital psiquiátrico no ano 2006 a fim de oferecer subsídios para o planejamento e o desenvolvimento de atividades terapêuticas, tendo em vista que por meio do conhecimento do perfil do doente mental é possível adequar a forma de abordagem e manejo clínico, agregando mais qualidade de vida a este paciente. O desenho do estudo foi baseado em metodologia de pesquisa do tipo quantitativa, desenvolvida por meio de levantamento e análise de dados em amostra de 3.355 pacientes atendidos no Hospital Psiquiátrico Areolino de Abreu, em Teresina – Piauí entre janeiro e dezembro do referido ano. O plano amostral do referido período de tempo objetiva garantir na pesquisa a representatividade socioeconômica, geográfica e demográfica dos pacientes na faixa etária entre 0 e 12 anos, idade que abrange o termo criança. A coleta de dados foi realizada por meio de estudo retrospectivo, com levantamento das informações no prontuário dos pacientes disponíveis na referida instituição. As questões têm por objetivo investigar informações relativas à faixa etária, sexo, grau de escolaridade, situação da moradia, renda familiar, total de moradores no domicílio, problema de saúde referido no ato da internação, tempo de internação e diagnóstico. Os resultados da pesquisa mostram que a maioria dos pacientes é do sexo masculino, com idade próxima dos 12 anos, residente em Teresina, com grau de escolaridade o ensino fundamental, mora com ambos os pais, em geral com mais de quatro pessoas residindo no domicílio, possui renda familiar de menos de um salário mínimo, sem história familiar de doença mental, em tratamento psiquiátrico há mais de um ano, sem assistência psicológica, com repetidas internações, a maioria com diagnóstico de transtornos de conduta e depressão.

**Palavras-chaves:** Hospital Psiquiátrico, Clientela infanto-juvenil, Doença Mental

**Atividade:** Uma proposta de intervenção diante do estresse hospitalar (Paineis)

**Trabalho:** Uma proposta de intervenção diante do estresse hospitalar

**Autor(es):** Daniel Melo Macedo, Lidiane de Oliveira Goes, Maria Nazaré Santos Galindo Martins

**Resumo:** O presente trabalho corresponde à apresentação dos resultados de uma proposta de extensão vinculada ao Programa Integrado de Orientação Materno-Infantil, desenvolvido no período de setembro/2003 a fevereiro/2004. Surgiu a partir do estudo de Martins (2003) acerca da hospitalização infantil e estresse. Ao avaliar os fatores de risco e a frequência de estresse em crianças e mães hospitalizadas, ela constatou índices elevados de estresse nas duas instituições hospitalares. Aqui, o estresse é concebido como “uma reação do organismo diante de situações ou muito difíceis ou muito excitantes, que pode ocorrer em qualquer pessoa, independentemente de idade, raça, sexo, e situação socioeconômica” (LIPP, 2000). Com o objetivo de promover a reflexão acerca da prevenção do estresse hospitalar, este é um projeto de prevenção e de formação de alunos facilitadores de grupos sobre estresse hospitalar, realizado em dois hospitais

da rede pública. Participaram 130 pessoas, divididas em dois grupos: Grupo I - formado por pais e/ ou acompanhantes das crianças hospitalizadas e profissionais da Clínica Pediátrica; Grupo II – formado por estudantes universitários da área de saúde. O Grupo I, teve como objetivo orientar os pais e acompanhantes sobre os riscos do estresse e como preveni-los, enquanto o Grupo II, consistia em um curso de formação para os acadêmicos da área de saúde. A metodologia utilizada no Grupo I consistiu em palestras, o que reforça o caráter informativo e preventivo do trabalho desenvolvido, tendo como tema principal o estresse infantil, enfocando causas, sintomas e formas de manejo, além de outras temáticas. Foram realizados quinze encontros, totalizando 108 (cento e oito participantes). No Grupo II, de formação para estudantes, foram formadas duas turmas. A primeira contou com a participação de 14 (quatorze estudantes) do Curso de Psicologia, enquanto que a segunda com 09 (nove) acadêmicos dos cursos de Educação Física, Psicologia e Serviço Social. Os encontros do Grupo II consistiam de aulas expositivas, discussão de casos, seminários, visitas de identificação dos agentes estressores, finalizando com a produção de relatórios. Este trabalho proporcionou a ampliação de novos conhecimentos tanto para a comunidade que faz uso dos serviços oferecidos pelo hospital-escola, quanto para a formação profissional dos acadêmicos dos cursos da área de saúde, possibilitando a identificação dos agentes estressores presentes na Clínica Pediátrica, UTI, Cardiologia, no Centro de Tratamento de Queimados e no Ambulatório. Assim, proporcionou uma maior conscientização sobre os riscos do estresse, a necessidade de prevenção no ambiente hospitalar, bem como, o aumento do interesse dos acadêmicos pelo tema estresse como objeto de estudo.

**Palavras-chaves:** Estresse,Hospitalização,Prevenção

**Atividade: Corpo-doença-saúde: da fala ao dizer. Vivências de um psicanalista em Hospital Universitário. (Experiências em Debate)**

**Trabalho:**Corpo-doença-saúde: da fala ao dizer. Vivências de um psicanalista em Hospital Universitário.

**Autor(es):** Marione Cortez Pessoa

**Resumo:** Introdução – Como professora da área de Infectologia, convivendo com alunos, docentes, técnicos e pessoas com problemas de saúde, vi-me em situação inusitada: o começo em nova especialidade – a Psicanálise! Interroquei-me o que poderia fazer! Sabia que a presença do psicanalista na instituição hospitalar não era vista com “bons olhos” dentro e fora dos hospitais, inclusive pelos próprios psicanalistas! Mas, iniciei o trabalho com o desafio de reinventar cada situação vivenciada, oferecendo a minha presença para as diversas demandas da instituição. Constatamos a necessidade de “oferecer algo mais” para que pudesse ir além delas e escutar o que as pessoas têm a dizer; o psicanalista na instituição hospitalar encontra espaço privilegiado, pois entra na dimensão do dito e, a partir dos ditos, poderá localizar o dizer do sujeito. Objetivos – oportunizar espaço para a fala não só dos pacientes, mas dos alunos, docentes e técnicos; escutar além do sintoma permitindo uma construção transferencial oferecendo um espaço organizador, terapêutico; oferecer campo de prática para médico-residentes, alunos, não somente do curso médico, mas de outras áreas da saúde; difundir o estudo e a prática da Psicanálise em hospital de ensino; fazer ponte entre a Medicina e Psicanálise. Metodologia – comparecimento às reuniões científicas, visitas a pacientes, apresentação de casos clínicos, atendimento a pacientes internados, a alunos, docentes e técnicos. O atendimento a pacientes internados é realizado na enfermaria, em salas isoladas ou no espaço em que o momento é oportunizado. Nas reuniões, visitas e apresentação de casos clínicos o psicanalista exerce sua função fazendo intervenções, interpretações; no atendimento aos pacientes, a escuta analítica remete o sujeito aos significantes, através do corte, revelando e interferindo no real para que o sujeito resignifique sua vida. Resultados – considerando que a despeito das dificuldades de um percurso novo, desafiador, foi possível abrir espaço para que os pacientes, alunos, técnicos e docentes pudessem falar. Entendemos que a procura espontânea se dá pela presença do analista nos mais diversos espaços da instituição hospitalar. O trabalho constitui-se em um percurso e resultados revelam a importância da inserção da Psicanálise no

hospital possibilitando o lugar da fala. Conclusões – o trabalho analítico em hospital de ensino constitui-se em desafio constante; seus efeitos mostram que podemos construir, reformular e avançar na formalização teórica através da prática diária, numa reinvenção constante, para nos indicar a direção do caminho. O hospital, sobretudo, o de ensino é, por excelência, um espaço para a tentativa de lidar com o sofrimento, com o mal estar que a cultura trás e que a doença orgânica se apresenta tão somente como cortina encobridora do mesmo.

**Palavras-chaves:** Corpo-doença-saúde,psicanalise,hospital

**Atividade: Arte nos hospitais  
(Paineis)**

**Trabalho:**Arte nos hospitais

**Autor(es):** Camila Santana Santos,Natália Vasconcelos de Oliveira,Karine Tavares Dantas

**Resumo:** Arte nos Hospitais Com a hospitalização a vida de uma pessoa sofre intensas transformações e a sua realidade cotidiana muda, principalmente se a internação ocorreu de forma inesperada. Seus vínculos e sua rotina são quebrados; o indivíduo não pode fazer o que tem vontade, mas o que lhe é imposto, pois necessita seguir procedimentos médicos para a realização de um tratamento e suas possibilidades de ação ficam limitadas. Em se tratando de uma criança, imagina-se que a internação em um hospital é ainda mais impactante do que em um adulto. Sendo assim, acreditamos na necessidade de se utilizar técnicas de apoio para investigar as emoções suscitadas a partir dessa nova realidade e possibilitar uma compreensão de si. Nesse sentido, o paciente pode vir a ser um importante elemento que possa auxiliar no tratamento médico. Uma dessas formas é a realização de atividades lúdicas ou artísticas dentro do ambiente hospitalar. Através da inserção da arte no contexto hospitalar, podemos considerar que através do brincar, a criança pode interagir socialmente, expressar-se e desenvolver habilidades motoras, o que pode ajudar no tratamento dentro de um hospital. É na atividade lúdica que a criança mostra considerável parte de sua espontaneidade; podendo simbolizar experiências, desejos, fantasias e ainda elaborar aspectos relacionados ao medo suscitado na situação de internamento. Além disso, o brincar tem a possibilidade de promover uma maior interação da criança com o ambiente hospitalar, que lhe é, inicialmente, considerado estranho e desconhecido. Pode-se ainda apreender que o espaço, onde se desenvolvem as atividades lúdicas, promove uma abertura para o indivíduo atuar segundo o seu tempo e desenvolver as suas potencialidades, respeitando a singularidade de cada um. Dessa forma, o presente trabalho teve por objetivos principais a verificação da forma como as atividades artísticas desenvolvidas no hospital exercem influência no tratamento de crianças hospitalizadas; se a atividade lúdica em que a criança hospitalizada se insere possibilita uma maior compreensão de seu processo terapêutico e se há uma facilitação do tratamento da criança que se encontra no ambiente hospitalar. Por fim, a averiguação da opinião dos responsáveis e da equipe técnica sobre a utilização das atividades artísticas no tratamento e a promoção de efeitos no tratamento da criança. A coleta de dados foi realizada no Hospital Governador João Alves Filho, localizado na cidade de Aracaju, através de entrevistas com sete crianças internadas na faixa etária entre 6 a 12 anos. Foram utilizados ainda questionários semi-abertos para obter os dados com os acompanhantes e a equipe técnica, totalizando vinte e cinco participantes, sendo que quatorze acompanhantes e onze da equipe técnica. Os dados foram coletados em três visitas, e em nelas os pais, a equipe e as crianças foram abordados. A partir da coleta dos dados, percebemos que fatores como descontração, alívio do sofrimento, melhora do relacionamento interpessoal, adaptação ao ambiente hospitalar e aceitação dos procedimentos clínicos apareceram relacionadas às atividades artísticas de forma constante nos diferentes discursos. Portanto, consideramos que as manifestações artísticas nos hospitais humanizam o ambiente e promovem o bem-estar dos pacientes e dos trabalhadores. Como instrumento ou auxiliar terapêutico a arte atua como uma distração e faz emergir nos pacientes outras sensações além da dor e pensamentos relacionados à doença. Esse tipo de trabalho desenvolvido nos hospitais promove a descontração e gera uma oportunidade de enriquecimento cultural para pacientes e para

equipe do hospital, muitos dos quais nunca tiveram acesso a essa forma diferenciada de atuação. Com isso, as atividades artísticas contribuem, principalmente, como uma maneira de o paciente retirar, momentaneamente, sua doença do foco de sua vida e centrar em momentos que não estejam ligados à sua enfermidade. Através de questionamentos, esse trabalho procurou contribuir com a ampliação das práticas de tratamento em pacientes hospitalizados, escapando do modelo médico tradicional de encarar o doente e a doença como duas instâncias desconectadas e tentar mostrar que a arte possibilita aos pacientes internados, nessa vivência temporária no ambiente hospitalar, uma situação menos impactante e dolorosa.

**Palavras-chaves:** atividades artísticas, hospital, internação

**Atividade: O sofrimento psíquico dos profissionais que atuam em Unidades de emergências (Painéis)**

**Trabalho:** O sofrimento psíquico dos profissionais que atuam em Unidades de Emergências

**Autor(es):** Luciana Alves Oliveira Weber

**Resumo:** A relação entre saúde, trabalho e doença se fazem presente no contexto de saúde mental, onde observamos que as condições e organização do trabalho, em Unidades de Emergências, contribuem para o aumento da carga psíquica dos trabalhadores, podendo prejudicar o seu nível de satisfação e dificultar os cuidados à clientela. Assim, objetivo com este estudo, analisar as relações entre organização do trabalho em Unidades de Emergência, e problemas psicológicos, principalmente relacionados às condições de trabalho, ao processo de sobrecarga de trabalho, além de aspectos interpessoais relacionados ao desempenho do profissional ao qual diz respeito a sensibilidade e tolerância, identificando fatores que tem relação na determinação de estratégias defensivas (sofrimento criativo) e estabelecimentos das doenças (sofrimento patogênico). A investigação desenvolveu-se na Unidade de Emergência do Hospital Santa Casa de Misericórdia São Vicente de Paula (Vitória da Conquista - Ba), com profissionais de saúde, durante o período de março a julho do ano de dois mil e seis, com caráter de natureza descritiva, abordagem qualitativa, a qual utilizou entrevistas semi-estruturadas, analisadas segundo referencial teórico da psicopatologia e psicodinâmica do trabalho de DEJOURS. O grupo entrevistado é composto exclusivamente de profissionais do sexo feminino, com faixa etária entre 30 e 50 anos, com predominância da profissão de auxiliar de enfermagem, que possuem uma jornada de trabalho, na sua maioria, de 40 horas semanais, distribuídos nos três turnos (4 diurnos e 3 noturnos), com um tempo de trabalho na instituição em torno de 15 a 30 anos, e tempo de trabalho na Unidade de 0 a 10 anos (4 profissionais), e com mais de 10 anos (3 profissionais). Em relação a outros vínculos empregatícios todos os entrevistados referem não possuir. Observei também que a grande maioria dos profissionais (85,7%) relatou não ter curso específico para atuação na unidade. No que diz respeito às condições do ambiente 71% dos profissionais classificaram a ventilação como insatisfatória. Já em relação ao ruído, 86% dos profissionais como insatisfatório e apenas 14% como satisfatório. Constatou-se ainda que 100% classificou a intensidade do trabalho como intenso. Além da insatisfação com relação à sala de repouso, da falta de atividades de recreação e lazer, de insalubridade e segurança insatisfatória. No que se refere à função desenvolvida na Unidade, observei que 71,2% diz sofrer a interferência na saúde mental através das seguintes categorias relatadas: intensidade do trabalho, tensão/estafa; preocupações, condições insatisfatórias dos materiais e equipamentos, falta de repouso e segurança. Destacaram-se como fatores individuais e/ou coletivos que influenciam na saúde mental: a baixa remuneração, falta de materiais, número insuficiente de profissionais, ausência de preparação específica para atuarem na Unidade, a falta de apoio psicológico, dificuldades no relacionamento interpessoal. Os profissionais estabelecem estratégias que previnem e/ou minimizam a influência desses fatores na saúde mental, destacando-se entre eles o bom humor, bom relacionamento interpessoal, busca de terapia de grupo, religiosidade, embora alguns não utilizem essas estratégias. De acordo aos dados colhidos cheguei a conclusão que os resultados obtidos demonstram a influência de fatores individuais e/ou coletivos na busca de estratégias defensivas contra o sofrimento psíquico, e dentre esses, os que mais se destacaram nas falas dos sujeitos foram a ausência de uma política de



treinamento/capacitação, a remuneração insuficiente, condições de trabalho adequadas, falta de repouso, número deficiente de profissionais. Diante do que foi exposto, percebi realmente a interligação entre os fatores que influenciam a saúde mental dos profissionais e os relatos apresentados por eles, que esses são trabalhadores experientes, com um grande tempo de trabalho na Instituição e no setor, o que, logicamente, propicia uma melhor visão acerca dos problemas da Unidade, ficando claro que “o cuidador também necessita de cuidados”.

**Palavras-chaves:** Saúde, Trabalho, Doença, Mental

**Atividade: O conceito de cidadania nos discursos de usuários e familiares de um Centro de Atenção Psicossocial-CAPS em Campina Grande-PB. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** O conceito de cidadania nos discursos de usuários e familiares de um Centro de Atenção Psicossocial-CAPS em Campina Grande-PB.

**Autor(es):** Livia Sales Cirilo, Pedro de Oliveira Filho

**Resumo:** Historicamente os portadores de doenças mentais tem sido um dos grupos sociais mais excluídos e despossuídos de direitos e cidadania. A prática secular de asilamento desses indivíduos tem concorrido para a enorme segregação, discriminação e preconceito, circunstâncias que têm dificultado imensamente o processo de recuperação e reintegração dos mesmos. No Brasil o movimento denominado Reforma Psiquiátrica iniciou-se na década de 70, em busca de uma reestruturação do atendimento em saúde mental e implantação de uma rede de serviços que tem como principal objetivo o reclame da cidadania do portador de transtorno mental e sua inserção social. Dessa forma surgiram no ideário nacional, a partir da década de 80, novas perspectivas de atendimento em saúde mental, que tem no Centro de Atenção Psicossocial- CAPS, o seu dispositivo principal. Nesse contexto de luta pelo resgate da cidadania do portador de transtorno mental nos deparamos com a problemática: Os Serviços de Saúde Mental têm contribuído para a prática de ações que estimulam o exercício de cidadania? Como os usuários e familiares têm concebido a noção de cidadania? Quais as ações onde o usuário exerce sua cidadania? As elaborações construídas pelos entrevistados reforçam o estigma e estereótipos acerca da doença mental ou caminham a favor de uma concepção antimanicomial? Neste trabalho foi realizado um estudo sobre a concepção dos usuários de um Centro de Atenção Psicossocial- CAPS e seus familiares acerca do conceito de cidadania e seu exercício, com o objetivo de identificar qual a relação entre os discursos dos entrevistados e os pressupostos da Reforma Psiquiátrica. Por acreditar que é possível dar voz a esses tão experientes interlocutores, pelas suas convivências com o transtorno mental e pela importância que tem a transmissão dessas experiências é que decidimos optar pela coleta de um conjunto de discursos e analisá-los na perspectiva de evidenciar conceitos e debater novas questões. Foram entrevistados 15 usuários e 15 familiares, de ambos os sexos, com idade variando entre 20 e 60 anos. O material resultante das entrevistas, gerado a partir de um roteiro de entrevista semi estruturada, foi gravado, transcrito na íntegra e analisado com base nos pressupostos da Psicologia Social Discursiva, que possibilita o estudo da produção de sentidos pela análise das práticas discursivas. Diante dos discursos apresentados pelos entrevistados podemos evidenciar o termo cidadania associado a aquisição de documentos, ao exercício do voto, ao trabalho, a autonomia, a atitudes de respeito perante às pessoas e a conquista de direitos como educação e saúde. Para grande parte dos entrevistados ter registro de nascimento, documento de identidade ou título de eleitor já designa o conceito de cidadania. Para outros foi evidente o discurso de que para ser cidadão precisa apenas votar, reproduzindo a concepção mais difundida pelo meio social. Uma das maiores dificuldades enfrentadas pelo portador de transtorno mental se refere às escassas oportunidades de inserção no mercado de trabalho, perspectiva evidenciada na conceituação de cidadania enquanto oportunidades de emprego, presente em alguns dos discursos. A construção da cidadania a partir da autonomia também foi presente em diversos relatos, o poder de escolha e a contratualidade aparecem como aspectos que favorecem a aquisição da cidadania. Outra parte dos nossos sujeitos elaborou um conceito de cidadania que se baseia em atitudes como tratar bem as pessoas e respeitá-las. Despertaram interesse os

discursos que salientam que ser atendido no CAPS, no posto de saúde, ter uma escola para estudar e outros se constituem como exemplos de exercício de cidadania. Nos discursos dos entrevistados podemos então constatar discursos que demonstram elaborações mais restritas no que se refere ao conceito de cidadania defendido pela Reforma Psiquiátrica, ao mesmo tempo em que evidenciamos em alguns relatos aspectos que podem evoluir até o exercício de cidadania que é almejado por esse movimento. O conceito de cidadania em Saúde Mental deve ir além do conhecimento dos direitos e deveres. Este conceito não é suficiente, posto que os direitos e deveres se apresentam como algo pronto, elaborado, instituído, transformando muitas vezes, o indivíduo num sujeito passivo. Dentro da perspectiva da Reforma Psiquiátrica o conceito de cidadania deve ser entendido a partir de uma perspectiva ética e política, assim cidadão deve ser aquele indivíduo que possui autonomia para decidir sobre si mesmo, em busca de igualdade. De fato o que se espera da Reforma Psiquiátrica não é somente a transferência do portador de transtorno mental para fora da instituição manicomial, confinando-o em casa, aos cuidados de quem puder assisti-lo. Espera-se, numa dimensão mais ampla, o resgate ou estabelecimento de sua cidadania, o respeito à sua singularidade e subjetividade.

**Palavras-chaves:** saúde mental, psicologia social, reforma psiquiátrica, cidadania

**Atividade: O fechamento de um hospital psiquiátrico e a Reforma Psiquiátrica em Campina Grande-PB. (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** O fechamento de um hospital psiquiátrico e a Reforma Psiquiátrica em Campina Grande-PB.

**Autor(es):** Livia Sales Cirilo, Pedro de Oliveira Filho

**Resumo:** O movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira objetiva repensar a doença mental e construir uma nova forma de acolhê-la, o que não significa reformar o local onde forçosamente o transtorno mental habitou durante centenas de anos, mas acima de tudo possibilitar espaços de convivência entre as instituições e a sociedade, extinguindo a transponível fronteira entre a loucura e os ditos normais. No instrumento de avaliação denominado PNASH- Programa Nacional de Avaliação dos Serviços Hospitalares-Psiquiatria, entre as dez piores instituições avaliadas no país, colocadas em processo de intervenção federal, encontrava-se o Instituto Campinense de Neuropsiquiatria e Reabilitação Funcional-ICANERF. O ICANERF não poderia ser remodelado, nem suas práticas, modernizadas. Não era o hospital, no que concerne a estrutura física, recursos humanos, administração, que estava em questionamento, mas o modelo hospitalar excludente e segregador. O processo de intervenção federal foi decretado de acordo com a política de saúde mental do Ministério da Saúde, que tem como diretrizes principais: a redução de leitos de forma gradual e a paralela expansão e consolidação da rede substitutiva. Ao iniciar o processo de intervenção, com o afastamento da direção, uma comissão de reestruturação do hospital, com a presença de técnicos do Ministério da Saúde, da Secretaria Estadual e Municipal de Saúde, dentre estes quatro psicólogas, além de outros colaboradores, iniciou a complexa tarefa de desinstitucionalizar esses pacientes marcados pela perda de identidade e pelos longos anos de internação. Foram encontrados na instituição 176 pacientes, metade deles de Campina Grande e outra metade oriundos de municípios vizinhos. Dentre eles 78 internos apresentavam um tempo de permanência no hospital entre 10 e 20 anos, enquanto apenas 11 pacientes possuíam de 6 a 11 meses de internação. A situação encontrada no Hospital apontava a realização de banhos coletivos, estrutura precária, falta de alimentação adequada, medidas extremas de vigilância dos pacientes, presença de fezes em diversos ambientes, estrutura comprometida, presença de pacientes despidos, ausência de camas, colchões e lençóis, internos com escabiose, piolhos, além de outras sérias irregularidades, anunciando o descaso e a mais completa ausência de humanização. Uma das primeiras medidas técnicas a ser adotada foi conhecer os pacientes, colher dados da história de cada um e identificar possíveis moradores dos Serviços Residenciais Terapêuticos, estabelecendo como prioridade a realização de um trabalho gradativo de reintegração social e resgate das suas história e vínculos pessoais. Foram solicitados ainda exames clínicos para verificar o estado de saúde dos pacientes. Algumas

estratégias foram de suma importância para o desenrolar do processo: a mudança da rotina hospitalar (com a realização de assembleias e reuniões com as famílias, a extinção das grades, a realização de passeios com os internos, as possibilidades de alta...), o fortalecimento dos serviços de saúde mental já existentes (CAPS II e CAPS Ad), a implantação dos Serviços Residenciais Terapêuticos, do CAPS III (serviço com funcionamento 24h), CAPS Infantil e Unidade de Referência em Saúde Mental, as parcerias realizadas com o Programa Saúde da Família-PSF e com os municípios circunvizinhos. Pacientes que há muito tempo permaneciam confinados nos quartos, contidos por ameaça de agressão ou castigo, eram gradativamente desamarrados, passando a realizar passeios, inicialmente na área do hospital, com acompanhamento dos cuidadores e posteriormente em outros locais do município, como parques de lazer, na presença dos profissionais e estagiários do curso de Psicologia. As ameaças de periculosidade, que giram em torno do transtorno mental, se dissolviam pouco a pouco. Após quatro meses, devido a impossibilidade física, administrativa e técnica de continuar na instituição, percebemos que a superação se efetivaria somente com um rompimento, caracterizado pela transferência dos pacientes para um outro espaço, assim os 65 pacientes que ainda estavam no hospital foram transferidos para um serviço criado provisoriamente: a Unidade de Referência em Saúde Mental, até que os internos fossem transferidos para os Serviços Residenciais Terapêuticos, que estava em implantação. A efetivação da Reforma Psiquiátrica em Campina Grande exigiu muita agilidade no processo de superação do modelo hospitalocêntrico e a concomitante implantação acelerada da rede substitutiva, que garantisse o cuidado, a inclusão social, e a certeza de que o fechamento de um hospital psiquiátrico não gerasse a dessassistência. Como muitos apostavam. Essa experiência demonstra como é possível o enfrentamento de problemas detectados pela perspectiva de tratamento hospitalar, passando a construir um novo paradigma de cuidados no qual a qualidade de vida do portador de transtorno mental e o respeito aos direitos de cidadania passam a justificar uma dinâmica de trabalho. A partir desse processo de intervenção o município avançou e possibilitou o surgimento de novas formas de acolher e tratar o transtorno mental, na comunidade, na família, nas residências terapêuticas, contra as práticas impostas pela prática segregadora da hospitalização psiquiátrica e a favor de todas as ações que valorizem a reinserção social, as potencialidades de cada indivíduo e sua autonomia. O caminho a ser percorrido ainda é demasiadamente longo, até porque a clínica da reabilitação psicossocial exige constantes inovações de práticas e modificação de saberes.

**Palavras-chaves:** reforma psiquiátrica, intervenção, hospital psiquiátrico, saúde mental

**Atividade:** Não adesão ao tratamento da depressão: um breve passeio pela literatura (Paineis)

**Trabalho:** Não adesão ao tratamento da depressão: um breve passeio pela literatura

**Autor(es):** Marines de Fátima Cunha

**Resumo:** A não-adesão ao tratamento para depressão tem sido considerada como fenômeno complexo a funcionar como importante entrave ao sucesso do tratamento, sendo que aproximadamente 30% dos pacientes interrompem seu tratamento antes do momento oportuno. Entretanto, suas causas, métodos de avaliação e estratégias voltadas ao incremento da adesão não têm merecido a devida atenção por parte de pesquisadores brasileiros, o que contrasta com a relevância pessoal e social que esta questão pode assumir. Assim considerando este estudo pretendendo, através de busca à literatura nacional e internacional indexada, situar brevemente o panorama científico nacional e internacional a respeito desta temática. Esta consulta permitiu inicialmente, observar a escassez de material científico nacional e grande interesse em âmbito internacional na compreensão e tentativa de amenização deste comportamento. A literatura estrangeira apontou para a importância da conceituação de não-adesão como “ponto-chave” para incursão nestes estudos, de forma que, um conceito bem aceito na atualidade, compreende o paciente como possuindo um papel ativo em seu tratamento, além de assegurar que a adesão não se restringe apenas ao tratamento medicamentoso, compreendendo também, outros fatores envolvidos no tratamento que foram orientados pelo profissional de saúde. Em relação aos métodos utilizados para avaliação, estes estão subdivididos em diretos e indiretos. Os primeiros

procuram confirmar se realmente houve a ingestão do medicamento, através da detecção da droga por meio da urina, sangue ou saliva do indivíduo, enquanto, os indiretos - incluem contagem de medicamentos, avaliação do efeito farmacológico, relatório do paciente, entrevistas, monitorização eletrônica da medicação – não podem confirmar que o paciente tenha realmente tomado a medicação. Observou-se a existência de consenso na literatura consultada que a não adesão ao tratamento antidepressivo, seja um fenômeno multifatorial contemplando associações entre questões relativas: ao paciente, à doença, ao tratamento, ao profissional de saúde e ao ambiente. Em relação ao próprio paciente, variáveis demográficas como idade, sexo nível socioeconômico, grau de instrução e atitudes pessoais frente à doença e ao tratamento podem estar relacionadas à não adesão ao tratamento psiquiátrico para depressão. Culpa exagerada, prejuízos cognitivos, déficits de concentração, motivação pobre também a influenciariam. Quanto aos fatores relativos ao tratamento, os efeitos colaterais, se constituem nos principais vilões da adesão ao tratamento para depressão, mas, por outro lado a rapidez e o sucesso inicial de ação da medicação também a influenciariam. Dentre os fatores relativos ao ambiente ressaltou-se o papel do suporte social e familiar e a presença de dificuldades financeiras como impeditivos importantes. As estratégias utilizadas para incremento da adesão se constituem essencialmente por serem educativas e terem como alvo o paciente, ainda não considerando o papel exercido por sua rede social e familiar e não focalizando a equipe de saúde responsável. A magnitude da questão aponta para a existência de vasto campo de pesquisa a ser explorado na realidade brasileira.

**Palavras-chaves:** não adesão ao tratamento, depressão, saúde mental

**Atividade: Reforma Psiquiátrica  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Reforma Psiquiátrica

**Autor(es):** Ana Raquel Silva Santos

**Resumo:** O presente relatório de estágio visa explicar a experiência da graduanda em psicologia no processo da desinstitucionalização / desospitalização dos pacientes psiquiátricos para as residências terapêuticas e sendo acompanhados no Centro de Apoio Psicossocial-CAPs David Capistrano, em outras palavras, a primeira reforma psiquiátrica do Estado de Sergipe ocorrida no Centro Psiquiátrico Dr. Garcia Moreno (CPMG) situado no povoado Tabocas, na cidade de Socorro/Se. O estágio básico baseia-se nos princípios da ênfase da promoção da saúde e práticas educativas que propõe o desenvolvimento das posturas do profissional psicólogo contemplando um diagnóstico institucional permitindo o diálogo ou articulação da teoria e prática. O referido relatório norteia-se a partir das observações, percepções, interação com os pacientes psiquiátricos, funcionários, participação da dinâmica / rotina institucional, encaminhamentos às residências, atendimento psicológico em foco experienciada no Centro Psiquiátrico Dr. Garcia Moreno (CPGM), cujo início das atividades começou no dia 6 de fevereiro de 2006 e terminará ao final do mês de dezembro de 2006 no Centro Psiquiátrico ou nas residências terapêuticas. O relatório compõe-se de uma fundamentação teórica de aspectos tais como: história da loucura, história da reforma psiquiátrica, psicanálise e loucura, psicologia e loucura, análise institucional, representações sociais e reforma psiquiátrica e suas inter-relações. Além disso, existem a descrição das atividades, análise institucional que enfatizam como se firmam as relações de poder na instituição, as resistências dos funcionários e pacientes psiquiátricos ao processo de desinstitucionalização; e uma conclusão mostrando as impressões mais relevantes e possibilidades de intervenções levando-se em conta a demanda do mesmo. A instituição supracitada foi fundada em 1979 cuja meta foi atender os usuários de transtornos mentais graves no modelo de hospitais psiquiátricos tradicionais fundamentado na internação compulsória e no modelo proposto por Goffman (1974) sobre instituições totais que simbolizam o bloqueio do mundo originário. O Centro Psiquiátrico em voga é receptor de doentes mentais, drogaticios, sujeitos acusados de delitos ou daqueles que foram internados nos manicômio judiciário. A equipe técnica é formada por psicólogo, assistente social, farmacêutico, psiquiatras, médico, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e 79 funcionários que tem como objetivo promover a saúde e práticas educativas aos pacientes psiquiátricos seja por meios

medicamentosos ou pela disponibilização da atenção psicológica terapêutica. Percebe-se que o processo vigente de desinstitucionalização é um processo doloroso tanto ao paciente que perderam os seus vínculos existentes quanto aos funcionários que estão angustiados frente ao desconhecido. Já na dinâmica do vivenciada no CAPs, podemos perceber que é um dispositivo terapêutico que propõe formas generosas de tratamento, baseado na inclusão e cidadania. Os usuários residentes (ex pacientes do Centro Psiquiátrico referido acima) estão se adaptando às novas formas de viver. A grande conquista da reforma psiquiátrica sergipana foi a realização dos fóruns dos usuários de CAPs do estado de Sergipe, criação da Associação dos Usuários de Transtorno Mental e Dependentes Químicos, promoção de reencontro dos usuários institucionalizados com as famílias, no intuito de favorecer o processo de autonomia dos usuários e sua reinserção na sociedade. O vigente estágio vem propiciando a oportunidade de se fazer uma análise institucional cujo objeto de análise é o contexto geral da reforma psiquiátrica e suas implicações. Buscar-se-á aprofundamento e aquisição de uma aprendizagem crítica e construtiva a partir da experiência relatada do estágio institucional sobre a Reforma Psiquiátrica em Sergipe.

**Palavras-chaves:** reforma psiquiátrica, desinstitucionalização, CAPS

**Atividade:** UM T.O.C NA SOCIEDADE  
(Painéis)

**Trabalho:** TRANSTORNO OBSESSIVO-COMPULSIVO: UM ESTUDO DAS DIFICULDADES INTERPESSOAIS

**Autor(es):** Leila Francyne Gomes de Moura, Fernanda Santos Fragozo Modesto, Marcia Torres Prado Mello, Rodrigo Freitas Monte Bispo

**Resumo:** O Transtorno Obsessivo-Compulsivo é uma doença que além de causar sentimentos indesejáveis e angustiados como a ansiedade, também traz desconforto psicológico e conseqüências significativas para vida social. O aprisionamento decorrente das obsessões e compulsões pode gerar um afastamento das relações interpessoais; tornando-se relevante, o estudo dos aspectos sociais envolvidos no TOC, visto que as variáveis que caracterizam este Transtorno estão diretamente relacionadas à adaptação dos seus efeitos (rituais). Definir e classificar comportamentos determinantes no funcionamento integral de um indivíduo implica em rever conceitos diante das limitações de cada um. Os sintomas ansiosos tornam seu desenvolvimento crítico e preocupante de caráter intrusivo e repetitivo. Foi proposta uma pesquisa com intuito de abordar aspectos sociais envolvidos na interação social ao longo da doença. De acordo com Holmes (2001), indivíduos com TOC ao invés de serem espontâneos e descontraídos em seus relacionamentos pessoais, vivem escondidos em uma barreira, onde tudo é controlado e emocionalmente pouco modulado. O medo e a vergonha estão muito próximos, e é essa vergonha que faz com que essas pessoas ao fazerem “coisas estranhas” passem a se sentir ridículas, tendo medo do pensamento das pessoas em relação a elas. Na maioria dos casos de TOC, pessoas muito próximas (genitores, cônjuge, irmãos), desconhecem os sintomas e a proporção do sofrimento que é vivenciado; esse é um dos fatores que pode fazer surgir a vergonha no meio social garantindo a elevação das sensações ansiogênicas. OBJETIVO: O presente estudo teve como objetivo identificar a prevalência das conseqüências sociais nos pacientes portadores do Transtorno Obsessivo-Compulsivo; apontar quais aspectos da interação social são mais prejudicados; verificar como esses indivíduos interagem com os amigos e como a família participa do processo terapêutico. MÉTODO: Foram aplicados 20 questionários com Psicólogos da cidade de Maceió que atendem (ou que já atenderam) pacientes portadores de TOC. O questionário contém 10 questões referentes aos aspectos sociais do TOC. Após aplicação dos questionários foi realizado levantamento de dados quantitativos. RESULTADOS: 26% dos entrevistados têm dificuldade nos relacionamentos afetivos; 40% dos indivíduos deixam de interagir com seus amigos; enquanto 60% dos indivíduos convivem com as pessoas dependendo do ambiente social. Quanto ao tratamento, 40% não têm participação familiar; CONCLUSÃO: Pacientes Obsessivo-Compulsivos apresentam, significativo grau de dificuldade

nos relacionamentos interpessoais. Há distanciamento das relações mais próximas, e também prejuízo na aquisição de novos contatos; os amigos incluem-se com destaque nas relações onde há declínio de interação. Os dados mostram, predominantemente, melhor interação em ambientes onde os portadores de TOC sintam-se mais confortáveis. Grande parte dos familiares dos indivíduos portadores do TOC, apresenta dificuldade na adesão ao tratamento.

**Palavras-chaves:** Transtorno Obsessivo-Compulsivo, Família, Interação social

**Atividade: A Experiência na Formação de Estudantes de Psicologia da Cidade do Salvador no Âmbito dos Transtornos Alimentares: Uma Ação Interdisciplinar. (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** A Experiência na Formação de Estudantes de Psicologia da Cidade do Salvador no Âmbito dos Transtornos Alimentares: Uma Ação Interdisciplinar.

**Autor(es):** Alessandro Marimpietri

**Resumo:** O aumento do número de pessoas acometidas por algum tipo de transtorno no comportamento alimentar vem se revelando cada vez mais significativo. As manifestações desta categoria de transtorno, no mais das vezes, espelham um fenômeno da atualidade, que afeta, em especial, adolescentes: os imperativos da “corpatria”. Isto significa um culto desmesurado ao corpo ideal, que deixa de ser uma questão de nascença e passa a ser um produto de consumo idealizado e perseguido por alguns até as últimas consequências. Tomando como referencial teórico a Psicanálise, o laço social na contemporaneidade revela uma grande inflação dos registros do Real e do Imaginário, em detrimento do Simbólico, fazendo do corpo o lugar das representações deste tipo de sofrimento psíquico. Este geralmente oculta um estado de mal-estar, acarretando, fundamentalmente, distorções na imagem corporal, comportamentos alimentares disfuncionais e alteração nos padrões de interação social. Compreende-se este tipo de transtorno numa perspectiva complexa e, portanto, multi-referenciada, sendo o mesmo, a um só tempo, bio-psicossocial. Portanto, na nova perspectiva paradigmática de se fazer ciência fica quase impossível perceber onde começam e terminam as fronteiras dos saberes na direção de sua etiologia e, por conseguinte, dos tratamentos dispensados aos transtornos alimentares. Consoantes com o entendimento de que as novas formas de subjetivação requerem um olhar cada vez mais plural e interdisciplinar, a clínica dos transtornos alimentares tem exigido ações que proponham o desencastelamento dos conhecimentos específicos e dos campos disciplinares no âmbito da saúde, criando cenários possíveis de interação entre os mesmos, enquanto estratégia eficaz de tratamento e profilaxia. Desta forma, criou-se um estágio interdisciplinar para alunos do curso de Psicologia da Universidade Salvador - UNIFACS em parceria com o Consultório Dietético da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia - UFBA. Nesta proposta os alunos de psicologia e nutrição desenvolveram em conjunto ações interdisciplinares de triagem da demanda, atendimentos clínicos dos casos e encaminhamentos, para outras especialidades, assim como para o Núcleo de Estudos e Práticas em Psicologia – NEPPSI, da Universidade Salvador - UNIFACS, onde os pacientes prioritariamente poderiam ser submetidos a psicoterapia. Além disso, os discentes planejaram grupos de educação para saúde com objetivo de alcançar os familiares dos pacientes em atendimento, como estratégia de melhoria na adesão da terapia nutricional e na mudança dos hábitos de saúde. O presente estudo pretende apresentar os resultados da experiência de um ano desta ação ao tempo em que analisar teoricamente a mesma, com vistas à multiplicação de iniciativas similares na seara da saúde.

**Palavras-chaves:** Transtorno Alimentar, Práticas Interdisciplinares, Saúde

**Atividade: O atendimento psicoterápico psicanalítico através do referencial teórico de Winnicott no Sistema Único de Saúde – SUS. (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** o atendimento psicoterápico psicanalítico através do referencial teórico de Winnicott no Sistema Único de Saúde - SUS

**Autor(es):** Graciele Oliveira Faustino, Lysia maria dos santos Pinto

**Resumo:** Este trabalho propõe apresentar e discutir a atuação em Psicologia Clínica, numa instituição pública de Maceió - AL, o Centro de Atendimento Especializado Crescer, que está ligado à Associação de Amigos e Pais de Pessoas – AAPPE. Este centro, conveniado ao SUS, oferta serviços de atendimento em Psicologia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, Psicopedagogia, Fisioterapia, hidroterapia e Assistência Social, partindo de um trabalho multi e interdisciplinar, para atender à comunidade local e/ou circunvizinha, preferencialmente às crianças e adolescentes com deficiências. Partindo do ponto de vista de que a Psicologia Clínica está implicada nas diversas áreas da Psicologia e que o modelo clínico retirado da cultura e do contexto europeu não condiz com a realidade da demanda atual da sociedade brasileira, foi possível pensar em novas formas de atuação, condizentes com nossa realidade. Levando em conta que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo [...] acesso universal e igualitário a ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação” (art. 196, Constituição Federal) e, ainda de acordo com a Constituição (art. 23, inciso II), é competência da União, [...], cuidar da saúde, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiências, o psicólogo se torna mais um profissional a prestar serviços de promoção de saúde a todos que se beneficiam do sistema. A inserção do psicólogo no SUS propicia um conhecimento maior do trabalho deste profissional no âmbito da promoção da saúde, uma vez que a demanda é grande e as queixas são diversas. Embora levando em conta que o contexto cultural deste paciente assistido pelo SUS é um reflexo das condições sócio-econômicas e biopsicossociais de nosso país, entra em questão como trabalhar neste contexto social utilizando-se de um referencial teórico psicanalítico. Tomando por base, principalmente, os ensinamentos de Winnicott, é possível aplicar novas formas de atendimento, condizentes com a proposta de atuação no Sistema Único de Saúde, a partir de intervenções visando à análise por demanda, as terapias breves, as consultas terapêuticas, sempre privilegiando a leitura psicanalítica de cada situação clínica. O trabalho na referida clínica consiste em atender preferencialmente crianças e adolescentes portadores de deficiências, sendo que também são atendidas pessoas não deficientes, que buscam nossos serviços. O atendimento é realizado semanalmente, em grupos ou individualmente. Numa sala destinada ao atendimento psicológico. Para os casos em que o grau de deficiência não são graves ou severos é realizado um atendimento de psicoterapia breve focal. Através desta experiência psicoterápica tem sido possível constatar que é possível e viável o atendimento psicológico no contexto público de saúde sob o olhar Winnicottiano, onde se realiza uma “transgressão” ao setting analítico da psicanálise clássica, mas mantendo o enquadre necessário a um ambiente sustentador ou “suficientemente bom” e facilitador para que esses pacientes possam trabalhar suas angústias e conflitos emocionais.

**Palavras-chaves:** psicologia clínica, sistema único de saúde - SUS, referencial teórico psicanalítico

**Atividade:** **CÂNCER DE MAMA: INTERFACE DA MEDICINA COM A PSICANÁLISE (Painéis)**

**Trabalho:** CÂNCER DE MAMA: INTERFACE DA MEDICINA COM A PSICANÁLISE.

**Autor(es):** Adriana Maria Monteiro Dall'Olio, Leônia Cavalcante Teixeira

**Resumo:** A pesquisa genética está na pauta da ciência do século atual e a atualidade desse tema remete a uma discussão que é interdisciplinar. Atualmente, a Medicina deixa de lidar somente com o cuidar e, preocupando-se com os possíveis sofrimentos, ela intervém para dominar a vida pelo controle dos dados genéticos, tornando-se uma instância normativa e uma forma científica de enunciação do destino. Concebendo a Genética como uma tentativa da ciência de encontrar a etiologia das doenças, buscando nos genes a sua constituição, não se pode deixar de observar que os progressos tecnológicos da Medicina e da Genética vêm formulando, de maneira acelerada, a relação do sujeito com o próprio corpo no que diz respeito às questões relacionadas à saúde e à doença, incitando novos modos de subjetivação. A

evolução tecnológica oferece possibilidades de desvendar os mistérios do câncer de mama e, cada vez mais, a ciência se esforça na busca de descobertas sobre a etiologia, tratamento e cura dessa patologia mamária. A literatura mostra que mulheres que realizam testes genéticos os quais apresentam indícios da doença passam a lutar contra esse “destino” - usando medidas profiláticas - e correm o risco de se moldarem completamente a essa impactante marca identificatória, às custas de sua própria história de vida. E por isso, só lhes resta, nesse caso, inserir-se numa série de prescrições e procedimentos médicos pré estabelecidos, reorganizando em torno deles sua vida, seu corpo e suas relações. Atráves de um estudo bibliográfico sobre as interfaces das perspectivas médica e psicanalítica sobre o câncer de mama, objetivamos investigar as especificidades de ambas no que diz respeito a forma de lidar com o corpo e como tais perspectivas podem se complementar através de uma visão interdisciplinar do estudo da oncogenese mamária. Verificamos que uma das estratégias atuais de prevenção do carcinoma de mama baseia-se em realizar uma mudança de estilo de vida para reduzir os diversos fatores de risco, incluindo os hábitos reprodutivos, a dieta e a atividade física. Percebemos a hegemonia da perspectiva biológica, que incide sobre o corpo no atual momento, passando este a ser monitorado pelas prescrições biomédicas, principalmente quando se trata de doenças oncológicas, nas quais o risco da recidiva permanece no imaginário de grande parte dos pacientes. Observamos que o sujeito se volta cada vez mais para seu corpo, para seu código da vida, para seu deciframento, o corpo, por ser onde essa doença está presente, começa a ser investigado, sendo revelados seus segredos mais íntimos. Inicia-se um processo de tornar visível o invisível, o interior do corpo, possibilitado pelas novas tecnologias. Com os avanços da Genética, pode-se antecipar os estados de enfermidades futuras que possam acometer o sujeito, emergindo um “corpo condenado”. Este, embora se encontre aparentemente sadio, já pode ser considerado doente de acordo com avaliações médicas. Podemos, então, considerar que a pesquisa genética nos situa diante de novos paradigmas éticos em relação ao diagnóstico preventivo do câncer de mama, que ainda não encontra legislação definida, mas que, provavelmente, auxiliará de forma significativa na detecção do tumor. Observamos, portanto, que tal procedimento traz implicações éticas e psíquicas. Depreendemos que a Psicanálise é uma ferramenta valiosa para a discussão dos impasses e paradoxos que a Medicina contemporânea nos apresenta, pois permite superar o divórcio entre corpo e alma operado pela Modernidade, contribuindo para uma apreensão da complexidade do sujeito. Pelo olhar da Psicanálise, podemos incluir a consideração das dimensões subjetivas e emocionais de cada pessoa, favorecendo a percepção de que a patologia, assim como o corpo no qual ela se manifesta, tem história, sujeito e desejo. Nesse sentido, a Psicanálise possibilita o enriquecimento dessa clínica mediante a ampliação de sua capacidade terapêutica e mesmo preventiva, que se revela na recuperação de uma dimensão perdida da própria prática hipocrática.

**Palavras-chaves:** Câncer de mama,Psicanálise,Medicina

**Atividade: A CONTRIBUIÇÃO DA VIZINHANÇA PARA O CUIDADO À SAÚDE (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:A CONTRIBUIÇÃO DA VIZINHANÇA PARA O CUIDADO À SAÚDE**

**Autor(es):** Maria Ivana Amado Chaves Guerra,Jeane Saskya Campos Tavares,Leny Trad

**Resumo:** A estrutura e dinâmica das redes sociais têm sido objeto de estudo no campo da saúde por representarem um importante fator de proteção, cuidado e resolução de problemas de saúde. Isto pode ser visto, particularmente, nas classes populares. Nestes contextos, marcados pela maior vulnerabilidade aos agravos à saúde e falta de acesso ao serviço público de qualidade, as redes sociais informais podem contribuir de distintas formas. Sluzki (1997) destaca entre as possibilidades de atuação das redes informais: o desenvolvimento de comportamentos saudáveis e adaptação em situações críticas, o direcionamento para a busca de informações e atendimento especializado nas redes formais de atenção, o suporte financeiro e afetivo. Entre os elementos que podem integrar as redes informais, este estudo enfocou a participação da vizinhança, cuja função de suporte social é especialmente significativa no contexto urbano. Esta



função, segundo a literatura, é particularmente relevante entre famílias pobres, nas quais a vizinhança pode ser considerada uma extensão da casa. O vizinho representa uma pessoa digna de confiança e a qual são designadas obrigações. O presente estudo teve como objetivo analisar a contribuição dos vizinhos, enquanto integrantes das redes sociais informais da família, no cuidado à saúde. De forma mais específica procurou-se identificar e descrever a formação de redes de suporte entre vizinhos e entender como estas redes participam de processo relacionados com a atenção à saúde em famílias de classes populares. Esta investigação faz parte de um estudo mais amplo sobre “O cuidado à saúde no contexto familiar e suas inter-relações com os serviços formais e informais de saúde”, desenvolvida no Instituto de Saúde Coletiva (ISC/UFBA). Trata-se de uma pesquisa qualitativa de tipo etnográfico, realizada a partir de entrevistas semi-estruturadas com membros de quatro famílias, de diferentes estruturas e dinâmicas, sendo a família 1 extensa, a família 3 monoparental e as famílias 2 e 4 nucleares. Foram feitas entrevistas domiciliares, em média de duas entrevistas por família, com 8 participantes de ambos os sexos, sendo essas representativas de um bairro de classe popular de Salvador. Os participantes foram questionados sobre o cuidado com a saúde familiar, as redes informais e suas relações com a vizinhança. As entrevistas foram gravadas após os mesmos assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para a análise, foram considerados, além do conteúdo das entrevistas, os registros feitos nos diários de campo e informações coletadas através da observação direta do cotidiano das famílias em seus domicílios. Os dados foram coletados e analisados com base nas seguintes categorias: Dados Pessoais, Constituição e Dinâmica Familiar, Saúde da Família e Itinerário Terapêutico, Caracterização do Contexto e Redes Sociais (os vizinhos, a rede de atenção à saúde e a relação entre as famílias). Os resultados preliminares indicam que os vizinhos, que muitas vezes, são membros da família extensa, costumam ser parte da rede de apoio social, contribuindo para o cuidado em saúde, sendo considerados efetivos neste apoio. Os depoimentos indicam que os vizinhos contribuem para os cuidados à saúde, de diversas maneiras, tais como: visitas à pessoa doente, o auxílio com a limpeza da casa do afetado, a preocupação com a alimentação e a saúde, trazendo comida e remédios, informar aos vizinhos sobre a prevenção à saúde através de palestras oferecidas no posto de saúde e conduzindo o doente à rede formal de saúde. Foi evidenciada, contudo, diferenças significativas nas relações entre os vizinhos mais próximos e íntimos e a vizinhança em geral. A rede social mais íntima, por exemplo, é acionada em situações de crise e de doenças. Em um dos casos investigados, foi relatada uma situação na qual os vizinhos se mobilizaram para ajudar uma família cujo progenitor havia sofrido um derrame, encarregando-se de acionar o SAMU. As relações com a vizinhança em geral apresenta mais frágil, assim como, o comprometimento com o enfrentamento de problemas coletivos da comunidade. Dado que se reflete na frequência em reuniões dos moradores, convocados a fim de solucionar os problemas que afetam o bairro.

**Palavras-chaves:** Vizinhança, Cuidado em Saúde, Redes Sociais

**Atividade: Família em Situação de Pobreza (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Família em Situação de Pobreza: um estudo sobre os processos de luto e sua relação com a saúde familiar

**Autor(es):** Rachel Coelho Ripardo Teixeira, Jeane Saskya Campos Tavares, Leny Trad

**Resumo:** O luto pode ser definido como uma conseqüência de perdas significativas, comuns no dia-a-dia, mas que podem, em determinados contextos, gerar situações de estresse anormais. A presente investigação buscou compreender a relação entre vivências de luto e saúde de famílias em situação de pobreza. Atualmente, a família é um dos principais alvos de políticas e programas de saúde no Brasil, graças ao seu papel de mediação na produção e reprodução de significados e práticas vinculadas à saúde. As famílias em situação de pobreza enfrentam perdas constantes que caracterizam uma existência precária e instável. Necessidades contínuas de reformular projetos, estresse físico e mental são situações comuns que muitas famílias brasileiras

vivenciam. Para atingir o objetivo de compreender tal realidade complexa, descreveram-se situações de perdas significativas, exposição ao risco à saúde e resiliência na história de vida dos participantes e discutiram-se as repercussões da vivência de situações de luto e perdas significativas para a saúde física e mental da família. Este estudo integra a pesquisa “O cuidado à saúde no contexto familiar e suas inter-relações com os serviços formais e informais de saúde”, desenvolvida no grupo Comunidade, Família e Saúde (FASA), vinculado ao Instituto de Saúde Coletiva (ISC/ UFBA). Foi utilizada metodologia qualitativa, a partir da etnografia, entendida como uma abordagem implicada de aproximação da realidade. O local de estudo foi uma região de um bairro popular periférico de Salvador e os participantes foram três famílias, sendo duas monoparentais (uma destas, resultado de uma união conjugal e outra extra-conjugal) e uma nuclear. Todas elas historicamente marcadas por processos de pobreza e desapropriação de território e que no período da realização da pesquisa sofreram uma série de episódios de deslizamento de terra. Foi realizada ainda a pesquisa documental sobre a área e incursões no bairro objetivando a inserção na comunidade. Todos os procedimentos seguiram rigorosamente os princípios éticos recomendados para pesquisa com seres humanos. A partir da análise de encontros, entrevistas e diário de campo, os resultados preliminares indicaram que na história destas famílias estão presentes re-aloções, desemprego, doenças e separações, todas relacionadas a lutos. Estas perdas eram coincidentes ou decorrentes uma da outra, às vezes não perceptíveis, o que obscurecia as causas de problemas de saúde. Estas ocorrências se relacionam com os riscos das famílias, que estão em situação de pobreza, contribuindo para o desenvolvimento de lutos complicados, dificuldades na recuperação da saúde ou aparecimento de sintomas médicos. Tais dificuldades são contrabalançadas pelo apoio da rede social presente na comunidade, em particular as redes formal e informal de atenção à saúde, acionadas ou ativadas pelas famílias nas situações de crise ou luto. Diante dos resultados encontrados considera-se que o luto na família pobre constitui um elemento relevante para as agências que atuam na assistência e cuidado integral à saúde tendo como referência a abordagem familiar.

**Palavras-chaves:** Luto, Saúde, Risco e resiliência, Família em situação de pobreza

**Atividade:** A CONTRIBUIÇÃO DA VIZINHANÇA PARA O CUIDADO À SAÚDE (Paineis)

**Trabalho:** A CONTRIBUIÇÃO DA VIZINHANÇA PARA O CUIDADO À SAÚDE

**Autor(es):** Maria Ivana Amado Chaves Guerra, Jeane Saskya Campos Tavares, Leny Trad

**Resumo:** A estrutura e dinâmica das redes sociais têm sido objeto de estudo no campo da saúde por representarem um importante fator de proteção, cuidado e resolução de problemas de saúde. Isto pode ser visto, particularmente, nas classes populares. Nestes contextos, marcados pela maior vulnerabilidade aos agravos à saúde e falta de acesso ao serviço público de qualidade, as redes sociais informais podem contribuir de distintas formas. Sluzki (1997) destaca entre as possibilidades de atuação das redes informais: o desenvolvimento de comportamentos saudáveis e adaptação em situações críticas, o direcionamento para a busca de informações e atendimento especializado nas redes formais de atenção, o suporte financeiro e afetivo. Entre os elementos que podem integrar as redes informais, este estudo enfocou a participação da vizinhança, cuja função de suporte social é especialmente significativa no contexto urbano. Esta função, segundo a literatura, é particularmente relevante entre famílias pobres, nas quais a vizinhança pode ser considerada uma extensão da casa. O vizinho representa uma pessoa digna de confiança e a qual são designadas obrigações. O presente estudo teve como objetivo analisar a contribuição dos vizinhos, enquanto integrantes das redes sociais informais da família, no cuidado à saúde. De forma mais específica procurou-se identificar e descrever a formação de redes de suporte entre vizinhos e entender como estas redes participam de processo relacionados com a atenção à saúde em famílias de classes populares. Esta investigação faz parte de um estudo mais amplo sobre “O cuidado à saúde no contexto familiar e suas inter-relações com os serviços formais e informais de saúde”, desenvolvida no Instituto de Saúde Coletiva (ISC/UFBA). Trata-se de uma pesquisa qualitativa de tipo etnográfico, realizada a partir

de entrevistas semi-estruturadas com membros de quatro famílias, de diferentes estruturas e dinâmicas, sendo a família 1 extensa, a família 3 monoparental e as famílias 2 e 4 nucleares. Foram feitas entrevistas domiciliares, em média de duas entrevistas por família, com 8 participantes de ambos os sexos, sendo essas representativas de um bairro de classe popular de Salvador. Os participantes foram questionados sobre o cuidado com a saúde familiar, as redes informais e suas relações com a vizinhança. As entrevistas foram gravadas após os mesmos assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para a análise, foram considerados, além do conteúdo das entrevistas, os registros feitos nos diários de campo e informações coletadas através da observação direta do cotidiano das famílias em seus domicílios. Os dados foram coletados e analisados com base nas seguintes categorias: Dados Pessoais, Constituição e Dinâmica Familiar, Saúde da Família e Itinerário Terapêutico, Caracterização do Contexto e Redes Sociais (os vizinhos, a rede de atenção à saúde e a relação entre as famílias). Os resultados preliminares indicam que os vizinhos, que muitas vezes, são membros da família extensa, costumam ser parte da rede de apoio social, contribuindo para o cuidado em saúde, sendo considerados efetivos neste apoio. Os depoimentos indicam que os vizinhos contribuem para os cuidados à saúde, de diversas maneiras, tais como: visitas à pessoa doente, o auxílio com a limpeza da casa do afetado, a preocupação com a alimentação e a saúde, trazendo comida e remédios, informar aos vizinhos sobre a prevenção à saúde através de palestras oferecidas no posto de saúde e conduzindo o doente à rede formal de saúde. Foi evidenciada, contudo, diferenças significativas nas relações entre os vizinhos mais próximos e íntimos e a vizinhança em geral. A rede social mais íntima, por exemplo, é acionada em situações de crise e de doenças. Em um dos casos investigados, foi relatada uma situação na qual os vizinhos se mobilizaram para ajudar uma família cujo progenitor havia sofrido um derrame, encarregando-se de acionar o SAMU. As relações com a vizinhança em geral apresenta mais frágil, assim como, o comprometimento com o enfrentamento de problemas coletivos da comunidade. Dado que se reflete na frequência em reuniões dos moradores, convocados a fim de solucionar os problemas que afetam o bairro.

**Palavras-chaves:** Vizinhança, Cuidado em Saúde, Redes Sociais

**Atividade:** CONSTRUÇÕES DE ENFRENTAMENTO NA CIRURGIA DE HISTERECTOMIA (Comunicações Científicas)

**Trabalho:** CONSTRUÇÕES DE ENFRENTAMENTO NA CIRURGIA DE HISTERECTOMIA

**Autor(es):** LUCIA ROBERTTA MATOS SILVA DOS SANTOS, Ana Alayde Werba Saldanha, Alexandra Castilhos Gomes Amaral

**Resumo:** A histerectomia é uma cirurgia ginecológica de retirada do útero e constitui, atualmente, uma das cirurgias femininas mais frequentes no mundo ocidental. No Brasil, no ano de 2000, mais de 100.844 mulheres submeteram-se à histerectomia, passando em 2002 para 111.301 e em 2004 para 113.116. Dados mais atualizados mostram que no primeiro trimestre de 2006 já foram realizadas mais de 36.932 histerectomias, o que corresponde a um aumento percentual de cerca de 5% no número de cirurgias realizadas em 2004. A indicação da cirurgia de histerectomia afeta a condição física, social e emocional da mulher que, frente aos eventos estressores desencadeados, faz uso de estratégias de enfrentamento específicas para cada fase do adoecimento, cirurgia e reabilitação com o intuito de se adaptar às novas situações e contexto de vida. Estes fatores demonstram a necessidade de estudos com amostras diversificadas do ponto de vista sociodemográfico para identificar especificidades associadas às estratégias de enfrentamento entre mulheres histerectomizadas. Neste sentido, através do referencial teórico do Enfrentamento (coping), este estudo tem como objetivo investigar as construções de enfrentamento e repercussões psicossociais da cirurgia de histerectomia. Método: A amostra esta sendo constituída por mulheres adultas, pacientes internas na clínica cirúrgica do Hospital e Maternidade Padre Alfredo Barbosa (HMPAB), na cidade de Cabedelo, Paraíba, escolhidas de forma não-probabilística, intencional e acidental, compreendendo uma amostra de conveniência. Para a obtenção dos dados será utilizada a Escala de Enfrentamento de Problemas (EMEP),

além de entrevistas semi-estruturadas contendo questões bio-demográficas e questões com o objetivo conhecer a história clínica e os correlatos emocionais de cada acontecimento relacionado ao adoecimento que ainda estão sendo realizadas. Os dados provenientes da Escala de Modos de Enfrentamento de Problemas (EMEP) serão submetidos à análise fatorial exploratória para investigação da estrutura fatorial na amostra específica. Em seguida, se procederá às análises estatísticas descritivas, com a realização de testes bivariados (correlação de Pearson, teste t de Student e qui-quadrado) para verificação de associações entre as variáveis do estudo. As respostas à questão aberta sobre enfrentamento serão analisadas quanto aos temas, categorias e subcategorias identificados, com base em recursos metodológicos sugeridos por Bardin (1979) para análise de conteúdo. Os dados Bio-Demográficos serão analisados através de estatística descritiva, com a utilização de medidas de posição (Média, Mediana) e de variabilidade (Desvio Padrão, Amplitude). O material de áudio obtido com a entrevista será submetido à Análise de Discurso com o objetivo de inferir novos conhecimentos a partir das respostas das pacientes que emergirem na entrevista.

**Palavras-chaves:** Histerectomia,enfrentamento,psicossocial

**Atividade: Reforma Psiquiátrica  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Reforma Psiquiátrica: Loucuca X Periculosidade

**Autor(es):** Livia Alves de Oliveira Cruz,Adonelson Rosário Souza,Júlio Cesar Diniz  
Hoenisch,Maria Fernanda Rosa Fontes

**Resumo:** Este estudo trata do tema da Reforma Psiquiátrica Brasileira que pode ser entendida, como movimento que visa a desinstitucionalização dos portadores de transtorno mental, através da extinção dos manicômios ou como uma reforma que deve ocorrer dentro das instituições hospitalares manicomial, abolindo tratamentos indignos a pessoa humana, ora proibidos pela constituição da República Federativa do Brasil que declara em seu artigo 5º inciso III o seguinte vernáculo “ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante”. A referida pesquisa tem como objetivo investigar as concepções de estudantes de Psicologia de Sergipe sobre a Reforma Psiquiátrica e como percebem o portador de sofrimento psíquico grave. O referido movimento tem posto em cheque conceitos fundamentais da Medicina e da Psicologia no trato com pacientes psiquiátricos graves, não sendo poucas as reformulações teóricas e práticas que tem suscitado. O método empregado foi o survey e os sujeitos da mostra consistiram em 63 alunos de ambos os sexos, matriculados e freqüentando o décimo período do curso de Psicologia de três instituições de ensino superior em Aracaju, somando assim todos os cursos de psicologia do estado de Sergipe. Os resultados ora levantados indicam que de maneira geral os alunos apresentam pouco conhecimento referente à Reforma Psiquiátrica, apontam também que uma parte significativa deles não percebe a dimensão política e de inclusão social que esta política pública pode proporcionar. Também relevante indicar que 41,3% dos estudantes se sentiriam inseguros se houvesse a extinção dos manicômios e os portadores de transtornos mentais passassem a viver livre na sociedade. Esse dado é bastante preocupante, visto que um dos princípios de trabalho do Psicólogo é entender o indivíduo e dirimir qualquer tipo de preconceito. Além disso, 81% dos entrevistados não estão seguros da capacidade dos profissionais em saúde mental de proporcionarem assistência aos portadores de transtorno psíquico grave. Os dados obtidos são pouco passíveis de generalização, tendo em vista que este estudo de levantamento é de cunho exploratório, mas os resultados aqui obtidos são bastante preocupantes. As contradições internas, somadas às respostas pouco coesas sugerem que na formação dos estudantes parece estar havendo uma certa carência de informação sobre a Reforma Psiquiátrica, políticas públicas e mesmo sobre psicopatologia. As implicações éticas de práticas baseadas em princípios de trabalhos vagos podem comprometer o bom exercício da profissão. É essencial lembrar a importância do verdadeiro papel do psicólogo, pois surge ele, como agente mobilizador da subjetividade do sujeito, a fim de resgatar a cidadania deste e

facilitar ao indivíduo o seu processo de reinserção, possibilitando que este redimensione suas relações com a família, trabalho, vizinhança, sexualidade e política, assim como, no resgate da autonomia e da individualidade do seu ser. O psicólogo deve acima de tudo colocar-se na posição de escuta diante da angústia e do conflito que o sujeito traz, como acolhedor do seu sofrimento, sem o olhar condizente do julgamento dentro do discurso dos valores morais e normas culturais vigentes. Aproximações entre loucura e crime não surgiram no levantamento da mostra, mas resultados significativos indicam que existe temor e preocupação sobre a segurança pessoal dos sujeitos quando se deparam com portadores de transtornos psíquicos graves, tais como a psicose, esquizofrenia e outros.

**Palavras-chaves:** Reforma Psiquiátrica,Psiquiatria,Formação do Psicólogo

**Atividade: AVALIAÇÃO INFORMATIZADA DAS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DA HOSPITALIZAÇÃO EM CRIANÇAS (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:AVALIAÇÃO INFORMATIZADA DAS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DA HOSPITALIZAÇÃO EM CRIANÇAS**

**Autor(es):** Elissa Orlandi Moraes,Cibele Marques Coelho de Medeiros Cazelli,Alessandra Brunoro Motta,Luciana da Silva Soprani,Renata Nogueira Leal,Sônia Regina Fiorim Enumo

**Resumo:** Estudos de Psicologia Hospitalar mostram que pacientes internados por mais de cinco dias percebem muitas perdas - do corpo saudável, de papéis ou responsabilidades -, afetando sua adaptação emocional e social. Particularmente crianças com doença crônica, que necessita de visitas regulares ao hospital ou que passa por um período longo de internação, podem encontrar dificuldades e obstáculos na sua vida social e familiar, como, por exemplo, a restrição do convívio social, ausências escolares freqüentes e aumento da angústia e tensão familiares. Assim, é relevante estudar as estratégias de enfrentamento (coping) dos pacientes, entendido um conjunto de esforços – cognitivos e comportamentais – utilizado com o objetivo de lidar com situações específicas, que surgem em situações de stress e sobrecarregam os recursos pessoais. Com base nos dados descritos sobre os efeitos negativos da hospitalização e da experiência de uma doença crônica sobre o desenvolvimento infantil, é que se propôs como objetivo desta pesquisa investigar as estratégias de enfrentamento da hospitalização em crianças portadoras de doenças crônicas por meio de um instrumento informatizado. Considerou-se que o uso de um instrumento informatizado facilitaria a coleta, o processamento e a análise dos dados. Assim, esta pesquisa analisou o uso de um instrumento avaliativo do coping da hospitalização infantil – Instrumento de Avaliação do Enfrentamento da Hospitalização (AEH) – já utilizado anteriormente em versão impressa em uma amostra de crianças com câncer. Participaram 10 crianças (6-12 anos; idade média de 9,6 anos; 7 meninos), internadas pela segunda ou terceira vez, por, em média, 11 dias, devido a infecções ou fraturas, em hospital público infantil de Vila Velha, ES, e seus pais. Estes responderam a um formulário sobre a rotina dos filhos. Nas crianças, foi aplicado, individualmente, o AEH, que foi inserido no software ACAAPSI – Ambiente de Apoio a Avaliações Psicológicas – o qual foi desenvolvido em pesquisa conjunta com alunos e docentes do Programa de Mestrado em Informática da universidade. Elaborado com base em instrumentos avaliativos de stress e ansiedade infantil e de coping, o AEH contém 20 cenas com desenhos indicativos de estratégias facilitadoras (brincar, assistir TV, cantar e dançar, rezar, estudar, conversar, ouvir música, ler gibi, tomar remédio e buscar informações) e não-facilitadoras (chorar, brigar, esconder, ficar triste, desanimar, fazer chantagem, pensar em fugir, sentir culpa, sentir medo e pensar em milagre). As respostas às pranchas do AEH podem ser divididas em negativas (não) e afirmativas (um pouco, às vezes, quase sempre ou sempre), registrando-se as justificativas dadas para as escolhas das crianças. Pela Ficha de Identificação da Criança, foram coletados dados, como tempo e número de internações e tipos e estágios da

doença. Os dados obtidos no AEH indicam que 65% das respostas das crianças foram facilitadoras, ou seja, são adaptativas à situação. Considerando o conjunto das estratégias facilitadoras, 70% foram positivas. As cenas “assistir TV”, “conversar” e “tomar remédio” foram escolhidas por 100% das crianças. O brincar foi a cena escolhida em sétimo lugar (60%). A maioria (70%) disse que ouvem música ou estudam no hospital. Considerando o conjunto das respostas não-facilitadoras, 60% das respostas foram negativas: a maioria das crianças relatou não sentir medo, fazer chantagem, sentir culpa e pensar em milagre (60% para cada cena), e todas disseram que não se escondiam e não pensavam em fugir do hospital. Somente duas cenas obtiveram um maior percentual de respostas sim, com 70% das crianças escolhendo as cenas chorar e ficar triste. No geral, as respostas das crianças mostraram pensamentos, sentimentos e comportamentos que elas procuram administrar, isto é, reduzir, minimizar ou tolerar as reações que surgem nesse contexto. O uso da versão informatizada do AEH mostrou ganhos, como uma maior agilidade na aplicação, redução de variáveis e recursos a serem controlados durante a aplicação, melhor acompanhamento do desenvolvimento das crianças, motivação na participação do teste.

**Palavras-chaves:** Avaliação psicológica informatizada, Estratégias de enfrentamento infantil, Hospitalização

**Atividade:** Aspectos psicossociais da depressão em crianças do ensino fundamental na cidade de João Pessoa - Pb  
(Paineis)

**Trabalho:** Aspectos psicossociais da depressão em crianças do ensino fundamental na cidade de João Pessoa - Pb

**Autor(es):** Emily da Silva Nascimento, Josevânia da Silva Cruz de Oliveira, Marcela Silva Santos, Maria da Penha de Lima Coutinho

**Resumo:** Introdução: A depressão tem se apresentado na contemporaneidade como um dos assuntos principais no que se refere à saúde pública devido a sua alta prevalência e impacto psicossociais. Esse impacto não se restringe apenas à sintomatologia da doença, mas verifica-se que tais pacientes necessitam utilizar os serviços de médicos, precisa se ausentar do trabalho e tem considerável diminuição na qualidade de vida quando comparados à pacientes portadores de doenças crônicas. Ademais, verifica-se na atualidade a ocorrência de sintomas depressivos também entre crianças e adolescentes. Nesse estudo estaremos trabalhando a Depressão Reativa, entendida como um sofrimento psíquico e/ou dor moral desencadeada por uma situação ou um acontecimento desagradável que interfere significativamente na diminuição da qualidade de vida, na produtividade e capacitação social do indivíduo. Objetivo: Apreender as Representações Sociais (RS) da depressão de crianças estudantes do Ensino Fundamental de uma escola pública localizado na cidade de João Pessoa – PB/Brasil. Método: Desta pesquisa participaram 553 crianças estudantes em uma escola pública, da segunda a sexta série, de ambos os sexos, na faixa etária entre sete e doze anos. Foi utilizado o CDI (Children’s Depression Inventory) enquanto instrumento de screening; Entrevista semi-estruturada contendo questões norteadoras centradas no referencial teórico das RS e questões sociodemográficas. De início contou-se com a participação de 370 estudantes da segunda à sexta série do ensino fundamental com idade variando de 7 a 12 anos, média de 10,24 e desvio padrão de 1,44, sendo 45,1 do sexo masculino e 54,9 do sexo feminino, os quais responderam ao CDI. Desse contingente, 20 crianças apresentaram sintomatologia depressiva, realizando-se neste último grupo o procedimento de entrevista. As entrevistas foram analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo de Bardin. Resultados: Por meio dos recortes das unidades temáticas das entrevistas emergiram três categorias empíricas e doze subcategorias, a saber: descrição da depressão (subcategorias: psicoafetiva; psicossocial; psico-cognitiva; humoral e físico-orgânica), causas da depressão (subcategorias: psicológica; histórico-factual e psicossocial), e a categoria tratamento da depressão (subcategorias: médico, psicossocial e físico-orgânica). Na descrição

da depressão a subcategoria psicoafetiva é a que mais se fez presente na representação da depressão, sendo objetivada em elementos relacionados à tristeza/pessoa triste; chorar e desejo de morrer. Conclusão: É possível observar que o conteúdo semântico trazido pelas crianças é o resultado dos problemas que circundam seu meio social, assim como a circulação da informação da doença, suas imagens e suas representações. Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para uma melhor compreensão da referida sintomatologia na população infantil, bem como fornecer subsídios na laboração/implementação de práticas curriculares no âmbito das instituições educacionais, exercendo assim o papel de promotores de saúde.

**Palavras-chaves:** Ensino fundamental,Criança,Depressão

**Atividade: Mulheres Colostomizadas: a importância da psicologia frente a esta realidade (Painéis)**

**Trabalho:**Mulheres Colostomizadas: a importância da psicologia frente a esta realidade

**Autor(es):** Tais Brasileiro Gallo

**Resumo:** Ao abordarmos o feminino temos que levar em consideração à representação e percepção social diante deste tema, uma vez que, a mulher tem a sua identidade bastante associada à sexualidade e capacidade de procriar. Dessa forma, no momento que se é confeccionada uma estomia intestinal, que é uma abertura cirúrgica feita no abdome por onde saem involuntariamente fezes, gases e ruídos, faz-se necessário o uso de uma bolsa coletora no abdome, para evitar constrangimentos e auxiliar na coleta dos efluentes. Nesse momento, são mobilizados conteúdos tais como, a necessidade e dificuldade de aceitação pessoal e social, a grande mudança de vida e invasão corporal, o “ser diferente”, a rejeição, o preconceito e principalmente as crenças sociais, uma vez que esta valoriza e estabelece padrões de beleza o qual não se encaixa na realidade da mulher estomizada. O estudo foi de natureza qualitativa, onde o atendimento psicológico era feito em grupo composto de quinze mulheres colostomizadas definitivas, secundária a neoplasia de reto, que estavam na faixa etária compreendida entre 20 e 60 anos, os atendimentos eram quinzenais e aconteciam em um centro especializado e de referência - CEPRED (Centro Estadual de Prevenção e Reabilitação de Deficiências) na cidade de Salvador - Bahia tendo nove meses de duração, sendo a triagem e encaminhamento realizados pela enfermeira da equipe. O grupo terapêutico tinha como objetivo principal atuar de forma livre sem direcionamentos temáticos levando em consideração a demanda individual e grupal dos membros envolvidos através de processos vivenciais e atividades e recursos projetivos, buscando sempre atuar no processo de incorporação e aceitação dessa nova imagem. Os resultados observados foram uma maior consciência e aceitação pelas mulheres da sua nova imagem corporal frente à estrutura física, o que conseqüentemente leva a um melhor relacionamento com o parceiro e meio social como um todo, criação de novas metas, mudança simbólica da colostomia, a qual passou a ser vista como algo positivo, percepção e valorização do auto-cuidado e criação de novas rotinas adaptadas conforme a realidade de cada uma delas buscando uma maior segurança e melhor convívio social. Assim, através deste estudo podemos observar a importância da inserção da psicologia numa equipe interdisciplinar (composta pela enfermeira estomoterapeuta, assistente social, técnico de enfermagem, nutricionista, cirurgião geral e psicóloga) que tem como público pacientes colostomizados, uma vez que, a resposta destes frente aos atendimentos foram positivas repercutindo em uma maior motivação e consciência diante da realidade do “ser portador de uma colostomia” o que também colaborou para uma atuação mais positiva e harmônica de toda a equipe.

**Palavras-chaves:** psicologia,mulheres,colostomia,imagem,acompanhamento

**Atividade: Projeto Brincar é Viver (Experiências em Debate)**

**Trabalho:**Projeto Brincar é Viver

**Autor(es):** Maria Clara Campos Viana

**Resumo:** Nesse trabalho pretendo expor alguns aspectos que considero como mais significativos de nossa atuação dentro do Projeto Brincar é Viver, na enfermaria pediátrica do Instituto Estadual de Hematologia Arthur de Siqueira Cavalcanti- Hemorio/RJ e, principalmente, da minha experiência durante 3 anos como participante. Para isso, escolhi uma série de três “intervenções” consecutivas que foram registradas em relatórios semanais, e extraídas de uma forma compacta para esta apresentação. Acredito que estes registros representam bem a filosofia e prática que nós, integrantes do projeto, tentamos divulgar e multiplicar, a partir de nossa atuação. Na filosofia do projeto é possível encontrar um sentido especial para o “brincar”, não mais associado somente ao lazer descompromissado, mas entendendo-o como um instrumento valioso para a expressão emocional e para a elaboração psíquica da situação de hospitalização na qual se encontram essas crianças. Nos relatos apresentados, observa-se com clareza que a brincadeira, quando entendida dessa forma, tem o poder de transformar o comportamento psicomotor das crianças, bem como marcar em suas memórias corporais cada uma dessas transformações. Para isso, temos que nos colocar inteiramente disponíveis para o brincar, nos despojando de autocríticas, censuras, fantasmas, e até mesmo de estresses cotidianos que, inevitavelmente, trazemos conosco, momentos antes de entrarmos na enfermaria. Estar disponível é o primeiro passo para possibilitar trazer a criança hospitalizada para a linguagem do brincar, respeitando também a negação se for o caso. Estou certa de que esse entendimento fez toda a diferença na minha aproximação com Wenderson, por exemplo. Menino de 5 anos com diagnóstico de Leucemia Linfóide Aguda (LLA) que está presente nos três relatos. Mais do que respeitar seu momento de intensa dor, procurei falar com ele sobre essa dor, me colocando disponível para o que ele quisesse fazer depois. Forçá-lo a brincar por achar que esse é um coadjuvante poderoso no seu tratamento, poderia ser, no mínimo, uma atitude indelicada e infértil, já que, só ele seria capaz de saber o que era possível de ser feito naquele instante. É interessante comentar a participação de sua mãe, que foi envolvida na brincadeira de maneira muito espontânea, tecendo ali por algumas horas um outro tipo de relação com o filho; talvez mais inteira. Em um meio em que os fantasmas da dor e da morte estão sempre presentes como grandes ameaças, é fundamental que haja um período de “trégua” no qual mãe e filho se olhem com menos culpa. Durante o jogo eu tentei acompanhar as regras criadas por ele, ou seja, tentei acompanhar o seu “brincar”, entendendo que dessa vez ele tinha o poder nas mãos, já que ele ditava as regras. Na brincadeira era possível Wenderson se expressar como sujeito de si mesmo, que não tinha autonomia para recusar as inevitáveis agulhadas e punções dolorosas, mas que tinha esperança para sublimar a dor, dando um novo sentido para ela. Dessa forma ele passou do lugar de objeto para o de sujeito de suas próprias vontades. Um outro caso apresentado foi o de Matheus, com 1 ano e 5 meses. Nele eu também destacaria esse acompanhamento do “brincar”, mas de uma outra forma. A brincadeira dessa vez, não envolvia um brinquedo em especial, mas sim uma comunicação não verbal que eu me empenhei em acompanhar para facilitar a nossa aproximação. Então eu usei as mãos e o olhar para tentar estabelecer um vínculo de confiança com ele. Uma vez estabelecido o vínculo, Matheus se “desarmou” e também se disponibilizou para o “brincar”. Com o tônus facial mais relaxado, o menino ao mesmo tempo em que usava o fantoche pra me assustar, também investia alguns “sopapos” contra ele por estar tentando me morder. Nesta brincadeira aparentemente simples, foram possíveis elaborações complexas que envolviam: estar na posição daquele que provoca a dor e na posição do que protege também, ser simbolicamente violento (só na brincadeira isso é possível), trabalhar a culpa, a confiança, os medos. Neste caso, foi notória a transformação de seu tônus e de sua expressão facial em um período curto de duas horas dentro do qual atuamos. Ainda que eu não o encontrasse na semana seguinte, eu teria a certeza de ter pelo menos colaborado no sentido de ampliar suas possibilidades de escolha enquanto ser complexo e dotado de autonomia. As ações do projeto são, portanto, pontuais entendendo que a rotatividade de crianças na enfermaria não se coloca como um obstáculo para o trabalho. A intenção é que todos os atores envolvidos no cuidado às crianças internadas também sejam contagiados por esse olhar, e estabeleçam diferentes relações com elas e com a família que as acompanha. Os três relatos mostram com clareza que nossa atuação com crianças no campo hospitalar tem sido de grande valia, no que tange à minimização dos prejuízos causados pelo contexto da internação, colocando o “brincar” com mais um aliado importante no caminho da recuperação da criança hospitalizada.



**Palavras-chaves:** Criança Hospitalizada, Brincar, Saúde

**Atividade:** AVALIAÇÃO INFORMATIZADA DO BRINCAR COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO DA HOSPITALIZAÇÃO EM CRIANÇAS (Comunicações Científicas)

**Trabalho:** AVALIAÇÃO INFORMATIZADA DO BRINCAR COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO DA HOSPITALIZAÇÃO EM CRIANÇAS

**Autor(es):** Elissa Orlandi Moraes, Kelly Ambrósio Silveira, Charlene Zanoni Vieira, Alessandra Brunoro Motta, Renata Nogueira Leal, Luciana da Silva Soprani, Sônia Regina Fiorim Enumo

**Resumo:** A hospitalização impõe novas regras, uma rotina estritamente ordenada, a criança fica ociosa, vendo-se com pouca autonomia e assustada. Essa condição pode trazer prejuízos ao desenvolvimento psicológico e ao comportamento da criança diante de suas dificuldades em lidar com os acontecimentos, favorecendo o aparecimento de quadros de culpa, depressão, instabilidade emocional, agressividade, stress, atraso no desenvolvimento cognitivo e emocional e doenças psicossomáticas. Nesse contexto, o brincar é considerado facilitador da expressão de sentimentos, sendo utilizado no enfrentamento infantil da hospitalização. O brinquedo abre caminho para a intervenção psicológica e atua incentivando atividades produtivas e expressivas, identificando problemas, preparando a criança para a hospitalização, cirurgias e amenizando sentimentos inerentes à hospitalização, como a sensação de abandono. Pelo brincar, sentimentos são compartilhados, possibilitando à criança reconhecê-los e expressá-los. Atividades como jogos, contar histórias, desenho, pintura, enfocando situações de doença, manuais sobre a doença e a hospitalização, dramatização, fantoches são descritas como formas de intervenção psicológica junto a crianças hospitalizadas. Essas alterações relacionadas à hospitalização variam conforme a idade da criança e, sem que haja avaliações e intervenções específicas, esses comportamentos podem se prolongar durante a internação e até mesmo depois da alta hospitalar. Contudo, a avaliação psicológica infantil no hospital tem diversas variáveis a controlar, de forma que um instrumento informatizado poderia facilitar a coleta, processamento e análise dos dados, facilitando a colaboração da criança. Em pesquisa, a informática auxilia esse processo uma vez que o computador tem uma série de fatores que o torna um grande facilitador da interação pesquisador-pesquisado, pelo potencial motivador e interativo. Considerando esse contexto, esta pesquisa analisou o uso de um instrumento informatizado de avaliação do Brincar no Hospital (ABH), que identifica as preferências lúdicas da criança no contexto hospitalar. Participaram 10 crianças (6-12 anos; idade média de 9,6 anos; 7 meninos), internadas pela segunda ou terceira vez em hospital público infantil de Vila Velha, ES, por, em média, 11 dias, devido a infecções ou fraturas, e seus pais. Estes responderam a um formulário sobre a rotina dos filhos. Nas crianças, foi aplicado, individualmente, o ABH. Este foi inserido, em pesquisa conjunta com o Programa de Pós-Graduação em Informática da universidade, em Ambiente de Apoio a Avaliações Psicológicas – ACAAPSI – programado em ferramentas livres Apache (servidor Web), PHP (linguagem de programação) e MySql (servidor de banco de dados), sendo composto pelos módulos: 1) Autoria - para criação e aplicação de testes psicológicos e coleta de dados; 2) Avaliador - apóia a análise dos dados coletados e o diagnóstico psicológico, e mantém uma base histórica de dados individualizados e da evolução do caso. A partir da classificação de jogos, brinquedos e brincadeiras pelo sistema ESAR, proposta por Garon em 1996, o ABH contém 20 cenas, que contemplam os seguintes tipos de brincadeiras: jogos de exercício (jogar bola e tocar instrumentos); jogos simbólicos (fantoches, palhaço, desenhar e médico); jogos de acoplagem (montagem, modelagem, recorte/colagem e quebra-cabeça) e jogos de regras (baralho, minigame, dominó, bingo e dama). Uma categoria denominada atividades recreativas diversas (assistir TV, ler gibi, ouvir histórias, vários brinquedos e cantar e dançar) foi adicionada com o objetivo de ampliar as possibilidades de escolha das

atividades lúdicas. As respostas às pranchas do ABH podem ser divididas em negativas (não) e afirmativas (um pouco, às vezes, quase sempre ou sempre), registrando-se as justificativas dadas para as escolhas das crianças. Pela Ficha de Identificação da Criança, foram coletados dados, como tempo e número de internações, tipos e estágio da doença. As justificativas para as escolhas das crianças foram classificadas em: a) Respostas explicativas, divididas em Ambiente Hospitalar, Contexto da brincadeira ou familiar; b) Características da criança (autoconceito, autopercepção, autocontrole, sentimentos de vergonha, regras - relações sociais, familiares, de gênero e de idade -, e crenças - religiosas e ditos populares); c) Aspectos afetivos e emocionais; d) Conseqüências específicas; e) Respostas não explicativas. A categorização das justificativas dadas pelas crianças foi avaliada por três juízes, calculando-se o índice de concordância. As brincadeiras incluídas nas atividades diversas (assistir TV, ouvir histórias) foram as mais escolhidas (84%); seguindo-se a escolha pelas de acoplagem (72,5%; quebra-cabeça, modelagem, recorte e colagem). Os jogos de regras (minigame, baralho), as brincadeiras simbólicas (desenhar e fantoches) e de exercícios (tocar instrumento, jogar bola) foram escolhidos por 70% das crianças. Considerando os tipos de atividades apresentados pelo ABH, é possível afirmar que, no geral, todos tiveram uma grande aceitação pelas crianças. Estas consideraram o brincar como uma forma de distração que ajuda a enfrentar a hospitalização. Entretanto, para que essa forma enfrentamento da hospitalização efetivamente se concretize, e, considerando a carência financeira da população internada e seus familiares, faz-se necessário o esforço por parte dos profissionais do hospital em manter a brinquedoteca acessível a todas as crianças. O uso do ABH no modo informatizado mostrou-se adequado, podendo ser um produto útil aos pesquisadores e profissionais da Psicologia.

**Palavras-chaves:** Avaliação psicológica informatizada, Brincar no hospital, Estratégias de enfrentamento infantil

**Atividade: Psicologia e saúde pública  
(Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Práticas transversalizadas da clínica em saúde mental

**Autor(es):** João Leite Ferreira Neto

**Resumo:** Esta pesquisa, financiada pelo Fundo de Apoio à Pesquisa - FIP - da PUC Minas, investiga mudanças nas práticas em psicologia clínica no Brasil, no campo da Saúde Mental. Desenvolve um panorama histórico, uma investigação conceitual e uma reflexão sobre a relação entre essas práticas e o espaço urbano. Seu campo empírico é um Distrito Sanitário de Belo Horizonte, onde foram entrevistadas, de modo semi-estruturado, seis psicólogas que atuam no Programa de Saúde Mental. Dentro dos objetivos da pesquisa estabelecemos três grandes categorias prévias que acompanham as perguntas do roteiro das entrevistas. A análise das entrevistas utilizou as indicações de Turato (2003), de pesquisa clínico-qualitativa, para exploração de seu conteúdo. Elas abordam as características das mudanças na clínica; as relações entre clínica, políticas públicas e organização dos serviços; e as relações entre clínica, comunidade, região e cidade. O conceito de dispositivo, tal como foi formulado por Michel Foucault, e o conceito de transversalidade, proposto por Felix Guattari, foram utilizados como instrumentos para discussão dos resultados. Os dados produzidos apresentam mudanças nas práticas clínicas na saúde mental, que emergiram a partir do encontro das políticas públicas com os serviços locais, levando os profissionais a lidarem com esse entrecruzamento menos como um atravessamento dificultador e mais como fator potencializador da clínica. O que é descrito como dificultador é a desarticulação freqüente do trabalho "em rede" e o aumento da demanda por atendimento sempre crescente. O que há de potencializador é descrito como aumento dos recursos não disponíveis no consultório particular (a equipe, outros profissionais, outros equipamentos, o trabalho intersetorial, entre outros). Tudo isso promove a abertura de espaços de invenção e criação, ampliando o campo das possibilidades dessa clínica transversalizada. Mesmo assim, algumas profissionais entrevistadas mantêm um discurso de identidade entre a clínica exercida no consultório particular e a exercida no ambulatório de saúde mental. A expressão "clínica ampliada" designa o manejo produtivo da tensão entre clínica e política. A proposta de trabalho da clínica ampliada visa superar a clínica tradicional e a dissociação entre

reabilitação psicossocial de um lado e clínica de outro. Para isso propõe uma redefinição do objeto, do objetivo e dos meios de trabalho de assistência individual, familiar e a grupos. A finalidade da assistência é a produção de saúde por meio da reabilitação, do alívio do sofrimento e por meio do aumento do coeficiente de autonomia e de autocuidado dos pacientes, das famílias e das comunidades. A subjetividade é associada à noção de cidadania. Essa atuação tem colaborado para a desconstrução da concepção clássica de clínica liberal privada, indicando novos rumos na formação dos psicólogos.

**Palavras-chaves:** Saúde mental, Políticas de saúde, Psicologia clínica, Clínica ampliada, Transversalidade

**Trabalho:** O trabalho grupal como instrumento da psicologia social para a promoção da saúde coletiva

**Autor(es):** Marcos Vieira Silva

**Resumo:** O PROJETO DOCE VIDA integra um programa de pesquisa, extensão e estágio curricular vinculado ao LAPIP – Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial da Universidade Federal de São João Del-Rei, em Minas Gerais. Constitui-se em um trabalho interdisciplinar desenvolvido junto à Associação dos Portadores de Diabetes de São João del-Rei e junto à Policlínica do SUS. A intervenção psicossocial busca a promoção do processo grupal e a implicação dos portadores e familiares no tratamento do diabetes, possibilitando-lhes a melhoria de suas condições de saúde, do auto-cuidado e de sua autonomia. O Diabetes Mellitus é uma doença crônica com o comprometimento do pâncreas, órgão que produz a insulina, sendo caracterizada pela elevação da glicose no sangue acima da taxa normal. O Pâncreas passa a produzir uma quantidade muito pequena de insulina ou para de produzi-la. A doença é causada por fatores genéticos ou ambientais, geralmente por ambos, sendo a obesidade o fator ambiental mais comum. O seu tratamento exige uma rígida mudança comportamental, com cumprimento de dietas alimentar e medicamentosa específicas, e a prática de exercícios físicos, a fim de evitar futuras complicações da doença. A metodologia utilizada baseia-se na Pesquisa-Ação e na Pesquisa Participante, incluindo estratégias de realização de grupos operativos, oficinas de grupo e grupos de reflexão. O Projeto Doce Vida busca, em conjunto com outros profissionais, organizar um trabalho educativo e reflexivo sobre os comprometimentos, disfunções e falência dos vários órgãos do organismo humano, acarretados pelo tratamento inadequado, assim como trabalhar as implicações psicossociais advindas da doença ou das limitações exigidas pelo tratamento do diabetes mellitus, tais como o estresse, a depressão, a baixa auto-estima, dentre outros. Outro objetivo é a promoção de educação nutricional, através de trabalho interdisciplinar, desenvolvido com a nutricionista voluntária da APD, buscando a mudança de hábitos alimentares e, conseqüentemente, melhorias na qualidade de vida dos portadores. Pretende-se, também, trabalhar os fenômenos grupais, a fim de alcançar o fortalecimento do grupo, o reconhecimento dos próprios membros enquanto parte deste e implicá-los na mobilização pela busca de melhorias no atendimento oferecido aos portadores de diabetes. São feitos trabalhos de divulgação de informações e estratégias de prevenção na comunidade. A atuação da Psicologia tem buscado o desenvolvimento de metodologias que proporcionem e possibilitem maior conscientização e implicação dos portadores e familiares na convivência cotidiana com a doença, de forma que possam assumir progressivamente o papel de sujeitos de sua própria história, conscientes dos determinantes sócio-políticos de sua situação e ativos na busca de soluções para os problemas enfrentados no dia-a-dia. Além disso, visamos o desenvolvimento do processo grupal, buscando provocar nos participantes da APD um envolvimento crítico e um compromisso maior com a construção coletiva da Associação e com a luta por melhorias no atendimento prestado pelos órgãos públicos. O trabalho possibilita maior conscientização dos sujeitos em relação à doença. As reuniões facilitam a construção de uma identidade coletiva da “pessoa com diabetes”, baseada em experiências compartilhadas e afetividade no grupo. O processo de participação dos associados alterna períodos de intensa mobilização com ausências e apatia. Mesmo assim, há um avanço significativo no processo de construção de uma nova identidade de “pessoa com diabetes” que, agora, está muito mais relacionado aos direitos de cidadania e à autonomia dos participantes como sujeitos sociais. Pensamos o grupo como espaço e processo dinâmicos em que os papéis podem ser redefinidos a cada momento e no

qual é possível um trabalho terapêutico justamente pela flexibilidade do seu funcionamento; como um lugar onde as pessoas podem refletir e mudar seu comportamento e suas estratégias de convivência com o diabetes, e compartilhar experiências importantes na construção da identidade pessoal e coletiva. Uma questão pensada como fundamental é a criação de estratégias de participação constante e crescente dos associados, de forma que assumam seu papel como sujeitos ativos e responsáveis pela Associação e pelo seu tratamento. Nesse sentido, ressalta-se a importância do trabalho desenvolvido em conjunto com a Diretoria da APD e a existência do Projeto Doce Vida, como atividade permanente de extensão universitária da UFSJ. Percebe-se que, apesar das dificuldades encontradas, os membros do grupo estão inseridos em um processo crescente de construção individual e coletiva da identidade de portador de diabetes, ao refletirem e questionarem o seu papel no grupo e ampliarem suas formas de participação. Ressalta-se que a construção da identidade de associado da APD e de portador de diabetes é o nosso maior desafio e só será conquistado plenamente mediante um conhecimento consolidado acerca do diabetes e suas implicações, bem como da realização de um tratamento adequado, mediante uma completa reformulação do atual programa de atendimento oferecido pelo SUS na cidade. A vinculação das estratégias de extensão universitária com a pesquisa e com a iniciação científica é um objetivo permanente do LAPIP.

**Palavras-chaves:** Promoção da saúde, Intervenção psicossocial, Práticas grupais, Projeto Doce Vida

**Trabalho:** Reflexões sobre as práticas de grupo na atenção básica à saúde

**Autor(es):** Luciana Kind do Nascimento

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é problematizar as propostas de grupo hoje praticadas na assistência básica que podem ser pensadas a partir da noção de biopoder e derivações conceituais em análises contemporâneas. O trabalho é fruto de uma investigação desenvolvida pelo Laboratório de Psicologia Social da PUC Minas - Unidade São Gabriel através do Programa de Integração Ensino-Serviço (PISE) da Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais. A proposta incentiva a formação de um profissional crítico e comprometido ética e politicamente com o campo de atuação, neste caso, a saúde pública. Partimos da premissa de que a psicologia, em sua aproximação com os serviços de saúde, pode contribuir para uma discussão profícua em torno dos eixos subjetividade, estilo de vida e promoção da saúde. Observamos com interesse iniciativas que se deslocam do modelo voltado para a “doença” e “indivíduo”, na direção da promoção da saúde e indagamos: como são incorporados os pressupostos de distintas correntes de promoção da saúde nas práticas de grupo desenvolvidas por equipes de PSF? Que direções há nas políticas de saúde para o desenvolvimento destas práticas? Que efeitos essas práticas produzem nos usuários: empowerment, participação, produção de “modos saudáveis de vida”, auto-cuidado? Estas questões orientam a discussão que, num primeiro momento, trará elementos do campo da saúde coletiva, mais especificamente dos pressupostos das correntes de promoção da saúde que fomentam metodologias participativas como parte da agenda dos cuidados primários. Num segundo momento serão analisados dois trabalhos específicos em grupo desenvolvidos por uma equipe do Programa de Saúde da Família da região metropolitana de Belo Horizonte. A Promoção da Saúde, tal como é apresentada no documento para discussão da Política Nacional de Promoção da Saúde (Brasil, 2002), deve considerar tanto os preceitos das conferências internacionais de promoção da saúde como os da reforma sanitária brasileira. Há no documento um sincretismo de diferentes proposições para a promoção da saúde, culminando com um entendimento ampliado de saúde que pode ser analisado como a “estatização da vida”. Com um acento otimista, o documento aponta que a promoção da saúde visa estimular a autonomia dos indivíduos, tendo como forte ponto de argumentação o compromisso com a qualidade de vida. Aparecem no documento reflexões de distintas correntes do pensamento canadense e brasileiro sobre promoção de saúde. Para mencionar algumas, podemos identificar a noção de “autonomia” e “estilos de vida” presente nos anos 1970 no Canadá; a assistência generalista e a ação comunitária presentes nas discussões da “Nova Promoção da Saúde Canadense”; a construção de políticas públicas saudáveis presente nas propostas de “Promoção da Saúde da População”, movimento também canadense; princípios para a ação coletiva, a prevenção e a vigilância em saúde, heranças da reforma sanitária

brasileira; e valorização da vida, recolocando a dimensão subjetiva nos processos políticos, característica da corrente contemporânea nomeada como “Defesa pela Vida”. Na implantação de políticas de saúde esse debate tem sido incorporado como uma profusão de trabalhos coletivos, em geral desenvolvidos pelas equipes de PSF. É copioso o número de relatos de experiências participativas relacionadas com as Estratégias de Saúde da Família. Grupos de idosos, adolescentes, prevenção de doenças das áreas prioritárias de ação em saúde, como hipertensão e diabetes, grupos de mulheres, além de grupos voltados para a qualidade de vida. As metodologias de grupo, em geral, têm influência do Grupo Operativo, mas os relatos apontam também oficinas temáticas como estratégia metodológica. O empowerment é visado como componente importante para a mudança de hábitos de vida e participação cidadã na prevenção de doenças e promoção da saúde. Recentemente, em documento endereçado aos trabalhadores da rede básica, a Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte estabeleceu dentre as abordagens de responsabilidade da rede básica na promoção da saúde o desenvolvimento de grupos com “novos eixos estruturantes” que não identifiquem seus integrantes por doenças, mas antes, em prol da mudança de modos de vida. Nessa direção, destacamos dois grupos acompanhados nesta investigação que têm como objetivo geral a qualidade de vida de seus integrantes, sendo um deles derivado do trabalho anterior com pacientes com sobrepeso e o outro tem como atividade principal a produção coletiva de peças de artesanato. Essas propostas, apesar de se inspirarem em trabalhos amplamente utilizados no campo da saúde, trazem elementos novos como, por exemplo, a incorporação de atividades culturais nos encontros do grupo. Apesar de serem apresentadas pela equipe como ações de saúde não voltada para a doença, as atividades desenvolvidas pelos grupos são avaliadas em termos atrelados a indicadores biológicos dos integrantes. Contudo, é inegável o impacto desse redirecionamento dos “grupos-doença” para “grupos-saúde” não só nos usuários, como nos profissionais de saúde que os acompanham.

**Palavras-chaves:** Promoção da saúde, Práticas grupais, Programa de Saúde da Família, Formação em psicologia

**Atividade: Adolescentes Cuidando da Vida (Paineis)**

**Trabalho:** Adolescentes Cuidando da Vida: desenvolvendo possibilidades de ressignificação

**Autor(es):** Ediana Rosselly de Oliveira Gomes, Martha Azucena Traverso-Yépez, Andressa Rafaella Oliveira de Castro, Danielle Ferreira Garcia, Mariana Borges Machado Vieira, Solange Neves dos Santos

**Resumo:** O Projeto de Extensão “Adolescentes Cuidando da Vida” constitui-se como um trabalho de promoção da saúde integral dos adolescentes do bairro de Felipe Camarão e suas famílias. Insere-se em iniciativa conjunta com a ONG Espaço Vida, ainda em curso, abarcando professores e alunos integrantes do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Desenvolvido desde 2001, o projeto objetiva trabalhar com crianças e adolescentes na faixa etária entre 10 a 14 anos e suas famílias, enfocando o quadro de vulnerabilidade que caracteriza a vivência de crianças e adolescentes dessa comunidade. Adota a metodologia da dialogia e da educação popular, almejando a produção de conhecimentos nas áreas da Psicologia Social e Psicologia do Desenvolvimento, saúde reprodutiva e cidadania. No que se refere aos acadêmicos vinculados ao projeto existem seis estudantes diretamente envolvidos na elaboração e execução do trabalho, bem como a participação de cerca de 60 alunos do Curso de Graduação em Psicologia matriculados nas disciplinas Psicologia do Desenvolvimento e Tópicos em Psicologia Social II. Situado na zona oeste de Natal, o bairro de Felipe Camarão é um típico bairro de periferia, marcado por precárias condições de vida e abundantes situações de exclusão social, sendo estigmatizado pela mídia e pelo senso comum.

É um dos maiores e mais populosos bairros da cidade, com uma população de cerca de 60 mil habitantes, dos quais, 46,7% têm entre 0 e 19 anos, dado que justifica a opção pelo público adolescente no trabalho de pesquisa-intervenção. O contexto de precariedade a que a referida população encontra-se submetida limita a consolidação de projetos de vida que transcendam o mercado informal de trabalho e o desempenho dos tradicionais papéis sexuais, gerando um ciclo de reprodução da pobreza que tende à perpetuação. A qualidade da educação pública das crianças e adolescentes deixa a desejar, desembocando em altos índices de evasão escolar. Observa-se também na população a naturalização das problemáticas enfrentadas em seu contexto. O posicionamento marginal na sociedade, por vezes, não é sequer questionado, além de visto como estático e intransponível. Em se partindo do quadro acima mencionado, o projeto visa à promoção de espaços de reflexão crítica, troca de experiências, lazer, cidadania e protagonismo juvenil aos adolescentes envolvidos, de modo a proporcionar possibilidades de ressignificação que levem a um posicionamento crítico de sua realidade. Conta com a participação de aproximadamente quarenta adolescentes, em oficinas semanais de Adolescência e Cidadania. Através de atividades paralelas, de lazer e acesso à cultura, pretende-se envolver também os familiares/responsáveis desses adolescentes, complementando as ações a partir da consolidação de vínculos familiares propiciadores de maior suporte e proteção, trabalhando-se, especialmente, a questão da melhoria do relacionamento intra-familiar. A equipe utiliza estratégias diversificadas, tais como oficinas temáticas lúdico-educativas, momentos de discussão e entretenimento, além de passeios interativos-pedagógicos a espaços culturais e naturais da cidade de Natal. As atividades são focadas no intuito de desenvolver a reflexão e o senso crítico entre os adolescentes, claramente vulneráveis às vicissitudes do contexto em que se encontram imersos. Observa-se que o trabalho de dar aos jovens voz e oportunidades de trocarem experiências, expor seus projetos, valores e idéias para o grupo, amplia sua visão de mundo e fortalece a auto-estima e o auto-conhecimento. Acredita-se, ainda, que esse espaço de discussão e questionamento é um passo importante para a desnaturalização da situação, a criação de um espaço de aprendizado e construção conjunta de novas possibilidades. Além disso, viabiliza entre os acadêmicos envolvidos oportunidades de reflexão e aprendizado, levando a práticas que vêm sendo sistematizadas ano a ano. Propõe-se, desse modo, a criação de um espaço permanente de intervenção e produção de conhecimento que possibilite aos estudantes da graduação e pós-graduação do Departamento de Psicologia da UFRN o desenvolvimento de atividades e práticas fundamentais a uma formação profissional mais comprometida com os problemas sociais em nosso contexto. Tem-se ainda, a finalidade de sensibilizar educadores e profissionais de saúde que atuam na área circunscrita da Unidade de Saúde do bairro para as idiosincrasias do contexto acima mencionado.

**Palavras-chaves:** Adolescência, Saúde, Pesquisa Intervenção, Psicologia Social e do Desenvolvimento, Atividades lúdico-educativas

**Atividade:** A EMERGÊNCIA DE NOVAS CONCEPÇÕES DE SUJEITO NA HISTÓRIA DO TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS (Paineis)

**Trabalho:** A EMERGÊNCIA DE NOVAS CONCEPÇÕES DE SUJEITO NA HISTÓRIA DO TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS

**Autor(es):** Luciana Kind do Nascimento

**Resumo:** O presente trabalho apresenta discussões parciais da pesquisa de doutorado que objetiva analisar a história das tecnologias médicas ao longo do século XX que trouxeram à tona o debate interdisciplinar em torno da redefinição da morte. Mais especificamente, interessa-nos a história da definição de morte cerebral e da tecnologia de transplante de órgãos, que trouxe consequências para a própria definição de sujeito e o que há de humano em sua existência, culminando com o argumento de que a consciência seria o que melhor caracterizaria o ser humano, definindo o cérebro como seu órgão-sede. Trabalhamos com a hipótese de que a história da definição de morte cerebral e do transplante de órgãos, focalizada num momento anterior à expansão das neurociências, permite discutir a emergência de novas concepções de sujeito, dentre elas a de sujeito cerebral, que tem sido apresentada como uma nova figura

antropológica, em geral vinculada ao avanço das neurociências. Neste caso, sustentamos que antes mesmo das modernas técnicas de visualização do cérebro, o saber e as práticas médicas demandaram que este órgão fosse considerado o limite somático do self. Para isso, nos anos 1980 alguns defensores deste argumento recorreram ao conceito de identidade pessoal de John Locke, atualizando sua interpretação de que a consciência é a chave para a compreensão da identidade, interpretando-se, três séculos depois, que só o cérebro poderia sediá-la. Analisaremos, portanto, na história da definição da morte e do transplante de órgãos, a rede de saberes concorrentes, a construção de argumentos, o intercâmbio internacional de idéias e a proliferação de procedimentos médicos que contribuíram para as redefinições da concepção de sujeito. Analisamos a literatura médica, especialmente periódicos de grande circulação nesse campo, entre as décadas de 1920 a 1980 problematizando as redefinições de sujeito que acompanham a definição de morte encefálica. No campo dos transplantes de órgãos, entre os anos 1920 e 1960, o eixo da experimentação com seres humanos orientava o debate na literatura médica. Entre as décadas de sessenta e oitenta, observamos uma empreitada para localizar os atributos humanos no cérebro. O desenvolvimento de tecnologias de suporte de vida em meados do século XX materializou o sonho de estender a vida e conduziram a mais experimentações médicas, a infindáveis debates éticos e novas concepções de ser humano, de morte e de vida. Encontramos até os anos 1950 um modelo de ser humano inspirado na fisiologia moderna, um conjunto de sistemas em interação, ainda que suas partes pudessem ser isoladas e submetidas à experimentação. A partir do final dos anos 1950 cresce a demanda por uma redefinição da morte, que tem como ponto central uma definição de ser humano que se compatibilize com intenções explícitas de solucionar alguns problemas decorrentes da prática médica. Destes problemas, dois são acentuados, sendo o primeiro o aumento de corpos mantidos vivos por meios artificiais nas então avançadas unidades de terapia intensiva. Um segundo problema se caracterizava pelo avanço nas tecnologias de transplantes de órgãos, que demandava a disponibilidade de órgãos para uma passagem dos transplantes de rins com doadores vivos para tentativas mais arrojadas, como os transplante de fígado e de coração. Àquela época resultados promissores haviam sido alcançados com a experimentação em animais. Faltava, portanto, minar a sacralidade da vida humana para prosseguir com cobaias humanas. Os pacientes com resultados de eletroencefalograma (EEG) sem sinais de funcionamento cerebral pareciam servir a essa missão. Sucessivamente interpretados como corpos sem sujeitos, uma vez que a história de vida e a consciência eram aparentemente irrecuperáveis, esses pacientes ditos “sem esperança”, precisavam ser declarados mortos para terem seus órgãos coletados. Em nada conciliável com os avanços da tecnologia médica, a correlação da alma humana com o coração, sofreu um golpe decisivo com o transplante de coração em seres humanos, no final da década de 1960. Uma nova sede para o ser humano, mais moderna e coerente, pretendendo-se solidamente construída com evidências como o EEG e a definição de morte cerebral, consolidou-se da década de 1960 em diante. Os aspectos filosóficos, jurídicos, sociais e culturais que diferenciam países que incorporaram os transplantes apontam que a interpretação da nova definição de morte é crivada por modos distintos de se pensar a morte e a vida humana. Observamos na literatura das ciências humanas, uma discussão voltada para os “novos artefatos médicos”, em decorrência da maleabilidade do corpo em tempos de alta tecnologia: corpos mortos com partes vivas; corpos vivos com partes de mortos; mortos-vivos conectados a máquinas. Ponderamos que no século XX, em nome da corrida para a melhoria da vida humana através da prática médica incrementada por novas tecnologias, parece ter alcançada uma invenção de seres humanos híbridos, a saber, homem-máquina; homem-vegetal; homem-homem.

**Palavras-chaves:** Tecnologia médica, Morte cerebral, Identidade pessoal, Sujeito cerebral

**Atividade:** Articulando experiências, produzindo sujeitos e incluindo cidadãos  
(Mesas Redondas)

**Trabalho:** #61558; Habitando e transitando por territórios: o extra-muros dos CAPS

**Autor(es):** Mônica de Oliveira Nunes, Maurice C. de Torrenté

**Resumo:** Esta apresentação é fruto de uma pesquisa avaliativa de tipo processual e participativa que envolve a comparação de Centros de Atenção Psicossocial, situados em diferentes municípios do estado da Bahia, e de distintas modalidades de CAPS implementados em Aracaju, Sergipe. Tem como principais objetivos: 1- Avaliar o sistema de atenção à Saúde Mental nos estados da Bahia e Sergipe tomando como referência os CAPS, nas suas multidensões que refletem valores dos usuários, das famílias, dos profissionais e dos gestores; e 2- Compreender quais são e como funcionam os recursos produzidos nos CAPS para articular experiências, produzir subjetividades e incluir os sujeitos na rede social. Para tanto, o estudo combina uma perspectiva quantitativa (etno-epidemiológica) e qualitativa (antropológica extensiva e intensiva) e envolve entrevistas e grupos focais realizados com usuários, familiares, gestores e profissionais dos CAPS, além da observação sistemática de atividades desenvolvidas nesses espaços terapêuticos. São três os principais eixos abordados na análise dessa investigação e os mesmos serão apresentados enquanto tal nos três momentos dessa mesa redonda: o primeiro refere-se ao território, o segundo, às tecnologias e o terceiro, às famílias. Neste primeiro eixo, focalizamos a análise na experiência de território construída e vivida a partir de representações e práticas concretas, desenvolvidas interativamente pelos diversos atores sociais que compõem os diversos CAPS. Como resultados preliminares, observa-se que há um aparente senso comum referente à noção de território expressa nos CAPS pelos seus profissionais que o situa no espaço das atividades extra-muros. Aí são destacadas as visitas domiciliares, as buscas ativas, os trabalhos realizados em interação com o PSF, os trabalhos com as residências terapêuticas, as parcerias com empresas ou instituições, caminhadas, feiras, entre outras. A nossa pesquisa evidencia diferentes interferências no espaço extramuros quando compara os diversos CAPS estudados, o que já indica níveis bastante distintos de intervenção social dessas instituições e concepções distintas referentes ao espaço social da loucura. Buscamos entender o modus operandis dessas intervenções, bem como suas dificuldades e estratégias de realização. Para além dessa circunscrição conceitual do “extramuros”, analisamos o conceito de território a partir de suas múltiplas dimensões: social (ênfase em suas redes de reciprocidade), cultural (como espaço simbólico e de invenção), política (situando suas relações de poder), afetiva, entre outros, descrevendo de que modo elas se materializam no fazer dos usuários e de algumas das pessoas que interagem com os mesmos no CAPS e nas cidades. Um dos pontos que nos chamam a atenção é a grande diversidade de níveis e formas de atuação territorial nos diversos CAPS, indo desde ações tímidas e, por vezes, bastante presas a um modelo do louco como ser à margem da vida social até interferências fortes e impactantes que imprimem uma potência de interlocução com o espaço social.

**Palavras-chaves:** Políticas em saúde mental, CAPS, Território, Loucura: conceitos

**Trabalho:** A invenção e a repetição de tecnologias: o novo e o velho nas atividades dos CAPS

**Autor(es):** Vlândia Jamile dos Santos Jucá

**Resumo:** No cenário de implementação da reforma psiquiátrica, os profissionais inseridos nos Centros de Atenção Psicossocial são constantemente convidados a repensarem suas respectivas formas de atuação. Independente de sua formação, os profissionais lidam com demandas diversas, tais como: fazer grupos, coordenar oficinas, realizar atividades extramuros e organizar a rede de assistência no campo da saúde mental. Frequentemente, a angústia invade as equipes, pois, se trabalhar com saúde mental já é uma tarefa árdua, ainda há o agravante de se perceber despreparado para responder aos desafios colocados. Isso acontece por inúmeros motivos, dentre os quais vale destacar as deficiências presentes nas diversas graduações pertencentes à área de saúde, onde se percebe uma ênfase na reprodução de técnicas, em detrimento de outras habilidades fundamentais para o desenvolvimento da habilidade de criar uma atuação contextualizada. No caso específico da psicologia, a prática clínica realizada em consultórios particulares, ou mesmo, em ambulatórios públicos, mostra-se insuficiente no cenário dos CAPS. Isso não significa dizer que a clínica deva ser esquecida, mas implica em abraçar o desafio de pensar com maior cuidado o que é possível oferecer além do modelo clínico tradicional, em que temos um paciente e um terapeuta, protegidos pelas paredes de um consultório. Trata-se de desenvolver e reinventar tecnologias que respondam à necessidade de



oferecer o melhor cuidado possível àqueles que têm suas vidas desestruturadas em função de um intenso sofrimento mental. Esse desenvolvimento e reinvenção de tecnologias não pode, contudo, acontecer tendo como base apenas a demanda de fazer diferente – para atender a uma solicitação das esferas gerenciais que, por sua vez, atendem ao Ministério da Saúde – nem movida apenas pelo espontaneísmo. Algumas reflexões são necessárias. Por exemplo, por que fazer grupos e oficinas? Qual sua relevância? Com que ferramentas teóricas podemos fundamentar e ler o que se passa no espaço grupal? Como discernir o que é mais adequado para um usuário – grupo, oficina, atendimento individual ou os três conjuntamente? Para iniciar uma análise mais aprofundada das tecnologias utilizadas, seus potenciais e seus limites, utilizamos o espaço da pesquisa “Articulando experiências, produzindo sujeitos e incluindo cidadãos...” para conhecer que tecnologias as equipes dos CAPS têm desenvolvido, as orientações teóricas seguidas, os avanços conseguidos, as dificuldades encontradas, as angústias vividas e zonas de não saber detectadas. Acreditamos que, a partir desse levantamento, podemos pontuar quais são os campos onde precisamos avançar em termos de amadurecimento e, mesmo, reinvenção, das tecnologias já utilizadas. Nessa mesa-redonda, propomos explorar os resultados preliminares da pesquisa, fruto de algumas entrevistas e grupos focais realizados. Apresentaremos as estratégias e modalidades de atendimento que têm sido utilizadas na Bahia e em Sergipe, lugares em que a pesquisa tem acontecido, destacando onde temos efetivamente caminhado e onde estão os entraves que, por vezes, aprisionam algumas equipes. Os dados serão interpretados com a ajuda de autores que têm se preocupado com um uso “burocratizado” de algumas tecnologias e nos convidam a explorar melhor as razões teóricas e práticas para que as realizemos. Tentaremos argumentar ainda que tais tecnologias, para fazerem sentido, no contexto da reforma psiquiátrica, precisam estar afinadas com a direção do tratamento pensada para o caso de cada usuário em particular, o que envolve, em linhas gerais, o (re)estabelecimento dos laços sociais para o sujeito.

**Palavras-chaves:** Políticas em saúde mental, CAPS, Abordagens terapêuticas, Invenção

**Trabalho:** #61558; Articulando laços sociais e laços familiares a partir do trabalho dos CAPS

**Autor(es):** Vitória Eugênia Ottoni Carvalho, Sílvia Regina de Souza Santos

**Resumo:** A partir dos novos modelos de atenção em saúde mental, a família, como espaço privilegiado para as práticas de cuidado à saúde deve se reorganizar para uma efetiva modificação da atenção nesta área. Os dados de literatura bem como a experiência clínica nos novos dispositivos mostram que os profissionais que lidam com a saúde mental devem considerar as famílias como um elemento fundamental no cuidado dispensado ao portador de transtorno mental, sob pena de vermos comprometido o projeto de tratarmos este indivíduo fora do modelo assistencial centrado no hospital e na lógica biomédica ainda vigentes. Contudo, para exercerem a função de agentes terapêuticos, as famílias precisam ser alvo de uma escuta e um olhar cuidadoso e diferenciado, que propiciem certa orientação e suporte às mesmas, e como consequência – a partir das representações e da produção de sentidos sobre o transtorno mental – ações eficazes nesta área da saúde, tais como a reinserção do sujeito na comunidade, a instauração da sua cidadania, enfim, a sua reintegração à família e à sociedade. Sabemos que cada grupamento familiar responde de uma maneira particular frente ao sofrimento mental de um dos seus integrantes, tanto no que diz respeito às estratégias de redução, quanto na elaboração das formas de cuidar deste padecimento. Pensamos aqui o cuidado como uma categoria mais ampla, que envolve não apenas a sua dimensão técnica, mas também a qualidade das redes sociais, que orientam e sustentam projetos de vida. Pelo fato de se constituir como uma unidade dinâmica há sempre a possibilidade de deslocamento e mudança de funções dos atores sócio-familiares. Deste modo, buscamos explicitar neste estudo os sentidos do cuidado produzido pelas famílias dentro do contexto da ampliação da rede de suporte social promovida pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e procuramos compreender como esta nova configuração no sistema de cuidados pode e deve redefinir as posições dos membros na dinâmica familiar. Este trabalho está inserido na pesquisa mais ampla, em andamento, denominada: “Articulando experiências, produzindo sujeitos e incluindo cidadãos: um estudo sobre as novas formas de cuidado em saúde mental na Bahia, Brasil”, cujos resultados preliminares serão aqui

apresentados nessa mesa redonda. Utilizou-se uma estratégia de pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, com a realização de observação participante e grupos focais com familiares de portadores de transtorno mental atendidos por diversos CAPS em sete municípios da Bahia e de Sergipe. Análises preliminares mostram a necessidade dos CAPS desenvolverem estratégias de atenção às famílias que não as uniformizem enquanto objeto de cuidados, mas que sejam sensíveis à diversidade dos sistemas familiares. Assim, a família deve ser compreendida como um sujeito ativo que constrói múltiplos sentidos acerca do sofrimento mental e, portanto, capaz de fazer diferentes escolhas de enfrentamento da doença.

**Palavras-chaves:** Políticas em saúde mental, CAPS, Família

**Atividade:** **ATENÇÃO PSICOLÓGICA EM INSTITUIÇÃO Intervenção junto a adolescentes autores de ato infracional grave (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** ATENÇÃO PSICOLÓGICA EM INSTITUIÇÃO – Intervenção junto a adolescentes autores de ato infracional grave

**Autor(es):** Sáshenka Meza Mosqueira, Henriette Tognetti Penha Morato

**Resumo:** O PEDIDO INICIAL O presente trabalho tem seu ponto de partida em junho de 2002, quando a direção de uma Unidade de Internação da FEBEM/SP solicitou ao Laboratório de Estudos e Prática em Psicologia Fenomenológica Existencial “psicoterapia” para adolescentes que recebessem, do juiz responsável pela permanência na medida de internação, encaminhamento para o mencionado atendimento. O CONTATO COM A INSTITUIÇÃO Encontros com a direção e membros da equipe técnica – psicólogos e assistentes sociais - da unidade inauguraram a intervenção clínica na instituição e a realização de Projeto de Extensão, ainda vigente. Estes primeiros contatos, hoje compreendidos como cartografia em instituição, permitiram, via atitude clínica fenomenológica, identificar a dificuldade em atender à exigência judicial e, ao mesmo tempo, cumprir seu papel educativo/avaliativo junto aos adolescentes. Porém, estaríamos nos aproximando de esclarecer a demanda institucional? Qual seria a demanda da equipe técnica? E qual a dos adolescentes em questão? PLANTÃO PSICOLÓGICO Após cartografia, ofereceu-se Plantão por ser uma modalidade de atenção psicológica em que o profissional dispõe-se a receber, em tempo e espaço determinados, quem precisar de atendimento. Sem estipulações prévias a respeito dos desdobramentos do contato com o sofrente, os plantonistas colocavam-se à sua disposição para, nesse momento da emergência, construir conjuntamente possibilidades de cuidado às questões que lhe são urgentes. Na contramão da atuação da FEBEM, instituição disciplinar que imprime vigilância constante, os atendimentos em Plantão ofereciam a possibilidade de retirada do adolescente da institucionalização, a retomada e a apropriação de sua história enquanto sujeito. No entanto, ao longo do trabalho realizado surgiram novos questionamentos a respeito do pedido ou da demanda e, com eles, do caráter da “procura” dos adolescentes por este atendimento. Tornava-se inevitável a reconsideração do nosso trabalho dentro das modalidades de atenção clínica em Aconselhamento Psicológico. ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO NA FEBEM Questionamentos às transformações ocorridas a partir da proposta inicial de Plantão conduziram a revisar a nomeação desta prática e a refletir sobre sua pertinência nesta instituição. A disponibilidade da equipe de psicólogos, que se estendia para além de esclarecer a demanda do adolescente, contemplando uma expectativa por continuidade, apresentava-se também no adolescente. Destacava-se ainda uma característica que distinguia o atendimento realizado do Plantão Psicológico: a impossibilidade de uma procura espontânea por quem era atendido. A partir destas reflexões, o foco do projeto migrou para Acompanhamento Psicológico para adolescentes internos com ou sem encaminhamento judicial. Acompanhar estes adolescentes possibilita oferecer acolhimento em momentos de perda de sentido, além de oferecer um convite a responsabilizar-se pelo seu próprio cuidado. Neste sentido, tanto o Acompanhamento quanto o Plantão constituem modalidades de atendimento que permitem abrir ao sujeito possibilidades de, em se narrando com sua história, lançar outro olhar a si mesmo e a seu modo de ser si mesmo. Apoiada na perspectiva fenomenológica existencial, como pressuposto para uma elaboração

teórica em Psicologia, a prática psicológica ainda pode compreender a tarefa terapêutica como educativa: é lugar para a compreensão, pelo cliente, de sua responsabilidade por si mesmo, considerando que o cuidado é constituinte da dimensão ontológica humana - o homem é cuidado como ser. Esse cuidado implica ao psicólogo um fazer específico como cuidador do cuidado do outro: cuidar de ser cuidando de ser. MAIS QUESTIONAMENTOS Experiências como essas provocam uma ruptura no ciclo de atuação desprovido de reflexão, característico de uma instituição total como a FEBEM, ou do próprio fazer psicológico, implicando questionamentos às formas de um serviço de atenção psicológica de qualidade no contexto institucional. Para isto ser possível é fundamental estar atento à "cultura da organização" de qualquer instituição, cuja tendência é a cristalização de um sistema de significações, que restringem o espaço para expressão da subjetividade dos sujeitos, em favor dos interesses de um sistema totalitário. PARA ALÉM DO ACOMPANHAMENTO EM INSTITUIÇÃO Voltando à reflexão sobre o sentido do atendimento na FEBEM, agora considerando depoimentos de um adolescente que se dispôs a contar sua experiência no atendimento após a desinternação, é possível pensar o espaço de atendimento oferecido a esses adolescentes como uma possibilidade de liberdade de expressão e, inerente a ela, o acesso à dimensão de ser agente de ação? Durante o atendimento, na relação, aponta-se a responsabilidade de cuidar de si, no sentido de responder pelos próprios atos e assumir que a ele coube viver, no momento de seu adoescer humano, o empenhar-se por si mesmo dentro e fora de instituição que favorece precisamente o descuido e abandono de si mesmo. E depois do atendimento? E depois da internação? Como vivem esses meninos? O que pensam? O que fazem? O cotidiano inóspito do período de internação termina, porém o dia-a-dia fora dos muros da FEBEM restringe, também violentamente, possibilidades frente a aspirações de bem viver. Mas, ainda assim, haveria possibilidades de ação e resistência dentro da realidade que se apresenta tão hostil quanto a internação?

**Palavras-chaves:** instituição, adolescente infrator, clínica, Plantão Psicológico

**Atividade:** Angústia no Paciente com Esquizofrenia: uma visão psicanalítica (Paineis)

**Trabalho:** Angústia no Paciente com Esquizofrenia: uma visão psicanalítica

**Autor(es):** Williani Santos Ruiz

**Resumo:** O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objeto de estudo o conceito e as causas da angústia partindo-se de pressupostos teóricos dos psicanalistas Sigmund Freud e Donald Winnicott, além de preceitos que pretendem mostrar as prováveis causas e as definições de angústia vista a partir da Psiquiatria Existencial. Esses referenciais teóricos também expõem a presença de sintomas físicos associados aos sintomas emocionais característicos da angústia. Apresenta ainda definições de Esquizofrenia, apontando suas características sintomatológicas, as fases pelas quais o paciente pode passar, os tipos de transtorno esquizofrênico, além de explicações para o surgimento da esquizofrenia. Seu objetivo é relacionar a presença da angústia em pacientes que apresentam esquizofrenia, determinando em que tipo de esquizofrenia a angústia mais se manifesta e, dessa forma, compreender melhor da angústia, e mais especificamente, da Angústia esquizofrênica. Visa discutir a relação que há entre as causas do surgimento da angústia com os sintomas apresentados na esquizofrenia e compreender a relação que há entre esses fatores e, com isso, compreender a angústia como mais um fato de desequilíbrio da saúde humana. É realizado mediante uma pesquisa do tipo Bibliográfico, cujo método consiste no levantamento, na leitura, análise e discussão textual de obras dos teóricos em questão, procurando apontar as possíveis definições e causas da angústia e interligá-las aos sintomas que caracterizam o Transtorno Esquizofrênico. Faz a consideração de que em ambos os teóricos psicanalíticos tanto para a definição quanto para a gênese da angústia, e os pressupostos da Psiquiatria Existencial, tendem a se complementar, e que a angústia esquizofrênica pode ser mais facilmente observada no tipo paranóide de esquizofrenia porque ela tem como expressão do próprio desequilíbrio mental do paciente os sintomas que o paciente apresenta. Conclui que determinados sintomas, mais especificamente os delírios e as alucinações, que caracterizam o tipo paranóide de esquizofrenia tendem a ocasionar com maior frequência o surgimento e a permanência da angústia em pacientes com esse transtorno mental,

determinando, desta forma, a angústia esquizofrênica, sendo que a angústia nestes pacientes se apresenta de forma imaginável, pois eles têm como definir qual é o objeto ameaçador que ocasiona a angústia devido a seus delírios persecutórios e de grandeza, associados às alucinações que reafirmam a veracidade dos delírios apresentados por estes pacientes. E finaliza levantando algumas possibilidades de continuação da pesquisa, tanto do ponto de vista da pesquisa empírica quanto da prática, além de pontuar algumas limitações acerca do tema na literatura científica.

**Palavras-chaves:** Angústia, Esquizofrenia, Causas, Sintomas, Angústia Esquizofrênica

**Atividade: Crianças e adolescentes com HIV/aids e suas famílias:  
(Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Crianças e adolescentes com HIV/aids e suas famílias

**Autor(es):** Eliane Maria Fleury Seidl

**Resumo:** A modificação da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (aids), de enfermidade com altas taxas de letalidade para doença crônica, tem repercutido positivamente no desenvolvimento físico e psicológico de crianças e adolescentes soropositivos, notadamente aqueles infectados pela transmissão vertical. Com o advento da terapia anti-retroviral e o acesso ao tratamento, constata-se a melhoria da qualidade de vida das crianças e adolescentes HIV+, sendo que aspectos psicossociais passam a ter novo significado e relevância. Assim, as famílias de crianças e adolescentes vivendo com HIV/aids se deparam com desafios como a revelação do diagnóstico, adesão ao tratamento, escolarização e chegada da puberdade. No processo de revelação do diagnóstico, por exemplo, há diversos aspectos que dificultam a tomada de decisão pelos cuidadores quanto ao momento oportuno de contar para a criança/adolescente sobre a soropositividade. Medo do estigma, sentimentos de culpa acerca da transmissão vertical do HIV, severidade da enfermidade da criança e receio do impacto da notícia sobre o desenvolvimento sócio-emocional infantil são motivos que levam os cuidadores a postergar o momento da revelação. O objetivo desse trabalho é relatar a experiência profissional da psicologia no âmbito de um projeto de extensão universitária denominado Projeto Com-Vivência (Ações Integradas de Estudos e Atendimento a Pessoas Portadoras do HIV/Aids e Familiares), desenvolvido no Hospital Universitário de Brasília (HUB), articulando ações de assistência, pesquisa e ensino. O projeto, criado em 1996, é iniciativa de professores da Psicologia e do Serviço Social da Universidade de Brasília, que atuam de modo integrado aos demais profissionais da equipe de saúde. O Projeto Com-Vivência tem como objetivos: (1) prestar atendimento psicológico e social a pessoas vivendo com HIV/aids; (2) desenvolver ações preventivas e educativas sobre aspectos referentes ao HIV/aids junto à comunidade em geral; (3) realizar atividades de capacitação para profissionais da rede pública de saúde e pessoas vinculadas a organizações não-governamentais. O atendimento psicológico à clientela infanto-juvenil e a seus familiares foi estruturado após pesquisa realizada no Distrito Federal, pela equipe do Projeto Com-Vivência, com amostra composta de 43 cuidadores primários de crianças e adolescentes HIV+. Nesse estudo, as idades das crianças variaram de 3 a 13 anos ( $M=6,9$ ;  $DP=2,6$ ), 25 (60%) eram meninos e 36 (90%) estavam em uso de terapia anti-retroviral. Dentre os resultados encontrados, merecem destaque as dificuldades dos cuidadores na revelação do diagnóstico para a criança/adolescente. Quanto à atuação da psicologia, a intervenção é precedida de avaliação psicológica com realização de entrevista com o(s) cuidador(es), com a criança/adolescente (se necessário, dependendo da idade), com base em roteiros semi-estruturados elaborados pela equipe. atendimentos individuais e de grupo, com enfoque cognitivo-comportamental, vêm sendo realizados com cuidadores primários, familiares e/ou crianças/adolescentes soropositivos, visando, especialmente, a melhoria do nível de conhecimento sobre HIV/aids, revelação do diagnóstico, adesão ao tratamento, desenvolvimento de habilidades de enfrentamento mais adaptativas para lidar com estressores relativos à soropositividade e fortalecimento da rede de apoio social. Vários desafios vêm sendo identificados nesse trabalho, em especial nos casos de adolescentes com condutas evitativas em relação à sua condição de saúde, acarretando muitas vezes conseqüências negativas sobre o autocuidado e a adesão ao tratamento. Conclui-se que a abordagem às questões psicossociais deve ser prioridade das equipes de saúde que atuam em

HIV/aids, tendo em vista a qualidade de vida dos cuidadores, familiares e crianças/adolescentes soropositivos.

**Palavras-chaves:** HIV/aids,crianças e adolescentes,intervenção psicológica,psicologia da saúde,cuidadores e familiares

**Atividade: Prematuramente mães: um estudo sobre a psicossomática da gravidez (Paineis)**

**Trabalho:**Prematuramente mães: um estudo sobre a psicossomática da gravidez

**Autor(es):** Flaviana Estrela Maroja,Telma Correa da Nóbrega Queiroz,Flávia Estrela Maroja

**Resumo:** Pesquisas atuais em psicanálise têm estudado a constituição do psiquismo pré e perinatal na relação com o desejo da mãe bem como têm pesquisado sobre a gestação (Queiroz, 2005; Wilhelm, 1999). A maternidade tem sido considerada ao longo da história de nossa sociedade como um momento único da vida da mulher e quase como uma etapa obrigatória. Mas, há gravidezes de alto risco que implicam em diversos exames invasivos, sofrimento e expectativas. A gestação dá-se não somente a nível biológico, através da interação do feto com o corpo da mãe, mas, através do lugar dado ao futuro bebê no psiquismo dos pais (Wilhelm, 1999). São necessários nove meses para a gestação do bebê no corpo da mãe e ao mesmo tempo para a construção da imagem do futuro bebê no psiquismo materno. Uma situação especial e que não segue este tempo é o parto prematuro. A prematuridade é responsável por 75% das mortes de recém-nascidos no Brasil e por uma enormidade de complicações ocorridas após o nascimento, principalmente no que se refere às patologias psíquicas ocorridas com o bebê em consequência de falhas no estabelecimento da relação com os pais. Algumas observações mostraram que a prematuridade pode comprometer a imagem do futuro bebê no psiquismo materno e, portanto, perturbar a relação inicial mãe-bebê. Sabe-se que a construção da imagem do filho está ligada à própria história de vida da gestante. As pesquisas atuais mostram ainda que a prematuridade afeta a relação mãe-bebê devido a diversos aspectos como, a separação da díade, a fragilidade do bebê, o sofrimento orgânico do bebê. Mas, alguns outros estudos apontam para a possibilidade de que a prematuridade já implicaria uma relação fantasmática comprometida desde o início da gestação (Szejer, 1999; Mathelin, 1999, Zucchi, 1999). Com o intuito de diminuir os índices da prematuridade, vários estudos epidemiológicos têm sido desenvolvidos, pesquisando fatores de risco, tais como: fatores sócio-demográficos, idade materna (abaixo de vinte anos), grau de pobreza, condições de saúde da gestante (hipertensão, problemas de placenta, infecções), comportamentos da gestante (especialmente o uso de cigarro, drogas e álcool), falta ou inadequação do acompanhamento pré-natal (Orr & Miller apud Zucchi, 1999). Segundo estes autores, no entanto, tais fatores respondem apenas por volta de 30% dos nascimentos prematuros, o que leva a pesquisa dos fatores de risco para a prematuridade em direção aos aspectos psicossociais (dentre outros). Maldonado (1992) afirma que quando a gestante vive um clima de instabilidade e de precariedade dos vínculos afetivos familiares, tem-se um campo fértil para a intensificação da angústia e, conseqüentemente, das manifestações psicossomáticas. Estas podem ser náuseas, vômitos, hipersonia, irritabilidade, alterações do apetite, complicações cardiológicas, renais e/ou vasculares que podem dificultar a condução de uma gestação a termo. Na atualidade, a Psicossomática, refere-se ao estudo da pessoa como ser histórico. Define-se por "psicossomático" todo distúrbio somático que comporta, em seu determinismo, um fator psicológico interveniente, não de modo contingente, como pode ocorrer em qualquer afecção, mas por uma contribuição essencial à gênese da doença. Nossa pesquisa investigou se a prematuridade não seria um fenômeno psicossomático relacionado com conflitos não simbolizados relativos à maternidade e à gestação, a conflito parental, à falta de desejo e a outros fatores subjetivos. Para isso, foram observados 20 pares (mãe/bebê) no Hospital Universitário Lauro Wanderley de João Pessoa-PB, onde as mães falaram sobre a sua história de vida, gravidez, parto e puerpério através de entrevistas abertas durante todo o período de hospitalização da díade mãe/bebê que dura em média 2 meses. Em seguida, foi feita uma análise de cada caso de modo qualitativo, seguindo o modelo psicanalítico. Os resultados

mostraram histórias difíceis, com histórico de abortos ou tentativas, ausência paterna, culpabilidade, ambivalência e desamparo destas mães que não puderam levar suas gestações a termo. Estes dados estão de acordo com investigações relatadas na literatura francesa.

**Palavras-chaves:** prematuridade, psicossomática, mãe-bebê, psicanálise

**Atividade:** OLHARES DE TRABALHADORES EM SAÚDE MENTAL SOBRE O MODELO ASSISTENCIAL E A REFORMA PSIQUIÁTRICA APÓS O FECHAMENTO DE UM HOSPITAL PSIQUIÁTRICO – UMA EXPERIÊNCIA CARTOGRÁFICA (Comunicações Científicas)

**Trabalho:** OLHARES DE TRABALHADORES EM SAÚDE MENTAL SOBRE MODELO ASSISTENCIAL E A REFORMA PSIQUIÁTRICA APÓS O FECHAMENTO DE UM HOSPITAL PSIQUIÁTRICO – UMA EXPERIÊNCIA CARTOGRÁFICA

**Autor(es):** Magda Dimenstein, Vitória Barbosa, Patricia Karla de Souza Silva

**Resumo:** Sabe-se que o fenômeno da loucura acompanhou a espécie humana assumindo diferentes lugares de acordo com os vários momentos históricos que se sucederam. Cada época imprimiu peculiaridades que foram ora substituídas ora sobrepostas desenhando um conceito bastante particular de doença mental o qual foi em fim fundado dentro do cenário moderno. Diante da insustentabilidade das explicações e procedimentos criados para conviver com a loucura, surgem no cenário mundial diversos movimentos de ordem contestatória à lógica médica institucionalizada. Dentro da realidade nacional, esse movimento reconhecido como Reforma Psiquiátrica vem se constituindo tal qual uma tentativa efetiva de propor um lugar distinto para a loucura a partir de um novo paradigma, no qual a loucura deixa de ser observada a partir do status de doença e se funde dentro da esfera social. Um dos eixos principais desse movimento consiste na busca da reestruturação da assistência dirigida aos indivíduos portadores de transtornos mentais, sem limitar o processo a algo exclusivamente administrativo ou técnico. No âmbito da assistência hospitalar foram criadas normas objetivas de qualificação dos serviços de internação psiquiátrica. Dentre elas, o Programa Nacional de avaliação dos serviços Hospitalares (PNASH) – Versão psiquiátrica, é um dispositivo recentemente criado para fiscalizar a qualidade dos serviços de internação psiquiátrica. Em muitos estados e municípios do Brasil, o PNASH/Psiquiatria exerceu a função de desencadeador da reorganização da rede de saúde mental, diante da situação de fechamento de leitos psiquiátricos e da conseqüente expansão da rede extra-hospitalar. Na cidade de Campina Grande, localizada no estado da Paraíba, os resultados decorrentes desse instrumento foram essenciais para desencadear um processo de intervenção em uma das instituições psiquiátricas da região. Em 2004 ficou constatado, a partir desse dispositivo, que o Instituto Campinense de Neuropsiquiatria e Reabilitação Funcional – ICANERF - apresentava resultados abaixo do percentual requerido. Diante disso, iniciou-se um processo de descredenciamento dessa instituição a partir de uma intervenção do Ministério da Saúde, dos gestores estaduais e municipais, com finalização em 2005. Com o fim do Hospital, novos serviços foram criados tais como: Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Serviços Residenciais Terapêutico além de uma Unidade de Emergência em Saúde Mental. Tendo como referência as práticas manicomial de internação, o processo da Reforma Psiquiátrica Brasileira e a experiência de intervenção do hospital supracitado dentro desse contexto, essa pesquisa teve como objetivo compreender quais temas surgem a partir da rememoração desses três meses de convivência intensa entre técnicos, equipe de intervenção, proprietários da instituição e usuários, que sentidos eles provocam e quais mudanças eles apontam dentro da prática profissional dos técnicos em Saúde Mental que trabalhavam no ICANERF. Metodologia: Com esse intuito, fez-se uso de um Delineamento qualitativo no qual foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com cinco profissionais da área de Saúde Mental que trabalharam no hospital e que atualmente se encontram em outros serviços da rede substitutiva. A análise dos dados, guiada pela fala dos entrevistados, produziu nove categorias de discussão, as quais são: Caracterização do Modelo Asilar; Dificuldades de trabalho dentro do Modelo Asilar; Reforma Psiquiátrica Brasileira; Dificuldades de trabalhar com o Novo Modelo de Saúde Mental; Família; Participação Social;

Mudanças; Intervenção X desemprego e Equipe de intervenção X Equipe de funcionários do hospital. O discurso dos entrevistados demonstrou que o ICANERF reproduzia um modelo prisional e suas instalações remetiam a um ambiente não propiciador de vida. A configuração do espaço físico evidenciou que o contato com os pacientes era quase inexistente corroborando uma das principais funções do hospital psiquiátrico: separar, distanciar e excluir o louco de qualquer contato social. Os funcionários afirmaram sentir-se impactados com as condições negativas oferecidas pela instituição, mas a força da autoridade e o temor da eminência do desemprego mostravam-se superiores e impediam qualquer pronunciamento diante de seus superiores. O fenômeno da Reforma Psiquiátrica Brasileira foi apontado como um movimento que requer mudança de vocabulário, atitudes e comportamentos, mas foi também definido, como um processo que é sustentado por ideais de modernização e pressupõe uma conclusão. As principais dificuldades apontadas dentro do Novo Modelo de Saúde Mental foram a existência das barreiras políticas e administrativas e as limitações do modelo no âmbito social (família e sociedade). Embora a experiência da Intervenção tenha apresentado algumas resistências, as mudanças foram caracterizadas de forma bastante positiva para todos os envolvidos. O convívio com a família, os técnicos e a sociedade foi reiteradamente citado, ratificando a falência do modelo médico - psiquiátrico de cura. Para os profissionais, as maiores transformações se encontram no âmbito da motivação, na busca por novos conhecimentos, na impressão de novas práticas, e na crença na capacidade de mudança do outro. Conclui-se que embora o processo de intervenção tenha sido caracterizado como uma “parceria”, de uma forma geral, percebe-se que ele teve como foco os usuários e, aos técnicos, coube apenas a eminência do desemprego diante do fim da instituição.

**Palavras-chaves:** Intervenção, Descredenciamento, Reforma Psiquiátrica

**Atividade: Câncer de Mama e Políticas Públicas de Saúde: encontros e desencontros. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Câncer de Mama e Políticas Públicas de Saúde: encontros e desencontros.

**Autor(es):** Ângela Nobre de Andrade, Aline Lopes Sousa

**Resumo:** Atualmente, o câncer de mama é a principal causa de neoplasia e a segunda causa de mortalidade por câncer entre mulheres no Brasil (INCA, 2005). Deve-se destacar que em alguns países desenvolvidos verifica-se um aumento da incidência do câncer de mama, porém ocorre uma redução da mortalidade para este tipo de câncer devido à detecção precoce. O mesmo não acontece no Brasil, e nos outros países em desenvolvimento, onde o aumento da incidência de câncer de mama está acompanhado do aumento da mortalidade, o que se atribui ao diagnóstico tardio (INCA, 2005). Historicamente, a população foi mantida distante das discussões em torno das políticas públicas de saúde no Brasil, marcadas por interesses muitas vezes distantes das necessidades da população e por uma relação autoritária, técnica e mercantil entre médico e paciente e entre serviços de saúde e população (Luz, 1991). Com a Reforma Sanitária e a implementação do SUS, nas décadas de 80 e 90, passa-se a pensar a saúde numa nova ótica, integrando ações curativas e preventivas construídas com a participação popular (Andrade e Araújo, 2003). Este estudo objetivou explorar repercussões do câncer de mama na vida das mulheres, as demandas decorrentes e suas relações com as Políticas Públicas de Saúde. Participaram deste estudo 08 mulheres que tiveram câncer de mama e realizaram o tratamento pelo SUS em Vitória/ES. Todas tiveram o diagnóstico há pelo menos três anos. A escolha deste critério deveu-se ao fato de que estas mulheres puderam relatar tanto as experiências atuais, como as vivências e enfrentamentos que passaram no período do diagnóstico e da cirurgia e tratamento. Considerando a importância do contexto vivenciado pelas mulheres ao longo de toda a vida na elaboração da experiência do câncer de mama, pretende-se utilizar a técnica de História Oral na coleta de dados. Dessa forma, ao se trabalhar com as narrativas das mulheres sobre suas histórias de vida, foi enfocada, dentro de cada história, a vivência da mastectomia. A análise dos dados foi realizada utilizando a Análise de Conteúdo. Foi possível observar que as mulheres possuíam, antes do diagnóstico, uma representação do câncer como “morte inevitável e imediata”, pelas experiências familiares que tiveram com a

doença e também pelo contato com profissionais de saúde. O momento do diagnóstico foi marcado por muito sofrimento, e as dificuldades em conseguir uma vaga para consulta e cirurgia aumentaram ainda mais a angústia. Após a cirurgia, as restrições das atividades cotidianas e o desejo de reconstrução da mama são questões que afligiram as participantes. Ainda assim, relataram uma luta constante em busca de qualidade de vida, considerando-se vencedoras. Percebe-se que as Políticas de Saúde contemplam na legislação as mulheres com câncer de mama, entretanto, isto não se efetiva totalmente na prática, pois apesar do investimento em campanhas de detecção precoce, as mulheres ficam meses aguardando por uma consulta. Além disso, a reconstrução mamária, direito garantido pelo SUS, não está sendo realizada no Espírito Santo, pois os profissionais alegam que o valor pago pelo SUS não é o suficiente. Deve-se, ainda, questionar qual tem sido o papel dos profissionais de saúde na manutenção da representação do câncer como uma doença fatal, uma vez que os relatos das participantes indicam uma postura amedrontadora destes profissionais ao se referirem ao câncer de mama.

**Palavras-chaves:** Políticas Públicas de Saúde, Câncer de Mama, História Oral

**Atividade: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE OS TRANSTORNOS DE ANSIEDADE E A PERCEPÇÃO DA EFICÁCIA DAS TERAPIAS ALTERNATIVAS (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE OS TRANSTORNOS DE ANSIEDADE E A PERCEPÇÃO DA EFICÁCIA DAS TERAPIAS ALTERNATIVAS

**Autor(es):** Jordana Yaspers Helou

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo investigar as relações existentes entre representações sociais sobre os transtornos de ansiedade e a percepção da eficácia das terapias alternativas e dos tratamentos tradicionais para esses transtornos. Para Sims (2001), na atualidade, os transtornos de ansiedade são os mais frequentes em consultórios e serviços de ambulatório em saúde mental (psiquiatria e psicoterapia). Porém, as terapias alternativas vêm crescendo de forma significativa ao longo dos anos. É estimado em quatro milhões o número de brasileiros que buscam alguma forma de tratamento com o uso de terapias alternativas para a cura de alguma doença. Há cerca de cinquenta mil terapeutas alternativos em atividade, e esse número cresce em média 20% ao ano em todo o mundo, que movimentam aproximadamente quinhentos milhões de dólares em todo o Brasil (Veja, 2002). Para Carrol (2002), as práticas em saúde são consideradas alternativas quando baseadas em princípios, métodos ou conhecimentos não-testados, não-tradicionais ou não-científicos. O tratamento alternativo, segundo esse autor, é geralmente anti-científico, baseado em crenças metafísicas e apela para o pensamento mágico. Para uma prática deixar de ser alternativa e consolidar-se como eficaz são importantes anos de estudos e pesquisas, desenvolvendo grupo de controle, de comparação e resultados fidedignos. Diante do crescimento dessas práticas alternativas, torna-se importante investigar o que os profissionais da área da saúde e os usuários dos serviços prestados por psiquiatras e psicólogos, pensam sobre o seu uso para o tratamento dos transtornos de ansiedade. Para tanto, utilizou-se a abordagem das representações sociais, que se refere à maneira pela qual valores, idéias e práticas são estruturadas por meio das interações entre as pessoas. O modelo de investigação das representações sociais proposto por Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi (1993), Análise Quantitativa das Representações Sociais foi também utilizado. Os principais objetivos desse estudo é investigar os princípios que organizam as opiniões dos participantes a respeito da percepção da etiologia dos transtornos de ansiedade, dos seus tratamentos mais adequados e da percepção da eficácia das terapias alternativas. Participaram 268 sujeitos divididos em três grupos: 100 profissionais da área da saúde; 100 psicólogos clínicos e 68 clientes de psicoterapia. O instrumento foi um questionário fechado. Esse foi desenvolvido com base em um primeiro estudo com estudantes do quinto período do curso de psicologia, com a seguinte pergunta: quais as cinco prováveis causas e formas de tratamento para os transtornos de ansiedade. A percepção da etiologia dos transtornos de ansiedade resultou em três fatores - causas orgânicas, causas relacionais e causas ambientais. Porém, os grupos pensam diferente no que se refere apenas às explicações biológicas. Os profissionais da saúde são os que mais as aceitam. Não houve diferença significativa no que se refere às causas



afetivas, apesar dos clientes acreditem mais nessas explicações do que o grupo de psicólogos. Não houve também grande diferença nos três grupos em relação às explicações que enfatizam o estresse cotidiano como origem dos transtornos de ansiedade. Esses resultados corroboram para a hipótese de que os três grupos não concordaram ou não se posicionaram sobre os três tipos de explicações da etiologia dos transtornos de ansiedade. Para as formas de tratamentos surgiram dois fatores as práticas não científicas (aconselhamento com padres e pastores, exorcismo, etc.) e as práticas científicas utilizadas em conjunto (medicação, psicoterapia e atividade física). O resultado indicou que os tratamentos não-científicos não apresentaram diferenças significativas. Nos tratamentos científicos os trabalhadores acreditam mais na sua eficácia do que o grupo de psicólogos. Os psicoterapeutas não se posicionaram em nenhum tipo de tratamento proposto. Os resultados indicam dois fatores: os não-científicos e os científicos. Os três grupos pensam de forma semelhante, sendo o grupo de psicólogos, o que menos acredita nas duas formas de tratamento. Quanto à comparação na adesão das terapias alternativas, nenhum dos três grupos demonstrou acreditar em sua eficácia. O resultado proveniente das respostas dadas pelos psicólogos, porém, é algo preocupante. O grupo apresentou dificuldade em se posicionar a respeito das questões acerca dos transtornos de ansiedade. Essa situação pode ser uma conseqüência da multiplicidade de objetos de estudo da psicologia, pois, dependendo da abordagem adotada, este objeto pode ser a mente, a consciência, a subjetividade, o indivíduo inserido no grupo ou o comportamento do indivíduo ou do grupo. Em outros países, a situação é semelhante, como por exemplo, na Itália (Palmonari e Zani, 2001). Dois trabalhos que encontram incongruências significativas no discurso dos psicólogos no que diz respeito a sua prática profissional. Talvez o crescimento do espaço das terapias alternativas pode ser entendido como uma das conseqüências dessa situação. Esse aspecto merece ser foco de futuros estudos que visem investigar como os psicólogos e a sociedade vêem o papel da psicologia como instrumento de mudanças sociais.

**Palavras-chaves:** representações sociais, transtorno de ansiedade, terapias alternativas

**Atividade: A produção social do discurso da hanseníase: os usos das estratégias comunicativas (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** A produção social do discurso da hanseníase: os usos das estratégias comunicativas

**Autor(es):** Adriana Kelly Santos, Simone Monteiro

**Resumo:** O Brasil é responsável por 83% dos casos de hanseníase na América Latina, sendo o segundo país do mundo com maior número de casos da doença. Uma das estratégias estabelecidas pelo Ministério da Saúde para enfrentar essa situação refere-se à realização de Campanhas de Hanseníase para mobilizar a detecção de casos, que incluem a divulgação de campanhas na mídia (televisão e rádio) e a distribuição, nos Centros de Saúde, de cartazes, de folhetos e de cartilhas contendo informações sobre a doença. Uma revisão bibliográfica sobre campanhas e recursos educativos no campo da Saúde Pública revela que, historicamente, adota-se o modelo informacional de comunicação para divulgar e institucionalizar políticas/projetos voltados para o controle de doenças. Em pesquisa preliminar identificamos, no âmbito do Programa de Hanseníase, a tendência a práticas comunicativas que se apoiam na transmissão de informação, de maneira linear e polarizada. Dentro desta perspectiva os materiais educativos são utilizados, predominantemente, como prótese na relação entre profissionais de saúde e usuários dos serviços. Foi identificado nas práticas comunicativas do Programa o predomínio da lógica distributivista e difusionista, a homogeneização da noção de público e dos conteúdos, com ênfase no saber do emissor. O presente trabalho tem o objetivo de aprofundar a discussão sobre os processos comunicativos de Programa de Hanseníase como uma possibilidade de analisar as condições de produção do discurso da hanseníase no Brasil e o seu processo de significação por diferentes agentes sociais. Para tanto, foram analisados o conteúdo, a linguagem e as imagens de 35 materiais educativos impressos, nos formatos de cartazes, folhetos, cartilhas produzidos pelo Ministério da Saúde em parceria com Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde e com órgãos não governamentais atuantes na hanseníase, editados no período de 1995 a 2004.

Adotamos o referencial teórico-metodológico que problematiza a produção-consumo-circulação de sentidos/discursos como parte do processo histórico-cultural, considerando-se as dimensões social, institucional, político e subjetiva na produção e negociação das estratégias discursivas em jogo. Nos impressos analisados, identifica-se o predomínio do uso de imagens de partes do corpo humano (partes dos braços, das pernas, das nádegas, das costas, entre outros) com sinais (manchas, lesões e nódulos). Para a descrição dos sintomas - dores, febres, perda de sensibilidade e formigamentos/fisgadas - recorre-se ao discurso pedagógico. Considera-se que essa abordagem visa mobilizar o público para o diagnóstico precoce. Uma outra estratégia utilizada foi a apresentação de imagens de pessoas saudáveis de diferentes idades, sexo, cor/raça e artistas acompanhadas de frases cujo enunciado evidenciava que portadores de hanseníase podem viver normalmente, de modo a diminuir o estigma associado à doença. Segundo nossa análise o discurso oficial pretende produzir um novo conceito/imagem da doença por meio de um código comum: ampla disseminação do “termo” hanseníase e da abordagem massiva dos aspectos clínicos da doença. Discutimos que esta estratégia visa não apenas substituir termos, mas produzir uma nova discursividade, ancorada no conhecimento biomédico - cujo corpo é objeto de saber-poder do especialista/Estado - que classifica a hanseníase como uma doença infecto-contagiosa, privilegiando explicações como contágio, diagnóstico, tratamento, cura e orientar para procura de Centros Saúde - aparelhos do Estado que promovem a Saúde. Considera-se que um dos efeitos deste discurso é a valorização dos aspectos “positivos”, pautados nas explicações científicas-médicas, para desconstruir as representações “negativas” e estigmatizantes relativas à lepra, historicamente construídas. Todavia, a construção do discurso da hanseníase, por meio de imagens de corpos fragmentados pode ser um forte componente que reforça e/ou produz o discurso da lepra, indicando um paradoxo na comunicação com o público. Concluímos que apesar dos esforços despendidos na institucionalização da hanseníase para instaurar uma descontinuidade ao discurso da lepra, pouco se avançou na produção efetiva dessa discursividade junto à população. Argumentamos que a abordagem da produção social de sentidos apresenta-se como uma alternativa na problematização do discurso e das práticas comunicativas em Saúde, especificamente, na hanseníase. Pelo fato de reconhecer que os materiais educativos operam como dispositivos político-social, na medida em que favorecem a inclusão de diferentes interlocutores no contexto da produção-circulação dos discursos. Ademais, esta estratégia privilegia a situação de interlocução como um espaço para negociar e socializar conhecimentos, crenças, costumes e valores por diferentes agentes sociais, de tal modo que esta prática resulte em novos/outros modos de produzir saberes-poderes na hanseníase.

**Palavras-chaves:** comunicação, hanseníase, materiais educativos, produção social de sentidos

**Atividade:** INDICADORES DE DEPRESSÃO EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS: UM ESTUDO CORRELACIONAL EXPLORATÓRIO (Paineis)

**Trabalho:** INDICADORES DE DEPRESSÃO EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS: UM ESTUDO CORRELACIONAL EXPLORATÓRIO

**Autor(es):** Marco Antônio Pereira Teixeira, Ana Cristina Garcia Dias, Graciele Dotto Castro, Luciane da Rosa Picollo

**Resumo:** O ingresso na universidade e a própria vida acadêmica são experiências potencialmente estressantes para os universitários. A transição do contexto do ensino médio para o universitário traz consigo uma série de mudanças que podem repercutir no desenvolvimento e no bem-estar psicológicos dos estudantes. Por exemplo, a entrada na universidade pode implicar em um distanciamento da família e dos amigos de infância e adolescência, exigindo o estabelecimento de novas redes de apoio social e emocional que possam ser acionadas no dia a dia e especialmente em momentos de necessidade. Além disso, as exigências acadêmicas do mundo universitário são geralmente bem mais altas do que as do ensino médio, o que demanda do estudante uma capacidade de organizar-se em relação aos

estudos e um maior comprometimento com as tarefas escolares. O sucesso ou o insucesso na forma como os jovens lidam com essas questões pode acabar afetando a sua saúde psicológica e o próprio rendimento acadêmico. Em virtude disso, torna-se importante investigar variáveis relacionadas à saúde psicológica de estudantes universitários, a fim de identificar fatores de risco para o desajustamento à universidade e, se possível, propor intervenções que facilitem o percurso dos jovens durante esta etapa de suas vidas. Nesta pesquisa, buscou-se verificar alguns fatores que podem estar associados a indicadores de depressão em jovens universitários. Pesquisas têm demonstrado que o apoio emocional de pais e de amigos é um fator que contribui para a saúde emocional dos estudantes, pois em geral associa-se negativamente com solidão, depressão e outros indicadores de problemas emocionais ou dificuldades de adaptação. Este apoio emocional tem como elemento central a percepção, por parte do indivíduo, de que pais ou amigos/colegas estão disponíveis para oferecer ajuda ou auxílio emocional em caso de necessidade ou mesmo para partilhar bons momentos. Alguns estudos têm sugerido, com efeito, que a influência do apoio, seja de pais ou de amigos, em indicadores de psicopatologia como depressão ou ansiedade, pode se dar indiretamente através da variável solidão. Além disso, outras disposições individuais, tais como a timidez, também podem estar associadas a solidão e outros problemas sócio-emocionais como depressão, baixa auto-estima e dificuldades psicossomáticas. Enfim, o objetivo geral desta pesquisa foi verificar a existência de correlações, em uma amostra de estudantes universitários, entre nível de indicadores de depressão e as seguintes variáveis: apoio percebido da família, apoio percebido de amigos, solidão, timidez e auto-estima. Note-se que neste estudo foi feita uma avaliação do nível de possíveis indicadores de depressão (através de uma escala específica que quantifica a presença de sinais e sintomas comuns que caracterizam a patologia) e não uma avaliação diagnóstica de quadros de depressão. Participaram do estudo 231 estudantes de diversos cursos universitários, com uma média de idade de 20,8 anos ( $dp=2,42$ ), sendo 62,7% mulheres. Como instrumento, foi utilizado um questionário abordando dados sócio-demográficos e escalas que mediam as variáveis de interesse da pesquisa: Center for the Epidemiologic Studies Depression Scale, Escala de Auto-estima de Rosenberg, Escala de Timidez de Cheek e Buss e Escala de Solidão da UCLA (foram usadas versões destas escalas previamente adaptadas ao português). O apoio emocional percebido por parte de amigos e de pais foram medidos através de escalas construídas especialmente para este estudo. Todos os instrumentos apresentaram índices de consistência interna (alpha de Cronbach) superiores a 0,73 nesta pesquisa. A aplicação dos questionários foi feita em salas de aula, em períodos cedidos pelos professores, após os participantes serem esclarecidos sobre a natureza da pesquisa e assinarem termos de consentimento informado. As correlações observadas entre o nível de indicadores de depressão e as demais variáveis foram as seguintes ( $ps<0,05$ ): apoio da família (-0,21), apoio de amigos (-0,27), solidão (0,60), timidez (0,44) e auto-estima (-0,58). Os resultados corroboram o que é descrito na literatura: a importância do apoio emocional de pais e amigos como fatores possivelmente protetivos em relação à depressão e sua relação com solidão, timidez e auto-estima. Esses resultados apontam para a necessidade de se promover, no contexto universitário, atividades de integração social ou mesmo oferecer serviços de apoio ao estudante que auxiliem os mesmos a lidar com dificuldades como a solidão e a timidez. Ações como essas podem prevenir o surgimento de sintomas associados à depressão que, por sua vez, podem repercutir negativamente na adaptação à universidade e no desempenho acadêmico.

**Palavras-chaves:** adaptação à universidade, saúde psicológica, universitários, depressão

**Atividade:** Alterações na Percepção visual de contraste relacionadas a ingestão moderada de álcool.  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** Alterações na Percepção visual de contraste relacionadas a ingestão moderada de álcool.

**Autor(es):** Emilia Suitberta de Oliveira Trigueiro, Melyssa Kellyane Cavalcanti, Natanael Antonio dos Santos, Hilana Maria Braga Fernandes, Siomara Regina Cavalcanti de Lucena, Josevânia da Silva Cruz de Oliveira, Aline Arruda Fonseca, Ivana Oliveira de Santana, Alessandra Gadelha Ribeiro de Barros

**Resumo:** A intoxicação pelo álcool parece influenciar, significativamente, muitos aspectos da percepção visual, neste sentido, o objetivo deste trabalho foi avaliar os efeitos da ingestão moderada de álcool na percepção visual de contraste, utilizando a função de sensibilidade ao contraste (FSC), um indicador dos fatores ópticos e neurais da visão. A FSC serve como um tipo de sumário de nossa acuidade visual e resposta ao brilho, podendo ser utilizada para comparar a habilidade de resolução visual de vários grupos de indivíduos ou do mesmo indivíduo em diferentes condições. Nesse sentido, a FSC pode ser utilizada para prever como a imagem é percebida, quais distorções ocorrem, e o que é acentuado e perdido em função do contraste. Participaram dos experimentos dez adultos do sexo feminino com idade de 20 a 27 anos, com a acuidade visual normal ou corrigida e sem intercorrência pessoal ou familiar com o uso de álcool. Todos participaram das duas condições, ingestão de álcool (Grupo Experimental, GE) e placebo (Grupo Controle, GC). A quantidade de bebida alcoólica ingerida por cada voluntário no GE foi determinada pela fórmula:  $C_{max} (g/l) = 0,02 \times \text{dose}$ . A administração do álcool foi realizada sob a forma de Vodka com concentração de 40%, diluída em suco de laranja com beterraba sem açúcar na proporção de 1/1. Utilizamos um etilômetro modelo AL 6000 para determinar a quantidade de álcool no sangue, proporcionando resultados em % BAC. A concentração média de álcool no GE foi de 0,09% BAC. Usamos um delineamento experimental com medidas repetidas e o método psicofísico da escolha forçada para mensurar 40 curvas de sensibilidade ao contraste para estímulos de frequências espaciais de 0,25, 2,0 e 8,0 cpq. O método da escolha forçada se baseia na probabilidade de acertos consecutivos, e o voluntário tem que escolher qual, dentre dois estímulos, contém a grade senoidal. O outro estímulo é sempre um círculo de luminância homogênea e igual à luminância média. Os resultados demonstraram que o GE foi 1,12 e 1,02 vezes mais sensível do que o GC na frequência de 0,25 e 8,0 cpq respectivamente. Por outro lado, o GC foi 1,2 vezes mais sensível do que o GE na frequência espacial de 2,0 cpq. As análises dos resultados (Repeated Measures ANOVA) não demonstraram diferenças significativas entre o GE e o GC ( $F_{1, 238} = 0,138, p = 0,05$ ). Em termos gerais, os resultados não demonstraram alterações significativas na FSC relacionadas à ingestão moderada de álcool.

**Palavras-chaves:** percepção visual, ingestão de álcool, função de sensibilidade ao contraste

**Atividade: De quando num Hospital se produz um coletivo (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** De quando num Hospital se produz um coletivo

**Autor(es):** Mirian Amorim Lemos, Claudia E. Abbês Baêta Neves, Amanda Almeida Mudjalieb, Júlia Florêncio Carvalho, Lidiane Pereira Raposo

**Resumo:** Este trabalho objetiva discutir uma experiência de estágio institucional desenvolvida num hospital universitário no Rio de Janeiro a partir dos princípios e diretrizes da Política Nacional de Humanização do SUS (PNH), proposta pelo Ministério da Saúde (2003). Nossa inserção no estágio da área de Psicologia Social Institucional nos possibilitou experimentar e conhecer diferentes formas de intervenção no processo de produção de saúde, tanto no que se refere ao trabalho de apoio institucional com grupos ligados a assistência e a gestão, quanto no conhecimento e desenvolvimento de pesquisa em práticas de humanização no SUS. A

humanização é por nós entendida como a valorização dos processos de mudança dos sujeitos nas práticas de produção de saúde, afirmando, portanto, uma inseparabilidade entre produção de saúde e produção de subjetividade, deste modo a humanização é um catalisador de movimentos instituintes que insistem na construção de um SUS para todos e qualquer um. A humanização como política pública de saúde se constrói com os princípios da inseparabilidade entre atenção e gestão, da transversalidade e do protagonismo dos sujeitos implicados, trabalhadores, gestores e usuários. Tais princípios indicam um “modo de fazer” que se concretiza através de diretrizes e dispositivos de intervenção referenciados na co-gestão dos processos, no uso de “tecnologias relacionais” que interferem na qualificação e resolutividade da assistência. Percebemos que a transformação nos modos dos sujeitos estarem em relação, formando coletivos e protagonismo nos modos de atender e gerir, alteram efetivamente os processos de trabalho e qualificam as práticas de produção de saúde. Em março de 2005, a partir de um convite realizado pela coordenação do Grupo de Trabalho de Humanização (GTH), desenvolvemos o trabalho apoiando as iniciativas de humanização disparadas pelos trabalhadores e co-construindo o GTH como um espaço de “referência” e investimento para a disseminação das ações de humanização no hospital. Para a implantação da PNH atuávamos participando de reuniões, tanto no GTH e suas comissões - que se configuravam como uma espécie de fórum coletivo do hospital- quanto no grupo da Emergência, que procurava pensar a questão do acesso através do dispositivo do Acolhimento com Classificação de Risco. Além disso, fazíamos visitas aos diferentes setores do hospital, buscando estar mais próximos do cotidiano da unidade e do seu modo de funcionar. Nossa intervenção era norteada por princípios ético-políticos de inclusão, responsabilização e vínculo, apostando em um conhecimento que se produz a partir das relações/processos construídos na prática diária do fazer saúde. Deste modo, apesar de não sermos funcionários do hospital, estávamos necessariamente comprometidos com a realidade do mesmo, fomentando a construção de estratégias de ação que possibilitassem a troca entre os profissionais e a construção de grupalidade. Entendemos o grupo como um potente dispositivo no processo de produção de subjetividade, este tem a capacidade, quando não é entendido como soma de indivíduos, de catalizar fluxos dispersos e aglutinar forças em luta num determinado campo de saber-poder. Emergem, desta forma, analisadores do processo, que possibilitam a problematização dos modos de funcionar cristalizados. Apostamos nas rodas de conversa, acreditando que a escuta que se opera nestes grupos cria um plano fértil para a produção de vínculo, co-responsabilização e construção de propostas coletivas. O coletivo é aqui entendido como produção de vida, em que as formas constituídas são desmontadas, (re)inventadas nos agenciamentos que põem a funcionar nos processos de trabalho. O coletivo é o plano do comum a todos, diferente do homogêneo, experimentar o coletivo é fazer emergir o plano do impessoal, das diferenças em seu processo de diferir. Investimos, por isso, na coletivização das relações, no acolher das diferenças, acreditando que é na potência dos encontros que se torna possível a mudança nos modos de estar, sentir e fazer saúde. No processo de construção da PNH no hospital, nos chamou atenção o movimento flutuante dos grupos frente a alguns impasses, momentos de grupo-sujeito e outros de grupo-sujeitado. As dificuldades em se manter um ethos de trabalho coletivo na montagem de estratégias para o enfrentamento e resolução dos problemas vividos no/pelo hospital era reativada, em alguns momentos, por movimentos de esquentamento e reativação das redes na apropriação e construção de alternativas e encaminhamentos pelos próprios trabalhadores, evidenciando a importância de um investimento contínuo nas discussões e na potencialização do grupo. O trabalho em equipe, quando constrói coletivo, é um dispositivo fundamental para o enfrentamento dos problemas de funcionamento do hospital e da rede de saúde. A construção de práticas de saúde mais “humanizadas”, que acolham todo e qualquer cidadão brasileiro só se faz possível com um investimento do/no coletivo, em que profissionais, gestores e usuários se sintam co-responsáveis e implicados com a produção de vida e com a visibilização e construção de um SUS que dá certo.

**Palavras-chaves:** Política Pública de Saúde (SUS), Política Nacional de Humanização (PNH), Grupo

**Atividade: Os jovens e o Sistema Público de Saúde: reflexões a partir do acolhimento (Paineis)**

**Trabalho:** Os jovens e o Sistema Público de Saúde: reflexões a partir do acolhimento

**Autor(es):** Cintia Maria da Cunha Albuquerque, Edna Mirtes dos Santos Granja, Ana Roberta Gomes Oliveira, Benedito Medrado, Jorge Lyra

**Resumo:** Atualmente, falar em acolhimento nas discussões sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) remete-nos à necessidade de uma ampla reflexão sobre a necessidade de uma reorganização profunda dos serviços públicos de saúde, especialmente do ponto de vista da relação indivíduo-sociedade proposta pela Psicologia Social. Neste sentido, o presente trabalho apresenta uma reflexão baseada em pesquisa empírica em psicologia social, como tentativa de ampliar a discussão sobre acolhimento, tendo o enfoque da integralidade como eixo central seguindo a perspectiva da Integralidade em Saúde, proposta por Mattos (2006). Assim, pretende-se apresentar análises oriundas da pesquisa “Exercício dos Direitos Sexuais e Reprodutivos: caminhos para a construção de outros olhares sobre os adolescentes”, realizada em cinco capitais brasileiras, sob a coordenação do Instituto PAPAÍ e colaboradores, cujo objetivo foi investigar o acesso e o acolhimento de adolescentes e jovens nos serviços de saúde. O desenho metodológico dessa pesquisa consistiu na realização de 40 grupos focais e 80 entrevistas semi-estruturadas com alunos de Escolas Públicas situadas em bairros de grande vulnerabilidade social, dos quais foram analisados oito grupos focais com adolescentes e jovens de ambos os sexos, na faixa dos 15-24 anos, estudantes de escolas públicas de Recife. Os dados foram submetidos à análise de conteúdo temática (Bardin, 1977), considerando os repertórios discursivos trazidos e as demandas identificadas no discurso dos adolescentes e jovens participantes da Pesquisa em Recife, estabelecendo-se categorias de análise. Essas últimas foram definidas no decorrer da leitura do material de campo e do levantamento bibliográfico, e foram utilizadas como mecanismo de organização dos dados, facilitando a visualização das práticas discursiva e não-discursivas que emergiram nos grupos. As principais categorias foram: acesso, extensão do vínculo e responsabilização/empoderamento. Os resultados indicaram que adolescentes e jovens demandam por espaço voltado para o atendimento de suas necessidades específicas de saúde, cujos profissionais sejam confiáveis e não preconceituosos. A figura do agente comunitário de saúde aparece com diferentes conotações: elo, quando dissemina informações; nó, quando dificulta o acesso ao serviço; e laço, quando consegue aproximá-lo do serviço. Tais resultados apontam para a necessidade de investimentos na sensibilização dos profissionais de saúde para a atenção à saúde do adolescente/jovem, quanto às questões de Sexualidade; em ações de promoção da saúde para adolescentes/jovens acerca de seus direitos no Sistema, para que, apropriando-se do seu processo de saúde, sintam-se co-responsáveis e empoderados para agir positivamente em seu benefício e de suas comunidades. Esse panorama indica que as vulnerabilidades existem, mas não sinaliza o fim do caminho. Ao contrário, na medida que visibiliza os pontos em que essa vulnerabilidade se concentra, abre novas possibilidades de olhares para a saúde do adolescente e do jovem. Favorece a tomada de iniciativa a partir de outras perspectivas, que considerem as particularidades desses sujeitos, os aspectos sociais, culturais e econômicos que contemplam as necessidades específicas do plano em que se inserem.

**Palavras-chaves:** jovens, serviços públicos de saúde, acolhimento, integralidade em saúde

**Atividade: Oficinas de dança: a expressão corporal como uma possibilidade de subjetivação (Paineis)**

**Trabalho:** Oficinas de dança: a expressão corporal como uma possibilidade de subjetivação

**Autor(es):** Ana Kalliny de Sousa Severo, Monique Brito, Mariana Tavares Cavalcanti

Liberato, Magda Dimenstein

**Resumo:** Esse trabalho visa a apresentar os resultados de uma investigação cujo foco foi propor a utilização da dança como uma estratégia terapêutica em um hospital psiquiátrico na cidade de Natal/RN, Brasil. Tal experiência ocorreu sob a forma de uma oficina de dança, realizada durante quatro encontros, nos meses de Setembro e Outubro de 2006, em que o objetivo geral foi o de criar um espaço no qual um outro modo de expressão, através do corpo, fosse possível. Entendemos ser este um trabalho relevante, pois produz reflexões acerca da potência da arte como um dispositivo no processo de desinstitucionalização da loucura. A partir do referencial teórico da filosofia da diferença e da reforma psiquiátrica, discutimos alguns aspectos importantes que emergiram nesses encontros, como, por exemplo, a questão da medicalização, que age como uma forma de contenção química dos corpos; as inter-relações produzidas e/ou potencializadas a partir dos encontros e a função da própria oficina dentro do contexto asilar, em sua relação com técnicos e pacientes. A estratégia metodológica escolhida para nortear essa pesquisa consistiu na cartografia, que apresenta-se mais como uma forma de pensar o método do que qualquer outra coisa. Ela não segue passos previamente estabelecidos ao contato com o objeto a ser investigado, mas é uma proposta de compreender de maneira diferente o encontro entre pesquisador e campo. Sendo assim, os recursos utilizados na pesquisa/intervenção foram, além dos encontros da oficina, nos quais algumas atividades de expressão corporal eram propostas e onde também fazíamos uma roda de conversa com as internas ao final de cada encontro, realizamos discussões com alguns dos técnicos, que acompanharam tal trabalho, acerca do papel dessa atividade no âmbito do hospital psiquiátrico, buscando entrar em contato com essa atividade e com o que ela produziu naqueles que estiveram envolvidos com a mesma. A escolha das participantes da oficina aconteceu de maneira espontânea, ao aceitarem nosso convite para se integrar à atividade. O grupo teve somente a participação de mulheres devido ao espaço concedido pelo hospital para a realização da oficina, que era dentro de uma das enfermarias femininas. Embora tenham surgido algumas dificuldades neste trabalho, como a pouca prática das pesquisadoras na condução da oficina, percebemos que esta experimentação provocou algumas inquietações positivas, tanto nas pacientes, que puderam ter um espaço de expressão livre, onde elas poderiam entrar em maior contato com suas próprias sensações, como nas pesquisadoras, que tiveram a oportunidade de conhecer e sentir um pouco do que é a vida dessas pessoas. De uma forma geral, essa experiência produziu elementos importantes na reflexão sobre a criação de novos espaços para a diferença, que se articulam com a luta antimanicomial.

**Palavras-chaves:** Oficina, Dança, Loucura, Subjetivação

**Atividade: O CUIDADO COM CRIANÇAS HOSPITALIZADAS: UM ESTUDO PARA COMPREENDER TAL RELAÇÃO (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: O CUIDADO COM CRIANÇAS HOSPITALIZADAS: UM ESTUDO PARA COMPREENDER TAL RELAÇÃO**

**Autor(es):** Maira Prieto Bento Dourado, Ariane Patricia Ewald

**Resumo:** O presente trabalho é um recorte da pesquisa que está sendo desenvolvida na confecção do trabalho de final de curso do Instituto de Psicologia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Esta pesquisa tem o objetivo compreender as relações de cuidado da criança hospitalizada dentro do cotidiano hospitalar, na enfermaria pediátrica do Hospital Universitário Gafrée Guinle (HUGG), observando como ocorrem tais relações. Ao mesmo tempo pretende compreender como os cuidadores, responsáveis e equipe médica, entendem a noção de 'cuidar' e 'cuidado', e como estes vivenciam esta prática. A pesquisa é de natureza qualitativa, tendo sido realizadas observações durante o período de atuação da autora como estagiária na enfermaria de pediatria do referido hospital, entre os meses fevereiro de 2006 e janeiro de 2007, e realizadas entrevistas semi-estruturadas com alguns dos cuidadores. O método desta pesquisa é o fenomenológico, tanto para as observações, entrevistas e análise do material coletado. A

discussão teórica sobre a noção de 'cuidado' e 'cuidar' baseia-se em três aspectos: na ontologia de Heidegger, que considera o 'cuidado' como o próprio modo de ser do homem no mundo; no saber médico, onde o 'cuidado' está diretamente ligado à prática das suas profissões, cuidar do paciente, tratá-lo e curá-lo; e no que tange a legislação, apontando como o Brasil concretizou as relações de 'cuidado' com as crianças hospitalizadas em direitos e deveres. Para a compreensão das formas de se relacionar da criança no ambiente hospitalar, as observações basearam-se nos estudos sobre o mundo infantil e nas recentes pesquisas sobre a criança hospitalizada. Considera-se que o brincar é a forma de relação da criança com o mundo, ou seja, do mundo infantil para o mundo adulto. A criança pode utilizar da brincadeira para se comunicar, expressar suas angústias, seus medos e seus desejos. Da mesma forma, a experiência lúdica livre ou estimulada por um profissional, pode ser terapêutica, possibilitando à criança a re-significação da doença, que ela não pode mudar, se reconhecendo na sua condição existencial e assumindo a responsabilidade nas escolhas efetuadas. No contexto de hospitalização, a criança passa a se relacionar com pessoas desconhecidas: a equipe hospitalar, que é constantemente remanejada, entretanto, a equipe e seus componentes são as responsáveis por cuidar do infante durante este período. Os profissionais convidados a participarem das entrevistas fazem parte da equipe médica da enfermaria pediátrica do HUGG, a escolha destes profissionais envolve o fato de estarem em contato contínuo com a criança, vivenciando seu cotidiano durante a internação. As entrevistas têm como objetivo auxiliar na compreensão do que os cuidadores sabem sobre seu trabalho, o que sabem de cuidado, se eles consideram a sua prática uma prática de cuidado, e como eles observam o impacto do trabalho exercido sobre as crianças, buscando desta forma, alcançar o sentido do 'cuidar' mais próximo da compreensão os cuidadores. A pergunta que norteia a entrevista é: Como você entende o cuidar de uma criança hospitalizada? Na análise das entrevistas está se buscando identificar alguns pontos que sejam congruentes com o objetivo deste trabalho e que permita compreender a estrutura do fenômeno do cuidado com a criança nesta situação. Compreendendo que criança hospitalizada não perde sua essência de ser criança por estar necessitando de cuidados, sua liberdade de praticar o que lhe é mais cotidiano e simples - o brincar, o lúdico. Assim acredito que este trabalho, ao se concluir, possa desvelar como são os dois lados das relações de cuidado na hospitalização infantil, o da criança e o dos cuidadores.

**Palavras-chaves:** criança hospitalizada,cuidado,cuidar,cuidadores

**Atividade: ELABORAÇÃO DO PROCESSO DE LUTO PÓS - LESÃO MEDULAR E SUAS IMPLICAÇÕES NA REABILITAÇÃO DE INDIVÍDUOS QUE PRATICAM ESPORTES (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:ELABORAÇÃO DO PROCESSO DE LUTO PÓS - LESÃO MEDULAR E SUAS IMPLICAÇÕES NA REABILITAÇÃO DE INDIVÍDUOS QUE PRATICAM ESPORTES**

**Autor(es):** Renata Castelo Branco Araujo,Gabriela Santos Stilita Cardoso,Ana Carolina Viana Pinto

**Resumo:** A presente pesquisa surgiu das disciplinas Pesquisa em Psicologia I e II do curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Acidentes que acarretam lesões medulares vêm ocorrendo em grande número no Brasil. Procurou-se entender os aspectos psicológicos e a importância atribuída ao esporte, envolvidos no processo de luto da perda de funções corpóreas em pessoas que sofreram lesão medular e que praticam, ou praticaram esportes. Conceituamos luto como um processo natural, vivenciado pela pessoa que experimenta alguma perda significativa, advinda de diversas naturezas. Para tanto, utilizamos autores como: Freud (1917), Kubler-Ross (1969), Bowlby (1980), Worden (1998) e Galhordas & Lima (2004). Lesão medular é uma injúria física que acomete a medula espinhal em suas porções cervical, torácica ou lombar, ocasionando problemas sensoriais (de passagem de impulsos para o cérebro) e motores, que podem ir da paralisia parcial de um membro à paralisia completa dos quatro membros (anteriores e posteriores). Para a categoria teórica esporte, foi utilizada a conceituação de conjunto de atividades físicas exercidos de maneira metódica e periódica, podendo ser



praticado individualmente ou em equipes; encontrada no dicionário. Consideramos, ainda, esporte como entretenimento e prazer, além de colocarmos a dança como sendo uma atividade esportiva. Utilizamos para a efetivação da pesquisa o método analítico-descritivo, que consiste em um estudo exploratório. Adotamos uma posição fenomenológica diante dos entrevistados e dos dados, utilizada por Fukumitsu. Os dados foram colhidos através de entrevistas semi-estruturadas realizadas com quatro indivíduos adultos, de ambos os sexos, que sofreram lesão medular e que praticam ou haviam praticado esporte, por um tempo considerável. Escolhemos especificamente cadeirantes adultos que passaram por uma lesão medular, pois acreditamos que este tipo de trauma é de grande impacto na vida do indivíduo, devido às mudanças que esta nova condição acarreta no dia-a-dia. Para chegarmos até os participantes, utilizamos o método cascata. Os critérios utilizados na escolha dos participantes da pesquisa foram: tempo de lesão (mínimo de um ano), a prática de esporte, o sujeito estar apto e ser capaz de falar sobre sua experiência. As entrevistas se pautaram em questões como sexo, idade, tempo e modo como ocorreu a lesão, reabilitação, relacionamento familiar e social, elaboração e significação da perda, significado da lesão e do esporte. Além disso, foi questionado aos entrevistados se haveria algo a acrescentar. Utilizamos também depoimentos e entrevistas disponíveis na internet, bem como livros e relatos auto-biográficos que têm como tema principal a lesão medular e suas implicações na vida do indivíduo, tais como Feliz Ano Velho de Marcelo Rubens Paiva, e Minha Profissão é Andar de João Carlos Pecci. Para análise dos dados, tivemos como norte a Análise de Conteúdo do tipo Análise de Enunciação, explicitado por Minayo (1992). Depois de colhidos e analisados os dados das entrevistas, identificamos cinco categorias empíricas. Na primeira categoria, Significado da lesão, percebemos a mudança de postura diante da vida ocasionada pela lesão medular. Com o desenrolar do processo de luto, o indivíduo passa a enxergar que em toda perda pode-se encontrar um sentido que se exprime em um ganho de maturidade; que tal perda gerou um crescimento que suscitou novos objetivos, projetos e olhares diferenciados perante a vida. A segunda, Aceitação de si, procura explicitar a assimilação e internalização de um novo modo de ser e estar no mundo, incorporando emocional e psiquicamente as mudanças trazidas pela lesão, admitindo suas limitações, reconhecendo suas capacidades e crescendo através destas descobertas. O Andar é uma categoria relacionada ao modo como a família e a sociedade em geral vêem a condição do cadeirante e agem em relação a esta, em contrapartida ao modo como ele mesmo se percebe. O esporte aparece, de acordo com as falas dos nossos entrevistados, como fator relevante no processo de reabilitação de todos, mas assume significados subjetivos, característicos de cada indivíduo; tais aspectos são encontrados na categoria Significado do esporte. E a última categoria, Barreiras e Oportunidades, explicita dificuldades encontradas pelos entrevistados, advindas da condição de cadeirante. Dificuldades estas não só a nível clínico (adaptação à utilização de sondas, cadeiras de rodas e problemas decorrentes da lesão), mas advindas, principalmente, das barreiras estabelecidas pela sociedade, arquitetônicas e atitudinais. Pudemos inferir que o esporte atua como facilitador nessa superação das barreiras. As atividades esportivas podem melhorar a mobilidade de um cadeirante, contudo, o que parece ser mais relevante é a relação dessa agilidade com uma maior autoconfiança, segurança de andar na cadeira e enfrentar situações inesperadas. Como extensão deste trabalho, apontamos a elaboração de investigações relacionadas à sexualidade em lesionados medulares. Compreender como se dá o processo de luto do próprio corpo nesses indivíduos é de fundamental importância para os profissionais que trabalham na área de reabilitação, pois, assim, aprenderão a lidar melhor com as reações psicológicas decorrentes da perda das capacidades físicas, e poderão contribuir de forma mais consciente e sensibilizada para a recuperação desses indivíduos.

**Palavras-chaves:** Lesão-medular, Luto, Esporte, Reabilitação

**Atividade: A CONFIGURAÇÃO DO SOFRIMENTO PSICOLÓGICO NAS CLASSES POPULARES (Paineis)**

**Trabalho: A CONFIGURAÇÃO DO SOFRIMENTO PSICOLÓGICO NAS CLASSES POPULARES**

**Autor(es):** Ana Flávia Assis, Paulo Penna Duarte, Luiz Lopes Guimarães Neto, Gilmarino Nogueira, Adriana Lima Prado, Bárbara Sousa

**Resumo:** INTRODUÇÃO - Existe na sociedade o mito que a classe popular não possui sutilezas psicológicas, que agem a partir de determinações sociais (SAWAYA, 1995). As práticas de saúde desconsideram os aspectos sociais na mediação do adoecimento, promovendo uma dicotomia mente x corpo (DUARTE, 1988). Os fatores culturais e históricos juntamente com outros biológicos e ambientais, contribuem para a produção de comportamentos psicossociais (VIEIRA, 1998). As circunstâncias sociais têm um papel fundamental na compreensão e produção de situações de sofrimento psíquico. A partir destas problematizações assim como das acusações da psicologia ser uma ciência elitista nos propomos a investigar a configuração do sofrimento psicológico numa classe social específica para a partir daí pensar um intervenção terapêutica. – METODOLOGIA - Pesquisa qualitativa por trabalhar com universo de significados, crenças, valores e atitudes. A estratégia utilizada foi a etnografia. Como técnica de pesquisa utilizamos a entrevista, e o instrumento utilizado foi um roteiro de entrevista. As entrevistas foram gravadas e transcritas para posterior análise de dados. Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo, sendo realizado um trabalho manual utilizando-se para isso uma matriz de dados. - RESULTADOS E DISCUSSÃO - Contexto sócio-cultural - A pesquisa foi realizada num bairro de 55.000 habitantes, com grande parte das ruas não são asfaltadas, sem esgotamento sanitário. Há somente um posto de saúde recém inaugurado. Os principais problemas são: violência, deficiência na rede elétrica, falta de saneamento básico, ausência de escolas de nível médio, coleta de lixo, e o não atendimento médico especializado. Há muitos templos religiosos, sendo a maior parte de igrejas pentecostais. As doenças mais freqüentes são: verminose, doenças cardíacas, desnutrição, diarreia, dengue, asma, resfriados e gripes. - Rede Social - O apoio social se define como qualquer informação falada ou não e/ou auxílio material através do qual resulta em efeitos emocionais. No bairro a rede social é formada principalmente pelas igrejas. Existe associação de moradores, porém sem muita participação popular. A religião tem um papel importante na rede de suporte social dos informantes, pelo apoio moral e convívio social. “A religião ajuda com apoio moral né? Te diz palavra confortável nas horas em que você tá precisando” - Significados de saúde - A saúde não é compreendida apenas num sentido fisicalista, mas num sentido amplo, levando-se em conta fatores bio-psico-sociais, entendidos de forma interdependentes. É também compreendida como estado de equilíbrio o qual deve estar associado a um conjunto de práticas para ser mantida, e não como um estado relativamente perene apenas ameaça por uma doença debilitadora. - Sofrimento psíquico - O sofrimento mental é identificado através de várias formas, havendo uma associação de sentidos entre doenças e processos internos, como: percepção (“imaginar coisas”) e cognição (“ficar confuso”). O sofrimento mental está associado a causas externas como: desemprego, problemas financeiros, relacionamento familiar, abuso de drogas. Os problemas orgânicos são identificados como efeitos do sofrimento psíquico “Não dorme direito” / “Fica confuso” / “O cérebro vai encolhendo”. Nos informantes evangélicos e católicos carismáticos, há um consenso que os problemas externos só produzem sofrimento mental quando há ausência de Deus, embora não se elimine os problemas enfrentados mais possibilitem alívio e encorajamento. - Itinerário Terapêutico - Procura-se o profissional médico para resolver quaisquer problemas de saúde. Entre os religiosos evangélicos e carismáticos há uma aceitação de ajuda mútua do médico e de Deus, porém não se vê essa mesma aceitação no que se refere ao profissional psicólogo. Duarte (1998) categoriza os recursos terapêuticos em três tipos: tradicional-popular, do tipo religioso, e do tipo médico psiquiátrico. Os pentecostais só admitiam a possibilidade de consultar um psicólogo antes da prática religiosa: “Antes da igreja eu pensei em ir a um psicólogo, hoje não mais.” Existe um desconhecimento acerca da prática do psicólogo: “O psicólogo pode ser qualquer vizinho ou pessoa da família mais equilibrada.”, “Só ouvi falar na televisão, não sei o que faz”. – CONCLUSÃO - Desfaz-se o mito que a classe popular não tenha sutilezas psicológicas. Embora se estruture de forma diferenciada de outras classes sociais, pois os significados são produzidos nas condições sociais que vivem intimamente ligados aos signos que dispõem e as práticas que realizam. Embora lide com o adoecimento através do saber médico, há um

entendimento que as causas do adoecimento está ligado a fatores bio-psico-sociais, com incidência maior de fatores externos de natureza sócio-econômica. A religião tem dois papéis, sendo um positivo que é promover conforto e encorajamento no enfrentamento dessas demandas e outro negativo que é possibilitar ao indivíduo um conformismo com a situação social que vivem. As práticas de saúde precisam se estruturar a partir dos significados construídos socialmente na classe popular.

**Palavras-chaves:** Classes Populares, Sofrimento Mental, Saúde, Demandas Psicológicas

**Atividade: HUMANIZAÇÃO DO ESPAÇO HOSPITALAR INFANTIL: AS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA (Paineis)**

**Trabalho: HUMANIZAÇÃO DO ESPAÇO HOSPITALAR INFANTIL: AS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA**

**Autor(es):** Maira Prieto Bento Dourado, Samira Meletti da Silva Goulart, Cristiane Nicolau Gomes

**Resumo:** O presente trabalho baseia-se no conceito de “mãe suficientemente boa”, introduzido por Winnicott, para iniciar uma discussão sobre a importância de um ambiente ‘suficientemente bom’ no processo de internação da criança na enfermaria pediátrica do Hospital Gaffrée Guinle (HUGG). O trabalho tem por objetivo apontar a importância da equipe multidisciplinar da enfermaria pediátrica, atuando de forma a minimizar o sofrimento durante o processo de hospitalização, e destacar os processos lúdicos como necessidade no atendimento dessas crianças. A pesquisa foi de natureza qualitativa, sendo realizadas observações durante o período de atuação da equipe de psicologia na enfermaria de pediatria do referido hospital, entre os meses fevereiro e outubro de 2006. Os critérios utilizados para dimensionar a qualidade do atendimento foram infra-estrutura física, disponibilidade de entretenimento, a rotina terapêutica, a relação equipe de saúde-paciente e a oferta de brinquedos. Para a fundamentação teórica das observações foram utilizados os teóricos Winnicott e Melanie Klein e as recentes reflexões sobre a humanização do ambiente hospitalar, bem como a importância do brincar na enfermaria pediátrica. Observou-se que o trabalho dos psicólogos na enfermaria pediátrica busca tentar transformar os espaços hospitalares em um ambiente capaz de melhorar as condições das crianças, adolescentes e familiares que os frequentam, de acordo com um novo modelo em saúde infanto-juvenil, que leva em conta os aspectos emocionais, sociais e culturais da criança adoecida e/ou hospitalizada e os incluem no diagnóstico e na programação terapêutica. Com isso, amplia-se a perspectiva de saúde no que diz respeito aos cuidados pediátricos na vigência de internação hospitalar. Ao considerar o brincar como uma estratégia promotora de saúde para a criança e os adolescentes hospitalizados e/ou vivendo com doenças crônicas, é possível possibilitar uma abordagem terapêutica, prevenindo o surgimento de quadros psiquiátricos secundários à internação e promovendo a melhora das condições de saúde desta clientela. Nessa perspectiva, percebeu-se que a presença de instrumentos lúdicos no atendimento dessas crianças e o brincar livre contribuem para a humanização da assistência. Outro fator positivo é o espaço amplo, com televisão, brinquedos disponíveis, que contrasta com a arquitetura impessoal e fria. Além disso, na enfermaria atuam as equipes de psicologia, médica, de enfermagem, de assistência social, além do grupo de teatro ‘enfermeiros do riso’. Esta equipe demonstra estar atenta à criança como sujeito ativo, bem como às condições sociais de suas famílias, com uma visão mais humanista no atendimento das mesmas. Tal reflexão contribui para enfatizar a importância da relação médico-paciente ou da instituição-paciente no caso de crianças internadas ou com patologias crônicas (que são submetidas a longos períodos de internação), pois é comum que estes atuem como terceiros na relação inicial mãe-criança, já que estamos tratando de uma enfermaria pediátrica, tornando-os também possíveis mediadores das interações da criança com o mundo, com a realidade externa. O ambiente na enfermaria influencia na constituição da criança enquanto sujeito, e os atores ali envolvidos fazem parte, necessariamente, dos modelos e repertórios dos quais a criança pode lançar mão nas suas tentativas de ação e atuação no mundo. Por isso a necessidade de um ambiente acolhedor,

humanizado, que ofereça recursos para as crianças e adolescentes poderem experienciar esse período de internação sem traumas e maiores desdobramentos, contribuindo, assim, para uma saúde mais completa do paciente.

**Palavras-chaves:** criança hospitalizada, espaço hospitalar, humanização

**Atividade:** INCLUSÃO SOCIAL E CIDADANIA: RECURSOS E ESTRATÉGIAS DE CUIDADO EM SAÚDE MENTAL EM UM CAPS NO VALE DO SÃO FRANCISCO (Paineis)

**Trabalho:** INCLUSÃO SOCIAL E CIDADANIA: RECURSOS E ESTRATÉGIAS DE CUIDADO EM SAÚDE MENTAL EM UM CAPS NO VALE DO SÃO FRANCISCO

**Autor(es):** Monica Lima, Aléssia Silva Fontenelle, Roseléia Carneiro dos Santos, Luanna Larissa Paixão Barros, Túlio Romério Lopes Quirino

**Resumo:** A partir dos anos oitenta, com o desenvolvimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira, consolidada através de portarias ministeriais do Sistema Único de Saúde - SUS; leis estaduais e municipais que culminam com a Lei Federal 10.216 de 2001 e diversos outros movimentos políticos e sociais ligados ao cuidado e tratamento do portador de transtorno mental, reduzimos os leitos hospitalares psiquiátricos e implantamos concomitantemente serviços substitutivos, particularmente centros de atenção psicossocial - CAPS, considerados dispositivos estratégicos de cuidados comunitários de saúde mental, preferencialmente voltados para a clientela com transtornos mentais severos e persistentes. A reorganização da assistência em saúde mental no Vale do São Francisco, tomando como foco o primeiro CAPS aí implantado, é impulsionada por modalidades de acompanhamento e de tratamento a portadores de transtornos mentais que buscam convergir com os princípios da Reforma Psiquiátrica Brasileira. No entanto, ainda contamos com poucos estudos que forneçam subsídios para a implementação e aperfeiçoamento dos novos dispositivos frente aos desafios cotidianos da equipe de profissionais, familiares e usuários no processo de inclusão social e do exercício da cidadania dos últimos. Nesta direção, esta pesquisa buscou identificar os recursos e as estratégias produzidas neste CAPS para incluir os usuários-cidadãos na sua rede social do ponto de vistas dos atores envolvidos neste cuidado: usuários, profissionais e familiares. Utilizamos o modelo teórico-metodológico do Sistema de Signos, Significados e Práticas (S/ssp) (ALMEIDA-FILHO, CORIN e BIBEAU, s/d; ALMEIDA-FILHO et al, s/d; BIBEAU; CORIN, 1995; ALMEIDA-FILHO, COELHO e PERES, 1999), o qual assume uma perspectiva transcultural, integra as abordagens interpretativa, fenomenológica e social do objeto de estudo, e explora as experiências dos atores sociais a partir do relato de situações e casos concretos. O presente estudo fundamentou-se na observação participante, que propiciou a confecção de diários de campo para conhecer o funcionamento e a dinâmica do CAPS e de entrevistas semi-estruturadas para identificar os modelos explicativos dos profissionais de saúde, usuários e familiares sobre o sofrimento mental e a sua relação com a conquista da cidadania e da inserção social, considerando os recursos previstos para o modelo CAPS. Nesta investigação buscamos: a) conhecer o funcionamento e a dinâmica do CAPS; b) conhecer qual o conhecimento apresentado pelos profissionais, usuários e famílias sobre a reforma psiquiátrica, suas reflexões e inquietações acerca da mesma; c) compreender como os profissionais, usuários e famílias identificam e interpretam o sofrimento mental; d) compreender os modos de conceber o que é inclusão social por parte dos profissionais, dos usuários e de seus familiares; e) identificar as principais dificuldades vivenciadas na execução dos projetos de inserção desenvolvidos pelos CAPS; f) identificar elementos facilitadores dos projetos de inclusão apontados pelos profissionais como bem sucedidos; g) identificar o grau e os espaços de participação das famílias nos CAPS, observando elementos que facilitam ou dificultam a aproximação. Neste painel, discutiremos, dentre as várias categorias possíveis: o papel da família, a representação social da loucura e os recursos e estratégias de cuidado em saúde mental vigentes no CAPS analisado. Desse modo, a discussão

prevista pela equipe constitui-se em um esforço analítico de caráter interpretativo, certamente ainda incompleto, dos dados; no entanto, rico no que diz respeito às narrativas dos entrevistados e ao aprendizado da equipe envolvida no estudo. Além disso, ressaltamos, como um traço forte no desenvolvimento dessa pesquisa, a aproximação sucessiva dos estudantes bolsistas e voluntária de iniciação científica (CNPq) a temática da loucura em sua representação social como uma ferramenta capaz de contribuir para o fortalecimento de uma visão crítica e ética em relação aos direitos e cuidados aos portadores de transtorno mental.

**Palavras-chaves:** saúde mental, CAPS, formação em psicologia

**Atividade: O PODER TRANSFORMADOR DO BRINCAR NO CONTEXTO HOSPITALAR (Paineis)**

**Trabalho:** o poder transformador do brincar no hospital

**Autor(es):** Laura Helena M. C. C. Kumamoto, Jakson Luis Galdino Dourado, Julianne Costa, Karllene Rachel Cacho Belchior, Lívia Candice da Silva Jardim, Nara da Nóbrega Rodrigues, Rossana Figueirêdo

**Resumo:** A doença e a hospitalização constituem uma ameaça ao processo contínuo de organização dinâmica do organismo, exigindo um esforço cognitivo e emocional para a integração das novas experiências, visto que debilita as capacidades físicas, psicomotoras, cognitivas e sociais da criança/adolescente; compromete a referência corporal, tornando-a ineficaz para atender as necessidades do eu; provoca o afastamento da família, da escola, dos amigos e, conseqüentemente, das atividades lúdicas habituais. As dificuldades adaptativas decorrem tanto do sofrimento em si quanto da sobrecarga emocional, devido à dificuldade da criança de pouca idade em distinguir o mundo externo do interno e ao distanciamento do contexto real provocado pelas fantasias que povoam o psiquismo infantil e adolescente. São diversas as repercussões psicossociais advindas da internação na medida em que esta mobiliza o medo em relação aos procedimentos adotados, acarreta transformações corporais, alterações nas rotinas e novas exigências em termos de relacionamentos no ambiente hospitalar, dificultando a adaptação ao mesmo. Em termos comportamentais, tais dificuldades são evidenciadas a partir das limitações no contato verbal com os membros da equipe de saúde, da rejeição ao tratamento e à aproximação física das pessoas que dispensam cuidados, das reações agressivas, negativismo, apatia, choro e agitação psicomotora. A verificação desses fatores tem ocasionado mudanças nas condições de hospitalização para tornar o ambiente mais humanizado, ampliando o foco da assistência para além da patologia e direcionando as intervenções no sentido da promoção de saúde. Nesse sentido, busca-se colocar no mesmo patamar de prioridade o atendimento das necessidades biológicas, psicológicas, sociais e espirituais implicadas no processo de adoecer. Ao olhar nesta direção da ética no cuidar, desenvolvemos, há seis anos, este trabalho de extensão acadêmica, na unidade de pediatria do Hospital Universitário Lauro Wanderley da Universidade Federal da Paraíba, visando oferecer à esta clientela a possibilidade de assumir, diante da doença, uma postura ativa viabilizada pela ludicidade, o que permite o desenvolvimento de recursos de enfrentamento para conviver com a dor. Nossa proposta considera tanto as funções curativas quanto as recreativas e pedagógicas do hospital, respaldada na fundamentação científica, através dos estudos acerca dos efeitos paradoxais da internação, assim como no sustentáculo legal, através da Resolução 41, de outubro de 1995, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), que nos seus artigos 8, 9 e 10 aponta as diretrizes que situam este trabalho de apoio psicológico na perspectiva humanizadora, favorecendo às crianças/adolescentes enfermas a oportunidade de exercitar o seu potencial lúdico espontâneo, a fim de dar continuidade ao seu desenvolvimento e, assim, proporcionar uma melhor qualidade de vida durante a hospitalização.

A participação das crianças e adolescentes nas atividades se dá mediante a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido pelo responsável legal. As atividades lúdicas no hospital são realizadas na sala de recreação ou nas próprias enfermarias quando o paciente estiver impossibilitado de deambular. Nossa preocupação é a utilização de estratégias lúdicas que ajudem na melhoria das relações afetivas e na elaboração da experiência dolorosa vivida pela díade paciente/família. Para tanto, são utilizados recursos materiais que possam ajudar os pacientes a entrarem em contato com os seus sentimentos frente à doença e tudo que envolve a hospitalização, além de poderem experimentar o prazer de brincar aliviando as tensões, preparando-os de forma segura para os procedimentos terapêuticos (exames invasivos, cirurgias, dentre outros) aos quais serão submetidos. Ademais, realizamos um estudo acerca da percepção de crianças/adolescentes internas na pediatria do HULW quanto à enfermidade e internação, identificando aspectos significativos da experiência, a exemplo daqueles que facilitam sua adaptação, ou ainda das dificuldades enfrentadas. Os dados foram obtidos através de entrevistas efetuadas no período de 2004 a 2006, com crianças e adolescentes de ambos os sexos, entre 4 e 17 anos de idade, totalizando 57 pacientes. Os resultados foram satisfatórios, pois 53% dos participantes consideraram a experiência de internação boa e, quando questionados sobre o que mais gostam de fazer no hospital, 53% fizeram referências à atividades lúdicas como brincadeiras (24%), escolinha (20%) e, em conjunto, a alimentação e recreadores/brincadeiras (9%). A efetividade desta prática se evidencia no entusiasmo, interesse e mudança no estado de humor dos pacientes, o que pode ser compreendido pelo fato de que o brincar é sempre prazeroso, além de favorecer aprendizados, facilitar a expressão de sentimentos e permitir uma sensação de controle que se reflete positivamente na auto-estima dos mesmos. A intervenção lúdica, por fim, facilita a comunicação, possibilita a construção e reconstrução da própria individualidade pela criança/adolescente, aspecto este bastante fragilizado pelo processo de hospitalização, constituindo-se como um recurso autocicatrizante na infância/adolescência. Conclui-se, de tal modo, que o brincar deve fazer parte da prescrição médica, ocupando um lugar de destaque no âmbito da promoção da saúde e atendimento integral à criança/adolescente.

**Palavras-chaves:** Humanização, Intervenção Lúdica, Assistência humanizada

**Atividade: Representações sociais da depressão de crianças inseridas no ensino fundamental (Paineis)**

**Trabalho:** Representações sociais da depressão em crianças inseridas no ensino fundamental

**Autor(es):** Emily da Silva Nascimento, Marcela Silva Santos, Maria da Penha de Lima Coutinho

**Resumo:** A depressão é considerada a quarta doença que mais demanda recursos financeiros do mundo, merecendo sua devida atenção dada sua alta prevalência na população geral e seus impactos psicossociais, o que faz dela um dos principais assuntos no que se refere à saúde pública. Durante a infância o processo maturacional e o desenvolvimento de capacidades cognitivas estão em uma preponderante dinamicidade, contribuindo para que o impacto da sintomatologia depressiva afete de forma considerável a criança, a quem necessita de uma maior atenção. Essa etapa da vida corresponde ao período escolar, o que faz da escola o local mais provável para que o comportamento depressivo ocorra. O estudo da sintomatologia depressiva numa perspectiva das Representações Sociais (RS) possibilita evocar, do imaginário das crianças, as formas de conhecimento prático elaborado pelas mesmas sobre essa temática. Nesse sentido a relevância desta pesquisa pauta-se na busca de novas formas de conhecimento, por meio do referencial teórico/metodológico das RS. Esta pesquisa objetivou apreender as representações sociais acerca depressão elaborada por crianças inseridas no contexto escolar do ensino fundamental da cidade de João Pessoa/PB. Trata-se de um estudo de campo de cunho quantitativo e qualitativo, no qual foi realizado em três instituições de ensino fundamental, sendo duas delas da rede pública de ensino e uma da rede privada. A amostra foi não-probabilística, intencional e acidental. Inicialmente a pesquisa foi realizada com 228 crianças,

estudantes da terceira à quinta série do ensino fundamental, de faixa etária variando dos 8 aos 14 anos de idade, com média de 10,74 anos e 1,314 de desvio-padrão, sendo 50 % do sexo masculino e 50 % do sexo feminino, nos quais foi realizado o procedimento de aplicação do CDI (Children's Depression Inventory), utilizado de screening na seleção da amostra. A partir deste detectou-se 14 crianças (6,14 % da população) com pontuação acima do ponto de corte 17 na escala do CDI – indicativo de sintomatologia depressiva – constituindo, assim, a amostra; como também a técnica projetiva do Desenho-Estória com Tema, instrumento constituindo uma técnica temática e gráfica. Os dados do CDI foram processados através do Pacote Estatístico para Ciências Sociais (SPSS for Windows 14.0) a fim de demonstrar as estatísticas descritivas. No tocante da análise dos desenhos-estória com tema, foi selecionada aqueles que apresentaram características da sintomatologia da depressão infantil, analisada segundo o modelo proposto por Coutinho (2001), sendo classificados de acordo com semelhanças no grafismo e das estórias comuns. Os dados dos desenhos foram então classificados em quatro categorias: Depressão associada ao Sentimento de Tristeza; Depressão ancorada na Crise da Identidade Sexual; Depressão associada ao Sentimento de Desilusão Amorosa e Depressão associada à Ideação Suicídio. Contudo, os resultados demonstram que os desenhos e as produções semânticas apresentadas pelas crianças são resultados dos problemas que rodeiam seu posicionamento na sociedade, como também suas experiências agregadas à circulação do conhecimento da doença em seu meio de pertença, suas imagens e suas representações.

**Palavras-chaves:** Depressão, Infância, Representações sociais

**Atividade:** Acolhimento  
(Experiências em Debate)

**Trabalho:** Acolhimento: dispositivo disparador de reflexões e mudanças

**Autor(es):** Ingrid Vieira Guimaraes Ferreri, Ana Lucia Machado Aguiar, Ana Lucia Reis de Mello, Edna Ferreira Santos, Fátima Virginia S M Silva

**Resumo:** Ao longo da história da política brasileira houve uma série de mudanças na Saúde que desencadearam a necessidade de repensar e reformular o seu processo de assistência, historicamente centrada no modelo hospitalocêntrico. A partir de 1994, o Programa de Saúde da Família (hoje Estratégia de Saúde da Família – ESF) aparece no cenário nacional com o intuito de enfatizar as ações integrais e territoriais, visando a atenção ao indivíduo, à família e à comunidade. Desta maneira, a reorganização do modelo de atenção depende de uma reforma que seja concomitante a um processo de educação permanente, uma vez que o conhecimento e a ação sobre a realidade estão em constantes mutações e movimentos. Além disso, entendemos que os processos de saúde e doença exigem um olhar multideterminista, uma vez que envolve uma gama de elementos atravessadores. É a partir dessa nova configuração, onde se situa a dimensão tecnológica do trabalho em saúde, que se constitui o encontro do trabalho vivo em ato com o usuário. O trabalho em saúde é, portanto, o encontro de processos interseções, das relações, que se concretizam em práticas de acolhimento, vínculo, autonomização. Podemos afirmar que, no âmbito da ESF, o acolhimento pode ser identificado como um eixo norteador que perpassa todos os profissionais que compõem a equipe de saúde da família, com a perspectiva de um olhar integral e contínuo sobre os usuários, famílias e território e de garantia de acesso. Para isso, é necessário que o projeto de acolhimento e produção de vínculo seja um projeto de toda a equipe, a fim de que se concretize no “trabalho vivo em ato”. O acolhimento adquire uma expressão significativa para o âmbito da saúde por se tratar de um espaço de encontro do usuário com a equipe, onde deveria prevalecer o compromisso e a preocupação de se fazer a melhor escuta possível das necessidades de saúde trazidas pelos usuários. Alguns determinantes locais, da Área Programática 3.1 da cidade do Rio de Janeiro, levaram à construção de um espaço de reflexão e debate sobre o tema Acolhimento, tais como: o processo de expansão da Estratégia de Saúde da Família na cidade do Rio de Janeiro; a formação de um

grupo de apoio técnico (GAT), suas observações a respeito da organização do processo de trabalho das equipes e a sua experiência de supervisionar os residentes do Curso de Especialização em saúde da família nos moldes de residência da ENSP-FIOCRUZ; a criação de espaços institucionais de circulação de saberes e práticas e a aproximação constante da equipe de saúde mental do GAT com as equipes da ESF. Diante deste percurso, apresentaremos a experiência de construção do I Encontro Temático da Estratégia Saúde da Família da área programática 3.1 do RJ, que teve como objetivo principal estimular a reflexão teórico-prática das equipes de ESF quanto à temática Acolhimento dividido em quatro eixos – acesso, escuta, urgência e equipe -, propiciando espaços democráticos que possibilitem a troca de informações entre as equipes. Com isso, pretendemos convergir para a reformulação do modelo de atenção à saúde, objetivando profissionais preparados para o exercício de um novo processo de trabalho, mediante a necessidade de diálogo permanente e construção de espaços de interlocução entre os serviços de saúde. A proposta do Encontro, voltado para uma metodologia de formação de grupos de trabalho proporcionou a construção de espaços de encontro e reflexão entre os profissionais da Estratégia Saúde da Família, levando em consideração as experiências desses profissionais, as diferentes particularidades de cada território e referenciais teóricos e do SUS, de maneira que potencializou a perspectiva de novos caminhos e estratégias para a prática cotidiana das equipes.

**Palavras-chaves:** saúde da família, acolhimento, prática pedagógica, psicologia e saúde pública

**Atividade: A revelação do diagnóstico de HIV/Aids às Crianças Portadoras , na Visão da Equipe Profissional do SAE. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** A revelação de diagnóstico de HIV/Aids às crianças portadoras, na visão da equipe profissional do SAE

**Autor(es):** Mariana Costa Falcão Tavares, Rodrigo Barros Gewehr

**Resumo:** Esta pesquisa foi realizada no SAE-PAM Salgadinho com 6 profissionais que atendem diretamente as crianças no ambulatório, com o objetivo de compreender como estão trabalhando a questão da revelação do diagnóstico de HIV/Aids às crianças portadoras, como equipe e ou individualmente. Este trabalho tem como justificativa o grande impacto que a presença ou ausência da revelação do diagnóstico à criança portadora da enfermidade representa em suas condições físicas e emocionais, tanto no presente como no futuro. Como nos situamos no Nordeste que apresenta o segundo maior índice de transmissão vertical de HIV/Aids no Brasil, aumenta a perspectiva do número de crianças portadoras nos próximos anos, sendo necessário avaliar o serviço para qualificá-lo e adequá-lo a esta demanda. A revelação do diagnóstico é um processo que inquieta os profissionais dos serviços que atendem às crianças por revelar não só a doença em si, mas também as dificuldades clínicas que acarreta, o estigma social, as questões sexuais relacionadas à criança e seus pais, trazendo consigo segredos familiares como adoção, bissexualidade, passado sexual, traição, uso de drogas entre outros. A partir deste trabalho os profissionais, ao se depararem com o tema, poderão repensar as posturas adotadas pela equipe e estabelecer um consenso quanto a nossa rotina de atendimento, propondo um trabalho interdisciplinar sobre a revelação do diagnóstico das crianças junto à família, à criança, à escola e à comunidade. Baseamo-nos na teoria da psicanálise, sobretudo nos estudos de Françoise Dolto, que estuda a importância do que é dito para a criança e suas repercussões em sua vida. Ela também ressalta o papel da linguagem como mediadora entre o real e o imaginário, que permite à criança dar significado a sua história através do que ela ouve, fala e percebe. A pesquisa qualitativa para análise do discurso é realizada a partir de entrevistas que foram semi-estruturadas apresentando perguntas abertas relativas às seguintes questões: " como os profissionais da equipe estão falando sobre HIV/Aids com as crianças; como estão agindo em relação à revelação do diagnóstico do HIV/Aids em crianças; como justificam a revelação ou não do diagnóstico às crianças e de quem deve ser o papel de trabalhar a revelação do diagnóstico". A equipe apresentou dificuldades em revelar às crianças quanto à escolha da forma e do melhor momento de fazê-lo; para eles, a revelação deve ser um processo e concordam que



seja papel da equipe trabalhar o tema com a criança e sua família, mas afirmam também não estarem preparados para tais procedimentos, necessitando de capacitação e, por isso, não os incluem na rotina do serviço. Esta pesquisa mostrou que a equipe precisa ser treinada, atualizar-se a respeito das características desta clientela específica, de seu desenvolvimento psíquico e emocional, e habilitar-se na troca de experiências e posicionamentos entre si, para a construção de alternativas de trabalho em grupo com os participantes da equipe. As famílias e suas crianças contam com a experiência profissional da equipe como referência para dar o suporte que elas precisam, surpreendidas que foram pelo diagnóstico apresentado, diante de um futuro incerto e uma vida a ser reconstruída.

**Palavras-chaves:** HIV/Aids;Revelação Diagnóstica;Criança;;Equipe profissional,pesquisa qualitativa

**Atividade: Hierarquia nos Serviços Substitutivos de Saúde Mental (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Hierarquia nos Serviços Substitutivos de Saúde Mental

**Autor(es):** Ariadne Cedraz

**Resumo:** Um dos principais paradigmas da Reforma Psiquiátrica brasileira é a desinstitucionalização, que claramente pretende horizontalizar as relações, de modo que, aplicado tal pressuposto, as hierarquias devem ser dissolvidas. No entanto, há que se considerar o fato de que há anos a Psiquiatria manteve-se hegemônica no cuidado do sofrimento psíquico, fazendo com que, mesmo em tempos de Reforma, o médico tenha uma posição diferenciada dos demais trabalhadores da área. Estudos relatam que, em estabelecimentos de saúde, os profissionais se organizam formando uma pirâmide hierárquica. No topo dessa pirâmide se encontram o médico e a alta administração, outros técnicos se situam no nível intermediário, “o resto” do pessoal fica na base e mais abaixo localizam-se os pacientes. Todavia, uma pesquisa realizada em um Centro de Atenção Psicossocial II (CAPS II) da cidade de Natal-RN, revelou a existência de diversos níveis de poder nesse tipo de serviço. Percebeu-se a existência de hierarquias, porém, a análise feita não conduz a visão de uma pirâmide, sendo que, para efeitos didáticos, a imagem produzida para representar as hierarquias encontradas refere-se a um conjunto de blocos em movimento, arrumados de forma tridimensional; assim, dependendo do ângulo de visão, funcionários ou usuários podem estar em diferentes posições. O primeiro bloco a ser destacado é o bloco de decisão que seria o mais alto ponto de poder, onde se destaca a figura do médico psiquiatra. Mas, também neste bloco, encontra-se quem responde pelo serviço, aquela pessoa que exerce uma função similar a de um diretor: ouve e administra as queixas, as dúvidas, as sobras ou as faltas e dá um encaminhamento a tudo isso. No CAPS investigado, esse papel era desempenhado por uma assistente social, reforçando que a Psiquiatria já não funciona como o único saber sobre a loucura. O segundo bloco, a saber, o bloco de gerência, seria o que se ocupa do gerenciamento do cotidiano. Sob auspício desse bloco seriam resolvidas diversas questões como o cardápio da casa e a atividade realizada no tempo livre. Compõe esse bloco, toda a parte administrativa do serviço que põe em prática as resoluções do bloco de decisão. O terceiro bloco seria o bloco de execução que se refere aos agentes que se encarregam de desempenhar as atividades diárias oferecidas pelo estabelecimento: as cozinheiras, as auxiliares de serviços gerais, os vigilantes, a equipe da farmácia, as enfermeiras e técnicas de enfermagem, além dos coordenadores de oficina (durante o desempenho das suas atividades de oficinairo). Tal bloco funciona de acordo com o que é designado pelos blocos de decisão e gerência e, simultaneamente, leva a estes a demanda do bloco dos que usufruem, composto principalmente pelos usuários e suas famílias – aqueles que se valem do que o serviço oferece. Na experiência aqui relatada havia mais um bloco: o bloco de análise, composto pela pesquisadora; pela orientadora da pesquisa e por todas as outras estagiárias que se encontravam presentes na casa durante a coleta de dados para este trabalho. Salienta-se que os blocos servem para avigorar a idéia de que a qualquer momento um agente da instituição pode passar a fazer parte de outro bloco: o bloco de decisão torna-se parte do bloco de execução quando executa as resoluções advindas do Ministério da Saúde; o bloco dos que usufruem faz parte do bloco de decisão quando delibera sobre o funcionamento da casa. Os blocos estão

ligados de maneira que qualquer oscilação em um é refletida noutro. O grupo (que aqui engloba todos os blocos) é uma totalização em processo que não se finda, está sempre em movimento o que vem justificar mais uma vez a idéia de blocos que se deslocam continuamente, em lugar de uma pirâmide. A idéia de blocos móveis, em lugar da pirâmide, reforça o pensamento de Lourau que nos alerta para a existência da heterogestão, a qual denota que as nossas vidas cotidianas são geridas por diferentes instâncias de poder. A intenção do trabalho é apresentar que embora a heterogestão vista no CAPS apresente um jogo de forças que instituem o poder sobre “o mais fraco”, é importante salientar que o fato de denunciar as hierarquias por meio de blocos em movimento, expressa a existência de uma hierarquização distinta da que se materializava antes da crise da Psiquiatria. Ou seja, através da pesquisa, notamos que, mesmo funcionando sob o lume da desinstitucionalização, o CAPS apresenta hierarquias em vários níveis (funcionário-funcionário, funcionário-usuário e usuário-usuário), contudo, também foi visto que essas hierarquias não obedecem a uma formatação rígida e imóvel, denotando uma mudança: no CAPS, admite-se que nenhum saber é hegemônico, todos têm força e poder. Enfim, não há somente um tipo de hierarquia no serviço investigado e estas devem continuamente ser combatidas para que a desinstitucionalização possa se materializar de fato, mas, ao mesmo tempo, pode-se ver mudanças que conduzem à destituição da hegemonia psiquiátrica.

**Palavras-chaves:** REFORMA PSQUIÁTRICA, DESINSTITUCIONALIZAÇÃO, SAÚDE MENTAL

**Atividade:** Roda de conversas  
(Experiências em Debate)

**Trabalho:** uma experiência envolvendo cuidadores(as) de jovens e adolescentes na implantação do Espaço Jovem

**Autor(es):** Alexandre Nogueira

**Resumo:** Desde outubro de 2004, a ONG PROPARES – Protagonismo Juvenil e Educação entre Pares, vem realizando em parceria com a Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, através do NUNAS Adolescente, a implantação das oficinas do Projeto Espaço Jovem. Inicialmente, as oficinas eram destinadas, em grupos paralelos de capacitação, aos adolescentes e jovens entre 13-17 anos e aos adultos gestores (Secretaria de Ação Social, Secretaria de Educação e Secretaria de Saúde) e aos membros participantes de ONG's locais dos municípios participantes. No total, oito oficinas são realizadas para cada grupo, envolvendo as temáticas de Organização de Grupo e Protagonismo Juvenil, Gênero e Violências, Fica, Gravidez na Adolescência, ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, Aids e outras DST's, Aborto e Diversidade Sexual. O trabalho é realizado numa perspectiva participativa, construtivista, dinâmica e com avaliação contínua e sistemática. Diante das avaliações continuadas, no final do ano de 2005, houve a inclusão de uma atividade focal com os (as) cuidadores (as), envolvendo pais, mães, avós, avôs e irmãs de jovens e adolescentes participantes das oficinas de capacitação, do Projeto Espaço Jovem. Os encontros com eles (as) foram denominados de Rodas de Conversa, acontecendo durante quatro semanas, somando um total de quatro encontros, para cada grupo de cuidadores (as), de cada município, no turno da noite, distribuídos nas semanas da realização das oficinas. Cada encontro teve uma média de duas horas, chegando a ser estendido até três horas, conforme as indagações e motivações geradas pelo grupo de cuidadores (as). O foco dessa atividade foi pautado na inclusão das vozes (experiências) vivenciadas pelos cuidadores (as), durante a sua própria adolescência e juventude, favorecendo a um laço de confiança entre a ONG e os temas trabalhados nas oficinas com os adolescentes e jovens. Além disso, a experiência da PROPARES, anterior a 2005, apontava a queixa do grupo de adolescentes e jovens sobre seus (as) cuidadores (as), com relação aos temas trabalhados durante as oficinas, comprometendo a participação mais ativa desses no Projeto. Para tanto, o trabalho com os (as) cuidadores (as) se pautou no diálogo com eles (as), construindo um espaço de informação e, principalmente, de escuta. Foram focalizados alguns aspectos relevantes para se favorecer o movimento das Rodas de Conversas, entre os quais se destaca: 1. Participação exclusiva dos cuidadores (as); 2. Contação de suas próprias histórias de adolescente, trabalhando numa espécie de rememoração, onde focalizaram os temas que estavam sendo trabalhados nas oficinas com os adolescentes e jovens; 3. Esclarecimento sobre a complexidade dos dias atuais,

demarcado a partir das temáticas que eles desejam se aprofundar. Desse modo, na realização de dezesseis conjuntos de quatro encontros, envolvendo os cuidadores (as) de dezesseis municípios do Ceará, foi possível apontar alguns indicativos relevantes para o trabalho com adolescentes e jovens, envolvendo temáticas de Protagonismo Juvenil, sexualidade, saúde e direitos humanos: 1. Os (as) cuidadores (as) favorecem a um laço de confiança e apoio a participação dos adolescentes e jovens no Projeto quando são convocados (as) a se envolverem, também, através de suas histórias, inquietações e inseguranças; 2. A idéia de conflito de geração passa a ser diluída e, até mesmo, irrelevante quando são focalizados indicativos do Ministério da Saúde com relação à gravidez na adolescência, a interiorização, juvenização e pauperização do vírus HIV nas cidades do Brasil, passando a favorecer a construção de aliados (cuidadores (as)) no uso de preservativo; da população de modo geral e dos adolescentes e jovens, de modo específico; 3. Os cuidadores (as) têm suas demandas de formação de grupos dessa natureza, devido à educação imperativa pautada em fundamentalismo e moralismo, com característica, quase que exclusiva, em preceito religioso e limitador a efetivação dos direitos humanos.

**Palavras-chaves:** Cuidador(a), Protagonismo Juvenil, Saúde Pública, grupo focal

**Atividade: A desinstitucionalização para além da saúde mental (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** A desinstitucionalização para além da saúde mental

**Autor(es):** Matheus Alves Rolemberg Caetano, Elder Magno Freitas Santos, Ariadne Cedraz

**Resumo:** No espaço da disciplina “Psicologia e Instituições de Saúde Mental”, ofertada pelo departamento de Psicologia da Universidade Federal de Sergipe, discutiu-se (dentre outras coisas) o conceito de Desinstitucionalização, que pretende instituir uma desconstrução permanente fundamentada no questionamento das forças instituídas, indagando se estas estão a serviço de subjetividades libertárias ou de cárceres subjetivos cristalizados. O conceito de Desinstitucionalização nasceu no bojo da Reforma Psiquiátrica da Itália tendo sido importado para conduzir a Reforma no Brasil. Tal conceito sustenta a quebra da hegemonia psiquiátrica no trato da loucura, possibilitando que cada vez mais profissionais possam ingressar no campo da Saúde Mental. Todavia, o princípio da Desinstitucionalização não é exclusivo da Reforma Psiquiátrica, posto que remete à idéia de constante desnaturalização do instituído. Enfim, a Desinstitucionalização preocupa-se em transformar a sociedade, repensando o trabalho, a família, a medicina, as políticas públicas e demais instituições sociais que atravessam as nossas vidas na contemporaneidade. Pensando nisso, o conceito em questão passou a ser aplicado no contexto da disciplina acima descrita, interferindo na organização da mesma. A disciplina, ministrada por uma professora substituta do departamento de Psicologia, contava com dez alunos. Sendo que a proposta era vivenciar um processo de desinstitucionalização, a chamada ou qualquer outro controle de frequência foi abolido. Compreendendo que a horizontalização das relações é um princípio imprescindível da Desinstitucionalização, a matéria correu como um grupo de discussão no qual todos eram responsáveis pelo debate, de modo que a professora se portava como um membro do grupo como outro qualquer, assim como todos tinham total liberdade para dizer o que pensavam do texto lido, analisando-o criticamente correlacionando-o com outras leituras acadêmicas ou não. Os temas abordados foram escolhidos com base na ementa da disciplina, mas todas as temáticas foram discutidas pelo grupo que acatou as sugestões da professora. Porém, ao longo da disciplina, os alunos foram sugerindo alterações no cronograma para dar vazão às discussões que foram surgindo por conta dos debates e as alterações aprovadas pelo grupo foram implantadas. A organização do espaço onde ocorriam os encontros não seguia o formato padrão de sala de aula, de modo que a professora não ocupava o birô e não havia um formato pré-estabelecido de organização. As pessoas sentavam nos locais que facilitavam a interação entre os membros do grupo, considerando a possibilidade de se afastar de dos ruídos externo e a possibilidade de estar na parte mais ventilada da sala. Esse tipo de ordem, que foi se desenvolvendo naturalmente, dava à disciplina um caráter de não-aula, fazendo com que os integrantes do grupo se sentissem cada vez mais à vontade. O tempo de

duração dos encontros também não era pré-estabelecido, desse modo, eles iniciavam na hora marcada mas não tinham hora marcada para seu término. Portanto, alguns dias as reuniões se alongavam quando a discussão pedia mais tempo, da mesma forma que o encontro acabava antes do tempo instituído pelas normas acadêmicas quando o grupo acreditava que o assunto, ao menos naquele momento, já tinha se esgotado. As discussões visavam tornar afetivos conceitos ou temáticas que eram aparentemente teóricos. Para tanto, os membros do grupo articulavam os conteúdos do texto com as suas vivências pessoais e profissionais ou acadêmicas. Os dilemas vividos nos serviços substitutivos, apresentados na literatura escolhida, eram transpostos para o cotidiano do grupo, fazendo com que todos se implicassem com os paradigmas da Reforma Psiquiátrica, decodificando-os de forma idiossincrática, buscando, ao invés de regras, pensamentos-questionamentos que geram vida e que se opõem à exclusão em todas as dimensões sociais e subjetivas. Dessa maneira, foram discutidas não somente a dificuldade de identificar e destituir os manicômios mentais presentes nos serviços de saúde, mas a dificuldade de perceber e destituir os manicômios mentais que o próprio grupo carregava consigo. Nesse ínterim, foram discutidos valores pessoais, sociais, morais, assim como ocorreram inúmeras “conversas” sobre as relações amorosas – elegidas como um analisador de todas as relações que se instituem na contemporaneidade. Embora a experiência de desinstitucionalização estivesse ocorrendo, havia a necessidade de se instituir uma avaliação que traduziria as notas dos alunos. Foi acordado que cada membro (inclusive a professora) iria produzir uma obra de arte no sentido de aprofundar o conceito de estética da existência discutido na disciplina e apontado como fundamental. A experiência foi avaliada como positiva por todos os membros do grupo posto que se estabeleceu como uma linha de fuga que produziu novos fluxos e a possibilidade de novos caminhos. O grupo assumiu o compromisso de desenvolver as idéias que se produziram ao longo da disciplina, mesmo após o término do período letivo, ou seja, o grupo expressou o desejo de aprofundar suas discussões indo além do espaço-tempo instituído, construindo uma nova forma de se relacionar com a produção de conhecimento e com a própria Academia.

**Palavras-chaves:** desinstitucionalização, aprendizagem, relação professor-aluno

**Trabalho:** A desinstitucionalização para além da saúde mental

**Autor(es):** Matheus Alves Rolemberg Caetano, Elder Magno Freitas Santos, Ariadne Cedraz

**Resumo:** No espaço da disciplina “Psicologia e Instituições de Saúde Mental”, ofertada pelo departamento de Psicologia da Universidade Federal de Sergipe, discutiu-se (dentre outras coisas) o conceito de Desinstitucionalização, que pretende instituir uma desconstrução permanente fundamentada no questionamento das forças instituídas, indagando se estas estão a serviço de subjetividades libertárias ou de cárceres subjetivos cristalizados. O conceito de Desinstitucionalização nasceu no bojo da Reforma Psiquiátrica da Itália tendo sido importado para conduzir a Reforma no Brasil. Tal conceito sustenta a quebra da hegemonia psiquiátrica no trato da loucura, possibilitando que cada vez mais profissionais possam ingressar no campo da Saúde Mental. Todavia, o princípio da Desinstitucionalização não é exclusivo da Reforma Psiquiátrica, posto que remete à idéia de constante desnaturalização do instituído. Enfim, a Desinstitucionalização preocupa-se em transformar a sociedade, repensando o trabalho, a família, a medicina, as políticas públicas e demais instituições sociais que atravessam as nossas vidas na contemporaneidade. Pensando nisso, o conceito em questão passou a ser aplicado no contexto da disciplina acima descrita, interferindo na organização da mesma. A disciplina, ministrada por uma professora substituta do departamento de Psicologia, contava com dez alunos. Sendo que a proposta era vivenciar um processo de desinstitucionalização, a chamada ou qualquer outro controle de frequência foi abolido. Compreendendo que a horizontalização das relações é um princípio imprescindível da Desinstitucionalização, a matéria correu como um grupo de discussão no qual todos eram responsáveis pelo debate, de modo que a professora se portava como um membro do grupo como outro qualquer, assim como todos tinham total liberdade para dizer o que pensavam do texto lido, analisando-o criticamente correlacionando-o com outras leituras acadêmicas ou não. Os temas abordados foram escolhidos com base na

ementa da disciplina, mas todas as temáticas foram discutidas pelo grupo que acatou as sugestões da professora. Porém, ao longo da disciplina, os alunos foram sugerindo alterações no cronograma para dar vazão às discussões que foram surgindo por conta dos debates e as alterações aprovadas pelo grupo foram implantadas. A organização do espaço onde ocorriam os encontros não seguia o formato padrão de sala de aula, de modo que a professora não ocupava o birô e não havia um formato pré-estabelecido de organização. As pessoas sentavam nos locais que facilitavam a interação entre os membros do grupo, considerando a possibilidade de se afastar de dos ruídos externo e a possibilidade de estar na parte mais ventilada da sala. Esse tipo de ordem, que foi se desenvolvendo naturalmente, dava à disciplina um caráter de não-aula, fazendo com que os integrantes do grupo se sentissem cada vez mais à vontade. O tempo de duração dos encontros também não era pré-estabelecido, desse modo, eles iniciavam na hora marcada mas não tinham hora marcada para seu término. Portanto, alguns dias as reuniões se alongavam quando a discussão pedia mais tempo, da mesma forma que o encontro acabava antes do tempo instituído pelas normas acadêmicas quando o grupo acreditava que o assunto, ao menos naquele momento, já tinha se esgotado. As discussões visavam tornar afetivos conceitos ou temáticas que eram aparentemente teóricos. Para tanto, os membros do grupo articulavam os conteúdos dos texto com as suas vivências pessoais e profissionais ou acadêmicas. Os dilemas vividos nos serviços substitutivos, apresentados na literatura escolhida, eram transpostos para o cotidiano do grupo, fazendo com que todos se implicassem com os paradigmas da Reforma Psiquiátrica, decodificando-os de forma idiossincrática, buscando, ao invés de regras, pensamentos-questionamentos que geram vida e que se opõem à exclusão em todos as dimensões sociais e subjetivas. Dessa maneira, foram discutidas não somente a dificuldade de identificar e destituir os manicômios mentais presentes nos serviços de saúde, mas a dificuldade de perceber e destituir os manicômios mentais que o próprio grupo carregava consigo. Nesse ínterim, foram discutidos valores pessoais, sociais, morais, assim como ocorreram inúmeras “conversas” sobre as relações amorosas – elegidas como um analisador de todas as relações que se instituem na contemporaneidade. Embora a experiência de desinstitucionalização estivesse ocorrendo, havia a necessidade de se instituir uma avaliação que traduziria as notas dos alunos. Foi acordado que cada membro (inclusive a professora) iria produzir uma obra de arte no sentido de aprofundar o conceito de estética da existência discutido na disciplina e apontado como fundamental. A experiência foi avaliada como positiva por todos os membros do grupo posto que se estabeleceu como uma linha de fuga que produziu novos fluxos e a possibilidade de novos caminhos. O grupo assumiu o compromisso de desenvolver as idéias que se produziram ao longo da disciplina, mesmo após o término do período letivo, ou seja, o grupo expressou o desejo de aprofundar suas discussões indo além do espaço-tempo instituído, construindo uma nova forma de se relacionar com a produção de conhecimento e com a própria Academia.

**Palavras-chaves:** Desinstitucionalização, Hierarquia, Aprendizagem

**Atividade:** JOVENS QUE FAZEM USO DE DROGAS EM FORTALEZA: UMA LEITURA A PARTIR DE UM PROJETO DE ASSISTÊNCIA OFERECIDO PELO MUNICÍPIO.  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** JOVENS QUE FAZEM USO DE DROGAS EM FORTALEZA: UMA LEITURA A PARTIR DE UM PROJETO DE ASSISTÊNCIA OFERECIDO PELO MUNICÍPIO.

**Autor(es):** Mabel Melo Sousa, Maria de Fátima de Sena e Silva

**Resumo:** O presente trabalho representa o fruto da disciplina de Monografia do curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará. O interesse pela temática da drogadicção surgiu a partir da experiência de estágio no NUCESD – Núcleo de Estudos sobre Drogas – projeto de extensão da UFC institucionalizado em 2004 com o objetivo de criar e sedimentar um espaço de referência no estudo do uso e abuso de substâncias psicoativas. O que são drogas? O que leva os adolescentes a experimentarem-nas? Qual a melhor maneira de lidar com um jovem que faz uso de drogas ilícitas? Qual o papel da família na dependência química? Esses e outros questionamentos fundamentaram a realização da monografia, que teve como público alvo

adolescentes atendidos pelo NUPRED – Núcleo de Prevenção e Redução de Danos, projeto da Prefeitura Municipal de Fortaleza cuja finalidade é prestar assistência a crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social vinculada ao uso de drogas, oferecendo atendimento individual e grupal e internamento em comunidade terapêutica. A presente análise, que teve como objetivo geral investigar o fenômeno de uso e abuso de drogas por jovens fortalezenses, iniciou-se com um levantamento bibliográfico acerca de assuntos relacionados à temática, como histórico e características das substâncias psicoativas, dependência química, adolescência, teoria familiar sistêmica e estratégias de políticas públicas de enfrentamento dos problemas advindos do uso de drogas. Em seguida, foram traçados os procedimentos de análise e construídos os instrumentos utilizados na pesquisa de campo. A metodologia utilizada consistiu em pesquisa quantitativa e outra qualitativa. Na primeira, foi realizado um levantamento do público atendido pela instituição pesquisada durante o ano de 2005, através da análise de dados secundários obtidos a partir de cinquenta formulários de entrevista inicial previamente preenchidos. Visando uma melhor organização, as informações foram agrupadas em: dados pessoais, situação familiar, situação escolar e questões relacionadas ao uso de drogas. Essa pesquisa apontou que a quase totalidade dos adolescentes atendidos pelo núcleo era constituída por homens (96%), possuíam em média dezesseis anos de idade, 60% tinham renda familiar inferior a dois salários mínimos, 80% possuíam parentes usuários ou dependentes de drogas ou alcoólatras, mais de 60% haviam parado de estudar. Obteve-se ainda que: quase 70% dos adolescentes haviam experimentado drogas ilícitas antes dos quatorze anos; as mais utilizadas eram maconha, crack, tabaco e álcool, além de solventes e comprimidos diversos; influência dos amigos e curiosidade foram relatados por mais de 80% dos adolescentes como motivos que os levaram a usar; mais de 40% já tinham estado em conflito com a lei. A etapa qualitativa da pesquisa foi efetivada com entrevistas abertas semi-dirigidas a quatro profissionais e quatro adolescentes, selecionados por conveniência. As categorias de análise foram: representação das drogas, dependência química, processo de tratamento da dependência química e serviços oferecidos pelo NUPRED. O procedimento adotado possibilitou uma interação entre o pesquisador e os entrevistados, fundamental para uma melhor reflexão acerca das colocações. Diante do questionamento acerca do conceito de drogas, foi percebido que os adolescentes conceituam-nas a partir de aspectos negativos e positivos, sendo mais comum referirem-se aos danos trazidos em detrimento do bem-estar momentâneo proporcionado por essas substâncias, enquanto que os profissionais apontam para uma definição mais científica do que entendem por drogas. Por dependência química, tanto os profissionais quanto os adolescentes manifestaram como sendo um estágio bem mais avançado e prejudicial do uso, de saída de controle por parte do sujeito. O papel da família no uso e abuso de substâncias psicoativas foi valorizado pelos dois lados, tanto como podendo auxiliar o indivíduo no tratamento do uso indevido, quanto prejudicando esse processo. Nesse sentido, a abordagem sistêmica aponta para a questão da importância de se trabalhar as relações interpessoais que compõem o sistema familiar em casos de dependência química, entendida pela abordagem como um sintoma-comunicação que pode encontrar sentido na vida relacional do grupo. Os profissionais mencionaram aspectos relevantes para quem lida com usuários de drogas: importância do contexto social e familiar do usuário em detrimento da substância em si, singularidade dos casos, grandes possibilidades de recaída. Os adolescentes apontaram a vontade do indivíduo como fundamental para o tratamento, bem como aspectos positivos dos atendimentos no NUPRED, como momentos de conversa e desabafo e ambiente distinto do cotidiano. Assim, dentre outras observações, a análise dos dados a partir da literatura estudada demonstrou que diversas substâncias psicoativas estão presentes no cotidiano das comunidades de Fortaleza. Portanto, a drogadicção por jovens é um assunto que merece ser estudado, tendo em vista os inúmeros problemas advindos dessa situação, a inexistência de estratégias estatisticamente comprovadas como eficazes no seu tratamento e a incapacidade do NUPRED em atender à grande demanda existente na cidade de Fortaleza. O presente trabalho apresentou uma série de considerações importantes que merecem ser aprofundadas, em virtude da complexidade do fenômeno de uso e abuso de substâncias psicoativas.

**Palavras-chaves:** Droga, Adolescência, Dependência Química, Jovem, Fortaleza

**Atividade: Mastectomia Total e Sexualidade (Paineis)**

**Trabalho:**Mastectomia Total e Sexualidade

**Autor(es):** Leidiane Diniz Pinheiro,Carla Daniele Nascimento dos Reis,Mayra Lima Rodrigues,Lúcia Cristina Cavalcante da Silva

**Resumo:** ResumoO câncer de mama é o resultado de multiplicações desordenadas de determinadas células que se reproduzem, desencadeando o aparecimento de tumores que podem vir a afetar os tecidos vizinhos e provocar metástase. A mastectomia radical é um dos tratamentos mais realizados nestes casos e consiste na retirada total da mama, afetada pelo câncer, através de um procedimento cirúrgico. A supressão da mama trás grandes alterações na vida da mulher, sobretudo no campo de suas relações interpessoais. O objetivo deste estudo foi identificar, a partir dos relatos feitos a psicólogos em situação de atendimento psicoterápico, os sentimentos vivenciados por mulheres casadas em relação ao contato sexual com o parceiro após serem submetidas a mastectomia total sem a reconstrução mamária. Entrevistou-se quatro psicólogos, do sexo feminino, com 10 a 15 anos de atuação clínica e com pós-graduação em áreas afins, que somado os atendimentos de cada uma, se tem um número médio de aproximadamente de 300 (trezentas). Verificou-se que a clientela atendida era composta por mulheres que tinham de 8 a 20 anos de casadas e a maioria tinha filhos, o qual as mesmas encontravam-se na faixa etária de idade entre 35 a 60 anos; sendo que essas mulheres foram atendidas em um tempo bem variado: um, dois, três anos cinco, seis, sete meses, dependia muito do estado em que a paciente encontrava-se. A queixa inicial em geral era a não aceitação da doença, a baixa auto-estima e angústia por não terem mais o mesmo contato sexual. Devido a isso essas mulheres relataram que tinham antes uma auto-estima elevada, pois depois da mastectomia passaram a ter uma imagem negativa de si mesmas. Os relatos também apresentaram que neste momento há um grande índice de abandono do marido sendo que a vida pessoal e amorosa acaba para elas. Desta forma, apresentaram uma demora no voltar a ter contato sexual, isso quando voltam, são acompanhadas de muitas barreiras, algumas usam os cuidados médicos para justificar o não contato sexual. Possuíam vida sexual estável considerada por elas maravilhosa, mas houve uma grande mudança, devido não se sentir a mesma mulher sem um órgão da sexualidade gerando a falta de desejo e diminuição na frequência. Além disso, apresentaram como os sentimentos mais comuns em relação ao contato sexual após a mastectomia, vergonha, medo, impotência, depressão, estresse, decepção, sentimento de perda e revolta, sendo que no geral o tratamento psicoterápico é interrompido porque algumas morrem, outras abandonam, e que poucas concluem. A partir do exposto pelas psicólogas conclui-se que as mulheres têm como sentimentos mais vivenciados o medo, à revolta, o medo de não serem mais amadas, impotência, depressão, sentem não terem mais a mesma feminilidade, se sentem marcadas sexualmente pela ausência do seio. Futuras pesquisas poderiam ser realizadas dando enfoque ao efeito da mastectomia total na vida sexual de mulheres solteiras. E também seria importante se estudar quais os fatores mais relevantes que levam o parceiro a abandonar sua esposa num momento do câncer de mama, levando em consideração o nível socioeconômico. Universidade da Amazônia – Centro de CCBS – Curso de Psicologia

**Palavras-chaves:** Câncer de Mama; Mastectomia; Sexualidade,Câncer de Mama; MastectomiaTotal,Reconstrução Mamária

**Atividade: Atendendo a mulheres em situação de violência sexual. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Atendendo a mulheres em situação de violência sexual.

**Autor(es):** Francisco Jose Machado Viana

**Resumo:** A violência contra as mulheres no Brasil é antiga e conhecida de todos, entretanto o seu tratamento como violação a direitos humanos é uma novidade e um desafio. Uma novidade

porque nos implica na construção de uma clínica, onde diversos aspectos precisam ser considerados. A Aids, as DSTs e a gravidez decorrente da violência são aspectos médicos desse agravo. Entretanto as conseqüências psicológicas, sociais e jurídicas são grandes, desafiadoras e exige de todos nós uma preparação que não encontramos na formação acadêmica. O trabalho desenvolvido hoje na Maternidade Odete Valadares – Unidade hospitalar especializada no atendimento integral a saúde da Mulher pertencente à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMIG, atende juntamente com as outras unidades de saúde da região metropolitana de Belo Horizonte, uma população de cerca de 3,5 milhões de pessoas. Nos últimos quatro anos a maternidade atendeu mais de 500 mulheres em situação de violência sexual, representando mais de 70% dos casos de violência atendidos pela rede pública de Minas Gerais. Dessas mulheres, 63% eram solteiras, 72,9% com idades entre 10 e 29 anos. Na maioria das vezes a agressão ocorreu em via pública em horários compatíveis com o trânsito de casa/escola/trabalho para o trabalho/escola/casa. É possível observar que o trabalho interdisciplinar desenvolvido dentro da Maternidade, associado à articulação com os demais serviços de saúde do município, tem dirigido para o ambulatório um número cada vez maior de mulheres. A equipe é formada por Ginecologistas, Assistentes sociais, enfermeiros e psicólogos. O atendimento acompanha o serviço 24 horas da unidade sendo o acompanhamento ambulatorial realizado durante o dia. Nos últimos dois anos a equipe tem procurado articular-se com os demais serviços no município de Belo Horizonte, e participado de capacitações de novas equipes em todo estado de Minas Gerais, com o objetivo de ampliar e qualificar os serviços existentes. Um dado que pode ser observado é que o aumento do conhecimento pela população do trabalho realizado, tem permitido que a procura pelo serviço aconteça cada vez mais cedo, ou seja, logo que a vítima se vê livre do agressor e encontra alguém para ajudá-la. Esta chegada mais rápida ao serviço contribui consideravelmente para prevenção de outras conseqüências também danosas e posteriores à agressão, que são uma gravidez, a infecção com alguma DST, ou a soro conversão para o HIV. O atendimento mais rápido também contribui para a recuperação emocional da mulher, já que reduz a ansiedade e o medo de adquirir estas doenças. O propósito desse trabalho é contribuir para a formação de profissionais de saúde mais preparados para esse trabalho e principalmente para uma reflexão ética sobre os diversos elementos morais que atravessam nossa intervenção. Nosso objetivo é ainda compartilhar com os diversos psicólogos que trabalham em serviços de atendimento a vítimas de violência sexual buscando a troca de experiências e conhecimento sobre os serviços existentes no Brasil. Pretendemos apresentar os dados de quatro anos de acompanhamento do trabalho no ambulatório, seus principais entraves, as dificuldades dessa clínica, além de acertos e possibilidades de trabalho do psicólogo neste campo de uma política pública de atenção integral a saúde da mulher.

**Palavras-chaves:** Violencia Sexual, Genero, Sexualidade, Aborto

**Atividade:** Saúde Mental em estudantes universitários do curso de Odontologia (Paineis)

**Trabalho:** Saúde Mental em estudantes universitários do curso de Odontologia: estresse, traços de ansiedade e depressão

**Autor(es):** Ana Karina Fachini Araújo, Daniel Arthur Bertevello, Cibele Lopes, Talyta Rachel Franchin

**Resumo:** Este estudo foi apresentado pelos alunos do 6o. Semestre do curso de Psicologia – Centro Universitário Nove de Julho – Uninove – como exigência parcial para aprovação na disciplina Estágio Básico IV. A proposta foi verificar como estudantes do curso de Odontologia percebem o impacto do estágio profissionalizante e o final da formação acadêmica em sua saúde física e mental. Para tanto, realizamos investigamos a presença de fatores de estresse, traços indicativos de ansiedade e depressão em alunos do último semestre do curso de Odontologia do Centro Universitário Nove de Julho – Uninove que, estavam realizando seu estágio na Clínica da referida faculdade. Fizemos uso de três instrumentos para a coleta de dados. No primeiro



momento, fizemos duas sessões de observação do local de estágio em dias diferentes. Em seguida, apresentamos para 40 alunos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Na seqüência, aplicamos o Protocolo de Avaliação de Indicativos de Ansiedade e Estresse, instrumento elaborado pelo grupo de estágio e, por último o Inventário de Depressão de Beck. A análise dos dados possibilitou comprovar a hipótese de que no curso de Odontologia os alunos apresentam estresse, porém sentem-se motivados a realizarem o estágio, apesar de apresentarem um certo cansaço no momento da supervisão e no início de um novo atendimento. Quanto a ansiedade, notamos sua presença em 30% dos alunos antes de iniciar o estágio e eles relataram sintomas como: taquicardia, oscilação de humor, choro sem motivo aparente, irritabilidade, queda de cabelo, aumento ou queda do apetite, dores de cabeça freqüentes; suor excessivo (durante o estágio), azia, queimação. Enquanto que 50% não manifestaram indicativos de ansiedade. Com relação aos sintomas depressivos, os dados não nos permitiram confirmar sua presença. Foi possível concluir que os estudantes de Odontologia vivenciam estresse, ansiedade no final de sua formação acadêmica, fato este que pode influenciar na relação ensino-aprendizagem, bem como levá-los ao sofrimento psíquico. A partir disto, pudemos propor ações como: Tai Chi e, até mesmo Ikebana como estratégias para minimizarem tal quadro, já que a Colônia Japonesa mantém um trabalho com o curso de Odontologia. No que tange à Psicologia, a sugestão foi um trabalho a ser desenvolvido ao longo do último ano do curso, para diagnosticar traços de ansiedade, depressão e estresse que justifiquem o encaminhamento para psicoterapia na Clínica de Centro de Formação em Psicologia. Este estudo tem sua importância, pois confirma a necessidade de trabalhos em saúde mental dos estudantes, não só do curso de Odontologia como dos demais cursos da área da saúde.

**Palavras-chaves:** saúde mental, universitários, estresse, ansiedade, depressão

**Atividade:** O SIGNIFICADO DA MORTE PARA A CRIANÇA COM CÂNCER (Paineis)

**Trabalho:** O SIGNIFICADO DA MORTE PARA A CRIANÇA COM CÂNCER

**Autor(es):** Pavla Martins de Martins

**Resumo:** A criança portadora de uma doença crônica, especialmente o câncer, geralmente apresenta sentimentos de tristeza e alterações psíquicas e de conduta. Com o diagnóstico do câncer, a criança passa a conviver com o medo do desconhecido e do abandono durante todas as fases do tratamento. Novas pessoas passam a fazer parte de seu cotidiano de maneira abrupta, destacando-se a equipe de saúde, com a qual terá que conviver, causando-lhe angústia. As perdas sofridas durante todo o tratamento como o afastamento do meio familiar, as mutilações, as intervenções cirúrgicas, as sucessivas hospitalizações e a perda capilar e o luto decorrente dessas perdas, geram sofrimento e medo na criança com relação à morte. A criança passa, então, a viver o luto das perdas e a angústia diante da morte a partir de suas próprias experiências. As reações da família frente à doença crônica, mais especificamente ao câncer, por se tratar de uma doença que traz em si o estigma da possibilidade de morte iminente, progridem de um período de choque inicial à uma fase de reorganização e aceitação da doença. Com isso investigamos a experiência e os significados da morte na criança portadora de câncer. Para a realização de nossa pesquisa, utilizamos desenhos livres e entrevistas não-estruturadas baseadas nas projeções de cinco crianças do interior do estado do Ceará, com idades entre sete e dez anos, em tratamento oncológico, assistidas por uma casa de apoio. Os critérios utilizados para a análise dos desenhos foram os aspectos expressivos dos desenhos, aspectos de conteúdo e cores utilizadas; quanto às entrevistas baseamos-nos na análise de conteúdo. No que se refere aos resultados, nossa pesquisa aponta, através dos indicadores dos aspectos emocionais evidenciados nos desenhos e nos discursos das crianças, a forma como pensam, atribuem sentido e significam questões relacionadas às perdas decorrentes do tratamento de câncer. A partir da interpretação dos desenhos e da análise do discurso, pode-se dizer que o significado da morte para o grupo pesquisado -crianças entre sete e dez anos- está relacionado à problemática vivenciada pela criança portadora de uma doença crônico-degenerativa e suas seqüelas e limitações. Essa realidade pode nos levar a considerar que há um amadurecimento do conceito de morte na criança com câncer, da noção do significado da morte, tendo em vista

que há uma percepção da deteriorização do corpo e da irreversibilidade. Consideramos, então, que essa percepção da morte pode estar relacionada à experiência que a criança vivencia com todas as intervenções médicas e com a convivência diária em ambientes que a morte é constante. Percebemos, através dos resultados, que o contexto em que a criança vive, diante de uma realidade de sofrimento, de perda, de dor, de angústia e medo diante da morte iminente e das intervenções médico-hospitalares invasivas influencia na percepção e no significado que a criança atribui à morte. Verificamos que a evolução clínica de algumas crianças que passam a fazer parte de seu cotidiano culminando muitas vezes com a morte e o contexto hospitalar com todas as falhas na comunicação, onde na maioria das vezes a criança não é ouvida nem informada sobre o seu estado de saúde são extremamente importantes para a formulação do significado de morte na criança portadora de câncer. Entretanto, verificamos que a expressão da criança sobre a morte algumas vezes não é tão clara, pois ela muitas vezes se expressa de uma forma não-verbal. Entendemos, então, que uma das possibilidades de expressão mais fiel quanto aos aspectos psíquico-emocionais da criança se dá através do desenho livre. Percebemos, através dos dados obtidos, que a criança é consciente da gravidade de sua doença e da iminência de morte. Ela vivencia sentimentos de medo, temor e angústia diante de situações novas emergentes, o que gera também insegurança e incerteza quanto ao futuro. Observamos que esse sentimento são agravados com a incomunicabilidade entre o adulto e a criança. Concluimos que, apesar de cada criança vivenciar uma situação única e particular relativa ao processo de adoecimento, o tratamento e as sucessivas hospitalizações geram uma série de mudanças vitais independente do tipo de câncer e do nível de compreensão da criança. Essas mudanças se agravam quando se trata de crianças que precisam se deslocar da cidade aonde residem para outra a fim de fazer o tratamento. Diante disso, verificamos a necessidade de levarmos em consideração toda a experiência vivida pela criança com seus sentimentos e emoções, buscando maior comunicação quanto à doença e apoio para criança que vive intensamente sentimentos de medo e temor diante dessa nova realidade.

**Palavras-chaves:** Câncer infantil, Morte, Luto, Perdas

**Atividade:** CONSULTÓRIO DE RUA  
(Experiências em Debate)

**Trabalho:** CONSULTÓRIO DE RUA: Uma proposta de assistência a crianças, adolescentes e adultos em situação de risco e uso de drogas

**Autor(es):** Teresa Paula Galvão Vieira da Costa

**Resumo:** O projeto intenciona a redução de riscos e danos à saúde e sociais decorrentes do consumo/abuso de drogas e a prevenção das DST/AIDS. O trabalho é desenvolvido por uma equipe multidisciplinar formada por psicóloga, assistente social, enfermeira, redutor de danos, instrutores de oficinas e motorista/agente de saúde. A equipe se desloca em uma unidade móvel (automóvel - Combi) para prestar assistência a crianças, adolescentes e adultos, usuários de drogas em situação de rua, em seus locais de permanência, à noite, em áreas pré-estabelecidas (mapeamento; identificação; abertura de campo; inserção) da cidade de Salvador. O Consultório de Rua desenvolve atendimentos psicossociais individuais e em grupo, ações de medicina preventiva e cuidados com a saúde, informações sobre efeitos das substâncias psicoativas, orientações sobre o consumo/abuso das drogas e sobre sexo seguro e distribuição de preservativos, folders e cartilhas educativas. São realizados também encaminhamentos para os serviços de saúde da rede básica e instituições sociais, para os Centros de Referências – CAPS-AD e CETAD e para internações por dependência química. A intervenção se configura por uma atenção especial, um ambiente sensível à escuta e um olhar acolhedor, privilegiando a construção de vínculos e a oferta de um espaço que proporcione o despertar da consciência sobre cuidar da saúde, a adoção de comportamentos e práticas menos danosas e mais seguras quanto às drogas e sexualidade. Ações que facilitam reflexões sobre as próprias experiências, possibilitando auto-percepções que direcionem escolhas mais saudáveis. Cada técnico tem funções e papéis definidos, em respeito às suas especificidades profissionais, no entanto, as variáveis imprevisíveis da rua suscitam uma constante interlocução e criatividade entre toda a equipe. Desta forma, as intervenções são inventadas e reinventadas a cada momento, através de

atos de saúde em transdisciplinariedade. Conhecer, reconhecer, compartilhar, introduzir-se, adotar a linguagem verbal própria ao espaço de rua é questão imprescindível. Precisam-se criar identidades, tornar-se familiarizado com a população, adentrar ao contexto de relação - as roupas, os modos, os jeitos, a fala, os olhares, o tratar delineiam a realização e a qualidade do trabalho. A metodologia do projeto propõe recursos e técnicas facilitadores da relação entre a equipe do Consultório de Rua e a população, quebrando a resistência natural de um trabalho em um espaço de exposição pública e priorizando a dimensão lúdica própria da criança e do jovem. São realizados jogos, brincadeiras, dinâmicas psicopedagógicas, desenhos, leitura de livros, recortes, colagens, oficinas na rua de teatro de fantoches, música e sexualidade. São atividades que objetivam o fortalecimento da auto-estima, a alegria e o prazer de brincar e de viver, inclusão social e cidadania, além de serem estratégias para que as orientações e transmissões de informações aconteçam. Em reuniões semanais, com toda equipe, e em encontros pré-campo, discute-se as atividades desenvolvidas, programa-se as da semana seguinte, faz-se estudos de casos, teóricos e aperfeiçoamento técnico, sendo as ações, permanente e continuamente, pensadas e reformuladas. Diariamente, as pessoas atendidas, os atendimentos e atividades realizados são registrados para que se possa fazer uma análise quantitativa e qualitativa do trabalho e a demarcação mais efetiva de uma avaliação.

**Palavras-chaves:** saúde, população em situação de rua, drogas, DST/AIDS

**Atividade: A CLÍNICA DA RECEPÇÃO EM UM CAPSI (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** A CLÍNICA DA RECEPÇÃO EM UM CAPSI: suas funções e suas questões

**Autor(es):** Fernanda Alcantara Oliveira, Julia Novaes Silva, Renata de Almeida Veríssimo Leite

**Resumo:** O presente trabalho visa a discutir a clínica da recepção e a sua prática no Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil Eliza Santa Roza (CAPSi ESR), serviço destinado a atender crianças e adolescentes com grave sofrimento psíquico na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Este é um dispositivo do Sistema Único de Saúde (SUS) e, portanto, segue os princípios de universalidade e equidade, que garantem a todas as pessoas o direito igual à atenção à saúde e ao atendimento às suas necessidades. O CAPSi também funciona segundo as diretrizes da Reforma Psiquiátrica e, dentro dessa nova lógica, tem o mandato de organizar a demanda e ordenar a rede de cuidados em saúde mental de seu território, como instituído pela portaria GM 336/02. Ele é o responsável por recepcionar e direcionar as demandas surgidas nesta rede, através de encaminhamentos feitos pelas instituições que a compõem. Deve ser evidenciado tanto para a equipe quanto para os usuários que a sua recepção representa a porta de entrada da rede, e não de uma instituição específica. Para fazer jus ao nome “atenção psicossocial” e ao acolhimento universal como princípio do SUS, o CAPSi deve acolher todos aqueles que o procuram e atender a todas as suas demandas, sem fazer distinção entre serviços públicos e privados, tampouco entre encaminhamentos feitos por profissionais ou não. Neste sentido, é importante frisar que embora este atendimento não seja equivalente a um tratamento, é fundamental realizar uma escuta mais subjetiva, em lugar de simplesmente fazer uma anamnese para obtenção de respostas imediatas. A clínica da recepção do CAPSi ESR enfrenta desafios similares aos dos CAPS em geral, que já estão instituídos há mais tempo. No entanto, lidar com a clientela infanto-juvenil acarreta novas questões a serem pensadas. A atual conjuntura de grandes transformações na sociedade, com as “famílias em desordem”, segundo a expressão de Elizabeth Roudinesco, contribui para que diariamente novas crianças sejam encaminhadas aos serviços de Saúde Mental. Que tratamento é possível quando se fala de crianças? E o que significa dizer que uma criança precisa de tratamento? Trabalhar com essa clientela envolve a sutileza de avaliar quando uma criança precisa efetivamente de tratamento e quando é importante, paralela ou alternativamente, que ela comece a estudar ou tenha outras atividades no seu contexto social, por exemplo. A formulação de um diagnóstico porta o risco de transformar-se em rótulo, que diz “tudo” sobre ela, objetificando-a e marcando-a desde muito cedo em sua vida. Portanto, percebe-se que a recepção é de suma importância, pois é ela que vai permitir, a

partir de uma escuta subjetiva, que se faça o acolhimento do eventual sofrimento psíquico, favorecendo a emergência da demanda singular. Este momento de chegada ao serviço e a forma como as demandas são recebidas pela equipe determinará as possibilidades futuras de encaminhamento e tratamento. Sendo assim, o presente trabalho traz à luz, a partir de nossa experiência no serviço indicado, as problemáticas e reflexões produzidas pela equipe sobre a clínica da recepção com crianças, no intuito de contribuir para o permanente processo de desconstrução/invenção que deve caracterizar o processo de desinstitucionalização em saúde mental.

**Palavras-chaves:** saúde mental, recepção, infância, adolescência, Reforma Psiquiátrica

**Atividade: AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA EM PACIENTES COM RISCO PARA DESENVOLVER DIABETES TIPO 2. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA EM PACIENTES COM RISCO PARA DESENVOLVER DIABETES TIPO 2.**

**Autor(es):** Mariene da Silva Casseb, Lana Cristina Cardoso de Oliveira, Eleonora Arnaud Pereira Ferreira

**Resumo:** O diabetes mellitus é uma doença crônica identificada pela elevação da glicose na corrente sanguínea, podendo trazer prejuízos imediatos ou a longo prazo para a saúde dos portadores. Estudos apontam que doenças crônicas se desenvolvem a partir de fatores de risco associados ao estilo de vida que a pessoa apresenta, contribuindo para uma diminuição da longevidade e da qualidade de vida do indivíduo. Os principais fatores de risco para o desenvolvimento do diabetes são: sobrepeso, obesidade, falta de atividade física regular, qualidade da alimentação, idade acima de 45 anos, história de diabetes na família, sedentarismo, baixo colesterol “bom” (HDL), dentre outros. Deste modo, torna-se importante avaliar o nível de qualidade de vida de pessoas que apresentam tais fatores de risco, no sentido prevenir o diabetes pela construção de comportamentos que promovam um estilo de vida mais saudável. O objetivo deste estudo se concentra em avaliar, através de estudo de caso, as possíveis mudanças na qualidade de vida de pessoas que apresentam fatores de risco para o diabetes, a partir da aplicação do Inventário de Avaliação da Qualidade de Vida-WHOQOL. Participaram do estudo quatro filhos de portadores de diabetes, apresentando os principais fatores de risco, de ambos os sexos, com idade entre 30 e 41 anos. Dois participantes fizeram parte da condição-treino (CT) e dois ficaram na condição não-treino (CNT). O procedimento teve delineamento de sujeito como seu próprio controle e foi realizado por meio de visitas domiciliares, com apenas uma consulta dos participantes no hospital para aquisição de instruções sobre como prevenir o diabetes. Inicialmente foi realizada a investigação da linha de base pela aplicação do WHOQOL e pela verificação de hábitos alimentares e execução de atividade física. Em seguida, os participantes da condição-treino receberam o treino em automonitoração e os participantes da condição não-treino receberam apenas visitas esporádicas para verificação da adesão. O WHOQOL é um instrumento proposto pela Organização Mundial de Saúde para avaliar o nível de qualidade de vida das pessoas e abrange 26 questões, distribuídas em quatro domínios: Domínio físico (dor, energia, sono, mobilidade, atividades, etc.); Domínio psicológico (sentimentos positivos, pensar, aprender, concentração, auto-estima, espiritualidade/religião/crenças pessoais); Relações sociais (relações sociais, apoio social, atividade sexual) e Meio ambiente (segurança, proteção, ambiente físico, recursos financeiros, informações, habilidades, lazer, transporte, etc.). Foram realizadas duas aplicações do WHOQOL para todos os participantes, sendo que uma ocorreu antes da consulta com a nutricionista e a segunda aplicação ocorreu no encerramento da pesquisa para verificar se houveram mudanças no nível de qualidade de vida, após o treino (CT) e após as visitas de verificação da adesão (CNT). Os resultados demonstram mudanças nas respostas dos participantes no que se refere à qualidade de vida, comparando-se as duas aplicações do inventário. As respostas ao inventário foram categorizadas como respostas favoráveis, respostas intermediárias e respostas desfavoráveis à qualidade de vida.

Dentre os quatro participantes, apenas um apresentou melhora na auto-avaliação da qualidade de vida durante a segunda aplicação do inventário. A análise das respostas dos outros participantes sugere que os agravos na auto-avaliação da qualidade de vida estavam relacionadas à variáveis de contexto ou comportamentais, como maior ou menor capacidade para auto-observação e autoconhecimento. Entretanto, apesar dos agravos na qualidade de vida de uma das participantes da condição treino, houve mudanças mais significativas nesta condição, no que se refere à construção e ampliação de comportamentos preventivos do que para os participantes da condição não-treino. Isto sugere que o treino exerceu efeito positivo na construção de comportamentos preventivos e conseqüentemente na melhora da qualidade de vida dos participantes. As conclusões apontam que o inventário apresenta dificuldades, enquanto instrumento auto-aplicável para avaliação da qualidade de vida, pois pode camuflá-la se sua análise não estiver aliada a um contexto observado pelo entrevistador. Neste sentido seria recomendável a utilização do instrumento combinada com uma avaliação do entrevistador para verificar, a partir de uma análise funcional, as variáveis que influenciaram as respostas dos participantes.

**Palavras-chaves:** qualidade de vida, diabetes, prevenção

**Atividade:** Os profissionais de saúde e os sintomas físicos experienciados no seu cotidiano (Paineis)

**Trabalho:** Os profissionais de saúde e os sintomas físicos experienciados no seu cotidiano

**Autor(es):** Zoraide Margaret Bezerra Lins, Samuel Lincoln Bezerra Lins, Aline Vieira

**Resumo:** Atualmente o exercício das atividades dos profissionais de saúde no Brasil, tem se tornado cada vez mais difícil devido ao conjunto de fatores que tem conduzido ao aumento do estresse, em especial com relação com os profissionais que exercem atividade assistencial. De fato, o ambiente hospitalar apresenta aspectos muito específicos e inexoráveis da realidade nele vivida, entretanto, observa-se que, em geral, é dada pouca importância a alguns aspectos práticos da relação de trabalho, o que prejudica consideravelmente sua qualidade e a própria saúde do profissional. Este trabalho teve como objetivo identificar quais os sintomas físicos vivenciados pelos profissionais de saúde do Hospital Universitário Lauro Wanderley. Participaram desta pesquisa 152 profissionais de saúde, dentre eles, médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, odontólogos e nutricionistas ( H=39 e M=113; idade média de 47 anos, DP=8,9). Foi utilizado o Inventário de Sintomas Físicos (ISF) para avaliar a quantidade de sintomas somatizados experienciados, este instrumento é composto por 18 sintomas. O ISF questiona aos respondentes quais os sintomas físicos que eles tem vivenciados nos último 30 dias e qual desses sintomas foi grave o suficiente para que eles procurassem um médico. Os sintomas verificados são de natureza somática, eles são presumidamente manifestações físicas que a pessoa pode perceber, como uma dor ou náuseas. Desse modo, existe uma abrangente componente psicológico de sintomas semelhantes a dores, onde a causa física não pode ser determinada. O ISF avalia a percepção que podem ser vivenciadas, ele não expressa outras manifestações de saúde como pressão sanguínea, colesterol, que necessitam de outros métodos para detectar, porém, muitos dos sintomas do ISF, não podem ser mensurados sem ser como entrevistas pessoais. Os sintomas mais citados foram: 1) Cansaço e fadiga (n=96); 2) Dor nas costas (n=86); 3) Dor de cabeça (n=74); 4) Vista cansada (n=66); 5) Indigestão ou Azia (n=55); 6) Problemas para dormir (n=50), isto é, sintomas caracterizados como provenientes de estresse no trabalho ou psicossomatizantes, que podem indicar doenças como a gastrite nervosa, enxaqueca e insônia. Com relação aos sintomas que motivaram os participantes a procurarem um médico, foram mencionados: Dor nas costas (14), um desarranjo estomacal ou náuseas (11), dor de cabeça (11) e tontura (11). Cuidar de quem cuida merece espaço nas investigações, ver apenas o paciente e esquecer as doenças e sintomas que o profissional de saúde está exposto, provocando stress e fadiga, pode comprometer o próprio trabalho, sua saúde, e a execução de suas atividades laborais.

**Palavras-chaves:** Inventário de Sintomas Físicos (ISF), Profissionais de saúde, Hospital Universitário

**Atividade:** AS PRINCIPAIS MUDANÇAS OCORRIDAS NA VIDA DE SUJEITOS QUE SE SUBMETERAM À CIRURGIA BARIÁTRICA: RELATOS DE PACIENTES E PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS.  
(Paineis)

**Trabalho:** AS PRINCIPAIS MUDANÇAS OCORRIDAS NA VIDA DE SUJEITOS QUE SE SUBMETERAM À CIRURGIA BARIÁTRICA: RELATOS DE PACIENTES E PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS.

**Autor(es):** Milla Cavalcante Rodrigues, Louize Rachel Rodrigues de Oliveira

**Resumo:** A cirurgia bariátrica (redução do estômago) tem sido considerada atualmente como a estratégia mais eficaz para perda e manutenção de peso em longo prazo. Este estudo buscou, através de relatos de pacientes e profissionais envolvidos no tratamento da obesidade, identificar as principais mudanças ocorridas na vida de sujeitos que se submeteram à cirurgia bariátrica. A partir destes relatos, buscou-se compreender as principais mudanças ocorridas no processo de adaptação pós-operatória e identificar possíveis fatores que dificultaram e/ou facilitaram este processo. Por ser este tema pouco estudado, foi adotado como método de estudo uma pesquisa exploratória com intuito de trazer um maior esclarecimento, possibilitando desenvolver novos conceitos e modificar os que já existem. Participaram deste estudo vinte e oito pacientes de ambos os sexos, pós-operados há no mínimo um ano através da técnica de Fobi-Capella, com idade entre vinte e cinquenta anos, bem como uma equipe de sete profissionais (cirurgiões, cirurgião plástico, nutricionista e psicólogo) atuantes em uma Instituição que presta serviços para tratamento e cirurgia da obesidade em Salvador. Na análise dos resultados, foram percebidas mudanças significativas em algumas áreas da vida do sujeito como: da saúde, da alimentação, do corpo, da vida social, do trabalho e do desempenho sexual, trazendo, de forma geral, uma melhor qualidade de vida para os pacientes que se utilizaram do tratamento cirúrgico. Dentre os resultados apresentados pelos pacientes, os mais relevantes trazem que grande parte dos sujeitos do estudo apresentam história de sobrepeso desde a infância, o que chama a atenção para a necessidade de adoção de políticas ou estratégias para lidar preventivamente com o problema, e ainda foi percebido que os sujeitos atribuem aos sentimentos e emoções a causa dos seus comportamentos alimentares inadequados (comportamento de comer em excesso) e a deficiência no comportamento de autocontrole. No que se refere aos profissionais, percebeu-se como resultado mais relevante à baixa adesão dos pacientes ao acompanhamento pós-cirúrgico, queixa relatada por toda equipe. A Psicologia, através da abordagem da Análise do Comportamento (AC), auxiliou na identificação e compreensão de possíveis comportamentos em geral e do comportamento alimentar em particular, relatados pelos sujeitos participantes da pesquisa. Percebeu-se também neste estudo que, a Análise do Comportamento (AC) é de fundamental importância para entendimento de repertórios comportamentais estabelecidos no decurso da vida destes sujeitos, bem como possibilita aos mesmos a descoberta de variáveis mantenedoras de comportamentos inadequados. Esta abordagem possibilita ao terapeuta juntamente com o paciente criar uma gama de alternativas para enfrentamento do processo de adaptação pós-operatória.

**Palavras-chaves:** Obesidade, Cirurgia Bariátrica, Comportamento Alimentar, Análise do Comportamento

**Atividade:** Mapeamento do Serviço de Referência às Mulheres em situação de violência sexual no Estado de Sergipe  
(Paineis)

**Trabalho:** Mapeamento do Serviço de Referência às Mulheres em situação de violência sexual no Estado de Sergipe

**Autor(es):** Débora Lima Siqueira, Fábio Costa de Souza, Giceli Batista, Karen Mirela Sales Venâncio, Luciana Oliveira Jesus, Vanessa Santos Guimarães, Maria Teresa Lisboa Nobre Pereira

**Resumo:** Introdução: A rede de saúde pública tem se configurado como um lugar de “denúncia silenciosa” dos casos de violência doméstica e sexual, que atinge mulheres, crianças e adolescentes. Em geral as queixas não são manifestadas como violência, mas como “acidentes” que provocam danos físicos e exigem cuidados médicos: quedas, pancadas, fraturas, luxações, etc. Insônia, depressão, problemas gastro-intestinais, dermatites, distúrbios funcionais do aparelho genital e reprodutivo, etc, são outras formas de linguagem corporal que falam da experiência de convivência com a violência física, sexual, psicológica que chegam aos serviços de saúde de forma camuflada. Criada em 2004, a Unidade de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual da Maternidade Hildete Falcão Batista é, dentro da rede de saúde pública do Estado de Sergipe, o centro de referência na atenção a mulheres, adolescentes e crianças. Verifica-se, contudo, que o número de usuários (as) maiores de 18 anos que recorrem ao serviço, representa cerca de 16% do total dos atendimentos realizados. Buscando conhecer o funcionamento institucional deste centro de referência no atendimento a esse público específico, foi desenvolvida uma pesquisa, por alunos do 10º período do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Sergipe, como parte das atividades de estágio curricular em Psicologia Institucional, que teve como objetivos: 1) Traçar um perfil sócio-econômico das mulheres que procuraram o Centro de Referência, identificando: idade, estado civil, profissão, bairro de residência, etc; 2) Identificar a relação da vítima com o agressor e o contexto em que ocorreu a violência (local, horário, circunstâncias, número de agressores, etc); 3) Investigar a origem da demanda das mulheres pelo serviço: casos em que a procura é espontânea, e casos encaminhados por via institucional (rede de saúde, Delegacia da Mulher, IML, ONGs, movimentos de mulheres, etc); 4) Conhecer o tipo de atendimento oferecido às mulheres pelo serviço (procedimentos adotados, continuidade do atendimento, etc) e encaminhamentos feitos a outras unidades de saúde, centros de referência e organizações sociais. Metodologia: A coleta de dados foi realizada junto aos 118 prontuários das usuárias que procuraram o serviço entre os anos de 2004 e 2006 e através de entrevistas complementares com os profissionais que coordenam o serviço (uma enfermeira, uma médica, uma psicóloga). Os dados quantitativos referentes ao perfil das mulheres, tipos de demandas, assistência prestada, etc, foram tratados pelo Programa estatístico SPSS. Os demais dados coletados nos prontuários que não puderam ser quantificados e dados complementares obtidos nas entrevistas foram submetidos ao método da análise de conteúdo. Resultados: As mulheres atendidas pelo serviço são, na sua grande maioria, jovens entre 18 e 25 anos, solteiras, residentes em bairros periféricos da capital e do interior do Estado. Os agressores são desconhecidos, havendo em alguns casos mais de um agressor. Os eventos de violência sexual acontecem principalmente à noite e pela madrugada, sobretudo em vias públicas. Entre os tipos de violência predomina o estupro com o uso de força física e ameaça com armas. Mais da metade das mulheres sofre múltiplas violências. O atendimento prestado pelo serviço consiste na realização de exames de rotina e profilaxia para DST/AIDs, exames ginecológicos, contracepção de emergência quando necessário, o acompanhamento pré-natal para casos em que o estupro resultou em gravidez, havendo registro de 1 (um) caso de aborto legal. Em geral, as usuárias são encaminhadas pelo serviço médico para atendimento psicológico, mas apenas 28 mulheres procuraram o serviço e dentre estas, poucas deram continuidade ao acompanhamento. Observa-se, assim, que esse serviço de referência se caracteriza prioritariamente como um modelo de atenção centrado na relação queixa-conduta. Neste sentido, a pesquisa aponta a necessidade de uma maior articulação entre o sistema de referência e a rede de assistência básica e uma melhor formação dos profissionais de saúde em torno da relação saúde-violência, em todos os níveis de atendimento. O serviço de psicologia, por outro lado, tem sido requerido pela Justiça para emissão de laudos e acompanhamento das audiências judiciais, quando os casos atendidos se formalizam em queixa-crime. Esse dado aponta a necessidade de ações mais integradas entre o sistema de saúde, de justiça, de segurança pública e de educação, com efetiva participação da comunidade, para que

essa articulação interinstitucional possa contribuir para um melhor enfrentamento do problema da violência contra a mulher, em todas as suas formas.

**Palavras-chaves:** violência sexual, rede de saúde, gênero

**Atividade:** AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES  
CONVIVENDO COM ASMA  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES  
CONVIVENDO COM ASMA

**Autor(es):** Claudia Tatiana Ferreira Cavalcante, João Paulo dos Santos Nobre, Mayara Barbosa Sindeaux Lima, Eleonora Arnaud Pereira Ferreira

**Resumo:** A qualidade de vida (QV) vem sendo amplamente debatida por profissionais de saúde e admite diversas definições. Em se tratando de crianças, a QV pode ser entendida como a sensação subjetiva que elas têm de seu bem estar físico, psicológico e do impacto do continuum saúde-doença em seu desenvolvimento. Um dificultador da QV é o desenvolvimento de doenças crônicas, visto que demandam por mudanças na rotina do paciente e de seus familiares. A asma é uma das doenças crônicas de maior incidência em crianças e adolescentes. No Brasil, cerca de 9% da população infantil apresenta a doença. Pacientes pediátricos apresentam maior dificuldade para seguir o tratamento, visto que, muitas das regras impostas impedem estes pacientes de seguir uma rotina igual a de uma criança/adolescente sem a doença. Isto porque eles não podem participar livremente de algumas brincadeiras (como correr e jogar bola), por vezes têm restrições alimentares (como ingestão freqüente de sorvetes, biscoitos com corantes, chocolate) e, além disso, têm atividades que lhes são desgastantes, como freqüência regular a consultas médicas, exames e séries de imunoterapia. Este quadro que diferencia a rotina da criança/adolescente portadora de asma pode implicar em uma auto-percepção negativa. Este estudo tem como objetivo avaliar a percepção de QV por crianças e adolescentes portadores de asma, matriculados no Ambulatório de Alergia e Imunopatologia (AAI) de um hospital universitário. Participaram deste estudo 10 crianças e adolescentes portadores de asma (seis meninos e quatro meninas), com idades variando entre 5 e 17 anos; nível de escolaridade entre Alfabetização e 1º ano do Ensino Médio, e tempo de diagnóstico mínimo de 4 meses e máximo de 9 anos. O instrumento utilizado para avaliar a QV destes pacientes foi o AUQEI, baseado na auto-avaliação da satisfação da criança, visualizada a partir de quatro figuras que simbolizam os estados Muito Infeliz, Infeliz, Feliz e Muito Feliz, que são associados a diversos domínios da vida, por meio de 26 questões que exploram relações familiares, sociais, atividades, saúde, funções corporais e separação. O inventário foi aplicado com a criança antes da consulta médica, em uma sala apropriada. Os resultados obtidos foram analisados qualitativamente e revelaram que as assertivas “à mesa junto com a família”, “na sala de aula”, “em momentos de brincadeira durante o recreio escolar”, “quando você pratica algum esporte”, “no dia do seu aniversário”, “quando você pensa em sua mãe”, “quando você está com seus avós” e “quando você assiste televisão” obtiveram 100% de indicações entre Feliz e Muito Feliz. As assertivas “quando você pensa em seu pai”, “quando seu pai ou sua mãe fala de você”, “quando alguém te pede que mostre alguma coisa que você sabe fazer”, “durante as férias”, “quando você pensa em quando você tiver crescido”, “quando você recebe as notas da escola” e “se você tem irmãos, quando brinca com eles” obtiveram 90% de indicações entre Feliz e Muito Feliz. 80% dos participantes referiram sentir-se Felizes ou Muito Felizes para a seguinte assertiva “quando você vê uma fotografia sua”, enquanto que 70% referiram sentir-se do mesmo modo na assertiva “quando você dorme fora de casa”. Por outro lado, 90% dos participantes indicaram sentirem-se Infelizes ou Muito Infelizes na assertiva “quando você está longe de sua família” e 80% na assertiva “quando fica internado no hospital” e 60% para “quando você faz a lição de casa”, “quando você brinca sozinho” e “quando você toma os remédios”. Estes resultados mostram que os pacientes referem boa qualidade de vida, visto que em 69,23% das assertivas os participantes disseram



sentir-se Felizes ou Muito Felizes, o que pode ser atribuído ao fato destas questões estarem relacionadas às relações familiares, com atividades de lazer ou que envolvam a presença dos amigos. Enquanto que, em 19,23% das assertivas, eles referiram sentir-se Infelizes ou Muito Infelizes, o que demonstra uma avaliação positiva do paciente para questões importantes para o seu bem-estar que são as suas relações pessoais, um dos campos afetados pelo tratamento da asma, visto que exige uma rotina de consultas e exames e a exclusão de algumas atividades comuns para crianças e adolescentes. Observa-se ainda, que as questões que obtiveram uma maior porcentagem negativa, estão relacionadas às atividades que desenvolvem sozinhos ou quando precisam obedecer as regras do tratamento, ou ainda quando precisam ficar isolados por ocasião da doença. Desse modo, podemos considerar que estes pacientes percebem como boa a sua QV, apesar das restrições impostas pelo tratamento/doença.

**Palavras-chaves:** qualidade de vida, asma, crianças/adolescentes

**Atividade: O PAPEL DO PSICÓLOGO NO TRATAMENTO DOS DISTÚRBIOS DE SONO: UMA ÁREA DE ATUAÇÃO EM EXPANSÃO (Cursos - 6hs)**

**Trabalho: O PAPEL DO PSICÓLOGO NO TRATAMENTO DOS DISTÚRBIOS DE SONO: UMA ÁREA DE ATUAÇÃO EM EXPANSÃO**

**Autor(es):** Katie Moraes Almondes

**Resumo:** Os distúrbios de sono são hoje considerados um problema de saúde pública. A incidência de distúrbios de sono na população geral é em torno de 30 a 50%. Um problema grave são as consequências resultantes destes distúrbios, pois a privação de sono e sua irregularidade estão associadas a acidentes no trabalho e no trânsito, a problemas de saúde (alterações cardiorespiratórias, diabetes, hipertensão, depressão, ansiedade), tempo prolongado nas internações em hospitais, e a problemas no desempenho cognitivo. Uma outra preocupação surge quando avaliamos as atitudes dos indivíduos que relatam distúrbios do sono, pois mais de 70% não procuram ajuda médica ou um serviço de medicina de sono e sim tentam utilizar rotinas inadequadas ou hipnóticos. Por outro lado, os profissionais da área de saúde não avaliam rotineiramente o padrão do ciclo sono-vigília de seus pacientes e também não valorizam suas queixas de distúrbios de sono. Estes achados trazem para os profissionais que fazem psicologia da saúde um grande desafio, que é intervir tanto na população geral quanto junto aos profissionais da saúde com o objetivo de mostrar a importância da avaliação do sono dos pacientes e a valorização e tratamento do mesmo. Este desafio torna-se mais importante junto aos grupos de risco em desenvolver distúrbios de sono: trabalhadores em turnos, profissionais da saúde, estudantes, idosos e pacientes internados. Em relação ao ciclo sono-vigília, evidências experimentais mostram uma relação entre a ritmicidade biológica e a aprendizagem/memória, tanto em relação à homologia funcional entre os dois processos, quanto em relação à interação funcional entre os dois sistemas. Estudo realizado por Born e colaboradores (1999) mostrou que o ser humano é capaz de modificar temporalmente a expressão do sistema de temporização circadiano. Neste trabalho, os autores encontraram que sujeitos que foram orientados a dormirem e que seriam acordados às 6 horas, mostravam um adiantamento na fase do final do sono bem como do ritmo circadiano de secreção do cortisol. Esta foi a primeira evidência de que o ser humano é capaz de ajustar seu relógio biológico cognitivamente. Além disso, os estudos com Terapia Comportamental do Sono, mostram que a terapia cognitiva é eficiente no tratamento de diversos distúrbios de sono. Em relação à insônia, a terapia cognitiva é mais eficiente que a terapia farmacológica. Neste sentido, este curso tem o objetivo de introduzir os psicólogos na medicina de sono, sugerindo que este profissional é um agente fundamental na condução do paciente com distúrbio de sono, desde avaliação neuropsicológica até o tratamento. Para tal pretende-se seguir o seguinte roteiro: 1. Fenomenologia do ciclo sono vigília; 2. Neurobiologia do Ciclo Sono-Vigília; 3. Distúrbios de sono; 4. Papel do psicólogo na Medicina de Sono. Diante do exposto como metodologia a ser utilizada propõe-se: Aula expositiva com recursos audiovisuais, dinâmicas de grupo, leituras com discussões em grupo que reportem um elo entre a teoria e exemplos práticos, utilizando artigos básicos e introdutórios viabilizando através destes uma leitura crítica e reflexiva. Referências Bibliográficas: 1) Almondes, K.M. & Araujo, J.F. (2003)

Padrão do ciclo sono-vigília e sua relação com a ansiedade em estudantes universitários. Estudos de Psicologia, 8, 37-43.2) Bastein CH, Morin CM, Ouellet MC, Blais FC, Bouchard S. Cognitive-Behavioral Therapy for insomnia: comparison of individual therapy, group therapy and telephone consultations. J Consult Clin Psychol 2004; 72: 653-59.3) Martinez, D. Insônia na prática clínica. Porto Alegre: ArtMed, 2005.4) Espie CA., Inglis, S.J., Tessier, S., Harvey, L. The Clinical effectiveness of cognitive behaviour therapy for chronic insomnia: implementation and evaluation of a sleep clinic in general medical practise. Behav Res Ther 2001; 39: 45-60.5) Espie CA. Insomnia: conceptual issues in the development, persistence, and treatment of sleep disorder in adults. Annu. Rev. Psychol 2002; 53: 215-43.6) Mitler MM, Dement WC, Dinges DF. Sleep Medicine, Public Policy and Public Health. In Kryger MH, Roth T., Dement WC. Principles and Practices of Sleep Medicine. United States of America: W. B Saunders Company; 2000. p. 580-588.

**Palavras-chaves:** Distúrbios de Sono, Tratamento Cognitivo comportamental, Psicólogo

**Atividade: Um estudo do impacto da Insuficiência Renal Crônica Terminal no desenvolvimento humano (Paineis)**

**Trabalho:** Um Estudo do Impacto da Insuficiência Renal Crônica Terminal no Desenvolvimento Humano

**Autor(es):** Jovanka Bezerra de Melo Spinassé, Gerogina Maria Lira Secchis, José Dagmar Ferreira Vaz

**Resumo:** A Insuficiência Renal (IR) é uma enfermidade que acomete os rins, limitando-os na sua função orgânica. A Insuficiência Renal Crônica (IRC) instala-se lentamente, dando ensejo a uma espécie de adaptação do organismo, ou seja, a IRC é uma doença que gradualmente força o organismo a se adaptar a condições cada vez mais difíceis. Assim ao tentar se adaptar, o organismo passa a enfrentar severos distúrbios, pois toxinas que deveriam ser expelidas acumulam-se, resultando num quadro sintomático denominado de uremia. Quando constatado o diagnóstico da falência da função parcial fica caracterizado a Insuficiência Renal Crônica Terminal (IRCT), tendo a necessidade do tratamento com diálise. Sendo este tratamento de alta complexidade nos procedimentos, da mesma forma que o é, a Nefrologia em si e as nefropatias. Por experiência profissional, no Setor de Nefrologia, é possível perceber o tratamento como uma forma dúbia pelos profissionais de saúde. De um lado, como algo que trará benefício ao paciente e, realmente ocorre; do outro, demonstra um caminho longo a ser percorrido, trazendo alguns sofrimentos e possíveis complicações para o paciente renal crônico. Dessa forma, a convivência com o tratamento, leva os pacientes a manterem suas vidas através da máquina de diálise, por assistência dos profissionais de saúde, pela terapêutica medicamentosa e por dieta alimentar. No entanto, diariamente, o convívio com o processo de morrer é vivenciado por todos. Diante de tais circunstâncias e efeitos em torno do diagnóstico e do tratamento, é natural o sofrimento do paciente renal crônico terminal, o que favorece a fragilidade emocional, com sentimentos de angústia e desesperança por sua impotência diante da doença. Este paciente precisa ser ouvido e acompanhado não só pela enfermidade; mas, ser assistido como indivíduo que está afastado de sua família e do seu contexto social durante o tratamento, que prolonga por toda vida. Com um vínculo permanente hospitalar diante de um processo obrigatório no tratamento três vezes por semana durante um período de quatro horas. Neste momento, reportamo-nos a prática vivenciada em sala de diálise, e, poderemos falar da morte da saúde que o paciente portador de IRCT passa junto a fatores que levam a uma necessidade de reestruturação em termos de futuro, decorrentes do limite da própria doença. Sua rotina de vida é totalmente moldada a essas nova situação que, requer hospitalizações, mudança do hábito alimentar, o continuo uso de medicações e a frequência constante no ambiente hospitalar. Dessa forma uma imposição de adaptação abrupta dos diferentes hábitos e costumes, horários hospitalar, enfim, passando por uma destituição de sua vontade em vários aspectos do seu cotidiano. E, o cotidiano na Nefrologia é algo singularmente ímpar, levando-nos a reflexão, quando vivenciado esses processos de

mortes, principalmente, a morte da função renal, que conduz a uma realidade irrefutável do ser humano a finitude. O fator motivacional para o desenvolvimento deste trabalho foi o interesse em obter respostas às questões levantadas quanto a morte do sujeito (biopsicossocial), morte essa que vai além da falência renal, perpassa pela morte do sujeito enquanto cidadão. Comumente o paciente renal crônico enfrenta um processo de benefício ou aposentadoria proporcional, perda do seu espaço dentro do contexto familiar - enquanto outros assumem o seu papel nesta dinâmica - alterações corporais, significativas, modificam a sua concepção de auto-imagem e podendo ser um desencadeador para alteração também na auto-estima, dentre outras perdas. Destarte, sendo o paciente destituído de sua autonomia frente ao papel social, questionamos a possível relação entre a cristalização da função renal, enquanto filtração, e a função social diante das circunstâncias vivenciadas no cotidiano do paciente portador de IRCT. Temos como objetivo geral identificar o impacto da Insuficiência Renal Crônica Terminal no desenvolvimento humano. Sendo objetivos específicos: 1 - identificar a faixa etária, peso, altura, classe social, nível de escolaridade, atividade profissional do paciente renal crônico terminal; 2 - Investigar o processo de adaptação frente ao diagnóstico da Insuficiência Renal Crônica Terminal e suas implicações no desenvolvimento humano (infância - adolescência - adulto - idoso); 3 - Apreender as mudanças causadas pelo diagnóstico e tratamento na dinâmica familiar e social. Serão sujeitos desta pesquisa 30% dos pacientes renais crônicos em tratamento de hemodiálise, de uma instituição hospitalar em Maceió e a mesma quantidade em termos numéricos em uma população sadia. Pesquisa qualitativa e quantitativa, de caráter participativo, método utilizado é análise do discurso, através de entrevista semi estruturada, com fundamentação na fenomenologia existencial.

**Palavras-chaves:** morte social, falência renal, impacto da IRCT no desenvolvimento humano

**Atividade: O que acontece em um Grupo de Reeducação Alimentar para Pacientes Obesos (Paineis)**

**Trabalho:** O que acontece em um Grupo de Reeducação Alimentar para Pacientes Obesos: entendendo o processo psicoterapêutico através da prática no Hospital Universitário Walter Cantídio.

**Autor(es):** Elisângela Lima

**Resumo:** A obesidade é uma enfermidade tipo crônica, caracterizada pelo acúmulo excessivo de gordura corporal. A porcentagem de pessoas com obesidade mórbida vem crescendo assustadoramente na atualidade, fazendo-se necessária a redução de peso pelo fato de muitas enfermidades crônicas serem associadas a este distúrbio alimentar, tendo como exemplo diabetes e problemas cardiovasculares, e por poder causar uma morte precoce. Além disso, o lado estético está sempre presente e pode ser fonte de muita frustração. O Centro de Tratamento em Transtornos Alimentares (CETRATA) do Hospital Universitário Walter Cantídio foi fundado em 1998, funciona às terças-feiras, à tarde e é formado por uma equipe interdisciplinar, composta pelos Cursos de Medicina, Psicologia, Nutrição, Enfermagem e Educação Física, e enfoca a Abordagem Psicoeducativa. O presente trabalho objetiva contribuir para o esclarecimento do processo de reeducação alimentar desenvolvido em grupos para pacientes obesos, de forma a elucidar os fatores psicológicos envolvidos, uma vez que este transtorno alimentar pode ser reflexo de um distúrbio ansioso, um distúrbio afetivo ou mesmo um desarranjo na dinâmica familiar. O grupo é formado por aproximadamente 15 pessoas com o Índice de Massa Corporal (IMC) superior a 30. Antes do início de cada sessão o paciente é pesado, é feito um acompanhamento através do diário alimentar e os resultados de exames são avaliados. Na primeira sessão, são trabalhadas as expectativas dos pacientes para o grupo e é selado um contrato terapêutico. A reeducação alimentar, proposta por este grupo, trabalha na tentativa de mudar hábitos alimentares inadequados, adquiridos por toda a vida. Este processo geralmente é demorado e difícil, pois envolve muitos aspectos relacionados com o ato de comer. Inicialmente, são trabalhados os desejos e expectativas relacionados com o ato de emagrecer. Orienta-se que não se pode perder de uma hora para outra uma grande quantidade de quilos, da mesma forma que isto não aconteceu quando a pessoa engordou. O vínculo estabelecido entre os participantes

e também, com a equipe profissional, serve como facilitador do processo de permanência nas sessões. Isto, porque quando o que é trabalhado no grupo começa a mexer em questões que envolvem aspectos psicológicos dos pacientes (o que é importante que aconteça no processo), o índice de desistência do grupo torna-se alto. Nas sessões iniciais é sugerido que cada participante fique responsável por outro, pois o ato de cuidar e ser cuidado acabam por tecer uma rede de apoio mais solidificada. Durante o grupo, são trabalhados temas como: auto-imagem; auto-estima; ansiedade; emoções e sentimentos; fome real e fome psíquica; estratégias para lidar com a hiperalimentação; a culpa; a comida psíquica; dificuldades no dia-a-dia por ser obeso; freqüentes mecanismos de defesa; entre outros. Uma característica que se faz presente em uma grande parcela da população que freqüenta o grupo é a dificuldade de expressar o que sente. Em vez de exporem suas insatisfações, raivas e tristezas, acabam por ingerir comida, através de um mecanismo compensatório. Aos poucos, os pacientes vão percebendo este mecanismo ao preencherem o diário alimentar, em que ao lado da quantidade ingerida, deve-se preencher com: quais sentimentos o paciente estava sentindo enquanto alimentava-se e se estava sozinho ou acompanhado, e por quem. A discussão durante o grupo também atua como facilitadora do “dar-se conta”: os relatos de dificuldades encontradas no dia-a-dia instigam outros pacientes a darem sugestões do que pode ser realizado. Estas sugestões dadas para o outro acabam sendo a resposta que eles precisam para si mesmos, de forma que o outro funciona como uma espécie de espelho. Durante o grupo são discutidas questões relacionadas com a auto-estima, como por exemplo, de que não é necessário ficar magro para começar a ser feliz, ou vaidoso, para amar, ter amigos ou se divertir. É significativa a mudança que ocorre com os pacientes em relação à vaidade: passam a se arrumar mais, e conseqüentemente, a se sentirem mais bonitos, mais atraentes e mais interessantes; e isto acaba funcionando como motivador para que percam peso, pois costumam querer ficar cada vez melhores. A maioria dos participantes consegue perder peso de forma sistemática, outros conseguem ir mantendo o que possuem, e uma minoria continua a ganhar peso constantemente durante o grupo. O que costuma acontecer é um descontrole em algum momento do tratamento, em que os pacientes ingerem muito mais calorias do que necessitam e é seguido por um sentimento de culpa. Este sentimento também é discutido durante o grupo, de forma a evitar que este seja um motivo que leve ao abandono do processo. O grupo do CETRATA mostra resultados consistentes em sua atuação que são visíveis através de uma significativa perda de peso e uma melhora na qualidade de vida, que se dá após a mudança de hábitos, atingida em conseqüência da reeducação alimentar.

**Palavras-chaves:** TRANSTORNO ALIMENTAR, REEDUCAÇÃO ALIMENTAR, OBESIDADE

**Atividade:** Adolescentes e os serviços de saúde  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** Adolescentes e os serviços de saúde: uma proposta de aproximação

**Autor(es):** Luciana Melo Souza Leao

**Resumo:** Introdução Quando se pensa na população adolescente, o espaço dos serviços de saúde, não parece ser a imagem mais associada a esse grupo. Ao mesmo tempo em que os adolescentes mostram-se resistentes em se aproximar das instituições de saúde, estas, por sua vez, apresentam dificuldades para acolher os adolescentes que a procuram, especialmente quando a demanda ultrapassa as enfermidades e patologias centradas no corpo físico. No entanto, o trabalho programático em saúde voltado para os adolescentes é de grande relevância, uma vez que estamos diante de um grupo “fértil” e permeável à prevenção, à mudança e à construção, além da disponibilidade para o auto-conhecimento e a crítica – especialmente com aqueles adolescentes subprivilegiados, carentes de estímulos dessa ordem. Ao ressaltar a área da Saúde, não estamos desconsiderando os limites desse campo e nem subestimando a gama de fatores que afetam a trajetória de desenvolvimento desse grupo (o ambiente, a comunidade, a família, fatores individuais etc.), porém é importante reconhecer que há um importante “lugar” reservado à saúde nessa conjuntura. A melhoria do sistema de atenção à saúde é tida como mais exequível e realista entre esses inúmeros fatores, uma vez que o acesso à saúde tem sido associado à diminuição da vulnerabilidade, assim como, considerado um indicador de equidade.

Nesse sentido, tornar as ações e serviços de saúde mais atrativos para esse público constitui-se um grande desafio no bojo das mudanças propostas pelo novo sistema de saúde. Objetivo Avaliar e refletir a integralidade na atenção à saúde dos adolescentes em ações e serviços oferecidos nos diferentes níveis de atenção, no contexto do processo de descentralização dos serviços. Método Neste estudo foi utilizado o método de avaliação de processos, que tem como finalidade compreender como uma política ou programa é implementada. Este tipo de avaliação se estrutura, em geral, em análises qualitativas e está mais preocupada com os fluxos do que com os resultados. As modalidades de técnicas utilizadas foram entrevistas semi-estruturadas, observação direta e análise de documentos. Os sujeitos da pesquisa foram gestores, gerentes, coordenadores, profissionais de saúde da Secretaria Municipal de Saúde do Recife, bem como usuários e interlocutores privilegiados. A discussão dos dados foi orientada a partir de dois eixos de investigação, a integralidade focalizada e a integralidade ampliada. O primeiro eixo abordou a integralidade entre a equipe de trabalho (formação e constituição) e entre as ações de promoção, prevenção e assistência; e o segundo eixo se deteve sobre a integralidade entre os níveis da atenção básica e de média e alta complexidade e entre as ações de saúde e de outros setores. Resultados e discussão No que se refere à integralidade na formação e constituição da equipe, chama a atenção o grande investimento em cursos e capacitações para os profissionais da atenção básica, porém, a idéia de oferecer um curso de 80h especificamente sobre a saúde do adolescente foi apenas iniciada no município porque houve a deliberação para os profissionais dos PSF se concentrarem em um curso de especialização “genérico” em Saúde da Família. Em relação à constituição da equipe, é necessária a incorporação de novos saberes nas unidades de saúde da família, como por exemplo, a inserção de psicólogos, a fim acrescentar a atual composição, basicamente calcada no saber biomédico. Sobre a integralidade entre as ações de promoção, prevenção e assistência, pode-se observar que os adolescentes não são grupo prioritário nos serviços assistenciais oferecidos, porém são “beneficiados” com o projeto denominado Adolescentes Educadores em Saúde (Aesa), desenvolvido no Distrito III do município, através de encontros coletivos com os adolescentes, atividades na comunidade e participação em outros eventos, caracterizando assim, a preocupação da região com ações de promoção da saúde. Na categoria da integralidade entre os serviços, através da prática da referência e contra-referência foi percebida preocupação com as adolescentes gestante em detrimento de outras necessidades – tanto porque os serviços estão cheios, como pela dificuldade financeira dos adolescentes para se deslocarem para outras unidades. Por fim, a relação entre o setor Saúde com outros setores ainda está muito tímida, com a área de educação pouco se dialoga e houve pouca referência às instituições responsáveis pela proteção da criança e do adolescente. Há, no entanto, inserção com a Secretaria de Esportes e Lazer, através do projeto Círculos Populares de Cultura, Esportes e Lazer que oferece várias modalidades esportivas.

**Palavras-chaves:** Adolescência, serviços de saúde, vínculo

**Atividade: SUICÍDIO:  
(Paineis)**

**Trabalho: SUICÍDIO:** Concepções de alunos dos cursos de Psicologia, Direito e Ciências da Computação no século XXI acerca de afirmações do século XIX.

**Autor(es):** Andréa Sandoval Padovani, Bárbara Calmeto Lomar Passos, Daiana Almeida, Nádia Maria Dourado Rocha

**Resumo:** Segundo a Organização Mundial da Saúde (1999), nos últimos 45 anos a taxa de suicídio aumentou em 60% no mundo e em 2000 aproximadamente um milhão de pessoas morreu vítima deste ato. Faz-se então necessário um olhar mais atento e uma discussão mais abrangente sobre o tema. Esta pesquisa teve por objetivo verificar, de forma exploratória, como o tema se revela para estudantes de Psicologia, Direito e Ciências da Computação, comparar esta concepção com afirmações feitas por dois estudiosos no século XIX. Os estudiosos escolhidos

para fundamentar teoricamente a pesquisa foram Durkheim (1897/2003) e Valle (1884). Segundo este último, o “suicídio é a ação de um indivíduo que, por qualquer causa e de qualquer maneira, atenta contra a sua vida ou se expõe à morte, consciente e voluntariamente, com intenção de perder a vida” (1884, p.16). O autor adota este conceito para discutir o tema levando em conta aspectos como a morte consciente, a morte involuntária e aspectos sociais que enfatizam o desejo de morrer. Durkheim (2003) discute a definição de suicídio com base na intenção do indivíduo em cometê-lo. Inicialmente o define como “toda morte que resulta mediata ou imediatamente de um ato positivo ou negativo, realizado pela própria vítima” (p. 13), porém este ato pode ou não apresentar a intenção de morrer, em sentido extremo. A amostragem foi dividida entre os cursos de Psicologia, Direito e Ciências da Computação, sendo 45 alunos solicitados de cada curso, com a participação voluntária e anônima. Para a realização da pesquisa foi utilizada a abordagem quantitativa cujos resultados foram obtidos através da frequência em uma escala Likert de cinco pontos com alternativas de concordância total ou parcial, discordância total ou parcial e sem opinião. A escala Likert foi utilizada pela sensibilidade para reconhecer a oposição entre contrários, gradiente e situação intermediária (PEREIRA, 2001). Foram escolhidas dez afirmativas da tese de José Machado do Valle e do livro de Émile Durkheim, interessantes para a pesquisa, abordando fatores como: hereditariedade, autonomia, intenção, alienações mentais, religião, integração social, tenacidade da idéia, significado da vida, perturbação social e família. A análise dos resultados foi realizada comparando os aspectos convergentes e divergentes entre os cursos e buscando base em estudos atuais para discussão. Embora não se pretenda generalizar os resultados, a partir desta amostra pode-se concluir que muitas afirmações advindas do século XIX se mantêm até hoje, como a afirmação de que a família exerce uma função de obstáculo para o cometimento do suicídio ou de que a vida é tolerável quando tem razão de ser. Outras afirmações também se apresentam nos dias atuais, pelo menos em meio aos sujeitos pesquisados, como a religião exercendo uma ação contra o suicídio ou a sociedade civilizada influenciando o elevado número de mortes voluntárias. Segundo Oliveira, Amâncio e Sampaio (2001) o suicídio revela um intolerável tormento interior, é um meio de comunicar o desespero e a descrença na concretização de objetivos. Outra questão que chamou a atenção é o alto índice de discordância entre os estudantes e os autores do século XIX, quando se trata da questão que afirma que o suicídio exprime erro ou fraqueza e que é um ato pensado, executado com plena liberdade do pensamento e da vontade; ou quanto à influência da hereditariedade no ato suicida ou mesmo quando os autores trazem o suicídio com características de alienação mental; demonstrando que discussões acerca do assunto podem ter mudado a forma de pensar e o olhar sobre os indivíduos que atentam contra a própria vida, bem como quanto aos aspectos relacionados à saúde-doença mental. “É muito difícil entendermos os inúmeros factores – internos e externos – e os contextos – familiares, culturais, psicossociais – que podem conduzir (...) ao suicídio” (OLIVEIRA, AMÂNCIO e SAMPAIO, 2001). Dificuldade esta que se expressa na variação de respostas emitidas pelos sujeitos participantes da pesquisa, variação que se coloca como um obstáculo a ser transposto através de novas investigações sobre o tema; visando à interdisciplinaridade entre os vários técnicos envolvidos no atendimento aos sujeitos do ato suicida, não como crime ou doença, mas, principalmente, como um grito, seja de libertação, de socorro, de medo, ou de vida.

**Palavras-chaves:** Suicídio, Durkheim, Valle

**Atividade:** Benefícios da dança nos usuários do CAPS II de Vitória da Conquista - Ba. (Paineis)

**Trabalho:** Benefícios da dança nos usuários do CAPS II de Vitória da Conquista - Ba.

**Autor(es):** Maristela Viana Lima, Verena Freire, LUCIANA FREITAS MONTEIRO BONFIM, Jussara Maria Silveira Viana, Sumaia Geisa Teixeira Coêlho

**Resumo:** A Dança é instrumento de valor terapêutico e educativo. É uma das raras atividades

humanas em que o homem se encontra totalmente engajado - corpo, espírito e coração. É um meio de meditação e um esporte completo que se materializa através dos movimentos dos corpos, organizados em seqüências significativas e de experiências que transcendem o poder das palavras e da mímica. (Garaudy, 1980). A mistura entre razão e sensibilidade que o trabalho de dança proporciona, através da terapia do movimento, é essencial para atingir a linguagem corporal, despertando o desejo de expressar e exprimir o mundo interior. O presente projeto se justifica pelos problemas vivenciados por portadores de transtorno mental no que se refere às dificuldades físicas, psicológicas, cognitivas, afetivas e comportamentais, tendo como objetivo a melhora da qualidade de vida dos usuários do CAPS II Centro de Atenção Psicossocial de Vitória da Conquista-BA, levando-os à liberação e externalização de sentimentos de forma verbal e não verbal. A oficina é externa, acontecendo uma vez por semana, durante uma hora e meia, em um clube social da cidade, com usuários do serviço de ambos os sexos. Eles foram acompanhados e observados durante as atividades desenvolvidas de alongamento, dinâmicas de grupo e montagens de coreografias, as quais permitiram interpretar ritmos internos não audíveis, que são descobertos dentro de cada ser humano e ritmos externos que são percebidos ao nosso redor. Os relatos sugerem que os usuários desenvolvam, além da liberação de sentimentos, exteriorização de emoções como o pensamento artístico, o gosto pela música, paz e alegria. Observa-se também a elevação da auto-estima, espírito de cooperação, respeito, diálogo, afetividade e carinho construídos pelo grupo, levando à promoção da saúde mental. Os resultados do trabalho de introdução à terapia através da dança corroboram com a frase de Garaudy (1980): "A ação na dança, é a arte de fazer passar emoções e ações à alma do expectador pela expressão verdadeira de nossos movimentos, de nossos gestos e de nosso corpo". O progresso no desenvolvimento da comunicação verbal e não verbal entre os participantes teve sua eficácia nas atividades desenvolvidas, possibilitando a interação entre grupo de apoio, pacientes e familiares. As aulas auxiliaram os usuários a se tornarem conscientes das relações que existem entre corpo, mente e emoção. Sentimentos positivos de carinho, paz, amizade e perseverança foram expressados nos relatos, demonstrando minimização de bloqueios emocionais e facilitando a interação bio-psico-social, melhorando assim o diálogo corporal e a saúde, o que mostra um aumento na qualidade de vida destes usuários.

**Palavras-chaves:** CAPS,saúde mental,dança,emoção

**Atividade: Problematizações atuais na leitura do SUS (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Problematizações atuais na leitura do SUS

**Autor(es):** Marilene Affonso Romualdo Verthein,Raimunda Matilde do Nascimento Mangas,Gilmar Antonio Gomes Soares,Beatriz da Silva Chagas,Carolina Cremones Silva,Luiza Medina Tavares,Paula Assaad Salloum Moreira,Débora Lima Klajnman

**Resumo:** Introdução: A pesquisa Interfaces entre o SUS e a Saúde do Trabalhador do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense coloca em análise a historiografia das Políticas Públicas da Saúde, no panorama das práticas de poder/saber da capitalização da saúde, que insere a (des)construção da esfera pública, e do recorte específico da saúde coletiva com a institucionalização do Sistema Único de Saúde. A interface com a saúde do trabalhador é apresentada no estudo do processo de municipalização em Niterói, onde são discutidos os desafios dessa rede. Metodologia. Tomando como subsídio às leituras de Foucault e Deleuze sobre sociedade disciplinar e de controle, respectivamente, nossa pesquisa estabelece uma relação entre as relações de poder nas sociedades contemporâneas e a genealogia da

saúde pública para investigar as produções de corpo e subjetividade que se articulam na historiografia da saúde do trabalhador. Desta forma, utilizando a genealogia de poder de Michel Foucault colocamos em análise os documentos do SUS, os relatórios das Conferências de Saúde e da Saúde do Trabalhador. O campo de análise é ampliado por observações e entrevistas obtidas com profissionais de saúde e usuários da Rede de Saúde de Niterói englobando Hospital Universitário Antônio Pedro, o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador e conselheiros do Conselho Municipal de Saúde. Resultados: Em um percurso histórico analisamos a produção de verdade e poder em vários recortes da historiografia das políticas de saúde, no Brasil, enfatizando a produção de subjetividade entendida como formas de pensar, agir e sentir, e suas implicações na efetivação do SUS. Para tal, destacamos no período de 1900 a 2000 o modelo campanhista para atrair mão-de-obra estrangeira e as mobilizações operárias por melhores condições de trabalho que lhe sucederam. A criação do Ministério do Trabalho, para as arbitragens nos conflitos trabalho/saúde e as consecutivas legislações da Saúde Pública para institucionalizar e estabelecer um Estado com poder fiscalizador. Os conflitos e problematizações da saúde como corpo-útil para o trabalho e da institucionalização do corpo-doente como perda de tempo são revistos nas contradições marcadas pelos investimentos de uma Política de Saúde privatista e hospitalocêntrica que concorre para o aumento da população incluída, mas, ao mesmo tempo, excluída, porque sem acesso, ao sistema. O SUS é discutido como indicador de uma nova produção de subjetividade e desafios frente aos governos globais neoliberais. Nossa pesquisa aponta que novas concepções de trabalho, saúde e doença estão sendo produzidas nas práticas cotidianas do SUS e que, nesse percurso, novos desafios éticos e políticos são gerados nas intervenções em saúde do trabalhador. Frente aos novos desafios da saúde na mundialização torna-se importante por em xeque as políticas públicas problematizando pontos para uma nova leitura investigativa, tais como, a participação no controle social das Políticas de Saúde para além da representação; o controle social como uma realidade de fato e não, apenas, de direito; os desafios dos trabalhadores como produtores de subjetividade; as nuances das intervenções de âmbito coletivo. Conclusão: A pesquisa tem tomado as Políticas de Saúde brasileira como um instrumento analisador para a efetivação do controle social no que tange as ações em saúde do trabalhador. Desta forma, vem ressaltando pontos cruciais para uma intervenção comprometida e ética dos profissionais de saúde tornando-se de especial interesse para a formação psi ao afirmar e resgatar a força da gestão participativa para a efetivação de uma saúde coletiva de qualidade. Palavras – Chave: Saúde do Trabalhador, SUS, Trabalho, Subjetividade.

**Palavras-chaves:** Saúde do Trabalhador,SUS,Trabalho,Subjetividade

**Atividade: Percepção de controle em idosos: relação com qualidade de vida e saúde (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Percepção de controle em idosos: relação com qualidade de vida e saúde

**Autor(es):** Hilma Tereza Tôrres Khoury,Alane Gláucia Brito Cruz,João Paulo dos Santos Nobre,Camila Ramos,Milena Monteiro Nagahama

**Resumo:** O objetivo foi investigar a relação entre qualidade de vida, saúde e percepção de controle em idosos. O controle foi estudado como controle primário (CP) e controle secundário (CS). O CP refere-se a todo esforço que o indivíduo empreende no sentido de dominar o ambiente – físico ou social – e adapta-lo às suas necessidades, a fim de atingir suas metas. Esse esforço pode ser em nível de ação/comportamento ou de cognição/pensamento. Já o CS diz respeito a todos os esforços que o indivíduo realiza para se adaptar ao ambiente e dançar conforme a música. Ambos os tipos de controle foram investigados conforme apresentados na Escala ECOPSE. O CP foi avaliado em dois aspectos: esforço de realização com os próprios recursos do indivíduo - auto-motivação e empenho concreto para alcançar metas (CP1), e esforço de realização com ajuda - de outras pessoas ou de tecnologias visando atingir metas



(CP2). O CS foi considerado como esforços dirigidos para adaptação a situações em que metas não foram alcançadas ou onde ocorreram perdas/falhas. Qualidade de vida (QV), tal como definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), é um conceito subjetivo, uma vez que envolve a percepção e as expectativas do indivíduo com relação a sua saúde, relações sociais e outros aspectos importantes de seu ambiente. Neste estudo, QV foi examinada de acordo com os aspectos abordados na escala de Flanagan. Idoso foi definido, conforme a OMS, como pessoas com 60 anos de idade e acima. Participaram 40 idosos (13M; 27F), com idades entre 60 e 87 anos (Média= 72,1; DP= 6,73), pertencentes a um bairro de classe baixa, na cidade de Belém/PA, selecionados aleatoriamente. Os participantes tinham, em média, 4,05 anos de estudo, R\$858,50 de renda familiar mensal e R\$264,75 de renda per capita. Os instrumentos foram: 1) Escala para medir o CP e o CS (ECOPSE), contendo 25 itens distribuídos em 3 sub-escalas (fatores): 1.1) Esforço de Realização com os próprios recursos do indivíduo – automotivação e empenho concreto para alcançar metas (CP1, 11 itens); 1.2) Esforço de Realização com ajuda – de outras pessoas ou de tecnologias para alcançar metas (CP2, 5 itens) e 1.3) Consolo/Compensação em caso de metas não alcançadas, perdas ou falhas (CS, 9 itens). Os itens foram avaliados em uma escala de 5 pontos, tipo Likert (0 = nada a ver comigo; 4 = tudo a ver comigo). 2) Escala para medir QV (Flanagan) composta de 15 itens, distribuídos em 5 dimensões não tratadas como fatores: 2.1) Bem-estar físico e material; 2.2) Relações com outras pessoas; 2.3) Atividades sociais, comunitárias e cívicas; 2.4) Desenvolvimento pessoal e realização; 2.5) Recreação. Os itens foram avaliados em uma escala de 7 pontos, tipo Likert (1 = muito insatisfeito; 7 = muito satisfeito). A pontuação obtida nos itens compõe um Índice de Qualidade de Vida (Min = 15; Max = 105 pontos). 3) Questionário para dados sócio-demográficos, incluindo as questões que compuseram o Índice de Problema de Saúde - IPS (Min = 0; Max = 7 pontos): a) Tem problema de saúde (sim/não); b) Tipo de problema de saúde (agudo/crônico); c) Tem limitação física (sim/não); d) Quantidade de limitações físicas (nenhuma/uma/duas +); e) Número de internações no período de um ano. Quanto maior o número de pontos, mais problemas de saúde. Os dados foram colhidos em entrevista individual no domicílio do idoso. Os resultados mostram correlação positiva entre CP1 e QV ( $r = 0,34$ ;  $p = 0,05$ ), sugerindo que aqueles que demonstram maior esforço de realização possuem melhor qualidade de vida, corroborando a literatura existente. Estranhamente, o CP1 mostrou correlação positiva também com IPS ( $r = 0,39$ ;  $p = 0,05$ ), indicando maior problema de saúde naqueles com maior esforço de realização, contrariando a literatura. Poder-se-ia argumentar que, como a amostra provém de população de baixa renda, talvez o esforço destes idosos seja dirigido ao alcance de metas relacionadas aos cuidados com a saúde, ou mais precisamente, a tratamento de doenças. Esta suposição é reforçada quando se processa a correlação entre as variáveis de controle e aquelas que compõem o IPS, consideradas isoladamente. Nessa situação, verifica-se correlação positiva entre o CP1 e apenas duas das cinco variáveis que compõem o IPS, quais sejam, se tem problema de saúde (sim/não) e se o problema é agudo ou crônico. É possível que tenha havido influência cultural, pois no contexto em que a pesquisa foi realizada observa-se uma tendência nas pessoas de baixa renda a falar freqüentemente em doenças, idas a hospitais/postos de saúde e a utilizarem esse discurso em suas interações sociais como forma de angariar atenção e apoio. Sugere-se que estes instrumentos sejam testados com populações semelhantes em amostras mais amplas.

**Palavras-chaves:** Percepção de Controle, Saúde, Qualidade de Vida

**Atividade: QUALIDADE DE VIDA EM CUIDADORES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM ASMA: ESTUDO DE TRÊS CASOS (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: QUALIDADE DE VIDA EM CUIDADORES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM ASMA: ESTUDO DE TRÊS CASOS**

**Autor(es):** João Paulo dos Santos Nobre, Lana Cristina Cardoso de Oliveira, Eleonora Arnaud Pereira Ferreira

**Resumo:** O tratamento de doenças crônicas em crianças e adolescentes exige a mediação de um adulto que terá o papel de orientar o seguimento das regras prescritas e promover a adequação do ambiente de acordo com as exigências do tratamento. Desse modo, é importante avaliar o impacto do tratamento da doença crônica da criança na vida do cuidador, cuja participação muitas vezes o obriga a mudar sua rotina em função do tratamento. A asma é uma das doenças crônicas de maior incidência entre crianças, atingindo entre 3 a 9% da população infantil no Brasil. Trata-se de uma alergia e se caracteriza como uma resposta imunológica em exagero a um determinado antígeno (substância estranha ao organismo), ocorrendo em pessoas com suscetibilidade genética e que tenham sofrido processo de sensibilização previamente. O tratamento requer o uso de medicamentos e de mudanças na rotina do paciente e da família. Este estudo teve por objetivo avaliar a qualidade de vida (QV) de cuidadores de crianças e adolescentes portadores de asma, inseridos no Ambulatório de Alergia e Imunopatologia (AAI) de um hospital universitário. Participaram deste estudo três mães (cuidadoras primárias) de crianças e adolescentes em tratamento no AAI. As participantes responderam ao Inventário de Qualidade de Vida (WHOQOL-Breve) em dois momentos: na primeira consulta do paciente no AAI e na entrevista final da pesquisa. O WHOQOL-Breve é composto de 26 questões, distribuídas em quatro domínios: (1) Domínio físico (dor, energia, sono, mobilidade, atividades); (2) Domínio psicológico (sentimentos positivos, pensar, aprender, concentração, auto-estima, espiritualidade/religião/crenças); (3) Relações sociais (relações sociais, apoio social, atividade sexual), e (4) Meio ambiente (segurança, proteção, ambiente físico, recursos financeiros, informações, habilidades, lazer, transporte). Para este estudo priorizou-se uma análise qualitativa das respostas ao Inventário. Resultados: (a) Participante 1: 41 anos, nível superior, não refere problemas de saúde, conta com rede de apoio social, o paciente sob seus cuidados tem 17 anos e diagnóstico de asma há 16 anos. Observou-se mudança significativa entre as duas aplicações na questão “o quanto você aproveita a vida”, que variou de mais ou menos para extremamente. Supõe-se que tal resultado ocorreu devido à condição física em que o paciente se encontrava à época da primeira aplicação, pois a cuidadora o conduziu ao ambulatório em “crise de asma” e referiu que o quadro persistia há duas semanas, enquanto que na segunda aplicação o quadro estava controlado. Para as outras questões do Inventário, não houve variação significativa. (b) Participante 2: 35 anos, nível médio completo, sem problemas de saúde, conta com rede de apoio social, o paciente do qual é cuidadora tem 9 anos e asma diagnosticada há 7 anos. Observaram-se mudanças na auto-avaliação da QV nas questões “o quanto você consegue se concentrar” e “quão seguro você se sente em sua vida diária”, que variaram de extremamente para muito pouco. Na questão “você tem energia suficiente para o seu dia-a-dia”, a auto-avaliação mudou de completamente para médio, e na questão “em que medida você tem oportunidade de atividade de lazer”, esta variou de extremamente para muito pouco. Na questão “com que frequência você tem sentimentos negativos”, observou-se mudança de nunca para algumas vezes. Observou-se em P2 uma redução na auto-avaliação da QV, o que pode ser devido ao fato de que na primeira aplicação do Inventário, P2 não admitia que o paciente tinha asma e acreditava que ele seria curado, ignorando o caráter crônico da doença. A partir da intervenção, P2 tomou conhecimento do prognóstico, da extensão e complexidade das regras do tratamento, o que pode ter refletido no resultado da segunda aplicação do Inventário. (c) Participante 3: 36 anos, nível médio completo, apresenta rinite alérgica, possui rede de apoio social, o paciente sob seus cuidados tem 12 anos e diagnóstico de asma há 5 anos. Observou-se pouca variação nas duas aplicações do Inventário com P3; entretanto, destaca-se uma melhora em sua auto-avaliação, pois considerou sua QV como boa na segunda aplicação do Inventário, enquanto na primeira havia avaliado como nem ruim nem boa. Com relação ao seu estado de saúde, houve variação de insatisfeita para satisfeita. Observou-se constância nas respostas de P3, com variações razoáveis que podem estar relacionadas mais com o seu próprio estado de saúde (visto que ela apresentava quadro de rinite alérgica na primeira aplicação) do que com os cuidados que dispensava à paciente, que apresentava quadro estável na primeira consulta, mantendo-o até o final da pesquisa. Sugere-se que a percepção de QV dos cuidadores pode estar relacionada com o envolvimento destes no tratamento do paciente e com o quadro clínico em que os pacientes se encontram, visto que, para dedicar-se efetivamente ao tratamento, o cuidador pode negligenciar aspectos pessoais e fundamentais para a sua qualidade de vida.

**Palavras-chaves:** cuidadores, asma, qualidade de vida

**Atividade: A Brinquedoteca no Contexto Hospitalar: a realização de atividades lúdico-terapêuticas no processo de hospitalização infantil. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**A Brinquedoteca no Contexto Hospitalar: a realização de atividades lúdico-terapêuticas no processo de hospitalização infantil.

**Autor(es):** Aline Francisca de Oliveira, Priscilla Cristhina Bezerra de Araújo, Tabita Moreira, Camomila Lira Ferreira, Luciana Carla Barbosa de Oliveira

**Resumo:** A hospitalização traz diversos efeitos nocivos para o desenvolvimento da criança e do adolescente, podendo afetar a integridade e o emocional destes. A ludoterapia pode se transformar em um excelente instrumento preventivo, diagnóstico, prognóstico e terapêutico, no qual a criança enferma pode formular e assimilar o que experiencia, facilitando a internalização, o amadurecimento e a elaboração desse processo. O brincar proporciona a internalização de normas, papéis, identificações, da relação da criança com o outro (seja este um indivíduo ou um contexto), e a interação entre o real e o imaginário. Diante disso, percebe-se a importância de desenvolver atividades lúdicas, terapêuticas, estimulativas, recreativas e educativas com as crianças e os adolescentes hospitalizados no Hospital de Pediatria Professor Heriberto Bezerra (HOSPED) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, em um espaço destinado a essas e outras atividades - a Brinquedoteca. Propõe-se como objetivos: a redução do sofrimento dos pacientes hospitalizados; a minimização dos conteúdos ansiogênicos e estressores; o fortalecimento dos vínculos entre o paciente e sua família, e entre estes e a equipe de saúde; a elaboração dos conflitos e medos ocasionados pela situação do adoecer e da hospitalização; a socialização e a estimulação dentro do hospital; o resgate da vida, da alegria e do sorriso da criança; a supressão da carência afetiva das crianças provocadas pela quebra de vínculos sociais; o aumento da auto-estima e da qualidade de vida do paciente; e o redirecionamento da atenção do paciente, que até então estava voltada para sua dor ou doença. As atividades realizadas no espaço da Brinquedoteca são feitas diariamente, através de atividades livres e programadas, junto às crianças internas e aos seus acompanhantes. Além disso, procura-se sempre adequar os brinquedos e brincadeiras às etapas de desenvolvimento das crianças atendidas. Dentre as atividades desenvolvidas estão fantoches, filmes infantis e educativos, atividades culturais, atividades artísticas, sucateca, contação de histórias, jogos educativos, contação de história participativa, preparação para o sono, mensagens especiais, datas especiais, boneco-paciente e brinquedoteca-móvel. A equipe atuante na brinquedoteca é multidisciplinar e inclui psicólogas, discentes de Psicologia, brinquedistas, pedagogas, arte-educadora e assistente social. A avaliação das atividades acontece através de entrevistas junto ao paciente, sua família e à equipe de saúde; em conjunto com um trabalho de escuta das sugestões destes, além de um trabalho de observação, propiciando uma constante reavaliação dos serviços oferecidos. Como resultado, percebe-se o atendimento das necessidades de afeto, de alegria, de amor, de conhecimento, de segurança, de aprendizagem, de acolhimento e de estimulação da criança e sua família. Além do estabelecimento de um ambiente acolhedor e da minimização dos efeitos negativos da hospitalização e melhor aceitação dos procedimentos terapêuticos, propiciando uma maior adesão ao tratamento. Assim, mostra-se que brincar é coisa séria.

**Palavras-chaves:** Brinquedoteca Hospitalar, Brincar, Ludoterapia, Hospital de Pediatria, Psicologia da Saúde

**Atividade: A atividade de brincar no microssistema pediatria como proteção da saúde e promoção de desenvolvimento humano (Paineis)**

**Trabalho:**A atividade de brincar no microssistema pediatria como proteção da saúde e promoção

de desenvolvimento humano

**Autor(es):** Ângela Adriane Schmidt Bersch, Maria Angela Mattar Yunes

**Resumo:** O presente estudo teve por objetivo investigar a influência da atividade de brincar no microsistema pediatria sob a ótica dos profissionais, dos pacientes pediátricos e de seus responsáveis, durante o período de hospitalização das crianças. Brincar possibilita que a criança hospitalizada passe da situação de doente passiva para outra ativa, o que pode constituir num fator de proteção potencializador do desenvolvimento numa situação em que os riscos são inerentes. Para compreender as múltiplas interações e as complexidades do contexto hospitalar foi utilizado o referencial da bioecologia do desenvolvimento humano de Urie Bronfenbrenner. As estratégias metodológicas foram de cunho qualitativo, tais como: inserção ecológica, observações sistemáticas, consultas documentais e entrevistas semi-estruturadas com pacientes, responsáveis e profissionais. Participaram da pesquisa dezenove pacientes pediátricos, oito meninos e onze meninas, com idade entre três e treze anos. Estes freqüentavam a “sala de brincar” que já existia no hospital e estavam em condições de dar respostas verbais. Os pacientes apresentavam sintomas de doenças respiratórias, renais, gastrointestinais, problemas traumatológicos, ou ainda alterações hematológicas como anemia. Foram desconsiderados aqueles que apresentavam um quadro de encefalopatia, hidrocefalia, e outras doenças que as impossibilitavam ou limitavam a comunicação verbal. O tempo de internação destes participantes era em média de seis dias. Também participaram desta investigação seis mães, dois pais e uma irmã de crianças internadas. Estes responsáveis foram entrevistados sem a presença da criança. Além dos pacientes pediátricos e seus responsáveis, também foram participantes os seguintes profissionais: duas enfermeiras, três auxiliares de enfermagem, uma secretária e três monitoras. A maioria dos responsáveis e profissionais reconhecem a importância da atividade de brincar para a recuperação da criança hospitalizada. Entretanto, não se verificam práticas de cuidado institucionalizadas de forma organizada que apontem nesta direção. Ao contrário, a criança é incentivada pelos adultos a permanecer imobilizada no ambiente hospitalar. Os resultados evidenciaram ainda que a criança hospitalizada necessita mais do que medicamentos, alimentação, cuidados médicos, ambientes coloridos e que brincar é visto como fundamental por elas mesmas. Na situação de hospitalização é preciso ainda implementar interações significativas, ou seja, é preciso atentar para fortalecer os processos proximais que potencializam o desenvolvimento de quem enfrenta uma circunstância de vulnerabilidade. Os estudos nesta área apontam que é preciso transformar o ambiente hospitalar em um espaço de brincar permanente para que a aprendizagem e o desenvolvimento possam propiciar dignidade e qualidade de vida dos pacientes, familiares e profissionais que enfrentam com freqüência regular a situação de internação hospitalar.

**Palavras-chaves:** brincar, brincadeiras no contexto hospitalar, crianças hospitalizadas

**Atividade:** **Aceitabilidade de católicos e não católicos frente à aprovação da Lei de Biossegurança e utilização de células-tronco em pesquisa e terapias (Paineis)**

**Trabalho:** Estudo comparativo das atitudes de católicos praticantes e não católicos, quanto ao uso de células-tronco em pesquisa e terapia e a aprovação da lei de Biossegurança

**Autor(es):** Ana Carolina Costa, Ana Carolina Castro, Ana Noemi Almeida, Kely Cristina Magalhães, Lidiana Blanh Faustino, Roberta Gomes

**Resumo:** O estudo e a utilização de células-tronco continuam sendo uma das grandes polêmicas no campo da bioética. Tudo isso começou no início do século XX, pela possibilidade

destas células gerarem um organismo adulto completo a partir de apenas uma célula. A polêmica gerada a partir de tais pesquisas, permanece atual, mas parece que agora haverá um progresso com relação a esse assunto por causa da criação da Lei de Biossegurança (Lei número 11.105 de 24 de março de 2005), que autoriza a pesquisa e terapia com células-tronco embrionárias. A partir daí, estão autorizadas as pesquisas com células-tronco de embriões obtidos por fertilização in vitro (desde que se tenha o consentimento dos pais), congelados há mais de três anos. Após quatro anos de armazenamento, tais embriões são descartados. A aprovação desse projeto da Lei de Biossegurança traz novas esperanças de cura e tratamento para portadores de doenças degenerativas, como o Alzheimer e Parkinson e pessoas com problemas físicos como a distrofia e a paralisia. Muitos estudos são feitos nessa área e já podemos encontrar relatos de cirurgias que estão sendo realizadas em pacientes acometidos por cegueiras, insuficiência cardíaca, lesões ósseas e doenças auto-imunes (como, por exemplo, a artrite reumatóide e o lúpus eritematoso). O objetivo do presente estudo é investigar se existe uma diferença significativa no grau de favorabilidade entre católicos praticantes e não-católicos, quanto ao uso de células-tronco em pesquisas e terapias e a aprovação da Lei de Biossegurança, através da utilização de uma escala de atitudes. A escala, em sua forma piloto, foi composta por 40 afirmativas: 20 favoráveis ao assunto em questão e 20 desfavoráveis. Para cada afirmativa são apresentadas cinco opções de resposta: a) concordo plenamente (CP); b) concordo (C); c) não tenho opinião (NTO); d) discordo (D); e e) discordo plenamente (DP). Para as afirmativas que são favoráveis são atribuídos 5 pontos para cada escolha “concordo plenamente”, 4 pontos para “concordo”, 3 pontos para “não tenho opinião”, 2 pontos para “discordo” e 1 ponto para “discordo plenamente”. Já para as afirmativas desfavoráveis, a pontuação é feita no sentido inverso. As afirmativas foram selecionadas pelo método de Likert, sendo composta, em sua forma definitiva, por 20 afirmativas (11 favoráveis e 9 desfavoráveis), que foi aplicada a 30 participantes católicos praticantes e 30 participantes não-católicos, na faixa etária entre 18 e 60 anos de idade. O tratamento estatístico utilizado para testar as diferenças entre as médias dos dois grupos foi o teste t de Student para duas amostras independentes. O valor de t encontrado ao nível de significância de 0,05 e com um grau de liberdade de 58, foi igual a 0,0041 o que nos mostra que há uma diferença significativa entre as médias dos dois grupos, sendo a média do grupo não-católico ( $x = 69,17$ ) superior à média do grupo católico ( $x = 59,67$ ). A análise dos resultados permite concluir que as pessoas não-católicas são mais favoráveis a pesquisa e terapias com células-tronco do que as pessoas católicas. Isso acontece, pois os católicos seguem os mandamentos da Igreja Católica e, para eles, a utilização de embriões em pesquisas equivale a matar um ser vivo, a acabar com uma vida. Já os não-católicos não têm tais mandamentos a seguir e, portanto, são favoráveis ao assunto em questão. PALAVRAS-CHAVE: células-tronco; escala de Likert; atitude

**Palavras-chaves:** células-tronco, escala de Likert, atitude

**Atividade:** Acompanhamento a um paciente em crise na Enfermaria de Psiquiatria do Hospital de Clínicas de Uberlândia (Paineis)

**Trabalho:** Acompanhamento a um paciente em crise na Enfermaria de Psiquiatria do Hospital de Clínicas de Uberlândia

**Autor(es):** Renata Yumi Okubo

**Resumo:** O Projeto Aluno Amigo é desenvolvido em parceria com a professora da disciplina de Psicopatologia Geral II da Universidade Federal de Uberlândia e uma psicóloga da Enfermaria de Psiquiatria do Hospital de Clínicas da cidade. Tem por objetivo oficializar a presença dos alunos de Psicologia da instituição, em visitas regulares a pacientes em crise, proporcionando uma vivência mais intensa e prolongada, bem como a identificação, na prática, de diversos sintomas de doenças mentais. Ao paciente internado, pode-se notar que este projeto auxilia na compreensão e tratamento de sua doença, além de permitir momentos de conversas descontraídas entre ele e seu aluno amigo, tornando assim a internação mais tranquila e com possibilidades de melhores vínculos com a instituição. O paciente a que este estudo de caso se refere apresentava o diagnóstico de esquizofrenia. Ele já havia sido internado várias vezes ao

longo de muitos anos, sendo recorrente uma média de até cinco internações por ano. O prontuário dele descrevia seu comportamento no ato da internação e eram feitos relatos diários. A maioria o caracterizava como um paciente agressivo, porém sem resistência para tomar a medicação e insistente na idéia de receber alta. Estava em uma fase em que apresentava características semelhantes às do transtorno obsessivo compulsivo, uma vez que apresentava um comportamento que parecia ser vigiado por ele mesmo o tempo inteiro. Esse princípio defensivo da personalidade é um importante mecanismo que permite ao indivíduo tratar como se não existisse tudo aquilo que ameaça a sua integridade e a sua segurança, quando a pessoa não tem capacidade mental de enfrentar-se com o risco. Porém, quando a ordem psíquica é abalada há a possibilidade de desencadear um período de crise, que é uma decorrência inevitável da condição humana e da vida, mas seu caráter de revelação pode ser utilizado como um incentivo ao auto-conhecimento e hetero-conhecimento, bem como à maturação, ou funcionará como uma revelação catastrófica que desencadeia medidas defensivas subjetivamente capazes de promoverem a ilusão de segurança, mas de conseqüências ainda mais catastróficas. Essa experiência trouxe como importante resultado a reflexão sobre os pacientes que são internados em Enfermarias Psiquiátricas. Destaca-se a necessidade de lançar um olhar sem preconceitos para essas pessoas que vivem com a sombra do estigma da loucura, ressaltando a importância de dar-lhes voz. Devemos livrar-nos da idéia de que o louco é um excluído que nunca poderá se opor ao que o exclui, pois cada um de seus atos se encontra constantemente circunscrito e definido pela doença.

**Palavras-chaves:** Enfermaria de Psiquiatria, crise, esquizofrenia, acompanhamento

**Atividade: Papel do Psicólogo no Contexto da Leucemia Infantil (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Papel do Psicólogo no Contexto da Leucemia Infantil na Cidade de Aracaju

**Autor(es):** Paula Caroline Gomes Santos

**Resumo:** O presente trabalho teve como interesse investigar o papel do psicólogo diante do contexto da leucemia infantil na cidade de Aracaju, abordando e analisando o papel e a influência da família em relação ao doente, a função e reação do psicólogo diante do câncer infantil e o estado psico-emocional do paciente diante da doença, que vai desde o diagnóstico até a reabilitação ou até mesmo a morte do doente, na perspectiva dos psicólogos. Contudo, este trabalho é de grande relevância em termos acadêmicos, operativos e sociais, afinal será oferecido ao leitor uma pesquisa que relata a dor e o sofrimento da criança com leucemia e de sua família, sob a perspectiva do papel do psicólogo, já que a leucemia hoje é a doença maligna mais comum em crianças. Este tipo de câncer, ainda hoje é cercado de vários tabus, os quais estão freqüentemente associados a situações como sofrimento e morte. Além disso, de acordo com o Instituto Nacional do Câncer (INCA), essa doença é um dos tipos de câncer mais comum na infância e que se manifesta quando ocorre a invasão da medula óssea por células anormais, deixando a criança suscetível a infecções, palidez, sangramentos e dores nos ossos. O método empregado foi uma entrevista semi-estruturada, as quais foram transcritas no momento da aplicação, com a participação efetiva dos cinco psicólogos existentes na área de oncologia em Aracaju. Os dados foram analisados de acordo com cada questionamento, de onde foram transcritos de forma categórica e transformados em gráficos. Foi utilizado para a obtenção do conteúdo teórico o modelo de pesquisa bibliográfica e de campo, obtendo os resultados através de dados qualitativos. Os resultados apresentados indicam que os profissionais da área de oncologia em Aracaju realizam um trabalho necessário e minucioso ao lidar com a possibilidade de morte de uma criança a todo instante. Essa crença foi percebida devido ao interesse, engajamento e esforços dos psicólogos para proporcionar uma melhor qualidade de vida, durante e após a recuperação tanto da família quanto da criança. Dessa forma, todas as características que a psiconcologia deve apresentar diante da família e da criança ficou evidente no relato dos entrevistados, concluindo que antes de se trabalhar a criança leucêmica, deve-se perceber e estudar o seu contexto, o seu momento e principalmente sua família. Afinal, esta é a base ou estrutura emocional da criança, que fará com que o paciente tenha maior vontade, adaptação e até mesmo aceitação as situações que lhes são impostas pela doença. Esse resultado atingiu as

expectativas ampliando o campo bibliográfico da temática embora haja algumas críticas relevantes no contexto da leucemia infantil, dentre elas a dificuldade bibliográfica em Aracaju que gera desinformação, a falta de medicamentos e desestrutura hospitalar que geram o aumento de óbitos. Palavras-chave: Oncologia, leucemia, família, criança, psico-oncologia.

**Palavras-chaves:** leucemia, Oncologia, psico-oncologia, criança, família

**Atividade:** PSICOLOGIA ESCOLAR APLICADA A SÍNDROME DE RUBINSTEIN-TAYBI: (Comunicações Científicas)

**Trabalho:** PSICOLOGIA ESCOLAR APLICADA A SÍNDROME DE RUBINSTEIN-TAYBI

**Autor(es):** Luiza Sampaio, Bruno Vivas Sá, Francisco Kelmo, Jarbas Cersosimo, Mariana Sousa Lima, Marina Lima Duarte Moreira, Anderson Almeida Chalhoub

**Resumo:** Microdeleções ou translocações, ao longo do cromossomo 16 são anormalidades que causam a síndrome de Rubinstein-Taybi. A sintomatologia típica desta síndrome, caracteriza-se por baixa estatura, polegares largos e dedos grandes, anomalias craniofaciais, alterações da pirâmide nasal, palato ogival, alterações morfológicas dos dentes, constipação intestinal, hipertensão pulmonar, reabilitação da válvula mitral. Além destas características, freqüentemente, o nível intelectual é rebaixado e, conseqüentemente o desenvolvimento neuropsicomotor e a linguagem são prejudicados. Considerando estes fatores, um estudo da síndrome torna-se relevante, uma vez que conhecer os diversos aspectos da mesma e pensar formas de incluir portadores nos segmentos sociais, inclusive o segmento escolar, fazem-se necessários. Historicamente, este contexto sempre foi caracterizado pela inserção de apenas algumas pessoas, os quais adequavam-se ao nível cognitivo estabelecido por médicos e psicólogos. Este fato fortaleceu a idéia de que existem sujeitos inadequados, culminando no século XX com o isolamento dos indivíduos que assim se caracterizavam. Atualmente, a escola surge sob a nova perspectiva de espaço para interação e inserção. Frente a esta nova realidade, faz-se necessária a busca por novas abordagens teóricas. A Construtivista propõe que o grupo dos escolares seja o mais heterogêneo possível e a Sócio-interacionista revela a importância dos membros do grupo social na mediação entre cultura e indivíduo, facilitando, dessa forma, a internalização de processos psicológicos. Ambas propõem, portanto, a produção de saberes que, relacionados entre si, constroem conhecimentos. Neste estudo pretendeu-se investigar o desenvolvimento escolar de portadores da síndrome de Rubinstein-Taybi, a partir das suas relações familiares e das práticas escolares. Nesta perspectiva, foram observados os aspectos do cotidiano doméstico e as práticas educativas que impediram ou aproximaram a inserção social de um portador da síndrome num contexto escolar e regular, bem como, investigou-se quais os aspectos dessas relações e práticas – familiares e escolares – poderiam promover melhorias no desempenho escolar do sujeito participante. Este estudo estruturou-se através de visitas à residência do sujeito e visitas à escola especial onde o mesmo estuda. Nas primeiras visitas, realizaram-se entrevistas semi-estruturadas com a sua mãe e sua professora particular respectivamente; na última, a sua professora escolar, que estava acompanhada da psicóloga da instituição, foi entrevistada. A ação da mãe do sujeito foi de estruturar ambientes em que o seu mediador promovesse mais intensamente situações facilitadoras e favoráveis para que o desenvolvimento potencial do mesmo se tornasse concreto. Pela professora escolar do participante da pesquisa, foi dito que o desenvolvimento deste concernia ao nível pré-silábico; havendo dificuldade em evoluir das operações simbólicas concretas para as abstratas, e que deste modo, as atividades só eram propostas até o nível em que o sujeito respondia. Entretanto, segundo o relato da progenitora, muitas vezes o sujeito estagnava, devido à falta de estímulo. Observou-se maior retorno nos trabalhos realizados no plano concreto, de modo que inicialmente foram propostas ao sujeito atividades que exploravam o lúdico, estimulando sua consciência

corporal. Além disto, foram realizados passeios culturais, bem como exercícios com recortes, estimulando a motricidade fina e, possibilitando um salto qualitativo no pensamento abstrato do indivíduo investigado. O sujeito ainda não realiza as operações lógico-matemáticas, nem está apto a realizar uma contagem numérica, exceto quando existem objetos concretos para auxiliá-lo. Este estudo deteve-se em um nível de educação ideal estando, portanto, distante da realidade atual, pois ao se falar numa escolarização igual, estar-se-ia entrando num plano utópico; uma escola com crianças diversas convivendo num mesmo ambiente e trocando vivências no mesmo nível, o que exigiria uma transformação paradigmática. Sonho e utopia são fundamentais para construir as bases que nortearão a educação contemporânea, mostrando, portanto que a referida transformação acima é possível. Foi visto, que a transição para o novo modelo educacional, está distante da realidade atual, pois, o sujeito participante do estudo que teoricamente se enquadraria num perfil inadaptado, fica estagnado devido às dificuldades dos colegas de turma. Isto evidencia também a negligência da escola quanto à sua responsabilidade de promover escolarização para todos; educadores negam um olhar para as suas fragilidades e equívocos, preferindo condenar o aluno e exercer poder em níveis variados. A pesquisa em Rubinstein-Taybi desvelará vicissitudes de sujeitos com este diagnóstico; posto que esta traz peculiaridades pouco estudadas e sua compreensão trará luz a um tratamento interdisciplinar, solidário e importante em sua inserção na escola e nos demais contextos, além de tornar possível um suporte mais adequado no desenvolvimento das habilidades cognitivas dos indivíduos portadores desta síndrome.

**Palavras-chaves:** Síndrome de Rubinstein-Taybi, Desenvolvimento cognitivo, Inserção Social

**Atividade: AVALIAÇÃO DE PARÂMETROS METABÓLICOS (Paineis)**

**Trabalho: AVALIAÇÃO DE PARÂMETROS METABÓLICOS**

**Autor(es):** EB Belli Baptista Cruz, Katie Moraes Almondes

**Resumo:** (INTRODUÇÃO) O trabalho em turnos é uma organização temporal cada vez mais utilizada pelas empresas, com o objetivo de ter uma seqüência contínua em sua produção ou em sua prestação de serviços, alcançada pela participação de várias turmas de trabalhadores que se sucedem no seu local de trabalho. O deslocamento de horários de trabalho modifica a rotina social e doméstica do trabalhador, sendo prejudicado o período de repouso do mesmo ou prejudicando suas tarefas familiares e sociais. Além disso, os esquemas de trabalho em turnos provocam alterações biopsicossociais que vão desde ansiedade, stress, privação de sono total ou parcial, sonolência diurna excessiva, insônia e alterações metabólicas (pressão arterial, glicose, triglicérides, colesterol HDL...). Todas essas alterações são importantes fatores de risco para diversas doenças debilitantes, crônicas e até fatais, como diabetes mellitus, hipertensão arterial, obesidade, hipercolesterolemia, são alguns exemplos importantes. Essas alterações são também preditoras de faltas ao trabalho por motivo de doenças. Tendo em vista a importância do assunto em termos de saúde pública e para a ampliação do conhecimento na área da psicologia da saúde, o presente estudo pretende avaliar a ocorrência de alterações metabólicas em trabalhadores submetidos a diferentes esquemas de trabalho. (METODOLOGIA) O estudo foi constituído por uma amostra de 134 trabalhadores do sexo masculino de uma empresa petroquímica brasileira com média de idade de 45 anos em esquemas de turno diurno fixo (26 trabalhadores) e em turnos alternados (108 trabalhadores). Para que se efetivasse a coleta de dados os participantes investigados assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e foram coletados dados pessoais e metabólicos, sinais vitais, peso, altura (para a obtenção do índice de massa corpórea - IMC). Quanto ao tratamento dos dados, foi utilizado o programa Excel para a tabulação dos mesmos. Os parâmetros metabólicos são considerados alterados quando apresentam os seguintes valores: Colesterol HDL >40 mg/dl, triglicérides < 150mg/dl, glicemia <100mg/dl, pressão arterial diastólica < 130mmHg, pressão sistólica < 85 mmhg e IMC < 30 kg/m<sup>2</sup> pela I Diretriz Brasileira de Diagnóstico e Tratamento da Síndrome Metabólica 2005 (NCEP – Programa Nacional de Educação em Colesterol - USA). (RESULTADOS) Verificou-se, com os resultados obtidos, que tanto a amostra de turnos alternados quanto a amostra de turno



diurno fixo apresentaram alterações de colesterol HDL, triglicérides, glicemia, pressão arterial diastólica, pressão sistólica e IMC. Mas a frequência de alteração dos valores metabólicos foi maior no esquema de trabalho de turnos alternados. Quanto aos parâmetros mais alterados neste grupo foram os triglicérides e o índice de massa corpórea; já no grupo de trabalhadores de esquema de trabalho de turno diurno fixo foram os triglicérides e o colesterol HDL.

(CONCLUSÃO) A partir dos resultados obtidos no tratamento dos dados, pode-se observar que os trabalhadores dos turnos alternados têm mais frequências alteradas dos dados metabólicos do que os valores coletados dos trabalhadores do turno diurno fixo. Podemos concluir então que os trabalhadores submetidos a horários de trabalho irregular, ou seja, de esquema de turnos alternados, possuem seus valores metabólicos, sinais vitais e índice de Massa Corpórea indesejados pela I Diretriz Brasileira de Diagnóstico e Tratamento da Síndrome Metabólica o que pode acarretar em problemas de saúde, como diabetes, distúrbios do sono, mellitus, hipertensão arterial, obesidade, hipercolesterolemia entre outras; prejudicando assim a ocorrência de uma vida saudável. Essa pesquisa irá ampliar o campo de conhecimento do psicólogo da saúde que trabalha com os aspectos psicológicos relacionados ao adoecimento por investigar parâmetros metabólicos que podem, quando alterados, afetar a vida biopsíquica do indivíduo assim como auxiliar também o psicólogo organizacional que visa a qualidade de vida dos funcionários da empresa para a qual trabalha.

**Palavras-chaves:** esquemas de trabalho em turnos, alterações metabólicas, Consequências das alteração metabólicas

**Atividade: A Psicologia e a atenção psicossocial: impasses paradigmáticos no Centro de Atenção Psicossocial do Município de Paracambi (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** A Psicologia e a atenção psicossocial: impasses paradigmáticos no Centro de Atenção Psicossocial do Município de Paracambi

**Autor(es):** Maristela Araujo

**Resumo:** O presente trabalho analisará os impasses existentes no município de Paracambi, quanto a mudança paradigmática: de cunho asilar para psicossocial, em função do mesmo contar com a presença do maior hospício da América Latina - a Casa de Saúde Dr. Eiras, desde 1963, quando foi fundada. Em agosto de 2000 ocorreu nesta instituição uma auditoria do Ministério da Saúde e desde então surgiram várias ações de reabilitação/reinserção social, com por exemplo, a criação de vinte e uma residências terapêuticas. Notamos, porém, a presença constante de uma cultura asilar, no uso exacerbado de psicofármacos e da "indústria do benefício do auxílio-doença". Os clientes do CAPS ad apresentavam, de início, uma demanda apenas por medicamentos. O trabalho que vem sendo desenvolvido tem como uma das propostas a desmedicalização. Há resistência por parte de usuários e de alguns profissionais que atuam na rede de assistência, tendo sido dito que a melhor metodologia para dependentes de drogas era a internação baseada no Modelo Minnesotta. Metodologia: pesquisa qualitativa, com análise de discurso e levantamento quantitativo dos medicamentos usados ao chegarem e durante atendimento no CAPS ad. A pesquisa de campo contará com entrevistas semi-estruturadas com 10 usuários do serviço, que apresentam maior adesão ao tratamento. Analisaremos se existe hoje alguma mudança de posição subjetiva – de doente para sujeito. Nosso objetivo é analisar se tal dispositivo de saúde mental vem conseguindo ou não produzir uma mudança paradigmática, que leve em conta o saber popular. Como percebemos a existência de um discurso e de uma prática marcados pelo uso de medicamentos, pela noção de doença e da internação como modelo assistencial, também entrevistaremos 10 profissionais da rede de atenção psicossocial. Para desenvolvermos a pesquisa apoiaremos-nos em categorias desenvolvidas por Paulo Amarante e Abílio Costa-Rosa e na tese de doutorado da autora ("A desinstitucionalização da clínica na reforma psiquiátrica: um estudo sobre CAPS ad"). O conceito de paradigma será usado pela sua capacidade de produzir movimento e não se cristalizar como padrão teórico-técnico instituído. Para delimitarmos os paradigmas que sustentam as práticas em saúde mental, partiremos dos elementos que os compõem, criando uma unidade jurídico-ideológica e teórico-técnica de ação sobre o campo. Utilizaremos os seguintes analisadores,

inspirados em Amarante (2001) e Costa-Rosa (2000): tipos de objeto, elementos teórico-técnicos que compõem a prática, modos de organização dos dispositivos institucionais e qual a ética que se constrói, a partir dos elementos jurídicos, teórico-técnicos e ideológicos. Queremos, com isso, perceber se as práticas no município de Paracambi se baseiam em uma lógica asilar ou em uma lógica psicossocial, sabendo-se que não são os dispositivos, em si, que vão determinar essas lógicas. O que entra em cena no campo da saúde mental é a postura do profissional frente ao questionamento dos determinantes do sofrimento em questão. Pensando que desospitalização, desmedicalização e implicação subjetiva e sociocultural são metas próprias ao modo psicossocial, por oposição a hospitalização, medicalização e objetificação, que são elementos componentes deste parâmetro no paradigma asilar, é que propomos o referido estudo. Apesar de todas os esforços de transformação e de transformações efetivas no campo político-ideológico e das várias inovações teórico-técnicas efetivadas para superar o modo asilar, há, ainda hoje, em nosso meio, dominância do modo asilar. Vivemos um momento interparadigmático e corremos o risco de homogeneização do campo se pensarmos na hegemonia dos caps, além do risco de se criar uma rede onde práticas que se baseiam em objetos diferentes são incluídas como rede de cuidados psicossociais. Não é possível, por exemplo, chamar uma prática baseada no modelo Minnesota de cuidado psicossocial, pois o modo psicossocial leva em consideração os fatores políticos e biopsicosocioculturais como determinantes, e não apenas de forma genérica. A ênfase em cada um desses fatores se dá determinada por uma problemática particular. Para tanto, seus meios serão psicoterapias, laborterapias, socioterapias e diversos dispositivos de reintegração sociocultural, como as cooperativas de trabalho, além da utilização de medicação. No modo psicossocial o que está pensado como objetivo da assistência é um reposicionamento do sujeito de tal modo que ele, em vez de apenas sofrer os efeitos de seus conflitos, passe a se reconhecer também como um dos agentes implicados tanto nesse sofrimento quanto na possibilidade de mudanças. Essa implicação subjetiva é uma das mudanças básicas dos meios de tratamento do modo psicossocial em relação aos meios típicos do modo asilar. Mediante o descrito, propomos uma avaliação da prática do CAPS ad de Paracambi, no sentido de um de seus objetivos primeiros: a sustentação de uma clínica que promova “desterritorializações subjetivas”.

**Palavras-chaves:** CAPS ad, Paradigma Psicossocial, Paradigma asilar, Desmedicalização, Cultura Asilar

**Atividade:** UM OLHAR WINNICOTIANO SOBRE O MÉTODO MÃE – CANGURU (Paineis)

**Trabalho:** UM OLHAR WINNICOTIANO SOBRE O MÉTODO MÃE – CANGURU

**Autor(es):** Maria das Graças Victor

**Resumo:** OBJETIVO - Analisar a relevância da construção do vínculo da díade mãe-bebê a partir do método Mãe-canguru, no desenvolvimento afetivo-emocional nas relações objetais em bebês prematuros, compreendendo os medos, dificuldades nos cuidados da maternagem, e o papel do psicólogo como suporte desta relação, objetivando fortalecer as relações mãe-bebê e os vínculos afetivos, fundamentais ao equilíbrio psicológico de ambos. METODOLOGIA: Mediante entrevista com psicólogo responsável por este trabalho, em um Hospital Público da Cidade do Recife (IMIP), utilizando-se questionário/formulário, coletou-se informações sobre a estrutura e funcionamento deste setor; medos maternos quanto a vida do bebê; dificuldades das mães no cuidado com os mesmos; e como psicólogo oferece suporte e media as relações com a equipe médica no referido serviço. Os dados coletados foram analisados a partir de recortes da entrevista tendo como referência categorias analíticas acima referidas, tomando como base elementos conceituais (MARTINS FILHO, 1996), (VASCONCELOS, 2006), (WINNICOTT, 2006), entre outros. RESULTADOS: Verificou-se que o fortalecimento do vínculo afetivo na relação mãe – bebê produz benefícios que vão além do aleitamento e do ganho de peso. É a permanência da mãe junto ao bebê, fazendo com que esta consiga entender e captar as peculiaridades do seu filho, à medida que a função materna é apresentada não apenas como o seio, mas o próprio corpo/pele com inteira disponibilidade para o bebê, e que favorece uma não ruptura desta relação, provocando uma recuperação eficiente destes bebês como indicam pesquisas na área. Quanto aos cuidados específicos, que envolvem, além da mãe, uma equipe interdisciplinar onde

o psicólogo, como mediador entre mãe, família e equipe médica, exerce papel importante a partir de suas intervenções, segundo dados da pesquisa: com a própria mãe, escutando suas angústias, medos de perder o filho, de não saber cuidar deste e não aceitá-lo por ter em mente em bebê idealizado, dúvidas quanto a sua sobrevivência e insegurança quanto a este estado de coisas, que. O apoio psicológico possibilita a superação destas dificuldades e produzindo, segurança e uma construção permanente do vínculo mãe-filho. Por fim o suporte institucional que possibilita os meios para que a mãe não se desvincule do bebê. **CONCLUSÕES:**

Comprovou-se que o método Mãe – canguru é eficiente na recuperação e desenvolvimento destas crianças, à medida em que cuidados psicológicos e médicos fortalecendo emocionalmente a mãe possibilitam a vinculação psicossomática com o bebê. Portanto, entre os elementos conceituais de Winnicott: a manipulação do bebê (Handling) e a sustentação deste cuidado (Holding) por intermédio do contato com a pele da mãe, o bebê recebe estimulação total da sensibilidade cutânea e auditiva, ouvindo a voz, as batidas do coração, recebendo calor e afeto, o que constitui um conjunto de fatores que, simulando as condições intra-uterina, é fundamental para o desenvolvimento cerebral permitindo completar sua idade gestacional. Comprova-se a contribuição de Winnicott para o despertar questões psicoafetivas nos padrões interacionais no cotidiano das relações ente mãe / bebê, apontando para a ação humanizadora dos cuidados com os recém nascidos prematuros ou não. Prof<sup>a</sup>/ Orientadora: Maria das Graças Victor Silva - Curso de Psicologia - Fafire Orientandas: Melba Lizania Fernandes da Silva - Curso de Psicologia - Fafire Mirela Matos Correa de Oliveira - Curso de Psicologia - Fafire Natalia Maria P. Costa Albanez - Curso de Psicologia – Fafire Recife, 30 de janeiro de 2007.

**Palavras-chaves:** Método mãe canguru vinculo mãe bebê rel. objetais, Mãe Canguru afetividade, Vínculo

**Atividade: O comportamento e suas relações com o câncer. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** O comportamento e suas relações com o câncer.

**Autor(es):** Sílvia Aparecida Fornazari, Renatha El Rafihi Ferreira

**Resumo:** O câncer é um problema público de saúde, segunda causa de mortalidade no Brasil. Muitos estudos sobre fatores emocionais e suas relações com esta patologia vem sendo desenvolvidos, todos considerando o ser humano como um ser biopsicossocial e dando relevância às variáveis que podem interferir no surgimento e/ou agravamento da doença. A abordagem utilizada neste trabalho é a Análise do Comportamento, que através da análise de contingências contribui imensamente para o assunto em questão. O câncer ainda hoje é carregado de estigmas sendo visto como sinônimo de morte e resignação. Essas contingências podem criar barreiras à sua prevenção. A pesquisa analisa como tais contingências se inter-relacionaram na vivência de pessoas com câncer, investigando a influência de comportamentos encobertos sobre este. Dez pacientes oncológicos, de duas instituições especializadas, com idades em torno de 35 a 55 anos, englobando um nível socioeconômico diversificado, são participantes da pesquisa. A coleta de dados se dá através de entrevistas, que são realizadas com base em um roteiro preestabelecido e gravadas. Para a análise dos dados são considerados o conteúdo do discurso, as contingências recorrentes e a funcionalidade dos comportamentos encobertos intra e inter participantes. Os resultados são analisados de acordo com os estudos já realizados sobre o tema e a partir dos referenciais teóricos da psicologia comportamental. Atualmente existem muitos estudos e pesquisas comprovando alguns fatores psicossociais como elementos que favorecem o desenvolvimento do câncer. Segundo Gimenes (1994), citado por Martins (2001) são fatores psicossociais de risco: estilo de vida nocivo, padrões comportamentais (preocupação e doação excessiva aos outros em detrimento de si mesmo, falta de assertividade, timidez, dificuldades de relacionamento interpessoal e de expressar sentimentos), histórias de vida marcadas por fracassos, desesperança, desânimo, desamparo aprendido, vivência de situações traumáticas e de perdas e estresse. Tais fatores podem favorecer o desencadeamento da doença orgânica, funcionando como fatores estressantes que contribuem para o agravamento

ou surgimento desta. Na presente pesquisa, algumas entrevistas já realizadas relataram diversas contingências relacionadas a: estresses vividos; perdas significativas; relacionamentos sociais e afetivos; comportamentos encobertos de sentir e pensar; e estilo de vida considerando aspectos socioculturais, que em alguns aspectos se diferenciam e em outros se assemelham. A caracterização da amostra consiste em dados referentes à idade dos participantes, sexo, escolaridade, antecedentes familiares, tipo de câncer e tempo de diagnóstico. Esses elementos, como também, os dados de qualidade de vida (fumo, bebida alcoólica, alimentação, exercício físico e sono) contribuem como fatores fundamentais na análise das hipóteses como também na investigação em questão. Por se tratar de pacientes adultos, já passaram por contingências de vida, as quais buscamos investigar possíveis influências que pudessem desencadear ou agravar o câncer. A escolaridade aponta para uma diversidade de níveis, o que pode indicar que fatores psicossociais de risco podem estar presentes em várias classes sociais. Os dados apresentados subsidiam a continuidade da análise que está sendo realizada, com relação ao relato verbal levantado nas entrevistas com os participantes. A análise se dará, considerando os três temas que se constituem no tripé deste trabalho: Contingências recorrentes, análise funcional e comportamentos encobertos. Categorias específicas serão consideradas para cada tema e tendo como base o próprio relato de cada participante. A pesquisa nos fornece indícios que relacionam a neoplasia com fatores comportamentais e sentimentos encobertos, fazendo-nos refletir sobre a possibilidade de que tais comportamentos encobertos de sentir e pensar possam influenciar no surgimento ou agravamento do câncer. O estudo ainda traz uma contribuição no sentido de informação e conhecimento válidos para propostas preventivas.

**Palavras-chaves:** Psicologia da Saúde, Análise do comportamento, câncer, análise de contingências, comportamento

**Atividade: A abordagem da Crise na Psicose (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** A abordagem da Crise na Psicose

**Autor(es):** Fernanda Blanco Vidal, Monica Machado de Matos, Marcus Vinicius de Oliveira Silva

**Resumo:** A proposta desta apresentação é, por meio do relato das vivências destas autoras no PIC (Programa de Intensificação de Cuidados), contribuir para uma melhor compreensão acerca da abordagem da crise na psicose através da análise do acompanhamento de um paciente do programa nos últimos 8 meses. A partir do relato de algumas situações vividas como estagiárias do PIC e de referenciais teóricos que embasam esta prática, pretende-se justificar algumas abordagens e contestar outras. A experiência com o caso que aqui será discutido, levantou questões acerca das formas de abordagem da crise em sujeitos psicóticos. Para tal, faz-se importante apresentar, brevemente, a proposta de ação deste programa, visto que, para nós, constitui-se como uma referência importante no cuidado com pacientes psicóticos, e mais especificamente, no trato com situações de Crise. O PIC é um programa ligado à Saúde Mental que atende cerca de 30 pacientes psicóticos e foi organizado através de uma parceria entre a Universidade Federal da Bahia, a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e o Hospital Especializado Mario Leal. Consideramos o relato da proposta de ação deste programa fundamental, visto que, para nós, constitui-se como uma referência importante no cuidado com pacientes psicóticos, e mais especificamente, no trato com situações de Crise. O Programa de Intensificação de Cuidados, em conformidade com as diretrizes da Reforma Psiquiátrica, tem como principal objetivo promover a qualidade de vida de pessoas com transtorno mental, especificamente a psicose, por meio do cuidado intensivo e do desenvolvimento das redes sociais de apoio. Nesse sentido, a atenção é dirigida para os diversos âmbitos da vida dos sujeitos, visando a (re)significação subjetiva, o reconhecimento da alteridade, a construção e o fortalecimento de vínculos sociais, a inclusão - na cultura, na escola, no trabalho, nos espaços da cidade, etc. - a responsabilização da família, comunidade e instituições, e outros, no cuidado a essas pessoas, de modo a produzir a descoberta de novas possibilidades de vida e, acima de tudo, a efetivação dos direitos humanos. A prática dessa forma de cuidar integral, como aponta

Silva (s/d, a), é possível através da noção de Intensificação de Cuidados, definida por ele como: “Um conjunto de procedimentos terapêuticos e sociais direcionados ao indivíduo e/ou ao seu grupo social mais próximo, visando o fortalecimento dos vínculos e a potencialização das redes sociais de sua relação, bem como o estabelecimento destas nos casos de desfiliação ou forte precarização dos vínculos que lhes dão sustentação na sociedade” (s/d, p.01). Nessa proposta, a intensificação de cuidados se efetiva através do Acompanhamento Terapêutico, onde o estabelecimento do Vínculo acompanhante-usuário é o recurso básico, por meio do qual este último pode “desenvolver e/ou (r)estabelecer funções psíquicas que na sua história de vida ficaram comprometidas” (BARRETO, 1998, p.43). Nesse sentido, considerando o redirecionamento da atenção à saúde mental e a ampliação da oferta de serviços, é pertinente indagar de que modo, na atual conjuntura, a Crise vem sendo abordada. Quais são os recursos acionados? Lança-se mão de mecanismos terapêuticos flexíveis que estejam em consonância com as propostas de uma Clínica Integral, ou ainda se reproduz modos de intervenção descontextualizados e segregadores? Na tentativa de responder tais questionamentos, serão trazidas as vivências de estágio e a abordagem realizada durante cerca de 60 dias de crise de um paciente com longo histórico de internações, na qual, por meio do contato direto com o sujeito e seu cotidiano, por meio do trânsito na sua família, na sua comunidade e nas redes sociais de suporte tentou-se possibilitar uma saída a este complexo momento não foi feita por meio da segregação.

**Palavras-chaves:** Crise na Psicose, Intensificação de Cuidados, Vínculo, Redes Sociais

**Atividade: Um estudo sobre o coping em adolescentes (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Um estudo sobre o coping em adolescentes

**Autor(es):** Kênia da Luz Souza, Helenides Mendonça, Daniela Sacramento Zanini

**Resumo:** A adolescência configura-se como um momento de transformações de cunho social, fisiológico e psicológico fundamentais para o desenvolvimento do jovem (Aberastury & Knobel, 1981). Diante destas situações, que ocasionalmente podem ser consideradas estressantes, o adolescente portar-se de diversos modos, obtendo ou não uma adaptação satisfatória diante do ocorrido (Zanini, 2003). Para tanto, a Psicologia propõe-se a estudar o presente fato norteado pela teoria do coping - considerado como comportamentos ou estratégias cognitivas utilizadas para enfrentar problemas que são avaliados como excedentes aos recursos internos e/ou externos dos sujeitos (Folkman & Moskowitz, 2004; Antoniazzi, Dell'Aglio & Bandeira, 1998, Lazarus & Folkman, 1984). Lazarus e Folkman (1984) realizam uma classificação destas estratégias que se orienta segundo a função do esforço despendido. Denomina-se coping focado na emoção (ou evitativo) caso o empenho seja destinado a administrar emoções negativas advindas de uma situação estressante. Por outro lado, recebe o nome coping focado no problema (ou aproximativo) se o esforço gasto tem a função de modificar o elemento estressor. Pesquisas afins apontam para a necessidade de realizar um delineamento teórico-metodológico mais consistente, principalmente em populações latinas onde o estudo sobre o tema é escasso (Compas, 1987; Zanini, 2003). Destarte, a pesquisa, logo apresentada, teve como um de seus objetivos investigar as estratégias de enfrentamento utilizadas pelos adolescentes goianienses. Participaram deste estudo 119 adolescentes – com idade média de 15 anos – de uma escola pública da cidade de Goiânia-GO. O instrumento utilizado foi o Coping Response Inventory – Youth Form (CRI – Y) desenvolvido por Moos (1993). Este instrumento possui consistência interna variando entre 0,68 a 0,72. Ele foi escolhido devido a sua representatividade nas teorias do coping, assim como pela sua estrutura que permite analisar a influência das variáveis da apreciação do problema com a eleição do uso das estratégias (Zanini, 2003). Moos (1993) categoriza neste instrumento 8 (oito) estratégias de coping, que foram estabelecidas considerando a interação entre o foco (aproximativo ou evitativo) e o método (constituído por respostas cognitivas e comportamentais). As categorias apresentam-se como: análise lógica, reavaliação positiva, busca de apoio, resolução de problemas, evitação cognitiva,

aceitação/resignação, busca de gratificação alternativa e descarga emocional. A aplicação foi coletiva e realizada em salas de aula por dois instrutores. Os jovens eram informados que estariam participando de uma pesquisa de caráter acadêmico, com participação voluntária e anônima. Para análise dos dados utilizou-se o pacote estatístico SPSS 12.0 para Windows, onde se realizaram as seguintes análises: alpha de cronbach, média – com seus respectivos desvios padrões – e o teste “t” de Student. Referente à consistência interna dos fatores, ocorreu uma variação de 0,57 a 0,67. Tomados em conjunto, os resultados das médias demonstram que as estratégias de enfrentamento aos eventos estressantes estão hierarquicamente organizadas como apresentado a seguir: análise lógica (M= 1,56; d= 0,66), reavaliação positiva (M= 1,44; d= 0,70), evitação cognitiva (M= 1,44; d= 0,70), resolução de problemas (M= 1,44; d= 0,75), busca de gratificação (M= 1,37; d= 0,74), aceitação/resignação (M= 1,28; d= 0,76), descarga emocional (M= 1,19; d= 0,70) e busca de guia (M= 1,18; d= 0,72) - os itens da escala variam de: certamente não adotado como 0 a certamente sim, 3. A análise das diferenças de médias demonstrou que a única categoria que se apresenta significativamente dispar na adesão de meninos e meninas é a descarga emocional ( $t = -3,653$ ;  $p < 0,001$ ), o que significa que as meninas utilizam, para amenizar a tensão, mais estratégias comportamentais que expressam sentimentos negativos como: chorar, gritar, desabafar. Com relação às médias segundo o gênero, os resultados indicaram que os meninos utilizam em maior intensidade de estratégias ligadas à análise lógica (M= 1,47; d= 0,66) e posteriormente aquelas relacionadas à resolução de problemas (M= 1,42; d= 0,81). As categorias descarga emocional e busca de guia aparecem como sendo menos utilizadas por este grupo (M= 0,95, d= 0,66; M= 1,06, d= 0,72 respectivamente). Pode-se observar que a análise lógica também é a categoria de coping mais utilizadas pelas meninas, seguida da reavaliação positiva (M= 1,65, d= 0,67; M= 1,57, d= 0,67). Neste grupo as categorias aceitação/resignação (M= 1,36, d= 0,72) e busca de gratificação (M= 1,38; d= 0,71) são as de menor utilização. Diante destes resultados pode-se concluir que ambos os sexos adotam, com maior frequência, uma postura de enfrentamento diante as situações estressantes; estratégias estas que, segundo Achenbach (1991), são consideradas de maior adaptabilidade e portam-se como mecanismos de defesa diante do desenvolvimento de condutas psicopatológicas. Entretanto, a predominância de tais condutas neste grupo configura-se como dissonante dos resultados encontrados na literatura estrangeira (Compas, Malcarne & Fondacaro, 1988; Zanini, 2003; Renk, 2003); fato que reforça a necessidade de realizar novas pesquisas na população brasileira com o intuito de confirmar ou refutar esta especificidade.

**Palavras-chaves:** Coping, Adolescência, Psicologia da saúde

**Atividade:** Auxiliar de necropsia; uma profissão de sofrimento?  
(Paineis)

**Trabalho:** Auxiliar de necropsia; uma profissão de sofrimento?

**Autor(es):** Alessandra Gracioso Tranquilli, Bianca Becker Lepikson, Bianca Sao Thiago Bezerra de Meneses, DORIS FERNANDES, Iarlis Neves Brandão, Stella Sarmento

**Resumo:** Auxiliar de necropsia; uma profissão de sofrimento? Mitos e verdades a respeito do sofrimento psíquico desses trabalhadores O presente trabalho é uma reflexão crítica nascida dos resultados de uma pesquisa realizada em 2005 com os trabalhadores do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues (IMLNR) da cidade de Salvador-Ba. A pesquisa procurou delimitar se havia sofrimento psíquico causado pela natureza do trabalho desempenhado por esses profissionais. A hipótese inicial de que esses trabalhadores sofrem, foi baseada na representação social que a profissão possui. Essa representação está ligada à tabus sociais como a morte e a manipulação de corpos, geradores do estigma de sofrimento desse trabalho. O objetivo da pesquisa foi verificar se havia sofrimento relacionado ao trabalho entre os auxiliares de necropsia do IMLNR, analisando o impacto que esta função tem sobre suas vidas. Buscou-se analisar criticamente os

resultados da pesquisa já mencionada, evidenciando a relevância do viés do pesquisador, que vai desde a delimitação do problema à análise dos resultados. A pesquisa contou com a participação de oito sujeitos, de uma população de nove, todos do sexo masculino. Foi utilizada uma abordagem combinada através de entrevistas semi-estruturadas; do Questionário de Saúde Geral (QSG) de 12 itens de Goldberg, na versão estudada por Argolo e Borges (2002), e da Escala de Eventos Vitais (SAVOIA, 1999). Concluiu-se a partir dos resultados da pesquisa, que não há sofrimento generalizado como consequência da natureza do trabalho realizado pelos auxiliares de necropsia do IMLNR, refutando assim, a hipótese inicial. Ao serem infirmadas praticamente todas as hipóteses, os pesquisadores se depararam com a relevância do viés do pesquisador que tende a influenciar seus trabalhos, tanto em relação a escolha do objeto a ser estudado, quanto ao próprio andamento da pesquisa e análise dos resultados. Ao levantar hipótese de que o trabalho com cadáveres era necessariamente aversivo a ponto de gerar sofrimento generalizado entre aqueles sujeitos, caiu-se na mesma estigmatização que a sociedade tem para com esses trabalhadores - de que seu trabalho é indigno e aversivo, de tal maneira que não lhes resta outra alternativa a não ser sofrer. Numa situação como esta em que nada do que foi afirmado inicialmente pôde ser confirmado com segurança, cabe ao pesquisador um exercício de humildade para poder separar o que era uma proposta de investigação científica, dos valores e preconceitos que buscavam serem confirmados pelos dados de uma pesquisa acadêmica. Vale ressaltar, a importância do pesquisador estar atento para as possíveis tendências de se manipular a pesquisa como um todo, tendências estas, encobertas e legitimadas por um determinado referencial teórico. Servindo de ponto de partida e de chegada da pesquisa, muitas vezes, para além de uma motivação inicial em busca do objeto, o referencial teórico torna-se um fim que será confirmado pelos dados coletados. Resultando assim num erro metodológico, capaz de invalidar a pesquisa por produzir conhecimentos engessados dentro de uma teoria, ou determinada verdade científica.

**Palavras-chaves:** sofrimento, trabalho, viés do pesquisador

**Atividade:** Grupo Terapêutico para Obesidade infanto-juvenil na Abordagem Cognitivo-comportamental: um Relato de Experiência (Paineis)

**Trabalho:** Grupo Terapêutico para Obesidade infanto-juvenil na Abordagem Cognitivo-comportamental: um Relato de Experiência

**Autor(es):** Larissa Mascarenhas Souza, MÔNICA DE AGUIAR HORTA MORGADO, Neuciane Gomes da Silva, JOANNA DE ANGELIS COSTA BARROS, PRYSCILA ARAÚJO DE GOES

**Resumo:** Como parte de um projeto de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte chamado 'Atendimento na abordagem cognitivo-comportamental', foi elaborado um grupo psicoterapêutico para problemas de obesidade em crianças e adolescentes – o PEPOCAS. Também faziam parte deste mesmo projeto outros três grupos terapêuticos para pessoas com transtorno do pânico, ansiedade social e estresse excessivo. Este trabalho se trata da experiência vivenciada na elaboração e execução do grupo terapêutico sobre obesidade infanto-juvenil. Sendo assim, o referido projeto de extensão foi criado com vistas a expandir o conhecimento acerca da TCC, bem como sua utilização, e solidificar experiências práticas de alunos e psicólogos nessa abordagem. Além disso, sabe-se que na atualidade a obesidade é um dos mais graves problemas de saúde pública do mundo. Segundo a Organização Mundial de Saúde, mais de 15% da população infanto-juvenil do Brasil – aproximadamente quinze milhões de crianças e jovens - apresenta peso corporal em excesso. Associada a doenças como diabetes e hipertensão, as pessoas obesas podem apresentar sofrimento, depressão e comportamento de esquivia social, que prejudicam sua qualidade de vida. Somado às dificuldades que a obesidade já traz para a vida de uma pessoa, a entrada na adolescência é uma etapa que apresenta profundas transformações no processo de crescimento e desenvolvimento, afetando

aspectos sociais, físicos e psico-emocionais do sujeito. Desse modo, a obesidade se torna mais problemática quando surge ou se agrava nessa fase. Assim, foi feita uma revisão bibliográfica acerca do surgimento, desenvolvimento e aplicações da psicoterapia cognitivo-comportamental, atendimento individual e de grupo, da Obesidade infanto-juvenil e temas relacionados. Para a formação do grupo, foram feitos os seguintes procedimentos: 1) divulgação da proposta no Rádio e na TV Universitária, e em clínicas médicas da cidade; 2) realização de entrevistas para formação dos grupos; 3) início dos grupos em Agosto de 2006. As atividades no grupo psicoterápico baseavam-se no referencial teórico - prático da Terapia Cognitivo-comportamental e tinham como objetivo: a conscientização dos sujeitos e mudanças para hábitos e estilo de vida mais saudáveis; mudanças cognitivas e comportamentais que conduzam ao emagrecimento; identificar as cognições e comportamentos disfuncionais, substituindo-os por outros mais adaptativos; e o desenvolvimento de habilidades sociais. Para isso, foram realizadas dinâmicas vivenciais em grupo; discussões de temas relacionados à Obesidade, Nutrição e comportamento; formas de trabalhar em grupo condutas e estratégias de enfrentamento e auto-controle do comportamento alimentar; e treino de habilidades sociais. Além dos encontros com as crianças e adolescentes, foi realizado um encontro com pais. Foram realizados 16 encontros semanais, de 2h de duração, com o grupo de crianças e adolescentes entre as idades de 9 a 14 anos, no Serviço de Psicologia Aplicada da UFRN, conduzidos por uma dupla de graduandas em Psicologia, sendo dois desses encontros realizados em parceria com duas graduandas do curso de Nutrição da mesma universidade. Inicialmente, o grupo constava de 10 jovens, sendo que ao seu término, em Dezembro, constavam 5 pessoas. Nos encontros com os jovens, foram trabalhados temas como: conhecendo o Modelo Cognitivo (pensamento, sentimento e comportamento); o que é obesidade e suas complicações; expressão corporal, facial e comunicação dos sentimentos; Conhecendo a Pirâmide Alimentar; transtornos alimentares: anorexia e bulimia; padrão de beleza e sociedade; o que é saúde para você?; a influência da mídia na alimentação através de filmes; dietas da moda; perda de massa: de quem é a responsabilidade?. Foi constatado durante os encontros um aumento da integração entre os participantes do grupo; maior participação dos jovens nas atividades realizadas; maior tomada de responsabilidade dos integrantes acerca de sua postura diante das ações visando perda de massa corporal; postura mais ativa/assertiva diante da resolução de problemas entre integrantes dentro e fora do grupo; maior consciência acerca do próprio comportamento alimentar. Mesmo a limitação no número de encontros, que ocorreram ao longo de cinco meses – quando o recomendável em grupos para obesidade é de um ano – os participantes relataram como mudança ocorrida após a participação no grupo sentir-se bem consigo mesmo e mais feliz; se exercitar mais; mastigar melhor os alimentos. A partir dos resultados, considera-se que a abordagem cognitivo-comportamental tem muito a contribuir positivamente na melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes com obesidade, podendo ser aplicada independente da classe econômica e do nível de escolaridade. E que ainda são poucos os estudos que abranjam as consequências sociais, psicológicas e emocionais da obesidade infanto-juvenil, e possíveis tratamentos.

**Palavras-chaves:** obesidade infanto-juvenil, grupo terapêutico, psicoterapia cognitivo-comportamental

**Atividade: Arte: Espelho do Indivíduo (Paineis)**

**Trabalho:** "Arte: Espelho do Indivíduo"

**Autor(es):** Eveline Soares Bernardino, Katarine Viana Nóbrega, Camila Pereira Abath Ataliba, Clara Camila da Silva Carvalho, André Luís Leite F. Sales, Flávio Fernandes Fontes

**Resumo:** Esse trabalho visa relatar a experiência do projeto nomeado "Arte: Espelho do



Indivíduo", desenvolvido por estudantes de psicologia da UFRN em duas enfermarias masculinas do Hospital Psiquiátrico Dr. João Machado, em Natal, RN. O projeto foi realizado em um período aproximadamente de um semestre e passou por várias etapas. O primeiro momento foi destinado ao conhecimento da rotina do Hospital, da equipe e dos pacientes no período da manhã. Em um momento posterior, por intermédio de uma supervisora/responsável, a equipe de estudantes foi se encaixando nas atividades desenvolvidas, para melhor absorver a dinâmica de cada enfermaria. Além disso, momentos semanais de supervisão, em que a equipe multidisciplinar se reunia, se apresentavam como ricas fontes de informações de como estava se dando a evolução de cada paciente. Após essa visão geral do funcionamento acerca do desenvolvimento das atividades na instituição, analisaram-se as possibilidades que poderiam ser trabalhadas e traçou-se um projeto que se propôs a organizar um espaço no qual o grupo de pacientes, das enfermarias escolhidas, pudesse criar narrativas e ilustrá-las utilizando materiais artísticos. O objetivo é oferecer uma atividade agradável na qual os pacientes possam se expressar, ocupando-se na construção de algo significativo. Uma vez que a arte possui a capacidade de transmitir e expressar sentimentos e sensações, é possível observar, aprender e tirar conclusões (combinadas com entrevistas) acerca do comportamento e das produções feitas que contribuem na compreensão da personalidade e da psicopatologia, além de auxiliar na superação do surto. Após as reuniões para a união das produções dos pacientes e relatos das vivências de cada componente, nas suas devidas enfermarias, juntamente com ajuda da supervisão, ficou evidente que a) o conteúdo das narrativas refletia muito do cotidiano e da história de vida dos pacientes; b) mesmo em pacientes muito debilitados, há áreas capazes de produzir; c) alta frequência de apresentação da dificuldade para lidar com o caráter abstrato das histórias. Durante esse percurso ainda, percebeu-se ganhos extras, a existência de um espaço de troca com a comunidade geral do hospital. Os membros da equipe se mobilizaram numa participação ativa, através da elaboração de cordéis inspirados nas histórias de vida dos pacientes do Hospital Dr. João Machado. Por fim, as repostas obtidas durante esse percurso fez com que os autores refletissem que o aumento do número de atividades fornecido pela equipe terapêutica deveria ser visto como um componente importantíssimo para a recuperação dos enfermos, dado que, se associado com a ação farmacológica eficaz, poderá colocar em funcionamento várias áreas de um indivíduo, reabilitando-o e possibilitando sua reintegração psíquica e social.

**Palavras-chaves:** arte, psicopatologia, recuperação

**Atividade: Vínculo dos Adolescentes com os Serviços de Saúde da Atenção Básica: o papel do/da Agente Comunitário/a de Saúde (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Vínculo dos Adolescentes com os Serviços de Saúde da Atenção Básica: o papel do/da Agente Comunitário/a de Saúde

**Autor(es):** Luciana Melo Souza Leao, Ana Roberta Gomes Oliveira, Mariana Azevedo de Andrade Ferreira, Jorge Lyra

**Resumo:** Introdução. Para compreender a importância e a possibilidade de impacto das ações e serviços em Saúde destinados aos adolescentes é fundamental considerar suas principais demandas de saúde, de maneira que as ações oferecidas se adequem à realidade local – individual e coletiva – dos principais interessados. Assim, questões relativas à Sexualidade e aos Direitos Reprodutivos podem ser consideradas significativas no bojo de suas necessidades específicas - em especial, as ações voltadas à prevenção em DST/Aids; gravidez (maternidade/paternidade); aborto; contracepção e abuso/violência sexual. Objetivo. Avaliar a implementação da Política Pública de Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos voltada para os adolescentes, no processo de consolidação dos Serviços de Saúde da Atenção Básica do Recife. Metodologia. Além da análise de documentos que formam o marco teórico da política nacional e municipal de Atenção a Saúde do Adolescente, foram realizadas 14 entrevistas com gestores/as

municipais e profissionais de saúde, e três grupos focais com adolescentes entre 11 e 18 anos em três dos seis Distritos Sanitários em que se divide a cidade do Recife. Com isto, foi possível investigar sobre: as ações que são preconizadas no plano da política; o olhar dos/das gestores/as sobre as possibilidades e limitações de implementação dessas ações; o que vem sendo efetivado pelos/as profissionais de saúde no cotidiano dos serviços; as demandas e anseios dos próprios adolescentes. Resultados e Discussão. A atenção à Saúde do Adolescente tem se centrado no nível da promoção da saúde, através do desenvolvimento de ações educativas que buscam desde desenvolver noções básicas de higiene e saúde, até envolvê-los em ações de promoção de saúde e prevenção de endemias na comunidade. Contudo, tais ações têm sido fruto de iniciativas individuais ou de alguns grupos de profissionais que não contam com apoio financeiro sistemático para a realização de grupos, oficinas, passeios educativos etc. Nessa encruzilhada de interesses e possibilidades configura-se um cenário em que, diante de uma política ainda em fase de consolidação, o papel dos/das Agentes Comunitários/as de Saúde (ACS), tem sido crucial. Uma vez que são os/as representantes do SUS mais próximos/as da comunidade, o estabelecimento de um bom rapport com os/as adolescentes é um fator que pode ser decisivo para aproximá-los/las ou afastá-los/as do serviço. Dentre os aspectos da política pesquisada, chamou a atenção o fato de que aspectos subjetivos dos/das Agentes Comunitários/as de Saúde parecem interferir nas ações desenvolvidas, não apenas no que diz respeito a sua disponibilidade para a realização de grupos educativos com adolescentes, mas também à influência de convicções morais/religiosas podem comprometer o reconhecimento dos/das adolescentes como sujeitos de direitos. Essa situação fica evidente quando da indagação sobre temas polêmicos pertinentes à Sexualidade e Saúde Reprodutiva, tais como paternidade/maternidade na adolescência, atendimento individual dos/das adolescentes e uso da contracepção de emergência. O posicionamento dos/das Agentes a respeito desses temas parece interferir, positiva ou negativamente, nos comportamentos de busca (ou não) dos/das adolescentes pelos serviços de saúde. Não por acaso todas essas situações se refletem direta ou indiretamente na saúde sexual e reprodutiva desse público, que ainda é visto como uma parcela da população que, se tem uma vida sexual ativa, é devido a uma “precocidade” nas etapas da vida, encaradas de forma predominantemente negativa. Considerações Finais. O reconhecimento dos/das adolescentes como sujeitos de direitos, inclusive na esfera sexual e reprodutiva, parece ser um fato que influencia quanto à sua presença ou ausência nos serviços de saúde. Nesse sentido, a sensibilização dos/das Agentes Comunitários/as de Saúde para as questões pertinentes à Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos de adolescentes constitui-se importante estratégia em prol da efetivação do direito à saúde desta população. Além disso, tende a promover sua maior inserção nos serviços, e, conseqüentemente, maior efetividade da política avaliada.

**Palavras-chaves:** Serviços de Saúde, Agente Comunitário/a de Saúde, Adolescentes, Vínculo

**Atividade:** O PAPEL DO PSICÓLOGO NO CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO DE SAÚDE (Paineis)

**Trabalho:** O PAPEL DO PSICÓLOGO NO CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO DE SAÚDE

**Autor(es):** Mharianni Ciarlini de Sousa, Terezinha Teixeira Joca

**Resumo:** A ameaça representada por uma doença grave, como o diagnóstico de câncer, geralmente aproxima o homem da idéia de sua mortalidade, mesmo que o tabu sociocultural, especialmente relacionado à morte, costumeiramente o leve ao afastamento da consciência de sua própria finitude. Apesar da existência de muitas curas e remissões da doença, bem como dos avanços médicos em Oncologia, o câncer ainda carrega o estigma de doença fatal e de sentença de morte. O presente trabalho busca identificar a importância do papel do profissional de Psicologia dentro das instituições de saúde, especificamente nas unidades de tratamento oncológico da mulher. Sabe-se que o câncer de mama é a neoplasia maligna que mais acomete o sexo feminino, chegando a ser responsável por cerca de 20% das mortes por neoplasias entre as mulheres. O trabalho teve como base a metodologia qualitativa de pesquisa, realizando imersão no campo – uma instituição especializada no tratamento do câncer, na cidade Fortaleza-

Ce. A equipe de Psicologia e a direção administrativa da clínica foram contactadas, esclarecendo acerca do funcionamento e modos de atuação das equipes de profissionais, bem como dos serviços oferecidos à comunidade, como a Casa de Apoio. Foram feitas visitas e entrevistas semi-estruturadas com a equipe multiprofissional, discutindo as questões referentes ao tratamento e serviços oferecidos, realizando também o registro de todos os dados coletados que posteriormente foram analisados. Ficou claro que a equipe de saúde reconhece que o câncer de mama e seu tratamento tornam-se trauma psicológico considerável para a maioria das mulheres. Elas possuem sentimentos variados a respeito da imagem de sua feminilidade e seu corpo após a mastectomia, sentem-se envergonhadas, mutiladas e sexualmente repulsivas. Evitam as relações sexuais com seus parceiros, numa tentativa de poupar a rejeição que se torna iminente. A mastectomia ou cirurgia de retirada total da mama é considerada traumática pela maioria das mulheres, visto que ao danificar o seio, um símbolo de sensualidade, pode-se alterar a auto-imagem e acarretar problemas psicológicos, interferindo de forma negativa em suas relações intra e interpessoais. A ansiedade está presente em todas as etapas da vivência da doença. Detectou-se a importância do trabalho da equipe de Psicologia diante da necessidade de um contato prévio antes da paciente realizar a biopsia, posto que o contato com as pacientes após o laudo médico e a crise instalada, dificulta o atendimento. Observa-se que, muitas vezes, o papel que a Psicologia exerce dentro das instituições hospitalares, junto aos profissionais de outras áreas especificamente, é o de conscientizar estes profissionais acerca da mudança na visão que possuem do paciente; já que as preocupações permanecem, muitas vezes, voltadas para o tratamento e evolução da doença, e não para a pessoa como um todo. Visando cuidar e evitar as severas repercussões psicossociais da neoplasia na vida das mulheres vitimadas, considera-se de fundamental importância o tratamento conscientizador da equipe de suporte e atendimento para a promoção da saúde focada na qualidade de vida dessas mulheres. Portanto, percebe-se, por meio desse estudo, não apenas o importante papel da Psicologia também enquanto provedora de saúde, para os pacientes e para as demais áreas cuidadoras, mas vê-se a demanda de um trabalho realizado de modo interdisciplinar e uníssono para com o propósito da melhoria da qualidade de vida.

**Palavras-chaves:** Saúde, Papel do psicólogo, Oncologia, Instituição Hospitalar, Mastectomia

**Atividade:** “Você se pergunta: por que não pode ter?”  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** “Você se pergunta: por que não pode ter?” Aspectos psicológicos e sociais de mulheres no ambulatório de Abortamento Habitual, em uma Maternidade Pública de Salvador, BA.

**Autor(es):** Anamélia Lins e Silva Franco, Vívian Volkmer, Ive Guerreiro Covas, Olivia Lucia Nunes Costa

**Resumo:** Apesar das inúmeras reflexões sobre a redução do crescimento populacional brasileiro as discussões em torno do planejamento familiar colocam-no como uma ação insuficiente por parte do estado e um comportamento mau-sucedido entre muitos homens e mulheres em idade fértil. Este estudo trata de uma realidade aparentemente antagônica: mulheres/casais que engravidam inúmeras vezes e não conseguem sucesso com a gestação. Mulheres que se expõem à gravidez, engravidam mas não vivenciam a maternidade ou vivenciam mais frequentemente perdas. Este fenômeno é denominado na obstetrícia de abortamento habitual ou de repetição. Entende-se por abortamento habitual ou de repetição a perda espontânea e consecutiva de três ou mais gestações antes da vigésima semana de gestação (cinco meses completos) ou com peso fetal inferior a 500g. Segundo PASSOS et al (2001), o abortamento habitual ocorre em cerca de 0,5% a 3% dos casais em vida reprodutiva. Este estudo consiste na análise de entrevistas realizadas com mulheres usuárias de um ambulatório de abortamento de repetição. Buscou-se conhecer informações sócio-demográficas, aspectos da história de vida, a compreensão da maternidade, a história dos abortos ocorridos, a

estratégias de enfrentamento e, a expectativa com relação ao futuro. Foram entrevistadas 24 mulheres, a maioria entre 22-30 anos, com história de relacionamento estável em média há oito anos e tendo vivido até sete abortos consecutivos. Estas mulheres tinham no máximo nível médio de escolaridade e tinham como principal atividade tarefas domésticas. A partir das entrevistas pode-se afirmar que os abortos foram vividos com sofrimento, tristeza, desânimo chegando a relatos de alucinação e desejo de morte. Estes sentimentos não se restringem à mulher sendo observados nos companheiros e familiares. As razões para a ocorrência dos abortos em geral não são compreendidas pelas mulheres sendo em muitos casos justificados por credências e somente em duas histórias sendo explicado por fatores anatômicos. Com relação ao enfrentamento da situação este contou principalmente com o uso de estratégias emocionais associadas a religiosidade. O futuro das mulheres está condicionado ao nascimento do filho. Pode-se considerar forte influência social como fortalecedora dos desejos e comportamentos destas famílias. O significado da maternidade e das funções filiais são fortemente idealizados e mobilizadores de muitas expectativas. Assim, a vontade de ser mãe aparece enquanto a principal força propulsora para o comportamento de engravidar, constituindo-se enquanto um importante instrumento para o enfrentamento da situação crítica, que pode novamente levá-las ao fracasso. Associada a isso, a rede de apoio social apresenta sua relevância, favorecendo o enfrentamento da situação problema assim que ela ocorre, bem como, na possibilidade dela novamente se fazer presente. O significado que a figura materna possui para essas mulheres, construído não só por elementos sociais, mas possivelmente pela própria história de abortamento habitual, também se apresenta muito importante, pois acaba por influenciar a decisão e vontade de ser mãe, levando a mulher a tentar novamente a gravidez. Isso porque, a maternidade aparece idealizada, sendo a mãe a pessoa afetiva, amorosa, que possui a função de dedicar a sua vida na proteção e cuidados sobre o filho. Vida esta que parece só ter sentido quando, enfim, este desejo pela maternidade se cumprir. O futuro só pode ser vislumbrado com a presença do filho. Não há para esta projetos pessoais, como estudar, trabalhar – exceto em alguns poucos casos. O projeto pessoal está necessariamente vinculado com a vida de um outro ser que precisa nascer para tornar este possível.

**Palavras-chaves:** abortamento habitual, gravidez, enfrentamento

**Atividade: Percepções da relação entre o meio social e as Psicopatologias (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Percepções da relação entre o meio social e as Psicopatologias: Um estudo no CAPS II de Vitória da Conquista - Ba

**Autor(es):** Ana Paula dos Santos Moitinho, Lorena Alves Juliano, Sumaia Geisa Teixeira Coêlho, LUCIANA FREITAS MONTEIRO BONFIM, Wllysses José Marques Maciel, Roberta Graziela Silva Sampaio

**Resumo:** Introdução: No século XIX ocorre a consolidação do capitalismo, gerando condições sócio econômicas que terão íntimas relações com as formas contemporâneas do sofrimento psíquico. Assim surge um fenômeno psicológico que deve ser entendido como uma construção no nível individual do mundo simbólico que é social, o fenômeno deve ser visto como subjetividade concebida como algo que se constitui na relação com o mundo material e social. Nesta relação o “externo” (mundo social) impede e dificulta o pleno e livre desenvolvimento do mundo “interior” (psicológico) do indivíduo. No século seguinte foi criado um método patológico para compreender a psicologia normal através dos estudos dos fenômenos patológicos. Etimologicamente a palavra psicopatologia é de origem grega e quer dizer: psico se referindo ao psiquismo, “as coisas da alma”, pátho, significando passividade e sofrimento, e logia que vem de logos, o estudo, pensamento, razão, e se refere a ciências, no caso, ciência dos fenômenos patológicos do psiquismo. Sendo assim podemos, conceber a Psicopatologia como um ramo da

ciência que trata da natureza essencial da doença mental – suas causas, as mudanças estruturais e funcionais associadas a ela e suas formas de manifestação. Segundo Campbell (1986), em uma acepção mais ampla, psicopatologia pode ser definida como o conjunto de conhecimentos referentes ao adoecimento mental do ser humano. **Objetivos Gerais:** A presente pesquisa buscou identificar o perfil de usuário do CAPS II de Vitória da Conquista-Ba e o meio social ao qual está inserido. **Objetivo Específico:** Perceber a relação entre o meio social e o desenvolvimento das psicopatologias. **Método:** A pesquisa foi realizada através do levantamento de dados colhidos nos prontuários do CAPS II da cidade de Vitória da Conquista – BA. **Resultados e discussão:** Os resultados apontaram para um perfil de usuário do CAPS II, sendo 70% do sexo feminino e 30% do sexo masculino, com idade média entre 20 a 40 anos, sendo que o grau de escolaridade predominou entre Ensino fundamental Incompleto com 32% e Ensino Médio completo 23%. Referindo-se ao que tange a religiosidade mostrou-se que 43% dos usuários são da religião católica e 33% da religião evangélica protestante. Em relação à ocupação e/ou profissão; 49% dos usuários possuem uma profissão, 27% têm uma ocupação e os demais não possuem ou não citaram. O meio social dos usuários do CAPS II apontou que o maior número reside na zona oeste da cidade, caracterizada por ser uma área em vulnerabilidade social, com alto índices de desemprego e violência e práticas ilícitas (narcotráfico e prostituição). **Conclusões:** A partir dos estudos realizados percebemos que apesar de algumas psicopatologias se desenvolverem por causas biológicas e hereditárias, o ambiente pode propiciar o surgimento destas. Sendo assim entendemos que se faz necessário para a prevenção em saúde mental a atuação dos psicólogos na Saúde Pública.

**Palavras-chaves:** CAPS, Psicopatologias, Meio Social

**Atividade: A Reforma Psiquiátrica na perspectiva dos trabalhadores de CAPS, no município de Goiânia (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** A Reforma Psiquiátrica na Perspectiva dos Trabalhadores de CAPS, no município de Goiânia

**Autor(es):** Rosana Carneiro Tavares, Sônia Margarida Gomes Sousa

**Resumo:** A Reforma Psiquiátrica busca uma inversão do modelo assistencial, de modo a transformar o foco da atenção à saúde mental, passando de uma atenção direcionada ao modelo hospitalar e/ou asilar para uma atenção de viés psicossocial. Nesta luta pela inversão do modelo, o caminho percorrido assinala alterações significativas na atenção, ao mesmo tempo em que delinea embates e aponta entraves para a fluidez das transformações exigidas. A superação do modelo biológico de atenção ao portador de sofrimento psíquico e o estabelecimento de práticas psicossociais traz ações conflituosas, que se constituem um desafio aos gestores e trabalhadores na apropriação do modo psicossocial de atenção à saúde mental, como um método que supere a tradição técnica biológica e, ao mesmo tempo, não gere espontaneísmo. Ações que se baseiam em ampla compreensão do problema, que vão além do foco nos aspectos biológicos e que tragam à tona a inserção social do sujeito e a ampliação de sua autonomia, transportam os cuidados em saúde para além do modelo médico e fazem surgir, como conseqüências, as contradições inerentes às especificidades das categorias profissionais. Em todo o Brasil, a Reforma Psiquiátrica tem buscado uma transformação que se traduz na construção de um novo espaço para o sofrimento psíquico, porém, mais do que estabelecer um lócus diferente para o sujeito que sofre, sugere uma nova construção de relação entre sujeitos, que, talvez, exija uma revolução histórico-social. A qual já foi marcada pelo desenvolvimento das políticas públicas e hoje traz um novo desafio: um posicionamento e ação social que sejam coerentes com os princípios da Reforma, principalmente entre os trabalhadores de saúde mental. A partir de mobilizações sociais, que exigiam um novo modelo de atenção à saúde da população, a legislação brasileira foi se modificando na tentativa de se adequar a essa demanda, mas, somente o aparato jurídico não garantiu a transformação do modelo. Iniciada no movimento social, a Reforma encontra-se hoje no dilema de construir uma prática e de estabelecer relações e processos de trabalho condizentes com o seu formato em sua gênese. No âmbito da Reforma

Psiquiátrica, no Brasil, vários serviços existem na contraposição da lógica de serviços de saúde, de especializações encaminhamentos e hospitalização. E os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são espaços de construção dessa prática que se quer democrática e cidadã, ao mesmo tempo em que efetiva e competente; que se quer não institucionalizada, ao mesmo tempo em que instituída em uma rede de serviços; que se quer substitutiva, mas pode arriscar-se a uma construção de atenção à saúde mental que se alicerça em práticas alternativas e apragmáticas. O modelo CAPS encontra-se em processo de edificação e exige transformações de agir, de trocas interdisciplinares e de estabelecimento de novas práticas, porém estas podem encontrar barreiras no discurso ideológico presente no arcabouço das categorias profissionais e das instituições que elas representam. Diante do exposto, pode-se afirmar que o desafio de superar a tradição técnico-biológica, proposto pela Reforma, exige uma abertura para contraturalidades, na equipe de trabalhadores de CAPS, que possibilite a atuação interdisciplinar, sem que esta represente um abandono de seu saber específico. Compreender em que alicerces essas relações se dão, observando-se a transformação do movimento social em política e desta em execução é o objetivo do presente estudo. Desta forma, encontra-se em desenvolvimento uma pesquisa, vinculada ao Programa de Pós-graduação Stricto Sensu da Universidade Católica de Goiás, com trabalhadores de CAPS, no município de Goiânia, com o objetivo de compreender o significado da Reforma Psiquiátrica para esses profissionais, buscando apreender a organização dos serviços e as trocas estabelecidas na equipe, na linha da transformação do modelo. Para tanto, planejou-se pesquisa documental em dois CAPS II de Goiânia (o inaugurado há mais tempo e o mais recente), gravação de três reuniões de equipe em cada CAPS, com transcrição e análise desse material e mais um grupo focal em cada uma dessas unidades. A pesquisa encontra-se em andamento, mas já é possível avaliar que a diversidade das equipes, somada às especificidades dos locais e da organização dos serviços, exaltam as contradições e apresentam claramente as discussões amparadas em três eixos (jurídico/político, cuidado com os usuários e relações interpessoais). Nesses três eixos as contradições emergem, tanto no campo jurídico/político, no que se refere a direitos, concessões e deveres; quanto no campo do cuidado com os usuários, no que se refere a tratamento medicamentoso, participação familiar e papel do cuidador; como também no campo das relações interpessoais, principalmente no que se refere à responsabilização e avaliação de condutas.

**Palavras-chaves:** Reforma Psiquiátrica, Trabalhador de CAPS, Transformação do modelo

**Atividade: O Autismo no Enfoque Psicanalítico (Paineis)**

**Trabalho:** O Autismo no Enfoque Psicanalítico

**Autor(es):** Ueliton da Silva Pereira Filho

**Resumo:** Este artigo apresenta uma leitura psicanalítica do autismo, destacando a etiologia, que consiste em ser uma síndrome comportamental com diferentes etiologias, na qual o processo de desenvolvimento infantil encontra-se profundamente distorcido e o tratamento, que é fundamental a realização de entrevistas com os pais, com ou sem os filhos, dependendo do momento da terapia e outras variáveis envolvidas. Em contextos institucionais, as crianças podem participar de atividades grupais e individuais. A participação dos pais nessas atividades dependerá da orientação teórica da própria instituição e dos profissionais envolvidos. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica que consiste em um levantamento de toda a bibliografia já publicada em forma de livros, periódicos e publicações avulsas. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, com o objetivo de permitir ao mesmo o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações. Acompanhada de uma leitura cuidadosa dos textos que tratavam do tema a partir da referida abordagem, destacando as referentes categorias: A etiologia do autismo de acordo com a psicanálise; Função materna; Função paterna; O Autismo no Enfoque Psicanalítico; As funções materna e paterna no autismo; O tratamento. Destacamos, no decorrer do artigo, que o pioneiro a estudar sobre o determinado assunto foi o psiquiatra americano Leo Kanner (1943), que trabalhava em Baltimore, nos Estados Unidos, que descreveu um grupo de onze casos clínicos de crianças em sua publicação intitulada “Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo”. As

crianças investigadas por Kanner apresentavam inabilidade para se relacionarem com outras pessoas desde o início da vida (extremo isolamento), falha no uso da linguagem para comunicação e dificuldades em lidar com quaisquer mudanças. Com o desenvolvimento do assunto, vários pesquisadores começaram a se interessar por esta síndrome, que foi ganhando espaço e atenção de escolas psicológicas na sociedade. De acordo com a psicanálise o autismo diz respeito a uma falha no processo de constituição do sujeito relacionada com alguns entraves no exercício da função materna e paterna. O desempenho da função materna é possível de acontecer porque a mãe encontra-se num estado psicológico especial, denominado por Winnicott (1996) de 'preocupação materna primária'. Segundo esse autor, a mulher tem uma tendência natural tanto para entrar quanto para sair dele, e o mesmo é marcado por um voltar-se para dentro de si mesma, por um retraimento. A função paterna é uma quantidade de trabalho psíquico exigido do pai (ou de um terceiro) no contato com o bebê. Este trabalho psíquico consiste não só no investimento pulsional desse pai em relação ao bebê, mas também na limitação da loucura materna, sustentando assim uma distância entre a mãe e o bebê, necessária ao surgimento do sujeito psíquico. Ressaltamos, por fim, o quanto é necessário um aprofundamento e comparações com outras vertentes para que se possa explorar mais detalhadamente as diferenças e possíveis convergências entre as várias leituras acerca dessa patologia.

**Palavras-chaves:** Autismo, Função Materna, Função Paterna

**Atividade: VOCÊ ESTÁ SONOLENTO?  
(Paineis)**

**Trabalho: VOCÊ ESTÁ SONOLENTO? NÍVEIS DE SONOLÊNCIA EM ESTUDANTES DA FARN**

**Autor(es):** Vladimir Paiva Beserra Cabral de Oliveira, EB Belli Baptista Cruz, Gildeon Mendonça da Costa, Danilo de Freitas Araújo, Katie Moraes Almondes

**Resumo:** (INTRODUÇÃO) O ciclo sono-vigília representa o equilíbrio entre os fatores ambientais (a vida social de um indivíduo, por exemplo) e os fatores internos, como a secreção de hormônios que regulam este ciclo. Essa estabilidade fica comprometida em decorrência de determinadas atividades do dia-dia que muitas vezes exigem o sacrifício do sono; é o caso de jornadas de trabalho longas, viagens que duram vários dias ou algum regime de trabalho noturno. Em virtude disso, muitos grupos sociais são afetados. Destacam-se, entre eles, os estudantes universitários, que possuem um horário de estudo limitado e, por isso, pouco flexível. Isso, juntamente com a grande quantidade de atividades extracurriculares que ocorrem durante o dia (como estágios, por exemplo), inclusive em mais de um turno, uma vida social ativa, bem como outras demandas acadêmicas, se constituem em agentes que provocam a sonolência. Tendo em vista estes aspectos, este trabalho se propõe a comparar os níveis de sonolência dos estudantes universitários, pertencentes a turmas de turnos diferentes (manhã e noite), da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (FARN). (METODOLOGIA) Foi constituída por uma amostra de 250 alunos da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (FARN), dos cursos de Enfermagem, Fisioterapia, Direito e Nutrição (cursos do turno matutino) e Psicologia, Ciências Contábeis, Direito e Administração (cursos do turno noturno). As aulas do turno matutino vão das 7h40 até às 12h00, enquanto as do turno noturno, iniciam às 19h00 e terminam às 22h35. Para que se efetivasse a coleta de dados, os alunos voluntários assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e, em seguida, preencheram uma ficha de identificação contendo dados sócio-demográficos e a Escala de Sonolência de Epworth, questionário que abrange oito questões relativas ao nível de sonolência de um indivíduo. Além disso, quanto ao tratamento dos dados, foi utilizado o programa Excel para a tabulação dos dados. (RESULTADOS) Verificou-se, com os resultados obtidos, que a amostra apresentou uma média total de 9,48 pontos na Escala de Sonolência, valor esse que se aproximou do ponto de corte (indicativo de sonolência

diurna excessiva), cuja representação seria 10. O turno matutino (composto pelos cursos de Fisioterapia, Nutrição, Direito e Enfermagem) obteve uma média de 9,02 e 4,03 pontos na escala, enquanto o turno noturno (abrangendo os cursos de Administração, Psicologia, Ciências Contábeis e Direito) conseguiu uma média de 9,74 e 3,94 pontos. (CONCLUSÃO) A partir dos resultados obtidos no tratamento dos dados, pode-se observar que há uma diferença sensível nos níveis de sonolência entre os estudantes dos dois turnos: os alunos dos cursos do turno noturno têm uma maior tendência para diagnóstico de sonolência que os do turno matutino. Tal fato sugere algumas possibilidades que não podem ser ignoradas. Atividades cotidianas como o trabalho, horário direcionado aos estudos e, até mesmo, as demandas do curso universitário, propriamente dito, além das aulas, influenciam de modo significativo o desempenho cognitivo do indivíduo. O grau demasiado de sonolência ao longo de um dia é só umas das conseqüências diretas, advindas da prática das atividades mencionadas. Tal afirmação não pode ser aplicada aos estudantes do turno matutino, uma vez que, estudando no início do dia, ainda não sofreram desgaste cognitivo acentuado, o que justificaria o nível menor de sonolência, em detrimento dos alunos do turno noturno. Tendo estas conclusões em vista, esta pesquisa é de suma importância para o psicólogo da área da saúde, uma vez que, aprofundando com ela os seus conhecimentos a cerca das conseqüências da demanda acadêmica exaustiva na vida de um estudante, poderá consolidar seu embasamento teórico e, ao mesmo tempo, aprimorar estratégias de intervenção.

**Palavras-chaves:** Ciclo sono-vigília, Níveis de sonolência, Desempenho cognitivo

**Atividade: ANÁLISE DOS PROCEDIMENTOS QUE AUMENTAM A ADESÃO AO TRATAMENTO DE PACIENTES COM Diabetes mellitus. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: ANÁLISE DOS PROCEDIMENTOS QUE AUMENTAM A ADESÃO AO TRATAMENTO DE PACIENTES COM Diabetes mellitus.**

**Autor(es):** Victor Conceição Romano, Paulyane Silva do Nascimento, Olívia Misae Kato

**Resumo:** A Diabetes mellitus é uma doença que exige um alto custo de resposta do paciente, pois seu tratamento é longo, e geralmente requer alterações no estilo de vida, o que parece contribuir para a baixa adesão ao tratamento. Esta baixa adesão pode estar relacionada também a diversos fatores como o elevado custo financeiro do material necessário para medições (aparelhos, consultas, exames), à quebra da rotina produzida pelo procedimento de mensuração e ao caráter aversivo da coleta do sangue capilar. Deste modo, se faz importante a aplicação de treinamentos que orientem pessoas diabéticas a identificar e controlar suas oscilações glicêmicas. Portanto é fundamental investigar procedimentos eficientes de ensinamentos de discriminações de estados glicêmicos aos pacientes. O presente trabalho implementou uma análise metodológica dos procedimentos que visam aumentar a adesão ao tratamento em pacientes com Diabetes mellitus. Um dos procedimentos adotados para aumentar a adesão ao tratamento do diabetes se baseia numa análise de contingências que procura identificar a relação de dependência entre os comportamentos do paciente (tomar medicamento, praticar exercícios) e suas conseqüências (sensação de bem-estar, elogios da família). Outro procedimento muito utilizado em favor da adesão ao tratamento é conhecido como programas educacionais, que objetiva fornecer ao paciente um conhecimento da doença e orientações sobre as mudanças no estilo de vida. Um outro procedimento investigado que promove ou aumenta a adesão ao tratamento consiste no programa de treino de automonitoração. Este visa estabelecer ou aprimorar a identificação dos estados de hipoglicemia e de hiperglicemia pelos próprios pacientes, por meio de procedimento de discriminação. Automonitoração consiste em observações que o paciente faz do próprio comportamento mediante registro dos fatores que influenciam o seu engajamento para gerenciar cuidados em saúde. Muitos pacientes necessitam, além dos registros de automonitoração, do uso simultâneo de outras técnicas comportamentais que envolvem controle de estímulos, definição de metas, habilidades sociais e reforçamento positivo de comportamentos adequados. Outro procedimento aplicado para aumentar a adesão é o auto-relato do paciente sobre suas



ações de autocuidados, com estabelecimento de estratégias que garantam a veracidade do relato. As pesquisas sobre discriminação de estados glicêmicos têm-se utilizado de programas de treino que visam melhorar a precisão das estimativas dos níveis glicêmicos, baseadas tanto em eventos externos (tempo desde a última refeição, tipo e quantidade de insulina, alimento ingerido, exercícios realizados, etc.) quanto em eventos internos (sintomas físicos e emocionais associados a diferentes níveis de glicemia). O resultado desta análise, em relação ao primeiro procedimento apresentado, mostra que a eficiência desse procedimento poderá ser garantida pelo estabelecimento da relação de dependência entre os comportamentos do paciente e suas conseqüências. O paciente pode emitir respostas de esquivas ao ingerir o medicamento para evitar as conseqüências negativas da doença e obter o reforço positivo do seu bem-estar. No que se refere aos programas educacionais, pressupõe-se que o conhecimento sobre a etiologia, o tratamento e o prognóstico do diabetes, ajuda o paciente a aderir ao tratamento. No entanto, não programar contingências de reforçamento para promover a adesão e as mudanças no estilo de vida dos pacientes, torna este procedimento incompleto. A eficiência da automonitoração parece depender de um bom treinamento de discriminações das flutuações glicêmicas pelos pacientes, sem o auxílio do treinador, emparelhando repertórios verbais às sensações fisiológicas do seu corpo. Um problema metodológico importante nesta área de estudo é a dificuldade no treino de discriminações, considerando a inacessibilidade dos eventos internos do paciente (alterações fisiológicas autônomas) ao experimentador, o que dificulta colocá-los sobre controle operante. O auto-relato das ações de autocuidado do paciente tem sido aceito com restrições, devido as suspeitas sobre a confiabilidade do relato. O relato de adesão do paciente pode não estar de acordo com o que foi prescrito pelo médico, ou pode ser impreciso. Todos os procedimentos de adesão ao tratamento apresentados, de alguma forma, mostraram limitações. Portanto, um único procedimento que favoreça a adesão parece ser insuficiente. Sugere-se aplicações conjuntas dos procedimentos com o intuito de estabelecer novos paradigmas de adesão ao tratamento do diabetes. Os programas educacionais podem e devem fazer parte de todos os procedimentos. Em conjunto com a análise de contingências da relação de dependência entre os comportamentos da ingestão de remédios e as conseqüências benéficas do uso medicamentoso, o paciente sentirá maior segurança, pois poderá ser capaz de relacionar sua melhora ao seu aprendizado sobre a doença e suas mudanças de vida. O auto-relato de autocuidados poderia ser combinado com a automonitoração. O estabelecimento de regras verbais pode aumentar o grau de segurança sobre os sintomas do diabetes, ajudando o paciente a construir um repertório verbal mais preciso e confiável. O repertório verbal (regras), resultante da automonitoração, poderia ser mais eficiente quando combinado com a análise de contingências, podendo os comportamentos do paciente ficarem controlados pelas regras verbais aprendidas durante a fase de treino.

**Palavras-chaves:** Diabetes mellitus, análise metodológica, adesão ao tratamento

**Atividade: Formação e Competência Psicossocial do Profissional de Saúde para o Atendimento ao Idoso Soropositivo para o HIV (Paineis)**

**Trabalho:** Formação e Competência Psicossocial do Profissional de Saúde para o Atendimento ao Idoso Soropositivo para o HIV

**Autor(es):** Rútila Tayanne Praxedes Fernandes, Ana Alayde Werba Saldanha, Isabel Cristina Vasconcelos de Oliveira, Bárbara Ticiano Moura Figueiredo Porto

**Resumo:** Introdução: As estatísticas atuais apontam para um aumento progressivo no número de casos de HIV/AIDS no contexto da velhice, entretanto, as pesquisas relacionadas a este tema, valorizam uma objetivação no tratamento da doença, negligenciando as relações afetivas existentes entre médico-paciente, bem como os aspectos psicológicos e sociais no atendimento dos pacientes e profissionais de saúde. Objetivo: Analisar as representações dos profissionais de saúde acerca da AIDS na velhice, e verificar a ocorrência da síndrome de Burnout nestes

profissionais, investigando as implicações deste novo contexto para ambas as populações. Método: Estudo de campo realizado na cidade de João Pessoa/PB com 36 profissionais de saúde de diversas especializações, selecionados de forma não-probabilística e acidental, nos quais foram submetidos ao Inventário de Burnout (MBI), analisado através de estatística descritiva, entrevistas semi-estruturadas, submetidas à análise de conteúdo temática e o Teste de Associação Livre de Palavras (TALP), interpretado através da análise fatorial de correspondência (AFC). Resultados: Os resultados do Inventário de Burnout apontam para a presença moderada da síndrome em todas as categorias profissionais. Na análise das sub-escalas, não se observou escores de Burnout em relação à Despersonalização (desumanização). A Exaustão Emocional apresentou índices moderados, sobretudo em profissionais não-gerontólogos e com menor tempo de profissão. Por fim, a Redução da Realização Pessoal apresentou índices altos, demonstrando estar influenciando diretamente na Síndrome de Burnout destes profissionais, não variando em função das variáveis sócio-demográficas. Nas entrevistas semi-estruturadas, por sua vez, verificou-se a associação das concepções da AIDS na velhice a temáticas negativas, e, como via de infecção os procedimentos médicos, tais como transfusões de sangue, e práticas sexuais promíscuas. A solicitação do teste anti-HIV deve se dar somente mediante sintomatologia característica da doença, observando-se divergências quanto à forma da devolutiva do diagnóstico positivo: se comunicação ao paciente ou a família. Relataram não distinguir os pacientes quanto à condição de soropositividade, não havendo, portanto, dificuldades particulares desta população. Por fim, O gráfico do TALP apresentou 2 fatores. No primeiro, emergiram os conteúdos referentes aos profissionais denominados clínicos (médicos, enfermeiros e odontólogos), com tempo de profissão no intervalo de 21 a 31 anos, nos quais se destacam os temas médicos (exames, tratamento, medicamentos); enquanto o segundo fator, referente aos gerontólogos, com tempo de profissão entre 11 e 21 anos, produziu conteúdos associados a aspectos sociais e a medidas preventivas. Conclusão: Observa-se que os profissionais com maior tempo de profissão da área clínica estão condicionados ao modelo biomédico de atendimento, ausentes de uma concepção mais abrangente da saúde enquanto eixo integrador, refletindo a visão mecanicista do seu processo de formação acadêmica; enquanto os profissionais que obtiveram formação em Gerontologia têm uma perspectiva mais ampliada, por valorizar uma qualificação profissional voltada para a afiliação social. As dificuldades para atingir objetivos de trabalho levam a um sentimento de impotência e incapacidade pessoal que culmina com a perda do sentido do próprio trabalho. Neste âmbito, conclui-se que a atuação dos profissionais necessita ser reavaliada frente ao atendimento da população em geral, e especialmente aos idosos soropositivos, na tentativa de considerar os aspectos psicológicos e sociais que poderiam ampliar a forma de tratamento dos pacientes e profissionais de saúde, melhorando a qualidade de vida e trabalho de ambas as populações.

**Palavras-chaves:** AIDS, Velhice, Burnout

**Atividade: ESTRATÉGIAS PSICOSSOCIAIS DESENVOLVIDAS POR PESSOAS COM HIV/AIDS PARA ENFRENTAR O TRATAMENTO (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: ESTRATÉGIAS PSICOSSOCIAIS DESENVOLVIDAS POR PESSOAS COM HIV/AIDS PARA ENFRENTAR O TRATAMENTO**

**Autor(es):** Janaina Souto Mendonça, Márcia Bartz Machado, Rosa Larisse Nunes Carvalho

**Resumo:** O presente trabalho propõe analisar as estratégias psicossociais que as pessoas com HIV/AIDS desenvolvem para enfrentar o tratamento durante sua “hospedagem” no Lar da Fraternidade, uma instituição filantrópica, situada em Teresina-PI, específica para abrigar temporariamente esta população, durante o período de reavaliação do estado clínico (consultas e exames). O mesmo possui como objetivos específicos: investigar quais são as estratégias psicossociais utilizadas pelas pessoas com HIV/AIDS no momento da revelação do diagnóstico; analisar quais são as estratégias psicossociais usadas pelas pessoas com HIV/AIDS para enfrentar o tratamento; verificar quais os sentimentos que as pessoas com HIV/AIDS vivenciam

durante a hospedagem na instituição que os apóiam durante a reavaliação clínica, objetiva também analisar quais as percepções que as pessoas com HIV/AIDS fazem em suas relações interpessoais durante a hospedagem na instituição filantrópica. O referido trabalho justifica-se pela importância de analisar quais as estratégias psicossociais que as pessoas com HIV/AIDS desenvolvem para enfrentar o tratamento, visto que a infecção por HIV/AIDS desencadeia alterações psicológicas nos indivíduos infectados. Na maioria dos casos, as pessoas com HIV/AIDS se sentem marginalizadas, discriminadas, rejeitadas pela família e excluídas socialmente e, assim, apresentam-se ansiosas, inseguras, com sentimentos de culpa e com medo da morte. Conforme o relatório anual do Programa Conjuntos das Nações Unidas sobre HIV/AIDS, existe no mundo aproximadamente 40 milhões de pessoas vivendo com HIV/AIDS. Este número inclui os 4,9 milhões estimados de pessoas que adquiriram o HIV durante 2004. De acordo com o Ministério da Saúde, de 1980 até 30 de junho de 2004, o número de casos de pessoas com HIV/AIDS na região Nordeste é de 34.424 mil. Os estados com maiores índices são Pernambuco com 8.023 mil e Bahia com 7.589 mil casos de HIV/AIDS. Segundo o Relatório de Situação do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde, no Estado do Piauí, até dezembro de 2004, foram registrados 1.556 mil casos de AIDS, sendo 1.129 homens e 423 mulheres. (quatro sexos ignorados). Os municípios piauienses que apresentam os maiores números de casos de HIV/AIDS acumulados até 2004 foram (casos acumulados/ taxa média de incidência por 100 mil hab.): Teresina (941 / 14,0); Parnaíba (82 / 7,1); Campo Maior (35 / 7,5); Oeiras (32 / 10,5); Floriano (29 / 7,2), sendo que Teresina concentra o maior número de casos, por este motivo e por questões metodológicas, o trabalho deteve-se apenas a Teresina. A presente pesquisa desenvolve-se na perspectiva qualitativa, com o método indutivo, são obtidas as informações através de entrevistas semi-estruturadas, e interpretadas através da análise de conteúdo. Foram realizadas até o presente momento vinte e quatro entrevistas com - quatorze homens e dez mulheres entre vinte e cinquenta anos de idade, nas quais percebeu-se que na 1ª categoria : sentimentos vivenciados no momento da revelação do diagnóstico: 50% dos entrevistados revelaram sentir tristeza; na 2ª categoria :estratégias psicossociais utilizadas no momento da revelação do diagnóstico: 50% relataram que a vida continua e 29% expressaram afastamento social; na categoria 3ª estratégias psicossociais desenvolvidas para enfrentar o tratamento 54% das pessoas fazem o uso dos medicamentos e 46% sentem-se motivados para enfrentar o tratamento, na 4ª categoria sentimentos vivenciados no período da hospedagem 83% sentem-se bem no momento de estada no Lar da Fraternidade, 5ª categoria: percepções das relações interpessoais durante a hospedagem 96% dos entrevistados relatam um bom relacionamento entre os usuários, e entre os usuários e os profissionais que compõem a equipe de cuidadores. O presente trabalho encontra-se em andamento, e os dados expressos até o momento relatam que a base das estruturas das estratégias psicológicas desenvolvidas pelas pessoas com HIV/AIDS possuem grande importância para o desenvolvimento psicoafetivo, psicossocial e principalmente para a evolução psicoimunológica das pessoas que vivem com HIV/AIDS.

**Palavras-chaves:** HIV/AIDS,estratégias psicológicas,enfrentamento,tratamento

**Atividade: Aspectos Psicossociais na Obesidade (Paineis)**

**Trabalho:**Aspectos Psicossociais na Obesidade

**Autor(es):** Heloísa Karmelina Carvalho Sousa,Neuciane Gomes da Silva,Joao Carlos Alchieri,Eulalia Maria Chaves Maia,Mariana Meira Pires Simonetti,Eudes Araújo Rocha,Talita de Souza Sá

**Resumo:** A obesidade é considerada uma epidemia mundial, estando presente tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento. De acordo com a Organização Mundial de Saúde a

obesidade é uma doença crônica que abrange todos os níveis socioeconômicos da sociedade. O estudo sobre os fatores etiológicos e mantenedores da obesidade deve ser multifatorial, fruto de complexas interações entre fatores genéticos, psicológicos, físicos, socioeconômicos, culturais e ambientais. Apesar dos aspectos físicos da obesidade estarem sendo documentados com detalhes, os correlatos psicológicos do excesso de peso carecem ainda de mais estudos. Dentre as variáveis psicossociais que necessitam de estudos, estão a imagem corporal, a ansiedade, o estresse, o humor depressivo, adequação social, bem como suas associações à obesidade. Este trabalho tem como objetivo principal avaliar esses aspectos psicossociais de pacientes obesos em tratamento para perda de peso e compará-los com um grupo composto por pessoas consideradas de peso normal, bem como identificar traços coincidentes de situação de sofrimento psicológico em uma amostra composta por pessoas obesas, relacionadas com a presença da obesidade. Para obtenção dos dados foi utilizado, dentre outros, o Inventário Millon de Estilos de Personalidade – MIPS (1997), proposto como medida da expressão de personalidade normal, através da compreensão teórica apresentada por Millon (1994) quanto às manifestações da conduta relacionadas às metas que uma pessoa possui na vida e ao estilo particular em processar as informações que recebe do meio, resulta assim, em um instrumento elaborado para verificar uma configuração dinâmica de interações, representado em três grandes áreas: as metas motivacionais (MM), estilos cognitivos (EC) e os vínculos ou relações interpessoais (RI). O questionário compreende 180 questões auto-preenchíveis que permitem uma avaliação individual das áreas específicas supracitadas. A amostra inicial é constituída de três grupos de pessoas divididas em: dez pessoas consideradas dentro do peso normal (IMC entre 20 e 25 kg/m<sup>2</sup>); cinco pessoas com sobrepeso (IMC entre 25 e 30 kg/m<sup>2</sup>); e um terceiro grupo composto por quatro pessoas obesas (IMC entre 30 e 40 kg/m<sup>2</sup>). Os participantes da pesquisa estão sendo abordados em academias de ginástica e em salas de espera de hospitais públicos e postos de saúde. Para todos os grupos o critério de exclusão é ser diabético, ter idade acima de cinquenta anos e estar em período de gestação. Vale salientar que se trata de um estudo em andamento, que visa obter e avaliar dados de um universo constituído por noventa pessoas, distribuídas igualmente nos grupos pré-estabelecidos. A priori, os resultados da avaliação não satisfazem os objetivos propostos inicialmente, uma vez que abarcam apenas 21% da amostra prevista, porém, é possível se fazer correlações entre os três grupos e se obter alguns resultados consideráveis. Podem-se constatar maiores escores de Extroversão (EC) e Comunicabilidade (RI) em pessoas de peso normal em detrimento às de sobrepeso, bem como, observa-se um maior índice de Introversão (EC) nestas, se relacionadas àquelas. Em relação ao grupo normal, se confrontado com o obeso, os sujeitos de peso normal apresentam resultados significativamente diferenciados no fator Sistematização (MC) e Segurança (RI) comparados aos obesos. Na correlação sobrepeso versus obeso, se observa maiores índices de Acomodação (MM) e Introversão (EC) no obeso, bem como maiores escores de Extroversão (EC) e Intuição (MC) nas pessoas com sobrepeso. O detalhamento, a proporção e a representação de distintas características da amostra não podem ser observados e ou inferidos com segurança, não obstante, espera-se obter um número maior de pacientes, em função da amostra prevista, de modo a tornar possível uma análise mais detalhada entre os grupos, que permita conclusões mais ricas e precisas.

**Palavras-chaves:** Obesidade, Inventário Millon de Estilos de Personalidade, metas motivacionais, estilos cognitivos, relações interpessoais

**Atividade: DORMIR É PERDA DE TEMPO?  
(Paineis)**

**Trabalho: DORMIR É PERDA DE TEMPO? QUALIDADE DO SONO EM ESTUDANTES DA FARN**

**Autor(es):** Vladimir Paiva Beserra Cabral de Oliveira, EB Belli Baptista Cruz, Gildeon Mendonça da Costa, Danilo de Freitas Araújo, Katie Moraes Almondes

**Resumo:** (INTRODUÇÃO) Alguns dos comportamentos cotidianos de um indivíduo (praticar esportes, estudar, trabalhar, dentre outros) dependem do quanto ele estará bem disposto para realizá-los: se estiver cansado ou sonolento, tal fato se refletirá na execução de cada um de seus atos. Assim, um sono com um bom aproveitamento se constitui num dos fatores que mais propiciam um bem estar biopsicossocial para uma pessoa. Entretanto, o sono pode ser influenciado por inúmeros agentes externos (calor e barulho no ambiente de dormir, ou até mesmo, o ato de estudar) ou internos (algum distúrbio do sono, por exemplo), o que, por conseguinte, compromete a qualidade do sono de um indivíduo. Um grupo onde esta afirmativa se torna uma constante são os estudantes universitários, que possuem um horário de estudo fixo e, às vezes, inflexível. Isso, juntamente com a grande quantidade de atividades extracurriculares que ocorrem durante o dia, inclusive em mais de um turno, uma vida social ativa, bem como as referidas demandas acadêmicas realizadas a noite ou pela madrugada (quando os indivíduos trabalham durante o dia e estudam a noite, resultando, muitas vezes, numa privação de sono) se constituem em barreiras que impedem que eles alcancem uma boa qualidade no sono. Assim, qualidade de sono ruim em estudantes é sinônimo, freqüentemente, de dificuldades de concentração e déficits de atenção, o que compromete o seu rendimento acadêmico. O objetivo do trabalho em questão é, então, comparar o nível de qualidade do sono dos estudantes universitários, pertencentes a turmas de turnos diferentes (manhã e noite), da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte. (METODOLOGIA) Na pesquisa em questão, procedeu-se inicialmente a um levantamento bibliográfico e, posteriormente, a uma coleta de dados. A amostra foi constituída por 249 alunos da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (FARN), dos cursos de Enfermagem, Fisioterapia, Direito e Nutrição (cursos do turno matutino) e Psicologia, Ciências Contábeis, Direito e Administração (cursos do turno noturno). As aulas do turno matutino vão das 7h40 até às 12h00, enquanto as do turno noturno, iniciam às 19h00 e terminam às 22h35. Os alunos voluntários assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Em seguida preencheram uma ficha de identificação contendo dados sócio-demográficos e o Índice de Qualidade de Sono de Pittsburgh (IQSP) que consiste de 10 questões relacionadas com os hábitos normais de sono referente ao mês anterior em que o indivíduo está (e cuja pontuação indica, quando acima de 5, qualidade do sono ruim e quando acima 10, diagnóstico de distúrbio do sono). Além disso, através do programa Excel, foi possível tabular os dados. (RESULTADOS) Os resultados obtidos a partir da coleta mostraram que a amostra apresentou uma média total de 5,53±2,99 pontos no Índice de Qualidade de Sono de Pittsburgh, valor esse que aponta para uma qualidade do sono ruim. O turno matutino obteve uma média de 5,51±2,94 pontos no mesmo, enquanto o turno noturno conseguiu uma média de 5,55±3,06 pontos. Ambos os turnos, conforme os dados mencionados, denotam uma qualidade de sono ruim. (CONCLUSÃO) Os dados obtidos através da presente investigação revelam que o sono dos estudantes que compõem a amostra carece de atenção, uma vez que fica evidente a qualidade ruim dele. Múltiplas implicações são passíveis de ocorrerem, tais como, disfunção do sono ao longo do dia (que envolve problemas de sonolência, por exemplo) e até, num caso mais sério, distúrbios. Recomenda-se, então, que uma higiene do sono seja trabalhada entre os estudantes, de modo a evitarem dormir mais tarde (neste caso é o horário de dormir que é focado); organizarem o ambiente em que dormem, esquivando-se a agentes que possam interromper o sono como calor, barulho e iluminação; e procurarem algum especialista caso tenha algum distúrbio do sono. Tendo este último fator em vista, esta pesquisa é extremamente significativa para o psicólogo da área da saúde, uma vez que poderá ampliar o seu escopo de conhecimento a cerca dos efeitos da demanda acadêmica exaustiva na vida de um estudante (como os altos índices de baixo rendimento acadêmico, provenientes da falta de atenção e concentração) e, ao mesmo tempo, implementar estratégias que visem direcionar os esforços dos estudantes para a promoção de uma higiene do sono.

**Palavras-chaves:** Ciclo sono-vigília, Qualidade de sono, Desempenho cognitivo

**Atividade:** SEU HORÁRIO DE AULA INFLUENCIA O SEU SONO?  
(Paineis)

**Trabalho:** SEU HORÁRIO DE AULA INFLUENCIA O SEU SONO? UMA INVESTIGAÇÃO DOS

## NÍVEIS DE QUALIDADE DE SONO E DE SONOLÊNCIA EM ALUNOS DA FARN

**Autor(es):** Vladimir Paiva Beserra Cabral de Oliveira, EB Belli Baptista Cruz, Gildeon Mendonça da Costa, Danilo de Freitas Araújo, Katie Moraes Almondes

**Resumo:** (INTRODUÇÃO) O estudante de 2º grau, ao entrar na faculdade, passa por uma transição brusca: aulas, demandas, estágios, dentre outros, se tornam uma constante. Em concordância com o fato de que alguns cursos são representados no senso comum como cursos que possuem mais exigências, principalmente os da área de saúde e de humanas, dentro dessas áreas torna-se freqüente declarações de pouco tempo de sono, horários variantes de dormir e acordar, a prática constante do dormir tarde e acordar cedo, a baixa qualidade do sono e a sonolência excessiva, justamente em decorrência das exigências da vida acadêmica. Muitas vezes, estes fatores acabam se relacionando com distúrbios do sono mais sérios e que podem acarretar graves conseqüências para o estudante. Tendo como objetivo analisar a sonolência e a qualidade do sono de graduandos das áreas de Humanas e Saúde da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte, esta pesquisa visa compreender em qual destas áreas o aluno apresenta maiores níveis de sonolência e qualidade de sono ruim.

(METODOLOGIA) As etapas do referido trabalho compuseram-se, principalmente, de um levantamento bibliográfico acompanhado de uma coleta dos dados. Esta foi formada por uma amostra de 250 alunos da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (FARN), dos cursos de Enfermagem, Psicologia, Nutrição e Fisioterapia (da área de Saúde) e Direito, tanto matutino quanto noturno, Ciências Contábeis e Administração (da área de Humanas). As aulas do turno matutino (Enfermagem, Nutrição, Direito e Fisioterapia) vão das 7h40 até às 12h00, enquanto as do turno noturno (Psicologia, Ciências Contábeis, Administração e Direito), iniciam às 19h00 e terminam às 22h35. Os alunos voluntários assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Em seguida, preencheram uma ficha de identificação contendo dados sócio-demográficos, a Escala de Sonolência de Epworth, questionário que abrange oito questões relativas ao nível de sonolência de um indivíduo e cujo ponto de corte é 10 (diagnóstico de sonolência diurna excessiva) e o Índice de Qualidade de Sono de Pittsburgh (IQSP), instrumento que consiste de 10 questões relacionadas com os hábitos normais de sono referente ao mês anterior em que o indivíduo está (e cuja pontuação indica, quando acima de 5, qualidade do sono ruim e quando acima 10, diagnóstico de distúrbio do sono). (RESULTADOS)

Os resultados obtidos a partir da coleta mostram que os cursos da área de Humanas apresentaram uma média total de 5,53 e 2,99 pontos no Índice de Qualidade de Sono de Pittsburgh (valor esse que aponta para uma qualidade do sono ruim) e uma média de 9,52 e 4,0 pontos na Escala de Sonolência de Epworth (mostrando que tais alunos não possuem nível de sonolência excessiva). Já os cursos da área de Saúde demonstraram uma média total de 5,54 e 3,03 pontos no Índice de Qualidade de Sono de Pittsburgh (valor esse que também aponta para uma qualidade do sono ruim) e uma média de 9,24 e 4,0 pontos na Escala de Sonolência de Epworth, mostrando que, analogamente a área de humanas, os alunos da área de Saúde não possuem nível de sonolência excessiva. (CONCLUSÃO) A partir dos resultados obtidos no tratamento dos dados, pode-se observar que ambas as áreas possuem uma qualidade do sono ruim e, ainda, em consonância com os escores altos alcançados na Escala de sonolência, há uma tendência ao diagnóstico de sonolência excessiva (apesar do ponto de corte não ter sido realmente alcançado). Tal fator é indicativo de um sono mal cuidado quanto a sua duração, a sua eficiência, e a sua latência. Vários fatores justificam este sono negligenciado, como por exemplo, as atividades que cada área exige como demanda: estágios, o fato de se já trabalhar na área (após se fazer um curso técnico), a exigência de se estudar muito, dentre outros motivos. Tudo isto contribui para que em ambas as áreas o sono não alcance sua qualidade máxima. Tendo estas conclusões em vista, esta pesquisa é de suma importância para o psicólogo da área da saúde, uma vez que, aprofundando os seus conhecimentos a cerca das conseqüências de uma demanda acadêmica extenuante na vida de um estudante, poderá consolidar seu embasamento teórico e, ao mesmo tempo, propor estratégias que visem a promoção de uma higiene do sono que favoreçam os estudantes.

**Palavras-chaves:** Níveis de sonolência, Qualidade de sono, Horários de aula

**Atividade:** O SONO DE PACIENTES NA UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO: UMA MODALIDADE DE CONHECIMENTO PARA ATUAÇÃO DOS PSICÓLOGOS (Paineis)

**Trabalho:** SONO DE PACIENTES NA UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO: UMA MODALIDADE DE CONHECIMENTO PARA ATUAÇÃO DOS PSICÓLOGOS

**Autor(es):** Rodolpho Marcell Medeiros Costa de Melo, Thiago Barros Freitas, Clarice Trindade de Aquino, Joana D'arc Araújo da Silva Santos, Eulalia Maria Chaves Maia, Katie Moraes Almondes

**Resumo:** (INTRODUÇÃO): A prevalência de distúrbio do sono na população geral é de 30% a 50%. Em pacientes internados em unidades de tratamento intensivo a frequência de distúrbio do sono pode ser até duas vezes maior em relação à população geral. Na população que não sofre do distúrbio do sono pode-se encontrar o sono normal do qual se divide em sono não-REM e sono REM. O sono não-REM é dotado de 4 estágios onde na medida em que você relaxa a atividade elétrica torna-se lenta e adentra no estágio 1 do sono Não-REM onde a respiração fica mais regular e a frequência cardíaca e pressão sanguínea diminuem. Relaxando mais um pouco se encontra o estágio 2 onde você fica progressivamente mais relaxado e menos responsivo aos estímulos do ambiente externo. Os estágios que procedem, o 3 e o 4, são marcados pelo surgimento de ondas lentas, porém, de grandes amplitudes. O sono REM é marcado pelos espasmos esporádicos, do rápido movimento dos olhos, irregularidades na respiração e no batimento do coração e paralisia dos músculos com exceção do diafragma. A Anormalidade do sono é usual em paciente na unidade de tratamento intensivo. Esses passam apenas 6% ou menos no sono REM, contrastando com o tempo normal que é de 25% do sono. Já no sono não-REM os pacientes experimentam menos os estágios 3 e 4. Em estudos que utilizaram aparelhos de polissonografia detectaram que quase a metade do tempo total de sono em pacientes criticamente doentes pode ocorrer durante o dia e existiram pacientes que dormiram apenas 1 hora e outros pacientes que dormiam 15 horas. O grau de fragmentação do sono em pacientes internados na UTI é equivalente a pessoas que sofrem de apnéia do sono. Pacientes criticamente doentes em uma UTI não exibem no EEG características de sono e vigília observada usualmente nos pacientes de leitos ambulatoriais. Segundo estudos, Os pacientes portadores de ventilação mecânica não exibem no EEG características do estágio 2 do sono não-REM. .O ambiente de UTI é um ambiente propício a gerar uma crise adaptativa para o paciente. O Stress e ansiedade causada pela situação de internação e pela própria doença são alguns dos fatores que predispõe aos distúrbios do sono. Daí, o psicólogo da Saúde/Hospitalar necessita incluir na sua avaliação, uma investigação do sono dos pacientes para contribuir para a melhor compreensão dos fatores envolvidos em torno do adoecimento e das alterações psicológicas decorrentes da internação. Dessa forma, o objetivo do presente trabalho foi avaliar através de uma revisão bibliográfica quais os fatores alteram o sono dos pacientes internados na UTI. (METODOLOGIA): A metodologia seguiu um levantamento com uma revisão do que literatura fornece sobre sono na UTI. Os artigos traziam estudos em cima de pacientes criticamente doentes, muitas vezes em coma que eram estudados através do aparelho de polissonografia. Outros artigos nos mostram pacientes conscientes e capazes de responderem questionários. Pacientes de ambos os sexos eram estudados pelos investigadores. Chegamos a esses artigos utilizando as bibliotecas virtuais PUBMED e SCIELO buscando artigos de 1998 até 2007. (RESULTADOS): Na literatura, O barulho e os cuidados que as enfermeiras e médicos têm com os pacientes são tidos como fatores que predispõe e perpetuam o distúrbio do sono. Encontrou-se também que o efeito da própria doença juntamente com os medicamentos utilizados para saná-la são fatores que desencadeiam o distúrbio. A utilização da Ventilação mecânica muitas vezes em pacientes em coma, é tida na literatura como um ponto alto para o desencadeamento

do distúrbio do sono. E, finalmente, a literatura descreve que os pacientes apresentam uma maior tendência ao sono diurno, por causa de sedativos e infusão de analgésicos. (CONCLUSÃO): Pode-se concluir que o sono dos pacientes de UTI é abalado por uma gama de fatores. O uso da Ventilação Mecânica, causando desconforto e uma discrepância entre o paciente e a ventilação é um forte fator para o distúrbio do sono. Concluímos também que o distúrbio do ritmo circadiano fazendo com que o paciente durma mais durante o dia e consequentemente descontrolando o seu relógio biológico é outro fator encontrado na literatura. Entendemos também que o Fator individual, caso o sujeito tenha predisposição ao distúrbio mesmo antes de ficar internado, é importante para que o paciente desencadeie uma doença do sono. E claro os fatores ambientais de um leito de UTI são também observados. É Imprescindível para o Psicólogo da Saúde, uma intervenção do sono junto aos pacientes e profissionais da saúde, tanto individualmente quanto de ambiência, para tentar diminuir os efeitos da internação numa UTI no sono, e suas conseqüências na saúde do paciente, promovendo a humanização da tarefa do intensivismo e melhorando a qualidade de vida do paciente

**Palavras-chaves:** Pacientes criticamente doentes, distúrbio do sono, Unidade de Tratamento Intensivo, Ventilação Mecânica, Ritmo Circadiano

**Atividade:** Atendimento Psicossocial à Comunidade Alfredo Nascimento na Zona Leste da Cidade de Manaus/AM (Paineis)

**Trabalho:** Atendimento Psicossocial à Comunidade Alfredo Nascimento na Zona Leste da Cidade de Manaus/AM

**Autor(es):** Fernanda Lúcia Pereira Costa, Claudete Maria Ciarline Rabelo, Cleria Maria de Oliveira Batista, Sara Menezes Cruz, Camila Alessandra Domingues

**Resumo:** Os movimentos sociais e as mudanças no cenário sócio-político e econômico fizeram com que nas décadas de 80 e 90 a profissão de psicólogo estivesse presente no contexto comunitário, bem como expandisse o número de trabalhos realizados por esses profissionais na saúde pública. Com a perspectiva de uma atuação na saúde pública com base nos pressupostos da Psicologia Social é que se projetou uma atuação na comunidade Alfredo Nascimento. O trabalho aqui apresentado é realizado a partir da parceria da UNIP/ Manaus com o programa SARES ( Serviço de Ação, Reflexão e Educação Social) na sua unidade da referida comunidade. Os serviços de psicologia realizados como conseqüência dessa parceria tem o objetivo de promover espaço de intervenção psicossocial visando reflexão e tomada de consciência quanto às condições e papéis do sujeito no grupo comunitário. Para tanto, se utiliza como metodologia atendimentos psicoterápicos individuais às crianças, adolescentes e adultos, bem como, a realização de dinâmicas de grupos que possibilitem discussões e reflexões sobre questões referentes aos vínculos familiares e conflitos típicos de cada fase do desenvolvimento. A formação de grupos se faz da seguinte forma: a)-Grupo de pais:- as intervenções estão embasadas na técnica de grupos operativos e se tenta atingir o maior número de pais. Os encontros se dão uma vez por semana; b)- Grupos com Crianças e adolescentes- tem como proposta básica trabalhar as inter-relações desses no contexto institucional e dificuldades de vínculos familiares. As atividades realizadas desde de agosto de 2006 demonstram resultados que permitem constatar a maior aproximação dos pais com o serviço de educação social, verifica-se também, que o grupo de pais possibilita maior esclarecimentos sobre questões relacionadas às dificuldades escolares, afetivas e comportamentais das crianças e adolescentes. Outra constatação de resultados significativos diz respeito às orientações e encaminhamentos feitos através da avaliação de crianças inseridas no programa, além do acompanhamento individual que passou a ser procurado, tal aspecto ratifica a necessidade do psicólogo no contexto comunitário. Vale salientar que a atuação em psicologia de estagiários e voluntários tem contribuído para descentralização do atendimento de um ambulatório de atenção



à criança da Zona Leste da cidade de Manaus, que também tem se mostrado parceiro na efetivação do projeto. Como conclusão pode-se afirmar que um serviço de atendimento com finalidade de intervenção psicossocial possibilita a criação de um espaço de reflexão e estudo que pode ser aproveitado por estudantes de diferentes áreas, bem como permitir a comunidade um espaço de organização e tomada de consciência dos papéis sociais estabelecidos no processo sócio-histórico e cultural.

**Palavras-chaves:** Psicossocial, comunidade, saúde

**Atividade: Grupo de adolescentes e jovens grávidas (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Adolescentes e jovens grávidas da periferia de Fortaleza

**Autor(es):** Pavla Martins de Martins

**Resumo:** O aumento significativo do número de adolescentes grávidas em Fortaleza/CE tem provocado um número crescente de estudos e intervenções com caráter educativos, em contextos que estão diretamente relacionados à educação de jovens. A necessidade da atuação do psicólogo em contextos educacionais, numa prática multi ou interdisciplinar que contemple uma visão de homem em suas múltiplas determinações e relações sócio-culturais, torna-se cada vez mais evidente. Diante desse contexto e da demanda sugerida por uma Associação filantrópica, localizada em bairros da periferia de Fortaleza/CE, realizamos um trabalho multidisciplinar – psicólogos, educadores sociais e médicos - junto a adolescentes e jovens gestantes, entre 12 e 24 anos, em situação de risco, que são atendidas mensalmente, durante todo o período pré-natal. O trabalho é realizado com grupos de dez a quinze mulheres, através de encontros, durante o atendimento do pré-natal, com duração de duas horas. Considerando, então, o nosso objetivo de desenvolver atividades que permitam às adolescentes e jovens grávidas uma reflexão sobre essa experiência, estabelecemos os seguintes objetivos específicos: trabalhar a relação mãe/bebê, suas vivências e sentimentos no seu dia-a-dia, possibilitando um fortalecimento emocional para as mesmas; facilitar o processo de auto-conhecimento das participantes do grupo, visando uma valorização da sua vida e da vida do bebê e auxiliar na construção de conceitos afetivos que promovam o desenvolvimento da auto-estima e da responsabilidade social destas mulheres. Inicialmente, trabalhávamos com temas pré-definidos em um planejamento mensal, entretanto, percebemos que a delimitação de um tema limitava o trabalho que realizávamos; avaliamos, então, que os encontros seriam temáticos, mas estaríamos disponíveis a demanda surgida durante cada encontro, havendo assim uma maior autonomia de cada grupo. Os principais temas trabalhados nos encontros são: o relacionamento com o companheiro e familiares; os medos e ansios, principalmente com relação ao parto; aborto; as dificuldades surgidas durante a gravidez; os métodos contraceptivos e as DST's; os ganhos e perdas decorrentes da gravidez e, sobretudo, a relação mãe-bebê. Para a realização dos encontros utilizamos técnicas lúdicas, como pintura e confecção de cartazes, além de dinâmicas de grupo, técnicas de relaxamento e filmes educativos. No decorrer do trabalho constatamos a necessidade de um maior contato com as gestantes e suas famílias e isso foi possível através de visitas domiciliares, que nos possibilitou um maior conhecimento da realidade dessas mulheres. Verificamos que a experiência da gravidez deve ser analisada levando-se em consideração os fatores culturais e sociais de cada adolescente ou jovem, possibilitando uma percepção mais real da situação vivida por essas, não nos limitando a valores morais que podem nos distanciar dos desejos daquelas, dos seus ansios enquanto sujeitos que almejam construir sua própria história. Percebemos que a gravidez na adolescência não está relacionada necessariamente a um problema para as adolescentes ou jovens, pois a gestação pode ser uma possibilidade que esta vislumbra para a realização de seus projetos, de seus desejos. Consideramos, então, que a gravidez em algumas classes sociais não ocorre simplesmente por falta de conhecimento sobre métodos preventivos, mas por uma série de questões sócio-culturais em que essas meninas estão inseridas. Verificamos que ser mãe para as adolescentes ou jovens está vinculada à possibilidade de reconhecimento por parte da família e da comunidade. Os relatos das gestantes confirmam esse reconhecimento da comunidade e a o significado positivo que é atribuído à gravidez, apesar da falta de planejamento e das

dificuldades financeiras. Percebemos, através de nossa experiência nos grupos com as gestantes, que tanto as adolescentes quanto as jovens expressam o desejo de ser mãe e relacionam esse momento de suas vidas como uma das etapas mais importantes e ricas de afetividade. Concluímos, então, que os aspectos sociais, afetivos, familiares e culturais são extremamente relevantes quando nos referimos à gravidez.

**Palavras-chaves:** Adolescência, Gravidez, Relação mãe-bebê

**Atividade:** VIVENCIANDO A REALIDADE DO PSF NA COMUNIDADE VILA DO AVIÃO, TERESINA-PI.  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** VIVENCIANDO A REALIDADE DO PSF NA COMUNIDADE VILA DO AVIÃO, TERESINA-PI.

**Autor(es):** Márcia Bartz Machado, Janaina Souto Mendonça, Rosa Larisse Nunes Carvalho

**Resumo:** Este trabalho relata as experiências vivenciadas pelos estagiários do V bloco de Psicologia da Faculdade Integral Diferencial - FACID junto à equipe de Saúde do Posto da Vila do Avião em Teresina PI, no período de março a junho de 2006. O estágio possui uma carga total de 105 horas, divididas em 45 horas de supervisão teórica-prática, e 60 horas de atividades práticas. A Vila do Avião é uma região da capital piauiense de maior vulnerabilidade sócio-econômica da cidade e também o local que a Faculdade Integral Diferencial escolheu para desenvolver atividades de prevenção e tratamento de saúde através do Projeto FACID - Solidária. Durante a realização do estágio foram desenvolvidas atividades de planejamento, execução e avaliação de observação das interações humanas no Programa de Saúde da Família (PSF) da referida unidade de saúde com vista à promoção da saúde em diferentes contextos sociais. Foram realizadas diversas atividades durante o estágio que vão desde a caracterização do local de estágio, com o objetivo de facilitar a adaptação dos estagiários e o funcionamento do PSF na comunidade; em seguida foi articulado um plano de ação que tinha como norteador o ementário da disciplina e as necessidades da equipe de profissionais e da comunidade. Foram desenvolvidas também atividades psicoeducativas para a promoção e prevenção da saúde da comunidade, tais como: a realização de discussões e dinâmicas de grupos, abordando as relações interpessoais entre os membros da equipe de estagiários, da equipe de saúde e da comunidade. Junto à comunidade foram trabalhados temas sobre os aspectos psicológicos da hipertensão, diabetes, da relação mãe-bebê; também foram realizadas visitas domiciliares junto a equipe de saúde, que tiveram como objetivo oferecer aos estagiários um maior conhecimento do contexto psíquico e sócio-cultural da comunidade, e um maior conhecimento sobre a dinâmica da equipe do posto de saúde diretamente com os usuários em seu próprio ambiente. No decorrer do estágio foi possível perceber o quanto é importante para a equipe de saúde e para a comunidade o trabalho de um psicólogo, embora este profissional ainda não faça parte efetivamente dessa equipe de profissionais que compõe o PSF da região. Percebeu-se que os moradores são carentes de informação, e que é difícil desenvolver atividades educativas que estimulem a promoção da saúde. A comunidade e os profissionais do posto não buscam novas propostas de promoção da saúde, e os mesmos apresentam-se desmotivados diante da sua vulnerabilidade sócio-econômica e política. Esta vivência proporcionou aos estagiários uma aprendizagem significativa da realidade social, e maior fixação dos conteúdos por relacioná-los com a prática. E fez despertar nos estagiários o compromisso ético e humano que o profissional de Psicologia deve ter com o social. Palavras-chave: Comunidade, PSF, relações humanas, experiência.

**Palavras-chaves:** Comunidade, PSF, relações humanas, experiência

**Atividade:** Anemia falciforme, o olhar dos cuidadores e portadores.  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:**Anemia falciforme, o olhar dos cuidadores e portadores

**Autor(es):** Ana Luísa Araújo, André Pinheiro Batista, Antonio Jose Rosa Silva

**Resumo:** A Anemia Falciforme é a doença genética de maior incidência no Brasil e no mundo. Caracteriza-se por uma patologia genética de caráter recessivo que atinge predominantemente, a população negra. A organização Mundial de Saúde (OMS) estima o nascimento de mais de 250.000 bebês com anemia falciforme por ano em todo o mundo. No Brasil, estima-se a incidência média em torno de 1 a cada 1000 nascimentos, sendo as frequências mais altas nas regiões norte e nordeste. Em Salvador, cidade com 80 % de população negra, a incidência é de 1 a cada 650 nascimentos. Nas pessoas com anemia falciforme, a hemácia, célula sanguínea responsável pelo transporte de oxigênio, sofre alterações em seu formato quando submetida a condições específicas como frio, desidratação, stress, atividade física excessiva e outras situações que levem a alto consumo de oxigênio. Sob tais condições, a hemácia passa do formato arredondado para o formato de foice, tornando-se enrijecida impedindo a circulação normal do fluxo sanguíneo o que impossibilita que o oxigênio chegue a certas áreas do corpo. Deste modo, a doença apresenta reflexos em diversos órgãos e sistemas do corpo, podendo levar a manifestação de anemia crônica, maior vulnerabilidade a quadros graves de infecção, episódios de dores agudas, retardo do crescimento e da maturação sexual, AVC (acidente vascular cerebral), úlceras de difícil cicatrização, priapismo, entre outros. Por ser uma doença crônica, o diagnóstico de anemia falciforme afeta não somente a vida deste bebê, mas todo o sistema familiar que deverá aprender a lidar com esta doença, que apesar de ser bastante comum, ainda é muito desconhecida da população. O desconhecimento, a falta de informação e ainda os mitos que cercam a anemia falciforme são outros fatores estressores à estas famílias – a maioria famílias negras – em grande parte já cercadas pela pobreza e racismo. Deste modo, torna-se de extrema importância um olhar psicossocial sobre a anemia falciforme, buscando compreender de que forma os sujeitos a ela vinculados se relacionam com a doença e suas implicações. Partindo-se deste conhecimento, deve-se trabalhar de modo a prover suporte e atenção psicossocial adequados, visando contribuir positivamente na qualidade de vida destas pessoas. É neste sentido que o trabalho aqui brevemente descrito busca trazer contribuições. O presente estudo busca investigar a representação que portadores adultos e cuidadoras de pessoas com anemia falciforme participantes da ABADFAL- Associação Baiana de pessoas com Doenças Falciformes e outras Hemoglobinopatias- têm sobre a doença. As reuniões da ABADFAL ocorrem regularmente aos segundos sábados de cada mês, desde março de 2001. Participam das reuniões pessoas com anemia falciforme de todas as idades, familiares, amigos, estudantes e demais interessados, que trocam experiências e informações sobre questões relativas a anemia falciforme de todas as ordens, seja cuidados, assistência social, avanços tecnológicos e convivência. Além disso, a reunião é um momento de articulação política no qual se discute sobre o atendimento nas unidades de saúde, a regularidade na distribuição de medicamentos, e outros pontos que venham a direcionar ações visando a conquista da plenitude do direito constitucional a saúde e o pleno exercício do controle social. Foi realizada observação participante nas reuniões mensais da ABADFAL durante o período de março a dezembro de 2005, totalizando 10 encontros. Foram feitas entrevistas com nove membros da ABADFAL, quatro mães (cuidadoras) e cinco portadores de anemia falciforme, sendo três mulheres e dois homens. A análise temática do conteúdo foi utilizada como base para o tratamento dos dados. Percebeu-se que portadores e cuidadores têm percepções semelhantes acerca da anemia falciforme. Como destaque, apareceu o desconhecimento sobre a doença que permeia todas as esferas, desde cuidadores e portadores a profissionais de saúde e sociedade em geral. Deste modo, o preconceito e ignorância que rodeiam a doença são importantes fontes de sofrimento aos sujeitos desta pesquisa. Constatou-se, neste ponto, a importância da ABADFAL para os sujeitos, como meio pelo qual eles podem encontrar informações acessíveis e trocar experiências com outros portadores e mães, compartilhando também suas dificuldades. Destacou-se a escassa literatura brasileira sobre a temática, o que levou a buscar como referencial bibliográfico a literatura norte-americana acerca dos aspectos psicossociais da anemia falciforme.

**Palavras-chaves:** anemia falciforme,saúde da população negra,atenção psicossocial

**Atividade: O restabelecimento da matriz de apoio no pós-parto blue (Paineis)**

**Trabalho:**O restabelecimento da matriz de apoio no pós-parto blue

**Autor(es):** Ingrid Porto de Figueiredo

**Resumo:** Este trabalho é fruto do estágio supervisionado em Psicologia das Organizações I e II, realizado na Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará no PROAME – Programa de Aleitamento Materno Exclusivo – onde se encontra instalado o Projeto Mulher e Procriação, criado em 1999. Este atendimento apresenta material valioso para uma discussão, incluindo a sintomatologia, a etiologia e a intervenção clínica, referentes aos diferentes estados que a puérpera pode vivenciar no pós-parto e que estão sendo apresentados em diferentes estudos na área da Psicologia, Psicanálise e Pediatria, o que nos oferece uma base teórica consistente para tal discussão. O presente trabalho propõe-se a discutir sobre o fenômeno psíquico que acomete mulheres no puerpério e que, de acordo com alguns autores, pode ser denominado de depressão pós-parto (SALES, 2003; BYDLOWSKI, 1998), pós-parto blue (BYDLOWSKI, 1998), constelação da maternidade (STERN, 1997), preocupação materna primária (WINNICOTT, 1978), entre outros. Este fenômeno é constituído por uma sintomatologia que varia do brande e passageiro ao patológico e crônico (SALES, 2003) incluindo sinais de tristeza, ansiedade cognitiva, indisposição, insônia etc. A partir do referencial teórico apresentado, levanta-se a seguinte questão: de que forma o acompanhamento psicológico pode restaurar a rede de apoio perdida ou inexistente para restabelecer a saúde psíquica da mãe e do bebê no puerpério? No caso clínico apresentado, trata-se de uma mãe que trazia consigo o discurso de estar acometida por um sentimento de tristeza, um medo de transmiti-lo ao bebê e uma grande preocupação com seu leite que já não era abundante. Além disso, seu marido não proporcionava-lhe a mesma segurança que existia antes do nascimento desta criança, mostrando-se desatencioso e descuidado com a família, principalmente com a esposa. O que observa-se é o estado de um pós-parto blue, indicado pelos sintomas – tristeza, ansiedade cognitiva, indisposição etc – e pela falha na matriz de apoio desta mulher, que encontra-se em um contexto sócio-cultural que exige o cuidar materno, mas que não oferecia suporte para o exercício de tal função. A intervenção terapêutica se mostrou uma forma eficiente de matriz de apoio, valorizando-a em sua tarefa. Algumas mudanças significativas ocorreram em suas representações, tais como a percepção de que havia se colocado em uma posição de vítima e de quanto também poderia ser responsável pela ausência do marido, em função da atenção extremada que oferecia ao filho. Essas modificações na sua maneira de visualizar e lidar com a situação foram possibilitadas através das interpretações colocadas pela terapeuta e pela elaboração realizada pela puérpera. Neste trabalho, buscou-se uma postura de atividade, ou seja, de possibilitar uma atuação, enfatizando mais as capacidades e habilidades do que o próprio conflito. Dessa forma, pode-se visualizar que o acompanhamento psicológico foi capaz de desmontar uma trama conflituosa e iniciar o processo de reestruturação desta rede, a partir de uma transferência positiva entre a mãe e a terapeuta.

**Palavras-chaves:** Pós-parto blue,Acompanhamento psicológico,Matriz de apoio

**Atividade: OS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (Paineis)**

**Trabalho:**OS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

**Autor(es):** Vania Sampaio Alves,Mônica de Oliveira Nunes

**Resumo:** A atenção em saúde mental no Brasil vem sendo objeto de intensos debates nas últimas décadas, culminando com um conjunto de proposições políticas condutoras do processo da reorientação do modelo assistencial. Em virtude da ineficácia do modelo de atenção

hospitalocêntrico, propõe-se a reestruturação da assistência em saúde mental com a configuração de uma rede de atenção psicossocial promotora da cidadania e dos direitos humanos. A reorientação do modelo de atenção em saúde mental fundamenta-se nos princípios de descentralização, integralidade, territorialidade, participação popular e humanização do cuidado. Os primeiros serviços de atenção psicossocial foram criados no final da década de 1980. A emergência destes serviços de base comunitária no país repercutiu na formulação de políticas setoriais. As portarias editadas pelo Ministério da Saúde ao longo da década de 1990 tiveram como consequência o aumento significativo destes serviços. Atualmente, mais de 800 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) estão em funcionamento no país. Os objetivos atribuídos aos CAPS podem ser caracterizados como abrangentes, incluído a atenção integral e contínua, com gerenciamento de projetos terapêuticos personalizados e compromissados com a efetiva reabilitação psicossocial, até a reorganização da rede de atenção em saúde mental no território, oferecendo suporte e supervisão aos profissionais da atenção básica e Programa de Saúde da Família (PSF) e às unidades hospitalares psiquiátricas. Na concretização destes objetivos, encontra-se um dos grandes desafios para a consolidação deste serviço e da própria rede de atenção em saúde mental. Nesta perspectiva, tem-se assinalado a relevância de avaliação dos CAPS, considerando-se que esta poderá produzir dados relevantes para o processo de implementação destes serviços e análise crítica das práticas desenvolvidas em seu âmbito. Faz-se necessário compreender como o processo em curso de expansão dos CAPS tem repercutido na reorientação do modelo de atenção em saúde mental no país, com a emergência de novos saberes e práticas. O campo da avaliação de sistema e serviços de saúde se caracteriza pela diversidade de abordagens teóricas e metodológicas. A avaliação em saúde pode ser definida como um julgamento sobre as práticas de saúde em suas múltiplas dimensões, seja o cuidado individual, sejam políticas, programas e serviços. O delineamento da dimensão do sistema de serviços de saúde a ser avaliada incide na elaboração da proposta de avaliação, implicando na construção de um marco teórico e de indicadores específicos, bem como estratégias de coleta de dados apropriadas. Admite-se, portanto, que a avaliação dos serviços substitutivos em saúde mental, particularmente dos CAPS, demandará a construção de uma proposta metodológica sensível à realidade e aos objetivos destes serviços. O presente estudo de doutorado abraça este desafio, apresentando como objetivo elaborar uma proposta de avaliação das práticas de atenção e cuidado em saúde mental no CAPS a partir da participação dos atores social envolvidos na construção deste serviço. Os objetivos específicos compreendem: 1) descrever e analisar o processo político de implementação dos CAPS no município de Salvador e sua repercussão na organização e gestão destes serviços; 2) descrever e analisar as concepções de gestores, profissionais, usuários, familiares e comunidade a cerca das práticas de atenção e cuidado realizadas pelo CAPS e da rede de atenção à saúde mental no território; 3) descrever e analisar as práticas de atenção e cuidado realizadas pelo CAPS. Espera-se, portanto, apreender, nesta proposta de avaliação do CAPS, a dimensão da política de saúde mental local, da organização e gestão dos serviços, e das práticas de atenção e cuidado. Para tanto, adotar-se-á o enfoque emergente da avaliação qualitativa em saúde, com aportes da abordagem antropológica e triangulação de métodos. Pretende-se que os resultados obtidos a partir deste estudo possam contribuir com a consolidação dos CAPS ao evidenciar as possibilidades de alcances e os limites atuais destes serviços. A construção de indicadores para a avaliação dos CAPS poderá vir a se constituir como um importante instrumento de gestão destes serviços pelos diferentes atores sociais envolvidos na sua construção.

**Palavras-chaves:** centro de atenção psicossocial, avaliação em saúde, política de saúde mental

**Atividade: MODOS DE SUBJETIVAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** O coletivo transindividual: políticas e práticas de saúde pública

**Autor(es):** Liliana da Escóssia Melo

**Resumo:** O objetivo é discutir a inseparabilidade entre clínica e política e atenção e gestão no campo da saúde, a partir de uma ampliação do conceito de coletivo e da experiência de participação na construção de políticas de saúde pública no Brasil desde 2004, mais

especificamente, na Política Nacional de Humanização das práticas de atenção e gestão do Ministério da Saúde (Humaniza-SUS). A efetivação de tal política esteve associada desde sempre a uma aposta na troca de saberes entre trabalhadores, usuários e familiares, no diálogo entre profissionais e num certo modo de trabalhar em equipe, ou seja, num movimento permanente de criação de espaços coletivos. Mas o que entendemos por espaços coletivos? Embora tenhamos que admitir que há hoje, no campo da saúde coletiva, um certo consenso quanto à necessidade de instituição e garantia destes espaços, pretendemos contribuir com este campo, problematizando, inicialmente, o modo como o conceito de coletivo tem sido freqüentemente utilizado, seja nas ciências sociais e humanas, seja nas ciências da saúde. Em seguida apresentaremos uma discussão sobre princípios, diretrizes e dispositivos que nos permitem produzir espaços coletivos em consonância com o conceito proposto, tais como: co-gestão, ampliação coletiva da clínica, projetos terapêuticos singulares/institucionais, construção coletiva da ambiência, equipe de referência, apoio matricial, dentre outros. Ao fazer uma aposta na efetivação dos princípios dos SUS – universalidade, equidade, e integralidade – a Política Nacional de Humanização tem como um dos seus princípios a transversalidade. Através dele busca-se uma ampliação do grau de transversalização, entendendo que isto é o que produz saúde e sujeitos ou grupos-sujeitos. A transversalidade é um conceito que emerge das formulações teóricas de pensadores como F. Guatarri, G. Deleuze e G. Simondon e da Análise Institucional estando diretamente relacionado ao campo da experiência coletiva, como experiência que atravessa e constitui tanto os indivíduos como os grupos sociais, ampliando o grau de comunicação, afetabilidade e ressonância. Com base nesses pensadores podemos falar de um coletivo transindividual, entendido como espaço/tempo entre o individual e o social, espaço dos interstícios e das brechas. Um plano anterior a todo sujeito e a todo objeto, origem de toda mudança individual e social, sendo portanto um plano concreto de práticas, uma dimensão ético-política. Afirmar que o que coletivo transindividual é um plano relacional não significa reduzi-lo aos espaços formais de reuniões, de dinâmicas grupais ou interindividuais. A depender do modo como são conduzidos e ocupados estes espaços operam como obstáculos à experiência coletiva. Mas é, paradoxalmente, a partir deles que o coletivo transindividual pode emergir. Sendo assim podemos concluir que toda política que se quer pública e não somente de Estado, deve se colocar esse desafio: fomentar o movimento permanente de criação de planos relacionais, entendidos como espaços de cruzamento, de agenciamentos coletivos, de conexão entre os diversos sujeitos e as múltiplas instâncias de efetuação do SUS.

**Palavras-chaves:** Coletivo transindividual, Políticas de Saúde pública, Produção de Saúde e Subjetividade, Relação de Poder

**Trabalho:** Desconstruindo a vitimização: a rede de saúde pública como espaço de visibilidade e enfrentamento da violência contra a mulher.

**Autor(es):** Maria Teresa Lisboa Nobre Pereira

**Resumo:** Na perspectiva da vitimização, a relação violenta entre homens e mulheres é entendida como oposição entre uma vítima passiva e um algoz ativo, na qual a mulher, por ser oprimida, é impedida de se defender ou de impor e negociar seus próprios interesses. Amplamente adotada em estudos de criminologia no campo do Direito Penal no Brasil, o discurso da vitimização se deslocou da esfera jurídica e passou a fundamentar inúmeros e importantes estudos e pesquisas sobre a violência contra a mulher, no campo das ciências humanas e sociais, desenvolvidos principalmente por militantes do movimento feminista, nos anos 70 e 80. Apesar da relevância desses trabalhos pioneiros que denunciaram e problematizaram a situação de mulheres que sofrem violência, a perspectiva da vitimização foi sendo abandonada paulatinamente nos estudos de gênero após os anos 80, na medida em que foi se considerando que ela nega às mulheres a condição de sujeito autônomo. Contudo, ainda manteve-se dominante na década de 90, nos estudos sobre violência e saúde da mulher, sobretudo no que se refere à violência sexual. Neste trabalho pretendo analisar o fenômeno da violência contra as mulheres que chega à rede de saúde pública como uma estratégia de enfrentamento que retira as mulheres da invisibilidade, e, portanto, da condição de passividade. Embora a procura pelos serviços de saúde se expresse como uma “denúncia silenciosa” da violência sofrida, uma vez que, na maioria das vezes, as queixas são camufladas em outros sintomas físicos e psíquicos,

ela pode ser percebida como uma expressão de resistência das mulheres e de saída do anonimato. Entendendo as relações de poder como móveis, instáveis e descontínuas, que atravessam o tecido social e produzem resistências, proponho que a categoria da vitimização seja atribuída apenas aos casos em que a violência tenha sido tão aniquiladora e destrutiva ao ponto de impossibilitar às mulheres, qualquer possibilidade de reagir ou de procurar ajuda e sobretudo, de se expressar, através da palavra. Essa reflexão aponta a necessidade de repensar a formação dos profissionais de saúde que atuam na rede de saúde e atendem essas mulheres, para que possam lidar com a violência como problema de saúde pública, acolhendo suas demandas explícitas e implícitas e favorecendo a construção de vínculos que transcendam o atendimento emergente, pautado na cura de sintomas. Implica, ainda, superar o modelo de atenção centrado na queixa-procedimentos médicos, voltando-se ao fortalecimento das resistências femininas e valorização das suas formas de enfrentamento, mesmo incipientes. Essa abordagem do problema exige também uma perspectiva de atuação transdisciplinar, que rompa com os especialismos fragmentados em áreas de atuação e campos do saber. Essas iniciativas supõem a construção de estratégias coletivas, que implicam, entre outras medidas, uma maior articulação entre os serviços de referência e as unidades básicas de saúde, uma maior participação da comunidade nas ações desenvolvidas no campo da saúde coletiva e uma articulação interinstitucional entre saúde, segurança pública, justiça e educação, onde se amplie o debate público sobre a violência, seja ela doméstica, sexual, institucional ou urbana. Palavras chave: violência, saúde pública, relação de poder

**Palavras-chaves:** saúde pública, violência, relação de poder, coletivo

**Trabalho:** Produção de saúde e produção de subjetividade: uma aposta clínico-política do SUS.

**Autor(es):** Eduardo Passos

**Resumo:** O tema da humanização ganha destaque no cenário das políticas públicas de saúde no Brasil. No Ministério da Saúde, a Política Nacional de Humanização (PNH), o HumanizaSUS, se apresenta, em 2003, como uma proposta de mudança das práticas de saúde afirmando a inseparabilidade entre os processos de produção de saúde e os processo de produção de subjetividade. Pensar em práticas de produção de saúde humanizadas é considerar novos atores implicados nestas práticas, isto é, sujeitos autônomos, protagonistas e co-responsáveis nos processos mudança disparados. Enquanto política transversal, a PNH problematiza os modelos instituídos no campo da saúde, afirmando-se como princípios, método, diretrizes e dispositivos concretos que podem ser verificados na experiência cotidiana de um SUS que dá certo enquanto movimento instituinte que mantém aceso o ideário que lhe serviu de fundação. Neste contexto, se faz necessário rever o conceito de humanização para a orientação da mudança nos modelos de atenção e de gestão que o Sistema Único de Saúde preconiza desde suas bases no movimento sanitário brasileiro. Tal tarefa se impõe em função da banalização com que o tema vem sendo tratado, assim como pela fragmentação das práticas ligadas a programas de humanização. Na verdade, trata-se de um mesmo problema em uma dupla inscrição teórico-prática, daí a necessidade de enfrentarmos a tarefa de redefinição do conceito de humanização, bem como dos modos de construção de uma política pública e transversal de humanização da/na saúde. Este segundo aspecto apontou para o debate sobre a dimensão pública das políticas de saúde em sua relação com o Estado considerando-se, especialmente, o fato de que no Brasil há, desde a constituição de 1988, a garantia de saúde como direito universal da população através do Sistema Único de Saúde. Queremos examinar o conceito de humanização no quadro mais amplo da relação do Estado com as políticas públicas enquanto experiência concreta, afirmando que não há como garantir uma Política Nacional de Humanização da saúde sem que se confronte com o tema do humanismo no contemporâneo. Esta tarefa não é simples, já que o pensamento no século XX foi fortemente marcado por uma crítica anti-humanista que deve agora ser retomada para, frente a ela, nos reposicionar. Este trabalho se dedica, orientado pela análise foucaultiana do poder, a examinar o conceito de humanização na relação do Estado com as políticas públicas enquanto experiência concreta, afirmando que não há como garantir uma Política Nacional de Humanização da saúde sem que se confronte com o tema do humanismo no contemporâneo.

**Palavras-chaves:** Políticas Públicas, anti-humanismo, Produção de Saúde e Subjetividade, Sistema Único de Saúde

**Atividade:** O CRAS no Fortalecimento de Grupos Produtivos (Experiências em Debate)

**Trabalho:** O CRAS no Fortalecimento de Grupos Produtivos

**Autor(es):** Renata Alencar Oliveira, Michele Aragão Freitas Carneiro

**Resumo:** O presente trabalho relata uma experiência que vem sendo desenvolvida no CRAS do município de Quixeramobim, localizado no Sertão Central do Ceará. É o primeiro centro da cidade e encontra-se em funcionamento desde julho de 2006, contando com uma equipe técnica de dois assistentes sociais, dois psicólogos e uma equipe de apoio formada por um agente social, um auxiliar administrativo, um auxiliar de serviços gerais, um cozinheiro e um vigilante. Referencia especificamente três bairros em situação de vulnerabilidade social (Maravilha, Depósito e Jaime Lopes). Tem como objetivos prevenir situações de risco (violência, desemprego, trabalho infantil, discriminação e outros); Desenvolver potencialidades, visando à geração de emprego e renda; Informar a comunidade quanto aos serviços oferecidos no município para a garantia do bem-estar e cidadania; Fortalecer os vínculos familiares e comunitários através da participação pró-ativa. O trabalho em comunidade vem sendo bastante solicitado, pois tem levantado a preocupação com as relações intra-familiares. A contribuição do psicólogo torna-se importante dentro deste contexto, por que o seu olhar diferenciado consegue perceber as conseqüências psíquicas causadas pelas mazelas sociais. A partir disso, ele passa a intervir dentro da comunidade de forma a criar novas possibilidades de existência e superação. Conceitos como Consciência, Atividade, Identidade e Sentimento de Pertença, ganham força e voz, ecoando e transformando a realidade da comunidade referenciada pela Casa da Família. O CRAS vem trabalhando com as famílias através de entrevistas, visitas domiciliares e institucionais, palestras, oficinas de convivências, de capacitação e inserção produtiva, reuniões e ações sócio-educativas e comunitárias. Vale ressaltar que tem sido prioritário o acompanhamento às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), especialmente as que não estão cumprindo suas condicionalidades. Aqui queremos destacar a atuação do CRAS no fortalecimento dos grupos produtivos vinculados a Secretaria de Ação Social (SAS) deste município, sendo eles: O Projeto Jardineiras e a Fábrica de Vassouras Recicle. O Projeto Jardineiras iniciou suas atividades há dois anos, tendo como objetivo diminuir a ociosidade, fortalecer a auto-estima, oferecendo um auxílio alimentação que consiste em uma cesta básica e um botijão de gás a trinta e cinco mulheres que em contrapartida cuidam da limpeza das praças. A Fábrica de Vassouras Recicle compartilha os mesmos objetivos do projeto As Jardineiras, contudo, estes recebem um auxílio no valor de R\$100,00. As vassouras são produzidas com garrafas PET recicladas e vendidas para a população e pequenos comércios locais. O CRAS vem trabalhando com esses dois grupos desde agosto de 2006 em encontros quinzenais, com o intuito de fortalecer os laços grupais e instigar nos integrantes uma crença nas potencialidades individuais, estimulando assim o desenvolvimento e capacitação dos mesmos para que possam sair da situação de vulnerabilidade social.

**Palavras-chaves:** CRAS, Grupos Produtivos, Psicologia Social

**Atividade:** AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA (Mesas Redondas)

**Trabalho:** Avaliação Psicológica no Processo de Seleção de Pessoal

**Autor(es):** Nivia Cristina Nunes Corrêa

**Resumo:** No atual modelo de gestão de pessoas, que emergiu a partir da falência do sistema de Administração de Recursos Humanos, que identificava o trabalhador com um "recurso", há um movimento de resgate do talento humano e de confirmação da importância de prover,



desenvolver e manter as pessoas dentro das organizações. O processo de recrutamento e seleção de pessoas, desse modo, ganha relevância por ser uma ferramenta que ajudará a compatibilizar o perfil do trabalhador com o modelo de gestão empregado buscando atingir o máximo da eficácia organizacional. O processo seletivo ocorre logo após o processo de recrutamento e tem como objetivo compatibilizar as características individuais (capacidades e experiências) com os requisitos do trabalho e com os valores e cultura da organização. A seleção é o processo de escolha de candidatos dentre aqueles recrutados. O processo de seleção envolve atividades de caráter eliminatório e, dentre as ferramentas de seleção de pessoal, os testes psicológicos são utilizados em grande escala. Apesar de sua realização ser defendida por muitos, a avaliação psicológica no processo de identificação de pessoas para as organizações é foco de muitas divergências. Os testes psicológicos são utilizados na seleção de duas formas: como uma ferramenta de auxílio no processo de escolha do candidato, ou como uma ferramenta classificatória, acabando por servir como mecanismo de exclusão. Os testes são utilizados para comprovar que, no momento em que estão sendo avaliados, determinados candidatos possuem características de personalidade, conhecimento e competências, que os torna mais adequados a desempenhar a função. O psicólogo é o profissional habilitado para fazer uso dos testes psicológicos e, em sua prática, deve observar na escolha dos testes que serão utilizados no processo seletivo seu valor preditivo. Para tanto, é importante uma análise profunda na literatura dos mais adequados instrumentos para avaliar as características individuais importantes para o desempenho da função, como também é relevante avaliar as características psicométricas dos instrumentos e sua validade para a população brasileira. Além da escolha do instrumento, o psicólogo é responsável por estabelecer com o examinando uma relação cordial e de confiança (rapport), levando em conta o estado emocional do candidato. Esse cuidado pode ser de fundamental importância para que o profissional obtenha a cooperação sua cooperação no processo. A reflexão sobre o processo de avaliação psicológica em seleção de pessoal se torna relevante para que possamos torná-la uma experiência significativa para os participantes e uma ferramenta segura para os psicólogos, possibilitando uma prática mais produtiva no contexto organizacional.

**Palavras-chaves:** AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA,SELEÇÃO DE PESSOAL,TESTAGEM PSICOLÓGICA

**Trabalho:**PSICODIAGNÓSTICO: UMA REFLEXÃO SOBRE A REDEFINIÇÃO DO PAPEL DO PSICÓLOGO

**Autor(es):** Nivia Cristina Nunes Corrêa,Rita de Cassia Fagundes Gonzales,Inez Rita Gramacho Cerqueira

**Resumo:** O psicodiagnóstico como atividade do psicólogo clínico foi desvalorizado, ao longo de algumas décadas, por ter sido correlacionado à aplicação de testes, cujos resultados eram desacreditados. De fato, devemos lembrar que, até a metade do século XX, a prática do psicólogo em psicodiagnóstico se restringia à aplicação de testes, o que permite compreender o quanto é bastante recente a redefinição do seu papel. Atualmente, ainda que o psicólogo não seja mais um mero 'testólogo', seu trabalho na avaliação psicológica clínica continua sendo objeto de muitas críticas. A definição do papel do psicólogo no contexto da atividade de psicodiagnóstico é incipiente, pois, a formação do profissional, muitas vezes, carece de maior ênfase nessa tarefa que lhe é privativa. Assim, mostra-se relevante uma discussão acerca dos principais aspectos que caracterizam o papel do psicólogo no processo psicodiagnóstico. Atualmente, o psicólogo deve utilizar o psicodiagnóstico com objetivos bem delimitados, visando o esclarecimento de questões levantadas acerca do sujeito, tendo sempre como meta proporcionar condições para o bem-estar psicológico do seu paciente. Nesta perspectiva, a testagem é uma etapa que pode ou não fazer parte do psicodiagnóstico. A sua inclusão no processo está condicionada aos objetivos de cada avaliação clínica a ser realizada. Para o esclarecimento desses objetivos, é imprescindível a realização de uma escuta psicológica que possa levar em conta todos os fatores envolvidos, partindo de uma apuração da solicitação. Isso significa que o processo se inicia com o uso do instrumento maior do psicólogo que é a

entrevista. Esta deverá ser realizada com o solicitante e com todos os envolvidos na solicitação. É muito comum que um pedido de psicodiagnóstico seja feito por um profissional de outra área - como médico, ou professor - que pede esclarecimentos sobre um problema apresentado por um sujeito, apontando algo que não vai bem. Antes de tomarmos o sujeito como objeto de investigação, é preciso desnudar no discurso do solicitante o que este considera 'problema' e por que merece investigação. Quando o psicólogo se coloca como questionador da solicitação que, muitas vezes, apresenta-se de forma extremamente burocrática, cumpre seu papel de provocar a subjetivação da queixa, de modo a implicar o solicitante no pedido que está formulando. Esta estratégia de início do psicodiagnóstico mostrar-se-á fundamental para que os resultados do processo possam retornar ao solicitante, encontrando-o numa outra posição em relação ao sujeito no qual observou o mal-estar. Quando o solicitante é mobilizado em sua participação naquilo de que se queixa, sua colaboração significa uma possibilidade de também participar ativamente das recomendações e orientações que serão apresentadas durante e no final do processo de avaliação. Se no início do processo já está demarcado que o papel do psicólogo não é o de mero cumpridor de uma solicitação realizada por outrem, a continuidade do trabalho se beneficiará de seus efeitos. Quando o psicólogo finalmente chama o sujeito para dar início ao psicodiagnóstico, o trabalho nas entrevistas iniciais também é o de provocá-lo, com questões e assinalamentos, de modo que a queixa se transforme em uma demanda que justifique a avaliação. Percebemos, imediatamente, que a precisão e a clareza dos objetivos do psicodiagnóstico estão atreladas irremediavelmente a uma posição ética bem estabelecida e, que por sua vez, só pode estar assegurada se, na formação do psicólogo, é realizado um estudo profundo da aplicabilidade do psicodiagnóstico, não em uma faceta tecnicista, ou seja, tentando 'ensinar' ao profissional exclusivamente 'o que fazer'. Isso significa promover, na formação, o desencadeamento de um pensamento crítico, que permita ao psicólogo se posicionar diante de uma situação clínica, tomando o paciente como sujeito envolvido diretamente em qualquer solicitação de avaliação, ou de atendimento a ser realizado, e não apenas como mero objeto de investigação.

**Palavras-chaves:** PSICODIAGNÓSTICO, PAPEL DO PSICÓLOGO, ÉTICA

**Trabalho:** AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NA OBESIDADE MÓRBIDA COMO PORTA DE ENTRADA NO TRATAMENTO PSICOLÓGICO

**Autor(es):** Nivia Cristina Nunes Corrêa

**Resumo:** As dificuldades encontradas no tratamento da obesidade, desde a adesão do paciente ao tratamento até a eficácia da intervenção clínica, correspondem a uma necessidade de avaliar os aspectos subjetivos do paciente obeso, numa via de entendimento e inclusão dos fatores da dinâmica subjetiva que interferem nesse processo. Mais freqüentemente a solicitação de uma avaliação psicológica vem acompanhada da indicação para a realização da cirurgia bariátrica. Sendo considerados os fatores clínicos para a indicação cirúrgica, o psicólogo tem sido convocado a produzir um laudo, no qual devem ser explicitadas as condições psicológicas do sujeito para lidar com as mudanças decorrentes da cirurgia. A partir dessa demanda específica e considerando as restrições com as quais os pacientes irão se confrontar, bem como os efeitos dessa intervenção na sua dinâmica psíquica, podemos propor que a avaliação psicológica deverá contemplar alguns aspectos específicos, dentre os quais destacamos: como o paciente pode lidar com a privação e a frustração; se o paciente vivencia um processo de compulsão alimentar; a relação do acometimento da obesidade com a constituição da sua imagem corporal; a sua implicação no processo de tratamento. Ao escutar os pacientes nesse processo de avaliação psicológica, constatamos que um aspecto é de fundamental importância para o "sucesso" do tratamento pós-cirúrgico: a sua participação no processo de escolhas. A escuta psicológica tem como foco favorecer a explicitação de aspectos característicos da singularidade de cada paciente: o que a sua história apresenta como particularidade; retirando-o da posição de "obeso mórbido", enquanto categoria que o identifica como grupo, para escutar a singularidade de um sujeito que constrói valores e concepções de saúde-doença, que está inserido em uma estrutura histórica e social, em interação com as demandas do mercado capitalista, com as concepções de beleza, de ideal, entre outros fatores que são significados de uma forma específica por cada um desses pacientes e que apresenta efeitos também particulares na sua constituição subjetiva. A

tarefa do psicólogo não pode se restringir à confecção de um laudo psicológico para a realização da cirurgia, mas deve ser um convite para que esses sujeitos possam participar ativamente do seu tratamento. Não respondemos diretamente à demanda pelo laudo psicológico, mas apostamos que o paciente possa vir a se interessar pela dimensão subjetiva do seu sofrimento e, assim, posicionar-se como sujeito de escolhas, dentre elas, a de ser responsável pelo seu tratamento. E, ainda, ao considerarmos a especificidade em torno da qual gira essa clínica – a comida – reafirmamos o seu valor simbólico na história da humanidade, destacando a sua importância no processo de subjetivação. Sabemos que não se come apenas para aplacar a fome. Comer é, sobretudo, a assunção das regras da convivência, do estar juntos, do gosto, da tradição familiar e cultural, enfim, da linguagem. Os pacientes que acompanhamos em tratamento no ambulatório de um hospital universitário falam dessa necessidade de satisfação, da necessidade de preencher um vazio, como vivência real no corpo. Oferecemos, então, no atendimento psicológico, a partir do pedido de avaliação, a possibilidade do paciente falar, simbolizar esse “vazio”, para que possa, enfim, construir uma outra forma de satisfação pela via do desejo. A aposta no atendimento psicológico é de que o paciente venha a queixar-se não apenas do peso do corpo ou das dores, mas do peso da existência – que é árdua para todos nós – e assim descobrir que existem possibilidades de torná-la mais leve.

**Palavras-chaves:** AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA, OBESIDADE MÓRBIDA, PAPEL DO PSICÓLOGO

**Atividade: Controle aversivo: seu uso em Odontologia (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Controle aversivo: seu uso em Odontologia

**Autor(es):** Gilson de Assis Pinheiro

**Resumo:** O presente trabalho apresenta uma visão geral acerca do uso do controle aversivo pelos Cirurgiões-Dentistas. Destaco pontos de considerável importância para a seleção deste procedimento e assinalo pontos críticos para a sua utilização diante da estrutura da formação profissional tecendo considerações éticas para o seu emprego. Profissionais que atendem o paciente infantil em diversas oportunidades encontram dificuldades para a execução de procedimentos clínicos particularmente diante de pacientes considerados “difíceis” no que se refere ao manejo comportamental e diante destes fazem uso de diversas técnicas comportamentais. Conhecer a estruturação da dinâmica do comportamento infantil, saber (como, quando e porque) intervir quando se depara com comportamentos de não colaboração, empregar medidas visando a extinção de comportamentos inapropriados ou inadequados devem ser estabelecidos pelo profissional, são importantes tópicos, os quais não devem ser relegados a segundo plano. É importante lembrar que, quanto mais se conhece a criança maior é a probabilidade de sucesso do atendimento (Muñiz, 1973). Dentre estas técnicas, destaca-se o controle aversivo, também chamado de “exercício da mão sobre a boca (hand over mouth exercise- HOME, tendo como variação o HOMAR- Hand over mouth exercise with restraint of air – mão sobre a boca com restrição de ar)” ou “técnica de mão sobre a boca”, “condicionamento relutante” ou “tamponamento”. Esta técnica tem sido utilizada há mais de 76 anos (Jordan, 1925) e tem sido alvo de estudos por inúmeros pesquisadores (Davies e King, 1961; Levitas, 1974; Levy e Domoto, 1979; Duarte & Guedes-Pinto, 1990, Pinheiro e Dias, 1994; Moraes, Bundzman, Maia e Souza, 1997). Ainda existem controvérsias para a sua utilização. Levitas (1974) tão bem a descreveu, no entanto, Davies e King (1961) receiam ocorrer trauma psicológico (odontofobia) e Levy e Domoto (1979) assinalam que tal procedimento resolve o problema imediato do profissional, podendo possibilitar comportamento de evitação (esquiva fóbica) demonstrado pelo paciente ao profissional. A “punição” ou restrição física imposta pelo CD consiste em programar, para o responder da criança, uma consequência que faz com que o comportamento de não colaboração torne-se menos provável, portanto capaz de produzir uma redução da frequência da resposta em razão da produção de um punidor levando em consideração a relação existente entre os estímulos/respostas na contingência vigente. Recomenda-se maturidade do profissional, firmeza no agir, controle emocional, princípios bioéticos na interação paciente profissional. É um procedimento não recomendado para profissionais com pequeno repertório de manejo

comportamental(Guedes-Pinto, 1988), entretanto, objeções são feitas quando empregada de maneira punitiva e cruel (Nathan, 1989). Destaca-se a necessidade do consentimento informado (Guedes-Pinto, 1988, Morais, Bundzman, Maia e Souza, 1997, Pinkham, 2000), esta implicação legal, no entanto, ainda é pouco utilizada pelos profissionais. Há necessidade da informação consentida no processo decisório, no estabelecimento de estratégias, e do conhecimento do “modus operandi”. A concentração do poder decisório não deve concentrar apenas na mão do profissional. A não cooperação da criança representa um grande problema na clínica odontopediátrica (Lulic, Radionov, Dukic & Keros, 1998) e a investigação de variáveis determinantes, predisponentes ou concorrentes para a ocorrência de atitudes negativas merecem ser melhor investigadas pelo profissional devendo este conhecer os fatores participantes deste amálgama comportamental e intervir terapêuticamente na criança, percebendo sua individualidade, notando que é um ser em crescimento e desenvolvimento com necessidades específicas

**Palavras-chaves:** psicologia aplicada a Odontologia, interação paciente-profissional, odontologia

**Atividade: CÂNCER INFANTIL: INTER-RELAÇÕES ENTRE FAMÍLIA, HOSPITAL E ESCOLA NUMA PERSPECTIVA ECOLÓGICA (Paineis)**

**Trabalho:**CÂNCER INFANTIL: INTER-RELAÇÕES ENTRE FAMÍLIA, HOSPITAL E ESCOLA NUMA PERSPECTIVA ECOLÓGICA

**Autor(es):** Priscila Maria Oliveira Carvalho, Hérica Pereira Brito Nery

**Resumo:** O presente trabalho foi baseado numa perspectiva sistêmica, a teoria bioecológica de Bronfenbrenner, que visou analisar as repercussões do processo de tratamento do câncer infantil nos sistemas familiar, hospitalar e escolar, buscando identificar as alterações ocorridas nesses sistemas, os tipos de vínculos estabelecidos e o processo de transição ecológica após a inserção da criança com câncer no hospital. Para tanto, foram aliadas duas estratégias metodológicas: estudo de campo e estudo de caso. Foram realizados dois grupos focais no Grupo de Apoio à Criança com Câncer – GACC, localizado na cidade de Salvador e estudado o caso de uma criança com câncer, que residia na cidade de Salvador, através de entrevistas semi-estruturadas. Encontra-se uma forte influência dos microsistemas na vida de uma criança com câncer. A família é o microsistema que desempenha um papel apoiador na vida da criança com câncer e precisa de força e estrutura para lidar com a gravidade da doença e então poder oferecer um suporte adequado à criança com câncer, contribuindo para o seu desenvolvimento. A disponibilização de um atendimento humanizado para o tratamento da criança doente, cria um ambiente atrativo e faz com que ela sinta-se bem e não desista do tratamento, viabilizando assim, qualidade de vida para criança com câncer e seus familiares. Manter a criança com câncer em suas atividades cotidianas, favorece para que ela permaneça adaptada ao meio social e escolar, contribuindo para que esta crie vontade e esperança de sobreviver, além de ajudar a desvinculá-la, mesmo que por um período, da problemática da doença. O estabelecimento de vínculos entre os membros de cada microsistema e a existência de uma comunicação aberta entre eles, favorecem a criação de um ambiente acolhedor e saudável para a criança, promovendo-lhe bem estar físico, psíquico e social, isso promove a criança e sua família um processo de enfrentamento da doença de forma mais tranquila, com confiança e perseverança. Além disso, tão importante quanto o estabelecimento de uma boa relação entre os membros do microsistema, são as inter-relações que devem ser estabelecidas entre os microsistemas, formando o mesossistema. Essa interação permite a formação de vínculos, colaborando para que as informações entre os sistemas sejam transmitidas de forma clara e verdadeira, para evitar o surgimento de dúvidas, angústias e medos, fazendo com que a criança contribua para o sucesso do seu tratamento. Enfim, o mesossistema, ao proporcionar à criança com câncer e seus familiares um ambiente harmonioso, estes enfrentam todo o processo da doença com o mínimo de prejuízo possível em suas vidas.

**Palavras-chaves:** Câncer infantil, Microsistema, Mesossistema

**Atividade: A clínica-política na construção da Saúde Mental Coletiva: a importância de espaços intercessores.  
(Painéis)**

**Trabalho:**A clínica-política na construção da Saúde Mental Coletiva: a importância de espaços intercessores.

**Autor(es):** Aline Morschel,Liliana da Escóssia Melo,José Maurício Mangueira Viana,Aline Oliveira Belém,Dayse Andrade Bispo Silva,Karen Gomes Leite,Taylanne Alves Araujo

**Resumo:** A concretização de ações coletivas na saúde mental consoante aos princípios do SUS e da Reforma Psiquiátrica requisita o extrapolamento de espaços delimitados, sejam eles em relação aos especialismos, aos lugares de formação e de práticas e entre clínica e política. Neste sentido, ressalta-se a importância dos espaços intercessores. O Projeto Clinamen, pesquisa intervenção realizada pelo grupo de pesquisa da Universidade Federal de Sergipe em parceria com o CRP-03, configurou-se, consoante a esta perspectiva, como um dispositivo articulacional. Assim, além de fomentar produção de conhecimento acadêmico, possibilitou a troca de saberes e experiências através de discussões entre professores, alunos e profissionais do campo da saúde mental. Ou seja, a própria pesquisa, rompendo com o modo tradicional de pesquisar, configurou-se como um espaço intercessor. Referenciada pelo método cartográfico, o Projeto Clinamen se realizou através de oficinas de trabalho por se entender que estas se configuram como dispositivo, ao mesmo tempo de coleta de dados e de intervenção clínico-política, uma vez que permite a análise, a discussão e a ação coletiva. Pode-se dizer, ainda, que tal dispositivo visou aumentar o grau de transversalidade e comunicação entre os diversos atores envolvidos em um determinado processo de trabalho, aumentar a chance de utilização dos resultados obtidos anteriormente, estimular a participação dos vários segmentos de trabalhadores envolvidos nos serviços, incluir os diferentes interesses e questões, as aprendizagens silenciosas do cotidiano e propiciar espaço para negociações e trocas simbólicas entre os envolvidos. Por meio da técnica de grupo focal, as temáticas trabalhadas nestas oficinas emergiam a partir do coletivo presente e se configuraram a partir dos resultados obtidos. Dentre as temáticas trabalhadas, destacou-se a questão da clínica na construção da saúde mental coletiva. Ao tratar de especificidade da clínica neste campo, ressaltou-se a importância de considerá-la enquanto movimento que, ao não se fechar na delimitação de um lugar possibilita a interface clínica e política. A abertura que força ultrapassar territórios identitários, lança a clínica numa região fronteira, numa postura analítica de experimentação utópica, ou seja, o habitar um não lugar (utopos) como intervenção. Para isso alguns conceitos-ferramentas foram trabalhados configurando-se 3 eixos que se conectam: a transdisciplinaridade, a prática da roda e o método da tríplice inclusão. A “atitude crítico-clínica”, neste sentido, coloca-se numa dupla acepção. Crítica, como arguição, questionamento do que é instituído e num sentido de produção de crise que desestabiliza as formas instituídas; e clínica num sentido de movimento de inclinação ao leito (acolhimento) e de produção de desvio (clinamen). Será a partir desse entendimento que novas concepções e práticas clínicas poderão ser desenvolvidas no campo da saúde coletiva. O fomento dessa atitude liga-se aos espaços intercessores. Porém, não se trata necessariamente de criar novos lugares, e sim de pensar outro modo de ocupá-los, instaurando um regime de afetabilidade. Ou seja, busca-se instaurar movimentos sensíveis, ao nível dos afetos, que potencializem a inclusão dos sujeitos, de analisadores institucionais e dos coletivos. Falar em regime de afetabilidade é, então, falar de uma aposta na transversalidade através da circularização da palavra por meio de um movimento que faz a roda girar e que tem como objetivo o reaquecimento da rede de saúde pública. Diante da experiência proporcionada pelas oficinas e a relevância das temáticas abordadas, pode-se concluir que os espaços intercessores, como o fomentado pela presente pesquisa, são importantes dispositivos na construção e

consolidação da Saúde Mental Coletiva.

**Palavras-chaves:** Clínica-política, Espaços intercessores, Saúde Mental Coletiva

**Atividade:** O MÉDICO DE SAÚDE DA FAMÍLIA E O DIREITO DA CRIANÇA  
(Paineis)

**Trabalho:** O MÉDICO DE SAÚDE DA FAMÍLIA E O DIREITO DA CRIANÇA

**Autor(es):** Vania Sampaio Alves, ISABEL MARIA SAMPAIO OLIVEIRA LIMA, Anamélia Lins e Silva Franco

**Resumo:** O Programa Saúde da Família (PSF) tem como objetivo a reorientação da atenção básica mediante o desenvolvimento de ações orientadas pela abordagem da vigilância da saúde. Em relação ao médico de saúde da família, espera-se que este profissional venha a assimilar uma concepção ampliada de saúde à abordagem dos problemas, sendo capaz de estabelecer conexões entre estes e os aspectos do direito. O reconhecimento da saúde como um direito humano repercute tanto na formulação de políticas públicas quanto na prática profissional. A garantia dos direitos humanos, assim como a do direito à saúde da população e, em especial, da população infanto-juvenil, exige, além da afirmação normativa, a definição de políticas públicas específicas capazes tanto de superar um discurso retórico quanto de promover uma atuação articulada de diferentes atores sociais. O presente estudo analisa a compreensão do médico do PSF em relação ao direito da criança. Analisaram-se cinquenta consultas médicas de crianças menores de seis anos de idade, conduzidas por dez médicos de saúde da família com atuação em três municípios baianos. As consultas foram observadas com o consentimento informado de médicos e responsáveis pelas crianças atendidas. As consultas foram transcritas na íntegra e posteriormente analisadas com o emprego do NVivo. A análise da atenção médica à saúde da criança, neste estudo, privilegiou a dimensão da relação médico-paciente, assumindo como diretrizes norteadoras da compreensão da prática médica as linhas de cuidado para uma atenção integral às crianças, definidas pelo Ministério da Saúde. A saúde, em sua acepção ampla, é concebida como expressão da qualidade de vida e está, portanto, estreitamente relacionada às condições de existência social, econômica e cultural. Nesta perspectiva, a atenção à saúde não deve ser restrita ao âmbito da clínica, cujo enfoque recai sobre o indivíduo, a doença e a assistência curativa. Os resultados obtidos apontam ser a consulta médica orientada pelas linhas de cuidado de atenção integral à saúde da criança. Nesta perspectiva, as consultas das crianças menores de seis anos contemplam a investigação de temáticas como: imunização, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento, alimentação e prevenção de desnutrição e anemias carenciais, atenção às doenças prevalentes na infância. Outras temáticas, ainda que observadas em consultas isoladas, também são abordadas: a saúde da mulher (planejamento familiar), a saúde bucal e os maus-tratos contra criança. Entretanto, a integralidade desta atenção mostra-se comprometida pela descontextualização do processo saúde-doença-cuidado. As condições concretas de vida das famílias não são assimiladas à compreensão dos problemas de saúde, o que obscurece um reconhecimento quanto à possibilidade de exercício de um cuidado das famílias afetivo e efetivo com a saúde de suas crianças. Depreende-se, portanto, que a atenção à saúde da criança não tem sido desenvolvida segundo a abordagem da vigilância da saúde. Entre os médicos predomina uma concepção restrita de saúde. Esta, ao circunscrever a queixa aos sintomas e à medicalização, compromete a apreensão de seus determinantes, desvinculando-a da realidade das famílias e da comunidade. Em consequência, a consulta deixa de constituir uma oportunidade de afirmação dos direitos da criança. Conclui-se que, na perspectiva do direito da criança, a atenção médica no contexto do PSF precisa ser orientada pelo princípio do “melhor interesse da criança”, o que remete para a necessidade da contemplação do paradigma da proteção integral da criança e do adolescente na formação dos profissionais de saúde.

**Palavras-chaves:** programa saúde da família, direito da criança, atenção integral a saúde da criança

**Atividade: VIDA REAL E SONHADA  
(Experiências em Debate)**

**Trabalho:**VIDA REAL E SONHADA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO COM IDOSOS DE BAIXA RENDA RESIDENTES EM UMA FAVELA DO RIO DE JANEIRO

**Autor(es):** Cristiana Mercadante Esper Berthoud, Eleonora Alexandra Ribeiro da Silva

**Resumo:** Este trabalho teve como objetivo fazer um levantamento das necessidades e desejos ou expectativas de uma vida melhor em seu bairro, entre uma população idosa de baixa renda. De cunho exploratório, quantitativo e qualitativo, os participantes foram recrutados na favela do Rio de Janeiro, em Jacarepaguá, da qual os pesquisadores tinham informação sobre baixo índice de violência e tráfico de drogas. O recrutamento ocorreu por intermédio das associações de bairro segundo a disponibilidade dos participantes. O trabalho teve a duração de 3 meses nos quais foram investigados 139 idosos, 67 responderam a um questionário e 72 participaram de grupos focais. Como resultado observou-se que as habitações são precárias, mas existem locais com condições melhores. Uma grande parte dos participantes são viúvos e do sexo feminino, residem com filhos, noras e netos. Pouco mais da metade possui aposentadoria e 61% não trabalham, resultado este associado à maioria das mulheres participantes, justificado pela má condição de saúde ou falta de oportunidade. O dia a dia se resume aos cuidados da casa, assistir televisão e ler jornais e revistas. Os participantes relatam gostar do local em que vivem por existir tranquilidade e solidariedade entre a vizinhança. Quanto às necessidades, relatam necessitar de tudo; falta saneamento básico, moradia; assistência à saúde à todos os seguimentos de idade. Relatam preocupação com as crianças e jovens quanto ao futuro. Existe falta de escolas, creches, áreas de lazer, hospitais e atenção à saúde. Quando questionados sobre os desejos, acrescentam às faltas mencionadas, a necessidade de ensino profissionalizante para jovens, adultos e idosos. Gostariam de um espaço destinado a eles, para aprendizagem de novas habilidades para aumento de renda familiar, um espaço para o lazer, como dança e ginástica e atividades culturais. Apesar da precariedade física do ambiente, da dificuldade financeira e dos agravos de saúde decorrentes da idade, a maioria dos participantes se considera uma pessoa feliz, mas, para a satisfação total seria necessário mais dinheiro e saúde. Estão dispostos a mudar a realidade em que vivem, seja para melhoria da própria condição de vida ou da comunidade. Os autores discutem a surpreendente resiliência da população estudada, seu forte conceito de cidadania responsável e o protagonismo social, o que contraria estereótipos de idosos empobrecidos depressivos e centrados na saúde/doença. São idosos moradores de favelas – esperançosos, preocupados com a comunidade e desejosos de “fazer diferença”. Finalizando, os autores falam da importância de intervenções sociais de empoderamento que propiciem real melhoria de qualidade de vida.

**Palavras-chaves:** IDOSO, BAIXA RENDA, JACAREPAGUA

**Atividade: Reforma Psiquiátrica  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Reforma Psiquiátrica: Loucura X Periculosidade

**Autor(es):** Maria Fernanda Rosa Fontes

**Resumo:** Este estudo trata do tema da Reforma Psiquiátrica Brasileira que pode ser entendida, como movimento que visa a desinstitucionalização dos portadores de transtorno mental, através da extinção dos manicômios ou como uma reforma que deve ocorrer dentro das instituições hospitalares manicomial, abolindo tratamentos indignos a pessoa humana, ora proibidos pela constituição da República Federativa do Brasil que declara em seu artigo 5º inciso III o seguinte vernáculo “ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante”. A referida pesquisa tem como objetivo investigar as concepções de estudantes de Psicologia de Sergipe sobre a Reforma Psiquiátrica e como percebem o portador de sofrimento

psíquico grave. O referido movimento tem posto em cheque conceitos fundamentais da Medicina e da Psicologia no trato com pacientes psiquiátricos graves, não sendo poucas as reformulações teóricas e práticas que tem suscitado. O método empregado foi o survey e os sujeitos da mostra consistiram em 63 alunos de ambos os sexos, matriculados e freqüentando o décimo período do curso de Psicologia de três instituições de ensino superior em Aracaju, somando assim todos os cursos de psicologia do estado de Sergipe. Os resultados ora levantados indicam que de maneira geral os alunos apresentam pouco conhecimento referente à Reforma Psiquiátrica, apontam também que uma parte significativa deles não percebe a dimensão política e de inclusão social que esta política pública pode proporcionar. Também relevante indicar que 41,3% dos estudantes se sentiriam inseguros se houvesse a extinção dos manicômios e os portadores de transtornos mentais passassem a viver livre na sociedade. Esse dado é bastante preocupante, visto que um dos princípios de trabalho do Psicólogo é entender o indivíduo e dirimir qualquer tipo de preconceito. Além disso, 81% dos entrevistados não estão seguros da capacidade dos profissionais em saúde mental de proporcionarem assistência aos portadores de transtorno psíquico grave. Os dados obtidos são pouco passíveis de generalização, tendo em vista que este estudo de levantamento é de cunho exploratório, mas os resultados aqui obtidos são bastante preocupantes. As contradições internas, somadas às respostas pouco coesas sugerem que na formação dos estudantes parece estar havendo uma certa carência de informação sobre a Reforma Psiquiátrica, políticas públicas e mesmo sobre psicopatologia. As implicações éticas de práticas baseadas em princípios de trabalhos vagos podem comprometer o bom exercício da profissão. É essencial lembrar a importância do verdadeiro papel do psicólogo, pois surge ele, como agente mobilizador da subjetividade do sujeito, a fim de resgatar a cidadania deste e facilitar ao indivíduo o seu processo de reinserção, possibilitando que este redimensione suas relações com a família, trabalho, vizinhança, sexualidade e política, assim como, no resgate da autonomia e da individualidade do seu ser. O psicólogo deve acima de tudo colocar-se na posição de escuta diante da angústia e do conflito que o sujeito traz, como acolhedor do seu sofrimento, sem o olhar condizente do julgamento dentro do discurso dos valores morais e normas culturais vigentes. Aproximações entre loucura e crime não surgiram no levantamento da mostra, mas resultados significativos indicam que existe temor e preocupação sobre a segurança pessoal dos sujeitos quando se deparam com portadores de transtornos psíquicos graves, tais como a psicose, esquizofrenia e outros.

**Palavras-chaves:** Reforma Psiquiátrica,Psiquiatria,Formação do Psicólogo

**Atividade: O PSF NO DISCURSO DOS SEUS USUÁRIOS (Paineis)**

**Trabalho:O PSF NO DISCURSO DE SEUS USUÁRIOS**

**Autor(es):** Isaac Alencar Pinto,Ismaela Macêdo Coêlho,Audizélia dos Santos Araújo,Thelma Maria Grisi Velôso,Pedro de Oliveira Filho

**Resumo:** Inúmeras pesquisas têm sido realizadas sobre o Programa Saúde da Família (PSF), programa implantado em 1994 com o propósito principal de promover e reorganizar os serviços de atenção primária à saúde, de acordo com os princípios defendidos pelo Princípio Único de Saúde (SUS). A preocupação principal dessas pesquisas têm sido poder contribuir para a reflexão e discussão da proposta do PSF, tornando-a mais adequada ao que se propõe, ou seja, garantir os princípios de universalização, descentralização e participação da comunidade nas questões relativas à saúde, substituindo o modelo tradicional hospitalocêntrico. Refletir sobre o PSF implica considerar tanto o discurso oficial quanto dos profissionais envolvidos no Programa, o dos usuários e da população em geral. Sendo assim, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar os sentidos que os usuários do Programa Saúde da Família (PSF), dos Bairros do Pedregal e do Catolé, da cidade de Campina Grande-PB, atribuem aos serviços oferecidos pelo Programa. Utiliza como pressuposto teórico a Prática Discursiva sobre a



perspectiva da Produção de Sentido, a qual entende que o sentido é uma construção dialógica, por meio da qual as pessoas através de suas relações sociais, historicamente e culturalmente determinadas, constroem os termos através dos quais compreendem o mundo. Nesse sentido, a linguagem é entendida como uma prática social, uma vez que a pessoa não existe isoladamente, é através da confrontação de duas ou mais vozes que os sentidos são construídos. A linguagem também é ação e, portanto, produz conseqüências, pois ao falar, o indivíduo realiza ações: acusa, justifica, pergunta, produzindo um jogo de posições com seus interlocutores, tendo ele a intenção ou não. Os discursos acerca de um determinado tema podem variar tanto a nível grupal, quanto nas diferentes intervenções discursivas de um mesmo indivíduo. Nos discursos, além da consistência, encontramos também inconsistência e contradição. Pode-se dizer, portanto, que a partir da linguagem em ação, ou seja, das práticas discursivas, que as pessoas produzem sentidos e se posicionam nas relações sociais cotidianas, explicitando o seu conhecimento sobre o mundo. Optamos por uma metodologia qualitativa, colhendo depoimentos orais de homens e mulheres usuários do PSF. O número de entrevistas foi delimitado pelo critério de acessibilidade e pelo critério do ponto de saturação. Foram entrevistados nove usuários – oito mulheres e um homem – quatro da unidade do Bairro do Catolé e cinco da unidade do Bairro do Pedregal. As entrevistas foram gravadas e submetidas à análise de discurso de acordo com a proposta da Psicologia Social Discursiva. Em linhas gerais, os discursos dos entrevistados começam atribuindo qualidades positivas aos serviços oferecidos pelo PSF - se mostram satisfeitos com os serviços tanto devido à proximidade, uma vez que as unidades localizam-se próximas às suas residências, quanto pela assistência prestada pelos profissionais – e no decorrer da entrevista relativizam esta posição apontando para aspectos negativos, como a falta de medicação e a demora na marcação dos exames. Dessa forma, os discursos sugerem um certo receio em construir uma imagem de insatisfação com relação ao Programa que o próprio discurso termina denunciando.

**Palavras-chaves:** Práticas Discursivas, Produção de Sentido, Programa Saúde da Família

**Atividade: Psicologia e Saúde: possibilidades e alternativas inovadoras para a intervenção" (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** A CLÍNICA INTEGRAL DAS PSICOSES: o PARADIGMA "PSICOSSOCIAL" COMO UMA EXIGÊNCIA DA CLÍNICA DAS PSICOSES

**Autor(es):** Marcus Vinicius de Oliveira Silva

**Resumo:** O programa de atenção psicossocial a pacientes psicóticos, com um histórico de internações psiquiátricas, marcados pela condição de início da carreira (com vistas a sua interceptação) ou pela grande freqüência de internações motivadas por situações de fragilidade social, está baseado no conceito de "intensificação de cuidados" que decorre de uma compreensão das necessidades clínicas de natureza "psicossocial" presentes nessas situações e que de um modo geral são negligenciadas pelos modos tradicionais de organização da oferta de assistência aos mesmos. Por "intensificação de cuidados" se compreende um conjunto de procedimentos terapêuticos e sociais direcionados ao indivíduo e/ou ao seu grupo social mais próximo, visando o fortalecimento dos vínculos e a potencialização das redes sociais de sua relação, bem como o estabelecimento destas nos casos de desfiliação ou forte precarização dos vínculos que lhes dão sustentação na sociedade. De caráter ativo, a "intensificação de cuidados", trabalha na lógica do "um por um" e pretende colher o indivíduo no contexto de sua vida familiar e social, estabelecendo um diagnóstico que respeita a complexidade de cada caso, em suas peculiaridades psíquicas e sociais. Baseado em visitas domiciliares regulares, de prospecção e intervenção, a "intensificação de cuidados" oferece desde os recursos terapêuticos tradicionais até o assessoramento existencial do qual os sujeitos psicóticos carecem, com vistas contribuir para o processo de re-organização de suas vidas, para o enfrentamento das tendências socialmente expulsivas motivadoras das re-internações freqüentes. Como elemento de suporte e de organização do programa, a "intensificação de cuidados" investe na produção de novos espaços de sociabilidade, sustentados no interior da instituição, criando dispositivos coletivos de acolhimento e convivência através da "grupalização" dos sujeitos bem como para os seus

familiares, apostando no poder do vínculo social como um elemento fundamental da "continência psíquica". Como pressuposto e justificativa fundamental de tal perspectiva temos a compreensão de que, antes de se constituir como "doença mental" e ser inscrita como um fato médico, a "psicose", interpretada como loucura, se caracteriza por ser um fato social. Torná-lo médico não retirou dele a sua condição de ser um fato social, mas o reinscreveu numa certa perspectiva reducionista cujos únicos beneficiários são certas instâncias de poder social, das quais os sujeitos loucos não participam ou usufruem. O ponto de corte para a construção do comportamento bizarro ou desviante como alvo das intervenções psiquiátricas, sobretudo na geração das demandas de internações, situa-se antes em marcadores sociais do que marcadores clínicos ou da sintomatologia estritamente psíquica. Todo fato psíquico é um fato social. Não existe fato psíquico que não se inscreva como fato social. Não existe fato social que não se inscreva como psiquismo. A "loucura" ou a "psicose" como fato psíquico encontra-se marcada pela condição de ser um fato social estridente e significativo. Somente quando os sintomas interferem na ordem social de forma relevante o sujeito será inscrito no quadro do desvio psiquiátrico, sobretudo quando afetadas as suas qualidades de auto-regulação, de autonomia pessoal e/ou econômica ou de perturbação da ordem. Não que os elementos de alteração do funcionamento psíquico deixem de ser relevantes na definição da gravidade dos casos psiquiátricos, mas apenas quando essas alterações ultrapassam um certo patamar da crítica social os encaminhamentos dos casos os direcionam na busca de ajuda e mais especificamente na demanda de internações. Portanto pode-se considerar que, nos casos denominados como "urgências psiquiátricas" e que demandam internações, ao lado dos seus componentes psíquicos, encontram-se envolvidos vultuosos elementos de administração de situações sociais complexas, que não são compatíveis com as simplificações analíticas e institucionais, mormente encontradas na estruturação dos dispositivos clínicos tradicionalmente disponíveis. Portanto o paradigma da clínica psicossocial das psicoses pretende devolver à clínica a condição de operar com a complexidade do seu objeto, manejando um conjunto heterodoxo de recursos e possibilidades, que extrapolam os limites disciplinares, acadêmicos e/ou corporativos, que tradicionalmente moldaram de forma reducionista os fenômenos sobre os quais pretende intervir, de modo a submetê-lo às conveniências protocolares das instituições.

**Palavras-chaves:** saúde mental, vínculos, atenção psicossocial, intensificação de cuidados

**Trabalho:** Atuando na interface saúde-educação: a promoção de saúde como superação da patologização dos problemas enfrentados na escola.

**Autor(es):** Elisa Zaneratto Rosa

**Resumo:** Não é recente a história de encaminhamento de crianças e adolescentes para os serviços de saúde, muitas vezes especificamente para diagnóstico e acompanhamento psicológico, a partir de queixas referentes ao processo educacional: crianças avaliadas pela instituição educacional como tendo dificuldades de aprendizagem, mau desempenho escolar, problemas no processo de alfabetização, comportamentos inadequados no contexto escolar expressos quase sempre como "agitação", "rebelia" ou "violência". É comum essas crianças serem identificadas como portadoras de uma dificuldade e uma problemática nata ou no mínimo individual, que requer a intervenção de um profissional do campo da saúde para que possam ser devolvidas ao processo educacional devidamente "curadas". Do ponto de vista da intervenção da Psicologia diante dessa realidade, criticamos, veemente, as intervenções que, operadas na interface das áreas de saúde e educação, reafirmam a individualização do problema, por nós compreendido como sintoma trazido, abstraindo os determinantes sociais e históricos constitutivos da história escolar e de vida desses sujeitos. A tentativa de encontrar, via intervenção em saúde, na criança ou no adolescente por si a causa de suas dificuldades tem servido apenas para camuflar as inúmeras dificuldades da instituição escolar lidar com a diversidade, respeitar as especificidades de cada um no processo ensino aprendizagem e aprimorar sua capacidade inventiva na construção cotidiana do educar. Desresponsabilizamos os educadores e o processo de educação quando assumimos que o problema está na criança e que nós, profissionais da saúde, seremos capazes de transformá-las para que só então a escola tenha condições de trabalhar com elas. Que outra resposta temos a essa problemática? Como oferecemos nossa contribuição, enquanto profissionais da saúde, ao campo da educação?

Temos defendido que nossa intervenção neste campo deve se pautar pela perspectiva da promoção de saúde. Promover saúde significa, em primeiro lugar, reconhecer os processos como construídos sócio-historicamente, portanto como algo da dimensão relacional, e produzir no campo educacional a possibilidade de reconhecimento dessa construção e, com isso, um outro modo de lidar com os processos que não se adequam devidamente a um determinado modelo de escola, de ensino e de aprendizagem. Queremos uma intervenção psicológica capaz de evidenciar que aquilo que se apresenta na escola se produz, de algum modo, também neste campo. Queremos uma intervenção psicológica que resgate a possibilidade de reconhecimento, por parte dos educadores, de sua ação transformadora, porque formadora, da realidade. Queremos uma intervenção psicológica capaz de rever estigmas e de potencializar a possibilidade de relação e de criação das crianças consideradas problema. Este compromisso levou profissionais psicólogos a acumularem, no cotidiano de seu trabalho, um campo de referências técnicas para a intervenção na área de interface saúde-educação. Experiências em projetos de formação de educadores, avaliação de crianças encaminhadas por problemas de aprendizagem ou outros, são trazidos para o debate evidenciando, pela sistematização de alguns princípios metodológicos, algumas maneiras de responder criticamente a esta demanda. Nessas intervenções evidencia-se: a primazia do trabalho em grupo, o envolvimento necessário dos educadores na compreensão da queixa e na intervenção proposta, a necessidade de uma intervenção construída enquanto práxis, o compromisso com um resultado que passe, necessariamente, pela revisão ou transformação de alguma prática operada no interior da instituição escolar.

**Palavras-chaves:** saúde e escola, prevenção de saúde, criança e adolescente

**Trabalho:** A Psicologia e o SUS: relações de gênero e sexualidade - a transversalidade com a adesão ao tratamento em HIV/AIDS

**Autor(es):** Edna Maria S. Peters Kahhale

**Resumo:** A(o) portadora(o) de HIV/AIDS vive simbólica e corporalmente processos contraditórios de saúde e doença, que exigem se perceber e se constituir como protagonista, construindo projetos de vida, pessoais e coletivos, que expressem qualidade de vida. O processo de adesão ao tratamento é revelador de diversas contradições que precisam ser enfrentadas: as questões de gênero, de sexualidade, de orientações sexuais, de condições de vida e de trabalho. Este enfrentamento é necessário justamente pelo panorama mundial da epidemia de AIDS, que tem afetado cada vez mais as mulheres. A AIDS está afetando mais as mulheres com orientação heterossexual e relações estáveis; que correm mais riscos de serem contaminadas durante as relações sexuais do que os homens. Elas são diagnosticadas e iniciam o tratamento em estágios mais avançados do que eles, provavelmente decorrente do papel social de cuidadora, priorizam o cuidado dos filhos e de outras pessoas à frente de seu próprio. Este estudo tem como objetivo apreender como as relações de gênero e de opção sexual se expressam na adesão ao tratamento da(o)s portadora(e)s de HIV para criar intervenções assistenciais que respeitem as diferenças. Pretende-se também verificar se a percepção da(o) portadora de como se infectou está associada às relações de gênero estabelecidas e opções sexuais e se interfere no cuidado que ela (ele) tem consigo mesm(a)o; levantar quais as estratégias que a(o)s portadora(e)s de HIV criam e ou se utilizam para aderir ao tratamento e se revelam as relações de gênero e opções sexuais; como ela(e)s se percebem com comportamentos que aumentam sua vulnerabilidade; e avaliar as medidas de adesão ao tratamento associadas às relações de gênero e opções sexuais. A metodologia abarca a complexidade, a multideterminação e a transdisciplinaridade das relações de gênero, as opções sexuais e sua transversalidade com a adesão ao tratamento em portadora(e)s de HIV/AIDS, que envolvem uma concepção de saúde e de assistência. A saúde refere-se ao campo simbólico que constitui o sujeito, que possui um corpo que pode adoecer; que vive em determinadas condições que facilitam ou não seu adoecimento; está inserido em uma cultura, que lhe oferece referência para significar o que se passa com ele e para lidar com o real; que se integra em um coletivo que é co-produtor (juntamente com ele) de sua situação, qualidade e condição de saúde. Sua vivência corporal tem um correspondente simbólico que integra sua subjetividade, facilitando, possibilitando ou dificultando sua recuperação. Este corpo simbólico será nosso ponto de partida: a adesão ao

tratamento antiretroviral e ao uso de preservativo expressam as relações de gênero e opção sexual da(o) usuária(o), que pode re-significar sua trajetória na perspectiva de protagonista e coator social de seu processo de saúde. Propõe-se trabalho integrado de médicos, enfermeiras e psicólogas e a superação da contradição quantidade x qualidade existente na literatura, que requer coleta de dados tanto quantitativos quanto qualitativos (entrevistas em profundidade e situações lúdicas). Envolve parceria entre 3 universidades. Trata-se de um estudo prospectivo longitudinal com 200 participantes. Ao apreender como as mulheres portadoras de HIV/AIDS configuram sua identidade, “metamorfose” ou mesmice”, podemos identificar as especificidades vividas no feminino relacionadas ao processo de adesão ao tratamento. Esta compreensão fornecerá os elementos para uma assistência que respeite a singularidade do processo de adesão de cada mulher, adaptando ou criando novos parâmetros de prescrição medicamentosa e de orientação para a adesão. Ao invés de seguir rigidamente o Protocolo do Ministério da Saúde, que trata homens e mulheres como “iguais”, teríamos Protocolos específicos para as mulheres, respeitando a etnia, raça, opção sexual, idade e situação socioeconômica, entre outras coisas. Este resultado esperado poderá concretizar o princípio de equidade na atenção à saúde.

**Palavras-chaves:** saúde e sexualidade, relações de gênero, HIV/AIDS, adesão ao tratamento, protagonismo

**Atividade: Projeto Clinamen (Paineis)**

**Trabalho:** Projeto Clinamen

**Autor(es):** Karen Gomes Leite, Aline Oliveira Belém, Aline Morschel, Dayse Andrade Bispo Silva, Líliliana da Escóssia Melo, José Maurício Manguiera Viana, Taylanne Alves Araujo

**Resumo:** O trabalho em questão decorre de questionamentos suscitados em uma pesquisa anterior que teve como objetivo realizar uma cartografia das práticas dos psicólogos na rede de atenção psicossocial de Aracaju, norteando-se pelos princípios do SUS, do Movimento Antimanicomial, da Reforma Psiquiátrica e pela indissociabilidade entre os processos de produção de saúde e produção de subjetividade. A cartografia, entendida como dispositivo clínico-institucional, foi o método que orientou a pesquisa em sua totalidade, articulando as dimensões de análise e intervenção. O Projeto Clinamen é portanto um desdobramento dessa pesquisa.. Ele se efetivou através da realização de oficinas que foram denominadas Oficinas de Clínica e Política em Saúde Mental e sua estratégia foi a criação de espaços de reflexão/intervenção junto a profissionais da Rede de Atenção Psicossocial de Aracaju. O trabalho foi desenvolvido inicialmente com psicólogos, e posteriormente, abrangeu todos os profissionais da rede de saúde mental do estado de Sergipe. A expressão Klinamen provém do grego e significa inclinação e desvio. Associando-se este sentido ao de clinicos, que é aquele que guarda a cama, o conceito de clínica é ampliado possibilitando que as práticas em saúde mental sejam problematizadas e entendidas como práticas clínico-políticas. Tendo em vista alguns dados obtidos na pesquisa que antecedeu este trabalho, como a falta de estruturação da rede, o significativo despreparo de alguns profissionais, a dificuldade de se trabalhar em equipes, dentre outros, buscou-se contribuir para uma transformação dessa realidade a partir de uma metodologia interventiva, ou seja, da criação de espaços coletivos. As oficinas de trabalho foram então utilizadas como um dispositivo, ao mesmo tempo de coleta de dados e de análise e intervenção clínico-política e estiveram amparadas pela metodologia de coleta e análise de dados do grupo focal, que possibilita a emergência de temáticas relevantes ao campo da experiência concreta e compartilhada. Foram realizadas 6 oficinas e todo o material gerado nos grupos focais foi sistematizado sob a forma de Relatórios Parciais de Oficinas, os quais eram enviados aos participantes entre uma oficina e outra. Os conteúdos destes relatórios apontaram para temáticas

relevantes no cotidiano dos serviços de Saúde mental. Estas foram agrupadas em oito categorias, quais sejam: A dimensão técnica, ética e política da clínica no contexto da saúde mental/coletiva; Educação permanente; Núcleo e campo de saberes e práticas; A transdisciplinaridade; Rede social e intersectorialidade; Produção da grupalidade; Rotatividade e Vínculo; e Método para produção de grupalidade: Tríplice Inclusão. As oficinas se mostraram como dispositivos capazes de aumentar o grau de transversalidade e de comunicação entre atores envolvidos nos processos de trabalho e de aumentar a chance de utilização dos resultados obtidos no processo da pesquisa como um todo, propiciando espaço para negociações e trocas simbólicas entre os envolvidos. Através da realização das oficinas concluímos que é preciso manter o movimento instituinte, a atitude de análise crítica do que se apresenta, incluindo aí o modo de atuar do próprio profissional e que é necessário instaurar regimes de afetabilidade/grupalidade, de empreender lateralidade, de garantir a circulação da palavra, de efetivamente habitar os espaços e fazer deles lugares de constantes problematizações e de novas formas de existir e atuar no campo da saúde mental. Neste movimento, diferir se torna fundamental, pois é o que pode garantir a continuidade de mudanças e do processo de produção de saúde e de autonomia dos atores sociais envolvidos, indo para além de uma política governamental

**Palavras-chaves:** saúde mental,clínico-política,cartografia

**Atividade:** **A Urgência de um trabalho em equipe na Emergência – relato da experiência de um estágio de Psicologia Social Institucional num hospital universitário (Experiências em Debate)**

**Trabalho:**A Urgência de um trabalho em equipe na Emergência – relato da experiência de um estágio de Psicologia Social Institucional num hospital universitário

**Autor(es):** Tatiana Clarkson Mattos,Valéria Rodrigues da Conceição,Renata de Souza Rozendo,Guilherme Candido Costa,Mirian Amorim Lemos

**Resumo:** Esse trabalho tem como objetivo relatar a experiência de um estágio de Psicologia Social Institucional na área da Política Nacional de Humanização – PNH - realizado na Emergência de um hospital universitário no Rio de Janeiro. Essa demanda de trabalho surge no GTH - Grupo de Trabalho e Humanização - do hospital no início de 2005, onde nos é solicitado trabalhar com a equipe da Porta de Entrada da Emergência na implementação do dispositivo de Acolhimento com Classificação de Risco. O Acolhimento é um modo de operar os processos de trabalho em saúde de modo a atender a todos que procuram o serviço de saúde, ouvindo seus pedidos e tentando dar uma resposta mais adequada aos usuários, se comprometendo com a efetiva resolução de seus problemas. Compromete-se, então, a prestar um atendimento com resolutividade e responsabilidade no serviço, com a rede de saúde e com a comunidade que o acessa. O dispositivo do Acolhimento parte dos princípios do SUS referentes a universalidade do acesso e qualidade onde todo e qualquer cidadão tem direito e acesso à saúde.No entanto, diante da precariedade dos serviços de saúde, do sucateamento dos hospitais, da alta demanda de pacientes, da falta de materiais e de profissionais, o princípio de universalidade do acesso do SUS é muitas vezes ferido. O Acolhimento é, por isso, mais que um espaço de triagem e encaminhamento, ou recepção em ambiente confortável, ele é uma estratégia ética que aponta para o comprometimento e a necessidade do trabalho em equipe capaz de dar conta de muitos dos problemas que assolam a rede pública de saúde. Se responsabilizando pela construção coletiva de uma rede de assistência interna e externa ao hospital, inventando novas formas de produção de seu trabalho e, portanto, garantido o acesso à saúde. A Classificação de Risco é um dispositivo importante para se pensar a resolutividade já que parte da compreensão de que os usuários devem ser atendidos por ordem de gravidade e risco e não por ordem de chegada, sendo assim bem diferente da ideia de triagem.Partindo dessa compreensão de Acolhimento, o estágio de psicologia teve como proposta reunir as equipes multiprofissionais com a presença

não só dos médicos, enfermeiros, assistentes sociais e psicólogos, como dos recepcionistas, dos técnicos, vigilantes e administrativos envolvidos com o trabalho da Emergência, a fim de discutir coletivamente o funcionamento da Emergência, seus problemas e possíveis resoluções. Utilizamos para isso o Método da Roda de conversa/discussão. Nos últimos dois anos observamos a formação de uma porta de entrada da Emergência, que, se antes funcionava como triagem e encaminhamento dos pacientes para dentro do hospital e para a rede sem garantia de seu atendimento, atualmente já conta com a presença de orientadores de fluxo, médicos e enfermeiros trabalhando conjuntamente a partir da noção de priorização do atendimento de acordo com a gravidade do caso, realizando certa classificação de risco e referenciando devidamente os usuários para rede. Para isso, foi construída nesse último ano a pactuação da assistência com parte da rede de saúde do município, podendo referenciar os pacientes de baixa complexidade para os postos de saúde, lhes garantindo o atendimento. Por outro lado, a parte da equipe da Emergência tem sido multiplicadora das discussões sobre o hospital participando e incentivando o acontecimento de outras reuniões, como as do setor do Ambulatório e as reuniões sobre Visita Aberta e Saúde do Trabalhador. Esse movimento faz parte da compreensão que pudemos desenvolver de que a Emergência não funciona de forma isolada do hospital, e que muito dos seus problemas, como o escoamento de seus pacientes para as enfermarias do hospital, necessitam da pactuação interna com os demais serviços do hospital, além da rede. Mesmo assim, atualmente ainda encontramos certa resistência na participação coletiva nas reuniões internas da Emergência. Isso se dá devido à baixa governabilidade de seus gestores, ao corporativismo, a fragmentação e a individualização do trabalho, a terceirização do serviço, com profissionais que estão “de passagem” pela Emergência, pouco comprometidos com o serviço como um todo. O que observamos cada vez mais é que este funcionamento tem produzido sofrimento e baixa na qualidade de vida não só dos usuários, mas também dos profissionais de saúde. A reversão deste processo nos convoca ao desafio de construirmos alianças éticas com a produção da vida, onde o compromisso singular com os sujeitos, usuários e profissionais de saúde esteja no centro desse processo. A isso se propõe esse estágio.

**Palavras-chaves:** Política nacional de Humanização, Acolhimento, SUS

**Atividade: O DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES DA TRIÁDE UTILIZANDO O LÚDICO NA URGÊNCIA PEDIÁTRICA (Paineis)**

**Trabalho: O DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES DA TRIÁDE UTILIZANDO O LÚDICO NA URGÊNCIA PEDIÁTRICA**

**Autor(es):** Fayda Protásio, Aryenne Ellen Menezes Torrês, Ricardo Azevedo Barreto

**Resumo:** O presente projeto tem como proposta intervir psicologicamente por meio do brincar em crianças internadas na urgência pediátrica do Hospital São Lucas, localizado em Aracaju-SE. Seu objetivo será de estabelecer uma integração entre funcionários, pacientes e acompanhantes, assim como minimizar o sofrimento das crianças e reduzir o estigma da internação, a promoção da saúde estará vinculada a uma concepção global para que, ao sair do hospital, elas levem consigo princípios que irão ajudá-las a manter uma vida saudável. A metodologia utilizada para elaboração, análise e gerenciamento das atividades do projeto baseia-se no instrumento Marco Lógico qual, de acordo com ARMANI (2004), é um dos mais completos para o gerenciamento de projetos e consiste numa matriz de 4 linhas e 4 colunas onde um conjunto de relações de causa e efeito são explicitadas de acordo com a relação estabelecida entre as atividades, resultados, objetivo do projeto e objetivo geral, destacando ainda os fatores de risco do projeto ou premissas. O público-alvo do projeto é composto por crianças de ambos os sexos, com idades entre 3 a 15 anos, com permanência máxima no setor de 6 horas, sendo que as atividades acontecerão nos períodos matutino e vespertino, onde também participarão os acompanhantes dos internos e equipe da saúde que estiverem no setor durante o desenvolvimento da atividade. Serão propostas atividades que envolvam o lúdico, acolhimento dos usuários e grupos de

discussão sobre o estilo de vida saudável, seguindo técnicas de orientação psicológica. Os recursos utilizados para a aplicação do projeto serão playmobil hospitalar; família de bonecos; maleta médica contendo estetoscópio, máscara, luva cirúrgica e injeção; materiais gráficos. No que se refere à avaliação dos resultados dos projetos, para a equipe de saúde e acompanhantes serão distribuídos questionários; para os pacientes serão realizadas dinâmicas grupais que supunham uma avaliação durante o período final das atividades e, para os usuários em geral será desenvolvida caixa de sugestões. Por fim, o propósito do projeto visa dar conta da promoção da saúde de maneira biopsicossocial, preocupando-se com questões sobre como fazer as pessoas realizarem comportamentos que promovam a saúde, proporcionando hábitos e um estilo de vida saudável. E, tem como compromisso social realizar atividades que promovam o bem-estar da população, aumentando a qualidade de vida das crianças e acompanhantes. A instituição, representada no projeto pela equipe de saúde da urgência pediátrica, será também beneficiada através do preparo e orientação da equipe com o lidar psicológico da criança hospitalizada e sua família.

**Palavras-chaves:** Promoção de saúde, hospitalização, lúdico, desenvolvimento infantil

**Atividade: Análise sobre qualidade de vida em pacientes ostomizados (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Análise sobre qualidade de vida em pacientes ostomizados

**Autor(es):** Vânia Beatriz Sousa Santos, Rafisa Moscoso Lobato Rêgo, Huaína Guimarães Vieira Ribeiro, Juliana Guedes Gonçalves

**Resumo:** Uma cirurgia de ostomização altera de modo significativo a vida dos pacientes que foram submetidos a ela. Há mudanças na percepção da auto-imagem corporal, na realização de atividades de auto-cuidado e higienização; assim como mudanças no âmbito da vida laborativa, familiar, social, afetiva e sexual do paciente ostomizado. Neste trabalho, foi realizada uma análise das expectativas de vida em relação às atividades laborativas, sociais e sexuais de pacientes que foram submetidos a uma cirurgia de ostomização. A pesquisa visou analisar as mudanças na qualidade de vida de pessoas ostomizadas após a cirurgia, conhecendo suas principais dificuldades e queixas. Apesar do grande número de pessoas que são submetidas à cirurgia de ostomização, os trabalhos de pesquisa na área são poucos, a literatura relativa a esse tema é escassa e os profissionais especializados encontram-se em número reduzido. Observa-se ainda uma tecnologia incipiente, um atendimento precário e a falta de informações e esclarecimento aos familiares e à população em geral, muitas vezes preconceituosa. A pesquisa teve como amostra seis pacientes, sendo três homens e três mulheres, pertencentes à Associação dos Ostomizados do Maranhão (AOMA), cuja sede localiza-se no hospital Pam-Diamante. Os dados foram coletados a partir de uma entrevista semi-estruturada e foram analisados através do método qualitativo. A análise dos dados revelou que os pacientes não retomaram suas atividades laborais, aposentando-se por invalidez. Todos alegaram impossibilidades ou limitações físicas para voltarem ao trabalho e demonstraram frustração por não poderem mais exercer as suas antigas profissões. Quanto às práticas de lazer, apesar de alguns ainda manterem atividades desse tipo, as fazem com restrições, adaptações ou procuram outras alternativas que consideram condizentes com sua nova situação. Por fim, observou-se que os estomas intestinais afetaram também a vida sexual do ostomizado, podendo perturbar o seu desempenho, a relação que o sujeito tem com o próprio corpo assim também como alterar a sua imagem corporal. Os resultados mostraram que quando os pacientes não se absterem por completo de suas atividades sexuais as retomam apenas parcialmente e atribuem isso a problemas físicos decorrentes do processo cirúrgico, problemas com o dispositivo, vergonha ou não aceitação pelo parceiro. Será realizado um aprofundamento dessa pesquisa a partir de um estudo comparativo das expectativas de vida entre pacientes recentemente ostomizados, com até um ano de ostomização, e pacientes que possuem um ostoma há mais de cinco anos, considerando os mesmos aspectos pesquisados anteriormente (atividades laborativas, sociais e sexuais). O

aprofundamento da pesquisa tem como objetivo, a partir do estudo comparativo entre os dois grupos de pacientes ostomizados, fornecer subsídios para os profissionais da área de saúde que se propõem a trabalhar com eles, de modo a melhorar a qualidade de vida desses pacientes. Nessa nova etapa será utilizada a mesma metodologia, e a amostra será composta por dez pacientes – cinco com ostoma recente e cinco com ostoma antigo. Os cinco primeiros serão entrevistados no Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão – Unidade Presidente Dutra, e os cinco últimos na sede da AOMA.

**Palavras-chaves:** pacientes ostomizados, qualidade de vida, expectativa de vida

**Atividade: Produção de Saúde e de Subjetividade  
(Mesas Redondas)**

**Trabalho:** A saúde mental entre a disciplina, o controle e o movimento antimanicomial

**Autor(es):** Frederico Leão Pinheiro, Magda Dimenstein, Manoel Carlos C. de Mendonça Filho

**Resumo:** A discussão aqui proposta busca analisar os atravessamentos cotidianos dos mecanismos de controle em nossa sociedade atual, a partir das políticas públicas de Saúde Mental no Brasil, para daí mapear possibilidades de desarticulação ou transformação destes mecanismos, potencializando práticas de resistência já existentes e articulando novas. Vivemos em uma sociedade organizada a partir de um estado de direito universal, cuja existência se pauta na racionalização do ordenamento do mundo, que permitiria a efetivação de uma promessa moderna de nivelamento dos direitos e condições de vida para todos, sendo um dos grandes mecanismos para encaminhamento destas promessas as políticas públicas como atuação do Estado, tendo com seu maior ícone, o que ficou conhecido por Estado de Bem Estar Social. Embora este modelo de macro gestão da vida em sociedade tenha se restringido ao chamado primeiro mundo e, mesmo nestas localidades, tenha entrado em colapso a partir da década de setenta, dando espaço ao Neoliberalismo, o Estado de Bem Estar prevalece ainda hoje como modelo almejado para o funcionamento das Democracias globalizadas. É o que ocorre no Brasil, com o avanço de projetos de políticas públicas que buscariam estabelecer este sistema que nunca se efetivou por aqui, ao mesmo tempo em que o país se mantém articulado ao capitalismo financeiro que impõe o projeto neoliberal de estado mínimo. Estado de Bem Estar ou Neoliberalismo, é fato que racionalização da vida em sociedade tem como um de seus gritantes efeitos colaterais, ao articular mecanismos que se propõem a cumprir as promessas de direitos a todos, o recolhimento do convívio social aqueles que não se adaptam ou não têm espaço no ordenamento estabelecido. Lugares como presídios e manicômios nunca tiveram lugar tão garantido e destacado em outro tipo de organização sócio-cultural. Neste sentido, tomamos as Políticas Públicas de Saúde Mental como foco do campo de análise relacionando-a historicamente com o recolhimento e enclausuramento de parcelas da população que não se integra à ordem. Estas Políticas Públicas se colocam atualmente como um meio de des-institucionalização, abolindo o enclausuramento e subsidiando direitos civis dos usuários, através serviços e benefícios. Aqui podemos destacar o conflito entre as propostas neoliberais e as propostas de bem estar, através do investimento nos usuários do sistema o que o Estado não investe em seus membros supostos cidadãos retirando o foco do convívio social cotidiano para atuar emergencialmente em determinados corpos. Estas questões refletem em problemáticas como a da alta em saúde mental, que passa agora a ser indesejada por usuários, pois implica em perda de certos benefícios que a condição de curado retira. Este tipo de procedimento nos faz pensar ainda, no caso de sua expansão, a substituição do enclausuramento dos desviados, pelo controle de toda a “normalidade” pela manutenção de direitos e benefícios sem os quais não se sabe mais viver. Seria no entanto, uma irresponsabilidade ignorar as transformações provocadas pelo Movimento da Luta Antimanicomial enquanto engajamento das pessoas em suas próprias vidas. O fim da clausura de usuários, que representa também o fim da clausura de todos os envolvidos é uma transformação poderosa e uma vitória ainda não consumada, tanto por rearticulações perversas do que se chama sociedade de controle, quanto pela pressão pelo retrocesso de velhas práticas. Por esta razão, este é um embate que não pode ser nem adiado, nem evitado.



**Palavras-chaves:** saúde mental, disciplina, movimento antimanicomial, Produção de saúde e de subjetividade

**Trabalho:** A TECNOLOGIA CAPS: Linhas de fuga para a patologização do homoerotismo?

**Autor(es):** Michele de Freitas Faria de Vasconcelos

**Resumo:** No cotidiano dos CAPS's, estão se produzindo linhas de fuga para a patologização do homoerotismo? Que modos de subjetivação do homoerotismo circulam nos CAPS's? CAPS (Centros de Atenção Psicossocial) são tecnologias destinadas ao 'cuidado de pessoas' acometidas por transtornos mentais graves e/ou persistentes, tendo surgido no processo de Reforma Psiquiátrica brasileira. Esta tem como finalidade desconstruir o modelo médico-psiquiátrico, questionando, com isso, a noção constructo delimitada pelos termos doença mental/periculosidade/incapacidade/isenção de direitos. Em outros termos, o dispositivo CAPS propõe-se a ser um modo de concretização dos princípios da Luta Antimanicomial, os quais enunciam a retirada do caráter apriorístico, atemporal, universal e unifatorial do processo saúde-doença. Afirmam, assim, de distintas formas, a possibilidade de aceitação e expressão da diferença e do diferente (BENEVIDES, 2002; BIRMAN, 1999; GUATTARI & ROLNIK, 2000; BRASIL, 2004). No bojo da Reforma Psiquiátrica, tem-se, então, como carro-chefe problematizações acerca da loucura, da forma como ela é entendida e tratada no interior da lógica asilar, com sua função segregadora, hierarquizante e iatrogena. Indo um pouco mais além, entendendo que tal forma se encontra imbricada com o modo de produção de subjetividade capitalístico, o que se busca é a produção de novas práticas, discursos e afetos com potência para engendrar posturas originais face à diferença, à alteridade, às instituições (AMARANTE, 1994; BENEVIDES, 2002; GUATTARI E ROLNIK, 2000; LOURAU, 1995). Nesse sentido é que a "sexualidade", em particular, a "homossexualidade" aparece no contexto dos CAPS como tema subterrâneo, mas de extrema relevância. Entretanto, constata-se uma ausência de publicações acadêmicas que coloquem em análise os modos de subjetivação do homoerotismo nesses espaços. A medicina, incluindo-se a especificidade da psiquiatria, por meio da articulação entre desvio social e doença mental, tendeu a interceptar processos de singularização, entendendo e enquadrando formas de existência disruptivas em quadros de transtornos mentais. É desse modo que a loucura, psiquiatrizada, perde sua potência de invenção, de produção de diferença; é desse modo que o homoerotismo entra para o rol dos transtornos mentais, fazendo-se presente, num certo momento, no Código Internacional de Doenças (CID) como homossexualismo (BIRMAN & COSTA, 1994; FOUCAULT, 1984, 1988). É certo que, nos dias atuais, a classificação "homossexualismo" foi retirada do CID. No entanto, se as forças que se situam no contexto da modernidade não são desveladas – não se problematizando, assim, a visão positivista, classificatória, despolitizada e a-histórica que tende a fundamentá-las - tal extração não implica um efetivo avanço, e sim, a presença da velha psiquiatria maquiada sob novos rótulos e dispositivos. A hegemonia do modelo biomédico ostentou-se inquestionável durante, pelo menos, dois séculos. Diante disso, não se pode deixar de considerar o fato de que ainda que se tente implantar e implementar novas tecnologias e posturas frente ao binômio saúde/doença, subtraindo-lhe os ranços biologicistas, individualistas, reducionistas e segregatórios, corre-se, constantemente, o risco de reavivar equívocos produzidos pelo modelo biomédico. Tal modelo encontra-se, ainda, bastante arraigado nos dizeres e fazeres dos profissionais da área de saúde, dos familiares, dos usuários da rede de saúde e da própria comunidade, mesmo em se tratando de posições que enunciam uma 'luta diária a favor do desenvolvimento de novas práticas e concepções'. Nesse sentido, numa perspectiva político-ética e não tecnocrática, levanto alguns questionamentos: Em que medida se efetiva o respeito aos aspectos de singularização das pessoas no Projeto Terapêutico Singular (PTS)? Os enunciados da Luta Antimanicomial, que postulam tal respeito, estão orientando o exercício das funções técnicas? A maneira como estão sendo elaborados e efetivados os PTS's em CAPS, põe em análise ou pactua com a patologização do homoerotismo, com a naturalização do homossexualismo? Se o que se intenta é problematizar tal naturalização, o que deve ser levado em conta num PTS? Quais os modos de subjetivação do homoerotismo em CAPS?

**Palavras-chaves:** Saúde Mental, Produção de

Subjetividade, Singularização, homoerotismo, CAPS

**Trabalho:** Produção de Saúde e de Subjetividade: práticas coletivas como dispositivo de resistência

**Autor(es):** Liliana da Escóssia Melo

**Resumo:** O objetivo é discutir a inseparabilidade entre clínica e política e atenção e gestão no campo da saúde, a partir de uma ampliação do conceito de coletivo e da experiência de participação na construção de políticas de saúde pública no Brasil. Aposta-se na troca de saberes entre trabalhadores, usuários e familiares, no diálogo entre profissionais e num certo modo de trabalhar em equipe, ou seja, num movimento permanente de criação de espaços coletivos. Mas o que entendemos por espaços coletivos? Embora tenhamos que admitir que há hoje, no campo da saúde coletiva, um certo consenso quanto à necessidade de instituição e garantia destes espaços, pretendemos contribuir com este campo, problematizando, inicialmente, o modo como o conceito de coletivo tem sido freqüentemente utilizado, seja nas ciências sociais e humanas, seja nas ciências da saúde. Em seguida apresentaremos uma discussão sobre princípios, diretrizes e dispositivos que nos permitem produzir espaços coletivos em consonância com o conceito proposto, tais como: co-gestão, ampliação coletiva da clínica, projetos terapêuticos singulares/institucionais, construção coletiva da ambiência, equipe de referência, apoio matricial, dentre outros. Ao fazer uma aposta na efetivação dos princípios dos SUS – universalidade, equidade, e integralidade – a Política Nacional de Humanização tem como um dos seus princípios a transversalidade. Através dele busca-se uma ampliação do grau de transversalização, entendendo que isto é o que produz saúde e sujeitos ou grupos-sujeitos. A transversalidade é um conceito que emerge das formulações teóricas de pensadores como F. Guatarri, G. Deleuze e G. Simondon e da Análise Institucional estando diretamente relacionado ao campo da experiência coletiva, como experiência que atravessa e constitui tanto os indivíduos como os grupos sociais, ampliando o grau de comunicação, afetabilidade e ressonância. Com base nesses pensadores podemos falar de um coletivo transindividual, entendido como espaço/tempo entre o individual e o social, espaço dos interstícios e das brechas. Um plano anterior a todo sujeito e a todo objeto, origem de toda mudança individual e social, sendo portanto um plano concreto de práticas, uma dimensão ético-política. Afirmar que o que coletivo transindividual é um plano relacional não significa reduzi-lo aos espaços formais de reuniões, de dinâmicas grupais ou interindividuais. A depender do modo como são conduzidos e ocupados estes espaços operam como obstáculos à experiência coletiva. Mas é, paradoxalmente, a partir deles que o coletivo transindividual pode emergir. Sendo assim podemos concluir que toda política que se quer pública e não somente de Estado, deve se colocar esse desafio: fomentar o movimento permanente de criação de planos relacionais, entendidos como espaços de cruzamento, de agenciamentos coletivos, de conexão entre os diversos sujeitos e as múltiplas instâncias de efetuação do SUS.

**Palavras-chaves:** Saúde Pública, Produção de Saúde e de Subjetividade, Relações de Poder, Coletivo

**Atividade:** De quem é a culpa?  
(Experiências em Debate)

**Trabalho:** De quem é a culpa?

**Autor(es):** André Luiz Mandarinho Borges, Helmir Oliveira Rodrigues, Bruno Cerqueira Gama, Raphael Silva Nascimento, Michelle Wendling

**Resumo:** Estar inserido numa instituição, seja qual for o papel que se exerça ali, faz com que muito do que existe de problemático no seu cotidiano passe despercebido. O olhar

institucionalizado acaba se viciando no que a própria instituição cria: uma cegueira que não permite se apoderar de minúcias desagregadoras e até mesmo de questões macroscópicas que desarranjam ou desestabilizam o serviço. Este relato aborda uma experiência de análise institucional, que procurou tornar visíveis e manejáveis os conflitos e entraves na operacionalização do CAPS destinado a usuários de álcool e drogas, em Aracaju. Durante seis meses nossa equipe realizou observações não participativas em oficinas, assembléias, reuniões técnicas e em espaços informais, além de entrevistas em forma de conversas com membros da equipe e usuários. Após este período foi realizada uma reunião devolutiva, com a equipe do CAPS-AD, na qual as observações foram analisadas. Constatou-se que a tentativa de efetivar no cotidiano as novas diretrizes de saúde mental prescritas legalmente se cruza com um conjunto de valores e práticas conflitantes. Não é suficiente ganhar força de lei para efetivar tais medidas. Além do fato de os grupos constituintes (incluindo estagiários, usuários, coordenação e técnicos) não seguirem a risca a dimensão formal prescrita, temos de considerar que o grupo também é um espaço reprodutor de valores e práticas aceitas socialmente. Tais práticas e valores parecem ainda distantes de medidas como a redução de danos. Percebe-se a dificuldade de pensar e por em prática um sistema de tratamento de dependentes ou apenas usuários de drogas, que pregue que o usuário possa ter uma relação com a droga na qual ele possa ser o sujeito ativo, não virando escravo da droga, pois é algo que se choca com o imaginário da sociedade frente às drogas, que em muitos momentos é reproduzido dentro do CAPS. Esta contradição está presente nas próprias políticas do Estado. Assim os CAPS-AD, enquanto política pública de Estado, propõem que os usuários de drogas estabeleçam um uso responsável, diminuindo até onde for possível os riscos dos danos provocados pela droga a si e aos outros; ao mesmo tempo o próprio Estado implementa políticas também públicas, de combate as drogas e seus usuários, que contradizem a proposta de redução de danos. Dentre essas novas políticas está o enquadramento do usuário não mais ou não só como um criminoso, mas com um doente que precisa ser curado no âmbito dos CAPS-AD. Nossa análise mostrou também que, apesar de alguns discursos apontarem para mudanças positivas na equipe e para melhoras no trabalho, as práticas apontam para dificuldades em lidar com um modelo que encontra na horizontalidade um de seus princípios básicos, onde a gestão do serviço é compartilhada por todos os atores que compõem a instituição, como técnicos, usuários, familiares e comunidade. Nesse sentido a assembléia do CAPS deve se configurar como o espaço de deliberação por excelência e por conseqüência de fundamental importância para o bom funcionamento do serviço de acordo com os pressupostos a que o mesmo se propõe. Em nenhum momento presenciamos um usuário participando ativamente da condução da assembléia. Os pontos de pauta, à medida que geram discordância, são facilmente encaminhados para novas discussões em outros espaços, como a reunião técnica, a conversa reservada com o técnico de referência ou a reunião do colegiado gestor, gerando uma repetitividade não-resolutiva, uma circularidade das problemáticas. A disposição da assembléia, com técnicos de um lado e usuários de outro, bem como o controle da pauta pelos técnicos e a apatia dos usuários, ilustram uma cisão que ocorre em outras esferas da instituição, como entre técnicos e coordenação onde o poder resolutivo dos primeiros deve passar pelo crivo do segundo. Isto não deve ser visto de maneira maniqueísta. Quem assume a coordenação cai numa armadilha da lógica burocrática estatal, onde propaga-se um discurso horizontal, mas ao mesmo tempo, instaura-se a posição de coordenação, confundida com “chefia”, que é a responsável pela manutenção dos interesses do estado e pela vigilância do serviço. A coordenadora do CAPS-AD comumente assume a palavra final nos assuntos mais importantes, com a complacência dos demais, avaliando individualmente erros e acertos de uma construção que se pretende coletiva em todos os seus momentos. Nossa recente atuação, embora dificultada pelas resistências institucionais, facilitou a visualização destas problemáticas. É prematuro falar em efeitos, mas conseguimos gerar uma reflexão no sentido da efetivação dos espaços coletivos de discussão e deliberação, de forma que sejam integrados os discursos e as práticas.

**Palavras-chaves:** Saúde mental, Redução de danos, Análise institucional

**Atividade: A NECESSIDADE DO MOVIMENTO EM DIREÇÃO A INTERNAÇÕES MAIS BREVES E MAIOR USO DE PROGRAMAS ALTERNATIVOS EM HOSPITAL PSQUIÁTRICO DE JOÃO PESSOA - PB (Paineis)**

**Trabalho:**A NECESSIDADE DO MOVIMENTO EM DIREÇÃO A INTERNAÇÕES MAIS BREVES E MAIOR USO DE PROGRAMAS ALTERNATIVOS EM HOSPITAL PSQUIÁTRICO DE JOÃO PESSOA - PB

**Autor(es):** Livia Rodrigues de Sousa,Isolda Germana Nunes de Freitas,Kádja Xavier,ANDRÉA GONSALVES DINIZ

**Resumo:** O trabalho que ora apresentamos se refere a observações feitas dentro de um Hospital Psiquiátrico na cidade de João Pessoa- PB e busca enfatizar as internações breves e o uso de programas alternativos, bem como a ressocialização dos pacientes, pois diante de algumas experiências viu-se que a exclusão do indivíduo portador de transtorno mental, ainda é uma verdade nesta instituição. A doença mental permanece até hoje obscura perante a medicina, ou seja, não há uma causa que realmente explique esta doença tão estigmatizante. No entanto, o adoecer psíquico é facilmente percebido, pois em geral, são apresentados pelos indivíduos que adoece comportamentos fora daqueles normalmente aceitos pela sociedade. Assim, não sendo entendida pela comunidade como uma doença de causa já bem conhecida, tem sua definição pela determinação cultural e de valores, e não apenas por fatores biológicos. Existindo assim, o paradigma da exclusão social que se resume em isolamento dos doentes que não são aceitos dentro dos padrões habituais. A estigmatização da loucura faz com que o doente perca a sua cidadania, sofra preconceitos e seja segregado da sociedade. O hospital psiquiátrico vai favorecer o processo de cronificação, embotamento afetivo, isolamento, hábitos grotescos e dificuldade de realizar ações práticas, e até o convívio social. Dessa forma não proporcionando um tratamento de integração do paciente frente à sociedade, e mantendo asilados pacientes que poderiam aderir melhor a tratamentos alternativos com a implantação de novas práticas terapêuticas como: grupo operativo, terapia ocupacional, integração da família no tratamento e várias outras alternativas que podem proporcionar o exercício da cidadania do doente mental. A ressocialização infelizmente ainda é uma realidade distante da instituição observada, considerando que não é feito nenhum trabalho de inserção social e retomada das habilidades que há muito já foram perdidas. Nesse contexto nos deparamos com um paradoxo contemporâneo: como pode ainda existir, mesmo diante de tantas descobertas tratamentos arcaicos que não se sensibilizam com a falta socialização? É preocupante a forma como esses pacientes estão sendo atendidos, seus direitos estão sendo negados e isso acaba por denunciar a falta de preparo de profissionais que lidam com a subjetividade do ser humano. É difícil sonhar com um tratamento que implante novas práticas terapêuticas diante dessa situação, não é possível inserir novas técnicas quando não se tem preparo, investimento, qualificação e competência, ainda mais no âmbito da saúde mental que sofre com os preconceitos sociais e estigmas. Não é compreensível que pacientes que poderiam receber tratamento fora do hospital continuem no regime de asilamento e que a própria família os abandonem, sem que haja ao menos uma tentativa de reintegração desse sujeito no seu meio social. Daí vê-se a importância do psicólogo no tratamento psiquiátrico, este profissional age como articulador entre o paciente e a socialização, atuando em conjunto com a equipe multiprofissional, a família, instituição e o doente.

**Palavras-chaves:** Hospital Psiquiátrico,exclusão,ressocialização

**Atividade:** **Análise das Demandas e Ofertas em Saúde do Município de Santo Antônio de Jesus (Paineis)**

**Trabalho:**Análise das Demandas e Ofertas em Saúde do Município de Santo Antônio de Jesus

**Autor(es):** Ana Flavia Soares Conceição,Joana Carvalho Correia,Luna Maiana Araujo

Freitas, Patrícia Martins de Freitas, Júlio César Santos

**Resumo:** O presente estudo tem como objetivo investigar o perfil de demanda e oferta de serviços na área de saúde pública e privada do município de Santo Antônio de Jesus. O estudo foi desenvolvido baseado nas necessidades apresentadas pela secretária Municipal de saúde de Santo Antônio de Jesus. Os dados preliminares sobre o setor de saúde na cidade de Santo Antônio de Jesus - BA demonstram que existe uma lacuna entre a demanda e a oferta de serviços. Uma das explicações para essa lacuna são as limitações do município para desenvolver pesquisas sobre a demanda da população. A demanda e a oferta são variáveis que precisam ser identificadas para o atendimento adequado da população. Outras necessidades identificadas pelos coordenadores do projeto são: as demandas por atendimentos especializados de diagnóstico e intervenção e a análise do custo e efetividade dos procedimentos terapêuticos em saúde pública e privada do município. As variáveis investigadas podem ser compreendidas da seguinte maneira: oferta são os serviços concebidos para promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde da população-alvo, tanto em nível individual quanto em nível coletivo, quer seja público ou privado, nas atuais condições da população e do ambiente; a demanda é considerada como sendo a solicitação formal (explícita) por serviços de saúde, considerando que a utilização ou uso dos serviços expressa a demanda que é satisfeita pela prestação de serviços com relação a uma população-alvo e a um período determinado. Assim, a análise da oferta implica na definição de quantos e quais são os serviços de saúde oferecidos à população considerando o atendimento público e privado. A avaliação da demanda consiste em identificar na população as reais necessidades de serviços nessa área. Outros objetivos do projeto são identificar os procedimentos de diagnóstico e tratamento avaliando o custo-efetividade e o impacto que os mesmos apresentam para a gestão em saúde. Os dados identificados pelo projeto serão utilizados para fundamentar com maior precisão as possíveis áreas de atuação dos serviços oferecidos pelos cursos da área de saúde, especialmente, o projeto de implantação da clínica-escola do curso de psicologia. Os dados serão coletados através dos bancos de informações da Secretaria Municipal de Santo Antônio de Jesus. Os dados serão documentados em um formulário de pesquisa. Após a coleta os dados serão digitados e analisados em um programa estatístico. Os itens coletados seguiram o modelo do desenvolvido pela Organização Pan-americana de Saúde: as modalidades de tratamento, tempo de duração e custo efetividade, etc. O referido modelo avalia as diversas formas de serviços de saúde prestados pelo município, incluindo atenção de média e alta complexidade. Atualmente o projeto está em fase de coleta de dados. Os resultados esperados poderão contribuir com o processo de compreensão dos aspectos regionais envolvidos no Recôncavo Baiano. Outro aspecto importante é a contribuição com o processo de gestão de saúde da cidade de Santo Antônio de Jesus. A estratégia de regionalização do SUS aumentou a autonomia dos municípios, mas não reduziu a iniquidade decorrente, como afirmado anteriormente, dos critérios de alocação de recursos que favorecem municípios com maior capacidade de oferta. Por outro lado, o pequeno porte da maioria dos municípios brasileiros trouxe e continua a trazer dificuldades no que se refere à capacidade de planejamento do sistema e à regulação dos prestadores.

**Palavras-chaves:** demanda, oferta, gestão em saúde economia da saúde

**Atividade:** As relações entre “confiança” e “amor” entre casais como estratégia preventiva: um estudo sobre vulnerabilidade ao HIV  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** As relações entre “confiança” e “amor” entre casais como estratégia preventiva: um estudo sobre vulnerabilidade ao HIV

**Autor(es):** Leandro Castro Oltramari

**Resumo:** Os dados apresentados pelo Ministério da Saúde (2006), que até junho de 2005 foram notificados 371.827 casos de AIDS no Brasil. Destes casos, 251.851 foram diagnosticados entre homens, e 118.482 entre mulheres. A diferença da incidência de infecção pelo HIV entre homens e mulheres tem diminuído sensivelmente no Brasil. No ano de 1983, eram trinta e nove homens para cada duas mulheres diagnosticados com AIDS. Nos anos seqüentes, esta diferença foi

decrecendo até alcançar a marca, em 2005, de dois homens para cada mulher infectada. Os principais infectados nos dias de hoje estão entre pessoas com relacionamentos de conjugalidade. Portanto esta pesquisa teve por interesse estudar as representações sociais da AIDS para homens e mulheres que vivem em conjugalidade. Os participantes da pesquisa foram 48 mulheres e homens que viviam, até o momento da entrevista, em caráter de conjugalidade com duração de no mínimo seis meses. As idades dos participantes variaram entre 18 e 74 anos. Foram entrevistadas 16 pessoas, divididas entre homens e mulheres, que possuíam mais de cinquenta anos de idade. Este critério foi utilizado para identificarmos como seriam as representações sociais da AIDS e o uso de preservativo para quem tivesse iniciado a vida sexual antes do surgimento da AIDS. As outras 32 pessoas foram divididas entre 16 homens e 16 mulheres, e estes ainda foram divididos em dois grupos distintos através do nível de escolaridade. Destes participantes, 16 homens e mulheres, metade foi escolhida por possuir curso superior, e a outra metade por não ter este nível de escolaridade. Entre os resultados da pesquisa., surgiu a idéia que o amor e a confiança são intrínsecos entre si e de que são formas estratégicas de prevenção à AIDS. Os sujeitos revelaram características do amor atreladas a sentimentos mas que se estruturam de forma sistemática, adjetivando-o com palavras como “respeito” e “projeto de vida”, entre outras, que nos auxiliaram a perceber a significação desta classe para os entrevistados. Além disso, surgiram palavras como “admiração”, “companheirismo” e “compatibilidades”. Entendo que essa relação que foi descrita pelos entrevistados se estabelece como uma comunicação com um caráter de “trocas recíprocas”. As pessoas revelaram um engajamento moral nos relacionamento que estabeleceram com os seus companheiros e companheiras, firmando suas relação a partir destas trocas afetivas, emocionais, comunicacionais e assim por diante. O amor foi percebido pelos seus entrevistados como algo “constante, estável e duradouro”, ou seja, existiu, entre os entrevistados da pesquisadora, uma regularidade que, nos meus dados, foi expressa através da idéia de confiança no relacionamento. As mulheres foram mais críticas com relação aos seus relacionamentos, talvez porque, entre essas que revelaram estarem descontentes com o casamento, algumas já tinham tido problemas no casamento devido a relacionamentos extraconjugais por parte dos companheiros. Isso pode ter influenciado sobremaneira as respostas das mulheres entrevistadas, já que o “amor” foi relacionado à “confiança” quando se indagou sobre como ele se estabeleceria. Portanto, a “confiança”, quando rompida através das relações extraconjugais, foi sinal de que o “amor” talvez já não existisse mais. Os participantes, tanto homens quanto mulheres, revelaram que a “confiança” foi um elemento estruturante do que conceberam como amor. Relacionaram esta confiança ao comprometimento que um deve ter para com o outro. Outro elemento importante que apareceu foi que, quando o casal tem características muito semelhantes entre si, as semelhanças fizeram com que as pessoas tivessem mais “confiança” no parceiro. Outro aspecto importante já descrito anteriormente foi que a confiança foi realmente colocada aqui como uma “crença”, uma aposta de que o outro nada vai fazer contra o relacionamento. Foi isso que fez as pessoas dizerem apostar no relacionamento. Podemos identificar que a confiança faz as pessoas darem certa regularidade à incerteza do mundo social em que vivem. Vale dizer que alguns homens e mulheres citaram que acreditavam que, se seus companheiros ou suas companheiras fossem ter relacionamentos com outra pessoa, não os colocariam em risco. Na verdade, esta foi uma situação difícil de ser avaliada para os participantes, mas o que foi possível identificar é que tanto eles quanto elas montaram justificativas lógicas de explicação para acreditarem estar em menor situação de vulnerabilidade que outras pessoas. Assim sendo, os participantes muitas vezes não disseram que “o risco” de um relacionamento extraconjugal existia, mas “acreditavam” que, se este houvesse, os companheiros utilizariam “preservativo”. É importante compreender, a partir dos dados, a dificuldade dos participantes em estabelecer uma relação entre a AIDS e o relacionamento afetivo-sexual de conjugalidade. A confiança foi o elemento fundamental para a constituição do amor conjugal por grande parte dos participantes da pesquisa. Até onde os dados nos permitiram, foi possível compreender a “confiança” como “aposta” na direção do futuro do relacionamento conjugal, que se baseou em uma relação de reciprocidade que deu certa estabilidade ao relacionamento.

**Palavras-chaves:** HIV, preventivo, amor

**Atividade:** Consulta terapêutica com crianças

## **(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Consulta terapêutica com crianças: Revisão da literatura

**Autor(es):** Walter José Martins Migliorini

**Resumo:** Donald Woods Winnicott apresentou no livro Consultas terapêuticas em psiquiatria infantil, publicado em 1971, um modelo de entrevista inicial com a criança em que o diagnóstico e a intervenção ocorrem concomitantemente, sendo a própria entrevista utilizada como um recurso técnico. A consulta ou entrevista terapêutica, como a denominou, é uma modalidade de intervenção breve que fundamenta-se em sua teoria do desenvolvimento emocional e na possibilidade da ocorrência de insight sem interpretação da transferência e das resistências. Neste sentido, difere da psicanálise e da psicoterapia e visa a comunicação que a criança faz de seu conflito. Desde a publicação original de Winnicott, em 1971, outros autores têm realizado contribuições significativas à teoria e à técnica da consulta terapêutica. O presente estudo tem por finalidade coligir essas contribuições, especialmente as referentes à consulta terapêutica com crianças em setting analítico. O método utilizado foi o levantamento bibliográfico, em bases de dados nacionais e internacionais, das ocorrências afins, a partir daquela data. Os resultados preliminares do levantamento bibliográfico foram agrupados em três categorias: estudos empíricos, estudos teóricos e estudos exploratórios (no sentido de que houve uso de novos materiais e recursos expressivos). As primeiras publicações sobre consultas terapêuticas, ocorreram já na década de setenta, sendo que a maior concentração de trabalhos ocorreu na década de noventa. O conteúdo da maioria dos estudos encontrados é referente a observações clínicas que corroboram a eficácia do modelo de comunicação com a criança, proposto por Winnicott e utilizam, como procedimento fundamental, o jogo de rabiscos. Um conjunto significativo de publicações, entretanto, apresenta as seguintes tendências: 1. o uso crescente da família como um elemento atuante no processo de intervenção; 2. a exploração de recursos materiais e expressivos, diferentes do lápis e papel; 3. o uso do modelo ou de modalidades de consultas em contexto institucional e 4. o estabelecimento de aproximação com outras abordagens teóricas. Em alguns casos, essas tendências articulam-se em modalidades de consultas criativas e originais. Essas contribuições, embora significativas, demandam um trabalho de sistematização, com a finalidade de inventariar o conjunto de procedimentos à disposição do psicólogo e fornecer informações relevantes sobre o material e o procedimento a ser utilizado durante as entrevistas. Abre-se aqui também a perspectiva de investigação sobre: 1. o uso de outros tipos de materiais ainda não explorados, tais como a argila; 2. a forma e o momento mais apropriado de apresentá-los à criança e 3. a escolha do material feita pela própria criança, para comunicar a sua angústia e conflito.

**Palavras-chaves:** Consulta terapêutica,crianças,literatura

## **Atividade: A AIDS E A SITUAÇÃO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE NO BRASIL (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**A AIDS E A SITUAÇÃO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE NO BRASIL

**Autor(es):** Robson Antão Medeiros

**Resumo:** A epidemia da Acquired Immuno Deficiency Syndrome - AIDS atinge milhões de pessoas, trazendo questões de direitos humanos e de saúde pública. Toda essa “onda” estigmatizante é um fator maléfico em relação às pessoas que convivem com o vírus e/ou com a doença, afetando-as diretamente nos seus direitos básicos de cidadão, como trabalho, saúde biopsicossocial e o direito à vida. A Organização das Nações Unidas – ONU e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA designam que criança é a pessoa de 0 a 12 anos incompletos e adolescente é aquele de 12 a 18 anos incompletos. A pandemia da AIDS atinge crianças e adolescentes em todo o mundo, causada pelo vírus HIV é uma realidade em evolução neste início de milênio. Desde o diagnóstico das primeiras observações da AIDS, no início dos anos 80, cerca de 58 milhões de homens, mulheres e crianças de menos de 15 anos contraíram o vírus HIV pelo mundo afora. Destes, cerca de 22 milhões morreram de aids, principalmente mulheres,

a grande maioria nos países da África. Com 432.309 casos registrados, de 1980 a dezembro de 2006 há 29.047 casos registrados entre crianças e adolescentes, segundo o Ministério da Saúde. OBJETIVOS: Conhecer a realidade brasileira no tocante a situação da criança e adolescente que portam o vírus HIV e/ou pacientes de AIDS. METODOLOGIA: Através da metodologia qualitativa foi analisado os dados epidemiológicos brasileiros, utilizando como modelo o estudo descritivo com coleta de dados. RESULTADOS: No Brasil as características marcantes da evolução da epidemia da AIDS são as transmissões por via sexual, em pessoas heterossexuais e os usuários de drogas injetáveis. Percebe-se que a situação epidêmica no Brasil da criança, menores de 13 anos de idade, de 1980 a 2006, conta-se com 19.825 casos registrados e adolescentes, menores de 19 anos de idade, de 1980 a 2006, com 9.222 casos registrados. Deve ser reconhecido que ser portador/a do HIV/SIDA/AIDS (criança, adolescente ou adulto) e de direitos no Brasil requer muito mais do que a entrega de medicação e aos exames realizados de forma gratuita nos postos e hospitais de saúde, assim como a legislação e os órgãos administrativos e judiciários precisam ser adequados para e com a participação desses novos sujeitos sociais. Conseqüentemente, vê-se no Brasil já é visível o declínio dos casos da AIDS em criança e adolescentes, conforme os dados do Ministério da Saúde. Um dado relevante para a diminuição dos casos registrados é a preocupação e os cuidados, sobretudo das campanhas direcionadas às gestantes, durante o pré-natal.

**Palavras-chaves:** aids,criança,adolescente

**Atividade: Integralidade em Saúde: o lugar da Psicologia (Mesas Redondas)**

**Trabalho:**Integralidade em Saúde: o lugar da Psicologia

**Autor(es):** Lumena Almeida Castro Furtado

**Resumo:** A reforma sanitária no Brasil foi resultado de um longo processo de lutas do movimento social, que culminou em 1986, na VIII Conferência Nacional de Saúde, com a definição das bases que norteariam a reestruturação do Sistema de Saúde no Brasil. Esse projeto da Reforma Sanitária Brasileira orientou os debates na Constituição Federal de 1988, que definiu que a “saúde é um direito de todos e um dever do Estado”.O Sistema Único de Saúde foi desenhado como um instrumento para garantir o cumprimento deste “dever do Estado” e de proporcionar saúde e bem estar a todos os brasileiros. Esse novo modelo foi regulamentado pela Lei Orgânica da Saúde – 8080/99 – que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços de saúde e a Lei 8142/90 – que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS (instâncias colegiadas em cada esfera de governo – Conferência de Saúde e Conselhos de Saúde), e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde.O SUS se constitui assim em uma política pública de garantia de direitos, tendo dentre seus princípios a integralidade da assistência à saúde, que se coloca como um compromisso público de responder as necessidades de saúde das pessoas e das coletividades de modo integral, com ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação. E é nesse contexto que se insere a discussão sobre o lugar da psicologiaA construção da integralidade será explorada nesta fala considerando quatro dimensões:1. a compreensão das necessidades da população para além das queixas e demandas,2. a estruturação das respostas do sistema, recolocando as pessoas no centro da atenção e não a doença,3. a consideração das diferentes dimensões da atenção à saúde, com a incorporação das ferramentas de gestão necessárias à articulação dos vários pontos da rede de atenção no SUS,4. o desenvolvimento de ações que transcendam os muros das instituições de saúde e ganhem os espaços da comunidade.Estes são os desafios que se colocam para todo o SUS de um modo geral e para a Psicologia em particular na busca da integralidade da atenção em saúde. Buscaremos explorar as muitas facetas da intervenção psicológica dentro do sistema, passando pelas ações decorrentes da inserção do psicólogo nos serviços de saúde até aquelas vinculadas ao processo de gestão e à relação com os movimentos sociais.Uma outra questão que se apresenta como central neste debate é a necessidade de qualificação do trabalho interdisciplinar, pois independente do ponto de inserção do psicólogo este deve sempre estar em relação com as outras profissões da saúde.



**Palavras-chaves:** Integralidade, Saúde, SUS

**Trabalho:** Integralidade e Atenção em Saúde Mental

**Autor(es):** CRISTINA PANDJIARJIAN

**Resumo:** O princípio da Integralidade tem sido utilizado como diretriz importante para a construção e a organização de práticas inovadoras no campo da Saúde Mental. No Brasil, há quase três décadas, uma complexa transformação dos conhecimentos e práticas em saúde mental vem ocorrendo, de modo a superar o modelo hospitalocêntrico de tratamento e produzir uma nova concepção de atenção, privilegiando a legitimação dos direitos de cidadania e a construção de formas de participação e inclusão social para os usuários de serviços de saúde mental, trazendo novos desafios a serem enfrentados. Os esforços atuais estão voltados para a construção de redes locais de atenção à saúde mental, substitutivas à internação psiquiátrica, priorizando o atendimento às pessoas portadoras de transtornos mentais severos. O tratamento em regime aberto, com múltiplas abordagens terapêuticas, requer também investimentos em outros campos como a defesa de direitos e cidadania, projetos de inclusão social e geração de renda, dirigidos a ampliar o potencial de autonomia para a vida e participação na sociedade. Nesta nova perspectiva, a concepção de tratamento foi profundamente modificada e ampliada na medida em que o objeto da atenção passa a ser o sujeito e não mais a doença. A produção de respostas complexas para o cuidado integral do sujeito, está associada a necessidade de múltiplas formas de olhar e intervir: interdisciplinaridade e intersectorialidade estão intimamente relacionadas com integralidade. O núcleo central e articulador deste cuidado é o serviço CAPS, funcionando como dispositivo estratégico, substitutivo ao hospital psiquiátrico, com o objetivo de tratar as pessoas em seu território por meio de uma rede de cuidados composta por serviços de saúde, PSF e recursos sociais do próprio território. A integralidade das ações depende também da possibilidade de acesso aos novos serviços e a novas oportunidades de participar da vida social. Serviços abertos 24 horas e a presença no território de projetos de inclusão e desenvolvimento social são fundamentais para garantir a integralidade do cuidado. Um dos problemas sérios a serem enfrentados para a eficiência deste modelo de atenção tem sido a qualificação de recursos humanos. A formação original dos profissionais, em geral, está dirigida a especialização, e a disponibilidade para desempenhar novos papéis e compartilhar cuidados e saberes, dependem muitas vezes de um grande investimento em cursos e supervisões para as equipes dos serviços. Ainda, de fundamental importância, está a necessidade de se construir referenciais teóricos para orientar a assistência e a gestão dos novos serviços. A observação informal tem demonstrado que com frequência, as equipes reproduzem mecanicamente as novas práticas assistenciais e organizam seu trabalho no modelo ambulatorial tradicional, indicando a perda do sentido inicial de criação do serviço CAPS e insuficiente para dar conta da complexidade de questões que os usuários com transtornos mentais severos apresentam.

**Palavras-chaves:** Saúde Suplementar, Integralidade, Saúde Mental

**Trabalho:** Integralidade em Saúde: o lugar da Psicologia

**Autor(es):** Odette de Godoy

**Resumo:** Partindo do conceito de interdisciplinariedade e a forma como tem sido visto como importante na área da saúde analisaremos o princípio da integralidade como vem sendo discutido no SUS. Desta forma defenderemos a idéia de um conhecimento produzido e construído em diálogo com a prática e a forma possível de estabelecer uma relação positiva das instituições formadoras e os serviços sendo esta a única resposta para preencher o fosso entre um conceito teórico e uma prática comprometida com as pessoas no seu cotidiano e capaz de traduzir demandas em necessidades. A formação do psicólogo para a saúde pública envolve uma reflexão sobre a sua inserção em equipes ou projetos multiprofissionais e sobre a sua identidade profissional. O trabalho em situações reais, na rede de serviços levará o aluno a perceber que o que o diferencia de outros profissionais é o conhecimento acumulado em psicologia que faz com que perceba ou dê destaque para um dos aspectos da situação e que a

leitura mais completa só se dará com a confluência de todos os olhares a partir do que podem ser planejadas as ações de uma equipe, garantindo-se por um lado a troca de saberes e por outro a atenção integral ao usuário. A onipotência do saber psicológico só será quebrada quando esta experiência puder ser vivida pelo aluno. Não basta inserirmos no curso o tema da interdisciplinariedade nem discutirmos em sala de aula a sua importância na área da saúde. É preciso viver na prática esta experiência. O desafio está em inventarmos dispositivos em que essa relação seja mantida, preservadas a identidade de cada instituição e garantindo a inserção do aluno num projeto de parceria de longo alcance em que o seu papel de aprendiz ativo seja preservado. Os pólos de educação permanente e a tentativa da psicologia da PUCSP de se inserir na proposta nos levou a entrar em contato com a chamadas “rodas” que acenavam com a possibilidade de aproximação de fato entre instituições de ensino e os serviços com a presença dos atores envolvidos discutindo prioridades e projetos a partir de territórios definidos. Desta forma a universidade poderia participar ativamente e influir em políticas locais e, ao mesmo tempo, formaria alunos mais engajados na saúde pública. A postura por nós defendida e exposta em alguns documentos sobre os pólos é de que as práticas não se subordinam às teorias mas podem ter uma função importante enquanto envolvem sujeitos reais que estão em contato direto com a vida e suas incertezas. No campo da prática profissional percebemos que a maioria dos profissionais psicólogos sofrem a consequência de uma formação distante da realidade que enfrentam: desde as características da população até as condições de trabalho.

**Palavras-chaves:** Integralidade, Interdisciplinaridade, Saúde

**Atividade: Reforma Psiquiátrica no Brasil: uma discussão necessária (Temas em Debate)**

**Trabalho: DOENTE MENTAL, LOUCO E HOSPITAL PSIQUIÁTRICO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

**Autor(es):** Daniela Ribeiro Barros, Rútila Tayanne Praxedes Fernandes, Bárbara Ticiane Moura Figueiredo Porto, Silvana Carneiro Maciel

**Resumo:** A visão estigmatizada do doente mental prevaleceu ao longo dos tempos e levou a uma exclusão social destes indivíduos, de tal modo que o tratamento se faz sobremaneira pela rotulação, pelo tratamento dos sintomas a base de medicamentos e pela manutenção do doente em instituição psiquiátrica asilar, retirando-os da família, do mercado de trabalho, dos vínculos sociais, enfim excluindo-os da vida em sociedade. Na concepção de Hirano (1992) a loucura é vista como ausência de razão, ou seja, de um ser desprovido daquilo que garante o direito de ser tratado como homem. A loucura se aproxima cada vez mais do sonho e do quimérico, afastando-se da realidade, e distanciando-se dos fatos. Ao apartar-se da realidade, o agente tomado pela loucura afasta-se também da sociedade, não se colocando como ator social útil, ou seja, produtivo. A ociosidade leva-o a ser um personagem impreciso, vago, que paira no ar sem apresentar ponto fixo, definido, delimitado, não possibilitando a certeza da previsão: o louco é um ser imprevisível e irracional; ele se afasta cada vez mais da ordem normal, das regras e dos métodos. Logo, ao ser conceituado como doente, o cidadão perde o domínio da responsabilidade, o poder de decisão e se torna servo do especialista e da família. É uma servidão produzida por uma sujeição total ao saber e ao poder que num certo sentido não só comanda quase totalmente a vida e o destino do homem, mas também acaba interferindo e exercendo controle nas rotinas da família do doente mental. Nesse sentido, só é cidadão quem é normal; a cidadania só é adquirida a partir da condição de normalidade social, orgânica e mental. Diante dessas questões, o presente estudo teve como objetivo verificar como os estudantes dos cursos da área de saúde e humanas representam o doente mental, o louco e o hospital psiquiátrico; visando constatar se há diferença marcante nas representações entre doente mental e louco e verificar como o hospital psiquiátrico está sendo visto por futuros profissionais da área da saúde mental no atual contexto da Reforma Psiquiátrica. Esse estudo foi realizado na cidade de João Pessoa – PB, numa universidade pública, para os cursos de nível superior (Medicina,

Psicologia, Serviço Social e Enfermagem) e em instituição particular para o curso Técnico de Enfermagem, perfazendo um total de 150 sujeitos. Para a coleta dos dados utilizou-se o teste de associação livre de palavras com os seguintes estímulos indutores: doente mental, louco e hospital psiquiátrico. Os dados foram analisados através do software Tri-Deux-Mots, observando-se os resultados a seguir. No que se refere ao estímulo indutor doente mental, este foi mais associado às palavras cuidado, agressivo, exclusão e remédio. Com relação ao estímulo louco, as palavras mais associadas foram: medo, exclusão e remédio; observando-se que não há diferenciação significativa em relação aos termos doente mental e louco, uma vez que, ambos recebem conotações negativas, vinculando-se aos termos: agressivo, perigo e medo. No que diz respeito ao estímulo hospital psiquiátrico, este é associado a medo, a doente mental, a louco, a remédio e a tratamento, sendo ancorado, portanto, na visão médica clássica e nos padrões normativos do saber médico com ênfase no tratamento medicamentoso e na figura do psiquiatra, embora sendo associado à prisão, à exclusão e à tristeza. Diante destas questões podemos concluir que ainda existe uma visão estereotipada do doente mental, do louco e do hospital psiquiátrico, levando a um comportamento de medo e aversão, e conseqüentemente de exclusão do doente mental da sociedade, fazendo com que o hospital psiquiátrico, mesmo sendo representado como um lugar de isolamento e com características negativas, ainda seja apontado como local de tratamento destes.

**Palavras-chaves:** Doente Mental, Louco, Hospital Psiquiátrico, Reforma Psiquiátrica

**Trabalho:** FAMÍLIA, FAMÍLIA DO DOENTE MENTAL E INCLUSÃO SOCIAL: UMA DISCUSSÃO À LUZ DA REFORMA PSQUIÁTRICA

**Autor(es):** Daniela Ribeiro Barros, Cláudia Targino de Souza Chaves, Julianne Patrícia Leiros da Silva, Silvana Carneiro Maciel, Camila Mendes Ramalho da Silva

**Resumo:** A definição da loucura sofreu modificações ao longo do tempo. A partir do Cristianismo a loucura foi caracterizada como possessão e relacionada à religiosidade, porém devido às oscilações econômicas que abalaram a sociedade no Renascimento, o louco passou a ser visto como um indivíduo improdutivo ou criminoso, que deveria ser excluído da sociedade. Segundo Macedo e Jorge (2000), a loucura passou a ser considerada como irregularidade ou anormalidade e o indivíduo foi, então, submetido a um controle simultaneamente social e moral que se consolidou na segregação dos asilos. Com o passar dos tempos, a nova ordem social exigia uma nova conceituação da loucura/alienação e, conseqüentemente, a modificação das suas formas de atendimento. Com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, com o contrato social e a livre circulação de pessoas e mercadorias, o alienado já não podia ser enclausurado aleatoriamente, pois as novas normas sociais proibiam a privação da liberdade sem garantias jurídicas. Assim, a reclusão dos alienados passou a ser concebida como indispensável, possuindo um caráter terapêutico; este novo tratamento passou a ser denominado Tratamento Moral. Contudo, durante a segunda metade do século XIX, com os progressos na neurologia, se questionou as bases pouco científicas do Tratamento Moral. Foi apenas após a 2ª Guerra Mundial que teve início a idéia da Reforma Psiquiátrica. Havia o consenso de que o hospital psiquiátrico era uma instituição totalitária onde se estabeleciam relações de submissão e violência imersas num círculo vicioso, atingindo todos os envolvidos; tal visão permanece até hoje. A Reforma Psiquiátrica surgiu, então, do questionamento à instituição asilar, à prática médica e à assistência, discutindo as transformações nas instituições, no saber médico-psiquiátrico e nas práticas sociais de lidar com as pessoas, ditas doentes mentais. Enquanto prática, a Reforma, é constituída coletivamente nos conflitos e contradições e, como movimento social, apresenta uma composição heterogênea que inclui o Movimento Social por uma Sociedade sem Manicômios (Luta Anti-manicomial), as Associações de Usuários e Familiares de Doentes Mentais, trabalhadores da Saúde Mental, partidos políticos, Igrejas, Organizações Não Governamentais, dentre outras. Diante destas questões, esta pesquisa tem como objetivo analisar como estudantes universitários das áreas de saúde e de humanas (n=150) elaboram

seus discursos sobre família, família do doente mental e inclusão social, analisando a visão que possuem acerca da Reforma Psiquiátrica e se esta repercute negativamente ou não na prática da desinstitucionalização do louco. Para a coleta dos dados foi utilizado o teste de associação livre de palavras com os estímulos indutores: família, família do doente mental e inclusão social do doente mental. Os dados foram analisados através do software Tri-Deux-Mots, observando-se os seguintes resultados. No que se refere ao estímulo indutor família, esta foi associada a palavras de cunho positivo, como amor, apoio, união, carinho e compreensão. Com relação ao estímulo família do doente mental, esta também se apresentou associada a palavras de cunho positivo como amor, cuidado, apoio e compreensão, mas também surgiram palavras que denotam sofrimento, exclusão e preconceito. No que tange ao estímulo inclusão social do doente mental os resultados revelam que apesar dos estudantes concordarem com a necessidade e a importância da inclusão, apontam questões como o medo, a dificuldade e o preconceito. Essa representação da família do doente mental enquanto sofredora e excluída corrobora o pensamento de Souza & Scatena (2005) quando destacam que a família do doente mental tem uma sobrecarga emocional em virtude de questões financeiras e sócio-afetivas. Tal questão vem a dificultar a inclusão social do doente mental, uma vez que a família, ao viver intenso sofrimento acaba hospitalizando o seu familiar, vendo o hospital como um apoio para o alívio desta sobrecarga. Com relação à inclusão social do doente mental, os resultados revelam que mesmo com o advento da Reforma Psiquiátrica, percebe-se que esta ainda é vista como algo difícil para ser colocada em prática. Na atualidade, torna-se necessário enfatizar que a Reforma Psiquiátrica apresenta-se como um processo em evolução e que suscita discussões difundidas, não apenas no âmbito profissional, mas também social.

**Palavras-chaves:** Família do Doente Mental, Inclusão Social, Reforma Psiquiátrica

**Trabalho:** Reforma Psiquiátrica no Brasil, aos “trancos” e “barrancos”: Erros e Acertos

**Autor(es):** Silvana Carneiro Maciel

**Resumo:** O Brasil é um país novo, foi colonizado e povoado após o século XVI, possuindo, portanto, pouco tempo de História de Saúde Mental, quando comparado a outros países, como os da Europa, mas seguiu alguns passos destes no que se refere à Saúde Mental/Psiquiatria. O quadro da assistência psiquiátrica no Brasil, até os anos 1950 era exercido quase que exclusivamente no interior dos manicômios; a partir dos anos 1980 ocorreram muitas modificações como a aprovação de leis relacionadas à regulamentação da saúde mental no Brasil, a criação de serviços “alternativos” aos manicômios, reforma dos asilos e ambulatorização, mas embora ricas essas experiências, de um modo geral, os serviços criados não tiveram impacto significativo sobre a qualidade da assistência e pouco contribuíram para a mudança da hegemonia hospitalar. Contudo, detonou no Brasil um processo de discussão sobre as formas mais adequadas de atenção em saúde mental; entretanto tem havido entre os psiquiatras certas divergências, principalmente quanto aos aspectos polêmicos da reforma psiquiátrica implantada, analisando que o fechamento dos hospitais psiquiátricos é um empreendimento árduo e arriscado, política e profissionalmente. Além de que a comunidade não costuma está preparada para receber os pacientes desinstitucionalizados; e os esforços se voltam para a modificação do comportamento dos pacientes e pouquíssimos para a modificação das crenças, dos preconceitos e comportamentos da sociedade a que eles serão destinados com o fechamento dos hospitais. Falta também uma gestão unificada dos recursos públicos, ou seja, falta alocação eficiente dos recursos; acrescido a isto a desinformação de familiares que têm receio de perder o hospital psiquiátrico como espaço de tratamento e do medo de alguns profissionais de perder o emprego; por último, existe a falta de vontade política dos governos de contribuírem para a criação de serviços de saúde mental, substitutivos ao manicômio, existindo poucos serviços substitutivos e com poucos profissionais qualificados. Contudo, e mesmo aos trancos e barrancos, podemos analisar que os avanços no Brasil referente à Saúde Mental são inegáveis, mas sabemos que se faz necessário um maior investimento de recursos materiais e humanos para dar sentido e direção ao trabalho que se abre, são necessárias parcerias entre profissionais de saúde, comunidades, agentes públicos e governos locais, necessária também que a pesquisa continue a buscar respostas e soluções para a complexidade do problema. Afirma Costa (2003), para que um serviço seja verdadeiramente substitutivo ao manicômio tem

que ser capaz de lidar com a loucura em suas mais diversas formas sem querer disciplinar essa experiência. Ao serviço substitutivo cabe o papel primordial de não normatizar a loucura, mas permitir uma interlocução desta com a cidade.

**Palavras-chaves:** Reforma Psiquiátrica,saúde mental,assistência social

**Trabalho:**Dependência Química e Políticas Públicas: na interface da educação e da saúde

**Autor(es):** Silvana Carneiro Maciel

**Resumo:** As Políticas Públicas podem ser conceituadas, de acordo com Fagundes (2004) como ações, programas, projetos, regulamentações, leis e normas que o Estado desenvolve para administrar de maneira mais eqüitativa os diferentes interesses sociais, abrangendo e organizando a dimensão coletiva de uma determinada sociedade. É uma proposta de intervenção no coletivo, e na área da saúde abarca o tratamento, a prevenção e a produção da saúde. Partindo desta conceituação fazemos uma reflexão acerca da Dependência Química e das Políticas Públicas, visto que a partir do início do século XX as drogas passaram a ser assunto de preocupação da saúde pública, difundindo-se por todo o mundo; deixando a droga de ter o seu uso ritualizado e contextualizado, passando a ser utilizada de modo banal e abusivo, imperando as drogas sintéticas e o crescimento de dependentes químicos, em virtude da criação de drogas cada vez mais potentes, com maior poder de gerar dependência. Neste novo contexto, o uso de drogas foge ao controle desafiando todos os meios para combatê-la, sendo agravada pela dificuldade de tratamento e de recuperação do dependente químico. Diante desta realidade sobressai a necessidade de efetivação de Políticas Públicas com enfoque no trabalho de educação preventiva e de investimento na qualidade de vida, em um trabalho desenvolvido nas escolas, articulado com a comunidade nos mais diversos segmentos, uma vez que concebemos a escola como um espaço de transmissão de conhecimentos, de saber e de múltiplas aprendizagens, mas acreditamos que o trabalho de prevenção às drogas, deve ser contínuo e integrado, contando com a participação da escola, dos recursos comunitários e da família; sem esquecer, é claro, das ações governamentais com todo o investimento de verbas, da mídia, de projetos integrados, de capacitação de profissionais, enfim de investimento de Políticas Públicas na área da educação e da saúde. Impõe-se, portanto, neste trabalho reforçar três pilares considerados básicos para qualquer programa eficaz relacionado às drogas, quais sejam: melhoria nas áreas da educação, da saúde e do social, apoiado pelos familiares, pelos educadores e por toda a sociedade; focalizando a questão no indivíduo e melhora de sua qualidade de vida, e não na questão das drogas em termos de legais ou ilegais, pois como bem ressalta Bucher (1998): a prevenção às drogas é o amor à vida. Devemos, pois investir no trabalho de recuperação do ser humano e de sua cidadania, não enfocando a repressão as drogas, mas sim a qualidade de vida.

**Palavras-chaves:** Dependência Química,Políticas Públicas,Educação,Saúde

**Atividade: Atuação do psicólogo no campo da saúde pública: perfil profissional, desafios e avanços no ano da Psicologia na saúde (Temas em Debate)**

**Trabalho:**Atuação do psicólogo em saúde pública no âmbito do CRP-01: realidade e desafios

**Autor(es):** Eliane Maria Fleury Seidl

**Resumo:** Introdução. A escolha pelo Sistema Conselhos do ano 2006 como o ano da Psicologia e da Saúde Pública propiciou a mobilização da categoria no âmbito do CRP-01, tendo em vista a realização do Fórum Regional da 1ª Região (Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima e Distrito Federal) e do Fórum Nacional, permitindo a reflexão e o debate sobre temas como a prática da psicologia, sua contribuição para o avanço do SUS e a formação dos psicólogos para atuação em saúde. O Fórum Regional de Psicologia e Saúde Pública do CRP-01 teve a participação de 46 delegados, que aprovaram 27 teses. O CRP-01 tinha, em fevereiro de 2007, 6726 psicólogos inscritos (4705 no DF, 1342 no Amazonas, 446 em Rondônia, 131 no Acre e 102 em Roraima). O

objetivo do presente trabalho é apresentar e discutir a realidade profissional dos psicólogos que atuam em saúde nessa região. Método: Informações foram coletadas de fontes bibliográficas que apresentam a inserção do psicólogo no SUS e das teses aprovadas nos Fóruns Regional e Nacional. Outra fonte de informações foi uma pesquisa que o CRP-01 e o Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília estão realizando sobre a inserção do psicólogo em serviços públicos e privados de saúde, que retrata a situação específica da capital do país. Resultados. A inserção da psicologia na área de saúde está em expansão nos estados da 1ª Região, apesar do número ainda reduzido de profissionais tendo em vista a capacidade instalada da rede pública. Os estados do CRP-01 estão entre os que apresentam números mais reduzidos de psicólogos no SUS por 100.000 habitantes (variando de 6,6 em Rondônia a 2,5 no Amazonas, enquanto no Brasil registra-se 9 psicólogos por 100.000 habitantes, segundo dados disponíveis do DATASUS de 1998). Outro indicador é o percentual de psicólogos em relação ao total de profissionais de saúde cadastrados no SUS: enquanto o percentual nacional era de 1,05% em 1998, os estados da 1ª Região apresentavam valores como 0,72% em Rondônia a 0,28% no Amazonas, abaixo do percentual nacional e de estados de outras regiões. Há indícios de que essa realidade não sofreu modificação relevante nos anos mais recentes. Atualmente não existe no AC, RR, AM e DF uma rede de atenção à saúde mental estruturada, fazendo com que a reforma psiquiátrica esteja caminhando em ritmo muito lento nesses estados. Em diversos municípios, os Centros de Atenção Psicossocial (Caps), os serviços residenciais terapêuticos e o Programa de Volta para Casa ainda não foram implementados, indicando a prioridade do tema. Uma questão específica dos estados da Região Norte refere-se à prevalência dos problemas de saúde que afetam as populações indígenas, tais como alcoolismo, DST/Aids e transtornos mentais, apontando a necessidade de se envidar esforços para a inclusão do profissional de psicologia nas equipes de saúde do SUS que prestam assistência aos Distritos de Saúde Indígena. É relevante o aumento do número de cursos de graduação em psicologia, com destaque para o DF: de dois cursos nos anos 90, passou-se a seis cursos em 2006, sendo cinco em estabelecimentos privados. Observa-se o aumento da oferta de disciplinas e de estágios em saúde, mas ainda prevalece o modelo clínico no ensino de psicologia. Outra fonte valiosa de informação refere-se ao estudo que objetivou caracterizar o perfil dos psicólogos que atuam em saúde no DF, descrever os modos de atuação profissional e identificar as facilidades e dificuldades do trabalho em equipe. Participaram 39 profissionais, com idades entre 23 e 55 anos (M=35,3), 89,1% mulheres, com tempo de graduação variando de um a 32 anos (M=10,6). A quase totalidade (n=37) atuava em serviços públicos, 78% em unidades hospitalares e 41,2% trabalhavam 40 horas semanais. A maioria (51,3%) ingressou mediante concurso público, mas 23,1% tinham contratos temporários. Quanto às condições salariais, 39,4% ganhavam entre R\$ 2.100,00 e R\$ 2.700,00. Em relação às condições que favoreciam o trabalho em equipe, das nove categorias identificadas as que tiveram maior frequência foram: presença de concepções/objetivos comuns e bom relacionamento interpessoal entre os profissionais. Quanto aos aspectos dificultadores, as categorias regras de funcionamento da instituição e sobrecarga/excesso de trabalho obtiveram número maior de relatos. Os resultados confirmam achados de estudos anteriores sobre o predomínio do psicólogo em serviços de nível terciário de atenção, com indícios da presença de condições precárias de trabalho. Conclusão: A contribuição da psicologia para a consolidação do SUS, com a concretização dos princípios de integralidade, interdisciplinaridade e equidade, está se fortalecendo paulatinamente, mas há importantes desafios a serem superados, em especial as condições de trabalho e a inserção em ações de saúde da rede básica. Nosso potencial de contribuição é imenso nos campos profissional, técnico-científico, acadêmico e político. No ano de 2007, a Comissão de Saúde do CRP-01 objetiva fortalecer suas ações com base nas propostas aprovadas no I Fórum Nacional, tendo como estratégia a mobilização e participação efetiva da categoria.

**Palavras-chaves:** atuação do psicólogo em saúde, perfil profissional, CRP-01

**Trabalho:** Psicologia e saúde pública: possibilidades e avanços da atuação dos psicólogos na Bahia e Sergipe (CRP03)

**Autor(es):** Maria da Conceição Casulari Roxo da Motta Rodrigues, Jeane Saskya Campos Tavares

**Resumo:** Esta exposição tem como objetivo apresentar um relato das atividades desenvolvidas pelo Sistema Conselho de Psicologia e pela Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) relativas ao Ano da Psicologia na Saúde (2006), na Bahia e Sergipe. A Comissão de Saúde do CRP-03 mobilizou-se para levantar informações e bibliografia, estabelecer canais de comunicação com a categoria e estreitar relações com os diversos setores de ensino e gestão. Foram realizados 12 eventos preparatórios, envolvendo 600 participantes; a Oficina Regional da ABEP com 140 participantes; o Fórum Regional de Psicologia e Saúde Pública, em agosto, com a presença inédita de 110 psicólogos e 140 estudantes e a participação como delegados no Fórum Nacional, em Brasília. As fontes de dados consultadas sobre a atuação dos psicólogos no campo da saúde pública na região foram: estudos científicos, os Planos Municipal e Estadual de Saúde Mental e cadastros governamentais dos três níveis. Estes permitiram mapear os profissionais a partir de 1980 até 2005 e indicaram que a Bahia e Sergipe estão entre os estados com menor taxa psicólogo/ população no SUS até 2000. Observa-se um atraso na consolidação da profissão devido à pequena presença nas diversas áreas de atuação no Estado. Em 1998, existia uma taxa de 1,9 / 100 mil psicólogos por habitante. Esta situação reflete a baixa oferta de vagas (80 por ano) com apenas um curso oferecido pela UFBA em Salvador até 1999/2000, quando 3 IES privadas também passam a oferecer cursos de psicologia. Em 2006 uma nova graduação pública foi oferecida pela Universidade Federal do Recôncavo, totalizando 19 cursos no estado sendo 11 em Salvador. A gestão estadual da saúde pública, nos últimos 16 anos, apresentou uma forte tendência privatista priorizando contratos terceirizados, contratação temporária e através de cooperativas, atraso no processo de municipalização e lentidão na implantação dos princípios do SUS. Segundo o Data SUS, havia 242 profissionais cadastrados nas unidades ambulatoriais em 1998 o que representava 0,31% para um total de 77. 254 profissionais. A inserção dos psicólogos com vínculo se deu na década de 90, e em 2006, conta 91 profissionais distribuídos em Centros de Referência Especializados, Hospitais Gerais e Psiquiátricos em todo estado. A partir de 2003, houve um incremento na implantação da rede substitutiva em Saúde Mental chegando a 44 CAPS (10 em Salvador) credenciadas em todo estado, até 2006, com a ocupação dos psicólogos nas equipes multiprofissionais. Existe previsão de implantação de 17 CAPS em regiões estratégicas e 40 residências terapêuticas durante esta gestão. Até o ano 2000 a saúde pública municipal contava 25 profissionais e somente 5 profissionais em Unidades Básicas de Saúde. Após a municipalização da atenção básica em 2000, Salvador passa a contar com 150 unidades básicas de saúde. Em 2006, com a nova gestão na SMS estão lotados 68 psicólogos (15 gestão, 37 Saúde Mental, 1 Centro Referência DST/ AIDS, 15 em Unidades Básicas de Saúde). Sergipe apresenta uma realidade semelhante quanto à implantação do SUS e a oferta de vagas para a graduação em psicologia. Em 1998, a rede ambulatorial do SUS contava com 17.164 profissionais (rede própria do SUS e contratada), com 28 psicólogos, porcentagem de 0,31 profissionais por unidade. Em 2006, a Secretaria Estadual conta com 22 psicólogos na rede pública de saúde distribuídos em todo estado e em Aracajú a SMS conta com 28 psicólogos. Atualmente, Sergipe conta com uma proporção maior de psicólogos na saúde pública, comparado com a população da Bahia. Até 1998, havia apenas um curso de graduação da UFS, com 80 vagas anos, perfazendo 180 psicólogos inscritos no CRP 03, com uma proporção de 1,7 psicólogos por habitante São 808 psicólogos inscritos e deverá se tornar um novo regional até 2008 e 2 IES privadas reconhecidas pelo MEC. No ano da psicologia na saúde houve uma mobilização inédita dos psicólogos; uma aproximação com as IES, com os estudantes e gestores públicos. No geral, o teor de diversas teses focalizou a necessidade de um maior reconhecimento da profissão pelos usuários e equipe multiprofissional revelando a pouca tradição da atuação profissional do psicólogo na saúde pública na Bahia e Sergipe; registros e queixas sobre as condições de trabalho, remuneração baixa, indefinição sobre registro de produtividade e sobre o número de atendimentos por turno/ leito; precarização das relações de trabalho e assédio moral entre outros. Tais discussões revelam a necessidade da criação de um sindicato e outras instâncias associativistas. Em síntese, um novo cenário na inserção do psicólogo no SUS pode estar se desenhando. Há uma grande expectativa na inserção qualificada e numérica dos profissionais em todos os níveis do sistema de atenção, ensino e pesquisa nos pólos de educação permanente e na gestão.

**Palavras-chaves:** CRP-03, psicologia e saúde pública, perfil profissional

**Trabalho:** O Fórum Nacional de Saúde Pública: uma experiência de democratização do Sistema Conselho

**Autor(es):** Monalisa Nascimento dos Santos Barros

**Resumo:** O ano de 2006 teve como tema nacional a Psicologia e a Saúde, sendo um grande marco para a nossa profissão por ser este o campo mais tradicional de nossa atuação. O Sistema Conselhos, os Cursos de Psicologia e entidades representativas realizaram um trabalho sinérgico de levantamento de dados sobre a prática profissional, a produção científica e a formação no campo da saúde pública. O Sistema Único de Saúde - SUS emprega 20 000 psicólogos em todo país, distribuídos desigualmente entre as macro-regiões. Este número representa 20 % da força de trabalho dos psicólogos ativos. No Brasil o sistema de atenção à saúde dispõe de 63 000 unidades ambulatoriais, portanto, ainda não ocupamos todos os serviços de atenção primária e secundária. O Ministério de Saúde e o Ministério da Educação observaram ainda falhas na formação dos profissionais das quatorze áreas que ocupam o campo da saúde. Foi firmado, por esses órgãos, um convênio com a Organização Pan-americana de Saúde - OPAS e a Federação das Entidades de Ensino em Saúde (FNEPAS) para este grande esforço visando uma presença mais qualificada dos profissionais no SUS. O Ano temático da Saúde transcorreu com grande mobilização dos psicólogos e estudantes nos encontros preparatórios, fóruns regionais e na elaboração de teses visando retratar a nossa prática; nas oficinas para levantar uma amostragem da nossa formação e dos diversos currículos de psicologia no Brasil. No período de 20 a 22 de outubro, os psicólogos do Brasil se reuniram no Fórum Nacional de Psicologia e Saúde Pública, em Brasília. O Fórum compôs a agenda do Sistema Conselhos e teve como tema: "Contribuições Técnicas e Políticas dos psicólogos para avançar o SUS – Sistema Único de Saúde" Constituiu momento nacional de discussão e definição das propostas pelos psicólogos representantes dos 16 regionais e do CFP, para o Sistema Conselhos de Psicologia visando o fortalecimento do SUS e do trabalho desenvolvido pelos psicólogos na saúde pública. As propostas tiveram como referência os seguintes eixos: Desafios políticos para avançar os SUS; A prática da Psicologia no SUS; Contribuições da Psicologia para avançar o SUS; A questão da formação dos psicólogos em saúde. Sobre a questão da formação as oficinas regionais foram realizadas em parceria com a ABEP. Mais de cinco mil profissionais participaram dos eventos preparatórios para o Fórum realizados nos 16 regionais e 1.113 psicólogos estiveram presentes aos Fóruns Regionais, 577 teses foram produzidas nesses 16 Fóruns regionais. A plenária final apreciou 102 teses e aprovou 78 que representam os encaminhamentos apontados pela plenária final do Fórum. A apresentação do material trabalhado e aprovado expressa as demandas atuais da categoria ao sistema conselhos de psicologia para o fortalecimento da profissão e na consolidação do SUS. Conhecer essas demandas ajuda no planejamento e programação das ações de saúde, além de poder organizar a demanda e as contribuições possíveis para fazer avançar o SUS. Palavras chave: psicologia e saúde; fórum nacional; conselho federal psicologia. TÍTULO – No período de 20 a 22 de outubro, os psicólogos do Brasil se reuniram no Fórum Nacional de Psicologia e Saúde Pública, em Brasília. O Fórum compôs a agenda do Sistema Conselhos de psicologia que deliberou adotar 2006 ano temático da Saúde e teve como tema: "Contribuições Técnicas e Políticas dos psicólogos para avançar o SUS – Sistema Único de Saúde" Constituiu momento nacional de discussão e definição das propostas pelos psicólogos representantes dos 16 regionais e do CFP, para o Sistema Conselhos de Psicologia visando o fortalecimento do SUS e do trabalho desenvolvido pelos psicólogos na saúde pública. As propostas tiveram como referência os seguintes eixos: Desafios políticos para avançar os SUS; A prática da Psicologia no SUS; Contribuições da Psicologia para avançar o SUS; A questão da formação dos psicólogos em saúde. Sobre a questão da formação as oficinas regionais foram realizadas em parceria com a ABEP. Mais de cinco mil profissionais participaram dos eventos preparatórios para o Fórum realizados nos 16 regionais e 1.113 psicólogos estiveram presentes aos Fóruns Regionais, 577 teses foram produzidas nesses 16 Fóruns regionais. A plenária final apreciou 102 teses e aprovou 78 que representam os encaminhamentos apontados pela plenária final do Fórum. A apresentação do material trabalhado e aprovado expressa as demandas atuais da categoria ao sistema conselhos de psicologia para o fortalecimento da profissão e na consolidação do SUS. Conhecer essas demandas ajuda no planejamento e programação das ações de saúde, além de poder organizar a demanda e as contribuições possíveis para fazer avançar o SUS.



**Palavras-chaves:** psicologia e saúde, fórum nacional, Conselho Federal de Psicologia

**Atividade:** "Da água estagnada espera veneno": compromissos éticos e políticos em Psicologia (Conferência)

**Trabalho:** "Da água estagnada espera veneno": compromissos éticos e políticos em Psicologia

**Autor(es):** Magda Dimenstein

**Resumo:** A proposta desse trabalho é pensar a formação e atuação em Psicologia, especificamente sobre os compromissos éticos e políticos da profissão. Para tanto, nos ancoramos nas discussões postas por Foucault na "Microfísica do Poder" acerca do papel do intelectual e na "grande psicologia" concebida por Nietzsche. Articular tais planos na defesa de uma psicologia descolada de preconceitos metafísicos e morais, instrumento de uma prática implicada e aberta aos acontecimentos, é o que pretendemos. Em outras palavras, almejamos uma discussão que verse sobre uma psicologia que escape aos dogmatismos, à vontade de verdade e de ser um conhecimento sustentado na crença na duração, na imutabilidade e na permanência da vida, já que esses são aspectos que ocupam o centro das preocupações nas discussões sobre a psicologia enquanto campo de saber e práticas. Nesse sentido, o foco dessa problematização estará centrado nos modos de pensar e agir que constituem a psicologia. Por modos de pensar e agir estamos nos referindo a uma lógica constituída por um emaranhado de saberes, sensações, idéias, afetos, técnicas, percepções, fazeres, valores, que em articulação e desarticulação constante vão modelando as formas com que agimos, o lugar que ocupamos no cenário social. Enfim, nossos modos de pensar e agir dizem respeito ao jeito como nos conectamos ao mundo e ao que fazemos da nossa existência. A "grande psicologia" deve ser entendida, segundo Nietzsche, como um modo de exercício do pensamento no jogo complexo e imprevisível da vida. Precisa estar integrada ao cotidiano como peça de um processo de elaboração e enfrentamento de questões que vão se articulando de forma singular e vão pedindo novas estratégias de enfrentamento. Ela acompanha as mudanças e atua de modo a fazer emergir a multiplicidade. É uma prática implicada, atenta às naturalizações, aberta aos acontecimentos, envolvida num cotidiano de indagações ético-políticas e alerta aos efeitos de suas práticas e saberes. Enquanto tal vive o desafio de não se enclausurar em uma identidade profissional que empobrece sua capacidade de ação e a torna doente de si mesma. Ou seja, vai se tornando menos sensível às capturas produzidas no cotidiano, ao estranhamento que é preciso operar frente às rotinas de trabalho e menos potente na invenção de novos agenciamentos, de articulações contra a domesticação dos corpos e da vida. Pensamos o psicólogo como um diagnosticador do presente, tal como era concebido o intelectual por Foucault, não alguém pronto a emitir verdades proféticas sobre o futuro, sobre a vida das pessoas baseadas em convicções morais. Nossa função é conhecer as condições de produção de nossos saberes e competências profissionais e utilizar criticamente esses conhecimentos não esquecendo que os mesmos forjam verdades, subjetividades, modos de vida.

**Palavras-chaves:** Diversidade, Ética, Política

**Atividade:** O otimismo da prática em tempos de mudança: clínica e política no novo cenário da Reforma Psiquiátrica (Conferência)

**Trabalho:** O otimismo da prática em tempos de mudança: clínica e política no novo cenário da Reforma Psiquiátrica

**Autor(es):** Pedro Gabriel Godinho Delgado

**Resumo:** Com base na análise de dados e documentos oficiais, e da experiência da gestão, são discutidas as implicações éticas e políticas da prática dos profissionais de saúde mental no SUS, no contexto dos 5 anos de implantação da lei 10.216. Propõe-se que a mudança do modelo

inaugura um novo ciclo da Reforma Psiquiátrica. As perspectivas de sustentabilidade da mudança que se implantou no modelo de atenção em saúde mental são discutidas, assim como o impacto da nova realidade da saúde mental pública sobre a utopia ativa da superação dos manicômios. Com base na análise de dados e documentos oficiais, e da experiência da gestão, são discutidas as implicações éticas e políticas da prática dos profissionais de saúde mental no SUS, no contexto dos 5 anos de implantação da lei 10.216. Propõe-se que a mudança do modelo inaugura um novo ciclo da Reforma Psiquiátrica. As perspectivas de sustentabilidade da mudança que se implantou no modelo de atenção em saúde mental são discutidas, assim como o impacto da nova realidade da saúde mental pública sobre a utopia ativa da superação dos manicômios. Com base na análise de dados e documentos oficiais, e da experiência da gestão, são discutidas as implicações éticas e políticas da prática dos profissionais de saúde mental no SUS, no contexto dos 5 anos de implantação da lei 10.216. Propõe-se que a mudança do modelo inaugura um novo ciclo da Reforma Psiquiátrica. As perspectivas de sustentabilidade da mudança que se implantou no modelo de atenção em saúde mental são discutidas, assim como o impacto da nova realidade da saúde mental pública sobre a utopia ativa da superação dos manicômios. Com base na análise de dados e documentos oficiais, e da experiência da gestão, são discutidas as implicações éticas e políticas da prática dos profissionais de saúde mental no SUS, no contexto dos 5 anos de implantação da lei 10.216. Propõe-se que a mudança do modelo inaugura um novo ciclo da Reforma Psiquiátrica. As perspectivas de sustentabilidade da mudança que se implantou no modelo de atenção em saúde mental são discutidas, assim como o impacto da nova realidade da saúde mental pública sobre a utopia ativa da superação dos manicômios.

**Palavras-chaves:** Saúde, Ética, Política

**Atividade:** Drogas: Política e Assistência  
(Temas em Debate)

**Trabalho:** Dependência Química: Diagnóstico ou sintoma?

**Autor(es):** Dartiu Xavier da Silveira Filho

**Resumo:** Título do Resumo: Controles Sociais Formais e Informais sobre o Uso de Substâncias Psicoativas  
Resumo Tornou-se senso-comum hoje a afirmação de que uma abordagem que busque a compreensão integral da questão das drogas deve levar em conta seus vários aspectos adotando uma abordagem bio-psico-social. Mas na prática os estudos do tema tem sido desenvolvidos dentro das disciplinas médicas ou psicológicas. Abordagens sociais tem se dado no âmbito da criminologia e do direito geralmente partindo de pressupostos a respeito da natureza das drogas já dados pela sociedade envolvente e que são pouco questionados pelos estudiosos. Mais recentemente tem-se atentado com maior cuidado para outros aspectos sociais e simbólicos da questão. Assim tem sido chamada a atenção para o fato de que o uso de substâncias psicoativas não se dá num vácuo socio-cultural e raramente ocorre de maneira completamente desregrada, mesmo se as regras que servem como referência para esse uso sejam desviantes dos padrões hegemônicos na sociedade maior. A humanidade sempre usou substâncias psicoativas das mais diversas com um grande leque de finalidades, indo do seu emprego lúdico, com fins estritamente prazerosos, até o desencadeamento de estados de êxtase místico/religioso. Seu uso para fins curativos sempre foi da maior importância, seja ocorrendo no bojo de práticas religiosas tradicionais, seja no contexto médico-científico da atualidade. Embora em alguns momentos esses usos tenham sido vistos como ameaçadores à ordem moral ou religiosa, em geral eles se deram dentro de um marco cultural que lhes atribuía características socialmente integradoras. De grande importância é o desenvolvimento de normas, regras de conduta e rituais sociais em torno do uso de diferentes substâncias. Em nossa sociedade

convivemos hoje com exemplos dessa prática que vão do consumo de charutos em rituais afro-brasileiros até o champanha servido em festas de casamento, sem esquecer do indefectível cafezinho presente em tantos locais de trabalho. A escolha das substâncias psicoativas relegadas à ilicitude obedeceu mais a critérios de ordem histórica ou moral do que propriamente farmacológicos. Assim, em diferentes momentos e lugares, diversas substâncias como tabaco, álcool, café, cannabis e folhas de coca foram ora homenageadas, ora perseguidas. A apresentação será voltada para uma discussão de como “sanções sociais” formais e informais se relacionam com outros fatores como a estrutura de vida do usuário e a disponibilidade da droga na formação de diferentes padrões de uso e significados sociais a eles atribuídos e que são de grande importância na elaboração de políticas e da assistência para a questão das drogas.

**Palavras-chaves:** Dependência, Álcool, Drogas, Comorbidade, Tratamento

**Trabalho:** POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENÇÃO INTEGRAL PARA USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

**Autor(es):** Décio de Castro Alves

**Resumo:** Resumo (em tópicos) -A política do Ministério da Saúde para a área. A experiência de Santo André - SP. 1-Marco teórico/político.a lógica da Reabilitação Psicossocial. O recorte da vulnerabilidade e do risco na constituição de políticas públicas. A Redução de Danos como estratégia e metodologia de inserção de usuários abusadores de drogas nos contextos do SUS.A rede de saúde como local de conexão e inserção social.2-Panorama Nacional para Álcool e outras drogas. Contextualização. Alcoolismo como o maior problema de saúde pública na área.3-Diretrizes para a política de Atenção Integral aos usuários de álcool e outras drogas. Intersetorialidade. Atenção Integral. Prevenção.Promoção e proteção à saúde de consumidores de álcool e outras drogas. CAPS AD como ordenador da política local para o álcool e outras drogas.4- A experiência de Santo André-SP.Construindo uma rede de atenção e proteção aos usuários abusadores de substâncias psicoativas. NAPS AD(Núcleo de Atenção Psicossocial para o abuso de álcool e outras drogas), URD(unidade de Redução de Danos), Emergência Psiquiátrica em Hospital Geral Municipal. Saúde Mental e DST/AIDS: a importância do trabalho conjunto para implantação das políticas de Redução de Danos.As parcerias com a sociedade civil:as Organizações Sociais "De volta para casa" e "Saúde e Cidadania".Relações intersetoriais: Educação, Inclusão, Segurança, Geração de Trabalho e Renda, Cultura,etc.5- a importância do psicólogo na constituição, planejamento e gestão de redes públicas de saúde.

Resumo (em tópicos) -A política do Ministério da Saúde para a área. A experiência de Santo André - SP. 1-Marco teórico/político.a lógica da Reabilitação Psicossocial. O recorte da vulnerabilidade e do risco na constituição de políticas públicas. A Redução de Danos como estratégia e metodologia de inserção de usuários abusadores de drogas nos contextos do SUS.A rede de saúde como local de conexão e inserção social.2-Panorama Nacional para Álcool e outras drogas. Contextualização. Alcoolismo como o maior problema de saúde pública na área.3-Diretrizes para a política de Atenção Integral aos usuários de álcool e outras drogas. Intersetorialidade. Atenção Integral. Prevenção.Promoção e proteção à saúde de consumidores de álcool e outras drogas. CAPS AD como ordenador da política local para o álcool e outras drogas.4- A experiência de Santo André-SP.Construindo uma rede de atenção e proteção aos usuários abusadores de substâncias psicoativas. NAPS AD(Núcleo de Atenção Psicossocial para o abuso de álcool e outras drogas), URD(unidade de Redução de Danos), Emergência Psiquiátrica em Hospital Geral Municipal. Saúde Mental e DST/AIDS: a importância do trabalho conjunto para implantação das políticas de Redução de Danos.As parcerias com a sociedade civil:as Organizações Sociais "De volta para casa" e "Saúde e Cidadania".Relações intersetoriais: Educação, Inclusão, Segurança, Geração de Trabalho e Renda, Cultura,etc.5- a importância do psicólogo na constituição, planejamento e gestão de redes públicas de saúde.

**Palavras-chaves:** Saúde, Política Pública, Álcool, Drogas

**Trabalho:**Controles Sociais Formais e Informais sobre o Uso de Substâncias Psicoativas

**Autor(es):** Edward John Baptista das Neves MacRae

**Resumo:** Título do Resumo: Controles Sociais Formais e Informais sobre o Uso de Substâncias Psicoativas  
Resumo Tornou-se senso-comum hoje a afirmação de que uma abordagem que busque a compreensão integral da questão das drogas deve levar em conta seus vários aspectos adotando uma abordagem bio-psico-social . Mas na prática os estudos do tema tem sido desenvolvidos dentro das disciplinas médicas ou psicológicas. Abordagens sociais tem se dado no âmbito da criminologia e do direito geralmente partindo de pressupostos a respeito da natureza das drogas já dados pela sociedade envolvente e que são pouco questionados pelos estudiosos. Mais recentemente tem-se atentado com maior cuidado para outros aspectos sociais e simbólicos da questão . Assim tem sido chamada a atenção para o fato de que o uso de substâncias psicoativas não se dá num vácuo socio-cultural e raramente ocorre de maneira completamente desregrada, mesmo se as regras que servem como referência para esse uso sejam desviantes dos padrões hegemônicos na sociedade maior. A humanidade sempre usou substâncias psicoativas das mais diversas com um grande leque de finalidades, indo do seu emprego lúdico, com fins estritamente prazerosos, até o desencadeamento de estados de êxtase místico/religioso. Seu uso para fins curativos sempre foi da maior importância, seja ocorrendo no bojo de práticas religiosas tradicionais, seja no contexto médico-científico da atualidade. Embora em alguns momentos esses usos tenham sido vistos como ameaçadores à ordem moral ou religiosa, em geral eles se deram dentro de um marco cultural que lhes atribuía características socialmente integradoras. De grande importância é o desenvolvimento de normas , regras de conduta e rituais sociais em torno do uso de diferentes substâncias. Em nossa sociedade convivemos hoje com exemplos dessa prática que vão do consumo de charutos em rituais afro-brasileiros até o champanha servido em festas de casamento, sem esquecer do indefectível cafezinho presente em tantos locais de trabalho. A escolha das substâncias psicoativas relegadas à ilicitude obedeceu mais a critérios de ordem história ou moral do que propriamente farmacológicos. Assim, em diferentes momentos e lugares, diversas substâncias como tabaco, álcool, café, cannabis e folhas de coca foram ora homenageadas, ora perseguidas. A apresentação será voltada para uma discussão de como “sanções sociais” formais e informais se relacionam com outros fatores como a estrutura de vida do usuário e a disponibilidade da droga na formação de diferentes padrões de uso e significados sociais a eles atribuídos e que são de grande importância na elaboração de políticas e da assistência para a questão das drogas.

**Palavras-chaves:** Controle Social, Substâncias Psicoativas, Psicologia

**Atividade: Avaliação da reforma Psiquiátrica Brasileira: quadro atual e perspectivas (Temas em Debate)**

**Trabalho:** Avaliação da Reforma Psiquiátrica Brasileira: quadro atual e perspectivas

**Autor(es):** Martha Helena Oliveira Noal

**Resumo:** Título do Resumo: "Avaliação da Reforma Psiquiátrica Brasileira: quadro atual e perspectivas". A Reforma Psiquiátrica brasileira encontra-se num momento de grande efervescência. Por um lado atingimos recentemente , com o avanço de novas tecnologias e dispositivos de atenção, a efetivação de 1000 Centros de Atenção Psicossocial cadastrados, 500 Serviços Residenciais Terapêuticos, um equilíbrio no orçamento da saúde mental entre rede substitutiva e sistema hospitalar, inúmeras associações de usuários e familiares, atuando no controle social, e uma mudança de paradigma nas ações de saúde mental, visualizada através da ainda imensurada melhora na qualidade de vida de pacientes e familiares do Brasil inteiro, através deste novo modelo. Por outro lado, vivemos concomitantemente um momento de severas críticas à reforma psiquiátrica vigente, inclusive com propostas e projetos de lei que propõe o retrocesso de um processo que talvez só quem conheça na sua essência e efetividade prática consiga dimensionar tamanha importância. No Rio Grande do Sul, por exemplo, um dos estados pioneiros na aplicação da reforma psiquiátrica, e o que primeiro no país teve uma legislação estadual propondo um modelo substitutivo ao da legislação de 1934, a qual, ainda era vigente até pouco anos atrás, teve sua legislação ameaçada em 2006 por um projeto de lei que preconizava

a volta dos hospitais psiquiátricos, desconsiderando o óbvio avanço do recurso Unidade Psiquiátrica no Hospital Geral como dispositivo integrador de um ser humano que é corpo e mente unitariamente. Que está psicótico ou tentou o suicídio, e até por isto, possa necessitar de um hospital que o atenda em todas as suas necessidades, e ainda, que não o estigmatize ao voltar à sua comunidade, provindo de um hospital onde todos sabem que tipo de situações abarca. Diferente retornar de uma internação num hospital geral, onde qualquer um de nós também possa já ter internado. Como perspectivas futuras muito há que ser feito no sentido de amadurecimento de tudo que se construiu nos últimos 20 anos. Ao chegarmos literalmente à maioria do movimento, se considerarmos os 21 anos do primeiro CAPS brasileiro, o CAPS Luis Cerqueira (SP) ou à sua "meia-idade" homenageando o cinquentenário da Casa das Palmeiras, primórdio dos CAPS, criado por Nise da Silveira no Rio de Janeiro, temos como tarefa, otimizar, aperfeiçoar, corrigir distorções daquilo que colocamos em prática, inicialmente com menos teorias e certezas do que intuições e a necessidade de oferecer uma abordagem mais humanitária ao padecimento psíquico. Hoje temos teorias e práticas que nos cientificam no campo da saúde mental. Podemos quantificar resultados, compará-los e competirmos com os resultados do antigo modelo, com a segurança de termos evoluído. Ainda são desafios a serem alcançados, uma efetiva fiscalização dos serviços existentes, certificando-se de que estejam cumprindo de fato com os princípios da reforma psiquiátrica, a ampliação dos serviços nos municípios onde a demanda em saúde mental ainda não foi totalmente acolhida, tanto com CAPS, como ambulatorios especializados em saúde mental, centros de convivência, serviços residenciais terapêuticos, parcerias com PSFs e UBSs, além da inserção oficial da saúde mental, com seu enfoque inter/transdisciplinar, dentro das universidades, para a formação de recursos humanos condizentes com as necessidades e realidade brasileira.

**Palavras-chaves:** Saúde Mental, Reforma Psiquiátrica, Psiquiatria

**Trabalho:** Os Psicólogos e a Reforma Psiquiátrica: de Ajudantes da Ordem a Parceiros da Loucura

**Autor(es):** Marcus Vinicius de Oliveira Silva

**Resumo:** Nos últimos anos a intervenção dos psicólogos junto ao portador de transtorno psíquico, deu um salto de qualidade, ganhou respeito e marcou uma nova direção da profissão na sociedade brasileira. As oportunidades coletivas elucidaram equívocos e delinearam uma nova ideologia, que trouxe o desafio de redirecionar a prática profissional, para um caminho que vem produzindo efeitos políticos e institucionais de grande visibilidade. Os psicólogos são, hoje, protagonistas de um processo de reinserção social dessas pessoas. Participam ativamente da construção de políticas mais humanas e inclusivas, incentivando a organização de uma rede diversificada na assistência e nos cuidados – capaz de assegurar os direitos civis, políticos e de cidadania daqueles que tinham como destino o isolamento, a destituição de desejos, voz e emoção; o isolamento, o interdito; o hospital que não recuperava. A garantia desta direção humana, exige uma análise criteriosa, contínua e sistemática das ações, considerando que, ao longo da trajetória da profissão, os psicólogos se tornaram capazes de colaborar e ser complacente com tratamentos violentos nesta área. Tratamentos estes que ferem o estatuto social do indivíduo, mas se reproduziram nas famílias e nas comunidades, definindo as mais distintas formas de homogeneização e exclusão – que ainda está em processo de reversão. Os psicólogos fortaleceram, durante anos, um segmento de empreendedores de um negócio chamado hospitais psiquiátricos e seus porta-vozes ecoavam que o doente mental é perigoso e nocivo ao seu meio, por isso deveriam ser segregados (hospitalizados) como castigo por sua condição. Esta lógica da periculosidade que guiou as intervenções técnicas e ganhou a cumplicidade de psicólogos e outros profissionais, teve também a convivência de todos para, de modo mais caro, tornar estas pessoas piores. Houve, sem dúvida, uma evolução, mas ainda não se saldou o débito social; portanto, para qualificação do papel profissional de parceiros da loucura este trabalho se propõe a colocar mais uma vez em debate o processo de mudança e instalar reflexões que levem a desalienar a loucura cada vez mais. Devolvendo-lhe a voz e auxiliando para que estas pessoas possam reencontrar sua potência de conexão social. Nos últimos anos a intervenção dos psicólogos junto ao portador de transtorno psíquico, deu um salto de qualidade, ganhou respeito e marcou uma nova direção da profissão na sociedade

brasileira. As oportunidades coletivas elucidaram equívocos e delinearam uma nova ideologia, que trouxe o desafio de redirecionar a prática profissional, para um caminho que vem produzindo efeitos políticos e institucionais de grande visibilidade. Os psicólogos são, hoje, protagonistas de um processo de reinserção social dessas pessoas. Participam ativamente da construção de políticas mais humanas e inclusivas, incentivando a organização de uma rede diversificada na assistência e nos cuidados – capaz de assegurar os direitos civis, políticos e de cidadania daqueles que tinham como destino o isolamento, a destituição de desejos, voz e emoção; o isolamento, o interdito; o hospital que não recuperava. A garantia desta direção humana, exige uma análise criteriosa, contínua e sistemática das ações, considerando que, ao longo da trajetória da profissão, os psicólogos se tornaram capazes de colaborar e ser complacente com tratamentos violentos nesta área. Tratamentos estes que ferem o estatuto social do indivíduo, mas se reproduziram nas famílias e nas comunidades, definindo as mais distintas formas de homogeneização e exclusão – que ainda está em processo de reversão. Os psicólogos fortaleceram, durante anos, um segmento de empreendedores de um negócio chamado hospitais psiquiátricos e seus porta-vozes ecoavam que o doente mental é perigoso e nocivo ao seu meio, por isso deveriam ser segregados (hospitalizados) como castigo por sua condição. Esta lógica da periculosidade que guiou as intervenções técnicas e ganhou a cumplicidade de psicólogos e outros profissionais, teve também a conivência de todos para, de modo mais caro, tornar estas pessoas piores. Houve, sem dúvida, uma evolução, mas ainda não se saldou o débito social; portanto, para qualificação do papel profissional de parceiros da loucura este trabalho se propõe a colocar mais uma vez em debate o processo de mudança e instalar reflexões que levem a desalienar a loucura cada vez mais. Devolvendo-lhe a voz e auxiliando para que estas pessoas possam reencontrar sua potência de conexão social.

**Palavras-chaves:** Saúde Mental, Reforma Psiquiátrica, Clínica da Psicose, Psicologia Social

## Área: Família

### Atividade: Maternagem Recusada (Comunicações Científicas)

Trabalho: Maternagem Recusada

**Autor(es):** Karla Fabiana Figueiredo Luna de Menezes, Cristina Maria de Souza Brito Dias

**Resumo:** Esta pesquisa visou contribuir para uma reflexão acerca das motivações que levam uma mãe a abrir mão do seu filho, almejando a ampliação do tema para o estudo de possibilidades de intervenção, inclusive, durante a gestação. Um filho pode ter representações diferentes para cada pessoa; desde a promessa de dar continuidade à existência, ao risco de rompimento do relacionamento conjugal. A significação de um filho, por si só, perpassa sentimentos e expectativas ambivalentes tanto de realizações como de impedimentos. O impacto, as vivências e as repercussões da gravidez estão intrinsecamente relacionados às condições sócio-afetivas e financeiras da mulher, portanto, este contexto também é determinante na escolha do destino do bebê. A maternidade envolve grandes mudanças no que se refere à identidade da mulher. Assim, ela passa da condição de filha para a de mãe. Este novo papel social acarreta a necessidade de novas adaptações e reajustamentos tanto interpessoais como intrapsíquicos. Estas mudanças poderão surgir como possibilidades de amadurecimento e expansão da personalidade, ou, por outro lado, darem vazão a uma relação inadequada ou de rejeição para com o bebê. Contudo, para a compreensão da relação mãe-bebê é fundamental a investigação e a análise da história de vida desta genitora, da sua relação com a mãe, do sentido que tem a maternidade e qual o significado do nascimento de um filho. Esse significado é sempre único para cada pessoa, para cada gestação. Badinter (1985) conclui que o amor materno não é um instinto, mas um sentimento adicional às mulheres que, como todos os demais, está sujeito a imperfeições, oscilações e modificações, podendo manifestar-se só com um filho ou com todos. Desta maneira, as vicissitudes do desejo, por vezes, impõem uma encruzilhada à gestante de um filho não programado. “Nesta encruzilhada surgem as opções: ter o neném, fazer aborto ou doar a criança. Cada uma delas acarretará repercussões importantes na vida das pessoas, suas famílias e seus grupos de apoio” (MALDONADO, DICKSTEIN, NAHOUM, 1996, p.17). Decerto, não se pretendeu um juízo acerca da doação, culpabilização ou vitimização da mãe, mas um esforço para compreender o que se atravessa nessa relação mãe e bebê doado. A nossa preocupação na presente pesquisa foi de escutar o que está inaudível, o que está nas entrelinhas do discurso, em suma, o que não pode ser dito acerca desta relação. Há uma tendência para encarar toda separação entre mãe e filho entregue em adoção como abandono a qual se deve, principalmente, aos valores socialmente estabelecidos. O termo abandono foi substituído por doação na intenção de desviar do imaginário social aquilo que é moralmente tendencioso levando ao repúdio de tal ato. Entendemos por doação o ato de entrega de um filho, seja por meios legais ou não, que vela pela sobrevivência do mesmo. Enquanto que no abandono não há tal (pré)ocupação. Assim sendo, pretendeu-se alcançar as possíveis motivações e significados psicológicos, ou de qualquer outro aspecto, que possam estar presentes no ato da entrega de um filho, uma vez que nem sempre isso implica em rejeição. O mito do amor materno, como inato e imprescindível à realização da mulher, deixa sua nítida influência sobre a construção de estigmas em relação às mães que entregam seus filhos. A partir dos dados obtidos nas entrevistas às seis mães participantes, analisamos o conteúdo verbal e não-verbal do discurso das genitoras sob uma perspectiva psicanalítica, buscando identificar as possíveis motivações inconscientes e os sentimentos relacionados ao ato de doar o filho. Constatamos as condições de pobreza material e emocional que permearam as vidas dessas mães, impedindo-as de terem um desenvolvimento emocional equilibrado que as possibilitem maternar. Elas tiveram uma infância marcada por privações, violências, carências, incompreensões e abandono. Em relação aos motivos que favoreceram a doação, encontramos a imaturidade como causa principal aliada à falta de apoio familiar e do pai da criança somados as dificuldades sócio-econômicas. Quanto aos sentimentos experimentados por elas após a doação, identificamos culpa, tristeza, angústia, pesar e arrependimento. Percebemos um

sentimento de incapacidade e insuficiência como também motivadores inconscientes da doação. A conclusão a qual chegamos com este estudo é que a motivação do ato de doar um filho é contextualizada e individual, dependendo de fatores sociais, porém, muito mais, dos intrapsíquicos. É um assunto complexo, impossível de ser generalizado. Há que se observar as peculiaridades de cada caso e os fatores a eles subjacentes.

**Palavras-chaves:** maternidade,mãe doadora,doação

**Atividade: AUSÊNCIA PATERNA: POR UMA FRATERNAGEM (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:AUSÊNCIA PATERNA: POR UMA FRATERNAGEM**

**Autor(es):** Raimundo Francisco Frank Ribeiro

**Resumo:** Existe uma tradição histórica quanto à figura “divinizada” da mãe, o que contrapõe, negativamente, a figura do pai; alinhado a esta herança histórica, existe outra não menos intensa: o patriarcado, onde a presença do homem é caracterizada apenas como supridor das necessidades materiais da família. Assim buscando achar respostas a algumas indagações, realizamos uma revisão bibliográfica, estabelecendo uma delimitação a partir dos descritores que enfocavam (palavras chaves) paternidade/maternidade/ausência/bebê, encontramos um retrato de como o tema é conduzido na literatura acadêmica, especialmente, na formatação de artigos, que foi o foco da nossa pesquisa.Partindo do binômio mãe-pai, passando pela tríade pai-mãe-bebê, realizamos uma reflexão sobre como esta relação tem sido colocada, onde paternidade é argüido dentro de uma contraposição, negativamente, em relação à figura da mãe que, divinizada, é sempre colocada entre o pai e o bebê, na composição da tríade, pois, esta sempre se manifesta no formato pai-mãe-bebê, nunca mãe-pai-bebê. Diante disto realizamos uma proposta da execução do binômio triplo.A função paterna, como elemento de gênero, não pode ser analisada como fenômeno não-social. Pois, ao analisar a função paterna tendo apenas a questão do gênero, inevitavelmente, a contaminação da observação será acima, muito acima, dos níveis permitidos. Assim, a função paterna vista como um fenômeno do processo social, o sujeito que está imergido neste processo, deve ser contemplado nos níveis inter e intrapsicológicos, ressaltando os fatores que levam à compreensão de processos de internalização ou interiorização. A ausência paterna não é patologia. Ela, quando ocorre, é um fenômeno social.Assim, o desenvolvimento social da criança acontece não é porque a mãe – por ser mulher -, na ausência do pai, permanece com ela, mas, porque existe um cuidador que é habilitado, especialmente, sócio-lingüisticamente, que interage com ela. Destarte, o desenvolvimento, sobretudo, “sócio-lingüístico da criança dependerá, entre outros fatores, da qualidade da interação criança-cuidador”.Ausência, neste caso, “não é estar fora de casa”.É, mesmo presente fisicamente, ausente nas ações. Assim, nos situando na questão dos processos sociais, o contorno histórico-social na formação da postura do sujeito no seu contexto social, cabe perguntar: como acontece a cognição social na figura masculina do pai, que não está fora de casa, mas é considerado ausente no desempenho desta função? Não pretendemos responder esta indagação neste trabalho, mas consideramos de grande relevância que a questão seja estudada, visto que, aquilo que vem sendo caracterizado como ausência, poderia ser mais objetivamente explorado quando olhando numa perspectiva da ação deste sujeito no seu ambiente.Assim, apresentamos como uma ação congregadora, não círculo maternante, nem paternante, mas o círculo fraternante. Esta opção pode ser assim representada, graficamente: a mãe se relaciona com o bebê, e vice-versa; o pai se relaciona com o bebê e vice-versa; e o bebê permanece sobre a linha horizontal do binômio pai-mãe/mãe-pai. Destarte, é neste processo que ocorre o círculo fraternante, o pai, dentro da sua estrutura evolutiva bio-psíquica-sócio-histórica exerce a sua função paternante; o mesmo ocorrendo com a mãe, esta, porém, com o laurel soberano da natureza de parir e amamentar.O que queremos chamar atenção é para a questão da forma de se perceber a ausência. A ausência é qualificada a partir do que se convencionou como presença materna. Por que não pensarmos na presença materna a partir das demandas sociais e seu contexto de relação do homem dentro do processo social? Com isto entenderemos plenamente a díade pai-filho/filho-pai, não como evento esporádico, mas contextual, podendo desta forma, estabelecer uma visão metodológica mais centrada, evitando emitir permanentes



valores de juízo comparativos a partir da díade mãe-bebê. Pelo contrário, assim fortaleceríamos o binômio triplô, num movimento calidoscópico, onde a produção de imagens e significados são produzidos na proporção que este movimento é visto dentro do contexto social e sua realidade de demanda.

**Palavras-chaves:** Fraternagem, Paternagem, Maternagem, Função, Criança

**Atividade:** As representações sociais sobre família em populações de Maceió (Experiências em Debate)

**Trabalho:** As representações sociais sobre família em populações de Maceió

**Autor(es):** Walter da Rocha Araujo

**Resumo:** Este trabalho desenvolve uma discussão sobre as representações sociais construídas pela família, no contexto das classes. Estas representações visam compreender o pensamento elaborado pelos membros desta organização. Assim, o contexto sócio-econômico do grupo adquire um significado importante na elaboração daquelas. Nas famílias há poucas diferenças sobre os elementos do núcleo central e sistema periférico das representações sociais. Entretanto, o significado destes elementos, frente à realidade das práticas, do contexto educacional e ocupacional, do dinamismo da família e dos valores vividos, apresenta-se diferenciado conforme a classe. As famílias das classes mais favorecidas (A) mantêm a estabilidade do modelo burguês. A estrutura familiar tradicional é mantida, independentemente dos conflitos entre seus membros ou surgidos frente à nova mulher. O casamento é garantido pelos vínculos do contrato jurídico e apoiado nos valores religiosos. A crise na família é superada com a perspectiva de homogeneizar o grupo em torno de valores e comportamentos capazes de manter a unidade. Assim, as representações sociais centrais, verbalizadas nos conteúdos do “amor” e da “compreensão”, e complementadas com as do “diálogo”, “apoio” e “fé”, confirmam as características das famílias desta classe. Esta família parece se distanciar das crises que estão exigindo uma nova forma de ser. As famílias de classe média (B) não apresentam uma identidade a respeito do modelo de família. A transitoriedade da sua estrutura tanto a refere como mantendo elementos do modelo burguês como adaptando-se à sociedade pós-moderna: prioridade ao indivíduo, submissão ao mercado e ao consumo, globalização dos interesses econômicos e financeiros frente às especificidades do humano, maior atenção aos excluídos dos bens. Pouco mais da metade destas famílias se assume como completas, mantendo o tradicionalismo. Entretanto, admite-se a existência de famílias sem um dos pais ou famílias com elementos originalmente diferentes. Esta última forma resulta de vínculos biológicos e afetivos desfeitos e recompostos, que priorizam o bem-estar. Aquela outra forma garante relações psico-afetivas saudáveis. Assim, a função da mãe é compensar as perdas econômicas e afetivas, tornando-se o membro agregador. Esta mudança redefine-a como elemento responsável pelas decisões familiares, pois é uma característica da metade destas famílias. É importante considerar que a motivação econômica não é o único fator da mudança. Admite-se uma parcela de uniões consensuais, ainda que priorizem as tradicionais. A legalidade do vínculo não é uma questão central para todas. Assim, prioriza-se o estabelecimento de vínculos que suportem o processo de reprodução social. As representações sociais destas famílias garantem a unidade do grupo assim como a vivência de comportamentos controladores. Estes elementos confrontam as crises das relações interpessoais que ameaçam os vínculos. A religiosidade está no centro destas representações. Ela funciona como apoio à unidade, pois esta é a perspectiva cultural. Um outro elemento destas representações situa os filhos no centro desta organização. Esta reordenação do modelo não evidencia o casamento ou a relação matrimonial, apresentando o filho como o centro desta estrutura. É um dos elementos que participa da estruturação deste modelo sem perder os vínculos. As famílias das classes pobres (C) apresentam elementos do modelo burguês. Entretanto, há uma perspectiva desta estrutura que une famílias originalmente diferentes. As dificuldades econômicas tendem a aproximá-las, possibilitando o acesso ao sistema produtivo e bens. Assim, as famílias desta classe, ao tempo em que copiam o modelo dominante, estruturam-se num modelo que dê conta da sobrevivência. A sobrevivência é a perspectiva básica destas. A internalização do modelo dominante, ainda que justifique cognitivamente a participação no processo, não impede um modo diferente de ser. Assim, a

maioria dos casamentos é consensual, pois o objetivo não é de estabelecer vínculos, mas de sobrevivência. Para isto, superam-se as ideologias das indissolubilidades. A ausência do pai é o principal elemento desta nova mulher. Ela surge na situação de falta daquele, independendo da perspectiva do movimento feminista quanto à nova mulher. A religiosidade é outro elemento forte, considerada como apoio à sobrevivência, superando situações críticas que atropelam as necessidades. As representações sociais reforçam a religiosidade, funcionando como controle. A prática religiosa lhe torna mais capaz de exercer comportamentos controladores das relações, facilitando a dinâmica familiar e a sobrevivência. Nestas representações os filhos são o centro da família, pois significam a continuidade daquela e a aquisição de um status diferente. Esta centralidade coloca em cheque o modelo burguês, não evidenciando as relações tradicionais nem os vínculos. As crises vivenciadas no processo social, resultante do modelo capitalista de produção e do estímulo ao individualismo, vêm interferindo no modo de ser família. Entretanto, estas não atingem igualmente a família, pois as diferenças sociais provocam reações específicas em cada classe. O desvelamento destas questões, ao tempo em que apresenta a existência de contornos diferentes para o modo de ser, trouxe novos elementos da discussão. Os transtornos causados pela globalização têm determinado nova forma de ser, sem entretanto compreendermos esta dimensão. A essência da família se mantém, independente das formas que assume.

**Palavras-chaves:** Representações sociais, Família, Mudanças no modelo familiar

**Atividade: Dois olhares, um foco: percepção de pais e pesquisadores acerca de crianças pré-escolares. (Paineis)**

**Trabalho:** Dois olhares, um foco: percepção de pais e pesquisadores acerca de crianças pré-escolares

**Autor(es):** Regiane Sbroion de Carvalho, Ricardo Lana Pinheiro, PAULA CRISTINA MEDEIROS REZENDE

**Resumo:** Muito se tem estudado sobre a importância da influência da percepção dos pais e educadores sobre as crianças, especialmente no início do processo de alfabetização. Tais percepções revestem-se de importância principalmente quando se discute o desenvolvimento da auto-estima e autoconceito nos primeiros anos de vida. Pais e educadoras se apresentam como referências importantes para as crianças no sentido de contribuir para o desenvolvimento de percepções positivas ou negativas, o que poderá ter repercussão imediata no modo como as crianças se comportam. Destaca-se que este resumo é parte de um trabalho mais amplo cujo objetivo é contextualizar as produções e comportamento das crianças, dialogando com as percepções das educadoras, pais e pesquisadores. Neste resumo, será apresentada a relação entre as percepções dos pais e pesquisadores, sobre o comportamento de crianças que frequentam a pré-escola, analisando suas divergências. A percepção dos pais foi analisada por meio da Escala Comportamental Infantil A2 de Rutter - (ECI). Esta escala é utilizada para avaliar problemas comportamentais, e apresenta índice de fidedignidade teste-reteste aceitável para 97% dos itens. A ECI inclui 36 itens, fornecendo um escore global, assim como escores parciais relativos a problemas de saúde (oito itens), hábitos (sete itens) e comportamentos (21 itens). Os questionários foram pontuados segundo as normas, relativas à nota de corte (escore total >16), indicativa da necessidade de encaminhamento para atendimento psicológico. Foram realizadas 16 horas de observação na creche, dando-se ênfase à rotina das crianças, ao modo como interagiam com seus pares e educadoras. Após este período, sem saber dos resultados das escalas, relacionaram-se os nomes das crianças que apresentavam dificuldades comportamentais. Foram aplicadas 19 Escalas em pais ou responsáveis em 9 crianças de cinco anos e 10 crianças de seis anos. Dessas 19 escalas três foram descartadas por apresentarem respostas dúbias. A partir da análise realizada das escalas onze crianças foram apontadas pelos pais como apresentando problemas de comportamento. Por outro lado, a partir das observações realizadas, apenas seis crianças apresentaram problemas de comportamento como brigas com os colegas, com as educadoras, negação em participar de atividades, embotamento, ansiedade,

entre outros. Algumas crianças, na percepção dos pesquisadores, apresentaram dificuldades importantes no relacionamento com os pares, alto nível de ansiedade e permaneciam muito quietas na maior parte do tempo observado, sendo questionável sua participação ativa no processo de escolarização. Estas mesmas crianças foram avaliadas pelos pais como crianças sem problemas comportamentais. Dessa forma propomos uma discussão sobre os dados contrários encontrados e sobre uma possível patologização de comportamentos característicos da infância, assim como a tentativa dos pais de aproximarem seus filhos de crianças ideais que não apresentam nenhum tipo de problema ou dificuldade severa em seu cotidiano. Por outro lado discutir a relevância da observação no contexto infantil como ferramenta útil para identificar crianças que, apesar de “quietinhas”, merecem atenção especial dos seus cuidadores.

**Palavras-chaves:** crianças pré-escolares;, percepção de pais, percepção dos pesquisadores

**Atividade: O contexto familiar na perspectiva da paciente obesa inserida em programa de reeducação alimentar. (Paineis)**

**Trabalho:** O contexto familiar na perspectiva da paciente obesa inserida em programa de reeducação alimentar.

**Autor(es):** Juniana de Almeida Mota Ramalho, Júlia Sursis Nobre Ferro Bucher, Roberta Kelle Venuto Barbosa

**Resumo:** Introdução Partindo do pressuposto de que a família é uma unidade integrada e dinâmica, em que o comportamento de um membro afeta os demais, surge a necessidade de observar a flexibilidade de papéis na família, a capacidade de cooperação entre os membros no contexto da reeducação alimentar pela qual o paciente encontra-se inserido. Dessa forma, o presente trabalho busca compreender a dinâmica familiar através da percepção do paciente obeso inserido em programa de reeducação alimentar, considerando os aspectos relacionados com a interação familiar e sua influência no comportamento alimentar e na construção da imagem corporal do mesmo. Metodologia O presente trabalho é organizado a partir de um levantamento bibliográfico, que consiste em duas partes. A primeira enfoca a literatura acerca de família na perspectiva sistêmica. Buscamos discutir as suas funções, as determinações sócio-culturais a que a família encontra-se inserida e a teoria de comunicação. A segunda parte da revisão de literatura aborda a obesidade na perspectiva médica, psicológica e cultural. Exploramos também os aspectos simbólico e cultural da alimentação, baseando-se em autores como Cravo e Daniel (1989), Certeau, Giard e Mayol (1996). Além disso, buscamos a articulação entre os pressupostos da obesidade e a literatura sobre família. A seguir, realizamos uma pesquisa de campo, sendo realizadas entrevistas, com seis pacientes do sexo feminino, com idades variando entre 20 e 65 anos, do Centro de Estudos e Tratamento de Transtornos Alimentares (CETRATA), situado no Hospital Universitário Walter Cantídio, em Fortaleza, Ceará. Além disso, foram observados dois grupos de obesos nas sessões de dinâmica de grupo. Utilizamos um roteiro semi-estruturado para as entrevistas e um diário de campo para a observação das dinâmicas de grupo. Em seguida, foi feita uma análise dos dados, que consistiu em identificar as unidades de significados as agrupando em diagramas de significação. Resultados e discussão O estudo revela que há influência de diferentes formas de comunicação entre pacientes obesas e seus familiares no comportamento alimentar como, por exemplo, a rigidez complementar, em que um se submete ao outro, e da escalada simétrica, na qual cada membro tem igual domínio na relação. Encontramos também que as relações familiares interferem no significado da comida, podendo ter um significado nostálgico quando se perde o ritual de comer junto com a família, de compensação ou uma proteção contra a agressão do outro, como relata uma paciente: “Se alguém tentar me vigiar, aí é que eu como mais”. Os relatos mostram a dificuldade de reunir os membros em torno da mesa por diversas razões tais como os horários diferentes que cada um disponibiliza para refeições, o afastamento na relação entre eles e o ato de comer dos membros em diferentes locais da casa. Vale destacar que apenas uma paciente afirma não valorizar a refeição em família. A percepção das entrevistadas acerca dos papéis familiares revela dificuldades de adaptação no exercício de funções na família

e falta de autonomia. Isso pode ser verificado quando uma participante fala que não aceita o controle de outros membros sobre sua alimentação. Já outra mostra que seu pai exerce um papel inadequado em sua tentativa de manter sob seu controle a vida daquela depois de casada. Constatamos também que a maneira de como a família percebe o corpo de seu membro obeso interfere também na percepção deste em relação à forma corporal e à sua sexualidade. A maioria das entrevistadas refere seu corpo como um grande peso, demonstrando insatisfação e sentimento de inadequação. A mudança na alimentação do paciente nem sempre é acompanhada de uma mudança nos hábitos alimentares da família. Apesar disso, as pacientes entrevistadas afirmam incentivar outros membros a mudarem a sua alimentação. Conclusão Os resultados revelam que o comportamento alimentar reflete uma realidade simbólica e relacional, em que o valor dado ao alimento depende das relações familiares. Em relação aos papéis familiares, percebemos que há inadequação entre o nível de maturidade da paciente e o exercício de sua função, o que dificulta o processo de crescimento do indivíduo. Já a percepção da imagem corporal da paciente obesa depende de como a família atribui significado ao corpo da mesma, o que o que reforça a idéia de que o corpo é uma construção social. Este trabalho mostra a necessidade de repensar a família como agente de mudanças no tratamento da obesidade de um de seus membros, uma vez que o padrão interacional adotado pela mesma influi no conceito que o paciente tem de si mesmo e da vida.

**Palavras-chaves:** Família, Obesidade, Alimentação, Imagem Corporal

**Atividade: Programa de Atendimento à Família (Paineis)**

**Trabalho:** Atendimento Psicossocial à Comunidade Alfredo Nascimento na Zona Leste da Cidade de Manau/AM

**Autor(es):** Fernanda Lúcia Pereira Costa, Nália de Paula Oliveira, Eridalva Rotondano Marinho, Carlos Henrique Ferreira Santos, Maria do Socorro da Silva Serrão, Roman Klinger Tavares, Andréa de Fátima Silva, NAZARE JAQUELINE MARQUES COELHO COELHO, Jeane Queiroz Pimentel, Regina Guterres Franco, MARIA DE FÁTIMA MARTINS DE SÁ RORIZ

**Resumo:** Introdução: as relações construídas na esfera familiar têm um papel preponderante na subjetividade, influenciando as escolhas e oferecendo ao indivíduo parâmetros para a construção de sua identidade. O Programa de Atendimento à Família visa atender a grupos formados por familiares de crianças e/ou adolescentes que apresentam histórico de dificuldades no convívio familiar. E tem por objetivo maior, tratar as relações familiares a partir da troca de experiência e ampliação das temáticas; viabilizando situações de orientação familiar, envolvendo os responsáveis pelo grupo familiar com dificuldades; e auxiliando-os no processo de reflexão sobre os conflitos vivenciados por famílias que buscam o serviço. A Metodologia adotada no programa compõe-se de duas modalidades: uma dentro do enfoque terapêutico e outra com a proposta de orientação psicoeducativa, em que o trabalho é realizado em seis encontros. Em ambas as modalidades o trabalho é realizado em grupo e conta com a participação de um terapeuta – psicólogo - e de um co-terapeuta – estagiário e/ou alunos voluntários. As famílias são trabalhadas de acordo com a demanda apresentada por cada grupo. O público-alvo é formado por membros das comunidades próximas a ULBRA e por pais e/ou responsáveis de pacientes inscritos para atendimento no Serviço de Psicologia Aplicada da ULBRA Manaus. Resultados: este programa foi implantado em abril de 2005 e trabalhou, na modalidade psicoeducativa, com

quarenta e uma famílias. No primeiro semestre de 2006 atendeu quarenta e sete famílias na modalidade psicoeducativa e duas no enfoque terapêutico. No segundo semestre deste mesmo ano estiveram em atendimento, na modalidade psicoeducativa, vinte e quatro famílias e no enfoque terapêutico duas. Discussão dos resultados: das famílias atendidas no primeiro ano, chegou-se a conclusão ao final dos seis encontros, que apenas seis das crianças inscritas para atendimento, tinham real necessidade do serviço, em função disto dois pais foram encaminhados para atendimento individual, pois a dificuldade não estava na criança, mas em si mesmos. Os demais concluíram que não necessitavam mais de atendimentos e mostraram que as orientações recebidas no grupo tiveram um efeito positivo na dinâmica familiar. No primeiro semestre do ano de 2007 apenas três crianças foram encaminhadas para o atendimento, e dois pais, que participaram do grupo de orientação familiar se inscreveram para atendimento psicológico individual. Dois pais que participaram desses encontros foram encaminhados para o atendimento familiar com o enfoque terapêutico. Conclui-se, baseado nestes dados, que o alívio das tensões do ambiente familiar vem sendo alcançado pelas reflexões do grupo de orientação, assim como a vivência de troca de experiências tem colaborado para esse fim.

**Palavras-chaves:** Família, Intervenções, Orientação

**Atividade: Casa da Família: Um Caminho para o Desenvolvimento Comunitário. (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Casa da Família: Um Caminho para o Desenvolvimento Comunitário

**Autor(es):** Michele Aragão Freitas Carneiro, Renata Alencar Oliveira

**Resumo:** A efetivação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004, como política pública, visa garantir os direitos de cidadania e promover o desenvolvimento social na perspectiva de prevenção e superação das desigualdades e exclusão social. Como forma de materializar essa política, criou-se o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), de caráter público e não-contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da assistência social no campo da proteção social brasileira. O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), surge em meio a esse cenário como porta de entrada do SUAS. Este, também conhecido como a “Casa da Família”, tem por objetivo atender as famílias em situação de vulnerabilidade social, assegurando-lhes ações que promovam o desenvolvimento integral e sustentável dessas, buscando fortalecer os vínculos sociais e comunitários. A inserção efetiva dos profissionais do campo psi na equipe mínima da proteção social básica, destaca o caráter interdisciplinar do trabalho desenvolvido. A ênfase dada ao trabalho em comunidade, vem levantando a preocupação com as relações intra-familiares, e fazendo com que os psicólogos saiam dos consultórios clínicos, posição mais costumeiramente conhecida, e encontre o seu espaço dentro das diferentes esferas sociais. Esta mudança de paradigma possibilitou uma ampliação das perspectivas dentro da psicologia, aproximando este profissional de outros que já estavam inseridos na comunidade, tais como Assistentes Sociais, Sociólogos, Antropólogos, Pedagogos, Agentes de Saúde, Agentes Sanitários, etc. A contribuição do psicólogo torna-se importante, por que o seu olhar diferenciado consegue perceber as conseqüências psíquicas causadas pelas mazelas sociais. A partir disso, ele passa a intervir dentro da comunidade de forma a criar novas possibilidades de existência e superação. Conceitos como Consciência, Atividade, Identidade e Sentimento de Pertença, ganham força e voz, ecoando e transformando a realidade da comunidade referenciada pela Casa da Família. O presente trabalho relata a experiência que vem sendo desenvolvida no CRAS do município de Quixeramobim, localizado no Sertão Central do Ceará. É o primeiro centro da cidade e encontra-se em funcionamento desde julho de 2006, contando com uma equipe técnica de dois assistentes sociais, dois psicólogos e uma equipe de apoio formada por um agente social, um auxiliar administrativo, um auxiliar de serviços gerais, um cozinheiro e um vigilante. Referencia especificamente três bairros em situação de vulnerabilidade social (Maravilha, Depósito e Jaime Lopes). Tem como objetivos prevenir situações de risco (violência, desemprego, trabalho infantil, discriminação e outros); Desenvolver potencialidades, visando à geração de emprego e renda; Informar a comunidade quanto aos serviços oferecidos no município para a garantia do bem-

estar e cidadania; Fortalecer os vínculos familiares e comunitários através da participação pró-ativa. Foi realizado um vasto levantamento das condições da área acima citada, onde inúmeras questões puderam ser percebidas no contato com o indivíduo e sua comunidade, permitindo assim um planejamento das ações de acordo com a demanda observada nos cadastros psicossociais. Os resultados aos poucos começam a florescer nas atitudes individuais e nas movimentações grupais.

**Palavras-chaves:** CRAS, Comunidade, Desenvolvimento Social, Psicologia

**Atividade: Representação Social da Maternidade e gravidez para mães jovens e adolescentes grávidas (Paineis)**

**Trabalho:** Representação Social da Maternidade e gravidez para mães jovens e adolescentes grávidas

**Autor(es):** Maria Júlia de Oliveira Uchôa, Charlene Gomes de Souza, Taiane Costa de Souza, Gabriela Fontes Barretto, Talita Neves Vasconcelos de Oliveira, Antonio Marcos Chaves

**Resumo:** Dois terços das mulheres que dão luz no Brasil tem idade entre 10 e 19 anos. Desta forma, a gravidez na adolescência é um fenômeno que vem se destacando na sociedade brasileira, sendo considerada um problema de saúde pública, uma vez que pode acarretar complicações obstétricas, com repercussões para a mãe e o recém-nascido, bem como problemas psico-sociais e econômicos. A fim de compreender melhor esse fenômeno, este trabalho objetiva analisar e discutir as representações sociais da gravidez e da maternidade para adolescentes e mães jovens, comparando-as. Para tanto foi utilizado um teste de associação de palavras, cujos estímulos indutores foram gravidez e maternidade, atrelado a um questionário sócio-cultural. O trabalho foi desenvolvido no período de setembro a novembro de 2006, na internet, servindo-se do site de relacionamentos, Orkut, para selecionar as participantes e do Windows Messenger (MSN), um programa de troca de mensagens instantâneas, para aplicar o teste de associação livre de palavras. Das 56 participantes, apenas 8 eram adolescentes grávidas, com idade variando entre 12 a 18 anos, e 40 eram mães jovens de 18 a 24 anos. A maior concentração de participantes aconteceu na região sudeste (38%). A análise das palavras evocadas foi realizada com o auxílio do programa EVOC 2000, o que permitiu a identificação do núcleo central e dos elementos periféricos da representação. Observando os resultados, verificou-se que a palavra responsabilidade constitui o núcleo central da representação social de gravidez e que os seus elementos periféricos são formados pelos termos amor, felicidade, medo e vida com ordem maior que 2,5 e frequência maior que cinco. As evocações mais distantes do núcleo central de gravidez são bebê, dificuldade e preconceito. Diante do estímulo indutor maternidade, as palavras evocadas com maior frequência e de ordem mais baixa, e, por conseguinte as que constituem o núcleo central da representação, são mãe e medo. As palavras constituintes do núcleo periférico são: alegria, amor, carinho, cuidado e responsabilidade – como elementos intermediários, ou seja, mais próximos ao núcleo – e amamentar, criança, hospital e ser, como elementos mais distantes do núcleo. Comparando as representações da maternidade e da gravidez, conclui-se que elas são diferentes por terem núcleos centrais distintos. Os dados levantados deram algumas indicações importantes quanto a visão das adolescentes a respeito da gravidez e da maternidade na adolescência, entretanto faz-se importante a confecção de projetos e programas que visam a abordagem do tema, principalmente no que diz respeito a sua prevenção e ao apoio dessas mulheres.

**Palavras-chaves:** Maternidade, Gravidez na adolescência, Representação social

**Atividade: CONFLITOS INTRAFAMILIARES: UMA COMPREENSÃO A PARTIR DA**

## **AValiação Psicológica (Paineis)**

**Trabalho:** CONFLITOS INTRAFAMILIARES: UMA COMPREENSÃO A PARTIR DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

**Autor(es):** Pablo Vicente Mendes de Oliveira Queiroz, Fernanda Moreira Leite, Kátiuscia Azevedo Barbosa, Eveline Ribeiro Santos, Clénia Maria Toledo de Santana Gonçalves

**Resumo:** O presente estudo busca uma compreensão aprofundada a respeito da personalidade de uma criança e de seu grupo familiar por meio de uma avaliação psicodiagnóstica ou o chamado psicodiagnóstico clínico. Para Ocampo e cols. (2003), o psicodiagnóstico é uma situação bi-pessoal, de duração limitada, cujo objetivo é conseguir uma descrição e compreensão, a mais profunda e completa possível, da personalidade do paciente, abrangendo tanto os aspectos passados, presentes e futuros desta personalidade. Para alcançar tais objetivos utiliza determinados instrumentos como: a entrevista inicial e devolutiva, pautada técnicas projetivas. Segundo Aguirre (2000) o processo psicodiagnóstico envolve benefícios para os pacientes, além de ter como finalidade principal a compreensão do contexto da vida do paciente e, dessa forma, viabilizar o encaminhamento adequado. Não é uma mera extração de dados, muito pelo contrário, constitui um atendimento ou uma intervenção psicológica, um serviço prestado, onde o sujeito examinado tem ganhos de auto-conhecimento com o próprio processo. Em certos casos, a partir da compreensão adquirida com o processo, ocorre o início de reformulações importantes na vida do cliente e da família. O referido estudo foi realizado com uma criança de oito anos de idade, cursando a 1ª série do Ensino Fundamental, que fora encaminhada a uma Clínica de Psicologia de uma instituição pública por uma neuropsicóloga para submeter-se a um processo psicodiagnóstico, por apresentar as seguintes queixas: indícios de hiperatividade e comportamentos de ansiedade e agressividade no contexto escolar e domiciliar. Os instrumentos utilizados no processo de avaliação foram: entrevistas inicial, pautada e devolutiva, além do teste do Desenho da Família, o H-T-P (Casa-Árvore-Pessoa), o Procedimento de Desenhos-Estórias, e o C.A.T (Teste de Apercepção Temática). Inicialmente, administraram-se as entrevistas (inicial e pautada) com a mãe da criança; em seguida, depois de estabelecido o rapport, foram administrados à criança as seguintes técnicas: o Desenho da Família, o HTP, o Procedimento Desenhos-Estórias, e o C.A.T. Partindo-se da análise e da integração de todas as informações colhidas nas entrevistas e nos testes, foi realizada a entrevista devolutiva com a mãe e, logo após, com a criança. Observou-se ainda que a mãe exerce um controle excessivo a criança por meio de proibições quanto à brincadeiras fora de casa e exerce postura crítica em relação aos comportamentos do filho. No seu relacionamento com o irmão mais novo, o examinando manifestou comportamentos agressivos, que podem estar relacionados ao ciúme que nutre pela mãe. O sujeito apresentou ainda sentimentos de inadequação e inferioridade, uma estrutura egóica frágil e um ego ideal distante. Demonstrou pouca habilidade manual, o que se reflete em dificuldades na escola referentes à aprendizagem. Constatou-se então alguns conflitos presentes na criança, bem como dificuldades no relacionamento com alguns de seus familiares, sobretudo com a figura paterna (este está preso por homicídio e ao mesmo tempo desaprova as atitudes agressivas da criança). No presente momento, a criança aguarda atendimento psicoterápico na clínica de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba.

**Palavras-chaves:** psicodiagnóstico, conflitos, família, criança

**Atividade: Casamento, família e separação:  
(Paineis)**

**Trabalho:** Casamento, família e separação: um estudo comparativo entre as concepções de filhos de pais casados e filhos de pais separados.

**Autor(es):** Mariana Leonesy da Silveira Barreto, Aline Cardoso Batista, Mirna Poliana da Cunha Queiroz, Gabriela Fonseca Jordão, Marina Nassar Vasconcelos, Stella Sarmento

**Resumo:** Consoante com os estudos realizados por Souza (2000), o número de divórcios registrados no país triplicou em dez anos. Em 1984, o índice de separação conjugal foi equivalente a 30.847, já em 1994, apenas uma década após, foram identificados 98.776 casais divorciados. Apesar desta crescente estatística, poucas foram as pesquisas feitas no Brasil referentes ao tema. Sabe-se que um acontecimento como o divórcio sempre acarreta em alterações na vida de todos os membros de uma família, em especial, da prole. O impacto da separação conjugal na vida dos filhos varia de acordo com diversos fatores. Lowery e Settle (2000) indicaram a presença de duas vertentes de pesquisas. Uma delas demonstra que as crianças filhas de pais separados possuem um nível de instabilidade emocional mais alto do que os filhos das famílias intactas; a outra afirma não existir diferenças significativas entre os filhos de pais casados e filhos de pais separados. Independentemente da teoria adota, há o consenso de que múltiplas são as variáveis que interferem nas conseqüências da separação na vida dos filhos, tais como o esclarecimento dos pais sobre a decisão do divórcio, a idade, o sexo e as experiências do filho após o processo de separação. Este trabalho teve como objetivo investigar a concepção de família, casamento e separação conjugal entre filhos solteiros de pais casados e filhos solteiros de pais separados. Para tanto, foi utilizada uma pesquisa quantitativa, a qual possibilitou a comparação das freqüências e percentagens de respostas entre os dois grupos mencionados. A amostra da pesquisa foi composta por 101 jovens estudantes universitários, com idades entre 18 e 25 anos, distribuídos eqüitativamente por sexo e estado civil dos pais. O instrumento de coleta de dados foi um questionário com 29 proposições, ante as quais os sujeitos se posicionaram de acordo com o seu grau de concordância às assertivas apresentadas. Os dados foram analisados no programa SPSS, versão 8.0. É possível asseverar que a hipótese de que “filhos solteiros de pais casados tendem a conceber o casamento de forma mais positiva em comparação a filhos solteiros de pais separados” foi corroborada nesse estudo, o que pode ser observado a partir da seguinte proposição: “o casal deve superar todas as dificuldades para manter o casamento” ( de filhos de pais casados = 3,57 e de filhos de pais separados = 2,76, sendo o índice de significância = ,0634). Quanto à hipótese de que o tempo de separação dos pais pode ser um fator interveniente na concepção dos sujeitos acerca das temáticas abordadas, pode-se dizer que esta também foi confirmada nesta pesquisa. Houve a verificação de que os filhos que já experienciam o divórcio de seus genitores há mais de 6 anos tendem a concordar de forma mais acentuada com as seguintes proposições: “Minha família é feliz” (<6 = 2,86; >6 = 3,82; p = 0,037); “Casar é fundamental” (<6 = 1,29; >6 = 2,5; p = 0,00); e “Em todo casamento há infidelidade” (<6 = 1,57; >6 = 2,37; p = 0,05).

**Palavras-chaves:** Família, Casamento, separação conjugal

**Atividade: Separação conjugal em datas comemorativas (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Separação Conjugal em datas comemorativas

**Autor(es):** Juliane Dominoni Gomes

**Resumo:** O presente trabalho visa apresentar a pesquisa científica que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Instituto de Psicologia (IP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). A temática da dissertação de Mestrado versa sobre dissoluções conjugais que ocorreram em datas comemorativas, como por exemplo: aniversário de nascimento ou de casamento, Natal, Ano Novo, dentre outras festividades. Qual seria a razão de transformar momentos - que, geralmente, são reservados a festividades,



alegrias e trocas de presentes – em dor, mágoa e tristeza? Porque juntar dois marcos contraditórios? O tema se configurou na prática de investigações científicas sobre separação conjugal e guarda de filhos, desenvolvidas pelo grupo de pesquisa Parentalidade do IP/UERJ, do qual participo desde 1999. Torna-se mister ressaltar que esse assunto também foi estudado na minha monografia de conclusão da Especialização de Psicologia Jurídica IP/UERJ. Pretende-se, na pesquisa que está sendo realizada, compreender a correlação existente entre a declaração do desejo de terminar o casamento e as datas festivas. Objetiva-se avaliar, num primeiro momento, as implicações psicossociais dessa coincidência de datas (separação conjugal e data festiva). Busca-se, ainda, cooperar na contextualização das práticas clínicas e jurídicas, no que tange a atuação do psicólogo nas questões referentes a separação conjugal. Para progredir na temática, está sendo realizada uma pesquisa bibliográfica (sites científicos, resumos de pesquisas publicadas em anais de congressos, periódicos e livros) sobre a dissolução da conjugalidade, a relevância das datas comemorativas na cultura brasileira e, ainda, estudos psicossociais que abordem tais assuntos. Devido à interdisciplinaridade da temática estudada, está sendo necessário correlacionar conhecimentos da Psicologia, da Sociologia e da Antropologia, para o desenvolvimento aprofundado do trabalho. No intuito de compreender os fatores psicossociais existentes nesta coincidência de datas, serão realizadas entrevistas semi-estruturadas com homens e mulheres que romperam a relação conjugal, onde o roteiro buscará identificar, dentre outros fatores, se há diferenças de gênero e de questões específicas de cada data significativa (Natal, Ano Novo e aniversários). Outro fator interessante que pretendo analisar no referido trabalho, refere-se ao fato de algumas pessoas relatarem, que receberam de presente ou presentearam os companheiros com a separação conjugal. A análise das entrevistas será estruturada a partir da metodologia análise do discurso, classificando-se as respostas em categorias essenciais à pesquisa em pauta, privilegiando o viés da pesquisa qualitativa. No presente momento, o estudo se encontra na fase de reunir bibliografias concernentes. Verifica-se a escassez de trabalhos científicos que correlacionem a dissolução da relação conjugal e as datas festivas. No entanto, encontra-se um rica produção de trabalhos, tanto nacionais quanto internacionais, dramáticos e cinematográficos que expõem o assunto em voga.

**Palavras-chaves:** Separação conjugal, Datas Comemorativas, Psicologia Social, Família

**Atividade:** Características dos processos de intervenção clínica em situações de violência psicológica sofridas por crianças no seu contexto familiar (Comunicações Científicas)

**Trabalho:** Características dos processos de intervenção clínica em situações de violência psicológica sofridas por crianças no seu contexto familiar

**Autor(es):** Saily Maciel

**Resumo:** O fenômeno da violência familiar contra crianças ocorre em larga escala no mundo todo, e se constitui em fenômeno social e psicológico ao mesmo tempo, pois rompe a barreira do status do privado (intra) e se estende para a esfera do público (inter). As famílias enfrentam dificuldades quando as crianças sofrem violência e também quando a situação se torna pública, passando a demandar intervenções de diversas instituições. No Brasil, estima-se que 20% das crianças e adolescentes sejam hoje vítimas de alguma forma de violência, mas não há pesquisas em âmbito nacional que tenham avaliado a extensão (dimensão) dos maus-tratos praticados contra indivíduos nessa faixa etária. A violência familiar (ou doméstica) praticada contra crianças e adolescentes no Brasil, segundo o Ministério da Saúde (MS), é caracterizada nas diferentes formas de maus-tratos físicos, abuso sexual e psicológico, negligência/abandono, praticados, em sua maioria, no interior das famílias. O diagnóstico de violência psicológica se constitui numa tarefa difícil, pois a tradição em caracterizar violência refere imediatamente as evidências físicas ou provas testemunhais, que também são difíceis de arrolar, principalmente, nas relações familiares. Se nos exames de corpo de delito não ocorre a confirmação da violência por falta de evidências físicas, evidentemente, não ficará caracterizada a violência psicológica. De acordo com a dificuldade em caracterizar tal tipo de violência se faz necessário desenvolver instrumentos técnicos que viabilizem identificar tal fenômeno, de forma a não depender de evidências físicas. Nos casos de alegação da ocorrência de violência psicológica, principalmente,

aquelas que envolvem atentado violento ao pudor e abuso sexual, de acordo com análise jurisprudencial realizada nos tribunais de justiça do Brasil (2000 a 2004) requer, prova pericial para atestar a veracidade do testemunho da criança, sob alegação de falso testemunho ou indução de terceiros. É possível identificar que a criança, embora o Estatuto da Criança e do Adolescente preze por seus direitos fundamentais, se encontra em situação de desvantagem e, por isso, vitimizada, pois não é atribuída à sua palavra a mesma credibilidade dada à palavra do adulto/agressor. Este trabalho tem por objetivo caracterizar processos de intervenção clínica em situações de violência psicológica sofridas por crianças no seu contexto familiar. Do ponto de vista metodológico foram identificados esses processos de intervenção, por meio de análise documental, na literatura especializada e nos serviços de atendimento psicológico público, assim como por meio de depoimento dos psicólogos ao caracterizarem a violência psicológica e os modos de intervenção clínica utilizada por eles no tratamento dessa clientela. Nos casos de crianças vítimas de violência familiar as evidências das alterações psicológicas são configuradas por meio das alterações das funções perceptivas, cognitivas e emocionais que reduzem margens de manobra pessoais para dimensionar riscos, avaliar o contexto e o sofrimento pessoal, além de identificar possíveis traumatismos e psicopatologias. Os diferentes graus que essa violência é infringida contra a criança contribuem para o diagnóstico diferencial e resulta, tanto em diferentes tipos de prejuízos psicológicos, quanto em danos à saúde. Destaca-se a importância da escuta do sofrimento psicológico, da identificação de estratégias defensivas individuais e coletivas (família nuclear, família extensa e comunidade) utilizadas para a negação do sofrimento engendrado pelos constrangimentos decorrentes dessa vitimização, bem como as estratégias de redução da ocorrência da violência familiar.

**Palavras-chaves:** violencia psicologica, violencia familiar, dano psicologico, intervencao clinica

**Atividade: Relações familiares (Painéis)**

**Trabalho:** Relações familiares: Sociabilidades e relações de gênero

**Autor(es):** Denise Machado Duran Gutierrez

**Resumo:** INTRODUÇÃO: O presente estudo se insere na área dos estudos sobre famílias buscando contribuir para a ampliação do conhecimento dos modos de relação entre membros de famílias de camadas populares e surgiu da constatação da existência de uma lacuna importante dentro dessa temática, especialmente na região amazônica. As transformações que a família tem vivido nas últimas décadas nos mostram a emergência de novas configurações que implicam em mudanças paralelas na vivência de papéis, nos valores familiares e na redistribuição do poder dentro do grupo familiar que se expressa com mais clareza na divisão sexual do trabalho. Essas mudanças precisam, no entanto ser entendidas dentro de suas determinantes de classe social, gênero e momento de desenvolvimento pessoal bem como do ciclo vital da família. É importante, portanto ter-se uma aproximação de diversos grupos sociais para que se possa entender suas particularidades e semelhanças com outros grupos em outros contextos sócio-culturais. OBJETIVOS: O objetivo principal foi identificar e analisar como as relações familiares são descritas por homens e mulheres de diferentes faixas etárias da área de invasão "Ópera de Paris" de Manaus procurando compreender o funcionamento da família no que diz respeito a suas formas de sociabilidade, comunicação entre seus membros, constituição, estrutura, enfrentamento de problemas, relações de gênero e vivências afetivas, e adicionalmente se pretende identificar como as pessoas de diferentes idades e gêneros percebem e vivenciam os papéis dentro da família; bem como identificar e analisar como as pessoas descrevem os conflitos familiares vividos e como manejam os mesmos. METODOLOGIA: A metodologia empregada foi de natureza qualitativa através do emprego de entrevistas semi-estruturadas associadas à abordagem etnográfica que consiste na imersão na comunidade através de visitas sistemáticas que possibilitem uma observação mais atenta e in locu da vida da comunidade. RESULTADOS/DISCUSSÃO: Tomando-se apenas parte dos itens investigados podemos constatar que os resultados apontam para a importância do papel feminino como decisivo no manejo de problemas e na mediação da comunicação entre pais e filhos. Esse dado é compreendido tendo-se em vista as relações de gênero que demarcam o espaço feminino como

sendo o responsável pelas trocas afetivas e pelo cuidado das relações. Influências regionais da cultura indígena precisam ser identificadas aqui. As formas de sociabilidade incluem vários elementos do mundo social (vizinhos e amigos), mas em especial, os membros da família extensa com relações colaterais (irmãos, cunhados e primos) que, ainda que não morem nas imediações continuam sendo referência importante na rede de apoio social servindo como suporte para a resolução de problemas.

**Palavras-chaves:** relações familiares, relações de gênero, redes de apoio

**Atividade: Lembranças de Práticas de Criação  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho: LEMBRANÇAS DE PRÁTICAS DE CRIAÇÃO**

**Autor(es):** Ana Paula Ribeiro Kobarg, Mauro Vieira

**Resumo:** Existem diferentes teorias que procuram investigar a natureza das situações vividas durante a infância e os possíveis efeitos que possam ter sobre as esferas cognitiva, emocional e social da criança. O comportamento parental corresponde, dessa forma, à relação que os cuidadores estabelecem com a criança, desde sua concepção até a vida adulta. Parte-se do princípio de que os pais agem com seus filhos em função de crenças desenvolvidas através de vivências e experiências sociais e culturais ao longo de suas vidas. Durante a fase adulta, indivíduos criam contextos de socialização para seus filhos, que são parte da sua própria história biográfica e sua eco-cultura presente. A transmissão intergeracional de crenças e práticas parentais é um aspecto relevante quando se pretende investigar o contexto sociocultural de desenvolvimento infantil e os estilos parentais. Esta pesquisa teve como objetivo investigar as semelhanças e diferenças nas lembranças das práticas usadas pelos pais de mães entrevistadas nos contextos rural e urbano do município de Itajaí. Para efetivação deste objetivo participaram da pesquisa 37 mães da zona rural (ZR) e 40 da zona urbana (20 com baixa escolaridade – ZUBE - e 20 com escolaridade superior – ZUES. As mães da ZR tinham idades variando de 18 a 47 anos (média=28,86) e tendo como grau de instrução mais freqüente o ensino fundamental incompleto, as mães da ZUBE tinham idade entre 19 e 37 anos (média=28,35) e grau de instrução predominante ensino fundamental completo, já as mães da ZUES tinham idade entre 23 e 43 anos (média=32,15) e predominava o ensino superior completo. No momento da pesquisa, das 77 mães, 8 eram solteiras, 54 casadas, 1 separada e 14 moravam junto (união estável). As mães tinham, em média, dois filhos. As famílias dessas mães, ou seja, a geração anterior, apresentou uma média maior de filhos: ZR cinco filhos, ZUBE quatro e ZUES quatro. Para avaliar a relação das mães com os seus pais durante a infância e adolescência, utilizamos o Questionário sobre lembranças em relação a práticas de criação. Os 24 itens desse questionário avaliam a freqüência com que sucederam determinadas práticas educativas durante a infância e adolescência do indivíduo, em relação ao pai e à mãe, separadamente, numa escala de tipo Likert de 4 pontos, que vai desde “Não, nunca” a “Sim, a maior parte do tempo”. Foram identificadas três dimensões que podem ser relacionadas a domínios diversos: Rejeição e Castigo; Calor Emocional; Controle e Super-proteção. Os dados foram analisados calculando-se um escore em cada item através de seu somatório para obtenção de média e desvio padrão e também um escore para cada fator. A análise de variância foi utilizada para fazer comparações entre os quatro fatores, considerando estatisticamente significativas as diferenças com  $p < 0,05$ . Foi utilizado também, para determinar o grau de correlação, o teste de correlação de Pearson, entre os dados sociodemográficos e os quatro fatores. Através da análise dos dados aparece uma educação mais rígida nas mães da ZR, pois nos fatores Rejeição e Castigo e Controle e Super-proteção tem as maiores médias, enquanto as mães da ZUES tiveram índices baixos no fator Rejeição e Castigo e Controle e Super-proteção, demonstrando uma educação com maior liberdade e uma percepção mais positiva com relação aos seus pais. O Calor Emocional paterno foi maior na percepção das mães da ZUBE. No fator Controle e Super-proteção percebe-se que ele é mais forte na ZR, depois na ZUBE e, por último, nas mães da ZUES. Foi realizada uma análise de variância entre os três fatores acumulados para o pai e a mãe. A partir dos dados descritivos de cada fator, a comparação entre os grupos de mães mostrou diferença significativa

entre os grupos nos fatores Rejeição e Castigo apenas em relação ao pai; Calor Emocional apenas para as mães; Controle e Super-proteção tanto para pais quanto para mães. Foi verificada a presença de diferentes memórias de cuidados na infância das mães. As diferenças significativas apareceram em todos os fatores, porém nem sempre para o pai e para a mãe. Consta-se então uma educação mais rígida na ZR, que parece apresentara os moldes da família nuclear tradicional, que tem o pai como o centralizador dos limites e normas que regem a família, enquanto na ZUES percebe-se uma educação menos rígida. Nas correlações realizadas nenhum fator mostrou correlação significativa com as variáveis: escolaridade, número de filhos e idade da mãe. Possivelmente alguns destes comportamentos parentais relembrados na relação com progenitores, indicam estabilidade do sistema de comportamento parental. Em certo sentido, seria uma propensão comportamental universal, mas que certamente pode variar na forma como se apresenta, na quantidade, no estilo, na duração em função da significação que recebe em um determinado grupo cultural e na significação que recebe para uma determinada mãe ou família.

**Palavras-chaves:** CUIDADO PARENTAL, CRENÇAS PARENTAIS, DESENVOLVIMENTO INFANTIL, LEMBRANÇAS

**Atividade:** CRENÇAS E PRÁTICAS DE MÃES SOBRE O DESENVOLVIMENTO INFANTIL NOS CONTEXTOS RURAL E URBANO  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** Crenças e Práticas de Mães sobre o Desenvolvimento Infantil nos Contextos Rural e Urbano

**Autor(es):** Ana Paula Ribeiro Kobarg, Mauro Vieira

**Resumo:** O papel da crença e sua importância, particularmente para o comportamento dos pais, vêm sendo extensamente pesquisado. As crenças subsidiam o comportamento do indivíduo; elas são mais implícitas do que explícitas e estão ligadas ao comportamento mesmo sem a mediação de se decidir fazê-lo conscientemente. Neste processo de tentar compreender melhor o desenvolvimento humano como indissociável do contexto sociocultural, têm sido integradas novas possibilidades de organização, de articulação de conceitos, métodos de análise e enfoques mais direcionados para certos aspectos que envolvem a interação mãe-prole. Considera-se relevante a participação em uma pesquisa intracultural, em contextos diferenciados (rural e urbano), por ser uma experiência pouco comum em estudos de desenvolvimento em território nacional. A proposta desta pesquisa foi investigar as semelhanças e diferenças nas crenças e práticas de cuidado maternos nos contextos rural e urbano do município de Itajaí. Participaram da pesquisa 77 mães (37 eram da zona rural e 40 da zona urbana) com pelo menos 1 filho de até 3 anos. As mães da zona rural tinham idades variando de 18 a 47 anos (média= 28,86) e tendo como grau de instrução mais freqüente o ensino fundamental incompleto (grupo ZR); as mães da zona urbana com baixa escolaridade tinham idade entre 19 e 37 anos (média= 28,35) e grau de instrução predominante do ensino fundamental completo (grupo ZUBE). As mães da zona urbana com escolaridade superior tinham idade entre 23 e 43 anos (média=32,15) (grupo ZUES). Para a coleta de alguns dados sobre a rotina da mãe e da criança focal foi utilizada uma ficha onde as informações foram coletadas em forma de entrevista semi-aberta. Foi solicitado que as mães organizassem em uma tabela os períodos do dia (manhã, tarde ou noite) que ficam com seus filhos. Também foi investigado no instrumento a rotina da mãe (quanto tempo ela dispõe para a criança e para os afazeres da casa ou outros). Em relação a rotina da criança focal, foi solicitado que a mãe desse uma nota de 1 a 7 para mensurar o tempo que a criança se ocupa com algumas atividades próprias da faixa etária. Além disso, foi utilizada o Questionário de crenças parentais sobre crianças e bebês. O instrumento consiste de 50 itens onde é possível identificar quatro dimensões relacionadas a diferentes domínios do cuidado parental, como: Estimulação; Apresentação apropriada do bebê em público; Responsividade e Disciplina, em uma escala tipo Likert de 6 pontos em que a mãe respondia sobre a concordância com os itens. Pedia-se que a mãe respondesse de acordo com o que pensa sobre a criação de crianças em geral, e não com o que especificamente faz com sua criança. Os dados foram analisados utilizando-se o programa SPSS (versão 10.0), calculando-se um escore em cada item

através de seu somatório para obtenção de média e desvio padrão e também um escore para cada fator. A análise de variância foi utilizada para fazer comparações entre os quatro fatores, considerando estatisticamente significativas as diferenças com  $p < 0,05$ . Foi utilizado, para determinar o grau de correlação, o teste de correlação de Pearson, entre os dados sociodemográficos e os quatro fatores. As mães da ZR e ZUBE tendem a valorizar mais a apresentação apropriada do bebê em público. As mães da ZUES valorizam mais a estimulação, porém dando bastante importância também a apresentação do bebê em público. O fator responsividade é de razoável importância nos três grupos e o fator disciplina tende a ser o menos valorizado. As diferenças significativas apareceram em dois fatores: Estimulação e Disciplina. No primeiro fator vemos que as mães da zona urbana com escolaridade superior valorizam mais. Esse dado vem ao encontro de outros estudos sobre cognições parentais e suas práticas. A escolaridade materna parece ser uma variável relevante no nicho de desenvolvimento infantil e que se mostra correlacionada às cognições parentais e aos conhecimentos sobre desenvolvimento infantil. Considerando-se esses resultados, os dados apóiam a idéia de que pode haver mais diversidade do que homogeneidade entre as mães brasileiras, pelo menos no que se refere a variável estudada. Através da análise dos dados, nota-se o quanto o contexto cultural influencia o que os pais pensam sobre criação de filhos. As crenças sobre a educação das crianças podem variar e se adaptar a cada necessidade e ambiente social. Os resultados encontrados indicam que as mães tendem a comportar-se diferencialmente segundo suas condições de vida – ou conforme alguma variável ou conjunto de variáveis identificados ou não, características nos contextos: urbano e rural. As mães parecem pensar a maternidade e a educação de suas crianças conforme os contextos em que vivem.

**Palavras-chaves:** crenças, cuidado parental, contextos de desenvolvimento

**Atividade: Pontos de (des)construção da paternidade: contribuições da Psicologia Jurídica (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** A Paternidade no banco dos réus

**Autor(es):** Solange Diuana

**Resumo:** Esse trabalho se propõe a compartilhar um espaço de discussão acerca da paternidade, a partir do relato de casos que envolvem os exames de DNA como determinante da filiação biológica. Pretende ainda abordar a atuação do psicólogo jurídico nos processos dessa natureza que tramitam nas Varas de Família. Atualmente, através do estudo da molécula do DNA, é possível mapear as características individuais hereditárias para se definir a filiação biológica com uma probabilidade maior ou igual a 99,999%. A verdade biológica da filiação tem provocado um reboiço nas discussões que envolvem o vínculo paterno dentro do campo jurídico. Incertezas a respeito da paternidade de um homem, antes baseada apenas na confiança depositada na palavra da mulher, com a tecnologia do exame de DNA são elevadas a categoria de certeza praticamente absoluta. É sabido que desde a antiguidade, a mulher tem o papel de designar o homem que é o pai do seu filho. Apesar das transformações sociais, que fazem com que o homem tenha um maior envolvimento no mundo doméstico, incluindo o cuidado com os filhos, não se pode negar que a mulher ainda detém o poder de apresentar o pai e incentivar a sua participação na vida do filho. O resultado do exame de DNA gera, em muitos casos, a garantia de direitos e deveres, ao menos legais, inerentes a filiação. Filhos antes registrados apenas pela mãe têm a possibilidade de ter o nome do pai e da família paterna engendrando dessa forma novas configurações familiares. Em outros processos, a partir desse exame, pode-se concluir que o marido da mãe, que registrou a criança, não é o pai biológico daquele filho. Essa revelação, via de regra, deflagra conflitos conjugais que refletem mudanças sociais, legais e tecnológicas, ocorridas nas últimas décadas. O estudo dos processos que envolvem a comprovação biológica da paternidade e a análise dos discursos dos pais, suscitaram nos profissionais a necessidade de questionar de que modo a atuação do psicólogo, dentro de um espaço jurídico, pode contribuir para elucidar questões referentes à paternidade. Questiona-se ainda se é possível, caso haja uma disputa, estabelecer critérios para definir quem é o pai de uma determinada criança. Quanto a definição biológica, jurídica e afetiva da paternidade, o

desafio do trabalho nesses casos acende um debate acerca da construção do vínculo parental. Assim, as implicações que surgem, a partir do resultado do exame de DNA, para o estabelecimento ou a desconstrução do vínculo paterno vêm promovendo intensas discussões que envolvem a Psicologia e o Direito.

**Palavras-chaves:** Filiação, Relações familiares, paternidade

**Trabalho:** Paternidades contestadas

**Autor(es):** Leila Maria Torraca de Brito

**Resumo:** O trabalho tem como objetivo apresentar pesquisa realizada junto à jurisprudência emitida por alguns Tribunais do país, no que diz respeito às ações de negatória de paternidade. Serão enfocados argumentos e conceitos que vêm sendo utilizados para se desconstituir ou não paternidades, tema que, em sua discussão, requer a colaboração de diversas áreas de conhecimento. Os impasses presenciados, na atualidade, no tocante à designação dos vínculos de filiação vêm sendo apontados por autores nacionais e estrangeiros, que se debruçam no estudo da matéria. Nota-se que, no presente, as transformações nas relações familiares aliadas aos avanços obtidos no campo da genética criam, por vezes, situações singulares, acentuando a polêmica sobre quem são os pais de crianças e adolescentes. Será que, no contexto atual, onde as relações amorosas parecem fluídas, passageiras, as filiações seriam também incertas, voláteis? Como assegurar o direito à convivência familiar quando a própria família parece ser incerta? Na nossa sociedade, por longo período, era a partir do casamento que se determinava a filiação. No entanto, na atualidade, multiplicam-se as situações em que aquele que gerou e o que educa e cuida da criança não são os mesmos indivíduos, despertando a dúvida a respeito das relações de parentesco, assim como dos critérios a serem usados para se definir a paternidade. A partir da década de 1980, a difusão de técnicas de procriação medicamente assistidas, por exemplo, altera os referenciais sobre a concepção do parentesco, distinguindo a procriação da filiação. No Brasil, o Código Civil promulgado em 2002 prevê que a paternidade de uma pessoa pode ser contestada a qualquer tempo, entendimento que contribuiu para aumentar, significativamente, o número de casos de contestação de paternidade encaminhados aos Serviços de Psicologia ligados ao Poder Judiciário. Como muitos parecem ser os embaraços e polêmicas evidenciados no que concerne à determinação da filiação e a definição da paternidade, foi realizada pesquisa junto à jurisprudência com o intuito de se mapear os principais conceitos que vêm fundamentando a discussão, almejando-se, ainda, avaliar como a Psicologia poderia contribuir no estudo da matéria. Por meio da análise de conteúdo da amostra selecionada foi possível observar que se mantêm, hoje, no país, incertezas sobre a determinação da paternidade, indefinição vista como prejudicial à estabilidade emocional dos sujeitos. Entende-se que é precisamente em um período no qual as relações conjugais tornam-se mais instáveis e em que crianças passam a fazer parte de diversas organizações familiares, que despontam, com mais frequência, as disputas sobre a filiação, sendo necessário estabelecer critérios que possam trazer segurança às relações de parentesco e à filiação.

**Palavras-chaves:** Paternidade, Filiação, Relações familiares

**Trabalho:** Exercício da Paternidade, separação conjugal e indenizações por abandono afetivo

**Autor(es):** Caroline Cavalcanti Padilha

**Resumo:** Este trabalho tem a finalidade de apresentar a pesquisa “Exercício da paternidade após a separação conjugal e indenizações por abandono afetivo: Entrelaçamentos”, realizada junto ao Curso de Mestrado, do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social – PPGPS, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, com início em 2005. O estudo tem por objetivo investigar como homens que não permaneceram com a guarda dos filhos após a separação conjugal percebem a possibilidade de pais indenizarem os filhos por danos morais decorrentes de um alegado abandono afetivo. Busca-se, ainda, contribuir para um maior aprofundamento a respeito do que se entende hoje como exercício da paternidade, de como está sendo vivenciado esse exercício após a separação conjugal, assim como, das influências destas

percepções no estabelecimento das relações paterno-filiais após a dissolução do casamento. Para este fim, foram analisadas as falas de pais separados acerca das atribuições da paternidade pós-separação. Como forma de abordar a realidade a ser estudada optou-se pela metodologia de pesquisa qualitativa com trabalho de campo. O procedimento consistiu na realização de entrevistas individuais, semi-estruturadas, com uma amostragem de 12 participantes, homens, pais separados, com idade entre 30 e 52 anos, de classe média, residentes na cidade de Maceió, que não possuem a guarda dos filhos. Estes pais estão separados há, pelo menos, cinco anos antes da realização do presente estudo, no ano de 2006. Consideramos este período adequado por não se tratar de uma separação recente, uma vez que os momentos seguintes à dissolução são repletos de sentimentos confusos, pois, o pai e a mãe ainda vivenciam mágoas do casamento perdido, encontrando-se envolvidos com os trâmites jurídicos advindos dessa situação, assim como todos os membros da família estão lentamente se adaptando a esse novo arranjo familiar. Um rompimento conjugal realizado há cinco anos revela, geralmente, uma organização mais estável dos lugares de cada um na família pós-divórcio, facilitando ao pai pensar sobre o exercício da paternidade à luz dos processos de indenização. Os sujeitos foram selecionados de modo aleatório, por meio de indicações de amigos e conhecidos, de acordo com as características delimitadas acima. As entrevistas foram, em sua maioria, realizadas no local de trabalho dos participantes, conforme o que foi acordado com os mesmos. Os resultados apreendidos foram tratados por meio da análise de conteúdo. A partir das informações prestadas nas entrevistas, foi possível observar uma variedade de arranjos de separação e de relacionamentos estabelecidos entre pais e filhos nessa situação. Contudo, o discurso dos entrevistados revelou a figura da “mãe-guardiã” como determinante para o modo como ficou estabelecida a relação entre pais e filhos. Neste sentido, alguns pais se posicionaram como figuras secundárias nos cuidados dispensados a prole. Além disso, alguns pais demonstraram uma desaprovação referente aos filhos utilizarem a justiça, solicitando indenizações, como meio de suprir uma carência afetiva. Com isso, a presente pesquisa buscou, na articulação de teorias e técnicas, uma ferramenta para pensar a realidade e aprofundar algumas questões pertinentes à organização social e aos papéis atribuídos aos homens e mulheres, pais e mães, na contemporaneidade. Mesmo sem a preocupação de produzir respostas técnicas específicas, as reflexões acerca da parentalidade, especialmente as discussões alcançadas sobre a qualidade do relacionamento entre pais e filhos no contexto pós-separação, poderão subsidiar ponderações voltadas ao campo social e, principalmente, jurídico, contribuindo para repensar a legislação e os dispositivos jurídicos atuais.

**Palavras-chaves:** Exercício da paternidade,Relações familiares,Abandono afetivo

**Atividade: A Adoção na Perspectiva da Família Extensa (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**A Adoção na Perspectiva da Família Extensa

**Autor(es):** Maria Irene Ferreira Lima Neta,Cristina Maria de Souza Brito Dias

**Resumo:** Sabemos que tem aumentado a quantidade de pesquisas, livros, grupos e pessoas interessados no tema da adoção. A maioria dos estudos, no entanto, se centraliza nas pessoas dos pais e dos filhos adotivos, havendo pouca bibliografia cujo foco seja a família extensa, embora pesquisas realizadas reconheçam a importância da mesma (Ebrahim, 1999; Weber, 2001; Schettini, 2003). No entanto, quando uma pessoa ou casal resolve adotar, não está trazendo a criança apenas para conviver consigo, mas com toda uma rede de parentesco que, cedo ou tarde, vai se relacionar com ela. Dolto (1989) afirma que uma criança precisa ser adotada pelas famílias e não apenas pelos adotantes, caso contrário ela não é adotada verdadeiramente, apenas criada. Esta pesquisa, portanto, teve como objetivo geral investigar como os parentes, ou seja, avós, tios e primos, aceitaram a adoção de uma criança em sua família e como vivenciam esse processo. Participaram da mesma 29 avós (10 avôs e 19 avós), na faixa etária entre 61 e 90 anos; com relação aos tios foram 27 (10 tios e 17 tias), com idades entre 33 e 75 anos; e 21 primos (6 do sexo masculino e 15 do feminino), na faixa etária de 12 a 41 anos. Todos possuíam entre uma a seis crianças adotivas na família, eram de diferentes

níveis de escolaridade e sócio-econômico. Eles responderam a uma entrevista estruturada, realizada de forma individual e gravada, após a apresentação da primeira pesquisadora e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Cada entrevista, após transcrita, foi analisada utilizando-se a técnica da Análise de Conteúdo (Minayo, 2004), tendo emergido os seguintes temas: como ficou sabendo da adoção; posição a respeito da adoção; reação com a chegada da criança; como é a relação estabelecida com a criança adotiva; mudanças observadas nos pais adotivos e na família como um todo; dificuldades percebidas na criança adotiva; diferenças sentidas entre as crianças biológicas e adotivas; sentimentos experimentados como avô(ó), tio(a) e primo(a) adotivo(a); pontos positivos e negativos na adoção. Os dados obtidos indicaram que: 1) a maioria dos familiares ficou sabendo da adoção pelos próprios pais adotivos, sendo que alguns avós ressaltaram terem sido apenas comunicados e não consultados por seus filhos; 2) a posição a respeito da adoção foi, em sua maioria, de felicidade e aceitação, havendo dois avós que se mostraram indiferentes; 3) a reação diante da chegada da criança foi positiva, havendo relatos de felicidade, alegria, curiosidade; 4) a relação estabelecida com as crianças adotivas é tida como boa, normal, havendo avós que cuidam desses netos; 5) as mudanças observadas nos adotantes foram de maior felicidade e responsabilidade, enquanto que as mudanças percebidas na família, como um todo, foram de aceitação e união familiar; 6) as dificuldades percebidas nos adotivos, em alguns casos, dizem respeito a dificuldades de aprendizagem, timidez, baixa auto-estima, sentimento de exclusão e rebeldia; 7) não expressaram distinção entre os netos, sobrinhos ou primos biológicos e os adotivos; 8) a maioria disse se sentir feliz e satisfeita no papel; 9) como pontos positivos da adoção salientaram que é fazer o bem a uma criança e a completude do casal; 10) como pontos negativos sobressaíram-se o risco da adoção não dar certo, por não se saber a origem da criança, a burocracia judicial e a não preparação dos adotantes. Concluímos com as seguintes constatações: a criança adotiva foi bem aceita por parte da maioria das famílias investigadas, havendo alguns casos de rejeição por parte de alguns avós, sendo eles fundamentais para que os demais parentes recebam bem a criança; a convivência com a criança propicia a diminuição das desconfianças e dos preconceitos; a primeira adoção pode favorecer que outras se realizem. Esperamos contribuir com informações acerca do funcionamento da família adotiva e auxiliar os profissionais que lidam com a adoção de crianças e com famílias adotivas.

**Palavras-chaves:** Adoção, família extensa, relacionamento intergeracional, família substituta

**Atividade: A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO COMUNITÁRIO COM ARTETERAPIA EM FAMÍLIAS DE BAIXA CONDIÇÕES DE RENDA (Paineis)**

**Trabalho: A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO COMUNITÁRIO COM ARTETERAPIA EM FAMÍLIAS DE BAIXA CONDIÇÕES DE RENDA**

**Autor(es):** Deyseane Maria Araújo Lima

**Resumo:** O presente trabalho visa relacionar a atuação do psicólogo comunitário que utiliza a arteterapia com base gestáltica com famílias de baixas condições de renda no projeto da Prefeitura de Fortaleza Raiz da Cidadania através de entrevista com psicólogos desse projeto. Para Ciornai (2004), a arte, na arteterapia, não requer uma preocupação estética, o objetivo é o de possibilitar e facilitar a expressão e a elaboração. Não é necessário "fazer bonito", porque o que importa é o significado do que se faz. Para ela, a arteterapia é a utilização de recursos artísticos em diferentes contextos terapêuticos. É um fazer artístico que viabiliza um potencial de cura, ampliação da consciência e do auto conhecimento, estimulando a autonomia e transformação, promovendo mudanças. No que se refere à psicologia comunitária Góis (1993) a compreende como uma área da psicologia social que aborda teoricamente a construção do sujeito em relação com seu contexto e traça estratégias metodológicas ampliadas de intervenção que contemplam as dimensões políticas, educativas, culturais e psicossociais. Quanto à família, de acordo com Da Matta (apud Cervený 1994), uma reflexão mais crítica permite descobrir que ela não é apenas uma instituição social capaz de ser individualizada, mas constitui também um valor. Há uma escolha por parte da sociedade brasileira que valoriza e institucionaliza a família como sendo fundamental à própria vida social. Assim, a família é um grupo social, bem como



uma rede de relações. Funda-se na genealogia e nos elos jurídicos, mas também se faz na convivência social intensa e longa. Os psicólogos comunitários da Raiz da Cidadania trabalham com roda de conversa, grupo de adolescentes, grupo de pais, grupo de crianças, entre outros. Trabalhando com recursos artísticos, como: colagem, pintura, desenho, entre outros. Quando não há material, a uma construção coletiva do material pela própria comunidade que irá trabalhar, há improvisação permeada pela criatividade. Essa participação ativa e dialógica deve estar presente na comunidade e se não está por alguns motivos, cabe então ao psicólogo comunitário facilitar esse processo através da arteterapia. Quanto à família o psicólogo comunitário nessa instituição atua junto com os grupos de pais, de crianças, de adolescentes e também no grupo de liberdade assistida. Nesse grupos há presença de questões do cotidiano familiar, como no teatro, mostram um fantoche batendo em outro, por que a mãe apanha em casa, ou o menino que usa drogas, que rouba, ou um policial batendo em crianças, isso manifesta uma realidade vivenciada por eles. As famílias atendidas por esses profissionais apresentam baixas condições de renda, muitas não ganham nem um salário mínimo, a maioria vive em condições sérias de pobreza. Na psicologia comunitária, de acordo com Góis (2005), o psicólogo comunitário atua como facilitador do processo do grupo, então ele vai à comunidade, trabalhar juntamente com ela de acordo com as demandas existentes nessa comunidade, do que ela trás como problemática a ser trabalhada, fazendo com que ela tome consciência, assumindo uma postura ativa no seu processo de apropriação da realidade, podendo assim perceber outras possibilidades. Esse psicólogo deve atuar segundo esse autor, na comunidade, facilitando o processo de descoberta do morador da comunidade como sujeito desta, sendo esse responsável pela sua história e pela história do lugar e que as constrói mediante atividade prática e coletiva no mesmo espaço físico-social em que vive e faz história de sofrimento, luta, encontro, realização e esperança. Para Ciornai (2004), o psicólogo que trabalha com arteterapia deve ser esse facilitador interessado no cliente, em suas imagens, em seus trabalhos, é alguém que deve estar junto, dá apoio, ajudando nos processos de elaboração, expressão e exploração de significados. Assim, o psicólogo comunitário pode ajudar as famílias à não cristalizarem o seu olhar, o que elas acreditam, o que pensam, o que sentem, a desconstruirmo o mundo ao seu redor e imaginarem como reconstruí-lo de forma colorida, solidária, afetiva e harmoniosa. Valorizando a originalidade, a complexidade e a diferença de cada um, pois assim não irão reagir com intolerância e preconceito, sentindo-se ameaçadas pelo diferente. O psicólogo comunitário que utiliza a arteterapia com base gestáltica nas famílias na Raiz da Cidadania ajuda na promoção da expressão, o processo de elaboração e reflexão-ação da comunidade em que ele está presente. Pois promove a prevenção e a saúde psíquica e física dessa comunidade, facilitando o contato e o desenvolvimento da criatividade, a motivação, a auto-estima, o relacionar-se com o outro visando à qualidade de vida na vida pessoal, profissional e comunitária.

**Palavras-chaves:** Família, Arteterapia, Psicologia comunitária

**Atividade:** UM RETRATO DA DINÂMICA DE FAMÍLIAS DA ZONA SUDOESTE DA CIDADE DO RECIFE (Paineis)

**Trabalho:** UM RETRATO DA DINÂMICA DE FAMÍLIAS DA ZONA SUDOESTE DA CIDADE DO RECIFE

**Autor(es):** Renata Eugênia de Barros, Vanessa Carneiro Bandeira de Carvalho, Albenise Lima

**Resumo:** A família contemporânea vem sofrendo profundas alterações, as quais estão presentes na dinâmica familiar, aqui entendida como a forma de funcionamento da família, abrangendo motivos que viabilizam esse funcionamento. Neste sentido, buscou-se estudar a compreensão da dinâmica predominante nas famílias residentes na zona sudoeste da cidade do Recife, como também identificar como estão sendo desempenhados os papéis e as funções familiares, como se dão as relações de poder, quais os valores que norteiam o comportamento de seus membros. Para alcançar esses objetivos se fez o uso de uma metodologia de natureza quantitativa. Os participantes foram 356 pais ou responsável por crianças de ambos os sexos

com idades entre 6 e 11 anos, alunos de escolas públicas e particulares da zona pesquisada. O instrumento utilizado foi um questionário contendo 48 questões fechadas e de múltipla escolha. Antes de iniciar a pesquisa de campo, o projeto foi autorizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNICAP. Como procedimento de coleta de dados, inicialmente, foi realizado o mapeamento e a localização das escolas da zona estudada, depois foi feito o sorteio de uma escola por bairro, posteriormente, realizou-se o contato com as escolas e, então, sorteou-se os alunos que participariam da pesquisa: nas escolas com até 300 alunos, sorteou-se 30 alunos e nas que possuíam mais de 300 utilizou-se 10% do total de alunos. Em seguida foi enviada uma carta aos pais ou responsável solicitando sua participação na pesquisa e indicando a hora e o local para o primeiro contato com as pesquisadoras. Neste contato, foram entregues o termo de consentimento livre e esclarecido e o questionário para participar da pesquisa. Como análise de dados recorreu-se inicialmente a uma leitura prévia dos questionários para se familiarizar com a população analisada e em seguida, utilizou-se do banco de dados SPSS 8.0. No que diz respeito aos resultados da pesquisa, o perfil caracterológico das famílias analisadas aponta que a maioria dos pais/responsável por crianças de escolas públicas possui entre 26 e 41 anos, não concluiu o Ensino Médio e sobrevivem com uma renda de até três salários mínimos. Já os de escolas privadas, a maioria possui entre 26 e 49 anos, concluiu o Ensino Médio e, também, possui uma renda de até três salários mínimos. Observa-se também que grande parte destas famílias se uniu informalmente, possui de um a três filhos, professa a religião católica e tem sua origem na cidade do Recife. As decisões importantes na família são tomadas pelo marido e pela esposa em conjunto, entretanto, também há várias famílias nas quais toda a família decide em conjunto. As três principais funções apontadas como sendo do pai são: ser responsável pelo sustento econômico da família, compartilhar com a esposa a direção da família e cuidar da educação dos filhos. Já quanto às da mãe, nas escolas públicas, são: cuidar da organização da casa, cuidar da educação dos filhos e compartilhar com o marido a direção da família, no entanto, a ordem das duas primeiras funções aparece invertida nas escolas particulares. A importância dos estudos, as tradições religiosas como ir a igreja aos domingos, batizar os filhos e a comemoração de datas significativas como aniversários, dia dos pais ou das mães aparecem na pesquisa como os valores preservados pelas famílias estudadas. Já com relação aos rituais preservados por estas famílias, a maioria das famílias de escolas públicas afirma: fazer junto as refeições, reunir a família extensa aos domingos e trocar presentes em datas comemorativas, entretanto, nas de escolas particulares a ordem dos dois últimos rituais mostra-se invertida. Como conclusões, observa-se que não há um modelo fixo de hierarquia familiar, já que a família se mostra aberta ao diálogo entre os membros e flexível para a tomada de decisões familiares. Verifica-se também que há uma indefinição de papéis, já que homens e mulheres podem assumir os mesmos papéis dentro da família como, por exemplo, tanto o pai quanto a mãe podem cuidar da educação dos filhos. E, com relação aos valores, verifica-se uma mistura tanto de valores tradicionais (como as tradições religiosas, a comemoração de datas significativas e a reunião da família aos domingos) quanto de valores modernos (como o diálogo entre os membros e a entrada da mulher no mercado de trabalho). Portanto, pode-se dizer que embora a família deseje, é difícil para ela acompanhar as mudanças sociais, pois este processo ocorre de maneira lenta e gradativa, dessa forma, antigas atitudes convivem com novos padrões de comportamentos. Para finalizar, não foi observada nenhuma diferença significativa entre as famílias de escolas públicas e de escolas particulares da zona estudada.

**Palavras-chaves:** Sistema Familiar, Papéis Familiares, Hierarquia Familiar

**Atividade: Relação Mãe e Filha:  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Relação Mãe e Filha: efeito das expectativas maternas na subjetivação da filha

**Autor(es):** Inalda Dubeux Oliveira

**Resumo:** A Psicanálise propõe uma subjetividade construída por e na cultura, e postula a importância do vínculo primordial na construção do sujeito. Pela sua imaturidade biológica e desamparo, a busca do outro – a mãe - é inevitável e constituinte. O sujeito é ao mesmo tempo transmissor e gerador da cultura, que nele se inscreve através das instituições, entre elas a

família. O discurso familiar antecipa o nascimento de cada sujeito e o investe com expectativas e desejos, ditados tanto pelo funcionamento inconsciente da estrutura familiar, como pelas aspirações inerentes ao ideário de cada época. Tem sido nossa preocupação analisar os efeitos de tais expectativas – principalmente aquelas traduzidas pela relação mãe/filha - na constituição do sujeito. Em pesquisa anterior (Oliveira e cols., 2003), analisamos as expectativas maternas em relação ao desempenho profissional de suas filhas e observamos como, apesar das mudanças nos papéis femininos de hoje, a representação social da mulher assinala, ainda, um aprendizado de como ser inferior. O presente trabalho objetiva analisar os efeitos das expectativas maternas no desenvolvimento da auto-imagem da filha, salientando o significado da relação mãe/filha para o desenvolvimento da auto-imagem da mulher. Apoiado em autores psicanalíticos e da psicologia social, o estudo pontua a questão das identificações e das profecias auto-realizadoras, processo inconsciente através do qual as pessoas tendem a corresponder ao que se espera delas. Aprofunda-se, ainda, o conceito de diferenciação, considerando que o processo de subjetivação não se efetiva apenas via identificação, mas envolve a possibilidade de se construir como um sujeito único e diferenciado. Analisa-se a importância do papel do pai no tipo de relação que a mãe estabelece com a filha, uma vez que sem a entrada do terceiro, a relação torna-se simbiótica e indiferenciada. A pesquisa foi desenvolvida junto a 160 mulheres de uma faixa 35 a 55 anos, provenientes de famílias constituídas por filhos de ambos os sexos. Foram utilizadas entrevistas semi-dirigidas investigando questões relativas à percepção de si e ao efeito das expectativas maternas no funcionamento atual. A escolha da faixa etária visava a encontrar, na amostra, experiência de vida que possibilitasse uma avaliação crítica das mensagens recebidas. Os dados obtidos foram analisados a partir do discurso das entrevistadas e categorizados de acordo com os tipos de mães conforme descritos por Eliacheff e Heinich (2004) e considerando também o papel desempenhado pelo pai na relação. Na amostra estudada, observou-se uma predominância de relações de dominação, nas quais as mães que ainda viam a “mulher como ser inferior” e, pela identificação, transmitiram às filhas sentimentos de incapacidade e dificuldades em seu processo de diferenciação. A figura do pai, independente de ser ausente ou presente, tendeu a ser idealizada, o que parece ter desempenhado um papel importante na subjetivação da filha.

**Palavras-chaves:** relação mãe/filha, subjetivação, identificação, diferenciação

**Atividade:** A pressão social e o estereótipo negativo em relação a casais que optam por não ter filhos (Paineis)

**Trabalho:** A pressão social e o estereótipo negativo em relação a casais que optam por não ter filhos: um olhar da psicanálise de casais.

**Autor(es):** Maria Galvão Rios, Isabel Cristina Gomes

**Resumo:** A família, assim como as concepções de maternidade e paternidade, vem sofrendo visíveis transformações ao longo da história. Nos dias de hoje, novas configurações familiares ganham espaço e visibilidade na sociedade e, neste contexto, em que a urbanização, a inserção de mulheres no mercado de trabalho e os avanços da medicina assumem relevante papel, aumenta o número de pessoas que optam por não ter filhos. A faceta da pressão social e do preconceito sofridos pelos que fazem esta opção, cristalizada em estereótipos negativos em relação a quem escolhe não ter um filho, aparece como extremamente relevante nos estudos acadêmicos da área. O objetivo deste trabalho - que se insere em um projeto mais amplo de mestrado desenvolvido no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, que envolve o estudo das motivações conscientes e inconscientes que levam casais a optarem por não ter filhos na contemporaneidade - é o de refletir acerca da maneira como casais sem filhos por opção relatam a ocorrência de pressão social e preconceito, e o modo com que lidam com isso. Trata-se de um estudo clínico-qualitativo, que se propõe a um contato em profundidade com aspectos conscientes e inconscientes da dinâmica estabelecida entre os membros dos casais que fazem parte desta pesquisa. Através da realização de entrevistas semi-dirigidas - com os dois membros do casal juntos - e da aplicação de uma seleção de pranchas do TAT - realizada separadamente com os membros do casal - com três casais sem filhos por opção, de classe

média/ alta, na região metropolitana de São Paulo, chegou-se a algumas conclusões preliminares. Por um lado, todos os casais relataram que sofrem ou já sofreram pressão social, ou que já se sentiram estigmatizados em virtude da escolha por eles tomada. Percebe-se, entretanto, que quando a escolha em questão envolve pouco conflito e uma vinculação adequada do casal, esta pressão não é sentida como um peso. Já em outro caso, em que a escolha se mostrou mais conflituosa, havendo necessidade de reparações e compensações, a pressão social é sentida de maneira mais persecutória. Serão apresentados, para os três casais: reflexões acerca da vinculação estabelecida pelo casal, considerações sobre o grau de conflito psíquico envolvido na decisão por não ter filhos, além de algumas estratégias apresentadas de enfrentamento da pressão sofrida, incluindo falas do casal que sustentam as conclusões encontradas. Pretende-se enfatizar a importância de uma aceitação social de todas as complexas formas de configuração familiar na sociedade atual, sem se recorrer a um padrão socialmente idealizado e historicamente determinado de família.

**Palavras-chaves:** casais sem filhos, preconceito, psicanálise de casal, estrutura familiar, TAT

**Atividade: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MÃES PUÉRPERAS ACERCA DA EXPERIÊNCIA DE SER MÃE (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MÃES PUÉRPERAS ACERCA DA EXPERIÊNCIA DE SER MÃE.

**Autor(es):** Evelyn Rúbia de Albuquerque Saraiva, Kay Francis Leal Vieira, Maria da Penha de Lima Coutinho

**Resumo:** O desejo e a maneira de ser mãe sofrem influências muito antigas e ainda muito atuantes, o que, neste momento de transição de papéis sociais, faz com que se crie um descompasso entre a antiga e a atual condição da mulher também no seu modo de ser mãe. O início da experiência da maternidade, caracterizada pelo período de puerpério, é uma ocasião especial em que ocorrem manifestações involutivas ou de recuperação da genitália materna havidas logo após o parto, que se prolonga até o pós-parto remoto, além do 45º dia do nascimento do bebê. A fase do puerpério, ainda, está relacionada à amamentação e ao período de licença do trabalho, etapas que proporcionam interações intensivas entre mães e bebês, ocasionadas pelo aleitamento materno exclusivo, como também pelo momento de dedicação ao bebê em tempo integral. A experiência da maternidade vem demandando a necessidade de abordá-la no bojo de programas de saúde pública voltados para a função reprodutiva da população feminina, compreendida num contexto sócio-econômico e cultural, em que se destaca o papel social da mulher face aos desafios contemporâneos que estão a exigir novas adaptações inter e intra pessoais e de mudança de identidade feminina. É sob esta ótica que este estudo pretende abordar o tema maternidade à luz da Psicologia Social, buscando apreender e descrever a estrutura central e periférica das representações sociais de mães puérperas acerca da sua experiência em ser mãe, ancorada nas Teorias das Representações Sociais e do Núcleo Central. Trata-se de uma pesquisa descritiva, aprovada pelo Comitê de Ética do CCS/UFPB, com a amostra constituída de 84 mães usuárias de serviço público de saúde localizado em João Pessoa, Paraíba. As mães encontravam-se acompanhadas de seus bebês, com até 90 dias de nascidos, na sala de espera dos setores de pediatria e de vacinas. Foram utilizadas a Técnica de Associação Livre de Palavras e o Questionário bio-demográfico. Para a Associação Livre de Palavras, utilizaram-se os estímulos-indutores: “ser mãe” e “ter filho(a)” e as respostas foram processadas pelo programa computacional Evoc, que permite a identificação dos temas que emergem do núcleo central e do sistema periférico das representações sociais e que elabora uma análise lexicográfica nos termos da identificação da frequência dos termos evocados e da análise da ordem de aparecimento das respostas registradas. As mães pesquisadas possuem idades que variam entre 18 e 38 anos ( $X = 27$  anos,  $DP = 3,07$ ), o período de puerpério compreende de 15 a 90 dias ( $X = 42$  dias,  $DP = 4,46$ ), a grande maioria teve parto vaginal ou normal, 58% das participantes tem apenas 1 filho, sendo que 55%, não são casadas civilmente,

residindo com seus companheiros. A maioria, com 47%, possui o ensino fundamental incompleto, revela que sua religião é católica (51%), indica que a renda familiar por pessoa está na faixa entre R\$61,00 e R\$120,00 e 64% das participantes informam não ter ocupação fora de casa. Os dados obtidos no TALP, como resposta ao estímulo-indutor «ser mãe», as puérperas apresentam no núcleo central, uma dimensão valorativa vinculada às expressões “é bom ser mãe”, “ser mãe é tudo e é uma experiência maravilhosa”. Para este mesmo estímulo, enquanto elementos periféricos emergiram expressões positivas de carinho e realização, e, por outro lado, denotativas de aspectos negativos, como preocupação e uma experiência difícil, que exige atenção da nova mãe. O núcleo central encontrado para o estímulo «ter filho» concentra-se nas expressões de alegria e prazer, embora a experiência venha acompanhada da evocação da responsabilidade. No sistema periférico, destaca-se a experiência que promove amadurecimento e realização pessoal, realçando o desejo futuro de que o filho cresça com saúde. As evocações constantes do elemento periférico dos dois estímulos “ser mãe” e “ter filho” parecem demonstrar a estrutura representacional semelhante, mas no sentido inverso, à de “ter filho”. Para o “ser mãe” surgem as evocações dirigidas ao filho (dar atenção e carinho, e proporcionar a vida). Por sua vez, por contraste, para o “ter filho”, o sistema periférico evidencia as conseqüências na vida da mãe, realização e amadurecimento. A demonstração de antagonismos entre ser mãe (é bom), ter filho (é maravilhoso) parece ficar resguardada pelas expressões como preocupação e uma experiência difícil, que exige atenção da nova mãe. No caso da representação social do ter filho a evocação ter responsabilidade emerge no núcleo central amenizando as expressões positivas de alegria e de prazer de ter filho. Os elementos periféricos apresentadas suportam as múltiplas discordâncias de alternância da maternidade enquanto paraíso e padecimento, porque a condição de ser mãe e ter filho causa contentamento, gera alegria e prazer, representa, portanto, manifestações psico-afetivas que competem e discordam com os padecimentos desta nova experiência.

**Palavras-chaves:** representação social,puerperio,ser mãe

**Atividade: O Teste do Desenho da Família e as Relações Familiares na Perspectiva do Primogênito (Painéis)**

**Trabalho:**O Teste do Desenho da Família e as Relações Familiares na Perspectiva do Primogênito

**Autor(es):** Larissy Silva do Nascimento,Célia Maria Souto Maior de Souza Fonsêca

**Resumo:** A família tem se mostrado como uma fonte inesgotável de informações, exigindo novas pesquisas, e, daqueles que se dispõem a fazê-las, uma verdadeira re-significação de postura. Considerando essa realidade, e salientando que o estudo acerca da posição ocupada pelo filho, na organização familiar, ainda carece de novas contribuições teóricas, resolvemos pesquisar, neste trabalho, as relações familiares na perspectiva do(a) primogênito(a). À condição de primogênito são destinados privilégios e expectativas, obrigações e cobranças que acabam por transformá-lo em um lugar especial. Até a chegada de um irmão, experiências singulares são reservadas ao primogênito, pelo fato de estar sozinho com os pais. Possivelmente, por este motivo, o filho mais velho mostra-se mais arraigado a condutas e valores defendidos por seus pais, servindo de laboratório para estes, uma vez que lhes fornecerá o material em que vão arriscar e escolher a diretriz condutora das normas de educação a serem aplicadas aos próximos filhos (PEREZ, 2002). O nascimento de um segundo filho se constitui num novo desafio aos pais; trata-se de ocasião em que são inseridos, na dinâmica familiar, sentimentos de inveja, ciúme e competição, representando a base de sustentação da rivalidade entre irmãos. Frente a esse contexto, desenvolvem-se duas condutas bastante distintas: uma em que o primogênito procura defender o seu espaço e outra em que o segundo filho intenta conquistar aquilo que está sendo protegido pelo irmão mais velho. Portanto, trata-se de uma pesquisa quantitativa, situada nas áreas de estudo das relações familiares e da avaliação da personalidade infantil. Teve por objetivo investigar como crianças, de ambos os sexos, ocupando a posição de primogênitos, percebem suas relações familiares. A amostra total consistiu de 60 crianças, dividida em dois subgrupos de 30 meninos e 30 meninas. O instrumento de coleta de dados utilizado foi o Teste

do Desenho da Família, analisado nos seus aspectos gerais, formais e de conteúdo (CORMAN, 2003; HAMMER, 1981). Os dados colhidos mostraram, em relação à diferença de sexos, que os meninos revelaram agressividade em relação aos irmãos, e sentimentos de maior expansão, ambição e impulsividade. Em contrapartida, as meninas apresentaram sentimentos de inferioridade e inibição. Em relação à percepção familiar, os meninos, ao desenharem a família ideal, expressam sua dificuldade em aceitar a família verdadeira. O mesmo não ocorreu com as meninas, ao desenharem a família real, revelando a aceitação de sua família verdadeira, o que poderia ser, em parte, fruto da organização familiar que possuem, já que as meninas, mais que os meninos, possuem os pais vivendo juntos. Portanto, com este estudo, pretendemos contribuir com informações relativas ao Teste do Desenho da Família e às relações Familiares.

**Palavras-chaves:** Primogênito, Teste do Desenho da Família, Relações Familiares

**Atividade: O Teste do Desenho da Família e os secundogênitos: como estes percebem suas relações (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** O Teste do Desenho da Família e os secundogênitos: como estes percebem suas relações

**Autor(es):** Juliana Rêgo Aniceto Oliveira, Célia Maria Souto Maior de Souza Fonsêca

**Resumo:** Estudar a família, na contemporaneidade, implica em conviver com o tradicional e, ao mesmo tempo, em lidar com um novo que se apresenta. Já não é possível pensar apenas na família nuclear, aquela constituída por ambos os pais e seus filhos, como referência única. Essas novas configurações de família apontam para um redirecionamento dos seus limites e para o estabelecimento de uma nova dinâmica entre os membros que as constituem. É por intermédio da família e da sociedade que determinados padrões de comportamento são transmitidos às crianças. Características são atribuídas a cada sexo, norteadas o comportamento das relações sociais do feminino e do masculino. Considerando essa nova realidade resolvemos com este estudo pesquisar as relações familiares, na perspectiva do segundo filho. O estudo do segundo filho implica em considerar a posição relacional em que se encontra situado e as possíveis implicações de ter, por um lado, o primogênito e, por outro, geralmente um irmão que ocupa o lugar de filho caçula. O nascimento deste se constitui num novo desafio para os pais. Uma outra dinâmica se instala no contexto familiar, já que nele são inseridos sentimentos de inveja, ciúme, competição e ambivalência por parte do primogênito, representando, assim, a base de sustentação da rivalidade fraterna. Este é um elemento importante no processo de desenvolvimento da personalidade da criança, uma vez que funciona como o imenso laboratório para as relações sociais que serão experimentadas, posteriormente, fora do núcleo familiar. Assim, o nascimento do secundogênito se reveste de caráter especial em face da carga emocional que o envolve. Este trabalho, é resultado de uma pesquisa quantitativa, situada nas áreas de estudo das relações familiares e da avaliação da personalidade infantil, tendo como objetivo investigar como os segundos filhos, de ambos os sexos, com idades variando entre 7 e 12 anos, percebem suas relações familiares. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi o Teste do Desenho da Família, analisado em seus aspectos gerais, formais e de conteúdo, propostos por Cormam (2005) e Hammer (1985). Participaram da pesquisa, 60 crianças, subdivididas em 30 de cada sexo. Os dados obtidos permitiram verificar que grande parte das crianças, de ambos os sexos, não demonstrou boa aceitação de suas famílias verdadeiras; observou-se, ainda, a existência de dados indicativos de rivalidade fraterna entre os meninos e maior agressividade entre os mesmos; outro dado relevante evidencia que grande parcela das crianças submetidas ao teste fez a representação de algum irmão ou delas mesmas em primeiro lugar, o que aponta para uma recusa em enaltecer a relação estabelecida pelos pais enquanto casal. Esta pesquisa, teve como finalidade contribuir com informações relativas ao Teste do Desenho da Família, bem como, acerca das relações familiares. Dada a dificuldade experimentada na procura de sujeitos, pode-se dizer que esta pesquisa se mostrou sensível à condição de secundogênito confirmando a tendência pela diminuição do número de filhos entre as famílias contemporâneas.

**Palavras-chaves:** Segundogênitos, Teste do Desenho da Família, Relações familiares

**Atividade:** A Percepção das Relações Familiares na Perspectiva do Filho Único (Comunicações Científicas)

**Trabalho:** A Percepção das Relações Familiares na Perspectiva do Filho Único

**Autor(es):** Hugo Vasconcelos Veríssimo

**Resumo:** Dados do Censo 2000, analisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelaram que oito de cada dez famílias com renda per capita de cinco salários mínimos têm apenas um filho. É um número bastante significativo, sendo contínuo desde os anos 60 (ZAKABI, 2004). Hoje em dia os filhos únicos representam uma boa porcentagem das crianças, tanto no exterior como no Brasil. König (1995) concluiu que o filho único é uma criança solitária e ambivalente em seus sentimentos; deseja estar com outros, mas, quando está, quer ficar só. O objetivo desta pesquisa foi investigar as relações familiares na perspectiva do filho único. Trata-se de uma pesquisa quantitativa situada nas áreas de estudo das relações familiares e da avaliação da personalidade infantil. A amostra consistiu de 60 sujeitos, divididos em 30 do sexo masculino e 30 do sexo feminino, ocupando a referida ordem de nascimento. Elas freqüentavam escolas particulares da cidade do Recife e estavam situadas na faixa etária de 7 a 12 anos. O instrumento utilizado foi o Teste do Desenho da Família, o qual foi avaliado nos seus aspectos gerais, formais e de conteúdo (CORMAN, 2003; HAMMER, 1991). Nos aspectos gerais e formais prevaleceram: 1) A posição da folha foi a horizontal, como já era esperado; 2) A localização preferida foi a inferior, o que indica possíveis sentimentos de inferioridade entre as crianças; 3) A pressão utilizada foi forte em ambos os sexos, expressando energia e agressividade; 4) O tamanho foi predominantemente pequeno, caracterizando inibição e confirmando seus sentimentos de inferioridade; 5) Houve presença de simetria, o que também é esperado; 6) Os detalhes foram abundantes, demonstrando criatividade e apego a minúcias, bom senso de observação; 7) Houve grande uso da borracha, bem como de correções e retoques nos desenhos, sugerindo ansiedade e conflito em relação às áreas corrigidas e/ou retocadas. No aspecto de conteúdo prevaleceram: 1) Representação da família real, o que indica que as crianças estão satisfeitas com sua verdadeira família, sendo regidas pelo princípio da realidade; 2) Ausência de omissões, o que confirma sua satisfação com a família real; 3) Os membros da família foram representados de forma relativamente separada, apontando a necessidade do respeito pelo seu espaço individual; 4) As figuras mais valorizadas foram as mães, pelas meninas, enquanto os meninos valorizaram o pai; 5) A figura mais desvalorizada foi a do pai, tanto pelos meninos quanto pelas meninas; 6) Houve acréscimo de paisagem (árvores, flores, casa, montanhas, sol, nuvens, etc.) denotando criatividade; 7) Na relação com os pais, houve identificação com o genitor do mesmo sexo, por parte dos meninos, o que demonstra que o Complexo de Édipo está sendo vivenciado de forma saudável, enquanto a réplica narcisista se sobressaiu nas meninas, ao se desenharem em primeiro lugar. Esta pesquisa pretende contribuir com mais conhecimentos sobre o uso da técnica projetiva do Desenho da Família, bem como enriquecer a literatura no que se refere à temática do filho único, ordem de nascimento e estudos relacionados à família.

**Palavras-chaves:** Família, Ordem de Nascimento, Filho único

**Atividade:** Práticas de disciplinar crianças na criação dos filhos (Comunicações Científicas)

**Trabalho:** Práticas de disciplinar crianças na criação dos filhos

**Autor(es):** Elizabeth Cristina Landi de Lima e Souza, Juscélia Rodrigues Teles

**Resumo:** O processo de socialização da criança se dá no convívio familiar e, em especial, por meio das práticas educativas desenvolvidas com a finalidade de transmitir hábitos sociais,

valores, crenças e conhecimentos. Essas práticas educativas envolvem saberes transmitidos ao longo das gerações, com a finalidade de preparar a criança para a inserção na vida social mais ampla. Neste contexto, o disciplinamento das crianças apresenta-se como uma das formas necessárias às famílias no processo de criação e educação dos filhos. Esta pesquisa é parte do grande projeto intitulado “Criando os filhos: a família goianiense e os elos parentais”, desenvolvido através de parceria institucional estabelecida entre o Centro de Estudos Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil (CEPAJ) da Universidade Católica de Goiás (UCG) e o Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI) da PUC-RJ. Nesta etapa da pesquisa, a investigação se deu de forma qualitativa e teve como objetivo analisar os diversos métodos utilizados por famílias, que residem em Goiânia, para disciplinar crianças de 0 a 11 anos. Além disso, a pesquisa investigou diferenças de gênero e idade no que diz respeito aos tipos de práticas disciplinadoras utilizadas pelas famílias e buscou conhecer quem são as figuras de autoridade que estabelecem as regras, que corrigem e às quais a criança é mais ligada afetivamente. Para tanto, nesta etapa qualitativa da pesquisa foram entrevistadas onze famílias de diferentes níveis sociais e configurações. A análise das entrevistas mostra que, apesar de serem diversos os desenhos de família, ainda é a mãe a maior responsável pelo disciplinamento dos filhos, e mostra que a relação entre pais e filhos é mais afetiva e menos formal, se comparada aos tempos anteriores ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Os dados encontrados nas onze famílias pesquisadas mostram que as crianças são disciplinadas tanto de forma não-coercitiva, através de conversas, por exemplo, quanto de forma coercitiva, sendo que a atitude mais utilizada é bater, quando a criança transgredir as normas estabelecidas pelos responsáveis. Ainda que as famílias conversem com as crianças quando querem discipliná-las, a prática de bater foi citada por quase todas as famílias. Para bater, o responsável utiliza em primeiro lugar as próprias mãos, e em segundo a chinela e o cinto. Nos castigos, a rotina diária, o lazer e o próprio direito da criança são revertidos em punição. Apesar da abertura, trazida pelo ECA, para discutir a criação dos filhos e questionar o uso da punição física e psicológica, percebe-se que o processo de conscientização sobre os danos causados pela punição ainda não atinge as práticas de disciplinar crianças na criação dos filhos. Estão em jogo crenças e valores historicamente construídos e arraigados, portanto qualquer trabalho com as famílias que vise questionar tais práticas deve, necessariamente, levar em conta as determinações culturais e históricas.

**Palavras-chaves:** Práticas disciplinares, Criação de filhos, Educação familiar

**Atividade: Repercussões Psicossociais da Doença de Parkinson Segundo Portadores e Familiares (Paineis)**

**Trabalho:** Repercussões Psicossociais da Doença de Parkinson Segundo Portadores e Familiares

**Autor(es):** Adivan Gomes Sobrinho Oliveira

**Resumo:** RESUMO Entre as doenças crônicas e degenerativas que afetam o sistema nervoso central a Doença de Parkinson (DP) apresenta importância especial, pois se inclui entre as mais freqüentes enfermidades neurológicas, com prevalência ao redor de 150 a 180 casos por 100.000 habitantes. A DP é uma moléstia progressiva do sistema nervoso central que acomete principalmente o sistema motor, porém manifestações não motoras como distúrbios do sistema autônomo, alterações do sono, da memória e depressão também podem ocorrer. Tem discreta predominância no sexo masculino, afetando igualmente todas as raças e seu estudo é considerado relevante para saúde pública (BARBOSA, 2005). Os sintomas psicológicos mais comuns são os depressivos. A pesquisa objetivou identificar, analisar, conhecer e descrever as representações psicossociais, da Doença de Parkinson em portadores e seus familiares; reações ao diagnóstico e mudanças nas famílias após o mesmo, bem como a presença de algum tipo de preconceito com o portador. Foram participantes 40 sujeitos portadores da DP e seus respectivos familiares, de ambos os sexos, com média de idade entre 55 anos a 90 anos. Realizou-se um levantamento junto a grupos de portadores da Associação Brasil Parkinson - SP. Resultados obtidos através das respostas de formulários, concluiu que houve mudanças consideráveis na vida dos portadores e familiares, tais como: conflitos familiares, horários,



preocupações, atividades cotidianas e rotinas dos cuidadores, e necessidades de adaptações no ambiente familiar. Verificou-se também que o psicólogo, como terapeuta de suporte no tratamento da DP, não é procurado nem encaminhamentos médicos costumam ser feitos. Para tanto os tratamentos de longa duração evidenciam a necessidade da operação de um Módulo Cooperativo, integrado por Pacientes, Familiares, Cuidadores, Psicólogos, Terapeutas Ocupacionais, Fisioterapeutas e Médicos, a fim de propiciar ao paciente as condições mais favoráveis e satisfatórias que lhe assegurem viver com melhor Qualidade de Vida. Os parkinsonianos, com as limitações físicas e as repercussões psicológicas decorrente, este objetivo vem ser uma busca constante. O abalo físico que o portador de DP suporta não ocorre sem um considerável envolvimento emocional. Em consequência da doença, emoções e sentimentos são instâncias da constituição humana com muito mais relações em comum, do que inicialmente se pode imaginar. O portador da doença crônica faz com que o tempo seja filho da tolerância. O que ele sabe, ou pensa saber, é que coisas ruins estão acontecendo, que não existem prazos e que não há nada que ele próprio possa fazer. Acordar diariamente com a aridez dessas três conclusões é uma sobrecarga fatal para qualquer ego e um desgaste extra para os circundantes. Dessa forma ele estará ativamente lutando, cúmplice da vida e pela sua própria vida, aumentando sua habilidade para lidar com o sofrimento. Para que isso se resolva da melhor forma possível para todos os envolvidos, será necessário enfrentar um percurso por vezes doloroso, com ajuda de amigos confiáveis e, na maioria das vezes, com a ajuda da psicoterapia. Atenta-se para a importância do apoio familiar, do afeto e acima de tudo, de compreensão das necessidades do portador evitando a discriminação e a segregação.

**Palavras-chaves:** Doença de Parkinson, Repercussões Psico-Sociais, Família, Conflitos.

**Atividade: A PERCEÇÃO DAS RELAÇÕES FAMILIARES NA PERSPECTIVA DO FILHO CAÇULA (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: A PERCEÇÃO DAS RELAÇÕES FAMILIARES NA PERSPECTIVA DO FILHO CAÇULA**

**Autor(es):** Pedro Alison Cruz

**Resumo:** Ocorrem na atualidade várias mudanças na composição da família brasileira e estudá-las constitui o objetivo de várias pesquisas e de profissionais. No entanto, poucos estudos ainda são encontrados no que se refere à relação fraterna e à posição dos filhos segundo a ordem de nascimento. Esta pesquisa, portanto, teve como objetivo geral investigar as relações familiares relacionadas à ordem de nascimento das crianças, especificamente na perspectiva do(a) caçula. De acordo com a bibliografia encontrada, o filho mais novo pode ser tratado com indulgência, ser infantilizado por excesso de preocupação e proteção, e, desse modo, sua autonomia e independência são dificultados pelo fato de ser retido em casa. De acordo com Rufo (2003), os pais vão aprendendo, com a prática de seus erros, a criar os filhos, exercendo uma pressão menor com relação ao filho caçula. Desta forma, este, por ser o último filho, é beneficiado por ter um número menor de exigências na sua educação, ficando mais à vontade na vida e relativamente sereno em seu desenvolvimento. No entanto, em alguns casos, sente-se afastado e até mesmo isolado do restante da família, o que pode produzir nele um sentimento de inferioridade. Ele pode também mudar o percurso da história e ser uma pessoa que conquiste muitas coisas (KONIG, 2003). Trata-se de uma pesquisa quantitativa situada nas áreas de estudo das relações familiares e da avaliação da personalidade infantil. Participaram da mesma 60 crianças, sendo 30 de cada sexo, na faixa etária de 07 a 12 anos, provenientes de escolas particulares da região metropolitana do Recife. Após solicitação à direção das escolas e assinatura do termo de consentimento pelos pais, foi iniciada a aplicação do Teste de Desenho da Família, conforme a instrução de Corman (2003). Posteriormente, foi realizado um questionário sobre o mesmo, consistindo das questões sugeridas pelo autor e dos dados sócio-demográficos dos participantes. A aplicação foi individual. Os dados foram analisados em seus aspectos geral, formal e de conteúdo (CORMAN, 2003; DIAS, 2000; HAMMER, 1981). Foram analisadas as seguintes variáveis nos aspectos geral e formal: posição da folha, localização na página, pressão, linha, tamanho, simetria, movimento, detalhes, indicadores de conflito, uso da

borracha. Já no aspecto do conteúdo consideramos: tipo de família, valorização de figuras, desvalorização de figuras, omissão de figuras, personagem acrescida, os laços e relações à distância, relações fraternas, relação com os pais. Os principais resultados obtidos foram: de acordo com a posição da folha tanto os meninos quanto as meninas desenharam na posição normal, o que é esperado. A localização comum nos dois sexos foi a inferior, o que indica ligação ao concreto e à realidade. A pressão forte, encontrada em ambos, tanto é sinal de auto-confiança como de tensão. A linha curta, também predominante, pode ser um indicio de excitabilidade. O tamanho pequeno foi o que teve uma maior frequência nos dois casos, o que pode ser indicio de sentimentos de inferioridade e inibição. A simetria esteve presente, tanto nos meninos quanto nas meninas, o que também é esperado. O movimento esteve ausente, em sua maioria, podendo indicar repressão e inibição diante dos estímulos. Os detalhes foram freqüentes, nos dois grupos, sendo um sinal de fantasia e imaginação. Correções e retoques foram os indicadores de conflitos mais freqüentes, o que pode demonstrar insatisfação, insegurança e até agressividade para com o personagem corrigido e retocado. O uso da borracha também esteve presente nos dois grupos, o que pode indicar autocritica. No tipo de família representado, enquanto nos meninos predominou a família ideal, o que pode indicar algum descontentamento ou não aceitação da sua família, nas meninas ocorreu um predomínio da família real, indicando uma aceitação da mesma. A figura mais valorizada foi a mãe, tanto nos meninos quanto nas meninas, enquanto as mais desvalorizadas foram os irmãos, evidenciando assim a rivalidade fraterna. Tanto nos meninos quanto nas meninas a personagem acrescida foi a paisagem. No que diz respeito aos laços e relações à distância, predominou a representação de personagens relativamente separados, indicando que cada um busca o seu espaço na família. No que se refere à relação com os irmãos, sobressaiu-se a reação agressiva, o que é esperado, evidenciando a rivalidade fraterna. Na relação com os pais, prevaleceu a identificação com o genitor do mesmo sexo, indicadora de uma superação do complexo de Édipo, seguida da réplica narcisista, principalmente nas meninas, denotando seu desejo de chamarem a atenção e seu egocentrismo. Desta forma, podemos concluir que não existiram muitas diferenças entre os sexos, a não ser no que diz respeito ao tipo de família representado e à réplica narcisista encontrada na grande maioria dos desenhos femininos.

**Palavras-chaves:** Relações familiares, Filho caçula, Avaliação da personalidade infantil, Teste do desenho da Família

**Atividade: Coparentalidade em Famílias de Adolescentes com Autismo e Comportamento Agressivo (Paineis)**

**Trabalho:** Coparentalidade em Famílias de Adolescentes com Autismo e Comportamento Agressivo

**Autor(es):** Carlo Schmidt, Cleonice Bosa

**Resumo:** O Autismo caracteriza-se pelo comprometimento severo e invasivo em três áreas do desenvolvimento: habilidades de interação social recíproca, habilidades de comunicação, e presença de comportamentos, interesses e atividades estereotipadas (DSM-IV-Tr, 2002). Um dos aspectos importantes, freqüentemente associados ao autismo refere-se aos problemas de comportamento, que tendem a persistir em uma proporção significativa de adolescentes e adultos, e envolvem os comportamentos automutilativos e disruptivos, dentre os quais se destacam os agressivos. A pessoa que apresenta autismo associado ao comportamento agressivo tende a constituir-se como um importante estressor para si e para a família, pois pode interferir na possibilidade de aprender novas habilidades sociais e educacionais e conduzir a um processo de exclusão social, inclusive, ameaçando a saúde física. Além disso, estudos mostram que a presença de comportamento agressivo em pessoas com transtornos do desenvolvimento resultam na necessidade de uso de mais recursos, provenientes de várias instituições, intervenções mais intensas e de maior custo financeiro. Portanto, a presença de comportamentos agressivos associada ao autismo tende a incrementar o impacto dos estressores no sistema familiar, em especial na coparentalidade, ou seja, o processo no qual pai e a mãe dividem a liderança e se apóiam mutuamente nos seus papéis parentais. O conceito de coparentalidade

envolve tanto dimensões de cooperação (coparentalidade positiva) como de antagonismo (coparentalidade negativa) e as interações do grupo familiar oferecem oportunidade de observar se os pais apóiam ou se opõem à intervenção do outro componente do sistema parental para com a criança. A presença de diversos fatores de risco, bem como a coparentalidade negativa, estão associados a dificuldades de adaptação familiar ao filho com autismo. Pensa-se que esse processo resulta no incremento do comportamento agressivo do filho o qual, por sua vez, aumenta as dificuldades de adaptação da família, num ciclo vicioso. A proposta deste estudo foi investigar a coparentalidade em famílias de adolescentes com autismo e comportamento agressivo, utilizando o Modelo de Estresse e Adaptação Familiar ABCX como base para contemplar os diversos fatores envolvidos neste processo. Participaram da pesquisa seis casais com filhos adolescentes com autismo, sendo três com comportamento agressivo e três sem. O comportamento agressivo foi avaliado através do Checklist de Comportamento Agressivo no Autismo, que foi construído especificamente para este estudo e subdivide-se na pontuação da presença, frequência e intensidade de hetero e auto agressões. A coparentalidade será investigada através do Roteiro para Entrevista sobre Coparentalidade, o qual compreende as principais dimensões relacionadas ao conceito, tais como parentalidade, apoio mútuo, compartilhamento de cuidados, práticas educativas e conjugalidade. A entrevista foi gravada, transcrita e analisada com base na Análise de Conteúdo.

**Palavras-chaves:** Autismo, Família, Coparentalidade, Comportamento agressivo

**Atividade:** Estresse e Adaptação Psicossocial em Mães de Crianças com TDAH (Painéis)

**Trabalho:** Estresse e Adaptação Psicossocial em Mães de Crianças com TDAH

**Autor(es):** Andressa Henke Bellé, Cleonice Bosa

**Resumo:** As crianças diagnosticadas com o Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) costumam apresentar problemas quanto aos períodos de atenção, ao controle de impulsos e aos níveis de atividade. Tais características tendem a impor inúmeras demandas às famílias destas crianças, especialmente para as mães. Isso porque, além delas ainda serem as principais responsáveis pelo controle comportamental dos filhos, estas costumam ser socialmente acusadas pelos comportamentos disruptivos dos mesmos. Assim, há indícios de que o Transtorno de Déficit de Atenção/ Hiperatividade represente um evento estressante para as mães. Embora diversas pesquisas investiguem aspectos etiológicos e abordagens terapêuticas para este transtorno, há poucos estudos dedicados a investigar o impacto deste transtorno sobre as mães em termos de estresse e adaptação psicossocial. O presente estudo teve como objetivo investigar o estresse parental em mães de crianças com TDAH do tipo combinado. Para tanto, este grupo de mães foi comparado a dois grupos controle: 1) Mães de crianças com TDAH e co-morbidade com o Transtorno Opositor Desafiador (TOD); e, 2) Mães de crianças com desenvolvimento típico. Além disso, foram investigadas as possíveis correlações do estresse parental com as estratégias de coping utilizadas pelas mães, com o apoio social recebido pelas mesmas e com a severidade dos sintomas de TDAH dos filhos. Foram investigados, ainda, os principais preditores do estresse parental das mães. Participaram do estudo 90 mães: 30 mães de crianças com TDAH combinado, 30 mães de crianças com TDAH e co-morbidade com o TOD, e 30 mães de crianças com desenvolvimento típico. As participantes foram avaliadas através dos seguintes instrumentos: 1) Ficha sobre Dados Demográficos e Identificação de Estressores; 2) Questionário de Suporte Social (SSQ); 3) Inventário de Coping Parental – Área da Saúde – CHIP; 4) Questionário de Estresse para Pais de Crianças com Transtorno do Desenvolvimento; 5) MTA-SNAP-IV Escala de Pontuação para Pais e Professores; 6) Questionário de Déficit de Atenção/Hiperatividade para Adultos (ASQRS); e, 7) Questionário de Auto-Relato (SRQ). Os delineamentos utilizados no estudo foram o de Grupos Contrastante e o Correlacional. Os resultados indicaram que as mães dos dois grupos clínicos apresentaram mais estresse parental do que as mães do grupo não clínico. Além disso, as variáveis que mais predisseram o estresse parental foram os sintomas de hiperatividade da criança (correlacionado positivamente ao estresse materno) e o apoio social percebido pelas mães (correlacionado

negativamente ao estresse materno). Os resultados serão apresentados e discutidos a partir do modelo de Estresse e Adaptação Familiar.

**Palavras-chaves:** Família, Hiperatividade, Estresse, Apoio Social, Estratégias de Coping

**Atividade: Metas de socialização  
(Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Concepções de mães de sete capitais brasileiras sobre metas de socialização de seus filhos: análise lexical através do programa informático Alceste

**Autor(es):** Mauro Vieira, Maria Lucia Seidl de Moura, Eulina de Rocha Lordelo, Cesar Augusto Piccinini, Celina Maria Colino Magalhães, Fernando Augusto Ramos Pontes, Brígido Camargo, Marcelo Richar Piovannotti, Lilian Costa Silveira

**Resumo:** O modo como mãe e pai criam seus filhos depende, entre outros fatores, das crenças e valores parentais. As metas de socialização são um componente do 'nicho de desenvolvimento' (modelo elaborado por Sarah Harkness e Charles Super e publicado em 1994 na periódico Social Science and Medicine) que inclui as etnoteorias parentais sobre a concepção que pais e mães têm sobre como criar filhos. Essas idéias, que são compartilhadas pela comunidade ou grupo de referência em que a família está inserida, ajudam os pais a compreender a criança. Por exemplo, o grau em que os pais valorizam e encorajam os filhos para serem independentes ou interdependente, que estão subjacentes no que eles estabelecem como sendo relevantes para a criança (metas de socialização) vai depender do contexto sócio-econômico e cultural. Nesse sentido, a presente pesquisa teve como objetivo investigar quais são as metas de socialização para mães residentes em diferentes cidades e regiões do país, têm sobre seus filhos. Participaram do estudo 350 mães primíparas de 17 a 47 anos (média de 26,6 anos) que tinham filhos de 0 a 36 meses (média de 16,4 meses). As mães residiam nas cidades de Belém, João Pessoa, Salvador, Campo Grande, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Florianópolis. A coleta de dados foi realizada através da aplicação de uma entrevista sobre metas de socialização realizada individualmente com cada mãe. No presente estudo destaca-se a seguinte questão apresentada às mães "Que qualidades você gostaria que sua criança tivesse quando ela fosse adulta?". Foi utilizado o programa informático Alceste (Análise Lexical Contextual de um Conjunto de Segmentos de Texto) para fazer análise do corpus. Depois de transcritas, as falas das mães foram preparadas segundo regras estabelecidas pelo programa, que divide o discurso dos respondentes em unidades de contexto elementar (UCEs), que se constituem em segmentos de texto dimensionados pelo programa informático em função do tamanho do corpus. A partir desse material, foi realizada uma classificação hierárquica descendente das respostas. Constatou-se que 92% das respostas foram classificadas em quatro classes que foram estabelecidas pela frequência das palavras e de um índice que indica o coeficiente de associação (o Qui Quadrado) das UCEs com a classe em questão. Na classe 1 foram incluídas, de modo significativo, as seguintes variáveis: mães com escolaridade de nível superior com idade entre 25 e 35 anos, pais (homens) com idade acima de 35 anos e bebês de 2 a 3 anos, residentes no Rio de Janeiro e Florianópolis. As palavras associadas a essa classe foram: ajudar, conseguir, crescer, honestidade, mundo, personalidade, realizado e relação. Na classe 2, as variáveis que se destacaram foram: cidade de Campo Grande, mães e pais com grau de escolaridade superior. As palavras associadas foram: bem educada, bem sucedida, e pessoa de bem. Na classe 3, a cidade de Belém teve influência significativa e que incluiu pais (homens) com nível intermediário de escolaridade (médio completo/superior incompleto) e mães com idade entre 17 e 25 anos. As palavras associadas foram: carinhoso, compreensiva,

estudiosa, honesta, respeitar as pessoas, sincera, responsável e trabalhadora. Na classe 4, as variáveis que se destacaram foram: pais (homens) com baixa escolaridade (primeiro grau incompleto) e idade entre 26 a 35 anos. As palavras associadas foram: bom emprego, caminho, escolha, estudo, estude, família, feliz, formação, mãe, pai, religião, seguro, sem vícios e tudo de bom. As cidades de Salvador, João Pessoa e Porto Alegre não estiveram associadas, de modo significativo, a nenhuma classe. Com base nesses dados, pode-se concluir que: 1) apareceram tanto aspectos sociocêntricos (relação, respeitar as pessoas, família, pessoa de bem, sem vícios, responsável, trabalhadora) como individualistas (feliz, estudo, bem sucedido, realizado), embora os primeiros fossem mais comuns; 2) algumas metas apareceram em todas as cidades, bom emprego, caminho, educado, escolha, estudo, família, feliz, mãe, pai, religião, seguro, sem vícios e tudo de bom; 3) Belém se destacou em relação à emotividade (carinhoso, compreensivo) e expectativas sociais (honesto, sincero, trabalhador, responsável); 4) Nas classes que incluíam pessoas com alto grau de escolaridade apareceram metas relacionadas ao auto-aperfeiçoamento – bem sucedido, realizado, personalidade. Portanto, conclui-se que algumas metas são comuns a várias cidades (e regiões do país), outras são mais específicas de alguns lugares (por exemplo, Belém, Campo Grande, Rio de Janeiro e Florianópolis). Além disso, nesse tipo de análise, o nível de escolaridade em interação com a cidade em que a mãe residia, parece ser um fator relevante na valorização de metas de socialização. CNPq.

**Palavras-chaves:** Metas de socialização, Contextos de desenvolvimento, Desenvolvimento infantil

**Trabalho:** Metas de socialização em sete capitais brasileiras: Análise de ordem de evocação de freqüência de descritores

**Autor(es):** Eulina de Rocha Lordelo, Maria Lucia Seidl de Moura, Mauro Vieira, Cesar Augusto Piccinini, Celina Maria Colino Magalhães, Fernando Augusto Ramos Pontes, Akemy Mochizuki

**Resumo:** Metas de socialização são um importante componente das etnoteorias parentais, e se constituem em um conjunto de conhecimentos e práticas, freqüentemente inconscientes, que organizam a criação de filhos, em termos de perspectivas para o futuro e de ações realizadas no dia a dia. Na perspectiva da Psicologia Evolucionista, as etnoteorias parentais permitem a maximização de recursos e saberes, funcionais em um passado recente e apropriadas para uma ecologia específica. Etnoteorias parentais são estruturadas em conexão com os sistemas culturais gerais e seu conhecimento permite prever direções no desenvolvimento da pessoa e, por conseguinte, nos padrões de sociabilidade encontrados nas sociedades e grupos culturais. Tendo em vista a escassez de estudos sobre o Brasil, a pesquisa aqui relatada teve como objetivo caracterizar as etnoteorias de mães de sete cidades localizadas nas diferentes regiões do país e, envolveu uma amostra de 350 mulheres primíparas. Foi utilizada uma entrevista sobre metas de socialização desenvolvida por Harwood, como descrita por Miller & Harwood (2001), no International Journal of Behavioral Development, realizada individualmente com cada uma das mães. Para fins de análise foram consideradas as respostas das mães para a seguinte questão da entrevista: “Que qualidades você gostaria que sua criança tivesse quando ela fosse adulta?”. Visando ampliar a descrição e análise dos dados, o presente trabalho utilizou um programa de análise de conteúdo, o EVOC - Analyse d'évocations (Vergès, 2000), que organiza o material textual das entrevistas segundo a ordem de evocação e a freqüência das unidades de texto. A organização dos dados produzida pelo programa reúne os atributos em um plano dividido em quatro quadrantes; no eixo x, situam-se os atributos conforme a média da freqüência, na metade superior aqueles que obtiveram freqüências mais altas (parâmetro definido pelo pesquisador) e na metade inferior os atributos com freqüências mais baixas. No eixo y, situam-se os descritores conforme a ordem de evocação no discurso, na metade esquerda os atributos que aparecem em primeiro lugar (conforme a ordem média de evocação) e na metade direita os demais. Os

elementos incluídos no quadrante superior esquerdo são, portanto, muito freqüentes e citados em primeiro lugar, enquanto os atributos incluídos no quadrante superior direito têm freqüência alta, mas aparecem no final do discurso, indicando alto compartilhamento social, mas com importância menor, comparados aos do primeiro quadrante. No quadrante inferior esquerdo são colocados os elementos que obtiveram freqüência baixa, mas apareceram entre os primeiros atributos evocados, enquanto os elementos do quadrante inferior direito são, simultaneamente, pouco freqüentes e evocados tardiamente. O procedimento de tratamento de dados consistiu, em primeiro lugar, na seleção de descritores na ordem em que foram apresentados. Em seguida, os dados foram submetidos ao programa, o que produziu os quatro conjuntos de descritores, organizados segundo a freqüência e a ordem de citação. Os resultados mostraram, para o conjunto da amostra, oito descritores que alcançaram alta freqüência de citação e uma ordem de evocação baixa: boa instrução, boa pessoa, caráter, educado, estudioso, honesto, responsável e trabalhador. A comparação entre as sete cidades mostrou que apenas um atributo – honesto - esteve presente nessa primeira posição em todas as amostras. Em segundo lugar, vêm os descritores boa instrução e responsável, com alta prioridade em seis das sete cidades, ausente dessa posição apenas em Porto Alegre. Cada cidade divergiu em certa medida da amostra nacional em alguns atributos e é possível detectar uma tendência à redução da preocupação com o sustento econômico, em favor da satisfação pessoal, em duas das três capitais do Sul e Sudeste, Rio de Janeiro e Porto Alegre; na direção oposta, Belém e João Pessoa incluíram no conjunto de metas de alta prioridade atributos mais tradicionais e menos individualistas, como respeito às pessoas e humildade. Esses resultados podem ser relacionados às condições socioeconômicas vigentes nas diferentes regiões e sistemas culturais associados, fortalecendo a perspectiva da Psicologia Evolucionista sobre etnoteorias parentais. CNPq

**Palavras-chaves:** Psicologia Evolucionista, etnoteorias parentais, metas de socialização

**Trabalho:** Metas de socialização de mães de sete cidades brasileiras: uma análise de conteúdo

**Autor(es):** Maria Lucia Seidl de Moura, Mauro Vieira, Eulina de Rocha Lordelo, Cesar Augusto Piccinini, Celina Maria Colino Magalhães, Fernando Augusto Ramos Pontes

**Resumo:** Diferentes perspectivas afirmam sobre a necessidade de se considerar o contexto ao estudar o comportamento humano. Uma conceitualização importante do contexto em que o desenvolvimento ontogenético é constituído é a do “nicho de desenvolvimento”, desenvolvido por Sarah Harkness e Charles Super (discutido na obra de 1996, *Parents' Cultural Belief Systems*). De acordo com este modelo, o contexto é considerado como um sistema de três subsistemas: ambiente social e físico, práticas compartilhadas do cuidado de criança e a psicologia dos guardas. As metas de socialização são um componente do terceiro subsistema, que inclui etnoteorias parentais sobre a natureza e as necessidades de crianças, metas parentais e da comunidade para criar crianças, assim como as idéias compartilhadas sobre as maneiras eficazes de atingir essas metas. Assim, as metas de socialização parecem ser conectadas centralmente aos sistemas parentais abrangentes de socialização, e essas metas constituem uma parte importante do contexto sociocultural do desenvolvimento infantil. Metas de socialização parentais são consideradas aqui como valores, entendidos como crenças duradouras que envolvem “modos desejáveis de conduta ou estados finais de existência” tal como aponta Rokeach (1973). A literatura nesta área tem focalizado diferenças transculturais nessas crenças, mas a diversidade intracultural não tem sido muito considerada, especialmente nos países latino americanos. Nessa apresentação serão apresentados dados de uma investigação de uma rede de pesquisadores brasileiros de diferentes IES. O estudo visou investigar a tendência principal das respostas das mães brasileiras a respeito de suas metas de socialização para suas crianças; compará-la aos dados sobre outros grupos latino-americanos; analisar as diferenças intraculturais observadas nas respostas de mães de cidades de diferentes regiões do país; e discutir os fatores que podem explicar estas diferenças. Participaram do

estudo 350 mães primíparas procedentes de sete cidades de cada uma das cinco regiões do país. Foram utilizados dados dos indicadores socioeconômicos de cada cidade (População, PIB per capita e Índice de Desenvolvimento Humano); de uma escala aplicada às mães para avaliar o nível socioeconômico das participantes (Índice Quadrifatorial de Status Socioeconômico, Hollingshead - Hollingshead Four Factor Index of Socioeconomic Status – HI de 1975) e de uma entrevista realizada para investigar as metas de socialização. Desta entrevista aberta, foi considerada para o presente estudo uma das perguntas retirada de um instrumento desenvolvido por Robin Harwood e colaboradores e adaptado pelo grupo de pesquisa: Que qualidades você desejaria que seu filho(a) tivesse como adulto? As respostas foram registradas em áudio, transcritas e codificadas nas seguintes categorias: Auto-aperfeiçoamento – preocupação com que a criança se torne autoconfiante e independente, e que desenvolva totalmente seus talentos e capacidades como indivíduo; Autocontrole – preocupação com que a criança desenvolva a capacidade de controlar impulsos negativos de ganância, agressão ou egocentrismo; Emotividade – preocupação com que a criança desenvolva a capacidade para intimidade emocional com outros, e que seja amada; Expectativas sociais – preocupação com que a criança atenda a expectativas sociais de ser trabalhador, honesto e seguidor das leis; Bom comportamento - preocupação com que a criança se comporte bem, se dê bem com os outros, e desempenhe bem papéis esperados (bom pai, boa mãe, boa esposa, etc.), especialmente em relação à família. Quando agrupadas, estas categorias permitem identificar tendências de socialização para autonomia ou independência, para interdependência ou para o desenvolvimento de um self autônomo-relacional. Os resultados foram comparados com os de estudos anteriores e mostram que há heterogeneidade entre as mães latinas em termos de suas metas de socialização para suas crianças. Foram verificadas diferenças entre os resultados desta amostra e de outras mães latinas. No estudo brasileiro, metas de Auto-realização e Expectativas sociais são valorizadas igualmente ( $t=-0,843$ ,  $p>0,05$ ), indicando tendências tanto para metas individualistas como sociocêntricas. Bom comportamento, Emotividade e Autocontrole foram menos valorizados pelas mães deste estudo. Foram constatadas, ainda, variações entre os diferentes grupos das cidades estudadas, indicando valorização das três tendências gerais de socialização: autonomia, independência (mais freqüentes no Rio de Janeiro e João Pessoa); autonomia-relacional (mais freqüente em Salvador e Belém); e interdependência, sociocentrismo (mais freqüentes nas cidades de Campo Grande, Florianópolis e Porto Alegre). Em geral, o conjunto dos valores destas mães com relação à socialização de suas crianças não parece ser afetado pelo nível socioeconômico da mãe, sua idade ou por sua instrução, pela renda (PIB per capita), ou pelo conjunto de variáveis agrupado no índice do desenvolvimento humano (IDH). Há indicações de que a urbanização é a variável principal que afeta os escores das mães nas categorias consideradas. O estudo contribuiu para mostrar a importância de se estudar a complexidade intracultural para melhor compreender e formular teorias sobre diferenças e similaridades culturais, e adiciona a informação sobre o aspecto multidimensional das categorias de metas parentais para o desenvolvimento de suas crianças proposto na literatura. CNPq

**Palavras-chaves:** Metas de socialização, Contextos de desenvolvimento, Desenvolvimento infantil

**Atividade:** RELATOS DE MÃES, RELATOS DE FILHAS ADULTAS:  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** RELATOS DE MÃES, RELATOS DE FILHAS ADULTAS:

**Autor(es):** Kirlla Cristhine Almeida Dornelas, Agnaldo Garcia

**Resumo:** O relacionamento entre pais e filhos adultos, especialmente entre mãe e filha, representa uma área recente e ainda pouco investigada. As relações parentais apresentam algumas transformações. Inicialmente, trata-se de uma relação adulto-bebê que avança para uma díade adulto-criança, até chegar a um período de relacionamento mais simétrico, entre adultos. Nesse processo, percebemos que alguns aspectos se modificam ao longo da relação e interferem na maneira que mãe e filha adulta percebem a si mesmas e o relacionamento. O objetivo deste trabalho foi investigar, descrever e analisar o relacionamento entre mães e suas

filhas adultas, a partir do relato da história do desenvolvimento do relacionamento, especialmente no tocante às convergências e divergências entre elas e expectativas quanto ao relacionamento. Foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas individuais com 18 mulheres residentes na Grande Vitória no estado do Espírito Santo, sendo quatro pares de mães e suas filhas casadas e cinco de mães e suas filhas solteiras. Consideramos que a história do relacionamento fornece dados importantes para compreensão da dinâmica das relações entre mãe e filha adulta por contextualizar o espaço emocional e físico que elas interagem. Para isto, foram abordados aspectos do desenvolvimento da relação entre elas, desde o período da infância, passando pelos acontecimentos da adolescência até os momentos marcantes da vida adulta, deixando as participantes à vontade para elaborar o tema. Pode-se entender o relacionamento entre mãe e filha como uma história de encontros e desencontros, de aproximação e separação, independência e dependência, de mudanças na relação de acordo com os desejos e expectativas dos participantes. Desde o nascimento, mãe e filha estão próximas. À medida que a filha cresce, ela descobre novas referências que a separam da mãe, em um primeiro momento. Todavia, se elas conseguem se adequar às mudanças na relação, mãe e filha se reaproximam. A separação é um aspecto da autonomia decorrente da dinâmica de desenvolvimento humano, ou seja, o sujeito se torna capaz de se reconhecer como único e experimentar suas próprias escolhas. As mães e suas filhas adultas disseram que, em certo momento, a configuração da relação se modificou, ou seja, as mães perceberam que as filhas buscavam caminhos próprios e as filhas perceberam que tinham interesses que não seriam satisfeitos no ambiente privado e familiar representado pela mãe. Portanto, a filha passa a buscar suporte em outras relações e em outros espaços fora do âmbito familiar. Não são somente as filhas que se desprendem de suas mães, estas também precisam deixar as filhas partirem e se perceberem como mulheres independentes em relação a elas. Ainda que esta separação seja real – com a filha estudando fora ou através do casamento, por exemplo –, ela é, principalmente, emocional. De acordo com os dados, a proximidade é resultado da convivência e do nível de contato entre mãe e filha adulta. Sendo influenciado pela estrutura familiar, o modo de vida das filhas, a distância geográfica e ao tempo que passam juntas. O desejo de proximidade como mãe e filha pode gerar dependência. Esta ocorre quando a pessoa, para se reconhecer, depende da presença do outro. A nossa cultura valoriza as relações familiares, principalmente, o papel materno. Assim, o processo de separação pode ser dificultado em virtude da valorização das qualidades da mãe. Para algumas mães e filhas, a entrada na vida adulta das filhas questiona suas identidades. Com a filha se tornando adulta, espera-se que a relação entre mãe e filha seja mais recíproca, mas isto não ocorre se a dependência ainda fizer parte da dinâmica do relacionamento. Pois, não há uma descoberta de suas particularidades e a conseqüente troca de interesses e experiências; além disto as estratégias que mantêm mães e filhas ligadas podem deixar pouco espaço para mudanças no relacionamento. Mas, quando mãe e a filha adulta compartilham suas vidas e interagem de maneira interdependente, observamos que há a presença de mais convergências no relacionamento. Os relacionamentos mudam progressivamente ou variam dentro de alguns limites, desde coisas triviais até grandes transformações (Hinde, 1997). Dentro dos desejos e expectativas de como deve ser o relacionamento, mães e filhas adultas demonstraram que, embora gostem da relação que mantêm, gostariam que ocorresse algumas mudanças no relacionamento, que vão desde comportamentos individuais até o início de novos papéis como, por exemplo, a maternidade da filha. Todo relacionamento ocorre no tempo, tem uma história. O relacionamento entre mãe e filha adulta sofre variações de acordo com o seu contexto. Cada díade, ao mesmo tempo em que vivencia as particularidades do relacionamento, representa as expectativas sociais e o momento histórico no qual a relação se dá. Neste sentido, buscamos compreender dialeticamente o relacionamento interpessoal sob a perspectiva das participantes, mãe e filha. Finalmente, apesar dos desencontros, mãe e filha procuram valorizar as situações que propiciam a manutenção da relação devido à importância da relação para ambas.

**Palavras-chaves:** Relacionamento, História, Mãe, Filha adulta

**Atividade:** (Des)Articulações da rede de apoio social e afetivo de Fortaleza/CE: um estudo exploratório (Paineis)

**Trabalho:** (Des)Articulações da rede de apoio social e afetivo de Fortaleza/CE: um estudo



exploratório

**Autor(es):** Carlos Irineu Granja Costa, Andre de Carvalho Barreto, Andréa Alexandre Vidal, Júlia Sursis Nobre Ferro Bucher

**Resumo:** Estudos sobre rede de apoio social e afetivo são unânimes no que tange ao fator de proteção e força que esta rede oferece à pessoa frente a situações de risco. Uma rede de apoio ausente ou frágil pode representar o isolamento da pessoa, podendo gerar ou agravar patologias psíquicas, sociais e fisiológicas. O presente trabalho se propõe a avaliar a rede de apoio social e afetivo de uma família vítima de abuso sexual intrafamiliar domiciliada na cidade de Fortaleza/CE. Para esta avaliação, fez-se uso do delineamento de pesquisa qualitativa com inserção ecológica do pesquisador na comunidade e nas instituições que fizeram parte da rede de apoio da família da vítima. Para participar deste estudo, todos os participantes e instituições tiveram que assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que seguiu os critérios éticos de pesquisa com seres humanos. A avaliação da rede de apoio social e afetivo foi feita a partir de sua funcionalidade, estrutura e revitimização. O abuso sexual intrafamiliar está sendo estudado e enfrentado mundialmente desde o início da década de 70. No Brasil, as pesquisas iniciaram-se efetivamente em meados da década de 90. Apenas no início do século XXI com a criação dos Planos Nacional, Estadual e Municipal de Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes foi que o abuso sexual passou a ser combatido com uma política pública integrada na formação de redes de análise da situação; atendimento e defesa da vítima; responsabilização do perpetrador; mobilização e articulação da sociedade civil para prevenção ao abuso. No Estado do Ceará, as instituições que integram a rede de apoio da vítima são formadas por organizações governamentais e não-governamentais, sendo as principais o Conselho Tutelar, Programa Sentinela, SOS Criança, Fundação da Criança e da Família Cidadã (FUNCI), Delegacia de Combate à Exploração da Criança e do Adolescente (DECECA), Instituto Médico Legal (IML), 12ª Vara Criminal e organizações membros do Fórum Cearense de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Jovens. A família incestogênica deste estudo era composta por sete membros: a vítima, sua mãe, seus três irmãos, seu padrasto e o filho de seu padrasto. Quando ocorreu o incesto entre o agressor e sua enteada, esta tinha então sete anos de idade e era atendida há três anos por duas ONG's participantes do Fórum Cearense. O caso de abuso foi revelado quando uma destas ONG's percebeu que a vítima estava apresentando sinais de violência física, e, após o exame pediátrico, foi comprovado o abuso. A vítima foi encaminhada à DECECA, onde o padrasto foi acusado como abusador. O caso foi encaminhado às instituições acima mencionadas e a criança foi retirada do ambiente familiar para um abrigo enquanto corriam as investigações. Por falta de provas, houve o arquivamento do processo. Meses seguintes, a vítima procurou espontaneamente a mesma instituição que descobriu o incesto para relatar que estava sofrendo novas agressões sexuais e físicas por parte do padrasto. A rede de apoio social e afetivo foi mais uma vez acionada e o caso foi reaberto. Todavia, como o processo judicial seguia para novo arquivamento, a mãe da vítima auxiliada pela instituição de abrigo da vítima, conseguiu recurso para sair do Ceará e voltar a seu Estado natal após arquivamento. A presente pesquisa compreende que a impunidade do perpetrador e revitimização da vítima indicam uma fragilidade da rede para o combate e a prevenção ao abuso sexual intrafamiliar. Ainda não há uma percepção sistêmica do abuso na qual o agressor e sua esposa não são apenas culpados por tal ato, mas também vítimas necessitando também de tratamento e de proteção. O agressor deve ser julgado por seu crime, mas também receber acompanhamento psicossocial; a mãe, tida muitas vezes como cúmplice, necessita de fortalecimento de sua rede social e afetiva para a saída da situação de abuso; e o afastamento da vítima da família, representa uma inadequação entre a denúncia e a implementação de uma pertença medida de proteção. O incesto já representa um rompimento na vida familiar e sua retirada agrava este rompimento. Este estudo conclui que a rede de apoio de Fortaleza segue para um fortalecimento de sua estrutura e funcionalidade, e sua existência, apesar de desarticulada, ainda é fundamental para a proteção da vítima. Contudo, torna-se essencial que a rede de apoio social e afetivo não seja centrada à vítima, e sim a todos os membros de sua família – neste caso o padrasto, a mãe e os irmãos – para não ocorrer sua revitimização, podendo a família deixar sua posição de vítima

do abuso.

**Palavras-chaves:** Família, Abuso Sexual, Rede de apoio social

**Atividade: Conjunturas Contemporâneas no Universo Familiar: remodelações de estruturas e dinâmicas (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Conjunturas Contemporâneas no Universo Familiar: remodelações de estruturas e dinâmicas

**Autor(es):** Sandra Aparecida Serra Zanetti, Isabel Cristina Gomes

**Resumo:** A família, enquanto principal instituição responsável pela socialização das crianças, veio ocupando um lugar de considerável destaque em nossa sociedade, ao longo dos anos. Trata-se, contudo, de uma instituição que se molda através dos tempos, pois sofre influências políticas, econômicas e culturais de todo âmbito. E, devido sua importância, mudanças ocorridas em seu tamanho e estrutura, em sua organização emocional e em suas relações com o mundo externo têm enorme influência sobre o desenvolvimento da personalidade do indivíduo, que, ao mesmo tempo, também sofre, sustenta e constrói as mudanças de caráter sócio-político-econômico do mundo em que vive. Esse trabalho se propõe a uma reflexão crítica a respeito de influências da conjuntura contemporânea na estruturação e dinâmica da família atual, bem como, e, ao mesmo tempo, na estruturação da personalidade dos indivíduos de nossa época; principalmente naquilo que tange a interface destes fenômenos com o da emergência de uma organização mais narcísica em torno das experiências no interior das famílias e da sociedade, de maneira geral. As condições políticas e econômicas atuais sustentam uma violência estrutural, baseada num 'autoritarismo econômico', disseminado pela globalização, que já condenaram sociedades inteiras a uma forma de vida pautada numa competição individualista, em que indivíduos priorizam as necessidades do mundo econômico, gerando uma impotência individual e o enfraquecimento dos grupos, além do surgimento de novas formas de relacionamento e de personalidades atravessadas por esta dinâmica mundial – tais como, personalidades orientadas narcisicamente ou mais individualistas. Neste âmbito, no que se confere às relações diretas com a família, as mesmas vertentes do desenvolvimento social e cultural se apresentam nesta instituição com o aparecimento da chamada 'família igualitária'; a crescente exposição da criança a outras 'agências socializadoras' e o efeito geral da 'moderna cultura de massa', no sentido de procurar romper as distinções entre ilusões e realidade. E, destas novas condições estruturais da família, emergem outras referentes a remodelações de dinâmicas como a que denominamos de 'enfraquecimento dos papéis parentais', em que pais e mães se comportam de forma ambivalente e insegura, diante dos filhos, com mais dúvidas que certezas de como educá-los. Estas características demonstram, supomos, um processo de transformações de valores, que outrora sustentavam a família - como a importância da hierarquia e do princípio de autoridade – que atualmente tem sido intensamente questionado, quando valores de condições de igualdade, democracia, liberdade e individualidade têm sido fortemente difundidos; como forma de sustentar o sistema político-econômico. Diante deste quadro, a família perpassada por estas remodelações se redescobre frágil, pouco sensível às causas daqueles que a compõem, proporcionando novos padrões de relacionamento para as futuras gerações, que crescem com uma liberdade de caráter duvidoso; isentos de critérios solidamente estabelecidos; pouco comprometidos com o grupo familiar; imersos em sua preocupação narcísica; em detrimento de valores que propunham a preocupação com o próximo. Contudo, não se pode deixar de observar o sofrimento atrelado a estas novas formas de estruturação de personalidade; que consideramos poder estar atuando, inclusive, enquanto causa deste processo de 'enclausuramento'. E, neste sentido, conjecturamos ainda a importância de propostas interventivas que considerem o caráter grupal – as psicoterapias familiares ou de casal, por exemplo - como um processo que busque recuperar um sentimento maior de confiança em si e, conseqüentemente, nos relacionamentos familiares.

**Palavras-chaves:** família contemporânea, estrutura familiar, relações familiares, dinâmica familiar

**Atividade: A opinião e a expressão da criança no contexto da separação conjugal (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**A opinião e a expressão da criança no contexto da separação conjugal

**Autor(es):** Christine Vieira Pereira

**Resumo:** O presente trabalho objetiva debater o tema referente à expressão e à opinião da criança no contexto de dissolução conjugal dos pais, desenvolvido em estudo realizado na monografia do Curso de Especialização em Psicologia Jurídica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). A partir de pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão, pôde-se constatar que no decorrer de processos judiciais relacionados à separação conjugal e disputa de guarda, o filho menor de idade pode ser chamado para ser ouvido. Alguns autores compreendem que nessa situação a criança que já tem capacidade para o uso do pensamento lógico possui o direito de emitir sua opinião sobre com qual dos pais quer residir, e o valor de tal opinião nesses processos cresce com a progressão da idade. Esses autores concordam que, no contexto jurídico, os primeiros sinais de uma valorização da vontade e opinião da criança têm sido observados, por exemplo, a partir de jurisprudências que concedem aos filhos menores de idade o direito de opinar e decidir a respeito de com qual dos genitores querem residir. No entanto, muitos estudiosos têm apontado que a criança não deve ser solicitada a dizer com qual dos pais prefere morar, tal escolha entre um dos pais pode produzir muita culpa nos filhos. Nesse sentido, como expõem Leila Maria Torraca de Brito e Irene Théry, a criança, nessa fase da vida, deve ser vista como um ser que depende de seus responsáveis para se desenvolver e socializar-se. Concorda-se com as autoras supracitadas que o sentido de escutar a criança, no decorrer do processo judicial, não significa considerar com qual pai ela deseja permanecer, e sim, permitir a expressão de seus sentimentos, dúvidas, angústias quanto ao momento e às mudanças implementadas em função da separação de seus pais. No trabalho em questão, os termos expressão e opinião são compreendidos como diversos. O primeiro denota o ato de se exprimir a partir da fala, do corpo e da escrita; e opinar pode ser entendido como julgar, efetuar parecer. Além disso, a criança aqui considerada é aquela proveniente de famílias das classes médias urbanas brasileiras. Compreende-se, portanto, que a expressão infantil, nos contextos de divórcio, deve ser considerada, o que não significa pedir à criança que diga com qual dos pais quer residir, tal responsabilidade não lhe cabe. Assim, a criança é vista como um ser que possui um lugar específico na família e experimenta de maneira singular os desdobramentos do divórcio.

**Palavras-chaves:** separação conjugal, expressão dos filhos, opinião da criança, definição de guarda, relações familiares

**Atividade: Relações entre práticas educativas maternas e problemas de externalização de pré-escolares de Salvador (Paineis)**

**Trabalho:**Relações entre práticas educativas maternas e problemas de externalização de pré-escolares de Salvador

**Autor(es):** Patrícia Alvarenga, Caroline Feitosa, Jamili Joana de Melo Calixto

**Resumo:** Os problemas de externalização, que envolvem queixas como agressividade, comportamento desafiador e baixa capacidade de auto-regulação acarretam prejuízos importantes para o funcionamento dos indivíduos em diferentes contextos, como a família, a escola e a relação com os pares. Por esta razão, bem como por apresentarem forte estabilidade e tendência a se agravarem ao longo do desenvolvimento, eles têm sido foco de inúmeros estudos. Muitas dessas investigações têm demonstrado consistentemente a relação entre os problemas de externalização e as práticas educativas parentais. Este estudo investigou as relações entre as práticas educativas utilizadas por mães de pré-escolares, em diferentes

situações de conflito do cotidiano com seus filhos, e a freqüência de problemas de externalização nas crianças. Participaram do estudo 64 díades mãe-criança de diferentes níveis socioeconômicos e configurações familiares. As crianças (32 meninos e 32 meninas) tinham entre 5 e 6 anos ( $M= 5,46$ ). As díades foram selecionadas através de escolas públicas e privadas da cidade de Salvador e por indicação. A coleta de dados foi realizada na escola que a criança freqüentava ou na residência dos participantes. As mães responderam uma ficha de dados demográficos, uma entrevista sobre práticas educativas e o Inventário de Comportamentos da Infância e Adolescência (CBCL). A entrevista sobre práticas educativas abordava quatro situações de conflito do cotidiano de mães e crianças: a) a criança recusar-se a comer na hora do almoço; b) a criança mexer em alguma coisa perigosa; c) a criança bater em outra criança; e d) a criança apresentar uma crise de "birra" ao ouvir um "não" da mãe. Em cada uma das quatro situações foram investigadas as práticas educativas maternas. As entrevistas foram submetidas à análise de conteúdo quantitativa, que considerou a freqüência de diferentes categorias de práticas não coercitivas (negociação/troca, explicação apontando conseqüências, explicação apontando convenções, mudança nos hábitos da criança, comando verbal não-coercitivo), e de práticas coercitivas (punição verbal, ameaça de punição, privação/castigo, coação física e punição física). Além das práticas coercitivas e não coercitivas, situações em que a mãe relatava não intervir foram codificadas através da categoria não interferência. Análises preliminares dos dados revelaram que a punição física, junto a outras práticas coercitivas como punição verbal e privação/castigo foram citadas com uma freqüência média bastante elevada, se comparadas às práticas não coercitivas. Entre estas destacaram-se apenas as freqüências de negociação/troca e explicação apontando conseqüências, mas ainda assim com freqüências médias iguais ou inferiores àquelas verificadas nas práticas coercitivas. A análise de correlações revelou que apenas a punição física esteve positivamente correlacionada com os problemas de externalização ( $r= 0,39$ ;  $p<0,005$ ). Este resultado apóia outros achados da literatura que indicam a relação da punição física com os problemas de externalização. Para os teóricos da Aprendizagem Social, além de não favorecer a capacidade de auto-regulação por não ajudar a criança a perceber as implicações de suas ações e a necessidade de mudança de comportamento, as práticas coercitivas e a punição física em especial geram na criança maior tendência à agressão. Por essas razões o uso freqüente desse tipo de estratégia estaria relacionado ao desenvolvimento dos problemas de externalização.

**Palavras-chaves:** práticas educativas parentais, problemas de externalização, infância

**Atividade:** Práticas educativas de mães de pré-escolares da cidade de Salvador (Paineis)

**Trabalho:** Práticas educativas de mães de pré-escolares da cidade de Salvador

**Autor(es):** Patrícia Alvarenga, Iramaia Sousa Evangelista, Andréia Sirqueira

**Resumo:** Os estudos que investigam o impacto das práticas educativas parentais sobre o desenvolvimento infantil têm enfatizado a importância do uso de estratégias não-coercitivas, e o uso moderado de práticas coercitivas para a promoção do desenvolvimento socioemocional da criança. Práticas que envolvem explicações, negociações e o controle assertivo por parte dos pais têm sido freqüentemente associadas à competência social e outras características positivas, como a capacidade de auto-regulação, enquanto a punição física e outras estratégias coercitivas tendem a estar relacionadas a problemas de comportamento em geral. Este estudo investigou as práticas educativas utilizadas por mães de pré-escolares, em diferentes situações de conflito do cotidiano com seus filhos relacionando-as com variáveis sociodemográficas. Participaram do estudo 64 mães de pré-escolares (32 meninos e 32 meninas) de diferentes níveis socioeconômicos e configurações familiares. As mães foram selecionadas através de escolas públicas e privadas da cidade de Salvador e por indicação. A coleta de dados foi realizada na escola que a criança freqüentava ou na residência das participantes, que responderam uma ficha de dados demográficos e uma entrevista sobre práticas educativas. A entrevista abordava quatro situações de conflito do cotidiano de mães e crianças: a) a criança recusar-se a comer na hora

do almoço; b) a criança mexer em alguma coisa perigosa; c) a criança bater em outra criança; d) a criança apresentar uma crise de “birra” ao ouvir um “não” da mãe. Em cada uma das quatro situações foram investigadas as práticas educativas maternas. As entrevistas foram submetidas à análise de conteúdo quantitativa, que considerou a frequência de diferentes categorias de práticas não coercitivas (negociação/troca, explicação apontando conseqüências, explicação apontando convenções, mudança nos hábitos da criança, comando verbal não-coercitivo), e de práticas coercitivas (punição verbal, ameaça de punição, privação/castigo, coação física e punição física). Além das práticas coercitivas e não coercitivas, situações em que a mãe relatava não intervir foram justificadas através da categoria não interferência. A análise preliminar das médias das frequências das diferentes categorias nas quatro situações revelou que as práticas mais relatadas pelas mães foram: negociação/troca (M=1,11), privação/castigo (M=1,11), punição verbal (M=1,00), punição física (M=0,98) e explicação apontando conseqüências (M=0,89). Foram também examinadas possíveis correlações entre variáveis sociodemográficas da amostra e as práticas educativas maternas, que revelaram as seguintes tendências: a) Quanto maior a idade da mãe, maior a frequência de práticas não-coercitivas em geral; b) Quanto menor a renda familiar mais freqüente a utilização de explicações envolvendo convenções sociais; c) Quanto menor a renda familiar e a escolaridade da mãe maior o uso da punição física. Discute-se a alta frequência de práticas coercitivas no relato das mães, com destaque para a punição física, que junto com a categoria negociação/troca foi a mais mencionada, assim como a relevância de variáveis sociodemográficas, como, por exemplo, o nível de instrução e a renda familiar como preditores das práticas educativas parentais. Apoio: FAPESB/PIBIC/UFBA

**Palavras-chaves:** práticas educativas parentais,família,infância

**Atividade: REPRESENTAÇÃO DA MATERNIDADE PARA UMA MULHER PORTADORA DE TRANSTORNOS PSICÓTICOS (Paineis)**

**Trabalho:REPRESENTAÇÃO DA MATERNIDADE PARA UMA MULHER PORTADORA DE TRANSTORNOS PSICÓTICOS**

**Autor(es):** Mariana Aribé Alves,julio cesar muniz hoenisch

**Resumo:** Este trabalho traz para a Psicologia uma nova forma de olhar para as diferenças inerentes aos seres humanos, busca empreender uma análise a respeito do significado da função materna para uma mulher portadora de transtornos psicóticos, permitindo fazer uma comparação com as mulheres que não apresentam estes transtornos e, assim, possibilitar o destaque das semelhanças e das possíveis diferenças que possam existir entre elas. Almeja, além disso, enfatizar o quão imprescindível é o processo de desestigmatização do psicótico. Para tanto, a pesquisa qualitativa foi a abordagem utilizada, mais especificamente junto a um de seus subtipos: o estudo de caso, através do qual tornou-se possível conhecer de forma detalhada o sujeito da pesquisa que foi uma mãe, portadora de transtornos psicóticos, com quarenta e quatro anos de idade e que freqüenta o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) “David Capistrano”, em Aracaju. Os dados foram coletados a partir de uma entrevista semi-estruturada e análise documental sendo, posteriormente, analisados. A entrevista teve como objetivo primordial a abordagem de perguntas que envolvessem aspectos gerais da vida da entrevistada desde o primeiro momento em que a mesma teve um surto até o período em que ficou grávida, enfatizando assim, os seus sentimentos sobre a representação da maternidade, como ela vê o ato de cuidar e nutrir um novo ser, como se relaciona com os filhos. O referencial teórico utilizado como base para a coleta e, posterior, análise dos dados foi a Psicanálise (com temas como psicose, psicopatologia e função materna) e autores da reforma psiquiátrica, destacando o surgimento, os principais objetivos e a importância do CAPS para a sociedade. Para a análise do discurso da entrevistada, foi necessário distribuir as informações em categorias, são elas: maternidade e preocupações, maternidade como sinônimo de completude e maternidade como sinônimo de responsabilização. Os resultados obtidos indicam o quão fundamental é a função materna, independente das condições financeiras, sociais e psicológicas em que se encontra a pessoa. Demonstam, ainda, características marcantes no discurso da entrevistada que vêm a

justificar isto. Este, então, é um trabalho que ressalta a importância da reforma psiquiátrica, do surgimento do CAPS, da maternidade, do respeito às diferenças, que vem a abrir caminhos para os psicólogos, sejam eles recém-formados ou não, trazendo à tona reflexões, discussões, propostas que abranjam o compromisso profissional e ético dos mesmos, lembrando sempre que a saúde mental do ser humano, seu objeto de estudo, não deve deixar de ser a prioridade.

**Palavras-chaves:** maternidade, psicose, reforma psiquiátrica

**Atividade:** Intergeneracionalidade das práticas educativas coercitivas maternas (Paineis)

**Trabalho:** Intergeneracionalidade das práticas educativas coercitivas maternas

**Autor(es):** Angela Helena Marin, Ricardo Bertazzo Ghilardi, Jonathan Tudge, Cesar Augusto Piccinini

**Resumo:** A intergeracionalidade têm sido caracterizada como a transmissão de valores de uma geração para outra para que se mantenha uma continuidade geracional. Os valores familiares têm sido destacados na literatura como influentes no uso e adequação das práticas educativas parentais. Por práticas educativas entendem-se as diversas estratégias e técnicas que as mães e pais usam para orientar os comportamentos das crianças, a fim de promover a sua socialização. Com base no modelo sugerido por Hoffmann, existem dois modos sobre como os pais podem orientar e modificar o comportamento dos seus filhos: as práticas educativas indutivas e as práticas educativas coercitivas. Neste trabalho foram consideradas apenas as práticas educativas coercitivas, que se caracterizam pela aplicação direta da força e do poder dos pais, incluindo punição física, privação de privilégios e afeto ou pelo uso de ameaças destas atitudes. Frente ao exposto, o presente estudo investigou a transmissão intergeracional das práticas educativas coercitivas maternas a partir do relato de seis mães de crianças de seis anos de idade, com escolaridade variada e nível socioeconômico médio ou baixo, residentes na região metropolitana de Porto Alegre. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas que investigaram as práticas educativas que os pais destas mães utilizaram e também aquelas que elas utilizam com seus próprios filhos. Através da análise de conteúdo qualitativa se examinou as eventuais semelhanças e particularidades nas falas das mães a respeito da transmissão intergeracional das práticas educativas coercitivas. Os resultados apóiam a idéia do uso de práticas coercitivas entre as gerações. As mães que relataram ter sofrido algum tipo de agressão física ou privação de afeto durante sua própria infância eram as que também costumavam usar práticas coercitivas com seus filhos, como, por exemplo, dar palmadas ou chineladas e gritar com a criança. Contudo, algumas delas relataram que embora usassem esse tipo de prática, apenas as utilizavam como último recurso frente a comportamentos inadequados da criança. Tais mães enfatizaram que buscavam conversar com seus filhos, bem como transmitir valores como respeito e afetividade. Destaca-se ainda, que as mães comentaram que, por terem sido tratadas com práticas coercitivas mais intensas, como surras e agressões verbais, acreditavam que esta não seria a maneira mais adequada de lidar com seus próprios filhos e procuravam agir de modo menos intenso com eles, mesmo que ainda continuassem a usar práticas coercitivas. Esses achados sugerem a intergeracionalidade das práticas educativas, em particular das coercitivas, o que confirma a expectativa de que os pais tendem a ser os modelos de referência de como educar os próprios filhos.

**Palavras-chaves:** intergeracionalidade, práticas educativas, coercitividade

**Atividade:** O impacto do nascimento do segundo filho na dinâmica das relações familiares (Paineis)

**Trabalho:** O impacto do nascimento do segundo filho na dinâmica das relações familiares

**Autor(es):** Cesar Augusto Piccinini, Caroline Rossato Pereira, Angela Helena Marin, Rita de Cássia Sobreira Lopes, Jonathan Tudge

**Resumo:** A chegada de um novo membro à família pode gerar um aumento na tensão familiar, pois traz consigo a necessidade de uma reformulação nos papéis de cada um de seus membros e nas suas regras de funcionamento. Em particular, o nascimento do segundo filho constitui-se em um momento marcante no desenvolvimento da família e pode ser considerado como um evento capaz de criar instabilidade no funcionamento do sistema familiar. Assim sendo, cada membro da família (pai, mãe e primogênito) e, em especial suas relações (relação conjugal, relação genitores-primogênito e o incipiente relacionamento fraterno), poderão ser afetadas de modo distinto. Nesse sentido, o objetivo do presente estudo foi investigar o impacto do nascimento do segundo filho na dinâmica das relações familiares, especialmente quanto às mudanças na rede de apoio familiar, na relação conjugal, nos comportamentos do primogênito e na relação genitores-primogênito. Participaram do estudo oito famílias, nas quais o segundo filho havia nascido no segundo ano de vida do primogênito. As mães e pais foram entrevistados no 18º, 24º e 36º mês de vida do primogênito. A análise de conteúdo qualitativa revelou mudanças na rede de apoio e tanto a família extensa quanto o companheiro apareceram como figuras de destaque na nova dinâmica familiar, seguidos da escola de educação infantil ou creche do primogênito. Quanto à relação conjugal, a principal mudança mencionada pelos participantes referiu-se ao afastamento do casal após o nascimento do segundo filho, confirmando a tendência de se reforçarem os papéis parentais em detrimento dos papéis conjugais neste período. No que tange às mudanças nos comportamentos do primogênito, destacou-se o aparecimento de sintomas físicos (febre e alergia), retrocessos na linguagem e na alimentação, propensão ao choro, aumento de birra e manifestações de agressividade. Já no que diz respeito ao relacionamento genitores-primogênito, mudanças na relação com o primeiro filho após o nascimento do segundo foram relatadas, sendo que a principal delas se referiu à redistribuição da atenção entre as crianças. É importante ressaltar que nenhuma das categorias de análise investigadas teve maior destaque que as demais, indicando que, mais que um aspecto em particular ou relação específica, é a família como um todo que passa por mudanças neste período. Em conjunto, os dados do presente estudo salientam o esforço de cada membro das famílias para lidar com esta situação e suas ambigüidades, pois ao mesmo tempo em que o segundo filho é bem vindo e celebrado, ele altera uma dinâmica familiar relativamente estável envolvendo a tríade pai-mãe-primogênito. Embora as mudanças tenham sido inicialmente acompanhadas de ansiedade e instabilidade nas relações familiares, os relatos posteriores denotam a capacidade adaptativa dos membros destas famílias.

**Palavras-chaves:** primogênito, segundo filho, dinâmica familiar

**Atividade: A FAMÍLIA INCESTOGÊNICA:  
(Paineis)**

**Trabalho: A FAMÍLIA INCESTOGÊNICA: UMA ANÁLISE BIOECOLÓGICA DO ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR**

**Autor(es):** Thiago Sousa Felix, Andre de Carvalho Barreto, Andréa Alexandre Vidal, Júlia Sursis Nobre Ferro Bucher

**Resumo:** O objetivo desta pesquisa foi compreender o desenvolvimento bioecológico de uma família incestogênica residente na capital do Ceará, Fortaleza. Para atingir esta meta, fez-se uso do método qualitativo com criação de estudo de caso transversal. Os dados foram coletados a

partir da inserção ecológica dos pesquisadores nos meio-ambientes da família. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com as pessoas que fizeram parte direta ou indiretamente do abuso sexual – agressor, mãe da vítima, família do agressor, melhor amiga da mãe da vítima, instituições nas quais a vítima teve passagem. As entrevistas foram realizadas segundo o método de história de vidas. Para participar deste estudo, todos os entrevistados tiveram que assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que seguiu os critérios éticos de pesquisa com seres humanos. Como a vítima estava sob a guarda do Estado e este não concedeu autorização, seu relato não foi obtido. Os dados foram interpretados segundo o Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner, o qual propõe que o desenvolvimento seja percebido através da interação de quatro núcleos que se inter-relacionam: Processo, Pessoa, Contexto e Tempo (PPCT). O abuso sexual contra crianças e adolescentes traz experiências que se refletem ao longo do desenvolvimento humano daqueles que nele estão envolvidos. Esta violência provoca sentimentos como desamparo, medo, culpa ou raiva, que acabam perpetuando-se por gerações seguidas, fazendo-se necessário consolidar medidas efetivas para enfrentá-lo. Ao longo dos anos, os estudos sobre o abuso sexual contra crianças e adolescentes foi interpretado principalmente por dois paradigmas: o da psicopatologia individual e o da dinâmica do contexto social. O primeiro interpretando as causas desta violência como uma problemática individual sendo passível de ser compreendida de forma psicodinâmica, biomédica e comportamental. A última, sociológica, percebendo o contexto como principal causador do abuso. Poucos estudos exploraram a relação sistêmica do indivíduo com seu contexto, especialmente segundo o desenvolvimento humano daqueles que fazem parte direta ou indiretamente desta violência. Sob a perspectiva sistêmica, um fenômeno como o abuso sexual intrafamiliar é interpretado como uma rede de relações nos quais todos os membros da família estão interligados. O problema enfrentado por um afeta a todos, perpassando suas relações de afeto e de confiança. Na família incestogênica todos os seus integrantes são vítimas e culpados. Culpados por serem negligentes na função de cuidadores de seus filhos e filha, vítimas por esta negligência não ser inata, mas desenvolvida de acordo com sua história de vida. Assim, todos necessitam de tratamento e de proteção. A análise do abuso sexual intrafamiliar pelo modelo bioecológico enfatizou que todos os núcleos PPCT são importantes e necessitam ser avaliados independente e correlacionamente, compreendendo assim a interação de diversos fatores que podem ocasionar o abuso. O mesmo princípio sistêmico deve ser aplicado em relação à prevenção do abuso. Se existem múltiplos fatores que contribuem para o abuso intrafamiliar, existe um espaço para prevenção a ser alcançado nos seus diferentes níveis. Conclui-se neste trabalho que ninguém nasce violento ou predestinado a ser violentado ou vítima e sim, torna-se. Ao nascer a pessoa tende a continuar seu processo de desenvolvimento no âmbito biológico, iniciando-se a formação de sua personalidade. A violência é aprendida de acordo com a história de vida da pessoa dentro de seu meio-ambiente ecológico e de sua história transgeracional. A vítima, o agressor e a mãe da vítima necessitam de acompanhamento e tratamento indistinto para o rompimento da dinâmica doentia do abuso intrafamiliar.

**Palavras-chaves:** modelo bioecológico, história transgeracional, abuso sexual, dinâmica doentia, família incestogênica

**Atividade:** A palmada como prática educativa parental na compreensão de estudantes de Psicologia (Paineis)

**Trabalho:** A palmada como prática educativa parental na compreensão de estudantes de Psicologia: um estudo preliminar

**Autor(es):** Denis Carvalho, Janaína Macêdo Santana, Hivana Raelcia Rosa Fonseca

**Resumo:** As práticas educativas parentais são estratégias utilizadas pelos pais para direcionar o comportamento dos filhos no seguimento de certos princípios morais, assim como também estimular o desenvolvimento da autonomia e da responsabilidade. Além disso, os pais também desejam eliminar ou reduzir comportamentos socialmente considerados como inadequados; também nesse caso temos o uso de estratégias classificadas como práticas educativas. Existem



duas categorias de práticas educativas parentais: práticas indutivas, caracterizadas pelo uso de esclarecimento e do convencimento das conseqüências de comportamentos não-desejados, sendo um bom exemplo disso o uso das explicações, das advertências e o apelo ao orgulho e/ou amor que a criança sente pelos pais. As práticas coercitivas, contudo, são caracterizadas pelo uso direto da força ou poder pelos pais e incluem o uso das punições físicas e privação de privilégios. Este trabalho descreve uma investigação sobre a compreensão de estudantes de Psicologia acerca da palmada como prática educativa parental. Nossa amostra consistiu em 9 alunas do primeiro ano do curso de Psicologia de uma faculdade particular, escolhidas de modo aleatório, e o instrumento de coleta foi um questionário semi-estruturado, com 11 itens. Os principais resultados foram: a) predominou na amostra a presença de adolescentes solteiras; b) apenas uma delas não apanhou quando criança, enquanto as que apanharam tiveram na mãe a figura tanto do punidor, como do principal cuidador e apanharam mais durante a terceira infância (7-11 anos); c) quanto às práticas educativas, predominaram as coercitivas – sendo as de castigo físico (palmada e chinelada) as mais utilizadas; d) o principal motivo para o castigo era a desobediência; e) os sentimentos mais presentes no momento do castigo eram a raiva e a dor, enquanto que a indiferença é o mais sentido hoje; f) a maioria concorda com o uso da palmada; g) a maioria também acha possível distinguir punição corporal e agressão física, sendo a intensidade e o instrumento utilizado para bater os princípios critérios de distinção. Algumas considerações sobre os resultados: primeiro, domínio das práticas coercitivas, principalmente o castigo físico; a concordância com a palmada deve-se o fato dela ser considerado indispensável, ou seja, pela insuficiência das práticas educativas indutivas de promoverem o desenvolvimento da responsabilidade e do respeito aos valores sociais por parte das crianças. A pesquisa terá ainda, na sua continuidade, o objetivo de investigar o nível de conhecimento dos estudantes de Psicologia sobre as pesquisas a respeito das práticas educativas parentais e sua relação com o posicionamento estudantil diante do uso da palmada como prática educativa.

**Palavras-chaves:** Prática educativa parental, palmada, formação em Psicologia

**Atividade: Resultados Preliminares de um estudo sobre Práticas em Avaliação Psicológica nos Casos de Disputa de Guarda (Paineis)**

**Trabalho:** Resultados Preliminares de um estudo sobre Práticas em Avaliação Psicológica nos Casos de Disputa de Guarda

**Autor(es):** Vivian de Medeiros Lago, Denise Ruschel Bandeira Bandeira

**Resumo:** O grande número de conflitos que acompanham a ruptura da configuração familiar tem exigido o envolvimento crescente de psicólogos e outros profissionais da saúde mental na avaliação de famílias nos casos de disputa de guarda. Os psicólogos exercem importante papel em relação às crianças e ao judiciário quando fornecem informações objetivas e imparciais. Para que isso ocorra, é preciso deixar clara a natureza e o escopo da avaliação, assim como proceder eticamente. O objetivo deste estudo foi investigar as práticas que estão sendo utilizadas pelos psicólogos em processos de avaliação para determinação de guarda. Foram entrevistadas duas psicólogas com experiência em avaliações em casos de disputa de guarda, residentes na cidade de Porto Alegre-RS. As profissionais foram questionadas acerca dos procedimentos e técnicas empregados, elaboração de documentos e participação em audiências. Os dados analisados até o momento revelam que as entrevistas são o procedimento mais comum e mais importante utilizado em avaliações desse caráter. Contudo, além das entrevistas, o uso de testes também foi citado. Dentre eles, o teste projetivo de Rorschach, o IFP, o HTP, o TAT e o STAXI, com o objetivo de traçar o perfil da personalidade dos pais. Em relação às crianças, os profissionais comentaram a inexistência de testes apropriados para esse contexto e, portanto, utilizam-se da técnica do desenho para auxiliar na compreensão da visão da criança sobre seu contexto familiar. De forma geral, os casos de disputa de guarda que chegam a esses profissionais normalmente envolvem crianças pequenas e, assim, o uso de entrevistas com terceiros e visitas à escola se fazem necessárias para checar informações. As participantes ressaltaram a importância de compreender a dinâmica do casal, seus históricos pessoais, os motivos que

levaram à separação conjugal e à disputa da guarda, buscando entender qual o papel da criança nessa família. Dentre todas as etapas desse processo, a redação do laudo foi relatada como a que demanda mais tempo e cuidados éticos, em virtude do levantamento dos dados e da necessidade de levar ao conhecimento do juiz aquilo que realmente lhe interessa para subsidiar sua decisão. Ao serem questionadas sobre a participação em audiências, responderam nunca terem sido chamadas a participar de alguma. Num contexto em que se questiona a validade das avaliações e a qualidade do trabalho do psicólogo, pesquisas como essa são fundamentais para melhorar a qualidade das avaliações psicológicas forenses, auxiliando juízes na tomada de uma decisão que acarretará sérias consequências para a vida de crianças e adolescentes filhos de pais separados.

**Palavras-chaves:** disputa de guarda, avaliação psicológica, psicologia jurídica

**Atividade: Um estudo sobre a incidência da violência contra a mulher na área Metropolitana do Recife e suas repercussões na Organização familiar (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Um estudo sobre a incidência da violência contra a mulher na Área Metropolitana do Recife e suas repercussões na organização familiar

**Autor(es):** Diogivânia Maria da Silva, José Orlando Carneiro Campello Rabelo, Zélia Maria Melo

**Resumo:** Este estudo objetivou compreender as repercussões da violência contra a mulher, na organização familiar, vítima de tentativa de homicídio ou homicídio, e a manifestação desse ato para sua família, e, mais especificamente, analisar o funcionamento familiar antes da ocorrência do crime, assim como, observar a partir das informações contidas nos processos e inquéritos judiciais, dados da vítima referentes à escolaridade, estado civil, profissão, rendimento. Relativamente ao crime: data, local, hora da ocorrência, tipo de armas utilizadas (objetos perfuro cortantes, e contundentes – armas brancas e de fogo), local do crime (casa ou rua), relação de parentesco, e, os principais motivos que levaram à prática do delito. Nossa metodologia se compôs de entrevista com vítimas, parentes e testemunhas implicados nas situações de violência e por profissionais envolvidos na temática. Os instrumentos de coleta se constituíram a partir das leituras dos processos judiciais nos órgãos competentes: fóruns da Região Metropolitana do Recife (comarcas de Olinda, Recife e Jaboatão dos Guararapes), e posteriormente entrevista semi-estruturada realizado com as vítimas e/ou suas famílias. Procedemos com a leitura dessas informações construindo um levantamento sociodemográfico da vítima da violência. Observou-se que, da maioria das mulheres vítimas de tentativa de homicídio ou homicídio, a maioria, perderam suas vidas nas mãos de seus companheiros, parceiros ou cônjuges. Os motivos apontados como principais causas, foram ameaça ou rompimento da relação, ingestão de bebida alcoólica, ciúmes, e problemas de ordem econômica, como desemprego e dificuldades na manutenção do lar como fatores propiciadores para a prática violenta. Dessas discussões os instrumentos utilizados com maior frequência foram as armas brancas, entre elas, facas de serra, fios de telefone, pedaços de ferro e madeira, isso esboça que, sempre depois de enredada uma discussão, o agressor, apreendido de violenta emoção, recorre a um instrumento mais próximo de seu alcance, possibilitando, na maioria das vezes, morte ou ferimentos graves que aconteceram predominantemente dentro dos lares das vítimas, o que nos aponta para a questão da perda da referência do espaço privado como sinônimo de segurança, abrigo e proteção, logo, houve um entrelaçamento dos espaços público e privado, lugares que possuíam funções específicas e delimitadas, definidas pela categoria de gênero, que reservava aos homens o espaço público, a rua simbolizava o trabalho e a política. E para as mulheres – o privado – cuidados com a casa e os filhos. Espaços que estão atualmente ligados e parcialmente mesclados, gerando, não raramente crises e agressões entre os casais. Com base nesses depoimentos, identificamos algumas questões próprias a essas famílias; percebemos que os papéis sociais impostos a homens e mulheres, determinantes na maneira do agir e pensar sobre o feminino e o masculino, são reforçados por uma cultura de ordem predominantemente patriarcal, favorece uma relação de violência entre os sexos; e essa postura

exacerbada de dominação, por parte do companheiro ou ex-companheiro, gera um relacionamento hierárquico entre os gêneros, propiciando agressões e desentendimento do casal. observamos também, a partir das entrevistas com as vítimas e nas famílias estudadas, padrões de comportamentos rígidos, que cronificam, produzindo padrões relacionais cristalizados, movidos pelo uso freqüente da violência destrutiva e aniquiladora que se repete, às vezes por gerações. A violência doméstica apresenta características específicas, a mais relevante delas é sua rotinização, o que contribui para a co-dependência e o estabelecimento de uma relação fixada nas diferenças, e sobreposição dos papéis sociais impostos a homens e mulheres. Consideramos que os sujeitos envolvidos em nossa pesquisa não se esgotam em seus desígnios biológicos, mas que estão também, inseridos em padrões culturais. O presente trabalho refletiu sobre a violência contra a mulher tomando como conceito de violência à ruptura de diferentes tipos de integridade: física, sexual, emocional e material. Sobretudo em se tratando de violência de gênero, e mais especificamente contra a mulher, são muito tênues os limites entre quebra de integridade e obrigação de suportar o destino de gênero traçado para essas mulheres, dentre os quais: desemprego, baixa escolaridade e sujeição aos homens (maridos ou ex-companheiros).

**Palavras-chaves:** Violência, Violência de gênero, Ato criminosos

**Atividade:** A MULHER, A VIOLÊNCIA E A MARGINALIDADE NA URBE: RECIFE (1920 - 1940)

**(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** A MULHER, A VIOLÊNCIA E A MARGINALIDADE NA URBE: RECIFE (1920 - 1940)

**Autor(es):** José Orlando Carneiro Campello Rabelo, Diogivânia Maria da Silva, Zélia Maria Melo

**Resumo:** Com este estudo tem-se a intenção de conhecer as experiências e vivências cotidianas dos habitantes da cidade do Recife no período que compreende trinta anos e vai de 1920 a 1950 para, a partir dos dados obtidos, resgatar elementos de vida do eixo existencial da sociedade "a família". Como objetivos específicos buscou-se compreender as relações matrimoniais e sua participação na sociedade na referida época, além de verificar a violência e atos criminosos praticados pela mulher nesta cidade no referido período. Sob este prisma serão destacadas as tradições, pois elas podem ser consideradas como base das relações familiares. É através delas que se buscam elementos das vivências dos ancestrais sendo estes usados na construção do "novo", desta forma os vestígios de nossos antepassados estão presentes, mesmo que de forma imperceptível, nas novas histórias das famílias, logo compreendendo o passar de gerações entendemos de maneira mais consistente os modelos familiares da atualidade. Assim pode-se afirmar que as vivências sociais vistas ao longo dos anos nos permitem entender muito de nossas próprias experiências atuais, a integração de conhecimentos sócio-históricos com a psicologia forma um diálogo profícuo que resulta num entendimento amplo das estruturas e modelos familiares. A modalidade de pesquisa é qualitativa e arquivológica, a documentação utilizada provém de periódicos publicados em Pernambuco na época. O material coletado foi devidamente catalogado e o procedimento técnico-metodológico adotado foi referendado na análise dos documentos e nas práticas instituídas pelos protagonistas desta história. Verificou-se que em se tratando de marginalidade e violência na urbe, em relação à família, estas são características inerentes ao próprio modelo opressor então vigente. A dinâmica familiar reside em um modelo de subjugação, onde o pai domina todas as relações familiares, nela era marginalizada e violentada a esposa, porquanto, perdia a grande maioria de seus direitos vivendo a sombra do marido e igualmente sofriam os filhos, pois viviam totalmente submetidos aos desejos dos genitores. Isso denota como os interesses burgueses de urbanização e higienização ditavam as normas de convivência baseadas em uma rígida hierarquia. O modelo da família ideal era linear, o homem exercia o controle e provia economicamente a família, a mulher caberia responder pelos cuidados do lar e educação dos filhos e estes deveriam obrigatoriamente obedecer às regras de convivência sob pena de sofrerem hediondos castigos. Toda esta dinâmica constituía-se como sinônimo de valores e

status a ser observado e copiado pelos demais, do contrário corria-se o risco de ser tachado de anti-social e profanador dos valores morais vigentes. As relações conjugais seguiam este modelo mantido pelo ideário social, a mulher dependia da proteção do marido e deveria submeter-se a todas as normas, escritas e não escritas, o homem estava sob o mesmo jugo e tinha por “obrigação” zelar para que sua família estivesse dentro dos ideais burgueses. São encontrados registros de atos de violência praticados por mulheres, em sua maioria das classes populares, deve-se destacar que tais comportamentos, independentemente de seus motivos, se não fossem tolhidos pelo marido o seriam pela polícia. Quando ocorria algum destes fatos a população alarmava-se e eram esperadas medidas urgentes das autoridades constituídas, sob pena de revolta popular: O crime de agressão era duplamente condenável, pois além de constituir-se como destrutivo a outrem, transcendia a aura feminina de fragilidade e pureza. O objetivo burguês em alcançar um modelo social semelhante aos europeus norteava a formação e aplicação das normas e leis, fossem elas jurídicas ou de convívio. A imprensa subjugada pelo poder econômico desta classe dominante acirrava a defesa dos ideais, louvando o “tradicional” e denegrindo todo desvio. As famílias no intuito de fugirem do degredo adaptavam-se ao modelo ditado buscando a todo o momento estar de acordo com os ditames do que seria adequado. Desta maneira se obtinha status social e afastava-se o “véu negro” da marginalidade. As constituições social e familiar não obrigavam os indivíduos a serem violentos na rua ou no seio de suas famílias, mas propiciavam e justificavam a violência como forma de alcançar e manter um lugar de respeito e dignidade no meio em que se vivia. Palavras-chave: relações familiares; urbanização; décadas 1920-1940

**Palavras-chaves:** relações familiares,urbanização,décadas 1920-1940

**Atividade: Mudanças nos valores parentais sobre educação decorrentes do desenvolvimento da criança: Dados do Estudo Longitudinal de Porto Alegre/RS (Paineis)**

**Trabalho:**Professor Titular

**Autor(es):** Jonathan Tudge,Cesar Augusto Piccinini,Rita de Cássia Sobreira Lopes,Tania Mara Sperb,Angela Helena Marin,Joice Cadore Sonego,Ana Paula Corrêa de Oliveira Freitas,Cristina Saling,Maúcha Sifuentes Santos,Giana Bitencourt Frizzo

**Resumo:** As teorias do desenvolvimento humano, especialmente as sistêmicas, incluem a noção de bidirecionalidade, a qual consiste na inter-relação das características dos pais e das crianças no processo de desenvolvimento. Contudo, os valores parentais sobre educação são freqüentemente interpretados na literatura como estando relacionados apenas ao grupo cultural ou à classe social dos pais, sem considerar a influência da criança na determinação dos mesmos. Os valores parentais referem-se às características que pais e mães consideram mais desejáveis para suas crianças. Segundo Kohn (1995), há duas dimensões de valores parentais: autonomia (priorizar que as crianças ajam com base no seu próprio julgamento) e conformidade (priorizar que as crianças ajam com base nas conseqüências externas). Os valores parentais foram avaliados em uma amostra parcial do Estudo Longitudinal de Porto Alegre/RS (Piccinini, Tudge, Lopes, & Sperb, 1998) aos 3, 36 e 72 meses de vida da criança. Para tanto, o instrumento utilizado foi o Q-Sort (Kohn, 1977), administrado individualmente com cada mãe e pai. A análise dos dados (ANOVA) revelou que aos 3 meses de idade da criança, os pais de classe média valorizaram mais a autonomia, enquanto os pais da classe trabalhadora valorizaram a obediência a regras. Já aos 36 meses, os pais de ambas as classes sociais

enfatazaram significativamente menos a autonomia. Embora os pais de classe média tenham apresentado uma tendência a favorecer a autonomia, mais do que os pais da classe trabalhadora, as correlações entre os valores parentais aos 3 e 36 meses foram baixas e não significativas. Uma explicação para esses resultados pode ser a falta de fidedignidade da medida utilizada. Todavia, as correlações entre os valores parentais aos 36 e 72 meses de idade foram significativas ( $p < .01$ ). Estes dados sugerem que os valores parentais relativamente abstratos enquanto os filhos são bebês, tendem a se modificar em função da aquisição de habilidades das crianças, decorrentes do seu desenvolvimento e da interação dos pais com essas novas aquisições. Destaca-se que algumas características como a assertividade, que começa a ser desenvolvida a partir dos dois anos de idade, permite que a criança negocie sua independência e expresse seus pensamentos e sentimentos, o que pode ter um impacto direto nas concepções parentais sobre a melhor forma de lidar com seus filhos. Assim sendo, as evidências do presente estudo reafirmam o caráter bidirecional das relações entre pais e filhos e alertam para a necessidade de considerar as características infantis na determinação dos valores parentais.

**Palavras-chaves:** Valores parentais, Infância, Abordagem ecológica

**Atividade: A busca pelo “verdadeiro pai”:  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** A busca pelo “verdadeiro pai”: certezas e/ou dúvidas quanto à paternidade

**Autor(es):** Analicia Martins Sousa

**Resumo:** Nos últimos tempos, é possível constatar, em um serviço de assistência jurídica gratuita, um aumento no número de casos que envolvem a investigação de paternidade, quando comumente é solicitado o exame de DNA. Na mesma proporção, estudos revelam que vem aumentando o número de ações nos Tribunais de Justiça referentes à investigação de paternidade, cujas decisões, muitas vezes, fundamentam-se, exclusivamente, no exame de DNA, como prova irrefutável da paternidade. Observa-se, ao mesmo tempo, uma veiculação massiva pela mídia televisiva de situações reais ou fictícias que destacam a utilização do exame de DNA para o fim das incertezas quanto à paternidade. Dessa forma, vem se atingindo um maior público consumidor, construindo subjetividades e criando demandas onde antes não existiam. Atualmente, o desenvolvimento científico e os avanços tecnológicos no campo das ciências biológicas permitem, dentre outros aspectos, a prevenção de doenças e a possibilidade de que homens e mulheres estéreis venham a ter filhos. Mas, também é verdade que com as novas tecnologias uma nova forma de comércio foi estabelecida, na qual o exame de DNA tornou-se um negócio bastante lucrativo para seus empreendedores. Diante dessa perspectiva, foi desenvolvido um estudo, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Psicologia Jurídica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a partir da prática de atendimento psicológico em instituição de assistência jurídica gratuita, com o objetivo de problematizar as questões relativas à paternidade. Com esse estudo, verificou-se que a verdade quanto à paternidade pode ser interpretada de diferentes formas, de acordo com interesses particulares. Assim sendo, é possível notar aqueles unicamente patrimoniais, bem como situações em que tal verdade é utilizada pelos ex-cônjuges na disputa litigiosa pela guarda de filhos. Há casos, ainda, em que o pai, não tendo condições financeiras para pagar a pensão alimentícia de seu filho, vem a contestar a paternidade do mesmo. Dessa forma, a utilização do exame DNA com a finalidade de descobrir o “verdadeiro pai”, tem contribuído, em muitos casos, para a dissolução dos vínculos filiais, previamente estabelecidos e reconhecidos tanto no âmbito social quanto no jurídico. Considera-se que, ao contrário do que muitos acreditam, o uso da biotecnologia na identificação do pai não eliminou as incertezas quanto à paternidade, mas fez pairar inúmeras dúvidas e confusões quanto à mesma. Conclui-se que, apesar de garantir a certeza quanto à nossa origem genética, não se pode afirmar que o exame de DNA trouxe a certeza quanto à paternidade, pois esta não pode ser identificada em nossas células, uma vez que, é uma construção social, sendo vivenciada e exercida de forma singular por cada pai.

**Palavras-chaves:** investigação de paternidade, mídia e consumo, papéis parentais

**Atividade: O RELACIONAMENTO CONJUGAL E A FORMAÇÃO FAMILIAR (Paineis)**

**Trabalho:**O RELACIONAMENTO CONJUGAL E A FORMAÇÃO FAMILIAR

**Autor(es):** Eurizélia Brito Lima

**Resumo:** A dinâmica que conduz ao casamento produz formas de interação bem definidas entre homem e mulher ao longo do relacionamento. Estes começam no namoro e desembocam na estabilidade ou não de uma família, considerando os vários aspectos que envolvem a vivência do casal. O relacionamento entre os pares guarda certo vínculo com as famílias originárias e se estabelece segundo a cultura social na qual vivem. O casamento, se constituído, possibilita uma nova geração de conhecimento e habilidades, como também o aumento de incertezas e desafios, porém pressupõe o amor favorecendo o desenvolvimento da capacidade de amar. A durabilidade desta relação aponta para os valores, crenças e outros aspectos do ambiente sócio-cultural, enfatizada pela ideologia partilhada entre o casal, pois com o casamento, lugares e funções se modificam, exigindo dos pares uma adaptação, ou seja, o indivíduo irá assumir ou acrescentar à sua postura um outro papel social que entre outras demandas sugere a tolerância diante das frustrações, serenidade diante dos conflitos, novas interações familiares, novas escolhas e até renúncias, caracterizando, portanto, uma nova relação com perdas e ganhos. Este estudo tem como objetivo saber qual a representação social que mulheres casadas e solteiras de têm do casamento. Sendo a representação social concebida, segundo Jodelet (1989) “como uma teoria do senso comum, elaborada e partilhada coletivamente nas interações sociais, construindo uma realidade comum do grupo”. A amostra deste estudo foi constituída por 60 sujeitos, sendo 30 mulheres solteiras e 30 mulheres casadas, residentes na cidade de Teresina (Pi), estabelecidos os critérios de terem ou não filhos, tempo mínimo de 5 anos de relacionamento conjugal, para verificar a estabilidade na relação conjugal, escolaridade mínima de Ensino Médio e idade de 20 a 45 anos para as casadas, assim como o grau de instrução do Ensino Médio e idade de 20 a 45 anos para as solteiras. Para a coleta dos dados foi utilizada uma folha de resposta contendo questões referentes aos dados sócio-demográficos, teste de associação livre de palavras (De Rosa, 1988) com a palavra casamento e entrevista semi-estruturada. Os resultados apontaram que a representação social dos dois grupos em relação ao casamento refere-se principalmente ao amor e ao companheirismo como elementos essenciais que caracterizam e sustentam um relacionamento, estes sentimentos geram especialmente a confiança e o respeito no parceiro. Outro aspecto relevante diz respeito à expectativa de constituir família, essa idéia está presente na resposta dos sujeitos e pode estar atrelada à questão da solidão que se configura como uma angústia existencial, ou sentimento de incompletude do ser humano, sendo também este sentimento um aprendizado social. Um fator negativo citado pelos sujeitos foi o desentendimento concebido como frustrações face às expectativas não correspondidas em relação ao casamento.

**Palavras-chaves:** casamento, amor, companheirismo, desentendimento, solidão

**Atividade: Relacionamento entre pais e filhos em famílias de pais alcoolistas na perspectiva do filho (Paineis)**

**Trabalho:**Relacionamento entre pais e filhos em famílias de pais alcoolistas na perspectiva do filho

**Autor(es):** Joseane de Souza, Maycoln Teodoro, Ana Maria Pimenta Carvalho, Izabel Cristina Pinto

**Resumo:** O alcoolismo é uma das doenças que pode afetar as relações familiares capaz de potencializar os conflitos entre pais e filhos. Pesquisas apontam como fator de risco familiar a

estrutura familiar com padrão de super envolvimento por parte de um dos pais e distanciamento pelo outro. Sabemos que a presença de vínculo afetivo entre pais e filhos é sinal de uma boa relação sendo considerado como um fator de proteção para o envolvimento de drogas. O objetivo deste estudo foi verificar a qualidade da relação entre pais e filhos de famílias de classe social baixa com presença de pais alcoolistas. As relações familiares foram avaliadas na perspectiva de quatorze crianças (filho-pai e filho-mãe). Os filhos tinham entre 9 a 11 anos, sendo 57% meninas e 42% meninos, os pais possuíam faixa etária de (30 a 56 anos) e as mães tinham (29 a 52 anos) e ambos possuíam o ensino fundamental incompleto. A seleção foi feita de forma intencional considerando os seguintes critérios: faixa etária dos filhos de 9 a 11 anos, pai com relato de uso abusivo de álcool, e com eventuais co-morbidades, e a mãe não deveria apresentar dependência de álcool e drogas, podendo ser incluído mãe e pai tabagista. Como instrumentos foram utilizados: Ficha de cadastro na qual continha os principais dados de identificação da criança e dos pais e as quatro perguntas do CAGE destinadas a identificar o uso de álcool e/ou drogas pela mãe; o familiograma, instrumento que visa avaliar as díades familiares. O relacionamento é descrito por adjetivos representados por duas dimensões: afetividade definida como um conjunto de emoções positivas existentes no relacionamento interpessoal e conflito descrito por sentimentos negativos. As díades pesquisadas neste estudo foram do filho-pai e filho- mãe na perspectiva da criança de 9 a 11 anos. A aplicação dos instrumentos foi realizada por meio de visitas nas residências dos participantes. Primeiramente foi solicitada autorização dos pais para abordar a criança e pedir que ela respondesse ao familiograma, em seguida, foi preenchida a ficha de identificação. O familiograma foi aplicado individualmente na criança. Este procedimento levou em média 15 minutos. A análise dos dados foi feita por meio do teste não-paramétrico de Friedman para proceder à comparação dos resultados obtidos nas avaliações de cada filho participante em sua relação com sua mãe, seu pai e da avaliação que faz da relação pai e mãe. Os resultados revelaram que os filhos percebem mais afetividade na sua relação com sua mãe que com seu pai ( $Z = -2,145$   $p = 0,032$ ). Quando o filho avalia a relação de seus pais ele percebe esta relação com menos afetividade que na sua relação com sua mãe ( $Z = -2,675$   $p = 0,007$ ). Os dados indicam que este grupo aqui focalizado segundo a visão dos filhos tem um super envolvimento com sua mãe e uma relação distante com seu pai. A realização de intervenções com famílias alcoolistas centralizando ações para melhorar a qualidade das relações entre pais e filhos poderiam contribuir com a diminuição das conseqüências negativas do alcoolismo parental.

**Palavras-chaves:** família, alcoolismo, relações familiares, relação pai-filho, psicologia do desenvolvimento

**Atividade:** HISTÓRICO DE AGRESSÃO EM FAMÍLIAS DE ALCOOLISTAS (Paineis)

**Trabalho:** HISTÓRICO DE AGRESSÃO EM FAMÍLIAS DE ALCOOLISTAS

**Autor(es):** Joseane de Souza, Izabel Cristina Pinto, Ana Maria Pimenta Carvalho

**Resumo:** As pesquisas realizadas com famílias alcoolistas têm demonstrado maior incidência de divórcio, violência conjugal, crianças que sofreram abuso físico e sexual que nas famílias de não-alcoolistas. Os pais alcoolistas têm mais probabilidade de vitimizar os filhos, esses pais tendem a ignorá-los, não estabelecem laços fortes e podem ser agressivos e violentos. Tudo isso leva as pessoas a conviverem com uma legião de problemas, que pode incluir dificuldades financeiras, discórdia matrimonial e muitas vezes, diferente formas de violência. A interação conjugal pode tornar-se tensa como resultado do beber. O objetivo deste estudo foi realizar uma análise descritivo-exploratória de famílias, cujo pai era alcoolista e tinha comportamento violento. Os participantes foram selecionados através dos serviços de saúde para usuários de alcoolistas. Os critérios de seleção foram: pai alcoolista na faixa etária de 25 a 60 anos, pertencentes a classe social baixa, que tivesse filho na faixa etária de 9 a 11 anos e tivesse no mínimo cinco anos de convivência com a esposa e os filhos; as crianças não deveriam apresentar nenhuma dependência química e a mãe não deveria apresentar dependência de álcool e drogas, podendo

ser incluído mãe e pai tabagista. Para a coleta de dados foi realizada através de duas visitas domiciliares. E para a realização das entrevistas utilizou-se uma ficha cadastral com identificação dos membros da família e genograma acompanhado de roteiro de entrevista semi estruturado abordando: composição da família de origem, relacionamento entre os membros das famílias e focando o histórico de vida e do alcoolismo. Os resultados foram organizados em categorias que demonstrasse as principais características destas famílias. Características sócio demográficas - pais alcoolistas na faixa etária de 30 a 50 anos, baixo nível de escolaridade, pertencentes a classe social baixa, desempregados ou realizando trabalhos temporários, média de filhos era de quatro; histórico de alcoolismo- tiveram o primeiro contato com a bebida entre 10 a 14 anos por intermédio de familiares (pai ou avó); dois estavam na fase da abstinência (3 meses), quatro deles não tinham realizado nenhum tipo de internamento e um deles já tinha sido internado 8 vezes; problemas causados pela ingestão de álcool - brigas em bares e brigas com familiares (esposa e filhos) todos citaram, perda do trabalho e dívidas, tentativa de suicídio, uma esposa relatou que o marido estava alcoolizado e bateu na filha que estava grávida; relacionamento com família de origem- relataram que foram vítimas de violência intrafamiliar e testemunharam o pai agredir a mãe, falam do pai com mágoa e certa distância, tinham mais proximidade com a mãe; relacionamento conjugal: casados há mais de 12 anos, já tiveram episódios de separação, as esposas foram agredidas, algumas esposas falam que têm aprendido a reagir diante da agressão (elas mesmas praticam a agressão ou pedem ajuda para professora dos filhos para lidar com o problema). Características das esposas; escolaridade baixa, têm pai ou irmão alcoolista, foram vítimas das agressões do marido, faixa etária entre 30 a 50 anos, falam de seus esposos com mágoa e pena, afirmam que não se separaram por causa dos filhos, somente uma delas trabalha como diarista, a maioria apresentou sinais de depressão. Os dados sugerem a importância do conhecimento da história familiar para identificar algumas variáveis que possam estar potencializando os prejuízos causados pelo alcoolismo como: abuso infantil, violência conjugal, divórcio dos pais, histórico violência na família de origem. As estratégias de tratamento para alcoolismo devem identificar se o paciente alcoolista foi vítima de violência intrafamiliar e se o mesmo tem um comportamento agressivo o que pode indicar a presença de outros distúrbios psiquiátricos. As ações terapêuticas podem auxiliar este paciente na superação desta situação traumática que pode estar influenciando na sua recuperação.

**Palavras-chaves:** comportamento agressivo, alcoolismo, violência intrafamiliar

**Atividade: “No Fogo Cruzado”- Desafios encontrados por pais e mães recasados após separação conjugal.  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** “No Fogo Cruzado”- Desafios encontrados por pais e mães recasados após separação conjugal.

**Autor(es):** Laura Cristina Eiras Coelho Soares

**Resumo:** O presente trabalho aborda as questões que envolvem o recasamento após uma separação conjugal. Trata-se da pesquisa ‘No fogo cruzado’- Desafios encontrados por pais e mães recasados após separação conjugal, que vem sendo realizada no curso de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob orientação da Profa. Dra. (nome retirado pela organização). O campo em análise refere-se aos pais e mães recasados após separação conjugal, ou seja, esta família onde se estabeleceram papéis de “madrasta” ou “padrasto” para este novo cônjuge, e de “enteado” para o filho proveniente do relacionamento anterior. O título da pesquisa refere-se ao possível surgimento de conflitos entre aqueles que ocupam o lugar de padrasto ou madrasta e seus enteados, como aponta a literatura. Portanto, o pai e mãe recasados estariam no fogo cruzado, exatamente, por funcionarem como o elo entre seus filhos de casamento anteriores e a pessoa que escolheu como seu novo cônjuge. Esta pesquisa tem como objetivo, portanto, levantar as dificuldades que se apresentam ao pai e mãe recasados, após separação conjugal, na condução desta nova organização familiar. Busca -se, como resultado do trabalho, possibilitar o entendimento de como os mesmos vivenciaram este processo de modificação da dinâmica familiar. De acordo com o material coletado, foi possível identificar que a experiência do



rompimento conjugal suscita diversas implicações, que irão refletir na constituição do recasamento. A principal dificuldade enfrentada pelo ex-casal reside na separação entre a conjugalidade e a parentalidade. Os autores destacam a importância da manutenção de um vínculo próximo entre pais e filhos após o divórcio, apontando a guarda conjunta como a modalidade de guarda que propicia a preservação do laço parental a despeito da separação no âmbito conjugal. No estudo da família recasada encontram-se divergências quanto à denominação para esta formação familiar, como também, sobre a definição do que caracterizaria esta família. Percebe-se que a idade dos envolvidos, o momento da chegada deste padrasto/madrasta no núcleo familiar, o modelo adotado de guarda dos filhos, e o modo como os pais conduzem a passagem de “família divorciada” para “família recasada” são fatores que influenciam na recepção do padrasto/madrasta e interferem na relação familiar. Portanto, muitas variáveis atuam na maneira pela qual esta família se organiza, e a aceitação dos novos membros demanda esforço de todos os envolvidos. Cada família descobre seu modo de estruturação, cabendo ao profissional de Psicologia auxiliá-la neste caminho singular.

**Palavras-chaves:** psicologia jurídica, família, separação conjugal, recasamento

**Atividade: Famílias e Abrigos: um diálogo possível?**  
**(Paineis)**

**Trabalho:** Famílias e Abrigos: um diálogo possível?

**Autor(es):** Ana Leticia Cabral de Moura, Juciara Nascimento Bazilio, Aline de Araujo Gonçalves da Cunha

**Resumo:** A partir da nossa inserção em um abrigo da prefeitura do Rio de Janeiro, como parte de uma equipe de psicologia, começamos a ouvir cotidianamente um discurso que tende a culpabilizar as famílias pobres pela impossibilidade de suprir todas as necessidades de suas crianças, e seu conseqüente abrigamento. Essa visão cristalizada e instituída dessas famílias, como desestruturadas e irresponsáveis no cuidado de suas crianças, acaba por afastá-las do abrigo. Mesmo que algumas das políticas de encaminhamento para essas crianças/adolescentes sejam voltadas para as famílias – como visitas ao local onde moram, ou convites para comparecer ao abrigo –, ainda são feitas de forma burocrática, contribuindo para a manutenção de uma relação vertical e autoritária, baseada em um saber técnico, restringindo o acesso e vínculo da família com a criança, e utilizando como procedimento natural uma política assistencial e tutelar. Na tentativa de superar esse modo de relação, propusemos uma reunião com essas famílias em um espaço aberto à discussão, que a valorize como atuante dentro do abrigo e personagem central na construção da história de seus filhos. Esses encontros, realizados uma vez por mês, com a participação de pais/responsáveis, assistentes sociais e estagiários de psicologia, não seguem um modelo fixo. Os temas a serem discutidos – por exemplo, relações e sentimentos familiares, limites e possibilidades da atuação dos pais e do abrigo – são definidos a partir do que aparece na fala dos pais a cada encontro. A participação nas reuniões não é obrigatória – os pais recebem o convite ao aparecer no abrigo para uma visita ao filho, ou através de um telefonema –, e o grupo de pais participantes muda constantemente. Se por um lado isso é interessante, já que dá movimento ao grupo, por outro gera certo “incômodo” em nós estagiários, que nunca temos certeza de quem irá à reunião, se alguém irá, ou o porquê de alguém não retornar para a reunião seguinte. Ao longo do trabalho, algumas questões e impasses não aparecendo. O abrigo aparece na fala desses pais através de contradições entre bom e ruim: se por um lado supre as necessidades básicas da criança, como alimentação, escola, assistência médica e lazer, o que muitas vezes os pais não podem proporcionar de forma integral, por outro afasta a criança do convívio com a família e a coloca em contato com “más influências”. Já as outras instâncias da rede de assistência – como o Conselho Tutelar e o Juizado – freqüentemente aparecem como ameaçadoras, e, apesar de muitos pais já terem tido contato com elas, poucos têm alguma informação sobre como funcionam ou qual a sua função, ou mesmo sobre o andamento de seu processo junto a essas instâncias. Essa falta de informação poderia ser um reflexo do descrédito atribuído a essas

famílias por parte de um saber que a desqualifica, e resulta em uma grande dificuldade na comunicação entre as famílias e os “técnicos” com os quais se deparam. O saber desses pais, toda sua história familiar, suas crenças e valores, são quase sempre ignorados e suas vidas passam a ser submetidas a um saber-poder especializado, que os definem e controlam. As famílias parecem meros dispositivos que têm que ser acionados e manipulados por toda essa rede de encaminhamento. Suas falas realmente estão sendo ouvidas e compreendidas ou são como um turbilhão de sons que ninguém entende ou não quer entender? E quando falam a esses pais, o que dizem pode alcançá-los de alguma forma? Ou são apenas um monte de informações que por conterem apenas uma linguagem técnica/burocrática não podem fazer sentido para eles? Que implicações este tipo de comunicação, ou melhor esta não comunicação, tem acarretado? São essas questões que nos motivam a insistir em um trabalho que seja voltado realmente para essas famílias, um trabalho que as veja como parceira, e não como empecilho, e que a valorize em seu saber.

**Palavras-chaves:** Abrigo,Família,Burocratização,Relações,Diálogo

**Atividade: Construção de uma proposta interventiva para os pais da criança autista (Paineis)**

**Trabalho:**Construção de uma proposta interventiva para os pais da criança autista

**Autor(es):** Maria Ângela Fávero Nunes,Isabel Cristina Gomes

**Resumo:** O autismo é uma severa psicopatologia infantil que se manifesta de maneira heterogênea e com comprometimentos de intensidades diferentes em cada criança. As características principais da criança autista são a baixa interatividade social, uma aparente indiferença ao calor humano e pequena capacidade de imitar ou compartilhar coisas e raros sorrisos. Parecem passivas e indiferentes socialmente, evitando contatos, embora possam buscar experiências interpessoais. Na infância, podem ter dificuldade em compreender a linguagem verbal e não verbal e, freqüentemente, apresentam déficits na apreciação dos sentimentos de outras pessoas, e no entendimento dos processos e nuances das comunicações sociais. A tendência atual é de aceitar uma causação múltipla para o autismo, de natureza complexa e interativa. Na vida familiar, relações dinâmicas se estabelecem e a criança, ao mesmo tempo em que sofre a influência de pais e irmãos, também é um agente de modificações dessa estrutura. Contudo, em muitos casos, a família pode se queixar de que a criança doente é a causa do desequilíbrio familiar, sendo tomada como a única questão problemática no contexto. Várias abordagens reconhecem a necessidade de um trabalho não só com a criança autista, mas também com a família. Todavia, não é raro os pais buscarem ajuda para os filhos e muito pouco para eles. O enfoque da presente pesquisa recai na reflexão sobre o trabalho com a família e na elaboração de uma proposta interventiva com os pais da criança autista, fundamentada na psicanálise. Foram entrevistados profissionais da equipe técnica (psicóloga, assistente social, coordenadora pedagógica e psiquiatra) de uma instituição de atendimento especializado, de um município do interior do estado de São Paulo, acerca dos procedimentos já adotados no atendimento a essa população. Os resultados apontaram que várias tentativas de atendimento aos pais foram oferecidas pela própria instituição como atendimentos em grupo gratuitos aos pais, oficinas de artesanato, musicoterapia, entrevistas periódicas com profissionais da equipe técnica através de consultas agendadas e um convênio para um atendimento terapêutico individual a baixo custo com profissional experiente fora da instituição. Foi relatado que os pais (masculinos) das crianças atendidas estão ativamente comprometidos na profissão fora de casa e a maioria das mães identificam-se como cuidadoras principais da criança autista. Algumas famílias residem em cidades da região, necessitando viajar para o local do atendimento, além de ter baixo nível socioeconômico. Esses fatores culminaram com muitas faltas dos pais às atividades propostas que fomentou a compreensão dos profissionais da equipe técnica acerca de que algo falhou nos acompanhamentos oferecidos. Além disso, atribuíram causalidade importante à resistência dos pais ao processo terapêutico expressa nas muitas dificuldades para aderir a um tratamento para eles próprios, e não para o filho autista. Muitos pais compareciam nos primeiros encontros, mas logo abandonavam as propostas. Considerando a resistência

desses pais frente a uma proposta terapêutica interventiva nos moldes de uma psicoterapia de longo prazo de orientação psicanalítica, bem como as limitações para um comparecimento semanal e sistemático devido à demanda financeira, de tempo e transporte para chegarem até a instituição, verificou-se que a escolha mais adequada seria por um tipo de intervenção mais flexível e condizente com as necessidades de tal população, como o referencial das consultas terapêuticas. Compreendemos o conceito de holding como uma atitude de sustentação emocional da mãe com seu bebê, vivência esta que pode ser propiciada pelo acolhimento na consulta terapêutica, neste caso aos pais, acolhendo as experiências afetivas e angústias do casal que tem um filho autista. O objetivo seria estabelecer um espaço transferencial que envolvesse a possibilidade de ajuda nas consultas terapêuticas, permitindo que nos encontros, através da escuta atenta, o terapeuta pudesse entrar em contato com a história desses pais, com seus ideais, suas frustrações e idealizações. Abrir-se-ia um espaço para lidar com as crenças relacionadas à condição especial do filho. Através da relação transferencial, a busca do terapeuta se direcionaria para a transformação de conteúdos internos, elaboração de angústias e reestruturação de aspectos do mundo interno do paciente. Sendo assim, as entrevistas seriam agendadas de acordo com as possibilidades dos pais e com a relação transferencial. Acrescenta-se que essas entrevistas poderiam também tornar-se um prelúdio para uma psicoterapia mais demorada ou mais intensa.

**Palavras-chaves:** autismo, casal, consulta terapêutica, família, psicanálise

**Atividade: Propostas de intervenção psicoeducacional com foco na resiliência em famílias de baixa renda (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Propostas de intervenção psicoeducacional com foco na resiliência em famílias de baixa renda

**Autor(es):** Maria Angela Mattar Yunes, Simone Paludo, Narjara Fernandes Mendes, Angela Torma Miranda, Queila Almeida Vasconcelos, Michely Prestes, Simone Biazzi Silveira

**Resumo:** A multiplicidade de situações de risco que se impõe no cotidiano das famílias brasileiras pobres pode trazer previsões nebulosas sobre a vida e o futuro de grupos que lutam para superar os desafios e as complexidades das velozes alterações sociais, culturais e econômicas. Estudar processos e possibilidades de resiliência em famílias de baixa renda é um tema que se insere no movimento da Psicologia Positiva, e tem sua importância na construção de práticas profissionais sociais “positivas” e otimistas. Trata-se de construir um olhar direcionado para os aspectos saudáveis, de desenvolvimento e bem estar dos grupos familiares. É expressivo o potencial de pesquisas nesta área e alguns autores têm se preocupado em esclarecer, conceituar, definir e propor novas perspectivas teóricas sobre a resiliência em famílias. Resiliência deve ser estudada e compreendida a partir de processos-chaves que possibilitam famílias a lidarem e fortalecerem-se em situações de crise: sistemas de crenças, padrões de organização e processos de comunicação. A presente proposta visa a ampliar o espectro de ações iniciais de pesquisa sobre resiliência em grupos em situações de vulnerabilidade socioambiental para propor a melhor qualidade no atendimento profissional às famílias pobres. Investigações realizadas junto a diferentes categorias de trabalhadores sociais brasileiros revelaram que suas práticas profissionais com famílias de baixa renda são pautadas por teorias implícitas pessimistas explicadas como “desestrutura”, “acomodação”, “carência”, “violência” e “drogadição”. Foi constatado que tais elementos sublinham apenas as impossibilidades dos grupos pobres e têm considerável impacto no atendimento e nas interações profissionais-famílias. Os resultados indicaram posturas “paralisadas” ou ações assistencialistas que não promovem autonomia e desenvolvimento humano. Este trabalho apresenta formas de

intervenções que objetivam modificar estes padrões de interações para focar as crenças nas possibilidades de resiliência destes grupos que se encontram em diferentes situações de risco: famílias das crianças institucionalizadas ou vitimizadas por abuso sexual e as famílias pobres em situação de separação e conflito judicial. Através de metodologias como inserção ecológica, entrevistas reflexivas, grupos focais e programas intensivos e temáticos de reflexão com cuidadores de instituições, agentes comunitários de saúde, professores de escolas públicas e profissionais do judiciário, pode-se observar maior fluidez nas interações mesossistêmicas entre famílias e profissionais. As intervenções modificaram a dinâmica dos grupos familiares e impulsionaram conexões positivas com a rede de apoio social. Além disso, as práticas institucionais dos agentes sociais apresentam maior coerência e reconhecimento das necessidades das famílias que vivem a condição de risco e vulnerabilidade social e ambiental.

**Palavras-chaves:** resiliência, resiliência em famílias, famílias de baixa renda, práticas profissionais, intervenção

**Atividade: O processo de separação-indivuação de adolescentes na transição para a paternidade (Paineis)**

**Trabalho:** O processo de separação-indivuação de adolescentes na transição para a paternidade

**Autor(es):** Daniela Centenaro Levandowski, Cesar Augusto Piccinini, Rita de Cássia Sobreira Lopes

**Resumo:** A transição para a paternidade na adolescência, como tema de estudo no meio acadêmico nacional, tem sido ainda pouco focalizada. Apesar de já existir algumas publicações sobre o tema, a maior parte dos estudos versa sobre a gestação e a maternidade a partir da perspectiva da adolescente. Contudo, dado o expressivo número de adolescentes que atualmente passam pela situação inesperada de gestar e cuidar de um bebê, é importante que seja dada maior atenção ao pai adolescente. Nesse sentido, o presente estudo teve por objetivo investigar a vivência do processo de separação-indivuação de adolescentes na transição para a paternidade. Para tanto, foi realizada um estudo de caráter qualitativo, com delineamento longitudinal de estudo de caso coletivo, englobando quatro etapas: terceiro trimestre de gestação, terceiro mês, primeiro e segundo ano da criança. Participaram do estudo três pais adolescentes, com idades entre 16 e 18 anos no início da coleta de dados, de nível sócio-econômico baixo e médio, que coabitavam com a mãe de seu bebê na cidade de Porto Alegre. Foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas, realizadas individualmente com cada pai adolescente, em sua residência, em cada etapa de coleta de dados. Os relatos dos participantes foram analisados através de análise de conteúdo qualitativa, tendo sido destacados aspectos referentes à vivência do processo de separação-indivuação (cf. Blos, 1996 e Colarusso, 1990), tais como: relacionamento com o próprio pai na infância e atualmente, modelos paternos positivos e negativos, características de um “bom pai”, expectativas em relação ao desempenho do papel paterno e à criação do filho, percepção pessoal acerca do desempenho do papel paterno (facilidades, dificuldades, atividades e tarefas desempenhadas, mudanças pessoais, sentimentos despertados). A análise dos casos permitiu constatar características da vivência da segunda fase do processo de separação-indivuação nos adolescentes, esperada nessa faixa etária, tais como a ênfase nas diferenças entre o jovem e seus pais e na oposição aos mesmos e aos seus aspectos negativos, além da busca de novos modelos de identificação, bem como da terceira fase do processo, esperada na idade adulta, em função da parentalidade, no caso, a consideração de aspectos positivos dos pais e da educação deles recebida, com o desejo de manutenção de seus acertos e a transformação de seus erros ou inadequações. Desse modo, pode-se pensar que a reavaliação da relação com os próprios pais (real e fantasiada), gerada tanto pela adolescência como pela parentalidade, auxiliou os adolescentes na elaboração do novo papel paterno. Por sua vez, tal revivência de temas e conflitos infantis gerou algum avanço no desenvolvimento emocional, impulsionando-os à terceira indivuação. Sugere-se que novos estudos, utilizando amostras maiores, investiguem aspectos relacionados ao bebê e à relação

dos jovens pais com o mesmo, uma vez que este é um ponto importante de influência no processo de transição para a paternidade e na vivência do processo de separação-indivuação. Recomenda-se ainda que outros instrumentos de coleta de dados, como filmagens da interação dos pais com a criança, sejam também empregados em estudos futuros, fazendo avançar ainda mais a compreensão psicológica da transição para a paternidade em adolescentes.

**Palavras-chaves:** paternidade, adolescência, processo de separação-indivuação

**Atividade: O limite dos limites e a liberdade infantil (Paineis)**

**Trabalho:** O limite dos limites e a liberdade infantil

**Autor(es):** Jaqueline Vilar Ramalho, Carla de Sant'Ana Brandão Costa

**Resumo:** (INTRODUÇÃO) Num mundo em que a questão dos limites perpassa todas as áreas da vida humana, as crianças são umas das mais atingidas pela falta ou exagero destes. Na nossa sociedade, podemos presenciar uma nova economia psíquica que funciona ultrapassando limites (MELMAN, 2003). Considerando ser a família o primeiro grupo social do qual a criança faz parte, e no qual ela aprende as primeiras regras sociais, limites e possibilidades na relação com o outro, é fundamental que este contexto e as relações nele existentes sejam favoráveis ao desenvolvimento de habilidades que permitam a criança lidar com sua liberdade respeitando os limites necessários e cabíveis para o respeito aos outros sem, necessariamente ter que ocultar-se por trás de máscaras sociais ou transforma-se no outro da sua relação, ou nos desejos deste outro (ROGERS, 1977). A família brasileira contemporânea apresenta-se sob características onde não mais prevalece o modelo familiar tradicional, constituído por pai, mãe e filhos; onde a mãe tem como papel principal, ou exclusivo, o cuidado com os filhos e a família (CERVENY e BERTHOUD, 1997; BARREIRA, 1999). Assim, é comum que o trabalho e vida profissional dos pais impliquem em uma maior ausência destes no lar. Tal ausência implica, muitas vezes, no distanciamento entre pais e filhos, ficando estes últimos sem a devida atenção às suas necessidades afetivas, psíquicas, emocionais, sociais e, em alguns casos, físicas. Dentre as necessidades não supridas, a questão dos limites se faz evidenciada através de uma relação pais-filhos orientada pelo controle e restrições exageradas, devido a pouca presença dos pais e o receio das consequências desta; ou orientada pela escasso ou nenhum estabelecimento de limites, como forma de compensar a criança através da satisfação irrestrita dos seus desejos. (JUSTIFICATIVA) Compreender a o equilíbrio no estabelecimento de limites na relação – pais-filhos se faz necessário com vista à contribuir para o desenvolvimento de crianças mais saudáveis, livres e responsáveis, pois, através da prática clínica com crianças, é possível observar a presença de dificuldades, ou seja, queixas, que tem como base a dificuldade dos pais em lidar com a necessidade de limites para com seus filhos de forma equilibrada. (OBJETIVOS) Assim, nesse estudo, analisamos a importância dos limites no cotidiano familiar da criança levando em consideração, as suas características no desenvolvimento da personalidade e o impacto de uma relação de aceitação, propostos por Carl Rogers, no desenvolvimento do Ser. (METODOLOGIA) Para tanto, estudamos bibliografias pertinentes sobre as propostas de Carl Rogers acerca do desenvolvimento humano, em especial, a teoria da personalidade, a fim de compreender as condições necessárias para um desenvolvimento saudável, em constante dinamismo, possibilitando ao Ser atingir o que Rogers (1977) denomina de vida plena. Tais análises têm como cenário principal o contexto social contemporâneo, no qual observamos a constante busca pelo prazer e o imediatismo extrapolando os limites necessários (MELMAN, 2003) ou, opostamente o desenvolvimento de relações de poder caracterizadas pela repressão à expressão de sentimentos. (CONSIDERAÇÕES FINAIS) Considerando a capacidade que o indivíduo tem de atualizar suas potencialidades, apesar do contexto propiciador da falta de limites ou repressão demasiada, podemos pensar que os pais (pessoas-critério) podem funcionar como possibilitadores de limites, considerando o contexto social e as necessidades individuais da criança, utilizando-se de atitudes reflexivas e compreensivas, favorecendo à criança a percepção de sua liberdade experiencial associada a responsabilidade por suas escolhas e atos na relação com o outro. Referências: BARREIRA, César. et al.

Juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza. Brasília: Unesco, 1999. CERVENY, Ceneide M.O. e BERTHOUD, Cristiana M.E e Col. Família e Ciclo Vital: nossa realidade em pesquisa. S. Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. MELMAN, Charles. O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço. Janeiro: Companhia de Freud, 2003. ROGERS, Carl e KINGET, Marian. Psicoterapia e Relações Humanas. Vol 1. Belo Horizonte: Interlivros, 1977.

**Palavras-chaves:** Infância, Relação pais-filhos, Família, Limites

**Atividade: O papel da criança na arteterapia com famílias: reflexões iniciais (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** O papel da criança na arteterapia com famílias: reflexões iniciais

**Autor(es):** Maíra Bonafé Sei, Isabel Cristina Gomes

**Resumo:** As crianças se constituem como seres em desenvolvimento demandando uma atenção e cuidado especial para um desenvolvimento saudável, principalmente nos primeiros anos de vida, sendo o dever da família primar por essas condições ideais para a saúde. Nem sempre a família consegue desempenhar suas funções, precisando de um auxílio por vezes social, por vezes psicológico, para ser um ambiente suficientemente bom para suas crianças. A terapia familiar pode se configurar então como uma ferramenta de auxílio à família, colaborando para a mesma elaborar questões, traumas, situações difíceis que tendem a perdurar ao longo de gerações, abrindo um espaço para que aspectos não ditos sejam explicitados e os papéis desempenhados por cada membro possam ser questionados e modificados quando necessário. Nesse processo, os recursos da arteterapia podem se mostrar como auxiliares nesse processo de expressão e elaboração da família, já que se oferece uma diferente linguagem, a arte, para a comunicação entre familiares e terapeuta, principalmente no caso de família com crianças, que tendem a se comunicar mais facilmente ao se utilizar de elementos lúdicos e gráficos. Tendo em vista estes aspectos, propôs-se psicoterapia familiar em uma instituição de atendimento à violência familiar de uma instituição do interior paulista, tendo como característica especial o uso dos recursos da arteterapia como facilitadora do processo terapêutico. Os atendimentos são realizados com uma periodicidade média mensal, apesar da idéia inicial de realização semanal das sessões, dada as dificuldades concretas relativas a horários e condições financeiras apresentadas pelas famílias para comparecerem na instituição. No que concerne o processo terapêutico, pode-se dizer que, através deste confirmou-se que os recursos artísticos se configuram como uma ferramenta que aproxima a criança do adulto, valorizando a contribuição que a mesma pode dar no contexto terapêutico, já que os trabalhos realizados têm a mesma importância que a fala verbal usual dos adultos, algo descrito na literatura. O desenho, pintura, dentre outras possibilidades expressivas podem revelar elementos implícitos da dinâmica familiar, através dos conteúdos representados. Como exemplo, tem-se o caso de um filho, em agitada sessão familiar, que desenha sua mãe e seu pai envoltos em um coração, com a palavra "paz" descrevendo a situação representada no desenho, quando sua mãe está na realidade casada com um novo parceiro, fato que faz pensar em um desejo do garoto em ter seus pais novamente unidos como se esta situação pudesse trazer mais tranquilidade para o ambiente familiar. Além disso, a situação do desenho em si, que oferece um espaço para aspectos mais lúdicos, colabora para a observação do relacionamento entre os membros da família, agregando informações sobre o funcionamento e dando maiores instrumentos para a atuação do terapeuta junto a este grupo. Pensa-se, a partir da experiência descrita, que a arteterapia com famílias, principalmente aquelas com crianças, se configura como uma estratégia interessante de atuação, visto que abre espaço para o surgimento de elementos inconscientes não ditos e conseqüentemente não elaborados, valorizando a contribuição da criança e dando condições para que os integrantes da família experimentem outros papéis no contexto terapêutico e também fora do mesmo, de maneira que este grupo possa, então, proporcionar desenvolvimento e saúde para seus membros.

**Palavras-chaves:** família, arteterapia, criança

**Atividade: Significados em torno do parto e do ser mãe em narrativas de mulheres de gerações e classes sociais diferentes, sob a perspectiva do Self Dialógico (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Significados em torno do parto e do ser mãe em narrativas de mulheres de gerações e classes sociais diferentes, sob a perspectiva do Self Dialógico

**Autor(es):** Sara Santos Chaves, Ana Cecília de Sousa Bastos

**Resumo:** O processo do tornar-se mãe é algo dinâmico, pois envolve a construção de novos significados acerca da maternidade e da própria vida, além da emergência de um novo self, uma nova identidade, a de mãe. Os períodos de transição no curso de uma vida são fortemente caracterizados como momentos de auto-reflexão e tentativas de construção de significados. Esses momentos de auto-reflexão e construção de significados na vida dos sujeitos dependerão da forma através da qual a transição é interpretada pelo sujeito. Esta forma de interpretação dos momentos de transição está intimamente relacionada não apenas ao curso dessa transição, mas também ao curso de vida, de um modo mais amplo, e à forma com a qual esses eventos são narrados. Assim, o desenvolvimento de uma identidade requer a diferenciação e um novo arranjo de perspectivas referentes tanto aos outros, quanto a si mesmo(a). Ao integrar esse novo arranjo, há uma nova compreensão do si mesmo no curso do tempo, o que viabiliza a ampliação das possibilidades de ação e relações do sujeito frente à realidade e uma crescente diversidade de contextos em sua vida. Assim, conforme a perspectiva do Self Dialógico, a ambivalência é uma noção importante a ser analisada nos processos de construção de significados, uma vez que estes são criados no presente, integrando aspectos da experiência passada em relação a um futuro, o qual nunca poderá ser totalmente determinado no presente. O presente estudo, que faz parte de um estudo transgeracional mais amplo, visa a analisar significados construídos em torno da maternidade, por quatro mães de duas gerações, duas da classe média e duas da classe pobre, abordando o processo de escolha do parto, a atenção ao parto, o impacto da experiência pessoal sobre a construção dos significados de ser mãe. Para tanto, a coleta de dados foi realizada em dois encontros. No primeiro encontro, foi feita uma entrevista semi-estruturada com mãe e avó simultaneamente, num setting conversacional, no qual ambas narraram livremente imagens e fatos acerca do parto, do processo de se tornarem mães e das transformações ocorridas em suas vidas após este evento. No segundo encontro, a mãe e a avó responderam individualmente à versão brasileira do Family Assessment Device, baseada no McMaster Model of Family Functioning (MMFF) e a um questionário que solicitou dados sócio-demográficos, sobre história migratória, redes sociais e organização do cotidiano familiar. A entrevista foi gravada e transcrita. Foram escolhidos dois casos devido à riqueza de informações contidas. A análise focalizou ambivalências presentes em suas narrativas, em convergência ou contraste face ao discurso canônico acerca da maternidade, em suas múltiplas dimensões. Observou-se que a construção dos significados do ser mãe para a geração mais jovem emergiu enquanto contraponto à experiência e significados da geração mais velha. Segundo as narrativas das mães, há uma diferença no discurso médico no que tange ao tipo de parto para as mães, conforme o tipo de assistência médica que recebem. Se o atendimento é financiado por um plano particular, predomina o discurso médico em prol de um parto cesariano; se é financiado pelo Sistema Único de Saúde, predomina um discurso médico em prol do parto normal. A escolha do tipo de parto por parte da futura mãe, embora pareça uma possibilidade, não ocorreu nos casos em questão: a influência e vontade do médico prevaleceram sobre as vontades das mulheres. O discurso da cultura, incorporado pelo discurso médico, sofreu forte transformação ao longo de uma geração. O impacto da experiência pessoal sobre a construção dos significados de maternidade é expressivo, na medida em que as histórias e os cânones culturais não perfazem exclusivamente o self e a identidade de mãe, enquanto estas não experienciam efetivamente este evento. Há a presença de ambivalências fortes entre as mães das duas gerações nos dois casos. Entre as mães de classe média, há a ambivalência “eu-mulher natureza x eu-mulher indivíduo”; entre as mães de classe pobre esta ambivalência aparece também, embora seja fortemente permeada por sentimentos de tristeza (predominante na mãe da primeira geração) x. alegria (predominante na mãe da segunda geração).

**Palavras-chaves:** Maternidade, Parto, Narrativas, Identidade, Self-dialógico

**Atividade: Representação de Família e Material Didático  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** REpresentação de Família e Material Didático

**Autor(es):** Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas, Danielle de Fátima da Cunha Cavalcanti de Siqueira, Gabriele Ferreira de Arruda

**Resumo:** A pesquisa trata da representação de família implícita no material didático usado por crianças da primeira à quarta série, do Ensino Fundamental, de escolas particulares da zona centro da cidade do Recife. A amostra foi escolhida de forma aleatória, porém, levando em consideração a representatividade em relação a cada bairro da referida zona, no final tivemos a autorização de sete escolas para realizarmos a pesquisa. Foram submetidos à Análise de Conteúdo Documental cento e oito livros didáticos e para-didáticos, os quais eram adotados pelos colégios participantes. Os dados coletados resultaram em oito temas: modelo de família; papéis femininos; papéis masculinos; papéis dos filhos; dos avós; atitudes relacionadas à família que são mais valoradas; e a relação de poder por idade e por gênero. Apesar de leituras especializadas indicarem uma grande diversidade de configurações familiares possíveis, os resultados indicaram que estes materiais, ainda, privilegiam um modelo tradicional de família, tanto no que se refere à sua forma quanto ao seu funcionamento. O percentual do modelo nuclear (63,20%) foi superior a soma das demais configurações (36,80%), sendo o modelo extenso (23,52%) o segundo mais representado. Os papéis femininos e masculinos são essencializados e naturalizados. Os livros analisados atribuem à mulher/mãe, a responsabilidade pelas atividades domésticas e o cuidado com os filhos, o homem é encarregado, principalmente, da função de prover o sustento da família. O pai contemporâneo também é visto como um amigo. No que diz respeito à figura materna a visão que ainda predomina é a de que a mulher deve se restringir ao espaço privado do lar e ao cuidado com toda a família. Os avós, representados nos materiais analisados, assim como os filhos, também, encontram-se dentro dos modelos clássicos. Aos avós cabe a tarefa de mimar os netos, em 67,92% dos textos esses aparecem ligados a funções como proporcionar lazer e/ou nutrir uma relação de amizade (39,62%) ou trocar experiências com os netos e dar conselhos (28,30). Ainda sobre a figura dos avós, é importante ressaltar a pouca ênfase dada ao exercício da autoridade (1,89%). Em relação à figura do filho um fato que chama a atenção é a sua idealização, sendo o bom filho aquele que estuda, ajuda seus pais, obedece, e não lhes dá trabalho. As relações de poder se orientam pela supremacia do sexo masculino sobre o feminino e ocorrem na vertical em relação à idade. E as atitudes mais valoradas dentro da família pelos livros foram: solidariedade (21,78%), união e harmonia (18,11%), companheirismo e amizade (12,07%). Contudo entendemos que os homens, as mulheres e as crianças são apresentados em um modelo "ideal", favorecendo a exclusão de todas as outras possibilidades de ser sujeito. Além disso, entendemos que o material analisado privilegia um modelo de família hegemônico e tradicional, contribuindo para reforçar a "norma" que coloca as outras formas de vida familiar numa posição de inferioridade e exclusão.

**Palavras-chaves:** material didático, família, escola, representação

**Atividade: Família e Deficiência  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** O IMPACTO AFETIVO NOS PAIS DIANTE DO NASCIMENTO DE FILHOS COM DEFICIÊNCIA MENTAL

**Autor(es):** Maíra Dallen de Figueirêdo Lira

**Resumo:** Com o advento da modernidade a família sofreu mudanças, e assim passou a



desenvolver através dos tempos funções diversificadas de transmissão de valores éticos, estéticos, religiosos e culturais. Isso, a fim de cumprir sua função social de unidade grupal onde são desenvolvidas a aliança, filiação e consangüinidade, na responsabilidade de preservar a espécie, nutrir e proteger a descendência e fornecer-lhe condições para a aquisição de suas identidades pessoais, ainda sendo caracterizada como um agrupamento sentimental e central na vida humana. Portanto, o filho tornou-se símbolo nuclear da família moderna, a qual é considerada responsável pelo modo que a criança terá em termos de conduta, no desempenho de seus papéis e das normas e valores que colocam tais papéis. Neste contexto, a pesquisa propôs investigar como ocorre a repercussão afetiva em pais no momento que nasce um filho com deficiência mental. Assim, tendo por objetivos verificar o impacto emocional nos pais com esse nascimento; compreender como acontece o processo de aceitação/ ajustamento nessa realidade inesperada; e por fim procurar identificar nos seus discursos se eles consideram que a experiência afetiva tenha repercutido no desenvolvimento de seus filhos. O grupo de indivíduos pelo qual foi executada a pesquisa é composto por pais de filhos com deficiência mental, cuja maioria tem seus filhos matriculados numa escola especial que funciona na cidade do Recife-PE. Tais famílias entrevistadas pertencem à classe média baixa, e tem filhos com distintos diagnósticos, os quais são classificados como deficiência mental. Foram realizadas quinze entrevistas, todas semi-estruturadas, e um grupo focal composto por parte desses entrevistados, os dados sendo analisados pelo método da Análise de Discurso. Desse modo, foi possível verificar que as emoções e afetos suscitados são marcados por sentimentos que envolvem medo; tristeza; desgosto; preocupação, entre outros, e que para serem superados é necessário aos pais uma condição emocional e disponibilidade de passar por um processo de resignificação da representação que já haviam elaborado do filho na dinâmica familiar, modificando assim, sua estrutura. Simultaneamente, nos discursos percebe-se que essas vivências afetivas têm por base motivos que estão relacionados diretamente à necessidade humana de estar numa situação que tenham conhecimento sobre o que fazer; também as representações sociais relacionadas aos papéis de ser mãe; pai e filho, e, por fim, a maneira como as pessoas com deficiência mental são consideradas em nossa cultura. Dessa maneira, o medo/ desconforto humano de experimentar uma situação desconhecida; o olhar do outro; a sensação de um fracasso pessoal diante de suas expectativas frustradas em relação à maternidade e filidade; e a forma como é transmitida, ou escutada tal informação, são informações bastante enfatizadas no discurso dos entrevistados como fatores que contribuí para emergir sentimentos e emoções que os afligem com a nova realidade. Tais motivos mencionados, também, apresentam-se interferindo no processo de aceitação e/ou ajustamento à nova vida, e assim foi possível verificar que a execução de comportamentos próximos da norma, apresentados pelos filhos; a detenção de informações em relação à condição da pessoa com deficiência; e a consideração de que essa foi uma experiência mandada por Deus, foram fatores que os pais revelaram ser influenciadores no processo de adaptação e/ou aceitação sobre a deficiência mental. Porém, com os dados percebe-se que nem todos os pais conseguem aceitar de fato a situação. De acordo com a percepção da maioria dos entrevistados a repercussão emocional vivenciada interferiu no desenvolvimento do filho, alguns demonstrando que é necessária, muitas vezes, a interferência de uma outra pessoa na relação com o filho para que os ajudem a reconhecer que suas formas de criar o filho não são adequadas para que possa haver uma evolução no desenvolvimento deles. Assim é possível compreender que a representação do filho na vida desses pais é o que vai ser fator para o impacto dos pais com a situação inusitada e, concomitantemente, uma re-elaboração desta representação é o que irá fundamentar o convívio entre os pais e seus filhos com deficiência mental. Tais representações apresentaram ser caracterizada por cuidados e amor maior que em relação às outras pessoas da rede familiar, e esse fator é o qual se apresenta como influenciador para busca, pelo menos, de adaptação na nova realidade, ao mesmo tempo de ser a questão que permite a vivência de um vínculo de dependência entre eles. Entretanto, entendemos que a necessidade de esclarecimento e acompanhamento junto aos pais, sobre a vida do filho com deficiência mental, é imprescindível para que a sua diferença seja considerada e trabalhada no aspecto emocional dos pais, contribuindo na promoção de uma relação, entre pais e filhos com deficiência, que os ajudem a entender e viver bem com a diferença, e não a transformando em fator que justifique comportamentos da família que reforcem a consideração da desigualdade existencial das pessoas com deficiência mental na sociedade.

**Palavras-chaves:** Família, Deficiência Mental, Impacto Emocional, Representação Social

**Atividade: PERCEÇÃO DE PAPÉIS DURANTE O CICLO VITAL DA FAMÍLIA  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**PERCEÇÃO DE PAPÉIS DURANTE O CICLO VITAL DA FAMÍLIA

**Autor(es):** Tatiana de Carvalho Socorro,Cristina Maria de Souza Brito Dias

**Resumo:** Sabe-se que é crescente a quantidade de pessoas idosas, na sociedade atual e, especialmente, de mulheres idosas, dado que a expectativa de vida é mais alta no sexo feminino (IBGE, 2000). Participaram da presente investigação 08 mulheres idosas, na faixa etária compreendida entre 74 e 93 anos, pertencentes ao padrão sócio-econômico médio ou alto, que residem em um lar destinado a essa população, situado na cidade de Recife. Este estudo teve por objetivo geral investigar os papéis que a mulher idosa vivenciou ao longo do ciclo vital da família, e como objetivos específicos: compreender o papel representado pela idosa na família, como filha, esposa, mãe, avó e bisavó (se o for); identificar como essas idosas percebem o relacionamento dos idosos com a sociedade, bem como o dela com sua família, no transcorrer do tempo; e estudar a percepção que a idosa tem das transformações ocorridas ao longo do ciclo vital da família. Foram realizadas entrevistas individuais, as quais foram gravadas e transcritas, sendo que as respostas foram categorizadas por temas afins e, em seguida, foram construídas categorias de análise, baseando-se na Análise Temática. Observa-se que os dados apontam que as idosas moldaram-se aos padrões estabelecidos pela sociedade do século XX, já que eram responsáveis pelos afazeres domésticos, bem-estar dos filhos e do esposo; abandonavam a vida profissional quando se casavam ou chegavam os filhos; adotavam um comportamento de subordinação, e seus maridos assumiam o papel de provedores, enfim, seguiam o modelo da família tradicional (ROCHA-COUTINHO,1994; PINTO, AMAZONAS, 2006). Porém, duas idosas infringiram esses comportamentos ditados pela conjuntura social da época, o que mostra o estabelecimento de diferenças e indica os primórdios da evolução social da mulher. As participantes percebem que os idosos antigamente eram valorizados pela família e respeitados pela sociedade, apesar da escassez de leis que os protegessem. Hoje, elas afirmam que o tratamento dispensado pelo meio social e familiar permanece igual; também, perceberam seu relacionamento familiar como satisfatório. Salienta-se que todas as idosas assumiram os papéis de mãe, avó e, algumas, o de bisavó. Constata-se a importância dessas idosas na família, através desses papéis exercidos durante o Ciclo Vital, seja como cuidadoras e educadoras, seja como suporte afetivo e financeiro (DIAS, SILVA; 1999). Espera-se que este estudo contribua para o incremento de pesquisas acerca dos papéis vivenciados pela mulher, colabore com a bibliografia atual sobre o tema e proporcione uma reflexão sobre a velhice, com o intuito de subsidiar projetos de melhoria da qualidade de vida para a mulher idosa.

**Palavras-chaves:** mulher idosa,ciclo vital da família,papéis familiares

**Atividade: Família em Situação de Pobreza  
(Paineis)**

**Trabalho:**Família em Situação de Pobreza: um estudo sobre os processos de luto e sua relação com a saúde familiar

**Autor(es):** Rachel Coelho Ripardo Teixeira,Leny Trad,Jeane Saskya Campos Tavares

**Resumo:** O luto pode ser definido como uma consequência de perdas significativas, comuns no dia-a-dia, mas que podem, em determinados contextos, gerar situações de estresse anormais. A presente investigação buscou compreender a relação entre vivências de luto e saúde de famílias em situação de pobreza. Atualmente, a família é um dos principais alvos de políticas e programas de saúde no Brasil, graças ao seu papel de mediação na produção e reprodução de significados e práticas vinculadas à saúde. As famílias em situação de pobreza enfrentam perdas constantes

que caracterizam uma existência precária e instável. Necessidades contínuas de reformular projetos, estresse físico e mental são situações comuns que muitas famílias brasileiras vivenciam. Para atingir o objetivo de compreender tal realidade complexa, descreveram-se situações de perdas significativas, exposição ao risco à saúde e resiliência na história de vida dos participantes e discutiram-se as repercussões da vivência de situações de luto e perdas significativas para a saúde física e mental da família. Este estudo integra a pesquisa “O cuidado à saúde no contexto familiar e suas inter-relações com os serviços formais e informais de saúde”, desenvolvida no grupo Comunidade, Família e Saúde (FASA), vinculado ao Instituto de Saúde Coletiva (ISC/ UFBA). Foi utilizada metodologia qualitativa, a partir da etnografia, entendida como uma abordagem implicada de aproximação da realidade. O local de estudo foi uma região de um bairro popular periférico de Salvador e os participantes foram três famílias, sendo duas monoparentais (uma destas, resultado de uma união conjugal e outra extra-conjugal) e uma nuclear. Todas elas historicamente marcadas por processos de pobreza e desapropriação de território e que no período da realização da pesquisa sofreram uma série de episódios de deslizamento de terra. Foi realizada ainda a pesquisa documental sobre a área e incursões no bairro objetivando a inserção na comunidade. Todos os procedimentos seguiram rigorosamente os princípios éticos recomendados para pesquisa com seres humanos. A partir da análise de encontros, entrevistas e diário de campo, os resultados preliminares indicaram que na história destas famílias estão presentes re-aloções, desemprego, doenças e separações, todas relacionadas a lutos. Estas perdas eram coincidentes ou decorrentes uma da outra, às vezes não perceptíveis, o que obscurecia as causas de problemas de saúde. Estas ocorrências se relacionam com os riscos das famílias, que estão em situação de pobreza, contribuindo para o desenvolvimento de lutos complicados, dificuldades na recuperação da saúde ou aparecimento de sintomas médicos. Tais dificuldades são contrabalançadas pelo apoio da rede social presente na comunidade, em particular as redes formal e informal de atenção à saúde, acionadas ou ativadas pelas famílias nas situações de crise ou luto. Diante dos resultados encontrados considera-se que o luto na família pobre constitui um elemento relevante para as agências que atuam na assistência e cuidado integral à saúde tendo como referência a abordagem familiar.

**Palavras-chaves:** luto,saúde,risco e resiliência,família em situação de pobreza

**Atividade: Construindo uma metodologia observacional para o estudo de famílias num contexto comunitário.  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Construindo uma metodologia observacional para o estudo de famílias num contexto comunitário

**Autor(es):** Ariana Cavalcante Melo,Heliane de Almeida Lins Leitão,Adélia Augusta Souto de Oliveira,Rômulo Marcelo dos Santos Correia

**Resumo:** A família é o primeiro e um dos principais contextos para o desenvolvimento humano, caracterizando-se como um sistema complexo e dinâmico, o qual estabelece relações de mútua influência com o meio no qual está inserido. O presente estudo integra uma proposta maior de pesquisa que vem sendo realizada desde 2005, pelo Grupo de Pesquisa “Família, Gênero e Desenvolvimento Humano”, com famílias residentes em uma comunidade litorânea. Adotamos o estudo observacional como um dos procedimentos metodológicos para a investigação das organizações familiares dessa localidade. A observação possui validade ecológica e propicia a descrição das famílias em seu contexto real facilitando a obtenção de diferentes categorias de análise. As observações foram realizadas em dois ambientes: as residências de duas famílias que participaram da pesquisa em etapas anteriores; e o espaço público comunitário, especialmente a rua de casa e as calçadas, por notarmos ser este um ambiente de convivência das famílias, constituindo-se numa extensão do espaço doméstico. O estudo observacional, tanto nas residências como no espaço público comunitário, tem por objetivo investigar o cotidiano das famílias, a qualidade e a quantidade das interações entre os seus membros, os modos de

comunicação e negociação entre eles, como também a responsividade nas interações. As sessões de observação nas residências foram realizadas por dois pesquisadores e tiveram duração de aproximadamente 50 minutos, as quais foram registradas por câmera de vídeo. Após cada sessão, os dois pesquisadores registravam suas observações em diários individuais de campo. O procedimento adotado para a transcrição dos dados obtidos através da câmera de vídeo foi construído a partir do foco das interações familiares que ocorrem em cada sessão. Em unidades de tempo com duração de aproximadamente 15 minutos cada, foram transcritas as interações ocorridas e especificados os seguintes aspectos das mesmas: os tipos de interação, as pessoas envolvidas, a duração, a responsividade, a sincronia e a direção da interação. Ao final da transcrição de cada unidade de tempo foi feito um resumo desse intervalo, acrescentando-se as observações e impressões dos pesquisadores. No espaço público comunitário foram realizadas seis sessões de observação, com duração de aproximadamente sessenta minutos cada uma. Durante estas sessões, os dois pesquisadores permaneciam no local, sentados e, algumas vezes, interagindo com as pessoas. Imediatamente após o período de observação, os pesquisadores registravam detalhadamente, em diários de campo, as interações ocorridas e suas impressões pessoais. As observações nas residências mostraram uma divisão sexual de papéis segundo o modelo tradicional, sendo atribuídas às mães a responsabilidade com a organização das atividades do lar e o cuidado dos filhos, e cabendo aos pais o lugar do respeito e da autoridade principal. Destacam-se a ausência dos pais no ambiente doméstico e a preocupação das mães em auxiliar no sustento do lar. Foi observado que quando a mãe se ausenta do lar, os filhos mais velhos, principalmente as meninas, assumem as responsabilidades de cuidado com a casa e com os irmãos menores. As observações no espaço da rua e comunidade centralizaram nas interações entre adultos e crianças. Os dados mostram que as pessoas tendem a se agrupar com outras do mesmo sexo e idade. A metodologia observacional adotada, especialmente quando combinada com outros instrumentos de pesquisa, mostrou-se um importante recurso de investigação por favorecer uma aproximação das múltiplas e complexas redes de interação que ocorrem na família em seu ambiente natural. Estes resultados podem apresentar importantes repercussões, favorecendo a implantação e a continuidade de projetos de intervenção psicossocial e de atendimento psicológico em contextos comunitários e de serviços de Psicologia.

**Palavras-chaves:** ESTUDO OBSERVACIONAL, FAMÍLIA, COMUNIDADE

**Atividade: Da família ao abrigo:  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Da família ao abrigo: é possível um caminho de volta?

**Autor(es):** Adna Fabiola Guimaraes T. Fontenele, Janille Maria Lima Ribeiro

**Resumo:** Este trabalho objetiva problematizar a questão do abrigamento de adolescentes vinculado com a falta de condições sócio-econômicas em que a família dos jovens está envolvida, construindo desta forma um ciclo difícil de ser rompido. Ele faz parte de estudo mais amplo de dissertação de mestrado vinculado ao sentimento de família em adolescentes abrigados. A pobreza leva o adolescente ao abrigo e o mesmo fator dificulta o retorno do jovem à família de origem. O que fazer, então, para que haja um caminho de volta para casa, para a família de origem? Os arranjos familiares, seja que formato possuir, recebem culturalmente importância no cuidado de seus membros, principalmente os mais vulneráveis como crianças e adolescentes. Apesar desta importância, o que é possível encontrar na realidade de muitas crianças e adolescentes brasileiros é a falta de assistência mínima a seus direitos básicos, inclusive a ter uma família e viver em uma comunidade. Mesmo o Estatuto defendendo que a pobreza não é mais motivo para que uma criança ou adolescente seja afastada de sua família de origem, o que se percebe claramente nas ruas de grandes metrópoles, como Fortaleza, é que a pobreza afasta sim crianças e adolescentes da convivência familiar e comunitária. Afasta e mantém longe por meio da vivência na rua ou em instituições como os abrigos, o que demonstra grande contradição entre o que dita a lei e o que acontece na realidade. O Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC (Serviço de Atenção

Continuada) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome revela que, dentre os principais motivos para crianças e adolescentes estarem em abrigos, a pobreza está em primeiro lugar com 24,1%. A responsabilidade pelo “fracasso” em cuidar dos filhos pequenos frequentemente recai sobre a família. É possível, dessa forma, imaginar como deve ser sofrido o cotidiano de muitas famílias brasileiras que não conseguem, por muitos motivos, cuidar minimamente de suas crianças e adolescentes. Sofrimento que pode ser nomeado como sofrimento ético-político que é a vivência cotidiana das questões sociais dominantes referentes, em especial, a dor que advém por ser tratado como inferior, subalterno, inútil. Quando os cuidados aos filhos recaem sobre o abrigo? Segundo o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente - o adolescente recebe uma medida de proteção que tem caráter excepcional, é acionada em última instância, quando crianças e adolescentes tenham seus direitos violados ou ameaçados e, em razão disto, precisem ser temporariamente afastados da convivência com suas famílias. Funciona, assim, como moradia alternativa até o retorno à família de origem ou colocação em família substituta. Tendo em vista todos estes aspectos, é importante problematizar a respeito de uma espécie de círculo vicioso que perpetua a vitimização de crianças e adolescentes e suas famílias. A condição socioeconômica precária de famílias brasileiras, ao impor maiores dificuldades para a sobrevivência digna do grupo familiar, pode funcionar como um elemento agravante e desencadeador de outros fatores de risco preexistentes. Portanto, tratar do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em situação de risco é falar das políticas de atenção às suas famílias, majoritariamente pobres. Os dados conseguidos pelo Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC mostram características típicas de exclusão social, apontando que os abrigos no Brasil são espaço da pobreza. Uma vez nos abrigos por conta da miséria de sua família que pouco ou não recebe apoio do Estado, esta criança ou adolescente continua com dificuldade de convivência familiar porque as instituições não promovem o retorno a uma família mais fortalecida econômica e moralmente. A família é colocada ideologicamente na sociedade contemporânea como a principal responsável por sua própria fragilidade em não conseguir cuidar bem de suas crianças e adolescentes, ficando o Estado como um bem-feitor ou um mero coadjuvante nesta responsabilidade. A criança da família de baixa renda continua abrigada porque sua família continua na mesma situação de precariedade, com a contínua ausência de políticas sociais eficazes para romper este drama. Nesta perspectiva propomos aqui possibilidades para que os riscos e a própria vulnerabilidade social sejam reduzidos: modificar os programas sociais da benevolência para a concretude de direitos e de políticas públicas; romper com a fragmentação destes programas; efetivar maciçamente a participação da sociedade civil em fóruns públicos com debates direcionados principalmente aos mínimos sociais a serem assegurados por meio de políticas públicas abrangentes. Entretanto, assegurar este retorno à família de origem ou o não rompimento é que se configura um grande desafio com dimensões amplas e estratégicas, cujo enfrentamento eficaz depende da viabilidade de um projeto de nação e de país que se queira construir agora e no futuro.

**Palavras-chaves:** adolescentes,abrigo,políticas públicas,direitos

**Atividade: O tradicional e o novo nas relações familiares de uma comunidade litorânea em transformação.**

**(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**O tradicional e o novo nas relações familiares de uma comunidade litorânea em transformação.

**Autor(es):** Heliane de Almeida Lins Leitão,Adélia Augusta Souto de Oliveira,Rômulo Marcelo dos Santos Correia

**Resumo:** A família é a instituição primordial da transmissão da cultura. Ela reproduz relações de poder, principalmente relações de gênero, que são fundamentais para o estabelecimento da identidade dos seres humanos e base para seus relacionamentos futuros. Não raramente, a própria família constrói suas bases em relação a um lugar estabelecido pela tradição. Contudo,

em uma comunidade marcada pela inserção em novas formas de sociabilidade, este lugar e esta família precisam ser repensados com o intuito de colaborar com os estudos dos processos sócio-culturais. Esta comunicação pretende apresentar o resultado de um ano de trabalho do grupo de pesquisa “Família, Gênero e Desenvolvimento Humano”, em uma comunidade litorânea marcada pela chegada do turismo de massa. Neste contexto, família e comunidade vêem o lugar em que construíram suas histórias e tradições sendo transformadas para se adequarem à lógica da indústria do turismo e do consumo, caracterizada por ser, ao mesmo tempo, benéfica do ponto de vista de melhorias materiais e geradora de degradação humana-ambiental. Os participantes da pesquisa foram seis famílias constituídas de pai, mãe e, ao menos, dois filhos biológicos do casal. Foram utilizados instrumentos e procedimentos para a coleta de dados, tais como: entrevistas semi-estruturadas, com roteiros específicos para pais, mães e filhos; aplicação de histórias semi-projetivas, com versões para os gêneros masculino e feminino; produção de “Retratos de Família”, onde as crianças foram solicitadas a retratar individualmente suas famílias através de desenhos e fotografias; estudos observacionais, realizados em dois ambientes, sendo estes, observação em residências familiares e em espaço público comunitário; produção de diários de campo após cada visita realizada à comunidade. A análise e discussão dos resultados obtidos vêm evidenciando uma realidade familiar onde todos, pai, mãe e filhos, vivem, reproduzem e transformam estereótipos, modelos de autoridade, valores sociais e costumes. As relações de poder e as relações de gênero aparecem apoiadas em práticas tipicamente tradicionais, contudo algumas falas apontam para a emergência de novos valores, ideais e formas de relacionamento familiar. Como, por exemplo, embora atribuindo o papel de provedor aos seus maridos, as mulheres realizam trabalhos remunerados e buscam qualificação para ascensão profissional. Já as falas, principalmente por parte dos pais, indicam, especialmente, uma valorização da hierarquia familiar tanto em relação ao saber, quanto à autoridade, enquanto que as falas de suas filhas parecem almejar por relações familiares mais igualitárias, baseadas na escuta mútua. Os resultados obtidos possibilitam uma melhor compreensão da dinâmica familiar na realidade estudada e pode ter repercussões em políticas públicas de educação, promoção de saúde na comunidade e de atendimento clínico à família e à criança.

**Palavras-chaves:** Família, Comunidade, Gênero

**Atividade:** FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO  
(Paineis)

**Trabalho:** FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO : AVALIAÇÃO ECOLÓGICA DE UMA INSTITUIÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL

**Autor(es):** Roberta Kelle Venuto Barbosa, Juliana Lima de Araújo, Andre de Carvalho Barreto, Júlia Sursis Nobre Ferro Bucher

**Resumo:** O presente estudo objetivou avaliar a intervenção sócio-educativa da Organização Não-Governamental Acreditando e Aprendendo (ONG 2A) que trabalha com famílias em situação de risco. Para atingir essa meta, fez-se uso do modelo qualitativo com delineamento de pesquisa do tipo pesquisa-ação, no qual o pesquisador inseriu-se na comunidade de intervenção e na própria instituição. Foram realizadas observações participantes das práticas intervenientes e da comunidade, entrevistas semi-estruturadas com a população atendida e equipe técnica e quatro grupos focais com os profissionais da instituição e parte do público assistido. As observações e narrativas foram analisadas de acordo com os níveis ambientais do modelo sistêmico de Bronfenbrenner: microssistema, mesossistema, exossistema e macrosistema. A ONG 2A atua desde 1998 em Fortaleza/CE, atendendo a mais de 150 pessoas, divididas entre crianças, pré-adolescentes, adolescentes e seus pais, tendo como objetivo facilitar a cidadania dessas pessoas a partir da utilização de atividades lúdicas e artísticas, potencializando a expressão individual e grupal, trabalhando com eles a reflexão crítica e, principalmente, o afeto mútuo; e tendo por missão melhorar a qualidade de vida dessas pessoas, tornando-as mais conscientes de seus direitos e deveres como comunidade e como indivíduos. A comunidade na qual a ONG

intervém localiza-se na periferia da capital na qual se observou, durante a avaliação, um saneamento deficiente, ruas esburacadas, residências com ligações clandestinas de energia e casas com risco de desabamento. O tráfico de drogas, assassinatos, furtos e prostituição eram atividades realizadas abertamente naquele meio-ambiente, somado ao elevado índice de desemprego que tornavam seus habitantes imersos em uma situação de risco econômico e social. O projeto da ONG avaliado era desenvolvido em encontros quinzenais de três horas/aula durante dois anos, somando-se o total de 120 horas/aula. O projeto visava a fortalecer a cidadania da família, trabalhando seus membros individualmente. A ONG dividia a família de acordo com a faixa etária dos seus integrantes, formando a Turma do Conto (TC), de cinco a oito anos; turma de Crianças (Cr), de nove a 11 anos; turma de Pré-adolescentes (PR), de 12 a 14 anos; turma de Adolescentes (AD), de 15 a 19 anos; e turma de pais – Ampliando Saberes, Construindo Amizades (ASCA). O mesmo conteúdo era ensinado em todas as turmas, mas a forma como era transmitido respeitava o nível desenvolvimental que se encontravam os participantes. Como resultados, a ONG conseguiu o exercício da cidadania de seu público, este melhorou suas relações inter-pessoais, ocorrendo uma redução das discussões familiares, e no aproveitamento estudantil, queda do índice de gravidez na adolescência e redução dos roubos e assassinatos na comunidade. Avaliando as práticas intervenientes da instituição e seus resultados segundo os níveis do modelo ecológico, pode-se observar que, devido as interações face a face no microsistema das turmas de TC, CR, PR, AD e ASCA terem ocorrido em um longo período de tempo, resultou que seus membros passassem a se conhecer melhor, gerando uma melhora na qualidade de suas relações interpessoais. Como a intervenção do projeto ocorreu no mesossistema, por exemplo, o educando do PR tinha sua mãe no ASCA, seu irmão caçula na TC e seu melhor amigo no AD. Com isso, a apreensão dos conteúdos atingiam a um sistema maior e tornavam-se mais duradouros. As capacitações freqüentes dos profissionais e seus momentos de integração – ocorrendo no nível do exossistema do público atendido, ou seja, sem ele freqüentar ativamente – atingia o grau das relações que os educadores tinham com os educandos, melhorando o desenvolvimento do projeto. Finalmente, por as temáticas abordadas nas turmas terem sido originadas de acordo com o macrossistema do público – as demandas e cultura da comunidade – tornavam estas mais condizentes com sua realidade, tornando-se mais atrativas. Portanto, compreendem-se os resultados da instituição como advindos de uma intervenção multifocal que considera diversos fatores do modelo ecológico do desenvolvimento humano, tornando-a sistêmica. Apesar dessa estratégia e de seus resultados, pouco se constatou na instituição o desejar de se ampliar a participação dos pais das crianças e dos adolescentes e de melhor estruturar sua prática psicopedagógica de acordo com seu modelo de intervenção, recomendando-se, assim, uma melhora institucional nestas deficiências.

**Palavras-chaves:** Família, sistemas, Ong, Situação de risco

**Atividade: Filhos por adoção  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Filhos por adoção: um estudo sobre o seu processo educativo em famílias com e sem filhos biológicos

**Autor(es):** Suzana Sofia Moeller Schettini, Cristina Maria de Souza Brito Dias

**Resumo:** A presente pesquisa, de natureza quantitativa, teve como objetivo geral identificar, no processo educativo de filhos por adoção, as dificuldades percebidas pelos pais adotivos em famílias com e sem filhos biológicos. Especificamente procurou-se investigar as seguintes dimensões: os problemas de comportamento, as dificuldades escolares e as dificuldades dos pais para estabelecer os limites educativos. A questão de encontrar dificuldades com a educação de filhos parece ser universal, entretanto, é nas filiações por adoção que, muitas vezes, determinados aspectos do processo educativo emergem revestidos de uma magnitude extrapolada. A prática clínica constata haver uma forte relação entre as dificuldades dos pais e a resposta comportamental dos filhos. Observa-se que muitos pais adotivos, inseguros no seu lugar de pais, passam mensagens ambivalentes aos seus filhos adotados, os quais, em decorrência, apresentam dificuldades para perceber a sua família como “verdadeira e natural”.

Os preconceitos sociais e as pressões advindas de familiares também contribuem para reforçar essa percepção. A contingência de ser uma família adotiva insere especificidades que precisam ser compreendidas, elaboradas e integradas na educação do filho adotado num sentido geral. Os dados coletados resultaram da aplicação de um questionário, com questões abertas e fechadas, a 200 pais adotivos, dos quais 100 possuem apenas filhos adotivos e 100 possuem filhos adotivos e biológicos. Os dados sócio-demográficos, em ambos os grupos familiares, caracterizam a maioria dos pais adotivos como sendo brancos (79%), casados ou em união estável (87%), com nível de escolaridade superior ou superior incompleto (75%), renda familiar mensal de mais de 9 salários mínimos (51%), orientação religiosa predominantemente católica (57,5%) e na faixa etária entre 31 a 40 anos, na época da primeira adoção. Verificou-se que não existem diferenças consideráveis entre os dois tipos de família, quanto às intercorrências havidas durante o desenvolvimento e educação dos filhos adotados; 56% dos pais adotivos exclusivamente e 54% dos pais biológico-adotivos afirmaram que seus filhos não apresentaram problemas de comportamento; 48% dos pais exclusivamente adotivos e 60% dos pais biológico-adotivos referiram dificuldades escolares, verificando-se uma tendência aos filhos do segundo grupo apresentarem uma incidência maior de dificuldades escolares, o que pode se relacionar ao fato de que a maior frequência de filhos únicos adotivos (72%) e o maior número das adoções tardias (60%) encontram-se nesse grupo familiar. No que se refere ao estabelecimento de limites, 65% dos pais exclusivamente adotivos e 78% dos pais biológico-adotivos afirmam não terem enfrentado dificuldades havendo uma tendência no segundo grupo a ter uma maior facilidade para administrar limites, o que pode ser relacionado à experiência prévia adquirida com os filhos biológicos, já que a maioria desses pais efetuou as adoções após ter os seus filhos biológicos (83%). No cruzamento estatístico de dados, constatou-se que não há relação significativa entre as variáveis sócio-demográficas e suas influências no processo educativo dos filhos, excetuando-se o fato de que pais biológico-adotivos evangélicos e espíritas apresentaram uma maior tendência a adotar a maior quantidade de filhos; no mesmo grupo familiar, verificou-se que os filhos de pais com nível de escolaridade superior tendem a apresentar uma maior incidência de problemas de comportamento e dificuldades escolares. Outros dados relevantes: 77,5% das adoções efetuadas pelos dois grupos familiares foram motivadas por um real desejo de filho e 22,5% atendem a outras demandas que não caracterizam este desejo, tendo se confirmado que não há relação estatística entre motivação, problemas de comportamento, dificuldades escolares e dificuldades para estabelecer limites; 41% dos pais exclusivamente adotivos e 40% dos biológico-adotivos enfrentaram resistências familiares às adoções, sendo que no segundo grupo essas resistências foram significativas para intensificar as dificuldades enfrentadas pelos pais; famílias biológico-adotivas estão mais disponíveis para efetuar adoções tardias; não houve diferenças significativas entre os problemas educativos de adoções precoces e tardias, apenas em filhos únicos adotados tardiamente verificou-se uma maior tendência a apresentarem problemas de comportamento. Considerando-se o número total de filhos adotivos na pesquisa, obtido aleatoriamente, observou-se que 50% são do sexo feminino e 50% do sexo masculino; o sexo dos filhos não determinou uma maior incidência de problemas de comportamento nos dois grupos; a idade em que a criança tomou conhecimento de sua condição adotiva não teve relação com os problemas de comportamento, mas teve importância significativa no tocante às dificuldades escolares; 78% dos pais exclusivamente adotivos e 58% dos biológico-adotivos não creditam os problemas enfrentados à adoção; 52% dos pais biológico-adotivos acreditam que a educação de filhos biológicos e adotivos tenha sido semelhante. Foi possível concluir que as dificuldades enfrentadas pelos dois grupos familiares são bastante similares, embora tenham que enfrentar desafios diferentes: enquanto os pais exclusivamente adotivos necessitam elaborar os seus conflitos, especialmente, em relação à esterilidade, os pais biológico-adotivos precisam encontrar o ponto de equilíbrio na educação de seus dois tipos de filhos, evitando o excesso de expectativas e a superproteção.

**Palavras-chaves:** Família,adoção,Processo educativo,Dificuldades

**Atividade: DO NASCIMENTO DO NETO AO ADOECIMENTO DOS AVÓS: AS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NAS RELAÇÕES INTERGERACIONAIS (Mesas Redondas)**

**Trabalho:**Do Nascimento Do Neto ao Adoecimento dos Avós: As Transformações ocorridas nas



## Relações Intergeracionais

**Autor(es):** Cristina Maria de Souza Brito Dias

**Resumo:** Esta mesa-redonda visa apresentar três pesquisas voltadas para a área da família, mais especificamente, das relações intergeracionais que se estabelecem ao longo de seu ciclo vital. O primeiro trabalho, intitulado “Influência dos avós na vida familiar: transmissão de valores e apoio durante o nascimento dos netos”, se centraliza no papel participativo dos avós desde o momento em que a chegada do neto é anunciada. Os avós têm sido apontados, juntamente com o pai da criança, como as principais fontes de apoio durante o nascimento dos netos, podendo contribuir para o bem-estar das mães, sejam elas filhas ou noras. Com o objetivo de descrever, na perspectiva materna, a rede social de apoio de famílias durante o período de gestação e imediatamente após o nascimento de filhos, enfatizando a participação e o apoio dos avós, foi realizada uma pesquisa com 45 mulheres gestantes, primíparas, e 45 mães de bebês de até 6 meses de idade, residentes na cidade de Brasília. Elas responderam a um questionário sócio-demográfico e a uma entrevista semi-estruturada. Os resultados indicaram, entre outros, que as avós se mostraram participativas nos cuidados com os netos e em vários aspectos da vida familiar. A segunda apresentação, intitulada “Avós guardiãs: percepção e vivência do papel” aborda a questão das denominadas “avós guardiãs”, “mães substitutas”, “avós cuidadoras” ou “avós em tempo integral”. Trata-se daquelas avós que, por motivos variados (gravidez na adolescência dos filhos, separação, imaturidade, uso de drogas, doenças ou mesmo morte dos pais das crianças), acabam assumindo o cuidado dos netos. Tanto as avós como os netos, a depender do motivo que ocasionou tal situação, podem apresentar diversas dificuldades, não só a nível orgânico, como social e psicológico. Com o objetivo de investigar como as avós guardiãs percebem e vivenciam esta condição, realizou-se uma pesquisa com 64 avós (40 maternas e 24 paternas), que criavam de um a quatro netos, na cidade de Recife. Elas responderam a um questionário de múltipla escolha, decorrente da análise de conteúdo das entrevistas realizadas com nove avós. Os resultados indicaram a presença de sentimentos contraditórios, pois ao mesmo tempo em que tomaram a iniciativa de criar os netos e desejavam continuar com tal responsabilidade, as avós se declararam cansadas, doentes, com dificuldades para impor limites e para dar conta das despesas com os netos. Estes resultados apontaram para a necessidade de mais pesquisas e formação de grupos de apoio para avós e netos das famílias guardiãs. Finalmente, o terceiro trabalho, intitulado “O impacto da doença de Alzheimer no subsistema avós, mães e netos”, se deterá numa pesquisa realizada com 24 mães cuidadoras de 24 avós (6 homens e 18 mulheres), com provável diagnóstico do mal de Alzheimer. A partir da revisão bibliográfica elaborou-se uma entrevista aberta com roteiro semi-estruturado. Sua aplicação foi gravada, transcrita e, posteriormente, analisada segundo a técnica de Bardin. Também foi utilizado o FAST (Family System Test), instrumento que consiste em um processo de investigação bidimensional destinado a realizar uma análise estrutural e sistêmica das percepções dos sujeitos sobre as relações familiares. Foram examinadas quatro representações da família (antes da doença, na situação atual, na de conflito e na ideal). Entre outros resultados, chamou a atenção que os netos que tiveram uma maior aproximação com os avós, antes da doença, tenderam mais a negar a enfermidade. Além disso, os netos que mais se envolveram nos cuidados com os avós foram os que residiam na mesma casa que eles. Pode-se constatar que, com a doença, os papéis desempenhados pelos avós, pais e netos, sofreram muitas mudanças, as quais precisam ser reavaliadas e elaboradas. Sugere-se a implantação de Centros de Referências de Portadores da Doença de Alzheimer em todos os pólos municipais do país, com a presença de equipe multiprofissional e interprofissional, visando dar suporte aos cuidadores e às famílias com um dos membros portadores da enfermidade. Pode-se constatar, através dos trabalhos apresentados, as mudanças sofridas nos diferentes papéis desempenhados no âmbito da família e a necessidade de adaptação a elas, começando com o nascimento do neto até o possível adoecimento dos avós.

**Palavras-chaves:** avós,netos,relações intergeracionais

**Trabalho:**Influência dos Avós na Vida Familiar: Transmissão de Valores e Apoio durante o Nascimento dos Netos

**Autor(es):** MARIA AUXILIADORA DESSEN, Maíra Ribeiro de Oliveira

**Resumo:** Os avós desempenham diferentes papéis na família e estes variam de acordo com o contexto social e cultural no qual a família está inserida. A literatura tem apontado três principais modos de envolvimento dos avós na constituição da nova família formada por seus filhos: participativo, cuidadores voluntários e cuidadores involuntários. Os avós que desempenham um papel participativo não são os responsáveis por seus netos, mas estão presentes em suas vidas, podendo estar totalmente ou parcialmente envolvidos. Nesta apresentação, estaremos focalizando a influência dos avós que desempenham este tipo de papel na vida familiar, particularmente no que se refere ao modo de vida da família de seus filhos e à transmissão de valores. Considerando que o nascimento de um bebê constitui uma das mudanças normativas próprias do curso de vida familiar, com impacto significativo nas relações entre os seus membros, ênfase será dada à participação dos avós durante momentos de transição decorrentes do nascimento de netos. Os avós tem sido apontados, juntamente com o pai da criança, como as principais fontes de apoio durante estes momentos, podendo contribuir para o equilíbrio do funcionamento familiar e o bem-estar, sobretudo das mães, sejam elas suas filhas ou noras. Com o propósito de conhecer um pouco melhor a participação dos avós para a manutenção do funcionamento das famílias no contexto brasileiro, realizamos um estudo com o objetivo de descrever, na perspectiva materna, a rede social de apoio de famílias durante o período de gestação e imediatamente após o nascimento de filhos, enfatizando a participação e o apoio dos avós. Participaram da pesquisa dois grupos, um composto por 45 mulheres grávidas, primíparas ou não, e outro formado por 42 mulheres com bebês de até seis meses de idade. A coleta de dados ocorreu em Centros de Saúde do Distrito Federal e consistiu na aplicação dos seguintes instrumentos: (a) questionário sociodemográfico da família e (b) entrevista semi-estruturada, ambos respondidos pelas mães. O questionário visava, além de obter informações sociodemográficas, caracterizar o sistema familiar e sua rede social de apoio; e as entrevistas investigavam as alterações ocorridas durante o nascimento de filhos, bem como a participação dos avós na vida familiar, com destaque para este período de transição. Os resultados mostraram que houve mudanças na família durante a gestação e o nascimento dos filhos, especialmente quanto ao apoio oferecido pelos avós às mães. Prover ajuda material ou financeira, aconselhar sobre os cuidados na gestação e com os bebês, preocupar-se com a saúde e o bem-estar das mães e dos bebês, cuidar do(s) neto(s) e auxiliar nas tarefas domésticas foram os tipos de participação dos avós mais relatados. Quanto à interferência direta dos avós na família, grande parte das mães acreditava que os avós não interferiam na vida familiar. Dentre as mães que responderam que a interferência existia, a maioria considerava que esta ocorria em relação à educação de seus filhos ou quanto ao relacionamento do casal. Para isto, elas recorriam a estratégias de aconselhamento quanto à educação dos netos, aos hábitos de higiene, às práticas religiosas, ao relacionamento do casal e às finanças da família. Dentre as influências indiretas dos avós na família, destacamos a transmissão de valores e crenças durante a infância de seus próprios filhos. No presente caso, as mães relataram ter gostado da criação recebida e da liberdade própria da infância. Entre as memórias negativas da infância, as mães citaram a necessidade de interromper os estudos, a existência de problemas familiares e a escassez de bens materiais. Os resultados sugerem que é fundamental intensificar os estudos sobre a influência da rede de apoio familiar durante os momentos de transição decorrentes do nascimento de filhos no contexto brasileiro, visando fornecer subsídios para a elaboração e implementação de programas de educação familiar, com ênfase na participação dos avós.

**Palavras-chaves:** família, rede social de apoio, nascimento de filhos, participação dos avós

**Trabalho:** Avós guardiães: percepção e vivência do papel

**Autor(es):** Cristina Maria de Souza Brito Dias, Juliana Monteiro Costa

**Resumo:** Revendo a literatura psicológica sobre os avós, vimos que eles foram alvo de estudos, principalmente a partir da década de 80, devido às diversas mudanças sociais (maior liberdade sexual, mudanças demográficas, trabalho da mulher fora de casa, dificuldades econômicas) que

afetaram a família. Porém, na década de 90, pudemos notar que o interesse recaiu, principalmente, sobre os avós guardiões, dada a necessidade de apoio que ambos, avós e netos, precisam uma vez que se vêem frente a diversos problemas de ordem social, física, emocional, financeira e legal. Existem várias expressões para designar essa família ou esses avós: “família substituta”, “avós em tempo integral”, “avós com custódia” (quando têm legalmente a custódia do neto) e ainda “pais substitutos” e “avós guardiões”. No presente trabalho, optamos por este último termo. A revisão de literatura apontou que as avós guardiãs podem experimentar diversos sentimentos como: perda (dos filhos, dos companheiros de sua idade, de sua liberdade); ansiedade, ao terem que lidar com crianças ainda em desenvolvimento; estresse relacionado ao isolamento social e à responsabilidade; raiva e rancor contra os filhos que as deixaram em tal situação. Elas podem, também, vivenciar medo de não poderem acompanhar o crescimento dos netos até se tornarem adultos e de não ter quem cuide deles na sua falta. Muitas sentem-se inadequadas e acham que falharam como mães e, com isto, apresentam confusão de papel por estarem desempenhando uma função que, na realidade, seria dos pais. Elas também se queixam de seu estado de saúde (dores de estômago, dores de cabeça, cansaço e outras queixas) e algumas chegam a desenvolver depressão. As avós tendem a esquecer sua própria condição de saúde para atender às necessidades dos netos. Os netos, por sua vez, têm sido vistos como crianças de risco, dependendo do fator que desencadeou sua ida para a casa dos avós. Eles também podem apresentar vários sentimentos como: culpa, vergonha, ansiedade, isolamento, sentimentos de perda e abandono. Podem chegar até a desenvolver desordens de natureza psiquiátrica relacionadas ao estresse pró-traumático, problemas de conduta e depressão. Eles podem ainda sofrer discriminação social por parte de colegas e agências sociais. Dessa forma, o objetivo desta pesquisa foi investigar como avós que criam os netos percebem e vivenciam esta situação. Foi realizada com 64 avós (40 maternas e 24 paternas), com média de 56 anos, estado civil, na maioria, casada e professando a religião católica. Elas responderam a um questionário composto de 10 itens de múltipla escolha, além dos dados sócio-demográficos, após assinarem o Termo de consentimento livre e esclarecido. Os principais resultados indicaram que: 1) os motivos que as levaram a criar os netos foram a separação dos seus pais e a gravidez na adolescência dos filhos; 2) as próprias avós tomaram a iniciativa de criar os netos; 3) em relação aos sentimentos experimentados predominaram felicidade e obrigação; 4) quanto à avaliação da criação, disseram que criavam os netos do mesmo jeito que criaram os filhos e acham trabalhoso e cansativo criá-los; 5) as dificuldades sentidas foram a difícil condição financeira e o dar limite aos netos; 6) quanto ao relacionamento que elas estabelecem com os pais o classificaram como um bom relacionamento; 7) o relacionamento que mantêm com os netos foi considerado melhor do que com a própria mãe; 8) as vantagens que perceberam no fato de criar os netos perpassam por sua sabedoria e experiência de vida; 9) no que se refere às diferenças entre ser mãe e ser avó, disseram que ser avó é ser mãe duas vezes, sendo também mais paciente; 10) finalmente quanto à continuidade da criação, elas assinalaram que gostariam que os netos continuassem a ser criados por elas. Pode-se concluir que as avós demonstraram muita ambivalência porque ao mesmo tempo que tomaram a iniciativa de criar os netos, querem continuar com essa responsabilidade, apesar de reclamarem da dificuldade para impor limites, do cansaço, da dificuldade econômica e até mesmo do desgaste físico. Vale salientar que participaram deste estudo avós que criam sozinhas os netos, bem como aquelas que contam com a ajuda da marido e dos pais das crianças, situação denominada “co-residência”. Sugere-se a realização de outras pesquisas que possam aprofundar o tema.

**Palavras-chaves:** avós guardiãs,netos,co-residência,família

**Trabalho:**O Impacto da Doença de Alzheimer no Subsistema Avós-Mães e Netos

**Autor(es):** Deusivania Vieira da Silva Falcão,Júlia Sursis Nobre Ferro Bucher

**Resumo:** O envelhecimento da população é um fenômeno mundial que traz possibilidades e desafios a serem enfrentados especialmente nos âmbitos social, cultural, familiar e econômico. Acompanhando esse processo de envelhecimento, prevê-se um aumento na prevalência de demências tais como a doença de Alzheimer (DA), a mais comum entre elas. Este estudo

investigou o subsistema avós-mães e netos atendidos no Centro de Referência em Assistência à Saúde do Idoso e Portadores da Doença de Alzheimer, situado no Hospital Universitário de Brasília (HUB). A amostra foi composta por 24 mães cuidadoras e 24 avós (6 idosos e 18 idosas) com possível/provável diagnóstico de Alzheimer. A maior parte dos netos que morava na mesma residência dos idosos se encontrava na fase adulta, seguida da adolescência, sendo poucas as crianças. A partir da revisão bibliográfica elaborou-se uma entrevista aberta com roteiro semi-estruturado. Sua aplicação foi gravada, transcrita e, posteriormente, analisada segundo a técnica de Bardin. Também foi utilizado o FAST (Family System Test), instrumento que consiste em um processo de investigação bidimensional destinado a realizar uma análise estrutural e sistêmica das percepções dos sujeitos sobre as relações familiares. Foram examinadas quatro representações da família (antes da doença, na situação atual, na de conflito e na ideal). Os resultados apontaram que não houve diferença significativa na coesão entre os avós portadores de Alzheimer e seus netos, antes e depois do surgimento da doença. Contudo, a coesão das mães com os próprios filhos foi significativamente maior do que a coesão destes com os portadores da DA nas representações atuais das famílias ( $Z=-3,38$ ;  $p<0,001$ ). Este dado justificou, de certa forma, o fato de que os netos ajudavam suas avós, principalmente por estarem ligados emocionalmente às mães cuidadoras. A maioria dos netos que auxiliava nos cuidados para com os avós residia na mesma casa que eles. Comparando-se os resultados das representações de conflitos familiares com as representações ideais, observou-se uma menor coesão entre as avós portadoras de Alzheimer e seus netos nas situações conflituosas ( $Z=-2,60$ ;  $p<0,01$ ). Dentre as 24 mães entrevistadas, 15 declararam a existência de conflitos entre os portadores de Alzheimer e um dos filhos. Mas, para elas o ideal era que existisse uma maior coesão entre eles. Nos casos em que os netos tinham uma maior aproximação afetiva com os avós antes da DA, a reação de negação à enfermidade, diante do processo demencial, foi maior. Observou-se também que os netos possuíam uma posição hierarquicamente superior aos avós na situação atual ( $Z=-2,007$ ;  $p<0,05$ ) e ideal ( $Z=-2,18$ ;  $p<0,05$ ). Percebeu-se que essa mudança hierárquica afetou especialmente os adolescentes. Conclui-se que diante da doença de Alzheimer, a confluência de fatores psicológicos, socioeconômicos e culturais relacionados à saúde dos membros e à dinâmica e estrutura das famílias instituem o espaço de conflitos no grupo familiar. Foi visto que, com a DA, os papéis de avós, de mães e de netos sofrem mudanças que precisam ser reavaliadas e elaboradas. No Centro de Referência em Assistência à Saúde do Idoso e Portadores da Doença de Alzheimer do HUB há um grupo de apoio psicológico que oferece esse suporte aos cuidadores e familiares, promovendo a saúde da família, favorecendo o crescimento mútuo entre os membros. Portanto, é de fundamental importância implantar os Centros em todos os pólos municipais do país, com a presença de uma equipe multiprofissional e interprofissional. Além disso, é preciso que não apenas os profissionais de um modo geral, mas também os familiares se esclareçam sobre o mal de Alzheimer, buscando compreender as mudanças que ocorrem na vida pessoal, familiar e social dos portadores.

**Palavras-chaves:** avós,netos,alzheimer,mães,família

**Atividade: Práticas inovadoras em Psicologia Clínica Preventiva (Mesas Redondas)**

**Trabalho:**“Uma Psicologia Clínica para o Século XXI – atuação clínica sistêmica empoderativa com famílias e comunidades”

**Autor(es):** Maria Renata Machado Coelho

**Resumo:** Pensar a família sistemicamente compreende uma visão inter-relacional composta pelos componentes familiares e intra-relacional que compõe a rede social na qual a família está inserida. Cada componente familiar forma um subsistema singular que, somado aos demais, forma o sistema como um todo, influenciado pelo macro sistema social. Nesse movimento cíclico de trocas, influenciando e sendo influenciados, se um fato atinge um componente do sistema, todo o sistema será atingido da mesma forma. Assim, uma intervenção sistêmica compreende a atuação no sistema familiar como um todo, envolvendo os sub-sistemas que o compõem, como também o macrossistema social. De acordo com Roberts (1994), o indivíduo, a família e o

contexto social não podem ser vistos como sistemas isolados, mas sim como três sistemas estruturalmente únicos e interdependentes. “O indivíduo está imerso em uma rede maior que inclui a família extensa, amizades, trabalho, escola, cultura e história. Este amplo contexto significa que o desenvolvimento deve ser visto como circular ou interacional ao invés de linear ou unidirecional...” (p. 40). Em uma perspectiva sistêmica-construcionista, o trabalho com as “redes sociais” da família e do indivíduo, expande nossa compreensão da complexa natureza das relações humanas e suas influências no funcionamento do indivíduo, assim como ampliam nossas possibilidades de ação no sentido de promoção da saúde e bem-estar das famílias. O conceito de rede, embora não tão recente em Psicologia, ao longo das últimas décadas tem sido reformulado e desenvolvido por importantes autores, como Kurt Lewin; Jacob Moreno; John Barnes; Elisabeth Bott e, mais recentemente por Baars; Elkaim, Andreson e Carter; Pilsuk e Hiller Parks; Whittaker e Garbarino; e Dabas. Sem esquecer Carlos Sluzki, que aparece hoje como um dos principais autores na área, tendo uma vasta obra de artigos e relatos de pesquisas. Segundo Sluzki (1997), podemos compreender o conceito de rede como o conjunto das relações as quais o indivíduo atribui significado, incluindo-se aí relações familiares, pessoais, de amizade, amor, de trabalho, e com as instituições sociais que lhe são importantes. Além de ser fundamental para a construção da auto-imagem e senso de pertencimento do indivíduo, é um dos elementos centrais da “...experiência individual da identidade, bem-estar, competência e agenciamento ou autoria, incluindo os hábitos de cuidado da saúde e a capacidade de adaptação em um crise.”(1997, p. 42). A rede pode ser avaliada em relação as suas características estruturais, as suas funções e aos atributos dos vínculos que proporciona. Inúmeras investigações clínicas e epidemiológicas têm reforçado a idéia de que existe forte correlação entre rede social e saúde. Fortes evidências também sugerem que uma rede social pessoal estável, sensível, ativa e confiável pode proteger o indivíduo, atuando como agente gerador de saúde, uma rede ineficaz também parece promover um ambiente propício para doenças e baixa qualidade de vida. Assim, podemos concluir que para pensar uma prática interventiva de promoção da saúde e da boa qualidade de vida das famílias, não podemos ignorar o contexto de sua rede social. Atuar preventivamente em uma visão de atuação na rede social do indivíduo, significa atuar de forma a considerar não a doença ou o indivíduo isoladamente, mas, ao contrário, considerar todas as outras pessoas que estão envolvidas na vida e nos diversos sistemas nos quais o indivíduo interage. Implica em potencializar os diversos sistemas envolvidos, fortalecendo, ampliando e capacitando seus membros para ações e mudanças adaptativas que promovam melhor qualidade de vida. Em especial quando pensamos nas famílias de baixo poder aquisitivo e baixo nível sociocultural, considero de grande valor o trabalho com as redes sociais. Minuchin (1999), enfatiza a necessidade de valorizarmos o potencial das famílias e das comunidades, propondo que profissionais que atuam com o objetivo de promover melhoria de qualidade de vida, devem ser capazes de mobilizar os recursos e as ajudas existentes nas próprias redes sociais dos indivíduos, como forma de promover também a autonomia e capacidade de auto-gerenciamento das comunidades pobres. Não cabe ao profissional da saúde promover dependência, mas, ao contrário, fortalecer a capacidade de cura e os potenciais saudáveis dos indivíduos. A participação do profissional junto à família deve acontecer em um processo de diálogo, reflexão e planejamento conjunto das ações que possam fortalecer as redes sociais e a família, de modo geral. O objetivo deste curso é apresentar e discutir novas possibilidades de atuação com famílias em suas comunidades, em uma perspectiva de atuação clínica empoderativa de abordagem sistêmica.

**Palavras-chaves:** empoderamento,intervencao na comunidade,familia,pensamento sistemico

**Trabalho:**Repensando a Atuação Terapêutica e Construindo Novos Modelos de Intervenção

**Autor(es):** Eleonora Alexandra Ribeiro da Silva

**Resumo:** Como professora e supervisora clínica sempre me surpreendi com o alto número de crianças encaminhadas para atendimento psicológico tanto na clínica escola quanto na particular. A cada ano que passa, a faixa etária das crianças diminui, as queixas principais referem-se ao mau comportamento, agressividade, hiperatividade e dificuldades escolares. A incidência maior ocorre na idade escolar, de 7 a 12 anos, encaminhadas pelas escolas e médicos pediatras ou neurologistas, mas também é alto o número de crianças menores, de 2 a 6 anos. Fico pensando

o que leva uma mãe ou família ou um médico a encaminhar uma criança de 2 anos para o psicólogo ou o que acontece com uma criança de 8 anos que a mãe leva ao psicólogo porque não sabe mais o que fazer. Diante dessas questões, eu e minha colega de trabalho resolvemos em 2000 ampliar a atuação tendo como referência a abordagem sistêmica, focal e breve, trazendo a família para o atendimento. Formamos sempre dois grupos, um com as crianças e outro com pais ou responsáveis; as crianças só participam do grupo se os responsáveis também o fizerem. Cada grupo é conduzido por duas estagiárias e são formados por crianças de faixas etárias e queixas semelhantes. São realizadas 12 sessões temáticas com duração de 1 hora e meia simultaneamente, com dois momentos distintos. No primeiro momento unimos pais ou responsáveis com as crianças com dinâmicas planejadas para observação e diagnóstico do comportamento individual e relacional da díade (responsável/criança). No segundo momento, separamos os grupos formando um grupo com as crianças e outro com os responsáveis. Com as crianças são realizadas dinâmicas que visam investigar se a queixa trazida se confirma ou não e diante do comportamento apresentado no grupo são planejadas dinâmicas temáticas que propiciem a mudança necessária. Com os pais são discutidas as queixas, as dificuldades e a observação realizada no grupo conjunto. Dentro da temática apresentada, ocorre uma orientação teórica do que é normal ou esperado para a faixa etária e com o grupo, aproveita-se a experiência de cada um para uma reflexão sobre possibilidades de mudança tendo em vista a orientação e apoio aos familiares. A discussão possibilita aos pais ou responsáveis uma maior compreensão do que ocorre, rever suas práticas relacionais familiares e experienciar novas possibilidades com seus filhos e familiares. Olhar a família como um todo permite que o sistema se transforme e a queixa deixa de ter sentido. A prática, desenvolvida ao longo dos anos, foi adaptada de um programa desenvolvido nos Estados Unidos da América e constitui-se um exemplo bem sucedido de programa psicoeducacional. Já aplicado há mais de 27 anos no estado de Minnesota, onde hoje é um serviço mandatário em toda a rede pública escolar, o programa ECFE – Early Childhood and Family Education tem demonstrado sua efetividade na redução de conflitos familiares e violência doméstica, além de ser considerado pela quase totalidade das famílias participantes, como um poderoso recurso na educação dos filhos. As adaptações culturais necessárias têm sido desenvolvidas e, com sucesso, já conseguimos desenvolver a intervenção em locais como ambulatório e comunidades.

**Palavras-chaves:** programa psicoeducacional, intervenção preventiva, atendimento sistêmico, educação familiar

**Trabalho:** Uma nova maneira de atuar – empoderando famílias, construindo espaços de saúde psicologia.

**Autor(es):** Cristiana Mercadante Esper Berthoud

**Resumo:** No Brasil, com pouca tradição e mesmo uma incipiente cultura preventiva, observamos uma lacuna em Psicologia da Família. Se, por um lado, temos hoje a Psicoterapia de Família e de Casal altamente desenvolvida no país, o mesmo não acontece com a Educação Familiar, área de conhecimento e de atuação praticamente inexistentes. Se, por um lado, temos uma comunidade de profissionais altamente capacitada para atuar em níveis psicoterapêuticos, temos poucos profissionais preparados para trabalhar em educação e prevenção com as famílias em suas comunidades. Esse é um nicho fundamental de atuação para nós, profissionais de um país em desenvolvimento, no qual grande parcela da população não possui condições de acesso a serviços privados de psicoterapias e, ainda, com poucas chances de conseguir os mesmos serviços oferecidos pela rede pública. Assim, se quisermos melhorar a saúde mental da célula mais importante da nossa sociedade – a família – temos que encontrar formas de atuar, educativa e preventivamente, com nossas famílias. Preferivelmente, no seio de suas comunidades. Em minha experiência docente, constato que a formação do profissional psicólogo está ainda impregnada do tradicional modelo no qual o profissional é o prestador de serviços a uma população que consome esses mesmos serviços. O imaginário social – imaginário esse plenamente reproduzido em nosso modelo de formação profissional – hierarquiza o saber de tal fora que, ao titulado atribui-se e espera-se que execute bem o serviço com o saber que detém, ou seja, cure, e ao cliente/paciente atribui-se e espera-se que cumpra bem seu papel como consumidor passivo. E os papéis vêm sendo bem cumpridos, tanto pelos profissionais como pela

população, independente do nível social e educacional ao qual pertençam, e isto é uma pena! Por outro lado, em minha prática profissional, observo que as famílias de baixo nível sócio-educacional vivenciam um modelo de dependência em relação às instituições de modo geral e, em especial, àquelas ligadas à educação e saúde. Somos, em grande parte, vistos como depositárias de todas as esperanças de cura e melhoria de vida e, paradoxalmente, mesmo que tentemos estimular a independência, nossos métodos de prestação de serviço, muitas vezes, reforçam o modelo de dependência. A cultura de dependência e de assistencialismo é forte e perdura nas camadas mais desfavoráveis da nossa sociedade. A realidade que vivemos hoje pode ser retratada pela família sentindo-se incapaz e despreparada para lidar com as questões internas de sua dinâmica, como criação e educação dos filhos, melhoria das relações conjugais e parento-filiais. Assim, trazem a nós seus problemas, depositam em nós a responsabilidade de cura e, tornam-se, em um círculo vicioso e pernicioso, cada vez mais despreparadas e incapazes, porque não acreditam e não utilizam o potencial que possuem. A abordagem sistêmica permite uma visão integrada do indivíduo/família/comunidade, ecologicamente interligados e mutuamente influenciando-se, o que permite a elaboração de práticas que modifiquem os sistemas e as formas de comunicação entre seus elementos, fortalecendo os vínculos e empoderando as comunidades. Nos últimos anos, tenho participado de grupos de pesquisa e intervenções nos quais predominam as iniciativas de construção de novas práticas e, ainda, de adaptação cultural de práticas desenvolvidas em outros países. Temos realizado levantamento de demandas em comunidades e estamos aprendendo a repensar nossas práticas a partir desse “ouvir atentamente” as necessidades e anseios de grupos de diferentes contextos sócio-culturais. Dessas experiências, está nascendo uma forma de atuação que consideramos ser genuinamente capaz de ajudar indivíduos, famílias e, conseqüentemente comunidades, a melhor organizar suas vidas e fazer suas opções, porque se sentem mais empoderadas e valorizadas. Acredito ser um bom caminho na direção de uma Psicologia mais humana e mais voltada à realidade de nosso povo.

**Palavras-chaves:** intervenção sistêmica preventiva, família, comunidade, empoderamento

**Atividade: A prática do psicólogo no encontro com famílias:  
(Cursos - 6hs)**

**Trabalho:** A prática do psicólogo no encontro com famílias – intervenções sistêmicas para diferentes contextos de trabalho

**Autor(es):** Alexandre Coimbra Amaral

**Resumo:** Durante muitos anos, a formação de psicólogos seguiu, em coerência com a estrutura das práticas predominantes até então, o modelo de atendimento individual em clínica liberal privada. Nos últimos vinte anos, a psicologia brasileira vem questionando este formato de trabalho restritivo, principalmente no elitismo que ele promove – é isomórfico com outras formas de exclusão e segregação social, e novos dispositivos de atendimento têm sido propostos. Assim, psicólogos recém-formados se deparam com contextos de trabalho que exigem capacitação técnica para o trabalho com grupos e famílias, sobretudo em espaços como o PSF (Programa de Saúde da Família), CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), SRT (Serviço Residencial Terapêutico), Programa de Volta para Casa, e demais programas públicos ou privados que tenham como objetivo o atendimento a questões de sofrimento psíquico familiar. Entretanto, o maior problema que enfrentam é a quase ausência de disciplinas, no currículo de graduação, que privilegiem teoria e técnica no atendimento a sistemas familiares. Atender a famílias não é uma tarefa simples; tampouco se trata de escutar, democraticamente, cada uma das demandas individuais. A abordagem sistêmica oferece epistemologia, teoria e técnicas construídas a partir da necessidade de escutar e intervir em famílias como um sistema, ou seja, como um complexo dotado de características que somente se manifestam na rede de múltiplas interações entre seus membros. Este curso objetiva, portanto, instrumentalizar minimamente aqueles psicólogos em formação e recém-formados que tenham a necessidade ou se interessem por trabalhar com famílias em contextos de instituições de saúde, escolas, centros comunitários, ONG's, clínicas-escola e até mesmo em consultórios particulares. Serão discutidos os principais pressupostos do pensamento sistêmico, que compõem a visão novo-paradigmática do trabalho

com sistemas humanos: a complexidade inerente aos fenômenos humanos, a instabilidade como marca do imprevisível que nos leva a construir e não instruir em intervenções clínicas, a intersubjetividade enquanto consciência ética da implicação da subjetividade do psicólogo em todas as suas práticas. Em seguida, como parte da visão relacional de uma família, os aspectos da comunicação familiar que são parâmetro de análise para psicólogos que trabalham com tais sistemas. Dentro das intervenções que discutiremos no curso, está o desenho da primeira entrevista familiar, que geralmente procura atendimento atribuindo o problema a paciente identificado ou bode expiatório, que oculta em sua sintomática um sofrimento que é efeito do padrão que conecta as relações entre todos os membros. Esta entrevista traz elementos que podem ser trabalhados em outras instâncias, sejam de trabalho familiar breve ou para o encaminhamento individual de algum ou vários membros da família. Finalmente, o uso do genograma como instrumento que mapeia três ou quatro gerações da família extensa, oferecendo elementos para identificação de padrões transgeracionais que se repetem, compromissos de lealdade que moldam relações durante anos ou décadas, e os valores, mitos e crenças que são transmitidos de geração em geração, as manifestações afetivas, os segredos, as alianças, o manejo de situações de crise, o apoio às mudanças do ciclo de vida de cada um dos membros, etc. O curso terá o formato de um workshop, oferecendo aos participantes a possibilidade de incorporarem exemplos de suas práticas profissionais aos temas trabalhados.

**Palavras-chaves:** abordagem sistêmica, intervenções com famílias, genograma, primeira entrevista familiar

**Atividade: A coparentalidade em pais de crianças com autismo (Paineis)**

**Trabalho:** A coparentalidade em pais de crianças com autismo

**Autor(es):** Maúcha Sifuentes Santos, Cleonice Bosa

**Resumo:** A coparentalidade é um conceito sistêmico, que se refere ao modo com que as figuras parentais trabalham juntas em seus papéis como pais. Tal constructo mostra-se importante para o estudo das relações dos pais no contexto do autismo, uma vez que as características clínicas dessa condição exigem uma nova configuração de demandas parentais. O autismo é caracterizado por comprometimento nas esferas da comunicação e da interação social, bem como pela presença de comportamento restrito e repetitivo. Diante disso, este estudo buscou examinar a coparentalidade em pais (pai/mãe) de crianças com autismo. Para tanto, foi utilizado um delineamento de estudo de caso coletivo. Participaram cinco casais cujos filhos apresentam diagnóstico de autismo, sendo que esses tinham entre 4 e 7 anos. Foram empregados os seguintes instrumentos: Ficha de Dados Sociodemográficos; Ficha de Dados sobre o Portador de TGD; Entrevista sobre Coparentalidade. Os dados foram analisados a partir da Análise de Conteúdo. Os resultados demonstraram que além das dimensões do conceito propostas pela literatura (Divisão de Tarefas; Solidariedade e Apoio; Dissonância e Antagonismo; Participação Ativa Diretamente com a Criança), a Percepção que os Pais (pai/mãe) têm do Filho e a Percepção do Parceiro Parental mostraram-se importantes categorias para a compreensão da coparentalidade. Além disso, a Religiosidade, a Conjugalidade e a Rede de Apoio Social foram categorias emergentes que parecem influenciar a relação coparental. Quanto à Divisão de Tarefas relacionadas ao cuidado da criança, observou-se que as mães são responsáveis pela maioria das tarefas nesse âmbito. No entanto, os dados indicaram que os pais proporcionam mais situações espontâneas com o filho, principalmente as recreativas. Foram observadas situações de Solidariedade e Apoio entre o casal abrangendo dois domínios principais, quais sejam, esfera emocional e resolução de problemas/tomada de decisão. Por outro lado, as circunstâncias que geram mais conflito entre os casais dizem respeito à Divergência quanto à Aceitação do Filho, às Práticas Disciplinares e à Qualidade da Interação com o Filho. Os casais investigados buscaram resolver tais situações de conflito por meio de estratégias como a Evitação e/ou Diálogo, bem como a partir da gradual Modulação/aumento de tolerância advinda da convivência. Os pais percebem seus filhos a partir de características próprias dos mesmos, bem como relataram manifestações presentes no quadro de autismo. Chama-se a atenção para



a importância da ênfase nas potencialidades do filho pelos pais, ao invés de nos comprometimentos, cuja consequência parece ser uma relação mais próxima e positiva entre pai/mãe-filho. Assim, conclui-se que a presença do autismo no contexto familiar não pode ser compreendida de forma determinística, uma vez que depende de como a família percebe o evento e da presença de uma rede de apoio.

**Palavras-chaves:** autismo, coparentalidade, família

**Atividade: Nosso Filho tem Síndrome de Down: Hoje, Amanhã e Sempre (Paineis)**

**Trabalho:** Nosso Filho tem Síndrome de Down: Hoje, Amanhã e Sempre

**Autor(es):** Marli Mansur Monteiro, Simone dos Santos Gonçalves, Ivana Moraes de Alencar

**Resumo:** A nossa pesquisa visa compreender a dinâmica dos pais de filhos com Síndrome de Down e o envelhecimento de ambos. Este trabalho teve como objetivo compreender os sentimentos que emergem nos pais de filho com Síndrome de Down, de que recursos dispõem para acompanhar o desenvolvimento do filho, para que, ao chegar à velhice, ambos, possam ter uma independência mesmo que seja relativa. Para a compreensão do nosso tema, optamos pela pesquisa qualitativa. Esta pesquisa foi feita através de uma entrevista semi-aberta, utilizando-se de um roteiro previamente definido, com uma mulher de 75 anos, casada, com nível superior, mãe de um filho com Síndrome de Down, de 51 anos de idade, que reside na cidade de São Paulo – SP. Este procedimento permitiu que a entrevistada deixasse emergir de forma natural os sentimentos que fazem parte do objetivo desta pesquisa. Ao analisarmos a entrevista de nosso sujeito de pesquisa, constatamos que a mãe passa por um processo de luto e desamparo desde o nascimento de seu filho com Síndrome de Down. Segundo Amaral (1994, p.43): “O que fazer para enfrentar esse ‘inimigo’ da ordem estabelecida? A sociedade dita suas normas e o preço que a pessoa portadora de deficiência paga, nesse mundo chamado moderno, é o de normalizar-se. Ou seja, aproximar-se do pré-estabelecido, do normal, da perfeição, do saudável do conhecido.” Atualmente existe um luto antecipatório com relação a velhice dos pais e à possibilidade de sua morte, bem como a morte de seu filho. É difícil para a mãe pensar na possibilidade de deixar esse filho sob a responsabilidade de outras pessoas. Segundo Telles (2003, p.20), “a idéia de abandonar o filho agora, depois de tantos anos investidos nos seus cuidados, é dificilmente tolerável. Da mesma forma deixar este filho aos cuidados de outros, é segundo Telles (2003, p.23): “... preparar o futuro sem os pais, já que o filho partiria primeiro?” Hoje tanto os pais como os filhos envelheceram. Vivem um momento único em suas vidas. Estão frente às possibilidades da perda de suas funções e da própria morte. Vivem dependentes da companhia um do outro. Unem-se numa tríade acreditando assim estarem fortalecidos para impedir a própria morte. Percorrendo este caminho, percebemos que há muitos tabus e preconceitos permeando as relações com a deficiência de um modo geral, e que existe rejeição e negação dentro do próprio ambiente familiar. A deficiência de um filho abala as estruturas psíquicas de toda a família, fazendo-se necessário uma reorganização desta. Pudemos identificar a existência de diversos sentimentos vivenciados pelos pais, tais como a reação de choque, culpa, raiva, tristeza e o próprio luto. Todas estas colocações nos fizeram refletir que as pessoas com qualquer tipo de deficiência estão envelhecendo junto com seus pais e não estão sendo preparadas para viverem sozinhas ou mesmo em casas-abrigo para deficientes idosos. Fazem-se necessárias políticas voltadas às pessoas com deficiências para prepará-las para algumas transições importantes tais como: mudanças corporais e de saúde que o próprio envelhecimento traz; perda de entes queridos entre os quais seus pais; questões práticas de dinheiro e de lugar onde morar, entre outras. Por outro lado, é importante ter esta mesma preocupação em atender as necessidades destes pais, que também precisam de cuidados específicos à sua idade. Fica claro, portanto, que os resultados do estudo realizado não só trazem informações e confirmações importantes, como também abrem o caminho para novas explorações, objetivando conhecer as implicações do fenômeno psicossocial da deficiência para a família que está envelhecendo

**Palavras-chaves:** Síndrome de Down,Família,Velhice,deficiência

**Atividade: PATERNIDADE EM FOCO  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**PATERNIDADE EM FOCO: OBSERVANDO FAMÍLIAS EM SEU AMBIENTE NATURAL

**Autor(es):** Zaira Rafaela Lyra Mendonça,Heliane de Almeida Lins Leitão,Marcella de Holanda Padilha Dantas da Silva

**Resumo:** Considerando-se a importância de compreender a complexidade das relações familiares e sua influência na transmissão de valores sócio-culturais, estudos sobre a família são necessários. As mudanças observadas na família, em especial a participação maior da mãe como provedora material e a divisão mais igualitária de poder e autoridade entre pai e mãe colocam em questão o papel do pai preconizado pelo modelo tradicional. Este trabalho pretende apresentar resultados de um estudo integrado a um projeto maior de investigação desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em “Família, Gênero e Desenvolvimento Humano”. A partir de um modelo sistêmico de família, buscou-se examinar o exercício da paternidade no contexto da rede de interações familiares, considerando-se o ideal de pai vigente, a identidade e o lugar do pai na família atual. Foi adotado um procedimento de observação em dois focos: um estudo observacional nas casas de duas famílias e um estudo observacional em ambientes públicos de lazer, tais como praia e shopping center. Em ambos os casos, o objetivo era descrever o conteúdo e a qualidade das interações familiares, com foco no envolvimento paterno. Participaram das observações em ambiente doméstico duas famílias urbanas de classe média constituídas por pai, mãe e, pelo menos, duas crianças com idade entre 6 e 10 anos. Estas observações foram realizadas em seis sessões de sessenta minutos em cada uma das casas, as quais foram gravadas por câmera de vídeo. Foi construído um procedimento de transcrição das imagens gravadas considerando-se, principalmente, o registro das interações entre os membros da família. Os dados foram analisados qualitativamente a partir da identificação de categorias relevantes ao tema. Nas observações em ambientes públicos os participantes foram doze grupos familiares que estavam espontaneamente presentes no local, os quais foram observados à distância. As famílias eram constituídas por um casal adulto e, pelo menos, uma criança com idade aproximada entre 0 e 10 anos. Foram realizadas seis sessões de observações com duração média de 30 minutos por família observada. O registro foi feito em diários de campo confeccionados imediatamente após o tempo de observação de cada grupo familiar. Os dados foram analisados qualitativamente, enfocando-se as interações entre os membros da família. Os resultados do estudo observacional em ambiente doméstico apontam para a prevalência de um modelo tradicional de família. O pai ocupa um lugar de autoridade moral. Entretanto, alguns indicadores de mudança em relação aos papéis tradicionais surgem, como, por exemplo, o envolvimento do pai no cuidado com a saúde das crianças. Muito frequentemente o pai aparece assistindo televisão, sendo a sua presença no ambiente doméstico marcada pela ausência de interação com os outros membros da família. Os resultados do estudo observacional em ambientes públicos mostraram que, geralmente, as interações entre o pai e a mãe de crianças pequenas gira em torno das necessidades do(a) filho(a). As crianças maiores demandam atenção, trocas verbais e envolvimento emocional e subjetivo dos pais e mães, os quais se mostram pouco responsivos. Os cuidados com as crianças são compartilhados entre mãe e pai, embora estes cuidados tenham especificidades baseadas em estereótipos de gênero. O papel do pai continua relacionado à função de provedor material da família e elo entre o grupo familiar e o ambiente público. A discussão enfatiza a coexistência de elementos tradicionais e novos no exercício da paternidade. São discutidas a importância e aplicabilidade de estudos observacionais em pesquisas com famílias.

**Palavras-chaves:** Família,Paternidade,Estudo observacional

**Atividade: O PERFIL DAS MÃES BIOLÓGICAS QUE ENTREGAM SEUS FILHOS EM ADOÇÃO NO ESTADO DE SERGIPE (Paineis)**

**Trabalho:**O PERFIL DAS MÃES BIOLÓGICAS QUE ENTREGAM SEUS FILHOS EM ADOÇÃO NO ESTADO DE SERGIPE

**Autor(es):** Anna Paula de Andrade

**Resumo:** Apesar de a adoção ser um tema bastante debatido, não existem muitos estudos científicos sobre as mães biológicas que entregam seus filhos. Essa carência de dados fez com que fosse buscado o perfil destas mulheres no estado de Sergipe, ao passo que a falta de leitura sobre o assunto acaba formando opiniões às vezes equivocadas sobre estas pessoas. Para tanto, foram feitas 11 entrevistas, as quais nenhuma delas possui contato com o filho que foi entregue, estando totalmente de acordo com a lei, que exige o fim de qualquer vínculo entre a família que entregou e a família adotante, conseqüentemente, com a criança. A média de idade dessas mães na época da entrega era de aproximadamente 26 anos, o que contraria a imagem que a maioria das pessoas possui de que elas são “jovens imaturas”, sendo que todas, sem exceção, possuem uma condição financeira extremamente precária, indo a encontro de um outro perfil anteriormente divulgado, o das moças de classe média ou alta que escondem a gravidez de seus pais e (ou) não recorrem ao aborto a tempo. Entretanto, apenas uma se arrependeu de sua decisão, mas todas afirmam achar que seus filhos estão vivendo melhor agora do que se estivessem morando com elas, pois poderiam passar por necessidades, como fome e falta de estudo. 82% disseram que já tinham mais outro (s) filho (s) e, por isso, sofreram pressão familiar para entregar aquele, principalmente por causa do descaso e abandono por parte do progenitor. Contudo, hoje, sentem-se mal por conta de sua decisão e algumas até repensariam um pouco mais antes de fazer a entrega, ao contrário do restante, que acredita ter feito realmente o melhor para o bem-estar físico e psicológico da criança. Além disso, metade das entrevistadas crê que são tratadas de modo diferente, pois as pessoas nem procuram saber seus motivos e já as julgam. A outra metade que diz não sofrer preconceito comenta que, além dos parentes muito próximos que ajudaram, nunca revelou nada a ninguém sobre o assunto. Porém, antes de qualquer pessoa formar uma opinião sobre a entrega, deve-se avaliar a realidade da mulher abandonada que há por trás desta mãe. Não se pode apenas olhar o lado da criança que foi entregue, afinal, para a grande maioria das mães foi uma decisão muito difícil e desesperada, uma grande prova de amor, já que esta abdicou seus direitos e deveres maternos na esperança de um futuro melhor para seu filho.

**Palavras-chaves:** Mães,Adoção,Abandono,Entrega,Motivos

**Atividade: Projeto de extensão – Mediação Familiar no Fórum de São José – SC (Experiências em Debate)**

**Trabalho:**Projeto de extensão – Mediação Familiar no Fórum de São José – SC

**Autor(es):** Deise Maria do Nascimento

**Resumo:** O projeto tem por objetivo a participação de estudantes do curso de psicologia no programa de mediação familiar do Fórum de Justiça de São José, habilitando-os para a atividade de mediador. A atividade se desenvolve a partir dos princípios da mediação familiar propostos pela bibliografia da área e se insere em projeto de mediação familiar do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. A mediação familiar é definida como uma forma de resolução de conflitos, na qual as partes interessadas solicitam ou aceitam a intervenção confidencial de uma terceira pessoa, imparcial e qualificada, permitindo aos conflitantes tomar decisões autônomas e encontrar uma solução duradoura e mutuamente aceitável, que contribuirá para a reorganização da vida pessoal e familiar. Nesse sentido esse projeto contribui, compreendendo que a psicologia se identifica com os propósitos da mediação, de facilitar a comunicação e promover a resolução dos conflitos. Participam do projeto sete alunos do curso de psicologia (6ª a 10ª fase) que se qualificam em metodologia de resolução de conflitos e a facilitação da comunicação, pertinentes

à técnica da mediação. O público atendido é composto de homens e mulheres que procuram o serviço de mediação familiar no Fórum de São José, moradores do município de São José com renda de até cinco salários mínimos. Buscam o programa para atuar em demandas familiares de separação judicial, dissolução de união estável, ação de alimentos, guarda e visita, verificação de paternidade. As dimensões deste projeto pode ser vista por quatro aspectos: 1) interesse em poder destinar aos casais e famílias que apresentam situações de conflito ou que estejam vivendo problemas de relacionamento, o apoio qualificado para favorecer uma atitude de cooperação e diálogo; As triagens e mediações também são espaços de observação sobre as diversas configurações familiares atuais e de reflexão sobre os aspectos sociais, culturais, econômicos, entre outros, que atravessam as relações. 2) Exercitar a escuta terapêutica, praticando assim intervenção em psicologia; A mediação corresponde também ao exercício de uma escuta imparcial e de percepção dos aspectos latentes que permeiam a relação do casal 3) ampliar o currículo acadêmico através da prática da mediação, atividade que se apresenta como possibilidade de inserção profissional do psicólogo. Os alunos também, durante a prática da mediação, prestam informações acerca de aspectos psicológicos da infância, em situações de conflito familiar, esclarecendo aos participantes que evidenciam preocupação com as conseqüências do processo de separação para os filhos. A participação no projeto tem possibilitado aos alunos a oportunidade de vivenciar postura profissional, escuta qualificada no processo de mediação; aproximação com fenômenos psicológicos abordados nas disciplinas da graduação, tais como as questões de gênero, violência doméstica, questões de classe social. Diversidade das configurações familiar, sofrimento ético-político, vivências de luto e separação.

**Palavras-chaves:** Mediação, Psicologia jurídica, família

**Atividade: RELAÇÕES DO ADOLESCENTE INFRATOR COM SUA FAMÍLIA:  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:RELAÇÕES DO ADOLESCENTE INFRATOR COM A FAMÍLIA ANTES, DURANTE E APÓS O CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS**

**Autor(es):** Ana Cristina Garcia Dias

**Resumo:** Pesquisas sugerem que relacionamentos seguros e estáveis com os pais são importantes para a saúde mental do adolescente, pois quanto mais confortável o jovem se sente no núcleo familiar, melhor ocorre o seu desenvolvimento. Em boa parte, a saúde psicológica do adolescente depende da capacidade do sistema familiar em apoiá-lo afetivamente e estabelecer limites, de forma a que o jovem aprenda a responder às demandas sociais de uma forma autônoma, responsável e emocionalmente equilibrada. Contudo, alguns estudos indicam que quando o sistema familiar falha em cumprir estas funções, o adolescente pode desenvolver comportamentos delinqüentes e anti-sociais. O objetivo do presente estudo é descrever e compreender como se estabelecem as relações do adolescente infrator com sua família antes, durante e depois do cumprimento de uma medida sócio-educativa, que o retira do núcleo familiar. Participaram deste estudo quatro familiares de autores de ato infracional, sendo três mães e uma avó, as quais eram as responsáveis pelos meninos. Também colaboraram quatro adolescentes, do sexo masculino, autores de ato infracional com idade de 18 anos, que freqüentaram uma instituição que aplica medidas sócio-educativas em um município do interior do RS. Os adolescentes foram convidados aleatoriamente, e haviam cumprido a medida na instituição por no mínimo 03 meses (mas no momento da pesquisa já encontravam-se convivendo com suas famílias). Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, especialmente desenvolvidas para o estudo, que buscaram compreender a relação do adolescente com a família. As entrevistas foram transcritas e submetidas a uma análise fenomenológica, que contou com 3 passos e 7 etapas: 1) Descrição Fenomenológica: a) organização das entrevistas, b) revisão e identificação dos temas relacionados à experiência que aparecem nos relatos, c) transcrição das entrevistas; 2) Redução Fenomenológica: d) agrupamento em categorias conforme os temas, e) reflexão sobre os temas para descoberta de inter-relações referentes ao objeto da pesquisa; 3) Interpretação Fenomenológica: f) avaliação dos temas emergentes para chegar a uma descrição fundamental, g) interpretação do fenômeno estudado contrastando a perspectiva dos informantes com a literatura estudada. No que se refere às informações dos responsáveis pelos adolescentes

encontramos cinco categorias temáticas, a saber: I) Internação: Dois Extremos; II) Internação e Relação Familiar: Antes, Durante e Momento Atual ; III) O Fim do cumprimento da medida sócio-educativa de internação: E agora?; IV) Justificativas para o Desenvolvimento do Ato Infracional; e V) Como a família é percebida após a internação. Já no que tange aos jovens, encontramos quatro categorias: I) A família distante; II) A aproximação e apoio familiar durante a internação; III) O ato infracional: um deslize..., e IV) As duas faces da internação: aprendizado e preconceito. Os relatos dos dois grupos indicam que no período anterior à internação a relação familiar não era tranqüila, apresentando dificuldades de relacionamento e comunicação entre pais e filhos. Observa-se que as responsáveis não se encontravam presentes no dia-a-dia dos meninos, pois tinham que trabalhar para poder suprir as necessidades econômicas da família e acabavam por deixar os filhos em instituições ou em casa dos vizinhos. As responsáveis relatam sentimentos de impotência e sobrecarga de atribuições, uma vez que não contavam com o apoio dos pais do adolescente ou de outros parentes. O período da internação para cumprimento da medida sócio-educativa é relatado como um período de sofrimento; contudo, os entrevistados consideraram-no proveitoso, pois relatam que durante esse período a família aproximou-se. A aplicação da medida parece ter oferecido algum suporte à família, uma vez que a mesma se mobilizou para atender o jovem na presente situação. A atitude de apoio das responsáveis nesse momento fez com que os jovens ressignificassem suas relações com os mesmos, reconhecendo os esforços das responsáveis para lhes oferecerem apoio. Contudo, o retorno dos jovens para a casa apresentou algumas dificuldades. Observou-se que as responsáveis buscavam superproteger os filhos para que esses não retornassem à instituição de internação, pois imaginavam que fazendo tudo o que eles desejavam haveria menor chance de reincidirem na vida do crime. No entanto, percebeu-se que as mesmas continuavam não conseguindo estabelecer limites para os filhos ou lhes oferecer atenção suficiente, uma vez que fatores contextuais não haviam sido modificados. Além disso, os entrevistados relataram que são culpabilizados e sofrem preconceitos, o que lhes dificulta a adaptação social. Desta forma, constata-se que os entrevistados sentem-se abandonados e discriminados. O presente estudo indica a necessidade da revisão de concepções que culpabilizam a família nos casos de atos infracionais cometidos por menores, desconsiderando os fatores sociais e econômicos nas quais a mesma se insere. Um atendimento eficiente baseia-se na adoção de medidas que auxiliem as famílias de maneira integral, oferecendo-lhes orientação e apoio antes, durante e após o período de internação.

**Palavras-chaves:** família, adolescência, medidas sócio-educativas

**Atividade: Relendo Bowlby com um olhar sistêmico (Paineis)**

**Trabalho:** Relendo Bowlby com um olhar sistêmico

**Autor(es):** Marcelo Tourinho de Garcia Soares, José Diego Santos e Silva, Olavo Coelho Barbosa

**Resumo:** Durante todo o pós-guerra no século XX, a psicologia moderna vem sendo influenciada pelas idéias do psiquiatra inglês John Bowlby e sua Teoria do Apego. Bowlby acreditava que o tratamento de crianças não poderia prescindir da inclusão dos membros da família – idéia esta que foi ponto de dissidência teórica com sua supervisora, Melanie Klein. Desde os primórdios de suas pesquisas, suas idéias receberam influência multidisciplinares – da etologia, da psicologia cognitiva, da neurobiologia e da teoria sistêmica. Paradoxalmente, os desenvolvimentos da teoria do apego terminaram por ganhar contornos sempre psicanalíticos, enfatizando a releitura que Bowlby fazia do desenvolvimento da novela familiar nas relações do bebê com a mãe (também chamada de figura central de apego) e com o pai. Mas a obra de Bowlby vem sendo “redescoberta” a partir de várias epistemologias diferentes, e em cada uma delas reside uma nova possibilidade de trabalho efetivo com o estabelecimento de relações de apego seguro entre mães e seus bebês. A teoria sistêmica, tem procurado trazer o foco esta relação diádica para uma maior complexificação, envolvendo mais elementos da constelação familiar. Além disso, este autor traz uma concepção mais fluida das implicações do apego na

determinação das relações sociais do indivíduo, possibilitando assim uma reconfiguração deste padrão interacional. O objetivo geral deste trabalho é discutir a teoria do apego de John Bowlby a partir de uma releitura com o olhar novo-paradigmático da psicologia sistêmica, e que efeitos pragmáticos este olhar sistêmico pode proporcionar às práticas profissionais de psicólogos que trabalhem em contextos que evoquem a relação entre pais e filhos. Numa perspectiva novo-paradigmática, o psicólogo se encontra numa posição propícia para a construção de um processo participativo de reestruturação, visando assim a alteração na forma de apego entre os membros de um sistema familiar, tendo como pressupostos epistemológicos as três bases do pensamento sistêmico: complexidade, instabilidade e intersubjetividade. A complexidade permite considerar diversos fatores na construção do apego, destoando da teoria tradicional de Bowlby, que se limita a influência de uma figura de apego central. A psicologia sistêmica entende que são as relações intra-familiares como todo que propiciarão o desenvolvimento do apego no indivíduo. A instabilidade convida a um pensamento mais fluido nas relações, ou seja, as diferentes formas de se relacionar nos diferentes tipos de relação. E, finalmente, o pressuposto da intersubjetividade traz um imperativo ético da análise da auto-referência do olhar subjetivo do psicólogo sobre a interação que estabelece com os sistemas em análise. Saber o seu próprio modo de vinculação permite que o profissional tenha uma postura crítica e comprometida com a melhora dos pacientes. De modo análogo, do ponto de vista daqueles que são atendidos, a experiência vivida pelos pacientes no setting terapêutico pode possibilitar um exemplo de vinculação com base segura capaz de proporcionar uma mudança em seu modo de relacionar-se com os demais. A relação criada e desenvolvida entre terapeuta e paciente dentro do setting terapêutico serviria como uma ferramenta terapêutica que possibilitaria que o paciente tome conhecimento de seus mecanismos de enfrentamento em relação ao seu padrão de apego. A vivência num sistema auto-regulador que não repita um ciclo de reforços que sustente as bases de um apego inseguro, vem a reduzir a ansiedade nas relações, podendo facilitar a entrega nas vinculações não tendo as 'ferramentas' dos apegos inseguros a necessidade de serem utilizadas.

**Palavras-chaves:** apego,familia,Bowlby,Psicologia Sistêmica

**Atividade:** CONFIGURAÇÕES FAMILIARES E REPRESENTAÇÃO DE FAMÍLIA DE CRIANÇAS DE ESCOLAS PÚBLICAS DA ZONA NOROESTE DA CIDADE DO RECIFE (Paineis)

**Trabalho:**CONFIGURAÇÕES FAMILIARES E REPRESENTAÇÃO DE FAMÍLIA DE CRIANÇAS DE ESCOLAS PÚBLICAS DA ZONA NOROESTE DA CIDADE DO RECIFE

**Autor(es):** Renata Lopes Arcoverde,Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas

**Resumo:** Esta pesquisa investiga a configuração familiar e a representação de família de crianças de escolas públicas da Zona Noroeste da cidade do Recife. Participaram 90 crianças de três escolas públicas da referida zona da cidade e um de seus pais ou responsável. Utilizamos como instrumentos o Desenho da Família com Estória (DF-E) para as crianças e um questionário com 48 questões de múltipla escolha, a ser respondido pelo(a) pai/mãe ou responsável pela criança, de forma a identificar a configuração e dinâmica familiar. Os resultados preliminares indicam que 46,67 % das crianças da amostra representam a família como nuclear, 32,22 % representam como extensa, 8,89 % representam como monoparentais, 5,56 % representam como abrangentes e 3,33 % rpresentam como recasadas. Já em relação à configuração familiar, 46,67 % da crinaças vivem em famílias extensas, 31,11 % vivem em famílias nucleares, 12,22 % em famílias monoparentais, 5,56 % em famílias recasadas e 1,11 % em família abrangente. Em relação aos valores, sentimentos e conflitos relacionados à família presentes nas crianças participantes, houve 34,44% de sentimentos positivos, 5,56% de sentimentos ambivalentes, 3,33% de sentimentos negativos. E ainda: 10,00% das respostas indicam conflitos entre pais ou entre irmãos, 5,56% são respostas de conteúdo ligado a valores religiosos, 6,67% das respostas são manifestações de fantasia ou idealização, 6,67% das respostas indicam desejo de independência (ser alguém na vida, crescer) e 4,44% das respostas relacionam-se a conteúdos de comédia ou humor. Em 18,89% dos casos os dados não foram suficientes para a identificação deste item e em 4,44% não havia dados de nenhuma espécie (a criança não contou uma estória

nem expressou emoções significativamente no desenho da família). As significativas diferenças entre as respostas de representação e configuração familiar nos mostram que apesar das mudanças ocorridas ao longo dos anos nos agrupamentos e tipos de família, o modo como representamos essa instituição, ainda é, predominantemente, do tipo nuclear composta por pai, mãe e filhos (biológicos ou não). Podemos ainda levantar a hipótese de que a grande quantidade de famílias extensas se deve à baixa renda dos sujeitos participantes da pesquisa (estudantes de escolas públicas em bairros periféricos da cidade do Recife). É possível que seus familiares residam todos em um mesmo local como forma de sobrevivência e economia, dividindo os custos de moradia com tios, tias, avós, avôs, primos, primas e outros parentes. Os resultados aqui apresentados são preliminares uma vez que a pesquisa ainda está em andamento.

**Palavras-chaves:** Representação familiar, Configurações familiares, Construção das diferenças

**Atividade: Avaliação Familiar  
(Cursos - 6hs)**

**Trabalho:** Avaliação Familiar

**Autor(es):** Andrea Seixas Magalhães, Terezinha Féres Carneiro

**Resumo:** O objetivo central desse curso consiste em abordar três dos principais métodos de avaliação familiar - a Entrevista Familiar Estruturada – EFE; o Arte-Diagnóstico Familiar; e o Genograma- e discutir sobre sua importância no campo da terapia familiar, com base na experiência clínica e em pesquisas científicas. O campo da avaliação psicológica abrange uma grande variedade de métodos de avaliação familiar, desenvolvidos a partir de diferentes referenciais teóricos. Podemos classificá-los em métodos objetivos, subjetivos e mistos. Propomos, nesse curso, abordar um método subjetivo, baseado no desenho, o Arte-Diagnóstico Familiar, e dois métodos mistos, o Genograma e a EFE. O Arte-Diagnóstico Familiar foi trazido para o Brasil por Hanna Kwiatkowska, uma arte-terapeuta estabelecida nos Estados Unidos, na década de setenta. Esse método é pouco divulgado e tem-se revelado um excelente instrumento para a compreensão da psicodinâmica familiar. O método baseia-se na arte como recurso e linguagem terapêutica. A partir de uma seqüência de seis desenhos propostos pelos terapeutas (desenho livre inicial, retrato da família, família abstrata, rabisco individual, rabisco coletivo e desenho livre final), os familiares representam individual e conjuntamente sua dinâmica de funcionamento. O Genograma é um método mais divulgado, baseado na representação gráfica da história dos padrões familiares. O desenho gráfico da família possui normas e símbolos pré-estabelecidos internacionalmente. Por meio desse instrumento pode-se conhecer a estrutura familiar, a demografia, o funcionamento, as relações e as transmissões intergeracionais. Permite-se obter um panorama geral da família a partir das interações existentes entre seus membros, tanto na perspectiva cronológica quanto dinâmica. A EFE – Entrevista Familiar Estruturada, método desenvolvido por Terezinha Féres-Carneiro, se propõe a diagnosticar as interações do grupo familiar, discriminando uma interação familiar facilitadora de uma interação dificultadora da saúde emocional. Esse método compõe-se de seis tarefas propostas à família, com o objetivo de avaliar algumas dimensões da dinâmica familiar como: comunicação, distribuição de papéis, regras, liderança, conflitos, manifestação de agressividade, afeição física, interação conjugal, individualização, auto-estima e interação familiar. Esses três métodos são utilizados, sobretudo, na fase de avaliação diagnóstica. Na maioria das vezes, elege-se somente um desses recursos para avaliar a família, de acordo com as indicações do caso e com o contexto do atendimento familiar. Contudo, o material originado a partir de cada um desses métodos fornece substrato para significativas intervenções ao longo de todo o processo terapêutico. Além disso, cada um desses recursos tem demonstrado importante papel na vinculação e na adesão da família ao tratamento psicoterapêutico. Ressalta-se que a participação ativa da família nas sessões de aplicação e de devolução produz um efeito de implicação na psicoterapia familiar.

**Palavras-chaves:** avaliação familiar, entrevista familiar estruturada- EFE, genograma familiar, arte-diagnóstico familiar

**Atividade: Sofrimento psíquico, família e intervenção precoce (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Primeiras Crises Psicóticas: identificação de pródromos a partir de pacientes e familiares

**Autor(es):** Nerícia Regina de Carvalho

**Resumo:** A presente pesquisa procurou caracterizar as crises psicóticas por meio da fala de pacientes que passaram por situação de primeiras crises e de seus familiares, a partir da literatura e pesquisas recentes sobre intervenção precoce nas psicoses (McGorry & Edwards, 2002), dos estudos sobre crise (DiTomasso & Kovnat, 1995 e Miermont, 1994; Tavares, 2004) e sobre família (Addington & cols., 2005; Erikson, 1974; Eiguer, 1985; McCown & Johnson, 1993; Bateson, 1990; Palazzoli, 1998 e Costa, 2003). Participaram da pesquisa cinco pacientes em tratamento de primeiras crises e seis familiares, selecionados no Hospital São Vicente de Paula, em Taguatinga/Brasília/DF, no CAEP (Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos) do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, por meio do GIPSI (Grupo de Intervenção Precoce nas Psicoses) e nos CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) "Vida" e "Novo Mundo", em Goiânia. Foram realizadas entrevistas, construídas para este trabalho, com o paciente e seu familiar, baseadas na Escala Breve de Avaliação Psiquiátrica (BPRS). Os dados obtidos foram trabalhados de acordo com a análise de conteúdo (Franco, 2003). Constatou-se que as crises psicóticas se manifestaram conforme a literatura corrente (McGorry & Edwards, 2002; DSM-IV, 2002; OMS, 1993). Ansiedade, medo, isolamento social e desconfiança foram os pródromos identificados, e alucinação e delírio, os sintomas recorrentes. Observou-se que a crise psicótica afeta o paciente e sua família, ocasionando não só o sofrimento decorrente da doença mental, mas ônus financeiro, desemprego e perda da autonomia do paciente, fatos de ocasionam alterações nos relacionamento familiar. Constatou-se também que a procura pelo serviço médico é sempre a primeira providência adotada. Contudo, esta pesquisa enseja continuações, para se averiguar, por exemplo, a dinâmica familiar e as mudanças estruturais na personalidade do paciente e seus impactos na prevenção ou manifestação das crises psíquicas graves. O interesse em desenvolver essa temática nasceu quando do conhecimento do trabalho do Grupo de Intervenção Precoce em Primeira Crise do Tipo Psicótica (GIPSI), coordenado pelo Prof. Dr. Ileno Izídio da Costa, no Laboratório de Psicopatologia e Psicanálise do Departamento de Psicologia Clínica da Universidade de Brasília (UnB). Atualmente, o GIPSI atende pessoas em primeira crise psicótica e suas famílias, tendo como principal meta prevenir e/ou intervir, visando combater a cronificação desse sofrimento. O grupo foi criado em 2001 com o intuito de ser um espaço para estudo, discussão, pesquisa, atendimento e reflexão sobre o que é denominado de psicose e seus correlatos. Desde 2003, o grupo presta atendimento individual e familiar a pacientes em primeiras crises. Este trabalho, portanto, foi apresentado como parte dos requisitos para obtenção do grau de mestre em Psicologia na Universidade de Brasília e foi financiado pelo CNPq.

**Palavras-chaves:** Crise psicótica, Pródromos, Intervenção precoce, Família

**Trabalho:** Os sentidos dos vínculos nas crises psíquicas graves

**Autor(es):** Maria de Fátima de Novais Gondim

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo um olhar complexo do sofrimento psíquico grave (Costa, 2003) considerando a inter-relação dos fatores orgânicos, sociais e psicológicos, no momento da crise, focalizando-se especificamente na análise da superposição dos vínculos internalizados, vínculos familiares, vínculos sociais, e vínculos terapêuticos. Procuramos assim detectar os vínculos adoecedores e os vínculos com potencial terapêutico para possibilitar a vivência da crise como um momento transformador. A crise psíquica, advinda de fatores acidentais ou de desenvolvimento (Erikson, 1959), que traz comprometimentos na adaptação à realidade, com perdas funcionais (Caplan 1969, McGorry & Edwards, 2002) e processos psicodinâmicos causadores de intenso sofrimento (Simon 1989; Tavares 2004) aqui é vista principalmente em relação ao seu contexto. Passa a ser vista como uma exaustão do modelo



relacional (Barreto, 2001) em que o paradigma familiar, formado por suas crenças, práticas, premissas, valores, rituais e tradições, encontra-se em processo de desorganização-reorganização e busca de novas posições (Schnitman & Fuks, 1993). Há uma incongruência na direção dos vínculos, com conflitos entre o personagem que se é designado a assumir, o que pensa ter lhe sido atribuído, e o que imagina ser, gerando mal entendido entre as fontes de sentido (Moguillansky, 2006). Este conflito pode advir da estrutura e funcionamento da família atual (Minuchin, 1982) como de transmissões transgeracionais (Boszormenyi –Nagy, 1985, Bowen, 1976). Pode levar a rupturas vinculares, e o eu volta-se para o mundo interno, com seus papéis sociais perdendo sua expressão e contato com o outro (Moreno, 1985). Sendo o outro constituinte do eu (Boszormenyi-Nagy, 1985; Moreno 1985, 1983; Buber, 1979), na crise vincular, há uma perda do sentido da própria existência. O indivíduo entra em contato com angústias impensáveis, e pode formar defesas primitivas ou encontrando um vínculo de confiança permitir-se regredir, em busca de seu verdadeiro self (Winnicott, 1988, 2005). Utilizando os aportes de Winnicott, Nemirovsky (1999) aponta o contexto vincular como importante no diagnóstico e prognóstico do indivíduo em sofrimento. Para a compreensão das reações afetivas do sujeito é importante o conhecimento da cultura, do ambiente e da relação terapêutica estabelecida. Foi realizada uma pesquisa com atendimentos a pessoas nas suas primeiras crises, com alguns atendimentos às suas famílias. E foram também visitados alguns serviços de crise no Reino Unido na região de East Kent e Londres, e na cidade de Bruxelas, com o objetivo de identificar nos serviços de crise as propostas terapêuticas disponíveis, coerentes ou não com a importância dos vínculos. Tudo isto para poder (re)pensar e propor modelos e práticas de atendimento a pessoas em crise psíquica grave no Brasil.

**Palavras-chaves:** Crise psíquica grave, Vínculos, Família, Serviços de crise

**Trabalho:** Repercussões na família da primeira crise psíquica de um de seus membros

**Autor(es):** Júlia Sursis Nobre Ferro Bucher

**Resumo:** O acompanhamento de famílias que procuram ajuda psicológica e/ ou psiquiátrica quando ocorrem profundas perturbações psíquicas em um de seus membros nos alertaram para as diversas formas que a família encontra para minorar seu sofrimento. Ausloos (1997) apresenta formas de competência que se encontra nas famílias modificando uma idéia vigente nos primórdios da terapia familiar que a família era na maioria das vezes a responsável por esta enfermidade. Hoje, constata-se a complexidade desta doença que tem múltiplas facetas e que o sofrimento da família, muitas vezes camuflado é muito grande, embora elas encontrem meios próprios para lidar com o problema. Foi neste contexto que definimos a pesquisa junto a uma família cujo um dos membros adulto, casado e pai de quatro filhos, foi internado com o diagnóstico de esquizofrenia, após ter desenvolvido um delírio religioso, culminando com a doação de todas as suas roupas, no meio de uma praça em Brasília. O diagnóstico nos levou a estudar a família em sua dimensão intersubjetiva em face de situação vivenciada por eles. Neste contexto, o objetivo desta pesquisa foi o de identificar as vivências de cada um dos membros da família assim como a forma relacional de lidar entre eles com tal situação, levantando as crenças, explicações e os sentimentos oriundos desta experiência. O método utilizado para abordar os adultos foi o de entrevistas a partir de um roteiro semi-estruturado. Realizamos com as crianças uma dinâmica de grupo tendo como tarefa a “criação de uma família” a partir de brinquedos com casa e bonecos representados uma grande família bem com a confecção de desenhos. O material obtido foi estruturado e reagrupado em diagramas de significações das vivências subsidiados para a análise deste caso. Os resultados nos indicaram uma forte interação entre elementos da cultura familiar e social levando a formas próprias de lidar com a situação de crise. O estudo junto aos membros mais jovens da família identifica que, embora a influência exercida pela geração mais velha trazendo elementos culturais pertencente ao imaginário familiar como forma explicativa do que estava ocorrendo, nem sempre esses elementos culturais permanecem intactos, pois, ao manterem contacto com outros setores da sociedade como a escola, os colegas, outras percepções da doença mental surgem criando um conflito quando detectado pelo terapeuta ou por alguém que perceba a situação possibilite abrir um espaço de interlocução para sair do impasse. Constatou-se que as crianças captam o problema através da forma como os adultos percebem o problema, mas sofrem as influências de outros setores da

sociedade. A forma de lidar com o sofrimento nas famílias é criar um espaço de interlocução desde o início em que seja possível detectar seu sistema de crenças, seus sentimentos, quais são os recursos intrapsíquicos que tiveram ao longo da vida face as adversidade e a partir daí integrá-la num trabalho conjunto com o paciente e a equipe terapêutica.

**Palavras-chaves:** Crise psíquica, Repercussões na família, Formas de abordagem

**Atividade: A estruturação e a dinâmica familiar diante de questões relativas à saúde em um bairro popular de Salvador-Ba (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** A estruturação e a dinâmica familiar diante de questões relativas à saúde em um bairro popular de Salvador-Ba

**Autor(es):** João Marcos de Oliveira Cavalcanti, Jeane Saska Campos Tavares, Leny Trad

**Resumo:** A família pode ser considerada como um contexto de atenção à saúde, configurando-se, portanto, como um espaço privilegiado na produção de saberes e práticas de cuidado nas esferas individual e social. A configuração familiar não é determinada estritamente por fatores genealógicos e/ou jurídicos. Particularmente nas camadas populares, são reconhecidos enquanto membros da família aqueles em quem se podem confiar e aos quais se estendem o rol de obrigações morais estabelecidas pelo grupo familiar. Ao abordar significados e práticas relacionadas com o processo saúde e doença no contexto familiar, considera-se especialmente relevante considerar a composição da família e os modos de organização e funcionamento cotidiano. Considerando estes aspectos, este estudo teve como objetivo compreender o papel da estruturação e da dinâmica familiar diante de questões relativas à saúde em grupos de classe popular. De forma mais específica pretendeu-se: descrever as práticas de cuidado com a saúde no âmbito domiciliar; compreender as relações entre organização familiar e as práticas de cuidado com a saúde dos participantes; analisar o processo de transmissão intergeracional na construção de padrões de cuidado. O estudo integra a pesquisa "O cuidado à saúde no contexto familiar e suas inter-relações com os serviços formais e informais de saúde", desenvolvida no grupo Comunidade, Família e Saúde (FASA), vinculado ao Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA). Foi utilizada uma abordagem etnográfica através de observação participante e entrevistas semi-estruturadas no domicílio. Esta metodologia permitiu um aprofundamento no cotidiano e realidade do grupo investigado. A pesquisa foi realizada com três famílias, de uma invasão do bairro popular da cidade de Salvador, em um período aproximado de um ano. Duas delas são monoparentais (uma destas, resultou de uma união conjugal e outra extra-conjugal) e uma nuclear. Foram participantes, até o presente momento, respectivamente, duas das principais cuidadoras; o patriarca e dois dos seus filhos; e, por último, a matriarca e uma de suas filhas. Todos os participantes assinaram termos de consentimento livre e informado. A análise dos dados aponta a presença de hierarquias e papéis bem definidos nas famílias estudadas, especialmente entre as monoparentais. Os cuidadores costumam ser os genitores e/ou provedores, os quais contam quase sempre com o auxílio de outros membros da família ou seus vizinhos em questões relacionadas com a saúde. As estratégias de cuidado mais comuns remetem à higiene pessoal ou da casa e a busca pelos serviços de saúde em situações de emergência. Quanto aos processos de transmissão de padrões cuidados à saúde entre as diferentes gerações da família, evidenciou-se que a compreensão deste fenômeno demanda uma maior aproximação e aprofundamento dos contatos com as famílias estudadas. Preliminarmente, foi possível constatar que este processo difere de uma família a outra e guarda relação com a percepção e experiência da família com enfermidades graves ou crônicas.

**Palavras-chaves:** Família, Saúde, Transmissão Intergeracional de Cuidados

**Atividade: Relação do nível de escolaridade materna com as metas de socialização infantil e práticas de cuidado parental (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Relação do nível de escolaridade materna com as metas de socialização infantil e práticas de cuidado parental

**Autor(es):** Marcelo Richar Piovanotti, Mauro Vieira, Lilian Costa Silveira

**Resumo:** Dentre os fatores ambientais determinantes do cuidado parental, estão o sistema de crenças, as metas de socialização infantil e as práticas valorizadas. Neste sentido, o comportamento parental se dá na relação dos cuidadores com a criança, com o contexto familiar e com as expectativas de futuro sobre os filhos, desde a concepção até a vida adulta. Considerando tais pressupostos, a presente pesquisa buscou contribuir com o estudo das metas de socialização infantil e crenças sobre práticas de cuidado parental entre mães brasileiras. Participaram 50 mães, residentes em Florianópolis, maiores de 18 anos, com um filho(a) de 0 a 3 anos. A idade das participantes variou de 18 a 47 anos, média de 27 anos. O nível de escolaridade variou do ensino fundamental até a pós-graduação, sendo que metade das mães havia cursado no máximo até o ensino médio, enquanto as outras 25 já haviam pelo menos ingressado no ensino superior. Para a coleta de dados foram utilizados um questionário sócio econômico, uma entrevista semi-estruturada e uma escala sobre práticas parentais. A entrevista semi-estruturada permitiu coletar as metas de socialização das participantes. As respostas foram analisadas em cinco categorias: 1) Auto-aperfeiçoamento correspondente à preocupação que criança se torne autoconfiante, desenvolva seu potencial pessoal e econômico, e seu bem estar físico e emocional; 2) Autocontrole referente a possibilidade da criança desenvolver a capacidade de controlar impulsos negativos; 3) Emotividade diz respeito à preocupação que a criança estabeleça intimidade emocional e ser amada; 4) Expectativas sociais que a criança se torne trabalhadora, honesta e seguidora das leis, e 5) Bom comportamento referente a preocupação que a criança se dê bem com as pessoas e desempenhe bem os papéis familiares (bom pai, boa mãe, boa esposa etc). A escala sobre práticas parentais consiste em 50 itens, 25 relacionados a bebês até 1 ano e 25 para crianças entre 1 e 3 anos, e possibilita identificar quatro dimensões do cuidado parental: a) Expor a criança a diferentes estímulos (estimulação cognitiva e motora); b) Garantir a apresentação apropriada da criança (dimensão social); c) Responder à criança e criar vínculo (dimensão emocional); e d) Manter a criança sob controle (dimensão disciplinar). Foram realizadas correlações e análises de covariância com o auxílio do software SPSS-11. A análise dos dados mostrou que, apesar da diferença de escolaridade entre as participantes, não houve diferença significativa no que diz respeito às metas de socialização infantil. As mães compartilham metas para o desenvolvimento de seus filhos, sendo que as principais correspondem ao cumprimento das Expectativas sociais; em um total de 295 palavras ou frases significantes, 123 (42%) foram referentes às características desta categoria. Em segundo lugar as de Auto-aperfeiçoamento, 89 menções (30%); em terceiro o Bom comportamento, 47 vezes (16%); e as duas últimas foram, respectivamente, Emotividade, 25 citações (8%), e Autocontrole, com 11 menções (4%). Por outro lado, foi verificada correlação significativa entre a escolaridade da mãe e as práticas de cuidado parental valorizadas por ela. A correlação foi positiva no fator Estimulação ( $\rho=0,33$ ;  $p<0,001$ ), indicando que as mães mais escolarizadas passam a valorizar mais intensamente a estimulação cognitiva e motora da criança. Contudo, foi negativa nos fatores apresentação ( $\rho= -0,17$ ;  $p<0,05$ ) e disciplina ( $\rho= -0,30$ ;  $p<0,05$ ), mostrando que as práticas voltadas para a dimensão social, tais como ensinar a criança a cumprimentar e agradecer; e as voltadas para a dimensão disciplinar, como criar a criança com crenças religiosas, ficam mais flexíveis a medida que as mães passam a ter maior grau de escolaridade. Esses resultados estão de acordo com uma das premissas da psicologia evolucionista do desenvolvimento. Nesta perspectiva, o comportamento parental se assemelha entre as diferentes culturas na sua função, devido a adaptabilidade em termos evolucionistas, enquanto varia na forma, em virtude das particularidades do contexto onde se manifestam. As propensões para o cuidado da criança parecem gerais, fator que explicaria as metas de socialização serem compartilhadas pelas mães participantes; apesar do nível de conhecimento sobre as produções culturais de sua sociedade (ciência, artes, religiões etc), caracterizada nesta pesquisa pela variação do nível de escolaridade, ser diferente. Por outro lado, existem diferenças na crença sobre a maneira de alcançar essas metas, o que fica demonstrado nas práticas valorizadas por

elas como a melhor forma de educar uma criança. A partir dos dados coletados, reforçamos a hipótese de que as metas, traduzidas como aquilo que os adultos da cultura estabelecem como o desenvolvimento adequado de uma criança, são compartilhados, enquanto as crenças sobre a forma de alcançar esses objetivos dependem do contexto de representações do grupo social. É justamente nesse sistema multidimensional de metas de socialização e crenças sobre práticas de cuidado, no qual a escolaridade parece ter um papel específico de atuação, que as mães estabelecem a dinâmica relacional com suas crianças, tendo a tarefa de decidir o melhor caminho para garantir o desenvolvimento satisfatório de seus descendentes.

**Palavras-chaves:** Metas de socialização, Contexto sociocultural, Desenvolvimento infantil, Psicologia Evolucionista, Etnoteorias parentais

**Atividade: A estruturação e a dinâmica familiar diante de questões relativas à saúde em um bairro popular de Salvador-Ba (Paineis)**

**Trabalho:** A estruturação e a dinâmica familiar diante de questões relativas à saúde em um bairro popular de Salvador-Ba

**Autor(es):** João Marcos de Oliveira Cavalcanti, Jeane Saskya Campos Tavares, Leny Trad

**Resumo:** A família pode ser considerada como um contexto de atenção à saúde, configurando-se, portanto, como um espaço privilegiado na produção de saberes e práticas de cuidado nas esferas individual e social. A configuração familiar não é determinada estritamente por fatores genealógicos e/ou jurídicos. Particularmente nas camadas populares, são reconhecidos enquanto membros da família aqueles em quem se podem confiar e aos quais se estendem o rol de obrigações morais estabelecidas pelo grupo familiar. Ao abordar significados e práticas relacionadas com o processo saúde e doença no contexto familiar, considera-se especialmente relevante considerar a composição da família e os modos de organização e funcionamento cotidiano. Considerando estes aspectos, este estudo teve como objetivo compreender o papel da estruturação e da dinâmica familiar diante de questões relativas à saúde em grupos de classe popular. De forma mais específica pretendeu-se: descrever as práticas de cuidado com a saúde no âmbito domiciliar; compreender as relações entre organização familiar e as práticas de cuidado com a saúde dos participantes; analisar o processo de transmissão intergeracional na construção de padrões de cuidado. O estudo integra a pesquisa “O cuidado à saúde no contexto familiar e suas inter-relações com os serviços formais e informais de saúde”, desenvolvida no grupo Comunidade, Família e Saúde (FASA), vinculado ao Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA). Foi utilizada uma abordagem etnográfica através de observação participante e entrevistas semi-estruturadas no domicílio. Esta metodologia permitiu um aprofundamento no cotidiano e realidade do grupo investigado. A pesquisa foi realizada com três famílias, de uma invasão do bairro popular da cidade de Salvador, em um período aproximado de um ano. Duas delas são monoparentais (uma destas, resultou de uma união conjugal e outra extra-conjugal) e uma nuclear. Foram participantes, até o presente momento, respectivamente, duas das principais cuidadoras; o patriarca e dois dos seus filhos; e, por último, a matriarca e uma de suas filhas. Todos os participantes assinaram termos de consentimento livre e informado. A análise dos dados aponta a presença de hierarquias e papéis bem definidos nas famílias estudadas, especialmente entre as monoparentais. Os cuidadores costumam ser os genitores e/ou provedores, os quais contam quase sempre com o auxílio de outros membros da família ou seus vizinhos em questões relacionadas com a saúde. As estratégias de cuidado mais comuns remetem à higiene pessoal ou da casa e a busca pelos serviços de saúde em situações de emergência. Quanto aos processos de transmissão de padrões cuidados à saúde entre as diferentes gerações da família, evidenciou-se que a compreensão deste fenômeno demanda uma maior aproximação e aprofundamento dos contatos com as famílias estudadas. Preliminarmente, foi possível constatar que este processo difere de uma família a outra e guarda relação com a percepção e experiência da família com enfermidades graves ou crônicas.

**Palavras-chaves:** Família, Saúde, Transmissão Intergeracional de Cuidados

**Atividade: Intervenções com pais e crianças: processos, recursos e resultados. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Grupo de orientação de pais como parte do processo de psicoterapia infantil de grupo.

**Autor(es):** Helena Bazanelli Prebianchi

**Resumo:** A área de pesquisa que avalia a eficácia dos programas de treinamento de pais para intervir em problemas de comportamento apresentados por crianças de diferentes idades está bem desenvolvida, apresentados resultados favoráveis à intervenção. Alguns problemas específicos devem ser resolvidos pela área de pesquisa, como a generalização dos ganhos ao longo do tempo, e como potencializar os ganhos com o tratamento em famílias que apresentam determinadas características, como depressão dos pais, comportamento anti-social destes, muitos estressores, falta de apoio social, entre outros. Outra questão relevante relacionada à área é a definição de conteúdos e estratégias para orientar pais de crianças que não apresentam problemas de comportamento, de forma que estes possam organizar um contexto que favoreça o desenvolvimento infantil. Desta forma, o presente trabalho descreve um grupo de orientação de pais diferente daqueles cujo foco é o ensino de habilidades específicas de criação de filhos. Embora tais habilidades sejam modeladas no decorrer do grupo, o principal foco da orientação de pais aqui descrita aqui é aumentar a motivação deles para mudar, ao ajudá-los a abandonar certos comportamentos negativos na criação de seus filhos, fortemente ligados à sua imagem pessoal e ao modo pelo qual foram criados, e a desenvolver outros comportamentos mais positivos. O procedimento de condução do grupo de pais consiste em acompanhá-los de forma concomitante ao atendimento terapêutico de seus filhos, que também são atendidos em grupo. Na primeira parte do trabalho apresenta-se um modelo de análise por meio do qual os participantes podem aprender a identificar seus sentimentos negativos ao mesmo tempo em que implementam princípios comportamentais e de desenvolvimento, na criação dos filhos. A segunda etapa da condução do grupo se utiliza da dramatização e outras intervenções cognitivo-comportamentais para ajudar os pais a discriminarem seus sentimentos negativos anteriormente aprendidos, reduzindo assim a intensidade da culpa, da raiva, da vergonha e da auto-piedade, o que possibilita que reestruturem seus comportamentos em relação aos seus filhos. Os resultados deste formato de trabalho tem sido na direção de otimizar os ganhos da terapia das crianças, fazendo com que as mudanças ocorram mais rapidamente e de forma mais consistente. Uma vez que os pais são orientados no sentido de atender as crianças em suas necessidades emocionais e ao mesmo tempo dar suporte e reforçar positivamente as mudanças das crianças que vão ocorrendo como resultado da psicoterapia de grupo das mesmas, as mudanças ocorridas podem ser manter ao longo do tempo, porque encontram suporte de manutenção no ambiente familiar.

**Palavras-chaves:** orientação de pais, psicoterapia infantil, psicoterapia de grupo

**Trabalho:** O uso do vídeo feedback na orientação de mães de crianças pré-escolares com queixa de comportamento opositor.

**Autor(es):** Cynthia Borges de Moura

**Resumo:** A gravação em vídeo tem sido usada amplamente na prática em saúde mental para uma variedade de propósitos. O uso do registro em vídeo nas sessões de psicoterapia tem se mostrado de grande valor didático e de pesquisa. Em psicoterapia, a gravação em vídeo tem sido descrita como um veículo único para discussão dos problemas por fornecer um efeito de distanciamento, permitindo detalhar a observação. O presente trabalho tem como objetivo apresentar um modelo de avaliação do comportamento parental e infantil por meio da categorização dos comportamentos apresentados por ambos para uso em intervenções com pais. O procedimento consiste em gravar em vídeo uma sessão de interação lúdica entre a mãe ou pai e seu filho. Os pais são instruídos apenas a brincar livremente com seu filho com os brinquedos disponíveis na sala durante vinte minutos. Posteriormente, o vídeo é utilizado para o

registro da frequência dos comportamentos de interesse da mãe: elogios descritivos, elogios genéricos, ordens, críticas, perguntas; e da criança: obediência, não obediência, negativa e aprovação. Avalia-se a frequência de respostas de obediência da criança às instruções parentais e a frequência de elogios e críticas, entre outros comportamentos, dos pais dirigidos tanto à comportamentos adequados, quanto inadequados da criança. Os dados são usados para, durante a orientação, fornecer aos pais feedback objetivo sobre seus comportamentos que podem estar contribuindo para a manutenção dos problemas apresentados por seu filho. A intervenção consiste de três sessões de orientação, precedidas pelas sessões de gravação em vídeo, durante a qual as mães recebem individualmente as mesmas instruções sobre como fazer uso do reforçamento diferencial para obter mudanças no comportamento da criança através do vídeo feedback (ver o vídeo junto com o terapeuta enquanto recebe instruções). Será apresentado um estudo de caso mostrando os dados da avaliação comportamental através do registro em vídeo, ilustrando o uso deste procedimento na orientação de pais. Supõe-se que, por permitir que as mães visualizem sua interação com seu filho e recebam feedback contingente ao comportamento que está sendo observado, este procedimento produza uma aprendizagem mais efetiva das habilidades necessárias ao manejo do comportamento da criança, com conseqüente melhora dos problemas apresentados. Conclui-se, que pela sua utilidade, a gravação de interações parentais em vídeo deveria se tornar um procedimento-padrão das avaliações e intervenções estruturadas e semi-estruturadas com pais, pois permite coletar dados que não se obtém apenas via relato verbal dos mesmos, possibilitando ainda ao clínico uma avaliação objetiva dos comportamentos que necessitam ser alterados, e posteriormente, das melhorias apresentadas.

**Palavras-chaves:** orientação de pais, vídeo feedback, crianças pré-escolares

**Trabalho:** O uso de histórias facilitadoras com crianças no consultório, em casa e na escola.

**Autor(es):** Vera Miranda

**Resumo:** O brincar é um comportamento típico da infância. Através do brinquedo, das brincadeiras e das histórias que ouve ou inventa, a criança revela como percebe seu ambiente, como interage com ele e como ele o afeta. O uso do brinquedo e das histórias contadas ou inventadas, ou mesmo do desenho-história, não são instrumentos novos na psicoterapia de crianças e no contexto educativo. Alguns novos recursos lúdicos, assim como a readequação de antigas estratégias, têm se mostrado importantes instrumentos no processo da terapia infantil e do manejo educacional, por se adaptar ao contexto e à linguagem da criança e por facilitar a compreensão por parte dela, assim como a ocorrência das mudanças esperadas. Este é especialmente, o caso das histórias infantis. Sabe-se que as histórias criam um clima lúdico e representam para a criança, um canal motivador para a abordagem de diversos aspectos que podem inclusive, suscitar questões que venham a ser favoráveis durante o seu desenvolvimento cognitivo (conhecer /fazer) e sócio-emocional (viver junto/ ser /expressar). Identificando-se com os personagens, a criança pode enfrentar etapas, conflitos e emoções e ser estimulada, inclusive, a repensar possibilidades diferentes para melhor administrar situações cotidianas já vividas, ou por viver. A escola e a família são consideradas agências de socialização e aprendizagem, onde a criança experimenta relações de poder entre seus pares e também vivencia o poder desigual, com adultos significativos, representados principalmente por pais e professores. Por meio das histórias, adultos e crianças podem vivenciar uma parada obrigatória nessa relação hierárquica, proporcionando uma nova alternativa educacional e terapêutica, para tratar de temas universais, inerentes ao processo de crescimento, tais como: diferenças individuais e familiares, separações de pais, morte, medos, nascimento de irmãos, competitividade, raiva, auto-responsabilidade, intencionalidade, assertividade, empatia, entre outros. Os resultados provenientes do trabalho com este recurso, dentro do contexto escolar tem sempre ocorrido no sentido de promover uma maior aproximação e comunicação entre seus participantes, e sensibilização para a aquisição de condutas pró-sociais que são indispensáveis a um convívio social e ético, de respeito aos direitos e deveres humanos. A história na escola cria proximidade entre as crianças e entre criança e adulto, minimizando as relações de poder, assim como facilitando a aprendizagem. Nos contextos clínico e familiar as histórias com temas diversificados fornecem meios não-diretivos para se ter acesso às percepções da criança das

situações que ela vivencia, à análise do problema que ela enfrenta e para a intervenção junto às mais diversas questões do universo infantil.

**Palavras-chaves:** histórias,aprendizagem,escola,família

**Atividade: Problematizando o conceito de abandono (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Problematizando o conceito de abandono

**Autor(es):** Letícia Dias Marconi da Costa

**Resumo:** O interesse por aspectos relacionados ao que se denomina abandono originou-se de pesquisa bibliográfica sobre o encaminhamento de crianças e adolescentes para instituições de abrigo, a qual revelou ser aquele um dos principais motivos para a aplicação dessa medida. O fato de, na citada investigação, as práticas caracterizadas como abandono não terem sido explicitadas, bem como o de a legislação brasileira também não o fazer com clareza, indica a necessidade de promover reflexões a respeito desta noção, propósito do presente trabalho. A partir da leitura de textos acadêmicos relativos a abrigamento e a adoção de crianças e adolescentes, constatou-se que tradicionalmente o abandono é concebido como prática caracterizada por renúncia intencional aos filhos por meio da ruptura de vínculo e/ou do desrespeito a direitos garantidos a crianças e adolescentes. Entre essas práticas incluem-se a omissão voluntária de cuidados, a entrega para adoção, a colocação em abrigos, a escassez de visitas a crianças e adolescentes abrigados, bem como a passagem de menores de idade entre casas que não a de sua família natural. Percebe-se, ainda, naquela literatura, que a família que “abandona” é, em geral, representada pela mãe solteira pobre, adolescente ou jovem adulta, que trabalha e se considera sem condições de, sozinha, cuidar de uma criança e sustentá-la. A partir dessas análises, nota-se que a mãe é concebida como a principal responsável pela criação e bem-estar dos filhos (afinal, é ela quem abandona), que as crianças são consideradas indivíduos que precisam de amor e cuidado dos pais, os quais, preferencialmente, devem morar na mesma casa e com seus filhos para que seja assegurado o vínculo familiar. Considerando que esses conceitos de abandono, família, infância, maternidade e paternidade que atravessam as trajetórias de afastamento de crianças e adolescentes do convívio com sua família são construções sócio-históricas, discute-se o processo de construção dessas concepções, o qual ocorreu vinculado ao desenvolvimento do modelo de família nuclear burguesa e das concepções de maternidade e infância a ele relacionados. Famílias pobres, contudo, de acordo com Donzelot (1986), não vivenciaram a construção da família moderna da mesma forma que as famílias ricas, para quem aquele processo produziu outros efeitos. Ademais, pesquisas indicam que, embora classes dominantes brasileiras tenham se organizado conforme o modelo da família nuclear burguesa, sempre houve uma variedade de modelos familiares no país. Estudos apontam que, de fato, diversas noções de família, mãe e criança vêm sendo construídas por membros de classes populares, indicando que práticas julgadas pela classe dominante como abandono podem ser consideradas por outros grupos como atos de amor, proteção e garantia de direitos básicos. O que membros das classes populares indicam, por exemplo, é que o vínculo com seus filhos pode ser mantido mesmo quando com eles não convivem pois estão unidos não só por laços afetivos mas também por laços de sangue. Desse modo, continuam se considerando seus pais e eles, seus filhos, os quais não se definem como abandonados. Muitas mães, separadas de seus filhos há anos, inclusive devido a adoção, buscam reconhecê-los na rua e ter notícias suas. Dessa forma, coloca-se em questão o conceito de abandono que vem justificando a o afastamento de crianças e adolescentes de sua família natural e, conseqüentemente, a sua colocação em abrigo ou em família substituta. Destaca-se o papel que psicólogos podem desempenhar no sentido de colocar em cheque a adoção de um modelo de família que têm atendido a objetivos de determinadas classes sociais e atribuído exclusivamente aos pais a responsabilidade pela criação de seus filhos, isentando o Estado de seus deveres.

**Palavras-chaves:** Abandono,Família,Crianças e adolescentes,Maternidade,Paternidade

## Área: História/Memória

**Atividade: A divulgação da Psicologia Cognitiva no contexto do periódico Psicologia: Reflexão e Crítica (Painéis)**

**Trabalho:** A divulgação da Psicologia Cognitiva no contexto do periódico Psicologia: Reflexão e Crítica

**Autor(es):** Louise Idalgo Barbosa, Cristina Lhullier

**Resumo:** A Psicologia contemporânea caracteriza-se pela multiplicidade de correntes teóricas, entre as quais se destaca a Psicologia Cognitiva. O presente trabalho é uma pesquisa histórica que tem por objetivo descrever a divulgação da Psicologia Cognitiva no periódico Psicologia: Reflexão e Crítica durante o período de 1996 a 2006, a fim de compreender o impacto desta abordagem no contexto da divulgação científica sul-rio-grandense e brasileira. Além disso, buscou-se identificar, por meio da análise de conteúdo dos artigos do periódico, os temas da Psicologia Cognitiva investigados ao longo do período histórico delimitado. O delineamento utilizado mescla aspectos quantitativos e qualitativos. Os artigos do periódico escolhido foram acessados por meio de uma pesquisa no conteúdo eletrônico da Scielo (Scientific Electronic Library Online). Selecionaram-se os artigos que continham no título ou nas palavras-chave uma referência direta à Psicologia Cognitiva. É importante destacar que nem todas as edições do periódico encontravam-se disponíveis em meio digital. Faltavam as três edições de 1996, a primeira de 1997 e a segunda e a terceira de 2006. Tentou-se, portanto, localizar os documentos físicos na biblioteca da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contudo, apenas a primeira e a segunda edições de 1996 foram localizadas e ambas não continham artigos envolvendo o tema investigado. Não foi possível localizar as duas últimas edições de 2006, bem como a terceira de 1996 e a primeira de 1997. A partir da leitura dos artigos, foi elaborada uma ficha de coleta de dados com o intuito de sistematizar as informações pesquisadas. O referencial para análise do conteúdo dos artigos selecionados foi a História da Psicologia. Utilizou-se a História das Idéias Psicológicas para melhor compreender a influência da Psicologia Cognitiva no contexto sócio-cultural sul-rio-grandense e brasileiro através de sua divulgação no periódico. Já o recorte micro-histórico permitiu transitar entre as escalas micro, representada pelo periódico, e macro, a divulgação científica no Rio Grande do Sul e no Brasil. Os resultados foram organizados com base no conteúdo dos artigos a partir de uma síntese do material extraído da ficha de coleta de dados. Encontraram-se quatro artigos que tratam da Psicologia Cognitiva aplicada à terapia, seja na forma de casos clínicos ou revisões teóricas: Remor (1997, 1999, 2000) e Vanderberghe (2005); dois artigos contendo críticas à Psicologia Cognitiva: Leme (2001), Oliveira e Oliveira-Castro (2003); um abordando a Psicologia Cognitiva e os transtornos do desenvolvimento: Lampreia (2004); um referente à Psicologia Cognitiva e os processos mentais: Salles e Parente (2002); um tratando do desenvolvimento de instrumentos em Psicologia Cognitiva: Yoshida e Colugnati (2002); e um sobre a Psicologia Cognitiva e a Educação: Correia, Lima e Araújo (2001). Merece atenção o número de artigos sobre a Psicologia Cognitiva elaborados na forma de revisões teóricas – seis artigos no total de dez pesquisados. Por outro lado, encontraram-se apenas dois artigos contendo estudos experimentais, sendo que um deles abordava o desenvolvimento de instrumentos nesta vertente teórica. Outro dado de interesse refere-se ao número de artigos sobre a aplicação da Psicologia Cognitiva à terapia. Dos quatro artigos encontrados, três são do mesmo autor (dois relatos de caso e uma revisão teórica). Os achados desta investigação permitem afirmar que, nos últimos dez anos, houve um interesse crescente em publicar artigos sobre a Psicologia Cognitiva. No entanto, a participação desta teoria ainda é pequena se comparada ao número total de artigos publicados neste periódico. Acredita-se que este fato possa estar relacionado à quantidade de artigos que são enviados ao periódico para a publicação, ao desenvolvimento recente das investigações da Psicologia Cognitiva no Brasil e ao maior volume de produção de livros e manuais sobre este tema. A Psicologia Cognitiva conquistou um espaço de divulgação tanto no contexto sul-rio-grandense quanto no brasileiro. Isto pode dever-se à presença de uma metodologia e técnicas inovadoras, ao seu rigor científico, à contribuição contínua em diversos temas da Psicologia e ao seu rápido crescimento.



Considera-se de grande valia a realização de pesquisas envolvendo o exame de um maior número de periódicos, o que permitiria um estudo minucioso sobre a divulgação e crescimento da Psicologia Cognitiva no país.

**Palavras-chaves:** Psicologia Cognitiva,História da Psicologia,Divulgação Científica

**Atividade: Mapeando a História da Psicologia entre o Primeiro Cinema e o Impressionismo: uma experiência de monitoria (Experiências em Debate)**

**Trabalho:**Mapeando a História da Psicologia entre o Primeiro Cinema e o Impressionismo: uma experiência de monitoria

**Autor(es):** Márcia Moraes,Myrna Amaral Catinin,Livia Barbosa Corrêa

**Resumo:** As experiências de trabalho que apresentaremos foram desenvolvidas através das atividades nas monitorias das disciplinas de Epistemologia e História da Psicologia e de Percepção, duas disciplinas obrigatórias para os graduandos em Psicologia da Universidade Federal Fluminense. Nosso objetivo foi articular os trabalhos de monitoria nestes duas disciplinas fazendo um mapeamento da história da psicologia no século XIX em suas interlocuções com o ambiente cultural da época. Nessa perspectiva de estudo elegemos investigar dois pontos que nos pareceram relevantes no século XIX: a) as relações entre Psicologia e o Primeiro Cinema e b) as relações entre Psicologia e Impressionismo. Com estes trabalhos visamos ainda traçar outras histórias da psicologia propondo articulações pouco exploradas em boa parte dos manuais de psicologia. Através dos estudos sobre o Primeiro Cinema investigamos a construção do sujeito espectador no século XIX. Seguimos uma linha de investigação aberta por Cesarino (2005) que apostando na descontinuidade entre o Primeiro Cinema e o cinema narrativo nos leva a refletir sobre os diferentes modos de fruição do filme e nos efeitos subjetivos diversos que são produzidos a partir dos dispositivos de produção de imagem, tão marcantes no século XIX. O que se configura como Primeiro Cinema, é o conjunto de filmes e práticas ocorridas no período entre 1894 e 1907. Seu objetivo era exibir a própria máquina do cinema, mostrar a novidade de suas imagens, sua inédita capacidade de reproduzir o movimento das coisas e ao mesmo tempo enganar os olhos, ou seja, buscava-se entreter, divertir e ao mesmo tempo chocar o sujeito espectador. É neste percurso que estabelecemos uma relação entre o Primeiro Cinema e a Psicologia, pois o Primeiro Cinema levanta questões que se entremearam à própria constituição da Psicologia. De que forma o sujeito espectador percebia elementos nas imagens que não encontravam apoio no referente externo? Qual o papel e o lugar do espectador no Primeiro Cinema? São questões que atravessam o Primeiro Cinema e que se fazem presente também na psicologia do final do século XIX. Na pesquisa sobre o Impressionismo nos deparamos com uma vanguarda pictórica que se apóia nos estudos da ciência a fim de justificar seu modo/método artístico. Em meio aos progressos técnicos e científicos (experimentos óticos e sobre a química das cores) destacamos o fisiologista Helmholtz que foi figura importante, tanto para o Impressionismo como para a nascente Psicologia devido seus estudos sobre a visão. Nos utilizamos três questões fundamentais relacionadas a pintura – o impalpável, o irrepresentável e o fugidio - (descritas por Jacques Aumont) para estabelecer uma relação dialética entre os primeiros estudos sobre a percepção e o Impressionismo, pois tais questões concerniam a ambos os territórios, diferindo somente no modo como abordavam e tratavam essas questões. Enquanto que a psicologia buscava corrigir os “desvios” perceptivos o Impressionismo, mesmo se utilizando da teoria das ciências naturais, acaba por problematizar ainda mais a apreensão do mundo físico por parte do sujeito pecebedor. Desse modo, estes estudos nos permitiram investigar a história da psicologia no século XIX a partir de suas interfaces com movimentos culturais importantes naquele século. Além disso, este trabalho, elaborado a partir de nossas atividades nas monitorias de duas disciplinas obrigatórias no curso de psicologia, nos leva a refletir sobre o ensino da história da psicologia.

**Palavras-chaves:** história da psicologia,impressionismo,primeiro cinema

**Atividade: Histórias e Políticas das entidades profissionais da Psicologia:  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Histórias e Políticas das entidades profissionais da Psicologia: do conformismo ao Estado nos anos 70 à crítica social nos anos 80

**Autor(es):** Domenico Hur

**Resumo:** As entidades da classe profissional dos psicólogos tiveram uma fundação tardia no Brasil, apenas no fim da década de sessenta e no início da década de setenta. Nas décadas de quarenta e cinquenta apenas havia associações de Psicologia de cunho mais acadêmico e ou tecnicista. Contudo, foram tais entidades que propuseram e elaboraram o Projeto de Lei para a regulamentação da profissão do psicólogo, que culminou na Lei 4119 de 27 de agosto de 1962, que é a Lei de regência do exercício profissional do psicólogo. No entanto, foi suprimida da Lei 4119/62 toda a parte que se referia às suas entidades profissionais e regulamentadoras. Lideranças da Psicologia da época, em depoimento, disseram que o Estado tinha receio da organização da sociedade civil, por isso que não aprovou a constituição das entidades da classe dos psicólogos no início da década de sessenta, momento pré-Golpe Militar. Dessa forma, o objetivo de nosso trabalho é expor o processo de fundação das entidades dos psicólogos em São Paulo, da articulação em torno da fundação da APPESP - Associação Profissional dos Psicólogos do Estado de São Paulo - entidade embrião do Sindicato, em 20/12/1969, período pós AI-5 - Ato Institucional n. 5 -, da sua transformação em Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo - SPESP- em 1973, da instituição da Lei 5766 de 20 de dezembro de 1971, que cria os conselhos profissionais de Psicologia, da instalação do CFP – Conselho Federal de Psicologia – em 1973, dos primeiros regionais em 1974 e dos compromissos políticos-sociais adotados por essas entidades nas décadas de 70 e 80. Nossa exposição, resumo de nossa pesquisa de mestrado, utilizou como procedimento de investigação ampla revisão bibliográfica, análise documental (consultamos cerca de mil atas dessas entidades entre 1969 e 1986) e coleta de depoimentos (entrevistamos seis ex-presidentes dessas entidades). Constatamos que nos anos 70 o compromisso social das entidades profissionais dos psicólogos era com o crescimento e o reconhecimento da profissão. Houve muita luta pelo desenvolvimento técnico da Psicologia, onde a principal frente de luta era a defesa dos exames psicotécnicos. O SPESP tinha uma postura mais apaziguadora, onde evitava que os psicólogos entrassem em greve e organizava muitos cursos aos psicólogos. Já o CRP-06 estava preocupado em estabelecer normas e referências para a profissão, com a difícil incumbência de fiscalizar e orientar o exercício profissional. Politicamente, tais entidades expressavam um certo conformismo ao regime militar, não procurando se envolver com manifestações estranhas ao Estado, como por exemplo o Sindicato se negou a participar dos movimentos humanitários em prol do jornalista assassinado Wladimir Herzog e o CFP premiou com o título de psicólogo honorário os presidentes Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel e seus respectivos Ministros do Trabalho. Preocupados com tal quadro, no fim dos anos 70, jovens psicólogos de “esquerda” se organizaram e venceram as eleições para SPESP e o CRP-06. Então, as entidades profissionais nos anos 80 começaram a problematizar a função social da Psicologia e passaram a imprimir práticas mais críticas, por exemplo não apenas defendendo o exame psicotécnico, mas compreendendo que ele também merecia passar por revisões. O SPESP se aproximou de movimentos sindicais gerais, como a fundação da CUT – Central Única dos Trabalhadores e o CRP-06 passou a problematizar sua atribuição de fiscalização e a participar de movimentos políticos gerais como o Movimento das “Diretas Já”. Tais movimentos adquiriram ressonância em outros estados brasileiros, o que resultou na Fundação da FENAPSI – Federação Nacional dos Psicólogos – em 1986 e a constituição de um Conselho Federal de Psicologia mais progressista, no fim dos anos 80. Nosso trabalho completo, dissertação de mestrado, encontra-se no site:  
[http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-11072006-224031/Pesquisa financiada pelo CNPq](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-11072006-224031/Pesquisa%20financiada%20pelo%20CNPq)

**Palavras-chaves:** História da Psicologia, Conselho Regional de Psicologia, Sindicato dos psicólogos, Análise institucional, política

## **Atividade: A Construção das teorias da personalidade no campo do saber psicológico (Paineis)**

**Trabalho:**A Construção das teorias da personalidade no campo do saber psicológico

**Autor(es):** Samila Marques Leão

**Resumo:** Ao compreender como as teorias da personalidade foram construídas e sistematizadas como uma disciplina delimitada e postulada no campo do saber psicológico, deparamo-nos com uma questão interessantíssima que vem sendo bastante discutida: “Qualquer processo humano é essencialmente uma construção histórica e narrativa”. Como nos afirma Rey (2005): “o sentido da personalidade na definição das diferentes expressões humanas é inseparável do lugar do sujeito dentro do contexto social e cultural no qual se expressa”.(p.264) e a personalidade é um desses processos. Admitindo que nós, estudantes de Psicologia, temos dificuldades de compreender esta grandeza histórica da Psicologia e dos processos humanos, uma vez que estamos acostumados a nos deparar com categorias abstratas e individualizantes “O individualismo na teoria e na prática psicológica ocidental impede uma apreciação adequada das influências dos processos socioculturais na cognição, na experiência subjetiva e desordens psicológicas”(Virginia Moreira,p.21), pois somos treinados para questões psicoterapicas, portanto não somos capacitados a estudar as matrizes culturais que produzem o homem. Este trabalho trata-se de um estudo bibliográfico no objetivo de levantar como se constituiu o campo da teoria da personalidade, qual seu marco inaugural, quais suas interlocuções interdisciplinares e quando a teoria da personalidade passou a ser um campo do saber que se propunha a investigar temáticas de ações psicológicas. A obra que temos como marco desta disciplina é As Personalidades de Gordon Allport, lançada em 1937. Alguns teóricos nos colocam que Allport estava delimitando a diferença da maneira como a Psicologia iria estudar a personalidade e o modo como este tema vinha sendo investigado no âmbito da psicologia francesa do século XIX e quais as pretensões desta área sobre a temática da personalidade. A primeira vez que esta temática é tomada como foco de interesse da psicologia francesa é com o filósofo e psicólogo francês Théodule Ribot, tido como o criador do primeiro laboratório de psicologia experimental francês. Théodule Ribot lança uma de suas principais obras, As Doenças da Personalidade, portanto, a primeira vez que na psicologia francesa aparece a personalidade como temática de investigação, já surge como sendo patológica, disfuncional e conseqüentemente anormal. O que temos então é um campo construído a partir da definição do seu caráter disfuncional, não sabemos ainda o que é personalidade, sabemos apenas quando esta extensão do sujeito está sofrendo uma avaria. Com isso, estamos criando um outro campo específico de estudo para explicar estas avarias, campo este construído pela Psicopatologia, cujo marco inaugural é a publicação em 1913, na Alemanha, do livro Psicopatologia Geral de Carl Jasper, onde neste âmbito da psicopatologia a personalidade era apenas um dos tópicos. A Medicina Francesa vai definir um outro objeto de investigação: as doenças históricas de Charcot, as neuroses freudianas e as múltiplas personalidades de Pierre Janet, ou seja, estes teóricos que até então tomam como objeto de investigação, sujeitos diferentes do sujeito normal tomado pelo método wuntiano da introspecção. É exatamente com Wundt em sua Psicologia dos Povos, que é a maneira de estudar a Psicologia a partir do método comparativo da história e da Antropologia, matriz esta que advém da tradição culturalista da Psicologia Alemã, principalmente com Ribot. Pois esta condição de se estudar a coletividade e definir este espaço do campo constituinte da esfera de investigação do sujeito irá ser um ponto de encontro com a Psicanálise Freudiana. Há uma grande promessa da criação de um campo interessante de estudo, a personalidade como a construção do sujeito que se compreende a partir de estudos culturais. Porém, há um problema sério; a maior parte dos intelectuais que irão formar a tradição culturalista da Psicanálise Americana eram psiquiatras, não tendo acesso aos departamentos de Psicologia. Então assim aconteceu a grande tragédia, que foi a criação do campo da Teoria da Personalidade, e se voltarmos até a Filosofia da Ciência, iremos encontrar uma idéia importante colocada por Thomas Kuhn em seu livro, A Estrutura das Revoluções Científicas: “A ciência se produz numa burocratização do ato investigativo, o que significa que a ciência adentra e disciplina os cientistas. É para isto que existem os manuais. Nos Estados Unidos a partir dos anos 50, ocorreu a organização do campo da Personalidade a partir da produção dos manuais de teoria da Personalidade. A organização destes manuais causam uma mudança drástica e equivocada na

forma como o campo era reunido, com isso não foram levadas em conta questões teóricas, mas optou-se por estudos de teóricos, definindo-os como teóricos da Personalidade. Por fim, buscamos tentar colocar não as críticas feitas aos teóricos que hoje temos como teóricos da personalidade ou como personagens que pensaram a personalidade e/ou as suas lacunas teóricas, mas sim dizermos que houve e há um esvaziamento na compreensão teórica do campo da personalidade, devido a este gerenciamento feito da maneira como os manuais constituem esta dimensão do saber psicológico como um campo de estudo organizado

**Palavras-chaves:** Epistemologia, Psicologia, Teorias da Personalidade

**Atividade: A CRISE NA PSICOLOGIA E O CONCEITO DE CONSCIÊNCIA: UMA REFLEXÃO EPISTEMOLÓGICA SOBRE O PENSAMENTO DE L.S. VIGOTSKI (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: A CRISE NA PSICOLOGIA E O CONCEITO DE CONSCIÊNCIA: UMA REFLEXÃO EPISTEMOLÓGICA SOBRE O PENSAMENTO DE L.S. VIGOTSKI**

**Autor(es):** Lia da Rocha Lordelo

**Resumo:** Este trabalho consiste num esforço teórico de compreensão de alguns aspectos do pensamento do psicólogo russo L. S. Vigotski (1896-1934). Vigotski, além da elaboração de sua teoria histórico-cultural, produziu importantes reflexões metodológicas e epistemológicas sobre a psicologia, as quais se traduzem, no caso do escopo deste trabalho, em duas discussões principais: primeiramente, no diagnóstico de uma crise da ciência psicológica do início do século XX. O psicólogo argumentava que as psicologias existentes em sua época se dicotomizavam basicamente em dois eixos: um primeiro pólo de correntes teóricas focava num fenômeno subjetivo irreduzível e singular como objeto de estudo. Essas correntes não se encaixavam nos parâmetros habituais do que deveria ser considerado ciência; neste pólo, Vigotski situava a psicanálise e a psicologia subjetivista de origem alemã. Num segundo pólo, estavam escolas como a reflexologia e o behaviorismo de Watson; essas psicologias se apegavam a exigências científicas como as de objetividade e rigor metodológico e, em consequência, terminavam por reduzir o fenômeno psíquico a processos físicos ou fisiológicos. O principal responsável por este quadro de extrema fragmentação e falta de diálogo entre escolas era o dualismo de origem cartesiana, o qual atribuía à mente e ao corpo substâncias diferentes. Baseando-se nessa crítica epistemológica e inspirado pelo materialismo dialético e histórico marxista e pelo monismo do filósofo Espinosa, Vigotski sugeria como via alternativa a reintegração da psicologia sob uma metodologia de orientação dialética; uma psicologia que, sem prescindir do fenômeno psíquico, tivesse critérios metodológicos adequados à feitura de um conhecimento verdadeiramente científico. O objeto de estudo principal desta psicologia dialética era a consciência. Neste trabalho, investigamos a natureza e os desdobramentos da consciência como objeto de estudo da psicologia, tal como proposta por Vigotski. O conceito de consciência e a forma como devemos estudá-la são, para nós, uma forma de materializar as preocupações que ele tinha, principalmente quando nos debruçamos sobre três fatores em particular: primeiro, a natureza material e objetiva do fenômeno psíquico. De uma perspectiva monista e materialista, a consciência tornava-se um fenômeno de existência em si objetiva. Para ilustrar seu argumento, Vigotski faz uso de uma analogia: ele compara a consciência ao reflexo de um objeto qualquer num espelho. Ao invés de estudarmos o reflexo simplesmente, devemos nos voltar para examinar o objeto e as leis de refração da luz que produzem a imagem no espelho. O segundo fator seria o método de acessar essa consciência; através do estudo do desenvolvimento das funções psicológicas ao longo da história. Essas funções psicológicas que formam a consciência humana deveriam ser estudadas de forma inter-relacionada ou sistêmica; Vigotski chega a afirmar que estudar um fenômeno historicamente é estudá-lo em movimento. Finalmente, em outra resolução de natureza metodológica, estaria a proposição de uma unidade de análise para empreender o estudo da consciência – Vigotski propunha o significado da palavra, embora este seja um tópico polêmico entre os estudiosos de sua obra. Como reflexões finais, chamamos atenção para o caráter em certa medida atual da “crise” na psicologia; quase um século depois, vemos que a integração entre correntes psicológicas não só não se realizou, como se percebe que talvez esta não seja uma prescrição adequada para a psicologia do século XXI. Aliado a isso,

enfaticamente a importância que ainda possui a reflexão metodológica no campo psicológico; em particular, a proposição de uma metodologia histórica, que preconize uma análise de caráter mais compreensivo e situe os fenômenos psicológicos humanos engendrados numa cultura e numa sociedade específicas. Essas reflexões finais procuram ilustrar o objetivo geral deste trabalho: resgatar a importância do Vigotski metodólogo e epistemólogo.

**Palavras-chaves:** Vigotski, Epistemologia, Psicologia Histórico-Cultural, Consciência

**Atividade: O PERCURSO SÓCIO-HISTÓRICO DA SAÚDE MENTAL: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: O PERCURSO SÓCIO-HISTÓRICO DA SAÚDE MENTAL: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO**

**Autor(es):** Damáris Gusmão Oliveira

**Resumo:** A história da relação do ser humano com a loucura é, desde os primórdios da civilização, a história da intolerância para com a diferença entre as pessoas. A loucura tem sido encontrada nas mais diversas sociedades, em variadas épocas, seguindo-se a estas manifestações a freqüente identificação do indivíduo louco como o diferente, o outro, aquele que não se encontra na esfera do aceitável e não se mostra capaz de se manter na coletividade como um indivíduo 'normal', embora sua circulação tenha sido relativamente tolerada em sociedades pré-capitalistas. O levantamento bibliográfico nos permite a constatação de que desde a antiguidade e o renascimento até a contemporaneidade os espaços reservados à loucura se transformaram da fluidez e mobilidade dos espaços abertos como a rua, para o espaço fixo e segregado dos hospitais, o que possibilitou o surgimento da psiquiatria e conseqüentemente da doença mental. O hospital torna-se o espaço significativo da loucura, perdurando de forma quase absoluta até meados do séc. XX, quando se começa a pensar uma nova forma de assistência psiquiátrica tomando a prevenção e a promoção de saúde como novos parâmetros. Seja por um suposto resultado de possessões demoníacas ou de inspiração divina, o fato é que o portador de distúrbios mentais freqüentemente encontrou para si o espaço da exclusão, com a negação da sua cidadania e da presunção de uma incapacidade de auto gerir-se. Esse longo trajeto, no entanto, é marcado pelo estigma da exclusão e é essa marca que irá se constituir como elemento de linearidade histórica (Amarante, Resende, Foucault). Estas constatações justificam e dão sentido à relevância de um estudo histórico da loucura, desde a Idade Média até as reformas psiquiátricas que eclodiram em diversos países europeus, nos EUA e no Brasil, com o objetivo de tentar compreender como se deu o processo de mudança em torno da assistência prestada aos doentes mentais até a atualidade. Este trabalho é resultado de uma pesquisa bibliográfica com recorte histórico na qual, privilegiamos autores como Foucault, Paulo Amarante, Basaglia, Costa-Rosa no intuito de refazer esse caminho histórico, base da realidade atual. Os resultados que apontam para um possível percurso cíclico, sem desconsiderar as particularidades inerentes a cada momento, nos leva à constatação da permanência de aspectos fossilizados pela história que repercutem ao longo do processo histórico e que podem favorecer esse retorno quando o desejo é de se caminhar no sentido do novo. Nesta retomada histórica buscamos compreender e fundamentar o que se configura atualmente como um modelo inovador de atendimento à saúde mental no Brasil com a implantação dos Centros de Apoio Psicossocial - CAPS.

**Palavras-chaves:** loucura, exclusão, processo histórico, saúde mental

**Atividade: Uma Genealogia da Aliança Médico-Pedagógica no Brasil e as Questões Contemporâneas (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: Uma Genealogia da Aliança Médico-Pedagógica no Brasil e as Questões Contemporâneas**

**Autor(es):** Valéria Rodrigues da Conceição, Lília Ferreira Lobo, Bárbara Breder Machado, Luciana Lemos Mesquita, Silvia Souza Cavalcante, Adele Moura Cruz, Izaque Miguel da Silva, Luana Almeida Moraes

**Resumo:** O presente trabalho, fruto da pesquisa “Devir Criança: Pesquisa de Fontes para uma Genealogia da Criança Anormal no Brasil”, visa apresentar um breve estudo genealógico das diversas formas que o não-aprender escolar vem assumindo no Brasil do século passado até a atualidade. Esse tema surgiu a partir das discussões que a pesquisa tem desenvolvido e ultimamente acompanhado nos encontros do Fórum Interinstitucional para o Atendimento da Criança e do Adolescente na Área da Saúde Mental da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro, do fazemos parte. Tais questões têm aparecido muitas vezes como “novos problemas” na área da saúde mental, apresentados sob denominações nosológicas que englobam categorias dos chamados transtornos de aprendizagem. Contudo, o que hoje nosso saber médico-pedagógico legítima, naturalizando como objeto de tratamento e de educação especial, teve um longo processo histórico de construção que vai das primeiras classificações das anormalidades infantis do começo do século XX ao atual Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, o TDAH. O fato dessas categorias de desvio terem sido “descobertas” com a entrada da criança na escola, passando a ser classificadas pelos nossos primeiros especialistas do saber médico-pedagógico como indisciplinados, atrasados, maltratados, viciados, instáveis, chamou-nos a atenção para iniciarmos um trabalho genealógico no sentido de delinear alguns dos laços que se formaram entre os saberes psi e a pedagogia, produzindo de uma só vez os efeitos das práticas cientificamente legitimadas de exclusão e demanda de novas especialidades. Utilizando dos registros de nosso banco de dados e da obra genealógica de Michel Foucault, iniciaremos pela proposta de educabilidade da criança idiota, proposta por Séguin no século XIX e a universalização do processo do desenvolvimento, quando a idiotia se torna uma passagem necessária da infância, diferenciando o normal que a ultrapassa, e o idiota que nela fica estacionado. Tentaremos mostrar como esta noção foi importante para o desenvolvimento da psiquiatria através da aliança dos saberes psi com a pedagogia e as práticas da escola. No Brasil, esta aliança parece datar de 1903, com separação institucional das crianças anormais pela criação do primeiro pavilhão de crianças no interior do Hospício Nacional, o Pavilhão Escola-Escola Bourneville. Os saberes médico-pedagógicos disseminaram classificações, diagnósticos, prognósticos, recomendações higiênicas e pedagógicas, além de serviços especializados para a infância e, gradativamente, foram-se multiplicando especialistas da correção, do tratamento e da prevenção. Para além da idiotia, surgem mais e mais classificações para as anormalidades infantis, engrossando a fronteira tênue que separa o normal do anormal. Faz-se importante pensar os efeitos desta “compulsão em ordenar das diferenças” e evidenciar os desvios a partir de classificações e diagnósticas cada vez mais numerosas e de práticas atuais que, embora não apregoem mais as separações em espaços fechados (a não ser em casos de extrema carência, abandono, ou conflito com a lei), produzem novos tipos de demandas de exclusão por inclusão.

**Palavras-chaves:** criança, genealogia, aliança médico-pedagógica

**Atividade: Psicologia do Desenho Infantil (Paineis)**

**Trabalho:** Psicologia do Desenho Infantil

**Autor(es):** Alexandre Magno Nogueira Correia, Clara Assis da Silva, Cristiane Andrade Souza, Juliana Cabral Guimarães, Larissa Rodrigues Barboza, Tuílla Guimarães Requião, Nádia Maria Dourado Rocha

**Resumo:** Dedicando-se primordialmente a temas ligados à infância, o pesquisador Sylvio de Lyra Rabello (1899-1992), pesquisador pernambucano, que inovou o estudo da produção gráfica de crianças brasileiras, contrapôs-se a algumas teorias vigentes sobre desenvolvimento e especificidades do desenho infantil, principalmente a partir da publicação de seu livro *Psicologia do desenho infantil* (1934), trabalho pioneiro no Brasil, inspirado nos trabalhos do educador suíço Ovide Decroly (1871-1932). Em Recife, estudou uma amostra de 1.400 crianças entre 3 e 16 anos, geralmente em ambiente escolar, solicitando às mesmas que desenhassem “um homem que passa na calçada e é visto do alto em uma janela”; “um balão que passa pelo alto” e “uma rua vista de um aeroplano”. A análise dos desenhos, permitiu classificá-los em quatro fases distintas, com características próprias: Garatuja, Girino, Esquematismo e Realismo. Também analisou as idades em que as fases surgiam, predominavam e quando desapareciam. Na concepção deste estudioso, o desenho é fundamental para se entender a criança, pois o traçado, juntamente com a linguagem, torna possível atingir a estrutura do pensamento infantil, compreendendo melhor sua lógica, seu raciocínio, seu comportamento. O objetivo deste trabalho foi a replicação deste estudo, buscando identificar o padrão atual de desenhos e a ocorrência de semelhanças ou diferenças 70 anos depois. A pesquisa foi realizada na cidade de Salvador-Ba, em junho de 2006 e contou com a participação de 100 crianças entre 4 e 8 anos, sendo 20 para cada idade, matriculadas em escola particular que atende a classe média alta. A análise dos desenhos obtidos resultou nos seguintes dados: Aos quatro anos prevalecem as fases Garatuja (47.5%) e girino (50%); aos cinco, as fases Girino (30%) e Esquematismo (60%); aos seis, o Esquematismo (55%) e realismo (36.3%); aos sete, Esquematismo (56.3%) e realismo (41.3%) e aos oito, o Esquematismo (16.3%) e Realismo (83.7%). Constatou-se então que apesar de terem sido feitos em épocas e culturas diferentes, os dois grupos apresentaram as fases do grafismo bem definidas, demonstrando que muitos aspectos do desenvolvimento infantil não sofrem influência apenas de fatores externos, mas também comprova a capacidade da criança de criar a partir do contexto em que está inserida. Há indicação, portanto, de que o trabalho de Rabello deve ser considerado como uma ferramenta atual e capaz de avaliar o desenvolvimento infantil em diversas culturas diferentes provando que a reutilização periódica deste procedimento pode contribuir para o melhor conhecimento do desenvolvimento cognitivo da população. Vale, contudo destacar que o estudo mais recente trabalhou com uma mostra bastante reduzida, sugerindo-se a replicação com um número maior de crianças, bem como em diferentes níveis sócio-econômicos, a fim de ter mais segurança nos resultados.

**Palavras-chaves:** Sylvio Rabello, desenho infantil, desenvolvimento infantil

**Atividade: Do Primeiro Conselho Federal ao Sistema Conselhos de Psicologia: 30 anos de história da profissão (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: Do Primeiro Conselho Federal ao Sistema Conselhos de Psicologia: 30 anos de história da profissão**

**Autor(es):** Mônica Leopardi Bosco Azevedo

**Resumo:** Do Primeiro Conselho Federal ao Sistema Conselhos de Psicologia: 30 anos de história da profissão Construindo uma entidade representativa para a categoria Em 1953, Lourenço Filho, José Silveira Pontual, Mira y Lopez e J. de A. Sobrinho redigiram um anteprojeto de lei para o reconhecimento da profissão de psicólogo, o qual foi encaminhado pela Associação Brasileira de Psicotécnica. Pouco depois, em 1958, foi apresentado um outro projeto, mas a lentidão na tramitação gerou um substitutivo que foi elaborado por uma equipe de São Paulo, e apresentado em 1961. As discussões sobre estes dois trabalhos e o empenho de associações e sociedades de psicologia, culminaram na promulgação da Lei no 4.119 de 27/8/1962. Entre o

período da promulgação da Lei no 4.119 (1962) e da criação do Conselho Federal de Psicologia-CFP (1971), foram baixadas diversas Portarias e Decretos que ampliavam o prazo para a solicitação do título de psicólogo. Por fim, a Portaria no 3.286, de 1/6/1970, prorrogou impreterivelmente o prazo para dezembro de 1971, quando também foi promulgada a Lei no 5.766 que criou o CFP e os sete primeiros Conselhos Regionais (CRs). Em dezembro de 1973, por convocação do Ministério do Trabalho, 20 associações credenciaram-se para, juntas elegerem o I Plenário do CFP. Após a inauguração, o desafio era conseguir local próprio para a sede, estabelecer base financeira e estrutura administrativa, conhecer a legislação pertinente, padronizar ficha de inscrição e cartão de identidade profissional, definir a taxa anual a ser recolhida, elaborar Regimento Interno, definir zonas de jurisdição para os regionais e ajudar na organização dos Conselhos Regionais. O fato é que seis meses após a inauguração do CFP, em 29 e 30 de junho de 1974, foram instalados e designados os membros para os sete primeiros CRs. A autarquia contava com aproximadamente 895 psicólogos inscritos e a concessão do título dava-se por comprovação, junto ao MEC, de prática profissional. Democratizando uma entidade e uma categoria Em 1984, início da chamada Nova República, o CFP alcançou a cifra de 50.000 psicólogos inscritos. Até o início da década, percebemos uma relação da maioria dos conselhos profissionais quase ditatorial com o Estado. E, no caso do CFP, não era diferente. O IV Plenário do CFP, empossado em 20/12/1982 representa exatamente o esforço de ruptura com a relação com o Estado do tipo clientelista. A origem do IV Plenário estava na Plataforma de Intenções aprovada pelos CRPs em Recife, no mês de setembro de 1982, onde aconteceu uma mudança substancial quanto ao espírito da eleição para o CFP: em lugar de nomes, as sucessivas reuniões procuraram um denominador comum em torno de um programa de trabalho que englobasse uma série de princípios gerais e de aspectos operacionais, ligados ao relacionamento com a comunidade, com o profissional, com os CRPs, com o mercado de trabalho, com o poder público, com a formação profissional e com a ciência, que resultassem numa proposta elaborada e assumida por todos os CRPs, cujos representantes elegeriam o novo CFP. Só então surgiriam os nomes de candidatos, com o compromisso de que os eleitos aceitariam todos os termos da Plataforma. Em 1989, como resultado da nova conduta adotada entre os CRs e CFP, 65.000 psicólogos, pela primeira vez, escolheram diretamente seus representantes regionais e federais. Também em 1989 aconteceu o 1o Congresso Nacional Unificado dos Psicólogos, assegurando o compromisso da entidade com um projeto social e a articulação da categoria com a luta dos trabalhadores e onde foi lançada a proposta para realização do Congresso Constituinte da Psicologia. Finalmente em 1994 aconteceu, em Campos do Jordão, o Congresso Nacional Constituinte da Psicologia, marco histórico e decisivo para a reconstrução do CFP e dos CRPs. Foi a primeira experiência onde os psicólogos indicaram o rumo que a Psicologia deveria tomar no país, como ciência e profissão, como também a forma de organização dessa área. Rumo aos anos 2000 A historicidade do CFP reapareceu nesse nosso texto. A primeira parte contempla aspectos mais formais. Era um momento de construção e de legitimação de uma entidade de abrangência nacional em um contexto social extremamente delicado e que deveria, portanto, se fazer considerando sobretudo as Leis que o instauraram. Na segunda parte do texto vê-se refletida a abertura que caracterizou a sociedade brasileira e também a intenção de melhoria no relacionamento CFP/CRPs e, a partir do I Congresso Nacional da Psicologia, (1994), os psicólogos começaram a delinear a própria profissão, a incluir as diversas conquistas sociais em seus códigos e normas de funcionamento e a participar ativamente na defesa da justiça social. O protagonismo social parece ser a tônica do V Congresso Nacional da Psicologia e, portanto, provavelmente irá orientar parte da política para os próximos três anos. Pergunta-se: qual será, ou quais serão os próximos impulsionadores para a psicologia, já que, como se viu, ela acompanha o panorama mundial e os acontecimentos sociais?

**Palavras-chaves:** História do CFP, História da Psicologia no Brasil, História da Profissão

**Atividade:** ISOP: Pioneirismo na psicologia e atuação feminina (Painéis)

**Trabalho:** ISOP: Pioneirismo na psicologia e atuação feminina



**Autor(es):** Filipe Degani Carneiro, Ana Maria Jacó Vilela, Flávia Moreira Oliveira, Maria Cláudia Novaes Messias, Nathalia Fernandes Valente

**Resumo:** Este trabalho se insere em uma pesquisa mais ampla que objetiva estudar a história da Psicologia no Rio de Janeiro, entre os anos de 1940 e 1960, enfatizando a participação das mulheres na constituição do espaço psicológico, já que, nos relatos conhecidos, o destaque é dado aos homens que atuavam e produziam conhecimento nesta área. Este fato não é específico do Brasil; a historiografia relativa à atuação feminina nos laboratórios de Psicologia da Espanha, por exemplo, também demonstra a dificuldade de se encontrar registros relativos à mesma. Assim, realizamos o mapeamento das principais instituições que impulsionaram o desenvolvimento da Psicologia no Brasil, estabelecendo um registro referente às pessoas que nelas atuaram. Observamos que o trabalho das mulheres nestas instituições foi de grande importância não só para a consolidação e relevância destas, como para a constituição da Psicologia no cenário nacional. Neste contexto, um órgão da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP), instituição de destaque na Psicologia brasileira, fundado em 1947 por Emilio Mira y López, se apresenta como uma rica fonte de dados. Objetivava contribuir para o ajustamento entre o trabalhador e o trabalho mediante o estudo científico das aptidões do primeiro e dos requisitos psicofisiológicos do segundo. Suas atividades centravam-se na aplicação das técnicas de seleção e orientação profissional, promoção de cursos com a finalidade de formar e treinar pessoal no campo psicotécnico, além de desenvolver estudos acerca da psicofisiologia do trabalho, e realizar pesquisas no campo da ergologia. Teve grande importância na implementação da profissão de psicólogo, participando dos movimentos em prol de sua regulamentação e da institucionalização dos cursos de graduação em Psicologia. Com o passar do tempo, o ISOP se centrou cada vez mais na formação e aperfeiçoamento de profissionais, haja vista que, à época de sua extinção, em 1990, seu funcionamento reduzia-se ao curso de pós-graduação stricto sensu. A atual fase de nossa pesquisa detém-se nos treze primeiros anos do ISOP. Realizamos levantamento sobre o funcionamento do instituto, bem como de sua publicação, a revista Arquivos Brasileiros de Psicotécnica. Os resultados mostram uma grande presença de mulheres como autoras/co-autoras de artigos, coordenadoras de atividades, estudantes e estagiárias. Estes dados são corroborados pelas entrevistas realizadas com duas importantes personagens que fizeram parte do ISOP: Maria Helena Novaes e Alice Madeleine Galland de Mira. Assim, consideramos que este instituto era um local diferenciado, destacando-se entre as instituições da época tanto por aliar ensino e prática como por ser um local que abria um grande espaço para as mulheres.

**Palavras-chaves:** ISOP, Psicologia, Mulher

**Atividade: A Histeria e Sua Relação com a Medicina (Painéis)**

**Trabalho:** A Histeria e Sua Relação com a Medicina: Considerações Históricas

**Autor(es):** Alex Nazareno Ferreira de Miranda, Ana Cleide Guedes Moreira

**Resumo:** Este estudo apresenta, com de um levantamento bibliográfico, a forma como a histeria tem sido vista ao longo da história e como esta se relaciona com o saber médico. A história da histeria se confunde com a própria história da medicina e nela observamos que sua questão é colocada como algo da ordem do feminino, já que sua própria denominação advém de hystéra, palavra cunhada na Grécia Antiga que denomina útero, ou matriz (GARCIA-ROZA, 1996) e que é separada da religião no século IV a.C., com o surgimento da medicina hipocrática. Sua inserção no conhecimento médico a torna um objeto acessível; no entanto, pela sua forma de apresentação, este conhecimento não cessou de se perguntar se a histeria é ou não uma doença como as outras, acreditando que o útero seria um ser independente que vagaria dentro da mulher, quando não estivesse se ocupando de sua função na gestação; obstruindo, assim, as

passagens do fôlego impedindo a respiração, provocando a histeria (BOROSSA, 2005). No século I d.C., Galeno, o último grande representante da medicina da Antigüidade, aparece com idéias inovadoras sobre a histeria, refutando as idéias de Hipócrates de matriz vagante e colocando sua causa no que ele chamaria de “semente feminina”, análoga à semente reprodutiva masculina. O não cumprimento da função de reprodução por esta semente fazia com que todo o corpo da mulher sentisse o impacto de uma predisposição natural não satisfeita. Galeno também estabelece os primeiros marcos das explicações tóxicas e físicas, que serão muito utilizadas até o século III. Durante os mil anos que vão se seguir, não mais se ouvirá falar de histeria, período no qual a arte de curar se descentraliza das mãos do médico, uma vez que sua prática é atribuída a todos, principalmente à Igreja, da qual se reivindicará o poder da cura nos séculos XII e XIII (TRILLAT, 1991), ficando, no entanto, atrelado a esta até parte da Idade Moderna (LEITE, 202), período em que a histeria era a bruxaria, sendo perseguida como tal. À medicina, restava o diagnóstico diferencial entre histeria e bruxaria (TRILLAT, 1991). A histeria retorna à medicina em um molde não religioso somente no século XVII, através de Sydenham, que faz uma ruptura com toda forma de olhar a histeria da Antigüidade à medida que a situa em um quadro nosográfico acima das outras doenças, já que ela pode se apresentar como qualquer das doenças conhecidas até então (ISRAËL, 1995). Ainda neste século, a “recuperação” da histeria pela medicina é confirmada com Willis, que descreve a histeria atribuindo-lhe uma origem visceral, mas reservando ao cérebro um papel sobressalente. Sua teoria descreve o fim da ligação entre a histeria e a anatomia da mulher e, com Whytt, especialista das doenças do sistema nervoso, há a causalidade pela emoção das “doenças dos nervos”. A medicina, com este fisiologista, passa a ver que grandes cóleras, medos intensos, dentre outros, provocam uma quantidade de modificações fisiológicas. No século XVIII, o magnetismo de Mesmer apresenta cura além dos procedimentos da medicina organicista. É James Braid, um desconhecido cirurgião, que muda o nome da técnica do magnetismo chamando-a de “hipnotismo” e demonstra que pode reproduzir nas pessoas sãs os sintomas próprios da histeria (TRILLAT, 1991). O século XIX foi o mais científico da medicina no trato da histeria, pois é nele que surge na França Charcot, o médico que devolve à histeria o status de doença ao descrever pormenorizadamente o seu quadro clínico (MATOS, 2005). Charcot atribuía à causalidade da histeria a choques traumáticos vividos e se utilizava da hipnose para remover o sintoma histérico (TRILLAT, 1991). Fora das fronteiras da França, Breuer utiliza esta técnica, no entanto é com Freud, nos séculos XIX e XX, que a medicina mais se flexiona além de seus princípios fisiológicos para poder entender a histeria. Esta flexão se dá de forma tão acentuada que logo cria um novo campo do saber sobre a histeria: a psicanálise, que ocupa-se em estudá-la em dimensões ainda inexploradas, dando ênfase à relação médico-paciente (TRILLAT, 1991). A histeria, positivada pela medicina no final do século XIX, ganhou o status de doença, com nosologia, que reflete o conjunto de conhecimentos da época (LEITE, 2002). Em nossa época, este conjunto, se apresenta através de um manual médico psiquiátrico, denominado DSM (ISRAËL, 1994). Nele podemos ver que a histeria não mais existe em sua abrangência, mas sim dividida em toda sorte de “transtornos”. No decorrer de sua história a histeria teve causalidades e tratamentos reconhecidos de acordo com suas épocas e seu estudo ainda hoje continua presente na tentativa de decifrar sua forma de comunicação.

**Palavras-chaves:** Histeria, medicina, história, doença

**Atividade:** AS AÇÕES DA PSICOLOGIA E SUA INFLUÊNCIA NA CARTOGRAFIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS: UM ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Experiências em Debate)

**Trabalho:** AS AÇÕES DA PSICOLOGIA E SUA INFLUÊNCIA NA CARTOGRAFIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS: UM ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**Autor(es):** Helio Ferreira Orrico, Edicléa Mascarenhas Fernandes

**Resumo:** O presente estudo tem como foco de sua investigação, a psicologia, suas ações e

responsabilidade no campo da inclusão social de pessoas com deficiências. Considerou-se como pilar teórico fundamental os conceitos de (atitude, estereótipo, preconceito e dissonância cognitiva) contextualizando-os com a intencionalidade vivenciado no trabalho desenvolvido em comunidades e instâncias de atendimento do poder público. Destacando ainda a responsabilidade do psicólogo como agente social, frente às políticas públicas voltadas para os socialmente excluídos. A cartografia de um município, neste contexto, Duque de Caxias, situado na baixada fluminense no Estado do Rio de Janeiro aponta a constituição e a pretensão de um saber psicológico adquiridos nas dificuldades e vicissitudes do cotidiano no movimento de luta pela garantia de direitos para as pessoas com deficiências. O estudo de caso longitudinal apresenta 15 anos de experiência de participação de dois profissionais de psicologia em políticas de atendimento a pessoas com deficiência neste município através de seus memoriais e fontes documentais. O estudo demonstra como o profissional da psicologia pode influenciar nos processos de inclusão dos socialmente excluídos, contribuindo para a diminuição dos estigmas, preconceitos e discriminação. Em 1989 criou-se a Divisão de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação, implantando-se fóruns sociais que culminaram na criação de comissão de estudos e propostas para a Lei Orgânica do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, em 1990 e a Divisão de Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais da Secretaria de Ação Social em 1991. Neste mesmo ano, foi criado o cargo de Psicólogo Educacional na Secretaria de Educação, com reserva de vaga para profissional portador de deficiência. Os profissionais de psicologia também têm tido ampla participação como Conselheiros nos Conselhos de Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, de Saúde, de Direitos da Criança e do Adolescente e Ação Social. Destacam-se na Educação ao longo destes quinze anos a implantação da Escola Especial de Jardim Primavera e a implantação da educação precoce e das primeiras salas de recurso na rede pública. Na área de saúde a criação do Centro de Atenção a Pessoa Portadora de Deficiência, com os primeiros projetos de reabilitação em comunidade, em 1997, em parceria com o Serviço de Organização em Ação Popular – SEOP. Atualmente destacam-se ações desenvolvidas no Hospital Infantil Ismélia da Silveira com dois projetos vinculados a Humanização: o Vamos Brincar, desenvolvido nas Enfermarias Pediátricas, para minimização do hospitalismo e detecção de deficiências e alterações no desenvolvimento de crianças internadas visando intervenção precoce. O outro projeto vincula-se ao Ambulatório de Desenvolvimento Infantil no acompanhamento de crianças com deficiências e suas famílias. Este processo envolve uma perspectiva de empoderamento destas famílias através de palestras sobre legislação e garantia de direitos em parceria com os membros do Conselho de Defesa de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, que também fazem parte do Conselho Gestor da unidade. Este processo, porém não evolui de forma linear, havendo momentos de impasses, rupturas e retrocessos na continuidade de alguns serviços implantados. Porém, todos se mantiveram ao longo destes anos demonstrando que a não dicotomia teoria/práxis vem conferindo uma rede mínima de organização político social neste município, em que as necessidades subjetivas e grupais das pessoas com deficiências vêm apresentando a visibilidade necessária para a consolidação efetiva de políticas sociais para este seguimento da sociedade, independente da legenda político partidária assumida pelo poder Executivo.

**Palavras-chaves:** inclusão social de pessoas com deficiência, psicologia social, políticas públicas

**Atividade: Reforma da Política de Saúde Mental mineira: indicadores do processo de construção da cultura crítica (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Reforma da Política de Saúde Mental mineira: indicadores do processo de construção da cultura crítica

**Autor(es):** Marcela Alves de Abreu, Ana Paula Sá da Silva, Carolina Novaes Cunha, Eliane Rodrigues da Silva, Fernanda de Moura Braga, Maria Stella Brandão Goulart, Izabel Christina Friche Passos

**Resumo:** A presente pesquisa é financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG, com apoio da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e da Universidade Federal de Minas Gerais. Trata-se de um estudo sobre as interfaces entre a constituição do processo de reestruturação do modelo assistencial em Saúde Mental ocorrido em Minas Gerais e os espaços de formação de cultura profissional, onde são destacados cinco centros de formação de nível superior em Psicologia e Psiquiatria. Pretendemos fazer emergir um conjunto de personagens e iniciativas, ações e produtos, ligados aos principais centros de formação superior, nos anos sessenta, setenta e oitenta: os cursos de graduação em Psicologia da PUC Minas, da UFMG, da FUMEC; e as pós-graduações em Psiquiatria (da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais no Instituto Raul Soares) e em Saúde Mental (da ESMIG, Escola de Saúde Pública de Minas Gerais). Procuramos identificar e avaliar a participação das variáveis de cultura formal em processos de mudança social. Resgatamos assim, uma rede de colaboração entre estas instituições, o movimento de Reforma e os gestores públicos ligados aos serviços no contexto do processo de reestruturação e toda uma pauta de discussões e reflexões que remetem à crítica aos hospitais psiquiátricos e à necessidade de uma ampla mudança nos modos de assistência. A rede e a cultura antimanicomial que identificamos nos projetam em um conjunto de iniciativas que não são dominantes nos diversos contextos institucionais, mas que nos parecem determinantes para a construção da nova cultura profissional que informou toda uma geração de psicólogos e psiquiatras. A perspectiva metodológica que nos orienta se apóia nos paradigmas da análise institucional francesa e da sociologia histórica. A análise institucional nos oferece tanto uma conceitualização das instituições sociais em questão nesta pesquisa, quanto nos projeta em uma atitude investigativa crítica e sensível ao reconhecimento dos vetores de transformação e de emancipação que nos interessam. A sociologia nos permite uma concepção de sociedade e história estruturada, onde procuramos identificar as relações entre as esferas públicas e privadas, com destaque para as ações coletivas e emergência de novos conceitos e idéias. Trabalhamos com as seguintes fontes documentais: imprensa escrita (pesquisa em hemeroteca) e fontes secundárias (levantamento da literatura sobre Reforma Psiquiátrica em Minas Gerais); documentos acadêmicos relativos à oferta de disciplinas dos cursos de Psicologia e Psiquiatria nos centros de formação enfocados; realização de eventos (encontros, seminários, congressos etc.); projetos de investigação e iniciativas de extensão universitária; relatos de profissionais e professores (através de entrevistas). As conclusões da pesquisa resgatam nomes de atores (professores e estudantes) e acontecimentos que foram de iniciativa das instituições responsáveis pelo credenciamento dos profissionais nas áreas de Psicologia e Psiquiatria, possibilitando muitas experiências e contribuições críticas em relação ao modelo manicomial instituído nas décadas de 60, 70 e 80. Destacamos a prática do Núcleo de Psicologia Social da UFMG, as atividades vinculadas ao Projeto Cabana da PUC Minas, o Projeto Guimarães Rosa que envolveu UFMG, FUMEC, PUC e Instituto Raul Soares; e a capacitação permanente realizada pela ESP e Residência do Instituto Raul Soares como exemplos de indicadores de uma relação entre as instituições de credenciamento e formação e as iniciativas propriamente reformistas. A análise do material resgata a importância das iniciativas em ensino e extensão ocorridas no período focado pela pesquisa e desvela um ambiente de resistência às inovações que está presente tanto na esfera pública quanto privada.

**Palavras-chaves:** Reforma Psiquiátrica, Universidade, Cultura profissional

**Atividade:** A pesquisa em História da Psicologia no Brasil para a produção de vídeos documentários e para a produção de base de dados em mídia eletrônica (Cursos - 4hs)

**Trabalho:** A pesquisa em História da Psicologia no Brasil para a produção de vídeos documentários e para a produção de base de dados em mídia eletrônica

**Autor(es):** Carmem Silvia Rotondano Taverna

**Resumo:** Título: A pesquisa em História da Psicologia no Brasil para a produção de vídeos documentários e para produção de base de dados em mídia eletrônica. Objetivo: Apresentar a metodologia da pesquisa em História da Psicologia no Brasil e como resultado vídeos documentários e bases de dados em mídia eletrônica, realizada no Projeto Memória da Psicologia do CRP-SP. Conteúdo: 1ª unidade (2h.): (1) objetivos do Projeto Memória da Psicologia em São Paulo (resgatar a memória da Psicologia, preservá-la e compreendê-la como construção histórica, busca encontrar as concepções que a fundamentam em suas bases teóricas e metodológicas e as relações que estabelecem com a sociedade brasileira e, portanto, construir novos conhecimentos, na perspectiva de ampliar o campo de reflexão sobre a função social do psicólogo; dos seus limites e das suas potencialidades); (2) a pesquisa de contextualização geral; (3) a metodologia da pesquisa: utilização de fontes orais na perspectiva de entender as situações e fatos narrados, buscando sua articulação com a realidade presente e com a construção de projetos futuros; (4) a pesquisa bibliográfica e iconográfica, a organização do material e sua utilização como referência para a elaboração do roteiro para documentários biográficos e temáticos; (5) exibição de um vídeo documentário da coleção do Projeto Memória composta por: Imagens de Magui - apresentando a trajetória profissional da psicóloga Maria Margarida Moreira Jorge de Carvalho; Pioneiro da Psicologia do Esporte, João Carvalhaes; Betti Katzentein, uma psicóloga do século XX; A Psicologia no Serviço Público em Campinas - Reflexos da História; Anielá Meyer-Ginsberg; História da Psicologia Jurídica em São Paulo e História da Psicologia Hospitalar em São Paulo. 2ª unidade (2h.): (1) a Linha do Tempo da Psicologia Brasileira como produto resultante de pesquisa sobre acontecimentos e personagens cientificamente reconhecidos como importantes para o desenvolvimento da Psicologia no Brasil, cujos objetivos são: sistematizar, estruturar e, principalmente, divulgar on line dados sobre a História da Psicologia no Brasil – 1ª etapa (1830 a 1965); (2) a pesquisa em livros, dissertações e teses, arquivos dos grupos e núcleos de estudos e pesquisas, na área da História da Psicologia para a elaboração de verbetes; (3) o respeito à perspectiva histórica, enfatizando-se, em relação ao tempo, a ordem cronológica dos acontecimentos e as datas de nascimento, ou de nascimento e morte dos personagens e, em relação ao espaço, a identificação das cidades e/ou estados nos quais os fatos ocorreram, o local de nascimento dos personagens a eles envolvidos, além do local de formação e dos órgãos e/ou entidades nos quais trabalharam. Nos verbetes biográficos, ainda, destaca-se a área de formação dos personagens, com o objetivo de apontar a importância de diferentes formações e especialidades, no desenvolvimento da psicologia brasileira; (4) o estabelecimento de ampla base de pesquisa e a contribuição para a construção de novos conhecimentos. Metodologia: O conteúdo das unidades será trabalhado a partir da exibição de um vídeo documentário (em DVD) e da Linha do Tempo da Psicologia brasileira (on line). Avaliação: depoimento oral dos participantes. Referências: material produzido pelo Projeto Memória do CRP-SP.

**Palavras-chaves:** História da Psicologia no Brasil, pesquisa para produção de base de dados, pesquisa para produção de vídeo documentário

**Atividade: Contando histórias: sobre memória psicossocial e reconstrução sócio-histórica numa comunidade litorânea. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Contando histórias: sobre memória psicossocial e reconstrução sócio-histórica numa comunidade litorânea.

**Autor(es):** Adélia Augusta Souto de Oliveira, Daniel Santos Libardi, Denise Maria Moura Soares

**Resumo:** As comunidades litorâneas vêm passando por transformações importantes definidas pelo processo inclusão/exclusão em razão da introdução da indústria do turismo de massa, desde os finais dos anos 70. Este estudo se desenvolve no grupo de pesquisa: Gênero, Família e Desenvolvimento Humano, e atenta para os aspectos da Memória Psicossocial e Reconstrução Sócio-histórica no contexto comunitário. Duas são as preocupações básicas deste estudo: uma teórico-metodológica, a respeito da constituição sócio-histórica do psiquismo por meio de estudos

acerca da memória psicossocial utilizando a metodologia intergeracional; outra, da práxis, no tocante a apropriação da história de uma comunidade litorânea, conhecendo e compreendendo os significados e sentidos que permeiam a memória psicossocial dos moradores nativos. Supõe-se a condição de sujeito do processo social e histórico. Assim como se devastam florestas, devastam-se ou mutilam-se grupos sociais, suprime-se modos de pensar, viver, de saberes. Nesta comunicação pretende-se relatar os procedimentos utilizados para a identificação e análise dos aspectos fossilizados enquanto significados e os sentidos experienciados na intersubjetividade comunitária, por meio da rememoração e transmissão cultural dos contos e lendas e dos ditados populares que ainda persistem na localidade, apesar das intensas transformações que a comunidade vive. Privilegia-se a técnica de conversas com os moradores mais antigos e com as crianças sobre a infância no lugar com ênfase aos contos e lendas que lhes foram transmitidos, bem como encontros com grupos de crianças para relatarem, escreverem, fotografarem e ilustrarem as histórias que lhes contam sobre o lugar. Ouvindo os depoimentos das pessoas que evocam, dão voz e impregnam de novo o conteúdo de suas experiências, consideram-se essas duas gerações enquanto testemunha daqueles que ficam em silêncio. Por essa razão, têm protagonismo coletivo, a noção de espaço e tempo é ampla, falam de tempos como se fossem simultâneos, e de lugares como se fossem co-extensivos. O diário de campo é instrumento importante utilizado durante toda a pesquisa e, tem como foco principal relatar as observações naturalistas em ambiente público. Os ditados populares e os encontros entre as crianças e os mais velhos, constituem-se como material de análise secundário. Os resultados obtidos com esta pesquisa possibilitarão uma melhor compreensão dos significados e sentidos que permeiam a intersubjetividade comunitária estudada, a qual apresenta importantes repercussões, facilitando a continuidade de trabalhos de intervenção psicossocial e de atendimento psicológico aos moradores, em especial à criança das comunidades litorâneas e de serviço de atendimento psicológico junto ao Centro de Apoio Psicossocial e do Programa de Saúde da Família.

**Palavras-chaves:** memória, comunidade, sócio-histórica

**Atividade: Movimentos da atenção  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Movimentos da atenção: um diálogo com William James

**Autor(es):** Gustavo Cruz Ferraz

**Resumo:** O tema da atenção vem ganhando cada vez mais destaque na contemporaneidade. Não apenas na psicologia, mas também nas mais diversas esferas de nossa vida cotidiana se manifesta um claro interesse em torno do tema: seja no campo do consumo e da propaganda, no qual são buscadas uma série de estratégias de captura da atenção, seja no campo do trabalho e da escola onde a atenção é tomada como pré-condição para o bom desempenho, ou ainda no campo da saúde onde se faz cada vez mais presente o diagnóstico de TDA/H (transtorno do déficit de atenção e hiperatividade). Pode-se notar uma crescente demanda por um gerenciamento eficaz e produtivo da atenção, de forma que esta se configura contemporaneamente como uma espécie de bem cognitivo/subjetivo a ser trabalhado. Evidencia-se também a grande diversidade de campos a partir dos quais as questões referentes à atenção são colocadas e, conseqüentemente, a ampla gama de aspectos que lhe são relacionados. Isto indica que o conceito de atenção ganha diferentes nuances e recobre uma série de fenômenos distintos, situando-se como ponto de cruzamento entre diferentes discursos e tirando daí, talvez, sua força e seu lugar privilegiado de análise. Este crescente interesse pelo estudo da atenção tem levado a uma releitura de autores do século XIX que tiveram contribuições relevantes e originais sobre o tema. Este trabalho busca explorar a atenção do ponto de vista de seu funcionamento, a partir de uma análise da vertente psicológica do trabalho de William James. Na psicologia, assim como no atual cenário das ciências cognitivas, essa discussão ganha contornos especiais tendo em vista a retomada dos estudos da consciência a partir da década de noventa. Não se trata aqui de uma curiosidade histórica que visaria acompanhar todo o percurso da conceituação de James acerca da atenção, mas sim de ressaltar algumas nuances de sua investigação que têm sido pouco valorizadas pelos trabalhos de psicologia da atenção e que ganham especial importância

no contexto da contemporaneidade. Noções como as de seletividade, interesse e focalização são trabalhadas em articulação com o conceito de fluxo do pensamento, com o objetivo de se contrapor à concepção de um funcionamento homogêneo da atenção e privilegiando sua dimensão de flutuação. As colocações de James permitem desdobramentos e articulações entre aspectos que pareceriam opostos. O interesse permanece sendo importante em suas colocações sobre atenção, contudo, a forma como este comparece revela uma faceta múltipla. Nenhum interesse se esgota no objeto, uma vez que é por meio de um contraste, ou de uma tensão, entre o novo e o velho que algo é notado e que a atenção se sustenta, se fixa. Por outro lado não se resume a atividade deliberada de um eu, no ato de “prestar atenção”, pois, novamente, a atenção tende a flutuar e desdobrar novos aspectos dos objetos e novas possibilidades de experiência. Assim presentifica-se a complexidade do ato atencional, que não se esgota no objeto ou no sujeito, na fixação ou na flutuação, na atividade ou na receptividade, e que comporta diferentes modulações tendo, portanto, um funcionamento não homogêneo.

**Palavras-chaves:** William James, Atenção, História da Psicologia

**Atividade: Os existentes da AIDS em relatos biográficos: Gaetan Dugas, Hervé Guibert e Michel Foucault (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Os existentes da AIDS em relatos biográficos: Gaetan Dugas, Hervé Guibert e Michel Foucault

**Autor(es):** Antonio Carlos Oliveira de Almeida

**Resumo:** A soropositividade de Rock Hudson aproximou a aids dos lares, a homossexualidade a reboque. A infecção do jogador de basquete Magic Johnson quebrou a imagem da integridade física como barreira à aids e marcou uma heterossexualidade perigosa. As infecções por transfusão sanguínea do tenista Arthur Ashe e do escritor Isaac Asimov expuseram a fragilidade de um sistema de saúde em controlar esse tipo de transmissão. As vidas relatadas a partir da aids marcam, cada qual a seu modo, uma história. Neste trabalho, apresentam-se “relatos biográficos” destacando o que falta (as pessoas, não os “casos de aids”) e o que excede (a construção de narrativas). Por aproximação ou distanciamento, alude-se à “vida dos homens infames”, segundo Foucault. Mas se estas “têm menos de lições a serem meditadas do que de breves efeitos cuja força se desvanece quase imediatamente”, as daqui produzem efeitos duradouros ou nenhum. Ou são famosos, e a infâmia “não é mais do que uma modalidade da universal fama”, ou são elas próprias efeitos. Tal qual aquelas vidas, toma-se o material apresentado – falas, textos, situações – como operando na realidade. “Paciente Zero: o homem que trouxe AIDS para a América” é o título com que o encarte literário da Playboy brasileira, onde traduziu-se parte do livro “And the band played on”, de Randy Shilts, até então não lançado no Brasil, apresenta o comissário de bordo franco-canadense Gaetan Dugas, um caso inicial da epidemia não fosse aquela alcunha, que fez dele um culpado originário. Da mistura entre ficção e realidade no traçado do percurso de Gaetan resulta uma lenda. Seus atos, e não sua existência, são apontados e circunscritos pela escrita, com efeitos que ela perpetua como de conseqüências “históricas”. Diferentemente dos infames de Foucault, não foi conservada por “improváveis encontros”. Não há eventualidade na captura de seus atos – a escrita é marcada pelo objetivo de escrever o que aconteceu verdadeiramente –, não há, portanto, raridade. Não há propriamente prolixidade, mas constante exaltação da baixeza. Se uma é a lenda “clássica”, o lendário, e outra a lenda negra, Gaetan é a lenda morta, cujo destino é traçado por outro e que sua morte confirmou. No prefácio de “Na Companhia de Foucault”, José de Anchieta Corrêa relata dois fatos da estada de Foucault em Belo Horizonte. Os jornalistas se referiram a ele como intelectual americano, alterando a pronúncia de seu nome; e o registro, por um cronista social de jornal, de seu comportamento pouco tolerável durante recepção social que lhe foi oferecida por “uma senhora da sociedade mineira”, onde conversa com companheiros de trabalho e “deixa apressadamente o recinto, após a chegada de seu amigo particular chegado de viagem”. A lembrança de Corrêa não deixa dúvidas: “Deter-se em semelhantes juízos difamatórios acerca do comportamento de Michel Foucault (...)” foi a notícia escolhida. Em “Para um amigo que não me salvou a vida”, Hervé Guibert apresentou, como diário sem rigor cronológico, seu primeiro

contato com a aids, parceira há pouco. Destaque para Bill, a quem se deve o título; e Muzil, na verdade, Michel Foucault, cuja amizade com Guibert fornece um relato sem igual da relação daquele com a aids. Em um trecho, Stéphane diz a Guibert, no dia seguinte à morte do companheiro, que somente na noite anterior soubera da aids. O registro “Causa da morte: Aids”, a irmã pedira que fosse riscado, que se arrancasse a página, antes que “um biógrafo pesquisador de merda viesse a xerocar”. Preocupação com a história que se poderia fazer, semelhante, às avessas, da que viria a ter sua mãe: uma lápide indicando a instituição onde Muzil lecionava. “Por certo que todo mundo sabe agora, mas dentro de vinte ou trinta anos não se pode garantir nada apenas com os livros”. Apenas parentes poderiam ficar no quarto, temendo-se “que um fotógrafo mal-intencionado tirasse uma foto de Muzil”. Revezamento entre discrição e prudência: “O senhor sabe, com uma doença desse tipo, da qual não se sabe grande coisa para ser franco, é melhor ser prudente”. Eribon parece ser mais “foucaultiano” ao apresentar uma razão para que tão pouco se tenha sabido/falado da aids em Foucault: o escape à confissão, “rechaçar, recusar, resistir à imposição de dizer, de falar, de fazer falar”. Assim, Guibert ter-lhe-ia sido o mais fiel possível, não ao comungar com o segredo, mas ao fazê-lo ficção e deixar a nós torná-la uma história. A tomada da aids no campo biográfico não pretende arremessá-la à construção de uma história de “grandes personagens”, mas destacar a conjugação de ações sobre e a partir de um fenômeno. Trata-se de selecionar os elementos que comporão a narrativa que então se fará, e das motivações que regerem os deslizes entre a realidade e a até então mera ficção. (CAPES).

**Palavras-chaves:** história, biografia, ficção, aids

**Atividade: Os existentes da AIDS em relatos midiáticos: Cazuzu, Randy Shilts (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Os existentes da AIDS em relatos midiáticos: Cazuzu, Randy Shilts

**Autor(es):** Antonio Carlos Oliveira de Almeida

**Resumo:** No Brasil, a morte do costureiro Markito aponta a imagem da aids da qual ainda hoje somos herdeiros, homossexual de alto poder aquisitivo. Fora do “campo homossexual”, restou-nos a imagem das vítimas, crianças nascidas soropositivas e hemofílicas. A constituição dessas imagens “tem história”, e os relatos apresentados neste trabalho destacam a construção de algumas personagens a partir do tema aids, expondo seus efeitos, condições e conformações midiáticas. Cazuzu fez justiça ao apelido: vespídeo de ferrada dolorosa; moleque. A irreverência fez dele personagem constante, e no embalo das rotativas dos anos 80 o drama do jovem artista encontrou abrigo, tornando-o a personagem brasileira relacionada à aids de mais destaque. De 1984 a 1989, há um sem-número de declarações dele registradas pela mídia, que conformam volumoso relato da trajetória de uma “pessoa em tempos de aids”. A dimensão do interesse da mídia pelo que falasse era proporcional ao aparente paradoxo de algumas posições: “Tranço. Com homem, com mulher, não tem o menor problema. Namoro muito, sou ciumento, nesse ponto sou muito careta”. Vai direto ao assunto, sem glamour, nem auto-elogios. Sinceridade é sua marca, e talvez o motivo de aceitação de sua imagem. Se se dispõe a falar – “Eu sou o rei da declaração” –, nem por isso se deixa a reboque de outros interesse. “A minha vida é um livro aberto. (...) Nunca passou pela minha cabeça ter uma imagem”. Mas a AIDS chegou. E antes de “assumí-la”, já dava indícios. “Já me preocupei muito com a morte e tive medo até. Hoje, apesar de ser um assunto sobre o qual não gosto muito de falar, encaro com naturalidade, porque acredito também na energia das coisas”. Por mais que tentasse escapar, ele também não deixou de respirar os ares da aids, em seus efeitos de medo, comportamento e esperança. O senso crítico, contudo, mantém-se: “De qualquer maneira, a Igreja e a direita estão com a faca e o queijo na mão. Já nem acho que tenha sido a CIA que botou o vírus da AIDS no mundo. Eles simplesmente usaram a doença. Botam na tevé que a AIDS mata para as pessoas ficarem horrorizadas com aquilo. É tudo um complô mesmo”. Para ele, a doença, de preconceitos, marcas, que exclui e assinala, é de oportunidade: instaura, por agregação de condições e produção de efeitos específicos. “Agora estamos voltando ao moralismo. E estamos vivendo uma época chata”. Seguindo a história da aids nos Estados Unidos até meados de 80, Randy Shilts conformou seu “And the band played on” como um romance, contradizendo seu esforço



para caracterizá-lo como pautado na verdade. Ao fim do livro, Shilts enfatiza: “Este livro é um trabalho jornalístico. Não houve ficcionalização”. Considerado um ícone da era inicial da aids, seu livro transformou-se em filme, e seu personagem mais bem sucedido, Gaetan Dugas, inspirou dois. A “traição” da tradução brasileira do título (“O prazer com risco de vida”) acaba por “fazer justiça” ao efeito do livro: o prazer (homossexual) atribui à vida um risco. Ao enfatizar a “postura” homossexual, Randy constitui o homossexual como duplamente perigoso, causador e difusor da AIDS, e esta, como doença de homossexual. Sobre quem a contrai, paira a suspeita do comportamento indevido e aquela mesma imagem de duplamente perigoso. Reação em cadeia, linear na circunscção do mal ao mesmo perfil, e na chance de fuga apenas a quem se mantiver na linha. Ao se propor a alertar o mundo do perigo da aids, fez “todo mundo” participar da narrativa: garçons, renomados cientistas, freqüentadores assíduos das boates gays, médica européia na África, taxista, Senador americano. Para amarrar e conduzir esse material, e “por motivos de fluências narrativa”, remonta cenas e conversas. Desnuda o mundo gay, convenientemente aos interesses que se somariam à epidemia. Ao mesmo tempo em que insere a vida homossexual em campo similar ao das práticas aceitas – “consumar relacionamento”, “simulacro de casamento”, “autêntico amor” –, contrapõe-lhe um mundo homossexual real, depositário das suspeições corriqueiras. E é a partir desse mundo que a epidemia vai se desenhar. Mas Shilts não apenas adota um tom crítico, acusativo; pretende ser propositivo quanto ao modo gay de vida frente aos novos tempos. O livro nos faz crer que as pessoas agiram realmente como descrito. Uma operação de mediação, o livro como o meio de acesso à realidade, e com o qual conta-se uma história. Como nas notícias sobre Cazuza e no registro de suas falas, o escrito se pretende não como expressão direta e inequívoca de quem o escreveu, mas do que este, através daquele, fez com que se acreditasse. A noção de herança não remete ao escritor, mas ao leitor, agora na condição de herdeiro de sua própria crença. (CAPES)

**Palavras-chaves:** história,mídia,ficção,autor,aids

**Atividade: HISTÓRIA ORAL E ANÁLISE INSTITUCIONAL (Paineis)**

**Trabalho:**HISTÓRIA ORAL E ANÁLISE INSTITUCIONAL: parcerias na relação entre pesquisador, metodologia e objeto de estudo

**Autor(es):** Fernanda Alcantara Oliveira,Heliana de Barros Conde Rodrigues,Daniel Maribondo Barboza,Amanda dos Santos Gonçalves,Vanessa Menezes de Andrade,Fabício Costa Fernandes

**Resumo:** A proposta desta comunicação científica surge a partir de problemáticas levantadas no decorrer da pesquisa que realizamos a respeito da história da Análise Institucional no Brasil. Adotamos a metodologia da História Oral para traçar os rumos da abordagem no país, tomando como ponto de partida três momentos-espacos de expressão da mesma no eixo sudeste: as intervenções do socioanalista francês Georges Lapassade enquanto esteve em Belo Horizonte no início da década de 70, como professor visitante vinculado ao Setor de Psicologia Social da Universidade Federal de Minas Gerais; o Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições, fundado pela chamada "segunda geração de psicanalistas argentinos", na cidade do Rio de Janeiro, ao final da década de 70 e início da de 80; e, ainda, o movimento da luta anti-manicomial, com fortes influências do psiquiatra italiano Franco Basaglia, no Estado de São Paulo, mais especificamente no caso da intervenção, por parte da Prefeitura de Santos, na antiga Casa de Saúde Anchieta, conhecida como "A Casa dos Horrores", ao final da década de 80. No entanto, o trabalho com a metodologia em questão acaba por trazer tantas problemáticas quanto a própria historicização da Análise Institucional no Brasil. Aos poucos, é possível perceber, entre a metodologia e o objeto de estudo, aproximações e semelhanças no que tange às esferas

teórica, ética, política e estética. Cabe ressaltar que quando falamos de História Oral não estamos, em absoluto, indicando somente o método de pesquisa com entrevistas gravadas. Trata-se, principalmente, de uma postura na relação entre o historiador e os documentos aos quais recorre, sejam eles orais ou escritos. Como as entrevistas que realizamos são abertas e direcionadas a um relato da história de vida do entrevistado, lidamos a todo instante com interferências sobre os mesmos. Isto é, certos fatos são exaltados, outros são suprimidos ou até mesmo (por mais que este seja um termo a problematizar) "distorcidos" - seja de forma deliberada, seja por interferência da memória ou, ainda, pelo grau de envolvimento e/ou participação do sujeito no acontecimento estudado. Entretanto, não tratamos tais interferências como aspectos que prejudicariam nossa investigação, dificultando o alcance dos objetivos almejados. Pelo contrário, procuramos conceber esses "desvios" como analisadores que enriquecem nossos resultados, revelando as contingências de produção do documento oral. Em outras palavras: quem o produziu?; com quais intenções o fez?; qual o contexto histórico de sua produção?; quem viabilizou e priorizou essa produção? Esses questionamentos, além de imprescindíveis ao trabalho com qualquer documento oral, são por nós estendidos aos documentos escritos. Estes, por sua vez, apresentam um caráter supostamente estático e uma aparente objetividade que podem invisibilizar as interferências e questionamentos supracitados, dando a perigosa impressão de "retrato fidedigno da realidade". Ora, acabamos, com isso, por nos defrontar com uma problemática muito próxima da questão do instituído, que está no cerne da Análise Institucional. As instituições são práticas ou discursos cristalizados que, no entanto, emergiram em determinadas contingências históricas - agentes e grupos, em meio às lutas sociais, viabilizaram sua produção, com intenções específicas, a despeito de nem sempre conscientes. Há de se questionar, por conseguinte, o que está instituído como um retrato da realidade, e efetuar uma análise (institucional) do mesmo. Ou seja, colocar em evidência quem é favorecido por tal "retrato" e em detrimento de quem. Neste sentido, o presente trabalho sublinha aproximações entre a metodologia da História Oral e o nosso objeto de estudo, a Análise Institucional, bem como levanta problemáticas acerca da relação entre o pesquisador e aquilo que este se propõe a investigar.

**Palavras-chaves:** análise institucional, história oral, implicação, epistemologia, política

**Atividade: Gestalt-Terapia e psicologia da Gestalt (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Gestalt-Terapia e Psicologia da Gestalt

**Autor(es):** Marcus César de Borba Belmino, Georges Daniel Janja Bloc Boris

**Resumo:** Um dos temas mais discutidos dentro da Gestalt-terapia, dentre tantos outros em questão, é a sua relação com a Psicologia da Gestalt. Essa relação é examinada tanto a partir de conceitos que poderiam ter sido importados da Psicologia da Gestalt para a Gestalt-terapia, quanto a partir da adequação do uso da palavra gestalt como denominação da abordagem de Gestalt-terapia. Essa discussão aparece desde sua fundação, ocorrendo opiniões contrárias à sua utilização entre seus fundadores (Hefferline, 1972), assim como críticas de epistemólogos atuais tais como Penna (1999), conforme já registrado na literatura especializada. O termo foi utilizado pela primeira vez na psicologia por C. Von Ehrenfels em 1890 de quem os psicólogos da Gestalt apreenderam os fundamentos para desenvolver uma psicologia que investigasse as funções mentais superiores, criticando a psicologia associacionista vigente na época e se utilizando do método fenomenológico em suas investigações. A Gestalt-Terapia é uma abordagem psicoterapêutica que surgiu nos Estados Unidos (com influências teóricas de outros países) dentro do movimento humanista-existencial que se propunha ser uma alternativa para as teorias behavioristas e psicanalíticas. Fundamenta-se principalmente na fenomenologia, no existencialismo, na filosofia dialógica, no holismo, na teoria diferencial e inclusive na psicologia da Gestalt. Desta forma a Gestalt-terapia não é uma mera aplicação psicoterapêutica da Psicologia da Gestalt, mas uma teoria distinta, com uma visão de homem e uma visão de mundo diferenciadas. Sendo assim, muita das críticas que aparecem afirmavam o uso equivocado do termo Gestalt para nomear a Gestalt-terapia devido ao distanciamento dessas duas teorias. O

objetivo deste trabalho é investigar a relação entre a psicologia da Gestalt e a Gestalt-terapia, através do conceito de gestalt para F. S. Perls, demonstrando a diferença do conceito em Perls, fundamental para desfazer-se de más compreensões e legitimar-se a apropriação e uso da concepção, conforme empiricamente aceito por inúmeros gestalt-terapeutas. Acredita-se, conforme se quer demonstrar, que Perls apresenta outra compreensão do termo, e portanto da concepção gestáltica, estabelecendo uma postura crítica em relação ao gestaltismo. Sendo assim, esse trabalho procura através de revisão bibliográfica selecionada das obras de F. S. Perls, mostrar que o mesmo compreendia a gestalt como uma unidade fundamental da natureza; isso quer dizer, ela não seria uma invenção da psicologia da gestalt ou da gestalt-terapia, mas sim a qualidade natural das coisas: a formação e destruição de gestalten seria inerente à natureza. Pensar a Gestalt-terapia como uma abordagem gestáltica significa vê-la como uma abordagem natural da vida, sem deturpá-la, isso quer dizer uma abordagem que prioriza o pensar, o agir e o sentir do homem (Perls, Hefferline e Goodman, 1997)

**Palavras-chaves:** gestalt, Gestalt-Terapia, Epistemologia da Gestalt-Terapia, F. S. Perls, Psicologia da Gestalt

**Atividade: Pureza, Ciência e Produção da diferença (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** A CIÊNCIA EM BUSCA DA PUREZA: A MEDICINA E A PRODUÇÃO DA DIFERENÇA

**Autor(es):** Hildeberto Vieira Martins

**Resumo:** O presente trabalho é o desdobramento de pesquisa bibliográfica anteriormente desenvolvida por nós e que tinha como objetivo discutir a produção médico-científica sobre o negro, cujo resultado foi a produção de um modelo explicativo acerca desse grupo social a partir de determinadas características definidas como raciais. Tomamos esse problema como ponto de partida, pois nos interessa discutir o processo de formação do Brasil a partir da questão da diferença. Para nós a questão da diferença marcou significativamente a constituição do brasileiro, dessa terra e de sua trajetória rumo a um suposto e desejável projeto civilizatório. A questão da diferença foi tema recorrente aos colonizadores europeus, inclusive os portugueses. O exotismo da nossa terra e de seu habitante nativo, o índio, anunciava o contraste com os ares “civilizados” do Velho Mundo. Com a chegada do escravo negro ainda no período colonial, essa questão só se acentuou, permitindo a construção de estratégias que definissem a presença negra em nosso solo. Essas estratégias produziam imagens/modos de ser que transitavam de sua definição como exótico para uma idéia romantizada ou alegórica do elemento negro (Marcílio, 2002: 10). Se em um primeiro momento o escravo negro pôde ser visto através de uma ótica “positiva”, pois necessário à ordem escravocrata, não tardou para o forjamento de sua imagem de “perigoso”, a partir do prenúncio da Abolição (Schwarcz: 2001a: 224). E esta última imagem foi aos poucos construída por nossos intelectuais ao longo dos anos a partir da absorção de um modelo racial de cunho biológico, o que permitiu expor, em um segundo momento, o negro como um problema para esse país. Podemos assinalar que a diferença foi assumindo vários sentidos ou definições ao longo desse processo histórico, mas o que nos interessa discutir em especial nesse trabalho é a efetivação em especial de um deles, traduzido na naturalização da diferença presente no discurso racial. Partimos desse princípio, pois acreditamos que as problematizações e as práticas construídas e pensadas sobre a questão racial brasileira e dos projetos científicos de constituição de uma nacionalidade relacionados a ela têm como eixo norteador a questão da diferença. Pretendemos mostrar como esses dois temas também marcaram certas formulações científicas ainda nascentes em nossa sociedade de se pensar a construção de nossa “identidade nacional”, algumas delas utilizando-se de um verniz psicologizante na tentativa de descrever as peculiaridades de uma nação em desenvolvimento. Pretendemos discutir, à luz desses pontos de análise, quais razões determinaram a questão racial como um dos principais definidores do processo histórico que permitiu a construção de uma imagem do Brasil e, conseqüentemente, do brasileiro no século XIX. Utilizando de certa inspiração foucaultiana nos perguntamos como o ser humano da passagem do século XIX se reconhece como um sujeito pertencente a uma raça e como essa lógica pode estar ligada a certa constituição de si, como o brasileiro passará a se pensar e a se reconhecer como “sujeito racializado” ou “racial”. Se nós

nos propusemos a tomar o “elemento negro” como ponto que nos leva adiante nessa discussão é porque nos perguntamos que ruptura, que deslocamento estratégico fez da polarização “branco/negro” o problema da nossa nação no século XIX. Interessa-nos, por isso, descrever a construção de um campo médico-psiquiátrico sobre a questão do negro brasileiro e quais foram as suas conseqüências para a formação de uma imagem acerca desse novo objeto de estudo para os nossos intelectuais. Utilizamos como recurso analítico os trabalhos de Raimundo Nina Rodrigues e da denominada “Escola Baiana de Antropologia” com o intuito de mostrar como a formulação desse saber acadêmico possibilitou a formulação de um modelo psicofísico de explicação sobre as “deficiências” do negro brasileiro, e quais seriam as conseqüências sociais da manutenção do convívio com essa raça. Um ideal de “pureza” estava em jogo nesse projeto científico, cuja tentativa era deixar claro os limites e as fronteiras que separam as raças no Brasil. A tentativa de constituição de um projeto para a normalização de uma determinada parcela da população teve como recurso científico a análise de “estigmas” que permitissem reconhecer traços de diferenciação (degeneração) nessa parcela da população, e teve como motor principal o projeto político desses autoproclamados cientistas na formulação de uma nação brasileira possível. Na tentativa de desenvolver uma análise preliminar sobre o tema da diferença e o modelo científico de Nina Rodrigues, esse trabalho baseou-se na discussão do conceito de sobrevivência presente em suas principais obras, como, por exemplo, Os africanos no Brasil. Acreditamos que esse recorte bibliográfico possa ser relevante para a compreensão das discussões em torno da questão racial e do processo de constituição do negro enquanto categoria científica no Brasil em finais do século XIX.

**Palavras-chaves:** Ciência, Pureza, Diferença, Raça

**Atividade: ENTRE A AUTONOMIA E O CONTROLE: O SURGIMENTO DO INDIVÍDUO COMO CONDIÇÃO DE POSSIBILIDADE DOS SABERES E PRÁTICAS PSICOLÓGICAS. (Paineis)**

**Trabalho: ENTRE A AUTONOMIA E O CONTROLE: O SURGIMENTO DO INDIVÍDUO COMO CONDIÇÃO DE POSSIBILIDADE DOS SABERES E PRÁTICAS PSICOLÓGICAS.**

**Autor(es):** Arthur Arruda Leal Ferreira, André Schimidt da Silva, Míriam Starosky, Filipe Herkenhoff Carijó, Maria Clara de Almeida, Karina Padilha, Nira Sasso

**Resumo:** Ao contrário do que alguns imaginam, a noção de indivíduo não existe desde sempre, isto é, não se trata de algo universal e dado desde que o homem se reconhece como tal. A noção de indivíduo como um valor social, como uma categoria existencial é algo historicamente constituído. O que queremos mostrar neste estudo é quais foram as condições históricas que possibilitaram o surgimento do indivíduo e sua tomada como valor mais precioso na sociedade moderna, e como a invenção do indivíduo ocupa um lugar relevante na história do surgimento da psicologia. Este saber surge, a partir do século XIX, não como fruto de uma única origem, mas como resultado de diversas mudanças no campo das práticas sociais – dentre as quais o surgimento do indivíduo. Para este estudo, partimos da revisão bibliográfica de fontes secundárias – a partir da leitura de autores tais como Luis Dummont, Luiz Cláudio Figueiredo, Jean Pierre Vernant, Norbert Elias, e principalmente, Michel Foucault e Nikolas Rose. Durante a antiguidade e boa parte da idade média eram raras as experiências de individualização no campo social, pois na organização hierárquica da sociedade havia pouco espaço para mobilidade. Graças à estruturação jurídica dos Estados Modernos, temos no início da modernidade (século XVI) a constituição de indivíduos autônomos, singulares, iguais juridicamente e dotados de foro íntimo. Surge o indivíduo soberano regulado pela lei. Com o aumento da população, o inchaço das cidades, a invenção de novas técnicas, e as novas relações de produção baseadas no trabalho contratual, surge a demanda por uma nova tecnologia de poder, que não mais se

basearia na lei, mas sim na vigilância constante dos indivíduos. O Estado, neste momento, passa a ter interesse pela vida dos cidadãos e a preocupação com a gestão desta vai constituir os saberes médicos e psicológicos. Esta experiência de individualização marcaria não apenas a psicologia funcional, que seria gestada nos Estados Unidos a partir do fim do século XIX, mas toda a prática psicológica, oscilando entre a busca de autonomia e controle dos seus sujeitos. Assim se estabelece uma das tensões que dispersam os saberes psicológicos: alguns sistemas psicológicos irão valorizar a autonomia do indivíduo operando, contudo, controles (como os construtivistas, gestaltistas, humanistas); enquanto outros partirão da disciplina para constituição do indivíduo autônomo – como faz o behaviorismo. Algumas psicologias, pois mesmo que privilegiem a autonomia do ser humano, remetem-no a uma norma; outras, ainda que tentem disciplinar os sujeitos, fazem-no de modo a favorecer o seu autocontrole autônomo. Sem essa dicotomia moderna entre indivíduo autônomo x controlado talvez nem houvesse psicologia; pois uma vez que o indivíduo fosse pensado unicamente como autônomo não poderíamos tomá-lo como objeto de estudo. Ao passo que se houvesse apenas determinações, cairíamos no fatalismo e não seria necessária nenhuma intervenção psicológica.

**Palavras-chaves:** História da Psicologia, Indivíduo, Modernidade

**Atividade: MEMORIAIS SOBRE FELICIDADE (Paineis)**

**Trabalho: MEMORIAIS SOBRE FELICIDADE: RESGATES (AUTO) BIOGRÁFICOS**

**Autor(es):** Paulo Coelho Castelo Branco, Márcio Silva Gondim, Francisco Silva Cavalcante Junior

**Resumo:** A presente investigação aborda experiências da proposta de escrita de Memoriais acerca da temática felicidade. A composição de Memoriais é uma atividade que proporciona, através da escrita, um sentido que permite explicitar dimensões que ocorreram no passado (no mundo pessoal do sujeito), compreendendo-as, comparando-as e transformando as respostas e ações que ocorrem no contexto presente; essa atividade é fruto de um resgate (auto)biográfico. Neste estudo objetivou-se pesquisar os conteúdos revelados através da escrita, compreendendo as implicações do tema felicidade nas vidas das pessoas que escrevem sobre experiências vividas e, também, efeitos dessa escrita de si. O estudo de efeitos da escrita tem sido objeto de investigação científica em várias partes do mundo. Destaca-se nos Estados Unidos, principalmente, os trabalhos do psicólogo James Pennebaker, professor da Universidade do Texas, que defende a tese de que a escrita pode contribuir para a melhoria da saúde física e mental de um sujeito; os estudos do psicólogo Joshua Smyth da Universidade de Dakota-do-Norte, que revelam que escrever sobre experiências estressantes reduz os sintomas físicos de pacientes com doenças crônicas e John Kotre, do Departamento de Psicologia da Universidade de Michigan, sobre o processo de recriação de nós mesmos através da escrita de lembranças. Na Europa ganham destaques os trabalhos de pesquisa desenvolvidos na Grã Bretanha, em especial, de Gillie Bolton, da Universidade de Sheffield, que defende que todo triunfo, desastre ou alegria da vida de uma pessoa é uma história que espera ser escrita. Responsável pela criação de um método de escrita reflexiva, Bolton tem investigado o efeito da escrita na prática médica com seus pacientes. Tendo em vista a relevância de pesquisas acerca da escrita, propusemo-nos a investigar como a temática felicidade se faria presente na escrita de indivíduos, propondo assim a eles(as), a escrita de um “Memorial de experiências felizes”. Coletamos cem (100) Memoriais de estudantes universitários de uma determinada disciplina acadêmica em uma Universidade localizada em Fortaleza (Ceará), elegendo-se a abordagem qualitativa para a orientação conceitual da investigação, sendo realizadas observações participantes e, sobretudo, análise de documentos – sendo representados aqui pelas produções e expressões escritas dos(as) universitários(as). Os conteúdos mais expressos referentes à felicidade nos Memoriais foram: 1) Felicidade relacionada a objetos materiais (carro, bicicleta, etc); 2) Felicidade relacionada ao sentimento de amor (namoro, casamento, maternidade); 3) Relações de proximidade (família, filhos e amigos) e 4) Realizações (emprego, faculdade, etc). Em relação à função da escrita, destacaram-se os seguintes aspectos: A) Percepção de si

através da escrita – Pois a partir das escritas autobiográficas, o sujeito fica possibilitado de contar sua própria história e fornecer significados diferentes às situações apresentadas, revendo aspectos da própria vida. A escrita, portanto, pode ser utilizada como a possibilidade de uma percepção de si e até mesmo do mundo que nos cerca; B) Efeito de catarse – A escrita é um espaço onde o sujeito pode se colocar de forma direta. Não há como negar, portanto, que a escrita pode ser utilizada como ferramenta terapêutica no sentido de que ela possibilita ao sujeito externar seus pensamentos e conflitos e repensá-los e, até mesmo, dando um novo rumo à própria história; C) A escrita como ferramenta libertadora – A escrita, portanto, pode libertar-se do seu cunho opressor e transformar-se em ferramenta libertadora, que possibilite ao sujeito o desenvolvimento de suas potencialidades e um maior conhecimento de si mesmo e do mundo em que vive. Norteados pelo referencial humanista, consideramos que o indivíduo, confrontado com uma experiência de escrita de si positiva, como a apresentada neste trabalho, tem a oportunidade de emergir como pessoa e reconhecer suas estratégias pessoais de atualização em um contexto de aprendizagem em grupo. Por fim, vale destacar que o presente trabalho visa estimular o debate acerca de experiências regionais (no caso, na cidade de Fortaleza) como contexto relevante à produção de conhecimento e intervenção profissional em Psicologia.

**Palavras-chaves:** (AUTO)Biografia,Felicidade,Memoriais

**Atividade: A criação de Arquivos e Centros de documentação em História da Psicologia no Brasil (Mesas Redondas)**

**Trabalho:**A construção do Arquivo Fred Keller no CEDC/UnB

**Autor(es):** Rachel da Cunha

**Resumo:** Este trabalho visa relatar o processo de organização do arquivo pessoal do professor Fred Simmons Keller (1899-1996), no Centro de Documentação da Universidade de Brasília (Centro de Documentação da Universidade de Brasília - EDOC/UnB). A preservação da memória histórica da psicologia no Brasil é de extrema importância e a conservação de documentos torna-se imprescindível para a pesquisa historiográfica e a organização e a manutenção de arquivos no Brasil auxiliará pesquisadores interessados na história da psicologia no Brasil. Em 1996, Marina Massimi ressaltou a preocupação dos historiadores com a necessidade de criação de arquivos e centro de documentação da história da psicologia e das idéias psicológicas. Depositou-se no Centro de Documentação da Universidade de Brasília 717 documentos, a maioria de natureza epistolar, doados pela família do Professor Fred Keller, que registram a interação acadêmica e pessoal de Keller com pesquisadores e estudantes brasileiros, a partir de 1961, ao longo de três décadas. A importância deste projeto está na ampliação de arquivos que reportam a história da psicologia no Brasil. Arquivos pessoais caracterizam-se por conjuntos de documentos, de origem privada, acumulados por pessoas físicas, relacionados às atividades desenvolvidas e aos interesses cultivados pelo indivíduo durante o curso de sua vida. Assim, o arquivo pessoal trata da vida e da história de um indivíduo, pode ser composto por documentos publicados e não publicados, por exemplo, correspondências, anotações de palestras, protocolos de laboratórios, fotografias, manuscritos e livros. O processo de construção de arquivos faz-se em várias etapas e necessita de uma equipe multidisciplinar. A higienização dos documentos é uma etapa preliminar seguida da elaboração do inventário geral e da construção do quadro de arranjo e depois, cria-se o inventário específico, onde serão descritos e organizados os futuros componentes do arquivo. Outra fase importante desse processo refere-se à restauração. A digitalização e catalogação constituem etapas finais que visam à acessibilidade dos pesquisadores ao banco de dados, principalmente, por via eletrônica. O arquivo Fred Keller será disponibilizado na página do Centro de Documentação da Universidade de Brasília (CEDOC/UnB) com link para o Arquivo Fred Simmons Keller da Biblioteca da University of New Hampshire, (<http://www.izaak.unh.edu/specoll/moncoll/keller.htm>), que disponibiliza documentos de 1920 a 1993. A organização do arquivo Keller no CEDOC-UnB encontra-se na fase de construção do inventário geral. A realização deste projeto tem como objetivo disponibilizar documentos de fontes primárias que reportam a história da psicologia no Brasil. Palavras-Chave: Arquivo Pessoal, Fred Simmons Keller, História da Psicologia no Brasil.

**Palavras-chaves:** Arquivo pessoal, Fred Simmons Keller, História da Psicologia no Brasil

**Trabalho:** Relato da criação e organização de um museu virtual para contar a história da psicologia no Rio Grande do Sul.

**Autor(es):** William Gomes

**Resumo:** MuseuPSI: RELATO DA CRIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE UM MUSEU VIRTUAL PARA CONTAR A HISTÓRIA DA PSICOLOGIA NO RIO GRANDE DO SUL William B. Gomes e Amanda da Silveira. Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O Museu Virtual da Psicologia, o MuseuPSI, é um sítio da Internet, de livre acesso, que disponibiliza livros, artigos, documentos e materiais didáticos de interesse à história da psicologia. A criação do MuseuPSI foi o resultado de um esforço conjunto de toda a equipe de pesquisadores do Núcleo de Estudos em Epistemologia e História da Psicologia da UFRGS. Contou também com a colaboração dos alunos de graduação da disciplina de história da Psicologia, principalmente na localização de livros de interesse histórico nos sebos e nas bibliotecas de instituições tradicionais como o Colégio Militar e o Instituto de Educação Flores da Cunha. A viabilização do projeto foi possível com recursos do CNPq, obtidos por meio de edital de apoio a museus e a projetos de preservação da memória e da história da ciência, lançado em 2003. A idéia da criação do MuseuPSI surgiu a partir das consultas que fazíamos ao The Lifschitz Psychology Museum, a primeira iniciativa do gênero no campo da psicologia; e de uma página dedicada à história da psicologia na Itália, quando buscávamos informações sobre quem havia sido o orientador de Ugo Pizzolli, fundador do Laboratório de Psicologia da Escola Normal de São Paulo. Deste sítio italiano importamos o formato da página. O passo seguinte foi a difícil negociação com Centro de Processamento de Dados da UFRGS para contarmos com espaço na rede e com a autonomia necessária para construir e manter o sítio atualizado. Os primeiros documentos foram colocados pelos bolsistas de iniciação. Com a chegada das verbas do CNPq foi possível contar com um bolsista de apoio técnico que em muito colaborou para digitalização dos documentos. O ganho imediato com a criação do sítio foi dos alunos da disciplina da história da psicologia que encontravam no acervo o material necessário para acompanhar as aulas e para se preparar para as provas. O acervo do MuseuPSI é hoje referencial importante para a consulta de documentos e nomes associados à história da psicologia no Rio Grande do Sul. Graças ao sítio, nomes completamente esquecidos podem ser facilmente acessados pelos programas de busca, como o Google. O acervo atual é composto por breves biografias e longos depoimentos dos psicólogos pioneiros no Estado, por artigos publicados sobre a história da psicologia pela revista PSICO, por várias publicações da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul, por um antigo periódico de psicologia da UFRGS, e por estudos do Núcleo sobre a história da psicologia. Destaca-se, no acervo, o livro virtual Psicologia no Rio Grande do Sul, no qual todas as fontes primárias mencionadas estão disponíveis no próprio sítio. Um recurso de grande valor epistemológico para estudos historiográficos. Espera-se que o MuseuPSI possa sobreviver para continuar incentivando e reforçando o movimento de recuperação da memória e de valorização da historiografia da psicologia no Brasil. CNPq/CAPES.

**Palavras-chaves:** História da Psicologia, Museu virtual, Museu Psi

**Trabalho:** A montagem de "arquivos" ambulantes: uma contribuição à pesquisa e ensino de História da Psicologia no Brasil

**Autor(es):** Maria do Carmo Guedes

**Resumo:** Durante dez anos, desde as primeiras teses defendidas no NEHPSI (Núcleo de Estudos em História da Psicologia da PUC-SP) e tendo como preocupação principal o aproveitamento e não dispersão de documentos levantados pelos integrantes do Núcleo (professores e estudantes da graduação e da pós-graduação, e não só da PUC-SP), temos apenas guardado alguns conjuntos de documentos que resultavam de nossas pesquisas. Temos assim alguns acervos com material de e sobre personagens (Aniela Ginsberg, Martin-Baró, Josef Brozek, Ignace Meyerson, Marialzira Perestrello e mais recentemente Sílvia Lane), algumas

instituições (IP/PUC-SP, FATG, Serviço Escolar da Prefeitura de São Paulo, entre outros) e alguns temas (por exemplo a psicometria no Brasil nos anos 1950, primeiros autores em História da Psicologia no Brasil, pioneiros da Psicologia Analítica no Brasil e pioneiros da Psicologia Econômica). Cada um desses conjuntos pode ter um ou mais dos seguintes tipos documentais: textos publicados mas raros ou de difícil acesso; textos não publicados (rascunhos, manuscritos, cartas, entrevistas apenas transcritas); periódicos extintos e livros fora de circulação; fitas, vídeos, CDs e DVDs gravados em entrevistas ou reuniões para ou sobre teses e dissertações; e X aparelhos usados em laboratório de pesquisa e prestação de serviço psicológico nos anos 1950-60.

Interessado em difundir todo esse acervo, o Núcleo vem estudando algumas possibilidades. Um primeiro exemplo foi a publicação de História da Psicologia no Brasil: primeiros ensaios, com textos que Mitsuko Antunes colecionou para sua tese de doutorado, uma das primeiras no NEHPSI. Outro é o texto publicado por Maria Fernanda Waeny em Memorandum: memória e história em psicologia, (2003), sobre Ignace Meyerson.

Entretanto, ao ganhar para o Núcleo os aparelhos de psicofísica e psicometria, nova possibilidade se abriu. Como diz Darcy Ribeiro, por que ficar só com o estudar (ler, assistir aulas, discutir) quando tantas são as formas de aprender? Preparamos então uma exposição na qual, além dos aparelhos e informações sobre sua construção e uso, outras informações eram apresentadas: cópias de pesquisas usando os aparelhos e, na forma de painéis, pequenos textos sobre o Brasil e a Psicologia no Brasil à época em que os aparelhos foram trazidos da Europa para ensino e pesquisa. Em seguida, saímos depois com essa exposição para outras instituições: Unicamp, Unimarco, UF de São João Del Rey, PUC-Minas campus Poços de Caldas.

Observação direta e conversas com visitantes permitiram avaliar o potencial da exposição, que atraía não só estudantes de psicologia mas também estudantes de outras áreas - na PUC-SP, por exemplo, a exposição foi montada no saguão da Biblioteca central e na Unicamp ela aconteceu à entrada da sala em que, na Medicina preventiva, Júlia Motta (também do NEHPSI) defendia sua tese de doutorado sobre Psicologia do Trabalho no Brasil. Hoje, a revisão deste caminho e elaboração de uma exposição como se deve é projeto de mestrado de Janaína Barea.

No momento o Núcleo trabalha na idéia de aprontar alguns de nossos conjuntos de documentos de modo que estejam disponíveis não só como arquivos para consulta de outros pesquisadores, mas também como material didático para professores, em especial os de História da Psicologia.

**Palavras-chaves:** pesquisa em História da Psicologia, Ensino em História da Psicologia, Documentação em História da Psicologia

### **Atividade: O ensino da História da Psicologia (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Uma experiência no ensino de História da Psicologia

**Autor(es):** Carmem Sílvia Rotondano Taverna

**Resumo:** A elaboração dessa proposta fundamenta-se na experiência da autora como professora, da disciplina no 1º semestre do curso de psicologia da Universidade São Marcos, nos últimos cinco anos. Apresentar a história da psicologia aos alunos ingressantes no curso tornou-se, sem dúvida, um desafio. Já no primeiro dia de aula a expectativa dos alunos, verbalizada por alguns, é: Queremos aprender a atender pessoas! Explicitam claramente que se preocupam com o futuro profissional, vislumbrado em uma sala de consultório. Querem usufruir a ciência, ou melhor, suas técnicas! O conhecimento científico produzido, a história, ou mesmo as teorias, pouco importam. A psicologia parece configurar-se, aos olhos desses jovens, apenas como um grande rol de técnicas que o profissional utiliza para ajudar pessoas na psicoterapia. Buscam apropriar-se rapidamente delas. Reconhecem, entretanto, a prática psicológica nas empresas (seleção de pessoal), na escola (atendimento de aluno-problema) e alguns poucos, identificam a contribuição da psicologia e dos seus profissionais nos serviços públicos e comunitários no âmbito da saúde-educação, da assistência social, da justiça, entre outros. É preciso contar-lhes que há um caminho que entendemos se dar não apenas como seqüência de fatos, em linha reta, mas, aos sobressaltos, entre avanços e recuos, entre embates de forças e tendências diversas; em contínuo movimento, no qual somos a um só tempo: sujeitos e objetos. Poderão assim,



espero responsabilizar-se pela ciência, pela construção de conhecimento e não apenas, usar suas técnicas. Integrarão na medida do que lhes for possível, o grande grupos daqueles que se dedicaram e se dedicam ao seu desenvolvimento. Assim, os objetivos propostos para o curso são: (1) Identificar, analisar e refletir sobre a historicidade do conhecimento científico como condição necessária para a compreensão da psicologia e para a construção do conhecimento psicológico; (2) Compreender a constituição da Psicologia como área autônoma de conhecimento e seu desenvolvimento a partir das condições sociais, culturais, políticas e econômicas que a determinaram; (3) Refletir sobre o desenvolvimento da psicologia no Brasil, enquanto área de conhecimento e campo profissional, avaliando criticamente seus determinantes históricos e as tendências contemporâneas e; (4) Desenvolver a capacidade da avaliação crítica de diferentes teorias e metodologias em psicologia. Entretanto, o desafio maior está na maneira pela qual o curso se desenvolverá para atingir seus objetivos. Reconhecer que fazemos parte da História é a primeira tarefa e para isso, a elaboração de uma linha do tempo pessoal é proposta. Olhar para trás é a orientação e então, marcar fatos, situações, pessoas, livros, filmes importantes que de alguma maneira interferiram na escolha pela formação em psicologia. Alguns alunos apresentam sua história para a classe e em seguida, em pequenos grupos, todos trocam suas experiências. As histórias pessoais facilitam uma primeira apresentação da história do Geral, do Brasil e da Psicologia. Podem reconhecer acredito que não estão sós em sua construção, em sua luta... Trabalhamos, assim, o módulo I do curso: A História como discurso contextualizado (conceito de História e relações entre passado, presente e futuro). O desenvolvimento do módulo II: A Psicologia Científica (antecedentes na filosofia e fisiologia; sistema de psicologia de Wundt e seus contemporâneos; o estruturalismo; o funcionalismo e a psicologia aplicada; panorama das escolas de psicologia do século XX), prevê aulas expositivas, leitura de textos e elaboração de relatórios sobre o conteúdo estudado a partir da apresentação de experimentos, testes ou, textos relacionados aos temas trabalhados. A primeira avaliação prevê também a elaboração de um relatório, orientado por questões. A denominação relatório é feita levando-se em conta que os alunos não devem decorar nomes, datas e feitos, mas sim, reconhecer-se como relator crítico da história que conta. O módulo III que prevê a Psicologia no Brasil desenvolve-se a partir de aulas expositivas, apresentação de documentários em vídeo que privilegiam a História do Brasil e estudos de pesquisadores brasileiros. Nesta etapa os alunos, em busca de temas do seu interesse, realizam levantamento bibliográfico dois periódicos brasileiros: Revista Normal e Patológica e Arquivos Brasileiros de Psicologia publicados nos anos de 1950 a 1970; escolhem um artigo e após leitura detalhada, identificando o autor, sua biografia, os objetivos e métodos propostos e suas conclusões, escrevem um texto próprio, relacionando o artigo ao conteúdo estudado. Este trabalho tem valor para a 2ª avaliação prevista. Embora de cunho teórico, que nem sempre é atrativa aos alunos, a disciplina tem sido apreendida com envolvimento e prazer pela maioria dos alunos. Os trabalhos elaborados mostram que os alunos se apropriam do conhecimento produzido e que podem se responsabilizar não só pelo caminho já trilhado pela psicologia, mas com seus futuros rumos.

**Palavras-chaves:** Ensino, História da Psicologia, Formação do Psicólogo

**Trabalho:** A experiência do ensino de História da Psicologia no Brasil

**Autor(es):** Ana Karina Fachini Araújo

**Resumo:** A presente apresentação é fruto de minha experiência há dois anos como docente da disciplina História da Psicologia no Brasil, do Curso de Psicologia do Centro Universitária Nove de Julho. A disciplina História da Psicologia é apresentada aos alunos no 6º semestre do curso. Esta alocação se justifica em parte, porque os alunos no primeiro ano são apresentados à disciplina Bases Epistemológicas do Conhecimento que contempla os seguintes conteúdos: História da Psicologia Geral e, as bases filosóficas dos três troncos teóricos: Análise do Comportamento, Fenomenologia e Psicanálise. Sendo assim, o curso de História da Psicologia no Brasil faz parte do Núcleo Comum de disciplinas que tem como objetivo fornecer o conhecimento teórico e prático a fim de preparar o futuro profissional. Visa oferecer conhecimentos que favoreçam o entendimento e uma reflexão crítica dos caminhos atuais da psicologia e suas relações com a história, dos novos campos de atuação e de seu compromisso social; esclarecer a interlocução entre indivíduo, sociedade, política, economia e produção de

conhecimento científico e, por fim, a constituição da Psicologia como área autônoma de conhecimento. O conteúdo programático é distribuído em quatro etapas. Na primeira, trabalhamos com definições de história que os alunos buscam em: bancos de dados eletrônicos, dicionários, livros didáticos dentre outros. Também registramos as expectativas que tem em relação à disciplina e, por fim o que esperam da relação entre história e psicologia. No final do semestre, retomamos este material para compararmos o que foi apreendido durante o curso com as primeiras impressões. Ainda nesta primeira etapa, é possível perceber a dificuldade em compreenderem o ser humano como sujeito determinante e determinado pela história. A apresentação do vídeo documentário “Nós que aqui estamos por vós esperamos” de Marcelo Massagão nos ajuda a vencermos esta barreira e a transmitirmos a idéia de que a história não é estática e, sim um movimento, uma construção e desconstrução. Fato este que é reforçado pela apresentação da relação entre presente, passado e futuro. Na segunda etapa, se estuda o desenvolvimento da psicologia no Brasil desde as idéias psicológicas (conhecimento dos índios, da cultura católica brasileira e das idéias iluministas e doutrinas médicas), passando pelos discursos psicológicos, chegando à inserção da psicologia nas instituições médicas, filosóficas e educacionais. É o conteúdo mais denso e, considerado mais difícil pelos alunos por estar mais distante na linha do tempo. Na seguinte etapa, falamos da psicologia enquanto ciência, chegamos ao modelo republicano brasileiro e aos projetos de modernização teórico-prático do conhecimento psicológico. Avançamos até a regulamentação da profissão e, também, falamos da contribuição do trabalho do psicólogo na educação, no trabalho e nas instituições médicas. Nesta fase, utilizamos vídeos documentários do CRP e CFP como recursos didáticos. A quarta e última etapa, nos permite compreender as perspectivas da psicologia no Brasil como profissão, bem como do seu compromisso social. Iniciamos na década de 80 e terminamos com a discussão da psicologia hoje. A disciplina aconteceu somente duas vezes, o que significa que estamos procurando melhorá-la inserindo novos conteúdos e recursos didáticos. É considerada pelos alunos como teórica, mas passam a se interessar à medida que conseguem estabelecer uma relação entre os caminhos da psicologia com o estado atual desta ciência/campo de atuação.

**Palavras-chaves:** Ensino, História da Psicologia no Brasil, Formação do Psicólogo

**Trabalho:** Reflexões sobre o ensino de disciplinas de História da Psicologia

**Autor(es):** Marilda Castelar

**Resumo:** A presente proposta pretende apresentar uma reflexão sobre o ensino e a pesquisa em História da Psicologia adquirida a partir de três experiências recentes e distintas: ao ministrar as disciplinas de História da Psicologia, desde 2003, para o 2º semestre e de Aspectos Históricos da Psicologia no 3º semestre do Curso de Psicologia da FTC, desde 2004. E o processo de construção de um grupo de iniciação à pesquisa em História da Psicologia no Serviço Público pela FBDC. A análise de formulários de levantamento de expectativas da disciplina aplicados antes da apresentação do programa e das avaliações de resultados aplicados ao final do semestre; fornece-nos algum subsídio sobre o que os alunos pensam e esperam destas disciplinas. Os mesmos chegam com uma vaga noção do conteúdo da disciplina de História da Psicologia; uma vez que já estudaram as idéias psicológicas desde os gregos na disciplina de Filosofia e também já receberam noções dos campos de atuação profissional na disciplina Psicologia, Ciência e Profissão. Apresentam-se com muita expectativa de poder entender a psicologia e de assimilar suas técnicas. Em alguns casos identificam a disciplina como uma continuação e uma possibilidade de aprofundamento das disciplinas anteriores; outras vezes apenas como mais uma disciplina teórica que esperam não ser monótona e indicam como sugestão de recurso didático, filmes e seminários. Outro aspecto frequentemente pesquisado é a experiência com a disciplina de História no primeiro e segundo graus, em muitos casos a experiência necessita ser modificada. Neste sentido, o trabalho em História da Psicologia se inicia com o envolvimento do aluno com o conceito de história, sua importância e a distinção entre passado, presente e futuro; e as diversas possibilidades de como contar a história de uma disciplina. Estas aulas possuem o intuito de motivar os alunos para estudar história da psicologia. Portanto, busca refletir sobre a importância da historicidade do conhecimento para o entendimento da Psicologia hoje. Possui também como objetivo fornecer ao aluno um referencial

teórico sobre a evolução da disciplina e das escolas. Iniciamos o conteúdo a partir do renascimento até chegar às correntes da psicologia e na análise sócio-histórica das mesmas; permite a compreensão da origem e desenvolvimento recente da Psicologia, aproximando as diferentes áreas de estudo que a compõe. Finaliza-se com um estudo das raízes da psicologia social moderna, refletindo criticamente sobre como aquela história foi contada. Quanto a disciplina Aspectos Históricos da Psicologia no Brasil, o levantamento de expectativas também é realizado e percebe-se um amadurecimento por parte dos alunos em suas perspectivas iniciais. O trabalho começa retomando parte da sensibilização sobre a importância da compreensão da perspectiva histórico-sociais e culturais, que fomentam a diversidade do pensamento psicológico em solo brasileiro desde a colonização. A disciplina estuda a história da psicologia como ciência e profissão no Brasil, desde os pioneiros, suas principais influências e realizações; discute criticamente a situação atual da Psicologia no Brasil e sua relação com a história recente do país. Este estudo também busca articular o desenvolvimento da psicologia no Brasil e o contexto social, as condições para o surgimento das áreas de conhecimento e os campos de atuação profissional. O curso permite refletir sobre a identidade do psicólogo, os rumos da profissão e seu compromisso com o social e as opções dos psicólogos. As relações teoria-prática, o fazer dos psicólogos e suas contribuições para as transformações sociais. Como recursos didáticos das duas disciplinas: são utilizados, visita aos acervos da cidade, filmes e vídeos documentários produzidos pelo CFP e CRPSP. No caso da experiência da iniciação científica, a constituição do grupo de pesquisa contou com a participação de cinco alunas. O aprendizado se deu forma coletiva com a participação da equipe em todas as etapas do processo. Utilizou-se como fonte primária o registro da memória e da trajetória de profissionais que construíram sua história profissional em um hospital geral público. O estudo se inclui na pesquisa sobre a inserção do psicólogo no serviço público. A metodologia de pesquisa adotada foi qualitativa, constituindo-se no levantamento de fontes documentais e o emprego dos procedimentos da História Oral para o registro das entrevistas em áudio, a transcrição e a conferência dos depoimentos. De acordo com as experiências vividas pode-se concluir que ministrar aulas de história da psicologia e ensinar a pesquisar nesta área são atividades distintas, mas que estão intimamente interligadas, envolve com maior profundidade o aprendizado e a reflexão crítica sobre o fazer do psicólogo e a relação entre a história, a memória e o contexto atual encontrado. O que também pode ser proporcionado em sala de aula.

**Palavras-chaves:** História da Psicologia no Brasil, Ensino e Pesquisa, Formação do Psicólogo

**Atividade: O projeto social-psicológico de Manoel Bomfim (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** O projeto social-psicológico de Manoel Bomfim

**Autor(es):** Francisco Teixeira Portugal

**Resumo:** Manoel Bomfim (1868-1932) elaborou no início do século XX algumas noções psicológicas de cunho social que se mostram ricas na atualidade. O objetivo desse trabalho é o de apontar e fornecer consistência a algumas virtualidades presentes nas reflexões desse autor não só para divulgar sua produção mas também para discutir, analisar e propor formas e mecanismos que contribuam para a formação de novos psicólogos. Em sua obra psicológica mais relevante, *Pensar e dizer* (1923) – reeditada em 2006 –, o autor sergipano tece uma teia conceitual de caráter social e lingüístico que sustenta o conceito de sujeito. Escapando da máxima psicológica então corrente, o sujeito como ponto de partida e suporte das funções psíquicas e sociais, Bomfim indica que o espírito é essencialmente social, sendo construído nas relações estabelecidas no campo social. Destituindo o espírito de uma universalidade anti-histórica, ele pode ser transferido para o plano da construção social. Evitando também o substancialismo individualista, o autor escapa ao problema – ainda bastante difundido – de pressupor, como ponto de partida da reflexão psicológica, a existência de indivíduos pensantes ou agentes. A relevância da forma da organização social para constituição do psiquismo se coaduna com seu projeto político de construção de um país mais eqüânime. A passagem do plano dos indivíduos para planos mais amplos não representa um salto sobre um abismo porque o próprio psiquismo já é uma entidade socialmente formada, já carrega consigo esta outra

dimensão. Podemos compreender então a importância da Educação nesse projeto político e a presença da Psicologia Social nesse trajeto. Vale ressaltar que considerar o espírito como objetivado socialmente não significa recusar as origens biológicas do organismo e a absoluta independência do psiquismo em relação ao corpo. Notável em suas reflexões não foi tanto a valorização dos determinantes sociais na formação do psiquismo, mas ter escapado à oposição imobilizante entre o biológico e o cultural. Assim, encontramos algumas aparentes “estranhezas” em seus argumentos que englobam tanto aspectos culturais como biológicos. No momento em que os evolucionistas criavam esquemas conceituais pretensamente biológicos para garantir a desigualdade social, Bomfim utilizava a concepção de evolução para apontar a possibilidade das comunidades desfavorecidas – porque exploradas e não congenitamente inferiores (reflexões longamente desenvolvidas em sua obra mais conhecida *A América Latina: Males de origem* (1905)) – se liberarem de suas carências econômicas. Podemos dizer que não apenas do ponto de vista de sua participação em projetos educacionais, mas também em sua rica elaboração conceitual, Manoel Bomfim enriqueceu a ação política e social da Psicologia e a retomada de sua obra ainda pode fazer proliferar a reflexão psicológica atual em seu projeto de uma psicologia social.

**Palavras-chaves:** Manoel Bomfim, Psicologia social, Educação

**Atividade:** Marialzira Perestrello  
(Paineis)

**Trabalho:** Marialzira Perestrello: um pouco da vida e obra de uma pioneira da psicanálise do Rio de Janeiro

**Autor(es):** Ana Karina Fachini Araújo

**Resumo:** Este trabalho é fruto do mestrado intitulado “Marialzira Perestrello: um pouco da vida e obra de uma pioneira da psicanálise do Rio de Janeiro”, defendido no Programa de Psicologia Social da PUC-SP. Esta pesquisa teve como objetivo estudar a vida e a obra de Marialzira Perestrello, personagem entre as principais da psicanálise do Rio de Janeiro. O levantamento dos dados biográficos e bibliográficos foi feito em três etapas. Na primeira, aconteceu o primeiro encontro com Marialzira, que foi uma entrevista aberta com duração de três horas. Neste momento, a entrevistada nos apresentou parte de sua bibliografia e dados de sua história de vida. Em um segundo encontro, pude aprofundar tanto em sua produção literária, quanto em sua vida pessoal. Na terceira etapa, iniciamos a leitura e análise da obra localizada e organizada em: produção de livros, artigos em periódicos, capítulos de livros, prefácios e introdução de livros, um vídeo, além de apresentações orais. A coleta de dados nos permitiu organizar a dissertação da seguinte maneira: apresentamos sua biografia em um capítulo intitulado “Quem é Marialzira Perestrello?”. Neste capítulo, contamos sua trajetória pessoal e profissional que se soma ao quadro “Cronologia”. Em seguida, “A obra de Marialzira Perestrello”, que foi subdividida em suas três preferências expressas em uma das entrevistas, que são: “Primórdios da Psicanálise no Brasil”, onde retrata a introdução do pensamento freudiano iniciando pelos precursores da Psicanálise até chegar aos pioneiros deste movimento. Em “Psicanálise, artes e literatura”, relaciona a criatividade, com literatura e o processo criativo; recorre à psicanálise para entender o processo criativo. E, por último, “Sobre a cultura multifacetada de Freud”, neste tema enaltece a pessoa Sigmund Freud. Além da análise de conteúdo que nos permitiu também distribuir sua produção nas categorias mencionadas acima e quadros foram confeccionados para evidenciar sua vida e produção, na seguinte ordem: Cronologia (sobre sua vida desde o nascimento até janeiro de 2007), A obra (Quadro 1- livros publicados, Quadro 2- capítulos, verbetes, prefácios, introdução e vídeo, Quadro 3- Artigos em periódicos científicos ou de divulgação e Quadro 4- apresentações orais), Atividades de Ensino na Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro. Não podemos deixar de mencionar que em sua obra encontramos sua produção poética. O objetivo foi facilitar a aproximação dos interessados em História da Psicanálise e da Psicologia desta figura de destaque por ser psiquiatra, escritora, médica e por ter participado da fundação da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ). Destaca-se na conclusão, de um lado, sua contribuição à psicologia e, de

outro, características que ressaltam de sua bibliografia.

**Palavras-chaves:** História da Psicologia,psicanálise,vida,obra,Rio de Janeiro

**Atividade:** Contribuições da `Nova História` dos Annales ao fazer História da Psicologia (Paineis)

**Trabalho:**Contribuições da `Nova História` dos Annales ao fazer História da Psicologia

**Autor(es):** Helmir Oliveira Rodrigues,José Maurício Manguiera Viana

**Resumo:** Este trabalho versa sobre as contribuições da Escola dos Annales e seu método da 'Nova História', no fazer História da Psicologia. Utilizando como metodologia a pesquisa bibliográfica e análise conceitual, o trabalho se divide em dois momentos: um primeiro, em que se fez um breve estudo sobre o que foi esse movimento historiográfico, seus princípios e seus métodos; um segundo, em que foram feitas análises de algumas obras que se referem à história da psicologia, o método usado por elas, a fim de identificar pontos de aproximação com as idéias do fazer história dos Annales. Esta Escola foi um movimento, iniciado pelos historiadores franceses Lucien Febvre e Marc Bloch, concretizado com o lançamento da revista Annales d'histoire économique et sociale, no ano de 1929. Essa revista teve como intuito apresentar nova forma de produzir história, em oposição a uma concepção tradicional de história que tem como objeto de estudo o passado e se baseia em narrar os fatos históricos a partir figuras de poder instituído como reis, chefes de estado, dentro de um tempo linear e contínuo. As idéias dos Annales afirmam uma nova concepção de tempo histórico de longa duração, um novo objeto para a história: o homem no tempo e espaço. Tal estudo parte de uma problematização do presente em direção ao passado, para assim construir novas visões sobre este, utilizando-se de fontes históricas bem variadas, como cartas oficiais, diários pessoais, poesias, livros de contabilidade, etc.; além do que eles constroem novos métodos para o estudo histórico. Essa Nova História é decorrente de aproximações de Bloch e Febvre com outros campos de saber, em especial a Sociologia de Durkheim e a Geografia Humana de Vidal de La Blache. O que se pode concluir a partir das obras que tinham proximidades ao método da nova história é que algumas trazem uma divisão no fazer história da psicologia em duas abordagens: uma internalista, que parte de uma evolução intelectual dos conceitos e práticas psi, garantindo a ela um status de ciência; e outra externalista, onde a história da psicologia é contada através de uma análise das condições histórico-sociais que possibilitaram a institucionalização do saber psi(FERREIRA e all, 2006); outras trazem questionamentos ao campo de saberes e práticas psi e por causa disso, constroem novas concepções para a história da psicologia, mostrando que não existe uma só forma de se fazer história, mas várias e que cada uma delas vai propiciar uma visão diferente do saber estudado, dando à história um caráter de instrumento de desconstrução de certos saberes instituídos e de construção de novas perspectivas de saberes/práticas.

**Palavras-chaves:** Escola dos Annales,`Nova História`,Histórias da Psicologia

**Atividade:** O hospital psiquiátrico na Reforma: (Comunicações Científicas)

**Trabalho:**O hospital psiquiátrico na Reforma: memória dos processos de desinstitucionalização

**Autor(es):** Priscila Souza Vicente Penna,Maria Stella Brandão Goulart

**Resumo:** Esta pesquisa investiga como o processo de Reforma da Política de saúde mental envolveu e repercutiu no mais antigo hospital psiquiátrico público de Belo Horizonte, o Instituto Raul Soares, resultando em iniciativas institucionais que procuravam responder à crítica à cultura manicomial. São enfocadas iniciativas instituintes que tomaram a forma da constituição de projetos assistenciais e de formação que objetivavam a refundação ou reestruturação das suas funções. Procura-se resgatar, como, ao longo de três décadas, o Instituto Raul Soares é

tencionado pelo processo de crítica ao modelo assistencial dominante, tomando como ponto de partida a constituição do primeiro serviço ambulatorial aberto à comunidade até a constituição do primeiro hospital-dia público de Minas Gerais. Para tal investigação, em função da delimitação de marcos históricos, enfocamos o período que vai do limiar da década de 1960, época que apresenta iniciativas daquilo que virá a se realizar no campo da política de saúde mental em fins da década de 70, especificamente, o ano de 1979, cujo acontecimento é o III Congresso Mineiro de Psiquiatria, marco oficial do processo de Reforma Psiquiátrica Mineira, até o final da década de 80. A pesquisa é de caráter histórico e qualitativo (descritivo e analítico) visando o resgate de memória do atualmente denominado Hospital de Ensino Instituto Raul Soares e de seu processo de desinstitucionalização. Temos como referencial teórico a Análise Institucional para sustentar uma leitura e interpretação da instituição que nos permita a identificação das contradições e dificuldades que são relativas à coordenação de ação social e política que ela enseja. O objetivo geral da pesquisa consiste em correlacionar a Reforma Psiquiátrica com a história do HEIRS – Hospital de Ensino Instituto Raul Soares. Como objetivos específicos definimos: a especificação do conceito de Reforma psiquiátrica tomando os modos de aplicação locais (Minas Gerais); a descrição da política de saúde mental e sua concretização na assistência prestada pelo HEIRS; a identificação das mudanças (de caráter normativo) decorrentes da reforma psiquiátrica que repercutiram no HEIRS; a identificação das mudanças ocorridas na estrutura física do hospital relacionadas à reforma psiquiátrica; a verificação das modificações ocorridas na estrutura organizacional e no quadro de pessoal ao longo do processo de reforma psiquiátrica. A pesquisa às fontes, tais como livros, artigos, documentos normativos, bem como fontes orais revelam-nos ser a história do HEIRS marcada pela emergência de idéias reformistas desde a sua fundação, década de 20 do século passado. Os anos 60 já apontam algumas iniciativas e um discurso crítico frente à psiquiatria tradicional, como a fundação, em 1964, do Centro de Estudos Galba Velloso – CEGV, e a estruturação do ambulatório central Roberto Resende. Na década de 70, o HEIRS estrutura a primeira Residência em Psiquiatria de Minas Gerais que seria fundamental no desencadeamento do processo de Reforma a partir de 1979. A década de 80, em seus primeiros cinco anos, é marcada por um momento de grande efervescência. A começar por uma série de Seminários Internos, realizados no Instituto Raul Soares, cuja premissa básica era a discussão da situação da assistência psiquiátrica em Minas Gerais, principalmente, por ser um período posterior à realização do III Congresso Mineiro de Psiquiatria (1979) que teve efeitos no cenário nacional da assistência em saúde mental através das denúncias nele vocalizadas. Ou seja, o hospital psiquiátrico em questão, de forma contraditória, reagiu e respondeu de maneira complexa ao movimento crítico que posteriormente tomaria a forma da luta antimanicomial. Ele retrata um momento histórico de autocrítica e de esforço de transformação. O hospital se identificava como “caixote de lixo” da sociedade e respondia com a formação de equipes terapêuticas interdisciplinares, com o Projeto Guimarães Rosa, a instituição do serviço de hospital-dia, entre outras iniciativas. Assim, nossa pesquisa pretende resgatar a memória deste processo de Reforma Psiquiátrica, contribuindo para a discussão dos processos de desinstitucionalização e consolidação da nova política de saúde mental brasileira. Esta pesquisa é financiada pelo FIP da PUC Minas, pelo CNPq e conta com a colaboração do Hospital de Ensino Instituto Raul Soares e do Instituto Izabela Hendrix.

**Palavras-chaves:** História, Reforma Psiquiátrica, Psicologia, Processos de Desinstitucionalização

**Atividade: De Sílvia Lane ao “Compromisso Social”  
(Mesas Redondas)**

**Trabalho:** SÍLVIA LANE - a construção de uma Psicologia Social Sócio-Histórica

**Autor(es):** Maria da Graça Marchina Gonçalves

**Resumo:** O objetivo desta apresentação é destacar a importância teórica de Sílvia Lane para a Psicologia Social e suas contribuições para a consolidação da Psicologia Sócio-Histórica como uma vertente crítica dentro da Psicologia no Brasil e na América Latina. A particularidade da obra de Sílvia Lane dentre os autores da área é a simplicidade de suas proposições, ao mesmo tempo reveladora de seus propósitos: queria uma psicologia social comprometida com a transformação da sociedade. Sílvia Lane foi incansável na produção teórica e de pesquisa com esse norte:

conhecimento científico como práxis, unidade entre saber e fazer. Tinha como preocupação básica a construção de uma psicologia social voltada para a realidade brasileira e latino-americana, com vistas a contribuir para a superação das desigualdades e das situações de opressão. E demonstrou que esse compromisso poderia concretizar-se por meio da pesquisa e da construção teórica rigorosa de um saber que respondesse, de fato, às questões relevantes postas pela realidade. Como referência fundamental, apresentou e fundamentou uma nova concepção de homem para nortear a psicologia: um homem social e histórico. Para compreender esse homem e como as determinações históricas estão em relação com ele, desenvolveu, na Psicologia Social, um novo método, o materialismo histórico e dialético formulado para as especificidades da pesquisa sobre as relações entre o indivíduo e a sociedade e suas implicações para os aspectos psicológicos. A partir desse método, produziu uma nova psicologia social, cujo objeto, em vez de “relações interpessoais e influências sociais”, conforme as concepções positivistas predominantes até a década de 60 entre nós, seria o homem como ser histórico, a dialética entre indivíduo e sociedade, o movimento de transformação da realidade. O método materialista histórico e dialético oferecia recursos para se compreender o homem dentro da totalidade histórica, a partir das categorias da dialética (totalidade, contradição, empírico-abstrato-concreto, mediação). Além disso, esse método considera que sujeito e objeto estão em relação dialética, portanto não há neutralidade no conhecimento, há sempre uma intenção do sujeito sobre o objeto. Essa intenção é histórica e deve ser considerada. Em outras palavras, o materialismo histórico e dialético permite trabalhar com a historicidade dos fenômenos e, por isso, contrapõe-se à sua naturalização. Esse será o primeiro aspecto desenvolvido nesta apresentação, o método de pesquisa desenvolvido por Sílvia Lane e que está na base da construção teórica da Psicologia Sócio-Histórica. A seguir, será discutido como a obra da autora desenvolve uma compreensão do psiquismo fundamentada nesses pressupostos. Nessa discussão, será dado destaque a dois aspectos básicos na obra de Sílvia Lane: a relação subjetividade e objetividade; e a formação e o papel dos valores. Sílvia desenvolveu a concepção de uma subjetividade em processo dialético, numa dialética subjetividade-objetividade. Teve acesso à obra dos soviéticos Luria, Leontiev e Vigotski e, a partir deles, desenvolveu o estudo das categorias do psiquismo: atividade, consciência e identidade. Articulou seus estudos sobre linguagem e processo grupal à compreensão das categorias como processos constituídos por mediações. Trabalhou também, nessa perspectiva, com a teoria das representações sociais de Moscovici. Sempre aberta a tudo que pudesse contribuir para a construção teórica de uma psicologia crítica, foi incansável na pesquisa que evidenciasse as mediações presentes no processo de desenvolvimento do psiquismo, compreendido como articulação entre atividade, consciência e identidade na pesquisa sobre a constituição e o papel dos valores no processo subjetivo-objetivo ou na relação indivíduo-sociedade, com as noções de significado social e sentido pessoal, os estudos sobre emoções e a postulação da categoria afetividade. Sílvia Lane enfrentou o desafio de necessário compreender o que permite ao homem se implicar, se reconhecer como sujeito, compreender as determinações a que está sujeito a as formas de agir sobre elas. Deixou as bases sólidas de uma psicologia que permite compreender o que impede e o que permite ao homem agir para transformar a realidade de forma libertadora e emancipadora.

**Palavras-chaves:** Psicologia Social, psicologia sócio histórica, Sílvia Lane

**Trabalho:** Por uma Psicologia atenta ao contexto social

**Autor(es):** Marcos Ribeiro Ferreira

**Resumo:** As iniciativas de Sílvia Lane e de um conjunto de colegas que se reuniram na tentativa de estabelecer um referencial crítico para a Psicologia brasileira merecem ter seu caráter seminal esclarecido, avaliado e festejado. Parece mais fácil atentar para as respostas que ela conseguiu construir, mas será importante resgatar as inquietações que a levaram a procurar essas respostas. Interessa, neste texto, resgatar três elementos que podem ser considerados fundantes da produção de Sílvia Lane no momento da criação de um conjunto de iniciativas que nos abriram os olhos para perceber que uma outra psicologia era possível. Uma delas se refere ao discurso sobre a construção de uma consciência crítica da realidade. Seus corolários, entender o psiquismo no contexto social onde se formou, e ainda fazer isso de modo crítico em

relação a esse contexto, são ainda verdadeiros desafios (formulados por ela Padre Abib em sala de aula) que precisam ainda se alvo de nossos esforços. Outra inquietação foi apresentada em debate realizado por Silvia em Ribeirão no ano de 1976, quando ela mais enfatizou a exigência do trabalho coletivo na construção de uma nova Psicologia. A tarefa política de construir essa psicologia não poderia caber a sujeitos isolados. Ela apontava a importância de investimento na constituição de coletivos articulados, capazes de identificar desafios e oportunidades no contexto social, e estabelecer linhas de conduta capazes de fazer avançar a produção. O combate ao individualismo teria acontecer já no modo de trabalhar essa construção. Precisaria acontecer a partir do trabalho coletivo. A terceira inquietação que se quer resgatar neste momento refere-se à certeza de que a psicologia, tal como estávamos conhecendo, não estava pronta para o povo brasileiro. Seria preciso produzir uma psicologia adequada ao povo brasileiro. Uma psicologia que estivesse atenta ao contexto social desse povo e capaz de colaborar com o seu desenvolvimento. Claro que foram muitas as repercussões dessas iniciativas. Para ajudar o debate a andar, afirmarei que, por um lado, houve quem se contentasse com ver crescer o número de pessoas que assumiram algumas perspectivas decorrentes das preocupações de Silvia e passaram a se gloriar do que havia sido conseguido. Por outro, houve quem adotasse mais as inquietações do que as respostas formuladas. Houve quem ficasse com sua atenção voltada para contexto social em que vive o povo brasileiro, buscando formas de fazer avançar a inquietação que provocou o surgimento do discurso da consciência crítica da realidade. Este texto parte do pressuposto de que, uma das germinações dessas inquietações consiste na presente tematização do compromisso social da psicologia. Um grupo se organizou politicamente no interior da Psicologia, buscou a articulação de um grande conjunto de coletivos, apontou possibilidades de desenvolvimento e procurou sustentação institucional para essa proposição. Se na década de setenta o possível foi constituir iniciativas como as de Silvia Lane, a década de noventa colocou outras exigências, que parecem ter encontrado seu lugar na tematização do compromisso social da Psicologia. Resta saber se não vamos nos acomodar nisto. Resta saber se seremos capazes de identificar no novo contexto social as brechas por onde poderemos fazer surgir a psicologia de que o povos brasileiro e latino-americanos necessitam. Resta saber se vamos ser capazes de articular esforços e identificar novas possibilidades de desenvolvimento para um saber que ainda tem tantas dívidas históricas a enfrentar.

**Palavras-chaves:** psicologia social, contexto social, compromisso social

**Trabalho:** Silvia Lane e a história da Psicologia Social no Brasil

**Autor(es):** Odair Furtado

**Resumo:** A história da psicologia no Brasil está se consolidando como disciplina a partir de um trabalho incansável e competente de inúmeros historiadores dessa ciência, principalmente do GT de história da psicologia da ANPEPP. A própria psicologia social ganhou espaço nesse campo de pesquisa e já temos um bom acúmulo sobre o assunto, destacando o trabalho de Elisabeth Bonfim. Mas para além do registro histórico formal, das referências aos pioneiros, há a história da militância e da abnegação, da dedicação e da capacidade de aglutinar pesquisadores e interessados e de operar uma psicologia social crítica, realizada pela professora Silvia Tatiana M. Lane. É possível dizer que com Silvia Lane a psicologia social no Brasil se transformou numa psicologia social brasileira. Certamente, Silvia não foi a única. Contou com muitos parceiros e outros estavam, no mesmo momento, trilhando o mesmo caminho. Mas sua capacidade de liderança, uma liderança que sempre privilegiou o coletivo, foi um diferencial. Sua capacidade de organização e sua produção influenciaram muitos aqueles que, hoje, mantém a chama de uma psicologia social brasileira comprometida com os interesses da maioria da população. O que representou o momento histórico da construção dessa psicologia social brasileira? Como foi possível a Silvia Lane capitanear esse movimento? Como foi possível construir uma vertente crítica num momento histórico difícil, representado pelo cerceamento dos direitos civis e do tolhimento da liberdade de expressão? A história dessa professora e pesquisadora que atuou para além das nossas fronteiras e foi reconhecida amplamente para além de nossas fronteiras (uma das poucas pesquisadoras brasileira no campo da psicologia social citada em publicações fora do país) se confunde com a história da resistência à ditadura militar e a organização de um campo crítico na universidade brasileira, um dos raros espaços com um mínimo de oxigenação



política naquele período. A história não é feita por personalidades, afirmava Silvia com frequência, mas no seu caso há uma afinidade entre a coragem de sua manifestação e a necessidade de resistência e enfrentamento da prática do obscurantismo que prevaleceu no período dos anos de chumbo. Essa combinação de militância e capacidade analítica resultou numa proposta de psicologia social e em fundamentos metodológicos e teóricos que vale a pena analisar neste período de redemocratização do país. A própria Silvia nos ensinava que o materialismo histórico é a ferramenta para analisarmos a nossa própria história de forma crítica e aprendermos com isso a superar nossas próprias deficiências. Esse é o caminho para continuarmos o legado dessa importante professora e pesquisadora da nossa psicologia social e com quem temos, ainda, muito que aprender.

**Palavras-chaves:** Silvia Lane, Psicologia Social, compromisso social, história da psicologia

**Atividade: Imagens da História do Pensamento Psicológico (Paineis)**

**Trabalho:** Imagens do Pensamento Psicológico

**Autor(es):** Pedro R. Ivo das Neves, Carmen Silvia Silva Camuso Barros, Luciana Moreno Monteiro, Luzia Camboim de Sá, Olívia Cordeiro de Almeida, Rosália Feitosa

**Resumo:** A psicologia é uma ciência recente. Porém, o fenômeno psicológico é tão antigo como a idade do homem enquanto tal. Ele é a essência da própria natureza humana. Deve-se assinalar que as pinturas rupestres, por exemplo, sintetizam no ícone tanto o objeto representado como aquele que o representa. O mito em qualquer comunidade primitiva traduz sentimentos humanos sobre o real e o que imagina, sobre o tangível e o abstrato, sobre coisas e sentimentos. E se podemos nos referir que aquilo que chamamos de natureza humana, inclui uma percepção de si, uma reflexão, podemos dizer que uma observação do fenômeno psicológico é datada com esse humano enquanto tal, enquanto ser reflexivo; aquele que mirando a sua imagem pergunta-se sobre si mesma e transcende até o outro. A arqueologia, a história, a história da arte e das religiões, os estudos sobre os mitos, a etnologia, a antropologia, a história da comunicação humana, a história da linguagem e a semiótica, permitem que tenhamos contato com informações remotas e sobre a trajetória histórica humana, no que diz respeito a representações de como pensava o fenômeno psicológico, aquilo que sempre foi de natureza que esta ciência aborda e que esse homem abordou sobre si através dos discursos que formulava para tanto. Ou seja, podemos afirmar que o fenômeno psicológico pode ser encontrado representado através de outras formulações discursivas antes da emergência de um discurso científico a respeito. Esse fenômeno é, inclusive, tanto em outro momento quanto no presente objeto de discursos científicos estabelecidos diferentemente da psicologia. Assim, pode-se anotar que objetos, ferramentas, e personagens do desenvolvimento do conhecimento podem ser identificados com afinidade ao fenômeno de natureza psicológica no correr da história do homem. Figuras como Sócrates ou as ferramentas usadas por Galeno, ou por Vesalio, estiveram a serviço de desvendar aspectos que direta ou indiretamente, estavam no âmbito do fenômeno psicológico. Essa ligação, esse universo que pode, particularmente com o auxílio da internet, serem revelados em imagens, uma vez devidamente sistematizados, podem se tornar rico material didático sobre a história do pensamento psicológico. Assim, uma equipe formada de um professor e alunos do curso de Psicologia da FacSul, Bahia, vem desenvolvendo um trabalho, privilegiando as imagens produzidas pelo ser humano sobre aspectos do fenômeno psicológico, ao longo de sua história. Este levantamento tem como referência Anatol Rosenfeld, Joseph Campbell, por exemplo, e será reunido num cd-rom com programa devidamente desenhado para o fim de ser lido, explorado e usado por aqueles que se interessam sobre a história do fenômeno e da ciência da psicologia.

**Palavras-chaves:** Imagens da historia da psicologia, Pensamento Psicologico, Historia da Psicologia, Fenomeno Psicologico

**Atividade:** Os Tratamentos em Saúde Mental no século XIX (Paineis)

**Trabalho:** Os Tratamentos em Saúde Mental no século XIX

**Autor(es):** Alessandra Gracioso Tranquilli, Stella Sarmento, Nádia Maria Dourado Rocha

**Resumo:** Enquanto disciplina, a psicologia é ainda recente no país, mas seus problemas de pesquisa remontam tempos muito anteriores ao seu status científico. O presente trabalho busca contribuir para a construção da história da psicologia do Brasil, através da análise histórica das práticas psicológicas, quando ainda no âmbito da medicina. No Brasil podem ser encontradas as primeiras investigações psicológicas nas teses de doutoramento da Faculdade de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, primeiras instituições de ensino superior do país. Será aqui apresentada a exposição dos resultados preliminares de uma investigação que pretende levantar as indicações terapêuticas para os tratamentos em saúde mental de 1845 à 1900. A investigação tem por objetivo encontrar os agentes terapêuticos indicados no período oitocentista, para isso, foram consultadas as teses no arquivo do Memorial de Medicina Brasileira da UFBA (Universidade Federal da Bahia). A coleta dos dados se deu através da seleção e catalogação dos agentes terapêuticos encontrados nas teses. A catalogação implicou primeiramente a identificação dos agentes terapêuticos e posterior análise, onde foram demonstrados a função e o uso de cada agente. Os dados coletados foram analisados a partir de técnicas de apreciação de conteúdo das teses em estudo. Para sistematização foi utilizada uma análise de frequência numa perspectiva histórica longitudinal. Foram selecionadas 180 teses do acervo, por abordarem assuntos do interesse da psicologia; e dessas, 98 tratavam diretamente de questões relacionadas a saúde mental. Foram encontrados no total 134 tipos de agentes diferentes, que foram organizados em 17 categorias, a saber; farmacopéia, exercícios corporais, ambiente, estilo de vida, água, emissões sanguíneas, eletricidade, distrações, tratamento moral, políticas públicas, psicoterapia, bebidas artificiais, profilaxia das doenças mentais, intervenções sobre o corpo, contenção, desintoxicação e outros. Os agentes terapêuticos foram mencionados 200 vezes; 33% desses pertenciam a categoria farmacopéia, sendo esta a mais citada; seguidas das categorias, distrações, exercícios corporais e água, todas com incidência superior a 19 citações. 94% das categorias foram citadas menos de 25 vezes e 52% foram citadas menos de dez vezes. Uma média geral demonstra que cada agente terapêutico foi citado menos de duas vezes. O agente terapêutico mais indicado foi a hidroterapia pertencente a categoria água, aparecendo nove vezes. Em números relativos, significa que, o agente com maior frequência representa apenas 4,5% de todas as citações. Os demais agentes com maior frequência foram, o ópio (oito vezes), seguido dos purgativos (cinco vezes), ambos pertencentes a categoria farmacopéia, e o hipnotismo citado seis vezes, pertencente a categoria psicoterapia. Tais agentes foram indicados para 56 transtornos diferentes, sendo os de maior incidência: histeria, alcoolismo, monomania e hipocondria. Os resultados demonstraram grande variabilidade dos tipos de agentes citados, bem como das indicações evidenciando pouca coesão interna quanto aos discursos terapêuticos, remontando mesmo ao conceito de panacéia do século XVIII.

**Palavras-chaves:** agente terapeutico, saúde mental, século XIX, história, medicina

**Atividade:** A veiculação da Psicologia no Brasil: analisando o Boletim de Psicologia (Paineis)

**Trabalho:** A veiculação da Psicologia no Brasil: analisando o Boletim de Psicologia

**Autor(es):** Mariana Cajueiro Vieira, Raquel de Sousa Ribeiro, Lais de Matos Souza, Leticia Guimarães Porto, Nádia Maria Dourado Rocha

**Resumo:** No campo científico a cada dia são feitas novas descobertas e há sempre mais o que descobrir. É por isso que a comunicação científica, além de demarcar a autoria do trabalho, é útil para fomentar o desenvolvimento científico. A revista Boletim de Psicologia, fundada em 1949 por iniciativa da Sociedade de Psicologia de São Paulo, da qual é órgão oficial, destina-se à publicação de trabalhos de interesse da Psicologia e áreas afins, incluindo artigos originais, trabalhos de pesquisas, resenhas bibliográficas, textos de resumos de conferências, correspondência de caráter científico, notícias de ordem geral que sejam do interesse dos associados. O presente trabalho teve como objetivo geral analisar a produção veiculada neste periódico, sendo trabalhadas as seguintes variáveis: ano de publicação, autores, Unidade da Federação (UF) e instituições onde os responsáveis pelos trabalhos estão atuando; número de páginas, a metodologia utilizada e, onde se aplicou, faixa etária e gênero dos sujeitos estudados. Os dados recolhidos estão entre o período de 1996 até 2005. Foram catalogados 59 trabalhos. A análise dos dados permite afirmar que: a) os trabalhos foram escritos por 58 autores, com média de um trabalho por autor; b) 2003 foi o ano de maior frequência dos trabalhos, com 23% das publicações, e os de menor 1999 e 2005, cada um com 10%; c) foram publicados trabalhos de autores vinculados a 26 instituições, de cinco UF (Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo), sendo 81 % deste último Estado; d) quanto à natureza, 13 são instituições ligadas à iniciativa privada, quatro são confessionais, quatro estaduais, duas federais, ao se tendo obtido informação sobre três delas, sendo todas, predominantemente instituições de ensino; e) a Universidade de São Paulo se destaca com 47% das publicações; f) os artigos têm uma média de 15 páginas, com amplitude de oito a 32; g) 64% foram trabalhos experimentais; 26% teóricos e 10% estudo de caso; h) não existe um padrão referente à idade dos sujeitos (que varia desde 15 dias de vida até 80 anos); i) foram realizados trabalhos com sujeitos de ambos os sexos. Pode-se concluir que, no período sob análise, a Revista Boletim de Psicologia, embora cumprindo o seu papel de disseminadora de informações, publicou predominantemente trabalhos de autores da região sudeste do Brasil, trabalhos de caráter experimental, seguido daqueles teóricos e, por fim, dos de estudo de caso. Sugere-se uma maior divulgação da Revista, a fim de que possa atrair a atenção de pesquisadores das outras Regiões do país.

**Palavras-chaves:** comunicação científica, revista boletim de psicologia, publicações científicas em psicologia

**Atividade: A Infância e o Lúdico: um recorte histórico (Paineis)**

**Trabalho:** A Infância e o Lúdico: um recorte histórico

**Autor(es):** Ana Soares Jorge

**Resumo:** Este trabalho é um dos frutos de minha dissertação de mestrado intitulada Percurso(s) e Transformações da Infância e do Brincar: uma Incursão pelo século XX (PUC-Rio / 2002). O principal objetivo da pesquisa foi o resgate de memórias, práticas, vivências, singulares e coletivas, buscando, a partir das fontes orais, contribuições fundamentais a respeito da infância e do brincar ao longo do século XX. Algumas importantes questões permearam nosso caminho. São elas, dentre outras: O que significava ser criança quando os entrevistados eram crianças? Quais as mudanças ocorridas e que novas formas e olhares delinearam-se sobre a Infância e sobre o Lúdico? Que práticas sociais estão envolvidas com o universo lúdico? Como elas contribuem para os processos de subjetivação dos sujeitos? O momento do brincar ganhou mais terreno com o passar dos anos? Que jogos e brincadeiras existiam e quais os que se extinguiram? Como as crianças dos anos 20 educaram seus filhos futuramente? E as dos anos 50? E as dos anos 80? As práticas educacionais utilizadas pelos pais repetiram-se quando os filhos educados por eles tornaram-se pais no futuro? Foram entrevistados 12 sujeitos de diferentes idades e famílias e de ambos os sexos, que foram crianças em três tempos históricos desse século (anos 20, anos 50 e anos 80) e que, posteriormente, tiveram seus filhos. A revisão

bibliográfica baseou-se em autores da abordagem sócio-histórica como Lev Vygotsky, Mikhail Bakhtin e Walter Benjamin por valorizarem a criança como ser singular, social e ativo, produto e produtor de cultura. Adotou-se o modelo dialético na metodologia de trabalho, a partir do qual todo fenômeno é detentor de sua própria história e precisa ser estudado enquanto processo em constante transformação, qualitativa e/ou quantitativa. Através das entrevistas semi-estruturadas, gravadas e transcritas, foram destacadas certas representações e valores culturais da infância e do lúdico, influências ambientais e subjetivas, suas marcas, traços e diversos contextos. Para a análise das narrativas foram selecionadas sete categorias retiradas do próprio roteiro de entrevistas, como também das falas dos entrevistados. Foram analisadas, sobretudo, questões que dizem respeito à relação espaço-tempo; jogos, brinquedos e brincadeiras; a infância nos dias de hoje; a presença da mídia; e lembranças da infância, registrando-se diferenças significativas nas diversas gerações, assim como versões de histórias, culturas, coletividades e espaços que permitiram a ilustração de configurações e transformações que a criança e seu brincar foram adquirindo ao longo do século XX. A nossa pretensão não foi dar conta da história da infância como um todo no século passado. Visamos sim, realizar uma incursão sobre algumas histórias e memórias e de certas práticas sociais envolvidas no percurso de vida de adultos e crianças, pais e filhos. A dimensão histórica faz-se presente substancialmente, uma vez que não há sujeito sem história, como também não existe história que não seja construída e constituída pelos sujeitos. Para pensar a infância e o lúdico no período demarcado em nosso trabalho, priorizamos a noção da linguagem enquanto espaço privilegiado para uma compreensão do ser humano como um ser histórico, cultural e social. Acreditamos que é na linguagem e através dela que o homem constitui a cultura e a si próprio. Dessa forma, as reflexões e considerações propostas neste trabalho, acerca da criança e suas práticas, do brincar, do social não foram, de forma alguma, abordadas independentemente da linguagem. Nosso trabalho teve como perspectiva olhar para a criança enquanto sujeito na e da história, em um permanente processo no qual infância e história interagem, assim como linguagem e cultura, articulando-se e transformando-se. Muito somos daquilo que lembramos e significamos. A memória é singular e coletiva, não há como separar radicalmente estas duas instâncias - nossas recordações têm, ao mesmo tempo, aspectos sociais e pessoais. Memória é também história. Assim, ao trazermos algumas memórias e recordações como um importante eixo nesta pesquisa, ilustramos ainda configurações históricas e culturais existentes no século XX.

**Palavras-chaves:** infância,brincar,história,memória

**Atividade: A COMPLEXIDADE NA HISTÓRIA RECENTE DA PSICOLOGIA (Experiências em Debate)**

**Trabalho:**A COMPLEXIDADE NA ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA RECENTE DA PSICOLOGIA

**Autor(es):** Marisa Todescan Dias da Silva Baptista

**Resumo:** A História refere-se ao processo de relatar e analisar o movimento de construção da vida pelos homens, alimentados pela cultura de seu tempo. A História da Psicologia também em objetivos que se coadunam com essa perspectiva. Brozek Massimi (1998, p.11) dizem: " Uma das tarefas da história da psicologia seria, assim, a de repropor a historicidade do ser humano(...) situando o processo psíquico no contexto da história individual bem como no âmago das matrizes socioculturais características do período", Para eles a reflexão a respeito do processo histórico da psicologia no Brasil, ou seja a historiografia, foi "expressão da consciência que vários psicólogos brasileiros tiveram acerca da dimensão histórica de seus trabalhos ,bem como da Psicologia como tal" . Nesse sentido eles se referem ao trabalho dos primeiros historiadores como tendo o objetivo de conhecer o passado para entender e valorizar o presente. A partir da década de 80 consideram que o objetivo revela uma intenção de buscar as raízes culturais que "desvele suas facetas problemáticas e contraditórias", ou seja, a dificuldade de encontrar um único paradigma para a Psicologia. (p.215).Hobsbawm (2002)apóia essa perspectiva quando menciona que uma das funções da história é trabalhar sobre as diferenças, os anacronismos, as dessemelhanças,(p.41) e tendo em vista as grandes e rápidas mudanças que ocorrem atualmente na nossa sociedade, a história pode nos ajudar a entender essas transformações. Sokal (1998.p.337)avança nesse raciocínio quando nos diz que os historiadores da psicologia (..)

sabem que o exame de uma controvérsia dentro de uma ciência muitas vezes permite descobrir mais a respeito dessa ciência do que um detalhado estudo de suas atividades diárias. Na construção da história recente, são utilizadas várias estratégias, entre elas a história oral. Frequentemente a história oral utiliza depoimentos de personagens que ainda estão entre nós, por não existirem documentos que apresentem os fatos que queremos conhecer. Em outras situações a própria história de vida do personagem é o mote central da história oral. Essa situação provoca o aparecimento de várias questões para o historiador. Algumas dessas questões já vem sendo apontadas pela literatura. Levi (2002,p.169) faz referência ao uso da história oral e principalmente da biografia, mencionando uma atitude do historiador que pode imaginar que o depoente age racional e coerentemente ao fazer seu depoimento o que nem sempre ocorre. Bourdieu (2002) aponta a importância de analisar o contexto social do depoente e principalmente as imagens positivas construídas socialmente e identificadas como sendo de si próprio. Hobsbawm (2002) aponta aspectos ligados ao pesquisador que considera podem interferir na construção da história. O primeiro deles refere-se à questão da geração do historiador, o fato dele ter vivido a situação, ou o período que está pesquisando ( nesse aspecto a sua história de vida, pode determinar a perspectiva adotada para fazer a análise). Outro aspecto mencionado são as suposições, crenças ou consensos partilhados pela maioria, ou pelo grupo a que o historiador pertence. Segundo ele é importante suspender essas crenças para poder historiar. Outra questão extremamente importante quando trabalhamos com a história oral, é considerar que os personagens, nossos informantes, vivem processos descontínuos de transformações. Consequentemente entender suas preferências, opções, interesses nos leva a um confronto com diferentes facetas da Psicologia e mesmo com a transformação e priorização de determinados campos que ocorrem em períodos específicos. Várias dessas situações já foram vividas por mim e por isso me proponho a apresentá-las e discutir os elementos implícitos e explícitos. Uma dessas situações é o de entender a situação do que denomino “ personagem controverso”- aquele que dispõe de uma imagem de si e de seu papel na História da Psicologia distinta da de alguns de seus pares, também depoentes sobre o período.Outra questão com a qual me confrontei é a nomeação de personagens que atuaram em situações que transformaram algum aspecto a Psicologia. Isso se tornou muito evidente, por exemplo, no caso dos personagens que atuaram nos vários projetos ligados ao reconhecimento oficial da profissão. Quem fez parte das diferentes comissões? Quais foram os diferentes projetos iniciais? Quando disputas entre diferentes personagens ficam explicitadas, e quando há versões diferentes de um mesmo fato, como escrever sobre essas divergências? E quando os depoentes pertencem a diferentes áreas da psicologia?Como lidar com juízos de valor, que depoentes atribuem a outros no desempenho de determinadas atividades? E como explicitar a desvalorização provocada pelo avanço da área. ( como atribuir valor – segundo o usual do momento? Essas e muitas outras questões constituem o que denomino de complexidade do processo da historiografia atual da Psicologia e que merecem um debate.

**Palavras-chaves:** HISTÓRIA DA PSICOLOGIA,HISTORIOGRAFIA,COMPLEXIDADE

**Atividade:** Psicologia e Pedagogia nova no Brasil: a conformação da criança na escola (Comunicações Científicas)

**Trabalho:**Psicologia e Pedagogia nova no Brasil: a conformação da criança na escola

**Autor(es):** Virginia Gebrim

**Resumo:** Este trabalho tem o objetivo de analisar e investigar um projeto editorial pioneiro, voltado para a formação do professorado brasileiro, a Coleção Bibliotheca de Educação, dirigida e organizada por Lourenço Filho. Com isso, espera-se conhecer mais profundamente uma das contribuições da psicologia para a educação, que visam à formação de uma "cultura pedagógica" sobre a criança, especialmente nas décadas de 1920 e 1930. Considero que o estudo das coleções pedagógicas, especialmente as editadas nas décadas de 1920 e 1930, constituem expressões indiciárias do período e podem nos auxiliar a compreender, analisar, enfim conhecer melhor o discurso pedagógico, com vistas a formar uma cultura pedagógica, dirigida especialmente aos educadores, materializada em um dispositivo estratégico: o livro.Buscou-se trazer à tona, por intermédio das obras selecionadas, as teorias, as formulações

pedagógicas, oriundas de um conhecimento psicológico que, possivelmente, contribuíram, naquele momento, para sustentar, informar e engendrar uma concepção de criança. Ao operar com a análise do material presente nessa coleção, pude apreender e situar as formulações dirigidas à criança pela psicologia experimental. Essas obras indicam que as formulações propostas nesses discursos trazem uma perspectiva de aprendizagem que, via de regra, subordina a criança a uma perspectiva psicométrica, destacando a escola como instituição socializadora. Frente a isto, há evidências de que o conhecimento da psicologia experimental, proposto nessas obras, posiciona-se favorável aos mecanismos de adaptação social, legitimados por procedimentos psicotécnicos que, em nome da ciência, foram divulgados e veiculados aos educadores brasileiros. Essas investigações permitiram-me concluir que, vista sob o ângulo da análise aqui realizada, posso inferir que a condição de escolar atribuída à criança circunscreve uma idéia que sanciona a escola com um espaço no qual os processos de aprendizagem da criança são subordinados a uma avaliação das suas capacidades pela via da psicométrie. Pode-se observar que a preocupação maior, explicitada nas obras analisadas, dirige-se à necessidade de constituir o espaço escolar como um lugar de ajustamento, de disciplina e de transmissão de valores sociais. É inegável que a escola nova trouxe inúmeras contribuições para o terreno educacional. Ao chamar a atenção para a criança, para a sua capacidade cognitiva, sistematizou e inscreveu os saberes escolares em uma concepção tingida por determinadas concepções científicas. Se, inicialmente, as referências inovadoras sobre a criança e suas necessidades grassavam os estudos investigativos, no momento posterior deram lugar a um tipo de intervenção que transpôs os processos escolares, ou melhor, converteram-se em imposições para a sociedade, configurando um ideário sobre a criança, reduzindo-a à condição de escolar.

**Palavras-chaves:** História da psicologia, Psicométrie, Psicologia da educação

**Atividade:** características do conhecimento produzido em 45 anos de Análise do Comportamento no Brasil  
**(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Características do conhecimento produzido em 45 anos da Análise do Comportamento no Brasil

**Autor(es):** Maria do Carmo Guedes

**Resumo:** Desde a introdução da análise do comportamento no Brasil, com a vinda do professor Fred Keller para ministrar curso de Psicologia Experimental na USP em 1961, analistas do comportamento têm produzido conhecimentos, publicados desde os primeiros anos, em revistas científicas, produção esta bastante ampliada desde a implantação do sistema de pós-graduação em 1969. No presente trabalho são focalizadas a expansão e disseminação da análise do comportamento no país, a partir de publicações - em periódicos e no forma de teses e dissertações. Entre os periódicos estão não apenas os específicos para a área mas também todos os que desempenharam papel importante na divulgação do trabalho de analistas do comportamento desde seu início. Quanto às teses e dissertações, foram identificadas em bancos de dados eletrônicos (das próprias universidades, da CAPES e a partir de autores cadastrados no sistema Lattes ou ainda por meio de bibliotecas das universidades com cursos de pós-graduação. Leitura de resumos ou, no caso dos periódicos, do próprio artigo, no caso das teses e dissertações de introduções e método, para completar as informações que integram as bases de dados construídas - uma para artigos, outra para teses e dissertações. Os resultados mostram, para o total de trabalhos, predomínio de trabalhos teóricos. A distribuídos ao longo dos anos deixa ver que isto ocorre apenas a partir de 1975 e que nos anos 1960 predominavam os trabalhos de pesquisa básica. Separados os dados entre artigos e teses/dissertações, identifica-se um maior número de trabalhos de pesquisa básica em todo o período, um crescimento de pesquisas aplicadas a partir de meados da década de 70 e uma menor produção de trabalhos teóricos durante todo o período. Nos trabalhos de pesquisa básica, conceitos relacionados ao controle de estímulos foram os mais investigados tanto nos periódicos como nas teses e dissertações, apesar de, em ambos os casos, nas duas primeiras décadas as investigações se voltaram principalmente para controle aversivo e esquemas de reforçamento. Nos trabalhos aplicados, a área de educação foi a mais investigada seguida de clínica, especialmente nos

últimos anos. Os trabalhos teóricos refletem a expansão da análise do comportamento em suas três dimensões: são objeto de análise especialmente os próprios conceitos básicos e a filosofia do behaviorismo radical e, a seguir, a análise aplicada do comportamento. Completam o trabalho informações sobre a Universidade e a Psicologia no Brasil no período, permitindo levantar algumas hipóteses sobre o desenvolvimento, entre nós, da análise do comportamento.

**Palavras-chaves:** análise do comportamento no Brasil, análise de publicações, história da análise do comportamento

**Atividade: Memória, Cultura e Representações Sociais (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Memória social e regime militar

**Autor(es):** Ricardo Vieiralves de Castro

**Resumo:** O debatedor procurará realizar as articulações entre os paradigmas estabelecidos pela psicologia social, de orientação européia, em especial a teoria das representações sociais e a retomada dos estudos sobre memória social, principalmente a memória de fatos políticos brasileiros. Reconhecendo a pouca importância conferida pelas ciências humanas e sociais aos estudos de memória, apesar de, curiosamente, o ato de lembrar seja um indicador constitutivo da humanidade; logo, paradigmático para a definição do próprio homem, o debatedor procurará demonstrar a importância e a atualidade deste campo para a psicologia social. A permanência da lembrança e sua ação hermenêutica fazem com que o homem se diferencie do cachorro que lembra do dono. Poder contar uma lembrança a partir de um ponto de vista e, especialmente, reconstruir e refazer estas memórias são diferenciais humanos substantivos. O ato de contar, de rememorar faz com que os acontecimentos passados se constituam como um território virtual, permitindo sua atualização a cada ato de contar e descrever. O passado é reconstituído pelos conteúdos da memória, situando-se no território da interpretação, naquilo que transcende o sujeito. Esta possibilidade de, no exercício da transcendência, que não se antagoniza com o real, o indivíduo religar a sua vida e suas experiências de maneira não linear, não consecutiva, em uma ordem que lhe permita significar sua própria história e a história do mundo em que se encontra inserido, faz com que a importância da memória para o acontecimento psicossocial seja desmedida. A psicologia social possibilita aos estudos de memória o entendimento do processo de constituição de lembrança-esquecimento, e os estudos antropológicos e sociológicos, em especial as teorias sobre cultura, a atribuição de valores. Memória social é um campo de interface, intercruzamento e interseção de vários campos de saber. Nesta abordagem, o dito popular e corrente de que os brasileiros não têm memória é algo que tem sentido na dinâmica psicossocial. Ou seja, se esta representação social é repetida, compartilhada e disseminada na sociedade brasileira, em todos os estratos sociais, não é desprezível o auto-conceito de desmemoriado, principalmente porque este esquecimento é direcionado aos fatos políticos, aos sujeitos que tiveram participação neles e às crises, traumas e valores que estiveram associados a estes fatos. Esta máxima do esquecimento social e político brasileiro é, com muito vigor, a possibilidade de entendimento da relação entre Estado e Sociedade no Brasil e, principalmente, de como se processam as relações de poder. O ato de lembrar é considerado um privilégio das elites e o ato de esquecer do vulgo popular. Assim, por exemplo, a memória de um político é a de um elefante e a memória popular inexistente. Esta situação representacional é a crença fundamental que sustenta a articulação das redes de poder brasileiras e, principalmente, da permanência e da constância do poder em condições de alternância. O debatedor apresentará, por fim, alguns resultados da pesquisa sobre memória social de jovens do Rio de Janeiro sobre o regime militar ressaltando os aspectos da teoria e exemplificando as articulações propostas.

**Palavras-chaves:** regime militar, memória, representações sociais

**Trabalho:** Memória social

**Autor(es):** Celso Pereira de Sá

**Resumo:** O debatedor procurará apresentar uma descrição das variadas instâncias da memória social, agrupadas em seis classes principais, sendo uma delas subdividida em outras duas. Além de receber uma caracterização conceitual, cada uma dessas instâncias tem a ela associado um ou mais tópicos específicos de pesquisa. Propositamente, tais divisões da memória social estarão designadas no plural, para indicar que podem comportar, e normalmente o fazem, fenômenos ou objetos de estudo bastante variados. Numerosos envolvimento acadêmicos nestas duas últimas décadas, bem como incursões leigas sobre o assunto, têm produzido uma rica e diversificada adjetivação dos fenômenos ou manifestações da memória em sociedade. Distinções específicas têm sido propostas por alguns autores, dentre as quais se destaca, para os fins do presente esforço, a que Jedlowski faz entre memória coletiva, memórias comuns, memória social e memória pública. Tal sistematização será tomada como base para se propor uma classificação mais abrangente, que contempla distinções conceituais básicas, mas busca ainda lhes associar categorizações temáticas da memória que têm sido engendradas ao longo do tempo. Na perspectiva psicossocial a adjetivação social parece ser a mais adequada para designar o campo de uma memória na sociedade, com base nos seguintes argumentos: todas as coisas que se pode dizer que sejam da sociedade, como a linguagem, a escrita, a imprensa, os calendários, os museus, os arquivos, etc., enfim, os quadros sociais da memória e que constituam condições da memória em si mesma, são, por definição, a ela própria exteriores; a concepção de memória na sociedade implica igualmente a consideração de tais condicionantes, mas não os confunde com a memória como fenômeno psicossocial e, acredita-se, é uma psicologia social da memória que, mais do que qualquer outra perspectiva, deve ser capaz de prover uma articulação consistente entre as contribuições oriundas de diferentes domínios disciplinares. As instâncias propostas são: a) memórias pessoais – Não se está, com este termo, querendo referir-se às memórias cujo estudo tome o indivíduo como sede exclusiva de produção e evocação. Connerton (1993) usa o termo memórias pessoais para designar aqueles atos de recordação que tomam como objeto a história de vida de cada um e que se localizam num passado pessoal e a ele se referem. O termo pessoais, à diferença de individuais, tem a vantagem de já trazer nele próprio imbutido uma dimensão social. Incluem-se neste domínio as histórias de vida, que supõem um esforço de reconstrução global e tanto quanto possível completo da memória pessoal e também a recuperação de episódios específicos que foi chamada de recollective memory (Brewer, 1999); b) Memórias comuns – Esta categoria da memória social é tomada diretamente de Jedlowski (2000) e designa as lembranças que são compartilhadas por conjuntos mais ou menos amplos de indivíduos que não se mantêm necessariamente em interação e que, portanto, não chegam a discuti-las entre si e elabora-las coletivamente. As memórias comuns podem ser vistas, portanto, como uma coleção de numerosas memórias pessoais acerca de um mesmo objeto, que se desenvolveram independentemente uma das outras, por força de uma participação comum em um dado período histórico, em uma dada configuração cultural ou em um dado estrato social; c) Memórias coletivas – O conceito tradicional de memórias coletivas, cunhado por Halbwachs é mantido, para como propõe Jedlowski designar as memórias que são, em seu processo de construção ou reconstrução, objeto de discursos e práticas coletivas por parte de grupos razoavelmente bem definidos. O conceito se defronta com dificuldades geradas pelas transformações da sociedade desde então. Em primeiro lugar, as delimitações grupais foram se tornando cada vez mais imprecisas e as novas mídias estabeleceram novas formas de comunicação, para além do face a face. Mesmo com todos estes problemas, de qualquer forma, tendo em mente as vicissitudes das condições originais do conceito e a permeabilidade crescente da vida em sociedade, as memórias coletivas são mantidas sob focos mais amplos ou mais estreitos de famílias, associações, de grupos de pares, etc.. d) Memórias históricas – esta classificação de memória social busca explorar a extensa e nem sempre harmoniosa interface da história com a memória. Podem ser subdividida em memórias históricas documentais e memórias históricas orais; e) Memórias práticas – Esta classificação visa adequar o hábito ao dinamismo psicossocial, assim as práticas que se caracterizam pela longa permanência nas instituições são o objeto desta tipificação; f) Memórias públicas – Aqui se trata da memória da esfera pública, entendida como o campo da vida nas modernas sociedades democráticas onde as crenças dos cidadãos acerca dos assuntos políticos são discutidas. Por esta taxonomia, o debater procurará aprofundar o conceito de memória, demonstrando sua constituição no campo da psicologia social e sua interface com as outras ciências humanas e sociais.



**Palavras-chaves:** memória social, representações sociais, cultura

**Trabalho:** Representações sociais, cultura e memória

**Autor(es):** Angela Maria Silva Arruda

**Resumo:** A debatedora procurará realizar articulações entre a teoria das representações sociais e as teorias culturais sobre o Brasil, designando a partir de referências ao projeto de pesquisa sobre o imaginário do Brasil, identificar e exemplificar os atributos de memória social e a valoração cultural de determinados aspectos em detrimento de outros. A teoria das representações sociais, assim como foi desenvolvida por Moscovici e Jodelet, afirma-se sobre o entendimento do senso comum, O pensamento social do cotidiano que tem uma função prática de tornar familiar o não familiar e constituir modos de compartilhamento psicossociais. Moscovici, em seu estudo clássico sobre as representações sociais da psicanálise (1978) observa como um pensamento com estrutura lógica distinta, baseado em um saber erudito é apropriado por diferentes grupos sociais, sendo refeito e reconstruído a partir da vida cotidiana e possibilitando uma leitura específica do mundo social. No caso brasileiro, as teorias eruditas sobre o Brasil – Nação e sobre os brasileiros, foram constituídas em espaços significativos na escala temporal. No final do século XIX, Silvio Romero, Joaquim Nabuco e Nina Rodrigues estabeleceram como questão paradigmática dos brasileiros e da afirmação do Brasil como nação, a questão da miscigenação entre os brasileiros de diferentes origens que diriam, por seu atributo físico e cultural, qual o perfil e o ideário de país que se desenhava com a república. Na primeira metade do século XX, o modernismo de Mario de Andrade, Oswald de Andrade e diversos intelectuais envolvidos com a Semana de Arte Moderna, recuperam este tema, afirmando que a miscigenação e a multiplicidade do povo brasileiro era o valor fundamental para a singularidade do País e de sua força diante de outros povos do mundo. Sérgio Buarque de Hollanda e Gilberto Freire desenharam uma visão sócio-psicológica do homem brasileiro e suas conseqüências na organização e estruturação da vida cotidiana. Darci Ribeiro recupera o texto modernista e retoma as condições de entendimento da força dos brasileiros. Entretanto, estas teorias sobre o Brasil e os brasileiros, foi reapropriada em suas grandes questões no cotidiano dos brasileiros, mas de maneira fractal e sem unidade que pudesse garantir uma compreensão sobre o País. As representações imagéticas sobre os mapas do Brasil, investigadas em pesquisa coordenada pela debatedora, com diferentes estratos populacionais e de níveis sociais, espelham um país que não se configura em diferença. O Brasil dos brasileiros é auto referente e as representações regionais e sobre os diferentes aspectos psicossociais do cotidiano espelham caricaturas e desconhecimento. A debatedora apresentará as suas construções teóricas na articulação entre cultura e representações sociais, demonstrando que para a psicologia social é fundamental a aproximação e diálogo com outros campos de saber.

**Palavras-chaves:** cultura, representações sociais, memória

**Trabalho:** Sobre memória social

**Autor(es):** Celso Pereira de Sá

**Resumo:** O debatedor procurará apresentar uma descrição das variadas instâncias da memória social, agrupadas em seis classes principais, sendo uma delas subdividida em outras duas. Além de receber uma caracterização conceitual, cada uma dessas instâncias tem a ela associado um ou mais tópicos específicos de pesquisa. Propositamente, tais divisões da memória social estarão designadas no plural, para indicar que podem comportar, e normalmente o fazem, fenômenos ou objetos de estudo bastante variados. Numerosos envolvimentos acadêmicos nestas duas últimas décadas, bem como incursões leigas sobre o assunto, têm produzido uma rica e diversificada adjetivação dos fenômenos ou manifestações da memória em sociedade. Distinções específicas têm sido propostas por alguns autores, dentre as quais se destaca, para os fins do presente esforço, a que Jedlowski faz entre memória coletiva, memórias comuns, memória social e memória pública. Tal sistematização será tomada como base para se propor uma classificação mais abrangente, que contempla distinções conceituais básicas, mas busca ainda lhes associar categorizações temáticas da memória que têm sido engendradas ao longo do

tempo. Na perspectiva psicossocial a adjetivação social parece ser a mais adequada para designar o campo de uma memória na sociedade, com base nos seguintes argumentos: todas as coisas que se pode dizer que sejam da sociedade, como a linguagem, a escrita, a imprensa, os calendários, os museus, os arquivos, etc., enfim, os quadros sociais da memória e que constituam condições da memória em si mesma, são, por definição, a ela própria exteriores; a concepção de memória na sociedade implica igualmente a consideração de tais condicionantes, mas não os confunde com a memória como fenômeno psicossocial e, acredita-se, é uma psicologia social da memória que, mais do que qualquer outra perspectiva, deve ser capaz de prover uma articulação consistente entre as contribuições oriundas de diferentes domínios disciplinares. As instâncias propostas são: a) memórias pessoais – Não se está, com este termo, querendo referir-se às memórias cujo estudo tome o indivíduo como sede exclusiva de produção e evocação. Connerton (1993) usa o termo memórias pessoais para designar aqueles atos de recordação que tomam como objeto a história de vida de cada um e que se localizam num passado pessoal e a ele se referem. O termo pessoais, à diferença de individuais, tem a vantagem de já trazer nele próprio imbutido uma dimensão social. Incluem-se neste domínio as histórias de vida, que supõem um esforço de reconstrução global e tanto quanto possível completo da memória pessoal e também a recuperação de episódios específicos que foi chamada de recollective memory (Brewer, 1999); b) Memórias comuns – Esta categoria da memória social é tomada diretamente de Jedlowski (2000) e designa as lembranças que são compartilhadas por conjuntos mais ou menos amplos de indivíduos que não se mantêm necessariamente em interação e que, portanto, não chegam a discuti-las entre si e elabora-las coletivamente. As memórias comuns podem ser vistas, portanto, como uma coleção de numerosas memórias pessoais acerca de um mesmo objeto, que se desenvolveram independentemente uma das outras, por força de uma participação comum em um dado período histórico, em uma dada configuração cultural ou em um dado estrato social; c) Memórias coletivas – O conceito tradicional de memórias coletivas, cunhado por Halbwachs é mantido, para como propõe Jedlowski designar as memórias que são, em seu processo de construção ou reconstrução, objeto de discursos e práticas coletivas por parte de grupos razoavelmente bem definidos. O conceito se defronta com dificuldades geradas pelas transformações da sociedade desde então. Em primeiro lugar, as delimitações grupais foram se tornando cada vez mais imprecisas e as novas mídias estabeleceram novas formas de comunicação, para além do face a face. Mesmo com todos estes problemas, de qualquer forma, tendo em mente as vicissitudes das condições originais do conceito e a permeabilidade crescente da vida em sociedade, as memórias coletivas são mantidas sob focos mais amplos ou mais estreitos de famílias, associações, de grupos de pares, etc.; d) Memórias históricas – esta classificação de memória social busca explorar a extensa e nem sempre harmoniosa interface da história com a memória. Podem ser subdividida em memórias históricas documentais e memórias históricas orais; e) Memórias práticas – Esta classificação visa adequar o hábito ao dinamismo psicossocial, assim as práticas que se caracterizam pela longa permanência nas instituições são o objeto desta tipificação; f) Memórias públicas – Aqui se trata da memória da esfera pública, entendida como o campo da vida nas modernas sociedades democráticas onde as crenças dos cidadãos acerca dos assuntos políticos são discutidas. Por esta taxonomia, o debater procurará aprofundar o conceito de memória, demonstrando sua constituição no campo da psicologia social e sua interface com as outras ciências humanas e sociais

**Palavras-chaves:** memória social, representações sociais, cultura

**Atividade:** HISTÓRIA E MEMÓRIA DO SERVIÇO DE PSICOLOGIA E PSICOSSOMÁTICA DO HGRS (Paineis)

**Trabalho:** Uma contribuição para a História Recente da Psicologia em Salvador- Ba

**Autor(es):** Marilda Castelar, ANNA PAULA OLIVEIRA SILVA, Michelle de Lima Mariano, Hildete J.

Andrade, Aline de Oliveira Reis

**Resumo:** O trabalho pretende contribuir para a historiografia da Psicologia no Serviço Público em Salvador, se originou da pesquisa sobre a História e Memória do Serviço de Psicologia e Psicossomática do HGRS-Hospital Geral Roberto Santos. A pesquisa contou com a participação de cinco alunas de iniciação científica e utilizou como fonte primária o registro da memória e da trajetória de profissionais que construíram sua história profissional no HGRS. O estudo sobre a história desta frente de atuação profissional conhecida no Brasil como Psicologia Hospitalar, indica que o psicólogo começou a desenvolver suas atividades em hospitais no início dos anos 50; sendo requisitado para recrutar, selecionar, aplicar testes e treinar funcionários. Aos poucos o profissional de psicologia foi conquistando espaço e passou a desenvolver um trabalho clínico. O ingresso efetivo, de psicólogos no HGRS se deu na década de 1980. A metodologia de pesquisa adotada foi qualitativa, constituindo-se no levantamento de fontes documentais e orais. Foram empregados os procedimentos da História Oral para o registro das entrevistas em áudio, a transcrição e a conferência dos depoimentos. Foram entrevistados dez profissionais vinculados ao Serviço de Psicologia e Psicossomática do HGRS, que ingressaram entre 1985 e 2004. A princípio com a ajuda das entrevistadas foi elaborada uma cronologia do referido Serviço. Constatou-se a presença da psicologia e de psicólogos no HGRS desde 1985. Por iniciativa de uma médica e terapeuta, que lutou para o ingresso de profissionais de psicologia e para a constituição de um trabalho efetivo. Observou-se que poucos foram os profissionais de psicologia que ingressaram via concurso público até 2005. A forma predominante de contratação foi por tempo determinado, não ultrapassando quatro anos pelo Regime Especial de Direito Administrativo REDA. Entretanto, as atividades puderam ser preservadas fundamentalmente pelos profissionais concursados ou efetivos, estes contribuíram para a estruturação do serviço, a sistematização dos trabalhos desenvolvidos e a reflexão teórica dessa prática; com destaque para a produção de textos das duas únicas coordenadoras do Serviço de Psicologia. O fato de o Serviço ter contado com apenas duas chefias pode ter possibilitado a continuidade das atividades, facilitado a integração e organização do grupo, em um ambiente dominado por outras profissões com preponderância histórica para o saber médico. Ao longo do percurso da construção da História do Serviço de Psicologia e Psicossomática, observa-se que o seu reconhecimento é fruto de conquistas cotidianas, marcadas por grandes eventos. O trabalho apresentou alguns aspectos sobre a história da Psicologia Hospitalar que possibilitam pensar no desenvolvimento da profissão no serviço público local. Entretanto, uma parcela significativa das entrevistadas ainda se identificou apenas como psicólogas hospitalares e ou psicanalistas. A pesquisa apresentou perspectivas para a ampliação da intervenção do psicólogo e do seu campo de atuação em Salvador. O exemplo de luta pelo reconhecimento por outros profissionais de saúde e pela própria instituição torna-se fundamental. Esta pesquisa também indicou um caminho para a compreensão do momento atual da psicologia no serviço público em Salvador. Espera-se que a contribuição dessa prática em hospital geral público amplie o campo de atuação da psicologia na saúde pública.

**Palavras-chaves:** História da Psicologia, Serviço Público, Psicologia Hospitalar

**Atividade: Pioneiros da Psicologia no Brasil (Paineis)**

**Trabalho:** Pioneiros da Psicologia no Brasil

**Autor(es):** Mab Amália Alencar Sacramento de Souza, Nádia Maria Dourado Rocha

**Resumo:** O processo histórico da Psicologia – suas interpretações sobre a mente e o comportamento humanos – pode estar vinculado a processos históricos e sociais específicos. Assim, é pertinente conhecer aqueles que nos precederam – os pioneiros. É considerado pioneiro aquele que iniciou ou proporcionou oportunidades de realização de trabalhos importantes na sua área de atuação, ou que produziu contribuições originais em continuidade ao trabalho de outros. O objetivo deste trabalho foi analisar o perfil da formação acadêmica versus tempo e espaço dos pioneiros da Psicologia no Brasil, que atuaram nas Regiões Norte e

Nordeste, tendo por base o Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil (Campos, 2001), elaborado pelo GT de História da Associação Nacional de Pesquisa e Pós – Graduação em Psicologia, em parceria com o Conselho Federal de Psicologia. Foram identificados 41 profissionais, sendo 40 da região Nordeste e um da região Norte, sendo 34 homens e sete mulheres. O instrumento utilizado para a análise dos dados foi Microsoft Office Excel 2003. A análise qualitativa realizada possibilitou as seguintes conclusões: a) quanto a formação acadêmica os cursos que se apresentam entre os pioneiros destas regiões são Medicina, Direito, Psicologia, Pedagogia, Ciências Jurídicas, Filosofia, Jornalismo, Teologia, Artes, Letras; prevalecendo, no século XIX Medicina, seguida por Direito; no século XIX; e em terceiro lugar, no global, está Psicologia. E dentre os estados das regiões Norte e Nordeste o que mais se apresenta entre os pioneiros pesquisados é o estado da Bahia, representando 31,7% da amostra; Pernambuco 26,8%; Rio Grande do Norte 12,1%; Alagoas 9,7%; Ceará 4,8%; Maranhão 4,8%; Sergipe 4,8%; Piauí 2,4%; e Pará com 2,4%. A partir das informações coletadas pode-se concluir que o curso de Medicina obteve maior expressividade em relação aos outros principalmente por ser o curso mais antigo no Brasil, vez que foi criado quando da vinda da Família Real Portuguesa. Já o de Direito foi criado em São Paulo e Recife, por determinação de D. Pedro I, juntando-se às duas Faculdades de Medicina existentes na Bahia e no Rio de Janeiro. O curso de Psicologia foi criada na década de 60 do século passado. Até esta data, os psicólogos eram formados “em serviço”, buscando aperfeiçoamento em cursos oferecidos no Brasil ou ainda no exterior. Verificou-se também que há uma diversidade relacionada à formação acadêmica entre estas duas regiões brasileiras, entretanto estes pioneiros direcionaram sua carreira profissional para a Psicologia. E constatou-se que o Nordeste se destaca de maneira mais significativa em relação ao Norte do país por ser a região com mais pioneiros da Psicologia.

**Palavras-chaves:** formação acadêmica, pioneiros, Psicologia, diversidade

**Atividade: Pioneiros da Psicologia Brasileira: diversidade e ética (Conferência)**

**Trabalho:** Pioneiros da Psicologia Brasileira: diversidade e ética

**Autor(es):** Nádia Maria Dourado Rocha

**Resumo:** No Brasil, até o presente (Campos, 2001) foram identificados 199 pioneiros, brasileiros natos ou naturalizados, que começaram a se preocupar com questões de ordem psicológica a partir do século XVIII. São eles originários de 20 países. Até o século XVIII, apenas um, o Padre José de Anchieta (1531-1540), não era originário de Portugal (incluindo aí o Brasil). Com a transformação política do nosso País, e a possibilidade de intercâmbio com outros países, começamos a receber profissionais de outras nacionalidades. Foram doze no século XIX e dezenove no século XX. Os 149 brasileiros natos foram oriundos de 16 das Unidades da Federação, representando as cinco regiões do país, embora de forma extremamente desigual, sinalizando que o atual estado de investimento em educação tem raízes bastante antigas. Quanto ao sexo, a maioria foi, predominantemente, masculina. As mulheres só começaram a atuar no início de século XX, vez que as cinco primeiras nasceram na última década do século XIX. Considerando a formação, os cursos mais freqüentes foram Medicina e Direito. Ressalte-se também a existência de pessoas com formação religiosa, além de profissionais que tiveram apenas a formação de normalista. Os cursos foram realizados em 57 instituições localizados em 13 países, europeus ou americanos, das quais 26 estão ou estiveram no Brasil. Estes profissionais foram responsáveis pelo início da preocupação com questões de ordem psicológica, expressas, por exemplo, em obras: a) dos religiosos [Manoel da Nóbrega (1517-1570); José de Anchieta (1534-1597); Antônio Vieira (1608-1697); Mateus da Encarnação Pinna (1687-1764); Matias Aires Ramos da Silva de Eça (17051- 1770)] dos médicos [José Lino Santos Coutinho (1784- 1836); Eduardo Ferreira França (1809-1857); Abílio César Borges, Barão de Macahubas (1824-1891); Raymundo Nina Rodrigues (1862-1906); Francisco Franco da Rocha (1864-1933)] e dos filósofos [Luís Pereira Barreto (1840-1923); Sílvio Vasconcellos da Silveira Ramos Romero (1851-1914)] dos políticos [José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1831); Miguel Calmon du Pin e Almeida (1794-1865)]. Já no século XIX, começaram a ocorrer esforços efetivos para a consolidação da investigação em Psicologia. Na impossibilidade de citar todos os que

contribuíram para este percurso, escolhemos: Manoel José do Bomfim (1868-1932), idealizador e diretor do primeiro Laboratório de Psicologia brasileiro, instalado em 1906 no Pedagogium, do qual foi diretor por quinze anos; Isaías Alves de Almeida (1888-1968), que realizou em 1926, a aferição da escala Binet-Simon, na versão Cyril-Burt e Entre 1932 e 1935, montou o Serviço de Testes no Serviço de Medidas Escolares do Instituto de Educação, na gestão de Anísio Teixeira na Direção da Instrução Pública do Distrito Federal; aí criou e produziu vários estudos sobre testes. Helena Antipoff (1892-1974), que prestou relevantes serviços na área de psicologia escolar no Brasil, em Especial no Estado de Minas Gerais. Destacam-se nestes primeiros psicólogos, tanto a diversidade de atuação, quanto a preocupação com o outro na construção do seu saber psicológico.

**Palavras-chaves:** História da Psicologia, Brasil, Pioneiros

**Atividade: Uma gestação silenciosa: a presença feminina nas instituições de psicologia no Rio de Janeiro na primeira metade do século XX (Conferência)**

**Trabalho:** Uma gestação silenciosa: a presença feminina nas instituições de psicologia no Rio de Janeiro na primeira metade do século XX

**Autor(es):** Ana Maria Jacó Vilela

**Resumo:** Resumo para Conferência: A produção na diversidade: compromissos éticos e políticos em Psicologia O V Congresso Norte Nordeste de Psicologia (V CONPSI) apresenta-se com o objetivo geral de ampliar a discussão sobre o compromisso da Psicologia de compreender as realidades brasileiras, construir conhecimentos válidos e propor políticas necessárias à superação dos problemas sociais e humanos que vivenciamos em nossas regiões. A Comissão Científica está sensível ao contexto atual nacional e pretende auxiliar, por meio deste Congresso, na produção de saberes/fazeres em Psicologia que participem ativamente nas transformações sociais que tanto o país necessita. As metas a serem alcançadas no V Congresso Norte-Nordeste e Psicologia envolvem as seguintes questões, além de outras: Fomentar o desenvolvimento da Psicologia enquanto área de produção de conhecimento científico no Brasil, particularmente nas Regiões Norte e Nordeste, ampliando o intercâmbio entre pesquisadores, professores, profissionais e alunos; Fomentar a interlocução entre pesquisadores e profissionais, potencializando a melhoria continuada da prática profissional e maior inserção da pesquisa nos problemas que desafiam os psicólogos; Estimular o debate sobre problemas nacionais e regionais como contexto indispensável à produção de conhecimento e intervenção profissional em Psicologia; Promover o encontro e a troca de experiências entre psicólogos, divulgadores de ciência, pesquisadores, profissionais, professores, empresários, políticos e representantes de instituições públicas; Discutir, analisar e propor formas e mecanismos que contribuam para a formação de novos psicólogos. Considerando a realidade atual do contexto sócio-político-econômico do nosso país, a Comissão Científica do V CONPSI definiu como tema central para este Congresso: "A Produção na Diversidade: compromissos éticos e políticos em psicologia". Vale destacar que as Conferências são derivadas do Tema Central do Congresso e são organizadas pela Comissão Científica. Os(As) Conferencistas são convidadas pela referida Comissão e deverão apresentar seus textos na íntegra, pois serão publicados no livro do Congresso. O livro será lançado quando do início do Congresso. Para a constituição das Conferências, foram adotados os seguintes critérios: questões cotidianas emergentes e suas implicações com o Tema Central do Congresso ("A Produção na Diversidade: implicações éticas e políticas em psicologia"); e referências às questões do norte-nordeste à luz das temáticas gerais. Sempre orientadas pelos compromissos éticos e políticos da Psicologia. Serão 14 conferências ao todo e as temáticas abordadas abrangerão as seguintes áreas: saúde, educação, meio ambiente, direitos humanos, história e memória da psicologia, psicopatologias contemporâneas e pós-graduação e pesquisa em Psicologia. Espera-se que as Conferências e o Congresso contribuam efetivamente na produção de uma Psicologia justa, eticamente responsável, participativa e promotora de cidadania

**Palavras-chaves:** Ética, Política, Diversidade



## **Área: Infância/Adolescência/Adulto/Velhice**

**Atividade: Proximidade e Distanciamento: Contribuições para o Processo Educativo (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Práticas educativas para a inclusão escolar: a produção da proximidade

**Autor(es):** Maria Margarida Rodrigues

**Resumo:** PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA INCLUSÃO ESCOLAR: A PRODUÇÃO DA PROXIMIDADE Maria Margarida Pereira Rodrigues Universidade Federal do Espírito Santo Pesquisa recentes com professores da educação especial e do ensino regular mostram que os professores, quando questionados sobre a inclusão escolar, mencionam apenas alguns aspectos da inclusão. Esses resultados sugerem que os professores têm conhecimento pouco abrangente sobre inclusão escolar e, além disso, os resultados de outros estudos revelam que os conceitos de inclusão apresentados por docentes ora se aproximam dos princípios da inclusão ora dos princípios da integração. A educação inclusiva, além das ações relacionadas ao processo de inclusão dos escolares com deficiência e/ou necessidades especiais, também envolve práticas educativas voltadas para os demais alunos do ensino regular, especialmente no que concerne ao esclarecimento dos direitos e respeito à diferença de seus colegas. Considerando os resultados dos estudos com professores sobre o processo de inclusão escolar pergunta-se: As práticas educativas da inclusão voltadas para os escolares com desenvolvimento típico têm eficácia? , A despeito do entendimento pouco abrangente da inclusão, os professores conseguem educar e mobilizar os seus alunos? Um estudo realizado em duas escolas municipais teve como objetivo investigar as interações sociais e comportamentos pró-sociais de 12 escolares com deficiência mental durante o recreio. As crianças focais tinham, em média, 11 anos e 3 meses e freqüentavam da 1ª à 4ª série. É oportuno neste momento esclarecer e caracterizar o que se entende por comportamento pró-social. Existem evidências claras e consistentes de que crianças de dois e três anos de idade consolam, ajudam, enfim se comportam pró-socialmente frente ao sofrimento ou dificuldade dos seus pais, irmãos e outros com os quais tem vínculos. Os vínculos afetivos com as pessoas em sofrimento ou dificuldade e a história de convivência familiar podem, ou não, potencializar as ações pró-sociais da criança. O que ocorre frente ao sofrimento ou dificuldades de outro com quem a criança não tem vínculo nem história de convivência? E, se o outro, além de ser um estranho, tiver habilidades sociais próximas das suas? Nas condições urbanas atuais, a maioria das crianças pequenas têm as primeiras experiências de interação com coetâneos na creche ou escola. Enquanto as interações e relações da criança antes do seu ingresso na escola são, em sua grande maioria, verticais, especialmente estabelecidas com adultos, crianças mais velhas e adolescentes da família ou da vizinhança, as interações com seus colegas são horizontais, o que agrega dificuldades que não estão presentes nas interações verticais. Pré-escolares e escolares exibem, nas interações com seus pares, comportamentos ou ações, denominados pró-sociais, que têm como finalidade ajudar, compartilhar, cooperar e consolar. Consideram-se pró-sociais os comportamentos voluntários com intenção de beneficiar outra pessoa que se enquadram nas categorias gerais de altruísmo, restituição, cooperação e empatia. No estudo em tela foram analisadas todas as interações das crianças com deficiência mental com adultos, com crianças com desenvolvimento típico e com crianças com deficiência mental. Comparando-se os totais de comportamentos pró-sociais emitidos e dirigidos a adultos, crianças com desenvolvimento típico e crianças com deficiência mental de cada uma das crianças focais com os totais de comportamentos pró-sociais dirigidos a cada criança focal verificou-se correlação entre emitir e ser beneficiário de comportamentos pró-sociais. As crianças que exibiram alta freqüência de comportamentos pró-sociais também foram as mais beneficiadas pelos pró-sociais de outras crianças. As crianças que apresentaram baixas freqüências de comportamentos pró-sociais também obtiveram baixas freqüências de comportamento pró-social de seus colegas. As demais interações sociais (conversar, brincar) seguiram o mesmo padrão das interações pró-sociais: houve nítida preferência das crianças com deficiência mental pela interação com crianças com desenvolvimento típico, em detrimento da interação com seus colegas com deficiência mental ou com adultos. Os resultados deste estudo indicam que os escolares com desenvolvimento típico

são receptivos e estão interagindo com seus colegas com deficiência mental, o que leva a crer que foram mobilizados pela educação para a diferença. O que, além das práticas educativas, pode ter favorecido a proximidade dos escolares? A ocorrência de significativa de interações pró-sociais, mostra que escolares com deficiência mental e com desenvolvimento típico têm não só proximidade social mas, também, proximidade sócio-afetiva. Alguns elementos da cultura infantil e do processo de desenvolvimento social das crianças serão apresentados como possíveis condições que favoreceram o alcance da proximidade entre as crianças.

**Palavras-chaves:** inclusão escolar, interações sociais, práticas educativas

**Trabalho:** Educação e gestão de conflitos entre pares

**Autor(es):** Maria Isabel da Silva Leme

**Resumo:** Educação e gestão de conflitos entre pares. Constatou-se atualmente uma mudança nas concepções que orientam as pesquisas sobre habilidades sociais, na medida em que vem sendo defendida na literatura da área a concepção de que o conflito interpessoal não é algo bom ou ruim em si, mas um evento passível de ocorrer em qualquer interação social. Além disso, as pesquisas apontam que a resolução deste tipo de conflito, pela sua dependência do desenvolvimento psicológico, pode representar uma oportunidade para favorecer o mesmo, em vista da complexidade envolvida no processamento de informação, nas coordenações das mesmas, necessárias para se chegar a uma solução satisfatória. O conflito pode, assim, favorecer o desenvolvimento da regulação da emoção, da tomada de perspectiva alheia, melhor conhecimento de si e do outro, internalização de valores, normas e outros aspectos ligados à vida social. Entretanto, para promover um real desenvolvimento psicológico é necessário que sua resolução seja vista como justa por todas as partes envolvidas, pois a que não é julgada assim pode levar ao distanciamento e interrupção da relação entre as partes. A submissão à coerção da outra parte, freqüentemente encontrada entre crianças, é seguida muitas vezes pelo afastamento daquele que se submeteu, até como uma forma de restabelecer alguma simetria na relação. Por outro lado, a conciliação de interesses, por meio da negociação, uma estratégia mais raramente encontrada, tende a ser seguida pela manutenção da relação. Este tipo de estratégia é mais freqüente entre partes ligadas por laços cuja manutenção tem um caráter voluntário como a amizade. Neste sentido, tem se tornado consenso entre vários pesquisadores que os educadores devem procurar intervir somente quando a interação no conflito apontar para um desfecho forçado pela coação de uma parte sobre outra, o que poderá levar ao afastamento entre os envolvidos. Porém, a efetivação de tal forma de atuação encontra resistência até dos próprios alunos. Em recente pesquisa realizada entre alunos do Ensino Fundamental e Médio de São Paulo, verificamos que em algumas situações de conflito, uma proporção considerável de alunos pesquisados informaram que gostariam da intervenção de um adulto, seja para mediar o confronto, seja para interromper provocações infligidas por colegas. Serão discutidos neste contexto alguns resultados da literatura que fornecem indicações sobre a forma que a escola pode atender a estas expectativas de apoio dos alunos, promovendo, ao mesmo tempo, a sua autonomia para lidar com os eventuais conflitos, cujo desfecho preserve a relação entre as partes.

**Palavras-chaves:** habilidade sociais, resolução de conflitos, processos educativos

**Trabalho:** Afetividade e práticas pedagógicas: efeitos deteriorantes da avaliação escolar na relação aluno-conteúdos escolares

**Autor(es):** Sérgio Antônio da Silva Leite

**Resumo:** AFETIVIDADE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS : EFEITOS DETERIORANTES DA AVALIAÇÃO ESCOLAR NA RELAÇÃO ALUNO – CONTEÚDOS ESCOLARES Sérgio Antonio da Silva Leite Samantha Kager A avaliação escolar pode ser um instrumento de aproximação ou de distanciamento, e até mesmo de deterioração, da relação entre o aluno e os diversos objetos de conhecimento, envolvidos na situação educacional. Como uma das práticas da mediação pedagógica exercida pelo professor em sala de aula, a avaliação é um processo sensivelmente



marcado por dimensões afetivas, não ficando seus efeitos circunscritos à dimensão cognitiva. Baseando-se na abordagem histórico-cultural, assume-se que a natureza afetiva da relação que se estabelece entre o sujeito (aluno) e o objeto (conteúdos escolares) depende, basicamente, da qualidade da mediação pedagógica exercida pelo professor, da qual a avaliação é parte integrante e fundamental. Esta apresentação pretende analisar esse processo, a partir de dados de pesquisa especialmente desenvolvida, que teve como objetivo identificar e analisar os possíveis efeitos deteriorantes das práticas de avaliação escolar na relação que se estabelece entre o sujeito (no caso, o aluno) e objeto de conhecimento (diversos conteúdos escolares). Participaram, como sujeitos, jovens estudantes de cursos pré-vestibulares, muitos cursando simultaneamente o terceiro ano do Ensino de 2º. Grau, que afirmam ter vivenciado, em suas vidas escolares, práticas de avaliação consideradas aversivas, cujos efeitos foram deteriorantes na própria relação que se estabeleceu entre eles e os respectivos conteúdos das disciplinas. As bases teóricas estão ancoradas na abordagem histórico-cultural, especificamente nos autores Wallon e Vygotsky. Segundo essa abordagem, o processo de apropriação do conhecimento ocorre na relação sujeito – objeto, a qual é sempre mediada por agentes culturais. No caso específico, o foco da pesquisa está direcionado para as práticas pedagógicas desenvolvidas pelo professor em sala de aula. Assume-se que essas relações de mediação não se restringem às dimensões cognitivas, mas são, também, profundamente marcadas pelas dimensões afetivas. Pode-se, no mesmo sentido, assumir que a qualidade da relação afetiva, que vai se estabelecer entre sujeito e objeto (prazerosa ou aversiva), depende basicamente da qualidade afetiva do processo de mediação com o objeto vivenciada pelo sujeito em sua história de vida, em especial na situação escolar, onde a pesquisa foi centralizada. Os dados foram coletados através de entrevistas recorrentes, a partir dos quais foram construídos quinze (15) núcleos de significação, dentre os quais se destacam: marcas aversivas da avaliação (medo e ansiedade; sentimento de incapacidade; perda da motivação; frustração e exclusão; deterioração da relação sujeito – objeto); controle de corpos; a prova como armadilha; feed-back punitivo; recuperação que não recupera; preconceito do professor; plantão: auxílio que não auxilia; avaliação como punição; avaliação sem objetivo; entre outros. No seu conjunto, os dados apontam os seguintes efeitos deteriorantes do processo de avaliação escolar: deterioração da relação que se estabelece entre o sujeito (aluno) e o objeto (conteúdo da disciplina); diminuição da auto-estima do aluno com sérias implicações em toda sua vida escolar; processo de avaliação desenvolvido, principalmente, como um instrumento de poder pelo professor; produção de estigmas. Resgata-se e defende-se, finalmente, o conceito de avaliação diagnóstica, proposto por Luckesi (1984).

**Palavras-chaves:** práticas educativas, avaliação escolar, mediação pedagógica

**Atividade: SABERES E SIGNIFICADOS CONSTRUÍDOS NA INTERAÇÃO CRIANÇA-CRIANÇA NO CONTEXTO DA CRECHE (Mesas Redondas)**

**Trabalho: A EMERGÊNCIA DE SIGNIFICADOS EM PROCESSOS INTERATIVOS DE BEBÊS EM CRECHE**

**Autor(es):** Adriana Mara dos Anjos, Katia Amorim, Maria Clotilde Rossetti Ferreira

**Resumo:** Esse trabalho faz parte de um conjunto de investigações que vêm trabalhando com o conceito de dialogismo, em processos desenvolvimentais humanos. Partindo-se daquela noção, entende-se que os processos de desenvolvimento são inerentemente sociais, culturais e históricos, dando-se de forma situada e relacional, a relação com o outro sendo considerada como fundante. Mais ainda, que essa relação com o outro imersa em uma cultura se dá desde o nascimento, seja o parceiro social um adulto ou mesmo uma outra criança. Apoiados nessa noção, traçou-se como objetivo estudar processos dialógicos, nas interações de bebês com seus coetâneos em creche, para verificar alguns aspectos qualitativos daqueles processos. O material empírico provém do Banco de Dados do Projeto “Processos de Adaptação de Bebês à Creche”, que acompanhou ingresso/freqüência de 21 bebês (5-13 meses) numa creche universitária. Os registros utilizados foram gravações em VC (quatro primeiros meses de freqüência à creche) e

entrevistas (mães/educadoras). Dos 21 bebês, sorteamos três sujeitos-focais: Lúcia, Helena e Marcos (de 7, 9 e 11 meses). Organizamos o corpus por transcrição microgenética de todas as cenas em que os sujeitos-focais aparecem no conjunto das 54 fitas gravadas. Contextualizamos os episódios com dados das entrevistas. A análise foi feita com base na perspectiva teórico-metodológica da Rede de Significações. Apesar do amplo espectro de questões surgidas à análise, para efeitos dessa apresentação, nos deteremos no caso de Lúcia que em situações diversas, na mesma relação ou em relação com interlocutores diferentes, negocia significados e posicionamentos diferentes, revelando alguns dos modos de ser dos bebês com seus pares no contexto específico de creche. Numa primeira situação, ao manipular objetos, Lúcia (7 meses) desperta a atenção de Helena (9 meses), que é regulada pelas ações de Lúcia/objetos. Quando frente-a-frente, Helena ergue sua mão em direção a Lúcia que - pela expressão facial e movimento de esquivar de Lúcia em relação à outra; e, pela fala, expressividade e gesto da mãe de Helena que a afasta da outra criança - é significada como agredida e precisando de apoio. Noutra situação, Lúcia passa casualmente por Gustavo (12 meses) que, ao vê-la, recorre à mãe chorando. Impelida pelo movimento e emoções do parceiro, Lúcia passa a dirigir-se a ele repetidamente, chegando inclusive a retirar objetos os quais ele manipulava. Tal comportamento vai crescentemente desencadeando novas reações de choro do menino e de intervenção dos adultos frente à “ameaça”, que incrementam o comportamento de Lúcia. Numa terceira situação, Lúcia chora em busca da educadora, diante de uma porta fechada que não consegue abrir. Willian (14 meses) aproxima-se de Lúcia e tenta abri-la. Não conseguindo, Willian passa a mão na cabeça de Lúcia e dirige-se à outra educadora, aparentemente, procurando ajuda. A análise dos três episódios revela que, em cada situação, a atribuição dos significados (agredida/agressora/desamparada) é feita pelas crianças em parcerias com as outras crianças e os adultos, construída com e comunicada para o outro social através de gestos, olhares, posturas corporais, choros, sorrisos e vocalizações que envolvem o outro e têm efeito em suas (re)ações. Os eventos adquirem significados através das mútuas (re)ações e emoções, construídas nos encontros e nas relações, significados esses construídos mesmo que os bebês ainda não façam uso de linguagem e pensamento verbais. Ainda, apesar de não disporem de um plano de interação, os bebês mostram-se capazes de criar significados sobre o outro e as situações, e de agir e reagir em direção ao outro, de se disponibilizar ao diálogo que é continuamente explorado, vivido e (re)criado.

**Palavras-chaves:** processos dialógicos, interação de bebês, primeiro ano de vida, creche

**Trabalho:** CRIAÇÃO E PARTILHA DE SIGNIFICADOS NA BRINCADEIRA: INTERFACES COM AS COMPETÊNCIAS SOCIOCOMUNICATIVAS DA CRIANÇA

**Autor(es):** Tacyana Karla Gomes Ramos, Maria Isabel Pedrosa

**Resumo:** O presente estudo orienta-se pela concepção de que a criança não é um ser passivo na relação com o outro: ela forma vínculos afetivos, cria e explora modos diferentes de comunicação, de solicitação do outro e também elabora diferentes respostas às manifestações do parceiro para consigo. O material empírico aqui proposto integra um conjunto de episódios, alçados de videograções de 31 crianças, com idades entre 06 e 20 meses e educadoras de duas creches da cidade de Recife, em situações interativas, durante três meses de filmagens. A opção metodológica que guiou a investigação, a transcrição e a análise microgenética de cenas registradas foi de cunho qualitativo e se desdobrou em procedimentos com vistas a apreender e explicitar os modos como as crianças constroem e compartilham significados nos entremeios das suas experiências sociais. As capacidades da criança pequena para o engajamento interpessoal capturadas nesse estudo se evidenciam por meio do uso ativo dos recursos de que dispõe em processos de responsividade mútua que emergiram, principalmente, na partilha de uma brincadeira. Nessa linha de proposições, apresentaremos uma experiência interativa - Episódio De mãos dadas - como um dos recortes das evidências que percorreram o estudo, na qual as crianças protagonistas, Celi (20 meses) e Lara (20 meses) iniciam uma brincadeira conjunta que vai se propagando socialmente, ganhando a adesão de Enile (13 meses) e de uma educadora da creche, modificando a sua configuração no curso de ações entre parceiros. No início do episódio, Celi e Lara constroem um jogo compartilhado na medida em que se engajam em ações

coordenadas em torno de um tópico: deslocamentos alternados pelo ambiente, de mãos dadas. Nessa sincronia interativa, cada criança parece apreender a intenção comunicativa que a outra expressa corporalmente, uma vez que acrescenta, às pistas oferecidas, ações e posturas ajustadas rítmica e temporalmente, propiciando um desenrolar de uma brincadeira com um enredo reconhecível. Conforme demonstra o comportamento das crianças, o compartilhamento do foco da atenção sustenta a interlocução e a manutenção das características da brincadeira em construção. Num segundo momento do episódio, o olhar dirigido de Enile para a dupla que brinca, orienta a atenção de Celi que se regula e estira a mão para ela, seguida por Lara que a imita. A brincadeira entre Celi e Lara é interrompida, mas se reinicia quando Enile reage e segura nas mãos das parceiras e o grupo sai se deslocando pelo ambiente até Celi cair ao puxar as parceiras e emitir um gritinho. Nessa ocasião, Lara e Enile reapresentam em seus movimentos o entendimento da nova forma de brincar entre elas, jogando-se no chão e emitindo um gritinho tal como Celi fez. A brincadeira mais uma vez recomeça com essa nova configuração e o entendimento do enredo do jogo que vai se propagando no grupo: Celi joga-se no chão, emite um gritinho e parece comunicar que gostou desse movimento, sorrindo. Lara reapresenta em seus movimentos a compreensão da brincadeira quando se senta rapidamente, emite um gritinho e olha para Celi. Enile parece gostar da “proposta” e reapresenta, em seus movimentos, o entendimento da nova forma de brincar entre elas: cai no chão, sorri e olha para Lara e depois para Celi. No fluxo de ações, a brincadeira de mãos dadas ganha uma nova configuração quando a educadora atribui significados aos movimentos das crianças de ir ao chão e gritar como sendo parte da brincadeira ‘atirei o pau no gato’ quando fala: “elas querem fazer miau!”. Ressalta-se o valor semiótico dos gestos das crianças que passam a circunscrever as ações do grupo através da educadora que se regula e inicia com elas a brincadeira de ‘atirei o pau no gato’. Nos entremeios da brincadeira de mãos dadas, a partilha de significados permitiu a continuidade das ações, assegurando a construção e a manutenção da brincadeira do grupo por meio da co-regulação como, por exemplo, a imitação que funcionou como recurso comunicativo e interpretativo no brincar coletivo. Ao percorrer as ações que a criança utilizou para interagir com o parceiro, verifica-se a sua busca ativa de oportunidades de experimentação, de exploração do ambiente, da seleção e interpretação de ações, revelando indicadores de que ela é uma interlocutora dinâmica com os recursos (meios funcionais como explica Wallon) de que dispõe e protagonista de seu desenvolvimento.

**Palavras-chaves:** interação social, compartilhamento de significados, creche

**Trabalho:** A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE LOCALIZAÇÃO ESPACIAL EM BRINCADEIRAS ESPONTÂNEAS

**Autor(es):** Maria Cecília Antunes de Aguiar, Maria Isabel Pedrosa

**Resumo:** Tendo como referência a Teoria dos Campos Conceituais de Vergnaud e desdobramentos da concepção walloniana sobre a interação social, empreendeu-se uma análise de um episódio videogravado, “Deslocando a Mesa”, com um grupo de 10 crianças, de 9 a 17 meses, do berçário de uma creche pública municipal, para identificar esquemas do conceito de localização e orientação espaciais e formas de interações socioafetivas estabelecidas nessa situação educacional, espontaneamente construída pelas crianças, enquanto campo de comunicação e produção de ações, representações, sentimentos, significados e saberes. A seleção do episódio envolveu a observação e revisão de 11 fitas de vídeo, de 120 minutos, o qual, para maximizar a sua análise, foi dividido em momentos, acompanhados de fotos, transcrições e dos respectivos roteiros dos percursos realizados pelas crianças no espaço da sala. O esquema de empurrar foi o mais utilizado, apresentando uma organização que se ajustava quanto à posição das mãos ou do corpo da criança na mesa, no sentido de orientá-la para frente, girá-la, ou para deslocá-la mais rapidamente. O compartilhamento do significado pôde ser inferido em passagens do episódio (seis das 10 crianças participaram da brincadeira) e as colisões com pessoas foram persistentemente evitadas. As ações não causaram danos aos parceiros da brincadeira ou aos que se encontravam no chão. As colisões nos berços, no entanto, aconteceram freqüentemente. Nessas ocasiões, as crianças escolheram outros procedimentos, ajustando o esquema de empurrar ou alterando-o, quando um obstáculo impedia

o movimento da mesa, empurrando-a em outra parte (lado ou perna) ou aplicando a força em outro ponto da mesa ou mudando o esquema de empurrar para puxar. Por outro lado, os motivos internos e externos que atuaram dirigindo suas ações, provavelmente estavam ligados às características dos objetos (mesa, garrafa, etc.), à empatia criança-criança ou à preferência do conteúdo das ações, isto é, às informações contidas nas situações, que podem ser alçadas pela criança, uma vez que ela as seleciona e atribui significados a todos esses elementos e às relações entre eles, conseqüentes das suas ações (criança prefere acompanhar o deslocamento da mesa, a brincar no chão com a garrafa). As crianças usam um repertório de ações e parecem ser motivadas a experimentá-las e a extrair informações (regras, conceitos e teoremas), sentindo e observando os resultados alcançados, pois têm a capacidade de atribuir sentido às coisas, às ações e às conseqüências de seu agir, numa dada situação. A criança é uma experimentadora! Parece que crianças em situações espontâneas de brincadeira, demonstram mais suas capacidades de organização do espaço, na localização de objetos. Coordenam, por exemplo, os movimentos do objeto com a posição de suas mãos na mesa, ou pelo menos buscam uma melhor posição para empurrar, embora raramente para puxá-la. Relacionam o sentido dado ao deslocamento e a força imprimida aos seus movimentos, com o dos colegas, inclusive inferindo a previsão do comportamento do parceiro, representada pelo olhar e diminuição da velocidade do andar (Lala prevendo o movimento de Jef, que pode atingir Guga - aos 15min e 13s). As crianças de 1 ano, portanto, surpreenderam quando examinadas suas competências de localização e orientação espacial em atividades lúdicas, construídas para conseguir seus próprios propósitos. Comparando-se os esquemas de ação observados nos episódios das brincadeiras com aqueles indicados por Piaget e Inhelder (1993), quanto ao desenvolvimento do conceito do espaço, de crianças dessa faixa etária, parece que espontaneamente a criança utiliza competências mais sofisticadas do que nas tarefas piagetianas.

**Palavras-chaves:** desenvolvimento cognitivo, educação infantil, educação matemática, interação socioafetiva, intuição espacial

**Trabalho:** MOVIMENTO E FORMULAÇÃO MENTAL: UM CAMINHO POSSÍVEL PARA DISCUTIR A ONTOGÊNESE DO PENSAMENTO

**Autor(es):** Karine Maria Porpino Viana, Maria Isabel Pedrosa

**Resumo:** Estudar o ato motor a partir de uma perspectiva walloniana implica em adotar uma concepção de movimento em que este é considerado não apenas em sua função de mobilidade, mas principalmente como recurso de interação social. Segundo Wallon, o ser humano, devido a sua imperícia inicial para agir sobre o mundo físico, depende do parceiro da espécie para sua sobrevivência, sendo por meio das emoções que o bebê estabelece uma comunicação com o meio a qual permite que suas necessidades básicas vitais sejam atendidas. De uma forma dialética, as emoções assumem, por meio da postura e da mímica exercida pelo corpo, uma função no estabelecimento do contato com o co-específico, caracterizando o homem como um ser biologicamente social. Essa comunicação é possível devido ao poder de contágio das emoções, ou seja, ao poder que as manifestações emocionais têm, a exemplo do choro, de provocar reação naqueles que a presenciam, de forma que a mímica exerce uma função de atração sobre o outro. Concomitante a esse “poder epidêmico”, os gestos adotados pelo recém-nascido apenas tornam-se expressivos e comunicativos na medida em que o adulto atribui sentido às alterações posturais do bebê; é por meio da intervenção do outro sobre as atitudes corporais da criança que esta começa, então, a especificar as suas próprias disposições. Partindo, portanto, de uma postura dialética, que se nega a separar biologia e cultura, o corpo e a mente, Wallon afirma que o orgânico incita o social que finda por constituir o psíquico. E, se é por meio das emoções, expressas pelas atitudes posturais, que o sujeito tem acesso ao outro e, conseqüentemente à cultura e à linguagem, é possível afirmar que as emoções e o movimento encontram-se na origem da atividade de representação, de forma que o ato mental se constitui a partir do ato motor. Antes de adquirir a linguagem verbal, é por meio do corpo que a criança expressa seus estados afetivos e suas idéias, o que leva Wallon a afirmar que a mímica é muito mais representação do que ação, lê-se, os movimentos são idéias exteriorizadas. Assim, impedir a criança de se movimentar é, muitas vezes, impedi-la de pensar. A redução da motricidade

como suporte para o pensamento se processa concomitantemente à consolidação da função de representação, e esta passagem do ato motor ao ato mental ocorre, segundo Wallon, através das condutas imitativas. Nestas, a criança experienciaria um processo de desdobramento análogo ao que ocorre no ato de representar, qual seja, transformar, a partir de uma impregnação perceptivo-motriz, uma fórmula global, que condensa impressões diversas, em seus termos sucessivos, sendo, então, dimensionada no tempo. A imitação traz, no plano motor, processos fundamentais para a constituição da vida mental. Considerando, então, as formulações walloniana acerca do ato motor, este trabalho objetivou elucidar a relação entre movimento e pensamento a partir da observação de um momento de interação videogravado entre a educadora e 16 crianças, com faixa etária entre 38 e 54 meses, pertencentes ao Grupo III de uma creche pública da cidade do Recife. Nesta cena interacional, a educadora, de posse de uma caixa a qual continha um objeto a ser adivinhado pelas crianças, criou uma atmosfera de suspense e expectativa que, epidemicamente, se instalou pelo grupo permitindo o engajamento da turma ao longo de toda atividade. As mudanças posturais das crianças, inclinando o corpo para frente e em seguida pulando para trás, em reação à atitude de surpresa e susto da professora, ilustram o movimento em sua função de expressividade, a qual revelava as disposições das crianças naquele momento. Dentro desta atividade, recortou-se um episódio, no qual, após ter sido revelado o que havia dentro da caixa - um macaco - a educadora propunha que uma criança de cada vez se encaminhasse ao centro do círculo e imitasse o animal. A análise deste episódio revelou o quão difícil parecia ser para a criança conter o seu movimento e esperar o seu momento de realizar a ação, como se isto implicasse em interromper o seu fluxo de pensamento. Quando uma criança estava no centro do círculo, as outras, mesmo permanecendo em seu lugar, se impregnavam daquela imagem observada e imitavam o parceiro, posicionando-se de quatro e realizando o mesmo movimento. A cena ilustra o quanto, nesta faixa etária, a imagem do outro dentro de uma cena relevante, haja vista a atmosfera emocional criada, impele a criança ao ato, como se a mesma se impregnasse daquela imagem numa espécie de formulação íntima. O episódio evidencia, portanto, como a criança não pode prescindir do corpo para expressar as suas disposições, incitando a necessidade de se pensar nos prelúdios da representação aí presentes, o que implica em adotar uma postura dialética diante da relação entre movimento e pensamento.

**Palavras-chaves:** movimento, imitação, formulação mental, interação social

**Atividade: Proteção à infância: práticas do judiciário e seus efeitos (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Jurisdicionalização: prática que atravessa o Conselho Tutelar.

**Autor(es):** Maria Livia Nascimento

**Resumo:** Dentre suas diferentes propostas encontramos o Conselho Tutelar, órgão municipal autônomo, paritário, vinculado aos movimentos sociais que participam da luta pelos direitos da população infanto-juvenil e, portanto, não está subordinado aos poderes executivo ou judiciário. Porém, percebe-se que o funcionamento do CT tem estado distante do movimento social e que suas práticas cotidianas vêm sendo atravessadas por discursos e procedimento típicos do poder judiciário. Historicamente, no mundo ocidental, o poder Judiciário tem se caracterizado por ser plenipotente, pois não atua sobre uma área da vida das pessoas, mas acaba por extrair toda e qualquer possibilidade de autodeterminação, em um mundo que prega como princípio maior a liberdade. Assim, quando um ato é considerado uma transgressão, não é o ato que fica qualificado, mas a pessoa, a sua vida. Da mesma forma, quando uma medida é aplicada, ela incide na forma de vida, na possibilidade física e afetiva, como ocorre, por exemplo, quando se define quem pode ficar com uma criança, julgando, inclusive, os afetos implicados nas relações. O judiciário estabelece uma situação de tutela ao definir sentimentos, possíveis espaços físicos em que se poderá circular, possibilidades de vida, potencialidades e virtualidades daqueles que ficam sob o seu poder. No Brasil, o atendimento a crianças e jovens vem sendo tradicionalmente realizado por entidades de assistência ou pelo judiciário, sobretudo quando se refere a situações de abandono, adoção e falta de condições de convivência familiar. A justiça sentenciar e os equipamentos sociais executam as políticas de assistência. Porém, o que se percebe é que

o julgamento se dá em cima das pessoas, de sua forma de vida e não das condições sociais em que sobrevivem, embora de forma avassaladora a justiça, nesta área, lide com famílias pobres. A implantação dos Conselhos Tutelares visava desfazer essa lógica, buscando criar um espaço através do qual as famílias pudessem garantir os direitos de seus filhos, sem que isso se tornasse um caso jurídico, sem que fosse necessária a tutela de um juiz. A aliança dos CTs com os movimentos sociais prevê uma maior mobilização reivindicativa, afastando a idéia de práticas normativas legalmente constituídas, tendo como horizonte maior não a ação judiciária, mas a ação política coletiva sustentada na participação daqueles cujos direitos são violados todos os dias. Como um órgão proposto para ser não jurisdicional vai assumindo tal postura? Ou seja, como os modelos de atuação característicos do Poder Judiciário vão sendo adotados num espaço que não detém tal poder, mas que, por ser revestido de certa autoridade e ter como instrumento de trabalho o termo da lei, vem se jurisdicionando. A lei é um instrumento poderoso. Quem a aplica exerce poder. A discussão que trazemos aqui tenta pensar essa forma de exercício de poder no caso específico do conselho tutelar. Para tanto, cabe analisar como este se organiza e opera.

**Palavras-chaves:** jurisdionalização, Conselho Tutelar, proteção

**Trabalho:** Encontros e desencontros entre pais e filhos após a separação conjugal

**Autor(es):** Leila Maria Torraca de Brito

**Resumo:** Visa-se, no trabalho, apresentar resultados da pesquisa Rompimento conjugal e parentalidade – impasses e (des)orientação, realizada junto ao Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Na investigação em pauta, teve-se como um dos objetivos avaliar dificuldades que podem ocorrer para a convivência entre pais e filhos após uma separação conjugal, buscando-se apresentar como os filhos retratam suas recordações e vivências após o rompimento da conjugalidade de seus pais. Partiu-se do entendimento de que o desenlace conjugal acarreta experiências distintas para pais e filhos, com desdobramentos que não devem ser analisados de forma unificada. Compreende-se, ainda, que, na referência à parentalidade, as dimensões sociais e privadas encontram-se interligadas, sendo indicado que o contexto social ofereça suporte ao exercício da maternidade e ao da paternidade no âmbito privado. Para isso, por vezes, torna-se necessária a implantação de medidas de apoio aos membros das distintas configurações familiares contemporâneas. A amostra da pesquisa foi composta por 30 pessoas, na faixa etária de 21 a 29 anos, de classe média, residentes no Rio de Janeiro. Elegeram-se como definição de pais separados a situação em que os pais do entrevistado não mantinham relacionamento conjugal, partindo-se do critério de autodeclaração dos filhos. Como metodologia, foram realizadas entrevistas individuais, semi-estruturadas, cujo roteiro de perguntas foi elaborado a partir do referencial bibliográfico analisado, tomando-se por referência, também, os dados coletados em pesquisas anteriores efetuadas com pais e mães separados e com operadores do direito. O material obtido a partir das entrevistas foi avaliado de forma qualitativa, com base na análise de conteúdo, quando os temas abordados foram decompostos em categorias a serem examinadas. Notou-se, na pesquisa, a organização de diversas configurações familiares após o desenlace conjugal. Assim, enquanto alguns filhos desaprovavam a separação dos pais relatando seu sofrimento, principalmente quanto ao distanciamento daquele que não permaneceu com a guarda, outros compreendiam a separação como uma decisão acertada, sem reclamações e evidências de distanciamento físico e emocional dos pais. Indicaram, portanto, os entrevistados, que a separação é aceita com mais facilidade quando não há mudanças significativas na convivência entre pais e filhos. Conclui-se que o desenlace conjugal não extingue necessariamente brigas e desentendimentos entre o casal parental, notando-se que dificuldades de nova ordem podem surgir para os filhos. Dessa maneira, foi observado que a separação nem sempre é vista pelos filhos como uma solução adequada aos desentendimentos entre os pais, na medida em que diversos pais e mães mantêm suas brigas mesmo após o rompimento da conjugalidade, deixando, por vezes, os filhos no lugar de pomos da discórdia.

**Palavras-chaves:** Infância, proteção, conjugalidade

**Trabalho:**A (re)filiação da pobreza: uma substituição de engrenagens e forças públicas pelas do âmbito privado

**Autor(es):** Lygia Santa Maria Ayres

**Resumo:** Questões relativas à destituição do poder familiar, a (re)parentalidade, a (re)filiação bem como campanhas de incentivo à adoção se banalizam, no Brasil, na medida em que as condições de sobrevivência da pobreza atingem índices alarmantes e impensados em termos de dignidade humana. Estudos realizados em 2004 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em parceria com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) com relação, dentre outros, ao perfil das crianças e jovens abrigados no Brasil, revelaram que são na maioria meninos entre as idades de 7 a 15 anos, negros e pobres. A carência de recursos materiais da família e o dito abandono são apontados como os principais motivos para o abrigamento de crianças e jovens. Contrariando o senso comum de que a maioria das crianças nos abrigos é órfã, a pesquisa mostrou que mais de 80% desses estabelecimentos têm família, sendo que quase 60% delas mantêm vínculo com seus familiares. Tomando esse quadro enquanto uma realidade no Brasil e, em especial no estado do Rio de Janeiro, a destituição do poder familiar vem atingindo quase que maciçamente a mulheres-mãe-pobres que, frente ao estado de miserabilidade a que vêm sendo submetidas, fazem uso da prática de abrigamento de seus filhos. Esse procedimento jurídico vem sendo recorrente nas Varas da Infância, da Juventude e do Idoso. Isso significa dizer que para que uma família substituta vista, muitas vezes como ideal e acolhedora ganhe o direito a uma criança ou a um adolescente é necessário que a mãe biológica carimbada como mãe desnaturada ceda ou perca seu poder legal sobre o filho. A circulação de autoridade estabelecida através do processo é, na prática, a circulação de certos compromissos ancorados nos atributos sinalizados pelos ditos especialistas como necessários e imprescindíveis ao ato de assistir e proteger o filho. O que a sentença final sela, para além dessa transferência de autoridade, é uma nova definição dos que devem publicamente se tornar responsáveis também pelas obrigações com relação à gerência da menoridade, da formação de um novo indivíduo a partir de certas exigências sociais e legalmente reconhecidas. Em outras palavras, a destituição do poder familiar e por efeito a fixação e a legitimação de crianças em lares ditos ideais, isto é, em famílias consideradas afetuosas vem representando o objetivo maior das campanhas e dos processos de adoção. Manter a menoridade pauperizada em “lares estruturados” pela ratificação de “pais” significa produzir locais de disciplinarização para essas crianças. Essa dinâmica operada no juizado do estado do Rio de Janeiro parece atuar em duas direções: A primeira, fixa um lugar físico, dos quais em princípio não podem sair ou serem retiradas sem autorização legal. O segundo movimento aponta-nos para a ratificação de papéis sociais, ou seja, a inserção da criança num determinado lugar (o de filho) numa família. Ocupar o lugar de filho, em família dita afetuosas, acolhedora e estruturada significa, de certa forma, estar retirando e desobrigando o Estado da função direta de proteção à menoridade pobre de cidadania. Representa, portanto, uma transferência de responsabilidades. É a substituição de engrenagens e forças públicas (Estado) pelas do âmbito privado (familiar).

**Palavras-chaves:** infância, proteção, adoção

**Atividade: Programa de Treinamento em Habilidades Sociais Educativas Parentais (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Programa de Treinamento em Habilidades Sociais Educativas Parentais: uma análise do relato verbal das mães.

**Autor(es):** Maria Isabel dos Santos Pinheiro, Almir Del Prette

**Resumo:** O índice crescente de agressividade na infância e adolescência tem mobilizado investimentos e pesquisas em busca de solução para essa preocupação da sociedade atual. A literatura da área aponta os estilos parentais e o modelo de interação pais-filho como fatores que contribuem para o risco e para a proteção dos problemas de comportamento infantil. Este

trabalho tem como objetivo apresentar parte dos resultados de um Programa de Treinamento de Habilidades Sociais Educativas Parentais, desenvolvido com um grupo de oito mães de crianças com problemas de comportamento. Visando o desenvolvimento de uma prática disciplinar não-coerciva, foram trabalhados com as mães, os princípios da análise do comportamento e modelos de Habilidades Sociais Educativas Parentais. O treinamento desenvolvido por meio de passos semanais seqüenciados enfatizou o desenvolvimento de habilidades sociais para manter conversação e dialogar com o filho, pedir mudanças no comportamento do filho, estabelecer limites, cumprir promessas, expressar sentimentos positivos e negativos, expressar opiniões e fazer perguntas. O programa, com duração de 11 semanas, foi desenvolvido em uma escola da rede pública localizada na periferia de Belo Horizonte. O grupo de pais participantes pertenciam, de acordo com o Critério Brasil para classificação social, às classes C e D. Para análise dos resultados, os comportamentos das mães foram avaliados utilizando as filmagens realizadas durante todo o programa. O comportamento das crianças foram analisados a partir de questionários de auto-relato respondidos pelas mães antes e após a intervenção. Os dados empíricos obtidos apontam para uma redução na freqüência e também na gravidade dos comportamentos importunos e/ou indisciplinados apresentados pelas crianças. Estes resultados sugerem que a proposta de ampliar o repertório de Habilidades Sociais Educativas dos pais foi bem sucedida observando-se também melhoras significativas não só nos comportamentos inadequados das crianças mas também mudanças nas interações intrafamiliares. Apropriar cada vez mais um programa, à demanda da população específica, tem sido discutido na literatura como recurso importantes para aumentar a eficiência e a eficácia dos novos programas de treinamento de pais. Nesse sentido, com objetivo de identificar as habilidades sociais mais frequentemente utilizadas e demandadas pelo grupo, foi analisado o relato verbal das mães. Dados preliminares da análise apontam para um aumento na freqüência dos relatos positivos relacionados aos filhos e/ou a seus comportamentos e uma redução na freqüência de relato negativos dos filhos e/ou de seus comportamentos em 84,3% das mães participantes. Esses dados e o conjunto de outros em análise subsidiarão novos programas elaborados para atendimento em grupo de clientela com o mesmo perfil.

**Palavras-chaves:** Treinamento de Pais,Habilidades Sociais,Problemas de comportamento

**Atividade: PROGRAMA DE HABILIDADES SOCIAIS EM GRUPO: UMA EXPERIÊNCIA VIDEODOCUMENTADA (Experiências em Debate)**

**Trabalho:PROGRAMA DE HABILIDADES SOCIAIS EM GRUPO: UMA EXPERIÊNCIA VIDEODOCUMENTADA**

**Autor(es):** Almir Del Prette,Zilda A. P. Del Prette

**Resumo:** A área do Treinamento de Habilidades Sociais (THS) é amplamente conhecida e utilizada na América do Norte (Canadá e Estados Unidos), bem como da Europa (Inglaterra, Espanha, Portugal, Itália). No Brasil, o interesse que vem despertando é cada vez maior. Os programas de THS podem ter caráter tanto profilático ou remediativo para diferentes problemas psicológicos com diferentes tipos de clientela (crianças, adolescentes, adultos, idosos, pais, professores etc.). A promoção de habilidades sociais se justifica por uma ampla literatura que aponta, entre outros aspectos: (a) a relação entre vários transtornos psicológicos e déficits nessa área, caracterizando-os como fatores de risco ou problemas associados; (b) as evidências empíricas de que um repertório socialmente habilidoso constitui fator de proteção e resiliência contra problemas na infância e nas etapas posteriores do ciclo vital; (c) a natureza aprendida desse repertório, daí decorrendo a possibilidade de intervenção precoce na redução e prevenção de dificuldades atuais e posteriores na vida da criança. Na infância, a escola constitui um contexto privilegiado para a promoção de habilidades socioemocionais e, embora formalmente entendida como agência do desenvolvimento integral do aluno, este potencial raramente é explorado, de forma sistemática, em nosso país. Os estudos do Grupo RIHS (<http://www.rihs.ufscar.br>) e uma ampla literatura nacional e internacional vêm mostrando que problemas acadêmicos e interpessoais de estudantes (indisciplina, conflitos, problemas de



comportamento etc.) estão fortemente relacionados a déficits nessa área e que a adoção de um currículo de habilidades sociais na escola constitui importante empreendimento nessa etapa. Tanto na infância, como nas demais etapas do ciclo vital, a promoção de habilidades sociais requer um conjunto de recursos e estratégias que precisam ser cuidadosamente articuladas com os objetivos específicos em um programa estruturado e avaliado de diferentes formas. Os proponentes têm desenvolvido uma metodologia vivencial para programas de habilidades sociais, que estabelecem um contexto favorável de relações entre os participantes e estruturam a atuação do terapeuta ou educador. Os proponentes pretendem abordar aspectos do planejamento e condução de programas que exploram recursos multimídia e estratégias vivenciais para a promoção de habilidades sociais. Além disso, pretende-se ilustrar um programa de promoção de habilidades sociais na escola, por meio de um vídeo documentário, de 25 minutos, que apresenta o contexto, os procedimentos e entrevistas com os facilitadores, professores e alunos com flashes da aplicação das vivências em sala de aula. Ao final, será aberto um espaço para perguntas e respostas sobre o planejamento e condução de programas de habilidades sociais com diferentes clientelas e em diferentes contextos de atuação do psicólogo.

**Palavras-chaves:** Programa de Treinamento de Habilidades Sociais, Videodocumentário, Relações interpessoais, Método vivencial

**Atividade: Processos de representação: representação de contos de fadas, representações de si de leitores, relação pais e filhos e suas representações (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Representações de Si na Formação do Leitor: As relações entre afetividade e cognição

**Autor(es):** Ana Flavia Alonço Castanho

**Resumo:** Esta apresentação enfocará os aspectos afetivos e cognitivos envolvidos na formação do leitor. Serão trabalhados dados de uma pesquisa na qual se estudou a relação entre a leitura ser um valor central dentro da hierarquia de valores do sujeito – segundo Piaget, o sistema único e pessoal no qual o indivíduo organiza regras e valores diferenciados que atribui aos objetos do mundo que o cerca, no qual tendências superiores mas frágeis são levadas a triunfar diante de tendências inferiores e fortes, através da força de vontade – e por isso configurar-se como elemento positivo de suas representações de si – que, de acordo com Perron, são construídas como conjuntos de valores e tem por base, no mais íntimo da consciência de si do sujeito, a sensação de ser valor enquanto pessoa – e o desenvolvimento, por parte desse sujeito, de estratégias mais elaboradas de leitura. Para empreender tal investigação, contou-se com a participação de 48 crianças de 8 à 10 anos de idade, que realizaram uma prova de leitura e participaram de uma entrevista aberta, nos moldes do método clínico piagetiano. As respostas obtidas foram agrupadas, em termos das regularidades e ênfases dadas pelas crianças, e a partir desses agrupamentos foram construídas categorias de análise, que se dividiram em três grandes grupos: categorias para a tabulação da habilidades de leitura, categorias para a tabulação da recontagem oral e categorias para a tabulação das representações dos sujeitos sobre a leitura e de suas representações de si ligas à leitura. Para cada conjunto de categorias foram atribuídos pesos a partir de uma análise evolutiva. O que permitiu que os dados da pesquisa recebessem tanto uma análise qualitativa, quanto um tratamento estatístico (testes de Kruskal-Wallis e Mann-Whitney). Com isso, procurou-se analisar se a presença, na criança, de representações de si positivas enquanto leitora mobiliza o desenvolvimento de habilidades superiores de leitura; se a presença, na criança, de representações positivas da leitura em si (leitura como uma atividade que é fonte de prazer) mobiliza o desenvolvimento de habilidades superiores de leitura; se o fato da criança apresentar um modo de recontagem interpretativo, dentre os modos de recontagem descritos por De Souza (1990), (o qual implica ter uma visão crítica do conto, identificando intenções dos personagens, lendo nas “entrelinhas” etc.) relaciona-se ao desenvolvimento da fluência na leitura; e, se a representação positiva de si como leitora relaciona-se ao desenvolvimento do modo de recontagem interpretativo, na criança. Durante a apresentação, serão discutidos os dados obtidos e suas implicações para a formação do leitor.

**Palavras-chaves:** representação, desenvolvimento, identidade, leitura

**Trabalho:** As representações de pais e mães de crianças pequenas sobre a obediência

**Autor(es):** Luciana Maria Caetano

**Resumo:** Esta apresentação enfocará os julgamentos morais de pais de crianças a cerca das suas intervenções junto à educação de seus filhos. Serão trabalhados dados de uma pesquisa que teve como objetivo principal investigar o conceito de obediência de pais de crianças pequenas. Os dados revelaram que este conceito não é explícito na relação com as crianças, tampouco no juízo moral dos adultos. Nem sempre os seus objetivos ao educar estão claros. Porém suas atitudes e intervenções estão absolutamente relacionadas com o conceito de obediência que possuem, ainda que eles não o sistematizem, ou estejam conscientes dele. Os participantes expressam em suas respostas a insegurança em relação à escolha das atitudes mais acertadas junto às crianças, bem como incerteza diante dos seus próprios conceitos morais. A diversidade de categorias encontradas nas respostas e a maneira homogênea com que se subdividem as freqüências percentuais nestas categorias são indicadores desta realidade e apontam para a dificuldade da educação moral nos dias atuais. A opção pela fundamentação teórica piagetiana é justificada pelo próprio título da pesquisa, que como "Um estudo sobre a obediência na relação pais e filhos", discute a moral heterônoma identificada por Piaget nas crianças pequenas e também nomeada por ele como a moral da obediência, sendo que tais conceitos como heteronomia, moral da obediência, autonomia, coação, cooperação e outros, são tratados pelo autor no livro publicado no ano de 1932, chamado de "O Juízo moral na criança". Tais dados colhidos a partir de entrevistas individuais com 60 genitores, que respondem a questões abertas e dilemas morais, permitem analisar as representações que tais participantes fazem de si mesmos, enquanto genitores, explicitando dessa forma, o seu julgamento e pensamento, sobre ser pai e ser mãe, e dessa forma explicitam o que concebem como ideal de postura de educação para as crianças, e como conjunto de valores que concebem como constituintes da identidade de um bom educador. A idéia da necessidade de refletir sobre a educação das crianças é de extrema pertinência e relevância para todos os educadores que participaram da pesquisa, porém, a consciência dessa afirmação não basta para que as intervenções dos adultos junto às crianças, possibilitem, de fato, a melhor formação. Os participantes revelam insegurança em relação à escolha das atitudes mais acertadas para garantir a educação das crianças, os pais não desejam que seus filhos se tornem submissos e obedientes, mas muitas das suas intervenções junto às crianças traem os seus próprios objetivos. Durante a apresentação objetiva-se apresentar os dados da pesquisa, entre eles, os relatos de tais genitores, com o intuito de se analisar e discutir as representações que pais e mães de crianças pequenas constituem a respeito do seu julgamento e ação, enquanto educadores, bem como as respectivas implicações para com a educação e desenvolvimento psicológico moral dos pequenos.

**Palavras-chaves:** moralidade, desenvolvimento, representação, pais e filhos

**Trabalho:** A representação cognitiva e as interpretações de histórias: contribuições de Jean Piaget.

**Autor(es):** Maria Thereza Costa Coelho de Souza

**Resumo:** O conceito de representação cognitiva, para a teoria de Jean Piaget é um marco importante e define uma espécie de divisor de águas entre dois tipos de inteligência: a prática ou sensorio-motora e a representacional ou simbólica, pois faz a intermediação entre a lógica das ações e a do pensamento. Assim, representar o mundo possibilita à criança construir em primeiro lugar, imagens e outros representantes do mundo físico, social e de si mesma, e, em segundo lugar, construir operações lógicas de pensamento, as quais vão permitir-lhe fazer relações coordenadas e reversíveis apoiadas na realidade concreta e abstrata. Representar o mundo e si própria confere então à inteligência (e também à afetividade) a possibilidade de libertar-se da percepção e a elevação a uma nova dimensão interacional: a dimensão simbólica. Com a conquista da representação, a realidade pode ser evocada, recriada, transformada mentalmente;

o eu pode também ser deformado ao bel prazer e a imitação não depende mais da presença do modelo; a linguagem expressa e contribui para este avanço, já que permite a expressão da representação e ao expressá-la, retro-alimenta a própria capacidade representacional. Estas transformações trazem em seu bojo mudanças afetivas e sociais, sendo, a principal, o distanciamento do eu como ponto absoluto de referência e a coordenação de pontos de vista. Piaget não enfatizou em sua obra, como veremos, os conteúdos e os simbolismos individuais em constante fluxo nas representações infantis, mas preferiu estudar a capacidade de representar enquanto forma de organização da atividade mental. Outros teóricos, ao contrário, focalizaram as particularidades dos conteúdos representados, os símbolos individuais e coletivos, mais do que a forma representacional responsável por estas produções. O propósito desta apresentação é discutir o conceito de representação cognitiva de Piaget apontando sua dupla função no desenvolvimento do pensamento da criança: ultrapassar a percepção e intermediar a construção lógica, à luz de alguns resultados de pesquisas sobre interpretações de contos de fadas e contos maravilhosos, realizadas por crianças de diferentes idades. Os resultados aqui utilizados se referem à pesquisa intitulada "Representações de contos de fadas: afetividade, cultura e cognição", que teve a duração de 3 anos (2003 a 2006) e colaboração de 3 alunas do curso de graduação em Psicologia do IPUSP, com financiamentos do CNPq e FAPESP. Foram selecionadas para o tema desta mesa-redonda as categorias de análise para as respostas das crianças a questões relativas à compreensão de dois contos: "O lobo e os sete cabritinhos" e "Senhor Lobo e Senhora gata", ambos dos Irmãos Grimm. Após recontarem o conto, as crianças deviam responder questões do tipo: Por que a gata falou com o lobo? (para o conto "Senhor lobo e Senhora gata"), ou, Por que a cabra foi para a floresta? (para o conto "O lobo e os sete cabritinhos"), e, ainda: Por que o lobo perguntou quantos truques ela (a gata) sabia? (de "Senhor lobo e Senhora gata"), e Por que os cabritinhos acharam que o lobo era a cabra? (de "O lobo e os sete cabritinhos"). A partir dos agrupamentos das respostas a estas questões pelo critério de semelhanças nas argumentações foram construídas 3 categorias para análise: a categoria I- `fora de contexto`, relativa a respostas sem nenhuma relação aparente com o conto ou com o que foi perguntado; a categoria II- `descrição da ação` para respostas que utilizaram descrições como justificativas; e a categoria III- `inferência`, subdividida em IIIA, inferência sem generalização, para respostas que foram além do assunto específico abordado, mas ainda limitadas ao contexto do conto, e, IIIB, inferência com generalização referente à respostas para além do assunto específico e aparentemente com reflexões mais gerais para outros contextos da vida da criança. Foram discutidas possíveis relações entre o tipo de argumentação preferencial das crianças e sua idade, tomando esta última como um indicador importante das construções representacionais e lógicas efetuadas pela inteligência. Além disso, esta apresentação tem também um objetivo complementar: o de demonstrar a importância das obras piagetianas sobre método de pesquisa, nesse caso, a entrevista `clínica` adaptada a dois contos dos Irmãos Grimm, pois acreditamos que é este o método que mais se harmoniza com os princípios epistemológicos e com a teoria psicológica daí decorrente.

**Palavras-chaves:** representação, desenvolvimento, contos de fadas, inteligência

**Atividade: O conceito de obediência na relação pais e filhos: um estudo de moralidade em Jean Piaget (Paineis)**

**Trabalho:** O conceito de obediência na relação pais e filhos: um estudo de moralidade em Jean Piaget

**Autor(es):** Luciana Maria Caetano

**Resumo:** Este painel se propõe apresentar os resultados de uma pesquisa da área de psicologia do desenvolvimento moral, cujo objetivo principal foi investigar o conceito de obediência de pais de crianças pequenas. Além desse objetivo, a pesquisa ainda avaliou os juízos morais dos adultos, com relação ao modo de intervir junto à educação moral de seus filhos, a existência ou não de diferentes respostas dadas aos dilemas morais propostos, conforme o gênero dos sujeitos, e a existência ou não de diferentes respostas dadas aos dilemas morais propostos, conforme a escola (A ou B) em cujo ambiente foram investigados os sujeitos. Fundamentada na teoria do Juízo Moral de Piaget, utilizou-se de perguntas abertas e dilemas

morais, como instrumentos para pesquisar a relação entre os juízos morais desses adultos, e as diferentes intervenções junto aos seus filhos. A amostra foi constituída de 60 participantes, pais de crianças de 2 a 6 anos, contando com 30 sujeitos da escola A (escola onde os filhos estudam), e 30 sujeitos da escola B (idem), de idades aleatórias, sendo eles respectivamente, 15 pais e 15 mães de cada escola. Os dados foram analisados através do agrupamento das respostas, tendo em vista as regularidades observadas, o que levou a construção de categorias. Com base em tais categorias realizou-se a tabulação dos dados em termos percentuais e a atribuição de pesos hierarquizando as categorias, conforme os conceitos de menor para maior evolução de juízo moral. Os testes estatísticos que foram aplicados utilizaram como fonte de informação de dados a hierarquização das categorias, e não os valores numéricos brutos. Para a verificação da aderência dos dados à distribuição normal, foi utilizado Kolmogorov-Smirnov Test (Jack Levin, 1987), cujo resultado possibilitou a decisão dos testes subseqüentes. Para a tabulação cruzada das freqüências dos respondentes, utilizou-se o Kruskal Wallis Test (Siegel, 1979), que permitiu testar todas as variáveis com relação ao sexo dos participantes e a escola onde seus filhos estudam. Os resultados revelaram que não existe um conceito de obediência pré-definido pelos pais e que eles próprios não têm clareza dos seus principais objetivos ao educar as crianças. Por outro lado, as atitudes e intervenções dos adultos, estão absolutamente relacionadas com os seus conceitos morais. Entretanto os participantes pesquisados revelam a necessidade que possuem de refletirem mais sobre as questões referentes à relação pais e filhos, afim de que, possam sistematizar os seus conceitos. Observa-se a partir dos resultados encontrados que os pais não desejam que seus filhos sejam submissos, ou seja, que aprendam a obedecer cegamente. Por outro lado suas intervenções junto às crianças são realizadas empiricamente, buscando por tentativas maneiras mais acertadas de alcançar a obediência por parte dos pequenos. A interpretação desta pesquisa aponta para a grande necessidade das escolas auxiliarem a família, principalmente no que concerne a possibilitar-lhe o acesso ao conhecimento que lhe falta sobre as fases do desenvolvimento moral da criança, bem como, a tomada de consciência do seu importante papel como cooperadores para a possível evolução moral de seus filhos.

**Palavras-chaves:** moralidade,desenvolvimento,pais e filhos,obediência

**Atividade: A Percepção da criança através do desenho infantil (Paineis)**

**Trabalho:**A Percepção da criança através do desenho infantil

**Autor(es):** Marcela Carneiro Ribeiro de Oliveira,Ricardo Andrade Amaral,Nádia Maria Dourado Rocha

**Resumo:** Os estudos envolvendo o desenho infantil no Brasil tiveram início na década de 30 com os trabalhos de Sylvio Rabello, desenvolvidos em Recife, Pernambuco. Com base nesses trabalhos, esta pesquisa ocorreu, usando como modelo a pesquisa de Decroly, realizada na mesma época (1930) descrita no livro de Sylvio Rabello, "A Psicologia do desenho infantil".Os pesquisadores foram a duas escolas particulares na cidade de Salvador, Bahia e reuniram cerca de 150 desenhos de crianças de três a seis anos, os quais foram classificados em sete categorias. O objetivo se encontra em mostrar as variadas percepções das crianças nas faixas etárias escolhidas através de desenhos de certos aspectos não habituais de objetos geralmente conhecidos em outras posições. O método utilizado foi à aplicação de um teste envolvendo três etapas, nas quais os pesquisadores, após separarem as crianças por idade, lhes davam três comandos: 1o- "Imaginem que cada um de vocês se encontra debruçado numa janela e olha um homem que passa na rua. Desenhem isto!", 2o- "Agora vocês se encontram num avião e olham uma rua lá em baixo. Desenhem esta rua vista do alto!", 3o- "Agora vocês estão num pátio e olham um balão que passam lá em cima. Desenhem este balão visto de baixo!". Após todas as crianças realizarem os desenhos, separadamente por etapa, os pesquisadores os recolheram e arquivaram por idade e sexo, posteriormente classificaram-nos de acordo com as etapas. Os resultados foram obtidos através da classificação dos desenhos nas seguintes categorias:

Garaturja - É quando a interpretação simplesmente visual do desenho se torna impossível. Neste caso, é apenas um desenho que não cabe a nenhuma das etapas estabelecida por Decroly. Indeciso - Quando no desenho falta algum item que seja esperado pelo pesquisador, de acordo com os comandos fornecidos. 1a Etapa - Quando no desenho há a presença simplesmente do aluno e do homem na rua, do aluno e do balão e do aluno e da rua. 2a Etapa - Quando o desenho exibe pessoas ou objetos vistos de perfil. 3a Etapa - Quando o desenho exibe pessoas ou objetos pela metade, ou faltando alguma parte. 4a Etapa - Quando o desenho corresponde exatamente ao comando, porém apresentando falhas nas proporções. 5a Etapa - Quando o desenho corresponde com perfeição, de acordo com o ponto de vista da representação mental. Pode-se concluir através desta pesquisa, que as garaturjas são mais freqüentes nas crianças menores (três anos). Os indecisos, assim como os de 1a etapa, predominam quase que igualmente em todas as idades, obtendo percentuais iguais para ambos os sexos. Os desenhos de 2a etapa foram inexistentes nesta pesquisa. Os de 3a etapa só foram encontrados nas crianças do sexo masculino (quatro a seis anos). Os desenhos de 4a etapa foram encontrados em todas as idades, porém tendo maior freqüência nas idades mais elevadas, (quatro a seis anos) apresentando percentuais iguais entre os sexos. Os desenhos de 5a etapa só foram encontrados nas crianças de cinco anos, do sexo feminino e nas de seis anos do sexo masculino.

**Palavras-chaves:** Psicologia, Desenho infantil, Decroly

**Atividade: O BEM-ESTAR PSICOLÓGICO NA VELHICE (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** O Bem-Estar Psicológico na Velhice

**Autor(es):** Lenice Pimentel Cabral, Rosa Ferreira Novo

**Resumo:** A presente investigação analisa o Bem-Estar Psicológico na velhice a partir do referencial teórico-empírico que dá sustentação ao modelo de Bem-Estar Psicológico de C. Ryff. Tema de particular interesse para os psicólogos, a fase da adultícia tem recebido inúmeras investigações. Seligman e Csiksentmihalyi (2000) designaram este domínio de psicologia positiva, no qual o Bem-Estar encontra-se inserido. Os modelos de Bem-Estar congregam experiências subjetivas do passado, do presente ou do futuro. Estudar o Bem-Estar Psicológico na velhice, reflete a preocupação com esta temática na população brasileira que, literalmente, já pode viver a maior parte de suas vidas como adultos. O tema basilar neste estudo - o Bem-Estar Psicológico – é explorado na sua relação com o Conceito de Si e a saúde mental e está contextualizado na idade adulta avançada, com participantes de ambos os sexos. O Bem-Estar Psicológico, aqui, está referenciado como sendo uma qualidade de funcionamento que se constrói por sua referência aos outros e ao mundo, e a descoberta do Eu é vista como um processo intersubjetivo. Este aspecto leva-nos a destacar a esfera do relacionamento interpessoal como matriz e base da construção identitária e do Bem-Estar Psicológico (Novo, 2003). O objetivo geral é o de realizar um estudo exploratório, no contexto brasileiro, no campo do Bem-Estar Psicológico na velhice, identificando e caracterizando os aspectos específicos associados ao contexto da vivência da saúde e às percepções pessoais representadas pelo Conceito de Si. Para alcançar este objetivo, foi estudada uma amostra de participantes de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 65 anos, integrados na comunidade, apresentando boas condições de saúde física e psíquica. O estudo é de tipo descritivo e correlacional, assente numa metodologia transversal. Como instrumentos de avaliação foram utilizados, como rastreio, o Teste Cognitivo Mini Mental State, uma Ficha de Caracterização Demográfica (Amostra de Adultos de Idade Avnçada), e como instrumentos de avaliação, as Escalas de Bem-Estar Psicológico (Ryff, 1989b; Ryff & Keyes, 1995) e a Escala do Conceito de Si – TSCS-2 (Fitts & Warren, 1996). Na primeira etapa do estudo, caracteriza-se a amostra global quanto aos seus aspectos psicológicos e na segunda etapa, caracterizam-se os aspectos psicológicos próprios de cada grupo constituído: um de Bem-Estar Psicológico Reduzido e outro de Bem-Estar Psicológico Elevado, a partir da auto-avaliação realizada pelos participantes. Com base no quadro teórico apresentado foi efetuada a análise dos dados que revelam ser o Bem-Estar

Psicológico possível nesta fase da vida, observando-se homogeneidade em suas diversas componentes. O Conceito de Si apresenta-se como um fator importante quando o sujeito auto-avalia o Bem-Estar Psicológico na velhice. O Bem-Estar Psicológico perspectivado no presente estudo não elimina a dor, a doença e os conflitos inerentes ao ser humano. O Modelo de Bem-Estar Psicológico, possibilita, enfim, integrar os múltiplos aspectos do self a partir da avaliação de diferentes níveis de avaliação (escalas de auto-avaliação) e a sua caracterização no contexto do Conceito de Si. O estudo intenta identificar níveis distintos de Bem-Estar Psicológico na amostra que foi selecionada, seguindo o que a literatura identifica como velhice, ou seja, pessoas a partir de 65 anos.

**Palavras-chaves:** Adultos Idosos, Bem-Estar Psicológico, Conceito de Si, Saúde

**Atividade: Adolescentes: vida sexual e diálogo com os pais (Paineis)**

**Trabalho:** Adolescentes: vida sexual e diálogo com os pais

**Autor(es):** Fabiana Saito Sanchez Ferragut, Melina Guedes Costa, Divanise Suruagy, Eulalia Maria Chaves Maia, Arminda Theotonio, Ana Carolina P. Pontes, Jairo Jairo

**Resumo:** Adolescência é o período de transição entre a infância e a fase adulta caracterizado por transformações corporais, psíquicas e sociais que vêm aliadas a modificações sexuais, levando o adolescente buscar elaborações de novos conceitos psicológicos. A importância da família para o jovem está na possibilidade de manter o eixo de referências simbólicas a qual representa como lugar de apego, de segurança, rede de proteção e que nesse momento precisa abrir espaço para o outro, para continuar sendo ponto de referência. A dificuldade em lidar com as questões do adolescente, em particular as relacionadas à sexualidade, justifica-se pelo fato de tocarem em pontos difíceis para os pais, em suas próprias vidas. Essas questões são transferidas para os jovens e se transformam em “problema do jovem”, próprio de uma suposta etapa da vida. A comunicação verbal entre mãe e filha em torno da menarca é um momento e oportunidade de transmissão de normas, valores e conhecimentos sobre comportamentos preventivos. Apesar da importância do tema, poucos trabalhos científicos prendem-se apenas a questão do diálogo entre pais e filhos e a vida sexual dos jovens, o que justifica o presente estudo que tem como objetivo identificar a existência de diálogo entre pais e filhas, em uma população de jovens do sexo feminino na faixa etária de 12 a 18 anos e qual a sua relação com início de vida sexual, gravidez e aborto. Trata-se de uma pesquisa, do tipo transversal, parte de um estudo maior, com jovens do sexo feminino, na faixa etária dos 12 aos 18 anos que utilizou na coleta de dados questionário auto-aplicável, semi-estruturado, anônimo, aplicado em dez escolas que foram selecionadas por sorteio aleatório (cinco públicas e cinco particulares) em Maceió, 2005. Como o objetivo maior era a averiguar sobre aborto, para o cálculo da amostra utilizou-se da metodologia preconizada pelo de Alan Guttmacher Institute que é calculada a partir de número de internações por complicações por aborto. Utilizou-se dos recursos estatísticos do programa Epi Info 2000. O Projeto foi aprovado pelo Comitê de Bioética da Universidade Federal de Alagoas, atendendo as normas da Resolução CNS 196/96 do Ministério da Saúde. Foram estudadas 2592 jovens na faixa etária selecionada, destas 52,2 % estavam cursando o nível médio, idade média de 15 anos, a maioria (63,3%) vivia com os pais, cuja escolaridade variava entre analfabetos (1%); nível fundamental (35,6%); nível médio (31,8 %) e (31,6%) do nível superior. 95,7 % eram solteiras, o que confirma a literatura estudada. 21,2% já havia começado a vida sexual, com idade média de início de vida sexual de 15 anos, com menor idade referida de 9 anos (2%), encontrada em escola pública de bairro da periferia e idade máxima de 18 anos (4,6%). 163 (3%) afirmaram já ter engravidado. Ao se indagar da existência de diálogo entre elas e os pais 33,7 % informou dialogar às vezes, 15,9 % frequentemente; 26,3 %; raramente, 19,8 %

sempre e 3,9% informaram nunca conversarem com os pais, em sua maior parte era com a mãe, que acontecia o diálogo e que prendia-se em maior parte a aspectos da vida pessoal e apenas 2,5% afirmou dialogar sobre a vida sexual e sempre com a mãe. O estudo demonstra que a vida sexual dos jovens começa cada vez mais cedo e que o nível educacional influencia nesse ato, o diálogo entre pais e filhos é importante, porém a dificuldade em realizá-lo é grande quando se prende ao aspecto sexual, o que confirma a literatura estudada.

**Palavras-chaves:** adolescentes,pais,sexualidade,diálogo

**Atividade: Indicadores de proteção ao desenvolvimento em adolescentes e jovens residentes em Presidente Prudente, SP: religiosidade, amizade, família, qualidade e expectativas de vida (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Indicadores de proteção ao desenvolvimento em adolescentes e jovens residentes em Presidente Prudente, SP: religiosidade, amizade, família, qualidade e expectativas de vida

**Autor(es):** Renata Maria Coimbra Libório

**Resumo:** O trabalho a ser apresentado é parte de uma pesquisa intitulada "Comportamentos e Fatores de risco e proteção na adolescência e juventude nos municípios de Presidente e Belo Horizonte", financiada pela FAPESP, realizada em 2006 com 1000 participantes entre 14 e 24 anos de idade em Pres. Prudente e 450 participantes de Belo Horizonte, de ambos os sexos, que estudam em escolas públicas estaduais e municipais localizadas em regiões de exclusão social, segundo dados fornecidos pelo CEMESPP (UNESP – Pres. Prudente). Este projeto faz parte de uma pesquisa em âmbito nacional, que está sendo desenvolvida em várias capitais brasileiras: Porto Alegre, Recife, São Paulo, Campo Grande e Brasília, sob a coordenação geral da Prof.<sup>a</sup> Dra. Sílvia Helena Koller da UFRGS e sua equipe. Do ponto de vista teórico a pesquisa abrange a psicologia positiva e o modelo bioecológico do desenvolvimento humano, de Bronfenbrenner. A Psicologia Positiva visa compreender os fatores e processos que promovem o desenvolvimento psicológico sadio, nos levando a analisar quais aspectos são responsáveis por fortalecer e construir competências nas pessoas, ao invés de ficar tentando "corrigir" aquilo que é considerado "inadequado". Nesta perspectiva inserem-se as análises sobre os processos de resiliência e os indicadores de risco e proteção durante o desenvolvimento, considerados importantes fundamentos da pesquisa. Aos 1500 participantes da pesquisa foi aplicado um questionário contendo 109 questões de múltipla escolha, e algumas questões em aberto, cujas questões permitem a análise sobre os seguintes aspectos: avaliação de aspectos de saúde-doença, de forma contextual e multidimensional, abrangendo os seguintes indicadores: dados biosociodemográficos dos adolescentes e jovens e suas famílias; aspectos relacionados à educação e ao trabalho; saúde e qualidade de vida; comportamentos de risco (drogas, suicídio, sexualidade, violência); fatores de risco (violência intrafamiliar e na comunidade, exposição a doenças / drogas, deficiência, discriminação, institucionalização, vida na rua, conflito com a lei, empobrecimento / pobreza, separação / perda na família), e fatores protetores sociais (lazer, rede de apoio, coesão/satisfação familiar, relações de amizade) e pessoais (espiritualidade, valores/moralidade, auto-estima/criatividade, realização/bem-estar, otimismo, sentido para a vida, humor, altruísmo/sociabilidade, auto-eficácia, perspectiva para o futuro). Neste trabalho apresentaremos algumas análises de importantes indicadores de proteção na adolescência e juventude: índices de religiosidade, relações de amizade, satisfação familiar, avaliação de qualidade de vida e expectativas de vida, nos 1000 adolescentes e jovens participantes da pesquisa em Pres. Prudente. Os dados coletados, após sua tabulação, foram analisados através do Software SPSS, versão 14.0, através de estatísticas descritivas das variáveis acima. Pretende-se com os resultados da pesquisa elaborar uma reflexão sobre o cotidiano dos participantes, que subsidiará uma discussão sobre políticas públicas a serem direcionadas aos grupos sociais que vivem condição similar.

**Palavras-chaves:** adolescência e juventude,indicadores de proteção,desenvolvimento

**Atividade: ITINERÁRIOS TERAPÊUTICOS E O SISTEMA FORMAL DE SAÚDE EM UMA COMUNIDADE DE SALVADOR-BA**

## **(Paineis)**

**Trabalho:** ITINERÁRIOS TERAPÊUTICOS E O SISTEMA FORMAL DE SAÚDE EM UMA COMUNIDADE DE SALVADOR-BA

**Autor(es):** Carla Silva Soares, Leny Trad, Jeane Saskya Campos Tavares

**Resumo:** A família, enquanto locus privilegiado de interações e socialização configura-se um espaço potencialmente protetor ou fragilizante no que diz respeito à saúde. Ela atua ainda como mediadora na relação entre o sujeito e os sistemas de cuidado. Há, assim, uma tendência atual nos programas sociais e de saúde, a tomar a família como objeto das suas intervenções. Diante de tal perspectiva, é necessário ponderar acerca dos recursos de que dispõe a família no enfrentamento dos problemas de saúde, pois, estes são decisivos na determinação de estratégias possíveis e comportamentos alternativos. A presente investigação teve como objetivo descrever os itinerários terapêuticos desenvolvidos por famílias de um bairro popular de Salvador, focalizando particularmente sua relação com os serviços formais de saúde. Especificamente, buscou-se compreender as interpretações das famílias acerca da estruturação e dinâmica das unidades e serviços de saúde do bairro, analisando-se, ainda, as motivações das famílias para a escolha dos serviços. Esta análise integra a pesquisa “O cuidado à saúde no contexto familiar e suas inter-relações com os serviços formais e informais de saúde”, desenvolvida no grupo Comunidade, Família e Saúde (FASA), vinculado ao Instituto de Saúde Coletiva (ISC/ UFBA). Trata-se de um estudo etnográfico baseado no pressuposto de que é necessário investigar costumes e práticas culturais relacionadas ao cuidado, importante ponto de impacto de programas de saúde. O bairro é marcado pela convivência de classes, formado ao mesmo tempo por condomínios de luxo e por várias invasões. Para esta análise, especificamente, foram escolhidos os casos de três famílias, moradoras de uma das invasões do bairro. Participaram da pesquisa dois ou mais membros de cada família, além de agentes comunitários e gestores de unidades de saúde, totalizando a participação de onze pessoas. A coleta de dados ocorreu em três fases. O primeiro momento consistiu em uma pesquisa documental para traçar um perfil do bairro em relação a história, segurança, educação, lazer e serviços públicos, buscando-se também traçar um perfil da rede formal de atenção à saúde do bairro. O segundo momento implicou em um reconhecimento da área e na escolha dos participantes, a partir dos critérios de acessibilidade e histórico de busca à rede formal na família. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas individuais, após assinatura de termos de consentimento livre e esclarecido, além de observação direta e registros em diário de campo. As dimensões das entrevistas investigavam acerca de dados de identificação, caracterização do bairro, saúde no bairro, saúde da família, itinerário terapêutico atual e histórico de busca à rede formal. Os principais resultados indicam que as famílias interpretam a estruturação e dinâmica das unidades de saúde como serviços burocratizados e marcados por problemas administrativos. Há, porém, bom relacionamento interpessoal com os profissionais de saúde. Em relação à motivação, foi possível perceber a busca por diferentes serviços disponíveis de acordo com a gravidade ou urgência do problema de saúde. Em todas as famílias, a hipertensão foi fator fundamental no aumento da busca a uma das unidades. Em se tratando do Itinerário terapêutico, observou-se que nas famílias, a rede formal de atenção é a principal fonte de cuidados extra-domiciliares. Há, porém, busca de cuidados na religião ou em curandeira por membros isolados ou em caso de expectativas frustradas com o serviço formal ou dificuldades materiais.

**Palavras-chaves:** Cuidado, Família, Sistema formal, Serviços de saúde, Itinerários terapêuticos

**Atividade:** A descentração em adolescentes de diferentes contextos sociais  
**(Paineis)**

**Trabalho:** A descentração em adolescentes de diferentes contextos sociais.



**Autor(es):** Miriane da Silva Santos, Cleonice Pereira dos Santos Camino, Natália Lins Pimentel Pequeno, Izayana Pereira Feitosa

**Resumo:** A caracterização do desenvolvimento cognitivo e social compreende, segundo o construtivismo Piagetiano, um avanço na consideração pelo indivíduo de papéis desempenhados pelo outro – descentração social. Ainda de acordo com este enfoque, a descentração é um processo que ocorre paulatinamente da infância para o final da adolescência e depende das relações sociais. Para verificar a influência do meio social na descentração, julgou-se oportuno comparar a capacidade de descentração em adolescentes de três diferentes contextos sociais. Participaram do estudo 180 adolescentes do sexo masculino (60 adolescentes estudantes – GI-, 60 adolescentes que cumprem medidas sócio-educativas – GII - e 60 adolescentes que passam os dias nas ruas - GIII), com idades entre 14 e 18 anos. Os adolescentes foram entrevistados, individualmente, nos respectivos locais em que se encontravam. Foi apresentado aos participantes o seguinte dilema: “Um grupo de estudantes brasileiros inventou uma nova forma de jogar bolinhas de gude. Chegaram na escola estudantes estrangeiros, que não conheciam as novas regras, mas que também queriam jogar. Você poderia me dizer o que os brasileiros deveriam fazer?”. O conteúdo das respostas foi submetido a uma análise realizada por três pares de juízes. Esta análise possibilitou a categorização de respostas em níveis de elaboração. Os níveis de elaboração das respostas variaram de 1 a 5 e quanto mais elevado o nível, maior a capacidade de descentração. Os dados foram analisados estatisticamente através do Teste do Qui-quadrado, que indicou diferenças significativas entre os grupos ( $\chi^2(8 N= 180) 24,23; p < 0,01$ ). Nos três grupos, a maior frequência de respostas foi observada no Nível 2 (Ensinar as normas aos estrangeiros) (GII=64,71%, GIII=62,36% e GI=60,00%). O grupo dos adolescentes institucionalizados e o dos meninos que passam os dias nas ruas apresentaram maior frequência de respostas no Nível 1 (Respostas Não Pertinentes) quando comparados ao grupo dos estudantes (GII=15,29%; GIII=12,94% e GI=7,09). O grupo dos estudantes apresentou maior frequência de respostas no Nível 4 (Ensinar as normas aos estrangeiros e Aprender as normas dos estrangeiros) e no Nível 5 (Construir novas regras conjuntamente) quando comparados aos outros dois grupos. De acordo com os resultados, observa-se que todos os grupos apresentaram dificuldade de descentração. Entretanto, esta dificuldade foi maior nos adolescentes institucionalizados e entre os que passam os dias nas ruas. As dificuldades encontradas, sobretudo, nos adolescentes destes dois contextos, poderiam ser atribuídas a um desenvolvimento cognitivo pouco avançado, pois, segundo Piaget, a descentração também se encontra ligada ao desenvolvimento cognitivo. Porém, o desenvolvimento cognitivo e a escolaridade, por si só, não explicariam os resultados gerais, uma vez que os três grupos de adolescentes tiveram a maioria das suas respostas no Nível 1. Assim, conclui-se que existe uma influência do contexto social, porém, de uma forma mais global, o processo de socialização vigente nas instituições responsáveis pela formação dos adolescentes não está alcançando o objetivo desejado, que seria o de formar indivíduos capazes de se colocar mentalmente no lugar do outro, independente de fronteiras territoriais, e procurar estabelecer normas em comum. Pesquisa financiada pelo PIBIC/CNPq

**Palavras-chaves:** Descentração, Adolescentes, Contextos Sociais

**Atividade:** **Relação entre infrações e penalidades conhecidas por adolescentes vítimas de exclusão social. (Paineis)**

**Trabalho:** Relação entre infrações e penalidades conhecidas por adolescentes vítimas de exclusão social.

**Autor(es):** Natália Lins Pimentel Pequeno, Cleonice Pereira dos Santos Camino, Miriane da Silva Santos

**Resumo:** Na teoria da justiça retributiva Piagetiana, são considerados dois tipos de sanções retributivas: a sanção expiatória e a sanção por reciprocidade. Na sanção expiatória, o indivíduo

aceita a idéia de que, quanto mais severa, a punição, mais eficaz. O correto é castigar para que o culpado sinta a gravidade da falta cometida. Neste tipo de sanção, não existe nenhuma relação entre o conteúdo da sanção e a natureza do ato, mas há a valorização da proporcionalidade entre elas. A sanção por reciprocidade enfatiza a cooperação e a idéia de igualdade. O desejo é que, o indivíduo que tenha cometido a falta, sinta o efeito do elo de solidariedade rompido e que perceba que agiu contrariando as regras de cooperação. Há o desejo de uma reposição da ordem social. Neste tipo de sanção há a relação entre o conteúdo da falta e a punição, e é necessário que exista proporcionalidade entre elas. Há diferentes formas de sanções por reciprocidade, que tendem a aumentar com o avanço da idade. Na passagem de uma justiça para a outra, o contexto social é de uma importância fundamental: quanto mais coercitivo é o contexto, maior a dificuldade de evolução. Dentro desta perspectiva, o objetivo da presente pesquisa é verificar quais os tipos de sanções que os adolescentes institucionalizados e os adolescentes que passam os dias na rua consideram mais justas, uma vez que esses adolescentes são tratados de forma coercitiva pela sociedade, uma vez que esta os exclui. Participaram desta pesquisa 120 adolescentes da cidade de João Pessoa - PB (60 adolescentes que cumprem medidas sócio-educativas em uma instituição de ressocialização – GI - e 60 adolescentes que passam os dias nas ruas –GII), do sexo masculino e com idades entre 14 e 18 anos. O instrumento utilizado foi um questionário que continha perguntas sobre as infrações que estes adolescentes conheciam, e quais as penalidades que consideravam justas para as infrações. A administração foi realizada individualmente nos locais onde se encontravam os adolescentes. As infrações mais encontradas nas respostas dadas pelos adolescentes institucionalizados (GI) foram roubar (33,94%) e matar (29,09%); e nos adolescentes em situação de rua (GII) foram: roubar (34,13%), matar (26,98%), e consumir ou traficar drogas (16,67%). Já quanto às penalidades, as mais encontradas nas amostras foram: ser preso (GI = 63,64% e GII = 43,88%) e morrer (GI = 9,09% e GII = 13,27%). Assim, os resultados indicaram que a maioria das infrações recebeu sanções expiatórias. Este tipo de sanção, que supõe uma relação social baseada no respeito unilateral, segundo os estudos empíricos sobre o tema, é observado, sobretudo, em crianças, e não em adolescentes. O esperado para adolescentes seria respostas de sanções por reciprocidade, que enfatizam a cooperação e o respeito mútuo. Portanto, essa pesquisa mostra que os adolescentes institucionalizados e os meninos que passam os dias na rua não evoluíram em suas concepções sobre a justiça. De fato, julga-se que a sociedade não está cumprindo com a devida responsabilidade nos processos de ressocialização e educação dos adolescentes participantes desta pesquisa. Pesquisa financiada pelo PIBIC/CNPq

**Palavras-chaves:** Adolescentes, Penalidades, Infrações

**Atividade: Adolescência: diferenças entre iguais (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Adolescência: diferenças entre iguais - Resiliência: fatores de risco e proteção.

**Autor(es):** Andréa Sandoval Padovani, Stella Sarmento

**Resumo:** A adolescência pode ser definida por passagem da infância para a fase adulta e constitui-se de mudanças fisiológicas, psicológicas e sociais, “um período que começa na biologia e termina na sociedade” (FERRARIS, 2005). Reconhecer-se a si mesmo, lidar com as exigências do grupo social, construir novas identidades são desafios característicos desta fase, que os tornam vulneráveis às influências externas. Segundo Nascimento (1999), é possível identificar alguns traços comuns nos comportamentos da adolescência, passíveis de generalização, já que se repetem independentemente da época ou do tipo de sociedade, bem como da classe social. Contudo, acreditar na adolescência com características universais, desconsiderando sua inserção no contexto social é como ocultar desigualdades presentes na sociedade, situando a responsabilidade do agir sobre o próprio adolescente, desconsiderando a realidade que o cerca e o fenômeno biopsicossocial que é pano de fundo para o desenvolvimento humano (OZELLA, 2002). A sociedade moderna caracteriza-se pelo individualismo, pelas transformações culturais e econômicas, que geram conflitos, banalização da violência, desigualdade social, econômica e cultural, condutas ilícitas e cultura de consumo (ANTONI e

KOLLER, 2002); fatores encontrados na vida do adolescente, que vítima, testemunha ou agente neste contexto, fica exposto à violência física e psicológica e a reproduz em suas relações, podendo, inclusive, incorrer em atos infracionais (RANNA, 2005). O ato infracional cometido por adolescentes é produto de fatores complexos e de várias ordens, podendo estar relacionado com o período de vida ou com as condições familiares e sociais nas quais estão inseridos. A criação do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, foi um grande avanço, pois passou a considerar crianças e adolescentes indivíduos em desenvolvimento e sujeitos com direitos e deveres. Mas por que, então, adolescentes diante da mesma realidade familiar, cultural, social e econômica, não agem em direção ao ato infracional? Por que, diante de fatores considerados de risco, o adolescente busca alternativas e segue um caminho tão diferente, criando ele mesmo condições de mudanças? Podemos aqui tecer a hipótese de que alguns adolescentes desenvolvem o que estudiosos chamam de resiliência. Segundo Grunspun et al (2002, p.164), resiliência é a capacidade humana de se recuperar frente a adversidades, não se tornando vítima dos acontecimentos traumáticos, estressores; trata-se de sujeitos que submetidos a fatores de risco conhecidos, possuem imunidade e proteção psicológicas e não apresentam danos no decorrer de sua vida, ao contrário, muitas vezes, fazendo destas adversidades degraus para mudanças. Porém, “a resiliência deve ser sempre relativizada e entendida dentro de um conjunto amplo de fatores intrínsecos e extrínsecos ao indivíduo” (ASSIS, PESCE e AVANCI, 2006). Fatores formados por recursos familiares e sociais disponíveis para atender a criança e o adolescente, bem como suas características internas (SANTOS, 2000; ASSIS, PESCE e AVANCI, 2006). A pesquisa com os adolescentes visou, através da aplicação de um teste projetivo - Wartegg e sua análise, e de uma entrevista semi-estruturada, verificar a existência de características que pudessem indicar resiliência entre adolescentes de um programa comunitário do Nordeste de Amaralina, o VivaNordeste, e adolescentes que cometeram ato infracional e encontravam-se privados de liberdade na CASE-Salvador.. Levantaram-se aspectos familiares, sociais e econômicos comuns, identificando fatores de risco e proteção; verificaram-se, através do teste projetivo, traços de personalidade comuns nos dois grupos, que denotassem a presença de condições ligadas a resiliência. Foram pesquisados 28 adolescentes, sendo 14 de cada grupo. Baseando-se na literatura consultada, supomos a existência, entre os sujeitos dos dois grupos, traços de personalidade relativos a esta fase do desenvolvimento; bem como aspectos familiares, sociais e econômicos comuns. Porém, no que tange aos aspectos ligados à resiliência, acreditamos que estes fossem mais presentes nos adolescentes do projeto VivaNordeste. Com base nos dados levantados, confirmaram-se a existência de traços relativos à fase do desenvolvimento do qual fazem parte os sujeitos da pesquisa: a adolescência; e a existência de características relativas ao potencial de resiliência nos adolescentes de ambos os grupos, contudo estas foram predominantes, em certos aspectos, nos adolescentes participantes do Programa VivaNordeste. A defasagem escolar e a pouca participação em atividades sociais e desportivas, encontradas entre os adolescentes da CASE, somadas a outros fatores delineados como de risco (ASSIS, 1999; ASSIS et al, 2006; CRUZ NETO, MOREIRA e SUCENA, 2001; GROTBORG, 1998), como o pouco envolvimento religioso; a necessidade de trabalhar para auxiliar na renda familiar; a violência a que foram expostos; o envolvimento com substâncias psicoativas durante a infância e a adolescência, os conflitos familiares; estes fatores expõem estes sujeitos a certo grau de vulnerabilidade que pode dificultar a potencialização da resiliência. O que pôde ser concluído é a necessidade de redes de apoio visando incentivar os jovens a pensar seu futuro, a buscar alternativas diante das dificuldades e adversidades de sua vida, desenvolver resiliência; alternativas estas que lhes possibilitem mudar o rumo de suas histórias.

**Palavras-chaves:** Adolescência, Ato Infracional, ECA, Resiliência, Wartegg

**Atividade:** A relação da rotina de um abrigo para crianças com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Paineis)

**Trabalho:** A Relação da Rotina de um Abrigo para Crianças com o Estatuto da Criança e do Adolescente

**Autor(es):** Valdenise Lima Pimentel

**Resumo:** O Brasil é um país que carrega em sua história marcantes desigualdades econômicas

e sociais. Estas desigualdades acarretam uma série de problemáticas, uma delas refere-se a processos de exclusão que acomete boa parte da infância brasileira. Diante de uma realidade de grande desfavorecimento econômico e problemas estruturais de moradia, saúde, alimentação e emprego, de grande parte da população, muitas crianças acabam sem mesmo o direito à convivência familiar. Ao longo da história, essa condição de sobrevivência precária de grande parte das crianças brasileiras constitui o cenário para o surgimento de instituições voltadas a sua assistência. No caso de criança em situação de risco pessoal e social (situação de rua, vítima de violência, órfãos, abandonadas ou retiradas de suas famílias para sua própria proteção) o abrigo constitui-se medida provisória e excepcional. A implantação do ECA aponta necessidade de mudanças significativas no funcionamento das instituições de abrigo, na qual, o espaço de socialização, desenvolvimento e exercício da cidadania se sobrepõe à visão meramente assistencialista. Os abrigos, de acordo com o ECA devem garantir a preservação dos vínculos familiares; realizar atendimentos personalizados e em pequenos grupos; cuidar para que não ocorra o desmembramento de grupos de irmãos; possibilitar a participação na vida da comunidade local e nos casos, em que não sejam possíveis os retornos à família de origem, deve-se integrar a criança em família substituta. Pelo fato de ainda não se ter no Brasil uma operacionalização eficiente das políticas públicas de proteção à infância, muitas instituições de abrigo funcionam não em caráter provisório, mas se responsabilizam por crianças durante vários anos. Dessa forma, um dos aspectos mais relevantes na discussão sobre o desenvolvimento de crianças em contexto de abrigos é como são estruturados os ambientes e as rotinas dos mesmos. O presente estudo parte de teorias psicossociológicas com o objetivo de discutir o ambiente institucional foco de análise dessa pesquisa. Nesse enfoque, se faz compatíveis análises micro e macrossociais, de forma que, se estuda a estrutura social a partir das interações cara a cara em que o sentido dado às ações parte dos próprios atores sociais, ao tempo que tais interações fazem parte de um sistema estruturado de ações normativas mais amplas. O presente trabalho tem como objetivo caracterizar a rotina de um abrigo para crianças e relacioná-la com as prescrições do Estatuto da Criança e do Adolescente. A pesquisa foi realizada em um abrigo que atende crianças de 0 a 7 anos. Participaram desse estudo 25 funcionários do quadro do abrigo, todos do sexo feminino, que desempenhavam atividades de cuidados diários com as crianças. A coleta de dados foi realizada com os funcionários através de uma oficina. Foi solicitado aos funcionários que se reunissem em grupo por setor e discutissem como se dava à rotina diária do abrigo, em seguida eles teriam que organizar por escrito a rotina identificada por eles e apresentá-la ao grupo. Os dados foram analisados através da leitura da descrição da rotina feita pelos funcionários, após a leitura, o pesquisador destacou os temas salientes da rotina: higiene, alimentação e medicação; cumprimento de horários; lazer / recreação e comunicação e afeto. Os resultados encontrados foram: nos discursos dos funcionários predomina como preocupação central à higiene e alimentação das crianças; todas as atividades das crianças eram desenvolvidas em horários previstos. Toda a rotina era pensada e praticada de forma rígida, com pouca flexibilidade de horários; os funcionários relataram que os momentos de recreação mencionados por eles na rotina das crianças não se caracterizavam por atividades programadas ou planejadas. Segundo os funcionários, as crianças nos momentos de recreação ficavam em atividades livres entre elas. As intervenções deles nos momentos de recreação das crianças se resumiam a evitar a exposição das crianças a riscos e controlar conflitos entre as mesmas; em relação à convivência no abrigo entre irmãos, contrário ao que prescreve o ECA, não se observou uma clara sistemática de oportunidades de interações. Com base nestes resultados, nota-se que o quadro social que configura a rotina da criança no abrigo ainda está muito distante da efetiva proteção aos direitos da criança.

**Palavras-chaves:** Abrigo, Criança, Estatuto da Criança e do Adolescente

**Atividade:** Motivação e Criminalidade  
(Paineis)

**Trabalho:** Motivação e Criminalidade: um estudo junto a jovens da periferia de Salvador

**Autor(es):** Gilcimar Santos Dantas, Mino Correia Rios

**Resumo:** O presente trabalho buscou discutir a exclusão social relacionada à motivação e ao ingresso do jovem de periferia da cidade de Salvador na criminalidade. Embora façam parte de um repertório amplamente difundido, as possíveis contingências aversivas (prisão e/ou morte) não se mostram poderosas o suficiente para evitar essa questão. Assim, a função do código penal indicado por autores do direito penal (desde clássicos como Beccaria até mais recentes, como Pena) acaba questionado em relação à sua eficácia. Dessa maneira, a discussão vinculada às teorias de motivação pode fornecer elementos mais ricos para o debate dessa questão, não com uma perspectiva restritiva de inibir o delito, mas antes de debater fatores mais amplos relacionados à sua gênese. Dessa maneira, a explicação unicausal com perspectiva linear direta apresenta fragilidades, sendo necessário um método que procure articular diferentes fatores. Buscando contemplar melhor a complexidade do tema, optou-se por trabalhar com a triangulação de métodos qualitativos, contemplando-se aí os métodos: Pesquisa Documental, onde enfatizamos as condições e modo de vida, para tratar da perspectiva histórica dos fatores de proteção e de risco tratados na literatura; Entrevista em Profundidade, as quais dividiram-se em duas etapas: a primeira delas constava com integrantes de movimentos sociais e segunda com jovens moradores de um bairro da periferia de Salvador (egressos e sem histórico de apenamento, incluindo doze entrevistados por grupo, sendo seis homens e seis mulheres). O material das entrevistas foi trabalhado a partir da análise de conteúdo, sendo as questões orientadas para: as condições gerais de vida do entrevistado e do jovem de periferia em geral; os seus objetivos e metas para o futuro; a sua relação com a criminalidade, incluindo o seu significado; as razões para o ingresso na criminalidade (seu e/ou dos jovens de periferia). Para fins do tratamento do conteúdo, enfatizamos as escolas de motivação em termos de Necessidades (Poder, Afiliação e Sucesso) e Expectativa, procurando articula-las com os dados sócio-históricos obtidos. Em função dos dados obtidos nas respostas ainda na primeira etapa das entrevistas, ficou nítida a necessidade de se recorrer a alguns dados históricos que relacionassem os aspectos motivacionais em termos de metas para o futuro, dados sociológicos e relação com a criminalidade. Embora Salvador seja conhecida como uma cidade de maioria negra, essa distribuição não é aleatória. Nos bairros de maior poder aquisitivo, bem como nas instituições de ensino mais conceituadas, o número de negros é reduzido, quase inexistente. Por outro lado, na periferia e nos colégios públicos, o número de negros aumenta gradativamente, tendo-se a impressão de muitas cidades dentro da cidade, de muitas subculturas com características bem próprias. Como estas referências se direcionavam constantemente à um alijamento histórico e de valor racial foram analisadas medidas estatais, via aparelho legal, criadas no século XIX e perpetuadas em boa parte do XX, que tinham como intuito não só segregara a comunidade negra naquele período histórico como, também, manter essa comunidade sem acesso a determinados direitos, como a educação, num período a partir do qual essa passou a se configurar num elemento de flexibilidade social. No que concernia à motivação para o crime, as respostas se referiram a três questões unânimes que foram masculinidade, poder/respeito e referência (alguém cujo jovem tem como “espelho” para aquilo que quer ser). Em relação às metas, as respostas diferiam significativamente em relação ao gênero. Enquanto no caso das mulheres se verificava um projeto de vida mais estruturado e definido, no caso dos homens, embora as metas existam, a maneira como estas são elaboradas indica carência na sua estruturação e conexão com meios de seu alcance, além da falta de linearidade nas diferentes metas que apresentam. As respostas sobre condições de vida, além disso, apontam papéis de gênero bem demarcados, com poucas alternativas de flexibilidade. Nesse caso, o homem tem a obrigação de demarcar seu papel de provedor, ao mesmo tempo em que sua masculinidade está vinculada diretamente a gerar filhos e ser temido (no caso dos jovens). Ao se pensar as categorias propostas por Vroom, associadas a questões histórico-sociais, a dificuldade de vislumbrar meios socialmente validados de atingir metas comuns aos jovens em geral e atender a necessidades psicossociais, acaba funcionando como fator de risco para o ingresso na criminalidade. Quando se tratava da questão racial, pode-se perceber, a partir dos dados de um estudo feito na penitenciária Lemos de Brito, que a maioria dos presos são negros, quase a totalidade do seu contingente é masculina e que a maioria das pessoas assassinadas na periferia de Salvador é negra e masculina. Pode-se depreender desse estudo que, associados à condição de vida precária, o racismo e o machismo também são determinantes para a inserção do jovem, na periferia de Salvador, na criminalidade.

**Palavras-chaves:** Motivação, Exclusão, Racismo, Periferia

**Atividade: Juventude em Cena  
(Experiências em Debate)**

**Trabalho:**Juventude em Cena - Experiências de jovens com o teatro numa comunidade do Rio de Janeiro

**Autor(es):** Jessé Guimarães da Silva,Solange Jobim e Souza Jobim

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo apresentar alguns resultados acerca da pesquisa executada durante o Curso de Mestrado em Psicologia Clínica, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). A proposta define-se por investigar os modos pelos quais adolescentes e jovens, moradores de uma determinada comunidade da Baixada Fluminense, situada à cidade do Rio de Janeiro, se apropriam e atribuem significados aos trabalhos na área de artes cênicas, oferecidos a eles por uma organização não-governamental. Pretendo, então, desenvolver uma leitura que tenha, como um de seus referenciais, o espaço cênico enquanto possibilidade de expressão artística, assim como constituído e fortalecido por relações humanas, projetos de vida, ensaios individuais e coletivos, entre outros aspectos ligados à vida humana. Alguns autores, tais como Walter Benjamin e Beatriz Sarlo, reconhecem na arte um caráter político e um caminho por meio do qual se torna possível o contato com o que há de autêntico na vida humana. A minha indagação tem como um de seus pilares não apenas a recorrência com que encontrei no teatro um meio de intervenção para estes projetos, mas também o fato desta ser uma arte capaz de agregar muitas outras – música, dança, performance, artes plásticas, poesia, circo, etc –, o que faz do teatro uma expressão complexa e rica, capaz, assim, de fornecer possibilidades diversas a quem se permita vivenciá-la. Somado a este aspecto, a diversidade de instituições sem fins lucrativos que, dentro da área cultural, buscam desenvolver trabalhos e atividades que atendam, entre outros públicos, a juventude, é significativa. Numa pesquisa preliminar, constatei, apenas na cidade do Rio de Janeiro, um total de 24 instituições que desenvolvem, ao todo, 34 projetos sociais ligados ao teatro. Entre os objetivos apontados por estes grupos, identifiquei, principalmente, a inserção profissional, o resgate da cidadania, inclusão social e o acesso à cultura. Em contrapartida, algumas pesquisas (Karol, 2000; Ferreira, 2005) apontam para certas características marcantes nas iniciativas de alguns projetos sociais que não concorrem para as propostas acima mencionadas. Entre os aspectos, destacamos a presença do caráter assistencialista no cotidiano destas práticas. Embora tal afirmativa seja negada categoricamente por uma parcela de representantes destas organizações, o que, muitas vezes, se percebe é uma lógica da filantropia assistencialista vigorando no atendimento a um público diverso, sem que outras demandas, que vão além de uma inclusão digital ou de um ingresso no mercado de trabalho, venham a ser contempladas. Para esta pesquisa, a abordagem metodológica tem por configuração entrevistas com a direção técnica do projeto e com os jovens participantes do grupo de teatro, acompanhamento dos ensaios e das montagens de uma peça, além de revisão bibliográfica sobre o tema. Portanto, o que pretendo para a execução deste trabalho é fazer uma explanação acerca das conclusões obtidas a partir desta pesquisa.

**Palavras-chaves:** Juventude,Teatro,Projeto social

**Atividade: Os adolescentes, a violência e o outro  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Os adolescentes, a violencia e o outro

**Autor(es):** Maria de Fatima de Souza Santos,Vivian Lemos Mota,Mariana de Amorim Albuquerque,Izabella Maria Medeiros

**Resumo:** Nos últimos anos, o Laboratório de Interação Social (LabInt) da UFPE vem

desenvolvendo um programa de pesquisa, associado à UnB e à UFES, com o apoio da CAPES/PROCAD, sobre as representações sociais da violência e do desenvolvimento humano entre pais, professores e adolescentes de camadas média e média alta do Recife, Brasília e Vitória.. Os resultados de diferentes pesquisas realizadas no âmbito desse programa demonstram que os sujeitos tendem a culpabilizar um outro grupo pela geração da violência. Na tentativa de compreender um fenômeno que se alastra socialmente e torná-lo familiar, os sujeitos tentam objetivar a violência em um espaço geográfico específico e/ou em um grupo determinado. Entretanto, é importante ressaltar que não é qualquer lugar, qualquer grupo o escolhido. A causa da violência é atribuída ao outro grupo diferente do meu. Grupos de professores tendem a culpabilizar as famílias, grupos de pais tendem a culpabilizar as amizades dos jovens, grupo de camadas médias parecem considerar a violência como oriunda da condição de miséria da população. Diante de tais resultados, nos pareceu pertinente estudar a violência como sistema simbólico complexo no qual um conjunto de atores, representações e práticas entram em interação. É na dinâmica da comunicação e da interação humana cotidiana que as representações vão sendo construídas e modificadas. No que concerne ao adolescente, cabe-nos perguntar o que é violência para eles, além da criminalidade? Quais são as situações concretas percebidas pelos adolescentes como ameaçadoras? Quem é o outro ameaçador para o adolescente? Como se diferenciam os adolescentes de camadas sociais diversas em termos de conteúdo das representações sobre violência? Com o objetivo de investigar as representações sociais de violência entre adolescentes de camadas socioeconômicas diferentes, foi realizada uma pesquisa na qual foram entrevistados 116 adolescentes, com idades entre 15 e 19 anos, estudantes do ensino médio da cidade do Recife. Dentre os adolescentes entrevistados, 60 estudavam em escolas particulares de camadas média e média alta e 60 adolescentes eram estudantes de escolas públicas. Os dados foram analisados com o apoio do software ALCESTE que permitiu a emergência de 08 classes de palavras. As classes 3 e 4 reúnem o conteúdo das entrevistas que remetiam à vivência da violência pelos adolescentes. Na classe 3, os adolescentes relatam experiências em que eles ou pessoas de suas famílias foram vítimas de violência, frequentemente, concretizada em roubos e assaltos. A classe 4 reúne o discurso no qual o adolescente localiza cenas de violência presenciadas por ele. É importante destacar que a escola aparece aqui como um espaço de violência. Essa classe reúne primordialmente o discurso dos alunos da escola pública. As classes 5 e 6 reúnem os discursos sobre as estratégias de prevenção e os projetos de futuro dos jovens. Observa-se que os adolescentes acreditam estar protegidos da violência na medida em que evitam sair sozinhos em certos horários ou passar pelos locais mais pobres da cidade (classe 5). A violência é objetivada em determinados espaços geográficos e a presença do grupo de pares parece lhes oferecer segurança. Não parece haver diferenças significativas entre os jovens de escola pública e privada quanto às estratégias de prevenção utilizadas. As classes 1, 7, 2 e 8 reúnem os discursos dos adolescentes que visam a explicar a violência. Destaca-se aqui a idéia de que a pessoa violenta é o homem, jovem e pobre. Ao se referir, entretanto, à violência dos jovens "ricos", os adolescentes justificam-na como "impulso", "vontade de aparecer". . As classes 2 e 8 reúnem os discursos sobre as diferentes expressões da violência. Embora a violência física seja a mais ressaltada entre os jovens, outras formas de violência são apontadas: violência verbal, sexual, contra a mulher, racial etc. A violência verbal é apontada como uma das formas mais graves de violência depois da violência física. Os jovens entrevistados ao buscar uma causa para a violência apontam as questões ligadas à desigualdade econômica, com conseqüente falta de educação e desemprego de uma parcela da população ou se remetem às explicações psicológicas tais como traços de caráter ou desestruturação familiar como geradores da violência, no caso das camadas altas. Para essa parcela da população a violência é objetivada em outro grupo ou em espaços geográficos precisos de modo a tornar concreta a idéia de uma violência difusa que ameaça permanentemente os sujeitos. Apoio: CNPq

**Palavras-chaves:** Representação social, Adolescência, Violência

**Atividade: Adolescência: desafios atuais  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Adolescência: desafios atuais

**Autor(es):** Ana Sílvia Espig Lang

**Resumo:** Temos presenciado nestas últimas décadas uma elasticidade cronológica da adolescência, bem como a idealização social do estilo de vida adolescente, uma exacerbação dos direitos individuais, alterações quanto a estrutura e o funcionamento intrafamiliar, modificações nas relações de autoridade, alterações do papel da escola, mudanças quanto ao uso da mídia e os meios de comunicação, etc. Frente a estas e outras mudanças, temos a figura do adulto, cúmplice deste mundo adolescente, geralmente, desnorteado e sedento de orientações quanto ao seu papel. Parece paradoxal o fato que a adolescência torna-se socialmente referência e modelo de vida, justamente no momento em que mais necessita de um (modelo) para construção de sua própria identidade. Ao mesmo tempo em que é a maior vítima dos problemas sociais atuais (delinqüência, abuso de drogas, suicídio, portador de doenças sexualmente transmissíveis, etc.). As atribuições adultas, o que se espera de um adulto, enfim, parece ter mudado também: obrigações limitadas e direitos ampliados. O ideal passa a ser este estilo de vida adolescente: despojado, livre, descomprometido, ilimitado. Estar adolescente é um traço normal da vida adulta moderna. É uma maneira de afirmar a possibilidade de ainda vir a ser outro. Reconhecemos as mudanças do mundo, o crescimento das cidades e o ritmo de vida exigindo muito mais das pessoas; ora, nos dias atuais, nada garante um futuro promissor, pode-se enriquecer da noite para o dia, e empobrecer de igual maneira. A educação formal não significa garantia de “se dar bem na vida”, torna-se cada vez mais importante às características pessoais de cada um, valores relacionados à personalidade, tais como, criatividade, sociabilidade, caráter, etc.; valores que se constroem no dia a dia de uma criança, de um adolescente, e principalmente pelos exemplos. E os pais, muitos “adultescentes”, por direito e desejo, o que tem transmitido a estes adolescentes – filhos? A psicanálise nos aponta para a importância da passagem adolescentes na construção da subjetividade e da identidade, a relação do ideal do eu para o eu ideal. Saídas possíveis. Winnicott – grande contribuidor nesta área da adolescência - escreveu que era a passagem do tempo que garantia a resolução da adolescência e entrada no mundo adulto. Mas, e hoje em dia? Nosso papel profissional, independentemente da área de atuação (seja na clínica individual, na psicologia escolar, na saúde pública) exige uma escuta e uma compreensão destas mudanças sócio-culturais atuais. Produto e produtor deste novo papel social do adolescente. E que nos faz questionar: afinal, quem são os adolescentes atuais e quais seus desafios? E os nossos desafios frente a este “novo” adolescente? São estas questões que propomos conversar durante a apresentação do trabalho.

**Palavras-chaves:** adolescência, psicanálise, papel social, psicossociologia

**Atividade: O medo infantil  
(Paineis)**

**Trabalho:** O medo infantil, um estudo comparativo entre os gêneros.

**Autor(es):** Hugo Cezar Palhares Ferreira, Vanessa Coelho Sousa, Fábio Alves dos Reis, Mara de Souza Leal

**Resumo:** O medo é um fator biológico de defesa e proteção relacionado ao instinto de conservação diante dos perigos reais ou imaginários. Nossos medos são diferentes de acordo com a idade, gênero, classe socioeconômica, nível de desenvolvimento cognitivo e outras variáveis de natureza individual ou social. Ter medo é natural do ser humano, porém é na infância que esse sentimento é intensificado, algum destes medos são passageiros, mas outros podem permanecer até a idade adulta. Comumente os adultos não dão muita importância aos medos infantis. Além disso, não é muito aceitável o medo por parte das pessoas do gênero masculino. Com base nestes fatos foi desenvolvido uma pesquisa com crianças que cursam de segunda série à quarta série do ensino fundamental de três escolas públicas da cidade de Uberlândia – Minas Gerais. A amostra é composta de 287 sujeitos de ambos os sexos (147 do



sexo feminino e 140 do sexo masculino) de idades entre 7 e 12 anos (média 9,5 anos). A aplicação foi feita em sala de aula, após a permissão dos professores. O instrumento contém 6 questões visando verificar qual é o maior medo das crianças, como elas reagem a esse medo, se os pais as ajudam quando elas estão com medo, qual é a frequência que elas têm medo, qual momento do dia que elas mais têm medo e seu porque, e a quantidade de medo (muito medo, pouco medo ou sem medo) sentido em relação a certos acontecimentos (escuro, ficar sozinho, separação dos pais, morte e violência). Os participantes foram, primeiramente, informados dos objetivos do estudo e, em seguida, procederam ao preenchimento dos questionários, em tempo livre. Os dados foram avaliados de acordo com o gênero dos sujeitos. Ambos os sexos responderam que os pais ajudam sempre que eles têm medo (51% do sexo feminino, 48% do sexo masculino). Quando foi perguntado qual era a frequência que estas crianças sentiam medo ambos os sexos responderam que eram às vezes (69% do sexo feminino, 56% do sexo masculino). A parte do dia que os sujeitos do sexo feminino têm mais medo é a noite (90%), por causa, principalmente, do escuro (50%), os sujeitos do sexo masculino também têm mais medo de noite (94%), mas as razões se dividem entre escuro (38%) e violência (31%). Os medos apontados por ambos os sexos foram bichos, como Pit Bull, tubarão, cobra, (30% do sexo feminino e 28% do sexo masculino) seguido pela violência (20% do sexo feminino e 25% do sexo masculino). Os meninos tanto quando estão com medo da violência quanto estão com medo de bichos, preferem pedir ajuda a algum adulto (53% e 57% respectivamente). Já as meninas quando estão com medo da violência procuram ajuda de algum adulto (50%), porém quando estão com medo de algum bicho, preferem fugir (42%). No geral, se percebeu que não existe uma diferença significativa entre os medos das meninas com os medos dos meninos. Foram encontradas apenas algumas divergências em relação às causas do medo da noite e a forma de se comportar quando estão com medo.

**Palavras-chaves:** medo, criança, gênero

**Atividade: A representação social de bem-estar entre adolescentes na cidade do Recife (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** A representação social de bem-estar entre adolescentes na cidade do Recife

**Autor(es):** Izabella Maria Medeiros, Maria de Fatima de Souza Santos, Vivian Lemos Mota, Mariana de Amorim Albuquerque

**Resumo:** A construção das representações sociais é um processo intimamente ligado à memória do indivíduo e da sociedade. Representar é, portanto, pôr em atividade o acervo de memória que define uma sociedade e seus signos. O funcionamento desse acervo não a torna estática, mas faz ser controlado o processo de construções e revisões de valores, costumes, tradições, enfim, daquilo que as coisas significam. Esse controle é resultado da construção de sentidos para o funcionamento da sociedade. Neste trabalho, destacamos essa construção social a partir da idéia de que o jovem adolescente é representado como um sujeito que passa por profundos conflitos de ordem subjetiva e por grandes transformações. Esse modelo se estende até à caracterização da fase de desenvolvimento da adolescência como sendo um período de afirmação da identidade, como se a identidade não fosse um projeto coletivo e, portanto, produto de construções sociais. Constatamos, dessa forma, a construção de um perfil social do adolescente no Brasil, da mesma forma que existe a construção de um perfil social do próprio brasileiro. Surgem, daí, freqüentes distorções do que vem a ser o sentido de bem-estar reproduzido socialmente por instituições responsáveis pela "inclusão" do adolescente na sociedade, como a escola e a família, por exemplo. Dessa maneira, o objeto deste trabalho se refere ao estudo da representação social de bem-estar (re)produzido pelos adolescentes. Parece-nos que a idéia de bem-estar deixou de ser assunto apenas tratado, discutido ou comentado por pessoas comuns em seus redutos familiares tradicionais; ela ultrapassou a barreira das portas das casas e passou a ser discutida em locais de trabalho, nas escolas, numa mesa de bar ou numa conversa informal entre os amigos. Em outras palavras, a representação

social de bem-estar entre adolescentes está marcadamente relacionada ao projeto de identidade e vida coletiva que, no caso brasileiro, transforma o reconhecimento de si mesmo em um enorme esforço para inserir-se em um suposto seletivo grupo de membros persistentes e vitoriosos. Desde cedo, os adolescentes compreendem tudo aquilo que consideram mais importante para eles mesmos, bem como sua função na sociedade, a partir de expectativas já prontas para aquela faixa etária, reproduzindo sentidos que dão à brasilidade a competitividade dos grandes mercados. Os significados de bem-estar passam a compor um acervo de signos que se opõem àquilo a que os adolescentes devem temer. Nessa pesquisa foram entrevistados 116 adolescentes, do sexo feminino e masculino, com idades entre 15 e 19 anos, estudantes do ensino médio da cidade do Recife. Dentre os adolescentes entrevistados, 60 estudam em escolas particulares de camadas média e média alta e 60 adolescentes são estudantes de escolas públicas. A análise dos dados, com o apoio do software ALCESTE, permitiu visualizar quatro classes que fazem emergir as idéias sobre bem-estar e as preocupações dos jovens. Os dados apontam para uma definição de bem-estar que tem a família e o futuro profissional como elementos principais. A saúde também aparece como definidor de bem-estar para os jovens, enquanto a violência e a morte de pessoas ligadas afetivamente a eles, parecem constituir suas maiores preocupações. Em outras palavras, os adolescentes, com grande frequência, definem o bem-estar a partir da negação de um modelo de brasilidade que eles rejeitam. Assim, o não fracasso no vestibular, a distância da violência urbana, a falta de doença, e a ausência de perspectiva de futuro passam a estruturar algumas das representações sociais de bem-estar entre os adolescentes.

**Palavras-chaves:** adolescente, bem-estar, representação social

**Atividade: OS IMPACTOS DA DOENÇA DE ALZHEIMER NA VIDA DOS CUIDADORES/FAMILIARES. (Paineis)**

**Trabalho: COMO O MAL DE ALZHEIMER É PERCEBIDO PELOS CUIDADORES E FAMILIARES DOS SEUS PORTADORES.**

**Autor(es):** Kátia Aparecida Amaral Araújo, Adriana Oliveira, Verena Freire, Terla Ferreira, Marizete Viana

**Resumo:** A nova realidade do Brasil tem demonstrado um crescimento elevado da população acima de 60 anos de idade. Muitas dessas pessoas continuam saudáveis, ativas e autônomas, entretanto outras passam a apresentar limitações físicas, com o passar dos anos, que podem ser decorrentes do próprio processo de envelhecimento humano. Alguns desses idosos sofrem de doenças, mais ou menos incapacitantes, limitando sua autonomia. Dentre os problemas encontrados na terceira idade, a doença de Alzheimer tem apresentado um acentuado aumento em sua incidência. Essa patologia é um transtorno cerebral degenerativo e progressivo, que pouco a pouco destitui as pessoas de inteligência, consciência e até mesmo de sua capacidade de controlar as funções corporais. É uma demência irreversível, prevalente e temida. A partir do diagnóstico da doença de Alzheimer, os familiares tendem a trilhar um caminho de incertezas, dúvidas, angústias e sofrimentos, pois o acometido do mal de Alzheimer leva uma vida limitada, deixando os cuidadores/ familiares com uma incerteza e apreensão com relação aos cuidados para com o indivíduo. Essa pesquisa se destinou a conhecer mais acerca da terceira idade, especialmente da doença de Alzheimer, além de averiguar como cuidadores e familiares percebem as alterações que tal patologia pode trazer na vida do seu portador, buscando possíveis mudanças que essa provocam nas vidas dos familiares devido o alto grau de dependência do paciente acometido desse transtorno. Foi realizada uma pesquisa na cidade de Vitória da Conquista, interior da Bahia, no qual se buscou identificar além dos problemas relativos à saúde, como os familiares se defrontam com as dificuldades econômicas, psicológicas e sociais associadas à patologia em questão. Nesse sentido, os autores desenvolveram um estudo

qualitativo, sendo feita uma entrevista guiada, com perguntas abertas, para 3 cuidadores/familiares de pacientes acometidos pela doença de Alzheimer. Os resultados obtidos apontaram alguns temas comuns relatados pelos cuidadores/familiares de indivíduos com o mal de Alzheimer, como por exemplo, o estresse sendo maior nos cuidadores do que nos pacientes com o transtorno. Além disso, há relatos de ansiedade e da impotência diante da doença; também foram notadas mudanças na relação família/doente por falta de orientação referente aos cuidados em relação ao indivíduo, alterações nos campos pessoais, afetivo, social, profissional e econômico. O fator financeiro foi percebido como relevante, no aumento das despesas as quais os cuidadores/familiares afirmaram ser um agravante da situação, onde nenhum dos dois grupos pode, procurar formas de ajuda, seja para compra de medicamentos e assistência médica ou para a ajuda psicológica ao cuidador, que foi percebido, na análise realizada, como necessitado de cuidados.

**Palavras-chaves:** Doença de Alzheimer, cuidadores, familiares, e portadores

**Atividade: Percepção de perdas sociais na vida adulta tardia: (Paineis)**

**Trabalho:** Percepção de perdas sociais na vida adulta tardia

**Autor(es):** Lorena Alves Juliano, Ana Paula dos Santos Moitinho, Helaine Cristina Ferraz Oliveira, Rayana Santedicola Andrade, Frederico do Nascimento Laranjeira, Mônica Pinchemel Nascimento

**Resumo:** Se a fase adulta inicial é o período em que acrescentamos papéis complexos que exigem mais tempo e a meia-idade é o período em que tais papéis são redefinidos e renegociados, na fase adulta tardia ocorre a perda de alguns papéis exercidos na vida pessoal e social em função da viuvez, aposentadoria, limitações físicas, sensoriais e mentais inerentes a essa fase da vida. O processo de envelhecimento resulta progressivamente em uma dupla perda para o idoso: a de membros protegidos e prestigiados dentro da família, sujeitos ao abandono e ao desamparo; e ao se retirar da atividade produtiva por meio da aposentadoria, perdem seu referencial de trabalho e acabam perdendo igualmente sua própria identidade pessoal. Afastado do seu papel de produtor que lhe garantia um lugar bem definido e reconhecido na sociedade o indivíduo tem forte propensão a sentir-se deslocado e inútil, social e psicologicamente. Nestas circunstâncias, muitas vezes, mergulha em estados de profunda depressão e abatimento moral, que podem resultar em sérios problemas de saúde física e mental. Diante desses estereótipos e por não fazer parte da vida produtiva da sociedade na fase pós-trabalho, quando parcelas significativas de "inativos" não encontram outras formas de participação na vida societária, configura-se a morte social do indivíduo (Neto, 1997). Objetivo geral: Nesta pesquisa, objetivou-se identificar a percepção de idosos acerca das perdas sociais sofridas na velhice, tais como papel de pai/mãe, perda do papel profissional e social, perda do papel de cônjuge e perda do regimento da sua vida; Objetivos específicos: Busca-se, ainda, compreender se estas perdas percebidas configuram ou não uma perda de identidade, que pode ser interpretada como "morte social". Método: Trata-se de um estudo descritivo, que foi realizado utilizando como procedimento básico a entrevista semi-estruturada. O instrumento constava de 10 questões abertas, nas quais os respondentes eram solicitados a falar sobre os papéis sociais desenvolvidos durante a vida adulta, a sua atual relação com a família e com o trabalho, a forma de se vê atualmente como idoso, e suas perspectivas para o futuro. Foram entrevistados sujeitos na faixa etária entre 52 e 82 anos, residentes em um albergue da cidade de Vitória da Conquista. Resultados e discussão: Todos entrevistados são analfabetos, 50% eram trabalhadores rurais e os outros 50% exerciam funções gerais. As principais percepções de perdas sociais identificadas foram: 1. Perda do papel de pai/mãe e de cônjuge (67% não recebem visitas dos familiares); 2. Perda da autonomia para conduzir sua própria vida (principalmente no que tange a vida financeira, pois a instituição

administra a suas aposentadorias). e 3. Perda do papel profissional, pois nenhum deles trabalha atualmente, alguns devido às limitações físicas, outros por traços de transtornos mentais, além daqueles que têm as duas limitações, porém, todos demonstraram o desejo de estar trabalhando. Alguns idosos apresentaram dificuldades na compreensão das perguntas da entrevista, assim como alterações no curso do pensamento, que foram observadas pelas entrevistadoras e são indícios de transtornos mentais. Observa-se também que todos estão reclusos, isolados e sem alternativas de participação social. Conclusões: Diante dos resultados verificamos que os idosos, em sua maioria, percebem ter perdido a sua autonomia na condução de sua própria vida financeira. Além disto, eles identificam também as perdas em papéis centrais para a definição da identidade de um adulto, na sociedade atual. A perda simultânea de papéis familiares, conjugais e profissionais, na visão do Jordão Neto, caracteriza uma morte social. Também podemos perceber que a exclusão social sofrida pode ter contribuído para o sofrimento psíquico destes sujeitos, acelerando o processo de degeneração física e perda da saúde mental. Novos estudos sobre o tema tornam-se necessários, a fim de aprofundar as questões evidenciadas nesta pesquisa.

**Palavras-chaves:** Perdas sociais, Morte social, Velhice

**Atividade:** A MÚSICA COMO PROCESSO CATÁRTICO DE UM INDIVÍDUO EM CRISE (Paineis)

**Trabalho:** A MÚSICA COMO PROCESSO CATÁRTICO DE UM INDIVÍDUO EM CRISE

**Autor(es):** Candida de Souza, Andressa Moreira Hazboun, Mariana Meira Pires Simonetti, Eudes Araújo Rocha, Priscilla Cristhina Bezerra de Araújo

**Resumo:** De acordo com a teoria psicanalítica, a adolescência é um período peculiar do desenvolvimento humano em que há uma descontinuidade com relação à infância (período de latência), e em que a sexualidade adquire um caráter genital, reafirmando o conflito psicológico entre id, ego e superego. Esse conflito de reelaboração do complexo edípico sob as novas condições da vida social desencadeia a reestruturação da personalidade, acompanhada de grande instabilidade emocional. Piaget (apud. Cole & Cole, 2003) dá sua contribuição sobre a adolescência quando verifica nessa fase o surgimento das operações formais no âmbito da cognição, na qual o pensamento hipotético-dedutivo é o principal gerador de reflexão e indecisão na vida do adolescente (esse processo dedutivo-reflexivo pode ser considerado um facilitador na sua identificação com a música). Abordando outros aspectos, Calligaris (2000) explicita a organização social dos adolescentes em grupos estereotipados que possuem identidade própria e são vistos pela sociedade como um ideal cultural (um aspecto que pode influenciar essa organização é o estilo musical com o qual eles se identificam). Tendo em vista a adolescência e levando em consideração os conflitos peculiares dessa fase, bem como os reflexos desses conflitos na vida social, hipotetiza-se neste trabalho que um dos fatores que pode ter considerável influência na vida dos adolescentes consiste na música. Estudos sobre a identificação dos adolescentes com a música, como o trabalho de Pelaez (2005), que procurou investigar o papel da música na vida desses indivíduos, obtendo mediante relato dos mesmos os dados que permitiram identificar quais aspectos de uma música a fazem ser considerada ideal por eles, bem como o estudo sobre a influência musical do fenômeno dos megahits, por Matthew Salganick (Mente & Cérebro, 2005), ou ainda estudos como de Sampaio et al (2006), acerca da relação de comportamentos sociais como o suicídio e o gosto por estilos musicais capazes de influenciar esse pensamento, dentre outros estudos, juntamente com os conceitos de desenvolvimento na adolescência, serviram como referencial teórico para a elaboração da teoria apresentada neste trabalho, que tem como idéia central a hipótese de que a música (ritmicidade e conteúdo) pode funcionar como um processo catártico no indivíduo que se encontra em crise, podendo causar ressignificações no mesmo, bem como influenciar o seu comportamento social. A teoria do inconsciente único de Nasio (1999) idealiza que as produções do inconsciente de um

sujeito estimulam as fontes do inconsciente de um outro e este, por sua vez, pode continuar o processo, influenciando essas produções em outros indivíduos. Partindo dessa idéia, pode-se correlacioná-la com a influência da música nas características peculiares ao adolescente, considerando a composição de uma música como um tipo de sublimação. Na adolescência o indivíduo passa por uma mudança qualitativa na formação da personalidade, em que o aumento da energia libidinal demanda uma satisfação imediata do prazer através do ato incestuoso e impossível de acontecer, o que pode acarretar uma sublimação e conseqüente satisfação parcial do prazer através das relações de afeto (formações do inconsciente). As relações de afeto existentes entre o indivíduo e a música, vista como uma atividade intelectual intensa, explicitam o poder catártico desta, uma vez que a substituição do ato através dessa produção de linguagem acarreta uma ab-reação parcial do afeto. Distintamente da fase pré-genital, em que o indivíduo tem o adulto como referencial principalmente para seus comportamentos, na adolescência, em decorrência da perda desse referencial, há uma necessidade de resignificação. Tendo em vista a busca desse novo referencial, há uma identificação do indivíduo com a música em virtude dos seus aspectos dramáticos. Destarte, o comportamento do adolescente passa a ser baseado nessa nova referência, a música. A identificação dos adolescentes com a música ocorre concomitantemente com a formação da sua organização social em grupos, o que pode sugerir uma relação existente entre esses fatores, uma vez que os grupos de adolescentes possuem identidade própria, baseada no tipo de música que se identificam, e a partir daí adquirem comportamentos, aparência e atitudes condizentes com o seu estilo musical. Ainda no trabalho apresentado, existem discussões acerca das possíveis implicações dessa teoria na educação dos adolescentes, bem como acerca da presença da música em outras fases do desenvolvimento, enfatizando as peculiaridades da influência da mesma na fase da adolescência. Apesar de todos os conceitos e teorias aqui estabelecidos, reconhece-se que há limitações na teoria elaborada, como por exemplo, a influência da mídia e as limitações culturais.

**Palavras-chaves:** Catarse,Música,Adolescência

**Atividade:** "Uma explosão de coisas novas": Percepções e sentimentos maternos frente às novas aquisições de desenvolvimento da criança dos 18 aos 20 meses (Paineis)

**Trabalho:**Uma explosão de coisas novas": Percepções e sentimentos maternos frente às novas aquisições de desenvolvimento da criança dos 18 aos 20 meses

**Autor(es):** Rita de Cássia Sobreira Lopes,Debora S. de Oliveira,Aline Groff Vivian,Carla Vanessa da Silva,Jonathan Tudge,Cesar Augusto Piccinini

**Resumo:** O período de 18 a 20 meses é um importante momento do desenvolvimento infantil, pois há incremento de habilidades motoras, cognitivas e emocionais. As mudanças decorrentes deste período têm repercussões na maternidade. Nesse sentido, o presente estudo investigou as percepções e sentimentos maternos frente às aquisições de desenvolvimento de crianças dos 18 aos 20 meses de idade. Participaram 14 mães primíparas, com idades entre 20 e 37 anos, com escolaridade e nível socioeconômico variado, que residiam com o marido ou o companheiro na região metropolitana de Porto Alegre. A escolaridade das mulheres variou entre ensino fundamental incompleto (21,4%), completo (7,1%), ensino médio incompleto (7,1%), completo (28,5%), superior incompleto (21,4%), completo (14,2%). Quanto ao status ocupacional (Hollingshead, 1975), destaca-se que 14,2% das mães não trabalhavam e as demais variaram em termos de profissões classificadas como baixo status (10,7%), médio (32,1%) e alto status (32,1%). Essa amostra faz parte do "Estudo Longitudinal de Porto Alegre: Da Gestaçao à Escola" (Piccinini, Tudge, Lopes & Sperb, 1998). No presente estudo, foi realizada uma entrevista semi-estruturada abordando temas ligados à maternidade e ao desenvolvimento da criança. As respostas das mães foram submetidas à análise de conteúdo qualitativa, com destaque para as

percepções e sentimentos maternos frente às aquisições de desenvolvimento infantil. Tais respostas apontaram um incremento nas aquisições de linguagem, motoras, sócio-emocionais e intelectuais-cognitivas, além das preferências dos filhos quanto à alimentação, cuidados pessoais e de higiene, bem como diferentes comportamentos e hábitos de sono. Contudo, as aquisições de linguagem, intelectuais-cognitivas se sobressaíram, corroborando a literatura. Além disso, comparando com estudo anterior realizado pelos autores aos 12 meses de vida das crianças, observou-se que houve um incremento de aquisições de vocalizações para a fala, de motricidade ampla para a fina, de imitação para brinquedo simbólico. As crianças demandaram maior atenção e disponibilidade materna, acarretando diferentes sentimentos na mãe, positivos, negativos e ambivalentes. Os sentimentos positivos foram relacionados às aquisições intelectuais-cognitivas e de linguagem, gerando superação de expectativas e surpresa nas mães, bem como repercutindo na compreensão materna e favorecendo a interação mãe-criança. Os sentimentos negativos e ambivalentes estiveram mais associados às aquisições motoras, sócio-emocionais, mas também às intelectuais-cognitivas, refletindo o cansaço materno frente às demandas crescentes da criança. Torna-se importante que a mãe compreenda as aquisições próprias deste período, oferecendo oportunidades para afastamentos e reaproximações. Ao entender essa oscilação da criança, a mãe pode lidar com a mudança de uma relação de maior dependência e se adaptar à busca de independência do filho.

**Palavras-chaves:** percepções maternas, sentimentos maternos, desenvolvimento infantil

**Atividade: Angústias de uma intervenção institucional (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Angústias de uma intervenção institucional

**Autor(es):** Anna Paula Uziel, Aline de Araujo Gonçalves da Cunha, Isabel Barbeito de Vasconcellos Lantimant Lacerda, Lívia da Silva de Santana, Maíra Carvalho Caniello

**Resumo:** As idéias aqui apresentadas surgiram a partir das experiências vividas no estágio curricular em Psicologia Jurídica na UERJ, utilizando como referencial teórico e metodológico a Análise Institucional (AI). Oferecemos a um abrigo da prefeitura do Rio de Janeiro, o nosso trabalho, sob a forma de uma intervenção institucional. Acostumados a trabalhar com a lógica dominante na sociedade e em boa parte do meio acadêmico, o encontro com a Análise institucional e seus diferentes conceitos criou muitas expectativas mas, ao mesmo tempo, muitas angústias nos estagiários. A AI nos possibilitou fugir de uma atuação que recaísse necessariamente num trabalho baseado no modo de subjetivação dominante - “modo-indivíduo” -, onde as relações são individualizadas, ampliando o campo de análise para além do âmbito pessoal. Partindo do princípio que nosso objeto de estudo-trabalho é definido e redefinido ao longo da intervenção, coletivamente, então o grupo, o coletivo, ganha ênfase. Assim, as relações travadas naquele local são vistas como um processo, sempre em movimento e sendo atravessadas por uma multiplicidade de fatores. Apesar do abrigo ser um local de convívio coletivo, com crianças e adolescentes dividindo o mesmo espaço e objetos, o que esperavam de nós, psicólogos, era um trabalho mais individual-terapêutico, voltado aos abrigados. Já desconfiados de que o pedido dirigido a nós seria esse, acolhemos a demanda, incorporando-a como possibilidade de atuação do psicólogo, mas deixando claro que a nossa proposta era de um trabalho voltado para aquela instituição-abrigo como um todo, incluindo aí não só as crianças abrigadas, como também educadores, direção, técnicos, e outros funcionários do abrigo, e as suas relações com outros órgãos da rede de assistência. Como “analistas institucionais” procuramos fazer com que a instituição ganhe movimento, rompendo com o instituído, o que está cristalizado, naturalizado, e promovendo o novo, as criatividade, o fazer diferente. Através de dispositivos como reuniões e assembleias, procuramos dar voz aos conflitos e problematizar as relações, “incomodando” com perguntas sobre o trabalho e seu sentido, sobre o lugar das crianças na instituição e sobre as angústias que o trabalho nesse local gera. As angústias

existem não só para eles, mas também para nós “analistas institucionais”, que temos que sair do nosso já conhecido e seguro território “psi”, e encarar um trabalho que rompe com o psicólogo-instituído-em-nós. Um trabalho diferente daquele tradicional que busca o planejamento, a organização e, principalmente, os resultados, a partir de uma proposta feita pelo profissional. Buscamos sair do lugar de especialistas, detentores do saber, em que somos normalmente colocados e nos colocamos, não esperando um reconhecimento de “resultados do nosso trabalho”. As mudanças que observamos ao longo de dois anos e meio de trabalho – por exemplo, uma mudança na forma de direção do abrigo, uma maior aproximação entre o abrigo e a escola e entre o abrigo e as famílias das crianças e adolescentes abrigados – não são vistas como sendo conquistas nossas e sim produto do coletivo, de todos os atores envolvidos. Não é possível discernir o que produzimos, o que marca a coletividade da produção. A angústia não foi embora com esses movimentos. Ao contrário, quando dá sua graça, o faz ferozmente. A invisibilidade do início, período em que éramos vistos como visitas, acabou. Olhares curiosos ainda nos cercam, mas nossas vozes são requisitadas – e como produtoras de verdades em espaços dominados pelo Serviço Social. Somos alegria das crianças, propomos jogos, mas não somos recreadores. Contam com o que não sabem bem o que é: às vezes é nossa melhor percepção para compreendermos por que ainda estamos lá. Se a construção é constante, o desmonte também o é. Se a abertura amplia o convite a mais um, inibe os que nasceram cerceados e se formaram dogmatizados ou comportados seguindo uma regra da qual ninguém conhece o sentido. Se a angústia mobiliza, é a partir dela que convidamos a equipe como um todo a participar, a implicar-se no trabalho, a se deixar afetar pelas relações. Apesar da dificuldade e das angústias geradas por esse trabalho, ele criou uma marca não só na equipe de estagiários, como naquela instituição, sendo considerado importante por todos que lá trabalham. Nesse sentido, o objetivo do trabalho – dar voz aos conflitos, promover reflexões e assim promover mudanças, espaços para criatividade – tem sido alcançado coletivamente – o que não significa que sustentemos essa certeza todo o tempo!

**Palavras-chaves:** abrigo, análise institucional, infância, adolescência, intervenção

**Atividade:** Aspectos psicossociais da depressão em idosos institucionalizados (Paineis)

**Trabalho:** Aspectos psicossociais da depressão em idosos institucionalizados

**Autor(es):** Inayara Oliveira de Santana, Josevânia da Silva Cruz de Oliveira, Aline Arruda Fonseca, Regina Ligia W. de Azevedo Azevedo, Maria da Penha de Lima Coutinho

**Resumo:** A depressão no idoso está entre os transtornos psiquiátricos mais frequentes e, em grande parte, é responsável pela contínua diminuição da capacidade funcional além de estar associada à morbidade, risco de suicídio e mortalidade (Abreu, 2003). Estima-se que cerca de 15% da população com mais de 60 anos seja afetada pela doença chegando a atingir índices entre 12% a 16% em populações de idosos institucionalizados (Baptista, 2004). Em face da prevalência e gravidade da depressão na sociedade contemporânea, faz-se relevante, estudar como os idosos simbolizam a depressão, quais os aspectos psicossociais, afetivos e cognitivos a ela relacionados construindo assim uma rede de conhecimentos mais capazes de abarcar o fenômeno em sua complexidade. Para o desenvolvimento desta investigação utilizar-se-á o enfoque psicossociológico ancorado na Teoria das Representações Sociais que segundo Moscovici (1978) possibilita a compreensão das modalidades de conhecimento prático elaboradas pelos atores sociais tendo como função guiar comportamentos e comunicações intra e inter-grupos. Assim, essa pesquisa teve por objetivo apreender as representações sociais de idosos vinculados a instituições de curta e longa permanência acometidos pela sintomatologia depressiva na cidade de João Pessoa. Para tanto, participaram 71 sujeitos de ambos os sexos, com idade entre 60 e 93 anos, vinculados a cinco instituições para idosos, sendo duas de longa (ILPI's) e três de curta permanência (ICPI's). Foram utilizados os instrumentos: BDI - Beck

Depression Inventory (instrumento que serviu de screening na seleção da amostra), Técnica de Associação Livre de palavras e Entrevista semi-estruturada. Os dados coletados através da associação livre foram processados pelo soft Tri-Deux-Mots/versão 2.2 e interpretados por análise fatorial de correspondência (AFC); os dados das entrevistas foram submetidos à Análise de Conteúdo. No tocante aos resultados, os dados revelaram que a palavra depressão, no senso comum, envolve uma pluralidade de conceitos que resultam em uma indissociabilidade entre o significado atribuído à depressão (doença) e ao ser depressivo (doente). As representações sociais apreendidas pelo teste de Associação Livre de Palavras apontam que, para o grupo de idosos vinculados a ICPI's, a pessoa depressiva é representada como sendo << doente dos nervos >> e que tem << pensamentos/desejos de morte >>. Já os idosos vinculados a ILPI's por sua vez, objetivam a depressão através dos elementos << estresse, loucura, solidão, saudade, angústia e rejeição >>. Os dados obtidos através das entrevistas revelaram uma representação da depressão dimensionada em quatro categorias: concepção da depressão e do ser depressivo, fatores desencadeantes e tratamento da depressão. Assim como observado na associação livre, os aspectos psicoafetivos marcam de forma substancial a representação social desse grupo na medida em que apontam a tristeza como elemento figurativo apresentando a depressão como << tristeza, ausência de esperança, fim do túnel sem saída, limite de tudo, de todos os sentimentos e pensamentos >>.

**Palavras-chaves:** Idosos, representações sociais, Instituição

**Atividade:** **Influências do ambiente de desenvolvimento para um jovem com Síndrome de Rubinstein-Taybi: (Paineis)**

**Trabalho:** Influências do ambiente de desenvolvimento para um jovem com Síndrome de Rubinstein-Taybi: estudo de um microsistema.

**Autor(es):** Anderson Almeida Chalhub, Mariana Sousa Lima, Francisco Kelmo, Bruno Vivas Sá, Jarbas Cersosimo, Luiza Sampaio, Marina Lima Duarte Moreira

**Resumo:** O desenvolvimento enquanto mudança duradoura no modo como a pessoa percebe e lida com o meio requer o estudo de aspectos deste. No entanto, por considerar a pessoa como ativa no local em que está inserida, se faz necessário estudar também, características próprias desta pessoa que modifica e é modificado por ela. O Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano privilegia o estudo do desenvolvimento da pessoa inserida em contextos, e especialmente, da interação entre ambos. Neste modelo, os processos proximais, definidos como formas de interação particulares entre o indivíduo e o ambiente são considerados principais estabelecadores do desenvolvimento. Por não depender o desenvolvimento somente do local imediato de inserção, a pessoa se constitui como o principal estabelecador destes processos proximais, pois, o fator biológico encontra-se também como parte do estabelecimento do desenvolvimento. A Síndrome de Rubinstein-Taybi como fator biológico, sendo uma desordem genética, pode ser então estudada em seus reflexos no desenvolvimento de um indivíduo. Esta síndrome afeta uma em cada cento e vinte e cinco mil nativos. É uma afecção pouco comum e de difícil detecção, sendo portanto pouco estudada. Sabe-se que suas principais características são retardo mental, baixa estatura, anomalias craniofaciais (pirâmide nasal alta e alongada, associado à hipoplaxia da maxila), polegares largos e angulados, retardo no desenvolvimento neuropsicomotor, problemas cardíacos e oftalmológicos. Por conta destas características e dos problemas médicos associados às mesmas, faz-se importante perceber como o ambiente em que está inserido o indivíduo pode influenciar no seu desenvolvimento, permitindo-lhe um crescimento saudável e autônomo. A fim de identificar no microsistema aspectos que impulsionem o desenvolvimento de um jovem com Síndrome de Rubinstein-Taybi, considerando



os processos proximais e características da pessoa, realizou-se um estudo de caso exploratório baseado no método da observação participante simples, associada à entrevistas semi-estruturadas e análise de documentos com um jovem portador desta síndrome, então aos 17 anos de idade, a progenitora do mesmo e sua professora particular. A partir dos resultados percebeu-se a importância da estimulação ambiental para o desenvolvimento de habilidades sociais e formação da noção do “eu”. Para a psicologia, este estudo permite a percepção de que mais que inserir socialmente o portador de uma deficiência, é preciso que este se sinta inicialmente um indivíduo. A partir da percepção de si mesmo e de suas necessidades, o portador de uma deficiência pode estar em sociedade de forma íntegra, sabendo-se que a sociedade também deve se adequar às suas necessidades e permiti-lo conviver ‘com’ e ‘em’ suas diferenças.

**Palavras-chaves:** desenvolvimento, estimulação ambiental, contexto, pessoa, síndrome de Rubinstein-Taybi

**Atividade: A RELAÇÃO MÃE-BEBÊ: CONSIDERAÇÕES PSICANALÍTICAS (Painéis)**

**Trabalho:** A RELAÇÃO MÃE-BEBÊ

**Autor(es):** Maria Violeta Cavalcante Barros

**Resumo:** Freud, o pai da psicanálise, ao incentivar seus pacientes a falarem livremente descobriu que suas associações os levavam a acontecimentos da infância que deixavam marcas ao longo de suas vidas. A partir de suas descobertas as experiências infantis passaram a ser consideradas como importantes fatores constitutivos da estrutura psíquica e fisiológica do desenvolvimento humano. Por meio deste trabalho pretendemos articular estudos feitos por alguns psicanalistas que analisaram a relação mãe e bebê e elaboraram teorias a partir desta relação. Para isso utilizamos o método qualitativo e a pesquisa bibliográfica. Telma Queiroz (2005), nos seus estudos com observações de bebês, considera um eu fetal supondo a existência de um sujeito precoce. De acordo com a autora é na barriga da mãe que o bebê inicia suas relações se preparando para o resto do mundo. Nesta fase ele recebe estímulos do meio, onde a mãe é a figura principal. Donald Winnicott (2000), concordando com René Spitz (1983), faz considerações sobre o nascimento afirmando que não existe trauma no nascimento: o que existe é uma sensação de desprazer do bebê que poderá ser acalmada pela sensação de continuidade que lhe será proporcionada, como, por exemplo, pelo calor do corpo da mãe e pelo aleitamento onde ele irá sentir o gosto e o odor do leite materno (o mesmo gostinho e cheiro do líquido amniótico). A experiência do nascimento, em condições normais, pode ser tão suave para o bebê que dificilmente pode tornar-se dolorosa. Winnicott (1990) vai descrever o desenvolvimento emocional do bebê em termos de jornada da dependência a independência a partir da interação com o meio. Ele estabelece essa jornada em três tempos: a dependência absoluta, a dependência relativa e o rumo à independência. Na fase de dependência absoluta, do nascimento a aproximadamente dois meses, a mãe está num estado de “preocupação materna primária”, ficando devotada ao seu bebê cuidando dele como se ele fosse parte dela mesmo, sempre sabendo o que ele está sentindo. No estágio da dependência relativa, de dois a seis meses aproximadamente, o bebê passa por um estágio de adaptação a uma falha gradual dessa adaptação. É nesta fase que o bebê passa a distinguir o eu e o não-eu. A mãe começa a retomar suas atividades permitindo que o bebê possa sentir e experimentar suas próprias necessidades (Abran, 2000). No rumo à independência, de seis meses aos dois anos, o bebê realmente percebe que a sua mãe é necessária, mas como ele já possui na memória a lembrança dos cuidados, e confia no seu ambiente, ele é capaz de suportar sua ansiedade apesar dos seus protestos. Conforme Spitz (op cit, p. 55) a reciprocidade entre mãe e filho “é o fator mais importante para tornar a criança capaz de construir gradualmente uma imagem coerente de seu mundo”. O ciclo de ação-reação-ação que ocorre no diálogo entre a mãe e o bebê é que tornarão os estímulos recebidos sem significados em signos significativos. Para Alfredo Jerusalinsky (2004), a sensação de falta que o bebê sente de sua mãe quando ela se afasta também é importante, pois a alternância entre presença e ausência da mãe irá organizar o seu sistema motor e o simbólico ao mobilizá-lo para preencher esta falta. Elsa Coriat (1997), pensa

metaforicamente o corpo do bebê como se ele fosse um papel em que se escreve o desejo dos pais intermediado pelo sistema nervoso central que vai dizer o que ali se escreve. “A psicanálise se ocupa dos efeitos do escrito, a neurologia ocupa-se do papel” (p. 268). Na sua experiência na clínica com bebês ela observou que os bebês que não encontraram o olhar interessado de um outro ser humano perderam o interesse pelo olhar, e aos dois ou três meses não só não apresentam um sorriso social, ao ver uma face humana, como também têm um olhar perdido. Na clínica com bebês a psicanálise trabalha com operações que afetam o cérebro, modificando o que foi escrito e possibilitando novas conexões neuronais para que surja o desejo. Isso é possível dada à plasticidade neuronal dos bebês e sua capacidade de recuperação. Ou seja, com a intervenção ou prevenção nem tudo está perdido. Tomar conhecimento da visão que a psicanálise tem do relacionamento mãe-bebê e da importância de suas intervenções no campo da prevenção, nos instigou a não deixar este material limitado aos livros acadêmicos ou aos profissionais e estudantes de psicologia. Condensamos então esses estudos, de uma forma simplificada, num informativo anexo a este trabalho com o objetivo de divulgar às mães, aos pediatras e obstetras a importância do relacionamento mãe-bebê desde a gestação, como também a importância do trabalho de intervenção precoce realizado pelos psicanalistas que trabalham na clínica com bebês.

**Palavras-chaves:** relação,mãe,bebê,psicanálise

**Atividade: Institucionalização, abrigo, acolhimento:  
(Mesas Redondas)**

**Trabalho:**Institucionalização, abrigo, acolhimento: De que falamos, afinal?

**Autor(es):** Anna Paula Uziel

**Resumo:** O Estatuto da Criança e do Adolescente surgiu como uma inovação na e para a sociedade brasileira. Quase duas décadas depois, analisar sua implementação suscita polêmica. A diferença entre o Código de Menores e o ECA é marcante, pois a chamada “situação irregular”, que congregava várias ações contra menores de idade ou cometidas por eles em uma mesma rubrica, foi desmembrada em situações bastante diversificadas. Nesse sentido, a tônica do ECA é a proteção da criança e do adolescente. Na perspectiva da proteção, o abrigo é o último recurso, ao menos do ponto de vista legal. A medida de abrigo é um dispositivo jurídico utilizado em situações que envolvam necessidade de proteção por violação de direitos das crianças e adolescentes. Os artigos 90 e 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, assim como a Deliberação nº201/01 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município do Rio de Janeiro de 11 de janeiro de 2001 dispõem sobre o funcionamento de instituições de abrigo. Os artigos 98, 99, 100 e 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente, por sua vez, apresentam os motivos que podem levar ao abrigo. No entanto, é no parágrafo único do artigo 101 que encontramos um dos principais argumentos em favor da não institucionalização de crianças e adolescentes: a provisoriedade e a excepcionalidade que tal medida deve ser adotada. Abrigar crianças é uma prática antiga no Brasil. Vários estudos apontam uma verdadeira cultura de institucionalização de crianças em nossa história, que teve um importante papel. Apesar dos avanços conquistados na luta pelos direitos das crianças e adolescentes, as representações sociais que permeiam essas ações ainda podem ser encontradas em diversos estratos da sociedade. Idéias como “famílias incompetentes e desestruturadas”, “crianças e adolescentes perniciosos para a vida em sociedade”, “necessidade de adestramento e correção para os mal-educados”, entre outras, justificam e direcionam comportamentos excludentes e criam a alteridade da criança e do adolescente perigoso ou em perigo, onde somente um local seguro (para ele e para os outros) poderia ajudar. Há que se pensar o abrigo e os abrigos em sua totalidade, seja na esfera social, psicológica, jurídica e, por que não dizer, humana. O poder de decidir sobre a vida dessas crianças, apesar de caber ao juiz, é compartilhado por profissionais da norma. Entende-se que esses profissionais e técnicos, que desempenham diversas funções de cuidado, proteção e acolhimento participam e definem, de uma forma bastante relevante, todo o processo de abrigo e os passos seguintes. Intervindo sobre o tipo de relacionamento travado com a família, a escola e as outras instituições. As concepções e representações que estes profissionais têm acerca de família,

abandono, cuidado, educação, infância, adolescência etc., bem como do papel do abrigo vão ser fundamentais para determinar o tipo de intervenção oferecido, condenando, fortalecendo, reprimindo e favorecendo práticas. A melhor forma de educar, o tolerável em termos de comportamento e relacionamento com os pares, família, escola e outras instituições devem se constituir em parâmetros reguladores na decisão sobre como e para quem abrigar. Esses parâmetros são, da mesma forma, fundamentais para determinar, no processo de saída do abrigo, a qualidade dessa família ou desses vínculos, unindo e separando pais e filhos. Propomos uma reflexão em diversas direções sobre a importância do entendimento dessa temática à luz da psicologia social, clínica e jurídica.

**Palavras-chaves:** abrigamento, infância, adolescência, família

**Trabalho:** O tempo passa e a roda volta. Reflexões sobre a entrega de crianças

**Autor(es):** Anna Paula Uziel, Fabiana B. Ramos Sá

**Resumo:** Nos últimos dois anos e meio temos tido contato com adolescentes grávidas ou chegando já com seus bebês ou crianças a um abrigo no Rio de Janeiro. Situação bastante singular essa que conjuga dois abrigamentos simultaneamente, com razões que se cruzam para estarem ali. Em geral, a adolescente repete a história de sua mãe, ou tem uma longa carreira de institucionalização. Raros são os casos em que o abrigamento nessas condições é a primeira experiência ou é de fato provisório, por intercorrências na vida. As várias dificuldades que marcam esse momento, como a de conviver em grupo com pessoas desconhecidas, de dividir atenções e serviços, de cuidar do bebê, de se ver sozinha em uma condição totalmente nova geram inúmeros conflitos internos e singulares, mas também no grupo. A relação com as profissionais que estão ao redor delas, educadoras, assistentes sociais, psicólogas – todas mulheres, muitas delas mães – também não é sem confrontos e desafios. Duas questões parecem ser as que com mais frequência acirram os ânimos entre adultos e adolescentes: o reconhecimento de que apesar de mães, são adolescentes, e o cuidado com a criança. Essa situação singular de acolher no mesmo espaço adolescente e bebê instaura uma crise bastante grande no espaço institucional. Essa situação parece exigir uma disputa, uma escolha de quem priorizar, e isso facilita o descartar da adolescente. Essas meninas, de 13 a 17 anos, são culpabilizadas com frequência por sua condição e torna-se difícil oferecer sobre elas um olhar de compreensão e acolhimento. Uma pergunta que talvez devesse iniciar sua estada no abrigo fosse: você quer de fato esse bebê? Tarde demais para o direito de escolha? Como o aborto é proibido no país como opção em qualquer situação, mas permitido apenas em dois casos e com jurisprudência para um terceiro, se a gravidez acontecer e a pílula do dia seguinte não for acionada, o filho é “para a vida toda”, a menos que seja dado em adoção. Em séculos passados, as mulheres que não podiam ou não queriam seus filhos deixavam-nos na roda dos expostos que constituía, assim, uma nova chance para ambos. Ainda que marginalizadas ou compreendidas como pouco humanas na leitura que focaliza na criança o cerne da vida e naturaliza o amor materno, essas mulheres tinham como escrever outras histórias para si e seus filhos. O abrigo é uma instituição do Estado, responsável por cuidar das crianças deixadas sem proteção, por algum motivo, por parte da família. Sob o cuidado do Estado e sob os olhos de profissionais supostamente competentes para encarar diferenciadamente a situação, o abrigo poderia transformar-se em um depositário de crianças? Poderia constituir-se em uma segunda chance para mães e filhos? Em geral, mesmo a entrega dos filhos sem abandono, sem crueldade é vista como característica sub-humana de uma mãe incapaz de amar, uma mulher egoísta, irresponsável, pouco feminina e confiável. O abrigo não poderia oferecer para essas mães adolescente essa segunda chance, sem que ficar sem o filho fosse uma punição, mas antes uma entrega significando não um fracasso, mas uma aposta no novo? A moralidade que envolve a família e o olhar vigilante e culpabilizador que servem de filtro sobre as mulheres pobres do nosso país insistem em conceder a qualquer uma que não cuide da criança dentro dos padrões determinadas o título de monstro. Uma reflexão que possa deslocar nossas personagens de seu local de destino parece fundamental para oferecer novas chances para a infância e a juventude pobres do Brasil.

**Palavras-chaves:** infância,abrigamento,roda

**Trabalho:**Abrigar para que? Reflexões sobre a prática de abrigamento de adolescentes no Município do Rio de Janeiro

**Autor(es):** Luciene Alves Miguez Naiff,Antonio Reguete Monteiro de Souza

**Resumo:** O abrigamento de adolescentes no município do Rio de Janeiro não é uma medida provisória e excepcional como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa constatação, pouco discutida nas instâncias de garantia de direitos, merece uma atenção redobrada quando entendemos os perigos da institucionalização por longos períodos no desenvolvimento psicossocial dos indivíduos. Interessa-nos nesse momento refletir o para que abrigar? O que pretendemos atingir quando colocamos um adolescente em um abrigo, mesmo sabendo que teremos bastante dificuldade de ter uma opção razoável para sua saída? O perfil dos adolescentes que estão abrigados atualmente correspondem a três principais características: o adolescente colocado muito pequeno no sistema, já sem referência familiar, o adolescente que precisa de proteção a situações de risco que esta exposto como: miséria, violência doméstica e violência na comunidade, o adolescente em situação de rua. Ao abrigarmos esse indivíduo devemos pensar que alternativas temos para planejar para garantir seu desligamento do abrigo. O adolescente, assim como a criança, tem direito a convivência familiar e comunitária. Então, deveria ser colocado em família substituta ou adoção esgotados as possibilidades de reinserção familiar. No entanto, os programas que oferecem esse tipo de atendimento na grande maioria das vezes não contemplam os adolescentes. Até mesmo a bem sucedida experiência do projeto Família Acolhedora, hoje política pública no município do Rio de Janeiro, encontra dificuldades na absorção dos adolescentes, apesar do atrativo financeiro oferecido. Pensar o adolescente, suas questões, características e necessidades, é condição para se propor alternativas à institucionalização e marginalização desses indivíduos. Nossa sociedade, ao exemplo de outras no mundo, percebe a adolescência como um período do desenvolvimento humano que antecede a adultez, no qual encontramos o indivíduo ainda em formação bio-psico-social. Nesse contexto, a psicologia social surge como possibilidade de entender a dinâmica que leva a institucionalização, propondo alternativas que minimizem os efeitos dessa condição na vida dos adolescentes. Trabalhar na perspectiva da construção da autonomia é um dos exemplos de atuação dos abrigos que concorreria a uma visão de futuro, respondendo ao para que abrigar. As pesquisas realizadas pelo CMDCA do Rio de Janeiro mostraram que as principais situações que os abrigos apresentam que dificultam o processo de construção de autonomia são: a) não saber lidar com a sexualidade dos adolescentes, b) não saber lidar com a agressividade, c) não saber lidar com situações em que os jovens questionem as regras e normas, d) não trabalhar a permissão para sair do abrigo sozinhos como meio de fortalecer o uso da liberdade com responsabilidade, e) não permitir que o jovem participe da dinâmica de funcionamento da instituição, f) não permitir que o jovem aprenda a utilizar as redes de serviços sozinhos. Além de ficarem pouco atrativos para os adolescentes, os abrigos não se esforçam para serem espaços de passagem e aprendizagem.Faz-se necessário rever as práticas que envolvem o abrigamento, dentro e fora dos abrigos, garantindo o melhor atendimento possível a essa criança ou adolescente que, por motivos diversos, está temporária ou definitivamente afastado do convívio de seu núcleo familiar. Devemos dar a real importância para o ato de abrigar crianças e adolescentes, pois ele perpetua entre outras, a representação social de que a família de origem “não deu certo”. Essa herança é consequência de uma prática que deve se rever continuamente avaliando não apenas o momento emergencial que normalmente desencadeia o abrigamento, como também e com igual importância o momento do desligamento institucional.

**Palavras-chaves:** abrigo,infância,adolescência

**Trabalho:**De quê cuidam os cuidadores? Uma tentativa de compreender os cuidados possíveis e os possíveis cuidados com crianças abrigadas

**Autor(es):** Susana Carneiro Leão de Mello,Julia Coutinho Costa Lima

**Resumo:** Este trabalho situa-se num momento de passagem entre a prática de supervisão clínica sobre um trabalho com crianças e adolescentes em situações de risco e privação as mais diversas, realizado no município de Olinda/PE, e o início de uma pesquisa sobre crianças institucionalizadas e o trabalho dos cuidadores em um abrigo da região metropolitana do Recife/PE. O elo de ligação escolhido para refletir sobre as duas práticas refere-se ao olhar sobre os técnicos e/ou cuidadores que tem como foco de seu trabalho um público marcado por histórias de extrema privação, violência, maus tratos e, em grande parte das vezes, a experiência do abandono ou de uma separação imposta por impedimentos e impossibilidades que marcam as famílias e a realidade a qual pertencem. Em um trabalho anterior foram propostas três tipos de respostas freqüentemente `sinalizadas` pelas equipes técnicas em supervisão, que foram nomeadas de resistência, resiliência e reparação. Cada uma dessas respostas sugeria formas distintas de lidar com o público atendido e, sobretudo, diferentes intensidades de reações transferenciais impedidoras ou facilitadoras da criação de respostas possíveis e adequadas à demanda em questão. Pode-se perceber uma consonância entre a disponibilidade para reflexões subjetivas e do funcionamento da equipe técnica com a qualidade das intervenções realizadas. Na pesquisa atual, que volta o olhar para a situação do abrigo de crianças, pretende-se investigar as práticas de cuidado desenvolvidas na instituição e em que medida estas podem ser determinadas pelas crenças e discursos dos cuidadores acerca da idéia da criança abandonada ou entregue para adoção. Sabe-se que a cultura da institucionalização de crianças no Brasil tem longa história e deixa suas marcas sobretudo nos atores envolvidos no processo de julgar, decidir e gerir o acolhimento de crianças que estão com os seus vínculos familiares fragilizados ou rompidos. Neste mesmo sentido, a própria concepção que estes atores têm acerca das famílias e suas capacidades ou incapacidades para o desempenho do cuidado com as suas crianças pode estar repercutindo no tipo de intervenção e atenção que recebem as crianças em uma instituição de abrigo. Como uma medida jurídica, garantida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, o abrigo se constitui, como o último recurso, numa perspectiva de proteção. No entanto, para os cuidadores e profissionais envolvidos, estar na condição de proteger e cuidar de crianças e adolescentes mobilizar conflitos e sentimentos que tendem a orientar suas práticas. A lógica da proteção parece potencializar os discursos e as práticas de apropriação, que colocam os profissionais em situação de se verem como agentes da proteção, do cuidado, e/ou do salvamento da vida dessas crianças e adolescentes. Portanto, acredita-se ser fundamental somar à discussão sobre institucionalização e abrigo, um olhar que possibilite a reflexão e a intervenção sobre os cuidadores, suas motivações e suas práticas.

**Palavras-chaves:** abrigo, infância, adolescência, institucionalização

**Atividade:** O resgate dos contos de fadas como mediadores do despertar da criatividade infantil (Paineis)

**Trabalho:** O resgate dos contos de fadas como mediadores do despertar da criatividade infantil

**Autor(es):** Jaqueline Vilar Ramalho, Ionara Dantas Estevam

**Resumo:** Arrematada pelo consumo exacerbado expandido pela globalização, a sociedade contemporânea aceita e sofre suas conseqüências de uma forma legitimada, mesmo que às vezes não possua estrutura de acompanhar a velocidade com que ocorrem tantas transformações. Os valores, comportamentos e formas de vida modificam-se a todo instante sem o estabelecimento de limites, muitas vezes, até padronizando as reações psicossociais e culturais. Com essa padronização, as formas de pensar tornam-se realmente globalizadas e universais, nas quais, a criação e o processo inovador ficam meramente retidos em conceitos prontos e acabam sendo aceitos sem uma postura crítica de avaliação. Segundo Vasconcelos (2001), a origem da criatividade permanece um mistério e não é explicável, porém, salienta que todo indivíduo que realiza um trabalho e tem idéias novas, mesmo que modestas, cria-as no curso de seus esforços. Assim, o processo de criação diz muito da experiência de vida de quem cria onde, cada indivíduo possui potencialidades diversas embora muitas vezes, não exploradas. Nesse prisma, a criatividade estaria ligada ao mundo interno do indivíduo, motivador da vida

levando em consideração os entraves da realidade externa a que o ser humano se ajusta. Se criar e criatividade são construções provenientes de experiências e potencialidades internas dos indivíduos, podemos questionar como esse processo vai se desenvolver na sociedade contemporânea, onde tudo nos é dado com pronto. Segundo Priore (2002), não é a toa que o comércio e a indústria de produtos infantis vêm aumentando progressivamente sua participação na economia. O que se observa, principalmente nas crianças que possuem acesso aos meios tecnológicos é um alto índice de brinquedos eletrônicos que se resumem a apertando botões estimula-se o desenvolvimento de atividades condicionadas que privam a criança do ato criativo. Assim, as crianças crescem sem desenvolver senso criativo e inovador aceitando brinquedos, roupas e acessórios impostos pela sociedade de consumo. Sem contar com o isolamento cada vez mais estimulado pelos meios de comunicação. Levando em consideração a importância da criatividade e do processo de criação para o indivíduo, nesse estudo, buscaremos tecer considerações a cerca da importância em resgatar os contos de fadas tanto como histórias mediadoras no despertar da criatividade infantil no mundo contemporâneo, quanto como instrumento para auxiliar a criança a lidar com a ansiedade e a superar obstáculos, favorecendo o desenvolvimento de sua personalidade, através do conteúdo imaginário e mágico que pode ser proporcionado a partir do contato com elas. Objetivando um resgate da capacidade criativa e imaginária das crianças, podemos relacionar a presença dos contos de fadas, identificando-os como estimuladores da imaginação, fantasia e simbolização que se configuram muito importantes para o desenvolvimento infantil. A partir disto, podemos perceber a importância da estimulação dos contos no mundo atual, onde as pressões externas, violência geradora de inseguranças e a competitividade podem desencadear várias perturbações psíquicas. Como afirma Radino (2003) com a ajuda da fantasia, a criança constrói uma linguagem pré-verbal, fazendo uma ponte entre seus mundos interno e externo. Conclui-se que os contos de fadas podem manifestar pontes para o crescimento cognitivo, psicológico e social da criança e sua utilização, portanto, percorre múltiplas facetas: pedagógicas, lúdicas, sociais e terapêuticas.

REFERÊNCIAS:PRIORE, Mary Del (org). História das crianças no Brasil. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2002.RADINO, Glória. Contos de fadas e realidade psíquica: a importância da fantasia no desenvolvimento. São Paulo: Casa do psicólogo, 2003.VASCONCELOS, Mário Sérgio (org); PIAGET, Jean. CRIATIVIDADE: psicologia, educação e conhecimento do novo. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2001.

**Palavras-chaves:** Infância,Contos de fadas,Criatividade

**Atividade: O adolescer e o compromisso: as novas configurações dos vínculos amorosos e o ficar (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**O adolescer e o compromisso: as novas configurações dos vínculos amorosos e o ficar

**Autor(es):** Frederico Dantas Vieira,Aline Oliveira Machado

**Resumo:** O presente estudo parte do entendimento das atuais práticas afetivo-amorosas, levando em consideração a construção de um vínculo amoroso. Dentre essas práticas, inscreve-se o “ficar” que aparece como um código e relacionamento vigente entre os adolescentes e que tem como característica a falta de compromisso. Nesse sentido, essa pesquisa teve o objetivo de investigar as diferenças entre os gêneros no que concerne a essa prática e como a mesma poderia atrapalhar ou auxiliar na construção de um vínculo amoroso significativo na fase adulta. Dessa maneira pretende-se identificar as relações da falta de compromisso expresso no “ficar”, passando pelo fenômeno da modernidade calcada na sociedade contemporânea, com as dificuldades de se estabelecer vínculos amorosos significativos; onde as transformações nos papéis de gênero têm importante influência sobre o adolescer. Para isso, essa pesquisa sai de uma adolescência somente condicionada e de comportamentos esperados, para a adolescência enquanto condição social, pretendendo-se ainda mostrar também, uma adolescência construída como significado na cultura, na linguagem que permeia as relações sociais, criada historicamente, enquanto representação e fato social-psicológico. As transformações sociais advindas do modelo político-econômico acabam por desembocar no fenômeno da globalização,

onde se descontextualizam as fronteiras e os espaços público e privado mesclam-se de tal maneira que acabam por se tornarem indiferenciados. Desse modo, os territórios se desfazem com muita facilidade e velocidade, uma vez que os interesses tornam-se fugazes; os desejos se desconstruem, se movimentando para novos desejos, fazendo com que a desterritorialização aconteça com imensos movimentos. Entre essas formas superficiais de se relacionar com o mundo está o “ficar”, que é praticado maciçamente pelos adolescentes. Assim, em meados da década de 90, no auge das mudanças sociais advindas da globalização, surge essa nova prática. A partir de recortes cartográficos, pôde-se verificar que a vivência do “ficar”, enquanto prática geracionária, não é um modismo e apresenta diferenças de gênero no que diz respeito aos limites para as mulheres, mostrando assim, a convivência de ideais modernos com modelos tradicionais e patriarcais de família e de relacionamento estável. A amostra foi constituída de estudantes adolescentes, totalizando 9 sujeitos, dentre estes, 5 estudantes do ensino médio e 4 universitários, com idades entre 17 e 21 anos, perfazendo uma média de 19 anos; do total de entrevistados, haviam 4 mulheres e 5 homens. De acordo com a análise de dados, pôde-se verificar ainda que o “ficar”, apesar de não necessariamente levar a um namoro, muitas vezes é utilizado como ponte para o mesmo. A convivência dos ideais modernos com outros modelos tradicionais promove essa ambigüidade entre os discursos e as atitudes. O fato é que, com a maior participação das mulheres na sociedade, a maneira de vincular-se também se reconfigurou. Não se sabe, porém, até que ponto os conceitos tradicionais poderiam embargar tais práticas. O que se percebe é que existem alternativas e mudanças, variações e repetições nos códigos de relacionamentos. O casamento e a família continuam a ser pontos básicos de referência, mas, nunca mais a família e o casamento serão experiências vividas da mesma forma como era no passado, nem tampouco poderão ser percebidas como projetos inescapáveis. Assim, o “ficar” não deve ser entendido como um modismo ou um fenômeno artificial e isolado, mas como uma prática geracionária que se tornou uma expressão de novos paradigmas dos relacionamentos existentes. Diante dos conflitos entre os ideais modernos e tradicionais percebeu-se que o modelo de amor romântico ainda persiste, mas aparece com características fluidas e confluentes na medida em que já não é visto como algo eterno, mas que dura o tempo da confluência dos interesses entre os parceiros. Já em relação aos sentimentos, o amor está relacionado ao namoro assim como o “ficar” está para a falta de compromisso. Contudo, esse “ficar” não é visto como algo para ser praticado por toda a vida. Assim, percebe-se que ainda há muito a ser tratado e estudado acerca do tema proposto, em vista do dinamismo e da plasticidade na qual se inscreve a adolescência.

**Palavras-chaves:** relações de gênero relacionamento, contemporaneidade, adolescência

**Atividade: A produção e o compartilhamento de significados no faz-de-conta por crianças de uma classe pré-escolar ribeirinha (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** A produção e o compartilhamento de significados no faz-de-conta por crianças de uma classe pré-escolar ribeirinha

**Autor(es):** Sônia Regina dos Santos Teixeira

**Resumo:** A PRODUÇÃO E O COMPARTILHAMENTO DE SIGNIFICADOS NO FAZ-DE-CONTA POR CRIANÇAS DE UMA CLASSE PRÉ-ESCOLAR RIBEIRINHA Sônia Regina dos Santos Teixeira (Professora da matéria Psicologia da Educação, do Centro de Educação da Universidade Federal do Pará. Doutoranda em Psicologia – Teoria e Pesquisa do Comportamento, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, Belém-PA). O ser humano aprende e se desenvolve numa relação dinâmica com o contexto social em que vive. De acordo com a psicologia sócio-cultural, os significados constituem os elementos mediadores dessa relação. Eles permitem ao homem atuar no contexto social em que vive e, ao mesmo tempo, distanciar-se dele e reconstruir internamente suas vivências sociais, constituindo-se enquanto sujeito. Os significados são produzidos, compartilhados e modificados continuamente, atuando como elementos reguladores do eu e do outro. A dinâmica desse processo pode ser observada numa atividade típica da fase pré-escolar - a brincadeira de faz-de-conta. Vygotsky concebe o faz-de-conta como uma atividade social, histórica e culturalmente

situada, marcada pela relação dinâmica e dialética entre imaginação e realidade. Ela não constitui mera reprodução da realidade, mas implica uma reelaboração dessa realidade na esfera imaginativa. O faz-de-conta ensina a criança pré-escolar a guiar seu comportamento não somente pela percepção imediata dos objetos ou pela situação vivenciada de imediato, como fazem as crianças menores de três anos, mas também e, principalmente, pelo significado dos objetos e situações vividas, promovendo o distanciamento psicológico de seu contexto social imediato. Fundamentado no referencial teórico e metodológico da psicologia sócio-cultural, foi desenvolvido o presente estudo, com o objetivo de investigar quais são os significados produzidos pelas crianças e pela professora de uma classe pré-escolar ribeirinha da Amazônia e como ocorre esse processo de produção e compartilhamento. A pesquisa foi realizada durante o ano de 2005 e teve como participantes dez meninos e seis meninas, com idade entre quatro e cinco anos e a professora da classe de pré-escolar, do Anexo da Escola Sílvio Nascimento, localizado na Ilha do Combu, no município de Belém - Pará. O procedimento de coleta constou de gravações em vídeo das brincadeiras que ocorreram no cotidiano da classe. As informações foram coletadas quinzenalmente, perfazendo um total de 16 registros. Os episódios de faz-de-conta foram transcritos e examinados do ponto de vista microgenético, de acordo com a forma concebida pela psicologia sócio-cultural. A análise centrou-se na dinâmica do processo de construção de significados pelas crianças entre si e pelas crianças e a professora da classe. Para analisar quais foram os significados produzidos e compartilhados por ocasião das brincadeiras, utilizou-se as categorias: situação imaginária, regras de comportamento compartilhadas e transformação do significado usual de objetos. A análise de como os significados foram produzidos e compartilhados desenvolveu-se a partir de um conjunto de categorias. A participação das crianças foi categorizada de três modos: Se ela iniciou a construção de um novo significado, se ela contribuiu para a fixação de um significado ou se ela compartilhou significados construídos. A participação da professora também foi analisada de três modos: Se ela atribuiu um significado específico a um objeto ou ação, se ela solicitou que a criança atribuísse um significado ou se ela compartilhou os significados já construídos pelas crianças. A análise dos episódios indica que as crianças e a professora produzem e compartilham uma rede de significados muito peculiar, que retrata a especificidade do contexto sócio-cultural ribeirinho. Nestes, verifica-se a reelaboração no plano imaginativo das principais atividades do cotidiano da Ilha, como a colheita e a venda do açaí, a pesca do peixe e do camarão e o banho de rio, entre outros. As regras de comportamento implícitas nas brincadeiras estão relacionadas com as ocupações mais frequentes da Ilha, como coletor e vendedor de açaí, barqueiro e pescador e com os demais papéis desempenhados por pessoas da comunidade. No processo de transformação do significado usual de objetos pôde-se perceber que os materiais presentes na sala de aula são utilizados para representar objetos típicos da Ilha, como a rasa, o matapi, as redes e as iscas de pesca. Nos episódios é possível perceber também a forma como são produzidos e compartilhados os significados. Em alguns deles, uma criança ou grupo de crianças inicia a produção de um novo significado, colocando regras a serem seguidas por outras crianças. Em outros episódios, contribuem para fixar um determinado significado ou compartilham com outras crianças os significados produzidos. A professora atua propiciando as condições para que as brincadeiras aconteçam, incentivando as crianças a brincarem e interagindo com elas durante essas atividades. Esses resultados demonstram que as crianças pré-escolares da Ilha do Combu, através das brincadeiras de faz-de-conta, apropriam-se de elementos do seu contexto sócio-cultural, trazendo-os para o universo infantil e recriando-os na esfera imaginativa, desenvolvendo-se, por esta via, como ribeirinhos amazônidas. Palavras-chave: faz-de-conta; pré-escolares; ribeirinhos.

**Palavras-chaves:** faz-de-conta,pré-escolares,ribeirinhos

**Atividade: REFORMULAÇÕES MATEMÁTICAS EM DIFERENTES SITUAÇÕES (Paineis)**

**Trabalho:**Reformulações Matemáticas em diferentes situações

**Autor(es):** Hilana Maria Braga Fernandes,Nádia Maria Ribeiro Salomão Salomão,Diana



**Resumo:** A perspectiva da Interação Social, como bem retrata Snow (1997), enfatiza que o input lingüístico é, para seus produtores, uma forma de socialização e uma atividade prescrita culturalmente. Nesse sentido, as crianças necessitam de algum input lingüístico para que possam aprender e desenvolver eficazmente a sua linguagem. A contingência materna com o enunciado prévio da criança tem sido considerado como um input facilitador do desenvolvimento lingüístico da criança (Hoff-Ginsberg, 1991; Conti-Ransden, 1994). De acordo com Rice (1989), a contingência materna é a combinação ou articulação imediata da expressão do adulto ao conteúdo ou tópico das expressões da criança, que propicia uma continuidade na conversação. Damast, Tamis-LeMonda e Bornstein (1996) destacam que não é somente a contingência materna que promove o desenvolvimento lingüístico, mas é a contingência, juntamente com a adequação do comportamento da mãe ao contexto de interação contínua, que facilitam o desenvolvimento. Normalmente, o adulto repete os enunciados da criança, modificando, enriquecendo ou corrigindo-os e, variando a quantidade dessa repetição de acordo com a idade da criança (Aimard, 1986). Cabe destacar que essa repetição é, também, conhecida por expansão ou reformulações, que são enunciados maternos semanticamente contingentes. Snow (1989) enfatiza que a atitude das mães de corrigir os enunciados infantis, reformulando-os, é extremamente importante para o desenvolvimento da linguagem, tendo em vista que elas estão indicando para a criança onde se encontra o erro. Embora ainda sejam pouco estudadas, habilidades associadas à produção de reformulações, esse input pode ter efeitos sobre o desenvolvimento da linguagem, visto que as habilidades desse discurso são bastante vulneráveis às diferenças no estilo de interação e características da fala dirigida às crianças (Snow, 1997). Baseado nessa premissa, o presente trabalho objetivou comparar a produção de reformulações produzidas pelas mães durante a interação com seus filhos em situações diferentes. Para registro da interação das díades foi utilizada a filmagem de três situações, sendo a primeira o brincar livremente, a segunda a brincadeira com quebra-cabeça de nove animais e a terceira interação com dois livros com figuras e pouco texto. A duração da filmagem de cada situação foi de 15 minutos, mas só foram transcritos e analisados 10 minutos intermediários. A análise dos dados ocorreu em três etapas distintas: a transcrição das observações das interações, segundo as normas do CHAT (Codes for Human Analysis of Transcripts), componente do programa computacional CHILDES (Child Language Data Exchange System); e em seguida foi obtido a frequência das reformulações materna, através do CLAN (Computerized Language Analysis), também componente do programa CHILDES; e por fim realizou-se uma análise quantitativa das frequências das categorias através do teste de Friedman. Através da análise estatística pôde-se observar que o uso de reformulações pelas mães, durante a brincadeira livre, obteve maior média de postos (2,55) do que durante a brincadeira com quebra-cabeça (1,95) e da leitura de livro (1,50), apresentando, então, um nível de significância de 0,046, sendo assim, esse resultado estatisticamente significativo. De acordo com Sokolov e Snow (1994), a reformulação da fala infantil é um dos estilos de input mais eficaz no processo de aquisição da linguagem; um estilo, potencialmente, facilitador do desenvolvimento lingüístico, visto que proporciona à criança versões da própria fala modificada, seja corrigida ou alternativa, isto é, dita com algumas palavras de forma diferente. Faz-se necessário enfatizar que o sistema lingüístico da criança precisa ser estimulado por enunciados que destaque onde está errado e/ou precário, todavia para que estes enunciados sejam favoráveis ao desenvolvimento da linguagem é imprescindível que a criança compreenda-os mesmo que seja parcialmente, caso contrário, esta informação não lhe será proveitosa. Neste sentido, Nelson, Welsh, Camarata, Butkovsky e Camarata (1995) assinalam que, se as reformulações não apresentarem um caráter desafiador, estimulador da atenção e participação da criança, não alcançarão um efeito positivo, mesmo que sua frequência seja elevada. Esses resultados foram discutidos considerando-se o nível de desenvolvimento lingüístico infantil e os contextos situacionais nos quais os enunciados foram apresentados.

**Palavras-chaves:** interação mãe-criança, contingência semântica, contextos situacionais

**Atividade: Exploração Sexual Comercial:  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Exploração Sexual Comercial: Um risco à experiência de infância.

**Autor(es):** Deliane Macedo Farias de Sousa, Rosângela Francischini, Cassia de Castro Bezerra, Hugo Juliano Duarte Matias

**Resumo:** A infância vem sendo alvo de grande preocupação nos tempos atuais, por estar imersa em um sem-número de situações, que cada vez mais ameaçadoras. A exploração sexual comercial (ESC) é um desses contextos, que apesar de ser possível identificá-lo desde a Idade Média, é a partir de meados da década de 80 que se intensifica o interesse por tal temática, bem como o seu enfrentamento. Tal fenômeno é permeado por uma trama de interesses, em que as situações de miséria, inferioridade, violência física e estrutural às quais muitas crianças são expostas, favorecem sua inserção no mercado do sexo, que se aproveita dessa vulnerabilidade. Quando a criança “opta” pela inserção na exploração sexual comercial, na maioria das vezes, o faz mediante uma estrutura familiar e sócio-econômica perversa que a “empurra” para tal escolha. Há ainda muitos casos, nos quais a criança é induzida, ou mesmo forçada por um adulto, que numa relação de poder assimétrica, obriga a criança a ingressar nessa atividade. Ao percebermos essa criança como um sujeito sócio-histórico e como pessoa em condição peculiar de desenvolvimento, na qual aspectos biológico, afetivo, emocional e cognitivo sofrem transformações qualitativas e quantitativas muito mais acentuadas e mais rápidas, em comparação ao que observamos em fases posteriores, a inserção da criança na ESC pode gerar graves implicações físicas, cognitivas, sociais e psicológicas, tanto imediatas quanto em longo prazo. Essa atividade demanda da criança um grande esforço físico e psíquico, além de colocá-la em contato com questões que não pertencem ao universo infantil. O comportamento sexual exacerbado, o uso de drogas (lícitas ou ilícitas), relações sexuais desprotegidas, falta de modelos apropriados, socialização inadequada, a “adultização” no vestir e no agir, etc., são alguns dos fatores que colocam em situação de risco a experiência da infância. Observemos que os riscos aos quais as crianças exploradas sexualmente são expostas podem ser de ordens diversas, a saber: física (doenças sexualmente transmissíveis, problemas gerados devido à exposição nas ruas, entre outros); social (exposição a ambiente violento, drogas, segregação social) ou psicológica (baixa auto-estima, efeitos de abuso, negligência ou exploração, etc.). Uma outra implicação da inserção de crianças na ESC é o prejuízo ao processo de escolarização. O envolvimento com a ESC dificulta a permanência da criança no ambiente escolar, devido à incompatibilidade de horários, rotinas e/ou novos hábitos que a criança passa a incorporar e que passam a entrar em conflito com tal ambiente, como por exemplo, a intensa vida noturna, uma vez que vão dormir demasiadamente tarde. Somando-se todos esses fatores supramencionados à dinâmica de cada criança explorada, fomenta-se cada vez mais um lugar a ser assumido por ela, ficando mais difícil seu rompimento com a situação na qual se encontra inseridas e conseqüentemente a elaboração de um novo projeto de vida fica comprometida. Nesse sentido, se justifica a realização de pesquisas e ações voltadas para a compreensão e enfrentamento dessa problemática que oprime milhares de crianças somente no Brasil, negando-lhes os direitos básicos e necessários para o seu pleno desenvolvimento.

**Palavras-chaves:** exploração sexual comercial, infância, desenvolvimento infantil, situação de risco

**Atividade:** PROPOSTA DE UM PROJETO DE INTERVENÇÃO PARA UMA INSTITUIÇÃO PARA IDOSOS (Paineis)

**Trabalho:** PROPOSTA DE UM PROJETO DE INTERVENÇÃO PARA UMA INSTITUIÇÃO PARA IDOSOS

**Autor(es):** Diogo Miranda Galdino da Silva

**Resumo:** A intervenção na terceira idade é um tema que atualmente vem apresentando um significativo crescimento no número de estudos e debates em Psicologia, principalmente, em

países em desenvolvimento, no qual esta faixa etária se mostra uma parcela cada vez mais representativa da população gerando uma emergência na atenção e assistência nessa área. A proposta dessa Comunicação Científica visa à divulgação e discussão dos resultados alcançados em um trabalho realizado a partir das exigências da matéria Intervenção na Terceira Idade do curso de graduação de Psicologia, onde foi realizada uma pesquisa com base na observação de uma instituição para idosos a fim de elaborar uma proposta de intervenção de acordo com a demanda da instituição. Foi constatada, durante a visita à instituição, uma significativa preocupação dos dirigentes com a saúde física e mental dos idosos residentes. Tal fato se evidenciou através do relato sobre a promoção de atividades fora da instituição envolvendo passeios a museus, teatros, concertos e centros histórico-culturais, decididos de acordo com a opinião geral dos que se interessavam em participar e a disponibilidade dos eventos, mantendo ativa a importante participação desse grupo, tanto no aspecto de inclusão social, como nas relações interpessoais na tomada de decisão junto ao grupo. Estudos analisados anteriormente com idosos institucionalizados mostram que a priorização da rede de apoio e a boa convivência cotidiana são significativas para o bem-estar dessas pessoas que tem a ventura de desfrutar da longevidade. As instalações e serviços da instituição são adequados, sendo oferecidas dependências confortáveis e bem conservadas, amplo espaço interno e externo com acessibilidade para as pessoas com alguma dificuldade de locomoção, salas de estar, biblioteca, sala de artes, capela com missa quinzenal, Happy Hours semanais com grupos musicas e dança, festas em datas comemorativas e aniversariantes do mês, salão de beleza, salas de odontologia, psicologia e fisioterapia, consultas médicas semanais, sala de emergência equipada e incentivo da participação dos familiares nas atividades desenvolvidas. Diante da diversidade e adequação dos trabalhos desenvolvidos com os residentes, considerando a realidade do idoso institucionalizado no Brasil, a proposta de intervenção foi elaborada com foco nos profissionais da instituição, principalmente enfermeiros e cuidadores que mantêm um contato cotidiano mais próximo com os idosos. Foi verificado que essas pessoas sustentavam uma relação distante e passiva, executando os “procedimentos” e serviços diários sem haver uma interação mais próxima com os residentes, muitas vezes sem saber se quer o nome da pessoa. Esse distanciamento é desfavorável do ponto de vista de se criar um ambiente saudável e descontraído, tanto profissional quanto para o idoso, que provavelmente passará seus últimos anos de vida ali. O processo de institucionalização é visto por muitos idosos como perda da liberdade, sentimento de abandono, aproximação da morte e vivem, também, uma ansiedade em relação à condução do tratamento pelos funcionários. A intervenção juntos aos funcionários integraria reuniões semanais com toda a equipe a fim de permitir a expressão de sentimentos, estimular e compartilhar experiências, relatar dificuldades e oferecer acolhimento para os sentimentos e dificuldades, além de orientação e sugestão para lidar com elas. A proposta visava reuniões periódicas com o grupo de funcionários nas quais as discussões teriam como objetivos: a) identificar os sentimentos mais comuns como raiva, culpa, perda e luto, solidão; b) estimular dramatizações, através da apresentação de imagens que permitam avançar do nível do relato verbal, mais defensivo, para expressões mais profundas e verdadeiras, sempre procurando acolher, favorecer e compartilhar; e, c) em grupo, propor mudanças e/ou estratégias para aliviar a sobrecarga e as angústias sobre os temas debatidos, além trabalhar com a equipe alguns pontos que podem ser entendidos como essências a quem trabalha com a Terceira idade como: a capacidade de empatia, paciência e tolerância, senso de humor, capacidade para atividades lúdicas, capacidade para suportar perdas e a vivência da morte.

**Palavras-chaves:** Velhice, Terceira Idade, Intervenção, Institucionalização

**Atividade: MECANISMOS DE EXPLICAÇÃO E COMPENSAÇÃO NA FORMAÇÃO DO VÍNCULO DE APEGO EM UM JOVEM COM SÍNDROME DE RUBINSTEIN-TAYBI (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: MECANISMOS DE EXPLICAÇÃO E COMPENSAÇÃO NA FORMAÇÃO DO VÍNCULO DE APEGO EM UM JOVEM COM SÍNDROME DE RUBINSTEIN-TAYBI.**

**Autor(es):** Mariana Sousa Lima, Anderson Almeida Chalhub, Francisco Kelmo, Bruno Vivas Sá, Jarbas Cersosimo, Luiza Sampaio, Marina Lima Duarte Moreira

**Resumo:** A Síndrome de Rubinstein-Taybi é uma afecção pouco comum e de difícil detecção que afeta uma em cada cento e vinte e cinco mil pessoas e suas principais características são retardo mental, baixa estatura, anomalias craniofaciais (pirâmide nasal alta e alongada, associado à hipoplaxia da maxila), polegares largos e angulados, retardo no desenvolvimento neuropsicomotor, problemas cardíacos e oftalmológicos. Por isso, algumas características da síndrome podem trazer repercussões adversas ao desenvolvimento do sujeito, principalmente quanto à aquisição da linguagem oral e à psicomotricidade. A literatura é escassa quando aborda possíveis associações da síndrome com características desenvolvimentais. Com base nisto, tem-se por objetivo neste estudo, investigar a história do vínculo de um jovem portador da Síndrome de Rubinstein-Taybi tendo por base a Teoria do Apego, proposta por John Bowlby. Visando descrever o comportamento de apego de um jovem com a Síndrome de Rubinstein-Taybi, verificaram-se possíveis mecanismos de compensação para o estabelecimento do vínculo como por meio do investimento parental e/ou estimulação ambiental. Especialmente, especulando possíveis associações entre alterações típicas da síndrome com o estabelecimento do vínculo de apego entre a mãe e o jovem. Para isso, utilizou-se de um inventário médico diagnóstico com a história da doença do jovem e de uma entrevista aberta com a mãe do adolescente, então aos 17 anos de idade, para a caracterização da história do vínculo. Pôde-se então, obter três pressupostos de acordo com as premissas essenciais para o estabelecimento do vínculo de apego, a saber, contato íntimo com um cuidador, aprender a andar e ramificações do apego. Obtém-se, a partir da teoria, informações sobre como é possível que portadores de tal síndrome desenvolvam habilidades, como caminhar antes do previsto ou a capacidade de autonomia, a partir da estimulação ambiental e parental. A perspectiva social adotada para este estudo torna claro como o relacionamento entre a mãe e o filho pode proporcionar ao portador de uma deficiência um desenvolvimento autônomo apesar das limitações impostas pela mesma. Permite também a saída de uma marginalização imposta pelos próprios indivíduos em sociedade e pela falta de políticas públicas que atendam às necessidades de educação e saúde dos mesmos. A partir de uma análise qualitativa do inventário médico e entrevista com a mãe do indivíduo, neste estudo, os três pressupostos obtidos a partir do estabelecimento do vínculo de apego foram parcialmente confirmados a partir do desenvolvimento do jovem. No entanto, ressalta-se que os resultados obtidos são preliminares e a necessidade de novos estudos que tratem desta temática abordando em especial a importância do ambiente de desenvolvimento em que o sujeito está inserido.

**Palavras-chaves:** história do vínculo, desenvolvimento, síndrome de Rubinstein-taybi, mecanismos de compensação, inserção social

**Atividade: Refletindo Sobre a Morte e o Morrer.  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Refletindo Sobre a Morte e o Morrer.

**Autor(es):** Rafael Sampaio Melo Andrade, Erasmo Miessa Ruiz

**Resumo:** RESUMO A morte, enquanto objeto da ciência começa a ser estudada a partir do final do século passado por antropólogos britânicos cuja linha de pensamento, foi chamada de "evolucionista". Antes, era campo tradicional das especulações filosóficas servindo inclusive de motivo central para a constituição das atuais correntes de cunho existencialista. A temática da morte tendia a ser um capítulo complementar dos estudos da religião, não possuindo, portanto, um estatuto mais autônomo. A construção dessa autonomia – gerando como conseqüências a constituição de uma disciplina denominada "tanatologia" – talvez possa ter ocorrido devido à evidência de um certo sentimento inespecífico de ameaça social que o tema parece representar,

em particular, na vida do homem ocidental. A morte parece tornar-se o grande tabu a partir do século XX, sendo um assunto cada vez mais exilado do debate cotidiano para ser lançado ao mundo selvagem. É diante desse contexto que propomos a realização de um espaço – o Grupo de Estudos Tanatológicos (GESTA) – que fomentasse um diálogo sobre um assunto pouco ou nada debatido na atualidade. Através de momentos dinâmicos e reflexivos levantamos questões de cunho existencial, filosófico e científico. O GESTA é um grupo independente que teve início em 2004 com o intuito de discutir questões relacionadas à morte e o morrer em seus múltiplos aspectos: culturais, psicológicos, existenciais e filosóficos. Os encontros são realizados quinzenalmente e possui estudantes e profissionais das mais variadas áreas. Nas reuniões, realizamos discussões teóricas com leitura de clássicos da temática, bem como produções científicas, literárias, entre outras. Os encontros são realizados no Mestrado de Saúde Pública da Universidade Estadual do Ceará. Pode-se destacar a “oficina de produção”, que tem por objetivo a produção de artigos científicos para compor um livro. Há apresentações e publicação de trabalhos em eventos científicos, podendo-se destacar a participação na 57ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Progresso a Ciência (SBPC), na X Semana Universitária da UECE, no XI Encontro de Iniciação à Pesquisa da UNIFOR, no V Encontro de Pesquisa e Pós-graduação do CEFET-CE, entre outros eventos. Participamos de cursos, oficinas, seminários referentes a tanatologia com o objetivo de enriquecer a discussão da temática. Assim, o GESTA espera contribuir para a mudança dos currículos dos cursos da área da saúde da UECE, fomentando na graduação discussões e reflexões sobre este tema que fará parte do cotidiano desses futuros profissionais. PALAVRAS-CHAVE: Tanatologia, Morte, Extensão Universitária. ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Desenvolvimento MODALIDADE: Comunicação oral REFERÊNCIAS: BOWLBY, J. Separação. São Paulo: Martins Fontes, 2004. BOWLBY, J. Perda. São Paulo: Martins Fontes, 2004. ARIÉS, F. História da Morte no Ocidente. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003. KÜBLER-ROSS, E. O túnel e a luz : reflexões essenciais sobre a vida e a morte. Campinas-SP: Versus, 2003. WORDEN, J. W. Terapia do Luto. 2ª Edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. FRANCO, M. H. P. (org.). Estudos Avançados sobre o Luto. Campinas, São Paulo: Livro Pleno, 2002. KOVÁCS, M. J. (coord.). Morte e desenvolvimento humano. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

**Palavras-chaves:** Tanatologia, Morte, Extensão Universitária

**Atividade:** Avaliação do papel da Psicologia no atendimento a mães de bebês de risco (Paineis)

**Trabalho:** Avaliação do papel da Psicologia no atendimento a mães de bebês de risco

**Autor(es):** Thaisa Santana, Ísis Tavares, Máira Simões, Rita Tatiana Amiel Castro, Ana Paula Azevedo Lima, Elza Cunha

**Resumo:** A gravidez é um período marcado por grandes e significativas mudanças, é época de transição, onde muitas coisas se transformam de maneira irreversível. É um momento em que ocorrem inúmeras sensações novas, anseios, dúvidas, temores bastante específicos e típicos da gestação, do parto e do pós-parto. Há também expectativas e planos para o bebê, por isso é comum o medo de ter um filho com algum “defeito”, o que inclui medo de um parto prematuro. Prematuro é um bebê que nasce antes da 37ª semana de gestação, normalmente no sexto ou sétimo mês, sendo considerado em situação de risco e exigindo cuidados especiais logo após o nascimento. Por não estarem maduros o suficiente para a vida extra-uterina e por apresentar os órgãos pouco desenvolvidos há necessidade de internamento em UTI neonatal (UTI n) para todos eles. A mãe de um prematuro se depara com uma criança imperfeita e frágil, que corre risco de morte e que muitas vezes não reage ao seu contato. Alguns dos sentimentos gerados nesse momento são: o medo da morte do bebê, frustração das expectativas em relação ao filho, incapacidade por não ter conseguido levar a gestação até o final, despreparo para lidar

com um bebê tão frágil e culpa. Esses sentimentos, porém, podem ser reforçados ou atenuados a depender da postura da equipe multiprofissional. Na UTIn a mãe não pode exercer sua função materna completa imediatamente, vendo os cuidados e a sobrevivência do bebê delegados à equipe médica aumentando assim sua frustração. Com toda sua dedicação ao bebê limitada pelas condições, acha-se inútil na facilitação da vida de seu filho e inapropriada para a função para a qual se preparou durante toda a gestação. O estabelecimento do vínculo inicial é prejudicado não só pelo período de permanência do bebê na UTIn, mas também porque a mãe pode ter medo de tocá-lo ou apresentar resistência em aceitá-lo, entre outros fatores. Assim, mãe e bebê terão que redescobrir um caminho de aproximação e contato que será primordial na recuperação do prematuro e no desenvolvimento posterior do mesmo. Por isso acreditamos ser necessário a intervenção de equipe multiprofissional no sentido de tentar desfazer o medo e a insegurança dos pais e tentar facilitar o estabelecimento do vínculo destes com seu filho. Nesse sentido, o presente trabalho teve por objetivo avaliar junto às mães a função do atendimento psicológico prestado a elas acreditando que o mesmo proporciona uma melhor adaptação à situação e as ajuda a superar sentimentos ruins e a desenvolverem um melhor vínculo com seu bebê. Para operacionalizar esse objetivo foram realizadas vinte e seis entrevistas com mães atendidas na maternidade Hildete Falcão Baptista em Aracaju - SE, especializada no atendimento de bebês de risco. Dentre as 26 mães entrevistadas, na faixa etária de treze a trinta e oito anos, 25 tiveram seus bebês prematuramente, e apenas uma teve um bebê de risco, nasceu diabético, mas por necessitar dos mesmos cuidados – UTIn, etc – que o prematuro a mesma foi enquadrada nessa pesquisa. Cabe ressaltar que as mães entrevistadas foram selecionadas pela equipe de psicólogas dentre aquelas cujos bebês já estivessem fora de risco, já que o conteúdo da entrevista poderia incitar a culpa, o sofrimento e outras questões advindas da situação dos seus filhos. Dessa forma, nenhuma mãe cujo bebê ainda estivesse na UTI neonatal participou da amostra. Dentre as entrevistadas, 45% já se encontravam participando do Projeto Mãe-Canguru e 55% participavam do Follow Up, que é o acompanhamento às mães e aos bebês que já deixaram a maternidade. Observamos que 90% das entrevistadas reconheciam a importância do trabalho da equipe de psicólogos, sendo que 70% destas efetivamente afirmaram que a ajuda dessa equipe as favoreceu de alguma forma no enfrentamento do período de internação, seja citando que foram bem acompanhadas, que receberam atenção quando necessitaram ou solicitaram, seja afirmando que o acompanhamento foi fundamental para o enfrentamento da situação na qual se encontravam, contra 20% que apenas citaram que receberam acompanhamento dessas profissionais. O restante da amostra, 10%, nem mesmo comentou se havia recebido atendimento psicológico, apesar de também não terem afirmado que não receberam. Pudemos comprovar, também, que a maioria (75%) das mães apresentou sentimentos positivos ou uma melhora em relação aos sentimentos de medo, culpa ou angústia. 75% delas afirmaram, também, que se sentiam mais tranquilas ou que nunca sentiram dificuldades em relação a seus bebês. Dentre as entrevistadas, 70% citaram o estímulo das psicólogas para que elas procurassem manter o vínculo com os respectivos bebês, seja estimulando o toque, a manipulação do bebê, as visitas à UTIN, o aleitamento materno ou a participação no Projeto Mãe-Canguru. Nesse sentido concluímos que o trabalho da equipe da psicologia é fundamental para as mães e para seus bebês, na passagem por esse período compreendido entre a chegada de um bebê prematuro, internamento do mesmo em UTI neonatal, até a recuperação ou não dele, tendo em vista que é um período difícil e cheio de intempéries.

**Palavras-chaves:** Bebês de risco, Prematuro, UTIn, Internamento

**Atividade: Consequências do maltrato na infância  
(Cursos - 4hs)**

**Trabalho:** especialista em psicologia da criança e adolescente

**Autor(es):** Cristina Correa Diniz Peixoto

**Resumo:** Introdução - Dentro os mais significantes avanços na compreensão das consequências do maltrato na infância, existe um alto grau de consenso de que abuso e a negligência alteram o desenvolvimento cerebral e comprometem a formação de estruturas

neurologicas que influenciam o funcionamento emocional, social, cognitivo e fisiologico. Quando a crianca e exposta a qualquer tipo de maltrato, o cerebro ativa uma serie de respostas adaptativas que a ajudam sobreviver ao fator stressante. O stress resultante do maltrato altera o funcionamento fisiologico que passa a se manter em constante estado de alerta – as experiencias de maltrato modelam a organizacao cerebral e a crianca passa a viver num estado de temor. Crianças em estado de temor absorvem e processam informacoes do cotidiano de maneira diferente e vivem num estado de medo permanente. Esse estado perennial de alerta compromete a capacidade dessas crianças de aprender através das experiencias sociais, emocionais ou educacionais. Elas vivem no aqui e agora e não são cognitivamente capazes de compreender as consequencias das suas acoes. Esse curso e uma ilustracao do meu trabalho clinico de 15 anos na area metropolitana de Detroit com crianças que foram removidas dos cuidados paternos por causa de maltrato. Esse curso tambem apresenta uma oportunidade para melhor entender e intervir em problemas psico-sociais resultantes de abuso e negligencia. No final do curso, os participantes terao uma visao ampliada dos varios tipos de maltrato, suas evidencias e correlacoes com atitudes sociais negativas. Mas o meu grande desejo e de que esse curso seja um instrumento de mudanca nos valores e atitudes em relacao ao maltrato na infancia. Que essa compreensao crie um impacto positivo na pratica clinica, no desenvolvimento de programas e politicas publicas.

Definicao de maltrato infantil – Maltrato na infancia tem sido objeto de varios estudos e discussions através da historia. A síndrome da criança maltratada inclui não apenas o abuso fisico, mas tambem o sexual e emocional. Essa terminologia serve para definir varias formas de maltrato.

- a) Abuso fisico e definido como experiencias fisicamente dolorosas inflingidas por outra pessoa e evidenciadas por lesões, queimaduras, fraturas, marcas, cicatrizes ou “síndrome do bebe sacudido”. As explicacoes dos pais dessas creanças a respeito da injuria sempre conflitam com os achados clinicos.
- b) Negligencia e definida como omissao aos cuidados necessarios da crianca. A higiene e normalmente precaria, roupa e suja, cabelo e pele mostram falta de cuidados, a crianca tem fome ou apresenta problemas de saude normalmente de facil prevencao.
- c) Abuso sexual e definido como contato de natureza sexual com o proposito de estimulacao erotica, penetracao, ou exploracao sexual.
- d) Abuso psicologico e definido como deprivacao em relacoes interpessoais;
- e) Falsificacao de condicoes pediatricas (munchausen syndrome) e definido como fabricacao de sintomas que requerem hospitalizacao, testes e tratamentos arriscados.

Evidencias de maltrato a)

- Comportamento – normalmente se manifestam através um hipervigilancia, obediencia excessiva, rebeldia, crueldade com animais, belicosidade, impulsividade, hiperatividade e distracao.
- b) Crescimento fisico – falha de crescimento associados a irregularidade nutritiva, Normalmente apresentam padroes de crescimento (altura e peso) muito aquém da media.
- c) Atraso no desenvolvimento cognitivo – manifestado principalmente através de atrasos na linguagem verbal e dificuldade de focalizar a atencao. Essas crianças frequentemente apresentam problemas de comportamento além de dificuldades academicas.
- d) Desenvolvimento emocional – desenvolvimento da linguagem verbal e bastante atrasado assim como a habilidade de formar relacionamento afetivos esta comprometida.

Intervencoes

- 1) Reducao do estado de alerta - A familia substituta tem uma grande importancia na intervencao terapeutica com crianca maltratada uma vez que ela e treinada para criar oportunidades para que a crianca desenvolva relacoes interpessoais positivas e reduza o nivel de stress. Treinamento das familias substitutas e um processo continuo e fundamental no sucesso da estabilizacao da crianca. Capacitacao dessas familias permite que elas respondam mais efetivamente as demandas comportamentais dessas crianças reduzindo o nivel de temor.
- 2) Avaliacao psico-social da familia - fundamental para determinar o nivel de intervencao legal e terapeutica. Avaliacao das areas de funcionamento adaptativo da familia permite compreensao da dinamica familiar e suas circunstancias contextuais. As areas avaliadas são priorizadas de acordo com a escala de importancia dentro do contexto da familia. Avaliacao das crianças incluye funcoes adaptativas relacionadas a contextos sociais, educacionais, esportivos e familiares. Os achados dessa avaliacao determinam a escala prioritaria de intervencao.
- 3) O plano de intervencao e um instrumento de acao e avaliacao e e baseado nos achados das avaliacoes psico-sociais e contexto diretamente relacionados ao maltrato. Ele e estruturado de acordo com areas priorizadas e incluye objetivos e resultados que podem ser medidos.

Oportunidades:

- Educacao publica a respeito dos efeitos do maltrato;
- Identificacao de crianças em situacoes de risco de maltrato;
- Envolvimento de organizacoes comunitarias e comerciais no apoio e fortalecimento de familias;
- Recrutamento

de voluntários em universidades;

Apoio financeiro a programas inovadores

**Palavras-chaves:** maltrato, maltrato na infância, neurofisiologia do maltrato

**Atividade: Infância e Privação  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Infância e privação: a fome e a vontade de viver

**Autor(es):** Karla Patricia Holanda Martins, Carol Farias Barbosa, Luana Timbó Martins, Maria Violeta Cavalcante Barros, Mirka Mesquita, Rafaelli Timbó Rodrigues Paz

**Resumo:** Ainda na década de 40, o médico sanitário pernambucano Josué de Castro dedicava-se a pensar sobre a fome no Brasil, em particular nos estados nordestinos. Já naquela ocasião, denunciava o tabu que impunha ao tema da fome silêncio e invisibilidade nos meios acadêmicos e nas produções discursivas no campo da cultura. Hoje não dispomos de um quadro muito diferente. Ações governamentais nas áreas da saúde e da educação igualmente silenciam o sujeito implicado nestas condições, sua singularidade e suas formas de pertencimento à cultura. Esta comunicação tem por objetivo apresentar as reflexões iniciais do projeto de pesquisa "Infância e privação: a fome e a vontade de viver" desenvolvido na Universidade de Fortaleza em parceria com Instituto de Prevenção à Desnutrição (IPREDE), organização não-governamental, que há vinte anos intervém no campo das práticas e dos cuidados com a infância. O projeto tem como objetivo investigar os possíveis impactos das experiências de privação do alimento na construção dos processos de subjetivação na infância e as diferentes estratégias de sobrevivência psíquica construídas para agenciar uma experiência desta ordem. Mais particularmente estamos refletindo acerca da construção da linguagem e do brincar nestas condições, posto pensarmos a experiência da fome como uma experiência que coloca em cheque os limites do corpo e da linguagem, evidenciando as múltiplas possibilidades de fronteiras e relações entre corpo e cultura. Com base nesta hipótese, tomamos o campo das referências teóricas sobre a fome como um campo fértil para indagações acerca do mal-estar na infância em situações de vulnerabilidade psíquica e de exclusão social. As primeiras experiências do bebê com seu ambiente constituíram tema de preocupações freudianas fundamentais. Nos últimos cinquenta anos uma vasta bibliografia psicanalítica tem se produzido acerca da importância do vínculo afetivo mãe/bebê na constituição do sujeito e nas suas possibilidades de enlace com o Outro primordial. Melaine Klein, Donald Winnicott, René Spitz, John Bolwby, T. Berry Brazelton e Françoise Dolto foram pioneiros nestas reflexões. Na defesa da intervenção precoce com bases psicanalíticas, destacamos o trabalho de Jenny Aubry com a infância abandonada. A partir dos últimos vinte anos surge também no Brasil uma extensa bibliografia que representa a atenção ao desenvolvimento infantil, principalmente de zero a três anos de idade. Como exemplos temos os trabalhos de Alfredo Jerusalinsky, Cláudia Rohenkohl, entre outros. Em comum questionam os modos diversos de inscrição do objeto na constituição do sujeito e de seus laços sociais. Os trabalhos de Freud representam uma importante matriz teórica de onde partiram essas reflexões. Retornaremos aqui à metapsicologia freudiana buscando refletir acerca dos possíveis sentidos construídos pelo sujeito na presença de um imaginário que versa sobre a fome. Diante do impacto de um precário atendimento das necessidades vitais sobre os modos de organização do eu, ou, em termos freudianos, nas circunstâncias do fracasso da alucinação, o aparelho psíquico é instado a formar uma concepção das circunstâncias reais do mundo externo, mesmo que tais circunstâncias imponham ao bebê algo desagradável. Nestas condições, a impossibilidade de representar a continuidade com o mundo externo tende a inscrever o sentido do abandono. Freud propõe que a constituição e a origem do eu estão relacionadas à capacidade do organismo de se orientar com relação à realidade por meio de suas percepções. Perceber implica em interpretar e, mais radicalmente, em agir. Todavia, a percepção capaz de promover a experiência de continuidade do eu e sua



capacidade de sentir-se real, depende do ritmo de presença e ausência estabelecido pelo ir-e-vir daqueles que atendem às necessidades primárias da criança. Encontramos também na metapsicologia da melancolia e do autismo algumas afinidades com as questões relativas ao impacto produzido pela experiência da fome na infância. O brincar nas experiências-limites, amputado pelo real, se distancia da ilusão criadora responsável pelo sentimento de pertencimento à ordem da cultura. Mas é privilegiadamente através do brincar, enquanto uma experiência de linguagem, que a criança poderá se apropriar de novos sentidos e agenciar novos modos de inscrição e relações com os objetos. É necessário que proporcionemos modos de intervenções que construam a capacidade de mediação e de agenciamento de novos modos de relação e uso dos objetos, produtores de uma ética do bem-dizer. Deste modo, a pesquisa aqui proposta pretende, a partir do referencial teórico psicanalítico, refletir acerca da dimensão do sofrimento e os modos de subjetivação da infância exposta a experiências-limite, em particular à experiência da fome. A complexidade da questão nos coloca diante da possibilidade de construir diálogos interdisciplinares de modo a intervir no campo da saúde primária, da educação e das políticas públicas com vistas à prevenção da saúde mental.

**Palavras-chaves:** Infância,Fome,Psicanálise,Privação

**Atividade: Aprendizagem das crianças autistas no enfoque interação social dentro das escolas especializadas (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Aprendizagem das crianças autistas no enfoque interação social dentro das escolas especializadas

**Autor(es):** Laís Mutuberría Vieira,Gabriel Gonçalves Serafim Silva,Thamy de Moraes Miranda

**Resumo:** Sendo a interação social uma das dificuldades básicas dos autistas, este trabalho tem como objetivo verificar o processo de aprendizagem no quesito interação social, dentro de escolas especializadas, das crianças portadoras desta síndrome. O autismo, tendo sido descoberto no século XX, é alvo de complexas pesquisas científicas, que abordam hipóteses fisiológicas (Holmes, 2001), psicopatológicas (Asperger, 1943), de desorganização da personalidade (Misés, 1990), dentre outras. Os meios de comunicação de massa criam no senso comum uma imagem restrita e até mesmo tendenciosa do comportamento autista, estereotipando suas características, fazendo com que o autista seja visto como gênio ou até mesmo como pessoa incapaz de se desenvolver socialmente e cognitivamente. Para a realização da pesquisa foi utilizado como instrumento entrevistas semi-estruturadas idênticas para todos os profissionais, contendo dezoito questões, sendo destas, dezessete abertas. Com aplicação individualizada e de duração aproximada de 30 minutos por profissional, a entrevista foi feita com psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, professores e diretores das instituições. As primeiras questões fizeram referência à escolaridade; renda mensal; tempo de trabalho na Instituição e tempo de contato com crianças autistas. Em seguida, as questões se restringiram ao tema autismo e se relacionaram à administração de medicamentos; às características comumente observáveis, dentre elas a existência de déficit físico e/ou cognitivo, bem como comportamentos rotineiros e inesperados destas crianças. Mais adiante a entrevista abordou questões a respeito das melhorias que as crianças autistas podem ter e como as mesmas podem se dar. Além disso, os entrevistados também foram indagados sobre as atividades realizadas nas Instituições que visam o desenvolvimento das crianças em questão. Este instrumento foi aplicado pelos elaboradores e preenchido nas próprias Instituições onde a pesquisa foi realizada. Diante dos dados obtidos a partir das entrevistas, foi-se constatado que a falta de interação social, como a dificuldade acentuada no uso de comportamentos não verbais (contato visual, expressão facial) e a falta de reciprocidade social ou emocional, juntamente com atrasos cognitivos, obsessão por objetos não convencionais, movimentos repetitivos e a aceitação inflexível de rotinas e rituais, foram características marcantes na maioria das crianças autistas avaliadas. Segundo os entrevistados, os autistas têm melhoras evidentes na questão da interação social assim como no desenvolvimento cognitivo por meio de atividades como oficinas

de música, artesanato, dentre outras. Foi relatado ainda a importância da família se integrar com os professores e demais profissionais que matem contato contínuo com o autista. Através do diálogo e do acompanhamento do desenvolvimento da criança, os métodos educacionais e terapêuticos se tornam mais eficazes, fazendo com que o autista passe a se interagir melhor socialmente.

**Palavras-chaves:** autistas, interação social, atividades

**Atividade: A RELAÇÃO DO IDOSO COM O TRABALHO: UM ESTUDO SOBRE A MOTIVAÇÃO (Paineis)**

**Trabalho:** A RELAÇÃO DO IDOSO COM O TRABALHO: UM ESTUDO SOBRE A MOTIVAÇÃO

**Autor(es):** Sandra Carolina Farias de Oliveira, Maria Isabel Pedrosa, Renata Lira dos Santos Aléssio, Julio Cesar Macário de Medeiros

**Resumo:** Muitas pesquisas são realizadas com adolescentes e crianças, mas pouco se estuda os idosos que a cada ano têm aumentado sua expectativa de vida. Este fato traz, em consequência, a necessidade de se pensar em melhores condições e uma maior assistência para o idoso e, portanto, um melhor conhecimento sobre suas concepções, motivações e dificuldades, a partir de seu próprio ponto de vista. Dentre os vários problemas enfrentados pelos idosos está a aposentadoria, ou seja, a saída do mercado de trabalho. A justificativa para que a aposentadoria se transforme em um problema e não em uma satisfação é a forma com que a sociedade ocidental capitalista valoriza a pessoa que trabalha, atribuindo-lhe importância por sua utilidade social. Por outro lado, sabe-se que o trabalho é constitutivo da identidade do indivíduo. Nesse contexto, a presente pesquisa visou investigar o que motiva os idosos, mesmo depois de suas aposentadorias, a permanecerem trabalhando. Foi tomado como ponto de partida a pesquisa de Medeiros e cols. (2003) que examinaram a hipótese de que os idosos teriam uma motivação social para continuar trabalhando, motivação inferida pela indicação de que por meio do trabalho eles entravam em contato com outras pessoas. Os resultados indicaram, no entanto, que a motivação existente era de auto-realização, de sentir-se útil. Na presente investigação foram entrevistados 60 idosos com idades entre 60 e 79 anos, de ambos os sexos, com escolaridade mínima de 7ª série e nível de renda médio-alto. Desse total, 20 continuavam trabalhando remuneradamente, 20 trabalhavam como voluntários e 20 não trabalhavam. Nenhum deles morava em casa geriátrica. A entrevista realizada seguiu um roteiro semi-estruturado que teve como finalidade verificar a rotina do indivíduo, suas relações interpessoais dentro e fora da família, qual a concepção que ele tem sobre "trabalho", sobre aposentadoria, as idéias que ele tem sobre a velhice e sobre ele mesmo. A análise dos dados foi realizada com o apoio do programa ALCESTE, software de análise textual, que divide o texto, no caso, as falas dos indivíduos, em classes de acordo com as palavras mais freqüentes existentes no discurso. A análise foi feita em grupos separados: com os 20 que trabalham remunerado, com os 20 que trabalham voluntariamente e com os 20 que não trabalham. Os resultados obtidos apontam para uma dupla motivação: social e de auto-realização. Verificou-se a necessidade de contato com outras pessoas sejam elas jovens ou velhas, muitas vezes em decorrência de novas configurações familiares (os filhos saem de casa, separações conjugais, mortes de parentes). Observou-se, ainda, que os sujeitos queriam sentir-se úteis, incluídos em um empreendimento coletivo. Esses resultados são discutidos à luz de teorias que tratam da constituição do sujeito a partir de aproximações e distanciamentos com um outro social.

**Palavras-chaves:** Idoso, Trabalho, Motivação Social, Auto-realização

**Atividade: Satisfação Com a Vida dos Idosos (Paineis)**

## **Trabalho:**Satisfação Com a Vida Entre Idosos Ativos e Inativos

**Autor(es):** Matheus Caixeta Dorneles, Tiago Regis Cardoso Santos, Patrícia Helena Figueirêdo do Vale Capucho, Raquel Costa, Sílvia Maria Cury Manhães Meira, Mônica Lima Souza, Marília Ferreira Dela Coleta, Alice Langoni Salgado

**Resumo:** Sabe-se do aumento da população idosa e da necessidade de adaptação a esta mudança. Tem-se que o homem procura, cada vez mais, viver de forma mais satisfatória. Esta busca por uma melhor satisfação de vida também é de preocupação deste crescente grupo etário. Segundo Leite, Souza, Minetti e Machado (2000), entende-se por satisfação de vida a importância dada pelo sujeito a uma diversidade de fatores condizentes com sua experiência de vida, como situação financeira, moradia, família, amigos, vizinhos, ou seja, em sua vida como um todo. Diante desta realidade, o presente trabalho dedica-se a distinguir o grau de satisfação de vida entre idosos ativos e idosos não ativos, já que, acredita-se que a maioria dos aspectos referentes à satisfação de vida, está relacionada a algum tipo de atividade, sejam elas físicas ou cognitivas, tais como artesanato, serviços domésticos, leitura e atividades físicas. Para isso, utilizou-se do Questionário de Felicidade e Satisfação de Vida (Dela Coleta, M, 1983), composto de 43 itens objetivos, sobre alguns aspectos que influenciam a felicidade das pessoas, como satisfação com a vida, satisfação consigo mesmo, com a saúde, e sentimentos no momento; e 5 perguntas abertas, desenvolvidas pelos pesquisadores responsáveis exclusivamente para este estudo, que investigaram sobre os tipos de atividades realizadas, bem como os aspectos relacionados a elas. Trata-se de uma pesquisa de campo realizada com uma amostra de 100 idosos acima de 60 anos que tinham condições para responder, e que foram contatados mediante autorização prévia das instituições (asilos e centros de convivências), e posterior realização das entrevistas individualmente. Nas entrevistas realizadas em residências e praças públicas, os sujeitos eram abordados e requeridos a responder o questionário, mediante sua assinatura de um termo de compromisso. Não foram consideradas diferenças individuais e subjetivas, mas somente o fato dos idosos exercerem alguma atividade (ativos) ou não (não ativos). Considerou-se como atividades aquelas exercidas com regularidade, compromisso e frequência de pelo menos três vezes na semana. Os resultados parciais desta pesquisa foram computados pelo pacote estatístico SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) versão 11. A amostra é composta de 37 sujeitos, dos quais 20 (54,1%) eram do sexo masculino, e 17 (45,9%) eram do sexo feminino. Havia 15 (40,5%) sujeitos entre 60 e 69 anos, 11 (29,8%) entre 70 e 79 anos, e 11 (29,7%) sujeitos com mais de 80 anos. A idade média é de 72,65 anos. Com relação à realização de atividades, 16 (56,8%) eram ativos e 21 (43,2%) não ativos. Foram escolhidos 3 itens que mais representam a satisfação de vida dos sujeitos. Dentre os ativos, 14 (37,8%) concordam com o item do questionário “eu estou satisfeito com minha vida”, contra 11 (29,7%) dos não ativos. Em relação ao item “sentimentos do momento”, 7 (20,1%) dos idosos não ativos se sentem infelizes e insatisfeitos, contra 1 (2,7%) dos idosos ativos. Em relação ao item satisfação com a saúde, 14 (37,8%) dos idosos não ativos, se sentem insatisfeitos com a saúde, contra 5 (13,5%) dos ativos. E em relação ao item satisfação consigo mesmo, 5 (13,9%) dos idosos não ativos se sentem insatisfeitos consigo mesmo, contra 2 (5,6%) dos idosos ativos. A pesquisa ainda está em andamento e os resultados atuais apontam para a hipótese de que idosos em atividades estão mais satisfeitos com a vida do que os idosos que não estão em atividades, demonstrando assim, aqueles serem mais alegres, dispostos, receptivos e saudáveis.

**Palavras-chaves:** satisfação de vida, população idosa ativa, população idosa não ativa

**Atividade:** Pesquisa multicêntrica de indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** Pesquisa multicêntrica de indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil

**Autor(es):** Maria Cristina Machado Kupfer

**Resumo:** A partir da teoria psicanalítica, foram desenvolvidos Indicadores Clínicos de Risco para o Desenvolvimento Infantil (IRDIs) observáveis nos primeiros 18 meses de vida da criança. Espera-se que os IRDIs possam ser empregados pelos pediatras e por outros profissionais de saúde da atenção básica em consultas nas unidades básicas de saúde para a detecção precoce de transtornos psíquicos. Para validar essas hipóteses, está em andamento uma pesquisa - financiada pelo Ministério da Saúde e pela FAPESP e conduzida por um grupo de pesquisadores universitários e especialistas - cujo objetivo é o de verificar a capacidade dos IRDIs na predição de transtornos psíquicos na infância. Também são objetivos da pesquisa em questão: a) descrever o perfil epidemiológico dos Indicadores Clínicos; b) verificar sua associação com características clínicas e demográficas. O método utilizado é o do estudo longitudinal com uma amostra randômica de crianças de 9 cidades brasileiras, seguidas por 36 meses. Na amostra inicial de 746 crianças, a incidência de indicadores ausentes (o que sinaliza risco para o desenvolvimento) foi de 17,9 % de crianças (com 1 ausente) e de 55,5% (com 2 ou mais). Após três anos de seguimento, 308 crianças foram avaliadas para identificação de sintomas clínicos e de risco de transtornos psíquicos, de modo a estabelecer associações com os IRDIs., por meio de instrumento criado para esse fim, chamado de "Avaliação psicanalítica para crianças de três anos". Prevista desde o início da Pesquisa Multicêntrica de Indicadores Clínicos de Risco para o Desenvolvimento Infantil (IRDI) como um parâmetro para verificar a capacidade de previsibilidade dos indicadores clínicos de risco, a avaliação psicanalítica exigiu um grande trabalho de produção teórica, reflexão e intensos debates para a criação de critérios objetivos e relativamente padronizáveis para o próprio campo clínico da psicanálise, bem como de propor um desfecho clínico passível de sofrer inclusive uma análise estatística. Partiu-se para a elaboração de uma avaliação psicanalítica que fosse coerente com o arcabouço teórico-clínico da presente pesquisa. Debate-se neste trabalho o impasse entre a objetividade da avaliação proposta e os aspectos subjetivos nela envolvidos. Feitas as avaliações, percebeu-se que o conceito de sintoma clínico causa dúvidas ao avaliador e põe em relevo questões muito debatidas no campo da psicopatologia da infância. Os primeiros resultados da primeira etapa da pesquisa apontam para uma mudança de postura dos pediatras frente a manifestações de ordem psíquica. Na segunda etapa, existem resultados parciais que apontam para a confirmação da hipótese inicial: em 90 avaliações, 71 confirmaram a sensibilidade do IRDI (78,90%). Este é um resultado ainda bastante inicial, não exclusivo, obtido a partir do exame dos IRDIs e das avaliações. Até o final de março de 2007, espera-se obter os primeiros resultados finais relativos à validação do instrumento IRDI, e é possível que eles venham a ser apresentados no presente trabalho. No entanto, ainda que a hipótese inicial não se confirme, será possível apresentar e discutir os dados obtidos nas avaliações psicanalíticas de 308 crianças analisadas em todo o Brasil.

**Palavras-chaves:** infância,psicanálise,prevenção,pediatria,indicadores clínicos

**Atividade: Novas contribuições à Gestalt terapia (Paineis)**

**Trabalho:** Novas contribuições à Gestalt terapia

**Autor(es):** Ana Cristina Arruda Braz, Ana Cândida Barbosa Fonsêca de Gouveia, Ana Sílvia de Moraes, Jéssica Magalhães dos Santos, Maihana Maíra Cruz Dantas, Robson Fonseca dos Santos

**Resumo:** A adolescência é considerada por muitos teóricos do desenvolvimento como um período do ciclo de vida caracterizado por crises. Para Eric Erikson a principal destas seria

desencadeada pela necessidade do indivíduo de se distinguir de seu meio, formando assim sua própria identidade. A partir desse pressuposto houve o interesse de procurar na teoria elaborada por Fritz Perls, a Gestalt terapia, fundamentações que contemplassem esse importante período do desenvolvimento. Dentro da bibliografia estudada não encontramos destaques relevantes acerca do período do ciclo de vida pesquisado, o que nos levou a um esforço em esboçar uma explicação para o processo de formação da identidade na adolescência. Dessa forma, este trabalho propicia um modo de conceber a formação da identidade e o desenvolvimento do self à luz da Gestalt-terapia, permitindo que haja uma compreensão mais ampla das etapas do desenvolvimento e conseqüentemente, da maneira de se conceber a adolescência. Para o desenvolvimento deste trabalho, partiu-se de pressupostos já elaborados por Fritz Perls, ampliando-os e acrescentando elementos que contribuíssem para a formação e fundamentação desse pensamento. Além das idéias de Perls referentes ao Ciclo das Necessidades (emergência e dissolução de figuras) e ao seu conceito de Self, baseou-se no pensamento de teóricos como Piaget (e sua teoria do Desenvolvimento Cognitivo), Erik Erikson (e a crise de identidade versus confusão de identidade), as contribuições de Stanley Hall (sobre a adolescência como um período de tempestade e tormenta), e ainda os conceitos de Sigmund Freud sobre narcisismo primário. Nesse raciocínio, a adolescência seria, portanto, uma etapa do desenvolvimento em que o jovem buscaria elementos do meio que propiciassem a formação de sua identidade. Essa busca geraria uma crise; o que significa dizer que o adolescente descrito por nossa teoria vivencia uma situação conflituosa. Esses conflitos resultarão numa configuração mais fluida e instável do Self e da fronteira de contato (conceitos retirados da Gestalt-terapia), se comparada à forma como esses elementos se configuram durante a infância. Portanto, essa exposição defende que, ao nascer, o indivíduo não tem formada sua fronteira de contato. No momento em que atinge a capacidade de se distinguir do meio, o seu Self passa a ser delimitado por essa fronteira. Assim, no decorrer da infância o Self mantém-se em razoável estabilidade, pois o processo de formação da identidade ocorre de forma passiva e as mudanças ocorrem de forma paulatina. Por estar em um período em que apenas absorve elementos do meio, a criança apresenta poucos ciclos de necessidade relacionados à formação da identidade. Já na puberdade, ocorreria uma série de mudanças físicas e cognitivas que acarretarão uma reconfiguração do Self, e conseqüentemente da fronteira de contato que o delimita. Nesse momento, o indivíduo torna-se capaz de perceber uma situação através de mais de uma perspectiva, entrando com maior freqüência em contato com o meio, não mais de forma passiva, a fim de selecionar dele os elementos que irão reestruturar sua identidade. Portanto, durante a adolescência a questão da identidade emerge como figura, aumentando assim a quantidade de ciclos de necessidade pelos quais o Self do adolescente passa. Como conseqüência, nesse período a fronteira de contato assume uma configuração fluida e mais permeável, sem forma definida. Após a adolescência, essa fronteira de contato vai se tornando mais estável, pois já se fecharam algumas gestalts, não havendo uma necessidade tão acentuada de seleção de elementos do meio para estruturar a identidade. Por isso, nesse período – idade adulta - há uma nova diminuição do número de ciclos.

**Palavras-chaves:** adolescente, conceito de self, ciclo de necessidades, formação de identidade, teoria do desenvolvimento

**Atividade:** Proposta de intervenção para uma creche pública no município de Natal (Paineis)

**Trabalho:** Proposta de intervenção para uma creche pública no município de Natal

**Autor(es):** Ana Suzana Pereira de Medeiros, Larissa Mascarenhas Souza, Cynthia Araújo Mota, Liliane Pereira Braga, Emanuela de Oliveira Justino, João Thiago de Oliveira Pinto

**Resumo:** Fruto de duas disciplinas (Seminário de Psicologia II e o Psicólogo e o Contexto

Social) do oitavo período do curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, este trabalho se constitui em um projeto de intervenção para uma creche pública de um bairro de Natal/RN. Inicialmente, o grupo de estudantes começou o trabalho no Centro de Saúde de um bairro próximo à Universidade, com o objetivo de conhecer as principais demandas da comunidade. Sabe-se que um Centro de Saúde constitui-se num serviço público que ampara a comunidade não só com a prevenção da doença e manutenção da saúde, mas também se torna responsável em orientar e acompanhar a população, ou seja, a educação atravessa todo o funcionamento e objetivo deste serviço. A educação em saúde é o campo de prática e conhecimento do setor saúde que tem se ocupado mais diretamente com a criação de vínculos entre a ação médica e o pensar e fazer cotidiano da população. É importante também que o serviço como o Centro de Saúde ultrapasse os muros concretos e simbólicos, e consiga adentrar na comunidade como um agente potencial e transformador, vivenciando diariamente os conflitos e entraves da comunidade. A partir do diálogo com a profissional de psicologia do centro de saúde, tomou-se conhecimento de uma grande demanda oriunda da creche pública do próprio bairro, sendo as principais queixas relacionadas à agressividade, preconceito e sexualidade, com as quais as educadoras da creche estavam tendo dificuldades de lidar. Após contatos com a creche, observação, e queixas dos funcionários da instituição, foi elaborada uma fundamentação teórica para a construção de um projeto de intervenção, que visava trabalhar o conceito de infância. Como referencial teórico adotou-se a abordagem sociocultural e histórica, pois esta compreende que os níveis social, cultural e individual são inseparáveis, portanto, havendo uma intrínseca relação entre o desenvolvimento humano e o ambiente cultural. Sendo assim, o conceito (significado) de infância é compreendido como construído sócio-historicamente, dependendo, deste modo, do tempo histórico e do contexto para sua compreensão. Além desse referencial, foi trabalhada a psicologia social e comunitária, devido à importância do papel da aliança entre centro de saúde, creche e comunidade; e por fim, a importância da atuação do psicólogo na rede pública de saúde e de educação. A creche é coordenada pela secretaria municipal de assistência social da prefeitura de Natal; atende a um total de 60 crianças, entre a faixa etária de 2 a 5 anos; dispondo de três turmas em tempo integral, sendo elas o Maternal, Jardim I e Jardim II; contando com seis professoras. Os objetivos do projeto construído foram de trabalhar o conceito de infância, tomando por base a concepção das professoras; discutir juntamente com os professores várias alternativas de como lidar com situações recorrentes em sala de aula, considerando o contexto social, cultural e do desenvolvimento das crianças; esclarecer as etapas do desenvolvimento infantil a partir das demandas encontradas na creche. A proposta do projeto anseia a participação de todas as professoras e da diretora da instituição, em um único encontro, com duração média de 90 minutos; que seriam divididos em cinco etapas: (1) Apresentação do grupo coordenador, das professoras e da proposta do encontro; (2) Dinâmica de recortes, cujo objetivo é fazer com que cada participante reflita e elabore um conceito próprio de infância; (3) Dinâmica das frases incompletas, que pretende investigar o modo de atuação dos professores diante das principais queixas apresentadas; (4) exposição do vídeo “Duelo – luta contra a massificação” (Editora Paulinas Vídeo, 1995) com duração de aproximadamente 7 minutos, no qual se discute o processo de inserção social e a educação, como forma de fomentar a discussão sobre o conceito de infância, de uma forma mais crítica. Ao final, será realizada uma discussão suscitada pelos integrantes do grupo coordenador sobre as características da infância de acordo com a Psicologia do Desenvolvimento Humano e a Perspectiva Sócio-histórica, explicitando que cada contexto cultural e social poderá ter um significado e uma vivência particular da infância, enfatizando que tais aspectos devem ser considerados nas condutas dos professores diante dos alunos. Enfim, esta proposta tem o intuito de aguçar na maior reflexão sobre a infância e sobre formas de como a mesma pode ser trabalhada e discutida, e, conseqüentemente, sobre a atuação do educador em sala de aula, principalmente sobre suas limitações, questionamentos e possibilidades.

**Palavras-chaves:** Psicologia Social e Comunitária, Psicologia Escolar, Educação em Saúde, Infância

**Atividade: Casa da Árvore: Psicanálise inserida em espaços sociais (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Casa da Árvore: Psicanálise inserida em espaços sociais

**Autor(es):** Kátia Heloiza de Farias, Claudia Prado Pinto

**Resumo:** A “Casa da Árvore” é uma ONG que foi fundada em 2001 com intuito de ampliar o campo de intervenção psicanalítica atuando em um espaço social. Nesse trabalho adaptamos o modelo da “Maison Verte” fundada por Françoise Dolto na França em 1979, para a realidade das comunidades de baixa renda do Rio de Janeiro. Trata-se de um espaço plural que acolhe pais, crianças de 0 a 12 anos, grávidas e seus companheiros que desejam trocar experiências, conversar, brincar ou mesmo apenas estar num ambiente de convivência entre seus pares onde não há necessidade de se relatarem sintomas, nem de promover reeducação. A cada dia da semana atua uma equipe diferente de três psicólogos e psicanalistas. Os profissionais se encontram numa posição singular correndo o risco de se tornarem, ora educadores ditando regras para evitar brigas violentas ou a destruição de brinquedos, ora solidários às queixas trazidas alimentando uma posição de vitimização e uma conseqüente paralisação. Geralmente, as crianças chegam até nós sem uma demanda formalizada e cabe a nós profissionais facilitar o surgimento de uma demanda. Elas querem brincar, conversar, estar com seus amigos nesse ambiente. Enquanto seus filhos brincam com outras crianças, os pais conversam sobre suas vidas com outros, compartilhando perdas, lutos, sucessos e fracassos. Para as crianças pequenas, a Casa representa um lugar de transição entre a família e o social com suas regras específicas. Apesar do exercício de uma escuta psicanalítica a via não é clínica e o profissional está numa posição sui generis bem diferente do seu setting psicanalítico. As palavras dirigidas às crianças e aos pais são simples e atuam para acolher angústias advindas dos não-ditos e dos mal entendidos enraizados na história pessoal de cada um. Busca-se uma palavra justa e clara que auxilie no lidar com os inevitáveis momentos de separação, frustração, agressividade, conflito com algum outro ou com a própria sociedade. Quando é possível colocar cada criança e cada adulto em posição de sujeito estamos reconhecendo-o, dando-lhe visibilidade e permitindo-lhe expressar suas vivências num processo de simbolização amplo. É pela mediação das palavras, e das narrativas que se referem a elas, pela escuta, que damos a possibilidade de instauração de outras identificações e de formação de novos laços sociais. Há uma especificidade no tipo de intervenção na medida em que não há uma constância com relação à frequência. As crianças vão à Casa quando querem, ficando o tempo que desejarem, não havendo qualquer compromisso de regularidade. Sendo assim, os profissionais devem estar atentos aos acontecimentos daquele dia e intervir pontualmente. Embora o trabalho aconteça num espaço social, percebemos que a eficácia das intervenções se dá num plano individual onde o sujeito pode ser ouvido na sua singularidade. A escuta analítica promove uma responsabilização pelos próprios atos. As crianças não são atendidas nos moldes de uma clínica analítica, no entanto acreditamos que seus efeitos possam ser terapêuticos.

**Palavras-chaves:** Psicanálise em espaços sociais, Psicanálise, brincar, violência

**Atividade:** **A Psicologia Judiciária nos Caminhos da Adoção Internacional: Um Relato de Experiência (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** A Psicologia Judiciária nos Caminhos da Adoção internacional: Um Relato de Experiência

**Autor(es):** Ana Luiza Correia, Tathiane Gleice da Silva, Maria Tereza Vieira Figueiredo

**Resumo:** O presente relato atesta uma experiência de estágio na Comissão Estadual Judiciária de Adoção de Pernambuco (CEJA-PE), que se focou na importância da Psicologia Jurídica como favorecedora da construção de filiações adotivas, indo para além da perícia, ao visar garantir à infância - juventude um ambiente familiar que lhe represente reais vantagens psicossociais. Sabe-se que a adoção no Brasil perpassa uma série de mudanças sócio-históricas quanto ao lugar do infantil. Antes, “filhos de criação”, “abastados”, “órfãos”, “delinqüentes”, as crianças

abandonadas estavam subjugadas a estigmatizações. Inicialmente, a assistência era puramente de ordem caritativa-religiosa, quando não filantrópica, até que preocupações multidisciplinares (médicas, psicológicas, jurídicas) tornaram-se participativas na formação de políticas assistencialistas, voltadas a este público que se tornou prioridade, após o Estatuto da Criança e do Adolescente, onde a criança é vista como sujeito de direito. Contraditoriamente, diversas crianças / adolescentes encontram-se institucionalizadas em longo prazo, quando o abrigo é um regime concebido como provisório: muitas das vezes, elas não têm sua situação jurídica definida, por questões burocráticas, ou ainda por não haver, entre os pretendentes brasileiros, pessoas interessadas em sua adoção ou guarda. Inserida nesse contexto, compete à Equipe Técnica da CEJA-PE promover o estudo prévio e a análise dos pedidos de adoção formulados por candidatos residentes ou domiciliados fora do território nacional, fornecendo-lhes o respectivo laudo de habilitação, bem como propor ou sugerir às autoridades competentes, medidas destinadas a assegurar a celeridade dos processos. Nesse sentido, o serviço de Psicologia desta instituição jurídica elaborou, sob um enfoque sócio-construtivista, o Projeto “Prevenção à Institucionalização Prolongada”, visando basicamente conscientizar juizes, promotores e demais profissionais que trabalham nesta área, para a necessidade de agilizar a tramitação dos processos relativos à decretação da perda do poder familiar e à adoção, evitando a permanência desnecessária das crianças/adolescentes nas instituições. Para tanto, junto à Corregedoria Geral, foram contatados os juizes da infância e juventude, implantando-se um levantamento do total de crianças / adolescentes abrigadas em todo o Estado, ainda se investigando a existência ou não de abrigos nas diversas comarcas, como também coletadas informações sobre o andamento processual. Em paralelo, as estagiárias de psicologia, junto à supervisão, realizaram também: a) visitas a instituições de abrigo de áreas interioranas, também intervenções lúdicas com crianças, com vistas à inserção delas em família substituta, através da adoção internacional; b) participação no desabrigo de crianças, através de orientação aos pretendentes estrangeiros; c) acompanhamento de Estágio de Convivência (período que geralmente é de 30 dias e que configura um momento de adaptação e iniciação do vínculo parental entre adotantes e adotandos), com conseqüente elaboração de Relatório e Parecer. Os resultados consagrados pela ação deste Projeto, desde sua implantação, em fevereiro de 2006, até o mês de dezembro do mesmo ano, foram desinstitucionalizadas 72 crianças, entre elas, 17 grupos de irmãos. Conforme as sentenças, 48 crianças retornaram a suas famílias de origem (sendo 9 grupos de irmãos); 5 ficaram sob guarda de família substituta (1 grupo de 2 irmãos); 5 foram beneficiadas com a adoção nacional (01 grupo de 2 irmãos); 9 foram beneficiadas com a adoção internacional (4 grupos de 2 irmãos) e 5 estão com o processo de adoção internacional em andamento (2 grupos de dois irmãos). Ao todo, tramitaram em julgado 30 ações de Destituição do Poder Familiar em favor de crianças/adolescentes. Deste total, 7 destas foram beneficiadas com adoção internacional; 2, com adoção nacional e outras 3 receberam a guarda de família substituta. Do ponto de vista qualitativo, observou-se que, mesmo sendo visível nessas crianças sinais de pouco estímulos sócio-educativos, elas não são isentas de afeto. Apresentam, sim, um receio inicial de contato interpessoal, manifestado em comportamentos defensivos. Mas, colocam-se potencialmente capazes de estabelecer vínculos afetivos com seus futuros pais, receptivos e ansiosos pela nova constelação familiar, como se observou nos discursos e comportamentos dos adotandos acompanhados para o Estágio de Convivência. Diante desses resultados, conclui-se que o olhar da psicologia no judiciário vem possibilitando rever uma atuação somente pericial, recriando possibilidades de angariar a qualidade de vida, ao prezar pelos Direitos Humanos, através de uma proposta multidisciplinar. O estágio de Psicologia nesta área do judiciário promoveu às graduandas, pois, um enriquecimento teórico-prático acerca da responsabilidade do psicólogo em inovar sua realidade interventiva, tendo sempre em foco uma postura participante no bem-estar do sujeito de quem cuida.

**Palavras-chaves:** psicologia jurídica, adoção internacional, desinstitucionalização

**Atividade: Crianças A-brincadas  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Crianças A-brincadas



**Autor(es):** Audrei Coelho Tesch, Fábio Costa Fadel, Juliana de Almeida Ribeiro da Costa, Maria Clara Campos Viana

**Resumo:** Essa é uma história de crianças contada por adultos, muitos adultos, menos os pais, e se passa em um abrigo municipal da Prefeitura do Rio de Janeiro para crianças e adolescentes em situação de risco social. São crianças entre 4 e 12 anos de idade, que em geral nunca se viram antes, nunca viram aqueles educadores antes, nem as assistentes sociais, nem aquele lugar, nem aquela situação. Ou viram, mas em outro contexto, porque tudo é sempre novo, assim como os problemas. E como as crianças lidam com os problemas? Brincando é um caminho comum. Elas brincam com o mundo, umas com as outras, com os brincos, cabelos compridos, piercing, tatuagem da estagiária e – naturalmente – com os problemas. Mesmo as brigas, os socos, os mata-leões são de faz-de-conta, são uma imitação do Jaspion, para ver quem é mais forte, quem agüenta mais, quem é chorão. É também uma forma de definir os laços que as unem ao estabelecerem uma ordem e hierarquia entre elas: pode ser por isso que se observa um período de brigas entre os novatos, e depois o grupo se estabelece em uma calmaria, até que novo evento desordene o sistema. O brincar é inerente a qualquer criança porque é a linguagem particular que elas usam para compreender e se comunicar com o meio. No abrigo, não importa exatamente como são os brinquedos; isso é apenas um detalhe: até uma caixa de madeiras com pregos pode rapidamente se transformar em um campo de “pregobol” - como eles chamam. Ou, então, pequenos objetos presos ao barbante podem ser lançados para o outro lado do muro, como a famosa marimba. Enfim, os brinquedos são criados a todo instante que se deseja brincar, com qualquer objeto, situação ou pessoa. Além disso, também entendemos esta linguagem como sendo extremamente relevante no cuidado não só a meninos e meninas institucionalizados, bem como em todo e qualquer tipo de situação que coloque o adulto frente à criança, já que é através deste tempo e espaço reservados para o brincar, que os pequenos lidam com tensões e conflitos psíquicos, expressos em um universo simbólico onde tudo é possível e permitido. Diante disso, não é estranho que uma instituição, a qual se pretende o cuidado a menores de 12 anos, não proporcione espaços múltiplos de acompanhamento e criação ativa para eles? O que queremos neste trabalho é propor uma reflexão acerca do papel que desempenhamos no cuidado à infância e adolescência, sobretudo em instituições de abrigamento, onde notamos serem poucas a atenção e a importância oferecidas à linguagem lúdica. O que observamos é uma prática diária que reforça a idéia do brincar como simples momento de recreação, proposto para que os pequenos gastem energia e cansem seus corpos para depois dormireм bem, ou como um momento para que os adultos cuidadores possam gozar de um descanso merecido. É claro que essa dinâmica é compreensível e faz parte da rotina desgastante à qual se submetem, quase sempre cuidando de muitas crianças ao mesmo tempo além de suas obrigações que envolvem saídas para consultas médicas, por exemplo. Porém, frisamos mais uma vez a importância de que as atividades oferecidas não sejam resumidas a meros passatempos, mas que ganhem sentido para aqueles que a propõem e para aqueles que dela usufruem. Se as circunstâncias que as levaram ao abrigo têm relação com terem sido - de alguma forma – largadas em casa, é importante observar que também ali, no abrigo, não sejam largadas, mas possam exercitar a fala, usar repetidamente as palavras até perceberem como elas tomam o lugar das coisas, e que o seu discurso tem efeito, falar tem utilidade. Apesar de a conversa ser raramente espontânea, o brincar facilita a aquisição de linguagem e, especialmente, alguma troca afetiva entre eles. Desta forma, entendemos que neste tipo de estabelecimento, onde se encontram crianças abrigadas, ou seja, com pouco ou sem nenhum tipo de referência de convívio e afeto familiar, torna-se especial a presença de facilitadores do brincar. Pessoas que levem consigo o entendimento de que “brincar é coisa séria” e se mostrem profundamente disponíveis para a interação lúdica; sobretudo para infâncias que se perdem rapidamente na versão adulta dos fatos e são constantemente solicitadas a ocupar uma outra idade. Acreditamos, também, que é preciso, por todos os motivos já apontados anteriormente, que não só os educadores, como as demais instâncias institucionais, se coloquem diante da criança no lugar de facilitadores de seus processos de transformação, através de uma comunicação profunda que envolve o toque, os jogos, o brincar, enfim, que trate de acordar o corpo para o movimento, para o prazer de viver.

**Palavras-chaves:** Abrigo, Criança, Brincar

**Atividade: UMA EXPERIÊNCIA DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL À CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA, EM UM PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA (Salvador-Ba.) (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** UMA EXPERIÊNCIA DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL À CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA, EM UM PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA (Salvador-Ba.)

**Autor(es):** Maria Antonieta Nascimento Araújo

**Resumo:** O objeto deste relato trata-se de uma experiência concretizada a partir de uma pesquisa-ação ligada ao Núcleo de Pesquisa do Curso de Psicologia da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP) cuja mantenedora é a Fundação Bahiana para Desenvolvimento das Ciências (FBDC). A investigação, ainda em desenvolvimento, tem como contexto a Unidade de Saúde do bairro do Candéal (Salvador-Ba), a qual mantém em funcionamento o Programa de Saúde da Família (PSF) estando ela subordinada ao Distrito Sanitário de Brotas, ligado à Secretaria Municipal de Saúde. O objetivo foi o de validar no campo empírico, composto este pela dinâmica organizacional de um PSF, uma tecnologia de serviço que promovesse a atenção psicossocial à crianças e adolescentes com deficiência e desse um suporte à rede inter-relacional imediata do seu entorno social, mais especificamente a família e a escola. Trabalhando com uma amostra de 18 sujeitos, foram utilizados os seguintes instrumentos para a coleta de dados: entrevista com agentes comunitários, entrevista com sujeitos e seus familiares, visitas domiciliares de observação, análise documental nos prontuários de cadastramento do PSF, grupo focal com família e comunidade, visita à escolas. Estão inscritas nesse Programa cerca de 1.500 famílias moradoras na comunidade. Entre estas, foi identificado um número significativo de crianças e adolescentes com diversas deficiências (físico-motoras, sensoriais ou cognitivas) e as conseqüentes desvantagens no seu desenvolvimento sofrendo, as mesmas, de toda ordem de exclusão social. Os resultados apontaram para uma pertinência no desenvolvimento de aportes de trabalho no nível da Atenção Básica, que oriente as ações dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) nas visitas domiciliares e apóie aos médicos, enfermeiros e dentistas quando da identificação de casos de deficiência na comunidade e necessidade de encaminhamentos; os dados também confirmaram a urgência na inclusão do psicólogo na equipe do PSF, sobretudo na elucidação clínica dos quadros diferenciais e no trabalho de orientação familiar. No campo empírico a pesquisa-ação tem apoiado de diversas maneiras a inclusão escolar de alguns sujeitos, realizando diversos encaminhamentos para atendimentos especializados e favorecendo à formação de um grupo na comunidade composto por familiares que encontram-se regularmente, fundando assim a FEC – Família Especial do Candéal, a qual discute as questões de cidadania de seus respectivos filhos. A conclusão, até o momento, é de que é possível organizar um serviço de atendimento ao segmento da população estudada a partir do PSF, podendo esse serviço trazer resultados positivos no campo da inclusão social de pessoas

**Palavras-chaves:** Deficiência, Programa de Saúde da Família, Inclusão social, Atenção Básica à Saúde

**Atividade: Da adolescência à vida adulta: (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Da adolescência à vida adulta: um estudo de representações sociais

**Autor(es):** Marisa Cunha Marques

**Resumo:** Os períodos referidos por diversos autores para definir a fase de desenvolvimento chamada de adolescência raramente coincidem. Embora variem com relação à faixa etária, são unânimes quando descrevem o que determina o início da adolescência: os fenômenos pubertários, ou seja, a aparição das primeiras características sexuais secundárias. No entanto,

quando se busca definir o final da adolescência o mesmo não acontece, pois embora os fenômenos pubertários tenham um fim, eles por si só não são suficientes para estabelecer o final da adolescência. Embora inicie com a puberdade não se restringe a ela. Mas como acaba, o que determina seu fim? A resposta a essa questão já aparece, há mais de 50 anos, relacionada ao aspecto sócio-cultural. Durante muito tempo, os sistemas sociais eram transmitidos de maneira constante, muitas vezes rígida, entre as gerações. Com o desenvolvimento industrial e a conseqüente aceleração na transmissão de informações, a tarefa do adolescente tornou-se ainda mais complexa. Se por um lado ganhou espaço ao perder a rigidez de outrora, por outro perdeu certos códigos pré-estabelecidos, referências culturais que lhe davam sentido ao marcar as etapas de passagem. Desse modo, o adolescente conta cada vez menos com o apoio das comunidades social e familiar, essas também modificadas pelas novas constituições da modernidade, dificultando ainda mais o trabalho do adolescente, na medida em que ele deve ajustar-se não apenas a seus próprios problemas, mas também aos da sociedade. Assim, numa sociedade onde a descontinuidade no condicionamento cultural é privilegiada, fazem-se necessários rituais ou algum tipo de reconhecimento público desse atravessamento. Assim, a finalização da adolescência foi o tema dessa pesquisa realizada no programa de Mestrado em Psicologia da UFBA. Nesse sentido, a Psicologia Social, e mais especificamente a Teoria das Representações Sociais puderam contribuir significativamente para o aprofundamento e tratamento dessa questão, pois essa teoria, desde sua origem, relacionou-se com os campos da Antropologia e Sociologia, sem perder de vista as especificidades dos fatos psíquicos, tornando-se dessa forma, um empreendimento interdisciplinar. Dessa forma, esse estudo teve como objetivo descrever e analisar a representação social que adolescentes atuais tem da adolescência, do adulto, da finalização da adolescência e se esta inclui rituais de passagem ou substitutos que sirvam de marcadores desse atravessamento. A pesquisa, de abordagem qualitativa, foi realizada numa amostra de 30 adolescentes entre 18 e 24 anos, de ambos os sexos, colhidos em instituições de ensino públicas e privadas. Foram utilizadas duas técnicas de coleta de dados, entrevistas semi-estruturadas e teste de evocação, os quais foram gravados e transcritos. Os dados foram coletados diretamente pela pesquisadora, respeitando-se os princípios éticos exigidos. As entrevistas giraram em torno da definição do adolescente, do adulto, do fim da adolescência e da identificação de possíveis rituais de passagem contemporâneos. Essas também foram as palavras indutoras no teste de evocação. As informações obtidas nas entrevistas foram submetidas à análise de conteúdo, objetivando a identificação dos elementos constitutivos do núcleo central e dos elementos periféricos. Enquanto as representações sociais do adolescente apontaram de forma consistente para a literatura, as do adulto divergiram do descrito, de modo geral, pela literatura, pois o adulto é visto pelos jovens como estável e maduro. O fim da adolescência está maciçamente identificado ao ritual de passagem contemporâneo – o trabalho.

**Palavras-chaves:** adolescência, adulto, representação social, ritual de passagem, trabalho

**Atividade: Um estudo sobre o desenvolvimento da comunicação entre o bebê com Síndrome de Down e sua mãe (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Um estudo sobre o desenvolvimento da comunicação entre o bebê com Síndrome de Down e sua mãe

**Autor(es):** Symone Melo, Maria C. D. P. Lyra

**Resumo:** A literatura tem demonstrado que o nascimento de um filho com Síndrome de Down representa um momento de crise para a família, especialmente para a mãe. Esta, comumente, não está preparada para esse tipo de experiência que envolve frustrações, incertezas e preconceitos. São inúmeras as demandas: vivenciar o luto da criança idealizada, assumir o papel de cuidador de uma criança portadora de necessidades especiais, enfrentar uma Sociedade pouco compreensiva frente à problemática da deficiência, aprender a lidar com uma gama de profissionais e Instituições, etc. (Casarin, 1997; Cavalcante, 2001; Cunningham, 1996). O bebê, por sua vez, apresenta comumente, em função da Síndrome, uma série de problemas de saúde,

déficit cognitivo e psicomotor e dificuldades na aquisição da linguagem, configurando um atraso em seu desenvolvimento global que interfere nas trocas comunicativas (Moreira; El-Hani & Gusmão, 2000; Pueschel, 1995, 2002; Schiavo, 1999; Schwartzman, 2003; Voivodic & Storer, 2002; Werneck, 1995). Sabe-se, entretanto, que o bebê necessita dos cuidados e da disponibilidade materna desde o início, e é comumente em meio a um turbilhão de emoções conflitantes que a comunicação entre a mãe e o bebê com Síndrome de Down se desenvolve, fato relevante por ser a qualidade desta relação fundamental na evolução do bebê. A pesquisa realizada aborda o desenvolvimento do sistema de comunicação mãe-bebê no contexto da Síndrome de Down. Fundamenta-se na perspectiva dos Sistemas Dinâmicos, utilizando o modelo de análise da comunicação denominado EEA – Estabelecimento - Extensão - Abreviação, proposto por Lyra e colaboradores (Lyra, 1988, 2000; Lyra & Rossetti-Ferreira, 1995; Lyra & Souza, 2003; Lyra & Winegar, 1997). Trata-se de um estudo longitudinal com duas díades mãe-bebê cujo filho tem Síndrome de Down, acompanhadas dos três meses a um ano de idade da criança através de registros semanais, em vídeo, das trocas comunicativas face-a-face e mediadas por objeto, em situação de laboratório. O procedimento de análise consistiu na avaliação, segundo a segundo (microanálise), dos registros das trocas comunicativas, buscando identificar os padrões de organização da comunicação e suas transformações ao longo do tempo. No tocante à evolução do sistema, evidenciou-se uma dinâmica distinta daquela observada em pesquisas com bebês que apresentam desenvolvimento típico. Destacou-se um deslocamento no tempo, no tocante à passagem do predomínio entre os momentos de quase estabilidade, sobretudo no que se refere à emergência da abreviação; um prolongado período de extensão nas trocas face-a-face e mediadas pelo objeto e uma maior instabilidade na evolução do sistema. O modelo possibilitou ainda a identificação de três características, de natureza relacional, que marcam a evolução do sistema de comunicação nas díades estudadas: adaptação mútua, diretividade materna versus responsividade do bebê e busca de autonomia versus atitude materna. A adaptação mútua prevaleceu na maior parte do período investigado, demonstrando que, a despeito das dificuldades inerentes à Síndrome, os parceiros conseguiram construir um conhecimento compartilhado e, a partir das trocas co-reguladas, adaptaram-se mutuamente ainda nos primeiros meses de vida do bebê. No decurso do desenvolvimento foi verificado que a diretividade materna cumpre a função de potencializar as habilidades comunicativas do bebê, prejudicadas pela Síndrome. Ao final do período analisado, entretanto, os bebês dão indícios de uma maior autonomia, cabendo à mãe dar o suporte necessário ao filho, possibilitando que o sistema evolua rumo a níveis de maior complexidade. Os dados sugerem que tal processo é facilitado quando a mãe tem uma estrutura familiar que lhe fornece o suporte necessário para que possa dedicar-se à relação com o filho. Em tais ocasiões, a sensibilidade e criatividade inerentes ao funcionamento do sistema de comunicação atingem um ápice e a evolução desse sistema é favorecida. A partir da análise microanalítica, foi possível compreender a singularidade dos percursos empreendidos pelas díades no processo de auto-organização do sistema de comunicação. Tal perspectiva permite ao pesquisador o acesso ao processo através do qual verifica-se a emergência das mudanças que caracterizam o desenvolvimento. Uma abordagem ao desenvolvimento das trocas comunicativas entre a mãe e o bebê que nasce com tal condição genética, a partir deste enfoque, possibilita o conhecimento dos padrões de quase estabilidade/mudança que regem o funcionamento do sistema em tal contexto, bem como das particularidades inerentes à construção da comunicação em cada díade mãe-bebê estudada, fornecendo, assim, dados relevantes que poderão ser utilizados no planejamento de estratégias de intervenção voltadas a tais crianças. O trabalho realizado revela as possibilidades do modelo EEA para a compreensão do processo de comunicação num contexto de deficiência. Se quisermos apreender a construção da comunicação entre a mãe e o bebê portador de deficiência, e não apenas apontar déficits, faz-se mister estudar tal fenômeno a partir de uma concepção dinâmica e sistêmica, e observá-lo o mais precocemente possível, promovendo estudos com bebês nos primeiros meses de vida.

**Palavras-chaves:** Síndrome de Down, Desenvolvimento, Sistemas dinâmicos, Comunicação

**Atividade: Um estudo sobre a ontogênese de crianças entre 13 e 48 meses: de ações coordenadas à comunicação verbal (Painéis)**

**Trabalho:**Um estudo sobre a ontogênese de crianças entre 13 e 48 meses: de ações coordenadas à comunicação verbal

**Autor(es):** Laila da Camara Lima Kurtinaitis

**Resumo:** Desde o nascimento, os bebês parecem predispostos a aprender sons e sinais característicos da espécie humana, preferir faces e vozes humanas e possuir habilidades para perceber as ações e expressões de outras pessoas. Eles nascem num mundo social complexo e por serem participantes ativos deste mundo, é importante para eles entender ações, sentimentos, ações do outro e também as regras sociais. Em seus primeiros anos de vida, as crianças aprimoram habilidades que as capacitam a criar interações coordenadas com o outro. O processo de interação é a capacidade de transito da informação entre os componentes do sistema, desta forma os componentes de um sistema o constituem e são constituídos por ele, ao longo deste processo interacional. As ações cooperativas coordenadas exercem um importante papel no desenvolvimento sociocomunicativo da criança e se configuram, por influência mútua e atenção conjunta sobre um tema comum. A imitação, em crianças pré-locomotoras, é uma importante estratégia, utilizando-se desse recurso, elas alcançam um acordo em um tema, numa ação coordenada, quando rituais específicos de interação ainda não podem ser realizados e elas ainda não possuem outras habilidades para negociar o que querem fazer juntas. Mais tarde, estratégias mais complexas como as ações complementares e a integração de meios verbais a ações não-verbais passam a ser também utilizadas. Num estudo envolvendo crianças do quinto ano de vida em situação de brincadeira, foi encontrado que estas possuem muitas habilidades em relacionar-se com pares de mesma idade. Mostrando indícios de que as crianças são capazes de compreender que estão envolvidas em diversas situações que compartilham com seus pares, como papéis de dominação ou subordinação, disputas por brinquedos ou objetos que possuem um valor muito maior que o seu valor real, por representarem uma possível afirmação mediante seus colegas de grupo. A presente investigação tem por objetivo traçar uma possível seqüência de desenvolvimento, examinando habilidades sociais, comunicativas e cognitivas que conduzem as crianças ao domínio de interações coordenadas. Objetiva, ainda, comparar os resultados encontrados com os apresentados na literatura sobre o tema. Foram realizadas observações videogravadas em crianças de uma creche pública municipal, que brincavam livremente com parceiros de idade, numa sala da instituição que freqüentavam, organizada com brinquedos e sucatas sobre uma mesa, permitindo-se que elas manuseassem livremente aqueles objetos. Nessas situações, as crianças eram convidadas a brincar durante 20 minutos com um parceiro de idade, sendo introduzida na sala, depois de 10 minutos, uma outra criança – momento em que mais claramente são evidenciadas estratégias para a construção de outras interações cooperativas, exigindo tanto o esforço por parte da criança que chega, quanto por parte das crianças que já tinham estruturados seus arranjos lúdicos. Apoiando-se numa análise realizada por Leal (2004), para o estudo da compreensão social da criança, foram identificados episódios interacionais em que a criança, usava estratégias variadas para a obtenção de objetivos, explícitos e implícitos, nas suas brincadeiras com os parceiros. Além disso, os resultados evidenciaram o uso mais freqüente de meios verbais como recurso comunicativo para iniciar e manter interações coordenadas com seus parceiros. Esses achados são compatíveis com os disponíveis na literatura, uma vez que se referem a crianças no 4º e 5º anos de vida.

**Palavras-chaves:** interação, ações cooperativas coordenadas, desenvolvimento sócio comunicativo

**Atividade: AS REPERCURSSÕES PSICOLÓGICAS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO IDOSO: UMA REFLEXÃO A DESINSTITUCIONALIZAÇÃO (Paineis)**

**Trabalho:AS REPERCURSSÕES PSICOLÓGICAS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO IDOSO:UMA REFLEXÃO A DESINSTITUCIONALIZAÇÃO**

**Autor(es):** Luiz Lopes Guimarães Neto, Paulo Penna Duarte, Adriana Lima Prado, Maria Arilma Figueredo da Silva, Gilmarino Nogueira

**Resumo:** Este trabalho de pesquisa tem por finalidade compreender as repercussões psicológicas da institucionalização do idoso e permitir uma reflexão à desinstitucionalização, considerando velhice como uma categoria socialmente construída marcada por determinantes sociais. O asilo possui uma imagem negativa, associado a pobreza e abandono. De acordo com Born (2002), as instituições de longa permanência não permitem a expressão da individualidade, despersonalizando o indivíduo, rompendo os vínculos, oferecendo-lhe uma situação de “compartimento fechado”. A desinstitucionalização propõe eliminar os meios de contenção, restabelecer a relação do indivíduo com o próprio corpo, reconstruindo o direito e a capacidade de uso de seus objetos. **MÉTODO** - Investigamos duas organizações: uma instituição total para idosos, mantida por uma ONG, mas de caráter privado e a outra com um modelo de desinstitucionalização. Foram entrevistados doze idosos. A coleta de dados foi feita através de um roteiro de entrevista, observação não-sistematizada e registro dos dados, através de anotações e gravação das entrevistas. Para compreensão dos dados obtidos nas entrevistas, utilizamos a Análise de Conteúdo, por se tratar de uma técnica de pesquisa para tornar replicável e validar inferências de dados de um contexto que envolve procedimentos especializados para processamentos de dados de forma científica. Os aspectos éticos como a assinatura do termo de consentimento, esclarecimento quanto à justificativa, objetivos e procedimentos e da pesquisa. – **DISCUSSÃO** - Significados da Velhice - Os entrevistados relataram incômodo com a perda da autonomia e liberdade. Embora gozando de boa saúde, a família e a instituição tratam o idoso como incapaz. Como se eles perdessem seu lugar de atuante na sociedade e na família e fossem colocados num lugar de conformidade com o que se espera da velhice. - Significados atribuídos ao Asilo - O asilo torna-se uma estratégia para a família lidar com as impossibilidades da pessoa idosa, embora as instituições de longa permanência sejam associadas ao abandono e descaso e principalmente a incapacidade e fragilidade das pessoas residentes, gerando estereótipo e representações sociais negativas do idoso. “Só conheci o asilo quando o médico me levou. Mas sabia que existiam essas casas para velhos”. - Estrutura Institucional - Idosos independentes e com menos de 65 anos, perfazem significativa parcela da população institucionalizada. A maioria necessita de autorização legal dos parentes, mesmo os que desfrutam de certa autonomia precisam notificar sua intenção de sair. Os idosos seguem uma rotina para todas as atividades realizadas no asilo. A perspectiva institucional é aplicada a ações que estão sempre submetidas à disciplina não estando preparada para serviços que respeitem a sua individualidade, personalidade, privacidade e modo de vida. - Estratégias e Técnicas no Trabalho Institucional - Existe uma demanda por parte dos idosos de ocupar-se, realizar algo com o tempo de que dispõem. Não existe uma prática de incentivo à participação em atividades por parte da instituição ou, quando ocorre, é algo normalizado e pouco interativo. - Experiência de Desinstitucionalização - A organização funciona numa casa onde toda sua estrutura com quarto, sala, sozinha, varanda trás a sendo um ambiente aconchegante e acolhedor. Eles se referiam como participantes de uma família. Uma dos passos da desinstitucionalização é transformar o ambiente e espaço físico para que este seja o mais agradável retirando os aspectos e a necessidade de internato. Durante o dia eles participam de várias atividades: têm aula de alfabetização, fazem artesanato, fazem aula de ginástica, possuem acompanhamento médico e nutricional. E eles permaneçam ocupados a todo o momento. São sujeitos ativos dentro da organização e também atores do trabalho que realizam. A organização lhes permite interagir socialmente e diminuindo a sensação abandono. Alguns frequentam o local como alternativa de conseguir alimentação, pois não conseguem trabalho e não ainda regularizaram suas aposentadorias. – **Conclusão** - O asilo materializa a visão do velho e do envelhecer como algo a parte do resto da sociedade Associa a inevitável degeneração biológica do ser humano à uma impossibilidade de participação social ativa e rica em significados. Por ser uma instituição total rompe vínculos do indivíduo com o resto da sociedade, aniquila vários aspectos fundamentais para construção de uma identidade social que se constitui na interação com outras pessoas. A massificação rotina, a restrição das formas singulares de expressão no asilo inviabiliza a plena vivência da subjetividade. As soluções de desinstitucionalização do idoso, embora tragam uma nova luz sobre o tema, apresentando uma alternativa mais saudável para a experiência da

velhice onde a participação voluntária dá ao idoso a idéia de autonomia sob suas ações, precisam reconhecer e trabalhar as limitações do contexto social que atuam. A riqueza das experiências em um ambiente de liberdade não podem vir isoladas de uma política ativa de inserção social do idoso, não meramente como força produtiva, mas como membro participante de sua comunidade com a justa independência que garantam à velhice a necessária dignidade humana.

**Palavras-chaves:** Desinstitucionalização, Idosos, Asilos

**Atividade: Trabalho infanto-juvenil rural e marisqueiro: um estudo de representações sociais (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Trabalho infanto-juvenil rural e marisqueiro: um estudo de representações sociais

**Autor(es):** Antonio Marcos Chaves

**Resumo:** O objetivo deste estudo foi descrever e analisar representações sociais do trabalho de crianças e adolescentes trabalhadores rurais e coletores de mariscos e seus pais. Procurou-se, ainda, descrever o contexto de trabalho dessas crianças e adolescentes. A escolha por esse tema justifica-se pelo fato do trabalho de crianças e adolescentes ter se tornado, na contemporaneidade, uma das mais importantes questões em relação à infância e à adolescência e, sobretudo, aos seus direitos e constituir-se, hoje, a realidade de vida de milhões de crianças e adolescentes no Brasil. Tomou-se como base teórica para a interpretação das informações a teoria estrutural das representações sociais, considerando-se representação como um conjunto de conhecimentos compartilhados por um grupo, a partir de sua vivência cotidiana e intercomunicação social acerca de um dado objeto social. Para a abordagem estrutural das representações sociais, essas representações são formadas por um núcleo central e por elementos periféricos, que se organizam em torno deste núcleo. O núcleo central dá o significado à representação. Os elementos periféricos, em contrapartida, conferem à representação seu lado mais acessível, vivo e concreto, sendo responsáveis por ancorá-la e objetivá-la na realidade. Para tanto foram utilizados os seguintes instrumentos e técnicas, aplicados junto a 41 crianças e adolescentes trabalhadoras rurais e 38 crianças e adolescentes coletores de marisco: teste de evocação livre, tendo como palavras indutoras – criança, trabalho, família e escola e complementação de frases relacionadas às mesmas temáticas do teste de evocação. Foram, ainda, coletadas informações junto a 40 pais/mães, através de entrevista semi-estruturada tendo como temas: significado de infância, de trabalho infanto-juvenil e de escolarização e teste de evocação livre tendo como indutora a palavra criança. Além disso, foram coletados dados sócio-demográficos das crianças e dos seus pais/mães. O processamento dos dados concernentes aos aspectos sócio-demográficos dos participantes e à complementação de frases foi feito através de análises de frequência executadas pelo software SPSS 11.5. Já os dados referentes às evocações livres foram submetidos a análises de frequência e ordem média, utilizando-se o software EVOG. Os participantes (crianças e adolescentes) tinham idade de sete a catorze anos, moravam com os pais e todos declararam estar freqüentando a escola. As crianças trabalhadoras rurais residem em uma área rural do Município de Indiaroba (SE). A agricultura predominante na região é o cultivo do coco da Bahia e da mandioca para fazer farinha. Os resultados indicam que 47 % dos pais das crianças exercem predominantemente atividades rurais. Quanto ao tipo de trabalho das crianças, percebeu-se uma reprodução das atividades desenvolvidas pelos pais, já que o trabalho de lavrador foi predominante, com percentagem de 78%. Ademais, em todos os casos, este trabalho foi citado em associação a outras atividades, igualmente exercidas pelos pais destas crianças, tais como: feirante, trabalhos domésticos e pescador. Foi encontrado que boa parte destas crianças (56%) trabalha diariamente, no turno oposto ao da escola e que 63% delas não recebem remuneração alguma pelo trabalho que desempenham. Além disso, Em relação às representações sociais das crianças e adolescentes sobre trabalho, a necessidade de ajudar a família foi citada como o principal motivo de trabalharem. Apresentaram, ainda, uma avaliação positiva do trabalho, não somente pelo seu valor econômico como, também, moral. Pôde-se perceber que de um modo geral as representações sociais das crianças trabalhadoras rurais giravam em torno de aspectos do seu

cotidiano, constituindo uma visão de mundo mais concreta. As crianças coletoras de mariscos residem em Pirajúia (BA), localidade da costa marítima do recôncavo da Bahia. A análise dos dados indicou que as representações sociais das crianças e adolescentes coletores de mariscos se voltam para características associadas ao trabalho marisqueiro, gostar e ter vontade e necessidade de trabalhar, como os principais motivos das suas atividades, além de terem fornecido respostas que sugerem uma avaliação positiva do trabalho e outra negativa das crianças e adolescentes que não trabalham. Todas as crianças trabalham na companhia de pelo menos um dos pais e estudam em um dos turnos. O conteúdo das representações sociais dos pais sobre o trabalho infanto-juvenil inclui as seguintes compreensões: é prejudicial à criança, só adquirindo importância por acostamá-la a trabalhar e por contribuir na formação de seu caráter. Constatou-se a valorização da brincadeira e do estudo como atividades apropriadas à infância e a importância atribuída aos direitos das crianças. Um aspecto importante a se observar é a função socializadora que o trabalho exerce nessas comunidades. Desse modo, este estudo mostrou-se importante por caracterizar contextos de trabalho de crianças e adolescentes e o que eles e seus pais pensam sobre o trabalho infanto-juvenil, repensar alguns valores e discursos relativos tanto à infância quanto ao trabalho infanto-juvenil, buscando compreender o trabalho precoce no contexto em que está inserido e atentando para toda a complexidade que o envolve, assim como fornecer subsídios para transformar as práticas destinadas às crianças e aos adolescentes. Apoio: CNPq/FAPESB.

**Palavras-chaves:** trabalho infanto-juvenil, crianças trabalhadoras rurais, crianças coletoras de mariscos, representações sociais

**Atividade: Mães, em condição de pobreza, usuárias de creche (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Mães, em condição de pobreza, usuárias de creche

**Autor(es):** Lúcia Vaz de Campos Moreira, João Carlos Petrini

**Resumo:** O presente estudo aborda o processo de inserção social elegendo como foco mães em condição de pobreza de bairro periférico de Salvador. Toma-se a família como um dos atores privilegiados para a inclusão social e é investigada a importância das redes locais de solidariedade e das políticas públicas. Parte-se da necessidade de estudar o encontro entre os dinamismos macroeconômicos e as decisões pessoais. O presente estudo visa a investigar em que circunstâncias as pessoas que vivem em situação de pobreza, especialmente as mães que têm filhos em creche, podem ultrapassar tais condições. Interessa estudar a tensão entre a elaboração de projetos de vida e de estratégias de sobrevivência. Entende-se por projeto de vida a perspectiva de futuro que contempla a possibilidade de crescimento formativo e de acesso a um patamar de inserção na sociedade superior ao atual, conscientemente assumido e sistematicamente percebido. Por outro lado, a estratégia de sobrevivência é compreendida como o desenvolvimento de atividades ocasionais pelas quais as pessoas se voltam para alcançar o mínimo indispensável à sobrevivência momentânea. Metodologia: estudo descritivo-exploratório que utilizou estratégias combinadas de abordagens qualitativa e quantitativa. Local: instituição de educação infantil do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Participantes: 20% das mães de crianças que freqüentam uma instituição de educação infantil (Novos Alagados), totalizando 26 mães. Foi abordada ainda a diretora da instituição. Instrumentos e técnicas de coleta de dados: roteiro de entrevista para as mães e roteiro de entrevista para a direção, ambos elaborados pelos pesquisadores. Procedimentos: revisão da literatura sobre pobreza moderna e família; elaboração de categorias de análise e de roteiros de pesquisa; submissão e aprovação do projeto em comitê de ética; realização de estudo piloto; sorteio de 20% das crianças matriculadas, sendo suas respectivas mães convidadas a participarem do estudo; convite e assinatura do termo de consentimento; realização de entrevistas semi-estruturadas e gravadas; entrevistas com direção da instituição; transcrição das entrevistas e análise quantitativo-interpretativa. Resultados parciais: a maioria das participantes revelou ter tido uma infância com dificuldades econômicas importantes, com a figura paterna ausente ou debilitada; uma diferença foi encontrada nas participantes que tiveram a própria mãe



considerada adequada e aquelas que não a tiveram ou mesmo não encontraram alguém que desempenhasse o papel dela (avós, tias, madrinhas), revelando, estas últimas, um certo ressentimento ou mesmo tristeza. É comum a queixa de terem ficado sós ou apenas na companhia dos irmãos durante a infância, pois as mães saíam para trabalhar e, por vezes, não tinham com quem deixar os filhos. Como perspectivas para o futuro, a melhora na moradia parece já ter sido alcançada devido às intervenções locais de origens governamentais e não-governamentais. Porém, almejam ter um nível de escolaridade maior visando atingir melhores condições de trabalho. Desejam que os filhos estudem e tenham uma profissão. Contudo, diversas participantes consideram não poder colaborar para a melhoria do bairro onde moram. Apoio FAPESB.

**Palavras-chaves:** mães e filhos,projeto de vida,pobreza

**Atividade: Memórias da infância  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Memórias da infância: relato das vivências de um jovem ex-aluno de escola especial por meio de um vídeo.

**Autor(es):** Lineu Norio Kohatsu

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo apresentar e discutir as memórias de um jovem, ex-aluno de uma escola especial, sobre as vivências de sua infância em seu bairro. Para a realização do estudo, foi proposta a produção de um vídeo ao participante. A investigação partiu de cinco perguntas norteadoras: 1) Como se constituiu o universo social desse sujeito para além dos muros institucionais da escola especial? 2) Será que a permanência na escola especial dificultou ao aluno o conhecimento de seu bairro e será que a saída da escola proporcionou essa aproximação? 3) Como vivenciou e ocupou o espaço do bairro? Quais foram as experiências mais significativas? Em que período da vida ocorreram? 4) Como foi para ele morar na periferia? Será que o contexto comunitário (se existente) favoreceu de algum modo a sua socialização? 5) Em que medida o vídeo auxiliou no conhecimento da realidade vivida pelo participante da pesquisa? O estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, de orientação fenomenológica, tendo a pesquisa de tipo etnográfica como referência metodológica e a utilização do vídeo como recurso. O participante da pesquisa é do sexo masculino, 24 anos (na época da pesquisa) e aprendiz de uma oficina abrigada de trabalho. O critério para a escolha do participante foi a independência na locomoção, que morasse desde criança no bairro e que demonstrasse interesse na participação da pesquisa. A pesquisa ocorreu no Jardim das Orquídeas, situado numa zona de manancial no Município de São Bernardo do Campo. Foram cinco encontros e aproximadamente 60 minutos de gravação. A cada encontro foi realizada uma caminhada com o participante pelo bairro, sendo o itinerário escolhido pelo mesmo, assim como os locais de gravação. A organização do material composta pelas gravações em vídeo, áudio e anotações de campo ocorreu da seguinte forma: transcrição dos materiais (vídeo e áudio), observação das gravações em vídeo, apontamento das cenas/locais gravados e levantamento de temas. A partir do trabalho de compreensão do material foi possível observar que, mesmo após sair da escola especial, o participante mantém vínculos com pessoas relacionadas ao universo da educação especial. Pode-se perceber também que o contato com os espaços do bairro possibilitou a ele recordações de eventos da infância, assim como as conversas com os vizinhos proporcionaram a revitalização das memórias do passado. O estudo mostra, desse modo, como é possível a uma pessoa com deficiência mental reconstruir a própria história e participar da construção da memória coletiva de seu respectivo bairro. O caso apresentado é parte de um estudo de doutorado realizado pelo pesquisador.

**Palavras-chaves:** retardo mental,inclusão social,Escola especial,memória,vídeo

**Atividade: Adolescência e contemporaneidade  
(Mesas Redondas)**

**Trabalho:**Adolescência: condição paradigmática do sujeito contemporâneo.

**Autor(es):** Miriam Debieux Rosa

**Resumo:** Adolescência: condição paradigmática do sujeito contemporâneo. Este trabalho aponta como a condição paradigmática do sujeito contemporâneo se potencializa nos adolescentes dado o encontro problemático entre os seus processos subjetivos e os discursos do capitalismo avançado. Visa ressituar os dilemas do sujeito adolescente entre a ânsia identitária contraposta à desejante, entre a cena familiar e a cena social, em um contexto que propicia um modo de laço que empurra o sujeito violentamente ao gozo, seja sob a forma de consumo e lucro, seja na de sofrimento e tem como estratégia propor aos sujeitos uma realidade posta (imposta), que os abstém dos dilemas éticos, o que gera, para além do mal estar, violências. Assim sendo, consideramos que os processos do adolescente não referem-se apenas a uma certa estruturação subjetiva fixada e a priori mas revisitada a partir da cena social, cujos discursos constituem formas de laços sociais, alguns perversos ou perversores. O adolescente reinscreve-se, superando, conservando e revelando o histórico do sujeito e conferindo-lhe novas significações. As ações ou acidentes, realizações, frustrações, encontros, desencontros, promovem reorganizações estruturais importantes. Nesta medida, a constituição subjetiva e os sintomas que produz, estão vinculados ao discurso social que incentiva a busca do triunfo do Eu, construído como se pudesse prescindir do investimento do outro, impossibilidade que o individualismo ofusca: impossibilidade de autoconstituir-se. Este contexto social produz desdobramentos importantes a começar na família onde se processa um distanciamento ou mesmo uma quebra da identificação da geração anterior com a atual, dinâmica relacional que gera ambigüidade dos pais em relação a própria posição em relação aos filhos. Outro desdobramento aborda a construção de um imaginário social sobre o adolescente vinculado sempre ao gozo, seja de sua condição de juventude, seja de uma associação a uma condição de propensão à violência. Tal imaginário não favorece a escuta do sofrimento dos jovens e das formas como articulam suas demandas. Os impasses de subjetivação dos jovens nos convidam também a análise e caracterização subjetiva do ato e a especificidade dos conflitos com a lei. Trata-se de diferenciar transgressão e perversão, para buscar a especificidade do ato delinqüente, suas determinações e seus efeitos subjetivos e intersubjetivos. Nesta perspectiva que este trabalho aborda as operações subjetivas e sociais necessárias à passagem da cena familiar à cena social, trabalhando mais especificamente, a relação identificação, ato e inserção no grupo social. Aponta também dimensões para uma prática clínica ético-política que propicie a escuta e indique um lugar discursivo que possibilite ao jovem uma posição de fala.

**Palavras-chaves:** adolescência, cena social, laço social, identificação, ato e violência.

**Trabalho:** A adolescência é vermelha: quando o sofrimento pela dor física apela Eros.

**Autor(es):** Leônia Cavalcante Teixeira

**Resumo:** A adolescência é vermelha: quando o sofrimento pela dor física apela Eros. A adolescência constitui um dos temas mais abordados na literatura científica de várias disciplinas, interrogando concepções unidimensionais com explicações lineares e causais do desenvolvimento humano, visto como ciclo vital. Este trabalho enfoca a adolescência pelo viés da leitura interdisciplinar entre psicanálise, antropologia, filosofia e arte, concebendo-a como construção cultural forjadora de modos de subjetivação que não se restringem a uma fase do desenvolvimento orgânico e psicológico. Privilegiando a corporalidade na construção subjetiva, a experiência de "tornar-se outro" é tematizada como operador teórico-clínico da passagem adolescente, merecendo destaque as contribuições de Freud, Bataille, Maffesoli, Gil e Rassial. Sendo vista como paradigma da subjetividade contemporânea não facilmente apreendida por nosografias desenvolvimentistas e psicopatológicas, a adolescência marcada pelo sofrimento expresso e impresso no corpo constitui o foco desta investigação. Ao sujeito adolescente são exigidas a ficcionalização do romance familiar e a construção do laço social que, na leitura psicanalítica, não corresponde a qualquer vínculo, mas ao momento em que o sujeito se deixa representar como sujeito do social, isto é, com relação à Lei. Assim, a passagem adolescente corresponde ao laço social, afirmando o sujeito em sua participação nas comunidades de pares e na humanidade. Dentre os pares, na atualidade, destacam-se os bandos ou tribos, nos quais os

sujeitos-adolescentes vivenciam experiências que envolvem o risco e o excesso. A estabilidade e a continuidade subjetivas são postas em xeque, sendo o laço social interrogado em sua passagem adolescente. No tocante ao risco, o foco da investigação recai nas práticas corporais que envolvem dor e auto-mutilação escutadas em setting analítico. A metodologia de pesquisa é clínica, sendo priorizada a análise do discurso de três meninas entre 15 e 19 anos atendidas em análise e cuja queixa foi a de incapacidade de controle frente aos impulsos de auto-mutilação. As considerações teórico-clínicas não aspiram a generalizações, porém visam oferecer subsídios à discussão da clínica psicanalítica na atualidade, já que tais quadros clínicos desafiam as classificações diagnósticas de neurose, psicose e perversão, bem como exigem manejo terapêutico pouco estandarizado, questionando às condições de análise clássicas. Os atendimentos às adolescentes são marcados por passagens ao ato – comportamentos de risco de morte e ultrapassagem das capacidades somato-psíquicas –, atualizando modos de existência que extravasam as fronteiras subjetivas e dos laços sociais. A espera de escuta que dê continência a atos que afirmam a vida pelo risco de morte, a adolescência extravasa o irredutível do gozo, apelando a Eros, para que a marca do desejo lhe seja endereçada. O campo da análise com adolescentes em risco psíquico se configura pelo caráter regressivo da transferência, na qual a constituição de momentos primitivos da constituição psíquico-somática é possível.

**Palavras-chaves:** adolescência, subjetividade, corpo, dor, psicanálise

**Trabalho:** Liberdade, igualdade, fraternidade: efeitos da ciência sobre o campo do sujeito

**Autor(es):** Fernanda Theophilo da Costa Moura

**Resumo:** Liberdade, igualdade, fraternidade: efeitos da ciência sobre o campo do sujeito O presente trabalho procura delimitar o efeito de anulação da dissimetria acionado pela linguagem formal constitutiva da ciência e suas conseqüências para o sujeito contemporâneo. Partindo de uma perspectiva psicanalítica, toma o curso da ciência como operação discursiva e examina seu efeito no campo do sujeito, ressaltando a restrição que a ciência progressivamente impõe por seu modus operandi ao funcionamento da linguagem como campo onde o sujeito se constitui. Desenvolve-se, como parte da pesquisa, realizada com o apoio da FAPERJ, que visa circunscrever os efeitos da ciência na constituição do sujeito a partir do discurso psicanalítico. O exame se apóia tanto no curso da ciência, tal como o encontramos na vida cotidiana hoje, como na clínica psicanalítica — especificamente na clínica psicanalítica com adolescentes. Dois domínios privilegiados para que sejam circunscritos os parâmetros da constituição do sujeito. A adolescência, por seu caráter de ruptura inaugural, constitutiva de uma tomada de posição na vida social. E a ciência por sua relação intrínseca ao sujeito de que trata a psicanálise, sujeito do inconsciente, definido por Lacan (1965/1966) como o correlato heterogêneo e ineliminável da operação da ciência. Neste contexto, o trabalho parte em primeiro lugar de um exame das condições de possibilidades do advento da ciência moderna para estabelecer que a ciência constitui, antes de mais nada, uma operação discursiva. A seguir se demonstra como tal operação incide e transforma não apenas a realidade que nos cerca, mas, também, e talvez, sobretudo, o plano da linguagem onde sujeito e realidade se entrelaçam. Para identificar estes remanejamentos discursivos, o presente trabalho trata de evidenciar as transformações efetivas da própria linguagem e seu funcionamento, que são decorrentes da formalização. Discute-se como a dissimetria radical de elementos e lugares que é inerente ao funcionamento da linguagem é, por assim dizer, “domesticada” na operação de substituição do sistema significante da linguagem ordinária, (sustentado na diferença), pela axiomática matemática (que consiste no movimento automático de proposições que se sucedem, a partir da aplicação de regras aparentemente “sem comando”). Procura-se isolar, descrever e examinar, em seus aspectos formais e funcionais, a redução da diferença significativa pela simetrização dos elementos representantes da alteridade. Um ponto importante a ser desenvolvido no trabalho é demonstrar que a restrição da linguagem à lógica matematizada, presente no funcionamento discursivo que a ciência promove implica uma ruptura radical de nossa relação subjetiva à linguagem e não, como se poderia pensar erroneamente, a mera substituição de uma linguagem antiga (linguagem da natureza ou aristotélica) por outra (a linguagem dos caracteres matemáticos de Galileu). Em segundo lugar, a análise recorre ao domínio da clínica psicanalítica – e especialmente da clínica

psicanalítica com adolescentes – e seus impasses, para discutir as implicações deste apagamento da dissimetria nas questões e sintomas que se apresentam para o sujeito. A análise das dificuldades relativas à implantação da transferência na psicanálise com adolescentes, bem como dos impasses que manifestam em relação ao sexo e à identidade sexual, retoma, no plano da clínica, as mesmas questões que a formalização coloca em nível epistemológico. Constata-se deste modo, que há nas dificuldades e impasses dos adolescentes um dizer que está referido à ordem discursiva introduzida com a ciência.

**Palavras-chaves:** Psicanálise,Significante,Ciência,sujeito,adolescência

**Atividade: A criança e os novos contextos de sentido para a infância (Mesas Redondas)**

**Trabalho:**Um lugar entre a casa e a rua: a infância na contemporaneidade

**Autor(es):** Hugo Juliano Duarte Matias,Deliane Macedo Farias de Sousa,Cassia de Castro Bezerra

**Resumo:** Trata-se de uma análise dos processos históricos que levaram ao surgimento da idéia moderna de infância, e dos impasses que ela comporta na contemporaneidade. Isso se faz em articulação ao sentido da tensão entre “casa” e “rua”, dois ambientes simbólicos constituintes da primeira instituição da infância e dos processos que conduzem à sua atual reinstitucionalização. O marco de partida dessa análise é o advento da modernidade, momento em que as transformações ocorridas nos espaços público e privado configuraram novos papéis para o Estado, como a segurança e a defesa da propriedade privada. Isso liberou o indivíduo do tipo de vínculo que mantivera com a comunidade, para a garantia da posse de suas riquezas. Por este motivo, os grupos familiares, antes aglutinados em torno da idéia de “linhagem”, foram se reduzindo a uma formação nuclear, cujo sentido era a transmissão dos seus bens aos herdeiros do par conjugal. Assim a criança começou a ocupar um lugar de maior relevância na sociedade, por sua centralidade numa instituição emergente de tanta importância como a família. Convergiram para esta configuração, também as reformas religiosas e morais empreendidas nos séculos XVI e XVII. Os reformadores, no exercício de uma inteligência pericial, conferiram à infância dois sentidos tornados contíguos: a puerilidade (por causa de sua falta de domínio dos instrumentos da razão adulta) e a inocência (por causa de sua falta de discernimento dos signos do pecado). Impelidas pela ineficácia das tradições em sustentar a coesão da sociedade, instituíram a escola e também a família nuclear como fundamentos de uma nova sociabilidade, a qual deveria transmitir e assegurar as exigências comportamentais e afetivas da ordem social, e um novo regime de subjetivação, a intimidade. O exterior da rua, espaço dos regimes de convivialidade, foi substituído pelo interior da casa, dentre outras razões, com o objetivo de guardar a criança da exposição às influências que não poderiam ser controladas, e que poderiam ser nocivas à sua formação. E mesmo o interior da casa se transformou para guardar mais eficazmente a intimidade: primeiro foi separada em diversos cômodos, os quais ganharam independência, diversidade de funções, se esvaziou dos agregados e passou a abrigar somente uma família. Ao mesmo tempo, a rua se esvaziou desses grupos de convivialidade, passando a ser ocupada somente pelo pequeno comércio (que se exteriorizou), pela juventude (embora não referida a uma faixa etária, identificada ao vício), pelas pessoas que não tinham casa (identificadas à indignidade) e pela polícia. O discurso esclarecido e, por vezes, a lei associaram a rua ao caos, enquanto o Estado fez da família patriarcal – localizada no ambiente doméstico – a mediadora entre si e o indivíduo. Esses são os processos que levaram à instituição doméstica da infância, cujas principais instâncias agenciadoras são a família, a escola, os saberes periciais e os mecanismos de administração simbólica da criança. No entanto, essas mesmas instâncias, na vigência de uma “segunda modernidade”, se transformam novamente, no processo de sua radicalização. A segunda modernidade é caracterizada por uma série de rupturas econômicas (maior importância do setor de serviços, mercado global, deslocalização de empresas), políticas (crise do socialismo e substituição de uma hegemonia bipolar pela concentração de poder nos EE.UU., descolonização completa dos países africanos, ação e influência de movimentos sociais

contra-hegemônicos), no mundo do trabalho (desemprego, crise de subsistência dos Estados-providência), no mundo da cultura (cultura de massas, afirmação radical de culturas não ocidentais) e crise ambiental. Tais rupturas têm como efeito uma série de estímulos às transformações dos quatro fatores de institucionalização da infância: a escola, outrora investida como espaço de socialização para coesão social, se torna palco de trocas e disputas culturais e políticas; a família passa por um processo de profunda democratização, sofre os efeitos do incremento da monoparentalidade e da exacerbação do individualismo; a criança não mais é vetada à atividade econômica, mas assume papéis como produtor e consumidor; os saberes periciais acerca da infância atravessam uma autocrítica e se questionam sobre a “morte da infância”. Nesse contexto, a hegemonia da casa na guarda da infância se fragiliza, e a criança passa a condição de possuínte da cidade, na qualidade de trabalhadora, consumidora, por sua frequência em diversos lugares de socialização em espaço público além da escola, por ter uma vida própria. Ao mesmo tempo, a cidade e as suas ruas multiplicam as oportunidades identificatórias, tornando possível se pensar em condições novas de subjetivação, a “circulação”. Resta ainda tentar discernir que infância se encontra em gestação e como os determinantes simbólicos espaço-temporais lhes dispõem um lugar.

**Palavras-chaves:** Infância, modernidade, contemporaneidade, socialização, rua/casa

**Trabalho:** Criança e mídia: novos contextos, novos olhares.

**Autor(es):** Cassia de Castro Bezerra, Hugo Juliano Duarte Matias

**Resumo:** O surgimento de novas tecnologias, a valorização dos bens de consumo e a força da mídia são alguns dos elementos que favoreceram as transformações ocorridas no último século. Estes aspectos têm contribuído de forma significativa na constituição do homem contemporâneo, pois, é visível o quanto a cultura do consumo e a expansão da mídia tem influenciado nas relações interpessoais; principalmente nas interações vivenciadas no cotidiano familiar. Como uma teia essas mudanças se revelam entrelaçadas a novos valores e paradigmas que estão sendo (re)formados na sociedade; no ambiente da família essas mudanças trouxeram igualmente repercussão. O perfil da família tradicional tem se modificado, novos elementos são adicionados e algumas concepções são substituídas por outras. Como reflexo dessa mudança a criança também passou por transformações neste contexto. Anteriormente, ocupando um lugar de ingenuidade, desamparo e muitas vezes desconsiderando a infância no que lhe é peculiar; a criança passou a ocupar um lugar de destaque e central dentro da família e da sociedade moderna; isso se deu principalmente pela valorização do espaço privado e do individualismo na família. O cotidiano de uma criança hoje é repleto de interações com a tecnologia e com os diferentes modos de apresentação da mídia – televisão, internet, publicidade. Atualmente ela assume um novo papel social e, o próprio entendimento acerca da infância e o que significa ser criança, vem sofrendo transformações. Desse modo, atuando como protagonista neste novo cenário, a criança assume papel de destaque nos diversos segmentos da sociedade, seja na família, na escola, na comunidade ou nos meios de comunicação ela tem ocupado espaços significativos e suscitado interesse nos ambientes públicos. Um dos espaços que tem investido fortemente na presença da criança é o mercado de consumo. A partir do momento que o mercado de consumo passou a vê-la como uma consumidora em potencial também passou a investir na representação deste novo consumidor. Ou seja, a criança passa então a ser não apenas aquela que consome, mas principalmente a que representa/vende os produtos a serem consumidos. Assim, há forte interesse da mídia em veicular a imagem da criança atualmente a diversos produtos e em diferentes setores da economia, ou seja, busca-se relacionar a imagem da criança e conseqüentemente o que ela representa a produtos para entretenimento adulto e infantil como também produtos automobilísticos, alimentícios, vestuário, música entre outros. Essa influência cotidiana da mídia na exposição da imagem da criança tem diretamente influenciado as relações entre crianças e adultos; principalmente, considerando que os produtos representados por ela não se restringem às mercadorias nas prateleiras, mas abrangem, também, modelos de comportamento e ideais de satisfação pessoal. Desta maneira, é fácil ver a imagem da criança exposta em diferentes “ambientes midiáticos” representada como poderosa e autônoma e respectivamente com acesso livre e fácil aos bens de consumo do seu interesse.

Assim, este novo contexto apresenta a necessidade de um novo olhar sobre o sujeito infantil, enquanto este mesmo sujeito respectivamente suscita novas demandas no universo que o cerca. A representação atual da criança na mídia geralmente está associada ao que chamamos de “adultização da infância”, onde há uma indiferenciação entre características adultas e infantis, percebida através do vestuário, da linguagem, da música, da sexualidade e do trabalho. As necessidades e demandas do adulto e da criança se confundem, o que leva geralmente as necessidades adultas a desvalorizar as demandas infantis; e conseqüentemente a inserir a criança no “mundo” do adulto de forma precoce. Aspectos como a distinção entre realidade e fantasia, estresse decorrente da exposição da imagem pela mídia e inversão de papéis na família (a criança se torna provedora) são alguns aspectos vivenciados pela criança que trabalha na mídia hoje; aspectos que tem suscitado interesse, pois reflete de forma significativa a relação entre o universo infantil e adulto hoje e seus desdobramentos. mídia, criança, consumo

**Palavras-chaves:** Mídia,Criança,Consumo

**Trabalho:**Crianças querem sexo? A criança na perspectiva do abusador sexual

**Autor(es):** Andreína da Silva Moura

**Resumo:** Vários estudos na área da psicologia cognitiva têm demonstrado que homens que cometem abuso sexual infantil possuem distorções cognitivas acerca das crianças. Os abusadores as perceberiam como seres sexuais que estariam naturalmente dispostas ao sexo. As crianças seriam capazes também de iniciar espontaneamente atos sexuais com adultos. Estudos sobre abusadores, e mais especificamente sobre tais distorções sobre as crianças são escassos no Brasil. Desta forma, o presente estudo tem como objetivo apresentar a visão que abusadores possuem sobre as crianças e a infância. Participaram da pesquisa cinco homens acusados de cometer algum tipo de abuso sexual contra crianças de até 13 anos. Quatro deles foram encaminhados compulsoriamente pela justiça até o serviço de atendimento no qual a equipe coletou os dados. Apenas um deles chegou até o serviço voluntariamente. As idades dos participantes foram as seguintes: dois com 37, um com 38, um com 70 e outro com 73 anos. Quatro deles possuíam uma renda mensal de até três salários mínimos. Um deles não possuía rendimentos, pois estava preso na época da pesquisa. As entrevistas com cada um dos participantes duraram cerca de uma hora e meia. Com um dos participantes foi possível ter dois encontros, totalizando três horas de entrevista. Os instrumentos utilizados foram uma ficha biosóciodemográfica e uma entrevista semi-estruturada contendo questões sobre suas histórias de vida e sobre suas visões sobre as crianças. Neste trabalho serão demonstrados apenas os resultados referentes à este último assunto. Os resultados mostram que os participantes possuem uma visão positiva e romancada da infância e das crianças. Verificou-se também que a criança foi tida como um ser inocente cujo principal interesse seria brincar. As brincadeiras foram vistas em oposição ao trabalho, e, portanto, como opostas ao universo adulto. Os entrevistados relataram que as crianças deveriam ser ouvidas e que possuem prioridades de direitos sobre as demais faixas etárias. Pode-se concluir que os participantes têm uma visão socialmente aceitável sobre as crianças e sobre a infância. Em momento nenhum eles fizeram referência às crianças como seres sexuais. Demonstra-se assim, que no contexto dessa pesquisa não foi verificada nenhuma distorção cognitiva sobre as crianças, sugerindo que não há nenhum “erro” no que diz respeito às cognições que os participantes possuem sobre elas. Deve ser considerado o fato de que esses homens foram encaminhados pela justiça, para que passassem por avaliação psicológica. Essa variável pode ter interferido diretamente para que as respostas fossem socialmente aceitáveis. Além disso, a quantidade de participantes foi pequena. Assim, as respostas dadas podem não corresponder àquelas da população geral de abusadores sexuais infantis.

**Palavras-chaves:** Abuso sexual,Abusadores,distorções cognitivas,crianças

**Atividade: Jovens mães avaliam sua experiência (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Jovens mães avaliam sua experiência

**Autor(es):** Miriã Alves Ramos de Alcântara, João Carlos Petrini, Gil André Peixinho, Lúcia Vaz de Campos Moreira, Alessandra P. Negrão

**Resumo:** Nas últimas décadas, profundas mudanças sociais evidenciam que a juventude participa de diversas instâncias da vida social sob aparente autonomia em relação aos contextos tradicionais de socialização, como escola e família. No entanto, as inovadoras modalidades de participação de jovens na sociedade contemporânea são acompanhadas de reduzido potencial de inserção efetiva em contextos e interações significativas. A presente pesquisa tem por finalidade investigar em que circunstâncias as jovens mães que vivem em situação de pobreza podem ultrapassar tais condições. Ela nos leva a estudar a tensão entre a elaboração de um projeto de vida e de estratégia de sobrevivência. Entende-se por projeto de vida a perspectiva de futuro que contempla a possibilidade de crescimento formativo e de acesso a um patamar de inserção na sociedade superior ao atual, conscientemente assumido e sistematicamente percebido. Por outro lado, a estratégia de sobrevivência é compreendida como o desenvolvimento de atividades ocasionais pelas quais as pessoas se voltam para alcançar o mínimo indispensável visando a sobrevivência momentânea. O presente estudo integra uma investigação mais ampla com o objetivo de descrever vias de inclusão social de jovens residentes em bairros periféricos da cidade de Salvador, a partir da participação em programas de valorização da cultura juvenil. Localizado em um bairro popular da cidade de Salvador, caracterizado por elevados índices de violência, famílias matrifocais e perfil populacional com elevada proporção de crianças e jovens, há um centro que atende a quarenta jovens mães e gestantes que participam de cursos de artesanato, cooperativa de costura e venda de confecções, orientações ao cuidado pré e pós-nascimento do filho e incentivo à educação. Tal centro foi criado focalizando o atendimento especializado para jovens mães e gestantes visando a construir condições de inserção social de adolescentes que vivenciam precocemente a vida sexual e a experiência de maternidade, e que, após terem seu primeiro filho, seguem uma trajetória de abandono escolar, gestações seguidas e problemas de saúde. Foram entrevistadas dez jovens com idades entre 14 e 21 anos desse centro, com o objetivo de analisar a participação social das adolescentes em trajetórias de inserção a partir do encontro com o programa cultural. O roteiro semi-estruturado que serviu de base para as entrevistas contempla questões relativas ao bairro, família, trabalho, educação, iniciação sexual, convívio familiar e redes de relações. As entrevistas foram gravadas, em seguida, transcritas e analisadas de acordo com as seguintes categorias: capital humano e social, projetos de vida, concepções e práticas sobre família e sexualidade. Os resultados parciais evidenciam significações acerca da sexualidade ligadas à violência em relações com o sexo oposto marcadas pela complexidade. Foram muito enfocadas, pelas jovens mães, a infância e adolescência marcadas por falta de liberdade de ação, pouco diálogo com os pais, violência no lar, pouco afeto e ternura. Das entrevistadas, 90% mencionaram o desejo de possuírem uma casa própria, um trabalho que favorecesse uma melhor condição de vida para elas e para seus filhos. Porém, ao serem interrogadas sobre o que têm feito para atingir esses objetivos, a grande maioria respondeu não estar fazendo absolutamente nada. O encontro com o projeto de valorização da cultura juvenil promove a construção de significações em torno do pertencimento aos contextos de sociabilidade. Apoio FAPESB.

**Palavras-chaves:** jovens mães, projeto de vida, pobreza

**Atividade:** PERCEPÇÕES DE ADOLESCENTES SOBRE O QUE É SER ADULTO (Paineis)

**Trabalho:** PERCEPÇÕES DE ADOLESCENTES SOBRE O QUE É SER ADULTO

**Autor(es):** Marco Antônio Pereira Teixeira, Ana Cristina Garcia Dias, Marucia Bardagi

**Resumo:** Definir o que é ser adulto não é uma tarefa fácil, uma vez que os marcadores das transições entre os diferentes ciclos da vida dependem de diversos fatores, tanto individuais quanto culturais. Embora a transição da adolescência para a vida adulta possa ser caracterizada em termos etários, o que melhor parece defini-la são tarefas psicossociais e comportamentos que, culturalmente, espera-se que um adulto seja capaz de desempenhar. Por exemplo, a inserção no mercado de trabalho, a independência econômica, a saída da casa dos pais e o estabelecimento de uma união conjugal estável estão entre as expectativas culturais mais comuns na nossa sociedade em relação aos adultos, ao menos nas classes sociais mais favorecidas. Obviamente, estas características tidas como definidoras da adultez são bastante variáveis, sendo que nem todos os indivíduos envolvem-se em todas as tarefas prescritas pela cultura em que estão inseridos. Além disso, deve-se observar que a adultez não se caracteriza apenas por esses indicadores objetivos de desenvolvimento, mas também por um senso subjetivo do que é ser adulto. Nesse sentido, pesquisas realizadas com jovens e adolescentes têm verificado que o assumir responsabilidades sobre si mesmo e a tomada independente de decisões são os atributos tidos como mais característicos da transição para a adultez, mais até do que o cumprimento das tarefas anteriormente citadas. A adultez jovem pode ser entendida, portanto, como um novo status (psicológico e social) que o indivíduo vai atingindo à medida em que cumpre ao menos algumas das tarefas culturalmente esperadas dele. Este estudo teve por objetivo investigar, exploratoriamente, como adolescentes percebem o que é ser adulto, a partir de alguns indicadores presentes na literatura. Participaram da pesquisa 113 jovens (média de idade=16,7 anos; 49,6% homens), estudantes de ensino médio, de uma cidade do interior do RS. Utilizou-se um instrumento de auto-relato com 17 possíveis indicadores (itens) de status de adulto, retirados da literatura. Os adolescentes responderam, em uma escala Likert de 5 pontos, o quão importante consideravam cada item como um indicador de “ser adulto”. As médias obtidas para cada item (podendo variar de 1 a 5) foram: ter uma profissão (4,58), ter independência financeira (4,43), ter objetivos claros na vida (4,43), trabalhar (4,34), tomar decisões de forma independente (4,30), ter uma idéia de quem é (4,26), entrar na universidade (4,17), concluir o ensino médio (4,14), ter amizades estáveis (4,09), ter um diploma (4,06), ter responsabilidade por si mesmo (4,05), ter relações afetivas estáveis (3,74), sair da casa dos pais (3,69), ter carteira de motorista (3,61), ter responsabilidade por outros (3,46), ter filhos (2,84) e casar (2,82). Ainda, uma análise exploratória de componentes principais sugeriu a existência de quatro principais dimensões subjacentes ao conjunto de itens: identidade/responsabilidade (ex.: ter uma idéia de quem é, tomar decisões independentes), indicadores formais de transição (ex.: concluir o ensino médio, entrar na universidade), trabalho/sair de casa (ex.: trabalhar, sair de casa) e família (casar, ter filhos). Os resultados sugerem que, ao contrário do que aponta a literatura internacional, os aspectos mais objetivos, como ter uma profissão e independência econômica, foram vistos como marcadores de adultez mais salientes do que os aspectos subjetivos como tomar decisões de forma independente (embora as diferenças observadas entre os itens tenham sido pequenas). Tal discrepância pode ser resultado da diferença etária entre a amostra deste estudo e da maioria dos estudos estrangeiros, que usaram amostras de estudantes universitários. É possível que, à medida em que os jovens avançam na idade e se defrontam com novas tarefas que exigem responsabilidade e independência, os aspectos subjetivos passem a ser percebidos como mais importantes do que os objetivos na avaliação do que é ser adulto. Por sua vez, o resultado da análise de componentes principais, ainda que exploratória, indica a possibilidade de se analisar o modo como os adolescentes percebem a adultez a partir de conjuntos de indicadores, e não apenas dos indicadores isoladamente, o que pode contribuir para o refinamento do conceito de adultez em estudos futuros.

**Palavras-chaves:** adultez jovem, adultez emergente, adolescência, desenvolvimento

**Atividade: Relacionamentos interpessoais de adolescentes e jovens universitários (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Qualidade de Vida na Adolescência: Indicadores de Satisfação de Vida

**Autor(es):** Claudia Hofheinz Giacomoni



**Resumo:** Pesquisas sobre qualidade de vida vêm sendo realizadas nas últimas décadas por diversas áreas da ciência: Psicologia, Sociologia, Economia, Educação, Medicina etc. As principais definições de qualidade de vida e tipos de medidas originam-se basicamente de duas tradições: estudos sobre a qualidade de vida objetiva e estudos sobre a qualidade de vida subjetiva. A primeira perspectiva, também conhecida através de indicadores sociais e econômicos, está baseada em critérios objetivos tais como índices de segurança, qualidade de serviços para a comunidade etc. Inúmeras pesquisas realizadas no mundo compilaram grande quantidade de dados sobre indicadores econômicos e sociais. Por outro lado, pesquisadores voltados para uma orientação mais subjetiva salientam a necessidade da incorporação de medidas de percepção mais pessoais da qualidade de vida, como por exemplo, a satisfação das pessoas nos diferentes domínios da vida, como a satisfação com a família, com o trabalho, etc. O bem-estar subjetivo é uma área de estudos dentro da Psicologia Positiva que busca identificar os fatores subjetivos que determinam o bem-estar das pessoas. As pesquisas sobre bem-estar subjetivo baseadas, atualmente, em um modelo multidimensional, constituído pela satisfação de vida e pelos afetos positivos e negativos, vêm apontando diferentes preditores de bem-estar ao longo das diversas fases do desenvolvimento. No entanto, por muito tempo, dentro da história da Psicologia e ciências afins, os estudos sobre qualidade de vida priorizaram as populações adultas e da terceira idade. Estudos sobre indicadores subjetivos da qualidade de vida de adolescentes somente recentemente têm sido realizados. A adolescência é um período de transição, entre a infância e a vida adulta, durante a qual o adolescente deve adaptar-se a muitas mudanças em um curto espaço de tempo. Este estudo visa apresentar e discutir os achados relativos aos fatores que predizem o bem-estar na adolescência, baseados em dois estudos (um qualitativo e outro quantitativo) que investigaram o bem-estar subjetivo de adolescentes no interior do Rio Grande do Sul. Os resultados das pesquisas conduzidas apontaram a importância da família nessa fase do desenvolvimento como promotora de bem-estar e dos outros preditores da mesma. Também se destacaram os domínios relacionados aos vínculos com pares e os comportamentos de altruísmo, entre outros. São discutidos os papéis da família, dos relacionamentos afetivos, das amizades e da educação na constituição da satisfação de vida, determinando o bem-estar dessa fase do desenvolvimento. A partir dos dados qualitativos obtidos, um modelo multidimensional de satisfação de vida na adolescência é testado. Aponta-se a importância da realização de estudos e programas de intervenção junto a adolescentes, bem como a construção de instrumentos que avaliem a qualidade de vida subjetiva dessa população.

**Palavras-chaves:** bem-estar, adolescência, satisfação de vida, desenvolvimento

**Trabalho:** A Qualidade da Amizade no Período Universitário

**Autor(es):** Luciana Karine de Souza, Claudio Simon Hutz

**Resumo:** A amizade é um relacionamento interpessoal altamente valorizado por proporcionar felicidade ou satisfação de vida às pessoas. No que tange ao impacto das amizades infantil e adolescente sobre o desenvolvimento humano, a literatura empírica aponta que, sob condições ideais, estes relacionamentos são recursos importantes para o desenvolvimento emocional, cognitivo e social, além de modelos aos relacionamentos subseqüentes. No início da vida adulta a amizade é considerada o relacionamento mais significativo para o indivíduo, mas gradativamente passa a perder espaço para o relacionamento romântico estável e para os filhos. Assim, é durante a adulez jovem e, mais especificamente, durante o período universitário, que a amizade se destaca das demais interações, pela ausência de comprometimento romântico sério, de filhos e de demandas da carreira profissional. O ingresso na universidade requer do indivíduo uma adaptação emocional para construir um novo sistema de apoio social e para renegociar os relacionamentos com a família e com as amizades pré-existentes. Durante este período universitário, os jovens são formalmente preparados para a futura profissão, experimentam juntos opções de carreira e de estilos de vida, refletem sobre seus relacionamentos pessoais e valores morais, e estão no ápice de suas faculdades físicas e mentais. Em outras palavras, vivenciam juntos desafios e dúvidas semelhantes, tanto sociais como intelectuais, e uma grande expectativa quanto ao que a vida adulta trará após a universidade. Neste sentido, o período

universitário é favorável à formação de amizades percebidas como profundas e empolgantes, sugerindo a inclusão do estudo da amizade nos trabalhos dedicados ao bem-estar do estudante do ensino superior. Na presente oportunidade são relatadas pesquisas conduzidas com estudantes universitários de Porto Alegre (RS) sobre a percepção da qualidade da amizade. Referir-se à qualidade da amizade, segundo o modelo de M. Mendelson, implica considerar as funções que um amigo preenche (companheirismo, ajuda, intimidade, segurança emocional, autovalidação e aliança confiável), a satisfação com o relacionamento, e os sentimentos positivos e negativos associados ao amigo. Outros fatores que exercem impacto sobre a amizade, como gênero, duração, e tipo de relacionamento com o amigo (colega de faculdade, ex-colega de escola, etc), são discutidos na interlocução com a literatura na área. Os resultados apontam diferenças quanto ao gênero do participante e da melhor amizade, ao efeito da duração da amizade sobre sua qualidade, à presença de envolvimento romântico, dentre outros achados. A acentuada produção científica dedicada à infância e à adolescência, de indiscutível relevância, suscita questões sobre o bem-estar do indivíduo na vida adulta, isto é, sobre o adulto futuro cuidador da criança e do adolescente. Assim, investigar o bem-estar do adulto, e nesse escopo de possibilidades, seus relacionamentos, é de considerável importância. Mais especificamente, estudar o indivíduo na entrada para a adultez é obter subsídios para melhor ampará-lo na transição para esta nova etapa de vida, na qual os relacionamentos de amizade recebem grande investimento por parte do universitário.

**Palavras-chaves:** jovens universitários, amizade, desenvolvimento

**Trabalho:** Comportamentos de auto-revelação de adolescentes e jovens adultos na Internet

**Autor(es):** Ana Cristina Garcia Dias

**Resumo:** O desenvolvimento psicológico saudável na transição da adolescência para a vida adulta jovem requer que os indivíduos sejam capazes de estabelecerem relações interpessoais significativas. Tanto para os adolescentes quanto para os adultos jovens, os relacionamentos que estabelecem com outras pessoas são fundamentais no processo de exploração e constituição da identidade pessoal, além de concorrerem para o próprio bem-estar psicológico. Assim, as formas como os indivíduos revelam aspectos de si mesmos para os outros, e o modo como regulam sua intimidade nessa revelação, são aspectos importantes a serem estudados. Além disso, com o advento da Internet, novas possibilidades de relacionamentos interpessoais vêm surgindo, juntamente com novas formas de explorar e experimentar o próprio eu, que necessitam ser melhor investigadas, especialmente junto a adolescentes e adultos jovens, que são mais sensíveis ao uso dessas novas tecnologias. Neste trabalho busca-se discutir a importância da auto-revelação na formação de relacionamentos interpessoais no ambiente da Internet, dada o pequeno número de estudos existentes nessa área. A auto-revelação (self-disclosure) é entendida aqui como toda informação sobre si que uma pessoa comunica verbalmente a outra. Este tipo de interação, que contém elementos de intencionalidade e privacidade, distingue-se de outras modalidades de interação, pois é através dele que o indivíduo vai configurando os domínios públicos e privados de sua identidade. No que tange ao desenvolvimento das relações interpessoais, a auto-revelação possui diferentes objetivos e cumpre diferentes funções. Ela auxilia que as pessoas conheçam ao outro como também a si próprias. O fato de falar sobre si a outra pessoa ainda implica tanto em sentimentos de validação social como de controle social, uma vez que o indivíduo, ao receber um feedback do outro acerca das informações reveladas pode tanto se sentir respaldado como pode ter que rever seus comportamentos e concepções. Atualmente, observa-se que a Internet, através dos diversos recursos comunicacionais que disponibiliza, se apresenta como um novo contexto para o desenvolvimento de comportamentos de auto-revelação. Os pesquisadores mostram que a expansão da rede, especialmente a utilização de recursos sincrônicos como salas de bate-papo, vem produzindo transformações tanto na forma como as pessoas representam a si mesmas como na maneira como os indivíduos se auto-revelam e estabelecem relacionamentos interpessoais. De fato, diversos estudiosos consideram que a ausência de certos signos presentes nas relações face a face e a utilização de texto para a auto-expressão pode facilitar a desinibição pessoal, incentivando as pessoas a serem mais abertas e honestas na rede do que elas seriam habitualmente em suas relações face a face. Na Internet elas poderiam expressar suas preocupações e angústias, inclusive aquelas

referentes à própria interação, sem, contudo, sentirem-se constrangidas pela presença do outro. No entanto, para alguns pesquisadores, a presença de alguns, ou muitos, desses comportamentos desinibidos podem levar as interações por computador a serem consideradas mais agressivas do que as face a face. Sentimentos são expressos mais facilmente neste contexto, especialmente aqueles reprimidos socialmente. Por outro lado, outros pesquisadores consideram que o fato da comunicação no ambiente virtual estar mais baseada em afinidades e necessidades emocionais leva as pessoas a se tornarem mais sensíveis ao psiquismo do parceiro. Presume-se ainda que, em virtude da ausência de sinais distratores presentes nas situações face a face, os indivíduos poderiam se conectar mais diretamente às necessidades emocionais de seus interlocutores. Nesse sentido, o maior foco no conteúdo pode gerar maior sensibilidade às necessidades do parceiro de rede. Nesta apresentação serão discutidas estas questões a partir de resultados obtidos em quatro pesquisas realizadas com adolescentes e jovens universitários realizadas no sul do Brasil acerca de suas percepções a respeito da comunicação e auto-revelação nas salas de bate-papo da Internet, uma vez que pesquisadores da área indicam que diferenças de gênero e etárias fazem com que os recursos da rede sejam utilizados de maneira diferenciada. Os dados indicam que tanto para adolescentes como para universitários de ambos os sexos a rede não é percebida como um contexto preferencial para a auto-revelação de si íntima. Também não foram observadas diferenças etárias importantes no uso desse recurso comunicacional. Contudo, no que se refere às diferenças de gênero na auto-revelação, encontrou-se que as diferenças presentes no contexto face a face são preservadas na Internet. Discute-se, ainda, semelhanças e diferenças da auto-revelação nos dois grupos e suas implicações para o desenvolvimento psicológico saudável nestes períodos do ciclo vital.

**Palavras-chaves:** auto-revelação, Internet, adolescentes, jovens universitários, desenvolvimento

**Atividade: Normatização do Teste de Rorschach para Crianças e Adolescentes Goianienses: dados preliminares (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Normatização do Teste de Rorschach para Crianças e Adolescentes Goianienses: dados preliminares

**Autor(es):** Mariana Silva Sousa, Ana Cristina Resende, Tereza Cristina R. de Carvalho, Liliane Domingos Martins, Suely Vieira Lopes, Adalgisa Regina Teixeira

**Resumo:** Utilizado em larga escala em todo o mundo, o Rorschach é um teste que pode fornecer dados sobre o funcionamento geral do sujeito – cognição, afetos, emoções, níveis de ansiedade, stress, auto-percepção, traumas etc – em um processo psicodiagnóstico e/ou psicoterapêutico. Composto por 10 cartões com manchas de tinta e cada cartão relaciona-se a um arquétipo específico da personalidade, mobilizando processos estruturais e psicodinâmicos da personalidade da pessoa que está sendo examinada, na medida em que ela vai verbalizando o que percebe. As respostas emitidas durante o teste podem variar em função do contexto em que o indivíduo está inserido, o que ressalta a necessidade de parâmetros normativos atualizados da cultura na qual se propõe a trabalhar, bem como de uma observação mais detalhada acerca do que é esperado como resposta em cada faixa etária. A normatização tem como objetivo estabelecer, por meio de aplicação e correção sistematizadas do teste estudado, um resultado quantitativo que expresse o desempenho geral de um dado grupo em um determinado contexto social e histórico, o que não pode ser definido como desempenho ideal, mas apenas como um parâmetro com respostas mais ou menos usuais. Estudos nacionais com crianças e adolescentes tem sido feitos por Ginsberg (1950), Barreto (1955), Viana (1958), Windholz (1969), Jacquemin (1976), Japur (1982), Adrados (1985), mas datam, em sua maioria, de um período em que o contexto era muito diferente. Atualmente, a quantidade e a qualidade dos estímulos a que o ser humano é exposto, principalmente crianças e adolescentes, podem

provocar modificações significativas na maneira de perceber. Tal fato pode provocar mudanças nas respostas apresentadas no Rorschach, já que a realidade sócio-cultural atual é bastante diferente: sensualidade das crianças e adolescentes na mídia, violência, computadores, internet. Todas essas variáveis podem influenciar na maneira como a criança e o adolescente percebe, administra e estrutura o seu espaço físico e psicológico, interfere no seu aspecto conceitual, emocional e ideativo, bem como intervém em seus interesses, preocupações e na percepção que constrói sobre si, sobre o outro e sobre o mundo que a cerca. Este projeto tem como objetivo final apresentar os resultados normativos do Rorschach segundo o Sistema Compreensivo de Exner(1999), por idade (de 3 a 14 anos), de 360 crianças e adolescentes de Goiânia, mediante estatísticas descritivas (média, desvio padrão, mediana, moda, valores mínimos e máximos). Para o presente estudo a intenção é apresentar dados preliminares de 66 sujeitos, por meio de estatísticas descritivas de algumas variáveis do teste. O material estudado revela diversos temas a serem investigados, além de levantar hipóteses concernentes aos dados encontrados que não eram esperados de acordo com a bibliografia existente. O projeto final visa produzir uma normatização que busque o aperfeiçoamento do psicodiagnóstico clínico de crianças e adolescentes mediante o Sistema Compreensivo.

**Palavras-chaves:** Normatização,Rorschach,Psicodiagnóstico

**Atividade: CRIANÇAS SURDAS VÊM MELHOR?  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**CRIANÇAS SURDAS VÊM MELHOR?

**Autor(es):** Emilia Suitberta de Oliveira Trigueiro,Natanael Antonio dos Santos,Liana Chaves Mendes,Priscilla Anny de Araújo Alves,Jandilson Avelino Silva,Valtenice França,Ellen Dias Nicácio Cruz,Paloma Cavalcante Bezerra

**Resumo:** O Laboratório de Percepção, Neurociência e Comportamento (LabPNeC-UFPB) tem caracterizado a resposta do sistema visual humano de crianças, adultos e idosos. Temos ainda investigado os efeitos da ingestão moderada de álcool e alguns transtornos neuropsiquiátricos na percepção visual de contraste. O objetivo do presente estudo foi caracterizar e comparar as respostas do sistema visual de crianças surdas e ouvintes, utilizando a função de sensibilidade ao contraste (FSC), um dos principais indicadores da percepção visual. Participaram dos experimentos 30 crianças, sendo 15 surdas e 15 ouvintes, com idade de 7 a 13 anos, de ambos os sexos e com acuidade visual normal ou corrigida. Foram mensuradas 60 curvas de sensibilidade ao contraste para grades senoidais, utilizando as frequências espaciais de 0,25; 0,5; 1,0 e 2,0 cpq. Estes eram circulares com um diâmetro de aproximadamente 7,2 graus de ângulo visual e foram gerados em tons de cinza e em um monitor de vídeo CLINTON MEDICAL de 21 polegadas, digital, monocromático e de alta resolução (1280 x 1024), controlado por um microcomputador. A luminância média foi de 0,7 cd/m<sup>2</sup> ajustada por um Fotômetro OPTICAL produzido pela Cambridge Research. As medidas foram obtidas, binocularmente, a uma distância de 150 cm do monitor, usando o método psicofísico da escolha forçada. Este método se baseia no cálculo da probabilidade de acertos consecutivos por parte do participante, ou seja, em cerca de 100 apresentações entre os dois estímulos, a frequência espacial é percebida 79% das vezes. O procedimento para medir o limiar para cada frequência consistiu na apresentação sucessiva simples de pares de estímulos e o participante teve que escolher dentre eles qual continha a frequência espacial. O outro estímulo (estímulo neutro) foi sempre um padrão homogêneo com a luminância média. O critério para variar o contraste de cada frequência testada foi o de três acertos consecutivos para decrescer uma unidade e um erro para crescer da mesma unidade de contraste (0,08%). A tarefa dos participantes foi escolher, entre os

estímulos, aquele que continha a frequência espacial, pressionando o botão do lado esquerdo quando a frequência espacial era apresentada primeiro ou botão do lado direito quando era apresentado em segundo (isto é, após o estímulo neutro). A sessão experimental variou em duração dependendo dos erros e acertos do participante até proporcionar um total de seis reversões conforme requerido para o final automático da mesma. As instruções para as crianças surdas foram dadas em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). Os resultados foram analisados utilizando a ANOVA e mostraram diferenças significantes entre os dois grupos [ $F(7, 1439) = 18,71$ ;  $p < 0,001$ ]. Já o Teste Pos Hoc Tukey HSD demonstrou diferenças significantes entre os dois grupos nas frequências 0,5 ( $p = 0,024$ ); 1,0 ( $p = 0,032$ ) e 2,0 cpg ( $p=0,015$ ). Não foi encontrado diferenças significantes na frequência de 0,25 cpg. Nestes termos, a FSC das crianças surdas foi melhor do que a das crianças ouvintes apenas na frequência espacial de 2,0 cpg, enquanto que as crianças ouvintes foram mais sensíveis nas frequências espaciais de 0,5 e 1,0 cpg. Os resultados sugerem diferenças na percepção visual de contraste (FSC) para grade senoidal relacionadas à surdez.

**Palavras-chaves:** percepção visual,crianças surdas,crianças ouvintes

**Atividade: OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO EM UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA AMAZÔNICA. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO EM UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA AMAZÔNICA**

**Autor(es):** Sarah Danielle Baia Silva

**Resumo:** Os trabalhos que tem investigado os diferentes contextos de desenvolvimento destacam a relevância do conhecimento acerca das várias atividades que constituem a rotina dos indivíduos associada aos tipos de parceiros envolvidos na execução destas. As rotinas familiares são comportamentos observáveis que se repetem regularmente ao longo do tempo e que garantem a estabilidade a vida familiar. Neste sentido, as rotinas são consideradas boas descritoras da vida familiar, pois indicariam as oportunidades de desenvolvimento e conseqüentemente as experiências de socialização compartilhadas pelos indivíduos. Objetivando descrever as oportunidades desenvolvimentais que o contexto ribeirinho oferece aos sujeitos, o presente trabalho consiste na descrição das rotinas familiares e dos parceiros de interação dos indivíduos que vivem as margens de um rio da Amazônia. A metodologia utilizada privilegiou a pesquisa de enfoque qualitativo, empregando-se as técnicas de observação participante, entrevista com roteiro estruturado e semi-estruturado. Os dados foram obtidos do Inventário de Rotina (IR) e de registros de Notas de Campo (NC) realizados ao longo de toda a coleta. Participaram desta pesquisa 20 indivíduos, os quais compunham 3 famílias escolhidas para a realização de estudos de caso, totalizando 13 crianças (8 do sexo feminino e 5 do masculino), 7 adolescentes (5 do sexo feminino e 2 do masculino) e 7 adultos (4 mulheres e 2 homens). Os principais resultados indicam que a rotina neste contexto é instável, uma vez que o trabalho, atividade organizadora do dia-a-dia, está sujeito a ação dos fenômenos da natureza (chuvas, marés,etc) e não pela noção de tempo dos pequenos e grandes centros urbanos. Verificou-se a existência de atividades essencialmente femininas como o cuidado com as crianças, higiene do espaço doméstico e preparação de alimento. Por outro lado, existem tarefas masculinas, mas que em algumas famílias contam com a participação feminina, como: tirar tala, pescar, apanhar o açai, etc. Quanto a companhia os dados foram organizados para apresentação considerando os três sub-sistemas que constituem o grupo familiar: conjugal, parental e dos irmãos. Percebeu-se que nas famílias ribeirinhas, os casais dispõem de poucos momentos de intimidade, onde possam estar sozinhos. Nas relações parentais é evidente que a educação das crianças do sexo feminino é uma tarefa predominantemente materna, enquanto a educação dos meninos é conduzida pelo pai a partir do início da adolescência, haja vista que na infância estes também permanecem mais tempo na companhia da mãe. Dentro do grupo de irmãos a organização da rotina parece pautar-se sobre as variáveis gênero e faixa etária. Percebeu-se que muito cedo as crianças começam a executar as tarefas dos adultos do mesmo sexo. Assim, o menino que se aproxima da adolescência acompanha o pai nas caçadas, nas idas ao mato para “tirar tala” e

pescar no rio e as meninas se tornam gradativamente as principais cuidadoras dos irmãos mais jovens. Detectou-se também uma alteração da rotina em função dos dias da semana; o domingo mostrou ser predominantemente das atividades de lazer, as quais também são diferenciadas em função do gênero. Em termos gerais, percebeu-se um intenso convívio dentro do grupo familiar ribeirinho, o que pode correlacionar-se com restrições do próprio ambiente físico destes indivíduos. Acredita-se que tais descrições ofereçam indícios dos tipos de experiências socializadoras e desenvolvimentais oportunizadas neste contexto. Projeto de Pesquisa apoiado financeiramente pelo CNPq.

**Palavras-chaves:** Desenvolvimento, Família, Rotina

**Atividade: Combate à pobreza e às desigualdades sociais-rotas de inclusão (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Entre projetos de vida e inserção social na realidade do jovem de baixa renda em Salvador

**Autor(es):** Lílian Perdigão Caixêta Reis, João Carlos Petrini, Bruno Silva, Marcelo Dias

**Resumo:** O objetivo deste estudo é investigar a inserção social dos jovens de famílias de baixa renda focalizando a construção do projeto de vida, pela forma como fazem escolhas voltadas para a perspectiva de futuro, com a intenção de sair de sua condição atual de pobreza. Prioriza-se a inserção social entendida como um dinamismo sustentado por dois pólos fundamentais: entrada no mercado de trabalho através da formação educacional; e integração da pessoa numa rede de relações que a valorizam e apoiam. Consideram-se como decisivos, para a elaboração do projeto de vida, os bens relacionais, isto é, aqueles derivados dos laços de parentesco, amizade, e vizinhança, sustentados por vínculos afetivos e de solidariedade que reforçam o apoio mútuo diante de situações adversas. Entende-se que estes bens são recursos que favorecem a inclusão social, e aumentam o leque de possibilidades para realização de metas pessoais. No pólo oposto estariam estratégias de sobrevivência, indicando a opção por atividades ocupacionais voltadas para suprir necessidades imediatas, ou acomodação diante da realidade. Interessa analisar as implicações destas questões a partir de uma perspectiva pessoal, focalizando a liberdade de escolha do jovem, que lhe permite optar por alternativas mais construtivas e dignas. O trabalho foi realizado com 12 jovens (perfazendo 20% de matriculados) que freqüentam curso profissionalizante na área da construção civil, em instituição situada no subúrbio ferroviário de Novos Alagados, em Salvador. Entrevistas semi-estruturadas (gravadas em áudio) com jovens e coordenação da instituição, grupo focal, observação participante, registros dos pesquisadores em diários de campo, compõem os instrumentos utilizados para a pesquisa. Os conteúdos estão sendo analisados combinando aspectos qualitativos e quantitativos. Resultados parciais indicam que os jovens buscam o curso profissionalizante como meta de inserção social, priorizando o estudo como ponto de partida para a construção de projetos futuros. Porém, existem aspectos que podem ser destacados quanto às escolhas profissionais: prevalece coerência entre a área do curso e pretensões profissionais, evidenciando a capacidade de planejamento dos jovens com vistas ao seu projeto de vida. Em certos casos, percebe-se a idealização de possibilidades futuras em outras áreas, sem pertinência com o caminho atual, havendo distanciamento entre a área atual e as intenções futuras, mas com clareza quanto aos passos que pretendem dar; e priorização apenas do ganho financeiro, obtido pela bolsa de estudos do curso, indicando aproximação com estratégia de sobrevivência. A partir da análise de conteúdos das entrevistas, identificam-se como fundamentais para a construção do projeto de vida: o apoio familiar, de professores e amigos, assim como a participação em grupos existentes na comunidade (instituições educacionais, esportivas, religiosas, culturais e artísticas), aos quais os jovens têm tido acesso. O que reforça a noção de que os bens relacionais são cruciais para o desenvolvimento destes jovens, tanto pelo significado afetivo, quanto social.

**Palavras-chaves:** projeto de vida, inserção social, bens relacionais, combate à pobreza

**Atividade: Autonomia moral: o papel do educador  
(Cursos - 6hs)**

**Trabalho:**Autonomia moral: o papel do educador

**Autor(es):** Luciana Maria Caetano

**Resumo:** Autonomia moral: o papel do educador Este curso propõe o estudo do papel do educador na formação moral das crianças, a fim de possibilitar aos adultos o conhecimento necessário para intervirem adequadamente junto as crianças e aos adolescentes. Conhecer o desenvolvimento psicológico moral das crianças, uma linguagem mais adequada e construtiva, boas formas de solucionar conflitos, entre outros aspectos, é a única maneira de resolver bem os problemas relacionados à obediência ou ao seu inverso. Os momentos em que as crianças e ou adolescentes não cumprem as regras, brigam entre si, enfrentam os adultos, enfim, momentos esses, normalmente repletos de tensão, de desgastes e dificuldades para ambos os lados, podem ser transformados em oportunidades para se aprender a pensar, a trocar pontos de vista, a expressar os próprios sentimentos, a cooperar e evoluir afetiva, cognitiva, moral e socialmente. Para Piaget, e outros autores que pesquisaram e pesquisam o desenvolvimento moral da criança, a obediência heterônoma não basta à formação de uma personalidade moral, pois se trata de uma moral amparada pelo outro, um sistema aberto que depende de algo exterior. Quanto à criança pequena, pode-se dizer que ela obedece à autoridade, mas ainda não alcançou a descentração e a reciprocidade que lhe permitirão a vivência do respeito mútuo, garantida pelas relações de cooperação. Piaget (1932/1994) afirma que quando os adultos agem com as crianças em freqüente estado de tensão, perpetuando as relações de coação, as crianças são vencidas interiormente pelo poder exacerbado do adulto, e não podem desta forma construir os seus próprios pontos de vista, não distinguem o que é certo e criticável na atitude dos pais, o que as manterá heterônomas, obedientes a pessoas e não a princípios de justiça. Para Piaget a finalidade da educação é a autonomia. Quando em seu livro, "Para onde vai a Educação" (2000), discute sobre o que significa ter direito à educação, diz exatamente desse 'self-government', que significa a autonomia. Bem se sabe que, o grande desejo expresso nos discursos dos educadores, psicopedagogos, e demais adultos que se responsabilizam pela formação de crianças e nas expectativas das famílias é a construção da autonomia. Mas, quais são as intervenções adequadas para que professores, ou pais e mães, enfim, educadores, sejam cooperativos na construção da autonomia das crianças? A educação das crianças depende, o que é bem difícil de se elaborar, do quanto os adultos são ou não os "sujeitos equilibrados da relação". A questão é que, a grande maioria dos educadores, desconhecem as características das fases do desenvolvimento moral da crianças, a importância do trabalho com regras, princípios e valores, e a necessidade de auxiliar a criança a evoluir na maneira de resolver seus conflitos interpessoais. Ao educador cabe a questão: que pessoas desejo formar? Quando se faz obedecer simplesmente corre-se o risco de formar pessoas conformistas, isto é, aqueles que obedecem a todo tipo de ordens, sem nenhuma criticidade, pois compreendem que a autoridade está acima da justiça, os rebeldes, ou seja, aqueles que preferem pagar o preço para fazer o que bem desejarem, e ainda, aqueles que calculam o risco... aquele do tipo "jeitinho brasileiro", que só cumpre a regra quando a autoridade está por perto.(Piaget, 1932; Kamii, 1991). Entretanto, autonomia implica em auto-regulação e auto controle. Somente aprendemos aquilo sobre o que agimos, aprendemos as respostas sobre cujas perguntas pensamos, e as atitudes que experienciamos como sendo as melhores. Caso as pessoas aprendessem a agir bem, única e exclusivamente, ouvindo os mais velhos os aconselharem a assim o fazerem, o mundo seria uma perfeição, não é mesmo? Logo, esse curso pretende apresentar as fases do desenvolvimento moral das crianças e refletir sobre as interferências e intervenções dos adultos, que, de fato, são consideráveis como solicitadoras de tal evolução psicológica: a autonomia moral.

**Palavras-chaves:** moralidade, autonomia, educação, desenvolvimento

**Atividade: Juventude, trabalho e contemporaneidade: a experiência de construção de um vídeo.**  
**(Experiências)**

**em Debate)**

**Trabalho:**Juventude e Trabalho

**Autor(es):** Teresa Cristina O. C. Carreiro, Bruna de Oliveira Santos Pinto, Luciana da Silva Rodriguez, Suelen Carlos de Oliveira

**Resumo:** Este trabalho é parte de uma pesquisa, apoiada pelo CNPq, que tem por objetivo analisar a temática trabalho e juventude na contemporaneidade. Também enfocamos a utilização do vídeo como metodologia de intervenção. Realizamos oficinas de vídeo com aproximadamente trinta jovens de 12-17 anos, pertencentes a duas instituições de uma comunidade da zona norte do Rio de Janeiro. Esta pesquisa é marcada por encontros que promovem a reflexão dos jovens a cerca das questões laborais. Nesta localidade, o tráfico de drogas é entendido por responsáveis, agentes institucionais e pelos próprios jovens como uma atividade quase incontornável, por um lado devido à escassez material e, por outro, pela necessidade de reconhecimento juvenil. Ele aparece como uns dos poucos modos de trabalho acessíveis à juventude. Para os jovens, ele representa uma força de atração e/ou de repulsão. Enquanto para os pais e profissionais, significa algo a ser evitado quando pensam no futuro dos filhos. A noção de trabalho é, portanto envolta em grande angústia, pois ela é representada como um possível destino marginal. Assim, o objetivo amplo desta pesquisa foi avançar na construção de metodologias de intervenção, uma delas é o vídeo atuando sobre a questão do Trabalho e das escolhas profissionais. Essas intervenções levaram em conta a complexidade das dimensões envolvidas na questão do Trabalho - familiares, comunitárias, grupais e institucionais. Buscamos potencializar e valorizar as aptidões e habilidades já adquiridas pelos jovens ao longo de suas vidas e relacioná-los com seus projetos profissionais, despertar o interesse e a curiosidade deles tanto para as profissões presentes em seu contexto social e familiar quanto para as profissões desconhecidas ou idealizadas através de entrevistas com tais profissionais. Idéias de planejamento, construção, e processualidade na consolidação de um projeto profissional também são focadas. Procuramos abordar nas oficinas de vídeo, a construção de trajetórias profissionais a partir de três registros: o trabalho proveniente da experiência, o trabalho ligado à formação técnica e o trabalho relativo à formação superior. Em decorrência dessas reflexões e da proposta inicial: elaboração de um vídeo sobre trabalho, surgiu o interesse por algumas profissões que correspondiam aos registros discutidos. Nesta etapa, começamos a discutir a processualidade de construção de uma profissão, nos preocupamos em diferenciar o momento onde a atividade ainda se constituía como projeto e o momento de sua efetivação. Para tal, propusemos “saídas a campo” nas quais se realizaram entrevistas com profissionais da escolha deles. Dessa forma, procuramos enfatizar nos vídeos a imagem do que há de positivo no contexto social desses jovens fazendo, deste modo, um contraponto às imagens normalmente veiculadas pela mídia.

**Palavras-chaves:** Juventude, Trabalho, Vídeo

**Atividade: A criança institucionalizada e a vivência dos vínculos no Abrigo (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**A criança institucionalizada e a vivência dos vínculos no Abrigo

**Autor(es):** Larissa Mascarenhas Souza

**Resumo:** Na década de 1980, a abertura democrática do país suscitou várias discussões envolvendo as leis e práticas dirigidas aos que eram denominados menores. Essas discussões culminaram com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que traz em seu âmago a idéia de proteção integral à infância e adolescência. Um dos seus dispositivos é o abrigo, definido como “medida provisória e excepcional”, que visa cuidar de crianças e adolescentes que necessitem de proteção especial, e/ou precisem viver afastados temporariamente da convivência familiar - por estarem em situação de risco pessoal e social -,



zelando por sua integridade física e emocional, até que retorne à sua família original ou sejam colocados numa família substituta. Sendo assim, o abrigo deve respeitar a condição peculiar de desenvolvimento das crianças, adequando-se às determinações do ECA, proporcionando um espaço de desenvolvimento que respeite seus direitos e possibilite ao sujeito uma estadia na instituição o mais adequada possível no sentido do atendimento de suas peculiaridades, principalmente considerando os possíveis motivos que o levaram à institucionalização – que necessariamente dizem respeito a algum tipo de violação de seus direitos. A presente pesquisa é um recorte de uma pesquisa mais ampla, e objetiva investigar os significados que a criança institucionalizada atribui aos vínculos estabelecidos em meio à experiência de abrigo, numa instituição da rede pública do município de Natal. Essa discussão é de extrema importância, pois as crianças e adolescentes precisam ser atendidos em suas necessidades e particularidades na instituição que lhes abrigar, uma vez que compreender o olhar da criança sobre os vínculos que permeiam sua estadia em sua “moradia” – mesmo que provisória - poderá indicar a direção de ações que promovam seu bem-estar nesse ambiente. O presente estudo teve como sujeitos seis crianças de 5 e 6 anos, abrigadas na Casa de Passagem I. Como procedimentos foram utilizadas observações participativas realizadas em momentos de interação dos pesquisadores com as crianças na instituição, e entrevistas semi-estruturadas com as crianças, com auxílio de fantoches, que depois de transcritas em sua íntegra, foram categorizadas em eixos temáticos; entrevistas semi-estruturadas com a coordenação do abrigo e registro de impressões obtidas num diário de campo, após cada visita. A análise dos dados apóia-se na análise de conteúdo temática. Como resultados tem-se uma caracterização da instituição – atendendo 26 crianças de até 6 anos-, quanto ao seu funcionamento, manutenção, relações com os demais serviços da rede garantia dos direitos à infância e adolescência e público assistido. Os eixos temáticos que compareceram nos discursos dos sujeitos durante as interações foram: referências aos vínculos estabelecidos entre as crianças do abrigo e referências às educadoras sociais (qualidade do vínculo estabelecido entre crianças e profissionais, percepção do cuidado dispensado pelas educadoras para as crianças), vínculos entre os bonecos estabelecidos pelas crianças (observando-se, sobretudo, o tipo e a qualidade do vínculo). Nos discursos das crianças, no que diz respeito ao estabelecimento de vínculos entre os bonecos (os fantoches), observamos a predominância dos vínculos familiares, enfatizando-se os avós como guardiões ou responsáveis pelas crianças; observamos, ainda, a presença de configurações que fogem ao padrão de família nuclear, como pais e filhos ou irmãos morando separados. Em relação aos vínculos estabelecidos entre as crianças do abrigo, as entrevistas apontam uma boa qualidade dessas relações, sendo a amizade entre as crianças citada como um dos sentimentos preferidos na instituição. Sobre os vínculos entre crianças e educadoras, as entrevistas, em geral, apresentaram referências muito positivas, indicando a existência de vínculos afetuosos estabelecidos e nutridos por ambas as partes. Chamou a atenção a flexibilidade com que os vínculos eram estabelecidos, pois as crianças alteravam os papéis sociais (pais, irmãos, amigos etc) com muita frequência e em situações bastante próximas. Ao longo da análise de conteúdo do discurso das crianças participantes da pesquisa ficou evidente o tom positivo em relação aos vínculos estabelecidos nesse ambiente, que comparecem como importantes para a vida da criança na instituição; mas, mesmo assim, fica patente um paradoxo envolvendo esse significado positivo em relação aos vínculos estabelecidos nesse ambiente e ao próprio abrigo e o desejo de sair de lá, ou de trazer pessoas das quais foram afastadas para esse espaço – mãe, familiares, pessoas que, de certo modo, são responsáveis pela situação de abrigo da criança – para ficar ou brincar com eles.

**Palavras-chaves:** Criança institucionalizada,Vínculos,Abrigo

**Trabalho:**criança institucionalizada e a vivência dos vínculos no Abrigo

**Autor(es):** Larissa Mascarenhas Souza,Hannia Roberta Rodrigues Paiva da Rocha,Rosangela Francischini,Emmanuelle de Oliveira Ferreira,Joana Fontes Patino

**Resumo:** Na década de 1980, a abertura democrática do país suscitou várias discussões envolvendo as leis e práticas dirigidas aos que eram denominados menores. Essas discussões culminaram com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que traz em seu âmago a idéia de proteção integral à infância e adolescência. Um dos seus dispositivos é o abrigo, definido como “medida provisória e excepcional”, que visa cuidar de crianças e adolescentes que necessitem de proteção especial, e/ou precisem viver afastados temporariamente da convivência familiar - por estarem em situação de risco pessoal e social -, zelando por sua integridade física e emocional, até que retorne à sua família original ou sejam colocados numa família substituta. Sendo assim, o abrigo deve respeitar a condição peculiar de desenvolvimento das crianças, adequando-se às determinações do ECA, proporcionando um espaço de desenvolvimento que respeite seus direitos e possibilite ao sujeito uma estadia na instituição o mais adequada possível no sentido do atendimento de suas peculiaridades, principalmente considerando os possíveis motivos que o levaram à institucionalização – que necessariamente dizem respeito a algum tipo de violação de seus direitos. A presente pesquisa é um recorte de uma pesquisa mais ampla, e objetiva investigar os significados que a criança institucionalizada atribui aos vínculos estabelecidos em meio à experiência de abrigo, numa instituição da rede pública do município de Natal. Essa discussão é de extrema importância, pois as crianças e adolescentes precisam ser atendidos em suas necessidades e particularidades na instituição que lhes abrigar, uma vez que compreender o olhar da criança sobre os vínculos que permeiam sua estadia em sua “moradia” – mesmo que provisória - poderá indicar a direção de ações que promovam seu bem-estar nesse ambiente. O presente estudo teve como sujeitos seis crianças de 5 e 6 anos, abrigadas na Casa de Passagem I. Como procedimentos foram utilizadas observações participativas realizadas em momentos de interação dos pesquisadores com as crianças na instituição, e entrevistas semi-estruturadas com as crianças, com auxílio de fantoches, que depois de transcritas em sua íntegra, foram categorizadas em eixos temáticos; entrevistas semi-estruturadas com a coordenação do abrigo e registro de impressões obtidas num diário de campo, após cada visita. A análise dos dados apóia-se na análise de conteúdo temática. Como resultados tem-se uma caracterização da instituição – atendendo 26 crianças de até 6 anos-, quanto ao seu funcionamento, manutenção, relações com os demais serviços da rede garantia dos direitos à infância e adolescência e público assistido. Os eixos temáticos que compareceram nos discursos dos sujeitos durante as interações foram: referências aos vínculos estabelecidos entre as crianças do abrigo e referências às educadoras sociais (qualidade do vínculo estabelecido entre crianças e profissionais, percepção do cuidado dispensado pelas educadoras para as crianças), vínculos entre os bonecos estabelecidos pelas crianças (observando-se, sobretudo, o tipo e a qualidade do vínculo). Nos discursos das crianças, no que diz respeito ao estabelecimento de vínculos entre os bonecos (os fantoches), observamos a predominância dos vínculos familiares, enfatizando-se os avós como guardiões ou responsáveis pelas crianças; observamos, ainda, a presença de configurações que fogem ao padrão de família nuclear, como pais e filhos ou irmãos morando separados. Em relação aos vínculos estabelecidos entre as crianças do abrigo, as entrevistas apontam uma boa qualidade dessas relações, sendo a amizade entre as crianças citada como um dos sentimentos preferidos na instituição. Sobre os vínculos entre crianças e educadoras, as entrevistas, em geral, apresentaram referências muito positivas, indicando a existência de vínculos afetuosos estabelecidos e nutridos por ambas as partes. Chamou a atenção a flexibilidade com que os vínculos eram estabelecidos, pois as crianças alteravam os papéis sociais (pais, irmãos, amigos etc) com muita frequência e em situações bastante próximas. Ao longo da análise de conteúdo do discurso das crianças participantes da pesquisa ficou evidente o tom positivo em relação aos vínculos estabelecidos nesse ambiente, que comparecem como importantes para a vida da criança na instituição; mas, mesmo assim, fica patente um paradoxo envolvendo esse significado positivo em relação aos vínculos estabelecidos nesse ambiente e ao próprio abrigo e o desejo de sair de lá, ou de trazer pessoas das quais foram afastadas para esse espaço – mãe, familiares, pessoas que, de certo modo, são responsáveis pela situação de abrigo da criança – para ficar ou brincar com eles.

**Palavras-chaves:** infância, vínculos, políticas públicas

**Atividade:** REFERÊNCIAS DE EDUCAÇÃO DAS MÃES ADOLESCENTES  
(Paineis)

## **Trabalho:REFERÊNCIAS DE EDUCAÇÃO DAS MÃES ADOLESCENTES**

**Autor(es):** Ana Lucia Barreto da Fonseca

**Resumo:** A cada dia, orientar os filhos em direção a repertórios comportamentais adequados ao meio se torna um dos papéis familiares mais complexos, embora nunca tenha sido tarefa fácil para os pais. Na contemporaneidade a maioria dos pais demonstra estar inseguro no processo de ensinar padrões adequados de comportamentos as crianças, fato que tem gerado vários problemas de comportamento. Diante de quadro, a maternidade na adolescência, fenômeno que se destaca nas últimas décadas, torna-se particularmente interessante ao estudo de práticas educativas, já que às condições são potencialmente mais complexas sob a perspectiva da educação de crianças. A literatura analisa hipóteses que analisam competências parentais entre mães adolescentes ou que focalizam o contexto familiar de que essas mães se originam, em particular modelos aos quais foram expostas. O objetivo desta pesquisa foi descrever quais as referências que mães adolescentes utilizam na sua prática educativa às crianças. Para tanto, foi aplicado um roteiro de entrevista em 70 mães adolescentes, com idade variando de 13 a 20 anos. As entrevistas foram realizadas em seus domicílios, localizadas na periferia de Salvador/Ba e Aracaju/SE. Os dados foram descritos mediante técnicas de análise quantitativa e qualitativa. Os principais resultados indicam que as mães adolescentes entrevistadas nas duas cidades demonstraram inquietação quanto às metas e estratégias educativas que constroem e praticam em relação a seus filhos. Grande parte das mães adolescentes demonstra uma grande dificuldade em estabelecer um projeto pedagógico que as oriente, a educação dos filhos é definida a curto prazo. As pretensões para o futuro aparecem permeadas por dificuldades em cumprir os objetivos, o que associam às precárias condições de vida da família. As referências de metas e valores, estão permeadas pelo grupo cultural, na comunidade, mais diretamente a família de origem, categorizados como: bons comportamentos (polidez, civilidade); capacidade e competência das crianças; agir de forma exemplar em relação a outros; adotar reciprocidade e tratamento fraterno nas relações interpessoais. Estes comportamentos são desenvolvidos através de estratégias pedagógicas categorizadas assim; cuidados e rotinas diárias, fornecimento de modelo, orientações e diálogos, e educação comum (ênfase em padrões coletivistas, não individualistas). Esses dados demonstram toda a diversidade inerente ao adolescente, onde os valores e padrões de comportamento estão se formando com base na cultura da sua comunidade. No entanto, há uma expectativa quanto a não seguir aqueles que consideram ultrapassados, construindo os próprios projetos, o que pode indicar uma insatisfação com as relações familiares e/ou a necessidade de estruturar uma identidade própria, processo inerente à adolescência. Percebe-se este aspecto quando aparece com maior ênfase as estratégias relativas ao fornecimento de modelos, ou quando as mães se imaginam ou se projetam para o futuro de seus filhos, imaginando fatos que promoveriam soluções para suas dificuldade, mas, na maioria das vezes, não têm muita clareza dos caminhos que a seguir. Neste ambiente sócio-cultural a expectativa é que as jovens mães enfrentem muitas barreiras para efetivar seus projetos de vida, orientados por metas educativas das suas crianças, sendo inevitável reproduzir os modelos previamente estabelecidos nas suas famílias quanto a educação de filhos.

**Palavras-chaves:** Mães adolescentes,práticas educativas,familia

**Atividade: Cinema e infância  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Cinema e infância: entre a realidade e a ficção

**Autor(es):** Lineu Norio Kohatsu

**Resumo:** A infância tem recebido atenção crescente por parte de profissionais como médicos, psicólogos, psicanalistas, pedagogos entre outros que têm se especializado cada vez mais em compreender esse período da vida, produzindo saberes e discursos diversos que têm influenciado e direcionado o modo como as famílias e pais também têm lidado e educado os

seus filhos. Se por um lado a infância se tornou objeto de saber e poder, por outro lado tem se observado que aos poucos a criança deixou de ser apenas um objeto sobre o qual se fala e se produz discursos, como também foi colocada no centro do palco sendo considerada como sujeito de desejo e com direito à voz e à fala. De toda forma, a visibilidade dada à infância, de um modo ou de outro, ora como objeto, ora como sujeito, tem sido notável e tal fato pode ser notado no modo como esta vem cada vez mais ocupando espaço e status nos meios de comunicação de massa ou, para ser mais preciso, na indústria cultural, tendo o cinema e a televisão como seus representantes mais poderosos não somente por alcançar um público de milhões de espectadores, mas também pela ilusão que são capazes de produzir em função da técnica. Diferentemente de outras formas de representação até então produzidas pela humanidade como a pintura, o desenho, a gravura, os novos modos de representação indiciária como a fotografia, o cinema e o vídeo são capazes de se assemelhar de tal modo à realidade que as constituíram que chegam a se confundir com as mesmas. Mais do que isso, prometem, como é característica da indústria cultural, substituir a realidade da frustração e do sofrimento pela ilusão da felicidade oferecida juntamente com os produtos de consumo que são vendidos no merchandising incluído no próprio sonho. Apesar da estetização da miséria e da violência, a promessa do happy end sobrevive e a vida resiste bela nas telas da televisão e do cinema. A infância, por sua vez, se reduz à felicidade artificial da Disneylândia e qualquer possibilidade de contato com a realidade deve ser reprimida. A infância passa a ser o período da vida em que a criança deve ser protegida de todos os males e infelicidades da vida real e conseqüentemente é privada de toda a experiência, prorrogando a moratória de sua inocência. A proposta deste trabalho é discutir o modo como alguns filmes têm mostrado a infância. Não se pretende realizar um levantamento de todos os filmes em que a infância é representada, mas focar especialmente alguns em que a proposta do diretor foi mostrar o ponto de vista da própria criança. Procurou-se, desse modo, realizar um olhar panorâmico pela história do cinema, procurando abarcar representantes de diferentes escolas, estilos e nacionalidades. A trajetória se inicia com cinema mudo de Chaplin, passando pelo neo-realismo italiano de V. Sicca e percorrendo aleatoriamente em várias direções ao encontro de Truffaut, Goddard e Malle de um lado, Saura e Erice de outro, passando também pelo olhar de Bergman, Angelopoulos e J. Panahi. Em relação ao cinema nacional três filmes chamam a atenção: “Meu pé de laranja lima”, “O menino maluquinho” e “Central do Brasil”. A intenção não é analisar cada filme separadamente, mas realizar aproximações temáticas, propondo o diálogo entre os diretores apesar da diversidade das propostas e dos estilos, mas que tiveram olhar sobre a infância como elo em comum. O que se pode notar a partir da observação desse amplo e eclético panorama, é que os diretores citados mostram a infância como um período de experiência e descoberta, alguns como perda da inocência e busca de sentido, sem necessariamente ter a felicidade como promessa. O cinema, ainda que seja um típico exemplo da indústria cultural voltado predominantemente ao entretenimento, revela a possibilidade de servir como instrumento para se pensar a cultura e a sociedade e também como meio compreensão da realidade, mesmo pela via da ficção. Desse modo, nesse jogo dialético de esconde-esconde, entre luzes e sombras, o cinema pode ideologicamente ocultar e falsear a realidade quando se pretende se confundir com esta, mas pode também, por meio do mito e da ficção, revelar no negativo de sua película, aquilo se encontra oculto na realidade.

**Palavras-chaves:** cinema, infância, indústria cultural

**Atividade: Observando as Interações Pais-Bebê-Criança: Diferentes Abordagens Teóricas e Metodológicas (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Do conflito de interesses à cooperação: a interação mãe-bebê numa perspectiva etológica

**Autor(es):** FIVIA LOPES, Maria de Fátima Arruda

**Resumo:** Dadas as características do bebê humano, sem um mínimo de cuidados básicos ele não conseguirá sobreviver adequadamente. Além da alimentação e cuidados de higiene, incluímos nessa “sobrevivência adequada” um suporte emocional extremamente importante para

o desenvolvimento dessa criança para a vida em sociedade. Muito do que um bebê precisa para desenvolver habilidades que lhe permitam interações sociais adequadas em momentos posteriores de seu desenvolvimento e na vida adulta dependem, em grande parte, de como se estabelece a sua primeira interação com um adulto: a interação com a sua mãe. Quando nos referimos à essa interação, facilmente, são listadas modificações comportamentais, neurais e endócrinas que ocorrem em uma mulher após a chegada de um filho. Não podemos, entretanto, esquecer o papel deste último nessa vital interação. Apesar de aparentemente indefeso, o bebê também é capaz de ser um forte agente regulador da expressão do comportamento materno. Muitas abordagens tentam compreender os aspectos envolvidos nessa interação. A abordagem etológica, de um modo geral, relaciona os comportamentos com suas pressões evolutivas e benefícios no ajustamento com o ambiente. Caracterizar o comportamento de cuidar da prole seria pensar os padrões atuais de interação mãe-bebê, como reflexo de padrões que foram selecionados em um contexto natural que envolvia não apenas o ambiente físico diferente do atual, mas que apresentava características específicas, como também predadores ou presas, e ainda o ambiente social, composto pelos parceiros, filhotes e demais membros do grupo. Um dos primeiros psicólogos a utilizar a abordagem etológica numa tentativa de ampliar os conhecimentos sobre a relação mãe-bebê foi John Bowlby, que introduziu a preocupação de nos remetermos aos nossos ancestrais e vislumbrar que tipos de pressões seletivas eles sofreram para compreender o comportamento atual. A partir da seleção natural, características cognitivas e sociais são favorecidas permitindo a sobrevivência do indivíduo em cada estágio do desenvolvimento. Nem todas as características desse período são uma preparação para a sobrevivência e reprodução na fase adulta. Relações sociais nessa fase inicial e também nas fases seguintes da infância, portanto, seriam amplamente relacionadas com a sobrevivência em cada momento da vida do indivíduo. A emergência das competências sociais deve necessariamente resultar da interação genes/ambiente. Características genéticas asseguram que infantes estejam atentos e processem as formas adequadas de informação social e se envolvam em comportamentos específicos da espécie. É nesse contexto que o cuidado parental se insere: prover o contexto social que permita a aquisição das competências sócio-competitivas. A interação mãe-bebê é responsável pelas mudanças comportamentais momento a momento que ocorrem no bebê, como também pelas mudanças graduais desencadeadas por todos os estímulos ao longo do período de desenvolvimento. A longo prazo, considerando que o cuidado materno tenha sido adequado, o produto da sobrevivência do bebê é a sua gradual independência. A maior parte dos estudos realizados a partir desta perspectiva baseia-se principalmente em dados observacionais. A busca pela compreensão de como ocorre a interação entre a mãe e seu bebê, não está baseada em um protocolo experimental específico. A força dessa abordagem está, sobretudo, concentrada na interpretação que pode ser fornecida por uma leitura numa esfera mais ampla, que exatamente remete à evolução de nossa espécie. Nas sociedades modernas, a ausência relativamente longa da mãe é possível, uma vez que dispomos de recursos que permitem o seu afastamento sem riscos para o bebê. Mesmo assim, a ligação mãe-bebê continua sendo o foco das preocupações de estudiosos, terapeutas e educadores, quando se pensa no desenvolvimento de uma criança. Apesar de adaptações específicas de cada cultura, há consideráveis universalidades nas interações mãe-bebê, sobretudo quanto à estimulação oferecida pela criança. Nosso tempo evolutivo é muito recente para esperarmos transformações completas nos padrões de interação mãe-bebê; muito do que somos hoje ainda é reflexo das pressões que enfrentamos a milhares de anos atrás.

**Palavras-chaves:** Interação mãe-bebê, Etologia, Desenvolvimento

**Trabalho:** A pesquisa observacional e o estudo da interação mãe-bebê

**Autor(es):** Maria Lucia Seidl de Moura, Adriana Paes Ribas

**Resumo:** Pode-se caracterizar a observação como uma técnica de coleta de dados e instrumento básico de pesquisa, que pode ser utilizado isoladamente ou associado a outros métodos. As pesquisas sobre interação mãe-bebê têm utilizado como metodologia, predominantemente, a observação. Tais investigações empregam tanto a observação naturalística, quanto a observação em laboratório. A escolha deste método de pesquisa mostra-

se adequada na medida em que a análise minuciosa de padrões de interação mãe-bebê necessita como elemento básico a observação e registro das seqüências de ação e eventos que ocorrem com e entre a díade. As autoras têm trabalhado em parceria com a observação de interações iniciais desde a década de 1990. Esta apresentação tem como objetivo compartilhar um pouco dessa experiência. Está subdividida em três partes. A primeira apresenta algumas considerações sobre diferentes possibilidades de estratégias metodológicas na pesquisa observacional. A segunda discute a questão da escolha de categorias de observação no estudo da interação mãe-bebê. Finalmente, a terceira parte discute algumas vantagens e desvantagens do uso da metodologia observacional. Diversas são as possibilidades de uso da metodologia de observação. A observação naturalística será privilegiada. Esta técnica envolve a coleta de dados que se realiza pela observação cuidadosa de eventos no ambiente natural, e visa uma descrição rigorosa do fenômeno no ambiente em que ocorre habitualmente, sem que o observador interfira intencionalmente no mesmo. No estudo de interações iniciais, portanto, a maioria das investigações naturalísticas é realizada na casa da família, embora possam ser realizadas em creches, parques, etc. O método observacional envolve um processo de decisão em relação a uma gama de opções e possibilidades: observação sistemática e não sistemática; observação participante e não participante; métodos de registro da observação; preparação do observador; categorias de observação; escolha da técnica de registro; a duração da observação; os esquemas de codificação; o planejamento; o treinamento do observador e a avaliação de fidedignidade. Alguns exemplos em uma linha de pesquisas em responsividade materna e na interação mãe-bebê serão apresentados. Embora se considere que a metodologia observacional é empregada em grande parte das pesquisas que focalizam o estudo da interação mãe-bebê, e se mostra um recurso útil, na medida em que permite capturar as seqüências de eventos entre os parceiros sociais, algumas de suas limitações serão também discutidas. Os registros observacionais da díade devem estar acompanhados de informações sobre o ambiente, ou contexto, no qual esses parceiros interagem. A possibilidade de alcançar uma visão mais compreensiva, mais acurada, da dinâmica de processos interacionais mãe-bebê a partir do registro em vídeo depende de uma integração de dados que provavelmente serão provenientes de diferentes fontes, tais como: entrevistas, questionários, fotografias, etc. Ainda que essa metodologia venha sendo empregada com freqüência nas pesquisas dessa área, cabe destacar que em função da variedade de enfoques teóricos, em muitos casos, apenas a orientação geral da observação naturalística é compartilhada pelos diferentes autores. Ou seja, as escolhas metodológicas possíveis na observação naturalística são tão variadas que permitem uma diversidade de “modos” de empregar essa metodologia, muitas vezes extremamente diferentes entre si. Provavelmente este aspecto que revela certa “versatilidade” da metodologia observacional tem relação com a riqueza de dados que a utilização dessa ferramenta de pesquisa pode nos trazer. Diante da variedade de orientações teóricas que dão base à pesquisa sobre interação mãe-bebê, encontram-se estudos observacionais muito distintos, envolvendo escolhas metodológicas muito diversas. Entende-se que uma ou outra escolha metodológica não pode ser avaliada como boa ou má, por si só. A adequação de tais escolhas deve ser discutida dentro de um contexto mais amplo que inclui os objetivos da pesquisa, os problemas de pesquisa, os participantes, os instrumentos adicionais utilizados, o referencial teórico, enfim, o conjunto de elementos que constitui a pesquisa em si. O referencial teórico é particularmente relevante, porque os dados observacionais só ganham sentido a luz do mesmo. Considerando que todos os métodos de coleta de dados têm suas limitações específicas, cabe ao pesquisador buscar uma combinação de diferentes estratégias metodológicas (triangulação) e a utilização dos métodos de pesquisa do modo mais adequado possível. (As pesquisas empíricas realizadas foram apoiadas pelo CNPQ e pela FAPERJ).

**Palavras-chaves:** Observação naturalística, Interações iniciais, Responsividade

**Trabalho:** Interações diádicas e triádicas em famílias com crianças de um ano de idade

**Autor(es):** Cesar Augusto Piccinini, Giana Bitencourt Frizzo, Angela Helena Marin

**Resumo:** A investigação das interações diádicas foi, por muito tempo, privilegiada no estudo das

interações. Recentemente, alguns autores passaram a considerar também as interações triádicas, especialmente quando se considera o grupo familiar como um todo. Minuchin (1985) chegou a fazer uma dura crítica à psicologia do desenvolvimento, ao comentar que, através dos inúmeros estudos sobre as díades mãe-bebê, os psicólogos criaram a família monoparental antes mesmo de ela ser uma das características da sociedade contemporânea. Na verdade, vários são os estudos sobre a família que investigaram os padrões de interação dentro e através dos subsistemas familiares, como, por exemplo, sobre os casais ou sobre a interação pai/mãe-bebê, mas poucos são os que pesquisaram unidades maiores, como a família nuclear, talvez porque conceituar e avaliar as características de todo o sistema familiar seja difícil. Em função disso, muitos autores passaram a aceitar que estudando a díade mãe-bebê estava-se estudando a família. No entanto, boa parte da parentagem ocorre quando o pai e a mãe estão presentes e suas experiências parentais não são aditivas, mas sistêmicas. Além disso, o pai influencia seus filhos não só diretamente, mas também indiretamente. Por exemplo, um pai pode influenciar o comportamento da mãe com a criança ao elogiar sua habilidade de cuidá-la ou pode influenciar a sensibilidade materna ao bebê se dividir com a mãe as responsabilidades do cuidado da criança. Assim, embora a investigação da tríade introduza uma complexidade de difícil manejo pelas metodologias existentes, ela deveria ser entendida como uma unidade crucial no estudo das interações entre os pais e filhos. A interação triádica não se constitui na mera soma das partes, já que os membros de uma família convivem em diversos subsistemas. A literatura tem sido consistente em afirmar que as observações de um subsistema familiar como a díade mãe-bebê, separada do resto da família, não é equivalente a observar a mesma díade quando toda a família está presente. Tanto a quantidade, como a qualidade dos comportamentos parentais podem ser alteradas nos diferentes contextos familiares. A presença do cônjuge claramente altera o contexto interativo entre a criança e o outro genitor, transformando a díade em um complexo sistema familiar que inclui os subsistemas conjugal e parental. Por isso, é importante que se investiguem os diferentes contextos de interação, tanto em nível diádico, quanto triádico, a fim de melhor compreender os padrões de interação das famílias. O sistema de codificação apresentado neste trabalho foi desenvolvido por membros do Núcleo de Infância e Família do GIDEP/UFRGS, para análise da interação durante uma sessão de interação livre quando a criança tinha, aproximadamente, um ano de idade. Devem ser avaliados cada episódio de interação diádica (mãe-criança e pai-criança) e triádica (pai-mãe-bebê) divididos em intervalos de no mínimo um minuto cada, durante os quais são examinadas diversas categorias de comportamentos infantis (envolvimento, interação, afeto positivo e afeto negativo); parentais (sensibilidade, estimulação cognitiva, afeto positivo, afeto negativo, desengajamento e intrusividade); e triádicos (alianças familiares, afeto positivo, afeto negativo, desengajamento, sensibilidade, estimulação cognitiva e intrusividade). A análise das interações triádicas busca avaliar a interação entre todos os membros da família, mesmo se tais interações sejam particularmente dirigidas a um só de seus membros. A atribuição dos escores leva em conta não só a quantidade, mas também a qualidade dos comportamentos em cada categoria. Para ilustrar são apresentados dois estudos que utilizaram este procedimento. Frizzo e Piccinini (2004) examinaram eventuais diferenças na interação triádica (pai-mãe-bebê) e diádica (mãe-bebê, pai-bebê e mãe-pai) em famílias cuja mãe apresentava ou não depressão e que tinham bebês de um ano de idade. Já, na análise dos dados do “Estudo Longitudinal de Porto Alegre: Da Gestação à Escola” (Piccinini et al., 1998) buscou-se examinar o impacto do contexto de interação (triádico vs diádico) para os comportamentos infantis e parentais. É importante pontuar que este procedimento de análise é bastante flexível e permite novas adaptações.

**Palavras-chaves:** Interação pais-bebê, Interação triádica, Família

**Atividade:** Juventude e Narratividade: pesquisando representações sobre o trabalho.  
**(Paineis)**

**Trabalho:** Juventude e Narratividade: pesquisando representações sobre o trabalho.

**Autor(es):** Teresa Cristina O. C. Carreiro, Bruna de Oliveira Santos Pinto, Luciana da Silva

Rodriguez,Suelen Carlos de Oliveira

**Resumo:** O presente trabalho faz parte de uma pesquisa apoiada pelo CNPq, realizada em duas instituições de uma comunidade da zona norte do Rio de Janeiro. Nossa amostra consiste de jovens de ambos os sexos, com idades compreendidas entre 12 e 17 anos. Neste projeto realizado nos anos de 2003 a 2006, pesquisamos a questão do trabalho no imaginário dos jovens desta localidade. Temática recorrente ao longo desta pesquisa refere-se ao tráfico de drogas como meio de trabalho. Criar formas de evitar uma carreira marginal constitui-se como preocupação principal dos pais e agentes institucionais (educadores e professores). Uma série de fatores integra o conjunto de situações reputadas como podendo influenciar o jovem a tangenciar ou ingressar em uma trajetória marginal. Na construção subjetiva dos jovens pobres, é inevitável o mal-estar e a angústia frente às condições práticas da vida e do trabalho a serem enfrentadas. Muitas das categorias que poderiam reverter este processo, como a família e as instituições por onde o jovem circula, acabam por reproduzir o imaginário social que representa os adolescentes como compondo uma categoria considerada de risco. Os jovens encontram-se, na maioria das vezes, entre poucas opções de atividades regulamentadas (devido ao grande desemprego e a falta de condições para melhor se qualificar) e o destino marginal, junto ao tráfico. A juventude das favelas e periferias é afetada diretamente pela falta de oportunidades de trabalho formal. Buscando alcançar o objetivo da pesquisa criamos uma série de recursos metodológicos, são eles: questionários, observação participante e vídeo. O conjunto desta análise nos levou a focalizar esta pesquisa no sub-eixo trabalho e juventude. Neste projeto é dada ênfase aos vínculos e as redes sociais, enquanto dimensões a serem abordadas no trabalho junto aos jovens neste contexto. No que se refere a essa questão, constatamos, que as representações sobre o trabalho futuro dos jovens são consideradas por grande parte das instituições locais e dos pais como uma forma de evitar uma possível carreira marginal, ligada ao tráfico de drogas. Esta funciona como uma imagem-fantasma da qual eles devem escapar. Porém não são construídas outras representações laborais para estes jovens. Como consequência muitos projetos, construídos pelos pais e instituições, afirmam o que não é esperado que ocorra. Tais projetos também comportam grandes angústias devido ao forte desemprego atual, que produz uma pressão de desconstrução na cidadania marcada pelo trabalho. Apesar de todas as fragmentações existentes nessa categoria, esta continua sendo, na contemporaneidade, o principal organizador social.

**Palavras-chaves:** representações, trabalho, juventude

**Atividade: Autonomia Institucionalizada: Uma construção possível?  
(Paineis)**

**Trabalho:** Autonomia Institucionalizada: Uma construção possível?

**Autor(es):** Félix Augusto Jacobson Berzins, Juliana de Assis Alves, Raquel Almeida Loback, Yazmin Galian Guarabyra, Anna Paula Uziel

**Resumo:** O presente trabalho pretende problematizar a proposta e as estratégias traçadas por abrigos para a busca de autonomia para adolescentes institucionalizados. A discussão sobre esta temática referente a crianças é ainda mais incipiente e frágil. Esse trabalho é fruto de uma pesquisa-intervenção de alunos de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro em uma instituição de abrigamento que possui projetos específicos para esse fim, alcançar a autonomia, tais como o Projeto Casa-Lar e o Projeto para Mães adolescentes. A proposta desses projetos é formar meios para que adolescentes em situação de risco social possam ter oportunidades de, ao adquirindo autonomia, completar 18 anos tendo a opção de não continuar com a vida institucionalizada em abrigos para adultos ou de família. O problema a ser apontado nesse trabalho é a inconsistência e contradição de discurso e atuação nesses estabelecimentos, demonstrando como é difícil para esses locais, que proporcionam durante toda uma vida de



abrigamento condutas de superproteção e paternalismo exacerbados, apresentar estratégias possíveis na formação de uma autonomia tanto objetiva como subjetiva do sujeito. Ou seja, pretendemos discorrer sobre o talvez aparente paradoxo que une proteção, tutela e autonomia. Através de entrevistas com os diferentes profissionais atuantes nesses projetos e também entrevistas com adolescentes abrigados, nos propomos a mostrar, por meio de seus discursos, a dificuldade tanto de uma definição de autonomia como de estratégias eficazes para formação das condições sociais e emocionais básicas para a construção da mesma. Algumas situações vivenciadas durante a intervenção institucionalista nesses projetos demonstram a incompatibilidade da meta a ser alcançada e a maneira de trabalhar nesses projetos, e pretendemos expor esses eventos como analisadores de um estabelecimento atravessado por instituições incompatíveis com o discurso explicitado de autonomia. A própria lógica de trabalho e as relações de poder dentro da equipe técnica também demonstram a falta de condições subjetivas do próprio abrigo para que possam bancar uma educação (que é sua proposta) construtiva de autonomia. Também expomos a dificuldade de se construir no/na adolescente um sentido em sua autonomia, tendo em vista que durante toda sua vida foi amparado/a a todo momento pelo Estado. É muito comum o/a adolescente abrigado/a precocemente retornar ou mesmo nem chegar a sair do sistema de proteção. Isso sugere que desde o início é preciso trabalhar a partir da idéia de autonomia, pois esta é a única forma de escrever uma outra história. Qualquer movimento na direção de um início de vida adulta como começar ou voltar a estudar, conseguir um emprego ou um estágio é visto como tarefa exigida pelo abrigo, não parece haver, na maior parte dos/as adolescentes, uma apropriação para a própria vida, presente e futuro. É importante lembrar também que esses adolescentes vivenciam uma contradição no cotidiano: se por um lado precisam garantir seu sustento, estão em um contexto cultural que nem exige nem propõe uma plena autonomia nessa etapa de vida. Apesar de abrigados, eles estão a todo momento em contato com valores, idéias e sobretudo possibilidades oferecidas às camadas médias, seja através de modelos de adolescentes propostos na televisão, ou então através de convívio com outros adolescentes em seus estágios e escola, logo, a todo momento estão sendo influenciados por um modelo de adolescência sem as responsabilidades que são exigidas deles. Elaborar e alcançar planos capazes de fornecer meios para a construção dessa independência tanto financeira, como emocional e social na vida desse grupo de adolescentes em situação de risco social torna-se um desafio para profissionais que estão em contato direto com essa população.

**Palavras-chaves:** Autonomia, Análise institucional, Abrigo, adolescente

**Atividade: Reflexões sobre o Programa Rotas de Fuga (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Reflexões sobre o Programa Rotas de Fuga:: intervenções metodológicas no enfrentamento à inserção de jovens nas redes do tráfico de drogas

**Autor(es):** Flávio Guilhon, Raquel Willadino Braga, Nilmara Costa Pedroso, Rodrigo Costa do Nascimento, Michelle Henriques Ramos

**Resumo:** O objetivo do presente trabalho é possibilitar uma reflexão sobre o enfrentamento à inserção de jovens nas redes do tráfico de drogas, a partir das experiências de intervenções metodológicas sugeridas pelo Programa Rotas de Fuga. Este programa teve origem no diagnóstico rápido sobre o trabalho de crianças e adolescentes no tráfico de drogas encomendado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), cujo objetivo foi identificar o perfil das crianças e adolescentes envolvidos nesta rede ilícita, oferecendo à OIT subsídios para um programa de intervenção direta no âmbito do combate às piores formas de trabalho infantil. Interessado em dar continuidade à linha de pesquisa iniciada com o diagnóstico rápido e, concomitantemente, elaborar ações de intervenção direta como forma de prevenir e criar alternativas para os jovens inseridos ou em vias de se inserir na rede do tráfico de drogas no

varejo, o Observatório de Favelas criou, em 2003, o “Programa Rotas de Fuga”, voltado para a elaboração, implementação, sistematização e proposição de metodologias que contribuam para o enfrentamento ao ingresso e participação de adolescentes e jovens em atividades ilícitas, em particular, o comércio varejista de drogas qualificadas como ilícitas, ou, como é comumente chamado, “tráfico de drogas”. Este programa estrutura-se em quatro eixos: Pesquisa, Sensibilização, Prevenção e Criação de Alternativas voltadas para os jovens inseridos em redes ilícitas, visando uma saída sustentável e garantindo seus direitos fundamentais assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. A estruturação do Programa nesses quatro eixos constitui o pilar de sua proposta metodológica, pois somente a partir de uma compreensão mais aprofundada da realidade cotidiana e do perfil dos sujeitos envolvidos no tráfico de drogas pode-se desenvolver ações que realmente levem em conta os elementos que impulsionam o envolvimento com o tráfico e, por conseguinte, os elementos que podem levar à saída. O Programa possui duas estratégias fundamentais: integração e fortalecimento de uma ampla rede de atendimento que materialize o sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente e às suas famílias; e o encaminhamento de ações articuladas à rede visando a prevenção e a retirada de crianças e adolescentes e seus familiares da rede social do tráfico de drogas. Nesta perspectiva, o programa construiu uma rede entre sociedade civil, iniciativa privada e poder público comprometidos eticamente com a erradicação dessa forma de trabalho infantil e suas conseqüências para o desenvolvimento desses indivíduos na sua juventude. Quanto às ações de criação de alternativas sustentáveis e prevenção de adolescentes e jovens envolvidos com o tráfico de drogas, o Programa encaminha estes às entidades e órgãos que integram a rede de atendimento a partir das demandas apontadas. No universo do trabalho infantil, um dos mecanismos mais degradantes é a inserção de jovens no tráfico, marcada, inclusive, por um conjunto de vantagens imediatas, atraentes para um número crescente de adolescentes e jovens: remuneração acima da média do mercado de trabalho formal; sensação de pertencimento a um grupo; fortes emoções e adrenalina; e prestígio e poder aos que usam armas. Dentre os piores aspectos da inserção no tráfico estão: pequena expectativa de vida dos seus integrantes; vínculos contraditórios entre os empregados do tráfico e suas famílias; influência sobre os familiares mais jovens e dificuldade de se sair da rede social do tráfico ou pelo menos de suas atividades cotidianas. A construção de uma metodologia de intervenção voltada para os jovens envolvidos com o trabalho do tráfico de drogas é um importante passo para o enfrentamento do tráfico de drogas via políticas que superem a lógica atual de combate armado, apontando para novas alternativas. O principal desafio da equipe técnica é desenvolver estratégias para que em cada caso a intervenção ocorra de forma potencializada de modo a ajudá-lo na construção e no fortalecimento deste desejo de saída do tráfico de drogas. Neste processo as escolhas dos participantes precisam ter uma meta bem firme internamente para a efetiva saída. Este projeto pessoal aliado a todas as intervenções do programa representa o conjunto de forças que o “puxa para fora”, criando diferentes alternativas e possibilidade de novas escolhas. O papel da equipe técnica é acompanhá-lo nas oscilações do desejo de saída, auxiliando-o na visualização e no fortalecimento do significado de outras possíveis redes de inserção, bem como no próprio questionamento sobre a rede que ele ocupa.

**Palavras-chaves:** Direitos Humanos, Atividades Ilícitas, Juventude, Metodologia

**Atividade:** Experiência de estágio no Programa “Fica Vivo” (Pedreira Prado Lopes/ Belo Horizonte/ Minas Gerais)  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** Experiência de estágio no Programa “Fica Vivo” (Pedreira Prado Lopes/ Belo Horizonte/ Minas Gerais)

**Autor(es):** Roberta Andrade

**Resumo:** “Fica Vivo” é um Programa do Governo do Estado de Minas Gerais, que tem como principal meta a redução do número de homicídios em áreas consideradas de risco. O programa teve início em 2002, por iniciativa do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp) da Universidade Federal de Minas Gerais, sendo que, no ano de 2003, foi adotado como política pública pelo governo do estado. Suas ações são desenvolvidas para prevenir o ingresso

ou retirar jovens com idade entre doze e vinte e quatro anos da criminalidade. Nas comunidades em que o Programa está presente, são desenvolvidas diversas oficinas. Além disso, a população de um modo geral pode beneficiar-se com acompanhamentos de caráter social. Hoje, existem dezenove Núcleos em todo o estado de Minas Gerais, sendo nove em Belo Horizonte, seis na região metropolitana e quatro no interior. Outras três cidades estão tendo o Programa implementado. Uma das regiões atendidas há dois anos pelo Programa é a Pedreira Prado Lopes, que está entre as mais violentas de Belo Horizonte. A PPL, ou simplesmente Pedreira, como é conhecida, abrange uma área de 140 mil metros quadrados, que tem por volta de doze mil habitantes, sendo que sua maioria é formada por jovens. Na Pedreira, o “Fica Vivo” oferece oficinas de esportes, artesanatos, danças, produtos alimentícios, confecção de kit para festas, grafite, capoeira e informática. Os chamados “oficineiros” são educadores sociais, pois não apenas ensinam, mas também acompanham os jovens, conversam sobre seus problemas, dúvidas e sentimentos. A maior parte dosicineiros é moradora da Pedreira, o que facilita o diálogo e a compreensão deles sobre a realidade dos jovens. Este Núcleo é composto por duas técnicas, que são Psicólogas, e dois estagiários, estudantes de Psicologia, que acompanham as oficinas (fazem visitas às mesmas, realizam reuniões coletivas e individuais com osicineiros), atendem casos de jovens encaminhados pelosicineiros ou de pessoas que procuram o Programa por vontade própria, incentivam o diálogo entre a comunidade e órgãos públicos, como a Promotoria Pública, o Ministério Público, o Juizado da Infância e da Juventude. Outro objetivo do “Fica Vivo” é facilitar a comunicação entre a comunidade e a polícia, principalmente com o GEPAR - Grupamento Especializado de Áreas de Risco (Polícia Militar de Minas Gerais). Nestes últimos meses, o Programa “Fica Vivo” foi destaque na mídia por duas ações: a realização de uma exposição de grafite e das olimpíadas esportivas. A exposição aconteceu no Museu de Artes e Ofícios de Belo Horizonte e contou com a participação dos jovens das oficinas de grafite e de artes plásticas. Já nas “Olimpíadas do Fica Vivo”, os jovens das oficinas de esporte competiram em diversas modalidades em centros esportivos também de Belo Horizonte. Essas iniciativas são de extrema importância por divulgarem para a população o trabalho desenvolvido pelo Programa e por serem uma oportunidade para jovens de comunidades carentes se apropriarem de lugares da cidade até então inexplorados por eles, além de mostrar um lado desses jovens até então estigmatizados, nunca antes conhecido.

**Palavras-chaves:** Programa Fica Vivo, Redução da criminalidade, Políticas públicas

**Atividade:** **Adultos do asfalto e crianças da favela - um encontro possível na Casa da Árvore em Debate)** **(Experiências)**

**Trabalho:** Adultos do asfalto e crianças da favela - um encontro possível na casa da Árvore

**Autor(es):** Elena Milman, Julia Milman

**Resumo:** A partir da singularidade da proposta de trabalho desenvolvido pela Casa da Árvore desde outubro de 2001 com crianças moradoras em cinco comunidades faveladas no Rio de Janeiro, buscaremos nesta exposição relatar e refletir sobre diversas situações ocorridas em nosso cotidiano. A Casa da Árvore é um projeto de Extensão da Universidade do Estado do Rio de Janeiro que inicialmente se inspirou na Maison Verte criada pela psicanalista francesa Françoise Dolto. Desde fevereiro de 2006 a Casa da Árvore é também objeto de um projeto de pesquisa financiando pela Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério de Ciência e Tecnologia que visa sistematizar seu modelo de atuação para divulgação nacional. Após cinco anos de trabalho, no entanto, a referência européia, construída a partir de uma realidade social essencialmente diferente da que vivemos com nossa clientela, foi se tornando cada vez mais distante de nossa prática. A Casa da Árvore mantém uma forte relação com a psicanálise, referência teórica sobre as formas construção do ser humano, suas vicissitudes, seu sofrimento bem como com a ética que orienta suas reflexões. No entanto, trabalhando em espaços sociais, onde os usuários vão e vêm sem compromisso de frequência, tempo de permanência, registros, a Casa da Árvore oferece uma ampla possibilidade de utilização de seu espaço. Esta forma de nos oferecermos enquanto serviço faz com que em muitos casos fiquemos bastante distantes do

que podemos chamar de clínica psicológica. Cada usuário lá estará com os objetivos mais diversos, do brincar ou descansar, ao conviver em grupo ou ainda de fato buscar ajuda no que se refere ao seu sofrimento psíquico. Assim, a construção de nosso campo de trabalho se dá em uma renovação cotidiana, pois cada dia solicita uma reflexão sobre nossas ações e sobre a renovação das demandas dos usuários. Na presente exposição buscaremos, através da descrição de situações cotidianas, das falas das crianças, e de nossas intervenções, refletir sobre três aspectos que direcionam a atuação da Casa da Árvore, que são -• A especificidade de construção de cidadãos/ sujeitos nas favelas do Rio de Janeiro. Os altos níveis de exclusão social, a deficiência na rede pública de ensino, as crianças estarem submetidas a crescer sob a dominação de um poder armado paralelo ao do Estado, em um ambiente a cada momento passível de ser perturbado por lutas armadas, que tipo de subjetividade produz e forma quais cidadãos. • A diferença de inserção social entre os profissionais da Casa da Árvore e a clientela. Neste sentido incluem-se também todas as questões que surgem a partir de freqüentarmos cotidianamente um local tido como de risco pelos moradores dos outros pontos da cidade. • O efeito e o sentido de nossas intervenções e seus limites. Nossos impasses frente ao discurso da clínica psicanalítica tradicional e ao discurso da educação normatizadora. A quem e como a Casa da Árvore pode servir .

**Palavras-chaves:** Psicanálise, Crianças, Favelas, novas formas de atenção à infância

**Atividade: Emoções morais no contexto da rua  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Emoções morais no contexto da rua

**Autor(es):** Simone Paludo, Silvia Helena Koller

**Resumo:** O presente estudo visa a avaliar os relatos de episódios emocionais indicados como significativos na vida dos jovens em situação de rua e dos jovens que vivem em situação de pobreza com suas famílias e mantém contato estável com a escola, da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Investigar aspectos positivos presentes na vida cotidiana e na trajetória de jovens que vivem em contextos de adversidade pode parecer contraditório. A literatura aponta para os fatores estressores presentes na trajetória de vida dessa população. A violência, a criminalidade, o uso de drogas, a transgressão de regras, a falta de supervisão parental efetiva são alguns eventos diários. Pouco é conhecido sobre a expressão de comportamentos pró-sociais e positivos nesse grupo. No entanto, uma pessoa mesmo exposta a realidade de risco, ainda está em desenvolvimento e apresenta aspectos saudáveis preservados. Foram realizadas 60 entrevistas com adolescentes em situação de risco pessoal e social, de ambos os sexos, com idades variando entre onze e 16 anos e subdivididos em dois grupos. O primeiro grupo (G1) contou com a participação de 27 adolescentes, com idades entre 12 e 16 anos, de ambos os sexos, sendo 11 meninas e 16 meninos regularmente matriculados nas escolas, pertencentes ao nível sócio-econômico baixo e que possuíam vínculos efetivos de moradia com suas famílias. Foram adotados como critérios de identificação e inclusão dos participantes, os seguintes aspectos: baixa renda familiar, residência na periferia, baixo nível de escolaridade dos pais, falta de emprego dos pais ou emprego em condições subalternas e filhos matriculados em escolas públicas. Participaram do segundo grupo (G2) 33 adolescentes em situação de rua, com idades entre 11 e 16 anos, de ambos os sexos, sendo 12 meninas e 21 meninos. Os participantes foram selecionados aleatoriamente nas ruas ou nas casas de acolhimento em regime aberto da cidade de Porto Alegre. O principal instrumento de coleta de dados consistiu em uma entrevista semi-estruturada que visou a investigar os aspectos sobre a vida dos participantes e a expressão das seguintes emoções: alegria, tristeza, nojo, pena, raiva, vergonha, culpa e desprezo, através de auto-relatos. As respostas obtidas a partir da entrevista semi-estruturada sobre as emoções foram submetidas à Análise de Conteúdo. Foi examinado o conteúdo destes episódios no intuito de categorizar os relatos quanto à sua apresentação, freqüência e importância no relato. Resultados preliminares indicam similaridades nos relatos dos episódios emocionais relacionados ao conteúdo. Entretanto, os jovens em situação de rua destacam um maior número de afirmações morais relacionadas a sofrimento e a sentimentos de justiça. Um levantamento da

freqüência e porcentagem das categorias encontradas está sendo realizado através do teste Qui-quadrado para análise das diferenças entre os grupos. Esses resultados serão apresentados durante o congresso.

**Palavras-chaves:** Emoções morais, Desenvolvimento positivo, Situação de rua

**Atividade: O PAPEL DO PSICÓLOGO E DAS ENTIDADES JUNTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: O PAPEL DO PSICÓLOGO E DAS ENTIDADES JUNTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO**

**Autor(es):** Tâmara Ramalho Sousa, Maria de Fátima Pereira Alberto, Luciana Chacon Dória, Priscylla Cavalcanti Guedes, Wilker Luiz Pessoa de França, Daniela Almeida

**Resumo:** Neste artigo serão apresentados dados de uma pesquisa cujo objetivo foi identificar o tipo de trabalho desenvolvido pelas entidades responsáveis pelo atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco, e que compõem o sistema de garantias, e identificar o tipo de trabalho feito pelo psicólogo. Desde a vinda dos exploradores portugueses, crianças e adolescentes brasileiros vivenciam experiências de violência, exclusão, abuso sexual e maus tratos. A partir de 1985 toma forma um movimento que culminou com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), concebido como a doutrina da proteção integral, que determina a forma de atuação das entidades no atendimento à criança e ao adolescente, o que segundo o Artigo 86, se dá mediante um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais. Neste contexto, o ECA, juntamente com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), determina ao psicólogo papéis a serem desempenhados nas políticas públicas, particularmente na proteção integral da criança e do adolescente, como um viabilizador de direitos. Essa pesquisa contou com a participação dos alunos da disciplina Psicologia do Desenvolvimento II, através de visitas a instituições que trabalham com as seguintes temáticas: DSTs e Aids, Vulnerabilidade e drogas, Gravidez precoce, Trabalho infantil, Meninos e meninas em condição de rua, Abuso sexual infanto-juvenil, Exploração sexual comercial e Adolescentes em conflito com a Lei. Foram realizadas vinte e uma entrevistas semi-estruturadas, com representantes de dezenove entidades e com os psicólogos que nelas atuam. Tais entrevistas continham questões objetivas e subjetivas, sendo algumas dirigidas ao psicólogo da instituição. Para análise dos dados utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin (1977), através da técnica de análise de conteúdo temático, enfatizando-se a ausência ou a presença do tema, a despeito de sua freqüência. Procedeu-se à tabulação, à codificação, à categorização e, por fim, à inferência e à interpretação, com as respectivas finalidades de descrever os dados e estabelecer relações com os fundamentos teóricos adotados. Os resultados mostraram que as instituições investigadas compõem o sistema de garantias dos eixos de promoção, defesa e controle, e são caracterizadas como Sistema de Justiça (02), Organizações Governamentais (11) (de assistência social, educação e saúde – gestão, prevenção e atendimento), ONGs (04) e Conselhos (04) (tutelares e de direitos). Atendem sujeitos em sua maioria de classe baixa, de 7 a 18 anos de idade. Os tipos de trabalho desenvolvidos são: atendimento jurídico; atendimentos psicossocial, assistencial, psicoterápico, médico-hospitalar; informativo-educacional; psicológico; proponente de políticas; e fiscalizador. As instituições relataram ter o objetivo de ressocializar o jovem; fiscalizar e coibir o trabalho infantil; prevenir, informar e educar sexualmente; oferecer acompanhamento psicológico; e acompanhar medidas sócio-educativas. Em relação à forma como é feito o trabalho, os dados dão conta de que o Sistema de Justiça atua com acompanhamento de sentença, de medidas, e encaminhamento para outras instituições. As entidades governamentais apresentaram uma abrangente variabilidade de ações, como gestão, fiscalização, monitoramento de políticas, formação profissional, escolarização, capacitação de profissionais, formação e qualificação

profissional de adolescentes. As ONGs trabalham através de oficinas, debates, seminários, intervenções na comunidade e trabalho em rede. Os Conselhos atuam em averiguação de denúncias, aconselhamento psicológico e encaminhamento, discussões de políticas, solicitação e proposituras para os gestores. As dificuldades encontradas foram infra-estruturais, financeiras, culturais, familiares, e de equipe técnica. O trabalho desenvolvido pelos psicólogos nas instituições foi na maioria destas caracterizado por atendimento através de psicoterapias individuais, escuta, aconselhamento, informação/educação, encaminhamento, além de psicoterapia em grupo e oficinas. Alguns desenvolvem também um acompanhamento psicológico dos profissionais e acompanhamento de sentença. Por se tratarem de entidades do sistema de garantias, deveriam atender crianças e adolescentes de todas as condições econômicas ou classes sociais, mas o que se relata é que a demanda de risco vem das classes populares, que seriam as mais vulneráveis em relação às temáticas tratadas, o que pode levar a inferir que essas são as que mais necessitam de políticas públicas, uma vez que as outras classes sociais teriam outras retaguardas. Há superposição de papéis entre OGs, Conselhos e ONGs, e até entre eixos de atuação dentro das entidades que tem função de Estado, como por exemplo instituições que são da assistência ou do Sistema de Justiça. As ONGs definiram sua atuação de forma a indicar um fio condutor, com papéis mais nítidos tais como trabalho educativo, informativo, formativo, os papéis de mobilizador e articulador. Há ranços nos modelos de atuação das políticas públicas assistenciais, baseados na velha cultura do disciplinamento de jovens pobres, expresso quer na profissionalização, quer no acompanhamento de medidas. Há uma série de definições usadas pelas instituições para se referir ao trabalho do psicólogo, mas se sobressai, na maioria dos dados, a concepção da atuação do psicólogo fundamentada no modelo clínico e individual. Falta, tanto às instituições quanto aos psicólogos, clareza em relação ao papel deste profissional junto às políticas públicas, direcionadas à criança e ao adolescente em situação de risco.

**Palavras-chaves:** infância, adolescência, situação de risco

**Atividade: BRINCAR COMO INDICADOR DE SAÚDE DA CRIANÇA (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** E EU COM ISSO? UM ESTUDO SOBRE A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE PARA AS DOCENTES DE UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

**Autor(es):** Karina de Mendonça Vasconcellos, Karine Maria Porpino Viana, Maria de Fatima de Souza Santos, Maria Isabel Pedrosa

**Resumo:** O conceito de saúde esteve associado durante muito tempo à ausência de doenças, todavia, esta concepção foi sendo modificada, prevalecendo atualmente no meio científico a idéia de saúde como estado de bem-estar biopsicossocial. Com esta nova conceituação, emergiu a noção de promoção de saúde, na qual cada indivíduo é visto como responsável por construir condições que viabilizem seu bem-estar geral; conseqüentemente, passou-se a questionar que função as instituições educativas, principalmente infantis, poderiam assumir nessa tarefa. As creches estiveram historicamente relacionadas ao cuidado focado na higiene e no controle das doenças. Em 1996, com a implementação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), as creches passaram a ser consideradas instituições educativas, e a literatura tem mostrado que desde então os educadores deixaram de percebê-la como lugar de cuidado, atribuindo esta função à família e aos profissionais de saúde. Tomando as produções de sentidos acerca da saúde como construções sociais, a Teoria das Representações Sociais (RS) constitui uma importante ferramenta para compreendê-las. Ela norteia a análise de como os indivíduos constroem a realidade, ou seja, constroem teorias do senso-comum, que consistem em significações coletivas em torno de um determinado objeto, a partir de uma lógica social, diferente da formal. Essas significações mantêm relações com as práticas sociais posto que funcionam para orientar comportamentos e justificá-los, permitindo a comunicação e protegendo a identidade do grupo. O presente trabalho, então, objetivou compreender a representação social dos professores da

Educação Infantil sobre a saúde, buscando discutir como essa representação se relaciona à educação e às práticas educativas. Participaram da pesquisa cinco professoras de uma creche pública da cidade do Recife, sendo assim, este trabalho não visa estabelecer generalizações, mas focar o processo de construção de sentidos. O método consistiu em dois grupos focais com duração de cinquenta minutos cada e da técnica de associação livre na qual cada professora escreveu o que lhes veio à mente diante dos estímulos: “educar”, “cuidar”, “saúde”, “criança saudável” e “creche”. Fez-se uso de um roteiro semi-estruturado a partir do qual a temática foi discutida conjuntamente pelas professoras. Os resultados evidenciam que a representação social de saúde destas educadoras encontra-se marcada pela ênfase na “ausência de doença” e circunscrita ao corpo orgânico, baseando-se, portanto, numa concepção cindida de sujeito. Aos educadores caberia educar e aos profissionais de saúde e à família caberia cuidar, mas os últimos não estariam exercendo adequadamente sua parte, o que estaria acarretando a má qualidade de saúde das crianças. A sarna, por representar uma ameaça muito presente para o grupo, constituiu uma forma de objetivar o conceito mais genérico e abstrato de doença. E, apesar de afirmarem, a princípio, que criança saudável seria uma criança ativa, a característica de ser uma criança muito quieta e a ausência de brincadeira constitui um problema apenas na medida em que dificulta a percepção de uma possível doença orgânica. Portanto, o brincar é desconsiderado como uma evidência de saúde em si. Observou-se a completa ausência de reflexão a respeito da integralidade biopsicosocial da criança, o que obviamente repercute nas práticas desenvolvidas na creche, onde não existe a sistematização de nenhum programa de promoção de saúde. Isto advém do pressuposto de que esta preocupação não caberia às docentes, mas apenas a profissionais de saúde. Sendo assim, a creche se omite na medida em que não dispõe destes profissionais. Esta concepção é revelada também pela oposição construída entre os termos cuidar e educar. Educar seria uma tarefa das professoras, enquanto caberia às suas auxiliares o papel, considerado inferior, de cuidar, no sentido de prestar atenção ao corpo. Isto parece advir da segregação histórica entre o ato pedagógico e o cuidado e de uma tentativa atual de reforçar a função da creche como espaço educativo. A idéia biologizante acerca do cuidado e da saúde parece, então, estar ancorada neste percurso histórico. Observou-se, entretanto, a emergência de uma alternativa a esta desresponsabilização das docentes a partir de reflexões iniciais e da auto-culpabilização a respeito do papel delas na promoção de saúde de seus alunos. No entanto, o que ainda se destaca é uma representação de saúde ligada à esfera da doença e do corpo, intimamente articulada com uma concepção de educação segregada do cuidar. Assim, se acaba ferindo o princípio da Educação Infantil estabelecido pela LDB, a saber, o desenvolvimento integral da criança. Urge, então, reconstruir esta “realidade” na busca de uma atuação em que o cuidar e o educar sejam percebidos como dimensões indissociáveis da prática pedagógica.

**Palavras-chaves:** Representação Social,saúde,educação,creche

**Trabalho:**SAÚDE E BRINCAR NO DISCURSO INFANTIL

**Autor(es):** Leandra Carla Monteiro Gueiros,Viviane de Bona,Maria Isabel Pedrosa,Maria de Fatima de Souza Santos

**Resumo:** Este trabalho teve por objetivo investigar os sentidos atribuídos à saúde, por crianças, e sua relação com o brincar. Participaram do estudo nove crianças subdivididas em dois grupos de cinco e quatro integrantes, respectivamente com idades de seis e sete anos, de uma escola particular da cidade do Recife. Esses dois grupos são considerados focais, uma vez que foram convidados a discutir o tema proposto, nesse caso, ‘saúde’, sob a coordenação das pesquisadoras, com um propósito investigativo. A discussão foi videogravada na intenção de uma fazer análise mais cuidadosa e criteriosa, uma vez que a gravação apenas do áudio não daria conta dos conteúdos trazidos, por se tratar de crianças, que fazem bastante uso de representações gestuais. A videogravação foi transcrita e analisada pelo método qualitativo de análise de dados através de categorias compostas a partir da técnica de análise de conteúdo, que parte do pressuposto de que, subjacente ao discurso aparente, simbólico e polissêmico,

esconde-se um sentido que convém desvelar. A análise qualitativa do texto obtido a partir dos grupos focais mostrou que as crianças concebem saúde, inicialmente, como ausência de doenças e trazem sua significação a partir de um bem-estar corporal e como possibilitadora do brincar. É importante ressaltar que a doença esteve mais presente nas falas das crianças do que a saúde. A compreensão delas está relacionada à dor, tendo como referência o próprio corpo, trazendo à tona doenças que freqüentemente se manifestam em si mesmas. Outro ponto que convém destacar é a doença enquanto limitadora do brincar e de atividades que lhes proporcionam prazer (passear, ir à escola, ao shopping). Outra suposição é que as crianças talvez não façam o reconhecimento da doença para que não seja evitada a realização das ações tidas como prazerosas, uma vez que se estiverem doentes não podem brincar, correr ou pular. Torna-se evidente que ao atribuir significado à saúde e à doença o discurso infantil é construído a partir do discurso do adulto, trazendo situações em que aparecem termos médicos, porém com pequena compreensão de seu real significado. O conceito de saúde inicialmente é analisado pelas crianças como ausência de doença, mas posteriormente é inserido dentro de um contexto mais amplo que engloba desde os cuidados preventivos até uma noção rudimentar do que seria qualidade de vida. Esta é compreendida por elas como sentir-se bem e estar disposta fisicamente para brincar. A possibilidade de brincar através do exercício físico amplo como correr e pular é uma das vertentes mais marcantes da saúde. Já a doença carrega a noção da dor, do mal-estar e da impossibilidade do brincar.

**Palavras-chaves:** brincar, criança, saúde e doença

**Trabalho:** O BRINCAR NO COTIDIANO DE UMA ESCOLA PÚBLICA: O QUE ISSO TEM A VER COM SAÚDE?

**Autor(es):** Karine Maria Porpino Viana, Karina de Mendonça Vasconcelos, Luciana Tavares Andrade

**Resumo:** O brincar tem sido um objeto de estudo freqüente dentro da Psicologia, de modo que os pesquisadores das mais diferentes perspectivas teóricas vêm buscando compreender as relações entre o lúdico e o desenvolvimento infantil. Tomando como referência uma abordagem sociointeracionista, a brincadeira é concebida como uma atividade por meio da qual a criança, em interação com parceiros, constrói inúmeras habilidades, a exemplo de aquisições cognitivas e sociais, que são fundamentais para o seu desenvolvimento. Ademais, ela é também percebida como uma atividade de alta prioridade motivacional, sendo a criança intrinsecamente motivada a se engajar em contextos de ludicidade; nessa perspectiva, a brincadeira pode ser vista como um indicativo de saúde: criança saudável é criança que brinca. A pedagogia, entretanto, nem sempre reconhece a importância do brincar neste sentido, atribuindo a este comportamento uma função exclusivamente utilitarista, cujo principal papel seria atender a fins pedagógicos, ou seja, o lúdico na escola é freqüentemente reconhecido como um meio para transmitir e trabalhar conteúdos programáticos e não como uma atividade que tem um fim em si própria. Esse pressuposto finda por orientar práticas nas quais a brincadeira livre e espontânea tem pouco espaço nas instituições educativas de forma que “deixar” a criança brincar, em vez de “fazê-la” brincar, sinaliza não para desenvolvimento e saúde e sim para bagunça e desorganização. Diante dessas considerações, o presente trabalho objetivou analisar o brincar dentro de uma instituição de ensino; esta análise ocorreu a partir de uma intervenção psicológica em uma escola pública municipal da cidade do Recife na qual não havia qualquer tipo de atividade recreativa. Na rotina dessa instituição, os alunos permaneciam quatro horas, inclusive o momento da merenda, em sala de aula, não tendo um horário destinado para a brincadeira livre. A justificativa da equipe pedagógica para a ausência do recreio girava em torno das condições de espaço físico, muito embora, a despeito das reais dificuldades estruturais, houvesse um pequeno pátio na área externa da instituição. Além disso, havia queixas recorrentes por parte dos professores acerca da indisciplina e hiperatividade dos alunos. Por outro lado, a motivação da criança para brincar ficou explicitada numa atividade de intervenção do setor de psicologia, na qual, por meio de dinâmicas de grupo, se procurou conhecer o que as crianças pensavam sobre o que é a escola e de forma quase unânime, os alunos mencionaram a palavra “recreio” ou “brincar”. Isto revela o quão forte



é a motivação da criança para a brincadeira, haja vista elas relacionarem esta à escola, mesmo quando a instituição não oferece um momento de atividade recreativa. Diante dessa realidade, a equipe de psicologia, ao partir do pressuposto de que a brincadeira é uma atividade auto-motivada e de extrema relevância para o desenvolvimento infantil, procurou conhecer, inicialmente, o que os professores pensavam a respeito do brincar. Por meio, de uma discussão em grupo com a equipe pedagógica, as psicólogas utilizaram a técnica da associação livre na qual, diante do estímulo “brincar”, as professoras deveriam responder o que lhes viessem à cabeça. Surgiram, então, respostas como: aprendizagem, liberdade, prazer, divertimento e espontaneidade; todavia, ao travarem uma discussão sobre a prática do brincar na escola apenas eram citadas atividades lúdicas com fins pedagógicos. Destaca-se também que não houve associação por parte das professoras entre a ausência do recreio e as queixas de comportamentos indisciplinados e hiperativos. Nesse sentido, a intervenção do setor de psicologia visou fazer circular um novo discurso sobre a brincadeira trazendo as falas das próprias crianças sobre a relação entre a brincadeira e a escola, bem como os dados da literatura acerca dessa temática. Com isso, procurou-se incitar a equipe pedagógica a refletir sobre suas práticas, contrapondo-as aos seus discursos, viabilizando, assim, uma proposta de implementação do recreio. A experiência descrita indica, portanto, a necessidade de se repensar como o brincar é percebido e possibilitado em contexto educacional e o quão importante se faz uma postura teórica e prática em que se considere a motivação da criança para a brincadeira de modo que esta seja vista como um espaço interacional de desenvolvimento e, conseqüentemente, promotor de saúde.

**Palavras-chaves:** brincadeira, escola, saúde

**Atividade: Nem tudo começa em casa: um estudo preliminar sobre os efeitos da privação dos vínculos familiares para crianças e o trabalho dos cuidadores em uma instituição de abrigamento da cidade do Recife - PE. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Nem tudo começa em casa: um estudo preliminar sobre os efeitos da privação dos vínculos familiares para crianças e o trabalho dos cuidadores em uma instituição de abrigamento da cidade do Recife - PE.

**Autor(es):** Susana Carneiro Leão de Mello, Julia Coutinho Costa Lima, Clarisse Carneiro Cavalcanti, Katarina Assunção, Giannini Maria de Vasconcelos Ferrari

**Resumo:** O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) defende o direito ao convívio familiar e comunitário, mas apesar dele existir a 16 anos, observa-se que ainda é grande o número de crianças institucionalizadas. Rizzini (2004) afirma que o recolhimento de crianças às instituições de reclusão foi o principal instrumento de assistência à infância no país até o século XX. Hoje, já se entende a família como locus privilegiado para o desenvolvimento adequado das crianças, embora muitas práticas de institucionalização ainda reproduzam modelos vigentes no século passado. Rizzini (2004) aponta que possivelmente essa problemática persiste tanto porque a institucionalização de crianças e adolescentes faz parte da história do Brasil, sendo, portanto, uma prática enraizada cuja mudança seria processada de forma gradativa, quanto porque as razões que levariam a tais práticas, ou seja, algumas questões no nível das políticas públicas, não foram devidamente tratadas. São poucos ainda os avanços neste campo. Sobre isso, nota-se algum progresso, sobretudo na região sul e sudeste do país, onde a modalidade do acolhimento familiar vem sendo desenvolvida como alternativa para abrigamento temporário. Os estudos ressaltam a necessidade de garantir que a medida de abrigamento de crianças seja realizada como última alternativa, tendo a mesma caráter transitório. Apesar disso, o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (2004) revela que 87% das crianças em situação de abrigamento têm família e 58,7% mantêm vínculos familiares. O mesmo instituto revela que, em número de abrigamentos, a região Nordeste responde por 29,4% do total nacional, sendo 3,5% apenas em Pernambuco. Além disso, verifica-se que são muitas as características dessas

instituições que dificultam o desenvolvimento psíquico da criança: padronização de cuidados, desconsiderando-se as singularidades de cada sujeito, trabalho fundamentado no voluntariado, o que possibilita uma reedição da experiência de abandono e alta rotatividade da equipe são apenas alguns exemplos. Winnicott (1961) aponta a importância para a criança de uma mãe suficientemente boa, seja ela biológica ou social, capaz de adaptar-se ativamente às necessidades do pequeno ser. Segundo Bowlby (1998), a privação deste vínculo leva a criança a estabelecer relações de desapego ou de apego com angústia. Este trabalho tem como objetivo pesquisar quais os possíveis efeitos da privação dos vínculos familiares para vinte crianças de 0 a 7 anos, bem como a relação destes com a prática de cuidados desenvolvidas em uma instituição de abrigo na cidade do Recife. Trata-se de uma pesquisa exploratória, tendo como principais instrumentos a observação livre de crianças e entrevistas semi-dirigidas com profissionais cuidadores. Pretende-se verificar, através dos resultados desta pesquisa, se reações de protesto e desapego, dificuldades de confiar no ambiente e manutenção de relações superficiais com o outro, entre outras reações apontadas pelos estudos realizados com crianças institucionalizadas, também podem ser observadas nestas crianças. Ressalta-se a importância de estudos sobre este tema visto que a institucionalização de crianças é uma preocupação nacional e cuja prática só foi remodelada após 1990, com o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, que ainda sofre resistências para sua implementação, mas que tem possibilitado um olhar mais direcionado para o assunto por parte das autoridades políticas e da sociedade em geral.

**Palavras-chaves:** institucionalização de crianças, trabalho de cuidadores, privação de vínculos familiares

**Atividade: ESTIGMATIZAÇÃO DE MENINOS E MENINAS EM SITUAÇÃO DE RUA SOB A ÓPTICA DE PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: ESTIGMATIZAÇÃO DE MENINOS E MENINAS EM SITUAÇÃO DE RUA SOB A ÓPTICA DE PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA**

**Autor(es):** Larissa de Figueiredo Rolemberg Mendonça

**Resumo:** Problemas sociais acumulados no Brasil, desde o seu “descobrimento”, vêm gerando situações que fortalecem o processo de exclusão e estigmatização das classes mais pobres. A questão de crianças e adolescentes em situação de rua não difere dessa problemática, em que eles têm vinculado à sua imagem um rótulo estigmatizado, reduzindo essa população a algumas características negativas. A partir dessa realidade, para poder analisar este tema, foi abordado o conceito de “Meninos e Meninas em Situação de Rua”, seu histórico, o fenômeno da estigmatização inserido no contexto social e a concepção de algumas linhas teóricas da Psicologia sobre este aspecto. Entende-se, neste trabalho, que o termo “Meninos e Meninas em Situação de Rua” poderá ser designado para crianças e adolescentes que utilizam a rua por diversos motivos, sejam eles: aumento da renda familiar, busca de liberdade, identificação com a rua e/ou com os grupos que dela fazem parte e moradia; não cabendo neste estudo delimitar as causas que fizeram com que essas crianças fossem para as ruas, mas a forma de como elas são percebidas socialmente, principalmente por psicólogos que atuam neste contexto. Assim, para operacionalizar essa pesquisa alguns objetivos foram traçados; o objetivo geral foi saber a visão que é dada pelos psicólogos que trabalham nessa área sobre o aspecto da estigmatização de crianças que vivem ou passam os dias na rua, e os objetivos específicos foram analisar a perspectiva individualizada das questões sociais, e ainda se as mesmas contribuem de forma efetiva para o entendimento do preconceito e discriminação bem como se os psicólogos estereotipam a situação de menino de rua. A abordagem deste tema é de expressiva relevância social por se tratar de temática presente e incorporada ao nosso meio sem encontro de solução no modelo sócio-político-econômico do país; o enfoque, contudo, será direcionado à Psicologia por se tratar de um tema que propõe o entendimento da visão dos psicólogos e como eles lidam com essas questões. O presente trabalho consta com entrevista composta por sete perguntas subjetivas, que foram aplicadas a oito psicólogos comunitários/sociais do Município de Aracaju-SE. A análise foi feita de forma qualitativa por se tratar do interesse no discurso da pessoa

entrevistada e pôde-se assim perceber o processo estigmatizado vinculado ao conceito de menino de rua ao se traçar um perfil estereotipado deles, reduzir a responsabilidade social para a família dessas crianças estarem nas ruas, e a própria intervenção dos psicólogos de caráter curativo ao se propor um perfil pré-determinado que deve ser mudado, sem que seja trabalhado as próprias questões do indivíduo, configurando uma visão individualista/reducionista. Além disso, foi percebido que quando comparado o que determinadas linhas teóricas pregavam e o que os psicólogos da mesma base teórica falavam, percebeu-se uma confusão nos conceitos e na forma de lidar com a situação. A tentativa de questionamento da atuação dos profissionais de psicologia se fez presente tendo em vista a discrepância que encontramos entre a teoria e a prática. Enfim, este trabalho foi de grande aprendizado por ter proporcionado uma avaliação de como psicólogos sociais lidam com a realidade dos meninos na rua, assim como trouxe uma real dimensão do que ocorre socialmente em relação a categorias estigmatizadas, como a da temática apresentada.

**Palavras-chaves:** Criança, Estigmatização, Psicologia, Rua

**Atividade:** SEXUALIDADE E AFETIVIDADE  
(Paineis)

**Trabalho:**SEXUALIDADE E AFETIVIDADE: REPERCUSSÃO NA QUALIDADE DE VIDA DE UM GRUPO DE ADOLESCENTES

**Autor(es):** Rejane Millions Viana Meneses, AKEMI IWATA MONTEIRO, Paula Fernanda Brandão Batista dos Santos, Ariana Lourenço de Alencar Medeiros, Terena Ferreira de Souto Bentes

**Resumo:** Introdução: A afetividade e a sexualidade na adolescência sempre foram temas de interesse e curiosidade entre os jovens. Nesta fase, as mudanças hormonais e comportamentais, próprias do período de transição vivenciado, fazem emergir novas sensações, experiências e aprendizado, é no campo da sexualidade onde estes fenômenos ficam mais à flor da pele. E mediados pela estrutura social, econômica e cultural vamos perceber diferentes formas de comportamento, conhecimento e vivência da sexualidade. Mudanças e avanços por direitos sexuais principalmente, às vezes trágicas, no curso da sua fase, pelos adolescentes. É nesse contexto que surgem vários problemas, tais como: a gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, principalmente a AIDS. A vivência da sexualidade tem-se mostrado dinâmica e em constantes transformações, sendo importante conhecermos esses perfis a fim de compreender e intervir nos quadros resultantes de um comportamento sexual e na construção de valores, como a família e etc. Neste sentido, o presente estudo teve por objetivo traçar o perfil sócio-econômico dos adolescentes; e descrever o comportamento dos adolescentes em relação a afetividade e sexualidade. Metodologia: O estudo foi desenvolvido em duas escolas da rede municipal de ensino do município de Natal. Foram aplicados questionários com perguntas abertas e fechadas que versavam sobre dados de identificação sócio-econômico e dados referentes ao comportamento dos adolescentes em relação à afetividade e sexualidade, tais como: a relação dos adolescentes com os pais, seu comportamento frente ao namoro, sexo, gravidez na adolescência, métodos contraceptivos e paternidade responsável, bem como seu conhecimento sobre as doenças sexualmente transmissíveis. Foram sorteadas quatro turmas da Escola Municipal José Sotero e três turmas da Escola Municipal Maria Alexandrina. Os adolescentes que participaram da pesquisa levaram um duplo termo de consentimento livre e esclarecido que foi assinado pelos pais e devolvido às pesquisadoras. Os dados quantitativos receberam tratamento estatístico, através do programa SPSS, e foi realizada análise estatística descritiva. Os dados qualitativos foram trabalhados a partir da técnica de análise de conteúdo descrita por BARDIN. A amostra ficou composta por 157 adolescentes, sendo 52,3% do sexo feminino e 47,7% do sexo masculino. Estes adolescentes estavam, na sua maioria (72,7%) na faixa etária entre 13 e 15 anos. Resultados: Em relação ao comportamento afetivo-sexual temos que: estes jovens demonstram grande interesse pelo tema sexualidade, têm nos pais,

professores, amigos e profissionais de saúde as pessoas em quem confiam para falar sobre sexo. São adeptos do ficar, sobretudo porque não querem assumir compromisso sério, querem “curtir”. Dizem conhecer os métodos contraceptivos e saber usá-los. Atribuem a gravidez na adolescência uma falta de responsabilidade, imprudência ou mesmo falta de conhecimento como a sua causa. Iniciaram sua vida sexual entre 13 e 15 anos e não têm filhos. Não sabem dizer o significado do termo paternidade responsável, no entanto, tem a expectativa, tanto meninos quanto meninas, que os primeiros assumam a criança quando de uma gravidez na adolescência. Considerações finais: Diante do cenário em questão podemos perceber que a discussão sobre afetividade e sexualidade na adolescência não pode ocorrer isolada do contexto sócio-cultural que modela as relações sociais nas quais os jovens estão inseridos, sendo necessário considerar ainda as relações familiares e as relações com seus pares, onde a iniciação afetivo-sexual ocorre. A sexualidade é, principalmente, uma relação social que envolve relações de poder, hierarquias, expectativas e significados sociais. A multidimensionalidade da adolescência representada pelo físico, o psicológico, o nível de independência, as reações sociais, o meio ambiente e a espiritualidade são destacados pela Organização Mundial de Saúde como componentes da qualidade de vida. Evidenciamos que ainda há um elevado grau de desinformação por parte destes jovens, e que carece de trabalhos educativos e espaços de discussão que os permite ampliar o universo de conhecimento sobre a afetividade e sexualidade. Neste sentido, fazem-se necessárias políticas públicas de saúde e educação que contribuam na inclusão de espaços de adolecer (família, escola e meio social) para discutir questões relativas à sexualidade e afetividade, levando em consideração que estas envolvem relações de gênero, classe social, raça, fase da vida, entre outras estruturas sociais, não se limitando apenas a uma visão biologicista. Assim, entendemos estar contribuindo na construção de um vínculo afetivo-sexual mais saudável, capaz de ajudar no amadurecimento destes jovens na vivência da sua afetividade e sexualidade.

**Palavras-chaves:** ADOLESCENTE,SEXUALIDADE,AFETIVIDADE

**Atividade: A representação da violência no universo lúdico das crianças (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**A representação da violência no universo lúdico das crianças

**Autor(es):** Regina de Oliveira Brito Correia

**Resumo:** A infância, convencionalmente compreendida entre o nascimento e os 11 ou 12 anos de idade, é um período de intenso desenvolvimento físico e psicológico, onde os cuidados - diante da fragilidade biológica e do meio social em que a criança esteja inserida - são fundamentais para o sucesso ou fracasso desse dinâmico, porém, delicado processo. Assim, a família é fonte vital da sua formação biopsíquica, quando age no sentido de reforçar ou punir certos atos, ensinando modelos de comportamento vigentes em sua cultura. Ao longo da infância, o comportamento lúdico é marcado pela reprodução constante e repetitiva de situações do cotidiano, proporcionando o aprimoramento neurológico e produção de um universo simbólico concomitante. Dessa forma, num ambiente em que a violência faz parte das relações sociais, as brincadeiras visam simbolizar e representar essa realidade, que associada ao desenvolvimento das habilidades cognitiva e motora, vai contribuir diretamente para forjar os atributos físicos, psicológicos e mentais da criança. A partir dessas considerações, a presente pesquisa tem o objetivo de alertar para a banalização da violência, seja familiar ou social, em sua prática ou omissão; relacionar a integração de conceitos pela mediação da brincadeira, quando reproduz um comportamento ou experiência; abordar a “violência” em sua “representação” e “integração” nos esquemas de adaptação e organização; bem como, o que caracteriza a violência e como a sua função é representada. Assim, baseado em pesquisa bibliográfica, destacando a visão interacionista de Piaget e Vygotsky, H. Arendt, entre outros; mais entrevista desestruturada, realizada com 4 professores e 2 funcionários das Escolas 1 e 2; mas, principalmente por meio da observação direta do comportamento lúdico de 36 crianças com idade entre 5 e 12 anos, de ambos os sexos, pertencentes à grupos socioeconômicos distintos, - sendo o grupo 1, moradores da periferia e estudantes de Escola Pública e o grupo 2, moradores de bairro de classe média e estudantes de Escola Particular – realizado no período de 03 meses (agosto à

novembro de 2006); evidenciamos o impacto do ambiente violento do bairro periférico - onde o comércio de drogas é intenso - assimilado nas brincadeiras das crianças da Escola Pública 1, observado em suas brincadeiras rotineiras, a representação de cenas, onde há agressão verbal e física entre os membros da família; com destaque para a representação da polícia, em forma de reprimir ou matar. Entre as crianças moradoras do bairro de classe média, estudantes da Escola Particular 2, foi verificada ausência de brincadeiras, onde a violência social estivesse representada. Em ambos os grupos, o fator socioeconômico implica no modo de brincar, determinando a brincadeira com base nos brinquedos disponíveis ou em sua falta. Dessa forma concluímos que tanto a imaginação como as regras definidas no brincar promovem o desenvolvimento cognitivo das crianças, o que pode ser utilizado de forma deliberada pelas escolas no processo pedagógico, bem como a intervenção psicopedagógica surge como possibilidade mediadora e capaz de dar suporte ao desenvolvimento infantil, intervindo no processo contínuo da sua formação. Entendemos ainda, a violência como a exacerbação da representação do desamparo pelo descaso do poder público, que ao não viabilizar o diálogo, potencializa seus danos. Assim, a violência não legitimada, mas justificada em suas queixas, é internalizada pelas crianças que ao brincar, reproduzem e reificam suas relações interpessoais.

**Palavras-chaves:** Infância,Lúdico,Representação,Violência

**Atividade: É possível efetivar propostas do Estatuto da Criança e do Adolescente relativas à medida de abrigo? (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**É possível efetivar propostas do Estatuto da Criança e do Adolescente relativas à medida de abrigo?

**Autor(es):** Letícia Dias Marconi da Costa

**Resumo:** Dentre as várias situações em que intervenho como psicóloga lotada no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro tem me causado especial interesse aquelas nas quais se avalia a possibilidade de encaminhamento de crianças e adolescentes para instituições de abrigo e aquelas em que essa medida foi efetivamente aplicada. O que se destaca em muitos desses casos é o desacordo entre práticas e discursos nelas presentes e determinações estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Corroborando essa constatação, estudos recentemente realizados acerca de abrigos brasileiros apontam que histórias de vida de muitos abrigados são atravessadas por certas práticas presentes no período de vigência de legislações com as quais o Estatuto se propõe a romper. Como algumas dessas características estão presentes, desde o período colonial, em histórias de crianças e adolescentes institucionalizados no Brasil, alguns pesquisadores entendem que um dos motivos pelo qual se encontram dificuldades para implantar o ECA é o fato de tal legislação propor mudanças em práticas instituídas. Considerando que tais práticas não são naturais, mas naturalizadas, e que, portanto, podem ser desnaturalizadas se o seu processo de produção for compreendido, propõe-se analisar a história da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil, visando a promover reflexões acerca da possibilidade de efetivação de novos modos de pensar e fazer dispostos no ECA. Analisa-se, inicialmente, o modo como, no período colonial, o entendimento de que era preciso catequizar a população nativa contribuiu para que fossem criadas as primeiras instituições brasileiras destinadas ao acolhimento de crianças e adolescentes: os pequenos índios eram afastados de suas famílias para que assimilassem mais facilmente a cultura portuguesa. Em seguida são discutidas práticas que produziram as Casas dos Expostos, implantadas no Brasil no início do século XVIII como dispositivo de assistência a crianças que, por serem órfãs ou pertencentes a grupos familiares cujas características não correspondiam ao modelo dominante (pais não eram casados, eram escravos e/ou eram pobres), eram consideradas desprovidas de família. Considerando influências de práticas positivistas e capitalistas, exaltadas no Brasil sobretudo a partir da vinda da Corte Portuguesa, em 1808, são apresentadas críticas que eram dirigidas àqueles estabelecimentos e a outros de caráter religioso, bem como é discutida a concepção construída naquele período segundo a qual crianças e jovens pobres e abandonados, considerados propensos à criminalidade, deveriam ser qualificados para o trabalho, motivos pelos quais instituições destinadas ao acolhimento da

população infanto-juvenil no período imperial apresentaram mudanças em seu funcionamento e incluíram entre suas finalidades a formação profissional. A idéia de que era preciso não apenas prevenir que uma criança ou adolescente se tornasse um criminoso, mas também de que se fazia necessário regenerar aquele que houvesse cometido algum delito, é discutida em seguida, quando se expõe o modo como práticas higienistas contribuíram para a construção de duas categorias de infância desviante: a abandonada e a delinqüente, para as quais eram destinadas, respectivamente, asilos preventórios e asilos reformatórios. Por fim, é analisada a forma como o contexto histórico no qual foi implantada a FUNABEM (caracterizado pela adoção da Política de Segurança Nacional, que defendia a reclusão de indivíduos que não se ajustavam às normas vigentes, e pela promulgação do Novo Código de Menores, que determinava que crianças e adolescentes carentes, abandonados e/ou delinqüentes deveriam ser internados, afastando de suas famílias, em geral pobres) contribuiu para que aquela instituição tenha mantido características de internatos-prisões. Desse modo, pretende-se apontar que foi em virtude de determinados modos de pensar e de fazer construídos em determinados momentos históricos que o acolhimento de crianças e adolescentes em instituições brasileiras costumou ser caracterizado por longa reclusão (e, assim, afastamento familiar e comunitário) e pela finalidade de normatizar os internos como meio de proteção social. Propõe-se que, assim, sejam promovidas reflexões acerca da possibilidade de, por meio da adoção de novos modos de pensar e fazer, produzir mudanças em práticas de abrigamento, as quais envolvam toda a rede de assistência à infância e à juventude.

**Palavras-chaves:** Abrigo, Estatuto da Criança e do Adolescente, Institucionalização, Crianças e adolescentes, História

**Atividade: A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS DIREITOS DOS ADOLESCENTES ENTRE POLICIAIS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS DIREITOS DOS ADOLESCENTES ENTRE POLICIAIS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL**

**Autor(es):** Divaneide Lira Lima Paixao, Angela Maria de Oliveira Almeida, Talita Leão de Almeida, Greisy González Vázquez, Ludmila Pereira Silva

**Resumo:** Há décadas, a sociedade brasileira vem se confrontando com os Direitos das Crianças e dos Adolescentes. Movimentos pendulares levam-na de uma condenação dos comportamentos rebeldes da juventude a uma auto-culpabilização pelo que não tem sido garantido para o desenvolvimento pleno e autônomo daqueles que são no presente o adulto do futuro. Há quase 10 anos, temos nos preocupado, em nossos trabalhos de pesquisa, com o sentimento de violência que assolou a sociedade contemporânea, particularmente com a violência entre os adolescentes. Nossos achados e nossas reflexões teóricas, acumuladas ao longo desses últimos anos, com base em estudos que realizamos sobre as representações sociais da adolescência e da violência, e sobre as práticas educativas dos adultos, levam-nos hoje a indagar sobre como os direitos dos adolescentes têm sido significados pelo senso-comum, em um contexto em que se observam importantes avanços das legislações que asseguram esses direitos, ao mesmo tempo em os adolescentes são colocados no olho do furacão dos debates sobre a violência. Seja como fruto de uma construção histórica, seja como reação a uma conjuntura socioeconômica, temos assistido, ainda com muita freqüência, atos de violação dos direitos da criança e do adolescente. Idéias de punição x proteção, formação x disciplinarização, impunidade x responsabilização do adolescente, dentre outras, parecem ser continuamente negociadas pelo pensamento social, em um movimento de vai-e-vem, insinuando avanços e retrocessos nas práticas educativas dirigidas a este segmento da população. Neste estudo nos propusemos a identificar as representações dos direitos dos adolescentes, entre Policiais Militares do Distrito Federal, apoiando-nos na Teoria das Representações Sociais,

particularmente na abordagem societal desenvolvida por Doise e colaboradores. As Representações Sociais (RS) são consideradas, nesta abordagem, como princípios organizadores das relações simbólicas entre indivíduos e grupos e os Direitos Humanos constituem-se em objeto de RS na medida em que: 1) eles estão solidamente ancorados nas relações sociais instituídas pelos procedimentos jurídicos nacionais e internacionais; 2) eles são engendrados por crenças e opiniões amplamente partilhadas e em relação aos quais os indivíduos tomam posições, 3) as diferenças nas tomadas de posição individuais e grupais são organizadas e ancoradas nas experiências psicossociais dos indivíduos e em suas concepções de homem e de mundo. Participaram deste estudo 289 Policiais Militares, do Batalhão Escolar do Distrito Federal, com idade média de 35 anos, os quais responderam a uma “Escala de Respeito aos Direitos dos Adolescentes”, composta de 23 itens (23 artigos da Declaração Universal dos Direitos da Infância e da Adolescência). Os resultados mostram que os PMs tendem a considerar que os direitos dos adolescentes devem ser respeitados, ainda que se coloquem de forma bastante moderada em relação à garantia destes direitos. Quando estes mesmos PM são questionados sobre o respeito destes direitos em nosso país, mostram-se claramente convencidos de que não há um efetivo respeito a esses direitos. Apoio: CNPq

**Palavras-chaves:** Direitos Humanos, Adolescentes, Policiais Militares

**Atividade: ESTILO COMUNICATIVO MATERNO EM TRÊS SITUAÇÕES (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: ESTILO COMUNICATIVO MATERNO EM TRÊS SITUAÇÕES**

**Autor(es):** Hilana Maria Braga Fernandes, Nádia Maria Ribeiro Salomão Salomão, Diana Sampaio Braga

**Resumo:** Segundo a Perspectiva da Interação Social dos estudiosos da linguagem, adotada por esta pesquisa, um fator presente na interação social e indispensável para a inserção da criança no universo da fala é o input lingüístico, o qual refere-se a toda experiência, proporcionada pelo uso que as pessoas fazem da linguagem em suas interações. Essa perspectiva destaca o papel do adulto na interação com a criança, mas considera esta última como um ser ativo, desde o nascimento, detentora de capacidade comunicativa que a faz membro participante do contexto interativo. Desse modo, a criança é capaz de influenciar o parceiro com suas características, ao mesmo tempo em que é afetada pelas características do outro, evidenciando, então, contribuições mútuas na interação (Perosa, 1993). Nesse sentido, a linguagem do meio ambiente, aquela que faz com que a criança entre em contato, desde os primeiros meses de vida, têm uma importância indiscutível para que ela avance em sua habilidade para falar. Vila (1995) ressalta que as mães, de uma forma geral, utilizam uma fala simples, repetitiva, ajustada ao nível de compreensão e interesse da criança. Esse tipo de fala, que é dirigida à criança, é conhecido como “motherese”, que tem a função de envolvê-la na interação, no intuito de, principalmente, se comunicar com ela (Snow, 1977). De acordo com Ochs e Schieffelin (1997), as simplificações comuns, características da fala dirigida à criança são as seguintes: redução de encontro consonantal, reduplicação, contornos prosódicos exagerados, ritmo reduzido, frases mais curtas e, sintaticamente, mais simples, orientação espacial e temporal ao aqui-e-agora, repetição e parafraseamento de frases. Garton (1992) destaca que o envolvimento da criança na interação deve ser ativo, pois é a contribuição dessa e a participação da outra pessoa que determinará a natureza e o resultado da interação. Entretanto, essa contribuição depende dos níveis de experiências e conhecimentos existentes, como também da natureza e do propósito da interação. A idade em que a criança se encontra, a linguagem existente e o conhecimento cognitivo poderão influenciar a natureza e a extensão da contribuição por ela utilizada. O contexto, as situações e a função da interação social também determinarão o papel adotado pelos participantes e suas contribuições. Baseando-se nessa premissa, o objetivo do presente trabalho foi comparar os estilos comunicativos verbais maternos em situações diferentes. Participaram deste estudo, 10 díades mãe-criança, pertencentes a famílias de classe social média da cidade de João Pessoa, Paraíba, estando as crianças na faixa etária entre 24 e 31

meses. Uma entrevista foi realizada com a mãe a fim de obter dados sobre o desenvolvimento da criança e sobre sua família, além de propiciar um ambiente mais confortável para iniciar a pesquisa. Para registro da interação das díades foi utilizada a filmagem de três situações, sendo a primeira o brinquedo livre, a segunda a brincadeira com quebra-cabeça de nove animais e a terceira interação com dois livros com figuras e pouco texto. A duração da filmagem de cada situação foi de 15 minutos, mas só foram transcritos e analisados 10 minutos intermediários. A análise dos dados ocorreu em quatro etapas distintas: a primeira consistiu em transcrever as observações das interações, segundo as normas do CHAT (Codes for Human Analysis of Transcripts), componente do programa computacional CHILDES (Child Language Data Exchange System); na segunda foram elaboradas as categorias dos comportamentos comunicativos verbais das mães evidenciados nas observações; na terceira obteve-se a frequência dos comportamentos comunicativos verbais maternos, através do CLAN (Computerized Language Analysis), também componente do programa CHILDES; e por fim realizou-se uma análise quantitativa das frequências das categorias para possibilitar a análise dos dados, através do teste de Friedman. A análise estatística dos dados referentes ao sistema de categorias dos estilos comunicativos maternos demonstrou que as mães durante a situação de brincadeira livre, apresentou maior média de postos nas categorias onomatopéia, feedback e comentários, enquanto que as categorias diretivos e requisições tiveram maior média de postos durante a situação de quebra-cabeça e a categoria informações apareceram com maior média de posto durante a situação de leitura de livro. Cabe destacar que, apenas a categoria informações, mostrou uma diferença significativa entre as diferentes situações, através do teste estatístico de Friedman. Esses resultados foram discutidos considerando-se o nível de desenvolvimento lingüístico infantil e os contextos situacionais nos quais os enunciados foram apresentados.

**Palavras-chaves:** interação mãe-criança, estilo comunicativo materno, contextos situacionais

**Atividade:** A Brinquedoteca da Apae de Vitória da Conquista - BA (Paineis)

**Trabalho:** A Brinquedoteca da Apae de Vitória da Conquista - BA

**Autor(es):** Taís Faria Lemos, Germana Soares Ferraz, Vanessa Santana Aguiar

**Resumo:** Título: A BINQUEDOTECA DA APAE DE VITÓRIA DA CONQUISTA – BA. Instituição: APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais Cidade: Vitória da Conquista - BA Esta pesquisa propõe demonstrar um levantamento sobre a percepção dos funcionários e das mães dos educandos em relação ao trabalho prestado na brinquedoteca da Apae de Vitória da Conquista – BA. Este estudo privilegiou a fundamentação teórica sobre a brinquedoteca, 1- CUNHA(2001), 2- SANTOS(1997) e 3- SANTOS(1995). O instrumento de análise dos dados foi um questionário aplicado na Apae, individualmente a 21 funcionários e 21 mães das crianças, aleatoriamente escolhidos. 80% dos funcionários apontaram que o trabalho desenvolvido na brinquedoteca é ótimo, enquanto 86% das mães constataram que é bom, 100% da amostra apontou que brincar é um direito da criança e que a criança deficiente consegue aprender através do brincar. Pudemos constatar mudanças em relação às crianças, demonstrando-as mais sociáveis, alegres e integradas as atividades proposta na brinquedoteca. A partir da sistematização dos dados, verifica-se que a função da brinquedoteca é oferecer às crianças com deficiência mental e múltipla um espaço educativo que estimule a coordenação motora, a aprendizagem e a criatividade através do mundo fantasioso do faz-de-conta. Desta forma esta pesquisa aponta o resultado, no qual, a brinquedoteca é vista de maneira satisfatória, as atividades proposta nesse espaço educativo proporciona a socialização, a criatividade e a afetividade através do lúdico. O brincar facilita o desenvolvimento da criança e contribui para sua saúde, toda criança tem o direito de brincar e a criança com deficiência mental e múltipla em particular, deve ter seus direitos garantidos. A brinquedoteca da apae tenta proporcionar o brincar de forma alegre e educativa, bem como vivencia práticas lúdicas com as famílias dos educandos contemplados nesse espaço. O brincar é essencialmente uma experiência criativa, uma forma de



comunicação. É uma atividade também construída na relação da criança com o meio, pois toda criança começa a brincar desde seus primeiros anos de vida. A brincadeira é um jogo simbólico no qual a criança tem a oportunidade de elaborar seus conflitos cotidianos por ela vivenciados ou de realizar seus desejos insatisfeitos. O momento do brincar na Apae é vivenciado de modo que a criança com suas limitações sejam oportunizadas a demonstrar seu potencial através da ludicidade. Assim o sujeito quando brinca aprende a se expressar no mundo, criando e recriando novos brinquedos e, com eles, participando de novas experiências e aquisições. Referência Bibliográfica: 1- CUNHA, Nylse Helena Silva. Brinquedoteca : um mergulho no brincar. 3.ed. São Paulo : Vetor, 2001. 2- SANTOS, Santa Marli Pires dos. Brinquedoteca: o lúdico em diferentes contextos. Petrópolis, RJ : Vozes, 1997. 3- SANTOS, Santa Marli Pires dos. Brinquedoteca: sucata vira brinquedo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. 96p.

**Palavras-chaves:** brinquedoteca, brincar, criança

**Atividade: O que é uma emoção?  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** O que é uma emoção?

**Autor(es):** Janaína Oliveira da Silva, Antonio Roazzi, Maria da Graça B.B. Dias, Luciana Barboza dos Santos, Fabiana de Souza e S. Dantas, Arne Vikan

**Resumo:** A emoção é um fenômeno complexo, um processo que envolve todo o organismo. Desta forma, existem algumas dificuldades em seu estudo, a primeira diz respeito a sua própria definição e a segunda ao compartilhamento do seu significado. De fato, à primeira vista todos sabem o que é uma emoção, até o momento de ter que defini-la. Além do mais, pode-se dizer que na melhor das hipóteses, cada um sabe o que é certa emoção, contudo, apesar de utilizar a mesma palavra não se pode dizer que uma outra pessoa entenda exatamente da mesma forma. Como consequência destas dificuldades o conhecimento das emoções é ainda parcial e fragmentado, e muitas são as questões que se encontram ainda em aberto (Lazarus, 1991). Uma destas questões refere-se a conceitualização das mesmas. Pesquisas recentes sobre as categorias naturais sugerem um modelo teórico de base para conceitualizar o conhecimento e as representações que as pessoas elaboram sobre as emoções. Categorias de objetos naturais ou eventos, incluindo as emoções, são formados como um resultado de experiências repetidas e se tornam organizadas como protótipos (Rosh, 1978). O conjunto inter-relacionado de categorias de emoções se organiza e se estrutura de acordo com uma dimensão abstrato-concreto de forma hierárquica. Na base desta hierarquia das emoções encontram-se um conjunto de emoções como – amor, felicidade, raiva, tristeza, medo e surpresa – extremamente útil para poder fazer distinções entre as emoções no dia a dia. Estas são basicamente as emoções que as pessoas costumam nomear ao serem perguntadas sobre as emoções (Fehr & Russell, 1984), são as emoções que as crianças aprendem a falar primeiro (Bretherton & Beeghly, 1982) e o que os teóricos nesta área têm definido como emoções básicas ou primárias. Apesar dos inúmeros estudos sobre estas emoções básicas ou primárias a respeito de sua hierarquia, não tem sido realizados estudos do ponto de vista evolutivo sobre a sua organização estrutural. A realização deste trabalho teve como objetivo investigar a organização estrutural do campo semântico conceitual da emoção em crianças, visando melhor compreender a representação das mesmas. A sua elaboração e execução, baseou-se na teoria das representações sociais e em estudos antropológicos que usam análises multidimensionais, tomando como ponto de partida os métodos e técnicas da antropologia cognitiva (Russel, 1994; D`Andrade, 1995; Lave, 1988). Numa amostra de 247 crianças, 129 meninos e 118 meninas, de escola pública e particular (117 e 130 respectivamente) com idades entre 6 e 13 anos foram aplicadas as técnicas de associação livre de palavras e duas perguntas. Em primeiro lugar, através da técnica de associação livre, como meio de acesso ao campo semântico das representações, pedia-se que os sujeitos

falassem livremente o que pensavam com a evocação da expressão "emoção": "Diga para mim algumas emoções que vem na sua cabeça?", obteve-se um total de 204 respostas, compostas por 34 tipos de expressões semânticas, as quais, ao serem agrupadas de acordo com a similaridade de significados, originaram 15 categorias de análise. Em seguida, foi também perguntada a frequência destas emoções em sua vida: "Quais destas emoções você experiência com mais frequência (sente por mais tempo)"? Por último, foi examinado o conhecimento que os participantes tinham das emoções através de uma pergunta direta. "Você sabe o que é uma emoção?" A análise das respostas à questão "Você sabe o que é uma emoção?", apontou que a maioria das crianças respondia relacionando emoções a sentimento, a coisas que sentem no coração. Elas também traziam exemplos de acontecimentos positivos e negativos, citavam emoções específicas, principalmente as classificadas como primária, pelos teóricos da área. Na questão relativa à frequência destas emoções em sua vida as crianças apontaram alegria, felicidade e tristeza como as emoções mais vivenciadas no seu dia a dia. Na associação livre as emoções primárias apareceram de forma predominante, destacando-se em primeiro lugar a alegria, seguida da tristeza, felicidade, raiva, medo e amor respectivamente. Emoções mais elaboradas, consideradas secundárias, também foram encontradas como saudade, ódio, paz, ansiedade e outras mencionadas com menor frequência. Para verificar a organização estrutural do campo semântico conceitual, as categorias produzidas através da associação livre foram analisadas também através de análises multidimensionais como a Análise da Estrutura de Similaridade (SSA). Em seguida, para verificar a relação entre a estrutura decorrente do campo semântico encontrado e as variáveis idade, sexo, e tipo de escola, os dados foram analisados através do método das "variáveis externas como pontos" (Roazzi & Dias, 2002). Esses resultados serão discutidos de forma mais aprofundada possibilitando reflexões acerca do tema proposto em relação à literatura na área.

**Palavras-chaves:** Emoção, Organização Estrutural, Campo conceitual

**Atividade: Prevalencia de sintomatologia interiorizada ao inicio da idade escolar e fatores associados (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Prevalencia de sintomatologia interiorizada ao inicio da idade escolar e fatores associados

**Autor(es):** Neuza Cristina dos Santos Perez, Maria Claustre Jané Ballabriga, Maria Carme Viladrich i Segues, Raquel Zepeda Burgos, Gustavo A. González Rodríguez, Agnès Corcoll Champre donde, Rosabla Àngulo Rincón, Joao Carlos Alchieri

**Resumo:** Os estudos realizados demonstram que grande parte dos transtornos psiquiátricos diagnosticados na adolescência e vida adulta, como a depressão, transtornos de ansiedade da adolescência, agressividade juvenil, predisposição ao abuso de substâncias entre outros, apresenta seus primeiros sinais de alerta na infância. Não obstante, ainda são poucos os estudos realizados com amostras que abarquem jovens com idade inferior aos nove anos, principalmente quando se trata de população não-clínica. É importante destacar que a primeira infância é um período marcado por um desenvolvimento muito rápido e variável em várias áreas, o que nos alerta a ser ainda mais cautelosos e éticos quando realizamos uma avaliação de cunho psicológico ou psiquiátrico. Não obstante, as condutas disruptivas características dos anos pré-escolares tendem a diminuir com a idade, embora, uma pequena porcentagem, porém significativa, progrida de maneira gradual e acumulativa comprometendo o desenvolvimento psico-social da criança. Por outro lado, o inicio da idade escolar se vê marcada pela aquisição de certas habilidades sociais e por um maior autocontrole dos impulsos. Estas novas aptidões

contribuem a que as condutas perturbadoras, impulsivas, desafiadoras, de oposição e agressivas que caracterizam os problemas comportamentais e emocionais sejam mais evidentes tanto para pais como para professores. O objetivo deste trabalho é descrever às crianças que apresentam risco de desenvolver problemas emocionais em uma etapa do desenvolvimento onde as condutas desadaptadas ainda não tenham se cristalizado. Para tanto se utilizou parte de uma amostra representativa da população geral composta por crianças entre seis e oito anos de idade, matriculadas em primeiro e segundo de primária nas escolas públicas e privadas da região de Osona-Barcelona (N=506). Os instrumentos empregados foram a CBCL 6-18 "Child Behavior Checklist" (Achenbach, Dumenci e Rescola, 2000), a CSI-4 "Child Symptom Inventory-4" (Gadow e Sprafkin, 1994, 1997, 2002), ambas baseadas no DSM-IV (APA, 1994). Além do mais se utilizou o Questionário de Saúde Geral de Goldberg "QSG-28" (Goldberg e Williams, 1996), o EMBU-P-CAS (Perris, Jacobsson, Lindström, Knorrning e Perris, 1980) e um questionário sócio-demográfico criado ad hoc (Doménech, Canals, Viñas e Jané, 1999). Os escolares que obtiveram pontuação igual ou superior a 65 na escala de problemas interiorizados da CBCL, constituíram o grupo de risco. Os resultados preliminares demonstram uma porcentagem expressiva de crianças que apresentam sintomatologia interiorizada (N=72; 14.1%) ao início da idade escolar. A análise de regressão indica os sintomas de depressão materna, as pautas educativas marcadas por condutas de rechaço, o uso do computador por parte da criança assim com a presença de queixas somáticas ajudam a explicar em um 21% a presença da sintomatologia interiorizada. Estes dados preliminares evidenciam a importância da realização de estudos em etapas precoces do desenvolvimento. A identificação de possíveis dificuldades relacionais e emocionais assim como dos fatores associados ajudaria a evitar que estas se tornem crônicas e evoluam a transtornos graves. Além do mais, ajudaria a prevenir complicações secundárias como o fracasso escolar e aportariam ferramentas essenciais para a realização de trabalhos preventivos.

**Palavras-chaves:** Problemas interiorizados, CBCL 6-18, idade escolar, prevalência, fatores de risco

**Atividade:** Características dos perfis de pessoas com ampla rede de contatos no Orkut (Paineis)

**Trabalho:** Características dos perfis de pessoas com ampla rede de contatos no Orkut

**Autor(es):** Eric Campos Alvarenga, Abraão Fonseca, Claudia Tatiana Ferreira Cavalcante, Mayara Barbosa Sindeaux Lima, Hilma Tereza Tôrres Houry

**Resumo:** Estudos sobre relações virtuais são feitos objetivando traçar redes de comunicação entre seus usuários. Hoje em dia existem vários sites especializados na construção destas redes. O site relacionamentos Orkut é um dos mais populares do gênero, cerca 60% de seus usuários estão na faixa de idade entre 18 e 25 anos. A maioria dos usuários deste site possuem no máximo cem contatos (os menos populares) ou duzentos (os mais populares). Mas alguns destes alcançam algo em torno de mil contatos, sendo chamados de Hubs, por alguns autores. Visando traçar o perfil desses Hubs, este estudo pretendeu identificar as características predominantes no cadastro de usuários com ampla rede de contatos no site de relacionamentos Orkut. Considerou-se como tendo ampla rede de contatos, os usuários que possuem 950 ou mais contatos no site. Fizeram parte deste estudo 50 sujeitos de ambos os sexos, cadastrados no site de relacionamentos citado. Para a coleta de dados foram utilizadas duas fichas: a) uma para coletar as informações sobre a foto do perfil dos participantes e b) outra para colher informações como: idade, sexo, etnia, altura, cor dos cabelos e dos olhos, tipo físico e se o nome era real ou fictício. O estudo se deu em 3 etapas. Primeiramente os sujeitos da pesquisa foram selecionados mediante o acesso à comunidade "Os + Tops do Orkut", logo depois se realizou a coleta de dados onde os pesquisadores entraram no site supracitado, acessando o perfil dos possíveis participantes da pesquisa e preenchendo a ficha de caracterização do perfil destes. Os

dados foram quantificados a fim de verificar a frequência com que cada item é disponibilizado no perfil dos participantes. Com relação às fotos, estes se apresentavam sozinhos, em sua grande maioria; usando algum adereço, sérios, mostrando o corpo do ombro pra cima, estando os homens vestidos com camisa de manga, e as mulheres usando blusa (sem manga). Já com relação às informações dos perfis dos participantes, estes se apresentavam geralmente identificados como tendo olhos castanhos, cabelos castanhos, tipo físico atlético, etnia caucasiana, 12 fotos no álbum e tendo como interesse no orkut a amizade. Percebeu-se também que as informações acerca da altura, idade, tipo físico e etnia foram omitidos pela maioria dos perfis, o que pode ser um reflexo da grande quantidade de fotos que os participantes possuíam em seus álbuns. Talvez entendam que possam prescindir de tais informações, uma vez que as fotos falam por si. As mulheres omitiram mais informações sobre a idade do que os homens, o que pode estar relacionado a uma questão cultural e histórica, onde a mulher é julgada por sua juventude e beleza, conduzindo, possivelmente, a um medo de comunicar o seu envelhecimento e, portanto, receio de identificar esta característica em seus perfis. O presente estudo sugere que sejam feitas mais pesquisas sobre este assunto, analisando as fotos do álbum e fazendo uma análise de conteúdo de outras informações dos perfis de pessoas com ampla rede de contatos no Orkut, principalmente referente às sessões “quem sou eu” e “testemunhos”, no qual há a descrições a respeito da pessoa do perfil.

**Palavras-chaves:** Orkut,Relacionamentos,Hubs

**Atividade: INTERVENÇÃO INSTITUCIONAL EM ABRIGOS (Experiências em Debate)**

**Trabalho:INTERVENÇÃO INSTITUCIONAL EM ABRIGOS - AÇÕES INTEGRADAS E ARTICULADAS NO MUNICÍPIO DE ARACAJU**

**Autor(es):** Marlizete Maldonado Vargas,Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg

**Resumo:** As Instituições de Abrigo, que têm seus programas regulamentados de acordo com os princípios do ECA (artigos 92 e 94), devem atuar no abrigamento como medida protetiva, excepcional e temporária, sendo um dos últimos recursos para o cumprimento da proteção integral da criança/adolescente, preconizada no Estatuto. Sendo assim, a reintegração familiar e social nos Abrigos deve ser prioridade, devendo haver projeto pedagógico que possibilite uma realidade mais digna para a criança/adolescente. Encontrou-se nos Abrigos de Sergipe, de acordo com pesquisas realizadas (VARGAS. et all. 2005; BATALHA & VARGAS, 2005; ANDRADE & VARGAS, 2006), dados que corroboram com os nacionais (WEBER.; KOSSOBUSKI, 1995; RIZZINI & RIZZINI, 2004; SILVA (coord.), 2004). Evidenciou-se que a maioria tinha mais de um ano de abrigamento por situação econômica precária e/ou negligência da família; ausência de vínculos familiares significativos sem medida judicial; ausência de trabalho psicossocial de reintegração familiar; atraso de escolaridade na maioria dos adolescentes que superlotavam algumas instituições; carência de projeto de vida e orientação profissional que resgatasse a condição de cidadão e projeto de vida quando da completude da maioridade. Todos os dados apontaram para o descumprimento dos princípios norteadores da medida de abrigamento. Como o abandono é sempre traumatizante, remediá-lo através da institucionalização é provocar mais cicatrizes num ser humano (WEBER E KOSSOBUDZKI, 1996). Encontramos muitos jovens com feridas profundas, asilados do resgate de sua cidadania, num ambiente que costuma reeditar a negligência ou abandono que justificaram a medida de abrigamento. O curso de psicologia da UNIT iniciou em 2005 um projeto de intervenção visando à elaboração de projetos de vida para adolescentes abrigados com escolaridade acima da 4ª série do ensino fundamental. Dentre as principais dificuldades para sua implementação, destacou-se a grande passividade dos adolescentes, dificuldades sérias de aprendizagem (muitos estavam apenas na fase de letramento apesar de frequentarem a 4ª série) e pouca disponibilidade de aderência ao projeto, principalmente dos dirigentes das instituições envolvidas. Questionou-se, então, as ações de atenção às famílias, articuladas em conjunto com poder público e sociedade. Foi criado Grupo Gestor dos Abrigos, formado por instituições governamentais e não-governamentais de abrigamento, universidades, Conselhos de Direitos e

representantes do executivo estadual e municipal de Aracaju. Coordenado pelo Ministério Público de Sergipe através da diretoria do Núcleo de Apoio à Infância e Adolescência, construiu-se uma proposta pedagógica para as Instituições de Abrigo de Sergipe que devem apresentar dentre seus objetivos: a construção coletiva de regras claras de convivência social que favoreçam uma vivência cidadã na Unidade de Abrigamento; desenvolvimento de um processo de formação continuada dos abrigados voltada para a construção de um projeto de vida; instigar o desenvolvimento da auto-estima, resgate dos laços afetivos familiares e societários dos abrigados; integração de ações de arte, cultura, esporte, lazer e espiritualidade no desenvolvimento da ação educativa. Criaram-se diretrizes para um Núcleo Técnico Operacional, formado por equipe interdisciplinar e interinstitucional de diagnóstico situacional e assessoria técnica aos abrigos. O NAIA, vem desenvolvendo vários projetos e parcerias nos abrigos, destacando-se os “Projeto Ciranda de Luz e Árvore da Solidariedade”, as parcerias com SESC, UNIT, ILBJ, UFS- Projeto Novos Talentos. Foi implantado o SIA – Sistema Informatizado dos Abrigos – único no país, possibilitando aos operadores de direito a definição judicial abrigados. Paralelamente, foi articulado junto à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da UNIT e Grupo Gestor de Abrigos, Projeto Piloto de Intervenção Interdisciplinar. Feito o diagnóstico das necessidades e viabilidade de execução no Abrigo escolhido por representantes do Grupo Gestor, elaborou-se programa de ação reunindo os projetos: Saúde Bucal (Curso de Odontologia); Reforço pedagógico e introdução à informática (Cursos de Pedagogia, Informática); Orientação Psicossocial e Promoção de Saúde a Adolescentes (S. Social, Psicologia e Enfermagem); Educação física, recreação e artes (Educação Física e Letras); Atenção psicossocial à família (Psicologia e Serviço Social); Projeto arquitetônico paisagístico de área de lazer (Arquitetura). O curso de Psicologia, trabalhou inicialmente, através de método ZOPP de planejamento participativo, que possibilitou ao grupo a definição conjunta de uma estratégia de ação, tomada com base num processo de “reflexão consensuada” (BROSE, 2004, p.181). Desta forma, buscamos mais chances de sucesso ao iniciar processos de mudança na realidade da Instituição, com maior objetividade, transparência no processo decisório pela participação ativa dos abrigados e funcionários nos processos decisórios. Todos os projetos de supervisão de estágio, relatórios de pesquisa e extensão, realizados neste período (2003-2007), fruto de profundas reflexões, sistematizadas e fundamentadas teoricamente, que tratam da situação de crianças e adolescentes em situação de abandono, estão resumidos neste relato de experiência, de certa forma pioneira, de desenvolvimento de políticas de atendimento aos abrigos/abrigados e de articulação de ações, onde Universidade e Ministério Público vêm exercendo importante papel no desenvolvimento das condições necessárias que possibilitem a re-inserção familiar e comunitária das nossas crianças e adolescentes.

**Palavras-chaves:** abrigo, abandono, criança, adolescente, interdisciplinaridade

**Atividade:** Lugar da família na rede social no decorrer do ciclo da vida (Paineis)

**Trabalho:** Lugar da família na rede social no decorrer do ciclo de vida: dados preliminares

**Autor(es):** Ana Maria Almeida Carvalho, Anamélia Lins e Silva Franco

**Resumo:** A família é reconhecida como tendo um lugar central na rede de relações interpessoais dos indivíduos, pelo menos nas primeiras etapas do ciclo de vida. Reconhece-se ainda, de forma consensual, que esse lugar, e a própria definição de família, são historicamente e culturalmente variáveis, além de provavelmente apresentarem nuances importantes em função de classe sócio-econômica. O objetivo do projeto cujos resultados preliminares pretende-se apresentar aqui é descrever e comparar a posição da família na rede social – definida como rede de relações interpessoais – em diferentes contextos e ao longo do ciclo de vida. Nesta primeira etapa, foram propostos dois procedimentos complementares: um corte transversal, realizado por meio de entrevistas semi-estruturadas com indivíduos situados em diferentes fases do ciclo de vida; e um corte longitudinal, por meio de entrevistas em profundidade com uma pequena amostra representativa dessas mesmas fases. Visou-se ainda, nesta etapa, verificar a adequação de instrumentos e procedimentos, especialmente o roteiro de entrevista – um objetivo

basicamente metodológico. A amostra do estudo transversal é composta por 75 indivíduos de ambos os sexos, distribuídos em quatro categorias definidas pelo status social e familiar: jovens solteiros (até 32 anos), casados com filhos pequenos (pelo menos um filho de menos de 10 anos), casados com filhos crescidos, e “ninho vazio”, ou seja, casais cujos filhos já deixaram o lar da família de origem. Para o corte transversal, oito indivíduos, sendo quatro de cada sexo, e representativos das mesmas quatro fases do ciclo de vida. Para fins de tabulação e composição das redes, os parceiros apontados pelos entrevistados como componentes de sua rede foram diferenciados como pertencentes à família de origem, à família constituída, no caso dos casados, e não-família; e como pertencentes a uma geração mais velha, à mesma geração ou a uma geração mais jovem (com o critério de pelo menos 20 anos de diferença em relação ao entrevistado). Todos os entrevistados são moradores de Salvador, Bahia, ou adjacências, de nível sócio-econômico médio e médio alto. A análise preliminar focalizou quatro dimensões passíveis de definir redes sociais: convivência, entendida como parcerias diárias ou freqüentes (pelo menos uma vez por semana); importância do parceiro para o entrevistado; e duas dimensões que denominamos focos da rede, referentes, respectivamente, a parcerias de apoio, ajuda recíproca e intimidade; e parcerias definidas principalmente por atividades de lazer. Os resultados preliminares indicam algumas diferenças entre os sexos, sugerindo uma tendência das mulheres ao foco na família, inclusive na família de origem, ao passo que os homens tendem mais a apresentar um foco externo (não-família); sugerem ainda que o lugar da família, e especialmente da família de origem, se desloca no decorrer do ciclo de vida, sendo substituído por focos na família constituída e não-família, embora a família de origem se mantenha bastante central na dimensão Importância. Quanto às relações geracionais, a tendências mais nítidas são o foco na Mesma Geração, e um pequeno aumento no foco em parceiros mais jovens nas fases mais maduras do ciclo de vida. São discutidas as limitações amostrais e do instrumento de entrevista utilizado, e sugeridos possíveis rumos para a continuidade do projeto.

**Palavras-chaves:** família, rede social, ciclo de vida

**Atividade: Representação Social da morte entre adolescentes de Salvador e Lauro de Freitas (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Representação Social da morte entre adolescentes de Salvador e Lauro de Freitas

**Autor(es):** Milena dos Santos Bitencourt

**Resumo:** A morte é um assunto que desperta curiosidade e medo em todas as faixas etárias e classes sociais. Todavia o aumento na taxa de mortalidade por causas externas de jovens do sexo masculino, a escassez de material sobre o tema na literatura e a possibilidade de entendimento do motivo pelo qual os jovens adotam tantos comportamentos que podem levar à morte suscitaram o interesse no tema aqui abordado. O presente trabalho visa através de uma ferramenta da Psicologia Social, a Representação Social, saber como os adolescentes formaram o conceito de morte, quais idéias giram em torno deste conceito e como ele se articula com o comportamento de risco tão comum na adolescência. Para tanto realizou-se um estudo de levantamento com a aplicação de um questionário confeccionado pela própria autora da pesquisa e subdividido em três dimensões, sendo a dimensão de representação social da morte a que será mais explorada neste trabalho. Este questionário foi aplicado em 58 adolescentes, sendo 28 de uma escola pública situada num bairro periférico de Salvador e 30 de uma escola particular localizada num bairro nobre da cidade de Lauro de Freitas. Os dados foram codificados no programa SPSS versão 9.0 e, para um melhor entendimento destes foram utilizadas análises descritivas de freqüência e média. Examinando os achados pôde-se cruzar variáveis como grupo etário, religião e o tipo de escola em que estudavam – fato que está diretamente ligado à classe social a qual pertencem os jovens – com a representação da morte descrita por estes adolescentes. A partir dos dados obtidos observou-se alguns achados como: os meninos são mais agressivos que as meninas e, por conseguinte, adotam mais comportamentos de risco que elas; a importância que os adolescentes dão à morte de um ente querido em detrimento da própria e como a morte para eles está fortemente relacionada aos rituais fúnebres e objetos usados nos mesmos. Alguns dos principais resultados da pesquisa mostram que a maioria dos

adolescentes consideram a morte como uma passagem para uma nova vida; preferem que a própria morte aconteça quando estiverem dormindo ou que seja rápida e relacionam a morte à objetos comumente presente durante enterros e velórios como caixões e cruzeiros e figuras que simbolizam a morte como o ceifador. Analisando achados obtidos concluiu-se, principalmente, que os jovens ainda têm uma relação distante com o tema da própria morte o que possivelmente está diretamente relacionado com a adoção de comportamentos de risco nesta fase.

**Palavras-chaves:** Representação social, Morte, Adolescentes, Comportamento de risco

**Atividade: ESTIGMATIZAÇÃO DE MENINOS E MENINAS EM SITUAÇÃO DE RUA SOB A ÓPTICA DE PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA (Paineis)**

**Trabalho: ESTIGMATIZAÇÃO DE MENINOS E MENINAS EM SITUAÇÃO DE RUA SOB A ÓPTICA DE PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA**

**Autor(es):** Larissa de Figueiredo Rolemberg Mendonça

**Resumo:** Problemas sociais acumulados no Brasil, desde o seu “descobrimento”, vêm gerando situações que fortalecem o processo de exclusão e estigmatização das classes mais pobres. A questão de crianças e adolescentes em situação de rua não difere dessa problemática, em que eles têm vinculado à sua imagem um rótulo estigmatizado, reduzindo essa população a algumas características negativas. A partir dessa realidade, para poder analisar este tema, foi abordado o conceito de “Meninos e Meninas em Situação de Rua”, seu histórico, o fenômeno da estigmatização inserido no contexto social e a concepção de algumas linhas teóricas da Psicologia sobre este aspecto. Entende-se, neste trabalho, que o termo “Meninos e Meninas em Situação de Rua” poderá ser designado para crianças e adolescentes que utilizam a rua por diversos motivos, sejam eles: aumento da renda familiar, busca de liberdade, identificação com a rua e/ou com os grupos que dela fazem parte e moradia; não cabendo neste estudo delimitar as causas que fizeram com que essas crianças fossem para as ruas, mas a forma de como elas são percebidas socialmente, principalmente por psicólogos que atuam neste contexto. Assim, para operacionalizar essa pesquisa alguns objetivos foram traçados; o objetivo geral foi saber a visão que é dada pelos psicólogos que trabalham nessa área sobre o aspecto da estigmatização de crianças que vivem ou passam os dias na rua, e os objetivos específicos foram analisar a perspectiva individualizada das questões sociais, e ainda se as mesmas contribuem de forma efetiva para o entendimento do preconceito e discriminação bem como se os psicólogos estereotipam a situação de menino de rua. A abordagem deste tema é de expressiva relevância social por se tratar de temática presente e incorporada ao nosso meio sem encontro de solução no modelo sócio-político-econômico do país; o enfoque, contudo, será direcionado à Psicologia por se tratar de um tema que propõe o entendimento da visão dos psicólogos e como eles lidam com essas questões. O presente trabalho consta com entrevista composta por sete perguntas subjetivas, que foram aplicadas a oito psicólogos comunitários/sociais do Município de Aracaju-SE. A análise foi feita de forma qualitativa por se tratar do interesse no discurso da pessoa entrevistada e pôde-se assim perceber o processo estigmatizado vinculado ao conceito de menino de rua ao se traçar um perfil estereotipado deles, reduzir a responsabilidade social para a família dessas crianças estarem nas ruas, e a própria intervenção dos psicólogos de caráter curativo ao se propor um perfil pré-determinado que deve ser mudado, sem que seja trabalhado as próprias questões do indivíduo, configurando uma visão individualista/reducionista. Além disso, foi percebido que quando comparado o que determinadas linhas teóricas pregavam e o que os psicólogos da mesma base teórica falavam, percebeu-se uma confusão nos conceitos e na forma de lidar com a situação. A tentativa de questionamento da atuação dos profissionais de psicologia se fez presente tendo em vista a discrepância que encontramos entre a teoria e a prática. Enfim, este trabalho foi de grande aprendizado por ter proporcionado uma avaliação de como psicólogos sociais lidam com a realidade dos meninos na rua, assim como trouxe uma real dimensão do que ocorre socialmente em relação a categorias estigmatizadas, como a da temática apresentada.

**Palavras-chaves:** Criança, Estigmatização, Psicologia, Rua

**Atividade: AFETOS POSITIVOS E NEGATIVOS: HÁ DIFERENÇA NOS AFETOS ENTRE MENINOS E MENINAS? (Paineis)**

**Trabalho:** Afetos positivos e negativos: há diferença nos afetos entre meninos e meninas?

**Autor(es):** Patrícia Nunes da Fonseca, Jackson Luis Galdino Dourado, Karla Alves Carlos, Emilia Suitberta de Oliveira Trigueiro, Mayara Limeira Freire

**Resumo:** O bem-estar subjetivo (BES) é uma área da Psicologia que tem crescido nos últimos anos, possuindo estudos com as mais diversas nomeações, tais como: felicidade, satisfação, estado de espírito e afeto positivo, além de também ser considerada a avaliação subjetiva da qualidade de vida. Esta temática se refere ao que as pessoas pensam e como elas se sentem sobre suas vidas. (Diener, 1984; Diener, Suh & Oishi, 1997; Diener, Suh, Lucas & Smith, 1999, ver Giacomoni, 2002). O afeto é o segundo componente do bem-estar subjetivo, composto pelas respostas afetivas das pessoas, incluindo afetos prazerosos e desprazerosos como cita Giacomoni (2002). O afeto positivo é um contentamento experimentado em um determinado momento como um estado de alerta, de entusiasmo e de atividade. Já o afeto negativo refere-se a um estado de distração e engajamento desprazível que também é transitório, todavia, inclui emoções desagradáveis como ansiedade, depressão, agitação, aborrecimento, pessimismo e outros sintomas psicológicos aflitivos e angustiantes (Albuquerque e Tróccoli, 2004). Este estudo teve como objetivo verificar se há diferença quanto aos afetos de acordo com o gênero do participante. A amostra é composta de 260 respondentes da cidade de João Pessoa -PB. As idades variam de 8 a 15 anos ( $M = 10,83$ ,  $DP = 1,31$ ). Sendo a maioria dos respondentes do sexo feminino (52,7%). Os participantes foram divididos em dois grupos, um de escolas públicas ( $N = 104$ ) e outro de escolas particulares ( $N = 156$ ). Os estudantes eram da 3ª. Série ( $N = 81$ ), 4ª. Série ( $N = 64$ ) e 5ª. Série ( $N = 115$ ) do ensino fundamental. Estes receberam questionários contendo a Escala de Afetos Positivos e Negativos para Criança, elaborada por Giacomoni (2002), onde são utilizados adjetivos descritores de afeto positivo e negativo. Os adjetivos foram selecionados a partir da categoria "Sentimentos", para serem um conceito de felicidade de fácil compreensão para crianças. São divididos em 17 adjetivos negativos e 13 positivos. Foi utilizada uma escala de respostas do tipo Likert de 5 pontos, que variavam de 1 a 5, (1) nem um pouco; (2) um pouco; (3) mais ou menos; (4) bastante; (5) muitíssimo, para indicar o quanto elas estavam sentindo-se de acordo com o item. Além disso foram incluídas questões para Caracterização da amostra: perguntas de caráter sócio demográfico (por exemplo, idade, sexo e escola) para descrição da mesma. Para a análise foi utilizada a versão 13.0 do pacote estatístico SPSSWIN (Statistical Package for the Social Sciences), onde foi realizado o teste t de Student, empregado para conhecer se a magnitude dos afetos varia em função do gênero dos estudantes. Como resultado, podemos observar que da amostra estudada os participantes do sexo Masculino, obtiveram pontuação inferior ( $M = 1,91$ ;  $DP = 0,78$ ) quando comparados aos participantes do sexo Feminino ( $M = 2,02$ ;  $DP = 0,74$ ) nos afetos negativos,  $t(258) = -1,19$ . Já com referência aos afetos positivos a pontuação do sexo Feminino foi inferior ( $M = 3,79$ ;  $DP = 0,74$ ), ao sexo Masculino ( $M = 3,81$ ;  $DP = 0,66$ ),  $t(258) = 0,24$ . Portanto, os respondentes do sexo feminino, demonstram-se mais afetivos positivamente, assim como os respondentes do sexo masculino são mais afetivos negativamente. Mesmo assim, podemos observar que não há uma grande diferença entre o gênero com relação aos afetos positivos e negativos. Mesmo assim, comparando as médias entre o sexo masculino e feminino, a pontuação do gênero masculino com relação aos afetos negativos foi superior as do sexo feminino. Isso pode ser justificado pela vivência de muitos destes estudantes da entrada na adolescência, o que muito afeta o universo afetivo e emocional destes. E é na escola, local onde foi aplicado este estudo que alunos experimentam diversos afetos: o prazer de conseguir realizar algo pela primeira vez, tristeza ao saber da doença de um amigo, ou de uma nota ruim, a raiva ao discutir com os colegas de classe como citam Ruiz & Oliveira (2005). Espera-se que o material apresentado



possa contribuir para a literatura específica e a discussão da temática em psicologia e áreas afins, visto que o componente afetivo é de grande importância na área educacional e desenvolvimentista.

**Palavras-chaves:** Afetos,Bem-estar,Gênero,Escola

**Atividade: COMPREENSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS DO TERCEIRO AO QUINTO ANO DE VIDA: UM ESTUDO COMPARATIVO (Paineis)**

**Trabalho:COMPREENSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS DO TERCEIRO AO QUINTO ANO DE VIDA: UM ESTUDO COMPARATIVO**

**Autor(es):** Laila da Camara Lima Kurtinaitis,Cynthia Barreto,Maria Isabel Pedrosa

**Resumo:** A compreensão social de parceiros em uma situação interacional implica uma ampla gama de habilidades para capturar o estado de humor do outro, seus interesses, intenções, desaprovações e disponibilidades em ocasiões específicas. Implicam também compartilhar opiniões, expectativas, o modo como devem se organizar as relações do grupo, a maneira ou a intensidade de expressar-se emocionalmente e, ainda, interpretar ou antecipar as reações de outro diante de determinado evento, avaliar o grau afetivo das relações de outros, compreender sanções, proibições e práticas aceitáveis, etc. Num ambiente de creche, onde a criança pequena (zero a seis anos) passa várias horas de seu dia em maior contato com outras crianças, sob a supervisão de poucos adultos, a interação de parceiros de mesma idade provavelmente instiga o uso de competências sociais para a realização de propósitos do brincar. O presente trabalho buscou identificar estratégias sociais usadas por crianças, de três agrupamentos etários. Por meio do uso dessas estratégias, aspectos da competência social das crianças puderam ser inferidos. Foram realizadas observações videogravadas em 60 crianças de uma creche pública municipal, que brincavam livremente com parceiros de idade, numa sala da instituição que freqüentavam, organizada com brinquedos e sucatas sobre uma mesa, permitindo-se que elas manuseassem livremente aqueles objetos. Nessas situações, as crianças eram convidadas a brincar durante 20 minutos com um parceiro de idade, sendo introduzida na sala, depois de 10 minutos, uma outra criança – momento em que mais claramente são evidenciadas estratégias para a construção de outras interações cooperativas, exigindo tanto o esforço por parte da criança que chega, quanto por parte das crianças que já tinham estruturados seus arranjos lúdicos. Apoiando-se numa análise realizada por Leal (2004), para o estudo da compreensão social da criança, foram identificados episódios interacionais em que a criança, usava estratégias variadas para a obtenção de objetivos, explícitos e implícitos, nas suas brincadeiras com os parceiros. Foram identificados, ainda, indícios de que as crianças são capazes de compreender que estão envolvidas em diversas situações que compartilham com seus pares, como papéis de dominação ou subordinação, disputas por brinquedos ou objetos que possuem um valor muito maior que o seu valor real, por representarem uma possível afirmação mediante seus colegas de grupo. Além disso, com o aumento da idade, os resultados evidenciaram o uso mais freqüente de meios verbais como recurso comunicativo para iniciar e manter interações coordenadas com seus parceiros. Esses achados estão compatíveis com estudos recentes da Psicologia que ao refinaram o foco de análise sobre as competências sociais de crianças pequenas revelaram, diferentemente do que se pensava em décadas passadas, que elas são capazes de usar estratégias sociais ajustadas as situações da qual participam.

**Palavras-chaves:** compreensão social,interação de crianças,competências socioafetivas

**Atividade: Clube Comunitário de Adolescentes: Autonomia, Empoderamento e Saúde (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:Clube Comunitário de Adolescentes: autonomia, empoderamento e saúde**

**Autor(es):** Amana Rocha Mattos, Nilza Rogeria de Andrade Nunes Estrada Estrada, Kátia Maria Braga Edmundo, Daniel Becker, Maria do Socorro Vasconcelos, Rosane Marques de Souza SOUZA

**Resumo:** O projeto Clube Comunitário de Adolescentes é uma parceria do Centro de Promoção da Saúde – CEDAPS com o UNICEF para a criação de espaços de convivência para adolescentes moradores de quatro comunidades integrantes do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro. Tem como objetivo reforçar a formação pessoal dos adolescentes participantes, reduzindo sua vulnerabilidade frente à violência e à ausência de perspectivas de vida predominantes no local, estimulando a construção de auto-imagens de sujeitos empreendedores e autônomos, que contribuem para a melhoria de suas comunidades através da realização de atividades educativas e recreativas. Dinamizado por jovens moradores das comunidades, com experiências em projetos comunitários, o Clube funciona através de metodologia fundamentada em dois eixos básicos: a formação dos adolescentes nas temáticas de cidadania, cultura, saúde, educação e meio ambiente; e o desenvolvimento de intervenções que promovem melhorias na comunidade, realizadas pelos próprios participantes e dinamizadores dos Clubes. São gerados espaços de aprendizagem e de organização coletiva para criação de ações comunitárias saudáveis, que reforçam os sentimentos de auto-estima e de pertencimento a um grupo social produtivo e participativo. O jovem dinamizador, um pouco mais velho do que os participantes do Clube, assume um importante papel para os adolescentes, funcionando como um referencial não-parental (familiar) num momento de escolhas em que o adolescente busca modelos alternativos para se orientar. No projeto Clubes de Adolescentes, que é acompanhado e supervisionado diretamente por uma psicóloga e por uma assistente social, utiliza-se a tecnologia social Construção Compartilhada de Soluções em Saúde, que permite que os participantes possam identificar, priorizar e analisar problemas comunitários que os incomodam e possam propor e implementar soluções a estes problemas lançando mão de recursos disponíveis. Essa tecnologia, utilizada em todas as intervenções comunitárias realizadas pelo Cedaps, cria oportunidades para a participação direta dos adolescentes e jovens em aspectos de suas comunidades que lhes incomodam, ou que eles acham que deveriam ser melhorados. Essas intervenções, nos Clubes, se dão através de atividades esportivas, recreativas e de lazer. Também são desenvolvidas intervenções e iniciativas comunitárias a partir de sua própria visão e protagonismo, utilizando recursos disponíveis e promovendo a participação ativa e a mobilização da comunidade. Este projeto, realizado há 18 meses nas comunidades, se encontra agora em fase de conclusão e de avaliação. Pretende-se, neste trabalho, discutir o modelo de intervenção adotado no projeto, articulando-o com os conceitos da Psicologia Comunitária, e avaliar os resultados obtidos no processo, especialmente no que se refere ao empoderamento e na aquisição de autonomia dos participantes dos Clubes.

**Palavras-chaves:** Juventude, Comunidade, Participação, Autonomia

**Atividade:** **Analisando os medos infantis através do método de desenho-estória com tema. (Paineis)**

**Trabalho:** Analisando os medos infantis através do método de desenho-estória com tema.

**Autor(es):** Regiane Sbroion de Carvalho, Airton Pereira do Rêgo Barros, Frederico Miranda Rodrigues Pinheiro, Luiz Herique Ferreira Machado, Larissa Molina da Costa

**Resumo:** Este estudo objetivou verificar os objetos causadores de medo em crianças de sete a

oito anos e conhecer as situações desencadeadoras do medo para identificar as estratégias destas crianças para lidar com tais situações. Para isso utilizamos o procedimento de desenhos-estória com tema composto por desenho temático, estória, inquérito e título. O método consiste na elaboração de um desenho pelo sujeito e posteriormente a narração de uma estória referente ao desenho. Este método é muito utilizado em diagnósticos psicológicos e se mostra como um meio de incentivar a expressão e a comunicação de conflitos e perturbações inconscientes da personalidade. Este foi aplicado em 12 crianças, seis meninas e seis meninos com idade de sete e oito anos em uma escola que atende crianças de quatro a 11 anos, que oferece também atividades artísticas, pedagógicas e esportivas, e ainda, o ensino dos princípios da doutrina espírita, os quais são a base da filosofia de ensino seguida pela escola. O critério de seleção das crianças foi o recebimento do Termo de Livre Consentimento assinado pelos responsáveis, autorizando a participação na pesquisa. A análise dos dados foi feita a partir do método de análise de conteúdo proposto por Bardin (2004). Os resultados apontaram para três categorias: objetos de medo, situações desencadeadoras de medo e estratégias para lidar com o medo. Como objeto de medo entendemos o alvo principal do medo da criança, já a situação está ligada a circunstâncias que propiciam o surgimento deste objeto. Estratégias para lidar com o medo são formas psíquicas (mecanismos de defesa) e comportamentais que a criança dispõe para evitar o medo ou aliviá-lo. Em relação a objetos de medo, estes foram objetivados a partir de animais, e em muitos casos o objeto de medo não foi especificado, o que denota a presença de angústia infantil personificada num medo flutuante. Em poucos casos, foi encontrado também o medo como uma manifestação fantasmática que remete as fantasias infantis em relação aos objetos. As situações desencadeadoras de medo estão em sua maioria, ligadas a ausência dos pais, ou outros protetores. A criança não se julga capaz de lidar com as ameaças que podem surgir sem os pais, revelando um sentimento de fraqueza e vulnerabilidade. O abandono e desligamento definitivo do objeto são personificados pelo medo de ser definitivamente esquecido pelas figuras parentais. As crianças costumam também apresentar medo no momento de dormir sinalizando o escuro como objeto de temor e insegurança dada e relevância deste tema verificada pela ênfase do discurso observada a partir das narrativas. As crianças temem os objetos que podem se esconder no escuro e atacá-las quando menos esperam. Os medos sociais foram extremamente raros. Mas isto não quer dizer que eles não existam, pois na idade de sete a oito anos as crianças já estão inseridas em um contexto onde a aceitação é importante. A opinião dos pais e dos pais podem lhe causar várias reações, desde orgulho a culpa. Uma hipótese é que em face de outros medos que ameacem diretamente a integridade do corpo, estes pareçam de menor importância, e por isto não figuram nos dados. As estratégias para lidar com medo expostas pelas crianças são predominantemente psíquicas. Poucas crianças assumiram em sua estória o papel principal, relegando ele a um amigo ou pessoa desconhecida. Talvez isto se deva a um receio de admitir que sentem medo, esboçando assim um medo social de ter medo. Outra hipótese é que o medo provoque tanta angústia que a melhor maneira de aliviá-lo é projetando-o no outro. Outra defesa comum foi a negação. Constantemente as crianças mostravam-se evasivas, demorando a dar respostas, utilizando pouco o espaço da folha, algumas até se negaram a desenhar, afirmando que não sabiam desenhar crianças com medo. Outras crianças tinham tão poucos recursos para lidar com o medo, que simplesmente desenharam crianças felizes, apesar do pedido do aplicador, o que caracteriza a formação reativa. As estratégias comportamentais são raras, a única presente e mesmo assim em poucos casos é a fuga. A ação de enfrentar seus medos frente a frente é impensável para a criança, isto seria o mesmo de aceitar sua aniquilação, dada a sua impotência. O tema de medo infantil é algo muito complexo e extenso, demandando muito esforço para o seu entendimento. O presente estudo significa uma modesta tentativa de adentrar neste difícil território. Observou-se que seus objetos continuam tradicionalmente os mesmos, animais devoradores e outros seres fantásticos. Já em relação às situações desencadeadoras, percebe-se que a qualidade do vínculo com os pais é de extrema relevância.

**Palavras-chaves:** criança,medo,desenho-estória com tema

**Atividade: "Jovens moradores de comunidades favelizadas: como se definem e o que esperam do futuro"**  
**(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Jovens moradores de comunidades favelizadas: como se definem e o que esperam do futuro - relato de pesquisa realizada na região de Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro.

**Autor(es):** Cristiana Mercadante Esper Berthoud

**Resumo:** O fenômeno da favelização, infelizmente está presente em quase todas as grandes cidades do país, mas, é na cidade do Rio de Janeiro, por sua geografia, que a dura realidade das favelas se apresenta de forma ainda mais dura, pela proximidade contrastante com as maravilhas naturais do mar, da exuberante vegetação e de obras grandiosas feitas pelo Homem. Chega a nos tirar o fôlego, olhar de um lado a Baía de Guanabara, e, de outro, milhares e milhares de barracos e casas precárias em bairros aparentemente abandonados pelo poder público, que de tão mal cuidados parece que se debruçam sobre a cidade. É uma visão que nos agride a alma – como seres humanos, como cidadãos e como profissionais. Nessa dura realidade vivem milhares de crianças, jovens, adultos e idosos e, ao contrário do que estereótipos e mitos possam propagar, milhares deles têm esperança, acreditam nesse país e lutam por uma vida melhor para suas comunidades. No ano de 2006, nossa equipe passou alguns meses em comunidades da região de Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro, traçando um perfil de como vivem e o que esperam da vida em suas comunidades, de inúmeros moradores. Este trabalho traz um recorte do universo de conhecimentos e experiências de vidas que resultaram dessa pesquisa, apresentando reflexões sobre adolescentes e jovens moradores. Como bem retrata a mídia, o bairro da Barra da Tijuca é quase uma “Miami dentro do Brasil”, com seus shoppings grandiosos e condomínios luxuosos que se expandem sem cessar. A poucos quilômetros, na mesma região de Jacarepaguá, à medida que cresce o número dos condomínios na Barra da Tijuca, cresce também a favelização em torno do bairro, o que contribui para a expansão de problemas sociais, dificuldades econômicas e grande poluição da Bacia Hidrográfica de Jacarepaguá. Segundo o oceanógrafo David Zee, há 106 favelas na Baixada de Jacarepaguá e 60% delas ficam à margem de rios, canais e lagoas, despejando grande quantidade de lixo e esgoto in natura no espelho d’água. As comunidades que pesquisamos apresentam todas essas características – falta de infra-estrutura básica de saneamento, falta de transporte público, falta de equipamentos adequados de saúde, falta de opções de lazer e cultura. Como em um oásis, em contrapartida, possuem algumas boas escolas e, o mais surpreendente, adolescentes e jovens com alto grau de satisfação em relação à vida no bairro por poderem usufruir de uma vida com não-violência, ausência de tráfico de drogas e camaradagem entre vizinhos. Sem dúvida, uma situação peculiar em uma cidade marcada pela violência urbana. Com toda a “falta” que vivem, essas comunidades ainda conseguem encontrar um cenário quase bucólico de “vida de cidade de interior” – no qual podem circular livremente. Surpreende, e muito, a profunda consciência desses jovens as dificuldades que têm que enfrentar se quiserem ocupar um lugar no mundo acadêmico e no mercado de trabalho. Ressentem-se de uma vida com mais cultura e lazer, e ambicionam transformar a vidas de suas famílias lutando por um futuro profissional digno. A análise do perfil dos 240 jovens pesquisados, as características da vida que levam no bairro e os profundos depoimentos com os quais nos presentearam, nos permitem agora fazer uma reflexão crítica sobre a atuação da Psicologia. É urgente que repensemos nossas práticas e sejamos capazes de intervir nesses contextos sócio-culturais de forma abrangente e integrativa, criando caminhos de ascensão pessoal e familiar desses grupos sociais atualmente tão “marginalizados” até por nossas práticas profissionais, muitas vezes pensadas para uma realidade social muito distante e inacessível. São adolescentes e jovens que precisam e merecem intervenções que possam permitir o pleno desenvolvimento de seus ideais e capacidades. São literalmente a geração do futuro – que precisa ser cuidada e empoderada. E a Psicologia tem e precisa cumprir seu papel neste projeto de futuro.

**Palavras-chaves:** perspectiva de futuro do adolescente, demandas sociais, resiliência, família em comunidade

**Atividade: Espelho, espelho meu...  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Espelho, espelho meu... Representação social da imagem corporal de adolescentes do Colégio da Polícia Militar Eraldo Tinoco na cidade de Vitória de Conquista, Bahia.

**Autor(es):** Erica Ribeiro Medeiros, Mônica Pinchemel Nascimento, Daniel Marinho Drummond, Marlene Alves Silva

**Resumo:** Imagem corporal é a figuração do nosso corpo em nossa mente, ou o modo pelo qual o corpo se apresenta para nós, envolvendo fatores psíquicos, sociais e cognitivos. A adolescência é uma fase de novas sensações e experiências antes desconhecidas, e nessa fase acontecem transformações corporais e psicológicas, demonstrando sensibilidade quanto à imagem corporal, suas crises, avanços e mudanças, embora o parâmetro não seja exatamente o mesmo para diferentes culturas, em qualquer uma delas observa-se uma mudança significativa entre a infância e a vida adulta. Num mesmo movimento o mundo contemporâneo e suas ideologias se transformam em busca de novos padrões e combinações que justifiquem as mudanças e legitime as ações da sociedade. A imagem corporal faz-se presente no ranking das prioridades da sociedade. Com o objetivo de identificar a representação social do próprio corpo em 84 alunos adolescentes, com faixa-etária entre 10 e 19 anos, do ensino fundamental e médio do Colégio da Polícia Militar localizada na cidade de Vitória de Conquista, interior da Bahia, no ano de 2006, aplicaram-se questionários com perguntas fechadas, sendo 50% de cada gênero. De acordo com a sistematização e análise dos dados da pesquisa, quando perguntado sobre a satisfação com a própria imagem ao se olhar no espelho 64,4% consideram satisfeitos; 30,0% indiferentes e 5,6% insatisfeitos. Em relação aos sentimentos despertados da percepção de sua imagem refletida no espelho, 63,0% apresentam sentimentos de amor, alegria, segurança e orgulho; enquanto 37,0% sentimentos de vergonha, tristeza, decepção e culpa. A grande maioria dos entrevistados, 81,0%, se define como pessoa bonita, porém, 49,0%, incluindo os que se acham bonitos e os que não se acham, mudariam algo em seu corpo, sendo o que mais incomoda são os cabelos, peso, barriga, altura e rosto, por outro lado, 51,0% não mudariam nada na sua aparência física. A maioria dos entrevistados, 64,0%, acredita que o próprio corpo não interfere nos relacionamentos, porém 31,0% acreditam que a aparência física é um fator facilitador de relacionamentos, e 5,0% acreditam dificultar; a opinião de outras pessoas não é importante para 58,0%. 63% dos sujeitos consideram que algumas pessoas exercem influências na construção da visão que eles possuem do próprio corpo, a família, os amigos (as) e o namorado (a); a mídia, 26,0%; e, por avaliação própria, 11,0%. Tais resultados divergem das publicações consultadas sobre o tema, que apontam uma grande insatisfação dos adolescentes com o próprio corpo, sugerindo assim, uma verificação mais detalhada para possíveis explicações desses resultados, mediante realização de outra análise a partir dos dados colhidos segundo o gênero dos sujeitos, já que as publicações consultadas, em sua maioria, pesquisavam somente adolescentes do sexo feminino.

**Palavras-chaves:** Adolescência, auto-imagem, representação

**Atividade:** Melhor amizade  
(Paineis)

**Trabalho:** Melhor amizade: Funções, sentimentos e satisfação

**Autor(es):** Luciana Karine de Souza, Claudio Simon Hutz

**Resumo:** No conjunto das interações sociais significativas, as amizades são relacionamentos bastante valorizados pelos indivíduos. Estudos sobre relacionamentos de amizade apontam diferentes tipos ou níveis de amizade: amigos ocasionais, amigos próximos ou íntimos, e melhores amigos. Os tipos contrastam entre si com respeito à qualidade do relacionamento, avaliada, no modelo de M. Mendelson, mediante a percepção do indivíduo de nove dimensões com respeito ao amigo: seis funções que o amigo preenche (ajuda, autovalidação, aliança confiável, companheirismo, intimidade e segurança emocional), satisfação com o relacionamento de amizade que possui com ele, e os sentimentos positivos e negativos direcionados ao amigo.

Nesse sentido, melhores amigos, por ocuparem o posto mais elevado dentre os tipos de amizade, são percebidos como melhores provedores de ajuda, companheirismo, etc, proporcionam mais satisfação através do relacionamento, e despertam mais sentimentos positivos e menos sentimentos negativos, na comparação com amigos próximos ou amigos ocasionais. O melhor amigo é uma pessoa com quem sempre se pode contar, incondicionalmente, e sua presença na rede de relacionamentos do indivíduo é considerada importante ao proporcionar proteção, facilitando a tolerância a medos e ansiedades; ajuda para suportar situações estressantes; e um forte senso de identificação e de exclusividade por meio das experiências compartilhadas. Nesse sentido, entende-se que é relevante investigar a incidência de melhor amizade no contexto das amizades de adultos-jovens, visto que, conforme a literatura, é neste início da vida adulta que a amizade se destaca como um relacionamento de grande valor e estima para o indivíduo, e a presença de uma melhor amizade contribui de modo especial para seu bem-estar. Além disso, são escassos os estudos sobre amizade em adultos brasileiros, ou mesmo sobre idosos, constatação que acompanha a tendência na pesquisa em Psicologia de focalizar os estudos nas etapas da infância e da adolescência. O presente trabalho apresenta uma comparação da percepção da qualidade da amizade em indivíduos que possuem e que não possuem uma melhor amizade, com a expectativa de que o grupo que possui perceba o melhor amigo ou amiga como provendo mais funções da amizade, proporcionando mais satisfação e sentimentos positivos, e menos sentimentos negativos. Uma amostra de 468 estudantes (288 de sexo feminino e 180 de sexo masculino) de uma universidade pública de Porto Alegre (RS), com idade entre 18 e 30 anos (com 21 anos, em média), todos solteiros, foi analisada quanto à melhor amizade mediante os Questionários McGill de Amizade, formados por escalas que avaliam seis funções que o amigo preenche, sentimentos positivos e negativos associados a ele, e satisfação com o relacionamento. Primeiramente pediu-se aos participantes que indicassem até dez amizades próximas; em seguida perguntou-se da presença de uma melhor amizade. Os participantes que manifestaram possuir uma melhor amizade (n = 372) foram comparados com aqueles que relataram não a possuir, mas para os quais se requisitou a escolha de uma pessoa como melhor amiga (n = 96). Foram conduzidos testes t para comparar os dois grupos, com e sem melhor amizade. Os resultados apontaram diferenças significativas para as seis funções da amizade, sentimentos positivos e satisfação; mais especificamente, o grupo que relatou possuir uma melhor amizade a avaliou como melhor provedora de funções, satisfação e sentimentos positivos. Não foram detectadas diferenças significativas para sentimentos negativos. Estes resultados são indicativos de que também para adultos-jovens brasileiros o melhor amigo ou amiga é percebido de forma diferenciada na comparação com uma amizade escolhida do grupo de amizades mais próximas. Em outras palavras, os relacionamentos de melhor amizade estão em destaque na adultez-jovem, com o importante potencial de auxiliar o indivíduo nesta etapa de vida, servindo como fonte de apoio social e afetivo na entrada para o mundo adulto. Futuros estudos podem ser conduzidos: 1) com pares de melhores amizades, para fins de comparação da percepção dos indivíduos sobre as funções, sentimentos e satisfação relacionados ao amigo; e 2) com adultos casados e estavelmente inseridos no mercado de trabalho, podendo indicar mudanças no status da melhor amizade, ou até mesmo, da amizade próxima. (CNPq/CAPES)

**Palavras-chaves:** relacionamento, interpessoal, amizade, desenvolvimento, adulto-jovem

**Atividade: Desafios do profissional de Psicologia frente ao atendimento de jovens envolvidos com o tráfico de drogas. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Desafios do profissional de Psicologia frente ao atendimento de jovens envolvidos com o tráfico de drogas.

**Autor(es):** Flávio Guilhon, Luiz Otavio Ferreira Luz, Mayra Silva Bressy Lameirão, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho

**Resumo:** A partir dos estudos no Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania, que é o resultado de uma iniciativa de Extensão Universitária e articulação entre o Instituto de Psicologia, Escola Nacional de Direito, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e a Escola de Serviço Social da UFRJ, que visa a elaboração de um escritório modelo para o acompanhamento sócio-jurídico-psicológico e familiar, direcionado aos moradores de espaços populares, construímos um trabalho que problematizasse a questão de jovens destas localidades ingressos nas atividades do tráfico de drogas. Até a década de 60, a visibilidade da juventude brasileira restringia-se a jovens escolarizados da classe média que representava a condição juvenil do país, entretanto, nas últimas décadas, esta visibilidade migrou para a questão de crianças e adolescentes em situação de risco social (Abramo, 2005). A gravidade desta questão desencadeou a mobilização da sociedade em torno da defesa dos direitos destes segmentos, principalmente pelo crescente envolvimento de jovens de camadas pobres com a rede de atividades ilícitas, em especial a do tráfico de drogas. Esta questão adquiriu relevância de saúde pública, transformando-se uma ameaça tanto a estes jovens quanto à estabilidade das estruturas e valores políticos, econômicos e sociais da sociedade. O artigo terceiro da Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil (n° 182) da Organização Internacional do Trabalho afirma que o uso, obtenção ou oferta de uma criança para atividades ilícitas, em particular a produção e tráfico de drogas, conforme definido nos tratados internacionais relevantes é considerado como uma das piores formas de trabalho infantil e nestas circunstâncias torna-se urgente a erradicação desse tipo de trabalho. No Brasil, observa-se que anualmente uma maior quantidade de jovens com menos idade ingressa no mercado do tráfico de drogas e que se matam mais jovens do que em situação de guerras, em especial os negros e pardos, de classes sociais e econômicas mais prejudicadas, o que denota uma situação de guerra não-declarada, refletindo a banalização da violência e sua legitimação como forma de combate à criminalidade, em detrimento à construção de políticas públicas que previnam e combatam esta problemática. Tal descompasso induz ao questionamento de quais estratégias de prevenção são aplicadas e quais delas favorecem realmente a construção de novas perspectivas para estes jovens. Diante do grande impacto da inserção de jovens no tráfico de drogas no Brasil, algumas questões têm merecido a atenção dos profissionais da área da psicologia, pois neste campo de atuação as intervenções ocorrem diferentemente dos moldes clássicos e tradicionais ensinados na academia, visto que os atendimentos podem ocorrer tanto em espaços reservados, como nos espaços residenciais, nas ruas ou instituições sócio-educativas e presidiárias. Esta forma de intervenção propõe a reconstrução da trajetória de vida dos jovens e sua inserção em outras redes de socialização, a partir da ressignificação do trabalho, da educação, do direito e da cidadania. Outros desafios referem-se aos fatores que podem ser considerados indicadores objetivos que contribuem para o ingresso desses jovens nas redes de atividades ilícitas: alta evasão e baixo rendimento escolar, baixa renda per capita familiar e a dificuldade em conseguir um emprego. Esta inserção, de algum modo, possibilita meios de consumo, sustentação de familiares e remuneração instantânea, onde não são necessárias educação formal e formação profissional. Além destes fatores, existem outros fatores da ordem do subjetivo, como a aquisição de status social, o respeito na comunidade, identificação com figuras detentoras de poder pertencentes ao tráfico de drogas e maior destaque e prestígio entre as moças. Como a adolescência é um período caracterizado pela construção da identidade pessoal, onde estão presentes: a inflação do ego, o sentimento de onipotência, as descobertas e busca de novas redes de socialização, esta fase de desenvolvimento torna-se um problema quando a rede de socialização na qual o jovem está inserido encontra-se fragilizada, na medida em que aumenta a possibilidade de seu envolvimento com a rede do tráfico de drogas. Visto que a discussão da inserção de jovens no tráfico de drogas é relativamente nova e as formas de atendimento ainda estão em construção, os objetivos do presente trabalho são: promover uma maior reflexão a cerca dos desafios da atuação do psicólogo frente aos jovens e adolescentes envolvidos com a rede do tráfico de drogas, problematizando os limites desta forma de atendimento a partir dos principais problemas enfrentados pelos profissionais de psicologia neste campo de atuação, que se referem: à oscilação de seu desejo em sair destas atividades; a proximidade de sua rede de socialização com a do tráfico de drogas, visto que muitos de seus amigos também possuem algum nível de envolvimento; em grande parte à dependência química e à perda da identidade e status que possuía enquanto jovem envolvido com o “movimento”.

**Palavras-chaves:** Juventude, Vulnerabilidade Social, Tráfico de Drogas, Intervenção

Transdisciplinar

**Atividade: Aspectos Específicos do Desenho da Casa na Bateria Gráfica HTP-Família-Livre em Sujeitos de 03 a 14 anos (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Aspectos Específicos do Desenho da Casa na Bateria Gráfica HTP-Família-Livre em Sujeitos de 03 a 14 anos

**Autor(es):** Mariana Silva Sousa, Tereza Cristina R. de Carvalho, Ana Cristina Resende, Adalgisa Regina Teixeira, Maria das Graças G Monteiro, Suely Vieira Lopes

**Resumo:** O desenho é um instrumento diagnóstico rico em informações sobre o funcionamento psíquico de crianças e adolescentes e vem sendo amplamente utilizado como instrumento de trabalho do psicólogo em contexto hospitalar, pedagógico e clínico. O envolvimento da criança e adolescente com seus desenhos de maneira lúdica e projetiva permite que se desvele temas de grande importância para o processo psicoterapêutico e psicodiagnóstico. Um dos recursos de desenho utilizados é a Bateria Gráfica HTP-Família-Livre, composta pelos desenhos da casa, árvore, pessoa, pessoa do sexo oposto, família e livre. O uso dessa técnica fornece dados sobre: auto-imagem, relações familiares reais e idealizadas e os conflitos presentes nas áreas física, cognitiva, emocional ou relacional. São observados, no conjunto das figuras, os aspectos expressivos, a organização gráfica geral do desenho – pressão e qualidade da linha, correções e rasuras, nível de forma, tamanho do desenho, localização na folha, margens etc – e os aspectos de conteúdo, particulares de cada figura. Tais observações podem oferecer grande subsídio aos profissionais que trabalham com o psicodiagnóstico. Porém, existe uma carência de estudos mais aprofundados acerca do que é esperado nos desenhos dessa bateria em cada faixa etária, deixando uma lacuna em relação ao material específico de crianças e adolescentes. A bibliografia existente é antiga, data da década de 50, e predominantemente focada na interpretação de desenhos de adultos. O desenho da família e o livre não estão incluídos nos estudos de Buck (2003), que dedicou-se ao estudo da casa, árvore e pessoa (HTP). Minicucci (1997) trabalhou a casa separadamente. Kolck (1981) também desenvolveu um estudo do HTP. Wechsler (1996) enfoca um estudo da figura humana em crianças com enfoque cognitivo. Em Hammer (1981), e Retondo (2000), encontram-se estudos acerca da família, mas sem muitas referências aos desenhos de crianças e adolescentes. E sobre o desenho livre, muito pouco se pesquisou, sendo possível verificar alguns estudos em Hammer (1981). Di Leo (1985) privilegiou a análise do desenho infantil de forma mais geral. Stern (1968) afirmou que a arte da criança é diferente da arte do adulto e não deve ser considerada como imperfeita ou incompleta, mas distinta. Portanto, não há como observar os desenhos das crianças a partir de um referencial de desenhos de adultos. Faz-se necessário então, uma mobilização de pesquisadores em busca de um estudo mais atualizado e direcionado à população da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Este estudo é de suma importância para que se possa analisar o desenho, considerando os conteúdos que aparecem nas figuras que são próprios da idade, distinguindo-os daqueles que podem mostrar a subjetividade de cada um. Para tanto, foi realizada uma pesquisa com 384 sujeitos de 03 a 14 anos, de ambos os sexos, da cidade de Goiânia, em escolas públicas e particulares, aplicando-se essa bateria, juntamente com uma entrevista diagnóstica. Assim, esse estudo específico enfoca os aspectos de conteúdo do desenho da Casa, mostrando como, em cada idade, a criança e o adolescente possuem uma forma peculiar de localizar a casa no papel, do tipo de casa que coloca, porta, telhado, linha de chão, paredes, janelas, telhado, perspectiva, posição da casa, acessórios desenhados na casa ou em torno dela etc. Aborda também as formas de expressão verbal durante o inquérito, explicitando características que podem ou não aparecer na figura desenhada como, por exemplo, quem são as pessoas que moram na casa, como elas são, onde estão dentro da casa, como é o dia na casa, qual o lugar da casa que a criança mais gosta de ficar, como é o tempo no desenho, o clima, o que faltaria na



casa etc. Os resultados dessa pesquisa mostram-se de extrema relevância para utilização mais precisa da técnica. As diferenças encontradas na maneira de desenhar em cada faixa etária são surpreendentes revelando temas novos e pertinentes, merecedores de estudos mais aprofundados e de um alerta aos profissionais que utilizam essa técnica sem levar em consideração a idade do sujeito analisado.

**Palavras-chaves:** Bateria Gráfica, Conteúdo, Casa, faixa etária

**Atividade:** A morte no imaginário infantil  
(Paineis)

**Trabalho:** A morte no imaginário infantil

**Autor(es):** Beatrice Santos de Carvalho, Brígida Maria de Oliveira Soares Chagas

**Resumo:** A morte é um fator biológico, mas que apresenta também fatores legais, médicos, sociais e psicológicos. Os fatores sociais estão intercalados com a atitude cultural de cada ser humano, como cuidado e comportamentos com os moribundos, costumes e rituais de luto, entre outros. O significado e o impacto causado pela morte dependem do tempo e do lugar em que as pessoas vivem. (PAPALIA, 2000). A maneira como a criança organiza e expressa sua compreensão e seus sentimentos está relacionada ao seu desenvolvimento afetivo e cognitivo. Daí a importância de que pais e profissionais tenham noção do que é esperado em cada nível do desenvolvimento infantil, para entenderem e saberem lidar com suas crianças. (VENDRUSCOLO, 2005). As crianças que vivenciam uma perda durante a primeira infância, certamente sofrem o impacto da mesma, porém a comunicação do seu sofrimento pode ser incompreendida. Dos três aos sete anos a criança quando frente à situação relacionada à morte já é possível ocorrer questionamentos sobre a causa, sendo que, devido ao egocentrismo, em muitas situações pode a mesma ser associada, em sua imaginação, a alguma de suas ações. (VENDRUSCOLO, 2005). A criança só toma consciência que a morte é irreversível após os cinco ou sete anos. Neste mesmo período a criança percebe que a morte é universal, ou seja, acontece para todos, e que as funções vitais terminam com a morte. Essa mudança de pensamento ocorre segundo Piaget quando a criança muda do pensamento pré-operacional para o pensamento operacional concreto, permitindo uma maturidade na forma de pensar a respeito da morte. (PAPALIA, 2000). Este trabalho tem o objetivo de conhecer como as crianças representam a morte, de promover uma melhor visão da família e da sociedade sobre como a criança passa pelo processo de enfrentamento da morte. Para isso estaremos apresentando as diferenças culturais que interferem no modo da criança pensar sobre a morte e os estágios do desenvolvimento cognitivo infantil que possibilitam a interpretação do cessar da vida. Para atender tais objetivos foram contadas quinze crianças com intervalos de idade entre 04 a 10 anos para uma “conversa informal” na qual lhes foi questionado a respeito dos seus pensamentos sobre a morte. Após a coleta de dados, as informações foram agrupadas por faixa de idade estabelecendo categorias de análise distribuídas estatisticamente. As crianças com faixa etária entre 04 – 06 anos apresentam uma visão imaginária da morte, vinculada às perdas concretas, enquanto as de 07 – 10 anos já têm uma forma de pensar a morte relacionada com a cultura mística do meio familiar.

**Palavras-chaves:** morte, criança, desenvolvimento cognitivo

**Atividade:** PROJETO POLÍTICO EDUCATIVO PARA ENTIDADES DE ABRIGO –  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** PROJETO POLÍTICO EDUCATIVO PARA ENTIDADES DE ABRIGO –

**Autor(es):** Maria Ignez Costa Moreira, Priscila Souza Vicente Penna, Roberta Andrade

**Resumo:** O Projeto Político-Educativo para as Entidades de Abrigo formulado pela Secretária Municipal Adjunta de Assistência Social de Belo Horizonte (MG) enfatiza o aprimoramento deste serviço, através da capacitação continuada dos educadores e da avaliação processual do trabalho desenvolvido nestas Entidades. Em 2005, atendendo à demanda da Coordenação do Programa de Abrigo, foram realizadas oficinas com os educadores dos abrigos, nelas foram abordados temas tais como família, criança, adolescente, história das práticas destas entidades e os múltiplos sentidos da medida de abrigo. Apresentamos a metodologia empregada e a reflexão sobre a transitoriedade das crianças e dos adolescentes nas entidades de abrigo. A oficina é um trabalho realizado com grupos, sem um número pré-determinado de encontros ou de participantes, que visa elaborar uma questão central. Esta elaboração não se dá apenas no nível cognitivo, mas também no emocional envolvendo os membros do grupo e possibilitando a expressão do pensamento, dos sentimentos e das emoções de forma verbal ou não verbal. A experiência grupal das oficinas valoriza os diferentes saberes de seus membros, de forma que todos ensinam e aprendem. A medida de abrigo, preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA tem caráter provisório e excepcional e visa proteger os direitos de crianças e adolescentes em situação de risco. O período de permanência dos mesmos nas Entidades de abrigo é variável segundo a particularidade de cada situação, são feitos esforços para que este tempo seja o menor possível, para se evitar a institucionalização das crianças e dos adolescentes. Busca-se promover a superação das condições que geraram a medida de abrigo, para que estas crianças e adolescentes possam retornar às suas famílias de origem ou serem acolhidas em famílias substitutas. A transitoriedade desafia os educadores e revela o quanto a medida de abrigo é complexa. As crianças e os adolescentes chegam às entidades, com vínculos afetivos fragilizados ou interrompidos com a família, com os professores e os amigos. Vínculos afetivos rompidos trazem sofrimento e, as crianças e os adolescentes desenvolvem mecanismos para não criar novos vínculos com os companheiros e educadores do Abrigo para defenderem-se de mais sofrimento, afinal eles antecipam que esta ligação também será quebrada. Por outro lado, os educadores também temem criar vínculos afetivos com as crianças e os adolescentes e sofrerem ao vê-los partir. Mesmo sem perceber, os educadores acabam por evitar, defensivamente a aproximações mais espontânea e afetiva, receiam criar dependência nas crianças e adolescentes em relação a si próprios e com o abrigo, o que fortaleceria a institucionalização dos mesmos. Outro risco é o de dificultar o desligamento e o retorno para as famílias de origem ou a inclusão em famílias substitutas das crianças e dos adolescentes. As oficinas, que ocorreram ao longo de um ano, foram avaliadas por seus participantes como produtivas, uma vez que criaram espaço para a reflexão sobre o trabalho em entidades de abrigo, além de facilitarem a aproximação dos educadores de diferentes unidades. O conteúdo destas oficinas foram registradas e sistematizadas tendo em vista a sua publicação.

**Palavras-chaves:** Entidades de Abrigo, Infância e Adolescência, Políticas Públicas, Projeto Político Educativo

**Atividade: A morte no imaginário infantil (Painéis)**

**Trabalho:** A morte no imaginário infantil

**Autor(es):** Brígida Maria de Oliveira Soares Chagas, Ana Lucia Barreto da Fonseca

**Resumo:** A morte é um fator biológico, mas que apresenta também fatores legais, médicos, sociais e psicológicos. Os fatores sociais estão intercalados com a atitude cultural de cada ser humano, como cuidado e comportamentos com os moribundos, costumes e rituais de luto, entre outros. O significado e o impacto causado pela morte dependem do tempo e do lugar em que as pessoas vivem. (PAPALIA, 2000). A maneira como a criança organiza e expressa sua compreensão e seus sentimentos esta relacionado ao seu desenvolvimento afetivo e cognitivo. Daí a importância de que pais e profissionais tenham noção do que é esperado em cada nível do desenvolvimento infantil, para entenderem e saberem lidar com suas crianças. (VENDRUSCOLO, 2005). As crianças que vivenciam uma perda durante a primeira infância, certamente sofrem o impacto da mesma, porém a comunicação do seu sofrimento pode ser

incompreendida. Dos três aos sete anos a criança quando frente à situação relacionada à morte já é possível ocorrer questionamentos sobre a causa, sendo que, devido ao egocentrismo, em muitas situações pode a mesma ser associada, em sua imaginação, a alguma de suas ações. (VENDRUSCOLO, 2005). A criança só toma consciência que a morte é irreversível após os cinco ou sete anos. Neste mesmo período a criança percebe que a morte é universal, ou seja, acontece para todos, e que as funções vitais terminam com a morte. Essa mudança de pensamento ocorre segundo Piaget quando a criança muda do pensamento pré-operacional para o pensamento operacional concreto, permitindo uma maturidade na forma de pensar a respeito da morte. (PAPALIA, 2000). Este trabalho tem o objetivo de conhecer como as crianças representam à morte, de promover uma melhor visão da família e da sociedade sobre como a criança passa pelo processo de enfrentamento da morte. Para isso estaremos apresentando as diferenças culturais que interferem no modo da criança pensar sobre a morte e os estágios do desenvolvimento cognitivo infantil que possibilitam a interpretação do cessar da vida. Para atender tais objetivos foram contadas quinze crianças com intervalos de idade entre 04 a 10 anos para uma “conversa informal” na qual lhes foi questionado a respeito dos seus pensamentos sobre a morte. Após a coleta de dados, as informações foram agrupadas por faixa de idade estabelecendo categorias de análise distribuídas estatisticamente. As crianças com faixa etária entre 04 – 06 anos apresentam uma visão imaginária da morte, vinculada às perdas concretas, enquanto as de 07 – 10 anos já têm uma forma de pensar a morte relacionada com a cultura mística do meio familiar.

**Palavras-chaves:** morte,criança,desenvolvimento cognitivo

**Atividade: Papel lido, papel vivido (Paineis)**

**Trabalho:APRENDENDO COM A CRIANÇA SOBRE SEU DESENVOLVIMENTO COM 'LENTES' DE QUEM APRECIA A EXPERIÊNCIA LÚDICA**

**Autor(es):** Verena Batista de Oliveira,Tiago Alves Calabria,Juliana Guedes Fernandes,Karla Vasconcelos da Silva,Flávia Oliveira,Flávia Clarissa Moura Silva,Ludmila Botelho Almeida,Maria Isabel Pedrosa

**Resumo:** Verena Batista OliveiraEstudante de PsicologiaO presente projeto de extensão Papel Lido, Papel Vivido foi proposto com o objetivo de propiciar às crianças de 6 a 12 anos, de uma escola filantrópica, uma experiência de 'leitura', a partir de um contexto lúdico, para que elas desenvolvessem sua criatividade, imaginação e afetividade. Esse objetivo tinha como pressuposto a hipótese de que uma experiência mais significativa para a criança a tornaria mais engajada na atividade e isso traria, como consequência, o aprimoramento de sua habilidade de leitura, possibilitando uma efetiva participação social, com todas as implicações de um leitor cidadão, mais consciente de seu papel na sociedade. A efetivação dessa proposta precisou, entretanto, de ser ajustada à realidade encontrada na escola, sendo necessário o planejamento de estratégias que pudessem contornar as dificuldades encontradas como indisciplina, falta de capacidade de esperar a sua vez, não compreensão das regras coletivas, desrespeito pelo outro, falta de organização para realizar uma tarefa, etc. Para a consecução dos objetivos propostos foram planejadas situações de jogos e brincadeiras envolvendo as crianças em um clima de ludicidade. A postura dos facilitadores foi de ser propiciadores e parceiros e não mentores das brincadeiras, pois a criança não quer ter um animador de platéia e, sim, alguém que atue com ela na peça.As atividades foram melhor desenvolvidas quando as crianças eram divididas em dois ou três subgrupos. Os subgrupos aumentaram o entrosamento, já que com um número menor de parceiros de atividade estabelecia naturalmente uma relação mais estreita entre eles. Essa

relação foi tornando-se cada vez mais sólida na medida em que uns reconheciam as habilidades dos outros, pedindo ajuda seja para escrever porque a letra do colega é mais bonita, seja para desenhar porque o colega escolhe as cores de forma mais adequada, demonstrando desta maneira o surgimento do respeito que gradativamente foi edificando-se numa relação de parceria. Isto transformou o contexto de violência, agressividade e individualismo em um ambiente de cooperação e afetividade. Com a efetivação da proposta paulatinamente houve o fortalecimento do vínculo afetivo entre as crianças e entre as crianças e os adultos. Em conseqüência, observou-se um maior respeito entre todos os atores da proposta. Obteve-se a motivação para a busca de conhecimento através da leitura e dos meios de comunicação, e a consciência de que as brincadeiras proporcionaram muito mais do que momentos de lazer; constituíram-se em meios espontâneos e divertidos de aprender e, prioritariamente, espaços coletivos de trocas pessoais, de experiências e de afetividade. As atitudes e a metodologia aplicada com as crianças foram construídas junto com a orientadora e os colegas, que se reuniam semanalmente para a programação das atividades e para a intervenção realizada anteriormente. O aprofundamento do estudo sobre a criança, o processo de interação social, brincadeiras infantis, etc. possibilitou, à equipe responsável, modificar suas concepções de criança, de desenvolvimento infantil e de práticas educacionais. A característica fundamental da criança é gostar de brincar e interagir (Lima, 1990). Tal perspectiva foi bastante adequada para a realização da experiência, pois se percebeu que melhora a construção e compreensão da realidade permitindo a socialização, o estímulo à criatividade, expressão corporal e emocional.

**Palavras-chaves:** ludicidade, desenvolvimento infantil, interação social, leitura de vida

**Atividade: Adaptação do Inventário Home de Observação Doméstica para o contexto urbano de Salvador (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Adaptação do Inventário Home de Observação Doméstica para o contexto urbano de Salvador

**Autor(es):** Rebeca da Rocha Grangeiro, Letícia Marques dos Santos, Victor Matos Pimentel da Silva, Darci Neves Santos, Mauricio Lima Barreto

**Resumo:** Nos últimos anos, o contexto deixou de ser um mero pano de fundo para o desenvolvimento infantil, tendo se tornado uma questão central em muitos domínios de pesquisa. Tem-se que um contexto de crescimento desfavorável pode diminuir o ritmo de desenvolvimento infantil, comprometendo a qualidade da interação da criança com seu meio e restringindo sua capacidade de aprendizagem. Os contextos potencialmente intensificadores de risco para o desenvolvimento relacionam-se com ambientes com pouca estimulação à exploração e ao desenvolvimento psicoeducacional, baixos níveis de organização familiar, condições desfavoráveis de moradia, higiene e nutrição. Diversas pesquisas em todo o mundo têm sido conduzidas utilizando o Inventário Home como medida da qualidade do ambiente doméstico, buscando relacioná-lo a diferentes resultados desenvolvimentais, como saúde mental infantil, desenvolvimento cognitivo e social e desenvolvimento da linguagem. O Home tem sido usado freqüentemente para medir a qualidade do ambiente doméstico no Brasil, mas só avalia seis dimensões do ambiente, sendo que outros aspectos culturalmente importantes não são mensurados. Além disso, tem-se utilizado diferentes pontos de corte para identificação de crianças em condição de risco, sem uma análise sistemática dos resultados oferecidos pelo instrumento. Dessa forma, objetivou-se realizar a adaptação do inventário Home de observação doméstica (versão de 0-3 anos) para o uso no contexto urbano de Salvador. Para tanto, buscou-se realizar análise fatorial e de consistência interna do inventário, aplicado a uma amostra de 451 crianças residentes em diferentes bairros da cidade de Salvador. Foi conduzida análise fatorial exploratória para avaliação da validade do instrumento, sendo incluídos 45 itens do Home. Assumindo que os fatores são independentes entre si, foi utilizado o método de extração de

fatores a partir dos componentes principais, com rotação ortogonal Varimax. O método adotado foi o que apresentou resultados com autovalores maiores que um e itens com cargas fatoriais superiores a 0.30. Encontraram-se quatro fatores, que permitiram identificar uma distribuição fatorial bem delimitada, tanto em termos de proximidade dos itens na análise, como em termos de aderência à teoria. Os fatores emergentes foram interpretados como sendo: Fator 1 – Qualidade da estimulação psicossocial; Fator 2 – Estimulação consciente do desenvolvimento da criança; Fator 3 – Responsividade verbal materna; e Fator 4 – Afeto e ausência de restrição ou punição. O máximo de variância explicada foi de 26.38%, sendo que os quatro fatores identificados apresentaram consistência interna moderada, com uma variação do Alpha de Cronbach de 0.63 a 0.72. O fator 1 envolve itens de observação do ambiente, como o local onde a criança brinca, o lugar que ela ocupa na família, bem como itens referentes ao tipo e adequação dos brinquedos oferecidos para a criança. Já os fatores 2 e 3 estão relacionados aos comportamentos maternos com relação à criança. Pode-se observar que a responsividade e a estimulação dos pais para com a criança são aspectos positivos de um ambiente domiciliar capaz de prover situações estimuladoras, que promovem um senso de competência na criança, favorecendo seu desenvolvimento cognitivo e suas atitudes em relação à aprendizagem. O quarto fator está relacionado à evidência de que um ambiente que oferece um nível de restrição apropriado, com demonstração de carinho e suporte emocional para a criança é considerado adequado para o desenvolvimento emocional do infante. Os resultados da análise fatorial indicam a redução da quantidade de fatores originalmente encontrada no instrumento. Entretanto, há uma consistência teórica importante nos fatores apresentados, o que pode refletir o modo de organização das famílias soteropolitanas. Entende-se, dessa forma que o Home pode ser um instrumento útil na identificação de crianças em situação de risco psicossocial, considerando que seria um instrumento de mensuração dos fatores de risco proximais que atuam diretamente no sujeito através de mecanismos de risco individualizados ou do ambiente familiar, decorrentes da condição sócio-econômica da família. Conclui-se que o Home pode ser um instrumento útil na avaliação da qualidade do ambiente doméstico para a população soteropolitana de diferentes níveis sociais. A adaptação do instrumento mostrou-se pertinente, sendo necessária a criação de valores de referência para a população estudada, a fim de identificar as crianças inseridas em contextos com altos níveis de risco para a saúde e o desenvolvimento das mesmas.

**Palavras-chaves:** Inventário Home,Validação,Ambiente doméstico

**Atividade:** Legitimação do tratamento psicológico de sujeitos autistas em Fortaleza (Paineis)

**Trabalho:**Legitimação do tratamento psicológico de sujeitos autistas em Fortaleza

**Autor(es):** Renata Carvalho Campos,Viviane dos Santos Rocha,Tatiana Alves Pereira Oliveira,Marina Colares Barbosa,Idilva Maria Pires Germano,Anne Sampaio Bezerril Fontenelle

**Resumo:** A partir de uma reflexão sobre as divergências teóricas e práticas no tratamento do autismo - divergências essas que acarretam dificuldades quanto à sua classificação no quadro geral de doenças que acometem a infância bem como obstáculos na definição precisa do seu diagnóstico -, investigamos as estratégias de legitimação do tratamento empregadas pelos profissionais de psicologia de uma grande instituição em Fortaleza. Para isso, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com cinco psicólogos; posteriormente, o material transcrito foi submetido a uma análise de conteúdo, organizando-se em torno das seguintes categorias definidas previamente à coleta de dados: definição do autismo, etiologia, formas de tratamento (categoria que compreende as subcategorias: formação e atuação dos profissionais envolvidos, objetivos e legitimação do tratamento), e inclusão social, como última categoria. Através de um tratamento categorial das respostas dos informantes, procuramos evidenciar como o discurso

desses profissionais é construído para justificar o trabalho desenvolvido na referida instituição, tendo em vista que não há um consenso acerca da melhor forma de tratamento para o sujeito autista e considerando a multiplicidade de visões psicológicas e médicas que pretendem dar conta desse fenômeno. Na análise dos dados foram observadas contradições em praticamente todas as entrevistas, principalmente no que diz respeito à definição do autismo. Todos os entrevistados afirmaram, inicialmente, que o autismo é um "jeito de ser" e este é, por sinal, um slogan da instituição, demonstrando uma consideração do sujeito autista como uma pessoa "diferente" e não como uma pessoa doente. Posteriormente, já em relação à etiologia, falam desse "jeito de ser" como tendo uma causa biológica que precisa ser tratada para que sejam eliminados os comportamentos inadequados ou indesejáveis; seria um jeito de ser que se encontra no extremo superior do espectro autista. Essa denominação "espectro autista" é utilizada para definir um quadro nosográfico que apresenta uma linha ou um continuum autista que engloba desde formas mais brandas da doença, com sintomas mais leves e que, portanto, permitem uma maior socialização, até formas mais comprometidas com isolamento acentuado, auto-agressões e problemas na comunicação. Em relação às formas de tratamento, pudemos perceber como a influência da linha/visão da instituição sobre o autismo interfere nas práticas desenvolvidas pelos profissionais, que seguem prioritariamente uma abordagem comportamentalista, mesmo que esses profissionais tenham uma outra formação ou linha de trabalho. A instituição defende o comportamentalismo como método mais eficaz de tratamento, tomando por eficaz o que seria um tratamento com resultados mais rápidos. No que diz respeito aos objetivos do tratamento, a ênfase foi dada na eliminação de comportamentos indesejáveis, sobretudo auto-agressivos e que são motivo de grande sofrimento para as famílias. A concepção de eliminação desses comportamentos como um dos objetivos do tratamento efetuado na instituição entra em conflito com a concepção de autismo como "um jeito de ser", pois explicita a necessidade de o tratamento encarar algumas manifestações como sintomas danosos sujeitos a eliminação ou atenuação. Do ponto de vista da legitimação, alguns pontos tiveram destaque. Primeiramente, é necessário explicar o que consideramos legitimação. Esta seria a justificativa ou argumentação da instituição que torna o seu trabalho reconhecido perante a comunidade científica e aceito publicamente como eficaz. Sendo assim, o que se destacou como estratégia de legitimação foi a evocação por parte dos entrevistados da posição de destaque ocupada pela instituição no cenário nacional e internacional, já que é o local que atende o maior número de autistas da América Latina. Outra estratégia de legitimação refere-se ao reconhecimento da eficácia do tratamento pelas famílias dos autistas, visto que a evolução da criança ou adolescente autista precisa ser percebido pelos familiares para que o trabalho tenha respaldo e crédito. Quando isso não ocorre, os profissionais convidam os pais para destacar os progressos obtidos. Essas são apenas algumas considerações que longe de esgotar o assunto, levantam inúmeros questionamentos acerca das práticas realizadas em instituições que atendem os sujeitos autistas. As instituições dessa natureza trabalham, ainda nos dias de hoje, num cenário de muitas incertezas, sobretudo, quanto ao processo de subjetivação da criança autista.

**Palavras-chaves:** autismo, legitimação do tratamento do autismo, instituições para autistas

**Atividade:** Gravidez na adolescência e trajetória de vida de mulheres jovens de classes populares do Recife.  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** Gravidez na adolescência e trajetória de vida de mulheres jovens de classes populares do Recife.

**Autor(es):** Kayse Luiza Oliveira de Carvalho, Luiz Felipe Rios do Nascimento

**Resumo:** A presente pesquisa visa investigar as possíveis rupturas na trajetória de vida de mulheres adolescentes em decorrência da gravidez. A amostra foi composta por saturação dos dados, sendo entrevistadas 5 mulheres jovens entre 16 e 21 anos, residentes no bairro da Várzea da cidade de Recife. Os critérios de inclusão na amostra foram os de que a jovens estivessem acima dos 16 anos, tivessem experienciado a gravidez entre 14 e 19 anos de idade e pertencessem a classe média baixa. Para formar a amostra, utilizou-se da técnica da "bola de

neve”, através do qual cada participante indicava uma outra, de sua rede de relações, que também tivesse experienciado a gravidez na adolescência. Para a coleta dos dados foi utilizada a técnica entrevista semi-estruturada, tendo como foco o projeto de vida da jovem, anterior e após a gravidez; além do significado desta para as jovens mães no intuito de verificar se as mesmas viam a gravidez como uma ruptura em seus projetos de vida. Os dados referentes ao presente estudo foram analisados e discutidos qualitativamente, a partir de uma perspectiva da “dupla hermenêutica”, ou seja, procurou-se desvelar os significados atribuídos pelas entrevistadas ao fenômeno em foco, na interface com o referencial teórico da construção social da sexualidade e outros estudos sobre gravidez na adolescência. Para tanto foi utilizado como referência autores que trabalharam tanto com pesquisas tanto na área da sexualidade, quanto da adolescência tais como: Dadoorian (1994), Aberastury (2000), Knobel (2000) Heilborn (2004) entre outros a fim de estabelecer uma comparação entre as diferentes visões e novos dados encontrados. Durante as entrevistas pode ser verificado que as jovens mães tem conhecimento a respeito dos métodos contraceptivos, o que deixa de lado a possibilidade da falta de conhecimento sobre a contracepção, ressaltado por vários autores como uma das principais causas da gravidez, principalmente em classes populares. O sentimento de responsabilidade em relação a experiência de ser mãe foi ressaltado por todas as adolescentes, o que reafirma a idéia de muitos autores que coloca a gravidez como um processo que leva a maioria das jovens ao amadurecimento. Dessa forma, pode se perceber diante dos resultados que as jovens mães vêem a gravidez como uma experiência positiva, uma vez que essa trouxe para suas vidas responsabilidade, amadurecimento e aprendizagem; a gravidez foi algo planejado entre elas e seus parceiros, sendo que suas famílias julgam que as mesmas sofreram influências de amigas que já haviam engravidado; na perspectiva das mesmas não houve grandes rupturas naquilo que possuíam como projeto de vida anterior, em linhas gerais: tornaram-se mulheres a partir da vivência de serem mães; as entrevistadas relataram como ruim apenas o fato de terem parado os estudos.

**Palavras-chaves:** Gravidez na adolescência, Projeto de vida, Planejamento, Rupturas

**Atividade: BRINCANDO NA PRAIA  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho: BRINCANDO NA PRAIA**

**Autor(es):** Ana Clara Rocha Santos, Zaíra Rafaela Lyra Mendonça, Marcella de Holanda Padilha Dantas da Silva, Adélia Augusta Souto de Oliveira, Lwdmila Constant Pacheco

**Resumo:** Este projeto foi desenvolvido em uma comunidade litorânea do Estado de Alagoas como parte prática da disciplina Psicologia Comunitária II do curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas. Foi realizado um levantamento bibliográfico acerca dos conteúdos infância e comunidade, e foram elaborados relatórios periódicos de intervenção. As crianças participantes estão na faixa etária de 6 a 10 anos, sendo divididas em dois grupos diferentes. As atividades foram realizadas no posto de saúde da localidade. As atividades realizadas nesses encontros tinham como objetivo: proporcionar às crianças vivências de experiências relacionais, tanto com o ambiente como com as outras crianças e com a comunidade; observar a maneira como as crianças encaram o cotidiano no qual elas estão inseridas; potencializar experiências infantis a partir das relações intersubjetivas vividas no cotidiano da experiência das crianças. Para alcançar estes objetivos utilizamos o brincar e os brinquedos como principais recursos mediadores entre as crianças e a realidade. Os encontros eram conduzidos por uma das facilitadoras enquanto a outra tinha a função de registrar simultaneamente, anotando em um papel todos os acontecimentos. Estes papéis se alternavam de acordo com a necessidade das facilitadoras durante o grupo. Ao se analisar o comportamento destas crianças nesta comunidade foi possível observar o quanto a construção da subjetividade é influenciada pelo meio em que a criança está inserida. Percebe-se que o fato de pertencer a uma comunidade litorânea influencia a forma de

pensar e de agir destes moradores, principalmente quando se trata de uma comunidade onde a presença do turismo é tão forte. A apropriação feita pelos turistas e/ou empresários, da maioria das áreas litorâneas, faz com que a desigualdade social seja cada vez mais nítida e isto pode estar também ligado de maneira direta à agressividade, e a competitividade apresentada pelas crianças. Estas características podem ser entendidas também como uma necessidade destas crianças em delimitar o espaço no qual estão inseridas. Durante os encontros pôde ser percebido que há um déficit na aprendizagem da maioria das crianças. Trata-se possivelmente de um investimento pequeno na educação, tanto por parte das autoridades responsáveis como por parte das famílias; neste caso o interesse e o acompanhamento dos pais na vida escolar dos filhos poderia ser maior. O brincar da criança também pode ser considerado "limitado", pois a fantasia - que é uma característica presente no brincar da maioria das crianças - não se destacou muito durante os encontros, havendo uma certa dificuldade das crianças em fantasiar, criar e se expressar livremente. Isto pode estar diretamente associado a ausência de modelos de identificação para as crianças, ou seja, é atribuída pouca importância ao brincar e ao ser criança. Os estereótipos sociais de gênero parecem naturalizados pelas crianças. Estas assimilam o discurso dos pais e reproduzem muitas vezes os mesmos pensamentos e pré-julgamentos de maneira automática. No entanto, notamos também uma maior probabilidade de desconstrução desses tipos de estereótipos, pois em algumas situações tanto os meninos quanto as meninas se "permitiram" escolher e vivenciar situações socialmente enquadradas em determinado sexo. Esta nova percepção das crianças pode estar vinculada as mudanças relacionadas ao gênero que permeiam todas as esferas da sociedade, por exemplo: família, trabalho, escola, etc. O carinho e a consideração positiva que as crianças demonstravam em relação a nós (facilitadoras) foram aumentando com o passar do tempo, pois relações de confiança favorecem a expressão de sentimentos. No âmbito da afetividade, notamos que esta categoria necessitou de uma maior atenção por estar relacionada de maneira direta à competitividade e a agressividade.

**Palavras-chaves:** Infância, Interação, Comunidade

**Atividade:** A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA ADOLESCÊNCIA POR POLICIAIS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA ADOLESCÊNCIA POR POLICIAIS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL

**Autor(es):** Divaneide Lira Lima Paixão, Angela Maria de Oliveira Almeida, Talita Leão de Almeida, Ludmila Pereira Silva, Greisy González Vázquez

**Resumo:** A adolescência é um fenômeno recente que tem sido explicada de formas diferenciadas no universo científico com o objetivo de tornar compreensível o surgimento desta noção, que assume força de realidade psíquica e social no século XX. Apesar da difusão massiva da figura do adolescente como o grande ícone dos tempos contemporâneos, aprendemos que ela é totalmente engendrada pelas práticas sociais. A "invenção e descoberta" da adolescência, com todos os aspectos sociais, econômicos e políticos que a constituíram, inevitavelmente produzem significados, imagens e representações ambíguas do adolescente. Há quase 10 anos, temos nos preocupado, em nossos trabalhos de pesquisa, com o sentimento de violência que assolou a sociedade contemporânea, particularmente com a violência entre os adolescentes. Nossos achados e nossas reflexões teóricas, acumuladas ao longo desses últimos anos, com base em estudos que realizamos sobre as representações sociais da adolescência e da violência, e sobre as práticas educativas dos adultos, levam-nos hoje a indagar sobre como os adolescentes têm sido significados pelo senso-comum, em um contexto em que se observam importantes avanços das legislações que asseguram esses direitos, ao mesmo tempo em os adolescentes são colocados no olho do furacão dos debates sobre a violência. De fato, parece que hoje a adolescência é vista como fundamentalmente ligada à prática de atos agressivos e as



práticas educativas devem atuar sobre o caráter do adolescente, tornando-se condições necessárias para permitir a manifestação de valores positivos. Neste estudo nos propusemos a identificar as representações sociais da adolescência, entre Policiais Militares do Distrito Federal, apoiando-nos na Teoria das Representações Sociais, particularmente na abordagem societal desenvolvida por Doise e colaboradores. As Representações Sociais (RS) são consideradas, nesta abordagem, como princípios organizadores das relações simbólicas entre indivíduos e grupos. Participaram deste estudo 289 Policiais Militares, do Batalhão Escolar do Distrito Federal, com idade média de 35 anos, os quais responderam a seis questões nas quais tinham que pensar e descrever uma situação na qual estivesse envolvido um(a) adolescente. Os resultados das análises realizadas até o momento mostram que os Policiais Militares tendem a perceber o adolescente como um indivíduo do sexo masculino, estudante, com idade média de 15 anos, pobre e negro. A adolescência é tida, para este grupo de respondentes, como uma fase de transgressão, em que se cometem atos infracionais. À figura do adolescente por eles descrito estão associadas, portanto, as idéias de infração e vadiagem. Interessante notar que a escola é apontada como sendo um dos ambientes onde os adolescentes têm espaço garantido de diversão e transgressão, deixando a entender que estas duas atividades caminham lado a lado na vida dos adolescentes. Apoio: CNPq.

**Palavras-chaves:** Representações Sociais, adolescência, Policiais Militares.

**Atividade:** O papel do brincar para crianças vítimas de violência sexual (Paineis)

**Trabalho:** O papel do brincar para crianças vítimas de violência sexual

**Autor(es):** Maria Celeste Andrade de Almeida, Lidiane de Almeida Barbalho

**Resumo:** A violência contra crianças constitui-se um fenômeno complexo, constituindo-se uma transgressão aos direitos humanos. Nesse sentido, a violência sexual contra crianças constitui-se um crime, um ato de força física, psicológica ou moral, em uma relação de poder, com fins à satisfação sexual de um adulto. De acordo com o art. 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente, “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”. As crianças vítimas de violência sexual encontram-se em posição de extrema vulnerabilidade e fragilidade. Por isso, devem ter acesso a atividades que visam à recuperação e reestruturação desses sujeitos. O Centro de Referência Programa Sentinela age zelando pela proteção aos direitos da criança e do adolescente. Este trabalho tem por objetivo relatar a experiência dos atendimentos psicossociais a crianças de 03 a 12 anos de idade, individuais e em grupo, atendidas no referido Programa, em Vitória da Conquista-BA, no período de agosto de 2006 a fevereiro de 2007. Através do brincar (teatro de fantoches, desenhos, manuseio de massa de modelar, faz-de-conta, por exemplo), observou-se que foi permitida a expressão, elaboração dos conflitos advindos da violência sexual sofrida e uma nova maneira de reconhecer o mundo. Por meio da atividade lúdica, a criança aprende a explorar suas ações e sentimentos, assim como a de outras crianças, o que é de fundamental importância para o desenvolvimento futuro da capacidade de estabelecer relações positivas (em relação a amizades, família, relacionamento amoroso, sexualidade, etc). Uma das técnicas utilizadas que revelavam conflitos que a criança vivia em seu lar era o desenho da família. Uma criança, através desse tipo de atividade, é capaz de revelar sua vivência em relação a cada membro de sua família, e dados em relação à violência sexual sofrida, como por exemplo, quando a criança diz, através da explicação do desenho que fez, que seu tio materno, o qual mora em sua casa, bebe, é agressivo, e tem medo de que ele saiba que foi abusada sexualmente. À medida que a criança vai se expressando, trazendo à tona conteúdos que trazem sofrimento para si, intervenções vão sendo feitas, como do tipo “faz-de-conta que seu tio está aqui de verdade nesse papel; tente dizer a ele o que você está sentindo”. Isto facilita a criança a se expressar sem medo de julgamentos. Uma outra técnica bem utilizada com crianças violentadas sexualmente é a utilização de figuras; nesse tipo de tarefa, algumas figuras são selecionadas aleatoriamente, pede-se para a criança descrever o que está vendo; esta técnica revela como a criança percebe o mundo e a partir daí são feitas as

intervenções cabíveis, como quando uma criança diz que dois adultos estão brigando na figura; mostra-se a ela outras possibilidades, um novo olhar sobre o contexto (o qual diz muito sobre o contexto social no qual a criança está inserida). Percebeu-se que as intervenções realizadas possibilitaram orientação e socialização para o fortalecimento da auto-defesa.

**Palavras-chaves:** Programa Sentinela, Violência sexual, Brincar, atendimentos psicossociais

**Atividade: CÂNCER NA ADOLESCÊNCIA: UM ESTUDO COM INSTRUMENTO PROJETIVO (Paineis)**

**Trabalho: CÂNCER NA ADOLESCÊNCIA: UM ESTUDO COM INSTRUMENTO PROJETIVO**

**Autor(es):** Maria Amélia Güllnitz Zampronha, Cláudio Garcia Capitão

**Resumo:** A adolescência é uma fase do desenvolvimento repleta de mudanças físicas e psíquicas, caracterizada por atritos com o meio familiar e o ambiente circundante. O ressurgimento de desejos e conflitos edípicos; as perdas e lutos pelo corpo, pais e identidade infantis; a escolha de objeto amoroso não incestuoso; oscilações de humor; aparente revolta; incremento do narcisismo; representação bissexual de si; experimentação e busca de uma identidade, caracterizam esse período. Além destes conflitos, é possível que o adolescente vivencie também o adoecimento. Quando o diagnóstico é de câncer, grande impacto acomete o enfermo e a família, trazendo em si a idéia de morte antecipada. O presente estudo investigou a dinâmica psíquica de adolescentes portadores de câncer: quatro meninos e quatro meninas, com idades entre doze e dezesseis anos, em uma instituição que hospeda esses jovens e seus acompanhantes ao longo de seu tratamento em São Paulo. Seus diagnósticos variam entre sarcoma, leucemia, linfoma e neuroblastoma. Aspectos como funcionamento do ego, superego e id, angústias, áreas de conflito, mecanismos de defesa e, principalmente, as relações com o adoecimento e a morte foram pesquisadas a partir do Questionário Desiderativo, técnica projetiva utilizada como instrumento. O questionário é composto por seis perguntas que fazem com que o sujeito, de forma simbólica, se depare com a possibilidade de morte. Os questionários foram aplicados na instituição, mediante autorização da psicóloga responsável, dos responsáveis pelo adolescente e após a concordância deste em participar da pesquisa. As aplicações foram gravadas, transcritas e analisadas a partir do referencial psicanalítico. Constatou-se nos protocolos exacerbação do narcisismo, que é uma característica da adolescência e também do adoecer. Indicadores de indefinição sexual estiveram presentes na maioria dos protocolos bem como dificuldade em abandonar uma posição bissexual. Na minoria deles observou-se aceitação da identidade heterossexual estável. Estão presentes em todos os protocolos referências à morte representada como algo temido. O adoecimento foi invariavelmente representado como aspecto rejeitado e desvalorizado. Há em todos os protocolos indicadores de desvalorização do eu, conseqüência de aspectos negativos internalizados referentes à doença. No esquema corporal, encontraram-se condensados aspectos do eu vulneráveis e frágeis frente a possíveis situações sentidas como ameaças. Os mecanismos de defesa encontrados não se diferenciam do repertório geral de mecanismos do ego, porém observa-se predominância da projeção, cisão e, em menor intensidade, da negação. Em sua maioria, esses mecanismos indicam funcionamento mais primitivo. As fantasias de morte veicularam os mecanismos de cisão, projeção e negação como forma de evitar a angústia. O ideal de ego veicula a fantasia de um corpo saudável e atraente, o que contrasta com a possibilidade do agravamento da doença e da morte. Constatou-se na maioria dos participantes, um superego pouco estruturado, com maior rigidez e exigência. Os resultados sugerem que algumas características do desenvolvimento do processo de adolescência estão sofrendo complicações nos adolescentes pesquisados. Mesmo tendo um número reduzido de participantes, o estudo possibilitou vislumbrar um pouco da dinâmica do adolescente no seu adoecimento, e de como esse processo influencia nessa importante etapa do desenvolvimento psicológico.

**Palavras-chaves:** Câncer, Adolescência, Questionário Desiderativo

**Atividade: FAMÍLIAS ACOLHEDORAS: uma alternativa de acolhimento de**

**crianças/adolescentes.  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**FAMÍLIAS ACOLHEDORAS: uma alternativa de acolhimento de crianças/adolescentes

**Autor(es):** Nina Rosa do Amaral Costa, Maria Clotilde Rossetti Ferreira

**Resumo:** O acolhimento familiar se constitui como uma medida sócio-protetiva, que possibilita a criança ou adolescente ao ser afastado de sua família de origem, ser colocado sob a guarda de uma outra família, que o acolherá por um período (determinado ou indeterminado), evitando assim o abrigo. Paralelamente, as causas do afastamento devem ser trabalhadas junto à família de origem de maneira que possibilite a reintegração familiar. Com essa ótica, os programas de acolhimento de crianças e adolescentes necessitados de proteção em famílias acolhedoras têm ganhado espaços importantes de discussão no âmbito do desenvolvimento de políticas públicas, no meio científico-acadêmico e jurídico. Embora o acolhimento familiar enquanto prática social não seja algo novo (há registro de práticas de apadrinhamento, dos filhos de criação desde a época de Brasil colonial), somente agora é proposto como um programa de atendimento à criança ou adolescente necessitado de proteção, com um suporte legal e acompanhamento técnico e, por isso, se constitui em uma experiência nova e ainda não vivenciada na história do país. Com base no Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, documento que estabelece as diretrizes de ações do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Acolhimento Familiar é reconhecido como parte integrante das políticas a serem implantadas em todo país e como estratégia que objetiva a reintegração familiar, evitando a institucionalização. De fato, ele já foi implantado em várias cidades do Brasil e em algumas do Estado de São Paulo. Dessa forma, enquanto um programa, que visa se constituir em uma das políticas de atenção às crianças e adolescentes em vulnerabilidade e que ingressam no Sistema de Proteção, ele precisa ser investigado e discutido sob diferentes ângulos. O presente projeto de pós-doutorado objetiva conhecer como os programas de acolhimento familiar estão se estruturando no Estado de São Paulo e quais as concepções de vínculo afetivo e família acolhedora que os atravessa. A perspectiva teórico-metodológica da Rede de Significações norteia a construção e análise do corpus de pesquisa. O corpus empírico será construído em duas fases: 1ª.) mapeamento dos programas de acolhimento familiar implantados no Estado de São Paulo realizado através levantamento quanti-qualitativo de indicadores dos programas em execução (questionários semi-estruturados) relativos às famílias de origem, às famílias acolhedoras, às crianças e adolescentes acolhidos, às equipes dos projetos e à cobertura dos programas. 2ª.) dentre os programas de acolhimento familiar em andamento serão eleitos dois para uma investigação qualitativa mais aprofundada, que busque dar visibilidade às significações sobre família acolhedora, sobre construção de vínculos e estabelecimento de relações afetivas entre a criança ou adolescente e a família acolhedora, a partir da ótica dos diferentes atores envolvidos na colocação e acompanhamento da criança/adolescente e da família (psicólogos, assistente social, juízes). Para tanto, serão realizadas entrevistas semi-estruturadas. A pesquisa encontra-se em andamento, na primeira fase, sendo que os seguintes procedimentos foram realizados: 1) foram contatados os fóruns das comarcas das cidades do Estado de São Paulo, buscando identificar por telefone a existência do programa na localidade; 2) foram enviados questionários semi-estruturados aos coordenadores dos programas identificados; 3) foram realizadas visitas aos programas mais representativos do Estado de São Paulo. A discussão do trabalho norteia-se por dois eixos principais: 1) O acolhimento familiar enquanto medida de atenção à criança/adolescente – onde busca-se responder como as experiências de acolhimento familiar já existentes têm se estruturado, quais crianças atende (vítimizadas, negligenciadas, órfãos, grupo de irmãos, bebês, adolescentes), como as condições de desenvolvimento da criança estão sendo consideradas nos programas, se as famílias acolhedoras e biológicas recebem suporte especializado na área social e de saúde, se a família acolhedora é remunerada para exercer essa função, se a criança/adolescente é afastada da família e da sua comunidade, e ainda como se promove a reintegração familiar; 2) a concepção de vínculo afetivo presente nos programas - temos nos perguntado como ocorre a construção de vínculos dentro de um programa de acolhimento familiar, visto ser esperado que vínculos afetivos sejam estabelecidos entre a

criança/adolescente e a família acolhedora, porém com um caráter de provisoriedade, pois todos os envolvidos na situação sabem que haverá o momento de nova separação, quando a criança/adolescente retornará a sua família de origem ou será colocada em adoção. Como os programas estão concebendo a possibilidade da criança/adolescente vincular-se a uma ou mais famílias de acolhimento e depois se separar? E ainda, como manter o vínculo com a família de origem? Se por um lado as teorias psicológicas falam a favor da importância da construção de vínculos afetivos duradouros para o desenvolvimento psicossocial saudável, como fica a significação de vínculo em um contexto familiar que é provisório? Acreditamos que a pesquisa possa espelhar o estado atual de desenvolvimento do acolhimento familiar em nosso estado, como também ajudar na reflexão de políticas públicas na área (FAPESP, CNPq).

**Palavras-chaves:** Acolhimento Familiar, Vínculo afetivo, Família Acolhedora, Medida Sócio-Protetiva

**Atividade: O ABRIGAMENTO DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS DE IDADE EM RIBEIRÃO PRETO: CARACTERIZANDO ESSE CONTEXTO (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: O ABRIGAMENTO DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS DE IDADE EM RIBEIRÃO PRETO: CARACTERIZANDO ESSE CONTEXTO**

**Autor(es):** Solange Aparecida Serrano, Maria Clotilde Rossetti Ferreira

**Resumo:** No Brasil, as condições precárias da população de baixa renda, a falta de rede social de apoio e de políticas sociais efetivas expõem freqüentemente as crianças à exclusão social. A doutrina jurídica praticada ao longo do tempo, a associação entre pobreza e “periculosidade”, as concepções de “criança”, influenciaram as práticas de atendimento à infância. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê que “o abrigo em entidade”, medida provisória e excepcional, objetiva proteção da criança/adolescente. Algumas crianças são institucionalizadas por períodos variáveis de tempo, até serem reintegradas na família biológica ou adotadas. Inexistem dados exatos sobre o número e características dos abrigos e das crianças institucionalizadas. Mas há consenso sobre a baixa qualidade das instituições como contextos de desenvolvimento. Há também uma idéia geral de que “o abrigo é um mal necessário”. Esta pesquisa pretende contribuir para o conhecimento dessa realidade. O objetivo é caracterizar a situação do abrigamento de crianças de 0 a 6 anos em Ribeirão Preto, em quatro abrigos, focando: o perfil das crianças abrigadas e suas famílias (dados sócio-demográficos: idade, sexo, cor, escolarização, portador de necessidades especiais, visitas familiares, e outros) e caracterizar a trajetória do abrigamento (quem abrigou, motivo, tempo na instituição, destino da criança, e outros). Os dados foram coletados pela primeira autora, também psicóloga do Fórum de Ribeirão Preto. O período pesquisado foi de abril/2003 a abril/2005, nos prontuários/ pastas das crianças nos abrigos, no banco de dados do Setor de Serviço Social e Psicologia do Fórum e nos processos dessas crianças na Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça. Foram utilizadas duas fichas para coleta de dados, uma relativa à criança e à trajetória do abrigamento e outra relativa à família. O referencial teórico-metodológico a orientar a coleta e análise deste trabalho é a perspectiva da Rede de Significações. Resultados preliminares indicam: 258 crianças foram abrigadas no período; 59% são meninos; 41% são meninas; 51% afro-descendentes; 33% brancas e 16% não constam informação sobre a cor/etnia; 50% sem informação sobre terem pai; 78% têm irmãos, freqüentemente na mesma ou outra instituição ou já adotados; 55% recebem visitas familiares; quanto ao tempo de permanência, 70 crianças estiveram abrigadas por até 5 dias, 41 por até 30 dias, 75 até 6 meses, 72 ficaram por um ano ou mais; 12 crianças foram transferidas de abrigo e, 27% estiveram abrigadas anteriormente. Observou-se muitas omissões de dados sobre as crianças e sobretudo suas famílias (muitas vezes personagens anônimas) que são significativas e estão sendo analisadas no sentido de desvelar esse “silenciamento”. As instituições são atravessadas por mudanças políticas e contextuais, trazendo várias (des)continuidades no cuidado provido e diferenças nas formas de (não)fazer o registro dos dados. É importante que o abrigo seja pensado enquanto um contexto de cuidado, proteção e educação, com uma proposta pedagógica que contemple o atendimento

das crianças em suas múltiplas necessidades. Embora o artigo 92 do ECA determine como princípios norteadores a serem garantidos nas condições de abrigo que não ocorra a separação de irmãos e se evite, sempre que possível a transferência de abrigo, observou-se que irmãos ainda têm sido separados de abrigos e crianças ainda mudam de instituição, o que indica a necessidade de que possam rever critérios de atendimento a fim de manterem no mesmo local os grupos de irmãos. Outros norteadores trazidos pelo mesmo artigo dizem respeito à preservação dos vínculos familiares e à colocação da criança em família substituta quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem. A forma como a família biológica é significada pela instituição e pelos profissionais pode influenciar suas práticas. Nesse sentido, é necessário que o abrigo e os demais atores (Conselho Tutelar, Poder Judiciário, Ministério Público, Poder Executivo e outras instituições da sociedade) implementem esforços em conjunto para a reintegração familiar, acolhendo-se não somente a história da criança, mas também da sua família. É necessária a formulação de políticas públicas voltadas para as famílias das crianças abrigadas. O abrigo não é necessariamente “bom ou mal”, sua aplicação, quando necessária, deve ser de fato uma medida de proteção provisória. O contexto do abrigo deve ser planejado levando-se em consideração que, se uma criança vai permanecer um tempo nesse contexto, que ele seja favorecedor ao seu desenvolvimento. Embora provisoriamente deva ser uma ênfase no abrigo, o planejamento das atividades cotidianas deve considerar a qualidade do atendimento. Para tanto, equipe de funcionários deveria ser selecionada a partir de critérios que avaliem a qualificação profissional e pessoal e a disponibilidade para o trabalho educativo, além de se oferecer uma capacitação continuada em serviço. Atenção especial também deve ser dada para o ambiente e espaço físico, oferecendo proteção, estimulação, convivência coletiva e brincadeiras. O abrigo não deve ser considerado um local de exclusão, mas sim um espaço de acolhimento, afeto e proteção. Outros dados serão analisados posteriormente. (FAPESP, CNPq)

**Palavras-chaves:** Abrigo, Medida Sócio-Protetiva, Criança 0 – 6

**Atividade:** A TEORIA DO APEGO E O ACOLHIMENTO À CRIANÇA  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** A TEORIA DO APEGO E O ACOLHIMENTO À CRIANÇA

**Autor(es):** Maria Clotilde Rossetti Ferreira

**Resumo:** A Teoria do Apego, proposta John Bowlby há quatro décadas, teve e continua a ter um grande impacto tanto na Psicologia do Desenvolvimento como nas políticas e práticas sociais de educação, cuidado e proteção à criança pequena. A ênfase na importância do estabelecimento e manutenção de uma relação afetiva segura com a mãe para um desenvolvimento psicológico saudável, e nos riscos do não estabelecimento ou rompimento dessa relação de apego, influenciou a definição dos direitos da criança de viver em família e de ter respeitados e promovidos seu desenvolvimento emocional e seus vínculos nessa família. Chamou também atenção para a qualidade do atendimento de crianças em hospitais e creches, e para as práticas de acolhimento e integração da criança e da família, apontando para a importância de uma razão adulto-criança adequada. Por outro lado, a Teoria do Apego valorizou um modelo hegemônico de família e de educação da criança pequena pela mãe em casa, que desconsidera a diversidade cultural e as recentes mudanças nas estruturas familiares, com crianças convivendo com pais separados, com seus novos companheiros e filhos de outras uniões, assim como o número crescente de mães com crianças pequenas que tem trabalhado por longos períodos fora de casa, demandando alternativas formais e informais para compartilharem o cuidado e a educação dos filhos. Para os teóricos do Apego, esse cuidado compartilhado é um “mal necessário”, a ser usado apenas nos casos em que a família não tem condições para cuidar ela mesma de suas crianças, devendo então buscar um “cuidado materno substitutivo” adequado. Um modelo que, inclusive, mostrou-se inadequado para orientar as práticas educativas em creches. Também os discursos que permeiam as práticas de acolhimento e adoção nas sociedades ocidentais são atravessados por concepções que provêm da teoria de apego, com recorrentes crônicas de psicopatologias anunciadas. Tais relatos contribuem para construir realidades sociais e influenciar práticas sociais que interagem com as experiências e relações estabelecidas

pelas/com as crianças, ajudando a construir as psicopatologias previamente anunciadas. Dessa forma, muitas vezes, agravam o processo de exclusão a que já estão submetidas essas crianças e suas famílias. Para intervir nesse processo, reverter a posição a que são submetidas essas crianças e pensar na promoção do seu desenvolvimento, faz-se necessária o investimento em pesquisas que possibilitem a apreensão do jogo de fatores e significados envolvidos neste campo, abordando-os a partir de uma perspectiva da complexidade, com acolhimento e respeito à diversidade. Com esse objetivo temos trabalhado com a abordagem teórico-metodológica da Rede de Significações (Rossetti-Ferreira; Amorim; Silva & Carvalho, 2004), a qual tem se constituído como uma ferramenta capaz de auxiliar tanto nos procedimentos de investigação, como na compreensão dos processos de desenvolvimento humano. Buscando analisar a complexa e dinâmica rede de significações que permeia e circunscreve os processos de acolhimento familiar, abrigamento e adoção, nossos estudos têm como participantes: (1) as instituições-abrigo de Ribeirão Preto; (2) famílias em processo de adoção de bebês ou em adoção tardia; (3) crianças em processo de adoção tardia; (4) crianças adotivas em idade escolar; (5) adolescentes abrigados. Diversos procedimentos para construção do corpus de pesquisa vêm sendo empregados nos estudos, tais como: (1) entrevistas com pais adotivos, mães adotivas, mães biológicas, crianças em adoção tardia, técnicos de abrigos, adolescentes abrigados; (2) análise de documentos de instituições de abrigo; (3) análise de peças processuais da Vara de Infância e Juventude de Ribeirão Preto; (4) análise de diários de pais adotivos; (5) filmagens de situações familiares; (6) análises de projetos de famílias acolhedoras. Essas pesquisas têm mostrado que as situações investigadas são compostas por discursos e práticas freqüentemente contraditórios e conflitivos, os quais vários atores sociais ajudam a co-construir através de suas relações de poder. É interessante notar que a ciência desempenha importante papel nesse processo. Ademais, as pesquisas apontam para a necessidade de se redefinir o que é apego, considerando seu caráter processual, relacional, situado e discursivo. Nessa nova perspectiva, o apego é construído nas e através de interações e relações recíprocas, em contextos específicos, que envolvem certos discursos, os quais tendem a colocar os sujeitos em certas posições, favorecendo a produção de certos sentidos, criando assim limites e possibilidades para o fluxo de comportamentos e o desenvolvimento das pessoas, e contribuindo freqüentemente para a co-construção de futuros previamente anunciados. Finalizando, ao compreender que, em função de seus pressupostos, as teorias consolidam formas não só de compreender e estudar os processos de desenvolvimento, como também de constituir as relações que lhes dão suporte e as práticas profissionais que sobre elas incidem, temos a responsabilidade social e ética de evitar que nossas teorias agravem os processos de exclusão e tornem ainda mais difíceis o presente e o futuro de muitas crianças e famílias. (FAPESP, CNPq).

**Palavras-chaves:** Apego, Acolhimento familiar, abrigamento, adoção

**Atividade:** Ideais e Interesses de crianças em Salvador-Ba (Paineis)

**Trabalho:** Ideais e Interesses de crianças em Salvador-Ba

**Autor(es):** Ramon Cerqueira Gomes, Lilian Almeida Ferreira, Natália Bomfim Giuste, Nádía Maria Dourado Rocha

**Resumo:** Helena Antipoff foi professora e psicóloga e desenvolveu trabalho pioneiro com educação especial no Brasil, a partir da década de 20 do século passado. Ela estruturou um laboratório de psicologia e iniciou o estudo e a pesquisa sobre os ideais e interesses das crianças mineiras, produzindo testes de inteligência. Considerando a escola a melhor saída para todos os males, dedicou sua vida à educação das crianças. Sempre defendeu o conceito de inteligência, inovador para sua época, considerando fatores socioculturais no desenvolvimento mental. O presente trabalho procura conhecer os ideais e interesses das crianças com idade entre 7 e 14 anos, em duas escolas na cidade de Salvador-BA através da replicação, no ano de 2005, do trabalho realizado na década de 1930 por Helena Antipoff. Os alunos participantes da pesquisa

eram de uma escola pública do bairro Suburbana e outra particular de um bairro de classe média-alta, em Ondina. Foram aplicados 50 questionários na escola pública e 50 na escola particular. O trabalho também visou analisar os dados coletados de acordo com nível educacional, sócio-econômico das crianças entrevistadas, mostrando eventuais discrepância entre as duas escolas. Foi ainda comparação dos resultados coletados pela equipe e dos Helena Antipoff, considerando o espaço de tempo em que as pesquisas foram realizadas. Os resultados, por questão, foram: Qual trabalho que prefere na escola? 19 crianças da escola particular preferiram à atividade de educação física, enquanto que entre as da escola pública nenhuma escolheu essa atividade. Essa diferença foi, possivelmente, devido ao fato de na escola pública não haver espaço para atividades físicas, algo de relevante importância para o desenvolvimento das crianças. Foi possível ver também que algumas atividades só aparecem na escola particular como assistir televisão com DVD, e teatro. Qual trabalho que prefere na casa? Pode ser verificado que há também diferença: 17 crianças da escola particular preferem computador e nenhuma da escola pública. Isso acontece provavelmente devido ao nível sócio-econômico das crianças, sendo então de acesso praticamente impossível a itens como computador. Atividades como varrer a casa só aparece na escola pública. Outro ponto interessante apareceu na questão: Qual o livro ou história de que você mais gosta? A única resposta que aparece em comum é a história do Chapeuzinho Vermelho aparecendo em maior frequência no colégio público. Histórias tipicamente infantis como Rei Leão, Pica-Pau, Peter Pan, só aparecem na escola pública, enquanto que livros que não se espera que uma criança leia como “200 Maneiras de Enlouquecer um Homem na Cama”, “Código da Vinci”, “Capitães de Areia”, “Mar Morto”, dentre outros, só aparecem na particular. Podemos supor que estes fatos acontecem devido ao livre acesso à informações das crianças. Em relação à questão: Com que pessoa queria você parecer-se? No colégio particular a maioria das crianças respondeu que queria parecer-se com ninguém, ou seja, queriam continuar sendo eles mesmos. Uma suposta explicação para esse acontecimento pode ser a de que os alunos deste colégio têm uma auto-estima exacerbada. A segunda maior resposta foi querer parecer-se com o pai, com 17 ocorrências, vindo logo em seguida acompanhada da resposta “mãe”, que apareceu 16 vezes. Essas respostas apareceram com maior frequência no colégio público. Quanto à questão: Quando for grande, o que quer ser? As respostas foram das mais variadas, havendo nove respostas na escola pública para policial e seis na escola particular para advogado. Quando perguntado: Que presente gostaria ou queria receber no dia do seu aniversário? As respostas foram inusitadas, desde uma sacola de laranjas (resposta de um aluno da escola pública) à um helicóptero cheio de diamantes (resposta de um aluno da escola particular). Pode-se concluir através da análise dos dados obtidos que o contexto no qual a criança está inserida influencia muito nos interesses e nos ideais que ela terá. As crianças da escola pública tiveram respostas mais simples, enquanto que as crianças da escola particular deram respostas mais elaboradas e muitas vezes até complexas em relação à idade. Fazendo uma comparação entre os dados coletados pela equipe e os coletados por Helena Antipoff em 1930, verifica-se uma diferença dos interesses das crianças de 1930 para as crianças de 2005. Respostas ligadas à religião só foram encontradas nas crianças de 1930, que quando perguntadas com quem queriam se parecer responderam Jesus ou nomes de santos. Outro dado que é muito diferente é com relação aos brinquedos preferidos, pois itens relacionados ao avanço tecnológico só aparecem nas respostas das crianças de 2005, ou seja, no decorrer do tempo as crianças foram se interessando mais pelas novidades tecnológicas.

**Palavras-chaves:** Ideais das crianças, escola pública, escola particular, Helena Antipoff

**Atividade:** Observação dos comportamentos de mudança e estabilidade dos bebês e suas mães com indicadores de depressão na psicoterapia breve mãe-bebê (Paineis)

**Trabalho:** Observação dos comportamentos de mudança e estabilidade dos bebês e suas mães com indicadores de depressão na psicoterapia breve mãe-bebê

**Autor(es):** Cristiane Alfaya, Rita Sobreira Lopes

**Resumo:** Poucos estudos sobre a observação de mudança e estabilidade dos comportamentos

do bebê e da mãe com indicadores de depressão na situação de psicoterapia breve mãe-bebê, vêm sendo realizados, especialmente do ponto de vista do comportamento exploratório do bebê. Neste sentido, o presente estudo buscou examinar comportamentos de mudança e estabilidade das mães com indicadores de depressão, e de seus bebês, durante o processo de psicoterapia breve mãe-bebê, no primeiro ano de vida dos bebês. Participaram deste estudo três bebês entre 8 e 10 meses de vida, nascidos a termo sem problemas de saúde neonatal, e suas mães. As mães tinham entre 26 e 33 anos de idade, eram primíparas e apresentavam indicadores de depressão (BDI e Entrevista Diagnóstica). Residiam na cidade de Porto Alegre, com nível socioeconômico médio e nem todas moravam com o pai do bebê. Foram realizados três estudos de caso atendidos em sessões de psicoterapia mãe-bebê, com duração variável, entre 8 e 12 sessões. Os casos foram atendidos no Laboratório de Observação do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para que fossem gravados em áudio e vídeo, mediante consentimento livre e esclarecido das mães. Cada sessão de psicoterapia foi analisada do ponto de vista do comportamento exploratório dos bebês, e do comportamento materno frente a este. Nos bebês, os comportamentos de mudança e estabilidade foram observados a partir das categorias de manipulação exploratória fina e ampla, e de locomoção exploratória em direção ao ambiente e aos brinquedos. Nas mães, os comportamentos de mudança e estabilidade foram observados a partir das categorias de comportamento direto e indireto, construídas a partir da leitura do material de descrição da observação, e do referencial teórico do desenvolvimento emocional de Winnicott. Os resultados mostraram que os bebês de mães com indicadores de depressão apresentaram comportamentos de exploração como manipulação exploratória fina e ampla, e locomoção exploratória em direção ao ambiente e aos brinquedos. Nos casos I e II estes comportamentos mantiveram-se estáveis durante o processo psicoterapêutico. No Caso III foi possível observar estabilidade nos comportamentos de manipulação exploratória fina e ampla, e de mudança para a presença de locomoção exploratória em direção ao ambiente e aos brinquedos. Apoiando-se na teoria de separação-individuação, estes resultados indicam o desenvolvimento da autonomia do bebê no curso do desenvolvimento emocional. Do ponto de vista das mães, no Caso II, o comportamento direto manteve-se estável durante o processo psicoterapêutico. Nos casos I e III foram observados comportamentos de mudança para a presença de comportamento direto. Os comportamentos de estabilidade e mudança das mães frente ao comportamento exploratório dos bebês foram compreendidos à luz da história de vida individual e familiar das mães e analisados com base na identificação projetiva. Neste sentido, os resultados apóiam as evidências de que a mãe, ao interagir com o bebê, relaciona-se não apenas com o comportamento observado no presente, mas também com modelos (imagens) vivenciados no passado, que pertencem à mãe e aparecem na interação com o bebê por meio da identificação projetiva. Apoio: CNPq

**Palavras-chaves:** Observação, Comportamento, Indicadores de Depressão, Psicoterapia Mãe-Bebê

**Atividade: No princípio era o fim  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** No princípio era o fim

**Autor(es):** Cecília Braga Bezerra

**Resumo:** As estatísticas demográficas alertam para o rápido envelhecimento populacional do Brasil. A Legislação, a sociedade civil, as universidades e o mercado de consumo já se demonstram afetados por esse fenômeno. A indústria midiática também faz parte desse processo, não apenas acompanhando as transformações psicossociais e culturais, mas interferindo de forma incisiva nesse momento histórico, em que a longevidade da vida humana modifica valores estruturantes das civilizações. Este trabalho objetiva discutir a participação dos meios de comunicação de massa no envelhecimento do País. A partir de uma pesquisa bibliográfica, são levantadas fontes secundárias, como livros, revistas, artigos, dissertações e publicações da imprensa escrita que abordam as temáticas da agenda midiática relacionada ao cotidiano social e das idiosincrasias da velhice, bem como estudos que inter-relacionassem ambos aspectos, tratando do envelhecimento como foco dos mass media. Estudos como os de



Mauro Wolf, Ada Bezerra e Guita Debert apontam a hipótese do agenda-setting como reveladora da capacidade que a mídia tem de influenciar o comportamento de sua audiência e, também como os meios de comunicação brasileiros têm voltado seus olhares para as temáticas de cunho popular, caracterizando-se pelo grande apelo social de seus produtos. Dessa forma, a velhice é o alvo dos veículos de comunicação de massa, que, tentando desmistificar o envelhecimento ou criando ainda mais estereótipos sobre ele, trazem a tona diferentes visões do idoso e influenciam a opinião pública na construção de uma imagem padrão do velho. O auxílio do material teórico compilado permite analisar cinco exemplos de publicidades e vinhetas televisivas veiculadas em rede nacional durante o ano de 2006 e identificar a forte ligação entre os idosos que os meios de comunicação social reproduzem e aqueles existentes no imaginário social. Percorrendo o tempo midiático da velhice desde a década de 80, é possível observar que a representação dos idosos nos meios de comunicação de massa não se dá de modo uniforme. No princípio era o fim, sendo a velhice vista como o término da vida, e estereótipos bastante negativos criados. Atualmente, percebe-se a tentativa de estagnação dessa etapa da vida, concebendo-se os idosos como pessoas que têm o tempo a seu dispor para gozar da vida. Através das contribuições de Simone de Beauvoir, Norberto Bobbio, Rute Bacelar e Marco Túlio Cícero, este trabalho defende que nos dois instantes supracitados há a predominância de concepções generalistas, que ignoram a singularidade do ser humano nessa etapa tão particular de sua vida. São detalhadas, portanto, as dimensões biológicas, psíquicas e sociais do envelhecimento para que, percebendo que as particularidades de cada uma dessas instâncias legitimam as distinções entre os idosos, evite-se preconceitos e estereótipos e seja valorizada a subjetividade dos que envelhecem. Conclui-se que o tratamento midiático dado aos idosos, representando o envelhecimento como fim ou, por outro lado, como princípio é uma forma de isolá-los do grupo social como um todo, já que a sociedade favorece os que vivem um momento intermediário entre essas duas possibilidades, fazendo parte da juventude, da produtividade, do crescimento, do progresso. Acredita-se que a apresentação dos conteúdos aqui resumidos, sistematizada pelo recurso audiovisual do projetor de slides e ilustrada por uma seleção dos cinco vídeos usados como base para a elaboração do trabalho, propicia não apenas a reflexão sobre o papel da mídia no envelhecimento do Brasil, mas, principalmente, o questionamento acerca das implicações de cada um nesse processo de solidificação de representações sociais estereotipadas dos idosos.

**Palavras-chaves:** velhice,mídia,subjetividade

**Atividade: A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA PROGRAMAÇÃO TELEVISIVA ELABORADA POR CRIANÇAS DE UMA ESCOLA PÚBLICA E DE UMA ESCOLA PARTICULAR DE TERESINA - PI (Paineis)**

**Trabalho:A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA PROGRAMAÇÃO TELEVISIVA ELABORADA POR CRIANÇAS DE UMA ESCOLA PÚBLICA E DE UMA ESCOLA PARTICULAR DE TERESINA - PI**

**Autor(es):** Darlenne Maria Furtado Lima,Francisca Rejane Rios da Silva,Fernanda Helena de Sousa Reis,Marília Soares Sandes da Silva,Maria Zilda Silva Soares

**Resumo:** A presente pesquisa teve como propósito a análise das representações sociais elaboradas por crianças de uma escola pública e de uma escola particular da cidade de Teresina acerca da programação televisiva. A partir dessas representações buscou-se identificar os aspectos afetivos e atitudinais elaborados pelas crianças acerca da televisão e a sua programação. A mídia televisiva tem lugar de destaque por ganhar proporções cada vez maiores, sendo que para compreender o contexto dessa expansão se faz necessário perceber os conflitos que contribuíram para redefinição de valores ao longo do tempo. Esses conflitos apontam para as conseqüências da Revolução Industrial, da Ideologia Capitalista, dos aspectos da Globalização e de uma nova ordem surgida em relação à mídia, que proporcionou uma ampliação do seu mercado por todo o mundo. Em 1996, estimava-se que sete em cada dez domicílios em todo o mundo possuíam um aparelho de televisão. Se comparado a fins da década

de 80, esse número representa um aumento de 100% em termos de expansão de canais, de horas assistidas e de aparelhos de televisão domiciliar. Uma das maiores populações atingidas por essa expansão do produto televisivo são as crianças, pois desde o começo da vida da maioria dessas, a televisão é uma forte influência socializante. A televisão é uma 'janela precoce' do mundo exterior, que transmite informações e valores da sociedade mais ampla na qual as crianças vivem muito antes de serem expostas ao processo formal de escolaridade ou aos companheiros. Nesse contexto as identidades individuais e coletivas das crianças e dos jovens podem ser amplamente moldadas política e pedagogicamente pela cultura visual da televisão. Na busca pela averiguação dessa representação social, esta pesquisa de natureza quanti-qualitativa foi constituída por 40 (quarenta) sujeitos sociais, sendo 20 (vinte) da escola pública e 20 (vinte) da particular, na faixa etária de 7 a 11 anos. e grau de instrução variando, respectivamente da segunda a sexta séries. O instrumento utilizado foi uma entrevista semi-estruturada que buscou compreender que representações são elaboradas através das seguintes perguntas de partida: a) Você gosta de assistir televisão? Por quê? b) Por que você assiste televisão? c) O que tem de ruim na TV, por quê? d) O que tem de bom na TV, por quê? e) Como você se sente assistindo a televisão?. Para a análise dos dados foi utilizada a Técnica de Análise de Conteúdo Temática. Conforme Bardin (1991) a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Ela encontra-se subdividida em algumas modalidades, dentre essas a categorial ou temática foi a escolhida para servir de base para o presente estudo. As entrevistas mostraram três categorias acerca da programação televisiva. A primeira categoria refere-se aos motivos pelos quais os sujeitos sociais (crianças de 7 a 11 anos) assistem TV. Dentro dessa categoria o motivo mais citado foi o fato da televisão e seus programas retratarem a realidade vivida por eles. Este retrato da realidade é caracterizado pelas notícias e reportagens da cidade, do Brasil e do mundo. O outro motivo citado pelas crianças (quase 100% das que estudam na escola particular) foi a ociosidade. As duas principais atividades feitas por elas são fazer o dever de casa e assistir televisão. A segunda categoria diz respeito à opinião que as crianças possuem acerca da programação televisiva. A opinião mais citada foi a representação da programação televisiva como divertida. Isto se deve principalmente aos desenhos animados, considerados "engraçados" e "divertidos". A programação aversiva foi outra definição dada pelas crianças. Nessa subcategoria destaca-se o recorrente relato do jornal com suas notícias sobre violência, roubo, morte, etc, e os programas considerados, pelos sujeitos como "indecentes", "salientes" e "imorais", sendo o jornal, o programa menos assistido pelas crianças. Por fim a última subcategoria diz respeito à representação educativa da TV. Os sujeitos pesquisados relataram que aprendem muitas coisas quando assistem TV, como por exemplo: fazer cálculos, aprender matemática, ouvir histórias, etc. A terceira categoria refere-se aos sentimentos despertados pelas crianças ao assistir TV. Os sujeitos sociais desta pesquisa relataram sentimentos bons e ruins em relação a programação televisiva. A alegria, a sensação de liberdade, e o estado de calma foram os sentimentos descritos pelas crianças como sentimentos bons em relação à programação televisiva. Em relação à segunda subcategoria os principais sentimentos ruins citados foram: medo, raiva, ansiedade e tristeza. Portanto, diante dessas categorias foi constatado que a totalidade das crianças pesquisadas assistem televisão com frequência significativa, sendo esta relacionada à falta de uma outra atividade a ser feita. Conclui-se ainda que a programação televisiva constitui-se um espaço para o desenvolvimento lúdico da criança, pois a criança participa do universo de fantasia, interações, descobertas, investigações que a televisão oferece. Além disso, a televisão permite tem grande impacto sobre o desenvolvimento emocional da criança ao permitir elaborar angústias de perda, de morte, de solidão, etc.

**Palavras-chaves:** Infância, programação televisiva, representação social, televisão

**Atividade: PROXIMIDADE E DISTANCIAMENTO: RELAÇÕES EU-OUTRO (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** O PROCESSO DE DIFERENCIAÇÃO EU-OUTRO NA INTERAÇÃO SOCIAL

**Autor(es):** Maria Isabel Pedrosa

**Resumo:** A delimitação do Eu em oposição ao/s Outro/s é um processo contínuo que se inicia desde os primeiros anos de vida. As interações sociais da criança, com parceiros adultos ou

coetâneos, instigam aproximações e distanciamentos que delineiam o percurso ontogenético de sua sociabilidade. O mimetismo afetivo, freqüente no estado inicial de sua vida, é revelador de seu envolvimento indiferenciado com o outro, mas ao mesmo tempo, incita em si próprio o reconhecimento de disposições e sensibilidades e, no outro, reações e impulsos análogos. Mais tarde, por volta do segundo ano de vida, a mímica dá suporte às formulações mentais e se torna cada vez mais presente na imitação e no faz-de-conta. Na perspectiva walloniana, ela é considerada mais representação do que ação, entretanto, uma representação ainda confundida com o objeto. Na criança pequena, a mímica consiste em função postural ajustada às necessidades de expressão e de relações afetivas e engendra, em decorrência da reação do outro, uma reflexão de seus estados afetivos, uma intuição de suas próprias disposições. Por algum tempo, ainda prevalece um sentimento global da situação, mas, gradualmente, ela aprenderá a delimitá-la, a especificar as circunstâncias, a coordenar as diferenças de pontos de vista e a diferenciar-se do outro. Os jogos de alternância de turnos, de ritmos, de papéis e de posições parecem uma contínua experimentação para por à prova a sensibilidade dos opostos, a complementaridade das ações e o antagonismo das emoções correspondentes. Essa alternância parece ajudá-la a separar-se das situações que a dominam. A linguagem verbal também revela, de início, certo grau de confusão: há um sentido polivalente na palavra ou expressão usada, que serve, por exemplo, para exprimir uma ação do outro, um desejo próprio ou referir-se a um objeto ou situação. Ao mesmo tempo, ela é uma ferramenta poderosa que discrimina planos de ações e faz realizar situações imaginadas. Concebendo a sociabilidade humana como um processo intersubjetivo que opera em diferentes níveis de funcionamento psíquico, o presente trabalho objetivou analisar um episódio de brincadeira de faz-de-conta, de crianças com idade média de 34 meses, em situação cotidiana na sala de uma creche, com o intuito de explorar alguns indícios reveladores de momentos de aproximação e distanciamento, na interação com o outro. Estiveram presentes a educadora e 10 crianças do mesmo agrupamento etário, mas apenas cinco participaram diretamente da brincadeira, criando e mantendo o enredo durante 30 minutos, ao desempenharem, revezadamente, os papéis de mãe, de pai, de filho/a (alguns de nenéns). Os diálogos de uma criança com a educadora e os outros personagens constituíram-se em fragmentos empíricos de um processo de diferenciação eu-outro, servindo à reflexão sobre o deslocamento de posições e perspectivas assumidas por ela no plano do real (enquanto roteirista da brincadeira) e no da fantasia (sendo personagens diferentes - nenen ou mãe - em turnos distintos). A reflexão do episódio proporcionou discutir: (a) o processo de diferenciação de si própria, delineado por aproximações e distanciamentos da criança em relação à situação e ao/s outro/s, que implica considerar planos distintos de pensamento, tomando-se sua perspectiva, ou a perspectiva do observador, que reflete sobre o posicionamento dos participantes com as ferramentas interpretativas de que dispõe; (b) a tensão criada na negociação com o/s outro/s, característica das relações de alteridade, revelando recursos lingüísticos verbais insuficientes para expressar o roteiro da brincadeira que ela própria criou (a expressão “chama eu”, usada em turnos distintos, parece significar atribuições de ações diferentes para o parceiro adulto), mas requisitando outros meios representacionais para o monitoramento da situação interacional instaurada; e (c) a relevância de se estudar a criança em situação de brincadeira livre, onde ela persegue seus propósitos em uma atividade de alta prioridade para ela.

**Palavras-chaves:** diferenciação eu-outro, intersubjetividade e alteridade, interação social de crianças

**Trabalho:** PROXIMIDADE / DISTANCIAMENTO: A INTERCORPOREIDADE E A MÚTUA CONSTITUIÇÃO EU-OUTRO-AMBIENTE

**Autor(es):** Katia Amorim

**Resumo:** Através da análise microgenética da freqüência de bebês à creche, estudo prévio identificou que, apesar dos bebês não utilizarem a comunicação verbal, eles eram capazes de apreender, expressar e agir de acordo com significados culturais de seu grupo social. Ainda, verificou que os bebês modificavam seu comportamento, de acordo com as diferentes práticas discursivas dos adultos (mães, educadoras), negociando diversamente as posições e relações com os diferentes parceiros. Com isso, interrogou-se como o bebê, ainda em um estágio de vida em que não faz uso de signos através do pensamento e linguagem verbais, pode negociar e

modificar seu comportamento, de acordo com as significações do meio. Se o bebê não recebe e transmite informações através das palavras, como ele/ela apreende e expressa os significados culturais; Partindo-se da noção de que entre crianças e adultos não existem apenas semelhanças, mas também diferenças e estas traduzem a peculiaridade da condição de ser criança (e não algo negativo dessa condição), definimos por investigar a relação do bebê com as significações culturais. Para isso, utilizamo-nos do Banco de Dados do Projeto Integrado "Processos de adaptação de bebês à creche", que acompanhou 21 bebês (4-13 meses de idade ao ingresso na creche), suas famílias e educadoras, em uma creche universitária. Utilizando uma abordagem longitudinal em cinco estudos de caso, e baseados em perspectiva histórico-cultural, analisamos microgeneticamente cenas de vídeo da criança, ao longo dos três primeiros meses de frequência à creche. Aqui será apresentado o caso de Lara (nome fictício) e a aquisição da sua habilidade de engatinhar. Neste caso, acompanhou-se o processo desde o ingresso na creche (quando ela ainda não engatinhava), até o oitavo dia de frequência, quando Lara engatinhava com desenvoltura. Identificou-se, nas cenas, quando aparece a ação de engatinhar, em que circunstâncias aparece, suas características, seqüências e transformações, além de aspectos relacionados que tanto promovem, como restringem seu desenvolvimento. A análise revelou uma série de eventos que indicam que a ação de engatinhar, ao invés de representar um mero desdobramento maturacional espontâneo, ocorreu através de uma longa negociação de natureza semiótica na relação entre o bebê e os outros, e seu contexto. O engatinhar foi adquirido baseado em processos de percepção-ação, tendo um caráter social e histórico. Envolveu uma entrelaçada rede de fatores que incluem o aspecto biológico, revelando uma indeterminação entre aspectos genéticos e ambientais. O ato de engatinhar representava a corporificação de práticas histórico-culturais, em seres geneticamente sociais. Desta forma, a relação do bebê com os signos e os aspectos culturais do ambiente se dava através da corporeidade da criança, na sua relação com a alteridade. É através da relação com o outro, da proximidade e necessária existência do outro, que a criança apreende e expressa de forma corporificada a relação com as significações e práticas de seu grupo social. Porém, também se verificou que, na dialética do processo, com a aquisição do engatinhar, a criança se tornava não só capaz de deslocar-se e se aproximar das educadoras e da própria mãe. Outros processos simultaneamente se constituíam, com o desenvolvimento da habilidade mesmo de se distanciar da mãe (ou educadora), apesar da forte relação afetiva com relação a elas. Nos desdobramentos do processo, portanto, a necessária proximidade da criança em relação ao outro social abria a possibilidade de se desenvolver e construir um maior distanciamento com o mesmo. Revelou-se, assim, que o desenvolvimento -inerentemente social, histórico e cultural -, deu-se através da dialética de processos de proximidade e distanciamento (FAPESP, CNPq).

**Palavras-chaves:** desenvolvimento, bebês, alteridade, aproximação e afastamento

**Trabalho:** Aproximação, distanciamento e negociações de sentido nas relações eu-outro

**Autor(es):** Livia Mathias Simão

**Resumo:** Nesta apresentação pretendo delinear alguns aspectos do processo de negociação de sentido nas relações eu-outro que se dão através da aproximação e do distanciamento intersubjetivos. A questão das relações entre aproximação e distanciamento na regulação semiótica de processos psicológicos, intra e intersubjetivos, sempre esteve em pauta na abordagem construtivista semiótico-cultural em Psicologia, expressando-se de várias formas na gênese dessa abordagem, em seus vários momentos. A compreensão dessa questão desenvolveu-se principalmente - mas não só - a partir de proposições de Heinz Werner (1890-1964) sobre o desenvolvimento humano em situações simbólicas. Iniciarei a apresentação com uma breve exposição do trajeto acadêmico-intelectual de Werner, especificamente no que respeita ao desenvolvimento, por ele, de proposições relevantes ao foco desta apresentação, e que remontam à sua interlocução com Ernst Cassirer. Uma dessas proposições é a do "princípio ortogenético", parte integrante das formulações teóricas de Werner em co-autoria com Kaplan. De acordo com esse princípio, transformações de desenvolvimento em situações simbólicas se dão na direção da diferenciação de elementos inicialmente indiferenciados uns dos outros. Diferenciação significa aqui sistematização, hierarquização integradora e articulação entre os elementos de um todo, gerando maior autonomia daquele todo. Ela ocorre multilinearmente,

resultando em reorganização qualitativa do todo. Esse processo de diferenciação, por sua vez, só é possível através do processo de distanciamento e polarização. Dando continuidade à apresentação, retomarei sinteticamente a discussão em que Werner e Kaplan - em sua obra clássica "General Nature of Developmental Changes in the Symbolic Process" (in "Developmental Processes – Heinz Werner's Selected Writings") - tomam a relação mãe - bebê - objeto como a situação primordial de compartilhamento que passa pelo processo de diferenciação através do distanciamento e da polarização. Passarei, em seguida, a propor e discutir alguns desdobramentos desse tipo de regulação em processos de negociação de sentido que têm lugar durante interações eu-outro de maneira mais ampla. A esse respeito, tomarei, a título de ilustração, trechos de análise microgenética de interações eu-outro elaboradas em pesquisas desenvolvidas ou em andamento no Laboratório de Interação Verbal e Construção de Conhecimento do Departamento de Psicologia Experimental do IP-USP. Finalizarei a apresentação com algumas reflexões sobre possíveis relações entre as noções de aproximação, distanciamento, separação inclusiva (Valsiner, 1989) e intersubjetividade sem fusão Ego-Alter (Marková (2003, 2006) que desenvolvi em co-autoria com Jaan Valsiner (Simão e Valsiner, 2006). Essas reflexões se situam no âmbito da discussão sobre possibilidades e impossibilidades de compartilhamento, tanto nas relações interpessoais como no diálogo intrapessoal. Uma noção provocadora nessa discussão é a noção filosófica de alteridade, a qual venho estudando na direção de propor um diálogo entre essa noção filosófica e noções centrais no construtivismo semiótico-cultural, como é o caso da noção de distanciamento.

**Palavras-chaves:** interações eu-outro, negociação de sentido, regulação semiótica, aproximação e distanciamento

**Atividade:** ENVOLVIMENTO RELIGIOSO E BEM-ESTAR SUBJETIVO EM IDOSOS (Paineis)

**Trabalho:** ENVOLVIMENTO RELIGIOSO E BEM-ESTAR SUBJETIVO EM IDOSOS

**Autor(es):** Myrian Cristina da Silva Cardoso, Maria Cristina Ferreira

**Resumo:** A população de idosos vem aumentando consideravelmente nas últimas décadas, o que se fez acompanhar de um crescente interesse dos cientistas sociais pela análise dos diferentes aspectos que entram em jogo na configuração de uma velhice bem sucedida. É nesse contexto que surgem as pesquisas sobre a qualidade de vida em idosos, que implicam a consideração de seu bem-estar objetivo, isto é, de suas condições objetivas de vida, e de seu bem-estar subjetivo, ou seja, de suas percepções subjetivas acerca dessas condições e experiências de vida. O bem-estar subjetivo manifesta-se por meio da satisfação com a vida e do prazer decorrente das experiências de vida do indivíduo, estando, assim, composto por uma dimensão cognitiva, referente à satisfação com a vida, e por uma dimensão afetiva, representada pelas respostas emocionais. A satisfação com a vida diz respeito ao julgamento cognitivo da vida em geral e de seus diversos domínios (trabalho, família, lazer, etc.), enquanto as respostas emocionais compreendem as emoções e estados de humor positivos ou agradáveis (alegria, orgulho, contentamento, etc.) e negativos ou desagradáveis (vergonha, tristeza, ansiedade, etc.). Em síntese, o bem-estar subjetivo se relaciona aos motivos pelos quais as experiências pessoais ocorrem ou não de forma positiva, razão pela qual se baseia tanto no julgamento cognitivo quanto nas reações afetivas resultantes destas experiências. Numerosos fatores têm sido correlacionados ao bem-estar subjetivo na velhice, destacando-se, entre eles, o envolvimento religioso ou religiosidade. Tal construto pode ser caracterizado como o conjunto de comportamentos, atitudes, valores, crenças, sentimentos e experiências associados ao contexto religioso, diferenciando-se em três dimensões: religiosidade organizacional, não-organizacional e subjetiva. A religiosidade organizacional compreende os comportamentos religiosos que ocorrem no contexto da instituição religiosa (frequência às atividades religiosas formais, desempenho de cargos religiosos, etc.). Já a religiosidade não-organizacional engloba os comportamentos religiosos informais que ocorrem fora do contexto da instituição religiosa (como, por exemplo, a leitura da bíblia). Finalmente, a religiosidade subjetiva vincula-se aos aspectos psicológicos da religiosidade, às crenças, conhecimentos e atitudes relativas à experiência religiosa, bem como

aos auto-relatos de tais experiências e ao significado pessoal atribuído à religião. As investigações sobre envolvimento religioso e bem-estar subjetivo em idosos têm evidenciado que as pessoas com fortes crenças religiosas costumam relatar altos níveis de satisfação com a vida, grande felicidade pessoal e menos consequências psicossociais negativas provenientes de eventos de vida traumáticos. Os estudos brasileiros nessa área ainda são porém incipientes e têm focado, isoladamente, ora alguns aspectos relacionados ao bem-estar subjetivo, ora aspectos associados à religiosidade, o que justifica a realização de estudos adicionais destinados a abordar conjuntamente essas variáveis. Apoiando-se em tais considerações, o presente estudo teve como objetivo investigar as relações do envolvimento religioso com o bem-estar subjetivo em idosos. Participaram da pesquisa 256 indivíduos de ambos os sexos, com idades variando de 60 a 90 anos, pertencentes a diversas religiões e residentes em diferentes bairros do município do Rio de Janeiro. A coleta de dados efetivou-se por meio de uma escala de satisfação com a vida, uma escala de afetos positivos e negativos e uma escala de envolvimento religioso. Os resultados obtidos evidenciaram que apenas a religiosidade subjetiva correlacionou-se positiva e significativamente com a satisfação com a vida e que não foram observadas correlações entre nenhuma das dimensões do envolvimento religioso e os afetos positivos e negativos. Tais resultados permitiram a conclusão de que as crenças religiosas, ao criarem um padrão de interpretação para os eventos e experiências de vida, mostram-se capazes de amenizar os efeitos negativos de tais experiências, isto é, as pessoas com fortes crenças religiosas costumam redefinir os efeitos potencialmente negativos de uma determinada situação e, assim, conseguem lidar melhor com suas consequências. Por outro lado, demonstraram a pertinência de se desenvolverem estratégias potencialmente capazes de fornecer consolo e suporte espiritual aos idosos, como forma de promoção e manutenção de seu bem-estar subjetivo.

**Palavras-chaves:** Bem-estar subjetivo, Envolvimento religioso, Terceira idade

**Atividade: A natureza da relação entre as crenças sobre o envelhecimento e a auto-estima do idoso institucionalizado (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** A natureza da relação entre as crenças sobre o envelhecimento e a auto-estima do idoso institucionalizado

**Autor(es):** Rafael Santos Oliveira, Ana Paula Queiroz Plácido, Kátia Cordelia Cunha Cordeiro

**Resumo:** Estudos demográficos recentes têm demonstrado que o aumento da longevidade, aos poucos, vem deixando de constituir privilégio dos países desenvolvidos para transformar-se numa realidade mundial. Conforme estes estudos apontam, os índices de pessoas com 60 ou mais anos de idade, em relação à totalidade da população mundial, apresentam níveis superiores aos já registrados em qualquer outro período histórico, havendo ainda forte tendência de crescimento. Com relação ao Brasil, as estatísticas mostram que o país segue a tendência do crescimento da população idosa mundial. Neste sentido, os idosos passam a constituir-se como parcela representativa da população, tornando relevante a realização de estudos e pesquisas acerca deste segmento etário. A Psicologia enquanto campo da ciência que se propõe a estudar o comportamento humano e criar medidas de intervenção para melhorar a qualidade de vida das pessoas, deve desempenhar um papel importante no desenvolvimento dessas pesquisas. O objetivo desse estudo foi investigar a possível correlação entre a adesão à algumas das principais crenças sobre o envelhecimento e o grau de auto-estima entre idosos institucionalizados e não-institucionalizados. Trata-se de uma pesquisa correlacional de caráter quantitativo, que visa encontrar relação entre as variáveis sem estabelecer direção de causalidade. A população estudada contou com 40 pessoas do gênero feminino com idade variando de 63 a 94 anos de idade, sendo que 20 fazem parte do grupo controle de idosas não-institucionalizadas e 20 fazem parte de uma instituição que abriga idosas. As participantes responderam à escala de auto-estima de Morris Rosenberg (1965), e responderam também à um instrumento de 20 itens que foi elaborado para tentar medir a adesão às principais crenças sobre o envelhecimento levantadas na revisão da literatura: Crença 1, Envelhecimento, solidão e falta

de apoio social; Crença 2, Envelhecimento e saúde; Crença 3, Envelhecimento e exclusão social; Crença 4, Envelhecimento e perspectivas futuras. Para realizar as correlações entre o grau de adesão a essas crenças e o grau de auto-estima das participantes, bem como a diferença dos resultados entre o grupo controle e o grupo institucionalizado, foi utilizado o pacote estatístico para ciências humanas (SPSS), capaz de mensurar correlações entre duas ou mais variáveis, realizar estatísticas descritivas e níveis de significância entre as médias de diferentes grupos. Os cálculos realizados foram o r de Pearson para as correlações, e ONE WAY ANOVA para a diferença entre os grupos. Os resultados apontaram para existência de correlação entre o grau de auto-estima e a adesão às crenças sobre o envelhecimento, no entanto não foi observado o efeito da institucionalização na adesão às crenças. Percebeu-se que a idade é uma variável que parece fortalecer a correlação entre o aumento na adesão às crenças e diminuição da auto-estima dos idosos. Pode-se concluir que existe uma correlação entre a adesão às principais crenças sobre o envelhecimento e o grau de auto-estima das idosas, bem como a institucionalização e o grau de auto-estima das mesmas. Os resultados desse estudo, abrem possibilidades para que outras pesquisas possam buscar relações de causalidade entre essas variáveis, o que pode contribuir para mudanças na percepção atual acerca da velhice, visando proporcionar uma melhor qualidade de vida para essa população.

**Palavras-chaves:** Crenças, Envelhecimento, Auto-estima, Correlação

**Atividade: A (DES) INFORMAÇÃO SOBRE A SEXUALIDADE E SUAS CONSEQÜÊNCIAS NA CONSTRUÇÃO DA INTELIGÊNCIA SEXUAL DO ADOLESCENTE (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: A (DES) INFORMAÇÃO SOBRE A SEXUALIDADE E SUAS CONSEQÜÊNCIAS NA CONSTRUÇÃO DA INTELIGÊNCIA SEXUAL DO ADOLESCENTE**

**Autor(es):** Marisol Santiago Bashiri

**Resumo:** O objetivo deste trabalho consistiu em, verificar a atitude dos adolescentes e pais em relação à informação sobre a sexualidade e suas conseqüências. A problemática levantada incidiu em: como a informação sexual, dada pelos pais, influencia no processo de construção da inteligência sexual do adolescente? O trabalho foi construído através de uma pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, realizada com 170 indivíduos residentes na cidade de Maceió, sendo 112 indivíduos do sexo feminino e 56 do sexo masculino, 2 pessoas não responderam a questão. Do número total de colaboradores da pesquisa 105 são adolescentes, na faixa etária de 13 a 18 anos, de ambos os sexos, de escolas públicas e privadas, e 65 pais de adolescentes colaboradores da pesquisa e outros funcionários de uma instituição de ensino superior ou alunos de um centro de aperfeiçoamento profissional. O instrumento dessa pesquisa foi fundamentado na escala de atitude do Likert nesta, atitude é compreendida como uma organização psicológica duradoura que integra os componentes cognitivos, afetivos e comportamentais das pessoas para com um objeto social qualquer. Fica demonstrado assim, respectivamente, as interações, da forma como se pensa, sente e age. Os questionários foram compostos de duas partes: a primeira consistiu em uma explicação quanto ao objetivo da pesquisa e à confidencialidade dos dados expostos, instruções acerca do preenchimento dos mesmos, havendo questões abertas e fechadas. Na segunda parte constaram 18 afirmações que requereram respostas cognitivas, afetivas e comportamentais. A polaridade destas afirmações consiste em favoráveis ou desfavoráveis à informação e educação sobre a sexualidade. As afirmações foram distribuídas em três módulos sucessivos de seis afirmações, criteriosamente posicionadas de forma alternada quanto ao tipo e a polaridade. A metodologia utilizada incidiu em contactar as instituições de ensino, solicitar a autorização para aplicar o instrumento de pesquisa com adolescentes e pais de adolescentes. Quando dada à autorização, entrava-se em contato com as turmas; e, caso os adolescentes desejassem colaborar com a pesquisa; os menores de 18 anos levaram para casa um termo de consentimento que deveria ser assinado pelo responsável e entregue no dia em que os questionários fossem aplicados. O contato com os pais se deu através dos próprios adolescentes (quando estes permitiam) ou através de questionários entregues diretamente a alguns pais de adolescentes. Foi constatado com a pesquisa, que mesmo com todos os avanços da ciência e das descobertas acerca da

sexualidade humana, ainda é presente o desconforto e velhos paradigmas no que diz respeito ao assunto. Ou seja, embora haja uma “liberação sexual”, os indivíduos resistem em tratar do assunto como algo natural e inerente ao ser humano. Há um mecanismo de “proteção” para debater sobre o tema que é o chiste, a vulgarização e o comportamento de que sexo é um produto comprado e consumido e descartável. Foi comprovado que, embora os discursos acerca do assunto tenham sido mudados, as atitudes repressoras e desdenhosas referentes à sexualidade continuam as mesmas. Tais aspectos podem ser averiguados na pesquisa ao observar os resultados das respostas, pois, houveram dicotomias quanto às atitudes e cognições. Os indivíduos pensam sobre a sexualidade do modo natural e sua importância, mas, agem de maneira oposta a tais convicções. Este conflito demonstra que há uma disposição para mudança de comportamentos. Destacou-se que, embora pais e adolescentes conversem mais acerca da sexualidade, ainda há um silêncio quando o tema é mais aprofundado e envolve comportamentos pessoais, fato que dificulta a comunicação entre pais e adolescentes. Foi verificado que, os adolescentes estão iniciando a vida sexual cada vez mais cedo, e muitas vezes através de um relacionamento superficial (“o ficar”). Os pais e educadores não são assertivos quando tratam do assunto sexo com adolescentes e enfatizam de modo demasiado os riscos. Tem sido constatado que o conhecimento acerca destes não é o fator que os impede de ter relações sexuais. É mais eficaz transmitir-lhes valores humanos tais como: respeito, amor, cumplicidade, etc. Incitar o medo do sexo não tem surtido o efeito esperado. A pesquisa bibliográfica e a de campo retratam de modo harmonioso, a realidade vivenciada por pais e adolescentes quanto à informação acerca da sexualidade. Com isso, pode-se considerar que a maternidade/paternidade indesejada na adolescência, a contração de doenças sexualmente transmissíveis, o início cada vez mais precoce da primeira experiência sexual e a banalização do sexo são, na realidade, resultados de uma informação e educação sexual precária, técnica e superficial. A hipótese levantada de que à maneira como os pais conversam sobre sexo com os filhos adolescentes interfere na construção da inteligência sexual, foi confirmada. É necessário haver uma orientação dada por profissionais; psicólogos para pais e adolescentes sobre a melhor maneira de vencer os obstáculos para se estabelecer uma comunicação eficaz a respeito da sexualidade, entre pais e filhos. Deste modo haverá uma facilitação do desenvolvimento pleno da sexualidade e, conseqüentemente, uma inteligência sexual elevada.

**Palavras-chaves:** Adolescência, Sexualidade, Educação, Sexo

**Atividade: Afeto negativo e sintomas depressivos em crianças e adolescentes institucionalizados e não institucionalizados no sul do país (Paineis)**

**Trabalho:** Afeto negativo e sintomas depressivos em crianças e adolescentes institucionalizados e não institucionalizados no sul do país

**Autor(es):** Josiane Lieberknecht Wathier, Débora Dalbosco Dell'Aglio

**Resumo:** O afeto negativo é uma medida geral de angústia e insatisfação que inclui estados de humor como raiva, culpa, desgosto e medo, por exemplo. Ter um predomínio de afeto negativo sobre o positivo durante a infância e adolescência pode estar associado ao desenvolvimento de psicopatologias e de baixa qualidade de vida. Além disso, a presença de sintomas depressivos nesse período de desenvolvimento, tais como irritabilidade e instabilidade do humor, desinteresse importante, retardo psicomotor, sentimentos de desesperança, e prejuízo no desempenho escolar, entre outros podem ser um indicativo de possível distúrbio depressivo. Entre os fatores de risco para depressão, destacam-se história familiar de depressão, perda ou separação dos pais, abuso sexual, falta de apoio social, baixo nível socioeconômico e experiência de institucionalização. Aponta-se que a institucionalização de adolescentes pode trazer prejuízos ao seu desenvolvimento, devido ao rompimento de laços afetivos e à falta de atendimento individualizado. O objetivo deste estudo foi verificar a manifestação de afeto negativo e do distúrbio depressivo em crianças e adolescentes institucionalizados. Participaram 290 jovens de 7 a 16 anos (M=11,22; DP= 2,14) de ambos os sexos, sendo que 149 residiam em abrigos de proteção governamentais e não governamentais e 141 moravam com suas famílias na região



metropolitana de Porto Alegre. Ambos os grupos freqüentavam da 1ª à 8ª série do Ensino Fundamental de escolas públicas. Foram aplicados os instrumentos Escala de Afeto Negativo (Giacomoni, 2005) e o Children's Depression Inventory (CDI, Kovacs, 1992), para avaliar afeto negativo e depressão, respectivamente. Os dados foram coletados de forma individual, nas instituições para o grupo institucionalizado e nas escolas para o grupo que morava com a família. Os dados apontaram uma diferença significativa na Escala de Afeto Negativo ( $t=-3,70$ ;  $gl=288$ ;  $p<0,01$ ), sendo que a média dos jovens que moravam na instituição ( $M=50,64$ ;  $DP=17,85$ ) foi superior a do grupo que morava com suas famílias ( $M=43,12$ ;  $DP=16,78$ ), indicando mais afeto negativo no grupo institucionalizado. Em relação ao instrumento CDI, também houve diferença significativa ( $t=-4,37$ ;  $gl=282,6$ ;  $p<0,01$ ) entre os dois grupos, sendo que a média das crianças e adolescentes institucionalizados ( $M=13,02$ ;  $DP=8,5$ ) foi superior a do outro grupo ( $M=9,05$ ;  $DP=7,0$ ), indicando escores mais altos na manifestação de sintomas depressivos. Os resultados encontrados são semelhantes a outros estudos que avaliam bem-estar subjetivo e depressão e indicam que as crianças e adolescentes abrigados apresentam níveis subjetivos de qualidade de vida inferiores aos dos jovens que moram junto ao núcleo familiar, ainda que pertençam ao mesmo nível sócio-econômico. Sugere-se que sejam feitos estudos comparativos dos eventos estressores aos quais esses jovens foram expostos.

**Palavras-chaves:** afeto negativo, depressão, institucionalização, adolescentes

**Atividade: Interações iniciais sob o olhar da Psicologia Evolucionista (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Interações iniciais de mães e infantes de macacos-prego (*Cebus apella*): engajamento sensorial

**Autor(es):** Patricia Izar, Marina Carminatti

**Resumo:** Psicólogos do desenvolvimento têm enfatizado a importância das interações face-a-face para o estabelecimento e desenvolvimento da sincronia interacional, engajamento mútuo e comunicação afetiva entre a mãe e o bebê da espécie humana. Destaca-se a importância das interações face-a-face e do contato de olhar como deflagradores do processo de comunicação entre a díade, o que foi considerado por muito tempo uma característica exclusivamente humana. No entanto, embora o contato de olhar entre mãe e infante ainda não tenha sido registrado para a maior parte dos primatas não-humanos, já foi descrito para chimpanzés e outros pongídeos. Sugere-se que exista uma variação intraespecífica nos padrões de interação envolvidos no engajamento entre mãe e infante de chimpanzés, sendo que o contato visual é inversamente proporcional ao contato físico. Essa observação é similar à variação cultural nos padrões das interações iniciais registrada por H. Keller para a espécie humana. Em sociedades que valorizam cooperação social e interdependência, as primeiras interações envolvem proximidade física, contato afetivo e estimulação do desenvolvimento motor, minimizando interações face-a-face. Os macacos-prego são primatas Neotropicais bastante estudados por suas convergências adaptativas com chimpanzés e humanos, incluindo um elevado quociente cerebral, habilidades cognitivas que permitem o uso de ferramentas, longo período de imaturidade e cuidado materno caracterizado pela intimidade das relações mãe-infante. Ainda assim, o repertório comunicativo inicial do bebê envolve mais contato face-a-face com outros membros do grupo do que com a mãe, provavelmente devido ao transporte do bebê, pela mãe, na maior parte do tempo nas costas. No entanto, o engajamento mútuo a partir de interações táteis ainda não foi investigado para a espécie. O objetivo do presente trabalho foi investigar as interações iniciais entre mães e infantes de macacos-prego ao longo dos primeiros três meses de vida do infante, enfatizando padrões de interação motora. O estudo foi feito com um grupo de macacos-prego vivendo em condições de semi-liberdade no Parque Ecológico do Tietê, São Paulo, onde a pesquisa sobre desenvolvimento de infantes vem sendo realizada desde 2002. Foram feitas filmagens semanais de uma hora de duração de três díades mãe-bebê, ao longo de três meses, período em que o infante começa a deixar as costas da mãe para se locomover sozinho. Na transcrição das filmagens foram registrados todos os episódios de interação mãe-bebê, incluindo ajustes posturais para facilitar a amamentação. Os resultados sugerem variabilidade individual das

fêmeas adultas na exibição de ajustes comportamentais que evidenciam uma sincronia interacional com o seu infante, consistente com diferenças no estilo de cuidado materno. Mães mais protetoras parecem mais atentas a movimentos corporais do infante, facilitando a amamentação por ajustes corporais e esperando o fim da mamada para se locomover. Mães laissez-faire parecem menos sintonizadas com o comportamento do bebê. Interações face-a-face, com a exibição de expressão facial afiliativa, especialmente o beijo (lip-smacking) foram freqüentes entre o infante e outras fêmeas que não a mãe, especialmente no início do desenvolvimento, decaindo ao longo dos meses. Nossos resultados sugerem que o padrão de interações iniciais pode se refletir em diferenças no desenvolvimento dos filhotes, como a duração do período de dependência em relação à mãe para amamentação e locomoção. Pesquisas futuras são necessárias para investigar se a variabilidade intraespecífica no padrão de interações iniciais encontrada para humanos e chimpanzés ocorre também em macacos-prego. A variabilidade interindividual encontrada na população estudada sugere essa possibilidade. Por outro lado, as interações iniciais íntimas com outros membros do grupo que não a mãe, geralmente interpretadas como consequência do carregamento dorsal do filhote pela mãe, podem estar relacionadas ao sistema social da espécie, caracterizado por cuidado alomaterno freqüente e pela alta tolerância em relação aos infantes. Esses resultados sugerem que o estudo do padrão de interações iniciais em primatas deve levar em consideração características adaptativas de cada espécie.

**Palavras-chaves:** primatas, macaco-prego, desenvolvimento, comunicação, interações iniciais

**Trabalho:** Interações mãe-bebê de um e cinco meses de díades urbanas brasileiras: sistemas parentais predominantes, comportamentos, complexidade e aspectos afetivos

**Autor(es):** Maria Lucia Seidl de Moura, Adriana Paes Ribas, Karla Costa Seabra, Susana Engelhard Nogueira

**Resumo:** Pesquisas realizadas nas últimas décadas têm indicado que o bebê humano é capaz de demonstrar precocemente competências que o parecem capacitar a responder seletivamente aos eventos sociais, permitindo-lhe participar ativamente de interações com seus parceiros. Neste sentido, os comportamentos de sorriso, choro ou expressões faciais são eficazes em deflagrar cuidados e contato corporal e constituem pistas potentes que são interpretadas pelos cuidadores, regulando as trocas sociais iniciais, nas quais a díade parece se engajar reciprocamente. Para além do seu papel como objeto social, os cuidadores, sobretudo a mãe, constituem-se em importantes fontes de estimulação afetiva. Acredita-se que é através, e a partir, das interações iniciais que os bebês aprendem a lidar com emoções e a atuar como participantes de trocas afetivas. Nessa direção, teorias contemporâneas sobre desenvolvimento do self, afeto e cognição vêm sublinhando a relevância das interações interpessoais e enfatizando seu aspecto afetivo e emocional. Interações iniciais parecem ser adaptativas, e conhecê-las é fundamental para compreender a ontogênese humana. A literatura tem apontado que a natureza de interações precoces mãe-bebê e especialmente as trocas iniciais face-a-face parecem envolver características específicas de sincronia, co-regulação e contingência de comportamentos exibidos pelos parceiros, caracterizando episódios de “engajamento mútuo”, “comunicação afetiva” ou “intersubjetividade primária”. Diversos estudos têm sido realizados sobre as características das interações iniciais mãe-bebê, incluindo investigações longitudinais e transculturais. Transformações nessas trocas têm sido observadas, especialmente, ao longo dos dois primeiros anos e caminham de trocas diádicas para trocas triádicas, progressivamente mais compartilhadas com o mundo externo à díade. Estudos brasileiros sobre interações adulto-criança no primeiro ano de vida ainda são pouco freqüentes. Este trabalho visa oferecer algumas evidências sobre características de interações iniciais, em especial os comportamentos da mãe, do bebê, a complexidade das trocas e as manifestações afetivas presentes nas mesmas. Considerando o bebê um parceiro ativo nas trocas interativas, as diferenças culturais e individuais dos cuidadores, o trabalho tem como objetivo comparar dados de observações de díades mãe-bebê (em dois momentos de desenvolvimento), em um contexto urbano brasileiro.

Participaram 56 díades, (28 com bebês de um mês e 28 com bebês de cinco meses), filmadas em suas casas em situações livres. Foram identificados e analisados episódios de interação. Os resultados não indicaram diferença na média de interações por díade nos dois grupos, mas essas interações apresentaram diferenças em sua complexidade e na manifestação de afetividade recíproca dos parceiros. A idade do bebê e da mãe são aspectos importantes para a constituição das interações. Pode-se observar que interações iniciais transformam-se nos primeiros meses. O parceiro adulto, nesse caso a mãe, responde ao aumento do repertório dos bebês, e as trocas complexificam-se. Tornam-se gradativamente mais longas (embora neste estudo essa diferença não tenha sido significativa). Além de tenderem a ser mais longas, as interações são mais complexas: os parceiros estabelecem “protoconversas” de mais turnos aos cinco meses. Muda também o foco da díade. No grupo de díades em que o bebê tinha um mês, as interações face-a-face predominam, ou seja, elas se centram na própria díade. Aos cinco meses, como esperado pelas evidências de literatura, a mediação pelo objeto já se faz presente. Parecem estar sendo construídos os comportamentos de atenção conjunta que vão aparecer alguns meses mais tarde. Ao mesmo tempo, o bebê de um mês tem a oportunidade de ter contato com expressões emocionais e manifestações afetivas de sua mãe nas interações. Aprende sobre os outros e sobre si nessas trocas. Com o aparecimento do sorriso social aos dois meses, um poderoso estímulo para interações é incluído. A reciprocidade das trocas afetivas se enriquece. Em quase a metade das interações das díades em que o bebê tem cinco meses foram observadas manifestações afetivas da mãe e do bebê. Esse indicador pode estar subestimando essa reciprocidade afetiva pela escolha de categorias mais diretamente observáveis. Uma outra conclusão importante é que o contexto cultural é um fator que, de certa forma, organiza as interações. Os grupos estudados são de um contexto urbano e incluem mães com níveis razoáveis de escolaridade. As interações são principalmente face-a-face no grupo em que os bebês têm um mês e de estimulação por objetos aos cinco meses. Mostram-se, assim, do mesmo tipo que a de outros grupos urbanos estudados por H. Keller e colaboradores. No entanto, as manifestações afetivas presentes nas interações, inclusive o toque afetivo e o beijar, e a incidência do sistema de contato corporal levam a que se hipotetize que as interações nesse contexto urbano brasileiro específico sejam propiciadoras do desenvolvimento de um self autônomo-relacional. Pensa-se que este estudo traz alguma contribuição para a compreensão de interações iniciais em um contexto específico, e contempla algumas das lacunas apontadas na literatura. Seus resultados mostram-se congruentes com a literatura internacional, e trazem elementos importantes para a discussão acerca da natureza e de aspectos universais e específicos dos primeiros processos interacionais.

**Palavras-chaves:** interação mãe-bebê, sistemas parentais, complexidade, aspectos afetivos

**Trabalho:** O estudo das interações parento-filiais

**Autor(es):** Vera Regina J.R.M. Fonseca

**Resumo:** É hoje amplamente aceito que as condições de encontro do recém-nascido com o mundo social têm um papel fundamental no desenvolvimento infantil. Assim sendo, podemos considerar a interação entre o bebê e seus pais como o ambiente ontológico de desenvolvimento. Sabendo-se que os fatores genéticos e ambientais, pré, peri e pós-natais se combinam de um modo não-linear, teremos uma tênue idéia da complexidade do estudo de tais interações e de suas conseqüências. Assim, nos defrontamos com a tarefa de eleger um determinado ângulo de observação, e, ao mesmo tempo, tentar compor os resultados com aqueles obtidos de outros ângulos, cientes da limitação de nossa perspectiva. A interação entre o bebê e seus pais pode ser estudada tanto sob uma perspectiva subjetivista, tal como a observação psicanalítica da relação pais-bebê-família, como sob uma perspectiva objetiva, das quais os estudos etológicos e experimentais são um exemplo. A perspectiva psicanalítica, partindo do princípio de que o comportamento é gerado por estruturas do mundo interno (formadas pelo encontro da dotação instintual com as experiências relacionais), aponta sua lente para o interjogo entre os estados subjetivos de cada um dos parceiros de uma relação. Inclui a resposta subjetiva do observador como um instrumento de avaliação da qualidade da relação, dos afetos e possíveis fantasias presentes. Outras áreas do estudo das interações entre o bebê e seus pais privilegiam os fatos observados, munindo-se de recursos e controles próprios para evitar os fatores subjetivos.

Ambas perspectivas oferecem o conhecimento de partes do todo, um todo que, ainda que nunca apreensível, estamos sempre buscando. Uma tentativa de combinar ambas perspectivas acima descritas com a finalidade de realizar pesquisas sobre as interações infantis e seu impacto no desenvolvimento é a Escala de Disponibilidade Emocional, de Biringen, baseada nas teorias de apego, desenvolvida por Ainsworth e por Bowlby, e da sensibilidade emocional de Emde e Easterbrooks. A escala avalia quatro dimensões no adulto que cuida (sensibilidade emocional, estruturação, não intrusividade e não agressividade) e duas na criança (responsividade emocional aos pais e envolvimento dos pais). Vários trabalhos foram feitos usando-se esta escala. No entanto, resta a dúvida se tais dimensões podem ser padronizadas universalmente ou se servem apenas para avaliar os mesmos ambientes nas quais elas foram formuladas. Será possível para um ocidental qualificar o grau de sensibilidade emocional, ou até de intrusividade, presente na relação diádica de outras culturas, por exemplo? Será viável a elaboração de uma escala que discrimine o que é ou não universal, que contemple a diversidade cultural, as características espécie-específicas das relações iniciais e até mesmo não espécie-específicas (como, por exemplo, das relações parentais entre primatas não humanos)? O presente trabalho explora exatamente esta questão, ou seja, a possibilidade de se avaliar as relações entre os pais e bebês a fim de se extrair quais os ingredientes básicos que determinariam um desenvolvimento psicológico saudável para o infante. Convém lembrar que, ainda que estudemos a dinâmica das micro-relações (o efeito que determinado comportamento dos pais tem sobre o bebê e, por sua vez, o efeito que a resposta do bebê tem sobre os pais e assim por diante), resta o (indecifrável?) mistério de como todas estas unidades se combinam para resultar em uma estrutura com certo grau de estabilidade e competência para sobreviver e se reproduzir.

**Palavras-chaves:** interação pais-bebê,psicanálise,disponibilidade emocional

**Atividade: Crise de Valores ou valores em crise?  
(Mesas Redondas)**

**Trabalho:VALOR ATRIBUÍDO A AGENTES E INSTITUIÇÕES SOCIAIS POR ALUNOS DO ENSINO MÉDIO**

**Autor(es):** Yves La Taille

**Resumo:** Muito se tem falado do 'vazio de sentido' experimentado pelos indivíduos da atual cultura ocidental. Comprovar a presença de tal mal-estar e procurar entender suas causas parece-nos essencial, notadamente para guiar políticas públicas para a educação de crianças e jovens. Eis o objetivo maior da pesquisa que passamos a descrever. Método:5160 alunos de instituições de Ensino Médio da Grande São Paulo, sendo 2160 de instituições particulares e 3000 de instituições públicas, pesquisados com o instrumento Questionário de Avaliação do Plano Ético (APE, criado por La Taille, Y & Harkot-de-La Taille).Esse instrumento, um questionário com alternativas, coloca aos sujeitos questões que podem ser classificadas em três grandes categorias: 1) eu/sociedade, com questões relacionadas às instituições e agentes institucionais, 2) eu/outrem, com questões relacionadas ao convívio nos espaços público e privado, e 3) eu/eu, com questões relacionadas a projetos de vida e confiança na sua realização. A aplicação foi realizada no primeiro semestre de 2005. Resultados: 1) Encontramos um jovem otimista em relação ao progresso da sociedade, no século que se inicia, e também razoavelmente otimista quanto as chances de se realizar na vida 2) Ele atribui grande confiança às pessoas de seu círculo privado (pais, amigos) e se sente por eles bem mais influenciado quanto a seu valores do que pela escola, pela mídia e pela religião 3) Em compensação, o espaço público lhe aparece como ameaçador, pois nele enxerga mais adversários que amigos e mais agressividade do que diálogo.4) Ainda em relação ao espaço público, ele nutre uma grande desconfiança para com as instituições políticas e seus representantes. 5) Coerentemente, ele elege a moral como essencial para a sociedade, com particular destaque para a justiça, a honestidade e a humildade.6) Ele acredita que pobres e negros são os que mais sofrem preconceitos, que a pior coisa é sofrer injustiça, e que os fenômenos da violência, da má preparação profissional, da crise econômica e do racismo são grandes obstáculos para se viver uma vida plena. 7) Em relação à escola, instituição cujo papel é fazer, para o aluno, a transição entre o espaço privado e o espaço público, ela atribui grande importância ao papel social dos

professores e neles tende a confiar, pensa que nela aprende coisas importantes para o enfrentamento de problemas sociais e para seu desenvolvimento pessoal. 8) Quanto a seus desejos, eles recaem essencialmente sobre ser tratado de forma justa e viver uma vida que vale a pena ser vivida. 9) Ter filhos e reconhecimento social são vistos como importantes, mas menos do que ter emprego e amigos.

**Palavras-chaves:** valores, jovens, ética, moral

**Trabalho:** Educação e Construção de Valores: Fundamentos Pragmáticos para a Educação Formal

**Autor(es):** Clary Sapiro

**Resumo:** Na área da Psicologia do desenvolvimento moral, vários autores conduzem a uma sucessão de teorias buscando explicar o ato moral e apresentar "a melhor aceitação de humanidade" e os respectivos estágios a serem percorridos a fim de que a alcancemos. Estágios de julgamento moral (Kohlberg e Piaget), estágios de amizade (Elkind, 1976), de altruísmo, até estágios sobre a capacidade de perdoar (Enright), conseqüentes todos, da descentração ("role-taking") que é o próprio desenvolvimento moral associado ao desenvolvimento das estruturas de raciocínio lógico, como propôs Piaget em 1932, na obra o "Julgamento Moral da Criança". Paralelamente ao desenvolvimento dessas teorias, a literatura tem discutido a controvérsia acerca de valores morais dos indivíduos como reconstruções das normas culturais predominantes, logo, - o relativismo moral, - versus o argumento de que a moralidade reflete também construções sócio-cognitivas e racionais de justiça e bem-estar, ou - o universalismo dos princípios morais. Para fundamentar as possibilidades de uma educação para a ética a partir de modelos de raciocínio crítico, farei uma breve exposição da teoria que investiga a estrutura motivacional dos valores humanos a partir da psicologia social, a seguir, buscarei estabelecer uma relação os valores peculiares à cultura brasileira encontrados por Tamayo e Schwartz (1993) e a teoria dos domínios de conhecimento sócio-moral de Turiel. Como sugere o título, eu discutirei temas que tenham repercussão nas relações entre cultura e desenvolvimento de julgamentos sócio-morais, propondo direções para uma educação ética. Esse trabalho analisa os efeitos do consumo e da globalização na construção de valores de crianças e adolescentes brasileiros especialmente no que concerne à importância e potencial dos temas transversais do currículo nas escolas brasileiras frente à exposição de valores pseudo-humanos agregados aos bens de consumo pela mídia, principalmente televisiva. Busca, desta forma, avaliar o papel da educação moral como parte integrante de atividade educacional que objetiva assegurar aos membros da sociedade a oportunidade de adquirir e desenvolver respeito por si mesmo e pelos outros indivíduos como seres humanos, a adoção de valores éticos de liberdade, solidariedade e respeito aos recursos naturais inclusivamente. Propõe uma discussão acerca da diferença entre a globalização da produção de bens de consumo e valores universalizáveis. No campo do desenvolvimento sócio-moral, como cientistas, fizemos progresso suficiente para demonstrar que os seres humanos em todas as sociedades partilham princípios morais subjacentes ou explícitos às suas ações e normas, apesar da diversidade cultural na expressão desses princípios. Uma vez reconhecidas a cultura e o contexto, não é mais posto o clássico debate acerca do universalismo ou relativismo de princípios morais. Agora, a questão que se coloca é mantermos clara a diferença entre o "Global" e "Universal" revisando permanentemente estratégias pedagógicas que viabilizem a reflexão crítica acerca dessa diferença, ainda que sob o paradigma econômico da circulação de bens, ou Globalização. A questão central discutida nesse trabalho analisa a importância de mantermos nossas metas como pesquisadores no campo da construção de valores morais, com vistas às consequências práticas e repercussão social.

**Palavras-chaves:** educação, moral, valores

**Trabalho:** Valores em crise: o que nos causa indignação?

**Autor(es):** Luciene Regina Paulino Tognetta, Telma Pileggi Vinha

**Resumo:** Inúmeras vezes nos deparamos com um certo saudosismo latente que teimosamente nos remete a pensar nos valores de velhas gerações como quase ausentes nas relações estabelecidas atualmente. A mesma angústia prospera na educação. Nesta esfera encontram-se, não raro, educadores de diferentes séries se referindo aos valores ausentes em seus alunos como a elucidar uma perda de gerações que outrora, em seus conceitos, eram caracterizadas como possuindo mais valores morais. Neste cenário, alguns estudos na Psicologia Moral têm nos referenciado não a uma “crise de valores”, mas a mudança destes, ou seja, a presença de outros, muitos deles impregnados culturalmente em nossa sociedade. Sim, pois, não há como negar a existência de valores sejam eles morais ou não, entre nós humanos. Podemos considerar o valor como um investimento afetivo e, portanto, toda pessoa, em suas relações consigo e com os outros investe sua energia em determinadas ações ou pessoas ou ainda, idéias, mais do que em outras e assim temos caracterizado um valor. A partir dessa reflexão inicial, podemos então nos indagar: quais seriam os valores presentes entre nós na atualidade e ainda, seriam esses, valores morais? Para responder e ainda melhor refletir sobre essas perguntas apresentamos os resultados de nossas investigações sobre o sentimento de indignação presente entre adolescentes. Por que a indignação? Quando questionamos alguns adolescentes sobre o que lhes causa indignação, obtivemos como respostas ações que podem nos apontar o que é valor aos olhos desses meninos e meninas. Podemos afirmar que a indignação é a reação à ausência de uma competência moral. Explicaremos melhor: ao tratar da vergonha moral e não moral, La Taille esclarece que se alguém se mostra fraco numa competência não moral (tocar, dar aulas, cozinhar) a reação do público será a crítica ou até o riso. Se a competência for moral (ser solidário, justo, honesto) a reação à ausência desta competência, ou melhor, a ação concreta que a contradiz, será de indignação. Assim, a crítica e o riso correspondem ao sentimento de vergonha não moral e a indignação corresponde a vergonha moral. O autor considera que a consciência moral depende da capacidade de se indignar com ações alheias e de se envergonhar com as próprias. Tungendhat nos convida a pensar em duas idéias interessantes ainda a respeito da indignação - a primeira é que a indignação (ou a revolta) só acontece por inclusão de exigências mútuas: só fico indignado quando desaprovo uma ação que considero ferir a um bem moral que distingo em mim e como exigência ao outro enquanto um bom atrativo (uma boa pessoa). A segunda idéia é que, de fato, a indignação é um sentimento que corresponde à motivação moral em suas duas facetas: a idéia da norma e do que desejo ser. Fico indignado porque respeito a pessoa e porque eu me envergonharia por agir de tal forma. Indignar-se é buscar essa correspondência imediata entre os valores que tenho e os que aspiro que os outros tenham. Para tal investigação, nossa amostra consistiu em 75 estudantes de colégios particulares da cidade de Campinas e 75 estudantes de colégios particulares de Genebra, na Suíça. Ao questionarmos sobre os fatos aos quais esses adolescentes se indignariam, temos respostas que puderam nos apontar tal motivação moral presente nesse sentimento e ainda constatar referências a valores éticos, ou seja, que aspirem por uma disposição a agir virtuosamente com justiça, tolerância e outras tantas virtudes. Nossa investigação, contando com estudantes advindos de culturas diferentes pôde apontar as mesmas distinções entre os valores destacados por suíços e brasileiros. Tal amostra nos ajudará a pensar: quais valores estão mais presentes entre as respostas dos jovens participantes de nossa pesquisa? Ou em outras palavras, quais seriam as virtudes mais almejadas por esses mesmos adolescentes quando, indignados, apontam ações contrárias a elas? Resta-nos ainda uma pergunta: como pais e professores, educadores em potencial, aqueles que se questionam sobre a diferença entre os valores atuais e de sua geração, podem contribuir para com a formação ética de seus alunos? As respostas a essas questões nos remetem a uma profícua reflexão que nos destinamos a cumprir

**Palavras-chaves:** moral, vergonha, ética, indignação

**Atividade: Políticas Públicas e Sociais: Problematizando os Programas de Proteção à Criança e Adolescente (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Políticas Públicas e Sociais: Problematizando os Programas de Proteção à Criança e Adolescente

**Autor(es):** Neuza Guareschi, Lilian Rodrigues da Cruz, Maria de Lourdes Duque-Estrada Scarparo, ANA LUIZA DE SOUZA CASTRO

**Resumo:** As práticas psicológicas na assistência social, na saúde e no judiciário, bem como as interfaces com as políticas públicas, tornam-se um eixo de problematização no campo da Psicologia Social. Os programas e ações das políticas públicas e sociais e suas interfaces tem sido uma área de trabalho e de pesquisa bastante atual não só para a Psicologia Social mas para diversas disciplinas da Psicologia. O SUS deu origem a outros sistemas como, por exemplo, a instituição da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS e do ECA, foram se constituindo vários programas de atendimento focados para distintos públicos como crianças, adolescentes, idosos, PPD's e famílias. Com o processo de implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, a diretriz de centralidade na família retoma uma questão essencial que a burocratização e formalização de serviços havia cindido: toda criança e adolescente tem origem em uma família, mesmo na ausência da presença física desta. Assim, nesta mesa objetivamos discutir as (des) articulações das políticas públicas no campo da infância e juventude, centrando-se na aplicação das medidas protetivas previstas no ECA. Neste sentido, a “negligência dos pais” tem despontado como motivo de ingresso mais freqüente em entidades de abrigo, suscitando discussão entre os operadores de direitos. Constatamos que a negligência está muito associada às dificuldades socioeconômicas e que as famílias pobres parecem ser culpabilizadas pela situação dos seus filhos. Culpabilização que também recai sobre o adolescente autor de ato infracional das camadas empobrecidas, perpetuando a clássica divisão entre as crianças e os adolescentes que precisam de proteção e os “menores” e que precisam de correção, uma vez que remete o autor de ato infracional apenas para atendimento jurídico. Alguns programas têm centrado esforços no atendimento às famílias, visando diminuir a vulnerabilidade social. Contudo, percebe-se que não se supera as vulnerabilidades apenas suprimindo as necessidades materiais. Questionamos quando a demanda advém de um terceiro, necessitando constituir demanda de tratamento. Quais as possibilidades de escuta do psicólogo? O desafio é trabalhar com os programas de orientação e apoio sociofamiliar de forma a promover a autonomia, os direitos das famílias, sem que esta ação se transforme em um veículo de controle. Consideramos urgente revermos as políticas públicas e sociais através de seus efeitos, dos sujeitos implicados, dos discursos que estão se produzindo, num necessário estranhamento. Nesse sentido, propomos fomentar as discussões acerca das negligências: da articulação das políticas públicas, das instituições, dos operadores de direito, dos técnicos e “dos pais”, pelas concepções que estas apresentam sobre família, criança pobre, juventude problemática, negligência, entre outras.

**Palavras-chaves:** Políticas Públicas, Programas Sociais, Criança e Adolescente

**Trabalho:** Negligências Cotidianas No Campo Das Políticas Públicas

**Autor(es):** Lilian Rodrigues da Cruz, Josiane Hilgert, Sandra Torossian

**Resumo:** As práticas psicológicas na assistência social e na saúde constituem-se em um eixo de problematização no campo da Psicologia Social. Objetivamos discutir as desarticulações das políticas públicas no campo da infância e juventude, centrando-se na aplicação das medidas protetivas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A nível nacional, Silva (2004) aponta que, entre os principais motivos de abrigamento, os relacionados com a pobreza familiar são os mais freqüentes. Segundo Rizzini e Rizzini (2004), é também a extrema pobreza que tem levado ao aumento de pedidos de vagas nos abrigos da cidade do Rio de Janeiro. Em Porto Alegre, uma pequena amostra da Fundação de Proteção Especial constata que 78% dos ingressos o foram pelo motivo de negligência (Santos, 2004). Segundo Cruz (2006), a denominada “negligência dos pais” tem despontado como motivo de ingresso mais freqüente em entidades de abrigo, suscitando discussão entre os operadores de direitos. Constatamos que a negligência está muito associada às dificuldades socioeconômicas e que as famílias pobres

parecem ser culpabilizadas pela situação dos seus filhos. Nas avaliações de negligência, questiona-se também a efetividade das ações preventivas em saúde mental, uma vez que a literatura aponta dificuldade de discernir entre situações de pobreza e sofrimento psíquico dos pais. Neste contexto, em relação à realidade das demandas encontradas nos serviços de saúde frente às situações de risco pessoal e social, perguntamo-nos como superar os modelos de assistência à saúde medicalizados e centrados nas ações bio-médicas. Considerando o Programa de Saúde da Família, sabe-se que as ações em capacitação/formação dos agentes comunitários priorizaram procedimentos básicos em saúde física, higiene e puericultura, bem como vigilância epidemiológica e sanitária. No cotidiano da atuação destes profissionais, as demandas relativas às situações de vulnerabilidade social freqüentemente trazem questões complexas. No que se refere ao cuidado dos filhos, como discernir entre situações de negligência emocional e os problemas relativos à pobreza? Como articular a rede de atendimento à criança e ao adolescente quando há risco de vida eminente de uma criança em situação de negligência grave? Assim, acreditamos que é preciso fomentar ações que visem escutar as vozes das famílias e de seus filhos. Será que ainda não continuamos centrando os atendimentos nas questões materiais? Para enfrentar os problemas da infância é necessária a integralidade de olhares e escutas, pois estão em questão múltiplos fatores interrelacionados, tais como a miséria das famílias e o fracasso das políticas públicas de educação, saúde, trabalho, moradia e saneamento básico. Nesse sentido, propomos fomentar as discussões acerca das negligências: da articulação das políticas públicas, das instituições, dos operadores de direito, dos técnicos e “dos pais”.

**Palavras-chaves:** Negligência, Políticas Públicas, Infância.

**Trabalho:** Políticas Públicas e Dilemas entre o Individual e o Coletivo

**Autor(es):** Maria Crisitna Poli, Maria de Lourdes Duque-Estrada Scarparo

**Resumo:** Refletir sobre as práticas no campo das políticas públicas e suas interfaces do trabalho em rede tem sido um tema sempre atual. A partir da instituição da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS e do ECA, foram se constituindo vários programas de atendimento focados para distintos públicos como crianças, adolescentes, idosos, PPD's e famílias. Com o processo de implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, a diretriz de centralidade na família retoma uma questão essencial que a burocratização e formalização de serviços havia cindido: toda criança e adolescente tem origem em uma família, mesmo na ausência da presença física desta. O antigo plantão social que atendia apenas uma demanda objetivada no benefício, visando atender uma necessidade concreta e imediata, é questionado para que o serviço de atendimento à comunidade possa se constituir como um lugar de acolhimento ao ser humano, com sua história singular de origem, pertencimentos e abandonos, privações e realizações. Sem desconsiderar os benefícios enquanto garantia de sobrevivência, a questão que se coloca é como não obter aí uma escuta para além da realidade objetiva, permitindo ao sujeito um lugar de reconhecimento do seu discurso no laço social. A dita autonomia ou emancipação do sujeito passa pela almejada garantia de direitos, pelo reconhecimento, por responsabilidade e ato. Mas, também aponta para uma anterioridade, uma consideração de estado de dependência ou carência. Levanta a questão da idealização de uma meta a ser atingida. Esta associação do manifesto objetivo de “bem estar social” e da conquista de autonomia, nos evoca o tema do bem e da liberdade individuais e coletivos. Quais as possibilidades de pensar as práticas nas políticas públicas permeadas pela moderação social, enquanto libertação e ordenação das relações sociais, considerando a ordem como condição da liberdade, a liberdade como conteúdo da ordem justa, onde o poder se distribua tão bem quanto à propriedade? São muitas as interpretações destes conceitos (Albornoz, 2006). Para além da liberdade democrática ou da ordem autoritária é preciso interrogar a multiplicidade de sentidos da palavra liberdade, considerando uma visão dialética na noção de livre, considerando o grupo e as condições históricas de sua reivindicação. Considerar a liberdade como uma resposta subjetiva, não necessariamente individual, mas comunitária, relativa ao poder de decisão, seria uma via para rediscutir as práticas no campo das políticas públicas? Seria uma via para pensar a liberdade político-social mediante uma relação entre a necessidade do mundo material e o



intercâmbio social dos homens. Na linha da mediação social, importa saber quem a exerce a coerção e mantém a ordem e com que finalidade. Liberdade e ordem estão em um campo de forças em constante debate. Se o bem pode estar indicado por falta de algo desejado e o mal pela falta destes bens desejados, mal é antes a negação da possibilidade de desejar, na impossibilidade de acesso ao desejo ou à condição faltante, como se pudesse se ter tudo e nada faltar. Encontra-se, então, a dialética do desejo que só existe na condição de faltante. Mas, aponta-se a questão da mediação nos sentidos de privação e de possibilidade de satisfação parcial, nas relações sociais, sendo o elemento solidário, enquanto responsabilidade recíproca, entre o individual e o coletivo.

**Palavras-chaves:** Políticas Públicas, Individual/Coletivo, criança/adolescente

**Trabalho:** Crianças e Adolescente Pobres no Brasil - Negligência de quem?

**Autor(es):** ANA LUIZA DE SOUZA CASTRO

**Resumo:** O Estatuto da Criança e do Adolescente - o ECA, trouxe inegáveis avanços para a sociedade brasileira. Diversas áreas do conhecimento e vários especialistas envolvidos com o trabalho em Programas Sociais com esta população têm-se preocupado em cumprir o que este estabelece. Talvez a mais importante contribuição da lei, tenha sido a tentativa de construção de um novo paradigma de atenção à criança e ao adolescente. O Estatuto rompe com a doutrina da situação irregular, onde um contexto isolado de pobreza se constituía em base legal para definir a perda do pátrio-poder dos responsáveis; e reafirma a noção da proteção integral, onde todas as crianças e adolescentes são prioridade absoluta, cujo cuidado é dever da família, da sociedade e do Estado. A ideologia da lei situa-se no princípio segundo o qual todas as crianças e adolescentes desfrutam dos mesmos direitos e deveres compatíveis com sua situação peculiar de pessoas em desenvolvimento. Combateria, então, a idéia e prática dos antigos “juizados de menores”, que exerciam uma justiça repressora para os pobres e cálida para os bens nascidos (Saraiva, 1999). Infelizmente, não podemos afirmar que essa mudança de paradigma tenha-se efetivado completamente. Agora, mais de dezesseis anos após a aprovação do ECA, algumas questões merecem ser problematizadas: a priorização da infância e da adolescência no Brasil, através de uma efetiva política de assistência e de saúde, como também a permanência dos filhos junto a seus familiares, muitas vezes, são ainda meras intenções. Os problemas iniciam pela frágil implantação de uma rede de proteção com programas e medidas que priorizem a orientação e o apoio sócio-familiar, evitando ao máximo as separações das crianças e dos adolescentes de suas famílias. Ou seja, o não cumprimento da legislação, acaba por influenciar e estimular o uso sistemático e inadequado da medida de Abrigo. Cabe salientar que sequer os Conselhos Tutelares foram efetivados na totalidade dos municípios brasileiros. Nesta realidade, observa-se critérios ditos técnicos, onde a pobreza do antigo código de menores parece estar sendo substituída pela negligência e utilizada juridicamente para o afastamento das crianças de suas famílias. Na prática, a pobreza permanece sendo um fator da perda do poder familiar, onde as práticas psicológicas tem desempenhado um importante papel, via de regra, legitimando preconceitos e tutelando os sujeitos. Neste trabalho, objetiva-se, através da apresentação de estudo de um processo judicial, problematizar as intervenções dos diversos órgãos e setores sobre uma família, onde ficam evidentes a produção de uma suposta negligência, julgamentos discriminatórios e estigmatizantes. Pergunta-se de quem é a negligência.

**Palavras-chaves:** Negligência, Políticas Públicas, Estatuto Criança e Adolescente

**Atividade: Uma Visão Sistêmica e Relacional das Relações de Apego Mãe-Criança (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Uma Visão Sistêmica e Relacional das Relações de Apego Mãe-Criança

**Autor(es):** Pompéia Villachan Lyra, Luciano Meira

**Resumo:** Neste estudo, defendemos que a investigação das relações de apego mãe-criança

requer uma visão dinâmica e relacional do desenvolvimento humano, sendo o indivíduo em desenvolvimento compreendido como inserido em múltiplos contextos de interação social. Enquanto um componente de um sistema dinâmico e relacional, a pessoa em desenvolvimento continuamente co-regula suas ações considerando as ações do seu parceiro interacional (Fogel, 1993, 2000; Fogel, Garvey, Hsu, & West-Stroming, 2006; Pantoja, 2001; Silva, 1999). Tomando por base esta visão relacional e dinâmica do desenvolvimento humano, este trabalho tem por objetivo: 1. Discutir as noções básicas da teoria do apego de John Bowlby e Mary Ainsworth e 2. Apresentar episódios ilustrativos de uma investigação das relações de apego, adotando uma perspectiva relacional e dinâmica do desenvolvimento humano. Assim, com base nos princípios teóricos e metodológicos da teoria dos sistemas dinâmicos e da perspectiva histórico-relacional, neste trabalho concebemos as relações de apego mãe-criança como um sistema aberto, composto por vários elementos que se influenciam mutuamente ao longo do tempo, tais como sensibilidade materna, responsividade, expressão emocional tanto da mãe como da criança, regulação emocional e tom de voz. Para tanto, foi realizado um estudo microgenético das relações de apego de duas díades mãe-criança, estando as duas crianças com três anos de idade. Serão apresentados episódios ilustrativos do fluxo interacional destas duas díades, com o objetivo de ilustrar como estes diferentes elementos se influenciam mutuamente, contribuindo para a emergência de padrões de co-atividade que caracterizam a dinâmica relacional de cada díade, assim como a qualidade de sua relação de apego. Estes padrões de co-atividade são denominados por Fogel e colaboradores (2003) como padrões de co-regulação. Desta forma, no lugar de buscar identificar o estilo de apego da criança, baseada em suas reações emocionais e desfecho dado para histórias apresentadas para a criança pelo experimentador (Bretherton, Ridgeway & Cassidy, 1990), neste trabalho, buscamos investigar a dinâmica da relação mãe-criança, em termos da emergência da qualidade de suas relações de apego. Nossa atenção foi simultaneamente direcionada tanto para a dinâmica da relação de apego co-construída pela díade, como também para a contribuição de cada um dos parceiros relacionais na construção desta dinâmica. Consideramos os dois parceiros relacionais como participantes ativos na co-criação tanto da brincadeira simbólica na qual estavam inseridos, como também de suas relações de apego. Destacamos também ser necessário compreender o sistema de apego mãe-criança em diferentes contextos e não apenas em situações de proteção e cuidado. Sendo assim, situações nas quais a mãe busca apresentar uma ordem para a criança podem se apresentar como importantes momentos de construção e manutenção de um clima de respeito e confiança mútua entre os parceiros relacionais. Desta forma, no presente estudo concluímos que não apenas a sensibilidade materna se apresenta como uma importante faceta das relações de apego, mas outros aspectos também podem contribuir para o estabelecimento, manutenção e reorganização do sistema de apego mãe-criança.

**Palavras-chaves:** Apego, Desenvolvimento Infantil, Teoria dos sistemas dinâmicos

**Atividade:** A função da brincadeira infantil e da infância prolongada  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** A função da brincadeira infantil e da infância prolongada

**Autor(es):** Zoraida Soeiro, Fernando José Leite Ribeiro

**Resumo:** O comportamento lúdico das crianças tem sido explicado, do ponto de vista funcional, principalmente como uma decorrência da necessidade de aprender. A aquisição da linguagem, das competências motoras, das habilidades sociais, e do conhecimento do ambiente requer maturação física, cognitiva e emocional. A criança precisa dominar fluentemente a cultura em que nasce e aprender a respeito dos objetos e das pessoas do grupo, e isso leva tempo. É natural, portanto, que se veja o período anterior à puberdade como uma “escola” de tudo que será necessário para a vida adulta, e é indiscutível que as crianças realmente aprendem muito. O comportamento lúdico parece encontrar naturalmente a sua função como recurso para todo esse aprendizado. Deixadas a si mesmas, sem escola nem restrições impostas por adultos, as crianças pouco mais fazem do que brincar juntas o tempo todo. É razoável aceitar um cenário evolutivo humano no qual as crianças passam o dia todo a brincar em grupo, meninas e meninos

de idades diferentes, todos juntos, com pouca ou nenhuma supervisão adulta. É plausível também admitir que o comportamento lúdico tenha base genética. As crianças querem brincar, gostam de brincar e sabem brincar em grupo. A fantasia, o faz-de-conta, as regras, as correrias, os risos e gritos, para tudo isso elas nascem motivacionalmente predispostas e dotadas do potencial cognitivo necessário. O raciocínio funcional corrente é simples: a infância é a escola da cultura. Se as crianças brincam juntas o tempo todo, o comportamento lúdico é o sistema educativo gerado pela seleção natural. Esse pensamento encontra um argumento adicional em alguns aspectos do brincar de outros mamíferos. O conteúdo das brincadeiras dos filhotes sugere adestramento. Eles brincam de lutar, fugir e perseguir, caçar, manipular objetos etc. Não obstante toda a lógica que conduz à idéia da função didática do comportamento lúdico, apresenta-se aqui uma outra hipótese, muito diferente. No caso humano - e possivelmente, em grau menor, em algumas outras espécies - a função principal do brincar infantil é aliviar o trabalho adulto de cuidar das crianças. Ao brincar juntas, as crianças estão cuidando umas das outras e assim deixando seus pais livres para suas tarefas. O bebê humano é extraordinariamente dependente. Sua prolongada inépcia motora exige cuidados maternos extremos. Suas habilidades cognitivas são notáveis, mas não aliviam em nada o esforço da mãe ou de quem estiver a cuidar dele. No curso da evolução dos homínídeos, pari passu com a perda de competência motora infantil, e todo o custo adicional para as fêmeas, evoluiu a habilidade das crianças de cuidarem umas das outras. Deixando seus bebês com as crianças mais velhas - crianças de 6 anos podem cuidar bem de um bebê de um ou dois anos - as fêmeas reduziram o ônus da maternidade. É evidente a vantagem seletiva de um sistema no qual as crianças livram seus pais de grande parte do trabalho de cuidar delas. Mais importante do que carregar um bebê é o fato de as crianças ficarem juntas, fazendo companhia umas para as outras. As babás das crianças são elas mesmas. Com um sistema social assim, os adultos podiam dedicar-se melhor ao trabalho produtivo, principalmente, mas não só, os esforços cotidianos de alimentar-se e alimentar os filhos. Crianças que se integrassem bem ao grupo lúdico infantil, e mães que permitissem e encorajassem essa integração eram ambas selecionadas. O comportamento lúdico é a forma de as crianças cuidarem de si mesmas. A puberdade humana tardia favorece a formação de grupos suficientemente grandes de crianças. O prolongamento do período estéril acentua o papel das crianças como "ajudantes no ninho" (helpers at the nest). Acresce que no ambiente em que os homínídeos evoluíram, as crianças podiam, além de brincar, passar gradativamente a ajudar os adultos em tarefas domésticas, duplicando seu papel de força auxiliar do trabalho reprodutivo. É improvável que o prolongamento da esterilidade e o comportamento lúdico tenham sido selecionados por causa da necessidade de aprender a cultura. As crianças aprendem depressa. A extensão da infância e o caráter muito redundante das brincadeiras justificam esta hipótese funcional mais ligada aos aspectos econômicos da vida dos homínídeos.

**Palavras-chaves:** evolução, infância, brincadeira

**Atividade: Percepção do adolescente sobre a adolescência (Paineis)**

**Trabalho:** Percepção do adolescente sobre a adolescência

**Autor(es):** Leila Teles

**Resumo:** O tema a ser pesquisado envolve um estudo comparativo entre duas instituições de ensino da cidade de Aracaju sendo uma particular e a outra pública sobre como os adolescentes se percebem na adolescência, tal estudo se apresenta pertinente devido a enorme dificuldade encontrada pelos pais em lidar com a fase da adolescência, além das inúmeras reportagens presentes na mídia sobre tal tema, juntamente com o fato de ser caracterizado como uma fase de turbulência devido a conflitos de ideologias entre pais e filhos, onde se apresenta à transição de uma visão unilateral (pais mandam filhos obedecem) para uma visão bilateral (relação igualitária entre pais e filhos). Faz-se, então, necessário um estudo aprofundado e crítico sobre tal fase, focando, contudo, os motivos que leva a adolescência a ser vista com tal estereótipo (KAIL, 2004). Todavia, cabe ressaltar que os adolescentes necessitam de uma maior autonomia, para a formação de seu auto conceito, sendo este de fundamental importância para a formação de suas identidades. Onde cabe a família repensar numa mudança de valores e postura para

com os mesmos, no entanto, para que isto ocorra, a dinâmica familiar tem que sofrer modificações, a fim de um melhor convívio entre seus membros, na medida em que, quanto maior a flexibilidade do casal, menor serão os conflitos nesta fase, já que haverá uma maior facilidade para o enfrentamento destes (CLEVERNY & BERTHOUD, 2004). Nota-se, com isso que o trabalho descrito tem como meta estudar a concepção que os adolescentes têm sobre a fase da adolescência, fazendo-se importante citar a relação adolescente-família, focando, contudo, na dificuldade de relação entre estes, para uma maior compreensão do tema proposto, objetivando, no entanto, aprofundar conhecimentos sobre o que o adolescente entende por família, analisando a relação destes com seus pais, retratar como os mesmos percebem a adolescência, além de contextualizar as mudanças vivenciadas pelo adolescente, na medida em que o trabalho estará sendo focado na óptica do adolescente para com a adolescência. A partir desse viés, nota-se que o tema será de relevância tamanha, tanto na visão social quanto na acadêmica, na medida em que trará a partir da psicologia do desenvolvimento e da família, um maior esclarecimento para a sociedade, a cerca de como os adolescentes se vem na fase em que se encontram, a fim de ampliar a visão do leitor, não ficando restrito a visão senso comum, pois, apesar de ser uma temática atual, poucos estudos se apresentam abarcando tal tema a nível científico.

**Palavras-chaves:** adolescente, adolescência, percepção

**Atividade: Olhares sobre a infância e adolescência – (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Variações sobre a vulnerabilidade social na infância a partir do olhar para o acesso e a acessibilidade.

**Autor(es):** Sandra Torossian

**Resumo:** Um dos principais focos deste trabalho é a problematização do conceito de vulnerabilidade e de acesso da população aos serviços e políticas públicas a partir dos resultados da pesquisa “Investigando as condições de vulnerabilidade de crianças e adolescentes em São Leopoldo”. Abramovay (2002) e Adorno (2001) salientam que o índice de pobreza não define por si só a vulnerabilidade e o risco social, mas precisa-se olhar para a inclusão ou não da população em relação aos serviços e políticas públicas. A população investigada na pesquisa mencionada encontra-se na faixa média nacional quanto à situação familiar, de moradia, de educação e saúde (IBGE, 2005). Uma ressalva pode ser feita quanto a nível salarial no qual a média encontra-se abaixo das nacionais e regionais. Além disso, as crianças pesquisadas encontram-se inserida em serviços e políticas de saúde, assistência social e educação. No entanto, o cenário familiar e de moradia aponta para graves situações de vulnerabilidade. Esses dados nos permitem questionar quais os sentidos construídos quando se fala do acesso da população aos serviços e políticas públicas. Travassos e Martins (2004) ressaltam a complexidade existente quando se trata de analisar as diferentes concepções de acesso, sendo este termo utilizado, muitas vezes, de forma imprecisa e difusa. Difusão essa que não necessariamente precisa ser anulada, mas precisaria fazer esses sentidos trabalharem para não se ficar com a falsa idéia de uma compreensão hegemônica quando da utilização do conceito. A partir dos estudos sobre acesso evidencia-se que a inclusão da população em serviços e políticas públicas não significa que eles tenham acesso aos serviços. Num levantamento realizado sobre o tema, Travassos e Martins (2004) salientam a utilização do termo acessibilidade para designar aquilo que é acessível, enquanto o termo acesso sublinha o ato de ingressar no serviço. Os estudos sobre acesso e acessibilidade costumam ressaltar, em alguns casos, as características dos indivíduos; em outros, a ênfase recai sobre as características dos serviços. Há ainda estudos que se centram na relação entre os indivíduos e os serviços. Os variados sentidos do conceito de acesso podem ser colocados a dialogar com outro dado levantado na nossa pesquisa: a quase inexistência de descritores relativos a potencialidades educacionais e psicológicas das crianças e adolescentes bem como uma ênfase nas dificuldades escolares em detrimento das facilidades e conquistas. Isso pode ser um indicador do olhar dos programas e dos familiares enfatizando a “carência de” recursos das crianças, um olhar dirigido aos problemas. Essa discussão encontra-se na literatura ao serem apontadas duas visões diferenciadas em relação ao risco social: uma

que enfatizaria as vulnerabilidades, compreendidas a partir das carências e outra que aponta para a resiliência, destacando as possibilidades de enfrentamento e proteção em relação aos riscos (Junqueira e Deslandes, 2003). A partir das contribuições de Michel Foucault sabemos que esses olhares e discursos se produzem no movimento da vida e das relações entre os sujeitos, produzindo-se aí jogos de poder. Cabe perguntar, ainda, se esse olhar para a “carência”, tomado aqui com paradigma de muitos olhares para a “população carente” não estaria produzindo vulnerabilidade na medida em que dificulta o acesso e a acessibilidade da população aos serviços públicos, mesmo que estes estejam neles inseridos. Algumas das situações acompanhadas durante o processo de pesquisa serão pontos de discussão dessas questões no presente trabalho.

**Palavras-chaves:** Vulnerabilidade, acesso, infância

**Trabalho:** Políticas Públicas, Infância e Adolescência: Focalizando a Concepção de Redes

**Autor(es):** Rosemarie Gartner Tschiedel

**Resumo:** A concepção de redes tem sido amplamente utilizada na formulação de políticas públicas voltadas para a infância e adolescência. Tornou-se um conceito que se pode denominar como hegemônico. Os sentidos relacionados às redes oferecerem diferentes bases epistemológicas que as sustentam, mostrando que as redes pertencem tanto a proposições mais conservadoras, como às mais críticas, questionando-se a que forças instituído-instituintes servem. Na pesquisa Redes e Políticas Públicas: Tecendo uma Perspectiva Analítico-Institucional, analisou-se como as redes tornam-se operadores conceituais e empíricos, através das imagens que crianças e adolescentes têm de sua pertença na comunidade. O ser humano subjetiva-se tendo por referência àquilo e àqueles com que estabelece vinculação, e estes, por sua vez, tornam-se lugar de ligação e referência com inumeráveis articulações e deslocamentos. Entretanto, presenciamos a crescente ruptura dos laços sociais e a precarização das condições de vida que garantiriam dignidade ao ser humano, o Estado, cada vez mais, é destituído de sua função de promover políticas sociais que recolorem a cidadania como prioridade. Ao mesmo tempo, a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) promulgado em 1990 e através de novas instâncias como o Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), os conselhos estaduais e municipais devem trabalhar articuladamente em rede, bem como todos os serviços e as entidades que prestam atendimento e assistência devem funcionar no sistema de referência e contra-referência que está constituído pela rede, salientando a importância deste fluxo. Além de oferecer mobilidade na busca de atendimento no território, evita-se o afastamento de crianças e adolescentes de seus vínculos minimizando os processos de institucionalização. Para Bauman (2003), a consequência de ser autônomo é a consciência de que as instituições da sociedade poderiam ser diferentes, talvez melhores do que são, de modo que nenhuma das instituições existentes, por mais antiga ou venerável, pode pretender estar imune à análise, reexame, crítica e reavaliação. Castel (2000) propõe o termo desfiliação, definindo o processo de perdas pelos quais os cidadãos e cidadãs passam, devido à falta de acesso às condições previstas pelas políticas públicas sociais em um processo de sucessivos rompimentos passando da zona de integração à zona de vulnerabilidade, O que significa que assegurar redes materializadas – conselhos tutelares, escola, unidade básica de saúde – e aguardar que destas resultem vínculos é insuficiente para operacionalizar políticas públicas sociais em rede. Neste sentido, Fajardo (2004) menciona que o Estado se encontra, do ponto de vista da construção de uma rede, em uma opacidade, devido à desarticulação das políticas sociais. Na pesquisa constatou-se a importância da vivência, para crianças e adolescentes, em grupos na escola, nas oficinas realizadas, pois nestas redes de conversação (Maturana, 2002) se avistam laços sociais favorecendo o acesso a estes espaços sociais e afetivos imprescindíveis para a manutenção da filiação. O estudo apontou que, em parte, as redes estão implantadas em suas dimensões topológicas através das entidades como conselhos, locais e serviços, e as redes de sociabilidade emergem dos encontros nas redes de conversações. No entanto, o seu funcionamento tende a restringir-se a encaminhamentos, tornando-se uma rede que infla seus próprios pontos, sem que permita passagens. Questiona-se a concessão de benefícios esporádicos ou calcados em interesses corporativistas que se afastam das políticas públicas sociais. Em muitas situações vividas por crianças e adolescentes, não se acionam todas as

possibilidades existentes; então, será necessário configurar a extensão da rede para que possa produzir um dispositivo de análise dos obstáculos e inércias que despotencializam alternativas que poderiam ser geradas entre. Deste modo, propõe-se a construção de espaços de problematização criando novos repertórios para e efetivação de políticas públicas em rede.

**Palavras-chaves:** Infância e adolescência, Redes, Políticas Públicas

**Trabalho:** O ato narrativo como um dispositivo de trabalho do psicólogo com crianças em situação de abrigamento.

**Autor(es):** Luciane de Conti

**Resumo:** Uma das exigências para a formação do psicólogo nos cursos de graduação é que o aluno passe pela prática de estágio. O objetivo central desse trabalho consiste em debater e refletir sobre a prática de estágio realizada pelos estudantes de psicologia com crianças em situação de vulnerabilidade social a partir dos resultados obtidos na tese 'O processo de composição narrativa no encontro terapêutico: (Des)construindo autorias' (2004). Participaram deste estudo acadêmicas de Psicologia que realizavam estágio em um abrigo e que eram responsáveis pelo acompanhamento psicoterapêutico das crianças acolhidas na instituição. Um dos aspectos específicos analisados na pesquisa foi se as intervenções realizadas pelas acadêmicas possibilitaram a essas crianças se apropriar de sua história de vida na posição de autor dos eventos narrados. Isto porque, como salienta Kaës (1993), os acontecimentos que antecedem o nascimento do sujeito só podem ser constituídos na intersubjetividade. É pela mediação do grupo que são transmitidos e transformados o ideal, as identificações, os enunciados míticos e os rituais. Essa transmissão, segundo Benjamin (1935), possibilitará ao sujeito compor um ponto inicial a partir de seus ancestrais através do qual ele poderá ordenar a história de sua vida temporalmente e, assim, construir as narrativas de suas experiências diferenciando o que é seu do que é dos outros. Gagnebin (1999) afirma que somente se apropriando da sua herança intergeracional é que o sujeito pode transformar a sua história e não somente reproduzir a história oficial que normalmente tem um sentido unívoco. Essa parece ser uma das dificuldades que podem ter as crianças acolhidas em uma instituição: a transmissão dos eventos relativos a sua vida, o que lhe possibilitaria 'contar' e 'recontar' a sua própria história, criar uma versão pessoal para sua trajetória (Lani-Bayle, 1999). E um dos espaços possíveis para que essas crianças possam compor narrativas acerca de sua história de vida é o espaço psicoterapêutico. Porém, a análise das intervenções construídas pelas estagiárias demonstra que a maioria delas são demarcadas pela repetição de uma versão já conhecida da história de vida de seu paciente, geralmente àquela que versa sobre o motivo do abrigamento. Assim, essas intervenções, cujo efeito possível seria que o paciente pudesse desconstruir os sentidos dados a priori, compondo novas versões para os acontecimentos de sua vida e, com isso, ocupasse o lugar de autor de sua história, acabam insistindo no trauma. Dessa forma, fica explicitada uma das encruzilhadas no processo de formação da escuta clínica: o estagiário, ao procurar abrir os sentidos para o seu paciente, acaba, muitas vezes, fechando o sentido, construindo uma única versão para os eventos narrados pelo mesmo. Mas, como coloca Cifali (2003), toda situação de estágio provoca angústia e interrogações que oscilam entre o sabido e o não sabido. O supervisor é convocado, muitas vezes, pelo aluno para ocupar o lugar do saber a fim de dar uma resposta que 'cale' a angústia advinda da incerteza e da polissemia de sentidos frutos da experiência. Sabemos, porém, que no trabalho com o humano há atos que podemos descrever seus impactos pelo efeito que eles provocam, mas há outros em que isso não é possível, pois sempre existem múltiplas possibilidades. Renunciar a esse lugar do saber é, portanto, a única escolha possível para o formador, porém é preciso acompanhar esse aluno desenvolvendo com ele ferramentas que possam colaborar no processo de reflexão sobre a sua prática. Este também será um dos pontos de discussão no presente trabalho.

**Palavras-chaves:** Infância, Ato narrativo, Formação em Psicologia

**Atividade:** Imagem corporal de adolescentes praticantes de atividade física em duas academias de Maceió (Paineis)

**Trabalho:** Imagem corporal de adolescentes praticantes de atividade física em duas academias de Maceió

**Autor(es):** Aline Trindade Pinho e Silva, Claudenice Silveira, Maria Nazaré Santos Galindo Martins

**Resumo:** A imagem corporal está relacionada à figuração do próprio corpo formada na mente do indivíduo. Em contrapartida, a adolescência é um período marcado por grandes mudanças na vida do ser humano. Considerando que a imagem corporal gera uma grande preocupação entre os adolescentes e reconhecendo a vulnerabilidade desta fase, faz-se importante pesquisar a maneira como o adolescente lida com as pressões sociais e com sua imagem corporal, bem como verificar o poder de validação que as outras pessoas exercem sobre ele. Neste sentido, os resultados poderão servir de norteadores para os profissionais que trabalham com adolescentes, podendo propiciar uma maior compreensão das questões relacionadas à adolescência e à imagem corporal para melhor orientá-los. Este estudo teve como objetivo analisar a imagem corporal de adolescentes praticantes de atividade física, nas academias CENA e SESI, no Município de Maceió. Participaram da amostra 32 adolescentes de ambos os sexos, na faixa etária de 12 a 19 anos. Para a coleta de dados foi utilizado um questionário, visando identificar a forma como o adolescente lida com sua imagem corporal real e como esta é percebida por outras pessoas, bem como verificar qual a sua concepção de imagem corporal ideal e como eles gostariam de ser vistos por outras pessoas. Os adolescentes foram entrevistados individualmente e suas respostas foram analisadas de forma quantitativa. Os resultados apontaram predomínio da atividade musculação, 17 (53,1%). Quanto ao motivo da escolha da atividade física, verificou-se predomínio do motivo saúde e estética, 14 (43,8%). Houve predomínio dos atributos estéticos, 20 (62,6%), quanto à opinião dos adolescentes sobre imagem corporal ideal. A maioria, 21 (65,6%), dos adolescentes não percebeu mudanças psicológicas após a prática da atividade física, sem diferença significativa de gêneros. Verificou-se que 28 (87,5%) dos adolescentes responderam que outras pessoas perceberam mudanças físicas após a prática da atividade física. Houve um predomínio da valorização dos aspectos estéticos, 15 (46,9%), de acordo com a visão dos adolescentes da imagem corporal ideal que eles gostariam de transmitir para as outras pessoas. A análise dos dados permitiu concluir que a predominância acentuada da escolha da musculação por adolescentes do gênero feminino parece sugerir a preocupação destas em possuir os estereótipos do gênero masculino, valorizados socialmente. Os atributos dos adolescentes observados por outras pessoas convergem com os atributos apontados por eles mesmos, sendo força para o homem e silhueta delineada para a mulher, reforçando a existência de estereótipos sociais distintos para cada gênero.

**Palavras-chaves:** imagem corporal, adolescência, gênero, imagem corporal real, imagem corporal ideal

**Atividade:** A RELAÇÃO ENTRE O COMPORTAMENTO AGRESSIVO DE CRIANÇAS ENTRE 4 E 6 ANOS E O ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES INTERPESSOAIS (Paineis)

**Trabalho:** A RELAÇÃO ENTRE O COMPORTAMENTO AGRESSIVO DE CRIANÇAS ENTRE 4 E 6 ANOS E O ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES INTERPESSOAIS

**Autor(es):** Rosângela Maria Passos dos Santos, Willian Tito Maia Santos, Josias Costa Silveira Junior, Maria Janiele Silva, Antonio Alves Pinto, Maria Conceição Oliveira Carneiro Rios, Nayana Sepúlveda Suzart, ROSANA MOURA E. MACHADO, DAILMA CARNEIRO CARAPIÁ, Dalmir Pereira Lopes

**Resumo:** Segundo Locatelli (2004) a agressividade infantil é uma reação de descarga de raiva contra qualquer alvo, seja ele um objeto, animal, planta ou ser humano, que se relacione com o motivo da raiva que gerou a agressividade. Sendo a agressividade um assunto amplo e complexo alguns autores, como Berkowitz (1965), apud Biaggio (1998 p. 82) fazem a distinção entre a agressão instrumental e a agressão hostil. A agressividade instrumental, seria aquela cujo objetivo é obter recompensas extrínsecas (dirigida apenas para alcançar uma recompensa sem visar o sofrimento de outra pessoa), e agressão hostil, que seria aquela cujo objetivo único é o de infligir sofrimento a outrem. A agressividade hostil geralmente tem a intenção de machucar ou ser cruel com alguém, seja física ou verbalmente. Agressividade verbal ocorre quando a agressão dirigida a um indivíduo se desenvolve por recurso a palavras ou expressões verbais. Agressividade física, quando a agressão a um indivíduo é feita através de um ataque físico. Dada à complexidade do tema, o foco da presente pesquisa se deu sobre a agressividade infantil manifestada de forma física e verbal. Os dados foram adquiridos a partir da observação direta realizada nas dependências do Laboratório de Observação Infantil da Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC, em Feira de Santana, na Bahia. Realizamos a pesquisa com sete crianças de ambos os sexos, com idade entre quatro e seis anos, buscando verificar a influência da agressividade infantil no estabelecimento de relações interpessoais com outras crianças em espaço lúdico. Do ponto de vista da psicologia, as relações interpessoais vividas neste período da vida são de grande importância para o desenvolvimento da personalidade, sendo um dos elementos que constituem o autoconceito da criança em formação. A partir da pesquisa realizada, puderam-se observar comportamentos que corroboraram com os estudos do teórico, Erik Erikson (1987), que estudou as etapas de desenvolvimento humano em oito estágios, cada estágio representa uma fase crítica para a vida do indivíduo. Os estágios são: Infância; Meninice; Fase lúdica; A idade escolar; Adolescência; Adulto jovem; Adulticia; Maturidade. Tendo em vista as idades consideradas em nossa pesquisa, abordaremos as fases proporcionais de 4 a 6 anos. A fase lúdica proporcional de 4 à 5 anos e a fase da idade escolar proporcional de 6 à 12 anos. A fase lúdica corresponde à iniciativa x culpa, caracteriza a crise psicossocial desse período da vida humana. Neste estágio a criança procura identificar com seus pais e ser como eles são em termos de iniciativa e poder social. O desenvolvimento físico facilita sua movimentação junto com o desenvolvimento da linguagem aumentando seu poder de iniciativa para uma maior independência e ambição. O estágio da idade escolar que corresponde o período dos 6 aos 12 anos de idade, trata da crise psicossocial denominada indústria x inferioridade. A criança nesta idade inicia um processo de produção de objetos e a pensar em si mesma como um potencial criador como outros no mundo adulto. Durante a pesquisa, as crianças com faixa etária entre 4 e 5 anos de idade manifestaram comportamento de imitação do mundo adulto, apresentando, todavia, dificuldades de interação com as outras crianças presentes no laboratório. Constatou-se preferência por atividades de caráter individual, com pouca iniciativa em estabelecer relações interpessoais, caracterizando certo nível de passividade e maior interesse por atividades de caráter intelectual. Entretanto, as crianças de 6 anos de idade apresentaram maior facilidade em adaptar-se ao novo ambiente ao mesmo tempo em que exploraram de forma mais detalhada o espaço físico e os brinquedos constantes do laboratório em questão. Outro comportamento observado foi uma maior disponibilidade em relacionarem-se com outras crianças da mesma idade e idades diferentes. Também apresentou comportamentos agressivos tanto físicos quanto verbais em relação a outras crianças, em situações de brincadeiras, a exemplo de chutar a bola forte no outro colega, retirar o brinquedo que as outras crianças estavam manuseando atribuir xingamentos a outras crianças. Embora estas agressões citadas anteriormente, tenham favorecido a interação social, considerando-se o pouco tempo de observação e a complexidade dos temas em questão, não foram possíveis conclusões acerca dos comportamentos observados. Dada sua importância no contexto social e escolar, sugere-se que novos estudos sejam realizados, não somente sobre agressividade infantil, mas também sobre a internalização das leis da moral, que não compunham os objetivos deste estudo, todavia surgiram no ambiente laboratorial.



**Palavras-chaves:** Agressividade Infantil, Relações Interpessoais, Desenvolvimento

**Atividade:** BRINCADEIRAS DE PIPA: UM ESTUDO DE CASO EM SALVADOR (Paineis)

**Trabalho:** BRINCADEIRAS DE PIPA: UM ESTUDO DE CASO EM SALVADOR

**Autor(es):** Carla Silva Fiaes

**Resumo:** A rua perdeu ao longo da modernização das cidades a característica de local prioritário para brincadeira, embora ainda possam ser observadas verdadeiras apropriações de determinados espaços urbanos pelas crianças. Enquanto zona lúdica, este espaço proporciona maior liberdade de escolha para as crianças, que se organizam em função de critérios próprios, sem as restrições impostas pelos adultos. Desta forma, este trabalho procurou investigar como as crianças ocupam os espaços de rua, se organizam socialmente, escolhem suas brincadeiras e quais fatores podem a isto estar associados. O método de coleta de dados foi o registro cursivo de evento em ambiente natural, o qual permite descrever os elementos qualitativos da brincadeira, tais como regras e objetivos. Os dados obtidos foram coletados numa área pública anexa a um grande shopping turístico na Orla de Salvador. Denominado de Parque Atlântico, este espaço consiste numa área bastante ampla em frente à praia, contendo pistas para ciclistas e pedestres, um estacionamento e também uma grande área cercada que possui parque infantil, quadra esportiva, área gramada e cimentada e montes de terra. Este local apresentou uma característica peculiar: apenas brincadeiras de empinar pipa foram encontradas. O espaço é freqüentado por pessoas de várias idades para desenvolver esta atividade, provavelmente pela sua localização e pelos ventos fortes provenientes do Oceano Atlântico que favorecem esta brincadeira. A pipa possui uma história milenar e freqüentemente esteve associada a rituais sagrados e à guerra. No Brasil recebe variadas denominações, tais como pipa, arraia, cangula, rabiola, papagaio e curica, a depender da região e do material utilizado. Segundo a literatura, este tipo de brincadeira tem caráter universal e sazonal, sendo que a sazonalidade de determinadas brincadeiras está relacionada à sensibilidade da criança para os ritmos e ciclos da natureza, bem como do ambiente social. Um estudo realizado em Carapicuíba (SP) identificou a maior incidência de pipa nos meses mais ventosos de julho a setembro. Os resultados obtidos em Salvador diferem desses achados, pois a brincadeira de pipa ocorre durante todo o ano, o que talvez possa ser justificado devido à recepção dos ventos vindos do mar aberto e porque o espaço permite que as pipas e linhas temperadas fiquem longe dos fios elétricos, automóveis, motociclistas e circulação de pedestres. Outro dado interessante consistiu no fato de ter sido registrada a presença de uma única menina durante toda a pesquisa. A alta segregação pode ser justificada por diversos motivos: pela pipa caracterizar-se como uma brincadeira tipicamente masculina; pela faixa etária predominante (8 a 14 anos de idade) consistir naquela em que a presença das meninas na rua começa a decrescer; e porque, embora o espaço seja um lugar com relativa distância de moradias e limitado por avenidas com grande fluxo de veículos, as crianças o freqüentam sem o acompanhamento de adultos. Os meninos costumam se concentrar no estacionamento, um grande largo em frente à avenida principal que permanece sem carros durante quase todo o dia. Os adultos ocupam um espaço mais privilegiado, próximo ao mar, de onde recebem ventos fortes, isto lhes permite realizar melhores manobras, já que suas arraias pairam sobre o estacionamento, onde os meninos observam o céu à espera de arraias e pipas "cortadas". Quando isso acontece, correm pelo estacionamento, entram na área cercada ou atravessam a pista em busca da pipa. Ao alcançá-las, amarram o pedaço de linha cortado em seus tubos de linha e empinam a arraia. Por outro lado, os meninos não costumam competir com os homens: não colocam a arraia muito alta no ar, nem se aproximam do local onde ficam os empinadores adultos. Comportam-se como aprendizes que desenvolvem suas habilidades em um ambiente mais seguro que aqueles ocupados pelos jogadores mais experientes. Poderia-se afirmar que, neste caso, a idade funcionaria como um preditor de desenvolvimento e, conseqüentemente, de habilidade, que determinaria, por fim, a ocupação do espaço. Como todo jogo de regras, a brincadeira de pipa atraiu para seu entorno observadores com diferentes graus de habilidade, representados por aprendizes e ajudantes, que freqüentemente ocupavam a posição de carregadores da lata de linha. Como foi observado, independente da existência de

equipamentos e materiais manufaturados e, a despeito da dificuldade de acesso, as crianças brincam e interagem com seus pares e se apropriam de espaços que não foram programados para a sua ocupação. Isto possibilita o surgimento de brincadeiras tradicionais e com elas a transmissão da cultura das crianças maiores e mais habilidosas para as menores. A brincadeira no Parque Atlântico alertou para a necessidade de disponibilizar espaços mais seguros e próximos das residências, facilitando a sua ocupação pelas crianças.

**Palavras-chaves:** brincadeira, pipa, apropriação, rua

**Atividade: HABILIDADES SOCIAIS EM CRIANÇAS  
(Experiências em Debate)**

**Trabalho: HABILIDADES SOCIAIS EM CRIANÇAS: APRESENTANDO UM SISTEMA MULTIMÍDIA DE AVALIAÇÃO E INTERVENÇÃO.**

**Autor(es):** Zilda A. P. Del Prette, Almir Del Prette

**Resumo:** Os recursos multimídia e a realidade virtual têm sido amplamente investigados em contextos educativos nos últimos anos. Trata-se de uma tecnologia que pode ser particularmente útil no campo do desempenho social em geral, e das habilidades sociais em particular, devido à importância da forma, conteúdo e funcionalidade para que um comportamento possa ser caracterizado como socialmente competente. Ao lado disso, pode-se destacar a especificidade situacional das habilidades sociais que são mais difíceis de padronizar por meio da linguagem escrita dos instrumentos lápis-papel. Essa característica é particularmente problemática na auto-avaliação de crianças e, mais ainda daquelas que apresentam dificuldade de compreensão das situações sociais. Nesta conferência, apresenta-se o Sistema Multimídia de Habilidades Sociais para Crianças (SMHSC-Del-Prette, Del Prette & Del Prette, 2005), que teve, como motivações iniciais: a) a escassez de instrumentos de avaliação de habilidades sociais em nosso meio, particularmente com crianças; b) a importância da auto-avaliação de crianças no seu engajamento em programas educativos ou terapêuticos; c) as necessidades especiais daquelas que apresentam transtornos ou deficiências que tornam restritivos os instrumentos lápis-papel; d) a possibilidade de utilizar os recursos de áudio, vídeo e informática na avaliação de crianças. O SMHSC-Del-Prette foi originalmente concebido para a avaliação porém seus recursos podem, também, ser aplicados em programas de intervenção. Ele inclui os seguintes componentes: (1) Inventário Multimídia de Auto-Avaliação de Habilidades Sociais pela Criança – IMHSC – em versão informatizada e em versão impressa; (2) Inventário Multimídia de Habilidades Sociais para Crianças, em versão impressa, para ser respondido pelo professor; (3) Módulo Processador de Dados, que organiza e integra os resultados da versão informatizada e impressa (tanto os do aluno como do professor), gerando um Protocolo Final Individual, uma Ficha de Gráficos e uma Planilha dos resultados, que pode ser exportada para programas de processamento estatístico; (4) Materiais impressos como o Manual, Fichas de aplicação e de instruções. A versão informatizada e a impressa avaliam um mesmo conjunto de 21 itens de situações de interação social que contextualizam demandas de habilidades sociais e apresentam, para a criança, três alternativas de reação em cada item: socialmente habilidosa; não habilidosa ativa e não habilidosa passiva. Em cada reação, a criança pode ser solicitada a indicar: a) a reação que costuma apresentar; b) a frequência com que apresenta cada reação; c) a adequação que atribui a cada uma delas; d) a dificuldade que apresenta na emissão da reação socialmente habilidosa. O professor avalia a criança em termos dos itens a e b e avalia os itens do inventário em termos de importância para o ajustamento psicossocial da criança e em termos de adequação. Nesta apresentação, pretende-se ilustrar a forma de aplicar e avaliar o IMHSC-Del-Prette, que encontra-se publicado pela Editor Casa do Psicólogo em um kit acompanhado de manual, CDs, fichas etc. Serão também discutidas as possibilidades de uso dos recursos multimídia do SMHSC-Del-Prette em programas de promoção de habilidades sociais de crianças. CNPq; FAPESP

**Palavras-chaves:** Recursos multimídia, Habilidades Sociais de Crianças, Desenvolvimento socioemocional, IMHSC-Del-Prette

**Atividade: O poder psiquiátrico sobre a infância no Brasil  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** o poder psiquiátrico sobre a infância no Brasil: um estudo genealógico

**Autor(es):** Lilia Ferreira Lobo

**Resumo:** O poder psiquiátrico sobre a infância no Brasil: um estudo genealógico

Lilia Ferreira Lobo

Resumo. Podemos dizer que o real da genealogia não é o que se fala ou se escreve sobre, mas uma prática de uso, uma prática com ela que a coloca em funcionamento até fazê-la ranger, como ele próprio Foucault fez com Nietzsche. Neste sentido, pretendemos traçar um esboço de uma genealogia da psiquiatrização da infância no Brasil, a partir da distinção/assimilação, no séc XIX, entre a idiotia e a loucura nas teses da faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, nas obras dos primeiros psiquiatras., e da expansão do poder psiquiátrico pela emergência da figura da criança anormal no início do séc XX. Uma hipótese nega o que pode parecer óbvio: não foi a criança louca que deu origem à psiquiatrização da infância, mas a criança idiota, objeto da obra de Séguin, que formulou idiotia como etapa do desenvolvimento infantil, permitindo a posterior comparação entre idade mental e idade cronológica. Essa generalização refere-se ao “modelo” de atendimento cujas práticas combinavam (e, em geral, combinam até hoje) as instituições de saúde e as de aprendizagem., o que está explícito no título do nosso primeiro pavilhão de crianças, o Pavilhão-Escola Bourneville para Crianças Anormais, fundado em 1903/1904, no antigo Hospício Nacional de Alienados, cujos documentos estão sob a guarda da Colônia Juliano Moreira e localizados pela pesquisa Devir Criança, à disposição no site [www.slab.uff.br](http://www.slab.uff.br). Mesmo tendo sido fundados e começado a funcionar na mesma década do Hospício de Pedro Segundo (1852), os pequenos institutos para cegos (Imperial Instituto de Meninos Cegos (1854) e para surdos (Instituto de Surdos Mudos (1856-1857), não foram objetos das campanhas dos médicos higienistas, muito preocupados com a limpeza da paisagem urbana. Foram, na verdade, frutos de iniciativas isoladas, e não representaram na prática a institucionalização das separações dos chamados defeituosos, muito menos saberes especializados. O nascente poder médico tomou para si, como objeto privilegiado o meio urbano: higienizar espaços públicos, modernizar almas privadas. Indivíduos cegos e surdos não foram problematizados (como foram os loucos) como partes deste objeto. Engrossariam (como todos os demais defeituosos), indiferenciados, a categoria dos indigentes, mendicantes ou dos incuráveis nos asilos e no próprio Hospício (no caso dos surdos). Parece que a infância pobre também permaneceu indiferenciada, dada a falta de atenção a ela dirigida. O século XIX demorou muito até mesmo para separar as crianças desvalidas e mendicantes do meio dos adultos nos asilos de mendicidade – o que, no Rio de Janeiro, só aconteceu em 1895. No entanto, a mesma mistura permanecerá entre os internos do Hospício Nacional de Alienados até 1903, quando será inaugurado o primeiro pavilhão para crianças anormais do Hospício Nacional de Alienados, no Rio de Janeiro: o Pavilhão-Escola Bourneville para Crianças Anormais. Quase nada se escreveu sobre esse Pavilhão– apenas menções esparsas à memória relegada ao desprezo, como acontece aos infames de nossa história. Será, pois, com alguns fragmentos, e seguindo a trilha dos estudos genealógicos de Michel Foucault, que este trabalho tentará desmontar parte desse passado no contexto do processo de disseminação da norma psiquiátrica com a entrada em cena, no início do século XX, de uma nova figura da infância – a criança anormal – restringindo a antiga abrangência da idiotia ao ocupar com mais apuro o lugar desta. A tentativa será também a de trazer à luz material para alguma reflexão crítica sobre o que hoje nos acontece.

**Palavras-chaves:** genealogia, infância, psiquiatria

**Atividade: Os Efeitos da Intervenção Psicopedagógica no comportamento de uma criança autista  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Os Efeitos da Intervenção Psicopedagógica no Comportamento de Uma Criança Autista

**Autor(es):** Rosangela da Silva Almeida, Alanna Lima Marinho, Christianne Thatiana Ramos Souza

**Resumo:** Estudos sobre o autismo infantil têm mostrado que a intervenção psicopedagógica junto a crianças que apresentam este distúrbio deve buscar a redução de comportamentos "anormais" minimizando os prejuízos presentes. A intervenção psicopedagógica deve compreender o processo de aprendizagem da criança de forma multicausal e abrangente considerando os componentes de diferentes eixos de estruturação: afetivos, cognitivos e motores. Esse tipo de atendimento visa a independência dos indivíduos. O objetivo deste trabalho foi descrever as atividades psicopedagógicas realizadas no processo de intervenção e verificar os resultados dessas atividades no desenvolvimento de uma criança autista, com 4 (quatro) anos de idade, que recebia atendimento em um programa de intervenção psico-educacional para crianças com condutas típicas. As sessões de intervenção aconteciam semanalmente, com duração de uma hora, sendo realizada por uma equipe composta por uma psicóloga, uma pedagoga e uma estagiária de psicologia. Nestas sessões a criança realizava diferentes tarefas que visavam o desenvolvimento de habilidades básicas tanto para o processo de escolarização como para as interações sociais. A coleta foi feita através de observação e registro escrito das sessões de intervenção realizadas pelos técnicos com a criança, focalizando as interações ocorridas entre estes. Além disso, foram analisados os registros das intervenções iniciais realizadas com a criança, nas quais a pesquisadora não estava presente. Foi coletado um total de 15 (quinze) atendimentos. A partir da análise deste material foram criadas duas categorias que caracterizam diferentes momentos do atendimento: Fase de Adaptação e Atividades Diversificadas. Dentro de cada um desses períodos foram categorizadas as habilidades sociais, afetivas e cognitivas. Os resultados mostraram que as atividades buscaram abranger diferentes tipos de habilidades básicas como: brincadeiras, atividades psicomotoras, jogos de encaixe, atividades lúdicas envolvendo os conceitos de cor, tamanho, quantidade, seqüência lógica visando desenvolver as áreas de memória, concentração, lateralidade, esquema corporal, linguagem, coordenação motora grossa e fina, contagem entre outros aspectos. A análise dos dados sugere modificações importantes no desenvolvimento da criança a saber: redução na dificuldade de interação sociais e afetivas, menor frequência de ecolalia, desenvolvimento na formação de conceitos de cores e objetos. A intervenção psicopedagógica possibilitou o desenvolvimento tanto de habilidades básicas para o contexto da escolarização como em relação aos aspectos cognitivos e afetivos da criança: a redução da dificuldade de interação com conseqüente permissão para o contato corporal, a expressão afetiva (demonstração de sentimentos); desenvolvimento da formação de conceitos, reconhecendo cores, números, tamanho, e o aprimoramento da coordenação motora. Ressaltam-se às ações conjuntas desenvolvidas pela equipe técnica e a responsável da criança possibilitando o avanço significativo da evolução do aluno. Os dados corroboram as contribuições de outros estudos com relação a relevância de intervenção psicopedagógica demonstrando os avanços no desenvolvimento cognitivo, bem como aos comportamentos sócio-afetivos da criança investigada.

**Palavras-chaves:** Autismo Infantil, Intervenção psicopedagógica, processo ensino-aprendizagem

**Atividade: PASSAGEM DA ADOLESCÊNCIA PARA A ADULTEZ: PERCEPÇÕES DE JOVENS DA REGIÃO DE SANTA MARIA (RS) (Paineis)**

**Trabalho: PASSAGEM DA ADOLESCÊNCIA PARA A ADULTEZ: PERCEPÇÕES DE JOVENS DA REGIÃO DE SANTA MARIA (RS)**

**Autor(es):** Marucia Bardagi, Marco Antônio Pereira Teixeira

**Resumo:** A transição da adolescência para a adultez é um tema que vem recebendo cada vez mais atenção na literatura psicológica. A adolescência é geralmente caracterizada como uma fase de aquisição de conhecimentos e habilidades não-específicas, um período marcado pela exploração de identidade e por um comprometimento com valores ainda provisório. Por sua vez, a adultez jovem seria marcada pela mudança de uma fase de aquisição indiscriminada de conhecimentos para um estágio de realização (achieving state), com uma ênfase na consolidação dos valores e opções realizadas e a construção de um projeto de vida mais elaborado. A literatura internacional sobre o desenvolvimento adulto descreve um conjunto de tarefas evolutivas que caracterizariam a passagem da adolescência para a adultez jovem, entre as quais estariam, prioritariamente, as capacidades de se inserir no mercado de trabalho, obter progressiva independência econômica e emocional dos pais, sair da casa dos pais, estabelecer relacionamentos afetivos estáveis e assumir um papel parental. Estas características seriam marcadores da vida adulta, e configurariam ao indivíduo um novo status psicológico e social diferenciado da adolescência. Ao contrário do cenário internacional, onde os estudos com adultos jovens produziram extenso corpo de conhecimento acerca das tarefas evolutivas enfrentadas e das repercussões psicológicas e sociais do enfrentamento destas tarefas, no âmbito nacional não foram localizados estudos específicos sobre a transição da adolescência para a adultez sob o ponto de vista do adulto jovem. Os estudos nacionais costumam enfatizar a transição infância – adolescência, ou tarefas pontuais como os estudos sobre transição para a parentalidade, por exemplo. Dessa forma, torna-se fundamental conhecer a realidade do adulto jovem brasileiro, suas percepções sobre a idade adulta, a fim de gerar um corpo de conhecimento que reflita a realidade sócio-cultural brasileira e permita identificar eventuais semelhanças e particularidades do contexto nacional em relação aos estudos internacionais existentes. Este estudo teve por objetivo, então, realizar um levantamento exploratório das percepções de adultos jovens da região de Santa Maria (RS) sobre a transição da adolescência para a vida adulta, mapeando os eventos considerados determinantes desta transição. Ainda, foram objetivos específicos da pesquisa comparar os eventos descritos pelos jovens participantes do estudo com aqueles referidos pela literatura internacional, e gerar itens para a construção de um instrumento a ser utilizado com o intuito de avaliar a frequência destes eventos entre adultos jovens da região, em um estudo posterior. Participaram do estudo 24 adultos jovens (14 homens) da região de Santa Maria, distribuídos em dois grupos de acordo com a faixa etária (18-23 anos e 24-30 anos). Para coleta de dados, foi criado um pequeno roteiro de entrevista estruturado, com perguntas sobre dados biodemográficos e situação atual do participante (idade, sexo, estado civil, estudos, trabalho, moradia) e duas perguntas sobre sua percepção acerca da transição adolescência-adulterez, a saber: 'Você se considera um adulto?' e (se a resposta fosse positiva) 'Em função do quê? Quais as razões que te levam a te descrever como adulto, fora a idade?' Os dados foram coletados através de entrevistas individuais e submetidos a análise de conteúdo quantitativa, com levantamento de categorias tanto a priori (fornecidas pela literatura) quanto a posteriori (surgidas do corpus de análise). Os resultados apontaram que todos os participantes se definiram como adultos. Entre as categorias extraídas das justificativas apresentadas pelos jovens, as categorias a priori 'independência emocional e financeira dos pais', 'sair da casa dos pais' e 'estabelecer relacionamentos afetivos duradouros' foram as mais frequentes. Entre as categorias a posteriori, 'mudança de valores e interesses', 'assumir as responsabilidades pelos próprios atos', 'entrar na universidade' e 'enfrentar dificuldades pessoais e familiares' foram as mais frequentes. Não houve diferenças significativas entre as frequências das categorias citadas, considerando-se homens e mulheres ou jovens das duas faixas etárias. Estes resultados indicam que, embora algumas características da adultez jovem descritas na literatura internacional possam ser generalizadas para o contexto sócio-cultural brasileiro, existem particularidades na percepção da transição adolescência-adulterez que precisam ser melhor especificadas. Ainda, é necessário considerar que aspectos sócio-econômicos e familiares interferem nos tipos de tarefas evolutivas com as quais o jovem vai se deparar e no momento em que estas serão vivenciadas. Este estudo exploratório aponta, então, para a necessidade de maiores investigações sobre as percepções acerca da transição para a adultez, especialmente de estudos quantitativos que utilizem amostras maiores e mais diversificadas.

**Palavras-chaves:** Adultez jovem, Transição, desenvolvimento

**Atividade: Estudo de Caso - A Vivência de um Adolescente Trabalhador (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Estudo de Caso - A Vivência de um Adolescente Trabalhador

**Autor(es):** Elsa de Mattos

**Resumo:** ESTUDO DE CASO – A VIVÊNCIA DE UM ADOLESCENTE TRABALHADOR Diversos jovens brasileiros necessitam ingressar no trabalho antes de concluírem o ensino médio, de forma a contribuir com seu próprio sustento e o de suas famílias. Contudo, enfrentam grandes dificuldades de inserção laboral. A baixa escolaridade aliada aos efeitos da globalização e a reestruturação do mundo do trabalho incidem diretamente sobre as oportunidades dirigidas à juventude brasileira. Os desafios são ainda maiores para os jovens negros, pobres e moradores de periferias. Algumas experiências de inserção laboral, no entanto, apresentam resultados positivos. Tomando por base as contribuições da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento de Urie Bronfenbrenner e da Psicologia Cultural do Desenvolvimento proposta por Jaan Valsiner, o presente estudo de caso integra uma pesquisa qualitativa desenvolvida com adolescentes trabalhadores e objetivou conhecer melhor os significados e sentidos atribuídos à experiência laboral por um jovem participante de um programa de inserção laboral desenvolvido por uma ONG sediada em Salvador. Foram explorados os nexos entre a atividade laboral e suas vivências cotidianas na família, na escola e nas atividades de lazer. A coleta de dados foi realizada mediante entrevista semi-estruturada a partir de temas como: aprendizagens desenvolvidas no processo, sentimentos frustrações e desafios, principais mudanças percebidas, relações com a família, a escola e os pares. O estudo revela que a experiência vivida pelo jovem em seu processo de inserção laboral parece estar contribuindo para uma mudança global em diversos níveis de sua vida, uma verdadeira transição ecológica no sentido de Bronfenbrenner (1997). Além disso, como indica Valsiner (2000), os significados que emergem da experiência contribuem para a auto-regulação e auto-organização dos processos psicológicos, articulando vivências cognitivas e emocionais. O jovem aprendeu a realizar atividades que envolvem processos cognitivos complexos e também passou a lidar com diversas informações novas. Também foram estabelecidas relações interpessoais que vão além da esfera estritamente profissional, criando vínculos de amizade e confiança do jovem com seu superior direto e com colegas de trabalho. Novos papéis passaram a ser exercidos pelo adolescente, envolvendo sua forma de ver o mundo e a si mesmo enquanto ser-no-mundo, capazes de alterar seu projeto de vida, ver mais à frente e querer mais para si. As relações com a escola e a com família não foram prejudicadas devido ao fato do jovem estar trabalhando, elas se fortaleceram. Na escola, ele demonstra mais interesse pelos estudos e melhorou seu rendimento. Na família, todos sentem orgulho do jovem trabalhador, especialmente sua mãe, que o apóia nos momentos em que ele necessita de conselhos, mesmo não tendo tido ela própria nenhuma experiência de trabalho formal.

**Palavras-chaves:** Trabalho Adolescente,Adolescência,Trabalho infanto-juvenil,Infância Pobre

**Atividade: Significados que as crianças atribuem aos seus direitos (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Significados que as crianças atribuem aos seus direitos

**Autor(es):** Gilberto Lima dos Santos,Antonio Marcos Chaves

**Resumo:** Transcorridos mais de quinze anos da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e da edição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pouco se sabe sobre como as crianças concebem os próprios direitos. Então, o objetivo do estudo é conhecer os significados que as crianças atribuem aos seus direitos, em diferentes tipos de escola. Com base na literatura, busca-se compreender as linhas do desenvolvimento da cidadania, de um lado, e das concepções de infância, de outro, numa perspectiva histórica. Delineia-se a trajetória da cidadania desde a Antigüidade Clássica, passando pelas grandes revoluções que

engendraram a modernidade, até a configuração dos direitos civis, políticos e sociais, e, mais especificamente, a constituição da criança como sujeito de direitos, no plano internacional, através da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e, no Brasil, através do Estatuto da Criança e do Adolescente. Neste ponto, vislumbra-se a convergência entre os direitos da criança e as concepções predominantes de infância; concepções cujas transformações se iniciaram ao final da Idade Média, quando a infância era ainda indiferenciada, não existindo enquanto tal. Remonta-se, ainda, à modernidade, período em que as crianças passaram a ser concebidas como seres frágeis, inocentes e isentos de responsabilidade, necessitando de proteção e, por conseguinte, de separação do mundo dos adultos. Por fim, é abordada a contemporaneidade, quando à lógica da proteção acresce-se a lógica da promoção, consubstanciada na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança. A Convenção é atribuída a orientação quanto à necessidade de promover efetivamente os protagonismos infantis e uma crescente e consciente participação social das crianças. Assume-se, neste estudo, o entendimento de que as crianças compartilham os significados constituídos no âmbito da cultura em que estão inseridas. Considera-se, entretanto, que esse compartilhamento é diverso para cada indivíduo, em função da posição social que ocupa, dos grupos sociais a que pertence, das experiências pessoais e das habilidades que o instrumentalizam a acessar as informações circulantes nos espaços sócio-culturais do seu tempo. Neste sentido, aponta-se a escola como via privilegiada para a construção das referidas habilidades, ao mesmo tempo em que se desvela um cenário mercantilizado, no qual a informação e a educação são constituídas como mercadoria. E, como mercadoria, esses bens são obtidos de modos diferenciados, em termos de quantidade e qualidade, por crianças socialmente favorecidas ou desfavorecidas. Nesta perspectiva, pressupõe-se a possibilidade de acessos distintos, aos significados culturalmente compartilhados, por crianças de escola pública ou privada, de escola da cidade ou de povoado rural. Este é um estudo exploratório, comparativo, orientado pela Psicologia Sócio-Histórica, desenvolvida inicialmente por Vygotsky. A abordagem é qualitativa. Os objetivos específicos são: saber quais são os direitos que as crianças expressam e quais os que reconhecem, quais os conhecimentos sobre esses direitos que são compartilhados (os significados), se nessas expressões predominam conceitos científicos ou conceitos espontâneos, se há diferenças entre os significados expressos, em função do tipo de escola que as crianças freqüentam, bem como saber se os significados evocam predominantemente os direitos individuais ou os direitos sociais, a lógica da proteção ou a lógica da promoção da infância. Vinte e uma crianças, de ambos os sexos, de nove a onze anos de idade, participaram do estudo, sendo sete de cada escola seguinte: particular urbana, pública urbana e pública rural. Foi utilizada a técnica da entrevista individual semi-estruturada, com apresentação de desenhos, bem como a elaboração de uma redação. As expressões obtidas foram categorizadas de acordo com o significado, identificado com base na similaridade dos sentidos, no caso da redação. No caso da entrevista, o reconhecimento foi identificado a partir da nomeação do direito, expressa pela criança, ao observar cada cena retratada no desenho. Embora apresentem poucos conceitos científicos, as crianças expressam variados conhecimentos sobre os próprios direitos. Em seus significados predominam os direitos individuais e a lógica da promoção da infância. Na redação e na entrevista, os significados compartilhados pelas crianças são: criança tem o direito de brincar, de consumir e de estudar; a mãe pode bater na criança, desde que ela faça alguma coisa errada; e criança não deve trabalhar (trabalhar só quando crescer). Dependendo do tipo de escola que freqüentam, as crianças enfatizam, ainda, determinados direitos que as particularizam e que se relacionam estreitamente com suas condições sócio-econômicas. O baixo reconhecimento do direito à inviolabilidade da integridade física parece indicar a prevalência do senso comum como via de acesso a esses significados que são compartilhados e que se manifestam pelos conceitos espontâneos. Parece indicar, também, a precariedade da difusão do ECA e o não envolvimento da escola nesse processo. Sugere que as práticas educativas, no âmbito da família, continuam incluindo o expediente da violência física, na atualidade, e que os pais não estão sendo alcançados e sensibilizados pelo Estatuto.

**Palavras-chaves:** significados,crianças,direitos,escola

**Atividade: TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA  
(Comunicações Científicas)**

## **Trabalho:**TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA

**Autor(es):** Elsa de Mattos

**Resumo:** TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA – UM ESTUDO PRELIMINAR DAS CONCEPÇÕES DE ADOLESCENTES PARTICIPANTES DE UM PROJETO SOCIAL. Na sociedade contemporânea, os processos de transição para a vida adulta estão se tornando cada vez mais complexos e variados. Nas culturas tradicionais os critérios adotados para definir a entrada no mundo adulto normalmente levavam em conta aspectos ou eventos externos à vida dos indivíduos, tais como casamento e nascimento do primeiro filho. Entretanto, nas sociedades industrializadas ocidentais, o processo é cada vez mais marcado por múltiplas transições, definidas tanto no âmbito educacional, quanto profissional e afetivo. Alguns autores (Arnett, 1997; Nelson, 2003) sugerem que orientações individualistas e coletivistas podem influenciar as concepções que as pessoas têm da transição para a vida adulta. Os adolescentes e jovens em situação de pobreza e vulnerabilidade social enfrentam grandes desafios nesse período da vida, pois precisam trabalhar cedo e, muitas vezes, têm filhos antes de completarem a escolarização básica. Entretanto, suas concepções sobre a transição para a vida adulta ainda são pouco compreendidas e pesquisadas. O presente estudo foi desenvolvido com 48 adolescentes participantes do de um programa educativo desenvolvido por uma ONG sediada em Salvador (Bahia), dirigido a adolescentes estudantes de escolas públicas e moradores de bairros da periferia, com idades entre 14 e 17 anos, tomando como suporte os estudos realizados por J. Arnett (1997, 2001, 2003) com jovens sobre a transição para a vida adulta. Os jovens responderam um questionário, adaptado a partir das pesquisas realizadas por Arnett (1997) e Nelson, Badger e Wu (2004). O instrumento consta de quatro partes. A primeira, composta por uma lista de 34 itens, baseados na literatura pertencente aos campos da antropologia, sociologia e psicologia, representando possíveis critérios que definem uma pessoa como adulta. A segunda, consta de uma questão aberta: Para você, que outros aspectos (comportamentos, atitudes) são característicos das pessoas adultas?. A terceira parte contém a questão: “Você se considera uma pessoa adulta?”, para a qual os adolescentes indicaram a resposta: “sim”, “não” ou “em alguns aspectos sim, em outros não”. A última parte corresponde aos itens sócio-demográficos. Após a análise, os resultados apontam para a complexidade da compreensão dos adolescentes acerca do processo de transição para a vida adulta. Aspectos sócio-culturais são fundamentais para entender a forma como os jovens concebem esse processo. Orientações individualistas e coletivistas podem coexistir e o processo parece se caracterizar como um movimento de “interdependência negociada” (Punch, 2002). Nesse sentido, os jovens pesquisados adotaram critérios tanto pessoais e individualistas (i.e. assume responsabilidade pelas consequências de seus atos) quanto sociais e coletivistas (i.e. procura obedecer às normas e não cometer atos ilegais; contribui para o sustento da família; é capaz de manter a família em segurança). A responsabilidade destacou-se como um critério fundamental nas respostas à questão aberta, indicando que a concepção de passagem para o mundo adulto entre os jovens de classes populares está vinculada a uma noção de “responsabilidade compartilhada” (Gouveia, Vasconcelos, Queiroga, França e Oliveira, 2003), tanto pessoal quanto coletiva, associada com a ajuda ou apoio dirigido à família. Os dados também confirmam as concepções de Triandis (1990), Miller (2002) e outros estudiosos da psicologia cultural e transcultural de que o individualismo e o coletivismo não somente distinguem variações interculturais, mas também constituem orientações intra-psíquicas, que podem coexistir simultaneamente.

**Palavras-chaves:** Adolescência, Individualismo e Coletivismo, Desenvolvimento do Adolescente

**Atividade: Religiosidade e controle secundário em idosos (Paineis)**

**Trabalho:**Religiosidade e controle secundário em idosos

**Autor(es):** Hilma Tereza Tôres Khoury, Marina Dalmácio dos Anjos, Paulyane Silva do Nascimento



**Resumo:** O objetivo foi investigar a relação entre religiosidade e controle secundário, comparando-se algumas variáveis demográficas. O controle secundário é um tipo de controle pessoal que se refere aos esforços que o indivíduo realiza para se adaptar ao ambiente e dançar conforme a música. Esses esforços podem ser em nível de cognição/pensamento ou de ação/comportamento. Neste estudo, o controle secundário foi considerado como esforços dirigidos para adaptação a situações em que metas não foram alcançadas ou onde ocorreram perdas/falhas (Houry & Günther, 2006). A religiosidade foi compreendida como um conjunto de diversas variáveis que expressam engajamento em comportamentos considerados religiosos. Idoso foi definido, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, como pessoas com 60 anos de idade e acima. Participaram 50 idosos (20M; 30F), com idades entre 60 e 87 anos (Média= 70,1; DP=6,3), pertencentes a um bairro predominantemente de classe média alta, na cidade de Belém/PA, selecionados de forma aleatória. Os participantes tinham, em média, 8,82 anos de estudo, R\$2934,06 de renda familiar mensal e R\$880,40 de renda per capita. Os instrumentos foram: 1) Escala para medir o controle secundário; 2) Questionário para medir o índice de religiosidade e 3) Questionário para dados sócio-demográficos. O controle secundário foi investigado por meio de nove itens, avaliados em uma escala de 5 pontos, tipo Likert (0 = nada a ver comigo; 4 = tudo a ver comigo), os quais compunham uma sub-escala da escala ECOPSE, que mede controle primário e controle secundário (Houry, 2005). O fator controle secundário da ECOPSE refere-se a consolo/compensação em caso de metas não alcançadas, perdas ou falhas. A religiosidade foi avaliada por meio de um índice composto pelas seguintes variáveis: a) frequência com que o indivíduo vai à igreja/templo; b) frequência com que reza/ora; c) grau com que o indivíduo engaja-se em algum ritual religioso, reza/ora, faz promessas ou sacrifícios, visando obter algo difícil de conseguir; d) grau com que o indivíduo reza/ora ou vai a igreja/templo a fim de se confortar por algum tipo de perda. Os resultados mostram correlação positiva entre religiosidade e controle secundário ( $r = 0,314$ ;  $p = 0,05$ ), sugerindo que os mais religiosos têm maior tendência para se consolar/compensar em caso de metas não alcançadas, perdas ou falhas. A variância explicada é de 9,86%. No que diz respeito às variáveis demográficas houve diferença significativa quanto a gênero em relação à religiosidade ( $t = 2,59$ ;  $gl = 48$ ;  $p = 0,05$ ), indicando que as mulheres são mais religiosas que os homens. Neste sentido, pode-se dizer que os resultados deste estudo corroboram a literatura que aponta a importância da religiosidade como meio de compensação, bem como a diferença de gênero nesta questão. A velhice é uma fase da vida em que ocorrem muitas perdas inerentes à idade, especialmente biológicas e psicossociais. Tais perdas colocam em risco o controle que o indivíduo idoso tem sobre seu mundo e sobre si mesmo. A teoria do controle no curso de vida argumenta que o principal critério de envelhecimento bem-sucedido é a manutenção do potencial para exercer o controle primário (esforços para adaptar o ambiente no sentido de atingir metas) em longo prazo. Sendo assim, para que se possa ter um envelhecimento saudável seria necessário, dentre outras coisas, que o indivíduo idoso mantivesse sua capacidade para exercer o controle. Todavia, a mesma teoria afirma que o potencial para o controle primário pode ser mantido via controle secundário, particularmente na velhice, ainda que o indivíduo não exerça de fato o controle primário (Heckhausen & Schulz, 1995; Schulz & Heckhausen, 1996, citados por Houry, 2005). Estudos empíricos com populações de diferentes faixas etárias demonstram aumento do controle secundário com o passar dos anos. Assim sendo, diante das situações de perda/falha advindas com o envelhecimento, o indivíduo idoso buscaria formas de compensação, de tal maneira a continuar tendo o controle, ou a manter a percepção de quem tem o controle, a qual seria proporcionada pela via secundária da compensação. Os resultados deste estudo revelam, confirmando a literatura, que a religiosidade se apresenta como um importante recurso compensatório nesta fase da vida, contribuindo, assim, para a velhice saudável.

**Palavras-chaves:** Religiosidade, Controle Secundário, Idoso

**Atividade: ESTIMULAÇÃO AO COMPORTAMENTO MOTOR DO BEBÊ EM EPISÓDIOS DE INTERAÇÃO (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: ESTIMULAÇÃO AO COMPORTAMENTO MOTOR DO BEBÊ EM EPISÓDIOS DE INTERAÇÃO**

**Autor(es):** Carla Cristine Vicente, Maria Lucia Seidl de Moura

**Resumo:** Tem havido nas últimas décadas uma ampliação no interesse em se estudar interações iniciais. São investigadas as características das interações em diferentes idades dos bebês e diversos temas relacionados, buscando-se, uma maior compreensão sobre o desenvolvimento sociocognitivo, em seus estágios iniciais. Desde o nascimento, os bebês interagem socialmente, engajados em um processo bilateral, formador de sua intersubjetividade e atuante em seu meio ambiente. Essas primeiras interações requerem ajustamentos mútuos que contribuirão para o desenvolvimento do bebê. O comportamento motor do bebê pode ser, então, compreendido como parte de um repertório de possibilidades de interação social que se estabelece no início de sua vida, com o auxílio da mãe, que ao apresentar-lhe o mundo dos objetos, promove a conduta intencional, porque constrói conjuntamente com ele, significados capazes de incentivar a emergência de um sentido de self, elaborado intersubjetivamente. Ao progredirem das interações face-a-face, características dos primeiros meses de vida do bebê, para interações complexas, nas quais mãe e bebê compartilham pensamentos e sentimentos, expectativas e valores a respeito não só de si mesmos, mas de objetos e de outras pessoas, transformam significativamente seu estilo de atenção, o que possibilita que a díade se abra para vivenciar conjuntamente o mundo. Isto remete à suposição de que talvez, sejam os meios de mediação ou instrumentos que dêem forma às atividades psicológica e às interativas do bebê. É exatamente neste ponto que a estimulação ao comportamento motor torna-se importante, pois medeia a interação pessoa-pessoa e pessoas-objetos. O ambiente deve cumprir seu papel de despertar o desejo para atingir objetivos, ou seja, de estimular a construção de mecanismos psicológicos e biomecânicos que desenvolvem o comportamento motor. Partindo-se deste pressuposto, a qualidade do contato e envolvimento proporcionados através dos cuidados maternos, necessita ser valorizados como fonte de estimulação da qual resulta o desenvolvimento do bebê. A estimulação materna ao comportamento motor do bebê ocorre em um contexto triádico, envolvendo a coordenação do triângulo referencial: bebê, mãe e objeto ou evento ao qual direcionam a atenção. Assim sendo, o desenvolvimento motor do bebê depende, em grande medida, da estimulação materna, sem a qual seus ritmos normais podem ser alterados. Este trabalho é parte da tese de doutorado da autora e parte de um estudo mais amplo, longitudinal e transcultural, realizado pelo grupo de pesquisa Interação Social e Desenvolvimento, na UERJ, sobre a coordenação da Dra. Maria Lucia Seidl de Moura. O presente teve como objetivo investigar comportamentos de estimulação materna ao comportamento viso-motor bebê, durante episódios de interação das díades. Foram observadas em ambiente natural, 58 díades mãe-bebê, do Estado do Rio de Janeiro, por 60', quando sozinhas e agindo livremente. As observações foram registradas em vídeo por membros de grupo de pesquisa. As mães eram primíparas e os bebês tinham cinco meses. Foram selecionados aleatoriamente 15' de cada vídeo, nos quais foram verificados e registrados episódios de interação definida como atividade recíproca envolvendo pelo menos dois comportamentos, um de cada membro da díade dirigidos um ao outro e contingentes. Foram identificados 114 episódios de interação, em 35 das díades estudadas. Nessas interações foram registradas 6 categorias de comportamentos da mãe e quatro do bebê. Dentre as atividades da mãe estão a estimulação verbal ao comportamento motor manual, a estimulação verbal ao alcance e apreensão de objetos, a estimulação física ao comportamento motor manual de segurar os braços e/ou mãos do bebê, movimentando-os, a estimulação física ao comportamento motor manual de posicionar o bebê em relação ao objeto, o mostrar objetos colocando-o no campo visual do bebê e o mostrar objeto entregando-o para o bebê. As categorias de atividade do bebê foram: levar a mão à boca, olhar o objeto, alcançar o objetos e apreender o objetos. Após o registro da incidência de cada categoria foram realizadas comparações entre as cada categoria de atividades da mãe em relação às atividades do bebê. Foi utilizada a estatística descritiva e o teste de qui-quadrado para verificar a existência de relação entre as categorias. Os resultados indicam que quando a mãe realiza atividades de estimulação ao comportamento motor manual do bebê, em episódios de interação, quando o bebê tem cinco meses de idade, ele responde principalmente olhando o objeto e tentando alcançá-lo, conforme é relatado na literatura, como habilidades do bebê nesta idade. Os resultados também demonstraram que a relação triádica já é possível nesta época, o que permite inferir que o desenvolvimento da intersubjetividade está

imbricado com o do comportamento motor do bebê. Logo, o estudo de um deve estar apoiado pelo do outro.

**Palavras-chaves:** Desenvolvimento Infantil, Interação mãe-bebê, Estimulação, Comportamento motor

**Atividade: Emoções relatadas por pré-escolares diante de diferentes tipos de práticas educativas maternas (Paineis)**

**Trabalho:** Emoções relatadas por pré-escolares diante de diferentes tipos de práticas educativas maternas

**Autor(es):** Patrícia Alvarenga, Maria Virginia Machado Dazzani, Adriana Suzart Ungaretti Rossi, Taiane Costa de Souza, Lais Abreu Pellegrino Mello

**Resumo:** Alguns teóricos da Teoria da Aprendizagem Social discutem o impacto de diferentes tipos de práticas educativas parentais sobre a internalização de valores e o desenvolvimento moral, abordando os efeitos emocionais que tais práticas produzem nas crianças. Por exemplo, estratégias punitivas poderiam atingir objetivos ligados à socialização e aquisição da conduta moral por gerarem na criança sentimentos desagradáveis como culpa e vergonha. Por outro lado, esse tipo de estratégia poderia dificultar o desenvolvimento moral pelo mesmo motivo. Para alguns autores as estratégias coercitivas ou punitivas produzem emoções intensas tais como medo, raiva e ansiedade, que tendem a reduzir a possibilidade de a criança compreender a situação e a necessidade de mudanças em seu comportamento. Este estudo investigou as emoções de crianças diante de diferentes tipos de práticas educativas. Os participantes foram 64 pré-escolares (32 meninos e 32 meninas) com idade entre 5 e 6 anos ( $M=5,46$ ), que freqüentavam escolas e creches públicas e privadas da cidade de Salvador. Todas as crianças residiam com a família. A coleta de dados foi realizada na escola que a criança freqüentava ou na residência dos participantes. As crianças responderam uma entrevista com material ilustrativo especialmente elaborada para avaliar as implicações das práticas educativas parentais sobre as emoções. Foram apresentadas individualmente para cada participante quatro histórias breves envolvendo um comportamento inadequado apresentado por um personagem infantil (riscar a parede) que era seguido por quatro diferentes tipos de práticas educativas (um tipo de prática em cada história): punição verbal/repreensão, privação/castigo, punição física e controle assertivo. Após o relato de cada história foram investigadas as emoções da criança em relação à situação. Inicialmente solicitava-se a criança que relatasse livremente como ela achava que o personagem havia se sentido (questão aberta). Na segunda parte a entrevistadora apresentava para a criança uma lâmina com a ilustração de cinco expressões faciais representando cinco diferentes emoções: normal/neutro, medo, raiva, tristeza e alegria. Solicitava-se, então, que criança apontasse na lâmina a emoção do personagem da história (questão fechada). Por fim, a criança era questionada quanto aos motivos das emoções relatadas. A análise preliminar dos dados, que considerou apenas as respostas dos participantes às questões fechadas, não revelou diferenças expressivas nas emoções atribuídas aos personagens nas quatro histórias. A emoção relatada com maior freqüência em todas as histórias foi a tristeza, embora ela tenha sido mencionada com uma freqüência um pouco menor na história sobre a prática de controle assertivo (punição verbal/repreensão: 59,3%, privação/castigo: 54,8%, punição física: 61,5% e controle assertivo: 41,5%). A raiva também foi bastante mencionada pelas crianças, destacando-se na história que apresentava o controle assertivo ( $M=29,2\%$ ). Ao contrário do que era esperado, um número maior de crianças mencionaram a raiva diante do controle assertivo, e não diante da punição física (18,5%). O estudo discute: a) aspectos do desenvolvimento infantil ligados à capacidade de discriminação e identificação das emoções básicas na faixa etária investigada; b) a necessidade de investigar as relações entre as emoções apontadas pelas crianças na entrevista e as práticas educativas às quais são submetidas em casa; c) o potencial do instrumento, bem como os

ajustes e mudanças necessários. Apoio: FAPESB/PIBIC/UFBA

**Palavras-chaves:** práticas educativas parentais, emoções, sentimentos

**Atividade: Brincando de Conservar, Conservando para Brincar (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Brincando de Conservar, Conservando para Brincar: Educação ambiental através da brincadeira

**Autor(es):** Hannia Roberta Rodrigues Paiva da Rocha, Angélica de Medeiros Soares Boucinhas, Keyla Mafalda de Oliveira Amorim, Adriana Barbosa Ribeiro, Karina Alexandra Batistela Campos

**Resumo:** Após a redemocratização e os movimentos sociais da década de 1980, o Estado intensificou seu papel na Assistência Social por meio de políticas sociais que ocorriam com referência clientelista, em trabalhos focalizados e pontuais. A produção de sistemas de caráter universalista de atenção à cidadania sinaliza mudança na proteção dos direitos sociais. Este é o caso do Sistema Único de Saúde (SUS) e também do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Programa integrante do último, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o projeto Programa de Atenção Integral a Família (PAIF), instalado neste Centro, atendem à população em situação de risco e vulnerabilidade social, direcionando-se para a prevenção. O objetivo deste projeto, concebido como avaliação das disciplinas Seminários em Psicologia II e O Psicólogo e o Contexto Social, do curso de graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, é propor linhas de ação para intervenção em um Grupo de Crianças atendido pelo PAIF localizado na Comunidade da África, Zona Norte do município de Natal/RN. As ações foram programadas para desenvolver um projeto de educação ambiental que tenha como missão atentar para a saúde dos moradores de uma área que tem estreita relação com recursos naturais bastante degradados, e na qual faltam cuidados básicos, como saneamento e regularidade na coleta de lixo. Além disso, em situação de vulnerabilidade, essa população tem vários de seus direitos fundamentais descumpridos, inclusive os relacionados ao lazer e recreação de suas crianças, que ficam pelas ruas da comunidade, sem espaços destinados à diversão e às atividades próprias da infância, sendo esta mais uma preocupação do presente projeto. Para a construção de um arcabouço teórico, o projeto está embasado na história das políticas sociais do país, nas políticas para a infância, nos contextos de educação, com ênfase na educação ambiental e em saúde e na linguagem do brincar. Para atingir o objetivo deste projeto, elaboraram-se três linhas de ação, a saber: Articulação em Rede de Apoio à População, que sugere a formação de uma rede de apoio entre os equipamentos sociais que atendem a comunidade; reestruturação do grupo de crianças, que propõe modificações na organização do grupo, como a mudança de horários de funcionamento do mesmo e a sistematização dos cadastros das crianças; e “Brincando de conservar, conservando para brincar: educação ambiental através da brincadeira”, um projeto de educação ambiental por meio de brinquedos e brincadeiras definidos em conjunto com as crianças, que enfatiza a importância do ambiente e de sua preservação para a realização das atividades lúdicas. Ressalta-se que a elaboração deste projeto permitiu a parceria entre disciplinas nas áreas social e educacional e que a complexidade para realizá-lo demonstra o quanto é significativo atentar para a questão social e suas consequências. Desta forma, reflete-se sobre a proposta das disciplinas, qual seja: o papel do profissional de Psicologia nos diversos campos de atuação.

**Palavras-chaves:** Psicologia Social, Educação Ambiental, Políticas Sociais, Políticas para Infância, Brincadeira

**Atividade: O SIGNIFICADO DA GRAVIDEZ PARA UMA ADOLESCENTE GRÁVIDA: (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**O SIGNIFICADO DA GRAVIDEZ PARA UMA ADOLESCENTE GRÁVIDA: TENTATIVA DE COMPREENSÃO DE UM PROCESSO

**Autor(es):** Adriano Barreto Cysneiros

**Resumo:** Existe uma larga diferença entre educação sexual reprodutiva e afetiva. Hoje os nossos adolescentes desfrutam de uma educação sexual que os ignora enquanto seres dotados de desejo; ensinam-se todos os mecanismos fisiológicos, mas esquece-se que o ser humano é mais que um corpo, suas experiências estão vinculadas a sentimentos. A liberdade para uma escolha consciente pressupõe o conhecimento. Guimarães (2001) sugere programas de educação que forneçam às adolescentes condições de realizar escolhas quanto às suas experiências sexuais, sem desautorizar, ignorar ou condenar a prática sexual das mesmas, e fornecer apoio no caso de uma maternidade precoce. No entanto, para que tais programas sejam adequadamente formulados, é necessário olhar a realidade também da perspectivas das adolescentes e dar voz a elas. A reação à notícia de uma gravidez varia de acordo com as circunstâncias na qual ocorre, os planos de futuro da gestante, a camada socioeconômica a qual pertence e, principalmente, a reação da família e do companheiro. O sentimento da mãe com relação a sua gravidez, no entanto, não permanece imutável até o nascimento da criança, pois mudanças físicas, hormonais e de papel social vão influenciar seu sentimento. Segundo Erikson (1987), a adolescência – compreendida entre os 12 e os 18 anos, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – é marcada por quatro desafios principais: desenvolver uma identidade, construir intimidade, desenvolver um compromisso significativo com o futuro e aceitar o passado como tendo sido dotado de valor. Tanto a adolescência quanto a gravidez são consideradas crises, devido ao caráter de bruscas e intensas mudanças as quais exigem rápida adaptação por parte daquela que as atravessa e do seu meio – ambos mutuamente afetando-se. Queremos, então, saber: que significado a adolescente atribui a sua própria gravidez? E mais, ao lidar com as mudanças próprias da gestação, alguma modificação ocorre no sentido atribuído a esta? O presente trabalho contempla a perspectiva da adolescente que se torna mãe e teve por objetivo compreender os significados da gravidez por ela atribuídos ao longo da gestação. Os dados foram colhidos através de uma entrevista individual semi-estruturada, na qual a entrevistada pôde falar livremente sobre a sua experiência de estar grávida. O delineamento da pesquisa é fenomenológico e a análise da narrativa foi utilizada como técnica de análise de dados, pois esta se revela mais apropriada a um estudo que tenta captar um fenômeno, um sentimento, da maneira como este se mostra na relação (pesquisador-sujeito).

**Palavras-chaves:** Gravidez, Adolescência, Fenomenologia

**Atividade: Metas de socialização e contextos de desenvolvimento infantil (Paineis)**

**Trabalho:**Metas de socialização e contextos de desenvolvimento infantil

**Autor(es):** Maria Virginia Machado Dazzani, Igor Gomes Menezes, Jaqueline de Araújo Lélis, Andrea Bessonowa Rosa

**Resumo:** Metas de socialização e contextos de desenvolvimento infantil. O contexto de desenvolvimento infantil envolve múltiplos aspectos que possibilitam o aprimoramento de diferentes competências individuais. Entre estes múltiplos aspectos podemos destacar o repertório comportamental dos pais e suas expectativas sobre o comportamento dos seus filhos. De acordo com a literatura acerca do tema, a tradição de pesquisa sobre metas parentais de socialização nasceu da Antropologia nas décadas de sessenta e setenta do século passado e foi retomada por pesquisadores brasileiros e estrangeiros que estudam a infância e contextos de desenvolvimento, motivados especialmente pelas ethnoteorias. Muitos deles têm investigado atualmente o impacto das metas parentais de socialização sobre o desenvolvimento humano. De

modo geral, enfatizam a relevância das expectativas dos pais em relação ao desenvolvimento psicossocial e emocional dos filhos em seus diversos contextos – estes últimos considerados como um sistema que envolve o ambiente físico e social, práticas compartilhadas de cuidados com crianças e a psicologia dos cuidadores. Consideramos aqui a socialização como um processo pelo qual os sujeitos aprendem e interiorizam os elementos sócio-culturais do seu meio, integrando-os na estrutura da sua personalidade sob a influência de experiências de agentes sociais significativos (os pais, professores, pares, por exemplo) adaptando-se assim ao ambiente social em que vivem. Este trabalho é o resultado preliminar de um estudo que integra uma pesquisa mais ampla intitulada Práticas educativas e crenças parentais e o desenvolvimento social de pré-escolares na cidade de Salvador (desenvolvida por pesquisadores da Universidade Federal da Bahia). Este estudo teve como propósito investigar as metas de socialização em mães de crianças pré-escolares entre 5 e 6 anos ( $M=5,49$ ) de diferentes níveis sócio-econômicos. Participaram do estudo 53 mães ( $M=33,3$  anos) com pelo menos um filho na faixa etária mencionada acima. A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário desenvolvido por Harwood e colaboradores (1996), traduzido e adaptado por Moura (2006) que inclui duas questões abertas, feitas individualmente às mães, gravadas e posteriormente transcritas. Especificamente, o instrumento abordou duas questões: “Que qualidades você desejaria que seu filho(a) tivesse como adulto?” e “O que você acha que é necessário para que ele(a) possa desenvolver essas qualidades?”. A primeira questão envolveu cinco categorias e suas subcategorias: 1. “auto-aperfeiçoamento” ou “auto-maximização”; 1a. “bem-estar emocional físico e integração”, 1b. “desenvolvimento do potencial pessoal e econômico” e 1c “desenvolvimento (ou independência) psicológico”; 2. “auto-controle”; 3. “emotividade”, 3a. “calor emocional” (em geral), 3b. “relações próximas com a família”; 4. “expectativas sociais”, 4a. “evitar comportamento ilícito”, 4b. “integridade pessoal e valores religiosos”; 5. “bom comportamento”, 5a. “respeitador, bem educado”, 5b. “obrigações relacionadas com papéis na família”. A segunda questão diz respeito às possíveis estratégias de ação e relacionadas às dimensões afetivo-cognitivas, envolvendo quatro categorias: 1. “centradas em si”; 2. “no contexto”; 3. “afetiva”; 4. “cognitiva”. Em relação à primeira questão, a análise preliminar das médias das frequências das diferentes categorias verificou que as mais mencionadas foram “desenvolvimento do potencial pessoal e econômico” ( $M= 3,72$ ) e “integridade pessoal e valores religiosos” ( $M= 2,17$ ); as categorias menos mencionadas foram “relações próximas com a família” ( $M= 0,26$ ) e “calor emocional” ( $M= 0,62$ ). Em relação à segunda questão, as categorias mais mencionadas foram “centradas em si” ( $M= 2,06$ ) e “no contexto” ( $M= 1,89$ ); a menos mencionada foi a “afetiva” ( $M= 0,75$ ). Foram também examinadas possíveis correlações entre variáveis sócio-demográficas da amostra e as metas de socialização. Observamos, por exemplo, a correlação positiva (fraca) entre o “desenvolvimento do potencial pessoal e econômico” e o número de irmãos ( $r= 0,31$ ), ou seja, quanto maior o número de filhos, maior a preocupação com o desenvolvimento do potencial pessoal e econômico. Encontramos uma correlação negativa moderada entre esta mesma categoria e a escolaridade da mãe ( $r= -0,47$ ) e renda familiar ( $r=0,49$ ), a saber, quanto maior a escolaridade da mãe e renda familiar, menor a preocupação com o desenvolvimento do potencial pessoal e econômico. Identificamos correlação negativa entre a categoria “evitar comportamento ilícito” e renda familiar ( $r= -0,32$ ), isto é, quanto menor a renda, maior a preocupação com o comportamento ilícito. A destacar também que quanto maior idade tem a mãe e quanto maior a renda familiar, maior a preocupação com a “integridade pessoal e valores religiosos” ( $r= 0,30$ ;  $r= 0,35$ , respectivamente). Ainda, quanto maior a escolaridade da mãe e quanto maior a renda familiar, maior a preocupação com que as crianças se tornem “centradas em si” ( $r= 0,28$ ;  $r= 0,37$ , respectivamente). Este estudo, além de demonstrar a relevância das metas parentais de socialização no desenvolvimento das crianças, aplica instrumentos que podem servir para compreender melhor os contextos de desenvolvimento infantil na Região Metropolitana de Salvador. Apoio: FAPESB/PIBIC/UFBA

**Palavras-chaves:** Metas de socialização, Desenvolvimento, Infância

**Atividade: ADOLESCENTES AUTORES DE HOMICÍDIO: AVALIAÇÃO DA INTERNAÇÃO E EXPECTATIVAS DE FUTURO (Comunicações Científicas)**

## **Trabalho:** ADOLESCENTES AUTORES DE HOMICÍDIO: AVALIAÇÃO DA INTERNAÇÃO E EXPECTATIVAS DE FUTURO

**Autor(es):** Alexandre Cardoso Aranzedo, LÍDIO DE SOUZA

**Resumo:** O presente estudo teve como objetivo identificar como adolescentes autores de homicídio avaliam a internação e seus planos para o futuro. A pesquisa foi realizada na Unidade de Internação Sócio-Educativa (UNIS), com 16 adolescentes do sexo masculino que cumpriam medida sócio-educativa; 14 foram internados pela prática de homicídio e dois por assalto, mas cometeram homicídio dentro da Unidade; onze dos entrevistados cumpriam a medida pela primeira vez. A UNIS é a única unidade responsável pelo cumprimento da medida privativa de liberdade no Estado do Espírito Santo, e está situada Região Metropolitana da Grande Vitória. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas norteadas por um roteiro que continha questões sobre os adolescentes: informações sócio-demográficas, a compreensão sobre a vivência da medida sócio-educativa de internação e as perspectivas em relação ao futuro. Os dados foram submetidos à análise de conteúdo temática, tendo ainda como referencial teórico a Teoria das Representações Sociais. Os principais resultados demonstram que durante o procedimento de apreensão policial alguns adolescentes sofreram agressões físicas e humilhações. No que tange a compreensão dos adolescentes sobre a vivência da medida sócio-educativa de internação, o conteúdo expressa as relações tensas, conflituosas e ambíguas entre adolescentes e os Assistentes de Alunos (monitores) da instituição, e também a exacerbação dos aspectos negativos da UNIS, principalmente aqueles relacionados à ociosidade, tratamento inadequado e ineficácia de um projeto pedagógico. Os principais adjetivos utilizados pelos adolescentes para qualificar a UNIS e o cumprimento da medida sócio-educativa de Internação nesta unidade foram: Inferno, Sofrimento, Cadeia, Morte, Sinistro, Esquisito e Ineficaz. No que diz respeito ao futuro dos adolescentes, considerando a perspectiva de 10 anos, as respostas se distribuíram em dois grandes agrupamentos de categorias. O primeiro compreendido como uma análise positiva de futuro, citada por 13 entrevistados, e o segundo como uma visão negativa e/ou desfavorável, descrita por 10 adolescentes. Vale ressaltar que o conteúdo das respostas de alguns adolescentes expressa as duas visões de futuro. A visão positiva se baseia nas possibilidades de trabalhar, constituir família, estudar e seguir uma religião. A visão negativa se caracteriza pela culpa, medo de morrer, preconceito e vida estigmatizada. Os resultados obtidos indicam a necessidade de implementação de estratégias de atendimento ao adolescente em conflito com a lei que privilegiem o trabalho sócio-educativo, em detrimento da contenção e da simples punição. Indicam ainda a necessidade de mobilizar e sensibilizar a sociedade brasileira no que diz respeito às concepções estigmatizadas de adolescentes aos quais foi atribuída a prática de atos infracionais, que são partilhadas por grande parte da população, principalmente quando se trata de atos de maior gravidade, como o homicídio. Tais ações são pertinentes para que os direitos, as medidas e procedimentos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) sejam efetivados no Brasil.

**Palavras-chaves:** Adolescentes, Ato infracional, Homicídio

**Atividade:** ADOLESCENTES AUTORES DE HOMICÍDIO: COMPLEXIDADE E IMPOSSIBILIDADE DE ELABORAÇÃO DE UM PERFIL. (Comunicações Científicas)

**Trabalho:** ADOLESCENTES AUTORES DE HOMICÍDIO: COMPLEXIDADE E IMPOSSIBILIDADE DE ELABORAÇÃO DE UM PERFIL

**Autor(es):** Alexandre Cardoso Aranzedo, LÍDIO DE SOUZA

**Resumo:** O presente estudo teve por objetivo investigar, a partir da perspectiva de adolescentes autores de homicídio, aspectos de suas vidas antes da prática do delito e as principais circunstâncias que contribuíram para a prática do homicídio. A pesquisa foi realizada na Unidade de Internação Sócio-Educativa (UNIS), única unidade responsável pelo cumprimento da medida

sócio-educativa de Internação do Estado do Espírito Santo, que se localiza na Região Metropolitana da Grande Vitória. Participaram do estudo 16 adolescentes do sexo masculino, na faixa etária de 15 a 20 anos, 75% auto-declarados como morenos ou pardos e negros, a maioria com ensino fundamental incompleto, cumprindo medida sócio-educativa privativa de liberdade há menos de um ano e provenientes de municípios Região Metropolitana. Os participantes foram subdivididos em dois grupos: o Grupo A (GA), composto por nove adolescentes que não haviam cometido anteriormente atos infracionais, e o Grupo B (GB), composto por sete adolescentes que já tinham praticado um ou mais delitos; tráfico de drogas (quatro), assaltos (quatro) furtos (três), troca de tiros (dois) e homicídio (dois). Os dados foram coletados por meio de um roteiro semi-estruturado para entrevista, constituído por informações sócio-demográficas, e por questões que abordaram o cotidiano antes do delito e o contexto de ocorrência do homicídio. As informações obtidas foram submetidas à análise de conteúdo temática, tendo como referencial a Teoria das Representações Sociais. Os principais resultados sobre o cotidiano dos adolescentes antes da prática do homicídio demonstram que a maioria dos participantes dos dois grupos desempenhava atividades de trabalho, não seguia qualquer religião, bem como mantinha convivência familiar regular antes da internação. Ambos os grupos também compartilhavam a mesma concepção negativa da escola. No que concerne à amizade, os vínculos estabelecidos pelos adolescentes do GB parecem ser mais frágeis, principalmente em função dos confrontos, disputas de poder entre pares e até mesmo homicídios que ocorrem entre amigos. Quanto ao uso de drogas ilícitas, no GA apenas 22,2% dos participantes faziam uso cotidiano, contra 71,4% do GB. No que tange às principais circunstâncias que contribuíram para a prática do homicídio, para os adolescentes do GA pudemos verificar que o acesso facilitado a armas de fogo, o uso da violência letal para resolução de conflitos, a influência do uso de drogas lícitas (álcool) e ilícitas (crack, maconha) e a relação estabelecida com o tráfico de drogas favoreceram a realização do delito. Entre os adolescentes do GB, observamos que o fato de sofrerem ameaças de pares, e também a “lei do crime”; normas rígidas que servem como parâmetros para aqueles que ingressam na vida do crime, principalmente aquelas que determinam o homicídio de suspeitos ou autores de estupro; contribuíram para que os homicídios fossem praticados. As histórias dos adolescentes e as comparações estabelecidas entre GA e GB nos mostram ainda que, embora se possam constatar semelhanças, a especificidade das histórias relatadas não nos possibilita tratá-las como se fossem homogêneas. Ao considerarmos as histórias dos participantes, as circunstâncias e motivações para a prática dos homicídios, pudemos constatar que o envolvimento de adolescentes em atos infracionais é um fenômeno social complexo e heterogêneo desde a sua constituição, o que impossibilita a elaboração de um perfil de adolescentes autores de homicídio. Além disso, avaliamos que a elaboração de perfis não contribui para o entendimento deste fenômeno. Ao contrário, favorece a criação de estigmas que são utilizados para identificar comportamentos indesejáveis; onde eles talvez nem existam; conter, punir e perpetuar o processo de exclusão social contra adolescentes autores de ato infracional, sobretudo aqueles provenientes de camadas populares da população.

**Palavras-chaves:** Adolescentes, Ato Infracional, Homicídio

**Atividade:** Oficina da Amizade em Recife  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** Oficina da Amizade em Recife: dialogando sobre igualdade e diferença com jovens.

**Autor(es):** Lílian Rocha Arcoverde, Suzana Santos Libardi, Jaileila de Araújo

**Resumo:** A centralidade das relações de amizade entre jovens justifica-se pela instrumentalização subjetiva/identitária; no grupo de iguais o jovem acessa os códigos que servirão de referência para a sua vida social, e, simultaneamente, localiza e personifica sua margem ou o grupo dos diferentes (Menezes, 2006). O diagnóstico dos nossos tempos como marcado pela dificuldade de convivência com os outros, em que preconceitos e o comportamento homofóbico estão cada vez mais acentuados, expressa o predomínio de um ideal identitário homogeneizador no plano relacional. O presente trabalho utilizou o discurso acerca do amigo



como pano de fundo para uma reflexão sobre igualdade e diferença com adolescentes. É nesse sentido que a pesquisa se constituiu como uma oportunidade dos jovens repensarem aqueles que elegem como diferentes/desiguais e como se posicionam com relação a essas alteridades. Para o desenvolvimento da pesquisa, foi utilizado o método social-clínico (Castro, 2003) cujo formato é o de oficinas inspiradas no modelo de “grupos operativos” de Bleger (1989). Essas oficinas foram realizadas em três instituições da cidade de Recife (PE): uma Organização Não Governamental (ONG) de meninos e meninas em situação de vulnerabilidade social; uma escola pública federal e outra da rede particular que atendem jovens de segmentos médios. Participaram desta pesquisa trinta e oito jovens (no total desses três grupos), de ambos os sexos, dos segmentos pobre, médio e alto em termos sócio-econômicos, na faixa etária de treze a dezoito anos. Além dos grupos de discussão, adotamos a técnica de entrevista (Silveira, 2002), com o objetivo de aprofundar os temas propostos pela Oficina. Pudemos observar que as contingências do meio sócio-econômico interferiram na maneira como esses adolescentes percebem a família, as relações de namoro e de amizade, esta última definida como terreno de confiança, proteção e intimidade, trazendo consigo problemáticas particulares como: a (im) possibilidade de ter amizades na família e ainda esta como a responsável pelos pensamentos e ações que fundamentam o preconceito para os jovens em questão. A discussão acerca do diferente/desigual foi mais aprofundada na instituição particular de ensino, onde o perfil do “avesso do amigo” foi corporificado na figura do estranho homossexual. É interessante observar que o “outro odiável” não é universal, pois cada grupalidade estabelece os sinais que devem marcar o diferente/desigual. Nessa operação de estabelecimento da margem o outro é marcado por um afeto incômodo ou negatividade pejorativa que o desqualifica de participar do grupo dos iguais que são/estão socialmente legitimados. Identificamos, ainda, que frente a este diferente, as atitudes eram preconceituosas e discriminatórias expressando o predomínio de formas perversas de violência, uma vez que não deixam marcas físicas, mas são capazes de comprometer os regimes de sociabilidade e até mesmo restringir o acesso à cidadania, o direito de reconhecimento dos socialmente avaliados como “ameaçadores” ao convívio social.

**Palavras-chaves:** adolescência, amizade, alteridade

**Atividade: Sobre o papel singular do outro/cuidador no percurso lingüístico de crianças abrigadas (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Sobre o papel singular do outro/cuidador no percurso lingüístico de crianças abrigadas

**Autor(es):** Fernanda Rabelo de Carvalho Beltrão, Glória Maria Monteiro de Carvalho

**Resumo:** No que diz respeito à trajetória de aquisição de linguagem, tem sido destacado, a partir de uma perspectiva teórica de base estruturalista proposta por De Lemos, C., o papel essencial da atividade interpretativa do outro. Nesse sentido, tomando como referência esta abordagem teórica, o presente estudo teve por objetivo colocar em discussão o papel singular de um outro específico – o cuidador – no percurso lingüístico de crianças abrigadas. A fim de atender a esse objetivo, foi realizado um estudo longitudinal, durante 11 meses, em que se visitou, quinzenalmente, uma Unidade de Atendimento Protetivo da Fundação da Criança e do Adolescente (FUNDAC,) registrando em áudio os diálogos de três crianças com a cuidadora por elas responsável. Para análise desses diálogos, foram seguidos os seguintes passos: (1) destaque dos enunciados insólitos produzidos pelas crianças que causaram estranhamento à cuidadora e à investigadora; (2) análise da postura do outro/cuidador frente a tais enunciados estranhos; (3) observação das relações entre algumas produções infantis e outras cadeias verbais produzidas pelo adulto. Como na referida proposta de base estruturalista o papel de outro, comumente, estudado é o de outro/intérprete representado pela mãe, para tornar possível fazer considerações acerca de uma singularidade do papel do outro/cuidador, realizou-se ainda um quarto passo na análise: fazer uso de alguns fragmentos de diálogos entre crianças e suas mães, analisados em estudos que se inserem nessa perspectiva teórica, como exemplos para ressaltar o papel singular do outro/cuidador na trajetória lingüística de crianças abrigadas. Esse passo da análise fez-se necessário porque só é possível falar em “papel singular” na medida em

que esse papel se distancia do que é, geralmente, discutido sobre o papel de outro materno nos estudos em aquisição de linguagem da teoria em foco. Os resultados encontrados indicam que o lugar de outro, ao ser assumido, de modo singular, por um cuidador, traria também marcas de singularidade no processo de aquisição da linguagem das crianças que vivem em abrigos. Entretanto, apesar de ter desempenhado de maneira peculiar o papel de outro na trajetória lingüística dessas crianças, o outro/cuidador se fez presente, enquanto instância de funcionamento lingüístico, sendo a partir desse outro que a criança é submetida a sua língua materna. Ao que parece, portanto, o lugar de outro (em uma estrutura) no processo de aquisição da linguagem das crianças pode ser ocupado por diversos outros de formas singulares, em diferentes momentos, mas o lugar central que o outro ocupa na aquisição de linguagem não estaria sendo colocado em questão.

**Palavras-chaves:** Aquisição de Linguagem, Papel do outro, Crianças abrigadas

**Atividade: Lazer e Rede de Significação em Comunidade Ribeirinha (Paineis)**

**Trabalho:** Lazer e Rede de Significação em Comunidade Ribeirinha

**Autor(es):** Danielle Santos de Miranda, Tatyane Souza Ramos, Fernando Augusto Ramos Pontes, Mayara Barbosa Sindeaux Lima, Daniela Reis

**Resumo:** Quaisquer contextos constituem impulsionadores ao desenvolvimento humano, o qual é um processo cujos entremeios possuem como circunscritores diferentes elementos de natureza discursiva e semiótica que se inter-relacionam e constroem redes de sentidos e significações. Portanto, todas as atividades praticadas por alguém, inclusive no tempo livre onde se insere o lazer, incorrem direta ou indiretamente em efeitos sobre o desenvolvimento humano. As pessoas continuamente influenciam os contextos e vice-versa, de forma a configurar matriz sócio-histórica – relação mútua entre redes de significações e condições socioeconômicas e políticas. Desta forma, o lazer é favorável contexto ao desenvolvimento, pois permite às pessoas não só a desobrigação do trabalho diário e um instante de recreação, mas também viver momentos de liberdade, no qual há uma busca de prazer e leveza em meio à diversão. Isto promove a socialização e as práticas das escolhas de cada um, e por isso, ajuda formar cidadãos mais críticos e criativos e, assim, de um modo geral incita o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos. Por conseguinte, o presente estudo objetivou investigar redes de significações do lazer de crianças, adolescentes e adultos de uma comunidade ribeirinha localizada na ilha do Marajó, estado do Pará. Foram participantes, 125 indivíduos, dentre os quais havia pertencentes ao gênero masculino e feminino. Ocorreu a aplicação de dois tipos de questionários nas famílias por meio de entrevista estruturada: 1) Caracterização Demográfica; 2) Rotina. Ao mesmo tempo, usou-se técnica de investigação qualitativa denominada Pesquisa Participante, a partir da qual registravam-se as impressões tidas pelos pesquisadores nas observações do contexto e interações em notas de campo. Na análise dos dados, colocaram-se as informações dos questionários em tabelas do Excel, divididas pelos tópicos do próprio questionário. Ao final, inter-relacionou-se com os dados das notas de campo para construção de Ecomapas de lazer. Segundo os resultados da caracterização demográfica e da avaliação da rotina, esta população possui modo de vida muito peculiar: mora às margens de um rio; possui elevadas necessidades de saneamento básico, educação e assistência à saúde; pratica trabalho árduo de coleta e pesca para sobrevivência familiar; e é predominantemente de baixa renda. Estes fatores socioeconômicos são cruciais circunscritores do desenvolvimento; eles se inter-relacionam, compõem uma matriz sócio-histórica e influenciam no lazer desta comunidade. Outrossim, existem atividades de lazer típicas desta população, como: brincadeiras com brinquedos feitos de materiais advindos da natureza; . Nos Ecomapas, foram observadas se acaso as crianças, adolescentes e adultos da comunidade tinham ligações fortes, fracas ou negativas aos sistemas mais amplos de lazer. Possivelmente devido as suas reduzidas

obrigações com o trabalho, crianças de ambos os gêneros possuem estreita ligação com os grupos de lazer, ao contrário de adolescentes e adultos, dos quais apresentam ligações fortes, apenas indivíduos do gênero masculino com os grupos do futebol e do bilhar. A religião, como circunscritora, restringe práticas de lazer. Por fim, nota-se no lazer significativo promovedor de desenvolvimento pessoal e social nesta comunidade.

**Palavras-chaves:** Lazer, Ribeirinhos, Desenvolvimento

**Atividade:** Alguns comentários acerca da necessidade, características e desafios da pesquisa etnográfica com crianças.  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** Alguns comentários acerca da necessidade, características e desafios da pesquisa etnográfica com crianças.

**Autor(es):** Hugo Juliano Duarte Matias

**Resumo:** Trata-se de uma proposta metodológica para pesquisas com crianças, que leva em conta uma série de transformações dos sentidos que compõem a idéia de infância e a necessidade de historicização, numa acepção crítica, das pesquisas com essas populações. Diversos fatores culturais e sociais de ação contemporânea, como o advento da Sociologia da Infância, a ação de organizações nacionais e internacionais de ação política em favor da cidadania das crianças, e as mudanças por que têm passado as leis de proteção à infância em todo o mundo têm gerado mudanças no âmbito da pesquisa com crianças, afetando, principalmente, os campos semânticos em torno desse grupo geracional. Cada vez mais, as pesquisas “sobre criança”, cujo objeto é a criança abstrata, em uma abordagem desenvolvimentista ou demográfica, têm cedido espaço às pesquisas “com crianças”. Estas pesquisas se assentam sobre um novo entendimento acerca das crianças, com base em três noções: a) socialização, concebida não mais como o processo de integração à sociedade e apreensão de seus dispositivos, mas como um processo sempre aberto e inacabado de mútua afetação, em que indivíduo e sociedade estão se construindo em interação, b) geração, um construto que permite a análise das interações dinâmicas entre os atores sociais de uma mesma classe etária e do modo como o seu estatuto social e suas práticas são continuamente redefinidas em um tempo histórico concreto, nas suas relações com grupos de outras classes etárias, e c) alteridade, a idéia de que um grupo se diferencia de outros pelas marcas que permitem o reconhecimento de uma identidade particular, o que, para o caso das crianças, se realiza pelos traços de suas culturas de pares e do lugar social que ocupam como grupo geracional entre outros. Assim, a infância passa a ser reconhecida em sua alteridade, como grupo geracional em interação com outros grupos que compõem a sociedade e produzem cultura. Além disso, uma nova epistemologia – que reconhece a realidade social compartilhada como um lugar privilegiado de construção do conhecimento científico – endossa a necessidade de novas metodologias de pesquisa com crianças, em que elas tenham maior participação. É preciso que elas reconheçam teórica, política e eticamente a competência e autonomia das crianças na produção de significados e práticas sociais, ou seja, de cultura, e do impacto que geram sobre a sociedade e a cultura mais abrangente em que se inserem. A pesquisa etnográfica vem sendo apontada como apta para servir a essa necessidade por ser uma proposta metodológica engastada às práticas sociais e aos grupos que se quer estudar, porque depende da competência e autonomia simbólica dos grupos que estuda, e porque reconhece à construção de conhecimento científico o seu vínculo às condições sociais de sua produção. Suas características são as seguintes: a) uma abordagem interpretativa, b) uma tentativa de descrever o caráter simbólico das práticas sociais e explicar seu vínculo com a cultura, c) depende de estratégias participativas, com um desenho necessariamente flexível e auto-corretivo, d) sustenta-se sobre dados da observação e percepção do investigador das práticas sociais e dos artefatos simbólicos e materiais de um determinado grupo no vínculo a sua cultura, e) é compatível a uma grande diversidade de fontes (oral, documental, visual, virtual, etc.), de recursos para registro (escrita, fotografia, gravação de áudio, vídeo, etc.) e recursos de análise (análise de conteúdo, do discurso, da conversação, cartografia, etc.). A pesquisa etnográfica ainda guarda algumas peculiaridades no que diz respeito à sua aplicação ao estudo com

crianças. A entrada, aceitação e a participação em culturas infantis é um tema bastante debatido e demanda estratégias inovadoras. Outra peculiaridade da pesquisa com crianças diz respeito às gramáticas próprias das culturas infantis, cujas características oferecem desafio às práticas de pesquisa com crianças. Em todo caso, o esforço de adaptação de nossas práticas de pesquisa que envolvem a infância exige o despojamento de suas características adultocráticas e adultocêntricas.

**Palavras-chaves:** metodologia de pesquisa, pesquisa com crianças, etnografia, culturas infantis

**Atividade: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MÃES SOBRE AS BRINCADEIRAS INFANTIS SOCIALIZADAS (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MÃES SOBRE BRINCADEIRAS INFANTIS SOCIALIZADAS**

**Autor(es):** Maria Vilani Maia Sequeira, Maria de Fatima F. Martins Catão

**Resumo:** O estudo analisou a construção do significado das brincadeiras infantis socializadas, em um grupo de mães de crianças em atendimento psicológico, em uma Unidade Básica de Saúde - UBS, denominada CAIC, na cidade de Manaus-Am. Foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas, com dez mães, na busca do significado das brincadeiras socializadas. É através das brincadeiras, ou ato de brincar que as crianças adquirem novos conhecimentos, incluindo o aprendizado das regras e normas, limites sociais e padrões de socialização, vigentes em uma sociedade, contribuindo na transmissão da cultura e na formação de um cidadão crítico e atuante. Neste estudo, adotou-se como aporte teórico a perspectiva da psicologia sócio-histórica e das representações sociais. Compreendem-se as Representações Sociais como sendo sustentadas pelas influências sociais da comunicação constituindo as realidades da vida cotidiana, servindo como o principal meio para estabelecer as associações com as quais nos ligamos uns aos outros, pois em toda sociedade percebe-se a existência de valores, teorias e ideologias, em que a contribuição individual assume papel relevante, fazendo parte do pensamento social. A psicologia sócio-histórica entende o fenômeno psicológico desenvolvido ao longo do tempo, na história, e não pertencente à natureza humana. Enquanto ciência, a psicologia sócio-histórica, examina os objetos buscando entendê-los na sua totalidade concreta na qual as partes estão em interação. A transformação dos fenômenos se dá de forma qualitativa e não por acúmulo de elementos quantitativos. Os dados coletados foram analisados e interpretados a luz da técnica de análise de conteúdo de Bardin, permitindo a construção de categorias. Os resultados apontam, que as brincadeiras socializadas, assumem representações de significados diversos, chamando-nos à atenção que essas brincadeiras são entendidas num sentido negativo, representadas pelas proibições. As mães destacam que no ato de brincar, o filho(a) tem a possibilidade de incorporar condutas inadequadas, em virtude da interação com outras crianças que apresentam comportamento identificado por elas como "delinqüentes". Um outro ponto, é que no ato de proibir a participação nas brincadeiras, as crianças reagem com desobediência, fugas e mentiras. As mães também destacam o trajeto para a escola, pois reconhecem que nesse percurso a criança pode brincar com outras, e ao saberem, essa atitude é censurada. Por último, mencionam a televisão como substituta das brincadeiras infantis socializadas, penetrando na vida da criança, modificando modelos culturais antes cultivados pelos pais, amortecendo a criatividade da criança, contribuindo para o aparecimento do comportamento individualista, restringindo a socialização e interação coletiva. As mães sentem-se impossibilitadas de exercer um efetivo controle sobre as ações de seus filhos, devido seus envolvimento em atividades laborais, sejam em suas próprias casas, ou externamente como empregada doméstica e/ou operária. As proibições acontecem apenas quando a criança está sob sua vigilância. No ato de proibir, podem estar implícitas as incapacidades maternas da vigilância necessária. Certamente, o meio social em que as mães e as crianças se inserem, contribuem para o aparecimento de comportamentos inadequados, por se encontrarem em um contexto de carências sócio-educativa e cultural.

**Palavras-chaves:** Brincadeiras infantis, Brincadeiras socializadas, Representações sociais, Psicologia sócio-histórica

**Atividade: A AMIZADE  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** A AMIZADE: UM ESTUDO SOBRE AS DIFERENTES CONCEPÇÕES AO LONGO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

**Autor(es):** Candida de Souza, Mariana Meira Pires Simonetti, Priscilla Cristhina Bezerra de Araújo, Andressa Moreira Hazboun, Francisco Assis Medeiros

**Resumo:** A psicologia tem realizado estudos a respeito das relações de amizade, abordando as relações pessoais na infância, adolescência, idade adulta e velhice. A amizade é um relacionamento humano que envolve conhecimento mútuo, estima e afeição e possibilita a aproximação nas relações interpessoais (Papalia & Olds, 2000). Partindo do pressuposto adotado por Papalia & Olds (2000), considera-se que, apesar de ter um conceito abrangente, as concepções de amizade podem variar no decorrer do desenvolvimento, podendo ser influenciada também pelo sexo do indivíduo, pelo contexto cultural, dentre outros fatores. Este trabalho consiste em um estudo comparativo das diferentes faixas etárias (crianças, adolescentes, adultos e idosos) acerca dessa possível mudança de concepções da amizade, objetivando a confirmação ou não da hipótese pré-estabelecida, baseada na teoria, de que, em geral, a amizade na infância tem características mais egocêntricas, enquanto na adolescência predominam sentimentos como a lealdade e sinceridade; na idade adulta há uma redução da quantidade de amigos, e uma melhor qualidade dos mesmos; enquanto que na velhice os amigos são mais valorizados. Ainda, através de correlações, objetiva-se observar uma caracterização do conceito de amizade nas distintas fases do desenvolvimento. Os dados foram coletados através de questionários simples e com linguagem acessível aplicados em uma amostra intencional e proporcionalizada segundo o nível de desenvolvimento, abrangendo crianças a partir de 7 anos e considerando idosas as pessoas acima de 60. A organização dos dados foi feita através de análises comparativas e correlacionais, com o auxílio de gráficos e tabelas provenientes das informações obtidas. A interpretação e análise dos dados sugere uma aproximação de alguns resultados com a teoria e um distanciamento de outros. Aspectos específicos citados por Papalia, como a questão da possibilidade de seu amigo ter outros amigos tão importantes quanto você, divergem da teoria neste estudo: segundo Papalia, as crianças seriam mais egoístas e egocêntricas no que concerne aos relacionamentos de pares, o que diverge da opinião da amostra no estudo realizado, já que se percebe uma baixa porcentagem de crianças, afirmando não poder haver outro amigo com tanta importância, que foi equivalente com as das outras faixas etárias; tais divergências sugerem a provável influência da realidade social, que se diferencia nesse estudo e no de Papalia. Em se tratando de uma questão que se aproxima da teoria pode-se citar a das “situações em que mais procura os amigos”, onde se observa uma distribuição diversificada na preferência das diversas faixas-etárias, em que as crianças relacionam os amigos à satisfação de necessidades, procurando-os quando estão tristes, e no outro extremo aparecem os idosos, que os procuram em situações alegres. Por fim, observa-se que a principal hipótese, a da existência de concepções distintas de amizade nas diferentes faixas etárias, apresenta forte indicativo de comprovação. É importante ressaltar que existem limitações no estudo realizado concernentes às diversas variáveis existentes, (por exemplo, a limitação cultural), portanto um estudo estatístico diferenciado poderá ratificar essa comprovação. Um outro fator relevante é que, por se tratar de um estudo com informações provenientes da opinião das pessoas, as diversas concepções acerca da amizade podem ser decorrentes de motivações diferenciadas, devido a aspectos psicológicos peculiares, sendo apresentadas no trabalho apenas como hipóteses e não como dados essencialmente comprovados.

**Palavras-chaves:** Amizade, Estudo comparativo, Desenvolvimento humano

**Atividade: HABILIDADES SOCIAIS NA RELAÇÃO PAIS-FILHOS  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho: PRÉ-ESCOLARES COM INDICATIVOS DE PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO E A SUA RELAÇÃO COM AS HABILIDADES SOCIAIS EDUCATIVAS MATERNAS**

**Autor(es):** Vanessa Barbosa Romera, Alessandra Turini Bolsoni-Silva

**Resumo:** A literatura tem verificado correlações entre problemas de comportamento na infância, especialmente os externalizantes, com baixo desempenho acadêmico e com dificuldade para interagir com pares e familiares. Por outro lado, alguns estudos vêm demonstrando que pais com um repertório ampliado de habilidades sociais educativas têm filhos com menos problemas de comportamento, evidenciando a relevância de promover habilidades sociais na infância. Acredita-se que habilidades sociais educativas parentais podem proporcionar o desenvolvimento da competência social infantil, a melhoria da relação entre pais e filhos e a conseqüente redução de problemas de comportamento. Contudo, a literatura nacional carece de mais estudos nessa área, uma vez que problemas de comportamento podem ser considerados como um fenômeno multiterminado que envolve diversas variáveis tais como, práticas educativas parentais, diferenças de gênero, conflitos conjugais e condições econômicas. Além da investigação de cada uma destas variáveis, a análise dos problemas de comportamento pode ser realizada, segundo o referencial da Análise do Comportamento, a partir tanto da descrição da freqüência de ocorrência destas classes de respostas quanto da sua funcionalidade. Assim, com os resultados dessa análise é possível hipotetizar acerca do propósito dos problemas de comportamento para as crianças, bem como do das estratégias educativas maternas e, então, a partir destas análises funcionais descritivas comportamentais, subsidiar programas ou estratégias de intervenção que desenvolvam nas mães e/ou nos filhos comportamentos socialmente habilidosos que sejam funcionalmente equivalentes com os comportamentos problema. Neste sentido, a pesquisa visa descrever, a partir do relato de vinte mães de crianças com indicativos de problemas de comportamento: a) as reações maternas diante dos problemas de comportamento dos filhos; b) verificar a freqüência de ocorrência destes comportamentos. Para obter a amostra, dezenove professoras de Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs) responderam um Questionário de Comportamentos Socialmente Desejados (QCSD-Professores) e uma Escala Infantil B de Rutter (ECI-B) onde vinte crianças (15 meninos e 5 meninas), com idade entre quatro e seis anos, foram selecionadas por apresentarem problemas de comportamento (escore  $\geq 9$ ). Em seguida, as famílias foram contatadas e convidadas a participar do estudo. Os dados foram coletados junto às mães, em suas residências, através dos instrumentos: a) Questionário de Comportamentos Socialmente Desejados (QCSD-Pais); b) Escala Infantil A2 de Rutter (ECI-A2); c) Entrevista Sobre Situações e Reações Maternas para Comportamentos de Pré-Escolares (ESR-Mães). Como critérios de seleção, as mães deveriam viver maritalmente e as crianças deveriam ter atingido o escore  $\geq 16$  na ECI-A2, ou seja, deveriam apresentar indicativos de problemas de comportamento tanto a partir do relato das professoras quanto do das mães. Foram realizadas análises de conteúdo, análises quantitativas descritivas e análises estatísticas (Teste do Qui-quadrado) dos dados. Os resultados foram organizados em três categorias: a) Problemas de comportamento Internalizantes; b) Problemas de comportamento Externalizantes; c) Outros problemas. As análises estatísticas dos instrumentos ECI-A2 e ECI-B indicaram, segundo o ponto de vista das mães e das professoras, que as crianças apresentam alta freqüência nas seguintes respostas: briga, irritável e desobediência. Para as professoras as crianças também seriam muito irrequietas, inquietas e teriam pouca concentração; as mães também sinalizaram que os filhos possuem dificuldade em alimentar-se e são agitados. Quanto às freqüências das habilidades sociais obtidas com os questionários (QCSD-Professoras e QCSD-Pais), as professoras destacaram: comunica-se de forma não verbal, procura atenção, faz perguntas, brinca, toma iniciativa, participa de jogos e toma a palavra. Já para as mães, as crianças teriam facilidade em fazer pedidos, comunicar-se de forma não verbal, fazer amigos, procurar atenção e expressar carinhos. Algumas respostas socialmente habilidosas apareceram com baixa ocorrência sinalizando dificuldade, especialmente do ponto de vista das mães: demonstrar preocupação com colegas, expressar desejos, expressar frustração, defender-se de

outras crianças, expressar direitos, fazer críticas, negociar e comunicar-se de forma positiva. As professoras apenas sinalizaram a dificuldade em expressar frustração. Por fim, as análises parciais das entrevistas indicaram que 75% das reações das mães pareceram ser coercitivas, isto é, baseavam-se em ameaças de agressão e/ou agressão verbal e/ou física. Ressalta-se que este estudo trata-se de um recorte de uma pesquisa maior e análises futuras deverão descrever situações e reações maternas diante dos comportamentos socialmente habilidosos de forma a verificar se, ainda que as crianças emitam tais respostas, são conseqüenciadas por suas mães. Discute-se que as crianças possam ser mais socialmente habilidosas na escola que em casa ou então que as mães são mais atentas para descrever tais respostas. Quanto aos indicativos de problema, tanto em casa quanto na escola, o destaque foi para os comportamentos externalizantes, que ocorreriam com mais freqüência na escola, corroborando a literatura da área. Acredita-se que programas de intervenção, que estimulassem a promoção destas habilidades sociais de baixa ocorrência, reduziriam as respostas indicativas de problemas, uma vez que as crianças seriam capazes de obter atenção e resolver problemas sem precisarem ser agressivas e/ou desobedientes.

**Palavras-chaves:** Relacionamento pais-filhos, Problemas de comportamento, Habilidades sociais educativas maternas

**Atividade: Video-Documentário  
(Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Video Documentário: Nós Somos da Rua

**Autor(es):** Ricardo Pimentel Mélo

**Resumo:** A situação de risco das crianças que moram nas ruas em Belém (PA), é o tema do vídeo-documentário “Nós somos da rua”, produzido em 2004. O vídeo trata a rua com uma decantada sutileza lúdica. Ela é mostrada na perspectiva de crianças e adolescentes que dela fazem espaço de circulação e também de vivência, espaço de moradia trabalho e lazer. Esses são os personagens deste documentário. Para eles foi dada a voz para que comentassem sobre a informação de que estão em situação de risco. O que vemos e ouvimos são uma série de depoimentos que mesclam a dor e a alegria de viver na condição de moradores da rua. Depoimentos comoventes e duros, retratados em um trabalho minucioso e delicado, traça a história desses personagens que cruzam com o nosso cotidiano. São esses mesmos personagens que, algumas vezes, nos causam sentimento de repulsa, mas agora têm a oportunidade de conversarem conosco sobre as suas vidas. Ao final do filme não podemos sair indiferentes, a vontade é debater, conversar, não sobre teorias, exclusivamente, mas sobre o que os personagens disseram das suas vidas. É um filme intenso, mas que não se perde no retrato da violência das ruas, mesclando-a com seu encanto sedutor que atinge a todos. Enfim, aborda-se neste documentário, um tema corriqueiro, mas que carecia de elementos de novidade. É o relatório de uma pesquisa. Como integrante do Grupo de Pesquisa “Práticas Discursivas e Produção de Sentido” (CNPq), coordenado pela Profa. Dra. Mary Jane Spink (PUC-SP), o filme tem relação com a linha de pesquisa “O Risco na Perspectiva das Estratégias de Governamentalidade” que agrega pesquisadores que desenvolvem estudos sobre os riscos existentes na sociedade contemporânea. Como depoimentos marcantes temos a vontade dessas crianças e adolescentes de não se separar de seus amigos de rua. Elas preferem continuar nas ruas a serem levadas para um abrigo e ter que se separar do seu grupo de referência. Além disso, o documentário aponta que a noção que essas crianças e adolescentes têm do risco que elas correm nas ruas é, em alguns aspectos, diferente da que existe na sociedade em geral, representada pelos profissionais da mídia e de organizações governamentais e não-governamentais que trabalham com essa temática: para os meninos e meninas, o uso de drogas, por exemplo, não é um risco, mas sim uma forma de lazer. As preocupações dessas crianças, no entanto, não são totalmente diversas das que afligem outras pessoas que circulam nas ruas das grandes cidades no que se refere à violência. Esta aparece como a grande vilã da vida nas ruas no medo de serem estuprados ou de serem agredidos por pichadores, serem atropelados. Mas o apelo que fazem, após narrarem sobre a vida na rua é de que não os separem. Gostariam de ter uma casa onde pudessem estar todos reunidos. O documentário tem duração de oito minutos

com roteiro de Ricardo Pimentel Mélo, direção e fotografia de Keyla Sobral e Roberta Carvalho, produção de Paula Vieira, patrocínio da UFPA por meio da Pró-Reitoria de Extensão, assistente Angela Flexa Di Paolo, som direto Mauro Oliveira, trilha sonora Pio Lobato, apoio do Departamento de Psicologia Social e Escolar (UFPA) e do Núcleo de Práticas Discursivas (Belém) e da RKE Comunicação.

**Palavras-chaves:** crianças,adolescentes,rua,risco,vídeo-documentário

**Atividade: CARACTERÍSTICAS PRAGMÁTICAS DA FALA MATERNA EM TRÊS MOMENTOS DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL INICIAL (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:CARACTERÍSTICAS PRAGMÁTICAS DA FALA MATERNA EM TRÊS MOMENTOS DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL INICIAL**

**Autor(es):** Luciana Fontes Pessôa,Maria Lucia Seidl de Moura

**Resumo:** A linguagem é considerada um instrumento de mediação que caracteriza a espécie humana e é fundamental, tanto nas trocas interpessoais, como na internalização dos processos constituídos nessas trocas. O uso da linguagem humana se diferencia das outras espécies por ser simbólica e gramatical. Adotando algumas hipóteses específicas sobre as origens filogenéticas e ontogenéticas da linguagem, Tomasello sugere que a dimensão simbólica da linguagem deriva do caráter singular da adaptação biológica humana para aspectos culturais. Para ele, a dimensão gramatical da linguagem deriva do uso pelas pessoas de símbolos lingüísticos de forma padronizada com o propósito de comunicação interpessoal de forma repetida ao longo do tempo histórico. Na evolução das linguagens humanas, vários tipos de habilidades típicas dos primatas para categorização e busca de padrões, combinadas com outros elementos como inferência pragmática e automatização, evoluíram ao longo do tempo histórico num processo de gramática e sintaxe para criar em diferentes comunidades lingüísticas uma variedade de diferentes tipos de construções gramaticais. Os homens são seres sociais que se encontram imersos em um contexto sociocultural que os faz viver e os constitui na e pela interação com os outros homens, e o desenvolvimento psicológico ocorre na dialética dos processos maturacionais (biológicos) e culturais (sociais). Neste trabalho foram descritas as contribuições teóricas e concepções acerca das origens ontogenéticas e filogenéticas da linguagem humana e discutidos as características pragmáticas da fala materna em momentos iniciais do desenvolvimento infantil. O modelo de Roman Jakobson foi adotado. Foram transcritas e analisadas as falas maternas de 75 díades mãe-criança, em três períodos (1; 5 e 20 meses da criança). Ainda foram analisados os aspectos afetivos e cognitivos destas falas maternas. Os resultados mostraram, entre outras coisas, um aumento significativo, em termo de ocorrência das emissões maternas, das médias destas emissões se compararmos as três faixas etárias do bebê. Constatou-se, ainda, uma predominância da função fática em todas as faixas etárias estudadas. Ela se refere aos recursos lingüísticos usados pelo emissor (a mãe) para estabelecer, prolongar, chamar a atenção ou interromper a comunicação com o interlocutor (no caso, o filho). Esta função pode ser detectada através de interjeições, solicitações de respostas, chamamentos, contrações interrogativas monossilábicas e frases não proposicionais. Houve uma correlação significativa entre a medida da função fática aos 5 meses e da função referencial aos 20 meses. Houve predominância significativa dos aspectos afetivos aos cognitivos 1 e 5 meses da criança enquanto que aos 20 meses não houve predominância significativa destes aspectos. Esses resultados sugerem que a mãe ajusta sua conduta, especificamente as emissões lingüísticas, aumentando as instâncias de fala características da função fática, de modo a conseguir chamar a atenção da criança para si e para suas emissões. A mãe que utiliza esse instrumental lingüístico propicia a criança voltar sua atenção para suas emissões. Afinal, a condição necessária para que se estabeleça uma forma de comunicação verbal entre a díade, é que a criança esteja com sua atenção voltada para a mãe. Intuitivamente, a mãe utiliza este recurso lingüístico (função fática) para chamar ou manter a atenção do filho voltada para ela. Talvez, por isso, esta função tenha sido a mais freqüente nos períodos observados. Considera-se também que os resultados obtidos na investigação realizada podem contribuir de alguma forma



para o conhecimento acerca da interação mãe-criança, pois foi constatada uma grande proporção da fala materna como uma resposta aos sinais da criança, que se traduzem em gestos, comportamentos de olhar, sorrir, chorar, resmungar, fazer necessidades fisiológicas, comer, etc. Foi possível constatar na análise dos dados que quase todo proferimento maternal é diretamente precedido ou seguido por esses sinais das crianças. Isso pode estar significando que as mães não estão simplesmente comunicando informação para suas crianças, mas estão tentando engajá-las em conversas. Durante o desenvolvimento inicial, os pais são os agentes sociais que melhor entendem as intenções das crianças, atribuindo significações aos comportamentos delas e, portanto, são capazes de prover o apoio adequado de que elas necessitam. Desempenham, dessa forma, um importante papel de mediadores na construção do mundo sociocultural da criança. Acredita-se que o conhecimento das características da fala materna em etapas iniciais do desenvolvimento e a identificação dos aspectos pragmáticos que podem, de alguma forma, colaborar para o conhecimento evolutivo do desenvolvimento lingüístico são de especial relevância.

**Palavras-chaves:** desenvolvimento inicial, evolução, fala materna

**Atividade:** HABILIDADES SOCIAIS NA RELAÇÃO PAIS-FILHOS  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** Crianças que Convivem com a Depressão Materna: Competência Social e Regulação Emocional

**Autor(es):** Juliana Lopes, Louise Azenha Tango, Sonia Regina Loureiro

**Resumo:** Crianças que Convivem com a Depressão Materna: Competência Social e Regulação Emocional. A depressão materna caracteriza-se como uma condição de vulnerabilidade ao desenvolvimento infantil por expor as crianças a estressores diversos, dentre estes incluem-se os problemas na regulação emocional. Tais dificuldades têm sido relacionadas a uma série de índices de ajustamento, como a pobreza na competência social, a depressão, a ansiedade e problemas de comportamento. Objetivou-se comparar o perfil comportamental, as autopercepções e os eventos de vida experimentados por escolares que convivem com a depressão materna (G1), ao de crianças que convivem com mães sem história psiquiátrica (G2), segundo as percepções das mães e das crianças, visando caracterizar o impacto da depressão materna para a competência social e a regulação emocional das crianças. Participaram do estudo 40 crianças, de 7 a 12 anos, de ambos os sexos, nível intelectual pelo menos médio, avaliadas individualmente por meio do Raven, Escala Infantil Piers-Harris de Autoconceito e da Entrevista de Eventos Vitais Positivos e Negativos. As mães foram avaliadas pela Entrevista Clínica Estruturada para o DSM-IV (SCID) para a confirmação diagnóstica e responderam a Escala Comportamental Infantil A2 de Rutter. Os grupos foram comparados por testes estatísticos. As crianças de G1 foram vistas por suas mães como apresentando dificuldades comportamentais que podem prejudicar a interação com os pares, a socialização e a adaptação, apontando para a presença de baixa competência social e de dificuldades quanto ao desenvolvimento das habilidades sociais. Observou-se que as crianças de G1 se perceberam de forma semelhante quanto à avaliação global do autoconceito, mas relataram um autoconceito mais negativo na área relacionada ao comportamento, em concordância com a percepção de suas mães a respeito delas. Quanto aos eventos de vida positivos e negativos relatados pelas crianças de ambos os grupos não foram observadas diferenças significativas, sugerindo que a depressão materna pode não estar influenciando o cotidiano das crianças enquanto cuidadas. Em relação ao enfrentamento as crianças de G1 apresentaram mais recursos para lidar com situações de doença e acidente, apresentando mais dificuldades em regular suas emoções frente a tarefas de socialização comuns na vida de crianças neste período de desenvolvimento, como os relacionamentos com os colegas. Tais dados reforçam a hipótese de que a depressão materna, de forma indireta, está influenciando o comportamento, a aprendizagem social e a modulação dos afetos, reforçando a afirmativa segundo a qual as crianças na regulação das emoções internalizam os comportamentos, as cognições e os afetos negativos expressos por

suas mães. Destaca-se a relevância de práticas preventivas de saúde mental que focalizem a competência social e a regulação emocional.

**Palavras-chaves:** DEPRESSÃO MATERNA, CRIANÇA, COMPORTAMENTO, COMPETÊNCIA SOCIAL

**Atividade:** AFETIVIDADE, COGNIÇÃO E LAZER: LINHAS QUE TECEM UM ENVELHECIMENTO COM QUALIDADE?  
(Paineis)

**Trabalho:** AFETIVIDADE, COGNIÇÃO E LAZER: LINHAS QUE TECEM UM ENVELHECIMENTO COM QUALIDADE?

**Autor(es):** Monique Pimentel Diógenes

**Resumo:** O envelhecer está permeado pela idéia de fragilidade física, incompetência e perda de atratividade, entretanto a terceira idade é um período peculiar do ciclo de vida, com suas próprias nuances e oportunidades de crescimento. (Olds & Papalia, 1998). Esse projeto de pesquisa trata de um estudo que visa averiguar se a afetividade, a cognição e o lazer de forma interligada proporcionam um envelhecimento de qualidade. De acordo com Goldstein (1999), a produção científica sobre a velhice vem aumentando, a partir da década de 90, o que coincide com o crescimento significativo dessa parcela da população. Observa-se também a inserção de diversas áreas de saber neste campo de pesquisa, revelando assim várias faces da velhice. Constatou-se ainda a participação de muitas instituições de ensino do país no esforço de aumentar o conhecimento da área, embora ainda sejam raras disciplinas que enfoquem o envelhecimento nos cursos de graduação. Os sujeitos da pesquisa serão idosos que estão em instituições asilares ou não e dentro desses dois grupos dividir-se-á àqueles que participam e àqueles que não participam de atividades de lazer. O objetivo do presente estudo centra-se em pesquisar e verificar se os senis que participam de atividades de lazer, sejam eles institucionalizados ou não, possuem um desenvolvimento cognitivo mais apurado quando comparado àqueles que não participam de atividades. Uma vez que eles ficam mais dispostos e mais ativos. Um aspecto subjacente a isso está na averiguação de que a qualidade do envelhecer não está apenas centrada na questão do idoso ser institucionalizado ou não, mas sim na importância das atividades realizadas por eles que subjazem os fatores afetivos, que por sua vez ressoam nos aspectos cognitivos de forma integrada. É importante enfatizar que o aspecto cognitivo que norteará o trabalho é a memória. A coleta de dados será realizada através de visitas a instituições asilares e não-asilares (que serão devidamente visitadas e cadastradas), nas quais serão aplicados questionários semi-estruturados com os idosos bem como o instrumento Lista de Palavras de Rey ou o Sub-teste Dígitos de Wais (nas ordens direta e inversa) e Figuras Complexas de Rey, que contemplam a análise do aspecto da memória no âmbito cognitivo. Refere-se a um estudo de natureza qualitativa, envolvendo idosos institucionalizados e não-institucionalizados. A pesquisa qualitativa tem o viés de proporcionar o estudo das experiências vivenciado pelos idosos nesses dois âmbitos supracitados bem como a relação do lazer com a otimização da afetividade e cognição. Vale enfatizar o aspecto também quantitativo, uma vez que instrumentos serão usados para mensurar o nível cognitivo dos sujeitos de pesquisa. Pretende-se com esse estudo sensibilizar os órgãos competentes e a sociedade, em geral, para um envelhecimento com qualidade através de atividades de lazer que sustentam um desenvolvimento afetivo e cognitivo proeminentes para essa parcela da população que está crescendo cada vez mais.

**Palavras-chaves:** envelhecimento com qualidade, cognição, lazer, afetividade

**Atividade:** BRINCAR NA RUA: UM ESTUDO SOBRE BRINCADEIRA NO ESPAÇO URBANO.  
(Paineis)

**Trabalho:** BRINCAR NA RUA: UM ESTUDO SOBRE BRINCADEIRA NO ESPAÇO URBANO.

**Autor(es):** Reginalice de Lima Marques, Carla Silva Fiaes, ILKA DIAS BICHARA

**Resumo:** A modernização dos grandes centros urbanos fez com que as brincadeiras de rua ficassem concentradas nos bairros periféricos e nas cidades de menor densidade demográfica, embora ainda possam ser observadas ocupações em outros espaços públicos, demonstrando que as crianças realizam verdadeiras apropriações de ambientes informais, criando seus próprios espaços de brincadeira. Assim, foram investigadas brincadeiras infantis no ambiente urbano, observando como as crianças interagem com suas características, entendendo-o tanto como espaço físico concreto quanto como espaço de relações e aprendizado. As observações aconteceram em quatro locais da cidade de Salvador-Ba com diferentes particularidades, possuindo, entretanto, o aspecto comum de serem espaços informais de brincadeira, ou seja, locais utilizados por crianças sem terem sido planejados para tal, como é o caso de parques e playgrounds. Os dados foram coletados: a) largo da Igreja do Bonfim, local muito freqüentado por turistas e com grande número de vendedores ambulante; b) praça do Largo do Tanque que é cercada por avenida de trânsito intenso, ligando diferentes pontos da cidade; c) área do Plano Inclinado da Liberdade, área de passagem para as pessoas que utilizam o equipamento de transporte entre as cidades alta e baixa; d) rua residencial no bairro Engenho Velho de Brotas. Com isto, observou-se crianças brincando em espaços variados da cidade, de forma a obter maior diversidade de resultados e uma visão mais ampla do que caracteriza a brincadeira em espaços públicos informais. A observação direta de comportamento em ambiente natural através da técnica de registro cursivo dos eventos de brincadeiras foi o método empregado para a coleta de dados, realizado entre setembro/2005 e maio/2006. Assim, os dados obtidos foram quantificados e puderam, qualitativamente, ser avaliadas as formas de uso e adaptações dos espaços, bem como as características e regras das brincadeiras desenvolvidas pelas crianças nas ruas. Desta maneira, a maior presença de meninos brincando foi registrada em todos os locais estudados, confirmando os achados em outros locais do país (Aracaju e Belém) e a tendência já apontada na literatura. O agrupamento dos eventos encontrados em brincadeiras de exercícios físicos, turbulentas, de faz-de-conta, de contingência social, com regras e de construção mostrou que a categoria de brincadeiras de exercícios físicos foi predominante no Largo do Tanque (bicicleta/velotrol, pular, correr e pendurar-se) e, embora este tipo de evento tenha ocorrido preferencialmente em grupo, a maior parte das brincadeiras neste local foi solitária. No Bonfim e no Plano Inclinado houve maior freqüência das brincadeiras com regras (pega-pega, pipa, futebol e outras brincadeiras com bola) e no Engenho Velho as turbulentas (provocar, perseguir, bater, lutar) foram as mais registradas. Estes três locais apresentaram o resultado comum da predominância das brincadeiras em grupo. Neste sentido, foi possível observar que no Bonfim, Plano Inclinado e Engenho Velho o conhecimento prévio entre as crianças parece contribuir para este tipo de interação, que, por conseguinte pode influenciar no tipo de brincadeira escolhida. Ou seja, brincadeiras como as com regras e as turbulentas podem ocorrer mais facilmente quando as crianças compartilham certos significados e regras implícitas fruto de uma convivência anterior. Esta é uma constatação diferente do que se observou em parques públicos (Dique do Tororó e Campo Grande), onde existe maior freqüência de brincadeiras de exercícios físicos e solitárias, de forma semelhante ao que se viu no Largo do Tanque. Isto leva a pensar que a forma de acesso aos locais também pode influenciar os tipos de brincadeiras encontrados. A capacidade adaptativa das crianças revelou-se na maneira como elas apropriaram-se dos locais estudados. Em vários eventos foram vistas adaptações do espaço, de objetos e da própria brincadeira para, por exemplo, permitir brinquedos, tais como gude e futebol em calçadas e outras áreas cimentadas; também a adaptação de objetos encontrados no ambiente, como garrafas plásticas usadas como bolas, tampinhas como gudes e cesto de frutas como cesta de basquetebol e trave de futebol. No Plano Inclinado, de forma peculiar, observou-se que o movimento de passageiros interferiu diretamente nas brincadeiras, que eram paralisadas nos momentos de desembarque dos passageiros. Nestes contextos, a dinâmica da transmissão da cultura do brinquedo também pôde ser vista, especialmente, sob a figura dos observadores, ou seja, crianças que não participam diretamente, mas que são, geralmente, aprendizes e de alguma maneira partilham da brincadeira. Percebe-se, portanto, a importância da rua como lugar de convivência e socialização das crianças e que a despeito da preocupação dos adultos em proporcionar ambientes formais para as brincadeiras infantis, as próprias crianças constroem seus espaços lúdicos, utilizando as possibilidades disponíveis e

lidando com as várias limitações impostas a elas, como, por exemplo, a restrição inerente a questões urbanas como segurança e trânsito de veículos. Com isso, acreditamos contribuir com a elucidação das questões que envolvem a relação da criança com o espaço público e com os processos de apropriação e ressignificação de espaços e equipamentos em brincadeiras.

**Palavras-chaves:** brincadeira, rua, criança

**Atividade:** Problemas de comportamento e repertório socialmente habilidoso de filhos de pais separados (Paineis)

**Trabalho:** Problemas de comportamento e repertório socialmente habilidoso de filhos de pais separados

**Autor(es):** Ana Carolina Villares Barral Villas Boas, Vanessa Barbosa Romera, Alessandra Turini Bolsoni-Silva, Manoel Henrique Salgado

**Resumo:** O divórcio e a separação conjugal estão se tornando cada vez mais freqüentes não só no Brasil, mas em diversos países ocidentais, constituindo-se como um dos estressores mais vivenciados pelas crianças. Há uma série de estudos internacionais que investigam possíveis efeitos deletérios da separação e de variáveis relacionadas à dissolução do matrimônio para o desenvolvimento da criança, entre eles a emergência de problemas de comportamento. Crianças que apresentam problemas de comportamento, por sua vez, podem apresentar déficits no repertório socialmente habilidoso, seja no contexto familiar ou escolar, especialmente na interação com pares. Assim, esta pesquisa tem por objetivo: a) comparar respostas socialmente habilidosas de filhos de pais separados, com e sem indicação clínica de problemas de comportamento, segundo relato de professoras; b) verificar diferenças de gênero na apresentação de respostas socialmente habilidosas e indicativas de problemas de comportamento. Todas as crianças residiam com suas mães no momento da coleta de dados. Para a composição da amostra, foram visitadas nove Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs) de uma cidade do interior do Estado de São Paulo, onde 48 professoras indicaram alunos filhos de pais separados, com idade entre quatro e seis anos, e responderam a dois instrumentos: a) Escala Comportamental Infantil – ECI B de Rutter, que avalia indicativos de problemas de comportamento das crianças; b) Questionário de Respostas Socialmente Habilidade (QRSH), o qual investiga habilidades sociais infantis. Ambos os instrumentos descrevem a freqüência das respostas das crianças, com escore variando de zero a dois. Após a avaliação das professoras, as crianças foram separadas de acordo com a pontuação na ECI B, que determina a indicação clínica de problemas de comportamento (escore total igual ou superior a nove). Assim, das 77 crianças indicadas pelas professoras, para compor grupos equivalentes, 30 alunos foram selecionados aleatoriamente para compor o grupo clínico (15 meninos e 15 meninas com indicação clínica de problemas de comportamento) e 30 para o grupo não-clínico (15 meninos e 15 meninas, sem indicação clínica de problemas de comportamento). Para o tratamento dos dados, foram feitas análises comparativas entre os escores totais e dos itens que compõem os instrumentos através do teste U de Mann-Whitney, tanto para comparações entre grupos com e sem problemas quanto para comparações de gênero. Os itens do QRSH foram organizados em três categorias: a) disponibilidade social e cooperação; b) interação social positiva; c) expressão de sentimentos e enfrentamento, bem como os da ECI B: a) comportamentos internalizantes; b) comportamentos externalizantes; c) outros comportamentos indicativos de problema. Com relação às respostas socialmente habilidosas, na comparação entre os grupos clínico e não-clínico, os resultados mostram que foram encontradas diferenças estatisticamente significativas (nível de significância menor ou igual a 0,05) entre os escores totais do QRSH, sendo que as professoras relataram que o grupo não-clínico apresenta respostas socialmente habilidosas com maior freqüência que o grupo clínico. Além disso, as crianças do grupo não-clínico também apresentaram escores significativamente maiores que as do grupo clínico na categoria interação social positiva. Para as demais categorias não foram encontradas diferenças significativas entre os grupos. Quanto à ECI B, foram encontradas

diferenças significativas entre 19 dos 26 itens que compõem o instrumento, sugerindo que as crianças do grupo clínico apresentam comportamentos indicativos de problemas com maior frequência que as do grupo não-clínico. Na análise por gênero, as professoras relataram que meninos apresentam mais respostas como briga, é irritável, desobedece, maltrata outras crianças (classificadas como comportamentos externalizantes) e tem tiques (item inserido na categoria outros comportamentos indicativos de problemas), sinalizando diferenças entre meninos e meninas na apresentação de problemas de comportamento. Quanto às respostas socialmente habilidosas, apenas o item expressa opiniões apresentou diferença entre os grupos, sendo que meninos apresentaram escore maior que meninas neste quesito. Discute-se que embora tenham sido encontradas diferenças entre o escore global do QRSB dos grupos clínico e não-clínico, para a maioria dos itens que compõem o instrumento não se observou uma variação significativa entre os grupos, o que sugere que as crianças com indicação de problemas de comportamento também apresentam respostas socialmente habilidosas, contudo menos frequentemente. Quanto às diferenças de gênero, os dados corroboram os achados da literatura de que meninos apresentam mais comportamentos externalizantes que meninas. É importante que pesquisas posteriores investiguem variáveis proximais que podem estar relacionadas à ocorrência de problemas de comportamento em filhos de pais separados, uma vez que os estudos afirmam que nem todas as crianças são igualmente afetadas pela separação conjugal.

**Palavras-chaves:** problemas de comportamento, habilidades sociais, separação conjugal

**Atividade: Violência com crianças e adolescentes: os aspectos que envolvem a denúncia (Cursos - 4hs)**

**Trabalho:** Violência com crianças e adolescentes: os aspectos que envolvem a denúncia

**Autor(es):** Dorian Mônica Arpini, Alberto Manuel Quintana

**Resumo:** CARGA HORÁRIA 3 HORAS Este curso se propõe a abordar os aspectos relacionados à violência na infância e adolescência e em especial as questões que envolvem a denúncia das situações de violação dos direitos de Crianças e Adolescentes. Considerando que o enfrentamento da problemática da violência na infância passa pelo processo que vai da revelação inicial ao processo de notificação, a partir do qual tal situação de violência entra no fluxo de responsabilização e defesa, podendo-se então ser revertida. Tomando como referência trabalhos de pesquisa e extensão que estamos realizando através do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Saúde, mais especificamente relacionados a Infância, Adolescência e suas relações com a violência, podemos afirmar que vários são os obstáculos que precisam ser enfrentados para que efetivamente um número maior de notificações possa ser efetivado. Sentimentos diversos estão relacionados a essa questão: resistência psicológica resultante muitas vezes da identificação com a própria vítima, “falta de tempo” que pode estar associada à insegurança com relação à responsabilização dos autores, o medo de se envolver em situações “delicadas”, pois mesmo que a denúncia seja anônima parece não haver segurança com relação ao anonimato, a fragilidade da rede de proteção e responsabilização. Esses aspectos vem obstaculizando a denúncia e a efetiva aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente no que trata da defesa e proteção da infância e adolescência. O processo da denúncia implica no conhecimento de como a mesma pode ser realizada (qual é o procedimento), onde (em que instituições) e o que pode acontecer depois de efetivada a notificação. O caminho da denúncia tem implicado desgaste, sofrimento, angústia e insegurança, uma vez que envolve uma complexidade de relações, atores e instituições. Dessa forma podemos compreender que tal processo deve pressupor a credibilidade na eficácia das instituições que estão incluídas nesse processo, aqui em especial a relação entre a comunidade e os conselhos tutelares. O ponto inicial de nossa proposta passa pela reflexão em relação ao rompimento do silêncio que está presente nas situações de violência e a encobre, partindo da compreensão do que acontece quando tal silêncio se rompe, através da revelação do fato. Para que haja o rompimento do ciclo da violência é necessário que se desconstrua a rede que se organizou em torno da criança ou adolescente que é vítima da violência. No entanto não é fácil desconstruir “segredos”, “acordos”, “promessas” e “ganhos” que toda rede de violência acaba construindo. Consideramos importante

trabalhar os aspectos que envolvem os sentimentos de quem escuta tal revelação e posteriormente a relação de confiança necessária entre as vítimas e as diferentes instituições que lidam com o problema, uma vez que o sofrimento das crianças e adolescentes vítimas não se encerra na família, mas se perpetua quando depois de vencer muitas barreiras a criança e ou adolescente consegue se pronunciar a respeito e sua voz não encontra eco. Estamos propondo abordar alternativas que possam minimizar o sofrimento em relação às vítimas, assim como as possibilidades de fortalecimento da rede de atores/instituições que podem efetivamente facilitar o processo de denúncia, o qual se constitui um momento muito importante para a vítima e nesse sentido como o mesmo se dá é fundamental para se evitar possíveis violências que podem decorrer da revelação e notificação, tais como: rompimento de vínculos, fragilidade nas relações familiares, abrigamento (afastamento do grupo familiar), entre outros aspectos.

**Palavras-chaves:** Crianças e Adolescentes, Violência, Denúncia

**Atividade:** Possibilidades de atuação do psicólogo em contextos de práticas sócio-educativas de reinserção do adolescente infrator à sociedade – o Caso CIAD Natal (Paineis)

**Trabalho:** Possibilidades de atuação do psicólogo em contextos de práticas sócio-educativas de reinserção do adolescente infrator à sociedade – o Caso CIAD Natal

**Autor(es):** Ana Cândida Barbosa Fonsêca de Gouveia, Ana Cristina Arruda Braz, Ana Sílvia de Moraes, Jéssica Magalhães dos Santos, Maihana Maíra Cruz Dantas, Robson Fonseca dos Santos

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre as possibilidades de atuação do psicólogo num contexto de práticas sócio-educativas de reinserção do adolescente infrator à sociedade, tomando como exemplo o caso do CIAD (Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Acusado de Ato Infracionário) de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte. Destaca-se que o CIAD é um órgão público que oferece assistência social aos adolescentes encaminhados à internação provisória, por no máximo 45 dias, enquanto esses aguardam a sentença judicial, conforme dispõe o artigo 108 do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Partindo-se das atribuições preconizadas pelo ECA para as instituições de atendimento sócio-educativo ao adolescente infrator e os métodos da pesquisa qualitativa - mais especificamente do estudo de caso - visou-se identificar saberes e habilidades desejáveis ao psicólogo que pretende inserir-se na área em questão, tendo como exemplo o CIAD-Natal. Para isso, utilizou-se de entrevistas semi-estruturadas e não estruturadas e de observação-participante de atividades, em especial aquelas em que as duas profissionais de Psicologia da unidade têm participação. Com base na abordagem sócio-histórica, objetivou-se explorar as referências teóricas e práticas que orientam a postura/ação dessas profissionais. Em seis visitas realizadas entre setembro e novembro de 2006 à instituição, foram conduzidas entrevistas semi-estruturadas com a coordenadora e com uma das psicólogas, nas quais se abordou o saber-fazer das profissionais de Psicologia da referida unidade. Entrevistas não-estruturadas foram realizadas com a segunda psicóloga e com outros profissionais da instituição, como pedagogo, arte-educadora e agentes educacionais. Considerando que o ECA prevê o atendimento integral e interdisciplinar ao adolescente acusado de ato infracional, também se buscou compreender como se dá a interação entre as diversas áreas na instituição. Com o intuito de conhecer melhor a prática dos diversos profissionais, foi utilizada a técnica da observação-participante em atividades como: aula de arte, realização de dinâmica de grupo, visita domiciliar à família de um adolescente acusado de ato infracional, contato com o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e realização de entrevista com as mães de dois internos. São destacadas a disponibilidade e a iniciativa dos profissionais de psicologia para investir em outras frentes de atuação, modificando procedimentos que se alinham com a cultura punitiva do modelo passado, como a substituição das avaliações psicológicas, baseadas exclusivamente em testes, pelos Relatórios Psicossociais,

elaborados com a equipe de Assistência Social. Os resultados obtidos demonstraram que a atuação dos profissionais de Psicologia na referida unidade situa-se na interface entre as áreas Jurídica, Social e Escolar, embora as tarefas jurídicas impeçam a plena realização de atividades nos outros dois campos do saber. Apesar das tentativas de integração com outros profissionais, há certo distanciamento entre o setor de Psicologia e as ações sócio-educativas do CIAD, incluindo as práticas executadas pelas educadoras e pelo psicopedagogo. Tal isolamento é explicado, em parte, pelas funções de ordem jurídica atribuídas às psicólogas. Existe a intenção de planejar e coordenar ações em nível mais global, mas há o problema da falta de tempo das profissionais. Acredita-se que pelo fato de estar em contato permanente com a realidade sócio-econômica e cultural dos adolescentes, as psicólogas poderiam participar da elaboração, execução e avaliação de projetos específicos, integrados com outras áreas do saber, de caráter educacional e terapêutico, que oferecesse escuta e acolhimento aos adolescentes em conflito com a lei. Outra via de abordagem seria o fortalecimento de grupos terapêuticos com as famílias, estimulando sempre a constituição de vínculo, principalmente nos casos de liberdade assistida. Verificou-se também a possibilidade de participação de um profissional de Psicologia no atendimento aos usuários de psicoativos, visto que um grande percentual de internos (54,7%) se declara como tal. Pelo fato de que a reinserção dos adolescentes à sociedade depende do enfrentamento deste problema, seria desejável que a instituição oferecesse um programa voltado para a problemática, envolvendo profissionais de diferentes áreas, inclusive os agentes educacionais. Portanto, uma instituição como o CIAD requer do profissional psicólogo uma atuação conjunta com outras áreas do saber-fazer, permitindo-lhe exercer a flexibilidade, criatividade, ética e consciência social. Acredita-se que tal práxis passa pela formação contínua nas questões referentes aos adolescentes em situação de risco e ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

**Palavras-chaves:** Adolescentes em conflito com a lei, medidas sócio-educativas, atuação do psicólogo

**Atividade:** A APRECIÇÃO MUSICAL INFANTIL – ASPECTOS DA CONSTITUIÇÃO DA INFÂNCIA CONTEMPORÂNEA NO DISCURSO DE CRIANÇAS NA FAIXA ETÁRIA ENTRE 4 E 6 ANOS  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** A APRECIÇÃO MUSICAL INFANTIL – ASPECTOS DA CONSTITUIÇÃO DA INFÂNCIA CONTEMPORÂNEA NO DISCURSO DE CRIANÇAS NA FAIXA ETÁRIA ENTRE 4 E 6 ANOS

**Autor(es):** Rosângela Francischini, Joana Fontes Patino, Mariana Meira Pires Simonetti, Candida de Souza

**Resumo:** Pensar o processo de apreciação da produção cultural, de modo geral, e, mais especificamente, o processo de apreciação da produção cultural - musical - pela criança, a partir do aporte teórico da psicologia sócio-histórica, significa assumir que essa produção é atravessada por sentidos que, veiculados pela mídia, principalmente a televisiva, constituem a subjetividade do ser humano. Sendo assim, o contato com a mídia acaba revelando a possibilidade de construção de um código comunicacional, com o qual os sujeitos podem se identificar uns com os outros, embora não se reconheçam entre si. Apesar disso, a forma como os sentidos das músicas atravessavam o discurso e a subjetividade infantil também está associada ao entrelaçamento das experiências pessoais de cada um. As outras referências de socialização, como a família e a escola, influenciam, de diversas maneiras, na apreciação da produção musical, através da aceitação ou da contraposição de tal apropriação, em diferentes graus; portanto, esse processo apresenta homologias e especificidades apreciativas. Com essa reflexão posta, estabelecemos como objeto de estudo a apreciação musical da criança. Nosso objetivo é investigar as vozes culturais que dialogam na construção da apreciação e apropriação musical infantil. Em termos de procedimentos metodológicos, a partir de um mapeamento da cidade por regiões, foram selecionadas 8 creches, sendo duas de cada região da cidade. Feito

isso, os seguintes passos foram seguidos: (1) contato com a creche, sua direção, coordenação e professor responsável pela turma para explicação da proposta de pesquisa; (2) contato com as crianças na sala de aula, a fim de facilitar o vínculo, apresentar os pesquisadores, explicar a pesquisa e inserir a temática da apreciação musical, de maneira a motivar a participação. O diálogo com o grande grupo foi estabelecido através de atividades que mobilizaram a atenção e o pensamento das crianças acerca da música; (3) constituição de grupo de dois alunos em cada turma para a realização da entrevista individual, que ocorreu através de sorteio. As entrevistas em grupo foram descartadas porque, apesar da riqueza decorrente das interações entre as crianças, apresenta influências entre as crianças a respeito de suas preferências musicais. (4) apresentação à criança das condições de entrevista – o uso de gravador – proporcionando a familiarização com o instrumento e realização da entrevista. Foram entrevistadas duas crianças em cada creche, uma menina e um menino, na faixa etária de 4 a 6 anos de idade, com o auxílio de sete músicas de diversos estilos que serviam como desencadeadores do discurso da criança. (5) Retorno à sala de aula para a realização de um fechamento geral da intervenção no processo cotidiano de sala de aula através de uma atividade que discutiu a diversidade de produções musicais que circulam dentro e fora da mídia, como as músicas folclóricas, as músicas de roda, as músicas de artistas não divulgadas e as músicas vinculadas à programação infantil de tv. As entrevistas foram gravadas e submetidas à análise do discurso. O primeiro passo foi a análise das músicas que as crianças conheciam e não conheciam. Com relação as conhecidas, emergiram as categorias influência da família, da escola, da religião e dos meios de comunicação, com prevalência da influência familiar na opinião das crianças sobre as músicas apresentadas, bem como referente as músicas que emergiam no discurso da criança. Conforme sinalizado anteriormente, na ontogênese apreciativa musical, as mesmas vozes culturais que competem e dialogam na apreciação musical, contribuem para a legitimação ou questionamento dos lugares sociais atribuídos à infância. Em outras palavras, o ato de ouvir, cantar, dançar e imitar certas músicas e artistas, de atribuir certos sentidos e de consumir certos produtos não está dissociado da forma de experimentar a infância.

**Palavras-chaves:** infância, apreciação musical, contemporaneidade

**Atividade: As inteligências múltiplas de Howard Gardner e o desenvolvimento cognitivo de crianças de 10 a 12 anos de idade: um relato de experiência. (Paineis)**

**Trabalho:** As inteligências múltiplas de Howard Gardner e o desenvolvimento cognitivo de crianças de 10 a 12 anos de idade: um relato de experiência.

**Autor(es):** Camila Siqueira Cronemberger Freitas, Carlos Eduardo Fernandes Lima Oliveira

**Resumo:** A teoria de inteligências múltiplas de Howard Gardner sugere que cada indivíduo possui formas distintas de inteligência em graus variados. Ele acredita que alguns talentos só se desenvolvem porque são valorizados pelo ambiente (Gama, 1999). Em seus estudos, identificou as seguintes inteligências: lingüístico-verbal, lógico-matemática, espacial, corporal-cinestésica, musical, interpessoal, intrapessoal e naturalista. Gardner expande a idéia que todos são capazes de utilizar todas as inteligências acima citadas, porém, nem sempre ao mesmo tempo. Contudo, o fundamental não é quantas inteligências uma pessoa possui, mas o desenvolvimento de todas elas segundo suas aptidões. Howard Gardner e seus colaboradores acreditam que a inteligência não é revestida de um único processo, mas que diferentes competências intelectuais estão presentes no cotidiano atuando de forma integrada. Entretanto, os sistemas simbólicos humanos permeiam estas inteligências sendo responsáveis pelo aspecto distintivo das mesmas inclusive no processamento das informações (Correa, 1996). Para que as diversas inteligências sejam desenvolvidas, a criança tem de ser mais que uma mera executora de tarefas, sendo preciso que ela seja levada a resolver problemas. Assim, conforme (Nicodem 2000), as salas de aula podem ser transformadas em ambientes que melhorem o ensino como reflexão, entusiasmo e planejamento do ambiente. Por conseguinte, o descobrir da criança do poder pessoal de criação e produção leva-lhe a uma melhoria da auto-estima, além de que uma tolerância com as diferenças reduz a agressividade e o espírito de competição. A partir desta explanação objetivou-



se, então, com este trabalho, promover o desenvolvimento cognitivo das crianças de modo a contribuir com a melhoria de qualidade de vida destes indivíduos, tendo como eixo o estudo das inteligências múltiplas, utilizando-as para estimular estas crianças a desenvolverem suas habilidades lógico-matemáticas, verbal e/ou lingüística, além de noções espaciais. Deste modo, escolheu-se uma turma de alunos da 4ª série do ensino fundamental de uma escola municipal de Teresina (PI), a fim de se realizar este trabalho grupal. Este, por sua vez, era composto por 42 (quarenta e duas) crianças de 10 (dez) a 12 (doze) anos, divididas em dois subgrupos de 21 (vinte e um) sujeitos. Os subgrupos foram trabalhos em momentos diferentes, porém com os mesmos objetivos, visando uma melhor qualidade de intervenção. Assim, após uma primeira interação com os grupos, as atividades foram separadas em 4 (quatro) fases. Na primeira foram trabalhadas as motivações das crianças para as tarefas propostas e, posteriormente, a sua dificuldade mais urgente, a dificuldade lógico-matemática, no qual se desenvolveu um conjunto de estratégias para a sua minimização. Dentre estas estratégias estavam os jogos de estimulação das inteligências lógico-matemáticas, realizados durante 6 (seis) encontros, num período de 2 (duas) semanas. Em seguida, na segunda fase, foram implantados métodos para o desenvolvimento das habilidades lingüísticas, realizando-se atividades que estimulassem as crianças verbais e lingüisticamente, nos quais trabalhou-se o vocabulário, a fluência verbal, a gramática e a memória verbal. Esta fase foi concluída em 6 (seis) encontros. Com o termino da segunda fase, iniciou-se a terceira, na qual foram introduzidas estratégias para o aperfeiçoamento das habilidades espaciais. Assim, trabalhou-se lateralidade, a criatividade, a orientação espaço-temporal, dentre outras. É importante destacar que em todas as fases, inclusive na seguinte, houve a utilização de jogos, dinâmicas e vivências como métodos de intervenção no grupo de crianças. Enfim, na quarta fase, se deu a avaliação de todo o processo com os sujeitos e seus respectivos professores que atuavam na escola regular supracitada. Foram verificados os desenvolvimentos dos participantes através das notas nas provas escritas escolares e, principalmente, pela participação em sala durante as aulas e no momento das atividades propostas pelos professores. Assim, o relato destes profissionais foi utilizado como um meio de avaliação das crianças, antes e após as intervenções. Neste sentido, de acordo com o relato destes, houve uma sensível melhora no que diz respeito à motivação das crianças para a aprendizagem e a compreensão por parte delas de que 'a matemática e a língua portuguesa não são disciplinas tão difíceis quanto acreditavam ser inicialmente'. Diante disto, seguindo a fala de uma das crianças participantes, pode-se "aprender brincando".

**Palavras-chaves:** Inteligências Múltiplas, Crianças, Desenvolvimento Cognitivo

**Atividade: Escola e Família: Uma relação entre parceiros na aprendizagem de alunos? Estudo com alunos de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental (Paineis)**

**Trabalho:** Escola e Família: Uma relação entre parceiros na aprendizagem de alunos? Estudo com alunos de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental

**Autor(es):** Sílvia Carla Conceição

**Resumo:** Este trabalho procurou analisar as relações entre a escola e família no Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries). Partiu-se do pressuposto que esta deve ser uma relação de parceria para que haja a promoção de uma aprendizagem eficaz, mas o que percebe-se é um distanciamento entre estas duas instituições, em um processo de culpabilização: a escola culpa a família e a família culpa a escola pelo insucesso dos alunos quanto a sua aprendizagem. Desta forma, objetivou-se verificar quais as expectativas da escola em relação à participação dos pais na aprendizagem dos alunos, bem como quais as expectativas dos pais em relação à escola. A partir deste objetivo geral buscou-se o desmembramento em dois objetivos específicos, são eles: (a) realizar um levantamento teórico de alguns autores que descreveram a relação escola-família e (b) analisar os pais e a escola para identificar parcerias, conflitos e insatisfações. O trabalho discute questões significativas quanto às mudanças ocorridas entre estas instituições e o lugar que cada uma ocupa na sociedade atual. A autora criou dois instrumentos: um para ser aplicado nos pais dos alunos, contendo um total de 14 questões, sendo que 7 questões do tipo aberta e 7 questões fechadas. O outro instrumento foi criado para ser aplicado em professores, diretores ou

coordenadores pedagógicos e continham 13 questões: 7 questões abertas e 6 fechadas. Esta pesquisa foi realizada em escolas públicas e particulares do Grande ABC e os dados foram coletados por alunos do 3º semestre do curso de Pedagogia da Faculdade Editora Nacional nos meses de setembro e outubro de 2006. Foi feita uma análise de conteúdo, de acordo com o método de Bardin (1994) sendo este um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos e qualitativos) que permite inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens. Verificou-se que embora haja críticas e conflitos entre estas instituições, estas são bastante valorizadas. Parece que todos concordam que a escola e a família são instituições importantes na educação do aluno e que a parceria é possível quando se percebe a distinções quanto ao papel de cada uma. É necessário, portanto que se reconheça às características de cada uma e as possíveis pontes existentes para a sua aproximação. Por fim considerou-se oportuno dar continuidade a pesquisas que aprofundem os conhecimentos sobre os novos contornos da família e que aproximem a relação família-escola no contexto da educação.

**Palavras-chaves:** relação escola-família, educação, Ensino Fundamental

**Atividade: A Análise dos Dilemas Morais de Kohlberg por Sujeitos Portadores de Altas Habilidades (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** A Análise dos Dilemas Morais de Kohlberg por Sujeitos Portadores de Altas Habilidades – uma relação entre moral, cognição e afetividade.

**Autor(es):** Márcia Simão Linhares Barreto, Débora Pinto Inácio

**Resumo:** O estudo tem como objetivo estudar o nível de habilidade cognitiva e julgamento moral; comparar os sujeitos superdotados com sujeitos com inteligência média e baixa nas estratégias de resolução de problemas morais e analisar os mecanismos utilizados para a resolução dos dilemas morais e os valores que orientam o comportamento. Utilizou-se a análise do julgamento moral à luz da teoria de Lawrence Kohlberg e da visão multidimensional da Inteligência sob a ótica de R. Sternberg. Destacou-se também os aspectos afetivos que permeiam as relações sociais e os diversos entendimentos sobre a moralidade e julgamento moral na atualidade. Realizou-se a pesquisa em um município da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, onde já há um trabalho efetivo com portadores de altas habilidades, sujeitos desta pesquisa. A inferência do julgamento moral com os estudos acerca da inteligência, partiu da necessidade de entender essas relações. É descrito por diversos autores que ser inteligente é possuir a capacidade de aprender, conhecer, bem como lidar com o novo, construindo ou desenvolvendo suas ações. Na atualidade, viver em sociedade, baseia-se na educação e na instrução e a inteligência permeia nestas relações. A metodologia usada nesta pesquisa trabalhou com os quatro principais componentes da moral: interpretação da situação em termos de como o bem estar das pessoas é afetado por possíveis ações do sujeito; idealização do que o curso ideal moral da ação poderia ser (qual a melhor postura a tomar); seleção possíveis alternativas na decisão do que deve realmente ser feito; execução e implementação de um plano de ação para o alcance dos objetivos propostos. A pesquisa explorou somente os três primeiros componentes da moral. Os dois primeiros componentes citados são relacionados mais estreitamente a processos cognitivos, pois requerem capacidade de interpretar situações complexas e novas; sensibilidades a necessidades dos outros; antecipação das conseqüências das ações e internalização de normas sociais, tais como equidade, reciprocidade e responsabilidade social que regula a vida da comunidade e coordena as necessidades de diferentes indivíduos de maneira geral. O resultado apresentado mostrou que sujeitos que apresentam níveis cognitivos altos tendem a atingir níveis médios altos e/ou altos de julgamento moral. Desta forma, verifica-se uma significativa relação entre níveis de moralidade e inteligência, porém ser inteligente não significa atingir níveis elevados de moralidade, pois se assim fosse não teríamos sujeitos inteligentes cometendo verdadeiras atrocidades morais ao longo da história. É importante ainda lembrar que exercitar a análise e o julgamento moral, através da proposição de

dilemas morais, favorece ao indivíduo, cada vez mais, a compreensão e elaboração de níveis mais complexos de tomada de decisão e justificativa frente a estes. A junção dos componentes cognitivos, afetivos e de análise são fatores imprescindíveis ao avanço dos estágios de moralidade, sem os quais provavelmente ocorrerão distorções típicas de estágios mais primitivos de julgamento.

**Palavras-chaves:** Julgamento Moral, Inteligência, Altas Habilidades, Kohlberg

**Atividade: EXPRESSÕES EMOCIONAIS EM BEBÊS NO PRIMEIRO ANO DE VIDA (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: EXPRESSÕES EMOCIONAIS EM BEBÊS NO PRIMEIRO ANO DE VIDA**

**Autor(es):** Deise Maria Leal Fernandes Mendes, Maria Lucia Seidl de Moura

**Resumo:** A capacidade dos bebês de produzirem e reconhecerem expressões faciais de emoção tem sido considerada como elemento central para a compreensão do desenvolvimento infantil, nos seus aspectos cognitivo, afetivo e social. As teorias contemporâneas sobre desenvolvimento do self, afeto e cognição sublinham a importância das interações interpessoais e têm se interessado muito pelo seu aspecto afetivo e emocional. Dentre seus principais objetivos, encontra-se o de ampliar o conhecimento científico sobre as emoções nos bebês, tanto no que diz respeito à produção de expressões emocionais, quanto à percepção emocional. Os processos e habilidades requeridos e envolvidos no exercício de tais capacidades têm sido vistos como essenciais para o estabelecimento e a qualidade das interações iniciais que, por sua vez, constituem-se em contexto propício ao desenvolvimento emocional e da intersubjetividade. De fato, as emoções talvez constituam o fenômeno psicológico mais evidente para os seres humanos. Contudo, seu estudo e de suas expressões, na psicologia, passou por períodos de altos e baixos, tendo apresentado, inclusive, momentos de quase completo abandono. Nas últimas três décadas, entretanto, assiste-se a uma crescente retomada do tema como objeto de formulações teóricas e pesquisas empíricas. O interesse pela sua ontogênese também pode ser medido pelo número crescente de estudos que abordam a expressão emocional em bebês e crianças maiores. Importantes avanços têm sido feitos, recentemente, no estudo das emoções em bebês e da natureza da comunicação emocional entre bebês e adultos. Nas investigações sobre emoções, as expressões faciais têm sido privilegiadas em relação a outros canais de comunicação não-verbal como os movimentos corporais e expressões vocais. Talvez isso possa ser atribuído ao fato das pessoas se mostrarem mais atentas às informações provenientes da face do que de outros canais de comunicação. Em uma conversação, por exemplo, quando mensagens inconsistentes ou ambivalentes são comunicadas através de canais de comunicação diversos – como uma expressão facial positiva com uma mensagem falada negativa – a informação facial tende a ganhar mais peso. Os indivíduos parecem estar mais atentos, em geral, em relação à forma como exibem suas expressões faciais e como percebem a dos outros do que em relação à informação oriunda de outros canais, sejam não-verbais ou mesmo de comunicação verbal. As pessoas se mostram mais eficientes no reconhecimento de expressões faciais do que de outros tipos de informação expressiva, ressalva feita, no caso de interações com bebês, aos diferentes tipos de choro. Acrescente-se ainda que a capacidade de perceber de forma acurada a face cumpre importantes funções adaptativas. A informação transmitida através das expressões faciais favorece os comportamentos interpessoais conduzindo a um melhor desempenho das habilidades sociais. A capacidade para reconhecer emoções nas expressões faciais parece ser, ao menos em parte, inata. Recém-nascidos preferem olhar faces a outros estímulos complexos e podem estar predispostos para focar atenção na informação proveniente da face. As emoções dos bebês e comunicações emocionais são muito mais organizadas do que previamente se pensava. Os bebês apresentam uma variedade de expressões afetivas discretas apropriadas para a natureza de eventos de que tomam parte, e seu contexto. Também apreciam o significado emocional da aparência afetiva e demonstrações de afetividade de seus cuidadores. As expressões emocionais do bebê e o papel do cuidador permitem a eles regularem mutuamente suas interações. Numerosos trabalhos ao longo das últimas décadas têm sido realizados nessa área. Sem dúvida, estabelecem um patamar de conhecimento e indicam

direções para novos estudos. Nesse sentido, podem valer como referência para outros tantos, com o interesse de confirmar e/ou ampliar seus resultados. Avançar nessa linha de pesquisa parece fundamental para se entender melhor o desenvolvimento emocional de bebês e a gênese dos processos de comunicação interpessoal.

**Palavras-chaves:** Expressões emocionais, expressões faciais, interações mãe-bebê, afetividade

**Atividade:** As práticas de leitura e escrita - letramento- nas classes de EJA do DF (Paineis)

**Trabalho:** As práticas de leitura e escrita- letramento- nas classes de EJA do DF

**Autor(es):** Maria do Carmo Nascimento Diniz, Norma Lúcia Neris de Queiroz, Sidney Alves Freitas

**Resumo:** PAINEL – AS PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA – LETRAMENTO - NAS CLASSES DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) DE CINCO ESCOLAS DE CEILÂNDIA – DF – Maria do Carmo Nascimento Diniz; Norma Lucia Neris de Queiroz; Sidney Alves Freitas - Universidade de Brasília; O letramento dos jovens e adultos tem sido cada dia mais exigente no mundo contemporâneo. Para dar conta de tal tarefa, documentos oficiais como os PCNs (1998), têm sugerido que o ensino de Língua Portuguesa deve formar leitores e produtores de textos capazes de apreciar suas qualidades, localizar e compreender informações escritas, expressar-se e adequar sua linguagem às situações comunicativas. Com isto, o ensino da língua não pode ser resumido na resolução de exercícios, mas trabalhar com a leitura e escrita que ultrapasse os muros escolares. O presente estudo teve como objetivo identificar as práticas de leitura e escrita desenvolvidas pelos professores nas turmas do 3º e 4º semestres do primeiro segmento da EJA nos Centros de Ensino 04, 07, 11, 15 e 20, da cidade de Ceilândia-DF. Isto exigiu a inclusão de outros profissionais de ensino: responsáveis pelas bibliotecas e gestores destes Centros de Ensino. Definimos como objetivos específicos: analisar a adequação dos textos utilizados em sala de aula com os estudantes de EJA; identificar o que pensam os participantes sobre a leitura e escrita; investigar se os participantes deste estudo reconhecem como leitores e escritores e que gêneros textuais lêem e escrevem. Utilizamos a abordagem sociocultural construtivista, na qual Valsiner (1997,2000,2004) defende que as sugestões trabalhadas pelos professores são apropriadas pelos estudantes de forma ativa de acordo com a cultura em que estão inseridos. Optamos pela metodologia de análise, a qualitativa por entender que esta atende aos objetivos deste estudo. Participaram oito professores de Letras e Pedagogia que ministravam aulas de Língua Portuguesa, dois responsáveis pelas bibliotecas e quatro gestores, os quais são professores com formação em curso superior. Utilizamos dois procedimentos de construção dos dados: uma entrevista com o roteiro semi-estruturado, gravada em áudio, com três blocos de questões para cada categoria dos participantes. No primeiro bloco, construímos a identificação pessoal dos participantes. No segundo, buscamos compreender a prática pedagógica dos professores e responsáveis pelas bibliotecas e o apoio dos gestores a estas práticas e como significavam a leitura e escrita para eles e para seus estudantes. e no último, procuramos resgatar a história profissional de cada um. E duas observações em cada sala de aula e na biblioteca de duas das escolas com anotações em um diário de campo. Para análise e discussão dos resultados, definimos as seguintes categorias: Professores e responsáveis pelas bibliotecas: Incentivo dado aos estudantes para ler e escrever. Gêneros textuais utilizados nas práticas educativas. Significado da leitura e escrita para os estudantes. O que é ser leitor/escritor. O que lêem e escrevem no cotidiano. Para os gestores: Apoio dado às práticas de leitura e escrita realizadas na escola. Importância da biblioteca para os estudantes da EJA. O que é ser leitor/escritor. O que lêem e escrevem no cotidiano. A análise dos dados evidenciou alguns resultados tais como: o incentivo dado pelos professores e responsáveis pelas bibliotecas à leitura e escrita dos estudantes da EJA é realizado quando trazem para sala de aula um texto diferente e ajudam a pesquisar na biblioteca sobre temas indicados pelo professor. Um dos responsáveis pela biblioteca vê os estudantes desinteressados pela leitura. Os gêneros textuais utilizados nas práticas pedagógicas foram jornais, revistas e contos. Entretanto, as

sugestões de atividades a partir destes textos foram a leitura do texto e respostas a um questionário de perguntas. Todos os participantes responderam que gostam de ler e dez afirmam gostar também de escrever. Portanto, todos os participantes se reconhecem como leitores e dez deles como leitores e escritores. Sinalizam, também, que a capacidade de ler e escrever é uma habilidade importante para a vivência cotidiana e para o campo profissional no mundo contemporâneo. Entretanto, os participantes revelam em suas práticas de leitura privilegiam textos bíblicos, romances, auto-ajuda, revistas de circulação nacional e local, jornais locais e os didáticos para preparar as aulas. Em relação à escrita, essa prática é ainda mais seletiva escrevem o que necessitam em sua vida diária e como são profissionais de ensino, escrevem textos ligados às necessidades do trabalho. Percebemos que apesar dos profissionais de ensino afirmar que gostam de ler, entre os professores pesquisados, apenas três podem ser considerados professores-leitores. Se pensarmos que os professores têm um papel fundamental para despertar nos estudantes o gosto pela leitura como podem ensinar algo que eles mesmos não desenvolveram, isto é o prazer de ler e escrever. Por outro lado, a leitura precisa estar na vida dos educadores assim como, em sua formação continuada. Um professor que não lê talvez seja mais difícil desenvolver o letramento de seus estudantes da EJA.

**Palavras-chaves:** leitura e escrita, educação de jovens e adultos, professor leitor/escritor

**Atividade: O CLIMA AFETIVO E A COMPREENSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS EM GRUPO NO AMBIENTE EDUCACIONAL (Paineis)**

**Trabalho: O CLIMA AFETIVO E A COMPREENSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS EM GRUPO NO AMBIENTE EDUCACIONAL**

**Autor(es):** Renata Afonso Gomes, Maria Isabel Pedrosa

**Resumo:** O CLIMA AFETIVO E A COMPREENSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS EM GRUPO NO AMBIENTE EDUCACIONAL. Renata Afonso Gomes & Maria Isabel Pedrosa CPF: 047675244-23nenagomes1412@gmail.com icpedrosa@uol.com.br O conceito de interação é de fundamental relevância para a compreensão do desenvolvimento dos seres humanos e corresponde ao potencial de regulação que existe entre os participantes de determinado grupo; refere-se ao trânsito de informações entre componentes de um mesmo sistema. Bebês são altamente sociais e sociáveis, pois logo começam a compartilhar de uma estrutura comunicativa com os outros, através de gestos e sinais, usando-os de forma apropriada para interagir, como acenar dando adeus a alguém que parte e, principalmente, para sinalizar suas próprias solicitações por gestos que são compartilhados por todos os membros da família. O convívio social, familiar ou não, é de extrema importância para que as crianças comecem a entender as intenções, sentimentos e ações daqueles que estão a sua volta e façam parte de seu mundo, assim como para que elas compreendam as regras do mesmo. A análise das interações que a criança estabelece com seu meio físico e social é uma importante ferramenta para se compreender as etapas de seu desenvolvimento, assim como para a compreensão do próprio meio em que vive. Diante disso, o objetivo deste trabalho foi o de examinar o desenvolvimento da compreensão social de crianças, buscando estabelecer uma relação com o 'clima afetivo' de uma creche da Prefeitura do Recife. Foram observadas 32 crianças de ambos os sexos e estando no quarto e no quinto anos de vida. O procedimento escolhido para observação foi videogravação. Três crianças foram observadas quatro vezes, em situação de brincadeira com parceiros diferentes. Em sessões de 20 minutos. Também foi feita uma observação geral de diferentes aspectos da creche para aplicação da escala avaliando o 'clima afetivo'. A análise de cunho qualitativo visou identificar momentos de interação criança-criança que evidenciem estratégias sociais que demonstrassem alguma compreensão social, sendo necessário para isso, o recorte, a transcrição e análise de episódios. Verificou-se que as crianças da faixa etária analisada faziam uso de estratégias como: proposição de acordos, troca de objetos, apelo ao adulto e referência ao gênero para organizar e se posicionar dentro da brincadeira, entre outros. Os indicadores do desenvolvimento da compreensão social das crianças foram formulados a partir da observação de episódios de interação social das crianças com seus pares, registrando-se brincadeiras cooperativas de faz-

de-conta, responsividade, compartilhamentos, comunicação conectada, amizade, conflitos, recusas, choro e outros. A creche não obteve uma boa avaliação no que se refere ao 'clima afetivo', avaliada pela escala ITERS-R. Isso pode ser devido a pouca estimulação que recebem das cuidadoras e estagiárias e do pouco tempo que passam com as professoras. Obtendo uma baixa pontuação na escala. Os dados permitem identificar o uso, pelas crianças, de estratégias para conquistas de alianças, para introduzirem-se na brincadeira, para conquista de papéis e posse de brinquedos. Os achados parecem confirmar alguns resultados da literatura que defendem a interação criança-criança em situações de brincadeira livre como essencial para o desenvolvimento das mesmas. Financiamento: CNPq/PIBIC

**Palavras-chaves:** interação,crianças,grupo

**Atividade: Pôster Banco de Dados Devir Criança (1900-1940)  
(Paineis)**

**Trabalho:**Pôster Banco de Dados Devir Criança

**Autor(es):** Valéria Rodrigues da Conceição,Lília Ferreira Lobo,Luana Almeida Moraes,Silvia Souza Cavalcante,Adele Moura Cruz,Luciana Lemos Mesquita,Izaque Miguel da Silva,Bárbara Breder Machado

**Resumo:** Adele Moura CruzAna Carolina Teixeira CoutinhoBárbara Breder Machadolzaque Miguel da SilvaLília Ferreira LoboLuana Almeida de MoraesLuciana Lemos Mesquita dos Santos Silvia de Souza CavalcanteValéria Rodrigues da Conceição O que pretendemos apresentar neste trabalho são os bancos de dados gerados a partir do projeto “Devir Criança: Pesquisa de Fontes para uma Genealogia da Criança Anormal no Brasil”, que se iniciou como um desdobramento da tese de doutorado de sua coordenadora (LOBO,1997). Como orientação teórico-metodológica adotamos a perspectiva genealógica de Michel Foucault, a pesquisa se propõe a preencher uma importante lacuna nos estudos históricos, especialmente no campo da infância e das deficiências no Brasil e seus discursos e práticas médicas, psiquiátricas, pedagógicas e psicológicas, sendo seu objetivo geral realizar um levantamento de fontes na cidade do Rio de Janeiro para o estudo da construção histórica das categorias de anormalidade infantil no Brasil, visando contribuir para a multiplicação de análises desse processo e crítica da atualidade. Os dados coletados a partir da pesquisa de campo estão sendo, à medida que inseridos, disponibilizados na internet para acesso da comunidade interessada através da página do mestrado em Psicologia da UFF, e é sobre o processo de construção deste banco de dados que pretendemos discorrer durante o presente trabalho. A escolha das frentes de trabalho levou em consideração a importância do acervo para a pesquisa da constituição histórica da figura das anormalidades infantis no período. Entretanto, cabe ressaltar que nosso projeto não se limita exclusivamente ao saber médico, mas visa estabelecer uma interface entre os saberes médicos, psicológicos e pedagógicos na construção das categorias que são objeto de nossa investigação. Consideramos que a principal relevância de nossa pesquisa está no fato de que, ao oferecer à comunidade interessada, através dos bancos de dados, uma reunião de material tão esparsa e importante a diversas áreas do conhecimento, não restringimos o seu uso à maneira que privilegiamos de fazer história. Dito de outra forma, embora todo o material coletado e as publicações teóricas dela resultante tenha tido como perspectiva teórico-metodológica a genealogia foucaultiana, a apropriação e o uso dos bancos de dados é, e não poderia ser diferente, realizada a partir da preferência de cada pesquisador, o que amplia em muito a importância do trabalho. O banco Devir I inclui a localização do material relativo ao primeiro pavilhão para crianças anormais no Brasil (Pavilhão-Escola Bourneville para Crianças Anormais), atualmente sob a guarda do Arquivo da Colônia Juliano Moreira, localizado no bairro

de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro. A importância que este pavilhão teve é o que justifica o recorte histórico da pesquisa (1900-1940), tendo ele começado a funcionar em 1903. O banco Devir Criança II ainda está em fase de construção, porém conterà dados coletados em bibliotecas como a da Academia Nacional de Medicina, o Centro de Ciências da Saúde e a Biblioteca Nacional. Ele permitirá a busca por palavras-chave, título, autor, biblioteca pesquisada, data e tipo de publicação (tese, periódico etc). O banco de dados Devir III inclui os dados coletados no Arquivo Nacional sobre o Pavilhão Bourneville e será disponibilizado em breve.

**Palavras-chaves:** genealogia,criança,normalidade/anormalidade,banco de dados

**Atividade: DA ÉTICA AO DESEJO (Paineis)**

**Trabalho:DA ÉTICA AO DESEJO:** abuso sexual a crianças e adolescentes e saúde mental

**Autor(es):** Maria do Socorro Furtado Bastos, ROGÉRIA PEREIRA FERNANDES SOARES, ANDRÉ RICARDO MONTEIRO SILVA

**Resumo:** DA ÉTICA AO DESEJO: abuso sexual a crianças e adolescentes e saúde mental Este trabalho pretende discutir o abuso sexual a crianças e adolescentes no Estado de Pernambuco, inspirado nas atuais diretrizes do Governo Federal para redução da violência e nas atuais políticas públicas brasileiras em saúde mental. O mundo contemporâneo exige uma nova ação psicossocial, uma ação voltada para a palavra que não apenas diz, pois esta não mais comove, mas uma palavra que toca, que sabe se posicionar no vazio entre o desejar e o fazer, o vazio que vem se transformando em desespero, violência, assassinato e apatia, uma apatia que leva a uma ausência de compromisso, denotando o "instinto de morte" freudiano. Uma contemporaneidade que exige uma nova ação social, um novo olhar no que diz respeito a necessidade da criação de novos programas de enfrentamento a violência. Mas como criticar a violência social sem verificar a grande ausência de políticas públicas direcionadas a instituição familiar, geradora de ética, desamparada? No desamparo da contemporaneidade o sujeito se encontra sem recursos, sem proteção, onde a velocidade das mudanças que geram instabilidade as condições de sobrevivência, destrói a possibilidade prática dos ideais e leva a queixas e angústias não mais ligadas as dificuldades de se alcançar os objetivos, mas ao emaranhado das possibilidades oferecidas. Uma geração, que Forbes (2004), muito bem intitulou de "desbussolada", por não ser "pai-orientada", sem saber o que fazer, nem escolher, hoje, entre os vários futuros que lhe são possíveis: sem pai, sem norte, sem bússola. O Ego invadido pela angústia, torna-se submerso, desamparado e incontrolável. Um desamparo, um descontrole que leva a violência, em um mundo globalizado, sem resposta para tudo, orientado pelo que provoca, que incita, que instiga, onde a falta de limite abre uma brecha no desejo levando a uma dominação do outro, uma relação de poder entre desiguais, envolvendo crianças e adolescentes em atividade sexual. O abuso sexual a crianças e adolescentes, tema central deste trabalho, é uma violação dos direitos da pessoa humana e da pessoa em processo de desenvolvimento, direitos à integridade física e psicológica, ao respeito, à dignidade, ao processo de desenvolvimento físico, psicológico, moral e

TIPO DE CRIME	2003	2004	2005	2006
Atentado violento ao pudor	334	242		
Corrupção de menores	291	330	122	58
Favorecimento à prostituição	196	80	07	
Rapto consensual	05	21	10	30
Tentativa de estupro	63	12	00	15
TOTAL	16	14	11	691

REFERENTES A 2006 FORAM COMPUTADOS APENAS ATÉ OUTUBRO; •DADOS FORNECIDOS PELA GPCA-PE; •DADOS EDITADOS NO JORNAL DO COMÉRCIO, p. 10, 14 de Jan. 2007. PERFIL DOS AGRESSORES - PE 85% dos acusados são conhecidos das vítimas

2,6% das ocorrências tem o pai apontado como principal suspeito 8,4% não conheciam o menor agredido 1,3% das vítimas acusam o padrasto pela violência

MÉDIA MENSAL DE OCORRÊNCIAS SEXO DO MENOR AGREDIDO 2003 58 Feminino 84,6% 2004 69 Masculino 15,4% 2005 64 IDADE DOS

AGRESSORES	2006	51	18 e 19 anos	4,8%	IDADE DAS VÍTIMAS
			20 a 24 anos	4,6%	0 a 12 anos
			anos	35,6%	25 a 29 anos
			30 a 34 anos	5,9%	6,2%
			15 a 18 anos	24,2%	12 a 15
			35 a 60 anos	15,2%	ABUSO
			60 a 65 anos	1,5%	SEXUAL A CRIANÇAS E ADOLESCENTES – PE
			Mais de 65 anos	0,3%	

Os abusos sexuais contra crianças e adolescentes são experiências traumáticas que vão além do que eles estão preparados para viver e suportar. “Um trauma ou acontecimento traumático significava originalmente um evento (externo ou interno) de uma magnitude com a qual o ego do indivíduo não consegue lidar, ou seja, um súbito influxo de excitação tão maciço que é capaz de romper a barreira de estímulo que o ego normalmente possui”. (FREUD, Anna, 1970) Sendo assim, o abuso sexual a crianças e adolescentes, deve ser entendido como uma situação que extrapola limites, direitos humanos, compreensão da vítima e regras sociais, onde muitas vezes o “estranho” é muito familiar.

**Palavras-chaves:** Abuso Sexual, Crianças, adolescentes, Violência

**Atividade:** Um rico bebê pobre: A importância do ambiente para o desenvolvimento emocional no primeiro ano de vida (Paineis)

**Trabalho:** Um rico bebê pobre: a importância do ambiente para o desenvolvimento emocional no primeiro ano de vida

**Autor(es):** Aline Groff Vivian, Rita de Cássia Sobreira Lopes, NARA AMÁLIA CARON

**Resumo:** O presente trabalho investigou o papel do ambiente para o desenvolvimento emocional de um bebê, durante o primeiro ano de vida, em uma família numerosa. Foi realizado um estudo de caso único, de caráter longitudinal, em que a família participante era composta pela mãe, pelo pai, com 23 anos de idade, e seus quatro filhos meninos (com 2, 3 e 4 anos), além do bebê. A família foi acompanhada em observações semanais, com uma hora de duração, no período de doze meses. A pesquisa foi realizada a partir de uma aplicação do Método Bick de observação. Tal método consiste em três momentos: 1) observação, 2) relato e 3) supervisão. As observações tiveram duração de uma hora e frequência semanal, ocorrendo no mesmo dia e horário da semana, na casa da família, ao longo de um ano. Os relatos foram realizados após a observação, buscando apresentar detalhes importantes, assim como o clima emocional do ambiente. A supervisão em grupo, conduzida por psicanalista com experiência no método, contribuiu para o entendimento do caso, bem como para trocas de experiência entre os demais membros que realizavam a observação. O ambiente é fundamental para o desenvolvimento infantil e a mãe exerce um importante papel nos momentos iniciais. O bebê recebia especial atenção ao longo do primeiro ano de vida e a mãe costumava estar em sintonia com o filho, sem deixar de dedicar-se aos demais. Nesta investigação, a mãe revelou sua preponderante identidade materna, mostrando-se atenta e afetiva no cuidado dos filhos, apresentando uma capacidade inesgotável de discernir e atender a múltiplas demandas e diferentes tipos de necessidades emocionais. Apesar das condições economicamente desfavoráveis, foi surpreendente a riqueza emocional do ambiente do bebê, bem como seu desenvolvimento. Alguns aspectos típicos do ambiente de desenvolvimento de um bebê no primeiro ano de vida foram observados, assim como particularidades relativas ao contexto de uma família numerosa, de baixa renda. Os irmãos conferiam vivacidade intensa ao ambiente, contribuindo para o desenvolvimento do bebê, através de suas interações. Embora a ênfase das observações tenha recaído nas interações mãe-bebê, o pai foi parte importante do contexto ambiental. Mesmo estando presente em poucas observações, o nome de pai era mencionado muitas vezes pela esposa e pelos irmãos. O bebê também interagiu com o ambiente de forma particular. No primeiro trimestre se desenrolava na dupla mãe-bebê uma espécie de comunicação silenciosa e empática. No segundo trimestre o bebê começou a ser incluído mais ativamente nas brincadeiras com os irmãos e explorava mais o corpo da mãe durante a amamentação. No terceiro trimestre, o bebê ampliou visivelmente a possibilidade de explorar o ambiente e interagir com os irmãos. Diversas aquisições de desenvolvimento passaram a ser destacadas pela mãe, como princípios



rudimentares de linguagem e dentição. No quarto trimestre, o bebê podia tolerar por mais tempo a falta da mãe, entretendo-se com objetos no ambiente. De forma geral, o ambiente possuía um dinamismo surpreendente e conferia vivacidade ao desenvolvimento do bebê, em especial, pela peculiaridade do convívio com os irmãos em idades tão próximas. A discussão foi realizada à luz da literatura sobre a psicologia do desenvolvimento e com base na teoria psicanalítica, em especial, a temática da adaptação gradativa do ambiente ao bebê, que ia sendo engajado em atividades cotidianas. Na medida em que adquiria relativa independência, o bebê também interagia de forma ativa com seu ambiente. Dessa maneira, foi possível compreender e descrever o ambiente de desenvolvimento de um bebê, durante o primeiro ano de vida, em sua família numerosa. O método Bick de observação foi essencial para que se pudesse observar toda a riqueza emocional do ambiente deste bebê, sem julgamentos de valor, que muitas vezes acompanham as investigações envolvendo famílias de baixa renda. A continuidade de estudos utilizando aplicações do Método Bick nos primeiros anos de vida também poderá colaborar para ampliar o entendimento deste período tão importante para o desenvolvimento emocional. Torna-se fundamental que profissionais da saúde também tomem contato com as práticas de observação como forma de conhecer a realidade das populações atendidas e, especialmente, antes de propor intervenções em ambientes diferenciados. A aplicação do método, em vários contextos, pode cooperar para aprofundar o estudo das fases iniciais do desenvolvimento infantil, de forma intensiva e detalhada.

**Palavras-chaves:** ambiente, desenvolvimento emocional, primeiro ano de vida, método Bick de observação

**Atividade: Habilidades Sociais na Relação Pais-Filhos (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Habilidades sociais educativas de mães separadas com filhos que apresentam indicação clínica de problemas de comportamento

**Autor(es):** Ana Carolina Villares Barral Villas Boas, Alessandra Turini Bolsoni-Silva

**Resumo:** A literatura sobre a separação conjugal sugere que a dissolução do casamento pode se constituir como um fator de risco para o surgimento de problemas de comportamento, embora as pesquisas mostrem que nem todas as crianças são igualmente afetadas pela separação dos pais. Pesquisadores destacam uma série de variáveis relacionadas ao comportamento infantil que podem contribuir para a emergência de problemas de comportamento, como a qualidade da relação mãe-criança após a separação, a qual pode ser influenciada por mudanças nas habilidades educativas parentais em decorrência do período de transição familiar e da existência de conflitos entre os cônjuges. Este estudo tem por objetivo descrever habilidades sociais educativas de mães separadas com filhos que apresentam indicação clínica de problemas de comportamento, conforme avaliação de mães e de professoras, e analisar o repertório comportamental das crianças, descrevendo quais comportamentos “problema” são apresentados com alta frequência (escore = 2). Participaram da pesquisa vinte mães, separadas há mais de seis meses do ex-cônjuge, com crianças de quatro a seis anos, sendo dezesseis meninos e quatro meninas. As participantes foram selecionadas através de um levantamento realizado em nove Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI), onde professoras indicaram os alunos filhos de pais separados e responderam à Escala Comportamental Infantil – ECI B de Rutter para avaliar o comportamento das crianças. As mães foram entrevistadas em suas residências e responderam a um roteiro de entrevista sobre Habilidades Sociais Educativas Parentais (HSE-P) e à ECI A2 de Rutter, que também avalia problemas de comportamento. Para compor a amostra da pesquisa, consideraram-se apenas mães de crianças cuja pontuação na ECI atingiu a nota para indicação de problemas de comportamento, tanto no instrumento aplicado com as professoras (&#8805; 9) quanto naquele respondido pelas mães (> 16). O tratamento dos dados envolveu análises dos escores globais e do escore de cada item dos instrumentos, os quais foram tratados estatisticamente (teste qui-quadrado) e também foi realizada uma análise de conteúdo das respostas das mães sobre as HSE-P. Dados preliminares mostram que, quanto às habilidades educativas parentais, as mães relatam apresentar, com alta frequência, habilidades

para expressar sentimentos positivos, demonstrar carinho, discriminar comportamentos “desejados” dos filhos, manter conversação e fazer perguntas, ainda que as duas últimas ocorram, na maioria das vezes, em situações que visam monitorar o “mau” comportamento da criança e abordar concepções de certo e errado. Embora também relatem que estabelecem limites e discriminam comportamentos “problema” dos filhos com alta frequência, as mães disseram usar mais estratégias de natureza coercitiva, sendo o caso da punição positiva, ameaça de punição e retirada de recompensa. Quando agem dessa maneira, verifica-se que as crianças apresentam mais comportamentos de birra, rebeldia e agressividade do que em outras situações. No que se refere à avaliação do comportamento infantil, verifica-se que os comportamentos “problema” apresentados pelas crianças com frequência estatisticamente significativa são: fica mal humorado e nervoso, muito agitado, destrói suas próprias coisas, é desobediente e muito agarrado à mãe. Os resultados sugerem que as crianças do grupo investigado apresentam mais comportamentos externalizantes do que internalizantes em uma amostra composta predominantemente por meninos, o que corrobora os dados da literatura. O estudo também sugere haver dificuldades na interação entre as mães e seus filhos, especialmente quando se trata de a mãe lidar com comportamentos “problema” apresentados pelas crianças e para estabelecer disciplina. Além disso, em situações que poderiam proporcionar uma interação positiva, como durante a conversação, o fato de as mães tratarem, com frequência, de assuntos que versam sobre o “mau” comportamento dos filhos pode tornar esses momentos aversivos, o que explicaria a alta incidência de comportamentos desafiadores das crianças nesses contextos. Possivelmente, tanto em famílias separadas quanto em famílias intactas, dificuldades na interação social positiva e no estabelecimento de disciplina podem estar relacionadas à ocorrência de problemas de comportamento, como vêm demonstrando estudos que investigam a relação entre as habilidades sociais educativas parentais e o comportamento infantil. Contudo, no caso de famílias em que os pais são separados, são necessários mais estudos que comparem grupos de crianças com e sem problemas de comportamento.

**Palavras-chaves:** separação conjugal, habilidades sociais educativas, problemas de comportamento

**Atividade: Representações de Si na Formação do Leitor: As relações entre afetividade e cognição (Paineis)**

**Trabalho:** Representações de Si na Formação do Leitor: As relações entre afetividade e cognição

**Autor(es):** Ana Flavia Alonço Castanho

**Resumo:** Esta apresentação enfocará os aspectos afetivos e cognitivos envolvidos na formação do leitor. Serão trabalhados dados de uma pesquisa na qual se estudou a relação entre a leitura ser um valor central dentro da hierarquia de valores do sujeito – segundo Piaget, o sistema único e pessoal no qual o indivíduo organiza regras e valores diferenciados que atribui aos objetos do mundo que o cerca, no qual tendências superiores mas frágeis são levadas a triunfar diante de tendências inferiores e fortes, através da força de vontade – e por isso configurar-se como elemento positivo de suas representações de si – que, de acordo com Perron, são construídas como conjuntos de valores e tem por base, no mais íntimo da consciência de si do sujeito, a sensação de ser valor enquanto pessoa – e o desenvolvimento, por parte desse sujeito, de estratégias mais elaboradas de leitura. Para empreender tal investigação, contou-se com a participação de 48 crianças de 8 à 10 anos de idade, que realizaram uma prova de leitura e participaram de uma entrevista aberta, nos moldes do método clínico piagetiano. As respostas obtidas foram agrupadas, em termos das regularidades e ênfases dadas pelas crianças, e a partir desses agrupamentos foram construídas categorias de análise, que se dividiram em três grandes grupos: categorias para a tabulação da habilidades de leitura, categorias para a tabulação da recontagem oral e categorias para a tabulação das representações dos sujeitos sobre a leitura e de suas representações de si ligas à leitura. Para cada conjunto de categorias foram atribuídos pesos a partir de uma análise evolutiva. O que permitiu que os dados da pesquisa recebessem tanto uma análise qualitativa, quanto um tratamento estatístico (testes de Kruskal-Wallis e Mann-Whitney). Com isso, procurou-se analisar se a presença, na criança, de representações de si positivas enquanto leitora mobiliza o desenvolvimento de habilidades

superiores de leitura; se a presença, na criança, de representações positivas da leitura em si (leitura como uma atividade que é fonte de prazer) mobiliza o desenvolvimento de habilidades superiores de leitura; se o fato da criança apresentar um modo de recontagem interpretativo, dentre os modos de recontagem descritos por De Souza (1990), (o qual implica ter uma visão crítica do conto, identificando intenções dos personagens, lendo nas “entrelinhas” etc.) relaciona-se ao desenvolvimento da fluência na leitura; e, se a representação positiva de si como leitora relaciona-se ao desenvolvimento do modo de recontagem interpretativo, na criança. Durante a apresentação, serão discutidos os dados obtidos e suas implicações para a formação do leitor.

**Palavras-chaves:** Processos de representação, Identidade, Formação do leitor, Afetividade, Desenvolvimento psicológico

**Atividade: “Movimentos corporais, movimentos sociais”  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** “Movimentos corporais, movimentos sociais”: Reflexões sobre juventude a partir de exercícios corporais e discursivos.

**Autor(es):** Érika de Sousa Mendonça

**Resumo:** Este trabalho focaliza questões e discussões que têm sido desenvolvidas no projeto de dissertação de mestrado, em desenvolvimento junto ao Programa de Pós Graduação em Psicologia da UFPE, intitulado: “Nós e Eles: Os jovens de cá e os jovens de lá”. Compreendendo os sentidos de juventude em construção por jovens participantes e não participantes de movimentos sociais. **CONTEXTUALIZAÇÃO:** Através de levantamento bibliográfico, constatamos diferentes formas de conceituar juventude: jovens como portadores de utopias (Novaes, 1997); como rebeldes e transgressores (Calligaris, 2000); como alvos fáceis da moda e da cultura do consumo (Calligaris, *ibid*; Oliveira, 2001) e/ou ainda como pessoas que vêm ampliando sua presença e participação social através de movimentos artístico-culturais (Abramo, 1994). Embora parte dessas discussões indique uma ênfase na idéia de juventude como problema social e uma identificação dos jovens como parcela da população descomprometida com questões sócio-políticas, co-existem formas de participação política reinventadas através de movimentos artístico-culturais, da proposição e participação em Fóruns e Encontros de jovens e adolescentes, numa perspectiva de engajamento cidadão. **OBJETIVO:** Refletir sobre a noção de juventude que emerge na contemporaneidade, a partir da idéia da participação em movimentos sociais. **METODOLOGIA:** Através de uma oficina baseada em exercícios de reconhecimento, exploração e expressão do corpo, buscou-se realizar discussões com jovens sobre seu lugar na participação e construção política e social, levando em consideração seu engajamento em movimentos sociais. Esta oficina foi realizada por ocasião do XIII Encontro Nacional de Adolescentes, evento organizado pelo Movimento de Adolescentes do Brasil, realizado em Maragogi-Al em 2006, com participação de cerca de 400 jovens de diferentes estados brasileiros, vinculados a movimentos sociais. Participaram da oficina 18 pessoas, sendo 08 do sexo masculino e 10 do sexo feminino, com idade média entre 16 e 24 anos. **RESULTADOS:** Os jovens participantes apresentaram uma diversidade de noções de juventude. Chamou a atenção a auto-definição desses jovens, que era baseada numa contra-referência aos jovens que não participam de movimentos sociais, identificando estes últimos como alheios a questões sócio-políticas, de busca de seus direitos, diferente das posturas de juventude relatadas por eles mesmos: questionadores, comprometidos, engajados, participativos, atuantes em discussão de políticas públicas, na negação diante de uma estrutura social pré-estabelecida. **DISCUSSÃO:** Considerando que este trabalho apresenta resultados parciais da pesquisa, destes resultados, novas inquietações emergem: Se os jovens participantes de movimentos sociais, ao se auto-definirem, trazem à tona um modelo de juventude ao qual rechaçam, não estariam, nesse contexto, a contribuir para o reforço de uma referência negativa à noção de juventude - jovens como problema social, como distantes a uma participação sócio-política? Quais os sentidos de juventude que emergiriam de um grupo de jovens que não se vincula a movimentos sociais? Que outras técnicas, somadas a esta, favoreceriam a discussão sobre a juventude na contemporaneidade?

**Palavras-chaves:** Juventude, Movimento Social, Linguagem Corporal, Participação Sócio-política

**Atividade: Pesquisa sobre e com crianças na perspectiva da teoria sócio-histórica (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Pesquisa sobre e com crianças na perspectiva da teoria sócio-histórica

**Autor(es):** Sônia Margarida Gomes Sousa

**Resumo:** As pesquisas, coordenadas ou orientadas por mim, sobre ou com crianças, são realizadas com o objetivo de contribuir para a constituição de um campo investigativo em que os objetos de estudo refiram-se, deliberadamente, ao universo infantil e em que os sujeitos pesquisados sejam preferencialmente crianças e têm como pressupostos teórico-metodológicos: a) a concepção de que crianças não são entidades genéricas, abstratas, mas seres que estabelecem relações sociais, culturais (ARIEËS, 1986 e CHARLOT, 1986) e que, portanto, estudar a infância e/ou a criança na contemporaneidade pressupõe, obrigatoriamente, discutir a construção social de infância e resgatar a história social da infância, especialmente no Brasil; b) a Psicologia Social, especialmente na perspectiva sócio-histórica de Vigotski (1987, 1998), que possibilita por meio da análise da linguagem (significado e sentido) a compreensão de que os fenômenos psicossociais estudados são sociais, históricos e também intersubjetivos e c) a categoria “sofrimento ético-político” (SAWAIA, 1998) possibilita compreender as dimensões de exclusão–inclusão social dos grupos infantis das camadas populares, pois permite superar as dicotomias objetividade-subjetividade, individual-coletivo, razão-emoção e também apresentam a dupla face da pobreza, da desigualdade e da exclusão: são fenômenos materiais (socioeconômicos), mas também simbólicos, configurados na linguagem. As pesquisas sobre crianças foram realizadas a partir de documentos de domínio público (SPINK, 1999), como notícias oriundas de veículos de comunicação, registros de CTs e documentos produzidos por uma CPI. Considera-se que eles são expressão de uma determinada concepção de infância e, mais do que isso, revelam o lugar ocupado pela infância na sociedade brasileira contemporânea. Foram as seguintes pesquisas: a) Reflexo do Estatuto da Criança e do Adolescente na imprensa: notícias sobre crianças vítimas de violências e acidentes (SOUSA et al, 1999); b) Prostituição infantil e juvenil: uma análise psicossocial do discurso de depoentes da Comissão Parlamentar de Inquérito (SOUSA, 2001); e c) Levantamento quantitativo e qualitativo dos casos de violência física contra crianças nos Conselhos Tutelares (CTs) de Goiânia (SOUSA, 2004). As pesquisas com crianças partem da compreensão de que pesquisar a subjetividade infantil significa colocar a criança num lugar de protagonismo e de defesa do seu status de sujeito. Sujeito com suas particularidades e especificidades, mas, fundamentalmente, um sujeito ativo que constrói a sua subjetividade na relação que estabelece com o mundo, representada pelos adultos, adolescentes e outras crianças com quem se relaciona direta ou indiretamente (KRAMER, 1996; RIZZINI, 2000). Pesquisas que serão apresentadas: a) Trabalho infantil: a negação da infância? Estudo do significado do trabalho para crianças das camadas populares (1994); b) Infância e violência física familiar: os significados e sentidos para crianças vítimas (COSTA, 2004); c) Abandono e institucionalização de crianças: significados e sentidos (ORIONTE, 2004); d) O serviço doméstico e as brincadeiras no processo de socialização de crianças pertencentes às camadas populares (JARDIM, 2005) e e) Infância e espaço urbano: significados e sentidos de morar em posse urbana para crianças entre 7 e 11 anos (CARVALHO, 2006). A partir da realização destes estudos e pesquisas é possível refletir sobre dimensões diversas da infância brasileira, ao mesmo tempo em que tem-se buscado a superação de desafios metodológicos e éticos (especialmente na fase de obtenção das informações) presentes na realização de pesquisas com crianças. Estas pesquisas pretendem dar a conhecer os significados e sentidos presentes nos discursos e falas sobre a criança, mas também nas falas das crianças e assenta-se na opção política pela busca de conhecimentos e teorias emancipadoras e humanizadoras da infância, que sejam sensíveis aos anseios, necessidades, dificuldades e desejos de crianças sócio-historicamente situadas. Só assim será possível provocar rachaduras na muralha de conhecimentos monolíticos, fossilizados e ideológicos sobre a infância e abrir novas perspectivas de se estudar os fenômenos psicossociais referentes à infância e intervir nas políticas públicas para a infância brasileira.

**Palavras-chaves:** Psicologia Social, Estudos psicossociais da infância, Dialética exclusão/inclusão social, Metodologia

**Atividade: Perspectivas no estudo do brincar: um levantamento bibliográfico de 1980 a 2005 (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Perspectivas no estudo do brincar: um levantamento bibliográfico de 1980 a 2005

**Autor(es):** Scheila Tatiana Duarte Cordazzo, Gabriela Dalforno Martins, Samira Mafioletti Macarini, Mauro Vieira

**Resumo:** A brincadeira tem sido fonte de pesquisa na Psicologia não somente pelo fato de ser encontrada nos filhotes de mamíferos e, em especial nas crianças humanas, mas também pela sua influência no desenvolvimento infantil e pela motivação interna para tal atividade. Uma criança não precisa de motivos ou razões para brincar. Crianças brincam pelo simples prazer de brincar. É o brincar pelo brincar, sem a necessidade da existência de um objetivo final a ser alcançado. Um dos itens que caracterizam a brincadeira é a ênfase no processo e não necessariamente no produto da atividade. No entanto, nem sempre o brincar é valorizado devidamente nos contextos em que ocorre. Diante disso, um levantamento do que vêm sendo produzido em relação ao brincar pode ajudar a compreender um pouco mais o lugar que hoje é delegado a ele. O presente trabalho teve como objetivo identificar as perspectivas no estudo do brincar a partir de resumos de artigos; fornecendo, assim, um panorama do que vem sendo pesquisado sobre este tema. Para isso, foi realizada uma busca sistemática em uma base de dados bibliográficos internacional (PsycInfo da Associação Americana de Psicologia) e em duas nacionais (SciELO e Index Psi), utilizando-se os termos play e toy na base internacional, e os termos brincar, brincadeira e brinquedo nas nacionais. Foram encontrados resumos de artigos que datavam de 1980 até 2005 (n=181), os quais foram analisados e classificados sistematicamente. Foram excluídos aqueles artigos em que o brincar era utilizado estritamente como método e não como objeto de estudo, e quando as palavras-chave eram utilizadas com outro significado que não o comportamento de brincar. Alguns dados que não constavam nos resumos e que seriam necessários para a categorização dos artigos foram buscados na íntegra das publicações. As categorias para a análise foram estabelecidas em função do conteúdo dos resumos. Do total de artigos encontrados, 76% deles são de natureza empírica, e se utilizam principalmente da observação e experimentação como métodos. Enquanto 91% das pesquisas internacionais são empíricas, no Brasil essa porcentagem cai para 59%. Com relação às áreas da Psicologia em que o brincar vem sendo fundamentalmente estudado, pode-se afirmar que a maioria dos artigos encontrados (46,4%) situa-se no campo da Psicologia do Desenvolvimento. No entanto, constata-se que outras áreas também vêm estudando o fenômeno do brincar, embora em menor proporção, como a Psicologia Clínica (12,7%), a Psicologia Educacional (8,3%), a Psicologia da Saúde (7,7%) e outras (13,8%). O restante dos artigos foram pesquisas com animais (11%), nas mais diversas áreas. Nas pesquisas realizadas em seres humanos a faixa etária predominante foi a pré-escolar seguida de estudos com bebês. Alguns registros de estudos com crianças especificam o tipo de brincadeira estudada (n=48), enquanto outros não focam ou não dão ênfase a essa informação (n=113). Daqueles que focalizam algum tipo de brincadeira, 23 estudam o faz-de-conta; 14 o brincar livre; 3 o brincar turbulento, 3 estudam os jogos e 5 estudam outros tipos de brincadeiras. Por fim, com relação ao tema de investigação dos artigos, foi verificado que predominantemente relacionam o brincar com alguma característica do desenvolvimento. Pode-se perceber que existem algumas lacunas ainda a serem preenchidas com novos trabalhos e pesquisas. A faixa etária alvo de investigação poderia ser ampliada. A maioria dos artigos manteve-se em estudar a brincadeira com bebês e crianças pré-escolares, talvez pela maior incidência do fenômeno brincadeira encontrado nessas idades. Outro ponto detectado foi o reduzido número de pesquisas nacionais de cunho empírico quando comparado com as pesquisas internacionais. Uma questão evocada é a da necessidade de mais estudos nas áreas de educação e saúde-doença. A identificação de poucas pesquisas que

relacionam o brincar com estes temas indica a necessidade de maiores investimentos nesta área. Um fator positivo encontrado foi o predomínio de pesquisas que relacionam o brincar com o desenvolvimento infantil, uma vez que essa relação nem sempre é valorizada por pais e educadores. Independente da perspectiva teórica subjacente nos estudos, a contínua busca do conhecimento sobre o desenvolvimento infantil traz benefícios para aqueles que trabalham e convivem com crianças, pois poderão compreender melhor as necessidades infantis e a importância da brincadeira para o desenvolvimento. Estes estudos também podem auxiliar os pais e profissionais nos relacionamentos com as crianças durante cada etapa do desenvolvimento humano.

**Palavras-chaves:** brincar, desenvolvimento, brincadeira

**Atividade: Trabalho e serviço doméstico:  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Trabalho e serviço doméstico: sentidos para adolescentes das camadas populares

**Autor(es):** Sônia Margarida Gomes Sousa, Alciane Barbosa Macedo Pereira, Etiene Oliveira Silva Macedo, Rebeca Alves Velloso de Carvalho

**Resumo:** A necessidade de estudos e pesquisas que ajudem a desvelar dimensões importantes do universo infantil e juvenil contemporâneo têm sido continuamente apontada pela academia, por organismos nacionais e internacionais e por órgãos governamentais, com especial ênfase no trabalho/serviço doméstico desenvolvido por crianças e adolescentes. Esta pesquisa investigou a experiência de trabalho e serviço doméstico para adolescentes do sexo feminino (14 a 18 anos) que estavam matriculadas e com frequência regular nos Projetos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia (2005) e que tiveram em sua história de vida a experiência de trabalho e/ou serviço doméstico realizado antes dos doze anos completos. A pesquisa foi realizada a partir da perspectiva teórico/metodológica da Teoria Sócio-Histórica (Vigotski). Realizar uma pesquisa com objetivo de descrever e compreender um fenômeno social em processo exige o uso de recursos diferenciados para coletar os dados em sua riqueza e complexidade, por isso, a metodologia utilizada incluía ao mesmo tempo três procedimentos metodológicos: questionários, entrevistas e grupos focais. A análise foi elaborada a partir das categorias: trabalho (MARX, 1988); trabalho doméstico (MOREIRA e STENGEL, 2003), serviço doméstico (OIT, 1993; TOSTA, 2003), gênero (ANYON, 1990; BERGANTINI, 1990) e idade (FUKUI, 1981; MACHADO NETO, 1980; SOUSA, 1994). Partiu-se da compreensão de que estudar a relação criança/adolescente e trabalho/serviço é um meio para denunciar alguma situação presente em nossa sociedade. Contudo, a denúncia – na maioria das vezes – é amenizada pelo discurso que legitima a exploração a que as crianças/adolescentes são submetidas cotidianamente, na medida em que aponta o trabalho/serviço como um processo educativo ou como a única forma de as crianças/adolescentes das camadas populares não entrarem no mundo da criminalidade (ou dele saírem). O trabalho/serviço aqui referido não é o “treinamento de papel” que a criança/adolescente costuma fazer em casa ao ajudar nas tarefas domésticas sem nenhum compromisso de executar a tarefa sozinha, de ter uma regularidade obrigatória e de substituir o trabalho adulto, mas de um trabalho que a impede, na maioria das vezes, de estudar, brincar, imaginar, fantasiar. Foram pesquisadas 111 adolescentes: 18 anos (19); 17 anos (31); 16 anos (22); 15 anos (23) e 14 anos (16). 90 (81,0%) repetiram pelo menos um ano escolar. Quanto ao estado civil: 101 (91,0%) são solteiras; 7 (6,3%) são casadas e 3 (2,7%) separadas. Independente do estado civil 21 (19,0%) são mães. As adolescentes residem: 95 (85,5%) com a família biológica; 11 (10,0%) com os patrões e 5 (4,5%) com amigas. 53 (47,7%) estão trabalhando, sendo que destas 30 (56,6%) realizam trabalho doméstico; somente 6 (12,0%) têm carteira assinada e o salário recebido é muito inferior ao pago a mulheres adultas e 68,0% têm uma jornada de trabalho de oito horas ou mais. Somente 21 (36,0%) afirmaram nunca ter “trabalhado fora de casa”. Mesmo “trabalhando fora”, 80 (72,0%) adolescentes são responsáveis pelo serviço doméstico (“como ajudante da minha mãe, em casa, acho normal,

natural, como se fosse obrigatório”). O fato das adolescentes serem trabalhadoras domésticas não as exime da realização do serviço doméstico, o que significa uma exposição à dupla jornada de trabalho. Esta pesquisa ofereceu muitos elementos reveladores da dimensão perversa do trabalho/serviço precoce e conseqüentemente do processo inclusão–exclusão social. A fala das adolescentes pesquisadas, está marcada pelo sofrimento de viver a ambivalência de estar realizando a única opção que uma criança/adolescente pobre tem para minorar a miséria e não ficar na rua, mas que restringe seus horizontes, exaurindo-a e explorando-a. O trabalho possibilita à criança/adolescente pobre, uma vivência específica, que define de modo bastante singular a construção de sua subjetividade. No entanto, isso não significa que ele a beneficie no sentido de garantir o preparo de sua cidadania, de assegurar o seu pleno desenvolvimento biopsicossocial ou de defender os direitos da criança pobre. É preciso ficar claro que o trabalho que a criança/adolescente das camadas populares encontra não lhe permite freqüentar regularmente escola, ter oportunidade de lazer adequado a sua idade, desenvolver suas aptidões e ter um treinamento dentro de uma determinada ocupação. Os resultados obtidos possibilitam um aprofundamento do sentido/significado real e simbólico do trabalho/serviço na vida das adolescentes pobres. Ao mesmo tempo ratifica as pesquisas e estudos brasileiros que apontam o trabalho precoce como penoso, cansativo, vazio e que impede o crescimento e amadurecimento psicológico e social das crianças/adolescentes. Na interação criança/adolescente–trabalho/serviço aparecem nítidas as relações sociais e históricas que encobrem a criança/adolescente. Embora participe da produção da riqueza social, ela é excluída, como qualquer trabalhador, do usufruto dessa riqueza. A criança/adolescente reafirma sua universalidade de homem pelo lado perverso que a contradição capital–trabalho reservou ao homem trabalhador: a exploração.

**Palavras-chaves:** Psicologia Social, Adolescentes das camadas populares, Trabalho, Serviço

**Atividade: História e condições de vida associadas à carreira reprodutiva em mães de uma amostra baiana (Paineis)**

**Trabalho:** História e condições de vida associadas à carreira reprodutiva em mães de uma amostra baiana

**Autor(es):** Eulina de Rocha Lordelo, ILKA DIAS BICHARA, Akemy Mochizuki, Ednei Santos, Eduardo Santos Vieira, Leila Marcia Neri Grave, Reginalice de Lima Marques, Suilan Maria Sambrano Rossiter

**Resumo:** De acordo com a teoria do investimento parental, ambientes com poucos e/ou instáveis recursos levariam os indivíduos à adoção de uma estratégia reprodutiva mais quantitativa: maior precocidade em desenvolvimento somático e início da puberdade, início da vida sexual e nascimento do primeiro filho; ao mesmo tempo, maior número de parceiros sexuais, mais filhos e menos cuidado parental para cada indivíduo da prole. No caso humano, escassez e instabilidade de recursos têm sido avaliadas a partir de diversos indicadores, como renda e expectativas de futuro avaliadas através da escolaridade, ausência do pai na infância e/ou ambiente psicossocial familiar conturbado. Estudos empíricos disponíveis na literatura têm sido bem sucedidos em confirmar algumas dessas predições, mas falham ainda em responder se as refutações encontradas são devidas a falhas nas predições da teoria ou ao uso de dimensões que não traduzem adequadamente as condições dos recursos ambientais, em vista das enormes diferenças existentes entre ambiente evolucionário ancestral e ambientes contemporâneos. Visando contribuir para o esclarecimento dessas questões, este estudo foi planejado para investigar a existência dessas relações nas condições locais dos participantes. O

trabalho foi realizado com uma amostra de 119 mulheres, mães de pelo menos uma criança com até seis anos de idade, 55 da capital e 64 de uma pequena cidade do interior da Bahia. As participantes foram entrevistadas individualmente mediante um questionário estruturado, contendo perguntas para caracterização das condições sócio-demográficas atuais, histórico da infância e da vida reprodutiva, e diversas escalas planejadas para avaliar o estilo de relacionamento, as etnoteorias parentais, o suporte social e as práticas de cuidado aos filhos. O presente trabalho teve como foco a avaliação de condições materiais passadas e presentes, e a carreira reprodutiva, através de análises descritivas e de comparação dos dois grupos de mães. Os resultados das análises preliminares mostraram associação entre alguns indicadores de carreira reprodutiva com condições de vida atuais, com destaque para renda e a escolaridade. Quanto mais alta a renda, mais cedo ocorreram: a primeira relação sexual, a idade do primeiro casamento e a do nascimento do primeiro filho. A idade da menarca e o número de parceiros sexuais também se mostraram relacionados a renda e escolaridade mas, nessas variáveis, a associação não é linear: a idade da menarca é mais baixa nas primeiras faixas de renda e escolaridade, sobe na segunda e declina nas faixas mais altas. Outros indicadores de carreira reprodutiva, como idade da mãe no nascimento do primeiro filho e número total de filhos também estão associados a renda e escolaridade, de modo que quanto mais altos estes últimos mais tardio se dá o nascimento do primeiro filho e menor e seu número total. Os resultados encontrados também apontam para uma relação entre indicadores de carreira reprodutiva e contexto de residência (capital ou interior), zona de criação urbana ou rural e, principalmente, a religião. Esses três fatores podem ser vistos como aspectos em que influências culturais podem exercer seus efeitos, no entanto, diferenças sócio-econômicas entre as amostras da capital e do interior reduzem o potencial de explicação dos resultados pelas pela sua natureza cultural. Assim, é possível que apenas o tipo de religião possa ser considerado mais propriamente um aspecto de natureza cultural, não relacionado diretamente às condições de vida. Nesse caso, nós encontramos associações entre religião e número de parceiros sexuais, mais alto entre as mulheres católicas, e idade do nascimento do primeiro filho, mais baixa entre as mulheres evangélicas, crentes e espíritas. Não foram encontradas associações entre ambiente psicossocial, como morte ou separação dos pais e clima familiar avaliado pelas respondentes, e padrões de carreira reprodutiva, como esperado na literatura. Os resultados não apóiam a hipótese de efeito das condições de vida sobre o amadurecimento sexual, expresso na idade da menarca, mas são parcialmente consistentes com a teoria do investimento parental quanto aos demais indicadores: idades da primeira relação sexual e primeiro casamento, número total de parceiros sexuais e de filhos. CNPq/FAPESB.

**Palavras-chaves:** Psicologia Evolucionista, Carreira Reprodutiva, Investimento Parental, Condições de Vida, Ambiente Familiar

**Atividade: O Adolescente por trás do ato (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** O Adolescente por trás do ato.

**Autor(es):** Jessica Sousa Silva, Andréa Sandoval Padovani, Daniele Penhã, Maria de Almeida de Araújo, Stella Sarmento

**Resumo:** Segundo especialistas do Desenvolvimento, a adolescência é o período de maior turbulência no processo do desenvolver-se. Com ela chegam as incertezas, os questionamentos e uma gama de sentimentos que vão da alegria à tristeza, do amor ao ódio, da esperança ao desespero. Todo esse emaranhado de mudanças que se dão nos sentimentos, emoções, relacionamentos e imagem de si mesmo influem diretamente no desenvolvimento da personalidade que este sujeito terá quando adulto. Segundo Aberastury e Knobel (1981), a adolescência é um período confuso, doloroso, repleto de contradições e caracterizado por um atrito com o meio familiar e social, provocando uma verdadeira revolução no meio no qual este



adolescente está inserido. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) surge em resposta ao clamor da sociedade por uma reforma da política da assistência à criança e ao adolescente, visando à transformação desses sujeitos em cidadãos, dando a eles os direitos previstos de acesso à educação, saúde, alimentação, habitação, transporte, lazer, cultura e, na idade e condições adequadas, ao trabalho. Com a mudança da legislação e com as mudanças que se fizeram necessárias após a implantação do ECA, ocorreu uma transformação no modo de ver, pensar e agir em relação a estes adolescentes. Esta transformação, porém, está muito mais no âmbito teórico que na prática real dentro das Instituições que os abrigam. O que se vê é uma mudança radical na ideologia e pouca ação para mudanças concretas. A partir do ECA, a instituição passa a ter o papel de acolher e proteger o adolescente em conflito com a lei, lhe proporcionando medidas que busquem educar, socializar e integrar, não apenas durante o período de sua privação, mas também, e principalmente, fora da instituição. A pesquisa teve por objetivo geral, através da aplicação de um teste projetivo de personalidade e sua análise, levantar o perfil psicológico de adolescentes em conflito com a lei, que cometeram ato infracional e cumpriram medida sócio-educativa de internação na Casa de Assistência ao Menor (CAM), pesquisando traços comuns ou divergentes, entre eles. A pesquisa objetivou coletar dados quantitativos e qualitativos através de entrevistas, sobre os aspectos sócio-culturais que possibilitem fazer um mapeamento de sua realidade, conhecendo os aspectos psicossociais e institucionais que influenciam esta realidade. Foram pesquisados 20 adolescentes, 18 do sexo masculino e dois do sexo feminino, idade entre 14 e 19 anos. As técnicas utilizadas foram: teste Wartegg e entrevista semi-estruturada, a análise realizou-se pelo SPSS, manual do teste e o livro "Wartegg: da Teoria à Prática". As hipóteses levantadas pelos pesquisadores, que nortearam a realização da pesquisa são as de que existe um perfil psicológico com traços comuns à maioria dos sujeitos, no que se refere a fatores como o relacionamento interpessoal, percepção de si mesmo, perspectiva de futuro, percepção da realidade; ocorrência de uma influência de fatores psicossociais comuns aos sujeitos, como: presença de nível sócio-econômico baixo, participação deste sujeito em família monoparental, predomínio de baixa escolaridade e reincidência em atos infracionais; uma percepção de si mesmo limitada pela situação de institucionalização e a interferência do tempo de institucionalização na perspectiva de futuro do sujeito. Os principais resultados foram: influência de fatores psicossociais comuns: nível sócio-econômico baixo, família monoparental, baixa escolaridade e reincidência em atos infracionais. Quanto aos dados do Wartegg verificamos dificuldade de lidar com a afetividade, indicadores de racionalização e susceptibilidade afetiva; sentimento de não-filiação e proteção; dificuldade de ajustamento; equilíbrio entre o espaço que ocupam e o que recebem do ambiente e ligação com o prático e cotidiano. Os adolescentes prevêm o futuro, mas possuem dificuldade em estabelecer metas e superar obstáculos. Os dados foram insuficientes para caracterizar a institucionalização como fator de interferência na percepção de si mesmo, da realidade ou de perspectiva de futuro. Com base nos resultados, pode-se verificar que não existe um perfil psicológico típico de adolescentes institucionalizados por haver cometido atos infracionais, mas traços relevantes, como dificuldade em lidar consigo e orientar o comportamento, dificuldades em lidar com afetividade, racionalização diante de situações afetivas, dificuldade de ajustamento, dificuldade em traçar metas e superar obstáculos. Estes são aspectos comuns à fase do desenvolvimento em que se encontram. Quanto aos fatores sócio-demográficos, verificou-se um perfil: os adolescentes apresentam baixa escolaridade, reincidência no ato infracional (embora isto nem sempre resulte em reincidência no cumprimento de medidas sócio-educativas), estes são membros de famílias monoparentais, com grande quantidade de filhos, nas quais as atividades laborais dos provedores são, em sua maioria, não qualificadas. Os resultados levantados revelam um perfil psicológico característico da adolescência, não dos adolescentes que cometeram atos infracionais e estão em privação de liberdade.

**Palavras-chaves:** adolescência, ato infracional, privação de liberdade, perfil psicológico, teste projetivo

**Atividade: Representações sociais da inclusão de crianças e adolescentes com deficiências no ensino regular do município de Banabuiú/Ceará. (Paineis)**

**Trabalho:** Representações sociais da inclusão de crianças e adolescentes com deficiências no

ensino regular do município de Banabuiu/Ceará.

**Autor(es):** Juliana Fernandes

**Resumo:** O Núcleo de Extensão e Pesquisa em Psicologia Comunitária (NEPUC) é um espaço acadêmico com objetivo principal de articulação entre as atividades de pesquisa, iniciação à docência e extensão universitária na área da psicologia social comunitária em consonância com as diretrizes curriculares do curso de psicologia da Faculdade Católica Rainha do Sertão de Quixadá (FCRS). Neste sentido, estabeleceu no ano de 2006 e 2007, parceria com a prefeitura do município de Banabuiu (CE) para atuação extensionista na Unidade Integrada da Criança Especial de Banabuiu (UNICEB). Esta consiste numa escola especial para crianças e adolescentes com deficiências que além do apoio pedagógico, contam com atendimentos em fonoaudiologia, terapia ocupacional e psicologia social que responsabiliza-se pelas visitas domiciliares para conhecimento do contexto familiar e social de convivência das crianças e jovens, realização de reuniões com os pais e amigos da UNICEB, além da abordagem individual e articulação com instituições locais para garantia dos direitos deste público alvo. Nestas ações estão incluídas o contato com as escolas de Banabuiu que promovem o ensino regular para a inclusão das crianças da UNICEB. No ano de 2006, a principal estratégia utilizada para o alcance deste objetivo foi a realização de uma pesquisa-ação (THIOLLENT, M.; 1999) com os professores do ensino regular das escolas da zona urbana do município que demonstrou de modo claro as representações sociais daqueles em relação as situações de inclusão. As principais hipóteses da pesquisa procuravam compreender como o professor significa a situação de inclusão das crianças e jovens com deficiências no ensino regular e se era possível ações de integração entre a equipe da UNICEB e das escolas regulares. Para tais finalidades, elegemos o estudo das representações sociais (MOSCOVICI, S.; 1978) para compreender a forma como as ações e pensamentos dos professores se transformam em representações sobre a questão da deficiência no município. As experiências cotidianas foram levantadas e demonstradas através da realização de entrevistas semi-estruturadas que por sua vez foram submetidas ao processo de análise de conteúdo (BARDIN, L.; 1977) da linguagem e da representação gráfica (desenhos) dos professores sobre o tema central do estudo. Ao demonstrarmos os resultados da 1ª etapa da pesquisa durante a Semana Pedagógica do município, realizada em Janeiro de 2007, tivemos a oportunidade de constatar a necessidade de uma maior aproximação entre os dados demonstrados e a realidade das escolas, pois muitos professores se mantiveram distantes do debate proposto. Isto demonstrou a equipe do NEPUC a perspectiva de utilização do método de vivência e análise da realidade (GÓIS, C. W. L.; 1991) para a continuidade das ações em campo.

**Palavras-chaves:** Representações sociais, Inclusão, Crianças e adolescentes com deficiências

**Atividade:** Aleitamento materno como investimento parental e condições de vida em uma amostra baiana (Paineis)

**Trabalho:** Aleitamento materno como investimento parental e condições de vida em uma amostra baiana

**Autor(es):** Eulina de Rocha Lordelo, ILKA DIAS BICHARA, Akemy Mochizuki, Ednei Santos, Eduardo Santos Vieira, Leila Marcia Neri Grave, Reginalice de Lima Marques, Suilan Maria Sambrano Rossiter

**Resumo:** O tempo de amamentação tem sido algumas vezes interpretado como indicador do investimento materno na criança. Nas condições do ambiente evolucionário, seria esperado que a energia alocada para alimentar uma criança fosse um recurso escasso, cujo uso

necessariamente competiria com necessidades da própria mãe e de outros filhos, já nascidos ou ainda por nascer. De acordo com a teoria do investimento parental, mães vivendo em condições de recursos instáveis e escassos adotarão um estilo mais quantitativo de investimento, o que se refletiria no gasto de energia com sua prole, medido através de diversos indicadores. Também a ordem de nascimento da criança, associada à sua idade e expectativas de outros filhos no futuro, pode ser um fator relacionado à decisão de amamentar a criança. Nas condições contemporâneas brasileiras, essas predições se sustentarão? Este trabalho tomou o tempo total de aleitamento materno para verificar sua associação a condições de vida com mais ou menos recursos disponíveis no ambiente familiar e sócio-econômico. Foram entrevistadas, individualmente, 119 mulheres, mães de pelo menos uma criança com até seis anos de idade, 55 da capital e 64 de uma pequena cidade do interior da Bahia, com idades que variavam de 17 a 43 anos, através de um questionário estruturado. Foram realizadas análises descritivas e comparação de médias através de análise de variância (ANOVA), considerando a média de tempo de amamentação de cada um dos três primeiros filhos e as condições de vida das mães. Os resultados, em geral, não revelaram associações significativas entre condições de vida e tempo de aleitamento materno, considerando as variáveis contexto de residência (capital ou interior), ambiente de criação da mãe (urbano ou rural), o nível de escolaridade, a renda, o ambiente psicossocial na família da mãe durante sua infância e exercício de trabalho remunerado. Já no que se refere à relação entre a prática de amamentação e religião, houve diferenças significativas no tempo de amamentação, variando conforme o tipo de religião. Aquelas que se definiram como católicas declararam amamentar mais tempo do que as mães com outras religiões. Os resultados encontrados divergem dos encontrados em alguns estudos sobre prática de aleitamento materno da última década no Brasil, que mostram uma relação direta entre o tempo de amamentação e o nível de escolaridade, renda e idade da mãe. No entanto, outros estudos sugerem que, em países em desenvolvimento, a associação entre nível de escolaridade e amamentação é negativa, porém, pesquisas no Brasil demonstram uma relação direta entre essas variáveis, de forma similar ao encontrado em países ricos. Os resultados também sugerem que a amamentação, nas condições locais, não poderia ser tomada como indicador de investimento parental materno, possivelmente devido à relativa distância em relação ao ambiente evolucionário. Outro aspecto a ser considerado diz respeito aos possíveis efeitos de políticas públicas que, nos últimos 20 anos, têm estimulado fortemente a amamentação, um dos itens-chaves do trabalho dos agentes de saúde que, nas duas áreas da amostra, tanto na capital como no interior, desenvolvem intenso trabalho de aconselhamento e monitoramento com as populações. No conjunto, os resultados inesperados sugerem a necessidade de mais investigação acerca do problema, buscando, em maior profundidade, averiguar os fatores que, de fato, influenciam no tempo de amamentação e se essa variável pode ser empregada, nas condições brasileiras, para indicar investimento parental. CNPq/FAPESB.

**Palavras-chaves:** Psicologia Evolucionária, Investimento Parental, Prática de Aleitamento Materno

**Atividade: Estudos da Compaixão na Justiça Criminal (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Estudos da Compaixão na Justiça Criminal

**Autor(es):** Pablo Vicente Mendes de Oliveira Queiroz, Julian Bruno Gonçalves, Luisa Stella de Oliveira Coutinho Silva, Julio Rique Neto

**Resumo:** Esta pesquisa busca verificar a compaixão no contexto da justiça criminal. Definimos a compaixão operacionalmente como um julgamento pela equidade, onde se consideram de maneira mais acentuada os atenuantes do que os agravantes de um caso. Efetuamos dois estudos. No primeiro estudo, buscamos verificar se existiam diferenças significativas nas sentenças atribuídas a partir de julgamentos pelos atenuantes versus julgamentos pelos agravantes. 60 estudantes de psicologia, de ambos os sexos, de uma universidade pública da

cidade de João Pessoa, responderam a um dilema hipotético: “O Prisioneiro Foragido.” O dilema é uma adaptação do original de Kohlberg (1984). Descrevemos um crime passional e se pede aos participantes que se coloquem no papel do juiz para julgar o protagonista do dilema (autor do crime). Primeiramente, solicitamos aos participantes que marquem o grau de consideração pelos atenuantes e agravantes em uma série de 12 itens objetivos (seis com conteúdos atenuantes e seis com conteúdos agravantes) medidos numa escala intervalar de cinco pontos. Por fim, solicitamos aos participantes que optem por uma sentença justa. Para cada participante são levantados escores de consideração pelos atenuantes e pelos agravantes através do somatório (mínimo = 6 pontos e máximo = 30 pontos) dos graus de consideração para cada categoria. O escore da compaixão é obtido pela subtração dos agravantes dos atenuantes e então comparamos com a sentença atribuída ao personagem. Os resultados corroboraram nossas expectativas. Pessoas que julgaram pelos atenuantes optaram por sentenças mais brandas que foram significativamente diferentes das sentenças atribuídas por pessoas que julgaram pelos agravantes. No segundo estudo, buscamos replicar os resultados em uma amostra de alunos de direito. Buscamos, então, verificar se existem influências de sexo no julgamento pela compaixão; se existem correlações positivas entre empatia, julgamento moral, e compaixão; se os alunos de direito julgam mais severamente do que alunos de psicologia. 106 estudantes de direito de ambos os sexos, do 1º, 6º e 10º períodos de uma universidade particular da cidade de João Pessoa responderam a quatro medidas: (1) Um questionário sócio-demográfico, (2) O Prisioneiro Foragido, que é a medida do julgamento por considerações aos atenuantes e aos agravantes, foi reestruturado para incluir diferenças de sexo no protagonista passando a se intitular “O Julgamento do Sr. Simões” e “O julgamento de Dona Rosa.” (2) O Dilema de João e o Remédio (Kohlberg, 1984) foi usado como medida do julgamento moral. Esse dilema apresenta uma situação na qual o protagonista é levado a decidir se rouba ou não um medicamento que pode salvar a vida de sua esposa. Após o dilema, os participantes marcam suas considerações a 12 itens que representam os estágios morais de Kohlberg. Finalmente, (3) a Escala de Empatia de Bryant (Ribeiro, Koller e Camino, 2001) foi usada. Essa escala apresenta 22 sentenças descrevendo situações nas quais o participante deve decidir se elas descrevem ou não seus sentimentos e julgamentos. Os resultados de correlação de Pearson demonstram que a compaixão tem correlação positiva, forte e significativa com os julgamentos pelos atenuantes ( $r = .872, p = .000$ ) e correlação moderada e negativa com os agravantes ( $r = -.470, p = .000$ ). A compaixão também tem correlação negativa, forte e significativa com os anos de prisão atribuídos ao personagem ( $r = -.357, p = .000$ ). Os resultados de uma ANOVA One-way, considerando a compaixão como variável dependente e o tipo de dilema que representa o sexo da pessoa que esta sendo julgada (Dona Rosa ou Sr. Simões), demonstrou diferenças significativas ( $F_1 = 7,194, p < .009$ ) com a compaixão favorecendo Dona Rosa ( $M = 3.71, SD = 5.50, n = 51$  para Dona Rosa e  $M = .81, SD = 5.53, n = 54$  para o Sr. Simões). Um t-test para medidas independentes demonstrou resultados significativos ( $t_{103} = 2,49, p = .014$ ) no grau com o qual os participantes julgaram Dona Rosa ( $M = 21,53, SD = 4,10$ ) e Sr. Simões ( $M = 19,15, SD = 5.54$ ) Não foram encontradas correlações entre compaixão e empatia, e compaixão e julgamento moral. Também não foram encontradas diferenças por sexo do participante com relação a compaixão. O trabalho se encontra em andamento e novas análises serão apresentadas durante a conferência.

**Palavras-chaves:** compaixão,atenuantes,agravantes,justiça,empatia

## **Área: Novas Tecnologias**

**Atividade: AS NOVAS TECNOLOGIAS E OS IMPACTOS NO CORPO  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Medicalização e Tecnologia: Uma miragem do contemporâneo

**Autor(es):** Jurema Barros Dantas,Ariane Patricia Ewald

**Resumo:** Os medicamentos de base química assinalaram uma revolução nas atividades de saúde pública e no exercício da medicina, alcançando lugar hegemônico na terapêutica contemporânea, ultrapassando as fronteiras de um recurso terapêutico. São consumidos cada vez mais com o objetivo de moldar o corpo ou o comportamento a padrões estéticos e de conduta rigidamente estabelecidos na cultura. O discurso que favorece o consumo se caracteriza pela associação de informações científicas a símbolos de poder, beleza, juventude e força, sustentados em e ao mesmo tempo reforçando valores dominantes na cultura atual, tais como o individualismo, a competição acirrada e o consumismo. Os avanços tecnológicos trazem promessas sedutoras de soluções rápidas para abolição de qualquer desconforto físico ou emocional. Festejamos com certa euforia as maravilhas da neuroquímica da vida cotidiana. Acabamos por nos aprisionar nos ideais de imortalidade e sucesso presentes nas teias tecnológicas. A subjetividade vem sendo reduzida a uma função biológica que promete descrever os modos de ser e estar no mundo em termos de equilíbrio químico. Acreditamos que na atualidade evidencia-se uma existência fragilizada que, mergulhada no impessoal, utiliza o ruído dominante das atividades ininterruptas e o embotamento das mais diversas drogas ou tranqüilizantes. Circunscrita por discursos e saberes, que dela faz um sintoma, a existência tornou-se facilmente objeto de medicação. Assim, nossa vida cotidiana é compreendida como mais um ente passível de determinação e cálculo, onde discursos-saberes amparados nas neurociências prometem decifrar o funcionamento do cérebro e assim explicar a subjetividade humana. Nossas questões existenciais são vistas como “sofrimentos” que devem ser aliviados por terapias, medicamentos, distrações e novidades. O modo de desvelamento de nossa época consumista, globalizada e informatizada que vivemos, não há espaço para sofrimento, tristeza, imprevisto, morte, doença, todos fatores naturais da vida humana. Há espaço para o consumo desmedido, para cristalização das diferenças, para manutenção das ilusões em busca de felicidade, riqueza, juventude eterna e imortalidade. Queremos problematizar este nosso modo de desvelamento histórico que pretende por meio da alta tecnologia – pelo controle e previsibilidade – explicar nossos impasses existenciais por desequilíbrios químicos em nosso cérebro. Na contemporaneidade, os medicamentos farmacológicos, legitimados pela ciência e identificados ao progresso, passaram a representar um poderoso instrumento para aquisição e solução dos mais diversos “problemas” da cotidianidade. Assistimos, atualmente, uma progressiva compreensão neuroquímica para nossas questões existenciais. As dificuldades diárias tornaram-se patologias e suas soluções são, por excelência, medicamentosas. Queremos refletir sobre este modo de compreensão da vida e do homem referido às malhas tecnológicas e, por conseguinte, esta tendência de encontrar dispositivos químicos e “eficazes” para o transcórrer natural da vida.

**Palavras-chaves:** SUBJETIVIDADE,TECNOLOGIA,MEDICALIZAÇÃO

**Atividade: As novas tecnologias e os impactos no corpo  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Democracia ou ditadura? Os regimes da beleza na busca pelo corpo ideal

**Autor(es):** Adriana Amaral do Espírito Santo,Ana Maria Jacó-Vilela

**Resumo:** Os cuidados da mulher com sua aparência não são fenômeno recente, havendo, no Brasil, relatos de hábitos de embelezamento desde a Colônia. No entanto, é a partir do final do século XIX e início do século XX que esses costumes irão se intensificar e adquirir novos significados. Se nos séculos anteriores a beleza era considerada um desígnio divino, a partir principalmente dos anos 1950 e 60 o cuidado com o embelezamento adquiriu o caráter de esculpir o próprio corpo e de demonstrar a determinação, a força de vontade e o estado de espírito da mulher. O corpo se destaca como expressão do eu, surgindo um discurso que vai associar beleza e saúde, juventude e felicidade, cuidado com o corpo e bem-estar interior. O saber sobre este corpo vai se consolidando num misto de autoconhecimento, tranquilidade e atitudes mentais positivas. Com a massificação das técnicas e produtos nos campos da dietética, cosmética e estética, ocorre uma democratização da beleza: só é feita quem quer. Na contemporaneidade, contudo, é possível perceber a ilusão desta falsa democratização, que traz em seu bojo preceitos que mais caracterizam uma ditadura da beleza: você tem que querer, para ser socialmente aceita. Assim, surgem paradoxos, como a busca da individualidade através da imitação dos modelos veiculados pela mídia, o anseio por higiene e saúde, ao mesmo tempo em que proliferam comportamentos disfuncionais, e mesmo patológicos. Fazer exercício virou sinônimo de saúde e ter um corpo esculpido, sinal de bem-estar. Mas, ao mesmo tempo, a dor, a culpa e o sacrifício permeiam a malhação nas academias de ginástica, aproximando-se de uma nova forma de ascetismo. Nesse sentido, o intuito deste trabalho é buscar entender como as práticas corporais irão se refletir nas formas da mulher sentir, pensar e agir no mundo, bem como compreender o processo pelo qual um discurso “psicológico”, que fala de auto-estima, depressão e autoconhecimento, vai ser incorporado à malhação do corpo e ao próprio vocabulário das frequentadoras das academias de ginástica a partir da segunda metade do século XX, chegando ao século XXI com uma tendência de personalização do corpo ideal, respeitando as idiossincrasias de cada mulher. Em última instância, queremos entender como o discurso médico-científico atravessa os modos de subjetividade de nossa época, trazendo facilidades e soluções ilusórias para o corpo e para a alma, estabelecendo, sobretudo, a crença na possibilidade de superação de todos os limites frente à vida e à morte.

**Palavras-chaves:** corpo, subjetividade, tecnologias, beleza

**Atividade: AS NOVAS TECNOLOGIAS E OS IMPACTOS NO CORPO  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Corpos simulados em cosplayers e avatares: metamorphysis tecnopoiéticas ou alienação?

**Autor(es):** Ana Paula Perissé, Carolina Furukawa

**Resumo:** Acompanhar as metamorfoses do corpo ao longo destes tempos hipermodernos, onde o excesso, locus da hybris, da vida como objeto pulsante, e seu aspecto agudizante de superpotencializar alguma latência em estado bruto, pode ser uma forma de trazer à lume um cenário rico em pistas, em importantes vestígios para uma melhor compreensão dos aspectos psico-sociais e suas múltiplas inter-relações. Partindo dessa premissa, tomamos como caminho de elucidação, de desvelamento, duas micro cenas contemporâneas que se refletem em transformações produzidas, em primeira instância, no corpo, e capacitadas pela emergência das novas tecnologias e seus fluxos binários de múltiplas modelagens cujas implicações estão em pregnância nos modos de ser e estar no mundo atual: as migrações corporais através da apropriação subjetiva de novas identidades seja através de simulações digitais no reino evanescente das ciber-ambiências da internet ou seja através do ato de se fantasiar, de se revelar socialmente na posse de um deslocante personagem são analisadas neste trabalho. A relevância de se observar em ação sujeitos contemporâneos hibridizados em avatares cibernéticos e cosplayers urbanos e solitários nos referenda uma série de hipóteses e, por quê não, ilustrativos estranhamentos os quais poderiam ser também transportados e re-codificados para outras instâncias do hiper-social contemporâneo. Qual a relação da essência da técnica moderna e tais mutações identitárias? Que tipos de metamorfoses subjetivas estão se imbricando no reino da transformação autopoiética e/ou alienante (?) de trazer à presença da natureza, cada

vez mais desnaturalizada, um estatuto identitário desconhecido mas presente em estado original (?) tão-somente em potência? Existiria esta potência anterior ou seria apenas uma hipertransformação gerada pelos fluxos sucessivos de ondas, bits, nuvens tecnológicas carregadas de novos significados e carreadas pela nova configuração da técnica hipermoderna? De que forma as novas tecnologias de informação e de comunicação estão remodelando nossas formas de sentir e de sermos sujeitos e de que forma, para pensar num percurso dialógico, estamos reconfigurando os atributos da nova técnica ( tecnologia) ? Essas transições corporais trazem em seu germe algum elemento criativo e adaptativo do sujeito a esta nova ambiência que se gesta, que se forma e que se auto-modifica na convergência de um inédito fenômeno antropotécnico? Por reconhecer que o conhecimento da natureza e da essência da técnica moderna e sua inserção no mundo das significações e dos conceitos que fazem parte de nossa cultura é um dos caminhos que nos permite conhecer e revelar o mundo tecnocientífico em que vivemos, adotamos estes dois exemplos ilustrativos de transformação do corpo como estratégias para uma melhor aproximação desta realidade que nos impõe imperativa análise.

**Palavras-chaves:** corpo, subjetividade, tecnologia

**Atividade: CULTURA DIGITAL E FELICIDADE PARA JOVENS USUÁRIOS DO ORKUT (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** CULTURA DIGITAL E FELICIDADE PARA JOVENS USUÁRIOS DO ORKUT: TERRITÓRIOS DE UM NOVO IMAGINÁRIO PSICOSSOCIAL

**Autor(es):** Márcio Silva Gondim, Maria de Fátima Vieira Severiano

**Resumo:** A presente investigação instaura um olhar às implicações de ideais de felicidade aos processos de subjetivação em jovens usuários do serviço virtual tecnológico Orkut. Podemos observar na Internet surgimentos e crescimento de diversas redes sociais e comunidades virtuais, despertando intenso interesse de jovens e adolescentes. Os sites e serviços, antes estáticos, ganham cada vez mais dinamismo e estímulos visuais por meio de imagens, havendo a ênfase a atributos promotores de "felicidade". Essas redes parecem trazer relevantes mudanças na sociabilidade e na auto-estima dos jovens, criando novos territórios de ação coletiva e um novo imaginário psicossocial. O presente estudo insere-se no debate contemporâneo acerca da atual relação do homem com variados signos de consumo e suas repercussões enquanto fonte produtora de novos processos de subjetivação, tendo em vista que nas redes sociais virtuais há uma maciça veiculação de valores, estilos de vida e normas de conduta. A abordagem qualitativa orientou conceitualmente esta investigação, por se tratar de um modo adequado para se compreender o fenômeno psicossocial em destaque neste estudo: a relação entre a cultura digital e os ideais de "felicidade" de jovens usuários do serviço tecnológico Orkut. Sendo uma investigação psicossocial de natureza crítica, partimos epistemologicamente da Teoria Crítica por se tratar de uma teoria que tem como uma de suas mais relevantes tarefas uma reflexão do tempo presente. Desse modo, foram realizadas atividades com um grupo de jovens estudantes de uma escola particular da cidade de Fortaleza (Ceará) por meio do Método (Con)texto de Letramentos Múltiplos, com o objetivo de coletar textos escritos sobre as impressões juvenis relativas ao serviço Orkut, possibilitando a coleta de dados empíricos sobre a repercussão e utilização desse serviço. Nesta pesquisa, verificou-se que a tecnologia que o indivíduo detém parece ser um vetor de diferenciação ante os demais, especialmente quando se relaciona ao uso e consumo de serviços tecnológicos a atributos psicossociais, como "reconhecimento", "fama" e "popularidade"; de forma tal que o objeto ou serviço dotam a pessoa de significado e sentido. Destacaram-se as categorias: 1) Diferenciação, singularidade e personificação; 2) Reconhecimento, popularidade e fama; 3) Atratividade e beleza; 4) Dimensão do público e o privado. Categorias que revelam a forte promessa de felicidade que se faz presente na mídia contemporânea. No discurso tecnocientífico atual, a felicidade não é uma opção, mas uma obrigação: um valor essencial dos produtos e serviços que consumimos e utilizamos, incluindo os objetos integrantes da cultura digital. Atributos psicossociais, tais como a beleza e a felicidade, são cada vez mais destacados e enfatizados pela indústria cultural. Sendo assim, a identidade do sujeito aparenta estar subordinada à apropriação desses produtos e

serviços (signos de consumo), que passam a exercer um papel constituidor das subjetivações. Com o advento de inovadores serviços virtualizados, os indivíduos admiram as possibilidades de superar limitações de tempo e espaço ditadas pela natureza: de modo tal que passa a haver uma “performance” humana virtualizada. Portanto, podemos observar, diante do exposto, o quanto a tecnologia passa cada vez mais a fazer parte do cotidiano das pessoas. Marcuse já apontava para a necessidade de pensarmos no progresso técnico relacionado ao progresso humano. Desse modo, há um vasto campo para a pesquisa da Psicologia nessa área, a fim de refletirmos sobre uma mais ampla compreensão de como esses novos recursos tecnológicos estão sendo utilizados e consumidos.

**Palavras-chaves:** Consumo, Comunidades virtuais, Novas tecnologias, Felicidade

**Atividade: ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA QUE PERMITE O OLHAR SOBRE OS ELEMENTOS SÓCIO-CULTURAIS NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA QUE PERMITE O OLHAR SOBRE OS ELEMENTOS SÓCIO-CULTURAIS NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

**Autor(es):** Juliana Sampaio

**Resumo:** (INTRODUÇÃO) As políticas públicas são um conjunto de diretrizes e referências ético-legais adotados pelo Estado para dar respostas a problemas sociais, institucionalizando ações do poder público. Elas são de extrema relevância para a construção de uma sociedade mais justa. O psicólogo tem cada vez mais se inserido no campo das políticas públicas, contribuindo de maneira significativa com a implicação das questões sócio-culturais e subjetivas num campo de conhecimento marcado pelo viés sócio-político e econômico. (OBJETIVO) O presente trabalho tem como objetivo apresentar um modelo teórico-metodológico que permite destacar os fatores sócio-culturais na análise de políticas públicas. (MÉTODO) Para tanto, são apresentadas e definidas as categorias de análise e as técnicas de coleta e interpretação de dados propostos. Sua aplicação prática é demonstrada pela apresentação da proposta teórico-metodológica da tese de doutorado da presente autora, que teve como foco a análise da política de prevenção da aids da Secretaria de Saúde do Recife de 2001/2004. São ainda apontados os avanços que essa proposta traz para o estudo dos elementos subjetivos no campo das políticas públicas. (RESULTADOS) A análise de políticas públicas é uma técnica que permite um juízo de valor acerca das políticas públicas. A partir dela, são considerados os discursos explícitos e implícitos, compreendendo, inclusive, a ausência de uma política como forma de se fazer política. Este referencial teórico permite visualizar os diferentes elementos que influenciam a produção de uma política, em todo o seu desenrolar e que podem ser de ordem política, ideológica, social ou cultural. Araújo (2000) utiliza quatro categorias de análise de políticas públicas, propostas por Walt e Gilson (1994), as quais seriam: o contexto, os atores, o conteúdo e o processo. Entretanto, enquanto este autor enfoca, preferencialmente, as produções sócio-econômicas, no estudo em tela, são consideradas, preferencialmente, as produções sócio-culturais, na construção e implementação das políticas públicas. Desta forma, as quatro categorias de análise assumem um novo recorte interpretativo, sendo reorganizadas conceitualmente: a categoria de análise contexto refere-se às realidades política, econômica e sócio-culturais que cercam a política e interagem com a mesma. Os atores são todas as pessoas, instituições e organizações sociais que interferem direta ou indiretamente na política, em especial seus formuladores e implementadores. O conteúdo trata do conjunto de significados que sustentam a política e que se expressam nos programas, projetos e nas mais diversas ações programáticas e produtos. Trata-se de compreender quais as ideologias, valores, crenças, representações e interesses - financeiros ou políticos - orientam a política. Por fim, na categoria processo são consideradas a formulação e implementação das políticas, evidenciando o grau de democratização do poder decisório. (CONCLUSÃO) Tem-se, assim, uma adaptação inédita destes referenciais, que foi testada, oferecendo mais uma forma de analisar as políticas públicas. Nela, destaca-se a relevância dos aspectos sócio-culturais na análise de políticas públicas, propondo a articulação



entre o econômico e o social, o político e o cultural, o objetivo e o subjetivo, ratificando a relevância das ciências humanas e sociais para o desenvolvimento deste campo teórico.

**Palavras-chaves:** análise de políticas públicas, modelo teórico-metodológico, técnicas de pesquisa

**Atividade: AS NOVAS TECNOLOGIAS E OS IMPACTOS NO CORPO  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Entorpecimento criativo no trabalho: a perplexidade diante da tecnologia

**Autor(es):** Ana Augusta Ravasco Moreira Maia

**Resumo:** Do ponto de vista humano, trabalhar é muito mais que uma simples atividade mecânica: implica a necessidade do engajamento do corpo, a mobilização da inteligência, a capacidade de refletir, de interpretar e de reagir às situações. Sendo assim, o trabalho requer um tipo de inteligência corporal que só é adquirida no exercício da atividade, se forma no e pelo trabalho a partir da relação do corpo com a tarefa, que permite a familiarização com os instrumentos e as técnicas utilizadas. Os gregos, por sua vez, tinham a concepção desse tipo de inteligência do corpo denominada *mêtis*. Trata-se de uma inteligência essencialmente engajada nas atividades técnicas, em particular nas atividades de fabricação que é mobilizada frente a situações inéditas e imprevistas. Ela funciona privilegiando a habilidade em detrimento da força, sendo, portanto, essencialmente inventiva e criativa. É a utilização da capacidade criativa característica desse tipo de inteligência corporal que possibilita aos trabalhadores encontrar soluções para os problemas diários enfrentados no ambiente de trabalho. Existe uma grande diferença entre o trabalho narrado por aqueles que o executam e o descrito pelo corpo gerencial. É só a partir dos “jeitinhos” e “macetes” aprendidos na relação com os próprios instrumentos e técnicas de trabalho que os trabalhadores conseguem realizar suas atividades laborais, principalmente quando se deparam com situações de crise. As novas tecnologias empregadas no trabalho teriam por objetivo a simplificação das atividades laborais através da utilização de máquinas altamente especializadas e “inteligentes”, mas elas acabam por tornar o trabalho “obscuro” e favorecem a fraca identidade que o trabalhador atual possui com a sua atividade. Isto acontece, pois, nas formas de trabalho flexível contemporâneo, são as máquinas as detentoras do “conhecimento” que possibilita a produção dos bens e serviços. Portanto, a qualificação para o trabalho está sendo paulatinamente transferida dos trabalhadores para os equipamentos, fazendo com que, para trabalhar, os primeiros não precisem necessariamente possuir o conhecimento e a experiência de “fabricar” o produto, mas, sim, de operar as máquinas - operação que geralmente é realizada através de computadores - responsáveis pela produção. Assim, de uma forma paradoxal, a diminuição da dificuldade do trabalho permitida pelas novas tecnologias torna-o, para os trabalhadores, cada vez mais ilegível e cria condições para a atividade não crítica e indiferente. A tecnologia os deixa perplexos e diante das crises, eles simplesmente não sabem o que fazer. As relações do corpo com a tarefa se tornam superficiais e inconsistentes dificultando o desenvolvimento da “inteligência astuciosa”. Parece, portanto, que nos novos ambientes de trabalho high tech, a tecnologia tira a *mêtis* grega de cena.

**Palavras-chaves:** Corpo, Tecnologia, Subjetividade, Trabalho

**Atividade: ANALISANDO A COMPREENSÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE NAS  
ATIVIDADES LÚDICAS PARA O PROCESSO DE CURA DE CRIANÇAS HOSPITALIZADAS  
EM JUAZEIRO – BAHIA (Paineis)**

**Trabalho:** ANALISANDO A COMPREENSÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE NAS  
ATIVIDADES LÚDICAS PARA O PROCESSO DE CURA DE CRIANÇAS HOSPITALIZADAS EM  
JUAZEIRO – BAHIA

**Autor(es):** Darlindo Ferreira Lima, Íris Letícia de Sá Carvalho, Raquel Loura Ribeiro, Maria de Fatima Alves de Aguiar Carvalho

**Resumo:** O hospital é uma instituição de atendimento à saúde que tem uma finalidade específica de assistência no processo diagnóstico-terapêutico. Alguns estudos têm priorizado a reflexão de fatores determinantes de desconforto emocional em crianças frente à hospitalização e à doença: a não familiaridade com o ambiente hospitalar, a separação criança-família, a idade da criança e a sua personalidade pré-hospitalização. A internação se configura como um momento que gerador de medos tanto para as crianças quanto para seus familiares. Porém, esses sentimentos podem ser aliviados a partir da existência de vínculo estruturador entre família, criança e profissionais cuidadores em saúde. A hospitalização pode ser integrada à vida da criança, como uma vivência que faz parte dela, podendo ser experienciada, elaborada no sentido de produzir a construção de novos significados. Esses podem então ser úteis não só para o entendimento da situação específica, mas significados que serão estendidos para a uma compreensão maior, da sua vida, e suas relações com o seu meio. A partir desse contexto, o objetivo do presente trabalho é analisar a compreensão dos profissionais de saúde que cuidam de crianças sobre a importância de atividades lúdicas no hospital público de Juazeiro-BA. O estudo se realizou em um hospital público pediátrico conveniado com o SUS que possui o porte de hospital regional, haja vista os inúmeros atendimentos/ano que são realizados à pacientes das diversas cidades que compõe o Vale do São Francisco. A população foi composta por profissionais da área de saúde que lidam direta ou indiretamente com as crianças do referido hospital. A amostra foi constituída por 09 profissionais de saúde, entre eles, enfermeiras, médicas e técnicas de enfermagem que atuam no referido hospital. Como técnica de coleta de dados, utilizou-se à entrevista semi-estruturada, a qual abordou questões sobre a compreensão do lúdico para os profissionais, além de presença de espaço físico para recreação infantil, existência de atividades lúdicas dentro do hospital e de que forma é realizado o acolhimento tanto das crianças quanto do acompanhante, entre outras. Atualmente a pesquisa se encontra em fase de análise. Esta se fundamenta a partir de autores que trabalham sobre a temática. Os primeiros resultados apontam que os profissionais compreendem a importância das atividades lúdicas no processo de cura, porém ressaltaram que há ausência de tempo por parte deles para realização de tais atividades. O estudo indicam também que a instituição em questão oferece um espaço físico para recreação das crianças internadas, mas, para alguns profissionais esse local poderia ser, melhor estruturado para o lazer infantil. O presente trabalho mostrou ainda que alguns profissionais estão dispostos a modificar tanto o ambiente de trabalho como o próprio modo de trabalhar para adaptar mais ao universo infantil. Embora a totalidade dos dados não estejam analisada já se pode entender que esta pesquisa trouxe uma visão mais abrangente sobre a possibilidade de inserção de novos mecanismos para auxiliar na recuperação de crianças hospitalizadas e da relação do mecanismo saúde-doença.

**Palavras-chaves:** Lúdico, Criança, Hospital, Profissionais

**Atividade: Imagens na Prisão  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Imagens na Prisão: experimentação tecnologia e cartográfica

**Autor(es):** Fernanda Spanier Amador

**Resumo:** O presente trabalho apresenta o desenvolvimento de um projeto que se insere nas atividades desenvolvidas na Disciplina “Arte Virtual – Dispositivos Tecnológicos de Subjetivação”, do Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação (PGIE/UFRGS), em nível de Doutorado. Sua proposição justifica-se pela necessidade de criar possibilidades de experimentação com o uso das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs), mais especificamente com as Tecnologias Digitais de Imagem no campo de processos educativos formais e informais, com vistas à proposição de alternativas institucionais no que se refere a diferentes aspectos da experiência humana tais como os subjetivos, os cognitivos e os sociais. Enfocando o trabalho desenvolvido por agentes penitenciárias femininas, considera-se este enquanto processo educativo, na dimensão em que ao trabalhar produzem-se saberes mediante

operações cognitivas e processos subjetivos por parte de tais trabalhadoras. Operando com uma idéia de que modos de trabalhar, de subjetivar, de pensar e de conhecer processam-se em co-existência, interessa-nos desenvolver estudos explorando as possibilidades dos recursos info-videográficos como dispositivos de transformação institucional, promovendo ações que mesclam os terrenos do trabalho, da educação e das novas tecnologias. Salientamos que o uso da tecnologia digital de imagem móvel neste trabalho, ocupa um lugar central no interesse de investigação, não sendo proposto apenas como meio de captação imagética para fins de ilustração e complemento dos procedimentos de pesquisa. Constitui, em lugar disto, uma dimensão crucial de nosso interesse científico, uma vez que pensamos haver íntimas relações entre os percursos subjetivos e cognitivos das pessoas quando manuseiam e interfaceiam com as tecnologias digitais de imagem. Explorar tais recursos no âmbito do trabalho penitenciário parece-nos urgente, considerando as constantes dificuldades enfrentadas nas prisões em todo país, criando um campo de pesquisas referente às práticas de formação para o trabalho prisional e buscando nos recursos das tecnologias digitais, meios para reinvenção dos fazeres e saberes penitenciários sob a ótica de uma estética digital. Fundamentando nossas ações especialmente nas leituras que enfocam os temas da imagem e da subjetivação, exploramos as características das imagens numéricas em seu potencial de simulação do mundo, o que perturba as pretensas correspondências entre elas e o real, visando extraí-las dos clichês representativos para inseri-las em circuitos mais ampliados de sentido – para além das características técnicas necessárias à sua obtenção – entendendo seu uso como instrumento de novas maneiras de pensar o mundo e o sujeito. Explorando, especialmente, a produção info-videográfica na prisão, nosso intento é enfocar seus recursos tecnológicos na criação de um campo de experimentação subjetiva com as agentes penitenciárias, tais como: o alargamento do tempo, já que os recursos dessa mídia permitem visualizar repetidamente as imagens e em velocidades diferentes, bem como explorar a captação de sons, viabilizando o acesso a toda uma estilística das falas e dos olhares. Em termos analíticos, nosso foco recai sobre o entre-imagens, essa uma zona de espaçamento na qual reside a potência dos signos que viabiliza as forças do heterogêneo e a diferença em modos de ver, de fazer, de sentir visando promover movimentos de presentificação imagética, ou dito de outro modo, de acesso a uma virtualização das imagens.

**Palavras-chaves:** Imagem Infovideográfica, Prisão, Subjetivação

**Atividade:** Rastros no Orkut  
(Paineis)

**Trabalho:** A produção de sentidos entre apagar e manter scraps

**Autor(es):** Kleber Lopes, Ana Almeida Costa, Andressa Almada Marinho Pontes, Herica Silva França, Lígia Carolina Oliveira Silva, Marcus Vinicius de Jesus Silva, Vanessa Araujo Souza Cortes

**Resumo:** Esse trabalho analisa os modos de inscrição e de produção da subjetividade no ambiente da cibercultura na plataforma Orkut. Ante a intensa dimensão do uso desse programa entre brasileiros, dentre esses, todos os autores desse estudo, o mesmo estabeleceu-se como campo de observação e análise de movimentos e representações que se busca dar a si. Através da aplicação de 57 entrevistas realizadas no ambiente do próprio software Orkut, se busca entender os sentidos que usuários desse programa produzem ao administrar a seção de comentários disposta em cada endereço, tendo como condição de análise inicial, a manutenção ou não, das mensagens que recebem. Essa ação de exclusão ou de manutenção do comentário recebido é pensada como uma disposição que marca maneiras de operar na vida cotidiana, que se desdobram em pelo menos duas modalidades de experiências contemporâneas: uma que tem caráter individual, onde cada usuário busca formas de atender demandas que lhe são mais imediatas e requerem um sentido no presente, e uma outra marcada por um modo mais

ampliado de entender como o Orkut se transforma, enquanto experiência coletiva, a partir dessas ações de apagar ou manter as mensagens que se recebe. Esses sentidos, entretanto, não definem campos opostos de significação. Ao contrário, marcam-se como fluxos articulados para a experiência cibernética, onde a diversidade no coletivo possibilita heterogeneidade na dimensão do singular, como apontam estudos realizados por Michel Foucault, Gilles Deleuze, Bruno Latour, Heliana Conde, Leila Machado e Virgínia Kastrup. Considerações iniciais dessa análise indicam uma modalidade de experiência no uso da plataforma Orkut, que empobrece semanticamente os modos de dizer de si para o mundo e perceber nesse mundo um dito distinto daquele que lhe parece próprio. A leitura dos discursos e a observação realizada nas páginas desses usuários apontam para uma ação que visa objetivar os sentidos, primando pela busca da identificação máxima com a informação mínima. Ação que reduz as possibilidades tecnológicas postas na plataforma Orkut, no que lhe confere importante fundamento social: encontrar, conhecer e fazer amigos. A ação de excluir os comentários deixados pelos amigos de Orkut, desdobra-se em movimentos de abreviação da experiência singular em sua dimensão semântica e já se configura em comunidades do Orkut, voltadas para um procedimento de legitimar moralmente a ação de deletar as mensagens recebidas. Com menor número de participantes, há comunidade que se propõe a resistir a apagamento. Considerações preliminares permitem supor processos de afastamento gradual do uso da plataforma Orkut, como consequência do sentido particularizado que dela se faz ou se fez.

**Palavras-chaves:** Modos de subjetivação,Orkut,Produção de sentido

**Atividade: Transfiguração do humano na cibercultura (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Transfiguração do humano na cibercultura

**Autor(es):** Kleber Lopes

**Resumo:** Esse trabalho analisa os modos de produção da subjetividade contemporânea no ambiente da cibercultura, onde novas maneiras de ser e de se relacionar podem ser inventadas. Entende que esses modos operam através de lógicas de figuração, que correspondem à busca por uma identidade normativa para a condição existencial, e de transfiguração, que implicam em tentativas de inventar a si e ao mundo, diferente do já visto e assimilado. Faz essa discussão através da produção de um weblog, mantido no ar por um período de 12 meses, refletindo como os cibercultas apareciam e mantinham relações consigo e entre si nesse endereço digital; no caso o <http://zeooutro.zip.net>. Essa página eletrônica foi administrada nesse tempo, pelo pesquisador, o que confere à metodologia desse estudo um caráter participante. Para análise dos modos de subjetivação nesse campo, fez-se essencialmente uso do pensamento de Michel Foucault, fundamentalmente naquilo que caracteriza as questões da estética da existência e a condição de humanidade que se atualiza historicamente. Em relação à análise do espaço cibernético, que é o suporte para essa modalidade de relação, buscou compreendê-lo como um não-lugar, conceito de Marc Augé, que caracteriza uma importante dimensão antropológica para a experimentação desse contemporâneo. Um não-lugar equivale a um espaço de significação mínima e que tende a produção homogeneizada da vida. Apesar disso, a articulação da discussão da estética da existência num não-lugar permite considerar a inviabilidade das determinações tecnológicas sobre os modos de ser e estar no ambiente cibernético. Desdobramentos dessa análise apontam que as modalidades de uso dos ambientes digitais extrapolam delimitações convencionais para a condição dos que se relacionam em weblogs, por exemplo. Entretanto, esse ultrapassamento da condição de consumo pelo cibercultista, se faz apenas através das maneiras pelas quais ele busca se relacionar com os outros utilizando um suporte digital; que pode vir a configurar apenas o que margeia as tratativas do eu ou experiências de figuração, onde estratégias de individualização configuram os modos de relacionamento na Rede Mundial de Computadores. De outro modo, quando se atravessa esses limites da territorialidade do ego, e por tentativas partilhadas entre cibercultistas, se permite à novidade como experiência, configura-se a lógica da transfiguração como experiência estética, que produz a possibilidade do outro no ambiente cibernético. Outro que se experimenta singularmente, quando se deixa aquilo que fora, para se apropriar daquilo que é novidade, e

também coletivamente, no lidar ético e politicamente, com a diferença de fora, com aquilo que lhe é distinto e por viver também, não se pode ignorar.

**Palavras-chaves:** Produção da subjetividade, Cibercultura, Transfiguração, Contemporâneo

**Atividade: Psico-informática: de Skinner ao desenvolvimento de software de Rumbaugh, Booch e Jacobson. (Paineis)**

**Trabalho:**Psico-informática: de Skinner ao desenvolvimento de software de Rumbaugh, Booch e Jacobson em UML 2.0.

**Autor(es):** Celso Socorro Oliveira

**Resumo:** Quando Skinner descreveu comportamento como parte do funcionamento de um organismo que estaria engajada em agir sobre, ou manter intercâmbio com o mundo exterior, não poderia esperar que organismo pudesse ser um software ou sistema de computadores. Entretanto, pesquisadores como Miller, Chomsky e McCarthy (diretamente relacionados à Ciência da Computação, nos seus primórdios), tinham conhecimento da sua obra. A crescente demanda por software pela indústria, educação e pesquisa, tornou os sistemas de computador muito complexos nas últimas décadas e instrumentos para projetar e acompanhar o desenvolvimento de software tem sido desenvolvidos através dos anos. Devido à multiplicidade de métodos e ferramentas computacionais para desenvolver softwares, um grupo de pesquisadores percebeu a utilidade de unificar os melhores instrumentos em um todo que pudesse ser utilizado de forma padrão na indústria de software assim como em organizações complexas. A UML - Unified Modeling Language – é uma linguagem padrão desenvolvida por Rumbaugh, Booch e Jacobson para especificar, visualizar, construir e documentar artefatos de sistemas de software, assim como modelar negócios e outros tipos de sistemas. Esta linguagem unifica o conjunto de práticas de sucesso para modelar sistemas complexos grandes, identificando quem são os agentes, as relações entre eles, quais os requisitos necessários para que uma determinada ação ocorra e como se dá o desenvolvimento da ação. A UML foi desenvolvida inicialmente na versão 0.9 em 1996 e na versão atual, a 2.0, contém treze tipos de diagramas, onde sete são comportamentais, isto é, descrevem o "comportamento" do sistema (os outros são estruturais, definem as partes físicas do sistema e suas inter-relações). Os diagramas comportamentais são: Diagrama de Uso (mostra as relações entre agentes e sistema), Diagrama de Estados (mostra a resposta causada por cada antecedente e o seu consequente), Diagrama de Atividade (que descreve o andamento da ação) e os quatro diagramas interação (seqüência, interatividade, colaboração e tempo), que descrevem detalhadamente a ordem, os resultados e o tempo de cada ação. Este trabalho também faz um paralelo entre vários conceitos relacionados à Análise do Comportamento definidos por Skinner, 1957 (instância, comportamento, classe, etc.), que são utilizados em Análise e Projetos Orientados a Objetos, para construção de sistemas computacionais, principalmente nos diagramas de comportamento da UML. Considera-se aqui, como especulação, a possibilidade de que parte do trabalho de Skinner tenha sido aproveitado para o desenvolvimento da UML anos mais tarde, pois John McCarthy, contemporâneo de Skinner em Stanford, trabalhou na IBM no verão de 1958, sendo essa empresa uma das responsáveis pela criação do OMG – Object Management Group, responsável pelo desenvolvimento e aprimoramento do UML na versão atual.

**Palavras-chaves:** Análise do Comportamento,UML,Engenharia de Software,Objeto,Software

**Atividade: PREDITOR PARA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: (Paineis)**

**Trabalho:**PREDITOR PARA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: ADAPATAÇÃO DO Behavioral Risk Factor Surveillance System (BRFSS) UTILIZADO PARA PREDIÇÃO da VIOLÊNCIA CONJUGAL

**Autor(es):** Juliana Costa de Carvalho Rêgo, Andre de Carvalho Barreto, Paulo César de Almeida, Júlia Sursis Nobre Ferro Bucher

**Resumo:** A violência doméstica é considerada um dos maiores problemas de saúde pública que existem atualmente, sendo definida como uma forma de controle coesivo de um familiar sobre outro por meio da agressão física, sexual e psicológica; na maioria dos casos de abuso, o homem costuma ser o perpetrador e a mulher a vítima. As consequências da violência familiar habitualmente são graves, estudos indicam que pessoas que sofreram este tipo de abuso apresentam propensão à depressão, ao suicídio, ao uso de entorpecentes e a serem revitimizadas com novas agressões, podendo chegar ao óbito. Vítimas e possíveis vítimas de violência familiar comumente são atendidas nas emergências hospitalares, nos consultórios médicos e psicológicos, dentre outras instituições de saúde, mas por falta de orientação dos(as) profissionais, muitas delas não são identificadas, colaborando para a continuação de sua morbidade e situação de risco. Informações sobre o risco futuro de vítimas são de extrema relevância para escolha de intervenções apropriadas à violência doméstica. O propósito desta pesquisa foi avaliar a equivalência transcultural do instrumento Behavioral Risk Factor Surveillance System (BRFSS) – concebido originalmente em inglês – para uma versão na língua portuguesa a ser proposta para uso no Brasil. O BRFSS tem por finalidade medir a situação de risco à violência familiar a partir de três questões de respostas nominais, ou seja, sim ou não. A resposta a um ou mais sim dessas três perguntas denota a possibilidade da pessoa sofrer alguma agressão física, ou sexual, ou psicológica nos próximos quatro meses. Os criadores deste instrumento a partir de testes e re-testes concluíram que ele possui uma alta fidedignidade e replicabilidade ( $k > 0.79$ ), contudo este instrumento nunca foi aplicado ou adaptado para o Brasil, tornando seus resultados duvidosos para nosso contexto. Subsidiado por uma revisão bibliográfica ampla, a avaliação de equivalência conceitual e das questões do instrumento original envolveu discussões com especialistas, avaliação da equivalência semântica e aplicação do instrumento para teste. A equivalência semântica foi avaliada por duas traduções e “backtranslations”. A primeira avaliando a equivalência do significado literal do texto em inglês; a segunda o seu significado geral. Após esta fase, o instrumento foi administrado em uma amostra de 385 pessoas (211 mulheres e 174 homens) matriculadas em instituição de ensino superior de Porto Alegre, RS, Brasil. A cada participante foi pedido antes de responder ao instrumento que lesse e assinasse o Termo de consentimento livre e esclarecido que seguiu os critérios éticos de pesquisa com seres humanos. Constatou-se uma excelente aceitabilidade do questionário pelos(as) aplicandos(as) e uma boa equivalência conceitual das questões e da semântica entre a versão adaptada e a original. Apesar de encorajadores, os resultados obtidos devem futuramente sofrer novas avaliações psicométricas para equivalência de mensuração.

**Palavras-chaves:** Violência doméstica, Métodos de tradução, Behavioral Risk Factor Surveillance System (BRFSS)

## **Área: Processos Avaliativos**

**Atividade: Avaliação psicológica informatizada: modelos e aplicações  
(Cursos - 4hs)**

**Trabalho:**Avaliação psicológica informatizada: modelos e aplicações

**Autor(es):** Maria Cristina Rodrigues Azevedo Joly

**Resumo:** O desenvolvimento de habilidades específicas voltadas para tarefas, da criatividade para desenvolver soluções e produtos novos, flexibilidade para atuar em equipe, solucionar problemas e respeitar as diferenças no relacionamento interpessoal são muito valorizadas na sociedade informatizada. Neste contexto dos últimos vinte anos, é urgente a necessária adequação das formas de avaliação psicológica e educacional tanto dos indivíduos em tarefas e relações mediadas pela tecnologia quanto de programas de ensino que se utilizem de plataformas informatizadas de aprendizagem. Esses são aspectos determinantes para o desenvolvimento de instrumentos informatizados, especificamente no que concerne ao interesse da educação e da psicologia, quer estejam relacionados à atuação profissional quanto à investigação científica. Faz-se necessário destacar que a avaliação pode ser considerada informatizada quando desenvolvida baseada em recursos computadorizados. É importante considerar que a utilização de instrumentos informatizados para a avaliação psicológica tem sido freqüente, principalmente nos Estados Unidos e Europa. Isto se deve em função das facilidades e confiabilidade que tal prática pode trazer à área, não obstante as limitações também existentes. Os instrumentos informatizados, disponíveis em computador ou por meio da Internet, possibilitam implementar técnicas, instrumentos e análises avaliativas que facilitem o diagnóstico e intervenção. Pretende-se conceituar, caracterizar e apresentar modelos e aplicações da avaliação psicológica informatizada, bem como exemplos de testes. Ao lado disso, será apresentada uma revisão da literatura acerca do tema. Serão discutidas questões atuais sobre as características psicométricas de instrumentos informatizados, bem como critérios básicos para sua construção e validação pautados em Padrões Internacionais de Testagem Informatizada e no Sistema de Avaliação Psicológica Informatizada (SAPI) em desenvolvimento. O conteúdo estará dividido em 4 horas de curso. No primeiro módulo, a Avaliação Psicológica Informatizada será conceituada, contextualizada na realidade brasileira comparativamente à estrangeira. Alguns modelos e exemplos de instrumentos serão apresentados. Os testes adaptativos, as simulações, os que se utilizam de diferentes mídias, as avaliações dinâmicas são alguns exemplos da testagem contemporânea que não ocorre se não for computadorizada. O segundo módulo será dedicado à construção e validação de testes informatizados. Serão apresentados e analisados os padrões básicos para construção de instrumentos informatizados, considerando-se tanto os aspectos metodológicos psicométricos quanto os específicos – técnicos e de segurança da informação. Têm-se como referências básicas os Standards for educational and psychological testing da American Educational Research Association e a Resolução nº 25/2001 do Conselho Federal de Psicologia que define padrões para utilização de testes psicológicos no Brasil. Ao final das 4 horas de curso será realizada uma auto-avaliação e do curso com os participantes. Será necessário ter disponível para a realização do curso um datashow e conexão com Internet.

**Palavras-chaves:** avaliação informatizada,psicometria,medidas em psicologia

**Atividade: Análise das Propriedades Psicométricas do Inventário de Habilidades Sociais no Diagnóstico da Fobia Social  
(Paineis)**

**Trabalho:**Análise das Propriedades Psicométricas do Inventário de Habilidades Sociais no Diagnóstico da Fobia Social

**Autor(es):** Antonio Paulo Angélico, José Alexandre de Souza Crippa, Sonia Regina Loureiro

**Resumo:** O prejuízo nas habilidades sociais tem sido considerado como um dos aspectos fundamentais da fobia social ou transtorno de ansiedade social. Poder-se-ia suspeitar que os fóbicos sociais careçam de habilidades adequadas (verbais ou não-verbais) necessárias para lidar com as interações sociais ou as situações de desempenho. Contudo, os dados de pesquisa têm sido inconsistentes. Em função disto, questiona-se tal associação direta, considerando-se que os fóbicos sociais embora pareçam ter habilidades inadequadas, isso poderia refletir inibição comportamental, ao contrário de falta real de habilidades. É possível que tais habilidades sociais estejam apenas inibidas durante estados de alta ansiedade, como aqueles associados às situações de desempenho e de interação para as pessoas fóbicas sociais. Considera-se, contudo, que os déficits de habilidades sociais dificultam tanto o funcionamento social quanto a capacidade adaptativa ao meio do indivíduo diagnosticado com este transtorno. Objetiva-se testar as propriedades psicométricas apresentadas pelo Inventário de Habilidades Sociais (IHS) no contexto de avaliação psiquiátrica, mais especificamente, com pessoas com o diagnóstico da fobia social. Tomou-se como hipótese a ser testada a seguinte questão de pesquisa: as manifestações comportamentais detectadas na aplicação do IHS estão associadas às manifestações clínicas detectadas com a aplicação do Inventário de Fobia Social (SPIN), que avalia sinais e sintomas característicos da fobia social. Em uma primeira etapa, participaram 1006 estudantes universitários, na faixa etária entre 17 e 35 anos de ambos os sexos, provindos de duas instituições de ensino superior do interior do estado de São Paulo, aos quais foram aplicados em situação coletiva, de sala de aula, o IHS e o SPIN. O IHS apresentou uma consistência interna boa, com um coeficiente de Cronbach de 0,87 para o escore total da amostra, o que reforça a sua validade de construto. Uma validade concorrente boa também foi demonstrada entre o IHS e o SPIN, com um coeficiente altamente significativo de correlação negativa entre estes dois instrumentos ( $r = -0,68$ ,  $p < 0,001$ ), obtido pela comparação de seus escores totais, indicando que quanto mais elaborado for o repertório de habilidades sociais de um indivíduo, menor é a probabilidade de ele satisfazer os critérios diagnósticos para a fobia social. Na segunda etapa do estudo, o IHS demonstrou distinguir significativamente indivíduos com e sem fobia social ( $t(83) = 11,72$ ,  $p < 0,001$ ), avaliados pela Entrevista Clínica Estruturada (SCID-IV/DSM-IV), atestando assim sua validade discriminativa e preditiva para esse diagnóstico. Estes resultados apontam para a relação entre habilidades sociais, funcionamento social e sintomas da fobia social.

**Palavras-chaves:** propriedades psicométricas, Inventário de Habilidades Sociais, Inventário de Fobia Social, fobia social, validade concorrente

### **Atividade: AVALIAÇÃO DE HABILIDADES SOCIAIS EM ADULTOS (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** CONSTRUÇÃO E AVALIAÇÃO DO INVENTÁRIO DE EMPATIA (I.E.)

**Autor(es):** Eliane Mary de Oliveira Falcone

**Resumo:** Vários estudos apontam efeitos sociais positivos da empatia, tais como maior qualidade das relações sociais, redução de conflitos e maior satisfação conjugal. A empatia tem sido apontada como uma habilidade que inclui três componentes: um componente cognitivo, referido como tomada de perspectiva, corresponde à capacidade de perceber com acuidade os pensamentos e sentimentos de outra pessoa; um componente afetivo, caracterizado por uma preocupação genuína com os sentimentos e necessidades dos outros e um componente comportamental, que corresponde a expressões, verbal e não-verbal, de entendimento do estado interno da pessoa-alvo. O Inventário de Empatia (IE) corresponde a uma medida construída e validada no contexto brasileiro, que pretende medir a habilidade empática de indivíduos adultos. Ela foi elaborada e avaliada por professores e alunos bolsistas e estagiários voluntários de iniciação científica da UERJ. Inicialmente foram pesquisadas 22 habilidades sociais, com seus componentes cognitivos e comportamentais, a partir de publicações sobre o tema. São elas: iniciar, manter e encerrar conversação; fazer pedidos sem e com conflitos de interesse; recusar pedidos; pedir mudança de comportamento; responder a críticas; expressar opiniões pessoais;



expressar afeto; fazer e receber elogios; reclamar de serviço insatisfatório; convidar alguém para um encontro; conversar com alguém com problemas; cumprimentar os outros; cobrar dívidas; expressar sentimentos positivos e negativos; falar em público; terminar relacionamento; fazer perguntas. Em seguida, foram construídos 74 itens baseados no construto da empatia e em uma variedade de situações sociais referentes às 22 habilidades acima. As respostas às perguntas são do tipo Likert, com cinco opções, variando desde nunca até sempre. A medida foi aplicada em 713 estudantes de uma universidade do Rio de Janeiro. A aplicação da escala foi feita de forma coletiva, em sala de aula, com uma explicação prévia sobre como responder ao questionário. As respostas foram digitadas em Excel e processadas no SPSS. Após a análise fatorial, foram excluídos 34 itens. Os 40 itens da escala foram agrupados em quatro fatores, os quais são especificados a seguir: (1) Tomada de perspectiva (capacidade e motivação para compreender a perspectiva e os sentimentos da outra pessoa), com 12 itens (Alpha: .8525); (2) Flexibilidade interpessoal (capacidade para entender e aceitar pontos de vista muito diferentes), com 10 itens (Alpha: .7745); (3) Altruísmo (capacidade para sacrificar temporariamente as próprias necessidades em benefício das necessidades da pessoa-alvo), com nove itens (Alpha: .7496); (4) Sensibilidade afetiva (tendência a experimentar sentimentos de compaixão e de interesse pelo estado emocional do outro), com nove itens (Alpha .7222). Os quatro fatores acima estão fortemente fundamentados por estudos teóricos e empíricos, que apontam a tomada de perspectiva como o componente cognitivo da empatia, assim como a sensibilidade afetiva está relacionada ao componente afetivo dessa habilidade. Além disso, o altruísmo e a flexibilidade interpessoal também têm sido relacionados à empatia. Apoio das instituições: PIBIC-UERJ

**Palavras-chaves:** Empatia, Avaliação de empatia, Escala de auto-informe, Habilidades Sociais, Psicometria

**Trabalho:** HABILIDADES SOCIAIS CONJUGAIS: CONSTRUÇÃO DE UM INVENTÁRIO DE AVALIAÇÃO

**Autor(es):** Zilda A. P. Del Prette, Miriam Bratfish Villa

**Resumo:** A qualidade dos relacionamentos interpessoais tem grande influência nos diversos contextos da vida de qualquer indivíduo, aqui se incluindo o contexto conjugal, fonte potencial de prazer e realização ou frustração e transtornos psicológicos. Pesquisas têm mostrado a importância de habilidades sociais específicas para a maximização da qualidade do relacionamento conjugal como sua estabilidade e duração, sugerindo seu impacto possível também sobre a satisfação conjugal, embora não se disponha, ainda, de estudos empíricos suficientes para sustentar esta última relação. Essa lacuna está, em parte, relacionada à falta de instrumentos para a avaliação das habilidades sociais conjugais e sua possível especificidade em relação às demais habilidades gerais dos cônjuges. Neste trabalho, apresenta-se um instrumento utilizado para a avaliação de habilidades sociais conjugais, construído com base e formato semelhantes ao IHS-Del-Prette (Del Prette & Del Prette, 2001) bem como suas propriedades psicométricas, fatores e correlação com habilidades gerais e com satisfação conjugal. Participaram 406 respondentes de ambos os sexos (a maioria casais), com nível mínimo de escolaridade de segundo grau e idades entre 20 e 73 anos, respondendo ao Inventário de Habilidades Sociais (IHS-Del-Prette, Del Prette & Del Prette, 2001), Inventário de Habilidades Sociais Conjugais (IHSC, Villa & Del Prette, 2005) e Escala de Satisfação Conjugal (ESC, Pick de Weiss & Andrade Palos, 1988). Foram obtidos escores individuais para cada instrumento, procedendo-se a análises descritivas de cada um e a comparações entre eles, especialmente entre as respostas de maridos e esposas, além de análise da influência de variáveis sócio-demográficas. Os resultados apontaram correlação significativa entre escores do IHS-Del-Prette, IHSC e da ESC, sugerindo que quanto mais elaborado o repertório de habilidades sociais (conjugais e gerais) do respondente, maior é sua satisfação com o casamento, confirmando a hipótese inicial do estudo. Foram verificadas diferenças entre cônjuges homens e mulheres e também em itens específicos. O IHSC apresentou boa consistência interna (Alfa de Cronbach = 0,81) e uma estrutura de seis fatores que explicaram 45,407 da variância total obtida. Esses fatores e respectivos coeficientes de confiabilidade são discriminados a seguir: F1 -

Comunicação e expressividade (Alfa=,685); F2 - Asserção de autodefesa (Alfa=,6332); F3 - Expressão de intimidade (Alfa=,6158); F4 - Autocontrole empático (Alfa=,6037); F5 - Assertividade pró-ativa (Alfa=,530); F6 – Evitação de conflitos (Alfa=,5260). O IHSC apresentou satisfatória consistência interna e índice de discriminação. É discutida a aplicabilidade do instrumento a novos estudos e ao contexto prático de atuação do psicólogo, bem como as implicações dos resultados obtidos para novas pesquisas. CNPq/FAPESP.

**Palavras-chaves:** Habilidades sociais conjugais, Avaliação psicométrica, Satisfação conjugal, Casamento, Relação conjugal

**Trabalho:** TRANSTORNO DE ANSIEDADE SOCIAL: UMA REVISÃO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

**Autor(es):** Flávia de Lima Osório, José Alexandre de Souza Crippa, Sonia Regina Loureiro

**Resumo:** O Transtorno de Ansiedade Social (TAS) é considerado um dos mais prevalentes transtornos de ansiedade, o que estimula o estudo e desenvolvimento de instrumentos que favoreçam seu reconhecimento precoce e sistemático. Com relação ao TAS a identificação precoce e sistemática do quadro clínico é de grande importância, sobretudo frente às peculiaridades deste transtorno, relacionadas a dificuldades quanto a autopercepção das dificuldades e ao sub-reconhecimento por parte dos profissionais de saúde mental, o que pode dificultar o diagnóstico clínico e o encaminhamento terapêutico. Uma vez que o TAS aparece como uma condição pouco reconhecida e sub-estimada, tanto pelos indivíduos como pelos clínicos, e que o seu diagnóstico precoce pode evitar o desenvolvimento de comorbidades, favorecendo um melhor prognóstico, considera-se crucial o seu reconhecimento, por meio do uso de instrumentos de rastreamento, aplicados especialmente em contexto primário de atenção à saúde. Objetivou-se identificar na literatura indexada artigos recentes relativos a estudos psicométricos sobre instrumentos para a avaliação do TAS. Para análise os artigos foram agrupados em dois conjuntos, a saber: 1) estudos relativos à Liebowitz Social Anxiety - LSAS e, 2) estudos relativos a outras escalas já validadas ou em validação. Os resultados evidenciaram, no geral, boas qualidades psicométricas dos instrumentos quanto à validade e fidedignidade, destacando-se a LSAS como o instrumento que concentra o maior número e especificidade de estudos, com uma nítida tendência a vir a se consagrar como o principal “padrão-ouro” para os estudos relativos ao TAS. As principais limitações verificadas nos estudos relacionaram-se à diversidade de “padrão-ouro” adotada, a composição amostral com ausência de claros critérios de inclusão e exclusão, e o pequeno número de estudos com amostras não clínicas, dificultando o uso dos instrumentos para o rastreamento de sinais e sintomas na população geral. Conclui-se que se faz necessário aprimorar os estudos sobre as propriedades psicométricas dos instrumentos, por meio de estudos empíricos que tenham por delineamento o rastreamento em populações clínicas e não-clínicas comparando indivíduos com TAS e com outros distúrbios psiquiátricos, e em pessoas mais jovens, com rigoroso controle quanto as comorbidades. Ainda, na direção de futuros estudos, faz-se necessário aprimorar os estudos de validação de critério quanto a identificação dos fatores e clusters, o que poderá contribuir de forma sistemática para o planejamento e a avaliação da eficácia de abordagens terapêuticas com o TAS. Considera-se assim que a melhor aferição dos instrumentos poderá favorecer novos estudos sistemáticos que poderão evidenciar as peculiaridades diagnósticas e terapêuticas do TAS.

**Palavras-chaves:** Transtorno de Ansiedade Social, Instrumentos de Avaliação, Saúde Mental

**Atividade: HABILIDADES SOCIAIS DE CRIANÇAS: VALIDAÇÃO DO SOCIAL SKILLS RATING SYSTEM (SSRS-BR) PARA O BRASIL (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** SSRS-BR: Validação transcultural para o Brasil do Sistema de Avaliação das Habilidades Sociais de estudantes do ensino fundamental

**Autor(es):** Marina Bandeira,Zilda A. P. Del Prette,Almir Del Prette,Thiago Magalhães Pereira de Souza

**Resumo:** Apesar do interesse crescente sobre o estudo das habilidades sociais de crianças e de sua importância para o desenvolvimento infantil, suas relações com a competência acadêmica e como fator de proteção para a prevenção de comportamentos problemáticos, há uma carência de escalas de medida, no Brasil, para avaliar o repertório de habilidades sociais das crianças. Tendo em vista a necessidade de ampliar os instrumentos de medida nesta área, o objetivo desta pesquisa foi fazer a validação transcultural para o Brasil do Social Skills Rating System, Sistema de Avaliação das Habilidades Sociais (SSRS-BR), que avalia as habilidades sociais, comportamentos problemáticos e competência acadêmica de estudantes do ensino fundamental. A avaliação das habilidades sociais inclui 3 questionários (pais, professores e crianças), enquanto que a avaliação dos comportamentos problemáticos inclui 2 questionários (professores e pais) e a competência acadêmica inclui 1 questionário respondido pelos professores. Participaram da pesquisa 416 estudantes (224 meninos e 192 meninas), de primeira à quarta séries de escolas públicas e particulares, de cinco cidades de quatro estados brasileiros (MG, PR, SP e RJ), assim como 312 pais e 86 professoras. Os instrumentos de medida foram aplicados em grupo, nas escolas, por assistentes de pesquisa previamente treinados em um procedimento padronizado de aplicação, tendo sido dada assistência individual aos sujeitos quando necessário. Para verificar a estrutura fatorial das escalas do SSRS, foi realizada a análise fatorial exploratória, pelo método dos Componentes Principais, com rotação Varimax, com o critério mínimo de 0,32 para o valor dos coeficientes de saturação. A fidedignidade do SSRS foi avaliada por meio de dois procedimentos: teste-reteste para estabelecer sua estabilidade temporal e consistência interna dos itens. A estabilidade temporal foi avaliada por meio da análise de Correlação Linear de Pearson, entre os escores obtidos no teste e no reteste, de uma mesma amostra. A consistência interna da escala global e dos fatores foi avaliada através do coeficiente alfa de Cronbach. A subamostra utilizada no reteste foi composta de 54 estudantes do ensino fundamental de 1ª a 4ª séries (29 meninos e 25 meninas), matriculados em escolas públicas e particulares de duas cidades de dois estados brasileiros (RJ e MG). Participaram, ainda, como informantes, 26 pais e 5 professoras destas crianças. As professoras avaliaram 54 estudantes, enquanto que os pais avaliaram 26 estudantes. Os resultados da validade de construto indicaram estruturas fatoriais das escalas que explicaram de 40% a 62% da variância dos dados. A análise da consistência interna indicou os seguintes valores de alfa de Cronbach, para as escalas de: habilidades sociais (Estudante=0,78; Pais=0,86; Professores=0,94); comportamentos problemáticos (Pais=0,83; Professores=0,91) e competência acadêmica (0,98). A análise da estabilidade temporal das escalas indicou correlações teste-reteste positivas e significativas para os escores globais das escalas de habilidades sociais (Estudantes:  $r=0,78$ ; Pais:  $r=0,69$ ; Professores:  $r=0,71$ ), de comportamentos problemáticos (Pais:  $r=0,75$ ; Professores:  $r=0,80$ ) e de competência acadêmica ( $r=0,73$ ). Estes resultados indicam que a SSRS-BR possui propriedades psicométricas adequadas para avaliar as habilidades sociais, comportamentos problemáticos e competência acadêmica de crianças de ensino fundamental, podendo assim ser aplicado no contexto brasileiro.

**Palavras-chaves:** Validade,Fidedignidade,Escala de medida,Habilidades Sociais,Crianças

**Trabalho:**SSRS-BR: Variáveis sociodemográficas associadas a habilidades sociais, comportamentos problemáticos e competência acadêmica

**Autor(es):** Almir Del Prette,Zilda A. P. Del Prette,Marina Bandeira,Thiago Magalhães Pereira de Souza, Lucas Cordeiro Freitas,Sandra Silva Rocha

**Resumo:** Com base em pesquisa multicêntrica, utilizando o Sistema de Avaliação de Habilidades sociais (SSRS-BR), o presente estudo focalizou as relações obtidas entre variáveis sociodemográficas (sexo, idade, nível socioeconômico) e cada uma das variáveis avaliadas por esse instrumento: habilidades sociais, comportamentos problemáticos e competência acadêmica. Trata-se de instrumento de auto-retrato, com versões de auto-avaliação e de avaliação por pais e professores (dados psicométricos apresentados na mesma mesa redonda que este trabalho). O estudo foi realizado com 416 estudantes de 1ª a 4ª séries e 12 professores, de quatro estados brasileiros (MG, PR, SP e RJ). Com relação ao escore global de COMPETÊNCIA ACADÊMICA, os resultados obtidos mostraram que: (a) 14,54% da amostra foi referida pelos professores como apresentando muita dificuldade de aprendizagem, 24,85% pouca dificuldade de aprendizagem e 60,61% nenhuma dificuldade de aprendizagem; em outra análise, considerando os itens que compõem a escala de competência acadêmica, cerca de um terço dos estudantes (31,31% a 36,60%) foram classificados como pertencentes ao grupo dos “10% ótimos” em relação às demais crianças de sua classe e menos de 10% (4,80% a 9,50%) foi classificada entre os “10% piores”; (b) não houve diferença entre os grupos de sexo; (c) houve diferença entre as séries mas somente estudantes da 2ª série apresentaram escores superiores aos da 3ª e houve correlação negativa significativa entre idade e competência acadêmica; (d) os três indicadores de nível socioeconômico – escola pública versus privada, classificação socioeconômica e escolaridade dos pais - apontaram diferença significativa favorável aos de maior status. Com relação às HABILIDADES SOCIAIS: (a) No escore geral houve diferença entre sexos apenas na avaliação dos professores (meninas com escores mais altos) e nas subescalas, a avaliação dos pais foi favorável a meninos (em “Cooperação”) e a dos professores às meninas (em “Responsabilidade/Cooperação” e “Autocontrole”); (b) os três indicadores de nível socioeconômico mostraram resultados mais favoráveis, no escore global e em quase todas as subescalas, para crianças de maior nível; (c) houve correlações com idade apenas nas subescalas: na auto-avaliação, correlação negativa com “Civildade” e na avaliação dos professores, correlação positiva com “Autodefesa”; (d) quanto às séries, auto-avaliação e avaliação dos pais apontou diferença nos escores gerais (2ª série superior à 3ª), quanto às subescalas, auto-avaliação apresentou diferenças em “Empatia” e “Civildade” (1ª série superior à 3ª e 4ª; 2ª série superior à 4ª), avaliação dos pais em “Asserção Positiva” (2ª. série maior que 1ª.); “Civildade” (4ª série superior à 1ª.) e a avaliação dos professores, “Asserção” e “Auto-defesa” (4ª série superior à 2ª). Quanto aos PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO: (a) avaliação dos professores apontou 7,9% da amostra com muitos comportamentos problemáticos, 15,8% com poucos e 76,3% sem problemas; (b) em relação ao sexo, somente na avaliação dos professores, meninos apresentaram mais problemas que meninas, tanto no escore geral como em N% dos itens específicos, a maioria externalizantes (“Briga com os outros”; “Ameaça ou intimida os outros”; “Distrai-se facilmente”; “Perturba as atividades em andamento”; “Não ouve o que os outros dizem”; “Discute com os outros”; “Retruca quando os adultos lhe corrigem”; “Gosta de ficar sozinho”; “Age impulsivamente”); (c) os três indicadores de nível socioeconômico mostraram diferenças desfavoráveis para crianças com nível mais baixo, tanto na avaliação de pais como de professores; (d) não houve diferença entre as séries na avaliação de pais e professores, mas, na variável idade, o escore global obtido pela avaliação dos pais e professores apresentou correlação positiva com idade e, nas subescalas, apenas a de comportamentos internalizantes, avaliados pelos professores diminuía com a idade. Os resultados são discutidos em suas relações com a literatura e suas implicações para a pesquisa e a prática nesses três campos de investigação e prática psicológica.

**Palavras-chaves:** Habilidades sociais, Problemas de comportamento, Competência acadêmica, Crianças

**Trabalho:** SSRS-BR: Estudo de validação concorrente do Sistema de Avaliação das Habilidades Sociais (SSRS-BR) em comparação com a escala “Lista de Verificação Comportamental para Crianças e Adolescentes (CBCL)”: Resultados preliminares das escalas de pais

**Autor(es):** Zilda A. P. Del Prette, Lucas Cordeiro Freitas, Edwiges Ferreira de Mattos Silvaes, Denise Costa Ribeiro

**Resumo:** A associação entre problemas de comportamento e déficits em habilidades sociais na infância tem sido um resultado recorrente em estudos realizados no Brasil e em outros países. Grande parte desses achados é obtida por meio da utilização de instrumentos de medida indireta de comportamentos, sob forma de escalas de medida, que antes de serem utilizadas, passam por pesquisas sistemáticas de verificação das suas propriedades psicométricas de validade e fidedignidade. No Brasil, existem alguns instrumentos que avaliam simultaneamente comportamentos considerados socialmente competentes ou habilidosos e comportamentos indicativos de problemas adaptativos, usualmente classificados como problemas externalizantes e internalizantes. Dentre esses instrumentos, destacam-se as versões brasileiras das escalas Social Skills Rating System (Sistema de Avaliação das Habilidades Sociais de Crianças, SSRS-BR) e Child Behavior Checklist (Lista de Verificação Comportamental para Crianças e Adolescentes, CBCL), que possuem algumas propriedades psicométricas já testadas e estabelecidas em nosso contexto. O objetivo do presente trabalho foi o de complementar a investigação das qualidades psicométricas desses instrumentos de medida, verificando a validade concorrente entre ambos, utilizando-se para isto das escalas de avaliação respondida pelos pais das crianças. Participaram do estudo 100 pais de crianças em idade escolar, estudantes de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental de escolas públicas e particulares de uma cidade do interior de São Paulo. Foram realizadas reuniões com os pais para preenchimento dos instrumentos SSRS-pais (que avalia habilidades sociais e problemas de comportamento) e CBCL (que avalia competência social e distúrbios de comportamento internalizante, externalizante e total). A análise dos dados obtidos foi realizada por meio do teste de correlação de Pearson entre os indicadores globais e as subescalas que compõem os dois instrumentos. Os resultados obtidos para os indicadores globais dos instrumentos apresentaram uma correlação positiva e estatisticamente significativa apenas entre o escore de competência social obtido por meio do CBCL e o de habilidades sociais, obtido pelo SSRS ( $p < 0,01$ ). Com relação aos resultados obtidos para as subescalas, foram encontradas correlações positivas e significativas apenas entre o escore geral de habilidades sociais do SSRS e as subescalas do CBCL de Atividades e Sociabilidade ( $p < 0,05$ ). De um modo geral, os resultados preliminares indicaram a existência de poucas correlações entre as escalas globais e as subescalas dos dois instrumentos, o que levanta a hipótese de haver diferença entre os construtos medidos por eles. Como desdobramento desse estudo, pretende-se investigar posteriormente a correlação item a item entre cada uma das questões que compõem os instrumentos.

**Palavras-chaves:** Validade concorrente, Escala de Medida, Habilidades sociais, Problemas de comportamento, Crianças

**Atividade:** BPR-5: ESTUDO COM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (Paineis)

**Trabalho:** BPR-5: ESTUDO COM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

**Autor(es):** Lucia Helena Jorge Alves, Angela Maria Carreiro Monteiro de Barros, Leila Borges de Araujo, Francisco Donizetti Mendes Takahashi, Cilio Rosa Ziviani

**Resumo:** A Bateria de Provas de Raciocínio, BPR-5 (Almeida & Primi, 1999) destina-se à avaliação do raciocínio geral e das aptidões. É composta de 5 subtestes: Raciocínio Abstrato, Verbal, Espacial, Numérico e Mecânico. Apresenta-se em duas formas, a Forma A para estudantes de 6ª a 8ª série do Ensino Fundamental e a Forma B para os do Ensino Médio. Esta pesquisa teve como objetivos verificar como se comportaria a BPR-5, Forma A, se aplicada em

alunos de 6ª a 8ª séries da rede pública municipal, da zona suburbana, da cidade do Rio de Janeiro e correlacionar os resultados com os obtidos por estes alunos no Teste das Matrizes Progressivas de Raven, Escala Geral. Participaram do estudo 427 alunos entre 12 e 15 anos. A aplicação dos dois testes foi feita coletivamente havendo um intervalo de 15 dias entre ambos. Comparando-se os resultados obtidos no presente estudo com os da padronização brasileira da BPR-5 verificou-se que as médias da 6ª série foram menores nos subtestes de raciocínio abstrato, espacial e numérico; na 7ª série em todos os subtestes e no escore geral (EG-5) se mostraram um pouco abaixo às encontradas por seus autores, sendo a maior diferença no subteste de raciocínio mecânico e na 8ª série apareceram como mais elevadas nos subtestes de raciocínio verbal, raciocínio mecânico e no escore geral (EG-5). Quanto ao desvio padrão nossa amostra apresentou na 6ª série desvio mais elevado somente no subteste de raciocínio mecânico; na 7ª e na 8ª séries os desvios padrão foram menores em todas as provas. Ainda no que tange às médias e desvios padrão, tomando-se como referência o estudo realizado pelos autores da bateria, com alunos da rede pública de ensino, constatou-se que na 6ª e 8ª séries as médias que encontramos foram mais altas porém, na 7ª série se mostraram bastante próximas, exceto no subteste de Raciocínio Mecânico que ficou abaixo do esperado. Quanto ao desvio padrão nossa amostra de 6ª série apresentou desvios maiores em todas as provas; a de 7ª série valor mais elevado no subteste de Raciocínio Numérico, nos demais menores. Na 8ª série todos os desvios se apresentaram menores. Quanto aos coeficientes de correlação encontrados entre o teste de Raven e os subtestes da BPR-5 verificou-se, em todas as séries, índices mais elevados nas provas de raciocínio abstrato e espacial. No que se refere às correlações do Raven com a soma dos escores das cinco provas da bateria (EG-5) os coeficientes foram: 0,618  $p < 0,01$  para a 6ª série e 0,519  $p < 0,01$  para a 7ª e 8ª séries, observando-se que grande parte dos pesquisados tendem a apresentar escores semelhantes em ambos os testes. Com a intenção de avançar um pouco mais na pesquisa do instrumento aplicado e levando-se em consideração toda a amostra deste estudo, ou seja, os 427 alunos de 6ª a 8ª série, calculou-se o Alfa de Cronbach da BPR-5 sendo o coeficiente encontrado de 0,79.

**Palavras-chaves:** Avaliação psicológica, Raciocínio geral, Aptidões

**Atividade:** VALIDADE CONVERGENTE DA ESCALA DE ANSIEDADE PARA ADOLESCENTES - EAA (Paineis)

**Trabalho:** VALIDADE CONVERGENTE DA ESCALA DE ANSIEDADE PARA ADOLESCENTES - EAA

**Autor(es):** Caroline Tozzi Reppold, Claudio Simon Hutz

**Resumo:** As estimativas de prevalência dos transtornos de ansiedade em amostras infanto-juvenis, em geral, apresentam um índice superior a 10% em amostras não-clínicas. Esse índice chama atenção no campo da saúde coletiva, à medida que muitos desses transtornos apresentam um curso estável e um baixo índice de remissão espontânea, com progressivos prejuízos psicossociais. Nesse sentido, uma das primeiras ações necessárias para organização de estratégias de intervenções é a busca de instrumentos acurados para a mensuração da saúde emocional dos adolescentes e da eficácia dos tratamentos propostos. Com esse objetivo, o presente trabalho foi desenvolvido para apresentar os indicadores de validação convergente da Escala de Ansiedade para Adolescentes (EAA), elaborada por Reppold & Hutz em 2005. A EAA foi criada a partir de diferentes procedimentos de validação de conteúdo e preenchida, para validação de construto, por 1054 participantes (idade média = 14,3; d.p. = 1,70). Os resultados indicaram que o instrumento apresenta níveis adequados de precisão e explica 19,89% da variância total do teste. As análises fatoriais (Rotação Varimax) indicaram que o instrumento permite a extração de dois fatores, um referente a marcadores de ansiedade e outro referente à capacidade de autocontrole relacionado à ansiedade. Para validação convergente, a EAA foi aplicada simultaneamente com outros dois instrumentos destinados à avaliação de ansiedade. Os instrumentos considerados “padrão-ouro” para essa avaliação foram a Escala Fatorial de Neuroticismo/Ajustamento Emocional e a Escala Beck de Ansiedade (BAI). O par de escalas

EAA-EFN foi preenchido por 95 adolescentes [50,6% masculino, média de idade: 13,3 anos (d.p. 1,49)] e o par EAA-BAI, por 73 adolescentes [49,3% masculino, média de idade: 13,4 anos (d.p. 1,48)]. Os testes foram aplicados de forma coletiva, em sala de aula, após consentimento livre e esclarecido de seus responsáveis. A ordem da apresentação dos instrumentos foi aleatória. Para análise dos dados, inicialmente foi realizado o cálculo dos Alphas de Cronbach das escalas administradas, a fim de verificar se todos instrumentos apresentavam propriedades psicométricas que permitissem a validação da EAA. A seguir, os escores obtidos nas administrações simultâneas foram submetidos à técnica de Correlação de Pearson. Os resultados indicaram que o Fator 1 da EAA (indicador de ansiedade) (alpha: 0,92) apresentou correlações significativas ( $p < 0,05$ ) com a Escala Beck de Ansiedade ( $r = 0,30$ ) e os Fatores Vulnerabilidade Psicológica ( $r = 0,35$ ) e Ansiedade ( $r = 0,40$ ) da Escala de Ajustamento Emocional/Neuroticismo. Esses dados evidenciam a validade convergente da escala criada, uma vez que a EAA mostrou correlações não apenas com a BAI, que avalia, sobretudo, sintomas somáticos e cognitivos, como também com fatores da EFN constituídos por sentenças referentes a alterações emocionais e cognitivas.

**Palavras-chaves:** avaliação psicológica, adolescência, ansiedade, psicomетria

**Atividade:** INDICADORES DE VALIDADE DE UM INSTRUMENTO PARA AVALIAÇÃO DE AUTO-ESTIMA (Paineis)

**Trabalho:** INDICADORES DE VALIDADE DE UM INSTRUMENTO PARA AVALIAÇÃO DE AUTO-ESTIMA

**Autor(es):** Caroline Tozzi Reppold, Alyane Silveira Audibert, Claudio Simon Hutz

**Resumo:** No plano internacional, o instrumento de maior impacto nas pesquisas quantitativas sobre a auto-estima atualmente é a Escala de Auto-estima de Rosenberg (EAE-R). No entanto, são escassas no Brasil publicações sobre esse teste. Por essa razão, o presente estudo tem por finalidade apresentar indicadores de validade da EAE-R para população entre 10 e 20 anos de idade. Em específico, indicadores referentes à validade de construto e à validade convergente da EAE-R. Para realização do estudo, o instrumento original fora submetido ao processo de back translation é à análise de conteúdo de juízes especialistas no tema. Para etapa de validação de construto, foi constituída uma amostra de 596 adolescentes (45,4% do sexo masculino; média de idade: 14,7; d.p.: 1,74), selecionada em escolas de Porto Alegre, com o consentimento livre e esclarecido de seus responsáveis. A análise fatorial realizada indicou que a escala apresenta uma estrutura unifatorial, sendo composta por 10 itens, respondidos por meio de uma escala likert de quatro pontos. Com um eigenvalue igual a 4,47, a solução unidimensional explicou 44,7% da variância das respostas. A média da escala foi igual a 19,4 (d.p.: 4,95) e o Alpha de Cronbach obtido na análise de precisão foi 0,86. As correlações item-total variaram entre 0,46 e 0,68. Para validade convergente, o instrumento foi respondido paralelamente com outros dois testes: a Escala de ansiedade para adolescentes (EAA) e o Inventário de humor (IH), ambos elaborados e validados por Reppold e Hutz. Os instrumentos escolhidos para padrão-ouro apresentam qualidades psicométricas favoráveis que permitem tal caracterização (Alpha da EAA: 0,94; Alpha do IH: 0,85 nesse estudo). A coleta de dados do conjunto de três instrumentos foi realizada com 536 adolescentes, em contexto escolar. Os resultados indicaram que a Escala de Auto-estima obteve uma correlação significativa ( $p < 0,01$ ) de magnitude igual a 0,47 para a EAA e de 0,64 para o IH. Os resultados apresentados revelam que a Escala de Auto-estima de Rosenberg pode tornar-se um importante recurso para avaliação do ajustamento emocional, haja vista sua pertinência psicométrica. Em termos teóricos, a solução unifatorial encontrada no estudo brasileiro corrobora os resultados obtidos por Rosenberg, em detrimento a outros autores que defendem que, sobretudo na adolescência, o construto auto-estima deveria ser avaliado através de diferentes dimensões e domínios, pois envolve um atributo de valor do sujeito sobre si e suas diferentes interações sociais. Para utilização clínica, novos estudos são necessários para caracterizar o padrão de respostas de amostras clínicas com transtornos específicos. Contudo,

no campo da prática científica, o instrumento já é de possível uso, uma vez que sua validade foi evidenciada nos diferentes procedimentos de validação apresentados nesse estudo.

**Palavras-chaves:** avaliação psicológica, auto-estima, adolescência, psicometria

**Atividade:** Desenho da Figura Humana em crianças da cidade de João Pessoa / PB: estudo comparativo por sexo, série e idade.  
(Paineis)

**Trabalho:** Desenho da Figura Humana em crianças da cidade de João Pessoa / PB: estudo comparativo por sexo, série e idade.

**Autor(es):** Tatiana de Cássia Nakano, Maria Fabrícia Queiroga, Camila Teresa Ponce Leon de Mendonça, Suellany Rafaela de Andrade Souza, Mirlla Karoline Costa Silva, Larissa do Nascimento Lemos, Karen Cristina Lima Limeira, Camila Figueiredo Matias, Ingrid Araújo dos Santos

**Resumo:** O desenho da figura humana é um tipo de atividade realizada espontaneamente por crianças de diferentes culturas, constituindo-se em uma medida não verbal do desenvolvimento cognitivo. É uma tarefa simples para ser executada por crianças muito pequenas, e, ao mesmo tempo, suficientemente complicada em seus detalhes para avaliar a capacidade de um adolescente. Diante desta perspectiva, o teste Desenho da Figura Humana foi aplicado em 106 crianças (sendo 55 do sexo feminino e 51 do sexo masculino), com idades que variaram entre 6 a 11 anos, estudantes de 1ª a 5ª série de uma escola particular da cidade de João Pessoa / PB de forma coletiva em sala de aula. No instrumento é pedido a cada participante que realize o desenho de uma figura masculina e de uma figura feminina. Os desenhos são avaliados de acordo com a presença ou ausência de detalhes pertencentes ao corpo humano nas figuras desenhadas, sendo calculada uma pontuação para a figura masculina, uma pontuação para a figura feminina e uma pontuação total nos dois desenhos. Após a correção, os resultados indicaram que a pontuação dos participantes, tanto em relação à figura total, quanto à figura masculina e feminina, aumentaram de acordo com a idade e com a série escolar. Já em relação ao sexo, foi observado que o sexo masculino se desempenhou melhor nas três medidas (média para a figura total = 56,75; feminina = média 27,47 e média para a figura masculina = 29,12) que o sexo feminino (média para a figura total = 54,80; figura feminina = 27,09 e figura masculina = 27,71). Diante dos resultados, a Análise Univariada da Variância (ANOVA) foi empregada com a finalidade de verificar se as diferenças encontradas eram significativas e indicou positivamente as variáveis idade ( $F=2,127$ ,  $p=0,003$ ) e série ( $F=1,988$ ,  $p=0,007$ ) para a pontuação total no instrumento. Para a figura feminina também as variáveis idade ( $F=2,334$ ,  $p=0,002$ ) e série ( $F=1,994$ ,  $p=0,011$ ) e para a figura masculina somente a idade ( $F=2,124$ ,  $p=0,006$ ). Embora uma predominância de resultados superiores obtidos pelo sexo masculino tenha sido notada, a variável sexo não se mostrou significativa em nenhuma das três medidas. Concluiu-se que, concordando com o manual do teste, as diferenças existentes entre os desenhos de crianças menores e maiores referem-se a maiores especificações ou detalhamentos nas propriedades que envolvem o conceito de corpo humano, de forma que a variável idade mostrou-se significativa nas três pontuações medidas pelo instrumento, indicando ser a mais forte entre elas, enquanto que o sexo do participante não exerceu nenhuma influência nos resultados desta pesquisa, diferentemente dos dados constantes no manual do teste.

**Palavras-chaves:** desenvolvimento infantil, desenvolvimento cognitivo, avaliação



**Atividade: Construção e validação da Escala de Abertura a Experiências dentro do modelo dos Cinco Grandes Fatores da Personalidade (Painéis)**

**Trabalho:** Construção e validação da Escala de Abertura a Experiências dentro do modelo dos Cinco Grandes Fatores da Personalidade

**Autor(es):** Silvio José Lemos Vasconcellos, Priscilla Konat Zorzi, Felipe Valentini, Claudio Simon Hutz

**Resumo:** A origem do modelo dos Cinco Grande Fatores está vinculada a um grande conjunto de pesquisas na área da personalidade realizadas com base em teorias fatoriais, bem como em algumas teorias dos traços. Os assim denominados teóricos dos traços postularam a existência de um conjunto de disposições estáveis e constitutivas da personalidade. Uma série de avanços nos estudos sustentados pela análise fatorial encarregou-se de evidenciar a adequação desse modelo. Por estar baseado principalmente em estudos estatísticos, pode-se dizer que o referido modelo não está voltado para o modo como são formadas as dimensões da personalidade humana, mas tão somente para a quantidade dessas dimensões. Os termos utilizados no Brasil para definir esses fatores têm sido: Extroversão (E), Socialização (S), Realização ou Consciência (R), Neuroticismo (N) e Abertura para novas experiências (A). No que se refere à caracterização do quinto fator, cuja designação é Abertura a Experiências, pode-se dizer que o mesmo contempla uma série de comportamentos exploratórios e envolvimento com novas experiências. Indivíduos com pontuações altas em escalas que avaliam o fator mostram-se propensos a manifestar uma maior curiosidade, imaginação, criatividade, sendo que pontuações altas também podem evidenciar uma tendência para valorizar idéias e padrões de comportamentos não convencionais. Por outro lado, pessoas com escores baixos no fator tendem a ser mais dogmáticas, conservadoras e rígidas em termos de crenças. O presente estudo objetivou a criação e validação de uma escala para medir o fator Abertura a Experiências. Uma vez elaborado os 77 itens da escala, realizou-se um estudo para verificar a adequação dos itens a partir da avaliação de dois juizes que são, por sua vez, pesquisadores na área. Na seqüência, a escala foi aplicada em uma amostra 592 sujeitos, composta por indivíduos de ambos os sexos, estudantes do ensino médio e superior, com idade média de 24,39 anos. Para a validação de construto da escala, utilizou-se o método de Análise Fatorial com rotação Varimax. Foram extraídos 4 fatores, denominados pelos autores como: atitudes, opiniões, idéias e valores. A presente pesquisa refere-se ao primeiro estudo de uma tese que está sendo desenvolvida junto ao Laboratório de Mensuração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Os participantes do estudo assinaram termo de consentimento livre e esclarecido, sendo que o presente trabalho foi aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa registrado no CNS. Entende-se que a elaboração e validação dessa escala em nosso país pode fomentar a pesquisa sobre a avaliação da personalidade, sendo capaz de melhor instrumentalizar pesquisadores e profissionais que atuam nos diferentes campos da Psicologia.

**Palavras-chaves:** Avaliação Psicológica, Psicometria, Personalidade

**Atividade: Curso de atualização em Avaliação psicológica (Cursos - 4hs)**

**Trabalho:** Atualização em Avaliação psicológica

**Autor(es):** Joao Carlos Alchieri

**Resumo:** A utilização de métodos e técnicas psicológicas, entre os quais estão incluídos os testes psicológicos, é função privativa do psicólogo segundo a lei 4.119/60 e por essa razão o profissional psicólogo deverá apresentar competência na utilização das mesmas. Não obstante as limitadas ofertas de cursos de pós-graduação (strito e lato senso) na área, a idéia que norteia

a atualização profissional, para a grande maioria dos psicólogos, reside na possibilidade de retorno a universidade para promover não somente a atualização de conteúdos, mas muitas vezes como oportunidade ímpar de formação profissional. Através do curso busca-se examinar cientificamente e mais atentamente o trabalho, a metodologia, a técnica e os instrumentos psicológicos utilizados bem como as reais possibilidades e suas limitações, qualificando o desempenho profissional frente a comunidade na produção de conhecimento. A necessidade de atualizar os procedimentos, métodos e técnicas de avaliação psicológica exigidas pela transformação do cotidiano, faz da realização do curso de Avaliação Psicológica um evento norteador desta práxis psicológica. Espera-se poder ampliar e ao mesmo tempo aprofundar esta contribuição com os resultados e trabalhos oriundos de investigações e pesquisas conduzidas nas mais destacadas instituições do país. A avaliação psicológica e, conseqüentemente a utilização dos instrumentos e técnicas psicológicas voltadas aos objetivos investigativos e ou diagnósticos, tem sido objeto de profunda reflexão e especialmente quanto a formação do psicólogo. Assim, não somente a reação da sociedade, mas também a postura dos psicólogos tem oscilado entre a extrema idealização e o mais firme menosprezo frente aos atuais recursos de que dispõe a psicologia nesta área. Na realidade, embora muitos de tais instrumentos sejam de utilização específica do psicólogo, freqüentemente se constata que ele desconhece as qualidades psicométricas das versões de uso comum, que lança mão de normas estabelecidas com base em amostras alienígenas, que carece de familiaridade com os fundamentos teóricos norteadores da construção do instrumental. Estes são alguns dos problemas estruturais em nosso país cuja origem, inegavelmente, provêm da baixa qualidade da formação universitária. Tendo em vista o papel que as técnicas e os instrumentos exercem junto a avaliação da personalidade e sua ampla utilização em diferentes contextos, o presente módulo propõem-se a retomar a discussão de seus pressupostos fundamentais, especialmente a sua indicação. Objeto de avaliação serão também os aspectos referentes ao uso, aplicação, avaliação e análise dos diferentes instrumentos. A atitude crítica quanto a utilização dos principais instrumentos e técnicas, será incentivada e respaldada especialmente pela existência de pesquisas e dados atuais junto ao curso e seus pesquisadores. Objetivos: Identificar os principais instrumentos e técnicas projetivas utilizadas atualmente no país em avaliação da personalidade; Possibilitar ao aluno a compreensão e integração de diferentes pressupostos da medida psicológica, relacionados aos diversos enfoques teóricos, seus paradigmas e suas limitações; e, Oferecer subsídios para aprofundar e atualizar a discussão dos pressupostos éticos envolvidos no processo de avaliação em seus diferentes contextos. Conteúdo programático: Instrumentos psicológicos: aspectos introdutórios de sua elaboração; A avaliação dos atributos psicológicos; Qualidade dos instrumentos psicológicos; Inventários e escalas para a avaliação psicológica no Brasil; Avaliação em contextos específicos (testes educacionais, ocupacionais e no ambiente clínico).

**Palavras-chaves:** Avaliação psicológica, Instrumentos psicológicos, Medida em psicologia

**Atividade:** INSTRUMENTOS PARA AVALIAÇÃO DA CRIATIVIDADE: REVISÃO DA LITERATURA (Paineis)

**Trabalho:** INSTRUMENTOS PARA AVALIAÇÃO DA CRIATIVIDADE: REVISÃO DA LITERATURA

**Autor(es):** Tatiana de Cássia Nakano, Camila Teresa Ponce Leon de Mendonça, Larissa do Nascimento Lemos, Suellany Rafaela de Andrade Souza, Karen Cristina Lima Limeira, Maria Fabrícia Queiroga, Ingrid Araújo dos Santos, Mirlla Karoline Costa Silva, Camila Figueiredo Matias

**Resumo:** A criatividade tem sido vista como uma das características responsáveis pelo bem estar do indivíduo, na medida em que facilita a sua adaptação ao meio, permitindo a este alcançar a sua realização pessoal e profissional. Medir esta característica não tem sido, historicamente, uma tarefa fácil, devido à complexidade deste construto, visto que se procuram meios estandardizados de medir de um comportamento que, na sua essência, foge aos padrões normativos. Falar de criatividade seria trabalhar com inúmeras possibilidades de definições, modelos explicativos, formatos avaliativos e de intervenção. Encontrar uma forma adequada de se medir a criatividade, de forma a reduzir as desconfiâncias da validade da medida, tem sido objetivo de muitos pesquisadores. Tal fato explica a grande diversidade de medidas que têm sido utilizadas para medir a criatividade, apontadas pela literatura (análise de biografias, observações, entrevistas, julgamento de produtos, testes, escalas, inventários). Algumas revisões encontradas na literatura relatam mais de 250 instrumentos considerados como medidas de criatividade, de forma que podemos concluir que a diversidade de instrumentos para avaliação da criatividade reflete, na verdade, a amplitude do seu conceito. Assim, o objetivo desta pesquisa foi identificar os instrumentos que mais têm sido utilizados na literatura para avaliação da criatividade, tendo sido consultadas publicações em duas bases de dados (PsycInfo e Scielo) no período de 1995 a 2005 a partir da palavra chave criatividade. Dentre os resultados que retornaram foram selecionados aqueles que citaram ou fizeram uso de instrumentos, de forma que 20 foram encontrados, sendo 13 internacionais (Testes de Criatividade de Guilford, Testes de Criatividade de Getzels e Jackson, Teste de Criatividade de Wallach e Kogan, Testes de Criatividade de Torrance, Teste de Créativité de Meunier, Monitor test of creative potential, Creativity checklist, Remote Associates Test, Creativity Assesment Packet, Group Inventory for Finding Creative Talent, Kranz Talent Identification Instrument, Scale for Rating Behavioral Characteristics of Superior Students, Test de Abreacción para Evaluar la Creatividad) e 7 nacionais (Teste de Pensamento Criativo – Produção de Desenhos, Teste de Aptidão Criativa, Escala de Estilos de Pensar e Criar, Escalas de Criatividade ao Longo da Vida, Escala sobre o clima para criatividade em sala de aula, Inventário de Práticas Docentes que favorecem a criatividade, Inventário de Barreiras à Criatividade Pessoal). Assim, diante da diversidade de medidas que tem sido utilizadas, não se pode deixar de preocupar-se, além do método escolhido, com a influência que o ambiente exerce. Um bom instrumento não desconsiderará esta variável ao abranger uma padronização que envolva uma amostra diversificada, dadas as diferenças culturais, sem falar da necessidade de estudos de validação e precisão quando tratamos de “importar” testes que já são utilizados em outros países. Diante do exposto concluímos que embora a criatividade seja um construto complexo que sofra influência de aspectos cognitivos, afetivos, ambientais e emocionais, pesquisas demonstraram que ela pode ser medida, reforçando-se a importância e a necessidade de submeter esta avaliação aos padrões e valores culturais de cada país.

**Palavras-chaves:** criatividade,avaliação,instrumentos

**Atividade: Ansiedade Frente ao Falar em Público: uma revisão dos modelos experimentais adotados (Paineis)**

**Trabalho:**Ansiedade Frente ao Falar em Público: uma revisão dos modelos experimentais adotados

**Autor(es):** Flávia de Lima Osório, José Alexandre de Souza Crippa, Sonia Regina Loureiro

**Resumo:** O falar em público tem sido considerado um poderoso estressor psicossocial, despertando grande ansiedade e afetos negativos, além de respostas neuroendócrinas, metabólicas, imunológicas, cardiovasculares e eletrodérmicas. O modelo experimental do Teste de Simulação do Falar em Público (TSFP) tem se mostrado capaz de induzir ansiedade em voluntários saudáveis, independente do nível do traço de ansiedade, diferentemente de outros modelos, como o Stroop Color Word Test. Também, o TSFP produz maior incremento nas respostas cardiovasculares, se comparado a outros estressores comuns de laboratório. Neste

sentido, vêm sendo amplamente utilizado, sobretudo em estudos farmacológicos e em estudos relativos a diversos transtornos de ansiedade, permitindo maior compreensão de tais aspectos. Embora na literatura encontre-se a validação do referencial teórico-metodológico que propôs tal modelo, analisando-se os estudos aplicados, percebe-se uma diversidade de padrões de avaliação do falar em público, com diferentes proposições na estruturação do experimento referido como falar em público, o que pode favorecer resultados diversos e não comparáveis entre si. Considerando-se que o medo de falar em público é o mais prevalente na população geral, objetivou-se identificar na literatura indexada artigos relativos aos modelos experimentais de avaliação da ansiedade frente ao falar em público, analisando-os quanto aos delineamentos propostos. A análise dos objetivos dos estudos mostrou duas vertentes de interesse, agrupadas como dois conjuntos: a) conjunto 1 - com voluntários saudáveis, sobre o modelo experimental, suas variáveis e instrumentos de medida, objetivando identificar os parâmetros de maior sensibilidade ao modelo e a relação entre eles; b) conjunto 2- estudos conduzidos com amostras clínicas, sobre a aplicação do modelo experimental, visando testar hipóteses relativas à patologias psiquiátricas e comportamentais e ao padrão de ansiedade relacionado. No conjunto 1 denotou-se a ausência de um modelo único de avaliação, porém com alguns pontos comuns entre as diferentes propostas. Em relação às medidas, as neurovegetativas mostraram maior sensibilidade ao modelo; as hormonais e neurais carecem de mais estudos que verifiquem a validade preditiva das mesmas e, as subjetivas mostraram resultados contraditórios, talvez em função do momento em que foram coletadas. A análise do conjunto 2 mostrou a sensibilidade do modelo para caracterizar o papel dos diferentes padrões de ansiedade presentes nos transtornos mentais e de comportamento estudados identificando mudanças em nível subjetivo, fisiológico e neural em resposta a tratamentos farmacológicos e ao uso de substâncias como o álcool. Destaca-se nos dois conjuntos uma grande diversidade de proposições e medidas utilizadas no experimento denominado como falar em público. Apesar da diversidade, é unânime o reconhecimento da sensibilidade do modelo experimental para a avaliação da ansiedade nas diferentes fases, o que referenda seu uso em diferentes contextos da investigação clínico-experimental.

**Palavras-chaves:** falar em público, ansiedade, modelo experimental

**Atividade: Validação Transcultural de Instrumentos para Avaliação do Transtorno de Ansiedade Social e do Medo de Falar em Público (Paineis)**

**Trabalho:** Validação Transcultural de Instrumentos para Avaliação do Transtorno de Ansiedade Social e do Medo de Falar em Público

**Autor(es):** Flávia de Lima Osório, José Alexandre de Souza Crippa, Sonia Regina Loureiro

**Resumo:** A literatura brasileira carece de estudos sistemáticos com instrumentos que avaliem o Transtorno de Ansiedade Social (TAS). Considerando a importância deste transtorno, com altas taxas de prevalência e de comorbidade, cujo medo mais comum é o de falar em público, objetiva-se apresentar a tradução/ validação transcultural de três instrumentos para a avaliação de diferentes aspectos do TAS. Dois deles caracterizam-se por serem instrumentos de rastreamento diagnóstico do TAS: a) Social Phobia Inventory – SPIN: instrumentos auto-aplicado composto de 17 itens, avaliados numa escala de cinco pontos, aborda sintomas fisiológicos, de medo e evitação relativos ao TAS. Tem como particularidade a possibilidade de utilização de sua forma reduzida (Mini-Spin) composta por três itens, que com base em estudo empírico mostrou-se capaz de identificar a patologia; b) Brief Social Phobia Scale – BSPS: instrumento hetero-aplicado, composto de 18 itens que também avaliam os aspectos fisiológicos, de medo e evitação do TAS, sendo avaliados numa escala de cinco pontos. O outro instrumento tem como especificidade a avaliação da ansiedade envolvida no falar em público: c) Self-Statements During Public Speaking – SSPS: instrumento auto-aplicado fundamentado nas teorias cognitivas da ansiedade social, é composto por duas sub-escalas, a de auto-avaliação positiva e a de auto-avaliação negativa, totalizando dez itens, avaliados numa escala de seis pontos. A tradução/

validação transcultural das escalas, após autorização dos autores da escala original, foi realizada da seguinte forma: as escalas foram traduzidas de sua versão original em inglês para o português por um tradutor experiente, e em seguida, foram solicitadas mais duas traduções independentes por médicos psiquiatras brasileiros com boa formação em língua inglesa. As três versões foram comparadas e discutidas, chegando-se a uma versão comum de consenso. Esta versão foi então retrotraduzida de forma independente por um psiquiatra bilíngue que não teve acesso à versão original em inglês e apresentada aos autores da escala original para apreciação. Uma testagem piloto dos instrumentos de auto-avaliação com um número reduzido de universitários (N=30) foi realizada para avaliar as dificuldades de compreensão passíveis de ocorrerem durante a aplicação do instrumento. As sugestões e as dificuldades de entendimento desses sujeitos nesta fase piloto foram consideradas na formulação da versão final da escala. Também foi realizada uma testagem piloto da escala hetero-aplicada BPS com profissionais de saúde mental, e procedeu-se a elaboração de um roteiro de perguntas-guia visando facilitar a aplicação do instrumento. Quanto aos resultados, todas as versões foram aprovadas pelos autores com pequenas sugestões de modificação, incorporadas às versões finais. Nas testagens piloto, as escalas de auto-avaliação mostraram-se adequadas para uso na população de universitários brasileiros, não sendo necessárias reformulações e adaptações semânticas e lingüísticas, estando em condições de serem testadas quanto às suas qualidades psicométricas. Quanto à escala de hetero-avaliação também não foram necessárias reformulações de qualquer natureza e a elaboração do roteiro de perguntas-guia favoreceu a confiabilidade inter-avaliadores da escala, que em testagem inicial mostrou um índice de concordância de 0.84 a 0.91. Estudos futuros poderão evidenciar as demais qualidades psicométricas deste instrumento.

**Palavras-chaves:** Ansiedade Social, Fobia Social, Medo de Falar em Público, Instrumentos, validação transcultural

**Atividade: Influência de características culturais no Inventário Millon de Estilos de Personalidade (MIPS) na Região Centro Oeste brasileira (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Influência de características culturais no Inventário Millon de Estilos de Personalidade (MIPS) na Região Centro Oeste brasileira

**Autor(es):** Joao Carlos Alchieri, Ângela Maria Teixeira Almeida, Nidia Fátima Ferreira, Fabiana Moura Catalã, Zeni Luersen, Sonia Cristina de Oliveira, Fátima Gomes Balieiro, Maria Lindamir Driessen Carvalho

**Resumo:** A teoria personológica de Millon incorpora idéias de diferentes modelos teóricos enquanto sistema que integra aspectos biológico, psicológico, social e cultural, em permanente interação. A concepção de estilos de personalidade, como forma de interação do organismo com o meio é representada como uma analogia ao sistema imunológico em nível psicológico. Sua teoria é respaldada por meio da expressão de uma ampla base teórica, desde a concepção de aprendizagem social, psicanálise psicologia cognitiva e a sociobiologia, bem como em sua extensa prática clínica, e de diversos instrumentos que demonstram bem sua evolução, tanto das idéias sobre psicopatologia, como do comportamento humano. O modelo teórico, resultado de uma combinação de constructos desenvolvidos a partir de diferentes escolas psicológicas, expressando tanto os princípios da aprendizagem característicos dos modelos comportamentais, como os conceitos psicanalíticos, sob uma base de substrato neurobiológico do comportamento, é uma tentativa de conciliação das perspectivas psicológicas diversas, sendo que, mais recentemente, incluiu alguns aspectos pontuais da teoria evolucionista. Essa plêiade de referências conceptuais caracteriza a teoria de Millon como uma rica perspectiva integradora.

Desenvolveu assim uma teoria de aprendizagem biopsicossocial e de patologia de personalidade, gerando o estabelecimento de categorias da personalidade através de deduções formais. Sua construção teórica postula a existência de padrões normais e anormais de reação e adaptação da personalidade, baseando-se em um continuum entre ambos os extremos. A personalidade normal reflete, assim, as formas específicas de adaptação de um membro de uma espécie, as quais são eficazes em ambientes previsíveis. Para Millon, as tarefas evolutivas são movimentos necessários para a adaptação do organismo e aplicáveis em um sistema biopsicossocial, onde se manifestam, respectivamente, as expressões características das metas de existência, funções de sobrevivência, etapas neuropsicológicas e as tarefas evolutivas. Para cada tarefa, observa-se uma ação, representada numa bipolaridade que possibilita que o sistema siga funcionando na constância, ou não, dessas características com relação às modificações das condições do meio e das interações entre outros indivíduos. A interferência dos fatores socioculturais na expressão de diferentes aspectos psicológicos caracterizou o foco de estudos na Psicologia, ao mesmo tempo em que lançou as bases para o surgimento da Psicologia diferencial e impulsionou estudos nesta área por décadas. A possibilidade de demonstrar e caracterizar a magnitude destas interferências sobre as expressões de personalidade tem importância capital em um país de dimensões continentais como o Brasil, com uma cultura rica em diversidade e produto do desenvolvimento de sua história. O uso de instrumentos objetivos na avaliação de características de personalidade esteve associado com os demais testes psicológicos nos estudos sobre a expressão de diferentes aspectos, normais ou patológicos da personalidade, aos primeiros estudos de caráter na população em âmbito nacional. Assim sendo, como objetivo geral deste estudo procurou-se verificar as condições de adaptação e, conseqüentemente, de uso do Inventário Millon de Estilos de Personalidade (MIPS) para a região Centro Oeste do Brasil, investigando e analisando possíveis distinções de amostras distintas representadas por regiões culturalmente diferentes. Especificamente, o objetivo deste estudo foi seguir avaliando a influencia de aspectos culturais na expressão de resultados em uma amostra do estado do Mato Grosso, em relação aos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Alagoas, Paraíba, Acre e Roraima, de forma a caracterizar a necessidade ou não de distintas normas para as respectivas regiões geopolíticas do país. Os participantes foram 883 sujeitos adultos, com idades variando dos 15 aos 46 anos, 30% do sexo feminino (267) e, 70% masculino (616), com escolaridade média e superior. São apresentados também os resultados médios dos 24 fatores (Abertura, Preservação, Modificação, Acomodação, Individualismo, Proteção, Extroversão, Introversão, Sensação, Intuição, Reflexão, Afetividade, Sistematização, Inovação, Retraimento, Comunicabilidade, Vacilação, Firmeza, Discrepância, Conformismo, Submetimento, Controle, Insatisfação, Concordância), agrupados em três áreas, metas motivacionais, estilos cognitivos e relações interpessoais, com os respectivos desvios, para o sexo masculino e feminino. Verificou-se distinções significativas em relação aos dados observados em estudos anteriores no Brasil, o que leva a considerar a possibilidade de elaboração de normas distintas para as diversas regiões geopolíticas brasileiras. Outro aspecto a destacar neste estudo é a preocupação atual quanto ao uso de instrumentos psicológicos com as propriedades psicométricas e metodológicas rigorosamente precisas. A partir de recentes trabalhos tem-se frisado a urgente necessidade de atenção e verificação constante no estabelecimento de normas técnicas de uso do material psicológico. A exigência de instrumentos mais precisos, válidos e dimensionados para o uso em diversas situações de avaliação psicológica se faz cada dia mais presente no cotidiano das diversas áreas da atividade profissional. Contudo, no que se refere a estudos sobre diferenças entre testes de personalidade, empregados em culturas diversas ou mesmo em diversas regiões, pouco existe no Brasil. As interpretações dos resultados de avaliações psicológicas tornam-se embasadas em uma generalização de resultados, sem que o psicólogo tenha sua decisão fundamentada em dados normativos confiáveis.

**Palavras-chaves:** Avaliação psicológica, Personalidade, Inventário Millon de Estilos de Personalidade

**Atividade:** um estudo experimental sobre o processamento de informação em uma tarefa de memória com estímulos neutros e ameaçadores.  
(Paineis)

**Trabalho:**Um estudo experimental sobre o processamento de informação em uma tarefa de memória com estímulos neutros e ameaçadores

**Autor(es):** Alexandre Vianna Montagnero,Fernando Inacio Silva

**Resumo:** As modernas teorias cognitivas da ansiedade predizem que teremos a tendência a memorizar melhor, estímulos ameaçadores e detrimento a estímulos neutros, pois focamos a atenção em pensamentos ou situações que possam de alguma forma ser aversivas, como a atenção é a primeira etapa da memorização, é mais provável que numa tarefa posterior de evocação a pessoa se lembre melhor dos elementos associados ameaça. No que diz respeito aos limites de nossa memória de curto prazo é um consenso que diante a uma lista de palavras a serem memorizadas os participantes terão a tendência a se lembrar melhor dos primeiros e dos últimos itens da lista, esquecendo a quase totalidade dos itens centrais, fenômeno conhecido como “efeito do posicionamento serial”.Existem poucos estudos no Brasil demonstrando no âmbito experimental as teorias cognitivas da ansiedade, assim, o objetivo desta pesquisa foi verificar se listas contendo palavras ameaçadoras posicionadas centralmente, também seriam esquecidas com a mesma frequência que palavras neutras. Participaram deste estudo 30 estudantes universitários de ambos os sexos ente 18 e 25 anos, todos preencheram termos de consentimento e forma esclarecidos sobre objetivo da pesquisa. Os dados foram coletados com o programa Super Lab. ® e consistiam na memorização de listas contendo 7 palavras, num total de 30 listas das quais 50% eram constituídas por uma palavra central ameaçadora. A tarefa do sujeito consistia em memorizar a lista, e depois de um tempo padrão escrever quais as palavras ele se recordava. A quantidade de palavras inicial, final e central lembradas foi cotada em cada participante colocada em uma planilha. Uma análise de variância não paramétrica de Friedman detectou uma diferença significativa entre os grupos em relação ao índice de lembrança  $\chi^2 = 40,921$  com  $p = 0,0001$  indicando que a diferença no nível de lembrança não pode ser explicado pelo erro amostral. Além disso um teste de comparação de médias não paramétrica de Man Whitney demonstrou que em média os sujeitos lembram igualmente bem as palavras do início da lista, contudo a comparação entre a lembrança das palavras centrais ameaçadoras em relação com as neutras demonstrou que em media os participantes lembram 4 palavras neutras e 7,6 palavras ameaçadoras, esta diferença é significativa com  $Z = -3,348$  a  $p = 0,001$ . Estes resultados indicam que a qualidade aversiva de um estímulo pode mobilizar grandes recursos atencionais do aparato cognitivo, privilegiando a sua memorização e posterior evocação.Tal processo de hipervigilância e recordação é tal que leva a um bom desempenho mesmo se tratando da palavra central que em geral é a menos lembrada.

**Palavras-chaves:** psicologia cognitiva,processamento de informação,ansiedade

**Trabalho:**um estudo experimental sobre o processamento de informação em uma tarefa de memória com estímulos neutros e ameaçadores

**Autor(es):**

**Resumo:** As modernas teorias cognitivas da ansiedade predizem que teremos a tendência a memorizar melhor, estímulos ameaçadores e detrimento a estímulos neutros, pois focamos a atenção em pensamentos ou situações que possam de alguma forma ser aversivas, como a atenção é a primeira etapa da memorização, é mais provável que numa tarefa posterior de evocação a pessoa se lembre melhor dos elementos associados ameaça. No que diz respeito aos limites de nossa memória de curto prazo é um consenso que diante a uma lista de palavras a serem memorizadas os participantes terão a tendência a se lembrar melhor dos primeiros e dos últimos itens da lista, esquecendo a quase totalidade dos itens centrais, fenômeno conhecido como “efeito do posicionamento serial”.Existem poucos estudos no Brasil demonstrando no âmbito experimental as teorias cognitivas da ansiedade, assim, o objetivo desta pesquisa foi verificar se listas contendo palavras ameaçadoras posicionadas centralmente, também seriam esquecidas com a mesma frequência que palavras neutras. Participaram deste estudo 30 estudantes universitários de ambos os sexos ente 18 e 25 anos, todos preencheram termos de consentimento e forma esclarecidos sobre objetivo da pesquisa. Os dados foram coletados com o programa Super Lab. ® e consistiam na memorização de listas contendo 7 palavras, num total

de 30 listas das quais 50% eram constituídas por uma palavra central ameaçadora. A tarefa do sujeito consistia em memorizar a lista, e depois de um tempo padrão escrever quais as palavras ele se recordava. A quantidade de palavras inicial, final e central lembradas foi cotada em cada participante colocada em uma planilha. Uma análise de variância não paramétrica de Friedman detectou uma diferença significativa entre os grupos em relação ao índice de lembrança  $\chi^2 = 40,921$  com  $p = 0,0001$  indicando que a diferença no nível de lembrança não pode ser explicado pelo erro amostral. Além disso um teste de comparação de médias não paramétrica de Man Whitney demonstrou que em média os sujeitos lembram igualmente bem as palavras do início da lista, contudo a comparação entre a lembrança das palavras centrais ameaçadoras em relação com as neutras demonstrou que em média os participantes lembram 4 palavras neutras e 7,6 palavras ameaçadoras, esta diferença é significativa com  $Z = -3,348$  a  $p = 0,001$ . Estes resultados indicam que a qualidade aversiva de um estímulo pode mobilizar grandes recursos atencionais do aparato cognitivo, privilegiando a sua memorização e posterior evocação. Tal processo de hipervigilância e recordação é tal que leva a um bom desempenho mesmo se tratando da palavra central que em geral é a menos lembrada.

**Palavras-chaves:** psicologia cognitiva, processamento de informação, ansiedade

**Atividade: ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA MEDIAÇÃO DO ADULTO EM INTERVENÇÕES COM CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** A mediação do desempenho cognitivo em crianças com necessidades especiais: aspectos teóricos e metodológicos de sua avaliação

**Autor(es):** Ana Cristina Barros Cunha, Sônia Regina Fiorim Enumo

**Resumo:** No estudo do desenvolvimento da criança com necessidades especiais, um aspecto importante a ser considerado diz respeito qualidade da mediação presente na interação adulto-criança. Existem evidências de que é estreita a relação entre aprendizagem mediada, interação adulto-criança e “modificabilidade” cognitiva, entendendo que o adulto, em situação estruturada ou não de interação, pode modificar cognitivamente o indivíduo e reduzir a discrepância entre as performances típicas e as performances potenciais do desenvolvimento cognitivo da criança com necessidades especiais. Nesse sentido, a presente mesa-redonda tem como proposta apresentar fundamentação teórica e dados de pesquisas que discutem aspectos teórico-metodológicos da mediação do adulto em situação de intervenção com crianças com necessidades especiais (deficiência visual, dificuldade de aprendizagem e problemas de comunicação). O tema geral a ser abordado nesta mesa-redonda é produto de um projeto integrado de pesquisa financiado pelo CNPq/MCT (2003-2007) e trata da importância do mediador no desenvolvimento de habilidades cognitivas, lingüísticas e criativas de crianças com necessidades especiais. Nesse projeto, assim como será apresentado e discutido na primeira comunicação desta mesa-redonda por Enumo, Ferrão, Linhares e Motta, ressaltam-se o papel do adulto, ou outro mais apto, como facilitador no processo de ensino-aprendizagem, com base em proposições teóricas de Reuven Feuerstein e David Tzuriel, em contraposição a modelos que enfatizam exclusivamente as variáveis do aprendiz (capacidade cognitiva, motivacional, história anterior de aprendizagem e background sócio-cultural). Em pesquisa integrada anterior (CNPq; 2001-2003), verificou-se a ocorrência de diferenças no desempenho acadêmico, cognitivo e afetivo-motivacional de crianças com necessidades especiais (deficiência visual, problemas de comunicação e dificuldade de aprendizagem) em situação de avaliação cognitiva e, assim, com base em pressupostos da aprendizagem mediada, considera-se importante investigar os fatores cognitivos, afetivo-motivacionais e comportamentais, através de intervenções voltadas para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, lingüísticas e criativas e de propostas metodológicas voltadas para avaliar o padrão de mediação presente na interação adulto-criança, inclusive aquelas, portadoras de câncer infantil, como por exemplo, a Escala de Avaliação da Experiência de Aprendizagem Mediada (Mediated Learning Experience- MLE- Rating Scale), proposta por Carol Lidz, em 1991, que foi utilizada nos três estudos que compõem esta mesa-redonda: 1) no estudo de Dias e Enumo, crianças com dificuldade de aprendizagem, após terem sido



submetidas a um programa de treinamento em criatividade, demonstraram melhor desempenho cognitivo no uso de estratégias para resolução de problema numa prova assistida com níveis hierarquizados de assistência. Os dados mostraram uma relação entre habilidades cognitivas e acadêmicas com as habilidades criativas, evidenciando que crianças com dificuldade de aprendizagem têm potencial para aprender, desde que sejam expostas a uma intervenção adequada. Confirmaram-se, assim, dados de pesquisas sobre aprendizagem mediada, que têm ressaltado o papel do mediador (adulto ou mais capaz) como um facilitador no processo de aprendizagem, o qual, nesse estudo, foi detalhadamente analisado em um programa de desenvolvimento de comportamentos criativos realizado com alunos com dificuldade de aprendizagem de 2ª e 3ª série do Ensino Fundamental; 2) no estudo de Paula, Enumo e Turini, crianças com problemas de comunicação, submetidas a um programa de intervenção com sistemas de comunicação alternativa e ampliada, de baixa e alta tecnologia, quando avaliadas por provas assistidas de habilidades cognitivas, tiveram seu desempenho na situação de avaliação prejudicado, principalmente, por fatores comportamentais e emocionais, e não por fatores diretamente relacionados com os aspectos cognitivos e lingüísticos exigidos pelas tarefas de avaliação, seja psicométrica ou assistida, ou pelas atividades do programa de intervenção. Nesse estudo, também se faz relevante, portanto, uma análise desses fatores que praticamente determinaram o desempenho infantil, assim como do processo de mediação adotado nas situações de intervenção e de avaliação dessas crianças com deficiências múltiplas e com problemas de comunicação; 3) no estudo de Cunha, Enumo e Canal (2004), crianças com deficiência visual- baixa visão leve- foram avaliadas por provas cognitivas psicométricas e assistidas na presença de suas mães, cujas reações e os comportamentos verbais e não-verbais maternos durante a aplicação foram analisadas, assim como as verbalizações das mães sobre expectativas de desenvolvimento dos filhos e o padrão de mediação apresentado por elas na interação com os filhos em situações de jogo de dominó. Apesar das mães terem mantido as altas expectativas iniciais que relataram ter em relação aos filhos com deficiência visual, a maioria delas considerou as provas assistidas como mais adequadas, reagindo diferentemente em termos de atenção dispensada à prova e ao desempenho dos filhos, e também em relação ao seu padrão de mediação durante os jogos analisado por meio da Escala de Avaliação de Experiência de Aprendizagem Mediada já mencionada, que, para tanto, foi operacionalizada para uma análise mais precisa e fidedigna nesse estudo. Por fim, essas pesquisas pretenderão assim demonstrar a importância do papel do mediador e como este pode influenciar o processo de ensino-aprendizagem de alunos com problemas de desenvolvimento e dificuldade de aprendizagem, na área cognitiva especialmente.

**Palavras-chaves:** Aprendizagem mediada, Avaliação cognitiva, Crianças com necessidades especiais

**Trabalho:** Aspectos da mediação materna na interação com a criança com deficiência visual em situação de jogo de dominó

**Autor(es):** Ana Cristina Barros Cunha, Sônia Regina Fiorim Enumo, Cláudia Patrocínio Pedroza

**Resumo:** A interação mãe-criança pode ser vista como um importante suporte para promoção do desenvolvimento cognitivo da criança com deficiência visual (DV), o qual pode ser afetado por padrões inadequados de mediação materna, decorrentes de expectativas pouco otimistas acerca do potencial de aprendizagem infantil em situações diversas de interação. Considerando a importância dessa mediação, este estudo se baseia em critérios de experiência de aprendizagem mediada (EAM), analisando o padrão de mediação adotado pela mãe em situação de jogos de dominó com a criança com DV. Doze díades mãe-criança com DV (5-9 anos), que freqüentavam instituições de atendimento especializado nos municípios da Grande Vitória/ES e do Rio de Janeiro/RJ, foram filmadas em situação semi-estruturada utilizando três tipos diferentes de jogos de dominó com níveis crescentes de dificuldade conceitual, de acordo com o número de categorias de classificação (A1- frutas, A2- frutas e animais e A3- frutas, animais e objetos). Os jogos de dominó A1 e A2 continham, ao todo, 21 peças, enquanto que o jogo A3 continha 28 peças. Cabe esclarecer que a dificuldade dos jogos de dominó residia na inclusão de mais uma

categoria de classificação, além da categoria presente no jogo anterior, sendo que, para o último jogo, foi também aumentado o número de peças. Os jogos de dominó foram elaborados especialmente para o estudo, com o objetivo de prover um material lúdico que facilitasse a mediação da mãe e fosse adequado à condição visual da criança, já que as peças do dominó foram confeccionadas em madeira com dimensões maiores do que as comuns (11,5 cm X 5,5 cm X 1 cm) e com figuras coloridas em relevo em material emborrachado, para facilitar o reconhecimento, também através do tato, para as crianças com maior comprometimento visual. Cada diáde mãe-criança foi filmada em 3 sessões, cada uma com duração entre 3min15seg até 15min43seg, interagindo com o filho em situação semi-estruturada de jogo de dominó com três níveis crescentes de dificuldade (A1, A2, A3), totalizando 36 sessões de gravação, ao longo de duas semanas. O padrão de mediação materno foi analisado pela Mediated Learning Experience Rating Scale (Escala MLE), desenvolvida por Carol Lidz em 1991 e operacionalizada para o presente estudo. A operacionalização da Escala MLE resultou em 36 categorias de comportamentos, organizadas em 4 níveis de mediação para os 11 componentes ou critérios de mediação em Experiência de Aprendizagem Mediada (EAM): intencionalidade, significação, transcendência, atenção partilhada, experiência partilhada, regulação na tarefa, elogiar, desafiar, diferenciação psicológica, responsividade contingente e envolvimento afetivo. Alguns exemplos de categorias de análise do comportamento mediador foram: solicitar atenção e reflexão da criança (intencionalidade), oferecer feedback informativo, positivo e corretivo (significação), fazer ponte cognitiva conceitual e temporal (transcendência), explicitar o objetivo da interação (atenção partilhada), apresentar dicas, modelos e exemplos (regulação na tarefa), demonstrar afeto (envolvimento afetivo), encorajar a iniciativa da criança (desafio) etc. Os dados revelaram que, no total dos jogos, os maiores níveis de mediação materna foram apresentados para os critérios regulação na tarefa (Md= 3) e responsividade contingente (Md= 2,5). Os critérios intencionalidade, significação e transcendência, ou seja, os três principais critérios que devem existir em uma interação para que esta possa ser considerada uma situação de aprendizagem mediada, também foram apresentados pelas mães na interação com a criança com DV em nível 2 (Md= 2). Para garantir a fidedignidade da avaliação do padrão de mediação materno, foi calculado o índice de concordância das classificações em termos dos níveis de mediação obtido em cada critério de mediação da Escala MLE nos jogos de dominó. Para tanto, foram selecionados, aleatoriamente, os protocolos de registro da mediação materna para 25% da amostra total de mães (n= 3). Uma bolsista de iniciação científica (CNPq), estudante de Psicologia, atuou como um segundo juiz. Não foram obtidos índices de concordância menores que 70% (72,7% a 81,8%). Dessa forma, afirma-se que a Escala MLE pode ser indicada como um instrumento adequado para avaliação da mediação da mãe e já foi utilizado em outros estudos, tendo sido considerada de fácil aplicação, pois requer um período mínimo de treinamento, diferente de outros instrumentos de avaliação de EAM. No presente estudo, essa Escala foi sensível para detectar uma grande variação intragrupo, já que foi percebido que ao longo dos jogos as mães apresentaram níveis de mediação distintos para os mesmos critérios de mediação da Escala MLE, de acordo com o aumento da complexidade do jogo de dominó. Financiamento: Capes (Bolsa de Doutorado e Doutorado com Estágio no Exterior-Portugal); CNPq (Bolsa de Iniciação Científica; Bolsa de produtividade em pesquisa)

**Palavras-chaves:** aprendizagem mediada, interação mãe-criança, avaliação cognitiva infantil

**Trabalho:** Análise da mediação do professor durante programa de criatividade para alunos com dificuldade de aprendizagem

**Autor(es):** Tatiane Lebre Dias, Sônia Regina Fiorim Enumo, Cláudia Patrocínio Pedroza

**Resumo:** Programas de treinamento da criatividade têm sido frequentemente desenvolvidos e utilizados para se conhecer e promover as habilidades criativas, mediante diferentes técnicas e materiais instrucionais, que visam facilitar a expressão criativa. No geral, os programas avaliam o potencial criativo dos participantes, mas não focalizam os aspectos da interação do adulto com a população-alvo. Com base nesses aspectos, esta pesquisa investigou as variáveis da mediação do adulto (pesquisador atuando como professor) que podem afetar o desempenho criativo de

alunos com dificuldade de aprendizagem. Foram avaliadas as gravações em vídeo de 5 sessões de um programa de promoção da criatividade aplicado em 17 alunos com dificuldade de aprendizagem (G1), por desempenho inferior no Teste de Desempenho Escolar, separados aleatoriamente de uma amostra de 34 alunos com idade entre 8-12 anos, Q.I. médio de 92 no WISC, cursando a 2ª e 3ª série do Ensino Fundamental de uma escola pública de Vitória/ES. Formaram-se, assim, dois grupos, servindo G2 como controle, por não ter sido submetido ao programa de criatividade. Esse programa foi realizado em 25 sessões, por 3 meses, com duas sessões semanais de uma hora cada, realizadas em subgrupos de 7-8 alunos do G1, sob a orientação da pesquisadora, que atuou como professora. Visou-se desenvolver habilidades criativas, abordando as áreas verbal e figurativa, por meio de atividades selecionadas a partir de sugestões contidas em publicações nacionais da área. Observou-se, pela aplicação dos Testes Torrance de Pensamento Criativo, que não havia diferenças significativas entre os grupos nas habilidades criativas; mas, no pós-teste, G1 aumentou significativamente as médias em fluência verbal (pré-teste: 15,4; pós-teste: 21,4) e flexibilidade verbal (pré: 8,5; pós: 11,1), enquanto G2 aumentou em flexibilidade verbal (pré: 7,7; pós: 10,1). Foi, então, analisada a mediação da pesquisadora estudando-se 5 sessões selecionadas com base no intervalo de tempo entre as mesmas, de modo a cobrir o período do programa: sessão 2 (integração do grupo), sessão 7 (código), sessão 11 (história criativa), sessão 15 (analogia) e sessão 20 (confecção de objeto). Para analisar os padrões de mediação da pesquisadora durante a aplicação do programa, foram operacionalizados os itens e critérios da Escala de Avaliação de Experiência de Aprendizagem Mediada - Mediated Learning Experience (MLE) Rating Scale-, proposta por Carol Lidz em 1991, usando-se um sistema de categorias comportamentais. Nesta pesquisa, do total de 13 categorias da escola original (sendo uma categoria referente ao comportamento da criança) utilizou-se 9 categorias de mediação e seus comportamentos foram: 1) significação (oferecer feedback, enfatizar relevância), 2) transcendência (fazer ponte cognitiva conceitual), 3) competência/regulação na tarefa (apresentar dicas, incentivar o relato, propor questões para tarefas de habilidades cognitivas, clarificar), 4) competência/elogiar-encorajar (dar feedback positivo, comentar o desempenho da criança), 5) desafio (oferecer desafios), 6) diferenciação psicológica (atitude do mediador de reconhecer seu papel), 7) responsividade contingente (fazer comentários sobre a criança, responder às questões e solicitações da criança), 8) envolvimento afetivo (demonstrar afeto) e 9) mudança (dar feedback elaborado). Para avaliar o sistema de categorias comportamentais, foi calculado o índice de concordância entre três juízes treinados previamente na aplicação da escala, obtendo-se um índice geral acima de 70%. A aplicação dessa escala na análise das interações do pesquisador com os alunos, para as 5 sessões, mostrou uma maior frequência de comportamentos do mediador nas categorias significação e competência/regulação da tarefa. As demais categorias, intencionalidade e transcendência apresentaram menor frequência. Já as categorias competência/desafio, envolvimento afetivo e mudança, também com menor frequência, variaram em função do objetivo da atividade. O critério de significação é um dos três critérios de mediação, juntamente com a intencionalidade e a transcendência, classificados como os principais para que ocorra uma aprendizagem mediada. Mesmo havendo mudança de atividades de uma sessão para outra, o padrão de mediação não apresentou mudanças expressivas, mostrando uma estabilidade ou padrão nos comportamentos do mediador. Foi possível, assim, identificar outras variáveis que podem influenciar o desempenho criativo desses alunos, analisando-se não apenas o conteúdo das atividades do programa de criatividade, como se faz tradicionalmente, mas a qualidade da mediação do adulto que atua como professor de alunos com dificuldade de aprendizagem. Dessa forma, tem-se à disposição um instrumento que facilita a compreensão de algumas variáveis envolvidas no processo de ensino-aprendizagem de habilidades ainda pouco estudadas – a criatividade – especialmente em populações com baixas expectativas de desempenho cognitivo e escolar e criativo, em particular, como ocorre com alunos com dificuldade de aprendizagem.

Financiamento: CNPq (Bolsa de Doutorado, PIBIC e Bolsa de Produtividade em Pesquisa); CAPES (Bolsa de Mestrado); FACITEC-PMV.

**Palavras-chaves:** aprendizagem mediada, criatividade, dificuldades de aprendizagem, avaliação cognitiva

**Trabalho:** Experiência de Aprendizagem Mediada – modelo teórico para intervenção com Sistemas de Comunicação Alternativa

**Autor(es):** Kely Maria Pereira de Paula, Sônia Regina Fiorim Enumo

**Resumo:** Nas últimas décadas, temos acompanhado a mudança de paradigma no campo da avaliação psicológica, passando da supremacia dos fatores intelectivos para uma análise que também integra fatores afetivos e motivacionais que influenciam o desempenho manifesto do indivíduo em situação de aprendizagem, além do seu potencial para novas aquisições. Assim, modelos teóricos sócio-interacionistas acerca do desenvolvimento humano, como os de Vygotsky e Feuerstein, se propõem a fornecer metodologias avaliativas e intervenções mais eficientes para aprendizes que se encontram em situação de desvantagem, seja de que natureza for, apontando como fatores essenciais para a construção do conhecimento o próprio contexto de interação da díade (por exemplo, examinador-examinando) e os critérios mediacionais implementados. A modalidade de avaliação assistida permite considerar tais fatores, contudo, ainda são praticamente inexistentes estudos em crianças com problemas de comunicação, sendo, portanto, relevante investigar em que medida ela fornece subsídios teóricos e metodológicos para a análise de questões relativas aos processos de pensamento e linguagem, baseada em Sistemas de Comunicação Alternativa. Nesta pesquisa, participaram 7 crianças com idades entre 8 e 11 anos, com déficits que variavam de moderado a severo nas habilidades de linguagem e comunicação, decorrentes de diferentes deficiências. Para a intervenção com sistema computadorizado de comunicação, utilizamos para a avaliação, na modalidade assistida, uma adaptação brasileira do Children Analogical Thinking Modifiability Test (CATM), elaborado por Tzurriel e Klein, acrescida de instrumentos psicométricos lingüístico-cognitivos como o Teste de Vocabulário por Imagens Peabody – TVIP, o Raven-MPC e a Escala de Maturidade Mental Columbia. O pós-teste consistiu na aplicação dos mesmos instrumentos da fase de avaliação. A intervenção para melhorar a competência comunicativa pelo uso de sistemas alternativos de comunicação teve duração de 3-4 meses (17 sessões/criança, em média). A análise geral da situação de avaliação (assistida e psicométrica) e da intervenção destacou variáveis comportamentais e afetivo-motivacionais que reduziram o aproveitamento das situações de aprendizagem. Consideramos, então, particularmente nesse grupo de crianças, além dos fatores não estritamente cognitivos, que a análise da mediação poderia contribuir na adoção de estratégias mais efetivas para ampliar a linguagem expressiva. Para a análise do padrão de mediação foram transcritas integralmente 15 sessões (8%) para levantamento dos principais comportamentos apresentados pela díade nas diferentes fases do estudo. A partir dos registros contínuos foram definidas 27 categorias comportamentais do examinador/mediador (explicitar o objetivo da interação, solicitar atenção, apresentar dicas e expandir a comunicação, por exemplo), que foram vinculadas às 12 categorias de mediação da Escala de Aprendizagem Mediada, de Carol Lidz, operacionalizando-a. As categorias são: intencionalidade, significação, transcendência, atenção partilhada, experiência partilhada, regulação na tarefa, elogiar/encorajar, desafiar, diferenciação psicológica, responsividade contingente, envolvimento afetivo e mudança. A única categoria relativa à criança – responsividade à mediação - foi analisada a partir do conjunto de 13 comportamentos, entre eles, manter a atenção, esquivar-se da tarefa e responder à mediação para habilidades comunicativas. A pontuação da escala varia de 0 a 3, indo do pólo “ausência de mediação” (Nível 0), passando por nível “baixo” (Nível 1) e “médio de mediação” (Nível 2) ao pólo “padrão ótimo de mediação” (Nível 3). A análise do padrão de mediação do examinador, em 30 sessões do programa de intervenção, indicou que as categorias mais freqüentes com Nível 3 foram: regulação na tarefa (90%), intencionalidade (83%), elogiar/encorajar (80%) e diferenciação psicológica (80%). Mediação para atenção partilhada e mudança apresentaram as menores freqüências neste nível (10% e 17%, respectivamente). Entre as subcategorias (N=27), expandir a comunicação foi o comportamento mais freqüente (23%), seguido das respostas estabelecer ponte cognitiva conceitual (8%), incentivar o relato (8%) e fornecer feedback positivo (8%). Os comportamentos com freqüência muito baixa (<1%) foram fornecer feedback elaborativo/comparativo, responder à solicitação e fornecer mando ou modelo para sintaxe. Na análise dos comportamentos da criança, a categoria responsividade à mediação obteve a seguinte classificação: ótima (26%), boa (50%), baixa (17%) e não-responsividade (6%). Os resultados indicam que os três critérios principais para estabelecer uma adequada experiência de aprendizagem mediada, como intencionalidade, significação e transcendência, foram apresentados pelo examinador durante a intervenção, embora os dois

últimos tenham sido mais freqüentemente classificados no Nível 2 (médio) . O tipo e a complexidade da tarefa, assim como a variação na responsividade da criança podem explicar o padrão de mediação implementado. Operacionalizar a escala mediante o levantamento dos principais comportamentos do examinador trouxe maior clareza às definições das categorias de mediação equivalentes, contudo, tal procedimento demanda maior tempo na análise do padrão de mediação, fator este que deve ser considerado na aplicação da escala fora do contexto experimental. Assim, são necessários novos estudos visando otimizar tanto a aplicação quanto a efetividade da Escala de Aprendizagem Mediada em que pesem a especificidade da população estudada (usuários de sistemas de Comunicação Alternativa) e a realidade brasileira. Financiamento: CAPES (bolsa de doutorado), CNPq (PIBIC e bolsa de produtividade em pesquisa); FACITEC - Prefeitura Municipal de Vitória, Espírito Santo.

**Palavras-chaves:** Mediação, avaliação assistida, Comunicação Alternativa e Ampliada, problemas de comunicação

**Atividade:** AVALIAÇÃO DA MEMÓRIA E METAMEMÓRIA EM PACIENTES COM TRANSTORNO OBSESSIVO COMPULSIVO (Paineis)

**Trabalho:** AVALIAÇÃO DA MEMÓRIA E METAMEMÓRIA EM PACIENTES COM TRANSTORNO OBSESSIVO COMPULSIVO

**Autor(es):** Sandro Igo, Maria Conceição Rosário, Amanda Galvão Oliveira Almeida, Helen Lúcia Freitas Copque

**Resumo:** OBJETIVOS Avaliar memória e metamemória em pacientes com transtorno obsessivo compulsivo (TOC), e comparar o desempenho com pacientes com transtorno bipolar do humor (TBH). JUSTIFICATIVA O transtorno obsessivo-compulsivo (TOC) é um transtorno psiquiátrico caracterizado pela ocorrência de obsessões e compulsões recorrentes que causam sofrimento ou prejuízo. Obsessões são pensamentos, impulsos ou imagens mentais recorrentes, intrusivos e desagradáveis, reconhecidos como próprios e que causam ansiedade ou mal-estar relevantes ao indivíduo, tomam tempo e interferem negativamente em suas atividades e/ou relacionamentos. As compulsões são comportamentos ou atos mentais repetitivos que o indivíduo é levado a executar voluntariamente em resposta a uma obsessão ou de acordo com regras rígidas, para reduzir a ansiedade/mal-estar ou prevenir algum evento temido. O desempenho dos pacientes com TOC em tarefas de memória pode ser influenciado por suas atitudes e crenças a respeito de sua capacidade de memorizar. Alterações particulares na metamemória, tais como as crenças mais negativas sobre a memória podem influenciar importantes variáveis moduladoras do desempenho, tais como esforço despendido, motivação e uso de estratégias. Ou seja, as crenças do memorizador podem influenciar a maneira como a tarefa é realizada, assim como o desempenho final. No funcionamento normal da memória, uma consciência da falibilidade da memória pode levar à tentativas de estratégias de melhorá-la. Além disto, o conhecimento geral de como a memória funciona influenciará as estratégias que uma pessoa usará para melhorar a execução da memória. METODOLOGIA Estão sendo avaliados pacientes do ambulatório dos transtornos do espectro obsessivo compulsivo do HUPES/UFBA (SERTOC) e do centro de estudos e tratamento dos transtornos afetivos do HUPES/UFBA (CETTA). A população é formada de adultos de ambos os sexos, com idade entre 18 e 60 anos com diagnóstico de transtorno obsessivo compulsivo ou transtorno bipolar de humor segundo critérios do DSM-IV. Pacientes que com comprometimento intelectual ( $QI < 70$ ), história de traumatismo cranio-encefálico não participam da amostragem. Trata-se de um estudo de corte transversal, conduzido de acordo com um delineamento fatorial misto  $2 \times 3$ . O primeiro fator, tipo de participantes, foi constituído por duas condições (pacientes com TOC e controles com TBH) enquanto o segundo é intra-sujeitos, o tipo de tarefa a ser realizada (memória, percepção de memória, julgamento do "feeling of knowing"). Os pacientes serão avaliados com instrumentos para a) dados sócio-demográficos: Questionário Médico e sobre Fatores de Risco (QMFR); b)

presença de transtornos psiquiátricos do eixo I: Entrevista Clínica Estruturada para o DSM-IV – Transtornos do Eixo I (SCID-I/P); c) gravidade de sintomas depressivos e de ansiedade: Escala de Depressão de Beck (BDI), Escala de Ansiedade de Beck (BECK-A); d) avaliação neuropsicológica: (d1) inteligência – Escala Wechsler de Inteligência para Adultos (WAIS III), Wechsler Adult Scale Inventory (WASI); (d2) memória – California Verbal Learning Test (CVLT) e subtestes da Wechsler Memory Scale (WMS); (d3) metamemória – Metamemory in Adulthood Questionnaire (MIA), Memory Self-Efficacy Questionnaire (MSEQ).**RESULTADOS PRELIMINARES** Foram avaliados cinco pacientes com TOC nos instrumentos propostos. A amostra foi constituída por 03 homens e duas mulheres, com idade entre 19 e 54 anos, sendo todos pacientes do ambulatório de TOC do Ambulatório Magalhães Neto. Todos os sujeitos apresentaram funcionamento intelectual (QI) dentro da normalidade para a população brasileira. Foram observados prejuízos em tarefas de memória operacional (20%, n= 1), memória imediata (60%, n= 3) e memória verbal (40%, n= 2). Em relação à metamemória, os resultados mostraram que havia contradições entre a memória percebida e julgamento de memória, com o desempenho em tarefas de memória (em 77% das tarefas propostas), tanto no que se tange a superestimação da memória (43%) quanto à subestimação (34%). Os resultados sugerem que pacientes com TOC têm prejuízos de memória e metamemória.

**Palavras-chaves:** Transtorno Obsessivo Compulsivo, Memória, Metamemória

**Atividade: Relações entre o Inventário de Apego a Pais e Amigos (IPPA) e outros instrumentos de avaliação de apego (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Relações entre o Inventário de Apego a Pais e Amigos (IPPA) e outros instrumentos de avaliação de apego

**Autor(es):** Florival Scheroki, Vera Silvia Raad Bussab

**Resumo:** O comportamento de apego se mostra através da busca ou manutenção da proximidade com alguma pessoa, chamada Figura de Apego, capaz de promover proteção, conforto e segurança. A relação afetiva de apego configura-se desde a infância e tende a durar por toda a vida. Ocorrem modificações na forma e na frequência dos comportamentos de apego e de busca por segurança nas diferentes fases do desenvolvimento. Entretanto, as vinculações afetivas tendem a perdurar por toda a vida e a se manifestar nos diversos âmbitos das relações (trabalho, religião, amizades). Embora os comportamentos primordiais de apego sejam públicos (gritar, chorar, agarrar, olhar), com a evolução das capacidades cognitivas e surgimento da capacidade de representação do mundo, as relações primordiais (em geral com o cuidador principal – a mãe) levam à formação de modelos internos de funcionamento das relações (MIF's), a partir dos quais o indivíduo vê a si mesmo, o outro e as interações com o mundo. A maneira como o indivíduo interage com o seu meio passa a ser guiada por Estilos de Relacionamento (ER's) apoiados na estrutura cognitiva, afetiva e comportamental subjacente aos MIF's; embora não sejam de todo imutáveis, oferecem maior resistência à mudança a partir da adolescência. Uma vez reconhecida a importância do estilo de apego no ajustamento social dos indivíduos, tem havido um empenho dos pesquisadores para o desenvolvimento de instrumentos capazes de diferenciar os indivíduos quanto aos seus ER's ou dimensões relacionadas com o apego, e associá-los com outras medidas de características psicológicas. O objetivo do presente trabalho é apresentar o Inventário de Apego a Pais e Amigos – IPPA – de Armsden e Greenberg (1987, J. Youth and Adolesc. p.427), em sua versão para pais, comparando-o a outros instrumentos – Questionários de Relacionamento de Bartholomew e Horowitz (1991, JPSP, v61 n2) e de Estilos de Apego a Deus, de Kirkpatrick e Shaver (1992, PSPB, v 18 n3) – associando-o a avaliações de depressão (CES-D). A população estudada foi composta por 190 estudantes universitários com idades de 17 a 47 e média de 26 anos. O IPPA é composto por um conjunto de 28 frases às quais se atribui um valor de um a cinco, conforme a frequência com que são verdadeiras na vida do respondente, delineado para avaliar a dimensão nível de segurança percebida na relação com a FA primária. As frases organizam-se fatorialmente em torno de três componentes associados à dimensão “nível de segurança” presente na relação com o cuidador

principal. Este nível de segurança percebida está associado à confiança na consistente acessibilidade e à disponibilidade da FA para uma comunicação eficientemente responsiva, em contraposição às experiências cognitivo-afetivas negativas, geradoras de raiva e desesperança, subjacentes à falta de responsividade eficiente presente numa interação alienada entre as pessoas envolvidas. O nível de segurança corresponde a uma composição dos escores obtidos para confiança, qualidade da comunicação e grau de alienação ou desapego, presentes da relação. As pontuações em cada um dos componentes (confiança, comunicação e alienação) foram divididas em três grupos – baixo, médio e alto – usando-se os percentis(p) de distribuição da seguinte maneira: abaixo de p30, entre p30 e p70 e acima de p70, respectivamente. Com diferenças estatisticamente significantes,  $F(6;364)=0,220$ ,  $p<0,001$ , entre os três grupos de percentis para cada um dos três componentes, procedeu-se à composição entre os componentes para a constituição dos grupos de respondentes nos respectivos níveis de segurança. Os resultados mostraram que pertencer ao grupo de alto ou baixo nível de segurança não está estatisticamente associado aos estilos inseguros (medroso, evitador e preocupado) e seguro de apego avaliados com o QR e nem com os estilos inseguros (evitativo e ambivalente) e seguro do Questionário de Estilos de Apego a Deus. Por outro lado, as médias obtidas na escala de rastreamento para depressão (CES-D) mostraram-se estatisticamente diferentes em função do nível de segurança do IPPA (ANOVA;  $F(2;131)= 10,830$ ,  $p<0,001$ ): os testes post hoc – Bonferroni – mostraram que o grupo de alto nível de segurança tinham médias inferiores de depressão ( $p< 0,001$ ) em relação aos grupos de níveis médio e baixo, corroborando dados encontrados nos estudos originais. Concluímos com a sugestão de que a utilização do IPPA seja promovida com mais elucidação sobre o objeto de sua avaliação (nível de segurança) e da metodologia (aplicação e forma de composição dos componentes) de maneira que outras medidas psicológicas possam ser estudadas em associação com o nível de segurança das relações primárias de apego, face à relevância que estas ocupam ao longo de toda a vida humana.

**Palavras-chaves:** Psicologia Evolucionista, Apego, Depressão, Inventário de Apego a Pais e Amigos (IPPA)

**Atividade:** O TRANSTORNO DA APRENDIZAGEM DA MATEMÁTICA (DISCALCULIA): REVISÃO BIBLIOGRÁFICA, PROPOSTA DE AVALIAÇÃO E DIAGNÓSTICO DIFERENCIAL (Paineis)

**Trabalho:** O TRANSTORNO DA APRENDIZAGEM DA MATEMÁTICA (DISCALCULIA): REVISÃO BIBLIOGRÁFICA, PROPOSTA DE AVALIAÇÃO E DIAGNÓSTICO DIFERENCIAL

**Autor(es):** Sandro Igo, Rejane Luzara Lima Santos, Naja Carvalho dos Santos, Verena Souza Souto, Dalva Mikaela Portela Brito, Susana dos Santos Oliveira, Nilton Pedrett, Angelo Santos Almeida, KARINE MAMONA QUEIROZ

**Resumo:** OBJETIVO Esta revisão objetiva proporcionar aos psicólogos e neuropsicólogos uma atualização das principais questões relacionadas à discalculia. O enfoque mais detalhado foi dado na identificação de métodos abrangentes e confiáveis de investigação e avaliação dos pacientes com suspeita de discalculia, bem como do diagnóstico diferencial entre a discalculia e outras condições clínicas. INTRODUÇÃO A discalculia é o transtorno do desenvolvimento relacionado com a aprendizagem das habilidades matemáticas. O distúrbio envolve prejuízo acadêmico significativo com ausência de comprometimento do nível intelectual, e não é melhor explicado pela presença de déficit sensorial. O desempenho nas habilidades matemáticas deve ser incompatível com o grau de escolarização e idade do indivíduo, e deve prejudicá-lo em suas

atividades sociais e laborativas. O transtorno caracteriza-se pela dificuldade na aquisição do conceito de número e seu processamento, na aprendizagem do cálculo, na resolução de problemas e na aquisição de noções geométricas. Pode exibir comprometimento nos grupos das seguintes habilidades matemáticas: a) habilidades lingüísticas - relacionadas ao entendimento de termos matemáticos e a conversão de problemas escritos em símbolos matemáticos; b) habilidades perceptivas – compreende a capacidade de reconhecer e compreender símbolos e ordenar agrupamentos de números; c) habilidades matemáticas – como a adição, subtração, multiplicação e divisão e acompanhamento de seqüências de operações básicas; d) habilidades de atenção – inclui a cópia correta de figuras e observação correta de símbolos operacionais. O prejuízo na aquisição das habilidades matemáticas pode ser primária – a discalculia propriamente dita – ou pode ser secundária a outras síndromes clínicas. A desatenção, por exemplo, presente no transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) pode interferir de forma negativa para a aprendizagem de matemática, tornando o sintoma semelhante ao do quadro apresentado na discalculia, mas sem configurar como o transtorno da aprendizagem da matemática. A discalculia pode apresentar ainda comorbidade com outras síndromes, das quais as mais freqüentes são o transtorno da aprendizagem da leitura (dislexia), transtorno da aprendizagem da escrita (disgrafia), TDAH e o transtorno de misto da linguagem receptivo-expressivo (disfasia mista). A investigação e avaliação da discalculia é geralmente feita segundo critérios clínicos, dentro de uma abordagem qualitativa, devido a ausência de um protocolo amplamente aceito para identificação do transtorno. Esta dificuldade está associada a divergências no modelo explicativo do transtorno, e escassez de instrumentos padronizados para o diagnóstico. Neste trabalho examinamos as publicações que tratam dos métodos de avaliação da discalculia, e propomos um modelo de investigação e diagnóstico diferencial. MÉTODOS Os dados foram obtidos por uma revisão da literatura publicada na Medline, através da pesquisa na Pubmed dos 10 últimos anos. As palavras chaves utilizadas foram mathematical disorder, dyscalculia e acalculia. Estudos que enfocaram a avaliação e o diagnóstico foram selecionados. RESULTADOS Foram encontrados 112 estudos sobre discalculia. Dentre estes, nenhum foi publicado em língua portuguesa, e cerca de 20% abordam a avaliação e diagnóstico do transtorno. Trabalhos que propõe modelo de investigação do transtorno são escassos. CONCLUSÃO Uma das maiores dificuldades para a avaliação de pacientes com discalculia e a falta de critérios para seu diagnóstico. A presença de sintomas de outras síndromes dificulta o diagnóstico, o que compromete a ação terapêutica e o prognóstico. Isto é especialmente importante quando se verifica a falta de instrumentos de avaliação do transtorno, como observado no Brasil. Daí a importância de critérios claros e bem definidos que possibilitem o diagnóstico diferencial com segurança. Neste trabalho propomos um modelo de investigação e avaliação da discalculia, bem como uma árvore de decisão diagnóstica para ajudar os profissionais a diferenciar a discalculia das seguintes condições clínicas: retardo mental, TDAH, disgrafia, dislexia, disfasia e agnosias.

**Palavras-chaves:** Discalculia, Avaliação Neuropsicológica, Diagnóstico Diferencial

**Atividade:** AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO CONTEXTO DO TRÂNSITO NA CIDADE DE JOÃO PESSOA (Paineis)

**Trabalho:** AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO CONTEXTO DO TRÂNSITO NA CIDADE DE JOÃO PESSOA

**Autor(es):** Wilker Luiz Pessoa de França, Tâmara Ramalho Sousa, Luciana Chacon Dória, Priscylla Cavalcanti Guedes

**Resumo:** A Psicologia do Trânsito teve início em 1920. Entretanto, no Brasil ela iniciou-se na década de 50 com a contratação de psicólogos pelo DETRAN – RJ, a fim de estudar o comportamento dos condutores. A partir daí, a Lei 9545 instituiu o exame psicotécnico para os candidatos à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação. O conceito de avaliação psicológica



tem sido modificada e atualmente esta pode ser definida como “um processo técnico-científico de coleta de dados realizado por meio de estratégias psicológicas como métodos, técnicas e instrumentos que permitem um conhecimento de capacidades cognitivas e sensorio-motoras, componentes sociais, emocionais, afetivos, motivacionais, aptidões específicas e indicadores psicopatológicos”. Quanto aos instrumentos psicológicos, segundo a Resolução nº 025/2001 do Conselho Federal de Psicologia, estes devem ter propriedades psicométricas adequadas para receberem um parecer favorável pelo CFP. A questão da avaliação psicológica não reside apenas nos instrumentos, nos testes utilizados, e sim, na atuação profissional do psicólogo. É possível verificar a carência de estudos sobre o processo de avaliação psicológica e o modo como é realizado no Brasil. Desta forma, este estudo pretendeu conhecer a realidade dos psicólogos que trabalham com a avaliação no trânsito na cidade de João Pessoa, bem como os testes utilizados e a forma como eles são aplicados e analisados. Sendo assim, foram entrevistados três psicólogos do Departamento Estadual de Transito da Paraíba (DETRAN-PB). Eles trabalhavam em média há 18 anos na instituição, sendo dois do sexo masculino. Os pesquisadores apresentaram-se como estudantes do curso de psicologia e solicitaram aos psicólogos do departamento de avaliação sua colaboração para uma entrevista individual. Nesta, eles se utilizaram de um gravador. Questões como “O que é avaliação psicológica para você?”, “Na sua opinião os testes aplicados são válidos?” e “Que testes são utilizados?”, constavam na entrevista. Ao serem perguntados sobre o que é avaliação psicológica, os profissionais responderam que esta seria um procedimento de coleta de elementos para comprovar se o indivíduo é capaz de conduzir veículos. Esse trabalho é feito a partir de aplicações de testes e entrevistas. As entrevistas são feitas antes da aplicação dos testes, de forma coletiva e com perguntas já estruturadas. Nestas, os candidatos à CNH respondem questões sobre problemas de saúde, como passaram as últimas 24 horas, entre outras. Os testes utilizados medem construtos como Inteligência, Atenção e Personalidade. Alguns exemplos de testes citados pelos psicólogos foram o Raven, o G36, e o R1. Quanto aos de atenção: o teste AC, o TADIS I e II e o TADIM. Já no construto personalidade, o Palográfico é o mais utilizado e considerado importante pelos profissionais. O PMK também foi citado como teste de personalidade, porém é utilizado apenas em casos especiais, (com infratores, por exemplo) por exigir muito tempo na aplicação e ter um custo muito alto. Os entrevistados perguntaram ainda se eles acreditavam que os testes eram válidos; todos responderam que para o que o teste se propõe, naquele contexto, eles são válidos sim. O psicólogo, entretanto, deve fazê-lo com fidedignidade, caso contrário, ele se tornará falho como qualquer outro tipo de teste. Diante do que foi exposto pelos profissionais, observa-se que a testagem psicológica é essencial no contexto do trânsito, pois conduzir um veículo é uma tarefa que pode pôr em risco a vida de muitas pessoas, visto que estão envolvidos neste ambiente pedestres, passageiros e demais condutores. Por isso é fundamental verificar as condições psicológicas do candidato antes que ele seja considerado apto a conduzir um veículo. Quanto aos instrumentos utilizados para essa testagem, foi observado a partir das entrevistas que estes são considerados válidos para o contexto em que são aplicados.

**Palavras-chaves:** testes, avaliação psicológica, trânsito

**Atividade:** Preferência musical e traços de personalidade entre estudantes universitários (Painéis)

**Trabalho:** Preferência musical e traços de personalidade entre estudantes universitários

**Autor(es):** Carlos Eduardo Pimentel, Wilker Luiz Pessoa de França, Edla Daise de Oliveira Porto, Paula Rachel Louro Leite, Emerson Diógenes Medeiros

**Resumo:** Raymond Cattell estava entre os primeiros a teorizar sobre como a música poderia contribuir para a compreensão da personalidade, mas achava surpreendente que na história da psicologia e da psicoterapia existisse tão pouca referência experimental ou mesmo, especulativa, sobre o uso da música. Ele acreditava que a preferência por certos tipos de música revelaria

informações importantes sobre aspectos da personalidade que são negligenciados pela maioria dos inventários. A situação revelada por Cattell parece não ter mudado muito, nas áreas de pesquisa em Psicologia Social e da Personalidade a escassez no tema ainda é grande. Para um aprofundamento maior no tema, foi realizada essa pesquisa, onde participaram 225 sujeitos escolhidos não-probabilisticamente, estudantes universitários de diversos cursos (Administração, Ciências Biológicas, Matemática, Física, Geografia, Educação Física, Química, Direito, entre outros), de uma universidade particular (N = 115), e outra, pública (N = 110), do estado de Sergipe, sendo a maioria do sexo feminino (64%), com média de idade de 22 anos (DP = 6,41), solteiros (85%) e de classe média (67%). A maioria desses estudantes é do curso de Psicologia (57%), as idades variaram de 17 a 59 anos, mas trata-se majoritariamente de jovens e jovens adultos, pois a maioria se situou entre os 17 e 29 anos (92%). Foi utilizado um questionário composto pelas seguintes medidas todas auto-aplicáveis, tipo lápis e papel: Escala de Preferência Musical (EPM). Elaborada para este estudo, inicialmente partiu-se de uma escala previamente validada de preferência musical, composta por 13 itens-estilos musicais: sertaneja, pagode, pop music, funk, forró, samba, MPB, música clássica, rap/hip hop, heavy metal, punk/hard core, reggae e música religiosa. Tendo em consideração que seria importante a inclusão de novos estilos, foram selecionados mais 6 itens desenvolvidos por Aquino (2005): axé, brega, eletrônica, jazz e blues. Ainda foi inserido dois últimos itens: ópera e rock. Por fim, a versão final da escala ficou conformada por um total de 20 itens. Esta medida visa conhecer o grau de preferência (ou aversão) com relação a estes estilos ou gêneros musicais, ancorados em escala formato Likert, cada item representando um estilo, respondido num contínuo que vai de 1 = Detesto a 5 = Gosto muito. Inventário dos Cinco Grandes Fatores (Big Five Inventory – BFI). Esta é uma das escalas utilizadas para a mensuração da personalidade de acordo com o modelo dos Big Five. Apresenta alfa de Cronbach geral na ordem de 0,83. Especificamente, visa distinguir os tipos de personalidade: Extroversão, Sociabilidade, Conscienciosidade, Neuroticismo e Intelecto, aferidos em uma escala progressiva de tipo Likert, indo de 1 a 5, de acordo com a intensidade de concordância (discordo totalmente, discordo, nem concordo nem discordo, concordo e concordo totalmente) que a pessoa acredita que possui o traço, ou a característica de personalidade. Como por exemplo: “Eu me vejo como alguém que... é conversador, comunicativo” e “Às vezes é frio e distante”. Esta medida se compõe de 44 itens distribuídos nos 5 fatores de personalidade. Verificaram-se algumas correlações estatisticamente significativas (todas a  $p \leq 0,001$ ) entre as dimensões de preferência musical e os traços de personalidade: 1) Música de Massa e Extroversão ( $r = 0,19$ ); 2) Música de Massa e Intelecto ( $r = -0,19$ ); 3) Música Refinada e Neuroticismo ( $r = -0,18$ ); 4) Música Refinada e Intelecto ( $r = 0,34$ ); 5) Música Alternativa e Neuroticismo ( $r = -0,25$ ,  $p \leq 0,01$ ). Conclui-se que realmente a preferência musical se relaciona com a personalidade, podendo ser importante para a sua compreensão. Com relação às correlações encontradas entre Neuroticismo e preferência musical, que parecem pouco claras, seria importante que novos estudos fossem realizados nesta direção. Ressalte-se também que a inserção de outras variáveis para composição de um modelo abrangente deve motivar novas pesquisas. Estes e outros esforços seguramente contribuirão para que se possa construir uma teoria psicológica de preferência musical.

**Palavras-chaves:** preferência musical, traços de personalidade, jovens

**Atividade:** Estudo normativo do teste de Atenção concentrada (AC) para o Rio Grande do Norte (Paineis)

**Trabalho:** Estudo normativo do teste de Atenção Concentrada (AC) para o Rio Grande do Norte

**Autor(es):** João Carlos Alchieri, Camilla Lima, Clara Camila Carvalho, Katarine Viana

**Resumo:** A utilização de instrumentos psicológicos atualizados e amparados em estudos normativos é uma questão antiga na psicologia e ainda muito presente. Desde 2000 o Conselho Federal de Psicologia vem implementando ações visando reavaliar os instrumentos psicológicos em uso e fomentando atualizações do material pelas editoras responsáveis. Contudo, as normas

são mais trabalhosas para serem desenvolvidas, especialmente no Brasil, de variadas culturas. Muito se debateu quanto os critérios de elaboração de normas para os testes psicológicos, e ainda não há consenso quanto a como desenvolver ações representativas do ponto de vista demográfico para os resultados dos testes psicológicos. Em trabalhos anteriores, preconizou-se que as amostras pudessem levar em consideração o aspecto geopolítico da população brasileira, uma solução entre a generalização de normas nacionais, e a limitação de resultados tomados em grandes cidades. Com base neste preceito atualmente um grupo de pesquisadores tem desenvolvido esforços quanto a elaboração de normas para a região nordeste do país, dada a necessidade de compor normas reais para com as suas características socioeconômicas. Um dos aspectos mais frequentemente avaliados em processos seletivos é a atenção concentrada, cuja origem remonta ao teste de Bourdon apresentado em 1895 e que consistia em marcar, em uma página impressa, todas as letras “A” do texto apresentado. O teste de Atenção Concentrada de Toulouse-Piéron (TP) foi desenvolvido em 1904 para evitar o inconveniente da leitura como fator de resolução do teste de Bourdon e é dos testes de atenção, o mais conhecido. No presente trabalho apresenta-se um instrumento cujos resultados são condizentes com esta proposta, em um teste muito utilizado em diversas atividades avaliativas em psicologia, o Teste de Atenção Concentrada AC de Suzy Vijande Cambraia. É editado pela Vetor Editora Psico-Pedagógica desde 1967, tendo passado por revisões cujas datas não constam do manual. Sua aplicação pode ser individual ou coletiva e, em média, ocupa 5 minutos, sendo que o material é composto por manual, crivo de correção e folha de resposta. Nos estudos descritos no manual a amostra da pesquisa de 2001 incluiu indivíduos, de três estados, a saber: São Paulo, Espírito Santo e Rio Grande do Norte, com idades que variaram de 17 a 64 anos. O objetivo do instrumento é avaliar a capacidade que o sujeito tem de manter sua atenção concentrada no trabalho, por um período de tempo. Os protocolos do teste de Atenção Concentrada utilizados na presente investigação foram disponibilizados a partir de aplicações realizadas para diferentes modalidades de seleção pessoal, em diversos âmbitos, em empresas de recrutamento para vigilantes em formação, no período de 2000 a 2004. Deve-se ressaltar que em todos os locais a condução dos processos de aplicação e a correção do material, foram realizadas mediante acompanhamento de um profissional psicólogo, sendo adotada a modalidade coletiva para a aplicação e seguindo fielmente as instruções preconizadas no manual do instrumento. A amostra é de conveniência e contempla um número muito superior de sujeitos masculinos que de femininos, a escolaridade é representada por uma maior freqüência de sujeitos com ensino fundamental e médio, que participaram de processos seletivos no RN; caracteriza-se assim, mais como um grupo de referência aos resultados do AC que propriamente um grupo normativo. Inicialmente foi realizada uma triagem para a verificação do preenchimento completo de todos os campos como identificação (idade, sexo, grau de instrução) e correção dos protocolos (pontos brutos para rapidez e erros e omissões, para qualidade). Até o presente momento foram tomados 1736 resultados decorrentes de avaliações realizadas em processos seletivos, especialmente para a formação de vigilantes privados. Verifica-se um número considerável de participantes do sexo masculino (1603), de escolaridade média (1299), e cujos resultados fornecem médias com diferenças significativas para escolaridade (Fundamental x Média,  $p < 0,001$ ). Avaliação dos resultados levou em consideração também a correlação estabelecida para pontos, acertos, erros e omissões, constatando-se coeficientes variando de 0,28 a 0,54. Os escores foram diferenciados em pontos, acertos, erros e omissões, juntamente com tabelas percentílicas distintas para escolaridade e o sexo dos participantes. Seguem-se os estudos buscando evidenciar com a inclusão de outros instrumentos a validade convergente dos resultados de atenção concentrada, ao mesmo tempo em que se ampliam os resultados do instrumento.

**Palavras-chaves:** Avaliação psicológica, Testes psicológicos, Psicometria

**Atividade:** A SOLIDÃO EM TRAVESTIS DE UM BAIRRO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (Paineis)

**Trabalho:** A SOLIDÃO EM TRAVESTIS DE UM BAIRRO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

**Autor(es):** Angela Carreiro Monteiro de Barros, Nei Calvano, Carla Ouverney

**Resumo:** O nosso objetivo foi verificar se há solidão social, emocional ou ambas em travestis de um bairro do centro da cidade do Rio de Janeiro. A pesquisa foi realizada no Programa de Saúde da Família "PSF" os questionários foram aplicados individualmente, face a face. A cada item aplicado, os respondentes tinham um acontecimento, alegre ou triste, em suas vidas, que relatavam ao aplicador, que os ouvia atentamente. A amostra faz parte da validação da escala de solidão explicada descrito em De Jong Gierveld (1987); também em D J G (1998). Características deste conhecimento sobre solidão encontra-se na ênfase, na diferença entre o que a pessoa quer em termos de afeto interpessoal e a intimidade que a pessoa tem; quanto maior a diferença, maior a solidão. Características são tiradas do relacionamento social, quantidade de frequência que se dão os relacionamentos com seus companheiros, personalidade e comportamentos que identificam os importantes fatores da solidão. Foram participantes do estudo 59 travestis, todos do sexo masculino. Entretanto na resposta ao questionário 53 afirmaram ser do sexo masculino e 6 do sexo feminino. Todos moradores de um mesmo espaço em um bairro da cidade do Rio de Janeiro. Quanto a idade 4 estão na faixa entre 15 e 18 anos, 48 entre 19 e 39 anos e 7 são maiores de 40 anos. No estado marital pesquisado observa-se que 45 declaram-se solteiros, 7 casados, 1 viúvo e 5 na categoria outros. Dos participantes 5% são solteiros e moram com os pais; 10% moram com parceiro sem crianças; 7% com parceiro com crianças; 4% moram com parceiro em residência de diferentes composições; 10% moram com uma pessoa da família e 54% sem parceiro em residência de diferente composição e 10% moram sozinhos. O estado geral de saúde da amostra é: não muito boa 9%; média 37%; boa 39%; muito boa 15%. Observa-se que 24% dos respondentes não apresentam solidão emocional, 33% apresentam solidão emocional moderada e 43% severa ou muito severa. Verifica-se que 23% não apresentam solidão social, 14% apresentam moderada e 63% severa ou muito severa. Participantes com solidão social e emocional ao mesmo tempo são 68% da amostra. Do total 15% apresentam-se sem solidão, 41% com solidão moderada, 32% com solidão severa e 12% com solidão muito severa. O  $r = .43$   $p < .01$  é o resultado da correlação entre o escore de solidão social e solidão emocional. O sexo correlacionado com os tipos de solidão apresenta um  $r = -.82$   $p < .01$ . O resultado indica que os travestis em questão apresentam um índice elevado de solidão, tanto emocional, social ou ambas, em relação à população em geral.

**Palavras-chaves:** solidão, travesti, avaliação

**Atividade: ESTUDOS PRELIMINARES DA VALIDAÇÃO DA ESCALA DE SOLIDÃO DE JONG GIERVELD & VAN TIBURG PARA A POPULAÇÃO BRASILEIRA (Paineis)**

**Trabalho: ESTUDOS PRELIMINARES DA VALIDAÇÃO DA ESCALA DE SOLIDÃO DE JONG GIERVELD & VAN TIBURG PARA A POPULAÇÃO BRASILEIRA**

**Autor(es):** Nei Calvano, Angela Maria Carreiro Monteiro de Barros, Luciana Fraga Borges, Carla Ouverney

**Resumo:** O desenvolvimento e estudo de um modelo de solidão explicada foram descritos em De Jong Gierveld (1987); também veja D J G (1998). O modelo está baseado na teoria cognitiva conhecida como solidão. Características deste conhecimento sobre solidão está na ênfase, na diferença entre o que a pessoa quer em termos de afeto interpessoal e a intimidade que a pessoa tem; quanto maior a diferença, maior a solidão. Características de fundo (como estado matrimonial, sexo e arranjos vivos), características são tiradas do relacionamento social, quantidade de frequência que se dão os relacionamentos com seus companheiros, personalidade e comportamentos que identificam os importantes fatores da solidão. Foram encontrados outros fatores de importância crucial para todos. Como normas sociais e valores, expectativas de apoio associaram-se com certos relacionamentos e a avaliação positiva ou negativa do grupo são realizadas. Os autores prepararam a escala de solidão e ao aplicarem

verificaram que havia diferença significativa, para melhor, quanto ao resultado, se aplicada em forma de questionário de lápis e papel, face a face com o respondente, do que por telefone, por exemplo. Os autores verificaram a utilização da escala como unidimensional o resultado não é muito bom, pois, sua homogeneidade não é boa. Quando relacionamos os itens positivos com os negativos encontramos dois fatores a solidão emocional e a solidão social, respectivamente. Esta sugestão foi dada por Weiss (1973) e estudada por De Jong Gierveld & Van Tilburg (1999). Concluíram que a escala com 11 itens, combinando as subescalas positivas e negativas é mais freqüentemente usada para que se controle a unidimensão e a homogeneidade do escore total. Vários estudos são feitos com esta escala e apontam pela preferência de itens dicotomizados, pela facilidade de comparação entre os estudos. Os autores citam uma infinidade de estudos que vem sendo realizados através dos anos no mundo, sendo esta escala sempre muito elogiada para o que se propõe, medir a solidão. O nosso estudo preliminar foi realizado com esta escala na cidade do Rio de Janeiro com 1111 participantes, sendo 538 do sexo masculino e 572 do feminino, constando de uma omissão. Dos respondentes 7% estão com idade entre 15-18 anos; 43% com idade entre 19-39; 49% maiores de 40 anos com 1% de omissão. Quanto ao estado marital 38% são solteiros; 26% casados; 9% div/sep; 7% viúvos e 7% na categoria outros. Na composição da residência, como você mora, responderam: solteiro com os pais 272; com parceiro sem crianças 94; com parceiros com crianças 211; com parceiro em residência de diferente composição 18; com uma pessoa da família 122; sem parceiro com diferente composição 67; sozinho 92 e 235 omissões. A média do estado geral de saúde dos participantes foi de 4,08 com desvio padrão de .87. Os participantes foram classificados: como sem solidão 41%; com solidão social 16%; com solidão emocional 14% e apresentando solidão social e emocional juntas 29%. Do total com solidão moderada 42%; com solidão severa 11%; com solidão muito severa 5%; os demais não apresentaram solidão. Realizada a correlação entre o tipo de solidão e a idade obtivemos  $r = .81$   $p < .01$ ; tipo de solidão e sexo  $r = .83$   $p < .01$  o mesmo ocorrendo com a classificação; como mora e tipo de solidão  $r = .02$   $p < .01$ ; tipo de solidão e o escore geral da solidão emocional  $r = .78$   $p < .01$  e o escore geral da solidão social com a classificação dos participantes obtivemos  $r = .76$   $p < .01$ . Este estudo será enviado aos autores para ser comparado com outros estudos já realizados mundialmente.

**Palavras-chaves:** validação, escala, solidão

**Atividade:** NÚCLEO DE NEUROPSICOLOGIA PEDIÁTRICA  
(Paineis)

**Trabalho:** Projeto de Avaliação Neuropsicológica no Ambulatório do Hospital Pediátrico da Universidade do Rio Grande do Norte

**Autor(es):** Camilla Lima, Clara Camila Carvalho, Katarine Viana, José Edson Moura, Edna Núbia Oliveira Moura, Eveline Soares Bernardino

**Resumo:** O presente projeto surgiu a partir da disciplina TEP I (Técnicas de Exames Psicológicos) ministrada pelo professor Edson Moura aos alunos do quinto período de psicologia da UFRN. Tal disciplina necessitava de um aparato substancial de testes psicológicos para que os alunos pudessem conhecer de forma razoável seu futuro instrumento de trabalho, bem como a forma correta de aplicar, corrigir e interpretar esses testes. Ao mesmo tempo em que lecionava, tal professor, juntamente com a neuropsicóloga Edna Moura, já desenvolvia um trabalho com avaliação neuropsicológica: o Núcleo de Neuropsicologia Pediátrica. Este núcleo se destina ao atendimento e avaliação neuropsicológica infantil, com o objetivo de avaliar funções cognitivas e comportamentais em crianças que apresentem Transtornos do Déficit de Atenção e Hiperatividade, Distúrbios Específicos de Aprendizagem e Transtornos Neurológicos entre outros, encaminhadas pela Clínica Neurológica do Hospital de Pediatria da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – HOSPED, com o objetivo de identificar as funções cognitivas afetadas, bem

como as preservadas, de modo a contribuir para o planejamento de estratégias mais eficazes de tratamento e reabilitação dessas crianças. A avaliação neuropsicológica é feita através de testes psicológicos e de todo o conteúdo apresentado pelos pais ou responsáveis, escola e equipe médica envolvida, pediatras, neuropediatras, fonoaudiólogos, dentre outros. Foi a partir desse suporte físico, material, científico (neuropsicologia) e da grande demanda para esse serviço, oferecido pelo hospital e sendo este universitário, tornou-se possível aliar teoria e prática, permitindo assim um maior aproveitamento da disciplina. A partir dessa idéia inicial, quatro alunas se dispuseram, voluntariamente, a participar, observando, a priori, o atendimento ambulatorial, desde a entrevista inicial com os pais até a aplicação dos testes, correção e interpretação dos mesmos. Posteriormente, o que parecia estar apenas restrito aos testes, para as alunas, mostrou-se não se conter naquela pequena sala de ambulatório, durante duas manhãs por semana. Os testes que começaram a aplicar e corrigir apenas abriu as portas para um mundo em que a psicologia pode e deve se fazer presente. Foram muitos os casos que sensibilizaram toda a equipe acerca da necessidade e importância de um maior número de atendimento em neuropsicologia e, principalmente, de outros serviços que o complementem. Essa complementação diz respeito à assistência, cognitiva e emocional, às crianças diagnosticadas com alguma dificuldade inerente a ela ou a seu meio. Várias crianças são encaminhadas a neuropsicologia com suspeita de hiperatividade, déficit de atenção ou de aprendizagem, autismo, retardo mental e até mesmo alucinações. Juntamente com elas, e despropositadamente, são encaminhados seus pais, que por vezes apresentam mais sintomas que seus próprios filhos. Muitos pais, e até mesmo alguns profissionais, confundem a origem dos problemas comportamentais apresentados por suas crianças. Algumas realmente precisam de acompanhamento neuropsicológico, bem como um auxílio para se reabilitarem cognitivamente, outras estão acometidas “apenas” psicologicamente, necessitando de ludoterapia ou um aconselhamento aos pais para que minimizem ou extingam seus próprios comportamentos que acabam sendo a causa da dificuldade do filho. Nesse sentido, várias demandas foram verificadas a partir da avaliação neuropsicológica. Não basta que a criança passe por uma bateria de testes e seja detectado um comprometimento ou não de suas funções cognitivas ou emocionais. Isso já constitui um grande ganho para a criança e seus pais, como também para o hospital que oferece essa especialidade, atendendo assim a crianças com problemas de média e a alta complexidade de todo o RN. No entanto, uma aliança clara entre a psicologia e a neuropsicologia, pode proporcionar um serviço ainda mais abrangente a essas crianças, desde o diagnóstico à reabilitação, através do aconselhamento aos pais, informando e esclarecendo acerca das dificuldades e incapacidades de seu filho, além de dar direcionamento aos mesmos; através da ludoterapia quando o problema for detectado de origem psicológica e através de um grande passo, a reabilitação cognitiva. Nesse sentido, professores e alunas deram origem a três novos projetos complementares a avaliação psicológica e que estão em fase de implementação no HOSPED: O Atendimento aos Pais, Ludoterapia: Projeto de terapia pelo brinquedo e a Reabilitação Cognitiva. A avaliação psicológica tornar-se-á, então, um instrumento valioso, um meio eficaz para tornar claras às necessidades da criança, que não voltará para casa apenas com um rótulo, uma classificação de sua deficiência, mas voltará com a certeza de que essa mesma ciência também é capaz de aliviar o sofrimento de toda uma família através de um tratamento eficaz, desenvolvendo e recuperando as habilidades da criança, mostrando a ela um futuro possível e real.

**Palavras-chaves:** Avaliação neuropsicológica, Testes psicológicos, distúrbios infantis

**Atividade:** AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA E PSICOLOGIA ESCOLAR (Paineis)

**Trabalho:** AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA E PSICOLOGIA ESCOLAR – UM ESTUDO DESSA INTERFACE NA CONTEMPORANEIDADE

**Autor(es):** Ana Caroline Leite de Aguiar

**Resumo:** A avaliação psicológica constitui um processo integrado, que pode utilizar diversas técnicas para identificar demandas e comportamentos do avaliando, tecendo, a partir daí, algumas descrições para inferir hipóteses, intervir segundo estas e, finalmente, monitorar todos

os processos anteriores. (PASQUALI, 2001) Trata-se, ademais, de uma atuação psicológica que transitou por diversos modelos ao longo do tempo, passando por parâmetros médicos, psicométricos, psicanalíticos, compreensivos, etc, e atingiu vários campos profissionais da Psicologia, não se restringindo à prática clínica. Diante disso, visou-se, nesse trabalho, investigar que espaços a avaliação psicológica tem ocupado no contexto da Psicologia Escolar e como ela tem sido utilizada nessa área psi. Para tanto, visitaram-se, nos meses de outubro de novembro de 2005, duas escolas particulares fortalezenses, escolhidas por facilidade de acesso, com filosofia, metodologia e público-alvo diferenciados. A primeira instituição caracteriza-se como construtivista, trabalha com Berçário, Educação Infantil e Ensino Fundamental I e possui apenas uma psicóloga, cuja abordagem de trabalho baseia-se em princípios do Psicodrama. A segunda escola visitada apresenta uma proposta metodológica mais tradicional, com objetivos mais voltados à aprovação dos alunos em vestibulares e dedica-se ao Ensino Fundamental II, Ensino Médio e cursos de pré-vestibular, contando com três psicólogas, cujas linhas teóricas referem-se à Gestalt-terapia, Psicanálise e Análise do Comportamento. Realizaram-se, nessas visitas, entrevistas semi-estruturadas com as profissionais de Psicologia de ambas as escolas. Tais técnicas subsidiaram as considerações explicitadas a seguir. Observou-se que a avaliação psicológica, nos contextos escolares supracitados, constitui um coadjuvante cada vez mais inexpressivo na atuação das psicólogas, sucumbindo a uma prática de cunho predominantemente preventivo. Outras atividades atribuídas pelas entrevistadas ao psicólogo escolar, como mediação das relações humanas na escola, trabalho com a motivação dos estudantes, adaptação de alunos novatos, orientação de estudo e orientação profissional, ganham maiores relevos quando comparadas à atividade de avaliação psicológica na atmosfera escolar. Avaliar pareceu, na concepção das psicólogas consultadas, algo prioritariamente destinado à clínica. Todas as profissionais colocaram que, ao se depararem com alunos cuja demanda é merecedora de uma atenção mais pormenorizada, de um psicodiagnóstico, fazem encaminhamentos a psicólogos clínicos, uma vez que não caberia a elas, no contexto em que se encontram, um aprofundamento em determinadas questões. Não obstante, dentre as técnicas de avaliação mais utilizadas, destacaram-se as entrevistas (com alunos e suas famílias) e observações. Apontou-se, ainda, o uso de testes psicológicos no contexto de orientação profissional, porém, em geral, estes não foram tidos como essenciais na atuação em Psicologia Escolar e são entendidos como recursos que podem auxiliar processos (nunca protagonizá-los), demandando, contudo, muito tempo, disponibilidade e critério.

**Palavras-chaves:** Avaliação Psicológica, Técnicas avaliativas, Psicologia Escolar

**Atividade: Utilização de parâmetros psicométricos para a contribuição com a avaliação da qualidade em creches. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Análise Psicométrica

**Autor(es):** Lisandrea Rodrigues Menegasso, Maria Stella Coutinho de A. Gil

**Resumo:** Este trabalho se desenvolveu no âmbito da Psicologia em sua interface com as áreas Educação Especial e Educação Infantil na creche, esta última é a modalidade de educação infantil para a faixa etária de 0 a 3 anos e 11 meses. Ambas as áreas da Educação vêm passando por transformações na última década. A Educação Especial contou com a mudança do paradigma da integração para o paradigma da inclusão. A Educação Infantil, tomou um lugar de maior importância na esfera da educação e passou a integrar a educação básica. Como a creche se tornou parte da escola regular e o atendimento de crianças com necessidades educacionais especiais deve se dar, preferencialmente, na rede regular de ensino, crianças de 0 a 3 anos e 11 meses com necessidades educacionais especiais são, hoje, parte da população com direito ao acesso à creche. Com a proposta de uma educação infantil inclusiva, são necessários mecanismos para avaliar a qualidade da educação infantil para crianças com necessidades educacionais especiais incluídas. Em busca da promoção da qualidade de ambientes coletivos de educação infantil, foi desenvolvida a escala Infant/ Toddler Environment Rating Scale Revised Edition (2003) – ITERS-R, que propõe avaliar a qualidade de ambientes coletivos de educação

infantil sob diferentes aspectos como ambiente físico, interação, atividade e atendimento às crianças com necessidades especiais. Na ausência de instrumentos brasileiros que cumpram esta tarefa, estudos estão investigando a viabilidade da ITERS-R para este contexto. Na direção destes estudos, foram utilizados parâmetros psicométricos com o objetivo de verificar a compreensão dos termos e a pertinência do conteúdo dos itens da ITERS-R relacionados a crianças com deficiência. Foram identificados e traduzidos 12 itens da escala que se referem às necessidades educacionais especiais. Estes itens foram submetidos à análise de conteúdo por 7 juízas especialistas em educação infantil e educação especial, para que avaliassem a pertinência dos itens, e à análise semântica por 7 alunos do curso de psicologia da UFSCar para que avaliassem a clareza e a compreensão dos itens, em ambos os casos por meio de registro em protocolos de respostas. Os dados foram transcritos e analisados de maneira quantitativa e qualitativa. Os resultados indicaram que os itens são parcialmente pertinentes e parcialmente compreensíveis e apontam caminhos para tornar os itens pertinentes e compreensíveis. Concluiu-se que a utilização dos parâmetros psicométricos podem gerar dados para a promoção e avaliação da qualidade em creches, seja por meio de se encontrar caminhos para a validação da escala, bem como gerar dados sobre qualidade no atendimento a crianças com necessidades educacionais especiais em creches.

**Palavras-chaves:** psicométrica;,qualidade,creche

**Atividade: Importância dos Delineamentos de Pesquisa na Prática da Avaliação de Programa (Mesas Redondas)**

**Trabalho:**A Perspectiva dos Delineamentos de Pesquisa: Considerações Metodológicas Sobre Avaliação do SUS em Cidades Rurais

**Autor(es):** Francisco José Batista de Albuquerque

**Resumo:** O SUS é tido como uma estratégia com metas e ações para serem desenvolvidas em prol da melhoria das condições de vida da população, mediante atividades e ações de prevenção primária, secundária e terciária de indivíduos no âmbito da comunidade, ações estas efetuadas por uma equipe básica e de outros serviços de saúde, de forma continuada envolvendo a participação da população e de outros setores da sociedade. A implantação deste programa priorizou as regiões mais pobres tanto das cidades quanto do país. O nordeste é considerado por todos os indicadores sociais disponíveis como região das mais carentes dos serviços básicos de infra-estrutura, dentre estes a saúde. Assim, a implantação do PSF veio ao encontro de uma população carente de meios para cuidar de sua saúde. Dentre os mais carentes desta região se encontram aqueles que habitam as pequenas cidades, com menos de 20 000 habitantes, consideradas como cidades rurais. Estes pequenos municípios são muito pouco estudados e existe, portanto, grande carência de informações sobre esta parte da população. Que não é desprezível, posto que, no Brasil 18% da população reside em municípios deste porte, que se constituem em 75% do total de municípios brasileiros, abrigando uma população em torno dos 34.000.000 (trinta e quatro milhões de habitantes após mais de uma dezena de anos de sua implantação, é fonte de análise por vários pesquisadores. Neste estudo, se pretende apresentar as estratégias metodológicas utilizadas para dar conta de programa tão amplo. Considerou-se para esta avaliação o envolvimento de quatro atores: a) Gestores; b) Funcionários; c) Usuários e d) Não-usuários do sistema. Portanto, foram delineadas estratégias distintas para que fosse possível compará-los entre si. Além da preocupação do delineamento (quais os participantes e quando abordá-los) foi necessário desenvolver instrumentos adaptados aos diversos níveis sócio-cultural dos participantes: entrevistas para os gestores, questionário com perguntas abertas e fechadas para os funcionários e um questionário fechado para os usuários e não-usuários. Este conjunto de ações foi claramente delineado e sistematizado para que fosse possível estabelecer análises comparativas entre os grupos envolvidos. Neste sentido, a compreensão "Campbelliana" sobre delineamentos de pesquisa foi fundamental para embasar todo o processo de escolha das amostras e coleta dos dados. Partindo dos delineamentos experimentais, com sua ênfase na escolha aleatória dos grupos participantes, buscamos o melhor delineamento que reproduzisse os princípios e ideais da pesquisa empírica idealizada, mas adaptada às realidades



rurais enfrentadas: imensas distâncias entre as amostras, baixíssima escolaridade, grupos culturalmente heterogêneos, pesquisadores com pouca familiaridade com a vida interiorana, entre outras características. Princípios básicos dos delineamentos experimentais e quase-experimentais nortearam o desenvolvimento de um modelo de apoio, enfatizando a busca do dado comparativo, mesmo sem o controle do laboratório. Consideramos a perspectiva da união dos princípios dos delineamentos de pesquisa com as características únicas da avaliação de programa realizada, um avanço no processo de consolidação deste tipo de estudo. Estudo que visa, em última análise, retornar ao sistema original para reforçar os seus pontos fortes e apresentar soluções aos seus pontos mais frágeis.

**Palavras-chaves:** Saúde Família,SUS,Pesquisa de Avaliação,Delineamentos de pesquisa

**Trabalho:**Processos Avaliativos de Programas de Atendimento a Saúde

**Autor(es):** Joao Carlos Alchieri

**Resumo:** O processo de identificação e avaliação de características do comportamento é realizado há uma centena de anos em psicologia, sendo que atualmente uma ampla gama de instrumentos e técnicas está consolidada na prática psicológica. Contudo, a percepção do processo avaliativo em psicologia precisa ser redimensionada nos seus aspectos fundamentais, distinguindo a caracterização do instrumento, do processo e do método. A não adoção de uma estratégia global com princípios claros e alternativas sofisticadas pode levar o pesquisador a ignorar as linhas delimitadoras entre processos de mensuração, seleção e abordagem de amostras e métodos de análises dos dados. Caso não se possa realizar estas distinções, é possível observar uma super-estimação de qualquer um destes pontos em detrimento aos demais, acarretando o enviesamento do processo de medida ou de avaliação. Em situações onde a avaliação recai sobre um processo, atividade ou programa de ações, em vez de ser individual, requer do psicólogo não somente o conhecimento dos instrumentos ou técnicas, mas de um aporte metodológico que possa fundamentar a verificação dos resultados. Nesta apresentação, consideramos que a perspectiva originalmente impulsionada por Donald Campbell pode ser o elo necessário para o redirecionamento do processo avaliativo. A tradição “campbelliana” tem evoluído nas últimas décadas com o aprofundamento da lógica e filosofias científicas envolvidas em torno dos delineamentos experimentais e quase-experimentais. Neste sentido, os delineamentos são analisados não como fórmulas prontas que facilitam o planejamento de pesquisas, mas sim como meios de apresentação dos diversos potenciais que a lógica científica disponibiliza para que o pesquisador investigue adequadamente o seu tópico de interesse. Entre outras conseqüências positivas, o pesquisador pode discernir com profundidade as questões envolvidas na instrumentação, nos processos e na análise dos resultados das suas pesquisas. A fim de possibilitar o desenvolvimento dos aspectos metodológicos por parte de profissionais interessados no processo de avaliação de resultados em programas, será apresentada uma intervenção quanto à aderência por parte de pacientes nefropatas no atendimento hemodialítico. Desta maneira poder-se-á caracterizar as principais etapas e recursos necessários à avaliação do atendimento psicológico e médico dentro da perspectiva de delineamentos de pesquisa. Cabe destacar que o processo de análise dos resultados em avaliação psicológica em avaliação de programas é um espaço de investigação orientado a novas pesquisas sobre a validade dos instrumentos, do método e das principais técnicas. Programar atividades de investigação é inerente ao processo de conhecer do psicólogo, onde com a atenção voltada ao comportamento, em suas formas mais ou menos adaptadas, o profissional tem a possibilidade incrementar qualitativamente seu trabalho. A divulgação de ações com ênfase nos resultados de investigações do tipo follow-up pode garantir uma atividade de excelência em uma intervenção ampliada.

**Palavras-chaves:** Avaliação de programas,atendimento hemodialítico,técnicas e instrumentos de pesquisa

**Trabalho:**Delineamentos de Descontinuidade de Regressão: Exemplo da Importância dos Delineamentos na Pesquisa de Avaliação de Programas

**Autor(es):** Bartholomeu Tôrres Tróccoli

**Resumo:** Apesar dos Delineamentos de Descontinuidade de Regressão (Regression Discontinuity Designs) serem pouco conhecidos, eles deveriam ser mais utilizados, substituindo, em alguns casos, outros delineamentos quase-experimentais, ou sendo usado para complementar e aumentar a inferência causal de estudos quase-experimentais ou experimentais. Esse tipo de delineamento é utilizado em situações onde a divisão entre o grupo experimental e o grupo controle baseia-se em critérios de seleção totalmente diferentes. Por exemplo: um grupo de estudantes de pós-graduação com resultados em um questionário de atitude frente à pesquisa empírica acima da média do grupo total é comparado com os outros estudantes que ficaram abaixo da média. Aqueles que possuíam atitudes positivas acima da média apresentaram índices de aprovação 18% maior do que o grupo controle. Embora os grupos apresentem problemas de seleção – afinal, foram constituídos com base em critérios que os tornam diferentes –, é possível obter-se uma estimativa estatística não enviesada dos resultados. Nesse tipo de situação o pesquisador usa um critério de seleção (uma medida obtida antes do tratamento) para estabelecer um ponto de corte onde os indivíduos que estão acima ou abaixo são designados para o grupo experimental ou para o grupo controle. A variável utilizada para estabelecer o ponto de corte (critério de seleção) dos grupos deve alcançar pelo menos o nível ordinal, sendo excluídas variáveis nominais (p.ex., gênero e raça). O delineamento de descontinuidade de regressão básico apresenta as seguintes características: (1) distribuição dos participantes (ou unidades) para o grupo experimental e o grupo controle de acordo com seus resultados relativos ao ponto de corte em uma variável de seleção; (2) a variável de seleção pode ser qualquer variável ordinal mensurada antes do tratamento, incluindo a variável dependente quando utilizada como pré-teste; (3) não é necessário que a variável de seleção seja correlacionada com a variável dependente; (3) o melhor ponto de corte da variável de seleção é a média; (4) o pesquisador pode utilizar mais de uma variável de seleção. São permitidas variações a partir desse delineamento básico tais como (1) usar mais de dois grupos; (2) usar um intervalo de dois valores como ponto de corte (unidades abaixo do limite inferior do intervalo, grupo controle; unidades acima do limite superior do intervalo, grupo experimental); (3) combinar o delineamento de descontinuidade de regressão com a escolha aleatória dos participantes ou com características dos delineamentos quase-experimentais. Essas e outras características são discutidas pelo valor heurístico que possuem na avaliação de programa e pesquisas em geral.

**Palavras-chaves:** Delineamentos quase-experimentais, Descontinuidade de regressão, Valor heurísticos dos delineamentos

**Atividade:** Avaliação de crianças com altas habilidades das áreas urbanas de Natal (RN) e Recife (PE) (Paineis)

**Trabalho:** Avaliação de crianças com altas habilidades das áreas urbanas de Natal (RN) e Recife (PE)

**Autor(es):** Danielle Ferreira Garcia, Izabel Augusta Hazin Pires, Jorge Tarcísio da Rocha Falcão, Síntria Labres Lautert, Ediana Rosselly de Oliveira Gomes, Mariana Borges Machado Vieira, Solange Neves dos Santos, Sâmida Danielle Costa de Oliveira

**Resumo:** O presente projeto de pesquisa se insere em iniciativa conjunta, ainda em curso, abrangendo professores, pesquisadores e alunos integrantes da Base de Pesquisa NESCIA (Núcleo de Estudos Sócio-Culturais da Infância e Adolescência) do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, bem como pesquisadores da Pós-graduação em Psicologia Cognitiva do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de

Pernambuco -UFPE (Projeto CNPq/PIBIC-Propesq). O referido projeto tem como objetivo tecer uma melhor caracterização das crianças com altas habilidades/superdotação, atendidas no Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S) do Estado do Rio Grande do Norte e da Cidade de Recife, como caminho para proposição de contextos educacionais mais adequados a seu desenvolvimento. Vale ressaltar que os NAAH/S são o resultado de uma parceria estabelecida em 2005 entre a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, a Unesco e o FNDE. Os Núcleos acima referidos devem atender aos alunos superdotados dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal, além de "...promover a formação e capacitação dos professores para identificar e atender a esses alunos, oferecer acompanhamento aos pais dessas crianças e à comunidade escolar em geral, no sentido de produzir conhecimentos sobre o tema, disseminar informações e colaborar para a construção de uma educação inclusiva e de qualidade (MEC, 2006). Tal contribuição é relevante num país com necessidades de melhoria de suas condições de oferta educacional-escolar, notadamente no que se refere a esta população, até então pouco privilegiada pelos projetos institucionais no âmbito federal, estadual e municipal. A inserção destas crianças no sistema de escolarização é tema relevante tanto para o contexto mais amplo da educação em geral quanto para o contexto mais específico da educação especial. No que diz respeito à educação especial, as atenções usualmente convergem para os sub-grupos de crianças com déficits de desenvolvimento de diferentes naturezas, enquanto outro sub-grupo de crianças igualmente diferenciadas em relação aos padrões dominantes de desenvolvimento, quais sejam aquelas crianças com um diferencial para mais em relação a determinado conjunto-padrão de competências e habilidades diversas, são excluídas do enfoque da educação especial, negligenciando-se os fatores de risco aos quais tais crianças estão expostas. Sendo assim, foi proposta uma avaliação destas crianças abarcando os domínios das habilidades cognitivas, acadêmicas, bem como o mapeamento de aspectos sócio-afetivos, a saber, o autoconceito como indivíduo e aluno, auto-estima, representações da criança em relação ao contexto escolar e sócio-familiar, bem como de seus pais e/ou responsáveis e professores em relação à criança. Trabalhar-se-á com dois grupos de sujeitos, sendo um grupo experimental, formado por 40 crianças na faixa etária de 6 a 14 anos, sendo 20 crianças da cidade de Recife e 20 crianças da cidade de Natal, atendidas pelos respectivos NAAH/S; b) Grupo-controle, com mesmo efetivo do grupo experimental e formado por crianças de mesmo perfil dos sujeitos participantes do grupo experimental em termos de composição por gênero, faixa etária e origem escolar, sem indicações escolares ou familiares de disparidade de desempenho escolar para mais ou para menos. As crianças participantes deste estudo serão submetidas às seguintes etapas de avaliação: a) Avaliação de habilidades cognitivas: avaliar-se-á o perfil de funcionamento cognitivo, através de aplicação de bateria de testes psicológicos e neuropsicológicos padronizados para a população brasileira. Serão utilizados os seguintes testes na avaliação de habilidades cognitivas específicas (Lezak, 2004): WISC III – Inteligência (Weschler, 2002); RAVLT – Memória Verbal; RVDLT – Memória Visual; Teste AC – Atenção Concentrada; Stroop Test – Atenção Dividida; Trail Making Test – Atenção Alternada; Wisconsin Card Sort Test (Cunha e cols, 2005) – Funções Executivas; b) Avaliação acadêmica: avaliar-se-á os desempenhos nas áreas de escrita, aritmética e leitura através do desempenho das crianças no TDE – Teste de Desempenho Escolar (Stein, 1994), bem como a resolução de problemas em matemática e ciências, analisados através da resolução de instrumento de avaliação a ser elaborado a partir dos itens de análise propostos por Kruteskii, 1980); c) Avaliação sócio-afetiva: avaliar-se-á as representações da criança em relação aos contextos escolar e sócio-familiar através da Técnica Projetiva do Desenho-Estória (Trinca, 2002); a auto-estima e autoconceito através da técnica projetiva do Desenho da Figura Humana (Hutz & Bandeira, 2002), assim como as representações dos pais e/ou responsáveis e professores acerca das crianças com altas habilidades a partir de Anamnese Clínica. Como o estudo ainda está em andamento, serão apresentados dados referentes às avaliações de habilidades cognitivas e sócio-afetivas de 12 crianças atendidas pelo NAAH/S de Recife e 8 crianças atendidas pelo NAAH/S do Rio Grande do Norte.

**Palavras-chaves:** Altas Habilidades/Superdotação, Avaliação Psicológica, Educação Especial, Inteligência

**Atividade:** ESTUDOS DE AVALIAÇÃO DO TESTE DE MATRIZES DE VIENA (WMT) COMO MEDIDA DE CARACTERÍSTICAS INTELECTIVAS

## (Paineis)

### **Trabalho:** ESTUDOS DE AVALIAÇÃO DO TESTE DE MATRIZES DE VIENA (WMT) COMO MEDIDA DE CARACTERÍSTICAS INTELECTIVAS

**Autor(es):** Joao Carlos Alchieri, Mariana Borges Machado Vieira

**Resumo:** O presente estudo objetiva fornecer elementos para promoção do uso de instrumentos similares no Brasil e na Argentina de forma a capacitar profissionais ao uso de um instrumento comum. Além de incrementar a atividade de pesquisa cooperada, com o fornecimento de informações normativas para um dos instrumentos de avaliação de condições intelectivas, o Teste de Matrizes de Viena (WMT). Tal estudo torna-se relevante ao observar o atual quadro dos testes psicológicos, no qual as técnicas utilizadas para a avaliação psicológica têm suscitado questionamentos quanto a qualidade, nomeadamente, questões referentes à precisão, validade e atualidade das normas disponibilizadas nos manuais (Pasquali, 2001) e considerando a necessidade do uso de avaliações em processos seletivos nos países da América Latina, e ainda a dificuldade no estabelecimento de normas frente a diversidades culturais existentes. A necessidade de instrumentos diversificados quanto à avaliação de características psicológicas se torna cada vez mais imprescindíveis frente as transformações socioculturais na atualidade. Ademais por mais estabilidade de medida que tenha um teste, somente a normatização dos instrumentos psicológicos permitirá estabelecer probabilisticamente as particularidades de desenvolvimento de uma população nos aspectos que explora o instrumento psicológico, convertendo-se em um padrão orientador para a avaliação. Além disso, em situações de estudos interculturais, a América Latina tem tido escassa participação no que diz respeito a apresentação de estudos técnicos de testes psicológicos de uso comum, respaldando-se somente nos estudos realizados nos países de origem dos instrumentos em uso. Visto ser fundamental que os instrumentos passem por revisões normativas, é justamente esse o caráter dessa pesquisa. Considerando que um dos aspectos mais importantes de qualquer instrumento de avaliação refere-se ao significado dos escores, isto é, à interpretação atribuída aos diferentes níveis de realização no teste. O procedimento mais comum e aqui utilizado é a referência à norma (Anastasi & Urbina, 1997; Cronbach, 1996). Nela se compara o escore obtido por um sujeito com os escores obtidos por um grupo de referência (grupo normativo) e indica a posição relativa desse escore frente ao grupo. Portanto utiliza-se o desempenho do grupo de qual a pessoa faz parte como parâmetro de comparação. Estes procedimentos dependem, portanto, da representatividade e atualidade do grupo de normativo. Elaborado por Formann & Piswanger (1979), o WMT é uma medida de raciocínio indutivo formado por 24 figuras geométricas dispostas em um quadro de formato retangular onde estão impressos dentro de um pequeno quadrado na esquerda do retângulo as figuras que compõem cada problema, e ao lado direito as oito alternativas. O examinando deve descobrir a regra subjacente ao problema e responder, escolhendo a alternativa que completa a série, sem um tempo determinado de execução. É, portanto, um instrumento não verbal associado à inteligência fluida (Carrol, 1997; Horn, 1991), isto é, a habilidade de resolver problemas novos para os quais a pessoa geralmente não possui esquemas de solução previamente aprendidos por efeitos da educação formal. Em investigações iniciais, os estudos realizados (Anastasi, 1963; Anastasi & Urbina, 2000) por Formann & Piswanger (1979) na Europa central e África ocidental permitiram verificar que WMT é um instrumento com estabilidade aceitável na avaliação da capacidade intelectual. Estudos de validade realizados pelos autores demonstraram correlações dos resultados no teste WMT com os resultados no Standart Progressive Matrices - SPM ( $r_{WMT, SPM} = 0.92$ ;  $N=120$ ) e com os resultados do QI com base no Intelligenz-Struktur-Tests (IST) de Amthauer (1975) ( $r_{WMT, IST} = 0.85$ ;  $N=115$  pessoas). A amostra deste estudo foi obtida através dos resultados de aplicações coletivas em 467 pessoas composta de 240 mulheres e 227 homens que participaram de processos seletivos e/ou que realizaram espontaneamente o teste. Dentre os sujeitos da amostra, 30% completaram o ensino fundamental; 52,7% o ensino médio e 17,3% ensino superior, os sujeitos estavam aproximadamente entre 18 a 60 anos. Quanto aos resultados observou-se que a distribuição dos escores é aproximadamente normal (Assimetria = 0,192, Curtose = -,894 com variação entre 0 a 24 pontos, média 11,33 e desvio padrão 5,58). Os resultados não evidenciaram diferenças estatisticamente significativas para os sexos masculinos

e femininos entre os participantes, muito embora distinções foram verificadas, se comparados os escores dos participantes por país (0,001). Em relação aos níveis de escolaridade, distinções significativas foram identificadas entre os níveis Fundamental e Médio (0,001); Fundamental e Superior (0,05). Como conclusão, verifica-se que de modo geral o instrumento demonstrou possuir qualidades psicométricas aceitáveis, o que indica a possibilidade de continuidade das investigações a fim de verificar a possibilidade de elaboração de normas para o Brasil e a Argentina. Com relação a dados normativos, os parâmetros encontrados neste estudo estão ainda aquém aos esperados para o uso em geral. Deve-se levar em conta que esta amostra é bem peculiar e não pode ser considerada representativa da população dos dois países, no entanto, pode ser um primeiro passo para um trabalho conjunto.

**Palavras-chaves:** Estudos de avaliação, Teste De Matrizes De Viena (WMT), Desenvolvido no Brasil e na Argentina

**Atividade: Raciocínio lógico matemático: Um estudo comparativo, entre as diversas áreas, dos alunos recém – ingressados no Centro de Estudos Superiores de Maceió – CESMAC (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Raciocínio lógico matemático: Um estudo comparativo, entre as diversas áreas, dos alunos recém – ingressados no Centro de Estudos Superiores de Maceió – CESMAC

**Autor(es):** Andressa Pereira Lopes, Édel Alexandre Silva Pontes, Rita de cássia Tenório Monteiro

**Resumo:** O raciocínio lógico-matemático é segundo Piaget, uma capacidade já desenvolvida no adulto. Aparece no quarto estágio do desenvolvimento cognitivo, chamado de operações formais. “Nessa fase, a mente estabelece relações entre relações, ou relações entre proposições, que dão conceitos mais abstratos do que conceitos simples” (BARROS, 2002, p.106). Para Piaget (apud ROSA, 1993, p. 140) “o desenvolvimento cognitivo ocorre através de quatro períodos ou estágios principais: sensorio-motor, pré-operacional, operação concreta e operação formal; que são seqüenciados, onde cada período é preparatório para outro e um possui uma característica principal”. O período das operações concretas é caracterizado pelo nível intelectual, pela maneira de raciocinar logicamente. O ingresso à universidade faz parte de um novo mundo, uma nova experiência para aqueles que terminam o ensino médio e sonham, futuramente, exercer uma profissão. Porém, antes de concluir essa trajetória, é preciso ter em mente que, ao entrar na faculdade, o aluno irá se deparar com uma série de conteúdos nunca vistos e com uma metodologia de ensino diferente da que é aplicada nas escolas. O aluno recém-ingressado não deve se preocupar com as possíveis dificuldades que enfrentará nos primeiros anos de faculdade, pois toda vivência nova vem com parcelas de experiências positivas e negativas. É preciso que o corpo docente se conscientize que o sucesso não imediato dos estudantes nas disciplinas apresentadas pode ser decorrente de um ensino que não estimula a capacidade de raciocínio e compreensão dos conteúdos. Este trabalho teve como objetivo avaliar o grau de raciocínio lógico-matemático dos estudantes recém ingressados no Centro de Estudos Superiores de Maceió CESMAC, através do Teste Eqüicultural de Inteligência. Participaram da pesquisa, aproximadamente 180 alunos. Foram sorteados 30 alunos de cada faculdade que compõem o CESMAC, sendo elas: FCH- Faculdade de Ciências Humanas, com psicologia vespertino; FADIMA- Faculdade de Ciências Jurídicas, com direito noturno e diurno; FECOM- Faculdade de Educação e Comunicação, com biologia, história, letras e pedagogia noturnos; FCET- Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas, com o curso vespertino de arquitetura e engenharia noturno; FCSA- Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, com ciências contábeis, administração e ciências econômicas noturnos; e a FCBS- Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde, com farmácia e biomedicina vespertinos. Para a coleta de informações, foi utilizado um questionário psicossocial contendo nove questões tipo abertas e fechadas e, em seguida, foi aplicado o Teste Eqüicultural de Inteligência (TEI) do Centro Editor de Psicologia Aplicada Ltda (CEPA), Escala 3, Forma A, que visa a faixa etária de 14 anos até o adulto; prestando-se especialmente para deslindar com sutileza as diferentes habilidades de universitários avaliando o seu nível de raciocínio lógico-matemático. Nota-se uma predominância do sexo feminino na

FECOM (76%), FCBS (77%) e FCH (78%). Isto se deve basicamente as faculdades que oferecem cursos na área de saúde, licenciaturas e psicologia, respectivamente. Já a FCSA (63%) tem uma maior frequência de estudantes do sexo masculino, pelo fato dessa faculdade trabalhar as áreas de administração, economia e ciências contábeis. Observa-se, em relação ao estado civil, uma dominância de estudantes solteiros em todas as faculdades, sendo interessante ressaltar que a maioria dos estudantes casados cursam o período noturno. Em relação à renda familiar, nota-se que mais da metade dos estudantes da FECOM (52%) tem uma renda familiar inferior a cinco salários mínimos, visto que, na maioria, são estudantes provenientes do interior do Estado, que visam se dedicar ao magistério. Diferentemente dos estudantes da FADIMA, onde 70% dos alunos de direito possuem renda familiar acima de seis salários mínimos. Em relação ao trabalho, a maioria dos estudantes da FCSA (80%) e da FECOM (69%) está no mercado de trabalho. Já nos cursos da FCH (66%), FADIMA (60%) e FCBS (83%) existe uma tendência natural dos estudantes dedicarem seu tempo apenas aos estudos, já que os cursos são diurnos e vespertinos, e a maioria dos empregos tem jornada de trabalho nesses horários. A maioria dos estudantes da FADIMA (93%), FCBS (73%) e FCSA (73%) são oriundas de escolas particulares. Uma boa fatia dos estudantes da FECOM (28%) veio de escolas cenevistas. Já nas faculdades FCH e na FCET, observa-se um equilíbrio. Com exceção da FCET (29%), todas as outras faculdades seus estudantes têm nas ciências exatas suas maiores deficiências. Essa pouca rejeição a matemática, principalmente na FCET, deve-se a seus cursos de engenharia, informática e arquitetura. Utilizou-se ANOVA fator único para comparar se há diferença entre os desempenhos dos estudantes em relação ao teste de raciocínio lógico matemático. Constatou-se que essa diferença é significativa ( $p=0,0000644$ ). Daí, conclui-se que os estudantes das faculdades FADIMA (média 106,8), FCH (média 102,6) e FCET (média 102,9) obtiveram resultados mais expressivos. Diferentemente das faculdades FCBS (média 96,3), FCSA (média 94,3) e FECOM (média 92,6). Vale ressaltar que a renda familiar foi a variável indicadora para a comprovação dessa hipótese.

**Palavras-chaves:** Raciocínio Lógico-Matemático, Aluno recém-ingressado, Meio Psicossocial

**Atividade:** ATITUDES FRENTE AO USO DE DROGAS: RELAÇÃO COM O COMPORTAMENTO E VARIÁVEIS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS (Comunicações Científicas)

**Trabalho:** ATITUDES FRENTE AO USO DE DROGAS: RELAÇÃO COM O COMPORTAMENTO E VARIÁVEIS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS

**Autor(es):** Emerson Diógenes Medeiros, Carlos Eduardo Pimentel, Maria de Fátima Baracuhy Cavalcanti, Euclismaria alves barreiro de carvalho, Karla Alves Carlos

**Resumo:** Shedler e Block (1990) definem o problema do uso e abuso de drogas entre pessoas jovens como um dos maiores desafios de nossos tempos. Com efeito, o uso de drogas é considerado um problema de proporções mundiais. Segundo o relatório mundial do Escritório da ONU de combate às drogas e crimes (UNDOC, 2006), aproximadamente 200 milhões de pessoas da população com idades entre 15 e 64 anos consumiu drogas ilegais no ano passado; estima-se também que 2,7% da população mundial, na mesma faixa etária, usam drogas regularmente. A compreensão do uso de drogas a partir de diversas variáveis certamente contribuirá para prevenir e combater este problema social. Tendo isto em vista, buscou-se conhecer as relações entre as atitudes (opiniões) frente ao uso de drogas e o comportamento de uso de drogas, assim como dessas atitudes com variáveis sócio-demográficas. Para tanto, efetuou-se um estudo correlacional, seguindo um procedimento padrão para a coleta dos dados. A pesquisa contou com uma amostra não-probabilística (de conveniência) de 276 estudantes universitários de João Pessoa, com idade média de 21 anos ( $M = 21,4$ ;  $DP = 3,40$ ), sendo a maioria do sexo feminino (65,6%), solteira (90,6%), de classe média (59,1%) ou média-baixa (28,1%) e matriculada em universidade pública (94,2%). A maioria dos alunos foi do curso de

Ciências Contábeis (30,8%), Psicologia (23,9%) e Pedagogia (11,6%). Estes participantes responderam, voluntariamente, a Escala de Atitudes frente ao Uso de Drogas (EAFUD) (&#61537; = 0, 91) e Questionário Sócio-Demográfico. Do conjunto de participantes do estudo, dois deixaram de responder à pergunta: “Você é usuário de drogas (como cocaína, crack e ecstasy)?” Daqueles que a responderam, 1,5% admitiu ser usuário de algum tipo de droga. Considerando o somatório das respostas dadas aos quatro itens da Escala de Atitudes frente ao Uso de Drogas, observa-se que a maioria dos participantes (63%) obteve a máxima pontuação, indicando atitudes totalmente negativas frente ao uso de drogas; apenas 6,5% se encontraram abaixo da mediana teórica desta medida, o que pode ser indício de atitudes menos desfavoráveis. Considerou-se a correlação de atitudes negativas frente ao uso de drogas (ANFUD) com quatro variáveis demográficas: idade, classe sócio-econômica declarada, gênero e grau de religiosidade indicado. Unicamente com as duas últimas foram observadas correlações significativas ( $p < 0,05$ ; prova bilateral): gênero ( $r = 0,12$ ) e religiosidade ( $r = 0,22$ ), apontando que as mulheres e os que se expressam como mais religiosos apresentam mais ANFUD. Com o fim de verificar o poder preditivo das atitudes frente ao uso de drogas com relação ao comportamento de uso em si, efetuou-se uma análise de regressão logística binária. Como foi possível constatar, as atitudes frente ao uso de drogas puderam prever significativamente [Wald (1) = 8,45,  $p = 0,004$ ] o comportamento de uso de drogas ( $B = 0,17$ ;  $OR = 1,19$ ,  $p = 0,004$ ). O presente estudo reuniu evidências da importância do sexo e da religiosidade para a compreensão do uso de drogas, corroborou-se ainda que as atitudes predizem o comportamento de uso de drogas. É importante ressaltar que pesquisas como estas devem ser levadas a cabo em outras regiões do país, para que se possa contribuir de modo mais efetivo para a literatura sobre as drogas e propor um modelo adequado para a realidade brasileira.

**Palavras-chaves:** drogas, atitudes, variáveis sócio-demográficas

**Atividade: METAS DE REALIZAÇÃO E INDICADORES DE INTERESSE E/OU RENDIMENTO ESCOLAR (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: METAS DE REALIZAÇÃO E INDICADORES DE INTERESSE E/OU RENDIMENTO ESCOLAR**

**Autor(es):** Pollyane Kahelen da Costa Diniz, Rildésia S. V. Gouveia, Luciana Chacon Dória, Jane Palmeira Nóbrega Cavalcanti, Patrícia Nunes Fonseca

**Resumo:** O presente estudo teve como objetivo principal verificar em que medida e direção as pontuações de metas de realização correlacionam-se com indicadores de interesse e/ou rendimento escolar. As metas de realização podem ser definidas como a orientação adotada pelo indivíduo diante de uma tarefa que demanda demonstrar competência, ou seja, o foco cognitivo-dinâmico de engajamento. Parece relevante conhecer as metas de realização adotadas por estudantes do ensino médio visto que esta é uma etapa educacional fundamental na vida dos indivíduos e porque esta medida pode ser útil para estimar seu esforço em aprender e mesmo seu desempenho acadêmico. A literatura especializada tem evidenciado que os indivíduos com pontuações altas em metas de aprendizagem apresentam maior expectativa de competência, isto é, tendem a se esforçar mais e a ter bom desempenho. Participaram deste estudo 307 estudantes do Ensino Médio de escolas públicas e particulares da cidade de João Pessoa, sendo a maioria do sexo feminino (61%) e cursando o primeiro ano (41%). A maioria (90%) apresentou idades entre 14 e 20 anos ( $M=17,56$ ;  $DP = 3,94$ ) e reportou pensar em fazer algum curso universitário (88%). Estes responderam ao Questionário de Metas de Realização (&#945; = 0,72), composto por 12 itens respondidos em uma escala de sete pontos do tipo Likert (extremos, 1 = não me descreve nada e 7 = me descreve totalmente), medindo quatro fatores ou tipos de metas de realização, a saber, aprendizagem-aproximação, aprendizagem-evitação, execução-aproximação e execução-evitação; cinco questões indicadoras de interesse e/ou rendimento

escolar, por exemplo, “Deseja fazer um curso universitário?”, “O quanto você acredita que é bom estudante?”, “Quantas horas por dia, fora a sala de aula, você estuda?”, “Quais as notas obtidas no ano passado em Matemática?” e “Quais as notas obtidas no ano passado em Português?”; e perguntas sócio-demográficas a fim de caracterizar a amostra. As pontuações na meta de aprendizagem-avoidance se correlacionou inversamente com o desejo de fazer um curso universitário ( $r = -0,18$ ,  $p < 0,01$ ); a de execução-aproximação o fez diretamente com o quanto o participante se considera um bom estudante ( $r = 0,25$ ,  $p < 0,001$ ) e com as horas que dedica ao estudo fora da sala de aula ( $r = 0,14$ ,  $p < 0,05$ ); aquela de aprendizagem-aproximação apresentou correlação direta com três dos indicadores: o quanto se considera um bom estudante ( $r = 0,22$ ,  $p < 0,001$ ), as notas obtidas (informadas) nas disciplinas de Português ( $r = 0,16$ ,  $p < 0,01$ ) e Matemática ( $r = 0,13$ ,  $p < 0,05$ ). Nenhuma correlação significativa foi observada da meta de execução-avoidance com este conjunto de indicadores escolares. Desta forma, conclui-se que os resultados aqui encontrados condizem com o que a literatura apresenta. Especificamente cabe destacar que os participantes com pontuações altas em metas de execução-aproximação parecem estudar mais horas por dia, ou seja, se esforçam mais. Contudo o fato de os estudantes se orientarem a partir da comparação social com os demais colegas de sala é algo que merece atenção uma vez que aqueles estudantes que se pautam por este tipo de meta se revelam mais ansiosos e isto pode se relacionar com casos de fracasso e desempenho insatisfatório, diferentemente daqueles que se pautam por metas de aprendizagem e que apresentam maior expectativa de competência, sentindo-se mais confiantes e seguros. Investigações neste sentido parecem relevantes para direcionar práticas pedagógicas que promovam o desenvolvimento de metas adequadas para uma boa aprendizagem e desempenho dos alunos. Sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas em outras regiões do país para um conhecimento mais abrangente.

**Palavras-chaves:** metas de realização, desempenho escolar, interesse

**Atividade:** HARMONIA, TRAÇOS DE PERSONALIDADE E SATISFAÇÃO COM A VIDA (Painéis)

**Trabalho:** HARMONIA, TRAÇOS DE PERSONALIDADE E SATISFAÇÃO COM A VIDA

**Autor(es):** Taciano Lemos Milfont, Pollyane Kahelen da Costa Diniz

**Resumo:** Um modelo de harmonia foi desenvolvido por Kwok Leung e colaboradores o qual tenta explicar porque alguns grupos são mais propensos a adotar estratégias que evitam conflitos em situações sociais de disputa do que outros. Três tipos de harmonia foram conceitualmente e empiricamente definidos: Promoção da Harmonia (desejo de promover comportamentos que possam fortalecer um relacionamento), Evitando Desintegração (tendência de evitar ações e situações que podem prejudicar um relacionamento e provocar sua desintegração) e Harmonia como Empecilho (percepção de harmonia como a causa de vários problemas em relacionamentos sociais). O objetivo da presente pesquisa foi expandir a rede de relacionamento destes três fatores de harmonia com outras variáveis psicológicas, especificamente traços de personalidade e satisfação com a vida. Um estudo correlacional, seguindo um procedimento padrão para a coleta dos dados, foi realizado com uma amostra não-probabilística (de conveniência) de 225 estudantes universitários de João Pessoa, com idade média de 22 anos ( $M = 22,43$ ;  $DP = 5,07$ ), sendo a maioria do sexo masculino (53,3%) e de classe média (39,1%). A maioria dos alunos foi do curso de Administração (66,7%), Psicologia (18,2%) e Processamento de Dados (12,9%). Os participantes responderam voluntariamente um questionário com as seguintes medidas: Escala de Harmonia reunindo os fatores Promoção da Harmonia, com 12 itens ( $M = 0,66$ ), Evitamento da Desintegração, com 8 itens ( $M = 0,62$ ) e Harmonia como Empecilho com 11 itens ( $M = 0,72$ ) respondidos em escala tipo Likert de 5 pontos (extremos 1 = Concordo totalmente e 5 = Discordo totalmente), Versão Reduzida do Inventário dos Cinco Grandes Fatores de Personalidade de Goldberg ( $M = 0,74$ ) composta por 20 adjetivos divididos em cinco fatores de personalidade: Extroversão (acanhado, extrovertido, falador, quieto), Agradabilidade (antipático, cooperativo, rude, simpático), Conscienciosidade (desleixado, desorganizado, organizado, sistemático), Estabilidade Emocional (ciumento, mal-humorado, não ciumento, temperamental) e Intelecto (criativo, intelectual, não



criativo, não intelectual) respondidos em uma escala de 7 pontos (sendo 1 = totalmente errada e 7 = totalmente certa) e Escala de Satisfação com a Vida (α = 0,80) composta por cinco itens respondidos em escala de 7 pontos onde 1 = discordo totalmente e 7 = concordo totalmente. Os resultados indicaram que os fatores de harmonia se correlacionaram significativamente com os traços de personalidade, exceto Estabilidade Emocional. Especificamente Promoção da Harmonia se correlacionou diretamente com Conscienciosidade ( $r = 0,16, p < 0,01$ ), Evitando Desintegração se correlacionou diretamente com o traço Extroversão ( $r = 0,20, p < 0,05$ ), e, por fim, Harmonia como Empecilho se correlacionou inversamente com os traços Agradabilidade ( $r = -0,13, p < 0,05$ ) e Intelecto ( $r = -0,19, p < 0,01$ ). Observou-se ainda uma correlação direta e significativa entre Promoção da Harmonia e Evitando Desintegração com satisfação com a vida ( $r = 0,25, p < 0,001$  e  $r = 0,19, p < 0,05$ , respectivamente). Estes resultados sugerem que pessoas que se engajam em comportamentos que visam estreitar uma relação bem como aqueles que tendem a evitar ações ou eventos que possam prejudicá-la apresentam maior satisfação com a vida. Ainda, pessoas que apresentam como traço de personalidade a extroversão tendem a se empenhar em comportamentos que evitem a quebra de uma relação social, o que é coerente tendo em vista que pessoas com características como sociabilidade e expressividade buscam manter a harmonia nas relações com os outros. Aquelas que buscam comportar-se a fim de estreitar as relações com os demais parecem ter características de personalidade típicas do traço conscienciosidade, ou seja, são mais organizadas, sistemáticas, responsáveis. Outro ponto importante refere-se ao fato que quanto mais as pessoas percebem a harmonia como a causa de muitos problemas, menos apresentam traços de agradabilidade e de intelecto, sendo menos cooperativas, menos simpáticas, menos amigáveis e mais rudes, além de serem também menos criativas. Cabe, em estudos futuros, considerar outras variáveis que possam estar envolvidas nesta relação, a exemplo os valores humanos.

**Palavras-chaves:** harmonia, personalidade, satisfação com a vida

**Atividade:** BEM-ESTAR SUBJETIVO DOS ADOLESCENTES E ADAPTAÇÃO ESCOLAR: UM ESTUDO CORRELACIONAL (Painéis)

**Trabalho:** BEM-ESTAR SUBJETIVO DOS ADOLESCENTES E ADAPTAÇÃO ESCOLAR: UM ESTUDO CORRELACIONAL

**Autor(es):** Patrícia Nunes da Fonseca, Rildésia S. V. Gouveia, Thiago Antonio Avellar Aquino, Valdiney Veloso Gouveia, Adriana de Andrade Gaião e Barbosa, Karla Alves Carlos

**Resumo:** O bem-estar subjetivo abrange estudos com as mais diversas nomeações, tais como felicidade, satisfação, estado de espírito, afeto positivo, além de ser considerado por alguns autores como a avaliação subjetiva da qualidade de vida. Este refere-se ao que as pessoas pensam e como elas se sentem sobre suas vidas. Desse modo, pode-se entender que o bem-estar é uma variável multifacetada, composto por dois componentes: o cognitivo, chamado satisfação com a vida; e o afetivo, identificado pelo afeto positivo e afeto negativo. Nos últimos anos, o bem-estar tem sido temática de interesse na Psicologia Social, visto as transformações ocorridas na sociedade, onde os indivíduos têm que serem mais produtivos em menos tempos e as informações crescem de maneira surpreendente. Muito tem sido pesquisado acerca da relação deste tema com a vida do trabalhador nas mais diversas atividades organizacionais, entretanto, nada se pode encontrar acerca do bem-estar dos estudantes nas escolas, especificamente sobre a possível relação existente entre este construto e a adaptação do aluno à escola. Sendo assim, a presente pesquisa tem como objetivo conhecer em que medida o bem-estar subjetivo dos adolescentes se correlaciona com a adaptação escolar. Método: Amostra: Participaram 600 estudantes procedentes, equitativamente, de escolas particulares e públicas da cidade de João Pessoa/PB, sendo 340 do sexo feminino (56,7%) e 251 do sexo masculino (41,8%). As idades

variaram entre 11 a 20 anos ( $M = 14,34$  e  $DP = 2,08$ ). Instrumento: Escala de Ajustamento Escolar, Escala de Hábitos de Estudo, Escala de Atitudes Frente à Escola, Escala de Percepção do aluno acerca da Escola como Comunidade, Escala de Afetos Positivos e Negativos, Escala de Vitalidade, Questionário de Saúde Geral, QSG-12, Escala de Satisfação com a Vida e um questionário demográfico. Procedimento: Utilizou-se um procedimento padrão, adotando-se todos os procedimentos éticos necessários para a realização da presente pesquisa. Análise de dados: Utilizou-se o Pacote Estatístico para as Ciências Sociais (SPSS) para Windows, versão 13. Este permitiu tanto efetuar as análises descritivas (médias, desvios padrão, frequências e porcentagens) para caracterização do grupo amostral como também calcular as correlações de Pearson ( $r$ ) com a finalidade de verificar como se associavam os construtos estudados. Resultados: Os resultados indicaram que havia uma correlação positiva significativa ( $r = 0,52^{**}$ ) entre a pontuação do componente geral de bem-estar subjetivo (vitalidade, satisfação com a vida, afetos positivos e saúde mental) e do fator geral da adaptação escolar (ajustamento escolar, hábitos de estudo, atitudes frente à escola e percepção do estudante acerca da escola). Conclusão: Esses dados sugerem que os fatos dos estudantes priorizarem as normas e as relações sociais no ambiente escolar podem vir a ter uma maior estabilidade emocional e conseqüentemente, um melhor bem-estar. Todavia, consideram-se as limitações da pesquisa e sugere-se novas aplicações com estudantes universitários.

**Palavras-chaves:** Adaptação escolar, bem-estar subjetivo, escola

**Atividade:** Avaliação de crianças com Altas Habilidades/Superdotação em Natal (RN) e Recife (PE) (Paineis)

**Trabalho:** Avaliação de crianças com Altas Habilidades/Superdotação em Natal (RN) e Recife (PE)

**Autor(es):** Danielle Ferreira Garcia, Izabel Augusta Hazin Pires, Jorge Tarcísio da Rocha Falcão, Síntria Labres Lautert, Isabel Pedrosa de Souza, Ediana Rosselly de Oliveira Gomes, Sâmide Danielle Costa de Oliveira, Solange Neves dos Santos, Mariana Borges Machado Vieira

**Resumo:** O presente projeto de pesquisa se insere em iniciativa conjunta, ainda em curso, abrangendo professores, pesquisadores e alunos integrantes da Base de Pesquisa NESCIA (Núcleo de Estudos Sócio-Culturais da Infância e Adolescência) do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, bem como pesquisadores da Pós-graduação em Psicologia Cognitiva do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco -UFPE (Projeto CNPq/PIBIC-Propesq). O referido projeto tem como objetivo tecer uma melhor caracterização das crianças com altas habilidades/superdotação, atendidas no Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S) do Estado do Rio Grande do Norte e da Cidade de Recife, como caminho para proposição de contextos educacionais mais adequados a seu desenvolvimento. Vale ressaltar que os NAAH/S são o resultado de uma parceria estabelecida em 2005 entre a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, a Unesco e o FNDE. Os Núcleos acima referidos devem atender aos alunos superdotados dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal, além de “...promover a formação e capacitação dos professores para identificar e atender a esses alunos, oferecer acompanhamento aos pais dessas crianças e à comunidade escolar em geral, no sentido de produzir conhecimentos sobre o tema, disseminar informações e colaborar para a construção de uma educação inclusiva e de qualidade (MEC, 2006). Tal contribuição é relevante num país com necessidades de melhoria de suas condições de oferta educacional-escolar, notadamente no que se refere a esta população, até então pouco privilegiada pelos projetos institucionais no âmbito

federal, estadual e municipal. A inserção destas crianças no sistema de escolarização é tema relevante tanto para o contexto mais amplo da educação em geral quanto para o contexto mais específico da educação especial. No que diz respeito à educação especial, as atenções usualmente convergem para os sub-grupos de crianças com déficits de desenvolvimento de diferentes naturezas, enquanto outro sub-grupo de crianças igualmente diferenciadas em relação aos padrões dominantes de desenvolvimento, quais sejam aquelas crianças com um diferencial para mais em relação a determinado conjunto-padrão de competências e habilidades diversas, são excluídas do enfoque da educação especial, negligenciando-se os fatores de risco aos quais tais crianças estão expostas. Sendo assim, foi proposta uma avaliação destas crianças abrangendo os domínios das habilidades cognitivas, acadêmicas, bem como o mapeamento de aspectos sócio-afetivos, a saber, o autoconceito como indivíduo e aluno, auto-estima, representações da criança em relação ao contexto escolar e sócio-familiar, bem como de seus pais e/ou responsáveis e professores em relação à criança. Trabalhar-se-á com dois grupos de sujeitos, sendo um grupo experimental, formado por 40 crianças na faixa etária de 6 a 14 anos, sendo 20 crianças da cidade de Recife e 20 crianças da cidade de Natal, atendidas pelos respectivos NAAH/S; b) Grupo-controle, com mesmo efetivo do grupo experimental e formado por crianças de mesmo perfil dos sujeitos participantes do grupo experimental em termos de composição por gênero, faixa etária e origem escolar, sem indicações escolares ou familiares de disparidade de desempenho escolar para mais ou para menos. As crianças participantes deste estudo serão submetidas às seguintes etapas de avaliação: a) Avaliação de habilidades cognitivas: avaliar-se-á o perfil de funcionamento cognitivo, através de aplicação de bateria de testes psicológicos e neuropsicológicos padronizados para a população brasileira. Serão utilizados os seguintes testes na avaliação de habilidades cognitivas específicas (Lezak, 2004): WISC III – Inteligência (Weschler, 2002); RAVLT – Memória Verbal; RVDLT – Memória Visual; Teste AC – Atenção Concentrada; Stroop Test – Atenção Dividida; Trail Making Test – Atenção Alternada; Wisconsin Card Sort Test (Cunha e cols, 2005) – Funções Executivas; b) Avaliação acadêmica: avaliar-se-á os desempenhos nas áreas de escrita, aritmética e leitura através do desempenho das crianças no TDE – Teste de Desempenho Escolar (Stein, 1994), bem como a resolução de problemas em matemática e ciências, analisados através da resolução de instrumento de avaliação a ser elaborado a partir dos itens de análise propostos por Kruteskii, 1980); c) Avaliação sócio-afetiva: avaliar-se-á as representações da criança em relação aos contextos escolar e sócio-familiar através da Técnica Projetiva do Desenho-Estória (Trinca, 2002); a auto-estima e autoconceito através da técnica projetiva do Desenho da Figura Humana (Hutz & Bandeira, 2002), assim como as representações dos pais e/ou responsáveis e professores acerca das crianças com altas habilidades a partir de Anamnese Clínica. Como o estudo ainda está em andamento, serão apresentados dados referentes às avaliações de habilidades cognitivas e sócio-afetivas de 12 crianças atendidas pelo NAAH/S de Recife e 8 crianças atendidas pelo NAAH/S do Rio Grande do Norte.

**Palavras-chaves:** Altas Habilidades/Superdotação, Avaliação Psicológica, Educação Especial, Inteligência

**Atividade:** PREVALÊNCIA DA INFIDELIDADE NUMA AMOSTRA PARAIBANA (Paineis)

**Trabalho:** PREVALÊNCIA DA INFIDELIDADE NUMA AMOSTRA PARAIBANA

**Autor(es):** Jane Palmeira Nóbrega Cavalcanti, Rildésia S. V. Gouveia, Valdiney Veloso Gouveia, Gislene Farias de Oliveira, Jorge Artur Peçanha de Miranda Coelho, Maria de Fátima Baracuchy Cavalcanti

**Resumo:** O presente estudo tem como objetivo conhecer as experiências de infidelidade entre indivíduos com relacionamento heterossexual fixo. Apesar da infidelidade ser constantemente

discutida na mídia em geral, bem como na clínica psicológica, verificou-se a escassez de estudos sobre esta temática. Nesta perspectiva, a infidelidade é considerada como o maior fator de “transgressão” e “violação” à exclusividade conjugal. Segundo Afifi e cols. (2001) refere-se ao comportamento romântico e/ou sexual fora do relacionamento considerado fixo, estável ou duradouro, e pode ser cometido por solteiros ou casados que possuem uma expectativa de exclusividade no seu relacionamento. A fim de contemplar o objetivo proposto foi realizado um estudo com uma amostra de 307 participantes, sendo a maioria do sexo feminino 69,4%, com uma média de idade de 23,4 (DP = 6,22; amplitude de 17 a 56 anos) e afirmou pertencer à classe média (49,5%). Quanto ao estado civil 224 participantes disseram estar solteiros (73%), 80 casados ou conviventes na mesma casa (73%), enquanto apenas 3 afirmaram estar divorciados (1%). Dentre os solteiros, 33 afirmaram estar noivos (14,5%) e 194 namorando fixo (85,5%). Foi solicitado aos participantes que respondessem a questões relativas de traição, enquanto traidor e/ou traído ou enquanto conhecedor de alguém próximo que estivesse passando por esta situação. Os participantes deveriam indicar apenas uma das respostas dicotômicas – sim ou não – das seguintes questões: a) Você tem algum familiar ou amigo que trai atualmente? b) Você tem algum familiar ou amigo que é traído atualmente? c) Você pensa que poderia vir a trair seu (sua) parceiro (a)? d) Você alguma vez já traiu seu (sua) parceiro (a)? e) Você está traindo atualmente o (a) seu (sua) parceiro (a)? f) Você acha que está sendo traído (a) atualmente? Além disso, foram incluídas perguntas de caráter sócio-demográfico (por exemplo, idade, sexo e orientação sexual) para descrição da amostra. Os resultados demonstraram que a maioria dos participantes disse ter algum familiar ou amigo que já traiu (54,3%) e conhecer algum familiar ou amigo que estava sendo traído (53,3%). Quanto às questões sobre suas próprias experiências de infidelidade, os participantes do sexo masculino foram maioria em afirmar que pensam que poderiam vir a trair sua parceira (50%), sendo assim, no que se refere à negação desta questão, a maioria das mulheres disseram que não pensam que poderiam vir a trair seu parceiro (81%). Os que afirmaram que alguma vez já traíram seu (sua) parceiro (a) corresponderam a maior parte aos homens (47,3%), já os que não traíram seu (sua) parceiro (a), em algum momento do passado, corresponderam a maior parte às mulheres (71,1%). Ao serem questionados se estavam traindo o (a) seu (sua) parceiro (a) naquele momento, mais uma vez a maioria dos participantes do sexo masculino (8,6%) afirmaram que sim. Nas respostas negativas a esta questão, a maior parte dos participantes do sexo feminino (95,8%) afirmaram que não estavam traindo o seu parceiro naquele momento. Por fim, dos que achavam que estavam sendo traídos na ocasião em que foram indagados, as mulheres (7,2%) responderam que sim em maior número, já os homens (98,9%) foram maioria em afirmar que não achavam que estavam sendo traídos naquele período. Cabe destacar que o estudo contou unicamente com pessoas que tivessem relacionamento heterossexual fixo, o que possibilita uma maior aproximação com a realidade e com o contexto que envolve os casos extraconjugais, diferentemente do que tem sido encontrado na literatura especializada onde geralmente não se observa a delimitação do estado civil dos participantes. Sem embargo, mesmo com baixa frequência de respostas positivas, acreditar que estar sendo traído pode ser concebida como uma idéia de ameaça, prevista ou não, a estabilidade do relacionamento romântico e, portanto, de ciúme. Além do mais, ainda que os casos de infidelidade sejam geralmente dissimulados, os mínimos indícios de uma possível traição despertam sentimentos de insegurança, mesmo que as evidências mostrem que tal idéia seja na verdade imaginária. Desse modo, faz-se necessário avaliar em pesquisas posteriores o fato de se estar ou não vulnerável à possibilidade de estar sendo ou de vir a ser traído.

**Palavras-chaves:** infidelidade, amor, relacionamentos

**Atividade: ADOLESCÊNCIA E COMPORTAMENTOS ANTI-SOCIAIS: UMA ANÁLISE EM FUNÇÃO DO SEXO, FAIXA-ETÁRIA E REDES DE ENSINO PÚBLICO E PRIVADO (Paineis)**

**Trabalho: ADOLESCÊNCIA E COMPORTAMENTOS ANTI-SOCIAIS: UMA ANÁLISE EM FUNÇÃO DO SEXO, FAIXA-ETÁRIA E REDES DE ENSINO PÚBLICO E PRIVADO**

**Autor(es):** Célia Maria Cruz Marques, Walberto Silva Santos, Euclismaria alves barreiro de carvalho, Carlos Antonio Santos, Luciana Chacon Dória

**Resumo:** O fenômeno da delinqüência constitui um dos problemas sociais que mais interesse tem despertado de pesquisadores e profissionais nas últimas duas décadas. Seu significativo aumento, somado aos conseqüentes custos pessoais e sociais, tem fortalecido o consenso quanto à necessidade do desenvolvimento de estudos que contribuam para um melhor entendimento deste problema. Uma vez que são escassos os estudos nesta temática no contexto brasileiro, objetivou-se nesta pesquisa verificar a diferença referente a comportamentos desviantes entre adolescentes tendo em conta o sexo, a faixa etária e a rede de ensino freqüentada pelos participantes. Conceitualmente, os comportamentos classificados como anti-sociais se referem a atos transgressores, que se destacam pelo rompimento das normas sociais. Neste conceito incluem-se tanto as condutas estritamente delitivas como outra gama de comportamentos que, mesmo não sendo ilegais, são considerados danosos para a sociedade e que dão lugar a processos de sanção dentro do sistema social. Especificamente, consideram-se Anti-sociais (AS) aqueles comportamentos que exprimem atos desviantes dentro do que seria socialmente esperado, embora não transgridam diretamente as leis formais; no caso daqueles denominados Delitivos (D), são mais graves por romperem as leis e resultarem em algum tipo de prejuízo por parte daqueles que são vitimados. Para efetivação deste estudo, contou-se com a participação de 560 estudantes com idades variando entre 10 e 18 anos (DP = 14,35), distribuídos equitativamente entre instituições públicas e privadas, a maioria do sexo feminino (55,5%). Estes responderam a Escala de Comportamentos Anti-sociais e Delitivos e a uma folha contendo dados sócio-demográficos (sexo, idade, etc.). Através dos resultados pode-se observar que o grupo etário inferior [10 a 13 anos (M = 1,35; DP= 0,86)] e superior [16 a 18 anos (M = 1,33; DP = 0,73)] não apresentou diferença significativa de média [ $t < 0,24$ ] em relação aos comportamentos Delitivos. No que se refere aos comportamentos Anti-sociais, o grupo superior apresentou pontuação significativamente maior [M= 2,54; DP= 1,23 ( $t > 3,06$ ,  $p < 0,01$ )] que o grupo inferior (M = 2,21; DP = 1,28). Em função da variável sexo, verificou-se que nesta amostra os participantes do sexo masculino apresentam média superior (M(AS)= 2,60, DP= 1,38; M(D)= 1,51, DP= 0,97) e significativa ( $p < 0,001$ ) quando comparados àqueles de sexo feminino (M(AS) = 2,19, DP= 1,13; M(D)= 1,19, DP= 0,55) tanto para comportamentos Anti-sociais como Delitivos. Por fim, comparam-se as pontuações médias dos estudantes de ensino privado e público, os resultados indicaram que estudantes de ensino privado pontuam, em média (M= 2,52; DP= 1,35), significativamente ( $p < 0,01$ ) mais alto que os de ensino público (M= 2,23; DP= 1,17) nos comportamentos Anti-sociais e não apresentam diferença para os Delitivos. Comparando-se estes resultados com os observados em outros países, parece coerente assumir, no que se refere às variáveis consideradas, que as condutas desviantes apresentam-se de forma semelhante apesar dos distintos contextos. Devendo-se destacar que, contrariamente ao que postula no senso-comum, a incidência de atos anti-sociais não se configura como característica exclusiva dos estudantes do ensino público. Sendo importante que, em futuros estudos sejam avaliadas algumas variáveis psicossociais a exemplo, das práticas educativas e dos valores humanos

**Palavras-chaves:** comportamento anti-social, adolescência, idade

**Atividade:** COMPORTAMENTO ANTI-SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM AS PRIORIDADES VALORATIVAS: UM ESTUDO COM ADOLESCENTES DO SEXO FEMININO (Paineis)

**Trabalho:** COMPORTAMENTO ANTI-SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM AS PRIORIDADES VALORATIVAS: UM ESTUDO COM ADOLESCENTES DO SEXO FEMININO

**Autor(es):** Walberto Silva Santos, Valdiney Veloso Gouveia, Thiago Antonio Avellar

Aquino, Carlos Antonio Santos, Luciana Chacon Dória

**Resumo:** Nos últimos vinte anos, o entendimento das origens do comportamento anti-social entre adolescentes tem sido o foco da atenção de pesquisadores dos mais variados campos. Na psicologia, vem-se desenvolvendo um significativo número de estudos com o propósito de conhecer fatores que atuam como possíveis explicadores e correlatos destes comportamentos. Apesar deste avanço, percebe-se que a maioria destes caracteriza-se por não considerar amostras específicas do sexo feminino. Aspecto que motivou a presente pesquisa, cujo objetivo foi conhecer a possível relação existente entre os comportamentos anti-sociais e os valores humanos básicos apresentados por estudantes adolescentes do sexo feminino. Conceitualmente, os comportamentos classificados como anti-sociais se referem a atos transgressores, que se destacam pelo rompimento das normas sociais. Neste conceito incluem-se tanto as condutas estritamente Delitivas como outra gama de comportamentos que, mesmo não sendo ilegais, são considerados danosos para a sociedade e que dão lugar a processos de sanção dentro do sistema social (Anti-sociais). Com relação aos valores, Gouveia (2006) aponta que estes são considerados como critérios de orientação que guiam o comportamento e representam cognitivamente as necessidades humanas. Tais critérios de orientação dividem-se em três (Pessoal, Central e Social) e cada um se subdivide em duas funções psicossociais, a saber: o Pessoal em valores de Experimentação e Realização; o Central em valores de Existência e Suprapessoais; e o Social em Interacionais e Normativos. Uma vez que a literatura neste campo aponta para a importância dos valores na explicação das condutas desviantes entre adolescentes realizou-se este estudo. Para tanto se contou com a participação de 668 estudantes do ensino médio (69,5%) e superior (30,5%) de instituições públicas (51,8%) e privadas (48,2%), todas do sexo feminino com idades variando entre 11 e 22 anos ( $M = 16,17$ ;  $DP = 3,15$ ). Estas responderam coletivamente nas salas de aula o Questionário dos Valores Humanos Básicos, a Escala de Comportamentos Anti-sociais e Delitivos, além de algumas questões sócio-demográficas (por exemplo, sexo, idade etc.). Como resultado, observou-se que nesta amostra aqueles comportamentos de maior gravidade (Delitivos) apresentam correlação negativa e significativa com valores Suprapessoais ( $r = -0,16$ ,  $p < 0,01$ ), Interacionais ( $r = -0,16$ ,  $p < 0,01$ ) e Normativos ( $r = -0,24$ ,  $p < 0,01$ ). Os comportamentos Anti-sociais correlacionaram-se positivamente com os valores de Experimentação ( $r = 0,16$ ,  $p < 0,01$ ) e negativamente com os valores Suprapessoais ( $r = -0,16$ ,  $p < 0,01$ ), Interacionais ( $r = -0,08$ ,  $p < 0,01$ ), e Normativos ( $r = -0,27$ ,  $p < 0,01$ ). Não sendo encontrada correlação significativa destas condutas com os valores de Existência e Realização. Estes resultados corroboram o encontrado na literatura existente sobre tais comportamentos em amostras do sexo feminino. Sobretudo, quando comparado com os estudos realizados com amostras do sexo masculino. Ainda que tais correlações sejam relativamente baixas, pensa-se que o presente estudo tenha sua importância para o avanço das pesquisas sobre comportamentos desviantes, bem como na compreensão dos valores humanos como explicadores destes comportamentos sociais.

**Palavras-chaves:** Comportamento Anti-social, Valores, Conduta Desviante

**Atividade:** O PSICODIAGNÓSTICO CLÍNICO: RELATO DE UM ESTUDO DE CASO UTILIZANDO TÉCNICAS PROJETIVAS (Paineis)

**Trabalho:** O PSICODIAGNÓSTICO CLÍNICO: RELATO DE UM ESTUDO DE CASO UTILIZANDO TÉCNICAS PROJETIVAS

**Autor(es):** Pollyane Kahelen da Costa Diniz, Camila Mendes Ramalho da Silva, Renata Ribeiro Athayde, Jana Gabriela Barros Silva, Tirza Raquel Cardoso de Oliveira Lima

**Resumo:** O presente estudo tem como objetivo realizar uma avaliação psicodiagnóstica de uma criança do sexo feminino com onze anos de idade em situação de orfanato. O contexto de

orfanato parece não ter sido muito estudado na literatura em geral. O trabalho do psicólogo nestas instituições varia de acordo com a abordagem e o objetivo da prática terapêutica. Sabe-se que no Brasil os orfanatos atendem além de uma clientela de crianças órfãs, crianças com deficiência mental e em situação de risco social. No campo do psicodiagnóstico o desenho constitui uma técnica bastante eficaz quando se trabalha com crianças, por estar próxima das atividades ditas infantis. No entanto, isto não limita seu uso com adultos. O processo de avaliação psicodiagnóstica foi realizado com uma criança do sexo feminino, 11 anos no momento da avaliação e residente no orfanato há 3 anos. Foram utilizadas técnicas projetivas, a saber, a técnica do Desenho-Estória e a técnica do Desenho da Família, além de uma entrevista inicial e uma entrevista devolutiva. A técnica do Desenho-Estória é uma técnica de investigação da personalidade que emprega, basicamente, desenhos livres associados a histórias dentro do diagnóstico psicológico. Por sua vez, a técnica do Desenho da Família consiste em determinar a criança que desenhe uma família inventada por ela. A maneira pela qual a criança se situa no meio dos seus é então influenciada pelo seu estado afetivo, desta forma o psicólogo é informado sobre sua personalidade e seus conflitos íntimos. A análise individual dos resultados dos testes associada a uma análise geral do processo que incluiu os dados contidos na ficha cadastral da criança permitiu compreender a dinâmica do caso, os conflitos e aspectos estruturantes da personalidade da participante. Pôde-se perceber que a área de conflito está no cerne do contexto familiar. O tema principal presente nos desenhos e histórias foi a natureza, como tentativa de suprir a carência afetiva familiar e funcionando como elemento estruturante para a criança. Além disso, sentimentos de solidão, desamparo e rejeição foram evidentes nos desenhos. O processo de transferência foi percebido por parte da criança com o terapeuta o que evidenciou também sua carência afetiva. Com relação à família, dentre os aspectos mais relevantes destaca-se que a criança a desenhou na parte inferior do papel denominada de zona de depressão. A família também se localizou próxima ao lado esquerdo, relacionando-se ao passado e o traçado indica um sentido regressivo. Aspectos positivos também foram identificados como riqueza de temporalidade e detalhamento sobre a formação familiar. A criança também mostrou pensamento rápido, boa articulação de idéias e fluência verbal. Conclui-se que através das técnicas projetivas aqui trabalhadas estas se mostraram bastante adequadas para que a criança pudesse expor sentimentos, desejos, temores, atrações e repulsa. As informações aqui obtidas não se apresentam como esgotadas, elas transmitem a possibilidade de compreender a personalidade de forma ampla e complexa.

**Palavras-chaves:** psicodiagnóstico, estudo de caso, técnica projetiva

**Atividade:** Avaliação psicológica para meninas vítimas de abuso sexual (Paineis)

**Trabalho:** Avaliação psicológica de meninas vítimas de abuso sexual

**Autor(es):** Luísa Fernanda Habigzang, Rafaela Cassol da Cunha, Michele da Silva Ramos, Silvia Helena Koller

**Resumo:** O abuso sexual contra meninas é considerado um importante problema de saúde pública que requer pesquisas sobre métodos efetivos de avaliação psicológica, devido a complexidade do fenômeno. O presente trabalho tem como objetivo apresentar resultados preliminares da avaliação psicológica de meninas que sofreram abuso sexual. Este representa parte de um estudo que avalia a efetividade de um modelo de avaliação e intervenção clínica para meninas vítimas de abuso sexual. As participantes foram 20 meninas com idade entre nove e 16 anos, vítimas de pelo menos de um episódio de abuso sexual. Os instrumentos utilizados foram: entrevista semi-estruturada para investigar a história do abuso e instrumentos psicológicos para avaliar depressão (CDI), estresse (ESI), ansiedade (IDATE-C), transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e crenças disfuncionais relacionadas com a experiência abusiva (CAPS). A avaliação clínica foi realizada em três encontros individuais com frequência semanal. Cada encontro teve duração de uma hora, sendo que no primeiro encontro foi aplicada a

entrevista para investigar a história de abuso e no segundo e terceiro encontros foram aplicados os demais instrumentos psicológicos em ordem aleatória. Entre os resultados destacam-se: a idade do início do abuso sexual que variou entre cinco e 11 anos, sendo que nove meninas tinham entre seis e oito anos. O agressor foi: pai biológico (cinco casos), tio (quatro casos), avô (três casos), irmão (três casos), padrasto (um caso), vizinho (um caso), namorado da avó (um caso), cunhado (um caso) e casal de padrinhos (um caso). Dezesete participantes foram vítimas de mais de um episódio de abuso sexual e em 15 casos a violência teve duração de pelo menos um ano. Também foi verificado que 14 meninas foram vítimas de abusos psicológicos e físicos. A presença de ameaças e barganhas por parte dos agressores para manter a violência em segredo foi confirmada pela maioria das vítimas. Após a denúncia, dez meninas foram abrigadas. Com relação a penalização dos agressores, apenas um está cumprindo pena. Foi constatado que 15 meninas apresentaram diagnóstico de TEPT e sete revelaram indicadores de depressão. Também foram identificados sintomas de ansiedade nas participantes, bem como crenças disfuncionais, tais como culpa pelo abuso sexual, diferença em relação aos pares e baixa percepção de confiança nos outros. Os resultados encontrados estão em consonância com a literatura especializada, que aponta o início precoce dos abusos sexuais, vínculo de parentesco e/ou confiança entre vítima e agressor, a coexistência de outras formas de violência, tais como abusos físicos e psicológicos e a presença de TEPT como principal consequência psicopatológica.

**Palavras-chaves:** avaliação psicológica, abuso sexual, infância, adolescência

**Atividade:** Preferência musical e risco de suicídio entre estudantes universitários (Paineis)

**Trabalho:** Preferência musical e risco de suicídio entre estudantes universitários

**Autor(es):** Carlos Eduardo Pimentel, Neliane Lima, Valdiney Veloso Gouveia, Wisnes Albertina Chaves da Cunha, Carolina de Andrade Rodrigues

**Resumo:** O objetivo da presente pesquisa consistiu em conhecer as relações entre a preferência musical e o risco de suicídio. Existem evidências empíricas na psicologia que indicam que adolescentes que preferem o gênero musical heavy metal, subgênero do rock, são mais vulneráveis ao suicídio (Lacourse, Claes & Villeneuve, 2001; Schell & Westfeld, 1999). Tendo-se em conta que vários estudos internacionais indicam que a preferência musical, especialmente pelo heavy metal, se relaciona com o suicídio, planejou-se como objetivo principal da presente pesquisa conhecer as relações entre preferência musical e risco de suicídio. Para tanto, participaram 200 estudantes de diversos cursos de uma universidade pública da cidade de João Pessoa-PB (Brasil), com idade média de 22 anos ( $M = 22,68$ ;  $SD = 4,77$ ), sendo a maioria composta por estudantes do sexo feminino (51%), solteiros (88%), de classe média (60%), da Psicologia (29%) e Administração (18%). Estes responderam o Teste Breve de Preferência Musical que visa mensurar a preferência musical com relação a 14 gêneros musicais e a Escala de Razões para Viver, que objetiva aferir as razões que as pessoas têm para viver. De acordo com as análises principais, verificaram-se correlações diretas entre country, gospel, pop e músicas-tema de filmes e a pontuação total na RFL ( $r = 0,29$ ) e com os fatores SCB, RF, FSD e MO ( $p < 0,01$ ). Observou-se também uma relação inversa entre preferência por música alternativa, rock e heavy metal e o fator MO ( $r = -0,29$ ,  $p < 0,01$ ) e com música clássica, blues, folk e jazz e a pontuação total na RFL ( $r = -0,18$ ), o fator RF ( $r = -0,15$ ), ambas a um  $p < 0,05$ , e no fator MO ( $r = -0,30$ ,  $p < 0,01$ ). Pôde-se ainda verificar que a preferência musical age como um preditor do risco de suicídio entre jovens. De acordo com a análise de regressão (método stepwise), pôde-se verificar que apenas a preferência por estilos do fator Convencional predisseram significativamente as razões para viver entre os participantes do sexo feminino ( $\beta = 0,27$ ,  $p = 0,016$ ). Tendo-se em conta que quanto maior a pontuação em razões para viver menor o risco de suicídio, tem-se que os participantes do sexo feminino que



demonstraram mais preferência pelos estilos musicais do fator Convencional (country/sertaneja; cânticos/gospel; pop e músicas-tema de filmes) foram aqueles também que apresentaram menor risco de suicídio. As análises para o grupo dos participantes do sexo masculino revelaram que no primeiro modelo mais uma vez a dimensão Convencional explica significativamente as razões para viver mantidas pelos participantes ( $\beta = 0,26$ ,  $p = 0,013$ ). No Modelo 2 verifica-se acrescentada a dimensão Intenso, a qual prediz inversamente as razões para viver dos participantes do sexo masculino ( $\beta = -0,25$ ,  $p = 0,012$ ). Portanto, quanto mais preferência os participantes do sexo masculino mostraram para com os estilos musicais alternativa, rock e heavy metal, estes apresentavam razões para viver em menor grau e, conseqüentemente, maior risco de suicídio. Os resultados são comparados com pesquisas prévias

**Palavras-chaves:** Música, Suicídio, Jovens

**Atividade:** Validade e consistência interna da escala abreviada de preferência musical (STOMP) (Paineis)

**Trabalho:** Validade e consistência interna da escala abreviada de preferência musical (STOMP)

**Autor(es):** Carolina de Andrade Rodrigues, Valdiney Veloso Gouveia, Carlos Eduardo Pimentel, Wises Albertina Chaves da Cunha, Neliane Lima

**Resumo:** A música vem sendo inserida relativamente em diversos trabalhos na psicologia cognitiva, biológica, clínica e também na neurociência (Rentfrow & Gosling, 2003). Autores clássicos da sociologia também se debruçaram sobre o estudo da música. Não obstante, a música foi raramente tratada na literatura da psicologia social e da personalidade (Rentfrow & Gosling, 2003), demandando ainda pesquisas nestes âmbitos de estudo. O conhecimento das preferências musicais pode ser relevante na explicação de algumas variáveis que são importantes na psicologia, a exemplo dos traços de personalidade (Pearson & Dollinger, 2004), os valores humanos (Rentfrow & Gosling, 2006) e as atitudes anti-sociais (Pimentel, Gouveia & Vasconcelos, 2005). Passo preliminar para almejar o entendimento do comportamento humano com base nas preferências musicais, seria contar com medidas adequadas destas. Apesar do que antes se comentou, em recente revisão da literatura realizada no Index Psi (2006), considerando as palavras música, escala de preferência musical e/ou preferência musical, não se encontrou qualquer medida para avaliar a preferência musical. Não obstante, ampliando-se a busca, isto é, efetuando-a no Scholar Google (2006), foi possível identificar um instrumento específico a este propósito, publicado recentemente, o Short Test Of Music Preference (STOMP). Este foi originalmente desenvolvido por Rentfrow e Gosling (2003), considerando participantes do contexto estadunidense. O presente estudo teve como objetivo adaptar a STOMP (Short Test Of Music Preference), procurando reunir evidências de sua validade de construto e consistência interna. Participaram 200 estudantes universitários de uma instituição pública da cidade de João Pessoa. Estes tinham idade média de 22 anos ( $DP = 4,77$ ; 93,5% com amplitude de 18 a 30 anos), sendo a maioria mulheres (51%), solteiras (88%) e de classe média (60%). Com relação ao curso, a maioria foi composta de alunos de Psicologia (29%) e Administração (18%). Corroborando estudos prévios, foram identificados quatro fatores de estilo musical: Reflexivo e Complexo ( $\alpha = 0,74$ ), Convencional ( $\alpha = 0,59$ ), Intenso e Rebelde ( $\alpha = 0,64$ ) e Energético e Rítmico ( $\alpha = 0,60$ ). Quando comparados os modelos uni e bi-fatorial com o de quatro fatores, este último se relevou mais satisfatório:  $c^2/gl = 2,59$ ,  $GFI = 0,89$ ,  $AGFI = 0,84$  e  $RMSEA = 0,09$ ;  $Dc^2(5) = 128,25$ ,  $p < 0,001$ . Observaram-se diferenças de preferência musical de acordo com o gênero; as mulheres indicaram gostar mais do estilo Convencional, enquanto os homens preferiram o estilo Intenso e Rebelde. Estes resultados são criticamente discutidos, ponderando-se a necessidade de incluir novos estilos musicais e sugerindo estudos futuros sobre o tema.

**Palavras-chaves:** Preferência musical, Validação, STOMP

**Atividade: MUSEU VIRTUAL - AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO BRASIL  
(Paineis)**

**Trabalho:**MUSEU VIRTUAL - AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO BRASIL

**Autor(es):** Joao Carlos Alchieri,Samantha Pereira Marinho,Marília Alanna Bezerra Lino

**Resumo:** A psicologia aplicada teve durante décadas no Brasil uma expressiva participação na divulgação do papel do psicólogo, especialmente em relação à avaliação psicológica. A atenção sobre a situação dos testes psicológicos brasileiros esteve presente nas discussões científicas nacionais ao longo de quase 50 anos de forma ininterrupta. Os trabalhos de pesquisadores em desenvolver, implementar, elaborar, aperfeiçoar e adaptar os instrumentos e técnicas para um uso eficiente e eficaz é registrado na história brasileira desde a década de 1920 (Pasquali & Alchieri, 2001). No Brasil possuíamos um número considerável de instrumentos psicológicos autóctones, a despeito de idéias geralmente difundidas do contrário. Ao longo das últimas décadas por modificações técnicas, teóricas e culturais observamos a necessidade de retificações a adaptações urgentes de nossas técnicas calcadas nas exigências das transformações socioculturais. Dentre as distintas ações em atividades como de seleção de pessoal, orientação profissional, aconselhamento, etc o uso de instrumentos psicológicos foi uma constante. Por vários anos, especialmente entre as décadas de 1930 a 1970, a elaboração, tradução e adaptação de testes psicológicos possibilitaram um acervo considerável de mais de 130 testes psicológicos para uma miríade de finalidades. No relatório técnico (Prieto & Muniz, 2000) da Comissão de Testes do Colégio Oficial de Psicólogos (COP) e da Comissão Européia sobre Testes da Federação Européia de Associações Profissionais de Psicólogos (EFPPA), foram apontadas diretrizes internacionais para o estabelecimento de políticas para o uso dos testes psicológicos, amparando a presente investigação. Conjuntamente a perspectiva dos padrões de excelência para os instrumentos, foi publicada uma revisão dos Standards for Educational and Psychological Tests (American Educational Research Association, American Psychological Association & National Council on Measurement in Education, 1999); uma referência clássica quanto aos parâmetros dos instrumentos utilizados na avaliação psicológica (ITC, 2001). No Brasil, após as resoluções do Conselho Federal de Psicologia de (CFP, 2003), todos os instrumentos necessitaram ser reavaliados e assim, muito do material, por desinteresse dos autores, editores e outros, deixou de ser comercializado. Por outro lado, evidenciou-se em diversos trabalhos a desqualificação técnica de grande parte dos testes até então utilizados. Para manter um registro da produção científica nacional, e, principalmente da historia da avaliação psicológica no país, desde 1998 é desenvolvido um trabalho de identificação, pesquisa e conservação de instrumentos e aparelhos utilizados em processos de medida psicológica. Foram mapeados em diversos trabalhos anteriores os testes utilizados, os principais pesquisadores, períodos e desenvolvimentos das técnicas psicológicas. Os instrumentos obtidos forma reproduzidos digitalmente na integra, desde os manuais, protocolos de respostas, cadernos de aplicação e demais partes, compondo uma base de dados. Catalogados, até o presente momento tem-se aproximadamente 30 instrumentos no acervo, caracterizando as primeiras da medida psicológica brasileira. As informações agrupadas por instrumento possibilitam a manutenção do Museu Virtual de Instrumentos de Medida e Avaliação Psicológica, onde após o acervo será disponibilizado na internet.

**Palavras-chaves:** Museu Virtual,Testes Psicológicos,História da Psicologia

**Atividade: Desenvolvimento de Tarefas para Avaliação do Processamento Lexical para Crianças de 4 a 8 anos: Um Estudo Inicial.  
(Paineis)**

**Trabalho:**Desenvolvimento de Tarefas para Avaliação do Processamento Lexical para Crianças de 4 a 8 anos: Um Estudo Inicial.

**Autor(es):** Thiago da Silva Gusmão Cardoso, Luna Maiana Araujo Freitas, Darcy Santos de Almeida, Djenane Brasil da Conceição, Patrícia Martins de Freitas

**Resumo:** A neuropsicologia cognitiva tem desenvolvido como metodologia de pesquisa a análise de modelos funcionais. Os modelos são representações de como uma função específica é desempenhada pelos indivíduos normais. Dentro do campo da neuropsicologia cognitiva os modelos são como mapas explicativos, que permitem prever o desempenho da mesma função em pacientes com algum tipo de comprometimento estrutural ou funcional. Considerando o contexto da neuropsicologia cognitiva, o estudo da linguagem em crianças é mais uma oportunidade de ampliar os modelos normativos sobre as funções da linguagem. O estudo da linguagem em crianças em fase pré-escolar torna-se importante considerando a necessidade de investigar os efeitos do processo de alfabetização. Para o desenvolvimento do estudo do processamento lexical em crianças pré-escolares ou em fase inicial da escolarização foi necessário desenvolver um estudo prévio com o objetivo de desenvolver tarefas neuropsicológicas adequadas para essa população. As avaliações neuropsicológicas ainda sofrem com a escassez de instrumentos elaborados para investigar funções específicas. Os procedimentos utilizados para a avaliação geralmente adotam o modelo desenvolvido para avaliar indivíduos na fase adulta. Portanto, o presente estudo tem como objetivo desenvolver e aprimorar tarefas voltadas para avaliar o processamento lexical em crianças. A elaboração destas foi baseada no modelo cognitivo-neuropsicológico. O modelo compreende três funções: fonológica, lexical e semântica para a compreensão e produção de palavras isoladas. Para avaliar a compreensão foram desenvolvidos os seguintes instrumentos: a nível fonológico - Tarefa de Detecção de Rimas; a nível lexical – Decisão Lexical e a nível semântico - Tarefa de Pareamento Palavra-figura e Tarefa de Pareamento Figura-figura. Para avaliar a produção foram desenvolvidas as tarefas subsequentes: a nível semântico - Tarefa de Nomeação; a nível fonológico – Repetição de Palavras e Pseudo-palavras e Julgamento de Rimas. Cada tarefa foi controlada considerando os critérios de frequência, extensão e familiaridade. As tarefas foram constituídas por substantivos concretos divididos nas seguintes categorias semânticas: animais, alimentos; utensílios domésticos, instrumento musicais, ferramentas; brinquedos; móveis/eletrodomésticos; partes do corpo; vestuário; transporte. As tarefas foram elaboradas através de uma seleção criteriosa de itens verbais. Nas tarefas que envolviam figuras foi necessária a seleção de estímulos pictoriais considerando as seguintes características: clareza, nitidez e convenção entre o nome e a figura. Foram gerados 488 estímulos verbais, sendo 316 (65%) de alta frequência e 172 (35%) de baixa frequência. O Teste Frequência foi realizado através da análise das palavras realizada pelo programa ABD. A elaboração dessas tarefas representou a fase inicial da pesquisa. Atualmente estão sendo investigados o desempenho de crianças nas cidades de Belo Horizonte-MG e Santo Antônio de Jesus-BA. O estudo também permitirá maior compreensão de possíveis variações culturais e melhor análise dos itens das tarefas.

**Palavras-chaves:** neuropsicologia cognitiva, processo lexical, tarefas

**Atividade: VALIDAÇÃO DA ESCALA ANSIEDADE RELACIONADA AO CONSUMO DE BEBIDA ALCOÓLICA POR ADOLESCENTES E JOVENS (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: VALIDAÇÃO DA ESCALA ANSIEDADE RELACIONADA AO CONSUMO DE BEBIDA ALCOÓLICA POR ADOLESCENTES E JOVENS**

**Autor(es):** Kleber dos Santos

**Resumo:** O objetivo desta pesquisa foi construir e realizar a validade de conteúdo de uma escala para mensurar o nível de ansiedade comum em adolescentes e jovens consumidores de bebidas alcoólicas. Os principais transtornos de ansiedade neste contexto, de acordo com a

bibliografia consultada são: a fobia social, o transtorno de estresse pós-traumático e a ansiedade generalizada. Os 3 construtos formaram um questionário que inicialmente foi composto de 11 itens, 6 para a fobia social, 3 para o transtorno de estresse pós-traumático e 2 para ansiedade generalizada. Após a análise de conteúdo (juízes), dois itens elaborados para aferir a magnitude da ansiedade generalizada foram retirados por razões de inadequação com o nível de mensuração ordinal de 4 intervalos dos demais itens, que variavam em uma pontuação de 0 a 3. A escala foi aplicada em 486 participantes, sendo 217 do sexo masculino e 268 do feminino, cuja faixa etária estendeu-se entre 12 a 24 anos de idade, sendo que conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a adolescência abrange as idades de 12 a 18 anos, enquanto que para a Organização das Nações Unidas (ONU) a idade do jovem varia entre 15 e 24 anos. Todos os participantes estavam matriculados no último ano do ensino fundamental ou médio, de 3 colégios públicos da rede ensino público estadual e outros 3 da rede privada. As seis instituições de ensino pesquisadas encontram-se situadas no município de São José, região da Grande Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC). Os resultados desta pesquisa apontam um alfa de Cronbach de 0,74, o que indica um grau de fidedignidade satisfatório para a consistência interna da escala. A análise fatorial revelou que, na comunalidade entre os itens, há três com carga fatorial abaixo de 0,4; por outro lado o método de rotação varimax demonstrou que a escala apresentou 2 fatores com eigenvalues superiores a 1. Esse resultado corrobora o trabalho bibliográfico e teórico prévio ao trabalho de campo desta pesquisa, pois por meio da consulta ao estado da arte da literatura especializada constatou-se que o fenômeno psicológico ansiedade relacionada ao consumo de bebida alcoólica por adolescentes e jovens é composto basicamente de 3 construtos: fobia social, transtorno de estresse pós-traumático e ansiedade generalizada. O questionário foi composto pelos 2 primeiros construtos, cujos itens de cada um agruparam-se em dois fatores. Os resultados da análise dos juízes indicam que é necessário maior cuidado e precisão na etapa da construção dos itens durante a elaboração de escalas psicométricas, mais especificamente no momento de padronizar o nível de mensuração de cada item. Outro fato importante, com base nos resultados, é a necessidade de se realizar uma segunda versão da escala de ansiedade relacionada ao consumo de bebida alcoólica por adolescentes e jovens, sendo que desta vez é necessário rever ou excluir do instrumento de medida os itens que ficaram com valor abaixo de 0,4 na comunalidade. Optando-se pela exclusão é importante verificar qual o índice da consistência interna do instrumento para pesquisas desta natureza, ou seja, constatar se o alfa de Cronbach apresenta maior ou menor valor.

**Palavras-chaves:** ansiedade,adolescente,consumo de alcool,validade

**Atividade: VALIDAÇÃO DA ESCALA DE DEPRESSÃO RELACIONADA AO CONSUMO DE BEBIDA ALCOÓLICA POR ADOLESCENTES E JOVENS (Paineis)**

**Trabalho:VALIDAÇÃO DA ESCALA DE DEPRESSÃO RELACIONADA AO CONSUMO DE BEBIDA ALCOÓLICA POR ADOLESCENTES E JOVENS**

**Autor(es):** Kleber dos Santos

**Resumo:** O objetivo desta pesquisa foi realizar a validade de conteúdo de uma escala para mensurar o nível de depressão comum em adolescentes e jovens consumidores de bebidas alcoólicas. As principais características do fenômeno psicológico depressão neste contexto, conforme a literatura especializada são: vulnerabilidade, profundo desinteresse por tudo, inclusive por aquilo que sente prazer em fazer, sentimentos de culpa, baixa auto-estima, isolamento, sentimento de desesperança e pensamentos suicidas. Essas características compuseram um questionário de 9 itens, número que se manteve após a análise de conteúdo (juízes). A escala utilizada foi composta por um nível de mensuração ordinal de 4 intervalos, cuja magnitude estendeu-se por uma pontuação de 0 a 3 pontos. A escala foi aplicada em 486 participantes, sendo 217 do sexo masculino e 268 do feminino, a faixa etária estendeu-se entre 12 a 24 anos de idade, sendo que conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a adolescência abrange as idades de 12 a 18 anos, enquanto que para a Organização das Nações Unidas (ONU) a idade do jovem varia entre 15 e 24 anos. Todos os participantes estavam matriculados no último ano do ensino fundamental ou médio, de 3 colégios públicos da rede

ensino público estadual e outros 3 da rede privada, as 6 instituições de ensino encontram-se situadas no município de São José, região da Grande Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC). Os resultados desta pesquisa apontam um alfa de Cronbach alcançado foi de 0,74, o que indica um grau de fidedignidade satisfatório para a consistência interna da escala. A análise fatorial revelou que na comunalidade entre os itens há 2 itens com carga fatorial inferior a 0,4; por outro lado, o método de rotação varimax demonstrou que a escala demonstrou 2 fatores com eigenvalues superiores a 1. Houve um grupo de 5 itens que contemplou as características auto-crítica, sentimentos de culpa, alteração do sono, perda de apetite e de energia e cansaço comuns à depressão relacionada ao consumo de bebidas alcoólicas em adolescentes e jovens. O outro agrupamento de 4 itens contemplou os aspectos diminuição do interesse, sentimentos de desesperança, pensamentos suicidas e dificuldade de manter a atenção concentrada. Os resultados apontam que no caso de haver a construção de uma segunda versão da escala de depressão relacionada ao consumo de bebidas alcoólicas por adolescentes e jovens é necessário rever ou excluir os itens com carga fatorial abaixo de 0,4. Optando-se pela exclusão é importante verificar qual o índice da consistência interna do instrumento para pesquisa desta natureza, ou seja, constatar se o alfa de Cronbach apresenta maior ou menor valor.

**Palavras-chaves:** depressão, ansiedade, validade

**Atividade: PSICODIAGNÓSTICO DE UMA PRESIDÁRIA NO CONTEXTO DE UMA PENITENCIÁRIA FEMININA (Paineis)**

**Trabalho:** Psicodiagnóstico de uma presidiária em um Instituição de Ressocialização

**Autor(es):** Natália Lins Pimentel Pequeno, José Roniere Morais Batista Morais, Luciene da Costa Araújo

**Resumo:** Atualmente o Brasil em sua realidade penitenciária apresenta cerca de 300 mil presos espalhados pelas regiões do país. Esses estabelecimentos em sua maioria, não apresentam condições dignas para a convivência humana. Nem seguem o pressuposto da Assistência da Lei da Execução Penal, na qual se deve desenvolver nos indivíduos uma responsabilidade individual e social em um trabalho de ressocialização que não deve ser nem doloroso, nem mortificante, e sim um complemento do processo de reinserção social. O presente estudo tem por objetivo realizar um psicodiagnóstico na tentativa de compreender sobre os aspectos psicológicos de um examinando voluntário e sua relação com o contexto, obtendo assim evidências sobre seus componentes emocionais, afetivos, motivacionais e indicativos psicopatológicos. Os instrumentos utilizados foram: a escuta psicológica; a entrevista pautada; o HTP (House–Tree–Person), desenvolvido por Buck; o TAT (Teste de Apercepção Temática) de Henry Murray, e por fim uma entrevista devolutiva. A avaliação foi realizada com um sujeito do sexo feminino de 27 anos de idade, que se encontrava em regime semi-aberto de uma pena de 4 anos, em um presídio feminino da cidade de João Pessoa - PB. Nos resultados encontramos questões relacionadas ao isolamento, ao medo, a insegurança, ao desejo de ser notada. Problemas envolvendo a sexualidade, carência e indecisão também foram encontrados no diagnóstico feito pelos examinadores. Problemas estes que são possíveis de serem compreendidos quando relacionados às condições sociais em que a examinanda se encontra. Um dos fatores verificados em algumas lâminas foi a incapacidade de inserir no núcleo familiar a presença do parceiro do sexo oposto. Quando a família (mãe e filhas) era projetada na lâmina o parceiro era omitido, quando era o parceiro o projetado a família era igualmente omitida. Uma figura que exerce o papel paterno fica assim excluída desse contexto. Aqui é importante lembrar que a examinanda evitou mencionar qualquer informação a respeito do pai biológico, e com a morte de seu padrasto a falência da paternidade fica efetivada. Os conflitos vivenciados com a mãe por causa de seus namorados também ajudaram a constituir esse quadro. Além de problemas relacionados à sexualidade, carência e indecisão. Observou-se que a paciente possui sentimento de hostilidade pelo ambiente, e pelas pessoas que estão na mesma situação que ela. Os resultados apresentaram, também, uma tendência para um abatimento conseqüente de uma autopunição, e

uma forte necessidade de atenção por parte da participante. Sua descrição em quase todas as pranchas foram auto-referências que resgatavam lembranças passadas ou manifestavam ideais futuros. Tanto a culpa que assume, como o ambiente penitenciário, desenvolveram uma depressão de caráter situacional usada para se proteger dos outros detentos e para chamar a atenção das demais pessoas em conseqüência de uma necessidade de proteção. O isolamento auto-imposto serve assim, como um escudo ou redoma que a ajudam a superar a lei vigente em seu meio, denominado pelos próprios detentos de “lei da sobrevivência, ou lei dos mais fortes”. Isto ocorre também pela falta de ordem e pela negligência das autoridades. Um lugar que tem como função de ressocializar o indivíduo para a sociedade, acaba sendo um meio para agravar os problemas emocionais e psicológicos deste. O presente estudo contribuiu para a compreensão do contexto penitenciário no estado da Paraíba, e como este afeta emocionalmente os indivíduos que estão nele inseridos. Estudos dessa natureza se fazem pertinentes na contínua busca de melhores formas de tratamento e qualidade de vida para estas pessoas.

**Palavras-chaves:** psicodiagnóstico, HTP, TAT, instituição

**Atividade: Inventário de Ansiedade Perante a Morte: Um estudo de sua validade de construto (Paineis)**

**Trabalho:** Inventário de Ansiedade Perante a Morte: Um estudo de sua validade de construto

**Autor(es):** Priscylla Cavalcanti Guedes, Wilker Luiz Pessoa de França, Luciana Chacon Dória, Tâmara Ramalho Sousa

**Resumo:** A ansiedade é uma sensação ou sentimento decorrente da excessiva excitação do sistema nervoso central, em conseqüência da interpretação de uma situação de perigo. Tem como fator de estímulo características subjetivas, diferentemente do medo, que tem como fator desencadeante algo real e palpável. A morte pode ser vista como um mistério incompreensível ou como um absurdo inaceitável, pode até ser tratada como um “tabu”, assunto do qual a maioria das pessoas não gosta de falar. Mas, aceitemos ou não, a morte é um fato. Pode-se conviver melhor ou pior com ela, entretanto, não é possível evitá-la. Pode-se aceitar a sua inevitabilidade ou negá-la. Atualmente, a morte apresenta-se em doses maciças, sobretudo através dos meios de comunicação social, como os jornais e a mídia televisiva. A crescente violência nos centros urbanos torna essa temática uma constante no cotidiano. Para muitos autores, a maior parte do comportamento humano pode ser interpretada como uma resposta ao problema da morte. Muitas perturbações psicossomáticas ou até a depressão, por exemplo, podem ser interpretadas como uma espécie de medo universal, e qualquer medo simboliza, no fundo, o medo da morte. Muitas investigações já foram feitas em relação à avaliação do medo da morte ou de outros aspectos da morte. Entre os diversos questionários utilizados, podemos citar o Death Anxiety Inventory (Sábado e Benito, 2005), que é um instrumento útil para avaliar um quadro bastante abrangente de atitudes ou reações frente à morte. O presente estudo visou validar este instrumento, através de uma análise das características psicométricas desta escala, na tentativa da sua adaptação para a língua portuguesa, no contexto de João Pessoa. Para tanto, participaram deste estudo 222 estudantes de uma instituição pública de ensino superior da cidade de João Pessoa, sendo a maioria mulheres (62,2%), com idades entre 17 e 46 anos ( $M = 22,9$ ;  $DP = 4,55$ ), de classe média (65,3%) e religião católica (53,6%). Foi pedido aos participantes que respondessem a um questionário composto por 20 itens que avaliam o nível de ansiedade perante assuntos relacionados à morte, a partir de uma escala tipo likert de cinco pontos (de “concordo totalmente” a “discordo totalmente”), além de cinco questões sócio-demográficas a fim de caracterizar a amostra. As respostas foram submetidas à análise de componentes principais (CP), através do pacote estatístico SPSS, versão 13.0. Os resultados desta análise indicaram a presença de quatro fatores, que explicaram 53,92% da variância total, apresentando consistência interna (alfa de Cronbach) de 0,85. O primeiro fator agrupou oito itens e foi denominado Compreendendo a Morte ( $\alpha = 0,83$ ); o segundo apresentou cinco itens e denominou-se Ansiedade Gerada

Externamente ( $\alpha = 0,77$ ); o terceiro, com três itens, foi chamado Pensamentos Sobre a Morte ( $\alpha = 0,59$ ); e o quarto, também com três itens, Vida Após a Morte ( $\alpha = 0,63$ ). As análises estatísticas efetuadas permitiram a comprovação de sua validade de construto, apresentando índices satisfatórios para a realização da análise fatorial do tipo exploratória. O objetivo do estudo foi alcançado, pois os resultados indicam a existência de fatores tal qual foi descrito no estudo original. Conclui-se que, em comparação com as medidas do estudo original, esta validação mostrou-se adequada, embora se recomende estudos com uma amostra mais representativa da população.

**Palavras-chaves:** ansiedade,morte,validação

**Atividade: Estados Incomuns da Consciência em Estudantes Universitários e a Questão da Religiosidade: uma abordagem através da Teoria dos Parâmetros e Valores de Benny Shanon (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Estados Incomuns da Consciência em Estudantes Universitários e a Questão da Religiosidade: uma abordagem através da Teoria dos Parâmetros e Valores de Benny Shanon

**Autor(es):** Alexsandro Medeiros Nascimento,Antonio Roazzi

**Resumo:** Como parte de um estudo de tese ainda em andamento, a pesquisa mapeou ocorrências de estados incomuns ou alterados da consciência em estudantes universitários da Grande Recife, descrevendo quali-quantitativamente e fenomenologicamente seus contextos de ocorrência, seus disparadores imediatos potenciais, possíveis significados religiosos associados, os parâmetros da consciência envolvidos nas experiências e os valores assumidos pelos mesmos, bem como se investigou a Tipologia de Parâmetros da Consciência proposta por Shanon (2002; 2004) a partir de sua investigação do psicotrópico e enteógeno Ayahuasca e sua pertinência enquanto linguagem cognitiva para descrição dos ditos estados incomuns da consciência. Utilizou-se a Entrevista Fenomenológica dos Estados da Consciência de Nascimento (2006) e dois testes psicológicos propostos por este autor que se encontram em fase de validação para aferição das religiosidades e das flutuações nos parâmetros da consciência: o Inventário das Religiosidades, um instrumento composto por 12 itens, os quais, cada um por sua vez, avalia uma diferente dimensão ou fator de um mesmo construto – a religiosidade, a saber, Espiritualidade, Adesão Religiosa, Práticas Religiosas ou Comportamento Religioso, Experiência Religiosa, Experiência Mística ou Êxtase, Desenvolvimento Religioso, Desenvolvimento Espiritual, Compromisso Cognitivo, Fé ou Confiança Básica ou Compromisso Afetivo, Opção ou Vinculação Epistêmica, Conversão Religiosa e Trânsito Religioso, e o Instrumento de Checagem dos Parâmetros de Consciência, uma escala criada a partir dos parâmetros da consciência descritos por Shanon (2002; 2004) em pesquisa com o enteógeno Ayahuasca, cuja função é detectar variações sutis nos estados da consciência, sendo sensível a valores alterados dos ditos parâmetros. A escala é composta de 08 itens, cada um deles investigando um dos parâmetros da consciência de Mediação, Identidade Pessoal, Unidade, Limites e diferenciações de estados, Individuação do self, Calibração, Locus da consciência e Tempo. A amostra constituída de 24 indivíduos adultos, universitários e pareados por sexo foi submetida aos instrumentos citados, tendo-se audiogravadas as entrevistas com um dispositivo de MP3 e posteriormente transcreveu-se na íntegra seu conteúdo e submetido o mesmo à Análise de Conteúdo segundo Bardin (1979) para levantamento das ocorrências cognitivas durante as experiências e dos temas ocorrentes em meio aos estados incomuns da consciência reportados pelos participantes. Tais conteúdos foram classificados posteriormente segundo categorias de significado religioso e não-religioso e confrontados com os dados quantitativos de descrição das intensidades de variação dos parâmetros da consciência (seus valores assumidos) e das religiosidades segundo as escalas aplicadas e analisadas estatisticamente com o uso de análises multidimensionais não-métricas do tipo SSA (Análise de Estrutura de Similaridade, Guttman,1968) complementada com o método das “variáveis externas enquanto pontos” (Cohen & Amar, 1999; Roazzi & Dias, 2001), para descrição rigorosa das relações empíricas entre as variáveis escolhidas no estudo. As categorias do Shanon revelaram-se heurísticas na descrição pormenorizada das flutuações no curso da consciência e sugerem um caminho frutífero para construção de linguagens cognitivas cada vez

mais refinadas para a construção de teorias cognitivas da consciência, embora os dados indiquem ocorrências mentais não passíveis de descrição pelas categorias citadas, devendo-se investir mais arduamente na pesquisa dos parâmetros subjacentes à experiência consciente humana. Além disso, os freqüentes relatos de ocorrências espontâneas de estados incomuns da consciência em indivíduos com protocolos pouco saturados nas dimensões da religiosidade se contrapõem ao achado empírico de que os indivíduos com mais altos escores de religiosidade vivenciaram experiências de estados incomuns da consciência mais estruturados, significativos e com maior valor noético dentre os levantados neste estudo.

**Palavras-chaves:** Consciência e Estados Incomuns da Consciência, Teoria dos Parâmetros e Valores, Religiosidade, Entrevista Fenomenológica, Análise de Estrutura de Similaridade

**Atividade: Avaliação Psicológica em Orientação Profissional (Cursos - 6hs)**

**Trabalho:** Avaliação Psicológica em Orientação Profissional

**Autor(es):** Silvio Serafim da Luz Filho

**Resumo:** No mundo atual, considerando a carência de valores, criminalidade, riscos sociais da população e o aumento crescente do desemprego, vem aumentando sobremaneira o número de jovens desorientados e em busca de inserção do mercado de trabalho. O objetivo deste mini-curso é instrumentalizar psicólogos para realizar avaliação psicológica em alunos no segundo e terceiro ano do ensino médio, e facilitar processos de orientação profissional. Conteúdo programático: O que é Orientação Profissional. O que é Avaliação Psicológica. Processos e fenômenos psicológicos que se avaliam em orientação profissional: inteligência, interesse, traços de personalidade, motivação, aptidão, maturidade para a escolha, potencial de aprendizagem, valores, indecisão profissional. Projetos de orientação profissional e estudos de viabilidade. Escolha dos instrumentos psicológicos (SATEPSI). Operacionalização do processo. Da coleta a interpretação dos dados. Elaboração do Relatório / Laudo Psicológico (Resolução CFP Nº007/2003). Entrevista Psicológica de Devolução. Contribuição dos pais no processo. Honorário profissional de referência. Trata-se de um Workshop (oficina) onde os participantes através de um modelo teórico-prático desenvolverão competências para trabalhar com avaliação psicológica em orientação profissional (OP). rrientados, e a margem da sociedade, em busca de postos de trabalho, qualificação e orientação profissional. Segundo Marina Muller (1988) a orientação vocacional não é um juízo ou um estudo psicológico do qual se depreendem resultados, nem conselho ou prescrição do tipo médico ou mágico: é um processo, uma trajetória, uma evolução mediante a qual os orientandos refletem sobre sua problemática e buscam caminhos para a sua elaboração. Seu centro passa pelo orientando e não pelo orientador. Os instrumentos psicológicos por sua vez, não são centro, mas apenas instrumentos, recursos a serviço do psicólogo. O objetivo deste mini-curso é instrumentalizar psicólogos para realizar avaliação psicológica em alunos no segundo e terceiro ano do ensino médio, tendo como foco a orientação profissional. Conteúdo programático: O que é Orientação Profissional. O que é Avaliação Psicológica. Processos e fenômenos psicológicos que se avaliam em Op: Inteligência, interesse, traços de personalidade, motivação, aptidão, maturidade para a escolha, potencial de aprendizagem, valores, indecisão profissional. Fatores que interferem no processo de escolha profissional: orientação vocacional, meios de comunicação social, realização pessoal, prestígio social da profissão, exigências empregatícias, diploma de curso superior, status, aptidão, interesses, satisfação social, ascensão social, compensação financeira, família, vocação, liberdade de escolha, mercado de trabalho. Projetos de orientação profissional e estudos de viabilidade. Escolha dos instrumentos psicológicos (SATEPSI). Operacionalização do processo. Da coleta a interpretação dos dados. Elaboração do Relatório / Laudo Psicológico (Resolução CFP Nº007/2003). Entrevista Psicológica de Devolução. Contribuição dos pais no processo. Honorário profissional de referência. Trata-se de um Workshop (oficina) onde os participantes através de um modelo teórico-prático desenvolverão competências para trabalhar com avaliação psicológica em orientação profissional (OP). Espera-se ainda que, ao final do curso, os participantes possam compreender e avaliar criticamente qual a contribuição dos testes psicológicos neste tipo de intervenção. Possam



analisar o atual cenário social, suas implicações com o mundo do trabalho e a subjetividade dos jovens.

**Palavras-chaves:** Orientação psicológica, avaliação psicológica-orientação profissional, testes psicológicos

**Atividade:** Avaliação de funções cognitivas e comportamentais em crianças de 4 a 8 anos na cidade de Santo Antônio de Jesus – BA.  
(Paineis)

**Trabalho:** Avaliação de funções cognitivas e comportamentais em crianças de 4 a 8 anos na cidade de Santo Antônio de Jesus – BA.

**Autor(es):** Luna Maiana Araujo Freitas, Thiago da Silva Gusmão Cardoso, Darcy Santos de Almeida, Djeneane Brasil da Conceição, Patrícia Martins de Freitas

**Resumo:** O estudo de funções cognitivas como a linguagem, as funções viso-espaciais e o comportamento está diretamente relacionado com a investigação dos principais transtornos da aprendizagem: Déficit de Atenção por Hiperatividade; Dislexia e Discalculia. Os transtornos de aprendizagem podem ter relação com outros processos psicológicos como, por exemplo, a depressão e/ou ansiedade resultantes do fracasso escolar. Atualmente, ainda existem muitas dificuldades de profissionais da educação em avaliar os transtornos de aprendizagem. Considerando essas limitações o presente estudo tem como objetivo utilizar tarefas neuropsicológicas desenvolvidas para avaliar funções cognitivas de crianças de 4 a 8 anos. O principal objetivo do projeto é investigar o perfil cognitivo de crianças em idade pré-escolar e escolar identificando a presença de transtorno de aprendizagem, evitando que as mesmas possam passar despercebidas e/ou serem consideradas incompetentes. Os transtornos cognitivos são, portanto explicados em função de déficits nos componentes ou processos cognitivos específicos como no caso de crianças com discalculia que apresentam déficits nas funções viso-espaciais. A neuropsicologia cognitiva procura extrair conclusões sobre os processos cognitivos intactos, investigando as regularidades observadas em casos de déficits nas funções cognitivas. Os padrões de processos cognitivos comprometidos auxiliam o processo de elaboração dos procedimentos de intervenção. O modelo da neuropsicologia analisa os déficits específicos buscando as correlações entre os processos e suas funções. A avaliação das funções cognitivas e comportamentais e suas possíveis relações com os transtornos de aprendizagem são aspectos importantes no contexto no qual o estudo está sendo desenvolvido. Os participantes do estudo são crianças normais de uma escola municipal na cidade de Santo Antônio de Jesus. A cidade de Santo Antônio de Jesus pertence ao Recôncavo Baiano e apesar de sua proximidade com grandes centros como as cidades de Feira de Santana e Salvador é bastante carente de profissionais na área de psicologia. A idade das crianças participantes será entre 4 e 8 anos de idade. Os dados inicialmente coletados nesse estudo serão partes do estudo piloto e posteriormente será ampliado para a avaliação populacional. O protocolo de avaliação é constituído das seguintes tarefas: Avaliação de Inteligência: as Matrizes Progressivas Coloridas de Raven. Avaliação do Comportamento: a Lista de Verificação Comportamental (CBCL) consiste de um questionário com 118 questões com objetivo de avaliar a presença de distúrbios comportamentais em crianças de 4 a 18 anos. Tarefas Psicolinguísticas: Tarefa de Discriminação de Fonemas; Detecção de Rimas; Teste de Decisão Lexical; Pareamento Palavra-figura e Pareamento Figura-figura; Teste de Fluência Semântica; Nomeação; Repetição de Palavras e Pseudo-palavras; Julgamento de Rimas. Tarefas Viso-espaciais: Percepção Visual de Figuras Hierarquizadas; Prova Gráfica de organização perceptiva; Construções Tridimensionais; Desenho Livre. Atualmente, o projeto encontra-se na fase de coleta de dados. Os resultados do presente estudo serão fontes subsidiárias para projetos de orientação para os educadores e familiares, bem como intervenções psicossociais no caso de crianças identificadas com transtorno de aprendizagem. É importante ressaltar que a investigação dos transtornos de aprendizagem na

fase inicial da escolarização é um fator decisivo para evitar o fracasso escolar.

**Palavras-chaves:** transtornos de aprendizagem, avaliação neuropsicológica, fracasso escolar

**Atividade: Perspectivas dos profissionais da clínica infantil frente à utilização da avaliação psicológica (Painéis)**

**Trabalho:** Perspectivas dos profissionais da clínica infantil frente à utilização da avaliação psicológica

**Autor(es):** Tâmara Ramalho Sousa, Marília Moura de Castro, Suzany Ludimila Gadelha e Silva

**Resumo:** A clínica infantil iniciou-se no começo do século XX e teve suas bases nos estudos de Freud sobre as neuroses infantis e o papel destas na organização das neuroses dos adultos. Quando surgiu, a clínica infantil tratava basicamente da capacidade intelectual e rendimento escolar das crianças, bem como das aptidões para certas atividades e inaptidões para outras (dificuldades de linguagem, memória, percepção visual e auditiva, por exemplo), baseando-se em testes psicológicos, principalmente de inteligência. Porém, com a influência da visão européia, o sujeito passou a ser visto de maneira diferente; não mais como apto ou inapto para uma determinada atividade, mas de forma mais ampla, numa possível totalidade. Nesse contexto, o psicólogo passou a contar com diversas maneiras de se proceder na psicoterapia infantil, uma delas é fazendo uso da avaliação psicológica. A avaliação psicológica consiste na aplicação de testes de avaliação ou exames psicológicos que permitem recolher informações acerca do funcionamento psíquico do indivíduo. Na clínica infantil, procura-se saber a fase de desenvolvimento das crianças em diversas áreas, tais como: cognitiva, psico-motora, da linguagem, da percepção, entre outras. Em outras palavras, o que se busca conhecer é o nível de desenvolvimento mental em que a criança se encontra e se este está adequado à sua idade. O presente estudo objetivou conhecer a realidade do uso da avaliação psicológica na clínica infantil na cidade de João Pessoa; suas aplicações, métodos e as perspectivas dos profissionais da área em relação à utilização deste recurso, bem como saber quais testes são utilizados. Para isso, foram entrevistados quatro profissionais da área de clínica infantil da cidade de João Pessoa (Paraíba), que tinham em média dez anos de atuação. Três disseram seguir uma abordagem analítica e uma afirmou ser de uma abordagem psicodramatista. Ao visitar as clínicas, as pesquisadoras apresentaram-se como estudantes do curso de psicologia e solicitaram aos psicólogos sua colaboração para uma entrevista individual semi-estruturada, que serviria de base para outras possíveis proposições que surgissem durante a entrevista. Ao serem perguntados sobre o que é avaliação psicológica, os profissionais responderam que esta era um procedimento de coleta de informações, feito a partir de aplicações de testes e entrevistas. Na pergunta seguinte, sobre se utilizavam testes psicológicos na clínica, dois dos quatro profissionais disseram que não, pois acreditavam que a avaliação se dá de forma contínua durante o processo terapêutico, mas afirmaram que vêem esses instrumentos como importantes ferramentas para a psicologia. Uma das psicólogas entrevistadas afirmou que utilizava, mas enfatizou que não era ela própria quem aplicava os testes e sim que ela encaminhava para um especialista em avaliação psicológica, quando necessário. Por fim, uma psicóloga entrevistada afirmou utilizar, ela mesma, testes psicológicos em sua clínica. Quando perguntados sobre que testes são utilizados, alguns exemplos dos testes citados foram o CAT (teste de percepção temática infantil) e o teste do Desenho da Família. Foi evidenciado nas entrevistas que o uso da avaliação psicológica possibilita ao profissional um trabalho mais preciso e através dele podem ser identificadas dificuldades enfrentadas pelas crianças, não de maneira limitada se este for utilizado de forma conjunta com as demais especialidades como a psiquiatria, evitando assim, diagnósticos falhos e imprecisos. Porém, foi verificado também que há um desconhecimento por parte de alguns psicólogos entrevistados a respeito do tema.

**Palavras-chaves:** Avaliação psicológica, Clínica Infantil, Testes Psicológicos

## Área: Política

**Atividade: Problematicando a concepção dos direitos humanos como outorga de um grande líder (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Problematicando a concepção dos direitos humanos como outorga de um grande líder

**Autor(es):** Flávia Cristina Silveira Lemos

**Resumo:** LEMOS, Flávia Cristina Silveira (BOLSISTA FAPESP – Doutoranda em História – UNESP/Assis-SP) & CARDOSO Jr., Hélio Rebello. Esta comunicação é um recorte das análises que temos realizado em nossa pesquisa de doutorado em História Cultural que está em vias de ser concluída cujo tema é “Crianças e adolescentes entre a norma e a lei”. Nesta pesquisa, problematicamos as práticas dirigidas às crianças e adolescentes, no Brasil, a partir do período da abertura política até os dias atuais, utilizando as contribuições teóricas e metodológicas de Michel Foucault para interrogar uma série de documentos selecionados, entre eles, um livro publicado em 1990, organizado pelo cientista político Deodato Rivera. Neste documento, problematicamos diversas práticas, sendo que, para esta comunicação, escolhemos o prefácio do Presidente da República em exercício na época: Fernando Collor de Mello. Este material atualiza o mito da outorga de favores concedidos por um grande líder denunciado por Marilena Chauí. O ex-presidente do Brasil, Fernando Collor de Mello, em discurso pronunciado em 31 de maio de 1990, por ocasião da inauguração do Ministério da Criança, explicita a continuidade de tal prática autoritária, apesar de falar em nome da consolidação democrática e de ter sido o primeiro presidente eleito diretamente, após a Ditadura Militar. Para a autoridade citada, a democracia seria uma planta a florescer e frutificar e não a ação coletiva de atores sociais, expressando com liberdade e negociando constantemente no espaço público suas demandas. Para Collor, a tarefa fundante de seu governo seria a redenção daqueles que ele nomeava como “menores”, apesar de já está, neste discurso, enunciando a condição de cidadania conferida às crianças e adolescentes na Carta Constitucional de 1988. Nas próprias palavras de Collor: A proposta que agora faço é a de libertá-los, de uma vez por todas, das formas de violência e abandono. (...) Em cada criança, em cada menor carente, há de se criar um brasileiro que tenha condições perfeitas para o exercício da mais autêntica liberdade. (...) O Brasil, enfim, tem de se conscientizar de que ou salvam-se as crianças, ou perde-se o País. (...) O projeto de uma grande nação se faz com valores que sejam escolhidos livremente por sua gente. Mas não existirá um país feliz se os seres mais débeis de sua sociedade são marginalizados, ou são esquecidos. (...) Assumo a Nação na obra de construir um Brasil novo para as crianças. (...) Entro nessa batalha como Presidente da República, como brasileiro e, sobretudo, como pai. (...) sabemos todos, que o Brasil tem condições plenas para transformar-se numa grande potência. Este discurso representou a anulação de todos os movimentos sociais de vários segmentos da sociedade brasileira que se organizaram e lutaram em defesa da ruptura com o Código de Menores, reivindicando o status de criança e adolescente aos que eram designados como “menores”. A mudança nas questões referentes aos direitos das crianças e dos adolescentes é apresentada como outorga de um grande líder, enquanto ação deste governo e não como resultados de lutas durante o processo de redemocratização. Desta forma, o discurso do presidente expressa resquícios de práticas autoritárias e reforça a concepção do cuidado da criança e do adolescente como política de desenvolvimento da nação. Fernando Collor se apresenta como o salvador do país através da salvação daqueles que ele considera os principais filhos da pátria: as crianças e jovens.

**Palavras-chaves:** direitos humanos,crianças e adolescentes,Brasil,redemocratização

**Atividade: PSICOLOGIA E DIREITOS DA INFÂNCIA (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Psicologia e direitos da infância: questões entre psicologismo e protagonismo social

**Autor(es):** Marcelo de Almeida Ferreri

**Resumo:** Este trabalho aborda a aproximação dos psicólogos brasileiros ao discurso dos direitos da infância, no conjunto das lutas de direitos humanos. Este fenômeno, que veio no bojo dos vários movimentos sociais da década de 80, aparentemente parece marcar boa parte das práticas dos psicólogos que lidam com a infância nos dias de hoje, na medida em que a defesa da infância vem sendo tratada com uma nova prioridade da profissão. A proposta desse trabalho consiste em pensar os limites entre inserção nas lutas políticas, por um lado, e psicologização do campo, por outro. Essa reflexão leva em consideração a história da relação entre psicologia e infância, a história dos direitos da infância e a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), focando a penetração do psicólogo na rede assistencial que se estabeleceu a partir daí. Estes profissionais apresentam uma variedade de discursos, práticas e formas de concepção da defesa da infância, objeto dessa análise. Umam buscam incorporar valores condizentes com o ideário de luta política e outras se voltam eminentemente para aspectos psicológicos da intervenção, sem indícios de preocupações mais amplas com os problemas sociais em jogo. Sem pretensão de produzir efeitos meramente técnicos para o exercício profissional, essa análise está direcionada para o debate sobre a tomada do tema da infância como ferramenta de luta, sua contemporaneidade e as práticas que decorrem desse processo, analisando os valores que o constituem. Nesse sentido, põe-se em questão a capacidade de transformação política do campo de saber psicológico pela infância, invertendo a lógica psicologista na qual a infância é tida como objeto da psicologia. Para isso, serão utilizados documentos obtidos no processo de direcionamento político-profissional dos psicólogos, organizados através de suas entidades, nos chamados Congressos Nacionais de Psicologia, usando especialmente as teses que tratam da infância apresentadas nesses eventos. Os congressos nacionais constituem-se como instância máxima de decisão para estabelecer as ações dos conselhos de psicologia. Ao mesmo tempo, vêm se tornando um espaço privilegiado de expressão dos problemas e dos anseios dos profissionais a respeito de sua prática. Esses eventos permitem uma visão geral que engloba diferentes formas de atuação, questões institucionais de representação de classe e aspectos sobre a formação profissional. Dessa forma, podemos tratar a relação da psicologia com a cidadania da infância de modo crítico, reconhecendo assim protagonismos (idéia em voga tanto nos discursos psicológicos, quanto nos da assistência à infância) que remetam realmente a novas práticas e formas de conviver com o infantil, diferenciando das que, apesar do discurso, fazem perpetuar psicologismos que historicamente se reproduzem junto aos infantes.

**Palavras-chaves:** psicologia,direitos da infância,protagonismo social

**Atividade: Relação entre identidade nacional e empatia no preconceito contra povos indígenas (Paineis)**

**Trabalho:**Relação entre identidade nacional e empatia no preconceito contra povos indígenas

**Autor(es):** Lucas Emmanoel Cardoso de Oliveira

**Resumo:** De acordo com os historiadores, antes da chegada dos europeus ao Brasil, havia aqui aproximadamente 5 milhões de nativos. Atualmente, vivem em aldeias, cerca de 358 mil índios, que representa cerca de 0,2% da população brasileira. Há ainda uma estimativa de que existem 150 mil índios vivendo fora das terras indígenas e por volta de 53 grupos não contatados. Em Goiás, a população indígena tem por volta de 5 mil indivíduos. O anseio dos colonizadores em ocupar, escravizar e saquear as riquezas naturais no Brasil fez com que se implantasse uma política de extermínio e escravização, o que influenciou nas possíveis causas de exclusão social dos índios. No Brasil existem alguns programas com o intuito de defender os direitos dos índios, entretanto há vários questionamentos a respeito da efetividade e do real interesse em ajudar estes povos. Nas relações interpessoais verifica-se uma invisibilidade do índio no imaginário social brasileiro. Olhando para estas relações que se apresentam, este trabalho tem como objetivo verificar a relação entre a identidade nacional e a empatia com os povos indígenas. O eixo teórico deste trabalho são as teorias de preconceito e identidade social. Segundo Allport, preconceito é uma atitude aversiva ou hostil direcionada a uma pessoa que pertence a um grupo

simplesmente porque ela pertence aquele grupo, assim, presume-se que ela – individualmente – tem todas as características do grupo. Nos diversos significados que compõe a identidade social, segundo o modelo de Bristol, ela refere-se a um envolvimento emocional e cognitivo dos indivíduos no seu grupo de pertença e as conseqüentes expressões comportamentais desse envolvimento no quadro da relação intergrupos (Amâncio, 2004). Darcy Ribeiro em seu livro, “O povo brasileiro”, reflete que a formação dos brasileiros está intrinsecamente relacionada com os índios, os quais pertencem a uma das três matrizes formadoras do brasileiro, sendo que as outras são branca (europeus) e negra (africanos). Sendo assim, pode-se dizer que os índios fazem parte de uma das facetas da identidade social do brasileiro ou da identidade nacional. Tendo consciência disso e das expressões comportamentais que se expressam no país, será que o brasileiro sente empatia com os índios? – sabendo que a empatia pode ser definida como uma resposta emocional que deriva da percepção do estado ou condição de outra pessoa, sendo congruente com essa situação (Eisenberg & Strayer, 1987). Objetivando investigar a relação entre identidade nacional e empatia dentro do tema Análise Psicossocial do Preconceito contra os Povos Indígenas Brasileiros, foi realizada uma pesquisa em duas escolas públicas de Goiânia, onde foram aplicados 291 questionários em escala Likert, contendo 68 questões em alunos do Ensino Médio. Participaram deste trabalho 47,9% de homens e 52,1% de mulheres, com idade média de 16,5. Todos responderam individualmente em aplicação coletiva. De acordo com essa pesquisa, foi verificado que houve uma correlação positiva entre identificação nacional e empatia, transpondo para dados numéricos, o resultado foi de 0,29 de correlação. Isto significa dizer que quanto mais o indivíduo se identifica com o Brasil, maior empatia tem com os povos indígenas, isto é, ele tem uma maior capacidade para sentir os que os índios sentem nas suas diversas relações interpessoais.

**Palavras-chaves:** empatia, preconceito, identidade social, relações interpessoais

**Atividade: Povos Indígenas: relações entre conhecimento e responsabilidade coletiva (Paineis)**

**Trabalho:** Povos Indígenas: relações entre conhecimento e responsabilidade coletiva

**Autor(es):** Karlla de Fatima Camargo, Rômulo Campos Silva, Jean Carla Pires Duarte, Camila Menezes Gouveia Araujo, Gelcimary Menegatti, Lucas Emmanoel Cardoso de Oliveira, Thalita Vargas Leite Martignoni, Ionara Vieira Moura Rabelo, Ana Raquel Rosas Torres

**Resumo:** Povos Indígenas: relações entre conhecimento e responsabilidade coletiva Há cinco séculos, os portugueses iniciaram o processo de ocupação do litoral brasileiro, encontrando inúmeros povos indígenas e estabelecendo-se nas terras anteriormente ocupadas por esses povos. Estudiosos da área estimam que na época da chegada dos europeus o número de nativos chegaria a 10 milhões de pessoas, distribuídas em diversas sociedades que falavam cerca de 1.300 línguas diferentes. As línguas indígenas são agrupadas em famílias pertencentes aos troncos Tupi, Macro-Jê e Aruak, outras, entretanto, não puderam ser relacionadas a nenhum destes troncos e ampliam a variedade lingüística desses povos. O contato entre os povos indígenas e os europeus dizimou milhões de índios, seja pelo extermínio por meio das guerras, seja pelas epidemias para as quais os índios não possuíam imunidade natural. O caráter desse contato foi tão avassalador que atualmente, existem no Brasil aproximadamente 460 mil índios, distribuídos entre 225 sociedades e que representam 0,25% da população brasileira, além de 100 a 190 mil que não foram incluídos nestes dados por não viverem em aldeias e outros por não terem sido contactados pelo órgão indigenista federal. Em Goiás a população total de índios é de 346 indivíduos, pertencentes a três etnias, os Ava-Canoeiro, os Karajás e os Tapuyas. Desde

que o Brasil foi ocupado pelos europeus, os povos indígenas foram submetidos a um tratamento hostil, sendo massacrados, expulsos de suas terras e utilizados como mão-de-obra escrava. Os grupos que resistiram a este processo atualmente vivem sob a égide do Estado, a maioria marginalizados, vítimas de discriminação e preconceito. Até a segunda década do último século não existia preocupação científica com o preconceito (ainda hoje o número de trabalhos científicos destinados à análise do preconceito contra povos indígenas brasileiros é muito pequeno), pois era corrente a idéia que existiam diferentes raças. Especialmente após as duas grandes guerras e com a Declaração dos Direitos Humanos, o preconceito passou a ser investigado. Dentre os diversos estudos que visam explicar a origem do preconceito, os mais conhecidos são: as Teorias do Nível Intrapsíquico que afirmam que o preconceito decorre de características cognitivas individuais, seus principais representantes são Adorno et al. (1950) com o estudo *The authoritarian personality* e Rokeach (1960, 1968) com estudos referentes a mente fechada ou *closed mind*. Nas teorias do nível interpessoal, destaca-se a idéia de Allport (1954) em que o contato interpessoal de indivíduos de grupos distintos seria favorável à diluição do preconceito. No nível intergrupar, temos os trabalhos desenvolvidos por Sherif et al. (1961) demonstrando que as relações funcionais existentes entre os grupos geram competição, ou conforme Tajfel (1982) quanto maior a identificação do indivíduo com o próprio grupo mais provável seria sua atitude discriminatória em relação a indivíduos do exogrupo. O quarto nível é o societal em que o preconceito é analisado inserido em diversas situações/significados sociais construídas pelo senso comum. As investigações atuais têm privilegiado teorias que articulem tanto processos individuais como processos mais sociais. Este trabalho foi desenvolvido numa abordagem psicossocial - cujos representantes iniciais são Tajfel (1982) e Moscovici (1984) - e analisa diversos aspectos do preconceito contra povos indígenas brasileiros a partir das características das relações entre os grupos e do conhecimento produzido no decorrer dessas relações. Especificamente, este trabalho investigou as relações entre os níveis de conhecimento (Allport, 1954) que indivíduos não-indígenas têm dos indígenas brasileiros com a existência de sentimentos de responsabilidade com a atual situação desses povos. Foram aplicados 291 questionários em alunos do Ensino Médio, em duas escolas públicas de Goiânia, com idade média de 16,5 anos (DP=1,5 ano), que responderam o questionário individualmente em aplicação coletiva. Dos participantes, 47,9% eram do gênero masculino e 52,1% do gênero feminino. O questionário avaliava diversas variáveis, mas este especialmente abordará a correlação existente entre responsabilidade coletiva e conhecimento. A escala de responsabilidade coletiva (alfa = 0,75) continha três itens e a de conhecimento quatro (alfa = 0,76). Os resultados indicam que existe uma correlação positiva entre conhecimento e responsabilidade coletiva ( $r = +0,21$ ,  $p < 0,001$ ). Isto significa afirmar que quanto maior é o conhecimento dos não-indígenas a respeito da história dos povos indígenas brasileiros (sua origem e ocupação do território americano; seus costumes, tradições, crenças e línguas; a história sobre a espoliação de suas terras e riquezas naturais iniciadas com o processo de colonização portuguesa e que se estende até os dias atuais com a tomada de posse de reservas indígenas por grandes mineradores e fazendeiros), maior é o sentimento de que cada um de nós, enquanto brasileiros, somos responsáveis pelo quase extermínio dos índios brasileiros. Em outras palavras, mesmo que o indivíduo tenha consciência de que não participou de nenhuma ação que direta ou indiretamente prejudicou ou prejudica os povos indígenas ainda assim sente-se responsável coletivamente, enquanto nação, pela situação atual desses povos tomando para si sua parcela de culpa ou responsabilidade.

**Palavras-chaves:** preconceito, contato intergrupar, povos indígenas

**Atividade:** PERCEPÇÕES E VIVÊNCIAS DO CÁRCERE  
(Paineis)

**Trabalho:** PERCEPÇÕES E VIVÊNCIAS DO CÁRCERE

**Autor(es):** Leticia Chaves Monteiro, Maria Thereza Ávila Dantas Coelho

**Resumo:** Este painel é fruto de uma pesquisa qualitativa desenvolvida junto a seis sentenciados e seis profissionais de uma unidade prisional da cidade de Salvador-BA. Tem como objetivo apresentar aspectos do sistema penitenciário brasileiro, a partir da percepção de membros

inseridos nesse sistema, destacando características de suas vivências no cárcere e suas percepções sobre a instituição prisional. A coleta de dados se deu através de entrevistas semi-estruturadas, com um roteiro de entrevistas específico a cada uma das instâncias envolvidas. Sabe-se que a prisão, desde o seu surgimento, é uma detenção legal encarregada de corrigir e modificar os comportamentos de indivíduos que cometem atos contra o sistema, a partir da privação da liberdade e do exercício do poder. A aplicação de uma pena visa inibir a expressão dos comportamentos indesejados por aquele que o cometeu, e pelos demais, ante a possibilidade de vir a sofrer pena semelhante. Entretanto, o que se tem observado nos últimos anos é a dificuldade de recuperação dos indivíduos que se encontram cumprindo pena nas unidades prisionais e o aumento crescente da violência urbana no país. Os índices de reincidência são crescentes e o aumento da criminalidade tem levado as autoridades competentes a ampliar o número de prisões, a fim de minimizar o problema da superlotação. O estabelecimento de novas prisões, entretanto, mesmo sendo estas de segurança máxima, não é suficiente para garantir uma diminuição no número de atos criminosos, pois se percebe a falta de medidas de recuperação associadas a este processo de afastamento social, considerando-se a privação de liberdade como castigo suficiente. A verificação de como tem se dado o processo de encarceramento e que condições são oferecidas aos detentos em sua vivência carcerária pode levar ao estabelecimento de ações mais efetivas, com a preservação de sua saúde mental, fazendo com que o tempo em que estes se mantêm alheios do convívio social sirva não apenas como punição por ter infringido uma lei, mas como possibilidade de uma re-inserção social sem a recorrente expressão de atos ilegais. A prisão foi considerada como um “inferno” pelas duas instâncias entrevistadas e, segundo os internos, dificulta a emissão de alguns comportamentos aceitos pela sociedade, como o trabalho, mas não impede que atos criminosos continuem a acontecer dentro da cadeia. Sua função é percebida de duas maneiras distintas, apontando para as teorias retributivas, que visa apenas o restabelecimento da ordem pública, e finalistas, tendo a pena o intuito de prevenir o crime e a ressocialização do criminoso. Nenhuma das instâncias entrevistadas acredita que a prisão por si só extinga os comportamentos anti-sociais. Fatores apontados para essa ineficácia: não separação dos internos por crime cometido, à possibilidade de aprendizado de “coisas ruins” e à morosidade do sistema no acompanhamento dos processos. A falta de trabalho e os problemas causados pelo ócio também são destacados. Expectativas pós-prisão também podem aumentar ou diminuir as chances de reintegração à sociedade e o apoio familiar foi considerado como suporte necessário. Levantou-se a importância de relação dos técnicos da instituição com o apenado. A principal falha apontada foi não-investimento nessa população, levando o indivíduo a um choque social quando da sua liberdade. Indica-se a necessidade de um órgão que possibilitasse um suporte ao apenado pós-cárcere, oportunidades de educação, trabalho e atendimento psicossocial. Destacou-se que as prisões deveriam ser voltadas para crimes de relevância, e propôs-se como alternativas ao cárcere o uso mais recorrente de as penas alternativas. Constatou-se a presença de alguns aspectos que apontam para um sistema punitivo por excelência, o confinamento sem oferta de condições infra-estruturais e pedagógicas suficientes para que se cumpra sua função ressocializadora. Daí, percebe-se a necessidade da mudança de mentalidade em relação aos apenados, a fim de que a perspectiva exclusivamente vingativa dê lugar a um maior investimento nesta população, sendo os fatores considerados pela amostra entrevistada como condições que diminuiriam a reincidência e o aumento da criminalidade no país: maior oferta de trabalho e de pessoal qualificado para a otimização de mudanças comportamentais.

**Palavras-chaves:** Prisão, comportamento criminal, retorno à comunidade

**Atividade: Estudos sobre o preconceito e discriminação contra homossexuais (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** A influência da Crença no Mundo Justo no Preconceito contra o Homossexual Portador do HIV/AIDS

**Autor(es):** Margareth Regina Gomes Veríssimo de Faria, Ana Raquel Rosas Torres

**Resumo:** Os primeiros casos documentados da AIDS surgiram nos Estados Unidos em 1981.

Essas primeiras vítimas eram jovens do sexo masculino e, em sua maioria, homossexuais ou usuários de drogas injetáveis. Depois de mais de 25 anos desde sua descoberta, a AIDS, hoje, não está mais restrita a “grupos de risco” ou “comportamentos de risco” (Paiva, Peres & Blessa, 2002). Atualmente, fala-se em vulnerabilidade coletiva (Ayres, França Jr., Calazans & Saletti, 1999), que quer dizer que todos estão sujeitos a uma possível contaminação. No entanto, devido ao vínculo inicial entre a AIDS e práticas homossexuais masculinas, ainda hoje essa relação está presente no imaginário coletivo. De fato, trabalhos recentes têm demonstrado que jovens auto-declarados heterossexuais e sexualmente ativos não se consideram em risco de ser contaminados (Reis, Faria, Coelho & Torres, 2004). Diante do exposto, este trabalho teve como objetivo principal investigar o preconceito contra homossexuais masculinos contaminados pelo vírus HIV/AIDS. A questão que nos intriga refere-se à suposta ligação entre AIDS e práticas homossexuais no imaginário coletivo. Será que a ênfase dada na atualidade à questão da vulnerabilidade coletiva tem sido suficiente para diminuir a discriminação contra o homossexual contaminado pelo HIV/AIDS ou ele continua sendo mais responsabilizado pela sua condição do que os heterossexuais portadores do HIV. O preconceito foi definido por Allport (1954) como uma atitude hostil contra uma pessoa pelo fato dela ser membro de um grupo minoritário, supondo que ela possua as características desse grupo de pertença. Esse fenômeno, de acordo com Brown (1995), deve ser compreendido no quadro das relações que se estabelecem entre os grupos que compõem uma dada sociedade, relações essas que envolvem lutas pelo poder e sistemas de crenças sobre o que é ou não socialmente permitido. Dentre os diversos sistemas de crenças que têm sido estudados por psicólogos sociais, a Crença no Mundo Justo (CMJ) tem uma posição de destaque. Neste trabalho, parte-se do pressuposto que a CMJ teria um papel mediador no preconceito contra homossexuais portadores do HIV/AIDS. A CMJ tem sido concebida como uma forma de ajuste, adaptação e mantenedor do equilíbrio mental das pessoas diante de situações que ameacem sua segurança com relação ao futuro. A CMJ inicialmente faz com que as pessoas acreditem numa invulnerabilidade ilusória diante de situações de tragédia e injustiças do mundo, e responsabilize as vítimas dessas tragédias pela sua situação, quando não é encontrada nenhuma explicação para seu merecimento. O grande problema levantado é o caráter de motivador da aceitação das injustiças e desigualdades sociais, já que torna essas desigualdades como naturais na medida em que a vítima se torna merecedora ou responsabilizada pela sua condição. Objetivando analisar esses aspectos do preconceito contra homossexuais portadores do HIV/AIDS, foram realizados dois estudos com estudantes de Psicologia de duas universidades privadas de Goiânia. No primeiro estudo, denominado de controle, participaram 86 estudantes universitários. Eram apresentados trechos de entrevistas fictícias onde um personagem do gênero masculino e de orientação implicitamente heterossexual declarava ser portador do HIV/AIDS (para metade dos participantes) ou ter Câncer de Pulmão (para a outra metade) e não sabia como lidar com a situação. A opção por escolher esses dois tipos de doença se deve ao fato de que são doenças relacionadas a hábitos ou comportamentos pessoais sugerindo que de alguma forma a pessoa contribuiu para sua condição. Em seguida era perguntado aos participantes o quanto essa pessoa poderia ser responsabilizada pela sua doença. Esta questão é a que mensura o preconceito a partir da maior ou menor atribuição de responsabilidade, assim quanto maior a responsabilização, maior o preconceito. Em seguida, era apresentada a escala de CMJ adaptada para este estudo. Participaram do segundo estudo 85 estudantes universitários, seguindo o mesmo procedimento do Primeiro, porém o personagem da entrevista fictícia era declaradamente homossexual. Os resultados mostraram que há maior responsabilização para a AIDS em todas as situações, porém o homossexual portador do HIV/AIDS é mais responsabilizado do que o heterossexual. A alta CMJ influencia na atribuição de responsabilidade para a AIDS, e na situação de heterossexualidade ela influencia na atribuição de responsabilidade para as duas doenças, demonstrando sua importante influência nas respostas dos participantes. Estes resultados confirmam resultados de estudos anteriores que demonstraram que a CMJ influencia na maior responsabilização de pessoas portadoras do HIV/AIDS e outras doenças graves, como o câncer. Considerando que as crenças pessoais não são construídas num vácuo social e são, na verdade, ancoradas em normas e regras coletivas, a partir destes resultados verificamos a importância da CMJ, na formação das opiniões e posicionamentos de um grupo ou sociedade em relação aos grupos minoritários.

**Palavras-chaves:** preconceito, homossexualidade, crença no mundo justo



## **Trabalho:**O QUE OS HOMOSSEXUAIS MASCULINOS PENSAM A RESPEITO DA PARCERIA CIVIL E A ADOÇÃO DE CRIANÇAS

**Autor(es):** Luciene Campos Falcão, Ana Raquel Rosas Torres, Thalita Vargas Leite Martignoni

**Resumo:** A união civil entre pessoas do mesmo sexo é um tema que vem ganhando cada vez mais espaço nos meios de comunicação e que desperta posições extremadas do público em geral. O Projeto de lei nº 1.1151/95, conhecido como a lei da parceria civil registrada, de autoria da ex-deputada Marta Suplicy, dá garantia pessoal e patrimonial a relação homoafetiva. No entanto, ele foi retirado da pauta em 2001 devido, principalmente, à pressão de grupos religiosos. No que se refere à adoção de crianças, o projeto da parceria civil registrada nada previa, mas o redator introduziu sua proibição com a justificativa que isso tornaria mais fácil sua aprovação. No entanto, não há qualquer impedimento legal para a adoção de crianças por um casal homossexual, pois, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a capacidade para a adoção nada tem a ver com a orientação sexual do adotante. A principal justificativa dada pelos opositores da adoção de crianças por casais do mesmo sexo baseia-se na idéia de que a convivência com homossexuais seria prejudicial à criança (Dias, 2001; Figueirêdo, 2003). Mas de acordo com Costa (2004) o núcleo familiar formado por um casal homossexual com filhos é uma realidade na sociedade brasileira, apesar de sua relativa invisibilidade legal e social. Esse autor afirma que existe um grande número de famílias formadas homens ou mulheres homossexuais, que após um relacionamento heterossexual, levam seus filhos para viverem com o parceiro(a) ou adotam uma criança a "moda brasileira", ou seja, sem passar pelos trâmites legais. Contudo, é importante ressaltarmos que vários trabalhos (Bailey, Dobrow & Wolfe 1995; Golombok & Tasker 1996) verificaram que não existem diferenças entre crianças criadas por casais heterossexuais ou homossexuais. De fato, em diversos aspectos, como por exemplo, na questão da tolerância com minorias sociais, crianças educadas por casais homossexuais demonstraram um maior ajustamento social. As discussões sobre esse tema ganharam força em 2006 quando dois homens, do interior de São Paulo, conquistaram o direito de adotar, como um casal, uma menina de três anos. A questão que é explorada neste trabalho refere-se às opiniões dos homossexuais a respeito tanto da união civil como da possibilidade de adotarem uma criança. Visando responder essa questão, 45 homens assumidamente homossexuais foram entrevistados. Essas entrevistas foram realizadas por meio do contato com uma ONG que trabalha com esse público. Os resultados aqui apresentados referem-se a análise quantitativa dos conteúdos das entrevistas. Assim, metade dos participantes se mostrou favorável a legalização da união civil principalmente devido a questões legais (pensão e herança). Uma pequena minoria (14%) afirmou não ter posição clara sobre essa questão. Já os que se posicionaram contra (36%) afirmaram que a infidelidade era muito freqüente, o que dificultava o estabelecimento de relações estáveis. Esses resultados são semelhantes a um estudo anterior (Falcão, 2004), feito com estudantes universitários heterossexuais. Um resultado que chama atenção é o fato que a grande maioria dos homossexuais entrevistados (78%) são favoráveis a adoção de crianças, pois, para eles, a capacidade de dar amor independente da orientação sexual, e justificam que os seus pais são heterossexuais e este fato não interferiu na orientação deles próprios. A maioria dos entrevistados que concordam com a adoção afirmam também que estas crianças seriam discriminadas pela sociedade, principalmente no ambiente escolar pelo fato de ter pais homossexuais. Dos entrevistados, dois afirmaram que possuem filhos e um outro disse que seu irmão é criado por um homossexual devido a condições financeiras de sua família. Esses resultados são discutidos ressaltando-se a importância de investigações sobre esse tema que venham a embasar políticas públicas de inclusão dessa minoria social.

**Palavras-chaves:** preconceito, discriminação, homossexualidade

## **Trabalho:**ANÁLISE DOS EFEITOS DA ORIENTAÇÃO SEXUAL NO PROCESSO DE INFRA-HUMANIZAÇÃO

**Autor(es):** Alessandra Ramos Demito Fleury, Ana Raquel Rosas Torres

**Resumo:** Estudos recentes sobre o preconceito racial têm apresentado resultados que apontam transformações na expressão do preconceito. Alguns fatos podem ter influenciado preponderantemente essas transformações. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que há mais de cinquenta anos condena todas as formas de discriminação além de diversas emendas constitucionais proibindo o preconceito e a discriminação, contribuíram para que as pessoas percebessem que a norma do igualitarismo estava fortemente presente na sociedade e que comportamentos discriminatórios não mais seriam tolerados. Apesar de esses fatos terem influenciado a percepção das pessoas em relação à expressão do preconceito, eles parecem não ter conseguido verdadeiramente extinguir a expressão do fenômeno. Diversos estudos na Europa e nos Estados Unidos (Gaertner & Dovidio, 1986; Pettigrew & Meertens, 1995; Vala, Brito & Lopes, 1999) demonstram que o racismo tem mudado suas formas de expressão, buscando atender à norma do igualitarismo, mas não há evidências de que ele tenha diminuído. De maneira geral, esses estudos indicam uma expressão do preconceito mais sutil e menos flagrante (Pettigrew & Meertens, 1995), atendendo a norma da não discriminação, em que as pessoas consideram inaceitável ser preconceituoso e temem ser mal vistas por apresentarem tal comportamento. Em Psicologia Social, o preconceito é definido em 1954 por Gordon Allport como sendo uma atitude negativa dirigida a um grupo como um todo ou a uma pessoa por esta ser membro de tal grupo. Essa definição serviu como base para o desenvolvimento de vários estudos clássicos sobre o fenômeno (Rokeach, 1960, 1968; Runciman, 1966; Sherif, Harvey, White, Hood & Sherif, 1961; Sherif & Sherif, 1969; Tajfel, Flament, Billig & Bundy, 1971). Para Allport (1954), o preconceito seria uma atitude constituída por um componente cognitivo e outro disposicional. O componente cognitivo surgiria no processo de categorização social e este determinaria a nossa disposição comportamental intergrupala, que seria a expressão das relações subseqüentes entre determinados grupos sociais (Tajfel, 1982). Na área da Psicologia Social, o preconceito racial e étnico é um dos temas mais ativamente pesquisado. No entanto, o preconceito contra homossexuais não tem recebido a mesma atenção. Um levantamento feito no SCIELO (Scientific Eletronic Library On-Line - [www.scielo.br](http://www.scielo.br)), dia 30 de abril de 2006, usando a palavra-chave "preconceito contra homossexuais", resultou apenas no trabalho de Lacerda, Pereira e Camino (2002). Os estudiosos do preconceito étnico e racial no Brasil e em várias partes do mundo (Lima, 2002; Moscovici & Pérez, 1999; Pettigrew & Meertens, 1995; Vala, Brito & Lopes, 1999) têm encontrado evidências de que expressões mais sutis desse fenômeno estão desenvolvendo subprodutos que venham a atender à necessidade de perpetuação dos comportamentos discriminatórios, ao mesmo tempo em que se preserva a imagem igualitária dos atores sociais. Um destes subprodutos é o processo chamado de infra-humanização (Leyens et al., 2000). Leyens et al. (2003, p.705) afirmam que "Do ponto de vista etimológico, infra-humanização expressa o sentido de que alguns humanos são considerados menos humanos do que outros". A perspectiva da infra-humanização está baseada no essencialismo psicológico, em que as pessoas são dotadas de essências que as determinam como "boas" ou "más", "normais" ou "divergentes". A partir dessa essencialização, as pessoas, principalmente aquelas referentes aos exogrupos<sup>2</sup>, serão dotadas de características que, de alguma forma, as transformem em "menos humanas". Até o momento, essa perspectiva tem sido utilizada para estudar o preconceito racial (Leyens et al. 2001;2003; Lima, 2002). No entanto, a questão que norteia o desenvolvimento deste trabalho refere-se ao grupo de homossexuais: será que o processo de infra-humanização também se fará presente quando temos como grupo-alvo do preconceito essa minoria social? Este estudo investiga os efeitos da orientação sexual no processo de infra-humanização. Para a consecução deste objetivo, estudantes e profissionais da área de Recursos Humanos deveriam avaliar o grupo de homossexuais e o grupo de heterossexuais atribuindo traços naturais e culturais (Moscovici & Pérez, 1999) a fim de que pudéssemos verificar a presença do processo de infra-humanização no preconceito contra os homossexuais. O delineamento utilizado continha uma variável independente do tipo 2 (orientação sexual dos grupos avaliados : homossexuais e heterossexuais), sobre a variável dependente (atribuição de traços). Os resultados revelaram que a expressão do preconceito contra os homossexuais ocorre de forma sutil, porém não está relacionada ao processo de infra-humanização. Diferentemente de outros estudos na área, os resultados indicaram que o preconceito contra os homossexuais se expressa de forma mais sutil que flagrante, apresentando uma maior atribuição de características positivas para o grupo majoritário e não se diferenciando ao nível da atribuição de características negativas para o grupo minoritário. Esses resultados são discutidos ressaltando-

se a importância de mais estudos sobre o tema, tão pouco estudado por psicólogos sociais.

**Palavras-chaves:** preconceito e discriminação, homossexualidade, infra-humanização

**Trabalho:** Homossexualidade na Adolescência: opiniões sobre suas origens

**Autor(es):** Jordana Yaspers Helou, Luciene Campos Falcão, Alessandra Ramos Demito Fleury, Margareth Regina Gomes Veríssimo de Faria, Ana Raquel Rosas Torres

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é investigar as dificuldades encontradas pelos homossexuais, que na atualidade ainda integram os chamados “grupos minoritários”, em decorrência de dois fenômenos pesquisados em psicologia social – o preconceito e a discriminação. Brown (1995) defende que as situações preconceituosas e discriminatórias não acontecem em um vácuo social, mas sim em elos constantes e longínquos na história da humanidade. O que talvez varie seja a forma como o preconceito se revela, ao ser influenciado por normas, regras e época vigentes em cada cultura. O fenômeno do preconceito foi conceituado por Allport (1954) como uma atitude hostil contra um indivíduo pelo fato dele pertencer a um grupo desvalorizado socialmente. Em seu livro, “A Natureza do Preconceito”, Allport (1954) descreveu o preconceito como uma forma de pensar mal de outras pessoas sem ter algum fundamento suficiente que justificasse esse pensamento. Visto dentro de uma perspectiva universal, o preconceito seria uma espécie de defeito cognitivo, uma generalização falha e rígida. Já em uma análise mais individual ou psicológica, é visto como uma atitude (antipatia) que pode ser sentida (emoção) ou externalizada (ação). Para Camino e Pereira (2000), o preconceito é definido como uma forma de relação intergrupar onde, no quadro específico das relações assimétricas de poder entre grupos, se desenvolve e se expressam no seio do grupo majoritário, atitudes negativas e depreciativas e comportamentos hostis e discriminatórios, dirigido aos membros de um grupo minoritário. As reações que os chamados grupos majoritários têm em relação aos grupos minoritários diferem na atualidade nas formas de manifestação. Para Camino, Silva, Machado e Pereira (2001), a manifestação explícita de discriminação e preconceito contra os grupos minoritários é mal vista em países que valorizam os direitos de igualdade. Os processos discriminatórios e preconceituosos continuam acontecendo, porém, com uma mudança nas formas de expressão e no conteúdo do preconceito. Atualmente não há mais a atribuição de traços negativos ao grupo minoritário, mas sim a negação de traços positivos a eles. Caracteriza-se uma forma sutil de discriminação, denominado por Pettigrew e Meertens (1995) como preconceito sutil, que se diferencia do preconceito flagrante. O preconceito sutil apresenta três componentes: a negação de emoções positivas em relação aos membros do exogrupo, a percepção de que estes não aderem aos valores do trabalho e do sucesso e a acentuação das diferenças culturais. Independente da forma como o preconceito é externalizado, vários estudos apontam para o prejuízo que esse fenômeno acarreta nas relações estabelecidas pelos homossexuais com familiares, colegas de trabalho e nas relações amorosa/afetiva. Herek (1999) definiu a homossexualidade como um fenômeno onde indivíduos se sentem atraídos sexualmente e emocionalmente por pessoas do mesmo sexo. Podendo formar pares e buscar relações estáveis da mesma forma que casais heterossexuais. No entanto, a questão que é explorada neste trabalho refere-se à descoberta da homossexualidade e as vivências dela decorrentes. Assim, com esse intuito, 45 homossexuais, todos residentes em Goiânia, foram entrevistados utilizando-se um roteiro semi-estruturado. As entrevistas foram feitas nas dependências de uma ONG voltada para o atendimento a jovens homossexuais. Este trabalho faz parte de um projeto maior e aqui serão apresentados os dados referentes às questões a respeito das opiniões a respeito das raízes da homossexualidade, de sua descoberta e das vivências afetivas decorrentes dessa descoberta. A análise dos resultados apontou que 68% dos entrevistados acreditavam que a homossexualidade é decorrente de causas biológicas. Para eles, o indivíduo “não se torna homossexual, ele já nasce assim. Só isso” (Participante 3, 24 anos). Os participantes que vêem a homossexualidade como uma característica biológica relatam também que começaram a sentir desejo por pessoas do mesmo

sexo por volta dos sete anos de idade. Dos participantes, 18% afirmaram que a homossexualidade está ligada a curiosidade ou opção: “Para mim o motivo da homossexualidade é curiosidade e convivência com pessoas desta área. A forma de criação. A criança às vezes se espelha naquela pessoa que ela admira” (Participante 09, 23 anos). Outros motivos apontados pelos participantes referem-se a abusos sofridos na infância, falta de diálogo com os pais e uma pequena minoria afirmou que, para eles, a homossexualidade é uma orientação sexual como outra qualquer. Dessa forma, a opinião majoritária dos participantes a respeito das origens da própria homossexualidade enfatiza que as pessoas já nascem homossexuais ou heterossexuais, ou seja, a orientação sexual seria uma característica idiossincrática do sujeito. Esses resultados são discutidos enfatizando a necessidade de políticas públicas que visem a discussão sobre esse tema nas escolas objetivando a diminuição da discriminação contra essa minoria social.

**Palavras-chaves:** preconceito, discriminação, homossexualidade

**Atividade: REPENSANDO O SISTEMA PENITENCIÁRIO: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DAS PERCEPÇÕES E VIVÊNCIAS NO CÁRCERE DE MEMBROS DE UMA INSTITUIÇÃO PRISIONAL DA CIDADE DE SALVADOR-BA (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: REPENSANDO O SISTEMA PENITENCIÁRIO: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DAS PERCEPÇÕES E VIVÊNCIAS NO CÁRCERE DE MEMBROS DE UMA INSTITUIÇÃO PRISIONAL DA CIDADE DE SALVADOR-BA**

**Autor(es):** Leticia Chaves Monteiro, Maria Thereza Ávila Dantas Coelho

**Resumo:** Esta comunicação é fruto de uma pesquisa em andamento na Universidade do Salvador, sob a orientação da professora Maria Thereza Ávila Dantas Coelho, com apoio da FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia. Ela objetiva propor um debate acerca do sistema penitenciário brasileiro, destacando aspectos da vivência carcerária e da percepção de membros inseridos neste sistema. Essa discussão faz parte de uma pesquisa qualitativa desenvolvida junto a seis sentenciados e seis profissionais de uma unidade prisional da cidade de Salvador-BA. A coleta de dados se deu através de uma entrevista semi-estruturada, com um roteiro de entrevistas para cada uma das instâncias envolvidas, a fim de identificar a percepção do cárcere a partir de indivíduos que convivem diariamente com esta realidade. Para a discussão teórica, abordar-se-á a história das prisões, destacando os motivos que instituíram a pena de reclusão como a principal pena aplicada na atualidade, com o referencial foucaultiano. A partir daí, serão tecidas considerações sobre a maneira como o confinamento, que tem a finalidade de controlar e modificar o comportamento, dificulta a possibilidade dos presos assumirem um novo lugar no seu retorno ao convívio social. As conseqüências geradas pelo encarceramento, tanto no comportamento como no modo de vida dos sentenciados, assim como os estigmas que os circundam devido à cristalização das características apresentadas pelas pessoas que cometeram atos criminosos, serão discutidas a partir de Goffman. Far-se-ão, ainda, considerações acerca dos investimentos técnicos e estruturais que têm sido direcionados a esta população, apresentando, dentre eles, aspectos que apontam para um sistema punitivo por excelência, incapaz de assumir sua função re-socializadora, como se a privação da liberdade e o sofrimento gerado fossem, por si só, capazes de conter a violência. Constatou-se a falta de medidas que permitam aos internos repensar sua relação com a lei e a conseqüente imersão na vida do crime, assim como a presença de medidas e projetos de segurança pública que visam apenas punir mais e com mais segurança. Tais ações sustentam-se na consideração destes indivíduos como seres “diferentes”, “irrecuperáveis” por parte dos profissionais e da macro-sociedade, que desejam apenas excluí-los da sociedade, ao invés de buscarem meios de possibilitar um retorno digno à comunidade. É preciso, pois, o estabelecimento de ações que retirem o sujeito encarcerado da posição de um ser que deve ser “normalizado”, possibilitando a ele condições outras de adaptação, que não a criminalidade. Ainda como resultado da pesquisa, percebeu-se que a utilização da prisão como pena mais empregada é algo que precisa ser revisto, dada as conseqüências negativas advindas do processo de encarceramento à saúde mental dos internos e profissionais e à manutenção de uma dinâmica social de exclusão. É

preciso estar atento, pois, ao sistema de idéias que tem mantido essa desatenção, falta de cuidados e investimentos a esta população. A amostra entrevistada apresentou o investimento em pessoal qualificado e a possibilidade da ocupação do tempo com atividades laborais como fatores que diminuiriam a reincidência, tornando a função ressocializadora da prisão também possível. O trabalho foi destacado impetuosamente como a atividade mais bem aceita pelos internos e a mais útil, dada à necessidade de manter-se na cadeia e/ou contribuir na renda familiar, o que aponta para a necessidade destes em manterem-se autônomos. Além disso, ele elimina um dos grandes problemas das penitenciárias brasileiras: o ócio. Concluiu-se que a maneira como tem se dado a vivência no cárcere é justificada partindo da consideração da prisão apenas em seu aspecto vingativo. Pensar sobre formas que efetivamente diminuam a expressão da violência e criminalidade no país, entretanto, exige a modificação deste ponto de vista.

**Palavras-chaves:** Prisão, Comportamento criminal, retorno à comunidade

**Atividade: Preconceito e discriminação contra povos indígenas (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Representação Social dos povos indígenas sobre a vida na cidade de Goiânia

**Autor(es):** Maysa Maneira Bittar, Juliany Gonçalves Guimarães, Ana Raquel Rosas Torres

**Resumo:** Historiadores afirmam que antes da chegada dos europeus à América havia aproximadamente 100 milhões de índios no continente. Só em território brasileiro, esse número chegava a cinco milhões de nativos, aproximadamente. Atualmente, calcula-se que apenas 400 mil índios ocupam o território brasileiro principalmente em reservas indígenas demarcadas e protegidas pelo governo. O contato com o homem branco fez com que muitas tribos perdessem sua identidade cultural. É o que se pode chamar de aculturação. Segundo Oliveira (1976) aculturação: pode ser consequência da transmissão cultural direta, pode ser derivada das causas não culturais, tais como modificações ecológicas e demográficas induzidas por um choque cultural. Pode ser também uma adaptação em reação aos modos tradicionais de vida. O interesse em estudar os indígenas na psicologia comunitária surgiu pelo fato de estar lidando com comunidades, grupos, valores, hábitos, cultura e por perceber o preconceito e discriminação sofrida por este povo. Há uma grande preocupação com a grande diminuição do número dos indígenas e da extinção de algumas etnias. Estudar os índios dentro de uma visão na psicologia comunitária é estar atento para os problemas sociais, para a cultura, a diversidade, a ecologia, a interação entre o indivíduo e o meio, a comunidade e o meio. A teoria das Representações Sociais também foi estudada para a realização deste trabalho. Serge Moscovici foi o primeiro a introduzir o conceito de representação social na psicologia social contemporânea. Ele pretendia estudar como uma teoria científica era apropriada pelo senso comum. A teoria das representações sociais visa responder a dois problemas. O primeiro é como pensamos no coletivo, influência na prática social e nos nossos comportamentos. E o segundo é como se processa o vínculo, entre pensamento coletivo e prático, no indivíduo em última instância na fronteira entre o indivíduo e a sociedade. A representação social é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos. A proposta de Moscovici era considerar como fenômeno aquilo que antes era tido como um conceito. Cada grupo social apresenta uma representação social de acordo com a visão de homem, de Deus, do mundo em relação ao mesmo fenômeno. As representações sociais são dinâmicas, móveis, mutáveis e fluidas. Elas são pontos de referência para interpretarmos e observarmos as pessoas, coisas e fatos. O objetivo deste trabalho foi investigar as Representações Sociais dos índios Xavante e Karajá sobre sua vida na tribo e a vida de um Branco que mora na cidade de Goiânia. Foram entrevistados dez índios na CASAI (Casa de Saúde do Índio). A CASAI é uma casa que recebe os índios para tratamentos de alta e média complexidade. Todos os participantes são do sexo masculino. Era perguntado ao participante sobre a sua vida na tribo, a imagem que ele tem da vida do branco na cidade de Goiânia e o que acha de melhor e pior na vida dele e do branco. Os índios dizem que sua atividade é pescar, caçar e roçar. Já das índias são encarregadas de cuidar das crianças, da casa, fazer comida e

algumas fazem artesanato. Com relação as seus rituais falaram um pouquinho sobre o rito de passagem. Contaram que o natal, aniversário e a morte, hoje, é igual ao dos brancos. E que o carnaval é um ritual dos brancos. Relataram que na vida deles o melhor é não pagar contas como: água, luz, aluguel. A grande parte dos índios disseram que não tem nada de pior na vida deles, mas alguns falaram que não gostam das brigas e das bagunças, da falta de recursos financeiros e de remédios. Já na vida do branco o melhor é ter dinheiro e o pior é a violência, brigas, fome e as drogas. Os entrevistados falaram que na sua aldeia todos usam roupas. A partir do referencial teórico da Teoria das Representações Sociais, procurou-se saber o conjunto de crenças compartilhadas pelos indígenas, perceber como está a questão da aculturação e qual a visão atual deles de seus costumes e da vida do homem branco que mora em Goiânia. Baseado nessa perspectiva, nota-se como as crenças e os costumes indígenas estão se modificando, o que é natural de qualquer cultura, mas com um sentido de imitação, cópia da cultura do branco. Isto fica claro quando eles relatam que todos na tribo usam roupa, quando falam que a morte, o natal, o aniversário, são como os dos brancos. Também quando falam do dinheiro, do carnaval, da violência urbana, das drogas. Está é forma como eles vêem a vida do branco. Este fato retrata bem a visão de homem, do mundo que eles têm sobre o branco, que são justamente as Representações Sociais dos índios que foram entrevistados na CASAI.

**Palavras-chaves:** Representações sociais, Índios, Relações Intergrupais

**Trabalho:** REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE OS POVOS INDÍGENAS EM GOIÁS

**Autor(es):** Thalita Vargas Leite Martignoni, Ana Raquel Rosas Torres, Juliany Gonçalves Guimarães, Ionara Vieira Moura Rabelo

**Resumo:** Já se passaram 500 anos e ainda pouco se sabe sobre esses povos, nem sequer os seus nomes. Conhecemo-nos apenas pela designação geral de “índios”. Esse conceito tão amplo foi criado pelos europeus que, ao chegarem à América, deram a seus habitantes esta denominação. Para oferecer uma noção da nossa diversidade cultural, considera-se que atualmente no Brasil são faladas aproximadamente 180 línguas indígenas, das 1.300 existentes antes da colonização. O objetivo deste trabalho foi investigar as representações sociais sobre os povos indígenas em estudantes do ensino médio de Goiânia. Especificamente, investigou-se como eles percebem o tratamento da sociedade brasileira em relação aos índios e como esses alunos de ensino médio se sentem em relação aos indígenas. Participaram quarenta e quatro alunos de escola pública e privada, com idade entre 15 e 18 anos. Os instrumentos utilizados foram questionários com perguntas abertas. Tomados em conjunto, os dados indicam a ausência de referências à diversidade dos povos indígenas, suas línguas ou organizações sociais – o que remete à visão de um índio geral, que todos os povos apresentam um modo único de ser, pensar e viver, com uma única cultura. Desse modo, discute-se como a formação escolar desses alunos que chegam ao ensino médio, seja ele público ou particular, contribui para a invisibilidade dos povos indígenas brasileiros, reproduzindo um estereótipo tão antigo. De modo geral, observa-se a formação de duas categorias representacionais: o índio idealizado, vivendo em comunhão de bens, em integração total com a natureza, descrito pela amostra da escola pública; e o índio civilizado, integrado à cultura nacional, descrito nas duas amostras. O índio é percebido em um processo de perda de sua identidade cultural e concomitante assimilação da cultura nacional. Por outro lado, os estudantes percebem a discriminação sofrida pelos indígenas. Aos índios que freqüentam ou moram na cidade, o tratamento dispensado a eles é percebido como ainda mais discriminatório e cruel. Essas visões negativas em relação aos índios aculturados contribuem para a marginalização desses povos. De acordo com Darcy Ribeiro (1982), algumas populações indígenas, ao longo da história de colonização, sofreram durante o processo de integração ao mundo moderno, o fenômeno da transfiguração étnica e não o da assimilação, que os tornaria em brasileiros, simplesmente. Isso importa numa aculturação que os configuram como índios genéricos que nada conservam do patrimônio original, mas permanecem definidos como índios e identificando-se como tais. Nesse ponto, é importante ressaltar as implicações que essa visão da aculturação traz para os indígenas. Ao passo que eles não são vistos mais como índios,

passam a lhes ser negadas as prerrogativas que têm direito por serem os primeiros habitantes do nosso país e pelas injustiças a que foram acometidos durante todo o processo histórico. Ações protetoras do Estado a fim de resguardar o direito à terra, à preservação de seus costumes e até mesmo as ações afirmativas para inseri-los no mercado de trabalho de forma justa encontrarão forte oposição entre aqueles que compartilham dessas representações. Desse modo, a visão do índio como aculturado perpassa a visão que temos do próprio índio, que só é reconhecido como tal em relação à sua aparência. Se ele passa a se vestir e freqüentar a cidade, aos olhos de muitas pessoas, eles deixam de ser índios. No entanto, a essência de sua identidade não está apenas na externalidade. A identidade indígena é composta de outros fatores, entre outros as crenças religiosas, regras de conduta e pela sua própria identificação como índio. Portanto, ao passo que os indígenas reestruturam seu modo de viver para adaptarem-se à realidade do contato com a nossa civilização, eles deixam de ser vistos como índios, mas também não passam a integrar a condição de brasileiros comuns, passam a formar um novo grupo social, alvo de discriminação. O preconceito, de acordo com Brown (1995), é um fenômeno desenvolvido no quadro das relações de conflito entre grupos sendo entendido como uma atitude hostil contra um indivíduo ou grupo. Essa hostilidade pode ser percebida em apenas alguns participantes, que relataram sentimentos de indiferença, desprezo e até mesmo revolta. Além disso, apesar de pouco freqüentes nas evocações gerais sobre os índios, surgiram evocações de alienados, corrompidos e bando de preguiçosos. De fato, parece caber no imaginário uma ambigüidade oposta: o índio puro e injustiçado pela história e um índio corrompido, que deixou de ser índio e que não gosta de trabalhar. Finalmente, analisa-se como essas representações se configuram no campo afetivo. Perguntados sobre seus sentimentos em relação aos índios, a categoria principal foi a pena (dó, compaixão, solidariedade). De modo geral, os alunos se compadecem da situação dos índios brasileiros. De fato, eles descrevem que os índios vivem em condições precárias, com conflitos de terras, com discriminação, e que foram dizimados. Resta saber como o sentimento de pena contribui no modo como as pessoas se relacionam com os índios.

**Palavras-chaves:** Indígena, Representações Sociais, Preconceito, Discriminação

**Trabalho:** Quando os índios são uma ameaça: estudo sobre os antecedentes dos sentimentos de culpa e vergonha coletivos entre estudantes da cidade de Aruanã-Goiás

**Autor(es):** Ionara Vieira Moura Rabelo, Thalita Vargas Leite Martignoni, Ana Raquel Rosas Torres, Juliany Gonçalves Guimarães

**Resumo:** No Brasil há um continuum de relações intergrupais marcadas pela violência no que se refere à questão indígena. Da colonização até os dias atuais os índios passaram de 5 milhões para aproximadamente 358 mil índios, o que configura 0,2% da população brasileira. Confrontos armados pelas terras indígenas e escravização foram os eventos iniciais que desencadearam o processo de dizimação indígena. O discurso oficial gravitou em torno de uma vertente claramente assimilacionista, o que gerou a idéia de democracia racial, tal idéia termina por impedir a visibilidade deste grupo. A dificuldade na compilação de dados utilizando a categoria raça termina por fortalecer a exclusão dos povos indígenas diante de políticas públicas, visto que se torna impossível planejar ações sem que se detecte o problema anteriormente (Coimbra Jr & Santos, 2000). Os conflitos intergrupais entre população indígena e não-indígena no Brasil ocorrem dentro de um amplo espectro que vai desde aspectos de violência armada durante conflitos pela demarcação de terras até aspectos correlacionados à negligência governamental quando há diminuição de recursos naturais dentro das reservas indígenas, alto índice de mortalidade infantil, aumento no consumo de bebida alcoólica entre adultos indígenas e aumento da morbidade e suicídio. Mesmo considerando que existam, aproximadamente, 53 grupos indígenas que vivem isolados do contato com não-indígenas, por outro lado, existem 358 mil índios vivendo em aldeias dentro de terras indígenas, mas próximo a comunidades não-indígenas, e mais importante é ressaltar que entre 100 e 190 mil índios vivem fora das terras indígenas, alguns dentro de áreas urbanas. Tal situação propicia inúmeros conflitos intergrupais, fato que se repete

na região centro-oeste do Brasil, região esta que juntamente com a região norte do país, possui a maior concentração de comunidades indígenas. Na relação entre diferentes grupos, as cognições, os sentimentos e comportamentos grupais estão permanentemente entrando em contato, muitos trabalhos têm procurando analisar a natureza, os antecedentes e as conseqüências desses emoções grupais. Desta forma, Brascombe, Doosje, e McGarty (2003) afirmam que para que o sentimento de culpa coletiva seja experienciado, são necessários três fatores: a) os indivíduos precisam se categorizar como membros do grupo; b) reconhecer que cometeram alguma ação (ou se eximiram de qualquer ato) e tal atitude trouxe dano para outro grupo; c) reconhecer que esta ação (ou ter se eximido de qualquer ato) é (foi) uma violação de algum padrão. Se as diferenças entre os grupos majoritário e minoritário são percebidas como legítimas, então não haverá o sentimento de culpa coletiva. Seus estudos ressaltam que a culpa coletiva eleva-se quando há uma menor identificação com o endogrupo, e a história sobre o passado dos dois grupos é apresentada de forma ambígua, ou seja, o passado é recontado utilizando tanto pontos positivos quanto negativos com relação ao poder exercido pelo grupo dominante. O estudo de Brown, Gonzalez, Zagefka e Manzi (2006) resalta que as relações que se constituíram historicamente como relações de poder podem provocar sentimentos de culpa que desencadeiam diferentes atitudes, como por exemplo, pedidos formais de desculpas, ou mesmo ações de reparação para com o grupo até então discriminado. Mesmo tendo comprovado a distinção entre culpa e vergonha coletivos, este estudo não consegue apontar quais seriam os antecedentes para estes sentimentos. É importante ressaltar que o sentimento de culpa coletiva pode motivar os grupos a tentarem reduzir as desigualdades, mas esta não é uma relação causal (Brascombe, Doosje, e McGarty, 2003). Com base no exposto acima, este estudo avaliou quais os antecedentes dos sentimentos de culpa e vergonha entre estudantes do ensino médio de uma cidade do interior de Estado de Goiás com aproximadamente 10.000 habitantes, sendo que, existe uma aldeia indígena dentro da cidade com aproximadamente 100 indígenas. Durante o mês de outubro foram aplicados 82 questionários coletivamente nas salas de aula, sendo que cada aluno respondeu individualmente. Os resultados foram avaliados a partir de uma regressão múltipla onde a variável que se correlacionou positivamente com a culpa foi a responsabilidade grupal, enquanto que para o sentimento de vergonha a ameaça à imagem do grupo foi a variável mais importante. Discute-se que na relação entre não-indígenas e indígenas como os primeiros só apresentam o sentimento de culpa na medida em que compartilham socialmente a responsabilidade do endogrupo diante de situações em que perpetraram danos ao exogrupo. Com relação ao sentimento de vergonha os dados confirmaram os achados de estudos internacionais em que a ameaça à imagem prediz a vergonha. Este estudo aponta para a importância da identificação social na elaboração dos sentimentos relacionados a grupos minoritários.

**Palavras-chaves:** Indigenas,Relações Intergrupais,Culpa coletiva,Identificação social

**Trabalho:**EXPRESSÕES DO RACISMO E ESTEREÓTIPOS CONTRA ÍNDIOS E NEGROS EM ARACAJU

**Autor(es):** Denise de Souza Silva,Rodrigo Vieira,Marcus Eugênio Oliveira Lima

**Resumo:** O Brasil é um país rico em diversidades de crença, ritos e raças. Esta aparente “abertura” à alteridade tornou-o conhecido como um país sem preconceito e sem racismo, principalmente quando comparado a outros países em que as relações sociais entre os grupos definidos como diferentes são abertamente conflituosas. Entretanto, um olhar mais atento revela que a forma diferenciada em que as relações sociais se apresentam no Brasil não está isenta de discriminação, esta apenas se apresenta de forma menos direta ou aparente. São manifestações veladas e sutis, pois estão inseridas em uma conjuntura social ditada pelo politicamente correto, por uma trajetória histórica de abertura ao diferente e por uma cultura miscigenada. Partindo do pressuposto de que a expressão do racismo e da discriminação acontecem, geralmente, contra grupos minoritários, neste trabalho tratamos destas formas de expressão contra dois grupos específicos: os índios e os negros. Embora estes grupos tenham características diferenciadas, podemos aproximá-los por diversos fatores, principalmente pela estigmatização de que são



vítimas e pela sua situação socioeconômica no Brasil atual. Realizamos, então, um estudo com o objetivo de entender quais os contrastes e os paralelos no modo como são percebidos índios e negros pela sociedade. Este estudo foi realizado em 2005 na cidade de Aracaju e dele participaram 157 moradores, entrevistados em dez bairros que se distribuem uniformemente nos cinco setores habitacionais (A, B, C, D e E). Dentre os entrevistados, 71 eram homens e 86 eram mulheres, com idade variando dos 16 aos 90 anos, média de 36,6 anos, e renda familiar variando entre 1 e 20 salários mínimos, sendo que 60% possuíam renda igual ou inferior a 10 salários mínimos. 16 dos participantes foram classificados como “negros” pelos entrevistados, 77 como “brancos” e 59 como “pardos”. Quando perguntamos: “Que palavras, pensamentos ou sentimentos lhe vinham à mente quando ouviam a palavra ‘índios’”, os participantes apresentaram respostas que, em sua maioria, refletem uma visão do índio semelhante à que havia no período colonial. A resposta mais freqüente foi “primitivos” com 31 enunciações, seguida de “cultura” (23), “sofredores” (21), “tribo” (17) e “violentos” (15). Já para os negros a maioria das respostas se refere a um quadro de discriminação, com 53 enunciações ou se referindo a história, principalmente à escravidão, com 49 das palavras referidas. Aparece ainda para os negros palavras que se referem a ele como “Iguais” (28), seguida de “Raça” (19), “Forte” (10), “Samba” (10), “Sem luz” (7), “raça forte” (7), “família” (7), “interessante” (6). Em seguida, a fim de analisarmos os estereótipos relativos aos índios e negros, perguntamos, primeiramente, que características, traços de personalidade ou modos de ser a sociedade brasileira, de uma maneira geral, considerava mais típicas de ambos, e logo depois perguntamos que características as próprias pessoas entrevistadas atribuíam a eles. No nível dos estereótipos, observamos que para os entrevistados a sociedade brasileira percebe os índios, sobretudo, através de estereótipos negativos (“selvagens”, “raça à parte”, “preguiçosos”, “insignificantes”, “desconfiados”, “hostis”, “feios”, etc), com 94 respostas; ou ainda como excluídos socialmente (“analfabetos”, “pobres”, “doentes”, etc.), com 60 respostas. Constatamos uma relativa dissociação das crenças pessoais em relação aos estereótipos. Na opinião pessoal dos participantes os índios são principalmente “pessoas normais” (18 respostas), “positivos” (“frágeis”, “inocentes”, “dóceis”), 13 respostas, ou de uma “cultura” e “traços físicos peculiares” (12 respostas cada). Em relação aos negros, os participantes apontaram a visão da sociedade sobre eles com enunciações como “desumanização”, “desvalorização intelectual”, “desvalorização física”, “desvalorização da personalidade” e “desvalorização social” (93 respostas), enquanto que características positivas foram pouco citadas. Quando perguntados sobre suas opiniões pessoais sobre os negros, a maior parte (44 respostas) refere traços positivos mas voltados para aspectos físicos ou corporais (“força”, “Coragem”, “saúde”, “traços físicos”), em seguida vêm a referência aos negros como “pessoas normais” (32 respostas) e 24 respostas associam os negros a traços morais positivos, mas com algo de uma lógica de submissão (e.g., “fiéis”, “decentes”, “sinceros” “prestativos”, etc.). Chama a atenção que 19 respostas tenham referido aspectos pejorativos sobre os negros (“péssimos”, “mal-educados”, “favelados”, “burros”, etc.). Assim, percebemos que, para os negros, também houve uma dissociação entre crenças pessoais e crenças coletivas, o que ocorre de forma mais marcante. Essa diferença pode ser explicada em função da posição de “invisibilidade” que os índios ocupam em nossa sociedade atualmente. De modo que, índios e negros preservam, de maneiras particulares, conceitos pré-estabelecidos no imaginário social que os colocam em situação social de exclusão. Embora ambos ocupem posições desfavorecidas na sociedade atual, as diferentes formas através de que foram narrados ao longo da história parecem ter influência no modo como a discriminação e o preconceito são evidenciados contra eles nos dias de hoje.

**Palavras-chaves:** Índios, Negros, Representações Sociais, Racismo

**Atividade:** Preconceito contra os povos indígenas: comparação entre sexo e relação de intimidade. (Paineis)

**Trabalho:** Preconceito contra os povos indígenas: comparação entre sexo e relação de intimidade.

**Autor(es):** Rômulo Campos Silva, Camila Menezes Gouveia Araujo, Lucas Emmanoel Cardoso de Oliveira, Gelcimary Menegatti, Karlla de Fatima Camargo, Jean Carla Pires Duarte, Thalita Vargas Leite Martignoni, Ionara Vieira Moura Rabelo, Ana Raquel Rosas Torres

**Resumo:** Antes da chegada dos portugueses em 1500 ao Brasil, tínhamos, em média, de sete a oito milhões de índios, dispersos pelo litoral e interior do continente, vivendo em mais de 1000 tribos distintas. No entanto, os colonizadores trouxeram consigo doenças e epidemias que dizimaram quase que a totalidade da população indígena, restando aproximadamente 700 mil índios. Na região centro-oeste, mais precisamente em Goiás, os colonizadores que aqui chegaram eram bandeirantes a procura de indígenas, escravos e, principalmente, riquezas minerais, pedras preciosas e ouro. Esse contato se deu de forma conflituosa, com resistência dos índios que aqui viviam (Goyases). Devido à superioridade bélica e intimidadora dos bandeirantes, as tribos que aqui viviam foram dizimadas, não sobrando praticamente nenhum representante dos nativos do estado. E preciso esclarecer que o domínio português não se deu passivamente como os livros de história trazem. Maior parte dos indígenas brasileiros resistiu e lutou bravamente contra a colonização portuguesa e ainda luta para manterem sua cultura e seus costumes. Após a Segunda Guerra Mundial, quando foi vivenciada intensamente a hostilidade gerada pelas diferenças inter-raciais, o tema preconceito ganhou destaque no meio acadêmico. Segundo Allport (1954) o preconceito é a generalização de uma crença pré-concebida ao diferente, sendo esta errônea e inflexível. Esta crença pode se manifestar psicicamente ou declaradamente, podendo ser direcionada a um grupo em específico ou a um dos seus membros. Atualmente, as formas mais flagrantes do preconceito têm dado lugar a formas mais sutis, cujas características principais são a) a não atribuição de características negativas aos membros das minorias sociais e b) a rejeição ao contato intergrupais. O presente trabalho objetivou investigar especificamente este último aspecto, ou seja, a rejeição do contato com indígenas por indivíduos não-indígenas. Participaram desta pesquisa 291 alunos do Ensino Médio de escolas públicas de Goiânia, com idade média de 16,5 anos (DP= 1,5 ano). Os questionários foram respondidos individualmente em aplicação coletiva. Dentre os participantes, 47,9% eram homens e 52,1% eram mulheres. Para mensurar a rejeição a intimidade, foi utilizada uma escala adaptada da Escala de Distância Social (Bogardus, 1933), com os seguintes itens: a) trabalhar para um índio; b) ter um vizinho índio; c) ter um amigo índio; d) namorar com um índio e e) casar com um índio. Os participantes deveriam dizer, em uma escala Likert de 7 pontos, o grau de conforto que sentiam ao pensar em cada uma dessas situações. De uma maneira geral, os participantes se sentem confortáveis em cada uma das situações (médias acima do ponto médio da escala - 4). Ao fazermos a comparação dos participantes de acordo com sexo, os resultados mostraram que os homens (M= 5,3) se sentem mais confortáveis do que as mulheres (M=4,8) ao pensar em namorar uma pessoa indígena ( $t(2,290) = 2,7; p < 0,01$ ). Nos demais itens, homens e mulheres pensam da mesma forma, pois todos os testes t realizados foram não-significativos. Este resultado é discutido enfatizando a presença no imaginário popular da “mulher exótica”, como afirma Freyre (1933/1983 p. 191) “o português sempre pendeu para o contato voluptoso com a mulher exótica” Podemos também acrescentar a essa ideia a peculiar colonização dos portugueses o luso-tropicalismo que “foi uma teoria formulada nos anos trinta em “Casa Grande e Senzala”, para redefinir a influência do processo de miscigenação biológica e cultural da sociedade brasileira na formação de um ambiente de quase reciprocidade cultural, caracterizado pelo máximo aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado e pelo máximo de contemporização da cultura advéncia com a nativa, da do conquistador com a do conquistado” (Freyre 1933, citado em Alexandre, 1999, p. 142; reiterado por Lima, 2002, p 122).

**Palavras-chaves:** Preconceito, Povos Indígenas, Contato Intergrupais

**Atividade:** Povos indígenas brasileiros: relações entre empatia e preconceito (Painéis)

**Trabalho:** Povos indígenas brasileiros: relações entre empatia e preconceito

**Autor(es):** Camila Menezes Gouveia Araujo, Lucas Emmanoel Cardoso de Oliveira, Gelcimary Menegatti, Karlla de Fatima Camargo, Rômulo Campos Silva, Jean Carla Pires Duarte, Thalita Vargas Leite Martignoni, Ionara Vieira Moura Rabelo, Ana Raquel Rosas Torres

**Resumo:** Havia aproximadamente oito milhões de índios reunidos em mais de mil povos diversos quando os portugueses chegaram ao Brasil, em torno de 1500. Desde então, milhões de índios têm sido dizimados. Hoje restam aproximadamente em torno de 700 mil indígenas. A região de Goiás, mais precisamente o cerrado Goiano, era habitada por povos indígenas. Essas terras foram uma das primeiras a serem invadidas pelos bandeirantes que estavam em busca de escravos índios para trabalharem em fazendas e engenhos. Foram construídos entre 1741 e 1871, em Goiás, aldeamentos indígenas que tinham como objetivo desocupar as terras que até então pertenciam aos índios, para a exploração mineral e das atividades agropastoris. Os índios lutaram contra os invasores, as doenças trazidas por eles e na tentativa de preservar a sua cultura. Desde que o Brasil foi ocupado, os índios sofrem preconceito. Principalmente após a segunda guerra mundial, o preconceito começou a ser investigado enquanto objeto científico. Esse fenômeno é uma dificuldade que o ser humano enfrenta para entender como respeitar o diferente. Vários são os estudos que tentam suas origens. Segundo Allport (1954), o preconceito é uma antipatia baseada numa generalização errada e inflexível. Ela pode ser sentida ou abertamente expressa. Pode ser dirigida a um grupo como um todo ou a um indivíduo por ser este membro de tal grupo. Ainda segundo esse autor, o preconceito pode ser definido como uma atitude hostil contra um indivíduo, simplesmente porque ele pertence a um grupo desvalorizado socialmente. Para Brown (1995), o preconceito refere-se às atitudes depreciativas, à expressão de afeto negativo e hostil, a comportamentos discriminatórios, todos dirigidos a um grupo ou membros de um grupo pelo fato de pertencerem a esse grupo. Assim, visando investigar as relações entre empatia e o preconceito contra povos indígenas, este trabalho teve como participantes 291 alunos do Ensino Médio de escolas públicas da periferia de Goiânia, com idade de 16, 5 anos (DP= 1,5 ano). Os questionários foram respondidos individualmente em aplicação coletiva. Dos participantes, 47,9% eram homens e 52,1 eram mulheres. As questões que investigavam o grau de empatia dos participantes em relação aos índios brasileiros eram as seguintes: a) “Quando penso na discriminação que os índios têm que enfrentar no seu dia-a-dia, me sinto mal por eles”, b) “Sinto pena quando penso que os índios têm perdido seus costumes e tradições” e c) “Quando penso no sofrimento dos índios durante todos esses anos, sinto uma enorme simpatia por eles”. Já o preconceito foi investigado com uma escala de Distância Social (Bogardus, 1933) desenvolvida para este trabalho. Os resultados mostram que quanto mais os participantes sentem empatia pela situação dos índios, menos preconceituoso eles são. Esses resultados são discutidos ressaltando-se a importância de temas sobre os povos indígenas brasileiros terem lugar de destaque no Ensino Médio do Brasil.

**Palavras-chaves:** Preconceito, povos indígenas, discriminação

**Atividade:** Relação entre identidade nacional e empatia no preconceito contra povos indígenas (Paineis)

**Trabalho:** Relação entre identidade nacional e empatia no preconceito contra povos indígenas

**Autor(es):** Lucas Emmanoel Cardoso de Oliveira, Gelcimary Menegatti, Karlla de Fatima Camargo, Rômulo Campos Silva, Jean Carla Pires Duarte, Camila Menezes Gouveia Araujo, Thalita Vargas Leite Martignoni, Ionara Vieira Moura Rabelo, Ana Raquel Rosas Torres

**Resumo:** Relação entre identidade nacional e empatia no preconceito contra povos indígenas. De acordo com os historiadores, antes da chegada dos europeus ao Brasil, havia aqui aproximadamente 5 milhões de nativos. Atualmente, vivem em aldeias cerca de 358 mil índios, que representa cerca de 0,2% da população brasileira. Há ainda uma estimativa de que existem 150 mil índios vivendo fora das terras indígenas e por volta de 53 grupos não contatados. Em Goiás, a população indígena tem por volta de 5 mil indivíduos. O anseio dos colonizadores em ocupar, escravizar e saquear as riquezas naturais no Brasil fez com que se implantasse uma política de extermínio e escravização, o que influenciou nas possíveis causas de exclusão social dos índios. No Brasil existem alguns programas com o intuito de defender os direitos dos índios, entretanto há vários questionamentos a respeito da efetividade e do real interesse em ajudar estes povos. Nas relações interpessoais verifica-se uma invisibilidade do índio no imaginário social brasileiro. Olhando para estas relações que se apresentam, este trabalho tem como objetivo verificar a relação entre a identidade nacional e a empatia com os povos indígenas. O eixo teórico deste trabalho são as teorias de preconceito e identidade social. Segundo Allport (1954), o preconceito é uma atitude aversiva ou hostil direcionada a uma pessoa que pertence a um grupo simplesmente porque ela pertence a aquele grupo, assim, presume-se que ela – individualmente – tem todas as características do grupo. Nos diversos significados que compõem a identidade social, segundo o modelo de Bristol (Tajfel, 1984), ela refere-se a um envolvimento emocional e cognitivo dos indivíduos no seu grupo de pertença e as conseqüentes expressões comportamentais desse envolvimento no quadro da relação intergrupos (Amâncio, 2004). Darcy Ribeiro em seu livro, “O povo brasileiro”, reflete que a formação dos brasileiros está intrinsecamente relacionada com os índios, os quais pertencem a uma das três matrizes formadoras do brasileiro, sendo que as outras são branca (europeus) e negra (africanos). Sendo assim, pode-se dizer que os índios fazem parte de uma das facetas da identidade social do brasileiro ou da identidade nacional. Tendo consciência disso e das expressões comportamentais que se expressam no país, será que o brasileiro sente empatia com os índios? – sabendo que a empatia pode ser definida como uma resposta emocional que deriva da percepção do estado ou condição de outra pessoa, sendo congruente com essa situação (Eisenberg & Strayer, 1987). Objetivando investigar a relação entre identidade nacional e empatia dentro do tema Análise Psicossocial do Preconceito contra os Povos Indígenas Brasileiros, foi realizada uma pesquisa em duas escolas públicas de Goiânia, onde foram aplicados 291 questionários em alunos do Ensino Médio. Participaram deste trabalho 47,9% de homens e 52,1% de mulheres, com idade média de 16,5 anos. Todos responderam individualmente em aplicação coletiva. De acordo com os resultados, foi verificado que houve uma correlação positiva entre identificação nacional e empatia ( $r = 0,29$ ,  $p < 0,01$ ). Isto significa dizer que quanto mais o indivíduo se identifica com o Brasil, maior empatia tem com os povos indígenas, isto é, ele tem uma maior capacidade para sentir os que os índios sentem nas suas diversas relações interpessoais.

**Palavras-chaves:** preconceito, povos indígenas, discriminação

**Atividade:** Valores Sociais nos estudantes universitários paraibanos (Paineis)

**Trabalho:** Valores Sociais nos estudantes universitários paraibanos

**Autor(es):** Samuel Lincoln Bezerra Lins, Aline Vieira, Leoncio Francisco Camino Rodriguez

**Resumo:** Valores têm sido uma temática crescente na Psicologia Social, diversos teóricos buscam esquematizar e investigar como se dá sua organização. Há várias perspectivas para seu estudo, a sociológica, psicológica e antropológica. Mas quando se fala em psicologia social falamos em explicar a interação existente entre o nível cultural, o grupal e o individual. Inicialmente, vamos partir das duas vertentes que dão base para o estudo dos valores, a tradição sociológica e a psicológica. Como representantes da primeira tradição, apresentaremos Thomas y Znaniecki, que introduz na psicologia social o conceito de atitude, compreendido como significado das coisas pelas pessoas. Outro representante é o teórico Talcott Parsons, segundo este autor os valores estão hierarquicamente organizados, e as pessoas os adquirem tanto de experiências anteriores como as normas que cultura que ela pertence lhe proporciona, ou seja, é o compromisso com os critérios normativos. Estes critérios são compostos por três aspectos: os cognitivos, os avaliativos e de responsabilidade pessoal diante das conseqüências de suas ações tanto para a pessoa que ele atua como para o sistema social. Para representar a segunda tradição mencionaremos Maslow e Rokeach. O primeiro foi o criador da Hierarquia das Necessidades Humanas, que se baseia em cinco necessidades inerentes ao ser humano, e à medida que elas vão sendo supridas, outras aparecem e vão direcionando o comportamento, são elas: necessidades fisiológicas, de segurança, sociais, de afeto e de auto-realização. Inglehart (1977) realizará seus estudos dentro desta perspectiva, onde desenvolve a teoria dos valores políticos do materialismo (orientado a segurança física e econômica) e pós-materialismo (preocupação com a qualidade de vida, a realização no trabalho, a justiça social, auto-realização, estética e intelectual). Já Rokeach (1973) define os valores como crenças que se aplicam em todas as situações, que se encontram hierarquicamente organizadas e que servem de critério para nosso comportamento, ou seja, elas estão organizadas segundo um critério de importância, são crenças que possibilita escolher quando pode ser realizada ou não de acordo com a situação, e que são responsáveis para orientar quais decisões devemos tomar. O Objetivo deste trabalho é verificar quais os valores que os estudantes de ensino superior consideram mais importantes para a sua vida Este estudo foi realizado com 418 estudantes de cursos da área de humanas de duas instituições de ensino superior de João Pessoa–PB. Destes, 67,5% eram do sexo feminino e 32,5% do sexo masculino, com idade média de 22 anos (DP = 5,6). Afim de avaliar os sistemas de valores que os estudantes atribuem a si mesmos, utilizamos o Questionário de Valores Psicossociais que construímos no GPCP (Grupo de Pesquisa em Comportamento Político) e sobre o qual, ultimamente, temos procedido a um conjunto de validações internas e externas (Pereira, Camino, da Costa, 2005). A escala mede quatro sistemas de valores: o sistema Pós-materialista, composto por 3 subsistemas, Bem Estar Social (Liberdade, Igualdade, Fraternidade, e Justiça Social), . Bem-Estar Profissional (realização profissional, dedicação ao trabalho, responsabilidade e competência) e o Bem-Estar Individual (alegria, amor, conforto e auto-realização); o Sistema Materialista. (riqueza, lucro, status e autoridade), Sistema Religioso (obediências às leis de Deus, religiosidade, salvação da alma e teor a Deus) e o Sistema Hedonista (prazer, uma vida excitante, sexualidade e sensualidade). O estudo utilizando o QVP-24 demonstra que este instrumento revela padrões de fidedignidade e validade adequados para a realização da análise dos sistemas de valores de estudantes universitários, principalmente de universitários do estado da Paraíba (Pereira, Torres e Barros, 2004) Dentre os 24 valores expostos através do Questionário de Valores Psicossociais foi pedido aos sujeitos da pesquisa que selecionassem três valores e os classificasse de acordo com o grau de importância para a sua vida. Os estudantes consideraram o Amor (28,5%), o Temor a Deus (14%) e a Auto-realização (11%) como os primeiros valores mais importantes para a sua vida. Como segundo valor, foi mencionado, Amor (22%), Liberdade (9,5%) e Realização Profissional (9%); e por fim os valores citados como o terceiro mais importante foram: Amor (14%), Justiça Social (11%) e Liberdade (10%). Com relação aos valores considerados primeiro, segundo e terceiro mais importante, podemos observar a citação sempre presente do valor Amor (Bem-Estar Individual), possivelmente pela característica da juventude de tender a ver o mundo de maneira romântica e esperançosa. Nessa mesma linha raciocínio se mencionou valores relacionados ao Bem-Estar Social (Liberdade e Justiça Social). A Auto-realização e a Realização Profissional devem-se ao fato de ser uma população jovem que está entrando no mercado de trabalho. E por fim o Temor a Deus, caracterizando uma amostra que a religiosidade esta presente influenciando nas suas decisões e direcionando suas atitudes pessoais.

**Palavras-chaves:** valores sociais, estudantes universitários, Questionários de Valores Psicossociais - QVP-24

**Atividade:** VALORES, DOMINÂNCIA SOCIAL E COMPORTAMENTO POLÍTICO: O QUE MUDOU ENTRE 2002 E 2006  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** VALORES, DOMINÂNCIA SOCIAL E COMPORTAMENTO POLÍTICO: O QUE MUDOU ENTRE 2002 E 2006

**Autor(es):** Sheyla Christine Santos Fernandes

**Resumo:** Os valores humanos e sociais vêm sendo estudados desde épocas remotas, ainda no campo da filosofia. Ao passar para o âmbito das ciências sociais, esse tema passa a ser caracterizado fundamentalmente por ter a função de orientar o comportamento e as representações sociais, característica que faz com que diversos estudos o abordem com redobrado interesse. Observa-se que, independentemente do fator contextual, os valores apresentam-se consideravelmente difundidos entre os grupos sociais, legitimando seu poder enquanto elementos centrais na organização da dimensão cognitiva que define as atitudes das pessoas e evitando quaisquer questionamentos acerca de sua validade. Neste sentido, ao se estudar os valores relacionados aos sistemas políticos, o papel essencial que esse construto possui é evidenciado, permitindo que se analise o posicionamento político a partir da hierarquização dos valores pela sociedade ou através da forma como se prioriza o conjunto de valores que define as relações sociais. Um outro construto que se faz presente nos estudos no campo das ciências sociais é o preconceito, visto que se trata de um processo exaustivamente abordado pela Psicologia Social, sendo ora reduzido a processos automáticos, individuais e psicológicos, ora remetido aos processos relativos às lutas sociais pelo poder, inserido no hall dos fenômenos intergrupais. Verifica-se atualmente uma forte tendência a se perceber este fenômeno como social, situado no contexto das relações intergrupais e dos processos políticos. Neste sentido, situando o preconceito no campo dos fenômenos que ocorrem entre os grupos sociais, se torna redundante salientar seu papel essencial na orientação das ações humanas. Diante do debate existente acerca da primazia do individual ou do social nos estudos sobre o preconceito, recentemente foi elaborada uma abordagem que pretende englobar tanto os aspectos individuais quanto os aspectos sociais desse fenômeno, a Teoria da Dominância Social (TDS). Esta teoria tem como objetivo propiciar um maior conhecimento e, conseqüentemente, um melhor entendimento da complexa temática do preconceito. Um terceiro elemento que possui uma importante função na determinação das ações políticas é a participação sócio-política, responsável por influenciar tanto a construção de atitudes como as escolhas comportamentais. Acrescente-se que é através da ação livre e autônoma dos cidadãos que o caráter democrático de um regime se estabelece, o que, por sua vez, demonstra o papel essencial das formas de participação do cidadão comum dentro da vida pública de seu país. A participação sócio-política pode ser compreendida de maneira ampla, referindo-se à realização de qualquer ação que tenha como fim interferir nos assuntos públicos. É notório que as formas de participação dos jovens na esfera política tem sofrido grandes mudanças desde a década de 60. De fato, estudos realizados com amostras de estudantes universitários sobre participação sócio-política constataam que a parcela de jovens que apresentam uma participação sócio-política ativa é mínima, e essa magnitude cai ainda mais quando essa participação se refere às políticas institucionais. Entretanto, isso não faz com que essa variável deva ser negligenciada por completo, uma vez que, através do seu estudo se observa a forte relação que há entre as mudanças ocorridas no contexto social, a busca de novos valores e a determinação do comportamento político, dentre outros aspectos. Este trabalho aborda as relações existentes entre os valores, o preconceito, através da TDS, e a participação sócio-política, bem como o papel que essas variáveis aportam quanto às atitudes políticas de estudantes universitários nordestinos. Através de dois estudos correlacionais com amostras estudantes universitários, o primeiro realizado em 2002 na Paraíba (N=205) e o segundo realizado em 2006 em Sergipe (N=255), objetivou-se analisar as mudanças ocorridas nas representações político-sociais em duas épocas distintas – antes e depois do governo esquerdista do país – e em segundo plano analisar as relações existentes entre as

variáveis estudadas. Os participantes responderam a quatro escalas tipo likert: (1) Escala de valores psicossociais; (2) Escala de orientação à dominância social; (3) Escala de participação sócio-política e (4) Escala de atitudes políticas. Os resultados indicam que ligações parciais aproximam as variáveis e que há uma inclinação a verificação de mudanças na esfera social. Análises mais acuradas estão em andamento no sentido de contemplar por completo os objetivos do presente estudo.

**Palavras-chaves:** Valores,Preconceito,Comportamento político

**Atividade: Juventude e Política : Desafios Contemporâneos (Mesas Redondas)**

**Trabalho:**Desafiando Utopias: juventude, identidade coletiva e o risco do político

**Autor(es):** Marco Aurelio Maximo Prado

**Resumo:** Este trabalho visa apresentar resultados de pesquisa sobre participação política e a construção de identidade coletivas de jovens no cenário brasileiro. A pesquisa tem sido desenvolvida a partir da premissa de que novas formas de participação social da juventude vêm sendo constituídas a partir de práticas sociais que interpelam uma expansão das fronteiras da política como institucionalidade e ao mesmo tempo constituem identidades coletivas na emergência do político como um espaço de antagonismos sociais entre jovens que participam de movimentos sociais no estado de Minas Gerais. Frente a um conjunto de significados estabelecidos pelas utopias adultocêntricas sobre a juventude, os movimentos da juventude que temos estudado – movimento da juventude rural no médio Vale do Jequitinhonha (MG) e movimento das negras ativas em Belo Horizonte (MG) - têm estabelecido um enfrentamento com as formas institucionalizadas de participação, inaugurando processos de interpelação e de participação que desafiam a institucionalidade da política e inauguram uma possível expansão das fronteiras políticas institucionais. A emergência do político nestas experiências tem se dado a partir da desconstrução da utopia da juventude como dilema da passagem para o mundo adulto, do ideal de participação política como racionalidade discursiva e do futuro como um projeto de realização do presente. A partir da perspectiva teórica e metodológica da sociologia das ausências e das emergências, buscamos compreender em um primeiro momento este processo experienciado pelo movimento da juventude rural no médio Vale do Jequitinhonha e pelo movimento das negras ativas em Belo Horizonte como o risco do político vivido na expansão do presente e na mobilização dos afetos e em um segundo momento como as pertencas étnico-raciais e ao universo da experiência rural tem sido articuladas à criação de antagonismos capazes de reinventar as formas de participação política coletivizadas entre a lógica de redistribuição social e a lógica do reconhecimento identitário frente aos processos de desigualdade econômica e de exclusão social. A partir de dados de entrevistas e de observação participante analisamos como os elementos psicossociológicos como a pertença grupal, o sentimento de injustiça e a delimitação de fronteiras políticas colaboram na criação e manutenção de identidades coletivas e como este processo de identificação grupal tem instaurado a configuração de identidades políticas entre os jovens. Estes três elementos psicossociológicos podem colaborar com uma compreensão acerca da diferenciação entre as identidades coletivas e as identidades políticas. Esta diferenciação é elemento fundante nos significados que estes jovens militantes preconizam em ações coletivas de reivindicação de direitos, de participação política e de articulação junto às instituições do poder público local.

**Palavras-chaves:** identidade coletiva,antagonismos,juventude rural,participação social e política

**Trabalho:**Vicissitudes da subjetivação política juvenil na contemporaneidade

**Autor(es):** Jaileila de Araújo

**Resumo:** Este trabalho trata do problema da convivência entre jovens em uma época marcada pela pluralidade e diferença que exige uma releitura do político ou mesmo uma ampliação desse conceito para apreendermos as suas manifestações não-convencionais que estão em tela na

contemporaneidade, tais como a luta pelo reconhecimento simbólico empreendida por vários grupos sociais historicamente injustiçados e discriminados. Partiu-se da premissa de que a identificação do político com uma concepção de democracia que busca se impor pela reivindicação pura e simples da argumentação racional e pela busca de premissas válidas transculturalmente é limitadora da própria política que tem na sua base o conflito e a contradição próprios das relações de poder que perpassam toda a vida social. Essa nova visada sobre o político que se atualiza nas relações sociais, nos vínculos que estabelecemos/rechamos e, sendo assim, articula intrinsecamente os termos da subjetividade (que depende da alteridade para se constituir) e da política, foi inspiradora para um momento de discussão com três grupos de jovens. A escolha desse segmento justifica-se pela necessidade de reconhecimento social de outras maneiras de participação juvenil, tais como seus regimes de sociabilidade, comumente desconsideradas como formas de adesão política. Como os jovens brasileiros imaginam o diferente? Como narram suas experiências de encontro/contato com o Outro que lhe é estranho e muitas vezes tomado sob a condição de ameaçador? Em que condições, em quais contextos os jovens são capazes de problematizar as diferenças e compreendê-las como resultado de uma condição crônica de desigualdade social? Através do tema do amigo/avesso do amigo conduzimos jovens localizados em duas capitais nordestinas em uma reflexão sobre os laços sociais na contemporaneidade e as (im)possibilidades de um viver juntos. A Oficina da Amizade foi realizada em uma escola particular da capital cearense e em duas escolas da capital de Pernambuco, sendo uma pública e outra particular. Nas três escolas compomos grupos de jovens do Ensino Médio (1ª e 2ª. Séries), meninos e meninas, na faixa etária entre 14 e 17 anos, ou seja, estudantes que se aproximavam formalmente da condição de sujeitos políticos. O grupo pesquisado em Fortaleza foi o grêmio estudantil da escola composto por jovens moradores de bairros diferentes, alguns poucos na parte mais nobre ou central da cidade e outros em bairros mais periféricos e distantes da escola, embora fossem predominantemente provenientes de famílias de classe média. O grupo da escola pública do Recife foi composto por vinte e um estudantes, sendo também predominantemente feminino (76% de meninas e 24% de meninos). Quanto ao perfil sócio-econômico predominou o pertencimento a classe economicamente desfavorecida. Na escola particular do Recife compomos um grupo de quinze jovens, sendo oito meninos e sete meninas pertencentes à classe média alta e moradores de bairros nobres da cidade. Trazer os dados desses grupos de diferentes cidades e origem social se coloca como necessidade de dar visibilidade às diversas vozes juvenis sobre o tema da hostilidade/hospitalidade possível com as diversas faces que o diferente assumiu nesses grupos, a saber: o homossexual, o negro e o pobre. Através da tematização dessas figuras da diferença os jovens puderam se reconhecer na condição de portadores de preconceito e agentes de discriminação, reconhecimento esse que os espantou dado o fato de estarem assim contribuindo para a manutenção do quadro de desigualdade social em nosso país.

**Palavras-chaves:** juventude, subjetivação política, alteridade, diferença

**Trabalho:** O político em tempos de `solo`? Juventude e participação política no contemporâneo

**Autor(es):** Lucia Rabello de Castro

**Resumo:** A dimensão do coletivo ocupa um lugar primordial na discussão do político, porque se entende o político como a criação humana que dá conta do que dialeticamente separa e une os sujeitos humanos entre si favorecendo a vida em comum. A vida política se faz como o espaço entre homens e mulheres frente aos problemas comuns que os afetam. O trabalho tem como objetivo examinar as especificidades da construção do coletivo na sociedade contemporânea por parte de seus atores sociais mais novos, a juventude. Tem-se como referência empírica os discursos de jovens afiliados a grupos que, de alguma forma, militam pela reforma social, seja pela via partidária ou não. Foram entrevistados 30 sujeitos entre 16 e 25 no Rio de Janeiro pertencentes a partidos políticos, ONGs e movimentos estudantis. Pretende-se discutir, a partir desses discursos, a emergência de novas configurações para o sentido do coletivo frente às condições atuais de subjetivação que demandam a individualização, o cultivo do prazer, das sensações e da felicidade pessoal, assim como tornam o tempo presente como parâmetro das condições do agir. Neste sentido, discute-se como a exigência de adesão a ideais radicalmente outros, cuja externalidade conduzia necessariamente o indivíduo ao trabalho psíquico de lidar



com a diferença, parece se tornar hoje gradualmente desnecessária. Assim, discute-se se a emergência da dimensão do político que se afirma hoje, não estaria se apoiando em configurações cada vez mais individualizadas e solitárias, como a que pode se exemplificar por meio do 'consumo político', quando a dimensão do coletivo parece estar praticamente abolida. Ou ainda, discute-se se a dimensão do político que assimila ideais de felicidade e prazer pessoal a partir, por exemplo, de sua homologação material e pulsante observadas nas demandas 'políticas' grupais e comunitárias, quase sempre apoiadas nos signos materiais emblemáticos da grupalidade, seria uma re-invenção que possibilita novas abordagens para os problemas da emancipação, justiça e desigualdades. A discussão indica que, muitas vezes, tais configurações do político se fazem em detrimento de uma ordenação discursiva e organizadora que dê conta dos males do social correndo o risco de se deixar aprisionar nas demandas por reconhecimento social por parte de grupos localizados. Por outro lado, a análise reconhece o poder de re-invenção do político por tais movimentos de jovens que os re-coloca como potencializando novas correlações de forças e desejos em duas direções. Em primeiro lugar, destaca-se o quesito da participação social e política que passa a integrar a ordem do dia dos movimentos juvenis (e também dos temas de pesquisa). Instigados pelo desejo de eficácia subjetiva e mudanças objetivas no campo social, os jovens potencializam a crítica ao status quo e às formas institucionalizadas do político. Em segundo lugar, os jovens se utilizam de outros lugares sociais de onde pretendem dar conta, ainda que de forma mais fragmentada e menos totalizadora, da re-invenção do social legitimando, assim, outros pontos de vista - inovadores - de fazer o político e participar da vida em comum. (Apoio: CNPQ/FAPERJ)

**Palavras-chaves:** juventude, coletivo, individualização, participação

**Atividade: Valores, Dominancia social, autoritarismo y actitudes políticas en estudiantes universitarios (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Valores, Dominancia social, autoritarismo y actitudes políticas en estudiantes universitarios

**Autor(es):** Roberto Mendoza

**Resumo:** En este estudio hacemos un ANOVA de los valores y sistemas de creencias socio-políticas de 1157 estudiantes universitarios de la península Ibérica (Portugal, País Vasco y Granada) y América latina ( Chile, Argentina, Brasil y México). En particular expondremos las asociaciones entre los valores culturales de Schwartz, las creencias autoritarias de derechas (RWA de Altemeyer) las creencias de dominación social (SDO de Sidanius y Pratto), las actitudes políticas e ideología (CAP de Mendoza-Páez). Latinoamérica I, es decir, México, Brasil y Argentina, los países más grandes y populosos del continente, que suman más de la mitad de su población (310 millones aproximadamente) y que presentan una marcada diversidad en su composición, pues Brasil tiene un origen predominantemente Indígena-luso-africano, México azteca-hispano y Argentina Indígena-hispano-italiano, muestran algunas características culturales semejantes como países nuevos, a pesar de su diversidad social. Adhieren más a valores de seguridad, poder, tradición y conformidad, y en menor medida que América Latina 2 (Chile) y Europa a los valores de hedonismo y estimulación, lo que los hace países más materialistas, colectivistas y masculinos que los países de la península ibérica. En sus actitudes políticas, presentan una mayor desconfianza en las instituciones del sistema democrático formal presidencialista y una mayor adhesión a la autocracia, aunque simultáneamente son más partidarios de una democracia directa que los países ibéricos. Esto, sumado a una baja confianza interpersonal hace que estos países tengan una mayor tendencia al clientelismo, por un lado, y al populismo de centro derecha o de izquierda, por otro. Además, con relación a las creencias, estos tres países muestran una mayor aceptación del autoritarismo es decir, del respeto a las tradiciones y a la jerarquía y menor tolerancia y apertura al cambio, aunque manifiesten una creencia en la dominancia social general semejante a la europea. En este sentido, lo original es que, teniendo el mismo nivel de aceptación de la creencia en la dominancia social, creen en mayor medida en el igualitarismo entre los grupos. Ideológicamente se consideran menos de izquierda y menos progresistas y más religiosos que Chile y Europa. Por otra parte, en control de

la propia vida, no existen diferencias entre Latinoamérica I y Europa. Por último, América latina II, es decir Chile, es el país mas progresista y menos autoritario en general de todos los países, tanto de Latinoamérica I como de Europa y el que mayor control de su propia vida presenta. Estos resultados, en general, confirman nuestras hipótesis.

**Palavras-chaves:** valores, Dominancia social, autoritarismo, actitudes políticas

**Atividade: Formas de percepção e atribuição de responsabilidade frente aos Direitos Humanos (Paineis)**

**Trabalho:** Formas de percepção e atribuição de responsabilidade frente aos Direitos Humanos

**Autor(es):** Deborah Cristina Cavalcanti Castor, Alessandra Gadelha Ribeiro de Barros, Priscylla Cavalcanti Guedes

**Resumo:** Nos dias de hoje, o termo “Direitos Humanos” tem sido comumente pronunciado. No entanto, questiona-se o que é compreendido pela sociedade como direito fundamental do homem, o que se tem feito para a sua conscientização e inserção no ordenamento jurídico, como também a quem é atribuída a sua responsabilização. A noção de direitos humanos tem sido compreendida a partir de duas perspectivas distintas. A corrente naturalista defende que os direitos são inerentes ao ser humano, diferentemente da concepção culturalista, sustentadora da visão de que os direitos humanos são produtos absorvidos pela consciência coletiva através da história. Independente de qual corrente tenha razão, por um lado verificamos que a humanidade progressivamente construiu os direitos que consideramos inerentes a nós mesmos, e, por outro, pensamos nos direitos como próprios da natureza humana. Pode-se afirmar que os direitos humanos são uma construção social ligada à representação que se vem tendo sobre a natureza humana, independentemente da teoria que se adote sobre a natureza dos Direitos. A universalidade dos direitos sustentada no reconhecimento da igualdade entre os seres humanos permitiu que os direitos humanos definissem, através do dinamismo da história, a natureza humana, como também o que é justo para o homem, através de um forte consenso na sociedade. Segundo Camino (2000), a vigência dos direitos humanos estará determinada tanto pela força da consciência coletiva que se tem deles, como pelo poder político de inscrevê-los na ordem jurídica; fatores, estes, que têm evoluído ao longo do tempo. Diversas forças sociais exerceram interferência ao impulsionar, ou mesmo retardar, o desenvolvimento e a prática dos direitos humanos. Entre as forças que impulsionam, devem ser reconhecidas as minorias sociais que lutam para fazer reconhecer seus direitos, os setores dominantes que pretendem manter seus poderes, as idéias que circulam nesses conflitos, etc. Tradicionalmente, os responsáveis pela efetiva aplicação dos direitos humanos eram os países membros da ONU. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu preâmbulo, atribuiu esta responsabilidade aos governos. Caberia, portanto, aos estados tanto criar condições para que seus cidadãos possam exercer seus direitos como fiscalizar que todos respeitem estes direitos. As violações de alguns direitos, entretanto, não interessam unicamente ao Estado, cabendo aos cidadãos, numa democracia, velarem para que o Estado cumpra seus deveres. Nos últimos anos vem-se observando o crescimento de Organizações Não-Governamentais (ONGs), através das quais os cidadãos exercem certo controle sobre os estados, no que concerne à promoção dos direitos dos indivíduos. Ressalta-se, de acordo com o que foi mencionado, que o compromisso pessoal com os direitos humanos depende, entre outros fatores, da compreensão que as pessoas possuem deles. Com o objetivo de analisar o que estudantes universitários pensam sobre os direitos humanos e relacionar este pensamento com a responsabilidade que os estudantes atribuem pelos direitos humanos, realizou-se esta pesquisa com 100 universitários da área de Ciências Humanas da Universidade Federal da Paraíba. O instrumento utilizado foi um questionário composto por três questões abertas referentes à percepção dos direitos humanos fundamentais, à responsabilização atual frente aos direitos humanos e à desejabilidade de responsabilização pelos mesmos, respectivamente, sendo a primeira em formato de dissertação e as duas últimas com alternativas de resposta e solicitação de justificativa para a escolha. Para análise das questões, utilizou-se uma perspectiva discursiva, em que o pensar retrata as relações sociais das

pessoas e os discursos que embasam essas relações. O software ALCESTE foi usado. De acordo com os resultados, foi possível verificar que os estudantes que consideraram os direitos individuais e políticos, como os direitos humanos mais importantes, atribuíram a responsabilidade pela implementação de tais direitos tanto ao Estado quanto aos indivíduos, enquanto que os estudantes que afirmaram que os direitos fundamentais eram os sociais, como a educação e a saúde, exigiam apenas do Estado maior responsabilidade pelos Direitos Humanos.

**Palavras-chaves:** Direitos Humanos, Discurso Social, Atribuição de responsabilidade

**Atividade: Representações sociais dos apenados sobre o trabalho penitenciário (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Representações sociais dos apenados sobre o trabalho penitenciário

**Autor(es):** Ana Paula Lima da Silva, Maria de Fatima de Souza Santos

**Resumo:** Para disciplinarem setores marginalizados, tentando transformar os sujeitos delinqüentes em operários “dóceis”, impondo-lhes a submissão ao capitalismo emergente, no final do século XVIII e início do século XIX, a prisão deixa de ser uma pena secundária, tornando-se principal. Sua função passa a ser não só isolar o infrator, mas também recuperá-lo. O trabalho penitenciário é um modo de produzir nos apenados uma maior obediência às regras, fortalecendo a disciplina nas prisões. Nesse sentido, o trabalho como recuperador – vinculado à noção de disciplina – está na origem da prisão, enquanto pena principal. Enaltece-se o trabalho nas prisões, inclusive nos dias atuais, havendo a tentativa de criação estatal de frentes de trabalho nos presídios, como é o caso do Projeto “Pintando a Liberdade”, atuante, dentre outros Estados brasileiros, na Paraíba. O “Pintando a Liberdade” é um Projeto fruto de uma parceria entre o Ministério do Esporte e da Justiça, através do qual os indivíduos em conflito com a lei produzem material esportivo destinado às escolas públicas, como bolas de futebol de campo e de basquete, redes, raquetes de tênis de mesa, uniformes etc. Considera-se positiva a iniciativa deste Projeto, porém é importante que se pense qual o impacto desse trabalho sob o ponto de vista dos apenados. Assim, é fundamental que se questionem quais são as representações sociais que os apenados têm sobre o trabalho penitenciário. Esta pesquisa tem como objetivo apreender as representações sociais do trabalho penitenciário produzidas pelos apenados que trabalham. Os sujeitos participantes são 21 apenados, homens, cumprindo pena privativa de liberdade em regime fechado, que trabalham produzindo bolas através do Projeto “Pintando a Liberdade”, no Instituto Penal Desembargador Sílvio Porto, localizado na cidade de João Pessoa/PB. Através de entrevistas e questionários aplicados a esse grupo, sua posterior análise de conteúdo, e da análise documental, apreendeu-se os sentidos dados ao trabalho penitenciário. Da análise do material empírico, emergem 7 categorias, as quais, em conjunto, constituem as representações sociais do trabalho penitenciário, produzidas pelos apenados que trabalham. São elas: trabalho enquanto privilégio; retorno financeiro; combate à “mente vazia, oficina do diabo”; promoção de liberdade; aprendizagem profissional; melhoria de vida na prisão; e relação trabalho prisional/futuro. Os resultados indicam que o trabalho penitenciário é representado de forma positiva, mas denunciam também, em meio a essa exaltação, que são oferecidas poucas vagas para trabalhar, os salários são irrisórios, a garantia legal da remição da pena, muitas vezes, não é assegurada, dentre outras limitações. Supor que a denominação “Pintando a Liberdade”, isoladamente, atenda aos preceitos de reinserção social do grupo estudado é ignorar, ingênua ou deliberadamente, o estigma e as seqüelas provocados pela prisão. Apesar de o trabalho penitenciário amenizar a nocividade do encarceramento e proporcionar aprendizagem profissional, melhoria de vida na prisão, dentre outros fatores, é importante compreendê-lo nessa relação contribuições e limitações, conforme demonstram as representações sociais estudadas. Espera-se que os achados desta pesquisa contribuam na formulação e efetivação de políticas sociais, especificamente no que se refere ao trabalho penitenciário, para que as intervenções nesse campo aconteçam em consonância com o saber produzido do público alvo, ao qual elas se destinam.

**Palavras-chaves:** trabalho penitenciário, representações sociais, apenados

## **Atividade: Práticas Psi e Direitos Humanos (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Práticas Psi, Violência Institucional e Direitos Humanos

**Autor(es):** Cecília Maria Bouças Coimbra, Manoel Carlos C. de Mendonça Filho, Andréa Rosane Santos Barbosa

**Resumo:** Quando as circunstâncias sócio históricas aparecem marcadas pelo medo, pelo sentimento de impotência e desamparo, pelo sentimento de insegurança e desvinculação, é de violência que se está falando. Não uma qualquer, genérica difusa e inexplicável, tratando-se de relações sociais sob a égide de um estado (heteronomia), trata-se de violência institucional, propriamente falando. É a virulência de sua disseminação que vem sendo demonstrada e a sensação de alguma coisa fora do lugar não se refere a um poder que foi deslocado. Não é o monopólio do poder que o Estado possui ou tenta possuir, mas da violência. É a ilusão de que há um Estado (ente abstrato e transcendente) que monopoliza o exercício de violência e a sensação da perda desse monopólio que apavora. Cidadão indivíduos absolutos apavorado pela não reconhecimento do mútuo. Enquanto isso se difunde a idéia de que segurança pública se obtém com aumento de repressão e controle. O quadro atual se manifesta da seguinte forma: de um lado se declara ódio a operadores do Estado que sob a forma de Direitos Humanos se alia aos 'bandidos', supostamente se beneficiando da situação enquanto que as 'pessoas direitas' se veriam cada vez mais acudadas. De outro lado, declara-se ódio a operadores do Estado que sob a forma de juizes e policia só protegeria as classes economicamente favorecidas enquanto enfia pobre na cadeia, quando não os mata de forma arbitrária. E no meio, a posição mais calculada de organismos que, como o PCC, só querem a 'liberdade' necessária para conquistar sua fatia nos lucros e no controle dos implementos de violência. O ódio declarado, no entanto, não se refere a estrutura e a lógica do modelo de Estado que se mantém as custas da produção de violência, objeto de disputa por aqueles que o podem disputar. Tomado como natural, o ódio é declarado àqueles que operam e àqueles que se acredita serem aliados e responsáveis pelo funcionamento dos dispositivos de estado. Ou seja, declara-se guerra às supostas 'marionetes' na tentativa de lhes descobrir um 'Mestre' por trás. A eficácia desde 'mal entendido aparece sob a forma de resistência institucional: As tentativas de crítica á lógica do encarceramento ou a violência da instituição prisional é tomada, em um primeiro momento, como crítica aos agentes penitenciários ou aos guardas prisionais. A pessoalização de uma questão de estado pela falsa/suposta coincidência entre interesses de estado e interesses das pessoas rebate o exercício Ético com citação de Dogmas Morais. E o equivoco se amplia: Em seus princípios, os direitos humanos só existem e ganham sentido em relação ao Estado, como forma de garantir que aqueles que operam o dispositivo de estado não ultrapassem a função de operadores. Assim, a luta pelos direitos humanos se constituiu como um mecanismo de luta contra o abuso de autoridade. Por outro lado, a referência ao uso da violência como demonstração de poder, nos trás a idéia de que poder é uma coisa que se possui em algum lugar e que, uma vez que esse lugar não é o nosso, mas o deles, precisamos retirar esse poder desse lugar que não é nosso e trazermos para nós. Ora, o poder não é uma coisa que se possa retirar. A sensação de alguma coisa está fora do lugar não se refere a um poder que foi deslocado. Não é o monopólio do poder que o Estado possui ou tenta possuir, mas da violência. É preciso tornar claro essa diferença para que entendamos que aquilo em que temos depositado as esperanças de tranqüilidade é a crença de que há um estado monopolizador do exercício da violência e é a sensação da perda desse monopólio que nos apavora. A questão então é refletir sobre os efeitos produzidos por uma lógica de organização social que aposta na punição como mecanismo de organização. Ou, dito segundo um outro referencial psi: O que se encontra ao abandonar categorias universais e radicalizar o compromisso com o campo empírico é o fosso entre os interesses institucionais e o desejo. A pesquisa interferência, partindo da aproximação com realidades locais e colocando em análise as lógicas institucionais articula a função contemporânea das pratica psi com a temática dos direitos humanos e suas implicações ético políticas. Finalmente, questão decantada da atualização do próprio campo de sabre Psi: Ou os

psi, como 'defensores dos direitos humanos', assumem o questionamento da lógica que legitima a violência institucional por entender seus efeitos e limites, ou seja, a punição como consequência para manter comportamentos desejáveis, ou entra em uma lógica de piedosos que perdoa a despeito dos pecados. Espécie de novos cristãos em busca de almas a salvar, mesmo que a custo do sacrifício do desejo.

**Palavras-chaves:** Violência Institucional, Pesquisa Interferência, direitos Humanos

**Trabalho:** Direitos Humano, Moral e Ética

**Autor(es):** Maria Beatriz Sá Leitão, Cecília Maria Bouças Coimbra

**Resumo:** Nossa implicação com o tema da ética advém das nossas práticas de militância vinculadas às lutas pelos direitos humanos no Grupo Tortura Nunca Mais/RJ. Há vinte anos buscamos visibilizar uma história que sistematicamente vem sendo negada, ocultada, silenciada: a violência das forças conservadoras diante da experiência das lutas pela afirmação da vida travadas durante a ditadura militar e a conexão possível destas com as lutas atuais voltadas para a afirmação de diferentes e singulares modos de viver, agir, pensar, perceber e sentir. Lutar pelos direitos humanos tem, portanto, significado para nós, não apenas denunciar as violações ocorridas ontem e hoje exigindo respostas do Estado, mas suscitar uma análise crítica das forças de um pensamento que, encarcerado em modos de verdade a priori, impede o pensar-criar produzindo assujeitamentos. Surgem daí algumas interrogações: partindo do pressuposto de que o humano é sempre produzido, de qual humano estamos falando? Um humano equilibrado, obediente às regras, leis, limites que irão garantir a ordem imposta pelos poderes dominantes, produzindo um sujeito dócil, adaptado e bom reprodutor desta engrenagem? Tem sido nosso propósito dar relevo às invenções de outros modos ativos de existência onde a possibilidade de transformação e criação, onde as formas coletivas e solidárias de cooperação possam se atualizar e ganhar intensidade. Partimos, assim, do pressuposto de que o mundo, os objetos que nele existem, os sujeitos que nele habitam e, portanto, a realidade são produções histórico-sociais, não tendo uma existência em si, uma essência ou natureza. Eles são, pois, forjados historicamente por práticas que os objetivam e que são muito bem datadas. A realidade — enquanto produção histórica, não existindo em si e por si — está sempre sendo construída pelas práticas sociais, como um trabalho jamais acabado. O que propomos e afirmamos, portanto, é algo distinto do modo de pensar neoplatônico. Um pensar sem modelos a repetir, sem verdades a determinar o *modus-vivendi*. Um pensar, como dissemos anteriormente, que exige criação e invenção; um pensar que está no plano dos acontecimentos e evidencia-se nos movimentos e grupalidades que possibilitam a inauguração de outras formas de existência, expressando sensações e criações diversas daquelas impostas e reproduzidas. Por isso, afirmamos ser possível experimentar um mundo sem assujeitamentos, um mundo auto-regulável apesar das constantes capturas e constantes capturas e constrangimentos a que estamos sujeitos e expostos a cada momento de nossas vidas. Eis as referências iniciais para o entendimento da noção de Ética. Por outro lado encontraríamos a Moral, que não se refere ao exposto acima; ao contrário, ela remete à idéia de seguir o referencial das leis, o que imediatamente configura um assujeitamento. A construção de um “eu” das essências irá nos tornar prisioneiros da Moral, que impõe proibições e obrigações, um “deve-se”. Entendemos que estes deveres são historicamente criados, datados, sendo locais, fragmentários, parciais e temporários e não universais, homogêneos e totalizantes segundo a concepção dominante. Portanto, a Moral estará sempre relacionada a um sistema de julgamento, o que a diferencia da ética que desarticula esse sistema. A Moral impõe e naturaliza a oposição entre os valores universais Bem/Mal, aos quais o Homem sempre deverá estar subordinado. Essas categorias de Bem/Mal referem-se, ao já assinalado, à falta/mérito, ao pecado/remissão. Não por acaso, esse tipo de pensamento é o sustentáculo do sistema capitalista contemporâneo, onde ao lado da crença nas essências se afirma também a responsabilidade individual. Cria-se a falsa noção de sujeito autônomo, do livre arbítrio, e que se dá sempre no plano individual, respaldado pela crença na democracia representativa. Produz-se a reificação do indivíduo. Neste modo de ser e de estar no mundo, tudo será responsabilidade e atributo do sujeito. Entretanto, esta é apenas uma das formas possíveis de subjetividade em nosso mundo.

**Palavras-chaves:** Direitos Humanos, Militância Ética política, Moral

**Trabalho:** Periculosidade, pauperização e produção do inimigo interno

**Autor(es):** Maria Beatriz Sá Leitão

**Resumo:** A emergência das chamadas classes perigosas, segundo Foucault, deu-se em meados do século XIX com o surgimento do capitalismo industrial, através do dispositivo da periculosidade. Segundo o autor, tão importantes quanto as ações que o sujeito tenha praticado, são as que ele poderá vir a fazer dependendo de sua “natureza” — É o controle das virtualidades que se dá através da disciplina, do submetimento, do terror, das leis e normas que preservam a distinção Bem/Mal. Justificam-se, assim, através do conceito de periculosidade, são somente as desigualdades sociais, os recursos de dominação e as contínuas violações dos direitos humanos. A pobreza, ao longo dos dois últimos séculos, vem sendo associada ao perigo, à desordem, à violência, à criminalidade. Continuam sendo produzidos os “novos inimigos do regime”: os segmentos mais pauperizados; todos aqueles que os “mantenedores da ordem” consideram suspeitos e que devem, portanto, ser evitados e, mesmo, eliminados. Para esses “enfermos” — vistos como perigosos e ameaçadores — são produzidas identidades cujas formas de sentir, viver e agir se tornam homogêneas e desqualificadas. São crianças e adolescente já na marginalidade ou que poderão — porque pobres — ser atraídos para tal condição e que devem ser exterminados. A modernidade exige cidades limpas, assépticas, onde a miséria — já que não pode mais ser escondida e/ou administrada — deve ser eliminada. Eliminação não pela sua superação, mas pelo extermínio daqueles que a expõem incomodando os “olhos, ouvidos e narizes” das classes mais abastadas. Essa é a produção de “bodes expiatórios”, também assinalada na pesquisa de Baratta (1993), quando se projeta o mal numa parcela da sociedade que nos é “externa”, pela qual não temos responsabilidades, visto dizer respeito aos criminólogos, aos técnicos e ao Estado, quando muito. De certa forma, em muitos casos não há solução, por ser da natureza, da história e do meio ambiente desses indivíduos. Também, nos anos 60 e 70, durante o período de ditadura militar, aqueles que se opuseram ao regime de terror então imposto — os considerados “inimigos internos” segundo a Doutrina de Segurança Nacional vigente à época — foram tratados como criminosos violentos, justificando-se, então, as práticas de prisões ilegais, seqüestros, torturas, mortes e desaparecimentos de corpos com o objetivo de contê-los. Contenção esta, não somente a título de punição e exemplo, mas objetivando a produção de uma outra história: a história oficial que tenta ocultar os pensamentos, as práticas, os movimentos e a potência de grupos comprometidos com a possibilidade de transformação social. O retorno à militância, à participação ativa nos enfrentamentos e na reafirmação da solidariedade através das iniciativas do grupo, sempre coletivas, vêm trazendo para muitos, outras relações com o mundo, onde a alegria se expressa, onde o veneno se esvai, quando a vida se faz mais vibrante. Uma militante disse, uma vez: — “É preciso lembrar, para esquecer”. Eis a memória dos que viveram e vivem as violências; não uma memória individual, mas uma memória que é de todos nós; não como ressentimento, mas uma memória viva que pode nos ajudar a entender a vontade de garantir os direitos humanos hoje. Memória que não é privada, mas é necessariamente a história de todos: dos povos, das etnias, das comunidades... as histórias dos outros, que também sempre serão nossas. Não por acaso, a intensa luta que vêm desenvolvendo os Grupos Tortura Nunca Mais e outras entidades pela imediata abertura de todos os arquivos, ainda hoje considerados secretos, do período da ditadura militar. É importante lembrar, mais uma vez, que as práticas sociais constituem continuamente subjetividades (modos de pensar, perceber, agir, sentir) que afetam a todos diferentemente. Ninguém deixa de ser afetado pelas produções, somos agentes dessas afetações e podemos transformá-las ou não: somos também agentes produtivos de subjetividades

**Palavras-chaves:** Criminalização, Inimigo Interno, Modos de Subjetivação

**Atividade:** As raízes italianas do Movimento antimanicomial (Comunicações Científicas)

**Trabalho:** As raízes italianas do movimento antimanicomial

**Autor(es):** Maria Stella Brandão Goulart

**Resumo:** A apresentação se refere ao livro que está sendo publicado pela editora Casa do Psicólogo intitulado “As raízes italianas do movimento antimanicomial”. Ele compreende parte de tese de Doutorado em Ciências Humanas – Sociologia e Política – que analisou o surgimento do Movimento Antimanicomial e da Psiquiatria Democrática italianos: “De profissionais a militantes: a luta antimanicomial dos psiquiatras italianos nos anos 60, 70 e 80”. Este movimento social, capitaneado por psiquiatras, resultou no desencadeamento da Reforma Psiquiátrica italiana. Sua característica distintiva era a sustentação da tese de que havia necessidade do fechamento dos manicômios para que em seu lugar fossem estruturados serviços de saúde mental abertos e territoriais. Esta Reforma foi sustentada, normativamente, pela Lei 180 (Lei Basaglia), que restringia fortemente os casos de internação involuntária e estabelecia novos parâmetros de qualidade de atendimento e de respeito aos “doentes mentais” italianos. A Itália ficou mundialmente conhecida como o país que tivera a ousadia de fechar a maior parte dos seus hospitais psiquiátricos, instalando, em seu lugar, centros de saúde, cooperativas de trabalho, moradias para ex-internos, numa perspectiva de reabilitação social que foi considerada (e ainda é) revolucionária. A relevância deste processo está no fato de que a experiência italiana foi determinante para os rumos da política de saúde mental no Brasil, a partir dos anos 80 (séc. XX). O Movimento Antimanicomial brasileiro e as novas legislações no campo da saúde mental (nacional e estaduais) são tributários do compartilhamento de experiências entre os dois países. O livro, que gostaríamos de apresentar no CONPSI, salienta esta relação e enfoca o período referente ao surgimento do que se nomeia como Movimento de Luta Antimanicomial, resgatando a história de Franco Basaglia e de muitos outros personagens que teceram a rede social e política que permitiu a Reforma italiana. Procura-se traçar as linhas gerais de um mapa das primeiras transformações das instituições psiquiátricas, com destaque para as principais localidades que foram palco de movimentos reivindicatórios de reforma: Gorizia, Parma, Trieste, Perugia, e muitas outras. Desvela-se então o processo de expansão do Movimento Antimanicomial através do território italiano até a morte de Basaglia, em 1980. A pesquisa que deu origem ao livro ocorreu entre os anos de 2000 e 2001, na Itália, graças ao apoio da CAPES, que oportunizou a colaboração do Instituto Gian Franco Minguzzi e da Università degli Studi di Bologna com o projeto que foi desenvolvido no programa de doutorado. A pesquisa pautou-se no resgate de memória da primeira geração de lideranças do Movimento Antimanicomial e pesquisa documental, onde destacamos o estudo das principais publicações (revistas, anais de eventos do Movimento e livros) . É um estudo sociológico e político de um movimento social que, envolvendo diversas áreas, marcou o campo da saúde mental e da psicologia, redefinindo os horizontes éticos e de ação de uma prática social de exclusão e violência que se justificava na ciência. As referências teóricas remetem, em especial, à teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas, à teoria de movimentos sociais de Alberto Melucci.

**Palavras-chaves:** saúde mental, movimentos sociais, Reforma psiquiátrica

**Atividade: Análise das relações entre Individualismo e Coletivismo e Racismo Simbólico (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Análise das relações entre Individualismo e Coletivismo e Racismo Simbólico

**Autor(es):** Sheyla Christine Santos Fernandes, Tiago Henrique Lima Fontes

**Resumo:** A primeira variável analisada neste estudo é o conjunto individualismo e coletivismo. O individualismo está diretamente relacionado com os indivíduos que apresentam maior tendência a desejar o êxito, a valorizar sua própria intimidade, atuando segundo seus próprios interesses, nestes podemos observar seu distanciamento com o meio familiar e social como também uma forte independência enquanto o coletivismo vislumbra os indivíduos que valorizam mais os grupos, mantendo fortes afinidades com os demais membros do seu grupo, as relações interpessoais destes indivíduos são mais direcionadas, comumente, aos mesmos interesses com tendência à cooperação e ao cumprimento com os outros, essas pessoas dão uma extrema

importância ao fator comunitário, Já a segunda variável analisada, o preconceito, pode ser entendido como uma antipatia generalizada com base em características estereotipadas tidas como verdade, de forma que qualquer membro do grupo estereotipado seja percebido como semelhante pelo simples fato de sua pertença e, portanto, excluído socialmente. Atualmente constata-se que o preconceito, como variável imbricada nos processos sociais, vem tomando novos rumos, fazendo com que ser preconceituoso seja feio e aversivo. Desta forma, as pessoas têm a tendência de camuflar tais sentimentos, julgando-se como igualitárias e assim aderindo ao socialmente desejável. Uma das teorias mais proeminentes no estudo das novas formas de manifestação do preconceito é a teoria do racismo simbólico. Esta teoria tem como pressuposto central a crença de que as atitudes negativas contra os negros é fruto da preocupação dos americanos brancos acerca da violação dos princípios individualistas americanos por parte daqueles (obediência, ética, disciplina, sucesso), sendo esta ameaça, portanto, simbólica. O presente estudo teve como objetivo central analisar as relações existentes entre individualismo e coletivismo e o racismo, verificando se um maior valorização de si ou dos grupos está diretamente implicada com o preconceito, ou seja, se o fato de o sujeito ter uma maior valorização das atitudes individualistas poderia relaciona-se com o nível de preconceito racial, ou vice-versa. Sendo assim, o estudo foi realizado com 115 estudantes universitários da cidade de Aracaju, Sergipe, que responderam à escala multifatorial de individualismo e coletivismo formulada por Gouveia e cols. (2002) e à adaptação para o contexto brasileiro da escala de racismo simbólico de McConahay e Hough (1976), além de um conjunto de questões sócio-demográficas. Através de análises estatísticas com o uso do pacote estatístico SPSSPW 12.0 e da validação das escalas, pode-se encontrar indicadores psicométricos iniciais satisfatórios de ambos os instrumentos. A presente pesquisa encontra-se em processo de conclusão.

**Palavras-chaves:** Individualismo, Coletivismo, Racismo Simbólico

**Atividade: Psicologia Política:**  
**(Cursos - 4hs)**

**Trabalho:** Psicologia Política: da política da psicologia para a política da psicologia

**Autor(es):** Cornelis Johannes Van Stralen

**Resumo:** A psicologia política situa-se na interseção da psicologia (social) e da ciência política. Como campo interdisciplinar encontra suas raízes na necessidade de resolver problemas que emergem na sociedade. A psicologia política internacional teve como estímulos importantes o advento e os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial, abordando questões tais como: a personalidade do líder, o comportamento das massas, o uso de guerra psicológica, a socialização política, processos decisórios nas políticas internacionais, democracia e comportamento eleitoral. NO Brasil e América Latina o desenvolvimento da Psicologia Política é mais recente, datando da década de oitenta, ainda que haja precursores e trabalhos que abordam as relações entre psicologia e política. Mesmo sofrendo influência da psicologia política internacional o que se expressa no interesse inicial em estudos sobre comportamento eleitoral, as necessidades sociais concretas impuseram uma temática específica cujo eixo principal é a questão da exclusão social e da participação política. Nesta perspectiva tem ganhado atenção temas tais como movimentos sociais, identidade política, consciência política, ação coletiva, políticas públicas, influência da mídia. Atualmente, a psicologia política no BRasil está se consolidando, principalmente pelo fato de que consegui criar uma infra-estrutura própria: encontros científicos (os simpósios nacionais de psicologia política), uma revista ( a Revista de Psicologia Política), núcleos de pesquisa e disciplinas em cursos de graduação e pós-graduação. Preocupa, entretanto, o fato de que por mais que a psicologia política de situe na interseção da psicologia e ciência política, ela tem se desenvolvida quase exclusivamente como subárea da psicologia a despeito dos esforços de realizar encontros interdisciplinares. Isto tem consequências negativas para a formação na área da psicologia política, pois frequentemente se observa uma falta de familiaridade com a ciência política. Nesta perspectiva, o curso pretende dar uma introdução no campo sempre destacando a interseção entre a psicologia e a ciência política para evitar que ora prevaleça um visão psicologizante ora uma visão estruturalizante. Partindo da premissa que muitos estudantes e profissionais da psicologia estejam pouco familiarizados com a psicologia política, o curso inicia



com uma discussão sobre o objeto da psicologia política, contrapondo a política da psicologia à psicologia política e com uma breve análise da sua história, destacando a especificidade da psicologia política no Brasil e América Latina. Em seguida, serão discutidos os principais temas atualmente abordados na psicologia política brasileira, tais como movimentos sociais, identidade política, democratização, exclusão social, políticas públicas, mecanismos de inserção social. A partir da discussão dos temas também será abordada a pluralidade metodológica que caracteriza a área.

**Palavras-chaves:** psicologia política, política da psicologia, participação política

**Atividade: Psicologia e a questão da terra (Paineis)**

**Trabalho:** Psicologia e a questão da terra

**Autor(es):** Monica Machado de Matos, Fernanda Blanco Vidal

**Resumo:** O projeto 'Tecnologias Apropriadas para agricultores familiares em biomas do estado da Bahia' vinculado ao CNPQ busca a alteração da matriz de tecnologia de agricultores familiares para sistemas agroecológicos por meio de um processo político-educativo e de assessoria destes agricultores. Tal projeto desenvolve suas ações em duas regiões da Bahia- Caatinga (Monte Santo) e Mata Atlântica (Vale do Jequiriçá). O projeto interdisciplinar era composto pelas áreas de Agronomia, Veterinária, Biologia, Ciências Sociais e Educação. Através de estratégias participativas buscamos elaborar um diagnóstico para intervenção que permitisse uma dupla apropriação dos conhecimentos sobre a situação local - pelos pesquisadores e pelos próprios agricultores. Levantamentos de dados primários e secundários foram realizados. Alguns diagnósticos participativos realizados por meio do convívio direto com as famílias de agricultores foram realizados até a elaboração das oficinas e intervenções que seriam realizadas. Com estas oficinas-diagnósticos foi possível constatar algumas problemáticas das regiões: a questão da organização coletiva dos agricultores com problemáticas variáveis em torno das associações; utilização de agrotóxicos; elevado nível de desmatamento; diminuição ou escassez total de água; pouco acesso a políticas públicas; busca por soluções para as rendas das mulheres da região entre outros. Utilizamos metodologias de áreas variadas como o DRP- Diagnóstico Rural Participativo. As oficinas propostas foram ligadas às áreas de tecnológicas e humanas sempre concomitantes nas comunidades de modo a evitar abordagens unilaterais dos temas. Seguem algumas delas: oficinas como temáticas que trabalhavam a história e a cultura da comunidade através de fotografia, discussões e tentativas de solução para o desmatamento, oficina sobre biofertilizante - para evitar o uso de agrotóxicos, oficinas sobre associativismo e migrações, cultura corporal e lazer - visando criar alternativas de lazer no campo, curso de Agroecologia para agricultores da região. A principal dificuldade encontrada pelo projeto, além da precária organização dos trabalhadores, era o diálogo entre as áreas que participavam do projeto. Por conta das concepções muito pragmáticas por parte de alguns pesquisadores da área de agronomia, o trato com o tempo e os modos de organização das comunidades eram analisados como dimensões secundárias. Parte dos objetivos do projeto não foi alcançada e a importância de estudos e propostas para trabalhos que tenham estratégias interdisciplinares faz-se necessário. Mecanismos de descentralização de poder, estratégias de formação interdisciplinar para os estudantes e pesquisadores são fundamentais para que, no trato com as comunidades e a complexidade das realidades sociais, os fenômenos não sejam analisados e trabalhos de forma parcial e unilateral. O papel da psicologia no trato com as questões do campo é fundamental, embora pouco desenvolvido. Percebeu-se neste trabalho, como a atuação dos psicólogos nos contextos de organização do trabalho de agricultores, nos quais relações sociais e familiares interferem cotidianamente no andamento de projetos é fundamental. A psicologia vem se mostrando pouco interessada nos temas do campo e, portanto a discussão de temas relacionados à realidade rural e aos povos do campo deve ser pensada e mais incentivada em nossa categoria.

**Palavras-chaves:** Política, Agricultura, Educação

**Atividade: Psicologia e Políticas Públicas - a experiência de uma comissão como espaço de discussão e análise de um campo de inserção.**  
**(Temas em Debate)**

**Trabalho:** Comissão de Políticas Públicas do CRPRS- análise de um espaço de discussão.

**Autor(es):** Vera Lúcia Pasini

**Resumo:** O CRPRS constituiu em 2000 sua comissão de Políticas Públicas, visando reunir colegas da profissão para, juntamente com a gestão, discutir as ações da psicologia e a prática de seus profissionais nesta área. Durante esses anos a comissão teve diferentes modos de funcionamento definidos a partir da proposta política das diferentes gestões, bem como pelo acúmulo dos participantes sobre a temática. Nos primeiros dois anos, a comissão discutiu prioritariamente questões relativas às políticas públicas de saúde e preocupava-se com a formação dos representantes da categoria em conselhos de controle social na área da saúde. Deste modo foram realizadas oficinas de formação de conselheiros e encontros de discussão sobre o tema. Posteriormente emergiram as temáticas da criança e do adolescente e assistência social. Como estratégias de funcionamento, passaram a existir grupos de trabalho que aprofundaram os debates específicos. No início de 2005, logo após a posse da gestão PRAPSIS no CRPRS, entendendo a necessidade de articular os diferentes temas e suas implicações na prática cotidiana, houve um re-direcionamento dos modos de funcionamento vigentes na comissão naquele momento. A comissão passou a reunir-se semanalmente, propondo um debate mais amplo e que superasse as marcas de fragmentação, inerente a processos que acontecem em paralelo, garantiu em sua agenda política a discussão dos diferentes temas e seus desdobramentos, possibilitando que, contribuições das diferentes práticas, oriundas de diferentes lugares de inserção nas políticas públicas pudessem oxigenar a discussão e apontar novas perspectivas de intervenção. Como todo processo que provoca mudanças, vivemos inicialmente, certa resistência de alguns integrantes da comissão, mas logo constituiu-se um coletivo bastante engajado e disposto a refletir sobre as ações e intervenções da psicologia nas políticas públicas, tendo como pressupostos a integralidade, a intersetorialidade, a participação social. A partir de então a comissão passa a se transformar em um espaço de discussão, formação de opinião e tomada de decisões sobre os diferentes temas afetos às políticas públicas e suas interfaces com a psicologia. As discussões na comissão, durante todo este processo deram suporte às participações feitas por seus integrantes em diversas instâncias de controle social, bem como para a tomada de decisões da gestão sobre temáticas pertinentes a esse campo. Tendo como sistemática, reuniões intercaladas de pauta aberta (para discussão de assuntos trazidos pelos participantes) e pauta temática (para aprofundamento de assuntos sobre os quais o grupo considera importante apropriar-se. Ex. Inserção de psicólogos(as) nos PSFs/SUAS/Consórcio de Saúde/Sistema Prisional/CREPOP). As discussões costumam ser calorosas e nem sempre convergentes quanto ao entendimento ou posição dos participantes sobre o assunto, porém preserva em todos os seus encontros, o respeito e possibilidade de defesa de argumentos garantida a todos os participantes. Essa forma de organização tem conferido a comissão de políticas públicas do CRPRS um espaço de exercício democrático que julgamos não um exemplo a ser seguido, mas um espaço a ser compartilhado, e é isso que esperamos ter a oportunidade de fazer nesta mesa.

**Palavras-chaves:** Psicologia, Políticas Públicas, exercício democrático

**Trabalho:** Psicologia e Controle Social – A experiência da Comissão de Políticas Públicas do CRPRS

**Autor(es):** Silvia Giugliani

**Resumo:** Propor como tema desta mesa - Psicologia e Controle Social - é propor dialogar com um dos maiores desafios que tem se apresentado para a Psicologia e para muitos dos psicólogos. De quem falamos? Provavelmente falamos de uma categoria que em sua maioria, nos dias de hoje, tem tido como possibilidade de trabalho, por opção ou não, preparada ou não, o

campo das políticas públicas. Não deixa de ser uma temática nova, muito embora faça parte do cotidiano de muitos profissionais e de suas práticas nos últimos 20 anos. Deve pesar aí, o fardo de que, historicamente a psicologia manteve-se afastada das ações e relações conectadas com o coletivo, seu “objeto” de trabalho era o indivíduo, o privado. Para muitos e por muito tempo esta foi considerada a única realidade possível. É necessário e honesto dizer, que embora muitos profissionais, vinculados às políticas públicas, tenham se dedicado com maior ou menor empenho em suas práticas cotidianas, este debate, pontual ou permanente, individual ou coletivo, não era pauta na agenda política das gestões na maioria dos CRs do sistema conselhos. E poderíamos dizer que talvez ainda não o seja em muitos. Movimentos recentes tentam mudar este cenário. Do que falamos? O contexto social tem imposto à psicologia e aos psicólogos comprometidos com a execução das políticas públicas, a necessidade de (re)pensar suas teses. A tensão não chega de mansinho, ela brota nos incontáveis pedidos de ajuda das populações desassistidas, excluídas, que acabam sendo convencidas das suas doenças, das suas fraquezas e, resignadas tomam para si a responsabilidade por seus adoecimentos. Ao buscar caminhos que possibilitem esta reflexão, inexoravelmente nos deparamos com processos de formação, ainda em plena vigência nos cursos de graduação, que oferecem disciplinas fragmentadas, desconectadas, articulada a saberes que não dialogam com o cotidiano, com as realidades de hoje. Urge fazer um diagnóstico. Não das patologias, não das individualidades e sim, um diagnóstico das realidades, impregnar o debate com fatos do cotidiano, com as dores, sofrimentos e possibilidades de sujeitos apartados dos processos produtivos, da roda da vida. Porque falamos? Enfrentar esta realidade não será tarefa fácil, nem de poucos, nem por pouco tempo. Os diagnósticos são feitos por pessoas, sujeitos inscritos no mundo. Nossa experiência, a partir da implantação da comissão de políticas públicas não se pretende absoluta, insuperável. É sim, uma tentativa de coletivamente - e por quem intervém direta ou indiretamente nestas realidades e por isso, mobilizado por ela - repensar nosso lugar, nossa marca, nossa diferença. Este é o desafio que propomos com o debate. Articular conexões, reconhecer e produzir saberes sobre a Psicologia, as Políticas Públicas e Controle Social, tem sido um dos caminhos possíveis nesta jornada. Passos de uma caminhada que tem se constituído a partir da consolidação de espaços permanentes, inscritos no cotidiano do CRP, atravessando os debates, as comissões dentro e fora do Conselho, buscando superações a partir de construções como a da integralidade, produção de subjetividades, empoderamento dos sujeitos e seus coletivos, das redes sociais. A caminhada que se apresenta não é fácil, nem tranqüila, tampouco poderá ser feita solitariamente. A tensão, democraticamente, permeia muitas áreas do conhecimento. Nossa experiência tem mostrado que movimentos que agreguem os psicólogos e outros atores sociais serão movimentos muito mais efetivos e propositivos na busca de novas práticas, cada vez mais implicadas com a vida e com a dignidade humana.

**Palavras-chaves:** Psicologia, Políticas Públicas, Controle Social

**Trabalho:** Psicologia e Saúde Pública – Articulações

**Autor(es):** Elaine Rosner Silveira

**Resumo:** Nos encontros sobre psicologia e saúde pública que ocorreram em Porto Alegre em 2006 constatou-se a pouca tematização e escrita sobre este assunto, a formação acadêmica voltada para o ideal de consultório e pouco voltada para as políticas públicas, a necessidade de se pensar a clínica de forma mais ampla na saúde. Porém muitas vezes se acentua apenas a atuação da psicologia no âmbito do preventivo na área da saúde pública, minimizando a importância do curativo. Dessa forma se esquece da segunda diretriz do SUS que fala do atendimento integral e da priorização das atividades preventivas sem prejuízo das curativas. Historicamente no Brasil, já desde o início do século se separavam as ações da saúde pública que eram voltadas para campanhas contra epidemias, da assistência médica e individual aos trabalhadores, que no governo militar era realizada pela Previdência Social. Uma divisão tradicional entre a epidemiologia e a clínica que não percebe que não há a primeira sem a segunda, sem a identificação individual dos casos de doença ou de risco, como bem assinala Gastão Campos. A oposição entre clínica e saúde pública se assenta numa separação artificial entre individual e coletivo, ainda segundo Campos, a idéia de que não é do âmbito da saúde pública a questão do sofrimento do indivíduo. Como se houvesse uma dimensão puramente

individual do sofrimento, como se este não fosse também determinado socialmente. Com a criação do SUS há a proposta de integrar epidemiologia e clínica e unificar essas ações. De ultrapassar essa divisão entre ações coletivas e ações individuais, ou entre o curativo e o preventivo, que são dicotomizações pouco produtivas para pensar a atenção à saúde da população. Hoje há na saúde pública um alto índice de medicalização do sintoma psíquico. Na área de saúde mental observa-se com frequência crises de ansiedade ou situações de luto que por não terem uma possibilidade de elaboração simbólica pela fala acabam se cronificando e aos sintomas. A medicação é usada muitas vezes como primeiro recurso ou até o único para atender os problemas de saúde mental. Ao não fazerem essa escuta qualificada, esse trabalho curativo, os psicólogos acabam deixando para a medicalização do sintoma a única saída do sofrimento psíquico, aumentando esse problema de saúde pública. O curativo e a clínica em estrito senso têm seu lugar na saúde pública, juntamente com a idéia de ampliar seu espectro de atuação. Para Gastão Campos, a clínica ampliada centra no sujeito enfermo, e não na doença, assim como nos grupos de sujeitos que o cercam, nas instituições, seu contexto sócio-econômico. Bem como também na possibilidade de articulação interdisciplinar entre as clínicas das diferentes áreas para superar a fragmentação e tornar mais eficazes as ações.

**Palavras-chaves:** psicologia,saúde pública,SUS

**Trabalho:**Práticas psicológicas e o sistema indivíduo de saúde.

**Autor(es):** Anita Guazzelli Bernardes,Neuza Guareschi,Eliane Cadoná

**Resumo:** Esta discussão se fundamenta em operações conceituais foucaultianas sobre sujeito e biopoder para colocar em questão as formas pelas quais as práticas psicológicas adentram o campo da saúde pública. O objetivo é problematizar a maneira da Psicologia subsidiar os jogos de biopoder que intensificam a privatidade do indivíduo por meio de práticas e procedimentos que o tornam não apenas responsável pelos processos de adoecimento, mas o mantém responsabilizável. A manutenção do responsabilizável torna-se um dos mecanismos biopolíticos da Psicologia, que por meio da configuração das práticas psicológicas como “uma psicologia do normal, do adaptativo, do organizado” a insere na esteira das biopolíticas. Parte-se das discussões de Foucault sobre a configuração de uma sociedade da norma que abre para as práticas psicológicas um espaço de expressão na economia política. A relação das práticas psicológicas com a economia política diz respeito à formulação de um sujeito governável pela política, um “eu” privado, elemento de uma população, administrável por meio de uma economia psíquica. Desse modo, o processo de objetivação da saúde, no campo da Psicologia, parte das disfunções individuais para os efeitos dessas no conjunto da população. As práticas de governos “psi” forjam o privado e o justificam como uma forma de proteção do conjunto da população. Nesse sentido, a saúde pública, como formulada pela Medicina, não é objeto da Psicologia, na medida em que o que está em jogo é a saúde do indivíduo. O instrumento de normalização é encontrado nas práticas psicológicas que começam a entrar no cotidiano das comunidades mediante tecnologias de equilíbrio social. O equilíbrio social será administrado a partir de dois domínios: os reformatórios psíquicos e as ressocializações psíquicas. As práticas psicológicas não se voltam especificamente para os fenômenos da pobreza enquanto característica de processos sociais forjados pelo capitalismo, mas se ocupam e formulam a pobreza psíquica do indivíduo privado. A Psicologia oferece para a saúde pública a interioridade do sujeito público e a racionalidade técnica para seu governo. Essas relações afirmadas ou negadas referem-se às formas de intervenções psicológicas que tanto operam na interioridade do sujeito/indivíduo/privado necessárias para delimitar o domínio das práticas psicológicas quanto na problematização perene das formas de subjetivação pela saúde. Para o pensamento técnico das práticas psicológicas, a rede de saúde pública é tomada como espaço geográfico de localização da pobreza psíquica da população, é a topologia, por excelência, dos marcadores identitários da carência do psiquismo em relação as possibilidades de vida. Assim, as práticas psicológicas na rede de saúde pública constituem-se como um território que filia o desfilado à saúde, não em termos de práticas de liberdade, mas de práticas de recrudescimento da miséria humana. Psicologia. Articular-se ao campo da Saúde Coletiva torna-se uma necessidade para as

práticas psicológicas no que tange a invenção de novas tecnologias de governo psíquico: direito e dever. O coletivo não é um conceito-problema no campo psicológico apenas um outro modo de designação da população e bem-estar social na medida em que o Sistema Único de Saúde é objetivado como uma estratégia voltada para a população que não tem acesso à rede privada e carente de recursos psíquicos para modificar a sua condição de vida.

**Palavras-chaves:** Psicologia, práticas psicológicas, biopoder, saúde pública, SUS

**Atividade:** Algumas estratégias e dispositivos políticos do CRPRJ em análise (Temas em Debate)

**Trabalho:** A TESOUREARIA COMO DISPOSITIVO DE ANÁLISE POLÍTICA NO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

**Autor(es):** Pedro Paulo Gastalho de Bicalho

**Resumo:** A partir de dados históricos da secretaria e tesouraria do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, como evolução de número de inscritos, cancelamentos, reinscrições, adimplência e quantidade de psicólogos ativos, colocamos em análise a perspectiva que incompatibiliza tesouraria e política, um tipo hegemônico de racionalidade que impõe a oposição dicotômica entre teoria e prática, ciência e ideologia. Logo, não trabalhamos com dados apenas pesquisados ou compilados, mas com um certo modo de funcionamento e na análise do lugar que ocupamos como tesoureiros dos atuais dezesseis conselhos regionais que compõem o sistema conselhos de psicologia do país. Defendo que para isso não basta lisura ou honestidade mas, sobretudo, o questionamento a uma determinada concepção de psicologia apolítica, individualizante e intimista, bem como o entendimento do tesoureiro como “vigia do patrimônio”. No ano de 2005 foi realizado o primeiro planejamento estratégico do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, visando a gestão do ano de 2006. Foram construídos coletivamente os desafios que se impunham à atual plenária e, como desafio amplo, “desenvolver uma gestão que supere o agir estritamente administrativo-gerencial”. Foram construídos, ainda, dois desafios específicos: “afirmar políticas de gestão no sentido de promover e ampliar o diálogo CRP-categoria-sociedade” e “realizar gestão político-administrativa e financeira com qualidade, dando seguimento ao processo de reorganização/saneamento do CRP-05”. Ao analisarmos a evolução histórica do número de psicólogos ativos (todos os inscritos, exceto cancelados e falecidos, independente da situação de adimplência), percebe-se que tal variável cresce de acordo com um padrão linear: 18171 psicólogos ativos em 1995, 18913 psicólogos ativos em 1996, 19304 psicólogos ativos em 1997, 19781 psicólogos ativos em 1998, 20222 psicólogos ativos em 1999, 20722 psicólogos ativos em 2000, 21533 psicólogos ativos em 2001, 22172 psicólogos ativos em 2002, 22812 psicólogos ativos em 2003, 23345 psicólogos ativos em 2004 e 23874 psicólogos ativos em 2005. Apesar do crescimento linear (dados referentes à secretaria), tal linearidade não se apresenta quando isolamos a variável adimplência (dados referentes à tesouraria). Ou seja, a razão entre psicólogos adimplentes e inadimplentes não evolui da mesma forma como os ativos: 11292 psicólogos adimplentes em 1995, 10837 psicólogos adimplentes em 1996, 11637 psicólogos adimplentes em 1997, 12785 psicólogos adimplentes em 1998, 12927 psicólogos adimplentes em 1999, 14031 psicólogos adimplentes em 2000, 14016 psicólogos adimplentes em 2001, 13513 psicólogos adimplentes em 2002, 13556 psicólogos adimplentes em 2003, 12122 psicólogos adimplentes em 2004 e 14843 psicólogos adimplentes em 2005.

Percebe-se, com muita clareza, que a situação de intervenção do Conselho Federal devido a irregularidades administrativas na gestão da X Plenária do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro é refletida no pagamento da anuidade dos psicólogos, evidenciado pelo fato de que a anuidade de 2005 (primeira da atual gestão) apresenta um crescimento de 22,45% (record histórico) na taxa de adimplência de pagamento da anuidade, enquanto o crescimento do número de ativos, no mesmo ano, é de 2,27%. É de dentro deste cenário que emergem as perguntas que se colocam para todos aqueles que trabalham objetivando traçar uma cartografia do presente, de modo a identificar os pontos de asfixia do processo vital – as linhas duras - e fazer irromper aí a força de criação de outros mundos – as linhas de fuga. O que podem nossas forças de criação para enfrentar este desafio? Que dispositivos estariam conseguindo fazê-lo? Quais deles estariam tratando o próprio território da tesouraria – prática

meramente burocrática -, como fonte para se pensar nossas inserções políticas? Respostas a estas e outras tantas perguntas estão sendo certamente construídas por diferentes práticas junto aos territórios que se reinventam a cada dia. Impossível prever os efeitos que envolvem nossas diferentes práticas, mas há uma aposta. E, aqui, aposto que não é por acaso que os dados se apresentam da maneira como se dão. Como também não é por acaso que levamos tais discussões para um congresso onde se discute psicologia e suas práticas.

**Palavras-chaves:** tesouraria,gestão,prática,política,psicologia

**Trabalho:**TÍTULO DE ESPECIALISTA: UM DISPOSITIVO EM ANÁLISE

**Autor(es):** Maria Márcia Badaró Bandeira,Eliana Vianna Soares

**Resumo:** A perspectiva inicial, segundo a qual a concessão do título de especialista corresponderia a um valor agregado ao diploma de graduação generalista, nem sempre foi confirmada, pelo menos não no Rio de Janeiro. Em 2005, o CRP-05 realizou um levantamento acerca do impacto do título de especialista junto aos psicólogos, convidando-os para discutirem os resultados num Fórum. Ambos os dispositivos, levantamento e Fórum, indicaram que muitos colegas vêm tendo problemas para obtenção de credenciamento junto a Planos de Saúde e até de renovação dos mesmos, por não possuírem o título. Profissionais dedicados a determinadas áreas estão sendo impossibilitados de obter o título e o registro em suas carteiras profissionais, não porque careçam de prática ou reconhecimento social, mas por não preencherem os requisitos exigidos pelas Resoluções CFP 014/2000 e CFP 02/2001. Desde o Fórum, a CATE do CRP-05 vem recebendo regularmente consultas de psicólogos que necessitam comprovar titulação nos processos seletivos dentro e fora da área governamental. O desconhecimento da categoria sobre o assunto é grande e maior ainda é a frustração ao saberem que, mesmo com experiência no seu campo de trabalho, não poderão requerê-lo, a qualquer tempo, por "experiência comprovada", restando-lhe apenas esperar pelo concurso ou freqüentarem cursos de especialização credenciados pelo CFP. Há muito aprendemos que legislações e resoluções servem para regular e coibir abusos. Entretanto, também aprendemos que muitas vezes produzem cristalizações que imobilizam e discriminam. Aprendemos que os movimentos legisladores, ao fundarem seus pilares, o fazem com o intuito de estabelecer limites. Entretanto, quando esses limites, antes de protegerem, produzem cerceamentos e acirramento das demandas competitivas nas leis de mercado, precisam ser revistos. Há ainda outra linha de argumentação sobre o tema: o fenômeno das crescentes especializações, como ocorre, por exemplo, na área da medicina. Entretanto, esse fenômeno, visto por um lado como ampliador da vida, veio acompanhado de outro, indesejável e de caráter despontencializador. Na área médica, a visão cada vez mais especializada tende a fragmentar o corpo em pedaços sem articulação. O médico especialista pode dominar o saber sobre uma parte específica do corpo, mas freqüentemente perde a noção do conjunto, do sistema integrado, sem falar no que o torna vivo e desejante, ou seja, "os aspectos psicológicos". Na psicologia também vemos produzidos esses efeitos, quando ainda temos, na formação acadêmica, uma predominância da psicologia clínica, intimista, ahistórica, descontextualizada das questões político-sociais que atravessam o campo da subjetividade. Cada vez mais fortalecemos e naturalizamos a divisão social do trabalho, base do funcionamento capitalista, neoliberal. Segundo COIMBRA (2003), instituem-se assim "dois territórios muito bem definidos: o primeiro, o do saber-poder, é identificado como o lugar da competência, do conhecimento/reconhecimento, da verdade, dos modelos, da autoridade, do discernimento, da legitimidade e adequação de certos modos de ser. O segundo, o do não saber, o da falta, caracterizado como território de exclusão, visto ser desqualificado, condenado, segregado[.].". Assim, os que são considerados incompetentes irão apenas executar o que foi planejado e pensado pelos "iluminados" especialistas. Acreditamos que a introdução do título de especialista em Psicologia guarda uma relação direta com este efeito. Quando se denominam psicólogos como especialistas em hospitalar ou em organizacional, indica-se para a sociedade, e para a categoria profissional, que talvez os psicólogos em um hospital não precisem também entendê-lo como uma organização, e que aqueles que estejam nas empresas não necessariamente precisam dirigir suas preocupações para os aspectos de saúde e doença produzidos na organização. Lembremos René Lourau quando nos ensina a distinguir os termos

campos de análise e campos de intervenção. Quando psicólogos atuam em escolas ou hospitais estão nos estabelecimentos, locais, espaços de intervenção. Por outro lado, as decisões teóricas, técnicas e políticas que alicerçam suas práticas configuram os campos de análise. Assim, as especialidades definidas pelo CFP apontam para os campos de intervenção como se estivessem atrelados a uma posição teórica especialista, exclusiva para cada campo. Com a análise institucional, também aprendemos a verificar criticamente os efeitos de nossa prática profissional e analisarmos as encomendas de trabalho que nos são feitas. Ambas as atitudes são, ao mesmo tempo, ético-políticas e técnicas, e apontam para que os campos de intervenção e de análise freqüentem planos distintos. O dispositivo título de especialista pode estar operando uma fragmentação dentro da própria prática profissional e, sobretudo, esvaziando o exercício político e ético que garantiria o compromisso da psicologia brasileira com as transformações necessárias para a construção de uma sociedade menos discriminatória. Se os próprios psicólogos determinam para si a fragmentação de seu cotidiano discursivo e prático, então será difícil sustentar a posição de agente transformador, compromisso freqüentemente reafirmado em fóruns, congressos e códigos de ética profissional. Propomos, portanto, que seja iniciada uma ampla discussão do tema do título de especialista, num movimento de oxigenação que permita revisitar prós e contras.

**Palavras-chaves:** título de especialista, política, gestão

## Área: Ética

**Atividade: Crise de Valores e Valores em Crise: O Civismo em discussão (Mesas Redondas)**

**Trabalho:**Valores em jogo: avaliação que estudantes universitários fazem de alunos cotistas

**Autor(es):** Maria Suzana S. Menin,Alessandra de Moraes Shimizu,Divino José Da Silva Silva

**Resumo:** Valores em jogo: avaliação que estudantes universitários fazem de alunos cotistas

Ações afirmativas buscam por justiça. São um meio de compensar prejuízos causados pelas mais diversas formas de discriminação que um povo ou grupo sofreu por um período considerável. Superar esse desfavorecimento, compensar perdas, reequilibrar condições de desenvolvimento em suas diversas esferas, são os motes das políticas de ação afirmativas. Entre essas políticas, surge a proposta de cotas para o ingresso de negros nas universidades brasileiras. A inclusão das cotas em nossas universidades é recente. Começou há menos de cinco anos (2001) no Rio de Janeiro (UERJ) e Brasília (UNB), se expande atualmente para mais de 20 universidades de diversas regiões do Brasil. Apesar da adesão de várias instituições de ensino, esse tipo de política tem gerado posições contraditórias. Há pesquisas que mostram ceticismo e revelam posições contrárias por parte da opinião pública com base em argumentos como: seria um privilégio restrito aos negros, excluindo outras minorias sendo mais viáveis políticas universalistas; estimularia o preconceito racial por meio da estigmatização dos alunos beneficiados; proporcionaria uma perda de qualidade do ensino; e, ainda, devido à crença de que não há uma identidade de cor definida no país, haveria dificuldade na seleção de indivíduos que se beneficiariam das cotas (SANTOS, 2003; CAMARGO, 2005; AUGUSTO BRANDÃO, 2004; VELOSO, 2005). Por outro lado, alguns estudos mostram o apoio de certos segmentos da população brasileira a essa iniciativa, inclusive por parte de docentes que ministram aulas em instituições que já adotaram a política de cotas, os quais declaram que não houve mudanças na qualidade de ensino e que as relações raciais na universidade permaneceram iguais ou, até mesmo, melhoraram. (PETRUCCELLI; FERREIRA; BRANDÃO, 2006). Recentemente, realizamos (SHIMIZU; CIOLDI; BUSCHINI; MENIN; SILVA, 2006) uma pesquisa em que comparamos as posições de estudantes de uma universidade pública do Estado de São Paulo que não adota a política de cotas. Foram aplicados diferentes tipos de questionários nos 403 universitários participantes, os quais objetivavam verificar se suas representações sobre esse tema variavam conforme as possibilidades de ingresso à universidade, a saber: 1) vestibular simples; 2) cursinhos para alunos carentes; 3) cotas simples (uma certa parte de vagas é reservada aos alunos negros que as disputam entre si; caso as vagas não sejam ocupadas voltam a ser oferecidas aos outros estudantes); 4) cotas duras (uma certa parte de vagas é reservada aos alunos negros que as disputam entre si; caso as vagas não sejam ocupadas por estes alunos elas permanecem sem alunos). Os públicos-alvo nessa pesquisa eram: negros, afrodescendentes ou alunos de escolas públicas. Verificamos que quanto mais as políticas ameaçam a concorrência ao vestibular, como as cotas duras, mais são vistas de forma negativa; ou seja, apontadas como inconstitucionais, injustas ou até discriminatórias. Na mesma medida, mais seus usuários, no caso, negros ou afrodescendentes, são considerados negativamente, como aproveitadores, ou até vítimas de mais discriminação. Por outro lado, constatamos, nesse mesmo estudo, que os estudantes consideram que há um desfavorecimento real em relação aos alunos provindos de escolas públicas (mais que entre alunos negros e afrodescendentes) e, assim, as políticas de cotas podem ser melhor admitidas para eles que para os demais públicos-alvos abordados na pesquisa. De todas as medidas, o cursinho para alunos carentes é visto como a medida mais positiva ou justa e menos ameaçadora; embora certas pesquisas mostrem a pouca eficácia real dos cursinhos em favorecer o ingresso de negros nas universidades públicas (SANTOS, 2004; AUGUSTO BRANDÃO, 2004). Outro dado importante é que, quando identificada a pertinência social e racial



dos participantes da pesquisa, os estudantes de menor faixa salarial e negros são mais favoráveis às políticas de cotas do que os demais, mostrando que um posicionamento favorável a esse tipo de ação afirmativa é, ainda, restrito ao grupo beneficiário. Propomos, agora, uma investigação em que analisaremos as respostas abertas a uma das questões que fizemos na pesquisa em foco (SHIMIZU, CIOLDI, BUSCHINI, MENIN, SILVA, 2006), na qual pedimos a descrição dos alunos negros (ou afrodescendentes, ou de escolas públicas) que seriam usuários de uma das formas propostas de ingresso à universidade (do vestibular às cotas). Nosso objetivo é investigar quais valores estão mais presentes na avaliação que os estudantes fazem a respeito dos supostos usuários dessas diferentes formas de ingressar nas universidades: do vestibular às cotas. Como método, usaremos duas abordagens. Numa, utilizaremos o ALCESTE (Analyse Lexicale par Contexte d' un Ensemble de Segments de Texte), de forma a investigar a presença de classes de respostas e sua correlação com as condições de ingresso à universidade e com o público ingressante. Na seguinte, faremos uma análise de conteúdo onde buscaremos identificar que valores morais são evocados pelos jovens para avaliar os usuários das políticas de cotas e para justificar suas posições favoráveis ou contrárias às mesmas.

**Palavras-chaves:** Valor;,MOral,Cotas,Representação Social

**Trabalho:**Adolescência, Personalidade e Projeto de Vida Solidário.

**Autor(es):** Denise D Aurea Tardeli

**Resumo:** Adolescência, Personalidade e Projeto de Vida Solidário. RESUMO O objetivo da pesquisa é compreender como se dá a formação de um projeto de vida solidário nas personalidades jovens. Dentre as virtudes, escolheu-se a solidariedade por ser considerada uma virtude pública, política e interativa, além de aparecer no cenário ocidental atual com grande frequência. O estudo pretende analisar a consistência entre o que os adolescentes pensam sobre si mesmos no presente e as projeções idealizadas de futuro. A hipótese é que a manifestação da solidariedade poderá relacionar-se à construção de um projeto ético de vida: se o despertar para a justiça ocorrer, a participação solidária do adolescente na sociedade tornar-se-á central na formação de sua personalidade, ou seja, a idealização de um projeto de vida com tendências mais humanistas e maior proximidade de ações solidárias. Já, os projetos de vida com tendências mais voltadas aos bens de consumo e ao individualismo, a solidariedade ficaria numa posição periférica no desenvolvimento da personalidade. O corpo teórico da pesquisa se insere na área da Psicologia Moral, nas teorias de Kohlberg, Piaget, nos estudos de Hoffman, Eisenberg, Puig e La Taille e outros e na Psicologia do Desenvolvimento, no que se refere à adolescência. O método consistiu em um depoimento escrito com 776 sujeitos, de ambos os sexos, na faixa etária de 15 a 19 anos, sendo 396 oriundos de escolas particulares de ensino e 380 de escola pública. Na primeira parte do instrumento, foram utilizadas 3 histórias do PROM – Prosocial, Reasoning Objective Measure – que é um teste que avalia a manifestação de pró-sociabilidade em categorias que apresentam a pró-sociabilidade mais hedonista até a mais amadurecida ou internalizada. E na segunda etapa, foi proposto que os sujeitos escrevessem sobre como desejariam suas vidas daqui dez anos. Os resultados apontaram sujeitos ainda imaturos na pró-sociabilidade – estágio pré-convencional - o que supostamente gerou representações futuras de âmbito privado, ou seja, há a inclusão do outro em seus planos de vida, mas de forma inter-subjetiva, envolvendo pessoas próximas ou familiares. Evidencia-se a busca do prazer compartilhado em detrimento à busca do dever o que podemos hipoteticamente apontar como uma mutação nas concepções morais – valores em crise? Somente uma parcela pequena da amostragem demonstrou a manifestação da pró-sociabilidade que foi correlacionada com representações de uma vida futura em que ocorra a possibilidade de participação e intervenção solidária. Foram percebidas diferenças muito pequenas entre gêneros, sendo que nas meninas, a manifestação solidária é mais expressiva – que se compatibiliza com a teoria de Gilligan para uma nova moral. E ainda a variável Trabalho/Profissão que apareceu significativamente nos projetos de vida dos jovens que é positiva, já que anuncia a necessidade de uma participação social de alguma forma. Concluiu-se que, para que haja a formação de personalidades morais, com princípios éticos consistentes, a Educação e a sociedade como um todo devem oportunizar às gerações mais novas, a possibilidade de experiências que envolvem situações de empatia, compromisso e responsabilidade frente as mudanças culturais,

econômicas e políticas em crise. A manifestação da solidariedade depende de uma formação moral consistente que se inicie na infância e na adolescência para que, no futuro, as personalidades assumam a perspectiva ética e solidária. Palavras-chave: Adolescência. Virtude. Moral. Solidariedade. Projeto de Vida. Personalidade

**Palavras-chaves:** Adolescência, Virtude, Moral, Solidariedade

**Trabalho:** Competência Cívica, Ética e Moralidade.

**Autor(es):** Julio Rique Neto, Cleonice Pereira dos Santos Camino

**Resumo:** Competência Cívica, Ética e Moralidade. Crise de Valores ou Valores em Crise? Introdução Este trabalho aborda a questão de crise de valores ou valores em crise através de um estudo sobre competência cívica. Seis questões de interesse serão investigadas: 1. Como definir competência cívica contemporaneamente? 2. Como os jovens expressam competência cívica? 3. Como competência cívica se relaciona à psicologia dos valores sociais e morais? 4. Como os jovens justificam sua crença que competência cívica no Brasil é útil ou inútil? 5. O que diferencia justificativas sobre atitudes de competência cívica? 6. Será que o pensamento cívico: se desenvolve através de uma constante participação democrática por interesses com esforços renovados, ou é representado por momentos de faltas (no conhecimento, na motivação, na autonomia) versus momentos de motivação para participação democrática? Justificativa Entre outras possíveis definições, La Taille (informação pessoal), apresenta “Crise de valores” como a idéia de que os valores morais estariam ‘doentes’ e, logo, correndo perigo de extinção.” E, “Valores em crise” seria o fato de que os valores morais não desapareceram, mas que estariam mudando de interpretação. Logo, ‘crise de valores’ remeteria à presença ou ausência de legitimação da moral, enquanto ‘valores em crise’ nos faria pensar num processo de transformação dos referidos valores, mas não à sua ausência ou progressivo desaparecimento.” Considerando valores sociais segundo Piaget (1965/1973), ‘crise de valores’ ou ‘valores em crise’ não são categorias mutuamente exclusivas. Toda sociedade funciona a partir de uma heterogeneidade de valores que são alterados significativamente a partir de revoluções científicas e econômicas, mas se conservam ao longo da história através de ajustes aos “tempos modernos (Modern Times, EUA, 1936)”. Nesse sentido, a perspectiva de ‘valores em crise’ é a categoria que mais se aproxima de nossa visão de ‘valores em desenvolvimento’. Focando a discussão sobre valores no contexto político das eleições de 2006 no Brasil, a população de jovens entre 15 a 24 anos é de aproximadamente 35.000.000 (IBGE). Desse contingente, um número recorde de jovens com 16 anos indicou interesse de votar pela primeira vez. O Instituto de Educação Superior de Brasília (IESP), cidade que em comparação com o resto do País apresentou o número mais baixo de novos eleitores com 16 anos em 2006, entrevistou 691 jovens com idade entre 16 e 17 anos e observou que a maioria desses jovens (61.6%) pretendia votar, enquanto que outros (24.5%) estavam indecisos e o restante (13.9%) informou que não irá votar de jeito algum. Diz ainda a pesquisa que “os jovens que não querem votar apontam a falta de segurança e a ausência de candidatos honestos e competentes como maiores justificativas”. Rosângela Giembinsky, autora da pesquisa, interpretando os resultados “lamenta que a juventude desconheça as eleições como forma de participação política, relacionando política apenas aos escândalos que acontecem no Congresso”. “Para grande parte dos entrevistados”, continua a pesquisadora, “o voto tem grande importância com 80% dos jovens acreditando que o voto representa chance de mudanças, exercício da cidadania ou esperança. Apenas 4,6% dizem que votar é inútil” (<http://aprendiz.uol.com.br>). Sem necessariamente discordar com a análise da colega pesquisadora e partindo do ponto de vista do desenvolvimento social e moral, pergunta-se: como os jovens justificam sua crença que votar é útil ou inútil? O que diferencia essas justificativas sobre a atitude política desses grupos? Seria, por exemplo, a qualidade do pensamento moral? Ou, será que independentemente do pensamento moral, essas atitudes representam diferenças na competência cívica dos jovens brasileiros com relação ao voto? Como se vê, é necessário uma análise mais aprofundada sobre o assunto. Ainda, nas últimas décadas a “educação moral” se tornou objeto de pesquisa científica e sofreu modificações significativas nas escolas e currículos educacionais. Por outro lado, a “educação cívica” se afastou do interesse das ciências sociais, particularmente, das análises pela

psicologia do desenvolvimento moral e educação dos valores, que se dedicaram exclusivamente ao estudo da moralidade. Veja-se que em 1998 no Brasil novas orientações educacionais foram propostas para o ensino fundamental e médio como Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais. É interessante notar que os parâmetros se utilizam de uma terminologia genérica como “Ética e Moral”, “Ética e Cidadania”, “Ética na Cultura Escolar”, etc. (La Taille, 2006), evitando o termo “Educação Cívica”. Ora, será que ética e moral são a mesma coisa que civismo? Para responder as seis questões de interesse, será efetuada uma revisão da literatura sobre civismo. Em seguida, partindo de critérios levantados pela literatura sobre participação democrática, iremos responder as outras questões através de uma pesquisa exploratória sobre competência cívica em uma amostra representativa de jovens paraibanos de 16 a 21 anos, na cidade de João Pessoa, e suas justificativas para participação democrática. A revisão da literatura, definição de competência cívica, e primeiros resultados da pesquisa serão apresentados no Congresso Norte e Nordeste de Psicologia, em Maio de 2007, Maceió. Palavras-Chave: Educação Moral – Civismo – Valores – Educação Cívica.

**Palavras-chaves:** Educação Moral, Civismo, Educação Cívica, Valores

**Atividade: A Atividade Científica e a Ética (Paineis)**

**Trabalho:** A Atividade Científica e a Ética

**Autor(es):** Lidiane Pereira Melo

**Resumo:** O presente trabalho é fruto parcial da pesquisa sobre Epistemologia da Psicologia e tem como objetivo apresentar o que é constitutivo da atividade científica a partir da noção de obstáculo epistemológico, segundo Gaston Bachelard, em A Formação do Espírito Científico. Bachelard nos ensina que o espírito científico não tem lições a nos dar sobre a vida cotidiana. Aliás, é preciso afastar-se da experiência comum, do julgamento, do valor para haver uma racionalização do espírito. A atividade científica lida com o controle de variáveis e com a interminável mudança de relações entre essas variáveis, ela constroi o seu objeto no laboratório com a mediação de instrumentos que são também o resultado de cálculos. “O espírito científico deve formar-se enquanto se reforma” (Bachelard, 1938). O que caracteriza a experimentação científica é o cálculo. “...todo indício de valorização é um mau sinal para o conhecimento que busca a objetividade.” (Bachelard, 1938). Além disso, por não tratar de questões de orientação e de verdade, a atividade científica deve ser passível de constantes críticas, afim de reformular suas questões e não estagnar a pesquisa, a busca científica é por precisão. O resultado de um experimento não será “positivo” ou “negativo” em função do caráter do experimentador, ao contrário do que estava em jogo no período pré-científico, já que um fracasso na experiência alquímica colocava em cheque a pureza moral do experimentador. A partir de então, tendo em vista que a ciência não diz ao homem nada sobre como orientar-se na vida, gostaríamos de discutir um lugar para isso que não é circunscrito pela ciência, mas que inclui o uso, a aplicação que se faz da ciência, ou seja, o campo do valor, que concerne ao homem e que parece ter um lugar na ética, assunto tão importante para a Psicanálise na constituição de um saber sobre o homem, e é também o tema tratado por Jacques-Allan Miller, no texto Patologia da Ética, onde o homem é um sujeito implicado em suas ações, que se responsabiliza por seus passos. Essa discussão torna-se relevante e urgente, hoje, quando vemos as questões sobre a vida comum, sobre como educar uma criança ou como namorar, sendo conduzidas pela voz da ciência. Os estudos científicos – como os da fisiologia, não estão sendo desprezados de maneira nenhuma. Mas, caberia ainda assim perguntar: como é possível que a ciência, que se constituiu extirpando as questões de valor pode, agora, responde-las?

**Palavras-chaves:** ética, psicanálise, ciência

**Atividade: REFORMA PSIQUIÁTRICA: UMA NOVA ROUPAGEM? (Paineis)**

**Trabalho:** REFORMA PSIQUIÁTRICA: UMA NOVA ROUPAGEM?

**Autor(es):** Monique Pimentel Diógenes, Camilla Lima, Cíntia Guedes Bezerra, Marília Alanna Bezerra Lino

**Resumo:** O advento do modelo manicomial como forma de tratamento psiquiátrico legítimo e funcional respaldado pelo cientificismo e pela filosofia utilitarista do capitalismo na modernidade oficializou a exclusão social já atribuída a qualquer indivíduo que não representasse mão-de-obra em potencial, tais como pobres, negros, indigentes, prostitutas e, entre outros, drogados. Somase a isso o preconceito social que estigmatizava o doente mental como um perigo à sociedade. Isolamento, maus-tratos, abandono familiar e violência física e simbólica eram práticas constantes nessas instituições. Movimentos como o antimanicomial e o antipsiquiátrico buscaram um novo modelo de tratamento e organização, culminando na Reforma Psiquiátrica, a qual deve ser pautada em princípios éticos, principalmente uma ética social que vise um sistema interativo dialógico, não manipulador e aberto à discussão. A Reforma do Modelo de Assistência em Saúde Mental, conhecida como reforma psiquiátrica, define a reinserção social e assistência integral ao paciente. Além disso, prevê que a internação em hospital seja o último recurso no tratamento de doenças mentais. Nesse âmbito são considerados todos os atores sociais envolvidos, ou seja, todos que direta ou indiretamente devem participar da Reforma Psiquiátrica. Para a realização do presente trabalho foram feitas entrevistas com profissionais diversos e pesquisa de campo no Hospital Dr. João Machado do município de Natal/RN, atentando-se para a opinião dos próprios pacientes acerca das suas realidades. Acompanhou-se a rotina do Hospital, a dinâmica dos pacientes, a relação deles entre si e com os funcionários. Foi feita uma pesquisa literária acerca do tratamento que era estabelecido naquele meio em épocas retrógradadas; as condições do Hospital bem como a visão que se tinha do usuário. Percebeu-se que algumas mudanças foram efetivadas e muitas discussões estão sendo estabelecidas para atingir um tratamento mais humanizado naquele meio através da integração da equipe multidisciplinar, que não ocorre muitas vezes, na prática. Concluiu-se então que há uma ínfima linha que separa uma mudança possível e real nos moldes da reforma de uma homogeneização disciplinar decorrente de toda a estrutura, do distanciamento familiar e social. A cultura de repulsa aos “loucos” e de coisificação do ser está fortemente presente na sociedade e, conseqüentemente, respinga em muitos funcionários. É necessária uma ética própria à assistência psiquiátrica que considere o sujeito como ser psicossocial. A linha torna-se frágil e muitas vezes os planos e anseios pela Reforma Psiquiátrica, propriamente dita, ficam apenas a nível ideológico, nas mesas de discussão, em conferências e encontros da área de interesse, mas não se consegue efetivá-los. Será apenas uma nova roupagem?

**Palavras-chaves:** reforma psiquiátrica, equipe multidisciplinar, modelo manicomial

**Atividade: CRISE DE VALORES OU VALORES EM CRISE?  
(Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Concepções sobre valores no âmbito do ensino formal

**Autor(es):** Cleonice Pereira dos Santos Camino, Márcia Magalhães Ávila Paz

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é o de analisar como os valores morais têm sido considerados, no âmbito do ensino formal em escolas privadas da cidade de João Pessoa, em três contextos sócio-políticos distintos. Para alcançar este objetivo foi feito um levantamento das concepções sobre valores morais divulgados nos livros didáticos nas décadas de 1970 e de 1980, e sobre as concepções relativas aos valores expressas atualmente por professores dos ensinos fundamental e médio. Para realizar essa comparação, foram utilizados: os dados de uma pesquisa realizada sobre o conteúdo de um livro prototípico dos livros de Moral e Cívica, utilizados na década de 1970; os dados sobre o conteúdo dos principais livros de Moral e Cívica mais adotados na cidade de João Pessoa na década de 1980; e os dados de uma pesquisa feita

com 35 professores, de ambos os sexos, do ensino fundamental e médio, da cidade de João Pessoa. O método utilizado para analisar tanto os textos, como as respostas dos professores foi o da análise de conteúdo de Bardin (1977). Os resultados indicaram que: 1) Segundo os textos de 1970 os valores morais são entendidos como propriedades inerentes à alma; os valores morais aparecem incluídos nos valores espirituais, sendo compreendidos como permanentes, eternos, inatos e de origem divina; a justiça é vista como o dever de dar a cada um, o que lhe é devido, é também vista como a punição do mal e a recompensa do bem; 2) Na década de 1980, continua a compreensão de que os valores morais existem em si e nas pessoas; os valores morais são vistos como espirituais e fundamentam-se em verdades absolutas e princípios bíblicos, e portanto, imutáveis; a justiça é definida como ter direitos e deveres – respeito, obediência, amor –, como virtude e como construída por categorias (comutativa, legal, distributiva e social); 3) Segundo os professores: a) os valores morais podem ser definidos como: aquelas atitudes e ações aprendidas, que convergem para o bem, para uma sociedade mais justa, menos desigual, menos violenta e mais solidária, é ter o direito ao exercício da cidadania; são requisitos indispensáveis para uma vida harmoniosa, justa e humana, em sociedade; é o conjunto de normas e sentimentos que rege a vida em cada cultura e que o indivíduo assimila durante o seu desenvolvimento; é o respeito pelo outro; b) os valores e as normas mudam para a maioria dos professores, e estas mudanças são provocadas pela sociedade em geral, pela escola, pela família; as instituições mudam e os indivíduos ao se adequarem a estas mudanças, mudam também; as mudanças vêm da própria sociedade – cada época tem valores novos que são criados e recriados para responderem aos novos questionamentos, às novas indagações, assim, os valores das pessoas mudam; c) a justiça é vista como distinguir o certo do errado, agir corretamente, ter seus direitos garantidos e respeitar o direitos do outro, ser ético. Não se observou diferença entre as décadas de 1970 e 1980 quanto à concepção de valores morais. Nas duas décadas os valores são vistos como inatos, sagrados e imutáveis, já no momento atual, são vistos como algo que se aprende e que está sujeito a mudanças. Quanto à justiça, enquanto nas décadas de 1970 e 1980 o acento recai na justiça como virtude, como direitos e deveres, e como obediência, no período atual recai na justiça como respeito aos direitos humanos. A análise desses resultados, segundo a teoria de Piaget, permite concluir que as mudanças na concepção relativa ao ensino de valores morais, ocorridas nos diferentes contextos, revelam a passagem de uma moral com características da heteronomia para uma moral com características da autonomia. Assim, em relação ao aspecto do ensino de valores morais analisados, acredita-se que não é pertinente considerar a existência de uma crise de valores. Entretanto, julga-se possível que a análise de outros aspectos, referentes ao ensino de valores morais, possam revelar uma crise de valores. Capítulo sobre valores morais em crise ou crise de valores Penso que neste capítulo apresentaremos os seguintes itens: 1. Contextos sócio-políticos das décadas de 1970, 1980 e atual, e o ensino de valores morais. 2. Concepção de valores morais em Piaget. 3. Discussão sobre crise de valores e valores morais em crise. 4. Apresentação de pesquisas sobre o ensino de valores morais, realizados nas décadas de 1970, 1980 e período atual, na cidade de João Pessoa. 5. Discussão dos resultados a partir do enfoque de Piaget e considerando as conclusões do item 3 sobre a crise de valores.

**Palavras-chaves:** Valores Morais, Contextos Políticos, Educação

**Trabalho:** VALORES MORAIS E SOCIAIS DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO.

**Autor(es):** Raul Aragão Martins, Izabella Alvarenga Silva, Luciana Nogueira Cruz

**Resumo:** As formas como crianças e adolescentes se conduzem em situações sociais é uma questão que vem preocupando pais, educadores e a sociedade de uma forma em geral. Os professores, em particular, não estão sabendo lidar com a conduta de seus alunos em sala de aula, e caracterizam como indisciplina qualquer manifestação do corpo discente que eles não considerem adequada. Em busca de soluções o governo publicou os PCNs, e dentro destes, uma discussão sobre Ética, na qual estabelece uma série de princípios de condutas sociais, esboça uma teoria de desenvolvimento moral de crianças e dá sugestões de trabalho nas

escolas. O eixo condutor desta proposta é a cidadania, dentro da qual as crianças e adolescentes são convidadas a refletir sobre três pontos considerados essenciais na construção social das pessoas. O primeiro diz respeito aos valores e regras indispensáveis ao convívio entre os homens e a construção de uma sociedade democrática; o segundo aspecto relaciona-se ao caráter democrático da sociedade brasileira, esta adotou a democracia como regime político e como modelo de sociabilidade, permitindo assim a pluralidade, o diferente, a diversidade; o terceiro aspecto trata do caráter abstrato dos valores, pois para questões éticas o refletir e o construir são essenciais uma vez que não existem fórmulas prontas. A construção destes princípios ocorre nas interações sociais que se dão desde o nascimento e são compostas de afetividade e racionalidade. A afetividade é componente na formação do respeito, uma combinação de amor e temor, que resultará na consciência de si e dos outros. A racionalidade, na construção das regras que permitem um funcionamento justo e equilibrado da sociedade, que pode ser visto, na infância, na organização dos jogos coletivos. A colocação destes princípios no currículo escolar não pode ser feita como mais uma matéria a ser ministrada aos alunos, mas como assunto que permeie todas as disciplinas e atividades da escola, e que leve o aluno a refletir sobre o respeito mútuo, a justiça, o diálogo e a solidariedade. Dentro desta perspectiva, este estudo tem como objetivo investigar a compreensão dos professores a respeito da construção de valores morais e sociais na escola e quais as concepções dos educadores sobre os valores morais e sociais de seus alunos. Participaram desta pesquisa 42 professores de escolas públicas das diferentes regiões da cidade de São José do Rio Preto. O grupo é formado por 60% de mulheres, com 52,% deles na faixa etária entre 40 e 59 anos de idade e reúne profissionais que trabalham desde a primeira série do Ensino Fundamental até a última série do Ensino Médio, além daqueles que trabalham tanto com o Ensino Fundamental quanto com o Ensino Médio. Os dados foram analisados quali-quantitativamente na busca de padrões. Resultados mostram que estes professores são favoráveis a atuação da escola no trabalho com valores morais e sociais, bem como reconhecem que sua participação neste processo também é importante. De acordo com os professores esta participação deve acontecer por meio de projetos e atividades com valores, e a justificativa apresentada para o trabalho com tal temática consiste no fato de que a família não está assumindo esta responsabilidade. Lembram, também, que a atuação do professor deve se dar por meio do exemplo e do diálogo com os alunos. Em relação ao conhecimento dos professores a respeito de teorias que tratam de valores e do desenvolvimento moral de crianças e adolescentes é constatado que suas opiniões ainda estão baseadas no senso comum, uma vez que a influência da família e amigos e a convivência foram o padrão de respostas apresentados para a questão da formação de valores morais e sociais de crianças e adolescentes. Desta forma, considera-se necessário trabalhar as perspectivas teóricas adotada pelos PCNs, para a reflexão dos valores entre os professores que estão em exercício nas salas de aulas, para que este tema passe a ser um objeto de discussão da escola como um todo, e possa-se levar a educação para a autonomia e conseqüente formação de sujeitos críticos. \* Bolsa: PIBIC-CNPq

**Palavras-chaves:** Valores Morais,Valores Sociais,Educação,Professores

**Trabalho:**O que pensam os professores do ensino fundamental, médio e profissionalizante sobre os valores sociais e morais

**Autor(es):** Maria Teresa Ceron Trevisol,Raul Aragão Martins

**Resumo:** De que um indivíduo necessita saber para poder viver em uma sociedade concreta? O que é preciso transmitir-lhe, e como, para que alcance essa condição? Nesse sentido, a escola, enquanto instituição parceira na construção desses indivíduos, deve intervir na formação de valores sociais e morais de seus alunos? Compreendemos que os valores morais não são ensinados, nem nascem com as pessoas, mas que são construídos na experiência significativa que o sujeito estabelece com o mundo. Essa construção depende diretamente dos valores implícitos nos conteúdos com os quais o sujeito interage no cotidiano, da qualidade das relações interpessoais estabelecidas entre o sujeito e as fontes de valores. Segundo Piaget (1954), os valores referem-se a trocas afetivas que o sujeito realiza com o exterior. Surgem da projeção dos sentimentos sobre objetos, pessoas e/ou relações. O trabalho em foco representa uma faceta de

uma investigação que objetivou analisar como a escola e seus profissionais compreendem seu papel na formação dos valores sociais e morais de seus alunos. Teve como amostra oitenta professores; quarenta atuavam no ensino fundamental (5a a 8a série), vinte no ensino médio e vinte no médio profissionalizante, de municípios localizados no Oeste catarinense. Como procedimento de coleta de dados utilizou-se um questionário composto por questões abertas e fechadas e como procedimento de análise de dados, a técnica da análise de conteúdo. Dos resultados obtidos com a aplicação desse instrumento, particularmente, os que se referem à compreensão dos professores sobre os valores sociais e morais identificamos nos três níveis de ensino, que os valores são princípios, crenças, posturas que norteiam a ação dos indivíduos, possibilitando um melhor convívio social; são resultantes das interações do indivíduo com diferentes grupos: família, escola, amigos e nas relações que os indivíduos estabelecem com o meio em que estão inseridos. Outro argumento utilizado é que esta formação acontece através dos exemplos e das observações da criança/adolescente. A mídia e os meios de comunicação social também foram citados como fatores que influenciam na formação de valores, porém aparecem como resposta em menor número dos entrevistados. Uma parcela da amostra efetuou, em suas respostas, uma diferenciação entre valores sociais e valores morais. Para a maioria dos profissionais que fizeram essa separação, os valores sociais são aprendidos nas interações com o meio social, como condição para a vida nesse meio. Os valores morais constituem a base do comportamento dos indivíduos, valorização de si e do ser humano, ter ética e respeito. A discussão sobre a temática dos valores sociais e morais na escola necessita ser resgatada e incentivada. Sua implementação nesse contexto depende de profissionais conscientes de seu papel e da transversalização desses conteúdos no conjunto das disciplinas e atividades desenvolvidas no cotidiano escolar.

**Palavras-chaves:** Escola, Ensino, Valores sociais

**Atividade: Vozes do Silêncio (Paineis)**

**Trabalho:** Vozes do Silêncio: juízos morais de jovens e adultos surdos sobre situações pessoais de humilhação

**Autor(es):** Alline Nunes Andrade, Heloisa Moulin de Alencar

**Resumo:** Este estudo se propôs a uma análise comparativa entre os juízos de jovens e de adultos surdos a respeito de humilhação, tema que se insere na perspectiva da moralidade. Piaget (1932/1994) considera que a justiça é um dos parâmetros para que se busque equilíbrio nas relações sociais. Faltar com a moral pode produzir desarmonia e sentimento de indignação entre as pessoas. Logo, é possível considerar a humilhação como um sentimento expresso em condutas avessas à moral, podendo repercutir em indignação e se define pelo rebaixamento moral. La Taille (1996) afirma que existem poucos estudos a respeito dos efeitos psicológicos da humilhação, entretanto algumas reflexões a associam ao sentimento de vergonha. A vergonha, como possível consequência, relaciona-se com experiências de humilhação e o medo proveniente delas. Para La Taille (2002), na humilhação, a pessoa-alvo não aceita a inferiorização à qual é submetida, enquanto na vergonha, o sujeito envergonhado compartilha a imagem negativa imposta. Porém, ambas podem acontecer simultaneamente. Para Harkot-de-La-Taille (1999), é possível estabelecer uma categorização em torno da vergonha. Ao nos referirmos aos conteúdos de vergonha elaborados pela autora, acrescentaremos o sentimento de humilhação, que pode vir associado ao de vergonha. Os conteúdos são: evidência, condição, impotência, fracasso, falta moral e contágio. A vergonha e/ou humilhação por evidência refere-se ao sentimento de exposição ou de estar sob o olhar alheio. Na vergonha e/ou humilhação por condição ocorre uma inferiorização por razões que estão externas ao poder e à própria vontade da pessoa humilhada, de maneira conjuntural. Em seguida, a vergonha e/ou humilhação por impotência se caracteriza como uma situação de força em que a pessoa humilhada está, temporariamente, inferiorizada. Fracasso é o quarto conteúdo, específico daquelas situações em que uma pessoa, ao se ver forçada a abandonar um projeto de vida, pode sentir-se envergonhada e/ou humilhada. A vergonha e/ou humilhação por falta moral ocorre quando o

sujeito percebe que a sua imagem se contaminou devido à sua atitude, sendo, conseqüentemente, alvo de julgamento por outras pessoas. Em comunhão com o juízo de outrem e com os valores atribuídos à boa imagem, o sujeito envergonhado e/ou humilhado condena sua atuação, o que não significa que ele não cometerá novamente uma falta moral. Por fim, a vergonha e/ou humilhação por contágio ocorre quando um sujeito acredita que determinada imagem de uma outra pessoa receba juízo negativo alheio e, por essa razão, compartilha o sentimento que supõe ter sido vivenciado pelo outro. Tendo apresentado o referencial teórico, consideremos os dados dessa pesquisa. Participaram 12 pessoas surdas, entre 15-25 e 35-45 anos, igualmente divididas quanto ao sexo. Utilizamos o método clínico (Piaget, 1926/s.d.;1932/1994) por meio de língua de sinais, com uma entrevista semi-estruturada, realizada individualmente e filmada na íntegra. Estabelecemos algumas categorias que especificam os exemplos pessoais de humilhação, de acordo com os juízos dos participantes. A análise dos dados nos permitiu recorrer ao quadro teórico proposto por Harkot-de-La-Taille (1999) para identificar os conteúdos dos exemplos de humilhação. A 'exclusão' foi uma das principais considerações dos participantes, porém a exclusão do relacionamento com pessoas ouvintes ou surdas foram destacadas, em especial, por jovens, enquanto situações de exclusão do processo de ensino-aprendizagem foram marcantes nos relatos dos adultos. Em seguida, 'injúria, difamação e calúnia' estiveram presentes tanto nos relatos dos jovens quanto dos adultos, porém foram mencionados em maior número pelos primeiros. Sobre injúria, os participantes referiram-se a ser chamado de "macaco" pela utilização da língua de sinais e de "burro" ou "deficiente mental" com relação a dificuldades de aprendizagem da língua portuguesa. O único exemplo de calúnia foi mencionado por um adulto, no qual o mesmo havia sido acusado pelo próprio chefe de ter danificado um produto. Portanto, temas notadamente morais, por referirem-se a danos contra a honra estiveram presentes nas considerações das vivências pessoais dos entrevistados. Por fim, a 'impossibilidade de comunicação' também fez parte dos relatos pessoais de humilhação, em especial para os jovens. Ao realizarmos a categorização dos dados, verificamos que os mesmos estão de acordo com os conteúdos condição, impotência, evidência e contágio. Tais conteúdos correspondem aos que foram propostos por Harkot-de-La-Taille (1999). As justificativas principais caracterizavam, em primeiro lugar, o conteúdo da 'impotência'. Em seguida, a condição é o segundo tipo de justificativa, com destaque para a condição de surdez, tendo os participantes considerado o fato de terem uma comunicação própria, enfrentarem dificuldades diárias devido à impossibilidade de ouvir, vivenciarem dificuldades na aprendizagem e ainda destacarem diferenças entre surdos e ouvintes. Verificamos, portanto, que a humilhação é um tema reconhecido e faz parte do cotidiano dos participantes. No entanto, há a necessidade de considerar a reflexão sobre os dados obtidos com certo cuidado, uma vez que expressam os juízos de um número reduzido de participantes.

**Palavras-chaves:** juízos morais, humilhação, surdez, língua de sinais

**Atividade: Direitos humanos, Ética e Constituição Brasileira: práticas psi em debate (Paineis)**

**Trabalho:** Direitos humanos, Ética e Constituição Brasileira: práticas psi em debate

**Autor(es):** Almir Pedro Sais

**Resumo:** Neste trabalho, de cunho eminentemente teórico, são apresentadas reflexões sobre a afirmação dos direitos humanos presente nas diferentes Constituições Brasileiras do período republicado e, em especial, a constituição de 1988. Questões éticas e referentes às práticas psi são problematizadas, assim como algumas de suas contradições. Adotou-se como referencial a compreensão de que ética se diferencia de moral, pois se esta última se assenta em regras reguladoras do comportamento humano a partir do que se considera certo ou errado, a ética é aqui entendida como forma de habitar o mundo, mediada pela constante crítica à nossa condição social e histórica e o que motiva nossas ações. Ética, nesse sentido, é uma postura que se pauta pelas noções do que é bom ou mau para a vida, para a existência humana. Sendo por sua vez essa existência necessariamente relacional, posto que somos todos sujeitos em relação, falar em ética significa falar no compromisso com os outros e consigo mesmo de valorização da vida, pela denúncia de toda e qualquer forma de violência e degradação humana. Luta permanente por



modos de vida dignos para todos, o que requer o exercício contínuo e permanente de crítica em relação ao que se faz cotidianamente e as conseqüências dessas ações para a vida em sociedade. Como procedimentos, foram analisados as diferentes Constituições Brasileiras e identificados os capítulos onde a questão dos direitos humanos se fazia presente. A discussão foi feita a partir da interface entre psicologia e direito, campos estes de saber e de práticas que têm como foco as relações entre as pessoas. Compreende-se que essas relações trazem as marcas da sociedade que as funda e são, nesse sentido, ao mesmo tempo singulares e coletivas. Como resultado das análises, constata-se a evolução dos direitos fundamentais preconizados nos textos constitucionais, especialmente na Carta Magna vigente. Constata-se também que há uma contradição de base na Constituição Brasileira, a qual se objetiva na grande distância entre a afirmação dos direitos fundamentais ali preconizados e a realidade social, assim como na distância entre os muitos discursos em defesa de uma suposta ética e as poucas práticas sociais efetivamente comprometidas com a superação das desigualdades sociais. Conclui-se que a defesa dos direitos humanos preconizados no texto constitucional requer não uma justiça cega, mas sim práticas jurídicas atentas aos jogos de interesses, aos lugares sociais e às condições de existência das pessoas envolvidas, o que implica o olhar atento sobre o próprio lugar que o sujeito da ação assume, sobre as suas motivações e interesses. A psicologia pode contribuir com essa defesa dos direitos humanos em suas diferentes práticas, e na interface com o direito, é possível investir na escuta às pessoas e à intrincada trama de relações que as mobiliza para ações várias, não necessariamente éticas.

**Palavras-chaves:** ética, direitos humanos, constituição brasileira, práticas psi

**Atividade:** A Ética do Psicólogo do Terceiro Setor (Paineis)

**Trabalho:** A Ética do Psicólogo do Terceiro Setor

**Autor(es):** Marluzia Hora de Jesus, Ilana Sena Marques

**Resumo:** O contexto atual de modificações no mercado de trabalho vem contribuindo para o surgimento de novas alternativas de atuação para o psicólogo. Nesse processo, as instituições do Terceiro Setor têm se tornado uma alternativa, por trabalharem com o desenvolvimento de questões relativas à sexualidade, educação, velhice, minorias excluídas, crianças, adolescentes, mulheres, direitos humanos e violência. Somente nas duas últimas décadas a psicologia vem divergindo desse papel daquele que aponta os erros para assumir uma função mais social e questionadora. A mudança de lugar implica numa nova teoria que a embasa, onde os modelos a serem utilizados não sejam nem europeus nem norte-americanos. É nessa nova onda de descobertas que achamos a psicologia atual. O Terceiro Setor, que se distingue dos outros dois setores (Estado - Primeiro Setor - e iniciativa privada – Segundo Setor) por não ser, por um lado, governamental e não ser, por outro, lucrativo, traz novas configurações econômicas e sociais para o cenário econômico e social brasileiro. Segundo Fernandes (apud DELGADO, 2004), não existe, entre os pesquisadores, um consenso em relação ao conceito de Terceiro Setor. O conceito denota um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos. “Bens e serviços públicos”, neste caso, implicam na não geração de lucros e no atendimento a necessidades coletivas. Segundo o Conselho Federal de Psicologia - CFP (1992), os psicólogos têm como atribuição estudar e analisar os processos intrapessoais e das relações interpessoais, possibilitando a compreensão do comportamento humano individual e de grupo, no âmbito das instituições de diversas naturezas. Através do conhecimento teórico e técnico da psicologia, cabe a esse profissional identificar e intervir nos fatores determinantes das ações e dos sujeitos, em sua história pessoal, familiar e social, levando em consideração as condições políticas, históricas e culturais. Seu âmbito de atuação engloba a educação, a saúde, o lazer, o trabalho, a segurança, a justiça, as comunidades e a comunicação, objetivando promover, em seu trabalho, o respeito à dignidade e integridade do ser humano. Dentre as diversas áreas de atuação do psicólogo, consideramos que a psicologia social é o campo que primordialmente se adequa às possibilidades de atuação do psicólogo nas ONGs, uma vez que o Conselho Federal de Psicologia considera que o psicólogo social entende o sujeito a partir de

uma perspectiva histórica e cultural, levando em consideração a permanente integração entre indivíduo e o social e, nesse sentido, pode atuar em qualquer área da Psicologia (CFP, 1992). Porém é necessário que nessas mudanças permaneça o compromisso com a ética, Segundo Moraes (2003) a ética anda lado a lado com o equilíbrio, coerência interesse e comprometimento. Ela está inter-relacionada com a responsabilidade. O psicólogo, ao optar pela área social, deve estar preparado e bem estruturado para o que poderá encontrar nessa realidade que ainda não é comum à profissão. Isso se define como um ato moral que, por meio da ética, nos remete a uma outra questão, a da responsabilidade. Esta questão está ligada ao problema da determinação, da vontade de agir e é inseparável da responsabilidade. Somente atos que proporcionem o bem-estar social serão ético de responsabilidade moral. Não podemos compreender nenhuma realidade social sem conhecer o contexto sócio-histórico (CASAS, 2005). O contexto de hoje, em que se desenvolvem as ações de maneira acelerada e onde a transformação acontece a cada minuto, tem a necessidade de um maior envolvimento num sentido macrossocial – onde os vínculos entre as pessoas são mais valorizados e a realidade social entra nas discussões críticas e na prática psicológica. A intervenção social ainda é uma questão a ser bastante debatida na psicologia por esta ainda tentar “tratar” o social como um problema ou como uma parte marginalizada do povo, onde os pobres e pretos são necessariamente desejantes de algo que eles não podem alcançar e isso vai gerar um conflito entre o que eles supostamente “deveriam” buscar e o que eles realmente buscam ou tem. Um exemplo dessa realidade do preconceito que existe sobre as classes menos favorecidas monetariamente é a aquisição de celulares, onde o senso comum acredita que pessoas que “passam fome” deveriam se preocupar em se alimentar e não deveriam comprar telefones móveis. Observamos, hoje uma gama enorme de profissionais trabalhando em instituições. Entretanto, isso é bastante preocupante, os psicólogos tendem a reproduzir os modelos tradicionais de intervenção travestidos em técnicas ou métodos alternativos. Por exemplo, em comum se falar em trabalhos com grupos, ou trabalho coletivo, como se o número de participantes na intervenção garantisse, por si só, um trabalho efetivamente comunitário e transformador. O psicólogo permanece, entretanto, no lugar de quem porta um saber sobre o outro, permanecendo como um especialista centrado nos “problemas psicológicos” daquela população. Reproduz, juntamente com o grupo, os valores e crenças dominantes, de que os problemas ali vividos são originados, fundamentalmente, por fatores psíquicos.

**Palavras-chaves:** Ética, Terceiro Setor, ONG's

**Atividade: POR UMA CIÊNCIA ARTÍSTICA (Paineis)**

**Trabalho: POR UMA CIÊNCIA ARTÍSTICA: TRÊS ARPEJOS (EST)ÉTICOS EM UMA NOVA METODOLOGIA DENTRO DE UMA COMUNIDADE MUSICAL**

**Autor(es):** Paulo Coelho Castelo Branco, Francisco Silva Cavalcante Junior, Mharianni Ciarlini de Sousa, Márcio Silva Gondim, Yuri de Nóbrega Sales

**Resumo:** Norteado pela concepção de Edgar Morin do método como atividade pensante do sujeito vivente, que inventa e cria durante o caminho de uma travessia geradora de conhecimento e sabedoria, o presente trabalho desenvolvido na RELUS – Rede Lusófona de Estudos da Felicidade, integrante da investigação “Práticas Psicoeducativas Integradoras: um olhar crítico-cultural”, inserido na linha de pesquisa “Produção e expressão sociocultural da subjetividade” da Universidade de Fortaleza, objetivou uma imersão cultural e (est)ética em uma comunidade musical composta por músicos de uma orquestra. A pesquisa apresentou-se dentro de um contexto teórico, epistemológico e experiencial, que aprofunda uma forma de se conceber a relação entre homem, ciência e arte dentro de um novo conceito intitulado de Felicidade Estética que se propõe ampliar e desenvolver os conceitos de tendência atualizante e tendência formativa presentes na Abordagem Centrada na Pessoa de Carl Rogers. Destarte, surgida de

uma problemática em como se unir em uma pesquisa arte e ciência, dentro do recorte de uma psicologia de orientação positiva, elaboramos uma nova metodologia resultante de uma aproximação entre os saberes antropológicos e etnográficos com os saberes presentes na arte impressionista e na Psicologia Humanista, que foi denominada de etnografia impressionista; aproximações do pragmatismo científico de William James e John Dewey. O método concebe o pesquisador em sua inseparabilidade com a realidade por ele percebida, agente de suas interações impressionistas com o meio estudado. A etnografia impressionista se constitui na concepção de uma experiência no nível da psique humana e em nível das experiências coletivas de uma cultura, onde o pesquisador utiliza-se de recursos artísticos para contar histórias vivenciadas, sentidas e percebidas por ele. Neste trabalho de campo, como pesquisadores, fizemos uma imersão em um contexto de orquestra musical, investigando os fenômenos culturais de um modo estético e sensível, possibilitando ao leitor perceber detalhes concretos do que foi pesquisado, nas perspectivas múltiplas do que foi percebido e sentido pelo pesquisador, incluindo no seu relato de pesquisa todas as emoções, sentimentos e sentidos evocados no ato de pesquisar. Esta implicação estética sentida no nível metodológico, deu-se através de uma ferramenta intitulada de Conto de Campo, que se utiliza de palavras, metáforas, imagens e artes para expressar a forma como os fenômenos foram percebidos pelo pesquisador. De acordo com a aplicabilidade do método dentro da comunidade musical pesquisada foram compilados sessenta Contos de Campo que representaram uma recorrência de fenômenos observados, os quais, posteriormente, foram aproximados e agrupados em categorias de análise, criadas com o fim de imprimir e teorizar criticamente, o que foi apreendido na pesquisa. Três macro-categorias se destacaram: (1) Processo de Ordem e Caos, que enfoca uma reflexão sobre o não-determinismo e a não-diretividade das tendências atualizantes e formativas presentes nos músicos e como elas tendem a se ordenar dentro de uma complexidade organísmica que não pode ser mensurada e, sim, compreendida dentro de um sistema em devir; (2) A Felicidade Estética, que aprofunda como a tendência atualizante de cada artista se relaciona com fatores estéticos, musicais, relacionais, formativos, sentidos e (est)éticos que resultam em uma contemplação organísmica que se processa fazendo com que cada músico entre em contato com a sua musicalidade e imprima, autenticamente, uma fluidez sentida que lhe confere um modo próprio de ser artista; (3) As Formações Estéticas de Si, que compreende como os artistas transformam as suas vivências musicais em experiências, dentro de referenciais culturais instituídos presentes em cada contexto de vida artística, capazes de imprimir novas formas de arte. Cada categoria se complementa e traduz uma realidade experiencial presente na comunidade musical pesquisada através das vivências e experiências dos pesquisadores em campo. Longe de esgotar-se em possibilidades, este trabalho não pretende fechar as questões levantadas, ao contrário, visa criar espaços de reflexões (est)éticas sobre como lidar com um homem que diante de adventos como o Iluminismo e a força cartesiana, passou a reduzir a mente a um corpo cerebral e subjugou o saber sensível aos ditames da razão. Este advento gerou um conflito ético que resulta em seres apartados, não-implicados e anestesiados para os apelos do sensível. Questionamo-nos sobre como reverter essa situação apática e alienadora e percebemos que, ao implicarmos-nos diante da vida de uma forma (est)ética, podemos resgatar a sabedoria organísmica dos sentidos humanos e, neste aspecto, a arte pode ajudar a aprender, vivenciar e imprimir sentidos que são autênticos a uma pessoa em seu cotidiano, de modo a reintegrar os saberes racional e sensível que podem serem pensados como facetas de uma felicidade estética. Isto possibilita a criação de um modo de existir não fragmentado e que coloca o homem dentro de uma concepção ética de um ser que tem a potencialidade de conhecer e exercer todas as suas capacidades humanas pautadas pela equidade.

**Palavras-chaves:** etnografia, impressionismo, felicidade estética, formação, caos

**Atividade:** Avaliação Psicológica em seus diversos contextos: Questões Éticas (Mesas Redondas)

**Trabalho:** A importância da comunicação escrita no processo de avaliação psicológica: aspectos éticos

**Autor(es):** Maria Cristina Barros Maciel Pellini

**Resumo:** A Avaliação psicológica é entendida como o processo técnico-científico de coleta de dados, estudos e interpretação de informações a respeito dos fenômenos psicológicos, que são resultantes da relação do indivíduo com a sociedade, utilizando-se, para tanto, de estratégias psicológicas – métodos, técnicas e instrumentos. Esta definição se apresenta na Resolução 07/2003 do CFP que institui o manual de elaboração de documentos escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica, sendo que esta resolução também aponta a importância dos resultados das avaliações que devem considerar e analisar os condicionantes históricos e sociais e seus efeitos no psiquismo, com a finalidade de servirem como instrumentos para atuar não somente sobre o indivíduo, mas na modificação desses condicionantes que operam desde a formulação da demanda até a conclusão do processo de Avaliação psicológica, sendo estes documentos hoje exigidos nos diversos contextos da mesma. Desta forma, após a finalização de todo este processo a comunicação dos resultados tanto verbal ou escrita se torna uma tarefa complexa e nem um pouco fácil em nosso trabalho, pois não estamos somente transmitindo os resultados do processo de Avaliação psicológica, mas sim um resultado fruto de trabalho realizado a partir de uma demanda. A Comissão de Ética do CRP-SP tem observado na maioria das vezes que o Psicólogo perde o foco da demanda inicial durante o processo, o que acaba acarretando prejuízos, muitas vezes irreparáveis ao usuário ou beneficiário deste serviço prestado. Quando me refiro à demanda inicial, quero com isto, destacar os diversos contextos da atuação profissional como: na clínica, na organização, na escola, no judiciário, no hospital, dentre outros, o Psicólogo sempre deve ter claro em seu trabalho o objetivo do porquê está propondo, quando necessário, a avaliação, pois dependendo do motivo da solicitação esta devolutiva pode mudar radicalmente, o destino de uma pessoa, de uma família, influenciar no desenvolvimento de uma criança, em uma decisão judicial, etc. Esta comunicação tem por objetivo trazer a discussão da importância de não perder de vista a finalidade destas avaliações, porque as mesmas podem ser diversas. Faz-se necessário diferenciar uma discussão entre os documentos escritos pelo psicólogo que acabam sendo produzidos em consequência do resultado destas avaliações realizadas e os documentos escritos que são solicitados para o psicólogo e que não necessariamente são resultantes de uma avaliação psicológica (declarações, pareceres). O objetivo é re-apresentar a Resolução 07/2003 e diferenciar o que o psicólogo escreve que não é necessariamente decorrente de uma avaliação psicológica.

**Palavras-chaves:** avaliação psicológica, ética, atuação do psicólogo, documentos escritos

**Trabalho:** Psicologia no Trabalho: Aspectos Éticos

**Autor(es):** José Roberto Heloani

**Resumo:** Na chamada “Pós-Modernidade”, a relação das pessoas com o seu trabalho tem se modificado substancialmente. As técnicas de administração da produção também têm registrado transformações significativas. Tais alterações foram desencadeadas pelo longo, lento e posteriormente radical reordenamento na relação capital versus trabalho. Poder-se-ia dizer que neste “jogo” o primeiro está ganhando de dez a zero em relação ao segundo. Assim, seria ingenuidade supor que a identidade profissional da maior parte dos indivíduos e a organização gerencial passariam incólumes a esse processo de reestruturação produtiva. Inadequações no que concerne às atividades objetivas e às experiências subjetivas foram camufladas, ou melhor, ocultadas, pois as tradicionais abordagens no tratamento dos conflitos entre individualidade e produção não são mais eficientes. As possibilidades outorgadas pelo capital ao trabalho formal inexoravelmente tangenciam a capacidade de se deixar cooptar em tempo integral pela ideologia hegemônica que o modo de regulação social produz. Usualmente, as organizações selecionam os trabalhadores mais agressivos e adaptados a concorrer entre si, ou seja, predispostos a aceitar – por necessidade ou narcisismo – a insegurança advinda da flexibilização do trabalho, verdadeira apoteose neoliberal. Parece-nos que não raro há uma relação complexa e singular entre as mudanças nos sistemas organizacionais e a vida psíquica. Assim sendo, tentaremos refletir, dialeticamente, sobre as consequências epistemológicas e mesmo ontológicas destas inter-relações no que concerne aos aspectos éticos na Psicologia do Trabalho. No início, procuraremos demonstrar as metamorfoses ocorridas no paradigma industrial dos países de capitalismo central; posteriormente, teceremos algumas considerações sobre as consequências desse processo para o mundo do trabalho e, finalmente, tentaremos refletir sobre o papel do

psicólogo organizacional nesse cenário de avaliações, testes, laudos e pareceres. A Psicologia Organizacional, até recentemente chamada de Psicologia Industrial, está ligada de forma quase simbiótica ao modo de organização do trabalho nos países que adotaram o capitalismo como modo de produção. Não é sem querer que Taylor nos prescreveu, mediante seus escritos, uma forma de organização do trabalho caracterizada pelo amplo fracionamento das tarefas e concomitante monitoramento dos movimentos dos trabalhadores. Esta forma de controle obsessiva e minimalista, na frenética busca da eficiência através do “one best way”, - sintagma que talvez melhor expresse o positivismo da época – será aperfeiçoada por Henry Ford, que desenvolverá uma nova proposta de gestão da produção, isto é, a linha de montagem. Este processo passou a ser denominado fordismo. O fordismo reformula o projeto de administrar individualmente as particularidades de cada trabalhador no exercício dos tempos e movimentos. Para tal fim, preconizará limitar o deslocamento do trabalhador no interior da empresa. O trabalho será dividido de tal forma que o trabalhador possa ser abastecido de peças e de componentes de montagem por meio de esteiras, sem precisar movimentar-se. A administração dos tempos se dará de forma coletiva, pela adaptação do conjunto dos trabalhadores ao ritmo imposto pela esteira. O fordismo não se limitará apenas à questão disciplinar no interior da fábrica. Ele incorporará, tal como o taylorismo, um projeto social de “melhoria das condições de vida do trabalhador”. O projeto social fordista se revela um projeto político que visa assimilar o saber e a percepção política do trabalhador para a organização. A desqualificação e o controle sobre os trabalhadores mediante um processo disciplinar rígido, legitimado por uma hierarquia draconiana, são comuns ao taylorismo e ao fordismo, demandando, obrigatoriamente, uma ideologia capaz de conseguir um certo controle da subjetividade dos trabalhadores. Este domínio será feito pelas teorias gerenciais – com a conivência da mídia – vide a subliteratura organizacional e, também, como não poderia deixar de ser, parte da Psicologia Organizacional. É o que tentaremos discutir nesta mesa.

**Palavras-chaves:** Psicologia no trabalho, Ética, Psicologia Organizacional

**Trabalho:** A avaliação Psicológica no contexto clínico: Questões Éticas

**Autor(es):** Audrey Setton Lopes de Souza

**Resumo:** A clínica psicológica, especialmente com crianças, tem demonstrado a importância de se introduzir uma etapa diagnóstica que permita um consciente encaminhamento de cada caso. A avaliação psicológica permite discriminar, a partir da queixa inicial, o sentido de cada sintoma dentro da estrutura familiar, escolar e social e assim encontrar os encaminhamentos terapêuticos adequados ao caso (atendimento à criança, à família, aos pais, encaminhamentos aos médicos, psicopedagogos etc.). Além desta área, novas demandas surgem, cada vez com maior frequência, para o psicólogo clínico como por exemplo: avaliações para cirurgias (bariátricas ou de transgenitalização); disputas de guarda, autorizações para porte de arma e outras demandas que a sociedade moderna faz ao psicólogo na esperança de que possamos oferecer-lhes mais subsídios para estas e outras importantes decisões. Se a avaliação psicodiagnóstica é capaz de responder adequadamente a tais demandas, depende em parte do desenvolvimento e aprimoramento dos instrumentos de avaliação psicológica, mas, primordialmente da capacitação e conscientização de profissionais que se utilizem destas técnicas. A tarefa diagnóstica envolve a utilização de diversos instrumentos: entrevistas, testes psicológicos, contatos com outros profissionais, entrevistas de devolução e eventualmente quando solicitados laudos escritos. A escolha e integração destes instrumentos são tarefa do psicólogo, que tem o conhecimento das técnicas por um lado e o contato com seu paciente e o grupo no qual está inserido por outro. Os testes projetivos são valiosos aliados para a execução da tarefa diagnóstica e quando utilizadas por um profissional da Psicologia com sólida formação não só em Técnicas de Exame Psicológico, mas também em Psicologia do Desenvolvimento, da Personalidade etc, possibilitam elaborar um diagnóstico revelando como elementos, conscientes e inconscientes, se organizam em uma dinâmica individual, familiar e social. As técnicas projetivas são construídas de forma a facilitar a exposição dos conflitos e para tal, utilizam-se da liberdade de expressão e da ambigüidade na estruturação do material. A análise, na maioria das vezes, é feita a partir de indicadores que só podem ser integrados pelo raciocínio clínico do psicólogo. Os critérios de validação destas técnicas envolvem muitas variáveis o que exige do profissional um

conhecimento da técnica e dos critérios de validação, aliados ao estudo de manuais bem fundamentados teoricamente. A partir da intervenção do Conselho Federal de Psicologia a atenção tem se voltado para os aspectos de cientificidade das técnicas utilizadas e, tanto os profissionais da área quanto os usuários destes serviços, parecem mais preocupados com o fato de os instrumentos serem ou não aprovados pelo Conselho. Como participante da Comissão no período de elaboração dos critérios de avaliação dos testes e de implementação do sistema de avaliação, vejo que uma parte importante da questão presente na avaliação psicológica está um pouco mais protegida na medida em que podemos salvaguardar os usuários dos perigos decorrentes do uso de instrumentos inadequados do ponto de vista técnico científico e garantir aos psicólogos o acesso a instrumentos mais atualizados e respaldados cientificamente. A meu ver devemos continuar caminhando e abrir o nosso olhar para uma série de outras questões que intermedeiam o processo psicodiagnóstico na clínica. Pretendo neste trabalho discutir, para além dos instrumentos psicológicos, uma série de aspectos nos quais intervêm a ética do profissional que realiza avaliações psicológicas na clínica: qual é a demanda que deve ser atendida pelo profissional (da criança, dos pais, da escola, do advogado, do juiz etc) e que cuidados devemos tomar para manter uma conduta ética em relação ao cliente; como e a quem comunicar os resultados da avaliação; qual é o objetivo da avaliação para o psicólogo; que uso fazer dos resultados obtidos na medida em que o psicólogo é parte central do processo, pois a síntese que ela faz do processo não é uma mera soma das avaliações, mas uma síntese que depende sobremaneira da sua sólida formação profissional, é também uma questão ética a tomada de decisão do psicólogo de aceitar responsabilizar-se por uma avaliação.

**Palavras-chaves:** avaliação psicológica, atuação do psicólogo, ética

**Atividade: O "espaço" de Orientação das Comissões de Orientação e Fiscalização: lugar de reflexão entre a formação e a prática profissional (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** O trabalho de orientação das Comissões de Orientação e Fiscalização como "supervisão"

**Autor(es):** Lucio Fernando Garcia

**Resumo:** A proposta é de construir uma reflexão crítica a partir do conhecimento acumulado pela Área Técnica do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, traçando uma análise entre as questões apresentadas pelos profissionais, a formação acadêmica e as exigências do exercício profissional diário. Apresenta-se a experiência dos profissionais que compõem a área técnica do CRPRS, as questões que suscitam maior questionamento entre os psicólogos sobre o exercício profissional, buscando identificar e diferenciar o material de consulta, em questões de orientações éticas e profissionais e a busca de supervisão técnica por parte do psicólogo. Reconhecem-se como principais dificuldades enfrentadas pelos profissionais psicólogos no seu dia-a-dia as questões referentes ao manuseio e elaboração de documentos psicológicos, tais como, avaliação psicológica, atestados, registros em prontuários, sigilo e guarda de informações, situações periciais e atividades relacionadas com o sistema judiciário. A área técnica, composta por psicólogos que prestam orientação aos colegas, estudantes e/ou a população em geral, serve como mediador das diferentes demandas, dúvidas e outras questões que chegam ao CRP como situações práticas de seu exercício profissional. Ficando caracterizada as dificuldades e a falta de conhecimento dos profissionais quanto à legislação da psicologia, assim como, de desconhecimento de outras legislações que o profissional necessita saber em seu trabalho. A procura pela orientação junto ao CRP, em especial a COF, demanda uma realidade preocupante, que se manifesta pela procura da Comissão como local de supervisão e orientação prática do trabalho profissional, numa clara e marcante manifestação da falta de conhecimento teórico e prático do fazer profissional. A consulta a Comissão inicia em inúmeras vezes com uma busca de orientação legal e/ ou ética, mas que no decorrer da mesma fica evidenciado o caráter de supervisão. A proposta desta mesa visa discutir este espaço, numa profunda análise entre o fazer prático e a formação. É pela experiência do dia-a-dia das COFs que podemos estabelecer parâmetros sobre estas questões, levantando dados estatísticos sobre quais questões são mais complexas ou apresentam maiores dificuldades aos profissionais

psicólogos. A COF deve ser um meio de mensurar a prática profissional e a formação, traçando perspectivas sobre como tratar desta questão. As questões apontadas sobre deficiências na prática, incluindo a busca por informações óbvias e simples do fazer profissional, retratam a carência constitucional do psicólogo, a insegurança nas decisões técnicas, além do despreparo como que chega ao mercado de trabalho. O surgimento de novas áreas que exigem do profissional psicólogo capacitação e novos conhecimentos fortalecem a procura pelo Conselho na tentativa de buscar indícios de como desempenhar determinada tarefa. É papel fundamental de uma área técnica de um CRP prestar as informações devidas, auxiliando o colega psicólogo nas suas dúvidas, mas também é compromisso apontar as falhas e carências de profissionais que mesmo formados estão inseguros e despreparados para suas tarefas.

**Palavras-chaves:** Formação Profissional, Orientação profissional, Comissão de Orientação e Fiscalização

**Trabalho:** O Trabalho de Orientação da Comissão de Orientação e Fiscalização do Conselho Regional de Psicologia 5ª Região

**Autor(es):** Anne Meller

**Resumo:** O Conselho Regional de Psicologia - 5ª Região, parte integrante do Sistema Conselhos de Psicologia, Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.766 de 20/12/71 e regulamentada pelo Decreto nº 79.822, de 17/06/77, possui como função orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional do Psicólogo e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da Classe. Entretanto, apesar de suas atribuições legais estarem bem delimitadas pela legislação que o regulamenta, durante a prática cotidiana destas atribuições, verificamos o atravessamento de questões políticas e sociais que evidenciam uma atuação do Conselho Regional de Psicologia (CRP) exercida para além das normas. Considerando que a aplicação da lei não acontece automaticamente e que é necessária uma interpretação para o seu emprego nas diversas e complexas situações que surgem durante a prática profissional da Psicologia, o papel do Conselho Regional de Psicologia, mais especificamente da sua Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), nas orientações legais que presta aos psicólogos e à sociedade em geral, torna-se de grande importância e relevância sociais por atuar preventivamente junto aos psicólogos, reforçando, esclarecendo e complementando o que foi visto durante a formação profissional, visando a garantia de uma prática com a qualidade técnica e ética adequadas. Tendo em vista que a discussão sobre as atribuições do CRP ultrapassa a ação de fiscalização do exercício profissional, e que cabe à atuação do Sistema Conselhos de Psicologia dar suporte ao desenvolvimento da Psicologia enquanto ciência e profissão, este Regional aproveitou o espaço privilegiado que sua Comissão de Orientação e Fiscalização possui no sentido do acesso aos diversos profissionais da psicologia que trabalham nesta jurisdição, para elaborar uma análise crítica das atividades realizadas pela COF, focalizando o serviço de orientação aos psicólogos e à sociedade em geral. Nosso objetivo foi o de utilizar os dados levantados como um analisador da prática da Comissão e da efetividade de sua orientação. Para tanto, nossa análise pautou-se no levantamento quantitativo e temático, através da estatística descritiva, das orientações realizadas tanto no trabalho interno quanto no trabalho externo de fiscalização, as quais foram articuladas ao estudo das infrações mais cometidas verificadas nas visitas de fiscalização. Como resultados preliminares, observamos que em 2006, no que se refere às orientações realizadas, foram contabilizadas 2.243 ligações, 467 e-mails e 407 orientações presenciais realizadas na sede deste CRP. Quanto aos temas, estes abrangem os mais diversos assuntos, desde questões burocráticas, como inscrever uma empresa no CRP até questões mais elaboradas como aquela relativas à atuação do Psicólogo com a Justiça, a elaboração de documentos psicológicos, a utilização de testes, o sigilo profissional, entre outros.

**Palavras-chaves:** Ética, Sistema Conselhos de Psicologia, Comissão de Orientação e Fiscalização, Conselho Regional de Psicologia

**Trabalho:** Formação do psicólogo e orientação profissional – formação (des)continuada?

**Autor(es):** Walter Firmo de Oliveira Cruz

**Resumo:** As demandas que chegam aos conselhos profissionais, seja através dos pedidos de orientação, seja pela fiscalização do exercício profissional, apontam, com certa frequência, carências existentes na formação dos profissionais psicólogos. Isto é, percebe-se que, na maioria das vezes, o que se encontra não diz respeito especificamente a atos de má fé realizados por parte do profissional, e sim ao desconhecimento dos mecanismos legais que regem a profissão assim como os fundamentos éticos de suas ações. Não raramente o que se encontra são profissionais movidos pelo imediatismo em apresentar soluções ou “ajudar” àqueles que os solicitam, mas que com isso acabam perdendo os preceitos básicos da profissão que desempenham. Parte deste desconhecimento acaba sendo lançado aos espaços formais de orientação e fiscalização profissional. Não raramente resultam em processos éticos a serem julgados pelas plenárias dos Conselhos Regionais de Psicologia em todo o país. Esta situação coloca uma interrogação acerca do fazer da profissão de psicólogo, especialmente naquilo que concerne a qualidade de sua formação. Como se sabe, as carências decorrentes da formação do psicólogo são de diversas ordens e espelham uma realidade do ensino superior no país que não se resume a uma determinada profissão. Com a mercantilização do ensino superior, especialmente ocorrida na última década, novas situações foram criadas, havendo a necessidade de uma reflexão aprofundada por parte daqueles que se ocupam do ensino da psicologia. Segundo dados fornecidos pela Associação Brasileira do Ensino da Psicologia - ABEP, hoje, em média, o Brasil tem a proporção de uma vaga no ensino superior para cada candidato ao curso de psicologia. Ou seja, de uma forma geral, a academia está recebendo todos aqueles que concluíram o ensino médio, independente das condições em que o mesmo tenha sido realizado. Criou-se assim uma nova situação para a academia, especialmente para as particulares, uma vez que a qualificação necessária anterior aos processos seletivos de ingresso, transferiu-se para o interior da vida universitária. Cursos de “nivelamento” constantemente são criados no intuito de buscar minimizar as falhas do ensino médio, quando não do fundamental. Vê-se com certa frequência alunos que ingressam no ensino superior com dificuldades que deveriam ter sido sanadas ainda no ensino fundamental, incluindo-se aí a compreensão e interpretação de textos. A pergunta a ser formulada então diz respeito ao novo dilema colocado ao professor universitário, uma vez que a instituição de formação aceitou o aluno em tais condições. Este aluno será o futuro profissional?

**Palavras-chaves:** Formação do psicólogo, orientação profissional, Conselhos de Psicologia

**Atividade: Ética, Política e Participação Social**  
**(Temas em Debate)**

**Trabalho:** Direitos Humanos - nós psicólogos temos tudo a ver com isso

**Autor(es):** Cecília Maria Bouças Coimbra, Maria Beatriz Sá Leitão

**Resumo:** Serão desenvolvidos os temas ética, política e participação social como eixos que atravessam e se fazem necessariamente presentes na prática do profissional psicólogo em suas mais diferentes intervenções. Para pensar, inicialmente, este atravessamento procuraremos o auxílio da História, quando será assinalado, ainda que rapidamente, o boom das práticas psi em nosso país, notadamente, nos anos 70, auge da ditadura militar implantada em 1964. Estavam presentes nessas práticas, naquele período, algumas características que ainda hoje permeiam a atuação do psicólogo, tais como: tecnicismo, objetividade, neutralidade, intimismo, familiarismo, psicologismo, dentre outras, que serão articuladas aos três eixos. A seguir, apontaremos para a atualidade, pondo em destaque um aspecto da vida cotidiana com o qual nos defrontamos diariamente: a violência. Como o profissional psi tem trabalhado com esta variável que está presente hoje, de forma irrefutável, em nossas vidas? Como este trabalho tem se articulado com os nossos três eixos: ética, política e participação social? Por que o psicólogo tem elegido em suas intervenções a atuação sobre a violência doméstica? De que forma ela vem sendo abordada? Por que a violência institucionalizada tem ficado distante de nossas preocupações profissionais? Tais questões serão colocadas em análise privilegiando-se os três eixos escolhidos e articulando-os também à política que vem sendo implementada pela gestão da XI



Plenária do CRP/05. Nossa prioridade, em especial através de nossa participação na Comissão Regional de Direitos Humanos deste CRP, tem sido a de fomentar o debate entre os diferentes segmentos de nossa categoria. Debate sempre coletivo no sentido de estranhar não somente as demandas que nos chegam e que usualmente atendemos de forma natural, como também repensar nossas práticas e os efeitos que elas estão produzindo no mundo. Assim, esses três eixos que se atravessam e se emaranham terão na contemporaneidade como pano de fundo o contexto neoliberal globalizado, que naturaliza e essencializa a violência e que, sob novas roupagens, reatualiza uma determinada prática psi dentro de uma lógica higienista e preventivista; portanto, como uma prática moral e de controle. Não pretendemos apontar aqui um melhor e mais verdadeiro modelo de atuação para o psicólogo. Ao contrário, queremos sim estranhar os modelos que nos apresentam como verdadeiros e únicos e desnaturalizando nossas práticas, repensá-las e colocá-las em debate. Como tais questões - atravessadas por esses três eixos: ética, política e participação social - que apontam para a prática psi, para a questão de violência hoje numa sociedade de controle globalizado, podem ser colocadas em análise pelos Conselhos Regionais de Psicologia, em especial por suas Comissões de Direitos Humanos? Que estratégias podem ser desenvolvidas? Que dispositivos podem ser criados - mesmo que sejam nesses espaços instituídos, como os conselhos - para que possamos pensar/construir uma Psicologia que, efetivamente, tenha uma participação social ativa e crítica em nosso mundo? Palavra Chaves: violência, neoliberalismo, prática psi, direitos humanos.

**Palavras-chaves:** direitos humanos, política, prática psi

**Trabalho:** Ética e psicologia em debate

**Autor(es):** José Novaes, Nelio Zuccaro

**Resumo:** O objetivo dos Conselhos de Psicologia, instituído por Lei nº 5766/71, é o de “orientar, normatizar, fiscalizar e disciplinar a profissão de psicólogo, zelar pela fiel observância dos princípios éticos e contribuir para o desenvolvimento da Psicologia enquanto ciência e profissão”. As deliberações dos Congressos Nacionais de Psicologia, o Código de Ética Profissional dos Psicólogos, o Código de Processamento Disciplinar, bem como as resoluções oriundas do Sistema Conselhos de Psicologia, são documentos de referência e orientação relativos à organização da profissão de psicólogo e suas práticas. Sabemos que todas as regulamentações em torno do exercício profissional da Psicologia emergem de processos democráticos nas diversas regiões do país, onde toda a categoria é regularmente chamada a contribuir com idéias, reflexões e proposições, de forma a poder interferir e influenciar nesse mesmo sistema regulamentador. Dentre as Comissões Permanentes dos Conselhos de Psicologia, encontra-se a Comissão de Orientação e Ética (COE). Essa Comissão tem como prerrogativa receber quaisquer Representações que cheguem ao seu conhecimento e conduzir Processos Disciplinares Éticos, além de promover estudos e desenvolver programas relativos à Ética Profissional. O tema da Ética pode e deve ser destacado para ser mais desenvolvido e explicitado. O Sistema Conselhos de Psicologia teve recentemente a experiência de revisar o Código de Ética Profissional do Psicólogo, para ajustá-lo à nova situação da profissão no país. O que se pode dizer, após cerca de um ano e meio de vigência do novo Código de Ética? Há experiência acumulada para se poder tirar conclusões, ou pelo mesmo indicar situações que exijam reflexão? Algumas reflexões, anteriores mesmo às experiências de vigência do novo código, podem ser levantadas, como por exemplo: é correto chamar de Código de Ética um documento impositivo, de assujeitamento, que impõe normas, obrigações e deveres? A Ética é o reino da liberdade da livre decisão, da escolha pessoal, sobre a qual, é claro, pode-se vir a responder posteriormente. Se abraçamos esta tese, como encarar o novo código? Mudar seu nome nada resolve: não é solução chamá-lo de Código de Moral, ou Código de Conduta Profissional do psicólogo. A questão que se coloca é: como aplicar eticamente o novo código? Como respeitar o espaço de livre escolha e decisão pessoal, quando estamos submetidos a regras e normas impositivas: não faça isto, é proibido fazer aquilo? A questão do sigilo, que foi ponto polêmico nas discussões para a revisão do código, pode ser abordada para se mostrar como se apresenta, o problema e suas possibilidades de encaminhamento. E, finalmente, mais importante: a discussão não é corporativa; não devemos permanecer fechados no mundo psi,

pois as soluções ou encaminhamentos que damos devem sempre ser referenciados para aqueles a quem prestamos serviços, a população brasileira. Lembramos que a chapa que constituiu o IX Plenário do CRP-05 tem como nome: Ética e Compromisso Social.

**Palavras-chaves:** ética,código,política,sistema conselhos de psicologia

**Trabalho:**ÉTICA E PRÁTICA

**Autor(es):** Ana Lucia de Lemos Furtado

**Resumo:** CONPSITEMA PSICOLOGIA E ÉTICA  
Autora: Ana Lucia de Lemos Furtado  
Título: ÉTICA E PRÁTICA: CONFRONTOS COTIDIANOS  
A Comissão de orientação e Ética é um órgão de assessoramento ao Plenário para aplicação do Código de Ética e do Código de Processamento Disciplinar bem como do desenvolvimento e estudos de programas relativos à ética profissional e à apreciação das respectivas infrações.O projeto político do XI Plenário do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro afirma, entre outros, o propósito de promover debates em torno da afirmação do Código de ética dos psicólogos bem como enfatizar ações de orientação e informação aos profissionais.Pretende-se superar uma concepção de conselho de classe distante, punitivo, desimplicado dos impasses vividos pela categoria profissional.Sob a ótica de uma política de direitos humanos comprometida com práticas solidárias, inclusivas e de respeito às singularidades e considerando a importância de conclamar a categoria profissional para participar na discussão dos impasses e desafios de suas práticas no contexto contemporâneo a Comissão de Orientação e Ética desenvolve um fórum de debates tendo a Ética como interrogante.O objetivo é por em análise o lugar e a função do psicólogo face às implicações ético-políticas de sua prática contextualizada sócio-históricamente. O presente trabalho pretende examinar os temas originados do encontro psicólogos / C.O.E. temas esses que advém de duas fontes: os impasses na prática profissional que geraram representações / processos e os questionamentos dirigidos diretamente à CO.E. Estamos diante de questões relativas à: “abuso sexual e emocional”, “Psicologia e Justiça”, “o psicólogo e a escrita”; “avaliação psicológica no judiciário”, “práticas psicológicas e privação de liberdade”, “lugar da Ética nos Conselhos”. Os pontos desencadeadores de discussão, extraídos da demanda recebida, são os que se seguem: “Abuso sexual e emocional” distinção, abordagens, avaliação; “Psicologia e Justiça”: inserção do psicólogo, demanda do judiciário, desafios e impasses; “O psicólogo e a escrita”: significado e repercussões do escrito, documentos escritos: laudos e pareceres; “Avaliação psicológica no judiciário”: o cliente, sigilo e comunicação, laudo e conclusividade, testes e técnicas, perícia; “Práticas psicológicas e privação de liberdade”: inserção do psicólogo em instituições restritivo-coercitivas, avaliação psicológica, demanda e cliente; “Lugar da Ética nos Conselhos Profissionais”: papel e qualificação das Comissões de Instrução, ética e processo, códigos de Ética.Nosso objetivo é analisar este conjunto temático refletindo sobre o momento de seu aparecimento, a demanda a que faz referência e suas conseqüências ético-políticas no exercício profissional. Através do exame dos impasses trazidos pelos psicólogos em suas práticas pode-se por em análise os agenciamentos, as implicações e os processos de naturalização que estejam impedindo possibilidades diferenciadas de intervenção.Trata-se de não reduzir a Ética a um conjunto de normas valorativas, mas avançar na perspectiva do rompimento e invenção possibilitadores de outros modos de estar no mundo. É a Ética viva que sustenta contradições e convive com certo mal estar na Psicologia por apontar ao não-conformismo, não-tecnicismo, não-dominação. Enfim, Ética a serviço da capacidade humana de criar, começar de novo nem que seja com uma palavra diferenciada que convide a Ética a dialogar com a atividade profissional para verificar suas possíveis formas de inscrição.O desafio que se coloca é o de deslocar o profissional de um espaço estabelecido para um lugar de questionamento constante acerca dos saberes postos em prática.A constatação de que as sociedades mudam, as profissões transformam-se indica que um Código de Ética que oriente a profissão precisa estar permanentemente em questão, pois no cotejamento com o cotidiano do fazer do psicólogo podem ser apontados os aperfeiçoamentos que se façam necessários.

**Palavras-chaves:** ética,política,direitos humanos,COE

**Atividade: O projeto ético contemporâneo e suas implicações na formação e no exercício da profissão do psicólogo: um grupo de trabalho do CRP05 (Temas em Debate)**

**Trabalho:**Ética além das normas

**Autor(es):** Nelio Zuccaro

**Resumo:** Com o objetivo de aumentar a visibilidade do aspecto orientador da Comissão de Orientação e Ética (COE), tem sido realizada no Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro a Oficina “Ética para além das normas”. Fruto do trabalho de pesquisa desenvolvido pelo conselheiro Nélio Zuccaro e dois colaboradores, a psicóloga Eliana Vianna e o estudante de psicologia Felipe Fonseca, nos arquivos da COE, a oficina foi estruturada a partir de uma metodologia participativa utilizando-se de situações trazidas pelos que dela participam. Além de dar referências sobre o atual Código de Ética, os coordenadores procuram problematizar a discussão “para além das normas”. Nas oficinas é apresentado um banco de dados produzido pelos coordenadores a partir de 126 documentos do período de 1982 a 2005 do arquivo inativo do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, que contém os processos já transitados e julgados neste regional. A organização deste banco de dados contou com a participação de outros colaboradores, os psicólogos Sérgio Athayde e Flávia Guterrez. A partir do início da gestão do XI Plenário, o aspecto orientador da COE é tomado como um princípio norteador em relação aos aspectos puramente disciplinares e têm sido implementadas algumas ações voltadas para a promoção de debates em torno do Código de Ética. As oficinas são oferecidas pelo Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro às instituições – de formação, de saúde etc. - que se interessam em ampliar a discussão ética com seus profissionais. As informações divulgadas pela oficina constituem-se em um importante material capaz de se tornar fonte de novos estudos e pesquisas referentes ao tipo de acolhimento, à forma de tramitação e às diferentes maneiras de como os aspectos éticos relativos à prática dos psicólogos foram tratados pela Autarquia ao longo de vários períodos históricos. Os objetivos da oficina são: implantar um trabalho de relacionamento permanente entre a Comissão de Orientação e Ética e a sociedade; criar e manter atualizado o banco de dados; levantar perfis ou áreas de maior vulnerabilidade de infração ética; realizar e multiplicar a oficina. O público alvo são estudantes de psicologia, professores, coordenadores de cursos de psicologia e de Serviços de Psicologia Aplicada (SPA), conselhos profissionais, OGs, ONGs, entidades da sociedade civil. A oficina foi estruturada a partir de seis momentos: 1) apresentação dos objetivos. 2) dinâmica de apresentação dos participantes (nome, profissão, se já teve vontade de denunciar algum psicólogo e porquê). 3) levantamento de situações-problema que o participante entender ser mais polêmico na sua prática profissional e/ou dos psicólogos no coletivo, do ponto de vista da Ética profissional. 4) dinâmica concordo/discordo (divide os participantes em dois grupos. Um responsável por defender e o outro por discordar da situação-problema. Depois invertem-se os papéis. Discussão, avaliação e correlação com o Código de Ética. 5) apresentação das fases regimentais de um processo na Comissão de Orientação e Ética e no Código de Processamento Disciplinar (CPD). 6) avaliação por escrito do trabalho desenvolvido.

**Palavras-chaves:** ética,oficina,COE

**Trabalho:**ÉTICA E PRÁTICA: CONFRONTOS COTIDIANOS

**Autor(es):** Ana Lucia de Lemos Furtado

**Resumo:** A Comissão de orientação e Ética é um órgão de assessoramento ao Plenário para aplicação do Código de Ética e do Código de Processamento Disciplinar bem como do desenvolvimento e estudos de programas relativos à ética profissional e à apreciação das respectivas infrações. O projeto político do XI Plenário do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro afirma, entre outros, o propósito de promover debates em torno da afirmação do Código de ética dos psicólogos bem como enfatizar ações de orientação e informação aos profissionais. Pretende-se superar uma concepção de conselho de classe distante, punitivo, desimplicado dos impasses vividos pela categoria profissional. Sob a ótica de uma política de

direitos humanos comprometida com práticas solidárias, inclusivas e de respeito às singularidades e considerando a importância de conchamar a categoria profissional para participar na discussão dos impasses e desafios de suas práticas no contexto contemporâneo a Comissão de Orientação e Ética desenvolve um fórum de debates tendo a Ética como interrogante. O objetivo é por em análise o lugar e a função do psicólogo face às implicações ético-políticas de sua prática contextualizada sócio-históricamente. O presente trabalho pretende examinar os temas originados do encontro psicólogos / C.O.E. temas esses que advêm de duas fontes: os impasses na prática profissional que geraram representações / processos e os questionamentos dirigidos diretamente à CO.E. Estamos diante de questões relativas à: “abuso sexual e emocional”, “Psicologia e Justiça”, “o psicólogo e a escrita”; “avaliação psicológica no judiciário”, “práticas psicológicas e privação de liberdade”, “lugar da Ética nos Conselhos”. Os pontos desencadeadores de discussão, extraídos da demanda recebida, são os que se seguem: “Abuso sexual e emocional” distinção, abordagens, avaliação; “Psicologia e Justiça”: inserção do psicólogo, demanda do judiciário, desafios e impasses; “O psicólogo e a escrita”: significado e repercussões do escrito, documentos escritos: laudos e pareceres; “Avaliação psicológica no judiciário”: o cliente, sigilo e comunicação, laudo e conclusividade, testes e técnicas; “Práticas psicológicas e privação de liberdade”: inserção do psicólogo em instituições restritivo-coercitivas, avaliação psicológica, demanda e cliente; “Lugar da Ética nos Conselhos Profissionais”: papel e qualificação das Comissões de Instrução, ética e processo, códigos de Ética. Nosso objetivo é analisar este conjunto temático refletindo sobre o momento de seu aparecimento, a demanda a que faz referência e suas conseqüências ético-políticas no exercício profissional. Através do exame dos impasses trazidos pelos psicólogos em suas práticas pode-se por em análise os agenciamentos, as implicações e os processos de naturalização que estejam impedindo possibilidades diferenciadas de intervenção. Trata-se de não reduzir a Ética a um conjunto de normas valorativas, mas avançar na perspectiva do rompimento e invenção possibilitadores de outros modos de estar no mundo. É a Ética viva que sustenta contradições e convive com certo mal estar na Psicologia por apontar ao não-conformismo, não-tecnicismo, não-dominação. Enfim, Ética a serviço da capacidade humana de criar, começar de novo nem que seja com uma palavra diferenciada que convide a Ética a dialogar com a atividade profissional para verificar suas possíveis formas de inscrição. O desafio que se coloca é o de deslocar o profissional de um espaço estabelecido para um lugar de questionamento constante acerca dos saberes postos em prática. A constatação de que as sociedades mudam, as profissões transformam-se indica que um Código de Ética que oriente a profissão precisa estar permanentemente em questão, pois no cotejamento com o cotidiano do fazer do psicólogo podem ser apontados os aperfeiçoamentos que se façam necessários.

**Palavras-chaves:** ética, COE, Prática profissional

**Trabalho:** Ética na formação do Psicólogo: questões contemporâneas

**Autor(es):** Nádia Filomena Ribeiro da Silva, Maria Aparecida dos Santos, Marcelo Santana Ferreira

**Resumo:** A emergência de questões éticas no mundo contemporâneo tem crescido em velocidade exponencial. As novas descobertas da ciência e as formas de intervenção tecnológica na vida humana, como a biotecnologia, por exemplo, têm suscitado preocupações mundiais e discussões acirradas. Hoje, as conseqüências e implicações das formas de intervenção profissional na vida biológica e social dos seres humanos, animais e sistemas ecológicos são moeda corrente no discurso das inumeráveis comissões de regulamentação que se espalham pelo mundo inteiro (ética dos direitos humanos, bioética, ética da comunicação, códigos de ética profissional, etc.). Um dos grandes desafios do pensamento contemporâneo é abalizar a Ética como um campo de discussão filosófica, distinta da Moral constituída pelos códigos de regulamentação de condutas. Mais especificamente, cabe aos psicólogos repensar a relação da Ética com o campo de Estudos da Subjetividade, sobretudo, porque é fato assente que o modo de subjetivação moderno parece ter produzido uma relação obscura entre as concepções de

“Ética” e “Moral”. Tal obscurantismo tem colocado a observação ou não de condutas prescritas pelos códigos de ética profissional no lugar de ações éticas propriamente ditas, gerando equívocos, oportunismos e, de uma forma geral, uma certa improdutividade filosófica neste campo de atuação intelectual e profissional. Neste sentido, este grupo de trabalho visa, primeiramente, fazer um estudo crítico sobre a forma como a Ética vem sendo apresentada e discutida nos cursos de formação em Psicologia, abrangendo todos os cursos de faculdades públicas e privadas, oferecidos no Estado do Rio de Janeiro. Em segundo lugar, propõe a constituição de um grupo de estudos sobre ética, no sentido de contribuir para a reformulação e divulgação dos trabalhos institucionais que vêm sendo implantados no Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro. A “Ética”, hoje, infelizmente confundida com “código de conduta profissional” e sua irremediável natureza nomotética, antes de tudo, deve ser resgatada como um instrumento “vivo” de reflexão recorrente, gerando, em torno de suas expressas preocupações, um fórum permanente de discussões, a fim de engendrar, efetivamente, ações éticas de profissionais que a ela recorrem. Desde maio de 2005, o grupo de trabalho do CRPRJ intitulado “Ética na Formação do Psicólogo: Questões Contemporâneas”, vem realizando a pesquisa mencionada acima e se dedicado ao estudo da obra “A Hermenêutica do Sujeito” de Michel Foucault, publicada no Brasil em 2004, onde o autor historiciza o princípio do “cuidado de si”. Desse modo, o grupo de trabalho visa promover reflexões sobre a relação entre formação profissional, ética e os apelos do presente, apontando para encaminhamentos possíveis ao problema da relação entre os psicólogos e aquilo que eles têm pensado e feito a partir de suas próprias inserções nas instituições do mundo contemporâneo.

**Palavras-chaves:** ética, formação, prática

**Atividade: Teoria e prática: a ética no exercício profissional da Psicologia (Temas em Debate)**

**Trabalho:** A relação Ética e Psicologia

**Autor(es):** Elizabeth Queiroz

**Resumo:** Em geral, após cinco anos de estudos o aluno de Psicologia vê-se com a tarefa de assumir o papel profissional de psicólogo. Saber, ciência, conhecimento, as “psicologias” em geral, são reproduzidas em práticas, pressupondo um certo saber fazer. Os Conselhos Regionais de Psicologia têm por finalidade orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de psicólogo e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe. Cabe aqui a ressalva de que a Ética é essencialmente especulativa e, a não ser quanto ao seu método analítico, ela jamais será normativa, característica esta, exclusiva do seu objeto de estudo, a moral. Na prática, representa um conjunto de normas de comportamento que deve ser convertido em ação. Ética por definição é reflexão da moral e requisito para que a categoria seja reconhecida como confiável, o que é responsabilidade de cada um de nós. O desenvolvimento da psicologia estimulou o aprimoramento de atividades profissionais do psicólogo em diferentes contextos. Observou-se uma crescente inserção de psicólogos envolvidos tanto em atividades de prevenção e promoção de saúde quanto em serviços de atenção secundária e terciária à saúde de indivíduos e grupos populacionais. Estas práticas estão permeadas de questões éticas, demandando do profissional atenção ao seu contexto sócio-histórico cultural e dos usuários. O Código de Ética Profissional do psicólogo não tem por missão primordial normatizar a prática. Busca, por outro lado, assegurar um padrão de conduta que promova o reconhecimento social da profissão. Procura estimular reflexões que considerem a profissão como um todo, ou seja, não se volta a práticas particularizadas já que os dilemas éticos não se restringem a práticas específicas e surgem nos diferentes contextos de atuação. Estabelece uma valorização de princípios mais gerais para a prática profissional. Os princípios fundamentais expressam valores universais indicados por organismos internacionais. O sigilo profissional aparece como um dos grandes desafios para a Psicologia, tanto como ciência como quanto profissão. No exercício da função de membro da Comissão de Ética de um Conselho Regional de Psicologia fica evidente o pouco preparo de profissionais para lidar com os limites desta questão. A ampla discussão destes temas pelo Conselho Federal de Psicologia e pelos Conselhos Regionais possivelmente promoverá uma maior familiaridade dos profissionais e estudantes com a legislação existente,

proporcionando-lhes maiores recursos para o exercício profissional. Esta apresentação enfatizará artigos do Código de Ética e legislação específica sobre elaboração de documentos psicológicos (CFP 007/2003) no intuito de instrumentalizar profissionais para as complexidades das situações clínicas, jurídicas, de saúde, entre outras.

**Palavras-chaves:** código de ética, sigilo profissional, Legislação

**Trabalho:** Denúncia ética: o exercício profissional em questão

**Autor(es):** Vera Lucia Decnop Coelho

**Resumo:** Recentemente vem crescendo sobremaneira a inserção de profissionais de psicologia numa grande diversidade de áreas de atuação. Tal ampliação se deve, por um lado, às contínuas transformações sociais e por outro àquelas inerentes ao desenvolvimento de perspectivas teóricas e técnicas da profissão. A legislação que rege o exercício da psicologia é referência primordial para a atuação profissional. Contudo, nem sempre essa legislação dá conta de acompanhar o ritmo das mudanças que a sociedade atravessa. Cabe destacar que a Constituição de 1988 foi ampliadora dos direitos das pessoas e de responsabilidades por parte das instituições no cumprimento desses direitos através do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, Lei Orgânica da Saúde, Estatuto da Criança e do Adolescente, entre outros. O Código de Ética em vigor, em sua terceira versão, é constituído por princípios e normas que valorizam o respeito ao sujeito humano e seus direitos fundamentais. No entanto, o valor primordial do Código não é a definição do que deve ou pode ser feito, mas sim a reflexão sistemática do psicólogo acerca de sua práxis. Sabemos que na medida em que a sociedade se torna mais complexa, e os cidadãos mais atentos a seus direitos, cresce a demanda por serviços de melhor qualidade e profissionais mais habilitados. De fato, uma análise quantitativa das representações apresentadas ao nosso Conselho Regional, nos últimos quatro anos, evidenciou um aumento do número de denúncias formuladas. Dentre os temas que motivam a abertura de processos éticos destacam-se: emissão de atestado sem a devida fundamentação e/ou com declarações falsas, envolvimento emocional indevido com o paciente, indução de crenças religiosas, manejo inadequado da relação terapêutica, não encaminhamento a outros profissionais, prescrição de medicamentos, treinamento de candidatos para exames psicotécnicos. As denúncias relativas à elaboração não criteriosa de documentos psicológicos merecem uma consideração especial neste contexto. Embora a Resolução 007/2003 especifique modelos para diferentes tipos de documentos psicológicos, é flagrante a freqüente simplificação nos documentos que são alvo de denúncia ética. Além disso, nota-se muitas vezes uma possível ingenuidade do profissional que perde de vista a complexidade das situações avaliadas, assumindo uma postura parcial na condução do caso. Como psicólogos e membros da Comissão de Ética de um Conselho Regional de Psicologia consideramos fundamental partilhar com a comunidade profissional tais temas incentivando a reflexão sobre estratégias de aplicação do conhecimento psicológico mais efetivas e menos sujeitas a vieses. Planeja-se, portanto, apresentar alguns tipos de denúncia de forma a discutir propostas alternativas às infrações identificadas.

**Palavras-chaves:** denúncia ética, código de ética, regulamentação profissional

**Trabalho:** TEORIA E PRÁTICA: A ÉTICA NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA PSICOLOGIA

**Autor(es):** Vera Lucia Decnop Coelho, Elizabeth Queiroz

**Resumo:** O exercício da profissão do psicólogo, em sua diversidade, muitas vezes expõe o profissional ao enfrentamento, no seu dia-a-dia, de situações-limite que podem interferir na saúde e bem-estar do usuário tanto quanto comprometer a identidade e integridade do profissional. A elaboração de documentos como relatórios, pareceres, atestados e laudos, os conflitos decorrentes da relação terapêutica, as fronteiras subjetivas que norteiam o exercício da psicologia e áreas afins, são alguns exemplos de dilemas que permeiam a atuação na área e há legislação própria que orienta os profissionais na elaboração desses documentos, emanada do

Conselho Federal de Psicologia, com participação dos Conselhos Regionais, na forma de Resoluções e Manuais. Muito se discute se a formação acadêmica prepara suficientemente o profissional de Psicologia para o enfrentamento de dilemas de natureza ética, e as recorrentes denúncias que chegam aos CRPs corroboram a necessidade de ampliar essa discussão em prol do aprimoramento da atuação profissional, a partir de uma perspectiva de formação continuada. Considera-se fundamental levar ao profissional e ao estudante de psicologia possibilidades de reflexão sobre essas situações de forma a melhor capacitá-los a fazer intervenções que não dêem margem a julgamentos ou mal-entendidos em relação a sua capacidade ou isenção profissional. A experiência de participar da Comissão de Ética do Conselho Regional de Psicologia tem nos mostrado temas recorrentes em que o psicólogo é alertado e questionado na sua prática e para a necessidade de que os Conselhos participem de forma constante do processo de formação continuada do psicólogo. O tema Ética tem sido alvo de várias matérias nas publicações dos diversos CRPs, inclusive com levantamentos estatísticos dos temas dos procedimentos disciplinares em tramitação nos Conselhos. Questões de natureza teórica e técnica, que fazem parte do cotidiano de trabalho, são apresentadas em sucessivas denúncias, por parte de clientes ou familiares que se sentiram expostos e não cuidados quando da relação terapêutica, principalmente nos casos em que está envolvido o Poder Judiciário. OBJETIVOS:- Discutir aspectos teóricos sobre a relação Ética e Psicologia;- Destacar aspectos da legislação que norteiam o exercício profissional do psicólogo;- Apresentar, a partir de denúncias recorrentes à Comissão de Ética, temas e recursos de atuação;- Sensibilizar profissionais e estudantes para uma atuação mediada pela melhor compreensão da complexidade das situações do exercício profissional, possibilitando um melhor atendimento à sociedade que nos demanda.- Estimular a reflexão sobre a prática profissional, atentando um trabalho preventivo, por parte dos diversos CRPs, e suas Comissões de Ética, no sentido de diminuir as queixas contra profissionais..(mini cursos, palestras,).

**Palavras-chaves:** exercício profissional, ética, formação continuada

**Atividade: Ética em pesquisa  
(Temas em Debate)**

**Trabalho:** Um olhar sobre questões éticas na pesquisa com seres humanos.

**Autor(es):** José Rocha Carvalheiro

**Resumo:** Sem nenhuma intenção de enveredar por terreno alheio, sou professor de medicina social, relato apenas experiências pessoais, como editor de periódico científico e membro de comitê internacional. São experiências mais ou menos recentes com temas sensíveis como aquele de que trata este debate, sobre os limites e perspectivas da ética em pesquisa para a produção do conhecimento em psicologia. O "duplo standard ético" nos ensaios clínicos no primeiro mundo e nos países pobres. Defendido explicitamente por pesquisadores dos países centrais no contexto dos ensaios com vacinas anti HIV / aids. Desdobramento da polêmica de ensaios subseqüentes ou em paralelo durante o desenvolvimento do produto. No mesmo contexto de vacinas de HIV / aids, o debate com conteúdo notavelmente colonialista sobre a responsabilidade ética do tratamento dos voluntários atingidos pela doença que está sendo investigada com o melhor tratamento existente ("best proven"), contra o melhor tratamento possível ("best attainable"). A noção de "ensaio safári" foi introduzida pelos sul-africanos. O registro obrigatório de ensaios clínicos envolvendo seres humanos, em particular os ensaios de novas drogas. Como membro atual do International Advisory Board (IAB) da Plataforma da Organização Mundial de Saúde, Genebra, Suíça, de Registro de Ensaios Clínicos (ICTRP / WHO), participo do álgido debate em que se confronta a representação da indústria farmacêutica ("big pharma") com os demais membros do comitê. Neste terreno estão em debate não apenas questões de meta análise que envolvem resultados contraditórios de estudos de remédios. Também questões epistemológicas têm sido trazidas à baila, mas fugindo geralmente a uma visão "pragmática" de questões de mercado (de medicamentos) e acesso a tecnologias avançadas desenvolvidas pelo setor privado. Com grande ênfase insere-se neste contexto a questão da propriedade intelectual e do conceito de "bens públicos" da humanidade. A editoria de uma revista científica de epidemiologia defronta-se com freqüência com as reclamações dos

autores de estudos observacionais e / ou que usam bases públicas de dados quanto à exigência de submissão a Comitê de Ética em Pesquisa e a declaração de "conflito de interesse". Esta temática possivelmente é a que mais aproxima nossa experiência concreta com as posições de outras disciplinas científicas. A hegemonia das ciências duras da biomedicina e da medicina no mundo editorial da saúde deve ser discutida levando em conta especificidades. Não somente disciplinares, sobretudo inter e transdisciplinares. Para não avançar no terreno do que o recentemente falecido epistemólogo argentino Juan Samaja chamou "trans-sapiência", incluindo saberes não necessariamente codificados em disciplinas científicas.

**Palavras-chaves:** Ensaio clínico, Ensaio de novas drogas, Propriedade intelectual e bens públicos, Editoria de revista científica, Hegemonia das ciências duras

**Trabalho:** Ética, Bioética, Psicologia e Pesquisa: encontros e desencontros.

**Autor(es):** Margareth Silva Oliveira

**Resumo:** A Resolução 196/96 do Ministério da Saúde estabeleceu as diretrizes e normas regulamentadoras para a realização de pesquisas envolvendo seres humanos. Apesar de sua pertinência em muitas áreas de pesquisa, em especial nas ciências biomédicas, a resolução se revela ampla demais e acabou por abranger, em nossa opinião indevidamente, as ciências humanas e sociais. Os pressupostos fundamentais da resolução são retirados de documentos internacionais consolidados (Código de Nuremberg, 1947; a Declaração dos Direitos do Homem, 1948; a Declaração de Helsinque, 1964, 1975, 1983 e 1989; o Acordo Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (ONU, 1966), as Propostas de Diretrizes Éticas Internacionais para Pesquisas Biomédicas Envolvendo Seres Humanos (CIOMS/OMS 1982 e 1993) e as Diretrizes Internacionais para Revisão Ética de Estudos Epidemiológicos (CIOMS, 1991) e tem como inspiração filosófico-científica a Bioética. Em decorrência tem conseqüências diversas e distintas a partir das posições principialistas da Bioética, além de sua fundamentação consequencialista / utilitarista/ prática. A psicologia enquanto ciência múltipla e complexa encontra na resolução algumas identidades e muitas dificuldades. De pronto, deve-se falar que não existe uma só Psicologia, mas sim as Psicologias, de diferentes fundamentações filosóficas, científicas e metodológicas, demandando, em conseqüência, diferentes pressupostos morais e éticos. Concretamente, a Psicologia não se vê amplamente contemplada em suas especificidades e/ou necessidades de pesquisa na resolução 196/96. Os princípios bioéticos embaixadores da Resolução atingem apenas uma parte da psicologia, como por exemplo a área de saúde. No entanto, não contempla a contento, posto que os pressupostos filosófico-morais são distintos e complexos, a psicologia organizacional, a psicologia clínica, a psicanálise, a psicologia social, dentre outras. Nem tão pouco provê parâmetros para a avaliação, concretamente, das metodologias, também distintas e complexas, quali-quantitativas ou mesmo simplesmente qualitativas, pois estas demandam filosofias morais distintas, como por exemplo, a ética fenomenológica, a ética feminista, a ética ambiental, a ética subjetivista ou mesmo a relativista, a ética comunitarista ou a ética do cuidado. Diante desta constatação, a presente apresentação buscará problematizar a) os pressupostos da resolução que contemplam ou excluem as multiplicidades e a complexidade da Psicologia; b) alguns dos problemas concretos criados pela resolução na condução de pesquisas e conseqüente produção de conhecimento da área; c) as conseqüências para as ciências humanas e sociais, em particular para a psicologia, da excessiva normatização/burocratização que desconsidera a diferença (de éticas, métodos, procedimentos e formas de produzir pesquisas e conhecimento) entre as ciências; d) a regulamentação exclusiva para a área biomédica sendo estendida para áreas distintas; e) a necessidade de se repensar a atual resolução como forma de respeitar, preservar e contemplar as multiplicidades da psicologia; f) parâmetros mínimos para uma reformulação da resolução contemplando a psicologia e, quiçá, as demais ciências humanas e sociais. Portanto, esta apresentação buscará apresentar um panorama geral dos encontros e desencontros da resolução 196/96 com a Psicologia a partir das discussões empreendidas pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia-ANPEPP.

**Palavras-chaves:** Bioética, Resolução MS 196/96, Especificidades da Psicologia



**Trabalho:**Autonomia universitária e ética na pesquisa.

**Autor(es):** Mariza Monteiro Borges

**Resumo:** A ética na pesquisa é uma temática que tem ganhado importância a partir do avanço científico de diferentes áreas de conhecimento, em especial da biologia. Na atualidade, a ética na pesquisa tem sido discutida tanto na academia quanto nos mais diversos setores da sociedade organizada e pela grande mídia. Essas discussões têm promovido o aparecimento de códigos e regulamentos emanados por diferentes órgãos ordenadores e/ou fiscalizadores do exercício profissional, portarias ministeriais e proposta de lei que visam a delimitação da atividade de pesquisa e estabelecem protocolos a serem cumpridos pelos pesquisadores nas universidades brasileiras. Pressupondo a inexistência de diferenças fundamentais do ponto de vista da produção de conhecimento entre a pesquisa em psicologia e a pesquisa em outras áreas do conhecimento, a presente contribuição abrangerá os conceitos de autonomia e liberdades acadêmicas ou científicas. A discussão dos limites dessas liberdades será feita no contexto institucional e não de uma área do conhecimento. Entendendo não ser possível olhar a questão unicamente a partir dos textos legais, procurar-se-á percorrer rapidamente a trajetória histórica da universidade no mundo e os sentidos da sua autonomia ao longo do tempo. A evolução histórica e o sentido socialmente reconhecido das liberdades individuais e institucionais estão intimamente relacionados com diferentes significados da autonomia universitária e contribuirão para a compreensão da autonomia universitária expressa na Constituição Federal de 1987 e os limites impostos pela constitucionalização da autonomia à intervenção legislativa infraconstitucional. Nesta perspectiva os limites à autonomia seriam determinados pela vinculação aos fins e interesses peculiares à universidade, à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, aos direitos individuais e coletivos, além dos demais preceitos constitucionais, como aponta Sampaio (1998). Neste contexto, os documentos ou projetos que se apresentam devem ser analisados à luz da autonomia universitária e das finalidades institucionais. A autonomia universitária tem sido estudada sob diversas dimensões, a saber, política, administrativa, financeira, didático-científica, disciplinar. A dimensão didático-científica e disciplinar é entendida por muitos autores como um aspecto essencial na conceituação da universidade autônoma. Sob esse ponto de vista, a universidade é autônoma porque o ensino e a pesquisa pressupõem liberdade. E nisso concordam mesmo aqueles autores que defendem a limitação da autonomia no que se refere aos aspectos financeiros ou administrativos ao reconhecerem a capacidade institucional para reger-se por normas próprias no cumprimento das finalidades sociais às quais se destina. "... autonomia didático-científica, de caráter principal, confere à universidade, sob a égide do pluralismo de idéias, o direito à liberdade de ensino e de comunicação do pensamento." (Consultoria Geral da República) 'Pode-se considerar que a liberdade assegurada também é relativa uma vez que o texto constitucional já prevê algumas restrições à autonomia universitária ao definir os compromissos da universidade com a produção de conhecimento relevante para a solução dos problemas nacionais e com a formação profissional, vinculando o diploma universitário com o direito ao exercício profissional das profissões regulamentadas. Essas restrições, entretanto, não impedem a liberdade institucional de investir esforços em projetos didático-científicos em áreas não diretamente ligadas à solução de problemas nacionais ou às profissões regulamentadas, mantendo o seu compromisso essencial com a produção e disseminação do conhecimento. Assim, os instrumentos legais infraconstitucionais devem ser sempre analisados considerando as prerrogativas constitucionais da autonomia universitária e a proteção da universidade contra ingerências externas.

**Palavras-chaves:** autonomia universitária, liberdade acadêmica, compromissos da universidade

**Atividade:** **A saúde na encruzilhada entre biopolítica e bioeconomia: reflexões sobre os paradoxos da "era dos direitos" na globalização hegemônica (Conferência)**

**Trabalho:**A saúde na encruzilhada entre biopolítica e bioeconomia: reflexões sobre os paradoxos da "era dos direitos" na globalização hegemônica

**Autor(es):** Mary Jane Spink

**Resumo:** O V Congresso Norte Nordeste de Psicologia (V CONPSI) apresenta-se com o objetivo geral de ampliar a discussão sobre o compromisso da Psicologia de compreender as realidades brasileiras, construir conhecimentos válidos e propor políticas necessárias à superação dos problemas sociais e humanos que vivenciamos em nossas regiões. A Comissão Científica está sensível ao contexto atual nacional e pretende auxiliar, por meio deste Congresso, na produção de saberes/fazerem em Psicologia que participem ativamente nas transformações sociais que tanto o país necessita. As metas a serem alcançadas no V Congresso Norte-Nordeste e Psicologia envolvem as seguintes questões, além de outras: Fomentar o desenvolvimento da Psicologia enquanto área de produção de conhecimento científico no Brasil, particularmente nas Regiões Norte e Nordeste, ampliando o intercâmbio entre pesquisadores, professores, profissionais e alunos; Fomentar a interlocução entre pesquisadores e profissionais, potencializando a melhoria continuada da prática profissional e maior inserção da pesquisa nos problemas que desafiam os psicólogos; Estimular o debate sobre problemas nacionais e regionais como contexto indispensável à produção de conhecimento e intervenção profissional em Psicologia; Promover o encontro e a troca de experiências entre psicólogos, divulgadores de ciência, pesquisadores, profissionais, professores, empresários, políticos e representantes de instituições públicas; Discutir, analisar e propor formas e mecanismos que contribuam para a formação de novos psicólogos. Considerando a realidade atual do contexto sócio-político-econômico do nosso país, a Comissão Científica do V CONPSI definiu como tema central para este Congresso: "A Produção na Diversidade: compromissos éticos e políticos em psicologia". Vale destacar que as Conferências são derivadas do Tema Central do Congresso e são organizadas pela Comissão Científica. Os(As) Conferencistas são convidadas pela referida Comissão e deverão apresentar seus textos na íntegra, pois serão publicados no livro do Congresso. O livro será lançado quando do início do Congresso. Para a constituição das Conferências, foram adotados os seguintes critérios: questões cotidianas emergentes e suas implicações com o Tema Central do Congresso ("A Produção na Diversidade: implicações éticas e políticas em psicologia"); e referências às questões do norte-nordeste à luz das temáticas gerais. Sempre orientadas pelos compromissos éticos e políticos da Psicologia. Serão 14 conferências ao todo e as temáticas abordadas abrangerão as seguintes áreas: saúde, educação, meio ambiente, direitos humanos, história e memória da psicologia, psicopatologias contemporâneas e pós-graduação e pesquisa em Psicologia. Espera-se que as Conferências e o Congresso contribuam efetivamente na produção de uma Psicologia justa, eticamente responsável, participativa e promotora de cidadania.

**Palavras-chaves:** Diversidade, Ética, Política

**Atividade:** A produção na diversidade: compromissos éticos e políticos em Psicologia -  
Ética (Conferência)

**Trabalho:** A produção na diversidade: compromissos éticos e políticos em Psicologia - Ética

**Autor(es):** Esther Maria de Magalhães Arantes

**Resumo:** Resumo para Conferência: A produção na diversidade: compromissos éticos e políticos em Psicologia O V Congresso Norte Nordeste de Psicologia (V CONPSI) apresenta-se com o objetivo geral de ampliar a discussão sobre o compromisso da Psicologia de compreender as realidades brasileiras, construir conhecimentos válidos e propor políticas necessárias à superação dos problemas sociais e humanos que vivenciamos em nossas regiões. A Comissão Científica está sensível ao contexto atual nacional e pretende auxiliar, por meio deste Congresso, na produção de saberes/fazerem em Psicologia que participem ativamente nas transformações sociais que tanto o país necessita. As metas a serem alcançadas no V Congresso Norte-Nordeste e Psicologia envolvem as seguintes questões, além de outras: Fomentar o desenvolvimento da Psicologia enquanto área de produção de conhecimento científico no Brasil, particularmente nas Regiões Norte e Nordeste, ampliando o intercâmbio entre pesquisadores, professores, profissionais e alunos; Fomentar a interlocução entre pesquisadores e profissionais, potencializando a melhoria continuada da prática profissional e maior inserção da pesquisa nos problemas que desafiam os psicólogos; Estimular o debate sobre problemas nacionais e

regionais como contexto indispensável à produção de conhecimento e intervenção profissional em Psicologia;. Promover o encontro e a troca de experiências entre psicólogos, divulgadores de ciência, pesquisadores, profissionais, professores, empresários, políticos e representantes de instituições públicas;. Discutir, analisar e propor formas e mecanismos que contribuam para a formação de novos psicólogos.Considerando a realidade atual do contexto sócio-político-econômico do nosso país, a Comissão Científica do V CONPSI definiu como tema central para este Congresso:“A Produção na Diversidade: compromissos éticos e políticos em psicologia”.Vale destacar que as Conferências são derivadas do Tema Central do Congresso e são organizadas pela Comissão Científica. Os(As) Conferencistas são convidadas pela referida Comissão e deverão apresentar seus textos na íntegra, pois serão publicados no livro do Congresso. O livro será lançado quando do início do Congresso.Para a constituição das Conferências, foram adotados os seguintes critérios: questões cotidianas emergentes e suas implicações com o Tema Central do Congresso (“A Produção na Diversidade: implicações éticas e políticas em psicologia”); e referências às questões do norte-nordeste à luz das temáticas gerais. Sempre orientadas pelos compromissos éticos e políticos da Psicologia.Serão 14 conferências ao todo e as temáticas abordadas abrangerão as seguintes áreas: saúde, educação, meio ambiente, direitos humanos, história e memória da psicologia, psicopatologias contemporâneas e pós-graduação e pesquisa em Psicologia.Espera-se que as Conferências e o Congresso contribuam efetivamente na produção de uma Psicologia justa, eticamente responsável, participativa e promotora de cidadania

**Palavras-chaves:** ética,política,diversidade

## Área: Cultura/Sociedade

**Atividade: Alguns fatores de formação da cultura brasileira (Cursos - 6hs)**

**Trabalho:**Algumas reflexões sobre a formação da cultura brasileira.

**Autor(es):** Benedito Eliseu Leite Cintra

**Resumo:** A cultura brasileira, na qual estamos inseridos, tem suas raízes formadoras desde tempos remotos a.C. Não se trata apenas das primitivas fontes indígenas já estabelecidas antes do ano 1500. Nem somente da cultura dos escravos negros africanos trazidos pelo colonizador. Quanto a isso a referência a ser feita é à obra de Enrique Dussel propondo sua Filosofia da Libertação na América Latina. Este mesmo autor considera que historicamente predominou a cultura do dominador europeu invasor do continente. O que, desde então, prevaleceu foi a cultura da cristandade medieval acontecida pela confluência do humanismo helênico e o humanismo semita. Até hoje estes humanismos mal se compõem no ocidente. Ao dizer de Paulo Freire entre o grego e o semita a proposição é de uma pendência que ainda percorre a cultura brasileira. Se hoje procura-se recuperar certa cultura indígena ou afirmar a particularidade de uma cultura afro-brasileira, isso mostra como nos incomodamos com a cultura do dominador interiorizado em nossa mentalidade. Contudo, deve-se fazer alguma justiça entre o humanismo helênico e o humanismo semita. Mais do que suspeitamos, o primeiro carregou, para nosso modo comum de viver e pensar a existência, alguns modelos de interpretação do ser humano. Entre eles principalmente o dualismo corpo-alma. Fala-se facilmente de imortalidade da alma, como se este fosse o único entendimento da sobrevivência humana. Contudo, mais importante do que esta discussão é o dilaceramento do ser humano por duas substâncias em conflito (Descartes). Outra influência nefasta do humanismo helênico é visão da história como destino, sobretudo na particularidade do “eterno retorno”. Facilmente pode haver com isso demissão da liberdade e da responsabilidade. Às vezes se encontra na psicologia certa postura cientificista – as ciências humanas reduzidas às ciências da natureza – no tratamento da mente (psyché) humana. Até mesmo a atitude religiosa, por causa do helênico, se vê tomada de subjugação ao “todo-poderoso”. O desconhecimento da crítica que hoje se faz ao cristianismo ingênuo ainda prejudica o trabalho psicológico de cura. Dessa feita, nem sempre o ateísmo pode ser um bom caminho. Deus não se reduz às “tábuas da lei”! “A ética é a filosofia primeira” (Levinas). Ou o psicólogo assume a dimensão ética do ser humano ou ele se vê às voltas com o moralismo vigente. Até mesmo de si para si mesmo! A sabedoria semita, também presente no diálogo inter-humano da pedagogia de Paulo Freire, poderia inspirar o psicólogo a também ser um pedagogo. Como disse Dostoievski em Os irmãos Karamanov: “somos todos responsáveis de tudo e por todos, e eu mais que os outros”!

**Palavras-chaves:** Cultura brasileira, Humanismo helênico e humanismo semita, Psicólogo e pedagogo, A ética é a filosofia primeira.

**Atividade: Trabalhos de Psicologia Social na Comunidade da Mangueira-Centro Cultural Cartola -Rio de Janeiro (Mesas Redondas)**

**Trabalho:**A Criatividade e o Centro Cultural Cartola

**Autor(es):** Martha Bento Lima Bento Ilma

**Resumo:** A proposta de trabalho é um projeto de uma pesquisa sob o título: Estratégia Sensível: Expressão Criativa, Auto-estima e Subjetividade de Jovens da Comunidade da Mangueira. A pesquisa é sobre a criatividade, expressa em um determinado grupo e contexto sensível, como dispositivo de inserção social e identidade cultural. O presente tema surgiu da minha experiência com a arte e a criatividade, pois sou professora Titular de Biodanza, uma técnica que utiliza a

música, o movimento e jogos de integração em grupo como instrumentos principais na promoção da expressão criativa existencial e tenho formação em música no Centro Ian Guest de Aperfeiçoamento Musical e no Conservatório Brasileiro de Música na cidade do Rio de Janeiro. Em 2005, desenvolvi um projeto trabalhando auto-estima e criatividade com crianças e adolescentes de comunidades carentes.. Essas crianças e adolescentes eram considerados na instituição municipal de ensino, como alunos especiais que necessitavam de uma didática especial para aprendizagem. Eles apresentavam problemas psicológicos no comportamento social ou apresentavam problemas de ordem neurológica. Por ocasião do projeto, tive a oportunidade de perceber como a expressão criativa pode gerar níveis de motivação e possibilidades de integração coletiva, na medida em que as crianças participavam com sua expressão criativa. Observei um maior desenvolvimento da capacidade de se perceberem umas as outras, bem como o reconhecimento de limitações e potencialidades de si mesmas e do grupo, dado a singularidade de cada membro envolvido na participação do projeto. A partir dessa experiência que surgiu a necessidade de investigar mais profundamente o impacto que a expressão criativa pode ter na vida do sujeito e quais são as transformações que esta pode oferecer no desenvolvimento de sua identidade pessoal e cultural. Trabalhamos com a hipótese de que a Psicologia associada à Arte, através da expressão criativa, pode promover no sujeito, maior inserção, reconhecimento e integração social, na medida em que contribui para a produção singular de subjetividade. Constata-se que as comunidades carentes geralmente não têm por questões de ordem financeira, a possibilidade de acesso aos tratamentos psicoterapêuticos, que seriam um apoio para a solução de problemas psicológicos, dessa maneira, é possível que o desenvolvimento de projetos que estimulem a expressão criativa e imaginativa, possam funcionar como uma estratégia sensível capaz de promover uma transformação positiva para a harmonização maior do sujeito com ele próprio e com a sociedade. De acordo com professor Muniz Sodré: “quando se age afetivamente, em comunhão, sem medida racional, mas com abertura criativa para o Outro, a estratégia é o modo de decisão de uma singularidade” (Cabral, M.S.A., 2006, p.10). O autor assinala que o signo estético pode funcionar como signo de comunicação, na medida em que o sujeito encontra uma abertura para a semântica no imaginário coletivo, presente nas formas sensíveis em que as relações intersubjetivas investem no espaço social. A proposta deste projeto será de trabalhar com questões relacionadas a auto-estima, criatividade e expressão musical de jovens que frequentam o Centro Cultural Cartola situado na Comunidade da Mangueira

**Palavras-chaves:** Comunidade, Criatividade, Arte

**Trabalho:** Genealogia de uma Comunidade

**Autor(es):** Sonia Bahia Ferreira

**Resumo:** A palavra genealogia abarca uma variedade de significados. Para os leigos tem o sentido de conhecimento. Para os eruditos, remete á um objeto da ciência. Dedicar-se ao estudo dos indivíduos, suas famílias, sua origem, sua evolução, descrevendo as gerações em cadeia e traçando sempre que possível a história de vida e a biografia dos seus membros e dos sujeitos a ela pertencentes. Vincent De Gaulejac, (1995) também se utiliza desta metodologia buscando identificar as originalidades dos sujeitos individuais e coletivos em suas construções, e diz que o sujeito é furto de suas sobre-determinações sociais e de suas injunções psíquicas inconscientes. O presente estudo trata-se de fragmentos da tese de Doutorado desenvolvida pela autora na Comunidade da Mangueira no Rio de Janeiro, durante o ano de 2006, onde buscou identificar o perfil das lideranças daquela comunidade assim como refletir de que maneira estas lideranças se articulam entre si e institucionalizam formas originais de subjetivação assim como traduzem as suas tradições e ao mesmo tempo operam transformações visando a manutenção e a sobrevivência e buscam o desenvolvimento de novos acordos culturais que possam significar maneiras diferenciadas de sociabilidade ajustada aos tempos atuais, no contemporâneo. Encontrou-se de imediato alguns traços bem marcantes na referida comunidade, duas famílias herdeiras do projeto do samba, mas que se distinguem nitidamente pela forma com que lidam com suas heranças. Estas fazem um movimento de cumplicidade e dissensão entre si, onde marcam territórios e ao mesmo tempo se complementam numa tensão que constitui por isso mesmo numa estrutura de ação que as permitem se mexer no mundo de

uma forma tal as sustentam e vai permitindo a vinculação de novos atores ao cenário. Esta segmentação na estrutura da comunidade é marcada claramente de um lado por um projeto estético iluminista, onde a arte clássica e barroca ganha um espaço de inserção ímpar no engajamento e superação das vulnerabilidades ali encontradas e do outro lado um projeto assistencialista comunitário onde o sentimento de todos por um domina a cena cotidiana. Ai neste subconjunto da totalidade da comunidade a memória e as tradições familiares são a sustentação das práticas, onde o abrigar o frágil, auxiliar o outro e o compartilhamento do viver sobrepuja qualquer dificuldade que se apresenta - aqui ninguém morre por falta de apoio, a comunidade é a máxima, a mangueira a religião. Numa análise mais detalhada desse cenário vê-se como algumas categorias ganham sentidos diferenciados nas duas alas da segmentação verificados. A forma como lidam com a sexualidade e a religião, são exemplos dessas concepções que as distinguem. Entretanto, a Casa e o Samba as unem.

**Palavras-chaves:** Comunidade,Cultura,Genealogia

**Trabalho:**Comunicação e arte na Comunidade da Mangueira

**Autor(es):** Regina Gloria Nunes Andrade

**Resumo:** A articulação entre comunicação e arte encontrou nesta pesquisa que venho desenvolvendo há três anos, patrocinada pelo CNPq um terreno fértil na Comunidade da Mangueira. Inicialmente investigamos a comunicação alternativa que percorre a comunidade e faz com que uma notícia possa ser transmitida de ponta a ponta do morro. Neste trabalho foram levantadas as histórias da comunidade e mesmo sua formação e atual situação. Logo a seguir partimos para um trabalho na Escola de Samba da Estação Primeira da Mangueira focalizando o trabalho no Carnaval de 2004 e analisando a produção de poder e lazer que o samba transmite.Durante este tempo trabalhamos com o referencial teórico da Psicologia Social e o método de Bourdieu sobretudo no que diz respeito a Campo Social. Nos interessou como campo os significantes de cultura e os trabalhos que são desenvolvidos por adolescentes e crianças.Com relação à sustentação teórica de nosso trabalho venho utilizando conceitos de Sigmund Freud e de Jacques Lacan sobre imaginário. Como a Comunidade é um espaço muito especial para o trabalho de pesquisa estou atenta aos estudos sociais que estão sendo desenvolvidos na contemporaneidade. Desta forma utilizamos os conceitos teóricos de Nestor Canclini , de Stanley Hall e sobretudo o trabalho de George Yudice que realizou uma pesquisa interessante sobre Comunidades do Rio de Janeiro.Os Estudos Culturais tem dado excelente sustentação a este trabalho na Comunidade.Estamos atenta também as questões da memória sob o ponto de vista individual e coletivo para podermos registrar a continuação de nosso trabalho e podermos devolver a Comunidades nossos resultados.Nesta altura da pesquisa chegamos ao Centro Cultural Cartola que dentro da Comunidade vem exercitando um trabalho de desenvolvimento cultural com as crianças e adolescentes concentrado na transmissão dos valores culturais e artísticos dos principais artistas da Comunidade. Há um grupo de trinta crianças que aprendem e tocam violino e um grupo de 10 adolescentes em flauta . Estas crianças e adolescentes estudam duas vezes por semana no Centro e já fizeram inúmeras apresentações públicas de recitais de violino.Alguns alunos do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social da UERJ tem desenvolvido seus trabalhos aí sob minha orientação. Outros alunos, mesmo que estejam desenvolvendo outros temas, participam das festas e apresentações que se realizam neste Centro.Nossa pesquisa continua neste momento voltada para atividades que concentram a atenção para a auto-estima das crianças e adolescentes que participam das atividades culturais do Centro. Temos trabalhado com conceitos teóricos sobre o imaginário , o corpo e a arte.

**Palavras-chaves:** Comunidade,Cultura,Criatividade,Memória

**Trabalho:**Questão do método em Pierre Bourdieu

**Autor(es):** Denise Maria de Oliveira Lima

**Resumo:** RESUMO: Questão do método em Pierre Bourdieu, da Mesa Redonda: Trabalhos de

Psicologia Social na Comunidade da Mangueira-Centro Cultural Cartola -Rio de Janeiro Denise Maria de Oliveira Lima tem graduação em Ciências Jurídicas e Sociais/ PUC-Campinas, em Psicologia/UFBA, Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas/UFBA e faz o Doutorado em Ciências Sociais/UFBA. Resumo: Questão do método em Pierre Bourdieu: O método empírico de Pierre Bourdieu, em primeiro lugar, é tratado no sentido de que as propriedades são sempre relacionais, só existem em relação umas às outras, ou seja, a leitura não pode ser substancialista, esta que trata as propriedades como necessárias e intrínsecas, que considera cada prática em si mesma e por si mesma. Ao contrário, a leitura deve ser relacional, pois as práticas são interdependentes no universo das práticas intercambiáveis. Ao aplicar este modo de pensar à pesquisa, é relevante observar que, prescindindo-se de qualquer ambição totalizante, o que interessa construir é o que está circunscrito num dado momento histórico, num determinado espaço social (realidade empírica historicamente datada e situada), constituído por agentes distribuídos em função de sua posição nesse mesmo espaço, tendo-se em conta o seu capital econômico, cultural e simbólico. A posição no espaço social, por sua vez, determina as suas disposições (habitus), que engendram tomadas de posição (escolhas). Ao tomarmos a metodologia de Bourdieu, devemos ainda considerar as seguintes questões que ele suscita. Bourdieu não aprecia a “grande teoria”, com pretensões totalizantes. Ao contrário, ele se identifica com os investigadores que sabem investir questões teóricas em um estudo empírico minuciosamente conduzido, fazendo um uso dos conceitos tanto mais modesto quanto mais sofisticado. Bourdieu diz que construir o espaço de pontos de vista possíveis sobre um fato em relação ao qual se define o método de análise que ele propõe, significa que esse método postula a existência de uma relação entre as tomadas de posição e as posições no campo: para compreender como, em um estado determinado de um campo determinado, os diferentes analistas se distribuem entre as diferentes aproximações e por que, entre os diferentes métodos possíveis, se apropriam deste e não daquele. O sistema de possibilidades (conceituais, estilísticas etc.) definem o que é possível e impossível de pensar ou de fazer em um dado momento em um dado campo; também os interesses que orientam os agentes, em função de sua posição na estrutura social do campo de produção cultural, através de uma região de espaço de possíveis.

**Palavras-chaves:** Pierre Bourdieu, Método, Cultura

**Atividade:** Um estudo psicossociológico sobre o grupo dos forrozeiros um novo “estilo de vida”?  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** Um estudo psicossociológico sobre o grupo de forrozeiros - um novo "estilo de vida"?

**Autor(es):** Camila Moreira Maia, Eduarda Gadelha Aquino, Elívia Camurça Cidade, Janara Pinheiro Lopes, Luiza Maria Soares Dias, Maria de Fátima Vieira Severiano, Tiago Monteiro Sousa

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo identificar os fenômenos psicossociais presentes na dinâmica do grupo dos “forrozeiros eletrônicos” do Ceará. A relevância desta pesquisa reside na caracterização e estudo de um grupo que está presente de forma maciça na sociedade cearense, na história do Ceará e na sua cultura, assim como em todo o Nordeste, e da dinâmica deste grupo dentro da sociedade contemporânea enquanto um “estilo de vida”. Para isso, foram utilizados, como base teórica, os conceitos presentes na Psicologia Social Frankfurtiana, na Psicologia de Grupo de Freud (1996), na obra “A Sociedade de Consumo” (Baudrillard, 1970), bem como no livro “Narcisismo e Publicidade” (Severiano, 2001). Adotou-se, como estratégia metodológica a aplicação de entrevistas e questionários, visita a um clube de forró e a análise de letras das músicas, visando à análise deste estilo de comportamento no referido grupo. De acordo com o embasamento teórico mencionado, o grupo dos forrozeiros é caracterizado como

voluntário, efêmero, sem disposição hierárquica e sem a presença de um líder personalizado. Inseridos nesse grupo, pode-se distinguir subgrupos que diferem quanto à situação financeira de seus membros; no entanto, não se percebe diferenças substanciais entre eles, uma vez que se comportam de forma semelhante. Foi possível verificar as categorias-chave de: identificação, idealização e fetichismo, apresentados por Freud (1996), nas letras de música de forró que pregam o hedonismo como modo de vida ideal. Dentre os membros desse grupo, detectou-se uma uniformidade de preferências e hábitos, as quais se relacionam com a “idéia líder”: liberdade de expressão, de comportamento e de relacionamento. Também possuem em comum uma série de “objetos - fetiche”, tais como: a bebida, o carro, dinheiro, roupas e formas de dançar de cantores famosos. As lideranças representadas pelos cantores se tornam o “ideal de ego” dos membros deste grupo, numa forma de identificação vertical e fascinada, cujo objetivo a ser perseguido por seus membros consiste em atingir o perfil de “cafajeste”, “safadão” e “mulherengo”. A mulher, por sua vez, tem uma imagem ambígua: ora sensual e vulgar, ora inocente e moralista. Ao corpo feminino, é atribuído o “valor-signo” (Baudrillard) de liberação sexual, felicidade sem compromisso e a idéia de um “prazer” sem maiores responsabilidades. Após a análise do material constatamos que os objetos fetichizados são apresentados como facilitadores na busca pela aquisição desses ideais, por vezes incompatíveis com a condição de vida dos homens e mulheres que freqüentam os espaços e escutam as músicas de forró. As diferenças são fabricadas, subjugadas à aquisição de determinadas mercadorias, ocorrendo, assim, uma negação da singularidade e uma conseqüente homogeneização, própria da atual “Sociedade de consumo”. Soma-se a essas observações, a visível fabricação de uma “indústria do lazer e da cultura”. O forró, anteriormente símbolo do modo de vida nordestino, cede lugar a um novo gênero musical fabricado, representante fiel da “Sociedade do Espetáculo” (Debord), segundo a qual o homem busca a todo custo estar em um plano visível para assegurar a construção de sua própria subjetividade. Outro ponto verificado nas entrevistas foi a ocorrência de uma disseminação do grupo dos Forrozeiros na sociedade, ao lado de uma certa discriminação deste estilo por parte de membros de outros grupos. Devemos salientar que este trabalho não é conclusivo, pois este grupo é muito vasto e possui uma dinâmica muito intensa. Colocam-se, ainda, novos questionamentos, entre os quais: como o ideal de “forrozeiro” influi na formação da subjetividade do nordestino e qual o sentido de tamanha ênfase no ideal de liberdade.

**Palavras-chaves:** forrozeiros, Psicologia das massas, idealização, fetiche, consumo

**Atividade: Psicologia Comunitária no Contexto Urbano  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Psicologia Comunitária no Contexto Urbano

**Autor(es):** Carolina Pinheiro Moreira, João Paulo Lopes Coêlho, Verônica Morais Ximenes

**Resumo:** O presente trabalho é fruto de um artigo produzido por integrantes do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Tem como objetivo sistematizar e teorizar acerca de nossa intervenção na comunidade Boa Vista, situada na periferia de Fortaleza. Embasados na teoria da Psicologia Comunitária Cearense, dentro da qual temos Cezar Wagner Góis como seu principal sistematizador, traremos algumas reflexões a partir de nossa prática, acreditando que assim estamos colaborando com a difusão desta práxis libertadora. A Psicologia Comunitária originou-se junto aos movimentos sociais comunitários, sobretudo àqueles relacionados à saúde mental, nos países da Europa e América Latina. No contexto cearense em 1982, a Psicologia Comunitária surgiu com um caráter de afirmação do compromisso social da Psicologia, a partir de uma aproximação das camadas mais pobres e oprimidas de nossa sociedade. O NUCOM foi reconhecido como Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Ceará em 1992, apesar de ser Projeto de Extensão desde 1982, e desde então vem realizando intervenções em comunidades, embasado na teoria e metodologia da Psicologia Comunitária Cearense, assumindo um compromisso ético-político com a realidade do Ceará. A Psicologia



Comunitária Cearense, que tem como marcos teóricos a Psicologia Histórico-Cultural de Vygotsky, Leontiev e Lúria; a Educação Libertadora de Paulo Freire; a Psicologia da Libertação de Martín Baró; a Biodança de Ruth Cavalcante e Rolando Toro e a Abordagem Compreensiva de Carl Rogers, traz a compreensão do sujeito inserido numa realidade concreta, dinâmica, construída num contexto histórico e cultural próprios. A compreensão do sujeito dá-se, então, a partir da compreensão desta realidade maior, concebendo-o como ativo e transformador de suas condições objetivas e subjetivas, capaz de refletir criticamente sobre elas. A comunidade, para a Psicologia Comunitária Cearense, é entendida como um rico espaço de interação e convivência, na qual as relações sociais estabelecidas têm mútua influência sobre os significados e sentidos (Vigotski), sobre a apropriação do espaço (Valera e Pol), sobre a Identidade (Ciampa, Toro) entre outras propriedades do psiquismo humano. As intervenções em Psicologia Comunitária, no Ceará, vem se dando tanto em comunidades do meio urbano, como do meio rural, sendo necessário fazer-se a distinção em cada momento desse processo nas diferentes realidades. Trataremos de como a complexidade estrutural e social de comunidades pertencentes a centros urbanos, com especificidades próprias de seu contexto, influem na atuação em Psicologia Comunitária. Traremos especificamente nossa atuação na comunidade Boa Vista. Nesta comunidade observamos a convivência de realidades conflitantes, fortemente marcadas pela heterogeneidade psicossocial, o que acaba por dificultar o traçado das necessidades e carências da comunidade. É um grande desafio reunir os moradores por uma causa comum, além da tentativa de superar o despreparo da população e das lideranças sociais para a participação efetiva e significativa. As atividades realizadas partem daquilo que é proposto pelos moradores, em encontros com os grupos presentes na comunidade. Serão expostas as especificidades na forma de realização de parcerias e na forma de mobilização social, trazendo a influência da história de uma comunidade sobre o tipo de relações produzidas ali, sobre o nível de coesão e laços afetivos, sobre a organização e luta comunitária existentes ou não. Atualmente trabalhamos em parceria com uma das Associações de Moradores da comunidade e iniciamos um trabalho com um grupo de jovens. Focamos na busca do desenvolvimento e fortalecimento de atividades propostas e realizadas pelos próprios moradores, realizadas de forma cooperativa e que contribuem para o desenvolvimento local e dos sujeitos comunitários, sendo estes compreendidos como sujeitos críticos e transformadores de sua realidade. Sendo o objeto de estudo desta práxis o reflexo psíquico do modo de vida comunitário, em nossa prática buscamos investigar, compreender e analisar junto com os moradores que relações existentes no lugar onde vivem impedem que aqueles se desenvolvam na direção de sua autonomia, na luta por seus direitos e por uma melhor condição de vida, mais saudável e justa; construindo, também, metodologias congruentes com as especificidades da atuação. Ao refletir sobre as especificidades do contexto urbano sobre a atuação em Psicologia Comunitária, buscamos contribuir para levantar algumas questões sobre essa temática e socializar essa experiência com profissionais, estudantes interessados na área ou que buscam um maior e efetivo compromisso da ciência com a realidade social.

**Palavras-chaves:** Psicologia Comunitária Cearense, comunidade, campo urbano, desenvolvimento comunitário

**Atividade: A identidade negra e a cultura afro-brasileira (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** A identidade negra e a cultura afro-brasileira

**Autor(es):** Lwdmila Constant Pacheco

**Resumo:** A composição racial do povo brasileiro é mista, ou ao menos vista dessa forma, sendo essa mestiçagem causada pela brutal necessidade de colonização, ao contrário do que alardeiam os ideólogos que defendem que o Brasil está imerso numa democracia racial. Reconhecendo que existe uma dificuldade nesse contexto de homogeneização racial em o indivíduo negro se distinguir enquanto ser detentor de uma identidade racial distinta por haver uma eleição unilateral do branco como ideal, percebemos que há a dificuldade de reconhecimento e aceitação de suposta descendência negra. Assim, pensando a identidade racial como resultado de um processo de inserção cultural específico, somado ao

reconhecimento de uma história em que o negro e sua cultura foram diluídos pela opressão dominante, entendemos que a influência da participação ativa em uma manifestação cultural afro-brasileira possibilita um pensar e agir político e resistente da pessoa negra. Sendo a identidade uma construção consciente e conscientizadora, tendo forte influência cultural e social, basearemos esse trabalho com a intenção perspectiva de um estudo que visa compreender como se dá essa construção. Até porque, considerando que existe uma eleição antidemocrática do branco como ideal, no sentido físico, psíquico e emocional, é constatada a diminuição da capacidade de mobilização do movimento negro junto à comunidade negra. Tanto os brancos como os próprios negros acabam sendo influenciados pela ideologia dominante e sentindo necessidade de aproximação, o mais possível do padrão branco, seja na cor, seja nos costumes. Buscando o respaldo teórico na história e conseqüente construção identitária do negro no Brasil, basearemos a análise dos resultados da pesquisa a qual se destina esse trabalho, que tem por intuito compreender a relação entre as manifestações culturais de origem afro-brasileira e a identidade do indivíduo negro ou afro-brasileiro, por meio do universo de um grupo cultural de dança afro-brasileira e de um grupo cultural e religioso do candomblé. A constatação dessa relação se dará por meio de uma análise comparativa e descritivo-qualitativa, onde far-se-á a relação intrageracional e intergeracional com participantes de ambos os grupos, sem distinção de sexo. Isto é, a comparação intrageracional será realizada entre os representantes de um mesmo grupo cultural, e a análise intergeracional será feita com a análise comparativa de representante da mesma geração em grupos diferentes. Optou-se como procedimento de coleta de informações, a observação-participante das duas atividades culturais e dos depoimentos dados nas entrevistas semi-estruturadas dos representantes das três gerações em cada uma das manifestações culturais.

**Palavras-chaves:** Identidade,Cultura,Afirmação,Etnia

**Atividade: Estereótipos e relações entre o próprio e o outro grupo em crianças aracajuanas. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Estereótipos e Relações entre o Próprio e o Outro Grupo em Crianças Aracajuanas

**Autor(es):** Danielle Alves Menezes,Deise Fernanda Peixoto Oliveira,Danielle de Góis Santos,Jordana Gonzaga Barreto Matos,Dalila Xavier de França

**Resumo:** Desde o nascimento as crianças são inseridas num contexto de aquisição de atitudes, valores e comportamentos chamado de processo de socialização, o qual vai direcionar a forma como as crianças organizam e classificam objetos e acontecimentos sociais e moderar suas reações para eles. Em meio a esse processo vão surgir as atitudes intergrupais e a imagens sociais sobre os grupos. Ressalta-se o surgimento dos estereótipos sociais, estes consistem de imagens e crenças que influenciam nossos sentimentos e atitudes, direcionados aos grupos e a seus membros e como nós os percebemos. Sua principal função é simplificar a complexidade das informações recebidas do meio ambiente a fim de facilitar o manuseio da realidade. As pessoas, independe se suas crenças pessoais e sistemas de valores estão conscientes do conteúdo dos estereótipos sociais, pois, esses estereótipos tornam-se estabelecidos na memória muito cedo na infância antes da capacidade de avaliar criticamente ou questionar sua validade. De modo que, são as características baseadas nas pertenças grupais dos indivíduos que permitem a formação dos estereótipos. Desse modo, a presente pesquisa tem como objetivo verificar os estereótipos de crianças aracajuanas em relação aos grupos étnicos branco, mulato e negro. A fim de atingir este objetivo, foram entrevistadas 112 crianças que pertenciam a 3 etnias (branca, mulata e negra), inseridas na faixa etária de 5 a 10 anos, de escolas públicas e privadas. Como método de trabalho foram utilizadas fotografias como recurso para obtenção das respostas. No intuito de avaliar os estereótipos foram utilizadas 13 questões, onde se perguntava às crianças qual dos meninos das fotografias (branco, mulato ou negro) era mais bonito, mais

bonzinho, mais inteligente, mais rico, mais feliz, gosta mais de estudar, de brigar, é mais gostado pela professora, pela mãe, tem mais brinquedos e tem a casa maior. Os participantes apresentaram uma tendência a perceber a criança branca mais positivamente (bonita, rica, inteligente, feliz, estudiosa e gostada pela professora e pela mãe) do que a mulata e a negra (briguento). No entanto, a diferença de idade, dentro da faixa etária pesquisada, não afeta a percepção do branco como mais bonito, porém, houve uma diferença tendencial com relação à cor da pele. Das crianças que responderam que o branco é mais bonito, 88,6 % eram brancas, 87,2% eram mulatas e 73,3% eram negras. Observou-se que 71,4% das negras responderam que o negro é mais bonito, 28,6% dos mulatos e nenhuma criança branca. As crianças mulatas foram as que mais perceberam o grupo dos brancos como mais gostado pela professora; contudo, não houve efeito da idade. Quanto à percepção do mais gostado pela mãe e do mais feliz, ocorreu redução da escolha do grupo branco com o aumento da idade. Fato possivelmente justificado pela influência social que estimula a interiorização da opinião do indivíduo, para que este não receba represália do ambiente. Não houve diferença seja da cor da pele seja da idade na percepção do negro e do mulato como mais briguentos. Levando em consideração as idades e a etnia das crianças aracajuanas estudadas e com o objetivo de verificar seus estereótipos, os resultados serão discutidos com base nos estudos de Racismo e Preconceito na Infância como também na Teoria da Identidade Social.

**Palavras-chaves:** Estereótipos, Crianças, Relações intergrupais

**Atividade: Estudo do Individualismo e Coletivismo em Universitários de Aracaju (Paineis)**

**Trabalho:** Estudo do Individualismo e Coletivismo em Universitários de Aracaju

**Autor(es):** Sheyla Christine Santos Fernandes, Tiago Henrique Lima Fontes

**Resumo:** Considerando que as normas sociais são padrões de direcionamentos para as condutas humanas, pode-se perceber que em determinados contextos sociais normas específicas são seguidas em detrimento de outras escolhas comportamentais tidas como anti-normativas. Neste aspecto, verifica-se que duas poderosas normas centrais são responsáveis por orientar os indivíduos: trata-se da norma voltada para o senso individual – o individualismo – e da norma pautada para a valorização do grupo – o coletivismo. Um dos autores brasileiros que mais estuda este construto argumenta que o Individualismo enfatiza a idéia de que são os indivíduos, enquanto seres autônomos, a unidade principal de sobrevivência, logo, é sobressaltado em relação aos grupos em todos os aspectos, o que implica geralmente na separação em relação aos familiares e em uma ruptura com os ancestrais. Tal protótipo de princípio sugere uma tendência a desejar o êxito individual e a valorizar sua própria intimidade; assim, as relações interpessoais são geralmente frias e distantes. O pensamento e sentimento de quem é individualista gira em função seus próprios interesses, importando em menor medida o contexto social em que se encontra. Já o Coletivismo contempla a noção de que os grupos são a unidade de sobrevivência, portanto, extremamente importantes, sendo os indivíduos uma parte inseparável destes; desta forma, o coletivo é mais importante do que a própria pessoa, sendo os grupos até reduzidos em número, porém grandes em extensão. As pessoas que assumem este padrão de orientação mantêm fortes relações com os demais membros do seu grupo interno e compartilhando freqüentemente os mesmos interesses (ver Gouveia e cols., 2002). Analisar em que sentidos os sujeitos se enquadram em um dos pólos acima citados se faz relevante no sentido em que é a partir de tais referências que os sujeitos sociais analisam as suas ações, emitem julgamentos e se comportam em linhas gerais. O presente estudo teve como objetivo principal analisar o posicionamento de estudantes universitários da cidade de Aracaju, Estado de Sergipe, em relação ao individualismo e coletivismo, assim como avaliar as relações existentes entre essas variáveis e as variáveis sócio-demográficas. Para tanto, foram aplicados 115 questionários a estudantes de cursos variados de uma instituição de nível superior da referida cidade. Os estudantes universitários responderam à escala multifatorial de individualismo e coletivismo formulada por Gouveia e cols. (2002), além de um conjunto de questões sócio-demográficas. Através de análises estatísticas com o uso do pacote estatístico SPSSPW 12.0,

pode-se encontrar indicadores psicométricos iniciais satisfatórios da escala multifatorial de individualismo e coletivismo. Entretanto, parte dos dados encontra-se no momento em processo de análise, sendo por ora pertinente considerar a presente pesquisa em processo de conclusão.

**Palavras-chaves:** individualismo,coletivismo,normas sociais

**Atividade: A REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA EM MULHERES EVANGÉLICAS DA CIDADE DO RECIFE NO INÍCIO DO SÉCULO XXI (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:A REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA EM MULHERES EVANGÉLICAS DA CIDADE DO RECIFE NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: FAMÍLIA, GÊNERO E RELIGIÃO**

**Autor(es):** Thálita Cavalcanti Menezes da Silva,Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas

**Resumo:** RESUMO A história narra as peculiaridades do papel atribuído à mulher na sociedade. Ao longo dos séculos este foi sendo transformado a partir das novas formas de se pensar e representar o mundo e as relações de gênero. Por muito tempo a representação dominante era a religiosa – mais precisamente, na cultura ocidental, a judaico-cristã. Continuamos atualmente recebendo influências dessa visão de mundo, porém de maneira muito particular, modificada pelo contexto socioeconômico da pós-modernidade. Por sermos constituídos enquanto sujeitos dentro de um contexto sociocultural, do qual a religião faz parte, surge o questionamento: como pensar a identidade feminina a partir da ótica da experiência religiosa. Mais especificamente, como pensá-la a partir dos movimentos religiosos que surgem com vigor e congregam milhares de seguidores assim como as religiões evangélicas. Desta forma, a presente pesquisa procurou apreender a representação da Identidade Feminina apresentada por mulheres evangélicas, residentes na cidade do Recife, analisando a forma como entendem o lugar da mulher na família, no espaço público e as influências dos códigos religiosos cristãos protestantes sobre essa representação. Para isso, participaram deste estudo quinze mulheres, pertencentes à camada sociocultural média, com idade entre 20 e 35 anos, criadas em um lar cristão protestante e que, atualmente, congregam em Igrejas Históricas (Batista; Presbiteriana e Episcopal). Os indicadores sociais levados em consideração para definir a camada social foram: grau de instrução, profissão, local de residência e renda mensal. Todas foram contatadas através de indicações. Realizamos entrevistas semi-estruturadas, no horário e local de conveniência das participantes, partindo de uma questão disparadora, a saber: “O que significa, para você, ser mulher?”. Mantivemos em mente um roteiro que permitisse contemplar questões que colaborassem para a compreensão dos objetivos específicos deste estudo. Estas questões estavam relacionadas ao papel da mulher na família, no trabalho e na igreja. A fim de tratar as temáticas trabalhadas durante a entrevista, solicitamos a autorização para o uso de gravador. Para analisar o material fornecido, transcrevemos a fala das participantes, e orientados pelos objetivos da pesquisa, fizemos uso da Análise do Conteúdo. Identificamos dois núcleos de sentido: “Relações de Gênero: na família, no trabalho e na igreja” e “Mulheres de antigamente e de hoje em dia”. Tomamos emprestado da Teoria do Cinema o termo “modos de endereçamento” a fim de explicar o que são as representações sociais a partir de uma perspectiva pós-estruturalista, e, em seguida, compreender a interpretação das mulheres da presente pesquisa sobre o que significa ser mulher. A permissão e a pertinência para tal empréstimo residem na elucidação da terminologia, uma vez que o termo “modo de endereçamento” tem a ver com a necessidade de endereçar informações, textos ou ações para alguém. Neste sentido, são múltiplos os endereçamentos destinados às mulheres, principalmente na contemporaneidade, de posições-de-sujeito responsáveis pela construção da Identidade Feminina. Em relação ao atravessamento dessas identidades pelo discurso religioso, vimos que a transmissão e o investimento em tais posicionamentos requerem a crença no conteúdo revelado de escrituras como sendo da ordem do sagrado. Logo, fora dos sistemas de significação religiosos, essas posições receberiam outras valorações. Nesse contexto, as participantes utilizam-se do mito criacional de Adão e Eva a fim de explicar as relações de Gênero estabelecidas dentro dos espaços que ocupam. Por acreditarem que a mulher foi feita para o homem, visando complementá-lo, esta é representada como sendo sua auxiliadora. Nessa relação, o homem é apontado enquanto líder do casal –

nomeadamente cabeça do lar – devendo a mulher submeter-se à sua liderança. Não obstante, a temática da submissão está diretamente ligada ao tipo de relação de gênero estabelecida dentro de um espaço social (seja este privado ou público). Concomitantemente, estas mesmas mulheres recebem endereçamentos outros, de discursos mais variados, que influenciam na releitura e redirecionamento das posições recebidas pelo discurso religioso cristão protestante. Releituras estas identificadas através das variações de significação apresentadas.

**Palavras-chaves:** Família, Gênero, Religião

**Atividade: O fenômeno grupal contemporâneo “Emo”: uma análise psicossocial (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** O fenômeno grupal contemporâneo “Emo”: uma análise psicossocial

**Autor(es):** Mariana Oliveira do Rêgo, Delnise Silva, Natália Santos Marques, Byanka Gomes Martins Campos, Janara Pinheiro Lopes, Manuely Thays da Costa Silva, Maria de Fátima Vieira Severiano

**Resumo:** Nossa pesquisa visa analisar os aspectos psicossociais presentes no grupo Emo a partir, principalmente, da Psicologia Social das massas freudiana e da Psicologia Social frankfurtiana (Marcuse, Adorno e Horkheimer). O termo Emo se refere a um novo estilo musical Emocional Hard Core o qual mistura a rebeldia do rock com letras melódicas de poesia adolescente. A identificação com esse estilo musical tem levado jovens a se comportarem de maneira bem peculiar, de modo que Emo passou a designar também um “estilo de vida”. Nesse sentido, Emo diz respeito a uma tendência juvenil de supervalorização da emoção expressada nas letras melódicas, na linguagem carregada de diminutivos, nas relações entre os adolescentes fortemente marcadas por laços libidinais, bem como no estilo de roupa, o qual envolve a tendência punk com símbolos infantis - Hello Kitty, pulseiras coloridas e colares extravagantes. A partir de um referencial metodológico qualitativo, coletamos os dados por meio de um roteiro semi-estruturado de entrevista. Diante da grande utilização, pelos adolescentes, do espaço virtual da Internet como meio de comunicação, selecionamos 20 participantes identificados como Emos nas comunidades do serviço Orkut, assim como entrevistamos, pessoalmente, 05 membros desse grupo na cidade de Fortaleza/CE. Os entrevistados eram todos brasileiros, de ambos os sexos e pertencentes a faixa etária de 12 a 18 anos. A análise dos dados nos apontou as seguintes categorias: grau de individuação/homogeneização do indivíduo no grupo, narcisismo individual e grupal, idealização, identificação, fetichização e “fenômeno do pânico”, dentre outros. Constatamos a enorme homogeneização dos indivíduos desse grupo, uma vez que seguem estereótipos pré-fabricados ao usarem cabelo com franja e gel, vestirem roupas inspiradas nos cantores das bandas de Emocore, escutarem músicas específicas, enfatizando o sentimentalismo próprio deste “estilo de vida”. Observamos posturas idealizadas de amor incondicional ao outro, passividade, compreensão, sensibilidade e aversão aos preconceitos e à violência, denotando uma forte coesão grupal. A “idéia-líder” que norteia este grupo é a intensa expressão da emotividade, desejo este compartilhado e almejado por todos os integrantes. As relações intragrupais são referenciadas pelas denominações familiares tradicionais, levando os membros a se denominarem de “marido/marida” etc. Tais adolescentes reclamam da falta de afetividade no meio familiar, sendo este um fator referido que os levam a se integrarem nesses grupos. No que concerne ao “fenômeno do pânico”, percebemos que este poderia ser desencadeado pelas desilusões diante da falta de emotividade do próprio grupo. Elucidamos o “fetichismo” presente nas músicas e nos objetos consumidos, os quais representam, muitas vezes, atitudes de auto-afirmação e de expressão de sentimentos intensos etc. Concluímos que a dinâmica psicossocial do grupo Emo, está em consonância com a sociedade paradoxal que é a chamada “Hipermodernidade” (Lipovetsky). Por um lado os Emos

relacionam-se com os ideais de consumo, sendo a internet um meio de propagação desses ideais, a qual difunde nesses jovens um determinado “estilo de vida”, desconsiderando seus posicionamentos críticos. Neste sentido, o estilo de vida dos Emos está fortemente marcado pela influência do consumo, massificando os comportamentos desses adolescentes através de uma suposta “individualidade” única e especial. Por outro lado, tal fenômeno e estilo contemporâneo tem sido também um espaço para os adolescentes expressarem as suas dificuldades, emoções e inquietações peculiares da fase na qual se encontram, sendo assim um meio de expressão de suas subjetividades.

**Palavras-chaves:** Emo, Adolescência, Idealização, Consumo, Psicologia das massas

**Atividade: O lugar do homem e da mulher no Tambor de Crioula do Maranhão (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** O lugar do homem e da mulher no Tambor de Crioula do Maranhão

**Autor(es):** Valéria Maia Lameira

**Resumo:** No início do século XX, Freud apresenta suas idéias sobre a sexualidade humana. Coloca em questão a concepção naturalista concebida pelo pensamento médico e científico do final do século XIX, que considerava o comportamento sexual normal como uma atividade exclusiva da vida genital adulta, voltada para os fins de reprodução. A definição dada por Freud à sexualidade, revoluciona o pensamento da época, ao afirmar a presença de impulsos libidinais inconscientes na vida dos humanos desde a infância, impulsos esses que têm sua origem no fato dessa criança se constituir como ser de fala e participar da linguagem. No texto "Tres ensaios sobre a teoria da sexualidade", Freud (1905), introduz uma distinção entre sexualidade de meninos e meninas (até então apreciada a partir do modelo masculino), levando em conta, a diferença anatômica entre ambos. Contudo, a complexidade da distinção entre os sexos é atravessada por outras considerações teóricas. Assim, as elaborações apresentadas por Freud (1923), no texto "A organização genital infantil", são decisivas para a retomada da temática sobre a sexualidade. Nesse texto, Freud declara seu interesse pela aproximação entre a vida sexual da criança e do adulto, e afirma não haver primazia dos órgãos genitais no curso da vida sexual, mas sim, o que considera uma primazia do falo. As escolhas objetivas feitas pela criança no curso de sua vida sexual, dizem respeito à posição sexual tomada pelo sujeito que, de acordo com Freud (1923), envolve três antíteses relativas às transformações sofridas até sua escolha por um objeto na vida adulta. Antes da polaridade entre masculino e feminino, homens e mulheres se defrontam com a primeira antítese (passivo/ativo) que decorre da experiência vivida na fase anal. Esta antítese ainda não se refere à posição masculina ou feminina, e, embora já se tenha aí o encaminhamento da terceira antítese, que associa a ordem passiva ao feminino, e a ativa ao masculino, o que está em questão é a posse do pênis e sua ausência (ser castrado) - segunda antítese. Diante da ameaça imaginária de castração, é que os meninos fazem sua saída edípica. Para não perder o pênis, o menino, ao mesmo tempo renuncia à mãe e identifica-se ao pai. Este é o modo de identificação que o leva a tomar para si a posição masculina para vir a tornar-se um homem. Freud assimila e aproxima a posição feminina ao passivo e à condição de ser castrada, evidenciando que a sexualidade nada tem de natural, além de apontar um caminho a ser percorrido, só depois do qual, uma menina pode vir a tornar-se uma mulher. Interessa-nos investigar o campo de debate aberto a partir de então por Freud para dele tirar as consequências que importam para as considerações em nosso trabalho. Este campo diz respeito à posição tomada pelos sujeitos quanto à sua sexualização, isto é ao modo como cada um se inscreve do lado masculino ou feminino. Procuraremos saber como a posição sexual determina a partilha dos sexos, a posição de homem e de mulher. Tomaremos, em particular, o Tambor de Crioula, uma dança de origem africana, que ao mesmo tempo constitui uma diversão e um ritual de pagamento de promessa. Procuraremos nele indicações dos lugares possíveis para cada um dos sexos na cultura. E, ainda que a dança não seja um objeto privilegiado da investigação psicanalítica, nos propomos a pesquisar esse campo de linguagem específica, que, contudo pode permitir ao psicanalista identificar os desdobramentos da luta entre Eros e pulsão de morte, travada no sujeito, até que se venha a tomar para si uma posição na partilha dos sexos. Esse é o eixo principal de nosso trabalho.

**Palavras-chaves:** Tambor de Crioula,gênero,sexualidade

**Atividade: Ciúme: causa e motivação de um crime passionai?**  
**(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Ciúme: causa e motivação de um crime passionai?

**Autor(es):** Camila Moter Barbieri,Luísa Marques de Sá Vilela

**Resumo:** O ciúme pode ter conseqüências drásticas quando a pessoa que o sente passa a ver em tudo e em todos uma ameaça ao relacionamento, criando uma outra noção de realidade e tornando esta uma paranóia. Este tema bastante atual, presente em diversas obras literárias, filmes e novelas, nos mostra um entrelaçamento tenso e sinuoso de diversos sentimentos, como o sofrimento, o amor, o ódio, a raiva, a vergonha – sentimentos estes que, associados ao ciúme, podem levar uma pessoa à agressividade. Assim, questionamo-nos sobre o papel que esse afeto ocupa nos casos em que uma pessoa tira a vida de seu objeto de amor, ou seja, nos chamados crimes passionais. O presente trabalho, então, tem como objeto principal investigar se o ciúme pode servir como causa e motivação de um crime passionai. Para isso, estudamos a dinâmica do desenvolvimento do ciúme através da perspectiva psicanalítica e a difícil relação entre ciúme e crime passionai, de acordo com as visões de alguns advogados e do Código Penal. Foi realizado um apanhado histórico para tentar conhecer como o ciúme foi encarado em diversas épocas e qual a sua repercussão nos dias de hoje. Em seguida, estudamos o ciúme através dos conceitos dados por Freud, o qual enfatiza a importância do Complexo de Édipo na formação do ciúme e o classifica em três categorias – o ciúme competitivo ou normal, o ciúme projetado e o ciúme delirante – e fizemos algumas reflexões dos conceitos lacanianos, o qual fala sobre o surgimento do ciúme envolvendo três elementos principais ocorridos na vida da criança: o fim do desmame, a intrusão do outro e o estágio do espelho. Falamos também um pouco da paranóia existente no ciúme com base nos estudos do caso Schreber, de Freud, e com a ajuda da literatura brasileira com as obras Dom Casmurro, de Machado de Assis e São Bernardo, de Graciliano Ramos. Questionamo-nos, ainda, se existe uma diferença entre o ciúme normal e o ciúme patológico, já que essa diferenciação é feita por diversos autores. Passamos, então, a estudar a relação entre o ciúme e o crime passionai, refletindo e discutindo se o sujeito que mata por paixão, por ciúme deve ou não ser considerado culpado. Com essa finalidade, consultamos o Código Penal brasileiro. Para tentar compreender o funcionamento do mecanismo do ciúme e quais os motivos que levam um sujeito a matar seu objeto de amor, utilizamos como fundamento teórico a Psicanálise, através da leitura e análise da obra literária Otelo, de William Shakespeare.

**Palavras-chaves:** Ciúme,Crime Passional,Psicanálise,Otelo

**Atividade: Crianças Vítimas de Violência em Teresina/PI.**  
**(Paineis)**

**Trabalho:**Crianças Vítimas de Violência em Teresina/PI: Mapeamento de Danos e Agressores.

**Autor(es):** Emanuel José Batista Lima,Deborah Parente,Conceição de Maria Vieira Batista Castelo Branco,Jose Lincoln Ferreira Ponte,Raquel Jeane Cortez Mendes,Vivianne Albuquerque Tajra,Marina Oliveira Barros,Juliana Oliveira Barros

**Resumo:** A violência, nos últimos vinte e cinco anos, vem se configurando como um grave

problema de saúde pública, implicando em grandes gastos neste campo e na previdência social. Em praticamente todos os campos do conhecimento encontramos vários estudos sobre o impacto da violência, seja no campo das ciências humanas e sociais (sociologia, antropologia, psicologia, direito) ou no campo das biociências (medicina, biologia); este produzindo estudos de caráter epidemiológico e aquele na busca do entendimento das causas dos eventos violentos. Os episódios de violência contra criança estão presentes na humanidade desde as antigas civilizações, apresentando-se de forma naturalizada, seja como forma de educar e/ou como maneira de resolver problemas do cotidiano. A violência, ocorrida principalmente no âmbito doméstico, é uma realidade presente nas diversas classes sociais, que impede, cessa, detém ou retarda o desenvolvimento pleno das crianças e dos jovens, podendo gerar prejuízos nas áreas do desenvolvimento físico, cognitivo, social, moral, emocional ou afetivo. Este trabalho foi realizado nos Conselhos Tutelares de Teresina/PI, tendo como objetivos: mapear as formas de violência sofridas (tipos de violência/dano) pelas crianças; traçar perfil dos agressores e propor estratégias de enfrentamento à violência contra crianças. Para o levantamento de dados utilizamos as fichas de ocorrência presentes nos conselhos tutelares teresinenses. Categorizamos os tipos de danos em três grandes eixos de análise: danos físicos, danos de caráter moral e danos sexuais. Os danos físicos são os mais freqüentes em nossa pesquisa, tais como, tapa, empurrão, soco, chute, puxar os cabelos e etc, além do uso de objetos nos atos de violência: pedaço de madeira, faca, canivete, chicote. As situações de violência de caráter moral, tais como, gritar, xingar, comparar com outras pessoas, estão presentes em todos os casos investigados, ocorrendo isoladamente ou combinadas com eventos de caráter físico e/ou sexual. As situações de violência sexual ocorreram com maior freqüência no sexo feminino, os danos mais comuns foram: sexo forçado, toque no corpo da vítima por parte do agressor, toque no corpo do agressor, sexo oral, sexo anal, exibição do corpo por parte do agressor, exibição forçada do corpo da vítima e jogos sexuais. O âmbito doméstico se configurou como lócus privilegiado para a ocorrência dos episódios violentos. Em relação aos agressores, constatamos que os familiares são os que mais violentam as crianças desta pesquisa, sobretudo as figuras materna e paterna, a primeira agredindo com maior freqüência e a segunda causando maiores danos. Acreditamos que os casos que chegam ao Conselho Tutelar correspondem a uma pequena parcela das situações ocorridas na sociedade brasileira, pois estudos mostram que a busca por ajuda para o enfrentamento de tais episódios privilegia o apoio informal; no entanto, o levantamento de dados em instituições formais se torna importante do sentido de pensar políticas públicas de enfrentamento à violência. Acreditamos que muitas iniciativas podem ser utilizadas em políticas de promoção à saúde e enfrentamento à violência, mas destacamos as seguintes ações que devem se realizadas em caráter de urgência: informar pais, mães e comunidade sobre as necessidades das crianças e adolescentes, esclarecendo seus direitos e normas de proteção; favorecer a vinculação das famílias com uma rede de apoio da comunidade (UBSs, Associação de bairros, grupos religiosos, clube de mães, etc.); incentivar o pai a acompanhar a educação dos filhos, para estreitar os laços afetivos; facilitar o acesso a serviços de educação e assistência; fortalecimento das redes sociais informais de apoio (amigos, famílias e vizinho) no sentido do acolhimento e da denúncia de casos e capacitação de profissionais de saúde e educação para facilitar a detecção e denúncia de episódios violentos.

**Palavras-chaves:** Violência,Criança,Família

**Atividade: EFEITOS DA APARÊNCIA FÍSICA SOBRE A FORMAÇÃO DE IMPRESSÕES A RESPEITO DE PESSOAS DA CAPITAL E DO INTERIOR (Paineis)**

**Trabalho:EFEITOS DA APARÊNCIA FÍSICA SOBRE A FORMAÇÃO DE IMPRESSÕES A RESPEITO DE PESSOAS DA CAPITAL E DO INTERIOR**

**Autor(es):** Claudia Maria Tavares Saldanha,Luciana da Paz Matos,Ludmilla Santos



Souza, Manoela Sampaio Rezende, Renata Suéllen Nogueira Santos, Taise de Oliveira da Silva

**Resumo:** O processo de Formação de Impressão se caracteriza pela inferência de características psicológicas a partir da conduta e/ou dos atributos pertencentes à pessoa observada. A impressão se constitui por uma imagem relativamente coerente, que se forma através da união dos diversos elementos informativos que podem ser reconhecidos no primeiro momento da interação, como por exemplo, vestimenta, forma de falar, expressão facial, entre outros. Os estudos realizados por Salomon Asch serviram como base para o desenvolvimento de teorias e métodos de investigação utilizados para a compreensão dos processos envolvidos na percepção de pessoas. Entre as formulações deste autor está a da existência de traços centrais, ou seja, que determinados atributos possuem impacto maior na formação de impressões, e ainda, o desenvolvimento do conceito de primazia, a partir da observação de que os traços inicialmente apresentados exercem uma influência maior que os apresentados posteriormente. Estudos mais recentes comprovam a importância de aspectos físicos na formação de impressões. A vestimenta, por exemplo, exerce um papel comunicador sobre as pessoas, revelando desde papéis sociais até características de personalidade. Além disso, ela também parece ser importante nas primeiras impressões. Alguns outros aspectos como postura, presença de acessórios, penteado e gestos também são fatores que contribuem nesse processo. Esta pesquisa objetivou avaliar a influência dos aspectos físicos na formação de impressões a respeito de pessoas da capital e do interior. O presente estudo pode ser descrito como Quase-Experimental e utilizou como instrumentos para coleta de dados seis fotos de mulheres, sendo três da capital e três do interior, e um questionário. A amostra de participantes foi composta por cento e vinte pessoas distribuídas igualmente entre homens e mulheres naturais da capital e do interior. Foi pedido a estes que categorizassem as pessoas das fotos como oriundas da capital ou do interior e, posteriormente, atribuíssem valores de importância a aspectos físicos considerados na identificação destas. Para isso, foram previamente selecionados os seguintes aspectos: vestimenta, acessórios, penteado, postura e expressão facial. Foram apresentados ainda uma questão facultativa e subjetiva, na qual os participantes poderiam justificar suas respostas, e um questionário sócio-demográfico. Após a análise dos resultados, constatou-se que, de forma geral, os participantes foram capazes de identificar a naturalidade das mulheres fotografadas, sendo verificado, na maioria das fotos, um alto grau de acurácia na identificação. Observou-se ainda que a expressão facial, seguida da postura, foram os itens que obtiveram maior grau de importância na avaliação, ao passo que o penteado e os acessórios foram os menos significantes. Vale destacar que a ausência de influência significativa das variáveis sócio-demográficas, naturalidade, gênero, idade e escolaridade, na maioria das respostas apresentadas, mostrou-se importante no presente estudo, pois ressalta que as fotos puderam ser associadas a uma representação mental compartilhada a respeito de pessoas da capital e do interior, o que permitiu a identificação destas. A partir dos dados obtidos na pesquisa, comprovou-se a hipótese de que a aparência física é um elemento determinante para a identificação da origem de uma pessoa. Dessa forma, verificou-se que ainda existe uma diferença entre pessoas naturais da capital e do interior, mesmo que esta não seja tão explícita nos tempos atuais, corroborando a existência destas categorias, as quais permeiam o processo perceptivo dos participantes.

**Palavras-chaves:** Formação de Impressão, Categorização, Psicologia Social

**Atividade: INTERFACE(S) ENTRE A PSICOLOGIA SOCIAL E A PSICOLOGIA AMBIENTAL:  
VIDA URBANA  
(Cursos - 6hs)**

**Trabalho: INTERFACE(S) ENTRE A PSICOLOGIA SOCIAL E A PSICOLOGIA AMBIENTAL:  
VIDA URBANA**

**Autor(es):** Hartmut Günther

**Resumo:** A psicologia social urbana estuda a relação recíproca entre o indivíduo e o ambiente social urbano. Neste sentido, constitui uma variante da psicologia ambiental. A lista de potenciais questões para estudo é grande: quais os impactos do ambiente urbano no indivíduo? Como é

que o indivíduo reage e se ajusta ao ambiente urbano? Como modifica o ambiente urbano para satisfazer às suas necessidades? Do ponto de vista da psicologia social, estas perguntas aplicam-se não somente à relação indivíduo – cidade, mas a um triângulo de relações: indivíduo–cidade, grupo–cidade e indivíduo–grupo no contexto urbano. É notável que o primeiro estudo teórico sobre o assunto do sociólogo alemão Georg Simmel, datado de 1903, tenha tratado do impacto das grandes cidades na vida mental. Simmel apontou o aumento de estimulação nervosa devido à rápida e constante mudança de estimulação, como a base que caracterizaria o indivíduo urbano. A obra seminal de Louis Wirth, 1938, tratou do urbanismo como um estilo de vida. Ressaltou o fato de ser a concentração de grande número de pessoas o que caracterizaria a vida urbana moderna. Cem anos após as primeiras reflexões de Simmel, pode-se constatar que mais da metade da população mundial vive em aglomerações urbanas e que o Censo de 2000 do IBGE estima, no Brasil, uma taxa de população urbana de 81%. Mesmo assim, o estilo de vida urbano e suas implicações nas pessoas têm recebido relativamente pouca atenção por parte da psicologia. Viver na cidade proporciona aos moradores inúmeras oportunidades e, igualmente, muitos problemas e desafios. As vantagens e os problemas da vida urbana estão enraizados no fato do ambiente urbano agregar, em relativamente pouco espaço, alta densidade de pessoas, o que implica em contatos sociais de natureza as mais diversas. Desta maneira, temas como qualidade de vida, afiliação, senso de ter ao não ter poder e controle, marginalidade, alienação, medo, ansiedade, identidade, isolamento, solidão tendem a dominar os poucos estudos sobre as condições da vida humana sujeitas ao impacto da urbanização. O objetivo deste curso introdutório é mostrar a maneira como a psicologia social pode contribuir para compreender a vida urbana, o impacto da vida urbana sobre o bem estar das pessoas e a relação psicológica recíproca entre cidadão (isto é, morador de cidade) e ambiente urbano. No decorrer dos quatro períodos de aula serão abordados os seguintes temas: (1) Introdução à Psicologia Urbana; (2) Métodos de pesquisa social aplicados ao estudo da vida urbana; (3) Exemplo: Tornando a cidade mais habitável para crianças; (4) Exemplo: Contribuições da psicologia para um projeto de reforma urbana.

**Palavras-chaves:** Psicologia Urbana, Psicologia Ambiental, Psicologia Social, Vida Urbana, Qualidade de vida urbana

**Atividade: Juventudes: trajetórias, representações e memórias sociais (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Recordando a mocidade: memória e saudade na Música Popular Brasileira

**Autor(es):** Adriano Nascimento, Aline Cristina Rosa Rosa, Mariana Lacerda Pio Barra

**Resumo:** Considerando-se, por um lado, que investigações sobre a memória social têm apontado recorrentemente a associação entre a identificação/avaliação de conteúdos recordados e a geração a qual pertencem os memorialistas e, por outro lado, que a dinâmica de interação entre as diversas representações de juventude/mocidade em uma dada sociedade se dá a partir de um acervo comum de imagens e discursos sobre essa fase da vida social, nos propusemos investigar, sob uma perspectiva que possibilitasse uma análise comparativa que levasse em conta diferentes períodos históricos e diversos grupos sócio-culturais, a articulação entre elementos saudosamente recordados presentes em letras de canções populares brasileiras compostas e/ou gravadas a partir de 1927. O conjunto de 106 letras foi submetido à Análise Lexical realizada pelo software ALCESTE e a um procedimento clássico de Análise de Conteúdo. Os resultados da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) indicam a organização do corpus em 04 Classes: Classe 01) “Chorar pela mocidade perdida”, 22.27% das UCE; Classe 02) “Juventude em Festa – o mundo em movimento”, 47.39% das UCE; Classe 03) “Mocidade em Flor”, 12.32% das UCE; e Classe 04) “Lembrando os velhos tempos”, 18.02% das UCE. Ainda segundo a CHD, essas classes se agrupam em dois blocos que caracterizam o “tempo da mocidade” (Classes 01, 03 e 04, com discurso característico entre as Décadas de 1930 e 1970) e o “tempo da juventude” (classe 02, com discurso característico a partir da década de 1980). Segundo os resultados da Análise de Conteúdo, são mais frequentes nas letras analisadas os

seguintes temas: “elementos amorosos” (73,58% das letras), “sofrimento” (57,55%), “o que eu tinha no passado” (49,57%), “elementos musicais” (44,34%), “auto-percepção/avaliação” (37,73%) e “características gerais do passado” (37,73%). A Árvore Máxima formada com as categorias da Análise de Conteúdo apresentou os temas “elementos amorosos” e “sofrimento” como principais articuladores do discurso saudoso sobre a mocidade nas letras analisadas. Os resultados obtidos apontam para um compartilhamento de conteúdos recordados veiculados nas letras analisadas. Tal compartilhamento pode ser identificado sob dois eixos: a) o primeiro deles seria o que poderíamos chamar de intrageracional (a especificidade de alguns elementos recordados vincula-se diretamente à época na qual foi vivida a mocidade/juventude dos compositores); b) o segundo eixo seria intergeracional ou, poderíamos dizer, transgeracional. Referimo-nos aqui especificamente aos elementos que atravessam com considerável significância todo o período analisado (como é o caso do “sofrimento” e dos “elementos amorosos”). Esses elementos possivelmente constituem a base comum que possibilita a coexistência de mais de um discurso sobre a(s) mocidade(s) ou juventude(s) recordada(s). Nesse sentido, o discurso saudoso sobre esse(s) período(s) talvez sirva para colocar em evidência não aquilo que é cristalizado, pois a concepção de memória como socialmente construída pressupõe que ela não seja estática, mas os pontos estáveis dessa base comum (FAPEMIG).

**Palavras-chaves:** memória social, mocidade, saudade

**Trabalho:** O Estudante na mídia impressa do Espírito Santo: o ano de 1968

**Autor(es):** Ingrid Faria Gianordoli Nascimento, Zeidi Araujo Trindade

**Resumo:** A análise e a compreensão das informações sobre estudantes, então em circulação no momento histórico mais significativo da ação estudantil brasileira (1968), podem contribuir para a compreensão de como a categoria estudantil estava sendo representada pelos meios que produziam e disponibilizavam tais informações. Além disso, pode contribuir também para o entendimento das representações atuais sobre a categoria social “estudantes”. Nesse sentido buscamos nesse trabalho identificar e descrever como a mídia escrita do Estado do Espírito Santo se referia a essa categoria. Utilizamos como fonte de informação notícias e comentários sobre os estudantes e suas manifestações disponíveis no material jornalístico produzido pelo jornal A Gazeta durante o primeiro semestre do ano de 1968 (março a junho). Foram analisadas reportagens do Jornal A Gazeta que mencionaram a atuação estudantil nos meses de março a junho de 1968 (um total de 93 reportagens, sendo 37 sobre eventos que aconteceram no Estado do Espírito Santo). Buscou-se, assim, identificar os principais elementos de representação social dos estudantes ali citados. As reportagens foram divididas de acordo com a ordem de ocorrência mensal e submetidas à Análise de Conteúdo. Os resultados da Análise de Conteúdo indicam a existência, nas reportagens analisadas, de três categorias de atores estudantis (os estudantes capixabas, os estudantes não capixabas e os líderes estudantis) e três referências às quais se relacionam essas categorias: Futuro (o estudante como sendo o futuro da nação, aquele que terá a responsabilidade sobre a direção do País), Ameaça (o estudante como fazendo parte de uma juventude identificada como rebelde, incontrolável, sendo suas ações ameaçadoras para a população e para o futuro do País) e Inocência (características consideradas próprias da juventude, como sonhadora, inocente, solidária e idealista). Os resultados sugerem que os estudantes são representados por suas ações e características dependendo do grupo ao qual pertencem. Em acontecimentos nacionais, os estudantes são considerados uma categoria geral, que pode representar o futuro, a ameaça ou a inocência, justificando o que fazem, o que não fazem e o motivo pelo qual deveriam ou não fazê-lo. No cenário local, os estudantes capixabas são apontados como diferentes dos demais estudantes do país; por suas ações e idéias, são diferenciados por compartilharem elementos da identidade do povo capixaba. Por outro lado, os líderes estudantis, tanto no cenário local quanto no nacional, apresentam, em geral, atributos ameaçadores. As características atribuídas aos estudantes nos acontecimentos demonstram claramente a presença de um outro grupo de atores sociais fundamentais para demonstrar os indícios iniciais das representações que vamos encontrar dos estudantes. Há em quase todos os eventos uma situação de confronto de posições: a polícia x os estudantes, a população x os

estudantes, os militares x os estudantes. Quanto a essa última oposição, nota-se que os militares e os estudantes aparecem como os atores principais nos artigos pesquisados, o que reafirmava, por um lado, uma juventude de ânimos incontroláveis, incapaz de cuidar de seu próprio destino, e, por outro lado, uma instituição forte que responde a estas fraquezas em prol do bem nacional (CAPES/PROCAD).

**Palavras-chaves:** jovens, movimento estudantil, representações sociais

**Trabalho:** Meninas em conflito com a lei e com a esperança: estrelas sem guia.

**Autor(es):** Luciana de Oliveira Hulle, Maria Cristina Smith Menandro

**Resumo:** O questionamento sobre o que leva os adolescentes a inserirem-se na prática de infrações penais nos permite supor, e a literatura comprova, que existe um conjunto de fatores relacionados, que juntos favorecem o desenvolvimento de comportamentos violentos. Há questões sociais, da ordem de políticas públicas, como precariedade no sistema de ensino público, e nas possibilidades de lazer, no acesso a cultura, o desemprego, que negavelmente possuem sua parcela de contribuição. Dada a importância dessa temática, o seu status de prioridade e a necessidade de eficiência dos poderes públicos com essa questão, é de fundamental importância a realização de estudos que contribuam para a construção de estratégias de enfrentamento dos problemas a ela relacionados. Há uma carência de estudos que tratem de meninas envolvidas no cometimento de infrações penais. O número de meninas que se encontram em privação de liberdade ou cumprindo alguma medida sócio-educativa é bastante reduzido se comparado ao de meninos, o que parece, pelo menos em parte, tornar pouco atraente o seu estudo. Entretanto, quando se fala em adolescentes do sexo feminino que cometem atos infracionais, a situação reveste-se de algumas especificidades importantes a serem analisadas. É importante considerar que as adolescentes possuem particularidades em sua socialização, no modo como se inserem e atuam no crime e nas maneiras de sobrevivência que precisam ser consideradas na elaboração dos serviços a elas destinados. Diante das diferenças em seus papéis sociais e das oportunidades de vida que encontram na sociedade, a privação de liberdade, o cumprimento de medidas sócio-educativas e o peso do estigma de infrator podem gerar efeitos diferentes sobre meninos e meninas, que podem atribuir significados diferentes ao fato de romper com o socialmente esperado e estar fora da lei. O conhecimento dos efeitos das sentenças jurídicas sobre cada grupo e do significado atribuído por eles à lei e à infração pode contribuir para a proposição de serviços mais adequados à problemática. Esta pesquisa investigou experiências vividas por adolescentes do sexo feminino que cumprem medidas de internação provisória ou de privação de liberdade em estabelecimento educacional, em acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Objetivou-se conhecer as trajetórias de vida dessas meninas, suas vivências na instituição, os relacionamentos interpessoais, os significados que atribuem à institucionalização, as motivações para entrada na criminalidade e suas perspectivas de futuro. Participaram da pesquisa 6 adolescentes internas no CAJE – DF (Centro de Atendimento Juvenil Especializado), com idades de 15 a 19 anos. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas individuais com roteiro semi-estruturado. Os dados obtidos foram analisados em seu conteúdo e transformados em narrativas individuais para posterior tratamento integrado. Como resultados principais, observamos que as adolescentes investigadas são meninas de origem pobre, mas sem história de privação econômica extrema, quase todas com histórias de abandono de estudos. Os relatos trazem com frequência a informação sobre o envolvimento com drogas. A avaliação que fazem da instituição é ambígua, e têm poucas expectativas em relação a efeitos positivos da internação. Ao mesmo tempo em que se sentem discriminadas por parte da sociedade, assumem visões preconceituosas em relação às outras internas. Em sua maior parte, atribuem a responsabilidade pelos atos infracionais cometidos a fatores externos e a outras pessoas. Também são motivadas pelo consumo, pela possibilidade de poder resultante do ato infracional, pela admiração pelo comportamento masculino e muitas vezes inserem-se na prática de infrações em prol de relacionamentos amorosos. Esperam por uma intervenção alheia para que possam mudar de vida. Apresentam planos de futuro abstratos e genéricos e tem pouca esperança de que ocorram mudanças nas suas trajetórias de vida. Acredita-se que os resultados do presente estudo possam oferecer importantes informações de

caráter qualitativo. Tais informações poderão subsidiar propostas de políticas públicas adequadas às necessidades das adolescentes, e o fortalecimento da Sociedade Civil e do Estado no seu dever de defender e promover os direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros. Busca-se assim o enfrentamento do desafio de se trabalhar pela cidadania das meninas adolescentes que se encontram em situação que as coloca à margem da lei e dos seus direitos (CAPES).

**Palavras-chaves:** adolescentes, medidas sócio-educativas, psicologia social

**Atividade: Psicologia Comunitária (Paineis)**

**Trabalho:** Psicologia Comunitária: Uma atuação transformadora em prol da comunidade

**Autor(es):** Analucia Gomes Serpa, Luciana Carvalho Araújo, Monise Gomes Serpa Serpa, Sara Roberta Pinto

**Resumo:** Este trabalho relata a experiência vivenciada por estagiárias do sétimo bloco de Psicologia da Faculdade Integral Diferencial – FACID /Comunitária, em parceria com a Prefeitura Municipal de Teresina/Fundação Pe. Antonio Dante Civeiro - FUNACI, na Comunidade Soim, durante 150 horas (90 horas de práticas em campo e 60 horas de supervisão), de 30 / agosto a 30 / novembro / 2006. A FACID, na formação específica do psicólogo propõe o estágio, em Comunitária como obrigatório, tendo como cenário a inserção deste profissional na comunidade. No Brasil, nestas últimas décadas, o psicólogo tem sido chamado a ocupar novos espaços e a desenvolver trabalhos e/ou atividades que até então eram pouco freqüentes como, trabalhar com problemáticas que assolam as classes menos favorecidas pelo sistema neoliberal. O objetivo geral do trabalho foi propiciar ao estudante do curso de Psicologia a vivência de atividades planejadas, execução e avaliação dessas atividades de intervenção. O método utilizado nas intervenções na comunidade consistiu em observar, de forma participante, o modo de vida das pessoas e registrá-lo por meio de entrevista semi-estruturada, realizada nas visitas domiciliares. Essas visitas permitiram ouvir, conversar com as pessoas e conhecer a história do surgimento da comunidade e origem de seu nome. Realizaram-se também encontros semanais aos domingos na Creche, utilizando-se ações educativas e preventivas como contribuição para o enfrentamento dos problemas expostos. As reuniões aconteceram de forma interativa e circular permitindo que germinassem de dentro para fora a capacidade, o patrimônio, o conhecimento e a sabedoria de cada um. Os encontros permitiram o exercício da prática comunitária por meio do diálogo, no qual os membros se entendem e se ajudam, identificam-se uns com os outros. A psicologia comunitária propõe uma sistemática de intervenção que favorece a mobilização dos grupos desfavorecidos, principalmente em sociedades capitalistas, onde a imediação da ideologia dominante se faz sentir nas relações sociais desempenhadas na família, na escola e no trabalho. Na comunidade estudada, observou-se inúmeros exemplos deste processo, como grupo de mães organizando e mantendo creches para seus filhos, mutirões entre moradores para a construção de locais para lazer, ou mesmo de moradias, até organizações de grupos para reivindicar água, luz, esgoto, etc. É preciso salientar que a atividade comunitária, por si só, não supera a contradição fundamental do capitalismo, pois esta decorre das relações de produção, que definem as classes sociais; porém é através da participação comunitária que os indivíduos desenvolvem consciência de classe social, do seu papel de produtores de riquezas e de saberes. Além destas influências sociais mais amplas, há todo um processo de aprendizagem das pessoas envolvidas numa experiência comunitária. A comunidade do Soim agrupa uma população que enfrenta condições difíceis de sobrevivência, como pessoas desempregadas, jovens iniciando-se no uso de drogas, na vida sexual precoce e pessoas alcoolistas. O trabalho pôde oferecer uma importante colaboração, uma vez que, toda vivência comunitária envolve, além dos aspectos sociais e políticos, uma série de mecanismos simbólicos como a ótica da submissão. Buscar alternativas que amenizem essa realidade é o grande desafio do profissional da psicologia na atual conjuntura. Além desse aspecto, o trabalho mostrou também que o envolvimento emocional é importante, tão quanto o rigor metodológico, fazendo com que o

trabalho acadêmico ficasse mais próximo da realidade das pessoas envolvidas e, conseqüentemente, mais humano.

**Palavras-chaves:** Comunidade, Psicologia, Mecanismos

**Atividade: Tecendo Redes  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Descobrir e inventando redes

**Autor(es):** Maria Carolina Gomes Barbalho, Camila Mourão, Mauro Siqueira

**Resumo:** Meu trabalho no grupo de pesquisa tem como objetivo pensar a minha participação, como bolsista de Iniciação de Científica, no projeto "Psicologia e construtivismo" atrelado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro através dos questionamentos do grupo baseados na investigação das idéias de Latour sobre a atividade científica. A partir do livro Jamais Fomos Moderno (Latour, 1994) discute-se a idéia da atividade científica essencialmente como prática social; para tanto, há de se pensar sua construção dentro de uma ideal de modernidade que a legitima e a põe num lugar de poder sem nunca questionar sua autoridade. Se no entanto esta é a conclusão a que se chega, tal raciocínio não poderia ter sido engendrado senão a partir da análise empírica das próprias práticas científicas, do meio em que a ciência nasce e é aplicada. A fuga da lógica da modernidade se dá então na quebra deste paradigma: quando nos permitimos questionar a autoridade autoproclamada do saber científico - imbuídos da necessidade de atribuir simetria aos actantes - deparamo-nos com o fato de que sempre foi assim na prática. Isto é, que, embora o projeto moderno proclame as purificações, isto, em verdade, sempre foi tão fictício como a mitologia grega nos parece agora; e ainda, a tradução, i.e. a produção dos híbridos (que são estes seres centrais, excluídos nas dicotomizações/bifurcações modernas) é mais intensa para garantir a hegemonia da ciência que em qualquer outra prática. Entender o paradoxo moderno que atesta que vivemos neste mundo povoado por objetos híbridos - nos quais não conseguimos mais fazer operar as modernas práticas de purificação responsáveis por estabelecer as distinções entre o natural e o social, o objeto e o sujeito - leva-nos a retornar ao ponto de origem (um ponto na rede) onde a ciência se configura essencialmente também como política, não sendo o cientista, portanto, este ser a parte da vida social, nem tão pouco o conhecimento gerado o é. A noção de rede como tese ontológica nos ajuda a entender e principalmente a guiar nossa prática de investigação: se as ciências e as técnicas são investigadas no seu modo de construção, na rede de sua prática, a constante renovação desta prática, seja por ação de humanos ou não-humanos, estará sempre levantando uma nova possibilidade de análise. A importância desta perspectiva empírico-crítica esta nas articulações que ela propõe sobre qualquer prática, sem nunca fechar espaços de análise ou reduzir questões a um ou dos pontos; verdadeiramente, interessa e motiva a atividade científica à medida que a entende não como saber desengajado, mas como efetivo elemento de mudança.

**Palavras-chaves:** Teoria do Ator-Rede, Epistemologia, Prática em pesquisa, Bruno Latour, Mitologia grega

**Atividade: A emergência da nomeação "mulher pescadora" na literatura acadêmica  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** A emergência da nomeação "mulher pescadora" na literatura acadêmica

**Autor(es):** Lidiane de Oliveira Goes, Rosineide Cordeiro

**Resumo:** Este trabalho pretende mapear a emergência da nomeação "mulher pescadora" a partir da análise da literatura acadêmica, de acordo com o período compreendido entre 1990 a 2007. A escolha desse período deve-se à compreensão de que os anos de 1990 correspondem

às repercussões da Constituição de 1988, principalmente, no que se refere à conquista de direitos sociais pelas mulheres. No que se refere aos anos de 2000, com a implantação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP/PR no ano de 2003, o setor pesqueiro e, conseqüentemente, os atores sociais que fazem parte do mesmo, ganham ênfase no cenário nacional. O que também representa a implementação de políticas públicas voltadas para esse setor da economia, principalmente no atendimento a homens e mulheres envolvidos no mesmo. Esta nomeação “mulher pescadora”, atualmente, tem sido empregada pela literatura acadêmica, principalmente, a da Antropologia, Sociologia e História; pelas comunidades de pesca e também pelo poder público e, geralmente, tem sido associada à conquista de direitos sociais e à luta pela visibilidade das mulheres nas atividades relacionadas à pesca. O referencial teórico e metodológico aqui empregado é o das Práticas Discursivas e Produção de Sentidos de cunho construcionista, que enfatiza a linguagem em uso. Ou melhor, analisa como, em que condições e porque as pessoas usam determinadas noções, repertórios e categorias. A literatura acadêmica a ser analisada corresponde aos títulos dos trabalhos publicados nos anais do Encontro nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO e do Congresso Brasileiro de Sociologia. A escolha desses eventos deve-se a dois fatos. Primeiro, tendo em vista que o encontro da ABRAPSO é um dos congressos mais antigo e importante na divulgação das produções em Psicologia, busca-se identificar como essa disciplina tem discutido a participação das mulheres no setor pesqueiro. E em segundo, devido à identificação de produções (dissertações e teses ) em Sociologia, o que a torna uma fonte potencial de investigação do surgimento da nomeação “mulher pescadora”. Além disso, torna-se facilitador para este trabalho a disponibilidade on-line dos anais do Congresso Brasileiro de Sociologia no site da Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS a partir de 1997. Procura-se, portanto, evidenciar o momento em que a nomeação “mulher pescadora” emerge na literatura acadêmica. Pode-se afirmar que tal nomeação é um fato recente, visto que na literatura analisada até agora a preocupação com essa nomeação ocorre a partir de 1999. Anteriormente, os trabalhos publicados traziam em seus títulos nomeações utilizadas nas comunidades de pesca, tais como, pescadeiras, trabalhadeiras, catadoras.

**Palavras-chaves:** Mulher pescadora, Práticas Discursivas, Participação feminina

**Atividade:** Operação resgate: perfil das crianças retiradas das ruas de João Pessoa em situação de trabalho (Paineis)

**Trabalho:** Operação resgate: perfil das crianças retiradas das ruas de João Pessoa em situação de trabalho

**Autor(es):** Luana Luca, Ellen Emanuelle de França Barros, Laura Rocha, Mônica Paixão, Carla Alexandra da Silva Moita

**Resumo:** O estudo partiu da análise da realidade social, psicológica e familiar de crianças em situação de risco, retiradas das ruas pela Curadoria da Infância e Juventude da cidade de João Pessoa, através da Operação Resgate. Esta investigação teve caráter descritivo e teve como objetivos: obter através do discurso, as representações sobre o que é ser criança, na opinião das mesmas, da sociedade e dos estatutos. Descrever a infância em situação de rua, permitindo inferências sobre implicações no desenvolvimento psicológico, moral e social dessas crianças. Identificar fatores de risco ao desenvolvimento, conhecer a realidade socioeconômica dessas crianças e compreender de que forma elas concebem as condições em que estão inseridas, de uma maneira geral. Teve como participantes 87 crianças com idades entre 5 e 12 anos da cidade de João Pessoa, que foram apreendidas pela Operação Resgate executada pela Curadoria da Infância e da Juventude juntamente com o Ministério Público do Estado da Paraíba. Participaram ainda desta investigação os respectivos responsáveis destas crianças. Os instrumentos utilizados consistiram em: uma entrevista estruturada dirigida para as crianças e outra entrevista

estruturada dirigida para os responsáveis das mesmas, contendo ambas quatro questões relacionadas à infância elaboradas pelas próprias pesquisadoras; um questionário sobre o Desenvolvimento e Bem-estar de Crianças e Adolescentes (DAWBA) composto por 18 seções; três testes psicológicos sendo estes o HTP (House Tree Person), o teste da Família e o Goodenough. A maioria das crianças entrevistadas freqüentam ou freqüentaram no máximo até o ensino fundamental I (1ª a 4ª série), o que também foi constatado na escolaridade dos pais. Os dados referentes a renda familiar apontam uma variação entre 65 e 600 reais, tendo como média 233 reais. Dentre as atividades realizadas pelas crianças nas ruas, as mais freqüentes foram: olhar carro, pegar frete e vender diversos. Estas apontaram como principal motivo para estarem nas ruas a necessidade de ajudar na renda familiar. Em relação às aptidões sociais a maioria das crianças apresentaram um ajustamento social inadequado; 64,7% das famílias entrevistadas não sabem responder acerca das amizades dos seus filhos; no que se refere aos medos de coisas ou situações específicas constatou-se dois extremos, de um lado há risco para fobia e do outro há banalização dos riscos; os dados referentes a atenção e atividade revelaram risco para transtorno hipercinético em uma criança de 12 anos; apenas 10% das famílias percebem qualidades em seus filhos (meninos). Baseando-se na entrevista com as crianças identificou-se que algumas delas não relataram sonhos e perspectivas futuras. De acordo com os testes psicológicos observou-se que algumas crianças representaram sua própria realidade de vida enquanto outras projetaram desejos de uma realidade diferente, mais otimista do que a sua. Diante do exposto concluiu-se que a pobreza que as crianças vivenciam com seus corpos, mentes e corações, prejudica tanto as capacidades cognitivas quanto o crescimento físico da mesma; a pobreza não provoca apenas sofrimento para a criança, mas também limita sua capacitação. As inúmeras dimensões da pobreza significam que é necessário uma abordagem integrada, multifacetada para reduzi-la. Definir e medir a pobreza infantil, reconhecendo que esta pobreza não pode ser compreendida apenas em termos de renda familiar pode ser um início para futuras ações.

**Palavras-chaves:** avaliação psicológica, criança em risco, pobreza

**Atividade: Estudo sobre receptividade a um projeto social (Paineis)**

**Trabalho:** Estudo sobre receptividade a um projeto social

**Autor(es):** Priscilla Karine Santos Corrêa, Maria Socorro Carvalho, Sandy Jesus Goes, Kelyane Oliveira Sousa, Deise Fernanda Peixoto Oliveira, Zenith Nara Costa Delabrida

**Resumo:** Projetos sociais que divulgam seu trabalho na mídia através de artistas famosos chamam a atenção pela quantidade de milhões arrecadados. Por outro lado, também despertam a atenção instituições de beneficência, que não possuem vinculação alguma com o governo e dispendo de pouca divulgação, conseguem manter-se. Diante dessa questão, suscita-se a curiosidade em saber se a classe social influencia na participação efetiva em doações e voluntariado e se influencia, qual é a classe que mais apresenta o “comportamento de ajuda”. O objetivo do presente trabalho foi investigar a receptividade a divulgação de projetos sociais e verificar qual o grau de aceitação em donas de casa de diferentes classes sociais. Participaram da pesquisa 30 donas de casa entre 30 e 40 anos, sendo 10 de um bairro de classe alta, caracterizado pelas suas ruas arborizadas, limpas e bem asfaltadas, com casas bem arquitetadas e grandes, 10 de um bairro de classe média com ruas bem projetadas, porém com aspecto bastante inferior quando comparado ao bairro de classe alta, suas casas são antigas e não muito grandes, mas com certa estrutura e 10 de um bairro de classe baixa, que chama a atenção pela falta de calçamento, por ruas desniveladas e por casas em situação de perigo pela sua estrutura não confiável e por estarem situadas em barrancos. As casas abordadas foram escolhidas aleatoriamente e quatro experimentadoras participaram da pesquisa, sendo que a



pesquisa foi feita em dupla: enquanto uma passava as informações sobre uma instituição social, a outra observava o comportamento do sujeito para, depois, preencher a ficha de observação que foi feita como instrumento de mensuração. A abordagem foi feita através de uma fala uniformizada por parte das experimentadoras da pesquisa. Após a análise dos resultados da pesquisa, concluiu-se, que em geral, as pessoas foram receptivas; 50% delas convidaram as experimentadoras para entrar em suas casas. Destas, 26,7% pertenciam à classe média. Apenas 10% das pessoas atenderam do interior da casa, sendo que todas estas pertenciam à classe alta, confirmando que essa classe não é tão receptiva quanto às outras duas com relação ao tema pesquisado. 26,7% das donas de casa demonstraram bastante interesse, sendo que 40% desse total pertenciam à classe média e apenas 20% à classe alta. Interessante observar que 86,7% das pessoas escutaram as informações transmitidas pelas experimentadoras com atenção, sendo que, em conjunto, a classe baixa e a média, totalizaram 77% desse número. 60% das pessoas que atenderam muito bem pertenciam à classe média e todas que não demonstraram interesse algum pertenciam à alta e computaram 10% do total. 53,3% da amostra atendeu com simpatia, e 1,1% dessa das pessoas demonstrou hostilidade e este número também representa apenas pessoas da alta classe. A hipótese da pesquisa era de que quanto menor a renda familiar, maior seria o envolvimento com projetos sociais e maior seria também seu comportamento de ajuda. Porém, essa hipótese foi refutada. Concluiu-se que a classe social mais receptiva, nesse contexto de estudo e a esses tipos de projetos é a classe média. A classe baixa demonstra simpatia, mas, talvez por estarem também em situação de necessidade, não apresenta tanto interesse em ajudar, apesar de escutar com atenção. Já a classe alta, com raras exceções, demonstra muito pouco interesse no assunto.

**Palavras-chaves:** Classe social, Solidariedade, Interesse

**Atividade:** Processos de Exclusão/Inclusão na Casa Toca de Assis (Paineis)

**Trabalho:** Processos de Exclusão/Inclusão na Casa Toca de Assis

**Autor(es):** Rosa Angela Cortez Brito, Aline Freitas de Sousa, Ana Karolina Pessoa Bastos, Elayne Cristina da Costa, Wellyka de Araújo Pinto, Hilário Ferreira Santos

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo geral a verificação dos processos de exclusão/inclusão dentro da instituição filantrópica, sob a ótica da Psicologia Social. Para tal estudo, foi escolhida a Casa Toca de Assis, localizada à rua João Pessoa, em Fortaleza, Ceará. A Toca de Assis recebe adultos e idosos moradores de rua para que sejam abrigados em suas dependências por tempo indeterminado. Serão também abordadas a prática Assistencialista e a Filantropia, sendo estas entendidas como formas diferentes de tratar a “exclusão” social, trazendo, também, formas diferentes de proporcionar a “inclusão”. É interessante verificar a especificidade do público alvo dessa Instituição, considerando que as crianças e os adolescentes são, dentre os considerados “excluídos”, os mais contemplados em projetos que visem à reintegração do indivíduo na sociedade. Esta Instituição surgiu como uma pastoral de rua em 1994 e conta, no momento, com mais de cem casas espalhadas pelo Brasil. Somente em Fortaleza, existem 3 casas. Há mais uma casa localizada no município de Eusébio, região metropolitana de Fortaleza. A instituição tem cunho religioso e é administrada por “irmãos” que pertencem à Ordem dos Filhos da Pobreza e do Santíssimo Sacramento. Os religiosos não são padres, mas seguem os votos de pobreza, castidade e obediência. Segundo um religioso entrevistado, o objetivo da Instituição é o de devolver a dignidade ao ser humano, reintegrando-o à sociedade, e se possível, às suas famílias. Os acolhidos (como são chamadas as pessoas que são recebidas na instituição) que são tanto homens, quanto mulheres, recebem assistência médica, odontológica e psicológica gratuita, bem como alfabetização e catequese. Os profissionais que desempenham essas funções trabalham de forma voluntária. A abordagem

qualitativa constituiu-se como metodologia, partindo do princípio que, segundo Minayo (1993), a mesma possibilita ao pesquisador uma melhor compreensão dos valores e da cultura de determinados grupos e de como estes estabelecem relações entre si. Também possibilita uma reflexão crítica acerca das políticas públicas em vigência, desde o momento de sua construção, até sua aplicação junto ao público ao qual elas se destinam. Segundo Lane (1989), a Psicologia Social tem por objetivo “o conhecimento do indivíduo no conjunto de suas relações sociais, tanto naquilo que lhe é específico, como naquilo em que ele é manifestação social e grupal” (LANE, 1989, p.19). Uma instituição como a que está sendo estudada, constitui-se como uma forma que a sociedade possui, tanto para responder ao descaso governamental em relação à questão da pobreza, quanto para manifestar o papel preponderante que a prática assistencialista ainda possui atualmente. Para um entendimento do Assistencialismo, de acordo com Médici (1998) propõe-se que esta prática teria um caráter de seletividade, visto que ela é voltada para segmentos específicos, como os pobres, marginalizados da sociedade, necessitados, dentre outros. Objetivando uma melhor compreensão desta prática, fez-se um recorte histórico sobre os primórdios do assistencialismo e de como esta prática passou de um conjunto de estratégias para conter a massa miserável da sociedade até tornar-se uma prática que pode contribuir para a manutenção da situação de pobreza. Também foi enfatizada a importância do uso pontual desta prática, já que o que se deve buscar é a conscientização da população, a fim de que esta trilhe o caminho para transformação da sua realidade, pensando e agindo de forma crítica e contextualizada. O caminho da conscientização seria possível através da Filantropia, que pode ser caracterizada por ações que forneçam subsídios aos indivíduos para que estes explorem suas potencialidades e promovam mudanças na sua realidade. A Filantropia promoveria autonomia dos indivíduos, evitando e desfazendo as relações de dependência que servem para manter a situação na qual os assistidos se encontram. Voltando ao objetivo norteador deste trabalho, o estudo dos processos de exclusão/inclusão, Sawaia (2001) trata o tema da exclusão de acordo com uma ética da afetividade. Para ela, “uma vez olhada positivamente, a afetividade nega a neutralidade das reflexões científicas sobre desigualdade social, permitindo que, sem que se perca o rigor teórico-metodológico, mantenha-se viva a capacidade de indignar-se diante da pobreza” (SAWAIA, 2001, p.98). O presente trabalho traz como possibilidade o despertar para uma reflexão crítica em torno de uma realidade concreta (a exclusão), através da afetividade, que possibilita uma visão mais humanizada e crítica dos acontecimentos. Verifica também como a Casa Toca de Assis trabalha a exclusão/inclusão. Apesar de atividades que promovem um bem-estar da pessoa abrigada (e uma possibilidade de reintegração à sociedade), não se pode deixar de observar o caráter excludente dessa Instituição, na medida em que facilitam a manutenção deste status inferior e o isolamento dos indivíduos – que, muitas vezes, permanecem “confinados” e submetidos às suas regras. O presente trabalho, portanto, pôde ampliar a visão do processo exclusão e inclusão que se dá dentro da Toca de Assis, assim como promover uma análise crítica a respeito de práticas assistencialistas.

**Palavras-chaves:** Toca de Assis, Psicologia Social, Processos de Exclusão/Inclusão, Assistencialismo, Filantropia

**Atividade:** Um estudo sobre a identidade social e os estereótipos em crianças aracajuanas de 5 a 10 anos.  
(Paineis)

**Trabalho:** Um estudo sobre a identidade social e os estereótipos em crianças aracajuanas de 5 a 10 anos

**Autor(es):** Deise Fernanda Peixoto Oliveira, Danielle de Góis Santos, Danielle Alves Menezes, Dalila Xavier de França

**Resumo:** Conforme a Teoria da Identidade Social, as imagens que o indivíduo tem do próprio e dos outros grupos refletem as características das relações intergrupais. As identidades sociais dos indivíduos derivam de suas pertencas grupais e é resultado da comparação do endogrupo

com o exogrupo. Já os estereótipos, que são processos de atribuir características a pessoas baseado nos seus agregados grupais, nascem em meio a esse contexto de comparação social e vão ter efeito sobre a identidade dos indivíduos. Uma vez que, para estabelecer uma diferenciação positiva em relação ao exogrupo, os indivíduos comparam os traços favoráveis associados ao endogrupo e ao exogrupo, e neste processo utilizam-se, entre outros elementos, dos estereótipos. Mesmo as crianças lançam mão dos estereótipos para lidar com sua identidade social, pois eles são amplamente compartilhados e aprendidos no início da vida via socialização. As pessoas, independe se suas crenças pessoais e sistemas de valores estão conscientes do conteúdo dos estereótipos sociais, pois, esses estereótipos tornam-se estabelecidos na memória muito cedo na infância antes da capacidade de avaliar criticamente ou questionar sua validade. No presente estudo temos o propósito de analisar os estereótipos atribuídos por crianças brancas, mulatas e negras para o próprio e o outro grupo e suas relações com a identidade racial dessas crianças. Para atingirmos esse objetivo, 71 crianças brancas, mulatas e negras de 5 a 10 anos foram entrevistadas. Utilizaram-se fotografias como recurso para obtenção de respostas. Os estereótipos foram avaliados através das seguintes questões: “qual desses meninos é o mais bonito”, “qual é o mais briguento”, “qual é o mais feliz” e “qual o é mais gostado pela professora”. A identidade foi avaliada através das seguintes questões: “Qual desses parece com você” e “você gosta de ser x”. Com relação à identidade verifica-se que todas as crianças identificavam com seus grupos de pertença, observa-se ainda que 93,3% das crianças brancas, 61,1% das negras e, 60,9% das mulatas gostam mais ou menos ou muito de pertencer a seus respectivos grupos. O grupo dos brancos é considerado pelos indivíduos brancos e pelos do outro grupo (mulato, negro) como o mais bonito, o mais gostado e o mais feliz. Os grupos dos mulatos e dos negros foram considerados o mais briguento pelas crianças de todos os grupos. Entretanto, todas as crianças que apontavam o grupo dos negros como o mais bonito, eram negras. Dentre os mulatos, apenas 13% deles admitem que o próprio grupo é o mais bonito. Mais de 86% dos mulatos apontam o branco como o mais gostado pela professora e apenas 13,6% deles indicam seu próprio grupo. Dentre os negros, 38,9% reconhecem seu grupo como o mais gostado pela professora, e ainda 58,8% dos negros percebem seu grupo como o mais feliz. Através de uma análise de correspondências múltipla verificamos que crianças brancas e mulatas apresentam estereótipos positivos do próprio grupo e identidade positiva, e estereotipizam negativamente os negros. Os negros, por sua vez, possuem identidade negativa, não obstante, têm estereótipos positivos de seu próprio grupo e negativos do grupo dos mulatos. Os resultados serão discutidos com base na Teoria da Identidade social e o do Preconceito na infância.

**Palavras-chaves:** estereótipos, identidade étnica, crianças

**Atividade: Oficinas Itinerantes de Arte e Loucura:  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Oficinas Itinerantes de Arte e Loucura: a busca de um possível

**Autor(es):** Juliana Soares Bom-Tempo, Maria Lúcia Castilho Romera

**Resumo:** O trabalho a ser apresentado refere-se a pesquisa de mestrado iniciada em março de 2006 que tem como problemática oficinas de arte em espaços públicos com usuários do sistema de saúde mental. A partir de uma experiência vivenciada pela autora da pesquisa no ano de 2005, vem se desenvolvendo prático-teoricamente com os objetivos de investigar as vicissitudes, as possibilidades e limites de alguns dispositivos de intervenção em saúde mental; delinear o conceito de Oficinas Itinerantes de Arte enquanto intervenção possível junto a loucos; levantar questões sobre as práticas de procedimentos atuais realizadas nos serviços substitutivos ao sistema manicomial, tanto públicos quanto privados; rememorar a instauração da separação história entre loucura e sanidade relacionando-a ao local que é oferecido aos loucos na contemporaneidade; verificar o impacto social que possibilitamos ao fazermos estas oficinas; construir uma possibilidade conceitual para a Arte que nos propomos à articular com a Loucura; apreender possibilidades transformadoras a partir de rupturas na rotina dos transeuntes no contexto urbano; auferir o estatuto da crise ou de uma crise à construção de pensamento crítico/criativo; problematizar o uso indiscriminado do termo terapêutico ao se tratar da loucura. A

utilização de referenciais teóricos tais como Michael Foucault, Sigmund Freud, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Fábio Herrmann, Suely Roinik, Ana Marta Lobosque, Peter Singer, permite travar discussões sobre temas tais como a instauração da loucura como doença mental, a clínica-crítica frente a luta antimanicomial, a arte/loucura e os territórios possíveis, a clínica extensa e a psicanálise fora do setting, a ética na constituição de uma práxis, o conceito de oficina e a reflexão “oficinas pra quê?”, a questão da Loucura capturada pelo sistema normativo, desautorização do discurso da louco, a ordem da não existencialização, a busca pelo encontro de posturas híbridas e fluidas, transito nos desvãos do pensamento Psi. Todas essas discussões articuladas com a prática de oficinas e da Arte fora do contexto clínico, voltado para uma psicologia que se configura, sobretudo, como política, causando intervenções no cotidiano do espaço urbano e explicitando a dialética do adoecimento. A dialética loucura/sociedade como duas manifestações da mesma problemática, intrínsecas, imbuídas uma da outra. Essa questão emerge na medida em que as pessoas tem que relacionar-se com aquele novo universo que se configura ali na praça, na lanchonete, nas vias públicas. Assim, o caráter de denúncia contido nessa prática torna-se evidente no sentido que o passante tem que se posicionar frente à loucura daquela produção artística, mesmo que ignore ou desvie já se posicionou, já se alterou e nos alterou dialogicamente, estabelecendo uma comunicação.

**Palavras-chaves:** Arte,Loucura,Psicologia Política

**Atividade: juventude e políticas públicas  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Juventude e Políticas Públicas

**Autor(es):** Eugênia Bridget Gadêlha Figueiredo

**Resumo:** Este trabalho se propõe a fomentar o debate sobre as políticas públicas direcionadas à juventude, em especial, aos jovens em conflito com a lei que estão em regime de liberdade assistida. Alguns fatores se revelam como importantes pontos de reflexão para uma análise mais crítica a respeito dessas políticas. O primeiro ponto a ser considerado é o caráter universalizante adotado para definição de adolescência/juventude ignorando-a na sua historicidade. É como se esse período do desenvolvimento humano fosse determinado, apenas, por aspectos biológicos, sociológicos, psicológicos e cronologicamente comuns a qualquer sociedade sem levar em consideração os símbolos, papéis e funções sociais que variam de acordo com o contexto sócio-histórico. Historicamente, as políticas públicas vêm sendo direcionadas para a juventude pobre e a partir da década de 90 pautadas, em sua maioria, no conceito de pobreza difundido pelo Banco Mundial. Um conceito que vê a questão da pobreza como um fenômeno que revela uma “incapacidade” de grupos e pessoas de viabilizarem sua subsistência. Ao Estado caberia investir no desenvolvimento do “capital humano” para que essas pessoas possam competir com as outras e conquistarem a tão sonhada empregabilidade, superando assim, sua condição de “incapaz”. Essa visão despreza em absoluto as contradições estruturais de um sistema excludente, em todas as suas versões, que gera a desigualdade social que, por sua vez, se expressa concretamente na pobreza e na exclusão. Esse seria o segundo ponto abordado pelo trabalho. O terceiro ponto diz respeito à operacionalização da medida de Liberdade Assistida que tem mais de 50% do seu público oriundo dos bolsões de pobreza. Com a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, a criança e o adolescente passam a ser vistos como sujeitos de direito e aos que estão em conflito com a lei, ou seja, aos que cometem atos infracionais o ECA destina a aplicação de medidas sócio-educativas que se dividem em dois grupos: o das medidas em meio aberto e o das medidas privativas de liberdade. A liberdade Assistida é uma medida em meio aberto aplicável sempre que se caracterizar necessário à intervenção do Estado na busca da restauração, ou mesmo instauração, da condição de cidadania desses adolescentes. Embora as medidas sócio-educativas se apresentem como um avanço no trato legal nas questões da criança e do adolescente no Brasil, várias formulações em sua aplicabilidade podem e devem ser questionadas. Por fim, defende-se a idéia de que a participação política em torno de um projeto democrático de Estado, de nação, seria a saída para a superação das desigualdades sociais, da crise de perspectivas e do imobilismo social que afeta toda nossa sociedade contemporânea e,

de forma mais contundente, nossa juventude.

**Palavras-chaves:** Juventude, Políticas Públicas, Liberdade assistida

**Atividade:** ENTRE ERRÂNCIAS E ITINERÂNCIAS  
(Paineis)

**Trabalho:** ENTRE ERRÂNCIAS E ITINERÂNCIAS: UMA ETNOGRAFIA DAS RELAÇÕES ENTRE TRADIÇÕES ESPIRITUAIS NA PRÁTICA HOLÍSTICA

**Autor(es):** Yuri de Nóbrega Sales, Francisco Silva Cavalcante Junior, Paulo Coelho Castelo Branco

**Resumo:** Esse estudo desenvolvido na RELUS – Rede Lusófona de Estudos da Felicidade é uma ramificação de uma pesquisa etnográfica mais ampla, realizada em um espaço terapêutico de curas holísticas, coordenado por freiras de uma congregação nordestina. Nosso objetivo geral na pesquisa foi compreender a dinâmica do campo investigado a partir de uma contextualização cultural, ou seja, a rede de conexões entre os diversos personagens e espaços que movimentam o cotidiano do local em relação aos padrões culturais estabelecidos ou emergentes da sociedade. Inserido nesse objetivo mais amplo, no decorrer de visitas regulares ao campo, surgiu um questionamento mais específico: como as freiras compreendiam a utilização de práticas terapêuticas originadas de outras tradições religiosas que não o cristianismo e que muitas vezes demonstravam evidente oposições filosóficas. Através da nossa experiência de experienciar a cultura estudada, sem no entanto nos confundirmos com os “nativos”, passamos a produzir “contos de campo”, ou seja, escrita desenvolvida em cada visita que abordava a descrição do local através de nossa percepção atenta dos processos formadores da cultura que perpassam os sujeitos, inclusive os pesquisadores. Uma vertente para que entendêssemos esse aparente sincretismo foi a origem cultural e histórica da congregação. Esse espaço terapêutico surgiu como uma experiência genuinamente nordestina. A congregação que coordena o local teve sua origem em Juazeiro do Norte. Essa cidade do Ceará possui raízes místicas profundas devido à influência do Padre Cícero. Isso quer dizer que desde há muito tempo o cristianismo assumiu nesse local um viés influenciado pelos milagres e pregações desse padre cearense. Existia uma permissividade nas práticas e ritos cristãos, tornada evidente através de uma religião bastante popular, simbolizada principalmente nas romarias. Dessa forma, a própria congregação aqui abordada nasce em um contexto de liberdade religiosa, em um movimento tipicamente nordestino que une as práticas cristãs com a cura através de plantas medicinais e outras formas de terapia popular. É partindo dessa origem cultural específica, marcada diretamente nas freiras mais velhas e indiretamente nas mais novas, que se pode entender o trabalho exercido: uma atualização de um arcabouço de conhecimento e de uma “linhagem” cristã específica. Outra vertente que emergiu para explicar esse fenômeno foi a influência de membros do cristianismo que partiam de formas específicas de compreender a religião centrada em Cristo. Dessa forma, Santa Teresa, mística guia da congregação, percebeu o cristianismo como uma forma de cuidado ao outro – assim como atualmente pensa o cristão Leonardo Boff. Essa influência faz com que as freiras compreendam as técnicas utilizadas, independentemente de sua origem em tradições espirituais, como formas de ajudar ao próximo – o ideal máximo do cristianismo. Também outras correntes que enfatizam o aspecto social cristão, representado, por exemplo, por Frei Betto, inspiram o trabalho exercido no espaço holístico de cura como oportunidade de atender aos mais necessitados em suas deficiências mais urgentes: o aspecto imanente de uma boa qualidade de vida. Porém, mesmo que tenhamos concluído que nesse caso não existe sincretismo religioso, ou seja, a reunião de várias tradições espirituais para se tornar algo novo que não é somente a soma das partes, mas sim um tipo de cristianismo que devido a sua origem e suas influências mantêm-se livre para incorporar técnicas que originalmente não pertencia ao seu substrato, esse espaço terapêutico se relaciona profundamente com o movimento atual de sincretismo religioso denominado Nova Era. Percebemos que apesar de ambos os lados se confundirem nas redes comerciais de serviços terapêuticos, o movimento Nova Era é pautado por uma caráter de errância, ou seja, a prioridade na liberdade máxima do indivíduo em seu

eterno processo de se conhecer através das mais variadas vivências, ao passo que no espaço holístico estudado trata-se de um caráter itinerante em que se preza não o processo de auto conhecimento por si mesmo, mas um caminho para se chegar a um fim estabelecido: aproximação com Cristo, o filho de Deus. Por fim, vale destacar que o presente trabalho visa estimular o debate acerca de experiências regionais (no caso, o estado do Ceará) como contexto relevante à produção de conhecimento e intervenção profissional nos campos da cura física, mental e espiritual, partes constituintes da subjetivação humana.

**Palavras-chaves:** espiritualidade, etnografia, terapia, holismo, Nova Era

**Atividade: Análise do discurso sobre as políticas afirmativas para o negro e o preconceito racial (Paineis)**

**Trabalho:** Análise do discurso sobre as políticas afirmativas para o negro e o preconceito racial

**Autor(es):** Matheus Laureano Oliveira dos Santos, Leoncio Francisco Camino Rodriguez Larrain

**Resumo:** Apesar de as leis brasileiras terem feito avanços em relação à luta contra o preconceito racial, não verificamos na prática que a sociedade brasileira tenha acompanhado o desenvolvimento de suas leis. Embora os índices sócio-econômicos oficiais mostram que os negros têm piores condições de vida que os brancos (IBGE, 2006), de fato o poder público tem tomado poucas medidas para diminuir as desigualdades. Esta contradição oficial se repete no nível das pessoas. Assim Camino, da Silva, Machado e Pereira (2001), observaram que as pessoas dizem que não são racistas, mas afirmam que a sociedade brasileira é. Desta maneira excluem de si a responsabilidade pessoal da situação social, construindo uma ideologia que naturaliza as diferenças existentes no Brasil. Para entender esta contradição, o racismo não pode ser encarado como um problema puramente psicológico, como algo que se encontra na psique humana, mas deve ser encarado em suas múltiplas variáveis e, entendê-las é o melhor caminho que a ciência pode ter para buscar alternativas de acabar com racismo. Tem-se observado que concepções puramente psicológicas no debate sobre a questão racial tenderiam a justificar as práticas racistas (Camino, 2004). Os discursos são ações e estão baseados na ideologia, com a qual usamos argumentos para estabelecer e construir as relações sociais (Billig, 1991). No presente estudo, pretendemos integrar as abordagens qualitativa e quantitativa, bem como analisar as relações estabelecidas entre os diversos discursos existentes na nossa sociedade sobre as diferenças raciais e as diversas atitudes possíveis frente às reivindicações das minorias raciais que buscam diminuir as diferenças sociais e econômicas existentes entre as raças. Neste sentido, as políticas afirmativas em forma de quotas no acesso ao ensino superior se tornaram um importante debate sobre que políticas devem ser praticadas para melhorar as condições de vida do negro. No que se refere aos discursos existentes em nossa sociedade, a presente pesquisa teve como amostra 81 estudantes de pós-graduação (Estrito Senso) de uma universidade pública de João Pessoa. A partir da análise feita, constatamos que ainda se encontram disseminados vários discursos que foram construídos durante o século XX e que sofreram mudanças e transformações, tais como o discurso da diferença racial, do início do século, passando para o discurso que nega a diferença racial através da saudável miscigenação, e da ideologia da democracia racial proposta durante a ditadura e que hoje, além desses, assume discursos da diferença racial que enfatiza a questão da cor da pele, da genética, histórica e cultural. Constatamos que os discursos que assumem desigualdades genéticas relacionam-se com atitudes radicalmente negativas em relação às reivindicações dos movimentos negros e das políticas afirmativas. Por outro lado pudemos observar também que os discursos que negam qualquer tipo de desigualdade mostram uma posição (discursos) intermediária e ambígua em relação às reivindicações dos movimentos negros. Já os discursos que reconhecem desigualdades entre os grupos raciais e as põem na discriminação construída historicamente a partir da escravidão, relacionam-se com atitudes claramente favoráveis aos direitos das minorias negras. Esse estudo também permite verificar que este último tipo de discurso é mais frequentemente utilizado pelas pessoas que se identificam com organizações sócio-políticas como movimentos sociais e partidos políticos. A partir desse estudo esperamos

que o debate aqui trazido possa contribuir na resolução das questões raciais.

**Palavras-chaves:** Raça,Preconceito,Políticas Afirmativas

**Atividade: Uma rua feliz na cidade de maceió  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Uma rua feliz na cidade de maceió

**Autor(es):** Terezinha Teixeira Joca

**Resumo:** A felicidade e a política parecem algo utópico que sobrevoa pelo mundo imaginário da ingenuidade de um povo ou de políticos, ainda virgens da corrupção. Entretanto, devemos atentar que a política é a representação do pensamento dirigido para a comunidade e, nestas bases, a felicidade seria sinônimo da promoção do bem-estar social. Tivemos como suporte teórico a esta pesquisa as lentes utilizadas por Bodei e Pizzolato, acreditando que, a organização política como geradora de felicidade, seria possível se houvesse uma visão de alteridade com respeito a esse outro a partir de uma postura ética pessoal e social. Considerando que o bem-estar do povo estaria para além da alimentação e moradia como necessidades básicas a serem atendidas, percebemos que a necessidade de auto-realização perpassa a vivência em comunidade e que pode ser oferecida dentro de uma visão de políticas públicas. Fundamentados nos pressupostos e técnicas da Etnografia, de McDermott, Behar e Spindler, a partir da imersão no campo, por um período de seis meses, com a proposta de um acompanhamento do cenário criado aos domingos na orla marítima da cidade de Maceió, localizado no bairro da Ponta Verde. Neste contexto realizamos um estudo desenvolvido na linha de pesquisa de “Produção e expressão sociocultural da subjetividade” proposta pelo mestrado em Psicologia da Universidade de Fortaleza, através da Rede Lusófona de Estudos da Felicidade – RELUS, integrante do laboratório de Psico(pato)logia Crítica-Cultural, com o intuito de averiguar como as pessoas vivenciam a experiência de um local público de lazer e seus benefícios para o povo. Esta pesquisa, através do contato com os colaboradores, pretendeu identificar o(s) motivo(s) que leva (m) os frequentadores deste espaço de livre acesso ao público durante todos os domingos no período de 7hs à 19hs, denominado popularmente de “rua fechada”, a escolher a rua como opção de lazer dominical, buscando compreender qual o diferencial que lhes atrai ao local. A leitura teórica da proposta etnográfica permitiu-nos coletar os dados e descrever em contos de campo, relatando o que fora vivido pela primeira pesquisadora e exposto pelos frequentadores da rua e, em especial, os que eram assíduos ao projeto “Vem ver a banda tocar”, os quais se tornaram colaboradores da pesquisa. Pensando em uma psicologia de orientação positiva, uma gestão que implique o bem-estar da comunidade e a qualidade de vida para a população torna-se uma fonte geradora de saúde física e mental. Como para Rogers toda pessoa revela uma tendência auto-atualizante e uma busca pela “vida boa”, a rua que nos serviu de panorama para esta pesquisa revelou-se como um ambiente favorável à expressão dessa tendência potencializadora inerente ao ser humano.

**Palavras-chaves:** etnografia,felicidade,política,bem-estar,auto-atualizadora.

**Atividade: Crítica da cultura em Freud e Nietzsche  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Crítica da cultura em Freud e Nietzsche: do advento do sujeito à pulsão de morte

**Autor(es):** Pablo Severiano Benevides

**Resumo:** O trabalho a ser apresentado objetiva estabelecer um paralelo entre as perspectivas de Nietzsche e de Freud, no momento em que ambos inserem seus posicionamentos teóricos na problematização de uma “crítica da cultura”. Nietzsche, ao considerar, na “Genealogia da Moral” (1887), que toda crítica à Metafísica pode ser feita aos moldes de uma investigação genealógica que resulta numa crítica à moral, propõe – tomando a cultura não como horizonte, mas como objeto – uma reavaliação dos valores até então vigentes. Freud, ao estabelecer, em “Totem e

tabu” (1913), uma mitologia que possa dar conta da origem filogenética das neuroses (trabalho psicanalítico complementar à metapsicologia e à clínica, situados na dimensão ontogenética), finda por estabelecer uma coincidência entre esta e o próprio advento da cultura em sua disjunção com o estado de natureza. Entende-se que este enlace de perspectivas revela diagnósticos semelhantes e valorações distintas quanto à legitimidade daquilo que se instaurou com o “advento da cultura”. Se, para Freud, o parricídio é o ato que instaura o laço fundamental entre neurose e cultura, certamente o fio condutor que permite tal ligação parece não ser outro se não a noção de culpa. Esta aparece como efeito da internalização dos ditos paternos, momento em que o sujeito prescinde do agressor, da ação castigadora externa, para instaurar em si mesmo as proibições que antes lhe foram exteriores. É sob este sujeito do “imperativo categórico”, livre e responsável por si mesmo, que recaem as críticas nietzscheanas. A internalização parece ter trazido, nesta perspectiva, a “mudança na direção do ressentimento”, que agora não é mais direcionada a um inimigo x, mas, sim a este “si mesmo” que agora é fundado. Neste momento se estabelece outro enlace fundamental entre os pensamentos de Nietzsche e Freud, a saber, a relação entre má consciência/masquismo e o castigo pelo suposto ato cometido. Indo por caminhos opostos, ao passo em que Freud situa a dívida que se tem para com o Pai assassinado no estatuto de impagável, Nietzsche dirá que não há vínculo necessário entre a culpa e castigo. O castigo tem origem, antes, na relação credor-devedor, no momento em que este último não dispunha de bens para quitar a dívida e via-se obrigado a fornecer seu corpo como meio para o exercício do sadismo do credor. Conforme concebe Assoun (1989), tirando de cena o credor, resta ao sujeito psicanalítico punir a si mesmo por portar uma dívida que não mais pode ser paga e que é, numa leitura nietzscheana, dirigida a Deus como sendo a antítese dos seus impulsos sexuais. Neste sentido, ambos os autores parecem concordar (embora não legitimar este fato do mesmo modo), que há um laço muito estreito entre o masquismo e os valores ético-morais. Emerge, aí, um conceito chave para a aspiração maior deste trabalho, que consiste em evidenciar que a própria noção de sujeito (desse “si mesmo” tão caro à Psicologia) advém da noção de culpa, e que esta tem como uma das fontes principais um masquismo originário. Este conceito é o de “pulsão de morte”, trabalho por Freud em “Além do princípio do prazer” (1920). Neste momento a culpa encontra sua raiz num masquismo primário oriundo da pulsão de morte, e parece ser a própria noção de pulsão de morte que funda este campo de interioridade do sujeito. Isto aparece em diversos momentos do texto, desde aqueles em que se propõe uma analogia entre a origem da consciência e a mortificação da camada mais externa de uma vesícula viva para proteção ante os ataques dos inimigos, àqueles que situam o trabalho da pulsão de morte sob o signo da “compulsão à repetição”. Segundo este último referencial, o sujeito estaria sempre retornando a uma situação desagradável para tornar-se senhor dela, suprimindo o inimigo. Desse modo, o motor da pulsão de morte – que parece ser o mesmo atuante na fundação do sujeito como interioridade – consistirá em antecipar-se diante do inimigo para buscar, aos poucos, que seja efetivada, no próprio organismo, uma morte ao seu “próprio” modo. Ora, se o desejo que aí está em jogo na supressão do inimigo, conforme concebe Freud, é “morrer do seu próprio modo”, a hipótese levantada neste trabalho é que a noção de “pulsão de morte” é essencial para vincular a supressão do inimigo externo, com a interioridade (fundação do sujeito) e a fundação da cultura sob o signo da culpa e do masquismo. É possível, diante disso, que tal concepção seja crucial para a inteligibilidade da divergência apresentada por Freud e Nietzsche no que diz respeito à valoração instaurada pelo advento da cultura.

**Palavras-chaves:** Parricídio, Masquismo, Culpa, Ressentimento, Pulsão de morte

**Atividade:** Um negro diretor ou um branco faxineiro? Um estudo sobre relações entre preconceito racial contra negros e nível socio-econômico (Paineis)

**Trabalho:** Um Negro Diretor ou Um Branco Fazineiro?

**Autor(es):** Lázaro Batista da Fonseca, Elton Silva Ribeiro, Marcel Maia de Oliveira Gomes, Deise



Fernanda Peixoto Oliveira

**Resumo:** "São muitos os que afirmam a existência de preconceito racial contra negros no Brasil, a despeito da tão apregoada "democracia racial". Como preconceito entenda-se o que Gordon Allport definiu como "uma antipatia baseada na generalização errada e inflexível, dirigida a um grupo como um todo, ou para um indivíduo por ser membro do grupo"(1954). Numa dimensão mais profunda, ele torna-se mais evidente à medida que se acentuam as diferenças. Ocorre, porém, que no Brasil a miscigenação dificulta uma distinção grupal. O preconceito aparece de modo peculiar, implícito dentro das relações sociais. Reafirmando a existência de preconceito racial contra negros no Brasil, o presente trabalho busca estabelecer uma possível relação entre esta forma de preconceito e diferentes níveis sócio-econômicos – NSE. Mais especificamente, pretende verificar se ele é mais fortemente evidenciado em pessoas de nível sócio-econômico mais elevado do que em pessoas de condição econômica inferior. Participaram do estudo 20 pessoas. A seleção da amostra foi feita a partir do cruzamento entre os níveis sócio-econômicos definidos pelo Critério de Classificação Econômica Brasil e as faixas de renda estabelecidas pelo Levantamento Sócio-Econômico, ambos do IBGE. Dez dos sujeitos pertenciam aos níveis A ou B (com renda familiar maior que 9 salários mínimos) e outros dez pertenciam a níveis igual ou inferior a C (renda familiar não superior a 2,5 salários mínimos). Em cada um dos grupos o número de sujeitos foi igual para ambos os sexos, cinco homens e cinco mulheres. A cada um, em separado, foi mostrado um cartão de 32 cm x 22 cm contendo 12 fotos. Quando o participante era do sexo masculino, as fotos eram de homens, quando do sexo feminino, as fotos eram de mulheres. Além disso, foi informado que as pessoas das fotos tinham idade e escolaridade semelhantes. Cada participante deveria apontar entre as fotos nove pessoas que escolheria para ocupar cargos numa empresa fictícia (três diretores, três secretários e três faxineiros). Também foi pedido que distribuíssem entre os selecionados determinada quantia pré-estabelecida e divisível por três, referente ao salário. Os valores eram de R\$ 7.200,00 para os diretores, R\$ 2.250,00 para os secretários e R\$ 1.260,00 para os faxineiros. Ao final, foi aplicado um questionário sócio-econômico, no qual o participante informava sua renda pessoal e familiar. Além da etnia de cada uma das pessoas das fotos. Os resultados apontaram que entre aqueles de NSE mais elevado houve uma predominância na atribuição de cargos às pessoas consideradas, por eles, como "brancas" (53,3% de indicação das vagas para "brancos" e 30,0% de indicação para "negros"). A exceção foi o cargo de faxineiro – o menos valorizado socialmente dos três, para o qual foram predominantemente indicadas pessoas tidas como "negras", 60,0% das indicações. Entre os sujeitos com renda não superior a 2,5 salários, ocorreu uma inversão na atribuição de cargos: o número de negros ultrapassou o de brancos para os cargos de diretor (30,0% de "brancos" e 33,3% de "negros") e secretário (20,0% de "brancos" e 33,3% de "negros"). Já no cargo de faxineiro, ainda predominaram negros (30,0%), porém num percentual inferior, se comparado à indicação feita pelos sujeitos dos níveis A e B. Tomando como base de análise o sexo dos participantes, percebeu-se uma incidência maior entre experimentados do sexo feminino em escolher pessoas consideradas como brancas, principalmente para os cargos de diretor e secretário. Nos níveis A e B, a porcentagem de mulheres negras escolhidas para o cargo de faxineira (66,6%) ultrapassou a soma das indicações para secretária e diretora (53,4%). Quanto às participantes de níveis inferiores, foram os únicos sujeitos do grupo amostral a apontar mais brancos que negros aos cargos de diretor e secretário. A idéia de que a acentuação das diferenças também acentua a expressão do preconceito evidencia-se nos resultados acima. É também interessante analisar um possível movimento de solidariedade por parte dos participantes do nível C ou inferiores a na indicação de negros aos cargos, até mesmo porque os dados oficiais mostram que a maior parte da população economicamente menos abastada compõe-se de negros ou pardos. Corroborando com a "antipatia generalista" proposta por Allport, a atribuição quase duas vezes maior de cargo de faxineiro para negros por parte das pessoas de melhor NSE torna flagrante o preconceito racial contra o negro. Um fenômeno caracterizado essencialmente por colocar o sujeito-alvo numa situação de desvantagem injusta. Sugere-se, então, a confirmação da hipótese de que pessoas de nível sócio-econômico mais alto têm maior preconceito racial contra negros do que pessoas de nível sócio-econômico baixo. Porém, há de se pensar nestes dados ainda como preliminares e, portanto, insuficientes para aferirmos com segurança uma generalização. Estamos dando continuidade ao estudo a fim de aumentar a amostra. Um estudo mais profundo talvez possa corroborar tais inferências.

**Palavras-chaves:** Preconceito Racial, Níveis Sócio-econômicos, Relações Sociais

**Atividade:** O padrão de beleza e a imagem corporal na atualidade  
(Paineis)

**Trabalho:** O padrão de beleza e a imagem corporal na atualidade

**Autor(es):** Emanuelle Loyola Ferreira, Denise de Souza Silva, Martha Emanuela Soares da Silva

**Resumo:** A beleza em todas as culturas é um valor cultivado e estabelecido que desperta a atenção e o desejo de todas as pessoas. Embora em cada época o que é dito belo seja diferente essa construção social não pode ser desconsiderada, principalmente na atualidade quando esta se tornou tão importante pela sua influência na vida das pessoas. Esta pesquisa esteve interessada em conhecer o padrão atual de beleza, bem como saber se as pessoas se acham inseridas em tal padrão e, portanto se isto afetaria as suas vidas. Este estudo foi realizado em 2006 na cidade de Aracaju. Foram aplicados 60 questionários em pessoas de 15 a 25 anos utilizamos para a coleta de dados questionários estruturados com perguntas fechadas e abertas, onde foram introduzidas perguntas sobre a imagem corporal que se tem de si mesmo, a auto-estima, a possibilidade de mudanças em seu próprio corpo e sobre os moldes de um corpo ideal na atualidade. Os questionários foram aplicados individualmente, na Universidade Federal de Sergipe e na casa de alguns entrevistados. Foram respondidos a lápis ou caneta. Para análise das respostas às perguntas fizemos análise de conteúdo seguindo Bardin (1977). Em seguida os dados foram tabulados e analisados no SPSS. Os resultados demonstram que de maneira geral os entrevistados consideram que segundo o padrão de beleza da sociedade atual os sujeitos deveriam ser altos e magros (21,62%), possuir um porte atlético (16,21%), cabelos bonitos (18,01%) e possuir uma pele clara (10,81%) e olhos também claros (6,30%). Em contrapartida quando perguntamos qual era o padrão ideal para o próprio respondente a maioria das respostas coloca no jeito de ser das pessoas a “beleza” (12,14%). Além disso, as respostas que remetem a características físicas são difusas e no geral falam principalmente em possuir uma harmonia entre as partes do corpo. Neste sentido a maioria das pessoas também afirma que gostaria de mudar algo em seu corpo. A maioria das respostas 28,3% atribuiu que a importância dada ao padrão de beleza na atualidade se deve a influência da mídia; 17,4% atribuiu essa importância devido à construção social e 15,2% a pobreza nas relações humanas. Outros dados nos mostram que a maioria dos participantes se diz sentir-se confortável com relação ao padrão de beleza e que não fariam nada para alcançá-lo. Desse modo, podemos perceber que existe uma grande influência do padrão de beleza vigente na sociedade atual nos comportamentos e atitudes dos indivíduos nos modos de perceber a si mesmo e aos outros. A beleza em nossa sociedade está relacionada a características físicas, apesar dos participantes não considerarem seu modo de pensar assim, bem como muitos deles se sentem imunes a estas influências, em sua maioria proveniente da mídia. Esse caráter contraditório pode assinalar a ideia de que a sociedade tem consciência das consequências prejudiciais da imposição de um padrão de beleza cada vez mais inacessível, e por isso incorporam essas influências assumindo-as de modo sutil e velado.

**Palavras-chaves:** padrão de beleza, cultura, valores sociais

**Atividade:** A dissociação entre as crenças pessoais e as coletivas nas representações sociais dos índios em Sergipe.  
(Paineis)

**Trabalho:** A dissociação entre as crenças pessoais e as coletivas nas representações sociais dos índios em Sergipe.

**Autor(es):** Guilherme F. M. Santos, Lázaro Batista da Fonseca, Marcus Eugênio Oliveira Lima

**Resumo:** Antes da chegada dos portugueses ao Brasil havia aqui entre 1 e 10 milhões de índios, segundo dados da FUNAI. Desde o início o encontro dos interesses de colonização portuguesa com os índios foi marcado pela violência e pelo extermínio. Foram os estudos do antropólogo Darcy Ribeiro que revelaram a construção de uma imagem demonizada para os índios pelos portugueses e que denunciaram o quadro terrível de extermínio dos índios no Brasil. Este extermínio começa a regredir a partir de 1950 graças à resistência indígena. Darcy Ribeiro afirma que esta resistência, ainda que marcada pela perda de traços culturais originais, produz um índio mais forte e resiliente ao contato com a cultura dominante. A partir das primeiras décadas do século XX grupos de pessoas definidas como “caboclos” pressionaram as autoridades para obterem o reconhecimento oficial enquanto povos indígenas. Em Sergipe, resta apenas uma única tribo, a dos Xocós, formada por cerca de 250 indivíduos que residem na Ilha de São Pedro, município de Porto da Folha. Este trabalho tem por objetivo investigar como se processam as formulações de conceitos e formação de estereótipos sobre grupos sociais minoritários, especificamente os indígenas de Sergipe e se há uma distinção entre o que as pessoas observam que a sociedade atribui como características para o referido grupo social e as próprias considerações desses sobre este. Nosso estudo foi constituído a partir de um roteiro de entrevista semi-estruturada aplicado com 90 moradores de 4 cidades, destas cidades três são do interior sergipano e uma fica no estado de Alagoas, porém na divisa com a citada comunidade indígena de Sergipe. Para análise das respostas às perguntas fizemos análise de conteúdo e em seguida os dados foram tabulados e analisados no SPSS. As questões 13 e 14 do nosso roteiro de entrevista tinham por objetivo, respectivamente, investigar a percepção dos entrevistados sobre a forma como os índios eram vistos pela sociedade brasileira e qual era a própria opinião destes a respeito dos índios. Primeiramente destacamos a dificuldade das pessoas fazerem muitas enunciações sobre as imagens sociais dos índios. Comprovamos isso quando percebemos que dos 90 entrevistados, só 9 (10%) conseguem fazer mais de duas referências sobre como a sociedade brasileira vê os índios (questão 13), esse quadro não melhora na questão seguinte, dos 90 entrevistados só 10 (11,1%) enunciam mais de duas formas sobre como ele próprio considera os índios. Nossos dados mostram ainda que, quase todos se sentiam capazes de fazer alguma referência sobre como os índios são visto pela sociedade brasileira e por eles próprios, porém somente 26 (28,9%) entrevistados conseguiram fazer uma segunda enunciação de como a sociedade brasileira percebia os índios e só 25 (27,8%) disseram uma segunda consideração sobre como eles próprios percebiam os índios. Quando perguntávamos como a sociedade brasileira percebia os índios na opinião da pessoa entrevistada, das 81 pessoas que conseguiram responder o questionamento, 16 (17,8%) disseram que a sociedade brasileira via os índios com discriminação; 9 (10%) disseram que a sociedade os via como diferentes; 8 (8,9%) disseram que os índios eram vistos como selvagens; 8 (8,9%) disseram que os índios eram vistos como preguiçosos/ desocupados; 6 (6,7%) disseram que os índios eram vistos como necessitados e 4 (4,4%) disseram que os índios eram vistos como inferiores. Estes dados representam 56,7% da amostra de respostas sobre essa questão e começa a delinear para nós o fato das pessoas reconhecerem que a sociedade brasileira geralmente percebe os índios negativamente. Na questão 14, quando solicitávamos que as pessoas dessem suas próprias opiniões sobre os índios, tínhamos o interesse de verificar se a norma anti-racista produziria alguma dissonância entre as respostas dadas na questão 13 e as respostas pessoais de cada pessoa. Das 90 pessoas entrevistadas, 34 (37,8%) disseram que achavam os índios normais, 8 pessoas (8,9%) disseram considerar os índios como atenciosos e amigáveis, 7 (7,8%) consideravam os índios diferentes, 4 (4,4%) disseram que os índios são defensores de seus direitos e 3 (3,3%) disseram considerar os índios maravilhosos. Este extrato representa 62,2% das respostas e comprova o que as pessoas percebem que a sociedade brasileira ver o índio de maneira negativa, porém com a ativação da norma social de não-atribuição de preconceitos para os grupos minoritários, as pessoas enunciam seu comportamento politicamente correto, afirmando positiva consideração pelos índios. Preliminarmente constatamos que as populações das cidades do interior são também atingidas pelas normas sociais anti-racistas e efetuam um discurso que demonstra a contradição que essas normas produzem, ao mesmo tempo em que reconhecem que a sociedade brasileira vê o índio de maneira estereotipadamente negativa, cada um individualmente nega os seus preconceitos em relação aos índios. Acreditamos que as outras questões do nosso roteiro de entrevista e a totalidade da amostra de entrevistados vão nos proporcionar respostas mais consistentes e respaldo estatístico para as nossas futuras formulações.

**Palavras-chaves:** Crenças pessoais, Crenças coletivas, Representações Sociais, Índios, Estereótipos

**Atividade: O discurso psi e a produção de subjetividade: (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** O discurso psi e a produção de subjetividade:

**Autor(es):** Walter Firmo de Oliveira Cruz

**Resumo:** Quando dizemos que vivemos em um país de dimensões continentais, muitas vezes deixamos escapar a radicalidade que implica este distanciamento, responsável pela existência de cenários de toda ordem. Ser brasileiro pode significar viver em uma grande cidade, com todos os benefícios da tecnologia ao seu dispor ou estar em uma comunidade cuja luz elétrica é disponível apenas por algumas horas ao dia. Lugares em que a telefonia celular não chegou e onde o tempo passa com outra velocidade. Esta é a realidade hoje de muitos povos da região norte do Brasil, onde o elo com uma identidade nacional parece estar muito mais ligada com uma emissora de televisão do que com a própria língua materna. É, pois, considerando as particularidades da região norte do país, especialmente aqueles centros mais distantes onde há aglomerados urbanos com inúmeras carências no que diz respeito a serviços especializados (particularmente os de saúde) que começamos a interrogar o lugar do discurso psi; a perguntar como se configura subjetivamente o sofrimento psíquico e suas práticas de cura? Numa organização que apesar de urbana guarda importantes traços de comunidade rural – sem a presença ostensiva dos discursos e mesmo dos serviços especializados psi – de que forma a população inscreve os sintomas típicos de centros urbanos na contemporaneidade? Há uma particularidade no que concerne aos sintomas sociais destas comunidades? Ou seja, os sintomas inscritos no discurso dominante? Embora com quase 400 mil habitantes, Macapá é uma das duas únicas capitais brasileiras a não possuir um único serviço voltado à saúde mental. Os serviços públicos de saúde mental disponíveis em todo o estado totalizam apenas dois Centros de Atenção Psicossocial voltados para atendimento de dependentes químicos – CAPS álcool e drogas – e uma unidade hospitalar psiquiátrica no hospital geral, ambos administrados pelo governo estadual. Este hospital dispõe de dezesseis leitos para internação psiquiátrica e atendimento ambulatorial. Esta internação, por ser a única do estado, recebe pacientes com todo tipo de patologias, de qualquer faixa etária (inclusive crianças e adolescentes) e de ambos os sexos. Segundo dados obtidos junto ao Conselho Regional de Psicologia há atualmente em todo o estado do Amapá aproximadamente 130 psicólogos inscritos. Este número revela-se bastante reservado ao se considerar que em todo o país atualmente existem aproximadamente 150 mil psicólogos registrados nos conselhos profissionais. Ou seja, no Amapá menos de 1% dos psicólogos do país exercem suas atividades. Ao analisarmos este número percebemos que, sem dúvida, há uma relação com o fato de até o ano de 2005 não existir nenhum curso de formação de psicólogos no estado tem. De uma forma ampla a população demonstra ter pouco conhecimento sobre as atividades desenvolvidas por este profissional e por outros profissionais psi. Além disso, quase não existem serviços especializados na região. Quando focamos portanto esta discussão para a realidade do norte do país, podemos logo perceber que aquilo que é concernente ao universo psíquico encontra-se muito fortemente ligado a mundo místico, especialmente aquele das chamadas igrejas evangélicas. É grande o espaço que estas ocupam na mídia local, sendo freqüente sessões de exorcismo e terapias que buscam aproximar ou solucionar problemas de casais. As práticas psi agem de maneira silenciosa, estabelecendo campos de saúde e de doença que irão constituir, também, nossos valores morais. Nossos modos de fazer psi foram engendrados dentro de uma perspectiva clínica que consiste, por si só, um recorte, um certo enquadre da existência. A clínica parte do pressuposto de que há um sujeito cuja aplicação do método me permitirá identificar as causas de seu sofrimento. Houve, lembramos, da passagem da tradição à modernidade, a transformação da clínica médica do o que você tem? para o onde lhe dói?. O sujeito psi, igualmente, é aquele que se oferece como sujeito do sofrimento. Este é o pressuposto da intervenção clínica. Assim, trata-se aqui de uma investigação sobre as práticas atuais concernentes ao sofrimento psíquico na região norte do país, especificamente na cidade de Macapá, Amapá, no que se refere ao discurso da saúde

mental e a produção de subjetividades.

**Palavras-chaves:** subjetividade,amazônia,práticas de cura

**Atividade:** O que faz rir quando o assunto é casamento: um estudo com anedotas que abordam situações relacionadas à vida conjugal (Paineis)

**Trabalho:**O que faz rir quando o assunto é casamento: um estudo com anedotas que abordam situações relacionadas à vida conjugal

**Autor(es):** Brunella Tiburtino Alóquio,Luísia Smith Menandro,Milena Bertollo,Natália Salviato Néspoli,Rafaela Kerckhoff Rölke,Paulo Rogério Meira Menandro

**Resumo:** Parte expressiva do anedotário refere-se à construção e ao rompimento dos relacionamentos afetivos, e às vicissitudes da vida conjugal em seus variados aspectos e fases. Manifestações humorísticas podem ser fontes de informações relevantes sobre concepções que circulam na sociedade sobre inúmeros temas. O riso e o cômico são indispensáveis para a apreensão da realidade plena. O trabalho analisou anedotas sobre aspectos das relações conjugais e seus protagonistas, organizando-as em categorias temáticas, buscando singularidades e regularidades nas concepções reveladas. Em 17 volumes de compilações e em outras fontes foram selecionadas anedotas sobre relações conjugais e casamento. Nas coletâneas foram examinadas 6058 anedotas, sendo aproveitadas 685 referentes aos temas de interesse da investigação, evidenciando que 11,31% das anedotas abordavam o casamento. Às 685 anedotas mencionadas somam-se outras 221 selecionadas em fontes complementares. Foram analisadas, no total, 906 anedotas. No processo de seleção ficou evidente que o casamento é um tema privilegiado nesse tipo de manifestação cultural, no qual predomina o humor que explora diferenças culturais e preconceito étnico: anedotas sobre português, judeu, argentino, japonês e árabe, anedotas racistas com alto teor de desqualificação e violência, e anedotas sobre louras. A partir de análise de conteúdo clássica, foram elaboradas categorias temáticas de enredo das anedotas, o que permitiu sua categorização, tendo sido as anedotas classificadas também quanto ao alvo do humor (por ridículo, desqualificação, ou aviltamento): marido, esposa, casal ou a instituição do casamento em si. Resultados mostraram que o marido foi alvo do humor em 42,94% das anedotas, a esposa em 40,18%, o casal em 7,40% e o casamento como instituição em 9,71% (podendo haver mais de um alvo na mesma anedota). Anedotas sobre a instituição do casamento foram minoritárias, concentrando-se o alvo do humor em características específicas de alguns maridos, esposas, casais, e nas situações que vivem, e não na inviabilidade do casamento em si. O principal tema das anedotas, mencionado 290 vezes, foi o da traição: 32,01% de todas as anedotas. A descoberta ou revelação da traição e a situação de conformar-se com ela foram as subcategorias mais comuns. Quando comparadas as anedotas sobre traição que têm o marido como alvo (aquelas em que ele é traído) com aquelas que focalizam a esposa, constatou-se expressiva diferença. A concentração de anedotas com o tema da traição foi muito maior quando o marido é o foco: 47,04%, contra 24,45% das que focam a esposa. Talvez por representar acontecimento culturalmente mais interdito, pode ser possível extrair mais humor de situações em que o homem é traído. Essa concentração observada quando o marido é o foco estende-se ao conjunto de categorias temáticas: 76,34% das anedotas que focalizam o marido abordaram apenas 5 temas. São eles: traição (47,04%); críticas ao desempenho sexual (11,57%); separação ou morte de cônjuge (8,48%); relações de poder entre cônjuges (5,14%); e arrependimento pelo casamento, pela rotina (4,11%). No caso das esposas a dispersão foi maior, sendo necessário somar percentuais de ocorrência de 7 temas para alcançar 76,10% das anedotas, além de não se repetir a situação de um único tema presente em quase metade das anedotas. As categorias temáticas observadas são: traição (24,45%); separação ou morte de cônjuge (10,71%); atribuição machista de atividades distintas

para marido e esposa (10,44%); mudanças no corpo da esposa ao longo do casamento (9,07%); arrependimento pelo casamento, pela rotina (8,52%); casamento como algo inviável, penoso, que se deve evitar (7,42%); e casamento por interesse (5,49%). Pode-se pensar que o humor surge mais incisivamente nas situações em que práticas culturalmente valorizadas estão sendo desobedecidas ou invertidas, como ocorre, por exemplo, nas situações em que a esposa manda no marido ou o trai, na situação de crítica ao desempenho sexual masculino, na situação em que a esposa pretende alterações nas atividades que lhe são tradicionalmente prescritas. Adicionalmente, situações críticas relacionadas ao casamento sempre fornecem material passível de gerar situações humorísticas, aí se enquadrando situações de arrependimento ou separação. São raras anedotas sobre temas que não implicam ruptura ou deslealdade, bem como sobre temas que a realidade tornou ultrapassados (exemplos: casamentos harmoniosos, gravidez, diferença de idade entre cônjuges, permanência na condição de solteiro apesar da idade, virgindade, casamento por acordo familiar, noivado, ingenuidade sexual). Anedotas que focam o casal abordaram preferencialmente 3 temas: traição, no caso dupla (26,87%); casamento como algo inviável, penoso, que se deve evitar (19,40%); e falta de comunicação e atenção entre cônjuges ao longo do casamento (10,45%). Nas anedotas em que o alvo do humor é o casamento como instituição verificou-se expressiva concentração em 2 categorias temáticas: casamento como algo inviável, penoso, que se deve evitar (55,68%) e arrependimento pelo casamento, pela rotina (25,00%). [CNPq]

**Palavras-chaves:** casamento, vida conjugal, humor, anedotas, pesquisa documental

**Atividade:** AUTOCONCEITO EM ADOLESCENTES DO DISTRITO FEDERAL (Paineis)

**Trabalho:** AUTOCONCEITO EM ADOLESCENTES DO DISTRITO FEDERAL

**Autor(es):** Alice Oliveira Batista, Daisy Nery de Araujo Buriti, Marcelo Vinhal Nepomuceno

**Resumo:** Segundo Tamayo (1981) o autoconceito é “tudo aquilo que o indivíduo pode chamar de seu, não apenas seu corpo e capacidades físicas, mas também suas vestimentas, sua casa, seus antepassados, seus amigos, etc.”. O autoconceito organiza as experiências passadas dos indivíduos, controlando e interpretando as informações importantes para o indivíduo, organizando as vivências e atribuindo valores para as proezas, fracassos, falhas e insucessos. Mesmo experiências imaginárias podem possuir um peso semelhante ao das reais, a depender de como pessoa a vivencia. Tamayo (1981) demonstrou a existência de quatro dimensões do autoconceito: Self somático, como percebe o próprio corpo, capacidades físicas, estéticas e etc.; self pessoal, como a pessoa se percebe a partir de características psicológicas (segurança e autocontrole); self social, como a pessoa está aberta para com os outros (receptividade social e atitude social); e self ético-moral, que são as crenças do que é bom ou mal. A presente pesquisa visa conhecer melhor o autoconceito dos adolescentes do Distrito Federal para que este conhecimento seja aproveitado pelas mais diversas áreas. Tem-se como hipótese de que as adolescentes possuirão uma imagem mais positiva de seu corpo enquanto que os adolescentes possuirão uma percepção de segurança pessoal maior. 202 adolescentes participaram da pesquisa, destes 50.5% são do sexo masculino, a média de idade foi de 15.21 anos ( $dp=0.83$ ). Para realização da pesquisa foi utilizado a Escala Fatorial de Autoconceito (EFA) que contém uma lista de 51 atributos bipolares que são respondidos em uma escala de 7 pontos. Nesta escala, os atributos de caráter positivo possuíam um valor mais alto, enquanto que os de valor mais baixo possuíam um valor mais baixo. Os questionários foram aplicados em salas de aula de escolas públicas do Distrito Federal. Os resultados demonstraram que nenhuma das hipóteses foi confirmada. Não foi encontrada uma diferença significativa entre os gêneros para a dimensão Self Pessoal – Segurança Pessoal, apesar de os homens possuírem uma imagem mais positiva, esta diferença não é significativa. Em relação ao Self Somático, também não foi encontrada uma diferença significativa, apesar das mulheres possuírem uma imagem mais positiva. A única diferença significativa constatada foi encontrada para o Self Ético-Moral ( $s=0.05$ ), na qual as mulheres se vêem de maneira mais fiel, honesta, leal, justa, etc. Essa diferença de gênero passa

possivelmente pela maior exigência feita às mulheres. Aos homens é mais aceito socialmente que sejam espertos para alcançar seus objetivos. Já às mulheres isso é menos aceito, vez que sobre elas caem uma maior cobrança moralista.

**Palavras-chaves:** Autoconceito, Adolescentes, Escala Fatorial de Autoconceito, Distrito Federal

**Atividade:** Um estudo comparativo com anedotas sobre a vida conjugal que circularam em diferentes épocas: rir (do casamento) ainda é o melhor remédio?  
(Paineis)

**Trabalho:** Um estudo comparativo com anedotas sobre a vida conjugal que circularam em diferentes épocas: rir (do casamento) ainda é o melhor remédio?

**Autor(es):** Natália Salviato Néspoli, Rafaela Kerckhoff Rölke, Milena Bertollo, Luísa Smith Menandro, Brunella Tiburtino Alóquio, Paulo Rogério Meira Menandro

**Resumo:** Muitas anedotas disponíveis em diversas modalidades de publicações são elaboradas sobre temas referentes ao casamento, às relações conjugais e aos seus protagonistas, refletindo e realimentando concepções que circulam na sociedade. Comparação entre conteúdos de anedotas constantes de publicações com mais de 25 anos e anedotas disponíveis em coletâneas recentes pode revelar transformações na compreensão de alguns aspectos da vida conjugal, com a identificação de temas que desapareceram, bem como de temas que resistiram ao tempo e continuam presentes nas anedotas que circulam atualmente, além de novos temas que passaram a integrá-las. Realizar tal comparação foi o objetivo do trabalho. Foram analisadas 301 anedotas disponíveis em publicações com 23 anos ou mais (entre elas 7 números de coletâneas publicadas pela Editora do semanário humorístico “O Pasquim” entre 1976 e 1984, e uma coletânea da Revista Playboy, de 1981) que foram comparadas com 605 anedotas disponíveis em compilações recentes, ainda à venda nas livrarias (entre elas uma coletânea da Revista Playboy, de 1999, três volumes das coletâneas de Laerte Sarrumor, de 1998, 1999 e 2000, três volumes das Piadas de Casseta e Planeta, de 1997, 1999 e 2001, e a coletânea de Luiz Aviz sobre piadas que circulam na internet, de 2006). A partir de análise de conteúdo clássica, foram elaboradas categorias temáticas de enredo das anedotas, o que permitiu sua categorização, tendo sido as anedotas classificadas também quanto ao alvo do humor (por ridículo, desqualificação, ou aviltamento): marido, esposa, casal ou a instituição do casamento em si. Quando feita a comparação entre as anedotas mais antigas e as que circulam atualmente foi constatado que: o percentual de anedotas em que o alvo do humor é o marido caiu de forma expressiva (de 49,50% para 39,67%, respectivamente). Concomitantemente, elevou-se, também de forma expressiva, o percentual de anedotas que têm a esposa como alvo do humor (de 31,23% para 44,63%). Em relação às anedotas que focalizam o casamento como instituição foi observada expressiva redução (de 14,95% para 7,11%). Foram pequenas as alterações constatadas nos casos em que os casais constituem o alvo (de 6,31% e 7,93%). As diferenças observadas na comparação homem-mulher, apesar da pequena distância cronológica em jogo, podem ser interpretadas como indicação de que as concepções mais rígidas sobre como deveriam agir marido e esposa, desfavoreciam o humor focado na esposa, que já vivia situação de menor prestígio e mesmo de desqualificação. O humor surgia nas situações de transgressão das prescrições culturalmente valorizadas, como ocorre nas situações em que a esposa manda no marido, ou o trai, não havendo humor se tais situações forem invertidas. A presença do homem traído nas anedotas das duas épocas caiu de 25,25% para 19,69%, enquanto a presença da mulher traída elevou-se de 6,22% para 12,07%. Nas anedotas que permanecem em circulação atualmente, considerando as mudanças sociais consolidadas em relação às mulheres/esposas (por exemplo, conjugais, sexuais, profissionais, salariais, legais), ampliaram-se as possibilidades do humor apoiado na traição masculina (o percentual de anedotas em que a mulher é traída elevou-se de 5,32% para 12,07%), apoiado na crítica ao desempenho sexual

tanto masculino como feminino (nas anedotas antigas nunca houve questionamento do desempenho feminino), e perdem força as anedotas cujo enredo explora as relações de poder no lar, o casamento por interesse, ou a chatice da esposa tagarela, por exemplo. O humor apoiado no arrependimento pelo casamento, na inviabilidade do casamento, ou no casamento como caminho inevitável para o tédio e a rotina também perde força, provavelmente pelo fato de estarem cada vez mais culturalmente aceitas e consolidadas as possibilidades de separação e de recasamento. Os dados de ambos os períodos, em relação às categorias temáticas mencionadas, suportam a interpretação esboçada [CNPq].

**Palavras-chaves:** casamento, vida conjugal, humor, anedotas, pesquisa documental

**Atividade: Os profetas da chuva e a construção da subjetividade contemporânea (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** A psicologia da profecia: verdades e mentiras no serão cearense

**Autor(es):** Marcio Acselrad, Karla Patricia Holanda Martins

**Resumo:** A profecia desempenha um papel simbólico bastante rico dentro das raras comunidades que ainda se utilizam deste recurso. Seu estudo dentro de um viés científico, porém, apresenta um duplo problema. Ele pode incomodar tanto a quem acredita nelas, e, por isso, não aceita uma leitura que inevitavelmente as relativiza, quanto a um público acadêmico, que às vezes não consegue distinguir o estudo da adesão. Quem acredita nas artes divinatórias não encontra sentido em uma abordagem acadêmica das mesmas, que poderia colocar em risco seu papel de verdade revelada. Quem não acredita tampouco veria qualquer benefício em se estudar tema tão pueril e inverossímil, principalmente se o guia para a definição de ciência for o positivismo com sua metodologia do cálculo e da exatidão. Teríamos nós, ocidentais, nos tornado tão “civilizados” a ponto de não conseguir ter ouvidos para o que não é científico? Ou seremos ainda capazes de, por intermédio da memória de que já fomos mais “selvagens”, ter a sensibilidade ética de escutar o mais além, aquilo que produz efeitos e resulta em alterações na percepção que o homem tem de seu espaço, mas que nem sempre pode ser mensurado em laboratórios? A profecia visa restabelecer uma ponte entre dois mundos separados desde há muito tempo: o mundo da natureza e o mundo da cultura, o mundo da criação e o mundo da criatura. Para tanto os profetas se valem de sinais que carecem de interpretação. Trata-se, portanto, de estabelecer uma correspondência entre o que nos sucede e o conhecimento que podemos adquirir sobre este sucedido de modo tal que se possa agir sobre aquilo que nos determina, passando da condição de seres passivos à de agentes do destino. No caso específico dos profetas do sertão central do Ceará, o elemento em questão é a chuva e suas múltiplas conseqüências para o destino da comunidade: Teremos bom inverno? Haverá colheita? Passaremos fome? Não é pouco o que está em jogo. E aqui forja-se uma curiosa relação entre mentira e verdade que merece atenção. A profecia encontra-se em uma encruzilhada rara, entre a religião e a ciência, entre a crença e o conhecimento, entre a verdade e a mentira. Não é por acaso que os encontros dos profetas da região de Quixadá contam com a participação da FUNCEME, numa clara tentativa de estreitar os laços com o discurso científico. A tensão existente entre estes vários discursos faz a riqueza dos encontros, por vezes recheados de ironias e acusações de ambas as partes. É freqüente, inclusive, que alguns daqueles que apresentam suas previsões se neguem a aceitar a pecha de profetas, afirmando que seus métodos são “científicos” e “modernos”. Neste sentido cabe lembrar um folheto a respeito do assunto que diz: “Esta experiência herdei / do meu avô paterno / hoje sou prático e teórico / em experiência de inverno / escrevi este folheto / num sistema todo moderno”. Esta curiosa inversão mostra que o discurso científico-positivista, em princípio radicalmente oposto daquele apresentado pelos reais profetas, já interfere na experiência que eles têm do que seja profetizar. O que a fala dos profetas da fome do sertão cearense nos permite é pensar uma relação mais flexível com discursos considerados antagônicos como o verdadeiro e o falso.

**Palavras-chaves:** Verdade, Mentira, Profecia, Ciência



**Trabalho:**Trabalhar, prestar atenção e sonhar com o tempo: narrativas proféticas do sertão

**Autor(es):** Karla Patricia Holanda Martins

**Resumo:** Walter Benjamin propõe que na verdadeira narração alma, olho e mão estão inscritos no mesmo espaço: o invisível, o visível e o trabalho, simultaneamente. Em outras palavras, na verdadeira narração a mão intevém, decisivamente, com seus gestos aprendidos na experiência do trabalho. Assim, Benjamin pergunta se não seria esta experiência com as mãos a matéria prima da experiência de narrar, como a forma expressiva, por excelência, de conhecer. A experiência com o trabalho e as mãos seria, portanto, o que sustenta os fluxos significativos, na insistência dos homens de dizer o impossível e transformar a experiência em algo sólido, único e útil. O objetivo desta intervenção é pensar, a partir do discurso dos profetas da natureza, nas relações contemporâneas do homem com o trabalho e a sua capacidade de se manter atento aos outros homens, à natureza e a ética do bem-dizer. Esta discussão será guiada por uma pesquisa realizada com os profetas da natureza que residem no sertão central do Ceará. Há onze anos, no segundo sábado do ano, o Centro de Diretores Logistas da cidade de Quixadá reúne homens, em sua maioria agricultores - reconhecidos na comunidade por suas previsões sobre a chuva, e por isto chamados profetas da natureza - técnicos da Funceme (Fundação Cearense de Meteorologia) e meteorologistas amadores para fornecem suas previsões de chuva ou seca para o inverno que se aproxima. As profecias sobre as chuvas ao criar uma apropriação e uma figuração dos tempos que estão por vir, ultrapassam o sentido da impotência, traçando linhas de fuga que colocam em ação os outros corpos desta comunidade. O encontro dos profetas e a afirmação de suas profecias, corretas ou não, criam novas configurações do sensível nas quais estão circunscritas a ética do fazer, do ser e do dizer. Alguns dos participantes do Encontro fazem graça afirmando que são mentirosos. Na Antiguidade, Sócrates dirigia-se a Fedro argumentando que os nossos ancestrais, quando escutavam que os deuses se exprimiam, por exemplo, através do barulho dos ventos, não se preocupavam com a origem da mensagem, contanto que ela fosse verdadeira. De que verdade estaríamos falando, senão daquela que pode ser comunicada no ritmo livre do espírito do humor e da graça? As profecias do sertão ao se deslocarem do sentido da impotência, em nome da importante capacidade de se iludir, de produzir ação e continuidade, reeditam um testemunho de esperança, desejo e sonho. A morte não se opõe à vida. Dada como certa, não é necessariamente o que paralisa o sujeito. Nas palavras de Chico Mariano, um dos profetas: “Uma coisa é certa é nascer e ter que morrer, porque ainda não chegou o tempo de nascer e não morrer. Porque quando chegar este tempo é parado.” Esta é uma ética a ser revisitada em meio a uma sociedade que, impedida de estabelecer a partilha entre os homens, nos duplos sentidos resgatados por Rancièrre (1995) - separar e participar -, produz sujeitos entristecidos, solitários, acuados na impossibilidade de construir laços fraternos.

**Palavras-chaves:** Sertão,Profecia,Trabalho,Subjetividade

**Trabalho:**Tempo de palavras: vida e morte nas profecias do sertão

**Autor(es):** Osvaldo Costa Martins

**Resumo:** Câmara Cascudo (1954) afirma que os brasileiros vêm de um povo que crê em profetas e profecias e que possuem seus representantes na espécie de ver o futuro e anunciá-lo sob formas sibilinas e confusamente atraentes. Tais profecias chegam a constituir histórias misteriosas e de alucinante poder misterioso sobre o povo. Assumimos aqui que os Profetas da Chuva não são do tipo a que se refere o mestre potiguar. Falam sim do futuro, mas não são míticos ou misteriosos. Não falam por parábolas nem exigem rituais para anunciar o resultado de suas observações. Suas previsões são “objetivas”, querem desvelar e não encobrir, querem saber da chuva, que no sertão é sinal de vida e fartura. O depoimento dos Profetas da Chuva serve de guia para atividades práticas do cotidiano sertanejo: plantar, armazenar, ficar ou partir. Interessa-nos refletir sobre possíveis articulações entre alguns conceitos psicanalíticos e as previsões do qual o sertanejo lança mão para organizar a incerteza do futuro. Por exemplo, entendemos poder pensar as profecias também como meio de os sertanejos reagirem diante da inexorável dependência a que são submetidos pela força da natureza. A profecia, tomada como

estratégia de sobrevivência psíquica no sertão, serviria para ilustrar o que Freud pensou em termos de fusão/imbricação pulsional. A narrativa profética consegue controlar uma experiência que é fonte de angústia e desprazer, deslocando o homem da condição de dependência para a atividade. O avassalador poder da natureza - que torna o homem vassalo seu – pode fazer a força humana insignificante. É contra esse poder que os profetas tentam construir um lugar ativo: as profecias. No sertão, principalmente, da primeira metade do século XX, às crianças eram atribuídas “obrigações”, todas elas ligadas ao sustento da família. Elas aprendiam a limpar o roçado, a caçar, a plantar e a colher quando havia o quê. Em um contexto em que todo aprendizado voltava-se diretamente para a sobrevivência, as profecias aparecem como mais um instrumento utilizado em favor da vida. Eles encenam uma passagem da natureza para a cultura. As técnicas dos Profetas da Chuva vêm sendo passada aos descendentes por aqueles que sobreviveram. No trabalho das profecias, encontramos o impulso de dominação em favor da vida: dominação pela simbolização, pela palavra com o qual fecundam a vida nas terras ressequidas pelo sol e pela morte. Eles assumem, perante os seus, a função da palavra criadora, indicadora de fartura. Deste modo, mais importante do que acertar a previsão de chuva é prometer um ano bom.

**Palavras-chaves:** Profecia, Subjetividade, Palavra, Vida, Morte

**Trabalho:** Promessas do visível: subjetividade contemporânea e profecia no sertão

**Autor(es):** Fernanda Glória Bruno

**Resumo:** O presente trabalho visa explorar o regime de visibilidade posto em prática pelos profetas da natureza no sertão cearense. Pretende-se mostrar como esse regime de visibilidade resiste ao que vem sendo a tendência contemporânea tanto no mundo midiático quanto no mundo científico. No primeiro, reality shows, webcams, weblogs e câmeras de vigilância seguem o princípio de tudo ver e tudo mostrar, construindo um sentido de realidade extremamente atrelado à visibilidade. As subjetividades contemporâneas são amplamente afetadas por este princípio de visibilidade midiática e encontram aí um lugar privilegiado de aspiração e realização. A exposição da intimidade, da vida privada e da banalidade quotidiana nos meios de comunicação testemunham essa tendência. Essas imagens que tudo pretendem mostrar são, em geral, imagens sem segredo, sem sombra, que expulsam o olhar ou o mantêm na sua superficialidade. Usualmente, não há nem dentro nem fora, nem alguém nem além remetido nessas imagens. Numa via semelhante, a tecnociência amplia as margens do visível e constrói sistemas de visualização que nos levam do infinitamente grande ao infinitamente pequeno, num intento de revelação máxima dos corpos e mentes, desfazendo as fronteiras naturais entre interioridade e exterioridade, próximo e longínquo etc. Quase que na contra-mão desta promessa de visibilidade máxima, seguem os profetas da natureza do sertão cearense. Num corpo a corpo com o mundo, os profetas lêem os signos discretos da vida sertaneja – abelhas, formigas, ventos, cheiros, calores – e entrevêm o que não está aí, o que não se vê imediatamente: o tempo futuro, no duplo sentido - a chuva ou a seca por vir. Tendo em vista analisar esse outro regime de visibilidade presente nas profecias sertanejas, tomamos como referência a fenomenologia de Merleau-Ponty, particularmente o diálogo entre o visível e o invisível proposto pelo autor. Partimos da idéia de que “ver é sempre ver mais do que se vê” (Merleau-Ponty), para mostrar como ela implica não uma hipertrofia do visível (vigente nas subjetividades assediadas pela mídia e pela tecnociência contemporâneas), mas uma reserva, uma dimensão de invisibilidade que se afirma como a condição de possibilidade da visão. Esta perspectiva implica uma relação com o visível onde este guarda segredos, onde as coisas têm uma certa opacidade a ser desvelada, onde o que se dá a ver supõe sempre um diálogo com o que não se vê e não se revela imediatamente. Trata-se aqui do enigma da visão. O invisível, assim concebido, não é uma outra visibilidade alhures nem uma impotência, mas a própria condição da visibilidade. Embora remeta a uma incompletude, o invisível implica um “mais ver”, um “ver além”, pois indica que o visível tem uma espessura e convida a exploração. Por isso “ver é sempre ver mais do que se vê”, é explorar o mundo numa relação estreita com o invisível da visão, que ao invés de ser a negação da visão é a promessa de visões futuras (Rogério Luz, 2007). É neste sentido que os profetas da chuva no sertão mantêm com o visível um diálogo que remete à dimensão invisível da visão, pois eles fazem o visível prometer tempos futuros, e nessa promessa o que está em

jogo é nada menos que a vida.

**Palavras-chaves:** Visibilidade, Profecia, Tecnociência, Sertão

**Atividade:** Louras, morenas, ninfetas, coroas: o que anúncios de garotas de programa publicados em jornais informam sobre aspectos étnicos/raciais e sobre idade (Painéis)

**Trabalho:** Louras, morenas, ninfetas, coroas: o que anúncios de garotas de programa publicados em jornais informam sobre aspectos étnicos/raciais e sobre idade

**Autor(es):** Ariadne Dettmann Alves, Daniele de Souza Garioli, Josana Deriz Chagas, Leconte de Lisle Coelho Junior, Livia Ramos Brandão, Maria Cristina Smith Menandro, Mariana Sant` Anna Costa, Paulo Rogério Meira Menandro

**Resumo:** Informações disponíveis em anúncios de garotas de programa podem conter informações sobre aspectos que as anunciantes consideram ter apelo publicitário, ou seja, sobre aspectos que as garotas consideram capazes de estimular o cliente potencial a contactá-la, selecionando-a entre muitos pequenos anúncios. As informações precisam ser condensadas, pelo custo, mas devem conter algum elemento diferenciador, para que não constituam mera reprodução de outros anúncios. Algumas informações podem ser falsas, mas outras precisam corresponder às características da garota, sob risco de inviabilizar o fornecimento do serviço. O interesse de uma investigação sobre tais anúncios decorre de seu potencial de revelar características femininas valorizadas pelos clientes das garotas, que possivelmente acompanham aspectos valorizados na cultura brasileira, além de seu potencial de revelar como preconceitos se manifestam em tal contexto. No presente trabalho foram investigadas características étnicas-raciais e idade da anunciante, os dois aspectos mais mencionados nos anúncios. Foram analisados conteúdos de 1091 anúncios publicados em 24 jornais diários das cinco regiões brasileiras, entre maio e agosto de 2006. Em 544 anúncios (49,86% do total) são mencionadas “categorias étnicas/raciais”, indicando que tal informação é bastante relevante como informação sobre garotas de programa. Foram consideradas 6 subcategorias: loura (307 ocorrências = 56,43% do total de menções à categoria etnia/raça), morena (163 = 29,96%), oriental (37 = 6,80%), mulata (28 = 5,15%), negra (6 = 1,10%), e indígena (3 = 0,55%). Os dados apresentaram-se de forma similar quando considerados contextos regionais, embora algumas diferenças pontuais possam ser destacadas. Em todas as regiões apareceram informações relacionadas à categoria (nunca menos que 44%), indicando que as informações sobre etnia/raça são relevantes em todas as regiões. As poucas ocorrências para as regiões Sul e Norte dificultam interpretações. Para as demais regiões, pensar em termos da maior ou menor presença de determinado grupo étnico na região ajuda a entender os dados obtidos. A preponderância de anúncios de louras ocorreu em todas as regiões, variando de 43,90% na Região Norte a 67,52% na Região Nordeste. Como a mulher loura é pouco representada na população brasileira, é possível pensar que essa maior escassez atue no sentido da valorização, que é maior no Nordeste com menor incidência de imigrantes europeus, comparativamente a Sudeste e Centro-Oeste. O inverso ocorreu em relação à mulher morena. As orientais também foram mais mencionadas no Nordeste, onde tal grupo é menos freqüente. A mulata, pouco mencionada, apareceu com o mesmo percentual nas regiões consideradas. Destaca-se a evidente desvalorização da mulher negra, que pouco aparece nos anúncios, embora constitua percentual expressivo da população brasileira. O segundo aspecto – idade – foi mencionado em 517 anúncios (47,39% do total). A menor idade mencionada foi 18 anos (possivelmente para evitar problemas judiciais). Alguns termos utilizados são imprecisos (ninfeta, coroa), mas foi possível estabelecer 5 faixas etárias: a) ninfeta [sugerindo idade inferior a 18

anos] e 18 ou 19 anos (257 ocorrências = 49,71% do total de menções à categoria idade); b) 20, 21 e 22 anos (112 = 21,66); c) 23 a 26 anos (48 = 9,28); d) 27 a 30 anos (22 = 4,26); e) 31 anos ou mais, incluindo coroa ou madura (71 = 13,73). É evidente que juventude é apelo publicitário reconhecido como fundamental pelas anunciantes, já que mais de 70% das garotas que mencionam idade afirmam não ter mais que 22 anos. Juventude sugere sexualidade exarcebada, corpo saudável, além de iniciação recente na prostituição, quem sabe até alguma inexperiência. O número de anunciantes que assumem idades superiores é bem menor, ainda que exista espaço para anúncios que destacam precisamente o fato de não ser jovem (coroa, madura, por exemplo), muitas vezes associando tal condição a informações complementares que remetem à juventude: “sarada”, “com tudo em cima”. Não foram verificadas diferenças regionais dignas de menção em relação à idade. Duas informações complementares reforçam os dados já apresentados sobre características étnicas/raciais. As menções à pele, constatadas em 13,57% dos anúncios, indicaram realidade compatível com o número pequeno de anúncios de garotas mulatas e negras, já que as menções à pele destacam apenas a pele bronzeada (com muitos anúncios destacando “marcas de biquini”) e a pele clara. Similarmente, das 102 menções aos olhos, 90 destacaram olhos claros, azuis ou verdes. Tais características ocorrem mais freqüentemente em descendentes de europeus, cuja pele é clara. A maior incidência foi a de menções aos olhos verdes, que ocorreu em 61,76% dos casos. [CNPq]

**Palavras-chaves:** garotas de programa,prostituição,preconceito,pesquisa documental

**Atividade: Características Comportamentais de Agressores Sexuais que Residem no Centro de Recuperação do Coqueiro (. Paineis)**

**Trabalho:**Características Comportamentais de Agressores Sexuais que Residem no Centro de Recuperação do Coqueiro (CRC)

**Autor(es):** Sheila Makiama,Regina Célia Souza Brito

**Resumo:** O estupro é um crime que envolve necessariamente sexo e violência. Algumas linhas de pesquisa, biológicas ou sociais, formulam hipóteses sobre a real motivação deste comportamento: se seria unicamente sexual ou para demonstração de controle e humilhação sobre a vítima. Segundo alguns teóricos, a maioria dos homens que comete estupro seria jovem (quando a competição sexual é mais intensa), tendo entre 25 e 44 anos de idade, seriam solteiros e com baixa situação sócio-econômica. Nos Estados Unidos, devido às avançadas técnicas forenses de investigação criminal, pelo menos três formas utilizadas por criminosos sexuais de iniciar contato com a vítima foram identificadas. Foram elas: surprise (quando o indivíduo aborda a vítima em casa, geralmente à noite), con (quando o indivíduo inicia contato de forma não agressiva) ou blitz (abordagem abrupta e violenta). O objetivo deste estudo foi investigar as características comportamentais e motivacionais de indivíduos sentenciados judicialmente pelo crime de estupro, a partir da ótica dos mesmos. Os dados descritos aqui devem ser aplicados apenas aos participantes dessa pesquisa, e não a todos os homens que cometem ou cometeram estupro. Foi realizada entrevista individual com 10 homens (58,8 % da população carcerária) e análise de 13 prontuários (70,5%) de internos que residiam no Centro de Recuperação do Coqueiro (CRC). A idade média dos entrevistados foi de 33,4 anos, sendo a idade máxima 54 anos e a mínima 25 anos. A idade média dos mesmos quando praticaram o delito foi de 27,9 anos, 70% mantinha relacionamento estável quando o crime foi praticado e 50% conhecia a vítima. Nenhum dos participantes mostrou interesse em relatar e, tampouco, expor suas motivações para a prática do estupro. Todos os entrevistados declararam-se inocentes de ter mantido relações sexuais com a denunciante ou de que o mesmo tenha ocorrido sem consentimento. Sobre o padrão comportamental de abordagem, verificou-se através da análise dos prontuários que, no total, treze internos estupraram vinte e duas pessoas do sexo feminino, sendo que 36% (08 vítimas) tinha até 11 anos e 63.6% (03) tinha entre 12 e 30 anos de idade. Nos casos em que a vítima tinha menos de doze anos de idade, três (37,5%) sofreram a agressão dentro da própria casa, três (37,5%) em local abandonado, uma (12,5%) em local isolado e uma (12,5%) na casa do agressor. Já entre as vítimas de 12 a 30 anos de idade, sete

(50%) sofreram o estupro em local isolado, quatro (28%) sofreram a agressão dentro da própria casa, e duas (14%) foram violentadas em local abandonado. A abordagem com foi a mais utilizada com crianças e a forma “blitz” a mais utilizada com as mulheres jovens. 43% dos delitos ocorreu, quando a vítima era mulher jovem ou adulta, no período da madrugada. A utilização de arma branca foi a mais utilizada para intimidar as mulheres jovens ou adultas, muito provavelmente, devido às mesmas serem fortes e oferecerem maior resistência sendo, por conseguinte, mais difíceis de controlar. Somente a força física foi usada para o controle de crianças, na maioria dos casos, provavelmente por essas serem menores, mais fracas e, portanto, mais fáceis de controlar. Devido a fatores como: ausência de premeditação, não-uso excessivo de força em 16 dos 22 delitos investigados, o consumo de álcool em 40% dos casos, e ausência de sexo anal ou oral em 20 dos 22 casos analisados, pode-se concluir que a maioria dos internos praticou o delito em decorrência da oportunidade de praticá-lo (vítima em local e hora favoráveis para o estupro), não havendo indícios de fantasias sexuais envolvidas. Assim, o sexo, e não agressão deslocada para outro indivíduo, pode ter sido o principal motivo para a prática do estupro pelos participantes deste estudo. Através das entrevistas não foi possível identificar as principais motivações dos participantes para cometer o delito. Não obstante, através da consulta dos prontuários, foi possível examinar características comportamentais importantes que envolvem a prática do estupro. Sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas com uma amostra maior de indivíduos envolvidos na prática de estupro, assim como com pessoas envolvidas em outros delitos de caráter sexual, como o atentado violento ao pudor.

**Palavras-chaves:** estupro, características comportamentais, agressores sexuais

**Atividade: Sob medida pros carinhos teus: um estudo sobre características do corpo de garotas de programa destacadas nos anúncios publicados na imprensa escrita (Paineis)**

**Trabalho:** Sob medida pros carinhos teus: um estudo sobre características do corpo de garotas de programa destacadas nos anúncios publicados na imprensa escrita

**Autor(es):** Ariadne Dettmann Alves, Daniele de Souza Garioli, Josana Deriz Chagas, Leconte de Lisle Coelho Junior, Livia Ramos Brandão, Maria Cristina Smith Menandro, Mariana Sant` Anna Costa, Paulo Rogério Meira Menandro

**Resumo:** Informações disponíveis em anúncios de garotas de programa frequentemente destacam características corporais que as anunciantes consideram ter apelo publicitário apropriado para estimular o contato de eventuais clientes. Essas características, provavelmente, representam aqueles aspectos mais valorizados, do ponto de vista erótico, na cultura brasileira, além de auxiliar a construção de um perfil geral de mulheres que atuam nessa modalidade de prostituição anunciada pela imprensa. Analisar tais características constituiu o objetivo do presente trabalho. Foram analisados examinados de 1091 anúncios publicados em 24 jornais diários das cinco regiões brasileiras, entre maio e agosto de 2006. No mesmo anúncio podem ser mencionadas partes diversas do corpo ou várias características da mesma parte do corpo. A expectativa inicial era a de encontrar menções referentes à beleza do corpo ou de suas partes mais diretamente associadas à sexualidade. Tal expectativa foi confirmada. Em um primeiro bloco serão apresentados resultados referentes a aspectos do corpo como um todo, e em um segundo bloco as menções a partes específicas do corpo. A categoria “aspectos do corpo como um todo” abrangeu quatro subcategorias: a) formato ou aspecto geral do corpo (281 ocorrências = 25,76% do total de anúncios); b) altura (187 = 17,14%); c) Pele (148 = 13,57%); d) peso, magreza, gordura (78 = 7,15%). Sobre o “formato ou aspectos gerais do corpo” a preocupação quase única foi indicar que a garota tem corpo condizente com o modelo valorizado (192

menções): bonito, escultural, perfeito, violão. Outra modalidade de menção aos aspectos gerais do corpo acompanha a mesma lógica, e acrescenta a idéia de jovialidade e de corpo firme, rijo. Trata-se da menção ao corpo bonito resultante de exercício físico (72 casos): sarada, toda durinha, malhada. Em relação a essa subcategoria não houve diferenças regionais a destacar, mantendo-se padrão relativamente homogêneo. Predominaram menções a alturas entre 1,61 e 1,70 metros. Garotas de programa excessivamente pequenas ou grandes parecem ser menos valorizadas do que as de altura média, compatível com a altura média provável dos clientes. A comparação entre as duas regiões nas quais houve bastante menção à altura revela garotas ligeiramente mais altas no sudeste do que no nordeste. Com relação à pele, as referências esgotam-se nas menções à pele bronzeada (39,86%), à pele clara (29,73%), e à pele com marcas de biquini (16,89%), sugerindo indicação racial, ou seja, que não se trata de mulher negra. As referências ao peso das garotas quase sempre informaram características como magra, falsa magra, ou discriminavam algum peso baixo (em apenas 7 casos a garota descreveu-se como gordinha). São informações concordantes com as já destacadas referências ao corpo bonito, o que em nossa cultura exclui gordura. Cinco partes específicas do corpo foram muito mais mencionadas na comparação com as demais: a) seios (167 ocorrências = 15,31% do total de anúncios); b) bumbum (163 = 14,94%); c) cabelo (128 = 11,73%); d) olhos (102 = 9,35%); e) rosto (100 = 9,17%). Todas estão diretamente associadas com atividade sexual e feminilidade (seios, bumbum) ou constituem aspectos componentes da beleza do rosto feminino (cabelo, olhos, rosto). Sobre seios e bumbum os detalhes destacaram forma/aparência e tamanho. Em forma/aparência foram destacadas características associadas à beleza e à jovialidade (lindo, durinho, empinado, redondinho), tanto para seios como para o bumbum. Em tamanho, 33,53% das menções ao seio destacaram o fato de serem grandes, assim como ocorre em 48,47% das menções ao bumbum. Menções a seios pequenos ou médios foram pouco expressivas. Não ocorreram referências a bumbum pequeno ou médio. Tanto para seios como para bumbum, não houve diferenças regionais a destacar. As preferências são as mesmas em todos os locais. Nas 128 menções ao cabelo, a principal característica citada (71 ocorrências = 55,04%) é a do cabelo ser longo, comprido, característica feminina valorizada no país e predominante nas mulheres mais jovens. Outra característica mencionada com alguma expressão foi a de cabelo liso, condizente com o culto ao cabelo liso que se constata atualmente no país, talvez resultante do aperfeiçoamento de produtos cosméticos de alisamento. Menções ao cabelo liso também podem ser associadas às preferências étnicas/raciais. Quase todas as menções aos olhos destacam características que permitem associação com aspectos étnicos/raciais: olhos claros, azuis ou verdes. Em 72 das 100 referências ao rosto mencionou-se apenas rosto bonito/lindo. Em 21 ocorrências mencionou-se rosto delicado, o que também permite associação à beleza. Quase todas as menções ao rosto, portanto, podem ser consideradas similares, destacando o elemento óbvio da beleza. [CNPq]

**Palavras-chaves:** garotas de programa, prostituição, corpo, beleza, pesquisa documental

**Atividade: Solteira aos 40: nem sapo nem príncipe encantado... (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Solteira aos 40: nem sapo nem príncipe encantado...

**Autor(es):** Amanda Barbosa Dutra, Larissa Alcantara Rodrigues, Cecília Pinheiro Freire Barros Cairo, Isabela Arruda Soares, Carla Maria Almeida de Brito, Ayandra Freitas Silva, Luciana Alves Oliveira Weber, Luana Silveira

**Resumo:** Este trabalho científico tem como objetivo levantar questionamentos acerca da representação simbólica em torno da mulher solteira com mais de 40 anos, traçando uma

imagem que corresponda à sua identidade. Para tanto foi utilizada, além dos recursos de pesquisa bibliográfica, entrevista semi-estruturada. A amostra, escolhida intencionalmente, se compôs de mulheres solteiras com mais de 40 anos submetidas à aplicação da entrevista que constou de oito perguntas. Foi proposta a análise de três variáveis principais encontradas no discurso das entrevistadas. A primeira delas é a questão conjugal como condição essencial para a maternidade. As outras duas dizem respeito à valorização do trabalho fora do lar e a conquista da independência, e, por fim, os cuidados com as famílias ao longo da vida como espécies de impedimento da concretização de uniões. O exame dos resultados aponta para o fato de que as mulheres adeptas da vida de solteira parecem viver condições paradoxais. Enquanto sentem liberdade e independência emocional, sentem também alguma espécie de vazio experimentado pela falta de alguém. É possível que as mulheres da atualidade não consigam encontrar um parceiro que as complete porque o que elas buscam em um companheiro para o casamento mudou no decorrer da história e também pelas conquistas obtidas nesta evolução. Com educação mais sofisticada, sendo capaz de manter sua vida com seu próprio dinheiro provindo do trabalho que realiza, a mulher deixou de buscar um homem como provedor econômico e passou a buscar um homem com qualidades emocionais. É assim que a imagem do feminino em relação ao trabalho, a conquista de seu valor como independente e o crescente processo de industrialização trouxeram um modelo social que não valoriza tanto a vida a dois. Pode-se dizer que a mulher solteira de hoje é também um resultado de uma crise contemporânea no mundo dos encontros e das uniões. Em relação à solidão, em geral, mesmo as mais certas da escolha do estilo de vida solteira apresentam alguma forma de sensação desagradável. No que diz respeito à maternidade vinculada ao casamento, nota-se que a maior parte das entrevistadas não valoriza a relação que torna um fator consequência do outro, embora haja uma espécie de preocupação com a moralidade individual e social. Verificou-se, por meio dos discursos da amostragem, uma nova imagem de referência da mulher como sendo a de “superwoman”, que ganha sua vida e se afirma, livre e independentemente. Sobre a última variável do estudo, diz-se que muitos pais doentes encontram em suas filhas os cuidados que passam a necessitar para si. E muitas mulheres têm esse fator, acrescido de outros, como uma forma de entrave ao casamento. Como conclusão, tem-se que a mudança paradigmática dos tempos atuais, em que para o casamento não se admite uma importância crucial, são dispensáveis as condições materna e de esposa como requisitos a compor o perfil único identitário da mulher. As mulheres, cada vez mais, dispõem de condições para assumir suas escolhas, ainda que sem sapo ou príncipe encantado.

**Palavras-chaves:** Solteira, Independência, casamento, Maternidade

**Atividade: Política de Cotas: Uma reflexão acerca do que pensam os estudantes Brasileiros (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Política De Cotas Para Estudantes Negros Nas Universidades Públicas: Uma Análise Da Identificação Social E Cultural

**Autor(es):** Patricia da Silva, Joseli Bastos da Costa

**Resumo:** No Brasil há uma dificuldade em estudar o racismo pelo fato deste manifestar-se de modo muito particular, em decorrência da existência de uma integração racial quase inexistente nos demais países onde o racismo contra negros se coloca como problema social relevante. Essa integração produziu no Brasil uma classificação racial muito mais complexa, com inúmeras categorias intermediárias. Mas, se semanticamente é muito difícil situar o negro no Brasil, econômica, social e culturalmente essa miscigenação e integração está longe de ocorrer, com um padrão de desigualdade racial altamente elaborado e radicalizado. Enquanto nos EUA, há uma classe média negra socialmente significativa e atuante, no Brasil, quase não há negros na classe média. No Brasil e nos EUA da década de 60, as probabilidades de estar na classe média eram três vezes maiores entre brancos. Considerando-se o período de 1960 e 1996, nos EUA, como consequência da implementação de políticas públicas de Ações Afirmativas, esse tipo de desigualdade baixou para 1,6, enquanto que, no Brasil, onde essas políticas não existiram, ela

aumentou para 4 no caso dos homens e 4,8 no caso das mulheres. A adoção de políticas de Ações Afirmativas tem sido bastante discutida hoje no Brasil, como uma forma de diminuir as desigualdades raciais, e uma dessas políticas mais questionadas tem sido a reserva de vagas nas universidades públicas para pessoas de cor negra. Tem-se observado muita rejeição a essa proposta, com argumentos que vão desde a dificuldade de definir quem é negro, passando pela natureza injusta da proposta, pois seria uma proposta preconceituosa contra brancos. Neste sentido, para que se possa implementar tais políticas faz-se necessário entender os processos psicossociais a elas subjacentes, o que permite um melhor enfrentamento dos conflitos e dificuldades de sua implementação. No caso do presente estudo, isso significa investigar a influência da identidade cultural e social no processo de favoritismo grupal. Qual seria o papel da identificação social e cultural como determinante para o posicionamento do sujeito na aceitação da política de cotas para estudantes negros nas universidades públicas? Suspeita-se que parte do problema da rejeição a essas ações afirmativas deva-se a fenômenos de natureza intergrupais, como a influência da assunção de uma identidade social sobre o favoritismo endogrupal, fenômeno descrito nos estudos de Tajfel e col. O presente estudo pretende identificar os conteúdos das categorias de Identidade Social dos negros e dos brancos como enunciados por estudantes pré-vestibulandos da cidade de João Pessoa. Pretende igualmente identificar o posicionamento desses estudantes quanto às políticas de Ações Afirmativas, particularmente no que se refere à política de cotas – reserva de vagas para candidatos negros nos processos seletivos das universidades públicas brasileiras. Pretende também avaliar as relações entre esta Identidade Social étnica e o posicionamento dos estudantes no que se refere à política de cotas. Os sujeitos responderam a questões relativas à sua identidade cultural; à sua auto-categorização racial e a importância a ela atribuída, aspectos da identidade social; e qual deve ser a proporção de vagas reservadas exclusivamente para pessoas negras no processo seletivo das universidades públicas. Foram entrevistados 225 estudantes pré-vestibulandos da cidade de João Pessoa, após o término das provas do vestibular. Os resultados do presente estudo demonstraram que, de uma forma geral, os sujeitos que se auto-categorizam como negros apresentam um baixo status sócio-econômico, uma maior Saliência da Identidade (importância atribuída) e uma identificação positiva com a cultura, o pensamento e a forma de ser dos negros. Para esses sujeitos de cor negra, quanto maior a importância atribuída à Identidade, maior a aceitação e atribuição de justiça à política de cotas. Já para os sujeitos que se auto-categorizam como de cor branca, a identificação negativa com o ingroup representa uma maior aceitação e atribuição de justiça à política de cotas. Neste sentido, pode-se perceber que o grupo minoritário necessita de uma maior valorização da sua identidade para apresentar uma maior favorabilidade ingroup, ao passo que o grupo majoritário necessita manter contato com o minoritário para favorecer o outgroup.

**Palavras-chaves:** Preconceito Racial, Ações Afirmativas, Identidade Racial e Cultural

**Trabalho:** Políticas de Cotas para Minorias Raciais: Uma Questão de Justiça?

**Autor(es):** Rachel Bezerra Duarte, Matheus Laureano Oliveira dos Santos, Leoncio Francisco Camino Rodriguez Larrain

**Resumo:** Apesar de cientificamente já estar demonstrada a inexistência de diferentes raças humanas, as relações sociais ainda são permeadas por atribuições de natureza racial, contudo, projetadas não mais na perspectiva genética, mas na cultural. Assim, não se trata de crença na superioridade genética, mas de atribuições que inferiorizam modos de vida e/ou aptidões. São crenças sobre uma maior competência intelectual e política dos brancos, em detrimento de uma predominância de atributos físicos, espontaneidade e de cultura popular dos negros. Estas representações diferenciadas trazem repercussões nocivas ao ideal de igualdade nos direitos. De fato, o cotidiano revela as disparidades de ocupação de espaços de poder entre brancos e negros, em um traço significativo de que as diferentes formas de discriminação: ostensiva ou velada, idênticamente conduzem a efeitos negativos de redução de liberdades individuais no contexto da concorrência por papéis sociais almejados por todos. Diante de tais constatações, a presente pesquisa tenta compreender se as políticas compensatórias são recebidas como



legítimas, além de visualizar quais são os critérios de justiça que inspiram as diferentes posições no âmbito das questões raciais. Para isso foram entrevistados 81 estudantes de pós-graduação dos cursos de Direito, Psicologia Social, Ecologia e Farmácia de uma universidade pública de João Pessoa/PB que, através de questões abertas, foram indagados a respeito da concordância ou não com a reserva de vagas em benefício de negros em universidades. Além disso, através de respostas de múltipla escolha (com possibilidade de optar entre os critérios de justiça distributiva igualitária, meritocrática ou de necessidade), foi analisada a adoção por parte dos respondentes de diferentes critérios de justiça nas questões raciais. Acrescenta-se que se pedia que os alunos justificassem a sua escolha. De modo que tais questionamentos buscavam não só identificar o senso de justiça predominante mas, principalmente, a relação entre a postura frente ao estabelecimento de cotas e o ideal de justiça defendido, uma vez que perceber o grau de legitimação por parte dos estudantes e os critérios de justiça que sustentam tais posicionamentos podem indicar o quanto o discurso da comunidade acadêmica é apto a promover mudanças às realidades discriminatórias impostas às minorias raciais. Observou-se, inicialmente, que a maioria dos estudantes não concorda com a adoção de cotas raciais (72,8%), em oposição aos 27,2 % que se mostraram favoráveis a tais medidas. Quanto ao critério de justiça identificou-se o meritocrático (53,2%) como preponderante, com os demais aparecendo nos seguintes percentuais: igualitário (25,3%), da necessidade (21,6%). Dentre os que defendem a justiça do mérito 90,5% são contrários à adoção de cotas em favor de negros enquanto que dentre os que optaram pela justiça com base na necessidade o número de opositores às cotas é só de 30%. Em relação aos que entendem a justiça no tratamento igualitário, independente de mérito ou necessidade, 70% deles são contra a adoção de cotas. Esses resultados, especialmente os decorrentes da relação entre posicionamento em face da reserva de vagas e o critério de justiça adotado, são expressivos por permitirem visualizar que dentre os que adotam um senso do justo que percebe e pondera as desiguais condições (diferentes níveis de necessidade), a concordância com medidas compensatórias é significativa (70%). Enquanto que dentre os que valorizam a concepção do mérito, dissociada da consideração das desigualdades reais entre os grupos, quase todos (90,5%) se posicionam contrariamente a medidas afirmativas em benefício de minorias. Deste modo, os resultados apresentados reiteram um desafio político e social não só para mitigar as desigualdades, mas para viabilizar à população em geral o conhecimento sobre elas. Por fim, vale salientar que é necessário se fazer perceber as distorções historicamente produzidas - quer através de uma tradição de negação de direitos às minorias raciais, quer através da invisibilidade de posturas reiteradas de inferiorização da identidade negra - pois só o conhecimento real permite a compreensão e só a compreensão sensibiliza e conduz a uma luta que é de todos.

**Palavras-chaves:** Relações raciais, Desigualdades, Políticas compensatórias

**Trabalho:** A Ótica de Estudantes Negros acerca da Política de Cotas nas Universidades Públicas Brasileira

**Autor(es):** Aline Oliveira Machado

**Resumo:** Na África do sul, durante o apartheid, existia comparativamente mais estudantes negros nas universidades do que no Brasil da democracia racial. O movimento contra o Racismo tanto nos Estados Unidos como na África contou em vários momentos da história, com a solidariedade de alguns elementos brancos. No Brasil está participação nunca aconteceu, apesar da solidariedade de alguns intelectuais. “É como se dissesse que o problema do negro fosse apenas dele e não do branco” (Muanga, 1996). A Adoção da Política de Cotas para Negros tem sido bastante discutida hoje no Brasil e se apresenta como uma das formas de diminuir as desigualdades raciais. (Sansone, 1998). Nesse sentido, para que possa justificar tal política, faz-se necessário entender os processos psicossociais a eles subjacentes, o que permitirá um melhor enfrentamento dos conflitos e dificuldades de sua implementação. Qual seria o papel da identificação racial e social como determinante do posicionamento do sujeito no que se refere à aceitação da política de cotas para estudantes negros nas universidades públicas? Suspeita-se que parte do problema da rejeição a essas ações afirmativas deva-se a fenômenos de natureza intergrupais, como a influência da assunção de uma identidade social sobre o favoritismo endogrupal, fenômeno descrito nos estudos de Tajfel e de seus seguidores. Tal debate não se

mostra tão esquematizado quando se fala do Brasil, pelas diferenças encontradas nas formas de expressão do racismo brasileiro em relação ao norte-americano. Aqui, o mito da democracia racial revestiu o racismo brasileiro de uma precocidade de normas anti-racistas que diferentemente da expressão do racismo aberto presente nos Estados Unidos, gerou expressões do racismo mais sutis e veladas desde muito cedo (Lima, 2002). Neste sentido, partindo dos diversos discursos, favoráveis ou contrários, criados em função da política de cotas, fez-se necessário descrever quais discursos surgem quando falamos nesta política a partir da ótica de estudantes negros. Assim, o presente estudo visou identificar, de forma exploratória, quais os discursos estão presentes na aceitação, ou não, desse grupo quanto ao sistema de cotas e seus pontos positivos e negativos a eles atribuídos. Como resultados, verificou-se que a situação do negro atual é vestígio do aparato ideológico elaborado pela classe dominante. Constatou-se nos discursos que parcela dos estudantes negros apóiam a política de cotas, como uma das formas de reparar as injustiças do passado e do presente, garantindo uma maior representação dos negros no âmbito social (“para os negros favoreceria para inseri-los com mais facilidade no mercado de trabalho, porque havendo a mesma quantidade de negros e brancos formados, a concorrência entre ambos diminuiria, pois não haveria mais escolha, a não ser pela cor da pele...”). Porém, alguns estudantes negros classificam as cotas como uma medida discriminatória, utilizando no discurso vários elementos de contestação amplamente utilizados por aqueles que são contrários (“...a solução estaria na estruturação da educação, em especial, no ensino público, saúde e na capacitação e profissionalização da população negra para a entrada nas universidades públicas, como também, na conscientização da população de que não existe diferença entre brancos e negros, através de campanhas em comerciais, divulgação em jornais pelos próprios negros”). Assim, para estes, esta política levaria a uma concorrência desleal entre negros e brancos levando a sub-juizar a capacidade intelectual da raça negra e aumentando a discriminação racial (“gerará um ato discriminatório, pois os estudantes beneficiados pelo sistema de cotas seriam vistos como coitadinhos, e que só estão naquele espaço graças às cotas”)

**Palavras-chaves:** Discriminação, Política de Cotas, Ações Afirmativas

**Atividade: MODIFICAÇÕES CORPORAIS COMO VIA DOS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: MODIFICAÇÕES CORPORAIS COMO VIA DOS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE**

**Autor(es):** Juliana Antunes Marques, Maria Aline Fernandes Bezerra, Paulo Estêvão da Silva Jales, RICARDO RILTON NOGUEIRA ALVES

**Resumo:** O modo de conceber o corpo tem-se diferenciado no transcorrer da História, revelando muitos modos de pensar o que ele representa, e sua relação com variados estilos de vida. Por vezes repudiado, por vezes vangloriado, o corpo é adotado, em várias épocas, como importante ferramenta, utilizada no processo humano de subjetivação. Na contemporaneidade, o corpo representa o bem primordial do homem, sobre o qual este detém o poder. Um poder que assegura a possibilidade de variadas modificações, tendo estas o intuito de um aprimoramento da condição física ou simplesmente da satisfação sentida mediante alguma alteração corpórea. A insatisfação com a aparência incentiva o indivíduo a promover transformações em seu próprio corpo, em busca de um modelo virtual, idealizado de existência. Pode-se apresentar, também, a transitoriedade como fator relevante para as pessoas que aderem às transformações: como não se é mais obrigado a conviver com o corpo que se tem, e como as mudanças na sociedade operam-se de forma rápida, não se pode mais conceber que a aparência seja fixa, definitiva. Frente a esses dados, considerando-se as práticas de transformações corporais como importantes meios de subjetivação, e estando-se atento a crescente procura por essas, percebeu-se a relevância de se pesquisar as modificações corporais na contemporaneidade, sendo o presente

trabalho decorrente das disciplinas Pesquisa I e II ministradas pela prof<sup>a</sup> dr<sup>a</sup> Idilva Germano, no curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Objetivou-se, desse modo, estudar as influências dos contextos sócio-econômicos-culturais contemporâneos sobre os pesquisados para a realização de transformações, além de observar como a realização de modificações corporais influi na auto-imagem dos sujeitos da pesquisa. Investigou-se, também, a relevância do “olhar do outro” sobre as modificações corporais realizadas pelos pesquisados. O público alvo constituiu-se homens e mulheres com idade a partir de 18 anos e que já tinham se submetido a, pelo menos, uma transformação corporal (tatuagens, piercings, brandings, colocação de esferas sob a pele e cirurgias estéticas) na cidade de Fortaleza–CE. Através de Entrevistas Semi-Estruturadas e de posterior transcrição, as falas dos participantes foram submetidas à Análise de Conteúdo Temática – que, por sua vez, aponta no texto juízos humanos. Em complemento, foram utilizados questionários contendo dados sócio-econômicos e questões gerais sobre as modificações corporais realizadas. Mediante a análise dos dados concebidos, entende-se que, o corpo constitui, contemporaneamente, motivo de intensa preocupação por parte dos sujeitos. Tido como alvo de discussão e de diversas práticas que nele operam surpreendentes transformações, o corpo revela-se atualmente como uma das principais vias de subjetivação. Após análise dos textos, foram elencadas as seguintes categorias: Auto-estima; Autonomia; Diferenciação; Essência; Estética; Heteronomia; Idealização; Informação; Olhar do Outro; Reflexividade; Significação das mudanças, e Tecnologia. Por meio dessa pesquisa pode-se perceber que hoje nem mesmo o corpo é mais tão fixo para dar consistência a uma identidade. As oportunidades apresentadas pela sociedade, em conjunto com o avanço tecnológico crescente, têm gerado um fenômeno nunca antes visto pela sua magnitude e intensidade: apesar das modificações corporais sempre terem existido no contexto de outras sociedades, a divulgação, a busca e a necessidade de modificar o corpo atingiram patamares nunca antes vistos. As pessoas que realizam modificações corporais têm em seus corpos a história de sua vida, podendo pensar, avaliar e/ou reconstruí-la. As transformações realizadas levam o sujeito a pensar sobre a sua trajetória e seu modo de ser no mundo. Esse processo reflexivo permite ao sujeito exercitar uma certa autenticidade para consigo. As modificações com as quais é presenteado o corpo podem tornar-se indício ou expressão de variados sentimentos: revolta, prazer, dor, vaidade, angústia, entre outros. Tidas como ferramenta milagrosa para o rejuvenescimento ou portal de acesso ao confronto com o novo, a modificação corporal parece estar sempre dotada de uma significação. Produto de embelezamento ou marca de diferenciação, ela aparece como algo que atrai, que choca, que fascina; sendo esses, apenas, alguns exemplos do discurso que pode estar mascarado (ou apenas representado) na modificação corporal. Observou-se que o sucesso de tais marcas advém da idéia contemporânea de um corpo incompleto, imperfeito, o qual pode ser, de forma fácil e transitória, lapidado, completado. Visa-se por meio delas construir uma identidade, uma representação de si. Para a realização das modificações corporais, atualmente, a estética tem um valor primordial. Dessa forma, muitas vezes, valores são re-significados, transportados de um contexto para outro. Há um sincretismo, uma flutuação desses símbolos; variações aceitas mediante a busca constante do prazer, da auto-realização. O contexto analisado, isto é, o da sociedade contemporânea, oferece variadas possibilidades de se pensar a situação atual, no tocante à questão do corpo. O acesso facilitado às mais variadas informações e a rapidez com a qual estas chegam aos indivíduos disseminam novos conceitos e práticas de modificação do corpo nas regulações dos variados estilos de vida.

**Palavras-chaves:** Modificações Corporais, Subjetividade, Pesquisa

**Atividade: ESTUDOS TRANSCULTURAIS ABRANGENDO A PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL (Paineis)**

**Trabalho:** ESTUDOS TRANSCULTURAIS ABRANGENDO A PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL: Identificando a predominância de uma ética imposta

**Autor(es):** Rayana Santedicola Andrade, Mirele Cardoso Bonfim, Antonio Marcos Chaves

**Resumo:** Diversos autores defendem o estudo da cultura na psicologia, uma vez que a realidade psicológica é culturalmente organizada, o que evidencia o lugar primordial da cultura para o desenvolvimento humano, pois os indivíduos necessitam viver em ambientes sócio-culturais para sua constituição humana (Gergen, 1996; Toomela, 1996; Valsiner, 2004). Ademais, a grande variedade de tradições culturais, sendo investigada, articulada e celebrada, constitui-se como fonte ampla de estudos que pode trazer contribuição substancial à prática psicológica. Neste estudo, são feitas reflexões acerca da psicologia organizacional, estudada sob um enfoque transcultural. A psicologia transcultural é uma forma particular de pesquisa considerando a cultura, preocupada em estabelecer princípios gerais de comportamentos. Um estudo transcultural busca demonstrar a universalidade de vários processos psicológicos ou demonstrar as variações culturais em alguns processos psicológicos básicos ou universais. Por sua vez, a psicologia organizacional transcultural tem o intuito de compreender a influência da cultura no comportamento dos indivíduos no trabalho e na estrutura organizacional. Os estudos transculturais são categorizados a partir de três modelos teóricos: ética imposta, ênico e ética derivada (Berry, 1999). Dentre estes, o da ética imposta - mais frequentemente utilizado nos estudos organizacionais e o mais criticado na atualidade - tem o objetivo de transportar e testar o conhecimento psicológico de culturas hegemônicas para outras. Consideram-se os fenômenos humanos como sendo basicamente os mesmos em todas as culturas. Geralmente, utilizam-se instrumentos padronizados para avaliar determinadas características em outras culturas, o que leva a interpretações gerais, que não consideram o contexto local. Nesta perspectiva, a cultura é vislumbrada como algo externo e anterior ao sujeito, assumindo um papel de variável interveniente ou modeladora nas relações que envolvem processos psicológicos. Nas publicações de estudos transculturais da psicologia organizacional, análises do Journal of Cross-Cultural Psychology (Bond e Smith, 1996) indicam a prevalência de artigos e teorias norte-americanas - ética imposta. Neste sentido, optou-se, no presente trabalho, por expor a análise de um artigo com características da ética imposta para ilustrar as considerações teóricas apresentadas. O artigo analisado foi o "Organizational Culture and Human Resource Management Practices" (Aycañ, Kanungo e Sinha, 1999), publicado no Journal of Cross-Cultural Psychology, no qual os autores investigam organizações na Índia e no Canadá, buscando estabelecer relações entre o ambiente sociocultural, a cultura interna de trabalho e as práticas de gestão de recursos humanos. Na perspectiva dos autores, o ambiente sociocultural afeta a cultura interna de trabalho e as práticas de gestão de recursos humanos de uma organização. Observaram-se, neste artigo, características próximas às de uma ética imposta, uma vez que é testado um modelo tipicamente euro-americano em uma outra cultura. Os instrumentos utilizados são medidas padronizadas e os testes estatísticos buscam minimizar as diferenças entre as amostras, especificamente, as diferenças demográficas. Não obstante, as características demográficas de uma cultura podem informar especificidades e enriquecer a interpretação dos resultados. Portanto, não há considerações acerca do contexto local, valores e costumes. Ultimamente, tem-se questionado os estudos norte-americanos que serviram ao mundo como modelos. Misra e Gergen (1993) têm exposto grandes limitações de teorias norte americanas e práticas de pesquisa importadas para o contexto indiano. Sinha (1990, apud Gergen, 1996) tem questionado a predominante "colaboração vertical", em que os psicólogos de países em desenvolvimento trabalham em pesquisas iniciadas por investigadores de países desenvolvidos, o que caracteriza a profissão de psicologia como relativamente conservadora. Este autor propõe, em contrapartida, a "colaboração horizontal" entre pesquisadores para trabalharem em problemas práticos em várias regiões de um país ou com pesquisadores de outros países em desenvolvimento. Assim, o desenvolvimento de uma abordagem cultural para o fenômeno do comportamento organizacional evidencia-se como um desafio para o campo. Modelos mais contingentes podem ser desenvolvidos, ao se considerar, nos estudos transculturais, os significados atribuídos pelos sujeitos ao fenômeno que se pretende estudar.

**Palavras-chaves:** Estudos Transculturais, Psicologia e Cultura, Psicologia Organizacional, Ética imposta

**Atividade: Estereótipos e Relações entre o Próprio e o Outro Grupo em Crianças Arcajuanas (Paineis)**

**Trabalho:**Estereótipos e Relações entre o Próprio e o Outro Grupo em Crianças Aracajuanas

**Autor(es):** Danielle Alves Menezes, Deise Fernanda Peixoto Oliveira, Danielle de Góis Santos, Jordana Gonzaga Barreto Matos, Dalila Xavier de França

**Resumo:** Desde o nascimento as crianças são inseridas num contexto de aquisição de atitudes, valores e comportamentos chamado de processo de socialização, o qual vai direcionar a forma como as crianças organizam e classificam objetos e acontecimentos sociais e moderar suas reações para eles. Em meio a esse processo vão surgir as atitudes intergrupais e as imagens sociais sobre os grupos. Ressalta-se o surgimento dos estereótipos sociais, estes consistem de imagens e crenças que influenciam nossos sentimentos e atitudes, direcionados aos grupos e a seus membros e como nós os percebemos. Sua principal função é simplificar a complexidade das informações recebidas do meio ambiente a fim de facilitar o manuseio da realidade. As pessoas, independente se suas crenças pessoais e sistemas de valores estão conscientes do conteúdo dos estereótipos sociais, pois, esses estereótipos tornam-se estabelecidos na memória muito cedo na infância antes da capacidade de avaliar criticamente ou questionar sua validade. De modo que, são as características baseadas nas pertencidas grupais dos indivíduos que permitem a formação dos estereótipos. Desse modo, a presente pesquisa tem como objetivo verificar os estereótipos de crianças aracajuanas em relação aos grupos étnicos branco, mulato e negro. A fim de atingir este objetivo, foram entrevistadas 112 crianças que pertenciam a 3 etnias (branca, mulata e negra), inseridas na faixa etária de 5 a 10 anos, de escolas públicas e privadas. Como método de trabalho foram utilizadas fotografias como recurso para obtenção das respostas. No intuito de avaliar os estereótipos foram utilizadas 13 questões, onde se perguntava às crianças qual dos meninos das fotografias (branco, mulato ou negro) era mais bonito, mais bonzinho, mais inteligente, mais rico, mais feliz, gosta mais de estudar, de brigar, é mais gostado pela professora, pela mãe, tem mais brinquedos e tem a casa maior. Os participantes apresentaram uma tendência a perceber a criança branca mais positivamente (bonita, rica, inteligente, feliz, estudiosa e gostada pela professora e pela mãe) do que a mulata e a negra (briguento). No entanto, a diferença de idade, dentro da faixa etária pesquisada, não afeta a percepção do branco como mais bonito, porém, houve uma diferença tendencial com relação à cor da pele. Das crianças que responderam que o branco é mais bonito, 88,6 % eram brancas, 87,2% eram mulatas e 73,3% eram negras. Observou-se que 71,4% das negras responderam que o negro é mais bonito, 28,6% dos mulatos e nenhuma criança branca. As crianças mulatas foram as que mais perceberam o grupo dos brancos como mais gostado pela professora; contudo, não houve efeito da idade. Quanto à percepção do mais gostado pela mãe e do mais feliz, ocorreu redução da escolha do grupo branco com o aumento da idade. Fato possivelmente justificado pela influência social que estimula a interiorização da opinião do indivíduo, para que este não receba represália do ambiente. Não houve diferença seja da cor da pele seja da idade na percepção do negro e do mulato como mais briguentos. Levando em consideração as idades e a etnia das crianças aracajuanas estudadas e com o objetivo de verificar seus estereótipos, os resultados serão discutidos com base nos estudos de Racismo e Preconceito na Infância como também na Teoria da Identidade Social.

**Palavras-chaves:** Estereótipos, Crianças, Relações intergrupais

**Atividade: As representações sociais do agricultor e do camponês em estudantes de cursos de ciências agrárias (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**As representações sociais do agricultor e do camponês em estudantes de cursos de ciências agrárias

**Autor(es):** Rosa Cristina Monteiro, Denis Giovani Monteiro Naiff, Suely de Oliveira Schustoff, Tarcis Gomes Parajara, Paulo Cesar Rocha Lopes

**Resumo:** O debate contemporâneo sobre o universo agrário tem suscitado uma questão importante: Como se estruturam as identidades de sujeitos/atores sociais envolvidos com a atividade agrícola no bojo de processos socioculturais que implicam transformações de pensamento e hábito de indivíduos e instituições? Dois atores têm estado presentes no centro deste debate: o camponês, estruturado através da organização do trabalho, da vida política e social com instrumentos e valores morais destoantes dos padrões capitalistas; e o agricultor, cuja identidade se aglutinaria na organização do trabalho com novas tecnologias, mudanças de hábitos, de expressão cultural e de sua imersão na lógica econômica com a constante produção de mercadorias. Para muitos autores, o termo camponês não daria mais conta de traduzir o modo de vida dos pequenos trabalhadores agrícolas na sociedade capitalista moderna que elege o mercado como o principal locus de sociabilidade de seus indivíduos. Assim, a identidade social camponesa teria se tornado inoperante, e esse agente social se transmutado em agricultores no caldo da modernidade capitalista. Segundo a literatura, estaríamos assistindo à morte do camponês enquanto identidade social com poder explicativo no universo agrário. Neste contexto, entendemos que as representações sociais, por se apresentarem como uma modalidade de conhecimento construída e compartilhada no ambiente social e que tem como objetivo final a orientação de práticas e comportamentos, podem proporcionar um maior entendimento dos elementos constituintes das categorias de camponês e agricultor em estratos da sociedade brasileira. Esta pesquisa teve como objetivo encontrar e comparar as representações sociais que estudantes dos cursos de ciências agrárias possuem sobre as figuras de agricultor e camponês, identificando as similitudes e diferenças entre os conceitos, muitas vezes entendidos como sinônimos no universo do senso comum. Buscando encontrar a estrutura das representações sociais, foi realizada uma tarefa de evocação livre com 200 estudantes de cursos da área de ciências agrárias da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, sendo que 100 foram submetidos ao termo indutor CAMPONÊS e 100 foram submetidos ao termo indutor AGRICULTOR. Os dados foram analisados com o auxílio do programa de computador EVOC, cuja lógica procura combinar a frequência com que as palavras e expressões são emitidas pelos sujeitos com a ordem em que cada sujeito as evoca, permitindo apreender quais os elementos das representações estão presentes de forma mais central na produção discursiva dos sujeitos. Os resultados obtidos apontam para a existência de duas representações sociais distintas, com um provável núcleo central nas representações sociais dos camponeses girando em torno de trabalhadores rurais pobres, historicamente localizados no passado; enquanto que os agricultores são representados enquanto produtores agrícolas, vinculados a dimensões economicamente produtivas no campo brasileiro, ou seja, sujeitos pertencentes ao agronegócio. Os dados apontam para o fato de que se o camponês enquanto ator social ainda não “morreu”, ele é representado na atualidade, pelos alunos de ciências agrárias, como um excluído das formas de produção econômicas vigentes no campo, fato exemplificado na atuação política de suas entidades classistas no Brasil (o movimento dos sem terra e a via camponesa, por exemplo), em contraposição ao agente produtor de riquezas e de desenvolvimento, objetivados na figura do agricultor.

**Palavras-chaves:** representações sociais, agricultor, camponês

**Atividade: Indivíduo e sociedade - a fertilidade da teoria de Freud na contemporaneidade (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Indivíduo e sociedade - a fertilidade da teoria de Freud na contemporaneidade

**Autor(es):** Mona Bittar

**Resumo:** Indivíduo e sociedade – a fertilidade da teoria de Freud na contemporaneidade  
A problemática desta pesquisa teórica teve como fundamento a discussão da relação indivíduo e

sociedade na perspectiva de sua constituição recíproca. Objetivou-se investigar processos que possibilitam colocar em causa a estrutura psíquica na relação com a cultura indagando sobre o desenvolvimento do indivíduo na contemporaneidade. Este trabalho referencia essa discussão na teoria de Freud que, ao conceber a estruturação psíquica referida à cultura na qual a mesma se inscreve, é fundamental para a inteligibilidade da relação indivíduo e sociedade. Ao colocar a discussão do psiquismo numa perspectiva dinâmica, que apreende os conflitos e tensões próprias dessa relação, a teoria freudiana permite arguir como os mecanismos psíquicos se constituem em determinadas particularidades históricas. Particularmente na discussão que Freud estabelece sobre a constituição psíquica referida à cultura ele revela os conflitos entre as demandas pulsionais e as demandas que se objetivam a partir da regulação das relações sociais entre os indivíduos. Nesse sentido, a fertilidade da psicanálise na elucidação dessa temática, porque referida a um indivíduo portador de dimensões psíquicas e sociais, fragmento de libido e de realidade. Ou seja, é na apropriação dos mecanismos psíquicos que Freud revela a expressão das condições objetivas constitutivas e constituintes do psiquismo individual. Assim, a análise do indivíduo revela as operações internas da própria sociedade. A compreensão do indivíduo não pode referir-se, assim, à sua existência em si mesmo, pois ele se confronta subjetiva e objetivamente com outros indivíduos e se constitui nessas relações, no campo da sociabilidade, da cultura. Nesse conjunto é possível afirmar que na discussão freudiana dois mecanismos são centrais: repressão e identificação. A cultura, como materialização de determinada formação sócio-histórica e de determinada estrutura psíquica, se constitui a partir da repressão das demandas pulsionais e os conflitos que se instalam com as restrições impostas pela cultura são fundamentais para a apreensão do indivíduo. E os mecanismos que permitem a internalização dessa repressão estão referidos a identificação. A repressão das pulsões mobiliza os processos identificatórios a partir da internalização do outro, condição para os vínculos afetivos entre os indivíduos e para a estruturação da vida social. Tomando-se essas bases, é possível questionar as condições e possibilidades de constituição do indivíduo na contemporaneidade, em uma realidade marcada pelo arrefecimento da repressão e pelo enfraquecimento das referências tradicionais de identificação; uma realidade em que, entre tantas outras expressões, os meios de comunicação assumem preponderância nos processos de socialização; uma configuração social regida pelo mercado e pelo consumo que repercute na e modifica a estrutura psíquica. Nessa perspectiva aponta-se para a constituição de um indivíduo narcisista, auto-referido, auto-suficiente, num contexto que consolida cada vez mais os processos de individualização, o hedonismo, o direito ao prazer e a felicidade pessoal, pulverizando-se os dispositivos disciplinares, configurando-se novas modalidades identificatórias e o enfraquecimento dos processos de internalização do outro. Nessas condições objetivas é possível afirmar que estão postas as condições de estruturação de uma personalidade narcísica, com traços evidentes de melancolia, revelando aspectos regressivos e arcaicos, pois referidos as fases mais primitivas do desenvolvimento humano. E nessa medida parece que caminhar prescindindo do outro revela um contexto referido aos processos de regressão tanto da cultura quanto do indivíduo. A barbárie a espreita, que atualiza a reiterada tensão entre indivíduo e sociedade.

**Palavras-chaves:** indivíduo, sociedade, repressão, identificação, Freud

**Atividade: SUBJETIVIDADE: O TEMPO DA VELHICE NOS TEMPOS PÓS-MODERNOS (Paineis)**

**Trabalho:** SUBJETIVIDADE: O TEMPO DA VELHICE NOS TEMPOS PÓS-MODERNOS

**Autor(es):** Maria das Graças Victor

**Resumo:** SUBJETIVIDADE: O TEMPO DA VELHICE NOS TEMPOS PÓS-MODERNOS. OBJETIVO: Analisar como os elementos da pós modernidade influenciam na constituição da subjetividade dos idosos e como estes se percebem e elaboram os novos significados a partir das relações afetivas já constituídas, da cultura, do consumo e das atividades laborais e de lazer e como estes idosos se percebem no lugar que ocupam na contemporaneidade. METODOLOGIA: Mediante entrevista estruturada e aplicada em três mulheres e um homem todos com 70 anos, contemplou-se, questões relativas ao grupo familiar,

atividades laborais e de lazer, relação afetiva com seu grupo de juventude, percepção do idoso sobre o seu envelhecimento e como a velhice é vista hoje. Utilizou-se a análise do discurso como instrumento metodológico para estudo das entrevistas que foram gravadas, posteriormente transcritas e representadas em mapas, afim de estabelecer as comparações entre os discursos e o objetos de estudo. Escolheu-se as referencias conceituais de (Bolbero 1997), (Bianchih 1993), (Goldfarb, B. C. 1998), (Malon, S. I 2003), (Orlandi, E.P 2002) RESULTADOS: Identificou – se aspectos característicos da sociedade contemporânea como: compromisso com o culto do corpo, boa forma relacionada ao corpo jovem e como interferem na auto imagem do idoso. As atividades laborais e de lazer revelaram que a aposentadoria enquanto instituição reflete o que está em desuso e que com o afastamento do trabalho remunerado, perdem-se os laços identificatórios, que passando a ser ônus, estes idosos tentam compensar este espaço perdido com a velhice. Assim, a questão econômica é importante, pois podem ajudar a família e evitar processos depressivos. As relações afetivas apresentam-se ameaçadas em seu desenvolvimento por um individualismo( narcisismo/ hedonismo), caracterizando um sujeito alheio ao coletivo, isolado, e sem flexibilidade para construir ou garantir a alteridade como regra de convívio social. Os discursos revelam que as características que permeiam as relações travadas ao longo da vida dos idosos agora refletem ausência e solidão. CONCLUSÃO: Os idosos da amostra são solitários não se inserem em grupos sociais ou associações, cada um encontra-se em seu mundo particular, esperando que filhos e amigos possam ajudá-los e retirá-lo do seu isolamento. Assim, os modos de subjetivação são marcados pelo individualismo, revelando sentimentos de exclusão, colocando em cheque o próprio sentido de suas vidas. Nos discursos, aparecem uma forte valorização do dinheiro, como garantia de felicidade e de boa velhice e como forma de não descartabilidade afetiva à medida em que não sentindo – se valorizado como pessoa, sente-se valorizado pelo que pode proporcionar aos outros. Palavras-chaves: subjetividade velhice modernidade Prof<sup>a</sup>/ Orientadora - Maria das Graças Victor Silva – Curso de Psicologia – Fafire Orientandas: Ana Mércia Almeida – Aluna Curso de Psicologia - Fafire Rosana Sá Barreto Lima – Aluna Curso de Psicologia - Fafire Recife, 30 de janeiro de 2007.

**Palavras-chaves:** subjetividade velhice modernidade, identidade, Discursos

**Atividade: A RELAÇÃO ENTRE IDENTIDADE PESSOAL E IDENTIDADE RACIAL EM CRIANÇAS MULATAS E NEGRAS (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: A RELAÇÃO ENTRE IDENTIDADE PESSOAL E IDENTIDADE RACIAL EM CRIANÇAS MULATAS E NEGRAS**

**Autor(es):** Carina Feitosa dos Santos, Michelle da Conceição Silva, Shyrley Bispo Guimarães, Dalila Xavier de França

**Resumo:** O estudo da identidade tem se mostrado de grande importância atualmente, especialmente no que se refere a identidade racial de indivíduos de grupos minoritários que em diversos estudos tem manifestado insatisfação com sua pertença grupal. Este fato tem tido como consequência a identidade racial negativa de indivíduos destes grupos, fenômeno encontrado inclusive nas crianças. A identidade racial está associada ao auto-conceito e a auto-estima do indivíduo que deriva do seu sentimento de pertença a uma categoria racial (Tajfel, 1979). Entretanto, a categorização racial é apenas uma das possíveis maneiras de se ordenar o ambiente social (Verkuyten & Masson, 1994), as pessoas usam diferentes categorias e aspectos do seu eu a fim de identificar a si próprias, uma vez que o auto-conceito é multidimensional e multifacetado. Assim, aspectos da identidade pessoal, ou seja, do auto-conceito e da auto-estima do indivíduo relativas a suas qualidades e características particulares e que o torna pessoa única, podem dominar sua auto-definição. Visto que, como afirma Verkuyten (1997), não se pode dizer que a percepção do grupo majoritário é a causa suficiente da identidade das minorias. Com base nestes aspectos teóricos, e em resultados observados em estudos anteriores, demonstrando que



apesar de um acentuado número de crianças negras e mulatas apresentarem identidade negativa, há uma parcela de crianças que afirmam pertencer a seus grupos e que gostam muito de ser assim, conduziu-se o presente estudo com o objetivo de verificar a relação entre identidade pessoal e identidade racial em crianças mulatas e negras positivamente identificadas com seus grupos. Para tal, foram entrevistadas 94 crianças de ambos os sexos, das quais 54 eram mulatas e 40 eram negras, na cidade de Aracaju, Sergipe. Foi utilizado um questionário contendo questões abertas e fechadas. A fim de verificar a identidade racial foi perguntado à criança se ela era “branca”, “marrom” ou “negra”; e se gostava de ser da cor que indicou ter. Para verificar a identidade pessoal, a criança era solicitada a dizer o que escreveria num bilhete a uma pessoa que nunca a viu, para que esta fosse capaz de reconhecê-la imediatamente após vê-la. Perguntava-se ainda à criança se ela gostava de ser do modo que descrevera no bilhete, se ela mudaria alguma coisa em si mesma; e o que mudaria. Os resultados mostram que das 94 crianças entrevistadas apenas 46 se descrevem dentro de suas próprias categorias de pertença, 31 mulatas e 15 negras. Dentre as mulatas 29 gostam de ser mulatas, dentre as negras 11 gostam de ser negras. De modo que são 40 crianças que tem uma identidade racial positiva. Com relação a identidade pessoal, foi observado que ao descreverem-se, as crianças concentraram suas respostas em termos de descrições físicas como altura, estatura (14 mulatas e 5 negras), e em termos de avaliação estética, sou bonito, sou feio (8 mulatas e 3 negras). Apenas 6 crianças se referiram a cor da pele, duas delas eram negras. Verificou-se que 28 crianças mulatas e 12 negras disseram que gostam de ser como se descreveram. Em resposta a se mudaria algo em si, 22 das crianças mulatas e 11 das negras disseram que não. Das 10 crianças que disseram sim, 6 mulatas e 4 negras se referiram a partes do corpo, não houve menção a cor da pele. Os resultados parecem indicar que há um interjogo entre a identidade pessoal e racial, de modo que quando a identidade pessoal da criança é positiva sua identidade racial é fortalecida e vice-versa. Estes resultados são analisados à luz das teorias da identidade pessoal e racial e do racismo na infância.

**Palavras-chaves:** Identidade racial, Identidade pessoal, crianças

**Atividade: Preconceito e exclusão social: as diferentes faces de um mesmo fenômeno (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Discutindo o preconceito à luz da Teoria da Dominância Social em universitários nordestinos

**Autor(es):** Sheyla Christine Santos Fernandes

**Resumo:** Tão antiga quanto a humanidade é a necessidade cognitiva de construir categorias grupais, partindo do pressuposto de que precisamos tornar o meio social mais previsível e controlável. O resultado deste processo se faz presente em todas as sociedades e é um lugar comum no campo de estudo das ciências sociais. Esta temática pode ser definida como estereótipo, preconceito e/ou discriminação social. O estereótipo é a base cognitiva de uma condição injustificável de atitudes negativas frente a determinados grupos sociais, resultando quase sempre em comportamentos de hostilidade e violência contra grupos minoritários. O preconceito pode ser definido como atitudes negativas e depreciativas que, no quadro específico das relações de poder entre grupos, se desenvolvem e são expressadas tendo em vista a estereotipagem social. Já a discriminação trata-se do comportamento de excluir, negligenciar ou hostilizar indivíduos ou grupos marginalizados socialmente. Estes são processos exaustivamente abordados pela Psicologia Social, sendo ora reduzidos a processos automáticos, individuais e psicológicos, ora remetidos aos processos sociais e de luta ideológica pelo poder social. Na década de 90 foi desenvolvida uma teoria – Teoria da dominância Social (TDS) - que tem como fundamento central articular os fatores psicológicos e sociais no estudo do preconceito, no sentido de dar a esta variável uma maior abrangência e, portanto, uma compreensão mais refinada. Contando com uma série de estudos transculturais, esta teoria tem se mostrado bastante proeminente. Diante do exposto, procura-se discutir os pressupostos da teoria da dominância social e sua importância na explicação do sexismo, da homofobia e do racismo, a partir de um estudo empírico realizado em uma amostra de estudantes universitários de Aracaju – Sergipe (N=350). Os participantes responderam à escala de orientação à dominância social, à

escala de representações das relações de gênero, à escala de atitudes frente à homossexualidade e à escala de racismo simbólico, além de um conjunto de questões sócio-demográficas. Os resultados demonstraram que os estudantes são avessos à dominância social e aderem ao igualitarismo (inverso da dominância), o considerando como preferível em detrimento às hierarquias grupais. Isto pode indicar que, em se tratando de visão de mundo numa perspectiva individual, não se considerar preconceituoso é a norma social. Pode-se encontrar também que a orientação à dominância social explica os tipos de preconceitos estudados e, de forma inversa, aderir ao igualitarismo indica índices menores de sexismo, racismo e homofobia. Mas até que ponto esses resultados indicam uma maneira mais justa e igualitária de lidar com a diversidade social? Os resultados destes estudos são debatidos em função dos estudos das novas formas de expressão do preconceito, as quais defendem que o socialmente desejável impõem aos sujeitos sociais a norma da igualdade e justiça social.

**Palavras-chaves:** Preconceito, Dominância social, Sexismo, Racismo, Homofobia

**Trabalho:** O Contexto da Adoção de Crianças por Casais Homoafetivos Segundo Universitários de Direito e Psicologia

**Autor(es):** Ludgleydson Fernandes Araújo, Josevânia da Silva Cruz de Oliveira

**Resumo:** As mudanças ocorridas na configuração familiar ao longo da história vêm ampliando a concepção do termo família. Tais arranjos não devem ser entendidos como decorrente de uma crise na instituição família, mas como reflexo de mudanças na sociedade. No que se refere à questão da adoção de crianças por pares homoafetivos, há que se considerar os vários fatores intrínsecos, entre os quais se destaca o preconceito que em muitos casos fundamentam atitudes violentas contra homossexuais. Assim, essa população vem sendo afetada na sua saúde, de modo que esta é compreendida enquanto um fenômeno biopsicossocial. As Representações Sociais (RS) são constituídas por processos sócio-cognitivos nas interações sociais. Enquanto atores sociais se fazem necessário saber quais as representações que os futuros profissionais de psicologia e direito possuem acerca da problemática em questão, uma vez que a mesma evoca aspectos de cunho psicológico e do direito. A presente pesquisa teve por objetivo identificar e comparar as RS de estudantes em fase final do curso de psicologia e de direito acerca da adoção de crianças por casais homossexuais. Para tanto a amostra foi não-probabilística, intencional e acidental constituída de 104 universitários, de ambos os sexos (56% feminino e 44% masculino), sendo 51 concluintes do curso de Direito e 53 concluintes do curso de Psicologia da UFPB. É válido salientar que os universitários tinham livre arbítrio para participar da presente investigação científica de forma anônima e voluntária. Utilizou-se como instrumento para coleta dos dados da pesquisa um questionário com questões fechadas e o teste de associação livre de palavras. A entrevista foi categorizada pela análise de conteúdo temática de Bardin (2002) e os do teste de associação foram processados no software Tri-deux-mots através da análise fatorial de correspondência. Os dados obtidos revelaram posicionamentos contrários dos universitários de Psicologia e Direito acerca da adoção de crianças por casais homossexuais. Pode-se verificar entre as representações sociais dos universitários de ambos os grupos que a adoção ocasionaria conseqüências para a criança como: influência na orientação sexual, preconceito e ausência de referencial materno/paterno. Ainda acerca das conseqüências da adoção os universitários de Psicologia mencionaram que tal fato poderia desenvolver distúrbios psicológicos na criança, ao passo que os universitários de Direito ancoraram suas representações sociais nos problemas morais/religiosos. Evidenciou-se a necessidade do fomento de locus discussão/reflexão no âmbito universitário e na sociedade em geral acerca da possibilidade ou não da adoção de crianças por parte de casais homossexuais, com intuito de desenvolver mecanismos psicossociais e jurídicos que contribuam na elucidação desta temática complexa e dinâmica da sociedade contemporânea.

**Palavras-chaves:** Adoção, Casais Homoafetivos, Representações Sociais

**Trabalho:** O Hiv/Aids e seus Determinantes Psicossociais: Solidão, Preconceito e Exclusão Social

**Autor(es):** Airton Pereira do Rêgo Barros

**Resumo:** A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) é atualmente um dos maiores desafios enfrentados pela saúde pública, atingindo tanto os países do primeiro mundo como os países em desenvolvimento. Hoje, observa-se no Brasil, um país caracterizado por diferenças geográficas e desigualdades sociais, que a epidemia de AIDS passa a ser determinada pelos processos de interiorização, pauperização, heterossexualização, feminilização, juventudilização e envelhecimento. Percebe-se que a AIDS não se restringe à grupos ou comportamentos de risco, tais como homossexuais, hemofílicos e drogaditos, já que todas as pessoas estão propensas à contraí-la. O estudo das representações sociais da AIDS apreendidas no coletivo de pacientes soropositivos no contexto da Rede Nacional de Pessoas (RNP) se faz relevante pela necessidade de um avanço na construção do conhecimento científico a respeito da referida patologia, a partir de uma perspectiva psicossocial, com o intuito de contribuir para a prevenção do quadro, devido ao alto grau de degradação física, subjetiva e social ao qual são acometidos aqueles que não recebem o tratamento e apoio adequados. A forma como os pacientes soropositivos representam a AIDS é também o levantamento de informações a respeito do ponto de vista da pessoa infectada, doente ou não, sobre os aspectos mais subjetivos do convívio com a infecção e com o tratamento, o que poderá servir de feedback para os médicos, psicólogos e agentes de saúde que atuam diretamente com o problema no seu cotidiano. Tais representações atuam como referenciais no aperfeiçoamento da abordagem ao paciente soropositivo das diversas faixas etárias e condições sócio-econômicas, uma vez que as representações sociais permitem explicitar certas necessidades e aspectos da dinâmica social e intersubjetiva do grupo de pertença que nem sempre ficam claras pela mistificação, preconceito e pressão psicossocial a qual está submetido o indivíduo infectado pelo vírus HIV. Este estudo objetivou verificar como pacientes soropositivos representam a AIDS e o tratamento do HIV/AIDS visando a formação de competências psicossociais no paciente para o enfrentamento das condições limitantes da infecção pelo HIV, para compreender como o convívio com o HIV/AIDS e seu tratamento atua diretamente nas interlocuções sociais dos indivíduos infectados. Participaram da pesquisa 10 pacientes soropositivos, de ambos os gêneros, com média de idade de 26 anos que freqüentam regularmente os grupos operativos e recebem acompanhamento da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS (RNP+) unidade de Uberlândia-MG. Foram feitas análises sistemáticas das fichas, históricos e prontuários médicos cedidos pela instituição selecionada com prévia autorização dos pacientes, observações participantes nos grupos operativos realizados na RNP+ e entrevistas em profundidade guiadas por um tópico guia baseado nos objetivos e nos referenciais teóricos e metodológicos usados no estudo. Os dados coletados foram analisados pela Técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2004). Os resultados evidenciaram representações que ancoraram o saber compartilhado aos aspectos biológicos e psicossociais. A doença foi majoritariamente objetivada pelas limitações físicas e psicológicas como decorrentes das alterações atribuídas ao convívio com a doença. O preconceito e a exclusão social aparecem como agentes determinantes de ansiedade e de comportamentos paranóicos que cerceiam e limitam a vida desses atores sociais dificultando a adesão ao tratamento necessária para o melhoramento na qualidade de vida dos mesmos.

**Palavras-chaves:** AIDS,Enfrentamento,Exclusão social

**Atividade: DISCURSOS SOBRE AS DIFERENÇAS E PRECONCEITO ÉTNICO: COMO MÃES EXPLICAM A SEUS FILHOS QUESTÕES REFERENTES ÀS RELAÇÕES INTERGRUPAIS (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:DISCURSOS SOBRE AS DIFERENÇAS E PRECONCEITO ÉTNICO: COMO MÃES EXPLICAM A SEUS FILHOS QUESTÕES REFERENTES ÀS RELAÇÕES INTERGRUPAIS**

**Autor(es):** Michelle da Conceição Silva,DANIELLE MORAES Santos,Shyrley Bispo Guimarães,Carina Feitosa dos Santos,Dalila Xavier de França

**Resumo:** A família cumpre uma diversidade de funções, tanto para os adultos como para os filhos. Uma das funções principais da família é a de socializar, ou seja, de transmitir aos membros mais novos da sociedade orientações sobre valores, normas de conduta e do funcionamento da sociedade. Todos os membros são importantes nesse processo, entretanto, os pais são figuras centrais, que através de uma variada gama de procedimentos, favorecerão a manutenção de certas condutas desejáveis nos filhos em detrimento de outras que consideram socialmente indesejáveis. Muitos estudos têm se preocupado em como ocorre esse processo, especialmente em verificar os tipos de experiências infantis, que estão relacionadas às motivações para o controle e expressão das atitudes étnicas. Segundo Nesdale (2001) a seqüência de preferência étnica ao preconceito étnico geralmente tem sido considerada como reflexo da influência do meio social da criança, particularmente do impacto dos seus pais e colegas. Várias pesquisas apontam que há uma similaridade na linguagem, concepções e inconsistências expressas por pais e seus filhos quando fazem declarações afetivamente negativas acerca de grupos étnicos minoritários, e que as crianças geralmente apresentam seus pais como fontes de suas declarações. Com base nesses pressupostos este estudo pretende verificar discursos de mães sergipanas sobre as diferenças étnicas e o preconceito étnico. Para tanto, foram entrevistadas 145 mães de filhos com idade entre 6 e 10 anos. As entrevistas foram realizadas em domicílios da cidade de Aracaju e Itabaiana. Como instrumento utilizou-se um questionário com questões abertas o qual indagava as mães como ela explicaria a seus filhos questões relativas às relações intergrupais: a) Você conversar com o filho sobre preconceito e racismo? b) Se seu filho lhe perguntasse sobre o motivo pelo qual existem pessoas negras e brancas, como explicaria a ele? c) Se seu filho fosse vítima de preconceito e discriminação por causa da cor da pele dele. O que você diria a ele? d) Se seu filho lhe perguntasse sobre porque existem tantas pessoas negras pobres no Brasil, o que a senhora diria a ele? e) Se seu filho dissesse que não gosta do jeito que é, e que gostaria de mudar a cor da própria pele o que a sr<sup>a</sup> diria a ele? Os resultados indicam que a maioria das mães (70%) dizem que conversam com seus filhos sobre preconceito e racismo, 42,5% dizem coisas do tipo “é errado, feio e injusto ser preconceituoso”, que “não devem chamar os negros de pretos”, 37,7% dão respostas como “falo que todos nós somos iguais”, “respeite os colegas”, “a cor não interfere em nada e não importa a cor que você seja”. Quando indagadas a respeito do motivo de existirem pessoas negras e brancas; 30,3% dizem que “quando Deus criou o mundo colocou pessoas de raças diferentes”; 20,7% referem a misturas de raça ocorridas no decorrer da história do país e ainda 11% dizem que “o pai e a mãe são de uma cor e determinam a cor do filho”, 24,4% não souberam responder. Se um filho fosse vítima de preconceito e discriminação, 52,4% diriam “que não levasse a sério, pois ele não é o único daquela cor”, “que não desse atenção a essas pessoas”, outras 14,5% diriam “Existem pessoas preconceituosas”, “o problema está em quem discriminou”. No que se referiu à pergunta “se seu filho lhe perguntasse sobre porque existem tantas pessoas negras pobres no Brasil?”, as mães responderam que o fato se devia à falta de oportunidade dos negros (27,6%), 15,9% deram respostas como “a pobreza hoje é o que mais existe e não é questão de cor”, 11,7% referem a desigualdade social e a questões de gestão do estado. Se o filho não gosta do jeito que é e que gostaria de mudar a cor, as mães dão duas direções de respostas: é impossível mudar ou é possível mudar. As que acreditam que é impossível mudar dão explicações religiosas: o que “Deus fez ninguém desfaz”, “Deus deu essa cor”, ou dizem para aceitar “não tem como mudar ele deveria aceitar a forma que ele é”, há ainda aquelas que tentam fazer o filho perceber as qualidades positivas da sua cor “está bonito do jeito que está não precisa mudar”. As que acham que pode mudar respondem “seria uma opção dele”. Os resultados serão discutidos com base nos estudos sobre relações intergrupais e pressupostos teóricos da socialização do preconceito.

**Palavras-chaves:** socialização do preconceito, relações intergrupais, atitudes maternas

**Atividade: PROCESSOS PSICOSSOCIAIS, CONSTRUÇÃO COLETIVA E CRIAÇÃO MUSICAL**  
**(Comunicações Científicas)**

**Trabalho: PROCESSOS PSICOSSOCIAIS, CONSTRUÇÃO COLETIVA E CRIAÇÃO MUSICAL**

**Autor(es):** Kátia Maheirie, Paulo Fabrício Ulguim Rodrigues, Gladis Lazarotto

**Resumo:** Este trabalho investiga os processos psicológicos e os sentidos atribuídos por crianças e adolescentes às objetivações musicais que realizam, sem perder de vista suas determinações econômicas e sociais neste processo. Tal projeto representa a unificação entre pesquisa e extensão, na medida em que, para estudar os processos psicológicos envolvidos na produção musical, foi oferecida uma oficina de música percussiva a um grupo de dez crianças e adolescentes, moradores da periferia urbana de Florianópolis-SC. Método: Foi oferecida uma oficina de percussão durante 4 meses. A oficina permitiu que os jovens confeccionassem instrumentos musicais, a partir de sucata, e refletissem sobre o significado que a música adquire em suas vidas, por meio de entrevistas coletivas e individuais. O desempenho musical e a integração dos sujeitos de pesquisa foram constatados por meio do registro cursivo e filmagens. O grupo começou com cerca de 15 crianças e adolescentes, moradores do Morro da Penitenciária e freqüentadores da ONG Casa da Criança, ali localizada. Os sujeitos residem na periferia urbana de Florianópolis-SC e compreendem a faixa etária de 9-14 anos. Vale lembrar que alguns alunos foram recrutados inicialmente sem ter certeza do interesse pela oficina, de modo que alguns a abandonaram antes do seu término. O grupo remanescente conta com 9 alunos regulares, que estão envolvidos, não apenas em termos musicais, mas na constituição de um grupo. Contexto: A ONG Casa da Criança promove reforço escolar e uma série de atividades artísticas, lúdicas e profissionalizantes, de modo que se interessou por este projeto e cedeu espaço físico e instrumentos de percussão para a sua viabilização. Resultados: A investigação aponta, por meio da produção musical objetivada por eles e por entrevistas coletivas e individuais, que o interesse predominante é pelos gêneros funk e hip hop. Alguns relataram que o hábito de ouvir música é constante no âmbito doméstico; outros adquiriram o hábito participando de oficinas de canto e dança, afirmando que o contato com a música viabiliza a qualificação pessoal, uma vez que são elogiados pelo bom desempenho de suas apresentações em público. Por meio da música, objetivam aquilo que significam do contexto social, expressando uma visão de mundo repleta de críticas e desejos de transformação e reconhecimento social. Alguns participantes apropriaram-se desta crítica de modo a reproduzir relações autoritárias e hierarquizadas, impondo padrões de comportamento, onde a força física dita regras de convívio. Várias estratégias foram utilizadas visando superar as dificuldades de relacionamento entre os integrantes e a apropriação de técnicas musicais: livre expressão musical, exploração da sonoridade do corpo humano, adaptação das oficinas ao interesse dos alunos e discussões sobre o funcionamento do grupo e os limites colocados por cada colega, culminando em regras discutidas e formuladas coletivamente. Alguns integrantes chegaram a abandonar a oficina, remanescendo um grupo de 9 participantes, que têm aprendido e aprimorado técnicas e habilidades musicais e, ao mesmo tempo, interpessoais. Os dados coletados nas entrevistas individuais e coletivas têm apontado a presença das mediações familiares naqueles que se entrelaçam em um projeto musical, focando a aprendizagem de um instrumento, seja na criação e/ou reprodução de objetivações sonoras. Considerações finais: A música se caracteriza por ser uma linguagem reflexivo-afetiva capaz de construir sujeitos coletivos, unificar singularidades, entrelaçando os sujeitos em torno de um projeto sonoro comum. Ao mesmo tempo, a música é capaz de fortalecer o sujeito individualmente, aumentando a auto-estima e ampliando os horizontes profissionais, na medida em que se aprende uma técnica musical específica. Ao se objetivar publicamente em apresentações, mesmo que a um número pequeno de pessoas, os sujeitos vivenciam esteticamente uma experiência musical, adquirindo confirmação no desempenho de seu novo ofício, reconstruindo a si como sujeito capaz de expressar-se e contribuir coletivamente em seu contexto social.

**Palavras-chaves:** criação, música, oficinas estéticas

**Atividade:** RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM UMA CRECHE COMUNITÁRIA (Paineis)

**Trabalho:** RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM UMA CRECHE COMUNITÁRIA

**Autor(es):** Hérica Maria Saraiva Melo

**Resumo:** Este estudo é o resultado de uma experiência de estágio específico supervisionado na área de Psicologia Comunitária em uma creche comunitária de Teresina – PI. Tal prática consiste em um contato efetivo dos estudantes com a psicologia comunitária, oferecendo suporte teórico-técnico e capacitando-os na elaboração de diagnóstico e nas intervenções dirigidas à promoção da saúde, bem como na ampliação da concepção de questões relacionadas à comunidade. Analisando as atividades comunitárias dos indivíduos, pode-se conhecer não só o processo social e econômico construído e praticado por eles, mas onde se encontram como sujeitos da realidade e o que fazem consigo mesmo enquanto modo de vida. O estágio possuiu uma parceria com a comunidade de Morros, na qual a creche está inserida. Esta pertence à Prefeitura Municipal de Teresina e é administrada pela Fundação Padre Antônio Dante Civiero (FUNACI), que presta serviços comunitários à região sem fins lucrativos. O local de estágio tem como público alvo crianças de dois a seis anos de idade que estão ingressando pela primeira vez em um ambiente que busca proporcionar ensino e lazer, bem como oferecer alimentação durante o período em que assiste a criança. O trabalho almejou a participação de pais e mães das crianças, mas só ocorreu a presença das últimas. De modo geral, as mães caracterizam o perfil da comunidade, encontrando-se em uma situação precária de moradia, ausência de saneamento, problemas de alcoolismo, drogas, violência doméstica e desemprego. Foi constatado como consequência de todas as animosidades que a população estudada enfrenta, uma certa passividade e inércia para cobrar o poder estatal por serviços públicos de melhor qualidade. Entretanto, observou-se a existência de uma solidariedade interna entre os membros da comunidade, por exemplo, a realização da reforma da creche por familiares das crianças. Dessa forma, a inserção dos estagiários foi baseada na metodologia participativa de pesquisa ação e pesquisa participante, onde se obtiveram informações a respeito das experiências e perspectivas sobre a vida comunitária, as características e o funcionamento das famílias das crianças. Utilizando-se da base teórica da Psicologia Comunitária e das teorias de dinâmica de grupo, realizaram-se as seguintes atividades: visitas domiciliares para conhecer a realidade da comunidade; coleta de informações sobre a vida, condições de moradia e sobrevivência, bem como identificação de necessidades e problemáticas vividas pela população na esfera do seu cotidiano; planejamento e execução de reuniões com as mães a partir da demanda trazida pelas mesmas. Foram efetivados semanalmente na própria creche, encontros com essas mães, onde se procurou, ao longo de todo o processo, estabelecer uma ponte de diálogo entre as funcionárias da creche e as mesmas, pois a intenção seria que dessem continuidade aos encontros. No grupo, foram trabalhados os interesses que surgiram na própria fala dos moradores da região, buscando favorecer uma conscientização das mães para que haja uma maior aproximação e um maior comprometimento com a creche. Isso foi possível através da identificação de habilidades dessas mães como forma de contribuição para a melhoria da creche; resgatando o potencial das mesmas no sentido de valorizar a sua importância dentro da comunidade e incentivar o desenvolvimento da autonomia. Os resultados alcançados proporcionaram às participantes um momento de integração, descontração e discussão, estimulando-as a problematizar e programar ações a longo prazo. Conclui-se que talvez seja a negação do pensar, agir e sentir a qual essas famílias estão submetidas no decorrer de suas histórias, a razão pela qual demonstrem: irreverência e total descrença pelas instituições por onde passam, desvalorização pessoal e menosprezo pelo próprio saber. Um trabalho contínuo, a exemplo de um projeto de extensão, renderia resultados muito mais concretos e abrangentes, tendo em vista que a tendência do grupo é de ficar cada vez mais unido à medida que os indivíduos se encontrarem para compartilhar experiências. Percebe-se que a identidade do psicólogo deve passar pela construção de um perfil profissional que possa atender contextos institucionais e comunitários, incluindo reflexões críticas sobre as questões políticas e sociais. A inserção social da psicologia fica clara à medida que se entra em contato com o trabalho na comunidade e se apreende a estreita ligação que há entre o papel de “promover saúde” e a transformação social propriamente dita.

**Palavras-chaves:** psicologia comunitária, creche, estágio supervisionado

**Atividade: ADOÇÃO POR CASAS HOMOSSEXUAIS (Paineis)**

## **Trabalho:** ADOÇÃO POR CASAIS HOMOSSEXUAIS: UMA ABORDAGEM JURÍDICA E PSICOLÓGICA

**Autor(es):** Milene Frasco Viana, Hérica Maria Saraiva Melo

**Resumo:** Este trabalho é o resultado da aplicação de uma pesquisa de opinião em homossexuais de Teresina-Piauí, a fim de saber a opinião dos mesmos acerca do tema da adoção por casais homossexuais. O instrumento utilizado foi a entrevista semi-estruturada. Foram entrevistados 23 homossexuais, através da parceria com o Grupo Matizes (ONG a favor da livre expressão sexual), Lar da Esperança (Instituição que atende pessoas portadoras do vírus da AIDS) e bares onde costumam frequentar os homossexuais da cidade. Na análise dos dados realizou-se a quantificação das respostas obtidas sobre determinados temas: opinião sobre adoção, e mais especificamente da adoção por homossexuais, sentimentos que predominam entre os homossexuais do convívio. Os aspectos jurídicos referiram-se à opinião sobre até que ponto a legalização da união civil de pessoas do mesmo sexo incentivaria a adoção de crianças por casais homossexuais e o que acham de um homossexual ter direito de adotar uma criança e um casal homossexual não ter esse direito. A amostra caracterizou-se por homossexuais com idades entre 16 e 59 anos. 69% dos participantes concordam ser a adoção um processo burocrático, onde existem ainda muitas barreiras, privilegiando os heterossexuais. Os dados apontaram que 87% dos participantes consideram a adoção por casais homossexuais um tema que deve ser discutido na sociedade. 61% adotariam uma criança, ao passo que 35% não adotariam e 4% apresentaram dúvidas quanto a este quesito. Os dados indicaram ainda que em 48% dos homossexuais e lésbicas do convívio do entrevistado predomina indiferença acerca do assunto; em 39% predomina desejo da adoção e em 13% prevalece a rejeição sobre o assunto. 70% acreditam que a legalização da união civil de pessoas do mesmo sexo incentivaria a adoção de crianças por casais homossexuais; 26% acham que não incentivaria e 4% acreditam que talvez pudesse influenciar. O fato de um homossexual ter direito de adotar uma criança e um casal homossexual não ter esse direito está permeado de preconceitos e tabus. Após todo esse estudo, chegou-se à conclusão que o primordial é o bem estar e o desenvolvimento saudável da criança, assim como a possibilidade de ver seu direito constitucional de ter uma família respeitado, sendo inadmissível privá-la dessa experiência por puro preconceito. Não se devem confundir questões jurídicas com questões religiosas ou morais. O importante é que a discriminação, o preconceito e os valores pessoais do julgador não impeçam que a tutela jurisdicional seja prestada com justiça e que seja julgado caso a caso, sem generalização de classes, sem pré-julgamentos. Os direitos sexuais devem ser reconhecidos, promovidos, respeitados e defendidos por todas as sociedades de todas as maneiras. O estudo revelou a necessidade de atenção aos aspectos discriminatórios ligados aos homossexuais e ao processo de adoção pelos mesmos, o que pressupõe repensarmos sobre o modelo de família atual.

**Palavras-chaves:** psicologia jurídica, casais homossexuais, adoção

**Atividade:** O Lugar da Política para os Jovens  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** O Lugar da Política para os Jovens

**Autor(es):** Amana Rocha Mattos, Alana Mendes de Azevedo, Verônica Farias, Lucia Rabello de Castro

**Resumo:** As relações entre a juventude e o campo da política podem ser vislumbradas em diversos momentos da história brasileira, seja na participação e no engajamento dos jovens em causas, lutas e debates políticos, seja na tentativa de grupos de jovens colocarem-se em oposição às práticas políticas institucionalizadas, propondo outras maneiras de participação, ou

mesmo abstendo-se de participarem de decisões mais coletivas. No projeto de pesquisa denominado “Subjetivação Política na Infância e Juventude, Participação, Reconhecimento e Contextos Institucionais”, em andamento no NIPIAC/UFRJ, procuramos investigar os caminhos, tanto formais quanto informais, de participação política dos jovens na contemporaneidade. Para tanto, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com jovens de ambos os sexos, habitantes do Estado do Rio de Janeiro, cuja faixa etária encontra-se entre dezesseis e vinte e cinco anos. Foram entrevistados jovens que participam de movimentos sociais e políticos, tais como partidos políticos, ONGs e movimentos estudantis. Estas entrevistas buscaram investigar temas como as motivações e a inserção nos movimentos, as concepções acerca do que é política, o que é democracia e representatividade, as dificuldades encontradas em suas trajetórias, dentre outros. Neste trabalho, nos detivemos na análise de como os jovens significam o campo da política enquanto campo de identificações, vínculos com a coletividade e modos de ação. De que modo a política, como campo de ação e reflexão, pode constituir hoje uma via para assunção de uma subjetividade coletiva para o jovem brasileiro? Circunscrevemos nossa análise às entrevistas de participantes do movimento estudantil, investigando por que, para esses jovens, a busca por novos laços sociais realizou-se no movimento estudantil, quais as dificuldades encontradas e o que os mantém ligados a essa escolha. Pudemos perceber, em análises iniciais dessas entrevistas, que os jovens relatam uma tensão constante entre o “mundo da política” (seus compromissos, tarefas, viagens, encontros, idéias) e o “mundo familiar” (as cobranças dos pais, a desilusão desses com a política, as críticas dos amigos e parceiros), apontando convergências e distanciamentos entre os modos de pertencimento e identificação entre esses dois ‘mundos’. Um outro aspecto que se destacou nessa análise preliminar foi a figura do outro significativo como um importante – e recorrente – mediador da saída do jovem de um referencial mais privado, familiar, e de sua conseqüente entrada em grupos sociais mais amplos. Esse outro mediador apareceu, em muitas entrevistas, na figura de um amigo, de um professor ou de um namorado, motivando o jovem a participar de discussões e ações mais plurais, envolvendo diferentes pontos de vista e opiniões diferentes dos seus. A conquista dessas redes sociais mais diversificadas também se deu, segundo o relato de alguns jovens, por meio de uma expansão crescente de suas experiências, envolvendo-os em inserções cada vez menos individualizadas e particulares (como a tentativa de melhorar algum aspecto da própria escola, algum problema que atingia o jovem diretamente), que despertaram o seu interesse por discussões e problemas mais coletivos. Pretendemos discutir como a participação em movimentos políticos é significada por esses jovens, indicando de que maneiras a aproximação entre juventude e política ganha contornos específicos na contemporaneidade. (Apoio: FAPERJ/CNPQ)

**Palavras-chaves:** Política, Juventude, Participação, Movimento Estudantil

**Atividade: Representações sociais dos índios em Sergipe: O lugar na história (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Representações sociais dos índios em Sergipe

**Autor(es):** Alan Magno Matos Almeida, Manuela Vilanova Ribeiro Barbosa, Marcus Eugênio Oliveira Lima

**Resumo:** Desde o descobrimento do Brasil e, principalmente, a partir da colonização, os índios são vítimas de diversos tipos de violência – assimilação cultural, marginalização, expulsão de suas terras, demonização e extermínio. Em contato com o branco, os nativos miscigenaram e perderam muito de sua cultura. No entanto, apesar da mistura racial e assimilação cultural, os índios que restaram não deixaram de ser índios. Temos no Brasil grupos que preservam os costumes indígenas e, embora não possuam traços fenotípicos característicos, guardam um sentimento de pertença ao grupo, identificam-se com a identidade indígena e vivem em comunidades com outros índios. Na segunda metade do século XX, se inicia no Brasil um movimento de regulamentação da propriedade das terras. Paralelamente no nosso estado, dada a ameaça de perda da terra para os índios, começa um movimento de negação da existência de índios em Sergipe. A alegação era a de que não existiam mais índios e sim um grupo de



habitantes mestiços, que se diziam índios apenas para ter a terra. Essas questões políticas e econômicas se apóiam e ao mesmo tempo estruturam representações sociais dos grupos. De tal maneira que, uma questão importante é a de saber Quem é “índio” para as pessoas”? Ou como e o quê é ser índio no Brasil? Diante disso, realizamos uma pesquisa com o objetivo é investigar as representações sociais dos índios em Sergipe. Considerando-se que as representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente construída e partilhada através de processos comunicacionais, que repercutem elementos da dinâmica histórica; examinamos o modo como os índios são representados pelos sergipanos e que lugar lhes é atribuído na história do Brasil. A primeira parte da coleta de dados foi realizada de novembro a dezembro de 2006 com 90 moradores de 3 cidades de Sergipe e uma de Alagoas, Pão de Açúcar . esta última foi escolhida por ser a cidade mais próxima da única tribo indígena de Sergipe, os xokó, onde eles mantém a maior parte das suas relações comerciais. O estudo foi realizado através de entrevistas estruturadas, nas quais perguntávamos “Quando você ouve a palavra índios, quais são as três primeiras coisas que você pensa?” e “Quando você pensa nos acontecimentos do Brasil, o que lembra em relação aos índios?” Os resultados parciais indicam que os entrevistados são em sua maioria mulheres (57,8%) e com idades variando de 14 a 83 anos. A renda familiar mais freqüente ficou entre 1 e 2 salários (42%) e escolarização de ensino médio completo (35%). A associação livre com os índios indicou como resposta mais freqüente elementos culturais” (como “língua diferente”, “hábitos”, “pintura”, “cantam e dançam”, “tradição”, “forma de vestir” com 14,16% das respostas; sobre os índios apareceram também referências a “questões históricas” (como “descobrimento do Brasil”, “primeiros habitantes”, “antigüidade”) com 12,39%; “lugares” (“aldeia”, “espaço restrito”, “vivem na mata”, “tribo”, “oca”) com 7,96%; e “natureza” (“mata”, “naturalismo”, “peixe”) com 6,64%, Também aparecem citações que remetem a “injustiça social” (3,54%), “discriminação/preconceito” (3,54%) e “sofridos” (2,65%), que parecem indicar um reconhecimento da posição de exclusão ou invisibilidade ocupada pelos índios atualmente. Quando perguntado sobre as lembranças de acontecimentos da história do Brasil as respostas mostraram que os índios são lembrados como excluídos, explorados, vítimas de maus-tratos e escravizados (29%); 10 % dos entrevistados mencionam acontecimentos recentes, geralmente divulgados na mídia; 9% não lembra ou não responde; a questão da terra é lembrada por 13% dos entrevistados, sendo que 8% se refere à invasão e 5% à luta; 21% cita o descobrimento, sendo 5% a própria palavra, 6% referindo-se à origem do índio e 4% ao descobrimento do Brasil pelo índio e 2% os índios vieram morar aqui no Brasil. Dessa forma, as questões que aparecem com mais relevância e que parecem marcar a representação social dos índios são aquelas ligadas ao Descobrimento (geralmente conhecido nas escolas), à terra e às péssimas condições de vida as quais o índio é suscetível até hoje.

**Palavras-chaves:** representações sociais, índios, cultura

**Atividade: Batoque: uma inserção teórica-vivencial em Psicologia Comunitária (Paineis)**

**Trabalho:** Batoque: uma inserção teórica-vivencial em Psicologia Comunitária

**Autor(es):** Verônica Mendes Frota Gomes, Ana Rochelle Onofre Borges, Julia Mota Farias, Neila Régia Vieira de Mesquita

**Resumo:** Este trabalho consta de uma inserção teórico-metodológica-vivencial enfocada nos princípios da teoria psicológica comunitária. Decidimos pesquisar o desenvolvimento comunitário da Praia do Batoque, distrito do município de Aquiraz – Ceará. Através do auxílio da ONG Terramar, conseguimos contatos com as lideranças locais. Na presente investigação, empregou-se uma metodologia do tipo qualitativa, a qual permitiu a apreciação do lugar, Praia do Batoque, em uma perspectiva holística, considerando-o em sua totalidade organizada e dinâmica; pretendendo-se observar as condições, estrutura e fenômenos do ambiente estudado a partir das vivências ali presentes, visíveis nas pessoas e em suas relações com aquele meio. Através da observação-participante e realização de um grupo de discussão com jovens, buscou-se combinar

os saberes científicos e populares para conseguir identificar as principais demandas da comunidade, suas potencialidades e organizações. A partir da inserção direta na comunidade e a vivência de sua realidade de modo mais intenso, os pesquisadores tiveram a possibilidade de averiguar como se expressam algumas categorias psicológicas objeto de estudo da Psicologia Comunitária, como as pessoas se apropriam e se utilizam dos meios fornecidos pela comunidade e as implicações disso para sua subjetividade. Utilizou-se também a fotografia, devido esta se mostrar como um elemento eficiente para as investigações das idéias, sentimentos e significados relativos a um ambiente, considerando que uma fotografia permite descrever e analisar um fenômeno através de uma linguagem particular: as imagens. As categorias percebidas como expressas foram: atividade, consciência, identidade com o lugar, representação social, ideologia de submissão e resignação, identidade do oprimido e explorado, valor pessoal e poder pessoal.

É através da atividade humana que o indivíduo desenvolve uma interação dialética com o mundo, incitando à consciência, além de ser a revelação da potencialidade transformadora e criadora do indivíduo desenvolvida a partir de toda a rede de significados que perpassam os indivíduos. A atividade não se torna explícita apenas nas questões econômicas, mas na própria movimentação de idéias, pensamentos e organizações locais, sejam estas políticas ou culturais. Vemos então uma clara manifestação de consciência no que tange à manifestação de grupo perante uma situação real. A representação do não-conformismo, da não adaptação, mas sim da apropriação da realidade, que seria rastros do terceiro estágio de Paulo Freire, a Transitividade Crítica, onde a consciência é inquieta e “problematizadora”. Refletir sobre as contradições e as diferenças é essencial para a tomada de consciência de si e da própria condição social; porém, enquanto essa conscientização permanecer na esfera pessoal, “terá uma existência ‘fantasmagórica’”: é condição indispensável que a identidade social seja tocada pela criticidade e pelo questionamento, para que as pessoas se vejam então como agentes de mudanças sociais, percebendo seus papéis na sociedade, suas determinações históricas e relações múltiplas de dominação e submissão a que estão sujeitos. Conseguiu-se identificar traços da ideologia de resignação e submissão na fala de jovens e de outros moradores do Batoque, como na legitimação da ordem vigente e na naturalização dos fatos sociais. Podendo-se perceber quanto à identidade de oprimido e explorado, que muitas vezes os moradores assumem um posicionamento fatalista negando as capacidades de mudança e escolhas, mas outros reconhecem o seu poder de transformação e mobilização social diante dos “poderosos”. Percebeu-se uma compreensão diversa na identidade com o lugar entre os moradores do Batoque, refletida em uma frágil identidade pessoal territorial: batoqueiros ou batoquenses? Manifestando-se também no próprio sentimento de pertença ao Batoque, pois muitos moradores, principalmente os jovens, desejam ir embora, atribuindo esse anseio à falta de estrutura do lugar. Apesar de compartilharem mesma unidade territorial e modo de vida, valores religiosos distintos e vivências pessoais promovem essas diferentes percepções e níveis de conscientização acerca de uma mesma realidade; como não reconhecimento da área de reserva extrativista marinha, passividade diante das decisões e discussões acerca da nova condição que é “imposta” a coletividade de moradores, concentração de informações e benefícios em favor dos membros de um grupo, etc. Verificou-se que o valor e o poder pessoal não se manifestam satisfatoriamente, principalmente em relação à juventude. Porém, alguns dos jovens têm sonhos de vencer e de construir uma vida melhor, mesmo que seja necessário, sair do Batoque para conseguir isso e, posteriormente, regressar. Em outros, percebe-se um ar de conformismo com o modo de vida vivenciado, fundado em uma não-crença em seu poder de transformação, gerando certa apatia diante de perspectivas futuras. Desta forma, podemos fazer uma leitura dos fenômenos psicológicos vigentes nesta comunidade, construindo laços com seus moradores e fortificando a idéia de que o psicólogo não deve ocupar um lugar de suposto-saber que o afasta da realidade cotidiana da comunidade, mas o de um profissional aberto ao diálogo e à construção de conhecimento conjunto, sempre atento não às carências, mas às potencialidades de um povo.

**Palavras-chaves:** comunidade, observação-participante, identidade social

**Atividade:** Perspectivas da Traição para Homens e Mulheres (Paineis)

**Trabalho:** Perspectivas da Traição para Homens e Mulheres

**Autor(es):** Tereza Alice Fonseca Chaves

**Resumo:** Este estudo científico tem como tema à “Traição” que mesmo antes da formação do primeiro modelo de família (consangüínea), já existia. E mesmo após sua proibição pela igreja já no modelo patriarcal, sua existência ainda persiste. Segundo o Aurélio, traição é perfídia, deslealdade, infidelidade no amor. Trair é enganar, atraiçoar, denunciar, delatar, ser infiel; ela gera dor, angústia, sofrimento, desgosto, revolta, constrangimento, sendo considerada ofensa grave. A traição em qualquer relacionamento humano pode ser o móvel de uma reparação de dano moral. E foi dentro deste contexto que este estudo foi desenvolvido, procedendo-se através de uma pesquisa de levantamento de dados, a fim de verificar qual a concepção de homens e mulheres dentro desta abordagem. O método empregado foi o survey e os sujeitos da amostra foram 100 estudantes de ambos os sexos e variados cursos de uma população de 16.146 estudantes de uma Universidade particular da cidade de Aracaju. A coleta de dados se procedeu através da aplicação de questionários no mini-shopping da Universidade durante o intervalo das aulas. Ao analisar os dados ficou constatado que traição é falta de respeito tanto para os homens (35,44%) quanto para as mulheres (46,7%); quando perguntado qual seria o principal motivo que levaria a uma traição, a maioria dos entrevistados respondeu ser a atração física, homens (36,37%) e mulheres (23,65%); foi observado também que a maioria dos entrevistados já traiu: homens (78%) e mulheres (50%); é importante ressaltar que 60% das mulheres sabem que já foram traídas, já os homens com essa mesma proporção acham que nunca foram traídos; pode-se perceber ainda que a maioria das mulheres que foram traídas, traíram (60%); com relação ao que reprime o impulso de trair, duas respostas foram as mais citadas, sendo: gostar do (a) companheiro (a) para os homens com 44,26% e para as mulheres com 47,70% e o medo de ser descoberto, para os homens com 36,10% e para as mulheres com 32,30%; por fim, a questão referente ao ambiente mais propício a traição, a alternativa mais assinalada foi as festas noturnas com 38,62% dos homens e 53,24% das mulheres. Com esta pesquisa pode-se concluir que a percepção de homens e mulheres acerca da traição é muito parecida, notando-se que há apenas uma diferença, com relação ao pior tipo de traição, a qual os homens disseram que é quando envolve sexo, já para as mulheres esta é pior quando acontece com um (a) amigo (a). Com essa pesquisa pode-se concluir que o lado emocional das mulheres se sobressai muito mais em suas escolhas e atitudes do que nos homens.

**Palavras-chaves:** Traição, Percepção, Homens, Mulheres

**Atividade: Análise Psicossocial do Grupo Neuróticos Anônimos.  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Análise Psicossocial do Grupo Neuróticos Anônimos.

**Autor(es):** Julia Mota Farias, Ana Rochelle Onofre Borges, João Paulo Lopes Coêlho, Verônica Mendes Frota Gomes, Vinício Brígido Santiago Abreu

**Resumo:** Trata-se de um estudo sobre os fenômenos psicossociais presentes em dois grupos, Harmonia e Esperança de Vida, situados na cidade de Fortaleza, pertencentes à Irmandade Neuróticos Anônimos, buscando conhecer sua estrutura funcional, suas relações inter e intragrupais e os fenômenos psíquicos apresentados. Como fundamentação teórica foram utilizados os escritos freudianos acerca de psicologia de grupo e análise do ego, volume XXVII. Foi realizada uma pesquisa qualitativa com base em entrevistas e participação em reuniões dos grupos. A Irmandade Neuróticos Anônimos, ou N/A, é mundial, consistindo num grupo de homens e mulheres que se reconhecem doentes emocionais incapazes de controlar suas vidas e desejam atingir uma recuperação através da orientação de doze passos auxiliados por sete lemas e uma oração da serenidade guiados por doze tradições, as quais regem o funcionamento do grupo. Os grupos analisados são caracterizados como permanentes existindo há 32 anos, apresentando rotatividade de membros intra e inter-grupal, estando abertos a visitantes

identificados com as idéias do N/A. Esses grupos possuem contato restrito com a Irmandade, sendo o vínculo principal a literatura que orienta a estruturação e funcionamento das reuniões. Muitos membros se originam de outras Irmandades de auto-ajuda com padrões semelhantes ao N/A, principalmente Alcoólatras Anônimos e Narcóticos Anônimos. Eles compartilham uma idéia líder – a recuperação – que mantém a organização da Irmandade e seus grupos. Percebe-se determinado grau de individuação nos integrantes tanto na concepção de neurose, quanto na idéia de tratamento, perpassando desde as nomeações dos diagnósticos psiquiátricos de cada um até a compreensão de cura, que uns acreditam ser completa e alcançada em meses e outros aceitam a condição de neuróticos em recuperação permanente. O grupo contradiz a concepção freudiana de identificação vertical dos membros através de um investimento libidinal ao líder ou idéia líder que se integra ao ideal de ego, contudo se percebem a presença de objetos e idéias fetiches como meio de aproximação com o líder ou idéia líder, por exemplo a literatura que normatiza todos os momentos do grupo, frases que são repetidas sistematicamente e a organização do espaço físico que produzem uma superexposição de mensagens implícitas e explícitas. Em relação ao amor a si mesmo, narcisismo, percebe-se dissolução através dos laços emocionais com outros membros, resultante de uma identificação horizontal. De modo geral, os fenômenos psicossociais apresentados por Freud, não foram percebidos como fenômenos grupais em massa, somente em alguns integrantes. Evidenciou-se um processo de pseudo-indivuação onde as idéias e objetivos particulares de cada um estão subordinados à idéia líder e ao sistema grupal.

**Palavras-chaves:** Psicologia Social, Fenômenos grupais, Neuróticos Anônimos, Freud

**Atividade:** Um Estudo Sobre Mulheres Vítimas de Violência no Município de Teresina/PI (Paineis)

**Trabalho:** Um Estudo Sobre Mulheres Vítimas de Violência no Município de Teresina/PI

**Autor(es):** Emanuel José Batista Lima, Katyuscia Maria de Araújo Nunes, Roberta Gomes Reis, Jesuita Maria de Aquino Gomes, Moema Rodrigues Leal, Marystella Dantas Magalhães, Francisca Mercê de Souza Carvalho, Antônio de Pádua Emérito

**Resumo:** Nas últimas três décadas a violência tem se configurado como um grave problema de saúde pública na sociedade brasileira. Danos de diversas ordens podem ser levantados, tanto no que diz respeito aos danos pessoais e sócio-culturais quanto aos danos econômicos, pois elevam-se os gastos em saúde e em previdência social. Episódios de violência contra mulher também são comuns no Brasil. De acordo com dados do Datasus, as agressões foram responsáveis por 3830 mortes de mulheres no território nacional, sendo 859 na Região Nordeste, no ano de 2004. As mortes representam uma pequena parte dos eventos violentos que acontecem cotidianamente nos lares brasileiros. As Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher vivem abarrotadas de denúncias de agressão que não levam a óbito, mas deixam danos físicos e psicológicos. Este trabalho teve os seguintes objetivos: mapear as formas de violência sofridas (tipos de violência/dano) pelas mulheres teresinenses; traçar perfil dos agressores; conhecer os recursos comunitários mais procurados pelas mulheres quando da ocorrência de episódios violentos e propor estratégias de enfrentamento à violência contra mulher. Os dados foram obtidos nas Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher de Teresina/PI, fizemos uso dos Boletins de Ocorrência do segundo semestre de 2006 e aplicamos entrevistas semi-estruturadas com mulheres vítimas de violência que procuraram as Delegacias no mesmo período. Categorizamos os tipos de danos em três grandes eixos de análise: danos físicos, danos de caráter moral e danos sexuais. Os danos físicos são os mais freqüentes em nossa pesquisa, tais como, tapa, empurrão, soco, chute, puxar os cabelos e etc, além do uso de objetos

nos atos de violência: pedaço de madeira, faca, canivete, chicote. As situações de violência de caráter moral, tais como, gritar, xingar, comparar com outras pessoas, estão presentes em todos os casos investigados, ocorrendo isoladamente ou combinadas com eventos de caráter físico e/ou sexual. Em relação à violência sexual, os danos mais comuns foram: sexo forçado, toque no corpo da vítima por parte do agressor, toque no corpo do agressor, sexo oral, sexo anal, exibição do corpo por parte do agressor, exibição forçada do corpo da vítima e jogos sexuais. De acordo com as entrevistadas, os recursos comunitários mais procurados são de caráter informal, tais como, amigos, parentes e vizinhos; os recursos formais são procurados com menor frequência, revelando a falta de confiança nas instituições de apoio e o medo da denúncia. O âmbito doméstico se configurou como lócus privilegiado para a ocorrência dos episódios violentos. Os companheiros conjugais são os agressores mais comuns: maridos, namorados, noivos e companheiros de união consensual. A violência contra mulher é bastante freqüente no município de Teresina/PI, revelando a naturalização deste tipo de evento; as políticas públicas devem avançar em diversos sentidos, além de trabalhar o amparo e recuperação da mulher vitimada, é preciso pensar e executar estratégias de prevenção e promoção à vida, questionando o papel do gênero em nossa sociedade no sentido de quebra das relações de desigualdades entre os sexos masculino e feminino.

**Palavras-chaves:** Violência, Mulher, Gênero

**Atividade: Estados afetivos de abusadores frente as crianças: a empatia é possível? (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Estados afetivos de abusadores frente as crianças: a empatia é possível?

**Autor(es):** Andreína da Silva Moura, Silvia Helena Koller

**Resumo:** A empatia pode ser definida como a resposta afetiva que resulta de compartilhar a percepção emocional de outra pessoa. Ou seja, ser empático é “sentir com” o outro. Alguns estudos sugerem que abusadores sexuais infantis possuem déficits nos processos empáticos. Tais déficits estariam diretamente relacionados ao cometimento de abuso sexual contra crianças, pois estes indivíduos não perceberiam os estados emocionais negativos decorrentes da situação do abuso. Ao não perceberem esse aspecto, abusadores sexuais infantis não cessariam os atos abusivos, pois não seriam capazes de compreender que seu comportamento ocasiona tais estados emocionais negativos. Diante desse quadro, o objetivo do presente estudo é analisar as repostas afetivas de homens acusados de abuso frente descrição de comportamentos de uma criança. Participaram do estudo cinco homens com as seguintes idades: dois com 37, um com 38, um com 70 e um outro com 73 anos. Todos eles foram acusados de abusar de crianças de até 13 anos. A renda mensal dos participantes variou de um a três salários mínimos (na época R \$ 350,00). Um deles estava preso e não possuía rendimentos. Quatro deles foram encaminhados compulsoriamente pela justiça até o serviço de atendimento no qual a equipe de pesquisa coletou os dados. Este encaminhamento tinha como finalidade a avaliação psicológica dos participantes que serviria como documento para o processo penal ao qual eles estavam submetidos. Um participante não estava sob processo e chegou até o serviço por vontade própria a procura de ajuda psicológica. Os instrumentos utilizados foram uma ficha biosociodemográfica e uma entrevista semi-estruturada, contendo várias questões, dentre as quais as que indagavam os estados emocionais deles frente aos comportamentos de crianças. As perguntas eram as seguintes: “O que você sente quando vê uma criança brincando?”, “O que você sente quando vê uma criança dormindo?”, “O que você sente quando vê uma criança chorando?”, “O que você sente quando vê uma criança gritando?”. Os resultados serão descritos de maneira geral, sem a especificação para cada uma das perguntas. As respostas podem ser agrupadas em três tipos: as pragmáticas, as empáticas e as de angústia pessoal. As pragmáticas foram as que não expressaram sentimentos. Um exemplo desse tipo de resposta ocorreu quando foi questionado a um dos participantes o que ele sentia quando via uma criança dormindo e ele respondeu: “É uma criança dormindo, né?”. As respostas empáticas foram aquelas que consideraram o estado emocional que poderia estar subjacente ao comportamento da criança. Um dos participantes, por exemplo, citou que se a criança está gritando, teria que se analisar se a ela não estava “brava”.

Finalmente, houve respostas que se focalizaram apenas no estado emocional aversivo dos participantes (angústia pessoal). Um exemplo desse tipo de resposta pode ser visualizado quando se questionou ao participante o que ele sentia quando via uma criança chorando e ele relatou que sentia-se nervoso. Com os resultados descritos, pode-se afirmar que os participantes dessa pesquisa apresentam pelo menos em algumas respostas, expressões de empatia frente aos comportamentos de crianças. Assim, não se pode afirmar que eles possuem um déficit geral de empatia, sendo capazes de avaliar os estados emocionais delas. Neste estudo avaliou-se apenas a empatia geral com relação as crianças. Mais estudos são necessários, pois alguns autores sugerem que abusadores sexuais não possuem déficits de empatia geral, mas com relação a uma vítima específica.

**Palavras-chaves:** abusadores sexuais, estados emocionais, empatia

**Atividade: DESENVOLVIMENTO DO GRAFISMO DE CRIANÇAS KADIWÉU (Paineis)**

**Trabalho:** Desenvolvimento do Grafismo de Crianças Kadiwéu

**Autor(es):** Sonia Grubits

**Resumo:** Durante pesquisas com trabalhos sistematizados, com um grupo de crianças Kadiwéu de 07 a 09 anos, na aldeia Alves de Barros, Bodoquena, em Mato Grosso do Sul, selecionadas durante um período de dois anos tivemos oportunidade de desenvolver observações e investigações paralelas que nos permitiram entender e nos aprofundarmos nos estudos referentes à interferência da cultura no desenvolvimento e produção artística da população infantil. Tivemos oportunidade de organizar oficinas de desenho com crianças de diferentes faixas etárias. Os indígenas sempre apoiaram e demonstraram muito interesse pela participação das crianças das diferentes comunidades nas atividades de expressão artística que organizamos. No grupo Kadiwéu tais atividades foram muito relevantes, pois a exuberância de sua arte nos delicados traçados abstratos da sua cerâmica, no corpo e no rosto, tornam o grupo reconhecido pela originalidade de sua produção. Reunimos trabalhos de crianças de 03 a 09 anos, podendo comparar o desenvolvimento do grafismo com os padrões descritos por diferentes autores sobre a produção de crianças da sociedade nacional envolvente. Wallon, Cambier e Engelhart (1990) afirmam que cada sociedade, cada grupo, exprime-se graficamente de maneira diferenciada e específica, sem excluir a existência de signos e de regras universais. O desenho conta também, a quem pode entender, o que eu sou no momento presente, integrando o passado e minha história pessoal. O desenho conta sobre o objeto, ele é a imagem do objeto e se inscreve entre numerosas modalidades da função semiótica: ilustrar, desenhar, é fazer o sentido com os traços, quer dizer com outros sinais ou com as imagens que são muitas vezes difíceis de dizer com as palavras. De acordo com os autores como Luquet (1994) aspectos biológicos, sociais, culturais determinam uma evolução no grafismo desde os primeiros anos de vida. Sendo assim é possível entender semelhanças e diferenças no estudo de crianças pertencentes a grupos indígenas e crianças da sociedade nacional envolvente. Temas como animais, plantas, astros e estrelas, mesmo que com significados e contextos diferentes, aparecem nas produções de crianças índias e não índias. A primeira fase no desenvolvimento do grafismo denominada garatuja pelos diferentes autores, em que a criança se interessa pelas linhas que ela traça e que procura reproduzir, sem intenção representativa, foi também identificada na produção das crianças Kadiwéu. Referida fase entendida como um momento em que a criança se exercita com prazer de traçar formas sobre uma superfície, sem procurar lhe dar um significado já apresentou especificidades no tamanho, regularidade dos movimentos e variedade nas cores não registradas pelos diferentes autores citados. Registramos também em crianças com idade entre 3 e 4 anos os primeiros desenhos intencionalmente figurativos, quando ela dá um sentido à reunião de traços e ela é capaz de identificar a forma, podendo decifrar o significado. Ou seja, o encontro do desenvolvimento de atitudes perceptivo motoras e seus progressos na decifração ou entendimento simbólico. Percebemos que aí também aspectos universais do desenho aparecem, porém mais uma vez numa ordenação das figuras e na escolha de cores peculiares ao grupo Kadiwéu. Este encontro, portanto, ocorreu determinado pelos processos de maturação motora e perceptiva e efeitos sócio-culturais. Lembramos que o

grupo étnico em questão tem nas cores e traçados originais de sua cerâmica e desenho uma notável relevância entre as diferentes culturas indígenas de Mato Grosso do Sul e mesmo entre os diferentes grupos brasileiros. O momento em que a criança descobre que ela é capaz, com um sistema mais ou menos desenvolvido de sinais, representar qualquer coisa, é decisivo. Ela sabe que, para alguns conceitos, ela é capaz de realizar a transcrição gráfica em imagens, passando para o realismo intelectual, para um sistema coerente de sinais, dispondo de esquemas gráficos com objetivo de expressar a realidade exterior. Ainda nesta fase, acompanhando a representação de objetos que se definem nas suas relações com os outros objetos, como nos desenhos de crianças não índias, o traçado colorido na fachada de casas, plantas ou animais, trazem a marca da sua cultura, com suas especificidades na cor e no traço. Retomando, portanto três fases no desenvolvimento do grafismo, foi possível acompanhar aspectos importantes no desenvolvimento infantil Kadiwéu nas semelhanças e diferenças entre crianças índias e não índias, o que implica em aspectos identitários muito relevantes para estudo da etnopsicologia.

**Palavras-chaves:** Grafismo, Crianças, Kadiwéu

**Atividade:** Ambulantes do Transporte Coletivo de Fortaleza - Ceará (Paineis)

**Trabalho:** Ambulantes no Transporte Coletivo de Fortaleza - Ceará

**Autor(es):** Gabriela Pimentel Barreto, Diego Mendonça Viana, Luísa Maria Freire, Verônica Siqueira Araújo

**Resumo:** Neste trabalho, visou-se estabelecer um paralelo concreto entre as dimensões da Psicologia e da Sociologia, levando em consideração o estudo da Representação Social advinda dessa interdisciplinaridade que se encerra na Psicologia Social. Foi por meio das diversas teorias e pesquisas que apreendiam o estudo psicossocial da representação social, que se tentou contextualizar a realidade dos trabalhadores ambulantes do transportes coletivos de Fortaleza. Foram realizadas entrevistas com o intuito de que aqueles sujeitos pudessem externalizar a realidade de seu contexto e que, com isso, pudéssemos compreender a sociedade que se formava naquele dado instante, era uma microssociedade momentânea. Sempre levando em consideração os momentos histórico e social que aquelas pessoas vivenciam, elaboramos algumas perguntas que perpassavam as idéias que tinham do próprio transporte coletivo, da segurança dentro deles, dos ambulantes e dos terminais, para podermos então fazer algumas conclusões acerca desses fatores. Falou-se também, a partir de um viés materialista dialético, sobre os possíveis motivos que levariam ao aumento quantitativo e qualitativo do comércio ambulante dentro dos coletivos e dos terminais. Tentou-se ressaltar a relação indivíduo-sociedade que se dava, no transporte coletivo de Fortaleza, entre os diversos sujeitos que formavam então a microssociedade momentânea. Passageiros, motoristas, cobradores, pedintes e vendedores ambulantes: esses são os sujeitos formadores da realidade que tentamos apreender. O sujeito não é, então, um mero resultado das determinações do meio. Tão pouco suas ações são decorrentes de um voluntarismo do qual o sujeito tem total poder de ação sobre seu meio. A formação do sujeito em si, do seu grupo e da sua sociedade se dá a partir de um processo de troca em que o sujeito age modificando a sua realidade e é por ela também afetado. Por meio de seus elementos psíquicos, ele incorpora elementos de suas experiências nessa sociedade e os externaliza através de seus hábitos, tradições que passam de gerações; sua cultura e tudo que é produzido a partir dela. Aí reside o paralelo entre a Psicologia e a Sociologia na formação da Representação social que encerra na construção e contextualização de elementos assimilados cognitivamente, juntamente ao afeto atribuído aos mesmos. Procurou-se observar as sutilezas através de um olhar sociológico da realidade em análise e construir, a partir das entrevistas, as teias de significados tecidas com as teorias de inúmeros pensadores e estudiosos, dentre eles Gustave Le Bon, Mary Jane Spink, Serge Moscovici, Denise Jodelet e Karl Marx, que nos deram respaldo para a formação de um pensamento crítico e embasado.

**Palavras-chaves:** Representação social, Ambulantes, Transporte Coletivo, Grupos efêmeros

**Atividade:** Celular: Comunicação, Status, Personalidade e Estilos de Coping. (Paineis)

**Trabalho:** Celular: Comunicação, Status, Personalidade e Estilos de Coping.

**Autor(es):** Bartholomeu Tôrres Tróccoli, Patrícia Oliveira Garcia

**Resumo:** O telefone celular chegou ao Brasil em 1993, por um preço superior a US\$ 5 mil e um peso acima de 500 gramas. Hoje, aparelhos são oferecidos aos clientes até gratuitamente, de acordo com o plano da operadora, e pesam menos de 100 gramas. O Brasil tem 96 milhões de linhas de telefone celular ativas, sendo que o Distrito Federal tem a maior concentração do país, com 110 linhas por grupo de 100 habitantes. A rentabilidade do mercado brasileiro ainda é baixa, pois a grande maioria (80%) das linhas é pré-paga. Mas, apesar disso, no Brasil, assim como acontece em outros países, o celular adquire um novo papel na vida do indivíduo. Há tempos o aparelho deixou de ser um simples telefone móvel. Os modelos de hoje oferecem mais tecnologia que um computador pessoal da década de 90, consumindo um centésimo da energia. Mesmo as versões simples oferecem acesso à internet, envio de mensagens SMS, agenda telefônica, câmera fotográfica, e até MP3 player. No início, qualquer celular representava um símbolo de status. Nos últimos anos, ter um celular de última geração, com muita tecnologia ou design arrojado, é que é símbolo de status, apresentando um motivo para consumismo uma vez que, em pouco tempo, o aparelho será trocado por um modelo mais novo e chamativo. Assim como outros produtos, o celular define o indivíduo e o tipo de imagem que deseja mostrar aos outros. Sabe-se que o consumo de bens de alto custo pode ser uma tentativa de se mostrar superior e reconhecer-se superior. Para alguns autores, consumidores não compram produtos, e sim sonhos e expectativas construídas em cima deles, que os fazem projetar uma imagem melhor de si mesmos. Neste estudo, foi proposto que o celular tem uma representação para o indivíduo, que pode ser diferente de acordo com suas características de personalidade e suas estratégias de enfrentamento frente a conflitos e estresse (coping). Seus objetivos incluíram, portanto, a investigação de possíveis relações entre várias características de consumo de aparelhos celulares e traços de personalidade (definidos de acordo com o Modelo dos Cinco Grandes Fatores) e coping (definido como a capacidade do indivíduo para enfrentar conflitos com o mínimo de estresse). Para tanto, foi investigada uma amostra de conveniência de 63 empregados de uma empresa pública de Brasília, composta por 50,8% de homens, em sua maioria entre 20 e 40 anos (73%), nível superior completo ou pós-graduação (71,4%), renda familiar entre R\$ 2.000,00 e R\$ 5.000,00 (63,1%) e uma média de cinco anos de serviço na empresa. Todos eram usuários de telefonia celular (cinco a sete anos) e tinham adquirido o último aparelho nos últimos 12 a 18 meses. Todos participantes preencheram as versões simplificadas das escalas do Modelo dos Cinco Grandes Fatores (ICFP-R), Coping (versão brasileira do Constructive Thinking Inventory - CTI-S) e um questionário, dividido em quatro partes, sobre características de consumo do celular, incluindo preferências, uso e intenções de compra e troca de novos aparelhos. Alguns dos principais resultados indicaram que (1) dentre os participantes com resultados nos traços de personalidade abertura intelectual e neuroticismo abaixo da mediana da amostra, 63,9% e 60,6%, respectivamente, não trocaram e não pretendiam trocar de celular nos meses seguintes; (2) dentre os sujeitos com características de coping emocional, coping comportamental e pensamento categórico acima da mediana da amostra, 64,3%, 64% e 66,7%, respectivamente, também não trocaram e não pretendiam trocar de celular nos próximos meses. Foram, portanto, encontradas algumas relações sugestivas entre troca de celular, dois traços de personalidade (neuroticismo e abertura intelectual) e três estilos de coping (coping emocional, coping comportamental e pensamento categórico). Estudos futuros deverão investigar as relações entre perfis compostos das inter-relações entre traços de personalidade e estilos de coping e características individuais de uso e consumo de aparelhos celulares.

**Palavras-chaves:** Consumo de celulares, Personalidade, Estilos de Coping



**Atividade: A identidade cultural e a dança do coco  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**A identidade cultural e a dança do coco

**Autor(es):** Maria Carolina Freire d` Anunciação

**Resumo:** Este trabalho problematiza a relação entre identidade e cultura alagoana, perpassada pela dança do coco. Percebe-se o fenômeno da identidade como uma construção sócio-histórica, sob a apropriação de elementos do passado, como também das possibilidades de modificação. Porém neste trabalho enfatizamos a necessidade da preservação da memória, até como um instrumento de resistência do povo alagoano massacrado em toda sua história, em busca de fortalecimento cultural. Assim a sociedade preserva suas características culturais tradicionais, não apenas para manter uma relação real com seu povo, mas também para poder lançar-se ao novo, pois não devemos negar a pluralidade de identidades, até por entender que Alagoas foi cenário de várias histórias e culturas interconectadas, predominantemente constituída pelos Negros, Índios e Portugueses. Sua história foi marcada pela subordinação política e imposição cultural de elite, aqueles que a questionassem eram impedidos de manifestar sua cultura popular, maior exemplo foi o “Quebra” de 1912, onde todos os terreiros de Maceió foram fechados e a mãe de santo Tia Marcelina foi assassinada. Para esta discussão foi selecionada a dança do coco, que apesar das divergências de sua origem, Vilela (1980) afirma ter procedência africana, tendo sofrido, entretanto sensível influencia indígena, mas ter nascido nos Palmares, em Alagoas. Desta origem herdou instrumentos e dança vibrante, como todas de origem negra e ritmo sincopado comum das danças indígenas. Numa manifestação genuína como esta se cria teias de significados que conferem sentimentos de identidade, de pertencimento ao mundo e ao grupo que professe as mesmas crenças e valores. Estes recursos simbólicos permitem ao individuo perceber-se como atores, sempre participantes de sua cultura. Como o povo alagoano se apresenta acuado diante de sua própria cultura, absorvendo a cultura de massa ausente de significados, faz-se necessário a fomentação do que é genuíno e rico de significados para o crescimento e valorização cultural deste povo. Não é interesse deste estudo fomentar uma identidade narcisica, até porque a identidade como forma de enaltecer o individualismo cultural bloqueia o contato com outras culturas, quando na verdade deveria proporcionar convívio satisfatório entre os diferentes, mas, se propõe a questionar a constante diminuição da presença popular no circuito cultural alagoano, identificando a homogeneização cultural como uma sobreposição da cultura popular em favor da cultura de elite. Como exemplo: foram incentivadas manifestações pré-carnavalescas, após a restauração do bairro de Jaraguá, modificando a rota percorrida em outros tempos, por bairros populares\_ Bebedouro-Martírio\_ para o bairro das Elites, \_ Jaraguá - Ponta Verde.

**Palavras-chaves:** Identidade,Cultura alagoana,Memória,Dança do coco

**Atividade: Eu Tenho Atitude: respeito a vida  
(Paineis)**

**Trabalho:**Eu tenho Atitude: respeito a vida

**Autor(es):** Odilza Lines de Almeida,Cléa Maria Rocha Lopes,Fernanda Brito Silva,Fabio Andrade Botelho,Anamélia Santos Sobral Sirqueira

**Resumo:** O LAPSO – Laboratório de Psicologia Social da Faculdade Juvêncio Terra, situada em Vitória da Conquista-BA, que tem como objetivo promover estudos, pesquisas e intervenções na comunidade onde está inserida, desenvolveu um projeto que idealiza uma mudança de atitude de motoristas e pedestres com relação ao respeito às leis de trânsito. A primeira ação surgiu com a

finalidade de conscientizar motoristas e pedestres da importância do respeito e da utilização da faixa de pedestres. Inicialmente foi realizada uma pesquisa em seis pontos da cidade onde foram registradas as frequências da ocorrência do comportamento do motorista de parar na faixa de pedestre diante da visível presença de um transeunte, em um determinado espaço de tempo. Esses dados serviram de referência para os registros feitos após a intervenção planejada. Os dados indicaram médias distintas a depender do fluxo de pedestres nos trechos observados, concluindo-se que havia maior ocorrência do comportamento observado em áreas onde o próprio fluxo de pedestres forçava a parada do motorista. A partir dos dados, foram identificados locais para a intervenção que consistiu em entrega de folders e a colocação de um adesivo que indicava que o motorista tinha aderido à campanha. Buscou-se, assim, uma mudança de atitude a partir da teoria da dissonância cognitiva (Festinger, 1957), uma vez que não parar na faixa implicaria em não agir de acordo com o slogan do adesivo e seu significado. O adesivo contou com o seguinte slogan: EU TENHO ATITUDE: RESPEITO A VIDA e foram confeccionadas através de parcerias com empresas da cidade. Foram feitas duas intervenções em quatro meses, tendo sido distribuídos cerca de 1800 (hum mil e oitocentos) adesivos. Os participantes do projeto (alunos e professores do curso de psicologia) devidamente identificados com camisas personalizadas utilizaram uma abordagem direta aos motoristas nas ruas da cidade em pontos pré-estabelecidos, especialmente onde os participantes já haviam observado o fluxo e também nos pontos onde havia um maior desprezo dos motoristas em relação à faixa. Esta etapa contou com o apoio do órgão de trânsito local (SIMTRANS) que também participou da orientação e do treinamento aos alunos do Projeto bem como da discussão sobre os aspectos da atitude no trânsito. O treinamento consistiu de orientação de como os participantes deveriam proceder durante a intervenção, aspectos em relação à abordagem aos motoristas e pedestres e também as estratégias a serem utilizadas em busca da mudança da atitude do motorista no trânsito. O projeto foi bem aceito na comunidade, tendo sido observadas mudanças significativas no comportamento dos motoristas nos locais anteriormente observados. Objetiva-se nas próximas etapas associar a essa ação intervenções referentes a outros problemas encontrados no trânsito os quais foram detectados através de pesquisa realizada com a utilização de questionários. O mérito do trabalho pode ser percebido na forma como o Projeto conseguiu articular diferentes esferas da comunidade em prol de um objetivo (instituições privadas, governamentais e instituição de ensino) bem como por ter proporcionado uma experiência prática aos alunos do curso de psicologia cuja execução culminou com um valioso benefício para a comunidade: um trânsito com um pouco mais de respeito pela vida.

**Palavras-chaves:** Atitude, Dissonância cognitiva, Psicologia Social

**Atividade: Formação Cultural versus Formação do Professor Universitário: (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Formação Cultural versus Formação do Professor universitário: uma reflexão.

**Autor(es):** Maria do Rosário Silva Resende

**Resumo:** Esta reflexão se iniciou com uma investigação, que foi objeto de minha tese de doutorado em Psicologia Social (PUC/SP), a qual se centrou na formação e na autonomia do professor universitário. A crítica da razão é apresentada como exigência para a formação do indivíduo verdadeiramente autônomo. A psicologia e a educação nortearam esse trabalho, investigou-se a formação dos professores universitários e as possibilidades de autonomia em suas relações cotidianas no interior de uma universidade pública federal. As condições objetivas de trabalho do professor das universidades afetam sua atuação, suas atividades docentes, sua autonomia, sua consciência e sua autocrítica no trabalho cotidiano. Elas representam mais um obstáculo à manifestação da individualidade do professor e, conseqüentemente, à sua autonomia, até mesmo aquela formalmente admitida. As condições objetivas de trabalho interferem de tal modo que levam os professores universitários a desenvolver mais comportamentos de acomodação, conformação, apatia e adaptação, diante das situações, do que de reflexão, de interesse por experiências novas e de crítica a essas condições. O aumento da burocratização das atividades docentes tem uma forte vinculação com o tipo de produtividade exigida dos professores. Verifica-se que, cada vez mais, ocorre a burocratização das atividades

acadêmicas no interior da universidade integrando-a ao “mundo administrado”, assim, a individualidade estará cada vez mais reduzida, como também estarão as possibilidades de autonomia e de uma verdadeira formação do indivíduo. Isso tem se caracterizado também como um obstáculo à liberdade e à autonomia dos professores. Dessa forma, não se pode pensar em Formação de Professores sem o respectivo aprofundamento no processo de Formação Cultural do indivíduo. É importante que o professor tenha consciência da realidade para tentar resistir à barbárie presente no processo de formação de nossa sociedade. Formação de Professores deve ser, portanto, bem mais que uma formação acadêmica, de títulos. O processo formativo de um professor autônomo, emancipado, tem de se fazer presente no contexto de desnudamento dos processos de dominação existentes na sociedade e na instituição universitária. Esta é uma necessidade em virtude da existência de uma cobrança incessante por um tipo de produtividade pragmática, que acaba por gerar um ativismo que serve como obstáculo ao pensamento, à reflexão, ao desenvolvimento de experiências verdadeiramente formativas para esses professores em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. A base teórica desse trabalho é a Teoria Crítica da Sociedade (Adorno; Horkheimer e Marcuse). Um questionário foi utilizado para obter os dados empíricos e a análise de conteúdo foi o suporte metodológico para a análise dos dados, da legislação e das políticas educacionais.

**Palavras-chaves:** Formação Cultural, indivíduo, sociedade, Teoria Crítica da sociedade, Formação de Professores universitários

**Atividade: OS PAIS DIANTE DO ‘REI LEÃO’ E ‘PROCURANDO NEMO’ (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: OS PAIS DIANTE DO ‘REI LEÃO’ E ‘PROCURANDO NEMO’**

**Autor(es):** Zaíra Rafaela Lyra Mendonça

**Resumo:** A velocidade que as transformações na sociedade contemporânea vem impondo, exige compreender como estas estão sendo vivenciadas no âmbito familiar, pelas figuras parentais. Assim, as relações estabelecidas entre as pessoas na contemporaneidade têm sido marcadas por essa nova cultura, denominada cultura da mídia. Isto acarreta novos processos de construção de subjetividade e conseqüentemente, novos padrões de relacionamentos, incluindo nestes, as relações familiares. A experiência de ser pai numa cultura permeada pelas diversas mídias torna-se importante, pois repercute diretamente no desenvolvimento das crianças. Os desenhos animados se inserem no atual contexto cultural como ricas fontes de produções midiáticas, que divertem desde as crianças, seu principal público alvo até os adultos. Tendo em vista isso, o presente estudo teve como objetivo investigar as possíveis relações estabelecidas entre o exercício da paternidade e a cultura da mídia. Para tanto, pretendeu compreender os determinantes psicológicos e sócio-histórico-culturais da paternidade. Participaram da pesquisa seis pais de crianças pequenas com faixa etária entre 0 e 7 anos. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com todos os participantes. As perguntas das entrevistas enfocaram a experiência de ser pai, o tipo de atividade em que eles se envolvem no ambiente familiar, o ideal de paternidade, a intergeracionalidade. Além disso, foi realizada uma sessão de vídeo individual tendo dois pais participantes. As imagens veiculadas na sessão de vídeo foram extraídas dos filmes de desenho animado ‘O Rei Leão’ e ‘Procurando Nemo’, que tem a paternidade como um dos temas principais. As respostas foram analisadas qualitativamente. A mídia aparece como um forte elemento da cultura contemporânea, sendo ameaçador para as crianças. A percepção que os pais têm sobre a abrangência social da mídia, a dimensão cultural e sua dinâmica na constituição do sujeito (crianças) contemporâneo, é algo que os preocupa. Mas ao mesmo tempo, parecem estar criando formas de viver e tirar o melhor proveito possível do que os espaços midiáticos têm a oferecer. A interação entre cultura da mídia e os pais aparece mediada por fatores psicológicos (história de vida, crenças etc), pela própria construção da paternidade ao longo da história e pela demanda da contemporaneidade. As crianças, filhos/as, aparecem como as principais conexões entre pai e mídia. Talvez por elas estarem desde que nasceram inseridas neste tipo de sociedade midiaticizada. A larga produção de desenhos animados surge, para os pais, como contribuição midiática positiva para o desenvolvimento infantil atual. A exposição da paternidade na mídia é apontada pelos pais como algo positivo, dentro de uma perspectiva

instrutiva e servindo muitas vezes como modelo. Os pais se identificam e até reforçam os modelos de paternidade veiculados nos desenhos animados desde que sejam condizentes com os ideais de paternidade. 'O Rei Leão' se destaca enquanto ideal de paternidade.

**Palavras-chaves:** Paternidade,Cultura,Mídia

**Atividade: Status Social e Identidade Social: Percepções sociais de Empregadas domésticas e Administradoras (Paineis)**

**Trabalho:**Status Social e Identidade Social: Percepções sociais de Empregadas domésticas e Administradoras

**Autor(es):** Ana Heloíza de Aquino Souza,Beatriz Fransisca Souza Fonseca,Sandy de Jesus Góes

**Resumo:** A identidade social, segundo Jean-Claude Dechamps (1978), é um fenômeno das relações intergrupais que tem como pano de fundo um sistema comum de valores, está ligada à pertença ao grupo e surge da distinção entre a apropriação que os outros fazem de uma pessoa e daquilo que ela mesma faz dela própria nas suas relações sociais. Nesta tradição de psicologia social, a identificação com um grupo, seu conteúdo e sua natureza, depende das relações de poder que se estabelecem na sociedade. Assim, o status social do grupo de pertença de um indivíduo influencia a forma como ele se autodefine e percebe o seu e outros grupos sociais. Membros de grupos dominantes tenderiam a se definir seu grupo como entidades ou coleções de pessoas (sujeitos) e a definir os dominados como amontoados (assujeitados). Além disto, as minorias podem passar a reproduzir essas formas de classificação. Tanto que, ao nível do discurso, pode-se observar os dominados se perceberem ou referirem como “a gente”; ao passo que “dominantes” se definem como “nós”. Seguindo estes pressupostos, o presente tem por objetivo analisar se pessoas de um grupo de alto status social, representado por administradoras, se percebem como entidades individualizadas e autônomas, definindo-se em termos pessoais enquanto os de um grupo social de baixo status social, representado pelas empregadas domésticas, se vêem como entidades coletivas e se definem em termos grupais; se a saliência de pertença na identidade varia conforme o status social além de verificar qual é a percepção que as empregadas domésticas têm das patroas e que as administradoras têm dos seus empregados. Num primeiro momento, realizamos entrevistas individuais estruturadas em Aracaju com 10 empregadas domésticas e 10 administradoras (gerentes e coordenadoras de instituições públicas e privadas); com idades variando entre 20 e 55 anos. Utilizamos um roteiro composto por questões abertas abordando temáticas como definições e percepções dos grupos estudados e dos sujeitos entrevistados, planos para o futuro, sonhos, cor da pele e questões sócio-demográficas. Os resultados da Análise de Conteúdo indicaram que das 10 administradoras 4 usaram características pessoais para se definir e 8 se perceberam como integrantes desse grupo embora 5 delas empreguem o pronome “eu”, o que denota que se vêem como singulares. Já das 10 empregadas domésticas apenas 1 se definiu em termos pessoais, todas salientaram a pertença ao seu grupo e 4 utilizaram o pronome “a gente”, apontando uma visão homogeneizadora do mesmo. Notamos também que 5 empregadas domésticas avaliaram as patroas de forma negativa (“elas fazem a gente de capacho, de pano de chão”), 4 de maneira ambivalente e 1 de forma positiva. Por outro lado 6 administradoras têm uma visão positiva dos empregados, 2 negativa e 1 ambivalente. Ao nível das imagens do próprio grupo, observamos que todas as empregadas domésticas pesquisadas percebem seu grupo de forma muito negativa (“a gente é a pior profissão”, “não tem futuro”) e que 9 delas expressaram vontade de mudar de emprego e/ou de estudar, apresentando um forte desejo de mobilidade social. O fato do sentimento de pertença ser maior nas empregadas confirma que o status social exerce influência sobre a identidade e percepção sociais dos sujeitos. Considerando a dinâmica e contextualidade das identificações sociais, numa segunda fase do estudo, já iniciada com as empregadas domésticas, fizemos uma inversão no roteiro de entrevista: perguntamos como os sujeitos se percebem antes de perguntar como eles percebem seu grupo. Com isto, observamos que das 6

entrevistadas até o momento, todas responderam à autodefinição com base em características pessoais, falando sobre seus traços de personalidade (“eu me acho brincalhona”, ou “eu me acho uma lutadora”). A identidade pessoal permaneceu quando as mesmas definiram as empregadas domésticas. Das 6, apenas 2 demonstraram o sentimento de pertença, respondendo na 1ª pessoa do plural, enquanto as outras 4 responderam na 3ª pessoa. Isto mostra que ainda assim o sentimento de pertença nas empregadas domésticas é muito forte. Para concluirmos esta etapa, entrevistaremos mais 4 empregadas domésticas e mais 10 administradoras. Em seguida, faremos as devidas comparações entre os resultados encontrados nas duas fases da pesquisa.

**Palavras-chaves:** Identidade Social, Relações de Poder, empregadas domésticas, administradoras

**Atividade: A RESSIGNIFICAÇÃO DA MORTE NO CORDEL NAS MANIFESTAÇÕES DA CULTURA POPULAR NORDESTINA REFERENTES AO ATENTADO DE 11 DE SETEMBRO NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA: UM ESTUDO EM REPRESENTAÇÕES SOCIAIS (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: A RESSIGNIFICAÇÃO DA MORTE NO CORDEL NAS MANIFESTAÇÕES DA CULTURA POPULAR NORDESTINA REFERENTES AO ATENTADO DE 11 DE SETEMBRO NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA: UM ESTUDO EM REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

**Autor(es):** Renê Marcelino da Silva Junior, Alexsandro Medeiros Nascimento

**Resumo:** Esta pesquisa pretendeu localizar nos cordéis atuais que versam sobre uma experiência estranha ao nosso povo como o ‘atentado terrorista de 11 de setembro de 2001’ um espaço de resignificação da Morte em contexto nordestino pelas culturas populares, através da teoria das Representações Sociais (Moscovici, 1988), entendidas como formas de conhecimento socialmente elaboradas e partilhadas e enquanto produto e processo de uma atividade mental de construção de significados (Jodelet, 1989; Abric, 1987). O corpus analisado constituiu-se de dois cordéis que abordam o tema ‘Atentado Terrorista de 11 de Setembro de 2001 nos EUA’, ambos escritos no mesmo período, em outubro de 2001. O cordel nomeado para as análises de Cordel 01 intitula-se “O Atentado Terrorista e o Nosso Sofrimento”, de Olegário Fernandes, escrito em Caruaru (PE), e o cordel nomeado de Cordel 02 intitula-se “A Guerra Contra o Terror em Literatura de Cordel”, escrito por Pedro Costa, autor do Estado do Piauí, tendo sido ambos os cordéis localizados e adquiridos no Mercado de São José, em Recife (PE). A somatória dos versos dos cordéis citados compõe um corpus de 85 sextilhas que foi submetido a uma análise temático-conteudinal segundo os parâmetros para a mesma propostos por Bardin (1979), onde se atravessou o conteúdo dos dois cordéis através da técnica de leitura flutuante, na qual se identificou os temas ocorrentes no material buscando encontrar elementos e significados relacionados à morte. A ocorrência destes padrões temáticos gerou categorias que foram definidas a partir de um procedimento de classificação, tendo suas aparições individuais contabilizadas. Tais categorias refletem a objetivação do terrorismo que apresentou diferentes ancoragens nos dois cordéis, um que essencialmente caracteriza e personifica os agentes do terrorismo e outro enfatiza o sofrimento das vítimas do atentado. Neste contexto encontrou-se a morte como um elemento inerente à representação do Terrorismo onde as categorias referentes à morte refletem um montante de 40% da frequência das categorias no material analisado: ao representá-la os autores a tomam como um dos pilares que sustentam a objetivação do Terror; ao conceituar o Terror, estes atores sociais colocam-na como parte do Terrorismo, composta por significados que pretendem noticiar e dar uma noção de quantidade a esta morte. Neste processo o objeto morte, enquanto inserido no contexto do terror aparece permeado por novos significados, apontando para uma atividade reinterpretativa dos sujeitos, os quais distanciam-se de uma morte isolada, metafísica, mística e satirizada que se faz presente nos cordéis tradicionais. Depreende-se desta forma que o cordel enquanto fenômeno Folk é um objeto plástico com considerável espaço em sua estrutura para a entrada de novos significados, decorrentes dos incessantes processos de interação e mudança no tecido social: frente a uma nova “forma de morrer” – as ocorrências do Terrorismo – a Morte passa a ser objetivada com

significados que expressam a massividade da morte gerada pelo Terror, além dos significados já existentes, atestando de modo coerente que os objetos Folk dialogam constantemente com o meio social vigente obedecendo ao seu fluxo contínuo de mudanças. Investigar a Representação Social da Morte nordestina por meio de instrumentos Folk como os cordéis colocou-se como uma alternativa bastante frutífera e promissora, pelo fato de eles veicularem de forma autêntica saberes oriundos da atividade recriadora e perpetuadora de significações locais do folclore e do senso comum, saberes sempre em estado permanente de reinvenção e de ressituação das identidades dos atores sociais nordestinos em suas representações subjetivas.

**Palavras-chaves:** Morte,Atentado Terrorista,Representações Sociais,Cordéis,Cultura Popular.

**Atividade: Discurso, poder e subjetividade na teoria discursiva de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Discurso, poder e subjetividade na teoria discursiva de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe

**Autor(es):** Gustavo Gilson Sousa de Oliveira

**Resumo:** A questão das relações entre discurso e subjetividade tem sido amplamente tematizada, nas últimas duas décadas, por diversos autores da Psicologia Social. Nem sempre, entretanto, tais abordagens têm levado seriamente em conta a dimensão do poder implicada nessas relações. Mesmo entre autores que reconhecem claramente o caráter inerente das relações de poder na produção de discursos e subjetividades, muitas vezes, parecem faltar instrumentos ou recursos analíticos suficientemente sólidos e vigorosos que permitam alcançar e elaborar apropriadamente a ação das estruturas e das dinâmicas de poder nos e através dos discursos e subjetividades. A teoria discursiva proposta por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe representa, nesse contexto, uma alternativa viável e extremamente rica para ampliar o alcance crítico e analítico dos modelos de teorização e análise do discurso que se vem buscando utilizar na Psicologia Social. O modelo proposto diferencia-se das formas mais convencionais de análise do discurso por buscar ultrapassar a dimensão do mero exame dos elementos “lingüísticos” ou “textuais” de um determinado fragmento de discurso – oral ou escrito – em direção a uma análise mais ampla dos processos sociais enquanto processos discursivos. Outra característica dessa perspectiva é a concepção do caráter intrinsecamente discursivo/simbólico de toda a realidade social. Todas as formações e ações sociais e políticas são constituídas como discursos, que assumem, produzem e contestam (novos) significados no campo discursivo cultural/social. Howarth e Stavrakakis apresentam as principais características e conceitos da teoria discursiva na perspectiva de Laclau e Mouffe e buscam esclarecer como eles são/podem ser observados na análise empírica dos discursos contemporâneos. A teoria discursiva, nessa perspectiva, é construída a partir da articulação de uma série de reflexões provenientes das teorias marxistas, do pós-estruturalismo, da filosofia da linguagem e da psicanálise. As práticas políticas e sociais são assumidas enquanto práticas discursivas que “articulam e contestam os discursos que constituem a realidade social”. Os discursos, numa perspectiva pós-estruturalista, são tomados como sistemas de relações de identidade e diferença entre significantes – sujeitos e objetos – da realidade social. Essas relações, entretanto, não são rígidas e estáveis, nem são fundamentadas em alguma realidade pré-discursiva, são abertas e contingentes, e são construídas no e pelo discurso. Os discursos, dessa forma, constituem identidades e antagonismos, e são práticas de deslocamento, negociação e disputa hegemônica de significados, lugares e relações políticas e (psico)sociais. É importante destacar que, nessa perspectiva, a própria análise é compreendida como um discurso que busca articular e produzir efeitos – deslocamentos – sobre a realidade social. O discurso do analista não é avaliado como uma representação mais ou menos exata da realidade nem, de outra forma, como um modelo puramente subjetivo de organização ou ordenação da mesma.

**Palavras-chaves:** Teoria Discursiva,Análise de Discurso,Poder,Subjetividade

**Atividade: Discursividades hegemônicas e lógicas identitárias**

## **(Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Era do Consenso e políticas públicas no Brasil

**Autor(es):** Manoel Carlos C. de Mendonça Filho, Frederico Leão Pinheiro, Magda Dimenstein

**Resumo:** A lógica discursiva que caracteriza a fixação identitária dos movimentos comunitários nos últimos 20 anos, no Brasil, pode ser observada em nichos tão diversos que vão do 'Movimento Negro' à 'luta anti manicomial'. O 'orçamento participativo' foi o dispositivo tático utilizado pelas primeiras experiências de governo do PT (por exemplo em Santo André no início da década de 90) e que serviram de incubadora para o significado de 'políticas públicas' que aparece hoje em documentos governamentais tratando dos mais diferentes assuntos. Da reforma psiquiátrica ao financiamento da agricultura familiar a noção de 'políticas públicas' aparece como um marcador discursivo que quer sugerir uma aproximação entre as ações de governo e as 'necessidades' das pessoas, necessidades estas que seriam conhecidas, medidas e sistematizadas para que servissem de referência para o planejamento de ações de governo. Evidentemente isso abre, do ponto de vista das encomendas às práticas psi, toda uma gama de ações que vão da construção de uma boa imagem para cada uma das identidades alvo de vertentes de políticas públicas, a todo o trabalho de preparação e acompanhamento dos corpos candidatos a beneficiários de tais ações. Voltando ao tipo e discurso produzido, ele faz crer que 'políticas públicas' pode ser alguma coisa que existiu desde sempre e que assume uma forma específica sob o estado aqui chamado de neoliberal (prefiro pensar isto que se vem chamando assim como sendo o regime de governo do estado do capitalismo financeiro) . Pois bem, ao menos no Brasil, e creio que é isso que importa aqui, 'políticas públicas' é algo que só existe sob a égide desse 'novo regime' fruto da passagem 'pacífica', 'negociada' e 'gradual' da série de governos militares para governo civil. Tática de transição concebida durante o governo Geisel e que ficou conhecida pela alcunha de 'abertura'. Assim, pelo menos de um ponto de vista de uma história do presente, 'políticas públicas' é um instrumento de governabilidade próprio do 'regime neoliberal'. Não o único. Evidentemente diferentes formas de repressão estão sempre aí, para o caso dos modos sutis não funcionarem. Nem por isso, entretanto, serve menos quando se trata de preferir as relações comunitárias em favor da manutenção da lei e da ordem do estado, no caso presente, do estado do capitalismo financeiro sob o jugo do qual se ver esvaziar o sentido da vida social. Estas questões refletem em problemáticas como a da alta em saúde mental, que passa agora a ser indesejada por usuários, pois implica em perda de certos benefícios que a condição de curado retira. Ou como a da incorporação, inclusive econômica, à estrutura social de postos de trabalho abertos pelas políticas (no Brasil, os serviços de saúde mental têm absorvido grande número de psicólogos e nos EUA, o sistema prisional é um dos principais empregadores). Com a vida social tão eficientemente esvaziada de sentido, restando como única forma de existência desejável as alternativas oferecidas pelos serviços do Estado, passaria a ser dispensável o que conhecemos por sociedade disciplinar, entrando em cena o que se pode chamar sociedade de controle.

**Palavras-chaves:** Movimentos Sociais, produção discursiva, políticas públicas

**Trabalho:** LÓGICA IDENTITÁRIA E PARADIGMA PREVENTIVO:

**Autor(es):** Rodrigo Lages e Silva, Rosane Neves da Silva

**Resumo:** Tanto a mídia quanto uma certa produção escrita em torno do Hip Hop tendem a situar este movimento como um "instrumento de salvação" para os jovens que habitam a periferia dos grandes centros urbanos: por meio de suas diferentes formas de expressão, o Hip Hop proporcionaria a estes jovens uma "identidade positiva" capaz de regular os riscos a que estariam expostos em um contexto tão próximo à marginalidade. Neste ponto aquilo que seria desdobramento de uma movimento social já se encontra capturado pela lógica do estado e apareceria como item candidato a algum filão de política pública seja este associado a 'promoção

cultural' ou 'educação para a cidadania. Esta passagem do nível das relações comunitárias para o nível das relações institucionais faz crer que tudo e qualquer coisa interessa e tem espaço junto aos órgãos de governo. A operação é possibilitada pela transformação de uma atividade social circunstancial, historicamente constituída em 'coisa' naturalizada, objeto identificável e apreensível do qual se pode prontamente dar uma definição. Ao invés de endossar este tipo de proposição, buscamos tomar o Hip Hop como um analisador para problematizar a lógica identitária e o paradigma preventivo que caracterizam os modos de subjetivação contemporâneos e marcam boa parte dos discursos e intervenções no campo psi. O Hip Hop torna-se assim não um objeto a ser descrito, mas uma ferramenta que possibilita a interrogação das estratégias de saber e poder que vão delineando a convivência problemática entre os diferentes segmentos sociais. Trata-se, portanto, de colocar em questão as estratégias de subjetivação, interrogando a própria produção de sentidos dos saberes e práticas que atravessam e constituem o Hip Hop na atualidade. Pesquisando a bibliografia sobre o assunto, constatamos que, em boa parte desta produção, percebe-se um consenso em torno de um caráter basicamente adaptativo, como se o Hip Hop expressasse uma dimensão normatizadora enquanto estratégia para reger a convivência social. Entendemos que é deste modo que uma lógica identitária coloca-se lado a lado com uma concepção de risco social na qual os jovens de periferia seriam os principais protagonistas. Caso não se adequem a algum modelo identitário, haveria uma agressividade, uma propensão à violência própria dos jovens moradores das regiões mais pobres das cidades. Portanto, observamos a ascensão de um paradigma de controle social ou de gerenciamento dos riscos que se afirma a partir do conceito de identidade, reassegurando um ideal de sociabilidade e de normalidade implícitos e patologizando ou "monstrificando" determinado segmento social. Neste sentido, pretendemos explicitar como o pensamento sobre a temática Hip Hop parece convergir em torno de uma lógica identitária, e como tal lógica se articula com um dispositivo corretivo e moralizante cuja sustentação é um sentimento generalizado de insegurança que se encontra, por sua vez, imbricado com determinada atitude antecipatória a que vamos chamar de paradigma preventivo.

**Palavras-chaves:** HipHop, lógica identitária, modos de subjetivação

**Trabalho:** História do confinamento do presente no Brasil

**Autor(es):** Manoel Carlos C. de Mendonça Filho

**Resumo:** 'Nova cultura de cidadania', o anunciado projeto de ampliação da 'democracia participativa' cria imagens de ações e dispositivos educacionais que seriam adotadas e desenvolvidas por 'organismos governamentais' e setores da 'sociedade organizada' visando uma mudança de cultura orientada pelo paradigma da Cidadania e dos Direitos Humanos. Entretanto, a complexidade, e decorrente grau elevado de dificuldade, de qualquer processo de mudança cultural é dimensão incontornável inerente ao ritmo histórico que caracteriza os processos de valores e crenças em relação aos modos de funcionamento e às práticas cotidianas. Isto coloca o problema para além da facilidade com que é apresentado na propaganda oficial. Assim, intervenções relativas aos modos de subjetivação, historicamente constituídos, próprios a uma sociedade, ou segmento desta, sempre foram desafios das ciências humanas. Está-se aqui em meio a um 'fenômeno reticular': processo pelo qual os interlocutores formam idéias inéditas ou dão continuidade àquelas existentes – formação e transformação de idéias irreduzíveis às características de um ou de outro interlocutor, só explicáveis pelo singular sócio histórico da relação que os constitui. Nossa proposta discute a hipótese de que ao invés de uma abertura, haveria indícios de uma mudança nas funções societárias de três grandes sistemas de sustentação do 'estado de direito' no Brasil que criaria uma convergência da rede pública de escolas, hospitais e unidades prisionais nas implicações destes com a produção institucional de violência. Após dois anos de pesquisa intervenção no Sistema Prisional aprendeu-se que a contradição enunciada na dupla função isolamento e reinserção, compõe coerentemente a função institucional. O fato da idéia de re-socialização pelo trabalho aparecer como falseta surgiu como analisador. Brecha paradoxal em uma sociedade em que, como nunca cultuado, o trabalho já não é valor absoluto. Progressivamente suspeita-se: 1) da morte do deus trabalho e imediatamente de suas formas de culto: a Educação; 2) de sua finalidade: 'melhoria da qualidade de vida das populações'. O que se faz então na rede de hospitais - já que não é



produzir saúde? E na escola - se já não é educação o que aí se ativa? E na prisão - pela eloquência da obviedade de que não é socialização o fazer no sistema prisional? Tropeços com práticas que enunciam características de possíveis mudanças históricas singulares: As conversas com agentes prisionais, técnicos administrativos e gestores de diferentes escalões do sistema mostraram a concordância das análises informais destes com as análises feitas pelos 'internos'. Ninguém, com experiência neste sistema, defende, argumenta ou menciona com seriedade a tal função de 're-socialização', desde que informalmente. A expressão no âmbito do sistema prisional é quase gíria. Aparece em segmentos como 'Ah, mas segundo os princípios da re-socialização...'; 'Ó? A gente não tá aqui pra re-socializar?...', em situações referidas à distância entre o que um grupo de

**Palavras-chaves:** confinamento do presente, resocialização, produções discursivas

**Atividade: Temas Emergentes na Psicologia Brasileira  
(Temas em Debate)**

**Trabalho:** Pesquisas e Intervenções com Populações Indígenas no Âmbito da Psicologia Social

**Autor(es):** Sonia Grubits

**Resumo:** O presente trabalho constitui um apanhado de reflexões suscitadas a partir da prática de pesquisa com grupos indígenas de Mato Grosso, os Bororo e Mato Grosso do Sul, Guarani/Kaiowá, Terena e Kadiwéu, no âmbito da Psicologia Social. Em todas as referidas pesquisas e intervenções, percebemos o fato de que o avanço da sociedade nacional dominante é algo em crescente movimento e difícil de ser freado. Situações abusivas nas pesquisas e intervenções com grupos indígenas são marcantes e apontam para uma História de relação entre grupos indígenas e os não índios tão desigual, que muitas etnias passaram a não aceitar pesquisadores dentro de suas aldeias, ou pelo menos vêm com bastante desconfiança a presença e o trabalho de tais pessoas. Todos estes aspectos nos remetem às questões éticas, políticas e sociais, apontando para a necessidade de uma reflexão acerca dos conhecimentos que têm sido produzidos neste âmbito. A nossa posição está relacionada à idéia de interintegração e a certeza de que as sociedades indígenas também se transformam. Ao contrário de um discurso que circula e é bastante comum na sociedade nacional, ele não tem que estar necessariamente vivendo igual ao que ele vivia há quinhentos anos atrás para que continue sendo índio. O problema é que a transformação da sociedade indígena se dá num processo de dominação por uma cultura alheia a sua, que se considera superior e se impõe sem respeito algum às diferenças étnicas e culturais. Ao mesmo tempo, a idéia do isolamento total já não parece mais viável e a questão passa a ser como transformar as relações entre populações indígenas, Estado e sociedade civil. Ou seja, como passar de uma relação de domínio e imposição de uma cultura sobre a outra, para uma relação efetivamente de troca, respeito e autonomia cultural, social e política. Desta forma, tomamos a posição de que o ideal seria não a integração do índio, como se tem pretendido nos últimos quinhentos anos, mas a interintegração. O primeiro conceito significa absorção de uma cultura pela outra, já o segundo quer dizer o diálogo, a complementação, respeitando as identidades, numa convivência pacífica e plural, sabendo que o Brasil, até mesmo por constituição, é pluriétnico e pluricultural. A Psicologia pode trazer novas vozes e perspectivas ao debate acerca da questão indígena; a idéia não é se aposar de um campo, ou disputar conhecimentos com outras ciências, mas acrescentar, ampliar, trocar, contribuir para uma questão que tem recebido pouca contribuição da ciência psicológica. É também crescente a reivindicação por pesquisas cada vez mais comprometidas com a transformação nos discursos e nas ações políticas (cotidianas e estatais), assim como uma valorização maior dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas e o seu acesso à ciência produzida pelo não índio. Essa concepção acarreta também em uma posição em que a construção de soluções alternativas (proposições) aos problemas vividos pelas populações indígenas seja um dos pilares principais de toda e qualquer pesquisa ou intervenção, que deve, portanto, buscar a autonomia dos índios, a valorização de seus saberes tradicionais e o respeito às formas escolhidas por eles para construir seus projetos de futuro, objetivando uma nova relação entre diferentes. Pode-se dizer que os índios, em geral (lembrando aqui o fato de "índios" ser uma categoria construída ocidentalmente, que engloba uma diversidade de povos e

culturas extremamente heterogêneas entre si, sendo usada apenas quando não nos referimos a alguma etnia específica), têm uma profunda desconfiança em relação a qualquer pessoa de fora, não sendo diferente com os pesquisadores. Desta forma, a entrada em uma aldeia indígena não é simples. Depende de autorização dos órgãos federais considerados responsáveis &#9472; fundamentalmente a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) &#9472; mas mais do que isso: das próprias lideranças indígenas. Realizar uma pesquisa ou intervenção no âmbito da questão indígena é se comprometer com toda a causa indígena mais ampla buscando:- Comprometer-se com uma transformação da visão que se tem dos índios, do papel que eles exercem dentro do contexto político nacional; - Rever as relações baseadas no princípio da tutela; - Promover o diálogo intercultural e a interintegração entre sociedades indígenas e sociedade nacional envolvente;- Acesso pleno das etnias indígenas ao saber que tem sido produzido sobre elas pelo não índio ao longo de todos esses anos; - Contribuir para que o não índio também perceba que, para se relacionar com os povos indígenas, necessita aprender com eles sobre eles; - Possibilitar também o acesso das etnias indígenas a todos os outros saberes que possam auxiliá-los em seu processo de autonomia política, cultural, econômica, na garantia de suas terras e no respeito aos seus direitos. - Articular uma rede mais ampla de discussão em relação aos direitos indígenas e as transformações necessárias para que esses direitos sejam ampliados e respeitados integralmente.

**Palavras-chaves:** Pesquisa,Populações indígenas,Intervenção,Psicologia Social

**Trabalho:**A Reforma Agrária Como Exercício De Cidadania

**Autor(es):** Genaro Ieno Neto

**Resumo:** O trabalho apresenta uma experiência de assessoria a comunidades rurais, formadas em áreas de reforma agrária na Paraíba. A reforma agrária se apresenta como um processo de democratização de acesso à terra e de acesso às oportunidades de melhoria da qualidade de vida da população rural que se encontra marginalizada dos processos econômico, social, político e cultural do país. A reforma agrária visa transformar as condições históricas de submissão, dependência e desqualificação a que essa população tem sido submetida em condições efetivas e concretas de cidadania, com exercício pleno de direitos e responsabilidades. No Brasil, essas comunidades têm sido chamadas de “assentamentos rurais” e têm sido definidas como unidades de produção agrícola, criadas através de políticas governamentais, visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra, assim como disponibilizar condições adequadas para a vida, moradia e trabalho no campo, através de vida social própria. A agricultura produzida nesses assentamentos tem sido chamada de agricultura familiar ou agricultura camponesa, uma vez que a propriedade ou o uso da terra, assim como o trabalho produtivo, estão vinculados à família. A agricultura familiar contém, nela mesma, uma diversidade de situações e condições de produção, de tal forma que numa mesma comunidade é possível encontrar formas de trabalho familiar bastante diferenciadas entre si. A diversidade de iniciativas produtivas da agricultura familiar e a extensão pequena da propriedade, entre outros aspectos, permitem um manejo mais cuidadoso do meio ambiente. Além disso, o incentivo à agricultura familiar permite também um resgate da cultura e do saber camponês, desqualificados pelos mecanismos de submissão e dominação a que essa população foi submetida, produzindo, assim, a possibilidade dessas pessoas reorientarem o próprio sentido que dão à vida, percebendo-se, então, como sujeitos que podem começar a se responsabilizar por suas escolhas e decisões. Ao se falar em agricultura familiar se está falando do grupo familiar como um todo (homens e mulheres; pais e filhos; crianças, jovens, adultos e velhos), o que remete a todas as discussões e embates sobre as relações de gênero e gerações que se dão na sociedade como um todo e que na agricultura familiar tem suas singularidades. A complexidade e heterogeneidade da agricultura familiar se revelam, principalmente, no cotidiano de sua existência, através de relações sociais vividas no âmbito das comunidades locais, onde os fatores que aproximam e diferenciam as pessoas entre si indicam a existência entre eles de avaliações e expectativas distintas sobre os limites e possibilidades da agricultura familiar como forma de organizar a vida produtiva e social, a partir de um pedaço de terra disponível para viver. Frente a complexidade dessa situação, o trabalho do qual participo, enquanto trabalho de extensão universitária da UFPB, em parcerias localizadas com o MST (Movimentos dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra), a CPT (Comissão Pastoral da Terra da Igreja Católica da Paraíba) e com o INCRA, tem como objetivo acompanhar as famílias assentadas na análise crítica do contexto em que vivem, de tal forma que possam exercitar possibilidades de autonomia em suas decisões relacionadas à vida produtiva e social nos assentamentos e a partir deles.

**Palavras-chaves:** Cidadania Ativa, Reforma Agrária, Agricultura Familiar

**Trabalho:** Mídia e Subjetividade

**Autor(es):** Maria da Graça Marchina Gonçalves

**Resumo:** A discussão da relação mídia-subjetividade deve se dar em duas dimensões que se articulam. Em primeiro lugar, trata-se de aprofundar a pesquisa sobre as diversas implicações, para a subjetividade, da utilização dos recursos de comunicação disponíveis, em variadas formas, as quais se abrem em inúmeras possibilidades de efeitos e resultados, graças ao desenvolvimento da tecnologia. Em que pese a variedade e riqueza de recursos das diferentes mídias que podem ser utilizados, sempre se estará diante de relações entre pessoas quando o assunto for comunicação. E, necessariamente, diante de questões que envolvem uma dimensão subjetiva. Em segundo lugar, deve-se considerar o contexto em que ocorre essa relação dos indivíduos com a mídia. Como recursos tecnológicos disponíveis na sociedade, os meios de comunicação podem ou não estar acessíveis às pessoas e de diferentes formas, em diferentes níveis e momentos. Ou seja, os meios de comunicação são bens materiais dos quais os indivíduos se apropriam de acordo com as regras da dinâmica social vigente. Essas duas dimensões estão articuladas, no sentido de que os efeitos da mídia sobre a subjetividade são dirigidos, potencializados ou minimizados em função de interesses dos que têm o domínio (e a propriedade) dos recursos tecnológicos e dos canais de comunicação propriamente ditos. Esta apresentação desenvolverá esses aspectos por meio da discussão de resultados de investigações que apontam os efeitos da TV na subjetividade e por meio da discussão da organização, no Brasil, do acesso às emissoras de rádio e TV, que são detidas por um número bastante restrito de proprietários, ao, mesmo tempo em que meios alternativos (TVs e rádios comunitárias, por exemplo) encontram todo tipo de dificuldade para se manter. Diante desses dois conjuntos de evidências, será discutido o tipo de consciência e de identidade que predominariam a partir dos efeitos dominantes dos meios de comunicação sobre a população e quais são os mecanismos psicológicos e de organização social que, articuladamente, podem fazer frente a uma situação de desigualdade, manipulação e opressão decorrente da centralização do poder sobre a mídia em nosso país. Ao mesmo tempo, na investigação sobre as relações entre a mídia e a subjetividade é necessário avançar, superando visões que reduzem a discussão ao caráter geral manipulador e ideológico das mensagens veiculadas, sem explicitar seus mecanismos contraditórios; ou a aspectos pontuais e específicos em relação a formas de percepção e comportamento que poderiam estar associados a elas. É necessário apontar o caráter contraditório da mídia, na medida em que dispõe recursos de comunicação importantes, ao mesmo tempo em que pode tolher ou simplificar experiências. As possibilidades de expansão de seu alcance, em amplitude, profundidade e diversidade estará na medida mesma em que for possível reconhecer seus usuários como sujeitos ativos e trabalhar para democratizar o acesso aos recursos e sua distribuição. Em outras palavras, é preciso explicitar a direção que se quer com o uso da tecnologia da comunicação. Será apontado também como a perspectiva do controle social sobre os meios de comunicação representa, nesse contexto, a possibilidade real de democratização da comunicação e o papel dos fóruns já existentes com esse objetivo. Na mesma direção, será apontada a importância da educação nesse processo.

**Palavras-chaves:** Comunicação, Mídia, Subjetividade

**Atividade: Mediação e Psicologia**  
**(Temas em Debate)**

**Trabalho:** Mediação em rede: a experiência em Diadema

**Autor(es):** Corinna Margarete Charlotte Schabbel

**Resumo:** É crescente a preocupação mundial com a criminalidade urbana e seus impactos na população jovem em situação de risco. A parceria dos mais diversos atores sociais no desenvolvimento de estratégias de prevenção colocou em evidência e Mediação de Conflitos como uma estratégia eficiente para atuar tanto na prevenção quanto na resolução de conflitos na comunidade. Desde 1997, quando sete pessoas foram torturadas e uma delas assassinada por policiais militares na Favela Naval, a política de Segurança da cidade de Diadema vem investindo maciçamente no combate à violência urbana com ações que a afastaram da antiga fama de cidade mais violenta do país colocando-a, agora no 40º lugar. Na área de segurança, Diadema inovou ao implantar em 2006 o Núcleo de Mediação de Conflitos a partir de um diagnóstico realizado pela Secretaria de Defesa Social que mostra que 80% das 103 ocorrências de homicídios ocorridas no ano de 2006 envolviam pessoas que se conhecem e moram a menos de um quilômetro uma da outra. O Núcleo de Mediação de conflitos integra um dos 17 compromissos do 2º. Plano Municipal de Segurança. Tem por objetivo reduzir ainda mais a violência na cidade e propagar a cultura de paz como alternativa para a resolução de atritos familiares, sociais e comunitários. O projeto de Mediação em Rede, cujo principal objetivo é dar oportunidade de acesso à justiça para todos os moradores da cidade, divide-se em: Núcleo de Mediação (multi-secretarias) e Mediação Escolar (pares e mediação comunitária) em fase de implantação cujo propósito é expandir a cultura de paz para os pátios das escolas e salas de aula. A proposta desta apresentação é mostrar a eficácia da atuação de mediadores em rede e o papel dos diferentes atores sociais como guardas municipais, policiais militares e civis, lideranças comunitárias e religiosas, entidades sociais, conselheiros municipais e técnicos das secretarias municipais para difundir a mediação nas comunidades, encaminhamento dos casos e desenvolvimento de tecnologia focadas na cultura de paz e adequada para atender as diferentes demandas em mediação. Para adequar-se às características específicas do município que apresenta a segunda maior densidade demográfica do país (12.469 habitantes/km<sup>2</sup>) onde muitos conflitos surgem em virtude da grande proximidade entre as residências, optou-se pela utilização do modelo dinâmico de mediação de quatro fases que foi adaptado a partir do modelo de Lang & Taylor (2000) tendo como base epistemológica Piaget e Maturana, ou seja, para se atingir um estágio superior de complexidade, a integração de todos os níveis de aprendizagem (os processos de assimilação, acomodação e saturação) são necessários para um salto qualitativo.

**Palavras-chaves:** Mediação, Rede, Diadema

**Trabalho:** Mediação e Resiliência: fortalecimento dos recursos de saúde dos indivíduos

**Autor(es):** Marilene de Almeida Marodin

**Resumo:** A mediação é um processo voluntário de gestão de controvérsias, é uma alternativa ao litígio e uma solução de benefício mútuo, construída pelos próprios participantes, com o auxílio do mediador. Este intervém de forma imparcial e neutra, facilitando a comunicação entre os envolvidos, a partir da identificação dos interesses e necessidades dos mesmos, legitimando um acordo voluntário que consubstanciará o seu cumprimento. A mediação como processo se firma na própria responsabilidade dos participantes de tomar decisões de suas vidas, constituindo-se num processo que confere autoridade a cada uma das partes. O mediador intervém como um terceiro em uma negociação com o objetivo de que as partes em conflito cheguem a um acordo satisfatório na gestão dos mesmos. O mediador pode ser oriundo de diferentes campos profissionais, distinguindo-se por possuir capacitação teórica e metodológica específica, algumas características pessoais próprias, assim como valores éticos, orientadores de sua prática. A junção destes fatores será responsável por suas intervenções no transcorrer do processo de mediação que irão, juntamente com as respostas das partes, “co-construir” o desenrolar do processo. Em relação a capacitação teórico e metodológica recomendamos ter como base as orientações estabelecidas durante o I Encontro de Conciliação e Mediação promovido pelo CFP 2006. Algumas questões éticas são norteadoras na caracterização da função do psicólogo enquanto mediador. Estas questões abarcam os princípios e valores do psicólogo com a promoção da saúde, da dignidade, da qualidade de vida das pessoas e da coletividade, a eliminação de formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e

opressão. Em relação às especificidades da ética do mediador ressaltamos fundamentalmente quatro atitudes: imparcialidade, neutralidade, confidencialidade e profissionalização. Existem também qualidades pessoais importantes para o desempenho da mediação como capacidade para entender a complexidade do conflito, boa comunicação, habilidade em escutar e entender critérios de juízos de valor de outras pessoas, com posições reflexivas e colaborativas. As disputas podem ser oportunidades de crescimento e transformação moral e os conflitos proporcionam às pessoas, o exercício da autodeterminação e da confiança em suas próprias forças, assim como o reconhecimento das diferenças. Vivenciar uma boa resolução de um conflito proporciona crescimento e fortalecimento do eu. A mediação propõe um contexto de cultura do diálogo, modificadora de contextos de alienação e de desenvolvimento de culturas de paz. Na mediação se exaltam o consenso, a neutralidade, a ajuda e o protagonismo das partes, fomentando a participação cívica como um modo de incrementar o bem estar social concebido como resultado do bem estar individual de cada um dos membros da comunidade. A mediação é aplicável a qualquer âmbito das relações humanas, porém encontramos contextos onde a mediação é mais indicada, enquanto que em outros poderá ser contra-indicada. Recomendamos o uso de mediação em contextos comerciais, civis, institucionais, escolares, empresariais e do trabalho, familiares, comunitários e de vizinhanças, vítima-ofensores, públicos, sociais, internacionais, fundiais, ecologia, grupos indígenas ou assemelhados, em conflitos armados, danos médicos e assuntos de saúde, multi-grupos, entre outros. Tem se evidenciado, através de investigações, que nem todas as pessoas submetidas a situações de risco sofrem doenças ou padecimentos. Encontramos pessoas que superam as situações adversas e surgem fortalecidos delas, apresentando o que se denomina na atualidade de resiliência. Diferentes definições do conceito de resiliência enfatizam como características do sujeito resiliente a adaptabilidade, baixa susceptibilidade, enfrentamento efetivo, resistência a destruição, condutas vitais positivas, temperamento especial e habilidades cognitivas, que se desenvolvem quando o sujeito enfrenta situações vitais adversas, estressantes e as supera. Não se nasce resiliente nem se adquire a resiliência no desenvolvimento, esta se produz em função de processos sociais e intrapsíquicos. Depende de certas qualidades do processo interativo do sujeito com os outros seres humanos e é responsável pela construção do sistema psíquico humano. Para esta construção o sujeito necessita contar com alguém e sentir que seus esforços, sua competência e sua autovalorização são reconhecidos e fomentados, ou seja, que a aparição ou não da resiliência nos sujeitos depende da interação da pessoa e de seu entorno humano. Encontramos também atributos, principalmente em crianças e adolescentes considerados resilientes: introspecção, independência, capacidade de relacionar-se, iniciativa, humor, criatividade, moralidade e auto-estima consistente. Para enfrentarmos as adversidades, superá-las e sair delas fortalecidos ou inclusive transformados, necessitamos de apoio, de desenvolver fortaleza intrapsíquica, de aquisição de habilidades interpessoais e de possibilidades de resolução de conflitos. A resiliência se associa à prevenção e, assim, podemos afirmar que intervenções mediadoras de conflitos constitui-se numa estratégia para a promoção da saúde e fortalecimento das capacidades dos indivíduos. A Mediação propõe entender os sujeitos como co-construtores das suas realidades, num movimento de múltiplas vozes, de existência do diferente, do diálogo, do outro, da adversidade. Esta visão novo paradigmática prepara para uma vida melhor e é um campo aberto ao psicólogo para trabalhar na promoção da qualidade de vida das pessoas, das instituições onde as pessoas vivem e trabalham e das comunidades.

**Palavras-chaves:** contextos de mediação, ética do mediador, mediação, resiliência, papel do mediador

**Atividade: Estratégias para a discussão das relações raciais: a experiência da Comissão de Direitos Humanos do CRP03 (Temas em Debate)**

**Trabalho:** Psicologia e Movimentos Sociais

**Autor(es):** Alessandra Santos de Almeida

**Resumo:** Muito embora a sociedade brasileira jamais tenha experimentado uma economia democrática e igualitária, a situação na contemporaneidade se agrava paulatinamente e se

traduz em conseqüências desastrosas para uma grande parcela da população. Em tempos de “aldeia global”, termo que trás em si a idéia de aproximação e diminuição de distancias, o que se verifica é o aumento das fronteiras sociais com a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, de acesso aos serviços públicos, de alimentação, moradia, saneamento básico, enfim do suprimento de necessidades primárias para grande parcela da população. O Brasil, cujo bordão sustentado foi a esperança de ser o país do futuro, sustenta hoje uma (des) – estruturação social perversa que ideologicamente fraciona a sociedade não mais em classes privilegiadas e desprivilegiadas, mas, redefine e redimensiona conceitos como incluídos e excluídos. Psicologia e Movimentos Sociais: um encontro necessário, foi tema dentre as atividades da Comissão de Direitos humanos do CRP03 e cujo objetivo tem sido aproximar os profissionais e estudantes de psicologia dos movimentos sociais, enquanto forma de organização coletiva importante e imprescindível para conquistas políticas e sociais na realidade brasileira, refletindo também acerca da necessidade de aproximação e diálogos constantes entre a psicologia, a sociologia, a geografia, a demografia e principalmente a política, enquanto disciplinas que têm como objeto de atenção mulheres, homens, atentando para as relações de raça, gênero, classe social e os fenômenos sociais nelas produzidos. O contato dos psicólogos com os representantes do MST – Movimento dos Sem Teto de Salvador - e do MTD – Movimento dos Trabalhadores Desempregados – trouxe a tona a discussão e uma reflexão sobre o panorama econômico e político mundial, com suas repercussões no âmbito nacional, refletindo sobre o neoliberalismo e o Estado Mínimo, a importância da organização social, a mídia e a criminalização dos movimentos sociais, o racismo, a participação da mulher na luta e a importância dos profissionais de psicologia nesse processo, dentro e fora dos movimentos, pensando a realidade social brasileira, o desenvolvimento humano nesses contextos, a organização social e política como importante fator na construção de identidades positivas, promovedor da auto estima e de atitudes proativas importantes para a manutenção da saúde mental em situações extremas. Concluiu-se que as diversas áreas de interesse e atuação da psicologia são possíveis dentro dos movimentos e o quão necessário é se pensar um a psicologia menos elitista e mais politicamente engajada, que tem papel fundamental na formação de sujeitos situados, no sentido dado pela Teoria Pichoniana. Foi problematizado a práxis dos psicólogos, mas também formação acadêmica atual e a necessidade urgente de reformulações curriculares, mais voltadas para a realidade brasileira hoje. No momento o grupo busca novas estratégias para aprofundamento da discussão e da aproximação dos Psicólogos com os Movimentos Sociais.

**Palavras-chaves:** Movimentos Sociais, Relações Raciais, Gênero, Direitos Humanos

**Trabalho:** PSICOLOGIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA COM EX-DETENTOS

**Autor(es):** Valter da Mata Filho

**Resumo:** O presente trabalho foi apresentado em um evento da Comissão de Direitos Humanos por ocasião da comemoração do dia dos psicólogos em 2005, como uma referência à uma prática do psicólogo no mundo do trabalho que privilegia a inclusão social sem esquecer o recorte racial. Em 2006, o tema se desdobrou e foi reapresentado durante evento organizado em parceria com a OAB e CRESS, como um exemplo de inclusão social. Introdução: Conhecido como o pior estigma, o ex-detento, significa o não humano (ou o menos humano na melhor das hipóteses) e merecer pena de exclusão social perpétua. Não importa motivos, contexto ou circunstâncias que ocorreu o fato. A marca de ter passado pelo processo de prisão restritiva de liberdade confere a esses indivíduos o lugar de eternos parias sociais. O trabalho dos psicólogos no projeto Liberdade e Cidadania é sobre a Psicologia e o seu papel na análise, compreensão e propostas de solução para problemas sociais. Ousa-se ainda apontar um outro problema que é a seletividade dos “clientes” das penitenciárias na sua maioria, oriundos da população negra e seus descendentes. Apresentamos um jeito próprio de fazer Psicologia, um olhar que consiste em se dispor para modificar sistemas de crenças, revisão de conceitos, realizar um acolhimento bem estruturado, investir no potencial de modificabilidade das pessoas, instrumentalizá-las e dar suporte para as mudanças através de treinamento, assistência psicoterápica, inclusão social através do trabalho formal e atividades comunitárias e acompanhamento sistemático do desempenho e relacionamento interpessoal no trabalho. Objetivos: Este projeto tem como

objetivo falar da experiência de trabalho realizada com ex-detentos do sistema prisional de Salvador preparando-os para à convivência social no papel de cidadãos. A divulgação da experiência de forma a tornar possível a replicação por outros profissionais e organizações, a exposição de limites e a abertura para o debate e surgimento de outras idéias e ações capazes de potencializar soluções para o grave problema do sistema carcerário em todo território nacional. Justificativa: A iniciativa de realizar este projeto se deve ao ineditismo de inclusão de ex-presidiários no mercado de trabalho formal, com todas as exigências e direitos contratuais entre trabalhador e empresa. Também o fato de constituir-se numa experiência abrangendo fases consideradas de início de processo e de conclusão. Outro fator é a carência de bibliografia sobre o assunto na Psicologia e por conta da importância do tema e da natureza do trabalho tão aderente ao momento histórico de desejo de mudança social tão importante e necessário para a justiça social e segurança pública no nosso país. Além disso é desejo dos autores contribuir para a reflexão teórico-prática dos profissionais da Psicologia e outras disciplinas cujo foco seja a compreensão e o bem estar humano.

**Palavras-chaves:** Inclusão Social, Psicologia Social, Direitos Humanos

**Trabalho:** Brancas vivências: a “relativa” falta de consciência da própria racialidade e dos privilégios de ser branco

**Autor(es):** Lucio Otavio Alves Oliveira

**Resumo:** A Comissão de Direitos Humanos do CRP-03 elegeu a temática das relações raciais como um dos eixos de trabalho a ser enfatizado, dada a necessidade e relevância de discussão ampla na categoria profissional para o contexto local no qual a comissão se encontra, isto é, a cidade de Salvador, onde o preconceito e a discriminação racial persiste e as desigualdades raciais são alarmantes; e a ainda pouca atenção que esta temática ocupa na prática e na produção da psicologia brasileira. Tendo isto em consideração, um estudo que foi desenvolvido pelo psicólogo Lúcio Oliveira, membro dessa Comissão, foi apresentado num dos eventos como forma de abrir debates e fomentar discussões nesse interim. O estudo focalizou um aspecto das relações raciais que historicamente não foi marcado, também foi ignorado na literatura de relações raciais no Brasil, e só recentemente passou a ser investigado: a branquitude, as expressões da racialidade de pessoas brancas; isto aponta também, o fato de que estas pessoas também têm uma raça e a indagação de como vivenciam essa dimensão de suas vidas, de forma bastante diferenciada das pessoas negras. O objetivo do estudo foi descrever e analisar representações sociais de pessoas brancas sobre si mesmas e os significados associados à branquitude, tendo como fundamento psicológico os processos de mediação social e de subjetivação que irão conformar aquelas representações e vincular significados. Através dos depoimentos de entrevistas de 8 (oito) estudantes de graduação, auto-identificados de cor/raça branca, do sexo masculino e feminino, dos cursos de Psicologia e de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. Utilizando técnicas de análise do discurso, levantaram-se questões sobre como se constituem as representações que estes indivíduos têm de si mesmos e foram feitas as descrições e análises do conteúdo das mesmas. Com base nos padrões de respostas e associações de significado, frequência e relevância, verificou-se a incidência marcante da “relativa” falta de consciência da própria racialidade e dos privilégios de ser branco. A capacidade representacional diz respeito a um sujeito psicológico, mas não pode ser entendida sem levarmos em conta a dimensão de alteridade. No caso do presente estudo, a análise dessa dimensão de alteridade trouxe informações de grande relevância para descrever e discorrer sobre os significados de pertencer a um grupo que não vivencia marcadamente a experiência racial em seu cotidiano. A utilização da técnica da entrevista e da análise de discurso também foram importantes para demonstrar que as representações sociais expressas nas entrevistas ultrapassam o trabalho individual do psiquismo e emergem como um fenômeno necessariamente colado ao tecido social. As representações sociais de branquitude foram marcadas pela re-apresentação arraigada de que ser branco é ser “normal”, pela não implicação com a problemática racial; minimização da importância do aspecto racial na experiência cotidiana, desidentificando a si mesmo e ao grupo (evasão de poder), pessoas desracializadas; não reconhecimento, minimização de privilégios oriundos das desigualdades raciais.

**Palavras-chaves:** branquitude, representações sociais, discriminação racial, subjetividade, Psicologia Social

**Atividade: Publicidade e Criança: o que a Psicologia tem a ver com isso (Temas em Debate)**

**Trabalho:** A PUBLICIDADE DIRIGIDA AO PÚBLICO INFANTIL – CONSIDERAÇÕES PSICOLÓGICAS

**Autor(es):** Yves La Taille

**Resumo:** A PUBLICIDADE DIRIGIDA AO PÚBLICO INFANTIL – CONSIDERAÇÕES PSICOLÓGICAS Nossa fala incide sobre algumas considerações psicológicas, notadamente de Psicologia do Desenvolvimento, para refletir sobre os possíveis prejuízos que a publicidade dirigida ao público infantil pode causar nas crianças. Começamos por lembrar que, se a publicidade desperta desejos de consumo, tal realidade não diz respeito apenas à criança, mas sim a todos, crianças, adolescentes e adultos. Se a pessoa for pobre, tal exposição ao mundo sedutor das compras pode, de fato, levar a variadas frustrações e, em alguns casos, a formas violentas de se apoderar dos objetos cobiçados. Tais frustrações e atos violentos também não dizem respeito apenas ao mundo da infância. Quanto a esse mundo, podem ocorrer conflitos intrafamiliares, decorrentes da impossibilidade de os pais atenderem aos pedidos de seus filhos, pedidos às vezes decorrentes da sedução produzida pela publicidade. Pode também ocorrer de os pais, para fugir dos conflitos, (ou por serem eles mesmos inspirados por padrões de consumo) gastarem seu dinheiro comprando objetos veiculados na mídia, e, em consequência, deixarem de dar a seus filhos coisas importantes ou necessárias para a sua educação. Sendo as crianças de até 12 anos em média ainda bastante referenciadas por figuras de prestígio e autoridade - não sendo elas, portanto, autônomas, mas sim heterônomas - é real a força da influência que a publicidade pode exercer sobre elas, força esse que pode ser sensivelmente aumentada se aparecem protagonistas e/ou apresentadores de programas infantis. Os adolescentes, embora já em parte liberados de referência a autoridades, estão sujeitos a influências externas no que tange ao delicado e importante processo de construção de suas identidades. Não tendo as crianças de até 12 anos construído ainda todas as ferramentas intelectuais que lhes permitiram compreender o real, notadamente quando esse é apresentado por intermédio de representações simbólicas (fala, imagens), a publicidade tem maior possibilidade de induzir ao erro e à ilusão. Tal não se aplica a adolescentes. As vontades infantis costumam ser ainda passageiras e não relacionadas entre si de modo a configurar verdadeiros objetivos. Logo, as crianças são mais suscetíveis que adolescentes e adultos, de serem seduzidas pela perspectiva de adquirir os objetos e serviços a elas apresentados pela publicidade. De tudo que foi exposto, deduz-se que, de fato, as crianças e, em parte, os adolescentes devem ser protegidos e, portanto, que é necessária uma regulação precisa e severa do mundo da publicidade para as crianças.

**Palavras-chaves:** Publicidade, Manipulação, Desenvolvimento, Vontade, Cognição

**Trabalho:** A PSICOLOGIA E A JUSTIÇA NO CONTROLE DA PUBLICIDADE ABUSIVA DIRECIONADA AO PÚBLICO INFANTIL

**Autor(es):** Fernando de Almeida Martins

**Resumo:** A ordem jurídica brasileira consagra um amplo sistema protetivo das crianças, que precisa ser efetivado por meio da atividade criadora do intérprete e aplicador do Direito. Desta maneira, a Constituição da República considera a proteção da criança um direito social (art. 6º, caput) e em seu art. 227 determina que seja assegurado, com absoluta prioridade, o direito à saúde, à dignidade e ao respeito. A criança goza de tripla proteção legal \* é protegida como criança, como consumidora e como usuária de um serviço público de radiodifusão de sons e imagens. De fato, a restrição à imensa e incessante publicidade comercial direcionada ao público infantil perpassa pelo campo da defesa da pessoa humana considerada como fim em si mesma, bem como da saúde pública, pois a quantidade maciça de comerciais é comprovadamente prejudicial à saúde física, social, mental e emocional da criança, de modo que requerem



imediatas ações do poder público. Por outro lado, para se garantir o direito da criança e do adolescente à proteção de sua saúde, deve-se impedir a veiculação de publicidade que se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança e do adolescente (art. 37, § 2.º, do CDC), pois, sendo incapaz de distinguir as desaprovações, falsos argumentos e representações enganosas na mensagem comercial, a criança poderá adotar formas de alimentação prejudiciais à sua saúde em virtude de sua imaturidade em discernir os exageros contidos em qualquer mensagem publicitária. O sistema adotado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente é o da proteção integral, sempre ressaltando a condição de ser humano em formação e por isso merecedor de cuidados especiais por parte dos agentes econômicos. Desta maneira, como as crianças ainda não possuem capacidade cognitiva para discernir e compreender o caráter persuasivo da publicidade, decorre que as práticas comerciais dirigidas a elas podem ser consideradas inerentemente abusivas e enganosas, possibilitando a atuação das diversas entidades, estatais ou não, no sentido de coibir o abuso na utilização de publicidade dirigida ao público infanto-juvenil. Neste sentido, a psicologia pode contribuir de forma contundente no controle da abusividade publicitária neste campo, visto que os profissionais desta área serão mais e mais solicitados a manifestarem-se em ações judiciais na análise técnica de casos concretos de publicidade direcionada a crianças e adolescentes. Concluindo, sem a fundamental colaboração da psicologia, não há como o Poder Público, representado pelo Ministério Público ou outras entidades, implementar o princípio da proteção integral conjugado com os princípios insculpidos na legislação consumerista, a saber, princípios da identificação da publicidade, da transparência e da não-abusividade da publicidade.

**Palavras-chaves:** Psicologia, Publicidade Abusiva, Criança, Justiça

**Atividade: A Mulher do Tráfico (Paineis)**

**Trabalho:** A Mulher do Tráfico

**Autor(es):** Larissa Leite, Fernanda Telles, Laila Rozemberg, Thais Klein, Ana Paula Queiroz, Alice Sicuro

**Resumo:** As mudanças sócio-culturais aliadas ao que podemos chamar de terceira revolução industrial tornam-se cada vez mais visíveis nas grandes cidades com o passar dos tempos. Essas últimas são vistas como co-habitadas por mundos distintos que se misturam cada vez mais, sendo eles o morro e o asfalto, criando-se assim uma nova cultura. O tráfico de drogas e suas repercussões dentro da sociedade é alvo de críticas e atenção nos dias atuais, visto que seu crescimento contínuo e o papel fundamental que os comandantes do 'negócio' têm dentro das favelas são caracterizados por uma organização social própria. Com essas considerações em mente, essa pesquisa explora o território feminino dentro das favelas atuais, procurando estudar a importância das mulheres de traficantes de drogas. Para o entendimento das motivações e costumes das mulheres, em questão, foi preciso fazer um levantamento histórico que nos mostrou a relação entre o crescimento do tráfico nas favelas nos anos oitenta e as crises econômicas e modificações do capitalismo mundial nessa mesma época, visto que esse modelo econômico provocou um crescimento irreversível do desemprego e contribuiu para o desaparecimento progressivo do emprego formal (substituído por inúmeras formas de emprego temporário e subemprego) e à perda do poder aquisitivo do salário das parcelas menos especializadas dos trabalhadores. Inicialmente, o tráfico de drogas dentro desse contexto pode ser considerado uma tentativa de garantir ganhos materiais bem superiores aos salários de pessoas empregadas em outras atividades, visto que a imensa maioria recebe salários baixíssimos, não possui carteira assinada ou qualquer perspectiva de melhora da qualidade de vida. Dessa maneira, a banalização da violência, juntamente com o alto índice de mortalidade de jovens envolvidos com o tráfico e a construção de novas regras e valores compatíveis com tais

atividades, possibilitam o estudo das motivações e valores morais dessa nova sociedade. Diante desse cenário sócio-econômico escolhemos a mulher como objeto de estudo e, através de entrevistas com mulheres e ex-namoradas de traficantes de drogas, procuramos identificar os motivos que as levam optarem pelo envolvimento com tais organizações, sujeitando-se a agressões, traições, riscos de morte, além de diversas outras situações que nos foram descritas durante a pesquisa de campo. Além disso, buscamos relacionar o sentimento de exclusão e desvalorização social provenientes da cultura das favelas com a necessidade de confirmação de poder e status, adquiridos por essas mulheres ao se relacionarem com traficantes de drogas, visto que esses ocupam um papel institucional dentro da comunidade, determinando valores éticos e morais. Uma tal abordagem recai sobre dois elementos centrais: em primeiro lugar mostra que os valores morais construídos por tais sociedades são baseados em modelos de certo e errado muito claros, sendo determinados por um poder central que, ao mesmo tempo que concede direitos a população, assassina os que não respeitam a organização e as leis que estabeleceram. Esse fato, para a mulher, se torna relevante na medida que ela convive com leis de submissão inadequadas em sociedades modernas como, por exemplo, abrir mão do direito de trabalhar fora de casa e separar-se de seu respectivo cônjuge caso não esteja satisfeita com a relação. Entendemos que o enfoque dado a estas mulheres contribui de forma satisfatória para o entendimento do que pode ser chamado de sujeito contemporâneo, sendo definido pelo psicanalista Charles Melman como banalizado e universal. É a partir da ótica dessa universalidade que considera-se importante analisar de que forma o enfraquecimento de um lugar de autoridade, em nossa cultura, pode auxiliar no desenvolvimento de costumes e leis sociais tão marcantes quanto as determinadas pelo narcotráfico. Observamos pelos dados obtidos através da pesquisa de campo que, através dos relacionamentos descritos, mulheres em questão disfrutavam do poder e do medo que são representados para a sociedade por seus parceiros, mas também conseguem uma ascensão social na medida que algumas voltam a estudar, muitas conhecem outros países, além de todas ressaltarem o fato de viverem com uma qualidade de vida muito mais alta do que viviam antes da relação. Dessa forma, nos foi descrita uma hierarquia de poder própria vivenciada por todas as mulheres de traficantes, visto que esses possuem em sua maioria mais de uma parceira, formando assim a idéia de 'contrato' que nesta pesquisa foi relacionada com diversos estudos como, por exemplo, os do sociólogo Zygmunt Bauman, à respeito do comportamento do sujeito atual em seus relacionamentos. Por fim, uma análise bem sucedida dos assuntos abordados anteriormente irá levarmos a pensar como o enfraquecimento do poder do Estado, nessa era global, pode favorecer o surgimento de uma cultura marcada pela desvalorização da vida e dos laços humanos, contribuindo, dessa forma, para expandirmos o campo de possibilidades e entendimento á respeito das novas subjetividades contemporâneas.

**Palavras-chaves:** Sociedade, Tráfico de Drogas, Mulheres, Poder, Subjetividades Contemporâneas

**Atividade: Uso e dependência de drogas na contemporaneidade (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Uso e dependências de drogas na contemporaneidade

**Autor(es):** Cynara Teixeira Ribeiro

**Resumo:** Universal e milenar é a prática humana de consumir drogas. Desde os primórdios da civilização, o uso de substâncias tóxicas se fez presente, oras como subsídio para comemorações religiosas, oras como instrumento para realização de práticas sociais e culturais em diferentes contextos históricos. O efeito de fascínio exercido por tais substâncias nos seres humanos, capazes de gerar alterações tanto no âmbito físico como no psicológico, instigou muitos saberes a estudar a sua utilização. Dentre esses, a psicanálise se diferencia por abordar o tema do uso de drogas como uma resposta possível do sujeito ao mal-estar existente na cultura. De acordo com tal perspectiva, apresentada por Freud desde o texto "O Mal-Estar na Civilização" (1930), pode-se afirmar que o aumento desse uso na contemporaneidade está relacionado à intensificação do mal-estar vivenciado pelo sujeito na atualidade. De acordo com Lacan, no "Seminário XVII: O avesso da psicanálise" (1970), tal fato está relacionado ao advento

da ciência e à profusão da ideologia liberal, as quais inauguraram duas novas modalidades de laço social, também chamado de discurso: o discurso da ciência e o discurso do capitalista. Ambas as modalidades de discurso estão muito presentes na atualidade e se caracterizam por representar o imperativo de um gozo auto-erótico ou autístico, que impele o sujeito a gozar apenas de seu próprio corpo, excluindo o Outro. Isso é observável tanto no culto crescente ao corpo e à imagem existente na atualidade, como no consumo exagerado seja de bens, seja de comida, seja de drogas, o qual se presentifica cada vez mais em nossa sociedade contemporânea e que são exemplos de formas solitárias de obtenção de prazer. Tendo como ênfase o consumo de drogas e acreditando que a relação de cada sujeito com a droga é singular, pretendemos, com esse trabalho, investigar: como, à luz da psicanálise lacaniana, cada sujeito se relaciona com a droga?; o quê delimita a diferença entre a condição mórbida denominada de toxicomania e a prática que se configura como o simples uso de drogas?; como cada uma dessas formas de relação com a droga se insere nessas modalidades discursivas prevalentes na contemporaneidade? No intuito de pensar tais questões, realizamos entrevistas semi-estruturadas com cinco sujeitos usuários de drogas, todos do sexo masculino, quatro dos quais se disseram dependentes, três de crack e um de cocaína, e com muitas dificuldades para largar a droga – estando por isso procurando o Departamento de Intervenção e Prevenção da Delegacia de Narcóticos do estado de São Paulo – enquanto apenas um afirmou ter abandonado há três anos o uso continuado que fazia de maconha e cocaína. Nessas entrevistas foram abordadas questões tais como: “como começou a usar droga e o quê relaciona a isso?”, “o que sente ao usar droga?”, “prefere usá-la em grupo ou sozinho?”, “a droga muda a sua relação com as pessoas ao seu redor?”, “existe alguma situação, ou situações, em que sente mais vontade de usar a droga?”, “considera-se dependente?”, entre outras. A análise dos dados propiciados tem por base as reflexões teóricas de Freud, Lacan e outros psicanalistas contemporâneos bem como as pesquisas já realizadas acerca dessa temática e nos permite chegar a uma maior compreensão acerca do fenômeno subjetivo do uso e dependência de drogas, de como este se insere na história de vida de cada um desses sujeitos e de quais são os efeitos que geram em sua subjetividade e no estabelecimento de seus laços sociais. Acreditamos que tais reflexões poderão trazer melhorias para o tratamento de toxicômanos e usuários de drogas, bem como fazer avançar a psicanálise enquanto campo de saber que investiga as relações entre o subjetivo e o social.

**Palavras-chaves:** drogas, contemporaneidade, psicanálise

**Atividade: Os sentidos da vulnerabilidade e do risco: uma leitura preliminar (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Os sentidos da vulnerabilidade: análise preliminar

**Autor(es):** Sandra Torossian

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é a problematização do conceito de vulnerabilidade. De acordo com Abramovay (2002) e Adorno (2001) o índice de pobreza não define por si só a vulnerabilidade e o risco, mas precisa-se olhar para a inclusão ou não da população em relação aos serviços e políticas públicas. A população investigada na pesquisa “Investigando as condições de vulnerabilidade de crianças e adolescentes de São Leopoldo” encontra-se abaixo da faixa média nacional em relação à situação salarial. Por outro lado as condições familiar, de moradia, de saúde e sócio-econômica encontram-se na média nacional e regional se comparado com dados do IBGE (2005). Além disso, essa população encontra-se inserida em serviços e políticas de saúde, assistência social e educação. No entanto, a análise qualitativa realizada na mesma pesquisa, especialmente em categorias referentes ao cenário familiar aponta para graves situações de vulnerabilidade. Por exemplo, algumas crianças convivem com em grupos familiares nos quais há relatos de assassinato do pai pelo filho com conseqüente morte do filho; há relatos de “devolução dos filhos” à mãe, ou aos pais biológicos após um período de adoção; mães que não conseguem maternas e cuidar dos seus filhos e, ainda aparecem relatos de rejeição parental com conseqüente adoção bem como relatos de suicídio e alcoolismo parental. A partir desses dados problematizamos se apesar de haver uma inclusão da população em serviços de saúde, educação e assistência social, as crianças e adolescentes estão tendo

acesso aos cuidados. Outro dado a ser destacado, na análise de conteúdo, é a quase inexistência de descritores relativos às potencialidades psicológicas e educacionais das crianças e adolescentes bem como uma ênfase nas dificuldades escolares em detrimento das possibilidades e conquistas. Isso leva-nos a questionar um olhar que enfatiza a carência quando se trata de avaliar a vulnerabilidade. Perguntamos, ainda, quais os efeitos deste olhar? Não seria a naturalização da idéia de falta de recursos= vulnerabilidade? A partir das contribuições de Michel Foucault sabemos que esses olhares e discursos se produzem no movimento da vida e das relações entre os sujeitos, produzindo-se aí jogos de poder. Assim, a noção de vulnerabilidade apresenta-se carregada e produzindo variados sentidos, os quais podem contribuir tanto para uma homogeneização e manutenção da população num lugar de risco quanto para construir estratégias de empoderamento dos sujeitos na construção de potência de vida. Para essa última alternativa ser possível é necessário problematizar a construção dos diferentes olhares em relação às situações de vulnerabilidade, desconstruindo sentidos cristalizados que apontam para as condições de carência como condições de impossibilidade de vida.

**Palavras-chaves:** vulnerabilidade,risco,produção de sentidos

**Trabalho:**Uma leitura preliminar dos sentidos do risco: o Programa de Saúde da Família

**Autor(es):** Lilian Rodrigues da Cruz,Neuza Guareschi,Betina Hillesheim

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é problematizarmos os sentidos do risco, pois estamos tão acostumados a ouvir expressões como “crianças em situação de risco”, “a família está correndo risco”, “programas para adolescentes em situação de risco”, dentre outras similares, mas, via de regra, não nos perguntamos a quem se dirige, de quem estamos falando quando utilizamos estas expressões. Considerando que “risco” é uma probabilidade de perigo, tanto para o sujeito como para o meio ambiente, todos nós vivemos em risco. Contudo, não nos pensamos como ‘adultos em situação de risco’. Mesmo levando em conta o avanço e a sofisticação das tecnologias de cálculo e, conseqüentemente, do controle do risco, uma certa imprevisibilidade sempre estará presente, uma vez que o risco situa-se naquilo que se oculta no tempo, ou seja, a incerteza do futuro. Apesar da crença de se calcular o risco, em toda tomada de decisão sempre estarão envolvidos dois elementos distintos, porém inseparáveis: os fatos objetivos e a visão subjetiva da vontade do que será ganho, ou perdido. Além disso, todo o risco envolve uma oportunidade, nem que esta esteja pautada na evitação da perda. Na base destes binarismos, entre os que não se pensam em situação de risco e os que “sabem que estamos falando deles/neles” está a crença de que cada conceito se opõe ao outro, trabalhando no sentido da homogeneização. Entretanto, as diferenças constituídas não têm uma origem natural, senão que são produzidas no próprio movimento da vida e das relações entre os sujeitos, naquilo que Michel Foucault chamou de jogos de poder. Perceber o processo de produção destes públicos diferenciados concomitantemente com os saberes que se voltam aos mesmos possibilita-nos problematizar algumas das tantas práticas cotidianas com as quais nos deparamos sem estabelecer qualquer espécie de questionamento. Importante percebermos que a noção de risco social pode depreender variados sentidos e significados, pois não está claro, por exemplo, quem incorre em risco: se é a população pobre ou os segmentos da sociedade que se sentem ameaçados por esta. Tomemos como exemplo o Programa de Saúde da Família (PSF). Quando uma agente comunitária de saúde (ACS) sabe que uma adolescente de 13 anos está iniciando atividade sexual, considera uma situação de risco pela iminência de uma gravidez, sentindo-se profissionalmente responsável; logo decide que ele precisa tomar contraceptivo. Situação similar refere-se quando a ACS sugere e até persuade a algumas mulheres a fazer o procedimento denominado ligadura, uma vez que “já tiveram muitos filhos e não tem condições de cuidá-los”. A partir destas situações podemos entender o que César Augusto Weber quer dizer ao afirmar que o PSF é um dispositivo de governo da população, onde o acompanhamento e o controle estão sempre presentes. Nos casos relatados diz respeito ao número de nascimentos, a idade adequada para a gestar, enfim, a gestão da vida das famílias pobres. Como trabalhar de forma a promover a autonomia, os direitos das famílias, sem que esta ação se transforme em mais um

veículo de controle?

**Palavras-chaves:** situação de risco, programa de saúde da família, risco e vulnerabilidade

**Trabalho:** A questão emprego/desemprego como condição de vulnerabilidade

**Autor(es):** Nelson Eduardo Estamado Rivero

**Resumo:** Este trabalho tem como proposta primeiramente apresentar o emprego como uma construção histórica vinculada ao desenvolvimento do capitalismo liberal e do industrialismo que atualmente pode ser considerado uma instituição social enquanto lógica, regra ou ordem para as ações humanas, para então abordar o tema do desemprego como uma realidade produtora de condições de vulnerabilidade, não somente pela sua situação de exclusão econômica mas como despotencialização subjetiva com a conseqüente criação de sujeitos culpabilizados pela sua própria sorte e com uma incapacidade de promover estratégias de enfrentamento desta situação que não seja retomar o lugar de empregado. Para isso, será necessário demonstrar de forma sucinta, que o surgimento do emprego como o conhecemos está vinculado decisivamente ao desenvolvimento da venda da força de trabalho especialmente a partir do surgimento das relações industriais e da conseqüente organização dos trabalhadores como classe operária industrial já nos séculos XIX e XX. O crescente aproveitamento de mão de obra formal e as lutas em defesa dos trabalhadores foram ao mesmo tempo construindo condições mais dignas de trabalho e construindo patamares de respeito à classe operária e fortalecendo o emprego como um lugar privilegiado frente à sociedade. Afirma-se neste sentido a lógica moral da dignificação pelo trabalho apresentando o emprego como praticamente sinônimo deste; “confusão” de conceitos ainda muito presente em nossos dias. Henri Castel (1998) define o surgimento da sociedade salarial no século XX caracterizada por uma transformação na relação da condição operária com a sociedade onde o salário passa a assegurar direitos, dar acesso a subvenções e permite a ampliação da vida social. Considera o trabalho sob a forma de emprego com estabilidade o meio de pertencimento ou filiação à sociedade salarial. Apresenta vinculado a esta realidade o conceito de propriedade social que é análoga à propriedade privada, mas trata de apropriações que geram segurança e que não pode ser adquirida ou comprada no mercado, mas depende de um sistema de direitos e obrigações. (Nardi, 2006). A partir do momento em que este tipo de propriedade se coloca como imprescindível para a existência do indivíduo, os suportes sociais vinculados ao emprego no século XX adquirem uma importância fundamental para o trabalhador, como de saúde ou adoecimento, como de dignidade ou desgraça, como de vida ou morte. Assim, ao constatar a realidade do desemprego em nossa sociedade, conhecemos também este lugar de sofrimento, onde não se alcançam os suportes sociais vinculados ao emprego, onde não se percebe inclusão social, onde são difíceis as lógicas alternativas de trabalho e renda. Bauman (2005) ao referir-se ao desemprego chama a atenção para o prefixo “des” que indica anomalia, ou seja, é temporária, é análoga a uma doença que será tratada com a volta ao emprego formal. Refere que esta concepção semântica é herança de uma sociedade da produção, onde o emprego é uma condição desejável, possível a todos e também um “derradeiro destino”. Mais intenso fica o problema se considerarmos justamente o reverso desta situação: o desemprego estrutural, a falência da sociedade salarial, que tem sido defendida – e não recentemente - por muitos autores como a descrição exata do que estamos vivendo. Já no final do século passado, Viviane Forrester (1997) reclamava a necessidade de nos organizarmos a partir da ausência do trabalho denunciada pela crise do emprego. Destacando a emergência das características atuais do desempregado denunciava que o desempregado não é mais um excluído temporário, ocasional e que ninguém está a salvo desta “implosão geral”. Desde então foram muitos a discutir a realidade do desemprego, seja pela consideração de uma morte anunciada, seja pela ótica das metamorfoses do trabalho. Mas em todas se fazem presentes referências ao lugar diferenciado que se construiu para o desemprego nestes últimos tempos de capitalismo. Lugar este produtor de subjetividades incapacitadas e vulneráveis. Esta realidade tem sido vivenciada e estudada através de um projeto de ação social com articulação com as graduações de Psicologia e Administração – UNISINOS RS. Através do convênio entre a Universidade e a Fundação Gaúcha do Trabalho e Assistência Social – FGTAS que coordena as agências do SINE no Rio Grande do Sul, desenvolvem-se diversas ações junto aos usuários do serviço – desempregados – onde é possível colher dados e analisar as características deste

público. Dois aspectos são relevantes: a condição moralizada e despotencializadora que o desemprego tem junto aos trabalhadores constituindo, ainda, o emprego formal como a grande utopia ativa e a necessidade da Psicologia reinventar-se, mesmo no método e técnica, para investir como escuta do sofrimento destes sujeitos pois em muitas vezes, ao defender e trabalhar pela causa da inclusão no mercado de trabalho não faz outra coisa que reafirmar as mesmas verdades que produzem o sofrimento que se propõe a combater.

**Palavras-chaves:** desemprego, vulnerabilidade, situação de risco

**Atividade: PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO EVOLUCIONISTA: NATUREZA VIA CULTURA (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Genética comportamental: contribuições para a psicologia do desenvolvimento

**Autor(es):** Emma Otta, Fernando José Leite Ribeiro, Vera Silvia Raad Bussab

**Resumo:** Historicamente a psicologia tem revelado preferência por interpretações culturalistas; a hegemonia ambientalista dominou a psicologia até a década de 1960. Uma grande mudança que se observa na psicologia de forma geral e na psicologia do desenvolvimento em particular, nos últimos 50 anos, é a atribuição de um papel importante à natureza (genética) no desenvolvimento, assim como à criação (ambiente), cujo papel já era tradicionalmente reconhecido. As pesquisas com gêmeos revelaram substancial influência genética na maior parte dos domínios da psicologia do desenvolvimento. Gêmeos idênticos (monozigóticos), que têm 100% dos seus genes em comum, são comparados com gêmeos fraternos (dizigóticos), que partilham apenas 50% dos seus genes, em função de diferentes histórias de criação (criados juntos vs. Separados). Pesquisas de genética comportamental têm demonstrado a influência de heritabilidade em muitas áreas, incluindo traços de personalidade (extroversão-introversão, emocionalidade-neuroticismo), atitudes (conservadorismo-traditionalismo), interesses vocacionais, alcoolismo, pânico, anorexia nervosa, distúrbios afetivos e esquizofrenia. Para um conjunto de características complexas, gêmeos monozigóticos adotados e criados em lares diferentes mostraram-se mais semelhantes entre si e com seus pais naturais do que com a família adotiva. Constata-se, além disso, aumento consistente da magnitude da influência genética em vários domínios, ao longo da vida, da infância para a meninice, a adolescência e a idade adulta. Esta é uma constatação contra-intuitiva, já que se imaginaria que os fatores ambientais se tornassem progressivamente mais importantes, à medida que as experiências se acumulassem ao longo da vida. Estudos recentes (Jang, K.L. The Behavioral Genetics of Psychopathology. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 2005) apresentam índices de heritabilidade da ordem de 70-80% para esquizofrenia e depressão bipolar, de 45-55% para alcoolismo e distúrbios de personalidade, com índices mais baixos de heritabilidade para depressão unipolar (em torno de 30%) e distúrbios de ansiedade (20-45%). As pesquisas têm dado um passo além da mera documentação da importância da genética, com contribuições no sentido da elucidação dos mecanismos através dos quais as influências genéticas afetam o desenvolvimento. Discute-se também hoje o uso deste conhecimento no que se denomina psicoterapia genética, em complementação às abordagens psicoterapêuticas tradicionais. Baseada num modelo de vulnerabilidade, propõe como estratégias: (a) aumento de tolerância e aceitação, (b) atenuação de expressão e (c) substituição progressiva por comportamentos mais adaptativos. Por exemplo, busca de sensação é um traço de personalidade com elevada heritabilidade. No entanto, nem todas as pessoas com predisposição elevada de busca de sensação expressam esta característica da mesma forma, nem as diferentes expressões são igualmente mal adaptadas. Três tarefas são requeridas do terapeuta: 1) ajudar o paciente a compreender os comportamentos e reações que estão no cerne da dificuldade e os fatores que levam a eles; (2) ajudar a identificar características adaptativas do comportamento. Muitos comportamentos provavelmente emergiram no curso da evolução porque conferiram alguma vantagem adaptativa, mas no contexto atual deixaram de ter esta vantagem; (3) reduzir o foco na mudança e aumentar o foco na identificação de situações e atividades relevantes, que permitem usar as características

básicas como vantagens. Desta forma, cria-se ou localiza-se uma “zona de conforto” para o paciente.

**Palavras-chaves:** Psicologia do desenvolvimento, Psicologia evolucionista, Genética comportamental

**Trabalho:** Questões contemporâneas da psicologia do desenvolvimento

**Autor(es):** Maria Lucia Seidl de Moura, Angela Donato Oliva, Mauro Vieira

**Resumo:** Os autores desse trabalho consideram o estudo do desenvolvimento como uma ferramenta teórica para estudar a mente humana e sua constituição. Nesse sentido, entendem que é necessário estudar desenvolvimento sob uma perspectiva que incorpore a relação filogênese e ontogênese e os aspectos biológicos e culturais. Assumem uma perspectiva interacionista nesse sentido amplo e selecionam algumas questões com as quais se depara a psicologia do desenvolvimento contemporânea para discutir nesta mesa redonda: a base do desenvolvimento humano e a questão da “tabula rasa”; a relação entre biologia e cultura; a interação entre aspectos inato e adquirido. Na primeira parte será abordada a relação filogênese e ontogênese e discutidos alguns dos pressupostos de uma psicologia do desenvolvimento interacionista e evolucionista, argumentando-se que ela não é incompatível com abordagens socioculturais, destacando o papel constitutivo de interações sociais. Consideram que, para compreender o desenvolvimento humano, em primeiro lugar, é necessário pensar na relação entre biologia e cultura, e na inseparabilidade de diferentes planos de análise: o filogenético, o ontogenético, o histórico-cultural e o microgenético. É preciso entendê-lo como um processo, que se dá em um tempo histórico e um contexto, mas, que, é fruto de uma evolução por seleção natural, ao longo de nossa constituição como espécie. Ou seja, pensar que somos o que somos e nos desenvolvemos seguindo certos processos que se traduzem em produtos com formas e funções diversas, como resultado de uma longa história evolucionária. Na segunda, cada uma das questões elencadas acima será tratada. 1) A base do desenvolvimento humano e a questão da “tabula rasa” - As evidências a favor de uma hipótese de uma base de predisposições muito complexa para o desenvolvimento humano falseiam a hipótese de uma lousa em branco na qual o ambiente vai moldar o desenvolvimento. Essas evidências foram tratadas em obra de 2004 dos autores dessa apresentação (O bebê do século XXI e a psicologia em desenvolvimento). Permitem que se conclua que a mente dos bebês humanos não é uma “tabula rasa”; os bebês não estão em um estado de confusão e indiferenciação; sua mente é resultado de um longo processo evolucionário e adaptativo e mostra-se organizada para conhecer o mundo físico, social e para desenvolver um senso de self. 2) A relação entre biologia e cultura - Será abordada a relação entre biologia e cultura, pressupondo o desenvolvimento de seres biologicamente culturais. Buscar-se-á ilustrar essa relação e conceituar os dois aspectos da mesma, adotando a perspectiva de que a herança biológica e presença cultural são componentes do processo de desenvolvimento. Esta visão implica relações de transações contínuas entre organismo e meio ambiente, rejeitando qualquer tipo de determinismo, biológico ou ambiental. Desenvolvimento é definido como um processo único caracterizado por aquisições, mas a predisposição para adquirir, no ambiente, características que favoreçam o desenvolvimento, pode ser considerada uma herança evolucionista. Os seres humanos se desenvolvem por meio de sua participação variável nas atividades socioculturais de suas comunidades, que também se transformam, a partir de comportamentos selecionados da espécie em sua história filogenética. Diferentes perspectivas afirmam sobre a necessidade de se considerar o contexto ao estudar o comportamento humano. Entretanto, como as definições (de ambiente e contexto) são vagas, as discussões permanecem improdutivas e não são traduzidas em questões concretas de pesquisa. Buscar-se-á uma explicitação desses conceitos e indicar modelos que propõem sua relação com o desenvolvimento na ontogênese. Pensa-se que o ambiente em que se dá o desenvolvimento inclui aspectos físicos (instrumentos, condições de habitação, alimentação, etc.) e sociais (atores, papéis, organizações). Esse ambiente constitui, em parte, a cultura. Um grupo cultural vive em um ambiente físico e social, mas é o conjunto de aspectos que constitui o meio cultural desses grupos que permite a “leitura” das condições ambientais. 3) a relação inato e adquirido –

considerando, como Michael Cole, que a natureza humana não é “o resultado mecânico da interação de duas forças independentes, como bolas de gude que se chocam, mas o produto biossocial e cultural de um longo processo evolucionário”, será discutida essa relação. Abordar-se-á, então, como a atividade genética e mecanismos neuronais apresentam grande plasticidade e, junto com as influências seletivas com base no desenvolvimento e na experiência, exercidas pelo ambiente e pela cultura, são co-autores da mente e do comportamento. Genes não determinam comportamentos, mas, sim, influenciam traços que definem a propensão para o engajamento em comportamentos específicos. Buscar-se-á esclarecer compreensões equivocadas de “genética comportamental” e a proposta de Margaret Beale Spencer e Vinay Harpalani de uma “genética psicológica” (explicitada na obra *Nature and nurture: the complex Interplay of genetic and environmental influences on human behavior and development*). Finalmente, algumas das implicações dessa discussão para a pesquisa empírica em psicologia do desenvolvimento serão discutidas, ilustradas por projeto em andamento desenvolvido por pesquisadores participantes desta mesa e apoiado pelo Edital Institutos do Milênio do CNPq.

**Palavras-chaves:** Psicologia evolucionista, Psicologia do desenvolvimento, Inato x adquirido, Biologia e cultura, Tabula rasa

**Trabalho:** Natureza e cultura? Convergência oculta ou retificação artificial?

**Autor(es):** Alberto Oliva

**Resumo:** Recorrentes têm sido os debates em torno do que no ser e no agir do homem tem matriz natural, o que social. Entre os extremos do socioconstrutivismo e do naturalismo há visões intermediárias que se empenham no sentido de apreender tanto a importância dos fatores socioculturais quanto dos biológicos. Só que é acaciano apregoar que o homem é um ente tanto natural quanto cultural. O desafio consiste em identificar os mecanismos que criam a unidade do homo duplex. Na visão do eminente antropólogo Bronislaw Malinowski, a cultura se desenvolve para dar expressão às necessidades biológicas do homem. Com base nessa ótica, a cultura nada mais seria que a transfiguração simbólica das forças naturais que regem os organismos superiores. Seria a continuação da natureza por outros meios e formas. Não seria, à luz dessa perspectiva, adequado encarar a cultura como composta de um conjunto de artifícios e artefatos concebidos para, mesmo sem consciência disso, corrigir a natureza contrariando suas forças brutas com o fito de atenuar seus duros efeitos sobre a fragilidade dos menos dotados e dos menos aptos à sobrevivência. E muito menos seria apropriado enxergar os desdobramentos mais sofisticados da vida cultural como frutos da necessidade de dar expressão e vazão às coisas do espírito. Giambattista Vico prega que homo fit omnia non intelligendo. Sendo esse o caso – do fazer sem entender - que forças levaram o homem a fazer coisas necessárias à sua sobrevivência ontogenética e filogenética sem que se desse conta do que estava envolvido? Sem que tivesse conhecimento das conseqüências menos imediatas e dos desdobramentos involuntários de seu agir? A vida cultural e social se destaca, entre outras coisas, pela atividade de dar sentido. Num bom número de casos os fatos sociais são mais que meras ocorrências – são modos de dar significado a entes e eventos. Bandeiras são mais que pedaços de pano. Heróis e santos, por exemplo, não têm por natureza a dimensão do heroísmo e da santidade. A cultura qua produção de significados apenas se soma ao natural ou constitui um processo de criação de uma segunda natureza? Uma coisa é encarar a natureza como condição para que o cultural possa emergir e se desenvolver, outra bem diferente é sustentar que não tem como ser contrariada. Pode até se pensar, buscando inspiração no dictum humeano de que nature is too strong for principles, que a cultura não tenha como dar realidade ao que diverge totalmente do que estabelece a natureza. Pode a cultura ter partido do que a natureza tornava possível. Pode ter sido na origem totalmente dependente da natureza. Mas mesmo que nisso se acredite, justifica-se pensar que com o tempo tenha dela se descolado de forma cada vez mais pronunciada a ponto de se constituir num sistema com vida própria capaz de gravitar fundamentalmente em torno da construção de significados para o vivencial e o institucional. Nesse caso, a natureza seria importante para entender o que na origem tornou possível a cultura, mas não para desvendar como passou a funcionar a cultura em seus complexos desdobramentos posteriores. Por isso são manifestas as limitações do naturalismo, e principalmente do fisicalismo, nos estudos dos fatos da vida societária



**Palavras-chaves:** Natureza, Cultura, Psicologia do desenvolvimento evolucionista

**Atividade: O imigrante e a imigração: significados e comunicação na imprensa brasileira (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** O imigrante e a imigração: significados e comunicação na imprensa brasileira

**Autor(es):** Siomara Regina Cavalcanti de Lucena, MARIA DE FÁTIMA FERNANDES MARTINS CATÃO

**Resumo:** O presente estudo se trata de um projeto em andamento, sobre os significados da imigração/imigrante que a imprensa brasileira tem produzido. Tal estudo parte do pressuposto que “a comunicação social é hoje umas das principais formas de construção de sentido e produção de realidades públicas, objetivas e legitimadas” (ORDAZ; VALA, 1965). Esta investigação é guiada pelas concepções psico-socio-históricas de indivíduo e sociedade, para a qual a sociedade é produção histórica dos homens, bem como pelo aporte teórico das Representações Sociais. Trata-se de um estudo qualitativo de metodologia quali-quantitativa. A amostra foi constituída por artigos/notícias sobre imigração/imigrante veiculados na última semana de setembro/2006 e primeira semana de outubro/2006 pelos jornais de circulação nacional diária brasileiros: Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, O Globo e Zero Hora. A coleta foi feita nos dois dias de maior circulação semanal de cada jornal. O instrumento usado foi a análise documental, a fim de reunir o material a ser analisado. Para análise dos dados foi utilizada a Análise de Conteúdo temática (Bardin, 1979).. Dos dezesseis jornais que foram coletados do dia 24 de setembro de 2006 a 07 de outubro de 2006, dez trouxeram pelo menos 1 artigo/notícia sobre imigração/imigrante. Ao todo foram coletadas, nos 10 exemplares que trouxeram artigos/notícias sobre imigração, 13 publicações. O jornal que mais trouxe artigos/notícias sobre imigração/imigrante foi o Estado de São Paulo, com 5 artigos/notícias no período citado, em segundo lugar está O Globo, trazendo 3 artigos/notícias, o qual divide espaço com o jornal Gaúcho Zero Hora, que trouxe o mesmo número de artigos/notícias, ou seja, 3. O jornal Folha de São Paulo, o qual trouxe 2 artigos/notícias sobre o tema de interesse deste trabalho. No que diz respeito aos sistemas de comunicação apenas um artigo/notícia destoou dos demais, 12 deles adotaram o sistema de comunicação denominado difusão, tendo somente um adotado o sistema denominado propagação. Os sistemas de comunicação funcionam como forma indutora de representações. Cada forma indutora tem como efeito a produção de Representações Sociais específicas. Correspondem respectivamente à edificação de condutas de opinião, atitudes e estereótipos. O sistema de difusão tem a característica de direcionar-se não a um público somente, mas sim a uma pluralidade desses. “As mensagens sobre um objeto organizam-se com base numa multiplicidade de quadros de referência, na medida em que ignoram as diferenciações sociais e se dirigem a indivíduos intermutáveis.” (ORDAZ e VALA, 1997). Já no que diz respeito ao sistema de propagação pode-se afirmar que é uma modalidade de comunicação que remete a um público específico, dessa forma tem uma leitura mais bem organizada do mundo. Nesse tipo de sistema está intrínseco um quadro de referência familiar ao grupo para o qual se destina. Quando se trata do sistema de comunicação denominado propaganda se tem uma perspectiva claramente direcionada do mundo. As relações de conflito são encorajadas. Em tal sistema o objetivo mais claro é a persuasão. (ORDAZ e VALA, 1997). De acordo com a aproximação dos resultados da análise de conteúdo, emergiram dos artigos/notícias sete categorias relacionadas à imigração e ao imigrante, são elas: Solução para o imigrante, Inclusão social, Medo da imigração, Exclusão social/hostilidade, expansão da imigração, Imigração e eleições e Críticas à contenção da imigração. Tais categorias contemplam os conceitos da tridimensionalidade das representações sociais – informação, imagem e atitude. Tomando como exemplo, a categoria Medo da imigração diz respeito à imagem a respeito da imigração, a qual foi formada a partir de alguma informação negativa. Já as categorias Exclusão/hostilidade e Inclusão social demonstram atitudes relacionadas à imigração. Dialeticamente e sistemicamente todas as categorias servem como informações sobre a imigração e o imigrante, as quais darão margem à formação de imagens e talvez atitudes. Este ciclo indica a idéia de processo constante de formação de representações sociais.

**Palavras-chaves:** Inclusão/Exclusão social, Representações sociais, Imprensa, Imigração, Psicologia socio-histórica

**Atividade: Esquizoanálise e Biopolítica (Cursos - 6hs)**

**Trabalho:** Esquizoanálise e Biopolítica

**Autor(es):** Domenico Hur

**Resumo:** ESQUIZOANÁLISE E BIOPOLÍTICA Domenico Uhng Hur (USP) Duração: 6h O grande projeto da modernidade é colocar ordem às coisas, organizar, identificar, conjuntizar, codificar, etc, com o fim de suprimir aquilo que é caos, ambivalência, ambigüidade e paradoxo. E nesse projeto as Instituições Sociais, como o Estado, a religião e a Universidade, tiveram papel importantíssimo na medida em que categorizavam e codificavam leis, normas, crenças, condutas, valores, conhecimentos e conceitos. E não só “coisas” eram codificadas e normatizadas, não só o território e as finanças foram sujeitos ao poder de gestão do Estado e de suas instituições; na Idade Moderna a vida humana (biós) também adentra na esfera do Estado, onde a política adota poder sobre a vida, gerencia a vida, tornando-se o que autores contemporâneos chamam de biopolítica. Dessa forma, o Estado torna-se biopolítico, tal como as Ciências Humanas também; a prática do psicólogo nas políticas públicas, nas instituições e na clínica é preponderantemente biopolítica. No que importa reconhecer a faceta biopolítica do psicólogo? Que logicamente não só influem para o indivíduo e a sociedade suas teorias e técnicas psicológicas, mas que o psicólogo torna-se um agente biopolítico de produção tanto de vida quanto de morte. Para complexificar a questão estamos num outro momento que chamam de pós-modernidade, ou modernidade líquida, ou modernidade despedaçada. A idéia central disso que chamam de “pós-modernidade” é o momento em que se transita numa crise de valores e de códigos, em que a velocidade e o trânsito se aceleram e “aquilo que era sólido se desmancha no ar”, ou seja a estática dá lugar ao movimento, a matéria ao fluido, a identidade à mudança, a repetição à diferença, o código ao fluxo. Transformações nos valores sociais, desenvolvimento científico vertiginoso, crise no Estado, nas Instituições sociais, na sexualidade e gerenciamento do movimento e da vida são elementos desse período chamado de pós-modernidade. Dessa forma, a partir da Esquizoanálise e de seus conceitos pretendemos fazer uma leitura dessas transformações sociais e da irrupção do biopolítico. Pretendemos utilizar a Esquizoanálise enquanto “caixa de ferramentas” teórica que possibilite uma compreensão dos fenômenos psico-sociais-históricos-biopolíticos e como conjunto de dispositivos de intervenção que possibilite uma prática clínica grupal e institucional. A Esquizoanálise é um campo de saberes ubíquo, resultado do encontro do filósofo Gilles Deleuze e do psicanalista-militante Félix Guattari e que vem influenciando muito as correntes de análise institucional e a psicologia clínica no Brasil, mas infelizmente quase não é lecionada nas Instituições de Ensino Superior. A principal obra desses autores é “Capitalismo e Esquizofrenia” que é dividida em dois tomos: “O Anti-Édipo” (1972) e “Mil Platôs” (1980). Nessa obra, fazem a relação entre psiquismo e sociedade a partir do par esquizofrenia-capitalismo e não mais no conhecido neurose-família, como é trabalhado na psicanálise. Dessa nova relação desdobra-se uma nova conceituação sobre o inconsciente (enquanto usina e não como teatro), o desejo (como produção e não como falta), conceitos novos como a micropolítica, o rizoma, o corpo sem órgãos, as máquinas desejantes, a transversalidade, as linhas molares, moleculares e de fuga, o esquizodrama (campo desenvolvido por G. Baremlitt), etc, e um novo paradigma: o ético-estético-político.

O curso será teórico-prático, tendo espaço para discussão e nas últimas duas horas haverá a vivência de um dispositivo do Esquizodrama. Plano de Aula 1a. Parte - O projeto iluminista, a codificação do fluxo social e o pós-modernismo- Política, micropolítica e biopolítica - Esquizoanálise: histórico e alguns conceitos- O Capitalismo e o esquizo-

A descodificação do fluxo e a axiomatização do Capital- Crítica à psicanálise e ao conceito de Édipo 2a. Parte- Artaud e o Teatro da Crueldade- O Corpo sem Órgãos-

Agenciamentos e dispositivos: O que é um dispositivo?- Esquizodrama e a Psicologia-

Vivência em um dispositivo do esquizodrama Bibliografia: AGAMBEN, G. Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004. BAREMLITT, G. Psicoanálise y

esquizoanálise (um ensaio de comparação crítica). Buenos Aires: Ediciones Madres de Plaza de Mayo, 2004. BAREMBLITT, G. Introdução à esquizoanálise. Belo Horizonte: Inst. Félix Guattari, 2002. BAREMBLITT, G.F. Diez proposiciones descartables acerca del esquizodrama. (mimeog.) DELEUZE, Gilles. Qu'est-ce qu'un dispositif? IN Michel Foucault philosophe. Rencontre internationale. Paris 9, 10, 11 janvier 1988. Paris, Seuil. 1989. DELEUZE, G. Conversações. São Paulo: Ed. 34, 1992. DELEUZE, G. & GUATTARI, F. O Anti-Édipo. Rio de Janeiro: Imago, 1976. DELEUZE, G. & GUATTARI, F. Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia, Vols. 1 a 5. São Paulo, 34, 1997. GUATTARI, F. A Revolução Molecular. São Paulo: Brasiliense, 1981. PELBART, P.P. Vida Capital: Ensaio sobre biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.

**Palavras-chaves:** Esquizoanálise, Biopolítica, Psicologia Social, Análise Institucional, subjetividade

**Atividade: Parricídio: Filhos que matam os pais (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Parricídio: filhos que matam os pais

**Autor(es):** Paula Inez Cunha Gomide

**Resumo:** Ainda são pouco conhecidas informações sobre as características das crianças que matam seus pais e dos pais que são mortos por seus filhos. Também se entende que um ato violento como o parricídio é plurideterminado e multicausal quanto aos aspectos comportamentais, psíquicos e sociais. O parricídio, ato de matar os pais, ocorre em apenas 2% dos homicídios (Heide, 1989). Em geral, a literatura não considera parricídio o homicídio de padrastos ou madrastas. Este crime requer uma transgressão de duas proibições sociais: o homicídio e o desrespeito extremo aos pais. Benezec (1992) afirma que os pais biológicos são as maiores vítimas em relação a pais adotivos. Nesta perspectiva Mergaredd (1992) propõe que a violência familiar deva ser estudada separadamente dos outros tipos de violência. Hillbrand e cols., (1999) apresentam inicialmente duas explicações para este delito, considerando a idade do parricida: em adultos pode ocorrer quando o indivíduo é mentalmente doente; já em adolescentes freqüentemente ocorrem em vítimas de abuso sexual e físico, ou seja, para estes adolescentes matar seus pais se apresenta como a única maneira de escapar da situação. Mearleau (2002), em seus estudos, consultou 214 prontuários de parricidas ingleses e franceses de 1940 a 2000, encontrando 34,57% adolescentes masculinos, 54,2 % adultos masculinos, 8,4% de adolescentes femininos e 2,8% de adultos femininos. A proporção de homens para mulheres foi de 9:1 e de adultos para adolescentes foi de 6:4, observe-se que em ordem decrescente foi encontrada a maior parcela de parricidas entre adultos masculinos, seguidos dos adolescentes masculinos, por adolescentes femininos e a menor parcela foi de adultos femininos. Segundo os dados coletados quando o parricida é jovem ele é filho único ou primogênito. Baxter et al (2001) indicam que a associação entre parricidas e doença mental não é muito forte. Apenas 10% deles estão em hospitais psiquiátricos. Wertham (1941) entende que o matricida, aquele que mata sua mãe, é um indivíduo jovem, bem ajustado, não delinqüente, que teve um relacionamento ambíguo com a mãe, de excessivo afeto e excessiva hostilidade, e segundo este autor este conflito somente se resolve com um ato violento. Heide (1992) relaciona algumas características de pessoas que mataram os pais a partir de 50 casos estudados: 1. Evidência de violência familiar. Estas crianças são severamente abusadas verbal e psicologicamente, além de haver registros de abuso físico e sexual por parte de seus pais; 2. Tentativas de fugir da situação sem sucesso; 3. Tentativas suicídio; 4. Isolamento dos pares; 5. Aumento gradual e intolerável da situação familiar aversiva: Elas matam quando sentem que ninguém pode ajudá-las, percebem a impossibilidade de mudar a situação familiar; deparam-se com a impossibilidade de lidar com a situação e acreditam que não tem outra escolha a não ser a morte do pai ou da mãe opressor; 6. Normalmente são primários, pois não há registros anteriores de comportamento criminoso; 7. A arma do crime está disponível em casa; 8. Os pais são usuários de álcool e outras drogas em casa; 9. Registro de amnésia após o assassinato, não se lembram do ato, nem dos momentos que o antecederam ou precederam; 10. A morte da vítima é percebida com alívio pelos envolvidos, elas não se sentem criminosas. Young (2003) investigou a correlação entre taxas de parricídio e crime violento de rua. O autor encontrou uma correlação negativa entre os dois tipos de homicídio. Estes dados corroboram a tese de Mergaree (1992) de que a

violência familiar, como o patricídio, não pode ser explicada pelos determinantes da criminalidade comum, ou seja, a violência familiar é fundamentalmente diferente da violência social. Em estudo realizado no Estado do Paraná (Gomide e Pinheiro, 2006) verificou-se que entre os presos sentenciados, apenas 10,40% são homicidas, e dentre os homicidas uma parcela mínima de 1,98% da população carcerária do Estado cometeu parricídio. Entre os adolescentes são quatro matricidas que cumprem medidas socioeducativa de privação de Liberdade. São cerca de 31% adolescentes internos por homicídio, de forma que os parricidas representam apenas 3,1% dos homicídios cometidos. Na sub-amostra pesquisada de 11 pessoas portadoras de deficiência mental, verificou-se que 72,7% cometeram matricídio e apenas 18,18% patricídio. Todos estes crimes foram executados pela própria pessoa, em casa e com algum tipo de instrumento disponível no ambiente, como faca (6), foice (2), socador de pilão (1), facão (1) ou barra de ferro (1). Outra informação curiosa é que este tipo de crime foi realizado por pessoas de cor branca. Importante também salientar que todos os indivíduos são primários, sem qualquer tipo de registro criminal. A maioria (909%) deles tinha feito parte do Ensino Fundamental, apenas uma interna havia concluído curso superior. A literatura não relata programas de intervenção com parricidas. A autora deste trabalho desenvolve há seis meses uma intervenção terapêutica com um adolescente matricida e irá apresentar os dados das sessões realizadas e acompanhamento e reinserção social do jovem

**Palavras-chaves:** parricídio,matricídio,intervenção terapeutica

**Atividade: Estilos de apego em diferentes contextos sócio-afetivos (Paineis)**

**Trabalho:**Estilos de apego em diferentes contextos sócio-afetivos: comparação das características do contexto e dos estilos de relacionamento em cidade grande e cidade pequena do Estado de São Paulo

**Autor(es):** Carla Cristina Kawanami,Isabella Bertelli Cabral dos Santos,Vera Silvia Raad Bussab,Maria Lucia Seidl de Moura,Emma Otta

**Resumo:** A vinculação afetiva humana tem sido reconhecida como um vínculo biologicamente baseado, que se estabelece no desenvolvimento inicial a partir de interações entre a criança e seus cuidadores primários. Padrões relacionais são internalizados como modelos de funcionamento cognitivo e emocional, e perduram ao longo da vida como estilos de relacionamento estáveis. Desde o estabelecimento da teoria de apego por John Bowlby e Mary Ainsworth, em meados do século passado, constatou-se a forte predisposição natural para a formação do vínculo, entendido como um impulso primário, assim como tendência para o desenvolvimento de estilos específicos de apego, como seguro, ansioso ou evitador, em função das características das interações sociais vivenciadas durante o primeiro ano de vida. A presente pesquisa tem como objetivo a comparação de características do apego em função dos diferentes modos de vida em grandes capitais e em cidades com menos de 10 mil habitantes. Esse material de pesquisa está inserido numa investigação mais ampla, em andamento, "Investimento e cuidado parentais: aspectos biológicos, ecológicos e culturais,e valores parentais", coordenada pela Profa Maria Lúcia Seidl de Moura e integrada aos projetos do Instituto do Milênio do CNPq, "Psicologia Evolucionista". Foram analisadas as informações coletadas até o momento na capital e numa cidade pequena do Estado de São Paulo. Assim, empregamos a Escala de Apego Adulto (EAA) desenvolvida por Collins e Read (1990, J. of Person. Social Psychology, 58, 644-63), um instrumento de auto-relato composto por 18 itens (ex: Muitas vezes fico preocupada(o) pensando se meu parceiro amoroso realmente me ama), numa escala tipo Likert de 5 pontos de "Não tem nada a ver comigo" a "Tem tudo a ver comigo". Em trabalho anterior, participamos da adaptação e da avaliação da consistência interna da EAA (Seidl de Moura, et al, 2006) cuja análise fatorial revelou três fatores subjacentes, concordantes com os de Collins e Read: 1) confiança (itens: 2, 5, 7, 14, 15, 16 e 18); 2) ansiedade (3, 4, 9, 10 e 11); 3) intimidade (1, 6, 8, 12 e 13).

Participaram da pesquisa 50 mães de crianças com idade de até seis anos, residentes numa cidade de 6 mil habitantes no interior de São Paulo, que vive basicamente de atividades rurais; e 16 mães da cidade de São Paulo até o momento. As análises iniciais revelaram peculiaridades do apego em função do modo de vida. O escore geral de apego obtido com o EAA foi significativamente maior na cidade pequena (Cp) ( $t = -2,473$ ;  $p = 0,016$ ), apresentando, respectivamente, as médias  $Cp = 51,55$  e  $Cg = 43,31$ . A análise dos fatores subjacentes ao EAA, confiança, intimidade e ansiedade, mostrou diferenças significativas entre os dois ambientes sócio-afetivos quanto à ansiedade e à intimidade, significativamente maiores na Cp ( $t = 2,311$ ;  $p = 0,024$  e  $t = 2,152$ ,  $p = 0,035$ , respectivamente). Os resultados mostraram também a correlação interna significativa dos fatores subjacentes ao apego, conforme medido pelo EAA, obtendo-se correlação positiva entre confiança e intimidade ( $r = 0,345$ ;  $p = 0,005$ ), e negativa entre confiança e ansiedade ( $r = 0,498$ ;  $p < 0,001$ ) e entre intimidade e ansiedade ( $r = 0,261$ ;  $p = 0,036$ ). Desse modo, podemos observar indicadores do efeito do ambiente sócio-afetivo de desenvolvimento, em função do tamanho e das características da cidade de moradia, na determinação do estilo de apego. A pesquisa, de caráter longitudinal, terá continuidade e será aplicada em seis diferentes Estados, sendo seis capitais e seis cidades do interior.

**Palavras-chaves:** estilos de apego, psicologia evolucionista, investimento parental

**Atividade: Dois olhares sob a loucura (Paineis)**

**Trabalho:** Dois olhares sob a loucura

**Autor(es):** Cinthia Oliveira dos Anjos, Maria do Carmo de Farias Andrade

**Resumo:** É sabido que as políticas de acolhimento aos pacientes psiquiátricos têm sofrido reformulações, no sentido de torná-las mais humanas, apenas há poucos anos. A reforma psiquiátrica trouxe incalculáveis benefícios, que, todavia, ainda não atingem a totalidade da população a qual se destina. Da mesma forma, a estratégia de inclusão social dos pacientes parece estar ainda nos seus primeiros passos no que diz respeito ao conhecimento do público leigo sobre o assunto. Estudar a representação social da doença mental entre pacientes e não-pacientes psiquiátricos implica numa reflexão acerca do tratamento (médico, psiquiátrico, social e emocional) oferecido àqueles sujeitos, bem como da legitimidade dos preconceitos existentes, podendo ainda abrir espaço para discussões posteriores em parcelas mais amplas da sociedade. Assim, o objetivo do presente estudo foi investigar a representação social da loucura sob dois prismas: a perspectiva de indivíduos usuários e indivíduos não-usuários do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Esperança, lotado no Distrito Sanitário III da Secretaria de Saúde da Prefeitura da cidade do Recife. Para tanto, foram conceitualizadas, em um levantamento bibliográfico, as formas como a loucura foi concebida, traçando uma linha de tempo que compreende desde a Idade Média até os dias atuais. Foi feita uma breve análise relativa às concepções e métodos de tratamento de outrora e em voga para o sofrimento psíquico, bem como do progresso ocorrido na forma de encarar os sujeitos acometidos por este. Por conseguinte, foi investigada a Teoria das Representações Sociais, na sua origem, influências e importância para a análise dos fenômenos coletivos. Participaram da pesquisa 20 pessoas, residentes na Região Metropolitana do Recife, que foram divididas em dois grupos. Dez usuários do serviço de atenção psicossocial, diagnosticados, de acordo com a Classificação Internacional de Doenças - CID-10, como esquizofrênicos ou depressivos com sintomas psicóticos, e dez sujeitos que não haviam apresentado, até o momento da pesquisa, histórico psiquiátrico pessoal. Foram utilizados como instrumentos dois questionários do tipo semi-estruturado, que tiveram elaboração destinada a adequar-se às características de cada um dos grupos, com o intuito de investigar a posição da amostra a respeito da temática. A abordagem dos sujeitos foi feita no CAPS Esperança e nas circunvizinhanças da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), por meio de cartas de apresentação e de consentimento livre e esclarecido, em conformidade com as exigências éticas existentes. Após posteriores análise e discussão dos dados, pôde-se concluir que a representação social da loucura constituída emerge permeada por tipificações negativas. As palavras sinônimas utilizadas para loucura foram freqüentemente de cunho

pejorativo, revelando uma ainda existente dificuldade / desconhecimento da sociedade a respeito dos transtornos psíquicos. Tal fenômeno também surge na fala dos usuários, e pode ser evidenciado pelo constrangimento / resistência expressa por muitos em falar a respeito da sua problemática. No entanto, é possível perceber, entre as duas parcelas componentes da amostra, a existência da idéia de uma semelhança entre potencialidades, uma vez que estão presentes nos discursos afirmações de que todos são dotados de iguais capacidades. Grande parte dos entrevistados dá a entender, mediante as respostas emitidas, que a realização de atividades da vida diária, do trabalho e da participação / inserção social são tidas como dotações comuns e possíveis às duas parcelas da amostra.

**Palavras-chaves:** Representação social, Pacientes psiquiátricos, Loucura

**Atividade: Crise de sentido e busca por terapia (Paineis)**

**Trabalho:** Crise de sentido e busca por terapia: as novas demandas em um serviço de psicologia

**Autor(es):** Samira Meletti da Silva Goulart, Raphael H. Moreira, Virgínia Lima dos Santos Levy, Ariane Patricia Ewald

**Resumo:** O presente trabalho é resultado de uma investigação realizada no Serviço de Psicologia Aplicada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que teve como objetivo possibilitar a melhor compreensão de como a conjuntura “pós-moderna”\_ caracterizada pela compressão espaço/tempo e conseqüente aceleração das rotinas, bem como pelo desenvolvimento de novas tecnologias (como as referentes aos meios de transporte e comunicação, que permitem trocas mais velozes de informação) e a flexibilização do mercado econômico e de trabalho, entre outras características\_ vêm contribuindo para os tipos de queixa e demanda das pessoas que procuram pelo serviço. A partir de nossa percepção de queixas que se repetiam e se aproximavam sob diversos aspectos, procuramos examinar mais objetivamente tais demandas, sendo realizada uma pesquisa nas triagens efetuadas pelo serviço. Foram investigadas as triagens do período de 2004 ao primeiro semestre de 2006, totalizando 327 clientes. Através de uma análise quantitativa e qualitativa pudemos perceber que parte significativa das queixas que chegam ao serviço sofrem interferência direta do cenário contemporâneo, sendo alimentadas pelas inquietações “pós modernas”; entendendo tais inquietações como as referentes a crises de identidade, de não se saber o que fazer com a própria vida, com o trabalho, e ainda crises de sentido em geral, ou mesmo as referentes às chamadas “síndromes do pânico” e aos estresses gerados no cotidiano. Ainda que a maior parte das demandas sejam decorrentes de causas outras, que não as acima descritas, destacam-se essas “queixas pós-modernas”, expressas pela convivência com uma ansiedade constante, devido à incerteza e insegurança que são cada vez mais presentes nas vidas contemporâneas. O neoliberalismo e toda a sua lógica de mercado competitivo, individualista, especializado, flexível, afeta as maneiras de ser das pessoas e abala todas as suas “certezas”, dando-lhes maiores possibilidades de escolhas e, ao mesmo tempo, não lhes oferecendo o tempo necessário para realizá-las. Ao homem são apresentados ideais a serem alcançados, seja pela propaganda, seja pelo próprio estereótipo de homem moderno que já internalizou, tornando-se um refém do consumo e de sua “liberdade” de escolha. Cabe a ele acompanhar todo esse ritmo frenético de flexibilidade, aproveitar todas as oportunidades, pensar em si e no seu futuro, sem, contudo, ter certeza de nada. Nas sociedades modernas o homem está fadado a escolha, como nos diria Sartre: “está condenado a liberdade”. Ao dispor de uma infinita multiplicidade de produtos materiais, sociais e psicológicos, o homem precisa refletir e definir, a cada dia, as condições significativas de sua existência. Autores como Berger e Luckmann, por exemplo, afirmam que quando crises de sentido são freqüentes, sejam elas subjetivas ou intersubjetivas, é provável que a estrutura social seja a causadora de tais crises, atribuindo ao pluralismo verificado na sociedade capitalista contemporânea, na qual não se encontra um sistema de valores comuns e obrigatórios a todos, a causa das mesmas. Toda essa conjuntura acaba por produzir grande

sofrimento subjetivo, incertezas quanto ao que se é, ao que se quer ser ou fazer, gerando sentimentos de solidão e de fracasso. Desta forma, observa-se um aumento do número de pessoas que procuram os serviços de psicologia tentando lidar com essas questões, não conseguindo manejar a angústia gerada e reproduzida socialmente.

**Palavras-chaves:** crise de sentido, contemporaneidade, inquietações "pós-modernas"

**Atividade: depressão e estudantes de psicologia: um estudo das representações sociais (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Dépressão e Estudantes de Psicologia: um estudo das representações Sociais.

**Autor(es):** Kay Francis Leal Vieira, Maria da Penha de Lima Coutinho

**Resumo:** Depressão e estudantes de Psicologia: um estudo das Representações Sociais. Kay Francis Leal Vieira – UFPB Maria da Penha de Lima Coutinho – UFPB Em nossa sociedade contemporânea é bastante comum ouvirmos falar em depressão ou pessoa deprimida. O transtorno depressivo tornou-se um termo bastante conhecido e utilizado com frequência, representando um sério problema de Saúde Pública. É importante salientar, porém, que, apesar da utilização corriqueira do termo depressão em nossa sociedade, esse transtorno não representa apenas uma tristeza ou mesmo um pessimismo perante a vida. No caso da depressão essa tristeza é fixa, esse pessimismo é constante e se instaura de maneira patológica. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), desde a década de 1990, este transtorno vem ocupando uma posição de destaque no rol dos problemas de saúde pública, sendo considerada a quarta doença mais cara de todas as doenças em todo o mundo. A depressão é considerada uma doença do organismo como um todo, que compromete o ser humano na sua totalidade, sem separação entre o psíquico, o social e o físico. Os estudantes da área de saúde, dentre eles o da Psicologia, durante o curso de graduação, são preparados para cuidar, proporcionar bem-estar, salvar vidas. A palavra depressão, quando mencionada, apenas é correlacionado ao aspecto clínico do tratamento. A temática é tratada de forma técnica, sem que os sentimentos a ela relacionados sejam abordados, mesmo quando estes fenômenos se tornam realidade (Igue, Rolim e Stefanelli, 2002). Desta maneira, percebe-se a necessidade de se conhecer as representações que os estudantes universitários, futuros profissionais da Psicologia, possuem acerca de um tema tão relevante como a depressão. Será utilizado para tanto, o suporte teórico da Teoria das Representações Sociais (TRS), partindo-se do pressuposto de que este grupo possui um conhecimento socialmente partilhado acerca da citada temática, que os permite elaborar um conhecimento prático em relação a elas. Segundo Moscovici (1978), seu estudo implica em compreender a realidade e sua interação com os outros. A presente pesquisa foi aplicada a 100 estudantes do Curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba, de ambos os sexos, matriculados em todos os períodos do curso, com idades entre 17 e 35 anos. Foi aplicada a técnica de Associação Livre de Palavras, onde foram dados dois estímulos indutores: depressão e eu mesmo. A técnica de Associação Livre de Palavras é um tipo de investigação aberta que se estrutura através da evocação de respostas dadas a partir de um ou mais estímulos indutores. Os dados obtidos por meio da citada técnica foram processados pelo software Tri-deux-Mots e interpretados por meio da análise fatorial de correspondência (AFC). A análise do gráfico é feita a partir da leitura das palavras evocadas, ou seja, das representações, que se encontram distribuídas de maneira oposta sobre os eixos ou fatores (F1 e F2), levando-se em consideração as variáveis fixas (sexo, período do curso e faixa etária) que emergiram no plano fatorial. No eixo 1, percebe-se que os alunos do 7º e 8º períodos representaram a depressão como uma doença, que acarreta um sentimento de desamparo, causador de dor e de morte. Estes mesmos sujeitos representaram a si mesmos como seres, portadores de afeto. Contrastando com estes dados, percebemos que os estudantes do 1º e 2º períodos, ou seja, recém ingressados no curso, representam a depressão como uma doença, causadora de desesperança e medo. Ainda em relação ao eixo 1, observa-se que o grupo com faixa etária dos 23 aos 27 anos representou a depressão como uma perda, uma falta, manifestada pela solidão e pelo sofrimento. Já no eixo 2, observamos que os alunos do sexo masculino cursando o 5º e o 6º períodos representam a depressão como tristeza, manifestada

por uma melancolia e uma saudade. Quando estimulados a falarem sobre si mesmos, eles se representaram como pessoas sinceras, que estão em busca, têm fé e esperança. Assim como os sujeitos do sexo masculino, as do sexo feminino representaram a depressão como uma tristeza, trazendo ainda outras duas representações para tal estímulo, que foram: o choro e o isolamento. Em relação ao estímulo eu mesma, os sujeitos do sexo feminino representaram-se como pessoas cansadas, porém satisfeitas e almejando sucesso.

**Palavras-chaves:** depressão,estudantes de psicologia,representação social

**Atividade: Representações sociais da Depressão elaboradas por sujeitos sociais frequentadores do Mercado Central e do Shopping da cidade de Teresina - PI (Paineis)**

**Trabalho:**Representações sociais da Depressão elaboradas por sujeitos sociais frequentadores do Mercado Central e do Shopping da cidade de Teresina - PI

**Autor(es):** Pollyana Tátilla Rodrigues Lima,Janna Erica Paz Linhares Oliveira

**Resumo:** Sabe-se que o atual contexto histórico possui uma dinâmica única que se faz perceber em todos os âmbitos nos quais os seres humanos interagem. Essa dinâmica direciona formas de pensamento e comportamento dos sujeitos que pertencem a ela, inclusive, influenciando no processo saúde-doença estabelecido nessa interação. Considerando-se a dinâmica capitalista como força influenciadora na configuração deste processo na população, e também compreendendo a Depressão como uma das psicopatologias que ocorrem com maior frequência na atualidade, percebeu-se a necessidade de abordar tal transtorno psicológico além da perspectiva clínica mas também sob uma perspectiva social. Considerou-se oportuno a utilização das Representações Sociais (RS) como teoria orientadora desta pesquisa, embasando-se, portanto, na abordagem Sócio-histórica. Dessa maneira, verificou-se a forma como grupos sociais tais como os frequentadores do Mercado Central e do Shopping da cidade de Teresina-PI, cada um vivenciando as peculiaridades de seu contexto, concebem a Depressão. A pesquisa realizada foi do tipo quanti-qualitativa, descritiva de levantamento. Foram investigados 60 (sessenta) sujeitos, 30 (trinta) de cada local, sendo que os instrumentos utilizados foram um Teste de Associação Livre de Palavras e um Questionário aberto, composto por três perguntas relacionadas aos objetivos específicos. Os dados coletados foram analisados através da Técnica de Análise de Conteúdo Temática de Bardin (1991), investigando-se portanto, os aspectos conceituais, etiológicos e sintomatológicos relacionados ao tema. A partir desse aporte teórico-metodológico foram reveladas nos questionários 9 (nove) categorias comuns aos dois grupos de sujeitos pesquisados (Mercado Central e Shopping), formadas por unidades de análise – UA, que foram: Humor Deprimido – HD (66 UA no Mercado Central e 54 no Shopping), Idéias ou Atos Auto-Lesivos – IAL (21 UA no Mercado Central e 14 no Shopping), Síndrome Psicossomática – SPS ( 10 UA no Mercado Central e de 33 no Shopping), Doença – D (8 UA no Mercado Central e 15 no Shopping), Desamparo Sócio-familiar – DSF (17 UA no Mercado Central e 17 no Shopping), Isolamento – I (16 UA no Mercado Central e 35 no Shopping), Situação Sócio-econômica – SSE (13 UA no Mercado Central e 4 no Shopping), Perdas – P (15 UA no Mercado Central e 17 no Shopping), Pré-disposição Genética ou Subjetiva – PGS ( 3 UA no Mercado Central e 12 no Shopping). Os resultados mostraram marcantes diferenças quanto à concepção do que causa a Depressão, ressaltando que, quanto às categorias Situação Sócio-Econômica (SSE) e Pré-disposição Genética ou Subjetiva (PGS), para os frequentadores do Mercado Central, sobrepôs-se fatores ligados às suas condições sócio-econômicas, enquanto que para o outro grupo as questões biológicas e subjetivas foram mencionadas em maior frequência, retratando que as representações acerca das causas da doença mudam de um contexto para outro, conforme a configuração de suas problemáticas. Chamou a atenção também o fato de que em nenhum dos questionários foram mencionadas expressões referentes ao papel do psicólogo, enquanto que o papel do médico foi citado principalmente pelos frequentadores do Shopping atrelado ao conceito de Depressão como doença, bem mais citada por estes sujeitos. Isto pode suscitar discussões em torno da problemática que envolve o conhecimento da população acerca do papel do psicólogo no que se refere ao tratamento do Transtorno Depressivo. Além disso,



demonstra o quanto as ideologias difundidas sobre a individualização no processo de adoecimento, focalizando aspectos orgânicos em detrimento dos econômicos e sociais, permeiam o discurso dos sujeitos, em especial do grupo frequentador do Shopping. Percebe-se então, o quanto as idéias correntes na sociedade, as quais estão impregnadas pela concepção capitalista de homem, incidem sobre as representações sociais e repercutem diretamente na relação dos sujeitos com o adoecer.

**Palavras-chaves:** transtorno depressivo, representações sociais, individualização

**Atividade: O diabo veste prada  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** O diabo veste prada: uma metáfora da sociedade de consumo atual

**Autor(es):** CLARISSA LAGO JOPIA SALAZAR, Gabriela Valverde Boaventura, Mariana Sousa Lima, Monaliza Lopes de Oliveira, Natália Batista Gonsalves, Rebecca Ricarte Freitas, Tayala Reis Santana Souza

**Resumo:** Traçando um paralelo entre cultura e sociedade, este estudo tem por objetivo fornecer aos indivíduos uma leitura crítica que sirva como base para uma visão mais ampla da sociedade atual regida por uma eficácia de um sistema financeiro capaz de transmitir as informações em tempo real difundindo a cultura de massa, pela mídia, pela publicidade e pela influência de um grande capitalismo. Toda psicologia é uma psicologia social, uma vez que o comportamento humano acontece em uma sociedade. O homem é inserido em uma cultura, sendo este um animal simbólico. Desta forma a sociedade de informação influencia na formação da subjetividade (tornando-se parte da cultura). A cultura se constitui como um conjunto de padrões de comportamento socialmente adquiridos que são transmitidos simbolicamente aos membros de uma determinada sociedade através da linguagem e de outros meios. Entre eles o consumo. Este comportamento, definido como meio de aquisição de necessidades básicas (como alimento e vestimentas), vem sendo transformado por apelos da mídia para um consumo que privilegia a aquisição de necessidades secundárias. Isto pode ser visto por meio do incentivo ao consumo de marcas originando, por consequência, a construção social do “ter” em detrimento do “ser”, o que caracteriza o consumismo. Com isso o consumismo, na sociedade de informação, se transforma em um instrumento que proporciona exclusão social, influenciando diretamente no comportamento dos indivíduos. Neste contexto, percebe-se que há essa interferência na medida em que são formadas na sociedade representações sociais rígidas ligadas ao consumo que podem impor aos indivíduos ideais de beleza, sucesso e vida pessoal, por vezes, impossíveis de serem atingidos. Para analisar esta dinâmica fez-se um estudo documental com o filme “O Diabo Veste Prada”, utilizando-se uma pesquisa bibliográfica e análise do conteúdo através das falas das personagens. Esta pesquisa teve o propósito de estabelecer um paralelo entre o filme e a sociedade de informação utilizando-se de suas personagens principais para a elucidação da força dos meios de comunicação em massa e do consumo sobre os comportamentos e atitudes dos indivíduos. A indústria da moda retratada neste último pode ser analisada como metáfora de uma sociedade baseada na difusão de bens culturais de massa que pode ser considerada como um pólo, uma parte essencial da engrenagem que move e mantém a economia de mercado. Como uma retroalimentação, a moda fornece o estereótipo, a “identidade” e “identificação” e a sociedade a alimenta com o comportamento de consumo. Desta forma, este filme oferece a possibilidade de análise de materiais que ainda não foram utilizados especificamente relacionando-os com os comportamentos sociais presentes no contexto da pesquisa no qual foi realizado. A partir de então, pôde-se confirmar a possibilidade de um paralelo entre o filme e a sociedade atual, já que esta última é regida pela égide do “poder” que se configura através do status do “ter”. Isto, muitas vezes, ocasiona a necessidade de afiliação e a busca por uma

identidade associada a um grupo com o intuito de fazer parte, de se sentir pertencente e aceito pelo mesmo, enfraquecendo o processo de individuação. Isto pode ser claramente notado em uma das personagens do filme, na medida em que muda seus comportamentos e atitudes para ser aceita em um grupo de trabalho vislumbrando sucesso na sua vida profissional. A mídia, nesta perspectiva, funciona como uma mola propulsora entre o consumismo e a sociedade, atrelando o sucesso, poder, beleza, status e glamour às metas de vida desejáveis. Neste sentido, a psicologia tem um papel de proporcionar uma visão crítica deste fenômeno social a fim de formar indivíduos menos consumistas que obtenham uma relação consciente com o consumo.

**Palavras-chaves:** comportamento de consumo,mídia,construção social,metáforas,psicologia

**Atividade: A medicalização da vida e a cultura da terapia  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**A medicalização da vida e a cultura da terapia : Uma reflexão sobre o processo de vitimização do homem contemporâneo.

**Autor(es):** Michelle Thieme de Carvalho Moura,Alessandra Rael Pereira,Thaís Coutinho de Castro,Daniela Costa Rodrigues,Ariane Patricia Ewald,Jurema Barros Dantas

**Resumo:** Podemos constatar que, especialmente a partir do século XX, o discurso sobre o sofrimento psíquico vem passando a impregnar cada vez mais a vida cotidiana, seja através de uma apropriação da linguagem “psi” pela mídia, seja pelo aumento do consumo de psicotrópicos ou pelo aumento da demanda pelos mais variados tipos de terapia. Procurando compreender melhor esse contexto, este trabalho procura refletir o novo espaço de representação em torno da noção de saúde mental, bem como os vetores que sustentam a existência de um mercado contemporâneo do sofrimento psíquico. Acreditamos que a mídia é uma importante ferramenta de análise, na medida em que os conteúdos nela latentes nos ajudam a investigar a relevância que os temas “psi” têm recebido, bem como o papel que a saúde mental tem ocupado na sociedade do “hiperconsumo”. Analisamos dois desdobramentos provenientes da tendência em se diminuir a fronteira entre aquilo que é estabelecido como normal e patológico no comportamento humano. O primeiro deles seria a medicalização de eventos pertencentes ao cotidiano, fruto de um reforço do modelo racionalista, que surge dentro da lógica da modernidade na virada do século XVIII para o XIX. Assim, podemos afirmar que a medicalização ganha força na medida em que cada vez mais transtornos são difundidos em proporções gigantescas, quase sempre com a ajuda de indústrias farmacêuticas e meios de comunicação de massa, que ao promoverem na mídia um “desvio de comportamento” específico, fabricam conseqüentemente consumidores em potencial. O segundo desdobramento seria em relação a um possível e crescente consumo de terapia. Principalmente a partir do século XX, vemos entrar em cena um movimento que propõe o esfacelamento do racionalismo e uma exacerbação do “emocionalismo”, onde o corpo se apresenta como um grande ícone de exploração de emoções. Junto a essa valorização de emoções de todo o tipo, surge um forte sentimento de vulnerabilidade, da onde vem a sensação generalizada de que a terapia é a condição quase que necessária para que o homem consiga lidar de forma coerente com suas contingências. Um grande exemplo é o sucesso atual das terapias conhecidas como emocionais e corporais, onde se prega muito mais a liberação das emoções do que a reflexão em cima delas, além dos sucessos dos programas de auto-ajuda e de esoterismo de todos os gêneros. Nesse campo da medicalização, dificilmente se cogita a hipótese de uma reformulação de uma ordem social, pois a responsabilidade é quase sempre colocada nos desvios individuais. Portanto, torna-se muito mais fácil manter a instituição social do jeito que está e apresentar o sujeito a um tratamento, com a intenção de proporcionar uma suposta cura e uma integração ao resto do sistema intitulado de “normal”. Dessa maneira, acreditamos que tanto a medicalização da vida, quanto o movimento de consumo de terapia, refletem um espectro do processo de vitimização do homem

atual. Nesse processo, acabamos incorporando o papel de vítimas incapazes de manipular recursos internos para lidar com aspectos imprevisíveis de nossos modos de ser e estar-no-mundo. Diante disso, procurar uma solução externa para essa suposta vulnerabilidade, seja através da busca por terapias ou pela busca por “pílulas milagrosas”, tem sido retratado pela sociedade como uma espécie de “passaporte” para se chegar ao patamar do cobiçado grupo dos “mentalmente saudáveis.”

**Palavras-chaves:** consumo de terapia,medicalização,saúde mental,subjetividade

**Atividade: Investigação de um mercado online do Sofrimento Psíquico (Paineis)**

**Trabalho:**Investigação de um mercado online do Sofrimento Psíquico

**Autor(es):** Alessandra Rael Pereira,Michelle Thieme de Carvalho Moura,Thaís Coutinho de Castro,Daniela Costa Rodrigues,Ariane Patricia Ewald,Jurema Barros Dantas

**Resumo:** As conseqüências das transformações ocorridas no mundo desde o final do século XIX na produção da subjetividade humana podem ser colhidas hoje, em sua feição mais aguda, como uma crescente intensificação da sensação de estranhamento e da ausência de sentido para a vida do homem moderno. No entanto, o mundo em permanente e rápida mudança muitas vezes lança o homem em um estado de fadiga, insônia, ansiedade e indecisão que, na modernidade, constituem alguns dos problemas da sociedade que se apresentam sob o termo de “sofrimento psíquico”.O presente trabalho corresponde à fase inicial de uma das etapas do projeto de pesquisa proposto pela professora Ariane Ewald intitulado “Fazer uma psicoterapia: Por que? Para quê? Sentido e Representação da demanda endereçada aos profissionais psi”. O objetivo desta primeira etapa foi investigar e compreender a demanda atual por psicoterapia e como esta demanda tem sido representada e tratada na sociedade. O trabalho está organizado em uma fase inicial de estudo teórico e pesquisa bibliográfica seguida de uma fase de entrevistas semi-estruturadas feitas a usuários de psicoterapia na cidade do Rio de Janeiro.Este trabalho corresponde a uma parte da fase de captação do material que venha a auxiliar na reflexão crítica dos objetivos da pesquisa e para isto foram reunidos durante três meses matérias em jornais e revistas on-line datadas a partir do ano de 2005, bem como conteúdos de sites relacionados ao tema, para que se pudessem mapear quais temas têm recebido uma maior atenção da mídia e quais vetores estão sustentando a lógica atual da saúde mental. Através desse material poderíamos traçar um perfil do panorama sobre a discussão e relevância que o tema tem alcançado na sociedade. Classificamos qualitativamente o material recolhido em seis categorias: Material que denuncia um mercado contemporâneo do sofrimento psíquico (medicalização da vida); sites educativos e de associações entre pacientes cujo conteúdo é a divulgação de doenças e esclarecimentos a respeito de saúde mental; reportagens que elegem os medicamentos como solução, a psicoterapia como solução e, ainda, ambos como solução para o sofrimento psíquico e, por último, uma categoria de sites especializados em medicamentos cujo conteúdo é a promoção do uso racional e a discussão de propagandas de medicamentos.Observamos no material coletado até o momento uma valorização da atenção aos perigos da tendência em foco na atualidade nomeada de “medicalização da vida”. Foram encontrados em diversas fontes (sites acadêmicos e especializados em vigilância de medicamentos, sites endereçados ao público em geral, tais como revistas e jornais online) congressos e seminários sobre o tema que estão ocorrendo em escala mundial e que têm tido uma grande repercussão na mídia.Em seguida, de forma menos expressiva em termos quantitativos, verificou-se também uma impregnação de reportagens em sites educativos e associações dos pacientes cujo cunho era a discussão de doenças e promoção de saúde mental. Este aspecto é bastante preocupante por banalizar o vocabulário psi.Merece destaque o fato de que nas categorias que apresentam a psicoterapia, os medicamentos ou ambos como solução

para o sofrimento psíquico, as reportagens dão maior espaço para os medicamentos apresentando-os em detalhes. Seus conteúdos disponibilizavam listas imensas com as opções de medicamentos e até seus mecanismos de ação, enquanto que o espaço reservado à psicoterapia limitava-se a possibilidade de sua utilização sem oferecer detalhes de como essa psicoterapia funcionava no sujeito. Estes dados sugerem uma atenção maior da mídia com os medicamentos em detrimento da psicoterapia. Nos espaços de discussão das diversas reportagens sobre uma possível medicalização excessiva, a busca por psicoterapia aparece como um grande avanço na forma de se lidar com a questão não aparecendo até o presente momento nenhuma menção a um possível consumo de terapia. Os resultados iniciais da pesquisa demonstram uma impregnação inédita do discurso do sofrimento humano neste meio de comunicação e, ainda, uma banalização da linguagem “psi”, fenômenos que poderíamos arriscar em nomear de “Mercado Contemporâneo do Sofrimento Psíquico” e que é alimentado pela crescente tendência em se diminuir a fronteira entre o normal e o patológico, transformando angústias cotidianas em transtornos mentais passíveis de tratamento e cura. Fatos não tratados nesta pesquisa, e que corroboram com esta afirmativa, são o aumento exagerado do consumo e prescrição de psicotrópicos. É importante ressaltar que este foi um levantamento inicial sobre o tema, visando obtermos um panorama de quais temas têm recebido uma maior atenção da mídia (Internet), lembrando sempre que estes dados representam uma parte da nossa realidade atual e não sua totalidade. Também vale pontuar que nossas conclusões iniciais são possibilidades de reflexão. Não temos respostas fechadas, mas sim muitos questionamentos.

**Palavras-chaves:** sofrimento psíquico, medicalização, consumo de terapia, publicações eletrônicas

**Atividade: Poiésis  
(Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Poiésis: Literatura, Teatro e Psicologia

**Autor(es):** Priscila Moura Guimarães, Rodrigo Barros Gewehr, Ana Paula Silva Santos, David Farias Torres Chagas, Lindiane Heliomarie Oliveira Nascimento

**Resumo:** A oficina que propomos visa despertar a criatividade artística através da análise psicológica das personagens do texto dramático “Bicarbonato de Soda: um ensaio sobre a desilusão humana”. Este texto é parte de um projeto de Extensão da UFAL que busca a integração de três linguagens: A Literatura, o Teatro e a Psicologia. O Objetivo desta oficina é, partindo do trabalho que tivemos para a montagem do espetáculo, oferecer vivências relativas ao processo de construção dos perfis psicológicos das personagens, bem como momentos de discussão teórica acerca do processo literário de cunho psicológico e a transposição do texto para a linguagem teatral. A oficina será dividida em três etapas complementares, a primeira será de caráter introdutório e teórico, em que profissionais e alunos de Psicologia e Teatro, apresentarão aos participantes a concepção do Projeto de Extensão “Poiésis; Literatura, Teatro e Psicologia”, que conta com várias atividades que vêm sendo desenvolvidas ao longo do ano. No caso específico da oficina, iremos explicitar o processo desenvolvido pelo grupo para transformar o texto em espetáculo teatral, desde a construção deste à sua montagem cênica, porém, a construção psicológica das personagens é a fase do processo que terá mais aprofundamento, pois trabalharemos a importância da psicologia para os artistas cênicos, mostrando como, através da análise psicológica dos personagens, é possível construir de forma mais aprofundada o perfil dos personagens que serão interpretados no palco, de forma a enriquecer a encenação e contribuir para uma melhor visão dos espectadores, no sentido de favorecer a compreensão das ações que movem a trama. A segunda etapa enfoca o ponto de partida, de inspiração, para que a nossa pesquisa existisse - a Poesia de Álvaro de Campos. Neste momento, os participantes divididos em 04 (quatro) equipes, mesmo número de personagens constantes no texto, lerão entre si o poema que inspirou o autor da peça, e estes através de um processo interpretativo,

dentro de um determinado espaço de tempo, terão que desenvolver sua análise psicológica e apresentá-la ao grupo, de forma a obtermos diferentes pontos de vista vindos de um mesmo foco, gerando naturalmente um debate devido às análises. A terceira etapa fará uso das teorias aplicadas na primeira, teorias relativas à performance teatral e à compreensão da subjetividade por meio de referenciais da Psicologia. Após as apresentações realizadas pelos participantes, abriremos espaço para comentários acerca de cada uma das performances apresentadas, da vivência experimentada na tentativa de construção de um personagem teatral e acerca dos sentimentos e reflexões despertadas por aquele personagem. A proposta que apresentamos ao CONPSI faz parte de uma dinâmica que estamos implantando em nosso projeto de extensão e que diz respeito à ampliação da vivência teatral, permitindo que o público tenha maior participação naquilo que se passa no palco. Assim sendo, esta oficina traduz a forma como estamos pensando e executando a relação entre Literatura, Teatro e Psicologia.

**Palavras-chaves:** literatura, teatro, psicologia, Transdisciplinaridade

**Atividade:** Auto-rejeição feminina estimulada pela TV brasileira (Painéis)

**Trabalho:** Auto-rejeição feminina estimulada pela TV brasileira

**Autor(es):** Jane Hunnicutt M. Laub, Cristina Rocha de Oliveira, Sofia Martins Peres Antunes, Clara Shinobu Irokawa Kobayashi, Ivana Moraes de Alencar, Rafaela M. Ap. de Oliveira Pogrebinschi, Conceição Nicomedes

**Resumo:** O presente trabalho abordou a “Auto-Rejeição feminina estimulada pela TV brasileira”. Segundo Cabral (1997) rejeição é o processo pelo qual se considera uma pessoa destituída de valor e incompatível com determinada categoria. A auto-rejeição é um sentimento que está relacionado à imagem corporal, a qual, de acordo com Schilder (1999), não é somente uma construção cognitiva, mas também uma reflexão dos desejos, atitudes emocionais e interação com os outros, processo esse também influenciado pelos meios de comunicação de massa. Para Rocha (2006), a beleza, quando resumida apenas à aparência física, priva a mulher de se sentir bela, o que vem geralmente acompanhado de um referencial de beleza praticamente impossível de ser atingido, ao menos pela grande maioria. A TV, com suas novelas e propagandas, acaba criando nas “mulheres comuns”, suas telespectadoras, um sentimento negativo que leva à chamada auto-rejeição. Nosso objetivo foi compreender e analisar os efeitos decorrentes do impacto da programação televisiva brasileira no comportamento das mulheres telespectadoras em relação a si mesmas, e verificar se esses efeitos geram ou não um sentimento de auto-rejeição por causa dos padrões estéticos ali apresentados. Como procedimento metodológico, realizamos uma pesquisa de campo, do tipo quantitativa, a qual, de acordo com Chizzotti, prevê “a mensuração de variáveis pré-estabelecidas, procurando verificar e explicar sua influência sobre outras variáveis, mediante a análise da frequência de incidências e de correlações estatística” (2001, p. 52). Aplicamos um questionário estruturado num grupo de 100 mulheres da cidade de São Paulo telespectadoras da novela “Páginas da Vida”. Com base na pesquisa bibliográfica e na coleta dos dados foi constatado que apenas uma minoria das mulheres entrevistadas apresenta sentimentos de auto-rejeição por não se adequar aos padrões veiculados pela TV. Também foi observada uma certa autonomia aliada a um senso crítico, bem como um alto nível de auto-confiança, o que revelou uma satisfação em relação à imagem real, ou seja, com o próprio corpo. A aceitação externa revelou-se, porém, um fator de alta importância na vida dessas mulheres, principalmente em relação aos companheiros. Concluimos, então, que a novela acaba sendo uma simples fonte de entretenimento para as telespectadoras e não um referencial comportamental como foi pensado inicialmente. De acordo com Schilder (1999), a beleza ou a feiúra não são fenômenos isolados do indivíduo, mas têm a

ver com os fenômenos sociais: “O ideal e o padrão de beleza serão sempre a expressão da situação libidinal da sociedade, porém, não são fixas ou estáticas, mas estão sempre sujeitas a transformações”.

**Palavras-chaves:** Auto-rejeição, Mulher, Mídia, Novela

**Atividade: Distúrbios Psicossomáticos (Paineis)**

**Trabalho:** Transtornos Alimentares

**Autor(es):** Ione Maria Santos Araújo, Sarah Silva Lopes

**Resumo:** A presente pesquisa enfocará os mais variados aspectos dos transtornos alimentares assim como o seu tratamento por psicofarmacologia e tratamento psicoterapêutico, onde a psicologia terá um grande estudo nessa área, pois, vivemos hoje em uma sociedade narcísica e maciçamente estressante, tendo em vista o dinamismo que hoje impera no mundo globalizado. Desse modo, várias teorias a respeito dos distúrbios alimentares vão se desenvolvendo como a ingestão de alimentos cada vez mais pré-fabricados, sendo que o nosso enfoque se dará pelos aspectos psíquicos que contribuem para uma má qualidade de vida. Ninguém se assusta quando ouve uma adolescente magricela recusar uma mordida no sanduíche da amiga dizendo estar de regime. O uso indiscriminado de inibidores de apetite tampouco gera reprimendas mais intensas. Esses comportamentos, porém, podem ser um sinal de alerta para um problema mundial que atinge 1% da população feminina entre 18 e 40 anos e pode levar à morte. Mas que só agora começa a receber a atenção devida no Brasil. Existem os Transtornos Alimentares mais tradicionais, que são a Anorexia e Bulimia nervosas, mas, não obstante, existem outros que se estimulam e desenvolvem na denominada "cultura do esbelto". A anorexia nervosa é caracterizada pela perda de peso auto-induzida, por abstenção de alimentos. Há uma busca implacável pela magreza e um medo mórbido de parecer ou ficar gorda. Já a bulimia, descreve compulsões alimentares periódicas por um consumo de uma grande quantidade de alimento em um curto período de tempo com um senso de perda de controle. Quando a perda de peso é excessiva ocorrem alterações endócrinas, metabólicas e eletrolíticas conseqüentes do grave estado nutricional. O objetivo primordial do tratamento é a recuperação do peso corporal através de uma reeducação alimentar com apoio psicológico. Em geral, é necessária alguma forma de psicoterapia para ajudar o paciente a lidar com sua doença e com as questões emocionais subjacentes. Para o quadro de anorexia nervosa não há medicação específica indicada. O uso de antidepressivos pode ser eficaz se houver persistência de sintomas de depressão após a recuperação do peso corporal. A abordagem multidisciplinar é a mais adequada no tratamento da bulimia nervosa e inclui psicoterapia individual ou em grupo, farmacoterapia e abordagem nutricional em nível. A avaliação dos transtornos alimentares deve abranger não apenas os aspectos psicopatológicos específicos destes transtornos, mas também outros aspectos como, por exemplo, os sintomas psicopatológicos gerais e distúrbios da imagem corporal que, na maioria das vezes contribuem para a manutenção do transtorno e dificulta o seu tratamento.

**Palavras-chaves:** anorexia, bulimia, obesidade, gênero, tratamento

**Atividade: Fé e Ciência: como alunos de Psicologia da UFAL elaboram o embate entre o discurso da ciência e o discurso religioso (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Fé e Ciência: como alunos de Psicologia da UFAL elaboram o embate entre o discurso da ciência e o discurso religioso

**Autor(es):** Carolina Bezerra Barros Santos, Rodrigo Barros Gewehr, Fernanda Santos Fragoso Modesto, Gilvania Vicente dos Santos, Martha Maria Fagundes Tavares

**Resumo:** No Estado de Alagoas, a influência religiosa é marcante e evidencia-se diariamente em manifestações diversas, que independem de classe social e estendem-se desde adesivos em carros até referências a Deus nas publicidades locais. Tendo isso em vista, partimos da suposição de que esta implicação com o discurso religioso não é menor nem menos significativa nos estudantes do curso de Psicologia. No momento em que a Religião é confrontada com os textos científicos, que fornecem explicações variadas acerca da religiosidade, da fé e suas manifestações, os discursos da fé e da ciência passam a confrontar-se. Este embate geraria um conflito interno entre os conceitos que temos acerca da religião e as diversas teorias com as quais nos confrontamos ao longo do curso? Essa é a questão central de nosso trabalho e o objetivo desta pesquisa se localiza, neste sentido, na busca pela compreensão de como os alunos do curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) elaboram estes novos conceitos científicos face à religiosidade que professam. Nosso trabalho se estruturará em duas etapas: A primeira delas é constituída pela aplicação de um questionário fechado com perguntas de múltipla escolha que será respondido por todos os alunos do curso (do 1º ao 6º ano). O tratamento dos dados será de cunho estatístico e descritivo. Na segunda etapa, faremos grupos focais de discussão, com roteiro pré-estruturado, com alunos dos 4º e 5º anos do curso. Estes grupos serão compostos por 8 (oito) voluntários. Até o momento completamos a primeira etapa, buscando conhecer os credos religiosos predominantes no curso, bem como o posicionamento dos alunos frente a questões como a realidade ou não de Deus, a importância ou não da instituição religiosa, o surgimento do ser humano da terra, a finalidade da vida, entre outras. Para esta Comunicação Científica, deter-nos-emos na discussão dos dados coletados nos questionários, aliando-os às discussões teóricas que realizamos ao longo deste percurso. Além disso, apontaremos dificuldades relativas ao instrumento de coleta de dados escolhido e os aspectos da temática que fundamentarão a construção da segunda etapa desta pesquisa. Como resultado preliminar, fica evidente a predominância de alunos que assumem participar de algum credo religioso (85%); a realidade de Deus também é assumida pela maioria dos alunos (59%), embora haja aqui dissensos importantes a serem debatidos. Todavia, mesmo questionários com um viés marcadamente religioso nas questões citadas acima (e noutras ainda), acabam mostrando certa hesitação quando os temas passam para questões como o surgimento da vida (aqui somente 27% considera tratar-se de criação divina), a função da vida humana, a pesquisa com células-tronco, etc. Em temas desse tipo, evidencia-se uma tendência a optar pelo discurso científico (sobretudo dando suporte à idéia evolucionista), mesmo que isso contradite algumas respostas prévias. Esse tipo de situação - bem como outras que trataremos na apresentação do trabalho - denota o embate entre os discursos científico e religioso, como salientamos acima. E é nesse ponto que centramos nossas análises e interpretações. Entretanto, como estamos finalizando a primeira parte da pesquisa, estes e outros dados descritivos serão tratados nesta apresentação também com o intuito de evidenciar as tendências que nos guiarão ao próximo passo de nosso estudo.

**Palavras-chaves:** Psicologia, Religião, Religiosidade, Interdisciplinaridade

**Atividade:** 100% Graffit  
(Experiências em Debate)

**Trabalho:** 100% Graffit: Psicologia e Educação na Arte de Rua

**Autor(es):** Leila Dupret

**Resumo:** O processo educativo definido como forma de compreensão e de alteração das relações entre o homem e a natureza e homens entre si, pode oferecer subsídios para possíveis transformações pessoais e sociais, a partir de práticas educacionais que servirão como referência para a população em geral. Para tanto, elas devem ser dirigidas à comunidade, despertando o interesse dos indivíduos em participar ativamente, buscando possíveis soluções para os problemas apontados em seu próprio contexto habitacional. Este viés metodológico que convida e convoca ao mesmo tempo, está pautado em experiências que estimulam e

reconhecem as potencialidades dos sujeitos como construtores de seus próprios projetos sociais, no sentido de atenderem demandas que pertencem ao âmbito de realidades específicas. No intuito de obter indicações objetivas sobre a execução do princípio da sustentabilidade e a manifestação do efeito multiplicador entre pessoas que pertencem a um grupo social, o trabalho destaca o investimento do jovem na busca de estratégias para lidar com suas possibilidades produtivas e criativas, frente às vicissitudes do contexto social. Os desafios apontados por Mitjans (2005) aos psicólogos que lidam com a educação, quais sejam, a necessidade de lidar com a subjetividade social, a urgência de mudanças de concepções cristalizadas e a importância do compromisso social, alicerçam a proposta em tela. Freire (1973) e Vygotsky (1988) corroboram tal perspectiva favorecendo a compreensão de práticas em ambientes educativos a partir dos campos pedagógico e psicológico, respectivamente, segundo suas áreas de especialização. Isto porque, suas propostas estão pautadas em concepções que convergem para um dos principais constituintes do Desenvolvimento Humano: o atravessamento sócio-histórico-cultural. O trabalho de psicologia escolar/educacional que vem sendo realizado em parceria entre a UFRuralRJ e a Fundação Gol de Letra, com jovens participantes das comunidades de Itaipu, Cambinhas e Piratininga, região oceânica do Rio de Janeiro, a partir de oficinas de grafite, ministradas pelos próprios jovens, tem revelado a importância do estímulo às potencialidades como princípio fundamental para prática profissional. Além disso, o incentivo à construção de uma metodologia de funcionamento coletivo em que o grupo é o deflagrador de propostas, decisões e reflexões, aponta para uma perspectiva de interação e integração de seus participantes no sentido de compartilhar responsabilidades e sucessos, com reconhecimento de talentos e competências singulares; porém, sem destaque para quaisquer de seus elementos constituintes. Deste modo, o grupo se apresenta fortalecido para manter sua escolha da arte de rua como meio de lazer e produção, a um só tempo, acrescido da visibilidade do possível retorno financeiro.

**Palavras-chaves:** Potencialidades, Interação, Grupo

**Atividade:** Os passos de Olga Benário: História, Literatura e Psicologia Social. (Paineis)

**Trabalho:** Os passos de Olga Benário: História, Literatura e Psicologia Social

**Autor(es):** Kelen Gomes Ribeiro

**Resumo:** Neste trabalho, apresentaremos um estudo realizado como atividade da disciplina “Seminário em Psicologia Social I: Literatura e Subjetividade”, do programa de Pós-graduação do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Consiste numa pesquisa sobre a personagem Olga, vista no filme com o mesmo nome, de Jayme Monjardim, baseado no livro-documento de Fernando Moraes e no cordel intitulado “A história da heroína Olga Benário”, com autoria de Antonio Queiroz de França. Partimos da ideia de que cinema e literatura, criações do imaginário e presentes no real cotidiano, são parceiros na construção da cultura e que, na era do domínio da imagem visual, “dividem ainda o desejo comum: fornecer o alimento indispensável à sobrevivência da fantasia, da inteligência, da crítica e do prazer.” (Resende, 2006). Embora a narrativa literária e a narrativa fílmica tenham linguagens por vezes diferenciadas e distintos códigos e modos de funcionamento, consideramos que a expressividade da personagem Olga trouxe a possibilidade de originalidades, subjetividades, entrelinhas e elaborações nos dois estilos retratados, que são o filme e o cordel. Os elementos apresentados na narrativa permitiram-nos estudar o processo de construção da identidade pessoal de uma liderança na perspectiva da Psicologia Social, sendo o embasamento teórico constituído centralmente pelo conceito de identidade. Germano (2005) aponta para o fato de que “críticos assinalam a tendência a uma literatura que expõe as tênues fronteiras entre a escrita ficcional e a historiografia, revelando o caráter narrativo de qualquer história” (p.438). É dessa maneira que compreendemos o filme e também o cordel que retratam a trajetória de Olga, estilos diferentes que trazem a historicidade, contendo o projeto político, o compromisso da personagem com suas causas e ideais, suas transformações, dúvidas e certezas reveladas na profundidade de sua identidade. Na Psicologia Social, tem-se numa visão de homem em relação, sendo sujeito da realidade, com seus aspectos históricos, culturais, econômicos, sociais e ideológicos.



Entendemos que com as relações sociais e interpessoais são estabelecidas à identidade pessoal e social. Essas identidades constituem uma história de vida, sendo esta um reflexo dos processos sociais, assim como dos valores, das atitudes, das normas, das representações sociais assimiladas pela pessoa e relacionadas com o lugar. Aqui, objetivamos estudar essas relações, observando a construção da identidade pessoal de Olga, com os papéis sociais que ela assumiu, fazendo suas escolhas e, a partir disso, construindo a sua individualidade. Baseado na noção de identidade como metamorfose (Ciampa, 1987), compreendeu-se o processo de identificação como sendo dinâmico, que se dá num contínuo movimento de resignificação do indivíduo perante a sociedade, às atividades por ele desenvolvidas e em relação a si mesmo. A pesquisa desses elementos foi feita com a transcrição das falas do filme e da história relatada no cordel, utilizadas de forma complementar para que se obtivesse o maior número de informações sobre a personagem a ser retratada, e sem estabelecer paralelos entre a literatura e o cinema, por entendermos que são duas linguagens distintas. As informações obtidas foram trabalhadas com o método da Análise de Conteúdo, dentro da técnica da Análise Temática. Como resultado da análise da identidade de Olga Benário, podemos afirmar que: 1) Os fatores presentes no espaço e no tempo histórico em que viveu Olga Benário, período entre guerras, marcado por precárias condições de vida de uma grande parcela da população, associados a sua sensibilidade e solidariedade, foram elementos condicionantes de sua participação na luta revolucionária. Essa participação propiciou que fossem desenvolvidos alguns papéis na identidade de Olga, que foram representados por personagens como militante-convicta, líder-ativa, guerreira-doce e mulher-sensível. Entende-se que: 1) o seu contato mais direto com muitas pessoas, através das missões comunistas, fez com que houvesse trocas de experiências que influíram no seu processo de construção da identidade; 2) Os papéis sociais assumidos por Olga foram se destacando em sua história de vida e se revelando positivamente frente às novas situações. Ela teve meios de fortalecer sua identidade e mostrar-se afetiva, perspicaz, incentivadora e esperançosa em condições que, muitas vezes, eram desumanas. Através desses papéis e de suas personagens, a identidade se construía e se revelava como valor pessoal e poder pessoal, como sentido de vida numa mulher, que se tornou esposa-amorosa e mãe-cuidadosa mesmo vivenciando esses papéis num período de tempo tão restrito, pelas forças separatistas do fascismo de Vargas e do nazismo de Hitler. Para a realização dessa atividade, fizemos algumas pesquisas até que definíssemos exatamente qual seria o nosso objeto de estudo. A Olga se revelou para nós como encantadora, podendo dar muitos frutos nessa sementeira que une literatura e aspectos psíquicos. Concluímos que há uma multiplicidade cultural bastante vasta no Brasil e que a arte faz parte desse elenco de forma ampla, constituindo-se como uma fonte potencial de investigação para a psicologia, interessada em diferentes formas de expressão da subjetividade.

**Palavras-chaves:** Identidade, Literatura, Psicologia Social

**Atividade: Identidade Racial: aspectos psicossociais descritos por alunos cotistas da UFAL (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Identidade Racial: aspectos psicossociais descritos por alunos cotistas da UFAL

**Autor(es):** Marcella de Holanda Padilha Dantas da Silva

**Resumo:** A Psicologia tem muito a contribuir na produção do conhecimento sobre o racismo e suas conseqüências na subjetividade tanto dos indivíduos vítimas, quanto dos discriminadores. Este trabalho tem como foco indivíduos passíveis de serem vítimas do racismo ao longo de suas histórias de vida, com a finalidade de compreender melhor os processos psicossociais. Foram objetivos gerais deste trabalho: identificar possíveis mudanças na identidade racial de estudantes que ingressaram na UFAL por meio do sistema de cotas; e ampliar a discussão na comunidade universitária acerca das políticas de ação afirmativa na UFAL. Especificamente o trabalho objetivou: promover um espaço para os estudantes cotistas expressarem os sentimentos e pensamentos acerca de sua identidade racial; estabelecer relações entre a memória racial e o processo de construção da identidade racial destes estudantes e investigar aspectos de conforto e desconforto psicológicos dos mesmos ao ingressarem na universidade por meio das cotas. Foi

utilizado o método qualitativo para a pesquisa. O instrumento utilizado para coleta de dados foram entrevistas individuais semi-estruturadas. Os participantes da pesquisa foram quatro alunos, das áreas Exatas, Biológicas e Humanas. Optou-se por apresentar uma parte da pesquisa que salienta as seis categorias temáticas emergentes. Estas categorias surgiram a partir do conteúdo das falas e do seu cruzamento com o estudo bibliográfico realizado. Os resultados mostraram que os ditos populares auxiliam na manutenção dos estereótipos com a perpetuação de uma imagem negativa do negro/a, onde os mais utilizados são as piadas, que assumem um aspecto de duplo sentido, isentando o agressor da responsabilidade pelo ato discriminatório. Vimos também que a utilização de termos tão diversos para a classificação racial de outras pessoas e de si mesmos é gerada numa sociedade racista com a finalidade de dissimular o pertencimento étnico-racial. A confusão terminológica dificulta a ascensão de uma identidade negra consolidada, baseada na auto-afirmação. Percebemos que no âmbito das relações raciais, o olhar do outro aparece com uma importância decisiva na construção da identidade, pois o indivíduo se constitui a partir deste olhar. Como um diferencial de gênero, as alunas cotistas assumiram um perfil mais militante dentro da universidade, fundamentando sua identidade racial futura na responsabilidade de continuar a busca por relações raciais mais igualitárias no Brasil. Observamos que o ser negro/a na sociedade brasileira se encaixa na forma de ser indivíduo por falta, com menos possibilidade de enfrentar o sofrimento social, que deixa marcas psíquicas com pouca ou nenhuma visibilidade social. Por fim, os resultados mostraram também a ambigüidade nas relações raciais, que se caracteriza por atitudes, idéias e discursos paradoxais, tanto dos participantes, quanto dos discriminadores presentes em seus relatos.

**Palavras-chaves:** Identidade,Raça,Cotas

**Atividade:** Projeto Através do Cinema  
(Painéis)

**Trabalho:**Projeto Através do Cinema: os nossos modos de ser

**Autor(es):** Ricardo Pimentel Mélllo,Amanda Cruz,Elaine Andrade Arruda

**Resumo:** O cinema é um instrumento de interação social e, enquanto tal, apresenta possibilidades de criar e veicular repertórios, proporcionando novas configurações aos processos de produção de sentidos. Portanto, utilizar o cinema no espaço acadêmico é estimular outras formas de vê-lo: não como um “simples” filme, mas como um poderoso instrumento de interação social. Trata-se de permitir a emergência de várias perspectivas, olhando o cinema e entendendo-o como veículo de criação e circulação de sentidos de diferentes perspectivas, que nos permitem discutir sobre os modos humanos de concretizar experiências (modos de ser), por conseguinte, o cinema proporciona discussões sobre os enigmas da contemporaneidade na moldura do espaço imagético. Em geral, cinéfilos e consumidores de imagens se posicionam apenas como espectadores submersos em imagens. Ao contrário disto Projeto “Através do Cinema: os nossos modos de ser” propôs não apenas ver, mas sim, discutir o cinema, sobre ele e a partir dele, realizando um rito de passagem de simples espectadores para espectadores críticos, debatedores. Foi desenvolvido durante quatro anos com objetivo contribuir para que se ampliasse, na UFPA, discussões sobre os nossos modos contemporâneos de viver, aliando discussões acadêmicas a outras formas de reflexões acerca da vida cotidiana. Para isso, utilizamos o cinema, entendendo-o como um potencial meio de construção, veiculação e transformação de repertórios, disponíveis no campo das relações sociais e que contribuem para a criação de diversas versões sobre nossos modos de ser. O projeto consistia da exibição de filmes, uma vez ao mês, seguida de palestra de convidado(a) (das humanidades ou das artes), abordando uma temática relacionada ao filme. A cada exibição, eram distribuídos questionários aos participantes para que opinassem sobre a divulgação, a programação, debatedores, temas, filmes, organização, ambiente de projeção, recursos técnicos utilizados, condução dos debates, frequência de participantes, além de conter um item sobre sugestões. Realizava-se um calendário semestral dos (as) palestrantes convidados (as), dos filmes e temas por eles (as) escolhidos. Depois da palestra, que durava em tono de 40 minutos, os participantes debatiam

tanto o tema proposto pelo convidado (a), quanto outros temas que emergiam, por mais cerca de uma hora. Os eventos eram realizados em um auditório, com entrada gratuita. Nesses quatro anos, a participação foi predominantemente de estudantes (78%) das mais diversas áreas do conhecimento (psicologia, geografia, história, filosofia, direito, serviço social, ciências sociais, antropologia, pedagogia, artes, comunicação e jornalismo) com média de 55,7 participantes por evento. As exposições suscitaram discussões de temas variados, tais como: violência, religião, individualismo, amor, desamparo, feminismo, subjetividade, conflitos étnicos, morte, processo de socialização, verdade, estética, entre outros. Conseguiu-se atingir os objetivos que originaram o Projeto, na medida em que foi criado um espaço de discussão transdisciplinar que possibilitou a interação entre estudantes e profissionais de diferentes áreas, em torno de debates sobre a diversidade das vidas humanas, construídas em redes de práticas discursivas cotidianas. E, também, inspirou inúmeros projetos semelhantes em várias áreas (Psicologia e Física, por exemplo), atingindo assim, mais uma meta. Atualmente, o projeto está em fase de conclusão tendo como atividade final a compilação das palestras em uma publicação a ser colocada a disposição do público em geral.

**Palavras-chaves:** cinema, modos de ser, práticas discursivas

**Atividade:** VALIDAÇÃO DE UMA ESCALA DE JULGAMENTO E SIGNIFICADO DO CELULAR COM ADOLESCENTES (Paineis)

**Trabalho:** VALIDAÇÃO DE UMA ESCALA DE JULGAMENTO E SIGNIFICADO DO CELULAR COM ADOLESCENTES

**Autor(es):** Ricardo Pereira Soares, Altamir Araujo Guimaraes Jr, Marcelo Vinhal Nepomuceno

**Resumo:** Estudos recentes demonstram que o julgamento e significado do produto são variáveis importantes para compreender o comportamento de compra de um indivíduo. O julgamento e atribuição de significado podem ocorrer por duas rotas distintas: uma delas Racional, através de um Julgamento Passo e Passo e Significado Utilitário; e outra Emotiva, através de um Julgamento Afetivo e Significado Simbólico. A rota utilizada pode influenciar seu comportamento de compra e também sua atitude frente aos produtos. Dentre os vários produtos existentes na atualidade, o celular demonstra possuir atributos que o fazem ser descrito como um produto útil e simbólico, possibilitando que o julgamento do mesmo ocorra com grande importância pela rota emotiva e racional em diferentes pessoas. Seguindo esta linha de pesquisa Nepomuceno et col (2005) desenvolveram uma escala de julgamento e significado do celular. Esta pesquisa aplicou este questionário junto a adolescentes do Distrito Federal e visa demonstrar a validade deste instrumento para mensuração do julgamento e significado do celular junto a este público alvo. A pesquisa foi realizada junto a 410 adolescentes, a média de idade foi de 15.86 anos e todos eram estudantes do ensino médio. 88% dos mesmos possuíam aparelho celular e 54.4% da amostra era do sexo feminino. Os questionários foram aplicados coletivamente em salas de aula de escolas públicas e privadas do Distrito Federal. O instrumento possui 51 itens e os participantes responderam o instrumento avaliando o quanto concordavam com cada item de acordo com uma escala tipo Likert que variava de 1 a 7. O número 1 indicava que a pessoa “Discorda Totalmente”, o número 7 indicava que a pessoa “Concorda Totalmente”. As respostas foram submetidas à análise fatorial pelo método ‘Principal Axis Factoring’ (PAF) com rotação Oblimin, utilizando o critério de eigenvalues superiores a 2 e excluindo os itens que possuíam cargas fatoriais menores que 0,3. Para a escala de Julgamento e Significado da Operadora (JSO) o índice de fatorabilidade KMO da escala foi de 0,88. Os resultados destas análises indicaram dois fatores: o primeiro (JSO Racional) possui variância explicada de 28,22% e alfa de 0.88, sendo composto por 16 itens. O segundo (JSO Emotivo) possui variância explicada de 9,03% e coeficiente de confiabilidade de 0.83, sendo composto por apenas 2 itens. A escala de Julgamento e Significado do Aparelho (JSA) obteve um índice de fatorabilidade KMO de 0.93. Os resultados destas análises indicaram dois fatores: o primeiro (JSA Emotivo) possui variância explicada de 32.97% e alfa de 0,92, sendo composto por 19 itens. O segundo (JSA

Racional) possui variância explicada de 6.89% e coeficiente de confiabilidade de 0.81, sendo composto por 10 itens. Os alfas dos fatores de ambos os produtos estão adequados (Tabachnick & Fidell, 1996), demonstrando que o instrumento específico parece ser mais adequado para mensuração do construto.

**Palavras-chaves:** Comportamento do Consumidor, Julgamento e Significado do Celular, Adolescente, Psicologia do Consumidor

**Atividade: VALORES PESSOAIS E ELEMENTOS DA ASTROLOGIA: UMA POSSÍVEL RELAÇÃO ENTRE OS CONCEITOS? (Paineis)**

**Trabalho: VALORES PESSOAIS E ELEMENTOS DA ASTROLOGIA: UMA POSSÍVEL RELAÇÃO ENTRE OS CONCEITOS?**

**Autor(es):** Camila Moraes Guimarães, Rafael Freire Soares, Marcelo Vinhal Nepomuceno

**Resumo:** A partir da observação dos astros, a Astrologia visa compreender o comportamento humano, tal como a psicologia. Esta pesquisa busca traçar um paralelo entre um modelo teórico da psicologia social, estabelecido empiricamente, com conceitos da astrologia para assim verificar se há fundamento nas afirmações feitas pela astrologia. O conceito a ser estudado na Psicologia é o conhecido como Valores Pessoais. Os valores pessoais podem ser definidos como “princípios transituacionais, organizados hierarquicamente, relativos a estados de existência ou modelos comportamentais desejáveis, que orientam a vida do indivíduo e expressam interesses individuais, coletivos ou mistos, bem como diversos tipos motivacionais” (Tamayo & Schwartz, 1993). O conceito da Astrologia a ser considerado são os Elementos (Fogo, Água, Terra e Ar). Cada um destes elementos possui comportamentos desejáveis diferentes que orientam de maneira diferente estes indivíduos. Após revisão da literatura sobre o assunto, verificou-se que as pessoas do elemento Fogo buscam a excitação e o entusiasmo. Sendo assim, é esperado que estas valorizem mais os tipos motivacionais Poder, Realização e Hedonismo. As pessoas do elemento Ar são as mais sociáveis por apreciarem mais os pensamentos alheios, mesmo quando não estão de acordo. Dessa maneira, é esperado que estas valorizem mais os tipos motivacionais Universalismo e Benevolência. As pessoas do elemento Água são sensíveis e confiantes nos sentimentos, vulneráveis e facilmente influenciáveis, submissos, atraentes e altruístas. Desta maneira é esperado que estas valorizem Benevolência e Conformidade em maior grau. As pessoas do elemento Terra confiam mais em seus sentidos e o raciocínio prático. São considerados mais pacientes, com maior autodisciplina e persistência. Dessa maneira é esperado que estas pessoas valorizem mais Autodeterminação. Para a realização da pesquisa e confirmação dessas hipóteses foi utilizado o instrumento Inventário de Valores de Schwartz (IVS) composto por 61 itens. O instrumento foi aplicado a 342 participantes em salas de aulas de universidades públicas e privadas e locais de grande movimentação. A média de idade foi de 24.35 (dp=8.78) sendo 60.2% do sexo feminino. Para determinar o elemento de cada um dos participantes foi questionado a data de nascimento de cada um deles. No total foram coletados 81 pessoas do elemento Água, 85 do elemento Fogo, 96 do elemento Ar e 80 do elemento Terra. Para realizar as análises, foi selecionado aleatoriamente igual número de participantes dentre os sujeitos que não eram do elemento em questão. Dessa maneira comparou-se cada elemento com os demais se utilizando de análises de comparações de média (Oneway ANOVA) para verificar a existência de diferença significativa nos valores destes grupos. Os dados demonstraram que os participantes do elemento Fogo atribuem uma importância significativamente superior para os tipos motivacionais Poder ( $s=0.016$ ) e Hedonismo ( $s=0.044$ ) e para dimensão Autopromoção ( $s=0.021$ ) se comparados com as pessoas dos demais elementos. Não foi encontrada diferença alguma entre as pessoas do elemento Água com as dos demais elementos. O mesmo resultado foi encontrado com relação ao elemento Ar. Já as pessoas da dimensão Terra atribuem menor importância ao tipo motivacional Estimulação ( $s=0.054$ ). Em resumo, verificou-se que dos quatro elementos estudados, para um a hipótese foi confirmada (Fogo), para dois as hipóteses não foram confirmadas e tampouco refutadas (Água e

Ar) e para outro elemento o resultado foi contrário à hipótese (Terra), visto que se encontrou uma relação oposta e para um tipo motivacional adjacente à Autodeterminação. Conclui-se que a Astrologia, ao menos no que tange aos seus elementos, não pode ser utilizada para compreender o que as pessoas julgam importante para guiar sua vida.

**Palavras-chaves:** Valores Pessoais, Inventário de Valores de Schwartz, Astrologia, Elementos da Astrologia

**Atividade: O brincar como expressão do contexto sócio-cultural (Paineis)**

**Trabalho:** O brincar como expressão do contexto sócio-cultural

**Autor(es):** Suzane de Souza Gaia, Bárbara Sordi

**Resumo:** A literatura científica tem indicado que a diversidade de brincadeiras realizadas, bem como os brinquedos utilizados têm estreita relação com o contexto cultural e social. A brincadeira não somente ingressa a criança na cultura como também “fala” do contexto sócio-histórico-cultural no qual se desenvolve esta criança. O objetivo do presente trabalho foi compreender de que modo o brincar das crianças revela o contexto sócio-cultural no qual vivem. Para tal, foi analisado um grupo de crianças ribeirinhas em comparação com um grupo de crianças de classe média urbana. Participaram da pesquisa 16 crianças, sendo oito de cada grupo, que em um primeiro momento realizaram atividades lúdicas para que se pudesse conhecer algumas peculiaridades de suas brincadeiras, e em um segundo momento responderam a um roteiro de perguntas contendo 10 questões. Também participaram da pesquisa os pais destas crianças, respondendo a um questionário sócio-econômico e psicossocial, a fim de que se pudesse conhecer alguns dados de suas realidades. Os dados das crianças ribeirinhas foram coletados em uma escola na Ilha de Urubuoca, nas proximidades de Belém, enquanto que os dados das crianças de classe média foram coletados em uma escola particular da grande Belém. Os resultados encontrados indicam que, de fato, o brincar revela o contexto no qual vivem estas crianças, e faz isto por meio dos tipos de brinquedos utilizados e criados pelas crianças; das brincadeiras escolhidas por elas; dos horários e locais onde brincam; das ações cotidianas que são expressas no brincar; dos personagens imitados durante a brincadeira. No entanto, os dados encontrados mostram que há uma semelhança no que se refere ao que acham os dois grupos de crianças investigados acerca do brincar, e no que se refere ao parceiro escolhido para a realização da atividade lúdica. Respalhando-nos em todos os achados desta pesquisa, podemos indicar a importância para a Psicologia em estudar a brincadeira, que se dá no sentido de que quando se respeita a necessidade da criança de brincar se está construindo os alicerces para uma infância mais saudável e tranqüila, por possibilitar a criação de condições de expressão e comunicação dos próprios sentimentos e visão de mundo. Além, disso, fez-se de fundamental importância que a ciência psicológica se preocupe em compreender as diversidades de brincadeiras relacionadas ao contexto sócio-econômico e cultural das crianças que as realizam, na medida em que, ao aproximar seu olhar para as brincadeiras infantis, o profissional da Psicologia ficará mais próximo da realidade das crianças. E dentro desta perspectiva, o psicólogo poderá utilizar a brincadeira como forma de conhecer melhor a realidade – familiar, escolar, cultural, social, econômica – das crianças, resgatando o brincar como um instrumento de diagnóstico psicossocial.

**Palavras-chaves:** Brincar, Infância, Contexto sócio-cultural, Psicologia e Cultura

**Atividade: Direitos Humanos e Psicologia (Temas em Debate)**

**Trabalho:** Considerações sobre a prática do psicólogo na justiça e os Direitos Humanos.

**Autor(es):** Esther Maria de Magalhães Arantes

**Resumo:** Partindo da constatação de um certo mal-estar existentes entre os psicólogos que atuam na interface com o Judiciário, e que tem sido objeto de problematização nos diversos Encontros dos Psicólogos do TJRJ, como pensá-lo? Levando-se em conta a amplitude das práticas nesta área, que parece ampliar-se na proporção da juridicização dos conflitos e tensões sociais, a tarefa não é nada simples. Assim, vamos encontrar o psicólogo atuando nas diversas Varas da Infância e de Família, bem como estabelecimentos prisionais, dentre outros. Por outro lado, em que pese este leque de situações, sua atuação principal continua sendo a confecção de laudos, pareceres e relatórios, no pressuposto de que cabe ao psicólogo, na interface com a Justiça, basicamente fornecer subsídios para as decisões dos magistrados. Este pressuposto, embora defendido em alguns textos clássicos da Psicologia e regulamentado pela legislação brasileira, traz dificuldades às novas gerações de psicólogos, que prefeririam ter de si uma imagem menos comprometida com a manutenção da ordem social vigente, considerada injusta e excludente, uma vez que tais pareceres e laudos, conforme diversos estudos tendem a reproduzir estereótipos e preconceitos existentes na sociedade. No entanto, novas demandas para a atuação do psicólogo, possibilitadas pela adoção de alguns Programas e Projetos como Justiça Terapêutica e Depoimento Sem Dano, não são menos problemáticas. Pensar estas práticas em relação aos Direitos Humanos é a proposta desta fala. Ao longo do processo, entre momentos de obscuridades e visibilidades, constituíram-se contradições e paradoxos como, por exemplo, a concepção de indivíduo liberal e os ideais sociais de um estado providência, o desenvolvimento do capitalismo, sua produção de excluídos e os direitos inalienáveis, entre outros. Destacamos aqui uma das suas características: durante muito tempo, os direitos humanos constituíram-se em um campo quase que exclusivamente habitado por militantes e alguns setores profissionais. Em nossos dias, temos uma outra realidade. Seja como resultado direto das lutas históricas destes militantes e profissionais, seja pela institucionalização dos direitos humanos como fato retórico do discurso político contemporâneo, seja por acompanhar o movimento de instrumentalização da ética através das inúmeras ações denominadas responsabilidade social, ou ainda, pela conscientização da sociedade da urgência de dignidade e respeito aos direitos fundamentais, o campo dos direitos humanos ganhou nestes últimos tempos novos protagonistas e instituiu novos paradoxos e contradições. Como a Psicologia participa ou não desta configuração? Mas especialmente, como podemos qualificar este campo, para que continue abrigando lutas que rompam com instituídos e inventam novas formas coletivas de respeito e justiça?

**Palavras-chaves:** Prática Psicológica, Direitos Humanos, Justiça

**Trabalho:** Direitos Humanos e Psicologia: gestão, militância e cotidiano no CRPRS

**Autor(es):** Nelson Eduardo Estamado Rivero

**Resumo:** Na abordagem do tema da mesa, este trabalho pretende refletir sobre a realidade da participação da Psicologia através do sistema conselhos, particularmente o CRPRS, no campo dos direitos humanos através da comissão de direitos humanos do regional. São muitas as questões que se colocam no encaminhamento da comissão tanto em relação à categoria, quanto às demandas nacionais e também em relação ao desenvolvimento de vínculos institucionais com órgãos governamentais e não governamentais de defesa dos direitos humanos. Uma das situações que dizem deste novo personagem no campo de luta: será possível um órgão que tem como competências fundamentais a fiscalização e orientação profissional e que tem – por enquanto – uma designação de autarquia federal participar destas lutas? A princípio temos uma certeza: toda e qualquer ação humana está implicada na promoção e defesa dos direitos humanos e, neste sentido, a resposta é totalmente afirmativa. Mas para que os objetivos tornem-se ações é necessária uma metodologia de trabalho. Em uma primeira ação, o Conselho Federal instituiu em 1997 a Comissão Nacional de Direitos Humanos com objetivos claros de promover a discussão deste tema dentro da categoria profissional, pautar frentes de luta da Psicologia neste campo e acompanhar os movimentos sociais de promoção e defesa dos DH. Para responder a realidade institucional, esta comissão foi constituída com caráter “ad hoc”, ou seja, por psicólogos especialmente convidados como colaboradores com relevante trajetória na militância ou no trabalho com direitos humanos. Assim poderá sentir-se autônoma para criticar até mesmo as ações do próprio conselho. O tema dos direitos humanos e a criação das comissões são

deliberações do Congresso Nacional de Psicologia, tendo como resultado a criação de comissões regionais de direitos humanos. Neste momento começamos a revelar algumas diferenças cotidianas entre a ação nacional e regional. É nas gestões regionais que acontece o contato direto e cotidiano com os profissionais, desde a orientação, fiscalização e acolhida das diversas demandas referentes à Psicologia. Como então se dá o vínculo com a gestão cotidiana dos regionais? Que grau de organicidade tem esta comissão? Como articular as orientações nacionais com as demandas regionais em DH e a política de gestão do conselho regional? Que grau de militância será possível? Em relação a isso surgem outras questões: como introduzir-se, a partir de um lugar diferente, em um campo que foi historicamente habitado pelos movimentos sociais organizados e especialmente a militância em direitos humanos? Na experiência que temos, também é novo este lugar para estes movimentos que defendem, com coerência, sua história de luta e protagonismo assim como a não tutela de nenhum órgão oficial ou governamental. Não foi difícil reconhecer nestes últimos anos o questionamento da legitimidade do conselho como protagonista de algumas lutas, principalmente porque não desejamos – em função de tudo o que já foi realizado – manter o lugar de “patrocinador” ou “amigo da causa”, sendo a orientação da comissão promover ações, implicar-se. Ao longo dos últimos anos estes fatos tomaram muito tempo da comissão: articular, apresentar-se, legitimar-se, definir participações e ao mesmo tempo ir construindo um território de afirmação para a comissão que permitisse clareza sobre as suas potencialidades, seu alcance e seus objetivos. Ainda é necessário abordar uma questão: as gestões regionais, no quadro democrático atual, elegem-se com uma plataforma, com princípios e objetivos regionais e nacionais, assim, como fazer a articulação de uma comissão que é orgânica para sua sobrevivência, mas pretende ser autônoma nas suas ações em relação ao regional? Como tratar cotidianamente as demandas nacionais, regionais e as da gestão? Na gestão PRAPSI no RS desde sua apresentação a questão dos direitos humanos está presente como princípio, mas mesmo assim, não diz respeito à estrutura já existente no sistema conselhos quando assumimos. Sem dúvida este fato tem ajudado muito na deliberação das ações embora não isente do contínuo debate na condução do processo. Ressalta-se que a estrutura e natureza dos conselhos profissionais, as características de gestão e o desafio da inclusão da Psicologia na questão dos direitos humanos apontam para alguns riscos e superações: a não institucionalização do tema, despotencializando-o; a não personalização das ações e lutas, constituindo a comissão e ações vinculadas à trajetórias individuais sem construir um lugar de participação do sistema conselhos; entre outros. Para finalizar destaca-se que, em nenhum momento se defende a proposta de inserção da Psicologia e do Sistema Conselhos no campo dos Direitos Humanos como um equívoco ou uma ação mal direcionada. Pelo contrário, demandado por esta proposição é que se faz este debate, na direção da constituição de um lugar de existência para as comissões de direitos humanos regionais que possa ser cada vez mais agregador, propositivo e que possa potencializar a legitimidade de quem se importa e quer implicar-se na luta e defesa por formas cada vez mais afirmativas de justiça social.

**Palavras-chaves:** Direitos Humanos, Psicologia, Militância, Gestão

**Trabalho:** Práticas Psi e suas implicações nos Direitos Humanos

**Autor(es):** Neuza Guareschi

**Resumo:** O presente trabalho pretende pensar algumas questões epistemológicas da Psicologia enquanto ciência e as implicações de suas práticas no campo dos Direitos Humanos. Para isso tomam-se em consideração duas questões básicas: A primeira questão refere-se ao caráter universal de como essas práticas tomam o sujeito e de como a Psicologia lida com as diferenças, ou diferenças culturais. A segunda questão diz respeito de como a Psicologia se insere nas relações políticas, principalmente, através daquilo que entende como sendo da esfera pública ou da esfera privada. A abstração, essencialismo e caráter universal de concepção de sujeito presente em algumas práticas psicológicas são usados também, na maioria das vezes, pelo Estado ao pensar ou criar políticas para o direito dos cidadãos a partir de uma concepção de sujeitos como iguais e não como diferentes. As reflexões em Psicologia sobre questões históricas, culturais e políticas desta área enquanto ciência e formação de profissionais suscitam incômodo pelas práticas psicológicas tradicionais e desconfortos, devido algumas posturas que o

campo psi tem produzido na sua abordagem sobre indivíduos e sujeitos psicológicos. O incômodo em relação às práticas psicológicas tradicionais diz respeito a sua pretensão em dar conta do desvelamento do sujeito supondo a pré-existência de uma interioridade do sujeito por meio de teorias e técnicas cunhadas sob inspiração do paradigma positivista a partir das quais a Psicologia passou a ostentar o título de Ciência da Conduta. Essa psicologia, que buscava constituir-se como conhecimento positivo, ancorou-se em dois postulados filosóficos: que a verdade do homem está exaurida em seu ser natural, e que o caminho de todo o conhecimento científico deve passar pela determinação de relações quantitativas, pela construção de hipóteses e pela verificação experimental. Ao social, colocado como uma instância secundária de influência sobre o sujeito, restaria a propriedade de adaptar esta unidade que se produz desde um dentro, de um núcleo psíquico previamente dado, estabelecendo-se a primazia do indivíduo sobre o social. Como instância de influência e regulação, o social estaria fora do âmbito de interesse e competência do campo psi. O olhar da psicologia estaria voltado para os processos de adaptação do indivíduo a este campo social dado como natural e a “inadaptação” recairia sobre o próprio indivíduo. Essa posição da psicologia resulta em naturalização tanto dos fenômenos psíquicos, quanto dos conhecimentos que buscariam dar conta deles. Diante disso, necessita-se trazer a Psicologia a uma desacomodação, no que diz respeito à Ciência e à política, trazida pelas dicotomias da modernidade, sendo a primeira reconhecida como valor supremo, como algo que justificava e legitimava a si mesma não permitiu mostrar a estreita relação entre saberes e poderes, ou comprometimento político das ciências. Nesta proposição, a implicação da produção de conhecimentos com a esfera política adimensiona como uma ciência constituinte das práticas culturais. Ao contrário do que propunha o pensamento Moderno, a ciência não está mais acima da cultura para analisá-la ou sofrer sua interferência, mas é em si uma prática cultural. A cultura, neste contexto é entendida como constituinte dos sujeitos. Os processos de subjetivação são culturais, compreendem práticas de significação que posicionam os sujeitos e produzem modos de existência. A cultura não é um termo abstrato, mas diz respeito às práticas cotidianas que se dá em um campo de lutas, de relações de poder. Assim, essa compreensão possibilita reposicionar a Psicologia nas questões relativas às suas práticas e, como efeito, nas implicações com as ações nos Direitos Humanos. Palavras chaves: Direitos Humanos; Psicologia; Práticas Psi; Formação.

**Palavras-chaves:** Direitos Humanos, Práticas Psicológicas, Implicações

**Trabalho:** Direitos Humanos: proposta de um novo paradigma para a psicologia?

**Autor(es):** Míriam Farias

**Resumo:** Este texto trata de uma adaptação do tema Direitos Humanos e Psicanálise: proposta de um novo paradigma de trabalho, desenvolvido para a Dissertação de Mestrado com defesa em nov/2006, na PUC Minas, sob a orientação de Paulo Roberto Borges Ceccarelli. Tal pesquisa se pautou no trabalho realizado numa instituição de direitos humanos do Poder Público Municipal, mais especificamente no período de dezembro de 1999 a dezembro de 2000, quando tive a oportunidade de compor, como psicóloga, uma equipe de atendimento jurídico-social, cujo serviço estabeleceu-se a partir do modelo da interdisciplinaridade no atendimento a casos de violação aos direitos humanos. Na Academia, busquei formalizar teoricamente e dar publicidade a esta prática acreditando que ela possa referenciar outros serviços de psicologia e, em especial, a abertura de novos espaços para o psicólogo que se propõe a um trabalho mais coletivo. Tal estudo indicou que o posicionamento político frente a um campo de conhecimento, independente de qual seja, se faz determinante para o estabelecimento de uma práxis permitindo encontros ou desencontros entre diferentes campos teóricos. Procuramos, então, mostrar como os acontecimentos sócio-histórico-políticos interferem na construção e aplicação de conceitos, muitas vezes, tomados como verdades absolutas e inquestionáveis. Com a pesquisa, foi possível entender que algumas condições anteriores ao estabelecimento do trabalho foram essenciais para que o mesmo existisse. Para isso, identificamos a importância dos conceitos de paradigma e de revolução científica, tal como propõe Kuhn (2005), como determinantes para o processo de instituição de um serviço, à medida que permitem identificar com maior clareza sobre quais referenciais se sustenta uma comunidade científica, ou um grupo de trabalho que se propõe a uma práxis. A pesquisa permitiu também revelar o diferencial que a perspectiva transdisciplinar



pode oferecer a um trabalho, provocando o que Kuhn (2005) denomina de ruptura epistemológica frente às perspectivas inter e pluridisciplinares, e mostra que é na sutileza que se dá a ruptura. Defende-se que uma nova forma de produção de conhecimento possa surgir através do processo de construção da transdisciplinaridade no fazer profissional, no campo dos direitos humanos. E que este, por sua vez, contribua para a produção de novas subjetividades e não-alienação dos sujeitos. Assim, propõe-se pensar os Direitos Humanos, para além do campo conceitual e da perspectiva das disciplinas e interdisciplinas, como um novo paradigma social que referenciaria a prática de profissionais de diversos campos de conhecimento (inclusive a Psicanálise), configurando-se como um novo imperativo ético da atualidade. Nesse, a concepção de Liberdade está diretamente associada à Democracia e à Igualdade Jurídica na busca pela conquista histórica de uma Justiça Social e Econômica instaurando uma outra lógica na ordem capitalista vigente.

**Palavras-chaves:** Direitos Humanos, Psicologia, Novo Paradigma

**Atividade: Considerações acerca das interações semióticas na constituição do self dos usuários de Orkut. (Painéis)**

**Trabalho:** Considerações acerca das interações semióticas na constituição do self dos usuários de Orkut

**Autor(es):** Ana Carol Pontes de França

**Resumo:** De acordo com a perspectiva sócio-interacionista (Vygotsky, 1996, 1998), o ser humano é um ser social que desde o nascimento encontra-se mergulhado em situações culturais diversas significadas pelos seus pares por meio das convenções sociais que permitem a comunicação entre os membros da comunidade a que pertence. O desenvolvimento mental apenas torna-se possível devido às interações do indivíduo com os demais atores sociais. Desse modo, a vivência em comunidade é fundamental para transformação do ser biológico em ser psicológico. A história dessa transformação compreende a passagem de uma ordem natural para uma ordem cultural, que ocorre por meio do processo de mediação, no qual a linguagem exerce papel fundamental. Tais sistemas de mediação são invenções culturais produzidas ao longo da história social e sua manutenção numa comunidade ocorre por meio das práticas interpretativas que são apropriadas pelos membros através do processo de internalização. A linguagem, enquanto sistema simbólico, é utilizada pela humanidade para produzir e interpretar narrativamente sua relação com o ambiente e com os demais atores sociais. Neste caso, o presente estudo adota a linguagem como enfoque principal, por concordar com Meira & Pinheiro (2006, submetido) quando estes referem que “o próprio uso da linguagem constituiria nossa forma de pensar. Em outras palavras, agimos e pensamos lingüisticamente” (p. 08). Nessa perspectiva, o presente estudo adota uma noção de self que se constitui na história do sujeito e que é resgatado do fluxo polissêmico por meio da narrativa (CHANDLER [et. al.], 2003). A fim de abordar os aspectos semióticos-interacionais no fenômeno da constituição do self em ambientes virtuais, optou-se pelo software social Orkut como instrumento de mediação disponibilizado no computador enquanto artefato [cultural]. Nesse, as interações entre os usuários são entendidas como atividades semioticamente mediadas e altamente complexas, nas quais o contexto exerce papel fundamental na construção do modo de funcionamento psicológico dos indivíduos. Ou seja, o contexto oferece condições para uma gama de possibilidades de expressão da identidade que circunstancialmente configura uma singularidade construída na relação com outros homens em que a realidade é interpretada e concebida “como sendo de um certo tipo” (BAKHURST, 2002, p. 236, in: DANIELS [org], 2002, grifos do autor), o que contribui com a constituição da noção de self pelo indivíduo. Esta pesquisa então se revela enquanto uma tentativa de compreender como o usuário vivencia o self conciliando sua identidade em relação aos ambientes virtual e real e como ocorre a organização das práticas discursivas dos usuários do Orkut na escrita autobiográfica em relação a uma audiência. Assim, a identidade aqui é entendida como um processo sócio-histórico vinculado às relações sócio-culturais que permeiam a vida cotidiana. Nesse sentido, faz-se necessário considerar que as experiências online e offline se entrelaçam (VIETA, s.d.) fazendo parte de um continuum, não sendo possível localizar e/ou espacializar o self. Tendo em vista o fato de que editar um perfil no Orkut se configura como uma prática social

específica, na qual as pessoas encontram-se engajadas a partir de uma rede de relações, busca-se entender como ocorrem as continuidades e descontinuidades nas formas discursivas pelas quais os sujeitos reportam os “mesmos” eventos a uma audiência. A fim de entender a persistência do self ao longo do tempo, apesar das mudanças evidentes em sua história de vida, optou-se realizar uma entrevista com os participantes onde se busca verificar como os mesmos consideram a continuidade do self frente às mudanças (do próprio indivíduo e como este percebe essa relação com aos demais atores sociais). Abordam-se também, nesta ocasião, os aspectos da mudança e persistência do self antes e depois da aquisição do Orkut pelo usuário e como isso repercute em sua vida. Para tanto, o atual estudo, ainda em andamento, baseia-se nas contribuições de Chandler [et. al.] (2003), adotando como referencial, entre outros, o material utilizado na investigação da continuidade do self pelo autor. Neste sentido, esta pesquisa concentra-se no papel da comunicação e das práticas sociais na constituição do self, com ênfase na narrativa, se propondo a contribuir com as diversas discussões acerca da repercussão das novas tecnologias da informação e comunicação no cotidiano humano e dos diferentes usos que se faz dessas.

**Palavras-chaves:** cultura e subjetividade, constituição do self, continuidade, interação semiótica em ambientes virtuais, Orkut

**Atividade: Grupo de bordado de adolescentes e a Psicologia Social Comunitária em Teresina (PI): experiência de um trabalho de intervenção. (Paineis)**

**Trabalho:** Grupo de bordado de adolescentes e a Psicologia Social Comunitária em Teresina (PI): experiência de um trabalho de intervenção.

**Autor(es):** Carlos Eduardo Fernandes Lima Oliveira, Camila Siqueira Cronemberger Freitas

**Resumo:** Um dos conceitos de Psicologia Comunitária é o conceito de comunidade, seu objeto material e campo de atuação. O termo comunidade, utilizado hoje em Psicologia Social é capaz de incluir em seu intuito desde um “pequeno grupo social, um bairro, uma vila, uma escola, um hospital, um sindicato, uma associação de moradores, uma organização não-governamental, até abarcar os indivíduos que interagem numa cidade inteira” (Gomes, 1999, p.73). Assim, ao se reconhecer que um grupo de pessoas ao interagirem formam uma comunidade, ressalta-se que uma idéia mais completa do tipo de relações estabelecidas entre os indivíduos é a forma de participação nas atividades de cooperação. Um grupo de bordado, ou qualquer outro, é composto de pessoas em desenvolvimento. A motivação, a auto-estima, a empatia, estão entre os elementos essenciais para o convívio em grupo, progredindo ao longo da vida do sujeito, sendo aí infância e a adolescência os momentos em que esse desenvolvimento é decisivo. De acordo com estes pressupostos é que se objetivou oferecer o serviço de Psicologia Comunitária, de modo a contribuir com a melhoria da qualidade de vida na comunidade do grupo de bordado em Teresina (PI), promovendo o desenvolvimento de atividades que contribuíssem com a construção inter e intrapessoal dos participantes. Estes, por sua vez, eram sujeitos de 10 (dez) a 16 (dezesesseis) anos que compunham um grupo que variava de 10 (dez) a 25 (vinte e cinco) pessoas, já que esta variação era devido a liberdade de participação dada à eles em pertencer ou não ao grupo. Assim, a partir de sugestões dos participantes as atividades desenvolvidas foram divididas em 2 (duas) etapas, com um total de 6 (seis) encontros, realizados semanalmente. A primeira etapa referia-se às oficinas de dinâmicas de grupo, no qual criou-se um ambiente para o estímulo da motivação, da auto-estima, do relacionamento interpessoal e da ética, realizado com estes adolescentes. Estas atividades foram realizadas durante 4 (quatro) encontros, sendo que cada um possuía uma temática diferente. Os encontros foram realizados em salas disponibilizadas pelo Centro Social do bairro Cristo Rei, Teresina (PI), existindo o apoio por partes dos instrutores do grupo de bordado. A segunda etapa fora realizada através da utilização de filmes que retratassem os temas já previamente delimitados e foram realizados em 2 (dois) encontros, com a utilização de recursos áudios-visuais que tratavam dos temas “racismo”, “sexualidade” e relacionamento interpessoal. Enfim, cabe ressaltar que dentro do referido Centro Social, o grupo de bordado apresentou-se, inicialmente, uma excelente

receptividade que, no decorrer do processo, concretizou-se com a participação de todos os participantes do grupo de bordado, apesar de haver uma certa rotatividade. Com o processo, houve relatos dos adolescentes a respeito do acolhimento, escuta e orientações, já que o espaço, anteriormente, era restrito apenas para a realização de bordados. Vale destacar, portanto, a importância de se continuar este trabalho e da presença de um psicólogo comunitário auxiliando na promoção do crescimento e mudança, pois o indivíduo, ao se perceber como construtor de sua sociedade, irá se valorizar como pessoa ativa dentro de seu grupo.

**Palavras-chaves:** Psicologia Social Comunitária, Grupo de Bordado, adolescentes

**Atividade: Representações Sociais da diferença e Racismo (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** A ideologia da igualdade racial e a negação dos direitos das minorias raciais.

**Autor(es):** Leoncio Francisco Camino Rodriguez Larrain

**Resumo:** No Brasil, atos explícitos de discriminação racial são proibidos por lei: Alguns pensam que esta situação estaria levando as pessoas a inibirem expressões do preconceito conservando disposições negativas internas. Mas não se trata exclusivamente de um problema psicológico. Trata-se também de um problema ideológico. De fato a ideologia pós-moderna é fundamentalmente contraditória. Por um lado consideram-se como essenciais a modernidade os conceitos de igualdade e de justiça social, mas por outro lado defende-se nas relações sociais a mais estrita meritocracia. Para analisar esta contradição empreendemos uma série de estudos com estudantes universitários de graduação. Num primeiro estudo realizado numa universidade pública de João Pessoa (Camino, da Silva, Machado e Pereira; 2001) mostramos que as pessoas parecem ter clara consciência da discriminação racial que existe no Brasil, mas não aceitam a responsabilidade pessoal por esta situação. Assim, as pessoas adjetivam positivamente aos negros mas pensam que os brasileiros fariam o contrário. Definimos este processo usando como analogia o conceito de “formação reativa” para indicar que tanto os mecanismos psicológicos de inibição das atitudes negativas como as mudanças nas formas de se representar às diferenças de cor destinam-se a justificar práticas sociais que continuam a manter a discriminação racial. Neste sentido, com o conceito de formação reativa estamos falando de uma construção ideológica que permite naturalizar e justificar as diferenças existentes no Brasil. De fato num segundo estudo realizado numa universidade privada de João Pessoa (Camino, da Silva e Machado, 2004) pudemos constatar que os estudantes identificavam espontaneamente as pessoas de cor negra como cidadãos do terceiro mundo enquanto que classificavam as pessoas de cor branca como cidadãos de primeiro Mundo. Estes estudos analisavam as formas em que os estudantes representavam as pessoas de cor negra e de cor branca evitando qualquer tipo de comparação. Mas é evidente que as atuais reivindicações do movimento negro, especificamente a exigência de quotas na universidade têm trazido ao debate a natureza das diferenças raciais. Nos estudos que estamos atualmente realizando (onde pretendemos integrar abordagens qualitativa e quantitativa) analisamos as relações estabelecidas entre os diversos discursos existentes na nossa sociedade sobre as diferenças raciais e as diversas atitudes possíveis frente as reivindicações das minorias raciais: frente a legitimidade da organização e luta dos movimentos negros e as políticas afirmativas em forma de quotas no acesso ao ensino superior. No que se refere aos discursos existentes em nossa sociedade constatamos (num estudo realizado com 81 estudantes de pós-graduação) que ainda se encontram disseminados vários discursos que foram construídos durante o século XX. Especificamente identificamos um discurso próprio do início de século XX que afirma a existência de diferenças raciais. Observamos também a existência de uma forma de discurso, dominante dos anos 50 aos 80, que nega as diferenças raciais graças à miscigenação, discurso que durante a ditadura militar foi ligado a noção de democracia racial. Finalmente existe o discurso relativamente contemporâneo que admite a existência de diferenças pela discriminação na base da cor. Constatamos que os discursos que assumem desigualdades genéticas relacionam-se com atitudes radicalmente negativas em relação às reivindicações dos movimentos negros. Por outro lado pudemos observar também que os discursos que negam qualquer tipo de desigualdade mostram uma posição intermediária em relação as reivindicações dos movimentos

negros. Finalmente os discursos que reconhecem desigualdades entre os grupos raciais e recolocam estas desigualdades na discriminação construída historicamente a partir da escravidão, relacionam-se com atitudes claramente favoráveis aos direitos das minorias negras. Nossos estudos permitem também verificar que este último tipo de discurso é mais freqüentemente utilizado pelas pessoas que se identificam com organizações sociopolíticas como movimentos sociais, partidos políticos, etc.

**Palavras-chaves:** Discursos raciais, preconceito, ideologia, políticas afirmativas

**Trabalho:** Relações entre culpa e constrangimento coletivos e o preconceito contra povos indígenas

**Autor(es):** Ana Raquel Rosas Torres, Thalita Vargas Leite Martignoni, Ionara Vieira Moura Rabelo, Rômulo Campos Silva, Karlla de Fatima Camargo, Camila Menezes Gouveia Araujo, Jean Carla Pires Duarte, Gelcimary Menegatti, Lucas Emmanoel Cardoso de Oliveira

**Resumo:** Historiadores afirmam que antes da chegada dos europeus à América, havia aproximadamente 100 milhões de índios no continente. Só no território brasileiro, esse número chegava a aproximadamente 5 milhões de nativos. Atualmente no Brasil, vivem em aldeias cerca de 358 mil índios, distribuídos entre 225 povos, que perfazem cerca de 0,2% da população brasileira. Há ainda uma estimativa de que existem entre 100 e 190 mil índios vivendo fora das terras indígenas, inclusive em áreas urbanas, e mais ou menos 53 grupos ainda não contatados (isolados). Em Goiás, a população indígena alcança pouco mais de cinco mil indivíduos, divididos em seis grupos e 39 aldeias. O índio sofre um processo de exclusão social desde a colonização. No entanto, muito pouco tem sido feito para mudar a situação de miséria que eles enfrentam. Além da redução significativa da população indígena, eles vêm enfrentando problemas em relação à demarcação de terras e a diminuição de recursos naturais. Por outro lado, o povo brasileiro não se engaja efetivamente pela causa indígena. De fato, no nível das relações interpessoais, o que se apresenta é um quadro de quase completa invisibilidade do índio no imaginário social brasileiro. Essa invisibilidade se reflete também no mundo acadêmico, especificamente na psicologia social. Um levantamento realizado em fevereiro/2006 na base de dados de referências bibliográficas SCIELO (Scientific Electronic Library Online) mostrou que quando introduzimos a expressão "preconceito contra os índios" não encontramos nenhum trabalho associado, o mesmo aconteceu quando introduzimos "racismo contra os índios" e "discriminação contra os índios". Diante desse quadro, este trabalho tem como objetivo investigar o preconceito e discriminação sofridos pelos povos indígenas brasileiros e suas relações com os sentimentos de constrangimento e culpa coletivos. Apesar da existência das várias definições a maioria dos psicólogos sociais define o preconceito como uma atitude socialmente orientada contra um grupo ou contra um indivíduo por ser membro de determinado grupo social. Já a discriminação seria um comportamento negativo ou um conjunto de ações programadas contra um grupo, baseadas em julgamentos prévios sobre a natureza supostamente negativa dos membros desses grupos (Myers, 2000). Assim, preconceito e discriminação seriam dois fenômenos intimamente relacionados. No domínio dos estudos das relações interpessoais, muitos trabalhos têm sido realizados analisando as reações emocionais dos indivíduos quando se tornam conscientes que eles fizeram algo moralmente errado. Um importante ponto de partida para essas investigações foi a distinção feita por Lewis (1971) entre culpa e constrangimento. Para esse autor, essas duas reações envolvem afetos negativos, contudo o foco da experiência é diferente: Na culpa, a ênfase é no dano e suas conseqüências para o outro. Já no constrangimento, a ênfase é nas implicações do dano para o auto-conceito de quem o fez. Uma vez que as duas emoções são um tanto quanto aversivas, as pessoas seriam motivadas a

resolvê-las de alguma forma. A culpa, por focar na vítima do dano, levaria a alguma forma de reparação, como um pedido de desculpas. Por outro lado, o constrangimento, levaria a negação ou evitação da situação. Contudo, as emoções de culpa e constrangimento não estão restritas apenas ao nível individual. Elas também podem surgir como uma resposta aos danos cometidos por outras pessoas, especialmente se existe algum tipo de ligação psicológica com essas pessoas. Por exemplo, se elas pertencerem ao mesmo grupo. Por outro lado, as vítimas podem ser os membros de um grupo social e não apenas um indivíduo isolado. Resumindo, culpa e constrangimento podem ter um componente grupal. Essa discussão nos leva a formular a hipótese que o sentimento de culpa coletiva com relação à situação dos povos indígenas brasileiros se correlaciona negativamente com o preconceito. Contudo, essa relação não ocorre num vácuo social. Ela será influenciada pelo contato que indivíduos não-indígenas têm com indígenas. Objetivando investigar essas idéias, duas coletas de dados foram realizadas em duas cidades goianas: Aruanã (N = 85), onde existe um aldeamento urbano e os índios freqüentam as escolas públicas e Caturai (N = 100), onde não existe nenhum tipo de contato entre indígenas e não-indígenas. Todos os participantes eram estudantes não-indígenas do ensino médio, com idade média de 17,8 anos, que responderam ao instrumento individualmente em aplicação coletiva. Os resultados indicam que em Aruanã, a culpa coletiva realmente prediz o preconceito: quanto maior o sentimento que o participante se sente responsável, enquanto brasileiro, pela situação atual dos povos indígenas, menor é o preconceito com relação aos índios ( $R^2 = 0,109$ ,  $F(1,45) = 6,618$ ,  $p < 0,01$ ). Em Caturai, nem a culpa nem o constrangimento coletivos se relaciona com o preconceito. Aliás, ressalte-se que em Aruanã o nível do preconceito é significativamente mais elevado que em Caturai. Esses resultados são discutidos à luz das idéias de Allport (1954) sobre o contato intergrupal.

**Palavras-chaves:** índios,culpa,constrangimento,preconceito

**Trabalho:**IDENTIDADE SOCIAL, ATITUDES INTERGRUPAIS E ESTEREÓTIPOS EM CRIANÇAS DE DIFERENTES CONTEXTOS SOCIAIS

**Autor(es):** Dalila Xavier de França,Marcus Eugênio Oliveira Lima

**Resumo:** O tema da construção e gestão da identidade de grupos étnicos e raciais minoritários tem sido pauta de estudo nas teorias da identidade social. A identidade social é formada nas relações sociais dos indivíduos e está associada à pertença a categorias sociais ou grupos de pessoas. Ela surge nos processos de comparação social e reflete o status e o poder dos grupos na sociedade (Tajfel, 1978). Sendo assim, a identificação com um grupo social e o surgimento de práticas de mobilização em prol desse grupo depende do poder que o grupo possui nas arenas de contato intergrupal. Seguindo os pressupostos da Teoria da Identidade Social de Henri Tajfel, podemos pensar que em contextos nos quais o grupo de pertencimento se encontra empoderado em relação a outro é de se esperar uma identificação forte e positiva com esse grupo. Em contrapartida, nos contextos nos quais o endogrupo se encontra numa situação de sujeição social é de se esperar a formação de uma identidade negativa, com possível deserção social ou revisão das dimensões relevantes na comparação social. A identidade condiciona as atitudes do indivíduo para o próprio e para os outros grupos. Essas atitudes são expressas na disposição para interagir socialmente com pessoas dos diferentes grupos e; isto pode ser percebido através da análise da preferência ou preconceitos em relação à própria e às outras categorias raciais (Milner, 1983). Considerando a relevância do estudo da identidade nas relações entre grupos em diferentes contextos esta contribuição tem o objetivo de mostrar o percurso de estudos sobre a identidade racial de crianças que vivem em contexto urbano versus crianças que vivem em tribos indígenas e em quilombos, a partir de estudos realizados nos anos de 2001, 2003 e 2006 realizados em Sergipe. Foram realizados quatro estudos, três deles crianças brancas, negras e mulatas de 5 a 10 anos residentes na cidade de Aracaju, e o outro com crianças indígenas (tribo Xokó) e com crianças negras remanescentes de um Quilombo (comunidade de quilombolas do povoado Mocambo em Porto da Folha), de 6 a 13 anos idade, foram entrevistadas individualmente. Perguntava-se a elas sobre a auto-categorização racial (“qual desses parece com você”), a identidade racial (“você gosta de ser ‘x’” e “gostaria de ser diferente”). A amostra do primeiro foi de 238, no segundo 144, do terceiro 112 e do quarto 82 crianças. Utilizou

fotografias de crianças brancas, mulatas e negras como material estímulo. No quarto estudo acrescentou-se a fotografia de uma criança indígena. Os resultados nos dois primeiros estudos indicam uma reduzida auto-categorização racial, em termos de sua própria raça, por parte das crianças negras e das mulatas. Já dentre as crianças brancas este índice é alto nos três estudos. Com relação a identidade racial, verificamos que as crianças brancas se vêem mais positivamente e as mulatas e as negras mais negativamente (elas gostam menos de ser como são e gostariam mais de ser diferente), as crianças indígenas se definem como indígenas ou como negras e referem gostarem muito de serem assim. Entretanto, as quilombolas apesar de se definirem como negras, afirmam que não gostam de ser assim. No estudo três acrescentamos a questão se “caso quisesse parecer com outro grupo, qual seria”, verificamos que as crianças negras e mulatas mais do que as brancas gostariam de se parecer com outro grupo. Essas crianças gostariam de se parecer com o grupo dos brancos. Nos dois primeiros e no quarto estudos, analisamos as atitudes intergrupais através da preferência das crianças para os outros grupos, verificamos que a criança branca é preferida, seguida da mulata; enquanto a negra é preterida, seja para “ganhar um doce”, seja para “ser irmão adotivo”. No terceiro e quarto estudos, analisamos os estereótipos atribuídos aos grupos branco, mulato e negro. Verificamos que as crianças vêem o branco como mais bonito, rico, gostado pela professora, inteligente e feliz, o mulato e o negro foram vistos pelas crianças do terceiro estudo como os mais briguentos. Os resultados são interpretados e discutidos à luz dos pressupostos da teoria da identidade social e do racismo na infância.

**Palavras-chaves:** Contextos Sociais, identidade social, Relações Integrupais

**Trabalho:** Da diferença à indiferença: preconceito e racismo na representação social dos negros e índios no Brasil

**Autor(es):** Marcus Eugênio Oliveira Lima

**Resumo:** O que há de comum e o que há de contrastante nas expressões de racismo contra índios e negros no Brasil? Esta questão tem motivado um conjunto de estudos que temos desenvolvido desde 2001. Os pressupostos teóricos básicos nesses estudos decorrem das teorias sobre as novas formas de racismo, as quais, em linhas gerais afirmam que depois da década de 1960 as formas de expressão do preconceito e do racismo mudaram, perdendo seu aspecto mais aberto e beligerante e ganhando em sutileza e sofisticação. É neste cenário que surgem na psicologia social muitas teorias sobre as novas formas de racismo, a exemplo, da teoria do racismo moderno, do racismo aversivo, do racismo sutil, do racismo simbólico, dentre outras. Os traços distintivos dessas teorizações do racismo se referem, fundamentalmente, a dois aspectos: o grupo alvo de preconceito e o contexto das relações sociais onde e sobre o qual são formuladas. De tal sorte que, poucos pressupostos teóricos e empíricos de uma teoria são aplicáveis a outros contextos de relações racializadas. No racismo brasileiro contra os negros não faz muito sentido a idéia de diferenciação cultural, a qual é fundamental na teoria do racismo sutil contra imigrantes na Europa. Além disto, o grupo vítima de preconceito define formas específicas de manifestação do fenômeno. Na Europa, o preconceito contra os imigrantes se apresenta disfarçado e sutil; já o preconceito contra os ciganos é aberto ou flagrante. Foi neste sentido que, seguindo uma tradição da psicologia social que começa com Muzafer Sherif, introduzimos na análise do racismo as normas sociais. Cada contexto normativo produz percepções e relações sociais específicas, tornando-se importante investigar o que há de semelhante e o que há de próprio em cada tipo de manifestação de racismo. As normas têm sido analisadas nos nossos estudos mediante duas estratégias: a) considerando o lugar das relações racializadas, que traduz suas prescrições históricas, culturais e econômicas e b) considerando dois valores fundamentais nas relações racializadas: a igualdade e a meritocracia. Como as normas sociais refletem aquilo que socialmente é desejável, a sua aceitação será contingenciada pelo tipo de espaço social, público ou privado, onde ocorrem as relações intergrupais. Num primeiro conjunto de estudos analisamos aspectos de uma forma de racismo, denominado racismo diferencialista, que se caracteriza por vitimar aqueles que são percebidos como “diferentes”. Resultados de uma consistente tradição de pesquisa em psicologia social, iniciada por Rokeach (1968), demonstram que quanto maior a percepção de diferença maior o racismo. No entanto, conseguimos demonstrar, num estudo sobre racismo contra os negros em Portugal,

que quando a diferença em questão é fundamental na definição daquilo que é prototípico no grupo dominante, é a percepção de semelhança que produz racismo (Lima & Vala, 2002; Vala, Lopes, Lima & Brito, 2002). Noutros estudos, realizados sobre racismo contra os negros no Brasil, verificamos que o diferencialismo cultural e mesmo a percepção de ameaça da semelhança não têm impacto no racismo. Neste caso são o branqueamento e a classe social as variáveis fundamentais no entendimento desse racismo. Especificamente, quanto mais os negros economicamente bem sucedidos são branqueados e menos racismo contra eles. O contrário se passa para os negros que são percebidos como mais negros, os economicamente mal sucedidos (Lima & Vala, 2004, 2005). No nível das expressões privadas ou socialmente não controladas de racismo, observamos quando a igualdade é ativada mediante um procedimento de priming semântico, o preconceito contra os negros diminui no Brasil e em Portugal. No entanto, quando ativamos a norma da meritocracia e da competição o preconceito aumenta nesses dois contextos (Lima, 2003; Lima & Vala, 2006). A análise desses estudos permite perceber semelhanças e peculiaridades do racismo contra os negros. Mas, como se apresenta o racismo contra os índios? A partir de 2005 começamos a estudar esse fenômeno, os resultados encontrados têm demonstrado que, assim como nas expressões de racismo contra os negros, existe no caso dos índios uma forte normatividade do “politicamente correto”. No entanto, duas características marcam as representações dos índios: a distância e a invisibilidade. Os índios são percebidos como estando distantes, em lugares remotos das matas e levando uma vida silvícola ou ainda as pessoas demoram pensando sem saber o que dizer sobre eles, por pouco saberem ou por, como referem alguns entrevistados, acreditarem que eles não existem. Ou seja, se no caso dos negros o racismo parece ter a marca da diferença (percebida/construída), no caso do racismo contra os índios a marca é a da indiferença ou aniquilamento simbólico do grupo. Parece que no Brasil essas manifestações de racismo têm tido como consequência um pressuposto das representações sociais, o qual refere que uma vez construída uma representação, os indivíduos procurarão criar uma realidade que valide as previsões e explicações decorrentes dessa representação. A nossa colaboração nesta mesa procurará refletir sobre como des-familiarizar ou des-naturalizar essas representações.

**Palavras-chaves:** diferença, indiferença, representação social, índios

**Atividade: Direito à interdição ou interdição de direitos (Paineis)**

**Trabalho:** Direito à interdição ou interdição de direitos: uma reflexão sobre os casos de interdição de pessoas portadoras de transtornos mentais

**Autor(es):** Sandra Rodrigues Oliveira, Leila Tibiriçá de Carvalho

**Resumo:** A interdição judicial ainda é um assunto pouco debatido no Brasil. Segundo estudiosos da área do Direito, o tema é bastante controverso, principalmente entre os profissionais atuantes nas instituições judiciais, merecendo destaque duas correntes de pensamento: por um lado, há os defensores da concepção da interdição como garantia de direitos (tais como a permanência como dependente dos pais para fins de plano de saúde e previdenciários [pensão em caso de morte]; ter um curador para gestão de bens, etc.). Por outro lado, há aqueles que consideram a interdição judicial uma prática perigosa, já que em muitos casos é utilizada como instrumento opressor e de abuso de poder, retirando dos indivíduos sua responsabilidade, sua capacidade de responder por si e, conseqüentemente, sua cidadania. Historicamente, as petições de interdição judicial no Brasil relacionadas às questões patrimoniais e de segurança eram em maior número; sendo que a gestão dos bens familiares despontava como a razão mais comum destes processos. Sob este prisma, a interdição judicial estava ligada principalmente às classes mais abastadas. Porém, desde 1996, com advento da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e a instituição do BPC (Benefício de Prestação Continuada), os processos de interdição judicial começaram a sofrer importantes modificações - ao invés de disputas por heranças de família, são agora os mais pobres que buscam no Judiciário a interdição de seus familiares, e, dentre os interditos de hoje, destacam-se aproximadamente 30 mil brasileiros, portadores de transtorno mental (Silva, 2005). Estes homens e mulheres têm sido alvo dos acordos entre a Psiquiatria e

Justiça nos quais o juiz, não se considerando especialista na matéria, recorre aos peritos no assunto - os profissionais da Psiquiatria, sejam os da rede pública, de órgãos previdenciários ou da saúde - para que se produza um laudo, peça técnica que justifica e atesta a condição de incapacidade destas pessoas. E aqui nos deparamos com nosso primeiro questionamento: e o psicólogo jurídico? Qual é seu papel junto aos casos de interdição de pessoas portadoras de transtornos mentais? Segundo relato de profissionais do Direito, são as famílias e outros interessados que batem à porta do Judiciário na busca de solução para um problema social - garantir alguma renda através do BPC - além de atenuar o fardo do custo familiar da pessoa portadora de transtorno mental, sob a justificativa de ser este improdutivo. Porém, a interdição judicial exacerbada de pacientes psiquiátricos brasileiros está na contra-mão do movimento da Reforma Psiquiátrica, que busca a re-inserção do portador de sofrimento mental na sociedade. Esta triste estatística nos aponta que milhares de cidadãos hoje perdem seus direitos legais em troca de um salário mínimo por mês,. E aqui mais um questionamento importante: será que os pedidos de interdição estão relacionados à dificuldades financeiras, incapacidade laboral do portador de transtorno mental ou questões familiares que estão encobertos por este discurso humanista de direito à interdição? Afim de aprofundar esta discussão, tomou-se como base casos atendidos pelo Serviço Social de Fóruns da cidade do Rio de Janeiro, nos quais foi possível observar, através dos relatórios acessados, que a dinâmica familiar é bastante comprometida e a interdição judicial é utilizada como forma de exclusão dos interditados por parte de seus familiares. Nestes casos, o psicólogo jurídico não atuou, o que leva a mais um questionamento: quantos casos poderiam ser mediados antes do pedido de interdição chegar às mãos do juiz? Não seria possível trabalhar com estas famílias de forma que este recurso não fosse a solução da problemática familiar? Se o saber médico, com os laudos e avaliações, pode ajudar na decisão de incapacitar ou não um portador de sofrimento mental, por que não trabalhar em conjunto com a Psicologia?

**Palavras-chaves:** Interdição Judicial, Portadores de transtornos mentais, Psicologia Jurídica

**Atividade:** O sorriso do Édipo: Uma reflexão sobre a felicidade, a partir da obra “O Mal-Estar na Civilização”, de Sigmund Freud.  
(Paineis)

**Trabalho:** O sorriso do Édipo: Uma reflexão sobre a felicidade, a partir da obra “O Mal-Estar na Civilização”, de Sigmund Freud.

**Autor(es):** Ricardo Schers de Góes

**Resumo:** A hipótese central da obra “O Mal-Estar na Civilização”, de Freud, concentra-se no surgimento da civilização como função mediadora e restritiva sobre as forças instintivas da natureza humana. Diante destas forças, o ser humano se vê obrigado, como uma forma de defesa, a moderar as suas expectativas, domesticando o princípio do prazer, reduzindo-o a um mero princípio de realidade. Freud desmistifica o papel do progresso científico e tecnológico como um fator imediato na construção da felicidade humana e identifica que na civilização e na cultura, as regras e limitações que estas impõem aos homens provocam um impedimento à conquista da felicidade. Assim sendo, enquanto que a felicidade é impossível de ser alcançada, limitada pela própria constituição do ser humano, o sofrimento ataca o homem por três flancos: o primeiro, a partir do próprio corpo condenado a morte, o segundo através das forças destruidoras e poderosas do mundo externo e o terceiro, o sofrimento decorrente do relacionamento com outros seres humanos, sendo que este último é um dos aspectos que caracterizam a civilização, pois é aquele em que se deu o início da regulação dos relacionamentos sociais. Portanto, a civilização se impõe ao homem, projetando-o do estado de natureza para o estado de sociedade, à custa de restringir aquilo que é considerado o propósito da vida: a felicidade, conquistada através da tentativa de realização do princípio do prazer. As relações sociais são reguladas tendo como base à restrição as liberdades humanas individuais, as quais o indivíduo experimentara antes de viver em sociedade. Se, por um lado, essas restrições viabilizam a vida em sociedade, trazem, por outro, sérias implicações à organização psíquica do ser humano, pois embora reconhecendo as desvantagens da vida em estado de natureza, que a liberdade do indivíduo não é um resultado da civilização, mas, pelo contrário, a civilização está fundada exatamente na



capacidade de, com seus mecanismos reguladores, restringir essa liberdade. O homem se constitui como ser social se aprisionado a um dilema que parece insolúvel: enquanto que no estado de natureza tinha uma liberdade ilimitada, a qual, porém, tinha pouco valor, uma vez que estava à mercê de encontrar um mais forte à sua frente, no estado de sociedade, a entidade reguladora, a civilização, mantém uma certa ordem, embora ao elevado custo de restringir suas liberdades. E por conta dessa liberdade perdida, o ser humano estará permanentemente em conflito com a civilização, reconhecendo que cada revolução, cada impacto que a humanidade experimenta, é uma tentativa de externar (e superar) esse conflito, essa inquietação. Tendo identificado as origens do desenvolvimento do homem e de sua civilização nas restrições às liberdades individuais, e, principalmente, no cerceamento à realização dos seus desejos, a sexualidade passa a ter importância fundamental no pensamento social de Freud. Esta é definida por ele como o protótipo da felicidade, sendo a felicidade o propósito da vida, vai se encontrar acuada e restringida diante da civilização, sendo frustrada em suas ambições de cumprir o programa do princípio do prazer. Os mecanismos da natureza humana que movem e forjam o desenvolvimento da civilização, processo cujo motor principal se constitui de duas forças igualmente poderosas e antagônicas, cabe a cada indivíduo, em seu relacionamento com o mundo externo, na medida do possível, domesticá-las. Para isso o homem utiliza-se de um mecanismo extremamente eficiente e inusitado: a agressividade do sujeito é introjetada, dirigida para o próprio ego. Institui-se dentro do ego uma instância que Freud deu o nome de superego, o qual atua sob a forma de consciência, como um vigilante censor disposto a orientar a agressividade na forma de punição sobre o ego. Assim, estabelece-se entre estas duas instâncias uma tensão, que foi denominada de sentimento de culpa e que demanda para o indivíduo uma necessidade de punição. A humanidade foi constituindo um superego social, cada vez mais fortalecido por cada parcela de agressividade que era reprimida. Desta forma, ao longo da história, as várias gerações reproduzem essa agressividade contra o pai, sendo ela sempre acompanhada de um sentimento de culpa equivalente em intensidade à primeira. Considerando que a sociedade impõe cada vez mais uma drástica redução da satisfação individual, a felicidade humana é possível?

**Palavras-chaves:** Civilização, Felicidade, Sociedade

**Atividade: Linguagem, Cérebro e Organização Social: uma perspectiva evolucionista. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Linguagem, Cérebro e Organização Social: uma perspectiva evolucionista.

**Autor(es):** Mauro Dias Silva Júnior, Regina Célia Souza Brito

**Resumo:** O presente trabalho é o resultado de pesquisas bibliográficas sobre o comportamento lingüístico de símios e seres humanos dentro das áreas da Paleoantropologia, Paleoneurologia, Psicologia Evolucionista, Paleologia e Arqueologia. Apresenta em resumo alguns estudos dentro dessas áreas sobre a evolução da linguagem ou comportamento simbólico desses primatas. Teve como objetivo investigar se há relação entre a evolução de uma complexa organização social com o desenvolvimento da linguagem e o crescimento cerebral em hominídeos. A literatura utilizada abarcou os estudos referentes à evolução humana quanto: a descrição desta organização social nos grandes símios, em hominídeos extintos e seres humanos, além de estudos comparativos das caixas cranianas desses grupos. Ainda, suas relações com o possível desenvolvimento de uma capacidade lingüística apoiada numa configuração humanóide da estrutura anatomo-fisiológica do aparelho fonador e do desenvolvimento de áreas corticais relacionadas com a produção de linguagem em seres humanos. Muitas destas pesquisas vêm apoiando a hipótese de que uma organização cada vez mais complexa foi possibilitada pelo crescimento cerebral em hominídeos, e, nesse contexto foram selecionadas crianças que nasciam com cérebros prematuros, o que em última instância produziu uma longa dependência infantil. O encargo de um investimento maternal por um período tão prolongado, em comparação com os demais primatas, levou as fêmeas a se tornarem ainda mais seletivas na escolha de seus parceiros, elegendo aqueles que também pudessem investir no cuidado com a prole. Ao mesmo tempo, mudanças no modo de vida desses hominídeos levaram ao abandono de uma

dieta baseada exclusivamente em vegetais para uma dieta onívora, incluindo a carne. Esta dieta implica necessariamente na mudança das estratégias de obtenção de alimento, essas foram a rapinagem e a caça. Esse novo padrão comportamental exigia dos hominídeos uma maior coordenação social voltada para a obtenção de alimentos, ao mesmo tempo em que aumentavam os conhecimentos sobre o comportamento dos animais, da geografia do seu novo habitat, da distribuição das fontes de alimento e água, bem como dos lugares mais seguros contra os predadores. A variedade de novas situações aos quais os hominídeos foram expostos e essas novas estruturas corticais e anatômicas pôde, possivelmente, ter levado ao desenvolvimento de um tipo simples de linguagem, que de alguma forma favorecesse essa coordenação social tanto na caça quanto na coleta de alimentos e a subsequente divisão dos mesmos. Conclui-se que a partir do material analisado, são fortes as evidências que apontam para um surgimento antigo da linguagem na evolução humana.

**Palavras-chaves:** psicologia evolucionista, linguagem, organização social, cooperação

**Atividade: Tacando "Novas Cores" na Universidade (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Tacando "Novas Cores" na Universidade

**Autor(es):** Natália Freitas Dantas, Fabiana Pinto Almeida

**Resumo:** O Projeto Novas Cores está ligado ao Núcleo Cearense de Estudo e Pesquisa sobre a Criança (NUCEPEC), pertencente à Universidade Federal do Ceará. Fundamenta-se como uma forma de educação diferenciada, que utiliza a arte como instrumento para a construção da cidadania das crianças e dos adolescentes, a fim de que estes possam perceber-se como sujeitos de direitos e deveres, ativos no processo de construção de suas histórias e da história. Em 2006.1, iniciamos um processo de visitas a outros projetos de Fortaleza que desenvolvessem trabalhos com arte-educação junto a crianças e adolescentes a fim de trocar experiências. Dessa forma, conhecemos o Projeto Crescer com Arte (sede Centro) da Fundação da Criança e da Família Cidadã (FUNCI). Este trabalha com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, encaminhados pelo Juizado da Infância e da Adolescência, Conselhos Tutelares, Promotoria e Procuradoria públicas, além de outros projetos da FUNCI. Este se propõe a capacitar e inserir esses jovens nas mais diversas linguagens artísticas, utilizando a Arte-Educação como estratégia de desenvolvimento humano a partir do potencial artístico e cultural. Dentre os trabalhos desenvolvidos no Crescer com Arte, chamou-nos a atenção o Projeto "Tacando nossa Marca", que consiste em desenvolver um trabalho de pesquisa, interação e socialização feita pelos adolescentes em suas comunidades. Após a escolha de um local sobre o qual debatem questões relevantes, as atividades terminam com a construção de painéis grafitados que representem o que foi discutido. Após conhecer a proposta do "Tacando nossa Marca", percebemos a semelhança entre sua atuação e a do Projeto Novas Cores. Assim, vislumbramos a possibilidade de uma parceria entre ambos. Em reunião com a equipe de profissionais do Crescer com Arte, pensamos em trabalhar com o tema "Universidade", pois seria uma oportunidade de aproximar concretamente os jovens e o espaço universitário, realizando-se o Tacando "Novas Cores" na Universidade. Esta parceria foi pensada como uma forma de problematizar a relevância e os significados da Universidade e do seu compromisso social, considerando o contexto maior da Educação e da Arte. As atividades da parceria iniciaram-se no dia 16 de outubro, na sede do Crescer com arte, com a apresentação de ambos os projetos, numa perspectiva de troca de idéias e experiências, seguida de um debate sobre o tema "Universidade". No dia 17/10, adolescentes do Crescer com Arte realizaram uma visita ao Campus Benfica da Universidade Federal do Ceará, contando com a colaboração de dois estudantes desta Universidade que desempenharam o papel de guias, incluindo no roteiro aspectos da história da universidade e das ações oferecidas ao público em geral. No dia 19/10, foi realizada uma roda de conversa atrelada à disciplina Psicologia e Arte do curso de Psicologia, com o objetivo de possibilitar a troca de experiências e reflexões entre os adolescentes e os estudantes universitários. Dos dias 23/10 a 26/10 os adolescentes começaram a construção de dois painéis, resultado dos encontros, das percepções e impressões construídas nestes

momentos. No dia 27/10, o painel foi finalizado, com apresentações de música, dança, realizadas pelos adolescentes do Crescer com Arte e apresentações artísticas de acadêmicos da Universidade. Como resultado desta parceria, pudemos vislumbrar além das trocas de experiências entre nós, participantes do projeto novas cores junto à comunidade universitária e aos adolescentes do Crescer com Arte, um impacto positivo dessa iniciativa nos meios de comunicação que se interessaram pela proposta e divulgaram a parceria e as atividades realizadas. Enquanto Novas Cores, esta parceria nos foi relevante pelo enriquecimento do projeto e fortalecimento da atividade de extensão. Além disso, permitiu e estimulou a efetivação de projetos que confirmam a responsabilidade social da Universidade pública, abrindo espaços como estes que ultrapassam os muros da academia. Um aspecto importante a ser mencionado é o valor criativo da produção dos painéis. Exemplos dessa produção é a pintura de Paulo Freire e de uma luz brilhante no fim do túnel, que aqui, representa, segundo os adolescentes, a importância da educação e de como ela se apresenta para a realidade na qual eles estão inseridos. No momento final foi realizada a inauguração dos painéis. O projeto Crescer com Arte trouxe todos seus participantes, bem como as atividades realizadas por estes a fim de que houvesse uma maior interação e colaboração entre todos. Contamos também com a participação de alunos e servidores da Universidade que emprestaram voz e violão ao momento. Cientes do nosso papel de aprendizes, cidadãos e transformadores da realidade, acreditamos efetivar, a partir do que nos é possível como estudantes, o fluxo do conhecimento entre as diferentes realidades e, assim, contribuir de forma significativa na construção de um mundo melhor.

**Palavras-chaves:** Arte-Educação, Cidadania, Universidade

**Atividade: Convergência e Divergência de Crenças e Valores entre mães pertencentes a dois contextos ecológicos diferentes: Dados preliminares (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Dados do Trabalho Convergência e Divergência de Crenças e Valores entre mães pertencentes a dois contextos ecológicos diferentes: Dados preliminares

**Autor(es):** Regina Célia Souza Brito, Manuela Beltrão Oliveira e Silva, Alda Henriques

**Resumo:** A continuidade entre ambiente e aspectos biológicos determina, desde sempre, as estratégias de sobrevivência, inclusive as reprodutivas. Assim, o estudo de variáveis culturais, como crenças e práticas utilizadas na educação dos filhos, evidenciam o resultado dinâmico dessa combinação. No intuito de compreender como essas práticas podem variar ou se assemelhar, estamos comparando depoimentos de mães e avós (ainda não coletados) em dois contextos ecológicos diferentes — em uma cidade interiorana (Santa Bárbara – STB, 30 mães) e na capital do Pará (Belém – Bel, 25 mães) — através de questionários validados. Resultados parciais indicam que, em sua maioria, as famílias são Nucleares ou Nucleares Estendidas. Houve diferença relevante em relação ao trabalho externo: na capital (contexto urbano), 72% das mães trabalham fora. Destas, 61% trabalham meio período e 38% em tempo integral. Em S. Bárbara (contexto não urbano) 23,3% das mães trabalham fora, sendo que 71% trabalham meio período e 28,6% em tempo integral. Quanto aos gastos com a criança, em Belém 68% das mães, 56% dos pais e 20% de avós são os responsáveis. No contexto não urbano, o pai aparece como provedor principal (76,7%) seguido de 40% das mães. As crianças em idade escolar são levadas à escola prioritariamente pelas mães (Bel 61% e STB 45,4%), cabendo aos pais uma pequena porcentagem (Bel 11% e STB 9%). O cuidado com a Alimentação é realizado pela mãe (100% Bel e 96,7% STB) que conta com a ajuda da avó (36% Bel e 16,7% STB), da empregada (28% Bel) e do pai (20% Bel e 6,7% STB). No cuidado com a higiene da criança, além da mãe (100% em Bel e STB), o pai, a avó e a empregada (no caso de Bel) se destacam. Em uma escala de frequência de emissão de comportamentos, as mães de ambos os contextos (> 63%) declararam que Brincar, Levar ao médico, Alimentar, Conversar, Cuidar da higiene e Corrigir atitudes inadequadas dos filhos são atividades realizadas “Muitas Vezes” por elas. Instadas a julgar o grau de gravidade de atitudes inadequadas, 40% das mães (Bel e STB) distribuíram entre Grave, Muito Grave e Extremamente Grave os

comportamentos de Gritar e Fazer Birras. Porém, as mães de Belém parecem se incomodar com mais atitudes inadequadas do que as mães do interior, pois, além das citadas, consideraram Teimosia (40%), Gritar (40%), Brincadeiras perigosas (44%), Desobediência (44%) e Falta de educação (48%) também variando de Grave a Extremamente Grave. Já em STB, além das citadas, apenas Falta de respeito foi acrescentada. Das mães que possuem filhos freqüentando a escola, 44% de Bel e 29% de STB, julgam Irresponsabilidade nos estudos e Reclamação na Escola como atitudes Muito Graves. Acerca das formas de correção de atitudes inadequadas 48% das mães belenenses e 40% das mães de STB usam a Conversa para corrigir Teimosia, Falta de Respeito, Desobediência, Falta de Educação, Mentira e Falta de higiene. Para o comportamento de Gritar, a forma mais utilizada em Belém foi Chamar a atenção. Em STB a Conversa, também é utilizada para corrigir Gritar, Brincadeiras Perigosas e Birras. Em ambos os contextos são as mães que mais corrigem as atitudes inadequadas (mais de 70%), sendo que outros membros da família se ocupam, também, da correção. Até aqui, então, emerge a confirmação da existência de algumas diferenças nas práticas de criação de filhos em decorrência do contexto nos quais as mães se inserem. Em ambos os contextos são as mães que tomam conta dos filhos, a maior parte do tempo, caracterizando a família ocidental nuclear. No contexto não urbano, o pai é o provedor principal. No urbano, apesar das mães aparecerem mais vezes como provedora, em alguns casos elas dividem com o pai esta responsabilidade. Por não trabalharem fora as mães de STB se ocupam mais da criança do que as de Bel. Por isso, estas últimas possuem mais alomães, ou seja, ficam diferencialmente expostas às crenças e valores oriundos dos pais e alomães. Teoricamente, infere-se que tal condição pode repercutir na vida futura da criança. Isto é, o desenvolvimento humano ocorre de tal maneira que as interações sociais e afetivas podem deixar marcas nos mais diversos aspectos psicológicos do indivíduo. Quanto aos sistemas propostos por Keller, nossos dados preliminares estão demonstrando que as mães de ambos os contextos são contingentes, naquilo que diz respeito ao cuidado primário. As mães do contexto não urbano e urbano utilizam a conversa ou chamar atenção para corrigir atitudes inadequadas dos filhos evitando conflitos. Corrigindo atitudes desta forma, estariam fazendo uso da calorosidade e da linguagem, que aumentaria o contato face a face e, fariam sê-las, positivamente, atendidas por seus filhos. Percebe-se que as mães atendem as necessidades das crianças sempre que possível em ambos os contextos.

**Palavras-chaves:** psicologia evolucionista, investimento parental, crenças e valores maternos

**Atividade: ESTUDANDO A HOMOFOBIA COM A UTILIZAÇÃO DE UMA ESCALA DE PRECONCEITO CONTRA HOMOSSEXUAIS (Paineis)**

**Trabalho: ESTUDANDO A HOMOFOBIA COM A UTILIZAÇÃO DE UMA ESCALA DE PRECONCEITO CONTRA HOMOSSEXUAIS**

**Autor(es):** Tâmara Ferreira Almeida, Sheyla Christine Santos Fernandes

**Resumo:** Entende-se o preconceito como uma antipatia baseada em uma generalização errônea e inflexível, sentida ou expressa, e dirigida a um grupo como um todo ou a um indivíduo por ser membro deste grupo (Allport, 1954). A discriminação, por seu turno, refere-se ao comportamento hostil dirigido aos alvos de preconceito. Um dos grupos sociais que vem sofrendo forte rejeição por parte dos grupos dominantes é o grupo de homossexuais. O indivíduo em processo de formação afetivo-cognitiva é constituído por um conjunto de avaliações afetivas, morais e instrumentais elaboradas a partir das suas relações com o meio social. Esse processo caracteriza uma estereotipagem, representada por generalizações a respeito dos indivíduos em função destes pertencerem a algum grupo ou alguma categoria social, não levando em conta suas características individuais (CAMINO, 1996). Assim, a depender do grupo de pertença tanto do emissor quanto do alvo da categorização, os julgamentos sociais são elaborados. Neste sentido, analisar as visões sociais de estudantes universitários acerca de um grupo socialmente marginalizado se faz bastante pertinente, haja vista este grupo ser constituído essencialmente por pessoas jovens e instruídas. Tanto a juventude quanto o alto grau de instrução tem relevante poder minimizador dos níveis de preconceito (Fernandes & Almeida, 2006). Algumas pesquisas

amplamente divulgadas afirmam que o preconceito e a discriminação são fenômenos em declínio na atualidade, contudo, pesquisas mais acuradas defendem a existência, nos dias de hoje, de novas formas de expressão destes fenômenos, tendo em vista a bandeira social igualitária levantada pelos sujeitos sociais (Fernandes, 2004; Fernandes, Da Costa, Camino & Mendoza, 2006). Desta forma, faz-se necessário elaborar, de forma engenhosa, instrumentos que possam capturar os níveis de preconceito ainda existentes camuflados nos indivíduos, assim como averiguar que variáveis de ordem social estão relacionadas ao referido fenômeno. Este trabalho consistiu em analisar as relações entre o preconceito contra homossexuais e as variáveis sócio-demográficas (idade, sexo e curso acadêmico), bem como validar a escala de representações acerca da homossexualidade, desenvolvida a partir deste estudo. Participaram deste estudo 195 estudantes de uma universidade da cidade de Aracaju, Sergipe, sendo a maioria do sexo masculino (51,8%), com média de idade de 21,68 anos (DP=3,30). Os estudantes responderam a uma escala tipo likert composta por 60 itens referentes às emoções e representações experimentadas em relação aos homossexuais e a um conjunto de perguntas sócio-demográficas. Os questionários foram aplicados em salas de aula previamente selecionadas por amostragem intencional. Era solicitada a devida autorização aos professores presentes no momento da coleta de dados e a participação era voluntária. Instruções padronizadas eram passadas aos estudantes e os questionários foram respondidos individualmente. Cerca de 20 minutos eram necessários para o total preenchimento do questionário. Os resultados indicam ser a escala de representações acerca da homossexualidade apta a medir o proposto pelos objetivos deste estudo, atingindo indicadores estatísticos satisfatórios. Foi encontrado que os estudantes universitários sergipanos utilizados como amostra deste estudo possuem em suas visões de mundo uma maneira negativa de perceber e representar a homossexualidade, sendo esta constatação permitida através da análise dos indicadores da escala utilizada. O preconceito contra homossexuais foi associado parcialmente às variáveis sócio-demográficas. Os resultados são discutidos a partir das associações encontradas levando-se em conta os indicadores estatísticos e as teorias das novas formas de expressão do preconceito.

**Palavras-chaves:** PRECONCEITO,HOMOSSEXUAIS,ESCALA,REPRESENTAÇÕES

**Atividade: Os diferentes contornos da exclusão social (Mesas Redondas)**

**Trabalho:**“A qualidade de ensino na rede publica como uma proposta de Inclusão Social”

**Autor(es):** João Clemente de Souza Neto,Cleomar Azevedo,Dulce Baptista

**Resumo:** É condição fundamental em nossa sociedade, um cidadão conhecer a escrita e a leitura, pois através desta,este cidadão poderá ser atuante, crítico e participar de todas as grandes decisões de seu contexto social.Uma das questões primordiais hoje em nossa sociedade, é, como desenvolver o processo de aprendizagem da leitura e da escrita, fazendo com que as pessoas envolvidas neste processo tenham condições de compreender o seu significado e saibam utilizá-la corretamente.Este processo possui ênfase maior, no início da escolarização formal do ensino fundamental.Este trabalho enfoca o processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita como uma proposta em busca da igualdade social.Os problemas educacionais, manifestos sobretudo pelos altos índices de evasão e repetência escolar, revelam-se fenômenos extremamente complexos que ultrapassam os limites pedagógicos ou didáticos, abrangendo a esfera psicológica,social, econômica, cultural e política.As conseqüências se fazem sentir não apenas nos índices de evasão e repetência (particularmente alarmantes nas séries elementares do ensino fundamental), como também entre aqueles que, mesmo oficialmente alfabetizados, são incapazes de apresentar uma aprendizagem significativa, isto é, de utilizar a leitura e a escrita como meio de apreensão do objeto, de compreensão do mundo que focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade.Investigar também as conseqüências da ausência da escrita a nível individual,a necessidade de se conhecer e respeitar melhor a realidade bio-psico-social do sujeito

nesta fase de aprendizagem, procurando ver quais as características da estrutura social e suas relações com os fatos colocados. Os estudiosos do processo de aprendizagem da leitura e da escrita procuram investigar questões que possam contribuir na melhoria deste processo, já várias implicações se fazem presentes, em especial a questão emocional que envolve a auto-estima do sujeito. Mesmo considerando este processo de aprendizagem complexo resultante de inúmeros fatores, far-se-á abordagem parcial, devido à preocupação de se estar voltado para a análise das produções e das falas dos sujeitos que são considerados como possuidores de problemas de aprendizagem, pois não aprendem a ler e escrever. Refletir acerca da população que chega à escola apresentando desvantagens por estarem em etapas menos avançadas na construção psicogenética da linguagem escrita, e que já são vítimas da discriminação social e discriminação escolar, é fundamental para que as experiências e os contatos com a linguagem escrita, respeitando o seu ritmo de desenvolvimento, despertando sua curiosidade, oferecendo desafios e provocando conflitos cognitivos, possam motivá-los para possibilitar maiores descobertas, através de atividades prazerosas, podendo transformar-se em um processo de aprendizagem significativa, para que haja possibilidade de transformação neste processo que instrumenta o sujeito em busca da igualdade social.

**Palavras-chaves:** aprendizagem, escola pública, qualidade, leitura, escrita

**Trabalho:** A realidade da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade é uma história de exclusão na sociedade brasileira

**Autor(es):** João Clemente de Souza Neto, Cleomar Azevedo, Dulce Baptista

**Resumo:** Este trabalho reflete as marcas da cultura opressora e autoritária na história brasileira e suas conseqüências para a população infanto-juvenil. A negação ou a violação dos direitos sociais e econômicos tem ferido a dignidade de crianças e adolescentes tratados pelo viés de uma cidadania de segunda classe. A implantação do bem-estar social delineado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) tem por finalidade reverter o processo de maus-tratos, brutalidade, fome, abuso sexual, exploração no trabalho, privação do brincar, perambulação, extermínio, mortalidade precoce e negligência nos casos de deficiência. Nessa realidade, algumas perguntas são inevitáveis: Desenvolvimento para quem? Qual o papel das políticas sociais neste processo, qual é o papel da municipalização das políticas sociais? Contribuirão para a melhoria da qualidade de vida da população excluída ou serão mais um mecanismo de exploração em benefício de políticos e empresários? Diante desse quadro, faz-se necessário analisar os programas sociais, ao longo da história brasileira. Nesse contexto, queremos averiguar a forma pela qual as entidades assistenciais não-governamentais podem proporcionar à criança e ao adolescente em situação de vulnerabilidade a garantia de proteção. Acreditamos que as entidades assistenciais só podem ser compreendidas na história pela perspectiva da dubiedade. Numa investigação mais ampliada das políticas sociais das quais as entidades assistenciais são executoras, pode-se detectar o germe do bem e do mal-estar social. Buscamos traçar a trajetória do ser pobre até a conquista da cidadania, percorrer a caminhada da filantropia até a concepção de política social. A cultura de direito implantada no Brasil após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) contribuiu significativamente para a melhoria da qualidade de vida desta população. Entretanto, permanece ainda uma história de privação e de maus-tratos e negligência, e o Estado não conseguiu estabelecer com eficácia e eficiência uma rede de proteção. Os índices de desenvolvimento infantil trazem, ainda, como desafio a universalização dos direitos ao registro de nascimento, à creche, à erradicação da mortalidade, à convivência familiar. No que se refere aos adolescentes, os desafios são a criação de mecanismos para proteção integral e de propostas pedagógicas para aqueles que estão em conflito com a lei. Um olhar mais apurado da situação da criança e do adolescente no Brasil permite afirmar que a rede de proteção ainda é frágil e inoperante. A realidade de mal-estar em que vive a população infanto-juvenil é a expressão perversa da desigualdade social e da ineficácia das políticas sociais

**Palavras-chaves:** criança, desigualdade, jovens, políticas públicas

**Trabalho:**O migrante e a exclusão social

**Autor(es):** Dulce Baptista

**Resumo:** O migrante e a exclusão social: o conteúdo dessa comunicação diz respeito à problemática migratória no início desse novo milênio. Esse é um movimento crescente em todo mundo. Com o desenvolvimento do capitalismo e da globalização, que padroniza comportamentos e desejos, além de buscar incluir toda a sociedade no seu modo de vida, veiculando via indústria cultural e meios de comunicação toda uma proposta de ideologia de consumo. No entanto, o mesmo contexto que inclui a todos no desejo do consumo, os inclui de um modo perverso, devido à impossibilidade de fornecer os meios adequados e necessários que possibilitem às pessoas a se inserirem produtivamente na sociedade e terem os meios mínimos necessários para viverem com as suas necessidades sociais atendidas, buscando um espaço aonde se sintam felizes, ainda mais em uma sociedade movida pelo consumo, onde as necessidades criadas não são só as de uso, na concepção marxiana, mas as de troca voltadas para a acumulação, mola motriz do capitalismo. Em busca da concretização desse projeto de inserção social nessa sociedade movida pelo consumo, visto e manipulado como se fosse também uma luta pela cidadania, as pessoas vão em busca da concretização dessa vida melhor, migrando, sonhando a sua inclusão em outras localidades que não as da sua cidade de origem. O local de destino, na maioria das vezes, não corresponde ao almejado, ao sonho feliz de cidade que o migrante busca encontrar e ele então, re-vivencia todo processo de exclusão da origem, na localidade de destino, tornando-se um sujeito infeliz e possivelmente desajustado. Esse movimento de população, em busca de uma vida melhor, emerge na contemporaneidade com grande intensidade, em todo o mundo, pois com a globalização as distâncias encurtam-se. As novas relações de produção e de trabalho, no capitalismo atual, também interferem nessa dinâmica, haja vista a precarização do trabalho e o agravamento da questão social. O processo migratório passa por um momento de grande aceleração, tanto de migrantes dentro do seu próprio país, como para outros países, principalmente para as grandes metrópoles e países do hemisfério norte, considerados como os países do primeiro mundo onde as condições de vida e de trabalho são mais favoráveis, atraindo populações em busca do usufruto dos benefícios do mundo globalizado. Nesse contexto está o eixo dessa reflexão. Busca-se debater que possibilidades se apresentam para o migrante poder superar esse impasse, viabilizando novos modos de vida que o levem à construção de uma nova cidadania.

**Palavras-chaves:** migração, globalização, comportamentos

**Atividade: UM ESTUDO SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS ACERCA DA HOMOSSEXUALIDADE (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: UM ESTUDO SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS ACERCA DA HOMOSSEXUALIDADE**

**Autor(es):** Tâmara Ferreira Almeida, Sheyla Christine Santos Fernandes

**Resumo:** O presente estudo surge da clara noção de que o preconceito é um fenômeno negativo de grande poder de intervenção na vida das pessoas e dos grupos sociais. Embora se defenda que sua expressão anda em declínio na atualidade, diversos estudos apontam que, em lugar de uma possível diminuição, surgem novas e dissimuladas formas de expressão do referido fenômeno (Fernandes, 2004; Fernandes, Da Costa, Camino & Mendoza, 2006; Fernandes & Almeida, 2006). Neste sentido, esta investigação busca dar sua modesta contribuição no que concerne ao preconceito dirigido aos homossexuais, que em face de duras lutas pela igualdade social ainda se encontram vitimados pela terrível marca da discriminação social. Entende-se o preconceito como uma antipatia baseada numa generalização errônea e inflexível sentida ou expressa, dirigida a um grupo como um todo ou para um indivíduo por ser membro deste grupo (Allport, 1954). Neste sentido o preconceito é uma atitude e, as atitudes e crenças, sejam elas

implícitas ou explícitas são construídas socialmente pelas normas culturais (Lima & Vala, 2004). As representações sociais, por sua vez, são estratégias desenvolvidas por cada sujeito para enfrentar a diversidade e a mobilidade de um mundo que, embora pertença a todos, transcende a cada um individualmente (Moscovici, 1984). A idéia de cada indivíduo é diferenciada de acordo com sua realidade social, há por isso uma grande necessidade de se conhecer quais os fatores que contribuem para as causalidades de determinadas ações sociais (Weber, 1985). Entre as possíveis manifestações do preconceito, tem-se a homofobia, ou seja, o preconceito contra os homossexuais. Foi introduzido neste estudo uma análise das explicações sobre a homossexualidade na visão dos estudantes universitários através de possíveis modelos explicativos do respectivo fenômeno. As variáveis que tentam explicar a homossexualidade são muitas, indo desde um entendimento de que não se trata de uma patologia, mas de um legítimo direito de orientação sexual, até ao extremo oposto no qual é preconizada como uma doença grave, de perversão, que acarreta profundas marcas no cotidiano do sujeito (Zimmerman, 1999). Compreendendo a percepção dos sujeitos sociais acerca das causas da homossexualidade, pode-se encontrar o preconceito implícito inerente às explicações e suas ancoragens. Diante deste debate, preconizou-se como objetivos específicos do presente estudo: (1) Analisar o preconceito contra homossexuais em uma amostra de universitários sergipanos; (2) Investigar as causas atribuídas à homossexualidade pelos universitários sergipanos; (3) Analisar as relações entre nível de preconceito contra homossexuais. Participaram deste estudo 186 estudantes universitários de cursos variados de duas universidades de Aracaju, Sergipe, sendo a maioria do sexo masculino (57%), com média de idade de 23 anos. O instrumento utilizado consistiu em um questionário que além dos dados sócio-demográfico (sexo, idade, período acadêmico e universidade) continham 11 (onze) questões subjetivas referentes às emoções e representações dirigidos aos homossexuais e suas explicações. Foi constatado a partir da categorização e análise das respostas obtidas que o preconceito contra homossexuais não é um fenômeno ausente nos estudantes universitários, sendo esta constatação possível a partir da maior frequência de emoções negativas dirigidas aos homossexuais, assim como a negação de qualquer emoção ou de emoções positivas. As causas atribuídas à homossexualidade giraram em torno de seis pontos: opção sexual (não há nenhuma causa) falta de educação familiar, falta de caráter, problemas genéticos, traumas infantis e falta de religiosidade. Foi verificado que a maior parte das emoções dirigidas aos homossexuais é negativa e que grande parte da amostra indica que a homossexualidade é uma opção sexual, não sendo, portanto, causada por nenhum fator; por outro lado, a amplitude de respostas somadas que consideram a homossexualidade como problema causado por questões de ordem familiar, educacional, distúrbios psicológicos ou genéticos é assustadoramente grande. Pode-se contemplar uma singela averiguação: designar a homossexualidade como problema seja de qual ordem for, está vinculado a altos índices de preconceito. Portanto, conclui-se que o tema preconceito aparece como uma problemática social de alto poder negativo de intervenção na vida das pessoas; considerado tão antigo quanto à humanidade mostra em suas formas modernas e contemporâneas o quanto se faz urgente e atual. Percebe-se através dos estudos que este fenômeno tem base na história e cultura, sendo permanentemente modificado em função das mudanças sociais. O preconceito está diminuindo? Definitivamente não, vem assumindo novos contornos. As discussões destes resultados foram levantadas em função das teorias das novas formas de expressão do preconceito.

**Palavras-chaves:** preconceito, homofobia, expressão do preconceito, mudanças sociais

**Atividade:** Rir de Si  
(Paineis)

**Trabalho:** Rir de Si

**Autor(es):** Sarah Silva Lopes

**Resumo:** A presente pesquisa procurou verificar como as formas comunicáveis do cômico interagem com a sociedade e como o indivíduo motiva-se a rir, quando devesse chorar. O objetivo desta é analisar a representação do humor como destino da libido através dos mecanismos de busca do prazer, assim como, a influência desses fenômenos nos modos de funcionamento nas relações do indivíduo e sua representação no âmbito inconsciente. Esse



recurso está presente de alguma formação disponível na linguagem, da comunicabilidade onde tornamos capazes de nos servir delas para enfrentar o sofrimento psíquico. Entre elas destacaria o humor e a linguagem poética. A idéia de saúde mental refere-se basicamente à capacidade de transformar o sofrimento psíquico em realidade. Como o sujeito poderia não se angustiar diante da possibilidade de castração? Isso se deve ao fato de o indivíduo poder tornar o seu sofrimento prazeroso sem a perversidade que lhe é peculiar, como se a perversão desse modo fosse canalizada de uma forma sutil, não apresentando em seu discurso meios que causem ojeriza a quem o ouve, mesmo que o sujeito esteja barrado em seu poder de lei, ainda assim possa questionar e transformar alguns aspectos da realidade em atendimento ao princípio do prazer. Podemos ser enganados caso consideremos o humor/chiste como a fruição de um conteúdo intelectual, pois, os estes firmarão o prazer que precede tais conteúdos. A remoção de um obstáculo interno que possa fazer contribuição incomparavelmente mais alta ao prazer, isto se deve ao fato de o humor/chiste ser capaz de burlar as normas regidas pelo superego. “Aquele falta de clareza, que fomos até aqui capazes de vencer em nosso exame do mecanismo do prazer, pode ser tomado como apropriada punição por tentarmos desvendar o problema mais complexo antes do mais simples” (FREUD, 1925 p.116). O riso, o prazer, é a própria vida, e os lucros, só servem para aumentar as chances de prazer que alguém poderá obter. Em que consiste a atitude humorística que nos permite rechaçar o sofrimento, afirmar a invencibilidade do indivíduo pelo mundo real, sustentar e produzir o prazer. E tudo isso sem abandonar, como seria de praxe em outros processos, o campo da saúde psíquica. O olhar bem humorado é, ao mesmo tempo, o olhar livre da inveja, livre da depressão cotidiana, é o olhar capaz de encontrar motivos de satisfação mesmo nas bobagens do dia-a-dia e assim diluir o sofrimento causado pela pressão da rotina, das exigências do trabalho. O humor se comporta em determinadas situações como uma arma de autodefesa, de resistência contra a onipotência fantástica atribuída ao poderoso. Assim sendo, o humor relaciona-se com a invulnerabilidade do ego e Bogomoletz (1995) afirma que isto faz com que o humor torne-se um escudo contra o sofrimento e um ótimo anfitrião para o princípio do prazer. Foi feita uma pesquisa de campo qualitativa, onde foi usado o método de pesquisa visual, possibilitando o desenvolvimento de um nível de análise e que se permite identificar as diferentes formas dos fenômenos, sua ordenação e classificação. A presente pesquisa averiguou as formas comunicáveis do cômico. As charges, gravuras vinculadas na Internet, propagandas publicitárias mais modernas que, retratem o que se passa na atualidade do mundo civilizado e principalmente, no Brasil, e de que forma a população assiste a esses programas e fazem dele motivos ou referenciais para aliviar o sofrimento diante da situação atual. A análise de conteúdo possibilitou uma compreensão do discurso e do impacto na sociedade da comicidade produzida pela mídia. Os destinos da libido, e outros mecanismos de busca do prazer vão significar muito da subjetivação do indivíduo, ora como uma conquista, ora como uma aquisição do conhecimento e sem causar quaisquer danos psicológicos. Porque nem no humor, nem nos chistes há a intenção de ofender diretamente, isto se deve ao fato de que estes processos são capazes de burlar o ego e o superego, mas há sim, a intenção transmitir o que se tem desejo no momento.

**Palavras-chaves:** Pulsão, Princípio do Prazer, Humor, Chiste

**Atividade:** A INFLUÊNCIA DO AVANÇO CIENTÍFICO NO MODO DE COMO A MORTE É VISTA NO MOMENTO CONTEMPORÂNEO (Paineis)

**Trabalho:** A INFLUÊNCIA DO AVANÇO CIENTÍFICO NO MODO DE COMO A MORTE É VISTA NO MOMENTO CONTEMPORÂNEO

**Autor(es):** Rui de Moraes Júnior, Eduarla Resende Videira, Hugo Cezar Palhares Ferreira, Leonardo Machado do Nascimento, Mário José Bertini, Tiago Siqueira Fernandes

**Resumo:** Morte, é sobre este assunto, muitas vezes incômodo, que as linhas da pesquisa versam, e aqui ela é retratada em sua relação estabelecida com a ciência no momento contemporâneo. Para isso, foi utilizado um arcabouço teórico das ciências sociais e da história para respondermos as questões que deram origem a esta pesquisa: será que o instinto de sobrevivência faz com que busquemos meios para prolongar a vida? Será o medo de morrer um propulsor da ciência moderna? E mais, será que os progressos tecnológicos aumentam nosso medo em relação à morte, visto que esta não consegue ser vencida? A resposta que comumente vem à mente é “sim”. Foi com o objetivo de testar esta hipótese correlacional e abranger esta faceta que a morte apresenta, sua significação e seus efeitos, que incidem sobre o homem ocidental contemporâneo, que este trabalho foi realizado. Porém, antes de esmiuçar a relação “progresso científico vs morte”, fez-se necessário estudarmos o homem que está imerso nesta situação e como ele se formou. Para isso a modernidade e a contemporaneidade foram contrapostas, com especial atenção sobre a noção de indivíduo e tempo. Além disso, foi feita uma digressão histórica da representação social da morte, desde a Idade Média até os dias atuais, nos quais a morte ganhou um caráter aterrorizante. Nesse contexto, apresentaremos o empenho científico de negação à finitude e as implicações e a repercussão dos processos científicos e tecnológicos sobre o indivíduo. Para colher os dados em campo, optou-se por aplicar um questionário. Utilizou-se uma amostra não-probabilística. O universo amostral foi composto por 78 pessoas residentes da cidade de Uberlândia escolhidas ao acaso, de ambos os sexos, com idades que variam de 16 à 54 anos. O questionário segue uma ordem de 7 perguntas de múltipla escolha. No entanto, em 5 destas questões, as de número 1, 2,4,6, e 7, o sujeito tem a possibilidade de criar uma ou mais alternativas que não contemplam sua resposta ou opinião que não foi expressa pelas demais alternativas ao marcar a letra “D”. O questionário impresso é acompanhado por um termo de consentimento informado. Realizamos uma análise histórica, cultural-religiosa, psicológica e sociológica da concepção de morte, tendo em vista a tentativa de delimitar um estudo coerente e profícuo do qual possa se extrair noções valiosas para a compreensão da sociedade que vive o momento contemporâneo. Por meio da análise dos dados obtidos no trabalho de campo, foi possível corroborar a hipótese suscitada pela literatura estudada: o medo de morrer atua como um propulsor da ciência moderna, bem como os progressos tecnológicos aumentam nosso medo em relação à morte, dado sua inexorabilidade, mesmo perante o grande empenho da ciência em vencê-la. Em outras palavras, o medo da morte se mostra como uma das variáveis responsáveis para o avanço da ciência, bem como, o progresso desta reforça uma cultura de negação da morte, aumentando, assim, o medo que sentimos dela. Assim, chega-se à conclusão de que a sociedade atual não sabe, e não quer, lidar bem com a morte, que ganhou um caráter aterrorizante na modernidade, o que se agrava nos dias de hoje. Um dos meios encontrados para tentar barrar, afastar e negar a morte é a crença nos progressos científicos nas áreas da saúde. Essa crença oriunda da temeridade da morte funciona como um propulsor para o avanço da ciência. Porém, essa ciência, ao tentar prolongar a vida, esticar a finitude e tentar banir a morte, aumenta nosso medo de morrer, pois a cultura do medo da morte é reforçada. Ou seja, a correlação dessas variáveis nos leva a um ciclo, que pode ser desfeito a partir de uma melhor compreensão da morte.

**Palavras-chaves:** progressos científicos,morte,representação social,medo de morrer

**Atividade:** INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA E DIAGNÓSTICO-AÇÃO NA COMUNIDADE DO SOSSEGO: CONHECENDO A PROPOSTA DE ATUAÇÃO DO NÉPUC/FCRS.  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:**INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA E DIAGNÓSTICO-AÇÃO NA COMUNIDADE DO SOSSEGO: CONHECENDO A PROPOSTA DE ATUAÇÃO DO NÉPUC/FCRS.

**Autor(es):** Lielton Maia Silva,Carla Lorena Queiroz Saraiva

**Resumo:** O Núcleo de Extensão e Pesquisa em Psicologia Comunitária (NEPUC), iniciou suas atividades em Março de 2006 com objetivo de criar um espaço de articulação entre as atividades de pesquisa, iniciação à docência e extensão universitária na área da psicologia social comunitária em consonância com as diretrizes curriculares do curso de psicologia da Faculdade

Católica Rainha do Sertão de Quixadá (FCRS). Neste sentido, cria oportunidades de conhecimento, diagnóstico e participação dos extensionistas em intervenções no contexto comunitário, a partir das metodologias de investigação e ação na área social comunitária. Atualmente, o NEPUC conta com a atuação de oito alunos e alunas da graduação que atuam em campos rurais e urbanos nos municípios de Quixadá (CE) e Banabuiu (CE), sendo um dos trabalhos principais a atuação na comunidade do Sossego que se configura como intervenção comunitária na linha de estudo e pesquisa sobre “organização comunitária, compromisso social e desenvolvimento de tecnologias sociais”. Neste sentido, nosso trabalho extensionista teve início em Maio de 2006 através do estabelecimento de uma parceria do NEPUC com o Projeto missionário da vida e da paz: vivendo e aprendendo (PROPPAZ) existente na comunidade do Sossego. O primeiro momento extensionista de intervenção comunitária foi a realização de um diagnóstico-ação (GÓIS, C.W.L.; 1991) que consistiu no levantamento dos principais problemas e necessidades dos moradores, tendo sido a observação-participante e a conversa com as mulheres participantes do Projeto, os principais instrumentos de atuação, além do levantamento bibliográfico e documental para compreensão do modo de vida do lugar comunidade. A partir daí, estruturamos grupos de encontro com as mulheres discutindo principalmente questões de gênero e compromisso social oriundas destas, além da utilização de oficinas de arte-colagem, temas e palavras geradoras, dinâmicas de grupo e debates de conscientização sobre temas cotidianos vividos pelo grupo (precariedade na assistência à saúde e educação dos moradores, escassez de oportunidades de emprego, alimentação saudável, entre outros) como meios de fortalecimento da auto-imagem e auto-estima das participantes. A fundamentação teórica, além das categorias, métodos e instrumentos da psicologia comunitária, privilegiou os pressupostos da investigação feminista (NOGUEIRA, C. & NEVES, S.; 2003) para fortalecimento da auto-imagem e auto-estima das participantes a partir do entendimento social da realidade vivida pelas mesmas no papel de mães, cidadãs, mulheres, provedoras dos filhos e filhas, amantes e companheiras; demonstrando ao mesmo tempo a fragilidade da participação masculina nos problemas vividos em comunidade. O principal resultado da primeira etapa de intervenção comunitária foi a organização metodológica e institucional de uma pesquisa-participante (THIOLLENT, M.; 1999) que foi realizada pela equipe do NEPUC, além da parceria com a comunidade para fortalecimento do movimento de mulheres e enriquecimento da formação do profissional psicólogo na área social pertencente ao sertão central do Ceará.

**Palavras-chaves:** Intervenção Comunitária, Pesquisa Participante, Investigação Feminista, Diagnóstico-Ação

**Atividade: A corrente do bem (estar): uma análise psicossocial do grupo de distribuidores Herbalife (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** A corrente do bem (estar): uma análise psicossocial do grupo de distribuidores Herbalife

**Autor(es):** Carine Teixeira Eleutério, Milianny Michelly Barreto de Souza, Janara Pinheiro Lopes, Maria de Fátima Vieira Severiano

**Resumo:** Na ‘sociedade de consumo’ contemporânea, os produtos estão cada vez mais sendo permeados por valores subjetivos, com exclusivos fins mercantis. Diante disso, evidenciamos neste estudo a comercialização de produtos Herbalife, aos quais estão agregados ideais de sucesso, beleza, bem-estar, felicidade, corpo ideal e um estilo de vida saudável. A Herbalife Internacional é caracterizada como uma empresa do ramo de redução de peso, nutrição e cuidados pessoais, sendo líder de vendas entre as indústrias desse setor. Com sede nos Estados Unidos, está presente em 63 países por todos os continentes, possuindo um faturamento anual de 2,5 bilhões de dólares. Essa empresa adere ao marketing direto, já que as vendas ocorrem de pessoa para pessoa, sendo o distribuidor, ao mesmo tempo, um consumidor do produto que vende por ser a “vitrine” deste. Nosso objetivo nesta pesquisa foi o de

compreender a dinâmica psicossocial do grupo de distribuidores da Herbalife a partir, principalmente, da Psicologia Social das massas freudiana e da Psicologia Social frankfurteana (Marcuse, Adorno e Horkheimer). Através de um referencial metodológico qualitativo, a coleta de dados foi concretizada a partir de um roteiro semi-estruturado de entrevista, sendo a seleção dos participantes realizada no serviço orkut, o qual se define como uma comunidade on-line que conecta pessoas mundialmente. Foram enviados 65 recados para diferentes pessoas - identificadas como distribuidoras de Herbalife -, tendo recebido respostas de 21 vendedores, todos brasileiros, de sexo e idades variadas. Além das entrevistas semi-estruturadas realizadas pela internet, participamos de duas reuniões do grupo Herbalife, na cidade de Fortaleza/CE, com o intuito de conhecer pessoalmente o negócio, além de analisar os aspectos motivacionais para a manutenção do grupo. A partir da análise dos dados, destacamos as seguintes categorias: grau de individualização/homogeneização do indivíduo no grupo, narcisismo individual e grupal, idealização, identificação, fetichização, “fenômeno do pânico” e “unidimensionalização”. Os resultados da pesquisa constataram que o grupo formado pelos distribuidores da Herbalife é caracterizado pela homogeneização, ocorrendo uma “pseudo-individualização” (Adorno) em seus componentes, na medida em que a autonomia dos indivíduos é diluída, ante a adesão fascinada da promessa de enriquecerem facilmente. A busca competitiva e individualizada pelo corpo saudável e por oportunidades de negócios evidencia o “narcisismo individual”, enquanto que o “narcisismo grupal” é estimulado pela idéia de pertença à “família Herbalife”, considerada a grande tendência do mercado mundial. O fenômeno da “idealização” ocorre relacionado sempre às pessoas que ocupam os níveis acima dos distribuidores, uma vez que são exemplos a serem constantemente seguidos, assim como pela “idéia-líder” do “bem-estar” que se configura não somente pelo corpo “saudável”, mas também por uma suposta “felicidade” presente nos relacionamentos afetivos e profissionais. Há uma grande identificação grupal a partir dos vínculos entre os membros, sendo assemelhados aos relacionamentos familiares. A fetichização dos produtos Herbalife é intensa, visto que sua venda e consumo estão agregados à idéia de vitalidade, magreza, prazer, vida saudável etc., os quais somente podem ser alcançados através destes produtos. O “fenômeno do pânico” ocorreria, caso o grupo fosse dissolvido, uma vez que seus membros não vislumbram a possibilidade de falência, tampouco se imaginam viverem sem os produtos. A Herbalife contribui para uma “sociedade unidimensional” (Marcuse), na medida em que se impõe enquanto a utopia realizada, na qual o progresso tecno-científico e a mídia contribuem para forjar as necessidades dos indivíduos, obliterando a reflexão crítica e exacerbando as relações sociais mediadas por imagens, aos moldes da “sociedade do espetáculo” (Debord). Assim, o progresso da nutrição Herbalife volta-se para o momento presente através do qual cada pessoa poderá melhorar a renda financeira, reduzir peso, ganhar energia ou massa muscular. Concluímos que os aspectos psicossociais do grupo Herbalife, enquanto compreendidos a partir da construção subjetiva que se dá na tensão entre indivíduo X sociedade, trata-se de um fenômeno grupal contemporâneo, baseado em ideais de consumo, cuja atratividade reside na promessa de realização dos desejos de forma imediata e irrefletida, a partir da exacerbação de um narcisismo individual e coletivo.

**Palavras-chaves:** Herbalife, consumo, psicologia das massas, bem-estar, corpo ideal

**Atividade:** INSERÇÃO NO GRANDE BOM JARDIM:  
(Paineis)

**Trabalho:** INSERÇÃO NO GRANDE BOM JARDIM:

**Autor(es):** Renata Castelo Branco Araujo, Camila Moreira Nobre Bonfim, Nara Thais Guimarães Oliveira, Renata Ramalho de Queiroz

**Resumo:** A presente pesquisa de caráter exploratório se realizou como parte dos estudos da disciplina Psicologia Comunitária do curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, objetivando servir de passo inicial na compreensão de quais caminhos deveriam ser traçados ao se pensar um trabalho de psicologia em uma comunidade. Para sua execução, partiu-se de uma

definição de Comunidade sem separá-la da sociedade maior, sem, entretanto, deixar de diferenciá-la quanto às suas peculiaridades. Deste modo, compreendeu-se a comunidade, segundo Góis (2005), como um espaço de mediação entre os indivíduos, o município e a sociedade, além de ser um lugar de reconhecimento e de confirmação da identidade pessoal dos moradores. Atividade e Consciência foram outras categorias Psicologia Comunitária que serviram de base para este estudo. A partir da orientação teórica de autores como Paulo Freire, César W. L. Góis, L. Barbosa e Angel Baztán, realizou-se um estudo de caráter etnográfico, na medida em que se buscou descrever a cultura de uma comunidade e de algum de seus aspectos fundamentais, submetendo-se à perspectiva da compreensão global da mesma, mediante a observação participante por um determinado período. Realizaram-se, então, duas visitas à comunidade Grande Bom Jardim, área com mais de 175 mil habitantes situada na periferia de Fortaleza - CE, Brasil. Procurou-se conhecer a região, observar os aparelhos públicos disponíveis, bem como avaliar se a população conhecia a função de tais órgãos e se estes realizavam satisfatoriamente seu papel. Além disso, pesquisaram-se dados do último censo do IBGE, embora a maioria das informações tenha sido coletada via discurso de moradores. Fazendo-se uma análise acerca do que foi visto em campo, percebeu-se que a população admitia a região como englobando uma série de outros bairros não reconhecidos, não sendo, portanto, registrados no mapa da Prefeitura de Fortaleza, bem como comunidades com seus aspectos culturais específicos. Dentre as atividades desempenhadas na região, predominava o trabalho informal. A defasagem em diferentes setores resultava em alternativas de transformação através de projetos oriundos de diferentes instituições, em geral, organizações não-governamentais, como o Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim e o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza. Quanto aos costumes locais, constatou-se que se realizavam, principalmente, festas religiosas e se utilizavam principalmente espaços de lazer localizados fora da comunidade. Sobre o que se mostrou referente à Consciência, observou-se que a maioria da população possuía muitas características de uma consciência transitivo-ingênua, pois percebia certos problemas com uma ótica mais crítica em relação à consciência mágica. As argumentações eram frágeis e percebeu-se uma ligação emocional nos discursos. Tal caracterização sugeriu que o local poderia ser visto como parte de uma sociedade em transição. Evidenciou-se o aumento da participação dos sujeitos nos movimentos e associações do local, culminando em um lento processo de mudança e desenvolvimento da criticidade dos moradores. Observou-se como a Atividade tem papel central na dinâmica de uma comunidade, mobilizando seus moradores e agindo como instrumento de conscientização, ao mesmo tempo em que revela aspectos históricos, culturais e sociais próprios do local. O sentimento de pertença em relação à comunidade variava de pessoa para pessoa. Compreendeu-se que os problemas sociais encontrados assemelhavam-se à realidade de outros bairros, entretanto, foram constatadas diferentes estratégias de transformação. Conheceram-se diferentes olhares, maneiras diversas de viver em grupo e de encarar o mundo, o que permitiu identificar, na realidade concreta, algo que até então se havia acessado apenas teoricamente. Viram-se, ainda, pessoas com uma postura crítica diante da vida, bem como pessoas que não demonstravam motivação para participar de causas coletivas. Parte das pessoas com as quais se entrou em contato agia, construía, estimulava, planejava, lutava, procurava dar um rumo para algo, enquanto outra parcela se detinha mais ao silêncio, a esperar, a ver o rumo que as discussões tomavam, inclusive, sequer saber quais discussões estavam ocorrendo. Em outras palavras, perceberam-se pessoas que eram da comunidade e pessoas que pareciam apenas estar na comunidade. A partir das observações, compreendeu-se que o lócus da prática psicológica não deve se restringir ao atendimento individual, seguindo uma formação restrita à abordagem clínica. É preciso que a Psicologia tenha um olhar e uma prática condizentes com a realidade social, com os problemas dela resultantes, e com as subjetividades socialmente construídas, ou seja, com as construções da identidade de cada um.

**Palavras-chaves:** Psicologia Comunitária, Etnografia, atividade, consciência

**Atividade: Racismo e subjetividade**  
**(Cursos - 4hs)**

**Trabalho:** Racismo e subjetividade: o que a Psicologia tem a ver com isso?

**Autor(es):** Sylvia da Silveira Nunes

**Resumo:** O objetivo do presente curso é problematizar as questões raciais no Brasil e pensar as implicações do racismo na prática de psicologia. A presença do racismo na realidade brasileira não é mais tão questionada, mas o conceito de raça merece atenção quanto a sua validade científica e uso. Embora raça não seja um termo criado pela ciência, ele recebeu o aval científico principalmente no século XIX. Porém, no decorrer do século XX, pesquisas na área de biologia puderam comprovar que raça não existe, pois não há diferenças entre os homens, uma vez que todo ser humano tem a mesma capacidade de desenvolvimento. Mas se raça não existe, e se o racismo é a discriminação de pessoas por meio da idéia de raça, esses termos podem ser utilizados? O problema é que a utilização do conceito de raça desde o século XVII não é apenas no sentido de mostrar diferenças físicas entre grupos humanos, mas sobretudo em hierarquizá-los, ou seja, definir, defender e justificar grupos de pessoas naturalmente superiores e inferiores. E se a ciência já superou a idéia de raça, o mesmo não aconteceu com a necessidade social de hierarquizar grupos de pessoas, a fim de manter a organização social estruturada em classes privilegiadas e subordinadas. Assim, raça continua a ser um conceito utilizado no cotidiano para separar e hierarquizar pessoas. É nesse sentido que podemos falar em raça e racismo. Podemos afirmar que o racismo contra negros está cada vez mais em discussão, no entanto, tal preconceito não é tão facilmente assumido, pois muitas vivências de preconceitos são mais flagradas nas entrelinhas, nos olhares, nas ausências. Ou quando são explícitas, restringem-se mais à esfera privada das relações intersubjetivas do que ao domínio público. E é principalmente por meio dessas relações que as conseqüências do racismo se tornam mais profundas: brancos acreditam que o negro é inferior a ele (ou no mínimo tem uma vida pior), negros têm que lidar e lutar contra a crença de que são inferiores, de que são feios e pouco capazes, mestiços – ora visto como negros, ora visto como brancos – vivem a ambigüidade de serem e não serem negros, de terem a possibilidade de “superar” o seu lado negro, de fugirem da acusação (muitas vezes sutil) de inferioridade. É importante perceber que essa não é meramente uma “ferida” individual, e, sim, um problema nacional que desde o fim da escravidão ocupa o discurso e as pesquisas nas ciências humanas. Por muito tempo, tais pesquisas ficaram restritas à questão do “negro”, como se ele fosse problemático e mal adaptado, como se não tivesse o outro lado da moeda em oposição a negritude ou o ser negro: a branquitude. O conceito de branquitude vem sendo pensado pela psicologia a fim de mostrar como o racismo é um problema relacional e estrutural e não meramente individual. Nesse cenário, é importante questionar qual é o papel da psicologia. Com algumas exceções, não há trabalhos de psicologia sobre o tema até o início da década de 1990. Por que essa ausência? Por que os psicólogos levaram tanto tempo para estudar um tipo de preconceito que traz tão graves conseqüências à subjetividade? Como foi possível tantas décadas de pesquisas e teorizações em psicologia sem consideração de um aspecto tão importante na construção da identidade do brasileiro? Com a finalidade de contribuir para a quebra do silêncio da psicologia sobre as questões raciais é que esse curso é proposto. É preciso perceber que o racismo é um problema de todos, pois tanto brancos, negros quanto mestiços são desumanizados pelo pensamento racista que ajuda a legitimar a diversidade como um discurso hierarquizante. Se não é possível responsabilizar as pessoas individualmente pela aprendizagem do racismo, posto que ele é apresentado culturalmente, tampouco esse fato pode justificar a omissão ou o silêncio diante de uma realidade de desigualdade, principalmente depois de constatar e pensar sobre essa realidade. Acreditamos que a mudança é possível e a reflexão e a admissão do pensamento racista são alguns caminhos para a transformação.

**Palavras-chaves:** Racismo,Preconceito racial,Psicologia

**Atividade:** Você já se sentiu incomodado no ônibus?  
(Paineis)

**Trabalho:** Você já se sentiu incomodado no ônibus? Um estudo sobre espaço pessoal em ônibus coletivos

**Autor(es):** Denise Freitas Brandão,Zenith Nara Costa Delabrida

**Resumo:** O trabalho realizado consistiu numa investigação exploratória e descritiva a respeito da caracterização do espaço pessoal, que pode ser definido como uma área com limites invisíveis que cercam o corpo da pessoa, e na qual estranhos não podem entrar e que tem as funções de auto-proteção e de comunicação e regulação da intimidade e, ainda a de regulação da atração interpessoal e da estimulação sensorial. A invasão do espaço pessoal é considerada uma intrusão nas fronteiras do eu da pessoa. Buscou-se investigar a percepção e os sentimentos das pessoas em relação às condições físicas e psicológicas de espaço a que se encontram submetidas nas horas passadas dentro dos ônibus coletivos. Para tal, foram trabalhados os conceitos de espaço pessoal, privacidade, territorialidade e apinhamento na perspectiva da psicologia ambiental, área de estudo da influência recíproca entre pessoa e ambiente. Também se faz referência aos estudos sobre a proxemia, termo que designa os aspectos culturais do uso e da regulação que o homem faz do espaço. Constituíram a amostra 64 estudantes universitários com média de idade de 21,1 (DP = 2,3) e sendo a maioria de mulheres (62,5 %). Pertenciam a cursos diversos da Universidade Federal de Sergipe. Foram solicitados a responderem um questionário auto-aplicável, o qual continha nove questões dentre elas fechadas, semi-abertas e abertas relacionadas a situações cotidianas passíveis de acontecer no espaço físico dos ônibus coletivos e ainda questões referentes a dados demográficos e à avaliação do questionário pelos participantes da pesquisa. Foram utilizadas duas escalas variando de 0 (nada/nunca) a 3 (muito/todas as vezes) foi possível obter o relato do grau de desconforto que os participantes experimentam em determinadas situações e da frequência com que eles apresentam certos comportamentos ou percepções em relação ao ambiente do ônibus coletivo. Alcançou-se uma descrição de comportamentos favorecidos pelas condições de apinhamento nos ônibus, bem como uma avaliação do grau de desconforto que essas e outras condições, tais como a de intrusão do espaço pessoal, promovem nos indivíduos. Em relação à percepção dos estudantes quanto à qualidade do tempo passado nos ônibus coletivos, predominou a avaliação negativa (M= 0,36; D.P.= 0,48), demonstrando ser bastante rara uma percepção positiva das horas passadas nesse transporte no trajeto de ida e volta da universidade. Na comparação de resultados entre os sexos, têm-se que os homens (61%) relataram maior aproveitamento do tempo passado dentro do ônibus com alguma atividade do que as mulheres (40%). Estas afirmaram sentir maior desconforto que os homens nas situações de: sentir-se seguido insistentemente pelos olhos de pessoa desconhecida (Média feminina = 2,45; D.P.= 0,74; Média masculina = 1,83; D.P.= 1,0;  $t = -2,8$   $P < 0,043$ ); ficar frente a frente com alguém de sexo oposto ao de si (Média feminina = 2,45; D.P.= 0,85; Média masculina = 1,13; D.P.= 1,0;  $t = -5,5$   $P < 0,00$ ). Enquanto os homens (M=2,25; D.P.= 1,0) relataram maior desconforto se comparado às mulheres (M = 1,65; D.P.=1,1) na situação em que alguém coloca o material de estudo no colo da pessoa para esta segurá-lo sem a sua autorização prévia ( $t = 2,1$ ;  $P < 0,04$ ). Apesar de 32,8% dos estudantes afirmarem já haver presenciado assédio sexual no ônibus, o que não representa a maior parte da amostra, consideramos um número elevado, dada a gravidade dessa forma de intrusão do espaço pessoal pelo nível de incômodo que ela provoca, o que ficou claro quando os estudantes relataram seus sentimentos ao presenciar esse tipo de situação. Todos (dentre os 32,8% que dissemos) expressaram sentimentos negativos em relação a essa questão. As situações em que os estudantes relataram maior desconforto foram as de ficar bem próximo a alguém cheirando a suor (M = 2,8; D.P. = 0,57), seguida do desconforto de alguém ficar com alguma parte de corpo na frente de outra pessoa, limitando o ângulo visual desta, por exemplo (M = 2,52; D.P. = 0,7) e ainda a situação em que se é seguido insistentemente pelos olhos de pessoa desconhecida (M = 2,22; D.P. = 0,9). A literatura aponta para os efeitos negativos de condições em que o espaço ou distância pessoal não é respeitado, tais como as de apinhamento, nas quais as pessoas apresentam comportamentos estratégicos para tolerar a proximidade física indesejada. Compartilhamos com Hall (1977) da idéia de que se deve levar em consideração, no momento em que se faz o planejamento de ambientes, as dimensões física, cultural e social do espaço, estas últimas que estão diretamente ligadas à avaliação psicológica, ou seja, à percepção que o indivíduo terá sobre um determinado ambiente, o que, por sua vez, está relacionado à sua capacidade promover bem-estar nas pessoas.

**Palavras-chaves:** espaço pessoal,proxemia,psicologia ambiental,ônibus coletivo,apinhamento

**Atividade: Discursos sobre a natureza dos Direitos Humanos (Paineis)**

**Trabalho:** Discursos sobre a natureza dos Direitos Humanos

**Autor(es):** Alessandra Gadelha Ribeiro de Barros, Deborah Cristina Cavalcanti Castor, Marília Moura de Castro

**Resumo:** É evidente que existem diferenças entre pessoas e entre grupos sociais no que concerne a importância atribuída aos diversos direitos humanos e ao grau de comprometimento em relação à promoção desses direitos. É evidente que a percepção sobre a importância dos direitos e sobre o tipo de compromisso que se deva ter com eles é uma representação que vem se desenvolvendo nestas últimas décadas. Aliás, independentemente da teoria que se adote sobre a natureza dos Direitos, pode-se afirmar que os próprios Direitos Humanos são uma construção social ligada à representação que se vem tendo sobre a natureza humana (Camino, 2000). As diversas pesquisas realizadas sobre o conteúdo da Declaração dos Direitos Humanos mostram que as pessoas tendem a classificar os direitos em dois grupos fundamentais: os direitos políticos ou direitos individuais e os direitos econômicos ou direitos sociais. Estes resultados refletem de alguma maneira, os debates ideológicos realizados na Organização das Nações Unidas no início da guerra fria durante a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Enquanto que o bloco dos países capitalistas colocava o acento nos direitos políticos individuais, os países comunistas junto com os países não-alinhados do Terceiro Mundo insistiam na necessidade de dar prioridade aos direitos sociais, econômicos e coletivos. Poder-se-ia afirmar, portanto, que as representações sobre os Direitos Humanos não seriam homogêneas e igualmente compartilhadas por todos os membros de uma sociedade, mas reproduziriam, no interior dos países, os debates ocorridos na ONU, em função dos posicionamentos político-ideológicos dos diversos setores sociais. Poderíamos postular que países do 1º e do 3º Mundo teriam visões dos Direitos Humanos diferentes. Também é importante saber como as pessoas de cada cultura representam os diversos níveis de responsabilidade implicados na promoção dos Direitos Humanos. Spini e Doise (1998) constataram que os estudantes suíços consideram que o governo de seu país está mais envolvido na aplicação dos Direitos Humanos do que eles próprios. Já no que se refere ao envolvimento concreto, eles percebem que o seu nível de envolvimento é proporcional ao do governo suíço, mas consideram que o governo de seu país deveria se envolver mais do que eles. Camino, Camino, Pereira e Paz (2004) realizaram um estudo com universitários das cidades de Campina Grande e João Pessoa e observaram que os estudantes concordaram fortemente que tanto os indivíduos quanto o governo brasileiro, deveriam se envolver mais na aplicação dos direitos humanos, embora reconheçam que o seu envolvimento é inferior ao desejado, mas que o governo quase não se envolve concretamente. Neste sentido não é de se estranhar que as atitudes frente aos Direitos Humanos dos indivíduos se relacionem, em boa medida, com sua inserção concreta na sociedade e com suas posições político-ideológicas decorrentes desta inserção. Por isso decidimos comparar as diferenças entre alunos espanhóis (1º Mundo) e alunos paraibanos (3º Mundo) no que concerne tanto a visão sobre a natureza dos Direitos Humanos como o compromisso com eles. Decidimos também relacionar em cada cultura os diversos discursos sobre a natureza dos Direitos Humanos com as diversas formas de compromisso e finalmente detectar em cada cultura as atitudes políticas que se relacionam com atitudes de compromisso frente aos Direitos Humanos. Portanto aplicamos a 97 estudantes de ciências humanas de uma universidade pública da Paraíba e a 93 estudantes de ciências sociais de uma universidade pública de Madrid questionários onde perguntávamos aos estudantes que respondessem quais os direitos mais importantes e qual o grau de responsabilidade dele e de seu governo na implementação dos Direitos Humanos. Constatamos que em geral os estudantes paraibanos atribuíam maior importância aos direitos econômicos e sociais que aos direitos políticos enquanto que os estudantes espanhóis consideravam como os mais importantes os direitos políticos. As maiores críticas à atuação do estado provinham dos estudantes paraibanos; já os estudantes da Espanha consideravam que os governos do Primeiro Mundo faziam mais pelos direitos humanos que os governos do Terceiro Mundo.

**Palavras-chaves:** Direitos Humanos, Cultura, Discursos



**Atividade: Pobreza e subjetividade  
(Painéis)**

**Trabalho:**Pobreza e subjetividade

**Autor(es):** Ana Lucia Paes de Barros Pacheco, Janaína Coelho Monteiro, MARCIA VALERIA DO CARMO BEZERRA, Thiago Ricardo de Mattos

**Resumo:** Embora os últimos indicadores econômicos tenham revelado que há um menor contingente populacional vivendo abaixo da linha da pobreza, as imensas disparidades sociais ainda são, infelizmente, uma realidade nacional. Cerca de 33% da população brasileira não possui um nível mínimo de renda para satisfação de suas necessidades mais básicas. Não por acaso, a sociedade, as ciências e o governo têm debatido o tema em busca de soluções. Segundo González Rey, as condições objetivas de vida participam e interferem na construção subjetiva. Nesta perspectiva, a subjetividade não é um processo inato e natural, mas concebida como um sistema que se expressa dialeticamente na dimensão social e individual. Este trabalho busca discutir algumas questões ligadas à pobreza. Pretendemos na realidade também conhecer de que forma jovens e adultos de baixa renda entendem e constroem a representação de si e a condição de ser pobre. A pesquisa foi realizada com alunos do Programa Brasil Alfabetizado, moradores na zona urbana da cidade do Rio de Janeiro. São homens e mulheres, entre 18 e 70 anos de idade, 52% com renda inferior a 2 salários mínimos e 32% com renda de 2 a 4 salários mínimos. Foram entrevistadas 85 pessoas e os temas centraram-se em: representação da condição de pobreza, visão que os participantes têm das causas atribuídas à pobreza, das estratégias para sobrepujar esta condição, bem como a percepção da sua condição. As informações obtidas foram digitadas, os dados objetivos tratados através de pacote estatístico (SPSS) e os qualitativos através da análise do discurso dos participantes. A partir das falas dos participantes, foi realizada uma leitura cuidadosa dos dados, de modo que fosse possível apreender os sentidos que suas falas carregam, e em seguida, organizamos estes sentidos em torno de três categorias: a condição de ser pobre, a atribuição desta qualificação e as estratégias de superação. Os resultados preliminares mostram que, mais freqüentemente, para estas pessoas, ser pobre é: não ter o que comer, não ter trabalho, não ter a graça de Deus e não ter casa. As causas da pobreza são localizadas, principalmente, no próprio sujeito, como falta de interesse, de esforço pessoal, acomodação e de objetivo. As faltas de trabalho e de acesso ao estudo também aparecem como explicação da pobreza. Como estratégia de superação desta condição em busca de uma vida melhor, trabalho surge majoritariamente. Mas, ao contrário do que diz o senso comum, o grupo estudado destaca mais a falta de esforço pessoal, para o trabalho e o estudo, do que possíveis condições desfavoráveis de vida no país como razão para a pobreza. A fé participa ativamente na aceitação de sua condição sócio-econômica, bem como a intercessão divina se cumpre na assistência àqueles que lutam por uma vida melhor.

**Palavras-chaves:** Pobreza, Subjetividade, Educação

**Atividade: Atitudes em relação às cotas para estudantes negros e pardos nas universidades públicas  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Atitudes em relação às cotas para estudantes negros e pardos nas universidades públicas

**Autor(es):** Maíra Lima de Gois, Marcus Eugênio Oliveira Lima, Paulo Sérgio C. Neves

**Resumo:** As políticas de Ações Afirmativas são construídas para implementar igualdade de

oportunidades na sociedade. Para tanto, eles provêm um tratamento diferenciado aos grupos sociais. A noção de igualdade edificada nos documentos constitucionais promulgados após as revoluções do século XVIII ainda está presente na contemporaneidade com o conceito de igualdade perante a lei. Essa noção produz uma distorção fundamental à ideologia do mérito individual que caracteriza o Capitalismo, pois preconiza a igualdade de oportunidades, mas não a igualdade de resultados. No entanto, como pode haver igualdade e oportunidades numa sociedade hierarquicamente organizada onde há indivíduos e grupos que se encontram em um patamar superior e que se beneficiam da exclusão dos grupos socialmente fragilizados? É neste contexto de fracasso do Igualitarismo formal que surge a necessidade de adotar uma nova postura, que procure atuar ativamente na busca da concretização da igualdade positiva nos textos constitucionais, ou seja, da equidade. Idealmente, as Políticas de Ação Afirmativa (PAA) ultrapassam a meta de concretizar a igualdade material entre os grupos. Elas têm como desafio maior atacar a idéia de supremacia e de subordinação de um grupo em relação a outro, propondo, dessa forma, uma transformação social. No Brasil vivemos um momento de intenso debate sobre as PAAs, especificamente com a implementação de cotas para estudantes negros e pardos em universidades públicas. Este debate tem estruturado um conjunto de posicionamentos e justificativas sobre as cotas. Com o objetivo de analisar as atitudes sobre as cotas de acesso para Negros e Pardos em universidades públicas e as razões que justificam essas atitudes, realizamos um estudo com um grupo que têm uma implicação direta com esta questão: estudantes de uma universidade pública. Foram entrevistados 1154 estudantes da Universidade Federal de Sergipe em todas as áreas de concentração. A idade dos estudantes variou de 17 e 69 anos, (M= 22,6, DP = 4,64). Com relação à renda familiar, a maior parte dos estudantes possui renda compreendida entre 1 e 5 salários mínimos (33,9%); outros 26,8% têm renda entre 6 e 10 salários, apenas 14,3 possuem renda familiar superior a 21 salários mínimos. Em termos de autodefinição de cor da pele vimos que 8,6% se definem como negros, 46,6% como pardos, 29,9% como brancos, 8,2% como amarelos, 1,2% como indígenas e 5,5% escolhem outra cor para se auto-definir. Os resultados da pergunta “Qual a sua posição em relação às cotas de acesso para estudantes negros e pardos nas Universidades Públicas, indicam que apenas 11,7% são favoráveis, 79,5% são contrários e outros 8,8% não se posicionam. Analisamos então até o momento 414 das justificativas apresentadas para as atitudes em relação às cotas. Destes, 354 (85%) foram contrário às cotas, 38 (9,2%) a favor e 18 que não se posicionaram. Fizemos uma análise de conteúdo das justificativas, o que permitiu a construção de 7 razões para ser a favor das cotas foram “ a interferência do Estado na inclusão social” (2,6%), “as cotas como medida de urgência” (9,6%), “justiça social ou reparação” (10,9%), “todos têm direito ao ensino superior” (uma resposta) “combate a desigualdade de oportunidade”(14,5%), “combate ao preconceito”(5,3%) e “possibilidade de ascensão social” (10,5%). Enquanto que, dos 18 argumentos contrários, os mais fortes foram a “a solução é investir nas escolas públicas”,(17,2%), “ameaça a meritocracia” (16,9%), “aumenta o preconceito contra negros e pardos” (20,6%), “ameaça ao princípio de igualdade”(12,7%) e “a cor não define a capacidade intelectual” (13%). Os resultados dessa pesquisa nos interpelam sobre o significado das cotas no cenário brasileiro. Como vimos, a maioria dos entrevistados afirma que as cotas não são a melhor medida a ser indicada. A maioria prefere as medidas universalistas (pautadas no mérito individual) às medidas afirmativas. Podemos afirmar que as resistências às cotas podem ser vistas tanto como resistências a uma visão que pretenda modificar o modelo de justiça liberal clássico, pautado apenas nas capacidades individuais, como também uma resistência ao tipo de ação midiática que as cotas estão se transformando na sociedade brasileira: medidas paliativas que favorecem um número limitado de afro-descendentes sem que as condições de penúria da maioria das afro-descendentes sejam combatidas.

**Palavras-chaves:** Ações afirmativas, Cotas, Igualdade

**Atividade:** Atitudes em relação às cotas para estudantes negros e pardos nas universidades públicas (Paineis)

**Trabalho:** Atitudes em relação às cotas para estudantes negros e pardos nas universidades públicas

**Autor(es):** Maíra Lima de Gois, Marcus Eugênio Oliveira Lima, Paulo Sérgio C. Neves

**Resumo:** As políticas de Ações Afirmativas são construídas para implementar igualdade de oportunidades na sociedade. Para tanto, eles provêm um tratamento diferenciado aos grupos sociais. A noção de igualdade edificada nos documentos constitucionais promulgados após as revoluções do século XVIII ainda está presente na contemporaneidade com o conceito de igualdade perante a lei. Essa noção produz uma distorção fundamental à ideologia do mérito individual que caracteriza o Capitalismo, pois preconiza a igualdade de oportunidades, mas não a igualdade de resultados. No entanto, como pode haver igualdade e oportunidades numa sociedade hierarquicamente organizada onde há indivíduos e grupos que se encontram em um patamar superior e que se beneficiam da exclusão dos grupos socialmente fragilizados? É neste contexto de fracasso do Igualitarismo formal que surge a necessidade de adotar uma nova postura, que procure atuar ativamente na busca da concretização da igualdade positiva nos textos constitucionais, ou seja, da equidade. Idealmente, as Políticas de Ação Afirmativa (PAA) ultrapassam a meta de concretizar a igualdade material entre os grupos. Elas têm como desafio maior atacar a idéia de supremacia e de subordinação de um grupo em relação a outro, propondo, dessa forma, uma transformação social. No Brasil vivemos um momento de intenso debate sobre as PAAs, especificamente com a implementação de cotas para estudantes negros e pardos em universidades públicas. Este debate tem estruturado um conjunto de posicionamentos e justificativas sobre as cotas. Com o objetivo de analisar as atitudes sobre as cotas de acesso para Negros e Pardos em universidades públicas e as razões que justificam essas atitudes, realizamos um estudo com um grupo que têm uma implicação direta com esta questão: estudantes de uma universidade pública. Foram entrevistados 1154 estudantes da Universidade Federal de Sergipe em todas as áreas de concentração. A idade dos estudantes variou de 17 e 69 anos, (M= 22,6, DP = 4,64). Com relação à renda familiar, a maior parte dos estudantes possui renda compreendida entre 1 e 5 salários mínimos (33,9%); outros 26,8% têm renda entre 6 e 10 salários, apenas 14,3 possuem renda familiar superior a 21 salários mínimos. Em termos de autodefinição de cor da pele vimos que 8,6% se definem como negros, 46,6% como pardos, 29,9% como brancos, 8,2% como amarelos, 1,2% como indígenas e 5,5% escolhem outra cor para se auto-definir. Os resultados da pergunta “Qual a sua posição em relação às cotas de acesso para estudantes negros e pardos nas Universidades Públicas, indicam que apenas 11,7% são favoráveis, 79,5% são contrários e outros 8,8% não se posicionam. Analisamos então até o momento 414 das justificativas apresentadas para as atitudes em relação às cotas. Destes, 354 (85%) foram contrário às cotas, 38 (9,2%) a favor e 18 que não se posicionaram. Fizemos uma análise de conteúdo das justificativas, o que permitiu a construção de 7 razões para ser a favor das cotas foram “ a interferência do Estado na inclusão social” (2,6%), “as cotas como medida de urgência” (9,6%), “justiça social ou reparação” (10,9%), “todos têm direito ao ensino superior” (uma resposta) “combate a desigualdade de oportunidade”(14,5%), “combate ao preconceito”(5,3%) e “possibilidade de ascensão social” (10,5%). Enquanto que, dos 18 argumentos contrários, os mais fortes foram a “a solução é investir nas escolas públicas”, (17,2%), “ameaça a meritocracia” (16,9%), “aumenta o preconceito contra negros e pardos” (20,6%), “ameaça ao princípio de igualdade”(12,7%) e “a cor não define a capacidade intelectual” (13%). Os resultados dessa pesquisa nos interpelam sobre o significado das cotas no cenário brasileiro. Como vimos, a maioria dos entrevistados afirma que as cotas não são a melhor medida a ser indicada. A maioria prefere as medidas universalistas (pautadas no mérito individual) às medidas afirmativas. Podemos afirmar que as resistências às cotas podem ser vistas tanto como resistências a uma visão que pretenda modificar o modelo de justiça liberal clássico, pautado apenas nas capacidades individuais, como também uma resistência ao tipo de ação midiática que as cotas estão se transformando na sociedade brasileira: medidas paliativas que favorecem um número limitado de afro-descendentes sem que as condições de penúria da maioria das afro-descendentes sejam combatidas.

**Palavras-chaves:** ações afirmativas, cotas, igualdade

**Atividade: Status Social e Identidade Social: Percepções sociais de Empregadas domésticas e Administradoras**

## (Comunicações Científicas)

**Trabalho:** Status Social e Identidade Social: Percepções sociais de Empregadas domésticas e Administradoras

**Autor(es):** Ana Heloíza de Aquino Souza, Beatriz Francisca Souza Fonseca, Sandy de Jesus Góes

**Resumo:** A identidade social, segundo Jean-Claude Dechamps (1978), é um fenômeno das relações intergrupais que tem como pano de fundo um sistema comum de valores, está ligada à pertença ao grupo e surge da distinção entre a apropriação que os outros fazem de uma pessoa e daquilo que ela mesma faz dela própria nas suas relações sociais. Nesta tradição de psicologia social, a identificação com um grupo, seu conteúdo e sua natureza, depende das relações de poder que se estabelecem na sociedade. Assim, o status social do grupo de pertença de um indivíduo influencia a forma como ele se autodefine e percebe o seu e outros grupos sociais. Membros de grupos dominantes tenderiam a se definir seu grupo como entidades ou coleções de pessoas (sujeitos) e a definir os dominados como amontoados (assujeitados). Além disso, as minorias podem passar a reproduzir essas formas de classificação. Tanto que, ao nível do discurso, pode-se observar os dominados se perceberem ou referirem como “a gente”; ao passo que “dominantes” se definem como “nós”. Seguindo estes pressupostos, o presente tem por objetivo analisar se pessoas de um grupo de alto status social, representado por administradoras, se percebem como entidades individualizadas e autônomas, definindo-se em termos pessoais enquanto os de um grupo social de baixo status social, representado pelas empregadas domésticas, se vêem como entidades coletivas e se definem em termos grupais; se a saliência de pertença na identidade varia conforme o status social além de verificar qual é a percepção que as empregadas domésticas têm das patroas e que as administradoras têm dos seus empregados. Num primeiro momento, realizamos entrevistas individuais estruturadas em Aracaju com 10 empregadas domésticas e 10 administradoras (gerentes e coordenadoras de instituições públicas e privadas); com idades variando entre 20 e 55 anos. Utilizamos um roteiro composto por questões abertas abordando temáticas como definições e percepções dos grupos estudados e dos sujeitos entrevistados, planos para o futuro, sonhos, cor da pele e questões sócio-demográficas. Os resultados da Análise de Conteúdo indicaram que das 10 administradoras 4 usaram características pessoais para se definir e 8 se perceberam como integrantes desse grupo embora 5 delas empreguem o pronome “eu”, o que denota que se vêem como singulares. Já das 10 empregadas domésticas apenas 1 se definiu em termos pessoais, todas salientaram a pertença ao seu grupo e 4 utilizaram o pronome “a gente”, apontando uma visão homogeneizadora do mesmo. Notamos também que 5 empregadas domésticas avaliaram as patroas de forma negativa (“elas fazem a gente de capacho, de pano de chão”), 4 de maneira ambivalente e 1 de forma positiva. Por outro lado 6 administradoras têm uma visão positiva dos empregados, 2 negativa e 1 ambivalente. Ao nível das imagens do próprio grupo, observamos que todas as empregadas domésticas pesquisadas percebem seu grupo de forma muito negativa (“a gente é a pior profissão”, “não tem futuro”) e que 9 delas expressaram vontade de mudar de emprego e/ou de estudar, apresentando um forte desejo de mobilidade social. O fato do sentimento de pertença ser maior nas empregadas confirma que o status social exerce influência sobre a identidade e percepção sociais dos sujeitos. Considerando a dinâmica e contextualidade das identidades sociais, numa segunda fase do estudo, já iniciada com as empregadas domésticas, fizemos uma inversão no roteiro de entrevista: perguntamos como os sujeitos se percebem antes de perguntar como eles percebem seu grupo. Com isto, observamos que das 6 entrevistadas até o momento, todas responderam à autodefinição com base em características pessoais, falando sobre seus traços de personalidade (“eu me acho brincalhona”, ou “eu me acho uma lutadora”). A identidade pessoal permaneceu quando as mesmas definiram as empregadas domésticas. Das 6, apenas 2 demonstraram o sentimento de pertença, respondendo na 1ª pessoa do plural, enquanto as outras 4 responderam na 3ª pessoa. Isto mostra que ainda assim o sentimento de pertença nas empregadas domésticas é muito forte. Para concluirmos esta etapa, entrevistaremos mais 4 empregadas domésticas e mais 10 administradoras. Em seguida, faremos as devidas comparações entre os resultados encontrados

nas duas fases da pesquisa.

**Palavras-chaves:** identidade social, relações de poder, empregadas domésticas, administradoras

**Atividade: Reeduandas x Sociedade: Atitudes, expectativas e opiniões (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Reeduandas x Sociedade: Atitudes, expectativas e opiniões

**Autor(es):** Jucele Gomes de Sales, Renata Maria da Silva Nascimento, Renata Viviane Neves da Silva, Mariana Vieira Tavares, Augusto Oliveira Ferreira, Rejane Maria da Silva, Maria de Fatima de Souza Santos

**Resumo:** Esta pesquisa foi realizada por um grupo de alunos do 4º período da Universidade Federal de Pernambuco, na disciplina de Psicologia Social. O presente trabalho investigou e analisou a existência e magnitude do preconceito, discriminação e estigma, que alguns membros da sociedade investem às mulheres em situação carcerária, tendo como referência os seguintes âmbitos de suas vidas - família, reinserção social e mercado de trabalho -. Estes dados foram contrastados com as expectativas das reeducandas em relação à realidade social que as espera fora da instituição penal. De acordo com os dados do Ministério da Justiça, referente ao mês de Junho de 2004, há, no Brasil, aproximadamente 11.000 mulheres detidas - 4% da população carcerária brasileira - índice similar aos obtidos em outros países da América do Sul. Corroborando com esse quadro lamentável percebe-se que a situação de exclusão e discriminação na sociedade é potencializada quando a mulher está encarcerada. A mulher presa é estigmatizada e vítima de preconceito numa sociedade que compartilha uma ideologia machista e patriarcal. O preconceito fundamenta-se em opiniões pré-estabelecidas, das quais a imagem do grupo alvo do preconceito é distorcida, culminando, assim, numa atitude negativa em relação a este grupo. Foram selecionadas 50 mulheres, sendo 25 internas de uma instituição penal recifense e 25 não-presas. O intervalo de idade da amostra variou entre 18 e 55 anos, e as participantes pertenciam a classe média baixa. É importante salientar que a amostra de mulheres não-presas foi selecionada seguindo os padrões socioeconômicos de escolaridade e de idade semelhantes ao das internas. O material utilizado foram duas entrevistas semi-estruturadas baseadas em dois roteiros, previamente elaborados pela equipe, com três eixos temáticos: família, mercado de trabalho e reinserção social. O primeiro grupo respondeu uma entrevista proposta para avaliar suas expectativas em relação à libertação, quais seus planos e estratégias para a reinserção na vida em sociedade, no convívio familiar e no mercado de trabalho. Enquanto que o segundo grupo respondeu a uma outra entrevista, proposta para avaliar as suas atitudes e opiniões sobre as reeducandas. A análise dos dados foi realizada de forma qualitativa com a utilização do software Alceste, que tem a finalidade de extrair dos discursos o conteúdo mais significativo e o organizar em eixos e classes de palavras. Os resultados encontrados comprovam a existência de discriminação, estigma e preconceito, por parte das mulheres não-presas, em relação a alguns âmbitos da vida das reeducandas, principalmente ao referente a reinserção no mercado de trabalho. Na maioria das vezes, era comum, por parte das mulheres não-presas, uma opinião desfavorável de desconfiança em relação à recuperação das reeducandas. No entanto, a pesquisa demonstrou também a ausência de opiniões e atitudes discriminatórias em outros âmbitos, destacando-se o familiar. No que diz respeito às expectativas das reeducandas, a análise dos resultados deste estudo pode comprovar que estas mulheres possuem consciência da existência de preconceito e discriminação por parte da sociedade para com elas e das dificuldades que enfrentarão no processo de reinserção social após cumprirem suas penas. Infere-se, portanto, que a mulher presa continua sendo duplamente estigmatizada por ter transgredido com a ordem social e também com o seu papel materno e familiar.

**Palavras-chaves:** Mulher-presas,estigma,reinserção

**Atividade: Cultura Rap e construção da identidade na adolescência (Paineis)**

**Trabalho:**Cultura Rap e Construção de identidade na adolescencia

**Autor(es):** Teles Marques,Maria C. D. P. Lyra

**Resumo:** A Rap Music, também denominada Cultura ou movimento Hip Hop, emergiu na sociedade norte americana nos anos 70. Oriunda das transformações sócio-culturais impostas aos seus participantes após a grande diáspora africana, no período escravagista, estabeleceu-se como cultura, trazendo para os jovens das comunidades negras um sentimento de unidade e integração a um grupo. Diante deste fenômeno que parecia uma moda passageira, como ocorreu com o movimento Punk na Inglaterra, mas que, ao contrário, tomou corpo e se estende pelos últimos 35 anos, abrangendo quase todo planeta, tornou-se mister examinar o que este fenômeno oferece para a juventude das periferias das grandes cidades. No entanto, na época em que foi iniciado este trabalho, foram encontradas escassas referências na literatura científica, especialmente na psicologia, sobre o tema. Este tipo de lacuna abriu uma possibilidade de investigar o seu significado para adolescentes que se engajam nessa cultura. O propósito deste trabalho foi investigar o fenômeno Rap enquanto uma atividade interpretativa que provê elementos para que adolescentes que participam dessa cultura construam e/ou desenvolvam suas identidades. Sendo assim, este estudo considera a Rap Music uma manifestação cultural que articula conceitos e símbolos, mediando práticas de significação do mundo, propondo um conjunto de alternativas capazes de funcionar como maneiras de construção/desenvolvimento de identidade. Tendo em vista que a identidade, segundo tem sido investigada, é construída/desenvolvida de forma individual e, também, em relação ao grupo, o estudo foi feito levando em consideração a identidade como fenômeno individual e também em relação com o grupo. Dessa forma, o estudo constou de uma etapa de observação e acompanhamento. Tal procedimento serviu como instrumento de avaliação e descrição dos ambientes social, econômico e cultural dos 73 participantes, cuja idade variou entre 12 e 19 anos; a outra etapa de coleta de dados, constou de respostas a uma entrevista semi-estruturada, para identificação de elementos que contribuem para que a cultura Rap seja um locus utilizado pelos adolescentes para a construção/desenvolvimento de identidade. Os resultados apontam que na cultura Rap a dominância é de adolescentes pertencentes a um meio sócio-econômico “empobrecido”. Sugerem, também, que a cultura Rap fornece um conjunto de elementos que favorecem a construção/desenvolvimento da identidade dos participantes. Esta identidade tanto tem características de uma identificação com o próprio sujeito (EU) como com o GRUPO que participa desta cultura. As categorias “Participação” e “Apoio-aceitação” são as que de forma mais característica demonstram esta relação indivíduo-grupo na construção/desenvolvimento da identidade do adolescente “empobrecido” que participa da cultura Rap

**Palavras-chaves:** Cultura,Identidade,Adolescencia

**Atividade: TRANSTORNO DO PÂNICO OU NEUROSE DE ANGÚSTIA? (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Transtorno do Pânico ou Neurose de Angústia

**Autor(es):** Rita Magna de Almeida Reis Lôbo Vasconcelos

**Resumo:** TRANSTORNO DO PÂNICO OU NEUROSE DE ANGÚSTIA ?O Transtorno do Pânico, tão freqüente na mídia e no discurso das pessoas, não parece ser uma doença nova e atual. O transtorno do pânico não seria, segundo a psicanálise, mais do que uma fase aguda da Neurose de Angústia (Angstneurose) estudada por Freud há mais de 100 anos. No entanto, dentre os novos sintomas da contemporaneidade, surge como novidade a classificação diagnóstica da psiquiatria atual a categoria de Transtorno do Pânico (Panic Disorder), criada em

1980 pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-III. Ressalte-se que até esta data, tanto a psiquiatria quanto a psicanálise utilizavam a mesma nomenclatura estabelecida por Freud em 1895, ou seja, neurose de angústia. Na verdade, a descrição do transtorno de pânico parece constituir um novo recorte do quadro clínico descrito por Freud. O Transtorno do Pânico, também denominado Síndrome do Pânico, como sintoma, apresenta o mesmo descompasso da fobia, acompanhado da desaparecimento do seu objeto, isto é, o sujeito não consegue detectar do que tem medo. Este estado emocional desencadeia uma série de sintomas corporais indicando que um grande perigo invisível se aproxima: o medo paralisante, a transpiração excessiva, tremores, ataques de suor, vertigem, agorafobia, taquicardia, acessos de angústia intensos com sensação de morte iminente ou de estar enlouquecendo, embora lhe pareçam estranhos e inexplicáveis em relação às circunstâncias de sua vida psíquica consciente. Segundo Pereira (2003), o pânico constitui uma tentativa extrema de tornar o desamparo apreensível para o mundo psíquico. A palavra, que tem extremo valor como forma de capturar o inominável, oferecerá um caminho, mas sempre deixará uma brecha. Há um permanente deslizamento entre o conceito de desamparo e o de pânico. O desamparo diz respeito à linguagem, ao passo que o pânico deve ser situado como esforço psicopatológico do pensamento. O pânico se constituiria como uma tentativa extrema do aparelho psíquico de tornar o desamparo acessível ao pensamento. Para Freud, a angústia é um afeto dependente das relações entre a excitação sexual física e as possibilidades que encontra para ser simbolizada e elaborada pelo psiquismo. Como a angústia não encontra uma representação psíquica, ela é vivida como invasão brutal da pulsão, como ameaça e como ataque. Considerando-se sob o ponto de vista morfológico, é marcante a semelhança entre os acessos de angústia, descrito por Freud, e o transtorno de pânico delimitado pelo discurso psiquiátrico. Alguns aspectos essenciais da angústia são sua intensidade brutal e o fato de não serem acompanhados por representações capazes de lhes conferir um sentido, tornando-a aterrorizante. Esta é a mesma forma com que se apresenta o transtorno de pânico.

**Palavras-chaves:** Angústia, Neurose de Angústia, Transtorno de Pânico, Desamparo

**Atividade:** A experiência como adicto em um grupo de Narcóticos Anônimos (Paineis)

**Trabalho:** A experiência como adicto em em grupo de Narcóticos Anônimos

**Autor(es):** Ingrid Porto de Figueiredo, Ricardo Pimentel Mélo

**Resumo:** Esta pesquisa ancora-se na perspectiva do Construcionismo Social, que reconhece que os sentidos são fruto de negociações cotidianas, tornando-se versões de mundo que estão situadas historicamente. Dessa forma, existe a possibilidade de estranhamento de algumas noções ou crenças instituídas em nossa sociedade. Este trabalho se propõe a investigar como se delinea a experiência como adicto entre ex-usuários de drogas ilícitas em um grupo de Narcóticos Anônimos. A noção de dependência psicológica é concebida de diversas formas, destacando-se o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (2006) que apresenta a noção de dependência como uma sensação de mal-estar e desconforto na ausência da droga. Na Psicanálise, Birman (2000) e Pelegrini (2003) trabalham com a noção de toxicomania, com uma perspectiva de um fortalecimento em uma cultura narcísica onde ocorre a busca de um prazer desenfreado, além de Rocha (2004), que a relaciona com a formação de um laço social de tipo perverso. O Narcóticos Anônimos (2006) não oferece uma definição de dependência psicológica, permitindo apenas aos seus participantes utilizarem-se do termo “adicção” como algo que poderia contribuir para o processo de recuperação. A primeira categoria de análise aponta que o adicto não encontra maneiras de se auto-controlar, necessitando do auxílio de fontes externas e que a irmandade NA tem vários papéis como aliviar a dor de viver, amenizar os defeitos de caráter e cessar o uso de entorpecentes. Na segunda categoria, que diz respeito a noção de adicção, pôde-se perceber que os participantes acreditam ter encontrado uma “identidade” quando se deparam com a possibilidade de um apadrinhamento e se sentem comprometidos com a sua própria recuperação. Finalmente, sobre a noção atribuída à adicção e adicto, muitos são os sentidos construídos, alguns relacionados com aspectos negativos como

vazio de viver, dor e agressividade, entretanto aspectos positivos também são enfatizados como a chance de participar de uma comunidade mundial como o NA e o ato de se deparar com mudanças em suas vidas. Contraditório, pois, apesar de serem estarem gerindo suas vidas, ainda considerando-se adictos, permanecem sujeitados à regras do NA, pois se o vínculo é perdido, a adicção pode retomar suas características negativas na vida do adicto. Considera-se, a partir do que foi tomado como relato, que a adicção assume uma variedade de sentidos, onde a imbricação entre discurso e ação não pode ser perdida de vista, já que possibilita esta construção. Sendo assim, percebe-se as negociações presentes e os diferentes posicionamentos tomados por estas pessoas diante da noção de adicção e da experiência de ser um adicto.

**Palavras-chaves:** Adicção, Narcóticos Anônimos, Construcionismo Social, Práticas Discursivas, Produção de Sentidos

**Atividade: O Corpo Nosso de Cada Dia (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** O corpo Nosso de Cada Dia

**Autor(es):** Maíza Ferreira Rodrigues, Maria de Fátima Vieira Severiano

**Resumo:** Acreditamos que o corpo passa a ocupar um lugar de destaque na cena contemporânea por ser condição de visibilidade do sujeito na “sociedade do espetáculo” (DEBORD). Considerando que somos constantemente interpelados pela publicidade para que cuidemos da saúde e da aparência, nossa proposta é refletir acerca da importância que essa visibilidade ocupa em nosso psiquismo e na nossa vida social. Desta forma temos como objetivo discutir os aspectos psicossociais envolvidos no atual culto ao corpo e suas repercussões psíquicas frente à posição de destaque que o corpo vem ocupando na cena social nestas últimas décadas. De acordo com estudiosos do tema em questão, a preocupação com a estética corporal se fez presente em outras épocas e culturas, todavia o momento atual aponta para uma intensificação dos cuidados que devemos ter com o nosso corpo, como se ele, o corpo, doutrinado segundo as normas da bio-acéstica garantisse um salvo conduto à felicidade. Côncios de que estamos lidando com uma categoria social e histórica, marcada pelo território biológico e psíquico, defendemos que “o culto ao corpo”, merece um lugar de destaque entre os objetos abordados pela psicologia social, por compartilharmos com Novaes (2005), Crochick (2005), Sant’Anna (2001), dentre outros pesquisadores desta temática que, o corpo deve ser visto como o lugar de inscrição de significados e neste sentido, deve ser interpretado como categoria psíquica e social. Partindo da premissa que os cuidados excessivos com o corpo em nosso cotidiano, não se revertem apenas em satisfação, como propaga a mídia, mas também se expressam na proliferação de distúrbios de imagem, distúrbios alimentares, depressões, enfim em freqüentes insatisfações e “mal-estares” dos sujeitos com seus corpos e conseqüentemente da submissão destes aos mais variados tratamentos estéticos, demandando da Psicologia novas formas de compreensão acerca dessas subjetividades emergentes. Diante disto, não queremos condenar nem absolver o “culto ao corpo”, mas tão somente buscar entender suas vozes enquanto tradutoras de sentidos, historicamente sedimentados na relação do indivíduo com a sociedade. Na tentativa de compreender de que maneira esse corpo fala do social elegemos a Teoria Crítica como suporte teórico por entendermos que esta teoria fornece elementos-chaves para a compreensão dos aspectos psicossociais envolvidos no atual culto ao corpo e nas suas repercussões psíquicas, enquanto um particular (corpo) que fala do universal (sociedade). A concretização deste trabalho envolve também a articulação entre teoria e levantamento de dados ilustrativos que vêm sendo coletados em revistas de circulação nacional (Veja, Isto É e Época) acerca do discurso produzido em torno do corpo neste tipo de mídia, dando ênfase ao discurso daqueles que consomem produtos que prometem além de embelezar o corpo e proporcionar saúde, promover auto-estima, realização pessoal e felicidade. Diante do exposto, consideramos pertinentes alguns questionamentos que põem sob suspeita o hedonismo da sociedade contemporânea: Será que somos mesmo a sociedade do prazer como apregoa o discurso hedonista? Diante dos jogos de regras e disciplinas impostos, implícita ou explicitamente, aos corpos na sociedade de consumo como podemos conciliá-los com as promessas de “prazer” tão



difundidas por este mesmo consumo?

**Palavras-chaves:** aspectos psicossociais, culto ao corpo, repercussões psíquicas

**Atividade:** A ditadura da imagem e a (in) capacidade de imaginar diante dos tempos hipermodernos  
**(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** A ditadura da imagem e a (in) capacidade de imaginar diante dos tempos hipermodernos

**Autor(es):** Cecília Pinheiro Freire Barros Cairo, Isabela Arruda Soares

**Resumo:** Esta pesquisa científica fundamenta-se, inicialmente, na discussão acerca do papel das aparências/imagens diante da hipermodernidade e como isto pode se relacionar com a subjetividade dos indivíduos. Foi o incômodo íntimo provindo da reflexão diante do consumo exagerado, da fixação pela modernidade requintada dos figurinos, dos modelos e dos padrões temporários da aparência e da beleza que nos permitiu sugerir a presente problematização. A partir do estudo bibliográfico de ênfase em conteúdos sobre a hipermodernidade e o vazio íntimo em que vivemos, além de escritos sobre a cultura do narcisismo de autores como Gilles Lipovetsky e Christopher Lasch, em especial, analisa-se em que níveis a massificação pode estar impedindo uma expressão mais singular dessa subjetividade em uma esfera onde há o triunfo da sociedade de mercado e uma padronização de cunho hedonista. A liberdade passa a incitar o prazer e o gozo, e, paradoxalmente, traz angústia sobre a qual a insegurança repousa, substituindo essa mesma liberdade. O estudo em questão buscou examinar como estes fenômenos que se processam na sociedade de consumo se expressam na vida concreta das pessoas. Para tanto, além do embasamento literário, foram realizadas entrevistas com duas categorias específicas: pessoas que se submeteram a cirurgias plásticas primordialmente por questões estéticas e pessoas que foram acometidas por sofrimentos emocionais relacionados às pressões exercidas pelo consumo desenfreado da sociedade que dita a imagem a ser absorvida. Além das entrevistas realizadas, foi proposta uma discussão de alguns programas televisivos que exploram a imagem de pessoas que se submetem ao viés do espetáculo da sedução e da importância do efêmero, permitindo que verdadeiros “milagres” as tornem como (pensam que) desejam ser. Pode-se afirmar que vivemos em um momento em que a imagem tem uma intensa significação e é ela quem passa a ditar as normas, o consumo, os valores ético-morais, ultrapassando todas as barreiras e transformando-se na mais valiosa mercadoria capitalista. Neste sentido, marcada pela imagem do novo, do moderno e do que é ditado pela moda, a sociedade hipermoderna parece promover uma desqualificação do passado, dos valores tradicionais, de algumas estruturas de sentido, mediante as constantes mudanças impostas pelo desejo da novidade, do efêmero, da sedução e da busca de emoções e prazeres constantes. O aprofundamento do tema propiciou a análise de uma sociedade marcada pelo signo do excesso, pela cultura da urgência e da ambição continuada, pela hiperfuncionalidade, pelo movimento incessante e pela fluidez das ações, onde os grandes sistemas de representação de mundo são tomados como objetos de consumo, sendo cambiáveis de forma caracteristicamente veloz. É possível que o processo ditatorial sobre a imaginação das pessoas provoque instabilidades em seu funcionamento psicológico e um conseqüente crescimento de inúmeros distúrbios causados por baixa auto-estima e frustração. Dessa maneira observa-se uma ascensão de comportamentos disfuncionais, expressos nas formas de compulsão, adições de sintomas psicossomáticos e de quadros depressivos que se enquadram nessa sociedade hipermoderna. Assim, nota-se o indivíduo a viver um desencantamento diante de tantas e excessivas liberdades disfarçadas de modismos aparentemente muito acessíveis, que não provocam senão o crescimento da incerteza e a servidão ao presente, proporcionando uma inquietante desestabilização emocional e fragilização subjetiva. Enfim, o estudo proposto transmite a idéia de que a ditadura da imagem à qual estamos impostos nos obstaculiza a capacidade de nos imaginarmos como, essencialmente, somos a partir de nossas escolhas e dificulta que saibamos nos posicionar diante da diversidade de tantas opções, às quais, por vezes, somos forçosamente convidados a adotar.

**Palavras-chaves:** Ditadura da imagem, Subjetividade, Hipermodernidade

**Atividade:** Análise das formas de expressão do preconceito racial em uma amostra de universitários sergipanos  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** Análise das formas de expressão do preconceito racial em uma amostra de universitários sergipanos

**Autor(es):** Sheyla Christine Santos Fernandes, Saulo Santos Menezes de Almeida

**Resumo:** Apesar de todos os dados parecem indicar que o preconceito contra grupos minoritários está em declínio na atualidade, e esse fato pode ser percebido levando-se em conta as normas de alguns países que coíbem (em alguns casos com rigor) qualquer tipo de discriminação, a realidade dos fatos não permite esta constatação. Além das notícias passadas pela mídia, as pesquisas também revelam que a intolerância intergrupala é fato bastante presente em nosso cotidiano. Contudo, pode-se observar uma inquietude de sistemas que lutam a favor da igualdade e justiça social, e constata-se que algo vem paulatinamente se modificando no quadro das relações hierárquicas de poder entre os grupos, mas afirmar categoricamente que a sociedade está se tornando cada vez mais suscetível às normas igualitárias é deveras impertinente. Nas últimas décadas uma série de estudos vem se desenvolvendo tendo o preconceito como tema principal, partindo do entendimento de que “são pré-julgamentos negativos sobre os membros de qualquer grupo social” (Jones, 1972). Em 1954, Gordon Allport, na obra “The Nature of Prejudice” definiu preconceito como “uma antipatia que se apóia em uma generalização errada e inflexível, que pode ser sentida ou expressa, e que pode ser dirigida a um grupo em geral ou a um indivíduo por ser membro do grupo”. Nesta mesma obra, Allport justifica o ato de estereotipar como fruto da “lei do menor esforço”, uma forma de desenvolver opiniões, atitudes ou crenças baseadas em conhecimento que nos satisfaçam na tentativa de entender o mundo. Desta forma, o preconceito é visto como uma atitude, revelada através de um componente afetivo ou de um comportamento negativo, mas que continua partindo de uma generalização errada e inflexível (erro cognitivo). Já entre os anos 1960 e 1970, as explicações do preconceito são desenvolvidas em função das influências culturais, das relações intergrupais e das normas sociais (Duckitt, 1992). Assim, na seqüência, essas tendências são postas em relevo enfatizando as relações de poder entre os grupos sociais como fonte do preconceito (Camino, 1996). Surge, então, uma busca pela compreensão deste fenômeno como injustificado, proveniente das relações sociais. Tem se tornado lugar comum discutir o preconceito a partir de sua natureza basicamente social, minimizando o poder explicativo dos processos psicológicos subjacentes, percebendo sua fonte então na luta ideológica pelo poder entre os grupos, no interior dos processos de exclusão social e dos processos políticos (Camino, Da Silva, Machado & Pereira, 2001; 2004), resultando em distanciar dos estudos científicos a visão do preconceito como uma propensão individual de personalidade ou de estilo cognitivo, sendo inquestionável a idéia de que tal construto é responsável por influenciar diretamente tanto os julgamentos sociais como as ações dos indivíduos, consistindo nisto sua incomensurável relevância para as ciências políticas e sociais. Neste sentido, uma série de teorias vem sendo desenvolvidas defendendo a existência de novas configurações nas maneiras de se expressar o preconceito, a exemplo tem-se a teoria do preconceito sutil (Pettigrew & Meertens, 1995), que propõe a existência de duas formas de preconceito: a forma chamada flagrante e a forma chamada sutil. As pessoas que apresentam o preconceito sutil exageram as diferenças culturais entre os membros de seu próprio grupo e os membros dos grupos externos, e negam a expressão de emoções positivas frente ao grupo externo. Diante do exposto este estudo teve como objetivo analisar o preconceito contra negros utilizando a escala de preconceito sutil e flagrante de Pettigrew e Meertens (1995) em uma amostra de estudantes universitários da cidade de Aracaju (N=112). Os resultados do presente estudo contam com a validação e adaptação da escala utilizada para o contexto brasileiro, bem como com a análise da magnitude e representação do preconceito contra negros e sua expressão.

**Palavras-chaves:** racismo,preconceito sutil,preconceito flagrante

**Atividade: Estudo do preconceito étnico em crianças  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Estudo do preconceito étnico em crianças

**Autor(es):** Sheyla Christine Santos Fernandes,Saulo Santos Menezes de Almeida

**Resumo:** O preconceito é uma atitude negativa em relação a um grupo ou a um indivíduo por fazer parte deste grupo. O racismo é uma forma enfatizada do preconceito por colocar indivíduos em posição inferior a outros devido a diferenças genéticas ou biológicas, e mesmo que de forma sutil, o racismo, a partir das influências sociais difunde-se e enraíza-se no meio social. As crianças que também são agentes e passivos a essas influências podem ser diretamente afetadas e assumirem atitudes preconceituosas e racistas em seu comportamento social. Sabendo-se que o racismo tem a natureza de hierarquização, dominação e exclusão baseada em uma característica física externa ratificadora de comportamentos e perpassa um compartilhamento de sentimentos e uma manipulação institucional e cultural de ideologias racistas, percebeu-se a necessidade de um estudo mais aprofundado da realidade que ocorre com as crianças em suas visões de mundo e na introjeção das normas sociais atuantes na sociedade e cultura particular, destacando os seus conceitos étnicos. Vale ressaltar que devido às normas sociais que recriminam e desprezam a discriminação, nos dias atuais, são percebidas nitidamente novas formas de expressão do preconceito, que vem sendo camuflado, sutilizado ou expresso de forma simbólica, porém com uma ideologia desigual inconsciente que ainda perpassa as relações sociais. Desta forma, partindo destes princípios, e se colocarmos a idéia da representação como constituinte de um pensamento racista, preconizar-se-ia um estudo com as crianças para uma assimilação mais contundente da prerrogativa das representações sociais, que defende a formação de pensamentos condicionados desde o nascimento. Participaram deste estudo 19 crianças de uma cidade do interior do estado de Sergipe, 11 meninos (57,9%) e 8 meninas (42,1%) (idade de 5 a 8 anos). Este estudo foi então motivado por dois fatores centrais: (1) investigar o racismo em crianças pequenas; (2) analisar a possível diferenciação entre o racismo apresentado por crianças abaixo e acima dos sete anos de idade. Neste sentido, três procedimentos foram utilizados para atender aos objetivos do presente estudo: (1) foi solicitado às crianças que desenhassem uma criança branca e uma criança negra em folhas separadas, (2) em seguida, as crianças foram convidadas a expor seus pensamentos acerca da associação das categorias sociais beleza, riqueza, inteligência, contato e proximidade frente aos dois alvos; (3) por fim, pediu-se às crianças que desenhassem a possível casa e família das crianças de seu desenho e emitissem julgamentos e explicações acerca de suas atribuições. Os resultados revelaram um alto nível de preconceito, onde a criança negra foi fortemente rejeitada. As crianças de sete e oito anos de idade apresentaram os maiores índices de preconceito. Sendo assim, a discussão sugere que o efeito da norma social de igualdade apenas aparece após os oito anos de idade.

**Palavras-chaves:** racismo,preconceito,crianças

**Atividade: Flash Mobs: um retrato da sociedade contemporânea  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Flash Mobs: um retrato da sociedade contemporânea

**Autor(es):** Rafaela Medeiros de Mattos Brito, Ariela Oliveira Holanda, Fernanda Carvalho de Almeida, Carolina Pinheiro Moreira, Marília Studart Barbosa, Úrsula Custódio Gomes, Janara Pinheiro Lopes, Maria de Fátima Vieira Severiano

**Resumo:** A formação de “aglomerações relâmpagos” entre pessoas desconhecidas, provocando uma situação inusitada sem um propósito explícito foi denominada de Flash Mobs, constituindo-se como um movimento atual que tem se difundido mundialmente. Traduzido do inglês como “multidão instantânea”, o Flash Mob é um fenômeno contemporâneo, no qual um grupo de pessoas combina um encontro de duração rápida em um lugar público, principalmente através de meios virtuais – orkut, mensseger, grupos de bate-papo, e-mails, mensagens de celulares – para desempenhar uma ação, aparentemente sem sentido. A análise desse fenômeno grupal traz à tona o relevante papel da internet como uma nova forma de mobilização social, atuando nas relações interpessoais e na organização de ações coletivas. O Flash Mob ocorreu pela primeira vez na cidade de Nova Iorque em 2003, no centro de Manhattan, sendo organizado por um internauta chamado Bill Wasik. Cerca de 100 pessoas foram mobilizadas por meio de e-mails e se reuniram no departamento de tapetes da loja Macy. O grupo ficou reunido em volta de um determinado tapete para apreciá-lo por cerca de dez minutos e, logo depois, todos se dispersaram. O objetivo do inventor desse movimento foi revelar a fugacidade do consumo contemporâneo, criando um modismo cultural através de aglomerações instantâneas, esvaziadas de um sentido específico. A primeira manifestação desse movimento no Brasil ocorreu em 2004 na cidade de São Paulo, onde cerca de 80 pessoas se reuniram na Avenida Paulista no primeiro sinal verde após o meio dia, um grupo de pessoas desconhecidas, que se mobilizaram através da Internet, se reuniu na faixa de pedestres, tiraram os calçados e começaram a bater no chão. Poucos segundos depois, a maioria dessas pessoas se dispersaram tão rapidamente quanto haviam se encontrado. Os transeuntes pouco ou nada conseguiam entender o significado daquela ação coletiva. Diante do exposto, este trabalho propõe-se a analisar os sentidos do fenômeno Flash Mob na atualidade a partir, principalmente, da Psicologia Social das massas freudiana e da Psicologia Social frankfurtiana (Marcuse, Adorno e Horkheimer). Seguimos um referencial metodológico qualitativo, realizando a coleta de dados através de um roteiro semi-estruturado de entrevista. Como os Flash Mob se caracterizam enquanto grupos efêmeros, tendo como principal meio de comunicação o espaço virtual na Internet e do Orkut, selecionamos 05 participantes nestas comunidades, analisamos vídeos que demonstravam a formação dos grupos e estabelecemos contato com participantes de Flash Mob da cidade de Fortaleza/CE. Como resultado, derivamos algumas reflexões que nos parecem expressar características proeminentes da sociedade contemporânea: os flash mobs revelam uma certa renúncia e esvaziamento dos projetos de transformação político-sociais coletivos e evidenciam a efemeridade e os paradoxos da lógica da produção e consumo cultural da “Hipermodernidade”, na qual o pertencimento a um grupo pode ser tão atrativo quanto o consumo de um determinado produto. Expressam, por um lado, uma pura “falta do que fazer” - expressão do ócio, onde as pessoas vivenciam o momento lúdico na efemeridade de um encontro sem maior utilidade prática, um encontro que vale por ele mesmo - e por outro lado, uma forma de protesto e contestação, a exemplo de um flash mob que reuniu uma multidão de pessoas apontando, com um controle remoto, para uma grande tv imaginária, em uma avenida movimentada, fingindo mudar canais. Concluímos que estes grupos aparecem num contexto em que há um cansaço diante das imposições da ética utilitarista e das “doutrinas midiáticas” da sociedade capitalista, que estabelece padrões de como se deve ser, o que usar e como agir. O movimento traz ainda uma clara expressão da “Sociedade do Espetáculo”, na qual o valor supremo é a visibilidade, havendo uma suspensão dos juízos preconcebidos daquilo que pode ou não ser feito nos espaços públicos. Ressaltamos, por fim, que essas manifestações instantâneas marcadas pela volatilidade e por uma nova forma de vínculo social forjado via on-line, ao representarem aspectos cotidianos relacionados à rapidez e a falta de sentido presentes na sociedade contemporânea, revelam uma crise identitária moderna, na qual o indivíduo urbano vive anonimamente em meio a uma multidão, carente de sentido e dependente do olhar do Outro para efetivamente existir. Os Flash Mobs continuam a alastrar-se rapidamente pelos países de maneira que não consideramos que sejam meros fenômenos descontextualizados e niilistas, porém reflexos desta sociedade. Salientamos ainda, que a presente pesquisa não se propôs a esgotar as possibilidades de análise dos Flash Mobs, visto que estes se constituem como um fenômeno social bastante recente.

**Palavras-chaves:** Flash Mobs,internet,sociedade do espetáculo,consumo,contemporaneidade

**Atividade:** A LOUCURA NA CONCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES  
(Paineis)

**Trabalho:**A LOUCURA NA CONCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES

**Autor(es):** Paulo Henrique Fernandes Pinto,Fabiana Nogueira de Lucena,Aline Medeiros Dutra Dantas,Lenna Indiara de LIMA

**Resumo:** Os Centros de Referências da Assistência Social (CRAS) são unidades básicas de atendimento social que materializam a Política Nacional da Assistência Social (PNAS) brasileira por meio de atividades e serviços que tem como foco de trabalho as famílias e/ou membros da comunidade que estejam em condições de vulnerabilidade social. Um dos serviços realizados nos CRAS do município de Mossoró(RN) que conta com cinco unidades de atendimento é o trabalho com os participantes do Programa Agente Jovem voltado para adolescentes de famílias de baixa renda que estão na faixa etária entre quinze e dezessete anos. Nessa perspectiva de trabalhar com temáticas e programas sociais que viabilizem a reflexão, a discussão e a possível transformação social a equipe técnica formada por dois psicólogos e duas assistentes sociais do CRAS/Mossoró(RN) localizado no bairro do Alto de São Manoel realizou no mês de outubro de 2006 com doze dos vinte e cinco adolescentes atendidos pelo Programa Agente Jovem deste CRAS do turno matutino uma pesquisa sobre o conhecimento deles com relação a loucura. Optou-se por trabalhar com esta temática porque há aproximadamente duas décadas o discurso sobre a loucura no Brasil passa por profundas transformações - desde o período de redemocratização da política brasileira no início da década de 1980 - no que se refere à assistência e ao tratamento dispensado às pessoas que sofrem de problemas psíquicos. Fruto do processo histórico que teve como marco a presença do discurso do Estado com a aprovação da Lei 10.216/01 que rege a Política Nacional de Saúde Mental no país que visa nesta trajetória de lutas à mudança de paradigmas dentre eles o do discurso sócio-cultural sobre a loucura e o resgate da cidadania das pessoas portadoras de problemas mentais. Visando colher dados e informações com respeito ao conhecimento dos jovens sobre a loucura, para a partir daí poder desenvolver estratégias de trabalho que busquem esclarecer e desmistificar os conhecimentos e as atitudes preconceituosas e errôneas sobre a devida temática. Fomentando assim uma tentativa de mudança no status quo dos discursos sociais sobre a loucura. Privilegiando uma melhor acolhida na sociedade das pessoas que tem essa condição. Foi então aplicado um questionário com cinco questões abertas que enfatizavam o conhecimento sobre o conceito, a etiologia, as características e as formas de tratamento para a loucura. Dentre os resultados colhidos podemos destacar que no que diz respeito ao conceito 30,76% responderam que a loucura é uma doença mental. 33,35% consideraram que os esforços físico e mental podem causar a loucura enquanto 6,6% consideraram sua causa como hereditária. O uso de medicamentos como forma de tratamento foi apontada por 37,50% e 6,25% indicaram também a atenção da família. A cura para a loucura foi considerada por 91,66% e a obsessão foi considerada por 18,75% como umas das características de pessoas que desenvolve a loucura, enquanto o uso de drogas e as alucinações ambas foram apontadas por 12,50% cada e a agressividade por 6,25%. Podemos considerar que existem certo grau de insuficiência e confusão dos conhecimentos no que diz respeito à temática da loucura em especial sobre as formas de tratamento, a etiologia e a questão da curabilidade. Sendo importante viabilizar meios de trabalhar essa temática com esses adolescentes enfocando essas questões para que as dúvidas e os preconceitos possam ser esclarecidos levando assim a construção de um novo discurso sobre a loucura e conseqüentemente sobre as pessoas que tem essa condição.

**Palavras-chaves:** ADOLESCENTES,DISCURSO,LOUCURA,PESQUISA,PROGRAMA

**Atividade:** Cultura, Identidade e Memória

## **(Paineis)**

**Trabalho:**Cultura, Identidade e Memória

**Autor(es):** Priscila Ferreira Mendonça,Manuela Vilanova Ribeiro Barbosa

**Resumo:** A identidade social tornou-se um problema fundamental nas sociedades modernas e globalizadas, permanecendo como um tema de difícil delimitação conceitual, apesar da sua importância e recorrência nos debates e análises nas ciências sociais e na vida cotidiana. A psicologia social entende a identidade como resultado dos processos de categorização e comparação sociais, sendo definida como a parcela do auto-conceito do indivíduo que deriva do conhecimento e do significado emocional associado à pertença a um grupo. O grupo ao qual se pertence é fundamental na definição da identidade social das pessoas. Nesta perspectiva, pretende-se entender melhor a identidade social de membros de dois grupos estigmatizados. Para tanto, realizamos uma pesquisa em duas comunidades, a dos Índios Xokós e a dos Quilombolas do Mocambo, ambas em Porto da Folha-Se. Utilizamos um roteiro de entrevista estruturado com questões sobre memória coletiva e identidade social. Foram entrevistados nove índios e doze quilombolas, todos adultos e de ambos os sexos. A partir de uma questão sobre a origem das comunidades foi possível verificar que o surgimento de ambas está marcado por conflitos, nos quais quilombolas e xokós lutavam para adquirir a posse da terra. Para analisarmos a identidade, perguntamos se gostavam de ser índio/negro e se sentiam orgulho. Todos os xokós demonstraram estar satisfeitos com suas pertenças, o que parece indicar que a identidade social ligada a este grupo é bastante forte. Dentre os quilombolas, apenas metade, o que sugere uma identidade social mais fragilizada e insegura. Ao indagarmos sobre como são tratados fora da comunidade, os quilombolas afirmaram-se mais discriminados que os xokós. Sobre os projetos para o futuro dos seus filhos, ambos os grupos querem um futuro melhor para eles; porém, na tribo, os pais mostram o desejo de seus filhos permanecerem na ilha e preservar sua cultura, ao passo que os quilombolas preferem que eles deixem o quilombo, alegando que a comunidade não oferece oportunidades. De maneira abrangente, os resultados mostram que a cultura exerce papel essencial na construção e estabilidade da identidade social, mas que também as condições econômicas e de conflito intergrupais, marcantes no Mocambo, desempenham um papel central nos processos de identificação e desidentificação étnica. Não obstante as limitações deste estudo, foi possível verificar quão relevante são os processos de memória coletiva e de discriminação social no modo como o sujeito se vê, tanto como indivíduo quanto como membro de um grupo estigmatizado. Como coloca Michel Wieviorka (2000) para que o indivíduo tenha identidade, é preciso que haja memória, pois é ela quem vai permitir ao indivíduo uma noção da continuidade da sua vida, do seu percurso e sua origem, além de possibilitar a manutenção e transmissão de sua cultura para as demais gerações.

**Palavras-chaves:** cultura,identidade,memória,xokós,quilombolas

**Atividade: Socialização materna e identidade étnica.  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Socialização da identidade étnica em crianças.

**Autor(es):** Shyrley Bispo Guimarães,Michelle da Conceição Silva,Carina Feitosa dos Santos,Dalila Xavier de França

**Resumo:** A identidade étnica, assim como as atitudes para os outros grupos sociais são apreendidas no processo de socialização através das construções e reconstruções permanentes do indivíduo junto àqueles que compõem as suas redes de comunicação e influências. Dentre tantos agentes que vão regular o comportamento da criança, os pais assumem um importante papel. Essas atitudes são apreendidas pela criança lentamente, e passam pela compreensão de

vários aspectos do mundo social como a percepção das diferenças em si e nas outras pessoas e inclusão de si e delas em categorias até a formação de uma identidade social. Nesse processo estão presentes afetos e significados ideativos a respeito de como a sociedade encara os grupos, por exemplo, quando as crianças apreendem as diferenças entre os grupos, sejam elas de gênero, étnicas ou raciais elas também aprendem de modo rudimentar o valor desses grupos na sociedade, e isto pode ser percebido nas crianças numa idade muito inicial. De modo que no momento que o indivíduo forma sua identidade étnica, esta já vai sendo influenciada pelas suas percepções do valor atribuído a seu grupo. E isto pode ter implicações sobre sua identidade. Se o grupo é positivamente avaliado, o indivíduo terá uma identidade étnica positiva. Observa-se que se o indivíduo pertence a um grupo negativamente avaliado, ele usará determinadas estratégias para adquirir uma identidade social positiva, a mobilidade social é uma dessas estratégias e é caracterizada pelo afastamento ou negação da pertença ao próprio grupo pelo indivíduo em favor de um grupo positivamente avaliado (Tajfel, 1978). Considerando estes aspectos teóricos, pretende-se verificar a socialização e a identidade étnica em crianças brancas, mulatas e negras. Para isso, foram entrevistadas 145 crianças brancas, mulatas e negras, de 6 a 10 anos de idade e suas mães. Nas crianças, analisamos as dimensões cognitiva e afetiva da identidade étnica, através das respectivas perguntas “você é (branco, mulato, negro)?” e “você gosta de ser X?”. A expectativa de mudança na cor da pele através da pergunta “você gostaria de ser de outra cor?”. Nas mães, analisamos a socialização através da indagação “Se seu filho dissesse que não gosta do jeito que é e que gostaria de mudar a cor da própria pele, o que a sr<sup>a</sup> diria a ele?”. Os resultados relativos a identidade étnica indicam que enquanto 60,8% das crianças brancas se identificam com sua pertença étnica, 57,4% dos mulatos e apenas 37,5% das negras o fazem. Já em relação à dimensão afetiva da identidade étnica, foi observado um alto nível de aceitação entre crianças brancas, mulatas e negras (respectivamente, 98%, 94,4%, 87,5%). No que concerne à mudança na cor da pele verificou-se que a maioria das crianças (106 crianças) não quer mudar de cor, entretanto aquelas que querem mudar (39 crianças) escolhem mudar para o grupo dos brancos (28 crianças). Por fim, com relação à socialização materna, verifica-se que se o filho não gosta do jeito que é e que gostaria de mudar a cor, as mães dão duas direções de respostas: é impossível mudar ou é possível mudar. As que acreditam que é impossível mudar dão explicações religiosas: o que “Deus fez ninguém desfaz”, “Deus deu essa cor”, ou dizem para aceitar “não tem como mudar ele deveria aceitar a forma que ele é”, há ainda aquelas que tentam fazer o filho perceber as qualidades positivas da sua cor “está bonito do jeito que está não precisa mudar”. As que acham que pode mudar respondem “seria uma opção dele”. A maioria das mães, independentemente da cor da pele dos filhos, dizem para eles aceitarem a cor da própria pele. Os resultados serão analisados com base na teoria da identidade social de Tajfel (1981) e em teorias de socialização infantil.

**Palavras-chaves:** Identidade étnica, Mudança da cor de pele, Socialização materna

**Atividade: Barbárie e Civilização em desenvolvimento na Amazônia (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Barbárie e Civilização

**Autor(es):** Rosimê da Conceição Meguins

**Resumo:** BARBÁRIE E CIVILIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA.

Rosimê Meguins

UFPA investigação das formas pelas quais o amazônida incorpora as transformações que marcam o desenvolvimento da região às ações e relações, com a natureza e com o homem, é objeto deste estudo, com foco na percepção dos sujeitos quanto às mudanças nas formas arcaicas e atuais de trabalho e às conseqüências nas suas relações junto à família e à comunidade. Visamos compreender, por meio dessas relações, de que modo se processam diferentes formas adaptativas, em resposta a idênticos apelos realizados pela condição a que estão submetidos sujeitos que vivem na região do Tapajós. Tal compreensão será buscada por meio da percepção que esses sujeitos possuem acerca dos processos a que estão expostos, ante a modernização que toma lugar, na Amazônia, e que vêm alterando as relações de trabalho desenvolvidas e afetando as interações com a natureza e com

os outros homens. Ética e razão instrumental são reportadas aos padrões ético-morais, atuais e anteriores, que norteiam o agir dos sujeitos, evidenciam os princípios e finalidades desse agir e afetam a percepção de sua identidade e suas relações de alteridade. Aqui, o sinal de alerta é dado visando chamar à atenção para o choque causado à natureza e ao homem, em proporções não de um simples acidente particular, mas de possibilidade de catástrofe universal. Discute-se o progresso que recai em regressão. Ou seja, o recurso a formas de violência primitiva ou a primazia da razão evidenciados na consecução de objetivos humanos ou de fins materiais privilegiados nos sujeitos. O lócus da pesquisa é a região do rio Tapajós, a oeste do estado do Pará, onde se concentra grande quantidade de riquezas minerais e naturais, e onde, conseqüentemente, são encontradas diversas atividades de exploração econômica desses recursos, introduzidas pelos grupos que exploram a região, em contraste com a presença marcante de comunidades que ali vivem do desenvolvimento de atividades primitivas, de natureza rudimentar. Para apreensão das formas pelas quais a subjetividade se apresenta objetivamente, utilizamos as narrativas dos sujeitos sobre suas condições de vida, tanto atuais quanto passadas, abordando relações e formas de trabalho, questões familiares e comunitárias, enfim, o modo pelo qual percebem a realidade na qual são constituídos e, ao mesmo tempo, constituintes. Selecionamos dois grupos que experimentam mudanças na sua principal atividade econômica. Um formado por moradores da comunidade de Ponta de Pedras, próximo Santarém, na orla do rio Tapajós, cuja principal atividade era coleta primária (caça, pesca e agricultura de subsistência); e que vivenciam uma fase de transição, sendo impelidos para o comércio após a redução do pescado, como conseqüência do uso de mercúrio nos garimpos fluviais da região e decorrente contaminação dos rios, e do surgimento do turismo, como alternativa de desenvolvimento econômico para aquela comunidade. Outro grupo é o de garimpeiros que atuavam nessa região e são, hoje, trabalhadores assalariados ou desempregados, vivendo em Santarém. A metodologia selecionada foi a de estudo de caso, cuja coleta de dados foi obtida por meio de entrevista narrativa com dez informantes, além de outros dois depoimentos técnicos que complementam os dados reunidos no estudo. Buscou-se a compreensão desses dados, especialmente, da percepção dos dois grupos de sujeitos, com base nos princípios envolvidos no processo de modernização iluminista ou racionalista, organizados, nesse estudo, em quatro categorias de análise indicadas pelo aporte teórico da psicanálise, representada por Freud, e da teoria crítica concebida por T. Adorno, M. Horkheimer e W. Benjamin, no que respeita à crítica da cultura que empreenderam: esclarecimento (regulação auto e hetero dirigidas no sujeito); barbárie e civilização (violência arcaica posta em prática por força dos impulsos internos ou ação resultante do uso da razão); ética e razão instrumental (orientação normativa do agir do sujeito, com base na vontade orientada para a liberdade e a solidariedade ou comandada pela lógica da exploração e dominação); autonomia e heteronomia (liberdade de escolha na tomada das decisões que envolvem seu destino ou a coerção exercida por forças alheias a ela). Aqui discutiremos a contradição evidenciada no progresso da região cujos resultados obtidos indicam que o processo de modernização, em andamento, prioriza o desenvolvimento da racionalidade tecnológico-instrumental, e pode ser considerado como uma regressão quanto a fins humanitários. Evidenciam, ainda, que a formação cultural submetida aos ditames da racionalidade econômica, reduz-se, por um lado, a semiformação, mas cria, por outro, o momento de sua superação. Os dados obtidos junto aos sujeitos permitem registrar, a guisa de conclusão, que o princípio de dominação mostra sua permanência no interior desse processo, mas situado fora de sua formulação racional, por ter sido mantido sob recalque no inconsciente do sistema que aprisiona a razão. A reflexão, como componente aliado do processo histórico da humanidade, é apresentada como forma de resistir à irracionalidade do sistema econômico e cultural ainda vigentes.

**Palavras-chaves:** Totalidade/subjetividade, Cultura, Civilização, Barbárie, modernização

**Atividade: Efeitos da desvinculação das internas do sistema prisional de Aracaju da sua rede social de origem (Paineis)**

**Trabalho:** Efeitos da desvinculação das internas do sistema prisional de Aracaju da sua rede social de origem



**Autor(es):** Natália Vasconcelos de Oliveira, Deise Araujo Valadares, Thaisa Santana, Manoel Carlos C. de Mendonça Filho

**Resumo:** A experiência aqui descrita se iniciou como atividade de campo de uma disciplina de psicologia social, tendo como foco o presídio feminino de Sergipe, com uma proposta para observação participante na área de convívio das internas. Um professor que pesquisa o campo possibilitou nossa inserção, nos deixando assim que entrávamos. As visitas, de três horas cada, ocorreram em dupla, uma vez por semana, totalizando oito. O primeiro movimento despertado pela experiência de entrar em contato com as internas foi a constatação de que nos sentíamos em “segurança”, apesar de estarmos sem nenhum tipo de acompanhamento, e isto resultou num segundo movimento: a desconstrução de representações prévias que tínhamos daquele lugar e daquelas pessoas. Nosso convívio revela aspectos de uma realidade caracterizada pela ausência de fugas apesar da segurança mínima, várias internas não julgadas, muitas mães afastadas dos filhos. Ou seja, um cotidiano que o visitante desavisado não diferenciaria do de uma pequena vila, mostrando-se incompatível com a imagem de “criminosos perigosos cumprindo a pena que merecem”. Dentre as diversas questões relacionadas ao campo, neste trabalho, serão focalizados os efeitos do isolamento das internas em relação às pessoas com quem possuíam vínculos e que formavam sua rede social (amigos, familiares e, principalmente, filhos). A separação das internas de suas famílias e círculo social de origem denuncia a contradição do sistema prisional brasileiro que apresenta à sociedade uma proposta de ressocialização das internas como forma de legitimar sua existência, e, ao mesmo tempo, reforça a exclusão, afastando as internas daqueles com quem possuem ligação afetiva e que, portanto, seriam capazes de promover sua inserção na sociedade. Utilizamos o termo inserção ao invés de reinserção, pois questionamos se as internas estavam realmente integradas ao corpo social antes de ingressarem na penitenciária. Outra questão levantada diz respeito aos efeitos dessa separação sobre os familiares das internas. Levando-se em consideração que grande parte das internas era responsável pela renda familiar e pelo suporte econômico e afetivo das suas famílias, pode-se inferir que o desamparo resultante da prisão dessas mulheres contribui para a reprodução de um contexto social que suscita a exclusão. Além disso, obrigadas a conviver aglomeradas com pessoas que antes lhes eram estranhas e separadas dos seus familiares e amigos por uma estrutura institucional que torna muito difícil a comunicação com as pessoas fora do sistema, as internas são impelidas a um processo de desumanização para que passem a corresponder à imagem social que foi construída sobre elas, ou seja, a imagem de pessoas frias e insensíveis e que, por isso mesmo, mereceriam o tratamento que recebem. Inverte-se assim a lógica, e o que era produção institucional passa a ser considerado um atributo inerente às internas. Esse mecanismo ideológico alimenta o ciclo de violência institucional em que o sistema prisional ocupa lugar de destaque. Vale ressaltar que o estabelecimento de laços afetivos entre as internas se manifesta como uma forma de resistência a essa estrutura desumanizadora e como um meio de compensar a separação daqueles com quem possuíam vínculos antes de ingressar na instituição. É visível, portanto, que a estrutura organizacional dos presídios não condiz com a justificativa ideológica de sua existência – regeneração de pessoas consideradas prejudiciais à sociedade. Tais questionamentos inserem a questão central deste trabalho (a separação das internas do seu contexto social de origem) numa discussão maior em torno de duas propostas: reformulação organizacional do sistema prisional ou desestruturação completa deste para a construção de outras formas de lidar com os atos considerados criminosos. Trata-se de um debate onde estamos inseridos e que prosseguimos elaborando com questionamentos articulados à discussão teórica acerca da relação Estado/Sociedade.

**Palavras-chaves:** sistema prisional, rede social, desvinculação

## Área: Prática Profissional/Formação Profissional

### Atividade: O Uso da Hipnose na Clínica Psicológica (Cursos - 4hs)

**Trabalho:** o uso da hipnose na clínica psicológica

**Autor(es):** Carlos Henrique Souza Cruz

**Resumo:** Atualmente já se pode mapear um cérebro em estado hipnótico e ratificar, a partir de suas alterações fisiológicas, o discurso objetivo do hipnotizado. Há mais de nove anos a Tomografia por Emissão de Pósitrons (PET) é usada em pesquisas desse teor. A hipnose possui credibilidade em várias áreas. O próprio Conselho Federal de Psicologia, na Resolução 013/00, legitima seu uso como recurso terapêutico. Entretanto, pouca discussão sobre esse tema é observada em encontros científicos na área da Psicologia. Ao propor esse curso, tenho um duplo objetivo: fornecer subsídios àqueles que desejam utilizar a hipnose em sua prática clínica e desconstruir mitos, ampliando espaços para reflexões teóricas e realizações de pesquisas na área da Psicologia. A questão do uso da hipnose no processo de análise, objeto de estudo que venho realizando há alguns anos, abre uma discussão com relação à viabilidade de facilitar a emergência das lacunas conscientes, cujas manifestações apontam o caminho para o conteúdo inconsciente. Não concebemos seu uso como instrumento para erradicar conflitos e experiências traumáticas, bem como eliminar sintomas, desconsiderando suas causas sobredeterminadas. Compreendemos, sim, que os sintomas, verdadeiras metáforas das neuroses e impossibilidades de ligação psíquica, podem ter melhores chances de dissolução a partir de uma resignificação pelo ego, tendo como suporte o uso da hipnose. Levando-se em consideração que a hipnose cria as condições de uma regressão corporal profunda, este estado vai favorecer “a emergência de um modo de funcionamento mental mais próximo dos processos primários” (CHERTOK L., 1982, p 196-197). Sabemos que “do ponto de vista econômico, o processo primário corresponde a uma forma de energia livre, enquanto o secundário corresponde a uma forma de energia ligada. A energia psíquica é dita livre quando tende para a descarga da forma mais direta possível, e é dita ligada quando sua descarga é retardada ou controlada” (GARCIA-ROSA, L. A., 1998, p 57). Outrossim, “é nos sonhos e nos sintomas que os processos primários se apresentam de forma privilegiada para Freud, enquanto que o pensamento da vigília, a atenção, o raciocínio e a linguagem são exemplos de processo secundário” (Ibid., p. 58). Em um estado hipnótico as pessoas ficam com as defesas egóicas atenuadas, fato constatado através da fala e descrições de imagens mentais - mais próximas ao processo de funcionamento primário -, as quais são produzidas de uma forma irruptiva. Ora, é justamente no transe que o sujeito está mais livre da censura consciente e apto a empreender associações livres, relatos de imagens mnêmicas, manifestações corporais e dos sentidos. Instrumentos imprescindíveis na análise. O curso Descrevo a seguir os conteúdos a serem ministrados. 1. Histórico e mitos: o uso e compreensão da hipnose desde a Antiguidade até os dias atuais, desconstruindo alguns mitos. 2. Rapport: quais informações do cliente são vitais obter antes que ele seja hipnotizado. 3. Neurofisiologia da hipnose: explicação neurológica do transe e as alterações fisiológicas que ocorrem em uma pessoa hipnotizada (CÂMARA, F.P., 1997). 4. Métodos de indução e tipos de abordagem: apresentação de métodos indutivos ao transe, como pestanejamento comandado, levantamento da mão, fixação do olhar, “métodos de indução rápida” (FURST, A., 1994) etc. Serão ministrados dois tipos de abordagem em hipnose: a “clássica” (AKSTEIN, D., 1973) e a “ericksoniana” (BAEUR, S.M., 1998). 5. Áreas de atuação: identificação das áreas que utilizam a hipnose e o diálogo entre elas. O foco recairá sobre a Psicologia, onde se abordará o seu uso em casos importantes (fobias, síndrome do pânico, quadros ansiosos etc). 6. Estudo de um caso clínico: será relatado um caso de minha clínica pela pertinência e por conduzir a algumas reflexões teóricas. 7. Demonstração prática: alguns participantes serão convidados a se submeterem a uma indução hipnótica. Dessa forma, poderão experimentar os conteúdos teóricos apresentados. REFERÊNCIAS- AKSTEIN, David. Hipnologia. RJ: Ed. Hypnes Ltda, 1973, v.1.- FURST, A. Hipnotismo e auto-hipnotismo de indução rápida. 2ª. Ed., RJ: Record, 1994.- CÂMARA, F.P. Neurofisiologia da Hipnose e Estados Correlatos, Revista de Psiquiatria & Psicopatologia. Rio de Janeiro, agosto de 1997.- CHERTOK L. A hipnose entre a psicanálise e a

Biologia. RJ: Zahar, 1982. - GARCIA-ROSA, L.A. Freud e o inconsciente. 15ª ed. RJ: Zahar, 1998.- BAEUR, S.M. Hipnoterapia ericksoniana passo a passo. SP: Editorial psi,1998.

**Palavras-chaves:** hipnose,neurofisiologia da hipnose,métodos de indução,mitos e achismos

**Atividade: Um posicionamento acerca do lugar do discurso psicanalítico na ciência psicológica (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Um posicionamento acerca do lugar do discurso psicanalítico na ciência psicológica

**Autor(es):** Taiane Mara De Filippo

**Resumo:** Seguindo o conselho do filósofo Georges Canguilhem, que indaga a psicologia e os psicólogos sobre como e de que lugar exercem sua prática, tentaremos dar conta de perguntas como: A psicanálise é uma psicologia? Ou há uma distinção entre ambas? A psicanálise busca um estatuto de ciência, ao menos em Freud? Trata-se de que ciência? São questões levantadas dentro de uma discussão atual no campo dos saberes psi, apontando nosso interesse em demarcar a psicanálise como uma ciência psicológica e, portanto, apoiando a formação de analistas junto a critérios para a formação de psicólogos. Encontramos ao menos duas justificativas para nossas indagações que pertence ao campo de atuação dos profissionais da psicologia. A primeira relacionada a uma pesquisa em epistemologia da psicanálise que vimos desenvolvendo em nosso Mestrado, junto ao PPG em Ensino, Filosofia e História das Ciências, da UFBA, sendo relevante apontar, se as respostas definitivas ainda não puderem ser encontradas, em que direção este saber, em nosso caso a psicanálise, tem encontrado sua justificativa e seu método. Pensando em como a psicanálise orienta sua prática, mas principalmente se a distinção entre seus objetos poderia fazer estes saberes, psicanálise e psicologia, completamente distintos. Ou seja, à psicanálise caberia o inconsciente como objeto, enquanto que para a psicologia – ou as psicologias – restaria a consciência. Insistimos nesta discussão apontando então uma segunda justificativa como uma denúncia. Pensamos que ao advogar seu saber como independente a psicanálise tem promovido um problema de demarcação mercadológica, permitindo que profissionais não formados em Psicologia possam atuar na clínica desrespeitando as normas vigentes. Nosso objetivo, ao empreender tal discussão, é tentar provar que a psicanálise deve ser considerada como uma matriz teórica dentro da ciência psicológica, porque ela também pode ser pensada como uma ciência, mas não nos moldes da ciência tradicional. Consideramos que a psicanálise apresenta um rigor e uma possibilidade de ser transmitida, restando saber se estes são critérios suficientes para nomeá-la como uma ciência, aliados à demarcação de seu objeto-de-conhecimento e também de um método específicos. Pois como nos bem disse Freud, a psicanálise prescinde de uma Weltanschauung, porque ao pertencer ao campo das ciências deve submeter-se a uma visão de mundo científica. Finalmente, pensamos com este percurso iniciar uma discussão que parte do campo da epistemologia em direção ao campo da formação de analistas, pois compreendemos que para o estabelecimento criterioso de nossa formação é necessário o percurso pela história e pela filosofia, afinal é apenas através deste percurso que somos capazes de responder perguntas sobre nossa práxis e nosso lugar na sociedade.

**Palavras-chaves:** Epistemologia,Psicanálise,Formação profissional

**Atividade: Depoimento Sem Dano: a ética em questão (Mesas Redondas)**

**Trabalho:**O depoimento sem dano: uma prática para além do direito, uma prática psi.

**Autor(es):** Lucio Fernando Garcia

**Resumo:** Apresentar o Depoimento sem Dano, modelo de inquirição de crianças e adolescentes que vem sendo usado pelo juizado da infância e juventude de Porto alegre, como prática inovadora nos procedimentos que envolvem o depoimento destas enquanto vítimas.

Problematizar as diferentes questões envolvidas neste fazer, incluindo o lugar do depoimento enquanto rito processual, isto é, a inquirição das vítimas (crianças e adolescentes) que experimentaram intenso sofrimento diante do(s) fato(s) lesivo e/ ou violento, estando obrigadas a prestar depoimento, objetivando a dita ordem jurídica, postuladas por instâncias judiciais que de alguma forma estão distanciadas do entendimento e reconhecimento do sofrimento humano. Os mecanismos jurídicos / policiais constitucionalmente delegados pela chamada ordem legal, não contemplam a reflexão de que existam outras questões implicadas no depoimento de alguém que foi vitimado, e o ato de prestar depoimento, revive a cena traumática, constituindo o inevitável lugar da revitimização. A questão do depoimento sem dano, num primeiro momento, lança uma esperança na solução, mesmo que longínqua, dos procedimentos ditos “processuais” das audiências que envolvem o depoimento e/ ou inquirição de vítimas, em especial de crianças e adolescentes, quando em processo criminal. Levantando a discussão sobre como fazê-lo, e de que maneira é possível atender as demandas e exigências previstas na Lei quando da apuração de denúncias ou mesmo quando da possibilidade da condenação de violentadores e/ ou abusadores levando em conta o direito inviolável da ampla defesa. O psicólogo inserido no contexto do depoimento sem dano, exerce o papel de interlocutor entre o Juiz, o Ministério Público e as partes quando em audiência, fazendo a ponte entre o que é dito / perguntado em audiência e a criança e/ ou adolescente vítima. É mapeando este espaço profissional, na tentativa de identificar as questões técnicas e éticas implicadas, bem como, o lugar do psicólogo como profissional, autônomo e tecnicamente responsável pelo procedimento adotado, que poderemos alinhar um entendimento neste novo fazer do psicólogo. Sabemos da importância do profissional psicólogo no âmbito da justiça, auxiliando as diferentes instâncias do direito, na qualidade de técnicos, peritos, psicoterapeutas e assessores. O espaço técnico (do psicólogo) no depoimento sem dano, é novo e necessita um debate norteador, para que possamos diferenciar das tarefas já realizadas por psicólogos no âmbito do judiciário, como perícias e avaliações psicológicas, que embasam decisões judiciais. A psicologia enquanto ciência e profissão está em plena expansão, ocupando lugares onde antes timidamente limitava-se a opiniões meramente teóricas, passou a ser convidada a aplicar seu arsenal técnico, numa clara resposta a sociedade de seu valor enquanto profissão. O depoimento sem dano, não resolve o problema da inquirição de crianças e adolescentes, ameniza enquanto problemática de inquirir vítimas de abuso e violência, mas reabre o grande debate sobre a “escuta” de vítimas nos processos judiciais.

**Palavras-chaves:** Prática profissional, Ética, Judiciário

**Trabalho:** O depoimento de crianças e o psiquismo infantil

**Autor(es):** Márcia Ines Monteiro Steffen

**Resumo:** O recente projeto do Judiciário para depoimentos de crianças prioritariamente nas acusações de abuso sexual, prevendo a participação dos psicólogos nas inquirições, nos apresenta questionamentos importantes para a atuação profissional e a intervenção que só pode ser pensada nos fundamentos da questão em que se intervém. A questão inicial - a declaração de uma cena sexual de que foi vítima - nos remete às origens da Psicanálise. O relato de sedução corresponde a uma realidade material ou realidade psíquica? A participação dos psicólogos nas inquirições de crianças nos apresenta questionamentos importantes para a atuação e autonomia profissional. Proponho pensar a intervenção a partir do psiquismo infantil, da noção de traumático e de sedução. O que se impõe, fundamentalmente, é a necessidade de trabalhar com situações abusivas sem vitimizar, mantendo a noção de que a transgressão é intrínseca ao desejo e que são as fantasias pré-existentes que vão possibilitar a ligação do traumático. Sem trabalhar com a complexidade psíquica, sem possibilitar espaços de elaboração, estaremos produzindo a atuação como única possibilidade psíquica. A posição da criança em relação ao adulto e o efeito psíquico na criança das situações abusivas justifica a intervenção institucional. A assimetria que caracteriza a relação do adulto e da criança pode, quando o adulto não estabelece o reconhecimento da alteridade, submeter a criança à genitalização precoce, comprometendo os processos psíquicos do sujeito em constituição. É nesse sentido que o depoimento de crianças, que possibilita a intervenção da Justiça, toma a sua importância. Todavia, a intervenção indiscriminada e direcionada apenas por disputas judiciais

também origina situações abusivas. Neste contexto, a responsabilidade dos psicólogos vai muito além das tarefas imediatas delegadas pela instituição, mas consiste em ampliar o seu conhecimento em relação ao psiquismo de forma a poder discriminar e contribuir para uma efetiva compreensão do que ocorre com as crianças. Estamos trabalhando com a sexualidade infantil. O trabalho nas instituições nos coloca em observação direta da inter-relação do subjetivo com o cultural que as instituições representam. Complementar ao trabalho e estudo da clínica, a instituição nos ensina muito sobre a subjetividade contemporânea e a produção de patologias, como as patologias do ato. Cotidianamente, observamos que um evento sexual abusivo vivenciado por uma criança ou adolescente, mesmo eventual, com frequência, não é mais um evento privado, passível de esquecimento; cada vez mais se torna público e com consequências institucionais. Tem se tornado tema sobreinvestido culturalmente, interessando particularmente tanto aos psicólogos que trabalham nas instituições de proteção à criança, quanto aos profissionais do Direito. É inegável que estas intervenções têm efeito psíquico.

**Palavras-chaves:** Psiquismo infantil, psicanálise, depoimento

**Trabalho:** O depoimento sem dano e a violência

**Autor(es):** Bárbara Conte

**Resumo:** Esta fala visa apresentar e discutir o depoimento sem dano, prática que está sendo bastante utilizada no Rio Grande do Sul e que busca ouvir o depoimento da criança vítima de abuso sexual, em um contexto mais protegido, com a presença de um psicólogo ou assistente social no encaminhamento do depoimento. A prática do depoimento sem dano se inscreve em um momento da cultura onde a violência familiar e a sexualidade intrusiva se relacionam tendo como resultado o excesso (a intensidade), como produto da cultura pós-moderna. Neste contexto a noção de trauma e de repetição, conforme os ensinamentos de Freud e de Ferenczi se tornam atuais e passam a ser muito discutidos na prática analítica e psicoterápica, uma vez que se constituem em obstáculos ao processamento psíquico. Observamos que aumenta o número de crianças com queixa de abuso e de violência sexual por parte dos pais e que acabam por apresentar sintomas que evidenciam dano severo na constituição do psiquismo e na formação de sintomas simbólicos. Os sintomas apresentados denotam e denunciam a condição da vida doméstica e da relação dos pais que se tornam autores do maltrato e do silêncio que fazem da criança uma vítima da situação, uma vez que se encontra em uma situação de passividade frente à intensidade da sedução. Neste contexto se inscreve a prática do depoimento, que busca produzir, a partir do depoimento, elementos para a identificação e punição daquele que realizou o dano. A problemática em jogo diz respeito justamente a questão de que o depoimento para a criança reatualiza o traumático da violência sofrida e a exposição que a coloca novamente no centro da cena sofrida. Nossa proposta de discussão é qual o efeito desta reatualização no psiquismo da criança, à medida que a repetição do traumático interfere na possibilidade da representação da cena, do estabelecimento de uma representação que torne abra alternativas simbólicas e fantasmáticas, mais do que repetir e reatualizar o dano. A condição de esquecimento nestes casos é fundamental para que a criança possa elaborar o trauma e reverter a passividade do vivido. Atualizar a lembrança do acontecimento é interferir no processo de elaboração, impedir o esquecimento necessário para a constituição de novas formas de representações. O psicólogo ao participar do depoimento poderá auxiliar neste processo de elaboração ou pode simplesmente estar repetindo com a criança o traumático vivenciado em outro tempo? A condição de "abuso", na perspectiva da intrusão torna-se uma repetição executada pelo profissional no exercício de sua prática.

**Palavras-chaves:** Violência, Psicologia infantil, Prática profissional

**Atividade:** IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE PSICOLOGIA DA UNIVASF NO SEMI-ÁRIDO NORDESTINO:  
(Experiências em Debate)

**Trabalho:** IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE PSICOLOGIA DA UNIVASF NO SEMI-ÁRIDO NORDESTINO: um relato sobre a sua gestão colegiada

**Autor(es):** Monica Lima, Christian Vichi, Elzenita Falcão de Abreu, Leonardo Rodrigues Sampaio, Luís Augusto Vasconcelos da Silva, Aléssia Silva Fontenelle, MONICA APARECIDA TOME, AFONSO HENRIQUE NOVAES MENEZES, Geida Maria Cavalcanti Souza, Lucia Marisy Oliveira, Vanessa Rocha Novaes, Darlindo Ferreira Lima, Marcelo Ribeiro, Igor Gomes Menezes, Juliana Sampaio

**Resumo:** Esta comunicação tem como objetivo socializar o processo de implantação do curso de Psicologia na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Este curso surgiu em 2004, entre os 11 oferecidos, numa Instituição de Ensino Superior (IES) federal, preenchendo uma lacuna de mais 30 anos sem tal iniciativa no país, e fomentando novas formações numa região distante de outras instituições semelhantes, alcançando também três estados: Bahia, Pernambuco e Piauí. Tal fato passou a ser um destaque que caracteriza a UNIVASF como multicampi, não vinculando a sua alcunha ao nome de um estado e sim de uma região, o que parece anunciar um novo padrão de compromisso regional das IES para além da unidade municipal. Esta universidade surgiu respondendo a uma defasagem continental de oferta de ensino superior federal, uma vez que mais de 60% das IES federais localizam-se no litoral e, particularmente, em capitais. Este curso tem sede na cidade de Petrolina-Pe e divide o campus com os cursos de Enfermagem, Medicina e Administração. O perfil inicial do curso de Psicologia, em seu colegiado, foi o de agregar professores de áreas distintas, mas cujas bases podiam enriquecer a discussão de como se construir tal curso numa localização e momento histórico tão sui generis. Deste modo, sociólogos, estatísticos e profissionais de Letras fizeram parte, desde o início, da composição do referido curso. Nesta comunicação, os docentes pioneiros, psicólogos e professores de áreas afins, já citados, pretendem discutir o processo de organização de trabalho empregado através da gestão colegiada. Apresentaremos as conquistas e desafios decorrentes dos primeiros anos do curso, considerando as diretrizes nacionais curriculares em vigor, abordando aspectos do projeto político pedagógico: matriz curricular, estágios básicos e específicos, ênfases curriculares, serviço de psicologia, entre outros. As questões que têm nos instigado em tal processo podem ser assim sintetizadas: como fomentar uma formação em Psicologia orientada sociocultural e historicamente na realidade do semi-árido e articulada às críticas e exigências apresentadas no contexto nacional? Como aprimorar e trazer para o cenário cotidiano do ensino-aprendizagem habilidades que possam torná-los mais competentes para o trabalho multiprofissional e salvaguardar as especificidades dos campos de atuação em Psicologia? Optamos pelo caminho do trabalho coletivo através da abertura e da participação de docentes de áreas afins com os de Psicologia, além do esforço em socializar com os representantes estudantis os trâmites da produção e definições sobre a sua organização. Este curso oferece ao estudante uma formação generalista que contempla alguns dos principais enfoques teórico-metodológicos da Psicologia contemporânea. Busca propiciar ao graduando o acesso e discussão sobre conhecimentos básicos e específicos do campo da Psicologia enquanto ciência e profissão, buscando uma formação capaz de integrar teoria, prática e a realidade social e de reconhecê-los como produtos indissolúveis tanto na construção do conhecimento como atuação profissional. Do nosso ponto de vista, isto implica oferecer, desde cedo no curso, disciplinas que dêem uma boa fundamentação teórica, mas que incluam também conteúdos e experiências práticas, proporcionando ao discente realizar trabalhos de campo,

pequenas pesquisas e vivências relacionadas ao conteúdo estudado. A matriz curricular está estruturada de modo a abranger as diferentes teorias, áreas de conhecimento, métodos de investigação, de pesquisa e de técnicas que constituem essa área de conhecimento, além de reservar espaço obrigatório para a inserção de novos temas, áreas e descobertas em Psicologia e em outras áreas. Dessa forma, o currículo pleno é composto por disciplinas obrigatórias e optativas do núcleo comum, as de ênfase obrigatórias e optativas, e de eletivas. Além disso, este curso oferece estágios básicos e específicos, e atividades dos núcleos temáticos multidisciplinares de ensino, pesquisa e extensão. O graduando tem a possibilidade de desenvolver, assim, no decorrer do curso, trabalhos de pesquisa com diversidade de abordagens, metodologias e temas, consolidando essas habilidades no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). A gestão coletiva tem nos impulsionado, considerando as características do semi-árido, a delinear as seguintes ênfases: a) Políticas Públicas e Promoção da Saúde e b) Psicologia Clínica e Práticas Institucionais. Nesta direção, o curso cria suas raízes na articulação entre a área da Saúde e o grande campo das Ciências Humanas e Sociais, de modo que possa proporcionar uma formação em psicologia orientada na realidade do semi-árido nordestino. Destaca-se que essas ênfases foram planejadas para serem articuladas a fim de evitar o risco de se tornarem dicotômicas, conferindo legitimidade para a identidade que se busca construir nesse Curso: Saúde e Ciências Humanas e Sociais. Nesse sentido, espera-se que algumas das disciplinas optativas possam ser oferecidas para ambas as ênfases, concedendo ao graduando a oportunidade de poder escolher um dos contextos para a sua atuação, sem perder o foco especificado por cada ênfase, já garantido pelo cumprimento das respectivas disciplinas obrigatórias. Dois desafios estão postos: instrumentalizar e efetivar a participação discente neste processo e articular o curso com os demais, inclusive no oferecimento de estágios multiprofissionais.

**Palavras-chaves:** formação em psicologia, atuação em psicologia, gestão colegiada

**Atividade: A dimensão intersubjetiva de uma práxis social: o cuidado junto aos meninos “fora da lei” (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** A dimensão intersubjetiva de uma práxis social: o cuidado junto aos meninos “fora da lei”

**Autor(es):** Cecília Pinheiro Freire Barros Cairo

**Resumo:** O objetivo maior deste estudo é a compreensão de como se processa a intersubjetividade de uma equipe multi-profissional que assiste a adolescentes autores de atos infracionais e de como essa intersubjetividade está relacionada ao sucesso nos atendimentos e ao cuidado junto aos mesmos. O Projeto Viver Amigo, que é uma concretização da ONG Programa de Educação para a Vida – PEV, em parceria com a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista e financiado pela Petrobrás, existe há pouco mais de um ano, contando com a participação de advogados, psicólogos, pedagogos, estagiários e orientadores sociais voluntários para acompanhar e auxiliar, junto ao Poder Público, adolescentes que cumprem medidas sócio-educativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade. É interessante validar que, pelo ineditismo do projeto, tudo foi (e vem sendo) construído gradativamente – nenhum dos técnicos da equipe atuante havia participado de uma prática semelhante. Obviamente o trabalho interdisciplinar envolve uma gama de especificidades profissionais. Entretanto, a equipe tem, continuamente, elaborado um conjunto de características comuns, relacionado a uma uniformidade que se reflete em sua dimensão intersubjetiva. Para analisar essa dimensão foram utilizados referenciais bibliográficos referentes a noções conceituais filosóficas, psicológicas e psicanalíticas, o que significa dizer que o entendimento da noção de intersubjetividade foi o marco inicial para construção da pesquisa proposta. A partir desse aprofundamento, foram realizadas entrevistas com os técnicos do projeto com o objetivo de avaliar o significado e o sentido da prática em questão para cada um e, conseqüentemente, para a obtenção de uma concepção mais ampliada sobre aspectos emocionais, volitivos e da própria identidade do grupo. O estudo permitiu observar que os fenômenos individuais e subjetivos que são socialmente produzidos no interior da equipe e da prática interdisciplinar através do auto-reconhecimento de

cada sujeito em cada um dos outros favorecem o cuidar dos jovens de uma maneira nada reducionista, ou seja, a equipe constrói modos de atuação que superam uma simples intervenção sobre eles. O desejo de continuidade da atuação no projeto, verificado a partir de análise dos discursos dos entrevistados, é intenso e se manifesta nos esforços para proporcionar a cada adolescente atendido, melhores condições de vida e aprendizado que certamente influenciarão em sua formação, com a valorização da sua auto-estima e do seu direito à cidadania. Aspectos relacionados à emoção envolvem tanto sensações agradáveis, no que diz respeito à evolução dos jovens em seus âmbitos escolares, de participação social e crescimento individual, quanto incômodo diante dos momentos difíceis de reincidências infracionais e casos mais graves, como problemas familiares extremamente tocantes e fatalidades, como assassinatos. A equipe atuante no Projeto Viver Amigo lida com a média atual de 60 jovens e vivencia, de forma consideravelmente homogênea, os problemas e as conquistas de cada um deles, lutando diariamente a favor de sua reinserção social e contra o desrespeito aos seus direitos. De toda forma, se a dimensão intersubjetiva da equipe em seu contexto particular se constrói a partir do olhar e da relação de cada membro com o outro, o contato com o adolescente, que apresenta a demanda inicial da infração, permite construir, paulatinamente, o verdadeiro cuidar, que certamente passa pelas competências e tarefas técnicas e específicas, mas que, em hipótese alguma, se restringe a elas.

**Palavras-chaves:** Intersubjetividade, Práxis social, Adolescentes autores de atos infracionais

**Atividade:** A PRÁTICA DO PSICÓLOGO NO CONTEXTO DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA EM UM PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR EM INSTITUIÇÃO PÚBLICA (Paineis)

**Trabalho:** A PRÁTICA DO PSICÓLOGO NO CONTEXTO DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA EM UM PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR EM INSTITUIÇÃO PÚBLICA

**Autor(es):** Telma Correa da Nóbrega Queiroz, Astrid Bandeira Santos, Ellen Dias Nicácio Cruz, Jairismar Maria Alves da Silva, Josenice Alcoforado de Mendonça, Lawrencita Limeira Espínola, Maria de Fátima Lacerda Dantas

**Resumo:** A dependência química é proveniente de vários fatores de natureza biológica, psicológica e social, ela não escolhe raça, religião, sexo, idade ou grau de instrução, e configura-se como um dos grandes problemas sociais que atinge todos os países do mundo, inclusive o Brasil. Programas de prevenção e combate ao uso de drogas sempre encontram barreiras, principalmente dentro das instituições públicas e privadas, onde existe um tabu em relação ao assunto. Porém, desde 1993 a Superintendência de Recursos Humanos da Universidade Federal da Paraíba, percebeu a urgência de um programa de prevenção e tratamento visando atender a necessidade dos servidores daquela instituição. A partir daí foi criado o Programa de Atendimento Integral ao Alcoolista e Outros Dependentes Químicos (PAIAD), composto por uma equipe multidisciplinar que oferece serviços com orientação psicológica, médica e social, e tem como objetivo atender servidores, familiares, estudantes da UFPB e da comunidade em geral. A importância deste programa é percebida devido à magnitude da problemática do uso indevido de drogas na atualidade e ao reduzido número de serviços à disposição da população. Tal contexto vem ampliando a demanda das pessoas atendidas, fortalecendo a articulação das parcerias em nível local, na luta em defesa da qualidade dos serviços voltados a prevenção, tratamento e reinserção social. Dentro dessa realidade, o Programa oferece atendimento psicológico individual, Terapia Comunitária, Biodança, aulas de violão, e também grupos de “Educação Popular e Saúde”, do Grupo de A.A. e do Grupo do NAR-ANOM. Participando dessas atividades tanto os usuários como seus familiares têm a oportunidade de compartilhar suas angústias e esclarecer dúvidas acerca da dependência química. O atendimento psicológico individual,



proporcionado às pessoas que estão com problemas das mais diversas ordens devido ao uso abusivo de drogas, tem como objetivo proporcionar o autoconhecimento do homem, que acontece a partir da constatação da sua responsabilidade pela construção de sua própria existência e, assim, para assumir o que quer ser a cada momento de sua vida. Esse atendimento é um espaço de apoio para o dependente, e representa uma possibilidade de êxito para o tratamento, seja logo no início do processo de recuperação, seja quando o paciente já conseguiu algum tempo de abstinência. Ressalta-se a importância de demonstrar casos clínicos para mostrar o funcionamento e a dinâmica da condução do tratamento nesta área específica. Diante disso, vamos apresentar um caso clínico para enriquecer o trabalho. Programas nos quais existe disponibilidade de uma gama de serviços multidisciplinares são provavelmente os que melhor conseguem combinar esses atendimentos. Os profissionais e estudantes interessados em aprofundar seus conhecimentos na problemática do uso de drogas, participam de grupos de estudos e pesquisa intitulado “Grupo de Estudos e Pesquisa em Alcoolismo e Toxicomania”, cursos de capacitação, visando ampliar seus serviços e formar agentes multiplicadores e profissionais capacitados para atuar na área de dependência de drogas. Apesar do crescimento das atividades oferecidas pelo programa, ainda observa-se uma resistência da própria comunidade universitária em procurar os serviços do PAIAD pelo fato do preconceito no ambiente de trabalho e da configuração de rótulos (como “alcoolista” e “dependente”). No entanto, o referido programa vem apresentando resultados satisfatórios por ter contribuído para prevenção e tratamento no combate ao uso abusivo de drogas, em ação conjunta com os dependentes, a família, e a comunidade assistida. Com o passar dos anos a equipe que trabalha neste programa vem reunindo técnicas e dinâmicas terapêuticas atualizadas, que são aplicadas em grupos e individualmente, com o intuito de propiciar ao dependente químico e a sua família um reflexo sobre mudanças no estilo de vida, para obtenção de hábitos saudáveis, produtivos e relacionamentos familiares e sociais estáveis. Neste sentido, o PAIAD preocupa-se não apenas com o tratamento, mas também, com a prevenção do consumo de drogas. Em conclusão, os programas de atendimento a usuários de drogas são serviços que desempenham uma árdua tarefa de recuperar a dignidade e o bem-estar daqueles que, sozinhos, não encontram forças para se afastarem do álcool e outras drogas.

**Palavras-chaves:** Prática do Psicólogo, Dependência Química, Programa Multidisciplinar

**Atividade:** Perfil do Programa de Atendimento a Dependentes Químicos da UFPB (Paineis)

**Trabalho:** Perfil do Programa de Atendimento a Dependentes Químicos da UFPB

**Autor(es):** Telma Correa da Nóbrega Queiroz, Astrid Bandeira Santos, Ellen Dias Nicácio Cruz, Jairismar Maria Alves da Silva, Lawrencita Limeira Espínola, Maria de Fátima Lacerda Dantas

**Resumo:** As novas exigências da ordem capitalista e globalizada acarretam riscos à sociedade, na qual a droga ganha novas motivações. Os efeitos negativos de seu uso indevido têm sido tratados internacionalmente, como um problema de saúde pública. No âmbito do trabalho, o consumo de álcool e de drogas auxilia no enfrentamento de situações perigosas e de tensões, insensibilizando contra o que efetivamente faz sofrer. No Brasil, o alcoolismo é o terceiro motivo de faltas, a causa mais freqüente de acidentes no trabalho e a oitava causa de concessões de auxílio-doença pela Previdência Social. Esses dados constituem um impulso importante, para que as organizações aprofundem esta problemática, desenvolvendo programas voltados à saúde do trabalhador, os quais trazem benefícios múltiplos tanto ao empregador quanto ao empregado. Na Universidade Federal da Paraíba, a resposta a esse apelo veio em 1993, com a criação do Programa de Atendimento Integral ao Alcoolista e outros Dependentes Químicos – PAIAD, originado numa demanda da Superintendência de Recursos Humanos da UFPB, preocupada

com os servidores que apresentavam problemas, em função da dependência química. Hoje, o PAIAD atende funcionários, professores e alunos da UFPB (e seus familiares), além da comunidade externa, uma vez que houve um aumento dessa demanda. O referido trabalho tem como objetivo conhecer o perfil dos participantes do Programa no ano de 2006, dando continuidade à pesquisa que vem sendo desenvolvida desde 2004. As atividades do Programa são desenvolvidas por uma equipe multidisciplinar e envolvem os trabalhos de prevenção - palestras e oficinas - e de tratamento - atendimento individual (psicológico e social), visitas domiciliares, grupos de mútua ajuda (A.A. e NAR-ANON), grupo de Terapia Comunitária, grupo de Educação Popular e Saúde, biodança e aulas de violão. Quando necessário, são realizados encaminhamentos para outros centros de tratamento ou serviços de saúde. No presente trabalho, trazemos alguns dados relativos ao perfil da população atendida no ano de 2006, tendo sido escolhido este período devido ao crescimento do quadro de profissionais e aprimoramento das atividades desenvolvidas. O levantamento dos dados teve caráter exploratório e foi realizado no PAIAD, que fica localizado no Campus I da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Foram consultadas as fichas de cadastro, totalizando um número de 158 pessoas atendidas, das quais 88 homens e 70 mulheres, na faixa etária de 11 a 77 anos. Os dados analisados foram classificados em três categorias, a saber: dados sócio-demográficos, dados referentes ao Programa e dados dos dependentes quanto ao uso das drogas. Abaixo estão apresentadas as porcentagens mais elevadas de cada subcategoria. Observou-se um perfil de pessoas predominantemente do sexo masculino (56%), na faixa etária de 41 a 50 anos (21%), solteiras (51%) e com nível de ensino fundamental incompleto (35%). Em relação ao Programa, o número de dependentes químicos é superior ao de familiares (71% e 29%), a maioria sendo da comunidade externa (79%). É importante reconhecer as dificuldades que acompanham o atendimento a dependentes químicos, que suscita problemas de ordem biológica, psicológica, social, jurídica e ética, especialmente, nos locais de trabalho, onde se acrescentam as estigmatizações, dificultando a continuidade do tratamento. Isso foi observado na predominância de pessoas que não permanecem atualmente, no programa (68%). Quanto ao uso das drogas, o tipo mais freqüente é o álcool (34%), seguido do tabaco (23%) e da maconha (18%); a maioria utiliza 1 ou 2 tipos de droga (68%), em um tempo de uso de 1 a 10 anos (32%). Foi observado, durante o ano de 2006, que o perfil da população atendida pelo PAIAD permaneceu semelhante ao dos anos anteriores, no entanto a mudança mais significativa ocorreu em relação ao número de pessoas atendidas, que teve um acréscimo de 126% este ano, pois, em 2004, foram atendidas 58 pessoas; em 2005, 70 e, no último ano, 158. Esse aumento pode ter havido, inicialmente, em decorrência das parcerias realizadas com outras instituições, como o Ministério Público Estadual, Tribunal de Justiça da Paraíba, Centro de Atendimento a Vítimas de Violência, Conselho Tutelar, Hospital Universitário, Centro de Atendimento Psicossocial. Devido à Lei nº11.343, do Governo Federal, que prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, e também em consequência da ampliação e crescimento das atividades realizadas. O projeto que motivou a construção desse perfil foi um melhor conhecimento das pessoas atendidas, na busca por reformulações e por aprimoramentos dos serviços oferecidos. Apesar das dificuldades habituais de um trabalho de prevenção e recuperação de dependentes químicos, especialmente, nos locais de trabalho, o PAIAD vem apresentando resultados positivos ao longo de seus quatorze anos de existência, os quais se constata nos relatos de uma vida com mais saúde e maior bem-estar de alguns participantes, o que estimula a equipe a prosseguir nos seus objetivos.

**Palavras-chaves:** Atendimento a dependentes quimicos,UFPB,PAIAD

**Atividade: COMO ENSINAR HABILIDADES SOCIAIS PROFISSIONAIS PARA JOVENS EM BUSCA DE EMPREGO (Cursos - 4hs)**

**Trabalho:COMO ENSINAR HABILIDADES SOCIAIS PROFISSIONAIS PARA JOVENS EM BUSCA DE EMPREGO**

**Autor(es):** Camila de Sousa Pereira,Maria Isabel dos Santos Pinheiro

**Resumo:** A literatura própria da área define o conceito de habilidades sociais profissionais como um conjunto de desempenhos sociais presentes no repertório comportamental do trabalhador, que seja capaz de atender as exigências interpessoais do contexto do trabalho, o cumprimento de metas, a manutenção do bem-estar da equipe e o respeito aos direitos de cada um (Del Prette & Del Prette, 2001). Diante da sua importância para a produtividade e para o clima organizacional, as habilidades sociais profissionais de candidatos a diferentes vagas de emprego vêm sendo amplamente requisitadas pelos selecionadores. Não obstante a preocupação e a valorização pela qualidade dos relacionamentos interpessoais no trabalho, as habilidades sociais não têm sido desenvolvida de maneira sistemática na formação profissional, seja esta de nível técnico ou superior. Por sua vez, percebe-se um interesse crescente por palestras ou aplicação de Treinamento de Habilidades Sociais Profissionais em ambientes fora da educação formal, assim como na produção científica. Diversos estudos têm mostrado que o Treinamento de Habilidades Sociais é uma prática efetiva na promoção do desenvolvimento pessoal-profissional e também na prevenção de futuros problemas interpessoais. A teoria e a prática do Treinamento de Habilidades Sociais compreendem um conjunto de conhecimentos e técnicas aplicáveis à superação de déficits comportamentais e dificuldades interpessoais, com vistas à maximização de comportamentos socialmente habilidosos. A sua premissa está fundamentada na possibilidade das dificuldades interpessoais serem superadas, uma vez que as habilidades sociais são: (a) aprendidas; (b) situacionais; (c) reguladas pelos fatores culturais; (d) relacionadas com o desenvolvimento vital do indivíduo. Considerando a possibilidade de aprendizagem e aprimoramento por meio da intervenção, este curso pretende oferecer, aos seus participantes, orientações básicas sobre procedimentos de ensino em habilidades sociais. Partindo da proposta de planejamento de treinamento para o desenvolvimento de habilidades sociais profissionais em jovens, serão discutidos temas como: (a) O campo teórico-prático do Treinamento de Habilidades Sociais (sua história, principais conceitos); (b) As habilidades sociais requisitadas pelo mercado de trabalho; (c) A importância do emprego de vivências no Treinamento de Habilidades Sociais; (d) A estrutura e a dinâmica do Treinamento de Habilidades Sociais Profissionais (formato, tamanho do grupo, planejamento das sessões, duração do programa); (e) A avaliação do impacto do Treinamento de Habilidades Sociais Profissionais na população-alvo. Por meio de métodos expositivos e vivencial, os participantes terão a oportunidade de discutir e exercitar aspectos fundamentais para a condução de grupos de Treinamento de Habilidades Sociais Profissionais em amostras de população não-clínica. Além disso, será discutido o uso de instrumentos de avaliação em habilidades sociais.

**Palavras-chaves:** treinamento, habilidades sociais profissionais, mercado de trabalho

**Atividade: A dimensão emancipatória/ética ou restritiva/moral no discurso de alunos do Mestrado em Atenção a Saúde Coletiva sobre sua prática profissional. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** A dimensão emancipatória/ética ou restritiva/moral no discurso de alunos do Mestrado em Atenção a Saúde Coletiva sobre sua prática profissional.

**Autor(es):** Ângela Nobre de Andrade, Roberta Scaramussa da Silva

**Resumo:** No Brasil as políticas de Saúde Pública, foram até metade do século XX, caracterizadas pelo centralismo, verticalismo e autoritarismo corporativo. Práticas clientelistas apoiadas num modelo de campanhas sanitárias, em que se adotava um estilo repressivo/disciplinar de intervenção médica sobre os corpos tanto individuais como sociais (LUZ, 1991). A criação da recente área, denominada "Saúde Coletiva" visa, exatamente, uma crítica aos modelos (ou definições) universalizantes, propondo outras formas de pensar tanto o conceito de Saúde como o de Coletivo. Segundo Canguilhem (2002), Saúde é a "possibilidade de ultrapassar a norma que define o normal momentâneo, a possibilidade de tolerar infrações à norma habitual e de instituir normas novas em situações novas". Desse modo, propõe entendermos a saúde como um fenômeno que engloba o adoecimento, ou seja, ser saudável é a capacidade singular de ser normativo, é a condição humana de enfrentamento das adversidades cotidianas biológicas e do meio, em permanente interação. Outro fator importante para a

construção de uma Saúde Coletiva é entendê-la como um fenômeno político. Produção coletiva em saúde implica na abertura para o desconhecido, para algo que emerge do encontro. Não se resume aos saberes e fazeres instituídos mas se pretende instituinte. É importante ressaltar que tanto as práticas instituintes de um novo olhar sobre a Saúde (Saúde Coletiva), quanto as tradicionais (Saúde Pública) estão presentes, em constante embate, em toda configuração contemporânea em que estamos inseridos, principalmente no que se refere ao ambiente de trabalho dos profissionais de saúde pública. (ANDRADE, 1999). O objetivo desse trabalho é realizar uma Análise Genealógica do discurso dos profissionais/alunos do Mestrado em Atenção à Saúde Coletiva (Programa de Enfermagem da Universidade Federal do Espírito Santo) sobre sua prática profissional no serviço público de saúde. Nesse sentido, a Análise Genealógica, se impõe como uma estratégia de avaliação do valor dos valores presentes em um contexto. Significa entender a realidade como um constante movimento de produção de verdades, afirmação de valores cristalizados ou criação de outros e procurar perceber em quais configurações predominam um ou outro. Visa sempre o embate de forças e qual a direção tem aparecido como efeito desse embate. (ANDRADE, 1999) Foram entrevistados oito alunos de uma turma do curso e o critério de seleção baseou-se na escolha de profissionais de diferentes formações acadêmicas e áreas de atuação que tivessem em comum experiência profissional no serviço público de saúde. Procuramos observar nas falas desses profissionais/alunos o que eles tem problematizado tanto em sua dimensão emancipatória/ética (relações horizontais, autonomia e participação) quanto restritivas/morais (relações verticalizadas, reprodução de saberes/poderes). Os sentimentos expressos pelos profissionais entrevistados mostram a predominância de um certo mal-estar causado pela dificuldades enfrentadas nas diferentes áreas de atuação que ocupam. Como vem sendo discutido, a Saúde Pública é caracterizada por uma lógica técnico-instrumental e pautada na ordem médica e o discurso produzido por esses alunos/profissionais apontam que essa herança ainda predomina em suas práticas, no entanto, movimentos emancipatórios como o proposto pela Saúde Coletiva e pela implantação do SUS criam novos espaços de ação favorecendo um embate de forças que pode tanto potencializar quanto paralisar os sujeitos envolvidos nesse processo.

**Palavras-chaves:** Prática Profissional, Formação, Avaliação Genealógica, Saúde Coletiva

**Atividade:** “CASAS DE FAMÍLIAS  
(Paineis)

**Trabalho:** CASAS DE FAMÍLIAS

**Autor(es):** Danilo Camuri Teixeira Lopes, Ângela Sousa de Carvalho, CLARA MARIA SILVEIRA NOLETO CHAVES, IDIMÁ TELES DE ALMEIDA

**Resumo:** As atuais políticas sociais desenvolvidas no Brasil têm exigido do profissional psicólogo, cada vez mais reflexões a cerca de sua profissão, bem como da realidade sócio-econômica da América do Sul. De tal modo, temos como objetivo neste estudo dialogar sobre as atividades desenvolvidas por psicólogos inseridos nestas novas políticas do campo da assistência, por meio do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e do Programa de Atenção Integral a Família (PAIF). Esta necessidade de nos debruçarmos sob este tema, emerge não somente por ser um campo ser incipiente para o profissional psicólogo e com poucas produções bibliográficas, mas também pela “denúncia” de alguns autores de que há uma transposição de um modelo de atendimento clínico para o setor público. Outro questionamento é a possibilidade da utilização de intervenções psicológicas, influenciadas por uma cultura profissional alocada em teorias fragmentadas, generalizantes, que concebem o homem de maneira a-histórico e descontextualizado de sua realidade social. Bem assim, o estudo destina-se a investigar e refletir sobre as atividades desenvolvidas especificamente em um CRAS, que fica situado a 15 quilômetros do centro de Teresina. A comunidade na qual se insere o projeto foi criada em 1998 a partir de uma ocupação de terra que resultou em milhares de casas de taipa em meio da caatinga na periferia da capital piauiense. Hoje, a comunidade abriga cerca de sete

mil famílias e ocupa um território de aproximadamente 316 hectares. No entanto, fazemos uma ressalva que a realidade atual encontra-se diferenciada em termos de estrutura habitacional e saneamento básico. Assim, foi utilizado no estudo a abordagem qualitativa e para investigarmos como e quais atividades são realizadas neste serviço, utilizamos a observação participante e entrevistas (semi-estruturadas), estas que foram realizadas no próprio CRAS, com as duas psicólogas que desenvolvem atividades nesta localidade, sendo em turnos diferentes (manhã e tarde). Também foram realizadas entrevistas com usuários do serviço. Ao final deste estudo, pode-se observar que as atividades realizadas neste serviço são voltadas a uma comunidade de baixo poder de compra, com elevado índice de famílias que recebem o auxílio bolsa família. Ocorrem reuniões quinzenais entre os profissionais do CRAS, palestras informativas sobre sustentabilidade, atividades teatrais e informativas para adolescentes. Há uma relação de proximidade deste profissional com a rede comunitária, estabelecendo vínculo com as famílias, com escolas e comerciantes da região. Sublinhamos que a prefeitura oferece cursos de aperfeiçoamento e capacitação profissional para os usuários em parceria com o referido CRAS. Mas diante das entrevistas, nos foi possível perceber a precariedade da formação deste profissional, no tocante ao campo das políticas públicas. Fato este que se deve também às poucas referências bibliográficas em Psicologia para o embasamento da prática deste profissional, no âmbito da assistência.

**Palavras-chaves:** CRAS, Políticas Públicas, Assistência, Psicólogo

**Atividade: DESENVOLVIMENTO DA SENSIBILIDADE ÉTICA E DO JULGAMENTO MORAL EM GRADUANDOS DE PSICOLOGIA: A INTRODUÇÃO DE TEMAS TRANSVERSAIS EM UMA INSTITUIÇÃO PARTICULAR DE ENSINO SUPERIOR (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: DESENVOLVIMENTO DA SENSIBILIDADE ÉTICA E DO JULGAMENTO MORAL EM GRADUANDOS DE PSICOLOGIA: A INTRODUÇÃO DE TEMAS TRANSVERSAIS EM UMA INSTITUIÇÃO PARTICULAR DE ENSINO SUPERIOR**

**Autor(es):** Gabriel Gonçalves Mattos, Alessandra de Moraes Shimizu

**Resumo:** Esta pesquisa teve como objetivo mensurar a evolução do julgamento moral, da sensibilidade ética e do nível de informação sobre ética profissional de estudantes de Psicologia, de uma instituição particular de ensino superior do interior do estado de São Paulo, após a implantação de Temas Transversais em seu projeto pedagógico. Com a introdução dos Temas Transversais no curso, além dos conteúdos previstos no currículo, representados, especificamente, pelas disciplinas Ética Profissional e Aspectos Éticos da Pesquisa em Psicologia, todas as disciplinas deveriam abordar três temáticas que perpassassem os conteúdos, atividades e experiências de aprendizagem da grade curricular, a saber: Bioética: pesquisa envolvendo seres humanos, Prevenção: atenção primária e Ecologia Humana: relações interpessoais. A pesquisa foi realizada em duas etapas: no início do segundo semestre de 2005, (início da introdução dos Temas Transversais) e no fim do segundo semestre de 2006. Na primeira fase da pesquisa 104 alunos participaram, na segunda houve a adesão de 90 estudantes. Os instrumentos de pesquisa utilizados foram: a versão curta do Defining Issues Test (DIT), e um questionário semidirigido composto por questões referentes ao conhecimento das normativas necessárias à atuação do psicólogo, e por dois casos-vinheta, baseados no Problem Identification Test (PIT), com perguntas concernentes aos problemas éticos que devem ser considerados nas situações apresentadas. Para verificar a eficácia da introdução dos Temas Transversais a análise dos resultados foi feita comparando o desempenho de cada termo conforme o ano de aplicação, ou seja, equiparando os resultados do 2º termo de 2005 com os do 2º termo de 2006; do 4º termo de 2005 com os do 4º termo de 2006, assim por diante. Outro tipo de análise realizada foi a comparação entre os termos em cada ano (2005 e 2006), visando assim, de modo transversal, verificar a evolução das turmas ao longo do curso em cada ano, ou seja, do 2º termo em relação ao 4º termo, deste em relação ao 6º termo, deste em relação ao 8º termo e deste em relação ao 10º termo. As operações estatísticas utilizadas foram: Freqüência Simples, Qui-quadrado, Análise de Variância e o Teste t de Student. Os resultados do (DIT)

revelaram que não houve mudanças significativas no nível de julgamento moral dos participantes na análise sobre a eficiência da introdução dos Temas Transversais. No que concerne à evolução ao longo do curso, verificou-se, no ano de 2005, uma pontuação maior nos Estágios 5B e 6 nas turmas mais avançadas (4º, 6º e 8º termos), evolução que não foi encontrada durante o ano de 2006. O questionário semidirigido, demonstrou no caso-vinheta 1 que houve um aumento estatisticamente significativo da sensibilidade ética quando equiparado o 8º termo de 2005 com o 8º termo de 2006. Em relação à evolução das turmas durante os anos de 2005 e de 2006, as médias obtidas não apresentaram diferenças significativas. No caso-vinheta 2, verificou-se uma menor pontuação dos alunos do 6º termo no ano de 2006 em relação aos do 6º termo do ano de 2005. Além disso, ao se verificar a evolução das turmas no ano de 2005, os alunos do 2º termo obtiveram maiores níveis de sensibilidade ética do que os do 8º termo. Em relação à evolução durante o ano de 2006, as médias obtidas não apresentaram diferenças significativas. No que diz respeito ao conhecimento dos alunos em relação aos referenciais normativos, que devem orientar a atuação do psicólogo, os documentos mais mencionados foram o Código de Ética Profissional do Psicólogo, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso e a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Observou-se, no entanto, que houve um aumento significativo no número de documentos citados quando analisada a evolução ao longo do curso em cada ano. Os resultados da presente pesquisa demonstraram que a introdução dos Temas Transversais não exerceu influência coesa e importante no desenvolvimento do julgamento moral, da sensibilidade ética e do nível de informação sobre ética profissional dos alunos do curso. Além disso, mesmo no que concerne à evolução dos alunos ao longo do curso, verificou-se, somente, um aumento no que concerne ao nível de informação sobre os referenciais normativos, não demonstrando um crescimento relevante nos demais aspectos inerente à formação ética: julgamento moral e sensibilidade ética. Esses dados demonstram que a formação ética, muitas vezes, fica mais restrita à informação do que ao desenvolvimento moral e ético do futuro psicólogo e que, apesar da introdução dos Temas Transversais vislumbrarem novos horizontes na formação do aluno, para uma educação mais comprometida com a autonomia e a ética, as intenções contidas nesse projeto esbarram em uma diversidade de questões práticas existentes no ambiente educacional e na sociedade, que interferem sobre a realização dessa proposta educacional.

**Palavras-chaves:** Formação Ética Julgamento Moral Sensibilidade étic, Temas Transversais, Ética

**Atividade: Prática interdisciplinar (Paineis)**

**Trabalho:** Prática interdisciplinar: integração como possibilidade no ensino superior

**Autor(es):** Ivana Moraes de Alencar, Ivani T. Mendes

**Resumo:** Prática interdisciplinar : a integração como possibilidade no ensino superior. O principal objetivo deste trabalho é propiciar ao aluno, no início do Curso de Psicologia, uma experiência didática em pesquisa de campo. Visa integrar conteúdos de diferentes disciplinas no intuito de fornecer ao aluno uma aplicação dos conhecimentos teóricos discutidos durante o curso. Desta maneira, a integração de diferentes disciplinas permite ao aluno identificar, definir e formular questões relacionadas aos Processos Psicológicos Básicos, em uma perspectiva metodológica quantitativa, coerente com o início do curso. Para atingir estes objetivos ocorre a integração das seguintes disciplinas: Processos Psicológicos Básicos; Metodologia Científica e Estatística. Os alunos são divididos em pequenos grupos e orientados pelos professores em diversos aspectos. O tema escolhido pelo grupo deve ser pertinente à disciplina de Processos Psicológicos Básicos, sobre o qual será realizado um levantamento bibliográfico que prioriza teses, dissertações e artigos científicos atuais sobre o tema, assim o aluno encontra-se diante de uma quantidade de material documental que ele compilará ao longo do trabalho. A partir deste levantamento organizam as informações bibliográficas e os grupos escolhem um instrumento de pesquisa, mais especificamente o questionário ou a categorização de depoimentos. Esta escolha leva em consideração as exigências éticas, ou seja, os alunos levantam os dados a partir de opiniões de

sujeitos ou categorizam opiniões expostas publicamente nos meios de comunicação de massa. Esta etapa do trabalho permite aos alunos escolher e utilizar instrumentos e procedimentos de coleta de dados, respeitando as questões éticas que envolvem a pesquisa com seres humanos. Os dados são tratados utilizando os recursos da Matemática, da Estatística e da Informática para análise e apresentação de dados, em seguida, os alunos produzem um relatório de pesquisa propriamente dito, pois o objetivo do corpo docente é mostrar o valor da pesquisa. Esta proposta de integração contribui para o ensino da Psicologia direcionada para a diversidade, já que propõe uma prática integrada de diferentes disciplinas, na qual o aluno aprende como unir conhecimentos diversificados na busca da compreensão do objeto psicológico. Como afirma Rey (2002), a aproximação interdisciplinar cria zonas de sentido ao tema estudado a partir da articulação das disciplinas envolvidas, surgindo uma nova área de produção de conhecimento, articulando-se em um diálogo que se desenvolve a partir de diferentes posições. Por fim, essa experiência interdisciplinar possibilita aos alunos contato com os diversos canais utilizados na pesquisa, o que permite articular e integrar informações de fontes diversas.

**Palavras-chaves:** prática interdisciplinar, processos psicológicos, metodologia de pesquisa

**Atividade: Teatro do Oprimido como ferramenta de Pesquisa/Intervenção e de formação profissional em psicologia (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Teatro do Oprimido como ferramenta de Pesquisa/Intervenção e de formação profissional em psicologia

**Autor(es):** Emanuella Cajado Joca, Angela Maria Dias Fernandes, Diana Jaqueira Fernandes

**Resumo:** O presente trabalho tem como base uma pesquisa/intervenção realizada junto a 20 alunos do curso de psicologia da UFPB, como atividade da disciplina de Teorias e Técnicas de Pesquisa, no módulo de Pesquisa Qualitativa e Análise Institucional. Após o contato com os fundamentos dessa linha de investigação baseada nas formulações de René Lourau (1979, 1993, 2004), foi realizada uma atividade de campo com o objetivo de proporcionar uma maior compreensão das ferramentas de intervenção propostas pelo autor. Essa atividade aconteceu no dia Nacional da Luta Antimanicomial (18 de maio de 2006) quando havia sido montada, pelo Centro Acadêmico, uma instalação composta de alguns elementos alusivos ao tema e uma Mostra com cartazes do Museu do Inconsciente. A proposta encaminhada na disciplina e aqui relatada oportunizou este evento ao traçar como objetivo: verificar os efeitos da visita à uma instalação no grupo de alunos da disciplina TTP focalizando a temática da relação entre loucura e sociedade. O trabalho foi desenvolvido em quatro etapas: 1 - constituição da equipe de pesquisa composta pela professora, duas alunas colaboradoras e três alunos voluntários inscritos na disciplina, encarregados da coordenação da atividade; 2 - visita à mostra; 3 - atividade em sala (teatro fórum); 4 - análise do material. Os demais participantes (doze alunos) constituíram o grupo de sujeitos da pesquisa. A visita à mostra foi realizada em três subgrupos orientados pelos voluntários. A atividade em sala, coordenada pela equipe constituída inicialmente, seguiu os seguintes passos: debate nos subgrupos e o enunciado de uma palavra por sujeito que sintetizasse a experiência; reunião das palavras e elaboração de um painel; construção de uma cena teatral a partir das palavras. Foram utilizadas como suportes na intervenção a técnica Arco-Íris do Desejo: Método de Teatro e Terapia, de Augusto Boal (1996) e as palavras-geradoras, de Paulo Freire. O painel foi colocado no centro do círculo formado pelos participantes e trazia as seguintes palavras: normal, interessante, isolamento, arte, olhar, o que é normal?, preconceito, irresponsabilidade, pintura, fragmentação, loucura, sociedade, criatividade, talento, sofrimento e potencialização. Cinco participantes voluntários construíram uma cena sem movimento e voz, utilizando as palavras que julgassem mais expressivas. Cena inicial - Os atores se dispuseram em meia lua. No lado esquerdo, três estavam sentados no chão, um com as mãos tampando os olhos, outro, a boca e outro, os ouvidos. O quarto ator estava de pé, com a cabeça voltada para o quinto ator, que sentado no chão estava de olhos fechados, com o corpo encolhido e a cabeça colocada entre as pernas dobradas. Os alunos expectadores, um a um, puderam promover

intervenções na cena, até montar a seguinte cena final: os cinco alunos estavam sentados, no chão, com os braços nos ombros uns dos outros e voltados para o aluno que, inicialmente estava com a cabeça entre as pernas. Um dos atores estava com o braço no ombro deste último, que foi mantido com os olhos fechado, mas, com a cabeça um pouco levantada. A partir da solicitação de que a cena ganhasse movimento e voz houve falas acerca da responsabilidade social em relação ao sujeito que parecia acometido pela loucura, pois argumentaram serem pessoas necessitadas de cuidados. O quinto ator-participante não se manifestou. A cena foi desfeita e iniciou-se a etapa de análise. As mudanças feitas na cena foram discutidas e os atores analisaram seus personagens e sentimentos no momento da ação. Foi identificada uma tentativa de aproximação como o ator que desempenhava o papel de louco. A fala deste ator apontou seu desconforto com relação ao papel assumido identificando que, ao longo do processo de mudanças, somente houve uma intervenção que modificasse sua expressão na cena (foi colocado o braço de um outro ator sobre seus ombros e sua cabeça levantada). Seus olhos continuaram fechados e as pernas encolhidas, demonstrando os limites das intervenções na vivência da loucura. As colocações deste ator foram fundamentais para a análise das ações que podem compor a própria luta contra o encarceramento da loucura. As discussões levantaram questões sobre como a sociedade trata a loucura e como os alunos no processo de formação em psicologia são atravessados por forças instituídas. Foi bastante significativo o relato do ator que representou o louco e seu sentimento de opressão ante as imposições de todos no sentido de ajudar, deixando-o sem força e sufocado. A prática proporcionou para os alunos uma rica discussão sobre manicômios, onde o discurso vincula-se a uma suposta terapêutica, mas que historicamente vem se constituindo em espaços de degradação do humano. Ao final, o trabalho foi sistematizado sendo revistos os conceitos e ferramentas da Análise Institucional utilizados no processo de construção da pesquisa, permitindo aos alunos, não só a experiência de formação profissional, através do manejo de técnicas em pesquisa qualitativa, como também, através da contextualização na Luta Antimanicomial, avançar o debate sobre a produção da loucura.

**Palavras-chaves:** Análise Institucional, Pesquisa Qualitativa, Formação profissional

**Atividade: Psicologia: Profissão feminina  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Psicologia: profissão feminina

**Autor(es):** MARIA ROSALIA CORREIA DIAS DIAS

**Resumo:** Trata-se do relato de uma pesquisa de Doutorado realizada no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia que tem como objetivo discutir a construção de identidades profissionais em Psicologia tomando como referência a vivência curricular acadêmica do cotidiano escolar e levando em conta que a psicologia é considerada uma profissão feminina. Foi realizada no âmbito de um Curso de Psicologia singular, da cidade de Salvador - Bahia, como uma Pesquisa Qualitativa com o formato de um Estudo de Caso. A pesquisa investiga, através de questionário, o entendimento que alunos demonstram ter sobre a Psicologia e a profissão ao ingressarem no curso e através da realização de Grupos Focais e Estudos Documentais percorre caminhos pelos quais ressignificam seus posicionamentos iniciais assumindo determinados discursos e posições de sujeito que os nomeia psicólogos e psicólogas. Ancora-se em aporte teórico multirreferencial com saberes oriundos da Psicologia Social, Estudos de Gênero, Currículo e Estudos Culturais. Ao percorrer o caminho dos alunos, através de seus relatos, destaca, do ponto de vista deles, determinadas práticas curriculares como nucleares na construção das identidades profissionais como os Estágios e o Trabalho de Conclusão de Curso, dentre outros, e analisa o atravessamento de Gênero no currículo. Verifica também o posicionamento dos alunos sobre a Psicologia como profissão feminina. Os achados da pesquisa demonstram que os alunos entendem a construção dessas identidades profissionais como processual identificando psicólogos e psicólogas como profissionais da escuta que exercem o seu mister, predominantemente, em atendimento clínico ainda numa perspectiva conservadora da profissão. Constata que há um atravessamento de Gênero no currículo do curso, embora não haja uma intencionalidade para isso pois sendo Gênero uma lente para compreender o mundo, ao se estudar uma profissão considerada feminina, também se constitui



numa lente para entender a profissão. Conclui pela necessidade de reorientar o currículo que ainda se realiza numa perspectiva tecnicista e enfatiza a necessidade de desnaturalizar a Psicologia como profissão feminina desconstruindo a lógica que qualifica as mulheres com atributos como delicadeza, sensibilidade e fragilidade que impregnam a profissão, impedindo uma renovação de suas práticas para atender às demandas do mundo contemporâneo. Considera que essas duas questões - Currículo e Gênero - no Curso de Psicologia estão interligadas pois ao desnaturalizar a profissão como feminina, pode-se ultrapassar uma visão estereotipada e reducionista da profissão. Conclui que há grandes desafios a serem enfrentados na formação, qual seja, investir em um currículo menos fragmentado, ultrapassar o viés clínico tradicional como uma visão reducionista da profissão e desnaturalizar a psicologia como profissão feminina.

**Palavras-chaves:** Formação, Identidade, Gênero

**Atividade: Estágio Básico: contextualizando a sala de aula (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Estágio Básico: contextualizando a sala de aula

**Autor(es):** MARIA ROSALIA CORREIA DIAS DIAS

**Resumo:** A proposta dessa atividade é discutir a realização de Estágios Básicos no âmbito da formação em Psicologia a partir da experiência realizada pelo Curso de Psicologia da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública da Fundação Bahiana para Desenvolvimento das Ciências, em Salvador - Bahia. O Curso considera que está estruturado de forma a assegurar uma formação básica pluralista e de atuação generalista oferecendo ao aluno o acesso a diferentes teorias, áreas de conhecimento, métodos de investigação, pesquisa e técnicas que constituem áreas de conhecimento da Psicologia. Privilegia a interação contínua da teoria e da prática, oferecendo ao aluno, a experiência prática com a psicologia e o desenvolvimento desta enquanto ciência, através de atividades teórico-práticas desde o início do curso e, nessa perspectiva, insere a realização dos Estágios Básicos. Considerando o aluno como sujeito da aprendizagem, construtor de seu próprio conhecimento e o professor como mediador da relação ensino-aprendizagem entende que Estágios Básicos são atividades curriculares orientadas na qual os alunos exercitam habilidades na construção de competências para a prática profissional. Constitui-se, portanto, em atividade privilegiada, dentre outras do currículo, para a construção do papel de psicólogo. No Curso de Psicologia da FBDC/EBMSP os Estágios Básicos são realizados em três semestres consecutivos, 5º, 6º e 7º semestres com carga horária de 54 horas em cada um deles, o que perfaz a carga horária de 162 horas. É realizado com a presença constante do professor / orientador do estágio que se desloca com os alunos para assumir suas atividades como professor, integralmente, no local onde se realiza o estágio. As atividades escolhidas para serem trabalhadas no Estágio Básico independente do local onde se situem são consideradas de peso para o exercício da Psicologia, qual seja: a prática de entrevista em situações diversificadas como história de vida, anamnese, acolhimento, devolução, dentre outras, a condução de grupos temáticos e a utilização de instrumentos para coleta de informações. A instituição disponibiliza diversificados espaços para realização dos Estágios Básicos porém há uma ementa que orienta o Estágio naquele determinado semestre e atividades comuns para serem desenvolvidas por quaisquer grupos porém de forma contextualizada. No desenvolvimento dos Estágios Básicos, com os alunos divididos em grupos de 6 a 8 alunos, há o estudo teórico do tema e das especificidades do local da intervenção, as atividades práticas e a supervisão. Dos alunos é exigido o registro diário de atividades e relatório final. São realizadas também atividades de socialização das experiências de todos os alunos de um mesmo estágio no início e no final de cada semestre, onde as experiências realizadas em diversificados espaços de práticas profissionais são socializadas, tendo em vista que não se trata de um estágio temático mas o foco da experiência didática se dá no desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes.

**Palavras-chaves:** Formação, Estágio Básico, Aprendizagem

**Atividade: REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE ENFERMEIRAS OBSTÉTRICAS NA RELAÇÃO**

## **INTERPESSOAL COM MULHERES EM TRABALHO DE PARTO (Paineis)**

**Trabalho:** REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE ENFERMEIRAS OBSTÉTRICAS NA RELAÇÃO INTERPESSOAL COM MULHERES EM TRABALHO DE PARTO

**Autor(es):** Rejane Millions Viana Meneses, Rejane Marie Barbosa Davim, Eva Saldanha de Melo, Terena Ferreira de Souto Bentes

**Resumo:** Introdução - O interesse no relacionamento interpessoal de enfermeiras obstétricas com mulheres em trabalho de parto, surgiu de nossa atuação na academia e da experiência em centros obstétricos como docentes e estudantes de Enfermagem. Observávamos, no dia-a-dia, que a enfermeira obstétrica, com competência técnica é responsável pela gerência e administração do serviço nos centros obstétricos, mas, na maioria das vezes, não é dada a devida importância às relações interpessoais com as parturientes. No complexo ambiente do centro obstétrico, a enfermeira está em contato com situações de angústia, medo e dor sentida pela parturiente, e que esses fatores de stress tendem a levar a falta de comunicação interpessoal com a equipe de saúde, em especial, da enfermeira com essas mulheres. Compreendemos que, a partir das relações interpessoais estabelecidas entre enfermeira-parturiente representem o significado da dor dessas mulheres durante o trabalho de parto, na visão dessas profissionais. Apreendemos que as relações interpessoais estão associadas ao contexto ambiental, ao espaço ocupado pelos indivíduos, sem olvidar, evidentemente, a importância inerente à personalidade de cada ser humano. As relações interpessoais somente tornam-se efetivamente terapêuticas quando há o comprometimento profissional, ajuda emocional e troca de saberes que sejam alcançadas e trabalhadas em conjunto. A enfermeira obstétrica descobrirá que a empatia é instrumento valioso na comunicação com a parturiente. O relacionamento interpessoal pode parecer de fácil aplicabilidade, porém merece atenção profunda, pelo fato de que ela pode se iniciar de maneira espontânea, mas não se estabelece somente pela linguagem, mas por um conjunto de atitudes afetivas e técnicas que dão suporte às ações da enfermeira, manifestadas por imagens, conceitos e categorias, contribuindo para a construção de uma realidade comum e um conjunto social, possibilitando, de certa forma, a comunicação, conhecida como representação social. As representações sociais significam uma forma de conhecimento específico, orientado para a comunicação e compreensão do mundo em que vivemos, constituindo um saber prático, utilizado na ação do sujeito, que é o saber do senso comum. Considerando a recente incorporação de conceitos relativos à qualidade no atendimento médico-hospitalar, a preocupação com a melhoria das relações interpessoais com a parturiente pela equipe de saúde, torna-se relevante o conhecimento do senso comum de enfermeiras obstétricas acerca da dor de parto. Assim, este estudo adota como eixo condutor da presente análise, a teoria das representações sociais de Moscovici (1978), por considerá-la instrumento importante de aproximação e compreensão da realidade vivenciada por enfermeiras obstétricas, fornecendo elementos técnico-metodológicos capazes de favorecer uma compreensão da realidade das relações interpessoais. Objetivo – Identificar as representações sociais de enfermeiras obstétricas nas relações interpessoais com mulheres em trabalho de parto. Metodologia - Utilizamos a entrevista semi-estruturada com 20 enfermeiras obstétricas que trabalham em 05 hospitais maternidades públicas em Natal/RN, na Região Nordeste do Brasil. A entrevista constou de uma questão norteadora, direcionada para o tema em pauta: “O que representa para você a dor sentida por mulheres em trabalho de parto?” As entrevistas foram respondidas assegurando-se sigilo e anonimato de suas respostas às participantes, após assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido. A análise dos dados foi baseada a partir das respostas das depoentes, apreendendo-se os significados expressos, surgidos após os questionamentos. Resultados - Os resultados demonstraram que as representações sociais das enfermeiras que trabalham em centros obstétricos, aproximaram-se de um conjunto de significações elaboradas por diferentes sujeitos que retratam as concepções quanto à dor de parto em determinada realidade organizacional. Convergiaram para respostas elaboradas pelas relações estabelecidas com as parturientes no conjunto de atividades desenvolvidas nos

serviços. As concepções apreendidas junto aos sujeitos no contexto de trabalho direcionaram as representações acerca do medo dessas mulheres pela distância dos familiares, mas que a dor era suportável pela alegria do nascimento. Para as profissionais, as relações interpessoais estabelecidas no ambiente de trabalho no relacionamento com acompanhante e parturiente na empatia desenvolvida pelas orientações de intervenções não farmacológicas para o alívio da dor, faz com que essas mulheres suportem a dor mais facilmente e tenham um parto saudável. As profissionais assinalaram também que, embora a maioria trabalhe de forma humanizada com orientações, massagens, banhos de chuveiro, vários são os fatores que podem influenciar a dor de parto, dependendo da capacidade de cada mulher, e pelos fatores fisiológicos, psicológicos, socioculturais, ansiedade, fadiga e acima de tudo pelos procedimentos médicos, medo do desconhecido, ansiedade e tensão das parturientes. Conclusões - Verificamos que as representações sociais extraídas das falas dessas profissionais, possibilitaram a percepção acerca das relações interpessoais no contexto hospitalar de uma dada realidade, perfilada no próprio espaço organizacional, reunindo um conjunto de normas e valores e que, diante das representações sociais das enfermeiras, determinou um campo de comunicações que estabelecem, de certa forma, o desenvolvimento das relações interpessoais. As percepções das participantes quanto às representações da dor de parto, evidenciaram concepções ideológicas, sociais, psicológicas e culturais, associadas às posições das parturientes no contexto hospitalar.

**Palavras-chaves:** Representação Social, Mulheres em trabalho de parto, Enfermeiras

**Atividade: Psicologia Comunitária e Centro de Referência da Assistência Social (CRAS): (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Psicólogos no SUAS – Sistema Único da Assistência Social: Um resgate histórico da inserção da Psicologia nesse sistema.

**Autor(es):** Adna Fabiola Guimaraes T. Fontenele, Eugênia Bridget Gadêlha Figueiredo, Janille Maria Lima Ribeiro

**Resumo:** Este trabalho teve por objetivo fazer um resgate do processo de inserção dos profissionais de Psicologia no SUAS – Sistema Único da Assistência Social. Reconhecendo que os registros históricos do movimento de luta pela efetivação desse sistema tem se dado basicamente no campo da Assistência Social, a qual esteve diretamente envolvida, e sentindo a ausência de produções que expliquem qual a participação da Psicologia na elaboração dessa política, é que realizamos esse trabalho. Buscamos, portanto, responder às seguintes perguntas: “Como foi que a psicologia foi parar nessa política?”; “Qual psicologia – digo, referenciais teóricos e modelos de atuação – estava-se pensando quando da construção dessa política?” Entendemos que a relevância dessa questão está para além da necessidade histórica de esclarecer como se deu esse processo, mas tem relação também com a necessidade de entender o que se espera do profissional, que profissional recrutar e selecionar, que referencial teórico-metodológico e instrumentais abordar? Que compromisso ético-político esse profissional terá? Como avaliar os resultados? Para isso recorreremos aos documentos oficiais publicados sobre o SUAS, assim como à profissionais de referência tanto do campo da Psicologia, como de outras áreas, principalmente do Serviço Social, os quais estiveram engajados nos conselhos, fóruns, encontros, seminários, reuniões, oficinas e palestras que foram palco das discussões para elaboração dos documentos oficiais do SUAS. Em nenhum momento está claro nos documentos oficiais do projeto, isto é, Política Nacional de Assistência Social / 2004, Norma Operacional Básica – NOB/SUAS, e o Guia Operacional dos CRAS, de que psicologia está se falando e o que se espera dela, nem mesmo de que compreensão se tem da psicologia que justifique sua relevância para a política. Não podemos negar que há indícios do que cabe ou não fazer; mas não está explicitado. Para a maioria dos profissionais do campo da psicologia, mesmo que trabalhando na área do SUAS, ler os documentos que dizem respeito ao sistema, como por exemplo a Política Nacional de Assistência Social, bem como a NOB/SUAS – Norma Operacional Básica, causa certo desconforto, ou no mínimo estranhamento, das terminologia e conceitos utilizados nos mesmos. Na verdade o que parece à primeira vista é que estamos trabalhando

num campo estrangeiro, onde a “língua” corrente não é a nossa. Essa sensação passa a fazer sentido quando buscamos a bibliografia utilizada na elaboração da política e percebemos que de 39 referências, somente uma faz alusão à produção no campo da Psicologia. O restante são documentos oficiais do campo da Assistência Social, do saber produzido pelo Serviço Social e saber jurídico. Observamos que esse é o reflexo da falta dos representantes da psicologia no que diz respeito à participação enquanto entidades ou pessoas físicas, nos eventos de elaboração da lei. A partir dos resultados levantamos três questões que, a nosso ver, apesar de pelo menos as duas primeiras estarem na pauta de muitos trabalhos, merecem ter ampliadas suas discussões: a primeira refere-se à história da psicologia e sua relação com as questões sociais e principalmente com as políticas públicas; em segundo sobre a formação dos profissionais; e a terceira, talvez a mais inovadora sobre a não participação dos profissionais na discussão e elaboração dessas políticas, e a necessidade de nós, enquanto classe, nos mobilizarmos e atuarmos ativamente e politicamente em entidades, instâncias e movimentos que dão origem às políticas públicas e deixar de ser “caroneiros” das lutas de outros profissionais e da sociedade como um todo.

**Palavras-chaves:** Políticas públicas, Inserção do Psicólogo no SUAS, participação política da psicologia

**Trabalho:** Considerações Sobre a Práxis do(a) Psicólogo(a) no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)

**Autor(es):** João Paulo Pereira Barros

**Resumo:** Este trabalho adveio da realização de uma pesquisa monográfica que explorou a relação entre a práxis do(a) psicólogo(a) e as Políticas Públicas de Proteção Social Básica, devido ao caráter relativamente recente e pouco tematizado desta conexão. O objetivo geral da monografia foi compreender como se dava a práxis de profissionais de psicologia em políticas públicas de Proteção Social Básica de Fortaleza, especificamente nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e nas Raízes de Cidadania – projeto vinculado à Prefeitura Municipal de Fortaleza. Seus objetivos específicos foram: identificar os referenciais teórico-metodológicos que orientavam a atuação destes(as) profissionais no âmbito das políticas em questão; conhecer de que forma estes(as) psicólogos(as) compreendiam a sua inserção nas equipes multiprofissionais de Proteção Social Básica, bem como os resultados do seu trabalho nos contextos em que atuavam; investigar de que maneira a práxis destes(as) profissionais se articulava com os modos de vida das comunidades onde ela se dava; contribuir para a construção de perspectivas de atuação que sejam coerentes com os propósitos das políticas públicas de Nível Básico e com o enfoque sócio-psicológico de atuação do(a) psicólogo(a). Tal investigação adotou como principal marco teórico a Psicologia Comunitária e optou pela metodologia qualitativa. O estudo foi realizado com quatro psicólogos(as), sendo dois das Raízes de Cidadania – um homem e uma mulher - e, da mesma forma, dois dos CRAS de Fortaleza. A escolha dos participantes da pesquisa foi através de sorteio, considerando o universo de profissionais de psicologia de ambos os projetos. Na coleta de dados, foram realizadas quatro entrevistas orientadas, uma com cada profissional. Para a análise e discussão dos dados, recorreu-se ao método da Análise Temática (Richardson, 1985). O trabalho que compõe esta mesa redonda procura apresentar, com base nos resultados da monografia citada, elementos referentes à práxis do(a) psicólogo(a) nos Centros de Referência da Assistência Social de Fortaleza (CRAS). Tais elementos apontam para as seguintes considerações: os referenciais teórico-metodológicos utilizados pelos(as) entrevistados(as) são bastante diversos; há prevalência de trabalhos pontuais e pouca ênfase em metodologias participativas ao longo do desenvolvimento das atividades dos(as) entrevistados(as). Além disso, existem dissensos em relação à compreensão sobre o papel do(a) psicólogo(a) no CRAS e o caráter relativamente embrionário de trabalhos interdisciplinares. Além do mais, verificou-se a dificuldade dos(as) profissionais no delineamento e na identificação de resultados da sua atuação. Já no que concerne à articulação da práxis do(a) psicólogo(a) e os modos de vida comunitários, depreendeu-se que tal relação é entremeada por pré-conceitos e estereótipos produzidos historicamente e que, por sua vez, são retro-alimentados no cotidiano do trabalho, dada a ainda superficial inserção do(a) profissional nestes modos de vida e às articulações fugazes com

instituições e grupos comunitários. Entretanto, denotou-se positivamente relacionadas à ampliação do foco de compreensão do trabalho do(a) psicólogo(a) e à metamorfose da identidade profissional, devido às exigências sui generis da realidade social e comunitária da maioria da população que é atendida por essas políticas públicas. Com base neste material empírico, este trabalho aponta para uma perspectiva sócio-psicológica de atuação (Góis, 2006), pautada na compreensão histórico-cultural do psiquismo, no predomínio de metodologias e mediações que enfatizem o diálogo, a participação e a cooperação, bem como de ações continuadas e de trabalhos grupais que articulem demandas individuais e demandas coletivas. Por fim, esta produção alia o papel do(a) psicólogo(a) ao horizonte da construção das funções psicológicas superiores (Vigotski, 1994) e da libertação (Martin-Baró, 1998).

**Palavras-chaves:** Psicologia Comunitária, Práxis do Psicólogo, Políticas Públicas de Proteção Social Básica, CRAS

**Trabalho:** Experiência de Atuação da Psicologia em um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Fortaleza, sob o viés da Psicologia Comunitária.

**Autor(es):** Luana Rêgo Colares de Paula, João Paulo Pereira Barros

**Resumo:** Este trabalho busca trazer reflexões sobre a atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS a partir de uma experiência desenvolvida há onze meses em uma das dezoito unidades deste centro, situada na cidade de Fortaleza. Essa discussão, assim como a experiência que a embasa, ampara-se teórica e metodologicamente na Psicologia Comunitária, dando ênfase especial às produções e sistematizações oriundas da Psicologia Comunitária gestada no contexto cearense. Além disso, a reflexão que perpassa o presente trabalho almeja apresentar a pertinência desta psicologia para o trabalho em Políticas Públicas de Proteção Social Básica, como o CRAS. Definidos estes marcos, este ensaio aponta que a atuação do profissional de Psicologia no CRAS tem como foco a construção dos sujeitos da comunidade e o desenvolvimento comunitário (Góis, 2005), na perspectiva da autonomia e da transformação social. Tal foco se mostra coerente com os objetivos do CRAS, qual seja, prevenir situações de risco social e promover o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, com ênfase no desenvolvimento das potencialidades (BRASIL, 2005). Este mesmo foco mostra-se convergente também com as diretrizes metodológicas para o trabalho com famílias e indivíduos, apontadas no Guia de Orientação Técnica do SUAS (BRASIL, 2005). O enfoque de atuação circunscrito ao território de abrangência do CRAS, levando-se em consideração as características, demandas e potencialidades do contexto onde vivem as famílias referenciadas, encontra similaridade com a proposta da Psicologia Comunitária de atuar no espaço de moradia e convivência das pessoas. Além disso, a importância dada pelos marcos legais da política em questão ao desenvolvimento de ações que fortaleçam a participação social, o diálogo e a convivência familiar e comunitária se coaduna com as seguintes contribuições da Psicologia Comunitária para a atuação do(a) psicólogo(a) neste âmbito: 1) Método Dialógico-Vivencial, que enfatiza a análise e vivência da atividade comunitária (Góis, 1993); 2) Atuação na e com a comunidade, estimulando processos cooperativos entre profissionais do CRAS e agentes locais; 3) Conhecimento sobre (e com) a comunidade, a partir da inserção do(a) psicólogo(a) neste contexto, a qual lança mão de Metodologias Participativas (MONTERO, 2006) e da Investigação-Ação-Participante (GÓIS, 2005); 4) Valorização da participação ativa de famílias e de grupos locais no planejamento, na execução e na avaliação das ações, dada a relevância disto para a construção dos sujeitos e para a efetividade das ações; 5) Leitura sócio-psicológica da realidade; 6) Fortalecimento das atividades comunitárias, através da potencialização de grupos comunitários, da organização comunitária, das redes sociais e da mobilização e participação social; 7) Favorecimento da conscientização (Freire, 1980 e Martin-Baró, 1998), da construção e do fortalecimento do sentimento de pertença, da identidade pessoal e social, bem como dos vínculos familiares e comunitários. Por fim, exemplifica-se esta articulação com a exposição das principais ações desenvolvidas com a participação da psicologia no CRAS Léa Léal de Fortaleza, desde junho de 2006.

**Palavras-chaves:** Psicologia Comunitária, CRAS, desenvolvimento comunitário

**Atividade: A Psicologia frente às seqüelas da Questão Social no RN (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**A Psicologia frente às seqüelas da Questão Social no RN: reflexões sobre os limites e as possibilidades de atuação.

**Autor(es):** Isabel Fernandes de Oliveira

**Resumo:** O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2005 expõe um retrato da pobreza e exclusão social no Brasil, um dos países mais desiguais do mundo. Segundo dados oficiais, 70 milhões de brasileiros vivem em condições precárias, sendo que, desses, 20 milhões não têm como suprir suas necessidades básicas de sobrevivência. O problema se agrava quando se refere à população negra e à nordestina brasileira (IDH=0,517 contra 0,777 na região Sul), que apresentam os piores índices de desenvolvimento humano. O RN se situa exatamente nessa seara (IDH= 0,705) que, cada vez mais, se agrava em virtude do modelo econômico sustentado na agenda neoliberal. Diante de tal quadro, a Psicologia, como profissão inserida no campo do bem estar, que convoca seus pares para uma atuação socialmente comprometida, não pode se furtar a essas questões. Cada vez mais psicólogos têm se inserido em espaços de atenção, assistência e cuidado à população pobre, mas as críticas acerca do tipo de trabalho realizado são contumazes e apontam a necessidade de uma atuação política dos profissionais de Psicologia, associada à produção de um conhecimento que se coadune a essa postura. Alguns estudos mostram que não só os psicólogos permanecem atuando sob a égide do modelo clínico tradicional, como também a produção de conhecimento em Psicologia ainda engatinha na proposição de novas formas de conceber o 'fenômeno psicológico'. Assim, este trabalho se propõe a refletir sobre os rumos da atenção psicológica em espaços caracterizados como de assistência no RN (Saúde Pública e o Terceiro Setor), com destaque para sua capital, Natal, voltados para uma demanda que sofre paulatinamente as seqüelas da questão social. Natal tem o maior índice de desenvolvimento humano do estado (0,788), mas, mesmo assim, encontra-se no 874º lugar no ranking nacional. Na saúde, a atuação psicológica é ofertada em mais de 70% dos centros de saúde do município. Contudo, as inovações em termos de prática profissional esbarram em retrocessos; novos modelos de intervenção são bloqueados pela burocracia ou pela inabilidade profissional e o uso político da máquina pública engessa, limita, várias possibilidades de uma ação política. Tais problemas se refletem na predominância das consultas, que abarcam mais de 90% das ações realizadas na atenção básica por psicólogos. Na atenção especializada, as terapias individuais compreendem mais de 80% dos procedimentos efetuados. No Terceiro Setor, há cerca de 60 psicólogos trabalhando em clínicas, fundações, ONG's e associações, espalhadas por todo o estado do RN, mas ainda há um desconhecimento por parte de profissionais e usuários do seu papel, suas propostas e finalidades. A bandeira do compromisso social é erguida sem que se saiba o que ele é e sem que haja um trabalho nessa direção. As atividades desenvolvidas ainda guardam uma forte conotação clínica tradicional, mas se direcionam gradativamente para enfoques sociais e sócio ambientais. Tais espaços tornaram-se atrativos para os psicólogos muito mais pela possibilidade de expansão de um mercado de trabalho saturado do que pela constatação da necessidade da Psicologia em locais dessa natureza. Contudo, iniciativas bem sucedidas constataam que a profissão pode (e deve) se transformar, inovar e, principalmente, atuar em prol da transformação das condições de vida da população que hoje é alvo das políticas sociais. Portanto, a Psicologia, começa, lentamente, a dar sinais de como se caracteriza seu compromisso social, dos limites e possibilidades de uma atuação que possa, de fato, contribuir para a construção de ações, projetos e intervenções mais equânimes.

**Palavras-chaves:** Políticas sociais,Compromisso social,prática psicológica

**Atividade: Reflexões acerca do ensino de psicologia e de psicanálise nas instituições de ensino superior no Rio de Janeiro e no Ceará (Mesas Redondas)**

**Trabalho:**Psicanálise & psicologia: a democratização da psicanálise no Rio de Janeiro

**Autor(es):** Cristiana Facchinetti

**Resumo:** O presente trabalho pretende aprofundar a discussão acerca da crise que abalou as instituições vinculadas à ABP/IPA. Para tanto, o trabalho pretende centrar suas discussões em torno da Sociedade Brasileira de Psicanálise (SBPRJ). Para tanto, buscaremos inicialmente delinear o processo de constituição e reconhecimento das sociedades psicanalíticas cariocas, trazendo também neste contexto o processo de institucionalização da psicologia no Brasil. Assim, enquanto entre 1953 e 1959 as sociedades psicanalíticas do Rio de Janeiro eram reconhecidas pela International Psychoanalytical Association (IPA), o ensino universitário de psicologia começara no Rio de Janeiro, em 1953, com um curso noturno na Santa Casa de Misericórdia em convênio com a PUC. O mesmo passou, em 1956 a ser dado de forma contínua na própria universidade, deslocando-se da Santa Casa. Em 1962, foi regulamentada a profissão de psicólogo. (Russo, 2002) Os psicólogos, recém-saídos da faculdade, não tinham acesso às sociedades vinculadas à IPA, mas ampliaram seu mercado ao passar a fazer análise, grupos de estudo e supervisão com psicanalistas. Mas ao longo dos anos de 1970, surgiu uma série de instituições de formação psicanalítica, não vinculadas à IPA, cuja clientela eram, basicamente, psicólogos. As novas instituições estavam fortemente relacionadas à vinda de psicanalistas da APA para o Brasil, por motivos políticos. Mas esse novo espaço de formação e a diminuição da demanda de análise não foi a única causa que acabou por dilatar a formação da SBPRJ, dando acesso aos psicólogos: em agosto de 1973, o jornal clandestino “Voz Operária” publicou a notícia que Amílcar Lobo Moreira da Silva (candidato da SPRJ e analisando de Leão Cabernite) participava de sessões de tortura de presos políticos e Helena Besserman Vianna (SBPRJ), anonimamente, divulgou a denúncia. As duas instituições cariocas tentaram abafar o caso, caindo sobre ele um sigilo que levou a SBPRJ a tentar penalizar a agente da denúncia. Entretanto, a crise foi agravada na primavera de 1980, quando ganhou espaço público a partir da repercussão da cobertura jornalística de um seminário realizado na PUC do Rio de Janeiro, cujo tema central eram as relações entre psicanálise e política. (Vianna, 1994; Russo, 2002). A polêmica abalou profundamente o prestígio das organizações congregadas em torno da ABP. Finalmente, a perda de mercado, decorrente do aumento das sociedades, após a entrada da psicanálise lacaniana na década de 1980, também instrumentalizou a ruptura do monopólio médico do controle e transmissão do título de psicanalista na SBPRJ e nas outras instituições brasileiras vinculadas à IPA. No presente trabalho buscaremos discutir o papel de Inaura Carneiro Leão, presidente da SBPRJ durante a crise na década de 1980, no processo de democratização da estrutura de sua instituição, bem como apontar as lutas dos psicólogos cariocas para que a eles fosse concedida a possibilidade de obter uma formação psicanalítica, buscando trazer novas contribuições acerca do tema com apoio do acervo da SBPRJ.

**Palavras-chaves:** Psicanálise, Psicologia, Democratização, Política, Instituição

**Trabalho:** Psicanálise, política e profissão: médicos e psicólogos disputam o acesso à clínica

**Autor(es):** Carlos Fidelis Ponte

**Resumo:** No Brasil, durante as décadas de 20 e 30, são numerosas as referências sobre a aplicação das idéias de Freud em áreas como as da medicina, do direito, da educação, da literatura e das artes plásticas. Naquele período, a psicanálise era vista como acessível a todos aqueles que por ela se interessassem, estando, portanto, abertas as portas para sua incorporação por diferentes categorias profissionais, bem como para as diversas óticas sobre sua utilização no campo social. Ao contrário dos psiquiatras das três primeiras décadas do século XX, para os quais a política ocupava um lugar de destaque, e onde a psicanálise era vista como um instrumento importante na consecução de um projeto que pressupunha uma clara intervenção na sociedade com o intuito declarado de adequá-la aos valores partilhados por parcela significativa da intelectualidade nacional, os psicanalistas responsáveis pela institucionalização deste conhecimento no país dirigiram seus esforços, quase que exclusivamente, no sentido de afirmar a existência e a autonomia da profissão. Nessa outra modalidade de percepção da psicanálise, o engajamento social preconizado, entre outros, por Arthur Ramos, Porto-Carrero e Juliano Moreira, cedeu lugar à tarefa de formar e controlar um mercado a partir da instituição e da defesa

de privilégios corporativos. Com a institucionalização que, no caso em pauta, preconizava como condição de habilitação para o ingresso no processo de formação a posse de um diploma de medicina, restringiu-se não só o mercado psicanalítico, como também o leque de possibilidades de sua utilização e de seu desenvolvimento. Tornaram-se limitadas, dessa forma, as múltiplas aplicações que poderiam derivar de um diálogo mais intenso com diferentes tradições disciplinares. O trabalho focaliza o período de crise da hegemonia exercida pelas instituições psicanalíticas brasileiras filiadas à Associação Psicanalítica Internacional no campo da psicanálise enquanto profissão. Nele, buscaremos relacionar o quadro de disputas pelo controle do mercado profissional, e seus reflexos no interior das sociedades focalizadas, com as conjunturas políticas experimentadas pelo país entre os anos 1960 e 1980. Desta forma, ênfase especial será conferida à forma como as lideranças ligadas à IPA desvalorizavam a participação política e a investigação teórica, vistas por muitos como racionalizações encobridoras. Procuraremos também contrapor a pequena capacidade de reprodução do modelo de organização adotado pelas sociedades vinculadas à Associação Brasileira de Psicanálise às condições de crescimento acelerado da demanda por formação, bem como às circunstâncias de alargamento e intensificação da concorrência com outros segmentos do meio psicanalítico dentro da conjuntura atual.

**Palavras-chaves:** Psicanálise, Brasil, institucionalização

**Trabalho:** Os Egressos do curso de Psicologia da Universidade de Fortaleza

**Autor(es):** Karla Patricia Holanda Martins, Armando Sergio Emerenciano de Melo, Tereza Glucia Rocha Matos, Ana Paula Antero Lobo

**Resumo:** Essa pesquisa teve como objetivo conhecer a situação do egresso do curso de Psicologia da Universidade de Fortaleza-UNIFOR e a inserção deste no mercado de trabalho com a finalidade de desenvolver ações referentes à formação do psicólogo nos níveis de graduação e pós-graduação. Conhecer o perfil socio-demográfico do aluno egresso e identificar a situação atual no mercado de trabalho. A pesquisa foi realizada em dois níveis: uma quantitativa com o uso de questionários enviados aos ex-alunos e outra exploratória-descritiva, com a utilização da técnica de grupo focal. Concluída no ano de 2006, a pesquisa nos possibilitou conhecer a opinião dos investigados acerca de sua formação como psicólogo e identificar a situação atual do egresso no mercado de trabalho. O presente trabalho tem por objetivo discutir, em particular, os dados quantitativos da pesquisa e sua utilização na reformulação do currículo do curso de Psicologia da UNIFOR. Através da investigação quantitativa foi possível realizar o levantamento de informações junto a uma amostra representativa do universo a ser investigado. Os egressos foram contatados através de uma carta-resposta enviada pela universidade. Foram enviados 436 questionários referente aos egressos no período de 2001 até julho 2005. O questionário era estruturado com um total de 9 perguntas, sendo que algumas com respostas pré-definidas e outras para livre resposta. A análise dos dados foi realizada a partir da estatística produzida pelo programa SPSS. Os resultados foram tabulados e apresentados em números percentuais. Dos 436 questionários enviados 60 pessoas responderam, perfazendo uma média de 13%. Destes, 48,3% concluíram o curso entre 2004 e 2005, tendo, portanto menos de 2 anos de formado. O curso é preponderantemente feminino com 88,3% e somente 11,7% são do sexo masculino. No que se refere à idade 73,3% tem entre 20 e 30 anos. Quanto ao estado civil 58,3% são solteiros e residem com os pais. A renda de 43,3% dos respondentes encontra-se entre 1000 e 2000 mil reais; 33,3% ganha menos de 1000 reais; 11,7% recebe entre 2000 e 3000 mil reais e apenas 1,7% acima de 3000 mil reais. A situação profissional dos respondentes é de 50% tem sua carteira profissional assinada como empregado; 30% trabalha como autônomo e 8,3% realizam as duas atividades, somente 5% está desempregado e 5% é empregador. As áreas de atuação desses profissionais dividem-se em psicologia organizacional e do trabalho (35,8%); psicologia clínica (30,6%); psicologia social/saúde/comunitária (20%); psicologia escolar (12%) e docência em psicologia (2%). Vale ressaltar que muitos profissionais atuam em duas ou até três áreas distintas em locais distintos, bem como atuam em duas atividades em um mesmo



local. Dos 60 profissionais que responderam ao questionário 81,7% atua como psicólogo e 18,3% trabalha em atividades não relacionadas à psicologia ou está momentaneamente desempregado. Esse dados sobre atuação profissional foram utilizados na reformulação do currículo, pois consideramos que a preparação dos alunos no currículo vigente a participação dos conteúdos disciplinares em psicologia organizacional e do trabalho (35,8%) e psicologia social/saúde/comunitária tinham uma participação inexpressiva apesar do número expressivo de psicólogos que se dedicam profissionalmente a esses tipos de intervenção profissional, segundo nossos dados 35,8% e 20% respectivamente. Os resultados reivindicaram que tais áreas fossem mais contempladas, oferecendo alternativas de inserção compatíveis com a singularidade do contexto regional. Reivindicava-se, ainda, que áreas emergentes tivessem algum espaço nas propostas curriculares, especialmente o que se denominava de área social/comunitária, pelo seu crescimento expressivo nos últimos anos e pela sinalização de um novo compromisso com segmentos sociais excluídos. A idéia de uma formação mais generalista nascia, especialmente, de uma rejeição à forte hegemonia da clínica, eixo que definia a noção de modelo limitado de atuação profissional. Esses novos contextos de trabalho e as especificidades de uma nova clientela poderiam exigir novas formas de abordagem, de diagnóstico e de intervenção não cobertas pelo modelo clínico de atuação. Por fim, observamos que os estudos posteriores à graduação parece ser uma prática ainda a ser desenvolvida no que se refere ao mestrado e doutorado, entretanto em relação a especialização há uma maior procura, pois 43,3% já concluiu a especialização ou está cursando. Vale salientar que a busca por esses cursos parece está diretamente relacionada a área de atuação, ou seja à prática profissional, já que a maior procura se dar por cursos na área e psicologia org. e do trabalho(46,1%) e clínica (26,9%), as áreas de saúde e educacional obtiveram o mesmo percentual (11,5%).

**Palavras-chaves:** Psicologia, Ensino, Egressos, Mercado

**Atividade: Produções Acadêmicas no Ensino Superior  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Produções Acadêmicas no Ensino Superior: O que se espera da formação?

**Autor(es):** André Ricardo do Carmo, Ana Karla Silva Camargo, Vanessa Nascimento, Selma Espíndola, Eliana Gomes da Silva Almeida

**Resumo:** Produção Acadêmica no Ensino Superior: O que se espera da formação? André Ricardo do Carmo, Ana Karla Camargo, Vanessa Nascimento, Selma Espíndola, Eliana Almeida. No Brasil, tem se implementado grande esforço no sentido de melhorar as habilidades de comunicação oral e escrita. Para tanto, os PCN's (1997/1998), inspirados na proposta de Dolz e Schneuwly (1996, 2004a), têm buscado estimular o desenvolvimento de mecanismos didáticos para o trabalho com gêneros nas salas de aula, como único meio legítimo de trabalho sobre as práticas de linguagem. Essa proposta tem como alvo o Ensino Fundamental. Almeida (2006), vem defendendo a pertinência destas justificativas para o desenvolvimento de um trabalho com jovens universitários. Para tanto, implementou uma seqüência didática que tinha como objetivo, o desenvolvimento de habilidades inerentes à produção de Ensaios Acadêmicos (gênero textual que tem como marca principal o movimento crítico-reflexivo do autor sobre os conteúdos nele trabalhados), já no primeiro período de um curso de graduação em Psicologia. Tal intento fundamenta-se sobre a crença de que a formação superior deva se pautar sobre mecanismos de desenvolvimento de um pensamento crítico-reflexivo. Nosso objetivo, trabalhando como bolsistas de iniciação científica, é destacar uma habilidade que nos chamou a atenção quando comparamos as produções iniciais de alguns alunos com aquelas produzidas após um período de ensino sistemático do gênero ensaio. A habilidade destacada é a capacidade de não apenas apresentar os conteúdos trazidos pela literatura da área, mas sobretudo, de se posicionar diante dela. Os alunos foram convidados nos dois momentos – antes e após a intervenção da professora – a escrever sobre métodos de estudo em Psicologia. Nossa análise centrar-se-á

sobre ilustração de aspectos inerentes às produções de dois alunos. Uma análise preliminar nos mostra que, no primeiro momento, os alunos tiveram suas produções muito mais caracterizadas pela descrição e conceituação dos métodos de estudo em Psicologia trazidos pela literatura. Apenas apresentavam o que era trazido pela literatura, mas, em momento algum ensaiavam qualquer discussão sobre o que estava posto. Argumentativamente falando, não podemos identificar o que é a posição do aluno-autor, se ele concorda, discorda ou que ressalvas teria a fazer sobre aquele conteúdo. Esse limite das produções é perfeitamente coerente com o momento da formação desses alunos (alunos do primeiro período), contudo, vamos mostrar que esses limites não são intransponíveis, pois esses mesmos alunos, ainda no primeiro período, foram capazes de superar essa limitação, após a intervenção. Enquanto isto podemos observar claramente, nas produções destes mesmos alunos após a intervenção, marcas de uma maior atividade reflexiva sobre estes conteúdos. Nessas, os alunos já apresentam seus pontos de vista, já os justifica e já reflete sobre os limites de seus posicionamentos através da apresentação de contra-argumentos para as posições defendidas. Entendemos ser isso uma das coisas importantes que se espera de um aluno em formação no ensino superior.

**Palavras-chaves:** Formação Superior, Produção Acadêmica, Escrita

**Atividade:** **Psicologia Comunitária e Políticas Públicas Voltadas a Crianças, Adolescentes e Famílias em Debate** **(Experiências)**

**Trabalho:** Psicologia Comunitária e Políticas Públicas Voltadas a Crianças, Adolescentes e Famílias: Apontamentos de Experiências à Luz do Método Dialógico-Vivencial.

**Autor(es):** João Paulo Pereira Barros

**Resumo:** Este trabalho aborda reflexões e experiências de um estágio de Psicologia em uma unidade do Projeto Raízes de Cidadania, ligado à Prefeitura Municipal de Fortaleza, precisamente na localidade do Pirambu. Tal prática constou como estágio curricular obrigatório do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará – UFC, supervisionado pela Prof. Dra. Verônica Ximenes, entre os meses de abril de 2006 e janeiro de 2007. O presente ensaio aborda, também, as vivências, reflexões e ações do autor, como profissional de psicologia, a partir de janeiro de 2007, em uma outra unidade do mesmo projeto, na localidade da Floresta, também na periferia da capital cearense. À guisa de contextualização, o projeto Raízes de Cidadania, vinculado à Fundação da Criança e da Família Cidadã – FUNCI, da Prefeitura de Fortaleza, destina-se a crianças, adolescentes e familiares que vivem em comunidades fortalezenses de baixo índice de desenvolvimento humano (IDH). Tal política pública objetiva, primordialmente, contribuir para o funcionamento de uma rede articulada de ações jurídico-psico-sociais junto às comunidades visando integrá-las às políticas públicas para crianças, adolescentes e suas famílias, através da construção e potencialização de processos de emancipação e autonomia pessoal e comunitária (FORTALEZA, 2006). Por sua vez, os referenciais ético-político-teórico-metodológicos da práxis tanto do estágio curricular quanto da atuação profissional do autor nesse projeto municipal coincidiram com os da Psicologia Comunitária cearense tal como propõe Góis (2005), quais sejam, Psicologia Histórico-Cultural (VIGOTSKI, 2001), Educação Dialógica (FREIRE, 1983), Psicologia Social Crítica (MARTIN-BARÓ, 1998; LANE, 1984; MONTERO, 2006), Biodança (GÓIS, 2002) e Abordagem Rogeriana. Por isso, estas atuações de caráter sócio-psicológico estiveram alicerçadas em um Método Dialógico-Vivencial (GÓIS, 2005), cujas principais características, segundo sistematizações de Barros, Cavalcante e Pinheiro (2007), são: fomento da autonomia pessoal e coletiva; ações voltadas ao desenvolvimento comunitário; ênfase nas potencialidades dos moradores, das famílias e do contexto comunitário; diálogo e cooperação entre agentes externos e agentes internos; interação constante com o modo de vida comunitário, a fim de vivenciá-lo e refletir sobre ele com os moradores; investigar agindo e agir pesquisando; envolvimento crítico e efetivo dos moradores no planejamento, na execução e na avaliação das ações; criação e fortalecimento de Grupos Populares. Através de metodologias participativas, as principais atividades do estágio e da atuação profissional na política pública em questão envolveram a melhoria da comunicabilidade entre o Projeto e os atores locais, a formação de grupos comunitários, a assessoria a grupos e instituições já existentes, a

potencialização de atividades comunitárias (Góis, 1994), além da facilitação de espaços de encontro e diálogo entre os moradores. Assim, este estágio auxiliou a aproximação entre o Projeto Raízes de Cidadania e os agentes locais, sobretudo a juventude, através do exercício do diálogo entre ambos no que concerne ao planejamento e à execução de ações em quatro frentes: potencialização familiar, esporte e lazer, educação e profissionalização, e arte e cultura. Conclui-se este trabalho reiterando o paradigma segundo o qual as políticas públicas devem ser feitas com a população, mediante o contato cotidiano com os movimentos dos sujeitos e da comunidade, e a participação efetiva dos atores locais na construção e avaliação das ações. Desta feita, contribui-se para a autonomia pessoal e comunitária, para o fortalecimento do valor pessoal e do poder pessoal (Góis, 2003) e para o fomento à consciência crítica (Freire, 1980; Góis, 2005), para a análise, vivência e facilitação de atividades comunitárias (GÓIS, 2005 e BARROS, 2007) e para a efetivação do compromisso da Psicologia com a construção de relações justas e propulsoras de desenvolvimento pessoal, comunitário e social.

**Palavras-chaves:** Psicologia Comunitária, Políticas Públicas, Método Dialógico-Vivencial

**Atividade:** Experiência de estágio no Programa de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a lei – Liberdade Assistida (Experiências em Debate)

**Trabalho:** Experiência de estágio no Programa de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a lei – Liberdade Assistida

**Autor(es):** Juliana Maria Moura Nascimento Silva, Angélica Alves

**Resumo:** RESUMOO presente trabalho é constituído pelo relato de nossa experiência de estágio supervisionado na área da Psicologia Clínica, no período de maio de 2005 a maio de 2006. Nosso estágio foi realizado no Programa de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei da Prefeitura de Olinda (LA) e teve como objetivo promover a nossa capacitação como estudantes, através da realização de atividades práticas, mediante a supervisão de uma psicóloga no campo de estágio e de um professor orientador na Universidade. Este Programa atende a adolescentes, de ambos os gêneros, entre 12 e 18 anos incompletos (e até 21 anos em casos específicos), tendo como objetivo executar as medidas socioeducativas em meio aberto, como Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), do Município de Olinda como retaguarda a Vara Privativa da Infância e da Juventude desta Comarca. Foi possível conhecer a atuação do profissional de psicologia dentro de uma instituição pública, lidando com demandas judiciais e interagindo com uma equipe multiprofissional. Além disso, foi possível realizar uma articulação entre teoria e prática através da realização de atividades dentro do setor de psicologia do LA, como entrevistas, atendimentos individuais, visitas domiciliares e grupos terapêuticos com jovens e familiares, tendo por base o referencial teórico da Gestalt-Terapia. Enfocaremos neste trabalho a nossa participação/atuação nos grupos com jovens e familiares, e o processo de construção do vínculo terapêutico numa instituição pública e de caráter jurídico. Os grupos constituíam uma rede de cuidado mútuo entre os participantes e um espaço onde adolescentes e familiares se sentiram à vontade para conversar sobre suas experiências, compartilhar suas diferentes percepções. Os grupos eram também um espaço de sensibilização e desconstrução de preconceitos ao possibilitar o contato de realidades tão distintas, mas de certa forma complementares. Por outro lado, alguns adolescentes viam na equipe um grupo de deladoras da justiça que vigiavam seus passos e tentavam a todo custo convencê-los a ser algo que não queriam ser. O desafio se colocou na busca por estratégias para que os adolescentes aproveitassem aquele espaço e a nova oportunidade de repensar seus atos, reconstruindo sua vida através da medida socioeducativa. Estar em contato direto com a prática profissional foi um momento de amadurecimento pessoal e profissional, que suscitou questionamentos sobre o papel do psicólogo e o seu compromisso social nas instituições e na sociedade, bem como sobre o tipo de formação que estamos recebendo para atender a estas demandas sociais, tão emergentes na atualidade.

**Palavras-chaves:** adolescência, liberdade assistida, formação profissional

**Atividade: A creche enquanto espaço de formação e de saúde  
(Experiências em Debate)**

**Trabalho:**A Infância e o Lúdico: um recorte histórico

**Autor(es):** Ana Soares Jorge, Fabia Monica Souza dos Santos

**Resumo:** Este trabalho foi produzido a partir de nossos encontros com educadores e profissionais de saúde, principalmente nas propostas de formação continuada dos mesmos que realizamos pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Muito tem se discutido sobre os campos da educação e da saúde e, pretendemos aqui, levantar alguns pontos que articulem estas searas com o campo da psicologia. Junto a isso, visamos propor reflexões sobre a creche enquanto espaço de formação e de saúde. Podemos compreender a Família, a Escola e a Comunidade/Meio como os três pilares fundamentais que estruturam e influenciam diretamente o processo de desenvolvimento humano. Percebemos o quanto o modelo familiar atual está diferente e o quanto seus valores se modificaram ao longo da história. Atualmente, "ter é mais importante do que ser", buscando-se o prazer imediato, através do consumo e de atitudes individualistas. Os pais trabalham demais e as responsabilidades cotidianas voltam-se para o desafio de poder possuir, de estarem ou não "incluídos" em um grupo determinado. Encontrar o equilíbrio entre autoritarismo e total liberdade parece cada vez mais difícil. As crianças precisam ser valorizadas como seres únicos, ativos em seu processo de desenvolvimento, para que se tornem cidadãos livres e autônomos. Todas elas têm direito a um currículo escolar que apóie diferenças culturais e sociais. A Educação precisa estar voltada principalmente para o educando e não apenas para o educador ou instituição. A função da escola é possibilitar a todos que façam questionamentos sobre as coisas, o mundo, a vida - espaço formador de projetos de vida e alimentador de esperanças. Criança, educador e aprendizagem formam uma relação triangular na qual o desejo de aprender articula-se ao desejo de ensinar. O educador atua enquanto um mediador no processo de aprendizagem e conhecimento de mundo, mostrando sempre à criança como ele pode ser bom, prazeroso e possível. A falha e o erro fazem parte deste processo e não devem ser encarados de imediato como graves comprometimentos do sujeito. A relação entre sujeito e saber, entre o desejo de aprender e o prazer de saber dá-se de formas diferenciadas em cada um de nós. Aprender não possui o mesmo significado para todo mundo. O que fazer quando esta aprendizagem não ocorre da maneira esperada? Precisamos freqüentemente nos debruçarmos sobre as seguintes questões: O que queremos que nossas crianças aprendam? Para quê? Quais as estratégias que temos utilizado para facilitar esse aprendizado? Temos valorizado as iniciativas e propostas trazidas por elas? Tem sido muito comum um discurso de patologizações na educação, ou seja, a atribuição do estatuto de doença e/ou distúrbio a determinados comportamentos da criança. Tudo o que desvia, recebe um rótulo, o qual o sujeito carregará para o resto de sua vida. "Distúrbios de aprendizagem", "Hiperatividade", "Autismo", "Depressão", etc. estão por todo lugar e marcando, cada vez mais, um enorme número de crianças que nada possuem de tais quadros, mas que ficarão rotuladas para o resto de suas vidas. Sintomas isolados não fazem diagnóstico de nada. É preciso observar mais, estar junto, trocar, compartilhar, conhecer mais nossas crianças, suas famílias e contextos. Pensando a creche enquanto espaço de formação e de saúde (da criança e do educador) e não de distúrbios e atendimentos clínicos, temos a chance de realizar um trabalho de qualidade com as crianças e de buscarmos alianças com instituições de saúde próximas, com apoio do poder público. Este precisa fazer-se presente e apoiar a equipe da unidade de educação tanto em assuntos referentes a parcerias e encontros com serviços de saúde e comunidade, quanto à sua formação. O trabalhador de creche, antes visto como um "cuidador" de crianças, tem sido cada vez mais encarado como um profissional de educação, tendo uma carreira específica e necessitando de formação e qualificação adequadas. Tal qualificação é justamente o que possibilita aos educadores a cobrança do seu reconhecimento e de seus direitos. Não podemos deixar de lado outras duas questões fundamentais à nossa prática: A quem ensinamos e porque ensinamos? A reflexão constante sobre nossa prática e o planejamento das atividades cotidianas precisam fazer parte de nossa rotina. É importante lembrar que os processos de desenvolvimento e de construção do conhecimento também ocorrem para além da casa e da

escola. Assim, atividades realizadas fora das salas ampliam horizontes e possibilidades de aprendizado, tanto das crianças quanto dos adultos. Uma proposta interessante é trazer a comunidade para a escola e levar as crianças à ela, em uma rica troca de vivências. Nossa proposta é trazer algumas reflexões e possibilidades para nossa prática, como pesquisadores, pais, educadores de creche ou agentes de saúde. No entanto, sabemos que a fala pela fala não nos leva a lugar algum. Tal discurso só faz sentido, e esse é sempre o nosso objetivo, se conseguir tocar e potencializar o que há de mais valioso nesse trabalho: a experiência e a esperança de todos nós.

**Palavras-chaves:** infância,brincar,história,memória

**Atividade: O EXECUTIVO BEM SUCEDIDO E O SIGNIFICADO DA CORPOREIDADE NA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**O EXECUTIVO BEM SUCEDIDO E O SIGNIFICADO DA CORPOREIDADE NA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

**Autor(es):** Alexsandro Medeiros Nascimento,Antonio Roazzi

**Resumo:** Apoiado nas premissas teóricas do Interacionismo Simbólico de Mead (1972) e Blumer (1998) e do Construcionismo de Berger e Luckmann (1985) e dos aportes metodológicos da Abordagem Qualitativa (Haguette, 2003; Blumer, 1998), o estudo teve como objetivo explicitar a Imagem do Executivo Bem Sucedido entre graduandos em Administração de Empresas da cidade de Recife (PE), configurando seus atributos formadores e levantando a significação da Corporeidade nesta estrutura simbólica, a partir de um entendimento psicossocial da corporeidade como “a maneira como os indivíduos constroem discursivamente suas percepções do corpo e suas dimensões associadas” (Nascimento, 2006), incluindo-se elementos propriamente físicos, a dimensão sócio-histórica representada pelos sistemas de habitus, costumes e valores, tecnologias de manipulação corporal como as apontadas por Foucault (1970), sistemas comportamentais e técnicas institucionais de condicionamento associadas, elementos mentais como cognição e espiritualidade, a energética mental proporcionada pelos afetos, e mesmo a dinâmica pulsional ressaltada pelos estudos psicanalíticos. Trabalhando-se a hipótese de que a imagem do “Executivo Bem Sucedido” se constrói ao longo do tempo de formação universitária dos indivíduos através da interação de distintos elementos envolvidos com o mundo organizacional, a saber, profissionais no exercício de suas funções, formadores de opinião como professores e consultores, revistas interessadas nessa área de estudos, não se esquecendo também dos pesquisadores e teóricos organizacionais, revistas científicas especializadas e dos mass media em geral, aplicou-se um questionário semi-estruturado em três grupos distintos de universitários do curso supra-citado em Instituições de Ensino Superior da cidade de Recife (PE), segundo a localização nos níveis do curso (Inicial, Intermediário e Final) com o suporte de uma figura-estímulo contendo 08 (oito) fotos de executivos para categorização por parte dos participantes. Os dados foram formatados e processados segundo as prescrições da Análise de Conteúdo com parâmetro temático para material textual (ver Bardin, 2004), encontrando-se uma estrutura conceitual organicamente construída em torno de 11 categorias éticas básicas de Self, Determinação, Sociabilidade, Relacionamento, Conhecimento, Liderança, Competências Específicas, Novidade, Atividade, Flexibilidade e Ética, que significam o executivo bem sucedido para a população estudada. As análises estatísticas realizadas encontraram diferenças significativas entre os três grupos investigados: na Análise de Kruskal-Wallis das diferenças de médias das categorias entre os três grupos, encontrou-se diferenças estatisticamente significativas nas categorias Sociabilidade, Relacionamento e Ética, as quais definem diferentes padrões de significação do executivo bem sucedido consoante a posição da trajetória de formação universitária e a Análise de Estrutura de Similaridade (Guttman, 1968) complementada com o método das “variáveis externas enquanto pontos” (Cohen & Amar, 1999; Roazzi & Dias, 2001) localiza no plano espacial euclidiano da projeção encontrada posições antagônicas para as categorias Self incluindo-se a corporeidade do executivo e Ética, além de

posições distintivas na projeção para cada um dos grupos investigados. As análises efetuadas obtiveram indícios consistentes de ser a imagem do Executivo Bem Sucedido e sua contrapartida – a do Executivo Mal Sucedido – uma construção social com amplo enraizamento em material sociocultural mais amplo, com forte ênfase em aspectos não apenas técnicos e da formação universitária na área de gestão, mas sobretudo em aspectos que envolvem a própria corporeidade do executivo, sua materialidade biológica, aparência, idade cronológica e congruência com modelos de beleza da matriz sociocultural mais ampla, tal como são discursivamente construídos por esse grupo social.

**Palavras-chaves:** Executivo Bem Sucedido, Corporeidade, Interacionismo Simbólico e Construcionismo Social, Abordagem Qualitativa, Análise de Estrutura de Similaridade

**Trabalho:** Estados Incomuns da Consciência em Estudantes Universitários e a Questão da Religiosidade: uma abordagem através da Teoria dos Parâmetros e Valores de Benny Shanon

**Autor(es):** Alexsandro Medeiros Nascimento

**Resumo:** Como parte de um estudo de tese ainda em andamento, a pesquisa mapeou ocorrências de estados incomuns ou alterados da consciência em estudantes universitários da Grande Recife, descrevendo quali-quantitativamente e fenomenologicamente seus contextos de ocorrência, seus disparadores imediatos potenciais, possíveis significados religiosos associados, os parâmetros da consciência envolvidos nas experiências e os valores assumidos pelos mesmos, bem como se investigou a Tipologia de Parâmetros da Consciência proposta por Shanon (2002; 2004) a partir de sua investigação do psicotrópico e enteógeno Ayahuasca e sua pertinência enquanto linguagem cognitiva para descrição dos ditos estados incomuns da consciência. Utilizou-se a Entrevista Fenomenológica dos Estados da Consciência de Nascimento (2006) e dois testes psicológicos propostos por este autor que se encontram em fase de validação para aferição das religiosidades e das flutuações nos parâmetros da consciência: o Inventário das Religiosidades, um instrumento composto por 12 itens, os quais, cada um por sua vez, avalia uma diferente dimensão ou fator de um mesmo construto – a religiosidade, a saber, Espiritualidade, Adesão Religiosa, Práticas Religiosas ou Comportamento Religioso, Experiência Religiosa, Experiência Mística ou Êxtase, Desenvolvimento Religioso, Desenvolvimento Espiritual, Compromisso Cognitivo, Fé ou Confiança Básica ou Compromisso Afetivo, Opção ou Vinculação Epistêmica, Conversão Religiosa e Trânsito Religioso, e o Instrumento de Checagem dos Parâmetros de Consciência, uma escala criada a partir dos parâmetros da consciência descritos por Shanon (2002; 2004) em pesquisa com o enteógeno Ayahuasca, cuja função é detectar variações sutis nos estados da consciência, sendo sensível a valores alterados dos ditos parâmetros. A escala é composta de 08 itens, cada um deles investigando um dos parâmetros da consciência de Mediação, Identidade Pessoal, Unidade, Limites e diferenciações de estados, Individuação do self, Calibração, Lócus da consciência e Tempo. A amostra constituída de 24 indivíduos adultos, universitários e pareados por sexo foi submetida aos instrumentos citados, tendo-se audiogravadas as entrevistas com um dispositivo de MP3 e posteriormente transcreveu-se na íntegra seu conteúdo e submetido o mesmo à Análise de Conteúdo segundo Bardin (1979) para levantamento das ocorrências cognitivas durante as experiências e dos temas ocorrentes em meio aos estados incomuns da consciência reportados pelos participantes. Tais conteúdos foram classificados posteriormente segundo categorias de significado religioso e não-religioso e confrontados com os dados quantitativos de descrição das intensidades de variação dos parâmetros da consciência (seus valores assumidos) e das religiosidades segundo as escalas aplicadas e analisadas estatisticamente com o uso de análises multidimensionais não-métricas do tipo SSA (Análise de Estrutura de Similaridade, Guttman, 1968) complementada com o método das “variáveis externas enquanto pontos” (Cohen & Amar, 1999; Roazzi & Dias, 2001), para descrição rigorosa das relações empíricas entre as variáveis escolhidas no estudo. As categorias do Shanon revelaram-se heurísticas na descrição pormenorizada das flutuações no curso da consciência e sugerem um caminho frutífero para construção de linguagens cognitivas cada vez mais refinadas para a construção de teorias cognitivas da consciência, embora os dados indiquem ocorrências mentais não passíveis de descrição pelas categorias citadas, devendo-se investir mais arduamente na pesquisa dos parâmetros subjacentes à experiência consciente humana. Além disso, os freqüentes relatos de ocorrências espontâneas de estados incomuns da

consciência em indivíduos com protocolos pouco saturados nas dimensões da religiosidade se contrapõem ao achado empírico de que os indivíduos com mais altos escores de religiosidade vivenciaram experiências de estados incomuns da consciência mais estruturados, significativos e com maior valor noético dentre os levantados neste estudo.

**Palavras-chaves:** Consciência e Estados Incomuns da Consciência, Teoria dos Parâmetros e Valores, Religiosidade, Entrevista Fenomenológica, Análise de Estrutura de Similaridade

**Atividade:** PSICOLOGIA E PROMOÇÃO DA SAÚDE – REFLEXÕES SOBRE UM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA INTERDISCIPLINAR (Paineis)

**Trabalho:** PSICOLOGIA E PROMOÇÃO DA SAÚDE – REFLEXÕES SOBRE UM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA INTERDISCIPLINAR

**Autor(es):** Clarissa Giacomo da Motta, Ana Clara Costa, Fernanda Ghiringhelo Sato, Ianni Régia Scarcelli

**Resumo:** INTRODUÇÃO: Este trabalho é fruto de inserção no Projeto de Extensão Universitária “Bandeira Científica” da Faculdade de Medicina e da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP que, no ano de 2006, envolveu estudantes de graduação e docentes dos cursos de: Agronomia, Engenharia, Fisioterapia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Psicologia e Terapia Ocupacional. A partir de dois subprogramas – Expedição Anual e Programa de Desenvolvimento Sustentável em Saúde – objetiva: a) implementar ações de promoção de saúde em municípios de pequeno porte que buscam recursos para desenvolvimento de política pública na área de saúde; b) promover o intercâmbio entre docentes, estudantes e profissionais de diversas áreas do conhecimento. Considerando a complexidade do campo da saúde - a qual não é compreendida apenas como estado de normalidade relacionado a um bem-estar biopsicossocial, mas também uma sucessão de compromissos com a realidade do ambiente material, relacional e social – estudantes e docentes do Instituto de Psicologia da USP inseriram-se no Bandeira Científica com o intuito de refletir sobre formas de contribuição de conhecimentos do campo psi na área da saúde. Embora os psicólogos estejam presentes na produção de conhecimento, proposição política e implementação de práticas no campo da saúde, apresentam-se como importantes as questões relacionadas a quais possibilidades o comparecimento das contribuições dos saberes psi podem trazer a esse campo e de como esses mesmos saberes podem ser ampliados a partir da participação nesse debate. Desse modo, o trabalho desenvolveu-se em duas direções: 1) Acadêmico: contribuir para formação complementar de estudantes do curso de graduação em Psicologia, possibilitando também o exercício do trabalho interdisciplinar entre as diferentes profissões e concepções teórico-práticas. 2) Pesquisa exploratória de caráter participativo, a partir de expedição realizada no município Machadinho D'Oeste - RO. Este apresenta ocupação em vasto território da região amazônica e foi originado de políticas de assentamento. Devido a essa condição, partiu-se da hipótese de que o município apresenta características distintas referentes à sua população e suas possíveis lideranças; e da constatação de que a participação social, é tema de relevância no âmbito das políticas públicas, principalmente de saúde. OBJETIVOS: 1) Proporcionar interação estudante-estudante e estudante-comunidade, possibilitando o contato do acadêmico de Psicologia com a população do município e sua realidade. 2) Investigar formas de participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas de saúde, numa perspectiva intersetorial e fundamentada no princípio de sustentabilidade. METODOLOGIA: A partir de trabalhos fundamentados em metodologias participativas e dos pressupostos teóricos da psicologia social (Pichon-Rivière), o trabalho foi desenvolvido em três momentos: a) Planejamento: pesquisa bibliográfica, caracterização das condições de vida do Município, elaboração de instrumentos, pré-teste e estudo piloto. b) Pesquisa exploratória: identificação de atores sociais-chaves que compõem o tecido social do município, formação de banco de dados com possíveis colaboradores nas políticas públicas locais, mapeamento de repertórios socioculturais. c) Atividades pós-expedição:

análise de dados coletados; correlação da análise e interpretação com resultados das demais especialidades participantes do Projeto; discussão de resultados com participantes da pesquisa. RESULTADOS: Foram considerados a partir da inserção dos estudantes de Psicologia no Projeto Bandeira Científica. Em relação aos objetivos acadêmicos, desde o início do processo foi possível problematizar a questão da formação em Psicologia no âmbito das políticas públicas e da promoção da saúde. Esta concepção associa-se a um conjunto de valores (vida, solidariedade, equidade, democracia, cidadania, participação, etc.) e à idéia de responsabilização múltipla: aos problemas com multideterminações buscam-se respostas com múltiplas estratégias, medidas e atores. Nesse sentido, a abordagem interdisciplinar, o contato com a política municipal e seus diversos âmbitos de gestão, com profissionais de diferentes instituições de saúde, com moradores das áreas urbana e rural do município provocaram reflexões e questionamentos acerca das abordagens clínicas tradicionais e sobre possibilidades de modos de atuação e práticas dentro da Psicologia. Em relação ao processo de investigação, foram realizadas entrevistas: a) semi-dirigidas e gravadas, com 20 lideranças identificadas a partir de informantes-chaves (seleção intencional); b) dirigidas, com 157 usuários do SUS; c) abertas, com gestores. Em análise preliminar dos dados coletados, foram levantados interesses, necessidades, condições de vida e sonhos dos munícipes que permitirão aprofundar o conhecimento acerca de: efeitos das políticas públicas sobre a vida das pessoas; representações acerca processo saúde-doença; mobilização social, projeto de vida e reorientação de políticas públicas. CONCLUSÃO: A reflexão aqui apresentada resulta de uma primeira análise que terá continuidade e que contará, entre outras, com uma devolutiva para os participantes da pesquisa (moradores de Machadinho D'Oeste) e aos docentes e estudantes dos demais cursos envolvidos no Bandeira Científica. Tem-se como perspectiva estruturar formas de participação sistemática dos estudantes de Psicologia nesse tipo de Projeto que exige trabalho interdisciplinar e interinstitucional. Além disso, tal experiência possibilitou a inclusão no curso de graduação em Psicologia a disciplina Ações Comunitárias, cujo objetivo é dar continuidade a experiências dessa natureza.

**Palavras-chaves:** Promoção da Saúde, Interdisciplinariedade, Psicologia Comunitária

**Atividade:** PSICOLOGIA ESCOLAR E PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA: uma possível interface.  
(Experiências em Debate)

**Trabalho:** PSICOLOGIA ESCOLAR E PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA

**Autor(es):** Izabella Mendes Sant Ana, Adinete Sousa da Costa, Raquel Souza Lobo Guzzo

**Resumo:** A perspectiva preventiva na Psicologia Escolar exigiu uma participação mais ativa do psicólogo junto à comunidade. As novas formas de intervenção apontam para a necessidade de uma intervenção mais crítica voltada para a transformação social, que facilitem e fortaleçam processos psicossociais visando à emancipação dos sujeitos, aspectos estes que assemelham-se aos princípios defendidos pela Psicologia Social Comunitária realizada na América Latina. Este trabalho visa apontar as possíveis aproximações entre a Psicologia Escolar e a Psicologia Social Comunitária, bem como focalizar as possibilidades e os desafios da atuação do psicólogo em contextos educativos-comunitários, a partir de uma experiência de trabalho e de pesquisa denominado "Do risco à proteção: uma intervenção preventiva na comunidade", coordenado pela Profa. Dra. Raquel Guzzo, que tem como objetivo fornecer subsídios para a ação do psicólogo junto a comunidades marcadas pela violência, opressão, trabalhando com a família, escola e comunidade. Esta proposta vem sendo efetivada por psicólogos e estagiários de Psicologia desde 2003 em duas escolas públicas na cidade de Campinas, uma de Educação infantil e outra de Ensino Fundamental e envolveu as seguintes atividades desenvolvidas nas escolas: participar e coordenar os espaços docentes na escola, promover o desenvolvimento das crianças por meio de acompanhamento sistemático, além da realização de encontros mensais com familiares que visavam: a) conhecer o contexto de vida das crianças na visão de seus pais; b) integrar família e escola na construção de um projeto pedagógico democrático e emancipador; c) identificar e



construir redes de apoio social e afetivo para a comunidade na qual as crianças vivem; e d) promover espaços de discussão com os pais sobre suas experiências de vida tendo em vista favorecer à autonomia. As principais dificuldades encontradas nessa experiência foram a participação de um número reduzido de pais e a grande rotatividade na formação dos grupos, prejudicando, de certa forma, a continuidade das discussões. Como pontos positivos destacam-se uma maior aproximação com os familiares das crianças acompanhadas nas escolas, o debate sobre alguns aspectos apontados pelos grupos como: desenvolvimento infantil, papel da escola, relação pais e filhos, cuidado com as crianças, entre outros. Conclui-se que, embora as discussões não tenham avançado para um nível de maior conscientização social, tal proposta mostra-se relevante na medida em que se constitui como um espaço de discussão da comunidade na busca de solução para seus problemas. Isto, exige do psicólogo escolar uma postura crítica para agir nesta perspectiva mais comunitária e preventiva de atuação.

**Palavras-chaves:** psicologia escolar, psicologia social comunitária, contexto educativo-comunitário.

### **Atividade: Práticas de Linguagem no Ensino Superior (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Práticas de Linguagem no Ensino Superior

**Autor(es):** Eliana Gomes da Silva Almeida

**Resumo:** Este estudo é parte integrante de um amplo esforço de investigação e contribuição da melhoria da qualidade das práticas de linguagem em sala de aula. O interesse pelo estudo das práticas comunicativas vem se tornando cada vez mais freqüente no dia a dia daqueles que se interessam pelo ensino da língua materna. Linguagem, tal como aqui concebida, vai além de aspectos inerentes à língua como sistema. Aliamo-nos àqueles que a concebem em sua dimensão enunciativo-discursiva, segundo a qual nenhum enunciado (oral ou escrito) pode ser produzido sem que se configure certa forma de comunicação. Sobre isso, Bronckart (1997/1999) afirma: “A apropriação dos gêneros é um mecanismo fundamental de socialização, de inserção prática nas atividades comunicativas humanas” (p. 103) Assume assim que os gêneros textuais são ações comunicativas, fazem parte da organização social e se dão como práticas discursivas poderosas na vida diária, constituindo-se como formas culturais e cognitivas de ação social. Dessa forma, Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004) propõem que nos afastemos de uma abordagem ‘naturalista’ segundo a qual o domínio dos gêneros decorreria da simples prática e assumem uma perspectiva sócio-constitutiva e didática dos gêneros. Voltam-se para uma releitura do conceito bakhtiniano de gêneros primários e secundários, ao mesmo tempo em que se alimentam teoricamente da compreensão vygotskyana da relação entre linguagem e psiquismo. Firmam como propósito didático empreender esforços no sentido de transpor o estudo dos gêneros para o Ensino Fundamental da língua materna. A proposta de Dolz e Schneuwly (1996, 2004a) funda-se sobre o postulado de que habilidades de comunicação, seja oral ou escrita, pode e deve ser ensinada sistematicamente pela escola. Para tanto, se faz necessário o desenvolvimento de um conjunto de estratégias de ensino, organizadas em módulos com vistas à melhoria de uma determinada prática de linguagem – em síntese, uma Seqüência Didática. As seqüências didáticas instauram, assim, uma primeira relação entre um projeto de apropriação de uma prática de linguagem historicamente construída – um dado gênero – e os instrumentos que possibilitam ao indivíduo sua reconstrução e apropriação. Inspirados numa concepção interacionista defendem que dar prioridade ao funcionamento comunicativo dos alunos consiste em: prepara-los para dominar a língua em situações variadas, fornecendo-lhes instrumentos eficazes; desenvolver nos alunos uma relação com o comportamento discursivo consciente e voluntário, favorecendo estratégias de auto-regulação; ajuda-los a construir uma representação das atividades de escrita e de fala em situações complexas, como produto de um trabalho e de uma lenta elaboração. O trabalho destes autores tem servido como importante fonte de referência para elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais aqui no Brasil e podem e podem ser conferidas nos PCN’s (1997/1998). Esse documento defende que o trabalho com os gêneros nas salas de aula é o único meio legítimo de trabalho sobre as práticas de linguagem. Uma breve revisão da literatura nos informa que a maioria dos esforços

implementados para o trabalho com gêneros textuais em sala de aula, pelo menos a nível nacional, é dirigida ao Ensino Fundamental. Defendemos aqui a pertinência destas justificativas para o desenvolvimento de um trabalho com jovens universitários. E é neste contexto que estamos desenvolvendo um trabalho de intervenção com o Ensino Superior. Ao longo do Ensino Superior e também no exercício diário da prática profissional, diversas competências lingüísticas e habilidades de produção de gêneros acadêmicos são recorrentemente demandadas como um indicativo de sucesso. Aliamo-nos a Dolz, Noverraz & Schneuwly (2004) em defesa da idéia de que habilidades desta ordem só serão desenvolvidas se os indivíduos tiverem oportunidades efetivas de exercitá-las de modo gradativo, sistemático e intensivo. Nosso objetivo é contribuir para que este público – ao refletir sobre as raízes sócio-históricas dos gêneros – possa, em um curto prazo, se beneficiar em termos de suas práticas comunicativas, bem como, a longo prazo, que esta reflexão possa contribuir para o desenvolvimento de mecanismos de auto-regulação em situações discursivas diversas. Participaram deste estudo a professora-pesquisadora e proponente deste estudo (pesquisa-ação) e alunos da Graduação em Psicologia, numa instituição privada de ensino superior. O trabalho foi desenvolvido na sala de aula, em dois momentos. No primeiro foi implementada uma seqüência didática (12 sessões de 1 hora e meia cada uma). Nestas sessões a pesquisadora coordenava uma reflexão dos alunos sobre aspectos formais e funcionais da comunicação acadêmica (gênero ensaio acadêmico). Num segundo momento (18 meses após), lecionando outra disciplina junto a esse mesmo grupo de alunos, a professora-pesquisadora solicitou, integrado aos planos de trabalho da disciplina, aos alunos que produzissem outro ensaio acadêmico. Os resultados mostram que os benefícios alcançados pela seqüência de ensino não se restringiram ao momento da intervenção, e que mesmo após um período relativamente longo, ainda se observa tais benefícios. Entendemos que resultados como esses sugerem a relevância de se desenvolver trabalhos que possam contribuir para a melhoria das habilidades lingüístico-discursivas dos alunos durante sua formação.

**Palavras-chaves:** Formação Profissional, Ensaio Acadêmico, intervenção sistemática

**Atividade:** Experiência e formação em projeto de extensão universitária realizado em Machadinho D'Oeste (RO): uma psicologia extra –muros (Experiências em Debate)

**Trabalho:** Experiência e formação em projeto de extensão universitária realizado em Machadinho D'Oeste (RO): uma psicologia extra –muros

**Autor(es):** Fernanda Ghiringhello Sato, Clarissa Giacomo da Motta, Ianni Régia Scarcelli, Ana Clara Costa

**Resumo:** Esse trabalho narra a experiência vivida por alunas de graduação em psicologia na inserção no projeto “Bandeira Científica” da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP e da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, centrando-se no âmbito da formação e discutindo alguns desafios com os quais se defronta o profissional em um campo da psicologia mais próximo às questões sociais e da promoção da saúde; em um fazer que necessita de invenção e construção constantes. O projeto Bandeira Científica, do qual participam docentes da USP e estudantes dos cursos de medicina, nutrição, odontologia, agronomia, engenharia, fisioterapia, bem como médicos do Hospital das Clínicas da FMUSP e de Hospitais Universitários parceiros, objetiva implementar ações de promoção, recuperação de saúde a municípios e/ou comunidades de pequeno e médio porte que carecem de recursos necessários para desenvolvimento de política pública na área de saúde, a partir de dois subprogramas: Expedição Anual e Programa de Desenvolvimento Sustentável em Saúde. Assim, o projeto visa também promover o intercâmbio de conhecimento entre alunos e profissionais dos diversos cursos, contribuindo para a sua formação. A organização e construção de um projeto da psicologia que pudesse se inserir neste contexto desenvolveu-se apoiada na concepção de que saúde não é apenas estado de normalidade relacionado a um bem-estar biopsicossocial, é também uma sucessão de compromissos com a realidade do ambiente material; com a

realidade, afetiva, relacional, familiar e social e está, portanto, associada a um conjunto de valores (vida, solidariedade, equidade, democracia, cidadania, participação, etc.) e à idéia de responsabilização múltipla. A participação inicial da psicologia no projeto “Bandeira Científica”, foi feita em uma pesquisa participativa a partir de expedição realizada no município Machadinho D’Oeste, localizado na porção nordeste do estado de Rondônia, visando identificar e caracterizar o tecido social do município, ou seja, conhecer os diversos atores sociais, formas de participação social, instituições e organizações, seus interesses, problemas, necessidades e sonhos. Com esse fim foram planejadas e realizadas entrevistas com gestores, lideranças identificadas, e usuários do serviço de atendimento oferecido pelo projeto, além de grupos lúdicos com crianças da zona rural e urbana. Além dessas, foram realizadas outras intervenções em resposta a algumas das demandas que emergiram durante a expedição como: visitas domiciliares, interconsultas, grupo operativo. Para o período que se segue, o material obtido será trabalhado para o planejamento de uma nova expedição, na qual será realizada uma devolutiva às lideranças e gestores do município, visando a legitimação social dos envolvidos, no sentido de buscar firmar o exercício da autonomia e da criação no espaço coletivo, ou seja, pela potencialização das ações individuais e coletivas em prol do bem comum da saúde do indivíduo, de forma que este possa se implicar no processo. O estar lá, durante dez dias em Machadinho D’Oeste, disponíveis a experienciar e conhecer os atores, as histórias, a realidade muito diversa foi vivida de forma intensa e completa. Com isso, foi possível refletir sobre os desafios com que os profissionais se depararam e também sobre contribuições dessa experiência para a psicologia e na formação pessoal e profissional das acadêmicas envolvidas.

Durante a realização da pesquisa, as alunas entraram em contato com outras demandas para a psicologia tanto do município, de comunitários e do próprio projeto “Bandeira Científica”. Assim, mostrou-se necessária à criação de novos fazeres a partir do emergente, da realidade vivida, e dos instrumentos, teorias e experiências obtidos durante a formação de psicologia pelas alunas. Nesse sentido, foi possível refletir sobre a importância de problematizar as abordagens tradicionais, de modo a fugir de uma prática psicológica cristalizada em modelos estereotipados, buscando utilizar o conhecimento e bagagem das acadêmicas para construir novas formas de atuação, ao invés de tentar adaptar as demandas, o desconhecido à formatos e moldes. Outro desafio foi a necessidade da criação de diálogos com profissionais dos outros cursos participantes, de forma que houvesse uma interdisciplinaridade real, no lugar de uma mera sobreposição de diferentes recortes e áreas de conhecimento. Tal vivência mostrou a importância da comunicação ser construída também em ação e experiência além do terreno acadêmico que vem sendo conquistado. A experiência trouxe contribuições para a formação das alunas, uma vez que possibilitou o contato destas com a população de município que possui realidade diferente (cultura, necessidades e demandas) daquelas dos grandes centros urbanos, e também com acadêmicos de outras áreas. A partir dessa experiência será possível produzir conhecimentos que apresentem à psicologia em interface com as políticas públicas e promoção de saúde, fortalecendo esse novo campo que se apresenta ao psicólogo. A experiência em campo possibilitou exercer e conhecer o fazer do psicólogo também como agente contribuidor de mudanças e multiplicador social, construindo novos fazeres em uma psicologia que se dá extra-muros.

**Palavras-chaves:** Promoção de saúde, Formação profissional, Políticas Públicas, Interdisciplinaridade, Extensão Universitária

**Atividade:** JORNEXU: JORNADA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (Paineis)

**Trabalho:** JORNEXU: JORNADA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

**Autor(es):** Deborah Nóbrega da Silva Leal

**Resumo:** JORNEXU: JORNADA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA JORNEXU: Gerando novos olhares na formação do psicólogo. Vivemos em uma sociedade que pouco conhecemos ou compreendemos. Muitas vezes nem nos sentimos parte dela. Dessa forma surge a necessidade de ampliar nosso modelo de formação universitária e pensar novas formas de atuação como profissionais. A primeira JORNEXU foi realizada no ano de 2005 no estado da

Paraíba, estimulada pelas discussões do Movimento Estudantil de Saúde que visava diminuir o vácuo da relação teórico – práxis, tendo como ferramenta primordial o Met – MOCI – Metodologia Para Mobilização Coletiva e Individual (Falcão & Andrade) que ocasiona discussões sobre as práticas e conceitos de extensão universitária. Já ocorreram mais três Estágios de Vivências, com estudantes não só da psicologia, mas das diversas áreas de conhecimento. O Estágio de Vivência está baseado na metodologia, a saber: Pré-vivência, Vivência e Pós Vivência. Durante a Pré-Vivência são discutidas as concepções de ser e de mundo, na qual são observadas as dimensões do homem nas formas físicas, biológicas e antropossociais propostas por Pascal, refletindo sobre a interação constante do homem com o meio, através da Met-MOCI. A referida metodologia é trabalhada na Vivência, segundo momento da JORNEXU, explorando as dimensões do meio, analisando os aspectos: geográficos, sociais, econômicos, políticos, ambientais, culturais, religiosos e históricos. Analisar cada um desses aspectos permite uma melhor compreensão da realidade de cada comunidade, vendo o que ela tem a oferecer e o que necessita ser trabalhado pelos atores internos e externos. O processo de análise realizado não se limita ao mero diagnóstico científico, mas também gera uma sensibilização, que desemborça no desenvolvimento da capacidade de atuação mais humanizada. Na Pós-Vivência os estudantes apresentam um novo olhar que o permite sentir partes transformadoras do mundo, sabendo que sofre influências do mundo, e acima disto perceber O QUE ELES TÊM A VER COM ISSO, a partir das dimensões do homem, que foi absorvido no período da Vivência, baseado nos cinco eixos da Metodologia para Mobilização Coletiva e Individual, que são: organização político-social, produção sustentável, processo educativo, demanda de atenção em saúde e a cultura. A JORNEXU obteve resultados são tidos como satisfatórios, visto que a partir da observação e vivência dos estagiários, ampliaram-se as áreas de atuação de ENEC (Estágio Nacional de Extensão em Comunidades), formar novos protagonistas, a fim instaurarem novos núcleos Enequianos pelo Brasil, como é o caso do Paraná, e propiciar uma formação menos determinista e fragmentada. Estamos inseridos em uma formação não propedêutica que evita ao profissional refletir as demandas sociais e compreendê-las como um todo. Assumindo uma responsabilidade profissional sobre tais demandas afim de potencializar a qualidade da atuação.

**Palavras-chaves:** Extensão Popular, JORNEXU, ENEC, Met-MOCI

**Atividade: Psicoterapia: que conversa é essa?**  
(Paineis)

**Trabalho:** Psicoterapia: que conversa é essa?

**Autor(es):** Lavínia de Melo e Silva Ximenes

**Resumo:** A psicoterapia como prática profissional do psicólogo mobiliza as mais diversas reações na clientela ou população em geral, ora despertando interesse e curiosidade, ora descrença e ceticismo acerca da eficácia de seus procedimentos. Refletir sobre o que as pessoas, de modo geral, pensam sobre o trabalho do(a) psicólogo(a) na clínica e qual o seu papel social foi a mola propulsora desse estudo que buscou ouvir as referidas pessoas sobre o que entendem por psicoterapia e o que leva alguém a buscar esse serviço. A partir de uma entrevista semi-estruturada, foram ouvidos 8 (oito) participantes, homens e mulheres, com faixa etária entre 18 e 63 anos e variados graus de escolaridade. Os dados foram analisados a partir do conteúdo do discurso, quando buscou-se identificar unidades de sentido que foram transformadas em categorias, com inspiração no modelo de Bardin(1977). Algumas pessoas, estimuladas pela mídia, imaginam que o termo psicoterapia está relacionado, de certa forma, a pacientes com problemas, deitados num divã, num consultório cheio de livros, com o psicoterapeuta fazendo perguntas instigantes e fornecendo “sábios conselhos” por terem poderes especiais que lhes permitem ver através de seus clientes. Também parece permear o imaginário popular que uma terapia bem sucedida requer vários anos de sondagem profunda quanto aos segredos mais íntimos do cliente. Muitos supõem até que os psicoterapeutas dizem aos seus clientes como estes devem conduzir suas vidas. Sendo assim, a psicoterapia apresenta-se como um misto de fato e ficção, o que lhe permite vários estereótipos, desde o de um tratamento, nos moldes da medicina, ao de uma conversa séria sobre problemas específicos. Esse imaginário está, ao que parece, impregnado de um pensamento médico-científico centrado numa relação de

causa e efeito, onde procurar o(a) psicólogo(a) é revelar um distúrbio psicopatológico a alguém que, se supõe, tem a solução para os seus problemas – tal qual se espera do médico a receita para um determinado mal. Procurar um(a) psicólogo(a) representa também a busca de um antídoto para as mazelas, sendo delegado ao(a) psicóloga(a) o poder de reger, consertar e curar os males da mente. Vale ressaltar que a relação de poder estabelecida entre psicoterapeuta e cliente traduz ora confiança no saber técnico e na competência ética do profissional, ora um medo do poder que este, supostamente, detém sobre a mente de outro. Em ambos os casos, o (a) psicólogo(a) é tido(a) como sujeito da ação terapêutica, enquanto o cliente um mero objeto dessa ação. A percepção desse modelo de relação é reforçada em função das condições que levam o indivíduo a buscar o processo terapêutico. Se por um lado é significativo o reconhecimento do trabalho e da função social do(a) psicólogo(a), gerada da importância do processo psicoterapêutico, ainda é bastante significativa a ambigüidade suscitada seja pelo desconhecimento, seja pelo descrédito quanto aos benefícios que o processo possa trazer para os que o buscam. Por outro lado, apesar de reconhecida em sua eficácia como caminho para o auto-conhecimento e crescimento pessoal, fica evidente que a falta de informações sobre o processo psicoterápico gera desconfiança e preconceitos, transformando o mesmo em uma “conversa sedutora”. Mas, que conversa é essa? A quem responsabilizar por tal representação? O mérito da questão não é identificar culpados, pois estaríamos insistindo na concepção individualista das causas psíquicas imanentes, tão comum no modelo médico positivista. Não podemos deixar de considerar a heteronomia como estruturante do psiquismo e dos saberes populares, considerando que somos seres de relação, de história, de cultura, constituídos na, linguagem e pelo discurso. Sabemos o quanto a sedução está a serviço das relações de poder como instrumento de controle. Nesse contexto, se faz necessário uma representação de psicoterapia que se caracterize não como uma “conversa sedutora”, mas como uma conversa que seja transformadora, reveladora, da percepção que cada pessoa passa a ter de si, do mundo, das relações estabelecidas, dos lugares ocupados, dos papéis assumidos. Em todo esse processo, é fundamental levar em consideração o contexto histórico-cultural em que se desenvolveu a psicologia como ciência e profissão em nosso país, tornando-se imperativo o redimensionamento de sua prática. Considerar as questões psicossociais imbricadas na saúde/doença mental, a dimensão histórica no fazer psicológico, é o grande desafio da psicologia na contemporaneidade, particularmente no campo das psicoterapias.

**Palavras-chaves:** Psicoterapia, senso-comum, Saúde-doença mental

**Atividade: Psicologia Comunitária e Políticas Públicas e Sociais (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** PSICOLOGIA COMUNITÁRIA E INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL

**Autor(es):** Fábio Porto de Oliveira

**Resumo:** Nossas políticas públicas de desenvolvimento social passam por um importante momento de avanço, quanto a sua elaboração, sistematização e operacionalização. Aqui, ganha destaque a política pública de Assistência Social, cuja atual formatação reúne elementos essenciais à superação do modelo assistencial-paternalista que marcou inúmeros projetos e serviços oferecidos com vistas à implantação do “bem-estar social” no Brasil. Como resultado de lutas e conquistas acadêmico-profissionais e sociais, a Assistência Social compõe hoje a seguridade social brasileira, junto à Saúde e à Previdência Social. Segundo a Política Nacional de Assistência Social, datada de 2004, a proteção social brasileira passa a se organizar em dois níveis: a básica e a especial, envolvendo respectivamente a prevenção de situações de risco social e no enfrentamento dos efeitos dos quadros de vulnerabilidade social, nos quais os direitos socioassistenciais já se encontram violados. A proteção social básica traz uma perspectiva inovadora, propondo a autonomização dos sujeitos/usuários, mediante o protagonismo social, visando à potencialização dos vínculos e recursos familiares e comunitários, atenta à dinâmica comunitária na consolidação da cidadania efetiva, prevenindo quadros de vulnerabilidade social e fomentando a emancipação social. Ao mesmo tempo em que a psicologia está presente na execução e gestão dos serviços de proteção social básica, especialmente nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), não há um debate consistente e sistemático sobre o

papel da psicologia na assistência social, tampouco sobre os aspectos teórico-metodológicos da atuação do psicólogo como trabalhador da assistência social. Diante desse contexto, trazemos a Psicologia Comunitária como uma perspectiva capaz de estabelecer um diálogo pertinente, crítico e propositivo acerca desta problemática, mediante a facilitação de processos sócio-psicológicos de fortalecimento da identidade pessoal e de desenvolvimento comunitário. A Psicologia Comunitária, assentada que está sobre o “Paradigma da Libertação”, surgido e atuante na América Latina, conectado e orientado pelo contexto histórico-cultural dos países e povos que a compõem, traz para efetivar seu corpo teórico e metodológico estratégias e instrumentais diferenciados de intervenção psicossocial, em consonância com suas bases epistemológicas. As metodologias e estratégias de intervenção psicossocial propostas pela Psicologia Comunitária apontam justamente para a deflagração de processos de desenvolvimento comunitário calcados no desenvolvimento humano, ou seja, na construção e fortalecimento da identidade do sujeito comunitário, passando pelas relações e vínculos dos moradores consigo mesmos, entre si e com a própria comunidade enquanto tecido vivo e complexo. Desse modo, as perspectivas teóricas e metodológicas da Psicologia Comunitária podem suscitar e oferecer elementos relevantes tanto ao debate sobre a prática da proteção social, a inserção da psicologia na política de Assistência Social, como também a problematização e qualificação de termos-chave dentro da Política Nacional de Assistência Social, como: potencialidades da comunidade; vínculos familiares e comunitários; território e comunidade; protagonismo social controle social, mobilização e participação social; criação e articulação de redes comunitárias e de serviços socioassistenciais; grupos de convivência e oficinas socioeducativas. Além disso, é possível, segundo experiências que já em andamento no município de Fortaleza / Ceará, incrementar e avançar na concretização da proteção social básica, onde se busca intervir de forma diferenciada junto à comunidade, a seus grupos populares e comunitários, suas instituições, com atenção à cultura local, com metodologias participativas, envolvendo as dimensões reflexivas e vivenciais do fazer-se sujeito comunitário (considerando não só o desenvolvimento da consciência crítica, mas também a vinculação sócio-afetiva e expressividade afetivo-emocional), que passa pela metamorfose indivíduo-público-alvo-beneficiário-usuário-sujeito de direitos. Esta discussão objetiva, em suma, trazer o aporte teórico-metodológico da Psicologia Comunitária ao debate sobre a intervenção psicossocial da psicologia na área da Assistência Social, especialmente em nível de básico de organização, qual seja, aquele que busca prevenir situações de risco e vulnerabilidade social, bem como criar bases para o processo de autonomização das famílias, com vistas à emancipação social.

**Palavras-chaves:** Psicologia Comunitária, Proteção Social, autonomia

**Trabalho:** A INTERFACE ENTRE PSICOLOGIA COMUNITÁRIA E SAÚDE COLETIVA: RELATO SOBRE A EXPERIÊNCIA NOS NÚCLEOS DE ATENÇÃO INTEGRAL A SAÚDE DA FAMÍLIA EM SOBRAL-CEARÁ.

**Autor(es):** Léo Barbosa Nepomuceno

**Resumo:** A consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) levantou a necessidade de evoluir de um modelo de atenção centrado na ação bio-médica, para um modelo voltado às condições sociais determinantes da saúde, rompendo com os paradigmas da unicausalidade, do biologicismo, da especialização, do individualismo e do curativismo no estudo do processo saúde-doença-cuidado. Dentro deste caminho de construção do SUS foram criados os Núcleos de Atenção Integral à Saúde da Família (NAISF) como estratégia do Ministério da Saúde do Brasil que visa fortalecer o trabalho de promoção da saúde e ampliar a estratégia de atenção primária com a incorporação de novos profissionais como: educador físico, fisioterapeuta, nutricionista, terapeuta ocupacional, assistente social, farmacêutico e psicólogo. Na cidade de Sobral – Ceará, a implantação dos NAISF está se dando através do curso de Especialização com caráter de Residência em Saúde da Família em parceria com a Escola de Formação em Saúde da Família Visconde de Sabóia e a Universidade Estadual do Vale do Acaraú. A inserção do psicólogo nos NAISF tem sido acompanhada por uma necessidade de aprimoramento de sua formação para a atuação na perspectiva da saúde coletiva, da promoção da saúde e da intervenção num nível comunitário. Dentro de uma realidade marcada por condições psicossociais de alienação social, por uma estrutura social rígida e desigual, geradora de

pobreza, de hierarquias de poder e de relações de opressão, temos percebido, através da experiência em Sobral, a importância do aporte teórico-metodológico da Psicologia Comunitária na estruturação das estratégias de intervenção psicológica. Temos buscado desenvolver os trabalhos dentro do viés da conscientização, da autonomização dos sujeitos, do resgate da memória histórica e da potencialização das virtudes populares no âmbito da promoção da saúde. Visando a potencialização da rede de apoio social para a saúde nos bairros, buscamos intervenções que facilitem a mobilização e organização comunitária. A partir do Método de Análise e Vivência da Atividade Comunitária (Góis), buscamos desenvolver ações intersetoriais que possam mediar o fortalecimento dos laços comunitários, o aumento da participação social e política dentro do SUS, como: encontros de lideranças comunitárias; encontros de mostra das potencialidades dos bairros; e assessoria social a projetos sociais, conselho local de saúde, grupos comunitários e associações de moradores. Direcionamos nossa atuação para a mediação psicossocial do processo de construção dos sujeitos comunitários já que compreendemos o impacto deste sobre a saúde das coletividades. Ainda temos muito que avançar na consolidação dessas ações, já que estas se apresentam contra-hegemônicas ao modelo bio-médico tradicional, mas compreendemos a relevância política dessa práxis para a construção do SUS e da Psicologia que queremos.

**Palavras-chaves:** Psicologia Comunitária, Saúde, Desenvolvimento Comunitário

**Trabalho:** Debulhando uma proposta de Desenvolvimento Comunitário em Assentamentos Rurais nas caminhadas da Psicologia Comunitária.

**Autor(es):** Jon Anderson Machado Cavalcante

**Resumo:** Este trabalho é fruto de minha “poligrafia”, “Caçando o coletivo nas mangas do Chico Mendes: a complexa trama comunitária entre o individual e o coletivo”, realizada junto ao Assentamento Chico Mendes localizado em Icó-CE, da “interferencialidade” entre a Psicologia Comunitária e a Psicologia Escolar e Educacional em meu estágio na escola do Assentamento Santa Bárbara, Caucaia-CE e da construção uma atuação junto à Regional Lênin Paz do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra em nosso estado. Através do encontro do método dialógico-vivencial (Góis) da Psicologia Comunitária no Ceará com alguns fundamentos da Sociopoética, produzimos uma “poligrafia” acerca de uma temática relevante para o desenvolvimento dos assentamentos rurais, a relação entre o “individual” e o “coletivo”. Tais palavras são associadas ao modo de produção e organização do assentamento. Produtora de desafios na vida cotidiana, tal relação de apropriação ativa da realidade se dá na complexa construção da trama comunitária. Trama produzida na metamorfose diária dos moradores a se projetar na vida em comunidade. São projetos de vida coexistindo, com múltiplos modos de apropriação da dinâmica comunitária. Moradores a se projetar na vida, com suas múltiplas expressões, e a se deparar com políticas públicas que se sugerem facilitadoras de seu desenvolvimento. Muitos assentamentos rurais encontram-se envoltos nessa busca de desenvolvimento, expressa, em boa parte, em políticas para a Reforma Agrária, que enfatizam a dimensão econômica na agricultura. Apesar dos esforços da agroecologia e de setores dos movimentos do campo e, alguns, do Estado, tais políticas para o campo tem uma profunda dificuldade em superar na prática uma visão, na verdade, economicista. Nessa possibilidade de exclusividade ou prioridade para o mercado, assumem modelos de como seguir rumo à sua consolidação e sustentabilidade. O equívoco está em achar que se trata de uma sustentabilidade financeira. Na verdade, afirmamos que a sustentabilidade deve ser comunitária, de um projeto de vida coletivo mais compartilhado, a economia integrada à dimensão subjetiva dos caminhos da identidade pessoal e comunitária. Nos interessa o fortalecimento da dialogicidade no sentimento de comunidade dos assentados, do que a acentuação da pertença, própria da atividade humana, em possessividade. A Reforma Agrária possui, então, um componente sócio-psicológico imprescindível para realmente se realizar. A questão é que o primado da sustentabilidade financeira parece enfraquecer ou canalizar restritivamente o processo criativo dos moradores e da comunidade, que, assim, mais responderiam criativamente para o mercado prioritariamente, do que, talvez, para a emergência de novos temas comunitários, por exemplo. Os assentamentos não precisam se isolar, em uma tentativa de se preservar como imagem fixa do passado, nem se diluir no contexto histórico deixando se levar por moradores ou grupos-patrões,

pelo estado, ou quaisquer agentes que queiram expropriar a sua possibilidade de autonomia. A inserção e ad-miração das multiplas expressões dos sujeitos em construção dos assentamentos orienta-me a afirmar a importância da experimentação da co-construção cotidiana de projetos de vida coletivos mais compartilhados como proposta de um desenvolvimento comunitário dos assentamentos. Assim, tais projetos surgem como atratores da multiplicidade de temas comunitários (educação e trabalho, por exemplo) e das possibilidades de articulação entre os moradores, no horizonte do desenvolvimento comunitário do assentamento. Tais temas comunitários exigem a criação ou fortalecimento de espaços de interações comunicativas e instrumentais, Atividade Comunitária (Góis, 2002), que constituirão os atratores sociais dos projetos de vida coletivos, projetos da vida em comunidade. Assim vem se pautando nossa atuação junto à Regional Lênin Paz, para a cooperação na formação de seus militantes e assentados enquanto facilitadores desse processo. Além disso, tal perspectiva, perspassou toda nossa caminhada no estágio da escola do Assentamento Santa Bárbara, que me faz afirmar a importância da co-construção das atividades voltadas para o fortalecimento da integração escola-assentamento em um processo almejando cotidianizar a dialogicidade nas múltiplas interações escolares e comunitárias. Traçamos, então, passos relevantes para a assunção de uma atuação da Psicologia Comunitária junto aos assentamentos rurais, aos desafios da Reforma Agrária, admirados em seu florescer comunitário.

**Palavras-chaves:** Psicologia Comunitária, Políticas do campo, desenvolvimento comunitário

**Atividade: Os rumos da psicoterapia no contexto da regulação (Temas em Debate)**

**Trabalho:** A importância de se discutir a formação em psicoterapia

**Autor(es):** Bárbara Conte, Zuleika Fátima Vitoriano Olivan

**Resumo:** Neste momento, amplia-se a discussão quanto à formação em psicoterapia. A demanda atual exige que o profissional tenha uma formação sólida, baseada nos constructos teóricos que norteiam o campo da ciência psicológica. Os cursos de graduação, formação em psicologia e em medicina, possibilitam por meio do seu Projeto Político e Pedagógico, ao futuro profissional exercer, caso queira, a psicoterapia. Geralmente, nos cursos de psicologia, aqui no Brasil, os alunos no último ano do curso realizam o estágio supervisionado em psicologia clínica, por vezes, o trabalho se dá em dupla, ou ainda, com a obrigatoriedade de se atender no mínimo a um cliente em um dos semestres do quinto ano. Após este primeiro percurso da formação, os profissionais recém formados buscam a supervisão clínica, por vezes, com o seu supervisor da graduação para iniciar o trabalho em psicoterapia, alguns deles também vão ao encontro de sua psicoterapia, porque entendem que o tripé, estudo teórico, supervisão e psicoterapia individual compõem a formação do psicoterapeuta. Aqui cabe uma reflexão; por ser o início da vida profissional, ele se sente inseguro e procura, então, o supervisor, quando é possível a psicoterapia, nesta vertente, muitas vezes, o que impede esta ação do profissional é de ordem econômica. Quanto ao estudo teórico, o profissional passa a frequentar grupos de estudo. Neste primeiro momento, de um profissional que tenha despertado nele o interesse pela proposta teórica apresentada e que possa vir a embasar o seu trabalho clínico, este orientador poderá ser um ex-professor, ou outro profissional que lhe demonstre confiabilidade. Este caminho vale tanto para o profissional psicólogo como para o profissional médico. Depois de algum tempo, estes profissionais tendem a buscar cursos de especialização para aprofundarem seus conhecimentos teóricos acerca de uma determinada abordagem ou técnica psicoterapêutica, e iniciam-se aí novas preocupações, quais serão os cursos confiáveis? Temos no país cursos reconhecidos pelo MEC e outros certificados pelo Conselho Federal de Psicologia, porém, ainda em número reduzido, e por serem cursos de especialização tratarão de uma única abordagem terapêutica. Na graduação, dificilmente este profissional terá a oportunidade de conhecer toda a teoria que embasa o campo da psicoterapia para poder construir sua posição crítica frente à ciência psicológica, agora, na especialização, com a formação dirigida sobre um único âmbito a distância do todo vai ficando cada vez maior, e isto pode dificultar a formação no que diz respeito a um sujeito crítico diante da profissão. Por isso, é urgente a necessidade de pensarmos a formação



em psicoterapia, ainda na graduação, ou mesmo em estágios obrigatórios com um tempo de duração maior na área clínica.

**Palavras-chaves:** Formação, Supervisão, Psicoterapia individual, Teoria psicoterápica

**Trabalho:** Da Psicoterapia e da necessidade de sua discussão.

**Autor(es):** Adriano Furtado Holanda

**Resumo:** A prática psicológica ainda é fortemente associada à psicoterapia. O perfil do psicólogo brasileiro (Conselho Federal de Psicologia, 2001) aponta para a psicologia clínica (comumente identificada com a psicoterapia) como o maior contingente da nossa categoria, perfazendo 54,9% dos psicólogos. Apesar disto, tanto a prática, o exercício, a formação e o aprimoramento no que se refere a este campo, carecem de regulação, de organização e mesmo de entendimento ou acordo (em termos de conceitos, procedimentos, capacitação, etc.). A proposta é discutirmos a construção do saber psicoterápico como uma prática individualizada, solipsista, destacada do seu contexto intersubjetivo, em construções muitas vezes díspares e segmentadas. Desta feita, faz-se mister uma discussão no sentido de buscarmos definições sobre o tema, para escaparmos das imprecisões e desacordos, na maioria das vezes, simplesmente motivadas por razões ideológicas e “partidárias”. O questionamento a respeito das práticas psicoterápicas, na direção de modelos que atuem mais próximos do social (sem, contudo, esquecer a individualidade, os processos de subjetivação, a subjetividade e a singularidade) faz-se necessário, em especial, no contexto de um país com necessidades peculiares como o nosso. Todavia, não se pode deixar de destacar alguns elementos intimamente relacionados com a questão da atuação profissional no campo das psicoterapias, a saber: a) a formação – supostamente “generalista” – que as Instituições de Ensino Superior oferecem à comunidade e que, em nenhum momento, são passíveis de avaliação, acompanhamento, regulação ou mesmo discussão mais aprofundada por parte dos Conselhos da categoria; b) a formação – específica e especializada – que, em geral, é absorvida por um mercado amplo e ainda sem regulação, em que pese o grande avanço que a regulamentação do título de especialistas por parte do Conselho Federal de Psicologia tenha oferecido; c) o campo de atuação profissional, que envolve vários contextos, permeados por diversas outras contribuições, e que favorece a idéia da psicoterapia ser uma prática multiprofissional; e d) a regulação deste campo, no interior de corporação. Observa-se, contudo, que ainda há um grande vácuo entre as demandas da categoria relativas ao domínio das práticas psicoterápicas, as possibilidades de ação concretas por parte dos Conselhos, e as organizações e regulações extra-oficiais existentes. Neste sentido, faz-se mister recuperar uma discussão em torno dessas práticas, e das possibilidades e responsabilidades que os Conselhos de classe têm com respeito ao tema. Assim, acreditamos ser possível retomar os caminhos para uma inserção profissional mais condizente, tanto com os anseios da categoria, quanto com os desejos e necessidades da comunidade.

**Palavras-chaves:** Prática psicológica, Formação, Regulação, Campo profissional

**Trabalho:** Possível efeito da regulamentação na psicoterapia

**Autor(es):** Bárbara Conte

**Resumo:** No campo da Psicologia, várias instituições se organizam para garantir a formação do psicoterapeuta e sua relação necessária com a prática: as universidades que fornecem a formação básica; a Associação Brasileira de Ensino da Psicologia, na avaliação das instituições formadoras; as formações privadas ou acadêmicas que capacitam os profissionais psicoterapeutas e os Conselhos Regionais na fiscalização da prática. São instituições que têm suas especificidades e que buscam dialogar levando em conta o psicólogo em formação e/ou o psicoterapeuta em sua prática. A formação de psicoterapeutas ocorre fora da universidade, apesar de as técnicas psicoterápicas baseadas em teorias psicológicas estarem contempladas na lei como atividades privativas dos psicólogos. Verificamos, no entanto, em tempos onde ainda circula na Câmara dos Deputados a lei do Ato Médico, em sua “nova versão”, que a discussão

quanto à apropriação do saber, o corporativismo, a reserva de mercado, continua a ocorrer como forma de controle. A formação se institui a partir da apropriação que o sujeito faz da teoria, da técnica e da vivência terapêutica de sua opção psicoterápica. Desta forma, a formação percorre o caminho onde o sujeito vivencia em si e em sua prática os preceitos de uma determinada teoria da compreensão do psíquico e da cura. Neste processo, as filiações se fazem necessárias como formas de troca de conhecimento e de experiência. As instituições oferecem o espaço de formação, mas não substituem o singular do processo de cada sujeito, assim como ocorre no encontro terapêutico. Nesse contexto, como trabalhar parâmetros de regulação da prática psicoterápica de forma a não obturar própria relação terapêutica em seus princípios de ética e de confiabilidade, bem como a singularidade do processo de formação. A formação em psicoterapia assume o encaminhamento que já foi dado às especialidades, ou seja, o exercício das práticas em Psicologia que inicialmente foi validado pelo tempo de trabalho e conferia o título de especialista passa agora do individual ao coletivo. Este modelo merece reflexão, uma vez que a prática psicoterapêutica está dada pela apropriação que deve ter o sujeito de sua formação, no mesmo sentido que Freud conferiu à questão da análise leiga e que mencionei em outro texto. A análise leiga adquiria três significados: o leigo (não-médico), o profano (não-religioso) e o amador (não-competente), sendo que qualquer um que tivesse familiaridade com seu inconsciente, com a ciência da vida sexual e com a delicadeza da técnica não seria mais leigo no campo da psicanálise

**Palavras-chaves:** Psicoterapia, Formação, Regulação

**Trabalho:** Psicoterapias: uma questão política e ética na formação e atuação dos psicólogos.

**Autor(es):** Henrique Jose Leal Ferreira Rodrigues

**Resumo:** A História da Psicologia, embora muito jovem em comparação a outros saberes, tem um caminho de lutas e realizações profundamente fecundo. O caminho trilhado pela Psicologia para ser inserida e reconhecida no campo da clínica foi árduo. Os psicólogos se viram obrigados a uma superação contínua de preconceitos enraizados na visão corporativista da Medicina, e do senso comum de parcela da sociedade. O encontro da Psicologia com os campos de saber psicoterápicos ajudou a produzir uma rica e extensa literatura, além de fomentar o surgimento de Sociedades Formadoras e Cursos de Psicologia marcadamente comprometidos com a vertente clínica, inserindo-a como um saber importante e de largo reconhecimento de sua competência nas Instituições de Ensino Superior. A formação de psicólogos nos processos clínicos, em particular nas denominadas Psicoterapias, é reconhecida no campo do saber moderno em sua qualidade teórica, metodológica e prática. Para se alcançar este estágio de qualidade e competência, os Cursos de Psicologia se estruturaram através de habilidades e competências que levaram em consideração uma formação qualitativa e comprometida com parâmetros técnicos, político-educacionais e éticos reconhecidos tanto pelo Ministério de Educação e Cultura, quanto pelo Conselho Federal de Psicologia. Ambas instâncias, em seu reconhecimento criaram mecanismos de controle, orientação e fiscalização que garantiram a qualidade formativa dos Psicólogos, no caso particular, dos psicólogos clínicos, e em sua especificidade, daqueles que desenvolveram um projeto de atuação dentro do campo das Psicoterapias. Como decorrência desta política formativa institucional o reconhecimento da Psicologia, como saber, cresceu na sua relação com outros saberes, bem como foi rapidamente aceita na sociedade como um conhecimento fundamental para a qualidade de vida das pessoas. Deste modo, ao mencionarmos o papel da Psicologia, e de forma especial de sua vertente psicoterápica, esta se transformou rapidamente em um instrumento importante na vida das pessoas, ajudando e facilitando através da reflexão e trabalho profundo de si mesmo a produzir grandes transformações na vida pessoal, e na sua reverberação social através de ações mais atentas e comprometidas com seus desejos e vontades. Para se alcançar tais objetivos, a constante e íntima relação entre o Conselho Nacional de Educação e o Conselhos Federal e Regionais de Psicologia, foram criados instrumentos de avaliação e de produção de conhecimentos teóricos, metodológicos ou de prática profissional importantíssimos para a aferição da qualidade, do profissional em formação ou, do graduado em Psicologia Clínica. Podemos citar como bases para esta afirmação a criação e obrigatoriedade dos Serviços de Psicologia Aplicada (SPA) e dos Estágios Supervisionados, das disciplinas de reflexão da ética e

da conduta profissional, das cargas horárias mínimas para a graduação em Psicologia, da constante e profícua transdisciplinaridade acadêmica, etc. A partir de tais pontos pensar a Psicoterapia é uma questão de total relevância política e ética na atualidade. Sendo assim, pensar na criação de uma entidade nacional para reger e regular as psicoterapias é de grande importância para os Psicólogos. Logo, Refletir e se posicionar perante a Associação Brasileira de Psicoterapia (ABRAP) é pauta de discussão e análise. Fica claro, que a questão não pode passar pelo corporativismo, mas devemos entender que a ABRAP, com sua proposta pode causar situações delicadas junto aos Cursos de Psicologia, as entidades formadoras e a vida de muitos psicólogos. Portanto, é de grande importância discutir como se daria estrategicamente tais questões, e quais seriam as consequências com a abertura do campo das psicoterapias para profissionais graduados em outras áreas do conhecimento. Logo, debater os problemas decorrentes deste novo encaminhamento, precisa ser compreendido a partir da ordem ética, da regulação ds instâncias formadoras, etc. Um outro ponto é pensar, seria uma reflexão crítica das razões que levaram o Conselho Federal de Psicologia a apoiar a ABRAP, e quais seriam os objetivos e consequências deste apoio. E finalmente, como os planos de saúde se posicionariam em relação a esta nova realidade das psicoterapias no campo da saúde? Assim, se torna de suma importância a discussão de como a formação de psicoterapeutas se desenvolverá, e de como será a sua regulação fora do campo da Psicologia.

**Palavras-chaves:** Psicoterapia, Ética, Política, Formação, Atuação profissional

**Atividade: A PRÁTICA PROFISSIONAL E A FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO EM ALAGOAS – PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: A PRÁTICA PROFISSIONAL E A FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO EM ALAGOAS – PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES**

**Autor(es):** Natasha Porto Leite Fonseca, Manuelle Santos de Farias, Jefferson de Souza Bernardes

**Resumo:** Esta pesquisa objetiva estabelecer aproximações para a compreensão das relações entre a prática profissional e a formação do psicólogo no Estado de Alagoas. A partir das quatro décadas que se seguiram à regulamentação da profissão de psicólogo no Brasil, existe um considerável número de estudos focalizando os aspectos profissionais do psicólogo e sua formação. Entretanto, a ausência desses estudos no Estado de Alagoas justifica esta pesquisa. Trata-se de uma pesquisa do curso de Psicologia da UFAL em parceria com o Conselho Regional de Psicologia de Alagoas – 15ª Região (CRP/15). Um questionário contendo questões fechadas e abertas foi aplicado, por telefone, a uma amostra simples, sorteada de forma aleatória entre os 1.912 psicólogos regularmente inscritos no CRP/15. O número da amostra foi de 106 participantes. A margem de erro da pesquisa foi de 5,7% e o nível da confiança de 95%. Os principais resultados em relação à formação revelam uma psicologia marcada por forte influência do Centro de Estudos Superiores de Maceió (CESMAC), pois mais de 86,8% dos psicólogos do Estado foram formados por essa instituição, e atendendo ao modelo hegemônico da Psicologia Aplicada orientada, principalmente, por uma psicologia funcionalista concretizada nos estágios de Psicologia Clínica, Escolar e Organizacional. Há uma forte presença de estudos de formação após a graduação, totalizando 63,42% dos psicólogos entrevistados. Ressaltando o alto índice de formação em Gestalt-Terapia (24,38%) e a presença de profissionais liberais como instrutores de formação, ratificando a individualização da profissão e a tendência liberal e autônoma. Além disso, em termos de especializações, 73,28% fizeram uma ou mais especializações. Sendo a maior procura para as áreas de Psicologia Hospitalar, Saúde e Psicologia Clínica. Parece haver um grande campo de desenvolvimento de pós-graduação strictu sensu, visto que somente 3,8% possuem mestrado e não foram identificados profissionais com doutorado. Parece haver forte relação entre o desenvolvimento da clínica na graduação e o desenvolvimento de cursos de formação, mantendo-se o vínculo construído durante a graduação. No que concerne à prática profissional, 43% dos entrevistados(as) iniciaram no

mercado de trabalho atuando na psicologia clínica, com abertura de consultório; havendo uma concentração de profissionais atuando na área clínica, tendo como abordagem teórica predominante a Gestal-Terapia, logo seguida pela Psicanálise. Atendendo, em sua grande maioria, uma população de adultos, com perspectiva individualizante, visto que sua atuação centra-se em atendimento psicológico e psicoterápico. As principais demandas são os transtornos e distúrbios neuróticos e os problemas familiares. Em sua maioria, os psicólogos afirmam trabalhar em equipe multiprofissional, havendo maior destaque para as profissões vinculadas à área da saúde. A faixa salarial de maior concentração está compreendida entre 4 a 6 salários mínimos e 48,8% dos entrevistados não possuem outra atividade além da Psicologia. Mais da metade dos entrevistados não está associado a nenhum núcleo, grupo ou sindicato específico de Psicologia, o que configura a falta de articulações e de trabalho solidário em benefício da profissão no Estado. Por fim, somente 58,5% encontram-se satisfeitos ou muito satisfeitos com a sua profissão.

**Palavras-chaves:** formação, prática profissional, Alagoas

**Atividade: Orientação versus Fiscalização: uma contradição? Reflexões críticas sobre as atribuições do Sistema Conselhos de Psicologia.  
(Temas em Debate)**

**Trabalho:** Orientação e fiscalização – interfaces do exercício profissional

**Autor(es):** Silvana Oliveira

**Resumo:** A Comissão de Fiscalização e Orientação do CRP Rio Grande do Sul, para além das ações legais e atribuições específicas da atividade de fiscalização, tem focado desde o início da atual gestão, a construção de abordagens junto aos psicólogos que promovam uma maior apropriação da categoria com o espaço do Conselho. Nesse sentido, um amplo trabalho de planejamento estratégico foi realizado, definindo uma série de objetivos da gestão, de forma que as diversas atividades foram analisadas e avaliadas - as demandas ordinárias e outras percebidas como relevantes pelo plenário, ao longo da gestão. A partir dessa análise foram traçados planos de ações em diversos níveis da organização, do funcionamento e investimentos a serem realizados. As estratégias planejadas pretenderam potencializar os recursos técnicos e logísticos possíveis para que o Conselho seja cada vez mais um espaço de interação e participação recorrente dos psicólogos. Essa perspectiva prioriza, também no trabalho de orientação e fiscalização, a construção de dispositivos que propiciem e aproximem os psicólogos para a construção coletiva de reflexões e possibilidades em relação às atividades profissionais. A Comissão de Orientação e Fiscalização, em parceria com demais comissões do Conselho, propôs eventos e intervenções nos diferentes espaços da Psicologia, promovendo o encontro e o debate sobre os desafios do exercício ético e técnico da profissão, tanto nos espaços mais tradicionais como o trabalho em clínicas-escola, nas instituições formadoras, nas clínicas, nas diversas organizações privadas e nos serviços públicos, como nos novos territórios de trabalho que se abrem, por exemplo, novas modalidades de atendimento junto ao Poder Judiciário e o campo da Justiça, e das relações da Psicologia com a Informática e os sistemas informatizados. À medida que os espaços de trabalho da Psicologia se modificam, também as comissões de orientação e fiscalização precisam estar atentas e, diversas vezes, sensíveis aos relatos e situações que se apresentam. Também é necessário avaliar sua pertinência em relação aos limites legais e éticos que regem a profissão. Assim, nessa mesa apresenta-se um conjunto de experiências e estratégias em torno do trabalho realizado pela COF que tem sido apontado como satisfatório em relação à presença do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul como referência importante no diálogo com os psicólogos, e as reflexões decorrentes dessas experiências que permitiram uma compreensão ampliada do potencial da orientação enquanto ferramenta fundamental na relação do Conselho Regional com .os profissionais e com as demais entidades presentes nas redes onde a Psicologia se insere.

**Palavras-chaves:** Comissão de Orientação e Fiscalização, Orientação, Fiscalização

**Trabalho:** Relações entre o Sistema Conselhos e Cursos de Formação de Psicólogos referente

aos estágios curriculares

**Autor(es):** Maria da Graça Correa Jacques

**Resumo:** A função de fiscalização com o objetivo principal de escudar a categoria contra interferências exógenas e defender suas áreas de competência foi priorizada nos primeiros Plenários do Conselho Federal de Psicologia. É ilustrativa a plataforma de ação do segundo Plenário: “tornar funcional e cada vez mais objetiva, eficiente e eficaz a fiscalização do exercício profissional (finalidade primeira da existência dos Conselhos, segundo a Lei) no sentido de restituir aos psicólogos os direitos inerentes a sua competência e fazer defesas diante do público, das prerrogativas intocáveis de sua profissão” (SOARES, 1979, p. 43)\*. Tal prioridade vem ao encontro do quadro político institucional brasileiro do período e se justifica no curto período de regulamentação da profissão. Tal período também se caracterizou por toda uma preocupação com a formação do psicólogo e por tentativas de estender a função fiscalizadora para o ensino de psicologia, em especial para a questão do estágio. A Portaria 05/77 do Conselho Federal de Psicologia criou uma Comissão Especial para o estudo dos currículos dos cursos de psicologia e a Instrução 01 de 09/07/78 orientou o credenciamento de supervisores e os níveis de supervisão. Tais iniciativas criaram uma tensão entre as instituições formadoras e o Conselho Federal e Conselhos Regionais de Psicologia não sobre a importância do estágio, mas sobre a competência para legislar a respeito. A importância do exercício prático da psicologia durante a formação sempre foi reconhecida pela legislação brasileira mesmo antes da regulamentação da psicologia como profissão (as Portarias 272/46 e 328/46, por exemplo). Em anos mais recentes, a Resolução 18/00, que institui a consolidação das resoluções do Conselho Federal de Psicologia, dedica todo o artigo 50 (ou 52 se alterada), nos seus quatro parágrafos, às atribuições do psicólogo como supervisor de estágio. O artigo 17 do Código de Ética Profissional do Psicólogo também faz referência às atribuições dos psicólogos docentes ou supervisores de esclarecer, informar, orientar e exigir dos estudantes a observância dos princípios e normas aí contidas. Todas essas considerações apontam as intersecções entre o Sistema Conselhos de Psicologia e a realização dos estágios curriculares enquanto espaços de formação tanto técnica como ética e os pontos de tensão que historicamente foram se constituindo nessa relação. A partir dessa análise examinam-se as responsabilidades dos supervisores locais e acadêmicos no cumprimento dos princípios éticos que regem o exercício da profissão de psicólogo durante o período de estágio. \*SOARES, A. R. A Psicologia no Brasil. Psicologia, ciência e profissão, n. 0, edição especial, p.9-59, dez.79.

**Palavras-chaves:** Comissão de Orientação e Fiscalização, ensino, estágio

**Trabalho:** A Comissão de Orientação e Fiscalização e sua implicação com a política dos direitos humanos.

**Autor(es):** Jose Henrique Lobato Vianna

**Resumo:** Os Conselhos Regionais de Psicologia (CRP), são autarquias criadas, em conjunto com o Conselho Federal de Psicologia, pela lei 5766 e regulamentadas pelo decreto 79822, tendo como objetivo “ orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional do psicólogo ”. Na gestão da XI Plenária do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, para o triênio 2004-2007, a política norteadora das ações tem se baseado no compromisso com os direitos humanos. Esse princípio conduz a prática institucional, possibilitando uma nova forma de estabelecer vínculos com a categoria, bem como a sociedade. Todas as comissões que gravitam no Conselho Regional de Psicologia da 5ª Região, têm como ponto básico o ideário dos direitos humanos, pondo o CRP-05 próximo aos grupos que militam nos movimentos sociais. Várias ações temáticas são defendidas pelo Sistema Conselhos de Psicologia, dentre elas temos a Luta Antimanicomial, as políticas afirmativas de inclusão social, os direitos das crianças e adolescentes, dentre tantas outras e que em nosso exercício, enquanto Plenária, se fizeram presentes e tomamos como bandeira na intenção de trazer à Psicologia temas que a ela são extremamente caras. A Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), uma das comissões permanentes do Conselho Regional de Psicologia, tem primado, a partir da premissa que baseia a XI Plenária, por um encaminhamento junto à categoria com um viés que privilegia a

orientação. Ao efetuarmos nossas ações, sejam elas, visitas para concessão de novo inscrito, de renovação, de retorno, de mudança de endereço, ou mesmo quando interagimos, presencialmente, por telefone ou por e-mail, sanando dúvidas dos nossos pares, ou seja os psicólogos da 5ª Região, privilegiamos o agir orientador, muito mais do que o fiscalizador. Pensando em nossa base territorial que compreende 92 municípios e tendo em nossos registros mais de 1000 instituições cadastradas, que estão sob os cuidados diretos da COF do CRP-05, tais como hospitais gerais e/ou psiquiátricos, clínicas de trânsito, Serviços de Psicologia Aplicada das Universidades e Faculdades onde a Psicologia se faz presente, empresas que trabalham com Recursos Humanos, com atendimentos psicoterápicos, enfim com toda uma gama de conhecimentos e fazeres que lidamos cotidianamente é que pensamos a natureza social dessa Comissão. Entendemos, portanto, que nossa ação pode abrir um caminho diferenciador perante a categoria, ajudando numa melhor compreensão do papel social e político dos Conselhos de Psicologia. Isso se estende também a uma maior visibilidade junto a sociedade da ações do CRP-05, bem como na exposição de sua função de utilidade pública.

**Palavras-chaves:** Orientação, Comissão de Orientação e Fiscalização, Conselho Regional de Psicologia

**Atividade: Psicoterapia: Prática, Formação e Regulação  
(Temas em Debate)**

**Trabalho:** Psicoterapia: Prática, Formação e Regulação 1

**Autor(es):** Ileno Izídio da Costa

**Resumo:** A psicologia crítica hoje no mundo é um ramo da psicologia que objetiva fazer a crítica sistemática da psicologia tradicional e busca aplicar a psicologia de forma mais progressiva, tendo como foco a mudança social, em especial buscando prevenir e tratar psicopatologias. Uma das principais críticas à psicologia convencional é como ela falha em considerar ou ignorar deliberadamente que as diferenças de poder entre as classes sociais e grupos impactam o bem-estar físico e mental dos indivíduos ou de um grupo de pessoas. Outra é que a psicologia tradicional tem a tendência a reforçar o status quo, a noção de culpa e situa os problemas dentro dos indivíduos mais do que no contexto social em que os indivíduos estão inseridos. Podemos dizer, como Sloan (2000), que quatro premissas básicas norteiam a psicologia crítica: 1) os valores de psicologia, suposições e prática foram histórica e culturalmente determinados; 2) a sociedade moderna é marcada por uma injustiça difusa, desigualdades e barreiras sistêmicas para a sobrevivência (física e psíquica); 3) no trabalho cotidiano, os psicólogos tradicionais acabam por contribuir com a complacência por um lado e com a opressão, por outro; 4) a psicologia crítica busca alterar, ou finalmente prover alternativas para, as normas que a psicologia tradicional utiliza e as instituições sociais que essas normas fortalecem. Partindo dessas premissas, o presente trabalho procurará discutir: a) o papel da psicologia tradicional vs terapias críticas, b) problematizar o resultado e a ação da psicoterapia tradicional (centrada no indivíduo) e suas conseqüências para o desenvolvimento social, c) questionar a desorganização do campo da psicoterapia na sociedade, sem regulações sociais estruturadas, que gera imperialismos, abusos silenciosos e práticas questionáveis não reveladas, e, d) finalmente, defender uma mudança de curso da psicoterapia tradicional para a psicoterapia voltada para os interesses sociais e comunitários objetivando minorar o sofrimento psíquico do ser humano através de uma efetiva ação socialmente engajada. Desta feita, busca-se ressaltar as dimensões política, de promoção da saúde em sentido público, a necessidade da desconstrução de algumas práticas psicoterápicas do ponto de vista social e reforçar teorias modernas de psicoterapia (sistêmicas, feministas, construtivistas e comunitárias), concluindo, por suposto, que sobreviverão as psicoterapias que de fato tenham um engajamento com o sofrimento humano cada vez mais abrangente, social e concreto. Desta feita, busca-se ressaltar as dimensões política, de promoção da saúde em sentido público, a necessidade da desconstrução de algumas práticas psicoterápicas do ponto de vista social e reforçar teorias modernas de psicoterapia (sistêmicas, feministas, construtivistas e comunitárias), concluindo, por suposto, que sobreviverão as psicoterapias que de fato tenham um engajamento com o sofrimento humano cada vez mais abrangente, social e concreto.

**Palavras-chaves:** Psicoterapia,Regulação,Campo Profissional

**Trabalho:**Psicoterapia: Prática, Formação e Regulação 2

**Autor(es):** Bárbara Conte

**Resumo:** A psicoterapia tem sido exercida por inúmeros profissionais nas mais diferentes linhas de trabalho ou correntes de pensamento. O Conselho Regional de Psicologia 07, tem discutido em seu Grupo de Trabalho (GT) sobre Psicoterapia, questões relativas ao significado da formação em psicoterapia. Inicialmente, retomamos o tema da formação a partir da Questão da análise leiga, texto de Freud, onde discutia quem deveria exercer a psicanálise. Um dos pontos abordados foi o de que independente do profissional que exerce a psicoterapia, a formação torna-se o critério relevante, para uma prática ética. Formação em psicoterapia é entendida como uma coerência entre o tratamento pessoal, o aprendizado da teoria e a técnica supervisionada. Esta relação entre teoria, técnica e a vivência pessoal garante que o terapeuta se habilite e desenvolva seu estilo, com domínio dos elementos necessários do conhecimento para a escuta e a intervenção. Percebemos através das inúmeras denúncias que recebemos, o quanto a prática da psicoterapia tem sido negligenciada. Ao lado disso, percebemos um aumento nos “cursos de formação”, onde um dos questionamentos é se formação é um curso. A apropriação de uma técnica não ocorre somente pelo aprendizado teórico que um curso visa oferecer. Formação é uma experiência que se sustenta no tripé antes mencionado. Passamos então a questionar como se pode ampliar a discussão da formação em psicoterapia, de forma mais ampla do que em cada instituição que se responsabiliza pela formação de seus integrantes. A ABRAP, como uma associação que se apresenta como um projeto nacional de diretrizes para a psicoterapia, poderá contribuir nesta questão da regulação da formação de que maneira? Penamos que necessite se construir um espaço de debates entre os psicólogos e com profissionais de outras áreas que exercem a psicoterapia, na tentativa de discussão da interrelação entre a formação e a prática psicoterápica. Assim sendo, a proposta desta comunicação é problematizar e enfatizar o significado da formação e suas relações com a regulação, de forma que este debate abranja a participação dos profissionais psicólogos interessados em se apropriar de sua prática de forma ética. Entendemos que a responsabilidade desta proposta está na qualificação, diversificação e acúmulo de conhecimento sobre a psicoterapia, uma vez que cada mais se amplia a utilização da psicoterapia do particular para o coletivo, nos espaços de saúde coletiva. A formação que inicialmente foi acadêmica, depois se ampliou para as instituições privadas necessita hoje passar uma rediscussão de modelos que envolvam um número cada vez maior de entidades relacionadas ao tema. Já faz muito tempo que a formação em psicoterapia deixou de ser reserva de “alguns”. Somos muitos e com diferenças que necessitam ser conversadas em fóruns democráticos.

**Palavras-chaves:** Campo Profissional,Psicoterapia,Regulação

**Trabalho:**Psicoterapia: Prática, Formação e Regulação 3

**Autor(es):** Adriano Furtado Holanda

**Resumo:** A proposta deste trabalho é realizar uma discussão em torno da formação das práticas psicoterápicas, no contexto da Psicologia e em sua interface com outras profissões. Consideramos que o reconhecimento da prática psicoterápica associada à imagem do psicólogo clínico (e à psicologia, no geral), envolve o profissional no risco do esquecimento do sentido do “cuidado”, no contexto das práticas profissionais sociais e da saúde. Para tanto, é importante questionarmos a diversidade do campo psicoterápico, abrindo espaço para um crescente “mercado” de práticas psi, bem como sua indefinição. Tradicionalmente, quando se pensa em prática psicológica, uma das associações mais comuns é com a psicoterapia. Psicólogo é aquele que, dentre outras coisas, exerce sua profissão em consultórios e clínicas, escutando, acolhendo, “aconselhando”, interpretando, compreendendo – problemas, pessoas, famílias, grupos, etc. Este lugar-comum encontra apoio não apenas na tradição, mas em definições de espaços de atuação ou de exercício profissional, como é o caso da Classificação Brasileira de

Ocupações (CBO), quando caracteriza o Psicólogo Clínico (0-74.35). Os dados disponíveis da última pesquisa sobre o Perfil do Psicólogo brasileiro apontam para o fato que a psicologia clínica – muitas vezes confundida com a psicoterapia – representa o maior contingente da nossa categoria, perfazendo 54,9% dos psicólogos, que consideram-na sua principal área de atuação. Apesar disto, tanto a prática, o exercício, a formação e o aprimoramento no que se refere à psicoterapia, carecem de regulação, de organização e mesmo de entendimento ou acordo (em termos de conceitos, procedimentos, capacitação, etc.). Para percebermos isto basta que busquemos definições sobre o tema, para esbarrarmos em imprecisões e desacordos, na maioria das vezes, simplesmente motivadas por razões ideológicas e “partidárias”. Ao longo do tempo, observamos a disseminação – muitas vezes indiscriminada – de práticas clínicas e psicoterápicas as mais diversas, invariavelmente regidas por regras e normas estabelecidas e reconhecidas apenas em seus respectivos contextos, dificultando assim o diálogo, a interlocução e mesmo o acompanhamento dessas atividades. Neste contexto, os Conselhos de Psicologia, diante da diversidade exacerbada de práticas, encontra dificuldades para apontar critérios e normatizações para um campo tão vasto e complexo. As resoluções que surgiram ao longo do tempo, com o intuito de regular e normatizar a área, não supriram as necessidades do campo. É neste sentido que se faz necessária uma discussão aprofundada e consolidada sobre a prática da psicoterapia, para que possamos dialogar com as diferentes interfaces profissionais, com as distintas especificidades da área, bem como com a multiplicidade de epistemologias que fundamentam as psicoterapias. Neste sentido, o Conselho Regional de Psicologia (1ª Região) está desencadeando em sua região, uma discussão sobre o tema.

**Palavras-chaves:** Campo Profissional, Psicoterapia, Regulação

**Atividade: AVALIAÇÃO DA PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO: UM PERMANENTE DESAFIO (Temas em Debate)**

**Trabalho:** Grupos de trabalho ANPEPP – Pontos a considerar como contribuição à mesa CAPES-CNPq-ANPEPP acerca de Avaliação da Produtividade na Pesquisa

**Autor(es):** Jorge Tarcísio da Rocha Falcão

**Resumo:** Os Grupos de Trabalho da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Psicologia (ANPEPP) se constituem em agrupamentos de pesquisadores oriundos de várias instituições e programas de pós-graduação a partir de afinidades teórico-metodológicas e direções de pesquisa. Tais agrupamentos ensejam ambiente de trabalho interinstitucional, com reuniões de trabalho bi-anuais durante os simpósios da entidade e atividades diversas entre um encontro e outro. Tendo em vista a proposição da presente mesa-redonda, os supracitados grupos foram convidados pela diretoria da Anpepp a oferecerem contribuição, na condição de pesquisadores, para a discussão de tópicos considerados relevantes para o tema da mesa. Em atendimento a tal convite, os coordenadores de grupos de trabalho trazem para a mesa redonda os seguintes tópicos relacionados à avaliação da produção científica brasileira em psicologia: 1. Tensão entre a sistemática de avaliação das instituições de ensino superior, com ênfase em aspectos tais como a razão quantitativa professor-aluno, índices de evasão/retenção do alunado (notadamente do ensino de graduação) e oferta de atividades de aula em turno noturno, e a sistemática de avaliação da produção em pesquisa, com ênfase em aspectos como publicação e articulação nacional e internacional. Discute-se aqui a divergência de ênfases a que está submetido o docente-pesquisador qualificado em termos de avaliação de seu trabalho, o que faz pensar na possibilidade de estabelecimento de mais de um perfil de carreira acadêmica, como ocorre em outros países. 2. Revisão dos parâmetros básicos de avaliação quanto ao estabelecimento de pesos, notadamente no que diz respeito às atividades de extensão universitária, consultoria especializada (abarcando pareceres técnicos para órgãos de fomento e periódicos, participação em bancas de avaliação de dissertações e teses e organização de eventos científicos) e administração acadêmica. 2. Conciliação entre parâmetros de avaliação centrados na quantidade (produção bruta/pesquisador/ano) e parâmetros de avaliação centrados na qualidade (indicação de rol limitado da produção considerada mais significativa no período). Um aspecto crucial a considerar aqui diz respeito às deformações induzidas pelo sistema de valorização estrita na quantidade de produção, indutora da “quilogramização” desta produção, ou



seja, ênfase exacerbada em índices que assumem dinâmica de crescimento autógeno (quanto mais se publica, mais se necessita publicar em seguida). 3. Afinação de parâmetros de avaliação para distinção entre pesquisadores e/ou programas estruturalmente versus circunstancialmente improdutivos (em progressão). 5. Avaliação da atividade de pesquisa interinstitucional: aspectos positivos, negativos e em demanda de aperfeiçoamento. O coordenador da mesa levará a debate os pontos acima a partir das contribuições dos coordenadores dos grupos de trabalho, atualmente organizados em grupo de discussão à distância.

**Palavras-chaves:** Pesquisa, ANPEPP, Pesquisadores

**Trabalho:** Avaliação da produtividade em pesquisa pelo CA de Psicologia

**Autor(es):** Terezinha Féres Carneiro

**Resumo:** Nossa participação nesta Mesa Redonda tem como objetivo principal buscar contribuir para uma discussão com a comunidade científica da Psicologia que leve ao aperfeiçoamento do processo de julgamento das propostas encaminhadas pela área ao CNPq. Desejamos compartilhar com os pesquisadores algumas observações e reflexões relativas às solicitações encaminhadas, e, sobretudo, nossas inquietações referentes aos critérios de produtividade, face a uma exigência crescente do índice de produção científica na área. Inicialmente, apresentaremos os critérios que vêm sendo aperfeiçoados e utilizados pelo CA, nos últimos anos, para o ingresso e a manutenção no sistema de bolsas de produtividade. O mérito técnico-científico do projeto de pesquisa é um requisito fundamental no processo de julgamento que tem como ponto de partida a avaliação dos consultores ad hoc. Na avaliação do projeto, os seguintes indicadores são considerados: 1. relevância científica, originalidade e avanço em relação a trabalhos anteriores do pesquisador; 2. amplitude e atualidade da revisão da literatura; 3. consistência da fundamentação teórica; 4. explicitação e rigor do planejamento metodológico; 5. coerência entre objetivos, metas, cronograma e recursos. Na avaliação do perfil do pesquisador são consideradas as seguintes dimensões: 1. produção científica; 2. contribuição na formação de pesquisadores; 3. inserção na área de conhecimento, ou seja, atuação voltada para a coletividade, em atividades relevantes para o desenvolvimento científico da Psicologia. O CA tem buscado constantemente aperfeiçoar seus métodos de trabalho para melhor avaliar as demandas da área. No último julgamento, CA 10/06, realizado de 27/11 a 01/12/2006, o escore geral de produtividade, referente à produção dos últimos cinco anos, foi calculado pela fórmula  $PRODGER\ 2 = (art.\ qualif.\ x\ 5) + art.\ não\ qualif.\ + (livros/\ capítulos\ x\ 3) + trab.\ completos$ ] e 4 à atividade de orientação [(teses orient. x 5) + (dissertações orient. x 4) + inic. cient. orient.]. O resultado dessa soma ponderada é dividido por 10 para a obtenção do escore geral de produtividade. Além deste escore, foi também considerada no julgamento a avaliação do projeto pelos pareceristas. Para classificar a demanda de bolsas novas, o CA considerou um limite de 10 itens de produção científica e a atividade de orientação nos últimos cinco anos. No total de produção deveriam constar seis artigos (pelo menos três publicados em periódicos classificados pelo Qualis como internacionais ou nacionais A e B). No caso dos bolsistas do sistema que obtiveram avaliação favorável, a classificação atual foi cotejada com a definição do perfil desse nível, e o padrão médio de produtividade do grupo, a fim de indicar o nível em que o pesquisador deveria ser enquadrado. O último julgamento foi marcado por uma grande movimentação no sistema. Das 194 propostas de bolsa de produtividade, 117 receberam parecer favorável. Foram recomendadas 34 renovações com manutenção do nível, 32, com progressão, 10 com descida do nível, e 12 exclusões do sistema. Houve um número bastante significativo de entradas no sistema, que atendeu a quase toda demanda qualificada: 31 novos pesquisadores (25 no nível 2 e 6 no nível 1 D). Dez pesquisadores, cujas propostas foram aprovadas no mérito, receberam prioridade 2, ficando em uma lista de espera. Gostaríamos de ressaltar algumas das dificuldades que temos vivenciado no exercício das atividades do CA tais como: superficialidade de alguns pareceres que acabam não contribuindo em nada para o julgamento da proposta; incongruência nos pareceres entre as avaliações de cada item da proposta e avaliação final da mesma; preenchimento inadequado e pouco cuidadoso do currículo Lattes; não inclusão no formulário de proposta de elementos mais detalhados do projeto de pesquisa. Considerando os perfis e os critérios vigentes para a avaliação dos pesquisadores da área, gostaríamos finalmente de discutir

algumas das muitas inquietações dos membros do CA com a comunidade científica: Qual seria o limite desejável para crescente demanda de produção bibliográfica? Que patamar seria desejável estabelecer para as orientações em nível de graduação, mestrado e doutorado? Deveríamos considerar, na avaliação do pesquisador, o ensino de graduação e de pós-graduação? Além de compartilhar suas dificuldades e preocupações, o CA de Psicologia está sobretudo interessado no feedback e nas sugestões da comunidade científica em busca do aprimoramento de suas atividades, considerando a grande responsabilidade que lhe é atribuída no julgamento das demandas da área.

**Palavras-chaves:** Pesquisa, Produtividade, CNPq

**Trabalho:** AVALIAÇÕES EM CASCATA: MUITO BARULHO POR POUCO?

**Autor(es):** Paulo Rogério Meira Menandro

**Resumo:** Os objetivos dos processos avaliativos de Programas de Pós-Graduação ou de pesquisadores são similares quanto ao fato da evidência principal levada em consideração ser a produção (ensaios teóricos, textos didáticos, pontos de vista, revisões de literatura, comunicações de pesquisa) publicada em livros ou periódicos. Ambos envolvem competição por recursos públicos finitos que asseguram melhores condições de trabalho e disputa pelo prestígio que a boa avaliação do Programa ou do pesquisador confere, proporcionando inúmeras conseqüências positivas. As atividades acadêmicas da pós-graduação stricto sensu e da pesquisa transitam por verdadeira cascata (na aceção adequada) de avaliações. Muitas instituições compõem seus quadros docentes valendo-se de concursos ou outros processos de avaliação. O ingresso dos docentes no elenco de orientadores dos Programas depende, freqüentemente, de exigências que constituem avaliação. Seus planos de atividades são avaliados pelos Colegiados. Os projetos que orientam são avaliados por Bancas Examinadoras. Os projetos de pesquisa que conduzem são avaliados por consultores para concessão de bolsas (produtividade, iniciação científica, apoio técnico) e de recursos para instalações, equipamentos, softwares, material de consumo e atividades de divulgação. As dissertações e teses orientadas são avaliadas por Bancas Examinadoras. Projetos de atualização pós-doutorais são avaliados por consultores das agências de fomento. A progressão na carreira subordina-se à avaliação dos pares e ocasionalmente exige memoriais e teses submetidos a avaliadores externos. Por fim, a produção dos docentes, é submetida à publicação, em processo de avaliação coordenado pelos editores dos periódicos. Entre esses múltiplos momentos de avaliação, o componente mais visível, em decorrência da limitação de recursos e do crescimento dos sistemas de pós-graduação e de fomento à pesquisa, é o dos processos avaliativos com abrangência nacional, como aqueles efetuados na Capes e no CNPq. Vale lembrar que os avaliadores que os conduzem alcançaram tal posição também a partir de avaliações de seus pares e das diretorias das agências de fomento. As avaliações da Capes e do CNPq assemelham-se, portanto, a uma reavaliação geral (posto que precedidas por diversas avaliações específicas), cujo caráter diferenciador é a pretensão de avaliar todo o conjunto de atividades de um Programa de Pós-Graduação, na Capes, ou todo o conjunto de atividades de orientação e de pesquisa de uma pessoa, no CNPq. A inviabilidade de refazer todos os momentos do percurso avaliativo, procedimento que, de resto, representaria desconfiança e duplicidade de esforço, força a opção de eleger indicadores de desempenho que sintetizem a qualidade das diversificadas e complexas atividades, seja dos Programas, seja dos pesquisadores, com todos os riscos implicados. É importante destacar que as categorias de classificação em que a avaliação é expressa são comuns às diversas áreas de conhecimento, vedando-se alterações pelas equipes avaliadoras, ainda que divisem propostas mais adequadas à realidade com que lidam. O exame dos processos avaliativos adotados ao longo dos últimos quinze anos na Capes e no CNPq evidencia esforço de incorporação de novos elementos, constatando-se progressivos aperfeiçoamentos que tornaram tais processos mais refinados e sensíveis a especificidades relevantes dos Programas e dos pesquisadores. Preliminarmente, mencionamos que melhorias nas condições de trabalho dos avaliadores (tempo disponível, qualidade da preparação prévia dos dados) são desejáveis e teriam impacto sobre a precisão das classificações. Concluindo, propomos discutir um conjunto de aspectos ainda considerados de forma incipiente ou incompleta nos processos avaliativos e sobre os quais os avaliadores precisarão refletir para propor inovações. São eles

(ressalvando que o primeiro restringe-se à avaliação dos Programas de Pós-Graduação, sendo os demais comuns ao âmbito da Capes e do CNPq): 1) Como desenvolver indicadores que expressem a qualidade da formação dos mestres e doutores talhados nos diferentes Programas; 2) Como avaliar períodos específicos de atuação sem ignorar a história dos Programas ou dos pesquisadores, mas assegurando que essa história não determine resultados a despeito do desempenho atual; 3) Como incorporar elementos relativos à posição de Programas e pesquisadores em relação às redes interinstitucionais que são cada vez mais complexas e extrapolam as fronteiras das áreas; 4) Como refinar a avaliação dos periódicos nacionais e internacionais, incorporando informações potencialmente reveladoras relativas à qualidade dos artigos, mas cuja aferição é trabalhosa e controversa; 5) Como elaborar proposta exequível de avaliação de livros em área que, nessa modalidade de produção, apresenta-se quase como modelo de heterogeneidade; 6) Como estabelecer parâmetros que permitam aferir equivalências de volumes de produção em diferentes subáreas, que se caracterizam por temas e metodologias que implicam exigências temporais extremamente diferenciadas para gerar e analisar dados de pesquisa; 7) Como chegar a critérios que impeçam distorções decorrentes de diferenças em normas de funcionamento, em cargas docentes de orientação, e no poderio econômico observadas em instituições públicas e privadas (admitindo-se que a distinção público/privado comporta elementos adicionais que expressem outras diferenças).

**Palavras-chaves:** Avaliação, Pesquisa, Pós-Graduação

**Atividade: A produção na diversidade: compromissos éticos e políticos em Psicologia - Pós-Graduação e Pesquisa (Conferência)**

**Trabalho:** A produção na diversidade: compromissos éticos e políticos em Psicologia - Pós-Graduação e Pesquisa

**Autor(es):** Maria de Fatima de Souza Santos

**Resumo:** O texto tem como objetivo discutir a relação entre a evolução e aperfeiçoamento do sistema de pós-graduação com o compromisso ético e político dos pesquisadores em psicologia. A partir de uma reflexão sobre o percurso de construção do atual modelo de pós-graduação são apontados alguns dilemas que se colocam ao tentarmos conciliar a necessidade de atingirmos nossas metas de qualidade científica e acadêmica e o nosso compromisso ético e político com um país de imensas desigualdades sociais. O sistema de Pós-graduação do Brasil solidificou-se em decorrência de um planejamento político de médio e longo prazo que implicava o financiamento público com o objetivo de elevar a qualificação dos recursos humanos no país e institucionalizar o ensino de pós-graduação como um subsistema do conjunto de sistema educacional. Na medida em que o sistema se consolidava e em função de mudanças políticas e econômicas do país, algumas modificações ocorriam tanto no foco de preocupação quanto nas metas a serem atingidas. Atualmente, pode-se afirmar que temos um sistema de pós-graduação estruturado e uma cultura de pesquisa consolidada no país. A pesquisa e a pós-graduação foram institucionalizadas e integradas ao sistema de ensino, Os índices de produtividade aumentaram, o tempo médio de titulação diminuiu, entretanto, o modelo que construímos traz também alguns “efeitos perversos” que são discutidos ao longo do texto. O primeiro deles refere-se aos cursos de graduação. Se, por um lado, os Planos Nacionais de Pós-graduação enfatizam a necessidade de se articular os diferentes níveis de ensino, por outro lado, o reconhecimento dos pares, os financiamentos das agências de fomento, os intercâmbios nacionais e ou internacionais são pautados apenas nas nossas atividades de pesquisador, orientador e de professor de mestrandos e doutorandos. Disso decorre, um certo descompromisso de alguns com a formação dos profissionais no âmbito da graduação. Um outro problema que se coloca diz respeito à diversidade docente nos Departamentos versus necessidade de coerência na pós-graduação. Se os cursos de graduação exigem uma diversidade de formação docente compatível com uma formação generalista, os cursos de pós-graduação exigem recortes da Psicologia que possibilitam uma consistência na formação do mestrando e doutorando ao mesmo tempo em que permitem o fortalecimento dos grupos de pesquisa. Diversidade versus especialização é um dilema que se coloca levando, muitas vezes à exclusão de pesquisadores. Um terceiro ponto

levantado é diz respeito à relação entre avaliação e compromisso com as tarefas institucionais. A corrida para que se tenha uma boa avaliação leva muitas vezes a um afastamento do pesquisador dos problemas institucionais. Preocupados em aumentar a sua produção afastam-se do cotidiano das instituições universitárias e se esquecem que ao fazerem parte de uma universidade são, antes de tudo, um dos membros de um projeto coletivo, com o qual firmam um compromisso ético e político com o país.

**Palavras-chaves:** Diversidade, Política, Ética, Pós-Graduação, Psicologia

**Atividade: PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA NO BRASIL: LINHAS (E ENTRELINHAS) DE PESQUISA (Conferência)**

**Trabalho: PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA NO BRASIL: LINHAS (E ENTRELINHAS) DE PESQUISA**

**Autor(es):** Oswaldo H. Yamamoto

**Resumo:** A proposta deste trabalho é, tomando como referência o tema central do V CONPSI – Produção na diversidade: compromissos éticos e políticos em Psicologia, discutir as relações entre as atividades de pesquisa e de pós-graduação, a partir da perspectiva desta última. A vinculação entre a pesquisa e pós-graduação está solidamente constituída: com o III Plano Nacional de Pós-Graduação (1986-1989), o sistema de pós-graduação passa a ser constituído de 'Programas' estruturados em torno de 'Linhas de Pesquisa', articulando projetos e disciplinas, com a avaliação observando a coerência e a complementaridade entre as linhas, os projetos de pesquisa e as disciplinas. O aspecto do sistema que elegemos é, pois, a estruturação das linhas de pesquisa, ou seja, as grandes unidades nas quais os Programas se organizam para a produção de conhecimento e formação. Partindo da definição de Jairo Eduardo Borges-Andrade, de linha de pesquisa como um traço imaginário que determinaria o rumo do que será investigado, limitaria as fronteiras do campo específico de conhecimento, ofereceria orientação teórica e estabeleceria procedimentos adequados para a condução do processo, o exame da estruturação das linhas de pesquisa permite traçar um quadro das temáticas que preocupam os Programas da área no momento. Foram analisadas as 214 linhas de pesquisa de 57 Programas de Pós-graduação recomendados pela CAPES até o final do ano de 2006, agrupadas em 16 categorias temáticas (não exclusivas): Psicologia e Evolução; Psicologia e Etologia; Psicologia e Neurociências; Processos básicos; Análise do Comportamento; Psicologia Organizacional e do Trabalho; Desenvolvimento humano; Psicologia escolar/educacional; Avaliação psicológica e metodologia de pesquisa; Psicologia Ambiental; História da Psicologia; Psicanálise; Psicologia clínica e da saúde; Psicologia Social; Subjetividade; Família, grupo e comunidade. A análise das linhas de pesquisa traz informações sobre temáticas que representam tradições ou interesses específicos de pesquisa, que ao longo de quatro décadas foram se estabelecendo nos Programas de Pós-Graduação em Psicologia no Brasil. No interior de cada uma das 16 categorias, as linhas de pesquisa oferecem uma medida adicional do processo de diversificação da atividade de investigação nos Programas. Um outro aspecto importante dessa análise diz respeito à multiplicação de Programas em que há docentes com interesses investigativos articulados, e distribuição destes em várias regiões do país, reduzindo (ainda que a uma velocidade muito pequena) a concentração na região sudeste. Também é possível observar as articulações entre Programas de Pós-Graduação da Psicologia com as demais áreas: são diversos os casos de colaboração e parcerias, resultando inclusive em co-autorias nas publicações, que envolvem docentes de Programas da Psicologia em associação com pesquisadores de Programas de diversas outras áreas. A diversificação da atividade de pesquisa materializada nas linhas de pesquisa dos Programas acontece com uma outra característica relevante: um razoável equilíbrio no patamar de qualidade dos Programas. Consideradas as denominações e áreas de concentração dos Programas, há Programas consolidados e bem avaliados nas várias subáreas da Psicologia. Finalmente, os dados apresentados parecem constituir evidência de que a avaliação não cerceou - e pode mesmo ter favorecido - a diversidade da produção em Psicologia no interior dos Programas de Pós-Graduação no país. É preciso reconhecer, contudo, que a avaliação pode impactar diferencialmente o desenvolvimento

das linhas. As diferentes linhas de pesquisa sintetizam investigações que são diversas, entre outros aspectos, com respeito à relação quantidade de trabalho/produto publicável. Aquelas linhas (ou áreas de concentração às quais se vinculam) que representam menor relação tendem a ser mais bem avaliadas, dando origem a um ciclo de avaliação-apoio-avaliação que impacta as condições de trabalho dos grupos de pesquisa. De certo modo, esse aspecto da relação quantidade de trabalho/produto publicável diferencia a grande área de ciências humanas de outras grandes áreas, um problema freqüentemente trazido à discussão no processo de avaliação da pós-graduação pela CAPES, mas que até agora não recebeu um tratamento satisfatório. Mesmo no interior de cada área o problema se reproduz. A Comissão de Avaliação da Área de Psicologia tem procurado ponderar as características das subáreas, no momento da avaliação dos Programas, como tentativa de equacionar a questão. A diversificação da atividade de pesquisa nas várias subáreas sugere que o sistema, no mínimo, não vem sendo cerceado pelo processo de avaliação, mas uma apreciação mais detida desse aspecto é ainda requerida.

**Palavras-chaves:** Pós-graduação, Pesquisa, Psicologia

**Atividade:** A sala de aula como lugar de produção de subjetividades na Formação de Psicólogo.  
**(Experiências em Debate)**

**Trabalho:** A sala de aula como lugar de produção de subjetividades na Formação de Psicólogo.

**Autor(es):** Wilson Maranhão Sampaio, Maria Fabiana Esteves

**Resumo:** Nesta comunicação visamos problematizar a sala de aula como lugar de fabricação de vivências políticas e éticas, produção de subjetividades, com graduandos em Psicologia. Nossa mirada vem sendo foco de especulações originadas de experiências – no sentido foucaultiano – que partilhamos nos últimos anos, como professor e coordenador do curso de psicologia da Universidade Salvador – Unifacs. Neste período, chamou-nos a atenção a imagem do exercício profissional que calouros enunciavam quando da entrada no curso. Esta imagem distanciava-se gradativamente das condições de trabalho, em distintas áreas e campos, do ofício que profissionais e professores praticavam. O cuidado e o controle do ser humano apareciam nas falas dos alunos, porém, não havia condição, naqueles ditos, de uma contextualização para além da técnica fantasiada, das vicissitudes políticas e éticas inerentes ao exercício profissional da nossa categoria. Preocupava-nos esta movimentação na medida em que mapeávamos uma cisão entre a condição de inserção laboral pensada por aqueles estudantes e as exigências, os desafios, as perspectivas estéticas de liberação da vida, de onde ela pode estar aprisionada, que também cabem à Psicologia contemporânea. Nossa ações de enfrentamento foram operacionalizadas por alguns vetores: cuidamos das indagações e revisões do nosso projeto pedagógico junto ao que se discutia antes, durante e depois da implementação das Diretrizes Curriculares, o que promoveu modificações nas estruturas do projeto pedagógico, político, dos planos de ensino e de aula, bem como na distribuição das disciplinas ao longo da matriz de curso. Outra frente de ação aconteceu junto aos estágios, onde articulamos e problematizamos os aspectos fragilizados mencionados acima com as necessidades da cidade de Salvador - Bahia. Mas, no nosso entendimento, o desafio majoritário encontra-se, ainda, nas vivências ordinárias da sala de aula. Acreditamos que a Formação de Psicólogo encontra, na sala de aula, um lócus significativo para a fabricação de vivências ético-políticas. Neste sentido, o plano foucaultiano de saber-poder e a perspectiva deleuziana dos agenciamentos coletivos de enunciados são nossas portas de entrada para fazer funcionar uma espécie de oficina. Nesta sala-oficina as vivências do agenciamento professor-estudante podem transmitir, traduzir e problematizar conceitos – aqui entendidos como um dispositivo, uma ferramenta para fazer pensar – e as produções subjetivas deste agenciamento coletivo, movimentam-se entre os agentes (os professores, os estudantes, os funcionários, as instituições, a sociedade etc) desterritorializando as imagens cristalizadas das atribuições da Psicologia. Para nós, esta condição pode perspectivar valores e padrões para produzir com e no agenciamento estudante-professor eventos inerentes à sua formação que gestam, criam, conectam, aspectos técnicos, éticos e políticos inerentes ao exercício da nossa profissão, na atualidade. Para que isto se

processe, observamos que não basta a disponibilidades dos sujeitos envolvidos, cabe uma mudança na condição de se ensinar e aprender, ou seja, produzir desejos nas distintas disciplinas. Eis nosso foco de análise: os processos de subjetivação que forjam as diferenças, as divergências, os desentendimentos, os conflitos em uma sala de aula da graduação de Psicologia. Tomamos estas condições a partir dos trabalhos de Michel Foucault e Gilles Deleuze para defrontar os usos corriqueiros da sala de aula e das tecnologias de ensino e aprendizagem como ações colocadas sob suspeita. Assim, cremos que para lidar com o novo perfil do discente de Psicologia uma abordagem diferenciada deve ser produzida a marteladas. Esta proposta toma a sala de aula como um lugar de micropolíticas donde o agenciamento em questão não está limitado pela barreira física das paredes. A vida humana transpassa os limites impostos, inclusive do tempo de se trabalhar um determinado conteúdo, buscando ramificar, em espaços virtuais, momentos de debates e encontros diversos que aglutinam os sujeitos também nas periferias das verdades das matrizes teóricas e das técnicas de produção de subjetividades. Como pode ser percebido é uma tarefa que exige muito mais dos participantes do que estamos habituados. Por isto, em boa parte de nossa experiência, particularmente com a disciplina Ética e Psicologia: Ciência e Profissão, desenvolvida com os concluintes do nosso curso, articulamos os encontros com a participação de dois professores em sala. Sendo assim, tencionamos partilhar os resultados desta etapa de trabalho para que a comunidade de psicólogos possa debater como o processo pode vir a ajudar em outras instituições que buscam formar nossos futuros colegas de trabalho.

**Palavras-chaves:** Formação de Psicólogo, Processo de Subjetivação, sala de aula

**Atividade: Atuação do psicólogo no CAPS: Limites e Possibilidades (Paineis)**

**Trabalho:** ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO CAPS: LIMITES E POSSIBILIDADES.

**Autor(es):** Luiz Lopes Guimarães Neto, Adriana Lima Prado, Elaine da Conceição Reis, Maria Arilma Figueredo da Silva, Isa Carmem Agra Sousa

**Resumo:** No decorrer da história, a loucura obteve diversos significados sociais, conceitos e valores. Com a Revolução Industrial e a lógica do capital ordenando as relações sociais, surge a necessidade da obtenção de mão-de-obra produtiva e como conseqüência a exclusão dos que não poderiam atender a esta necessidade. Assim surgiram os hospícios e manicômios que retiravam essas pessoas do convívio social. A Reforma Psiquiátrica no Brasil iniciou-se em 1970. A luta antimanicomial se solidificou a partir de um conjunto de ações que somavam política pública e movimento social. A criação de instituições alternativas voltadas para o acolhimento, cuidado e democratização para pessoas que vivem a experiência da loucura foi uma conquista que constitui uma ancoragem para a transformação das concepções da sociedade com relação à loucura. Um exemplo são os Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) destinados àquelas pessoas “que apresentam intenso sofrimento psíquico, que lhes impossibilita de viver e realizar seus projetos de vida”. Seu ambiente deve ser terapêutico e acolhedor. Possuem equipes multidisciplinares de nível técnico e superior. Em meio a este processo, participando ativamente, a psicologia depara-se com transformações que dizem respeito ao seu exercício profissional. Sendo para a psicologia da Saúde um novo campo do saber e a nova estruturação do atendimento em saúde mental constituir-se como um novo modo de inserção do psicólogo em serviços de saúde, faz-se necessário à construção de novos fazeres e saberes diante da profissão. O presente trabalho tem por finalidade compreender a atuação do profissional de psicologia dentro deste novo modelo de referência em atendimento a portadores de doença mental, problematizando suas especificidades, dificuldades e possibilidades, tendo como pano de fundo o contexto histórico, político e cultural em que este novo modelo de atuação para o psicólogo se constrói. – METODOLOGIA - Trata-se de uma pesquisa qualitativa. Participaram do estudo três psicólogos, com idade entre 30 e 45 anos, todos do sexo feminino, selecionados em

função de estarem atuando como psicólogos nos CAPS na cidade de Salvador-Ba. Os participantes foram entrevistados em local de trabalho. As entrevistas foram gravadas e transcrita na íntegra. As informações obtidas foram submetidas à análise qualitativa de conteúdo -

**RESULTADOS E DISCUSSÃO - Surgimento/Formação do CAPS** - Os profissionais entrevistados possuíam conhecimentos sobre políticas públicas envolvendo saúde mental. A criação dos CAPS como uma nova forma de atender as necessidades de portadores de transtorno mental. Porém percebemos alguns resquícios de uma instituição tradicional como por exemplo punição quando falta ao atendimento. Nenhum dos entrevistados nem da sua equipe recebeu formação específica para atuação no CAPS. - Função e importâncias do psicólogo no CAPS - Há divergências em relação à função do psicólogo no CAPS. Alguns profissionais acreditam que o papel atribuído ao psicólogo no Centro de Atenção Psicossocial não contempla totalmente os objetivos, permanecendo desta forma com o mesmo modelo ambulatorial anterior. E outros que acreditam e participam da ruptura epistemológica do modelo psiquiátrico.- Práticas do psicólogo no CAPS - Encontramos a utilização da medicação, no discurso dos entrevistados, como mais uma opção de tratamento. Estar medicado é um dos requisitos para obter o atendimento psicológico. Os trabalhos são realizados de maneira multidisciplinar. São oferecidas Oficinas Terapêuticas e Grupos Terapêuticos, Oficinas de Crescimento Psicossocial, Oficina de Lazer Assistido, Oficina de Música, Grupo de Leitura. Há também atendimento psicoterapêutico individual e grupal. Tendo a psicanálise como corrente teórica direcionadora da sua prática. - Limites e possibilidades do psicólogo no CAPS - Além de trabalhar com políticas públicas e ter que atender as necessidades dos usuários dos serviços oferecidos pelos CAPS, o psicólogo tem que lidar com as resistências e concepções de profissionais envolvidos com o tratamento da saúde mental. O psicólogo aparece como uma espécie de mediador das relações burocráticas de uma iniciativa governamental e a experiência de vida e necessidade dos usuários. A falta de recursos financeiros e materiais dificultam o trabalho dentro do CAPS.-**CONSIDERAÇÕES FINAIS** - A nova forma de atuar com portadores de transtornos mentais é uma descoberta para os profissionais. Recursos financeiros, bem como a preparação, formação e capacitação de pessoal para atender esse novo modelo de tratamento são condições básicas para a estruturação e fortalecimento deste novo fazer em saúde mental. A construção deste saber é realizada no dia-a-dia na medida em que situações vão surgindo. Verificamos o papel e a função do psicólogo nos CAPS, a maneira como Lidar com questões como a desconstrução do imaginário social em torno da loucura é algo difícil, mas que está acontecendo aos poucos. Consideramos que a preparação dos profissionais de psicologia para atuar em saúde mental seja realizada desde a sua graduação. Incluindo novos estudos voltados para a atuação dos psicólogos nos CAPS.

**Palavras-chaves:** Prática Profissional, Reforma Psiquiátrica, Saúde Mental

**Atividade: O jogo de areia (sandplay) na formação de educadores e profissionais de áreas afins (Cursos - 4hs)**

**Trabalho:** A construção da Subjetividade na Formação de Educadores: contribuições do Jogo de Areia - Sandplay

**Autor(es):** Beatriz Judith Lima Scoz

**Resumo:** As concepções essencialmente intelectuais que norteiam a maioria dos cursos de formação de educadores, não dão conta de perceber que eles são indivíduos com subjetividades e identidades pessoais e profissionais, enfim, são sujeitos que vão produzindo sentidos em seus processos de aprender e de ensinar. Alguns canais de expressão possibilitam visualizar a forma complexa e indireta em que aparecem indicadores da subjetividade e da identidade, como exemplo, o Jogo de Areia ( Sandplay). Nessa técnica, a produção de sentidos e, conseqüentemente, a construção da subjetividade e da identidade, pode ser compreendida pela dimensão simbólica, pois não há construção simbólica fora de uma rede de sentidos já constituídos pelos sujeitos. Além disso, a construção de cenas, a oportunidade de criar imagens passo a passo, também atuam como facilitadores da produção de sentidos, pois reavivam a imaginação e liberam a capacidade de expressão. Assim, este curso visa apresentar o Jogo de

Areia ( Sandplay) como um recurso para a formação de educadores e profissionais de áreas afins. Inicialmente, serão apresentadas as bases teóricas dessa técnica e os princípios que a norteiam, a partir dos estudos de Dora Kalf ( criadora da técnica). Também serão apresentadas algumas bases teóricas de Fernando González Rey que norteiam a questão da construção da subjetividade e da produção de sentidos. Posteriormente será oferecido um espaço para que os participantes do curso vivenciem cenas com o Jogo de Areia. De 7 a 10 alunos serão os autores das cenas e os demais serão co-participantes ( observadores e comentaristas das cenas). A escolha dos autores de cena será voluntária. Nessa vivência os alunos construirão uma cena coletiva de ensino e aprendizagem. Essa cena será transformada em uma história relatada pelos alunos, anotada pela mediadora e recontada a eles. Posteriormente, os alunos comentarão a cena. Se houver tempo, haverá uma segunda instrução de cena: se vocês pudessem modificar esta cena como ela ficaria?( a cena anterior). É importante ressaltar que o aspecto central do Jogo de Areia – o conceito de espaço livre e protegido - será preservado. Segundo Kalf ( apud Weinrib, 1993, p. 37) o Jogo de Areia tem dimensões tanto físicas quanto psicológicas: enquanto há liberdade para criar aquilo que se deseja, a dimensão o número de miniaturas, embora extenso, são limitados e “ contenedores”, criando-se uma situação segura e protegida. A segurança psicológica decorre da atmosfera protegida na qual o sujeito recebe aceitação incondicional., ou seja, não há intenção de interpretar os dados que surgem na construção das cenas. Também vale assinalar que este trabalho vem sendo por mim realizado desde 1996 e foi objeto de pesquisa em minha tese de doutorado na PUC-SP em 2004.

**Palavras-chaves:** formação de educadores, ensino e aprendizagem, subjetividade, jogo de areia

**Atividade: A Psicologia no campo da Assistência social: Implicações do Programa de Atenção Integral à Família do município de Natal-RN para a Psicologia no RN (Paineis)**

**Trabalho:** A Psicologia no campo da Assistência social: Implicações do Programa de Atenção Integral à Família do município de Natal-RN para a Psicologia no RN.

**Autor(es):** Clariana de Moraes Tinoco Cabral, Joao Paulo Sales Macedo, Magda Dimenstein

**Resumo:** O Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) desenvolvido nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) foi criado para implementar as ações básicas de assistência no Brasil em conformidade com a atual Política Nacional da Assistência Social (PNAS). Suas ações são políticas de um Estado de bem estar voltadas para dar cobertura sócio-assistencial às famílias em precárias condições socioeconômicas em posição social de vulnerabilidade, tendo a função de assegurar-lhes prioritariamente proteção social. A equipe técnica de cada centro é composta por psicólogos, assistentes sociais e auxiliares administrativos, os dois primeiros se configurando em um dispositivo estratégico na prevenção de situações de risco ou vulnerabilidade social provenientes da pobreza, privação, e ou fragilização dos vínculos pessoal e social. A quantidade de profissionais atuantes neste programa varia de acordo com o número de famílias inscritas, sendo um (1) profissional de cada área para comunidades com até 200 famílias, acima desse número são exigidos dois (2) profissionais das já referidas áreas. Surge então um novo campo de atuação para a Psicologia no Brasil, um campo desafiador diante das práticas tradicionais historicamente desenvolvidas por essa profissão. Sendo assim, como objetivos específicos deste trabalho têm-se: 1) analisar as implicações que a PNAS para as práticas e saberes destes profissionais; e, 2) investigar que ações têm sido desenvolvidas pelos profissionais da psicologia que atuam no PAIF. O estudo foi realizado com os 10 (dez) profissionais da psicologia atuantes nos 05 (cinco) CRAS (Pajuçara, Salinas, Comunidade da África, Felipe Camarão, Guarapes) existentes na cidade de Natal/RN. Como instrumento de coleta de dados utilizou-se uma entrevista semi-aberta aplicada individualmente com cada profissional em seu local de trabalho, além de observação participante. Dentre os dados encontrados poderíamos apontar a maciça presença feminina dentre as entrevistadas, 100% dos 10 profissionais entrevistados. Identificou-se que as profissionais pesquisadas possuem pouca experiência com o campo e com as questões que esse campo



lança cotidianamente, em função: 1) Da formação recente desses profissionais; 2) Por não se configurar como campo almejado para estágio e atuação após a formação; 3) Da descontextualização do currículo acadêmico. O direcionamento clínico é bastante forte na formação e está maciçamente presente entre os referenciais teóricos utilizados. Há por parte dos profissionais uma forte queixa quanto à alta rotatividade dos profissionais, comprometendo as ações desenvolvidas no serviço: fragilização do planejamento e execução das ações, trabalho em equipe, vinculação com o território (contexto de vida e realidade local). Essa alta rotatividade é característica do programa devido o contrato estabelecido entre a prefeitura e os profissionais se configurar como prestação de serviço limitado a um ano, sem possibilidade de renovação. Uma importante observação a ser feita é que apesar da similaridade do campo da saúde pública por se tratar do mesmo território, usuário, necessidades e rede sócio-assistencial, os psicólogos da assistência têm aproveitado e efetivado pouco as discussões do campo da saúde coletiva sobre as tecnologias da produção de cuidado na atenção primária à saúde o que poderia potencializar o seu fazer e competência teórico frente ao campo da assistência social. A assistência social provoca e convoca a Psicologia a um movimento de inserção na realidade social, cultural, econômica do país. Ela lança diversas questões profissionais e pessoas, na medida em que põe a prova o sujeito que se propõe a enveredar por esse campo, pelas comunidades que o CRAS assiste, pela realidade nacional.

**Palavras-chaves:** PAIF, Assistência social, políticas públicas

**Atividade: Humanização em saúde: a Abordagem centrada na Pessoa como possibilidade de intervenção (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Humanização em saúde: a Abordagem Centrada na Pessoa

**Autor(es):** Ana Lydia Soares

**Resumo:** Atualmente, muito tem se discutido sobre qualidade do atendimento oferecido à população brasileira pelo SUS. Apesar de questões técnicas (número de leitos ou profissionais de saúde, refeições oferecidas, condições físicas da instituição) serem alvo de discussão nos meios de comunicação, a questão da qualidade do atendimento não se resume a elas. Cada vez mais se problematiza a forma como os profissionais de saúde vêm atendendo seus pacientes. Iniciou-se pela relação médico-paciente, e hoje todos os profissionais de instituições de saúde são importantes nesse processo. O HumanizaSUS é a política pública de humanização que visa nortear todas as ações no SUS. Entretanto, a compreensão do que é humanização ainda encontra diversas barreiras, diferentes visões do ser humano e questionamentos de como seria sua operacionalização, e se esta não seria mais uma forma de se cristalizar procedimento ditos humanizados (não medicalização, parto natural, uso de técnicas alternativas). Embora, essa discussão seja de grande valia, a ênfase do presente trabalho é a de compreender a humanização como a possibilidade de valorizar as relações interpessoais vividas pelos usuários e profissionais de saúde; que enfatiza a singularidade de todos os envolvidos, não buscando criar ações pré-estabelecidas. Se for para criar um protocolo de atendimento, que este seja calcado em reflexões constantes dos profissionais e gestores da saúde, respeitando sempre as individualidades envolvidas. A humanização seria alcançada na medida em que houver a valorização do ser humano, enquanto ser de possibilidades, poder criador, capacidade de auto-crescimento, autônomo e responsável pela própria existência. A humanização deriva do conceito de humanismo, que na psicologia é caracterizado como um movimento que acredita no potencial de crescimento do ser humano e sua capacidade de autonomia. Humanizar a saúde implica valorizar as relações interpessoais, e isso Rogers já traz no início de sua obra. A Abordagem Centrada na Pessoa é circunscrita em pressupostos humanistas e evidencia a importância das relações entre seres humanos como forma de crescimento pessoal. Um paciente de uma instituição de saúde, sempre, estará num processo de crescimento enquanto ser humano, mesmo que uma doença o deixa acamado. A visão do paciente como ser multidimensional permite compreender a doença como um mal-estar que ultrapassa a existência de sintomatologia. Assim, um paciente que seja respeitado enquanto ser biopsicossocial e espiritual, sendo aceito pelos profissionais que o atenderem, sem julgamentos morais, tende ter seu

desenvolvimento facilitado, favorecendo seu processo de restabelecimento. Com isso, poderá exercer plenamente sua autonomia que será calcada numa relação de participação mútua com os profissionais de saúde, que indica uma relação de interdependência, entre iguais, sem o foco na patologia. As condições necessárias e suficientes que Rogers enumera para o desenvolvimento terapêutico da personalidade podem servir de base para novas formas de relações entre profissionais de saúde-paciente, que vão muito além de uma compreensão biologizante de saúde.

**Palavras-chaves:** humanização, Abordagem Centrada na Pessoa, profissional de saúde, paciente

**Atividade: Construcionismo e Desilusão  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Construcionismo e Desilusão: uma crítica ao niilismo em ciência

**Autor(es):** Rodrigo Barros Gewehr

**Resumo:** O Construcionismo, enquanto teoria que se insere numa posição crítica em relação a teorias ditas conservadoras (como, por exemplo, as psicologias de viés marcadamente positivista), vem ganhando um espaço crescente nas discussões acadêmicas. No entanto, todo movimento que se estabelece, toda corrente de pensamento que se estrutura e passa a defender determinados pressupostos, corre o sério risco de tornar-se um pensamento conservador, ou de criar em torno a si “feudos epistemológicos” – como salienta Japiassu (1976). Ocorre que tais feudos acabam por obscurecer o debate dos pressupostos das teorias, fazendo com que questões de ordem política, e mesmo estética, ganhem primazia em detrimento de discussões que poderiam resultar no esgotamento de uma dada proposta. Considerando esse perigo e o fato de que somente o olhar crítico pode combater a cristalização dos saberes, lanço-me no presente ensaio à análise de alguns pressupostos pós-modernos, através da discussão de autores construcionistas (tais como Kenneth Gergen, Lupicínio Iñiguez, Tomás Ibáñez, Peter Spink), visando ressaltar aspectos menos evidentes dos argumentos utilizados por tais autores. Em síntese, lanço a idéia de que o Construcionismo abriu mão da busca pelo conhecimento, pela pesquisa propriamente dita – no sentido de uma busca sistemática que visa à ampliação de um conhecimento sobre dado objeto. Como é possível afirmar isso? Ocorre que alguns pressupostos que marcaram vivamente a ciência moderna foram relegados a um segundo plano ou sumariamente executados no paredão de fuzilamento da crítica pós-moderna. Todavia, sem pressupostos como “Realidade Ontológica” e “Regularidade do Objeto” é possível ainda produzir qualquer outro conhecimento que seja algo mais que um “discursivismo”? Tais pressupostos conduziram necessariamente ao dogmatismo? Penso que há falhas estruturais e estratégicas no pensamento pós-moderno (em especial no Construcionismo) que acabaram por levá-lo a fragmentar-se na crítica, sem conseguir re-unir seus pedaços. A discussão dessas questões desenvolve-se a partir de três planos – o histórico, o epistemológico e o ontológico – que buscam salientar as derivas lógicas das argumentações construcionistas, ou seja, os pontos em que inferências de ordem valorativa buscam obter o lugar de demonstrações e, sub-repticiamente, lugar da verdade. O debate entre Moderno e Pós-moderno tem suas batalhas mais acirradas travadas no plano ontológico, o que traz consigo, também, questões éticas e práticas. Neste sentido, buscar as ressonâncias desse debate no campo da Psicologia será mais um objetivo do presente ensaio: que implicações têm, para a pesquisa e para a formação do profissional de Psicologia, a aceitação de pressupostos epistemológicos pós-modernos? E para a Psicologia, quais seriam as conseqüências? Essas e outras questões são lançadas neste trabalho.

**Palavras-chaves:** Psicologia, Construcionismo, Crítica epistemológica, Pressupostos ontológicos

**Atividade: CAPS: um novo campo de atuação para os psicólogos.  
(Paineis)**

**Trabalho:** CAPS: um novo campo de atuação para os psicólogos.

**Autor(es):** Milena Rocha Seixas, milena batista, Carolina Resende Christiano, Genilce Helena Silva Nardin França, Jacqueline Fonseca Souza, Maria Conceição de Jesus Souza

**Resumo:** Desde os primórdios da história da humanidade, segundo Gikovate (2004), o homem tem mostrado curiosidade ou desejo por alguma droga. Em seus mitos e lendas, a história do ser humano está repleta de exemplo de revoltas contra as impossibilidades de realizar o seu desejo de ir além, em que ele busca a imortalidade, o prazer e o saber, tudo isso através do uso de drogas. Na antiguidade as drogas não tinham significado representativo, apenas ajudava as pessoas miseráveis a sobreviver. O homem usava e ainda utiliza as drogas para esquecer a fome que sentem, uma vez que as mesmas fazem com que o homem não tenha apetite, enquanto dura o efeito. Elas também eram usadas como remédio, ou seja, diminuía o sofrimento das pessoas, como também, amenizava as dores mentais. Com o passar do tempo às drogas foram se transformando em símbolos de status, algo superior a que apenas pessoas de nível alto tinham acesso, mas atualmente tanto as drogas lícitas quanto às ilícitas costumam a fazer parte da vida de um homem geralmente na adolescência, independentemente da classe social no qual pertence. O abuso de substâncias psicoativas, de acordo com Levita (2006), vem conquistando cada dia mais a atenção das pessoas, tornando-se um problema mundial e que começa a preocupar e atingir direta e indiretamente a todos. Uma das preocupações é em relação ao fato das drogas estarem atingindo progressivamente as camadas mais jovens da população. O envolvimento de jovens com substâncias psicoativas é preocupante pelo fato do envolvimento precoce com o vício, desta forma interferindo no desenvolvimento físico, social e psicológico do indivíduo. Preocupados com a grande quantidade de dependentes químicos no município de Aracaju (SE), criou-se o Centro de Atenção Psicossocial Primavera. O CAPS AD Primavera é um centro especializado em dependentes de substâncias psicoativas, que conta com equipes interdisciplinar compostas por clínicos, psiquiatras, psicólogos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, assistentes sociais, educadores físicos, terapeutas ocupacionais e pessoas de apoio. Devido à inserção do profissional de Psicologia neste novo campo de atuação, este trabalho propôs fazer um estudo sobre a atuação interdisciplinar e os procedimentos utilizados pelos psicólogos no Centro de Atenção Psicossocial – CAPS AD, bem como identificar se há alguma melhora no quadro clínico dos usuários que são assistidos pelos psicólogos no CAPS AD. Quanto à metodologia utilizada para atingir os objetivos citados utilizou-se uma entrevista semidirigida, aplicada individualmente aos 03 (três) psicólogos da instituição. Em relação aos resultados notou-se que os entrevistados exercem a função de técnicos de referência e atuam como profissional de Psicologia, trabalham de forma interdisciplinar, o trabalho dos psicólogos é reconhecido pelos outros profissionais que compõem a equipe. Os entrevistados também informaram que através das psicoterapias, da redução de danos, do tratamento medicamentoso, dos projetos das oficinas e principalmente quando há participação da família; há com certeza uma melhora no quadro clínico dos dependentes de substâncias psicoativas. Com esta pesquisa, nota-se a importância da atenção às necessidades básicas, as aspirações sociais e pessoais, aos aspectos somáticos (por exemplo: alimentação, sono, ritmos biológicos), psicossomáticos e aos ecos-ambientais (por exemplo: saneamento básico, poluição, habitação) no qual merecem atenção no decorrer dos atendimentos e podem, às vezes, indicar a necessidade de intervenção clínica e de se trabalhar em colaboração com outros profissionais. Nota-se também, que a saúde mental ainda está engatinhando, não havendo métodos claros para o exercício profissional do psicólogo, portanto, estes profissionais devem abraçar este serviço e ajudar a construí-lo.

**Palavras-chaves:** CAPS, Psicólogos, Atuação profissional, Saúde mental

**Atividade:** Intervenção interdisciplinar com comunidade sem lar no interior da Bahia (Paineis)

**Trabalho:** Intervenção interdisciplinar com comunidade sem lar no interior da Bahia

**Autor(es):** Darlane Andrade, SÔNIA MACHADO

**Resumo:** O objetivo do trabalho de intervenção com comunidade foi promover atividades de caráter informativo, educativo e de promoção social que venham a contribuir para o desenvolvimento comunitário e a sustentabilidade de um empreendimento de construção habitacional desenvolvido em um município do interior da Bahia. Foram objetivos específicos: garantir a comunidade beneficiária informações acerca do programa e dos projetos de engenharia e social; fomentar a participação e organização comunitária; promover a integração entre os beneficiários e seu novo espaço de moradia; promover oficinas temáticas voltadas à educação sanitária e ambiental; promover oficinas de geração de renda; promover curso de capacitação para criação e gestão de unidade produtiva. A partir do projeto, pode-se fazer uma caracterização do município e da população enquanto contextos de intervenção. Este projeto está sendo desenvolvido no município de Utinga, localizado na região nordeste da Bahia, com uma população de 16.956 habitantes (IBGE); tem economia agropecuária destacando-se a produção de café, banana, feijão, milho e mamona. O comércio local é representado por indústria, lojas e supermercados. As 200 famílias beneficiadas caracterizam-se por serem em sua maioria composta por mulheres: 75,3%; a maioria (80%) de naturalidade utinguense e que reside no município há mais de 20 anos e as demais são de regiões circunvizinhas residentes há mais de 2 anos. As famílias são chefiadas em sua maioria por homens (60%). Quando à idade, há maior incidência de pessoas adultas: 72,6% com idades entre 26 e 59 anos, havendo 46,6% de mulheres em idade fértil; uma parte das famílias tem de 5 a 6 membros (33,3%). O nível de escolaridade é baixo: mais da metade das pessoas (57,5%) cursaram somente até o 1º grau incompleto, 3,5% concluíram o 1º grau, 14% são analfabetas, 19,5% são alfabetizadas e 1,5% possuem 2º grau completo. Moram de aluguel 49,5% dos beneficiários e os demais residem com familiares (29,5%) ou em imóveis cedidos por familiares ou terceiros (21%). A situação sócio-econômica é bastante precária: a maioria (69%) sobrevive da ajuda de familiares e/ou de recursos provenientes de programas de distribuição de renda como o “Bolsa Família”; outras 31% realizam atividades como autônomas sobrevivendo com renda familiar bruta inferior a um salário mínimo. As atividades realizadas são: lavradores(as), domésticas, diaristas, serventes de pedreiro, garis, lavadeiras, passadeiras, borracheiro, carpinteiro dentre outras. O projeto social foi realizado por uma assistente social e uma psicóloga, tendo o apoio de uma integrante da Pastoral da Criança do município e de outros funcionários da prefeitura que auxiliavam com transporte, limpeza e organização do espaço onde as atividades eram realizadas. Os trabalhos de grupo iniciaram em fevereiro de 2006 e estão em fase de finalização. Foram realizados até o momento onze encontros mensais, com quatro grupos de 50 pessoas. As temáticas dos encontros estavam inseridas em três grandes temas: 1) Informação ao beneficiário: divulgação acerca do programa, esclarecimentos acerca dos direitos e deveres dos beneficiários, as competências e atribuições dos agentes envolvidos, o projeto social, o projeto de engenharia e o andamento da obra. Esta etapa contou em alguns encontros com a participação do prefeito municipal e do engenheiro responsável pela obra; 2) Participação e organização comunitária: temáticas envolvendo relações familiares, comunidade, grupos e redes sociais de apoio, criação de comissões de acompanhamento da obra (CAO) e Demandas ao poder público (CDPP), enfrentamento de possíveis conflitos comunitários, e 3) Integração: temas como educação em saúde que teve a participação de uma enfermeira do município, oficinas de integração comunitária, e outros temas relacionados a utilização do imóvel e esclarecimento de dúvidas sobre o andamento da obra. Ao final do 11º mês, foi criada uma Associação de moradores, e para concluir o projeto restam os cursos de geração de renda e encontros para avaliar todo o projeto social. A metodologia utilizada para a realização das atividades foi o sociodrama moreniano, que se trata de uma intervenção em grupo de forma participativa e vivencial, com foco nas representações de papéis visando o resgate da espontaneidade e da criatividade, trabalhando temas sociais sob uma perspectiva crítica. Esta metodologia possibilitou a integração grupal, participação e atuação de muitas pessoas que se colocaram como protagonistas de cenas que retratavam o cotidiano, mostrando como se davam as relações familiares, com os vizinhos e outras redes sociais, os conflitos e angústias envolvendo a falta de uma moradia própria, as expectativas para o recebimento da casa própria, estratégias para enfrentamento de conflitos e dificuldades sociais, dentre outros temas e a mobilização para criação de uma associação de moradores. O grupo deu um retorno positivo ao final de cada atividade. Um aspecto interessante na realização do trabalho foi a possibilidade de um trabalho interdisciplinar

unindo área de serviço social e psicologia fazendo com que o trabalho se tornasse rico e produtivo.

**Palavras-chaves:** intervenção grupal,interdisciplinaridade,sociodrama

**Atividade:** PESQUISA INTERVENÇÃO E AS PRÁTICAS EM PSICOLOGIA: TRABALHO COM JOVENS DA COMUNIDADE (Paineis)

**Trabalho:**PESQUISA INTERVENÇÃO E AS PRÁTICAS EM PSICOLOGIA: TRABALHO COM JOVENS DA COMUNIDADE

**Autor(es):** Carolina dos Reis,Bárbara Parobé Mariano da Rocha,Marcelo Lubisco Leaes,Daniel Dall`Igna Ecker,Neuza Guareschi,Mayra Martins Redin,Bianca Sordi Stock

**Resumo:** Este trabalho problematiza as práticas de pesquisa e a produção do conhecimento na área psi, a partir de uma Pesquisa Intervenção que busca discutir a condição de vulnerabilidade social e sua configuração através de uma série de marcas identitárias. É realizada com jovens de 14 a 18 anos, que são participantes de um dos programas oferecido pela rede municipal de educação de Porto Alegre, denominado Trabalho Educativo. As atividades realizadas em tal Programa têm como objetivos, o desenvolvimento pessoal e social dos usuários e a aproximação deles à realidade do trabalho, através de dois módulos: o básico e o profissionalizante. Além desses módulos, os jovens desenvolvem ensaios, apresentações de dança "pop", oficinas de percussão e de fotografia. A Pesquisa, realizada por observação participante, se insere tanto no que se refere à realização destas oficinas quanto nas reuniões de planejamento do próprio Programa. Nas reuniões somos convidados a colaborar ativamente no planejamento pedagógico, contribuindo com reflexões teóricas e com a experiência do contato com o público deste Programa e de outros. Nas oficinas, oportunizamos a criação de cada uma delas a partir dos desejos dos jovens, que ao mesmo tempo que participam se colocam como responsáveis pelas atividades. Elas são aliadas à prática da dança e possibilitam a instrumentalização técnica dos jovens, através da utilização de câmera e material fotográfico, bem como produção de instrumentos musicais de materiais reutilizáveis. Após a realização da oficina é feito um grupo de discussão onde são instigadas reflexões, idéias, críticas e opiniões sobre o trabalho feito e a interação do grupo, e é neste espaço que são trazidos, espontaneamente, outros assuntos, os quais remetem ao cotidiano e vivências pessoais dos jovens, como sua comunidade, cidade, saúde, futuro, família, trabalho, entre outros. A partir deste trabalho, investigamos o potencial dessas atividades como práticas educativas, desde sua elaboração até seus registros e discussões, procurando entender os efeitos que tais atividades possuem para vida dos jovens e as possibilidades de diferentes modos de subjetivação que surgem ali. Essas diversas possibilidades de subjetivar as práticas cotidianas são discutidas a partir do modo como os jovens pensam as questões tanto relativas às atividades quanto às suas vidas. Com esta Pesquisa, propiciamos também uma interlocução entre o trabalho da Psicologia e os programas educativos desenvolvidos pelas Políticas Públicas, principalmente no que se referem às condições de vulnerabilidade de determinada população. Desta forma, problematizamos as práticas psicológicas tradicionais em trabalhos com jovens de comunidades, pautando-nos em uma perspectiva de que ao produzirmos conhecimento construímos também os próprios sujeitos desse conhecimento, ou seja, todos que de alguma maneira se vêem envolvidos na Intervenção desta Pesquisa. Compartilhamos, assim, com uma lógica que rompe com a racionalidade moderna, para além de identidades marcadamente instituídas, e que põe no protagonismo múltiplas formas de produção, de subjetividade, de pesquisa e também do conhecimento.

**Palavras-chaves:** Pesquisa Intervenção,Produção de Subjetividade,Políticas Públicas

**Atividade: A Psicologia como Ciência  
(Cursos - 4hs)**

**Trabalho:**A Psicologia como Ciência: Problemas epistemológicos e dificuldades éticas

**Autor(es):** Rodrigo Barros Gewehr, Henrique Jorge Simões Bezerra

**Resumo:** A Psicologia, enquanto disciplina científica, possui nuances e dificuldades muito peculiares – desde sua constituição histórica como campo científico específico até desafios de fundamentação epistemológica que perduram ainda em nossos dias – que precisam ser debatidas, a fim de promover uma formação mais consistente ao Psicólogo. Em um campo como o da Psicologia, no qual o debate teórico ganha um relevo tão grande em função da inescapável afiliação a uma dada teoria, a discussão e a investigação crítica dos fundamentos e conseqüências de nosso pensamento é sumamente importante para a prática dos futuros profissionais. Uma boa e sólida formação teórica abre vias de reflexão que permitem uma atuação mais crítica e mais autocrítica. Qualquer área do saber, certamente, exige um bom preparo técnico de seus profissionais. A Psicologia, todavia, diferentemente das Ciências da Natureza, possui um objeto muito menos palpável, muito menos delimitável, muito mais difícil de ser circunscrito, por isso esta área do conhecimento exige uma dedicação muito grande aos caminhos utilizados pelo pensamento e pelas aplicações no meio social. Para que se possa efetivamente alçar um conhecimento mais seguro no campo psicológico, o estudo de seus fundamentos filosóficos e teóricos, bem como das dificuldades epistemológicas de sua sustentação como ciência, têm de estar na pauta das discussões, tanto na formação acadêmica quanto durante a prática profissional. O que constitui a Psicologia como ciência? Qual seu objeto de estudo? A quem a prática psicológica está servindo? Que rumos a ciência psicológica está tomando? Estas questões, aparentemente simples, se olhadas com mais rigor geram problemas teóricos e epistemológicos incontáveis. É em busca de algumas dessas respostas e da enunciação de alguns desses problemas que esse curso se lança e se propõe. Assim sendo, o objetivo principal deste curso é investigar problemas e dificuldades epistemológicas na fundamentação das teorias e práticas psicológicas, com o intuito de uma análise crítica dos saberes e fazeres da Psicologia. O curso será ministrado através de momentos expositivo-dialogais e debates, tendo como fio condutor um texto que será produzido especialmente para esta atividade. Os temas a serem trabalhados serão divididos em dois módulos de três horas cada, sendo o primeiro direcionado à apresentação do problema colocado por este curso e girando em torno da discussão acerca do que é a Psicologia. O segundo módulo dedicar-se-á, através do texto proposto, à discussão do objeto de estudo da Psicologia, focando sobretudo os problemas epistemológicos que surgem no confronto entre as diferentes linhas teóricas que transitam no campo psi.

**Palavras-chaves:** Psicologia, Epistemologia, Análise e crítica, Escolas psicológicas

**Atividade: DIFERENÇA DOS VALORES PESSOAIS ENTRE ESTUDANTES DE  
UNIVERSIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS DO CURSO DE PSICOLOGIA  
(Paineis)**

**Trabalho:**DIFERENÇA DOS VALORES PESSOAIS ENTRE ESTUDANTES DE  
UNIVERSIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS DO CURSO DE PSICOLOGIA

**Autor(es):** Clecius Rafael Santos Fernandes, Marcelo Vinhal Nepomuceno, Eudes Diógenes Alves Cangussú, Michelline Medeiros Santos, Juliana de Freitas Nascimento

**Resumo:** O presente estudo objetivou identificar as diferenças entre alunos de Instituições de

Ensino Superior (IES) públicas e privadas quanto aos valores pessoais segundo a teoria proposta por Schwartz. Para este autor, valores pessoais podem ser considerados como critérios utilizados pelas pessoas para avaliar ações, indivíduos (incluindo a si mesmo) e eventos definidos como “princípios transituacionais, organizados hierarquicamente, relativos a estados de existência ou modelos comportamentais desejáveis, que orientam a vida do indivíduo e expressam interesses individuais, coletivos ou mistos, bem como diversos tipos motivacionais” (Tamayo & Schwartz, 1993). Todos os valores que os indivíduos possuem estão entre os seguintes tipos motivacionais: poder, realização, hedonismo, estimulação, autopromoção, universalismo, benevolência, tradição, conformidade e segurança. Para pesquisa, foi utilizado o instrumento Inventário de Valores de Schwartz (IVS) composto por 61 itens com participação de 235 estudantes universitários de psicologia de universidade pública e privada. A média de idade foi de 25,88 anos (DP = 10.05). 31,9% dos participantes cursam o turno noturno. Para análise dos dados coletados por este instrumento, foram realizadas regressões lineares tendo os valores como variáveis independentes frente à escolha do tipo de Instituição de Ensino Superior (IES) e opção de turno (noturno e diurno). Utilizou-se também da Oneway Anova para comparar os dois grupos de sujeitos, estudantes de psicologia da IES pública e estudantes de psicologia da IES particular. Verificou-se que, quanto maior o nível de importância que se dá aos tipos motivacionais Conformidade e Segurança, maior a probabilidade de se escolher uma IES particular. O R2 encontrado foi de 0.220. Verificou-se também que quanto maior o nível de importância que se atribui à dimensão Conservação, maior a probabilidade de se escolher uma IES particular. O R2 encontrado foi de 0.193. Este resultado pode ser explicado se considerarmos que a dimensão conservação apresentou maior importância depois do ingresso na IES particular, ou seja, os valores pessoais que a compõem ascenderam na escala hierárquica dos valores devido às contingências do ambiente desse tipo de instituição. Outra hipótese levantada para explicar o que influencia na escolha do tipo de universidade, refere-se à renda familiar. Tal hipótese sugere que uma renda familiar mais baixa levaria a uma escolha da IES particular. O fato de esta ser única que oferece curso noturno permite que o estudante possa conciliar estudo e trabalho para complementar a renda familiar. Todavia, essa hipótese não se confirmou, pois, a renda familiar dos universitários de IES pública e particular mostrou-se equivalente. No entanto, este resultado pode ser devido a um enviesamento da amostra, uma vez que a IES particular escolhida possui uma mensalidade alta, sendo o curso de psicologia, um dos mais caros devido às necessidades de aulas laboratoriais. Portanto, só pode ser paga por pessoas com alto poder aquisitivo. Como exposto acima, o objetivo deste estudo foi o de descobrir quais os tipos motivacionais influenciam na escolha de uma universidade. Percebeu-se que os resultados encontrados mostraram-se de acordo com a teoria de Schwartz, entretanto, algumas melhorias na metodologia devem ocorrer e novos estudos com participantes de diferentes cursos, estados e turnos devem ser realizados.

**Palavras-chaves:** Valores Pessoais, Inventário de Valores de Schwartz, Tipos Motivacionais, Universitário, Psicologia

**Atividade: Risco à proteção: uma intervenção preventiva na comunidade (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Risco à Proteção: uma intervenção preventiva na comunidade

**Autor(es):** Raquel Souza Lobo Guzzo, Antonio Filho, Fernando Lacerda Júnior

**Resumo:** O trabalho do psicólogo vem sendo discutido e avaliado como uma intervenção que não produz resultados para a transformação do quadro social, tal como se apresenta no cotidiano de comunidades de baixa renda e expostas à violência. A sociedade capitalista determina a existência de uma dinâmica de vida que produz elementos de risco ao desenvolvimento das pessoas. Ao mesmo tempo em que contradições surgem do processo de construção social favorecendo a configuração de fatores de proteção à vida. O objetivo desta apresentação é discutir algumas características e resultados do trabalho, financiado pelo CNPq, desenvolvido durante três anos em uma comunidade, por meio de atividades em escolas e equipamentos

públicos de uma região de Campinas. Os fundamentos teóricos para o planejamento, avaliação e programação da intervenção referiram-se ao caráter preventivo da intervenção e indicadores de risco e proteção ao desenvolvimento das crianças e suas famílias. O papel do psicólogo diante da realidade concreta deste espaço social e suas interações, o conceito sobre os fenômenos psicológicos e o desenvolvimento dos sujeitos desta realidade foram também abordados. Durante três anos psicólogos estiveram presentes no cotidiano de famílias e profissionais de educação, saúde e assistência social para compreender o cotidiano deste segmento da população e do trabalho dos profissionais presentes nos espaços mencionados. O caráter da experiência trouxe elementos para a inserção na comunidade e nas escolas, por meio de diferentes atividades: o censo comunitário, o trabalho com a associação dos moradores, a apropriação de um modelo de intervenção escolar-comunitária e espaços públicos de atuação conjunta com diferentes profissionais (médicos, enfermeiros, pedagogos e assistentes sociais) que atuam na região. Foram realizadas várias entrevistas, reuniões com a população e na escola, além de observação participante em diferentes situações. A desigualdade social apresentou-se como fator fundamental na compreensão de necessidades para esta intervenção, dada a intensidade com que a pobreza incide sobre o cotidiano da população. Buscou-se conhecer como as pessoas percebem a desigualdade social afetando a convivência entre segmentos sociais distintos, os sentimentos, os medos e as perspectivas para o futuro. Em meio a um contexto de pobreza e desigualdade social, os fatores de risco e de proteção foram analisados, criticamente, fornecendo indicadores para o programa de intervenção preventiva e as características que o trabalho profissional neste contexto deve possuir. Fatores de risco e de proteção identificados apontaram diferentes segmentos da rede social, tais como família, escola, comunidade, equipamentos públicos, como focos de atenção para o trabalho do psicólogo..

**Palavras-chaves:** intervenção, prevenção, risco, proteção

**Atividade: O Plantão Psicológico na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher: Recorte de uma experiência bem sucedida. (Paineis)**

**Trabalho:** O Plantão Psicológico na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher: Recorte de uma experiência bem sucedida.

**Autor(es):** Emmanuelle de Oliveira Ferreira

**Resumo:** O Plantão Psicológico pode ser considerado uma das modalidades do Aconselhamento Psicológico, visando a, principal e emergencialmente, facilitar que o cliente clarifique a natureza de seu sofrimento e de sua demanda de ajuda. A proposta supõe que todo cliente será ouvido no momento de sua procura e que se responderá, através dos recursos disponíveis a cada momento, à sua interpelação. O tipo e o grau de elaboração que são alcançados nesta primeira entrevista são o critério norteador dos desdobramentos possíveis desse encontro que pode ser único. Tomando como perspectiva o fundamento fenomenológico-existencial e a abordagem centrada na pessoa, de uma forma geral, dependerá sempre do cliente que procedimento será tomado ou que orientação será dada pelo plantonista, este tendo que se basear obviamente nos recursos de que dispõe (como por exemplo, saber para que locais/instituições pode encaminhar caso seja demandado). A relação entre o plantonista e o cliente é a base do encontro do plantão e essa relação deve se constituir de forma a estar aberta para possíveis ressignificações, elaborações e atribuições de novos sentidos às experiências vividas por parte do sujeito que busca ajuda. Esse serviço deve estar acessível a atender qualquer demanda, mas sem desconsiderar as diferenças e singularidades das diversas situações que, eventualmente, podem aparecer. Percebe-se também que esse tipo de atendimento tem suas instalações cabíveis em diversos lugares, como hospitais gerais e psiquiátricos, delegacias, escolas, etc, desde que seja um serviço bem estruturado e não se configure como a única atuação psicológica vista como possível nesses contextos. Visto isso, o presente trabalho, desenvolvido durante a disciplina de Aconselhamento Psicológico, presente na grade obrigatória do curso de graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, retrata e discute a experiência de instalação e funcionamento, ainda provisório, do serviço de Plantão Psicológico na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM).



Esse serviço foi oferecido em uma DEAM localizada em Natal/RN, a terceira a ser instituída no Brasil. Grupos de plantonistas foram formados por alunos de graduação em Psicologia (um desses alunos sendo a autora desse trabalho) e especialização em Psicologia Clínica, havendo um rodízio semanal, mas com horários e dias pré-estabelecidos para cada plantonista, devendo este cumprir a carga horária mínima de doze horas de atividade. Houve reuniões semanais de supervisão dos atendimentos com a professora Symone Melo e duas mestrandas em Psicologia da UFRN. A DEAM, é necessário contextualizar, tem o papel de fornecer à mulher vítima de violência um atendimento especializado e que, acima de tudo, respeite a mulher em toda a sua condição e direitos, mostrando também a esse público que ele está em condição de igualdade a todo e qualquer cidadão. Essas Delegacias devem se colocar, portanto, como um lugar (embora, algumas vezes isso não seja condizente com a prática) para as mulheres serem ouvidas sem constrangimento, agindo em defesa dos direitos desses sujeitos e reconhecendo a violência contra eles, na forma delimitada pela Assembléia Geral das Nações Unidas de 1993, como “qualquer ato de violência de gênero que resulte, ou tenha a probabilidade de resultar, em prejuízo físico, sexual ou psicológico, ou ainda sofrimento para as mulheres, incluindo também ameaça de praticar tais atos, a coerção e a privação da liberdade, ocorrendo tanto em público, como na vida privada”. Foram realizados pela autora desse trabalho sete atendimentos de plantão e a duração dos encontros esteve entre trinta minutos e duas horas, pois dependia de que demanda era trazida pelo sujeito atendido. Os atendimentos foram realizados no auditório da Delegacia e ainda na sala do Serviço Social, dependendo de qual local estava desocupado e livre para a realização do Plantão. Todos os sete encontros foram solicitações espontâneas, exceto dois, que foram resultados de encaminhamentos da equipe da DEAM, e, mesmo diante disso, é possível dizer que todas as conversas transcorreram espontaneamente. As pessoas recebidas nos plantões trouxeram questões e histórias variadas e, à medida que falavam e eram ouvidas, seus discursos pareciam adquirir um caráter organizador. Nas experiências enquanto plantonista foi possível perceber as narrativas com a função organizadora das vivências dessas pessoas, sendo as histórias apresentadas em um movimento o qual parecia aberto a modificações. Na presença de uma escuta atenta, de alguma forma as histórias eram, minimamente, ressignificadas. Vale, então, salientar a importância de uma escuta cuidadosa e especializada inserida diariamente na DEAM, um espaço ainda carente de uma atuação psicológica, a qual pode proporcionar um melhor acolhimento das vítimas e, por que não também, aos agressores, além de ser possível ainda oferecer essa escuta à equipe de funcionários do órgão. Para isso é necessária, por parte do psicólogo, uma compreensão da fragilidade muitas vezes vivenciada nos momentos em que se encontram tais sujeitos, procurando também perceber, minimamente, a complexidade que todo o contexto de violência envolve.

**Palavras-chaves:** Plantão Psicológico, Violência contra à mulher, Vivências ressignificadas

**Atividade: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO PSICÓLOGO E DE SUA ATUAÇÃO NUMA COMUNIDADE DE PERIFERIA DE MACEIÓ (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO PSICÓLOGO E DE SUA ATUAÇÃO NUMA COMUNIDADE DE PERIFERIA DE MACEIÓ**

**Autor(es):** Sílvia Rejane Silva de Araújo, Henrique Jorge Simões Bezerra

**Resumo:** A teoria das representações sociais de Serge Moscovici constitui um importante suporte aos pesquisadores que buscam estudar as formas de conhecimento prático produzidas, significadas e organizadas na vida cotidiana no e pelo senso comum. Este trabalho teve por objetivo investigar as representações sociais que os moradores da comunidade do Clima Bom têm a respeito dos profissionais de psicologia e dos serviços e atendimentos que prestam neste bairro. De acordo com estatísticas da Prefeitura de Maceió, esta comunidade possui graves problemas de infra-estrutura básica (abastecimento de água e esgoto), insuficiente número de escolas e de serviços de saúde; reduzido nível escolarização, profissionalização e renda entre seus moradores. Especificamente, buscou-se investigar se os moradores desta comunidade consideram necessários e suficientes os serviços psicológicos ali oferecidos; e identificar como

as representações construídas por este grupo social auxiliam/interferem na busca pelos serviços e durante os atendimentos psicológicos. Para tal, foi realizada a coleta de dados em que foram empregadas uma entrevista semi-estruturada e a técnica dos grupos focais. A utilização conjunta destas técnicas teve por objetivo facilitar a discussão do tema da pesquisa através de trocas de opiniões, experiências, sentimentos e percepções. As reuniões foram realizadas em três locais onde frequentemente se os moradores da comunidade se encontravam (o posto de saúde, uma escola pública e o centro comunitário do bairro) e os grupos foram formados por aqueles que aderiram livremente ao convite da pesquisadora. Nos grupos focais foram trabalhados temas referentes ao conhecimento dos moradores sobre o que é a psicologia; se já haviam tido contato com algum psicólogo; em quais circunstâncias procurariam um serviço psicológico; em que locais um psicólogo trabalha; como é ou deveria ser a atuação do psicólogo naquela comunidade; os demais temas surgiram ao longo das conversações nos grupos. Os dados foram registrados em áudio e posteriormente transcritos. Realizou-se também observações de campo durante um estágio voluntário de psicologia desenvolvido naquela localidade. Utilizou-se a análise de conteúdo de base qualitativa no processo de construção e interpretação dos dados. As categorias que construídas na análise das falas dos participantes - e que indicam suas representações sociais do psicólogo e dos serviços psicológicos - foram as seguintes: a) Locais de atuação e pessoas a serem atendidas: escolas (professores e alunos); família; hospital (médicos, pacientes e familiares); visita domiciliares; crianças; empresa (funcionários); comunidade (combate à violência); igrejas; atendimento de pacientes suicidas; trabalho com grupos; doentes mentais; b) Ações de escuta e orientação: orienta; conversa; direciona; apóia; escuta; cuida; c) Ações de compreensão e análise: entende do mundo; avalia a maneira de ser das pessoas; estuda a alma das pessoas; d) Ações de divulgação de informações: educador; direito do cidadão; tira dúvidas. De um modo geral, as análises indicam que as representações da comunidade sobre o psicólogo e o atendimento psicológico são bastante favoráveis. Apesar de só terem acesso a atendimentos clínicos que ocorrem no posto de saúde, os moradores vêem uma grande variedade de locais em que o psicólogo poderia trabalhar e de públicos-alvos que poderiam se beneficiar com o atendimento psicológico. No campo das ações, atribuem ao psicólogo as tradicionais funções de escuta, orientação e compreensão, mas inserem a necessidades de ações que lhes auxiliem a conhecer seus direitos e responder suas dúvidas, visto estarem num local onde o acesso a tais informações e aos serviços públicos ainda é precário.

**Palavras-chaves:** Representações Sociais, Serviços Psicológicos, Comunidade

**Atividade:** Psicologia Humanista em saúde (Paineis)

**Trabalho:** Psicologia Humanista em saúde: operacionalização de humanização num hospital privado da cidade do Rio de Janeiro

**Autor(es):** Ruth Machado Barbosa, Ana Lydia Soares, Andrei de Mattos, Vanessa Noyma

**Resumo:** Introdução: A humanização em saúde tem sido alvo de grandes discussões atualmente em todo mundo. A busca para melhorar a qualidade do atendimento oferecido pelo sistema único de saúde no Brasil levou à criação de uma política nacional de humanização que tem o intuito de nortear o funcionamento de todo o SUS. Entretanto, situações consideradas desumanizadoras ainda são percebidas nas instituições de saúde do país e diversos teóricos têm trabalhado sobre esse ideário. Considerando a saúde como um bem-estar físico, psíquico, social e espiritual, os profissionais deste meio precisam estar preparados para trabalhar diferentes dimensões existenciais dos indivíduos em questão. Ainda impera no cotidiano um paradigma mecanicista, que fragmenta as relações e tarefas, dificultando que pacientes, ao solicitarem os serviços do SUS, tenham suas necessidades saciadas. A medicina ao buscar a cientificidade se especializou e fragmentou o sujeito. Com isso, o paciente passou a ser olhado não como um ser complexo e sofisticado, mas sim como o doente do leito "x". Nessa busca por cientificidade,

abandonou-se a individualidade e particularidade do sujeito. Durante um longo período, essa prática foi útil e eficiente, e olhar o sujeito de forma segmentada trouxe avanços e benefícios. Entretanto, a medicina e os cuidados com os pacientes evoluíram em busca de métodos que sejam eficientes para o sujeito em sua completude. Ao observar o paciente e suas necessidades, percebeu-se que ele precisa de mais do que apenas os cuidados técnicos, além disso há a necessidade de ser reconhecido por seu cuidador, como um indivíduo complexo e singular. O HumanizaSUS, criado para suprir estas lacunas nos serviços de assistência, possui seus preceitos congruentes com um novo paradigma científico que, pouco a pouco, consolida-se: o quântico-relativista ou holístico. Seguindo este novo modelo, no âmbito da assistência à saúde, o enfoque dos médicos e de toda equipe voltada para o atendimento, deixa de ser as doenças e complicações fisiológicas passando a ser os pacientes enquanto pessoas integradas, iguais em seus direitos e, sobretudo, com suas idiossincrasias e aspectos subjetivos únicos. O princípio básico da Psicologia Humanista e de correntes filosóficas humanistas é a idéia do homem tal como um ser autônomo, em constante crescimento e transformação, tendendo a direcionar-se para um desenvolvimento mais completo e complexo, em busca da realização do seu potencial e com postura ativa diante do mundo que o rodeia. Semelhantemente, a política nacional de humanização tem como meta fortalecer as relações dos profissionais de saúde entre si e entre os pacientes, fazendo com que percebam suas responsabilidades, incitando a construção de autonomia e estimulando procedimentos de educação permanente, permitindo que cada um possa aumentar o cuidado que toma de si, flexibilizando as barreiras de saberes e poderes existentes no SUS. A presente pesquisa tem o intuito de articular estudo bibliográfico sobre a Psicologia Humanista ao HumanizaSUS, traçando paralelos com a realidade cotidiana de um hospital privado da cidade do Rio de Janeiro. Além disso, almeja investigar a forma como esta instituição implementa o HumanizaSUS para a partir disso, propor um protocolo de atendimento que além de se basear nas delimitações do Ministério da Saúde (MS) possa trazer a Psicologia Humanista como base teórica à humanização em saúde. Metodologia: A pesquisa se divide em dois momentos, sendo que o primeiro diz respeito à proposta de se articular a Psicologia Humanista ao HumanizaSUS (Programa Nacional de Humanização do Ministério da Saúde do Brasil). Inicialmente, um amplo estudo bibliográfico de bases filosóficas da Psicologia Humanista atrelado ao levantamento das políticas públicas atuais sobre a humanização em saúde, em especial a Política Nacional de Humanização, estão em realização. Após isso, a articulação entre a Psicologia Humanista e a Política Nacional de Humanização está sendo realizada, promovendo uma contribuição teórica para o ideário da humanização. O segundo momento iniciará nos próximos meses com a realização de uma pesquisa de campo num hospital privado da cidade do Rio de Janeiro, principalmente em sua sala de espera. Através da observação participante, almeja-se obter dados de como o Programa Nacional de Humanização está sendo implementado nesta instituição. Vale ressaltar que o Ministério da Saúde traz, através de cartilhas, tecnologias da atenção e gestão no campo da saúde: introdução de vegetação, iluminação, cores; utilização de mobiliário pelos atendentes que promova a interação, sendo em balcão baixo e sem grades intimidadoras, sem que o paciente perca a privacidade ao falar de seu problema, entre outras. Tais características são de fácil observação. Resultados esperados: A possibilidade de se articular estudo bibliográfico sobre Psicologia Humanista e HumanizaSUS à realidade cotidiana de um hospital privado da cidade do Rio de Janeiro. A partir disso, almeja-se a construção de um protocolo de atendimento para a implementação do HumanizaSUS, baseado no cotidiano destes ambulatorios e na pesquisa bibliográfica, principalmente sobre Psicologia Humanista. Uma pesquisa futura poderá ocorrer, buscando dados de como os pacientes vivenciam a política de humanização.

**Palavras-chaves:** Humanização, Psicologia Humanista, Saúde, Instituição

**Atividade: Atuação do psicólogo organizacional (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Análise Organizacional e atividades de trabalho do psicólogo

**Autor(es):** José Carlos Zanelli

**Resumo:** O objetivo desta apresentação é discutir a importância de analisar a organização, no

sentido de decompor suas principais dimensões, para compreender o fenômeno organizacional e, a partir disso, fundamentar as decisões profissionais do psicólogo. Uma organização é um evento temporal único. Organizações têm elevado valor na sociedade humana recente. São, em grande medida, responsáveis pelo modo estabelecido de sobrevivência humana. Vivemos em uma sociedade de múltiplos tipos de organizações. Suas repercussões sobre a constituição das características psicossociais de indivíduos e grupos são inegáveis. Análise é um processo dedutivo de estudo de um objeto ou fenômeno. Pressupõe decompor suas partes constitutivas, na direção do geral para o particular, e no sentido contrário, em um processo que alterna decomposição e reconstrução, em busca do entendimento do conjunto sistêmico ou da interação entre as partes. Decomposição e síntese, portanto, são processos complementares. Na prática, há uma multiplicidade de variáveis que compõem o fenômeno organizacional. Isso obriga o analista a eleger dimensões prioritárias que possibilitam a interpretação contextual, o que é, para muitos, um pré-requisito para intervenções planejadas. É possível, pela análise organizacional, compreender as variáveis que influenciam e são influenciadas pela organização. Auxilia no desenvolvimento de percepções críticas da evolução dos processos e compara-los com os acontecimentos do entorno. É possível, também, identificar as práticas que podem fortalecer a sustentabilidade organizacional. Analisar eventos que tendem a ser recorrentes na organização permite compreender e prever, entre outros aspectos, os padrões de comportamento. O estudo da análise organizacional tem sido usado pelos teóricos da Administração, em diferentes perspectivas epistemológicas, ao decompor aspectos do fenômeno, relacionados às variáveis do ambiente organizacional. A compreensão do ambiente no qual está inserida a organização é um importante fator na análise organizacional, pelas trocas de recursos e também pelas pressões externas que influenciam a dinâmica interna das organizações: suas escolhas estratégicas, a definição da estrutura e a utilização de tecnologias. As diferentes perspectivas de análise recebem clara influência da Psicologia e da Sociologia, da Economia e de outras ciências. Diversos procedimentos têm sido utilizados para analisar organizações. São afetados, é claro, pelas escolhas epistemológicas de quem faz a análise. Pelos menos três subáreas contribuem e são beneficiadas no processo de análise: a teoria organizacional, o comportamento organizacional e a gestão estratégica. Entre outros, alguns componentes que recebem a atenção do analista são: estrutura e formas de controle, tamanho, história, ciclo de vida, localização, processos de diferenciação e integração, relação entre a organização e seu ambiente, jogos de poder, grupos de interesses e conflitos inerentes à organização. Assim vista, a organização confunde-se com a noção de cultura organizacional. Ou seja, as dimensões centrais da organização – estrutura, estratégia, tecnologia e ambiente – estão estreitamente vinculadas ao conceito de cultura. É comum, na linguagem gerencial, descrever a cultura da organização como “a maneira como fazemos as coisas por aqui”. Psicólogos sabem que “a maneira de fazer as coisas” é a expressão mais simples para o conceito de padrões de comportamento. Subjacente a isso, está o entendimento de que a organização possui valores e normas associados uma maneira típica de pensar e sentir e que orientam o modo de aprender e de conduzir os seus processos.

**Palavras-chaves:** análise organizacional, comportamento humano em organizações, atividades profissionais do psicólogo

**Trabalho:** A Gestão Ambiental nas Organizações como nova variável estratégica

**Autor(es):** Kátia Barbosa Macêdo, Alberto de Oliveira, Elise Alves Santos

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo discutir a Gestão Ambiental como uma variável importante a ser inserida no planejamento estratégico das organizações, tendo em vista o contexto globalizado, que inclui o movimento ecológico, a mudança no perfil dos consumidores e as pressões dos movimentos sociais por uma melhor performance das organizações. Para tanto, apresenta uma pesquisa que teve como objetivo levantar dados a respeito de organizações goianas que atuam em Gestão Ambiental, enfocando a implantação dos programas de GA, tendo como objetivo geral conhecer como os trabalhadores percebem tais programas praticados pelas organizações onde atuam. Para que o SGA seja efetivo é fundamental que este

esteja integrado ao planejamento global da empresa; e que haja efetivo envolvimento de todos os setores e pessoas responsáveis por sua implementação. É necessário ainda refletir a política ambiental garantindo uma mudança de comportamento e submeter-se à uma revisão periódica. O que se percebe muitas vezes é que as organizações que implantam os SGA buscam tão somente o reconhecimento externo, de forma que a questão central do meio ambiente assume um papel secundário. Trata-se de um estudo de caráter exploratório, que foi realizado em parceria com o FIEG e Agência Ambiental do Estado de Goiás. Foram coletados dados em 10 organizações goianas. Como instrumento de coleta de dados foi utilizada a análise documental. Posteriormente foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os trabalhadores, sendo que o roteiro abordava cinco categorias: Comprometimento e Política; Planejamento; Implementação; Medição e Avaliação e Análise Crítica e Melhoria. Para o tratamento dos dados foi realizada a Análise Gráfica do Discurso. A partir do discurso dos trabalhadores emergiram núcleos que indicam que a maioria dos trabalhadores da área operacional não conheciam as ações de SGA implantadas, e que as informações acerca dessas ações foram restritas apenas à cúpula das organizações. Vários projetos muito bem planejados, ao serem implantados em organizações não geram os resultados esperados. Várias pesquisas apontam na direção de falhas no processo de sensibilização das pessoas na organização e também nos processos de escolha e formação adequada para os gestores que iriam gerenciar os mesmos. Cabe ao profissional de psicologia atuar de forma a sensibilizar os trabalhadores envolvidos; providenciar o desenvolvimento dos profissionais que serão os gestores do programa e ainda desenvolver mecanismos para facilitar as mudanças culturais que facilitarão o processo de implantação do projeto e minimizarão as resistências ao mesmo, promovendo a divulgação do projeto e disseminando a comunicação entre toda a estrutura organizacional. Ressalte-se ainda que o envolvimento da diretoria e a ampla divulgação e ênfase nos processos de comunicação também se constituíram em peças fundamentais para definir o sucesso ou fracasso dos projetos.

**Palavras-chaves:** Gestão Ambiental, Percepção, Meio Ambiente

**Trabalho:** Contribuições do estudo da Justiça Organizacional na análise das relações de trabalho.

**Autor(es):** Helenides Mendonça

**Resumo:** A sociedade contemporânea tem sido marcada por profundas mudanças sócio-organizacionais que exigem a criação de novos modelos de gestão e contínuos ajustes nas ações de recursos humanos a fim de que as organizações possam se adequar às novas demandas e assim garantir a sua sobrevivência no mercado. Dentre as mudanças que marcam o século XXI e que têm provocado impacto direto nas relações de trabalho está a alta competitividade, a globalização dos mercados, os indicadores econômicos, a diminuição de postos de serviço e as pressões por produtividade. Diante desse contexto turbulento, as relações de trabalho, entendidas aqui como relações de troca, têm sido marcadas por discrepâncias entre as exigências do ambiente físico e organizacional e as necessidades e recursos de enfrentamento desses eventos. Essas discrepâncias apontam para um desequilíbrio na dinâmica que impulsiona as relações de trabalho e, geralmente, é carregada de avaliações insatisfatórias que levam a percepções de (in)justiça acerca dos eventos organizacionais. A literatura especializada tem demonstrado que as percepções continuadas de injustiça por parte dos trabalhadores trazem sérias conseqüências, influenciando as estatísticas alarmantes que denunciam os sérios problemas de saúde ocupacional vivenciado em diferentes nações. Diante da relevância creditada à justiça na vida das organizações e considerando o grande poder heurístico dessa variável para a compreensão dos processos organizacionais e seus impactos nas atitudes e comportamentos dos trabalhadores, os analistas organizacionais têm se dedicado a buscar explicações científicas para compreender as implicações práticas das percepções de justiça. Os primeiros estudos sobre justiça no trabalho datam de 1960, mas foi apenas no final da década de 1980 que esse campo de estudos se intensificou. No Brasil, pesquisadores têm demonstrado que perceber ou fazer justiça pode gerar impacto no processo de saúde-doença, nos comportamentos organizacionais pró-ativos e negativos, na satisfação, no prazer e no sofrimento psíquico, no clima organizacional, no comprometimento, na qualidade de vida e na eficácia organizacional. O objetivo do presente estudo é analisar e discutir os principais trabalhos empíricos desenvolvidos no Brasil acerca do impacto das percepções de justiça sobre o indivíduo

e as organizações de trabalho. Para tanto, faremos inicialmente uma breve incursão na literatura em justiça; focalizaremos os aspectos conceituais e empíricos acerca da relação entre justiça e variáveis conseqüentes; apresentaremos uma síntese, com base nos achados de pesquisas, dos principais modelos teóricos. Por fim, faremos uma apreciação crítica desse campo de estudos, apontando as contribuições dos estudos sobre justiça organizacional no sentido de subsidiar programas de intervenção que visem a melhoria das relações de trabalho. Ademais, os resultados advindos deste trabalho poderão servir de subsídios à discussão e posterior elaboração de propostas de intervenção apoiadas em modelos, testados em nosso meio sócio-organizacional, que incorporam antecedentes e conseqüentes da justiça organizacional.

**Palavras-chaves:** Justiça organizacional, relações de troca, relações de trabalho

**Trabalho:** Assédio Moral: Violência não visível?

**Autor(es):** José Roberto Heloani

**Resumo:** Cientistas sociais, etologistas e filósofos sempre se interessaram sobre a questão da violência, tentando analisar, explicar, compreender e justificar o fenômeno. Como não poderia deixar de ser, também preveni-lo para controlá-lo. Mesmo na atualidade, apesar do avanço da psicologia social e da antropologia cultural, é inegável a tendência em associar a violência a categorias explicativas de caráter orgânico, genético, hereditário, ou mesmo atribuí-la a perversões das mais diferentes ordens (“lambrosianas”) e transtornos mentais. Poucos estudiosos enfatizam a transversalidade e sua processualidade histórica, ou melhor, a indissociabilidade entre o contexto social, a historicidade dos fatos e os processos de subjetivação individual, resultados de processos de sentido e significação. As implicações em saúde e os elementos do contexto social são centrais para a compreensão da violência no âmbito das relações de produção. A Organização Internacional do Trabalho(OIT) conceitua violência no trabalho como “qualquer ação, todo incidente ou comportamento, que não se pode considerar uma atitude razoável, e com a qual se ataca, se prejudica, se degrada ou se fere uma pessoa dentro do ambiente de seu trabalho ou devido diretamente ao mesmo”. O que pretendemos analisar, nesta comunicação, são algumas reflexões concernentes à violência, relacionando-as ao conceito de assédio moral. Alguns autores costumam colocar a questão do assédio moral como essencialmente individual, como uma “ perversão do ego ” no âmbito estritamente psicopatológico, em que se dá um silencioso assassinato psíquico. Entre os mais conhecidos, podemos citar aquela que popularizou o conceito, Marie France Hirigoyen, em sua primeira obra Assédio moral: a violência perversa no cotidiano. Em sua segunda obra, Mal estar no trabalho: redefinindo o assédio moral, essa autora, todavia, relativiza essa variável idiossincrática. A par disso, existe uma outra concepção à qual nos filiamos que, não obstante mais complexa, também considera cada indivíduo como produto de uma construção sócio-histórica. Sujeito e produtor de inter-relações que ocorrem dentro do meio-ambiente social, com suas leis e regras. Diretrizes estas que funcionam dentro de uma determinada lógica macroeconômica, a qual subentende e incorpora relações de poder. Assim sendo, a concepção dialética que nos norteia nesta comunicação na articulação entre “modos de trabalhar” e “ modos de subjetivar ” tem como objetivo estabelecer relações entre essas novas modalidades de trabalho, impostas pelo capitalismo globalizado, e a estigmatização e humilhação, responsáveis por boa parte do sofrimento psíquico existente no universo laboral.-----

**Palavras-chaves:** assédio,moral,violência

**Atividade: RESSOCIALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES INFRATORES: A FUNÇÃO DO PSICÓLOGO E DA INSTITUIÇÃO (Paineis)**

**Trabalho:**Ressociação de Adolescentes Infratores: A função do Psicólogo e da Instituição

**Autor(es):** Aline Costa Aguiar,Terezinha Façanha Elias

**Resumo:** O seguinte trabalho constituiu-se a partir da disciplina Psicologia Social II do curso de psicologia da Universidade de Fortaleza, quando foi desenvolvida uma pesquisa em uma instituição pública responsável pela reeducação de adolescentes infratores, utilizando os conceitos estudados em sala de aula: Conscientização (PAULO FREIRE), Identidade (CIAMPA), Representação Social (MOSCOVICI) e Grupo (MARTIN BARÓ e SARTRE). Teve como objetivo analisar o trabalho desenvolvido pela entidade no sentido da ressocialização dos jovens infratores, observando-o a partir das categorias acima citadas e identificando o papel do psicólogo nesta experiência. A metodologia utilizada foi qualitativa sendo analisados os discursos de diversos profissionais captados através de entrevistas semi-estruturadas. Foram abordados um psicólogo, um professor, um pedagogo, um assistente social, um advogado, instrutores e um visitante. Percebeu-se que o principal objetivo desta entidade é afastar temporariamente o adolescente infrator do seu ambiente de convivência diária, proporcionando um espaço para reflexão sobre o erro cometido, bem como condições de estudo, saúde e apoio psicológico e social, que, muitas vezes, eles nunca tiveram oportunidade de vivenciar. Entretanto, notou-se que, apesar do esforço dos profissionais, o índice de reincidência é muito alto, atingindo cerca de 50%. Assim, o processo de conscientização parece não ocorrer de forma eficaz. Constatou-se que a identidade fica subjugada ao grupo ao qual fazem parte e que os adolescentes não se percebem como sujeitos que escolhem e modificam a realidade. Verificou-se que a representação social existente entre os profissionais é a de perceberem os adolescentes como vítimas de um sistema social injusto e percebeu-se que o profissional de psicologia tem grande importância para o processo de reflexão e conscientização. No entanto este poderia contribuir melhor, estando mais próximo dos jovens, das suas famílias e de todos os profissionais da instituição. Observou-se que o psicólogo, como também, muitos outros profissionais, priorizavam as atividades burocráticas e deixavam de trabalhar mais intensivamente com o processo de conscientização e de fortalecimento da identidade. Ressalta-se, também, as condições estruturais adversas em que vivem estes jovens e que parecem escapar das possibilidades de trabalho da entidade de forma específica, necessitando de um trabalho a nível mais global, incluindo outras políticas sociais. Concluiu-se que a falta de um trabalho mais ativo do setor de psicologia e da instituição, como também, às diversas falhas encontradas na sociedade dificultam o processo de conscientização e de reconstrução da identidade. Desse modo, a possibilidade de mudança na vida desses adolescentes torna-se bastante reduzida, sendo necessário um maior apoio social aos serviços da instituição.

**Palavras-chaves:** Conscientização, Ressocialização, Representação Social

**Atividade: O trabalho do psicólogo como ouvidor de um hospital público: (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** O trabalho do psicólogo como ouvidor de um hospital público: análise de uma experiência

**Autor(es):** Denis Carvalho, Janaína Macêdo Santana, Vera Lúcia Macêdo Santana

**Resumo:** O Sistema Único de Saúde (SUS), implantado no Brasil a partir da Constituição de 1988, vem desenvolvendo uma política de participação popular e controle social. A criação dos Conselhos e Conferências de Saúde, nos três níveis de governo, institucionalizou mecanismos de controle social no âmbito da elaboração das políticas públicas, desenvolvendo estratégias de gestão democrática coerentes com os princípios do SUS. A gestão participativa somente será efetiva, contudo, quando houver uma leitura das demandas originadas daqueles que utilizam os serviços de saúde que subsidie as atividades de aperfeiçoamento da atenção, do acesso e da qualidade do Sistema. Esta é a função da ouvidoria, instituto que vem sendo implementado no campo da saúde em várias instituições no Brasil. No nível federal, foi criada a Ouvidoria Geral do SUS, por meio do decreto nº 4.726/2003, que deve coordenar a implementação da Política Nacional de Ouvidoria, que busca estimular e integrar as práticas que ampliem o acesso dos usuários ao processo de avaliação das ações e serviços públicos de saúde. No Piauí, a política estadual de humanização propôs a criação de ouvidorias nos estabelecimentos de saúde, para o

fortalecimento do controle social com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços. Este trabalho tem como objetivo descrever a implantação da primeira ouvidoria em um hospital público piauiense, a partir da perspectiva da atuação de uma psicóloga no cargo de ouvidora, e refletir a respeito das possibilidades de configuração de um novo espaço de atuação do psicólogo no âmbito hospitalar. A experiência descrita registra o trabalho desenvolvido no período compreendido entre os anos de 2004 e 2006. Uma análise das manifestações dos usuários ao serviço é realizada – com ênfase nas reclamações, que são classificadas em estruturais e funcionais. Discutimos os conceitos de acessibilidade, resolatividade, equidade, descentralização e participação da comunidade no contexto da ouvidoria. As implicações da ouvidoria hospitalar para a formação do psicólogo são discutidas a partir de três questões: a) discussão sobre a ouvidoria como estratégia de uma gestão participativa e o trabalho do psicólogo no SUS; b) a ouvidoria e a relação usuários-instituição hospitalar como uma questão para a Psicologia Social da Saúde; c) ouvidoria e os estágios em Psicologia Hospitalar. Por fim, problematizamos algumas questões que consideramos as mais importantes sobre o tema: 1) o papel do hospital na promoção da saúde; 2) ouvidoria e democracia participativa; 3) a gestão dos serviços de saúde e a formação do psicólogo. Em outras palavras, a descrição desta experiência de trabalho também tem como objetivo repensar o trabalho do psicólogo no hospital a partir de uma perspectiva que o concebe como parte de um Sistema de Saúde e da necessidade de promovermos uma gestão mais democrática e participativa, sensível às necessidades dos usuários, de todo o sistema de saúde.

**Palavras-chaves:** – Psicologia Social da Saúde –, Ouvidoria hospitalar, Gestão Participativa do SUS

**Atividade:** AVALIAÇÃO DE COMPROMETIMENTO COM A CARREIRA EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS (Paineis)

**Trabalho:** AVALIAÇÃO DE COMPROMETIMENTO COM A CARREIRA EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

**Autor(es):** Marucia Bardagi, Ana Maria Jung Andrade, Claudio Simon Hutz

**Resumo:** O comprometimento com a carreira é um construto comumente utilizado para avaliar aspectos do comportamento vocacional de adultos já inseridos no mundo profissional e pode ser definido como um sentimento de identificação psicológica do indivíduo com a profissão, as atitudes que ele toma em benefícios de sua profissão ou vocação e o apego e estabelecimento de metas em longo prazo em relação à carreira. Os estudos empíricos utilizam o construto comprometimento como variável dependente em relação à idade, tempo de trabalho, estado civil, sexo, locus de controle, entre outros, e como preditor de aspectos como a rotatividade organizacional, o absenteísmo e a intenção de pedir demissão. No entanto, tem crescido a importância da avaliação dessa dimensão em etapas iniciais do desenvolvimento de carreira como, por exemplo, o período da formação superior. Especificamente, em contextos educacionais, como a universidade, o comprometimento poderia ser descrito como um sentimento de conexão com a área de estudo, o estabelecimento de metas em relação a ela e a intenção de permanecer na área. Dessa forma, constituiria uma boa medida indicativa de permanência ou tendência à evasão. Assim sendo, conhecer os níveis de comprometimento com a carreira em estudantes de graduação permitiria uma melhor compreensão da experiência universitária e a identificação de variáveis que contribuem para o aumento ou diminuição do envolvimento do aluno com o curso. Este estudo, parte de uma tese de doutorado sobre o desenvolvimento de carreira na graduação, buscou identificar os níveis de comprometimento com a carreira de estudantes universitários de diferentes áreas de formação e relacioná-los a outras variáveis vocacionais e demográficas. Participaram do estudo 939 estudantes, com idades entre 17 e 30 anos (M=22 anos; DP=2,93 anos), cursando graduação em instituições públicas (57,5%) e privadas (42,5%) de Ensino Superior, nas diferentes áreas de formação; os alunos responderam, entre outros instrumentos, a um questionário sócio-demográfico e vocacional



criado especialmente para o estudo e a uma escala de comprometimento com a carreira (Blau, 1985, adaptada para o Brasil por Bastos, 1994). Os resultados apontaram que o comprometimento com a carreira apresentou correlações positivas com satisfação com a profissão, satisfação com o curso e exploração vocacional, além de ter se correlacionado negativamente com probabilidade de evasão. Alunos de Letras e Artes (29,44) apresentaram maior média de comprometimento do que alunos de Humanas (26,77) e Exatas (27,89); alunos de Biológicas (28,36) também apresentaram maior comprometimento do que alunos de Humanas; não houve diferenças no comprometimento entre alunos de Humanas e Exatas ou entre alunos de Biológicas e Letras e Artes [ $F(3,929)=6,29$ ;  $p<0,001$ ]. Alunos que já sabem o que vão fazer após a graduação (29,32) apresentaram níveis significativamente mais altos de comprometimento do que aqueles que não sabem (26,39) ou estão em dúvida (26,96) [ $F(2,929)=23,43$ ;  $p<0,001$ ]. Ao se investigar o impacto da avaliação do mercado sobre o comprometimento, vê-se que os alunos que avaliaram o mercado de trabalho como 'muito bom' ou 'bom' têm níveis significativamente mais altos de comprometimento do que os outros [ $F(5,928)=6,86$ ;  $p<0,001$ ]; aqui, é interessante notar que os índices mais baixos de comprometimento foram observados entre os alunos que não souberam avaliar o mercado de trabalho em sua área. A média de comprometimento com a carreira também aumentou à medida que melhorou a avaliação de desempenho dos alunos [ $F(4,927)=8,17$ ;  $p<0,001$ ]. Estes resultados indicam que existe relação entre variáveis vocacionais como o comportamento exploratório, a avaliação do mercado e a percepção sobre o próprio desempenho e o comprometimento com a carreira, além de relação entre o comprometimento e os índices de satisfação e probabilidade de evasão, confirmando a idéia de que esta seria uma boa medida de permanência ou abandono de curso. Como estratégias favorecedoras do comprometimento, pode-se recomendar que as unidades de ensino procurem discutir realisticamente as possibilidades do mercado de trabalho e a relação entre o desempenho acadêmico e o desempenho profissional, uma vez que percepções errôneas ou distorcidas sobre estes aspectos podem prejudicar o comprometimento do aluno durante a formação e, conseqüentemente, contribuir para um pior engajamento ao curso. Ainda, estratégias que favoreçam o envolvimento do aluno em atividades acadêmicas podem contribuir para o melhor conhecimento das possibilidades profissionais, o desenvolvimento de competências e um maior comprometimento.

**Palavras-chaves:** comprometimento, universidade, carreira

**Atividade: Percepção da Atividade do Psicólogo pela Equipe de Saúde de um Hospital Escola (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Percepção da Atividade do Psicólogo pela Equipe de Saúde de um Hospital Escola

**Autor(es):** Antônio Sérgio Mesquita Silva

**Resumo:** A formação de Psicólogo no Brasil tem sido alicerçada nas três grandes áreas clássicas de atuação: clínica, escolar e organizacional, principalmente até a década de oitenta passada. Entretanto, com a inserção do Psicólogo no Hospital, movida pela necessidade de ajudar a equipe de saúde na condução de situações que fugiam ao domínio desses profissionais, percebeu-se a sua importância dentro desse novo contexto. Observa-se também, uma procura por essa área de atuação entre os estudantes e profissionais. Todavia, a sua formação voltada para um atendimento individualizado e num "setting" próprio, aliado às características desse novo "locus laboral", até então incomum para a prática da Psicologia, fez com que essa "práxis" fosse então pensada e formas próprias de abordagem discutidas e estabelecidas. Mas, sendo um campo de atuação ainda relativamente recente suscita reflexões de ordem prática e teórica. Foi com base nessas considerações que se procurou conhecer, a partir de uma pesquisa, as atividades dos psicólogos que atuam em um hospital escola do serviço público federal na perspectiva dos profissionais de saúde da mesma instituição. Para isso foi aplicado um questionário composto de sete questões fechadas abordando aspectos sócio-demográficos e quatro questões abertas acerca da percepção dos profissionais de saúde sobre a atuação do psicólogo no hospital. A aplicação do questionário foi de forma individualizada, sendo entregue aos sujeitos para posterior recebimento. Os dados foram coletados durante os meses de maio e

junho do ano de dois mil e seis. Esse questionário foi respondido por sessenta e seis profissionais das seguintes categorias de nível superior: médico, enfermeiro, assistente social, nutricionista, farmacêutico, psicólogo, biólogo, administrador, técnico em assuntos educacionais, secretário executivo e cirurgião-dentista, correspondendo a trinta por cento da população. Os dados referentes à caracterização dos sujeitos foram transformados em percentuais, possibilitando um conhecimento mais detalhado do perfil sócio-demográfico da população pesquisada. Quanto aos dados sobre a atuação do psicólogo da saúde, os mesmos foram tratados a partir de uma análise quantitativa e qualitativa. Para isso foi utilizado um processador de texto para o qual foram transcritas as respostas e realizadas as análises de conteúdo. Os resultados indicam que o psicólogo da saúde-hospitalar atua no acompanhamento profissional dos servidores da instituição, a partir de atendimento individual de natureza psicoterapêutica e orientações relativas a dificuldades no trabalho. Atua também frente às demandas dos pacientes internos e familiares, com atividades predominantemente de acompanhamento psicoterapêutico e curativo. O psicólogo também atua na integração entre setores. Por último, os profissionais de saúde indicam a atuação do Psicólogo relacionada a atividades de palestras e orientações de natureza didática para compreensão do comportamento. A pesquisa e a bibliografia consultada apontam, principalmente, para atividades de assistência e orientação a pacientes e familiares, além da equipe de saúde e outros profissionais da administração, se assemelhando ao que foi encontrado nesta pesquisa.

**Palavras-chaves:** Psicologia da Saúde, Psicólogo Hospitalar, Atividade Profissional

**Atividade: Ser psicanalista no Brasil hoje: constâncias e contrastes (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** A Prática Psicanalítica e a Formação em Psicanálise: de onde viemos e para onde vamos

**Autor(es):** Nelson Ernesto Coelho Junior

**Resumo:** Esta apresentação pretende discutir as características atuais da prática clínica em psicanálise e do trabalho de formação de novos psicanalistas na cidade de São Paulo. Para isso, parte-se de alguns aspectos generalizáveis do tema, para a seguir apontar propostas de prática formação, a partir de exemplos retirados da experiência profissional do autor. Já há alguns anos constata-se a ampliação do debate sobre os diferentes enquadramentos possíveis para a prática clínica psicanalítica, seja em função de mudanças nos quadros psicopatológicos atendidos, seja em função de transformações sócio-econômicas. O debate abrange o questionamento sobre número ideal e/ou necessário de sessões semanais de atendimento, tempo de duração das sessões, maior ou menor flexibilidade quanto ao uso do divã por parte dos pacientes, aceitação ou não do acompanhamento psiquiátrico, uso regular ou não de medicação psiquiátrica por pacientes em análise, formas de pagamento, reposição de sessões em função de ausências justificadas de pacientes, entre outros aspectos. No que diz respeito ao número de sessões por semana, a variação do modelo proposto por Freud, que partiu das clássicas cinco sessões semanais, para a exigência atual de boa parte das sociedades filiadas à IPA de quatro sessões semanais (como é o caso da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo), revela a clara intenção em insistir na manutenção de um padrão que diferenciaria o atendimento propriamente psicanalítico do atendimento em psicoterapia. No outro extremo do amplo espectro de psicanalistas atuantes em São Paulo, muitos dos que se definem como lacanianos chegam a propor um número bem menor de sessões (em alguns casos uma a cada quinze dias), além da variação no tempo padrão das sessões (o tempo lógico vindo substituir o tempo padrão mantido por analistas vinculados à IPA, que varia entre 50 e 45 minutos). Uma primeira questão deve ser colocada neste momento: quais são os efeitos, na formação de novos psicanalistas, de variações tão grandes no enquadramento das sessões de análise que, como se sabe, constituem o elemento central na formação de todos os psicanalistas? Estas alterações, vale lembrar, têm incidências éticas e não apenas técnicas e metodológicas. Neste contexto, outro aspecto muito relevante nos últimos vinte anos na cidade de São Paulo, é a presença da Universidade na formação de psicanalistas. E aqui uma segunda questão precisa ser formulada: a psicanálise é um conhecimento e uma prática que pode ser transmitida nos limites do ensino universitário?

Essa questão sempre foi levantada por psicanalistas vinculados aos institutos de formação externos à Universidade, na maior parte das vezes articulada a uma resposta negativa. Por outro lado, psicanalistas professores universitários passaram a se manifestar defendendo o caráter pluralista e não dogmático do ensino da psicanálise nas universidades em oposição a uma transmissão em geral presa a dogmatismos e sectarismos encontrados nas instituições psicanalíticas de formação. Não é de hoje o forte debate que envolve a inserção e o ensino da psicanálise na Universidade. O fato novo em São Paulo (mas, de forma geral, em todo o Brasil), no entanto, é a criação nos últimos anos de um número cada vez maior de cursos de extensão, especialização e núcleos de pós-graduação dedicados ao estudo da psicanálise nas grandes universidades. Mas o que se pretende, exatamente, com o ensino de psicanálise na Universidade? A que e a quem ele se propõe a servir? Vários setores ligados à formação psicanalítica insistem que não se deve confundir cursos de teoria psicanalítica nas universidades, com cursos de formação de psicanálise. De um lado, se isto costuma ser evidente para a maioria dos professores, nem sempre o é para os alunos que procuram estes cursos. E, por parte das instituições universitárias, títulos acadêmicos como Doutor em Psicanálise, ou Especialista em Psicoterapia Psicanalítica, conquistados pelos alunos, não deixam de ser ambíguos. Estas questões têm ganhado novos contornos nos últimos 10 anos com a criação de cursos de especialização com supervisão e atendimento de pacientes nas clínicas-escola, como é o caso de três só no Instituto de Psicologia da USP. E, é claro, a aprovação do título de especialista pelo Conselho Federal de Psicologia colocou de forma ainda mais evidente o debate de “quem” forma um especialista em Psicologia Clínica – Psicanálise. Entendo que questões teóricas, técnicas e éticas definem a necessidade de se colocar em debate os temas acima apontados e é este o principal objetivo do presente trabalho. Ao lado disto, pretende-se a ampliação do debate e a sugestão de alguns novos rumos a partir da ilustração destes temas por meio de relatos de experiências vividas pelo autor.

**Palavras-chaves:** Psicanálise, Formação Profissional, Ética, Universidade

**Trabalho:** O sofrimento na contemporaneidade e as possibilidades a partir de Winnicott e Lacan

**Autor(es):** Charles Elias Lang

**Resumo:** A psicanálise freudiana principia com a experiência histórica e com o modo como o pai ali comparece. O pai e a repressão são termos vizinhos e ordenam a rede conceitual freudiana. Se na neurose há um fracasso da repressão, o que permite o retorno no recalado sob a forma do sintoma e a queixa do sintoma, o pai é um pai que já não encontra mais eco à sua palavra: ele é questionado, desvalido e desautorizado. Um pai em franco declínio e que, para afirmar-se, vale-se de figuras que a histeria, através de sua sintomatologia e de uma forma ambígua, denuncia: um pai paradoxalmente sedutor, violador e impotente. No entanto, o pai autoritário, perverso e violador acoberta um pai débil. A histeria, e depois a neurose obsessiva, aparece como uma tentativa de dar conta disso e é um elemento importante no desenvolvimento de formas sociais conseqüentes no plano político, tais como os movimentos feministas do século XX. Hoje, parece, não há mais proibidos e nem símbolos potentes que acobertem o impossível. E não precisamos mais lidar, tão diretamente com a repressão; em contrapartida, não podemos mais acusar Deus ou o pai por não podermos fazer tudo aquilo que achamos ser possível. Não dá mais para pôr a culpa no outro ou ver no outro o empecilho, e as neuroses clássicas já não comparecem ao consultório do analista de modo preponderante. Aí é que, parece-nos, pode começar um diálogo clínico pós-freudiano entre aqueles que se orientam pelo ensino de Winnicott e aqueles que se orientam pelo ensino de Lacan. Já não é um começo de consenso que, a partir de Winnicott, determinadas configurações subjetivas começaram a ser pensadas como “pré-edípicas” e que, como tal, exigem menos interpretação (mais reservada às patologias ditas “edípicas”) e mais holding e manejo da transferência? Creio que o diálogo clínico poderia principiar por esse ponto justamente porque Lacan não cede em relação ao Édipo. Para Lacan não há “pré-edípico” sem o Édipo, o Édipo mantém-se como referência constante. Uma discussão clínica poderia nos mostrar, nesse aspecto, o que Winnicott e Lacan compreendem por Édipo, antes mesmo de começar a defesa de um “paradigma edípico”. Tal ajudaria a situar o lugar do analista lacanian e o lugar do analista winnicotiano. Acredito que este seria o ponto de partida para que as diferenças de perspectiva se elucidassem, e é a partir daí, acreditamos, que

podem ser pensadas algumas questões contemporâneas, desde as assim chamadas “novas doenças da alma”, “novas economias psíquicas” ou “novas configurações subjetivas”, até o modo como se dá a formação do analista e o que dele se pode esperar.

**Palavras-chaves:** Psicanálise, Sofrimento, Lacan, Winnicott

**Trabalho:** Aspectos da formação dos psicanalistas hoje, no Brasil

**Autor(es):** Octavio Almeida de Souza

**Resumo:** A formação do psicanalista hoje, no Brasil de modo particular, mas certamente também na maior parte dos países em que há psicanálise, passa por mudanças que merecem um esforço de avaliação. Tais mudanças, em sua maior parte, não são consequência de um esforço de aperfeiçoamento da formação propriamente dita, mas do movimento mais amplo de mudanças nas instituições psicanalíticas, no ensino da psicanálise, e, também, no enquadramento e no método psicanalítico. No que diz respeito às instituições psicanalíticas, a maior mudança acontece a partir do movimento lacaniano de dissidência da IPA. Aqui são dois os aspectos a serem destacados. Em primeiro lugar, o das mudanças intencionais na formação do psicanalista tais como instituídos de início na Escola Freudiana de Paris a partir de 1967. Em segundo lugar, e de modo muito mais importante, os efeitos não intencionais da quebra que tais mudanças representaram para o quase monopólio da formação psicanalítica até então detido pela IPA. O efeito, até certo ponto contrário ao desejado por Lacan, foi o de um afrouxamento importante do vínculo do psicanalista com as instituições psicanalíticas e o da pulverização dos critérios para o reconhecimento do psicanalista. Quanto ao ensino da psicanálise, a maior mudança é a importante disseminação do ensino da psicanálise na Universidade, nos cursos de graduação, mas principalmente nos cursos de pós-graduação lato e stricto sensu. Embora os cursos de pós-graduação não tenham o objetivo explícito de formar psicanalistas, o que realmente acontece é que um grande número de jovens psicanalistas passa a desenvolver a quase totalidade de seus estudos em psicanálise no âmbito da Universidade. Acrescente-se a isto que muitos cursos de graduação e de pós-graduação, lato sensu principalmente, oferecem estágios supervisionados em clínica psicanalítica. A mudança do pólo transferencial da Instituição Psicanalítica para a Universidade implica num processo de mudança na qualidade da transferência dos psicanalistas entre si, e também para com a própria psicanálise, que apenas começa a se fazer sentir. Por fim, as mudanças no enquadramento e no método psicanalítico com vistas ao tratamento dos sofrimentos psíquicos não-neuróticos têm por consequência mudanças na sensibilidade dos psicanalistas que ultrapassam a especificidade dos quadros não-neuróticos e que se estendem para o estilo do acolhimento psicanalítico de modo geral. A diferença entre psicanálise propriamente dita e psicoterapia tende a se esvanecer. Torna-se perfeitamente possível que a análise pessoal do psicanalista atual se confunda com o que antes seria considerado apenas uma psicoterapia. Psicanalistas cuja análise pessoal jamais ultrapassa a regularidade de uma sessão hebdomadária torna-se coisa cada vez mais plausível. A qualidade da experiência transferencial dos próprios psicanalistas no lugar de analisandos modifica-se fortemente. Embora o tripé análise pessoal, ensino e supervisão ainda permaneça como a base sobre a qual se apóia a formação do analista, na verdade o valor transferencial de cada um dos componentes do tripé se altera de modo bastante amplo. Análises pessoais com sessões espaçadas no tempo, levadas a efeito com pouca ou nenhuma transferência a qualquer instituição psicanalítica, ensino fornecido pela universidade com tudo o que implica no estilo da transmissão, supervisões levadas a efeito em espaços clínicos universitários, tudo isto aponta para um conjunto de psicanalistas que necessitam reinventar os vínculos que os unem. É claro que tais vínculos serão reinventados com ou sem reflexão, por força das circunstâncias. Mas um pouco de reflexão talvez não seja algo totalmente isento de perspectivas de influenciar o quadro para o qual caminhamos. A proposição de alguns ideais para a formação do psicanalista talvez ainda guarde um lugar significativo no campo gravitacional que se constitui nas condições atuais da formação dos psicanalistas.

**Palavras-chaves:** Psicanálise, Formação Profissional, Psicoterapia, Universidade

**Atividade:** PSICOLOGIA NA PRÁTICA FORENSE

### **(Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Panorama da Psicologia no Contexto Forense

**Autor(es):** Antonio de Pádua Serafim

**Resumo:** A prática forense, mais precisamente a realização de perícia psicológica, por um longo período foi restrita e predominantemente uma prática médica. Ao psicólogo quando solicitado, cabia contribuir com dados objetivos, sobre o sujeito em perícia, principalmente, através da psicometria (verificação do quociente de inteligência - QI), da idade mental e em algumas situações com o exame da personalidade com o Teste Miocinético (PMK) de Myra y Lopez, visto que, no Brasil não diferente da história mundial, a prática forense foi iniciada pela Psiquiatria, (melhor situando pela medicina legal). Entretanto, a fundamentação da psicologia enquanto trajetória científica se diferencia da Psiquiatria no tocante ao foco loucura e suas implicações. A Psicologia estabeleceu além do espectro da loucura também, a análise dos processos comuns a todo ser humano. Seu objeto foi o de estabelecer também as condições "normais". A evolução do conhecimento da psicologia permitiu a expansão de uma prática além do laboratório. A necessidade da compreensão das leis e fatores que regem a relação entre a vida mental e a expressão do comportamento, ao longo do tempo foi sendo explorada pelo desenvolvimento e concepções das várias escolas da psicologia. Sendo assim, o papel forense do psicólogo na realidade Brasileira atual ganha gradativamente um escopo com maior definição, quanto a sua importância, sua abrangência e reconhecimento, que engloba desde o processo da avaliação psicológica (psicodiagnóstico forense) a implantação de recursos terapêuticos para as vítimas e agressores em diferentes contextos. O objetivo deste trabalho visa à apresentação um panorama da prática do psicodiagnóstico no contexto forense, isto é, a perícia psicológica na atualidade. O psicodiagnóstico voltado à área forense visa determinar as possíveis causas que levaram um determinado indivíduo a manifestar uma conduta incompatível às normatizações vigentes de uma determinada sociedade. E ao Psicólogo Forense cabe investigar os seguintes sistemas: Neuropsicológico; Psicossensorial; Expressivo; Afetivo; Cognitivo; Vivencial e Político. Considerando esses sistemas a estrutura do protocolo para realização do psicodiagnóstico compreende: A Entrevista Diagnóstica para avaliação a afetividade, expressividade e vivências políticas; Entrevistas Estruturadas para avaliação psicossensorial; Instrumentos para avaliação cognitiva; Inventários e Escalas para investigação da afetividade; Avaliação neuropsicológica que visa à detecção das disfunções psíquicas, comportamentais e cognitivas de origem cerebral aplicados ao: Direito Penal (Incidente de insanidade mental); Direito Civil (Interdição Anulação de casamento e separação litigiosa; Capacidade de "testar"- testamento; Modificação de guarda de filhos; Regulamentação de visita e avaliação de transtornos mentais em ações de indenização). Direito do Trabalho (Acidentários e doenças profissionais; Doença decorrente das condições de trabalho; Indenizações, doenças crânio e encefálicas; Erro ou negligência médica e hospitalar e Intoxicações (chumbo, mercúrio, monóxido de carbono, outras)). A prática da psicologia no contexto forense possibilita além de uma classificação diagnóstica, uma possível correlação entre a manifestação comportamento e funcionamento psíquico da pessoa em estudo.

**Palavras-chaves:** Psicologia Forense, Perícia Psicológica, saúde Mental, Avaliação Psicológica

**Atividade:** PRÁTICAS PSICOLÓGICAS INSTITUCIONAIS COM O REFERENCIAL DA DINÂMICA DE GRUPO: UMA EXPERIÊNCIA SUPERVISIONADA  
**(Experiências em Debate)**

**Trabalho:** PRÁTICAS PSICOLÓGICAS INSTITUCIONAIS COM O REFERENCIAL DA DINÂMICA DE GRUPO: UMA EXPERIÊNCIA SUPERVISIONADA

**Autor(es):** Maria Vilani Maia Sequeira, PERINA DE FÁTIMA AGUIAR COSTA

**Resumo:** A experiência reflete as vivências compartilhadas com um grupo de estagiários do Centro Universitário Nilton Lins, na cidade de Manaus/Am, na disciplina Estágio Básico, numa instituição sem fins lucrativos de natureza filantrópica, com objetivo de prestar assistência a

peças carentes, promovendo a família, a criança, o adolescente e ao idoso, a capacitação humana, a promoção integral, moral e espiritual, por meio de programas sócio-familiar e sócio-educativo. A disciplina Estágio Básico, por ser um momento inicial do acadêmico é vivido com ansiedade, insegurança, receio e medo de atuação. As instituições conveniadas com a faculdade contribuem na inserção do acadêmico no universo prático, mediante a observação de atividades realizadas pelo psicólogo, recebendo orientações e acompanhamentos do profissional local e da supervisão na instituição de ensino. Os estagiários entendem o Estágio Básico como uma prática clínica, questionando a ação observacional e as práticas da psicologia comunitária, pois muito dos serviços oferecidos pela psicologia, ainda estão presos a uma atuação psicoterápica. A parceria possibilitou a aplicação de atividades voltadas ao âmbito social e comunitário, com trabalhos de grupos voltados à promoção da saúde e cidadania. Contudo, as atividades realizadas na instituição foram norteadas pelos objetivos pretendidos na disciplina Estágio Básico, incluindo-se atividades práticas integrativas relacionadas às competências características do Núcleo Comum do curso de psicologia. Dentre as competências, destacam-se as relacionadas diretamente com atividades práticas, tais como, desenvolver, no futuro profissional, a qualificação para produzir conhecimento, a partir das experiências que a realidade social, institucional e intra-subjetiva o faz vivenciar. Possibilitar o desenvolvimento do raciocínio crítico, com capacidade autocrítica, integrando a teoria à prática, através de discussões grupais. A partir da realidade, no âmbito institucional, estagiários e supervisora, decidiram pela prática da formação de grupos, com ênfase ao grupo de adolescentes. As atividades em grupos dirigidas a esses jovens, promoveram no início, inquietudes e reflexões sobre as possibilidades de atuação do psicólogo na prevenção e promoção da saúde mental, em ações comprometidas para as transformações sociais e humanas. O referencial teórico adotado contribuiu na execução de estratégias de trabalhos fundamentadas em Grupos Terapêuticos, com aplicação da Dinâmica de Grupos, tomando os cuidados na aplicabilidade das técnicas. Os encontros aconteceram aos sábados pela manhã, na instituição conveniada, com oficinas, adotando as estratégias do psicodrama, permitindo discutir uma diversidade de temas pertinente ao universo dos adolescentes. Certamente alguns cuidados adotados para a inserção destas técnicas proporcionaram ao grupo de jovens, ressignificar seus espaços e se inserir de forma efetiva no mercado de trabalho e nas relações estabelecidas com seus familiares, anteriormente prejudicada por uma comunicação não efetiva no lar. A experiência foi considerada por ambos os grupos, como um momento enriquecedor de possibilidades para potencializar o diálogo nos diversos contextos.

**Palavras-chaves:** Estágio acadêmico, Supervisão acadêmica, dinâmica de grupo, Grupo de adolescentes

**Atividade: Diálogos sobre implantações das Diretrizes Curriculares nos Cursos de Psicologia da UFC, da UFMT-Rondonópolis e da UNIFOR (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Conquistas e Desafios do Projeto Político Pedagógico do Curso de Psicologia da UFC

**Autor(es):** Luciana Lobo Miranda, Veriana de Fátima Rodrigues Colaço, Verônica Moraes Ximenes

**Resumo:** O presente trabalho se propõe a discutir o novo Projeto Político Pedagógico do curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), iniciado em 2006.1 e pioneiro na implementação das novas diretrizes curriculares para os cursos de Psicologia no Brasil (Resolução n. 08 de 7 de maio de 2004) em uma Universidade Pública, que já tinha Psicologia há mais de 30 anos. Criado em 1974, a Curso de Psicologia da UFC mantinha o mesmo currículo desde 1991, atendendo a duas modalidades: Formação de Psicólogo e Licenciatura. O pioneirismo na implementação deve-se ao fato de que desde 2001, tendo a frente uma "Comissão do Projeto Político Pedagógico", composta por alunos e professores, corpo docente, corpo discente, funcionários e coordenação encontravam-se periodicamente em fóruns de discussão, com o objetivo de pensar a reforma curricular. Neste processo, também deve ser

destacado, a elaboração e aplicação de um questionário com propósitos diagnósticos para se conhecer e avaliar a realidade do curso, suas dificuldades e principais demandas. Ao longo dos últimos três anos, a discussão ampliou-se para além da mudança da matriz curricular, implicando um novo Projeto para o Curso de Psicologia da UFC, de seus princípios norteadores, objetivos e perspectivas do profissional que se pretende formar. O que se procurou foi uma profunda reflexão do presente curso, a fim de que se pudesse gestar um projeto que atendesse tanto as questões gerais à formação do psicólogo, como às especificidades de um curso inserido numa Universidade Pública, de uma das regiões mais sacrificadas do país, firmando-se assim como princípio básico para sua organização didático-pedagógica, a dimensão social. A partir do início de 2006 e de acordo com as novas diretrizes, o curso passou a ter a modalidade Formação de Psicólogo e a constar de um núcleo comum e de ênfases. Em nosso curso foram estabelecidas duas ênfases: Processos Psicossociais e a construção da realidade e Processos clínicos e atenção à saúde, distribuídas entre disciplinas e estágios. A idéia é de que as disciplinas obrigatórias de uma ênfase possam ser optativas para o aluno de outra ênfase. O novo projeto também prevê o estágio básico distribuído ao longo do quarto e quinto semestres, além de um percentual de disciplinas livres, que o aluno deverá escolher nos outros departamentos da UFC ao longo de sua formação. Atendendo a uma antiga reivindicação do Movimento Estudantil e da própria tradição da formação universitária, que compreende Pesquisa, Ensino e Extensão, o novo Projeto Político Pedagógico também prevê que 5% da carga horária do curso possa ser composta de Atividades Complementares. Assim, no segundo semestre de 2006, criou-se uma comissão com representantes de professores e alunos integrantes do novo Projeto, com objetivo de traçar parâmetros para as atividades complementares, incluindo atividades de extensão, pesquisa, monitoria, gestão, participação em congressos, publicação dentre outras. As estratégias pedagógicas norteadoras para o cotidiano do curso prevêem ações referentes aos seguintes aspectos: relação docente-discente; relação universidade, curso e sociedade; atividades de ensino, pesquisa e extensão; atividades práticas desenvolvidas nas disciplinas; ações conjuntas da Graduação e Pós-graduação; acompanhamento psicopedagógico; políticas de ações afirmativas; atividades científicas e culturais e mobilidade acadêmica. Por outro lado, a baixa reposição do corpo docente através de concurso, a pequena verba para manutenção e melhoria da infraestrutura das condições do curso, a estrutura ainda departamentalizada da Universidade são algumas das dificuldades enfrentadas em nosso cotidiano, e que só podem ser superadas através de uma política pública que priorize o ensino público de qualidade.

**Palavras-chaves:** Projeto Político Pedagógico, Participação, Curso de Psicologia

**Trabalho:** Implantação das Diretrizes Curriculares no Curso de Psicologia da UFMT Em Rondónópolis

**Autor(es):** Laura de Carvalho, Raquel Gonçalves Salgado

**Resumo:** Este trabalho trata-se de um relato de experiência sobre a implantação das Diretrizes Curriculares no Curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), do Campus Universitário de Rondonópolis. No quadro de oferta de cursos de graduação da UFMT, verificou-se, há algum tempo, a necessidade da implantação de um curso de Psicologia, não oferecido, naquela ocasião, por nenhuma instituição pública no Estado. Este é um dos motivos principais que justificou a implantação do Curso em questão, que tem como meta ampliar o quadro de oferta de cursos para a população mato-grossense e região, assim como atender às lacunas ocasionadas pelo número reduzido de psicólogos envolvidos com o trabalho profissional e de pesquisa nesse campo. Em abril de 2003, foi homologada a criação do Curso em questão, cuja implantação deu-se no ano de 2004, com a oferta de três perfis de formação, a saber: Bacharelado, Licenciatura e Formação de Psicólogo. Desde outubro de 2005, o Curso tem sido objeto de profundas análises e reflexões que convergiram para a construção de uma proposta de reestruturação curricular, com base nas orientações apontadas pelas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Psicologia. Em junho de 2006, o Curso passou por uma avaliação realizada por professores que fazem parte da Comissão de Especialistas em Psicologia do Ministério de Educação e Cultura/SESU, com vistas à sua autorização. Essa avaliação apontou, além da ausência de infra-estrutura para a realização das atividades acadêmicas do Curso, a

necessidade de reformulação da grade curricular anteriormente implantada, considerando as seguintes questões: a) a necessidade de definir os eixos estruturantes dos conteúdos do núcleo comum de formação, que devem nortear todos os perfis de formação ofertados no Curso; b) o redimensionamento da carga teórica e prática de algumas disciplinas, de modo a permitir uma melhor compreensão por parte dos estudantes da relação entre os conteúdos de fundamentação teórica e a análise de situações práticas; c) o ajuste da carga horária da formação de psicólogo conforme o que é exigido em âmbito nacional, posto que, na avaliação, esta foi considerada insuficiente; d) a definição de mecanismos claros de opção, por parte dos discentes, pelas ênfases e perfis de formação; e) a inclusão do estágio básico no núcleo comum de formação para o desenvolvimento das competências e habilidades básicas previstas para o curso de Psicologia, conforme prevêem as Diretrizes Curriculares. Em atenção ao cumprimento das orientações destacadas na avaliação da Comissão de Especialistas e com o intuito de buscar mais informações para uma melhor compreensão das exigências apontadas pelas Diretrizes Curriculares, um grupo de professores efetivos do Curso participou do “II Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão”. Nesse evento, tivemos a oportunidade de refletir e discutir junto aos pares as orientações para o ensino de Psicologia e os processos de reestruturação curricular pelos quais grande parte dos cursos está passando no presente momento, como forma de atender às exigências nacionais para o ensino de Psicologia. Isso desencadeou uma série de discussões que mobilizaram profundas mudanças na grade curricular, além daquelas oriundas das recomendações apresentadas pela equipe de avaliação do Curso, tais como: a) a oferta de apenas duas ênfases curriculares, articuladas com as áreas de conhecimento da saúde e da educação, considerando o perfil do corpo docente atual; e b) a suspensão temporária do perfil de formação do professor de Psicologia (Licenciatura em Psicologia), considerando o número, ainda limitado, de docentes que atuam no Curso e a restrição de campos de atuação do professor de Psicologia na região, tendo em vista a inexistência da disciplina de Psicologia no Ensino Médio. Com base nessas decisões, elaborou-se o Projeto Político Pedagógico que traça os princípios que fundamentam a nova grade curricular. Nesse Projeto, destaca-se como missão a formação de profissionais envolvidos com a produção e socialização de saberes psicológicos e com a atuação profissional, permeadas pelo compromisso ético-político diante das exigências decorrentes das transformações sociais e culturais do Brasil e do mundo atual e suas repercussões no contexto regional. Com o objetivo de implementar essa missão, bem como considerar o que está disposto nas Diretrizes Curriculares, o Curso de Psicologia prevê, além das disciplinas que compõem o núcleo comum, duas ênfases curriculares, que são: Processos de Subjetivação, Educação e Sociedade e Processos de Subjetivação, Saúde e Cultura. Diante da aprovação dessa grade curricular pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFMT, professores e estudantes, com apoio da administração superior da Universidade, têm envidado esforços para a operacionalização das metas estabelecidas no Projeto Político Pedagógico e, conseqüentemente, para a futura autorização do Curso de Psicologia no Campus Universitário de Rondonópolis.

**Palavras-chaves:** Diretrizes Curriculares, Curso de Psicologia, Avaliação de Curso

**Trabalho:** Implementando as Diretrizes Curriculares: a Proposta de Reformulação do Currículo do Curso de Psicologia da Universidade de Fortaleza

**Autor(es):** Armando Sergio Emerenciano de Melo, Osterne Nonato Maia Filho

**Resumo:** O presente artigo apresenta a reformulação do currículo do Curso de Psicologia da Universidade de Fortaleza, objetivando atender às novas demandas de um renovado quadro de artefatos legislativos, teóricos e profissionais de formação humana da sociedade contemporânea. Para fundamentar o processo de reformulação, compreendendo-se que, de um lado, pretende-se assegurar a participação na construção de um currículo comprometido com uma criteriosa formação teórica e metodológica, sem esquecer as dimensões do compromisso ético de reconstrução social, na direção de uma sociedade justa e igualitária e, de outro, salientam-se as questões mais particulares e locais, assegurando a diversidade, o respeito às diferenças e o apreço às práticas multiculturais. Do ponto de vista metodológico, ancoramos a proposta na tradição da pesquisa-ação, privilegiando as estratégias de desenvolvimento de seminários e



oficinas como meio de propiciar a elaboração coletiva do novo currículo do curso. Destacamos que apoiamos a intervenção na identificação da demanda dos sujeitos sociais comprometidos com a formação dos psicólogos, com o resultado da pesquisa com os egressos do curso e com a metodologia de planejamento estratégico. Definimos seminários temáticos como espaço de buscar informações atuais, refletir, discutir e produzir os conhecimentos necessários ao processo de reformulação do currículo e oficinas como o espaço de tomada de decisões. As oficinas têm como objetivo selecionar as diversas contribuições dos seminários e tomar as decisões necessárias para a construção do Projeto Pedagógico e do novo currículo. O percurso foi composto das seguintes etapas: formação das comissões dos seminários, preparação dos seminários, realização dos seminários, elaboração e compartilhamento dos relatórios dos seminários com a síntese das críticas e sugestões, oficinas para o levantamento das expectativas dos sujeitos sociais interessados na formação do psicólogo, realização de pesquisa com os egressos do curso, elaboração do planejamento estratégico do curso (definição da missão, visão de futuro, crenças e valores e diagnóstico do curso), e oficinas para elaboração da nova matriz curricular do curso de Psicologia com apoio de especialistas e participação de eventos apoiados pela ABEP. Especificamente percorremos as seguintes etapas: definimos o número de ênfases, de semestres e créditos da nova matriz curricular; identificamos as competências e habilidades por eixos estruturantes e por ênfases; definimos os temas organizadores de cada semestre; organizamos as competências e habilidades por semestre/eixo integrador; organizamos as competências em atividades/disciplinas, sistematizamos o estágio básico e das ênfases; e elaboramos as ementas e planos de ensino das disciplinas. Desta forma, estabelecemos um diálogo entre a formação do psicólogo e a reforma na educação com a nova LDB. LDB percebida como resposta as mudanças na realidade sócio-econômica, destacando a passagem do taylorismo-fordismo para a perspectiva toyotista de produção; o fim das qualificações e a educação por competências como base para a sociedade tecnológica; flexibilidade na política: neoliberalismo e globalização; e a educação contínua. Foi nesta perspectiva neoliberal que entendemos a proposta de Diretrizes em substituição ao Currículo Mínimo trazendo por um lado uma maior flexibilidade na elaboração do Projeto Pedagógico e por outro a impondo a avaliação sistemática como condição para garantir o controle na formação no ensino superior. Para a construção da matriz curricular consideramos os seguintes aspectos: formação desvinculada das demandas sociais; o predomínio da clínica e do privado; a formação reducionista em contraponto com a formação generalista e plural; o modelo 3 em 1 (profissional, bacharel e professor); e a abertura para as novas áreas emergentes. Especificamente, abordamos as diretrizes nacionais para os cursos de Psicologia principalmente nos seguintes temas: eixos estruturantes, ênfases, modelo de competências e estágio básico. Como resultados finalizando a última etapa da reformulação, que são as oficinas de identificação das competências e habilidades que serão desenvolvidas no núcleo comum e nas ênfases escolhidas pelo curso. Como resultados da reformulação destacamos o estabelecimento das competências e habilidades a partir dos eixos estruturantes, um núcleo comum generalista e plural, o aumento do número de créditos para disciplinas optativas, a adoção de atividades complementares e definição de três ênfases para escolha de duas.

**Palavras-chaves:** Diretrizes Curriculares, Competências e Habilidades, Curso de Psicologia

**Atividade:** A prática do plantão psicológico na formação profissional: Reflexões a partir da experiência (Paineis)

**Trabalho:** A prática do plantão psicológico na formação profissional: Reflexões a partir da experiência

**Autor(es):** Cynthia Araújo Mota, Symone Melo, Natalya Lima de Vasconcelos, Breno Silva Machado, Angélica Andrade F. Melo

**Resumo:** A psicologia clínica tem passado por importantes transformações nas últimas

décadas. O modelo tradicional de clínica, pautado no modelo médico, tem sido alvo de críticas, que apontam uma excessiva ênfase nos aspectos intrapsíquico e psicopatológico e uma concepção de sujeito abstrato e descontextualizado. A inserção do psicólogo em instituições, especialmente no âmbito da saúde pública, vem provocando questionamentos e apontando novos caminhos ao fazer clínico. Observa-se um movimento em direção a uma maior articulação entre a clínica e o contexto social, o que se traduz na adoção de uma concepção de subjetividade resultante de uma construção social e histórica. Tal movimento implica modificações nos referenciais teóricos e promove reflexões sobre o compromisso ético do psicólogo (Dutra, 2004). A transposição do modelo clínico tradicional ao espaço institucional mostrou-se ineficaz. O sofrimento psíquico na contemporaneidade exige do psicólogo novas respostas a demandas emergentes. Levar a escuta e o acolhimento clínicos para além do setting tradicional constitui-se num desafio ao psicólogo na atualidade, desafio que exige do profissional a disposição, flexibilidade e criatividade necessárias à reinvenção da clínica. Dentre os esforços empreendidos na busca de respostas às demandas feitas à psicologia na contemporaneidade, o plantão psicológico destaca-se como uma modalidade de intervenção em aconselhamento psicológico que apresenta alternativas a muitas das inquietações suscitadas, especialmente no tocante à aplicabilidade da Psicologia em instituições (Tassinari, 1999). O presente trabalho é fruto de uma atividade prática em plantão psicológico realizada por alunos do curso de graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Trata-se de uma avaliação, por parte dos alunos, da experiência vivenciada, buscando refletir sobre as contribuições desta modalidade de intervenção na formação profissional. Durante o período de agosto a dezembro de 2006, alunos do 8º período, inscritos na disciplina “Aconselhamento Psicológico” realizaram atividade prática de plantão psicológico em algumas instituições do município de Natal: Delegacia Especializada no atendimento à mulher vítima de violência; Delegacia Especializada no atendimento à criança e ao adolescente vítimas de violência; Casa de Apoio à criança com câncer Durval Paiva; Pronto-Socorro Clóvis Sarinho e Serviço de Psicologia Aplicada - clínica escola do curso de Psicologia da UFRN. Após estudos teóricos sobre esta modalidade de intervenção psicológica, trocas de experiência com profissionais de instituições de outros Estados que realizam pesquisa-intervenção neste campo e contatos prévios com as instituições envolvidas, os alunos inscritos foram distribuídos entre os diversos locais destinados à prática. Em horários previamente determinados, colocaram-se à disposição para o atendimento em plantão à clientela que, informada sobre a existência do serviço naquele local, o procurava espontaneamente. Após a conclusão da atividade prática foi realizada uma pesquisa, objetivando avaliar a experiência. O método utilizado foi a entrevista semi-estruturada, com um roteiro de questões que incluíam o conhecimento anterior do aluno sobre o tema, definição de plantão construída a partir dos estudos realizados e experiência vivenciada, opiniões sobre este tipo de intervenção e sentimentos/impressões suscitadas a partir da experiência. Dos 39 alunos envolvidos no projeto, 32 participaram da pesquisa. Os dados revelaram que 89.74 % dos alunos entrevistados não tinham conhecimento prévio sobre o plantão, fato surpreendente tratando-se de alunos do 4º ano de graduação. Os alunos que já conheciam o plantão (10.26%) não sabiam com propriedade do que se tratava e as informações que possuíam não haviam sido adquiridas no âmbito acadêmico. Ao serem instigados a opinar sobre o plantão enquanto modalidade de intervenção psicológica os alunos emitiram declarações positivas em relação ao mesmo, destacando a sua utilidade em diferentes contextos. Nas definições de plantão construídas a partir dos estudos teóricos e experiência prática destacaram-se termos como “escuta” e “acolhimento”, sendo o plantão considerado um espaço de acolhimento, uma escuta específica, diferenciada, atenta, voltada a demandas emergenciais, que busca uma maior compreensão por parte do entrevistado sobre si mesmo e suas questões. A descrição e caracterização do plantão presente nas respostas aproximaram-se bastante dos conceitos encontrados na literatura. Em meio aos relatos surgiram declarações sobre as dificuldades vivenciadas, a maioria das quais enfocando aspectos específicos da atuação e das habilidades pessoais necessárias. A articulação teoria-prática foi valorizada pelos alunos que destacaram que a saída do espaço universitário ampliou a compreensão sobre a importância da atividade do psicólogo, os limites de sua atuação e a necessidade do compromisso social por parte deste profissional. A pesquisa demonstrou o impacto da experiência na formação profissional. As narrativas revelaram uma mudança de perspectiva em relação ao plantão psicológico. Os alunos que, inicialmente, mostraram-se pouco informados e reticentes em relação a tal modalidade de intervenção, desenvolveram, a partir da prática e discussões suscitadas, uma concepção positiva

acerca do plantão, ampliando a noção de clínica para além do enfoque tradicional e refletindo sobre novas possibilidades de atuação.

**Palavras-chaves:** Plantão Psicológico, Aconselhamento Psicológico, Clínica, Formação Profissional

**Atividade:** RELATO DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA COMUNITÁRIA  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** RELATO DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

**Autor(es):** Eucione Santana Maia, Cintia Karla Xavier Silva

**Resumo:** INTRODUÇÃO: O trabalho apresentado surgiu a partir da disciplina Estágio Supervisionado em Psicologia Comunitária. Fez-se um levantamento através de observações e coleta de informações a partir das falas em diálogos com usuários e alguns colaboradores, das peculiaridades institucionais do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II) de Palmas – TO. Assim a proposta de trabalho dentro da instituição buscou compreender a importância do trabalho artesanal realizado pelos usuários do CAPS II, enquanto grupo comunitário, que possa ser redirecionado como fonte de geração de renda bem como possível agente modificador no processo da Saúde Mental e Inclusão Social. Para Knoke (1981), a mudança social significa a mudança das relações entre esses grupos, que podem ser compreendidas em termos de diferentes polaridades ao longo de um contínuo que vai do comportamento social interindividual ao comportamento social intergrupo. METODOLOGIA: Após observação e diagnose da instituição, fez-se um levantamento do material (artesanato) que já estavam confeccionados, logo após fez-se uma seleção das peças que iriam para o Bazar. Foram selecionados, quadros, tapetes, sextas, etc. Para a exposição, fez-se contato com a instituição de ensino superior na qual a estagiária cursa sua graduação em Psicologia, disponibilizando o saguão de entrada, por onde passam alunos e funcionários. Agendado o dia para o evento fez-se a divulgação para a comunidade e usuários através de um meio de televisão local. O Bazar foi realizado somente em um dia, devido ao cronograma de estágio e as atividades do CAPS. Participaram do Bazar 5 usuários do CAPS, 1 Psicóloga, 1 Terapeuta Ocupacional e a estagiária. O artesanato foi distribuído pelo saguão de forma que todos pudessem conhecer o trabalho realizado pelos usuários. RESULTADOS: Observou-se num grupo de cerca de 25 usuários do CAPS, a propensão em estarem envolvidos com as atividades artísticas, como pinturas em tela, bordados, desenhos manuais com temas livres, origames, objetos feitos de matérias recicláveis, entre outros, estas atividades são desenvolvidas a partir da orientação da equipe técnica que ali desenvolve seus trabalhos. Considera-se que tais atividades possam ser lucrativas para os próprios usuários, porém tendo como função primordial ser intermediário na busca pela identificação enquanto sujeitos, como também promover a inserção e interação com outras comunidades despertando-as para reflexões com ênfase no compromisso da cidadania e da igualdade social, dando assim, o pontapé inicial para estas práticas. O I BAZAR foi relevante, considerando que não se esperava atingir uma multidão de pessoas, ou mesmo de vender todos os objetos expostos, porém a mobilização dos usuários, técnicos e estagiário foi importante para reconhecimento da capacidade de produção artística dos usuários deste CAPS. CONSIDERAÇÕES: Esta foi a primeira ação de economia solidária com vistas a inclusão social e promoção da saúde mental, sendo que realizar um trabalho de estágio em comunidade fez importante para a compreensão teórica adquiridas no meio universitário, bem como visualizar a amplitude que se pode ter da Psicologia como seguimento teórico aplicável e a sua diversificação nas áreas de atuação. Pode-se neste trabalho obter uma visão macro dos acontecimentos bio-psico-social que envolvem os usuários do CAPS. Uma das grandes dificuldades encontradas foram quanto ao espaço físico ou mesmo a morosidade dos órgãos governamentais que em princípio estão a frente dos projetos do CAPS. Alguns recursos solicitados para melhoria e andamento das atividades cotidianas são em muitas vezes atrapalhadas, por não serem priorizadas. Entretanto, as questões políticas não foram enfatizadas neste trabalho, pois o que se priorizou de início ao fim foi quanto ao cumprimento das propostas estabelecidas no decorrer do estágio. Prioritariamente, este trabalho se destinou a despertar nos membros da

comunidade em questão que são capazes, cada um com sua particularidade, de desenvolverem atividades pertencentes ao mundo econômico, visando à inserção social e a desmistificação da não-produção dos portadores de transtornos mentais diante de outras comunidades. Esta foi a primeira iniciativa de incentivo para que este modelo de atividade torne-se parte cotidiana da comunidade/campo. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:KNOKE, Augusto. et all. Mudança Social e Psicologia Social. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

**Palavras-chaves:** Psicologia Comunitária,CAPS,economia-solidária

**Atividade: A saúde mental em quatro hospitais universitários (Mesas Redondas)**

**Trabalho:**Psicanálise e Universidade: transmissão a partir da clínica em Residência de Psicologia.

**Autor(es):** Andréa Hortélio Fernandes,Sonia Alberti

**Resumo:** A presente proposta pretende investigar a transmissão da psicanálise em residências de psicologia clínica vinculadas a duas universidades, sejam elas: UERJ e UFBA. Para tanto, examinará duas experiências em dois hospitais que aceitaram o curso de residência na área da psicologia, para nomeá-los: o Hospital Universitário Pedro Enersto(RJ) e o Hospital Juliano Moreira (BA). Em ambos esses hospitais, a preceptoria da residência pode ser de um professor de psicologia que seja também psicanalista, como é o caso das autoras. A articulação do trabalho no hospital, onde predomina o discurso médico, com o trabalho de preceptoria como professor da residência, onde a psicanálise mostra-se como o avesso do discurso do mestre, promove inúmeras perguntas de que apresentaremos alguns desenvolvimentos, a começar pelas questões de diagnóstico e de encaminhamento dos casos clínicos. Examinaremos então em que medida a partir da prática clínica, nos hospitais, a psicanálise pode ser transmitida na preceptoria aos residentes. Na relação entre psicanálise e medicina nos hospitais gerais e nos institutos de psiquiatria se verifica a importância da fala não só para a escuta do paciente como também no intercâmbio institucional entre os diversos profissionais. Quando não há a circulação da palavra, enormes idiosincrasias podem ocorrer na clínica, como exemplificam alguns casos que observamos nos últimos dez anos. Quando ao contrário a palavra comparece, é possível sustentar mutuamente o trabalho, independente dos saberes e práticas implicados. Só então leva-se em conta o sujeito e a clínica se dá na plena extensão do conceito. A partir daí pode ser percebido que tanto a psicanálise pode aprender algo com a medicina e vice-versa. Visa-se com este trabalho sustentar a hipótese de que medicina e psicanálise são dois saberes que têm diferentes recortes da realidade e que é no respeito por essa diferença que o encontro das duas práticas pode ser o mais frutífero. Levantamos também a hipótese de que somente um posicionamento ético poderá viabilizar o desenvolvimento teórico-clínico necessário para verificar os pontos de intersecção e de exclusão entre os campos de atuação de cada uma dessas áreas do saber. Tal hipótese é de grande importância porque acreditamos haver uma dificuldade de conciliação entre os diferentes discursos existentes no hospital. Tal posicionamento ético só pode ser verificado na articulação com a teoria da clínica; razão de ser tão importante o aprofundamento teórico. Os profissionais, muitas vezes, não identificam os mesmos instrumentos de intervenção e, na tentativa de apagar diferenças, se gera um impasse dificultando o próprio respeito às diferenças no hospital e, mais importante ainda, a possibilidade para o acima referido desenvolvimento teórico-clínico. De um lado, isso se reflete no atendimento ao paciente, que acaba por se sentir perdido, sem saber o que fazer, frente às incongruências inerentes a tal indefinição. Se os discursos referidos a cada um dos saberes não estão devidamente manifestos, se as diferenças não podem ser claramente formuladas, então os técnicos tampouco podem saber quais são seus próprios limites, e quais são os limites do outro, e tais limites, por serem indefinidos, não podem ser respeitados. Em conseqüência, a contribuição que a clínica cotidiana do hospital poderia trazer para a teoria se perde, a produção de saber é estagnada e a riqueza do intercâmbio entre os diferentes saberes é, no mínimo, diluída, perdendo muito em sua possibilidade de construir contrapartidas. Finalmente, tentaremos estabelecer o que hoje se compreende como especificidade de cada um desses

saberes, tanto na teoria quanto na prática no hospital pesquisado, de modo a traçarmos linhas para identificar as principais semelhanças e diferenças das disciplinas em questão e as formas como poderão se articular, no futuro.

**Palavras-chaves:** Transmissão, Residência em Psicologia, Universidade

**Trabalho:** Notas sobre ensino e pesquisa em hospital universitário: o dispositivo clínico

**Autor(es):** Ana Cleide Guedes Moreira, Angela Flexa Di Paolo

**Resumo:** Neste trabalho apresenta-se algumas considerações sobre ensino e pesquisa, a partir de um estágio ministrado na graduação em Psicologia em instituição hospitalar. Tem como objetivo contribuir com os estudos que investigam em que condições é possível e desejável tornar operável o dispositivo clínico no hospital geral, mais especificamente, o dispositivo clínico concebido a partir da referência freudiana. Os marcos teórico-metodológicos da Psicanálise e Psicologia Institucional são os subsídios para tentar compreender como se constitui uma perspectiva que permita construir outras condições de possibilidade de atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde. Trata-se de uma proposta que rompe com o modelo clássico de clínica na medida em que lhe impõe desafios e apresenta o dispositivo clínico como uma atitude e não como cenário marcado pelo setting clássico dos consultórios privados. A extensão da Psicanálise e da Psicologia para as organizações e instituições sociais, nas últimas décadas, conduziu ao acesso a outros modos de subjetivação e a escuta das demandas das camadas populares, o que vem exigindo novos desenvolvimentos marcados pelo compromisso com aquilo que nelas é o excluído, o recalcado. Nessa perspectiva sustenta-se o estudo de caso como método de pesquisa indissociado da narrativa do processo analítico. A pesquisa clínica desenvolve-se no interior de um tratamento e exige que novas hipóteses sejam formuladas para problemas específicos que surgem à medida que prossegue a investigação. O contexto específico onde se dá o estágio tem grande relevância tanto para o ensino, quanto para a supervisão e a pesquisa. O trabalho em equipes multiprofissionais, a inserção do estagiário no serviço de psicologia do hospital e os agravos assistidos pelo hospital são aspectos fundamentais a considerar. Sabe-se que o impacto sobre a subjetividade de um diagnóstico de aids, em certos casos, atira o sujeito em uma melancolia que precisa ser tratada com urgência, de modo a prevenir graves conseqüências. Foi possível demonstrar, em um estudo de caso, que a associação melancolia e aids pode produzir insuficiência imunológica psíquica, onde um sujeito em profundo estado de desamparo e sem mecanismos de defesa do eu, se ausenta de qualquer possibilidade de um trabalho analítico e, até mesmo de todo contato humano. Esse estado extremo de depressão contribui, além do mais, para a recusa do tratamento, o agravamento do quadro orgânico e é seguido, às vezes, por um desenlace trágico. É nesse contexto que é oferecido, ao aluno, desenvolver pesquisa concomitantemente a realização do estágio, que também mantém seminários regulares onde se dá atenção ao estudo aprofundado da teoria, enquanto a supervisão busca extrair saber da prática. Lidar com pacientes gravemente enfermos é uma prática extremamente freqüente para estudantes em formação em hospitais e, a reflexão sobre a supervisão deve enfrentar questões que dizem respeito a dor, perda e morte e os efeitos subjetivos dessas vivências. Nesse sentido também se coloca em questão a análise pessoal que, não sendo uma exigência formal da graduação é indispensável para todo aquele que pretende ter acesso aos processos inconscientes. A questão de distinguir o que é flexibilização do dispositivo psicanalítico e aquilo que mais propriamente se coloca como resistência ao inconsciente é o fio condutor e indispensável de todo este trabalho.

**Palavras-chaves:** Dispositivo Clínico, Hospital, Psicanálise

**Trabalho:** Pensamento e Linguagem na Constituição Subjetiva: prática no pré-natal.

**Autor(es):** Daniela Chatelard

**Resumo:** Essa intervenção tem como objetivo oferecer reflexões teóricas e práticas acerca da experiência de estágio no curso de Psicologia na área de pré-natal. Esse estágio é oferecido pelo

Hospital Universitário de Brasília sob a supervisão da relatora deste, Daniela Chatelard, trabalho cujo referencial teórico aos alunos de graduação do curso de Psicologia/IP/UnB é a psicanálise. Gostaríamos assim, com essa proposta de trabalho, investigar essa prática, tão peculiar e clínica nos serviços de ambulatórios, no presente caso no acompanhamento pré-natal. Uma das modalidades de intervenção é o trabalho de "grupo de palavras" organizado pelos estagiários em supervisão na sala de espera do Ambulatório. Temos também aqui neste congresso a apresentação de um painel, organizado pelas estagiárias, referente ao projeto de extensão em ação contínua Prevenção e intervenção na área do pré-natal, sendo também parte do quadro de estágio curricular. Neste trabalho gostaríamos de enfatizar aspectos relacionados ao nascimento da constituição subjetiva. Para isso devemos considerar, além do aspecto corporal, noções como o pensamento e a linguagem. Sabemos o quanto o contexto familiar, social e cultural se entrelaçam nas experiências subjetivas. O romance familiar influencia na história de cada sujeito. Porém, com a psicanálise, aprendemos que a maneira pela qual cada singularidade subjetiva os primeiros jogos identificatórios do romance familiar e como cada qual, em sua singularidade, interage com seu núcleo familiar, isso determina sua posição subjetiva ante as primeiras experiências e fantasias infantis. A psicanálise longe de apagar essas tensões, oferece antes, instrumentos e recursos para lidar com essas tensões relacionadas à formação da constituição psíquica nos primeiros anos da infância. Miriam Szeger enfatizou a importância da transmissão transgeracional e suas incidências no psiquismo materno durante o período gestacional. Os conceitos tais quais: Transparência Psíquica, (M. Bydlowski) ou Permeabilidade do Inconsciente ( Raphael-Leff ) e o aspecto transgeracional (M. Szeger) orienta nossas reflexões. Podemos ainda acrescentar que sem levar em consideração a fantasia materna articulada à sexualidade feminina não há como pensar nas transmissões fantasmáticas e inconscientes para a formação da constituição psíquica do futuro bebê. Certamente os sintomas físicos ou psíquicos, sejam eles manifestados pelas mães, pelos pais, ou ainda pelos recém-nascidos, necessitam ser situados no contexto subjetivo de cada nascimento e devem ser considerados "sinais transgeracionais decodificáveis" (M. Szeger). O trabalho analítico na maternidade dá-se num momento particular de reatualização da filiação. Segundo Françoise Dolto, os conceitos de história, de pré-história, até mesmo de proto-história podem descrever uma palavra que se situa fora da criança e a supere. Este trabalho visa oferecer certas reflexões e contribuições sobre a experiência em Hospital com estudantes de psicologia articulado a sua importância na formação psicanalítica.

**Palavras-chaves:** Hospital, Prática, Psicanálise

**Atividade: Contribuições da Psicologia Ambiental para a formação profissional (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Contribuições da Psicologia Ambiental para a formação profissional

**Autor(es):** Ana Ludmila Freire Costa, Jose Q. Pinheiro

**Resumo:** Atualmente, a Psicologia tem se deparado com a abertura de novos espaços de atuação, que se dá, essencialmente, em organizações não-governamentais e diferentes setores do serviço público, voltados para o desenvolvimento social das classes menos favorecidas. Essa peculiaridade tem suscitado a reflexão sobre a prática profissional, principalmente no que se refere ao compromisso social da Psicologia. As novas demandas que se apresentam também implicam mudanças e atualização da formação acadêmica. É nesse sentido que tem emergido a Psicologia Ambiental como subárea da Psicologia, inicialmente voltada para a produção de conhecimento, mas também adotada como estratégia de auxílio à prática profissional e com pressupostos necessários à formação acadêmica. Para proporcionar uma prática contextualizada, profissionais da área tomam como base três necessidades urgentes: transformar o arcabouço teórico em práticas concretas; articular a época atual de mudança de paradigmas à convocação da sociedade civil para participar do debate e da ação; e, por fim, buscar estratégias para mudar rumos e pensamentos por meio do sócio-ambientalismo, ou seja, integrar as questões sociais às causas ambientais, que na verdade fazem parte do mesmo complexo, múltiplo, e contraditório processo. O objetivo deste trabalho é debater uma experiência de estágio curricular em Psicologia Ambiental, desenvolvido em um projeto de urbanização de

uma área de risco sócio-ambiental do município de Natal para acompanhamento de famílias remanejadas. O Projeto Integrado se materializou em duas frentes de atuação: a) o Projeto Urbanístico, que compreende as obras de construção de condomínios e equipamentos sociais (escola, creche, posto de saúde, centro de atividades), melhorias habitacionais e pavimentação dos acessos; e b) o Projeto de Participação Comunitária (PPC), que abrange atividades voltadas para o desenvolvimento social, econômico e ambiental da região, a fim de tornar a comunidade sustentável e promover a inclusão social das famílias. As principais atividades que compuseram o estágio curricular foram: (a) preparação da população local para as mudanças (físicas e psico-sócio-ambientais) decorrentes da intervenção; (b) informação à comunidade sobre práticas alimentares e curativas alternativas aceitáveis; (c) fomento da criação de unidades produtivas associativas auto-sustentáveis para geração de ocupação e renda; (c) campanha para preservação do meio-ambiente e das novas instalações da comunidade; (d) discussão da implantação do esgotamento sanitário condominial; e (e) formação/capacitação de Agentes Multiplicadores em Educação Ambiental. Entre tais atividades, destaca-se nesta comunicação o acompanhamento realizado junto a um dos grupos de famílias moradoras de área de risco ambiental, que foram remanejadas para unidades habitacionais construídas pelo projeto. A partir do diagnóstico realizado na comunidade foram identificadas 19 famílias moradoras em um tipo específico de área de risco, caracterizada por habitações precárias, do tipo "palafitas", sujeitas às ações das cheias do rio Potengi. Tais famílias são caracterizadas por terem renda indefinida e são compostas por 32 adultos, dos quais 18 são mulheres, com idade entre 18 e 30 anos e 12 delas nunca estudaram. Também moravam lá 10 crianças, 7 delas com idade até 5 anos. Para o desenvolvimento da ação, foram constituídos grupos de discussão com as mulheres adultas da área de risco. Eles objetivavam, majoritariamente, o resgate da auto-estima pessoal e comunitária e trabalhar questões relacionadas às mudanças (físicas e psico-sócio-ambientais) decorrentes da intervenção, buscando a melhor adaptação à nova situação, o maior benefício da intervenção e o bem-estar e melhoria na qualidade de vida desses moradores. Os temas previstos foram: apresentação do projeto e integração do grupo; resgate da auto-estima; topofilia e identidade de lugar; riscos e impactos sócio-ambientais; saúde e qualidade de vida; meio-ambiente e cidadania I (a importância da preservação e a questão do lixo) e II (o Rio Potengi e o mangue); e, por fim, o encerramento e avaliação dos grupos e das atividades. A partir das atividades desenvolvidas no estágio, percebeu-se que a Psicologia Ambiental tem efetivas contribuições para a otimização de projetos de gestão urbana. É fato que os moradores que passam por processos de remanejamento sofrem grandes impactos que comprometem sua qualidade de vida. Além disso, caso não haja um trabalho social efetivo, existe o risco das ações de organização comunitária não terem continuidade, o que significa a não preservação dos equipamentos comunitários adquiridos (creche, escola, posto de saúde) e, principalmente, das novas unidades habitacionais. Assim, compreende-se que os pressupostos da Psicologia Ambiental, como comportamento sócio-espacial, topofilia, conduta sustentável, perspectiva temporal, se tornam fecundos para auxiliar ações e estratégias voltadas para aspectos da relação homem-ambiente e as contribuições dessa subárea da Psicologia devem ser incorporadas na formação acadêmica e prática profissional do psicólogo como importante instrumento de intervenção.

**Palavras-chaves:** Psicologia ambiental, formação e atuação do Psicólogo, gestão urbana

**Atividade:** A atuação do psicólogo no atendimento ao egresso do sistema prisional. (Paineis)

**Trabalho:** A atuação do psicólogo no atendimento ao egresso do sistema prisional.

**Autor(es):** Alline Alves de Sousa, Fernanda Bernardes de Assis

**Resumo:** O Programa de Reintegração Social de egressos do sistema prisional é uma iniciativa do Governo do Estado de Minas Gerais e da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais, por meio do Núcleo de Prevenção à Criminalidade de Uberlândia e tem o objetivo de promover a reintegração social desses indivíduos a partir: da construção da cidadania, do fortalecimento do vínculo familiar, da inclusão produtiva através da qualificação profissional e da

criação de possibilidades de empregabilidade. O egresso do sistema prisional chega até o Núcleo de Prevenção à Criminalidade, com o intuito de buscar ajuda. Independentemente do delito cometido, essa pessoa que nos procura traz consigo uma história, geralmente marcada pelo preconceito e pela exclusão. Considerando que a compreensão do indivíduo na sua totalidade é essencial para a sua reintegração à sociedade e para a prevenção à criminalidade, o setor de Psicologia do programa realiza uma avaliação sócio-familiar, com levantamento de suas necessidades para a elaboração de um plano de desenvolvimento individual. O presente trabalho visou avaliar o perfil dos egressos, como também sua percepção com relação ao programa, investigando: os benefícios adquiridos, o atendimento oferecido pelos profissionais e as expectativas com relação ao programa. A pesquisa realizada foi de natureza qualitativa. A coleta de dados foi realizada por meio de uma entrevista semi-estruturada, direcionada a uma amostra aleatória de dez egressos, sendo executada durante os meses de outubro, novembro e dezembro do ano de 2006. Os egressos entrevistados eram do sexo masculino, tinham entre 22 e 55 anos de idade, analisando o nível de escolaridade, observou-se que 1 (um) era analfabeto, 7 (sete) apresentavam o ensino fundamental incompleto, 1 (um) apresentava o ensino fundamental completo e 1 (um) apresentava o ensino médio completo. Verificou-se por meio da interpretação dos dados que os egressos, de maneira geral, avaliam o atendimento oferecido pelo programa de maneira positiva, se comparado ao tratamento recebido no sistema carcerário. No entanto, na maioria das vezes, eles revelam ter uma expectativa de que o programa tenha uma perspectiva assistencialista, não considerando a importância dos aspectos subjetivos na (re) construção do projeto de vida. Os resultados da pesquisa foram importantes para o desenvolvimento e para a avaliação da eficácia do programa, servindo como fonte de dados para a estruturação do serviço de psicologia oferecido aos egressos e para um levantamento da prática profissional direcionada aos egressos do sistema prisional, que se constitui como uma nova demanda do psicólogo.

**Palavras-chaves:** reintegração social, egressos, subjetividade

**Atividade: Os desafios das práticas psicológicas na área jurídica (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Os Possíveis Papéis da Entrevista Psicológica no Judiciário

**Autor(es):** Lygia Santa Maria Ayres

**Resumo:** Abraçando algumas ferramentas disponibilizadas por Michel Foucault, Felix Guattari e Gilles Deleuze dentre outros, procura-se, nesse trabalho, problematizar o lugar que vem ocupando os laudos psicológicos em algumas das Varas de Família e da Infância, da Juventude e do Idoso do estado do Rio de Janeiro. Toma-se, como ponto de partida, concepções de família, proteção e assistência assumidas direta ou indiretamente por alguns psicólogos em processos de avaliação psicológica. Entendendo as entrevistas como dispositivos, procura-se evidenciar as noções de sujeito que sustentam essa prática. Em pesquisas realizadas pelo Programa de Intervenção voltado às Engrenagens e Territórios de Exclusão Social (PIVETES) da Universidade Federal Fluminense, foram analisados dados levantados em entrevistas com psicólogos efetivos do corpo técnico da Corregedoria do Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro, aprovados no primeiro concurso para psicólogos da Justiça, no ano de 1998, assim como laudos técnicos elaborados por alguns desses psicólogos atuantes em Varas da Infância, Juventude e do Idoso e em Varas de Família. No judiciário, o trabalho desenvolvido pela Psicologia trata, de forma geral, do levantamento, do conhecimento e do aprofundamento de questões ligadas à personalidade, à intimidade de cada sujeito envolvido no processo. Nas entrevistas realizadas e na elaboração dos laudos, os psicólogos se alimentam de determinadas convicções teórico-metodológicas, dentre elas a concepção do humano, de família e de entrevista. O contexto jurídico firmou-se, portanto, como palco de análises. Por contextos, entende-se os diferentes cenários que atravessam os sujeitos, constituídos pelo ambiente físico e social, pela estrutura organizacional e econômica, por macro e micropoderes, dentre outros que contribuem na produção de relações profissionais, afetivas e de poder entre os seus participantes. Não é possível pensar o contexto sem considerar as pessoas que dele participam e as relações que nele se estabelecem. Esses fios não podem ser percebidos de forma desarticulada, dissociada, separada, pois não existe contexto sem



sujeitos nem mesmo pessoas sem contexto. Ambos se constituem reciprocamente. Para analisar as práticas do psicólogo no judiciário, acredita-se ser necessário dar visibilidade aos trâmites processuais ali instaurados. Pretende-se, portanto, evidenciar como os atravessamentos de algumas instituições afirmam determinadas práticas/discursos, bem como relações socioeconômicas-políticas-afetivas. Em síntese, não se pode separar indivíduo e sociedade pois, o sujeito-contexto se constrói e se transforma nas/pelas práticas cotidianas. Finalizando, a opção por uma concepção de sujeito marca o caminho a ser tomado na entrevista. Isto é, os possíveis papéis a serem assumidos e desempenhados pelos psicólogos frente aos sujeitos encaminhados para avaliação.

**Palavras-chaves:** práticas psicológicas,entrevistas,judiciário

**Trabalho:**A prática da avaliação psicológica para fins jurídicos e o agir ético

**Autor(es):** Marcia Ferreira Amendola

**Resumo:** Ao analisar o percurso da Psicologia, verifica-se que a construção da Psicologia Jurídica erigiu-se principalmente a partir da práxis do psicodiagnóstico. Esta prática vislumbrava a verificação da autenticidade de testemunhos nos processos judiciais, denominada de “Psicologia do Testemunho”. Regulamentada pelo Conselho Federal de Psicologia, a Psicologia Jurídica emergiu como uma especialidade com o propósito de subsidiar as decisões judiciais por meio de perícias psicológicas. Entretanto, a inserção dos psicólogos na seara jurídica não ficou restrita aos profissionais concursados para atuar nesta instituição. Como um lugar de prática, novas e tradicionais modalidades de atuação profissional passaram a integrar o mercado de trabalho, expandindo a oferta de serviços de avaliação psicológica com fins jurídicos, via instituições públicas, organizações não-governamentais, perícia e/ou assistência técnica, contratadas pelas partes ou solicitadas pelo juízo. Embora essas práticas psicológicas possam ser adjetivadas jurídicas, por darem aporte ao Direito, profissionais e pesquisadores da área entendem que tal especialização não deve se restringir à demanda judicial de perícias para averiguação da periculosidade ou sanidade mental dos sujeitos em litígio. Entretanto, em pesquisa de Mestrado em Psicologia Social, desenvolvida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, foi possível verificar a predominância da avaliação psicológica e da produção de documentos para fins jurídicos em casos de denúncia por suspeita de abuso sexual de pais contra filhos. Observou-se, ainda, que tais documentos psicológicos têm sido objeto de contestação por muitos pais acusados falsamente de cometer abuso sexual contra os filhos no contexto da separação conjugal litigiosa. Esses pais alegavam que o procedimento dos psicólogos, para revelação do abuso sexual com a criança, parte da escuta exclusiva da denúncia feita pela mãe. Deste modo, os pais, descritos nos laudos psicológicos como agressores sexuais ou portadores de algum tipo de anormalidade psicológica que justifique a prática do abuso sexual contra crianças, têm buscado esclarecimento e reparação nas Comissões de Orientação e Ética dos Conselhos Regionais de Psicologia. Constatou-se, assim, que os Conselhos de Classe, no exercício da fiscalização e da ética, têm registrado um aumento no número de queixas contra psicólogos em razão de laudos emitidos para processos judiciais que versam sobre a indicação de abuso sexual de adulto contra crianças. Os aspectos que mais têm levado os psicólogos a serem processados eticamente referem-se às técnicas utilizadas, à condução do profissional durante a avaliação, à fundamentação das conclusões e à produção de um laudo parcial, quando apenas uma parte é avaliada. Nesse sentido, resta a dúvida: o que faz o psicólogo nesses lugares em que seu olhar técnico é requisitado? O que é ético fazer? Diante dessa perspectiva, tem sido desenvolvida uma pesquisa de doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UERJ com o objetivo de analisar a prática psicológica para fins jurídicos nos casos de denúncia de abuso sexual de pais contra filhos e relacioná-la ao agir ético. Diante desse cenário, conclui-se que o lugar do psicólogo é fundamentalmente ético e não técnico, já que é a um sujeito que endereça a sua prática.

**Palavras-chaves:** avaliação psicológica,Psicologia Jurídica,ética

**Trabalho:**Poder materno e síndrome da alienação parental: um estudo sobre a (des) patologização de comportamentos no contexto da separação conjugal

**Autor(es):** Analicia Martins Sousa

**Resumo:** Nos últimos anos, tem-se verificado a presença marcante de mães que recorrem aos Juízos de Família com uma variedade de argumentos na intenção de restringir, ainda mais, o regime de visitas paternas, dificultando, assim, a convivência entre pais e filhos. A partir do atendimento psicológico a mães e pais separados em instituição de assistência jurídica gratuita, observou-se que a postura de muitas genitoras em relação aos filhos e aos ex-cônjuges, com frequência, era a de quem se colocava como tendo o poder ou autoridade absoluta sobre a criança, a qual tende a ser tratada como objeto. Concomitantemente, verificou-se que essas mães instituíam sua lei, descartando, a seu tempo, aqueles que consideravam não ser o melhor pai ou pai ideal para seus filhos. Diante dessa perspectiva, vem sendo desenvolvida uma pesquisa de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no qual se pretende investigar a associação entre os comportamentos e atitudes de muitas mães guardiãs, no contexto da separação conjugal, e a Síndrome da Alienação Parental. Descrita, em meados dos anos 80, pelo professor de psiquiatria infantil Richard Gardner (EUA), como o processo de programação mental da criança, por parte de um dos genitores, para que rejeite e odeie o outro genitor sem justificativa, esta síndrome surgiria, principalmente, no âmbito das disputas de guarda dos filhos. Foi constatado que tal síndrome aparecia mais relacionada às mães, haja vista que a guarda dos filhos é atribuída a elas na maioria dos casos. Importa destacar que, na tradição histórica e cultural brasileira, são comuns os discursos em que vigora a exaltação do papel materno. Tais discursos, aliados ao crescente poder da mulher na sociedade, produzem/reproduzem e fortalecem valores, comportamentos, modos de ser e de viver, favorecendo o surgimento da figura da mãe superpoderosa nos dias de hoje. O poder exercido por muitas mães em nossa sociedade tem concorrido, em alguns casos, para o afastamento ou exclusão do genitor varão do convívio com seus filhos e, conseqüentemente, para uma filiação unilateral. Atualmente, vários especialistas e participantes de associações de pais e mães separados argumentam que tal exclusão ocorre como resultado da referida síndrome, portanto, como efeito de um processo de patologização de comportamentos no âmbito das relações familiares pós-divórcio. Com isso, muitos defendem a aplicação de testes psicológicos em cada um dos genitores nos casos de disputa pela guarda dos filhos, mediante a suspeita de ocorrência da alienação parental. Assim, identificado o genitor alienante, seu tratamento psicológico e possíveis sanções deveriam ser ordenados pelo Tribunal de Justiça. Diante de tais questões, conclui-se que a referida síndrome surge como resposta médica aos comportamentos e atitudes, exibidos por muitas mães guardiãs. Entretanto, não se pode analisar tais comportamentos e atitudes de forma individual ou isolada, posto que, constituíram-se ao longo do tempo, a partir de mudanças ocorridas tanto na legislação quanto nas relações de gênero.

**Palavras-chaves:** separação conjugal, poder materno, alienação parental

**Atividade:** Labirinto das Acusações  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** Labirinto das Acusações: as falsas denúncias de abuso sexual

**Autor(es):** Marcia Ferreira Amendola

**Resumo:** A violência sexual contra crianças tem se tornando um assunto intensamente debatido no cenário mundial da atualidade, especialmente, no que se refere à identificação, ao tratamento e à prevenção dos mecanismos de ação e efeitos deste tipo de violência na criança. Não obstante o mérito e a seriedade do tema, vislumbra-se uma carência de discussão e pesquisas científicas a respeito das falsas denúncias de abuso sexual. Tais denúncias, geralmente incididas sobre o pai no contexto da separação conjugal, com ou sem disputa pela guarda dos filhos, revelam o panorama de famílias que, com a separação conjugal, imergem em contendas judiciais. Verifica-se, desta forma, acusações mútuas acerca da pouca competência de cada genitor para com os cuidados dos filhos, assim como a exposição da intimidade da vida de cada um dos genitores, agravando o litígio parental. Nesse entrelaçamento de problemas emocionais

com questões jurídicas, especialmente quando crianças são disputadas por seus genitores após o momento da separação, há uma demanda pelo serviço do profissional de Psicologia para que este aponte para uma solução, visando ao melhor interesse da criança. Diante dessa perspectiva, foi desenvolvida uma pesquisa de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UERJ na qual analisou-se como vêm sendo desempenhadas as práticas dos psicólogos que atuam em instituições de referência para atendimentos de casos em que há alegação de abuso sexual contra a criança. Para este fim, foram analisadas as declarações de dez pais acusados de abusar sexualmente dos filhos, por meio de questionário enviado por correio eletrônico. Este material deu subsídio à realização de entrevistas presenciais com psicólogos em etapa posterior. Desta forma, foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas com cinco psicólogos de cinco instituições diferentes. As informações prestadas permitiram analisar aspectos como a abordagem teórica e os métodos de avaliação psicológica em casos de alegações de abuso sexual contra criança, incluindo uma discussão acerca da ocorrência de falsas denúncias de abuso sexual, a elaboração de laudos para a Justiça e as principais dificuldades na execução do trabalho de avaliação psicológica com crianças supostamente abusadas. A partir dessas informações, foi possível concluir que tais práticas tendem a privilegiar a palavra da criança, esta última, vista, por muitos, como aquela que deverá anunciar e qualificar a denúncia. Nesses termos, os pais são silenciados, excluídos do processo de avaliação psicológica, enquanto as crianças são colocadas no lugar de responsáveis por decidir questões jurídicas em nome de seus direitos.

**Palavras-chaves:** violência sexual contra criança, falsa denúncia de abuso sexual, prática profissional

**Atividade: ATENDIMENTO A PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO CONTEXTO ATUAL DE INCLUSÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE DE ASPECTOS DO FUNCIONAMENTO E DO ORÇAMENTO DE INSTITUIÇÕES (Paineis)**

**Trabalho: ATENDIMENTO A PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO CONTEXTO ATUAL DE INCLUSÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE DE ASPECTOS DO FUNCIONAMENTO E DO ORÇAMENTO DE INSTITUIÇÕES**

**Autor(es):** Ana Cristina Barros Cunha, Natália Vidal Luiz, Vanessa Siqueira Manhães, Anna Carolina F. de Andrade, Flávio Vieira Curvello, Kely Cristina Magalhães, Mariana Alves Gonçalves, Maurícia dos Reis Leandro, Michelly Xavier N. Mirailh

**Resumo:** É comum a pessoa com necessidades especiais, quer seja por indicação médica ou procura voluntária da família, freqüentar uma instituição de atendimento especializado, em que, em geral, recebe, entre outros, atendimento psicológico. Tais instituições assumem, então, o papel de ser um ambiente especialmente criado para promover o seu desenvolvimento e a sua inserção crítica e criativa na sociedade. De acordo com o PNE, Plano Nacional de Educação (BRASIL/MEC/CEB, 2001), uma das metas a serem cumpridas com vistas à implementação dessa inserção seria assegurar um apoio técnico e financeiro contínuo às instituições privadas sem fins lucrativos com atuação exclusiva em educação especial. No entanto, cabe questionar “quais os recursos que as instituições do sistema de atenção e atendimento especializado as pessoas com necessidades especiais dispõem para por em prática estratégias de inclusão?”. Nesse sentido, o objetivo do presente estudo foi realizar uma análise descritiva do sistema de atenção e atendimento às pessoas com necessidades especiais na cidade e na região metropolitana do Rio de Janeiro. Para tanto, foi investigada um total de 20 instituições que prestam atendimento a este tipo de população, a partir de aspectos relativos ao seu

funcionamento e orçamento, tais como: 1) tipo de instituição (pública, privada, ONG); 2) tempo de funcionamento; 3) apoio financeiro recebido; 4) frequência dos apoios recebidos; 5) previsão orçamentária. Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um protocolo de observação e registro dos indicadores de análise institucional, acima mencionados, de acordo com modelo proposto por Pereira e Simões (2000). Através de contato telefônico foi apresentado o objetivo da pesquisa e, com anuência da coordenação, foram agendadas visitas às instituições. A aplicação do protocolo teve como duração média duas visitas à instituição, em que foram solicitadas ao coordenador da instituição as informações necessárias para completar o protocolo, assim como a assinatura do termo de consentimento. A maior parte das instituições (n=19) eram privadas, sendo que dessas, 17 instituições eram sem fins lucrativos e 2 tinham fins lucrativos, já que cobravam pelos seus serviços. Do total das 20 instituições investigadas, apenas uma era organização não-governamental (ONG) e quase o total dessas instituições, ou seja, 18 funcionavam há mais de 10 anos em período de funcionamento integral, ou seja, atendimentos em horários pela manhã e a tarde. Como apoio financeiro, a maioria das instituições sobrevive de doações (n=13) e, para aquelas que recebiam subvenção do poder público, em 11 instituições esse apoio era insuficiente, já que para apenas uma instituição esse apoio representava mais de 50% no orçamento. Assim sendo, para manter o equilíbrio orçamentário, as instituições declararam ter as seguintes prioridades: 1) compra de material: n=7; 2) manutenção das instalações: n=13; 3) contratação de pessoal: n=10. Dessa forma, ainda que considerando o tamanho da amostra investigada, pode-se sugerir que o sistema de atenção e atendimento às pessoas com necessidades especiais na cidade do Rio de Janeiro carece de um apoio mais efetivo, permanente e suficiente, do poder público, já que a quase totalidade das instituições investigadas eram privadas, apesar de sem fins lucrativos, sobrevivendo de doações, convênios etc, pois o apoio financeiro que o governo deveria prestar para o funcionamento da instituição sequer representava 50% do orçamento das mesmas. Certamente, esta situação compromete o oferecimento de um atendimento especializado de qualidade as pessoas com necessidades especiais, o que fere a legislação atual, segundo a qual, uma das metas a serem cumpridas com vistas à inclusão dessas pessoas no contexto sócio-educacional e cultural mais amplo, seria assegurar um apoio técnico e financeiro contínuo, e não insuficiente como tem ocorrido, às instituições privadas sem fins lucrativos com atuação exclusiva em educação especial (PNE, Plano Nacional de Educação, BRASIL/MEC/CEB, 2001).

**Palavras-chaves:** INCLUSÃO, PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, INSTITUIÇÃO DE ATENDIMENTO, ANÁLISE INSTITUCIONAL

**Atividade:** DEVIR-PSICÓLOGO SOCIAL  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** DEVIR-PSICÓLOGO SOCIAL - PROPOSTA DE MODIFICAÇÃO DE NOSSAS PRÁTICAS 'PSI' E DE NÓS MESMOS, TOMANDO OS PROBLEMAS PELO MEIO

**Autor(es):** Marcio José de Araujo Costa

**Resumo:** Os manuais de psicologia social trazem, com frequência, definições de psicologia social tão problemáticas, que se transformam no primeiro e principal problema deste "ramo da psicologia". Com efeito, tais definições costumam asseverar que a psicologia social estuda o sujeito - conduta, representações etc. - enquanto inserido nas relações sociais. Logo, elas fazem supor que existe algum tipo de psicologia que estudaria o sujeito enquanto não inserido no social. Como pensar assim é absurdo, questiona-se se é possível ser psicólogo, ou fazer psicologia, sem fazer psicologia social. Entretanto, para complicar ainda mais esse problema terminológico de conseqüências epistêmicas, recentemente o Conselho Federal de Psicologia definiu a psicologia social como uma especialidade do campo 'psi'. Deste modo, poder-se-ia distinguir claramente a psicologia da psicologia social, assim como se distingue, por exemplo, a psicopedagogia da psicologia, o que nos leva a pensar que, sim, seria possível lidar com as pessoas, por meio dos saberes psicológicos em suas diversas especialidades, sem que aquelas estejam inseridas na sociedade... O presente trabalho visa a superar essa aporia, propondo e demonstrando que as próprias definições de psicologia social contidas na maioria dos manuais são absurdas, assim como abandonando qualquer tipo de defesa de um especialismo da

psicologia social como disciplina psicológica &#61485; sem por isso propor, no entanto, que qualquer prática 'psi' seja psicologia social. Neste sentido, cumpre pensar que a psicologia social é um devir, devir de teorias, práticas e agentes, que propicia a deriva de nossos "objetos", saberes e práticas, por meio de um desencaminhamento da própria psicologia e da transformação do próprio profissional, que se deixa afetar por devires diversos que o tornam, mesmo, um devir-psicólogo social. Primeiramente, questionamos a separação feita por R. Farr em Raízes da Psicologia Social Moderna entre uma psicologia social psicológica e uma psicologia social sociológica. Segundo os pressupostos do autor, a primeira forma de psicologia social teria raízes epistemológicas na filosofia cartesiana e a segunda, na filosofia hegeliana. Criticamos o fundamento dessas duas correntes filosóficas (o sujeito soberano e a teleologia histórica, respectivamente) por meio do questionamento do conceito de doxa, empreendido por Deleuze, em suas duas vertentes, o senso comum e o bom senso, bem como as problematizamos por meio das críticas à idéia de sujeitos, objetos e teleologia histórica feitas por Foucault, dando privilégio, alternativamente, às relações. Em segundo lugar, frente a esse desmoronamento gnosiológico, propomos analisar os acontecimentos por meio de um olhar esquizoanalítico, isto é, por meio da ferramentaria proposta por Deleuze e Guattari de abordagem da realidade e seus sujeitos, objetos e relações. Mediante os conceitos de agenciamento social, inconsciente maquínico, linhas de fuga, desterritorializações e reterritorializações, podemos compreender a subjetividade como sempre produzida pelas relações e devedora dos acontecimentos sócio-históricos. Deste modo, por meio desses instrumentos esquizoanalíticos - que podem se conectar com outras ferramentas oriundas seja apenas de Guattari, seja de sociólogos como Lourau e Lapassade, denominadas Análise Institucional -, percebemos que as instituições sempre permeiam nossas práticas, com suas histórias e lutas, tendo clareza de que elas são subjetividades, que produzem formas de subjetivação nos humanos. Analisar a história, as instituições, as práticas, as formas de pensamento e os sujeitos que daí emergem é perceber que estas "áreas" não se distinguem; que fazer psicologia social não significa tentar retornar a um ponto zero do conhecimento - pretensão inalcançável, porque impossível, dado que nós mesmos estamos nessa complexa teia, o que produz uma interminável análise de nossas implicações; e que se está instado, sim, a tomar os problemas pelo meio, porque tudo compõe um inumerável rizoma - e só mesmo com um saber rizomático poderemos tentar romper os nós de arborescência na prática psicológica, escopo desta psicologia social. Entretanto, como nessa perspectiva tudo está "conectado" a tudo, a psicologia social não pode ser considerada um saber de especialistas que conseguiriam compreender, prever e desatar os nós de um rizoma, mas sim um saber que pode ser utilizado por todo psicólogo, ainda que com mínimas exigências epistemológicas e ético-políticas. Dentre estas exigências, uma é primeira, fundamental e permanente: não colar o seu campo de intervenção (qualquer campo onde o psicólogo atue) a seu campo de análise (todas essas ferramentas, além de outras, que produzem a ininterrupta investigação do que se faz, do que se é e do que se produz como profissional e cidadão). Essa exigência mínima, que arrasta atrás de si inúmeros outros questionamentos e saberes intempestivos, produtores de uma radical desnaturalização da psicologia, da sociedade e das relações entre estas, é, em nossa perspectiva, a desejável ponta de desterritorialização quase sempre ausente da prática psicológica, geradora da linha de fuga onde emergem os múltiplos e sempre diversos devires-psicólogos sociais, destruidores de todo especialismo arborescente.

**Palavras-chaves:** Psicologia Social, Esquizoanálise, Análise Institucional

**Atividade: Percepção do Trabalhador admitido pela Lei de Cotas: (Paineis)**

**Trabalho:** Percepção do Trabalhador admitido pela Lei de Cotas: a identidade profissional

**Autor(es):** Victor de la Paz Richarte Martinez

**Resumo:** Contrastando com a realidade social, grupos classificados como minoritários (mulheres, negros, orientação sexual, deficiente físico, entre outros) são excluídos do mercado de trabalho formal por não atenderem a um paradigma organizacional: competência pré-estabelecida como código de acesso ao trabalho. As ações afirmativas mobilizadoras dos interesses dessas minorias exercem pressão política visando facilitar o ingresso nas

organizações. Algumas organizações, a exemplo de CPFL, Accenture, Serasa, entre outras do Guia Exame Boa Cidadania Corporativa de 2006, registram programas de responsabilidade social para atender a essa questão, enquanto a instância política criou um aparato legal. Uma das formas de inclusão social é a Lei 8213/91, que fixa cotas de emprego para profissionais portadores de deficiência, que variam de 2% para empresas com 101 a 200 colaboradores, a 5% com mais de 1000 profissionais contratados. Profissionais têm sido contratados com base legal, como cumprimento às exigências legais. Este estudo procura identificar os impactos psicossociais para o trabalhador portador de deficiência: qual sua percepção como profissional, qual o mapa de representação social projetado por ele, no qual ele se inclui e finalmente, os impactos na sua identidade profissional frente a esse contexto. O trabalho pretende contribuir com a discussão do sentido do trabalho para o profissional admitido nessas condições, assim como fomentar diálogos sobre o papel do psicólogo e dos gestores de pessoas nas organizações para a socialização saudável desse profissional que adentra a organização por essa iniciativa. É um estudo exploratório ancorado nos enfoques teóricos de identidade, o sentimento de pertença grupal e as repercussões psicossociais no processo de socialização em grupos de trabalho (Branden, 1997; Chanlat, 1993; Fleury, 1989; Limongi França & Rodrigues, 1996; Limongi França, 2004; Lipp, 2000; Tamayo, s.d.). O método abordado é o estudo de caso, realizado por entrevistas semi-estruturadas (Selltiz, Wrightsman e Cook, 1987). Por se tratar de uma investigação científica ainda em processo, conclusões não podem ser apresentadas, mas estima-se que colaborará como insumo teórico das melhores práticas que gestores de recursos humanos nas organizações podem dedicar às pessoas que são inseridas no quadro funcional, coadunando com a gestão de Qualidade de Vida no Trabalho e Responsabilidade Social Empresarial. Pretende-se que o artigo possibilite novas formas de ação mais adequadas para coligar competências pessoais dos portadores e demandas organizacionais, para além da imputação legal. Uma das limitações da pesquisa está atrelada à especificidade do estudo de caso, que dificulta uma generalização e aplicação em contextos com fatores diferenciados.

Referências

CHANLAT, Jean-François (coord). O indivíduo na organização: dimensões esquecidas. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 1993.

BRANDEN, Nathaniel. In HESSELBEIN, Frances, GOLDSMITH, Marshall & BECKHARD, Richard. A organização do futuro: como preparar hoje as empresas de amanhã. São Paulo: Futura, 1997, páginas 242-251.

FLEURY, Maria Tereza Leme. Cultura e poder nas organizações. São Paulo: Atlas, 1989.

GUIA EXAME DE BOA CIDADANIA CORPORATIVA. Edição de dezembro de 2006. São Paulo, Editora Abril.

LIMONGI FRANÇA, Ana Cristina & RODRIGUES, Avelino Luiz. Stress e Trabalho: guia básico com abordagem psicossomática. São Paulo: Atlas, 1996.

LIMONGI FRANÇA, Ana Cristina. Qualidade de Vida no Trabalho – QVT: conceitos e práticas nas empresas da sociedade industrial. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2004.

LIPP, Marilda. O stress está dentro de você. São Paulo: Contexto, 2000.

SELLTIZ, WRIGHTSMAN & COOK. Métodos de pesquisa nas relações sociais. 2ª edição. São Paulo: EPU, 1987.

TAMAYO, Álvaro et all. Trabalho, Organizações e Cultura. Coletâneas da ANPEPP Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia. São Paulo: Cooperativa de Autores Associados, s.d.

**Palavras-chaves:** Identidade Profissional, Socialização em Ambiente de Trabalho, Gestão da Diversidade, Ação Afirmativa, Qualidade de Vida no Trabalho

**Atividade:** A formação de Díades no Trato com a Loucura  
(Experiências em Debate)

**Trabalho:** A formação de Díades no Trato com a Loucura

**Autor(es):** Lygia Silva Pedreira de Freitas

**Resumo:** Este artigo objetiva focar o trabalho em dupla realizado durante os atendimentos em domicílio, que constituem uma das estratégias do Programa de Intensificação de Cuidados a Pacientes Psicóticos (PIC). Faz-se uma tentativa de elaboração teórica sobre este tema por parte das autoras, com subsídio de alguns depoimentos colhidos junto a estagiários e ex-estagiários do PIC. Cada paciente atendido pelo programa é acompanhado por uma dupla de estagiários (sempre que possível, um de Psicologia e outro de Terapia Ocupacional), numa frequência estabelecida de acordo com a demanda do caso. Há pacientes que são acompanhados

semanalmente; outros, quinzenalmente e, em algumas situações, sobretudo quando o paciente está em crise, as visitas são realizadas todos os dias. Inicialmente, o trabalho em dupla pode ser justificado como uma tentativa de amenizar as dificuldades encontradas nesse, em geral, primeiro momento em que os estagiários se defrontam com a questão da loucura e de seu manejo clínico. Tendo em vista que, geralmente, tanto os estudantes do curso de Psicologia, como os de Terapia Ocupacional só se deparam com essa problemática já no fim da graduação, o trabalho em dupla mostra-se um recurso de apoio àqueles que estão iniciando na prática em saúde mental, que complementa a supervisão realizada, em grupo, semanalmente. O compartilhamento de angústias, sofrimentos e questionamentos é, sem dúvida, um fator de grande destaque no andamento do estágio, na medida em que engendra o surgimento de questões não só na relação dos estagiários com os pacientes, como deles entre si e consigo mesmos. Ademais, a possibilidade de discussão e de busca pela questão dos sujeitos que são acompanhados pelos estagiários, por aquilo que deve nortear o trabalho feito com eles, propicia a indispensável experiência de “pensar em voz alta”. Esta, por sua vez, permite um melhor entendimento de cada caso e conseqüente alcance das estratégias de manejo clínico mais adequadas a cada um deles. Também é digna de nota a importância da troca de conhecimentos e experiências que o trabalho em duplas formadas por estudantes de Psicologia e Terapia Ocupacional possibilita. Esse tipo de experiência favorece a construção de um saber teórico-prático comum às duas disciplinas, num verdadeiro trabalho interdisciplinar. Em algumas situações, entretanto, pode-se observar certa dificuldade em se atingir esse compartilhamento de saberes, em virtude, muitas vezes, de alguns estagiários se fecharem dentro das teorias obtidas nos bancos da faculdade, não sendo flexíveis a idéias que diverjam, em algum aspecto, daquilo que acreditam ser terapêutico ou mesmo o mais adequado à dada circunstância. Vale assinalar que também há outras ocasiões em que o trabalho a dois não funciona de modo satisfatório, o que sugere que a dinâmica entre os membros de cada díade precisa ser trabalhada, de modo que se compreendam as diferenças de estilo individual e mesmo de valores e concepções, que podem tanto contribuir como prejudicar o andamento dos casos. Em diversos períodos, foi possível perceber que um determinado caso, que não se desenvolvia satisfatoriamente com determinada dupla de estagiários, obteve avanço significativo quando houve a mudança dos responsáveis pelo caso. A possibilidade de acompanhar um caso junto à outra pessoa propicia uma observação muito mais rica e fidedigna, em razão de ser feita durante o próprio acompanhamento, ampliando, assim, as “versões dos acompanhamentos” que são apresentadas durante a supervisão grupal. Sem falar na possibilidade de auto-observação a partir do olhar do outro, fundamental nesse processo de formação profissional. Desse modo, evidencia-se que a experiência vivenciada pelos estagiários que passam pelo PIC é não apenas informativa, como também, e essencialmente, formativa.

**Palavras-chaves:** Trabalho em dupla, Intensificação de Cuidados, Psicose

**Atividade: E EU COM ISSO? UMA EXPERIÊNCIA DA DISCIPLINA DE ÉTICA PROFISSIONAL.  
(Experiências em Debate)**

**Trabalho:** E EU COM ISSO? UMA EXPERIÊNCIA DA DISCIPLINA DE ÉTICA PROFISSIONAL.

**Autor(es):** Maria Elisa Fontana Carpena

**Resumo:** A disciplina de Ética Profissional para o curso de Psicologia da Universidade de Caxias do Sul tem como um de seus objetivos, a aproximação dos acadêmicos de Psicologia, com diferentes realidades, situações, oportunizando uma vivência em realidades muitas vezes até inimagináveis para um grupo de universitários. Como forma de atingir esse objetivo, são utilizados os vídeos produzidos pelo Conselho Federal de Psicologia que foram veiculados pela TV Futura no ano de 2003. Nesse material é possível encontrar subsídios para discutir temas como: preconceito sexual, invisibilidade social, exclusão social, racismo, dentre tantos outros. Partindo desse primeiro momento de estímulo e discussão, é solicitado para que, em grupos, os alunos escolham um dos temas e proponham uma vivência que deve ser relatada, sustentada teoricamente e onde possa, ao final do material escrito, ser feita uma “sugestão” de forma de intervenção da Psicologia, naquela situação vivenciada. As experiências são socializadas entre

todos os colegas. No ano de 2005, três alunos da disciplina optaram por vivenciar um dia como catadores de papel, na cidade de Caxias do Sul. Os alunos assumiram esse lugar pelo período de um turno e, como proposta de atividade sugeriram a realização de uma pesquisa ação junto a Vila dos Catadores, de onde partiram para a vivência da disciplina. A hipotética sugestão tomou corpo e, em parceria com o curso de Serviço Social da Universidade de Caxias do Sul, sob coordenação de uma professora do referido Curso e mais três acadêmicos, além dos acadêmicos de Psicologia, deu-se início ao que foi proposto pelos estudantes da disciplina de Ética Profissional. Num primeiro momento foi realizado um estudo de territorialização da Vila e posteriormente foram realizadas entrevistas com as noventa e cinco famílias moradoras daquela comunidade, traçando um perfil daquela população. A etapa seguinte será a de, partindo da tabulação das necessidades e expectativas da comunidade já iniciada em 2006, no decorrer do ano de 2007 sejam desencadeadas ações que venham a facilitar a organização de uma cooperativa entre os moradores da Vila, além de ações de melhoria de qualidade de vida daquela população, através de oficinas realizadas por acadêmicos de diferentes cursos. Do que foi identificado até o momento, uma das ações que deverá ser desencadeada tem relação direta com questões do meio ambiente o que demandará uma parceria direta com o curso de Engenharia Ambiental da UCS, curso de Pedagogia e Direito, ampliando-se assim a interdisciplinaridade desse trabalho. Cabe reafirmar que esse tipo de construção feita pelo grupo de alunos da disciplina de Ética profissional, vai totalmente ao encontro dos objetivos da mesma, ampliando a visão dos futuros profissionais no que diz respeito ao lugar da Psicologia na nossa sociedade.

**Palavras-chaves:** ética, disciplina, profissional

**Atividade: Análise Psicossocial do Preconceito contra os Povos Indígenas Brasileiros (Paineis)**

**Trabalho:** Análise Psicossocial do Preconceito contra os Povos Indígenas Brasileiros

**Autor(es):** Jean Carla Pires Duarte

**Resumo:** Contato intergrupar em Goiânia: relações entre indígenas e não-indígenas. Sabe-se pouco da história indígena, a sua origem, sua população no período pré-cabraliano e mesmo atual (Cunha, 1992). No início dos anos de mineração em Goiás, os Bandeirantes encontraram grande número de grupos indígenas, estimados em mais de 50 mil. Atualmente, no Estado de Goiás restam apenas os Avá-Canoeiro, os Tapeiros e os Karajás. (Moura, 2006). Goiânia, como capital do estado, possui um pequeno número de indígenas residentes em sua área metropolitana. Assim, presente trabalho tem como objetivo analisar os níveis de contato entre indígenas e não-indígenas de Goiânia, Goiás, e suas relações com a rejeição à intimidade (Bogardus, 1933). Brown (1995) define o preconceito como uma atitude socialmente orientada contra um grupo ou contra um indivíduo pelo fato de ele ser membro de determinado grupo social. Myers (2000) ressalta a diferença entre o preconceito e discriminação, revelando que a discriminação é um comportamento negativo ou um conjunto de ações programadas contra um grupo, baseados em um julgamento prévio supostamente negativo dos membros desses grupos. Participaram deste estudo 291 alunos de duas escolas públicas do Ensino Médio localizada em Goiânia. A idade média dos participantes foi de 16 anos e 5 meses (DP= 1,5 anos); 47,9% eram homens e 52,1% eram mulheres. O questionário utilizado foi respondido individualmente em aplicação coletiva. Este estudo faz parte de um projeto maior, no entanto, neste trabalho relataremos apenas os resultados do contato intergrupar entre indígenas e não-indígenas e suas relações com a rejeição à intimidade. Em média, os participantes conhecem uma pessoa indígena e têm contato com ela pelo menos uma vez por ano, demonstrado assim que, embora existam indígenas residentes em Goiânia, o contato dos não-indígenas com essas pessoas é bastante escasso. Outro resultado que nos chama atenção é o fato que 18,4% dos participantes afirmaram ter algum parente indígena. Destes participantes, 30% tinham parentesco até segundo grau (avô ou avó) e 46,8% parentes em terceiro grau (bisavô ou bisavó). Para analisar a rejeição/aceitação à intimidade, foi utilizada a escala de Bogardus (1933) especialmente adaptada para este estudo. Os resultados indicam que, de uma maneira geral, os participantes não têm rejeição em manter contato com pessoas indígenas. Tomados em conjunto, esses



resultados indicam que, numa situação onde o contato intergrupar é mínimo, os participantes não têm rejeição em mantê-lo. Essa relação é discutida ressaltando-se a importância de novos estudos em contexto onde exista um maior contato entre indígenas e não-indígenas.

**Palavras-chaves:** preconceito, povos indígenas, discriminação

**Atividade:** Acerca do ensino de ferramentas matemático-estatísticas de análise de dados a estudantes universitários de psicologia  
(Experiências em Debate)

**Trabalho:** Acerca do ensino de ferramentas matemático-estatísticas de análise de dados a estudantes universitários de psicologia

**Autor(es):** Jorge Tarcísio da Rocha Falcão

**Resumo:** O ensino e aprendizado de conceitos e ferramentas matemático-estatísticas necessárias a determinados procedimentos metodológicos de pesquisa em psicologia vem apresentando historicamente uma série de dificuldades. Além da questão mais geral referente à “matofobia” (fobia à matemática em suas diversas aplicações), os estudantes de psicologia normalmente se ressentem de percalços no relacionamento com professores oriundos de outro curso (Estatística), cujos métodos, ênfases, exemplos e pressupostos frequentemente se chocam ante o perfil do alunado dos cursos de psicologia. Adicionalmente, a opção pouco crítica por abordagens qualitativas, por parte do alunado, potencializa a já mencionada rejeição a ferramentas e procedimentos do âmbito da quantificação na prática profissional e pesquisa em psicologia. Neste relato de experiência, serão discutidos dados acerca de disciplina experimental planejada e oferecida a estudantes graduandos de psicologia da UFPE ao longo de dois semestres letivos (2005-2006), em regime de oferta de disciplina experimental porém regular na grade curricular do curso de psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, no contexto de pesquisa fomentada pelo CNPq. A presente pesquisa propôs e avaliou uma seqüência didática voltada para a melhoria da formação do estudante de psicologia em termos de análise quantitativa de dados. Tal seqüência didática abrangeu dois conjuntos de iniciativas didático-pedagógicas: 1. Revisão do contrato didático da disciplina Estatística no contexto de formação do estudante de psicologia: este tópico buscou a oferta de uma nova forma de estruturar o contexto de atividades na disciplina nos seguintes termos: 1.A.) Diminuição de ênfase pedagógica no domínio de técnicas algébrico-matemáticas de manipulação de algoritmos. 1.B.) Desenvolvimento de habilidades de manipulação de algoritmos pré-programados em ambiente informatizado (aplicativo informatizado SPSS - Statistical Package for Social Sciences). 1.C.) Ênfase sobre a compreensão dos princípios conceituais básicos para cada tópico a ser explorado no programa, envolvendo o embricamento de aspectos matemáticos, psicológicos e epistemológicos. 1.D.) Ênfase sobre o estabelecimento de conexões entre cada situação de análise de dados com princípios de metodologia de pesquisa em psicologia. 1.E.) Abordagem crítica da perspectiva segundo a qual a abordagem quantitativa é a única forma de se construir conhecimento psicológico válido; por outro lado, avaliação crítica da perspectiva segundo a qual a quantificação implica necessariamente em deformar de forma “fatal” os dados à disposição do psicólogo. 1.F.) Ênfase pedagógica no uso de dados e exemplos ilustrativos oriundos de acervo de dados psicológicos reais e pertinentes. 1.G.) Encorajamento ao exercício de habilidade no sentido de avaliar intuitivamente (antes da obtenção do “output” do programa estatístico) o grau de sistematicidade de determinado resultado obtido a partir dos dados tratados. 1.H.) Encorajamento ao desenvolvimento de postura de reserva crítica diante de resultados fornecidos por testes estatísticos. 2. Explicitação das bases matemáticas subjacentes aos principais procedimentos e ferramentas utilizadas: uma das dificuldades usuais detectadas pela pesquisa em didática da matemática diz respeito ao que alguns pesquisadores denominam “implicitação” dos conteúdos, ou seja, a expectativa por parte do professor de que uma série de pré-requisitos conceituais tornam-se implícitos no contexto da proposta didática, uma vez que o professor estabelece, em seu contrato com o grupo de alunos, que tais pré-requisitos são (ou “deveriam ser”) do pleno domínio dos referidos alunos. Há sempre, em certa medida, implicitação por parte do professor de conteúdos matemáticos (como de outros conteúdos). A questão que se coloca de forma importante, no momento de se estruturar determinada intervenção em sala-de-aula, diz

respeito aos limites deste corte de implicação: o que supor já dominado, o que explicitar no âmbito da própria ação. No caso específico da presente seqüência, ficaram fora dos conteúdos considerados implícitos (e portanto passaram à condição de objetos de explicitação) os seguintes conteúdos matemáticos: 2.A.) Representação algébrica: fórmulas e equações. 2.B.) Probabilidade e cálculo probabilístico. 2.C.) Elementos de teoria da medida; tipos de escala. 2.D.) Distribuição de freqüência: curva normal (propriedades matemáticas e regiões de distribuição de freqüência) Tal seqüência foi oferecida durante dois semestres, em regime de oferta de disciplina experimental porém regular na grade curricular do curso de psicologia da Universidade Federal de Pernambuco. Os alunos submetidos à supracitada disciplina experimental foram comparados, ao final de cada semestre letivo, a outros alunos do mesmo curso com experiência na disciplina curricular usual oferecida em termos de atitudes em relação à disciplina Estatística e em termos de habilidades e competências desenvolvidas ao final de cada experiência. Ressalvadas as dificuldades metodológicas da comparação entre experiências tão díspares, os dados permitiram concluir que os alunos participantes da disciplina experimental atingiram os principais objetivos estabelecidos, notadamente em termos de concatenação de conceitos matemáticos e procedimentos metodológicos na pesquisa em psicologia, bem como mudança de atitude em relação ao tratamento quantitativo-inferencial de dados. Tais dados contribuem para o delineamento de novo perfil para a disciplina obrigatória Estatística da grade curricular do curso de psicologia, ponto crucial a ser discutido com os presentes.

**Palavras-chaves:** Ensino da estatística, Fobia à matemática, Quantificação em psicologia

**Atividade: Orientação Vocacional sob a égide da Extensão Universitária: uma possibilidade de ação política em psicologia. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Orientação Vocacional sob a égide da Extensão Universitária: uma possibilidade de ação política em psicologia.

**Autor(es):** Alice Paiva Souto, Cleriston Philip Buriche Bartalini, Kely Cristina Magalhães, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho

**Resumo:** A dificuldade de acesso e permanência dos estudantes oriundos do espaço popular nas universidades públicas, em especial à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), suscitou a necessidade da criação de cursos pré-vestibulares comunitários (CPV's) por parte da mesma. A especificidade destes cursos gerou a demanda de um trabalho no campo da psicologia que se inseriu no curso pré-vestibular comunitário do Caju (projeto de Extensão da UFRJ) com a Orientação Vocacional através do PROIPADI – Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão em Avaliação, Diagnóstico e Intervenção Psicológica – e tem atuado desde maio de 2006 no bairro do Caju, no Rio de Janeiro. Desde o início do trabalho não nos restringimos a facilitar ao aluno a escolha da carreira profissional, mas buscamos por meio de dispositivos como canções da música popular brasileira, produção de textos, desenhos e dinâmicas, promover experiências em grupo que estimulassem a construção de uma consciência crítica e nos permitisse atuar de maneira responsável com relação aos coletivos aos quais estamos integrados. A partir da necessidade da escolha do indivíduo que visa ingressar na universidade, a equipe de Orientação Vocacional tem o papel de colocar em questão o processo de escolha de cada indivíduo, não só no que diz respeito à carreira, mas também quanto a todas as escolhas da vida, um processo que atravessa e compõe nossa existência. Em dezembro de 2006, pudemos perceber que muitos de nossos objetivos foram cumpridos, de fato, foi possível perceber nos alunos que ficaram conosco até o fim do trabalho mudanças na forma de enxergar suas escolhas. Porém, produziu-se também um resultado não esperado: uma nova forma dos estudantes de psicologia envolvidos no projeto de extensão pensarem seu papel na Universidade e na sociedade. Desta forma, considerando a relevância de fazer com que a universidade - enquanto instituição produtora e articuladora de saberes - atue na formação de estudantes graduandos e pós-graduandos, percebemos que o trabalho na comunidade do Caju muito

contribuiu com tal objetivo. A extensão universitária está baseada em uma troca multilateral – considerando os vários atores envolvidos direta e indiretamente - onde o conhecimento acadêmico produz efeitos sobre a comunidade e esta participa efetivamente na construção do saber da universidade. O projeto de Orientação Vocacional nos possibilitou perceber que aquela troca é imprescindível à prática da extensão nas Universidades, o que provavelmente não seria possível somente por meio do estudo da literatura especializada. Partindo do princípio de que os projetos de extensão não se destinam a suplantar as atribuições do Estado, mas produzir saberes interagindo com outras instituições e segmentos da sociedade, buscamos atuar de forma não meramente assistencialista. Ou seja, no que diz respeito à nossa atuação dentro de um pré-vestibular comunitário, objetivamos ir para além de uma prática voltada prioritariamente à admissão do maior número de alunos possível nas universidades. A experiência do Caju sob a ótica da extensão universitária vem produzindo diversos efeitos em nossa formação acadêmica. Provocou a reflexão acerca do ser psicólogo de uma forma mais política e engajada, na medida em que se estabelece um confronto entre a complexidade da realidade humana e social e o discurso acadêmico. Assim, a qualidade e a pertinência do ensino são colocadas à prova, num esforço contínuo pela oxigenação e redefinição dos parâmetros de produção de conhecimento na universidade.

**Palavras-chaves:** Orientação Vocacional, Extensão Universitária, A formação dos estudantes

**Atividade: O psicólogo no Pronto Socorro do Hospital Geral: espaço de atuação a descobrir.**  
**(Experiências em Debate)**

**Trabalho:** O psicólogo no Pronto Socorro do Hospital Geral: espaço de atuação a descobrir.

**Autor(es):** Luisa Helena Albertini Padula Trombeta

**Resumo:** O presente relato tem o objetivo de divulgar e problematizar atividade de extensão do Curso de Psicologia da Facsul no Pronto Socorro do Hospital de Base da cidade de Itabuna-Ba. O espaço para atuação no PS foi conquistado através de ingresso gradual dos alunos e supervisores a partir dos familiares de pacientes em espera no PS, favorecendo o aparecimento de demandas dentro do PS. A falta de recursos humanos na saúde pública é pauta de discussão a nível nacional; e tal experiência tem sido vivenciada cotidianamente pelos grupos em questão. Em 4 meses de atividades foram realizadas mais de 400 entrevistas com pacientes e familiares com o intuito de traçar perfil da população em espera no referido local. Os resultados serão apresentados pelas alunas no Relato de Experiência ora proposto, considerado ainda as vivências significativas para construção das habilidades básicas do psicólogo; profissional de Relações Humanas, neste caso atuando em contexto específico adverso, considerando a saúde do trabalho da área dos pacientes e suas respectivas famílias. A demanda por serviços qualificados em casos de óbito ficou evidenciada nesta atividade, e será discutida e problematizada durante análise de resultados a ser apresentada. A atividade extensionista em questão pretende alcançar dois grandes segmentos: - atendimento à comunidade local e regional que procurar o serviço do PS do hospital público; população está vulnerável ao risco do ponto de vista do desenvolvimento humano integral. - atendimento às novas demandas nacionais para atuação do psicólogo, contribuindo na formação de profissionais de Psicologia antenados com a realidade atual enfatizando a ética, solidariedade e cidadania; através da prestação de serviços humanizados. Fica também evidenciada a necessidade de capacitação de outros profissionais da área de saúde; abrindo possibilidades inicialmente de estranhamento e problematização caminhando para formação de facilitadores que desenvolvam ações de saúde afetivas e eficazes. Tais questionamentos devem chegar a contribuir com a criação de políticas públicas de saúde que promovam de fato qualidade de vida e desenvolvimento integral do ser humano. O Pronto Socorro como contexto de atuação do psicólogo é enriquecedor para formação, ambiente dinâmico de relações multiprofissionais e demanda em situação de crise, ainda que transitória, para todos os envolvidos. Atividades práticas de alunos do curso de Psicologia em Pronto Socorro de hospital público vêm de encontro à necessidade de apresentar o contexto socioeconômico que deve ser levado em conta no complexo processo saúde/doença. Oportunizar atividades como a aqui referida é tarefa dos Cursos de Psicologia interessados em

oferecer formação profissional de qualidade e atendida às demandas atuais do Brasil.

**Palavras-chaves:** Atendimento à família, Psicologia Comunitária, Psicologia Hospital

**Atividade:** **A Psicologia na Comunidade: uma parceria que vem dando certo (Paineis)**

**Trabalho:** A Psicologia na Comunidade: uma parceria que vem dando certo

**Autor(es):** Aline Brandão Siqueira, Alice Maria Santos Bezerra, Ângelo Giuseppe Rodrigues Ferreira, Ana Rosa Tavares, Anne Izabelle dos Santos Gomes, Darlane Rejane Silva, Izabel Cristina Testoni, Janaina Zuleide Ornilo, Juliana Pontes Melo, Ghessa Maria Quirino Lima Vieira, Karla Rafaela Cintra Monteiro, Maria das Graças Ribeiro, Paula Jovina Pereira da Silva, ROBERVÂNIA MORAIS, Rosemary Alves Sobrinho, Sandra Rosa Freitas, KAREN KAROLYNE DE QUEIROZ FEITOSA

**Resumo:** Nos últimos anos, muito se tem avançado em políticas sociais em nosso país, sabe-se que o poder público vem direcionando os seus esforços para fazer um trabalho universalizado, descentralizado político-administrativamente, de modo que todos os cidadãos brasileiros que necessitem desses recursos tenham acesso aos mesmos e que essa política não esteja mais restrita ao assistencialismo. A nova concepção de assistência social como direito à proteção e seguridade social almeja suprir por um lado o recebimento dos auxílios e programas sociais, mas também desenvolver capacidades para que a população assistida possa desenvolver a sua autonomia (PNAS, 2004). O primeiro passo dado para a sistematização dessas políticas no Brasil foi a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS no ano de 1993, que por sua vez, regulamenta e direciona as políticas sociais em nosso país. No ano de 2004 houve a implementação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS com o compromisso de materializar as diretrizes da LOAS. Dessa nova roupagem das políticas sociais, surgem os Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, que são serviços públicos localizados em áreas de vulnerabilidade social, atendem aproximadamente mil famílias/ano por território, esse número varia de acordo com as especificidades do município, visam a orientação e o convívio sócio familiar e comunitário. Os CRAS vêm sendo implantados numa velocidade expressiva em muitos dos municípios brasileiros, são serviços novos, que a psicologia “ganha de presente” como mais um campo de atuação, produção do conhecimento e de promoção de saúde. O trabalho nos CRAS é desenvolvido em parceria com o Serviço Social/assistente social, em que são realizadas atividades de escuta/suporte psicológico, visitas e entrevistas domiciliares, serviços sócio-educativos para crianças e adolescentes, centros de convivência para idosos, orientação sexual, grupos operativos e terapêuticos, oficinas de inclusão produtiva, todos voltados ao fortalecimento do vínculo familiar, ao resgate da cidadania e à inclusão social. A partir de uma parceria com a Secretaria de Ação Social do Município de Caruaru-PE, foi dada a oportunidade aos alunos do curso de Psicologia da Faculdade do Vale do Ipojuca – FAVIP de conhecerem, vivenciarem e auxiliarem nos trabalhos desenvolvidos pelas cinco unidades de

CRAS existentes na cidade. Esses alunos são integrantes do grupo de pesquisa e extensão “PesquisAÇÃO em Assistência Social”. O grupo funciona a partir de orientações teórico-metodológicas que acontecem uma vez por semana e também com a fase empírica desenvolvida pelos extensionistas nos CRAS do município. É uma oportunidade ímpar para que os estudantes possam estar em sintonia com as necessidades sociais. Nesse sentido, busca-se contribuir para fortalecer o vínculo familiar, conscientizar a comunidade do seu valor social, resgatar a auto-estima e a cidadania dessas pessoas, diminuir os danos causados pelas `faltas` materiais, emocionais e sociais. Esse trabalho vem dando certo, tem oportunizado aos alunos o amadurecimento pessoal e profissional e principalmente trazido benefícios para a comunidade assistida por essa iniciativa.

**Palavras-chaves:** PesquisAÇÃO em Assistência Social, Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, Resgate da cidadania, Inclusão social

**Atividade: Era uma vez..... A Contação de Histórias como um dispositivo de produção de subjetividade no contexto prisional. (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Era uma vez..... A Contação de Histórias como um dispositivo de produção de subjetividade no contexto prisional.

**Autor(es):** Maria Márcia Badaró Bandeira, Jacqueline Pereira Lopes de Lima, Roselene Dantas, Douglas Bianchi dos Santos

**Resumo:** A prática da psicologia na instituição prisional vem sendo, cada vez mais, discutida entre os psicólogos que atuam nesse campo, tal a insatisfação com a prática exclusivamente pericial que marca, historicamente, o trabalho dos psicólogos na prisão. Apesar da Lei de Execução Penal (Lei 7210/84) ter sofrido alterações, em 2003, pela Lei 10.792 que extinguiu a prática do exame criminológico (conjunto de pareceres psicológico, social e psiquiátrico), a Vara de Execuções Penais de alguns estados ainda continua a exigir esse instrumento de avaliação por ocasião do livramento condicional e progressão de regimes das pessoas que cumprem penas privativas de liberdade. Os psicólogos desse campo têm feito muitos esforços para abdicarem da função de pareceristas, em favor de práticas mais criativas e comprometidas com os princípios dos direitos humanos, que possibilitem às pessoas presas o contato com outras formas de expressão, que não a da violência institucional, e assim sobreviverem à mortificação do eu, processo produzido pelas instituições totais conforme apontado por Goffman. Preocupados com uma ética profissional fundada nesses princípios, psicólogos e assistentes sociais do sistema penitenciário do Rio de Janeiro, têm buscado criar dispositivos que acionem novos processos de subjetivação de modo a potencializar a vida das pessoas presas. Buscam, como diz Deleuze, linhas de fuga no cotidiano seus trabalhos, entendendo que, por mais submetido que sejam às regras de controle e disciplina, poderá também ser um foco de resistências. Nesse sentido, recorreram ao artigo 21 da Lei de Execução Penal, que determina que cada estabelecimento prisional será dotado de uma biblioteca para uso dos reclusos, e às leituras de autores que se referem às práticas da leitura como dispositivos de produção de subjetividades, para produzirem novos espaços de trabalho que apontam para um outro modo de ser psicólogo e assistente social nas prisões. O presente trabalho se propõe a apresentar uma experiência inédita nas unidades prisionais do Rio de Janeiro, que utiliza a ferramenta da contação de histórias para estimular a prática de leituras e enriquecer o imaginário das pessoas que se encontram privadas de sua liberdade, trazendo-lhes novas representações, apresentando-lhes situações semelhantes às suas, mas tratadas de outras maneiras, como diz a arte-terapeuta e contadora de histórias, Rosana Mont’Alverne no seu trabalho “Os Mestres estão por toda Parte”, uma experiência com reclusos no estado de Minas Gerais. As Oficinas de Contação de Histórias, segundo Mont’Alverne, possibilitam às pessoas presas a chance de se re-criarem numa nova história onde a queda seja um acidente de percurso e não um destino irrefutável. No Rio de Janeiro, as Oficinas integram, desde junho de 2006, o Projeto Leitura também é Saúde, criado

pela psicóloga da Secretaria de Administração Penitenciária, Márcia Badaró, no ano de 2004, quando implantou uma biblioteca no Hospital Central Penitenciário, unidade onde trabalhava. No início do ano de 2006, com a transferência do hospital para o Complexo Penitenciário de Bangu, o prédio recebeu a população feminina da Casa de Custódia Romeiro Neto, de regime fechado. A biblioteca manteve-se no mesmo local e o Projeto foi acatado pela direção da nova unidade com a adesão de outros profissionais, como a assistente social e uma agente penitenciária. Em junho desse mesmo ano, o Projeto Leitura também é Saúde ganhou nova parceria, com a chegada de uma contadora de histórias, a psicóloga Jacqueline Lima. O lançamento das Oficinas foi realizado durante o horário do banho de sol das internas, o que foi muito atrativo para as que se encontravam no pátio. Foi esclarecida a proposta de trabalho e, espontaneamente, apresentaram-se trinta internas. Foram realizados, na primeira etapa, dois grupos de quinze, durante três meses, em encontros semanais com duração de três horas. Apesar da rotatividade das internas em função de suas transferências para outras unidades, a frequência manteve a média de 10 internas por grupo. Na segunda etapa, intitulada Palavra falada...Palavra cantada, os dois grupos, já sensibilizados e mais integrados pelo trabalho realizado na primeira etapa, constituíram um único grupo, com a proposta de trabalhar, com mais profundidade, textos literários e músicas do repertório da MPB. A unidade sofreu nova mudança em novembro de 2006, desta vez para o Complexo Penitenciário de Bangu com a denominação de Penitenciária Joaquim Ferreira de Souza, passando a abrigar as presas de regime semi-aberto. As oficinas têm provocado certo estranhamento por parte de alguns agentes penitenciários que não o reconhecem como “um trabalho de psicólogo”, já que o modelo tradicionalmente conhecido é o do atendimento individual, dos exames e pareceres. Além disso, a movimentação das internas por outros espaços da unidade é sempre vista como mais trabalhoso e desnecessário. A todo momento é necessário reafirmar a importância de outras práticas em prol da saúde mental e da humanização das relações institucionais.

**Palavras-chaves:** subjetividade, sistema prisional, contação de histórias, prática do psicólogo

**Atividade:** Da teoria a prática - O estágio extracurricular na formação do profissional de psicologia hospitalar.  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** Da teoria a prática - O estágio extracurricular na formação do profissional de psicologia hospitalar.

**Autor(es):** Amanda Barbosa Dutra, Narjara Melo Araújo, Larissa Alcantara Rodrigues, Angelica Barroso Rosa

**Resumo:** Este trabalho científico tem por objetivo levantar discussões sobre a discrepância entre a teoria e a prática na atuação dos estagiários de Psicologia no âmbito hospitalar, destacando assim a importância do espaço de estágio extracurricular. Muitas vezes a realidade da vivência prática curricular não disponibiliza diversidade e oportunidade de atuação, nem tempo suficiente para experiências significativas, dificultando, em alguns casos, um suporte adequado para os estudantes. Sendo assim, tornam-se cada vez mais essenciais os estágios extracurriculares, os quais proporcionam aos estudantes maior embasamento, já que a prática, que é processual, está diretamente ligada à sua qualificação profissional. Durante o período de um ano em uma instituição hospitalar na cidade de Vitória da Conquista – Ba, através do estágio extracurricular em Psicologia Hospitalar, foi observado que os conhecimentos teóricos não apóiam totalmente a vivência, pois a competência prática é construída a cada atendimento, tornando-o único. Portanto, estudos e supervisões semanais associados à análise pessoal são indispensáveis em todo o processo do estágio e da aprendizagem como alicerce para a complementação do futuro profissional de psicologia hospitalar. O estudo proporciona ter acesso a conhecimentos de diversos autores e abordagens a cerca de um tema, a supervisão proporciona o aprendizado em grupo, sanar dúvidas a respeito do que surgir na prática, aprimorar o conhecimento teórico e a análise pessoal possibilita entrar em contato com questões

próprias para que as mesmas possam ser resolvidas e não interfiram na prática. Durante a efetivação do estágio, constatou-se que a princípio o desenvolvimento do trabalho no ambiente hospitalar pode ser prejudicado devido a algumas inseguranças vivenciadas pelos estagiários, pois há diferenças entre o que foi transmitido na graduação - a teoria, e o que se pode vivenciar no estágio - a prática. Pode ser mencionado como exemplo o medo da não aceitação entre os demais funcionários da instituição, a insegurança em interceptar um paciente em um momento tão difícil de sua vida - que é o lidar com a doença e o adoecer, e a incerteza acerca de que a ajuda, muitas vezes somente de escuta, será ou não aceita e benéfica para o mesmo. Além dos pontos já mencionados percebem-se também outros relacionados às fantasias que são criadas mediante tantos desafios propostos. Todas estas questões se processam devido à falta, em primeiro lugar, da análise pessoal e, em segundo plano, pelo fato do estagiário ainda não conseguir se posicionar enquanto profissional, não assumindo seu papel diante dos outros profissionais do setor. Essas posturas são adquiridas no processo de aprendizado que o estágio proporciona, dando assim importância a um processo de autoconhecimento associado ao estudo contínuo. Conclui-se que para um profissional de psicologia ser admitido com êxito no setor hospitalar é requerido do mesmo experiência, uma vez que sem ela existirá dificuldade no processo de trabalho. Esse crescimento pode estar sendo adquirido através do aprendizado contínuo que o estágio extracurricular proporciona, norteado pela tríade: estudo – supervisão - análise pessoal, a oferecer uma maior segurança para que o estagiário possa se tornar um bom profissional.

**Palavras-chaves:** Estágio Extracurricular, Formação em Psicologia, Experiência

**Atividade: UM ESTUDO SOBRE AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ELABORADAS POR ALUNOS INGRESSANTES DE PSICOLOGIA DA FACULDADE SANTO AGOSTINHO SOBRE SUA ESCOLHA PROFISSIONAL (Paineis)**

**Trabalho: UM ESTUDO SOBRE AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ELABORADAS POR ALUNOS INGRESSANTES DE PSICOLOGIA DA FACULDADE SANTO AGOSTINHO SOBRE SUA ESCOLHA PROFISSIONAL**

**Autor(es):** Antonieta Lira e Silva, Maria Zilda Silva Soares, Joara Delane Sousa Ribeiro

**Resumo:** Nos últimos anos, têm-se discutido sobre a formação em Psicologia, a exemplo disso citam-se as elaborações propostas pelas Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Psicologia e as ações desenvolvidas pelo Conselho Federal de Psicologia. Nessa perspectiva, o perfil da formação visa à preparação de Psicólogos com competência técnica, domínio cognitivo e formação humanística e político-social. A pesquisa proposta objetiva compreender as motivações que levaram alunos ingressantes a realizarem a escolha pela graduação em Psicologia e relacioná-las ao perfil do egresso proposto pelo Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia da Faculdade Santo Agostinho – FSA - Teresina-PI, no intuito de refletir junto ao corpo discente à construção da sua trajetória na formação do ser psicólogo. Utilizou-se como referencial teórico-metodológico a teoria das Representações Sociais, partindo das seguintes questões: por que o aluno escolheu o Curso de Psicologia e o que é ser psicólogo. A amostra foi composta por vinte alunos do primeiro semestre do Curso de Psicologia. Como embasamento teórico recorreu-se ao Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia da FSA, as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Psicologia, o Código de Ética em Psicologia e os autores Demo (2001) e Freire (1979). Os resultados apresentam duas categorias que simbolizam as representações sociais em torno da temática: a singularidade no momento da escolha e a prática do exercício profissional. Em relação à primeira categoria os ingressantes indicaram identificação pela profissão, procura de auto-conhecimento e bem-estar pessoal e um estado de encantamento diante do ser psicólogo. Quanto à segunda categoria os sujeitos da pesquisa relataram que ser psicólogo é ter domínio sobre a compreensão do ser humano, é poder ajudar as pessoas em suas dificuldades emocionais, solucionar problemas e atuar no bem-estar do homem na sua relação com o contexto social. Desta forma, além do processo de identificação com a profissão, que demarca o desejo pelo curso, e o estado de encantamento pela práxis

psicológica, o aluno terá mais um pré-requisito ímpar para sua formação: o processo de psicoterapia individual que cada futuro psicólogo deverá se submeter independente da área de atuação; será nesta prática que ele poderá ter as respostas para o conhecimento da sua própria subjetividade. Vale ressaltar, que diante do perfil profissional do egresso de Psicologia apresentado no Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia (FSA) existe uma coerência com as representações sociais ligadas ao exercício profissional; no entanto, a representação social ligada à singularidade indica demandas iniciais que devem ser modificadas ao longo da formação baseados na própria dinâmica técnico-pedagógica do Curso.

**Palavras-chaves:** A formação em Psicologia, Representações sociais, Motivações pela escolha

**Atividade: É Contigo Mesmo: Uma outra forma de fazer Psicologia preventiva. (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** É Contigo Mesmo: Uma outra forma de fazer Psicologia preventiva.

**Autor(es):** Maria Elisa Fontana Carpena

**Resumo:** Entende-se que o período da adolescência, em nossa sociedade, é envolto em uma aura que o caracteriza como problemático. Há as dificuldades pela sociedade e mesmo pela literatura em compreender essa etapa do desenvolvimento como extremamente positiva, exigindo um olhar mais positivo por parte de todos. A idéia de um programa de rádio voltado para o público adolescente, surge como possibilidade de um diálogo franco e aberto com todos os interessados, facilitando a vivência desta etapa de desenvolvimento, através da socialização de informações que venham a contribuir, preventivamente, em questões relevantes, comumente vivenciadas por essa população específica. Foi partindo desta premissa que surgiu o É Contigo Mesmo, um Programa de rádio que vai ao ar semanalmente, pela rádio da Universidade, de Caxias do Sul, tendo como objetivo geral criar um canal de comunicação com o adolescente e educadores em geral, dando esclarecimentos e apoio nas dúvidas mais freqüentes dessa fase, e onde a adolescência possa ser revista pela comunidade em geral, passando a compreender melhor o lugar do adolescente na sociedade. O programa de rádio É Contigo Mesmo é uma das ações do Programa SOS Adolescência desenvolvido junto ao Serviço de Psicologia Aplicada – SEPA, clínica escola do Curso de Psicologia da Universidade de Caxias do Sul. O objetivo desse programa é o de ressignificar a visão que a sociedade tem deste período do desenvolvimento. Para tanto, no SOS Adolescente, são desenvolvidas diferentes propostas de atividades, entre elas o É CONTIGO MESMO – programa de rádio voltado para o público adolescente. A equipe do Programa é composta por um profissional da Rádio Universidade de Caxias do Sul, responsável pelas gravações, uma mediadora, que é jornalista, acadêmicos de Psicologia, uma professora de jornalismo e alunos de Jornalismo da disciplina de mídia, além da coordenação do trabalho, que fica sob a responsabilidade da autora desse trabalho, professora do curso de Psicologia da Universidade de Caxias do Sul. O início do É CONTIGO MESMO se deu em maio de 2004, por tanto, completando três anos no ar, e tem por objetivos: facilitar a vivência desta etapa de desenvolvimento; levar informações referentes a questões relevantes para os adolescentes; responder a todas as questões que nos chegam por e-mail ou através de Blitz realizadas pela equipe do Programa, em diversos locais e situações – escolas, provas de vestibular; propiciar vivência prática aos acadêmicos de Psicologia e Jornalismo; ressignificar o lugar do adolescente dado pela nossa sociedade; cumprir com um dos compromissos da Universidade que é o de socializar o conhecimento; trabalhar multidisciplinarmente; expandir formas de intervenção da Psicologia. A sistemática do trabalho se dá, primeiramente, através do recebimento das questões/temas através de e-mail ou Blitz promovida pelo Programa. Semanalmente, há a seleção do tema a ser abordado, seguido de supervisão/discussão do tema com o grupo de acadêmicos participantes. Neste momento são definidos os convidados (sociólogos, professores, advogados, ginecologistas, hebiatras, padres, psiquiatra...) de acordo com a temática que será discutida, havendo sempre a participação de um ou mais adolescentes. A gravação se dá nas sextas feiras à tarde e a veiculação do Programa se faz às quartas feiras, no horário das 14 horas e trinta minutos. Inúmeros e diferentes temas já foram abordados nestes três anos de Programa, entre eles: o ficar; drogas; liderança estudantil; tensão pré-menstrual/TPM; conflitos intergeracionais; inveja/competição; jovens diferentes;



obesidade; alcoolismo; fã clube; tatuagem; a hora de sair das asas dos pais; escolha profissional; mudanças de humor; prostituição; homossexualidade; 1º namorado; gravidez na adolescência; vaidade masculina e feminina; plástica na adolescência; aborto; fé; relação dos pais com o(a)s namorado(a)s dos filhos; depressão; adoção; ecstasy; medos; febre do celular, entre outros. Como se pode observar, os temas são os mais variados e toma-se muito cuidado para não se dar conselhos ou passar normas de comportamento/postura, de certo ou errado, indo ao encontro do que é previsto no Código de Ética do Psicólogo. O Programa se torna um momento de “bate papo” onde se pode falar dos temas de forma descontraída, aberta, direta e informal, buscando atingir ao público alvo. Trabalhar com a Psicologia desta forma, tem sido desafiador, demandando organização, disponibilidade de horários extras, de aprender novas linguagens, como por exemplo, a de rádio e principalmente muita flexibilidade. Deste trabalho está sendo construído um livro, com o mesmo nome, que deverá ser editado ainda este ano. E-mail do programa: econtigomeso@yahoo.com.br

**Palavras-chaves:** adolescência, prevenção, mídia

**Atividade:** INCLUSÃO DO PSICÓLOGO NO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA EM TERESINA (PI): Percepção dos Médicos, Dentistas e Enfermeiros que atuam no PSF (Paineis)

**Trabalho:** INCLUSÃO DO PSICÓLOGO NO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA EM TERESINA (PI): Percepção dos Médicos, Dentistas e Enfermeiros que atuam no PSF

**Autor(es):** Danilo Camuri Teixeira Lopes

**Resumo:** A apreensão do homem como um organismo unificado, onde mente e corpo, comportamento e emoção são entendidos como aspectos absolutamente interligados do ser humano, vem sendo bastante difundida entre os profissionais da área da saúde. Diversos estudos têm comprovado que fatores biológicos, psicológicos e sociais interagem de diferentes modos e proporções na gênese das enfermidades. Pesquisas mostram que de um a dois terços dos pacientes que procuram ambulatórios sofrem de manifestações hipocondríacas, histéricas ou somatizações, onde o componente psicológico está comprovadamente presente, o que justificaria o atendimento psicológico em associação ao tratamento médico. A partir desse prisma e da demanda existente na comunidade assistida pelo PSF em Teresina, julgou-se que a inserção do psicólogo na equipe de trabalho poderia contribuir no sentido de ampliar a promoção da saúde dos pacientes atendidos pelo programa mediante a atenção aos aspectos psicológicos, tanto em termos de prevenção quanto de tratamento. A tônica do trabalho é a busca da facilitação da comunicação dos pacientes, ampliar sua conscientização e sua responsabilidade sobre a doença e sobre si mesmo. A ausência do Psicólogo neste programa, às vezes, tem funcionado como barreira de acesso aos níveis mais complexos do sistema de saúde. A equipe do PSF em Teresina é composta de profissionais da área de Medicina, Enfermagem e Odontologia. O Programa foi implantado em outubro de 1997 e atualmente conta com 161 equipes, sendo 14 na área rural e 147 na urbana, com uma cobertura de 78% da população, assistindo a 141.722 famílias. De posse dessas considerações sentimos a necessidade de desenvolver um estudo que revelasse a opinião dos componentes das equipes do PSF sobre a necessidade da inclusão do Psicólogo neste programa. Sendo assim, alguns questionamentos foram emitidos: Como os profissionais da equipe do PSF vêem a inclusão do Psicólogo neste programa? Qual a necessidade da inclusão do Psicólogo no PSF? Que atividades poderão ser desenvolvidas pelo Psicólogo no PSF? A abordagem é do tipo qualitativa. O instrumento de coleta de dados consta de entrevista semi-estruturada e gravada em fita cassete sendo em seguida transcritas na íntegra, observando a privacidade das informações. A amostra foi composta por 30 sujeitos, sendo 10 médicos, 10 enfermeiros e 10 dentistas, de ambos os sexos, com faixa etária variando entre 28 e 59 anos (média de 38,5 anos) e com tempo de formado entre 7 e 26 anos (média de 15,8 anos). Os resultados foram agrupados por similaridade de respostas em categorias analíticas. Tendo como base o objetivo de analisar as expectativas das equipes do Programa de Saúde da Família com relação ao profissional de Psicologia e suas possíveis intervenções, pode-se considerar que mesmo que o papel do psicólogo não esteja bem definido para alguns dos entrevistados, é consenso que este é um

profissional que possui habilidade com as palavras. As palavras, por sua vez, exercem um grande poder dentro das relações, sendo capazes de aliviar o sofrimento provocado pela situação de doença e até mesmo ser responsável pela adesão ao tratamento. Um outro ponto que cabe ser ressaltado é o fato de que os entrevistados percebem o Psicólogo como um profissional capacitado para lidar com as dificuldades emocionais do ser humano e, de maneira geral, pode também ser percebido que os outros profissionais da que compõem a equipe do PSF não se reconhecem como sujeitos da mudança que uma relação dialógica proporciona. Foi possível verificar que a equipe de saúde percebe e entende o papel do Psicólogo como um profissional capaz de transmitir confiabilidade ao paciente e funcionar como um facilitador do trabalho da equipe. Nesse sentido, faz-se necessária a implantação de um Serviço de Psicologia para o atendimento dessas necessidades haja vista que a demanda existe em todos os níveis dentro da assistência à saúde, na medida em que o sofrimento psíquico está presente onde quer que exista o ser humano. O caminho percorrido demonstra que são muitos os desafios e aponta para a necessidade da existência de um serviço de assistência psicológica no PSF e, com isso, atender a demanda, não apenas para a assistência aos pacientes portadores de doenças crônicas, a exemplo do diabetes e hipertensão arterial, mas também para psicoterapia de grupos, de orientação familiar, conjugal e de pais, dentre outras. Este estudo não pretende esgotar a discussão do trabalho do psicólogo no âmbito da saúde comunitária. Entretanto, conhecer a opinião destes profissionais pode contribuir para o esforço que tem sido feito para romper com o modelo biomédico que, até há pouco tempo, conduzia as ações em saúde dificultando a integralidade dessas ações; para a condução de novas políticas com o objetivo de modificar os paradigmas da prática das ações de saúde, com o abandono do modelo tradicional, de assistência hospitalar e individual para uma ação direta e coletiva dentro de ambientes físicos e sociais da família.

**Palavras-chaves:** Inclusão, Psicólogo, Equipe de Saúde, Atenção Primária, PSF

**Atividade: O Trabalho Voluntário na Construção do Compromisso Social da Psicologia (Paineis)**

**Trabalho:** O Trabalho Voluntário na Construção do Compromisso Social da Psicologia

**Autor(es):** Alessandra Mendes Seixas, Ivana Moraes de Alencar

**Resumo:** “el trabajo voluntario es una escuela creadora de conciencias”

Ernesto Che Guevara A presente pesquisa pretende, a partir de um recorte feito em dois momentos históricos da psicologia – o surgimento da Psicologia Social Comunitária e a realização do Banco Social de Serviços em Psicologia - analisar as contribuições, positivas ou negativas, do trabalho voluntário na construção do Compromisso Social da Psicologia. A Psicologia, que sempre fora marcada por uma forte ligação com os interesses das elites, vem tentando, há algum tempo, construir uma profissão mais comprometida com os interesses da maioria, buscando mudanças sociais e melhores condições de vida para a população. Assim, surge o Compromisso Social da Psicologia. Nota-se, principalmente a partir destes dois momentos históricos da Psicologia, que o trabalho voluntário teve grande participação na construção histórica deste compromisso social. Esta pesquisa teve como objetivo discutir e fazer algumas reflexões sobre o voluntariado na área da Psicologia pensando nos benefícios e nas possíveis desvantagens que este tipo de prática pode trazer à sociedade em geral e à categoria dos psicólogos, considerando-se assim os dois lados da questão, e analisando algumas possibilidades dentro deste contexto. Assim, esta será uma pesquisa de tipo exploratório. Sendo que, os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e documental baseada nos pressupostos da pesquisa qualitativa. Iniciando com uma análise mais ampla do voluntariado no Brasil - os principais momentos, características e significados atribuídos ao trabalho voluntário durante sua história – passamos a uma apreciação mais específica do serviço voluntário no campo da Psicologia, utilizando-se de dois momentos históricos da Psicologia - o surgimento da Psicologia Social Comunitária e da realização do Banco Social de Serviços em Psicologia – que possibilitam uma interessante análise sobre o tema. Na história da Psicologia, já em meados da década de 60, devido ao contexto político social

vivido pelo país, notamos o surgimento de práticas direcionadas as camadas menos favorecidas da população, que buscavam deselitizar a profissão e contribuir na busca de solução para as questões sociais. Estas práticas, em sua maioria, eram realizadas de forma voluntária e sem muitas reflexões sobre os referenciais teóricos e metodológicos que as guiavam, de forma que possibilitaram o surgimento de práticas assistencialistas e paternalistas e ao mesmo tempo o surgimento de práticas reflexivas baseadas nos pressupostos da psicologia social crítica, as quais deram origem a Psicologia Social Comunitária. Mais recentemente temos o exemplo da realização do Banco Social de Serviços em psicologia que, a partir da captação de psicólogos voluntários, realizou projetos de inserção do psicólogo na execução de políticas públicas. Este programa mostrou que a Psicologia já possui métodos e técnicas adequados para lidar com as questões sociais, porém mostrou também o quanto estes parecem estar distantes das práticas profissionais de nossa categoria, o que nos faz pensar o quanto os cursos de formação são inadequados e ineficientes para o desenvolvimento de profissionais críticos acostumados à reflexão sobre suas práticas. Podemos pensar que a Psicologia ainda tem muitas possibilidades a serem desvendadas e que o trabalho voluntário, assim como nestes contextos apresentados anteriormente, pode ser uma possibilidade de descobrir estes novos caminhos ao mesmo tempo em que atende as urgentes demandas encontradas em nossa sociedade, frente as quais os psicólogos, dentro de uma Psicologia comprometida socialmente, não podem se ocultar. Porém, é importante que assim como qualquer outra prática, o trabalho voluntário seja pensado de forma crítica para que contribua efetivamente para o desenvolvimento da sociedade e da profissão. Assim, poderíamos considerar que uma das principais funções das instituições de ensino, não só no campo da Psicologia, mas em todos os campos, deveria ser o desenvolvimento do pensamento crítico, com amplas discussões. Esta pesquisa não pretende simplesmente defender o trabalho voluntário, mas considera que este é muito essencial para lidar com as questões existentes em nossa sociedade, e pode se tornar uma importante ferramenta para o desenvolvimento da profissão.

**Palavras-chaves:** trabalho voluntário, Compromisso Social da Psicologia, Banco Social de Serviços em Psicologia

**Atividade: CARTOGRAFIAS DA JUSTIÇA (Paineis)**

**Trabalho:** CARTOGRAFIAS DA JUSTIÇA

**Autor(es):** Cláudia Freire Vaz, Maudeth Braga, Gabriela Silva de Lima, Juliana Cardozo Franco, Priscila Silva Bezerra

**Resumo:** A situação aqui focalizada é a discussão sobre uma proposta de estágio em Psicologia com serventuários da justiça. O eixo temático do estágio trata da questão da inserção das pessoas com deficiência nas Instituições Públicas. A fim de reafirmar a importância de uma prática profissional crítica é preciso primar por uma formação profissional ética e de qualidade na qual as ferramentas e instrumental utilizados são passíveis de uma atualização constante, portanto ganham realce as noções de implicação/explicação e analisador. Propositamente colocou-se essa diáde, implicação/explicação, expressando uma interdependência em que a noção de implicação abrange a análise dos planos: afetivo, profissional e político e a noção de explicação remetendo a uma exterioridade no sentido de um posicionamento institucional. As dimensões ético-políticas permeiam, assim, todo o processo passando pelas esferas micro e macro. A acessibilidade é um ponto central da proposta assentada numa abordagem política da espacialidade e numa problematização da noção de (in) justiça. No entanto, é o próprio acesso ao campo de estágio que rouba a cena, pois “dispositivos burocráticos” impedem o acesso à execução de um projeto cuja construção foi compartilhada. Por compartilhamento entende-se tanto a elaboração pontual do projeto, cuja equipe foi composta por quatro discentes e um docente da UFF e três serventuários do Tribunal de Justiça, quanto às reuniões em que se

discutiu a aceitação do projeto. Destaca-se a reunião da equipe interinstitucional do projeto com membros de órgãos vinculados à coordenação de estágio e ao programa de acessibilidade do Tribunal de Justiça. O questionamento sobre uma possível ampliação do projeto e a prontificação em providenciar a formalização dos termos de compromisso (pelo fato de o convênio interinstitucional estar vigente) foram entendidos como indicativos de aceitação e acolhimento da proposta. Ao contrário do resultado esperado, uma exigência burocrática praticamente inviabilizou as ações previstas no semestre letivo. É possível a interpretação de que o Tribunal de Justiça utilizou-se do dispositivo da burocracia para impedir a atuação da equipe de estágio; porém ao inverter a disposição das palavras, a burocracia serve como dispositivo para pensar a lógica de funcionamento do Tribunal de Justiça. Aqui se utiliza a concepção de dispositivo proposta por Michel Foucault e posteriormente comentada por Gilles Deleuze, em que dispositivo ganha o seu caráter ativo que coloca em análise as linhas de força das quais se destacam as dimensões do poder-saber que o compõe. A burocracia como dispositivo permitiu caminhar em outra direção que não da espera e do conformismo que era imposta, mas de analisar que lugar é este em que o Tribunal de Justiça se coloca como casa da justiça, quais os efeitos dessa burocracia. Por isso, no trabalho proposto, a cartografia sempre esteve presente. Na cartografia o que se faz é acompanhar as linhas que se traçam no dispositivo, marcar os pontos de ruptura e enrijecimento, analisando os cruzamentos dessas linhas diversas que funcionam ao mesmo tempo. A partir desse cenário pergunta-se: como pensar a dimensão ética nesta situação e os atravessamentos na nossa formação? Utiliza-se a concepção de ética proposta por Alan Badiou que se refere a um enfoque situacional: “um princípio de relação com que se passa”. Nessa perspectiva, Badiou considera que a ética pode se contrapor a um plano normativo, aludindo a “uma vaga regulação de nossos comentários sobre as situações históricas”. Privilegia-se o enfoque de Badiou pelo entendimento de que este propõe uma ética mais próxima do plano dos acontecimentos do que das prescrições. Por conseguinte indaga-se a respeito do (des) compasso entre os planos da legalidade e da ética.

**Palavras-chaves:** justiça, ética, descompasso, acessibilidade

**Atividade:** A importância da Escuta Psicológica no Escritório de Prática Jurídica da Universidade de Fortaleza (Paineis)

**Trabalho:** A importância da Escuta Psicológica no Escritório de Prática Jurídica da Universidade de Fortaleza

**Autor(es):** Maria Dallila Adalgiza Pereira Lima, Ticiane Siqueira Ferreira

**Resumo:** A escuta psicológica torna-se imprescindível no âmbito da justiça, principalmente no que se refere ao Direito de Família. O litígio acarreta uma intensa crise emocional aos membros da família, envolvendo desde o casal até os filhos. A ruptura familiar provoca em todos os seus membros, angústias e incertezas, que ameaçam a estabilidade pessoal, causando inúmeras mudanças na dinâmica do cotidiano familiar. O presente trabalho tem por objetivo demonstrar a importância da prática interdisciplinar entre as ciências do Direito e da Psicologia, tendo por base o trabalho realizado pelo Serviço de Psicologia no Escritório de Prática Jurídica da UNIFOR. Para tal trabalho realizamos, um estudo de natureza qualitativa baseado nos relatórios elaborados após atendimento aos assistidos (pessoas que procuram o escritório), como também do estudo bibliográfico sobre o referido tema. Das ações judiciais mais frequentes, está o pedido de Alimentos seguida da de Separação Conjugal, sendo esta ação, a que os profissionais do Direito mais solicitam um acompanhamento psicológico aos que buscam o escritório. Para da Motta (2004) a Separação “é uma crise não previsível das mais graves do ciclo de vida familiar”. Por isso, ela merece todo empenho e dedicação por parte dos que entram em contato com a família nessa situação. Grande parte das pessoas que solicitam os serviços do Escritório encontram-se abaladas emocionalmente, fragilizados pelo estado de crise em que se encontram. Segundo Simon (1989) a crise é um aumento ou redução significativa do espaço no Universo Pessoal. Este autor classifica dois tipos de crise: crise por perda ou crise por aquisição. Os assistidos que buscam o Escritório, necessitam além da resolução de seu conflito jurídico, suporte para o seu

conflito psíquico. Dessa forma, a escuta psicológica para essas pessoas tem como função aplacar os sentimentos relativos a perda, como angústia, raiva, depressão, insegurança, culpa e outras, acolhendo-o no exato momento de sua necessidade. Assim o indivíduo tem a oportunidade de expressar seus sentimentos, ao mesmo tempo em que possibilita ressignificar suas vivências. Vale salientar que o Serviço de Psicologia não oferece Psicoterapia, mas um atendimento emergencial aos assistidos que tem como fundamentação teórica o Aconselhamento Psicológico que se caracteriza por ser de caráter preventivo, educativo, de apoio, situacional e solucional. O atendimento psicológico baseia-se na técnica da Psicoterapia Breve, que utiliza como alguns dos instrumentos, intervenções verbais, como: Interrogar; Propiciar Informações; Clarificar idéias; Encorajar, dentre outros. Tais intervenções auxiliam o assistido na tomada de decisão, já que na maioria dos casos, a dúvida está presente, bem como na melhor utilização de seus recursos pessoais. Em alguns casos, observa-se a necessidade de um encaminhamento para uma psicoterapia individual ou de grupo familiar, o que pode ser realizado no SPA – Serviço de Psicologia Aplicada da mesma Universidade. Diante do exposto concluímos que torna-se incompleto o atendimento jurídico sem o acompanhamento psicológico, uma vez que os profissionais da psicologia além de oferecer o suporte emocional necessário, estimula a comunicação entre as partes, orientando-os para uma atitude construtiva. Essa união entre as ciências é de fundamental importância já que a principal meta do Escritório de Prática Jurídica é oferecer à comunidade atendida maior acesso à justiça. Com isso a escuta psicológica e seu conhecimento à cerca do sujeito contribui para o melhor exercício do Direito.

**Palavras-chaves:** Psicologia Jurídica, Separação, Crise, Direito

**Atividade:** Análise Psicossocial do Preconceito contra os Povos Indígenas Brasileiros (Paineis)

**Trabalho:** Análise Psicossocial do Preconceito contra os Povos Indígenas Brasileiros

**Autor(es):** Jean Carla Pires Duarte, Ana Raquel Rosas Torres, Karlla de Fatima Camargo, Rômulo Campos Silva, Camila Menezes Gouveia Araujo, Gelcimary Menegatti, Lucas Emmanoel Cardoso de Oliveira, Thalita Vargas Leite Martignoni

**Resumo:** Contato intergrupar em Goiânia: relações entre indígenas e não-indígenas. Sabe-se pouco da história indígena, a sua origem, sua população no período pré-cabraliano e mesmo atual (Cunha, 1992). No início dos anos de mineração em Goiás, os Bandeirantes encontraram grande número de grupos indígenas, estimados em mais de 50 mil. Atualmente, no Estado de Goiás restam apenas os Avá-Canoeiro, os Tapeiros e os Karajás. (Moura, 2006). Goiânia, como capital do estado, possui um pequeno número de indígenas residentes em sua área metropolitana. Assim, presente trabalho tem como objetivo analisar os níveis de contato entre indígenas e não-indígenas de Goiânia, Goiás, e suas relações com a rejeição à intimidade (Bogardus, 1933). Brown (1995) define o preconceito como uma atitude socialmente orientada contra um grupo ou contra um indivíduo pelo fato de ele ser membro de determinado grupo social. Myers (2000) ressalta a diferença entre o preconceito e discriminação, revelando que a discriminação é um comportamento negativo ou um conjunto de ações programadas contra um grupo, baseados em um julgamento prévio supostamente negativo dos membros desses grupos. Participaram deste estudo 291 alunos de duas escolas públicas do Ensino Médio localizada em Goiânia. A idade média dos participantes foi de 16 anos e 5 meses (DP= 1,5 anos); 47,9% eram homens e 52,1% eram mulheres. O questionário utilizado foi respondido individualmente em aplicação coletiva. Este estudo faz parte de um projeto maior, no entanto, neste trabalho relataremos apenas os resultados do contato intergrupar entre indígenas e não-indígenas e suas relações com a rejeição à intimidade. Em média, os participantes conhecem uma pessoa

indígena e têm contato com ela pelo menos uma vez por ano, demonstrado assim que, embora existam indígenas residentes em Goiânia, o contato dos não-indígenas com essas pessoas é bastante escasso. Outro resultado que nos chama atenção é o fato que 18,4% dos participantes afirmaram ter algum parente indígena. Destes participantes, 30% tinham parentesco até segundo grau (avô ou avó) e 46,8% parentes em terceiro grau (bisavô ou bisavó). Para analisar a rejeição/aceitação à intimidade, foi utilizada a escala de Bogardus (1933) especialmente adaptada para este estudo. Os resultados indicam que, de uma maneira geral, os participantes não têm rejeição em manter contato com pessoas indígenas. Tomados em conjunto, esses resultados indicam que, numa situação onde o contato intergrupar é mínimo, os participantes não têm rejeição em mantê-lo. Essa relação é discutida ressaltando-se a importância de novos estudos em contexto onde exista um maior contato entre indígenas e não-indígenas.

**Palavras-chaves:** preconceito, povos indígenas, discriminação

**Atividade: Programa de Análise e Intervenção Institucional:  
(Cursos - 6hs)**

**Trabalho:** Programa de Análise e Intervenção Institucional: Qualidade de Vida no Trabalho

**Autor(es):** Helivalda Pedroza Bastos

**Resumo:** A Psicologia Institucional se insere tanto na história das necessidades sociais como na história da Psicologia e, dentro desta última, não se trata só de um campo de aplicação da Psicologia, mas, sim, e fundamentalmente, de um campo de investigação (Bleger, 1984). Existem alguns conceitos importantes que nos fazem compreender a amplitude de atuação da Psicologia Institucional. Segundo Barembritt (1996) um deles refere-se à Sociedade, que é compreendida como uma forma organizada de associação humana. Outro é o conceito de História, tido como o dever da sociedade no tempo. Mas, o conceito fundante é o de Instituições, descrito como lógicas - árvores de composições lógicas - que, segundo a forma e o grau de formalização que adotem, podem se manifestar como leis, normas e, quando não enunciadas de maneira objetiva, podem ser pautas ou regularidades de comportamento. Essas lógicas significam a regulação de uma atividade humana, caracterizam essa atividade humana e se pronunciam com respeito a ela. Para que a função das instituições seja cumprida, elas têm que se materializar através das organizações. Uma organização é composta de unidades menores, dentre elas está o estabelecimento – ambas também chamadas de instituições concretas (Marazina, 1983). Os estabelecimentos incluem dispositivos técnicos chamados equipamentos, além disso, não existem sem os agentes – pessoas - e as práticas por eles desempenhadas. Em uma instituição podemos distinguir duas vertentes importantes: o instituinte ligado às transformações que podem acontecer - o novo - e o instituído, que é o resultado de algo fundante, podendo ser o estabilizado e/ou o cristalizado. Igualmente ocorre, nas diversas tarefas distribuídas na organização, o organizante - que também é caracterizado pelo novo e o organizado, que tanto pode ser o estabilizado, que permite a criatividade, ou o cristalizado, que leva à alienação. As instituições, organizações, estabelecimentos, agentes e práticas apresentam uma função. Essa função pode estar a serviço das formas históricas de exploração, dominação e mistificação que se apresentam na sociedade. Ou, quando realizadas de forma dinâmica, chamadas de funcionamento, estão a serviço da criação, da utopia. Outra vivência presente nas instituições concretas é o atravessamento. Caracterizado pela interpenetração existente no nível da função, do conservador e do reprodutivo – podendo levar à alienação, à dificuldade de comunicação e, metaforicamente ou não, à morte. Por outro lado, também podemos encontrar a transversalidade, que é a interpenetração no nível do produtivo, do revolucionário, do criativo, portanto, ligado à vida. Sabendo que o mundo do trabalho, na maioria das instituições concretas da sociedade atual, tem promovido uma vivência que favorece as patologias, físicas, mentais ou sociais, gerando sofrimento que retira do trabalhador a criatividade e a liberdade, instaurando a alienação, é que propomos este curso. Neste sentido, queremos propiciar um espaço diferenciado que apóie e deflagre processos de reflexão que levem a identificação das vivências alienantes, que causam sofrimento, propiciando, a partir da análise, formas de enfrentamento que levem à liberdade e, portanto a saúde mental adequada a uma melhor qualidade de vida individual e grupal no cotidiano profissional. Acreditamos que a teoria e a técnica a ser trabalhada

favorecerão o desenvolvimento do espaço público (Dejours, apud Chanlat, 1996). Ou melhor, a transformação do sofrimento em iniciativa e em mobilização criativa depende fundamentalmente do uso da palavra e de um espaço de discussão onde perplexidades e opiniões são públicas. Dessa forma, estabelece-se um ciclo onde o espaço público bem administrado funciona como uma estratégia, que favorece a interação e propicia a humanização. Sendo assim, o curso objetiva dar subsídios para a atuação no campo de análise e no campo de intervenção. O campo de análise é o perímetro escolhido como objeto para aplicar o aparelho conceitual disponível, destinado a entender o campo de intervenção: a inteligência acerca de como ele funciona, a articulação de suas determinações, a forma em que são gerados seus efeitos etc. Quanto mais amplo o campo de análise, mais possibilidades existem de entendimento do campo de intervenção, por aparentemente pequeno que este seja. O campo de intervenção é o recorte que delimitará o espaço dentro do qual se planejarão e executarão estratégias, logísticas, táticas e técnicas, que deverão operar neste âmbito específico para transformá-lo de acordo com as metas propostas. Está em estreita dependência com o campo de análise, desde o qual será compreendido, pensado. Sabendo que só se intervém quando se compreende e, posteriormente, se compreende à medida que se intervém (Barembly, 1996). O campo de intervenção pode ser muito amplo, ou restrito, dependendo da demanda que se apresentar na análise. O importante é que traga novas perspectivas aos envolvidos no processo, gerando uma rede social que propicie novas formas de percepção e enfrentamento dos problemas detectados.

**Palavras-chaves:** Psicologia Institucional, Programa de Análise e Intervenção, Qualidade de Vida no Trabalho

**Atividade: As contribuições da clínica-escola para a construção da psicologia contemporânea: (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** As contribuições da clínica-escola para a construção da psicologia contemporânea: discutindo o espaço da supervisão.

**Autor(es):** Paulo Afranio Sant'Anna

**Resumo:** A clínica-escola de psicologia é um espaço privilegiado para a construção de práticas clínicas atualizadas, pois agrega em um só local ações de treinamento clínico, de atenção psicológica à população e material abundante para a realização de pesquisas. Essa tríade, treinamento, atendimento e pesquisa, além da capacitação de novos profissionais, favorece a identificação de quadros clínicos contemporâneos, a construção ou atualização de instrumentos e modalidades de avaliação e intervenção e a extensão dos serviços de psicologia para um maior número de pessoas da comunidade. Entretanto as clínicas-escolas permanecem subutilizadas em grande parte das instituições brasileiras. Em estudo anterior (SANT'ANNA et al., 2005) realizou-se um mapeamento e caracterização das clínicas-escola de psicologia da cidade de São Paulo. Verificou-se que prevalece nas mesmas a preocupação com a oferta de estágio para o aluno. Tanto o serviço oferecido como as atividades de pesquisa aparecem em segundo plano. Os atendimentos são constituídos em função do calendário escolar sendo interrompidos por longos períodos de férias. O modelo predominante é o atendimento clínico individual de natureza profilática, nem sempre o mais adequado à demanda da população. Não foram observados trabalhos de prevenção e/ou promoção de saúde. Quanto à pesquisa, esta ocorre de modo não sistemático e dissociada do processo de treinamento do aluno, em grande parte por iniciativa isolada de alguns professores. Entre os estudos realizados nestas instituições predominam os levantamentos de queixas e da população atendida fato também verificado por meio de revisão bibliográfica. A partir dos dados observados nesse mapeamento pretende-se discutir o papel da clínica-escola como locus vital para o desenvolvimento da psicologia contemporânea. Serão discutidas as deficiências e potencialidades desse espaço no sentido de formar um profissional capaz de atender às necessidades da realidade sócio-cultural no qual está inserido, de contribuir com a construção de novas modalidades de atendimento e avaliação psicológica e de oferecer subsídios para a revisão crítica das teorias. Nesse contexto, a supervisão tem um papel fundamental, na medida em que pode favorecer ao aluno uma experiência singular de atendimento e de construção do raciocínio clínico-investigativo em conjunto com as habilidades

necessárias para a atuação profissional nessa área. Para tal, o supervisor tem que estar atento ao desenvolvimento adequado do atendimento, identificando necessidades e propondo alternativas tanto teóricas como práticas. Na interlocução com as múltiplas situações clínicas que se apresentam deve despertar no aluno uma atitude crítica que favoreça a contínua revisão dos pressupostos teóricos e procedimentos utilizados. O objetivo é formar um profissional criativo, capaz de dar respostas efetivas para a realidade específica na qual trabalha e não um mero reproduzidor de modelos terapêuticos consagrados. O trabalho do supervisor deve abarcar também as singularidades e habilidades de cada estagiário, pois a operacionalização da teoria e da técnica no fazer clínico é atravessada pela personalidade do terapeuta. Incluir o estagiário no atendimento enquanto sujeito ativo e constitutivo desse processo faz dele alguém que está construindo e sendo construído ao mesmo tempo. Esta posição previne o isolamento estéril de uma atitude puramente técnica e interpretativa. Diante das questões levantadas serão apresentadas estratégias de atendimento e de supervisão desenvolvidas num estágio de Práticas Clínicas de orientação analítica de uma clínica-escola paulistana que tem como proposta integrar a reflexão teórica, o desenvolvimento de habilidades técnicas e o amadurecimento psíquico do aluno.

**Palavras-chaves:** clínica-escola, formação em psicologia, supervisão

**Atividade: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O TRABALHO E O ESTUDO DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS DE UM CENTRO URBANO BRASILEIRO (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O TRABALHO E O ESTUDO DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS DE UM CENTRO URBANO BRASILEIRO**

**Autor(es):** Paulo Afranio Sant'Anna, Maria Cristina Triguero Veloz Teixeira, Érica Regina Mota, Camila Cavallaro Gomes, Lígia Padilla Silva, Adriana Aparecida Soares Feitosa, João Carlos Magela Santos

**Resumo:** Atualmente em metrópoles brasileiras como a cidade de São Paulo, existe um grande número de jovens universitários que compartilham duas jornadas: a jornada do trabalho e a do estudo universitário. Muitas vezes os vínculos empregatícios são fundamentais para poder garantir a realização do curso universitário. Compartilhar o trabalho e o estudo tem vantagens e desvantagens na vida diária que, se refletem em uma aprendizagem e aumento da maturidade para enfrentar o mercado de trabalho, entretanto com prejuízos consideráveis na qualidade de vida destes jovens, assim como na dedicação ao estudo que, muitas vezes se reduz, pela falta de tempo no dia a dia. As representações sociais são geradas no curso de comunicações interpessoais, conforme proposto por Serge Moscovici, particularmente nas comunicações cotidianas das pessoas, a partir das quais os mesmos elaboram teorias de senso comum sobre os fenômenos da realidade vivenciada, que no caso deste estudo é o trabalho associado ao estudo e ao futuro profissional. Do ponto de vista teórico, as representações sociais são definidas por Jodelet como formas de conhecimento socialmente elaboradas e compartilhadas, sendo manifestamente ligadas à ação dos grupos sociais, podendo tanto determinar práticas, quanto sofrer a influência dos comportamentos cotidianos. Os objetivos deste estudo foram orientados para a análise das representações sociais sobre o estudo universitário, o trabalho e o futuro profissional, entre jovens universitários trabalhadores e não trabalhadores, estudantes de um curso superior de uma universidade particular da cidade de São Paulo. A seleção da amostra seguiu critérios intencionais e foi composta de 130 jovens na faixa etária de 19 a 25 anos de ambos os sexos, trabalhadores e não trabalhadores, cursando o ensino superior nos períodos diurno ou vespertino de uma universidade particular na cidade de São Paulo. A coleta de dados foi realizada mediante o uso de duas técnicas: prova de associações livres de palavras com o



uso de quatro termos indutores direcionados aos temas do trabalho, do estudo na universidade, da família e do futuro profissional e a realização de 5 grupos focais orientados para a discussão dessas mesmas temáticas. O tratamento dos dados das evocações livres foi realizado com base no cálculo das freqüências e das ordens médias de evocação das palavras. Já o tratamento das falas provenientes dos grupos focais foi executado com o auxílio de um programa informático de análise de dados textuais denominado ALCESTE, versão 4.7, que realiza análise lexical de textos. As técnicas de análise de estatística textual desenvolvidas pelo software, assim como a apropriação dos resultados pelo pesquisador, permitem caracterizar este estudo como quali-quantitativo. Buscou-se realizar a apropriação dos resultados, assim como a inferência teórica, dentro das três dimensões que configuram uma representação social: as atitudes, as imagens e a informação. Ainda os dados se encontram em fase de análise, entretanto os principais resultados apontam para uma representação social do trabalho e do estudo compartilhada entre aspectos positivos e negativos. A positividade está representada pela experiência decorrente do trabalho tanto nos jovens que trabalham como nos que não trabalham. Já os jovens trabalhadores desenvolveram uma imagem do estudo na que predominam sérias dificuldades e prejuízos que foram impostos pela dupla jornada trabalho-estudo. Em relação às dimensões da representação, no que se refere à atitude assumida diante do trabalho, observou-se uma contradição entre o seu reconhecimento como aprendizagem positiva e independência financeira e os prejuízos que esse trabalho, muitas vezes acarreta na saúde física e no processo ensino-aprendizagem.

**Palavras-chaves:** representação social, formação profissional, estudo e trabalho, saúde

**Atividade: Formação Profissional: Construindo Saberes e Caminhos.  
(Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Formação Profissional: Construindo Saberes e Caminhos.

**Autor(es):** Antônio de Pádua César da Silva, Luciana Maria Ribeiro de Oliveira

**Resumo:** Este resumo tem como objetivo descrever o desenvolvimento do meu processo educacional e profissional no Estágio Curricular para finalização do Curso de Graduação em Psicologia da UFPE. O estágio curricular foi realizado no Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e outras Drogas Eulámpio Cordeiro (CAPSad) coordenado pela Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura da Cidade do Recife, situado no Distrito Sanitário IV (DS IV), como mais um aparelho da rede de atendimento à saúde integrado ao Sistema Único de Saúde (SUS), que através da política de saúde de Redução de Danos (RD) visa a diminuição dos riscos e melhoria na qualidade de vida das pessoas que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas, assim como das pessoas com que se relacionam, direta ou indiretamente. O tratamento é desempenhado por uma equipe multidisciplinar composta por Psicólogos, Assistentes Sociais, Terapeutas Ocupacionais, Auxiliares de Enfermagem, Estagiários/as, Redutores de Danos e Médicos (Clínico Geral e Psiquiatras) atendendo os usuários/as do serviço objetivando a promoção, prevenção e recuperação da saúde de dependentes químicos. Nas atividades realizadas no Centro como reuniões técnicas, triagens, oficinas terapêuticas, grupos operativos – de usuários/as e de familiares – dentre outras, que os estagiários participam, paulatinamente, proporcionando-os o desenvolvimento da formação profissional no âmbito psicológico e social da saúde mental, principalmente no aprimoramento crítico do fazer psicológico no atendimento da saúde pública. O Centro atende pessoas de ambos os sexos, com faixa etária entre dezoito e sessenta e cinco anos, que façam uso abusivo de substâncias psicoativas (SPA's). Entretanto, o perfil da clientela atendida é, predominantemente, masculina, cujas principais demandas estão associadas ao uso abusivo do Álcool, Crack e Maconha, sendo observado que na clientela jovem – dos dezoito aos vinte e nove anos – está associada principalmente ao uso do crack e da maconha, na forma de “mesclado” (maconha e crack); enquanto na clientela dos adultos – dos trinta aos sessenta e cinco anos – é presente o uso abusivo do álcool. A abordagem teórica utilizada por mim durante as atividades de grupo com as pessoas do serviço, foi o construcionismo embasado em Kenneth Gergen, como uma forma de investigação social que "(...) preocupa-se principalmente em explicar os processos pelos quais as pessoas descrevem,

explicam ou dão conta do mundo (incluindo elas mesmas) no qual elas vivem". E para realização dos grupos como prática social, utilizei como embasamento as descrições de Emerson Rasesa, Marisa Japur e Carla Guanaes, cuja prática enfoca o processo de negociação entre os participantes, buscando compreender como são desconstruídos alguns significados produzidos entre os participantes, e como são construídos novos sentidos e narrativas sobre a vida e as coisas do mundo. Durante a prática foi importante este processo de negociação associado com a postura de "não saber" adotada por mim, facilitando o espaço de colaboração entre os membros do grupo, cujas narrativas de suas vidas proporcionaram compreensões sobre os sentidos e significados produzidos, vislumbrando desfamiliarizações e reformulações de repertórios, produzindo contextos relacionais, nos quais, os processos de mudança como atos dialógicos possibilitam a construção de futuros selves. Estes processos não se expressam enquanto "cura", nem distanciamento do consumo da SPA's, mas sim como uma aproximação das relações constituídas entre estas pessoas, as substâncias, e as pessoas dos seus vínculos sociais (Família e Comunidade), ao longo dos seus repertórios dialógicos, disponibilizando, reformulações nas próprias relações produzidas. Os resultados alcançados proporcionaram o desenvolvimento profissional do manejo de grupo como prática social e possibilitaram a compreensão da reformulação das narrativas de cada membro dos grupos, ao longo do período de realização dos mesmos. Além disso, houve a produção do conhecimento na abordagem do construcionismo e como ainda há muito o que aprender no processo de formação profissional. Destarte, o estágio curricular proporcionou o conhecimento da dinâmica de uma instituição pública, das relações profissionais multidisciplinares, bem como, da necessidade de participação mais efetiva dos profissionais da Psicologia neste espaço.

**Palavras-chaves:** Estágio Curricular, Dependência Química, Construcionismo

**Atividade: ESTÁGIO EM PSICOLOGIA ESCOLAR- GRUPOS DE CRIATIVIDADE COM CRIANÇAS NUMA CLÍNICA-ESCOLA (Experiências em Debate)**

**Trabalho: ESTÁGIO EM PSICOLOGIA ESCOLAR- GRUPOS DE CRIATIVIDADE COM CRIANÇAS NUMA CLÍNICA-ESCOLA**

**Autor(es):** Terezinha Façanha Elias

**Resumo:** Pretendemos apresentar neste evento a experiência dos "Grupos de Criatividade", desenvolvida na Clínica-escola do Curso de Psicologia da Universidade de Fortaleza (SPA-NAMI) como fazendo parte do estágio curricular na área escolar. Esta proposta surgiu devido à necessidade de ampliação dos serviços oferecidos à população pobre, notadamente as crianças, encaminhadas, na maioria das vezes, com problemas de aprendizagem e de comportamento. Estas permanecem muito tempo em listas de espera por atendimento clínico quando, na verdade, a queixa assinala para uma demanda de cuidados educacionais. Os Grupos de Criatividade se inspiram também na constatação de que a maior parte das nossas escolas trabalha ainda dentro de uma perspectiva conteudística. O aluno torna-se passivo diante do conhecimento e meramente reprodutor de algo pré-definido. Seu potencial criativo é embotado. Soma-se a isso a falta de diálogo e de escuta desta criança e de interesse pelas suas produções. As repercussões deste modelo educacional são muitas; da passividade à agressividade, como também a impossibilidade de digerir os conhecimentos veiculados. Formarão a grande massa dos analfabetos funcionais e dos desadaptados socialmente. O objetivo destes grupos é desenvolver o potencial criativo de crianças de 4 a 12 anos, através de atividades lúdicas variadas, promovidas num contexto grupal. Propiciam um ambiente acolhedor e regulador e contribuem para a solução de conflitos interpessoais e no desenvolvimento da auto-estima. Fortalecem a identidade das crianças preparando-as melhor para a construção de vínculos sadios com pessoas e grupos, onde a diversidade é respeitada; facilitam os processos de aprendizagem pois tornam a criança mais ativa diante do seu contexto e capaz de buscar soluções para os seus problemas. O conceito de criatividade que inspira o nosso trabalho é o de que o potencial criativo existe em todas as pessoas e não somente em intelectuais e artistas. Todos, em princípio, seriam capazes de dar respostas originais aos desafios enfrentados; seriam capazes de juntar elementos da realidade e produzir uma síntese particular, diferenciando-se da

condição de meros reprodutores. Para tanto é preciso um ambiente onde haja espaço para a liberdade de expressão, para a dúvida e para a curiosidade. Ao mesmo tempo oportunidades de entrar em contato com universos diferentes de brincadeiras, atividades, materiais, pessoas, reações, etc. Há necessidade também de que a criatividade individual seja regulada e encontre um sentido de ser através da convivência social e que possa evoluir para produções coletivas. Nos referenciamos em parte, nos escritos de Eunice Soriano de Alencar. Os Grupos de Criatividade acontecem, na maior parte das vezes, nos espaços do SPA (Serviço de Psicologia Aplicada) setor integrante do NAMI (Núcleo de Atendimento Médico Integrado) mas já foram realizados em escolas. São semanais, com duração de uma hora e meia e conduzidos por dois estagiários. Acontecem há dois anos e recebem cada um cerca de 6 crianças. São contínuos embora haja o remanejamento de estagiários. Têm cumprido com o seu objetivo na medida em que se observa a mudança de comportamento de algumas crianças e uma melhora na aprendizagem escolar. Regulamente são feitos contatos com os familiares e responsáveis para trocar idéias, informações e oferecer orientação. Algumas vezes também foi feito contato com as escolas em que as crianças estudam, mas este é ainda um grande desafio. Sabemos que para um trabalho de maior alcance teríamos que investir nas escolas destas crianças, produzindo reflexões sobre o processo ensino-aprendizagem. Isto é difícil em função do número delas, uma vez que são crianças inscritas no SPA e que vêm de diversos bairros de Fortaleza. Se contamos com esta limitação temos o mérito de diminuir a enorme lista de espera por atendimento, oferecendo um serviço que, de fato, as crianças precisam. Os grupos que aconteceram em escolas tiveram outras dificuldades como a indisponibilidade de espaço físico e o grande número de crianças por sala. Este semestre teremos oito Grupos de Criatividade funcionando e também oito estagiários envolvidos. As supervisões são semanais. Estarão funcionando ainda grupos de mães no mesmo horário dos grupos infantis, uma vez que estas esperam pelo atendimento de seus filhos. Esta proposta tem encontrado uma grande adesão por parte dos alunos do Curso de Psicologia e temos também feito parcerias com outros setores do NAMI, como a Terapia Ocupacional e a Fonoaudiologia. Há muito ainda o que construir.

**Palavras-chaves:** Criatividade, Estágio Curricular, Psicologia Escolar, Clínica-escola, Grupos de Criatividade Infantis

**Atividade: Psicologia e Acupuntura (Paineis)**

**Trabalho:** Estudante de Psicologia UFU e Acupunturista

**Autor(es):** Matheus Caixeta Dorneles

**Resumo:** O Conselho Federal de Psicologia, desde o ano 2002, reconhece acupuntura como técnica de auxílio ao psicólogo, editada na resolução 05/2002. Esse é resumo de um trabalho com o propósito de esboçar as aproximações teóricas da Psicologia com a Acupuntura afim de auxiliarem-se. A Psicologia, com grande ascensão no século XX, alicerçada pelo paradigma catersiano, que, pela própria questão epistemológica, fragmenta corpo-mente. Essa postura, ao segregarem facetas de mesma unidade, o ser humano, observa o fenômeno do todo como soma das partes, o que desde a gestalt já nos é referenciado opostamente a essa visão, em que “o todo é mais do que a soma das partes”. Com tal princípio, observa-se que sintomas físicos são sempre acompanhados por alterações emocionais e vice-versa, assim a psicologia vem colaborando para a promoção da saúde humana, com aprimoramento e advento de abordagens sistêmicas. Isso não significa que emoção seja sempre causa, mas que estão acompanhando as alterações corporais e vice-versa. A partir de leituras das abordagens sistêmicas é percebido auxílio de criação de imagens singulares a cada sintoma revela a interrupção, diminuição e até a cura de sintomas; outro exemplo pode-se ser visto na utilização de terapias corporais para auxílio da psicoterapia, o que nos demonstra existência da unidade corpo-mente. Na acupuntura, como mais um instrumento da Medicina Tradicional Chinesa, ao percebem corpo-mente como inseparáveis. Tanto a mente pode dar origens a sintomas físicos, como uma doença manifestar efeitos no psiquismo. Por isso, em suas teorias afirmam que nas atividades mentais os órgãos e víceras possuem uma atuação preponderante. Para haver uma base em que serão organizadas as atividades mentais, há a necessidade que órgãos e víceras estejam em harmonia, caso

contrário, provavelmente, originará desequilíbrios biopsíquico, como depressão, ansiedade generalizada, pânico, fobias, insônia, excesso de pensamentos, transtornos esquizofrênicos, transtorno bipolar entre outros, os quais acupuntura tem sido indicada, satisfatoriamente, como auxílio. A Diferença entre esse modelo psicossomático da medicina ocidental e oriental é que na nossa o cérebro está no topo de tais causas, o que não é evidenciado pela Medicina Tradicional Chinesa, já que órgãos e víceras possuem uma relação circular e não piramidal. Porém para obter efeitos desejáveis com acupuntura, além da estimulação de determinados pontos, seja por massagem, agulhas, magnetos, ventosas e moxabustão de maneira correta, segundo alguns autores chineses, o que eleva muito o efeito é justamente o trabalho que inclui a possibilidade de escuta da história da pessoa entre técnicas de visualizações, em busca do bem estar biopsíquico.

**Palavras-chaves:** Psicologia, Acupuntura, corpo-mente

**Atividade: TCE COMO PRODUÇÃO E CONHECIMENTO NA DIVERSIDADE DA PSICOLOGIA:  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho: TCE COMO PRODUÇÃO E CONHECIMENTO NA DIVERSIDADE DA PSICOLOGIA:**

**Autor(es):** Natalie de Sousa Dowsley, Severino Ramos Lima Souza

**Resumo:** Criança. Violência. Dor. Sofrimento. Silêncio. O interesse pelo tema “abuso sexual em crianças e silêncio” brotou a partir da angústia. Uma angústia provavelmente presente nos clientes da Clínica Paula Frassinetti do Recife. Contudo, uma angústia que, sem dúvidas, habita os psicólogos/estagiários da instituição. Um sentimento que nasce ao estar com uma criança possivelmente vítima de abuso sexual e querer estabelecer uma relação com esta pessoa... deparando-se, porém, com um profundo silêncio a respeito desta violência. Além disto, observou-se que, frente à população da Região Metropolitana do Recife (R.M.R.) – composta pelas seguintes localidades: Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista, Abreu e Lima, Igarassu, Camaragibe, Cabo de Santo Agostinho, São Lourenço da Mata, Araçoiaba, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Moreno, Itapissuma e Recife –, com aproximadamente 3,5 milhões de habitantes, a Clínica da FAFIRE, que atendeu, em 2006, uma média de 975 pessoas, entre crianças, jovens e adultos, tem contato com uma pequena parcela desta sociedade. Apesar de não possuir dados estatísticos a respeito de atendimentos a crianças abusadas sexualmente, visto que a Clínica não faz este tipo de atendimento quando esta é a queixa inicial e principal (existem grupos interdisciplinares, na R.M.R., que estão mais capacitados para auxiliar essas pessoas), ainda assim é possível observar que são muitas as crianças e adultos que, após um tempo de acompanhamento, revelam abusos sexuais ocorridos antes dos 12 anos de idade. Definido, então, por estes motivos, o assunto a ser trabalhado, surgiram alguns questionamentos que valem à pena ser expostos. Um deles foi: como abordar um assunto sobre o qual plaina um grande silêncio, um silêncio ensurdecidor? No próprio questionamento habitava a resposta: o silêncio fala, grita, e pode expressar aquilo que é possível e necessário ser dito, naquele momento, pelo cliente. Cresceu, então, uma outra questão: o que o psicólogo pode fazer para escutar este silêncio tão eloqüente? Na Abordagem Centrada na Pessoa, e em sua base Fenomenológica-existencial, parece haver uma resposta bastante válida para a reflexão acima: para ouvir o que é difícil dizer com palavras basta estar com a pessoa do cliente, se permitindo viver cada uma das três condições básicas que, de acordo com Antônio Moreira dos Santos (2004), tornam fértil o solo onde acontecerá o crescimento do cliente – e, também, do terapeuta. Estas três condições são: a genuinidade, caracterizada pela honestidade, autenticidade e transparência; a consideração positiva incondicional, que representa um respeito profundo pelo outro, expressando um cuidado e aceitação deste sem colocar nenhuma condição prévia; e a compreensão empática, definida como a capacidade de sentir o mundo particular do cliente como se fosse o seu próprio mundo. Considerando, então, o abuso sexual em crianças uma violência mais freqüente do que se deseja, e, talvez, mais dolorosa do que se possa nomear, pretendeu esclarecer os conceitos e diferentes formas de abuso contra crianças, abordando, em seguida, a importância da relação entre cliente e terapeuta, definida por Ana Maria Feijoo (2000),

como um processo constituído a partir de uma relação dialógica, a partir do discurso de cliente e psicoterapeuta e, conseqüentemente, a importância da escuta do psicólogo frente às diversas formas de falar que os clientes podem utilizar durante um encontro com o psicoterapeuta. Além disto, intencionou-se refletir sobre os elementos primordiais aos quais devem estar atentos todos os psicólogos para que possam desenvolver e aprimorar a escuta, principal ferramenta da profissão. Neste Trabalho de Conclusão de Estágio (TCE), portanto, foram abordados pontos como: a compreensão legislativa brasileira a respeito da infância e adolescência; as definições sobre abuso, quais os tipos de abuso e do que se trata o abuso sexual em crianças; a relação psicoterapêutica entre as pessoas do cliente e do psicólogo e os momentos milagrosos que permitem uma ampliação da escuta, tanto por parte do terapeuta, quanto por parte do próprio cliente. Com este trabalho e sua divulgação nos meios científicos e na sociedade, de forma geral, será possível contribuir para o esclarecimento sobre o A.S.C. e o esfacelamento de mitos existentes sobre este tema, assim como difundir os comportamentos compreendidos como possíveis sinais de alerta de que uma criança está sendo abusada sexualmente. A partir daí, as ações que podem/devem ser realizadas por pais, educadores e demais adultos poderão ser desenvolvidas e ampliadas.

**Palavras-chaves:** abuso sexual em crianças, violência sexual, silêncio, psicoterapia

**Atividade: Que lugar é esse afinal?  
(Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Que lugar é esse afinal?

**Autor(es):** Marina Autuori

**Resumo:** Cliente do sexo masculino, 43 anos, ex-alcólatra (após internação), interno em clínica psiquiátrica há dois anos e quatro meses. Possui baixo grau de déficit cognitivo decorrente do alcoolismo. É um neurótico grave. Sem amigos, mãe falecida, pai com paradeiro desconhecido e dois irmãos sem nenhum contato. Chegou abatido, magro. Foi encontrado num buraco na rua, sem nenhum documento. Não gostava de conversar, apresentava baixíssima tolerância à frustração reagindo com agressividade física e verbal quando contrariado. Foi-lhe designado atendimento psicológico e acompanhamento psiquiátrico. Não aceitou de imediato o atendimento psicológico. Resolvi convidá-lo então para pintar. O espaço ele já conhecia porque ficava na vista do lugar onde ele permanecia a maior parte do tempo em contemplação e fumando sem parar. Aceitou mas não durou muito tempo. Logo começou a dizer que não tinha nada para pintar e fiquei sem saber o que fazer. Contudo, me senti desafiada e motivada a continuar mesmo sem saber exatamente como o impasse solucionar. Então resolvi continuar fazendo o convite e ver no que ia dar. Sem planejar respondi numa das vezes, escolhendo eu mesma o que iríamos pintar. Para minha surpresa a tática funcionou e ele voltou a aceitar o convite uma vez estipulado por mim o que iríamos pintar. Foi assim que nosso vínculo começou a se formar. Conhecendo melhor o paciente e sua história, pude mais tarde entender que não importava o que eu dissesse no início, ou melhor, importava que na minha fala ele pudesse identificar o meu desejo de ajudá-lo. Ele precisava sentir interesse da minha parte pra ver se poderia em mim confiar. Essa foi a minha maneira de entender essa passagem do nosso atendimento, provavelmente muitos psi presentes poderiam ter outras maneiras de olhar. Atualmente os atendimentos seguem semanalmente há aproximadamente um ano e meio. Mas só esse início de tratamento me levou a muitos lugares do meu pensar. Pensar a prática do psicólogo, esse lugar diferente onde trabalhamos no sentido do paciente de nós não mais precisar. Essa prática permeada por diversas correntes de pensamento, diferentes saberes que ora divergem e ora se entrelaçam. Que guiam nossa prática, que respaldam nossas condutas e que nos servem de guia para nos orientar. Esses mesmos saberes que ora confundem e ora explicam quando parece não haver mais nada a se explicar. Mas que ao mesmo tempo não garantem nosso objetivo alcançar. Pensando assim levantei várias questões e muitas delas não consigo explicar. Se só podemos entender o que aconteceu ou está acontecendo...se procuramos promover mudanças em nossos clientes...e se durante o processo de transformação nos deparamos com alguém que ainda não conhecemos...que técnica poderá efetivamente nos orientar? Se trabalhamos orientados pela transformação muitas vezes vamos encontrar situações novas e desconhecidas. Então muitas

vezes tomamos decisões sem um entendimento prévio? E porque essas decisões caracterizam um atendimento psicológico? Muitos aqui responderão a partir de seus referenciais teóricos, mas o que levanto é que em determinados e específicos momentos do tratamento esse lugar de ser psicólogo se constrói na própria relação, independentemente do referencial teórico utilizado. Independente de que teoria ira explicá-lo a posteriore. Que existe algo na conduta do psicólogo que não é explicado pelo referencial teórico por ele utilizado. Pergunto-me o que faz desse profissional ser um psicólogo? Acredito que seja esse um dos espaços onde as diversas teorias se entrelaçam. Mas sinto falta de algo que defina esse lugar, que autorize esse profissional a se denominar como psicólogo. Sempre que digo que sou psicóloga, seja para profissional da mesma área ou de outra, e que atendo em consultório particular, escuto a pergunta? "Você trabalha com que linha?" Às vezes queria eu poder sonhar em ser só psicóloga, sem precisar fechar com nenhum referencial teórico que me aprisionasse e me fizesse refém de uma determinada prática e maneira de pensar.

**Palavras-chaves:** prática profissional,lugar do psicólogo,tratamento psicológico

**Atividade: O SENTIDO DA VIDA NA ESCOLHA DE UMA PROFISSÃO E O ENFRENTAMENTO DA ROTINA ACADÊMICA (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**O SENTIDO DA VIDA NA ESCOLHA DE UMA PROFISSÃO E O ENFRENTAMENTO DA ROTINA ACADÊMICA

**Autor(es):** Everton Fabrício Calado,Dayse Santos Costa

**Resumo:** Este trabalho é resultado de uma pesquisa que pretendeu compreender o Sentido da Vida na Escolha de uma Profissão, a partir do enfrentamento da rotina acadêmica. O referencial teórico utilizado foi a Logoterapia ou "Análise Existencial", criada e desenvolvida pelo psiquiatra vienense Viktor Frankl, sendo considerada a terceira escola de psicoterapia de Viena, seguindo as duas primeiras correntes – Psicanálise de Freud e a Escola Adleriana. Esta abordagem é fundamentada essencialmente na corrente fenomenológico-existencial. Segundo essa linha filosófica, a natureza humana é compreendida para além da visão de um ser determinado apenas biopsicossocialmente. A pessoa humana corresponde a um ser ôntico e ontológico , considerado na sua fenomenologia e no seu existir. Frankl foi influenciado pela filosofia fenomenológica–existencial, como também pelas escolas de psicologia que surgiram a partir desses fundamentos. De acordo com a Logoterapia, o sentido da vida pode ser descoberto de três maneiras: no trabalho ou em alguma ação; experimentando algo ou amando alguém; ou frente ao sofrimento inescapável. Na Logoterapia, decidir sobre sua vida e encontrar um sentido são conseqüências das escolhas que cada pessoa faz frente às circunstâncias com as quais se depara em sua vida. A escolha profissional como é conhecida atualmente é um fenômeno social e histórico surgido a partir de significativas mudanças na estrutura política e econômica de nossa sociedade. A possibilidade de escolher livremente um trabalho ao qual se dedicar é uma conquista da modernidade. A escolha profissional é um momento extremamente importante na existência de uma pessoa. Trata-se da decisão por um trabalho o qual pode ser exercido a vida inteira ou durante uma considerável parte desta. Apesar da conjunção tecnológica e econômica da sociedade contemporânea tornar remota a estabilidade do emprego ou o exercício duradouro de uma mesma profissão, esta escolha permanece como fundamental na definição do projeto de vida das pessoas. Na condição de vetor do projeto de vida, a escolha profissional torna-se uma escolha universitária. Para além dos fatores determinantes da decisão – psicológicos, sociais, econômicos – uma nova e custosa etapa surge para o jovem com a entrada na Universidade. O ingresso do jovem na faculdade é um fenômeno complexo. Além daquilo que representa para ele particularmente, seu êxito relaciona-se com diversos aspectos de sua vida escolar e social. Entrar na Universidade é conseqüência de uma escolha profissional, e também pessoal, estando vinculada a uma rede de significados e expectativas. Podemos dizer que estar em uma faculdade é estar numa escolha. Diante da proposição existencial do ser humano, que é capaz de fazer escolhas de forma livre e responsável, o sentido da vida pode se fazer presente na escolha de uma profissão. A Orientação Vocacional, como serviço auxiliar da Psicologia na escolha

profissional, tem sido questionada a partir dos altos índices de evasão universitária que ocorrem como consequência do enfrentamento da rotina acadêmica e sua gama de dificuldades. Segundo nossa hipótese, o sentido da vida na escolha de uma profissão pode diminuir a incidência da evasão universitária no enfrentamento da rotina acadêmica. Nosso estudo teve como principal objetivo compreender a influência do sentido da vida na escolha de uma profissão, a partir do enfrentamento da rotina acadêmica. Foram entrevistados 47 alunos do curso de Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas (29 alunos do 2º ano e 18 do 3º ano). Adotou-se como critério metodológico a análise quantitativa e qualitativa das respostas. O questionário utilizado foi elaborado pelos próprios autores da pesquisa e consta de dez questões, duas objetivas e oito subjetivas, a fim de compreender o sentido existencial na escolha e permanência diante das dificuldades do cotidiano na Universidade. De acordo com os resultados, a dimensão existencial aparece como componente da decisão vocacional ao lado de fatores psicológicos, sociais e econômicos, mas se evidencia com maior propriedade em relação ao sentido da permanência na escolha. Concluímos que o sentido da vida presente na escolha de uma profissão pode diminuir os altos índices de evasão universitária originados no enfrentamento da rotina acadêmica.

**Palavras-chaves:** Sentido da Vida, Escolha Profissional, Rotina Acadêmica

**Atividade:** NUCOM-Núcleo de Psicologia Comunitária (Paineis)

**Trabalho:** NUCOM-Núcleo de Psicologia Comunitária

**Autor(es):** Úrsula Custódio Gomes, Gabriela Pimentel Barreto, Diego Mendonça Viana, Karla Saraiva da Silva, Camila Alves Soares, Verônica Moraes Ximenes

**Resumo:** O Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) nasceu em 1992 a partir de uma série de atividades iniciadas durante a década de 1980, na periferia de Fortaleza. É um núcleo de extensão do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará que desenvolve atividades acadêmicas de âmbito político, artístico e concernentes às dimensões do ensino, pesquisa e cooperação (extensão); sendo esta última a perspectiva orientadora da construção teórico-metodológica do núcleo. O NUCOM tem como objetivos desenvolver a co-construção do sujeito comunitário e da Psicologia através da facilitação de processos de transformação individual e coletiva de nossa realidade social e contribuir para a formação de profissionais comprometidos socialmente com uma práxis libertadora referenciada na vida, que vise o desenvolvimento humano e a mudança social. Dessa forma, atua na transformação e no fortalecimento da identidade do sujeito comunitário, contribuindo, também, na elaboração e sistematização de conceitos teóricos, métodos de intervenção e instrumentos em Psicologia Comunitária, visando à ampliação da pesquisa, ensino e cooperação do curso de Psicologia da UFC. A Psicologia Comunitária surgiu a partir da necessidade de se pensar numa Psicologia que pudesse atender às necessidades da realidade latino-americana, que busca, a partir de novos enfoques, ter uma práxis diferenciada em Psicologia através do trabalho em comunidades, tendo como objetivo a construção do sujeito comunitário e o fortalecimento da identidade pessoal e social. Sua base epistemológica vem da Psicologia Histórico-Cultural de Vygotsky, Leontiev e Luria; a Educação Libertadora de Paulo Freire; a Psicologia da Libertação de Martin Baró; a Biodança de Ruth Cavalcante e Rolando Toro e a Abordagem Compreensiva de Carl Rogers. A Psicologia Comunitária usa o método dialógico-vivencial (Góis, 2005), propiciando o conhecimento da realidade a partir da mediação pelo diálogo e vivência nos processos de conhecer e transformar a realidade humana e social, favorecendo a análise e vivência do modo de vida do sujeito e da comunidade, assim como a elaboração conjunta de uma proposta de desenvolvimento humano e comunitário. Atualmente, o NUCOM conta com 15 estudantes e dois professores e vem realizando as seguintes atividades: divisão da equipe em quatro grupos de trabalhos (GT's). São estes: GT de Formação Integral, que visa o acompanhamento da trajetória

do “nuconiano”, bem como o desenvolvimento pessoal dos “nuconianos” no que diz respeito às dimensões importantes para a atuação em Psicologia Comunitária; GT de Imagem Institucional, responsável pela divulgação do NUCOM enquanto instituição, por meio de folders, banners, website e elaboração da logomarca no núcleo; GT de Desenvolvimento Local, que atualmente vem se ocupando dos métodos de Avaliação em Psicologia Comunitária e o GT de Produção e Sistematização, responsável pela renovação da produção acadêmica da equipe. Semanalmente, acontecem as reuniões com todos os integrantes do núcleo. O núcleo tem cinco projetos de cooperação universitária (extensão): Projeto Bom Dia, Comunidade é composto de grupo de estudo externo que visa uma maior aproximação dos estudantes de Psicologia à Psicologia Comunitária, não sendo estes apenas do curso de Psicologia da UFC; Projeto Encontros de Psicologia Comunitária, que no ano de 2006 tiveram como temas: Psicologia Comunitária e Políticas Públicas, Psicologia Comunitária e Terceiro Setor e Psicologia Comunitária e Biodança; Formação Permanente do NUCOM, que visa a formação teórico-metodológico dos integrantes do núcleo, através de grupo de estudo interno, formação intensiva e produção de trabalhos científicos; Projeto Desenvolvimento Comunitário no Município de Pentecoste – uma atuação integrada a partir da Psicologia Comunitária, que atua junto aos moradores e moradoras de Pentecoste com o objetivo do desenvolvimento comunitária e Projeto Atividade e Família no Bairro do Boa Vista, que visa contribuir para o desenvolvimento do sujeito comunitário e a transformação de suas realidades. Estes projetos abrangem em torno de 800 pessoas participantes. Na área de pesquisa, o NUCOM desenvolve uma pesquisa sobre as bases epistemológicas da Psicologia Comunitária, que visa compreender como se fundamenta a articulação entre os marcos teórico-epistemológico da Psicologia Comunitária Cearense, financiada pelo PIBIC/CNPq. Esta pesquisa é desenvolvida por todos os integrantes do núcleo. Na área de ensino, são realizadas palestras mediante os Encontros de Psicologia Comunitária, monitoria voluntária na disciplina de Psicologia Comunitária e grupo de estudos. Todas as propostas e atividades do NUCOM se resumem na realização de um sonho: participar da construção de formas de viver amorosas, saudáveis, belas, justas, simples e felizes.

**Palavras-chaves:** Psicologia Comunitária, Extensão Popular, Formação Profissional, Desenvolvimento Humano, Transformação Social

**Atividade: Abordagem Centrada na Pessoa (Paineis)**

**Trabalho:** Abordagem Centrada na Pessoa: Mitos e Verdades

**Autor(es):** Poliana Prazeres Cunha, Natalie de Sousa Dowsley

**Resumo:** A escolha da abordagem na qual o estudante de Psicologia se guiará ao longo da vivência de seu estágio curricular representa uma importante decisão a ser tomada. Apesar de conscientes de que qualquer escolha de abordagem não será, necessariamente, definitiva, os estudantes, na iminência do estágio obrigatório, se vêem ansiosos e, várias vezes, em dúvida sobre qual caminho seguir. Na Faculdade Frassinetti do Recife – FAFIRE, a decisão da abordagem ocorre no 9º (nono) período, visto que, ao realizar a matrícula para o 10º (décimo) período, o estudante deve optar por disciplinas supervisionadas/lecionadas por professores de sua abordagem. A partir da observação de que, ao longo do 9º (nono) período, alguns estudantes ainda têm muitas dúvidas ou, até mesmo, informações precipitadas sobre a Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), apesar da qualidade dos professores da instituição, surgiu o interesse em realizar uma pesquisa de campo. O objetivo central do trabalho foi perceber se havia, entre os alunos do citado período, uma compreensão acerca da ACP corretamente fundamentada na teoria, ou se predominavam conhecimentos desenvolvidos a partir de mitos construídos ao longo do tempo. Isto porque a ACP, assim como a Gestalt-terapia – abordagens fenomenológicas-existenciais – não são, na FAFIRE, intensamente trabalhadas ao longo do curso, no caso dos estudantes que entraram na faculdade antes da reformulação curricular – na nova grade curricular outras abordagens além da Psicanálise são apresentadas e refletidas ao longo do curso, em diferentes disciplinas. Os alunos com o currículo antigo só são oficialmente “apresentados” à ACP e à Gestalt-terapia no 9º (nono) período, permanecendo, até este



momento, um grande vazio sobre as abordagens humanistas, o que oferece espaço para que diversos mitos e pré-conceitos acerca da ACP sejam instaurados e fortalecidos. Um dos exemplos disto é a respeito do conceito de aceitação incondicional, desenvolvido por Carl Ransom Rogers (1902-1987). Percebemos que alguns estudantes acreditam que, ao falar sobre a importância de aceitar incondicionalmente os clientes, Rogers propunha que o psicólogo aceitasse “cegamente”, como sendo verdade, qualquer informação que o cliente oferecesse, sem considerar que esta pudesse ser fruto de uma alucinação, delírio, ou, apenas, uma “mentira” contada para não entrar em contato com os verdadeiros conteúdos que causam sofrimento. Um outro mito diz respeito à idéia de que a ACP desconsidera a importância do passado do cliente, se interessando apenas por suas vivências no tempo presente. Desconhecem, portanto, que os conteúdos do passado, quando trazidos à tona, podem ser vividos como acontecimentos presentes, com força e intensidade. Neste contexto, a presente pesquisa teve como propósito entrevistar 20 (vinte) alunos que estão cursando o primeiro semestre do quinto ano de Psicologia, na FAFIRE. Além das entrevistas, esta pesquisa encontra-se embasada nas teorias da Abordagem Centrada na Pessoa – ACP. Como as entrevistas estão em processo de finalização, as considerações finais deste trabalho poderão ser melhor abordadas no painel a ser apresentado.

**Palavras-chaves:** Abordagem Centrada na Pessoa, Mitos, Estágio Curricular

**Atividade: Protagonismo Juvenil e desenvolvimento local e comunitário (Paineis)**

**Trabalho:** Protagonismo Juvenil e desenvolvimento local e comunitário: uma proposta de cooperação entre universidade e comunidade

**Autor(es):** Francisco Gilmarior Rebouças Junior, João Paulo Lopes Coêlho, Verônica Moraes Ximenes, Luisa Cela de Arruda Coelho, Mayrá Lobato Pequeno, Carlos Eduardo Menezes Amaral, Carla Weyne Melo de Castro

**Resumo:** O Programa de Protagonismo Juvenil e Desenvolvimento Local e Comunitário consiste numa proposta de extensão universitária que busca uma parceria dialógica entre a Educação Cooperativa – PRECE (Programa de Educação em Células Cooperativas) e a Psicologia Comunitária – NUCOM (Núcleo de Psicologia Comunitária) com o intuito de desenvolver a co-construção de sujeitos comunitários. Esta proposta de atuação foi registrada como um programa do PROEXT, que é um programa de apoio a extensão universitária criado pela Secretaria de Educação Superior – SESu/MEC, no ano de 2003, que abrange programas e projetos de extensão universitária com ênfase na inclusão social, visando aprofundar uma política que venha fortalecer a institucionalização das atividades de extensão nas instituições públicas de ensino superior. Este foi o único programa da UFC no PROEXT 2005/2006, com um financiamento de 30.000,00 reais, contando com a participação de 18 pessoas envolvidas, dentre as quais 16 eram estudantes universitários de cursos como Psicologia, Agronomia, Pedagogia, Letras e Química. Através do Projeto Pré-Vestibular Cooperativo, o PRECE facilita o ingresso de jovens de origem popular na universidade, acreditando no potencial da formação acadêmica para o desenvolvimento do município de origem desses estudantes. Atualmente, existem na universidade 91 universitários do PRECE, entre estudantes de graduação e pós-graduação. Vale salientar que o NUCOM, em seu planejamento estratégico de 2005, adotou, como foco de atuação, o trabalho na zona rural do estado do Ceará. Dessa forma, buscando contribuir com o desenvolvimento comunitário, surgiu a possibilidade de se estabelecer essa parceria, tendo em vista a necessidade de colaborar com a transformação dessa realidade, potencializando o valor pessoal e poder pessoal (Góis, 1994) dos moradores do município de Pentecoste e possibilitando o acesso da população ao Ensino Superior. Tal proposta se faz pertinente na medida em que

representa a possibilidade de articulação entre o rural e o urbano através de uma estratégia de desenvolvimento local sustentável que tem como base o protagonismo juvenil. Assim, esse programa reafirma, mais um vez, a importância da inserção da Psicologia na Extensão Universitária, num compromisso da universidade com a sociedade - buscando o desenvolvimento da mesma - e compreendendo Extensão Universitária como cooperação, por conceber a transformação social como uma construção conjunta de nós, estudantes universitários, e as pessoas das comunidades por nós assistidas. O programa tem como objetivos principais contribuir com o fortalecimento da juventude como protagonista da cidadania e do desenvolvimento local do município de Pentecoste, localizado no semi-árido cearense e desenvolver um ambiente de aprendizagem para a formação pessoal e acadêmica dos universitários envolvidos na equipe, uma vez que propõe uma parceria dialógica entre universidade e comunidade e propiciando a co-construção de uma sociedade mais justa. Com base nesses princípios teóricos e éticos, a Metodologia do Programa toma como eixos centrais a dialogicidade (Freire, 1968) e a interdisciplinaridade, para as suas diversificadas ações propostas, que serão concretizadas através de: Oficinas, capacitações, seminários, palestras, torneios esportivos, projeção e discussão sobre material áudio-visual, planejamento participativo, encontros entre atores diversos da população; Círculos de cultura (Freire, 1980) e de encontro (Góis, 1994), rodas de conversa, dinâmicas de integração grupal, dramatizações (Góis, 1994), facilitação de grupos e de vivências, promoção e participação em eventos voltados para a formulação, a reivindicação e a discussão sobre políticas públicas, orçamento participativo e protagonismo juvenil; Realização de investigações (pesquisa documental e de campo, mapeamento psicossocial, observação-participante); Intercâmbio de informações e vivências entre os Projetos integrantes do Programa, grupos de estudo; Incentivo à produção acadêmica (docente e discente), registro e divulgação, particularmente das atividades efetivadas pelo Programa; Socialização do conhecimento e da informação, através da edição de livros, artigos e material de divulgação dos projetos (banners, jornais). Dentro do programa, os programas previstos realizados foram: Projeto de Esporte e Jogos Educativos; Projeto Pré-vestibular Cooperativo; Projeto de Apoio ao Estudante; Projeto de Incubadora de Células Educacionais; Projeto de Jornalismo Comunitário; Projeto Socializando os Conhecimentos; Projeto de Desenvolvimento Sustentável; Projeto de Formação Política, dentre os quais o NUCOM participou apenas dos três últimos, além da acessória ao PRECE em outros momentos. Durante o programa também foram criados mais 3 novos projetos: Pré-Vestibular do Pirambú; Pré-Vestibular do Benfica; Estudante Ativo.

**Palavras-chaves:** Psicologia Comunitária, Extensão Universitária, Desenvolvimento local e comunitário

**Atividade: Psicologia nos Órgãos Públicos: Construção e Caracterização do Serviço de Psicologia da Fundação Cultural do Piauí (Paineis)**

**Trabalho:** Psicologia nos Órgãos Públicos: Construção e Caracterização do Serviço de Psicologia da Fundação Cultural do Piauí

**Autor(es):** Darlenne Maria Furtado Lima, Clarissa de Andrade e Silva, Patricia Carvalho Moreira

**Resumo:** A presente pesquisa teve como propósito fazer uma avaliação do Serviço de Psicologia pelos funcionários públicos da Fundação Cultural do Piauí – FUNDAC com o objetivo de reconhecer o nível de satisfação dos funcionários com o serviço, bem como saber quais as atividades que precisam ser melhoradas ou implantadas na FUNDAC. Desde julho de 2006 o serviço de psicologia está instalado neste órgão, assim como em mais cinco órgãos públicos estaduais. O Serviço de Psicologia nos órgãos públicos é um projeto pioneiro instalado pelo o governo do Estado do Piauí através de sua Secretaria de Administração. Preocupado com o bem estar biopsicossocial de seus funcionários o governo contratou por meio de seleção 11 estudantes de Psicologia da Universidade Estadual do Piauí. Estes estudantes teriam como objetivo “cuidar” do funcionalismo público piauiense, observando as demandas de cada órgão. O estágio tem

duração de um ano. O Serviço de Psicologia da FUNDAC coletou através de entrevistas e questionários as demandas dos seus funcionários, para posteriormente realizar um diagnóstico organizacional. A partir dos dados coletados foram realizadas várias atividades para atender essas demandas, entre elas estão: a realização de dinâmicas de grupo, oficinas sobre relações humanas no trabalho e liderança, aconselhamento, Intervalo Cultural (atividade integrativa), entre outros. Após seis meses de trabalho fez-se necessário uma investigação avaliativa acerca do Serviço de Psicologia da FUNDAC. Para isso, foi aplicado um questionário com 10% do total de funcionários da FUNDAC, buscando assim compreender quais as atividades realizadas pelo serviço de psicologia que estão em evidência, assim como mensurar quais as funções e contribuições dessas atividades para o funcionalismo público. No questionário abordou-se quais as atividades realizadas pelo Serviço, a avaliação destas atividades, se estas estão contribuindo para o desempenho de suas funções, quais as atividades mais importantes para a FUNDAC, qual a função do serviço de psicologia, entre outras questões. A análise dos questionários foi feita estatisticamente. A presente pesquisa ainda está em andamento, contudo pode-se perceber que em termos gerais as atividades realizadas pelo serviço de psicologia mais citadas pelos funcionários são as dinâmicas e vivências, palestras, oficinas e aconselhamento, a avaliação da função do serviço de psicologia e a contribuição do mesmo para o desempenho das funções dos funcionários foi satisfatória, dentre as atividades mais importantes para a FUNDAC foram citadas as atividades que promovem a qualidade de vida do trabalhador, já a respeito das atividades que mais contribuem para o desempenho da função do funcionário foram citados os cursos e as oficinas. Esta pesquisa, além de contribuir para o funcionamento do serviço de psicologia da FUNDAC visa também contribuir para o desenvolvimento da psicologia organizacional nos órgãos públicos, assim como demonstrar sua importância através de indicadores presentes nessa avaliação.

**Palavras-chaves:** órgão público,funcionário público,psicologia organizacional,serviço de psicologia,Fundação Cultural

**Atividade: Programa de Manejo do Estresse  
(Experiências em Debate)**

**Trabalho:**Programa de Manejo do Estresse

**Autor(es):** Rachel Medeiros Góes,Remerson Russel Martins,Neuciane Gomes da Silva

**Resumo:** Experienciamos uma terapia em grupo na abordagem cognitivo-comportamental focalizada no manejo do estresse, como parte de um projeto de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Também faziam parte deste mesmo projeto os grupos terapêuticos para pessoas com transtorno do pânico, ansiedade social e obesidade infanto-juvenil. Nesta comunicação apresentamos resultados apenas relativos ao programa de Manejo do Estresse. O estresse, a partir da década de 30, passou a ser visto como um processo de adaptação normal que prepara o organismo para enfrentar alguma situação distinta, sendo por tanto um fenômeno ou uma reação emocional natural, biologicamente adaptativa e fundamental para a sobrevivência dos organismos. Contudo, quando o processo adaptativo não é bem sucedido o estresse passa a ser um problema tornando-se excessivo, não cumprindo com a sua função vital e gerando danos físicos e psicológicos. As causas do estresse prejudicial pode ser uma situação externa ou a interpretação do indivíduo de alguma situação (causa interna), por tanto o estressor pode ser real ou produzido pelo indivíduo. Como resposta ao estresse se tem o coping, estratégias aprendidas para o manejo e adaptação aos eventos estressores, que podem anular, afastar ou atenuar a aversividade do estressor. Essas respostas podem ainda ser classificadas como centradas na emoção ou no problema. Foram realizadas 14 sessões semanais de psicoterapia grupal entre o período de 24 de agosto de 2006 a 14 de dezembro de 2006. Estas sessões tinham por objetivos principais analisar a ocorrência do estresse entre os participantes do grupo, fatores desencadeantes do estresse e estratégias de manejo do mesmo. Apesar de, tradicionalmente, os grupos terapêuticos, nesta abordagem, seguirem uma estrutura fixa pré-definida, optamos pela maneira semi-estruturada, a fim de atender as peculiaridades

deste grupo específico. Os temas das sessões eram definidos a cada semana e podiam ser escolhidos pelos participantes, e o ritmo das atividades realizadas também era ditado pela necessidade ocasional. A dinâmica do grupo não era unilateral, os seja, os integrantes relacionavam-se entre si e com os terapeutas, contribuindo também com o processo terapêutico dos demais. O Grupo psicoterapêutico era composto inicialmente por quatro participantes e concluindo com três componentes; passando por 14 sessões de psicoterapia grupal com duração de 90 minutos. Ao final foi realizada uma avaliação qualitativa, como resultados obtidos, recebemos Feedback positivo dos componentes do grupo acerca do trabalho desenvolvido, os relatos mostraram que houve uma melhora nas estratégias de manejo do estresse e de suas contingências; e alta adesividade do grupo à terapia, acompanhada de forte integração dos participantes entre si. Tal integração alicerçou as discussões desenvolvidas em cada sessão, permitindo a realização do trabalho terapêutico de mudança comportamental, cognitiva e afetiva. A principal dificuldade encontrada ao longo das atividades desenvolvidas consistiu no baixo número de participantes do grupo (três participantes), sendo mais apropriado para este tipo de trabalho um grupo entre 8 a 12 componentes. Além disso, uma outra dificuldade encontrada foi o número de sessões (14 sessões), que estava de acordo com a literatura pertinente, mas que se observou a necessidade de um número maior de encontros para o melhor estabelecimento e avaliação dos resultados. A psicoterapia em grupo cognitivo-comportamental parece ser uma boa ferramenta para lidar com o estresse e conseqüentemente, com problemas cotidianos inerentes a vida contemporânea, que merecem atenção e resolução prática. Estando, por tanto, contextualizada e adaptada às necessidades humanas atuais.

**Palavras-chaves:** Psicoterapia em grupo, Estresse, Terapia Cognitivo-comportamental

## Área: Subjetividade

**Atividade: A teoria e a prática no trabalho com grupos terapêuticos (Cursos - 4hs)**

**Trabalho:** A teoria e a prática no trabalho com grupos terapêuticos

**Autor(es):** Carlos Henrique Souza Cruz

**Resumo:** O ser humano é um ser social. Nascemos em um grupo e em grupo nos socializamos (Adorno & Horkheimer, 1973), o que nos faz essencialmente um SER COM. Um ser em relação COM os outros, que depende dos outros para sobreviver, crescer, amadurecer. Inevitavelmente os grupos influenciam a maneira pela qual aprendemos e deles sofremos pressões constantes (Mayers, D. G., 2000). Grande parte de nossas crenças, atitudes e sentimentos são adquiridos nos grupos. A própria auto-imagem é tecida subjetivamente na teia familiar a partir do olhar de um outro significativo que, paulatinamente, é internalizado, passando a coabitar conosco. O fato é que uma multiplicidade de pessoas imprime suas marcas em nós. Enfim, somos constituídos pela soma de incontáveis “eus” (Freud, 1923). Ao propor este curso, intento possibilitar aos participantes uma compreensão teórico-prática do relacionamento inter e intrapessoal em atividades desenvolvidas com grupos terapêuticos. Será realçada a importância da comunicação (verbal e não verbal) entre as pessoas no lidar com os aspectos das subjetividades individuais e coletivas. Teoria e prática serão privilegiadas, tendo em vista os próprios participantes do curso tornarem-se os protagonistas de sua(s) história(s) de vida no entrelaçar de tantas outras ali presentes. As técnicas e os conteúdos abordados serão experienciados e discutidos pelo grupo, possibilitando a emergência das alteridades, onde cada um poderá “representar” seus papéis assumidos na vida e fazer surgir as contradições sociais (Silvia T.M. Lane & Wanderlei Codo, 2004). Nesse contexto, a linguagem é fundamental no processo grupal já que é ela que nos faz partícipes da humanidade. Os conflitos oriundos das diferenças entre os indivíduos marcam uma necessidade constante de trocas pessoais, reflexões, impasses e dúvidas, ou seja, uma prática COM pessoas. Como diz Velho: a “noção de outro ressalta que a diferença constitui a vida social, à medida que esta efetiva-se através das dinâmicas das relações sociais. Assim sendo, a diferença é, simultaneamente, a base da vida social e fonte permanente de tensão e conflito” (1996, p. 10). Logo, não há que inexistir conflitos. Há que se saber manuseá-los. Conteúdos O crescimento pessoal. Dinâmicas e técnicas de grupo: serão apresentados os diversos modos e objetivos de se trabalhar as técnicas, salientando-se que elas são apenas uma ferramenta e não um fim em si mesmo. b. Técnicas de psicodrama: apresentação da técnica de Moreno; o grupo, após escolher dentre diversas histórias apresentadas, será convidado a “encenar” uma.c. Filme didático: serão apresentados trechos de filmes.d. O uso do Relaxamento Progressivo e de metáforas: o relaxamento é uma técnica que permite a pessoa relaxar, fazendo uso da atenção focalizada em grupo de músculos de seu corpo. Com isso efetua-se uma mudança na frequência das ondas cerebrais para “ondas alfa”. As metáforas, neste momento, permitem a realização de “insights”. A comunicação.a. No relacionamento humano: serão discutidas as dificuldades existentes na comunicação. O grupo participará de vários esquetes ilustrativos.b. Verbal e não verbal: apesar de a fala ser o meio mais privilegiado, o corpo também fala. Existem aspectos sutis na comunicação. c. Na explicitação de conflitos interpessoais: os conflitos são inerentes a todos. A forma mais eficiente de explicitá-los é através da fala. O grupo trabalhará situações de conflito a fim de encontrar possíveis respostas. Mediação de conflitos.a. Lidando com a diversidade: a diversidade diz respeito à ecologia, a um ecossistema que se mantém por causa dessa heterogeneidade. A partir do momento em que negamos a pluralidade, estamos fadados a perecer. b. Trabalhando as diferenças: o diferente é o estranho, aquilo que não conseguimos incorporar em nosso psiquismo. As diferenças serão trabalhadas a partir de um trabalho coletivo sobre um estigma.c. Criando vínculos positivos: serão trabalhados os vínculos entre os participantes através de desenho coletivo e dança circular.REFERÊNCIAS Adorno e Horkheimer. Temes básicos da sociologia. São Paulo: Cultrix, 1973. Baremblytt, G. (org.). Grupos Teoria e técnica. RJ: Graal, 1986. Branden, N. O poder da auto-estima. SP; SARAIVA, 1995. Cherry, C. A comunicação humana. SP: Cultrix, 1971. Corey, G., Corey, M. S., Callanan, P.J. & Russell, J. M. Técnicas de Grupo. RJ: Zahar, 1983. Costa, E. P.

50 dinâmicas no enfoque holístico. RJ: Wak Editora, 2005.FREUD, S. O ego e o id (1923). Edição eletrônica das obras completas de Freud.Mayers, D. G. Psicologia social. RJ: LTC, 2000.Moreno, J. L. Hipnodrama e psicodrama. SP: Sumus, 1984.Moscovici, F. Equipes dão certo, a multiplicação do talento humano. RJ: José Olympio Editora, 1995.Muszkat, M. E. (org.) Mediação de Conflitos – Pacificando e Prevenindo a Violência. SP: Summus, 2003Silvia T.M. Lane, Wanderlei Codo. Orgs. Psicologia Social: o homem em movimento. SP: Brasiliense, 2004.Velho, G. & Alvito, M. (orgs.) Cidadania e violência. RJ: Editora UFRJ: Eitora FGV, 1996.

**Palavras-chaves:** comunicação humana,técnicas de grupo,processo grupal,relacionamento inter e intrapessoal,mediação de conflitos

**Atividade: Intersubjetividade, ambivalência e tensão nas relações eu-outro: (Mesas Redondas)**

**Trabalho:**Tensión como Motor de Generación de Significado

**Autor(es):** Maria Elisa Molina

**Resumo:** La generación de significado es entendida como un proceso psicológico que se constituye en el discurso en la medida que el sujeto se posiciona, emocional y cognitivamente, frente a sí mismo y al mundo mediante la interpretación y construcción de signos. Este proceso se da en el curso de la experiencia del aquí y ahora y está caracterizado por la naturaleza temporal de los fenómenos psicológicos que implica que la acción de significar acontece en un contexto de permanente emergencia, movimiento y cambio. La orientación que implica esta distinción toma una perspectiva microgenética.La temporalidad es un principio básico de los fenómenos de interés, lo que conlleva una serie de dinámicas, como fenómenos ajenos al material verbal que comprenden la presencia y oscilación de fuerzas que crean desequilibrio, introducen direccionalidad y empujan la construcción de signos y significado dentro de un margen de posibilidades de desarrollo.La tensión es uno de los motores principales presente en el actuar, entendiendo que todo actuar conlleva una construcción de significados. Esta se crea gracias a la dialogicidad del proceso de construcción de significados y se despliega en el límite entre sujetos en el diálogo, entre enunciados, entre significados, sólo pudiendo ser identificado desde una perspectiva de pasaje e interacción. La tensión se produce por medio de relaciones asimétricas, de contraste y de comparación (entre participantes del diálogo, complejos de significados, contextos) de tal forma que cuando se restablece el equilibrio, el impulso es orientado hacia un nuevo objetivo. En el proceso de ir desde el aquí y ahora hacia el allá después, se avanza hacia un futuro próximo que comprende un rango de posibilidades. El proceso de tensión empuja hacia determinadas direcciones y no otras. Cuando surge la tensión se activan mecanismos 'semióticos' que buscan recuperar el equilibrio y conducen la construcción de nuevo significado. Estos mecanismos son orientados por objetivos personales y muchas veces son elaborados como respuesta a presiones e influencias que provienen de los otros sociales, como creencias culturales internalizadas o a partir de la propia experiencia subjetiva. Estos mecanismos o herramientas semióticas actúan como participantes activos que empujan la generación de ideas hacia direcciones determinadas, contribuyendo al desarrollo y cambio de significado pero también otras veces a su estancamiento y/o estabilidad.Este fenómeno de generación de significados y la manera en como es conducido por la oscilación de la tensión, será ilustrado a través del análisis de diálogos terapéuticos.

**Palavras-chaves:** subjetividade,temporalidade,tensão,emergência de novidade,psicoterapia

**Trabalho:**Ambivalencia en la generación de significados en terapia

**Autor(es):** Maria Teresa del Río

**Resumo:** Desde el marco conceptual de las teorías semio-genéticas, la ambivalencia es una dinámica de la generación de significados en las personas. Se refiere a la presencia de significados que parecen excluyentes para la persona que procesa psicológicamente, de manera que ésta debe prestar atención a esta dinámica e intentar resolverla. Abbey & Davis (2001) la

definen como la fricción semiótica que los individuos experimentan cuando deben lidiar con distintas posibilidades significadas. Con cada nueva contextualización de un signo, se evoca algún tipo de discrepancia de tipo presentacional lo que conlleva un estado de ambivalencia (Abbey y Valsiner, 2004). Las personas procesan en fracciones de tiempo que están llenas de posibles resultados y por lo tanto se produce incertidumbre hacia el futuro. Estas posibles alternativas pueden a menudo ofrecer distintas direcciones y la ambivalencia inevitablemente aparece en los intercambios dialógicos. Dado que la construcción de significado está en movimiento con pausas de estabilidad temporal, se esperaría que la ambivalencia como cualidad del significado deba estar siempre presente. Es posible pesquisar la ambivalencia en los diálogos en terapia. En este trabajo, se presenta la ambivalencia entre los campos semióticos en que se mueven los hablantes en una sesión de terapia, en este caso terapeuta y niño que ha sido abusado. Para analizarlo, se tomarán eventos como las unidades de análisis de distintos momentos de la terapia, intentando establecer una secuencia en que sea posible pesquisar el aumento y la disminución de la ambivalencia a través de herramientas semióticas que aparecen en la expresión oral, como los mecanismos de circunvención, etc. Se usará el modelo de Abbey y Valsiner en que se presenta una condición inicial de ambivalencia mínima y que oscila en el curso de una conversación terapéutica aplicándolo a la interlocución en la terapia. Así se propone que la mutualidad entre hablantes establece un marco donde la ambivalencia es negociada constantemente y ésta hace a su vez de motor para continuar el proceso al desafiar la reconstrucción constante de significado psicológico. Por último, los momentos de alta ambivalencia versus los de baja ambivalencia tienen cualidades que vale la pena explorar para su uso en terapia. Esto parece ser particularmente interesante en la terapia de niños que han sufrido traumas como abuso sexual en que deben enfrentar nociones como abuso, culpa, secreto y otras nociones centrales para la elaboración del abuso que son básicamente ambivalentes tanto en su significado como en el tono evaluativo u por lo tanto la connotación afectiva que se puede analizar desde el uso oral del lenguaje.

**Palavras-chaves:** subjetividade, ambivalência, emergência de novidade, psicoterapia, significado

**Trabalho:** Intersubjetividade como compromisso ético-afetivo

**Autor(es):** Livia Mathias Simão

**Resumo:** Desde a perspectiva do construtivismo semiótico-cultural, a intersubjetividade é um acontecimento temporário. Precisa, por isso, ser constantemente (re)instaurada na comunicação (cf., por exemplo, Valsiner, 1998). Nessa medida, a intersubjetividade é, ela mesma, processual e co-construída no processo de interação em curso, dando sustentação à dinâmica interativa que envolve a relação consenso-dissenso. Uma noção fundamental para a compreensão da relação consenso - dissenso é a bidirecionalidade no processo de socialização, tal como formulada por Valsiner (1989) e Wertsch (1993). Segundo esta noção, cada ator em interação transforma ativamente as mensagens comunicativas recebidas do outro, tentando integrá-las em sua base cognitivo - afetiva a qual, por sua vez, também pode sofrer transformações durante esse processo. Por outro lado, e simultaneamente, o outro não cessa de ser provocador de nossa ininterrupta atividade pessoal de significar, tornando-a, efetivamente, um vai e vem entre diálogo com os outros externos e os outros internos. A assunção dessa bi - direcionalidade no processo de desenvolvimento humano implica considerar que as mensagens que dirigimos mutuamente uns aos outros nunca serão entendidas de forma especular, mas serão elaboradas desta ou daquela maneira, num processo transformativo, graças ao balizamento que envolve desde nossa interpretação contextual do aqui e agora da interação, até nossos desejos, medos e esperanças. Esse é o núcleo da assimetria dialógica, que implica, dentre outros aspectos, que os sujeitos envolvidos na interação apostem - simultaneamente - tanto nas possibilidades de compartilhamento como no caráter de novidade do diálogo (Simão, 2004). A partir desses pressupostos, apresentarei algumas reflexões sobre uma das implicações da construção da intersubjetividade, tal como discutida por Rommetveit (1979), que é a assunção - pelo sujeitos atores - do ônus trazido pela impossibilidade de compartilhamento perfeito. Desde o perspectivismo de Rommetveit, bem como de conceitos a ele relacionados, serão discutidos alguns aspectos da relação terapeuta-cliente, tais como: o entrelaçamento de seleções feitas pelo cliente - que aparecem em suas versões de acontecimentos trazidas para a terapia - e as

seleções propostas - de várias maneiras - pelo(a) terapeuta; a negociação das bases, conscientes ou não, sobre as quais cada um fez suas seleções iniciadoras do episódio de diálogo, o que implica tomada de consciência dos significados selecionados anteriormente, que correspondem a determinada perspectiva do episódio em questão; a inquietação trazida por esse entrejogo e o destino dessa inquietação, seja no nível da reconstrução subjetiva através da tentativa de intersubjetividade, seja no nível da recusa desse compartilhamento intersubjetivo.

**Palavras-chaves:** intersubjetividade, assimetria, emergência de novidade, significado, inquietação

**Atividade: Clínica e Violência Construções e Problemáticas para uma clínica do Contemporâneo. (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Ressonâncias nietzschianas na clínica contemporânea

**Autor(es):** Leda Rebello, Aline Nascimento

**Resumo:** A partir da obra de Friedrich Nietzsche, pretendemos aproximar a aposta do filósofo na invenção de uma psicologia afirmativa que estaria “para além do bem e do mal” e a possibilidade de pensarmos uma “clínica do esquecimento” conforme salienta a professora Dra. Cristina Rauter em sua tese de doutorado *Clínica do Esquecimento: Construção de uma superfície*, que visa pensar na relação entre história, memória e clínica. Em Nietzsche encontramos uma vasta discussão a respeito da psicologia, sendo que aquilo que ele chama de psicologia se entrecruza com uma crítica a filosofia, a moral, a ciência e a religião. Para tanto o filósofo utiliza, como critério de avaliação, os conceitos de força e fraqueza, saúde e doença e busca, como psicólogo, investigar e diagnosticar a saúde de uma cultura a partir dessa base, pautado na arte de interpretação dos sintomas manifestos na vida. Assim, sua psicologia desnudaria o funcionamento da cultura. Neste sentido, nosso propósito é percorrer, de forma breve, aquilo que Nietzsche chama de psicologia da tragédia, enfocando a força do povo helênico estampada na criação de sua arte maior: a tragédia grega e seu declínio, com a introdução da metafísica socrática que surge como opositora à vida. Em outras palavras, o homem helênico, estando em comum acordo com as potências vitais, não negava este elemento trágico, a ponto de ter podido criar a arte trágica como expressão deste estado de espírito afirmativo da vida. A arte trágica surge como interpretação do mundo e do existente em geral. Porém, a tragédia grega morre quando um certo modo de retratá-la passou a vigorar. Neste, o elemento trágico é retirado do palco e a vida é encenada obedecendo a uma ordenação. A razão toma o lugar da vida, todos os acontecimentos transcorrem com uma lógica, com princípio, meio e fim. A verdade não pode ser alcançada pela arte trágica, mas é obra do entendimento e este, por sua vez, nasce a partir da negação dos instintos. Assim, a morte da tragédia surge como metáfora viva da morte do mundo antigo e gera conseqüências na cultura surgida a partir daí. O homem que surge daí é um homem doente, que não sabe celebrar a vida, mas ressentir-se da mesma, criando, assim, um outro mundo, que seria o verdadeiro, aquele das idéias platônicas. Esta discussão tem continuidade na *Segunda Intempestiva*: da utilidade e desvantagem da história para a vida na qual Nietzsche busca, tal como o título da obra sugere, pensar a relação entre vida e história. O que está em pauta aqui é pensar que o excesso de sentido histórico, como marca da modernidade, adviria deste movimento de controle da vida, de tal maneira que um excesso de memória, isto é, de construção do presente a partir de uma recordação do passado, de uma “moral” do passado, prejudicaria a vida. Neste momento Nietzsche nos falará no esquecimento como força plástica e proporá o exercício desta força, alegando que em todo agir liga-se um esquecer de modo o esquecimento é inerente ao homem porque é necessário a sua saúde, a vida. Retomará estas discussões em *Genealogia da Moral* seguida de uma análise do ressentimento, má-consciência e culpa através de uma psicologia do cristianismo, de uma psicologia da consciência marcada pelo instinto de crueldade que se volta para trás já que não pode se descarregar para fora e uma psicologia do sacerdote que, ao se fundar no ideal ascético lançará o homem no horizonte de preferir o nada a nada querer e terá como proposta a invenção de uma psicologia afirmativa pautada em outros valores, mais próximos da vida, em sua forma plena, ou seja, entendida como vontade de potência. Neste novo percurso, busca afirmar o



trágico como condição de uma existência saudável, não mais pautada no bem e no mal, mas para além do bem e do mal. A partir destas breves observações, buscaremos indagar: que utilidade tem a história na clínica? Uma clínica da recuperação de memórias de infância - que efeitos produz? Quais seus inconvenientes? Reconstrução ou construção da história individual - este pode ser considerado um objetivo da clínica? Como se constrói o doente de história no campo das intervenções Psi? Não se faz necessário realizar uma genealogia de nossas práticas, para sabermos para onde estamos conduzindo nossa escuta? Neste sentido, pensar a Construção de Uma Superfície Clínica, aponta para uma concepção em que o passado, ao invés de ser aquilo a que retornamos pela memória representacional, pré existe em nós por inteiro, desdobrando-se na criação do presente. Em tal concepção o passado deixa de ser um entrave ao novo e torna-se motor de toda criação porque a memória passa a ser recriada a partir do esquecimento; movimenta-se no equilíbrio entre lembrar e esquecer; retêm experiências e as transforma em vida. Memória que parte, portanto, do corpo como superfície do acontecimento.

**Palavras-chaves:** Nietzsche, Psicologia Afirmativa, Clínica do Esquecimento, Corpo, Contemporaneidade

**Trabalho:** Os efeitos da violência e suas repercussões na prática clínica

**Autor(es):** Cristina Mair Barros Rauter, Leda Rebello

**Resumo:** Partindo da concepção de violência como tudo que constrange e obstaculiza a vida, observamos na prática clínica que seus efeitos repercutem nos corpos e nos discursos da contemporaneidade. Se nos ativermos a uma perspectiva da psicanálise que considera o inconsciente como profundidade e imprime uma noção de causalidade e representação, perpetuamos uma valoração excessiva do passado e intervenções interpretativas que dão subsídios a uma clínica patologizante ou produtora do negativo. Esta leitura se intensifica no exercício da psicologia atrelado ao sistema jurídico e penal, gerador de laudos e diagnósticos conclusivos, tendo em vista que nesses espaços se corporifica o “mito da periculosidade” e se busca justificá-lo pela tentativa de encontrar no interior do sujeito a sua causa, separando assim, o individual do social, conforme observamos a partir da pesquisa Subjetividade e Violência, da qual também faço parte, coordenado pela prof. Dra. Cristina Rauter Tal posição produz invariavelmente um engessamento derivado dos diagnósticos estigmatizantes, que congelam e aprisionam as possibilidades de intervenção que apontem para o surgimento de saídas que direcionem ao inédito e ao singular. Porém, podemos verificar que isto que se exacerba nesta situação específica não é mais do que um desdobramento do mesmo que se verifica fora dos muros das penitenciárias e o do universo jurídico, tratando-se na verdade de outra face dos efeitos da violência que se produzem e manifestam através dos modos de subjetivação do capitalismo contemporâneo e dos seus mecanismos de exclusão e extermínio presentes no nosso cotidiano. Esta reflexão nos lança então numa leitura diferenciada, que visa possibilitar o diálogo entre a psicanálise e a filosofia trazendo contribuições tais como a do pensamento de Guattari e Deleuze com as noções de inconsciente maquínico e acontecimento, uma vez que estas deslocam a compreensão do desejo do lugar concebido como causa ou força motriz proveniente de um sujeito para concebê-lo então como processo. Também nos leva a pensar que a vida não se dá apenas num plano individual e que tal plano está sempre referido a dimensão do coletivo, ambos estão constantemente imbricados, reverberando e refletindo-se mutuamente. Esta imbricação constante se dá porque ambos partem do plano de imanência, surgindo como uma dobra do fora, isto é, o plano individual surge como uma espécie de invaginação do plano coletivo e o coletivo como uma exteriorização do plano individual. Na medida em que entendemos o homem como uma espécie de terminal, lugar de confluência, passagem, recepção, reprodução e criação do que o circunda e afeta, percebemos que os efeitos da violência não se reduzem aos espaços em que ela se faz ruidosa e explícita, tais como as favelas e penitenciárias como divulga amplamente a mídia. Eles comparecem vivamente nos consultórios, denunciando que as relações entre os modos de subjetivação e os modos de produção de mundo no contemporâneo, são indissociáveis. Isto nos sugere pensar que uma psicanálise que se distancie da idéia de corpo e afeto, excluindo-os da cena analítica, incorre no risco de permitir que uma racionalização interpretativa, ao buscar

causas numa historia pregressa, se dirija ao caminho oposto da produção de novos sentidos, de uma virtualidade imprevisível, já que os afetos são devires que transbordam aquele que passa por ele , tornando-se outro. Os efeitos da violência então, se tornam visíveis nos planos do corpo e do discurso , numa presença que se faz ainda que não necessariamente tenha um ato deixado sua marca como resultado que desfigura o corpo, mas que imprime outras marcas não menos intensas e despotencializadoras . Assim , podemos entender como efeito da violência , tudo aquilo que retira do homem a sua potência e esvazia a possibilidade de construção de sentidos para a vida.Suas repercussões se amplificam desde os registros do medo que tolhe ,cerceia e molda discurso e corpo aos mecanismos de exclusão social que se engendram a partir do funcionamento da máquina capitalista que marginaliza e proscreve. A qualidade despotencializadora destes efeitos nos dirige a necessidade da construção de uma ética clinica, comprometida com ações geradoras de potência e não ancoradas em intervenções coniventes com a produção do negativo e do ressentimento.

**Palavras-chaves:** Subjetividade Contemporânea, Violência, Corpo, Clínica

**Trabalho:**A Clínica sob Custódia: discursos e práticas dos psicólogos em presídios

**Autor(es):** Ana Claudia Nery Camuri Nunes, Cristina Mair Barros Rauter

**Resumo:** A partir da experiência como estagiária do Serviço de Psicologia Aplicada da UFF e como Bolsista de Iniciação Científica (Pibc/Cnpq) desta mesma instituição, fui sensibilizada para a importância de se pensar a produção de subjetividades no contemporâneo relacionadas à criminalidade e a sua interseção com as práticas psicológicas. Atualmente escrevo minha monografia de final de curso sob a orientação da Prof. Dra. Cristina Rauter e escolhemos partir da experiência dos psicólogos no Sistema Penitenciário do Município do Rio de Janeiro, pois, consideramos que estão diretamente ligados aos discursos e práticas relacionados à criminalidade, esta última, entendida como um dos dispositivos de controle social produzido pelo capitalismo. Partimos da hipótese de que neste espaço não só o detento se encontra sob custódia, mas também o psicólogo com seus discursos e práticas. Diante disso, uma pergunta se faz pertinente: é possível fazer clínica na prisão? Pensamos que a complexidade do tema deve ser enfrentada numa perspectiva que conjugue diferentes saberes. Utilizamos como parceiros de pensamento autores da Criminologia, como Salo de Carvalho; da Sociologia: Jock Young e Erving Goffman; da Filosofia: Michel Foucault, Nietzsche, Espinosa e Gilles Deleuze; do Serviço Social: Tânia Damer Pereira; e da Psicanálise: Winnicott e Freud e da Clínica: Eduardo Passos e Cristina Rauter. No que diz respeito a pesquisa de campo, utilizaremos o método cartográfico, que visa acompanhar o processo de produção, estabelecendo algumas pistas que visem sobretudo coletivizar a experiência do cartógrafo. Os dispositivos utilizados serão a observação participante, a entrevista semi-dirigida e a escuta clínica. Procuramos nos textos de Suely Rolnik e Virginia Kastrup informações sobre cartografia. A entrada dos psicólogos nos presídios se deu de diversas maneiras, o último concurso foi realizado em 1998, após 30 anos sem concurso. No início alguns agentes penitenciários, com formação em psicologia pediam desvio de função. Uma outra forma de ingresso é como prestador de serviço do Estado, que ocorreu bastante dos anos 1999 à 2006. Dentre as funções estabelecidas para os psicólogos estão a participação no Exame Criminológico e na Comissão Técnica de Classificação (CTC). No Exame Criminológico o profissional tem que fazer um parecer psicológico que indique se o preso tem direito ou não há algum benefício, como por exemplo, a progressão de regime ou livramento condicional. A CTC pode ser laborativa ou disciplinar, mas na maioria dos casos em que ela é aberta o motivo é a indisciplina do detento, nesse sentido a função dos psicólogos se confunde com a função do juiz, pois ele acaba tendo que dizer se o preso deve ser punido ou não e qual o grau de punição. Analisaremos ainda o que se produz a partir do encontro entre a instituição e os psicólogos nela inseridos, para tanto, partiremos do conceito de Instituição Total proposto por Erving Goffman, que a caracteriza por ser um espaço onde o indivíduo leva uma vida fechada e formalmente administrada, um dos tipos é aquele que visa “proteger a comunidade contra perigos intencionais”, aqui se enquadram os presídios. Nesses lugares o interno passa por um processo de perda de referências identitárias, como por exemplo, seu nome e seus objetos pessoais, para facilitar o controle e disciplina dos que ali estão. O autor aponta também para os efeitos de

mortificação do eu, que atingem os internos e a equipe técnica. Dentre alguns desses efeitos, podemos citar: aceitar papéis com os quais não se identifica e a perda do sentido de segurança. As conseqüências desse processo são: o sentido de ineficiência pessoal, a relação entre os seus desejos e os interesses ideais do estabelecimento e aguda tensão psicológica. Algumas dessas características foram percebidas nos encontros com os psicólogos prisionais. Nosso objetivo é a construção de uma clínica que crie estratégias de resistência aos processos de mortificação que ocorrem no interior da engrenagem carcerária, ao invés de simplesmente reproduzi-la. Para isso apostamos que o psicólogo deverá fazer uma genealogia de suas práticas a fim de criar dispositivos que lhe auxiliem na composição do cenário de onde ela parte e assim possa compreender o “para quê” de suas funções, escapando de um determinismo cego, mecânico tão característico dos laudos de exame que lhes são impostos como ferramenta de trabalho. A partir dessa análise crítica de suas práticas é possível pensar uma clínica que esteja em permanente construção e que utilize ferramentas como a arte, o trabalho com grupos e o atendimento individual. Pois, pensamos com Rauter, quando diz que: “uma psicoterapia bem sucedida poderia ter uma eficácia semelhante à do processo de criação artística, no sentido de produzir mutações no campo da subjetividade”. Portanto, uma clínica que visa a intensificação dos processos vitais daqueles por ela contemplados.

**Palavras-chaves:** Subjetividade Contemporânea, Violência, Criminalidade, Clínica, Presídio

**Atividade: AMIZADE E SUBJETIVAÇÃO MILITANTE NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST (Paineis)**

**Trabalho: AMIZADE E SUBJETIVAÇÃO MILITANTE NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST**

**Autor(es):** Jäder Leite, Magda Dimenstein

**Resumo:** A presente investigação objetivou realizar uma cartografia das práticas de amizade no âmbito da militância política do MST. A amizade é aqui entendida tanto como uma experiência de sociabilidade e de vinculação social alternativa em face de modelos tradicionalmente instituídos de laço social (família, profissão), quanto uma prática social com potencial para tornar-se um exercício político. Já o fenômeno da militância política é visto a partir da perspectiva da produção de subjetividade e uma de suas variações, a identidade, em que o MST atua como um regime de subjetivação, já que investe na produção de um sujeito consoante aos seus princípios organizativos - o militante político. O recorte da investigação deu-se junto a um grupo de 54 militantes do movimento, oriundos dos nove Estados do Nordeste brasileiro que cursaram a formação em Pedagogia, na cidade de Ceará-Mirim/RN. Foram realizadas observações de campo e entrevistas junto aos militantes participantes do estudo. A análise dos dados foi feita por meio do procedimento cartográfico que buscou registrar, na tentativa de efetivação do modelo de militância, os pontos em que esse modelo cria territórios identitários e os pontos em que, no confronto com esse modelo, os militantes têm suas subjetividades redimensionadas em função das práticas de amizade exercidas entre si. Os resultados estão ligados a, basicamente, três pontos: A composição da militância enquanto modalidade subjetiva não-reificada, em que um deslizamento subjetivo aponta uma diversidade de práticas no que se poderia nomear de militância: desde uma “militância militar” ou disciplinada a uma militância enquanto experiência-limite de conversão subjetiva, por meio de rupturas operadas em torno de um universo subjetivo anterior à inserção do movimento e que é posta à prova todo o tempo, mas que também é renovada no cotidiano das ações do movimento; A experiência da militância como deflagradora da tensão público-privado, ou seja, de uma priorização de um universo das coisas coletivas ligadas à sustentação e fortalecimento do movimento e de certa supressão do universo privado, em que este também sofre reverberações em função dos processos de subjetivação militante; A amizade como um exercício que ressalta a heterogeneidade da militância, de possibilidade de convívio com as diversas formações socioculturais dos integrantes do movimento. Esse exercício da amizade aponta para uma forma de sociabilidade que permite tratar as diferenças vividas no interior do grupo. Compreendeu-se, por fim, que o MST opera por constantes mutações da sua

paisagem psicossocial, sendo a amizade uma experimentação co-participante nesse processo de mutação.

**Palavras-chaves:** Amizade, Militância política, Produção de sujeito

**Atividade:** Aspectos subjetivos nos processos de ensino e aprendizagem.  
(Mesas Redondas)

**Trabalho:** A construção da subjetividade na formação de professores.

**Autor(es):** Beatriz Judith Lima Scoz

**Resumo:** Na produção de sentidos em seus processos de aprender e de ensinar, pode-se compreender como os professores expressam os diferentes aspectos do mundo em que vivem e, a partir disso, como constituem suas subjetividades. O sentido exprime diferentes formas da realidade do sujeito - no caso deste estudo, dos professores - em complexas unidades simbólicas emocionais, nas quais as histórias e os contextos sociais produtores de sentido, são momentos essenciais de sua constituição. Segundo Gonzáles Rey (2003, p. 273), essa maneira de conceber o estudo da subjetividade "concretiza no campo da Psicologia a visão de complexidade defendida por Edgar Morin", ou seja, trata-se de considerar as ligações, as articulações, trata-se de expressar aquilo que é tecido em conjunto. Essa concepção assume importância cada vez maior nos tempos atuais, pois representa uma tentativa de superar o que foi artificialmente cindido na história do pensamento - por exemplo a cisão homem-sociedade - apresentando na Psicologia uma visão diferente, capaz de romper com toda reificação essencialista do fenômeno psicológico. Trata-se de uma visão que enfatiza ao mesmo tempo a complexidade da organização simultânea e contraditória dos espaços individuais e sociais. Neste estudo, também será considerada a percepção que os professores têm acerca de suas produções de sentido, enfim, de suas próprias subjetividades em construção e, a partir daí, que novos sentidos vão produzindo em seus processos de aprender e de ensinar, uma vez que o sujeito, a partir da confluência entre o social e sua própria constituição subjetiva gera novos sentidos que vão modificando a si mesmos e às suas práticas. Um envolvimento direto dos professores no repensar seus modos de ser e sua condição profissional, o implica em um trabalho com suas subjetividades o que poderá contribuir para uma melhor qualidade da educação e do ensino. Para compreender os sentidos que os professores produzem em seus processos de aprender e de ensinar e, conseqüentemente, a construção de suas subjetividades serão apresentadas algumas cenas realizadas com a técnica do Jogo de Areia (Sandplay). Trata-se de uma proposta de trabalho em que os professores constroem cenas com miniaturas em uma caixa com areia. Essa técnica, por suas características lúdicas e simbólicas, representa um espaço facilitador de produção de sentidos e, conseqüentemente da construção da subjetividade. O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa "Intervenções psicopedagógicas nas dificuldades de aprendizagem" no curso de mestrado acadêmico do Centro Universitário FIEO - UNIFIEO - programa de Psicologia Educacional.

**Palavras-chaves:** subjetividade, ensino, aprendizagem, produção de sentidos

**Trabalho:** Leitura e identidade

**Autor(es):** Leda Maria Codeço Barone

**Resumo:** O trabalho clínico com crianças com dificuldades de aprendizagem da leitura e da escrita tem sido um excelente campo de estudo. A observação que fazia da linguagem das crianças encaminhadas para atendimento - deixando de lado os problemas referentes à sintaxe, à semântica e à articulação - levou-me a considerar dois pontos importantes: 1- O primeiro em relação à submissão da fala dessas crianças à demanda social, uma vez em que elas eram capazes de repetir a queixa da escola ou de seus pais a respeito de suas dificuldades, e no entanto incapazes de falar mais livremente, expressando seu ponto de vista, seu pensamento ou seu sentimento. 2- O segundo, em relação à uma fabulação excessiva que mais se assemelhava à defesa que propriamente ao uso criativo da linguagem. Tal observação levou-me a desenvolver

com essas crianças algo que chamei na época de "investimento na linguagem". Consistia em propor-lhes que narrassem suas experiências, que falassem livremente a respeito delas e de suas observações sobre o mundo. Aos poucos eu mesma comecei a introduzir a leitura, inicialmente feita por mim, de textos de literatura, ora escolhidos pelas crianças, ora por mim, quando imaginava que o texto pudesse dizer alguma coisa a uma criança em especial. Depois desse tempo de investimento, a alfabetização vinha por acréscimo. Concluí que esta atividade despertava nas crianças o desejo de ler. A partir dessa experiência compreendi que a leitura, sua aprendizagem e mesmo suas dificuldades, não poderiam ser dissociadas do sujeito, isto é: das experiências de vida, do gosto e do desejo do leitor. Compreendi também que as histórias, as lendas, as fábulas, os contos, enfim, que a literatura tem efeitos importantes na construção do sujeito leitor. Encontrei no texto "A leitura em espaço de crise", de Michèle Petit, algumas observações muito próximas das feitas por mim. Neste trabalho a autora pergunta-se o que a leitura pode fazer em tempos de desamparo e se esta experiência é capaz de sustentar as forças de vida. A partir de vários relatos de experiências de leitura em espaço de crise, Petit observa que a história contada, as poesias lidas tiveram o poder de tocar partes da alma de seus leitores/ouvintes, feridas pelos traumas vividos, oferecendo palavras ali onde só havia dor. Assim, o presente trabalho tem como objetivo discutir algumas experiências com "Oficinas de leitura" considerando que esta atividade contribui, ao mesmo tempo, para a competência leitora e para a construção e reconstrução da identidade do leitor. Serão utilizados como referencial para essa discussão, autores ligados à crítica literária bem como à psicanálise.

**Palavras-chaves:** literatura, leitura, identidade, competência leitora, desejo

**Trabalho:** A subjetividade e o processo de aprendizagem escolar: um olhar psicopedagógico.

**Autor(es):** Nadia Aparecida Bossa

**Resumo:** Este trabalho é parte do projeto de pesquisa inserido no âmbito da linha de pesquisa "Intervenções Psicopedagógicas nas Dificuldades de Aprendizagem" do curso de Mestrado Acadêmico da UNIFIEO. O objetivo da pesquisa é contribuir para a constituição do campo epistemológico da Psicologia Educacional, aproximando-nos do seu objeto e método por meio da investigação clínica e da produção teórica. A estratégia de investigação adotada consiste na análise das dimensões individual e cultural envolvidas na produção do fenômeno em questão: as dificuldades de aprendizagem escolar. Na apresentação, aborda-se o papel da escola e da aprendizagem escolar na constituição do sujeito, considerando a dificuldade de aprendizagem enquanto expressão da subjetividade. A literatura mostra que as vicissitudes da Pedagogia estão intimamente vinculadas aos caminhos traçados pela Filosofia. A Pedagogia e, conseqüentemente, a escola é resultado da maneira como a Filosofia Moderna concebeu o sujeito e como, contemporaneamente, criticou essa noção de sujeito, bem como a forma como ele, em sua história, entendeu e relacionou-se com a infância "normal" e a "anormal". A dificuldade de aprendizagem escolar que surge como sintoma cultural diz respeito ao aniquilamento da infância pela escola, que não é pensada do ponto de vista das necessidades da criança, e tampouco sabe o que é a criança, visto que lida com a criança real, como se fosse a ideal, a desejada, negando suas verdadeiras demandas. O discurso médico-higiênico criou a ilusão de uma sociedade perfeita, sem doenças, mortes e mal-estar. O conceito de criança que nasce das concepções histórico-filosóficas deste século está assentado sobre essa mesma lógica médico-higiênica. A criança ideal é destinada a transformar-se no indivíduo racional, centrado em sua consciência, em um "sujeito suposto adulto", como denomina Guy Clastres (1991, p. 137). No entanto, segundo Freud (1980, v. 7), a criança ideal é uma ilusão; segundo a concepção foucaultiana, é uma ficção. A criança de que fala Freud não é a criança disciplinada, controlada; antes, há uma impossibilidade de ser completamente educada, policiada, reprimida. Segundo Clastres (1991, p. 136-140), essa criança pensada por Freud só foi possível a partir do novo elo social em torno da criança escolar. Assim, a inversão ética do discurso de Freud, que vai na direção contrária aos ideais, possibilitou um questionamento da norma e da moral. Com a missão de transmitir às crianças o conhecimento socialmente adquirido, a educação impõe renúncias, da mesma forma que a vida na civilização aponta limites às satisfações pulsionais. Transformar a criança de acordo com um ideal é tarefa de que se incumbiu a educação na modernidade. O ideal de criança ancora-se na concepção de indivíduo racional, disciplinado,

produtivo e eficiente da sociedade moderna. A escola surge para educar a criança e transformá-la nessa criança perfeita, capaz de realizar os ideais parentais e sociais. O mundo moderno, ao postular a criança ideal, supostamente universal, acabou por realizar a negação das diferenças e, conseqüentemente, da subjetividade de toda criança que não conseguisse responder a esse ideal. Ao mesmo tempo que promoveu a segregação, mascarou a divisão existente no seio da própria infância. De um lado, crianças supostamente ideais, postas na condição de puro objeto do desejo parental e social; de outro, "crianças problemas" que insistem em existir e apontar a ilusão do mundo ideal criado onipotentemente pelo homem moderno. Quando se postula um ideal, acaba-se por impedir a emergência do singular, daquilo que, como diferença, distancia-se do ideal. Se o sujeito está para além dos ideais, se sua subjetividade está naquilo que escapa para o existir da criança no mundo atual, não resta outra solução senão a de se fazer sujeito por meio do seu sintoma. Como nos ensina a Psicanálise: não há sintoma em si, só há sintomas particulares; há um sujeito que, uma vez eclipsado, só pode ser ouvido a partir do seu sintoma. Com base nas considerações e tendo como eixo norteador recortes clínicos, pretende-se apresentar reflexões nessa mesa que trata da Subjetividade e Aprendizagem.

**Palavras-chaves:** subjetividade, Aprendizagem, Psicanálise, Cultura

**Atividade:** Algumas pistas para a prática do Método da Cartografia (Mesas Redondas)

**Trabalho:** A Cartografia como Metodologia Qualitativa: apreendendo a qualidade intensiva da realidade

**Autor(es):** Silvia Helena Tedesco

**Resumo:** O trabalho visa repensar a metodologia de pesquisa longe dos parâmetros tradicionais de investigação. Propõe-se a cartografia não mais dirigida exclusivamente as coisas e estados de coisas delimitados por fronteiras empírico-conceituais rígidas e intransponíveis, decorrentes de existência fixa, dada desde sempre. No lugar da fixidez, é o movimento do mundo que assume o lugar de objeto de estudo. E, se a subjetividade é movimento, é sua processualidade que interessa, em suas variações jamais subordináveis a conceitos universais ou valores numéricos, cuidadosamente quantificáveis. A afirmação da natureza universal do objeto de estudo a qual se agregaria historicidade é deixado de lado. O objeto consiste no próprio movimento a ser conhecido em suas muitas velocidades. No lugar de estados tem-se ações e atos. A negação dos contornos precisos e invariantes para as figuras do mundo não implica, no entanto, abrir mão do exercício de conceituação. Este se mantém, mas passa a entender as formas do objeto como figuras provisórias e inseparáveis do seu processo de emergência. Ao lado do contorno figural, agora entendido apenas como uma fase de um processo maior, encontramos sua dimensão de indiscernibilidade, garantia do movimento constante que o caracteriza. Neste sentido, a forma é entendida como formação e os invariantes conceituais transformam-se em regularidades. Tomar o objeto na relação íntima com seu movimento é voltar a atenção ao seu processo de produção e, conseqüentemente, trazer a cena o plano onde o processo de construção se realiza. Ou seja, sem dispensar as formas, a cartografia dirige-se ao plano de produção daquilo que, na verdade, é efeito e que reconhecemos como e denominamos realidade. Neste caso é preciso considerar o plano das forças produtoras ao mesmo tempo das formas empíricas e das conceituais. O plano de forças, garantidor da gênese ininterrupta da realidade, compreende seja o processo de composição do objeto seja o do seu conhecimento. Portanto, o ver, presente no método da observação direta, e o dizer, voltado à descrição objetiva, tão caros aos métodos tradicionais, perdem sua exatidão. Em primeiro lugar, por excluírem o mais crucial do objeto, sua processualidade que alimenta o traçado contínuo de suas fronteiras. Em segundo, por desconhecerem que, assim como o objeto, o conhecimento é também produzido no mesmo plano. O sujeito do conhecimento não é ponto de partida absoluto, seu olhar e dizer sobre o mundo são produtos deste plano de produção conjunto. Diferente de apostar na universalidade tanto do real quanto do processo de conhecimento, este método detecta olhares e escutas aptos a esta outra dimensão do real. O objetivo da cartografia é mapear os contornos dos objetos em seus movimentos instituintes, trabalhar empiricidades apenas nuançadas, acompanhando, no detalhe, o desenho das linhas promotoras das figuras da

realidade em formação.

**Palavras-chaves:** subjetividade, cartografia, metodologia-qualitativa

**Trabalho:** O trabalho da atenção na prática da cartografia

**Autor(es):** Virgínia Kastrup

**Resumo:** A cartografia é um método proposto por G. Deleuze e F. Guattari (1995) que vem sendo utilizado em pesquisas de campo voltadas para o estudo da subjetividade. A idéia de desenvolver o método cartográfico para utilização em pesquisas de campo no estudo da subjetividade se afasta do objetivo de definir um conjunto de regras abstratas para serem aplicadas. Não se busca estabelecer um caminho linear para atingir um fim. A cartografia é sempre um método ad hoc. Todavia, sua construção caso a caso não impede que se procure estabelecer algumas pistas que têm em vista descrever, discutir e, sobretudo, coletivizar a experiência do cartógrafo. Adotando uma perspectiva construtivista, o artigo aborda o problema do funcionamento da atenção na etapa inicial do trabalho do cartógrafo. A pista que tomamos aqui diz respeito ao funcionamento da atenção durante o trabalho de campo. Não se trata de buscar uma teoria geral da atenção. A idéia é que, na base da construção de conhecimento através de um método dessa natureza, há um tipo de funcionamento da atenção que foi em parte descrito por S. Freud (1912/1969) com o conceito de atenção flutuante e por H. Bergson (1897/1990) com o conceito de reconhecimento atento. Através do recurso a esses conceitos, bem como a referências extraídas do campo das ciências cognitivas contemporâneas, o objetivo do trabalho é analisar a etapa inicial de uma pesquisa, tradicionalmente denominada "coleta de dados". Ocorre que, do ponto de vista dos recentes estudos acerca da cognição numa perspectiva construtivista, não há coleta de dados, mas, desde o início, uma produção dos dados da pesquisa. A formulação paradoxal de uma "produção dos dados" visa ressaltar que há uma real produção, mas do que, em alguma medida, já estava lá de modo virtual. Serão examinados dois pontos. O primeiro diz respeito à própria função da atenção, que não é de simples seleção de informações. Seu funcionamento não se identifica a atos de focalização para preparar a representação das formas de objetos, mas se faz através da detecção de signos e forças circulantes, ou seja, de pontas do processo em curso. A detecção e apreensão de material, em princípio desconexo e fragmentado, de cenas e discursos, requer uma concentração sem focalização, indicada por Gilles Deleuze através da idéia de uma atenção à espreita, cujo funcionamento o trabalho procura elucidar. O segundo ponto é que a atenção, enquanto processo complexo, pode assumir diferentes funcionamentos: seletivo ou flutuante, focado ou desfocado, concentrado ou disperso, voluntário ou involuntário, em várias combinações como seleção voluntária, flutuação involuntária, concentração desfocada, focalização dispersa, etc. Embora as variedades atencionais coexistam de direito, elas ganham organizações e proporções distintas na configuração de diferentes políticas cognitivas (Kastrup, 2005). O trabalho conclui que a atenção cartográfica é concentrada e aberta, caracterizando-se por quatro variedades: o rastreo, o toque, o pouso e o reconhecimento atento.

**Palavras-chaves:** produção de subjetividade, cartografia, metodologia qualitativa

**Trabalho:** Nossos Corpos, Nossas Lidas

**Autor(es):** Elizabeth Medeiros Pacheco

**Resumo:** O que nos torna contemporâneos não é a condição temporal do presente, mas a atualidade de uma questão que nos implica enquanto atores das práticas que, paradoxalmente, se inscrevem em nossos tecidos. Assim, nossos corpos são indissociáveis de nossas vidas, de nossas lidas junto a outros. Esse paradoxo de que a constituição de si e de mundo se dá a partir de nossos percursos e de nossas práticas, insiste na crítica ao paradigma identitário e produz outro campo problemático para a clínica deslocando-a de uma abordagem solipsista, que se debruçava sobre um sujeito transgressor rumo à liberdade individual, para uma abordagem do processo de subjetivação enquanto agenciamento coletivo. Através das narrativas tomadas no espaço clínico, trazemos uma experimentação que nos convida a pensar o corpo como

afetabilidade e seus sofrimentos como operações que podemos cartografar a partir de toda uma semiótica que, como tal, é sempre uma topologia voltada para as passagens (entre - topos), para os intervalos (entre – tempos). Uma cartografia das inscrições corporais do socius está atenta ao plano das misturas dos corpos, aos ritmos de fluxos, às sensações dos tecidos, às multiplicidades que ativam o devir de múltiplos corpos e subtraem o sentido do corpo uno, nos liberando de vez da idéia de substância. Isso nos permite pensar o acontecimento clínico reverberando o vívido, para além do vivido como íntimo e anterior. Se pensarmos cada um de nós como efeito-sujeito de um feixe de relações, cabe problematizar o caráter que vem tomando as práticas que a vida urbana nos incita hoje, e pensar os afetos de uma vida sob o domínio do excesso e do risco. Insônia, ansiedade, depressão, violência ou indiferença. Que corpo estamos produzindo com este tipo de cotidiano? No incessante movimento de dar sentido às nossas vidas que, em seu agir, nos torna esses que somos e cria esse mundo que vivemos, a clínica se apresenta como proposta ética e sua atitude, no contemporâneo, é atravessar o corpo urdido por afetos que nos cabe cartografar. Nos anos pós 2ª GM os afetos de alienação ou engajamento engendraram os movimentos de libertação. Hoje, as tecnologias da informação nos incitam à conectividade, o que implica em selecionar e dar sentido (preferir) ao que se acessa. Esta parece ser uma das questões que tematiza a interface clínica e política no contemporâneo quando, num absoluto equilíbrio sob a tirania do risco, vivemos um tempo de prontidão, de prontidão à ação sem pausa. Nesta comunicação nos propomos apresentar uma cartografia realizada no espaço da clínica pela experimentação do corpo através da respiração perceptiva e das práticas proprioceptivas, sem outra finalidade senão a ativação de micro movimentos de diferença, de variação, que possam incitar essa multiplicidade, assim chamada corpo, a reencontrar sua pertença à movente duração do diverso. Elizabeth Medeiros Pacheco, psicóloga CRP – RJ 05-9169, Terapeuta Reichiana (formada pelo IOOR- 1992, Mestrado em Psicologia - UFF 2006

**Palavras-chaves:** subjetividade, cartografia, clínica

**Atividade: Transformações produtivas no trabalho e suas repercussões na subjetividade do trabalhador (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Transformações produtivas no trabalho e suas repercussões na subjetividade do trabalhador

**Autor(es):** Martha Andrade da Mota Silveira, Maria Izabel Migueis Quintas Calheiros

**Resumo:** Num mundo de transformações constantes em todas as áreas da vida, o trabalho tem se mostrado como um dos espaços onde as mudanças mais repercutem nas pessoas, no caso os trabalhadores e que o mesmo "... enquanto palavra infinitamente pronunciada em nosso cotidiano, revestiu-se de um sentido vago e maleável", conforme Guareschi e Grisci (1993) Considerando que as pessoas vivem em função de suas atividades profissionais mais da metade do seu dia de vinte e quatro horas, pode-se prever que atualmente se está muito mais tempo com os colegas de trabalho e na empresa onde se trabalha, do que com a própria família. Esse convívio diário intensificado pelas muitas exigências e transformações que este novo cenário produtivo requer, leva os trabalhadores a subjetivar suas relações e atividades profissionais de maneira imbricada, onde as manifestações subjetivas tem grande repercussão. Dessa forma, pode-se pensar numa subjetividade que "... se refere a tudo aquilo que é do sujeito, por contraste às condições externas, que são anteriores à sua entrada no mundo". (Vitorello, 1998). A maneira de se produzir no trabalho passou ao longo da história da humanidade por grandes transformações, desde novas tecnologias até a implantação de uso de processos gerenciais e de planejamento e a convivência com essas transformações teve e vem tendo repercussões na subjetividade dos trabalhadores, pois as pessoas também se transformam e transformam o seu processo de trabalho a partir dessas modificações. Assim, o interesse dessa pesquisa bibliográfica se deu a partir de discussões em sala de aula e da prática como Gestoras de Pessoas, convivendo com trabalhadores diariamente e percebendo como as mudanças no processo de trabalho refletem na subjetividade dessas pessoas. Os resultados desse estudo indicaram que alguns trabalhadores subjetivam essas transformações de maneira prazerosa em



espaços produtivos onde são respeitados em sua singularidade, diversidade, onde são ouvidos, reconhecidos e tem poder de participação. Em contrapartida percebeu-se que o trabalhador destituído do poder decisão com cargos pouco enriquecidos e sem oportunidade de expressar seus sentimentos, frequentemente subjetivam esse trabalho como fonte de sofrimento. Para elaboração deste estudo, recorreu-se a autores como Guareschi(1993), Rouleau(2001), Vitorello (1998), Santos (1998), Calheiros(2001) e Silveira(2004), entre outros. Dessa forma, a proposta é discutir criticamente como os modos de subjetivar no trabalho levam a considerar que as pessoas são diferentes, subjetivam de maneira diferente e que é importante considerar que as singularidades e diversidades de cada um contemplam suas histórias, vivências, momentos e contexto histórico-social. Além disso, estudar subjetividade e processo de trabalho, supõe sobretudo lidar com transformações e contemplar acima de tudo sujeitos que amam, percebem, sonham, realizam e sentem.

**Palavras-chaves:** Transformações produtivas, Subjetividade, Trabalho

**Atividade:** Estudos sobre a interferência de convênios institucionais na dinâmica educativa em um projeto social em João Pessoa &#8211; uma experiência em pesquisa/intervenção (Comunicações Científicas)

**Trabalho:** Estudos sobre a interferência de convênios institucionais na dinâmica educativa em um projeto social em João Pessoa &#8211; uma experiência em pesquisa/intervenção

**Autor(es):** Angela Maria Dias Fernandes, Emanuella Cajado Joca, Diana Jaqueira Fernandes

**Resumo:** Este trabalho pretende apresentar a pesquisa/intervenção realizada em uma Organização Não Governamental (ONG), que desenvolve oficinas de arte na cidade de João Pessoa, atendendo a crianças e jovens das classes populares. O objetivo da pesquisa foi verificar o processo de vinculação da clientela a esta escola de arte e a interferência, na dinâmica educativa, do tipo de vínculo institucional promovido, no sentido de orientar os profissionais na organização das atividades e na construção de um Projeto Político Pedagógico. Com essa pesquisa, pretendeu-se identificar os elementos que possibilitassem a constituição de novas relações entre a escola e a comunidade. Os temas centrais desta investigação, de acordo com os indicadores definidos nas intervenções, anteriormente realizadas com os educadores da escola, foram o trabalho e o sentido profissionalizante das atividades desenvolvidas nas oficinas. Os procedimentos utilizados na pesquisa foram: um mapeamento das atividades cotidianas; entrevistas semi-estruturadas com vinte alunos, seus responsáveis e professores da escola regular; e observações de campo. Foram investigadas as características da relação escola/população atendida, os mecanismos de inserção dos alunos e a interferência das instituições de fomento, principalmente o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), no cotidiano da escola em questão. As entrevistas foram a estratégia utilizada no sentido de resgatar histórias de vida dos alunos, educadores e familiares, abordando seguintes temáticas: vinculações institucionais com a organização de arte, com a escola regular e com a comunidade, e o significado de práticas sociais como a educação e o trabalho. Uma análise preliminar das entrevistas permitiu a definição das seguintes categorias: forma de inserção do aluno na escola (questionamentos sobre o PETI); envolvimento do aluno no funcionamento da escola; impressões e sentimentos sobre a escola; desejos e propostas de mudança na organização da escola; interferência das atividades na vida dos alunos; impressões sobre as oficinas oferecidas na escola; participação em eventos organizados pela escola; participação em atividades da escola; mudança no comportamento do aluno; conhecimento anterior sobre a escola; impressões sobre o PETI e vinculação com o programa; conhecimento sobre arte; profissionalização ou não na escola. O estudo realizado a seguir, com base nas falas assim categorizadas, indicaram a interferência do estabelecimento de convênios na dinâmica educativa identificando-se atitudes por vezes divergentes. Para pais e responsáveis, a existência de um convênio é fundamental, assim como, a profissionalização. Para o aluno, a bolsa recebida, a partir da inscrição no PETI, no valor de R\$ 50,00 reais, não é o fator preponderante, embora o elo não seja a arte e sim, a relação com os educadores e a liberdade de circulação no espaço aberto da escola. Ficou

evidente que as relações são atravessadas pelo tipo de vínculo institucional que garante a inserção de cada ator social. As informações foram debatidas em reunião com os alunos entrevistados e em dois encontros de restituição, realizados com os educadores da escola, resultando em material de análise e avaliação das ações educativas desenvolvidas no cotidiano.

**Palavras-chaves:** Pesquisa Qualitativa, Arte e Criação, Projetos Sociais

**Atividade: O conceito de identificação na perspectiva da metapsicologia freudiana (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** O conceito de identificação na perspectiva da metapsicologia freudiana

**Autor(es):** Veridiana Canezin Guimarães

**Resumo:** O propósito da presente comunicação é apresentar contribuições freudianas acerca do conceito de identificação, buscando apreender o processo de constituição do sujeito numa perspectiva em que se entrelaçam elementos psíquicos e sociais. O princípio teórico que sustenta a presente reflexão refere-se à idéia de que não há possibilidade de conceber a subjetividade humana desligada da sociedade na qual ela se constitui. Toma-se como material principal da análise empreendida o ensaio de Freud de 1921, Psicologia de grupo e análise do ego. No referido ensaio, Freud (1921) busca problematizar os motivos pelos quais os indivíduos combinam-se organicamente em uma unidade grupal. O conceito de identificação surge como categoria central de análise e se revela como um movimento decisivo no processo de socialização do homem, no que diz respeito a inserção essencial do sujeito na sociedade. A hipótese central que Freud formula no ensaio Psicologia de grupo e análise do ego é a de que a formação dos grupos encontra justificativa mediante o processo de identificação que ocorre no seu interior. “Já começamos a adivinhar que o laço mútuo existente entre os membros de um grupo é de natureza de uma identificação desse tipo, baseada numa importante qualidade emocional comum, e podemos suspeitar que essa qualidade comum reside na natureza do laço com o líder”. (Freud, 1921, p. 136). O membro de um grupo identifica-se com o líder e, em um segundo momento, com os outros membros do grupo. Essa dinâmica é possível à medida que se renuncia ao seu ideal de ego – uma das dimensões do superego, responsável pelo processo de idealização – em favor de um líder. Os membros de um grupo substituem seu ideal de ego por um mesmo objeto, o líder; o que permite a coesão é a identificação recíproca entre os diferentes egos. “Um grupo primário desse tipo é um certo número de indivíduos que colocaram um só e mesmo objeto no lugar de seu ideal do ego e, conseqüentemente, se identificaram uns com os outros em seu ego” (Freud, 1921, p. 147; grifos do autor). Na perspectiva freudiana, a internalização do superego também constitui um processo decisivo na constituição psíquica da criança, e o mecanismo responsável por esse acontecimento consiste na identificação, procedimento pelo qual o sujeito se constitui e se modifica pela assimilação de traços ou atributos das pessoas com as quais se relaciona. Nesse sentido, pode-se dizer que a identificação é um processo indispensável para a constituição do humano, ou seja, é por intermédio da identificação que a relação com o outro se efetiva em busca de individuação e de socialização. Dessa forma, a possibilidade de conceber o psíquico está inexoravelmente atrelada à questão do outro, do grupo ou da cultura. Freud considera toda relação do sujeito com o outro um fenômeno de caráter social. A identificação, por sua vez, revela o quanto o outro é onipresente na experiência subjetiva, o quanto a apropriação de um elemento que provém do outro tem ressonâncias na subjetividade. Nessa perspectiva, o campo de emergência do sujeito está no registro do outro, da cultura, condição que faz Freud não ver oposição entre psicologia individual e psicologia social. Assim, o conceito metapsicológico de identificação é simultaneamente apreendido como sustentação dos mecanismos de inserção do sujeito no grupo – na cultura – e como fator fundamental para a superação do conflito edípico, bem como para a compreensão da constituição do eu. Sugere-se que a identificação permite compreender o psíquico e o social como instâncias do sujeito, e que, por isso, não devem se pensar isoladamente. Isso também indica o estatuto metapsicológico que o social adquire na teoria psicanalítica freudiana. A análise que Freud (1921) realiza em Psicologia de grupo e análise do ego revela o comprometimento do autor em pensar às intrincadas relações do homem com a civilização. Compreender o conceito de identificação como mediação entre o psíquico e o social,

é atualizar a idéia de que a única possibilidade humana de subjetivação encontra-se no registro da cultura e que a psicanálise continua ser um instrumento teórico e prático relevante para elucidar os mecanismos que constituem a subjetividade e os impasses e destinos do homem em sociedade.

**Palavras-chaves:** Identificação, Subjetividade, Metapsicologia, psicanálise, cultura

**Atividade: Considerações acerca dos processos de subjetivação da experiência da fome na infância precoce (Paineis)**

**Trabalho:** Considerações acerca dos processos de subjetivação da experiência da fome na infância precoce

**Autor(es):** Karla Patricia Holanda Martins, Maria Violeta Cavalcante Barros, Carol Farias Barbosa, Luana Timbó Martins, Mirka Mesquita, Rafaelli Timbó Rodrigues Paz

**Resumo:** Este trabalho tem por propósito apresentar as considerações iniciais da pesquisa Infância e privação: a fome e a vontade de viver. A pesquisa em andamento tem por objetivo investigar os impactos das experiências de privação do alimento na construção dos processos de subjetivação na infância e as possíveis estratégias de sobrevivência psíquica construídas para agenciar uma experiência de tal ordem. Com vistas a alcançar estes fins retomaremos, a partir do referencial teórico psicanalítico, as questões metapsicológicas acerca dos efeitos das experiências de privação na infância precoce. As primeiras experiências do bebê com seu ambiente foi tema fundamental nas preocupações iniciais de Freud (1895; 1905). Nos últimos cinquenta anos uma vasta bibliografia psicanalítica tem sido produzida acerca da importância do vínculo afetivo mãe/bebê na constituição do sujeito e nas suas possibilidades de enlace com o Outro primordial. Autores tais como René Spitz (1984), John Bolwby (1984), T. Berry Brazelton (2002), Donald Winnicott (1983; 1988; 2005; 1989; 1990) e Françoise Dolto (2005) foram pioneiros nestas reflexões e têm nos guiado na construção e mapeamento das questões relativas à importância das primeiras relações de objeto na constituição do sujeito e dos modos de inscrições do significante nas práticas alimentares. Os trabalhos de Freud representam uma importante matriz teórica de onde partiram estas reflexões. Concluído o primeiro momento da pesquisa bibliográfica, estamos realizando um estudo longitudinal a partir das crianças que foram atendidas no Instituto de Prevenção à Desnutrição e à Excepcionalidade - IPREDE, instituição não-governamental que há vinte anos realiza um importante trabalho com a infância em situação de desnutrição aguda no Estado do Ceará. Estão sendo triadas dentro de um grupo de sessenta crianças, de ambos sexos com idade atual entre seis e sete anos, aquelas que estiveram internadas com idade entre zero e dois anos. Ao longo dos próximos seis meses estaremos realizando os trabalhos de observação das crianças selecionadas, a partir dos critérios definidos em função da gravidade de cada caso e do tempo de internação da criança. O componente qualitativo presente na pesquisa psicanalítica não se refere a uma simples descrição da realidade ou mesmo da interpretação acerca do que é tomado por realidade. A pesquisa em psicanálise tem por objeto de investigação as manifestações do inconsciente. Inseridos nesta perspectiva estaremos privilegiando a observação do brincar, sendo este considerado uma experiência de linguagem capaz de expressar os diferentes tempos de subjetivação. Podemos avançar no entendimento destas questões, produzindo saberes que se aliem às ações do campo das práticas de intervenção precoce, com vistas à prevenção no âmbito da saúde mental. Deste modo, a pesquisa aqui proposta, ao procurar enfatizar a interdependência do subjetivo e do social, pretende refletir acerca da dimensão do sofrimento e dos modos de subjetivação da infância exposta a experiências-limite, em particular à experiência da fome.

**Palavras-chaves:** Infância, sofrimento psíquico, privação

**Atividade: Havaianas  
(Paineis)**

**Trabalho:**HAVAIANAS: POR QUE TODO MUNDO USA?

**Autor(es):** James Ferreira Moura Junior,Thaís Andrade Vidal de Negreiros,BRUNA FABRICIA BARBOZA LEITAO,Andreza Raquel de Almeida Lucena,Joyce Cristina dos Santos Aguiar,Vinício Brígido Santiago Abreu

**Resumo:** Vivemos em uma sociedade cujas relações são permeadas pela superficialidade, pela massificação, pelo consumo e pela ilusão. Os sujeitos estão, cada vez, mais desejantes e falsamente dominantes de si. Através do fetichismo, as identidades se tornaram construções negociadas e as mercadorias atreladas a imagens obtiveram valores que eram inerentes ao ser humano. Assim, esta pesquisa objetivou analisar alguns aspectos ligados à marca de sandálias Havaianas e sua evolução ao longo do tempo, de uma alpargata voltada para os colhedores de café, para uma marca conhecida e usada internacionalmente, por pessoas de diferentes estilos e níveis econômicos. Além disso, a maioria de nós, independente da classe social, da idade, da profissão, da cor da pele, usa Havaianas, estando, portanto, essa marca de sandálias intrinsecamente inserida no nosso cotidiano, configurando-se um excelente objeto de nossa pesquisa. O trabalho teve como objetivos verificar a mudança e a repercussão das campanhas publicitárias, elaboradas pela empresa Almap BBDO, no comportamento dos consumidores ao longo do tempo; analisar as transformações do valor signo do produto de acordo com a visão dos consumidores; observar o perfil do consumidor atual das sandálias Havaianas e relacionar os dados da pesquisa, obtidos através dos questionários quantitativos e qualitativos, com a teoria estudada por nós na disciplina de Psicologia Social II. Usamos como metodologia: análise do conteúdo teórico da disciplina, além do sugerido pela orientadora do presente trabalho; coleta de material publicitário: mídia impressa, propagandas de rádio e televisão, site na Internet, reportagens em jornais e revistas, etc.; pesquisa quantitativa: elaboração e aplicação dos questionários compostos, exclusivamente por questões fechadas; pesquisa qualitativa: elaboração e aplicação dos questionários compostos, exclusivamente, por questões abertas; avaliação dos resultados obtidos, através da comparação dos mesmos com o que foi estudado no referencial teórico; conclusão: apresentação dos resultados e resposta do questionamento que originou essa pesquisa - Havaianas: Por que todo mundo usa? De acordo com o que foi exposto referente ao objetivo da pesquisa podemos concluir que alcançamos os resultados esperados no que concerne à análise do conteúdo teórico, quando comparado ao material publicitário colhido por nossa equipe. Já em relação aos dados colhidos nos questionários, os resultados foram um tanto quanto surpreendentes, pois esperávamos uma boa quantidade de respostas que fizessem menção às propagandas das havaianas, o que não foi constatado. Esse fato deve-se, provavelmente, ao contexto da aplicação dos questionários que foi as proximidades da universidade, restringindo, um pouco, a diversidade de idades, profissões e estilos do público atingido. Finalmente, segundo a maioria das respostas, todo mundo usa as Havaianas por serem sandálias confortáveis, em primeiro lugar, de qualidade, em segundo lugar, e, bonitas em terceiro.

**Palavras-chaves:** fetichismo,espetáculo,marca

**Atividade: Pena alternativa: provocadora de mudança?  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Pena alternativa: provocadora de mudança?

**Autor(es):** Márcia Gabriele Oscar de França

**Resumo:** O agravamento e alargamento temporal das penas privativas de liberdade têm caracterizado propostas da sociedade brasileira para combater à criminalidade. Neste contexto, entretanto, parece não haver a devida apreciação do quadro do sistema prisional que, centrado na pena de prisão em regime fechado, segrega temporariamente o condenado, reforçando a manutenção de comportamentos delituosos e contribuindo para a exclusão social do egresso. As penas privativas de liberdade, então, não atingem suas metas de prevenir o delito e regenerar o condenado, alimentando o alto índice de reincidência criminal (em 2002, mais de 80%). Já as penas alternativas representam menor custo ao Estado e baixo nível de reincidência (12,5%), o que respalda a sua aplicação no caso de infratores primários de baixo e médio potencial ofensivo, permitindo a reparação do dano causado por eles próprios à sociedade a partir da perspectiva de reintegração social. Considerando-se, com base nessas estatísticas, que nos casos de penas alternativas pouco se repete o ato delituoso, cabe a psicologia refletir sobre: 1) as possibilidades de mudança ou estabilidade de comportamento e atitudes em relação ao delito daqueles que cumprem penas alternativas, chamados beneficiários; 2) a influência do método de trabalho dos profissionais que lidam com este público-alvo para atingir ou não esta mudança. Esses aspectos podem ser apreciados à luz da perspectiva da Rede de Significações (Silva & Rosseti-Ferreira, 2000), assim descrita: “No processo interativo (...), o conjunto das ações possíveis de serem realizadas e o fluxo dos comportamentos são delimitados, estruturados, recortados e interpretados pela ação do outro e também, por um conjunto de elementos orgânicos, físicos, interacionais, sociais, econômicos e ideológicos. Todos eles interagem dinâmica e dialeticamente, compondo uma rede, a qual contempla condições macro e micro-individuais e estrutura um universo semiótico, constituindo o que é denominado de Rede de Significações. Essa possibilita não só o processo de construção de sentido em uma dada situação interativa, como os processos de desenvolvimento”. Nesta rede, a formação da identidade e subjetividade do indivíduo é constituída pela existência de inúmeros contextos e práticas discursivas que delineiam diferentes posições e papéis sociais atribuídos aos sujeitos e por eles assumidos. A depender do contexto, das interações e do poder de hegemonia, num movimento de figura e fundo, determinado conjunto de fatores adquire maior relevância nos processos de produção de sentido. Pensando no envolvimento com a prática criminosa, existem na Rede de Significações fatores construídos socialmente que variam, de um grupo social para outro, em termos de seu potencial de contribuição para a inserção, permanência ou desistência da prática criminosa. Entretanto, não são esses fatores em si que contribuem para o desenvolvimento de uma trajetória criminosa, mas sim, o significado pessoal e coletivo que a eles são atribuídos nas interações e cenários onde estão presentes (família, vizinhança, instituições, outros). A forma como esses fatores são tecidos contribui a cada momento, tanto para a possibilidade de afastamento como de manutenção da prática infracional. Toda possibilidade traz abertura e flexibilidade para uma negociação e significação/re-significação, que podem conduzir a diferentes direções. A pessoa, imersa em um meio cheio de significações em relação ao mundo do crime, poderá re-significar ou ter resignificado, pelos outros e pelo contexto em que está inserido, o sentido de sua existência e de seus atos, e assim, reorganizar os “destinos” marcados, traçados e anunciados pela exclusão social. No processo de descontinuidade de envolvimento com o crime novas redes de relacionamentos são construídas em substituição às redes antigas. A possibilidade de re-significação do contexto por parte do infrator remete a uma reflexão sobre a contribuição das práticas de intervenção cujo foco é o processo de mudança. No caso das penas alternativas, poder-se-ia dizer que o trabalho de intervenção visa à construção de novas redes de relacionamentos para o beneficiário (aquele que cumpre a pena), ao tentar mediar o seu contato com instituições, seja para prestar serviço à comunidade, tratar de dependência química, estudar, entre outros. Um trabalho de intervenção deveria, nesta ótica, possibilitar ao beneficiário construir uma nova Rede de significações, afastando-o do crime. Para tal, entretanto, é necessário o reconhecimento do novo papel por ele assumido pela e na sociedade, o que torna o trabalho das equipes de intervenção ainda mais complexo no sentido de se atingir a mudança individual. Para a Psicologia, as questões relacionadas à criminalidade tornam-se fundamentais, pois a conjunção de circunstâncias sociais não é apenas demarcatória de um destino social comum, mas também de trajetórias pessoais, processos de subjetivação e identificação. Como se observa, alguns indivíduos são marcados por uma trajetória bastante concreta e contínua de engajamento à prática infracional. Esta situação exige da psicologia um questionamento quanto às possibilidades de modificação dessa

realidade.

**Palavras-chaves:** pena alternativa, Rede de Significações, descontinuidade de envolvimento com crime

**Atividade: Razão e des-razão: as contrafaces do irracionalismo no psicólogo em formação (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Razão e desrazão: as contrafaces do irracionalismo no psicólogo em formação

**Autor(es):** Mona Bittar, Anita Cristina A. Resende, Altair José Santos, Luéli Nogueira Duarte e Silva, Maria do Rosário Silva Resende, Renata Leite Soares, Susie Amâncio Gonçalves de Roure

**Resumo:** Razão e Des-razão: as contrafaces do psicólogo em formação O conjunto da sociedade, convertido num conjunto de signos e símbolos fetichizados, garante uma pseudo-reconciliação através de um acordo fáustico de produção e satisfação de necessidades sempre imediatas. Incapaz de consciência, o indivíduo adere às formas sociais predominantes na vida social que encorajam muitas formas de comportamento individualista, imediatista, alterando formas de socialização e encorajando padrões narcisistas do eu. A irracionalidade objetiva que se impõe tão radicalmente aos indivíduos que não somente se extingue qualquer resistência, como nem mais sobrevive a consciência da possibilidade do reconhecimento de que haveria algo contra o que resistir. Para essa subjetividade subsiste somente o lado aparente, ilusório, afirmativo, que extirpou a negatividade em nome da totalidade homogênea, abstrata e racional. O individualismo auto-referido se transforma na possibilidade de articulação da subjetividade e oferece a ilusão da recomposição frente ao destroçamento que se efetivou. A questão é desnudar os mecanismos pelos quais todo esse processo se efetiva reiteradamente em termos subjetivos. É saber que subjetividade é essa tão pouco capaz de defesa frente à ilusão, tão aderente a imediatividade. Trata-se de compreender mediações psico-sociais de uma subjetividade para a qual a objetividade ilusória, a desrazão objetivamente real, é vivida como subjetivamente verdadeira e racional. Certamente que a apreensão dessa subjetividade deverá ser buscada em expressões e momentos de objetividade que permitirão desvendar, nas práticas e processos sociais, essa subjetividade que ali se deposita. Pesquisas em cursos de graduação em Psicologia indicam um crescente envolvimento dos alunos com um conjunto de crenças de caráter religioso ou místico, que se manifesta de diferentes formas. Essas crenças são muitas vezes tratadas como fundamentos e práticas que deveriam ser somadas às teorias e técnicas psicológicas, o que parece ocorrer com muita frequência, quando muitas práticas de orientação irracionalista são efetivadas em nome da psicologia. Nesse sentido, é importante entender os processos através dos quais esses conceitos irracionalistas são incorporados à prática profissional do futuro psicólogo. Para tanto, é preciso verificar os processos através dos quais o mundo contemporâneo vai forjando as condições de adesão a essas explicações irracionalistas. Nessa pesquisa pretende-se investigar quais são e como se articulam os processos subjetivos que permitem aos alunos do curso de Psicologia vincular ciência, religião e crenças à sua formação teórica e profissional; as concepções e argumentos que eles manejam para justificar (ou não) essa vinculação; e a relação entre a adesão às práticas irracionalistas e as características da personalidade autoritária. Essa pesquisa, em andamento, pode ser descrita como um estudo longitudinal, de caráter exploratório, com procedimentos predominantemente qualitativos. Em uma primeira etapa, investigou-se o universo dos alunos do curso de Psicologia da Universidade Federal de Goiás, matriculados no primeiro semestre de 2006. Aplicou-se um questionário, com 39 questões, abertas e fechadas, observando-se as variáveis: idade, sexo, composição e estrutura familiar, indicativos econômicos, escolarização, representação acerca do curso de Psicologia, inserção cultural, participação em grupos religiosos e sociais e adesão a

práticas irracionais. Aplicou-se ainda, a Escala F, formulada por Teodor Adorno e outros no texto "Personalidade Autoritária" para verificar a adesão a esse discurso relacionando esse dado com a adesão aos cultos, crenças e misticismo. Do universo de 32 alunos matriculados, 28 participaram da primeira etapa. Os dados do questionário foram tabulados e organizados em tabelas específicas para cada uma das questões. Algumas das questões do questionário, consideradas mais relevantes, foram agrupadas em uma tabela que caracterizasse, de forma global, os dados sócio-econômicos. Os dados da Escala F também foram organizados em uma tabela, que apresenta a pontuação de cada uma das 28 questões assim como o escore de cada um dos sujeitos da pesquisa. Para o cruzamento dos dados, duas novas tabelas foram organizadas. Uma segunda tabela, foi organizada agrupando-se algumas questões do questionário com os escores da escala F. Nessa segunda tabela privilegiou-se, além dos dados de identificação, as questões referentes à família, aos processos grupais e religiosos. Esses dados, particularmente os escores da Escala F permitiu, posteriormente, agrupar os alunos nos grupos focais, que constitui a segunda etapa dessa pesquisa. Estabelecidos os critérios dos escores da escala F, constituímos três grupos focais (escores médio-baixo, médio-alto e alto) nos quais serão debatidas temáticas definidas pelos dados da primeira etapa. Os dados obtidos nas reuniões e discussões dos grupos focais permitirão aprofundar variáveis exploradas apenas quantitativamente na primeira etapa. Essa abordagem qualitativa poderá ou não referendar as informações obtidas anteriormente, permitindo maior discussão e compreensão da problemática proposta.

**Palavras-chaves:** subjetividade,irracionalismo,razão,formação

**Atividade: A narrativa de trajetórias de vida (Paineis)**

**Trabalho:**A narrativa de trajetórias de vida: o senso de Eu veiculado em Relatos Oraís

**Autor(es):** Pedro de Oliveira Filho,Isaac Alencar Pinto,Laís Guimarães de Melo Santos,Keila Kaionara Medeiros Oliveira,Fabiana Sonale Medeiros Sobral

**Resumo:** A noção de que possuímos um Eu é uma visão recorrente na sociedade ocidental. Dentre as diversas teorias que estudam o Eu, encontramos a Psicologia, que aborda tal temática a partir de teorias como a teoria dos traços, a teoria dos papéis e a teoria humanista. Uma visão contemporânea é oferecida pelo Construcionismo Social: a noção de Eu seria construída socialmente, a partir de determinado contexto sócio-histórico, variando de acordo com as diferentes sociedades em diferentes períodos de tempo. Vale ressaltar que na perspectiva dessa teoria a construção do Eu se daria a partir de práticas sociais e recursos lingüísticos, ou seja, o Eu seria formado dentro de narrativas, a partir do discurso do sujeito. Desta forma, nesta pesquisa objetivou-se o estudo comparativo entre os discursos dos sujeitos e a construção do Eu em diferentes classes sociais, na cidade de Campina Grande – PB, abordando a maneira como os mesmos descrevem suas trajetórias de vida. Foram entrevistados oito sujeitos que possuíam idade variando entre 40 e 60 anos, intencionalmente selecionados e categorizados com os seguintes critérios estabelecidos pelos autores: três sujeitos de classe média escolarizada, com renda superior a R\$ 2,500,00 mensais, formação acadêmica e exercendo profissões típicas de pessoas com essa formação; e cinco sujeitos de baixa renda, com ganho mensal inferior a R\$ 500,00, escolaridade inferior ao Ensino Médio e ocupações que não exigem qualificação profissional. A técnica utilizada foi o Relato Oral de Vida, que é uma abordagem mais específica da metodologia da História Oral de Vida. No Relato Oral de Vida, o entrevistado relata sua trajetória de vida de forma que venha a abordar os objetivos do entrevistador, sendo por isso mais específico que a História Oral de Vida, uma vez que nesta são realizadas várias entrevistas, que podem abordar os mais variados assuntos. As entrevistas possuíram em média 45 minutos, tendo sua duração determinada tanto pelo entrevistado quanto pelo entrevistador, na medida em que ambos se davam por satisfeitos. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente,

transcritas. A seguir, foram realizadas diversas leituras para familiarização com o material, sendo realizada, logo em seguida, a categorização e análise. Os sujeitos de classe média se apresentam, em seu discurso, como pessoas que possuem planos e projetos, como pessoas independentes, enquanto que os sujeitos de baixa renda se apresentam, em suas trajetórias de vida, como pessoas que não exercem controle sobre o seu destino: como se os mesmos fossem levados por forças exteriores ou pelo acaso da vida. Os sujeitos de baixa renda também tendem a se apresentar como pessoas que tiveram um passado de sofrimento, sendo este passado responsável pela sua atual condição de vida. Os mesmos se apresentaram como pessoas dignas, boas e de boa índole, contrariando o discurso dominante que associa pobreza à marginalidade. Já os sujeitos de classe média não apresentaram tal característica, uma vez que para os mesmos não se faz necessário estabelecer tal diferença mencionada, pois a classe média é, geralmente, bem vista em nossa sociedade. Estas diferenças registradas no discurso destes sujeitos é explicada, principalmente, pela diferente utilização de estratégias discursivas: pelas diferentes funções exercidas pelo discurso de cada entrevistado.

**Palavras-chaves:** Eu, Relatos Oraís de Vida, Discurso, Classes sociais

**Atividade:** Autofala e a questão da mediação de Autoconsciência Pública (Comunicações Científicas)

**Trabalho:** Autofala e a questão da mediação de Autoconsciência Pública

**Autor(es):** Renê Marcelino da Silva Junior, Alexsandro Medeiros Nascimento

**Resumo:** O trabalho buscou investigar o papel da autofala na mediação cognitiva de Autoconsciência Pública e descrever as relações entre esta operação mediacional e as imagens mentais nos estados autoconscientes. Definida rigorosamente como a capacidade do self prestar atenção a si mesmo (Duval & Wicklund, 1972), a autoconsciência enquanto consciência de alta ordem e típica de seres humanos dependentes de linguagem necessita de outras operações mentais para sua instanciação, tendo sido encontrado até o presente momento na pesquisa da área que a autofala é o caminho cognitivo mais adequado à conscienciização de autoaspectos mais abstratos e privados, ao contrário das imagens mentais, mais adequadas à conscienciização de autoaspectos mais concretos e públicos, havendo um certo silêncio na literatura quanto à hipótese investigada neste trabalho, a saber, a de o escopo de mediação cognitiva da autofala ser mais extenso, abrangendo a autoconsciência pública também. Duas versões de um roteiro de entrevista foram construídas, onde a partir da Tarefa de Indução de Autoconsciência (TIAC) de Nascimento (2006) procurou-se induzir um estado autoconsciente em indivíduos universitários da cidade de Recife (PE) e posteriormente levantou-se as mediações cognitivas numa entrevista fenomenológica e qualitativa, num formato semi-dirigido. Entrevistas em profundidade foram levadas a cabo com 04 participantes pareados por sexo, onde dois deles executaram a tarefa num formato livre e os outros dois executaram no formato indutor de autofala. As entrevistas foram audiogravadas com um dispositivo de MP3 e foram posteriormente transcritas integralmente e submetidas à Análise de Conteúdo segundo Bardin (1979) onde se pôde acessar o conteúdo dos autoaspectos (self-aspects) introspeccionados e com base em sua semântica classificá-los pelas dimensões de autoconsciência descritas na literatura especializada, as Autoconsciências Pública e Privada (ver Morin, 2004) e descritos de acordo com as mediações cognitivas (autofala e imagem mental) que os conscienciaram. Os estudos de caso confirmam a primazia da autofala na mediação de Autoconsciência Privada pela maior frequência da utilização dessa operação cognitiva para análise de autoaspectos ligados às motivações, sentimentos, humor e traços de personalidade, embora mesmo que de forma atenuada e rara tenha-se encontrado também a incidência de autofala nos estados autoconscientes voltados a autoaspectos públicos como comportamento, interação social e observação das diversas dimensões componentes da corporeidade dos indivíduos investigados. As análises fenomenológicas revelaram ainda um enlaçamento produtivo e complexo das mediações de autoconsciência promovidos pela autofala e imagens mentais, em formatos de alta complexidade, que necessitam de estudos adicionais para uma maior compreensão das operações cognitivas que suportam autoconsciência em seres humanos, especialmente em suas



dimensões públicas (Autoconsciência Pública).

**Palavras-chaves:** autoconsciência,autofala,Autoconsciências Pública e Privada,Imagens Mentais,Entrevista Fenomenológica

**Trabalho:**A RESSIGNIFICAÇÃO DA MORTE NO CORDEL NAS MANIFESTAÇÕES DA CULTURA POPULAR NORDESTINA REFERENTES AO ATENTADO DE 11 DE SETEMBRO NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA: UM ESTUDO EM REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

**Autor(es):** Renê Marcelino da Silva Junior,Alexsandro Medeiros Nascimento

**Resumo:** Esta pesquisa pretendeu localizar nos cordéis atuais que versam sobre uma experiência estranha ao nosso povo como o 'atentado terrorista de 11 de setembro de 2001' um espaço de resignificação da Morte em contexto nordestino pelas culturas populares, através da teoria das Representações Sociais (Moscovici, 1988), entendidas como formas de conhecimento socialmente elaboradas e partilhadas e enquanto produto e processo de uma atividade mental de construção de significados (Jodelet, 1989; Abric, 1987). O corpus analisado constituiu-se de dois cordéis que abordam o tema 'Atentado Terrorista de 11 de Setembro de 2001 nos EUA', ambos escritos no mesmo período, em outubro de 2001. O cordel nomeado para as análises de Cordel 01 intitula-se "O Atentado Terrorista e o Nosso Sofrimento", de Olegário Fernandes, escrito em Caruaru (PE), e o cordel nomeado de Cordel 02 intitula-se "A Guerra Contra o Terror em Literatura de Cordel", escrito por Pedro Costa, autor do Estado do Piauí, tendo sido ambos os cordéis localizados e adquiridos no Mercado de São José, em Recife (PE). A somatória dos versos dos cordéis citados compõe um corpus de 85 sextilhas que foi submetido a uma análise temático-conteudinal segundo os parâmetros para a mesma propostos por Bardin (1979), onde se atravessou o conteúdo dos dois cordéis através da técnica de leitura flutuante, na qual se identificou os temas ocorrentes no material buscando encontrar elementos e significados relacionados à morte. A ocorrência destes padrões temáticos gerou categorias que foram definidas a partir de um procedimento de classificação, tendo suas aparições individuais contabilizadas. Tais categorias refletem a objetivação do terrorismo que apresentou diferentes ancoragens nos dois cordéis, um que essencialmente caracteriza e personifica os agentes do terrorismo e outro enfatiza o sofrimento das vítimas do atentado. Neste contexto encontrou-se a morte como um elemento inerente à representação do Terrorismo onde as categorias referentes à morte refletem um montante de 40% da frequência das categorias no material analisado: ao representá-la os autores a tomam como um dos pilares que sustentam a objetivação do Terror; ao conceituar o Terror, estes atores sociais colocam-na como parte do Terrorismo, composta por significados que pretendem noticiar e dar uma noção de quantidade a esta morte. Neste processo o objeto morte, enquanto inserido no contexto do terror aparece permeado por novos significados, apontando para uma atividade reinterpretativa dos sujeitos, os quais distanciam-se de uma morte isolada, metafísica, mística e satirizada que se faz presente nos cordéis tradicionais. Depreende-se desta forma que o cordel enquanto fenômeno Folk é um objeto plástico com considerável espaço em sua estrutura para a entrada de novos significados, decorrentes dos incessantes processos de interação e mudança no tecido social: frente a uma nova "forma de morrer" – as ocorrências do Terrorismo – a Morte passa a ser objetivada com significados que expressam a massividade da morte gerada pelo Terror, além dos significados já existentes, atestando de modo coerente que os objetos Folk dialogam constantemente com o meio social vigente obedecendo ao seu fluxo contínuo de mudanças. Investigar a Representação Social da Morte nordestina por meio de instrumentos Folk como os cordéis colocou-se como uma alternativa bastante frutífera e promissora, pelo fato de eles veicularem de forma autêntica saberes oriundos da atividade recriadora e perpetuadora de significações locais do folclore e do senso comum, saberes sempre em estado permanente de reinvenção e de ressituação das identidades dos atores sociais nordestinos em suas representações subjetivas.

**Palavras-chaves:** Morte,Atentado Terrorista,Representações Sociais,Cordéis,Cultura Popular

**Atividade: Mulheres Mastectomizadas (Paineis)**

**Trabalho:**Mulheres Mastectomizadas

**Autor(es):** Leila Teles

**Resumo:** O presente trabalho enfocou a psicologia no contexto da instituição hospitalar, procurando compreendê-la dentro do rol das especialidades que se situam na área da saúde e que se fundamenta na tríade pacientes, familiares e equipes profissionais. Ressalte-se, entretanto, que a finalidade almejada por este grupo foi não somente alcançar a noção deste novo campo da psicologia geral, que demanda a elaboração de recursos técnicos e metodológicos próprios; mas também estabelecer a aproximação com o psicólogo que atua nesta área para que pudessem ser identificados os reais problemas enfrentados no exercício da profissão. Assim, além da abordagem teórica, onde estabelecemos os principais conceitos e particularidades encontradas na área; primeiramente, pontuamos, dentre outras questões: a necessidade de formação específica para a atuação do psicólogo no âmbito da instituição hospitalar; a importância da interdisciplinaridade das equipes de assistência à saúde neste contexto; o respeito à opção do paciente em ver-se, ou não, acompanhado pelo profissional da psicologia, quando do internamento; e a própria precariedade existencial do paciente que se encontra na situação de hospitalização. Nos últimos tempos, a psicologia ampliou, de maneira acentuada, os campos de atuação, o que exige do profissional uma postura atenta e satisfatória, com o emprego de técnicas adequadas e aptas a concretizarem os resultados visualizados, levando em conta a especificidade de determinadas realidades. Diante desta pluralidade e com o objetivo de facilitar a sistematização teórica, bem como a intervenção do profissional, a psicologia vem sendo subdivida de acordo com as áreas em relação às quais passou a aplicar seus conhecimentos; assim, contamos, hoje, entre outras, com as psicologias: clínica, educacional, institucional, social, forense e a própria psicologia no contexto hospitalar, a qual será objeto deste trabalho. Para a exata compreensão da psicologia no contexto hospitalar, faz-se mister, primeiramente, encará-la como uma disciplina contida no rol daquelas que se situam na área da saúde e que se fundamenta na tríade paciente, familiares e equipes profissionais. Trata-se de uma prática clínica em psicologia da saúde e, como tal, revela-se no propósito de levar o indivíduo / paciente à busca do bem-estar físico, mental e social, o que, segundo Angerami-Camon (2000, p.8), só pode ser alcançado se for a pessoa considerada dentro do contexto social dinâmico em que está inserida, já que a historicidade de cada um revela a particularidade de sua condição humana. Neste processo de busca, também é dedicada especial atenção aos familiares do paciente, por contribuírem, direta e ativamente, no processo de recuperação deste, sendo, então, indispensável a atuação do psicólogo hospitalar junto aos mesmos. Outro ponto a destacar, no que se refere a esta prática clínica, é a participação, indispensável, de outros profissionais da área no processo de esclarecimento dos fenômenos da saúde. A interdisciplinaridade “é uma resposta à tendência integrativa ou holística em saúde” (CHIATTONE, 2000, p.76); a interação e a harmonização entre os diferentes níveis do saber profissional tornará possível um melhor entendimento do doente e da doença. Denota-se que a psicologia clínica no contexto hospitalar, voltada que está para a compreensão do indivíduo na sua completude e alcance da integração da saúde mental com a saúde física e social do paciente, tem como instrumento a humanização da própria instituição hospitalar. A humanização é fundamental para a melhoria do atendimento e para a obtenção dos resultados almejados e pode ser alcançada com um programa de conscientização, direcionado para os que estão mergulhados no processo, acerca da necessidade de ser desenvolvido o saber biopsicossocial (comunhão dos aspectos físico, mental e social do paciente). Em que pese o destaque de tais considerações, não está, por enquanto, clara a identidade da psicologia no âmbito hospitalar, isto por ser um campo recente e que apresenta situações e condições muito particulares e inusitadas. Somente com o desempenho diário do psicólogo, tem sido possível a elaboração de recursos técnicos e metodológicos próprios, contudo, o progresso é lento e muitos dos recursos empregados ainda são emprestados dos mais diversos campos do saber psicológico. Esse empréstimo do conhecimento de uma área para outra da psicologia, além de confundir a identidade, como dito acima, também, acaba por dificultar, na opinião de Chiattone (2000, p.75) “a oportunidade de legitimação do espaço psicológico nas instituições de saúde”, pois a ausência de um estatuto que consolide leis universais neste âmbito, leva à atuação subjetiva do psicólogo, nem sempre bem interpretada e muitas vezes confundida com

incapacidade. As dificuldades e imprecisões, entretanto, não devem desanimar os que atuam nas instituições hospitalares, ao contrário, essas constatações devem ser trabalhadas e discutidas, com amplitude e energia, para que sejam encontradas soluções coerentes que tornem efetiva a participação do psicólogo e garantam o reconhecimento do seu espaço. É com este objetivo que podem ser levantadas algumas questões ligadas a esta especialidade. Questões percebidas na realidade dos hospitais e que são, a seguir, tratadas.

**Palavras-chaves:** mastectomia, mulheres, auto imagem

**Atividade: VIOLÊNCIA E LAÇOS SOCIAIS: A CONSTRUÇÃO DE SI EM CRIANÇAS E JOVENS NA INTERSECÇÃO DE IMAGINÁRIO E REPRESENTAÇÕES. (Mesas Redondas)**

**Trabalho: TECENDO OS FIOS DA REDE: TRAJETÓRIAS JUVENIS E PRODUÇÃO DE SI EM PROJETOS SOCIAIS.**

**Autor(es):** Marlos Alves Bezerra

**Resumo:** Articulando o conceito de significações sociais imaginárias de Castoriadis ao campo da juventude brasileira, e sobretudo, em Natal, a grupos culturais e associações de jovens moradores de bairros marcados pela violência entre galeras, tráfico de drogas e violência policial, pretendemos discutir acerca de como captam as noções de participação e autonomia, principalmente, como tais noções aparecem em suas práticas nos grupos. Seguindo uma tendência dos movimentos sociais na atualidade e a partir do modelo capitalista globalizador hegemônico, vemos a organização de tais grupos passar pela estratégia de estruturação em redes juvenis. Inicialmente hipotetizamos, a partir de pesquisa anterior, a existência de um imaginário mortífero presente na sociedade brasileira que cinde a produção do que é “ser jovem”. De um lado, a juventude percebida enquanto elo de transição da infância para a vida adulta, muitas vezes tendo como sinônimo adolescência e as significações a ela associada (irreverência, rebeldia, inovação, consumo, etc...) e, por outro, uma parcela da população moradora de bairros populares facilmente associada a marginais, criminosos, bandidos. Trata-se de uma significação que associa pobre a perigoso. Portanto, de Jovens cuja existência pouco ou nada despertou ao longo do processo histórico da sociedade brasileira. Como nunca foram incluídos, também não se pode dizer que são excluídos socialmente. O recurso à transgressão aparece como uma expressão de visibilidade para esses que são relegados pelas políticas públicas. Em busca do reconhecimento social, suas práticas redundam, paradoxalmente, numa inclusão às avessas. Entretanto, uma outra expressão de vida se faz sentir nesses mesmos lugares. Aproveitando brechas, movendo-se nos interstícios dos programas governamentais e das iniciativas do terceiro setor, outros jovens nessas mesmas localidades tentam fazer outros itinerários. Não se tratam de modelos “opostos” (jovens ‘violentos’ e ‘pacíficos’), mas de condutas diferenciadas postas em prática tendo em vista a oportunidade, o momento, as circunstâncias e os ‘capitais’ (relacionamentos, conhecimentos, etc...). Desse modo, a partir desta temática, buscamos a trajetória social de jovens “protagonistas” e o impacto dessas trajetórias nas posições em que eles ocupam dentro das redes juvenis em que atuam. Apoiados na problematização de Castoriadis sobre as saídas possíveis aos sujeitos na construção de projetos de si e nas possibilidades e contradições existentes em um processo de emancipação social. Estamos acompanhando, nesta etapa, jovens que se fazem notar como atores importantes dentro dos coletivos juvenis dos quais fazem parte. Suas trajetórias no âmbito dos projetos sociais credenciam-lhes para uma prática diferenciada, potencializando oportunidades nas redes em que seus grupos se coligam. Tanto a Associação de Jovens quanto a Posse de Hip Hop esmeram-se entre articulações com o Estado (programas federais, governo estadual, prefeitura), como com Fundações internacionais que lhe garantam recursos e parcerias para as ações que são decididas em interior, numa tentativa, simultânea de distanciamento de enquadramentos em planos e programas definidos por alguma dessas instâncias. Nesse tecer e destecer de ligações, acessando outras redes nacionais, e até transnacionais, seria possível engendrar novos campos de luta em prol da emancipação social e autonomia coletiva?

**Palavras-chaves:** redes juvenis, vínculos grupais, imaginário social

**Trabalho:**AS VULNERA(HA)BILIDADES MASCULINAS: UMA QUESTÃO DE SAÚDE E VIOLÊNCIA E O DIÁLOGO COM OUTRA RACIONALIDADE NAS E PELAS AÇÕES DE SAÚDE – O CUIDADO

**Autor(es):** Geórgia Sibebe Nogueira da Silva

**Resumo:** “Porque é universal antropológico e biológico, nós somos homens”, esbravejou a personagem Frank Mackey no filme Magnólia. Essa pretensa evidência ainda ecoa em nossos dias, nas mentalidades de homens e mulheres. Fruto de uma visão essencialista, que durante muito tempo parecia não encontrar saída. Hoje, apesar de tal perspectiva não ter sido eliminada, é possível ingressar na ordem do simbólico e cultural e afirmar a convivência com o apelo: “o homem também chora... também deseja colo, palavras amenas”. Estamos falando de masculinidades, de permanências, mas também de sutis mudanças. Então: Como se constrói um homem? Para onde esta pergunta pode nos levar? Quais os caminhos que ela pode apontar (se pode?) em relação ao adoecimento, a prevenção do HIV/Aids? Qual a relação entre a construção das masculinidades e a violência? A partir dos dados de nossa pesquisa qualitativa realizada sobre a construção do adolescer masculino e o uso do preservativo, com adolescentes do sexo masculino, na faixa etária entre 16 anos e 24 anos, residentes em Natal – RN, foi possível pensar a questão das vulnerabilidades masculinas e sua relação com a saúde e a violência, compartilhando o argumento de que a inclusão da temática violência não é apenas mais uma esfera de abordagem, senão trata de uma dimensão da vida cotidiana simbólica e materialmente substantiva para a (re)produção da masculinidade, e desta em sua relação com a saúde, seja na esfera pública ou privada da vida das relações. A construção do adolescer masculino é permeado por um processo que nomeamos aqui de “vulnera(ha)bilidades”. O garoto precisa desenvolver as habilidades assertivas “naturais” para um homem, e estas os tornam vulneráveis à infecção pelo HIV/Aids; ao alheamento aos sentimentos, afetos (do potencial para relacionamentos humanos de cuidado), e a intolerância em relação ao diferente, seja a mulher ou mesmo outro homem. Em nome da preservação dos estereótipos masculinos torna-se vulnerável ao adoecimento e as práticas violentas. Explorar o caminho que nos leva à construção de algumas “certezas”, de algumas “verdades” ditas “naturais” se apresentou como o início possível para descobrir um caminho capaz de minimizar as chances do adolescer masculino significar adoecer, e de masculinidade e violência não se tornarem quase sinônimos; onde a figura de Thanatos não continue representando a construção dos nossos adolescentes. Assim como tomamos o Cuidado como uma categoria ontológica de nossa condição humana, capaz de contribuir para a reconstrução das práticas de saúde, promovendo um tipo de interação que passa pelas competências e tarefas técnicas, mas não se restringe a elas. Trata-se de um convite em direção a novos sentidos e significados no nosso saber-fazer, na nossa forma de ser-no-mundo, reivindicando uma racionalidade demasiadamente humana.

**Palavras-chaves:** masculinidades, vulnera(ha)bilidades, violência, saúde, cuidado

**Trabalho:**O DESAMPARO HUMANO COMO IMPERATIVO SUBJETIVO NA ATUAÇÃO DE VIOLÊNCIAS INTRAFAMILIAR E SOCIAL

**Autor(es):** Carlos Henrique Souza Cruz

**Resumo:** A violência, essa sombra que nos acompanha desde tempos imemoriais, continua sendo algo inquietante; motivo de profundas discussões teóricas e inúmeras pesquisas. Um tema como esse é sempre atual, independentemente do foco que a ele se queira dar. Contudo, não há como compreender a violência estando desassociada de um contexto social, histórico e político. E nessa trama, nesse enlace, ela pode estar, ainda, fragmentada em “tipos de violência”, como por exemplo: violência social, violência política, simbólica, institucional, contra a natureza, familiar etc. A maneira como a cultura percebe e interpreta a violência, em momentos históricos específicos, é fundamental para que se construam, em seu imaginário, formas de lidar com ela. Entretanto, por mais que tenhamos avançado em termos tecnológicos e científicos, o ser humano ainda continua às voltas com essa questão: por que a violência? Ao que parece, erradicá-la de nosso meio seria impossível, já que cumpre um papel fundamental, enigmático e ambivalente em

nossa existência, estando em nossa gênese. Freud (1913), em seus estudos sobre o totemismo, chegou à conclusão que o início da civilização teria surgido a partir de um assassinato coletivo, consumado em uma festa totêmica de nossos ancestrais. Para a psicanálise, esse tema não se limita apenas a uma compreensão das patologias da violência. Antes, coloca-nos diante de uma problemática que diz respeito tanto às questões do contemporâneo, onde a violência é evidente em suas mais variadas formas, quanto à própria constituição psíquica do sujeito. Dessa forma, partirei de um caso clínico (efetuado no Núcleo de Atenção à Violência – NAV, no Rio de Janeiro) onde imperou uma cultura de violência intrafamiliar para, em seguida, lançar-me em um discurso mais amplo, social. Discutirei, inicialmente, a questão do desamparo (dentro de uma concepção psicanalítica) do adulto vivido especularmente a partir de sua relação com crianças sob seus cuidados, onde a violência resultante pôde ser entendida como uma dificuldade e um esforço psíquico de significar conteúdos que foram vividos como traumáticos. Esse caso, ainda que peculiar, sendo um dentre tantos outros não menos importantes dentro do tema da violência, projeta reflexões mais amplas nas ordens sociais circundantes: as mudanças na conjuntura familiar, as perdas das referências do masculino, a pulverização de identificações resultante da globalização, dentre outras questões, possibilitariam a emergência de modalidades de violência na contemporaneidade que estejam afetadas tanto ao núcleo familiar quanto às organizações periféricas? O desamparo social, oriundo da falta dessas referências estruturantes, acaba por ocasionar no “psiquismo coletivo” um desconforto de tal ordem que a passagem ao ato passa a ser uma linguagem com múltiplos significados a serem desvendados.

**Palavras-chaves:** desamparo, violência intrafamiliar e social, subjetividade

**Atividade: A produção na diversidade: compromissos éticos e políticos em Psicologia - Psicopatologias na Contemporaneidade (Conferência)**

**Trabalho:** A produção na diversidade: compromissos éticos e políticos em Psicologia - Psicopatologias na Contemporaneidade

**Autor(es):** Benilton Carlos Bezerra Junior

**Resumo:** O V Congresso Norte Nordeste de Psicologia (V CONPSI) apresenta-se com o objetivo geral de ampliar a discussão sobre o compromisso da Psicologia de compreender as realidades brasileiras, construir conhecimentos válidos e propor políticas necessárias à superação dos problemas sociais e humanos que vivenciamos em nossas regiões. A Comissão Científica está sensível ao contexto atual nacional e pretende auxiliar, por meio deste Congresso, na produção de saberes/fazerem em Psicologia que participem ativamente nas transformações sociais que tanto o país necessita. As metas a serem alcançadas no V Congresso Norte-Nordeste e Psicologia envolvem as seguintes questões, além de outras: Fomentar o desenvolvimento da Psicologia enquanto área de produção de conhecimento científico no Brasil, particularmente nas Regiões Norte e Nordeste, ampliando o intercâmbio entre pesquisadores, professores, profissionais e alunos; Fomentar a interlocução entre pesquisadores e profissionais, potencializando a melhoria continuada da prática profissional e maior inserção da pesquisa nos problemas que desafiam os psicólogos; Estimular o debate sobre problemas nacionais e regionais como contexto indispensável à produção de conhecimento e intervenção profissional em Psicologia; Promover o encontro e a troca de experiências entre psicólogos, divulgadores de ciência, pesquisadores, profissionais, professores, empresários, políticos e representantes de instituições públicas; Discutir, analisar e propor formas e mecanismos que contribuam para a formação de novos psicólogos. Considerando a realidade atual do contexto sócio-político-econômico do nosso país, a Comissão Científica do V CONPSI definiu como tema central para este Congresso: “A Produção na Diversidade: compromissos éticos e políticos em psicologia”. Vale destacar que as Conferências são derivadas do Tema Central do Congresso e são organizadas pela Comissão Científica. Os(As) Conferencistas são convidadas pela referida Comissão e deverão apresentar seus textos na íntegra, pois serão publicados no livro do Congresso. O livro será lançado quando do início do Congresso. Para a constituição das Conferências, foram adotados os seguintes critérios: questões cotidianas emergentes e suas implicações com o Tema Central do Congresso (“A Produção na Diversidade: implicações éticas

e políticas em psicologia”); e referências às questões do norte-nordeste à luz das temáticas gerais. Sempre orientadas pelos compromissos éticos e políticos da Psicologia. Serão 14 conferências ao todo e as temáticas abordadas abrangerão as seguintes áreas: saúde, educação, meio ambiente, direitos humanos, história e memória da psicologia, psicopatologias contemporâneas e pós-graduação e pesquisa em Psicologia. Espera-se que as Conferências e o Congresso contribuam efetivamente na produção de uma Psicologia justa, eticamente responsável, participativa e promotora de cidadania.

**Palavras-chaves:** Diversidade, Ética, Política

**Atividade: PSICOPATOLOGIAS DA CONTEMPORANEIDADE (Conferência)**

**Trabalho: PSICOPATOLOGIAS DA CONTEMPORANEIDADE**

**Autor(es):** Ivan Correa

**Resumo:** Resumo para Conferência: A produção na diversidade: compromissos éticos e políticos em Psicologia O V Congresso Norte Nordeste de Psicologia (V CONPSI) apresenta-se com o objetivo geral de ampliar a discussão sobre o compromisso da Psicologia de compreender as realidades brasileiras, construir conhecimentos válidos e propor políticas necessárias à superação dos problemas sociais e humanos que vivenciamos em nossas regiões. A Comissão Científica está sensível ao contexto atual nacional e pretende auxiliar, por meio deste Congresso, na produção de saberes/fazer em Psicologia que participem ativamente nas transformações sociais que tanto o país necessita. As metas a serem alcançadas no V Congresso Norte-Nordeste e Psicologia envolvem as seguintes questões, além de outras: Fomentar o desenvolvimento da Psicologia enquanto área de produção de conhecimento científico no Brasil, particularmente nas Regiões Norte e Nordeste, ampliando o intercâmbio entre pesquisadores, professores, profissionais e alunos; Fomentar a interlocução entre pesquisadores e profissionais, potencializando a melhoria continuada da prática profissional e maior inserção da pesquisa nos problemas que desafiam os psicólogos; Estimular o debate sobre problemas nacionais e regionais como contexto indispensável à produção de conhecimento e intervenção profissional em Psicologia; Promover o encontro e a troca de experiências entre psicólogos, divulgadores de ciência, pesquisadores, profissionais, professores, empresários, políticos e representantes de instituições públicas; Discutir, analisar e propor formas e mecanismos que contribuam para a formação de novos psicólogos. Considerando a realidade atual do contexto sócio-político-econômico do nosso país, a Comissão Científica do V CONPSI definiu como tema central para este Congresso: “A Produção na Diversidade: compromissos éticos e políticos em psicologia”. Vale destacar que as Conferências são derivadas do Tema Central do Congresso e são organizadas pela Comissão Científica. Os(As) Conferencistas são convidadas pela referida Comissão e deverão apresentar seus textos na íntegra, pois serão publicados no livro do Congresso. O livro será lançado quando do início do Congresso. Para a constituição das Conferências, foram adotados os seguintes critérios: questões cotidianas emergentes e suas implicações com o Tema Central do Congresso (“A Produção na Diversidade: implicações éticas e políticas em psicologia”); e referências às questões do norte-nordeste à luz das temáticas gerais. Sempre orientadas pelos compromissos éticos e políticos da Psicologia. Serão 14 conferências ao todo e as temáticas abordadas abrangerão as seguintes áreas: saúde, educação, meio ambiente, direitos humanos, história e memória da psicologia, psicopatologias contemporâneas e pós-graduação e pesquisa em Psicologia. Espera-se que as Conferências e o Congresso contribuam efetivamente na produção de uma Psicologia justa, eticamente responsável, participativa e promotora de cidadania.

**Palavras-chaves:** Diversidade, Ética, Política

**Atividade: SUBJETIVIDADE E IDENTIDADE DE PROFESSORES/AS (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: SUBJETIVIDADE E IDENTIDADE DE PROFESSORES/AS: SENTIDOS DO**

## APRENDER E DO ENSINAR

**Autor(es):** Beatriz Judith Lima Scoz

**Resumo:** COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA SUBJETIVIDADE E IDENTIDADE DE PROFESSORES/AS: SENTIDOS DO APRENDER E DO ENSINAR A questão da subjetividade e identidade na constituição da profissionalização das professoras (es) perpassa todo este estudo. Esse tema é relevante porque nas últimas décadas percebeu-se que diversas situações humanas vividas pela sociedade contemporânea podem ser melhor compreendidas quando analisadas a partir da subjetividade e da identidade. Assim, apresento uma pesquisa que busca compreender a construção das subjetividades e identidades de professores (as) com base na configuração de sentidos que produzem em seus processos de aprender e de ensinar em suas famílias, em suas comunidades de convivência, escolas e em seus processos formativos. Nesta pesquisa também foi considerada a percepção que as professoras (es) tinham de suas próprias produções de sentidos e, com base nestas, dos novos sentidos que iam produzindo. A metodologia utilizada foi a técnica vivencial denominada Jogo de Areia ( Sandplay) criada por Dora Kalff, analista junguiana. Trata-se de uma caixa com areia e miniaturas variadas onde os sujeitos constroem cenas. Neste estudo, as professoras (es) construía e relatavam cenas de suas trajetórias de vida e de situações de ensino e aprendizagem. Os princípios que norteiam o Jogo de Areia, a experiência profissional da autora e as concepções teóricas de Fernando González Rey, Lev S Vygotsky, Edgar Morin, Claude Dubar, Antonio da Costa Ciampa, Alicia Fernández, Sara Pain, Dora Kalff e C.G. Jung, embasaram este estudo. O ato simbólico, os momentos reflexivos e o aflorar das emoções presentes na construção dos cenários possibilitaram a compreensão dos sentidos que as professoras (es) produziam em seus processos de aprender e de ensinar e, conseqüentemente, de suas subjetividades e identidades em construção. Além disso, elas mesmas percebiam a situação em que se encontravam superando a maneira fragmentada de compreendê-la e redefiniam novos sentidos em relação a seus processos de aprender e de ensinar. A vivência como o Jogo de Areia revelou-se também um meio educativo: a capacidade de produzir sentidos, de questioná-los e, a partir daí, fazer surgir novos sentidos, fez com que as professoras (es) reconhecessem suas capacidades pensantes e transitassem por uma “ zona de desenvolvimento próximo”, abrindo-se assim espaços facilitadores de aprendizagem. Assim, tais vivências podem constituir valioso recurso para superar situações problemáticas relativas à formação de professores - e de outros profissionais que atuam frente aos processos de ensino e aprendizagem - na direção de uma melhor qualificação da educação e do ensino.

**Palavras-chaves:** SUBJETIVIDADE, IDENTIDADE, ENSINO E APRENDIZAGEM, SANDPLAY

**Atividade:** Felicidade a todo custo  
(Mesas Redondas)

**Trabalho:** Lazer em busca da felicidade

**Autor(es):** Kátia Flôres Pinheiro

**Resumo:** O presente trabalho na forma de ensaio pretende colocar em questão dois temas ignorados no campo de investigação da Psicologia no Brasil. Entretanto, ambos têm demonstrado relevância psicossocial, além de configurar aspectos subjetivos e formas de sociabilidades que se apresentam entrelaçados nas interrogações e argumentações abordadas nesse ensaio. Para tanto, algumas interrogações tem movido diversas inquietações frente ao tema e algumas merecem destaque, tais como: como e qual a compreensão do lazer para entender como a sociedade se move? Como entender o sofrimento psíquico a partir do lazer? Seria o consumo do lazer um dos meios de busca da felicidade e, se positivo, como altera e transforma a vida dos sujeitos? Como se configura o corpo do lazer? Como o lazer, na forma de promessa de felicidade, se configura como uma forma de sofrimento psíquico? Qual é a lógica do lazer hipermoderno? Que ofertas a sociedade faz e quais as leituras possíveis? Como o lazer contribui na formação e produção de subjetividades? Que significado o lazer tem na vida das pessoas? De que forma lazer e consumo se articulam na busca pela felicidade? Para onde os

discursos sobre o lazer apontam? Como o lazer altera e transforma a vida humana? Contudo, não almejamos responder a todas as questões salientadas, posto que elas são aqui apontadas a fim de configurar o panorama complexo que as envolve e a urgência de se tratar esse tema mais de perto na psicologia. Então, podemos situar o objetivo geral deste trabalho na importância de se explorar e investigar a temática do lazer no âmbito da psicologia, pois nada exemplificaria melhor a dimensão hedonista da busca pela felicidade por meio da satisfação dos desejos de consumo, do que o papel crescente do lazer na sociedade. Partimos, assim, da idéia de que, psicologicamente, o homem se encoraja em conquistar a felicidade e se distanciar do sofrimento. O cenário que vislumbramos na Hipermodernidade, principalmente nas experiências de lazer, é o da busca desenfreada por vivências de emoções intensas e um jeito de ser e estar felizes permanentes. O que movimenta o homem hipermoderno são as experiências sucessivas de gozo que se esgotam em um simples ato, numa satisfação instantânea e momentânea, no intuito de alcançar o máximo de prazer, ou seja, expressão do gozo ilimitado dos desejos. Sendo assim, o lazer tem se destacado como um espaço e tempo de busca da felicidade, mas que, no entanto, pressupõe formas de subjetivação e também implica fonte social de sofrimento. O crescimento da indústria cultural e do entretenimento são provas de que a programação e padronização dos estilos de vida no lazer representam o mote do homem na Hipermodernidade. Consumir e fazer de tudo para alcançar a felicidade tem sido uma característica da sociabilidade e da tentativa de desfecho dos problemas e do sofrimento, muito embora este contexto retrate exatamente o contrário, assim consideramos, encobrendo o próprio sofrimento.

**Palavras-chaves:** Lazer, Subjetividade, Consumo, Felicidade, Hipermodernidade

**Trabalho:** A segurança: uma garantia para a (in)felicidade

**Autor(es):** Roberta Marília Navaes Ferreira Carvalho

**Resumo:** Uma das questões postas na modernidade é a necessidade cada vez maior de segurança, de defesa contra as ameaças que podem vir dos outros e que implicam no reconhecimento da necessidade de proteção contra os perigos que rondam a sociedade e causam tais medos, que impedem a realização primordial da felicidade como propósito da vida. A escolha pela segurança se apresenta como uma opção pela compra de segurança privada em detrimento da busca pelos espaços públicos, afastando as pessoas da possibilidade de desenvolver habilidades de compartilhamento social. Disso decorre que o espaço cada vez mais se emancipou em relação às restrições naturais do corpo, o estabelecimento de uma ordem possibilita uma melhor utilização não só do espaço, mas do tempo, instrumentalizando formas para processá-los, centrá-los, organizá-los e normalizá-los, com o mínimo gasto de energias psíquicas, o que, em tese reforçaria o processo civilizatório e facilitaria a busca pela felicidade. Essas novas formas de vida moderna, deflagradas pelo processo globalizador, criam “terras de fronteira”, onde determinadas pessoas estão impedidas de entrar ou convidadas a sair, causando temores relacionados à segurança e à sua deterioração. Enquanto tais temores são trazidos para a cena pública sob a forma de preocupação com a integridade física pessoal e dos bens eles se mostram eficazes em afastar as ansiedades e angústias causadas pelas condições econômicas e sociais presentes na modernidade. Com a instauração de uma “política do medo cotidiano”, caracterizada pela suposição de que as ruas são inseguras, crescem os movimentos de privatização e de militarização do espaço público. Na esfera privada observamos a compra de segurança privada e a restrição da sociabilidade às comunidades formadas por iguais. Na esfera pública observamos uma opção por um estado penal e policial com a adoção de políticas de combate acirrado ao crime (‘tudo penal’), a construção de um grande número de prisões e o aumento do rol de crimes e das penas ou a adoção de penas de morte. Do poder público cada vez mais se espera a observância dos direitos humanos para que cada um possa seguir seu próprio caminho e a segurança de pessoas e coisas protegendo-a de todo tipo de criminosos e estranhos, entendendo-se como estes últimos, uma enorme variedade de pessoas, seja pela sua conduta, pela sua inserção no mundo do trabalho e do consumo, ou seja, pela sua condição física ou psicológica. Em nosso tempo há uma confusão entre a vida privada e a vida pública e os criminosos são os que se esgueiram nas ruas e nos bairros perigosos ou ‘estrangeiros entre nós’. A sensação crescente de insegurança nos remeteria à busca pelo comunitarismo, à busca pela diminuição da dor causada pela percepção do rompimento dos laços de solidariedade social



e do crescente desequilíbrio entre liberdade e as garantias individuais. Ou seja, na evolução corrente da vida pública, a comunidade – aquilo que restou da utopia moderna de harmonia e de construção de uma boa sociedade – se define como sendo um território constantemente vigiado, onde as transgressões às normas são imediatamente punidas pela necessidade de reafirmação da segurança. Disso decorre o esgarçamento do vínculo comunal e estabelecimento de dificuldades no encontro entre os indivíduos, rompendo com a premissa que as relações fraternas – de aceitação da alteridade e de reconhecimento das semelhanças – seriam uma fonte primordial de felicidade.

**Palavras-chaves:** Alteridade, Felicidade, Hipermmodernidade, Segurança, Comunidade

**Trabalho:** Da Pedagogia Familiar Tradicional à Pedagogia da Felicidade

**Autor(es):** Maria das Graças Gouvêa Neco da Silva

**Resumo:** No Brasil, desde os tempos dos jesuítas que se escrevem textos para se orientar os pais no sentido de bem educarem seus filhos. Os jesuítas exortavam na condução de uma moral severa, visando eliminar os maus hábitos dos indígenas, que deixavam os filhos livres demais, nunca os punindo com algo mais do que um olhar ou uma estória. Assim, para bem educar, os padres introduziram o uso da palmatória e a “Pedagogia do Amor Correccional”. Com o desenvolvimento da colônia e a passagem para o modo de produção escravista, se configurou o uso de uma “Pedagogia da Palmatória”, que se estendeu desde o uso para com os negros escravos, até a educação dos filhos de brancos. E se, no tempo dos jesuítas, o castigo físico visava corrigir por amor à Deus, ou pela idéia de que o rigor de Deus deveria se fazer sentir no corpo, com a ideologia escravocrata, somou-se à atitude pedagógica tradicional uma atitude de humilhação e submetimento, presente na relação senhor-escravo, como indicam as práticas de castigos corporais na escola e na família freqüentes até o século XIX. Mas com a passagem do XIX e mais claramente no século XX, tem-se um “abrandamento das penas e uma psicologização do castigo” como afirma Foucault, e paralelamente a formação da noção de que a infância deve ser protegida, desenvolvendo-se então, uma “Pedagogia da Palmada” ou do “tapinha no bumbum”, que cria o castigo leve, sem as conseqüências das surras com cintos e varas de outrora. Mas todas estas práticas tradicionais mantêm em comum uma atitude adultocêntrica, que afirma o lugar da criança como submetida à autoridade e poder do adulto. Neste início de século XXI alguns sinais parecem indicar uma mudança radical destas práticas, não que estas tenham sido de todo abolidas, ao contrário, muitas vezes as denúncias aos Conselhos Tutelares evidenciam atos tão cruéis na educação de crianças, quanto àqueles perpetrados por feitores de escravos. Mas o que surge de novo hoje é o grande contingente de pais que não conseguem se responsabilizarem de forma efetiva pela educação de seus filhos, e quando o fazem sentem-se perplexos e desorientados, sem saber o que fazer para bem educar. Disto é testemunha o grande número de publicações de livros de orientação de pais que tem saído nos últimos anos e que batem recordes de vendas de verdadeiros best-sellers. Parece que a grande maioria destes livros serve a um projeto pedagógico hipermoderno, onde a eficiência na educação de crianças se mede em filhos bem sucedidos, financeiramente ou bem empregados; criados sob a égide da autonomia e do individualismo absolutos; capazes de tomar as relações afetivas sob a ótica de uma razão administrada na busca de felicidade. Uma educação onde pouco se discute sobre o sentido existencial da própria vida de cada um. Criando-se assim uma “Pedagogia da Felicidade”, pautada pela homogeneização dos sujeitos e dos desejos, e um conseqüente esvaziamento dos sentidos, em detrimento da busca de uma felicidade objetivada.

**Palavras-chaves:** Educação, Formação, Felicidade, Subjetividade

**Atividade: Processos de subjetivação e consumo  
(Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Erotização do consumo

**Autor(es):** Kátia Flôres Pinheiro

**Resumo:** O presente ensaio pretende refletir acerca do processo de erotização do consumo como manifestação de uma das novas formas de subjetivação que configuram o cenário hipermoderno, implicando modificações na esfera psicossocial. Algumas dessas modificações retratam o sofrimento psíquico nos relacionamentos sociais, condição que encena problemáticas vinculares, posto que objetos e serviços passam a representar o foco do investimento afetivo. Deste modo, a dessubjetivação do sujeito e a subjetivação das mercadorias de consumo favorecem o dismantelamento dos laços humanos. A dimensão afetiva própria da erotização de objetos e serviços de consumo, como mecanismo psicossocial de preenchimento dos espaços esvaziados e desencantados nas relações interpessoais na contemporaneidade, colocam em cena o personagem consumidor emaranhado nas redes de sedução do mercado que se movimenta pela lógica da sedução. Por um lado, a lógica da sedução do consumo marcada pela razão instrumentalizadora dos afetos com fins lucrativos, e, por outro, a lógica da erotização marcada pela intensa busca do prazer orientada para o amor, conspiram para fomentar o objetivo de se atingir a felicidade. O erotismo em si já se configura um aspecto problemático na vida humana, de forma que o desinvestimento afetivo nas relações sociais e o investimento no consumo de objetos e serviços representam, em parte, a condição de desmoronamento do sujeito enquanto ser psicossocial. Para tanto, serão enfocadas questões que possibilitam articular processos de subjetivação diante do hiperconsumismo, uma das facetas da Hipermodernidade. Neste cenário hipermoderno, a cultura do excesso e da urgência fornece o tom que caracteriza o erotismo no consumo. Para tanto, será preciso investigar acerca do que leva o ser humano ao encontro deste consumo e de que maneira o consumo se apresenta como solução para o sofrimento psíquico. Diante deste contexto, será necessário discutir sobre os processos bilaterais de consumir e ser consumido, de erotização e de auto-estima, das pulsões sexuais e das pulsões do eu, do encontro com o objeto e do narcisismo, de amar e ser amado. No entanto, caberá sustentar a idéia de que o consumo atende a dupla finalidade exposta nesses processos, consistindo num distanciamento do narcisismo em direção a hipererotização e representando uma tentativa de resgate deste estado narcísico. A fim de possibilitar com que os desdobramentos teóricos inerentes ao tema possam ser empiricamente fundamentados, apontaremos discussões referentes a alguns fenômenos do lazer, tais como a comercialização dos estilos de vida no tempo livre, formas programadas de lazer, a euforia emocional, a procura pela felicidade e o paradoxo das escolhas. Seja como for, os mecanismos de instrumentalização do lazer apresentam um sentido de controle e contenção da libido, retratando a dinâmica da erotização do consumo.

**Palavras-chaves:** Subjetividade, Consumo, Lazer, Hipermodernidade, Erotismo

**Trabalho:** Habitação e consumo como forma de subjetivação

**Autor(es):** Gisela Verri de Santana

**Resumo:** Sobretudo nos últimos 50 anos, as transformações sócio-econômicas e culturais têm interferido significativamente nas cidades. As condições de vida vêm sendo sucessivamente transformadas, produzindo alterações nos sujeitos bem como nos seus modos de viver, de se relacionar e de habitar. O ritmo de urbanização acelerado tem produzido uma grande revolução econômica, ecológica, política e social na organização espacial da população mundial. Os centros urbanos abrigam a maior parte da população mundial e tornaram-se centros competitivos e de competição por novos mercados, dentre eles o mercado habitacional. Partindo do pressuposto que a indústria e o mercado imobiliário fazem parte do sistema capitalista, tal competitividade se expressa na busca por novos nichos de mercado e pela crescente concorrência entre grandes e pequenas empresas de incorporação, que disputam lugares, regiões e “conceitos” de novos tipos, modos e estilos de morar. Na outra ponta desta relação está o consumidor, sujeito urbano, que no caso do Brasil, devido a um conjunto de fatores, dentre eles o déficit habitacional e as desigualdades sócio-econômicas, tem a moradia como ideal e meta de vida, como um símbolo de seu sucesso e distinção social, que se expressa através da localização da habitação e do estilo de morar. Outro fator a se considerar é que, sobretudo nos últimos 20 anos, de forma geral, o hábito de consumo mudou. Não apenas porque os produtos e serviços mudaram, mas porque a mídia e o consumidor também não são mais os mesmos. Hoje, a oferta crescente de variedades de produtos e serviços, inclusive do mercado imobiliário, é

acompanhada pela multiplicidade de veículos para sua divulgação, que utiliza-se de todos os recursos midiáticos disponíveis para alcançar o potencial comprador. O marketing é usado como técnica e estratégia de venda e, através dele, vão sendo criadas as imagens dos produtos, mas também dos próprios sujeitos que são, cada vez mais, identificados em função do que consomem. A concorrência existente no segmento faz com que os recursos de mídia utilizados tentem captar, cativar, seduzir e reter a atenção do consumidor. Há informações de que um consumidor metropolitano esteja exposto a algo em torno de 2.000 a 7.000 impulsos comerciais por dia. E, estes se relacionam a imagens, estilos e gêneros de indivíduos, que no fundo só é um: o consumidor. Nesta direção, estaremos, nesta apresentação, discutindo as formas, os discursos e os meios utilizados pelo mercado imobiliário do Rio de Janeiro para captar e cooptar os novos e antigos candidatos a consumidores de habitações residenciais.

**Palavras-chaves:** Consumo, Habitação, Estilo de vida, Subjetividade

**Trabalho:** Second-life; novos espaços de consumo na fronteira limítrofe do Real/Virtual

**Autor(es):** Ana Paula Perissé

**Resumo:** A economia neo-liberal parece ter inaugurado neste início de século XXI o impensável, para além dos esforços (inúteis, talvez, neste momento em que vivemos) da literatura ou da filmografia de ficção científica (mortas?): novos espaços de consumo real ou melhor, novos hiper-espaços que produzem capital legítimo dentro dos limites de um mundo virtualizado de não-lugares, acessados tão somente pelas ferramentas/instrumentos técnicos criados pelas Novas Tecnologias. Instrumentos que elevam a técnica à uma nova categoria, a uma (hiper) instância que agora independe da negociação que até então vigorava entre esta e os sistemas sociais - economia, educação, leis, religião, representação política. Quando esta dependência histórica entre técnica e sistemas sociais foi rompida, no final das últimas décadas do século passado, entramos num período de loop acelerado e globalizante de upgrades de desenvolvimentos técnicos que se dão sem os chamamentos, agora não mais naturais, dos sistemas simbólicos sociais. Novos espaços tecnológicos para consumir são, portanto, (auto) criados para fazer girar o capital neo-global, espaços tão atraentes quanto a última novidade de uma mercadoria “hypada”. Também novos consumidores entram em cena. O homem da Hipermodernidade tem um novíssimo mundo que se descortina, cotidianamente à sua frente, bastando um clique ou um movimento de polegar ou indicador. Práticas digitais que fazem emergir um novo cenário, práticas de um novo cotidiano em construção. Os jogos de interpretação on line massivo para múltiplos jogadores como o Second Life, por exemplo, se inserem neste contexto. Aqui, a partir de um simples download pela internet, pode-se começar a jogar um game que simula todos os aspectos e nuances da vida real através de uma tela de computador. Basta simular um personagem, basta se associar (emocionalmente) a um avatar. Deslizaamentos cibernéticos de afetos, fluxos ciber subjetivos, identidades em deslize ao sabor de um teclar. Desejos internéticos de reconhecimento, de paixões, de aquisição dos mais novos produtos por parte do personagem-avatar construído, simulado mas posto em ação. Jogador –sujeito-avatar que deseja, que anseia e que tem à sua disposição a mesma galeria de produtos, de marcas e de serviços que se encontra num shopping center real de qualquer bairro de uma cidade, com o mesmo valor de troca da moeda local. Anunciantes transnacionais já reconhecem este cenário como importante espaço publicitário da Hipermodernidade, já havendo “grupos de contas” de grandes agências publicitárias se dedicando a esta nova e rentável oportunidade de negócios. Marcas como IBM, MTV e Reuters abriram escritório dentro do game e grupos de rock como U2 e Duran Duran já fizeram seus ciber- concertos neste ambiente. Imperioso, portanto, é fazer uma cartografia destes novos espaços de consumo que se dão na esfera de contato íntimo entre o que é virtual e real. Como se dão estas transferências? Quem compra e o que compra, sob que imperativos? Quem lucra e de que lógica se utiliza para formar conceitos de campanhas de comunicação que dialogam com os anseios e desejos de sujeitos-avatars? Quais as implicações sociais destas novas práticas de consumo? Quais as novas lacunas éticas e psíquicas que emergem deste processo? Compreender este novo lugar de consumo parece-me uma estratégia de aproximação pertinente para fazer emergir algumas elucidacões a respeito do mundo em que vivemos e/ou em que criamos nossa “interface de simulação”.

**Palavras-chaves:** Propaganda, Consumo, Novas Tecnologias, Subjetividade

**Atividade: O corpo feminino na contemporaneidade: Representações acerca de tratamentos estéticos em mulheres de meia-idade (Paineis)**

**Trabalho:** O corpo feminino na contemporaneidade: Representações acerca de tratamentos estéticos em mulheres de meia-idade

**Autor(es):** Fabricio Carlo Bellei, Cristina Lhullier

**Resumo:** A beleza está associada à mulher desde as sociedades primitivas. Entretanto, é na Renascença que o sexo feminino é idolatrado e a beleza considerada em seu aspecto estritamente físico, fazendo com que o corpo feminino adquira evidência na sociedade. O século XIX é marcado pelo início do discurso médico e higienista, que apontava as vantagens físicas e morais dos exercícios, contrapondo-se à obesidade que persistia como ideal de beleza. A partir da década de 1950, as mulheres passaram a ser responsáveis pela sua aparência física, podendo utilizar cosméticos, tratamentos estéticos e atividades físicas para se manterem belas. Na contemporaneidade, observa-se que mulheres da meia-idade buscam investir em tratamentos de beleza e atividades físicas como forma de enfrentar as expectativas sociais associadas a esta etapa do ciclo vital. Considerando que a meia-idade feminina é também um período de perdas para a mulher – como a cessação da menstruação e da capacidade reprodutiva, a aposentadoria, entre outras – e de mudança de percepções sobre aspectos de sua vida - como aquelas decorrentes do processo de envelhecimento que afetam a auto-imagem feminina - o corpo passa a ser um objeto de destaque. Logo, o estudo teve como objetivo investigar as representações do corpo feminino na contemporaneidade em mulheres de meia-idade, as quais originam comportamentos como investimentos em tratamentos de beleza e práticas esportivas intensas. Participaram do estudo seis mulheres, entre 44 e 52 anos, que praticavam exercícios em academias da cidade de Caxias do Sul. Estas foram selecionadas com base nos seguintes critérios: ser mulher de meia-idade, ou seja, com idade entre 40 e 55 anos; e praticar atividades físicas intensas, tendo como parâmetro o Posicionamento Oficial da Sociedade Brasileira de Medicina do Esporte, que recomenda para mulheres da meia-idade exercícios aeróbicos três vezes por semana durante 30 minutos, podendo chegar a uma prática diária, contínua ou não, de 30 a 90 minutos por sessão. Como instrumento de pesquisa foi utilizada uma entrevista semi-estruturada com questões norteadoras abordando aspectos referentes à percepção do corpo feminino em geral e do próprio corpo, relação entre as atividades estéticas praticadas com o seu atual momento de vida e quais as representações de tais práticas. Trata-se de um estudo qualitativo, cujos resultados foram submetidos à análise de conteúdo proposta por Bardin (1977/2000). A partir dos depoimentos das entrevistadas, emergiram oito categorias, sendo elas: 1) Percepção sobre o processo de envelhecimento, 2) Olhar(es): Construção do corpo feminino, 3) Freqüência na academia e preenchimento do tempo, 4) Freqüência na academia e o espaço de socialização, 5) A atividade física e os benefícios físicos e psíquicos, 6) Influências na realização da atividade física, 7) Percepção do corpo feminino, 8) Modificações do papel da mulher na sociedade. As categorias foram discutidas a partir do referencial teórico psicanalítico, utilizando os conceitos de narcisismo primário e secundário, na perspectiva freudiana, e do estádio do espelho, na perspectiva lacaniana. Abordou-se também a questão do olhar como constituinte do sujeito simbólico e de sua imagem corporal. Além desses aspectos, utilizou-se como suporte teórico o histórico da construção do ideal de beleza atual e considerações sobre o corpo feminino. Destacam-se, na análise dos resultados, os aspectos que envolvem a proximidade da mulher do envelhecimento, as modificações nas relações sociais, a troca de funções da mulher, as construções do imaginário social referentes ao ideal de beleza da mulher, as formas que a mulher tem encontrado para lidar com as influências externas na busca de um ideal de corpo, o ambiente da academia percebido como um espaço de socialização e preenchimento do tempo; além das construções que a mulher faz do seu próprio corpo a partir da sua percepção. Percebe-se uma pressão em torno da mulher de meia-idade, que, por vezes, torna-se paradoxal. Por um lado, a mídia exige que a mulher apresente um corpo perfeito e

idealizado, o qual deve gerar desejo no outro; por outro, esta mulher deve extrair do próprio corpo uma satisfação, levando ao individualismo. Tal ambigüidade é discutida em relação ao momento de vida das participantes e ao processo de construção da subjetividade contemporânea.

**Palavras-chaves:** corpo feminino, contemporaneidade, representações, meia-idade

**Atividade: Aspectos Psicológicos dos Transplantados Renais (Paineis)**

**Trabalho:** Aspectos Psicológicos dos Transplantados Renais

**Autor(es):** Renata Guimarães Machado, Marlizete Maldonado Vargas

**Resumo:** O tema "transplante de órgãos e tecidos" começa a ser aceito em nossa sociedade devido a um maior esclarecimento feito pelas centrais de transplante de todo país. Porém, sabe-se que esta prática ainda é considerada como ilegal, ou até desumana no ponto de vista de determinadas religiões. O que poucos sabem, é que o transplante não implica apenas o ato de transplantar, pois esta ação está ligada ainda a aspectos da vida do sujeito que ultrapassam as barreiras biológicas. Acredita-se que o transplante renal além do aspecto físico clínico implicará também em alterações na subjetividade do paciente por estar diretamente ligado às emoções e sentimentos. Neste sentido, esta pesquisa tem como objetivo verificar possíveis mudanças ocorridas em alguns aspectos psicológicos dos sujeitos transplantados, podendo citar o modo de pensar, percepções, relacionamentos, sentimentos, bem como a percepção destes acerca do acompanhamento psicológico no processo de transplante. Para a realização da pesquisa, foram entrevistados sete sujeitos que passaram pelo processo de transplante renal há pelo menos 8 meses, e com coleta e análise dos dados, pôde-se constatar mudanças no seu aspecto emocional, percepção do sentido da vida, mudança em suas crenças, sensação de renascimento, valorização e fortalecimento das relações pessoais. Nenhum dos sujeitos teve acompanhamento psicológico sistemático, pois a maioria deles teve algumas entrevistas esporádicas. De acordo com os próprios entrevistados, existe grande importância no trabalho psicológico antes, durante e após o transplante, visto que esta prática ajudará na elaboração de conflitos ou prevenção da saúde mental dos transplantados ajudando na integração às vivências suscitadas com o novo órgão. Com o estudo dos aspectos psicológicos referidos ao transplante renal, percebe-se que a vivência da doença renal crônica gera grande impacto emocional aos sujeitos, pois muitas vezes a maneira de se relacionar com o mundo gira em torno da doença, o que exige do paciente uma completa adaptação àquela nova condição, onde este não está na maioria das vezes preparado para enfrentar as perdas e as mudanças significativas que a doença impõe. Assim, é perceptível que o processo de tratamento da doença renal crônica e transplante envolve vários aspectos psicológicos do sujeito, onde, cada sujeito em sua singularidade irá enfrentar a sua doença de acordo com a sua maturidade interna, podendo apresentar sinais de depressão entre muitos outros sinais devido a fragilidade psicológica que pode surgir nesse período, assim, se faz importante a relação psicólogo-paciente para que se construa o alicerce necessário para a elaboração do processo, visando a prevenção/redução de eventuais mudanças psicológicas que podem ocorrer no pós-transplante renal.

**Palavras-chaves:** transplante, prevenção, subjetividade

**Atividade: Comunidade do Sossego sob o olhar da Psicologia Comunitária (Paineis)**

**Trabalho:** Comunidade do Sossego sob o olhar da Psicologia Comunitária

**Autor(es):** Aline Freitas de Sousa, Ana Karolina Pessoa Bastos, Elayne Cristina da Costa, Rosa Angela Cortez Brito, Sabrina Leite Cardoso dos Santos, Wellyka de Araújo Pinto

**Resumo:** Este trabalho tem como objeto de estudo a Comunidade do Sossego, assim como os sujeitos que aí se constituem. A comunidade está localizada no bairro Antônio Bezerra, próximo à Avenida Mister Hull, em Fortaleza, Ceará. Não existem registros históricos sobre a comunidade do Sossego, mas segundo a líder comunitária entrevistada, inicialmente, estabeleceram-se cerca de dez famílias no local. Atualmente, existem cerca de 877 habitantes residindo em 210 domicílios. Ainda segundo a líder comunitária, a grande maioria das pessoas da comunidade do Sossego está desempregada e mantém-se através de subempregos. Outra forma de renda das famílias são os programas de assistência do Governo Federal. O presente trabalho integra a disciplina “Psicologia Comunitária”, da Universidade Federal do Ceará. Este estudo será possibilitado pela Psicologia Comunitária, com o estudo dos conceitos de Atividade, Consciência, e Caráter Oprimido e sua interface com a Psicologia Ambiental. Ao longo deste trabalho, considerações acerca dos problemas, das limitações, das potencialidades e das possibilidades locais foram possíveis através da observação-participante, que permite ao investigador entrar na atmosfera dos moradores, tentando, dentro das possibilidades, fazer parte dela, para que haja uma maior compreensão da realidade comunitária. As observações foram realizadas tentando-se captar aspectos como: a área geográfica e populacional, a organização sócio-econômico-política, os costumes locais, a saúde e a educação. Para tanto, a articulação entre os conceitos da Psicologia Comunitária e os da Psicologia Ambiental foram de grande importância para a compreensão e reflexão acerca do espaço estudado. A inserção na Comunidade do Sossego se deu através do projeto Elos da Vida, que proporciona aulas de reforço escolar, de música e dança para as crianças e os adolescentes, assim como palestras educativas para os adultos. Há, também, um ato beneficente realizado pelo projeto, que é a distribuição mensal de um “sopão” aos moradores da comunidade. Segundo Góis, a Psicologia Comunitária “emerge da confirmação de que o indivíduo é uma realidade social, histórica ou, pelo menos, encontra-se submetido a um forte processo cultural” (GÓIS, 1993, p.14). Os indivíduos estão submetidos a essa realidade, a todo momento. A convivência diária com a pobreza, a miséria, condições inadequadas de vida, condição de ser/estar marginalizado no mundo (no seu mundo micro, que é a comunidade – onde são feitas divisões entre as áreas mais perigosas do Sossego e regiões mais “calmas”; no seu mundo macro, que é a sociedade – a comunidade que é vista como o local “onde os marginais vivem, saindo apenas para fazer os assaltos”, na fala de uma moradora) torna visível a realidade social. Também o indivíduo inserido na comunidade é um sujeito histórico no aspecto da participação nos processos de formação desta comunidade. A maioria dos habitantes do Sossego está lá desde a invasão, presenciando e participando do desenvolvimento e das melhorias de local. Os moradores sentem que precisam e fazem algo por aquele lugar que percebem como deles. A Atividade é a condição que possibilita a construção do sujeito e pode ser entendida como um sistema de ações relacionadas a um objeto real, através da interação com este objeto. Esta interação possibilita tanto a transformação do objeto quanto do sujeito. A Consciência compreende uma propriedade do psiquismo que permite ao indivíduo uma apreensão da realidade através da sua inserção no mundo, em um determinado contexto histórico. Essa inserção é possível pela atividade instrumental e pelo uso da linguagem. O Caráter Oprimido é o processo de destruição da identidade do indivíduo e de seu valor pessoal. A negação desse valor possibilita a legitimação do poder da classe dominante e a resignação do oprimido diante de sua condição. De acordo com Moser (1998), entende-se a Psicologia Ambiental como uma disciplina que estuda a pessoa em seu contexto, tendo as inter-relações – e não somente as relações – entre pessoa e meio ambiente físico-social como tema central. Essas inter-relações são dinâmicas, pois tanto os indivíduos agem sobre o ambiente como este modifica e influencia as condutas humanas. A partir dessa conceituação, foi possível observar como os moradores do Sossego afetam este ambiente e são afetados por ele. Ao falar de como os primeiros moradores se apropriaram daquele espaço, a líder comunitária deixa claro o movimento de ação-transformação que fez com que aquele espaço fosse sendo dotado, pelos moradores, de significações e identificações. Na fala dessa entrevistada, também se observa a manifestação do sentimento de pertença em relação ao lugar. Ela relatou que não imagina sua vida fora da comunidade, pois disse fazer parte da história do lugar e “não sabia como seria quando chegasse em outro local (espaço)”. A partir do exposto, objetiva-se uma melhor compreensão do complexo sistema de interações culturais no ambiente físico-social do Sossego

e de como o desenvolvimento da Atividade e a Consciência, bem como a contínua apropriação deste ambiente podem ser fatores essenciais para a não aceitação da situação de miséria por parte dos integrantes desta comunidade.

**Palavras-chaves:** Comunidade do Sossego, Psicologia Comunitária, Atividade, Consciência, Caráter Oprimido

**Atividade: Relações eu-outro e construção de conhecimento: mais questões revisitadas (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Relações eu-outro e construção de conhecimento: mais questões revisitadas

**Autor(es):** Livia Mathias Simão

**Resumo:** Esta comunicação é parte integrante de um conjunto de três comunicações de pesquisadores vinculados ao Laboratório de Interação Verbal e Construção de Conhecimento do Departamento de Psicologia Experimental do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. As outras duas comunicações que juntamente com esta - fazem parte desse conjunto são "O desejo nas relações sociais e suas implicações no processo de negociação intersubjetiva de significados", de autoria de Danilo Silva Guimarães" (IP-USP/ Fapesp) e "Função Reguladora da Linguagem: Ponto de Interseção entre Retórica, Lógica e Psicologia da Descoberta", de autoria de Nilson Guimarães Doria (IP-USP/ Fapesp). Tal como as apresentações de pesquisadores do Laboratório que tiveram lugar em sessões de comunicações coordenadas nos II e IV Congressos Norte-Nordeste de Psicologia, também agora visamos, com essa proposta, oportunizar a exposição e discussão, em fórum mais amplo de colegas, de algumas das pesquisas lá desenvolvidas. A presente comunicação tem por objetivo, especificamente, discutir questões teórico-metodológicas e epistemológicas suscitadas pelas pesquisas em andamento que são objeto das outras duas comunicações acima referidas. A pesquisa de Danilo Guimarães tem como campo empírico episódios interação entre jovens durante sessões de jogo de desempenho de papéis (Role Playing Game). Os episódios foram analisados e interpretados, gerando os resultados da pesquisa, sob a perspectiva teórica do construtivismo semiótico-cultural, em que Valsiner e Wertsch estão dentre os principais teóricos de referência. Essa análise e interpretação são, por sua vez, foram focalizadas no contra-fundo de reflexões sobre as noções de alteridade e de desejo, trazidas da filosofia de Emanuel Lévinas, gerando proposições no nível de discussão da pesquisa, contemplando-se a questão da relevância dos resultados para a compreensão das relações eu-outro. A pesquisa de Nilson Doria, por sua vez, teve como objetivo examinar se e segundo quais dimensões pode ser estabelecido um diálogo entre as teorias de Popper e Vigotski, principalmente no tocante à questão do conhecimento humano. Dentre essas dimensões, focalizará, em sua comunicação, especialmente o que Popper chama de "função argumentativa da linguagem" e o que Vigotski chama de "função reguladora da linguagem", relacionando-as e discutindo a relevância dessa articulação para a compreensão do desenvolvimento do conhecimento humano. A partir de minha reflexão como orientadora de ambas as pesquisas, instigada pelo material que ambos os pesquisadores produziram para nossas discussões durante o andamento das respectivas pesquisas, colocam-se algumas questões que buscarei delinear e discutir nesta comunicação: a) como se devem articular, na pesquisa, as dimensões de reflexão filosófica <-> meta - teoria <-> teoria <-> campo empírico; b) como se articulam três dimensões implicadas nas relações entre linguagem e conhecimento: b1) argumentação e cultura no processo de crítica; b2) representação e construção da realidade na emergência da novidade; b3) retórica e relações eu-outro (este trabalho vincula-se a Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq).

**Palavras-chaves:** epistemologia, construção de conhecimento, subjetividade, relações eu-outro, linguagem

**Atividade: Redes Intersubjetivas, Universo Feminino e Cirurgia Plástica Estética (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Redes Intersubjetivas, Universo Feminino e Cirurgia Plástica Estética

**Autor(es):** Michelle da Silva Carvalho

**Resumo:** Este trabalho pretende compreender a teia de significados e seus diferentes sentidos no grupo de mulheres que já se submeteram à Cirurgia Plástica Estética. Esse fenômeno atualmente tem despertado interesse na mídia, na população e na comunidade científica, pois se encontra presente em um número considerável de pessoas. A Cirurgia Plástica está relacionada à beleza e à estética onde, muitas vezes, a beleza é percebida como um fator determinante no conceito de felicidade e/ ou sucesso. A busca do corpo ideal é uma forma de se alcançar essa felicidade, existindo inúmeros fatores que atravessam essa questão, tais como: o mercado de corpos, o capitalismo, o mundo do consumo e a mídia de massa. A forma como essas idéias circulam na sociedade afeta o modo de vida das pessoas, principalmente no processo de construção e dinâmica dos sujeitos, especialmente as mulheres. Nesse sentido, os objetivos de nossa pesquisa são: produzir reflexões sobre os mecanismos geradores dos modos de subjetivação da Cirurgia Plástica Estética hoje, bem como as repercussões destes na vida das mulheres; conhecer a percepção das mulheres acerca da Cirurgia Plástica Estética; descrever como é significado o próprio corpo por estas mulheres e investigar as mudanças que ocorreram na vida dessas mulheres após se submeterem às cirurgias estéticas. Ao longo do trabalho, mostrou-se como a preocupação com o corpo sempre existiu nas diferentes sociedades e épocas históricas e que nesse culto ao corpo, a Cirurgia Plástica Estética surge como veículo para que as pessoas possam alcançar os padrões de beleza propostos pela mídia. Para tanto, valeu-se dos substratos teóricos calçados nos conceitos de subjetividade e no processo de subjetivação que foram abordados ao longo do trabalho. Em seguida faz-se um breve histórico sobre a beleza, e a construção do modelo da mulher perfeita, tão almejado na sociedade atual, englobando os fatores que estão implícitos nesta busca e mostrando quais as repercussões na vida desses indivíduos. Posteriormente, é apresentada uma rápida história do corpo e as concepções que o ser humano desenvolve a respeito de sua corporalidade, envolvendo as formas de comportar-se que estão associada a condicionamentos sociais e culturais. Por fim, há uma descrição sobre a origem da Cirurgia Plástica Estética, destacando o que esse universo abarca e como sua finalidade visa o estabelecimento de um equilíbrio interno que possibilita ao paciente reencontrar-se, reestruturar-se, para que o indivíduo se sinta em harmonia com sua própria imagem e com mundo que o cerca. Propõe-se, ainda, estudar as redes intersubjetivas no universo feminino e a cirurgia plástica, a partir da pesquisa qualitativa, sendo utilizada uma metodologia que tem como estratégia de pesquisa para obtenção dos dados, a entrevista qualitativa em profundidade, do tipo aberta, com roteiro semi-estruturado o que possibilitou a promoção de algumas reflexões acerca do tema proposto. Mais especificamente, focou-se a atenção para alguns mecanismos geradores dos modos de subjetivação da Cirurgia Plástica Estética em nossa sociedade atualmente, bem como suas repercussões na vida dos indivíduos, atravessando diversas faixas etárias, sexos e classes econômico-sociais. Para tanto, foram estabelecidas algumas categorias a partir de elementos extraídos das entrevistas e que se encontram separadas, apesar de se reconhecer a inter-relação entre elas: o corpo desejado, a dinâmica de Cirurgia Plástica e o pós-operatório. Por fim, foram feitas algumas reflexões a respeito de como está instalada a questão da Cirurgia Plástica e sua repercussão socialmente na vida das mulheres sobre o modo como as pessoas estão se relacionando com o mundo contemporâneo, buscamos rever a relação que os indivíduos estabelecem com o funcionamento vigente, dentre outras discussões e questionamentos. A pretensão deste trabalho não é oferecer soluções, estabelecer verdades ou negar os sofrimentos causados pela padronização da beleza, mas apenas discutir o caráter social da Cirurgia Plástica, trazendo exposta a tentativa de se lançar um olhar crítico sobre a instituição da beleza na vida dos indivíduos e da sociedade. Não há problema em não ser belo. Existe, sim, problema em sofrer por pretender uma beleza perfeita, vendida e praticamente impossível de ser atingida. Dessa forma, pode-se afirmar que o fenômeno de busca da beleza, recorrendo-se a Cirurgia Plástica, não é um fenômeno natural, como pode parecer à primeira vista; ele é produzido social e culturalmente. O comprometimento dos profissionais da Psicologia, que têm como preocupação os indivíduos e tudo que os afeta, está em tentar, de alguma forma, pensar e propor novas maneiras, mais cuidadosas, de olhar e de se relacionar com o mundo, a sociedade, os outros e consigo mesmo. Formas essas que possam ajudar os indivíduos a viver melhor e serem mais felizes.



**Palavras-chaves:** Mulher, Beleza, Cirurgia Plástica, Mecanismos geradores dos modos de subjetivação

**Atividade:** A Função Reguladora da Linguagem como Ponto de Interseção entre Retórica, Lógica e Psicologia da Descoberta (Comunicações Científicas)

**Trabalho:** A Função Reguladora da Linguagem como Ponto de Interseção entre Retórica, Lógica e Psicologia da Descoberta

**Autor(es):** Nilson Guimarães Doria

**Resumo:** O presente trabalho aborda um dos resultados mais significativos da pesquisa recém concluída por mim em meu mestrado, cujo tema foi a exploração e estabelecimento de relações entre os trabalhos de Vigotski e Popper. Ao longo da pesquisa vários campos de proximidade foram encontrados, todos gravitando em torno da noção de evolução, desenvolvimento, ou crescimento do conhecimento. Neste trabalho concedo destaque a um destes campos: a ênfase que os autores dão à função de regulação que a linguagem exerce sobre a construção do conhecimento. Acredito que os resultados alcançados neste campo revestem-se de importância considerável, uma vez que permitem colocar ambos os autores em um mesmo plano de diálogo no que tange as diversas abordagens de estudo do fenômeno da produção do conhecimento, seja ele o conhecimento cotidiano, seja o científico. O argumento central defendido aqui é que aquilo que Popper chama “função argumentativa da linguagem”, pode ser entendido como um caso específico daquilo que é chamado por Vigotski de “função reguladora da linguagem”, que seria, portanto uma função mais geral. O argumento continua propondo que há vários modos de regulação do comportamento nos quais a linguagem desempenha papel considerável, a função argumentativa de Popper responderia por descrever com bastante riqueza o modo lógico de regulação – característico no campo da validação de teorias científicas, enquanto que a proposta mais geral de Vigotski nos ajudaria a entender também outros modos de regulação, como o retórico e o ético, mais próximos de modos de produção de conhecimento menos formalizados e mais cotidianos. Dizer que a função argumentativa de Popper é um caso especial da função reguladora de Vigotski em nada desmerece a grande contribuição de Popper, o refinamento que ele encontra nessa especificidade da função é imprescindível para o entendimento mais completo de como o conhecimento “cresce”, e se partirmos da própria linha de raciocínio de Popper veremos que ele mesmo admite que a Lógica não dá conta de explicar sozinha a criação científica que é, de resto, parte indispensável da produção de conhecimento. A conclusão mais importante que retiro deste ponto é que assumir a função argumentativa de Popper é um caso especial da função reguladora não implica em que se caia em um relativismo epistemológico típico de posturas pós-modernas porque, segundo a perspectiva construída neste trabalho, aquilo que Lógica não consegue abarcar ainda pode ser estudado por outra instância racional: a ciência empírica, no caso em questão a Psicologia da Descoberta.

**Palavras-chaves:** Epistemologia, Psicologia Histórico-Cultural, Linguagem, Vigotski, Popper

**Atividade:** Perceber sem ver (Experiências em Debate)

**Trabalho:** Considerações metodológicas para o trabalho corporal com crianças deficientes visuais

**Autor(es):** Márcia Moraes, Carolina Cardoso Manso, Luciana de Oliveira Pires Franco, Aline Alves Lima, Ana Gabriela Rebelo dos Santos, Isabela Fonseca Prince

**Resumo:** Este trabalho foi desenvolvido com o objetivo de refletir sobre as diretrizes metodológicas do projeto de pesquisa “Ver e não ver – a cognição como dispositivo cognitivo entre jovens cegos”. A pesquisa pretende investigar as relações entre corpo e cognição num grupo de jovens deficientes visuais, regularmente matriculados no ensino fundamental do Instituto Benjamin Constant (IBC), um centro de referência em deficiência visual, situado no bairro da Urca, na cidade do Rio de Janeiro. O trabalho de pesquisa é desenvolvido numa Oficina de experimentações corporais, coordenada pelas pesquisadoras. Participam desta oficina um grupo de 16 jovens deficientes visuais, com idades entre 9 e 16 anos, os encontros ocorrem uma vez por semana, cada um com duração de uma hora. Consideramos o corpo não como um dado a priori cujas possibilidades de conhecimento e ação já estão dadas de antemão, mas sim como superfície cognitiva que se produz a partir das conexões deste com o mundo que o circunda. Nas oficinas são utilizados materiais tão heterogêneos quanto elásticos de diferentes espessuras, plástico bolha, lixas, entre outros materiais que visam mobilizar o corpo ampliando em um mesmo movimento as experiências corporais e cognitivas. A necessidade da realização de reflexões sobre as bases metodológicas da pesquisa originou-se a partir de nossos inúmeros questionamentos sobre que pressupostos estão guiando nossas práticas. Entendemos que esta pesquisa ocupa lugar alternativo ao padrão clássico de investigação já que deixa de lado a norma de observação cientificista centrada na preocupação em torno da quantificação de resultados empíricos e da busca de regularidade nos fenômenos observados. Nosso projeto se orienta pela tentativa de compreensão e interação entre pesquisador e membros das situações investigadas, neste caso não se pretende a imparcialidade do sujeito em relação ao objeto. O trajeto percorrido pelo presente trabalho busca entender em quais perspectivas este se aproxima e/ou se afasta dos preceitos das pesquisas participante, pesquisa ação, pesquisa ação crítica e pesquisa intervenção presentes na história da psicologia desde o séc. XX. Estes dispositivos metodológicos introduziram no campo da psicologia as teses das construções recíprocas entre sujeito e objeto, teoria e prática, entre outras afirmações que problematizam o modelo clássico, cientificista, do conhecer. Se por um lado seguimos as orientações das pesquisas participantes, por outro lado, encontramos em nosso trabalho uma especificidade metodológica: reconhecemos que a epistemologia contemporânea, principalmente os estudos de Isabelle Stanger e Bruno Latour podem contribuir para reflexões mais ampliadas do nosso projeto de pesquisa.

**Palavras-chaves:** Cognição, Cegueira, Metodologia de pesquisa

**Atividade: O desejo nas relações sociais e suas implicações para o processo de negociação intersubjetiva de significados (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** O desejo nas relações sociais e suas implicações para o processo de negociação intersubjetiva de significados

**Autor(es):** Danilo Silva Guimarães

**Resumo:** Este trabalho é o resultado parcial de reflexões em elaboração desde o período do de Iniciação Científica, na graduação, e durante o mestrado. Ao longo desse período estudamos as relações sociais que se estabelecem no campo lúdico das sessões de jogos de representação de papéis (RPG). Na dinâmica desse jogo, os participantes elaboram narrativas coletivas a partir da vivência e interpretação de personagens que compartilham experiências em um cenário imaginado. Uma das principais vias de transformação no desenvolvimento humano, segundo a abordagem da psicologia semiótico-cultural, ocorre através da busca do sujeito pelo compartilhamento de experiências com o outro, isto é, através da busca pela intersubjetividade. Neste trabalho buscaremos explorar aspectos do processo de negociação intersubjetiva de significados que implicam a elaboração e desenvolvimento de recursos simbólicos, dentre os quais, as narrativas de situações vividas ou imaginadas. Dentre esses aspectos, compreendemos que as dimensões da alteridade e do desejo, enquanto noções pensadas a partir da filosofia de Emanuel Lévinas, podem trazer questões relevantes para a compreensão do processo investigado. Tendo como referência a psicologia semiótico - construtivista, compreendemos que os sujeitos são ativos reconstrutores da realidade em que vivem. As relações intersubjetivas, por sua vez, são marcadas pela negociação e renegociação de

proposições entre os interlocutores, acerca da realidade, que funcionam como balizas (constraints, Valsiner, 1998, 2006) organizadoras de suas experiências pessoais. As narrativas, por sua vez, estabelecem unidades de ação, sentimentos e pensamentos que organizam o campo intersubjetivo das situações vividas e guiam o desenvolvimento pessoal (Valsiner, 2001). Elas configuram um horizonte de compartilhamento intersubjetivo no qual se dão as relações entre personagens e entre o narrador e seus interlocutores. Esse campo é constituído por ações verbais (Wertsch, 1991, 1998; Simão, 2002, 2004) que operam como balizas e canalizações que o narrador utiliza para significá-lo. Trata-se, entretanto, de um campo em permanente transformação na relação com os outros, onde as mensagens expressas sofrem modificações. Ao mesmo tempo, conforme aponta Valsiner (1998), o desenvolvimento humano é um processo semi-aberto, em que as pessoas precisam estabelecer, em suas interações, uma base temporária ou um domínio de união compartilhada, sobre os quais alguma negociação seja possível, ou seja, o domínio da intersubjetividade. No que diz respeito ao processo narrativo, aqui em foco, o narrador propõe um mundo estruturado - a partir de seus recursos simbólicos - que procura compartilhar ao se expressar no diálogo com seu interlocutor. Esse domínio comum que a narrativa supõe, encontrar-se-ia, a nosso ver, num plano imaginário. A constituição desse plano demanda, por sua vez, "um meta processo de reflexividade que leva constantemente à criação, manutenção e mudança de sentido pessoal de `fundo` da atividade dialógica (a figura)" (Valsiner, 1998). Desde a perspectiva aqui adotada, esse processo é possível graças à opacidade inerente à relação eu-outro e à posição assimétrica do outro em relação ao eu. Em nossa análise de diálogos realizados em sessões de jogo de representação de papéis (RPG) percebemos momentos de tensão, inquietação e desassossego, característicos das relações de alteridade (Simão, 2003), que se alternavam com momentos em que o tecido dialógico apontava para a convergência, ou seja, compartilhamento e consenso sobre os temas da conversa e sobre as posições relativas dos interlocutores. No processo comunicativo, as assimetrias e nebulosidades se tornam evidentes no desentendimento: "desentender-se é constatar que nada se tem em comum com o outro" (Simão, 2003). O desentendimento evidencia rupturas no compartilhamento intersubjetivo, algumas delas geradoras de tensão, que demandam transições para a continuidade da relação eu-outro. Segundo Zittoun e colaboradores (2003) as rupturas são suportadas pelos recursos simbólicos apresentados no próprio contexto comunicativo, transformando esses recursos e a realidade narrada. No presente trabalho, pretendemos discutir os seguintes momentos do processo narrativo: a criação de um campo intersubjetivo compartilhado com a descrição de uma cena; a ruptura com esse campo na temporalidade histórica; e a criação de um novo campo de compartilhamento que confere sentido às ações narradas. As implicações da noção de desejo em relação ao engajamento eu-outro enquanto alteridade, refletidas a partir da noção de relação social em Lévinas, pode nos ajudar a compreender aspectos das transformações significativas dos recursos simbólicos, como resultado criativo do contato interpessoal afetivo (pré-reflexivo, incondicional, espontâneo) e cognitivo (pela crítica e questionamento que o outro desejado provoca em relação ao movimento do eu em sua direção). Lévinas sustenta que o despertar para o outro dado pelo desejo instaura uma ordem em que a consciência de si pede seu lugar para o acolhimento de outrem. A entrega a outrem, segundo ele solicita a produção de uma obra no campo da cultura.

**Palavras-chaves:** intersubjetividade, alteridade, recursos simbólicos, imaginário, Role-Playing Games

**Atividade: TUDO AO MESMO TEMPO AGORA: O ESTATUTO DA FELICIDADE HIPERMODERNA (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** A medicalização da vida

**Autor(es):** Jurema Barros Dantas, Ariane Patricia Ewald

**Resumo:** O tema da medicalização está em moda. É mencionado com certa frequência nos meios de comunicação de massa; ocupa um lugar de destaque nas discussões em curso na ciência, na política, na economia e em outras áreas de conhecimento e interesse; bem como é

exaltado e desejado no imaginário social. A multiplicidade de discursos e práticas relacionados à saúde, sustentados por vultuosos recursos humanos e materiais, dão a dimensão da importância deste tema no mundo contemporâneo e, ao mesmo tempo reflete um crescente anseio social por mais saúde e bem-estar. Parece expressar uma sensação difusa de que nosso bem-estar está cada vez menos presente e é um bem precioso que se encontra em risco, ameaçado pelo jeito de ser e viver dos nossos tempos. Os remédios se apresentam sob as mais diversas formas e conteúdos, as receitas reúnem desde as contribuições de natureza popular até as mais identificadas com o discurso científico. Assistimos um colorido arsenal de drágeas que prometem a felicidade e a solução imediata de qualquer mal-estar físico ou emocional. Assistimos um mercado ávido por atender todas as nossas necessidades e por tornar o medicamento um produto simbólico que ultrapassa as fronteiras do que se entende como mero recurso terapêutico. Tentaremos apresentar neste trabalho um panorama geral de algumas das principais questões do debate contemporâneo sobre o consumo de medicamentos. Ressaltaremos o fenômeno da medicalização social, como instrumento de adequação a valores idealizados, ligados à estética, ao comportamento e aos estados de ânimo; ressaltaremos também a discurso da mídia como um instrumento que potencializa a crença no poder dos fármacos, apresentando-os como síntese de ciência e tecnologia a serviço da saúde e do bem-estar e, sobretudo, como solução mágica para problemas típicos do mundo contemporâneo. Além da cura ou do alívio de enfermidades específicas, o que se busca nos medicamentos é, no limite, o ajuste ao modelo de juventude e felicidade permanente que encanta a sociedade contemporânea. Somos afetados pela noção de que podemos encontrar soluções para todos os males em produtos vendidos nas drogarias e, por conseguinte, estamos imersos numa época que defende a qualidade de vida em pílulas. Há uma tendência em transformar fenômenos de ordem social, política e econômica em problemas médicos, ou melhor, situações antes consideradas normais de serem enfrentadas durante a vida, estão sendo majoritariamente tratadas e solucionadas pela medicina. Medicalizamos não mais a doença, mas os fenômenos inerentes à vida por uma não aceitação da mesma enquanto um processo natural de contínua mudança.

**Palavras-chaves:** Hipermodernidade, subjetividade, medicalização, felicidade

**Trabalho:** Simulando a Própria Vida: Os Novos Avatares da Felicidade

**Autor(es):** Ana Paula Perissé

**Resumo:** O projeto da modernidade, ao longo de seu amplo percurso, parece estar deslocando o lugar da reflexão e o inevitável encontro do sujeito com suas questões existenciais, para um novo lugar que desconhece a figura do Outro como constituinte de nós mesmos. Alteridade fugidia e enevoada que nos conduz a um desejo linear, não contemplativo de abarcar a idéia de felicidade como mais um produto a ser adquirido e consumido. Nesse processo, a figura do Outro pode aparecer a este novo sujeito desejante como uma categoria ameaçadora tal como um obstáculo a ser superado ou até mesmo inserido no contexto relacional de forma reificada e fetichizada. Chegamos a um aspecto agudizante do cenário da Hipermodernidade, grande palco da exarcebação e do excesso, das múltiplas possibilidades da mesma opção, das infinitas escolhas de um só que nos oferece, cotidianamente, os discursos dos meios de comunicação pós-massivos: a necessidade de ser feliz como mercadoria, o Grande desejo de consumir a alegria não reflexiva e o gozo de viver fechado num grande pacote para presente. Tudo ao mesmo tempo agora. Se o Outro sempre me escapa, é imperativo que eu seja feliz construindo o meu próprio caminho, não me afligindo, não sofrendo, não me deprimindo. Mas, como fazê-lo com eficácia dentro desta lógica instrumental? As novas tecnologias colocam em cena um grande e atraente cenário de simulação do real, da realidade desejada, do não confronto desconfortável com o Outro. Através de novos softwares que recriam um mundo asséptico, inodoro, seguro, sem balas-perdidas e homens-bomba, o Second Life - um jogo de interpretação on line massivo para múltiplos jogadores - parece ser um novo espaço para a hiper-felicidade. Ali, aqui, na minha tela, regras são poucas e possibilidades imensas. Encontro com o meu Outro transfigurado em avatar. Crio, recrio, mato ou faço nascer de novo. Fecha-se, então, como num ciclo mercadológico, um novo pacote feliz. Através da interação humana com esta inédita ambiência tecnológica que surge, pretendo revelar uma nova possibilidade de ser, sentir e estar

no mundo que emerge na hipermodernidade: a hiperfelicidade encontrada nos espaços virtuais através do deslocamento do sujeito real quando da apropriação e da construção (física e emocional) de novos personagens virtuais, alter-egos do sujeito-jogador, avatares interagidos de si. São 1 milhão e 500 mil jogadores até o fechamento deste resumo em 3 anos de existência do game, um fenômeno comportamental ilustrativo do mundo hipermoderno. Emulação em 4 dimensões. Interface zero. Parece que a última fronteira a do tempo, além das já conhecidas constituintes das interfaces em 3D – altura, largura e comprimento, já está entrando em cena reconfigurando a relação usuário – sujeito - agente de sua felicidade não reflexiva. Até que ponto o desafio mixante do orgânico/ digital está remodelando importantes espaços sociais e emocionais da vida vivida? Quais efeitos ressonam no sujeito e em suas redes relacionais? Quais as implicações sociais destas novas práticas digitais de sociabilidade? Como arriscar uma metáfora ética de equilíbrio entre estes dois pólos? Compreender este novo espaço para o ser feliz hipermoderno pode se constituir em uma estratégia de contato pertinente para fazer emergir algumas elucidações a respeito das relações entre estes dois mundos.

**Palavras-chaves:** HIPERMODERNIDADE,SUBJETIVIDADE,NOVAS TECNOLOGIAS

**Trabalho:**Ser In é ser Feliz: sobre o lugar da alteridade no espetáculo da felicidade

**Autor(es):** Rafael Ramos Gonçalves

**Resumo:** A ética moderna, influenciada pelo lema “ordem e progresso”, fez com que o Outro aparecesse ao indivíduo como uma “desconcertante ambivalência”, ameaçadora do movimento de afirmação do eu e da pretensão da razão instrumental de dominar tecnicamente a natureza. No cenário Hipermoderno, tal condição parece intensificada. A busca dos interesses pessoais é incentivada pelos instrumentos de propaganda da sociedade de consumo, onde a felicidade se associa à noção de bem-estar. Tala vínculo instaura uma concepção de felicidade pela via da negação, implicando num esforço contínuo para manter afastada qualquer tipo de ameaça ao bem-estar, seja ela uma tristeza, desânimo, ou uma divergência a resolver no relacionamento conjugal. A regra é simples: dizer sim, isto é incluir o que dá prazer, que é agradável e excluir aquilo cujo tempo de realização é longo ou que, ao se consumir, não proporciona o gozo esperado. Uma questão se impõe: O que dizer do que está fora, numa ordem excêntrica, ou seja, que não se inscreve nesta ciranda? Este trabalho se insere no conjunto desta mesa como um exercício de reflexão teórica sobre as relações entre o ideal de felicidade sensorial estimulado na sociedade de consumo e a sensibilidade oral para lidar com o que concerne ao Outro, à de representação e, por isso mesmo, requer atenção e abertura. Por isto, julgo oportuno empreender não tanto uma filosofia da felicidade, mas uma reflexão sobre seu significado na atualidade. É a idéia de uma felicidade pura que precisa ser pensada. Afinal, o uso da razão instrumental para prolongar a felicidade ou evitar que sua negação apareça tem várias formas: antidepressivos, álcool, drogas, entre outros. Apesar de todos estes esforços, freqüentemente a busca pela felicidade tem produzido sofrimentos, tristezas, separações e conflitos que se esforça por negar pelas artimanhas da razão. Esta é a dimensão do alter, do Outro, do diferente do Mesmo; neste caso, ser feliz. Questionar sobre o lugar da alteridade neste contexto significa investigar se, em meio à eufórica busca por felicidade, há espaço para a experiência do Outro não como fonte de sensação ou prazer, mas companheiro de existência num mundo cada vez mais percebido como habitat de todos. O convívio humano implica em jogo, conflito e, não raro, dor e tristeza. Uma ética para a hipermodernidade, onde os homens e mulheres estão cada vez mais próximos, precisa ter isto em conta. Não se trata de uma sociabilidade pacificamente estática, mas um bem-estar assentado numa existência como diálogo contínuo, onde alegria e tristeza têm passagem, para que a felicidade não esteja nem In nem Ex, mas entre.

**Palavras-chaves:** HIPERMODERNIDADE,SOCIABILIDADE,ÉTICA,FELICIDADE

**Atividade:** Grupo Narrativo  
(Experiências em Debate)

**Trabalho:**Grupo Narrativo

**Autor(es):** Alexandre Nogueira

**Resumo:** Um grupo fechado de psicoterapia, acompanhando 08(oito) usuários / parceiros da rede de saúde pública da Secretaria de Saúde do Município – SMS, da cidade de Fortaleza, pertencente à rede de saúde mental, precisamente ao serviço CAPSad – Centro de Atenção Psicossocial – álcool e outras drogas, vem se consolidando numa área da cidade denominada de SER – V – Secretaria Regional V, pela característica peculiar de associar histórias literárias com as histórias de vida dos participantes do grupo. Numa perspectiva narrativa, baseada no pensador Walter Benjamin, na tradição oral de contar e ouvir histórias e em alguns diálogos com referência psicanalítica, guiados por Freud, Françoise Dolto e Winnicott, a experiência clínica passa a se movimentar como referência investigativa e de aplicação à clínica social, favorecendo a reconstrução de outros modos de fazer e pensar o espaço psicoterapêutico enquanto aspectos interligados ao estético, social, subjetivo e político – território narrativo da existência humana, isto é, ao espaço dialético e complexo de uma clínica social. O grupo, numa trajetória somada de 52 (cinquenta e dois) encontros semanais, segue sinalizações (acordos) pactuadas por todos (as) que o compõem, sem, contudo, descaracterizar o princípio da garantia do sigilo e da frequência semanal, valendo valer, às vezes, de histórias de escritores (as) familiares aos profissionais responsáveis pelo acompanhamento das sessões. Dessa maneira, os pontos nodais de cada usuário / parceiro vão sendo ouvidos numa espécie de narrativa em cadeia (ou se pode chamar de um outro modo de associação livre?), sendo recontados pelos usuários / parceiros que participam do grupo, a partir da simples indagação: o que esta história conta a você da sua história? Neste processo continuado, o aspecto da confiança é consolidado e revisado como condição basilar para fazer eclodir conteúdos de conflitos, envolvendo abandono, perda, homossexualidade, agressividade e suicídio indireto, laçadas nas relações de uso abusivo de substâncias psicoativas feitas pelos participantes. Distante de se utilizar da arte literária como uma ferramenta banalizada e reducionista à psicoterapia, a arte literária vem como um aporte de produção ao sujeito de sua própria existência, onde pode propiciar um deslocamento do objeto de vínculo (álcool e outras drogas), resignificando sua condição desejante de leitor / produtor de narrativas. Isso é o que vem se somar com os comentários de Birman, no ensaio: O sujeito na leitura: comentários psicanalíticos sobre a experiência da recepção. Nessa perspectiva o encontro da clínica social com a arte literária se faz a partir de uma interseção entre a experiência e a estética, despontando a condição efêmera e indescritível da experiência estética, assim como da experiência psicoterapêutica. Numa imagem metafórica, pode-se fisgar este encontro, ou melhor, esta interseção como sendo a imagem de um caleidoscópio em movimento, que assim que se visualiza, transforma-se em outra, mas envolvida pelos mesmos elementos, anteriormente, presentes. A partir dessa experiência clínica, algumas considerações parciais podem ser apontadas, oferecendo ecos dos usuários / parceiros para a continuação das mil e uma histórias de suas próprias histórias: 1. oferecem ao grupo histórias que produziram em casa, emergindo diferentes conteúdos; 2. produzem música e cantam com seu violão na sessão, narrando diferentes histórias; 3. trazem um quadro (abstrato, com tons de verde, de forma geométrica), para gerar histórias a partir da indagação: o que conta o quadro da sua história? (direcionando aos participantes); 4. referem-se a sua condição de vida como uma represa que agora está podendo contar o que estava preso e parado. Desse modo, pode-se afirmar que a clínica em saúde pública, envolvendo um caráter estético, assim como uma experiência de grupo narrativo, ainda necessita de pensadores e profissionais para fazerem eclodir os vários fios encobertos de uma experiência promissora de produções em saúde pública e / ou coletiva, através da arte de um percurso frágil e, paradoxalmente, forte; como diria Benjamin, na sua fraca força messiânica.

**Palavras-chaves:** Saúde, CAPSad, psicanálise

**Atividade: Cenários urbanos hipermodernos (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** O corpo idealizado do consumo: diversidades e adversidades da hipermodernidade

**Autor(es):** Maria de Fátima Vieira Severiano

**Resumo:** A inserção da Psicologia no debate contemporâneo acerca da “Hipermodernidade” implica questionar-se não apenas sobre a diversidade, mas igualmente sobre a adversidade dos novos tempos, seus paradoxos, contradições e implicações éticas e políticas decorrentes das novas formas de estruturação das subjetividades contemporâneas, sob o signo do consumo, do hiperindividualismo e das novas tecnologias. Para tal, o presente trabalho realiza, primeiramente, uma reflexão crítica sobre as atuais relações do homem com os signos do consumo, considerando-se a “onipresença” da mídia como núcleo privilegiado de produção simbólica e a intensa mobilização do desejo ante as imagens publicitárias, para em seguida destacar as novas formas de controle/liberação exercidas pelas indústrias da saúde e do entretenimento face ao corpo idealizado do consumo. Pesquisas anteriores (Severiano, 2004, 2005) nos apontaram que dentre os objetos paradigmáticos do consumo contemporâneo - celulares, carros, computadores etc. - um outro “objeto” se destaca de forma especial, permeando e dando suporte a todos os demais: o corpo. Este, considerado por Baudrillard (1970) como “o mais belo objeto de consumo” é enquadrado, contemporaneamente, na lógica fetichista da mercadoria, à semelhança de qualquer outra. Ainda mais agudamente que os demais objetos, ele encarna uma promessa implícita de inclusão social, diferenciação, status, prazer, poder, amor e felicidade. Todos os demais objetos parecem se constituírem em meras próteses para o alcance daquilo que passou a ser, na contemporaneidade, sinônimo de salvação psíquica e social: “o corpo ideal”. Diante disto, todos os cuidados convergem para sua “construção”: da tecnobiologia à indústria da publicidade, passando por spas, clínicas estéticas, dietas lights, fitness e complexos procedimentos cirúrgicos, que findam por torna-lo um “corpo-rascunho” (Le Breton, 2003): amontoado instável e assimétrico de pele, músculos, ossos e cabelos, eternamente em busca do desenho perfeito a ser modelado pelos signos do consumo. É, justamente, este “corpo-rascunho”, erigido e dissolvido incessantemente pela indústria da saúde e do entretenimento em busca da forma ideal, que parece se constituir no exemplo paradigmático do grande paradoxo da Hipermodernidade: a experiência da busca de uma felicidade despótica que implica promessas de liberação/controlado, hedonismo/ascetismo, felicidade/frustração, sucesso/fracasso etc., em meio a novidades sempre banais e efêmeras. Nosso referencial teórico de base para discutirmos esta temática parte inicialmente da categoria frankfurtiana de “Indústria Cultural”, (Adorno e Horkheimer), seguindo indicações outras, de teóricos contemporâneos, que tematizaram o corpo enquanto dispositivo de controle social e psíquico, tais como: Lasch (“Cultura do narcisismo”), Baudrillard, (“Objeto-símbolo”), Debord (“Sociedade do espetáculo”), J. Freire Costa (“Personalidade somática”), Joel Birman (“Mal estar na atualidade”) e Bauman (“Sociedade Líquida”), sob o cenário do conceito de “Hipermodernidade” explicitado por Lipovetsky (2005). A discussão deste fenômeno envolve também a exposição de alguns dados ilustrativos oriundos de uma pesquisa (Severiano, 2006), sobre o corpo idealizado do consumo, em revistas nacionais atuais (Veja e Boa forma), a qual visou apontar os espaços de fomentação deste “corpo-rascunho” através das prescrições próprias à “indústria da saúde” e do “entretenimento”. Neste sentido foram coletados depoimentos de “profissionais da área” e de usuários dos serviços de “saúde e beleza”, em que se evidenciaram ora os “excessos”, ora os “comedimentos” e “regulamentos” implícitos e explícitos para o alcance do corpo idealizado do consumo. Tal pesquisa resultou, dentre outras reflexões, no questionamento sobre a atual psicologização dos afetos corporais e sua subordinação à lógica do mercado, numa era em que os atuais apelos a estados subjetivos e particulares de satisfação (“auto-estima”, “confiança-em-si-mesmo”, “felicidade”, “liberação” etc.) ocorrem via modelagem/disciplinamento do próprio corpo, largamente difundido pela mídia. A ênfase agora recai sobre a vontade/controlado, numa sociedade que parece “se ofertar” por meio de suas benesses techno-científicas e mercadológicas. Viciados, anoréxicos, bulímicos e obesos – os “fracos de vontade” - são segregados como outrora ocorriam nos leprosários ou incluídos em circuitos perversos, sempre disponíveis às investidas do humor, da ironia, do grotesco, da piedade etc. A Hipermodernidade expõe o corpo a uma sabatina incessante de controle, vigilância e cobrança para alcançar “a felicidade”. Haveria um real paradoxo, como reporta Lipovetsky, entre o “frenesi consumista”, os “fanáticos por higiene e saúde” e “as bulímicas e anoréxicas”, os “compulsivos e viciados”? Não seriam tais patologias e “excessos”, justamente, os frutos colhidos ante o fracasso do indivíduo não conseguir cumprir tão “moderadamente” com os padrões ideais? O enquadramento do corpo nos ditames dos códigos do consumo não seria o responsável pelo regime corpóreo fundador deste “corpo-rascunho”, cuja fragmentação, liquidez e eterna busca de completude revela, sob uma capa de hedonismo, novas formas de dominação e controle, travestidas de liberação? Quais as conseqüências desta

subordinação da lógica do desejo à lógica do mercado?

**Palavras-chaves:** hipermodernidade, corpo, consumo, felicidade, controle

**Trabalho:** Hipercidades, Hiperviolência: o corpo submetido a uma nova lógica de controle e exclusão

**Autor(es):** Jorge Coelho Soares

**Resumo:** Viver nas hipercidades é uma experiência tão sedutora quanto assustadora. Somos atraídos pela luz intensa que dela emana e que se traduz na multiplicidade crescente e sofisticada de tudo que ela nos oferta. Como expressão moderna das “esfinges”, elas exigem que lhes decifremos seus enigmas para não sermos devorados por elas. As cidades também se comportam como atores sociais complexos e de múltiplas dimensões. Creio ser fundamental ouvi-las para configurarmos o sentido dos novos enigmas hipermodernos avessos às teorizações que elaboramos para uma outra época, apesar de tão recente, e que tendemos a usar como “cama de Procusto”. É em relação à violência que vem caracterizando o viver em muitas destas hipercidades que nos sentimos perplexos e desorientados, pois ainda não desvelamos seu modo de funcionamento mas nos sentimos aprisionados em sua lógica. Vivemos no sobressalto da constatação de que algo se foi e o novo ainda não se definiu totalmente ou se recusa aos enquadramentos teóricos tradicionais. Enquanto isto nos sentimos, sem exceção, vitimizados. É na condição de psicólogo social e de vítima em potencial que minha reflexão aqui se configura. Partindo da perspectiva de que estamos imersos numa nova lógica de sentir, de fazer, de ser e estar no mundo e as cidades, e os que nela vivem, estão imersos nesta lógica pretendo apontar a emergência de novas forma de expressão de violência que derivam de uma subjetividade social que poderia ser enquadrada no que Gilles Lipovetsky consagrou terminologicamente como hipermoderna. Tendo ultrapassado os limites e possibilidades conceituais do que se convencionou denominar de pós-modernidade, para dar conta da lógica social anterior, estaríamos agora no reinado da “consciência sempre feliz” hipermoderna. Nesta, o hiperlativo é o denominador comum que unifica a nossa percepção da realidade social. O imaginário de uma globalização acelerada é povoado de um gigantismo e intrusividade nunca antes vivenciado. Tudo assume características mega-dimensionadas, sob a égide de uma lógica do consumo que a tudo transforma em mercadoria e lucro. Com a tríade “hipermodernidade, hiperconsumo e hiperindividualismo” saímos da lógica pós-moderna em direção a um vazio conceitual que o conceito de “hiper” tenta dar conta. Nesta nova lógica a crispação, a reação, o conservadorismo, a questão identitária, o retorno a tradição, coexistem com o movimento, a fluidez, a flexibilidade, a indiferença com os grandes princípios estruturadores da modernidade, como a nação, o Estado, a família, por exemplo. É deste embate que começam a surgir novas formas de expressão de violência que fogem aos paradigmas tradicionais que a explicavam. Para dar conta desta nova lógica é necessário a construção de um novo paradigma que leve em conta estas novas condições. Neste novo paradigma, a ser construído, abarcando simultaneamente os níveis do indivíduo e da sociedade, o pensamento inicial será o de aceitação para efeito de análise, de que vivemos numa sociedade hipermoderna, uma “sociedade fragmentada”, nos termos defendidos por Michel Wierviorka, na qual conceitos tradicionais como conflito e crise não são mais adequados para compreendê-la. Retraimentos identitários, anti-atores, o “homem fatigado” em busca de si – nos termos de Alain Ehrenberg, bem como as “paixões pelo risco” em busca de uma intensidade da vida serão discutidas como alternativas conceituais em busca da construção deste novo paradigma.

**Palavras-chaves:** hipercidades, hiperviolência, hipermodernidade, corpo

**Trabalho:** “Felicidade Paradoxal”: sentido de existência e cultura do consumo

**Autor(es):** Ariane Patricia Ewald

**Resumo:** Perguntar sobre o que é “felicidade”, não é o mesmo que perguntar sobre o que é uma planta, um planeta, ou um cheiro. Apesar da felicidade, assim como estes exemplos, conter ingredientes que podemos chamar de materiais, não se pode esclarecer o que é o amor, a morte,



a própria felicidade, a liberdade ou a vida humana, fazendo questionários, estatísticas, observações ou experimentos de laboratório. A felicidade é uma destas questões que ultrapassa o contorno do que costumamos chamar de Ciência, e implica ingredientes dinâmicos, trágicos, que compõem isto que chamamos vida. Assim como em outros momentos da nossa história, no nosso século XXI, continuamos buscando esta tal felicidade. Como entender felicidade nestes tempos hipermodernos? Se ela já havia significado, como o foi para Aristóteles, um tipo de vida baseada no exercício constante da razão, e já havia sido também prazer e ausência de dor, reduzindo nossos desejos e nossas necessidades ao indispensável, como foi para Epicuro, ou ainda sendo a aceitação do destino como virtude fundamental para alcançá-la, será que a nossa sociedade contemporânea oferece um marco ideal para se alcançar a felicidade? Se a situação do homem em geral é um paradoxo, um vai-e-vem entre contentamento e descontentamento, entre alegria e tristeza, entre sofrimento e bem-estar, a felicidade então também se apresenta sob esta face paradoxal. Mas a questão essencial que se apresenta, é que se esta é a essência própria da felicidade, não é assim que ela é compreendida hodiernamente. A felicidade transformou-se num produto que é anexado às mercadorias pronta para o consumo. Um certo tipo de prê-a-porter existencial que dá dignidade ao produto e um timing de felicidade ao comprador. A felicidade, na sociedade de consumo, ou de hiperconsumo, na afirmação de Lipovetsky e que para ele se iniciou no fim dos anos de 1970, mostrou a sua face paradoxal de uma outra maneira, isto é, estamos inseridos num mar de referências que nos levam continuamente a ações paradoxais: ao mesmo tempo que nos dizem para sermos magros – criando um ideal/padrão de beleza anoréxico – nos vendem comidas grotescamente calóricas e porções agigantadas por um preço que parece ser vantajoso. Desta forma, a sociedade exalta, por um lado, os referenciais de saúde, bem-estar, equilíbrio e harmonia consigo e com os outros. Por outro lado, acentua uma “ordem bulímica” de gastos, de hiperconsumo, demarcando e ampliando as desigualdades. A proposta deste trabalho é discutir este paradoxo, procurando colocar em cena a relação que tem se produzido entre felicidade e consumo, usando um referencial existencialista para pensar esta nossa realidade. Se ser feliz é ter coisas, este conceito de felicidade está bem adequado à uma sociedade de consumo, que enfatiza a relação entre um produto e a felicidade. Ao obtermos o produto, deveríamos, supostamente, permaneceremos felizes. Mas numa sociedade do hiperconsumo, caracterizada pela bulimia da compra, tudo se desvanece rapidamente e a felicidade alcançada se dissipa aguardando uma nova ação de consumo. Esta é uma sociedade do excedentes e nos descartamos das coisas, e também dos animais humanos e não-humanos, pela sua inutilidade, pelo seu gasto e para consumir mais. Quem é este ser humano produzido no vértice desta sociedade da descartabilidade e da obsolescência programada? Qual é o significado último do que fazemos e por que fazemos? Como encontrar, se é que precisamos encontrar, a felicidade no cimo de uma sociedade que se caracteriza pelo hiperconsumo, excesso e pela descartabilidade?

**Palavras-chaves:** felicidade, sociedade de consumo, hiperconsumo, hipermodernidade, sentido de existência

### **Atividade: A arte do palhaço e a construção do Humor (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** A arte do palhaço e a construção do Humor

**Autor(es):** Francisco dos Santos Costa

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo estudar como um agente externo pode influenciar na expressão do humor. No caso deste o agente externo é o palhaço. Primeiramente, pensamos em estudar junto a alguma instituição que abrigasse essa prática. Procuramos instituições de ensino para palhaços. Porém, após o primeiro contato com um clown o trabalho tomou um novo rumo. O humor se manifesta de diversas maneiras, duas delas são o riso e o choro. Porém, qual a posição que temos em relação a esta expressão? Nem sempre rimos do que nos faria rir ou choramos do que nos faria chorar. Vivemos em meio a uma série de estímulos que sempre despertam em nós uma surpresa. Somos de alguma forma levados a rir e a chorar das situações. O inesperado, a repetição, o ridículo, o grotesco estão todos de alguma maneira introduzidos neste campo. O clown, herdeiro do bufão, da pantomima inglesa e da commedia

dell'arte, é um explorador do insólito. Com roupas extravagantes, que mostram a falta de compatibilidade de tamanho, combinação e arrumação em relação ao corpo e as próprias roupas, sapatos enormes, que marcam o jeito desajeitado de andar, uma maquiagem cobrindo o rosto ressaltando a boca, bochechas e olhos, e ainda um nariz inchado e vermelho utiliza disso tudo para explorar esse campo das manifestações do humor. Revela-nos que o grotesco, o ridículo são formas de fazer rir, são formas de trazer a tona esta expressão. Estes dois temas se unem nesta pesquisa. Juntos podemos tentar entender como se dá à atuação do palhaço no rir da platéia. O palhaço domina a platéia e a faz rir, mas como isso se dá? Como pessoas com vidas tão diferentes, histórias diferentes riem da mesma coisa? Essas questões movem este trabalho e desde já estaremos tentando entender como o clown controla a diligência e a faz passear pelos sentidos nos fazendo rir. Assim como se pode notar, no desenvolvimento deste trabalho, que trata das mudanças de humor, tomamos como objeto de estudo a figura do palhaço. Ao nosso ver o este personagem atua como um agente da mudança de paisagem, sendo responsável pelo riso. Em entrevistas que fizemos com palhaços encontramos alguns pontos em comum e algumas disparidades nos discursos destes. Isso nos possibilitou chegar a certas conclusões sobre como ser palhaço, nos dando certa direção sobre suas motivações, necessidades e propósitos. Tentaremos estruturar neste trabalho certos aspectos em três momentos diferentes. O primeiro trata da Perspectiva do Espectador, o segundo diz respeito à Perspectiva do Palhaço e o terceiro e último da Arte do Palhaço, com o intuito de relacionarmos premissas ditas nas entrevistas pelos próprios palhaços a certos aspectos teóricos desenvolvidos por nós, sobre as leituras de Bergson, Castaneda e Freud. E ainda sobre nossa própria experiência em fazer palhaço. Tentando assim relacionar as informações obtidas, com o nosso conceito de Arte do Palhaço, a fim de tentar descobrir como esse atua na construção do riso. Gostaríamos de ressaltar que este trabalho não pretende dizer a verdade sobre a arte do palhaço e a expressão do humor. Visa apenas pensar, juntamente com caminhos que foram se mostrando, uma maneira de se familiarizar com este mundo fantástico que é o mundo do Clown e quanto é impressionante a sua arte.

**Palavras-chaves:** Humor, Palhaço, Subjetividade

**Atividade: O processo grupal:  
(Experiências em Debate)**

**Trabalho:** O processo grupal: uma leitura das atividades sócio-educativas no

**Autor(es):** Rosemarie Gartner Tschiedel

**Resumo:** O trabalho desenvolvido na Ação Social da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS através do Programa Escolinhas Integradas – PEI, em parceria com o Instituto Ayrton Senna IAS/AUDI conta com atividades sócio-educativas, através do esporte, no contraturno escolar com a participação de crianças e adolescentes de 6 a 18 anos de idade do município de São Leopoldo-RS. O esporte é vivenciado como fenômeno social, histórico, cultural e coletivamente construído caracterizado por práticas interdisciplinares e um olhar/fazer transdisciplinar. Neste sentido abordamos como recorte do estágio curricular em Psicologia, a importância do trabalho grupal ao propor uma escuta que acompanha tanto as atividades dos acadêmicos que coordenam as oficinas, como as crianças e adolescentes, em um percurso que vai da heterogeneidade (diferenças) até a heterogênesse (diferir-se). Ao longo dos processos grupais observa-se que surgem inúmeros movimentos e situações que são inéditos e imprevisíveis, como: lidar com as perdas, carências, sofrimentos, violências vividas pelos jovens e que nem sempre se enquadram em esquemas teóricos pré-estabelecidos para que se estabeleça uma intervenção grupal. Deste modo, a perspectiva do paradigma da complexidade torna-se aporte para a compreensão de processos grupais. Além disso, a forma como cada pessoa vive esta subjetividade ocorre entre uma relação de opressão em que ela se modela e se submete àquilo que recebe e se deixa capturar pelo universo capitalístico e, uma relação de criação, onde o sujeito se reapropria daquilo que recebe e, neste caso acontece o processo de singularização. Ao reproduzir características mais universais e homogêneas, tem-se uma produção de subjetividade assujeitada. Quando, porém, se percebe a geração do novo, do original, estamos diante da possibilidade de uma produção de subjetividade mais livre, menos

assujeitada. Os espaços de intervenção referem-se a uma escuta do processo grupal que pode propiciar a fala, os afetos, as potencialidades daqueles que compõem o grupo/oficina, até então invisibilizadas pelo comportamento considerado transgressor. Ao compartilhar neste coletivo, diferentes posicionamentos e sentimentos oportunizam às crianças e adolescentes a construção de outra leitura sobre o que se passa nas atividades e com cada um e cada uma quando se relacionam, produzindo-se a heterogênesse, que é a produção de diferença. Portanto, entende-se que não é suficiente contar apenas com as diferenças e até mesmo com as diferentes Disciplinas, se este processo não é apropriado por este coletivo-grupo. Como exemplo, em algumas ocasiões faz-se necessário, mesmo em propostas como o esporte coletivo, acompanhar de forma mais individualizada e circunstancial, uma criança. Ou ainda, acolher a proposta das crianças que trazem novas idéias tanto contribuindo nas oficinas como no olhar que têm sobre o que está se passando com o grupo de colegas. Segundo Lourau (2004) quando se instalam possibilidades de conhecer e compreender seu próprio processo, encaminha-se a auto-gestão e os processos de singularização. Assim, a intervenção psi pretende fomentar o pensamento como afirmação das diferenças como ressalta Schöpke (2004), engajando-se nas práticas cotidianas, no sentido de fortalecer o exercício de contextualizar, planificar e refletir sobre as vivências, previstas na metodologia do PEI.

**Palavras-chaves:** processo grupal, atividade sócio-educativa, subjetividade

**Atividade: Evitando a dor de viver  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Evitando a dor de viver: o fenômeno da medicalização da vida

**Autor(es):** Thaís Coutinho de Castro, Alessandra Rael Pereira, Daniela Costa Rodrigues, Michelle Thieme de Carvalho Moura, Jurema Barros Dantas, Ariane Patricia Ewald

**Resumo:** Vivemos em uma sociedade onde o consumo de medicamentos não pára de crescer, a cada ano mais e mais drogas são lançadas no mercado, prometendo ser cada vez mais eficazes no combate a toda sorte de doenças. Dentre os medicamentos mais consumidos podemos destacar os psicofármacos, utilizados não só para o tratamento de transtornos psiquiátricos mas também como forma de evitar comportamentos considerados inadequados atualmente. Dentre esses podemos destacar o sofrimento psíquico. Embora a história das Ciências Humanas e da Medicina demonstre que sempre houve preocupação em elucidar e abrandar suas manifestações, podemos afirmar que nunca nos preocupamos tanto com a nossa saúde mental como fazemos atualmente, e não é apenas a saúde mental que nos preocupa, vivemos em constante busca por felicidade. E se essa busca é quase uma regra, a forma mais divulgada para se atingir a felicidade é através consumo. Vende-se felicidade nas formas mais variadas; carros, celulares, roupas, remédios, livros, dietas, quase tudo o que consumimos traz embutido a proposta de nos tornar pessoas mais felizes. As campanhas publicitárias passam a imagem de que quase todos os aspectos da nossa vida podem ser modificados através do consumo de algum produto. Neste contexto a indústria farmacêutica promete ajudar o homem a “viver melhor” não só cuidando de sua saúde, como também ajudando a aliviar as dores da existência. Podemos encontrar hoje uma grande variedade de medicamentos que promete dar conta de diversos problemas de ordem psíquica. O objetivo do presente trabalho é articular e discutir sobre como o ritmo de vida e o ideal de felicidade vigentes na sociedade de consumo vêm contribuindo para o uso indiscriminado de psicofármacos, como forma não só de tratar doenças, mas de evitar o sofrimento psíquico, principalmente a depressão. A idéia de que podemos encontrar um pouco de felicidade em cada loja na esquina de nossas casas é mais um motivo que faz com que, nos dias atuais a tristeza seja encarada como patologia, e não como parte de uma vida normal. A sociedade de consumo precisa de gente que esteja disposta a consumir, para isso é melhor que estejamos sempre bem dispostos, prontos a sair, trabalhar,

comprar, comer. O homem contemporâneo, quando se vê triste, desanimado, se sente excluído do contexto social e sai em busca de maneiras de se reintegrar. Mas, se por um lado, não há espaço para os deprimidos viverem como personagens atuantes na sociedade de consumo, por outro eles são um mercado consumidor bastante interessante. A busca por reinserção os leva a consumir produtos que os resgatem desta posição de excluídos, entre esses produtos podemos citar terapias, livros de auto-ajuda e psicofármacos. Neste contexto de cultura de evitação da dor e de uso indiscriminado de psicofármacos como forma de atingir esse objetivo, vem se configurando uma nova forma de relação do homem para com seu sofrimento. As paixões incontroláveis, podem ser agora controladas. Raiva, medo, ansiedade, angústia, todos esses sentimentos podem ser reduzidos e controlados. O homem atual não é mais obrigado a lidar com o sofrimento e, por esse motivo, acaba por desaprender a fazer isso. Nosso limite de tolerância com as alterações de humor e comportamento vem baixando consideravelmente. O exército de deprimidos não pára de crescer, mesmo porque qualquer sentimento de desânimo é facilmente rotulado como depressão, não nos é mais permitido ficar triste com o fim de um relacionamento, por saudade de um amigo que mora longe, porque alguém da família faleceu, quem dirá ficar triste sem saber o exato motivo. É preciso manter comportamentos socialmente aceitáveis, é preciso tentar se enquadrar no contexto da sociedade de consumo. Com o crescimento da medicalização temos visto que qualquer comportamento pode ser tratado como patologia, o termo depressão deixou de ser empregado apenas por profissionais de saúde e passou a ser usado, de forma banal, como se fosse um mero sinônimo de tristeza ou desânimo. É muito comum ouvir pessoas, de variadas idades e classes sociais, dizerem “acordei deprimido”, “fiquei deprimido” ou “estou deprê”. Da mesma forma como os termos médicos vêm sendo banalizados o uso de psicofármacos também, não é incomum conhecermos pessoas que fazem uso constante de antidepressivos, por exemplo, torna-se cada vez mais comum, inclusive, a medicação de crianças em idade escolar.

**Palavras-chaves:** medicalização da vida,sofrimento psíquico,psicofármacos,hipermodernidade,cultura do consumo

**Atividade:** CTI, que lugar é esse?  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:**CTI,que lugar é esse?Notas sobre psicanálise e hospital

**Autor(es):** Elizabeth Samuel Levy

**Resumo:** Partindo de meu percurso como psicanalista no campo clínico e institucional, sinto-me incitada a revelar um pouco das inquietações que me são fomentadas do escutar no divã, no leito ou de onde o sujeito falar, e da forma que puder.As indagações sobre a escuta do paciente internado em Centro de Tratamento Intensivo (CTI), viraram foco de meu interesse investigativo convertido em minha pesquisa de dissertação de mestrado, que trata do desamparo e do sofrimento psíquico do sujeito internado em CTI. No presente trabalho, faço considerações sobre o psicanalista no CTI, que escuta na urgência e emergência, trazendo a possibilidade de na transferência, dar “suporte” ao desamparo do paciente. Para ilustrar, apresentaremos por meio de estudo de caso, os atendimentos de pacientes internados no CTI. No hospital, existe um lugar destinado às urgências médicas no qual se internam pessoas gravemente enfermas do ponto de vista orgânico, para assistência intensiva e urgente, é o “Centro de Tratamento Intensivo” (CTI). Neste espaço, o tempo de rapidez dos profissionais de saúde e a tecnologia faz a diferença, numa tentativa de curar e ou recuperar o paciente que se encontra em situação de urgência orgânica. No CTI, os pacientes encontram-se internados geralmente em estado grave, debilitados, em coma, às vezes sedados ou impedidos de falar, pelo uso de respirador, alimentados por sondas e aparelhos. Separados da família, amigos, pertences pessoais, passa a ser um número ou uma patologia, veste-se com roupas do hospital, ou às vezes fica sem roupas, dependente inteiramente de alguém que possa vir ajudá-lo, alimentá-lo ou cuidar de algo que está impossibilitado de fazer sozinho. Todavia, é como se o indivíduo passasse por uma espécie de castração, sem suas referências e sem seus projetos e planos. Nesta situação a fantasia é fundamentalmente a de ameaça de perder a própria vida. Atender pacientes em situação de urgência e emergência requer uma escuta que tem um outro tempo, o do sujeito, daquele que

sofre por uma dor que ainda não sabe, pois está passando por ela. O psicanalista se apresenta e presencia com o paciente essa cena de desamparo, em que “sua vida está nas mãos do outro”, como ouvi de um paciente, após um procedimento médico no CTI.No hospital, na medida em que há um profissional que escuta a vida psíquica do paciente e de sua família, algo acontece. Um fenômeno que se instala através de um vínculo relacional, a transferência, pois a pessoa só fala para quem a escuta. Porém, no contexto hospitalar, em situação de urgência e em condições não analíticas leva-nos a pensar que a transferência se dá também de forma urgente. O analista então, oferece-se como alguém presente e testemunho desta dor e desamparo, naquele momento. O trabalho com esses pacientes quando lúcidos, mas às vezes sem poder falar, é o de criar a transferência pela presença física no dia a dia, lendo os sinais, possibilitando a escuta do paciente no seu tempo e na sua forma, numa relação que possibilite sustentar e suportar o discurso do outro, vivendo junto esse momento, e que vai depender muito de como cada um vai transformar seu sofrimento psíquico em experiência. Esse lugar deixa marcas, e é vivido de forma singular. Escutar é possibilitar ao enfermo buscar alternativas de reorganização interna, para que se sinta sujeito de sua própria vida e, que essa experiência, possa dar significado aos seus afetos, numa tentativa de sobrevivência e de restituição da dignidade humana.

**Palavras-chaves:** CTI,Psicanálise,Psicopatologia Fundamental,Transferência

**Atividade: A psicanálise e a hipótese da repressão sexual (Paineis)**

**Trabalho:**Psicanálise e a hipótese da repressão sexual

**Autor(es):** Clarissa Souza Magalhães,Clara Virginia de Queiroz Pinheiro

**Resumo:** A proposta do presente trabalho consiste em analisar o sentido do sexual característico da cultura ocidental moderna a partir da perspectiva genealógica de Michel Foucault, pondo em evidência o surgimento do saber psicanalítico e sua sustentação nas noções de sexualidade cultivadas nesta sociedade. Trata-se de um estudo teórico sobre a genealogia da sexualidade realizada por Foucault nas obras Os Anormais e História da Sexualidade I. Nosso ponto de partida é a tese foucaultiana da transformação do estatuto do sexual instaurada pelo cristianismo através da associação entre o procedimento da confissão e atividade sexual. A confissão engendra uma relação do indivíduo com o sexual desvinculada das regras sociais, estabelecendo uma ligação estreita entre a natureza orgânica do indivíduo e sua prática sexual. Assim, antes do surgimento do ritual da confissão os fiéis que pecavam contra a luxúria eram aqueles que infringiam os limites dentro dos quais o sexo poderia acontecer, qual seja, as relações matrimoniais. Desse modo o sexo dizia respeito ao ato em si e era apenas este ato praticado fora dos limites propostos que poderia ser motivo de penitência.Devido ao fato de que a confissão estava se tornando um ato aleatório, a Igreja Católica resolveu regularizar este processo e criar obrigações confessionais entre os fiéis. A partir do concílio de Trento não só a confissão passou a ser obrigatória e anual, como também a forma como este processo ocorria foi modificada. Deste momento em diante, inicia-se um processo de alteração do estatuto de sexual, de um aspecto relacional para uma lógica da carne pecadora. Agora, todo o corpo do indivíduo deveria ser percorrido por perguntas que abordassem os pensamentos, desejos e toques mais íntimos, mas que ao mesmo tempo não dessem nenhuma idéia ao penitente.Dessa forma o conceito de sexual no ocidente se dissolveu nos corpos das pessoas adquirindo um caráter difuso. A sociedade ocidental é banhada pela lógica da concupiscência cultivada durante o período medieval. A forma como se passou a percorrer todos os desejos e toques do corpo durante a confissão fez com que o eixo do sexual se deslocasse em nossa sociedade do ato para o desejo, atribuindo assim um caráter sexual aos mais diversos atos. Enquanto o sexo resumia-se anteriormente a relação sexual em si, após ser atrelado ao desejo, ele torna-se mais abrangente e todas as ações ou pensamentos que fossem embebidos de desejo deveriam ser devidamente relatados e não apenas a realização do sexo fora da norma matrimonial.O sexo que inicialmente era regido por leis que o tornavam permitido ou proibido, passou na cultura ocidental moderna a ser visto em termos de normal e patológico. A partir do século XVIII inicia-se uma forma de falatório a respeito da sexualidade situando-a no discurso médico e biológico. Dessa

maneira, ao invés de ser silenciada, a sexualidade na modernidade foi incitada a ser objeto dos discursos, sendo um deles a psicanálise. O trabalho, enfim, aborda as relações entre o saber psicanalítico e o sentido de sexual na sociedade ocidental. Ao contrário do que a própria psicanálise afirmou durante seu nascimento, Foucault posiciona este saber não como um libertador da repressão sexual que supostamente sofria a sociedade, mas como mais uma extensão do dispositivo da sexualidade cultivado no ocidente. Ao contrário dos outros saberes, este não posicionará as práticas sexuais em termos de normal e patológico, mas pensará o sexo a partir das leis familiares e do recalque. A psicanálise inaugura um discurso sobre o sexual tendo em vista os laços sociais e não o funcionamento orgânico do indivíduo. É em relação à lei do desejo, reguladora da sociedade, que determinadas práticas sexuais poderão ser interditadas. Porém, conforme a genealogia foucaultiana o saber psicanalítico dá continuidade ao modelo de sexualidade vivido no ocidente e não representa um rompimento com este, afinal possui como princípios básicos a lei e a repressão. Visto que de acordo com Foucault a psicanálise é mais uma extensão da sexualidade vivida no ocidente, visamos questionar o papel central em que este saber põe o recalque sexual. Por fim, podemos concluir que a mudança no estatuto de sexual ocorrida na sociedade ocidental serviu como pilar não apenas para a proliferação de discursos médicos e biológicos, baseados nas condutas sexuais dos indivíduos, mas também para o surgimento de um discurso que posicionou a repressão sexual num local central na constituição da neurose. E é justamente este local que aqui questionamos, uma vez que situamos a questão de saber em que medida a repressão é, de forma universal, constitutiva da sexualidade humana.

**Palavras-chaves:** Psicanálise, Foucault, Sexualidade

**Atividade: POR QUE SE PROCURA A LITERATURA DE AUTO-AJUDA?: UMA CARACTERIZAÇÃO DO FENÔMENO (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: POR QUE SE PROCURA A LITERATURA DE AUTO-AJUDA?: UMA CARACTERIZAÇÃO DO FENÔMENO**

**Autor(es):** Claudia Maria Tavares Saldanha, Graceane Coelho de Souza, Ludmilla Santos Souza, Renata Suéllen Nogueira Santos

**Resumo:** A literatura de auto-ajuda pode ser definida segundo Rüdiger, como um conjunto de relatos e de manuais que se constitui num veículo de subjetivação criado pela cultura, já que transmite aos seus leitores uma metodologia que ensina a descobrir dentro de si as respostas para os problemas da vida. Ela é parte de um fenômeno sócio-cultural ligado a uma concepção de homem livre e autônomo produzida pela modernidade, e sua crescente demanda, no mundo atual, relaciona-se a valores contemporâneos como individualismo, consumismo e transitoriedade. A auto-ajuda oferece aos leitores receitas pré-concebidas e generalistas, capazes de metamorfosear um sujeito inseguro e com problemas em uma pessoa com poderes para resolvê-los sozinha, desconsiderando as particularidades de cada um. A psicologia, por sua vez, investiga e busca conhecer o indivíduo inserido em seu contexto sócio-histórico, sendo esta a principal característica que a diferencia da auto-ajuda. Entretanto, o fato de os autores da auto-ajuda se apropriarem de conceitos teóricos e técnicos da ciência psicológica, criando uma pseudopsicologia, faz com que estas sejam associadas pelo senso comum. Seu crescimento, cada vez mais significativo na sociedade contemporânea, e a percepção dessa associação suscitaram uma investigação sobre o tema. Procurou-se, com a presente pesquisa, identificar os motivos apresentados pelos leitores como justificativa da procura pela literatura de auto-ajuda; buscar relações entre o perfil sociodemográfico e esses motivos; averiguar se os leitores consideram a literatura de auto-ajuda como medida substitutiva ao tratamento psicoterápico; e verificar nos motivos a presença de valores cultivados na sociedade contemporânea. Trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório e de natureza quantitativa e qualitativa, realizada através de um questionário disponível em um site na internet. Participaram 78 pessoas, sendo 56 do sexo feminino e 22 do sexo masculino, que se consideravam leitoras de auto-ajuda e freqüentavam o

site de relacionamentos Orkut. Os principais resultados encontrados apontam para uma busca de aspectos de natureza subjetiva, ou seja, os participantes apresentaram, de forma geral, como motivo para a procura pela literatura de auto-ajuda a tentativa de desenvolver aspectos intrínsecos a si mesmo, como autoconhecimento, auto-estima e motivação. Verifica-se, dessa forma, uma forte valorização da subjetividade e a crença na possibilidade de desenvolvimento dos recursos interiores. Estes demonstraram ainda, como motivos, a procura por dicas e conselhos para direcionar suas vidas e também uma tentativa de obter conhecimentos, principalmente a respeito do ser humano. Observaram-se também uma relação entre a psicologia e a literatura de auto-ajuda e a presença de valores cultivados na sociedade, como individualismo e transitoriedade, nos motivos indicados como justificativa da demanda pela referente literatura. Esse estudo demonstrou-se relevante por ser uma tentativa de contribuir para a construção de um conhecimento pouco estudado, principalmente pela psicologia, que deve estar atenta à evolução deste fenômeno.

**Palavras-chaves:** Literatura de Auto-Ajuda, Psicologia, Sociedade Contemporânea.

**Atividade: Pesquisa Qualitativa em Psicologia  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Pesquisa Qualitativa em Psicologia: desafios e alternativas

**Autor(es):** Leila Dupret

**Resumo:** O trabalho pretende evidenciar caminhos da pesquisa qualitativa cuja metodologia está fundamentada na perspectiva de Vygotsky (1996) no que se refere à sua base teórica, a qual sustenta-se em três princípios fundamentais: analisar processo e não objeto, isto é, ter como tarefa o reconhecimento da dinâmica dos constituintes da história do(s) sujeito(s) que se está investigando; diferenciar explicação de descrição, ou seja, desvelar a dinâmica-causal não se detendo apenas nas aparências mais comuns e nas relações lineares de causa-efeito; desprender-se do “comportamento fossilizado”, isto é, da manifestação de comportamento automatizado que por sua origem remota e inúmeras repetições, tornou-se mecanizado. A técnica utilizada para a operacionalização deste tipo pesquisa é a da construção de “Unidades de Sentido”, sugerida por Rey (1997), a qual permite realizar uma análise de conteúdo a partir de expressões dos sujeitos estudados, que integram um conjunto diverso de indicadores ou categorias reveladas no decorrer da própria investigação e pertencentes ao ambiente social no qual os participantes da pesquisa estão inseridos. No caso específico deste estudo, o campo delimitado para a investigação refere-se ao município de Nova Iguaçu, situado na Baixada Fluminense, que faz parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e possui mais de 200 mil habitantes com menos de 18 anos, conforme dados do IBGE de 2000. Estas pessoas estão inseridas em um contexto que possui características sociais importantes, pois revelam o cotidiano da Baixada Fluminense, definida por Alves (2003) a partir das relações entre a violência, o poder local e as esferas “supra locais” de poder, nas quais é possível identificar questões que prosseguem em debate. Diante deste cenário, destaca-se o processo de construção subjetiva do jovem em relação à busca de estratégias para resolver a “situação-problema” traduzida em sua inserção social e no reconhecimento de suas possibilidades produtivas e criativas. As concepções de Rey (2003) permitem delinear uma concepção de subjetividade que não prioriza o individual em detrimento do social, ou o social em detrimento do individual, mas enfatiza a interferência mútua de ambos no processo de construção subjetiva. O procedimento deste estudo, em caráter preliminar, foi realizado com estudantes de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental, de escolas públicas e particulares, de ambos os sexos, na faixa etária de 12 a 15 anos, pertencentes à comunidade local. As entrevistas foram abertas e tiveram como questão deflagradora a seguinte pergunta: - Se você fosse um pesquisador, que pergunta faria a um jovem da Baixada Fluminense? A partir das perguntas sugeridas pelos participantes da pesquisa foi possível agrupar suas inquietações nas seguintes categorias: desigualdade social, caracterização do lugar de moradia, opções de esporte e lazer, escolha profissional e participação em decisões sociais mais amplas. A análise de conteúdo do discurso dos jovens apontou para uma preocupação social e cultural, além da atenção à qualidade de vida. Deste modo, modelos estabelecidos previamente como características universais do jovem, dentre elas

a desorientação, a indolência, a indefinição, para citar alguns exemplos, devem sofrer um processo de reflexão no intuito de desfazer estereótipos.

**Palavras-chaves:** Metodologia, Contexto, Subjetividade

**Atividade:** A PSICOLOGIA NA CORDA BAMBA  
(Mesas Redondas)

**Trabalho:** A PSICOLOGIA, A VONTADE DE VERDADE E A DÓCIL FABRICAÇÃO DE  
SUBJETIVIDADES

**Autor(es):** Arthur Arruda Leal Ferreira, Antônio Leitão, Paloma Mendes Zidan, Eduardo Bazilio Gomes Correia

**Resumo:** Por que existem tantas orientações psicológicas, não concordando os psicólogos nem quanto à própria definição da psicologia? Quem se depara com a Psicologia não pode deixar de se perguntar por que ela possui tantas versões. Para tentar explicar esta pluralidade da Psicologia, lançamos mão do modelo de Máquinas de Múltiplas Capturas, segundo o qual o surgimento de uma versão psicológica é possibilitado a partir do cruzamento de conceitos e modelos científicos com práticas sociais. Estas práticas sociais, unidas pelo poder da verdade científica, retornam sobre os sujeitos, impondo-se a eles como sua verdade última. O objetivo deste trabalho é poder estudar empiricamente esta produção de subjetividades gerada pelo poder de verdade embutido nas práticas psicológicas. Para este estudo empírico, foram constituídos alguns questionários de sondagem. Com o primeiro questionário, pretendeu-se testar a concordância dos sujeitos, em função da posição do enunciador do discurso. No caso, a hipótese proposta era de que a enunciação de um grupo de três sentenças sobre a violência, variando através do proferimento de diversos personagens fictícios como religiosos, políticos e psicológicos, teria, perante estes últimos maior possibilidade de concordância. Já com segundo questionário tentou-se avaliar o grau de adesão a proposições de cunho psicológico, neurobiológico e esotérico na explicação de diversos temas, esperando-se uma maior adesão às primeiras. Isto, de duas formas: numa escolha exclusiva entre estas alternativas (forma A), e na atribuição de um grau a estas (forma B). Com o terceiro questionário, realizado à maneira da sondagem anterior, esboçou-se uma avaliação do grau de adesão a enunciados oriundos das principais orientações psicológicas (psicanálise, humanismo, behaviorismo e cognitivismo). Tais questionários foram submetidos ao comitê de ética em pesquisa da UFRJ e aplicados em estudantes do segundo grau, assim escolhidos por se encontrarem num período da formação sem qualquer especialização profissional, apesar de se esperar uma ampla difusão de experiências, práticas e conceitos psicológicos. Os estudantes, num total de 302 eram oriundos de quatro escolas do Estado do Rio de Janeiro, uma privada e três públicas, possuindo os mais variados perfis sócio-econômicos. Quanto aos resultados, na primeira sondagem, obteve-se uma preferência maior pelos enunciados pronunciados pelos psicólogos (40%) em contraposição aos religiosos (32%) e políticos (28%), mesmo que esta não fosse estatisticamente significativa no teste Qui-quadrado. Com relação à segunda sondagem, foi observada a predileção pelos enunciados psicológicos, tanto no formato A (48%), dado por escolha exclusiva, quanto no formato B (34%), por pontuação. Os enunciados neurobiológicos obtiveram no caso uma preferência menor (25% na forma A e 29% na forma B), ligeiramente superior aos esotéricos (22% na forma A e 29% na forma B). Os resultados foram estatisticamente significativos tanto na forma A (Qui-quadrado) quanto na forma B (análise variância). No caso da terceira sondagem, onde era testada a preferência por uma das quatro principais linhas psicológicas (humanismo, behaviorismo, psicanálise, cognitivismo) foi observado que, tanto na sondagem A quanto na B houveram diferenças pequenas, mas estatisticamente significativas na avaliação dos enunciados das diversas escolas psicológicas. No caso, as sentenças psicanalíticas obtiveram a predominância na forma A (29%), embora tenham-na cedida na forma B (25%) às cognitivistas. No caso, pode ser constatada uma certa desvalorização das sentenças humanistas (24% na forma A e 23,5% na forma B) e behavioristas (19% na forma A e 22,5% na forma B). Nestas



oscilações entre as formas A e B poderíamos entrever o embate destacado por Elizabeth Roudinesco entre a psicanálise e as ciências cognitivas na disputa pelo capital subjetivo. Talvez as primeiras ainda predominem perante a necessidade de escolhas imperiosas. Mas as ciências cognitivas parecem mais razoáveis no curso das nossas opiniões comuns. À guisa de conclusão, pode-se dizer que este estudo utilizou métodos e análises psicológicas dentro do quadrante da pesquisa quantitativa, supostamente mais rigorosa e objetiva, para trazer à cena a possibilidade de adesão prévia dos sujeitos ao discurso psicológico. O que traz à cena um impasse: ou tais métodos são por demais precisos revelando que os sujeitos possuem uma pré-disposição de adesão aos discursos psicológicos (e pondo em questão uma série de resultados desse tipo de pesquisa), ou tais métodos são falhos, uma vez que não conseguem contornar este viés da adesão prévia dos sujeitos. De uma forma ou de outra, como sugere Vinciane Despret, coloca-se em cena a “docilidade” dos sujeitos psicológicos dentro deste tipo de investigação. No entanto, esta pesquisa pode ser aperfeiçoada na direção de novas abordagens, solicitando dos sujeitos intervenções mais abertas, liberando não apenas a possibilidade de respostas mais livres, mas a própria colocação de novos problemas por parte dos sujeitos. Considerando estes cada vez menos como simples “sujeitos” e mais como co-experts. Pois, quanto mais ingênuos e puros os consideramos, mais paradoxalmente podemos extorquir subjetividades em nossos moldes.

**Palavras-chaves:** Produção de subjetividade, Política epistemológica, Pesquisa psicológica

**Trabalho:** CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CONCEITOS DE RECALCITRÂNCIA E DE PLASMA E SUA RELAÇÃO COM O CONCEITO DE NÃO DOMÍNIO NA OBRA DE BRUNO LATOUR

**Autor(es):** Ronald João Jacques Arendt

**Resumo:** “Atores se definem antes de tudo como obstáculos, escândalos, como aquilo que suspende o domínio, como aquilo que incomoda a dominação, como aquilo que interrompe o fechamento e a composição do coletivo” afirma Latour em seu livro “Políticas da Natureza”: “É pela noção de recalcitrância que convém principalmente definir sua ação”, continua o autor (p. 122). Em outros trabalhos o autor retoma o tema, argumentando que uma “epistemologia política normativa alternativa” deveria “buscar pela recalcitrância em humanos e não humanos”. Neste trabalho pretendo discutir o conceito de recalcitrância avaliando qual a medida deste “escândalo” e o que significaria o referido “incômodo” suscitado pelos atores. Porque deveríamos não evitá-los, mas buscá-los? Tendo mapeado o sentido que Latour dá ao referido conceito pretendo, num segundo momento, abordar um outro conceito provocativo que emerge ao final do seu texto mais recente intitulado “Mudar de Sociedade. Refazer a Sociologia”. Após sistematizar as bases da sociologia do ator-rede e propor uma concepção alternativa da sociedade e do conceito de social, o autor vem sublinhar um aspecto que ele mesmo considera surpreendente em seu projeto: trata-se da idéia de que a sociedade não dá conta de todos os acontecimentos. Se a topografia reticular e plana que ele buscou descrever em seu modelo estiver correta, o que existiria entre as malhas de um tal circuito? Um estado de não conexão, responde Latour, um plano de fundo ainda não formatado que ele chamará de plasma, uma realidade intersticial não feita de material social da qual saberíamos muito pouco. Para dar conta deste conceito Latour faz uso de um conjunto de metáforas: se o mundo social ocupasse o lugar de uma rede de metrô de uma cidade, o plasma seria todo o resto da cidade, todas as construções, todos os seus habitantes; o plasma seria como o campo, se considerássemos os recursos necessários para fazer viver uma cidade. O mundo não seria um continente sólido de fatos pontuado por alguns lagos de incerteza, mas um vasto oceano de incertezas semeado de algumas ilhas de formas calibradas e estabilizadas. Pretendo mostrar como ambos os conceitos de recalcitrância e plasma estão relacionados à concepção mais geral de não domínio na sociologia das ciências de Latour. O não domínio se faz presente quanto aos não humanos quando, por exemplo, contra todas as expectativas dos cientistas um laboratório explode. Mas como ficaria o não domínio no que tange aos humanos? No contexto do projeto de pesquisa que desenvolvo busco traduzir para a psicologia social as propostas da sociologia do ator-rede e penso ser legítimo descrever a ação dos atores humanos a partir da recalcitrância, do plasma e do não domínio. Estes conceitos poderiam contribuir para repensar não só a noção de sociedade, mas também a noção de indivíduo na psicologia social contemporânea. Uma série intrigante de perguntas de Latour ao comentar fenômenos que nos surpreendem frente ao tamanho de nossa ignorância abre esta

possibilidade: Por que armadas atemorizantes desaparecem em uma semana? Por que impérios inteiros - como o império soviético, se desfazem em alguns meses? Por que empreendimentos que se estendem sobre toda a superfície do globo entram em falência após a publicação de suas últimas previsões trimestrais? Por que as mesmas empresas passam em menos de um ano de uma situação alarmante a lucros enormes? Por que cidadãos tranqüilos se transformam multidões revolucionárias? Por que mornos agrupamentos de massa se tornam de repente assembleias alegres de cidadãos livres? Por que acontece de um indivíduo sem qualidades passar subitamente à ação após ter recebido alguma obscura informação? Como se faz que um músico linearmente acadêmico seja subitamente possuído pelo ritmo mais frenético? Vou argumentar que a resposta a tantos “porquês” envolve não só o conceito de plasma mas também o de recalitrância. Para isto vou me valer de uma análise do filósofo Alfred North Whitehead. Assim como para Latour o plasma estaria relacionado a uma realidade intersticial feita de material não social, para Whitehead a originalidade dos seres humanos – que eu associo à recalitrância, estaria relacionada ao que ele chama de “nexos não sociais”. Neste sentido os espaços intersticiais não sociais não estariam apenas do lado “de fora” da rede, mas também “dentro” dos elos que a compõem.

**Palavras-chaves:** Produção de subjetividade, Recalitrância, Plasma

**Trabalho:** O EQUILIBRISTA E A CORDA BAMBA: A PSICOLOGIA ENTRE O VER E O NÃO VER

**Autor(es):** Márcia Moraes

**Resumo:** A antropologia simétrica, proposta na atualidade por Bruno Latour, John Law e outros autores, tem sido por nós utilizada como ferramenta nas intervenções que realizamos com um grupo de jovens deficientes visuais regularmente matriculados na escola do Instituto Benjamin Constant, uma instituição situada no Rio de Janeiro e que é centro de referência nacional no que diz respeito às ações voltadas para a cidadania, saúde e a educação da pessoa com deficiência visual. Nosso trabalho com os jovens deficientes visuais visa investigar os modos de conhecer sem o ver. A cognição tem sido investigada de modo recorrente por diferentes versões de psicologia. No entanto, apesar da diversidade que marca as pesquisas em psicologia neste campo, como em outros, verificamos alguns eixos recorrentes: a) o predomínio do ver como fonte e origem do conhecer, b) no caso específico das pesquisas sobre deficiência visual temos verificado dois pontos relevantes – b.1) a utilização do método experimental e b.2) o enfoque comparativo, isto é, aquele que investiga a cegueira em comparação com a vidência, isto é, a capacidade de ver. Neste último caso, abre-se uma linha de pesquisa que acaba por considerar a cegueira como um déficit, uma falha ou uma falta. Seguindo algumas contribuições da antropologia simétrica temos orientado nossa pesquisa numa direção teórico-prática que se afasta das linhas acima mencionadas. Nosso objetivo é investigar o conhecer sem o ver buscando unidades de medida imanentes ao grupo pesquisado, isto é, perguntamos de que modo aquele grupo de jovens - com suas singularidades - constrói o conhecimento sobre si e sobre o mundo. Nosso desafio tem sido o de intervir no grupo, situando nossa intervenção entre o ver e o não ver. Perguntamos: que dispositivos podemos engendrar para produzir efeitos cognitivos entre jovens deficientes visuais? Como intervir naquele grupo sem partir dos referenciais videntes? Consideramos a cognição como um efeito de conexões entre atores heterogêneos. Cognição coletiva e híbrida que articula humanos e não humanos, que implica em afetar e ser afetado por elementos tão díspares quanto um elástico, um papel, um colega. Neste sentido, o trabalho de campo consiste em criar dispositivos que coloquem em cena tais conexões. A noção de dispositivo é proposta por Despret e se define como aquilo que oferece a oportunidade de existência para um fenômeno. Assim, definimos o trabalho de campo como um dispositivo que engendra efeitos cognitivos que não estavam anteriormente dados. O trabalho de campo é realizado através de “Oficinas de Expressão Corporal” com um grupo de 15 pessoas com idades entre 9 e 16 anos e com diferentes condições visuais. Os encontros acontecem uma vez por semana, cada um com duração de duas horas. As ações que executamos são organizadas a partir das demandas do grupo que nos levam a explorar diferentes dimensões do mundo a partir da experimentação corporal e sensorial com os mais diversos objetos. Assim, foi possível produzir um mundo elástico criando um coletivo elástico que articulava pessoas,

elásticos de diversas espessuras e resistências, movimentos, danças. Nossas intervenções seguem os efeitos, os fluxos que as conexões produzem. Consideramos que o conhecimento que produzimos acerca do que é o conhecer sem o ver é negociado com o grupo, pactuado de modo imanente. Há um vetor de incerteza em cada uma de nossas intervenções, em cada uma das ações que executamos. No sentido da epistemologia do afetar e ser afetado, proposta por Despret, consideramos que no dispositivo das Oficinas nem todas as ações produzem articulações. As ações mal-sucedidas, isto é, aquelas com as quais os jovens deficientes visuais não se articulam, são para nós pistas que nos indicam caminhos para formularmos novas ações, novas perguntas ao grupo. Desse modo, o dispositivo é um cenário que articula e inventa o sujeito e objeto do conhecimento. Ambos, sujeito e objeto, são efeitos do dispositivo. Conhecer é, portanto, arriscar-se a não formular as boas perguntas. Tais considerações nos levam a refletir sobre as dimensões éticas, estéticas e políticas da pesquisa. Éticas – no sentido de uma ética da imanência, uma ética que segue os modos de conhecer próprios dos jovens deficientes visuais. Estética – porque consideramos que nossas intervenções produzem efeitos diversos, inventam um mundo cognitivo a partir das boas articulações entre humanos e não humanos. Políticas – porque conhecer é negociar, articular atores heterogêneos. Com estas reflexões somos levados a refletir sobre os modos de intervir entre o ver e o não ver, modos de intervir imanentes ao grupo. Somos ainda levados a perguntar pelo papel da psicologia numa escola especial para a educação de cegos

**Palavras-chaves:** Produção de subjetividade, Dispositivo, Cognição

**Atividade: Psicologia, subjetividade e individualismo: a invenção do psicológico na dicotomia Sujeito/Objeto (Paineis)**

**Trabalho:** Psicologia, subjetividade e individualismo: a invenção do psicológico na dicotomia Sujeito/Objeto

**Autor(es):** Charles Elias Lang, Jefferson de Souza Bernardes, Luciana Carla Lopes de Andrade, Débora de Siqueira Araujo, Francisco Rafael Barbosa Caselli

**Resumo:** A Psicologia entre a filosofia da subjetividade e a filosofia da linguagem: O trabalho que propomos é fruto de uma pesquisa que vem sendo realizada no curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, da qual fazem parte professores, bolsistas e colaboradores. A pesquisa tem como objetivo reconstruir o percurso que chegou à elaboração de um projeto de psicologia científica, cujo ideal é o de aproximar-se ao máximo do modelo científico da Física e do uso da linguagem matemática. Tal projeto acha-se esboçado nas raízes da psicologia nos laboratórios das universidades alemãs do século XIX. A partir da reconstrução desse percurso e daquilo que temos chamado de "modelos prototípicos da subjetividade", ou seja, da subjetividade tal qual desenhada pela filosofia dualista de Descartes, pela monadologia de Leibniz e pela filosofia crítica de Kant, pretendemos interpretar a idéia de uma subjetividade internalizada no indivíduo na qual ocorrem processos e fenômenos psicológicos. Tal subjetividade, habitada em seu "interior" por processos e fenômenos psicológicos, pouco acessíveis, a não ser pela via do "método científico". Cria-se, desta maneira uma dicotomia entre um mundo interno e um mundo externo. A Filosofia do Sujeito, ou Filosofia da Subjetividade, apresenta, portanto, a crença de um sujeito (indivíduo) como ponto de partida para pensar a própria psicologia. Em seguida pretendemos repensar a psicologia científica, e os processos psicológicos, a partir da abertura de uma via que permita pensar a intersubjetividade e a alteridade com base na chamada "Virada Lingüística". É essa via que poderá nos permitir pensar a psicologia não mais no modelo das ciências físicas e naturais, mas a psicologia a partir das ciências da linguagem. Aqui, a base para sustentação da psicologia não é mais a Filosofia da Subjetividade (ou do Sujeito), mas a Filosofia da Linguagem. É esse o ponto central que nossa investigação pretende atingir, ou seja, em que medida o modelo proposto pela filosofia da subjetividade condena a psicologia aos limites do

individualismo da modernidade e à culpabilização/vitimização subjetiva, e em que medida é possível repensar o próprio sujeito não mais como o agente, mas como o efeito de determinadas configurações socialmente produzidas a partir da linguagem. A conclusão que pretendemos por em relevo é a de que as filosofias da subjetividade permitiram que aporias como as dualidades indivíduo/sociedade, sujeito/objeto, interno/externo levassem a psicologia contemporânea a impasses epistemológicos insolúveis; e que esses impasses podem ser repensados a partir de uma perspectiva ética profícua, em que a intersubjetividade torna-se o elemento principal. Compreendemos que, a partir daí, a ética ganha relevo para configuração do saber. A legitimação dos saberes é processada por cânones éticos e não reduzidos à dimensão epistemológica. Obviamente, não se trata da ética enquanto código deontológico, mas a ética dialogada, intersubjetiva.

**Palavras-chaves:** Processos psicológicos, Modelos prototípicos, Filosofia do sujeito, Filosofia da linguagem

**Atividade: Os motivos da prática da tatuagem na cidade de Aracaju-SE (Paineis)**

**Trabalho:** Os motivos da prática da tatuagem na cidade de Aracaju-SE

**Autor(es):** Verona Dias Rodrigues

**Resumo:** Nesta pesquisa foi realizado um estudo exploratório sobre os motivos de se fazer tatuagem, a partir de entrevistas realizadas com doze sujeitos escolhidos aleatoriamente, na cidade de Aracaju, SE, Brasil. A questão investigada foi a motivação que conduz as pessoas a se tatuarem, compreendida através da visão da psicologia, embora não haja uma vasta bibliografia específica sobre o assunto. O método utilizado foi a pesquisa qualitativa. Os tópicos desenvolvidos foram: a visão psicanalítica do corpo, revisando a bibliografia de Costa; a identidade; a representação de um ideal; o histórico da tatuagem; a tipologia da tatuagem; o sentido de homenagem; a busca do diferencial; e a necessidade de tatuar-se. A análise dos dados nos permitiu estabelecer uma relação entre a teoria explanada sobre o assunto e a prática, de acordo com os sujeitos entrevistados. A leitura final desse estudo nos deixou uma reflexão sobre o ato de tatuar-se em busca de uma diferenciação: Se tatuar para se diferenciar é sair de um grupo, o dos "não tatuados", e entrar em outro, o dos "tatuados", a busca por diferenciação pode ser uma ilusão. O motivo de prestígio de tatuar-se é entendido como responsável pelos comportamentos de obtenção e manutenção da aprovação, estima e reconhecimento. Na psicanálise, existe o "corpo simbólico", atravessado pela linguagem, o corpo da representação, com representação no psiquismo, onde a pulsão está representada, sem entretanto aparecer de forma direta. Se algo se encontra representado em algum lugar, em outro lugar tem que existir o original, esse outro registro, não representável, é o corpo pulsional, o corpo da pulsão em estado bruto. Da articulação destes dois registros, surge o terceiro que se chama "corpo imaginário", já que se trata de uma imagem. Neste corpo criado como um efeito de superfície é que se constituem os sintomas como expressão de um sentido, sentido que este "corpo erógeno" sempre manifesta como articulação do pulsional (real) com a linguagem (simbólico). Quando um acontecimento ligado à dor ou emoção irrompe em uma história singular, a construção que o sujeito fará dessa ocorrência dependerá não só da conexão particular entre corpo e psique, mas também da resposta que sua dor ou emoção gerem no outro. Emoção e dor vão formando sucessivas representações do corpo, que se articularão com as motivações inconscientes, e juntas decidirão sobre a eleição da causa à qual o sujeito vai atribuir o sentido histórico dos acontecimentos de sua vida. A identidade de um sujeito será então essa história que ele mesmo escreve, na qual fala de seu corpo. A história do sujeito é a história das marcas relacionadas de dor e emoção em seu corpo, esta é sua identidade.

**Palavras-chaves:** tatuagem, corpo, subjetividade, identidade

**Atividade: Ética, Psicologia e Produção de Subjetividade (Temas em Debate)**

**Trabalho:** OS RISCOS DA REFORMA PSIQUIÁTRICA - O EXCLAUSURAMENTO E O NÃO-LUGAR DA LOUCURA DESFILADA.

**Autor(es):** Arthur Arruda Leal Ferreira

**Resumo:** No Brasil são notórios os avanços obtidos pelos movimentos anti-manicomial e da reforma psiquiátrica nas duas últimas décadas, coroados pela lei Paulo Delgado (projeto de Lei 10.216). No entanto, podemos nos indagar se nos encontramos na total superação dos mecanismos disciplinares presentes nas diversas formas asilares de enclausuramento da loucura, e se nos encontraríamos em um momento triunfal coroado pelo acolhimento da loucura na nossa experiência cotidiana. Novos aparatos como hospitais-dia, NAPS e CAPS, marcados por internações rápidas associadas ao encaminhamento familiar e à constituição de residências terapêuticas estariam livrando a loucura do subjulgo da razão médica e do exclauseramento, ou instituindo novas formas de controle? No caso da segunda opção, quais seriam estes mecanismos de controle? Um possível resposta poderia ser encontrada na passagem das sociedades disciplinares para as sociedades de controle, apontada por Gilles Deleuze. Neste aspecto, a passagem das diversas formas de tratamento fechado ao tratamento aberto da loucura poderia representar a passagem de um controle institucional fechado a um controle aberto. É desta forma que numa lógica liberal crítica a qualquer excesso de governamentalidade e controle, os loucos, os doentes e outros outrora tutelados e assistidos pelo estado são agora conduzidos à gestão dos seus próprios riscos: o controle e a gestão da loucura neste aspecto passariam do domínio estatal para o domínio familiar e privado. Este encaminhamento, mais do que um final feliz na dissipação das formas clássicas de dominação da loucura pode representar a realimentação de um ciclo institucional que pode trazer duas possíveis consequências: 1) O apelo às clínicas privadas, ainda em pleno funcionamento, no caso das famílias com maior renda; e 2) A dificuldade de absorção daqueles desfilados em relação às redes tradicionais de relações privadas (como a familiar ou comunitária). Ou seja, é necessário se avaliar os dispositivos da reforma nos interstícios da paisagem urbana contemporânea e das suas relações de sociabilidade e força. Nesse caso, é preciso avançar para além de conceitos tradicionais da reforma como território e se compreender as novas fronteiras que se estabelecem no território urbano. Uma possível chave é sugerida por Paul Virilio, que sugere uma distinção cada vez maior entre os neo-sedentários e os neo-nômades. Os primeiros, claramente os cidadãos-consumidores, estariam em casa em qualquer lugar com seus carros, celulares, laptops, cartões-de-crédito e i-pods. Os segundos, à margem do universo do consumo, jamais estariam em casa, mesmo nas suas residências provisórias. Neste universo urbano em que o consumo se superpõe e supera cada vez mais a antiga experiência da cidadania, os que se encontram fora deste circuito se aproximam do que Giorgio Agambem pôde definir como “vida nua”. Como este processo de exclusão se produz no espaço externo das cidades grades, no exterior dos muros das casas, praças e prédios, ele pode ser denominado: o grande exclauseramento. Movimento que faz com que os loucos, especialmente os desfilados das redes tradicionais de sociabilidade, possam reencontrar alguns parceiros clássicos da grande internação produzida em meados do século XVII: mendigos, prostitutas, doentes venéreos, libertinos, etc. A guisa de conclusão, torna-se necessário pensar em outras formas de trabalho com estas formas nômades de loucura, que não seja o reforço circular de sua desfiliação. Pois a contra-parte da reforma psiquiátrica, que seria o “enlouquecimento” da experiência coletiva urbana, apto a acolher a loucura, sinalizado por Felix Guattari, não se cumpriu. Pelo contrário; triunfa no espaço urbano a racionalidade administrativa, coroada pela gestão dos riscos, enquanto responsabilidade de cada um e de todos. Sem espaço para qualquer outra experiência que nos coloque à distância dos papéis de empreendedores e consumidores.

**Palavras-chaves:** Produção de Subjetividade, Reforma Psiquiátrica, Exclauseramento

**Trabalho:** Análise Institucional, genealogia foucaultiana e conceito de instituição

**Autor(es):** Heliana de Barros Conde Rodrigues

**Resumo:** Há cerca de trinta anos, certos professores e demais ‘formadores’ vêm recorrendo ao conceito de instituição a fim de promover deslocamentos ou derivas quanto aos procedimentos

hegemônicos presentes na formação de psicólogos em nosso país; ditos positivistas, individualistas, intimistas, naturalizadores, essencialistas, anacrônicos, etnocêntricos etc, conforme a ênfase privilegiada a cada momento. Nesta linha, a Análise Institucional de procedência francesa, associada aos nomes de Lapassade, Lourau, Deleuze e Guattari, tem sido um dos paradigmas a alcançar alguma relevância na vertente 'crítica' da formação, por mais que sua difusão/penetração ainda se limite a alguns poucos docentes na graduação; geralmente ligados a disciplinas que versam sobre grupos, educação e saúde (ou saúde mental); e a raros programas de pós-graduação; em que certas linhas de pesquisa exibem o título 'instituições' como marca distintiva de uma almejada 'diferença'. O presente trabalho, desencadeado por afirmações de Michel Foucault no curso "O Poder Psiquiátrico", ministrado em 1973-1974 no Collège de France e publicado no Brasil em 2006, pretende matizar as reflexões preexistentes sobre o conceito de instituição e seus alegados efeitos transformadores sobre a formação/atuação dos psicólogos. No curso mencionado, para surpresa de alguns, Foucault repudia o conceito de instituição, dizendo-o pouco satisfatório por necessariamente subsumir certa organização-forma, a qual pressuporia como já dados indivíduos, coletividade e regras a vincular esses dois elementos; característica que tornaria o conceito facilmente integrável por especialismos psicológicos e/ou sociológicos de todos os matizes. Ressaltando que "a instituição neutraliza as relações de força ou só as faz atuar no espaço que ela define", Foucault opta, alternativamente, pelo conceito de poder, capaz, a seu ver, de tornar visíveis exatamente essas relações de força, produtoras da própria emergência das regras e da consequente constituição de certos 'indivíduos' e de determinadas 'coletividades'. Com base nessas considerações foucaultianas e em uma exploração bibliográfica de uma série de definições de instituição formuladas pelos analistas institucionais franceses, o trabalho aqui proposto visa a apreender os efeitos diferenciais que a adoção de conceituações específicas pode exercer sobre a formação e atuação dos psicólogos. Neste intuito, estabelece-se uma comparação entre as idéias de Foucault (brevemente transcritas acima), Deleuze (igualmente reticente quanto à importância do conceito em pauta) e Lourau (um radical defensor do mesmo), dando um destaque especial, contudo, como uma espécie de mediador, às concepções de Cornelius Castoriadis, apresentadas no livro "A instituição imaginária da sociedade", originalmente datado de 1975; capazes de instaurar, em nossa perspectiva, no que tange ao conceito de 'instituição', um sentido 'ativo', 'produtivo', em lugar de meramente 'reprodutor' de elementos previamente admitidos e, por consequência, naturalizados ou não problematizados. A despeito de fundado em uma pesquisa bibliográfica, cumpre ressaltar que o presente trabalho não possui caráter teoricista: em lugar da fixação de um 'sentido correto' para o termo 'instituição', aspira-se a favorecer uma reflexão crítica sobre os diferentes modos de funcionamento dessa ferramenta conceitual nas práticas dos psicólogos. No entanto, sem pretensões de neutralidade, tem-se por intuito fortalecer um uso que incorpore o caráter de desconstrução/invenção associável ao conceito de instituição; o que o tornaria virtualmente apto a tornar visíveis as implicações dos agentes 'psi' na própria constituição dos campos que investigam e/ou sobre os quais intervêm, inclusive (ou mesmo especialmente) a tão enfatizada 'subjetividade', da qual seríamos, para o bem e para o mal, os especialistas reconhecidos.

**Palavras-chaves:** Análise Institucional, Produção de Subjetividade, Práticas Psi

**Trabalho:** Ciência, política e subjetividade: a perspectiva crítica em psicologia

**Autor(es):** Simone Huning

**Resumo:** O ponto de partida desta reflexão situa-se na compreensão da estreita relação da Psicologia (Ciência) com o campo político. A explicitação das relações entre estes dois planos muitas vezes refutados pela academia, pode ser encontrada nos trabalhos de Michel Foucault, Bruno Latour e Nikolas Rose entre outros, que compartilham uma preocupação e um comprometimento com a discussão do estatuto ético e político das ciências. Neste trabalho busca-se apresentar as contribuições deste último autor para uma perspectiva crítica em psicologia em suas conexões com a esfera social. De acordo com Nikolas Rose, a psicologia assumiu, desde o século XIX, uma unidade pedagógica e institucional e estabeleceu uma série de ligações com outros discursos, como a criminologia, a filosofia política, a estatística, a

pedagogia, a medicina e a psiquiatria promovendo e participando com novos tipos de reflexão sobre as pessoas e seus mundos. Nos forneceu conceitos, regras e categorias pelos quais nos descrevemos e compreendemos, que nos produzem e colocam em determinadas posições de sujeito. Essa capacidade de dispersão e capilarização nos mais diversos domínios, é o que dá poder à psicologia, mesmo que está constantemente seja acusada de fragilidade epistemológica ou de falta de unidade. As questões que ela abarca emergem de projetos institucionais, tais como reforma, punição, gerenciamento, pedagogia. É assim que Rose conecta a psicologia como uma “forma de ação sobre o mundo”, destacando três aspectos da técnica psicológica, o que ele chama de três dimensões das relações entre psicologia, poder e subjetividade: “primeiro, uma transformação nas razões e programas de governo; segundo, uma transformação na legitimidade da autoridade; e terceiro, uma transformação na ética”. A primeira, o governo, diz respeito à vinculação do conhecimento da subjetividade com as técnicas de governo da conduta. A segunda refere-se à produção de “novas autoridades sociais” responsáveis pelo gerenciamento da subjetividade, bem como a constituição de novos objetos, problemas concernentes a estas autoridades e a transformação de sistemas de autoridade já existentes. A autoridade relaciona-se, portanto, à regulação da conduta. Por fim, a dimensão ética, corresponde à construção de um projeto do eu, pelos modos de falar de si e de sua própria conduta, de julgar e avaliar sua existência, de dar sentido a si mesmo. Envolve ainda tecnologias do eu, modelos de auto-reflexão, auto-conhecimento e auto-exame, bem como estratégias de acessar o eu, linguagens para avaliá-lo, diagnosticá-lo e técnicas de cura. A partir destas considerações, o autor propõe uma perspectiva que chama de “história crítica da psicologia”, buscando distingui-la de outras duas formas de se fazer a história da psicologia: a recorrente e a elaborada pelas críticas sociológicas. Nesta terceira alternativa, as relações entre o psicológico, o social e a subjetividade também concernem a relações de poder. No entanto, a psicologia não é tomada aqui meramente como um sintoma destas relações, nem o poder em termos instrumentalista ou negativo. Ao contrário, entendendo poder a partir da produção foucaultiana, trata-se de analisar os efeitos de poder que ela torna possível. Na proposta de uma história crítica da psicologia, são postos em cena tanto a dimensão “social” dos processos de construção de verdade quanto o fato de que a psicologia constitui seu objeto no processo de conhecê-lo.

**Palavras-chaves:** Ciência, Política, Produção de Subjetividade

**Trabalho:** CRIMINOLOGIA E PSICOLOGIA: ÉTICA, ENSINO E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE

**Autor(es):** Pedro Paulo Gastalho de Bicalho

**Resumo:** A tarefa que habitualmente se espera da Psicologia na área criminal é a de psicologizar (no sentido de humanizar) a atuação do detento e oferecer resultados, desvelando assim uma determinada ‘essência’ do sujeito, em favor do desenvolvimento de técnicas de gerenciamento – e ‘amansamento’ - das relações. Mas a Criminologia é só um exemplo. Assim também é na escola, no trabalho e em outras esferas da justiça. Discursos que têm o poder de marcar, estigmatizar e matar o outro, pela força e presença de uma certa perspectiva epistemológica de corte positivista, que insiste em um projeto objetivista, asséptico, neutro, inodoro e incolor para a Psicologia, cujas demandas são endereçadas a intervir e resolver problemas de desajustamento em situações definidas como problemas, ou a emitir pareceres técnicos e laudos sobre ‘perfis psicológicos’. A Psicologia, hegemonicamente, tem se constituído como ferramenta de adequação e ajustamento intimizado, universal, natural e a-histórico, não se colocando, assim, a questão que se refere a práticas datadas historicamente, instituindo modelos de ser e de estar no mundo segundo padrões de normalidade produzidos como únicos e verdadeiros, inferiorizando e desqualificando os lugares ocupados pelos chamados diferentes, anormais, perigosos, desvinculando-os dos seus contextos sócio-histórico-político-sociais, tornando-os não-humanos. A estes seria endereçado um constante monitoramento, vigilância e tutela. A presença da disciplina Criminologia nos cursos de Psicologia, quando existe, ainda é marcada pela abordagem positivista que reduz o trabalho do psicólogo à participação nas Comissões Técnicas de Classificação e na aplicação do então chamado exame criminológico. A criminologia positivista procura entender as causas dos fenômenos criminosos, através da inferência de relações de causalidade, matematizações e medições, apoiada nas abordagens

antropométrica (Lombroso) e sociológica (Ferri). Deste modo, o exame criminológico surge como prática capaz de desvelar subjetividades e, a partir do diagnóstico de psicopatia, a Psicologia passa a interferir na execução da pena, sem no entanto, colocar em questão a suposta natureza e a construção da idéia de crime e de criminoso. Que efeitos têm sido produzidos em nosso cotidiano? Que sujeitos, saberes e objetos – os quais não existem em si – estamos o tempo todo produzindo? É preciso colocar em análise nossas práticas, discutindo que psicólogos estamos produzindo e que saberes estamos perpetuando como professores. Recuso, aqui, a perspectiva que incompatibiliza psicologia e política, um tipo hegemônico de racionalidade que impõe a oposição dicotômica entre teoria e prática, ciência e ideologia. Penso como Lobo (2002): “as teorias são nada mais que instrumentos de intervenção que se chocam contra ou meramente reforçam pontos de poder. Se se chocam, elas são na realidade o efeito localizado das lutas, funcionam como instrumentos de combate, de desmontagem das máquinas instituídas” (p.15) Habitualmente, intervir como psicólogo pressupõe analisar um território individual, interiorizado ou, no máximo, circunscrito a relações interpessoais, transferindo as produções políticas, sociais e econômicas ao campo de estudos de um ‘outro especialista’. ‘São exteriores à realidade psíquica’, talvez seja esse o argumento. Tentar percorrer outros caminhos e recusar esse destino, lançando mão de uma ‘caixa de ferramentas’ teórico-conceitual foi (é) o desafio. Recusar o lugar de ‘ortopedista social’ (Coimbra e Neves, 2002), com seus saberes prontos em planejamentos metodológicos assépticos, mesmo sabendo que inúmeras vezes fomos (somos) capturados pelo enfoque positivista. É preciso, enfim, pôr em questão nossas implicações: que lugar eu ocupo como especialista? Não é negar o lugar de saber-poder, é assumi-lo, pondo-o o tempo todo em análise, pensando que práticas e lugares são esses que, como psicólogos, somos convidados a ocupar. O que fazemos quando ocupamos o lugar de professores? O que significa atravessar a formação em psicologia com discussões sobre criminologia, direitos humanos e a emergência das ‘classes perigosas’? Que efeitos são produzidos quando colocamos em análise a idéia de crime, através de sua proveniência, saberes, diferentes confrontos e produções? O que significa apresentar a perspectiva positivista ao mesmo tempo em que se discute a genealogia foucaultiana com suas produções de saberes, poderes e as relações de força que constroem um determinado modo de fazer criminologia? Com que ética estamos articulados e quais subjetividades estamos produzindo? É preciso adquirir a clareza de que nosso trabalho profissional é também um trabalho político, nunca isento nem neutro. Nossa prática profissional envolve uma concepção de mundo, de sociedade, de homem, de humano, exigindo um posicionamento sobre a finalidade da intervenção que fazemos, a qual envolve a certeza de que nossas práticas têm sempre efeitos, exigindo que tomemos, portanto, posições.

**Palavras-chaves:** Criminologia, Psicologia, Ética, Produção de Subjetividade

**Atividade: Genealogia da problemática psicológica (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** A constituição do psicológico a partir da arqueologia foucaultiana

**Autor(es):** Clara Virginia de Queiroz Pinheiro, Natália Soares Rios

**Resumo:** O objetivo do presente trabalho é estudar a constituição e a especificidade do psicológico a partir da arqueologia foucaultiana das ciências humanas realizada no livro *As palavras e as coisas*. Trata-se de investigar a configuração de um domínio de questionamentos sobre o homem, em relação ao qual se instituí discursos sobre a subjetividade. Partimos da tese foucaultiana sobre a idéia de finitude humana constitutiva de um campo de reflexão chamado por ele de antropologia-humanista. Em seguida, examinamos as categorias características das ciências humanas e a posição da psicologia. A tematização da finitude constitui a condição de possibilidade do nascimento das ciências humanas, portanto, do aparecimento de uma psicologia. Em outros termos, as ciências humanas surgem na Modernidade com a constituição de uma forma cultural em que o homem só pode pensar e ser pensado em sua condição de ser natural, social e linguageiro; ou seja, o homem aparece na Modernidade como sujeito e objeto do conhecimento possível. A finitude humana vem à luz nas ciências empíricas, uma vez que, com



as noções de vida, trabalho e linguagem, o homem aparece como ser natural, dominado pelas leis da natureza, e como ser histórico, enredado pelos vínculos sociais. Tal forma de conhecimento implica a investigação acerca das possibilidades e limites do homem na medida em que pesquisa as condições da vida, do trabalho e da linguagem. Por outro lado, essa forma de apreensão de si mesmo como coisa empírica implica o homem como fundamento de tal experiência, uma vez que formula os conceitos de vida, trabalho e linguagem como princípios explicativos de tal realidade. O questionamento sobre os fundamentos das ciências empíricas aponta para uma interrogação acerca do sujeito do conhecimento, i. é, das condições de sua racionalidade, instituindo, assim, um campo de reflexão definido como analítica da finitude. Esse modo de questionamento sobre as possibilidades do sujeito conhecer surge com a filosofia kantiana, mas se especifica, na medida em que essa questão aponta para o indivíduo empírico, configurando-se como uma indagação respeitante aos limites da consciência. Na compreensão foucaultiana as ciências humanas demarcam um lugar no contexto do saber moderno que não se confunde com a filosofia nem com as ciências empíricas, mas que se situa entre os dois saberes. Mais precisamente, podemos dizer que, o campo das ciências humanas constitui-se na medida em que se deslocam para o lado da analítica da finitude os objetos das ciências empíricas. Por isso, dizer que a dupla tomada de posição do homem na Modernidade é o a priori necessário e constituinte das ciências humanas é denunciador da ausência de um campo epistemológico autônomo. Com efeito, as ciências humanas dependem da configuração desse duplo modo de ser do homem, na medida em que essa condição ambígua abre espaço para um domínio exclusivo de questionamentos sobre o humano, que não diz respeito àquilo que ele é, mas à representação que ele se faz sobre o que ele é. Assim, as ciências humanas vão tomar como fundamentais duas referências, quais sejam: a noção de homem, sua condição de sujeito e objeto, e a idéia de representação. O conceito de homem é posto a ressaltar, em razão do seu modo de ser, natural, social e histórico, e sua forma de engendrar conhecimentos com fundamento nessa condição mesma de ser natural, social e histórico. A representação neste contexto sucede como um fenômeno, produto da consciência do homem oriundo de sua existência como ser vivo, trabalhador e falante. Em outros termos, o modo de ser do homem com o qual as ciências humanas se ocupam diz respeito à maneira como ele se representa, tomando em consideração sua natureza biológica, social e histórica. Daí que o específico das ciências não é o fato de tomar o homem como objeto de seus questionamentos, mas a forma de tomá-lo reduplicando sua posição, considerando sua condição de objeto das ciências empíricas. Em outros termos, a especificidade das ciências humanas consiste em considerar os conteúdos empíricos com esteio no que eles representam para o ser humano. Assim, à psicologia não se traz o problema dos mecanismos do sistema de reprodução, mas da sexualidade, que constitui o modo como o homem representa sua condição de ser reproduzido. Por conseguinte, na psicologia, a questão propriamente biológica da reprodução da espécie se reduplica na problemática da sexualidade. Para concluir, ressaltamos que para Foucault a psicologia se especifica na sua relação estreita com a biologia. Tal relação de dependência define o caráter de cientificidade dessa disciplina, uma vez que importa modelos teóricos em torno da problemática da função e da norma individual a partir dos quais organiza os projetos sobre o psicológico.

**Palavras-chaves:** psicologia, arqueologia, cultura moderna, Foucault

**Trabalho:** ELEMENTOS GENEALÓGICOS DA PROBLEMÁTICA PSICOLÓGICA: FAMÍLIA, INFÂNCIA, ESCOLA E SEXUALIDADE

**Autor(es):** Monah Winograd

**Resumo:** O modo como nos pensamos e nos experimentamos na atualidade não é nem natural e nem óbvio. Resulta de um longo percurso histórico cujo berço pode ser situado no final da Idade Média e o apogeu, no século XIX. Para traçar tal história, destacamos alguns elementos genealógicos a partir dos quais é possível seguir o fio da meada de nossa problemática psicológica. São eles: o conceito de infância, o fechamento da família sobre si mesma, a construção do espaço escolar e a idéia de que nossa sexualidade (infantil e atual) contém a verdade sobre nossa subjetividade. Entendemos que, apesar das transformações velozes pelas quais passa nossa sociedade, tais elementos ainda representam vórtices significativos dos modos de subjetivação na contemporaneidade, em torno dos quais gira boa parte de nossas

problemáticas. A Idade Média, ponto de partida de nossa genealogia, tinha como cenário pequenas comunidades que limitavam e enquadravam o indivíduo — meios familiares nos quais todos se conheciam e para além do qual se estendia um vasto mundo desconhecido. A sociedade de nosso ponto de chegada, o séc. XIX, tornou-se uma vasta população anônima marcada pelo recolhimento junto à família, transformada em refúgio. Da vida vivida nas ruas chegamos no cultivo da privacidade familiar. Nas palavras de Philippe Áries, não foi o individualismo que venceu, mas a família transformada na encubadeira de nossa subjetividade. Mas, como passamos de um cenário ao outro, através de que caminhos? Áries ensina que, da Idade Média ao séc. XIX, três fatos participam profundamente da transformação nas mentalidades: (1) o novo papel do Estado que foi se impondo, de variadas maneiras, no espaço social antes entregue as comunidades; (2) o desenvolvimento da alfabetização e a difusão da leitura graças à imprensa, o que permitiu e incentivou tanto uma reflexão solitária, quanto a difusão de discursos variados; (3) as novas formas de religião, estabelecidas nos sécs. XVI e XVII, que desenvolveram uma devoção interior. Relativamente ao conceito de infância, Áries ensina que, até o final do séc. XVI, a infância como frágil, momento de formação da subjetividade e, portanto, inspiradora de cuidados especiais, não existia. As crianças, quando vingavam, se misturavam aos adultos de modo irrestrito. O séc. XVII vê nascer uma primeira percepção da particularidade infantil sob a forma da paparicação e do seu avesso, a exasperação. Graciosas, as crianças divertiam os adultos. Somente em um segundo momento, tal percepção da particularidade da infância adquire a forma da necessidade de cuidados morais e psicológicos. Seres frágeis e imperfeitos, as crianças precisam ser educadas para se tornarem adultos probos e de bem. Tal era a mentalidade que o séc. XVII gradativamente construiu. Esta educação específica exige, por sua vez, um espaço igualmente específico: a escola. Até o séc. XVII, a escola era destinada somente à educação do clérigo e não apresentava, por exemplo, a divisão por idades que conhecemos hoje e nos parece tão evidente. Na medida em que surge o sentimento da infância, o espaço escolar se transforma aos poucos e, ao acolher o infante, se torna o lugar por excelência onde a criança passará seu tempo até tornar-se adulto. Simultaneamente, vemos a infância estender-se: se antes a criança se tornava um adulto pequeno ao sobreviver aos seus primeiros anos de vida, agora, além desta infância ter sido escandida, a entrada na vida adulta é precedida por ainda outro período, a adolescência. Todas estas transformações se fazem acompanhar por uma transformação na vida familiar marcada pela responsabilização da família relativamente à criação de suas crianças e pelo fechamento da família dentro do espaço privado. Quanto à transformação da sexualidade na verdade sobre nós mesmos, Foucault demonstra que o séc. XVIII testemunhou não uma repressão crescente do sexo, mas, ao contrário, uma proliferação discursiva (dispositivos de saber-poder) que inscreveu a sexualidade nos corpos de maneiras específicas. Podem-se distinguir quatro grandes conjuntos e suas respectivas figuras que ganharam coerência e eficácia a partir deste momento: (1) a histericização do corpo da mulher — a mulher nervosa; (2) a pedagogização do sexo da criança — a criança masturbadora; (3) a socialização das condutas de procriação — o casal malthusiano e (4) a psiquiatrização do prazer perverso — o adulto perverso. Em tais estratégias, segundo Foucault, tratava-se de produção de sexualidades, mais do que de sua regulação. Família, infância, escola e sexualidade: tais elementos genealógicos estão articulados em suas bases e se reforçam mutuamente, revelando o jogo de forças e de discursos produtores do modo como nos pensamos hoje e, de certo modo, trazendo à luz o sentido mesmo do surgimento da psicologia como discurso que pretende dar conta de nossa subjetividade, constituição e destino.

**Palavras-chaves:** genealogia, infância, sexualidade, escola, família

**Trabalho:** FÁBRICAS DO SEXO FRÁGIL: GENEALOGIAS DA LOUCURA FEMININA NO HOSPÍCIO NACIONAL DE ALIENADOS (HNA) FÁBRICAS DO SEXO FRÁGIL: GENEALOGIAS DA LOUCURA FEMININA NO HOSPÍCIO NACIONAL DE ALIENADOS (HNA)

**Autor(es):** Cristiana Facchinetti

**Resumo:** O presente trabalho centra-se no discurso dos médicos acerca da loucura nas mulheres. Para trazê-lo à tona, empreendemos uma discussão acerca da representação do gênero feminino desde a Idade Clássica até as teorias psiquiátricas modernas. Propomos com Dorlin (2006) que a ciência médica foi fundamental na apreensão da diferença sexual desde a

Antigüidade, tendo utilizado as categorias de saúde e de doença para definir o corpo feminino em contraste com o corpo masculino, fazendo da mulher um ser fundamentalmente doente. Assim, o calor e a secura foram relacionados à perfeição masculina e o frio e a umidade à mulher, que ficou presa ao sistema de imperfeição e instabilidade (Lacqueur, 1990). A noção de temperamento permitia, portanto, conceber, fabricar e distinguir o sexo dos corpos, pautado que era nas funções recíprocas e nos comportamentos sãos ou patológicos para fundar a diferença sexual. De fato, o conceito de temperamento serviu, até o século XVII, para designar a conformação interna dos corpos. O corpo era representado como sendo composto por humores de diferentes qualidades e de perfeição variável. A saúde era atingida através do equilíbrio perfeito de todos os humores. Essa concepção permitiu que, na Renascença, se pudesse alocar os indivíduos em diferentes tipos caracteriais que definiam sua predisposição patológica, transformando o corpo não apenas em um campo de saber/poder a ser civilizado, mas também um discurso a ser decifrado e lido. O corpo passou a sinalizar a natureza dos indivíduos, suas paixões, seu caráter, pensamentos, sua pré-disposição para doenças, vícios e virtudes. Transformar o temperamento fleumático no temperamento feminino típico permitiu configurar a diferença sexual dos corpos e justificar a desigualdade entre os seres humanos. As mulheres eram frágeis porque eram psicologicamente imperfeitas, marcadas por seus corpos constantemente doentes, sendo incapazes de dominá-los. Por sua vez, a concepção de corpo doente permitiu explicar algumas “doenças femininas”, cada vez mais associadas ao aumento ou diminuição dos líquidos advindos do útero, sendo essas alterações compreendidas como capazes de produzir visões, delírios, desejos, impulsos, febres, etc. No século XVIII este quadro foi fortemente modificado: influenciadas pelas descobertas da anatomia, e tendo sido elevada a importância das mulheres pelo papel crucial que a população passou a ter para a prosperidade de uma nação, a procriação e a saúde materna constituíram-se como questões cruciais. Em consequência, a medicina ampliou seu propósito de estabelecer a saúde no corpo de seus cidadãos, tendo agora que incluir as mães da nação. O discurso da ordem e da medida revolucionou a percepção do corpo feminino. A saúde da mulher passou a ser pensada como a de um corpo perfeitamente regulado e, portanto, mensurável, previsível e manipulável. Os fenômenos de quantificação se voltaram com especial atenção para a menstruação e a gravidez, que paulatinamente foram sendo mais e mais consideradas como fazendo parte das características fisiológicas típicas femininas. Mais ainda, a gravidez passou a ser considerada como o grande trabalho da mulher e a maternidade seu principal atributo. A reforma da psicologia do século XVIII trouxe em seu bojo uma nova figura físió-anatômica da mulher, e suas predisposições mórbidas foram radicalmente redefinidas e delimitadas. A mulher passava então a ter sua força contida em sua própria fragilidade; sua fraqueza passava a estar associada à luta contra sua natureza, que a arrancaria de sua docilidade rumo ao excesso e à morbidez. Do temperamento fleumático como único tipo, passou-se a hierarquizar os diferentes temperamentos femininos. No ápice dessa hierarquia, considerada como modelo de saúde e encarnação mesma da feminilidade, estava a maternidade. Enquanto isso, a doença passou a estar relacionada a uma espécie de denúncia do corpo, que delataria as práticas ilícitas ou anormais das mulheres, contrárias a sua natureza passiva e a sua capacidade de ceder aos movimentos da natureza sem a eles se opor. Comportamentos como a masturbação, o safismo, a abstinência, assim como a coqueteria dos salões e o excesso de exposição a atividades excitantes passavam a ser delatados pelo corpo através das doenças como a histeria, a ninfomania e o esgotamento físico e psíquico. O argumento central que desenvolvemos neste trabalho é de que as doenças psíquicas que acometiam as mulheres, segundo a psiquiatria do século XIX, estiveram intimamente relacionadas a esses dois referenciais: a negação de sua natureza, com a recusa de gravidez, do matrimônio, e outros equivalentes de luta contra a passividade e, por outro lado, como marca da enorme perenidade da tese galênica dos humores, as disfunções humorais, a falta e o excesso da menstruação que marcavam o desvio e comprovavam a sede de sua loucura, como buscaremos demonstrar através dos prontuários psiquiátricos do HNA do início do século XX.

**Palavras-chaves:** Genealogia, loucura feminina, saber médico, diferença sexual

**Atividade:** Mudanças na autopercepção da pessoa com deficiência visual após a aquisição de um cão-guia.  
(Paineis)

**Trabalho:** Mudanças na autopercepção da pessoa com deficiência visual após a aquisição de um cão-guia.

**Autor(es):** Catarina Maria Barata da Costa Marques, Camila Pavão, Natália Adams Lokilevitc, Mariana Vieira da Silva

**Resumo:** Atualmente o termo "acessibilidade" adquiriu um significado muito amplo, não estando restrito apenas ao acesso das pessoas com deficiência a lugares públicos, utilização de produtos e serviços de informática, mas também à inclusão destas pessoas nas escolas, mercado de trabalho e lazer. Esta preocupação deve compreender diversas áreas, como arquitetura e urbanismo, computação, educação, entre outras. O Cão-guia representa uma das ferramentas de acessibilidade, capaz de melhorar as condições biopsicossociais da pessoa com deficiência visual. Existem alguns projetos pioneiros de implantação de Cães-guias para deficientes visuais no Brasil, que têm como finalidade não apenas facilitar a mobilidade e aumentar a segurança destas pessoas, mas também propiciar uma maior socialização, elevando de forma significativa a sua auto-estima. Infelizmente, o número de Cães-guias existentes no país ainda está muito abaixo do preconizado pelas estatísticas. Esta pesquisa tem por objetivo identificar as mudanças ocorridas na autopercepção da pessoa com deficiência visual após a aquisição de um Cão-guia. A proposta fundamental consiste em realizar um levantamento bibliográfico relacionado ao assunto, bem como a realização de entrevistas individuais semi-estruturadas com base em 23 perguntas a três deficientes visuais e ao Presidente da Associação Catarinense para Integração dos Cegos (ACIC). Este procedimento visou investigar a experiência dos participantes com relação ao Cão-guia, no intuito de identificar transformações na sua autopercepção. A amostra reduzida foi decorrente da escassa existência de pessoas com deficiência visual usuárias de Cão-guia em Florianópolis. As perguntas foram aglutinadas em objetivos para facilitar o processo de categorização na análise de conteúdo dos discursos coletados. Cada entrevista foi analisada individualmente após sucessivas leituras, coletando-se as expressões-chave e a respectiva idéia central. Em seguida, foram destacadas as categorias temáticas consideradas mais significativas. A síntese dos discursos dos entrevistados representa o discurso do sujeito coletivo para cada categoria temática. Apesar da amostra reduzida, tornou-se possível observar o papel fundamental que o cão-guia é capaz de desempenhar junto à população com deficiência visual atuando, segundo as categorias identificadas, não apenas como instrumento facilitador de locomoção, mas também como agente socializador, proporcionando independência, segurança e autonomia ao seu usuário. Observou-se, nos três relatos, evidentes transformações na autopercepção da pessoa com deficiência visual após a aquisição do cão-guia. Este fato fortalece a premissa sobre a importância do desenvolvimento de projetos de implantação e divulgação deste poderoso instrumento de inclusão da pessoa com deficiência visual. Pesquisas como esta podem contribuir para a superação do estigma da deficiência, pois o mesmo é calcado no desconhecimento da sociedade e nos preconceitos a respeito da incapacidade, resultando na segregação da pessoa com deficiência. Torna-se necessário expandir este estudo, a fim de contribuir para a implementação de políticas públicas ou privadas que incentivem projetos de inclusão social. Com isso, possibilita-se que a população com deficiência visual tenha acesso a este importante instrumento, e que assim, ocorra uma mudança positiva na autopercepção e na qualidade de vida dos mesmos.

**Palavras-chaves:** autopercepção, deficiência visual, cão-guia

**Atividade: Espaço Urbano: algumas tramas e psicólogos (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Histórias Anônimas do Cotidiano Carioca. Narrativas Urbanas de Moradores que Vivem Sós.

**Autor(es):** Gabriela Silva de Lima, Luis Antônio Baptista, Lidiane Pereira Raposo, Estevão Virginio, Cláudia Freire Vaz, Guilherme Candido Costa, Rafael Moraes, Verônica Duarte Processi, Vinicius Teixeira Bandeira, Vivian Rocha Pires

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo apresentar as inquietações e premissas que vêm permeando e orientando uma pesquisa em curso no Departamento de Psicologia da UFF, que pretende investigar as articulações da experiência urbana com os processos de subjetivação contemporâneos, desvitalizadores das possibilidades humanas de interferir no campo social - processos que paralisam o sujeito, formatando-o no inseguro e privatizado universo da falta. Simultaneamente, o projeto visa detectar resistências afirmativas de modos de operar sobre si que enfrentem, nas lutas minúsculas do dia-a-dia, o anestesiante torpor político da atualidade o qual nos lega a indiferença por tudo aquilo que não seja eu ou a impermeável comunidade dos iguais. Especificamente, investigaremos modalidades de criação de sentido da existência do homem comum, o anônimo na grande cidade, por meio de suas narrativas sobre o viver só no Rio de Janeiro. Pretendemos destacar, dessas narrativas, artes impessoais, astúcias e táticas no combate às forças políticas que poderiam enfraquecê-las remetendo-as à particularização da diferença ou a um presente sem história. Desse homem anônimo, inspirados nas concepções de história de Michel Foucault e Walter Benjamin, desejamos a inconclusividade daquilo que é narrado, para que as cidades estejam permanentemente ocupadas por misturas de narrações disponíveis a todos; do homem infame, das suas narrações sobre dores e artes na cidade, da precariedade aparente de seu viver só, pretendemos extrair experimentações de modos de operar a existência que tencionem sociabilidades naturalizadas, projetos e fracassos alheios ao conflitivo e inacabado mundo da cotidianidade. Operacionalizaremos nossos objetivos através das narrativas de homens e mulheres de diferentes idades, etnias, práticas sexuais, religiosas, tipos de trabalho, escolaridade, entre outras particularidades, que vivem sozinhos em um prédio da zona sul do Rio de Janeiro. Os pesquisadores são divididos em duplas, nas quais ambos exercem, alternadamente, o papel de entrevistador e de comentador. Do comentador, esperamos que ele possa produzir estranhamento ao que foi experienciado nas entrevistas, tornando as entrevistas passíveis de inúmeras montagens. Walter Benjamin alerta-nos para a disponibilidade ou vulnerabilidade do pesquisador aos sobressaltos, estranhamentos disparados pelo anônimo que possam destruir uma narrativa finalizada, compacta, tornando-a aberta a parecerias que afirmem outras formas de existir e de se fazer história. Na formulação dessas entrevistas, adota-se a contribuição da proposta ética utilizada pela equipe de filmagem do documentário “Edifício Máster”, dirigido pelo cineasta Eduardo Coutinho, que propõe um movimento de abertura para o outro apostando desta forma na imprevisibilidade e na força desacomodadora da alteridade. Desse modo, nossas análises utilizarão os seguintes eixos: Cidade, onde pretendemos conhecer que Rio de Janeiro é esse que atravessa e se apresenta como co-autor dos modos de existência; Dores, deste objetivamos detectar a presença ou não de obstáculos e agruras no cotidiano de uma pessoa que vive só, destituindo, dessas dores, a exclusividade do sentido de quem a possui. A partir daí, criaremos contrastes entre isolamentos e formas de estar só, relacionando-os com os processos de subjetivação do capitalismo contemporâneo; por fim, do eixo Artes, inspirados em Michel de Certeau, destacaremos astúcias ou artimanhas inventadas no enfrentamento do dia-a-dia, que serão traduzidas em modos de operar em si, em resistências afirmativas criadas no cotidiano. De cada eixo proposto, pretendemos elaborar narrativas onde o eu ou o nós sejam apenas um ponto de partida na construção desse mosaico de narrações. A respeito do pesquisador-narrador, ele se deterá naquilo que “não tem importância”, algo que a história oficial qualifica como irrelevante. Esse narrador também é um narrador sucateiro, que busca no “lixo”, no resto, uma forma de historicizar o presente, entendendo-o não como algo inevitável ou conclusivo. Do homem infame, que metaforicamente entendemos como detritos da cidade, poderá surgir algo relevante para pensarmos o cotidiano carioca, apresentando-nos a

inconclusividade de suas e das nossas histórias; porque consideramos este mundo, que se baseia no mercado de felicidade, no alheamento ao outro, um modelo que fracassa em suas promessas, tornando o presente insuportável. Do “lixo” não buscamos salvá-lo, mas sim ouvir outras histórias, abrindo desta forma, caminhos diferenciados que coloquem em análise um mundo sem saída. Queremos ouvir o que uma pessoa tomada como desvitalizada pode nos dizer sobre o cotidiano e assim, por em questão os discursos tomados como verdades e formas de sociabilidades comumente universalizadas. Desejamos em nossa pesquisa, investigar o que tem a nos dizer a solidão dos chamados “homens sem qualidades” sobre a mesma cidade que partilhamos? Nas zonas recônditas de uma cidade habitariam narrativas inconclusas propondo-nos, inspirados em uma ética, o revezamento para continuarmos suas histórias? Para que? O que as pessoas que vivem só no Rio de Janeiro têm a nos dizer sobre essas astúcias? Dessas indagações também desejamos refletir sobre as tensões singulares do contemporâneo forjadas pelas articulações entre subjetividade e capitalismo, por meio das quais, “estória” e história entrelaçadas possam tramar inesgotáveis escapes a um mundo sem saída.

**Palavras-chaves:** Subjetividade, Experiências Urbanas, Ética

**Trabalho:** O direito e o uso da cidade: contexto histórico e algumas percepções de moradores da favela da Rocinha.

**Autor(es):** Ana Lúcia Gonçalves Maiolino, Alessandra Moraes Silva, Daniela da Cunha e Souza, Leonardo Henrique Cabral, Tânia Abreu da Silva Victor

**Resumo:** Este trabalho aborda a interpelação exercida pelo espaço urbano nos processos de subjetivação do homem contemporâneo, com especial atenção a situações relacionadas ao direito e ao uso do solo, baseando-se em estudos desenvolvidos pela pesquisa “Espaço Urbano Contemporâneo e Subjetividade: em foco as favelas do Rio de Janeiro”, sediada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da UERJ, no âmbito do Prodoc/CAPES. Sobretudo a partir da década de 70, a discussão sobre o uso social do solo urbano ganha relevância no cenário nacional, mas é apenas na virada para o século XXI que o direito à moradia é incorporado aos Direitos Sociais definidos na Constituição Federal de 1988. Em 2001, outro significativo passo em direção à consolidação deste direito é dado, com a promulgação da Lei nº 10.257 (“Estatuto da Cidade”) e da Medida Provisória 2.220, definindo mecanismos que permitem a regularização fundiária de favelas em centros urbanos. Por outro lado, em países do terceiro mundo, o crescimento das cidades nunca foi acompanhado por investimentos públicos na produção de moradias populares, o que resulta no grande crescimento das favelas e dos loteamentos irregulares, praticamente únicas alternativas disponíveis a grandes parcelas da população. As condições de habitação mantêm-se precárias em muitos destes locais, apesar da implantação de alguns programas de reurbanização e, no que tange à regularização fundiária destas áreas, observa-se uma inércia do poder público, mesmo em presença do Estatuto da Cidade. Uma das poucas exceções no Rio de Janeiro é o processo de Regularização Fundiária, em andamento, em quatro áreas da Rocinha, uma das maiores favelas cariocas. A pesquisa vem centrando o foco em uma dessas áreas, o Laboriaux, cuja ocupação data de 1982, quando a Prefeitura relocou 76 famílias do Valão, no Campo Esperança (parte baixa da favela), para esta área mais alta, de difícil acesso na época e até então pouquíssimo habitada. A ocupação no Laboriaux intensifica-se a partir deste momento e atualmente estima-se que já são mais de 800 imóveis construídos na área. Desde julho de 2006, a equipe de pesquisa vem executando trabalhos de campo nesta área, através da realização de entrevistas semi-estruturadas, visando reconhecer percepções, sentimentos e ações de seus moradores, em relação às suas vidas na Rocinha e, em particular, em face da possibilidade de regularizar a posse de suas casas. Para tanto, interessa-nos apreender como conheceram e se fixaram na Rocinha; suas percepções sobre a favela e o Rio de Janeiro como um todo; sua circulação pela cidade; suas vivências cotidianas frente à ilegalidade; suas desconfianças ou apostas em relação ao poder público; seu interesse ou indiferença em relação às ações que vêm sendo implementadas; suas expectativas e

eventuais mudanças na relação estabelecida com o lugar, a partir da possibilidade de regularização. A pesquisa encontra-se em andamento, mas até o momento tem sido possível observar relatos muito diferentes apesar da persistência de algumas características dos entrevistados. Em geral são imigrantes e seus descendentes, muitos do Nordeste, com ocupações vinculadas aos setores da construção civil, do comércio e da prestação de serviços, sobretudo à classe média abastada da Zona Sul, onde trabalham como garçons, caixas de supermercado, empregadas domésticas, porteiros, faxineiros. Praticamente todos demonstram temer o tráfico de drogas: alguns evitam o assunto; outros afirmam ter aprendido a se relacionarem bem com todos da comunidade. Em geral demonstram gostar da favela, mas há os que sonham sair dali, enquanto outros preferem enfaticamente a Rocinha a outros bairros. Há também grandes diferenças de como a percebem. Para alguns se trata de uma favela; para outros já é um bairro. Sobretudo os conflitos entre traficantes e policiais aparecem como motivo de preocupação, mas muitos a consideram mais tranqüila cotidianamente que o restante do Rio, onde os assaltos e a violência são mais freqüentes. Apontam que na Rocinha a violência é circunscrita, localizada. Nem todos dão importância ao processo de regularização fundiária em curso: alguns por desconfiança quanto ao seu término; há quem tenha dito que pouco importam os papéis diante do poder do tráfico; outros acham interessante pela segurança das gerações futuras, mas a possibilidade de serem relocados da área não parece fazer parte de seus fantasmas. Assim, marcados pelo estigma de “favelados” e habitando uma região radicalmente “perigosa”, segundo o imaginário carioca, o que se desprende de suas falas são posturas e percepções muito distantes da imagem do carente, do “à margem”. São histórias que surpreendem pela lógica que nos parece inusitada, pelas “saídas” de quem aprendeu a conviver com a ilegalidade e que tira partido dessa realidade. Histórias que sacodem as versões oficiais dos fatos, as certezas pretensamente consolidadas pelos gestores das políticas e a “moral” dominante. Aos psicólogos, cabe poder recontar esses fragmentos de estórias, suportando a dissonância dos relatos originais e a multiplicidade das situações observadas, expressões claras que são das próprias contradições da sociedade.

**Palavras-chaves:** Subjetividade, Espaço urbano, Direito à moradia

**Trabalho:** Vila Paciência, um palco de exclusão. A intervenção do Psicólogo no contexto das Políticas Públicas.

**Autor(es):** Vivian de Almeida Fraga

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo discutir as possíveis intervenções do psicólogo no contexto das políticas públicas, através de um caso de abrigo, vivenciado por uma família moradora da favela Vila Paciência – Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Vila Paciência historicamente vem passando pelo processo de favelização, desde a década de 70, quando um grupo de famílias foi remanejado do Morro da Providência, localizado na região Central do Rio de Janeiro, para um Conjunto Habitacional Provisório, denominado Favela do Aço. Por se tratar de um Conjunto Habitacional Provisório, os registros e informações são escassos. Por este motivo também, as famílias que originalmente vivenciaram o processo de remanejamento não receberam a posse das casas, vivendo na ilegalidade até os dias de hoje, 37 anos após a relocação. As estruturas públicas existentes no local refletem o abandono social da área, onde, até 2005, existia apenas uma escola municipal da 1ª até a 5ª série, uma creche estadual e um posto policial. Em 2000, a Favela do Aço passa a ser chamada por seus moradores como Vila Paciência. A troca de nome, segundo estudos do Centro de Desenvolvimento e Apoio a Programas de Saúde (CEDAPS), fora realizada com o intuito de minimizar os olhares de estigmatização, uma vez que, para o poder público, a Favela do Aço é reconhecida como “exportadora de população de rua”. Este detalhe é que marca o caso que venho apresentar. Isaura, mãe de quatro filhos, mantém-se nas ruas do Rio, no bairro de Copacabana, há pelo menos quinze anos, desde que sofrera um derrame e começara a beber. Das ruas, tira o sustento da família e estabelece suas relações sociais. Em 2005, após diversas tentativas de intervenções com o objetivo de manter Isaura em casa, uma operação conjunta entre Polícia Militar, Justiça da Infância, Secretaria de Assistência Social e Justiça Especial Criminal (JECRIM) retira a guarda de seu filho mais novo, que sempre a acompanhava, colocando-o em um abrigo municipal. Automaticamente um processo de DPF – Destituição do Poder Familiar – é aberto.

Marcelo tinha, então, cinco anos de idade. Arelada ao processo de DPF, o Poder Público proibiu visitas da família ao abrigo. Os atores envolvidos neste processo - promotoria, assistentes sociais da Prefeitura e do abrigo -, de certa maneira, com este gesto, antecipam a sentença judicial do caso, que até hoje não foi a julgamento. Segundo os técnicos, o fato de não acreditarem em verdadeiras mudanças comportamentais dos pais de Marcelo, justifica a proibição da visita, por entenderem que todas as intervenções possíveis foram realizadas com Pedro, o pai das crianças, e Isaura. A irmã de doze anos, alguns meses depois da proibição, foge de casa e vai para Copacabana, na tentativa de ficar abrigada no mesmo espaço institucional que o irmão. Enquanto coordenadora das oficinas desenvolvidas nesta comunidade, através do Projeto Me Cansei de Lero-Lero, da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, foi possível conviver com o drama desta família, já que uma das filhas do casal freqüentava os grupos semanais do Projeto. Assim, na tentativa de colaborar com o caso, algumas intervenções foram executadas, como entrevistas e orientações aos familiares de Marcelo, relatórios ao Poder Público, visitas à Justiça da Infância, conversas com os técnicos envolvidos (da Prefeitura, do abrigo e da Justiça). Apesar de todo o esforço, Marcelo, hoje com seis anos e meio, ainda continua abrigado, sem poder manter contato com seus familiares. A Justiça que era simplesmente para ser justa e pensada como um instrumento de defesa vem se mostrando como um forte instrumento de injustiça social e ratificação do processo de exclusão. Nós, técnicos envolvidos direta ou indiretamente com processos ligados à Justiça, principalmente dentro de comunidades, devemos tomar cuidado com os dispositivos de saber que tenham como diretriz as certezas. Por exemplo, praticamente todos os envolvidos entendiam que com Isaura haviam sido tentadas todas as intervenções possíveis, mas muitos não se deram conta que esta mulher não possuía sequer seu registro de identidade. Como Marcelo, muitos casos no Rio de Janeiro acontecem cotidianamente, colocando em questão a prática dos profissionais envolvidos e, no que nos diz respeito, trata-se de questionar os pressupostos que norteiam as práticas psi. É imprescindível atentar à singularidade de cada caso, abrindo mão de padrões de comportamento institucionalizados e naturalizados. Há que se rever os atuais padrões familiares, perseguidos nestes tipos de intervenções, e aceitar e entender a formação de diferentes famílias. Como defendido por Bourdieu, em "A profissão de sociólogo: pressupostos epistemológicos", "Nas ciências, principalmente nas ciências humanas, é preciso suportar as tensões do desconhecido e do estranhamento, pois são eles os motores do conhecimento [...] os fatos não falam, eles são uma evidência da realidade objetiva que o conhecimento precisa decifrar".

**Palavras-chaves:** Subjetividade, Exclusão Social, Práticas Psi, Ética

**Atividade:** Estudo sobre a concepção da morte na visão de universitários da cidade de Teresina-Piauí (Paineis)

**Trabalho:** Estudo sobre a concepção da morte na visão de universitários da cidade de Teresina-Piauí

**Autor(es):** Clarissa de Andrade e Silva, Silvana Teixeira de Araújo Sousa, Patricia Carvalho Moreira, Layane Bastos dos Santos

**Resumo:** A temática morte envolve questões amplas e constantes em nossa sociedade, como a supervalorização da vida, suicídio, eutanásia, a associação deste fim a concepções religiosas, medo e negação da morte, entre outras. Assim, tal temática mostra-se merecedora de uma atenção especial por parte dos estudiosos do comportamento, bem como da sociedade em geral, posto que esta constitui um evento comum a todos os homens. Ressalta-se, ainda, a necessidade de uma preparação da população para a morte, ponto este imprescindível diante da observável relação de fuga e negação deste evento. Relação esta, apresentada pelas pessoas, mesmo quando cientes de que a realização de tal acontecimento pode se concretizar a qualquer momento. Dessa forma, e diante, dos estudos realizados a cerca do tema, tal pesquisa, buscou analisar a concepção de jovens universitários teresinenses a respeito da morte. Para a realização da mesma aplicou-se um questionário com dez questões subjetivas, em uma amostragem de



trinta pessoas com idades entre dezenove e trinta anos, abordando os conceitos dos jovens à respeito da morte, os sentimentos que esta lhes provoca, o processo de discussão, reflexão e preparação para tal evento e ainda a relação deste com questões religiosas. A análise dos dados foi feita através da categorização de conteúdo onde após várias leituras e releituras das respostas dos questionários organizou-se três categorias: concepção da morte, reflexão e discussão sobre a morte e preparação para a morte. Na categoria de concepção da morte evidenciou-se duas subcategorias. Uma é a da concepção biológica e materialista da morte, onde se pensa que a morte é o fim de tudo e depois dela não há nada. E a outra é a de que a morte é uma transformação para uma existência mais completa e que não existe um fim. Na segunda categoria, sobre a reflexão e discussão da morte constatou-se que metade dos entrevistados costumam refletir sobre a morte, mas apenas vinte e oito por cento costumam conversar sobre ela. Demonstrando, assim, que falar sobre o tema morte é ainda difícil. Porém, oitenta e cinco por cento dos entrevistados acham relevante a discussão do tema morte porque poucos estão preparados para lidar com esse fato e alguns problematizam muito essa questão. Quanto à categoria da preparação para morte verificou-se que somente doze por cento das pessoas que responderam o questionário faz algo para se preparar para morte que varia desde a busca de Deus até o aproveitamento da vida. Assim, através dos resultados desta pesquisa considera-se imprescindível incentivar a reflexão acerca de tal problemática, demonstrando alguns aspectos relevantes na construção do pensamento atual sobre a morte, bem como trazendo questionamentos e sugestões à forma de se relacionar do homem com o deixar de viver, ressaltando o processo de rehumanização da morte, com uma reintegração da morte como um fato inexorável da vida.

**Palavras-chaves:** Morte, tanatologia, rehumanização

**Atividade:** RELIGIOSIDADE, SAÚDE E SUBJETIVIDADE: A ARTE DA OFERENDA DE EX-VOTOS.  
**(Paineis)**

**Trabalho:** RELIGIOSIDADE, SAÚDE E SUBJETIVIDADE: A ARTE DA OFERENDA DE EX-VOTOS.

**Autor(es):** Shirley Dias Gonçalves, Leônia Cavalcante Teixeira, Maitê Mota Cavalcante, Aline Costa Aguiar

**Resumo:** A etimologia da palavra religião vem de re-ligar, do verbo em latim religere, ou seja, uma aliança com Deus, buscando reunir as dimensões humanas da carne e do espírito através da transcendência do ser em rituais de dedicação a um culto. Há uma sutil distinção entre espiritualidade e devoção. Apesar de ambos serem termos pertencentes à semântica do catolicismo e de aparentemente serem sinônimos, há diferença no que diz respeito ao comportamento religioso. Na devoção, há um sistema de trocas de bens simbólicos, como a doação de um ex-voto ou o pagamento de uma promessa em agradecimento ao milagre ou graça alcançada. A devoção caracteriza-se pelo caráter popular e pela não institucionalização da fé, pois prevalece a crença individual e a relação de fidelidade entre o devoto e o santo. Na espiritualidade, há um processo de amadurecimento da fé do indivíduo e a relação com o divino diz respeito à graça e não à troca, barganha. A religião caracteriza-se como uma manifestação cultural com um potencial significativo de influenciar as condutas e ações das pessoas, visto que estas acreditam e depositam sua fé no poder de Deus. O objetivo deste estudo foi analisar a função da religiosidade, através das práticas votivas, principalmente a religião como uma estrutura organizadora da subjetividade ao oferecer sentidos à doença. A metodologia utilizada foi bibliográfica, sendo enfatizado o referencial teórico da abordagem psicanalítica através de autores como Freud, Araújo, Dantas, Faria, Lemos, Ortiz e Pereira. Observou-se que a antropologia cultural remete à visão da religião como dispositivo que inscreve o homem no núcleo da cultura e atua como resposta às necessidades sentidas pela rede social. Constatou-se que o homem volta-se para religião em momentos críticos de doença, visto que o medo do caos,

da patologia e da morte impulsiona o ser humano em busca de um poder sagrado capaz de proporcionar ordem e significado em sua vida. Pode-se relacionar isso com as práticas de oferenda de ex-votos aos santos em agradecimento à saúde alcançada. Os ex-votos ofertados por devotos em situações de doença, são, em sua maioria, representações simbólicas de figuras e expressões humanas marcadas pela dor, doença e sofrimento. Dessa forma, a religião exerce a função de refúgio, no qual o ser humano encontra a possibilidade de salvação e cura, buscando, através da fé, sentidos para enfrentar as limitações impostas pela doença. Concluiu-se que a religião possibilita a construção de significados para a experiência caótica e organiza a subjetividade, permitindo sentidos ao sofrimento humano, à doença e às diversas situações diárias que carecem de uma justificativa.

**Palavras-chaves:** Religiosidade, Saúde, Subjetividade, Ex-votos

**Atividade: Recepção com artesanias: atendendo "a-diversidade" - relato de uma experiência.**  
**(Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Recepção com artesanias: atendendo "a-diversidade" - relato de uma experiência.

**Autor(es):** Aline de Paula Cândido, Cérise Alvarenga, Marcela Maria Borges Leite, Maria Lúcia Castilho Romera, Priscila Almeida Rodrigues

**Resumo:** Trata-se do relato da experiência de um Curso de Capacitação ministrado por uma equipe de psicólogas e trabalhadores do campo das artes, junto aos servidores (receptionistas, assistentes administrativos, auxiliares e técnicos de enfermagem) do Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia, realizado durante o ano de 2006. Tal curso teve seis meses de preparação e seis meses para sua efetivação, totalizando uma carga horária de 120 horas. Nele utilizou-se como fundamento teórico-metodológico os Grupos Operativos e a Teoria dos Campos e como recurso técnico aulas expositivas, palestras, oficinas expressivas (artes plásticas, dança e teatro) e itinerantes. O Curso teve como objetivo geral e norteador o desenvolvimento de habilidades relativas ao atendimento ao público no contexto do Hospital. No entanto, ao iniciar tal empreendimento, a equipe foi tomada por uma avalanche de queixas relativas não só aos usuários, como também à instituição Hospital e ao árduo/penoso cotidiano de trabalho dos servidores. Diante disso e inspirados pela postura psicanalítica de ruptura de campos e pela idéia de Clínica Extensa colocou-se a escuta interpretativa em ação, levando em consideração tais demandas e o intenso sofrimento psíquico expresso por meio delas. Buscou-se, através das atividades propostas, intervir com artesanias, respeitando os emergenciais do grupo e os movimentos particulares de cada posicionamento em relação ao coletivo. Outras formas de sociabilidade foram viabilizadas a partir da análise crítica ou da análise da crise configurada nos diversos momentos das relações do grupo, possibilitando abertura para novas trocas afetivo-cognitivas. O contato com diferentes realidades sociais e a maneira como estas foram construídas e re-construídas permitiu elaboração de novas formas de perceber, significar e se posicionar diante de uma realidade adversa. Nesse sentido, a utilização da arte como veículo expressivo e de sensibilização foi fundamental. Ficou evidenciado a potencialidade de se trabalhar com oficinas expressivas no contexto de um curso de capacitação. Nessas, ao privilegiar o posicionamento dos participantes, a interlocução entre os mesmos e a equipe, colocou-se em ação um movimento dialético de interações catalisando um lugar de invenção e construção no qual a multiplicidade do humano, perdida nas mentalidades massificadoras do produtivismo contemporâneo, pôde ser resgatada. Entre os resultados alcançados pode-se dizer que o Curso permitiu aos servidores o reconhecimento e compreensão de seus sentimentos diante do sofrimento psíquico e uma maior sensibilização em direção a construir novas formas de lidar com sua dor e a do outro. O Curso promoveu a socialização e a abertura para a gentileza, a reflexão sobre as estruturas e os vínculos relacionais na "família institucional" e sobre a(s) dificuldade(s) sentida(s) pelo servidor advindas da sua relação com os pacientes.

Considerando-se a condição de grandes tensões das relações humanas erigidas pela vida competitiva da sociedade contemporânea, entendemos que o Curso e a postura interpretativa assumida nesse, permitiu interferências favoráveis nos vínculos entre os pares servidores-cidadãos, servidor-instituição e também servidores-servidores.

**Palavras-chaves:** capacitação, grupos operativos, teoria dos campos, arte, oficinas expressivas e itinerantes

**Atividade: A MORTE E SEUS NOMES: O SUICÍDIO PARA FAMILIARES EM ARACAJU. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** A MORTE E SEUS NOMES: O SUICÍDIO PARA FAMILIARES EM ARACAJU

**Autor(es):** Karla Melo Santos, Jesana Batista Pereira

**Resumo:** A pesquisa aqui desenvolvida teve como objetivo ser uma contribuição aos estudos regionais sobre suicídio. O suicídio não tem explicações objetivas, mas está ligado ao sofrimento físico e mental, a sensação de dor e impotência. É uma expressão tanto de sofrimento individual quanto de saúde pública. Esta pesquisa teve sua relevância em pretender compreender as razões que levam um indivíduo a cometer o suicídio no contexto da cidade de Aracaju, destacando-se também a sua contribuição para o desenvolvimento de estratégias de atuação de diversos profissionais das ciências médicas, sociais e humanas. Foram entrevistados dez familiares de indivíduos que se suicidaram entre os anos de 2000 a 2004; o instrumento utilizado foi uma entrevista semi-estruturada enfatizando o aspecto qualitativo, composto de seis perguntas base. O procedimento utilizado para a análise do discurso dos sujeitos foi a definição de categorias. Estas puderam ser definidas após o agrupamento, em unidades de análise, das respostas dadas a cada pergunta do questionário. Os resultados desta pesquisa nos levaram a compreender que muitas vezes o significado do suicídio para os familiares é bastante confuso, no sentido em que este se depara com uma situação inesperada. Os sentimentos confusos se entrelaçam num misto de saudade, vazio, tristeza, culpa, desespero, inconformismo, surpresa, espanto. Os significados encontrados para os familiares se ligam ao suicídio visto como “fraqueza”; como “transtorno psíquico”; como “ausência de fé”; a imagem do suicida pré-ato não condiz com a atitude de ter se suicidado; a hesitação do pronunciamento da palavra suicídio mostrou que a crença na supressão da palavra consegue anular o ato. A subjetividade do indivíduo que se suicidou não é percebida e quando é, não é levada em consideração. Concluímos que para os familiares das pessoas que cometeram suicídio é muito difícil à superação desse trauma causado pelo seu ente. Os dados quantitativos vêm a ratificar as literaturas já existentes, mostrando que os homens cometem mais suicídio que as mulheres. Estas por sua vez, aparecem com mais números de tentativas de suicídio sem sucesso. Este fato se configura, no sentido que, as formas utilizadas pelos homens para cometer suicídio são mais eficientes, sendo também mais agressivas aparentemente, que os métodos utilizados pelas mulheres. Os meios usados para cometer o suicídio são vários, entre eles são mais freqüentes: enforcamento, arma de fogo, saltar de lugares altos, envenenamento, e arma branca. Outra observação feita foi a do aumento de casos de suicídio no interior de Sergipe, sendo praticamente metade dos casos ocorridos no Estado, levando em conta que a outra metade está na grande Aracaju, formada pela capital e cidades próximas como Nossa Senhora do Socorro, Barra dos Coqueiros e São Cristóvão. Estes dados foram obtidos no IML do Estado de Sergipe. Temos como base deste projeto a linha teórica de Jung, que é a Psicologia Analítica, com suas representações sociais, o simbólico e arquétipos. Levando em conta também, a subjetividade do indivíduo construída durante o seu desenvolvimento, através de normas valores e significados que são introjetadas na sua educação. Palavras-chave: suicídio, familiares, representação.

**Palavras-chaves:** Suicídio, Familiares, Representação

**Atividade: Produção na diversidade: Implicações clínicas e políticas no tratamento de usuários de drogas. (Paineis)**

**Trabalho:**Produção na diversidade: Implicações clínicas e políticas no tratamento de usuários de drogas.

**Autor(es):** Silvia Helena Tedesco,Juliane Almeida Chaves,Marie Julie Braga Ferreira,Kenia Costa Kale

**Resumo:** Introdução:O projeto elegeu como problemática geral a divergência entre semióticas (Authier-Revuz, (1990), Manguenau, (1997, 2000)), isto é, o distanciamento entre universos de sentido de subjetividades co-participantes de um mesmo território existencial. Esta é tomada como possível fator determinante da evasão ao tratamento para uso indevido de drogas.Mais especificamente, a pesquisa visa trabalhar a articulação entre as variações discursivas e os processos de subjetivação, ativados nas situações terapêuticas institucionais. Conforme Barembliit (1999), no funcionamento de instituições terapêuticas observam-se processos especiais de transferência coletiva, onde pacientes estabelecem relações transferenciais, vínculos verticais e horizontais, não apenas com seus terapeutas, mas com a equipe em geral, com outros pacientes, ou seja, com a organização global da instituição, incluídos aí os membros de instituições oficiais ou não oficiais presentes neste plano de práticas. Portanto, o ideário, valores e crenças (denominadas por nós de semiótica ou regime de signos), das instituições em jogo participam do processo. Tal funcionamento transferencial comporta tanto efeitos positivos, facilitadores do tratamento quanto efeitos nefastos, de resistência que servem ao emperramento terapêutico. Inicialmente, pesquisou-se tal divergência entre participantes (técnicos da instituição, usuários de drogas e seus familiares) de um serviço oferecido, por universidade pública, numa Instituição de atenção a adolescentes de baixa renda, localizada no interior do Rio de Janeiro. Num movimento de ampliação do estudo, visando permitir o mapeamento mais eficaz do território existencial da clientela e maior fidedignidade dos resultados, incluíram-se outros grupos de sujeitos, isto é, representantes de diferentes camadas da população diretamente ou indiretamente envolvidos com o funcionamento da instituição e, portanto, também possuidores de semiótica particular capaz de intervir sobre o processo de produção de sentidos aí vigente.**Metodologia:**Ambiente: A Instituição que nos serviu de campo de pesquisa, cadastrada como CAPS AD, funciona na periferia do Estado e segue proposta de tratamento, que não se dirige diretamente à droga, como determinante isolado, nem apenas a um sujeito, fechado sobre si mesmo, delimitado por suas representações. O foco recai sobre o território existencial. No lugar da pessoa tem-se uma paisagem, todo um conjunto de conexões aí realizadas, sejam conexões mais institucionalmente formalizadas como as familiares, sejam as menos claramente definidas como amizades, paixões, sensibilidades. Visa-se avaliar os problemas que a presença da droga acarreta ao território de vida 2. Oferece atividades diversas: atendimento clínico individual ao adolescente e seus familiares, oficinas, serviço de assistência social, etc.**Amostra:**Foram entrevistados técnicos da instituição, adolescentes atendidos e seus familiares e, nesta segunda fase, adolescentes da comunidade próxima e estudantes da universidade promotora do serviço.**Procedimento:**Com objetivo de operacionalizar o mapeamento do campo, utilizou-se a técnica de entrevista coletiva na qual os entrevistados eram solicitados a expor o sentido atribuído a dois signos correntes nos discursos da instituição: drogas e violência. Como dispositivo disparador da discussão, foi proposta a elaboração de frases relativas a esses temas. O registro da discussão e sua transcrição foram acompanhados da categorização dos sentidos atribuídos ao binômio drogas e violência pelos diferentes grupos. **Resultados e discussão:**Foi verificada forte divergência entre os cinco grupos pesquisados, no que se refere aos sentidos atribuídos aos temas drogas/violência, assim como significativa cristalização dos mesmos em categorias estanques. Segundo a bibliografia consultada, esta divergência de sentidos exprime a heterogeneidade dos territórios existenciais e, conseqüentemente, dos modos de ordenação social nestes produzidos, gerando pontos de vista incompatíveis sobre a realidade (Poix, 2001 e Bordas, 1997). Pode-se reconhecer nestes discursos divergentes e dicotomizados - expressão de territórios existenciais com fronteiras hermeticamente fechadas - o exercício de binarização, ou seja, da repartição do mundo em blocos rígidos, cujas fronteiras intransponíveis não deixam espaço para experiência da auteridade. O contato com o outrem como diferença é hostilizado, acabando por ganhar o sentido de beligerância. Segundo A.Benveniste (2001), a

disparidade de códigos, na medida em que cria cenas lingüísticas/ sociais diferentes, produz desde mal-entendidos, até conflitos verbais, esclarecendo muitas das preocupações sobre o tema da violência entre distintos grupos sociais. A conclusão parcial da pesquisa aponta a divergência entre grupos e a beligerância aí constatada como fatores provocadores de conflitos, disputas sociais e, conseqüentemente, os sugere como facilitadores do processo de evasão ao tratamento.

**Palavras-chaves:** subjetividade, adolescência, entrevista coletiva, drogas, violência

**Atividade: Diálogos em Psicologia e Arte  
(Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Relações estéticas e constituição do sujeito: investigações em um Programa de Pós-Graduação

**Autor(es):** Andréa Vieira Zanella

**Resumo:** As investigações na interface da psicologia com a arte no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina estão presentes desde sua criação, em 1995, porém de modo esparso, a depender das escolhas dos objetos de pesquisa dos pós-graduandos e sem uma identificação clara. Essa realidade é modificada com a criação da linha de pesquisa “Relações estéticas e constituição do sujeito”, em meados no início do novo século. A partir de então, os focos de interesse quando do ingresso de novos alunos sob orientação das professoras que integram essa linha de pesquisa paulatinamente se voltam às temáticas em questão, sendo a dispersão de focos característica até então de certa forma superada. Consolidada a linha de pesquisa e constituído um núcleo de estudos, que congrega professores, alunos de graduação – bolsistas de pesquisa ou extensão – e alunos de pós-graduação, é possível tecer um olhar sobre o que vem sendo produzido para, então delinear horizontes. Constata-se que as investigações desenvolvidas, embora diversas quanto aos focos de pesquisa, apresentam como eixo central a formação estética das pessoas. Essa formação, entendida como movimento permanente que se processa desde o nascimento, em contextos variados e com a mediação de muitos outros, não necessariamente reconhecidos, é supostamente dada, porém fundamental se faz problematizá-la e compreendê-la em sua complexidade e importância uma vez que é condição para o movimento de ressignificação tanto das pessoas como de suas práticas sociais. A ressignificação, ou produção de novos sentidos, é fundamental para o estabelecimento de outras relações com a realidade, com as pessoas com as quais se convive e consigo mesma, relações que busquem romper com a homogeneidade característica da sociedade de consumo e que institui esteticamente a cada pessoa também como homogeneidade. Essa homogeneidade pretensa obstaculiza as possibilidades de compreensão e leitura da polissemia da vida, das infinitas possibilidades de existência singular e coletiva, da própria incompletude humana que nos caracteriza a todos e a cada um como um permanente movimento de constituir-se como sujeito, como diferença. As discussões geradas a partir das investigações já desenvolvidas e das que se encontram em curso têm como fundamento os aportes teóricos do enfoque Histórico-Cultural em Psicologia, especificamente as contribuições de Lev Semionovitch Vigotski e de autores que discutem a questão da estética, como Michail Bakhtin y Adolfo Sánchez Vázquez. Os resultados obtidos até o momento, apontam para as dificuldades e a importância de se problematizar a formação estética imposta e de se promover formações estéticas outras em diferentes contextos, já que esta formação juntamente com a atividade criadora, é importante ferramenta para o desenvolvimento humano e para a transformação da realidade em direção a modos de vida dignos para todos.

**Palavras-chaves:** relações estéticas, atividade criadora, formação estética, constituição do sujeito

**Trabalho:** Do Híbrido Arte-Práticas Psi

**Autor(es):** Maria Elizabeth Barros Barros

**Resumo:** As práticas no âmbito dos saberes ‘psi’, na perspectiva que adotamos nesse trabalho,

se expressam por uma aposta ética-estética-política. Ética no sentido do comprometimento e coresponsabilidade de todos os que estão envolvidos nessas práticas. Estética porque inova na produção e valorização das múltiplas formas de subjetividade e da autonomia, procurando no protagonismo a sua marca. Política porque pautada num debate coletivo que inclui todos os atores do processo em foco. Práticas 'psi' como obra de arte, como encontro que se efetiva pela possibilidade de abertura e atenção ao que nos passa e, portanto, que recusam os modelos que buscam sobrecodificar modos de ser, modos subjetivos de existência. Assim, o fazer 'psi' nos remete a um modo artista de subjetivação, que se expressará na sua abertura para 'dar ouvidos' às diferenças intensivas que vibram em nosso corpo, o que implica uma especial intimidade com o enredamento da vida e da morte. A arte pode nos ajudar a criar outros novos modos de fazer psicologia, uma vez que se constitui como campo privilegiado de enfrentamento do trágico, entendido como esse entrelaçamento, essa tensão vida-morte. Então, como fazer emergir processos de subjetivação minoritários no âmbito das práticas em psicologia, ou seja, formas subjetividade irreduzíveis aos modelos e aos códigos morais que se tenta impor nesse campo? É imperativo criar condições para a instauração de uma discussão coletiva, dialógica, que favoreça a não cristalização dos saberes-fazeres diferenciais negociados/produzidos, dando passagem para outros saberes-fazeres singulares, possíveis, igualmente minoritários. Esse híbrido arte-psicologia explicita a transversalidade existente entre estas duas práticas. E aí temos uma dimensão estética dessas práticas. Dessa forma, não se trata de usar a arte como meio, como instrumento para os modos de operar no plano da Psicologia. Seu alcance e importância revolucionários não advêm da aplicação e manejo de qualquer técnica e tampouco devem ser avaliados segundo um duvidoso juízo de eficácia em contexto metodológico/burocrático. O que buscamos é, justamente, disputar esse conceito de práticas psi com a tradição no âmbito das abordagens psicológicas, tomá-las dessa tradição, e apresentá-las com a aceitação, o sentido e a densidade que a idéia de produzir um híbrido arte-psicologia porta, uma idéia potente, que produz uma modificação radical nessa tradição que identifica/reduz as práticas psi a intervenções intimistas e familiaristas. Potente para servir de combate conceitual, uma luta que temos que levar adiante em nome da vida mesma, para que em todas as suas formas a vida possa ser liberada da colonização de uma imagem dogmática do pensamento, que regula/sobrecodifica os modos de subjetivação no contemporâneo.

**Palavras-chaves:** práticas psi, arte-psicologia, modo artista de subjetivação

**Trabalho:** Produzindo Outras Imagens: Corpo, Arte e Clínica

**Autor(es):** Tania Mara Galli Fonseca

**Resumo:** Considerando que o universo é imagem e que, por conseqüência, também nosso corpo é imagem, buscaremos neste trabalho focalizar aspectos de um modo de conduzir o conjunto de investigações que tem nos ocupado em nossa linha de pesquisa Corpo, Arte e Clínica. Participam do grupo de pesquisa estudantes de graduação e pós-graduação em psicologia, e diálogos são tecidos com pesquisadores da própria instituição e outros programas de pós-graduação do país e exterior. Nossas investigações se orientam para o que Deleuze denomina de neo-realismo tendo em vista a produção de imagens como dispositivo do olhar e da criação de novos mundos possíveis. Frente à realidade que tende a nos confinar, somos desafiados a nos aliar à potência de máquinas objetivantes (câmeras de vídeo e de fotografia, por exemplo) para ultrapassar as coisas e a nós mesmos em suas referências identitárias e fixistas. Referimo-nos ao reencantamento do concreto como a nervura central de nosso pesquisar e que nos coloca em um balanço incessante entre o que vemos e o que nos olha, permitindo-nos inscrever a cognição no plano da subjetivação, ou seja, nos domínios da não-razão, onde não somos movidos pela vontade e consciência. Nesta perspectiva, pesquisar seria embrenhar-se na imagem-tempo do mundo, no tempo da duração e na produção de alterações nos modos de sentir e olhar para o nosso tempo presente. Tratar-se-ia de desobstruir a esfera do invisível que cerca as coisas e as palavras e onde se encontram virtualidades à espera de enganches e proliferações. O sentido clínico de tal produção de devires nos remeteria a um plano do real ainda incriado, mas grávido de expressões e singularizações e que possibilitaria alterações nos modos de sentir e olhar para aceder à profundidade do presente, suportando a simultaneidade de seus momentos e a espessura de sua superfície. Neste ponto, unem-se

pesquisa e clínica, uma vez que implicaria reconhecer que, do ponto de vista da produção de conhecimentos, é na esfera do invisível que se encontra a matéria-prima, onde as virtualidades se fazem presentes em estado de oferecimento, à espera de enganches, atualizações e proliferações. Atribuímos, desta forma, um sentido do próprio ato de conhecer, uma vez que o sentido de clínica que nos interessa excede àquele restrito a práticas terapêuticas individualizantes. Clínica do olhar, implicando na produção de crise e de crítica, produtora de desvios e deslocamentos. Clínica que pelo escavamento do invisível e sua atualização implicaria em dar a ver o que merece ser visto, formulando-se, então, não como assepsia do real e sim como novas possibilidades do mesmo.

**Palavras-chaves:** corpo-arte-clínica, subjetivações, pesquisa

**Atividade: Reflexões Sobre Linguagem  
(Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Reflexões Sobre Linguagem: escrita e loucura, rede tecnológica, trabalho docente e estética da existência

**Autor(es):** Fernanda Spanier Amador, Eliana Perez Gonçalves de Moura, Regina Longaray Jaeger

**Resumo:** Este trabalho tem como eixo a linguagem. Propondo-se como Mesa Redonda, reúne três temas a ele articulados: escrita e loucura, rede tecnológica e política, e trabalho docente e estética da existência. No primeiro tema, é abordada a produção da escrita de uma paciente que está internada num hospital psiquiátrico há mais de 20 anos. Trata de uma mulher que não se satisfaz com o destino traçado; que não se entrega como um mero resíduo de um projeto político e social de enclausuramento; que busca extrair as potências e variações da palavra que foram destituídas de sentido, trazendo a dimensão do desejo em seguir os fluxos dos movimento da história. O que é a escrita senão um instrumento potente de conectar-se com o mundo? Escrita que interroga e fura a espessura histórica desmanchando suas identidades enclausurantes; entrando em devires, em constantes experimentações que fazem aberturas para o futuro. A escrita desta mulher é um grito, espécie de língua estrangeira que sai dessa espessura histórica na qual está mergulhada. Escrita-desejo, despreendimento de si, de fazer contato com outros, tornando-se outra, superando sua loucura. Escrita-luta ativa entre a repartição da história; tensora dos sons, dos gestos, extratora das variações e intensidades de todas as possibilidades que estão por vir. O segundo tema discutido aborda os modos de comunicabilidade empreendidos no universo das Novas Tecnologias, procurando refletir sobre as possibilidades de ultrapassamento dos efeitos de uma certa discursividade já instalada - quase que como obviedade - de que nessa esfera, vida e criação nutrem-se uma a outra. Considerando que as fronteiras humanos-máquinas são transgredidas no universo tecnológico e que tal aspecto pode ser explorado como um dos componentes de um necessário trabalho político frente a modos de dominação, discute-se a respeito de uma micropolítica na rede tecnológica que se faça por heterogeneidade expressiva. Busca-se encontrar vias de resistência aos movimentos de tradução da heterogeneidade expressiva pela codificação digital propondo um debate sobre as resistências que se operariam por uma espécie de (in) disciplina nas cadeias discursivas estabelecidas nos ambientes computadorizados, na tentativa de efetivamente constituí-los, como espaço de encontro de sons, palavras, idéias que produzem diferença. A indagação central do trabalho é: quais são os atos interiores às falas que se produzem e reproduzem nos ambientes informatizados? A partir daí, problematiza-se a respeito de um trabalho político a empreender na Sociedade de Informação que passe pela subversão das noções de público e de publicização ligadas a uma incitação à comunicabilidade que marca nossa Era, de maneira a constituir uma maquinaria comunicativa a ser inventada nos meandros da megamáquina informacional. O terceiro trabalho que compõe esta Mesa, parte da seguinte questão: quais são as palavras de ordem que circulam pela docência e que efeitos produzem no processo de subjetivação dos trabalhadores em educação? Assim, coloca-se em cena com essa reflexão a processualidade subjetiva da tarefa docente reconhecendo que pensar sobre esta temática implica percorrer uma

imbricada trama de relações, não apenas entre professor(a)s e aluno(as), mas também entre professor(a)s e colegas, professor(a)s e pais, professor(a)s e funcionários, professor(a)s e currículo. A linha a percorrer na discussão deste trabalho persegue aquilo que se refere a uma estética da existência possível na vivência do trabalho docente, problematizando a respeito de caminhos que levem a um processo educativo no e pelo trabalho docente que seja pautado em uma política da linguagem que aposte na expansão da vida. Nesta linha, são propostas reflexões a respeito dos modos de linguagem que marcam a tensão entre trabalho prescrito e invenção; entre exercício do trabalho docente operado pelo que se designa como “personagem da ordem” versus “personagem conceitual”. Busca-se, então, a afirmação de uma prática docente sintonizada com a comunicação de signos para assim subverter a gramática pela “produção de vazios” nos sentidos em lugar de uma totalidade quase sempre visada pelo “preenchimento” com conteúdos programáticos. Discute-se, enfim, as linhas que constituem um “professor anti-logos”, aquele que seguindo o encaço da criação, produz-se como um “professor pró-esthesis”. Os referenciais teóricos nos quais inscrevem-se os três trabalhos aqui propostos situam-se nos campos de discussão sobre a Subjetividade e a Filosofia da Diferença, dos quais destacamos os seguintes autores como interlocutores: Gilles Deleuze, Félix Guattari e Michel Foucault.

**Palavras-chaves:** linguagem, loucura, rede tecnológica, trabalho docente, estética

**Trabalho:** Reflexões sobre linguagem: escrita e loucura; rede tecnológica e política; trabalho docente e estética da existência

**Autor(es):** Regina Longaray Jaeger, Eliana Perez Gonçalves de Moura, Fernanda Spanier Amador

**Resumo:** Este trabalho tem como eixo a linguagem. Propondo-se como Mesa Redonda, reúne três temas a ele articulados: escrita e loucura, rede tecnológica e política, e trabalho docente e estética da existência. No primeiro tema, é abordada a produção da escrita de uma paciente que está internada num hospital psiquiátrico há mais de 20 anos. Trata de uma mulher que não se satisfaz com o destino traçado; que não se entrega como um mero resíduo de um projeto político e social de enclausuramento; que busca extrair as potências e variações da palavra que foram destituídas de sentido, trazendo a dimensão do desejo em seguir os fluxos dos movimento da história. O que é a escrita senão um instrumento potente de conectar-se com o mundo? Escrita que interroga e fura a espessura histórica desmanchando suas identidades enclausurantes; entrando em devires, em constantes experimentações que fazem aberturas para o futuro. A escrita desta mulher é um grito, espécie de língua estrangeira que sai dessa espessura histórica na qual está mergulhada. Escrita-desejo, despreendimento de si, de fazer contato com outros, tornando-se outra, superando sua loucura. Escrita-luta ativa entre a repartição da história; tensora dos sons, dos gestos, extratora das variações e intensidades de todas as possibilidades que estão por vir. O segundo tema discutido aborda os modos de comunicabilidade empreendidos no universo das Novas Tecnologias, procurando refletir sobre as possibilidades de ultrapassamento dos efeitos de uma certa discursividade já instalada - quase que como obviedade - de que nessa esfera, vida e criação nutrem-se uma a outra. Considerando que as fronteiras humanos-máquinas são transgredidas no universo tecnológico e que tal aspecto pode ser explorado como um dos componentes de um necessário trabalho político frente a modos de dominação, discute-se a respeito de uma micropolítica na rede tecnológica que se faça por heterogeneidade expressiva. Busca-se encontrar vias de resistência aos movimentos de tradução da heterogeneidade expressiva pela codificação digital propondo um debate sobre as resistências que se operariam por uma espécie de (in) disciplina nas cadeias discursivas estabelecidas nos ambientes computadorizados, na tentativa de efetivamente constituí-los, como espaço de encontro de sons, palavras, idéias que produzam diferença. A indagação central do trabalho é: quais são os atos interiores às falas que se produzem e reproduzem nos ambientes informatizados? A partir daí, problematiza-se a respeito de um trabalho político a empreender na Sociedade de Informação que passe pela subversão das noções de público e de publicização ligadas a uma incitação à comunicabilidade que marca nossa Era, de maneira a constituir uma maquinaria comunicativa a ser inventada nos meandros da megamáquina informacional. O



terceiro trabalho que compõe esta Mesa, parte da seguinte questão: quais são as palavras de ordem que circulam pela docência e que efeitos produzem no processo de subjetivação dos trabalhadores em educação? Assim, coloca-se em cena com essa reflexão a processualidade subjetiva da tarefa docente reconhecendo que pensar sobre esta temática implica percorrer uma imbricada trama de relações, não apenas entre professor(a)s e aluno(as), mas também entre professor(a)s e colegas, professor(a)s e pais, professor(a)s e funcionários, professor(a)s e currículo. A linha a percorrer na discussão deste trabalho persegue aquilo que se refere a uma estética da existência possível na vivência do trabalho docente, problematizando a respeito de caminhos que levem a um processo educativo no e pelo trabalho docente que seja pautado em uma política da linguagem que aposte na expansão da vida. Nesta linha, são propostas reflexões a respeito dos modos de linguagem que marcam a tensão entre trabalho prescrito e invenção; entre exercício do trabalho docente operado pelo que se designa como “personagem da ordem” versus “personagem conceitual”. Busca-se, então, a afirmação de uma prática docente sintonizada com a comunicação de signos para assim subverter a gramática pela “produção de vazios” nos sentidos em lugar de uma totalidade quase sempre visada pelo “preenchimento” com conteúdos programáticos. Discute-se, enfim, as linhas que constituem um “professor anti-logos”, aquele que seguindo o enalço da criação, produz-se como um “professor pró-esthesis”. Os referenciais teóricos nos quais inscrevem-se os três trabalhos aqui propostos situam-se nos campos de discussão sobre a Subjetividade e a Filosofia da Diferença, dos quais destacamos os seguintes autores como interlocutores: Gilles Deleuze, Félix Guattari e Michel Foucault.

**Palavras-chaves:** Linguagem, Loucura, Rede digital, Trabalho docente, Estética

**Trabalho:** Reflexões sobre linguagem: escrita e loucura; rede tecnologia e política; trabalho docente e estética da existência

**Autor(es):** Eliana Perez Gonçalves de Moura

**Resumo:** Este trabalho tem como eixo a linguagem. Propondo-se como Mesa Redonda, reúne três temas a ele articulados: escrita e loucura, rede tecnológica e política, e trabalho docente e estética da existência. No primeiro tema, é abordada a produção da escrita de uma paciente que está internada num hospital psiquiátrico há mais de 20 anos. Trata de uma mulher que não se satisfaz com o destino traçado; que não se entrega como um mero resíduo de um projeto político e social de enclausuramento; que busca extrair as potências e variações da palavra que foram destituídas de sentido, trazendo a dimensão do desejo em seguir os fluxos dos movimentos da história. O que é a escrita senão um instrumento potente de conectar-se com o mundo? Escrita que interroga e fura a espessura histórica desmanchando suas identidades enclausurantes; entrando em devires, em constantes experimentações que fazem aberturas para o futuro. A escrita desta mulher é um grito, espécie de língua estrangeira que sai dessa espessura histórica na qual está mergulhada. Escrita-desejo, despreendimento de si, de fazer contato com outros, tornando-se outra, superando sua loucura. Escrita-luta ativa entre a repartição da história; tensora dos sons, dos gestos, extratora das variações e intensidades de todas as possibilidades que estão por vir. O segundo tema discutido aborda os modos de comunicabilidade empreendidos no universo das Novas Tecnologias, procurando refletir sobre as possibilidades de ultrapassamento dos efeitos de uma certa discursividade já instalada - quase que como obviedade - de que nessa esfera, vida e criação nutrem-se uma a outra. Considerando que as fronteiras humanos-máquinas são transgredidas no universo tecnológico e que tal aspecto pode ser explorado como um dos componentes de um necessário trabalho político frente a modos de dominação, discute-se a respeito de uma micropolítica na rede tecnológica que se faça por heterogeneidade expressiva. Busca-se encontrar vias de resistência aos movimentos de tradução da heterogeneidade expressiva pela codificação digital propondo um debate sobre as resistências que se operariam por uma espécie de (in) disciplina nas cadeias discursivas estabelecidas nos ambientes computadorizados, na tentativa de efetivamente constituí-los, como espaço de encontro de sons, palavras, idéias que produzam diferença. A indagação central do trabalho é: quais são os atos interiores às falas que se produzem e reproduzem nos ambientes informatizados? A partir daí, problematiza-se a respeito de um trabalho político a empreender na Sociedade de Informação que passe pela subversão das noções de público e de publicização ligadas a uma incitação à comunicabilidade que marca nossa Era, de maneira a constituir uma

maquinaria comunicativa a ser inventada nos meandros da megamáquina informacional. O terceiro trabalho que compõe esta Mesa, parte da seguinte questão: quais são as palavras de ordem que circulam pela docência e que efeitos produzem no processo de subjetivação dos trabalhadores em educação? Assim, coloca-se em cena com essa reflexão a processualidade subjetiva da tarefa docente reconhecendo que pensar sobre esta temática implica percorrer uma imbricada trama de relações, não apenas entre professor(a)s e aluno(as), mas também entre professor(a)s e colegas, professor(a)s e pais, professor(a)s e funcionários, professor(a)s e currículo. A linha a percorrer na discussão deste trabalho persegue aquilo que se refere a uma estética da existência possível na vivência do trabalho docente, problematizando a respeito de caminhos que levem a um processo educativo no e pelo trabalho docente que seja pautado em uma política da linguagem que aposte na expansão da vida. Nesta linha, são propostas reflexões a respeito dos modos de linguagem que marcam a tensão entre trabalho prescrito e invenção; entre exercício do trabalho docente operado pelo que se designa como “personagem da ordem” versus “personagem conceitual”. Busca-se, então, a afirmação de uma prática docente sintonizada com a comunicação de signos para assim subverter a gramática pela “produção de vazios” nos sentidos em lugar de uma totalidade quase sempre visada pelo “preenchimento” com conteúdos programáticos. Discute-se, enfim, as linhas que constituem um “professor anti-logos”, aquele que seguindo o encaixe da criação, produz-se como um “professor pró-esthesis”. Os referenciais teóricos nos quais inscrevem-se os três trabalhos aqui propostos situam-se nos campos de discussão sobre a Subjetividade e a Filosofia da Diferença, dos quais destacamos os seguintes autores como interlocutores: Gilles Deleuze, Félix Guattari e Michel Foucault.

**Palavras-chaves:** Linguagem, Loucura, Rede digital, Trabalho docente, Estética da existência

**Atividade: Histórias anônimas do cotidiano carioca: (Paineis)**

**Trabalho:** Histórias anônimas do cotidiano carioca: Narrativas urbanas de moradores que vivem só.

**Autor(es):** Luis Antônio Baptista, Gabriela Silva de Lima, Lidiane Pereira Raposo, Estevão Virginio, Cláudia Freire Vaz, Guilherme Candido Costa, Rafael Moraes, Verônica Duarte Processi, Vinicius Teixeira Bandeira, Vivian Rocha Pires

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo apresentar as inquietações que vêm permeando e orientando uma pesquisa em curso no Departamento de Psicologia da UFF, que pretende investigar as articulações da experiência urbana com os processos de subjetivação contemporâneos, desvitalizadores das possibilidades humanas de interferir no campo social - processos que paralisam o sujeito, formatando-o no inseguro e privatizado universo da falta. Simultaneamente, o projeto visa detectar resistências afirmativas de modos de operar sobre si que enfrentem, nas lutas minúsculas do dia-a-dia, o anestesiante torpor político da atualidade o qual nos lega a indiferença por tudo aquilo que não seja eu ou a impermeável comunidade dos iguais. Especificamente, investigaremos modalidades de criação de sentido da existência do homem comum, o anônimo na grande cidade, por meio de suas narrativas sobre o viver só no Rio de Janeiro. Pretendemos destacar, dessas narrativas, artes impessoais, astúcias e táticas no combate às forças políticas que poderiam enfraquecê-las remetendo-as à particularização da diferença ou a um presente sem história. Desse homem anônimo, inspirados nas concepções de história de Michel Foucault e Walter Benjamin, desejamos a inconclusividade daquilo que é narrado, para que as cidades estejam permanentemente ocupadas por misturas de narrações

disponíveis a todos; do homem infame, das suas narrações sobre dores e artes na cidade, da precariedade aparente de seu viver só, pretendemos extrair experimentações de modos de operar a existência que tencionem sociabilidades naturalizadas, projetos e fracassos alheios ao conflitivo e inacabado mundo da cotidianidade. Operacionalizaremos nossos objetivos através das narrativas de homens e mulheres de diferentes idades, etnias, práticas sexuais, religiosas, tipos de trabalho, escolaridade, entre outras particularidades, que vivem sozinhos em um prédio da zona sul do Rio de Janeiro. Os pesquisadores são divididos em duplas, nas quais ambos exercem, alternadamente, o papel de entrevistador e de comentador. Do comentador, esperamos que ele possa produzir estranhamento ao que foi experienciado nas entrevistas, tornando as entrevistas passíveis de inúmeras montagens. Walter Benjamin alerta-nos para a disponibilidade ou vulnerabilidade do pesquisador aos sobressaltos, estranhamentos disparados pelo anônimo que possam destruir uma narrativa finalizada, compacta, tornando-a aberta a parecerias que afirmem outras formas de existir e de se fazer história. Na formulação dessas entrevistas, adota-se a contribuição da proposta ética utilizada pela equipe de filmagem do documentário “Edifício Máster”, dirigido pelo cineasta Eduardo Coutinho, que propõe um movimento de abertura para o outro apostando desta forma na imprevisibilidade e na força desacomodadora da alteridade. Desse modo, nossas análises utilizarão os seguintes eixos: Cidade, onde pretendemos conhecer que Rio de Janeiro é esse que atravessa e se apresenta como co-autor dos modos de existência; Dores, deste objetivamos detectar a presença ou não de obstáculos e agruras no cotidiano de uma pessoa que vive só, destituindo, dessas dores, a exclusividade do sentido de quem a possui. A partir daí, criaremos contrastes entre isolamentos e formas de estar só, relacionando-os com os processos de subjetivação do capitalismo contemporâneo; por fim, do eixo Artes, inspirados em Michel de Certeau, destacaremos astúcias ou artimanhas inventadas no enfrentamento do dia-a-dia, que serão traduzidas em modos de operar em si, em resistências afirmativas criadas no cotidiano. De cada eixo proposto, pretendemos elaborar narrativas onde o eu ou o nós sejam apenas um ponto de partida na construção desse mosaico de narrações. A respeito do pesquisador-narrador, ele se deterá naquilo que “não tem importância”, algo que a história oficial qualifica como irrelevante. Esse narrador também é um narrador sucateiro, que busca no “lixo”, no resto, uma forma de historicizar o presente, entendendo-o não como algo inevitável ou conclusivo. Do homem infame, que metaforicamente entendemos como detritos da cidade, poderá surgir algo relevante para pensarmos o cotidiano carioca, apresentando-nos a inconclusividade de suas e das nossas histórias; porque consideramos este mundo, que se baseia no mercado de felicidade, no alheamento ao outro, um modelo que fracassa em suas promessas, tornando o presente insuportável. Do “lixo” não buscamos salvá-lo, mas sim ouvir outras histórias, abrindo desta forma, caminhos diferenciados que coloquem em análise um mundo sem saída. Queremos ouvir o que uma pessoa tomada como desvitalizada pode nos dizer sobre o cotidiano e assim, por em questão os discursos tomados como verdades e formas de sociabilidades comumente universalizadas. Desejamos em nossa pesquisa, investigar o que tem a nos dizer a solidão dos chamados “homens sem qualidades” sobre a mesma cidade que partilhamos? Nas zonas recônditas de uma cidade habitariam narrativas inconclusas propondo-nos, inspirados em uma ética, o revezamento para continuarmos suas histórias? Para que? O que as pessoas que vivem só no Rio de Janeiro têm a nos dizer sobre essas astúcias? Dessas indagações também desejamos refletir sobre as tensões singulares do contemporâneo forjadas pelas articulações entre subjetividade e capitalismo, por meio das quais, “estória” e história entrelaçadas possam tramar inesgotáveis escapes a um mundo sem saída.

**Palavras-chaves:** cidade, subjetividade, narrativas, história

**Atividade: Confiança, Narcisismo e Subjetividade.  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Confiança, Narcisismo e Subjetividade.

**Autor(es):** Antonio Luiz de Medina Filho

**Resumo:** Este trabalho tem por finalidade realizar uma reflexão sobre as relações existentes entre os conceitos de Confiança, Narcisismo e Subjetividade. O conceito de confiança, ou mais precisamente as Representações Sociais da Confiança, constitui o foco de meu interesse

acadêmico, uma vez que este é o título de minha tese de doutoramento em Psicologia Social, pelo PPGPS da UERJ. Este trabalho se utiliza das abordagens teóricas de autores como Sigmund Freud, Ulrich Beck, Richard Sennett, Zigmunt Bauman, Pierre Bourdieu e Stuart Hall, entre outros.No interior das sociedades pós-modernas podemos identificar claramente a importância cada vez maior que assume a questão da Confiança. Estamos hoje diante de um processo de produção de subjetividade que nos impõe uma constante avaliação de riscos, o que implica em um aumento geral da desconfiança, do medo e da insegurança, ao mesmo tempo em que a confiança se constitui no fundamento básico para a vida social e para o indivíduo.Utilizamos o conceito freudiano de Narcisismo para entender as nuances fundamentais do tipo de personalidade que tem se destacado na subjetividade pós-moderna e esclarecer o processo pelo qual o sentimento de Confiança se organiza como fenômeno fundamental das relações sociais neste atual momento da nossa civilização. O caráter narcisista se configura como o ápice da construção da representação social de indivíduo livre e autônomo, que tem sua configuração básica expressa pelos filósofos do iluminismo e aparece no mundo contemporâneo de forma proeminente. As soluções particularistas são exaltadas em lugar das coletivas, o individual no lugar do social.Já que a esfera pública está diluída e fragmentada, seu papel acabou sendo realizado pelo “grande outro generalizado”, a mídia e, em especial, a televisão. Fundamentalmente, o papel da publicidade tem de ser destacado, pois é esta que através da criação de comerciais produz sentidos para os objetos que são oferecidos no mercado global e local. Os slogans vinculados às marcas adicionam valores inexistentes aos produtos vendidos no mercado: “Você pode tudo”, pode adquirir “Um mundo sem fronteiras”, experimentar “A coisa real”, e acreditar que eu “Amo muito tudo isso”. É pelo consumo acreditamos nos realizar como pessoa, que criamos identidade e pertencimento. A indústria da publicidade é capaz de construir vínculos amorosos entre ou criar significados pseudo-espirituais vinculando-os a seus produtos.A mídia é responsável pela ampla difusão do modelo representativo desta imagem de personalidade: indivíduo auto-centrado que procura incessantemente a autorealização, vive intensamente o presente, acredita-se onipotente e persegue incansavelmente o sucesso e a fama, é manipulador, buscando a vantagem própria utilizando-se dos outros para tal fim e despreza as questões coletivas.A personalidade narcisista se estabelece como característica da pós-modernidade. O individualismo narcisista leva a uma grande contradição no mundo contemporâneo: exagerada preocupação consigo mesmo, no sentido de se autoconhecer e promover sua satisfação e felicidade, contrapostas a um julgamento de valor sobre pessoas e coisas que inviabiliza esta possibilidade de satisfação e felicidade. Individualismo e suas conseqüências: impermanência e fragilidade das relações amorosas e profissionais. Relações entre narcisismo e consumismo: personalidade narcisista se apresenta como mais receptiva aos processos persuasivos do marketing

**Palavras-chaves:** Subjetividade,Confiança,Narcisismo,Representações Sociais

**Trabalho:**Confiança, Narcisismo e Subjetividade.

**Autor(es):**

**Resumo:** Este trabalho tem por finalidade realizar uma reflexão sobre as relações existentes entre os conceitos de Confiança, Narcisismo e Subjetividade. O conceito de confiança, ou mais precisamente as Representações Sociais da Confiança, constitui o foco de meu interesse acadêmico, uma vez que este é o título de minha tese de doutoramento em Psicologia Social, pelo PPGPS da UERJ. Este trabalho se utiliza das abordagens teóricas de autores como Sigmund Freud, Ulrich Beck, Richard Sennett, Zigmunt Bauman, Pierre Bourdieu e Stuart Hall, entre outros.No interior das sociedades pós-modernas podemos identificar claramente a importância cada vez maior que assume a questão da Confiança. Estamos hoje diante de um processo de produção de subjetividade que nos impõe uma constante avaliação de riscos, o que implica em um aumento geral da desconfiança, do medo e da insegurança, ao mesmo tempo em que a confiança se constitui no fundamento básico para a vida social e para o indivíduo.Utilizamos o conceito freudiano de Narcisismo para entender as nuances fundamentais do tipo de personalidade que tem se destacado na subjetividade pós-moderna e esclarecer o processo pelo qual o sentimento de Confiança se organiza como fenômeno fundamental das relações sociais neste atual momento da nossa civilização. O caráter narcisista se configura como o ápice da construção da representação social de indivíduo livre e autônomo, que tem sua

configuração básica expressa pelos filósofos do iluminismo e aparece no mundo contemporâneo de forma proeminente. As soluções particularistas são exaltadas em lugar das coletivas, o individual no lugar do social. Já que a esfera pública está diluída e fragmentada, seu papel acabou sendo realizado pelo “grande outro generalizado”, a mídia e, em especial, a televisão. Fundamentalmente, o papel da publicidade tem de ser destacado, pois é esta que através da criação de comerciais produz sentidos para os objetos que são oferecidos no mercado global e local. Os slogans vinculados às marcas adicionam valores inexistentes aos produtos vendidos no mercado: “Você pode tudo”, pode adquirir “Um mundo sem fronteiras”, experimentar “A coisa real”, e acreditar que eu “Amo muito tudo isso”. É pelo consumo acreditamos nos realizar como pessoa, que criamos identidade e pertencimento. A indústria da publicidade é capaz de construir vínculos amorosos entre ou criar significados pseudo-espirituais vinculando-os a seus produtos. A mídia é responsável pela ampla difusão do modelo representativo desta imagem de personalidade: indivíduo auto-centrado que procura incessantemente a autorealização, vive intensamente o presente, acredita-se onipotente e persegue incansavelmente o sucesso e a fama, é manipulador, buscando a vantagem própria utilizando-se dos outros para tal fim e despreza as questões coletivas. A personalidade narcisista se estabelece como característica da pós-modernidade. O individualismo narcisista leva a uma grande contradição no mundo contemporâneo: exagerada preocupação consigo mesmo, no sentido de se autoconhecer e promover sua satisfação e felicidade, contrapostas a um julgamento de valor sobre pessoas e coisas que inviabiliza esta possibilidade de satisfação e felicidade. Individualismo e suas conseqüências: impermanência e fragilidade das relações amorosas e profissionais. Relações entre narcisismo e consumismo: personalidade narcisista se apresenta como mais receptiva aos processos persuasivos do marketing

**Palavras-chaves:** Confiança, Subjetividade, Narcisismo, Representações Sociais

**Atividade: O corpo da mulher em correção (Painéis)**

**Trabalho:** O corpo da mulher em correção: subjetividade e cirurgia estética

**Autor(es):** Karine Magalhães Fernandes Vieira, Leônia Cavalcante Teixeira

**Resumo:** A Psicanálise freudiana pensa o sujeito como uma realidade dinâmica e que se edifica a partir de suas relações e produções sociais. Ela reflete sobre um corpo-sujeito atravessado por valores, padrões e por construções culturais. A partir da perspectiva psicanalítica articula-se a idéia de que sujeito, sociedade e cultura se entrelaçam, constituindo-se mutuamente. Considerou-se, a partir de Jurandir Freire Costa e David Le Breton que o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e do sistema econômico do capitalismo delinea novas maneiras de perceber a experiência corporal. Nas sociedades capitalistas o corpo assume a cena social, sendo protagonista e foco da atenção nas relações sociais. A tradição e os valores morais, que, outrora, serviam como referência ao desenvolvimento do sujeito, passaram a ser gradativamente trocados por valores que privilegiam a liberdade e a expressão corporal. A inserção no contexto social ocorre, na atualidade, essencialmente por meio das imagens, das sensações e do status. Esta realidade impõe ao sujeito grande preocupação com a apresentação e com a forma físicas, haja vista que os valores centrados na exterioridade corporal balizam a experiência no mundo. O discurso médico sobre a qualidade de vida, a saúde e a perfeição corporal conquista, cada vez mais, espaço na vida dos sujeitos, delineando maneiras de ser e de agir socialmente. Percebe-se que atualmente o sujeito se dedica a diferentes atividades e procedimentos que o ajudam no caminho da boa forma e da qualidade de vida. Na presente pesquisa, investigou-se a cirurgia estética, haja vista que ela se destaca como um dos principais procedimentos médicos para cumprir, principalmente, nos corpos femininos, o ideal de perfeição. Procurou-se, a partir da Psicanálise freudiana em diálogo com as áreas da Sociologia e da Antropologia, escutar o que os corpos femininos modificados pela cirurgia estética têm a falar sobre suas experiências. Objetivou-se investigar as motivações que definem as experiências corporais das mulheres que se submeteram à cirurgia estética e suas implicações subjetivas. Para tanto, identificou-se as expectativas, afetos e repercussões psicossociais do corpo modificado. A pesquisa foi de cunho

qualitativo, sem pretensões de generalização estatística, tendo sido realizada com seis mulheres a partir de entrevistas com roteiro semi-estruturado. Os relatos foram organizados e discutidos a partir de três categorias de análise: o corpo carnal e o ideal estético, o olhar do outro, feminilidade e a dimensão da falta. Foram percebidas figurações de um corpo-palco de prazer, beleza, satisfação, mas também, de insatisfações, incompletudes e mal-estares: corpo insuficiente que se torna campo de batalha em busca da perfeição e da plenitude. Observou-se que o corpo feminino é modificado pela cirurgia estética não para livrar-se de uma doença orgânica, mas para aliviar-se de um mal-estar social expresso subjetivamente. Empenhado em tamponar a falta, os defeitos e os limites do humano, o discurso técnico científico, mediado pela cirurgia estética, propõe uma nova normatização do corpo feminino, a de que basta querer para ser bela e feliz. A ciência faz a sua parte, oferecendo as descobertas e produções, em torno dos cuidados e do embelezamento corporal, não mais aceitando por parte dos sujeitos o cultivo dos desajustes ao que se institui socialmente como belo e normal. Percebeu-se que a forma de lidar com os corpos na atualidade tem fortes implicações subjetivas. O sujeito contemporâneo em meio à intensa convocação à ação, ao prazer, às satisfações, bem como à adesão aos inúmeros produtos e tecnologias criados e divulgados na mídia como ideal de felicidade, sente-se fatigado de si mesmo, impotente e frustrado em suas estratégias de busca do corpo perfeito, já que, a cada instante, são desautorizados por novas produções e convocados a aderir a novos modelos. O corpo feminino parece estar sempre em dívida e muito longe de alcançar as exigências e as atualizações divulgadas na mídia. Esta realidade acentua a insatisfação das mulheres com os corpos, fazendo com que travem uma angustiada batalha contra a imagem corporal. Observou-se, assim, uma grande incidência de mal-estares em torno da fadiga e da impotência, que muitas vezes se traduzem nos quadros depressivos. As mulheres vivenciam um vazio existencial, não significando pessoalmente as suas ações no mundo, delegando esta responsabilidade, principalmente, ao discurso médico. Os mal-estares, próprios da condição humana - como o tédio, o desamparo, o medo, as inseguranças e as frustrações - emergem no corpo como sintomas que devem ser diagnosticados e curados pela ciência e mais especificamente pela Medicina. Com esta pesquisa procurou-se contribuir com a área da saúde nas suas interfaces com a Psicanálise principalmente possibilitando estudos e intervenções interdisciplinares nos quais tanto os profissionais da área médica quanto os do campo da psicologia compreendam as diversidades e as demandas do corpo que clamam por uma escuta – em termos psicanalíticos – menos reducionista e menos adaptadora a padrões higiênicos, normatizadores de modos hegemônicos de constituição subjetiva.

**Palavras-chaves:** Corpo,Mulher,Cirurgia Estética,Cultura,Psicanálise

**Atividade: A ANÁLISE INSTITUCIONAL COMO DISPOSITIVO POTENCIALIZADOR DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO AUTOGESTIONÁRIO NA REGIÃO DA LEOPOLDINA – RIO DE JANEIRO (Experiências em Debate)**

**Trabalho:A ANÁLISE INSTITUCIONAL COMO DISPOSITIVO POTENCIALIZADOR DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO AUTOGESTIONÁRIO NA REGIÃO DA LEOPOLDINA – RIO DE JANEIRO**

**Autor(es):** Luís Gustavo Wagner Gomes

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo narrar como determinados dispositivos da Análise Institucional têm funcionado como ferramentas para a potencialização e desdobramento de uma proposta de desenvolvimento comunitário autogestionário, construída por uma rede de aproximadamente 30 grupos comunitários: a Aliança Solidária da Leopoldina e Adjacências (ASLA). A Leopoldina é uma região situada na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, constituída de cerca de 700 mil habitantes que se distribuem pelos complexos de favelas da Maré, de Manguinhos, da Penha, do Alemão e por 11 bairros dispostos numa área que vai de Manguinhos até Jardim América, composta de mais de 100 comunidades de favelas. Nessa região, em julho de 2002, diversos grupos populares, que se organizam em torno de iniciativas de conseguir melhorias nos serviços de atenção à saúde, nos organismos sócio-educativos, no saneamento básico, na questão da habitação, da segurança, na reforma e planejamento urbanos em seus locais de moradia, reuniram-se para recordar seus sonhos. Decidiram se apoiar,

trocando esforços, recursos, habilidades e assim surgiu a ASLA. Em junho de 2004, a ASLA, junto à equipe de pesquisadores que havia trabalhado na ONG Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina (CEPEL), constituiu o Centro de Aliança de Saberes e Ações Solidárias da Leopoldina (CASASOL), uma organização não-governamental vinculada, através de um convênio de cooperação técnico-científica, à Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), em Manguinhos. Através do CASASOL a ASLA, formada por grupos populares e pesquisadores, vem reunindo pessoas e esforços dentro dessa própria rede, no sentido de criar ambientes e oportunidades de construção de pesquisas voltadas para o delineamento de uma proposta de desenvolvimento comunitário autogestionário para a Leopoldina. Estão em fase inicial de preparação três pesquisas, as quais têm servido para o fortalecimento das ações para um estilo de desenvolvimento comunitário construído a partir dos próprios grupos populares locais, na tentativa da autogestão: a pesquisa sobre os modos de organização da ASLA para conseguir a sustentabilidade de uma vida de melhor qualidade, em termos sócio-econômicos, culturais e ambientais; a pesquisa sobre a memória afro-descendente e indígena, a partir dos relatos orais de jovens, adultos e idosos e a pesquisa sobre os homens e mulheres que trabalham em seus próprios domicílios como prestadores de serviços, sem contrato de emprego, sem carteira assinada e sem poder usufruir dos direitos trabalhistas envolvidos no status de empregado(a). As pesquisas têm ajudado na construção coletiva e compartilhada de ações de formação: curso de Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS); idiomas estrangeiros como Inglês e Espanhol; cursos de formação profissional em artesanato étnico, corte e costura, a partir da ancestralidade afro e indígena, os quais serão acompanhados de estudo de mercado e da viabilidade sócio-econômica da produção. Há um outro grupo de ações que dizem respeito as articulações para a construção de um ambiente de melhor qualidade na Leopoldina: o Grupo Verdejar Proteção Ambiental e Humanismo, membro da ASLA, vem organizando diversas ações sócio-educativas para congregar as populações de comunidades que se situam em torno da Serra da Misericórdia, área de preservação ambiental e reforma urbana, em torno de medidas de cuidado com a fauna, a flora e tecido urbano, o que inclui diálogos permanentes com os governos municipal e estadual. Todo o processo de trabalho da ASLA compreende uma articulação permanente entre pesquisa e ações na direção do desenvolvimento comunitário autogestionário, o qual vem sendo construído coletivamente através de diálogos entre pessoas e saberes diversos. A ASLA vem se reunindo periodicamente em frentes de trabalho específicas e em reuniões gerais. As reuniões têm funcionado como dispositivos para colocar em análise as normas, valores, critérios, princípios, discursos e sentidos, ou seja, instituições, que ganham corpo nas práticas da ASLA e as sustentam. De semelhante modo, são colocados em análise os modos de estabelecimento de relações entre os membros da ASLA e os desta rede com outras organizações e grupos sociais. A análise de implicações é também um exercício constante. Nesse exercício, os integrantes da ASLA colocam em análise seus vínculos com as instituições que ganham corpo em suas práticas dentro da rede. A autoanálise da ASLA tem sido um processo desdobrado com o auxílio do dispositivo Grupo Operativo. Através da análise das necessidades e anseios da ASLA e de seus membros, o coletivo tem construído critérios de relação os quais têm permitido definir diferentes tarefas de acordo com os desafios que se apresentam, exercitando um modo de organização baseado na cooperação, na gestão coletiva dos processos e na tentativa de produzir crises em modos cristalizados de operar no cotidiano, os quais se manifestam nas formas das oposições teoria/prática, concepção/execução, trabalho intelectual/trabalho manual, sujeito/objeto, alienação/conscientização e saber acadêmico/saber popular.

**Palavras-chaves:** Desenvolvimento, Comunidades, Autogestão

**Atividade: O direito à cidade e a produção de subjetividade do homem urbano contemporâneo (Painéis)**

**Trabalho:** O direito à cidade e a produção de subjetividade do homem urbano contemporâneo

**Autor(es):** Ana Lúcia Gonçalves Maiolino, Alessandra Moraes Silva, Daniela da Cunha e Souza, Leonardo Henrique Cabral, Tânia Abreu da Silva Victor

**Resumo:** O pôster aborda um dos temas relevantes à pesquisa “Espaço Urbano Contemporâneo e Subjetividade: em foco as favelas do Rio de Janeiro”, em curso no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que se refere ao direito e ao uso do solo urbano e sua relação com a produção de subjetividade do homem contemporâneo. Sobretudo a partir da década de 70, impulsionada pela ação dos movimentos sociais e de entidades ligadas à questão da habitação, a discussão sobre o uso social do solo urbano ganha relevância no cenário nacional. No entanto, é apenas na virada para o século XXI que o direito à moradia é instituído como um direito social para toda a população brasileira, através da Emenda Constitucional nº 26, de 14/02/2000, que o incorpora ao art. 6º - Direitos Sociais - da Constituição Federal de 1988. Em 2001, outro significativo passo em direção à consolidação deste direito é dado, com a promulgação da Lei nº 10.257 (“Estatuto da Cidade”), após 12 anos de tramitação no Congresso Nacional, e da Medida Provisória 2.220, que entra em vigor no mesmo ano. Estas leis permitem, finalmente, a regulamentação da aplicação do que fora definido pela Constituição, criando mecanismos que garantem a possibilidade de regularização de favelas e loteamentos irregulares em centros urbanos. Por outro lado, o que se observa historicamente em países do terceiro mundo é uma ineficiência e, em muitos casos, a própria inexistência de políticas públicas voltadas à produção de moradia popular e à reurbanização das áreas de ocupação ilegal já existentes. No caso do Brasil e em especial de grandes cidades como o Rio de Janeiro, verifica-se, como consequência, um crescimento dessas áreas sempre superior ao crescimento das cidades como um todo e uma permanência de condições de habitação bastante precárias na maioria dos locais, apesar da implantação de alguns programas de reurbanização. No que tange à efetivação da regularização fundiária das áreas de favelas, o quadro não é diferente e, mesmo em presença do Estatuto da Cidade, em pouquíssimas favelas o processo já foi iniciado. Uma das poucas exceções na cidade do Rio de Janeiro é o processo de Regularização Fundiária que se encontra em curso em quatro áreas da favela da Rocinha, uma das maiores favelas cariocas (segundo o Censo 2000, do IBGE, sua população contava com cerca de 55.500 habitantes, mas o número vem sendo contestado, havendo estimativas que apontam para mais de 100 mil habitantes). A pesquisa vem centrando o foco em uma dessas áreas, o Laboriaux, cuja ocupação surge, no início da década de 80, como resultado de uma remoção realizada pela própria Prefeitura, deslocando 76 famílias do Valão, no Campo Esperança (parte baixa da favela), para esta área mais alta da favela, de difícil acesso na época e até então pouquíssimo habitada. A ocupação no Laboriaux intensifica-se a partir deste momento e atualmente estima-se que já são mais de 800 imóveis construídos na área. Tendo como base um referencial teórico transdisciplinar, a pesquisa “Espaço Urbano e Subjetividade: um foco sobre as favelas do Rio de Janeiro”, volta-se, dentre outros aspectos, ao entendimento de questões relacionadas ao uso do solo urbano, buscando correlacionar a trama desenvolvida em determinados espaços da cidade, com a produção de subjetividade contemporânea. Através dos trabalhos de campo realizados no Laboriaux, almeja-se reconhecer atravessamentos – percepções, sentimentos e ações – que são produzidos nos moradores dessa parte da cidade “ilegal” em face da possibilidade de regularizar a posse de suas casas. Interessa-nos conhecer suas chegadas e permanências na Rocinha; suas vivências cotidianas frente à ilegalidade; suas desconfianças ou apostas em relação ao poder público; seu interesse ou indiferença em relação às ações que vêm sendo implementadas; suas expectativas; suas percepções sobre a Rocinha e o Rio de Janeiro como um todo; sua circulação pela cidade e possíveis mudanças da relação estabelecida com aquele lugar, a partir da hipótese de regularização. Os trabalhos de campo tiveram início em julho de 2006, com o auxílio da Associação dos Moradores do Laboriaux e da Vila Cruzado no estabelecimento do contato inicial com os entrevistados, e se compõem da realização de entrevistas semi-estruturadas, a partir de um roteiro elaborado pela equipe. Até dezembro foram realizadas 20 entrevistas. O material é gravado, com a autorização dos moradores e transcrito na íntegra, uma vez que não nos interessa buscar tendências majoritárias ou estatísticas de qualquer questão abordada, mas justamente capturar os detalhes das falas, os possíveis sentidos das omissões, a diversidade de relações estabelecidas com o espaço urbano e com a sociedade por aqueles que se dispõem a nos contar parcelas de suas histórias. Em janeiro de 2007, as últimas entrevistas realizadas nesta primeira fase dos trabalhos



encontram-se em fase final de transcrição, tendo-se iniciado a etapa de análise do material disponível.

**Palavras-chaves:** Subjetividade, Estudos Urbanos, Direitos Sociais

**Atividade:** Narrativas autobiográficas de jovens vinculados a medidas sócio-educativas (Comunicações Científicas)

**Trabalho:** Narrativas autobiográficas de jovens vinculados a medidas sócio-educativas

**Autor(es):** João Paulo Lopes Coêlho, Francisca Adriana Serpa, James Ferreira Moura Junior, Joyce Cristina dos Santos Aguiar, Idilva Maria Pires Germano, Ana Rochelle Onofre Borges, Julia Mota Farias

**Resumo:** Este trabalho relata a pesquisa realizada com jovens vinculados a medidas sócio-educativas (Secretaria da Ação Social do Ceará) em Fortaleza. A pesquisa visou investigar as narrativas autobiográficas de uma seleção de jovens em Liberdade Assistida e outras medidas, de modo a compreender como organizam a experiência do passado, projetam o futuro e elaboram um conceito de si, mediante a construção de enredos, suscitados em situação de entrevista. Especificamente, buscou-se focalizar como se dá o processamento das lembranças nas narrativas auto-biográficas desses jovens e analisar o seu papel na invenção de um conceito de si mesmo relativamente coerente. O princípio subjacente é de que o “si mesmo” é memória narrada, um processo ininterrupto de lidar com a experiência temporal. Os estudos teóricos incidiram sobre o conceito de “Identidade narrativa” (Ricoeur, 1994; 1995) e conceitos afins no campo dos estudos de “Psicologia Narrativa”. O quadro paradigmático adotado é o do construtivismo social e as molduras teóricas envolvem, no campo das narrativas autobiográficas, as formulações de Jerome Bruner (1997), Theodore Sarbin (1986), Catherine Riessman (1993), Hinchman et al (2001), Polkinghorne (1988), Brockmeier e Harré (2003) entre outros. De modo geral, esses teóricos compartilham a idéia de “narrativa” como metáfora de base dos estudos humanísticos, em especial a Psicologia, fugindo de uma concepção reducionista da mente como “processamento de informações”. Neste sentido esses estudos defendem uma ênfase na produção e circulação do sentido, ampliando o poder interpretativo das ações individuais e coletivas. Em termos metodológicos, foram realizadas Entrevistas Narrativas com 08 jovens do sexo masculino vinculados ao Projeto Mãos Dadas, seguindo o modelo adaptado de F. Schütze (in Bauer et al, 2000). O objetivo era apreender o sentido global da reconstrução de suas histórias de vidas, processo que ocorre mediante a organização do material da memória em enredos significativos. Tais enredos dão acesso às formas de autocompreensão e comunicação dos episódios de suas histórias e os vários condicionamentos envolvidos nas suas projeções quanto ao futuro. A análise das informações considerou as funções ideacionais (sentido referencial, conteúdo da fala), textuais (estrutura sintática e semântica da fala) e interpessoais (performativas, relação entrevistador-entrevistado) das narrativas. A técnica das Entrevistas Narrativas (EN), dadas as suas características (liberdade do informante, dados sob formato de história e não pergunta-resposta etc.), apresenta a vantagem de mostrar o lugar, o tempo, a motivação e as orientações do sistema simbólico do ator social. Ela permite apreender os fatos sob perspectiva, isto é, de forma situada ou contextualizada. A sistematização de Schütze para a realização das EN inclui Preparação, Iniciação, Narração central, Fase de perguntas e Fala conclusiva. A análise das EN segue uma série de passos: transcrição detalhada das gravações, separação do material indexado e não indexado; tratamento do material indexado; tratamento do material não-indexado; agrupamento e comparação entre trajetórias individuais e identificação de trajetórias coletivas. Como resultados, destacamos aqui algumas convergências que ressaltam das autobiografias dos jovens entrevistados. Estas têm em comum o contexto social de sua produção, caracterizado por pobreza, vulnerabilidade, marginalização. As histórias contadas

transfiguram condições objetivas que estruturam a experiência de vida das informantes, as restrições vinculadas ao lugar social que ocupam. Essas condições encarnam-se nos tipos de cenários, complicações, personagens, fábulas e na paisagem psicológica que modelam as narrativas. Em termos de uma “narrativa prototípica”, conforme as autobiografias, podemos encontrar: 1. Situação inicial: Ambiente familiar de conflito moderado ou ausência de conflito; condições materiais precárias. 2. Perturbação: experiências afetivas/eróticas, com drogas, rituais de virilidade e “masculinidade”, desejo de “curtir” e se aventurar. 3. Transformação: As conseqüências acarretadas pelo tráfico e consumo de drogas e por incursão em práticas criminosas (fragilização dos laços sociais e familiares, institucionalização para menores, violência etc.). 4. Resolução: Tentativas de se livrar das drogas, gangues e outros obstáculos, e de obter trabalho honesto. Cumprimento das medidas judiciais. Pedido de ajuda aos familiares, namoradas e instituições, com ou sem sucesso. 5. Situação final: Final feliz ou infeliz, com projetos de vida vagos ou pouco definidos. Estes e outros resultados obtidos reforçam teorizações acerca dos processos narrativos de construção de si e estimulam a pesquisa autobiográfica. Como afirmam Brockmeier e Harré (2003): “Narrativas são formas inerentes em nosso modo de alcançar conhecimentos que estruturam a experiência do mundo e de nós mesmos. Em outras palavras, a ordem discursiva através da qual nós tecemos nosso universo de experiências emerge apenas como um *modus operandi* do próprio processo narrativo. Ou seja, estamos lidando primariamente não com um modo de representação, mas com um modo específico de construção e constituição da realidade”

**Palavras-chaves:** Narrativa autobiográfica, Entrevista Narrativa, Jovens egressos de medidas sócio-educativas, Invenção de si

**Atividade:** A PSICOLOGIA E A FABRICAÇÃO DE SUBJETIVIDADES CONTEMPORÂNEAS (Paineis)

**Trabalho:** A PSICOLOGIA E A FABRICAÇÃO DE SUBJETIVIDADES CONTEMPORÂNEAS

**Autor(es):** Arthur Arruda Leal Ferreira, Antônio Leitão, Eduardo Bazilio Gomes Correia, Myriam Monteiro, Paloma Mendes Zidan

**Resumo:** A fim de compreendermos a pluralidade de projetos no campo psicológico e a razão de todos estes serem eficazes, supomos a Psicologia como um instrumento de produção de subjetividades. Para tal, utilizamos o modelo de Máquinas de Múltiplas Capturas, segundo o qual uma orientação psicológica surge do cruzamento de experiências oriundas das práticas sociais com diversos conceitos das ciências. Estas práticas sociais, unidas pelo poder da verdade científica, retornam sobre os sujeitos, impondo-se como sua verdade última. O objetivo deste projeto é estudar empiricamente esta produção de subjetividades gerada pelo poder de verdade científica embutido nas práticas psicológicas. Para tal, foram elaborados alguns instrumentos de sondagem empírica, submetidos ao comitê de ética em pesquisa da UFRJ, e aplicados em estudantes do segundo grau de escolas públicas e privadas da cidade do Rio de Janeiro, de diferentes regiões e classes econômicas. Com o primeiro questionário, pretendeu-se testar a concordância dos sujeitos, em função da posição do enunciador (religiosos, políticos e psicólogos) de um dado discurso. No caso, a hipótese proposta era de que sentença proferida pelo psicólogo teria maior probabilidade de ser reconhecida como verdadeira, uma vez que enunciada por representantes de um discurso científico. As frases, devidamente equilibradas em uma pré-testagem versavam sobre um tema atual e comum a estes diversos atores: a violência. Com o segundo questionário procurou-se determinar a imagem do psicólogo em relação a outros profissionais (médicos, advogados, engenheiros). Para isso, foi pedido que os sujeitos atribuissem cinco características a cada uma destas profissões a partir de uma lista pré-testada. Numa variante deste questionário, pedia-se que os sujeitos escolhessem na mesma lista cinco características para a foto de um sujeito que era identificado ora como psicólogo, ora como engenheiro, médico ou advogado. Já com terceiro questionário tentou-se detectar a preferência

dos sujeitos por proposições de cunho psicológico, neurofisiológico e esotérico, observando com quais os sujeitos mais concordariam. Isto tanto na forma de escolha de uma das alternativas, quanto de pontuação. Com o quarto questionário, realizado à maneira do questionário anterior, esboçou-se uma avaliação da escolha dos sujeitos perante as interpretações das principais orientações psicológicas (psicanálise, humanismo, behaviorismo e cognitivismo) para certos casos. No que diz respeito aos resultados da primeira sondagem, foram tabulados 145 questionários, onde mais da metade eram do grupo controle (sem emissor da frase). Os resultados apontaram para uma maior adesão aos enunciados proferidos por psicólogos (40%), ainda que este resultado não fosse estatisticamente significativo. Com relação à segunda sondagem, foram tabulados cerca de 150 questionários. Verificou-se na segunda sondagem, que a ordem dos atributos psicológicos como calmo, atencioso e amigo foram os mais citados, o que não foi repetido na variante desta sondagem, em que havia a foto de um sujeito e a sua profissão logo abaixo. Em relação à terceira sondagem, foram tabulados 157 questionários. Como resultado, foi mantida a predileção pelos enunciados psicológicos nos dois formatos da sondagem, 48% no formato 3 A (forma de escolha exclusiva) e 34% no formato 3 B (livre pontuação). No caso da quarta sondagem, foram tabulados 145 questionários. Como resultado foi observado que, tanto na sondagem 4 A (forma de escolha exclusiva) quanto na 4B (livre pontuação) houveram diferenças pequenas, mas estatisticamente significativas na avaliação dos enunciados das diversas escolas psicológicas. Pôde-se constatar que no formato 4 A, houve uma predileção pelos enunciados psicanalíticos (29%), enquanto que no formato 4 B, houve uma predileção pelos enunciados cognitivistas (25%). O instrumento utilizado mostrou que há uma maior adesão dos estudantes aos enunciados proferidos por um psicólogo, em detrimento dos enunciados proferidos por um religioso ou um político. Além disso, pôde-se verificar que não só apenas a imagem do psicólogo é muito forte entre os sujeitos, mas também as explicações psicológicas, já que percentualmente elas foram superiores às explicações esotéricas e científicas na terceira sondagem. Pôde-se constatar também, que os estudantes caracterizam o psicólogo de uma forma semelhante, já que em uma aplicação realizada anteriormente, os atributos calmo, atencioso e amigo foram os mais citados. Por último, pôde-se verificar um dado interessante na quarta sondagem, onde houve uma grande ascensão cognitivista (obteve a maior porcentagem na sondagem 4 B – livre pontuação), se comparada com uma aplicação feita anteriormente. Nesta primeira aplicação, a abordagem cognitivista se encontrava com a menor porcentagem e a psicanalítica com a maior porcentagem (o que se repetiu na sondagem 4 A – forma de escolha exclusiva). Através desta situação apresentada pela quarta sondagem, pode-se pensar na disputa acirrada entre as abordagens psicanalíticas e cognitivistas na contemporaneidade.

**Palavras-chaves:** Psicologia Social, Epistemologia da Psicologia, Produção de Subjetividades

**Atividade: TECENDO SABERES: UM DIÁLOGO ENTRE GUATTARI E A ESCOLA DE FRANKFURT ACERCA DOS PROCESSOS CONTEMPORÂNEOS DE PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: TECENDO SABERES: UM DIÁLOGO ENTRE GUATTARI E A ESCOLA DE FRANKFURT ACERCA DOS PROCESSOS CONTEMPORÂNEOS DE PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES**

**Autor(es):** Monalisa Pontes Xavier

**Resumo:** Conceito atualmente bastante debatido, o estudo da subjetividade é atribuído como domínio da Psicologia. Em que consiste essa subjetividade, como é produzida e que fatores a perpassam são questões comumente relegadas a segundo plano. Tal fato tem contribuído para um esvaziamento do conceito de subjetividade, sua redução a um “subjetivismo” que o aprisiona como algo em si, a uma interioridade apresentada como inata ao homem, dotada de um caráter supostamente transcendental, perpassada pelo esquecimento dos fatores sócio-históricos que participam do – e mais do que isso, são responsáveis pelo – processo de constituição das mesmas. Considerando como de grande valia para o saber psicológico a discussão e o redimensionamento teórico da ‘subjetividade’, propomos, neste trabalho, um resgate desta categoria a partir de um diálogo entre dois postulados teóricos distintos, a saber: a perspectiva

frankfurtiana – a partir de autores como Crochík – e a compreensão guattariniana – além de Guattari, autores como Miranda e Rolnik. A escolha de tais correntes teóricas e a tentativa de dialogar entre ambas se justifica na medida em que tanto os frankfurtianos quanto Guattari e seus seguidores compreendem que o processo de constituição subjetiva dos indivíduos se dá no entrecruzamento entre o que é da ordem do social e o que diz respeito ao indivíduo. Guattari e os membros da Escola de Frankfurt enfatizam a dimensão sócio-histórica da subjetividade. Acreditam também na possibilidade de existência dos sujeitos de forma única e diferenciada da malha social na qual encontram-se imersos, processo este denominado ‘individuação’ pelos teóricos críticos e chamado ‘singularização’ por Guattari. Enquanto os frankfurtianos empreendem um resgate da categoria ‘indivíduo’ e advogam em prol da ‘individuação’, Guattari propõe um questionamento radical acerca da noção de individualidade. No entanto, quando transitamos pelas obras dos autores em questão, observamos que o que os frankfurtianos compreendem por ‘individuação’ apresenta pontos de congruência teórica com o que Guattari compreende como ‘singularização’, na medida em que ambos os conceitos vão de encontro à padronização e à serialização que as duas linhas de pensamento denunciam como características dos processos contemporâneos de constituição subjetiva. A partir dessa possibilidade de aproximação teórica entre a ‘singularização’ de Guattari e seus seguidores com a ‘individuação’ proposta pelos teóricos da Escola de Frankfurt, discutimos como se processa contemporaneamente a produção das subjetividades, que fatores nela influem e que possibilidades podem ser vislumbradas. Trata-se de uma pesquisa eminentemente teórica e de caráter qualitativo. Até o momento contamos com inúmeras reflexões e conclusões apenas parciais, na medida em que este trabalho ainda encontra-se em realização.

**Palavras-chaves:** Sociedade Contemporânea, Produção de subjetividades, Guattari, Escola de Frankfurt

**Atividade: A função da verdade para a psicanálise e para a medicina: entre ciência e clínica. (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Pesquisa em psicanálise: a verdade e o real

**Autor(es):** Sonia Alberti, Richard Harrison Oliveira Couto

**Resumo:** O presente trabalho tem como intuito retomar os questionamentos suscitados pela relação psicanálise e ciência, na tentativa de expor as diferenças entre os dois campos. Se, como diz Lacan, o nascimento da psicanálise está vinculado ao advento da ciência moderna e ao surgimento do sujeito cartesiano, há na psicanálise, sem dúvida, um mais além da ciência. O mais além está situado no fato de a psicanálise levar em consideração o real enquanto causa e por operar com o sujeito excluído do campo científico. Preparando o terreno para a verificação clínica de tal assertiva – o que testemunharemos com o trabalho que finaliza esta mesa redonda –, nosso esforço será o de verificar de que modo se entrelaçam na pesquisa em psicanálise a verdade e o real, a fim de estabelecermos teoricamente a função da verdade para a psicanálise e para a medicina, entre ciência e clínica. Partiremos do recenseamento de dois métodos fundados pela psicanálise: um aplicado ao tratamento, outro aplicado à pesquisa. Isto permite mostrar que, mesmo não correspondendo às exigências de uma metodologia científica de pesquisa semelhante à das ciências exatas, a psicanálise tem modos de realizar pesquisas em razão de ter elaborado não só um método, mas também um doutrinário de ciência. Para aí poder se nortear, será preciso retomar a função da verdade como operador lógico do discurso que verifica a relação do sujeito que pesquisa com a ciência e com o real em jogo, o que apresentaremos a partir do estudo do texto de Lacan. A psicanálise enquanto tratamento, tratando o real pelo simbólico, apenas pode ser aplicada a um sujeito que fala e ouve, estando sempre pautada na aposta do sujeito suposto saber. Essa é sua aplicação. Já o método psicanalítico é aquele que fornece a palavra ao sujeito, mantém a dimensão da falta introduzida pela linguagem, tornando possível que essa falta inconsciente seja sustentada ao invés de obturada. O método psicanalítico se norteia pela ética da psicanálise, levando em consideração que a falta é a causa do desejo. Desse modo, se há constituição de um método derivada da experiência clínica, há

também formas de aplicar tal método fora do tratamento analítico. O que levanta uma advertência quanto ao cuidado que se deve tomar com essa aplicação, para que isso não resulte no rompimento do laço com o discurso do psicanalista que, por sua vez, é convocado pelos seus pares a prestar contas de seu ato analítico. Toda a dinâmica entre a prática e a teoria e sua sustentação na lógica discursiva ainda necessita aprofundamentos e discussões de tal maneira que isso possa nortear os alicerces das pesquisas que os psicanalistas estabelecem cada vez mais em interlocução tanto com colegas universitários, pesquisadores, como com outros que melhor se identificam como cientistas. Fazê-lo é, na realidade uma exigência, caso contrário a psicanálise será mesmo identificada com uma folk psychology, como alguns a ela se referem em um movimento que não passa despercebido ao avisado analista, como sendo análogo ao de um recalçamento sintomático.

**Palavras-chaves:** psicanálise, ciência, sujeito, método

**Trabalho:** Uma hipótese sobre a tentativa de construir uma neuropsicanálise.

**Autor(es):** Thaaty da Silva Burkle

**Resumo:** O conceito de interdisciplinaridade vem sendo amplamente discutido em diversas áreas do conhecimento. Dentro do campo da saúde mental, a presença de uma série de saberes (dentre os quais a psicanálise e as neurociências) é justificada por esse conceito. Conhecer melhor a relação estabelecida entre os profissionais destes dois campos e a maneira como esta relação é determinada pelos referenciais teóricos que sustenta cada uma das áreas possibilita compreender mais cada campo e perceber as possibilidades e limites de articulação entre eles. Por outro lado, não é desconhecido o fato de que um saber muitas vezes procura na interlocução com um outro justificar sua própria existência. Tal fenômeno ocorre com mais frequência ainda quando não seguros de suas próprias premissas e fundamentos, pesquisadores crêem que se apoiar em outras ciências permitiria encontrar maior fidedignidade. Nos deparamos ultimamente com muitos psicanalistas que buscam nas descobertas das neurociências comprovar observações que Freud pode fazer já no início da construção de sua teoria. Concomitantemente, neuro-cientistas estudam textos psicanalíticos em especial "O projeto para uma psicologia" (1950 [1895]), enaltecendo a perspicácia freudiana numa época ainda tão distante das descobertas mais recentes. Aparentemente esses dois movimentos se complementam e despertam os mais diversos posicionamentos entre os profissionais envolvidos com estas duas áreas de conhecimento. Com efeito, no meio acadêmico o tema tem tomado uma proporção crescente, já existe até uma revista de neuro-psicanálise, assim como já foi fundado um sub-grupo dentro de uma sociedade psicanalítica internacional com este nome, além de existirem diversos eventos acadêmicos sobre o assunto. Fora dos meios acadêmicos, as revistas de grande circulação aparecem a cada dia com matérias em suas capas intituladas com os grandes milagres que as neurociências podem fazer, associando-as a descobertas que explicariam os mais diversos sofrimentos psíquicos. Curiosamente, os psicanalistas que participam atualmente de tal movimento são, na sua grande e avassaladora maioria, médicos de formação! Este trabalho pretende refletir sobre a atual tentativa de juntar a psicanálise e as neurociências em um único saber, as conseqüências disso para a clínica e para o lugar da psicanálise como metodologia de pesquisa. Sua questão: Por que se tenta, especificamente neste momento histórico, através das neurociências, comprovar cientificamente os constructos psicanalíticos? Seria possível identificarmos na história outros momentos em que isso já aconteceu? Suspeitamos que sim, a partir de uma pesquisa que realizamos. Deparamo-nos com o trabalho de Claude Bernard, importante fisiologista francês que viveu durante o século XIX e autor de grandes descobertas que fizeram dele o "pai da fisiologia moderna". Para Bernard, a doença é a expressão perturbada de uma função vital correspondente. Ele faz uma diferença qualitativa entre os mecanismos e os produtos das funções vitais no estado patológico e no estado normal, reconhecendo em tudo, a continuidade dos fenômenos. Para ele há uma linearidade de causa e efeito entre fisiopatologia e efeito mórbido pois, como se destaca em uma de suas hipóteses, acreditava que tratando um tecido, sempre poderia curar a doença. Assim, já no século XIX Bernard pretendia poder comprovar que tratando o cérebro (através de medicamentos e de exames cada vez mais sofisticados) é possível tratar todo sofrimento psíquico, o que não difere de um certo discurso cientificista hoje e que justamente os

pesquisadores em neuro-psicanálise procuram associar na tentativa de fazer da psicanálise finalmente uma ciência nos moldes das ciências experimentais. A clínica como lugar de o sujeito se situar frente à sua verdade que recalca – conforme o que descobriu Freud – corre aí um grave risco de substituição.

**Palavras-chaves:** psicanálise, neurociências, medicina, Claude Bernard

**Trabalho:** A verdade entre psicanálise e medicina: um caso clínico.

**Autor(es):** Bruna Americano

**Resumo:** Inserindo-se na mesa redonda “A função da verdade para a psicanálise e para a medicina: entre ciência e clínica”, esse trabalho visa testemunhar com a construção de um caso clínico atendido dentro de um hospital geral, a maneira como a clínica introduz um referencial de verdade entre psicanálise e medicina de modo que questiona per se as metodologias contribuindo, por outro lado, com um mais além da ciência – ou um mais alguém da ciência – a ser levado em conta no âmbito da pesquisa em psicanálise, por excelência. A apresentação e o debate do caso é fruto da experiência como Residente de Psicologia Clínica Institucional na Enfermaria do Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente (NESA), do Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE). Ao longo do relato, poderemos acompanhar a atuação da psicanálise no âmbito do hospital geral, e como esta se articula ao saber médico. A Enfermaria do NESA, tida como referência no Rio de Janeiro para tratamento de adolescentes com doenças crônicas e graves, possui uma equipe multidisciplinar que busca levar em conta os diversos aspectos do sujeito adoecido. Clara, 16 anos, portadora de Fibrose Cística, diagnosticada aos oito anos de idade, foi internada pela primeira vez no NESA devido à indicação de antibioticoterapia face à agravamento de seu quadro clínico. Durante a internação, o médico residente responsável por seu acompanhamento hospitalar acrescentou a este diagnóstico o de Anorexia Nervosa, antes da avaliação da Saúde Mental. Segundo ele, Clara teria desvio da imagem corporal – diagnóstico altamente conceituado nas atuais publicações científicas sobre a adolescência. No entanto, logo no primeiro atendimento da equipe da saúde mental estabeleceu-se um questionamento do diagnóstico de anorexia nervosa, pois Clara demonstrou, através de sua fala, ter a imagem corporal preservada. De fato, Clara reconhecia estar excessivamente magra, apesar de “sentir-se gorda” – discurso bastante diferente daquele que encontramos junto a adolescentes que efetivamente apresentam Anorexia Nervosa. O debate suscitado entre a equipe médica e a Saúde Mental do NESA permitiu àquela um contato maior com a função da fala na clínica e um questionamento das metodologias exclusivamente fenomenológicas no contexto dos atendimentos. Os médicos puderam perceber que Clara não tinha Anorexia Nervosa. Em uma enfermaria geral, como a do NESA, o olhar médico ocupa-se das questões orgânicas, e trabalha principalmente com a ausculta dos fenômenos do corpo. A contribuição psicanalítica advém do resgate da dimensão de sujeito e daquilo que do corpo não pode ser simbolizado, entre ciência e verdade. A psicanálise se ocupa daquilo de que a medicina não pode dar conta: há algo do real da doença que não pode ser elaborado simbolicamente, o que melhor se verifica na clínica do caso a caso. No caso em questão, as discussões a respeito do diagnóstico de anorexia foram realizadas durante as visitas médicas e reuniões multidisciplinares, levando em conta a interlocução dos saberes. A partir da fala da paciente pôde ser feito um diagnóstico diferencial, levando em conta a história singular daquele sujeito para além da questão orgânica e para além de um diagnóstico pré-estabelecido. Este trabalho pretende apresentar como se deu tal interlocução e busca pensar como psicanálise e medicina podem trabalhar em conjunto e o que uma pode oferecer à outra, a partir de um referencial teórico e da experiência citada e a partir da vinculação que cada um desses saberes tem com a ciência.

**Palavras-chaves:** caso clínico, real, anorexia nervosa, psicanálise, medicina

**Atividade: DO VAZIO CULTURAL À FRAGILIDADE SUBJETIVA:  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho: DO VAZIO CULTURAL À FRAGILIDADE SUBJETIVA: UM ESTUDO SOBRE A  
INDIVIDUAÇÃO DAS SUBJETIVIDADES NA ‘CULTURA DO CONSUMO’**

**Autor(es):** Monalisa Pontes Xavier, Maria de Fátima Vieira Severiano

**Resumo:** No atual contexto social caracterizado como uma cultura pautada nos valores do consumo encontramos a publicidade atuando como privilegiada instância disseminadora de ideais e de estilos de vida. Esta, ao promover a venda de produtos, vincula-os a valores subjetivos dentre os quais se destaca a promessa por individuação. Neste movimento, podemos observar que a publicidade, como importante representante dos meios de comunicação de massa – os mass media –, funciona como um influente vetor de subjetivação contemporânea. Frente a tal realidade, este trabalho monográfico se efetiva, no sentido de buscar uma compreensão sobre o modo como ocorre o processo de constituição das subjetividades dos indivíduos do nosso tempo. Para isso, parte do referencial teórico-crítico da Escola de Frankfurt, de escritos de Guattari, bem como de contribuições de outros autores contemporâneos, a exemplo de Baudrillard, Lasch, Miranda, Severiano, Rolnik, entre outros. Procede, inicialmente, a uma discussão conceitual das categorias que norteiam este estudo, a saber: indivíduo, cultura e subjetividade. Em momento posterior, discorre sobre algumas características relevantes da sociedade que tematiza para, em seguida, em consonância com o contexto sócio-histórico presente, desenvolver um estudo empírico acerca da forma como são veiculados os valores psicossociais atuais na publicidade, bem como o modo pelo qual estes valores são recebidos, apropriados e ressignificados pelos sujeitos, atuando assim no processo de constituição subjetiva dos mesmos. Procedemos, em termos metodológicos, a uma revisão bibliográfica da temática relativa ao nosso estudo, bem como, na parte empírica deste ensaio, desenvolvemos, no primeiro momento, uma seleção de propagandas de automóveis consideradas expressões paradigmáticas dos valores socialmente disseminados na atualidade e veiculadas nacionalmente em mídia impressa. Em seguida, realizamos uma análise teórico-crítica dessas peças publicitárias selecionadas. Optamos por anúncios publicitários de automóveis por serem estes os bens de consumo inaugurais da produção industrial moderna. Concluída esta etapa do trabalho, seguimos para a fase de entrevistas com os consumidores de automóveis, de ambos os sexos e idade superior à vinte e um anos. De posse das entrevistas, confrontamo-las com as construções teóricas realizadas no primeiro momento deste estudo. Com fins de sistematização, os dados obtidos foram agrupados em quatro categorias desenvolvidas por Severiano (1999): personificação, reconhecimento sócio-afetivo, hedonismo e onipotência. Ao final, efetuamos uma discussão a respeito da possibilidade de constituição de subjetividades verdadeiramente individuadas – tal qual este termo é desenvolvido pelos teóricos frankfurtianos – a partir da mediação deste processo por bens de consumo. Pudemos concluir que antes de apontar para uma real individuação, o que verificamos bem mais se aproxima do que Adorno (1986) denominou de pseudo-individuação.

**Palavras-chaves:** Subjetividades, Cultura do consumo, Publicidade, Individuação, Cultura/indivíduo

**Atividade: Sexualidades e feminino.  
(Mesas Redondas)**

**Trabalho:** O que a psicanálise tem a dizer sobre a moral sexual do século XXI?

**Autor(es):** Maria Helena Coelho Martinho

**Resumo:** Esse trabalho pretende abrir um debate entre psicanalistas e cientistas sociais sobre a “perversão”. O meu interesse em trabalhar o tema decorre do fato de que durante anos da psicanálise muito se produziu sobre neurose e psicose, mas pouca literatura surgiu sobre a perversão, possivelmente, pelo fato de que o sujeito perverso de estrutura – aquele que supõe saber sobre seu gozo e sua castração –, raramente busca tratamento clínico. Paradoxalmente, em meados do último século, a perversão passou a ser objeto de estudo de novas teorizações que se espalharam rapidamente. Vários autores da psicanálise e das ciências sociais passaram a tomar a perversão como paradigma da subjetividade contemporânea, fazendo circular a tese de que existe hoje um empuxo-à-perversão explicitado nas práticas sexuais e sociais ditas

perversas. Diante do cenário que se delineia, várias questões sobre a clínica da perversão se impuseram. A primeira delas refere-se ao diagnóstico estrutural da perversão, na medida em que as mais recentes publicações sobre o tema indicam uma confusão entre a “perversão generalizada”<sup>1</sup> – traços de perversão encontrados em todos – e a estrutura perversa propriamente dita, o que leva a indagar: Seguindo a teoria de Freud e Lacan é possível fazer um diagnóstico somente considerando as práticas de gozo perverso? Pode-se definir um sujeito perverso por suas supostas compulsões de gozo? Se a sexualidade humana é perversa, como diferenciar a “perversão generalizada”<sup>2</sup> da estrutura perversa? Outra questão que se impõe diz respeito à perversão e o laço social: O que a psicanálise tem a dizer sobre a “moral sexual civilizada” do século XXI? Na tentativa encontrar algumas respostas para essas questões recorrerei, brevemente, a algumas evidências históricas e sociológicas que nos levam a concluir que a moral sexual civilizada do início do século XXI não é determinada pela norma “heterossexual”: aquela que contribui na cultura ocidental com a legitimação matrimonial do casal homem-mulher. Essa forma de estruturação social dos sujeitos foi alterada nos últimos trinta anos do século XX, por meio do progresso da ciência, que separou sexualidade e procriação e pela mutação do discurso do mestre em discurso do capitalista que ao desfazer o vínculo social, desconfigurou a separação entre a vida pública e privada. A norma social “heterossexual” abriu espaço para a nova norma “homossexual”. Esse texto se propõe a evidenciar que nesse contexto de mutação discursiva surge como novo sintoma social um questionamento da identidade ligada ao sexo e às práticas eróticas. O sexo, no início do século XXI, é um assunto problematizado pelo direito universal ao gozo. Veremos como a agregação por novas formas de gozos homogeneizantes faz sintoma social.

**Palavras-chaves:** sexualidade,perversão,sintoma,discursos

**Trabalho:**Uma questão sobre a mulher e o semblante.

**Autor(es):** Sonia Alberti

**Resumo:** O trabalho visa colocar em tensão o conceito de falo em psicanálise com o lugar da mulher enquanto posição sexuada, a partir do trabalho freudiano sobre a sexualidade feminina e as releituras feitas por Lacan que desembocaram nas fórmulas quânticas da sexuação. Além disso, mas por isso mesmo, introduzirá algumas noções que não são muito utilizadas para aprofundar questões sobre a sexualidade feminina, efeitos das modificações teóricas que o advento do campo lacaniano introduz na psicanálise a partir de “O Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise”. Dentre tais noções enfatizo para o presente resumo a do semblante, como um exemplo do que é introduzido então na teoria psicanalítica para dialetizar posições que pareciam totalmente resolvidas em meados do século XX. O que Lacan propõe é retomar a noção de semblante dentro do discurso, ou seja, dentro da teoria lacaniana dos quatro discursos, mais particularmente a partir das conferências intituladas “O saber do psicanalista” e em “O Seminário, livro 18: de um discurso que não seria do semblante”. Articula-se aí que o gozo é semblante numa dimensão do discurso, o que terá por conseqüência teórica o fato de a mulher, que pode fazer de conta que goza, poder fazer semblante do semblante. Explico: há diferenças entre as funções de semblante ocupadas pelo homem e pela mulher: se ele precisa ser semblante de homem para ela, mesmo se ele tem muita dificuldade de fazer semblante é preciso que para ela o seja, ela pode fazer semblante de semblante para ele, porque pode fazer de conta de gozar. Tal distinção entre ele e ela, o leva muitas vezes a pensar que é muito mais fácil para ela do que para ele... talvez seja também por isso que ele atribui a ela um saber que não detém, com o qual ela pode manobrá-lo. De forma que ao ter essa possibilidade, ela se torna, para o homem, mais difícil de confrontar do que qualquer inimigo no campo da rivalidade, ela se torna o suporte da verdade do gozo enquanto semblante da relação do homem com a mulher. De ser tal verdade, ela é o Outro, por saber que há disjunção entre gozo e semblante. (Sem. 18:34, 20/1/1971). Pois qual não é a mulher, sexualmente ativa de verdade, que já não experimentou tal disjunção, fazendo de conta de gozar? A mulher é assim um teste, uma prova da verdade para o homem sobre se pode ou não dar lugar ao semblante. Por sua vez, na lição de 17 de fevereiro de 1971, do seminário 18, Lacan identifica o gozo feminino com o falo, o que é certamente uma questão a ser aprofundada teoricamente. Ainda mais porque tal associação o leva a propor que na história, há aquelas mulheres de quem se diz saberem do gozo. Semblante da relação do homem com a



mulher, que faz do seu gozo o falo – o semblante do semblante que ele não pode ter – e detendo, por isso, um saber do gozo, essas mulheres estão bem longe dos protótipos que se imaginava decorrerem da teoria freudiana sobre a mulher castrada. Poderíamos ainda dizer que a mulher a partir das últimas contribuições teóricas de Lacan é submetida à castração?

**Palavras-chaves:** norma fálica, semblante, gozo, sexualidade, psicanálise e feminino

**Trabalho:** O gozo suplementar feminino e a perda da realidade.

**Autor(es):** Elizabeth Rocha Miranda

**Resumo:** Este trabalho visa através da clínica extrair conseqüências do gozo suplementar feminino em um sujeito neurótico. A pergunta clínica concerne à distância entre a posição do sujeito na fantasia e a posição feminina. Para além da estrutura clínica, neurose psicose e perversão nas quais observamos a perda da realidade postulada por Freud, ressaltamos manifestações de perda da realidade e até alucinações que estão referidas ao “não-todo” fálico. Essas manifestações de um gozo suplementar que a mulher encontra com um homem, com Deus ou com outra mulher têm efeitos delirantes e devastadores na medida em que não há significante possível para se colocar aí. Como então nos orientarmos na clínica em relação à estrutura do sujeito em questão? Como discernir o que concerne à posição do sujeito que é mulher na fantasia que rege seu sintoma e o “insituável, o limítrofe do gozo feminino que estaria mais em concordância com a Coisa freudiana”?<sup>1</sup> “A Coisa não é sexuada. É provavelmente o que nos permite fazer amor com ela, sem a menor idéia do que é a Mulher como Coisa sexuada.”<sup>2</sup> O feminino tem mais a ver com a Coisa, com o real para além do sexo, do que com o objeto. Sabemos que não temos acesso ao objeto causa, visto que ele é falta, mas pelo fato desta falta de objeto ser tomada pela via da linguagem ele se torna objeto mais de gozar. Portanto, o feminino é o que do gozo não passa pelo significante, não entra na cadeia significante, logo é estruturante, é causado pela falha do simbólico representada por Lacan como S(A barrado), matema com o qual Lacan representa a mulher. É o que da substância gozante não é tomado pelo significante (..) algo do gozo que se aloja em um vazio.<sup>3</sup> É esse gozo fora do simbólico que localizamos no caso cujo fragmento apresento. Maria é uma mulher de 43 anos, casada há 18 anos. Tem duas filhas adolescentes e uma amante. Está satisfeita com o casamento, não questiona o fato de amar e desejar tanto o marido quanto à amante. O que a traz à análise é um medo; de ficar louca; de perder as referências, de perder as filhas, a família “Sabe quando você vê o abismo e não pode evitar?” “Perdi minha identidade sexual e também minha identidade como mãe, profissional, estou perdida. Eu sou mulher e não estou sabendo o que fazer com isso.” Com esse dito Maria faz sua demanda de análise que se refere ao que ela experimenta no encontro com uma mulher e à angústia pela qual é tomada ao se afastar da parceira, nos episódios de desvarios pelos quais é acometida. No corpo do trabalho trataremos da condução clínica do caso, na tentativa de situar a distância entre a posição do sujeito na fantasia, posição sintomática, e o gozo feminino que no caso mantém o sujeito ausente de si mesmo.

**Palavras-chaves:** psicanálise e feminino, caso clínico, gozo

**Atividade:** A EXPERIÊNCIA DE PAIS DURANTE O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA LEITURA E DA ESCRITA DOS SEUS FILHOS: UMA ESCUTA FENOMENOLÓGICA. (Paineis)

**Trabalho:** A experiência de pais durante o processo de aquisição da leitura e da escrita dos seus filhos: uma escuta fenomenológica.

**Autor(es):** Juliana de Moura Cavalcanti

**Resumo:** A experiência de pais durante o processo de aquisição da leitura e da escrita dos seus filhos: uma escuta fenomenológica. Nas últimas décadas do século passado, em decorrência da ênfase no método construtivista e, sobretudo, por influência dos estudos e pesquisas realizados por Emília Ferreiro e Ana Teberosky acerca do processo de aprendizagem da língua escrita pela

criança, o número de pesquisas tomando como tema não mais o método de aprendizagem desta língua, mas o processo da criança na construção de conceitos sobre a mesma aumentou de forma considerável. Verifica-se, porém, que apesar dos inúmeros estudos realizados sobre a criança no processo de alfabetização na perspectiva construtivista, ainda é escassa a literatura pertinente à experiência dos pais nesse processo. Neste projeto pretendeu-se, a partir de uma perspectiva fenomenológica, buscar compreender como os pais experienciam o processo de aquisição da leitura e da escrita de seus filhos e quais as peculiaridades dessa vivência. Observações realizadas em turmas de primeiro ano do ensino fundamental, assim como em reuniões de pais e entrevistas com professores e equipe técnica que vivenciam o processo de “alfabetização” evidenciaram a mobilização emocional vivenciada pelos pais dos alunos do primeiro ano escolar em relação ao processo de aquisição da leitura e da escrita de seus filhos. Tal constatação inspirou esta pesquisa, no intuito de compreender melhor qual o sentido que essa situação tem para eles, suas percepções e compreensões, assim como a relevância do fenômeno. O projeto aqui descrito caracteriza-se como uma Pesquisa qualitativa de inspiração fenomenológica, tendo sido escolhido o método fenomenológico por suas contribuições à Psicologia, possibilitando uma aproximação do pesquisador em relação à própria vida dos colaboradores da pesquisa e a atribuição de significados trazidos por eles aos acontecimentos de sua existência. Utilizamos como método a observação de duas reuniões de pais e professores em uma mesma turma de primeiro ano em diferentes períodos do processo de alfabetização (Março e Maio no ano de 2006), assim como uma entrevista semi-aberta com uma das mães da turma (Novembro de 2006). A partir destes três momentos buscamos capturar a essência do que foi descrito. Alguns temas trazidos repetidamente organizaram nossa reflexão sobre este fenômeno da aquisição da leitura e da escrita sob o olhar da experiência dos pais. Foi interrogado o modo de existir do homem frente um momento foco, buscando ampliar uma visão de homem para caminhos que levem a discussões críticas, reflexivas e coerentes, contribuindo com necessidades atuais deste campo educacional. Tendo em mente que situações vivenciadas não possuem significados em si mesmas, mas adquirem um sentido para quem as experiencia, as questões trazidas na entrevista semi-aberta ofereceram amplo campo de interrogativas sendo flexíveis a novas respostas onde o entrevistado pôde seguir espontaneamente sua linha de pensamento e trazer suas experiências dentro do foco principal da pesquisa. Foram destacados núcleos significativos norteadores da análise das observações realizadas e do depoimento da entrevista semi-aberta. Estas unidades de significado relacionam-se umas com as outras e caracterizam momentos diferentes durante o ano letivo e as diversas fases durante a aprendizagem da criança. Cada grupo de unidades de significado abordou diferentes temas como: visão sobre o processo de aquisição, sentimentos durante os pontos de conflito para a construção do processo pela criança, visão sobre o método empregado; o processo de aquisição da leitura e da escrita como uma vivência coletiva; o outro como parâmetro, e a vivência ao final do ano letivo. Foi possível concluir, a partir das observações realizadas e da entrevista, que a experiência dos pais durante o ano letivo, em que se busca constituir o processo de aquisição da leitura e da escrita com as crianças, é bastante complexa. Pôde-se constatar, ao longo do processo, que em diferentes momentos do período investigado houve um agregar de sentimentos dos pais. É notável o conflito gerado nos pais em relação ao como lidar com as frustrações de seus filhos durante a aquisição da leitura e da escrita e principalmente nos momentos em que são reformuladas pelas crianças as hipóteses alfabéticas. Alguns dos sentimentos trazidos pelos pais foram: incômodo, angústia e frustração. Percebe-se a necessidade dos pais de proteger seus filhos e o envolvimento pessoal deles durante o processo de aprendizagem. É interessante observar as peculiaridades deste ano letivo e em especial o envolvimento dos pais e equipe de profissionais durante a jornada das crianças no despertar para a aquisição da leitura e da escrita.

**Palavras-chaves:** psicogênese da escrita, pesquisa fenomenológica, experiência dos pais

**Atividade: um olhar sobre o borderline (Paineis)**

**Trabalho:** Um olhar sobre o borderline

**Autor(es):** Danielle Rebouças Sá, Yuska Natasha Bezerra Lemos Felicio

**Resumo:** O artigo por nós apresentado trata-se de um trabalho que, através de um enfoque fenomenológico, propõe-se compreender os diferentes aspectos que afetam e caracterizam o Transtorno de Personalidade Borderline, que possui diversas peculiaridades e, por isso, merece um estudo maior. Este transtorno ocorre em 2 a 3% da população geral, e é de longe o transtorno de personalidade mais comum. Entre os pacientes psiquiátricos estima-se que ocorra em 11% das populações não hospitalizadas, 19% das populações hospitalizadas e 27 a 63% das populações clínicas com transtorno de personalidade. O Transtorno de Personalidade Borderline, também denominado de estado-limite, (visto que o paciente tem dificuldades de saber até onde vai o eu e até onde vai o outro) tem como traço marcante às instabilidades das emoções, apresentando rápidas flutuações e variações no estado de humor de um momento para outro sem uma justificativa real quando colocamos em função da temporalidade. Geralmente, os pacientes borderline são extremamente emocionais muitas vezes com um caráter manipulativo, simpáticas e, aparentemente bem em certos momentos, porém que, de uma hora para outra pode se transformar no seu extremo, irritadas, antipáticas e perigosas. Os transtornos de personalidade são uma classe diagnóstica em Psiquiatria que causa muita discussão e ainda algumas controvérsias. Em sua definição, tanto o CID-10 quanto o DSM-IV apontam para o fato destes transtornos serem um padrão global de alterações que perduram cronologicamente. Isto leva a um desafio no diagnóstico destas condições, pois, exige, na maioria dos casos, uma observação acurada e um acompanhamento mais extenso. Em ambas classificações, é caracterizado por padrão difuso de instabilidade dos relacionamentos interpessoais, da auto-imagem e dos afetos e acentuada impulsividade, começando no início da vida adulta e presente em uma variedade de contextos. Os pacientes borderline demonstram comportamentos na sua maioria das vezes imaturos, infantis e pueris com uma nítida falta de estabilidade emocional. Esse comportamento é devido a eles serem extremamente vinculados ao presente, mesmo que o outro tenha atitudes de amor e de confluência em relação a ele, quando o outro exatamente por ser outro, mostra sua alteridade na relação, para o paciente borderline não faz diferença, é como se ele nunca estivesse lá, e nunca mais estará, pois ele não se estrutura em relação ao passado-presente-futuro, apenas com o presente. Logo, seus relacionamentos sempre serão intensos, confusos e desorganizados. Pois, já que a identidade se dar no tempo e através dele, estas pessoas não possuem claramente uma identidade de si mesmos nem do outro, seus relacionamentos se tornam superficiais. O paciente borderline pode tanto se fundir com o objeto quanto descartá-lo totalmente. Para o paciente borderline, ele e o objeto são a mesma coisa ou são totalmente distintos, não havendo um meio termo entre ambos. Ele dicotomiza o “estar perto” e o “estar longe”. Com isso, a espacialidade, onde o espaço que é o lugar de existir, lugar de acontecimento, do estar-sendo e onde me construo a partir do outro é totalmente afetada. Pois, o borderline faz do real apenas o presente, assim, com suas relações com o outro afetadas, esse espaço se torna patológico. Eles se esforçam freneticamente para evitarem um abandono, seja um abandono real ou imaginado. A perspectiva da separação, perda ou rejeição podem ocasionar profundas alterações na auto-imagem, afeto, cognição e comportamento. Seu modo de existir pode ser explicado pelo *intra festum*, pois por não suportar a saída, o perder essas pessoas ficam nesse presente cristalizado. Essa presença vivida no estado - limite não deve ser compreendida como o agora pontual, mas é de fato uma infinitude antes de toda determinação de cada agora como presente, porque o nascimento do presente temporal é contemporâneo daquele do eu individualizado. Essa imediaticidade na qual se encontra é por assim dizer um espaço indiferente, vazio de qualquer momento de negação, negação esta que lhe seria necessária para que ele pudesse transcender como si-mesmo e se individualizar. O outro para a pessoa que sofre de transtorno borderline não se apresenta como diferença, como alteridade fazendo com que o outro se apresente como sua totalidade, seu mundo inteiro. Devido a esse conjunto de aspectos ressaltados do borderline, chegamos a conclusão de que o paciente borderline pode ter sua etiologia na infância, principalmente nos primeiros anos de vida da criança. É nesses primeiros anos de vida que essa criança vai aprender como se relacionar com o tempo e a sua relação com os objetos e até à sua identidade própria. E, possíveis falhas no desenvolvimento dessa criança, pode levar ela a ter patologias em relação ao seu eu pessoal, em relação aos outros e a realidade. Fica evidente a importância do estudo deste transtorno, que apresenta inúmeras peculiaridades, visto que o mesmo é de difícil compreensão e tratamento.

**Palavras-chaves:** peculiaridades, borderline, fenomenológico, eu-outro, temporalidade

**Atividade: modos de subjetivação e função policial: controle dominação e violência (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** modos de subjetivação e função policial: controle, dominação e violência

**Autor(es):** Adriana Marcelino

**Resumo:** As pessoas vivem sob a regência de uma ordem societária invisível, através da qual se relacionam com os outros e formam suas percepções do mundo. Esta ordem é resultante de suas atividades coletivas, mas não é percebida desse modo devido a um processo histórico de construção de interioridade, através do qual as pessoas, individualizadas, passam a conceber a ordem numa visão psicologizada, como expressão de essências individuais interiores, ao invés de entendê-la como uma atividade social. Através da lógica interiorizada, as pessoas dão sentido as suas experiências e, desse modo, a realidade vai sendo construída cotidianamente ao mesmo tempo em que se mantém uma ordem de organização social. Simultaneamente, há um processo de institucionalização e naturalização da vida cotidiana, o que confere certo grau de autonomia à ordem societária, à medida que ela é “esquecida” como sendo constituição histórica e as individualidades são valorizadas, surgindo o que se chama ‘sociedade’. Os modos de existência contemporâneos são continuamente marcados por essa ordem interiorizada e naturalizada enquanto individual e, desse modo, cotidianamente se reproduzem regras que favorecem a manutenção de uma determinada lógica de organização social. Essa manutenção é garantida pela criação de diversos mecanismos de dominação e controle sobre as pessoas, e está estreitamente relacionada ao surgimento de sanções e de várias formas de violências que são também naturalizadas e encontram-se amplamente disseminadas nos mais diversos âmbitos da vida cotidiana. Considerando que o controle existe de forma mais efetiva, não nas formas mais visíveis da nossa organização social, concretizadas pelas leis, instituições policiais, regras sociais, etc, mas de uma forma mais sutil, invisível, que nós mesmos fazemos o ‘favor’ de assegurar. É importante deixar claro que esse controle das mudanças e especialmente das reproduções mascaradas pelas infidáveis transformações, só está fora do controle das pessoas, na medida em que não são historicizadas em seu processo de produção. Analisaremos algumas questões com base nas implicações da experiência de ocupar oficialmente uma função policial na nossa atual forma de organização social. Uma das questões refere-se à reprodução de práticas (incluindo discursos) que não se faz necessariamente por escolha deliberada, embora aparente ser. É o caso das atividades cotidianas dessa função que são exercidas de modo praticamente automático, visto que não requer qualquer reflexão sobre estas, as quais apenas foram assimiladas e repetidas. Muitas vezes até acreditando que se está a serviço da população quando na prática se percebe que se está a serviço apenas das instituições que garantem o acúmulo de dinheiro e protegem o patrimônio e que se mantém uma lógica que organiza o mundo tal como ele está. A manutenção da ordem, bandeira explicitamente levantada pela instituição policial é o carro chefe deste tipo de trabalho. Visto que são utilizados diversos mecanismos para garantir que as leis sejam impostas e conseqüentemente garantir um ordenamento, um controle sobre as pessoas para que se enquadrem na nossa forma de organização estatal. Mas ao mesmo tempo em que ocorrem as ações concretas de punição para um melhor domínio sobre a população, uma lógica de organização social que inclusive justifica a existência da polícia também é mantida de forma quase imperceptível. São instituições que afetam nosso modo de pensar e que foram interiorizadas de tal maneira que se acredita que a forma como nos organizamos socialmente nos dias atuais é natural. As atividades exigidas e a função delegada à pessoa na instituição policial exercem ainda bastante influência nos processos de subjetivação a que estão expostas essas pessoas. As transformações nos modos de existência dessas pessoas são claras e marcantes não só pelas peculiaridades da organização policial, mas pelas instituições que compõem a ordem social, marcadamente individualista. Os modos de produção das subjetividades são caracterizados pela produção de medo e pela crença em que a punição ‘educa’. Além disso, as possibilidades de acesso a dispositivos de exercício de poder que se abrem na objetivação das instituições policiais, longe de ser um objeto palpável, resultam de uma configuração de forças que se dá de modo absolutamente particular, tanto na

atual forma de organização do mundo, quanto nas organizações policiais. O que vemos é apenas a manifestação de uma lógica num contexto onde as relações entre as pessoas são continuamente expostas a formas de coerção e violência, visto que em situações mais corriqueiras esta característica das relações humanas talvez nunca fique tão visível como nesse caso.

**Palavras-chaves:** produção de subjetividade, violência, função policial

**Atividade: REALIDADE SOCIAL, SUBJETIVIDADE E INVENÇÃO DO COTIDIANO: (Paineis)**

**Trabalho: REALIDADE SOCIAL, SUBJETIVIDADE E INVENÇÃO DO COTIDIANO: UM ESTUDO COM MORADORES DE RUA DO CENTRO DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE-PB.**

**Autor(es):** Ismaela Macêdo Coêlho, Humarah Danielli Veríssimo Veríssimo

**Resumo:** O trabalho ora em apreciação teve como objetivo inicial conhecer e descrever a realidade social dos moradores de rua do centro da cidade de Campina Grande-PB, a partir de suas experiências subjetivas, com intuito de verificar a existência de um cotidiano nas suas vivências diárias (CERTEAU, 1994). A articulação entre realidade social e subjetividade já aponta que o nosso estudo compreendeu o psiquismo humano como uma construção sócio-histórica (BOCK, 1999) e que as pessoas em sociedade, particularmente na sociedade capitalista, precisam inventar o seu cotidiano, isto é, a forma de sistematizar o seu dia-a-dia (espaço-tempo) e estabelecer regras, valores e limites que orientam as decisões e os julgamentos diários. A invenção do cotidiano é todo o processo de delimitação de estratégias de sobrevivência e resistência que caracterizamos fazeres do homem-mulher na sociedade moderna na busca de realizações pessoais e profissionais (perspectiva de futuro). Em outras palavras, o que o cotidiano nos impõe é um disciplinamento do corpo e da mente, ou melhor, das mais variadas atividades humanas e que constituem o campo subjetivo (FOCAULT, 2000). Para tanto, realizamos uma série de procedimentos, munidos da chamada epistemologia qualitativa proposta por González Rey (2002), tais como: observação participante, entrevista semi-estruturada e levantamento bibliográfico. Percebemos que a realidade social dos moradores de rua do centro da cidade de Campina Grande -PB encontra-se marcada pela violência, pelo abandono, pela fome e, principalmente, pela inexistência de Políticas Públicas que minimizem os seus sofrimentos. Realidade esta que nos permitiu questionar o processo de subjetivação aí presente ou, quando muito, entender esse processo como portando particularidades de quem possui a rua como cenário "permanente" de suas vivências diárias. Afinal, verificamos que a maneira como estes lidam com as dimensões espacial e temporal entram em desacordo com as exigências de um cotidiano marcado pelos ideais de homem-mulher inventados pelos discursos capitalista e moderno. Os moradores de rua, aqui, foram tomados como atores e autores sociais que oscilam, tomando os postulados de Figueiredo (1995), entre a condição de "meros indivíduos" e sujeitos sociais, eles paradoxalmente questionavam e se submetiam as ordens sociais vigentes. Outro elemento que corroborou nossos achados se referiu a maneira como era experienciada o campo da intimidade: a sexualidade, o amor, a satisfação das necessidades fisiológicas foram exemplos de vivências observadas que, na realidade da rua, apresentavam contornos e formas próprias, cujas configurações, por mais que se possa tomá-las como portando aspectos de rotina e ou sistematização, nos soavam muito mais como uma maneira - muitas vezes sutil e/ou velada - de contestação social. Os resultados aqui expressos nos proporcionaram um diálogo com a realidade social, pois a investigação das experiências subjetivas dos moradores nos impôs toda uma mudança de uma postura diante do fazer psicológico. Com eles aprendemos que o(a) pesquisador(a) deve partir eminentemente do reconhecimento da sua própria condição histórica e cultural, sua parcialidade diante da realidade social e, neste sentido, entender que o "objeto" estudado é também um sujeito dinâmico, ativo, concreto e que estabelece influência mútua entre o(a) pesquisador(a) e o contexto no qual se encontra.

**Palavras-chaves:** Moradores de rua, subjetividade, cotidiano

**Trabalho:**REALIDADE SOCIAL, SUBJETIVIDADE E INVENÇÃO DO COTIDIANO: UM ESTUDO COM MORADORES DE RUA DO CENTRO DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE

**Autor(es):** Aline Tavares Lucena,Ismaela Macêdo Coêlho,Lucilaide Galdino Medeiros,Ivotonio de Sousa Viana,Débora Priscila Linhares,Flávio Santos

**Resumo:** O trabalho ora em apreciação teve como objetivo inicial conhecer e descrever a realidade social dos moradores de rua do centro da cidade de Campina Grande-PB, a partir de suas experiências subjetivas, com intuito de verificar a existência de um cotidiano nas suas vivências diárias (CERTEAU,1994). A articulação entre realidade social e subjetividade já aponta que o nosso estudo compreendeu o psiquismo humano como uma construção sócio-histórica (BOCK,1999) e que as pessoas em sociedade, particularmente na sociedade capitalista, precisam inventar o seu cotidiano, isto é, a forma de sistematizar o seu dia-a-dia (espaço-tempo) e estabelecer regras, valores e limites que orientam as decisões e os julgamentos diários. A invenção do cotidiano é todo o processo de delimitação de estratégias de sobrevivência e resistência que caracterizamos fazeres do homem-mulher na sociedade moderna na busca de realizações pessoais e profissionais (perspectiva de futuro). Em outras palavras, o que o cotidiano nos impõe é um disciplinamento do corpo e da mente, ou melhor, das mais variadas atividades humanas e que constituem o campo subjetivo (FOCAULT,2000). Para tanto, realizamos uma série de procedimentos, munidos da chamada epistemologia qualitativa proposta por González Rey (2002), tais como: observação participante, entrevista semi-estruturada e levantamento bibliográfico. Percebemos que a realidade social dos moradores de rua do centro da cidade de Campina Grande -PB encontra-se marcada pela violência, pelo abandono, pela fome e, principalmente, pela inexistência de Políticas Públicas que minimizem os seus sofrimentos.Realidade esta que nos permitiu questionar o processo de subjetivação aí presente ou, quando muito, entender esse processo como portando particularidades de quem possui a rua como cenário "permanente" de suas vivências diárias. Afinal, verificamos que a maneira como estes lidam com as dimensões espacial e temporal entram em desacordo com as exigências de um cotidiano marcado pelos ideais de homem-mulher inventados pelos discursos capitalista e moderno. Os moradores de rua, aqui, foram tomados como atores e autores sociais que oscilam, tomando os postulados de Figueiredo (1995), entre a condição de "meros indivíduos" e sujeitos sociais, eles paradoxalmente questionavam e se submetiam as ordens sociais vigentes. Outro elemento que corroborou nossos achados se referiu a maneira como era experienciada o campo da intimidade: a sexualidade, o amor, a satisfação das necessidades fisiológicas foram exemplos de vivências observadas que, na realidade da rua, apresentavam contornos e formas próprias, cujas configurações, por mais que se possa tomá-las como portando aspectos de rotina e ou sistematização, nos soavam muito mais como uma maneira - muitas vezes sutil e/ou velada - de contestação social. Os resultados aqui expressos nos proporcionaram um diálogo com a realidade social, pois a investigação das experiências subjetivas dos moradores nos impôs toda uma mudança de uma postura diante do fazer psicológico. Com eles aprendemos que o(a) pesquisador(a) deve partir eminentemente do reconhecimento da sua própria condição histórica e cultural, sua parcialidade diante da realidade social e, neste sentido, entender que o "objeto" estudado é também um sujeito dinâmico, ativo, concreto e que estabelece influência mútua entre o(a) pesquisador(a) e o contexto no qual se encontra.

**Palavras-chaves:** Moradores de rua,subjetividade,cotidiano

**Atividade: Imagem, visibilidade e subjetividade (Mesas Redondas)**

**Trabalho:**Imagem, texto e produção de subjetividade: um olhar sobre o pensamento

**Autor(es):** Aline Verissimo Monteiro

**Resumo:** Vivemos em um contexto de proliferação de imagens. Tecnologias de captura, produção, edição, recepção e transmissão de imagens se impõem em nosso cotidiano: celulares com câmera, aparelhos de mp4, máquinas e filmadoras digitais, weblogs, fotologs, filmadoras em lojas, elevadores, bancos... Nossa imagem é requisitada a todo o momento por alguma tecnologia, a as imagens que nos chamam atenção, que nos são caras, são identificadas e pensadas na ordem da captura e da divulgação tecnológica. O cérebro, a memória, a experiência e a sensação individuais dessa experiência parecem não bastar para garantir a importância, a permanência e mesmo a realidade daquele encontro: sujeito / imagem. O presente trabalho é um início de análise do processo de valorização da imagem em nossa cultura e de como essa valorização se desenvolveu em conjunto com a valorização e o desenvolvimento de tecnologias de imagem e com um processo de crescente acoplamento da subjetividade e da cognição humanas com essas tecnologias. Da escrita ao código digital, passando pelo audiovisual, nossa cultura tem privilegiado o signo visual como forma de expressão. No entanto, grande diferença há entre as experiências disponibilizadas e facilitadas pelo texto e pela imagem. Neste estudo, tomamos como ponto de partida da análise dessas diferenças a base semiótica do texto e da imagem. A partir dos trabalhos de Peirce, Santaella e Eco, buscamos relacionar as características dos signos no modo de texto e no modo de imagem com as características dos acoplamentos entre as tecnologias do texto e da imagem e os sujeitos. Apesar de texto e imagem serem modos visuais de representação, são códigos que funcionam segundo lógicas distintas e ocupam pontos opostos na evolução do domínio cultural dos signos: o imagético e o icônico-indicial sendo os mais primitivos e o textual e o simbólico os mais elaborados culturalmente. Por um lado, desenvolvemos códigos como as línguas e chegamos a tal ponto de radicalização da arbitrariedade simbólica que produzimos o código digital, o qual, pode-se dizer, chega a adotar o sinal no lugar do signo. Por outro, a liberdade e a sofisticação na produção de imagens permitidas por esse mesmo código digital, nos permite aproximar essas imagens cada vez mais de uma presença realista, a ponto de levarmos a discussão aos termos de uma disputa ou substituição do real pelo virtual, ou da realidade por uma simulação. E com base nessas características de arbitrariedade e sofisticação, por um lado, e naturalidade e primitivismo, por outro, que o sujeito parece estar se misturando, hibridando e adotando como suporte para construção de sua subjetividade e seu pensamento cada um desses códigos e de suas tecnologias correspondentes.

**Palavras-chaves:** subjetividade, tecnologias de imagem, Cognição

**Trabalho:** No trânsito entre os saberes e as técnicas: a passagem da psicologia da psicologia das faculdades do século XVIII à psicologia das sensações no século XIX

**Autor(es):** Arthur Arruda Leal Ferreira

**Resumo:** Esse trabalho visa à compreensão do surgimento do campo dos saberes psicológicos no cruzamento das técnicas de observação com transformações na ordenação do conhecimento. A partir do século XVII impõe-se o problema de separar na nossa experiência o conhecimento verdadeiro do ilusório. Contudo, ainda que este problema da ilusão permaneça até o surgimento da psicologia no século XIX com Wundt na Alemanha, a questão é saber quais seriam as diferenças entre as formas de abordagem do pensamento entre os séculos XVII e XIX, e por que a psicologia do século XIX se diferencia tanto desta abordagem filosófica do espírito. Segundo Jonathan Crary, nós teríamos aqui dois modelos de percebido: um clássico, presente nos séculos XVII e XVIII e por ele denominado de Câmara escura, onde o sujeito através de seu espírito capta a realidade tal qual o reflexo de um espelho; e outro moderno, presente nos séculos XIX e XX, denominado de estereoscópico, surgido a partir de toda uma série de saberes que afirmam que a percepção se dá e é organizada no corpo. A percepção deixa de ser uma representação do mundo externo e perde sua garantia de objetividade. De igual modo desaparece a suposta transparência do conhecimento do espírito em oposição à opacidade do corpo. Estas diferenças no suporte técnico se refletem igualmente na formulação epistêmica destes saberes: é nesse ponto que Michel Foucault registra a passagem de uma episteme clássica calcada na representação (ordenação e classificação dos corpos) para uma moderna, embasada no aprofundamento empírico na observação dos corpos. Para entender a passagem

de um modelo para o outro, é necessário se acompanhar as transições no pensamento psicológico, tendo como mote as críticas de Immanuel Kant. A psicologia no século XVIII, tendo como principal representante Christian Wolff está embasada na separação radical entre corpo e espírito e toma como principal questão a relação entre estas duas substâncias, além da classificação das faculdades do espírito. Assim uma Psicologia Racional tentaria fazer uma análise a priori das faculdades do espírito humano, ao passo que a Psicologia Empírica completaria análise da primeira pela observação a posteriori (introspecção) da nossa alma. Kant, na transição para a episteme moderna, critica todas as tentativas anteriores de se fundar uma Psicologia no século XVIII, como a de Wolff, pois a Psicologia Racional seria inviável ao tomar o sujeito transcendental como objeto (já que ele é a condição de todo o conhecimento) e a Psicologia Empírica só seria ciência se possuísse um elemento passível de análise, matematização e objetividade. Estes novos parâmetros fazem com que a Psicologia, para ser reconhecida como ciência, tenha que possuir, no trato com a experiência imediata, todos os rigores de uma experiência cientificamente mediada e matematizada. Surge então, no final do século XIX, na Alemanha o projeto da Psicologia enquanto ciência da experiência, tendo como base a Fisiologia, que irá trazer o conceito de sensação como elemento objetivo e matematizável, ocupando na Psicologia a função do sujeito transcendental de Kant. Colocado o corpo fisiológico e suas sensações fragmentadas neste lugar transcendental, impõe-se o problema da organização da experiência, não mais garantida pela soberania de um espírito sobre o corpo. É nesse ponto que as escolas psicológicas alemãs do século XIX (escola de Wurzburg, Graz, e Psicologia do Ato) se dividem: em torno do fator organizador das nossas sensações (atitudes, intelecto e atos intencionais).

**Palavras-chaves:** tecnologias da imagem, história da psicologia, subjetividade

**Trabalho:** Tecnologias do eu, tecnologias da imagem: intimidades públicas e seus media.

**Autor(es):** Fernanda Glória Bruno

**Resumo:** O presente trabalho consiste numa análise das atuais práticas de exposição da intimidade nos meios de comunicação (weblogs, fotologs, Youtube, Orkut, webcams, reality shows, talk shows), tendo em vista apreender as relações entre subjetividade e visibilidade na cultura contemporânea. Assistimos uma crescente presença de testemunhos, confissões e representações de cunho íntimo e pessoal na arena midiática. Vidas sem número, quaisquer, são narradas e retratadas na sua banalidade – pequenos dramas pessoais, querelas conjugais e mazelas íntimas pululam nas telas da televisão e dos computadores. Relatos e imagens que tradicionalmente se restringiam ao domínio privado, penetram na cena pública, onde visam conquistar uma legitimidade e uma autenticidade que apenas a mídia é suposta garantir. Tais práticas são analisadas a partir da noção de tecnologias do eu (Michel Foucault), procurando compreender como as narrativas do eu e da intimidade em ambientes comunicacionais estabelecem hoje uma estreita relação entre a dimensão confessional, enunciativa e a dimensão imagética. A vida íntima e privada dos indivíduos não apenas se exterioriza e se publiciza pela via discursiva, como também é intensamente revelada em imagens disponibilizadas em diversos media. A intimidade ingressa progressivamente nos campos da visibilidade e da aparência, redesenhando os contornos da subjetividade contemporânea. Neste sentido, as tecnologias do eu merecem ser pensadas na sua relação com as tecnologias da imagem e o seu papel nas práticas contemporâneas de cuidado de si. Nas sociedades midiáticas, não apenas o mundo já se dá sempre como imagem, como também a relação consigo e com o outro é cada vez mais mediada pelas imagens e seus diversos dispositivos de produção e distribuição, os quais se tornam cada vez mais portáteis e individualizados (celulares, micro-câmeras, webcams). Há muito sabemos o quanto o olhar do outro é decisivo na constituição das subjetividades; muitos nomes e “suportes” já encarnaram esse olhar – o Olho de Deus, o Outro Simbólico etc. Hoje, uma versão bem mais profana e laicizada do olhar tende a ser interiorizada pelos indivíduos: o olhar da câmera parece estar cada vez mais presente na relação que os indivíduos mantêm consigo e com o outro. O sucesso dos diferentes formatos de reality shows, a massa de vídeos pessoais no YouTube, o crescente número de weblogs e fotologs pessoais na Internet, a aparente desenvoltura com que os indivíduos expõem suas vidas diante das câmeras nos mostram como as subjetividades contemporâneas já trazem consigo uma expectativa ou uma



promessa de imagem de si a produzir, a mostrar ou a esconder. O olhar do outro, por sua vez, encarna menos o espectador coletivo das salas de cinema e das manifestações políticas, do que a testemunha individual das webcams, dos celulares, das telas de televisão ou dos computadores. De toda forma, este olhar mediado pela câmera e pela tela é requerido como o que valida as existências individuais. Deste modo, as subjetividades encontram nos dispositivos de visibilidade um lugar privilegiado de cuidado, investimento, controle. A câmera funciona como uma espécie de garantia ontológica (Zizek), atestando visibilidade e existência às vidas comuns. A interiorização da perspectiva da câmera vai de par com o modo como o eu e a imagem, a subjetividade e a visibilidade se encontram atrelados nas sociedades mediatizadas.

**Palavras-chaves:** subjetividade,tecnologias de imagem,visibilidade

**Trabalho:**Quando a diferença se torna deficiência: sobre alguns estranhamentos entre cegos e videntes

**Autor(es):** Virgínia Kastrup

**Resumo:** Grande parte dos estudos realizados na atualidade reconhece a insuficiência da definição e do entendimento da cegueira através de critérios exclusivamente orgânicos, sejam eles oftalmológicos ou neurofisiológicos. Reconhecendo que é grande a variabilidade dos casos, diversas pesquisas em psicologia cognitiva buscam entender a singularidade da organização de tais sistemas cognitivos, levando em consideração as condições sociais em que se dá a perda da visão e como a subjetividade se constitui e se desenvolve a partir daí. Há forte tendência em reconhecer que o ambiente social construído, predominantemente, por e para videntes, concorre de maneira decisiva para a produção da experiência da deficiência visual. O limite causado pela perda da visão é experimentado, sobretudo, através dos obstáculos enfrentados para a realização de tarefas, a comunicação e a troca de experiências. A. Adler (1928) refere-se à produção de um sentimento de inferioridade que, embora negativo, possui também o papel de impulsionar o desenvolvimento através de um caminho alternativo, compensando assim os limites do defeito. É também o meio social que dá a orientação e os alvos a serem atingidos. No campo dos estudos da cognição, L. S. Vygotski (1997) também apóia a tese de que a produção da deficiência se dá por fatores sociais, históricos e culturais. Afirma que na ausência de um meio social de videntes, um grupo de cegos poderia vir a constituir uma espécie particular de homens, desenvolvendo um modo próprio de comunicação e um tipo de vida peculiar. O conto "Em Terra de Cegos", de H. G. Wells, narra o caso de um homem que chega a um vale isolado na região dos Andes, onde todos os habitantes são cegos há 15 gerações, em função de uma doença que os atingiu. Por sua condição de vidente, o homem imagina que terá ali condições privilegiadas e será uma pessoa superior. Surpreendentemente, é considerado um deficiente e vive um tortuoso processo de exclusão social. O objetivo do presente trabalho é discutir as dificuldades que surgem no encontro com a diferença, bem como a tendência a considerar inferiores aqueles que fogem ao padrão cognitivo definido pela maioria. Propõe o entendimento da deficiência visual a partir da idéia de cognição coletiva, resultado do entrelaçamento entre processos cognitivos e processos sociais. Através do recurso a autores da psicologia cognitiva, como Vygotski, ao trabalho do neurologista antropólogo Oliver Sacks e ao conto de Wells, o trabalho reflete sobre a diferença e a pretensão à superioridade, apontando alguns aspectos éticos e políticos do estudo da deficiência visual.

**Palavras-chaves:** visibilidade,subjetividade,cegueira,cognição

**Atividade: Percebendo-se diferente: A influência da origem étnica na codificação de raça (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Percebendo-se diferente: A influência da origem étnica na codificação de raça

**Autor(es):** Diego Gonçalves,Leandro Luis Santos Nascimento,Emma Otta,Maria Emília

Yamamoto

**Resumo:** O surgimento da Psicologia Evolucionista (P.E.) trouxe um novo paradigma para o estudo das ciências cognitivas. Ela parte do princípio de que a mente humana é um produto dos processos evolutivos. Devido a um conjunto de adaptações, projetadas para resolver problemas vivenciados pelos nossos ancestrais caçadores-coletores, áreas do cérebro se especializaram em determinadas tarefas e associações entre algumas dessas áreas produzem funções cognitivas complexas como a motricidade, a linguagem, a memória, etc. Dentre essas especialidades há a hipótese de que a mente humana contém mecanismos concebidos para o altruísmo e a formação de alianças e coalizões. Assim, o ser humano parece ser sensível as pistas de que outros indivíduos possam ser altruístas ou agonístas, indicando quem são seus aliados e rivais. Esse mecanismo psicológico, chamado de nós versus eles, induz os indivíduos a se colocar numa postura contrária ou a favor de um grupo. Essas pistas podem ser de caráter inerente, como uma característica física, ou adquirida, como um componente cultural; suspeita-se que a cor da pele pode ser usada como uma dessas pistas. O psicólogo Gordon Allport em seu livro “A natureza do preconceito” lançou a hipótese de que a percepção do sexo, da idade e da raça é automática e arbitrária. Isso leva a crer que há um mecanismo intrínseco na identificação dessas características. Pesquisas realizadas mais recentemente por Robert Kurzban, John Tooby e Leda Cosmides na Universidade de Santa Bárbara nos Estados Unidos testaram a hipótese de que a percepção da raça não acontece de forma automática e arbitrária, tratando-se de um subproduto evolucionista da percepção de alianças e coalizões. Segundo esses autores a cor da pele é mais uma pista discriminativa na codificação de grupos. Esses estudos pressupõem que a identificação de raça é um construto volátil que pode ser modificado quando surgem pistas mais fortes na codificação de alianças. Nossa pesquisa parte do mesmo pressuposto, mas também lançamos a hipótese de que os indivíduos que se percebem como tendo mais de uma origem étnica (miscigenados) tendem a apresentar menor percepção racial, quando há outras pistas presentes, do que aqueles que declaram ter somente descendência européia. Para esse estudo foram utilizados 569 sujeitos espalhados pelos Estados do Rio Grande do Norte, Bahia, Espírito Santo, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso. Para testarmos nossa hipótese utilizamos a mesma metodologia utilizada nos estudos de Cosmides e colaboradores. Os sujeitos eram orientados a observar um conflito, projetado em slide, no qual jogadores de basquete de dois times rivais se engajam em uma discussão. Essa discussão era apresentada em frases projetadas juntamente com a foto dos indivíduos que as disseram, sendo um total de vinte e quatro frases atribuídas a oito jogadores. Após uma tarefa de distração, era pedido aos sujeitos que identificassem quais dos jogadores disseram cada uma das frases. Cada time foi composto por dois jogadores negros e dois brancos. Havia dois grupos de estudo, o dos sujeitos submetidos a imagens de jogadores com camisetas coloridas (vermelhas e amarelas) e o de sujeitos submetidos a imagem de jogadores com camisas cinzas. O que interessa para o estudo é o tipo de erro se comete, já que o erro indica que tipo de categorização está sendo realizado pelos sujeitos. Isto é, se os erros se devem a confusão entre indivíduos de mesma raça ou do mesmo time. Na análise estatística utilizamos o teste GLM (General Linear Model). Inicialmente agrupamos os Estados entre aqueles que apresentaram, na população, de acordo com o censo do IBGE, um maior número de indivíduos que se declararam brancos e os que apresentaram mais indivíduos que se declararam pardos. Também agrupamos os sujeitos da pesquisa entre aqueles que declararam ter descendência somente européia daqueles que declararam ter descendência mista e analisamos se havia diferença entre as médias de erros nessas categorias nos dois grupos experimentais: camisetas coloridas e cinzas. Quanto maior a média de erros do tipo mesma raça e mesmo time, maior a codificação pelos mesmos; quanto maior os erros do tipo diferente raça e diferente time menor a codificação pelos mesmos. Assim, pode-se observar que os indivíduos que declararam ter descendência mista mostraram menor codificação de raça quando havia outras pistas que discriminassem o grupo, o que não acontecia entre os sujeitos que declararam ter descendência exclusivamente européia, corroborando nossa hipótese inicial.

**Palavras-chaves:** Coalizão, Percepção de raça, Codificação, Psicologia Evolucionista

**Atividade:** O autoconceito e a subjetividade de estudantes do curso de Medicina (Paineis)

**Trabalho:** O autoconceito e a subjetividade de estudantes do curso de Medicina

**Autor(es):** Teresa Cristina Siqueira Cerqueira, ELZA FRANCINET SIQUEIRA DE CERQUEIRA

**Resumo:** Segundo Cerqueira (1991), o autoconceito é um constructo psicológico que se refere a um conjunto de percepções que o indivíduo tem de si mesmo e resulta das suas relações sociais. Sendo a universidade um espaço onde se produzem complexas relações interpessoais e onde também se modula o autoconceito, julga-se importante, investiga-la e perceber suas possíveis relações com a subjetividade de estudantes do curso de medicina de instituições públicas e particulares do D.F. Neste trabalho, o objetivo geral foi pesquisar a influência do autoconceito no processo de constituição da subjetividade destes estudantes comparando-os com a amostra, previamente coletada, dos estudantes do curso de pedagogia. O instrumento utilizado na presente pesquisa para a mensuração do autoconceito foi a Escala Fatorial do Autoconceito (EFA), construída e validada por Tamayo (1981). A Escala (EFA) sofreu uma análise fatorial que comprovou os seis fatores encontrados por Tamayo (1981). A Escala foi aplicada em 204 estudantes universitários do curso de medicina de instituições particulares e públicas situadas na cidade de Brasília-D.F. Foi aplicado também um questionário de dados pessoais. Para a investigação sobre o processo de constituição da subjetividade utilizou-se entrevista semi-estruturada com 10% do total da amostra. As entrevistas foram categorizadas após análise de conteúdo. Identificou-se na amostra dos alunos de medicina que: 1- A maioria foi do sexo masculino 59,6%. 2- A média de idade foi de 22,7 anos. Na amostragem dos alunos de Pedagogia (N=265) identificou-se o contrário, a maioria do sexo feminino, 85,3%. E média de idade de 26,2 anos. Não foram encontradas diferenças significativas no Índice Geral de Autoconceito (IGA) nos dois cursos. Não foram encontradas, também, diferenças significativas do IGA para as variáveis pessoais: idade, sexo e renda familiar dos alunos de medicina assim como nos de pedagogia. Em relação às entrevistas, após análise de conteúdo, pode-se perceber que as razões principais da escolha do curso de medicina foram: a família, o retorno pessoal, o interesse pela área e o desejo de ajudar as pessoas necessitadas. Quanto a mudanças subjetivas os estudantes dos primeiros períodos dizem não terem tido tempo de assimilar as novas impressões o suficiente para mudarem, porém os mais antigos no curso afirmam se sentirem mais responsáveis com maior atenção aos estudos e uma grande vontade de ajudarem os pacientes. Dos resultados, pode-se inferir que a EFA, como medida quantitativa não foi eficaz, porém, as análises qualitativas apresentaram dados interessantes acerca da constituição da subjetividade durante o período universitário. A semelhança encontrada entre os dois cursos, o de medicina e o de pedagogia não deixa de ter interesse, dada a diferença entre os dois cursos. Pode ser que o fato de se tornarem universitários seja o elemento mais importante na mudança ocorrida na subjetividade dos estudantes.

**Palavras-chaves:** Subjetividade, Autoconceito, Estudantes de Medicina

**Atividade: Reflexões sobre as análises do comportamento infantil.  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Reflexões sobre as análises do comportamento infantil.

**Autor(es):** Margarida de Andrade Serra, Mariana Beatriz Lima Marins

**Resumo:** Apresentaremos nossas conclusões sobre o estudo de como são organizados nossos pensamentos pela formação, circulação e consumação do saber para analisar – sob a perspectiva da constituição dos sujeitos e das técnicas de produção de subjetividade – os dados obtidos em observações de crianças até 7 anos na cidade de Niterói, RJ, relatadas segundo metodologia experimental, em atividades não institucionalizadas como praia, praça pública, transportes coletivos, campo de esportes, e similares. Cada criança observada foi analisada segundo diferentes perspectivas teóricas (organicista, cognitivista e behaviorista) e obtivemos diferentes análises. Como primeira conclusão, perdemos a crença na linguagem objetiva como

único meio de descrever os acontecimentos. Com o objetivo de marcar a diferença entre os tipos de corpos que produzem as análises sobre uma mesma criança com as diferentes orientações da Psicologia, ressaltamos como a busca da verdade sobre o comportamento infantil já se encontra postulada de antemão e o nosso pensamento interpreta o objeto observado como uma realidade cuja forma de identidade já se encontra definida a priori. A segunda conclusão é de mostrar como naturalizamos nossas formas de reflexão segundo a qual nosso pensamento faz senão um reconhecimento do objeto ao aplicarmos os princípios e afirmações de nossos sistemas em obediência a uma linha teórica em psicologia. Para que os sistemas de saber que dispomos não sejam efeitos de servilismos e dominação, entendemos – como Michel Foucault em diferentes pontos de sua obra apresenta – que a nossa tecnologia de construção discursiva é política, visa um controle e domínio sobre um acontecimento, sobre um objeto, nega o acaso e dificilmente admite que nossas crenças ou ideologias sejam flutuantes. Para ser considerado um sistema de saber este deve sempre passar pela aceitação e reconhecimento de uma comunidade. É difícil, porém, escapar do servilismo para se tornar membro de uma comunidade já que para isso se tem obrigações e deveres, sendo fundamental que não haja oposição entre as leis e os princípios que as regem e os discursos admitidos por ela. E, o poder que daí advém não está dissociado das formas pelas quais incluímos ou excluímos idéias que irão compor as nossas formas de reflexão. Assim, concluímos que para podermos discutir microfisicamente os corpos que se tornarão sujeitos, como nos apresentam Gilles Deleuze e Michel Foucault, tornou-se necessário destacar entre os fenômenos ocorridos nos dados colhidos em nossas observações como entre as crianças ou entre crianças e seus responsáveis, as técnicas de poder são relativamente autônomas podendo ser transportadas do exército, das escolas, de formas de governo para o cotidiano através do que denominamos os códigos que asseguram uma obediência ou das forças dissimuladas ou não que garantem uma vida pública.

**Palavras-chaves:** Criança, subjetividade, discurso, sujeito

**Atividade:** Reflexões sobre as análises do comportamento infantil.

**(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Doutorado

**Autor(es):** Margarida de Andrade Serra, Karina Serra Gouvêa

**Resumo:** Apresentaremos nossas conclusões sobre o estudo de como são organizados nossos pensamentos pela formação, circulação e consumação do saber para analisar – sob a perspectiva da constituição dos sujeitos e das técnicas de produção de subjetividade – os dados obtidos em observações de crianças até 7 anos na cidade de Niterói, RJ, relatadas segundo metodologia experimental, em atividades não institucionalizadas como praia, praça pública, transportes coletivos, campo de esportes, e similares. Cada criança observada foi analisada segundo diferentes perspectivas teóricas (organicista, cognitivista e behaviorista) e obtivemos diferentes análises. Como primeira conclusão, perdemos a crença na linguagem objetiva como único meio de descrever os acontecimentos. Com o objetivo de marcar a diferença entre os tipos de corpos que produzem as análises sobre uma mesma criança com as diferentes orientações da Psicologia, ressaltamos como a busca da verdade sobre o comportamento infantil já se encontra postulada de antemão e o nosso pensamento interpreta o objeto observado como uma realidade cuja forma de identidade já se encontra definida a priori. A segunda conclusão é de mostrar como naturalizamos nossas formas de reflexão segundo a qual nosso pensamento faz senão um reconhecimento do objeto ao aplicarmos os princípios e afirmações de nossos sistemas em obediência a uma linha teórica em psicologia. Para que os sistemas de saber que dispomos não sejam efeitos de servilismos e dominação, entendemos – como Michel Foucault em diferentes pontos de sua obra apresenta – que a nossa tecnologia de construção discursiva é política, visa um controle e domínio sobre um acontecimento, sobre um objeto, nega o acaso e dificilmente admite que nossas crenças ou ideologias sejam flutuantes. Para ser considerado um sistema de saber este deve sempre passar pela aceitação e reconhecimento de uma comunidade. É difícil, porém, escapar do servilismo para se tornar membro de uma comunidade

já que para isso se tem obrigações e deveres, sendo fundamental que não haja oposição entre as leis e os princípios que as regem e os discursos admitidos por ela. E, o poder que daí advém não está dissociado das formas pelas quais incluímos ou excluímos idéias que irão compor as nossas formas de reflexão. Assim, concluímos que para podermos discutir microfisicamente os corpos que se tornarão sujeitos, como nos apresentam Gilles Deleuze e Michel Foucault, tornou-se necessário destacar entre os fenômenos ocorridos nos dados colhidos em nossas observações como entre as crianças ou entre crianças e seus responsáveis, as técnicas de poder são relativamente autônomas podendo ser transportadas do exército, das escolas, de formas de governo para o cotidiano através do que denominamos os códigos que asseguram uma obediência ou das forças dissimuladas ou não que garantem uma vida pública.

**Palavras-chaves:** criança, subjetividade, sujeito, discurso

**Atividade: PENSANDO A PSICOLOGIA A PARTIR DO PENSAMENTO NIETZSCHIANO DA SUBJETIVIDADE.  
(Mesas Redondas)**

**Trabalho:** MEMÓRIA E CRIAÇÃO PARA ALÉM DA RECOGNIÇÃO

**Autor(es):** Danilo Augusto Santos Melo

**Resumo:** O problema da memória possui uma importância fundamental nos estudos da psicologia, pois representa a faculdade responsável pela condução do vivo no mundo de acordo com o princípio da utilidade e da adaptação. É precisamente a partir deste princípio que toda psicologia foca suas investigações, de maneira que nos seus estudos a memória é reduzida a uma função do passado. Ou seja, a memória tem como simples tarefa recuperar no passado as experiências que possam ser avaliadas como úteis para a ação presente e imediata do vivo. Neste sentido, a recongição se apresenta como modelo hegemônico que rege a função da memória, de modo que aí a vida ou a noção de vida que a psicologia elege como modelo, torna-se limitada a uma vida estritamente adaptativa, cujo movimento é a conservação. A partir de uma perspectiva crítica trazida pelo pensamento do filósofo alemão Friedrich Nietzsche, buscaremos questionar o ponto de vista da psicologia no sentido em que esta se limita a pensar a memória e a vida apenas como instâncias conservadoras e adaptativas, deixando de colocar o problema da criação no seio de suas investigações. Neste sentido, Nietzsche propõe a possibilidade de pensarmos a memória não mais como função do passado e prisioneira ao modelo da recongição, mas, ao contrário, como uma função do futuro e cuja ação se abre à criação. Assim, ao partir de seu método genealógico, Nietzsche constata de saída que a memória não é uma faculdade natural ao homem, mas que foi criada no longo processo de hominização do animal-homem em sua pré-história a partir da constituição da necessidade do convívio social. Dessa maneira, a memória emerge como uma construção eminentemente social, possuindo em si a dupla função de conservação dos membros do grupo e do próprio grupo, e da criação de um novo modo de existir que ultrapassa o imediatismo selvagem do homínídeo. O resultado deste processo de humanização do animal-homem se dá, portanto, com a criação das funções superiores enquanto funções paradoxais, ou seja, servindo indistintamente tanto ao princípio de conservação quanto ao princípio da variação ou criação. Segundo Nietzsche, a produção destas funções paradoxais corresponderia à emergência de um tipo de homem ativo e que afirma a vida em seus aspectos adaptativo e trágico. Este último implica em afirmar um modo de existência que trata a morte, o sofrimento, a doença, a mudança, o perecimento, etc., como aspectos imanentes à própria vida. No entanto, Nietzsche denuncia que este processo de produção do tipo ativo de homem foi degenerado, dando origem a um tipo de homem cuja afirmação consiste em negar veementemente tais aspectos trágicos da vida. Ou seja, trata-se do surgimento de um modo de vida reativo, cuja função se reduz à negação de aspectos que lhes são inerentes, e que, por outro lado, afirmam tão somente os aspectos conservadores e adaptativos da vida. De acordo com Nietzsche, esta inversão, que consiste na negação daquilo que é caro à mudança e à criação, representa o início do adoecimento do homem e da cultura. Daí o surgimento das duas grandes doenças da humanidade como doenças da memória: o ressentimento e a má consciência. A primeira, movida pelo desejo de vingança e voltada para o exterior, sustenta-se por uma memória excessiva que tudo registra e nada esquece; a outra, enquanto sentimento de

culpa, volta-se para si mesma, conservando os traços que nos aprisionam. Por outro lado, é a partir deste longo processo de degeneração que Nietzsche identifica o nascimento das ciências, dentre as quais se encontra a psicologia, cujo interesse consiste em investigar como trabalham as funções do homem em vista de sua adaptação, para a partir daí investigar os desvios e os comportamentos não adaptados ao princípio de utilidade. Com isso, gostaríamos de pensar com Nietzsche a possibilidade de superação deste modo de operar da memória, pensando, conseqüentemente, a produção de uma psicologia afirmativa. Ou seja, uma psicologia cujo horizonte de investigação não mais se reduza à utilidade e à adaptação do vivo, mas que busque investigar nos processos não adaptativos condições para o aumento da potência de superação do vivo e da criação de um novo modo de existir. Neste sentido, pensar a ultrapassagem do modelo da reconhecimento enquanto tributário do princípio de conservação implica pensar a memória e a vida vinculadas à criação e à mudança. Enfim, pensar a memória para além da reconhecimento deve consistir em atribuí-la uma função do futuro, e não somente tomá-la como uma função do passado. É neste sentido, portanto, que encontramos no pensamento de Friedrich Nietzsche importantes contribuições para os estudos da memória e para o campo geral da psicologia.

**Palavras-chaves:** Memória, Psicologia, Futuro, Criação, Nietzsche

**Trabalho:** O PAPEL DO CORPO NA PSICOLOGIA NIETZSCHEANA

**Autor(es):** Bruno Martins Machado

**Resumo:** Na busca pela elevação do espírito, os metafísicos tentaram nos afastar do corpo. Segundo termos nietzscheanos, eles tentaram nos empurrar para a morte ao defenderem que sem a influência imprópria do corpo o homem poderia atingir um “mundo perfeito”, um lugar onde todas as coisas se apresentariam tais como elas realmente são. Seria a relação direta do homem com a “verdade”. Aos olhos de Nietzsche, toda tradição filosófica não passa de uma proposta de condutas justificadas cujo objetivo obedece a uma orientação: afastar-nos do corpo. Para dar maior alcance ao seu pensamento e ao seu combate à metafísica, Nietzsche percebe que é imprescindível reestruturar a noção de alma vigente no pensamento ocidental. Para tanto, ele procedeu com uma inversão de perspectivas, ou seja, ele alicerçou a alma (ícone do pensamento metafísico) sobre o corpo. Como ele mesmo afirma em Fragmentos póstumos: No inteiro desenvolvimento do espírito, trata-se talvez do corpo: ele é história sensível de que um corpo superior se configura. O orgânico ascende para degraus ainda superiores. O corpo traz consigo a indefinição perpétua, ele é um feixe de instâncias menores com múltiplas perspectivas. Não podemos cair na tentação atomista de tentar determinar um último elemento representativo para o corpo. Ele é, portanto, para Nietzsche, a marca do indeterminável. Podemos concluir que, seduzidos pela linguagem, elaboramos uma representação única para um conjunto assimétrico de inúmeras tendências e traços que determinam as mais diversas configurações para nossa vida. Não devemos perder de vista a noção múltipla do corpo e confundi-lo com uma unidade sintética apenas porque trazemos o preconceito de unidade ou simplesmente porque utilizamos somente uma palavra para denominar tal magnitude de tendências. Nesse sentido, o corpo emerge como novo paradigma, abrindo espaço para novas hipóteses acerca do mundo e sem deixar de lado toda a carga de possibilidades e indefinições que a vida nos apresenta. A instância corpórea impõe novas exigências, um novo dinamismo sobre o qual Nietzsche estruturou sua psicologia. Nas palavras de Zarathustra: Eu sou todo corpo e nada além disso; e alma é somente uma palavra para alguma coisa no corpo. A mensagem é bastante clara: só existe o corpo. A proposta de uma instância anímica nos escritos nietzscheanos se resume a uma ficção que não ultrapassa as necessidades da superação do si mesmo. A própria crença em uma alma imortal, em uma razão ou em um deus – todas essas determinações foram construídas e amparadas com bases em valorações extraídas do corpo. Assim, alma vista sob o prisma do corpo é: (i) mortal; (ii) marco da pluralidade do sujeito; (iii) estrutura social dos impulsos e dos afetos. Sobretudo, a alma não pode ser pensada como elemento distinto do corpo. Nossa proposta é demonstrar que ao adotar o corpo como parâmetro, Nietzsche impõe à psicologia uma amplitude muito mais abrangente e faz desta ciência o caminho que leva aos problemas fundamentais.

**Palavras-chaves:** Nietzsche, Psicologia, Corpo, Alma

## **Trabalho:**NIETZSCHE E O PENSAMENTO CRIADOR

**Autor(es):** José Maurício Manguiera Viana

**Resumo:** Nietzsche trouxe para os estudos do Pensamento valiosa colaboração. A idéia básica é mostrar como na obra de Nietzsche há um campo problemático que gira em torno do pensamento. Nele estabelece-se a diferença entre dois tipos de pensamento. Um, que visa ao conhecimento. Trata-se de um pensamento teórico-representacional, inaugurado por Sócrates e instituído na cultura ocidental; outro, que emerge enquanto potência criadora, evidenciado por ele. Realizamos uma leitura do pensador alemão, situando-o inicialmente em questões emergentes do século XIX, para mostrar que suas idéias evidenciam a radicalidade de um pensamento que incorpora o tempo. Apesar de situarmos o pensamento de Nietzsche no tempo da história, nosso interesse maior é situá-lo no tempo do pensamento. A história entra apenas para compor o plano de inteligibilidade a respeito do que nele se passa. Assim, em se tratando de Nietzsche, nossa intenção é mostrar como desde as obras de juventude há um envolvimento do pensador com o que pretende pensar. Seu movimento, que a princípio é também de conhecimento, não é de todo distanciado, mas já se encontra envolvido, comprometido, de tal forma que seu pensamento vê a arte como a tarefa suprema e a atividade propriamente metafísica da vida. Em síntese, o que pretendemos evidenciar é algo muito simples: que desde sua primeira obra, O Nascimento da tragédia, há em Nietzsche um comprometimento das idéias com a vida, comprometimento este que os anos aprofundam e radicalizam. Tal comprometimento não é mero detalhe, mas abertura de um novo campo problemático e evidenciação de um novo pensamento e de uma nova teoria do pensamento. Viver a dissolução do eu no próprio corpo tornando-se todos os nomes da história, talvez seja o máximo que um corpo humano, pensando-se no tempo, pode alcançar. Assim, dois momentos da obra de Nietzsche nos são caros: o Nascimento da tragédia e Ecce Homo. Os dois livros fecham um mundo, ou melhor, abrem um mundo para o mundo: afirma-se uma singularidade. No entanto, Nietzsche nos diz, ao mesmo tempo, de um limite e de um saber. O saber - que pode ser sempre descolado do corpo -, é que o eu, ou qualquer sujeito, é uma composição existencial emergente, decorrente das forças em jogo numa dada situação: forças biológicas, políticas, econômicas, sociais, etc. Já o limite, que decorre do corpo, é a própria fragilidade do sujeito ou eu, que assim como é composto vai aos poucos se decompondo e compondo novas formas, num mesmo corpo, já outro corpo. Decorre da análise do duplo pensamento que cada um desses tipos de pensamento instaura um tipo de psicologia. O primeiro norteia as psicologias com sujeito, seja este da consciência, eu, do inconsciente ou de qualquer subjetividade-dobra; a segunda, uma psicologia sem sujeito. Seria possível ainda denominar psicologia a essa ciência do pensamento criador? Estaria nesta dualidade de pensamento a evidencia dos limites do campo das psicologias? Serão estas algumas das questões que se pretende debater com a comunidade dos psicólogos.

**Palavras-chaves:** Nietzsche, Psicologia, Pensamento, Subjetividade

**Atividade: Psicose, Maternidade e Papéis Sociais (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Psicose, Maternidade e Papéis Sociais

**Autor(es):** Mariana Ferreira Santos Carteador, Fernanda Rebouças Maia Costa, Monica Machado de Matos, Marcus Vinicius de Oliveira Silva

**Resumo:** Um dos aspectos mais relevantes na clínica da psicose refere-se à tensão existente entre o sujeito e a sociedade, devido à maneira como o psicótico se relaciona com o mundo e, principalmente, com a forma como o mundo se relaciona com ele. Quando são diagnosticados como “doentes mentais”, qualquer expressão que escape à norma (ou não) passa automaticamente a ser considerada como sintoma de sua “doença”. Os papéis ocupados por

estes sujeitos em sua teia relacional tendem a reificá-los numa posição social regida por um imperativo “NÃO SEJA”: àqueles tocados pelo estigma da loucura, resta apenas ser loucos, e mais nada. Nesse contexto, quando maternidade e loucura se entrecruzam, a figura de uma louca sendo mãe emerge como uma espécie de provocação, algo que gera perplexidade aos olhos do outro. A psicanalista argentina Marie Langer considera que ser mãe implica sempre uma disponibilidade para o cuidar do outro. Sendo assim, alguém que precise de cuidados intensos não estaria apto a exercer o papel materno. Essas reflexões foram suscitadas a partir do acompanhamento de um caso em um programa de intensificação de cuidados a pacientes psicóticos. Frente a uma realidade com recursos tão parcos de construção identitária como a dos psicóticos, considerou-se que a maternidade pode ter-se tornado para a paciente em questão o ponto de ancoragem psíquica capaz de lhe garantir um lugar minimamente digno na cultura. Ao gerar um filho, gera também um outro para quem ela é uma mãe, já que este papel talvez tenha sido o único que ela tenha encontrado para ser em sociedade. Esta, por sua vez, de maneiras diversas, tenta lhe negar o direito de exercer a função materna em sua plenitude. No referido caso, houve uma intervenção direta da justiça, por considerar incompatível a desorganização psíquica inerente à condição psicótica e as responsabilidades próprias a maternidade. Nesse sentido, considera-se que a intervenção clínica segue duas direções, dentro de uma perspectiva ampliada. A primeira implica em oferecer um outro significativo, que, através da experiência de vinculação, lhe permita experimentar novos papéis, novas formas de ser e estar no mundo. A outra se refere à adoção de um posicionamento político ativo, por parte do profissional envolvido, no sentido de exigir a garantia dos direitos civis dos pacientes frente às instituições competentes, indo além da função clínica, no seu sentido estrito. Assim, propõe-se uma atuação que leve em conta a mediação dos conflitos entre a sociedade e o sujeito, permitindo a este uma inclusão mais digna e autêntica no tecido social.

**Palavras-chaves:** Psicose, Maternidade, Papéis Sociais

**Atividade: SUBJETIVIDADE E CRIAÇÃO  
(Mesas Redondas)**

**Trabalho:** SUBJETIVIDADE E TEMPO

**Autor(es):** Danilo Augusto Santos Melo

**Resumo:** A subjetividade é tomada, a rigor, como uma instância dada e natural ao ser humano, de modo que a emergência de todos os processos mentais são previstos no desenvolvimento do homem. Mas esta é apenas uma maneira de olhar e compreender a subjetividade humana, e que é cara à psicologia, limitando-a às suas funções previamente constituídas e voltadas estritamente à adaptação do homem aos meios pelos quais passa ao longo de seu desenvolvimento. No entanto, o problema que a psicologia não põe e não se interessa em pensar, diz respeito à própria criação da subjetividade, ao processo pelo qual a subjetividade se constitui. Ou seja, se a subjetividade não é dada, mas sempre cria, como se dá este processo em que ela emerge? Neste sentido, devemos pensar o problema da subjetividade no nível ontológico, ou seja, na sua relação estrita com o Tempo, com o devir. Assim, a partir de algumas idéias de Gilles Deleuze e Henri Bergson, pretendemos pensar a constituição da subjetividade como resultado de um processo temporal, como uma síntese do tempo. De início, a noção de “repetição” ganhará destaque nesta construção, pois veremos que será a partir dela que uma síntese irá se constituir. Tanto Deleuze quanto Bergson pensarão que uma tal repetição dos instantes ou das excitações incidindo sobre a “mente” ou sobre o “espírito” produzirá uma contração, uma marca, onde os momentos que passam são contraídos no momento presente. Uma síntese do tempo se caracteriza, dessa forma, por uma tal capacidade de fazer coexistir o antes com o depois, os instantes passados no instante presente. Bergson irá atribuir à duração um tal poder de contração dos instantes sucessivos, ou seja, a repetição em si dos momentos nada faz surgir ou se criar, mas, atribuindo ao espírito um tal poder, vê-se a repetição consistir, passa-se a relacionar os instantes uns com os outros, discernindo-os numa espessura de duração. Esta síntese que contrai uns nos outros os instantes sucessivos independentes irá constituir o Presente Vivo, ou a forma originária da subjetividade. Será, pois, neste presente que o tempo irá se desenrolar, já que a ele pertence o passado e o futuro, o antes e o depois: o passado, na



medida em que os instantes precedentes são retidos na contração; e o futuro, na medida em que a contração gera uma expectativa em relação aos instantes que se repetem; ou seja, na medida em que vamos retendo os instantes da repetição, ganhamos por conseqüência o poder de antecipá-los. Eis, portanto, a forma do presente vivo, da subjetividade em estado embrionário: nela vamos do passado da retenção ao futuro da antecipação num só golpe, já que o antes e o depois se fundem na duração. A subjetividade em sua forma nascente aglutina, portanto, este “peso” do passado e esta inclinação para o futuro, ela se explica justamente como um poder de ir retendo as repetições na medida em que elas aparecem, constituindo-se como uma tendência que se forma simultaneamente como discernimento e ação nascente. Em todos os seus aspectos, esta síntese deve ser denominada síntese passiva; pois, sendo constituinte, nem por isso ela é ativa. Sua passividade corresponde ao estado de contemplação do espírito frente às incisões das excitações que lhes chegam. Dessa maneira, esta síntese não é produzida pelo espírito que contempla a repetição, mas é contraída no espírito que “experimenta” uma sucessão de excitações. Assim, a “ação” da duração é puramente temporal, sendo apenas a condição para que alguma coisa de novo se faça e dure, ou seja, continue-se. É por esta operação que a subjetividade se constitui como uma síntese passiva que se funda na contemplação e exprime sua ação possível sobre aquilo do que procede. Ela forma uma regra viva do futuro, pois cria um horizonte de imagens recortadas que nos permite conduzir no mundo a partir das experiências passadas que foram retidas na contração. Ela nos põe em relação com outros corpos, exprimindo a invenção de uma nova experiência, gerando a possibilidade de tornar sensível alguma coisa totalmente estranha e, a priori, sem sentido para nós. Neste sentido, a relação entre Tempo e Subjetividade ganha sua expressão com a criação de uma novidade, de um novo modo de relação com algo do mundo, criando-se a si e ao que lhe envolve numa só operação, na síntese do tempo. Assim, por fim, a constituição da subjetividade não esgota o processo pelo qual foi criada, o que garante a sua transformação constante e impede que ela se totalize. Com isso, pensar a relação entre tempo e subjetividade implica pensar a vida como criação, para além da psicologia.

**Palavras-chaves:** Psicologia, Subjetividade, Tempo, Presente Vivo, Criação

**Trabalho:** A criação como potência aquém/além do sujeito

**Autor(es):** José Maurício Manguiera Viana

**Resumo:** Situando-nos na história dos pensamentos, em específico, a história do pensamento moderno, isto é, o que nasce no século XIX e que ressoa ainda em nós, neste início do século XXI, e tomando por base as pesquisas de Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari mostraremos que neles há um pensamento comum a respeito da temática subjetividade e criação que interessa de perto aos psicólogos e a todos aqueles que se interessam pelo habitar humano hoje. Veremos como os três pensadores estão muito próximos e dialogam com os campos da medicina e da psicologia revelando-os como políticas produtoras de sujeitos e de assujeitamento. Félix Guattari, a psiquiatria, La Borde e a análise institucional; Gilles Deleuze, e sua “psicologia” das afecções do espírito. Já Michel Foucault escreveu várias obras sobre história da loucura, doença mental, medicina, biopolítica. Os trabalhos deste último vieram mostrar, seguindo as pegadas de Nietzsche, que não há sujeito meta-histórico, mas todos eles são criações históricas. Mas o que devemos entender por sujeito? Sobre que fundo ele emerge? Há fundo? Pretende-se avançar nestas questões pensando o corpo do Homo Sapiens Sapiens bem como alguns conceitos desses pensadores tal como o de Dobra de Deleuze exemplificando com alguns sujeitos emergentes no século XIX, em específico os sujeitos das psicologias. Se a psicologia clínica nascente do século XIX necessita de sujeito interiorizado para existir, produzem-se outros sujeitos para outras psicologias: sujeito consciente, reflexivo e livre para vender sua mão de obra; sujeito espontâneo para expressar suas criações artísticas, sujeito controlado para bem-comportar-se e consumir. Tais sujeitos nascentes revelam apenas as formas instituídas de poderes-saberes da modernidade. Para ilustrar nossas idéias a respeito do tema subjetividade e criação veremos que tais pensadores sempre se colocaram questões de criação a partir do “habitar o atual” e que ao final das suas vidas eles colocam para si a questão básica de toda criação que é “como diferir de si?” de dentro do campo biopolítico em que se encontravam e que ainda nos encontramos. Veremos que ao término das suas vidas eles

afirmaram um modo de morrer. Este pensamento do morrer, que não é uma filosofia da morte, faz parte de um pensamento do viver. O modo de morrer nos aponta uma política da existência, pois uma imanência, uma vida, conforme Deleuze, nunca termina, mesmo no último acontecimento que leva à morte. Veremos que para eles afirmar a vida na sua positividade é não se preocupar com a morte, pois esta não lhe diz respeito. Foucault nos mostra que na política de administração dos corpos, que é pautado pelo controle da vida (medicina), tal controle se exerce focando-se a morte, o grande fantasma que se deve evitar. Daí as prevenções, precauções frente à ela, e os temas preocupantes da aposentadoria, velhice, e a institucionalização do cuidado com a saúde. Confunde-se morte com velhice, com aposentadoria. Confunde-se saúde com vida, com sobrevivência corporal. Trata-se de continuar reproduzindo um modo de produção, administrando a saúde dos sujeitos, principalmente do trabalhador. Ora, cuidar da sobrevivência é submeter-se aos dispositivos controladores. Ao lado da morte, cujo controle se exerce sobre o corpo orgânico, encontramos a doença mental como o grande fantasma que se deve evitar no campo das idéias-crenças, dos perceptos-percepções e dos afectos-sentimentos. É preciso ter saúde mental. O que é saúde mental, o que é doença mental? Surgem então os administradores da saúde mental. Ao lado do controle da vida, o controle do comportamento. Tais práticas cuidadoras da saúde mental gerenciam as expressões auto-poéticas. Veremos que o “diferir de si” enquanto criação é simplesmente viver, criar uma maneira própria de viver, a vida como obra de arte. A partir do final do século XIX a criação se aproximou cada vez mais do corpo – do homo, gea, etc - mas o corpo é antes de tudo o mais próximo: viver, habitar, fazer, desejo. Tais pensadores evidenciam que as forças atuais estão criando um novo pensamento, o do “ser é fazer”. Somos o que fazemos. A criação sendo inseparável do fazer ela é necessariamente sem sujeito. Daí a crise do sujeito contemporâneo e de todos os saberes pautados nele, como é o caso de algumas psicologias. Veremos que sujeito ou subjetividades não são senão a forma final de um movimento, de atividades, que interessa apenas aos poderes reprodutores emergentes ou já consolidados.

**Palavras-chaves:** Psicologia, Subjetividade, Biopolíticas, Viver, Criação

**Trabalho:** O ATO DE CRIAÇÃO EM DELEUZE

**Autor(es):** Aulerives Maciel Junior

**Resumo:** Dentre os autores da filosofia contemporânea que mais se dedicaram a pensar a atividade criativa, Deleuze é, sem dúvida, um dos mais importantes. Isto porque ele concebe o ato de criar como uma experimentação inseparável de um devir outro do criador. Para Deleuze, criar é antes de tudo experimentar novas relações consigo e com o mundo, promovendo assim a constituição de um modo inédito de existir. No nosso trabalho procuraremos desenvolver a concepção que Deleuze elabora sobre o ato de criação, tomando como ponto de partida a idéia de experimentação. Sendo Deleuze um empirista e, na condição de empirista, um criador de uma nova imagem do pensamento, abordaremos em primeiro lugar a idéia de experimentação associada à atividade do pensar. Procederemos criticando a imagem clássica do pensamento – àquilo que comumente chamamos de representação – com os seus principais postulados, mostrando como eles se encontram conformes às opiniões, para, em seguida, estabelecermos os critérios de uma nova forma de pensar intitulada por Deleuze como pensamento do Fora. Mostraremos como em Deleuze o pensar é um acontecimento que advém da experiência e que supõe, para nascer, de um encontro que proporcione a emergência de signos capazes de colocar o pensamento em posição de problema. No desenvolvimento do nosso trabalho, daremos ênfase à noção de signo, tentando pensa-lo como objeto de um encontro. Sendo assim, caracterizaremos o signo através do seu efeito, mostrando, como ele é composto por afectos e perceptos que desestabilizam as faculdades cognitivas colocando o pensamento em posição de problema. Em seguida, demonstraremos, a partir de certos modelos da psicologia cognitiva, como é possível entender a proposta de Deleuze à luz da psicologia moderna. Em um segundo momento, descreveremos esta nova imagem do pensamento relacionando, por um lado, o pensamento com o tempo e, por outro, a atividade do pensar com a noção de problema. É que para Deleuze a atividade do pensar é inseparável de um processo temporal onde as idéias criadas pelo pensamento supõe uma dissimetria intrínseca à subjetividade que introduz o tempo no pensamento, diluindo o eu e forçando o pensador a colocar um problema. Além disso,

descreveremos o processo mostrando como os problemas nascem da experiência, articulando a noção de problema com o conceito de acontecimento, para pensar, a partir de tal conceito uma nova teoria da idéia. De acordo com Deleuze, as idéias são acontecimentos problemáticos que nascem da violência intensiva de um encontro. São elas que se encontram na gênese do ato de pensar, caracterizando tal atividade como criação. Enfim, relacionaremos esta imagem do pensamento com a política, mostrando como o autor irá conceber o ato de criação como uma resistência aos poderes estabelecidos, aos saberes que se encontram regulamentando tais poderes e aos meios de comunicação que efetuam tais poderes. A idéia de criar como sinônimo de resistir será, no nosso entender, uma das idéias-chaves para a compreensão do debate político no mundo contemporâneo.

**Palavras-chaves:** Deleuze, Pensamento, Experimentação, Ato de Criação, Resistência

**Atividade: A Criatividade na Perspectiva Histórico-cultural da Subjetividade (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** A Criatividade na Perspectiva Histórico-cultural da Subjetividade: criatividade infantil - em busca de um conceito

**Autor(es):** Geisa Nunes de Souza Mozzer

**Resumo:** O presente trabalho é um estudo teórico sobre a criatividade humana, buscando, principalmente, chegar a um conceito de criatividade infantil. Para tanto, foram propostas indagações básicas, como: podemos 'falar' de criatividade infantil? Existe diferença entre uma suposta criatividade infantil e a criatividade do adulto? Quais elementos fazem-na possível? Como estes elementos se expressam na criança? Como a literatura, clássica e contemporânea, apresenta o tema? Para se chegar a uma resposta a estas indagações, foi realizado um estudo sobre como o conceito de criatividade e criatividade infantil está sendo trabalhado na literatura; os elementos que a constituem e os níveis do pensamento criativo. Ainda com o intuito de entender melhor o processo de constituição da criatividade infantil, as forças motrizes deste desenvolvimento, bem como suas variadas manifestações, procurou-se fazer uma abordagem teórica sobre este assunto, retomando a teoria histórico-cultural, desde a perspectiva de um de seus principais expoentes – Lev Semionovich Vygotsky (1896-1934). Dentro deste contexto, esta pesquisa, estudou a teoria de Mitjás (1989, 1995, 1997, 2002, 2004) sobre a criatividade humana, entendendo que esta não deve ser vista como um traço isolado da personalidade do sujeito. Ao contrário, a criatividade constitui um fenômeno complexo e, no seu estudo, deve ser considerado não só o produto criativo, mas também o processo no qual se deu a criação, bem como a pessoa que cria e as condições do meio social que pode atuar como facilitador ou inibidor da mesma. A autora entende que não se pode considerar a criatividade, em nenhum de seus níveis de manifestação, à margem do complexo sistema de recursos psicológicos que permite que a criança crie. Assim, a criatividade foi considerada, nesta pesquisa, como expressão de um sujeito concreto, específico, diferenciado e único; e, dentro deste contexto, fez-se uma análise de como a criança utiliza seus recursos internos num processo único e diferenciado de criação. O sujeito, neste caso, é um sujeito ativo, ou melhor, interativo em seu processo de criação. A esta altura, foi questionado até que ponto uma criança de quatro anos tem tamanha consciência de sua criação? Seriam utilizados, neste caso, recursos ainda não conscientizados ligados à vontade e à motivação interna e externa? Ainda nesta pesquisa, foi realizado um estudo sobre subjetividade, incluindo as categorias, trabalhadas por González Rey (1989, 1997, 2002, 2003), de personalidade e sujeito. Buscando apresentar uma compreensão diferenciada da subjetividade, entendida, pelo autor, como um complexo sistema de formações psicológicas, estreitamente ligadas entre si; em que o conteúdo e sua expressão funcional se manifesta simultaneamente em múltiplas formas, possuindo sentidos psicológicos diferentes, de acordo com o subsistema ou a formação psicológica a que se integra. Neste contexto, buscou-se esclarecer, no trabalho, os conceitos teóricos, também desenvolvidos por González Rey (2004), de unidades subjetivas do desenvolvimento; configurações subjetivas, sentido subjetivo e subjetividade individual e social. Estes conceitos foram considerados importantes para entendermos como a criatividade se constitui na criança e como o outro atua como sujeito complexo que aparece nas relações afetivas desde o nascimento. Para, então, buscar entender a criatividade numa perspectiva

histórico-cultural da subjetividade.

**Palavras-chaves:** Criatividade infantil, subjetividade, psicologia histórico-cultural, conceito

**Atividade: Relações estéticas, criação e transformação social (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** O papel dos afetos na potência transformadora da estética humanista no capitalismo

**Autor(es):** Kátia Maheirie, Bader Burihan Sawaia

**Resumo:** O objetivo é refletir sobre a relação entre estética, afetividade e política, na perspectiva da psicologia social dialética- materialista, visando encontrar subsídios ao fortalecimento do potencial humano para a liberdade. Para tanto, delinea-se uma concepção de estética humanista a partir do referencial teórico vygotkiano, das pesquisas do NEXIN ( núcleo de estudos psicossociais da dialética exclusão/inclusão) e da filosofia espinosana. Estética humanista/histórica não se refere apenas à “arte superior” criada por indivíduos particularmente dotados, mas à criatividade artística, uma necessidade humana universal e fonte de prazer. Ela baseia-se no princípio ontológico de que a necessidade universal de beleza, de criação e de prazer é base da força libertadora e das mudanças sociais, portanto, é ato político. Ao mesmo tempo, considera que essa necessidade só se concretiza na existência histórica do sujeito e, que por isso, vem sendo, historicamente bloqueada e alienada pela força das determinações sociais, favorecendo a servidão. Dessa forma, ela precisa ser estimulada. Espinosa e Vygotski, de diferentes maneiras, afirmam, como Marx, o potencial humano para a práxis, de forma que, por mais degradada e alienada que a existência humana real possa ser, o homem preserva sempre um potencial de emancipação e criatividade. Ambos, também consideram que os afetos constituem a base desta potência. Para Espinosa, eles promovem a passagem da heteronomia passiva à autonomia corporal e intelectual ou vice-versa. Portanto, perguntar por afeto é perguntar por poderosos processos que determinam os sujeitos como livres ou submissos. As reflexões de Vygotski sobre afetividade são inspiradas na concepção monista do citado filósofo, que não separa razão de emoção e de criação e liberdade. Ele destaca a importância das emoções na configuração das funções psicológicas superiores, refletindo que elas constituem o subtexto de nossas ações, sentidos e palavras. A liberdade humana para Vigotski está ligada à capacidade de sinalização, que é base da criação e da imaginação dos homens, que, por sua vez, constituem qualidades essenciais para as ações que possibilitam aos homens transformarem a natureza, o que significa libertarem-se das leis da natureza. Dessa forma, o cerceamento ou estímulo da capacidade de criação de sentidos representa a depressão ou o aumento da criatividade e da liberdade. Os referidos autores fornecem conceitos importantes ao delineamento de uma práxis da estética humanista/histórica como o conceito de sentido, signo emocional comum, catarse “estética da recepção”, “emoções inteligentes”, afetividade como conceito político e potência de ação e afetividade de Espinosa. Também se adota o conceito de sofrimento ético-político, criado por Sawaia a partir das referidas questões, para colaborar com as reflexões sobre a potencialização das possibilidades humanas de liberdade no encontro entre estética, afetividade e política.

**Palavras-chaves:** afetividade, ético-afetivo, Espinosa e Vygotski

**Trabalho:** PROCESSOS DE CRIAÇÃO E O MOVIMENTO SUBJETIVAÇÃO E OBJETIVAÇÃO DO SUJEITO

**Autor(es):** Kátia Maheirie

**Resumo:** O objetivo desta exposição é discorrer sobre as relações estéticas, as quais, a partir das produções do Núcleo de Pesquisa em Constituição do Sujeito, Práticas Sociais, Relações Estéticas e Processos de Criação, são compreendidas como relações de descontextualização e recontextualização do sujeito e do objeto em determinadas circunstâncias, possibilitando um redimensionamento ético-afetivo na construção de novas formas de pensar e sentir, resultando

em objetivações criativas por parte do sujeito. O conceito de relações estéticas, tal como se entende aqui, transcende as relações que o sujeito estabelece com objetos artísticos, estendendo-se para todas as relações que o sujeito, em uma postura que não seja prático-utilitária, venha a ter com um objeto que se coloque de uma forma diferente da habitual. Ou seja, a relação estética se dá entre um sujeito que se coloca de uma forma estética (com sensibilidade perceptiva) em relação a um objeto que se mostra esteticamente. Ao vivenciar relações estéticas, o sujeito é capaz de produzir criativamente, uma vez que desconstrói os significados cristalizados nos objetos a sua volta, atribuindo-lhes novos sentidos. Nesta perspectiva, amparados em uma psicologia de base histórico-dialética, utilizando fundamentalmente os trabalhos de Vygotski, entendemos que os processos de criação se dão por meio da decomposição de saberes anteriormente apropriados, os quais, por meio da imaginação, se recompõem de nova maneira, produzindo um novo objeto. Os processos criativos implicam em movimentos de subjetivação reflexivo-afetivos dos elementos da realidade, mediados semioticamente, os quais o sujeito se apropria, constituindo parte de seu arsenal, matéria bruta daquilo que no futuro se transformará no novo. Seguindo um movimento que tem a mesma lógica, mas uma direção oposta, as objetivações do sujeito, especialmente do imaginário nos processos criativos, se traduzem na composição do produto inovador, caracterizada, portanto, como objetivação da subjetividade do sujeito. Nesta perspectiva, os movimentos de subjetivação indicam as apropriações do sujeito ao longo de sua história, se revelando no modo como ele torna singular o que antes era coletivo, dando um sentido particular para os significados que circulam o contexto social. Os movimentos de objetivação são as próprias ações, gestos, formas de comunicação e toda produção material e discursiva que o sujeito tenha como autoria durante a sua história. Assim, a criação é compreendida como a objetivação da subjetividade a qual, uma vez inserida no contexto coletivo, é capaz de produzir novas formas de subjetivação e novas formas de objetivação, transformando o contexto social. Toda produção criativa, sintetizada na dialética da subjetivação e objetivação, realiza no âmbito coletivo novos movimentos de subjetivação e objetivação no contexto da vida de cada sujeito que com ela se relacionar. Assim, compreendemos que os sujeitos, inseridos em contextos onde se possa vivenciar relações estéticas, tendem a elaborar de forma criativa produtos inovadores, seja no âmbito técnico, seja na arte, na ciência ou na esfera do cotidiano.

**Palavras-chaves:** processos de criação, constituição do sujeito, movimentos de subjetivação e objetivação, relações estéticas

**Trabalho:** Clínica Ampliada e Cartografia: Modos de Ver pela Fotografia

**Autor(es):** Patricia Gomes Kirst

**Resumo:** A clínica sempre suscitou um mistério... O que é possível acontecer em uma relação que se propõe terapêutica e de certa forma libertadora? Libertar-se de que/ quem? Por onde podem ser encaminhadas e promovidas novas maneiras de existir e tramar mais resistência e criação ao sofrimento e ao cotidiano? A discussão sobre a nova clínica ou clínica ampliada e suas possíveis relações com a fotografia pode fornecer certas ferramentas para apurar um pouco o olhar sobre as possibilidades de promover narrativas será aqui o foco principal. A clínica tradicional tanto no seu ensino como na sua prática possui as mesmas características e coincide em algumas raízes com metodologias que privilegiam visões dicotômicas do sujeito e da vida, a divisão clássica de consciente e inconsciente, sujeito e objeto e da clínica e da atuação política. Tal clínica procura a neutralidade e funciona, buscando no interior do sujeito, as respostas utilizando técnicas pré-concebidas para o encaminhamento dos “casos”, tendo como referência a metodologia cartesiana. A fotografia pode ser localizada entre os “equipamentos coletivos de enunciação” (Guattari e Rolnik, 1993), sendo vista de maneira geral, como dispositivo maquínico caracterizado por abrir vias de auto-referência. Por fazer retornar o mundo em suas formas e os próprios sujeitos para si próprios, em determinadas ocasiões, pode desenvolver processos de subjetivação autofundadores. Fotografar, ver-se em uma fotografia ou ver uma cena qualquer remete à possibilidade de criação de laços com o referente, auxiliando a revolver certo material existencial e atribuir certos emblemas ao tempo (a imagem fotográfica carrega consigo uma data fazendo o tempo consistir em algo no fora). Tal distinção explica os motivos pelos quais a fotografia excede qualquer explicação que a qualifique como universal ou geral, porque ela é

pura contingência exercendo a função de âncora do real, que é fugaz e que, muitas vezes, sem a utilização de artefatos não se faz emergir materialmente. Porém, o que poderia aproximar a fotografia de certa universalidade, é a sua fertilidade processual, pois, como máquina, ela perpassa os sentidos, a estética, os afetos e a cognição. A partir destes dispositivos podemos traçar a rede que aproxima e, poderíamos dizer, mistura a fotografia e a clínica ampliada, pois ambos os posicionamentos agem no sentido inserir dentro e fora em um espaço compartilhado: pesquisador-objeto e terapeuta-sujeito da narrativa. Talvez, o maior ponto de convergência entre estes dois temas esteja ligado ao conceito de olhar, pois tanto na fotografia quanto na clínica quer-se inaugurar um olhar novo onde usuário e terapeuta possam abrir um novo campo de subjetivação para práticas que possam vir a ser criativas e disseminadoras de vida. A clínica ampliada e a fotografia são movidas pela idéia de que mergulhar e apaixonar-se podem ser uma garantia de que o conhecimento virá marcado de autoria e que a implicação pode autorizar uma produção responsável. A fotografia propõe um saber que possa navegar associando-se com a vida tal como se apresenta e neste processo de busca a tentativa está na confluência de sentido para armar-se uma rede argumentativa fresca, criativa e que possa mostrar na medida do possível, o envolvimento da pesquisadora com a rede discursiva oriunda da reinvenção do sujeito pela lente. Longe de querer criar leis e universalidades o fotógrafo aceita o local e o momento como fonte para sua intervenção. Neste sentido, Boaventura de Souza e Santos (1987, p.52) afirma, no tocante à questão da autoria, que “o objeto é a continuação do sujeito por outros meios. Por isso, todo o conhecimento científico é autoconhecimento”. O fotógrafo não quer medir, assim como a maior da preocupação da clínica ampliada não está em diagnosticar. A preocupação dessas práticas está na proliferação de possíveis na atribuição de sentido e, conseqüentemente, o fortalecimento da certeza de que podem existir muitíssimas respostas. A clínica ampliada e a fotografia produzem percepções e afetos que se encontram em oposição à mera descrição e homologação do espaço material ou do comportamento. A fotografia aqui será emblema de implicação e tentativa de trazer à tona alguma apropriação existencial. A “verdade” da clínica ampliada e da fotografia é criada fora da experiência, encontrando sua gênese dentro da estratégia de expressão da mesma. Neste sentido, a mobilidade do pensamento pode encontrar potência transdisciplinar. A possibilidade de encontro e de ampliação da clínica e da pesquisa reside em brincar honestamente na escultura do tempo e perseguir coletivamente imagens mais inventivas de formas de viver minoritárias e engendradas pela resistência.

**Palavras-chaves:** fotografia,clínica social,estética

**Atividade: Constituição da Subjetividade Docente (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Constituição da Subjetividade Docente

**Autor(es):** Inês Maria Zanforlin Almeida,Sandra Mary Prazeres

**Resumo:** O caminho de produção trilhado nesta pesquisa de Mestrado em Educação insere-se no campo da subjetividade, e para tal apóia-se na concepção psicanalítica de sujeito, uma vez que a subjetivação é a própria essência da psicanálise. O termo subjetividade, como uma subjetividade clivada, expressa o assujeitamento do sujeito ao campo do simbólico – registro psíquico referente ao domínio da linguagem - ao qual todo ser tem que ser submetido para tornar-se humano. Nesse sentido, o sujeito passa a ser considerado a partir do campo pulsional, que insere a atuação de um outro da espécie humana sobre a criança, presentificando, nesse cuidado necessário para a sua sobrevivência, o seu desejo. O presente trabalho apresenta uma reflexão quanto a constituição da subjetividade docente, buscando examinar, mais especificamente, a dimensão inconsciente desse vir-a -ser, que se sabe contínuo, e suas implicações no cenário educativo. As lacunas existentes quanto ao processo de subjetivação docente e quanto a sua decorrência na prática educativa restituem o lugar de centralidade do conceito de sujeito na formação de professores, neste estudo atravessado pelas ferramentas conceituais do aporte psicanalítico, o qual instaura o sujeito do inconsciente e, portanto do desejo. Nesse sentido, a pesquisa situa, pela abordagem qualitativa, a dimensão inconsciente ressaltando-se as marcas e as inscrições que constituem o sujeito docente, compreendidas

como “vestígios de um passado esquecido” (Garcia-Roza, 1991), signos que produzem efeitos também na ação educativa. A memória é tratada como a essência do aparato psíquico, buscando-se, nas construções teóricas de Freud, a base para a compreensão do campo do infantil, que designa as ações e as escolhas do sujeito. Restituir o campo do infantil importa, contudo, em considerar que não reconhecemos nossos desejos inconscientes, porque não há em nossa memória consciente traço dos nossos desejos infantis. Consideram-se, assim sendo, os processos inconscientes que vão constituindo o ser humano, apontando-se as vicissitudes pela qual o sujeito freudiano passa na formação de sua identidade docente. Acrescente-se que, a base da pesquisa é a análise da memória educativa e de outras narrativas de um grupo de professores graduandos e graduados, formalizado na vigência de um curso de extensão na Faculdade de Educação, da Universidade de Brasília, a fim de reconhecer fatos e experiências que marcam o processo de constituição da identidade do professor e como estes são desveladores de manifestações e posturas em sala de aula. No âmbito da formação de professores, faz-se imprescindível considerarmos o processo de subjetivação, sem, contudo, enveredar pelas estruturas clínicas que sustentam essa constituição - o que consistiria em uma entrada no campo analítico - mas pela via da dimensão pessoal, no âmbito da constituição de uma identidade docente.

**Palavras-chaves:** Subjetividade Docente,psicanálise,memória

**Atividade: Consumo e Personalização no RPG Virtual (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**CONSUMO E (PSEUDO)PERSONALIZAÇÃO NO RPG VIRTUAL: O Caso Ragnarök

**Autor(es):** Reno Moura Rocha

**Resumo:** No presente contexto social, observamos a configuração de uma cultura caracterizada pelo consumo e que tem a publicidade como instância produtora de estilos de vida. Esta busca vincular, aos mais diversos produtos, valores subjetivos, dentre os quais destacamos a promessa por personalização, pautada no princípio de que os consumidores possuem os mesmos direitos e podem deliberar o que desejam, estando livres para tal. Divisamos, assim, que a publicidade atua como um importante vetor de subjetivação contemporâneo. Porém, não apenas esta utiliza os meios de comunicação em massa e as tecnologias informacionais para produzir subjetividade. Encontramos, atualmente, algumas outras máquinas de subjetivação do consumo, menos conhecidas pelo meio acadêmico, como os jogos eletrônicos em rede mais recentes. Neste estudo, buscamos compreender o processo de constituição subjetiva dos sujeitos contemporâneos através de tecnologias como estas. Para isso, detemo-nos especificamente na análise do jogo Ragnarök Online, o RPG virtual de maior popularidade no Brasil, partindo da leitura de obras de autores contemporâneos que se dedicaram à apreciação do fenômeno do consumo na sociedade, a exemplo de Baudrillard e Severiano, das novas tecnologias da informação e da comunicação, a exemplo de Lévy, e da subjetividade contemporânea, a exemplo de Guattari, Rolnik e Miranda. Procedemos, em termos metodológicos, a uma revisão bibliográfica da temática relativa ao nosso estudo. Pesquisamos, em um primeiro momento, à publicidade produzida para o jogo em seu site oficial. Posteriormente, entramos em contato com nosso objeto de estudo, entrando no mundo virtual de Ragnarök Online, no qual observamos o comportamento de seus usuários, enquanto aprendíamos as regras do jogo e analisávamos que vetores de subjetivação nele atuavam. Por fim, realizamos, através do próprio meio comunicacional que é o jogo, cinco entrevistas qualitativas com um roteiro definido, mas sem uma ordem fixa de perguntas. Tais entrevistas visavam uma investigação mais aprofundada dos discursos presentes no objeto, sem que recorrêssemos apenas à produção semiótica publicitária do mesmo. Ao final, efetuamos uma discussão a respeito das possibilidades de constituição de subjetividades individualizadas a partir da mediação deste processo por bens de consumo virtuais. O que pudemos verificar, porém, foi ocorrência de pseudopersonalização, isto é, a respondência a modelos desmultiplicados de diferenciação e que tem por conseqüência uma maior homogeneização dos modos de agir e pensar, ou seja, de subjetivação. Este estudo ressalta, porém, que uma averiguação dos potenciais de singularização não pode se resumir ao aprofundamento que empregamos. Além disso, observamos novos modos de socialização

advindos desta tecnologia e que merecem investigação.

**Palavras-chaves:** Subjetividade, Consumo, Personalização, Virtual



## Área: Gênero e Sexualidade

**Atividade: Relações de Gênero e Literatura de Cordel:  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Relações de Gênero e Literatura de Cordel:

**Autor(es):** Rosângela Cristina da Silva,Cecília Braga Bezerra

**Resumo:** Desde o século XVI, os portugueses já versavam as sextilhas narrando suas vidas e as vidas de nomes importantes do reino luso. Na "colônia" brasileira, a literatura de cordel encontrou seu lugar entre o povo nordestino, gente sem muito dinheiro, que lia, nos folhetos de bolso comprados a preço barato, acontecimentos semelhantes aos de sua vida. E até hoje é assim. Narrando a história da gente que ama e odeia, tem fé em Deus e no vizinho. Filhos que respeitam seus pais, crianças que saem de casa cedo à procura de emprego. Maridos e mulheres em infinitos vaivéns no relacionamento. Essa é a literatura de cordel. Reflexo do cotidiano, expressão literária das vivências entre as pessoas das camadas populares do Nordeste, e, portanto, representação significativa das relações de gênero estabelecidas entre os tantos "lampiões" e "marias-bonitas" do Brasil. Pesquisadores socializados em uma cultura tão marcada pelas diferenças entre as relações de gênero quanto pela riqueza cultural de Pernambuco encontram com facilidade o interesse por "ler" comportamentos humanos nos versos dos cordéis, estilo literário notadamente representativo do feminino e masculino. Configura-se, então, o objeto de pesquisa: analisar as representações do feminino e do masculino na narrativa textual e nas ilustrações simbólicas das xilogravuras dos folhetos da literatura de cordel. A dicotomia homem dominador versus mulher submissa ou a igualdade entre os gêneros e a socialização das crianças a partir dos aspectos referentes ao feminino e masculino presentes na construção da identidade infantil são pontos enfocados neste trabalho, tendo sempre em vista as associações com o momento sócio-histórico e a realidade das camadas populares brasileiras envolvidas. Os objetivos desta investigação direcionam seu percurso metodológico para a pesquisa bibliográfica, haja vista a gênese das fontes utilizadas permearem as obras já produzidas por outros autores. A cultura popular, a produção literária dos cordéis, seus autores, sua história, as temáticas abordadas e, especificamente, as formas como as relações de gêneros são expressas na literatura são aspectos centrais na construção do referencial teórico, que conta com nomes como os de Alfredo Bosi, Daniel Simão, Marilena Chauí, Guacira Louro e Renato Ortiz. A fase de análise dos cordéis propriamente dita inicia-se após uma seleção nos arquivos e postos de venda de cordéis, com a aquisição de uma amostra de cinquenta folhetos, cujos títulos e imagens ilustrativas das capas indicam temáticas referentes às vivências entre homens e mulheres, pais e filhos. Nas fichas bibliográficas dos cordéis lidos, destaca-se tanto os campos e problemas tratados pelo cordelista quanto a forma sintática e semântica pela qual as temáticas do feminino e do masculino são dispostas no discurso de cada folheto, além dos índices representativos contidos nas ilustrações em xilogravura. A análise dos dados obtidos através de cada ficha bibliográfica dos cordéis permite estabelecer uma comparação entre os folhetos, identificando-se, então, informações comuns à amostra. Tais dados interpretativos são associados aos estudos teóricos referentes às relações de gênero, permitindo-se estabelecer um paralelo entre as formas com que os papéis femininos e masculinos são vividos nas camadas populares brasileiras e a maneira como ocorrem suas respectivas representações na literatura de cordel. Através de exemplos elucidativos dos versos e xilogravuras de cordéis de Abraão Batista, José Costa Leite e Manoel Monteiro, é possível concluir que as diferenças existentes no relacionamento entre homens e mulheres ainda se caracteriza com traços notadamente patriarcais, configurando-se a dicotomia homem dominador versus mulher submissa. O objetivo de identificar conteúdos da socialização das crianças sob o ponto de vista da distinção entre os gêneros não é concretizado, haja vista a inexistência de referências diretas à temática nos cordéis pesquisados. A apresentação deste trabalho se propõe a fomentar as discussões referentes às relações de gênero, evidenciando a literatura de cordel como uma expressão das vivências desiguais entre homens e mulheres do Nordeste brasileiro. A linguagem e as imagens próprias da expressão cultural nordestina são exibidas para ilustrar a

discussão e elucidar as etapas da pesquisa.

**Palavras-chaves:** literatura de cordel, relações de gênero, representação social

**Atividade:** **Influência dos filhos de relacionamentos anteriores na seleção de um novo parceiro.**  
**(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Influência dos filhos de relacionamentos anteriores na seleção de um novo parceiro.

**Autor(es):** Luísa Helena Pinheiro Spinelli, Maria Bernardete Cordeiro de Sousa, Maria Emília Yamamoto

**Resumo:** Grande parte dos estudos da Psicologia Evolucionista é dedicada a entender como ocorre a seleção de parceiros em humanos. A influência que a presença de filhos de relacionamentos anteriores pode ter para a seleção de um novo parceiro não tem sido abordada em profundidade até o presente momento, sendo o objetivo deste estudo. A amostra deste estudo incluiu 136 mulheres grávidas. Deste total foram caracterizados quatro grupos: G1- nenhum dos parceiros tem filhos de relacionamentos anteriores; G2- apenas a mulher tem filhos de relacionamentos anteriores; G3- apenas o homem tem filhos de relacionamentos anteriores e G4- os dois têm filhos de relacionamentos anteriores. A análise dos dados aponta diferenças significativas entre os grupos. Com relação à diferença de idade entre os parceiros, o G3 apresenta a maior diferença de idade, com o homem sendo em média 10 anos mais velho. No G3 encontramos também a maior diferença média de renda entre os parceiros, com os homens deste grupo ganhando em média até 10 vezes mais do que suas respectivas parceiras. Na comparação entre o nível de compromisso marital dos grupos (solteiros, namorados, co-habitação e casamento), o G3 apresenta o menor nível de compromisso, com a categoria namorados como a mais freqüente e nenhum dos pares deste grupo sendo formalmente casados. Com relação à auto-avaliação da auto-estima, as mulheres do G2 se avaliaram com pontuações inferiores se comparadas às mulheres dos outros grupos. E na avaliação que fizeram dos parceiros, as mulheres do G3 consideraram seus parceiros menos confiáveis e menos fiéis, se comparadas às mulheres dos outros grupos, enquanto as mulheres do G2 consideram seus parceiros menos maduros. A análise dos dados sugere que a presença de filhos anteriores não aparece como um fator limitante para os homens na seleção de uma nova parceira. Pode-se considerar até mesmo que o valor de mercado destes homens encontra-se bastante elevado, visto que conseguem parceiras sem filhos anteriores, muito mais jovens do que eles, sem um alto nível de compromisso marital neste novo relacionamento e a despeito destas parceiras considerá-los menos confiáveis e fiéis. Já a presença de filhos de relacionamentos anteriores aparece como um fator que diminui o valor de mercado para a mulher, na busca por um novo parceiro, considerando que neste novo relacionamento seus parceiros tendem a ser mais jovens do que ela, apresentarem menor diferença de renda, serem considerados pouco maduros e elas mesmas avaliarem sua auto-estima como mais baixa. Sugerimos que para um melhor entendimento destes resultados é importante considerar qual o padrão de cuidado oferecido aos filhos de relacionamentos anteriores. Para os homens do G3, o seu alto valor de mercado pode estar relacionado ao fato de que eles não detêm a guarda destes filhos, nem despendem com eles parte significativa dos seus recursos, o que acaba não afetando a sua atratividade para novas parceiras. Neste caso, a não apresentação do cuidado paterno aparece associada a uma estratégia quantitativa com relação ao número de parceiras, o que aumentaria o sucesso reprodutivo masculino. Tal padrão de acasalamento é bastante semelhante ao encontrado em sistemas poligínicos de outras espécies de mamíferos.

**Palavras-chaves:** idade, seleção de parceiros, Psicologia Evolucionista

**Atividade:** **Sexualidade na Terceira Idade**  
**(Comunicações Científicas)**

## **Trabalho:**Sexualidade na Terceira Idade

**Autor(es):** Ivana Suely Paiva Bezerra de Mello, Julianna Cardoso Morais, Priscila G. Chaves Chaves, Dayse do Nascimento Saraiva, Rossana Refosco, Adriana Romão, Luciane Lira da Cruz, Francimea Herculano Lopes

**Resumo:** A atividade sexual na velhice tem sido considerada inapropriada por largos segmentos de nossa sociedade, desde a família até a mídia. Alguns entendem a atividade sexual nos idosos até mesmo como imoral ou bizarra. Nossa cultura aceita mal a existência de sexualidade nos idosos, e quando eles apresentam qualquer manifestação de interesse sexual, são freqüentemente discriminados. De modo geral, não se considera correto falar sobre assunto, nem pleitear a existência de problemas relacionados com a sexualidade do idoso. Estudos recentes demonstram que a maior parte das pessoas de idade avançada é perfeitamente capaz de ter relações sexuais e de sentir prazer, nas mesmas atividades que se entregam as pessoas mais jovens. O presente trabalho teve como objetivo descobrir a concepção das mulheres idosas do estado da Paraíba a respeito de sua prática sexual. Esta pesquisa foi realizada com uma amostra de 63 pessoas do sexo feminino com idades variantes entre 50 e 80 anos. O questionário foi elaborado pelo grupo de pesquisa do Centro Universitário de João Pessoa-UNIPÊ, do departamento de Psicologia. O mesmo foi composto dos dados socio-demográficos e quinze questões fechadas. Utilizando o procedimento estatístico SPSS 2.0, foram encontrados os seguintes resultados: Do total da amostra, N=63, 52,4% teve idade compreendida entre 61 e 70 anos, seguido de 28,6% com entre 50 e 60 anos. 46% tem o 3º grau completo/incompleto, e 34,9% com o 2º grau completo/incompleto. Quanto a religião, a maioria, com 77,8%, é católica. No item que se refere ao sexo na atualidade, 33,3% da amostra responderam que estava Bom, seguido de 25,4% que avaliaram o sexo como algo Regular. Quanto a sexo na terceira idade, 27,0% responderam que estava Bom, seguido de 23,8% Regular. Para avaliarem as suas atividades sexuais, a maioria da amostra, 23,8%, não deu resposta; 20,6% se mostraram indiferentes, e também 20,6% responderam como Boa. Com relação as primeiras relações sexuais, 33,3% consideram como Ótimas, e 25,4% Boa. 28,6% disseram que se sentem Ótimas após a relação sexual, porém o mesmo índice, 28,6%, não deram resposta.. Quanto as preliminares, 38,1% afirmaram que Sempre houve preliminares, e 22,2% não deram resposta. 30,2% afirmaram que Quase Sempre sentiram incomodos nas primeiras relações sexuais, porem neste quesito houve um empate de 19,0% de resposas Quase Nunca/Sempre/Não Houve. Das entrevistadas, 69,3% consideram o sexo importante na relação a dois, todavia 42,9% responderam que o sexo Nunca é um fator que sustenta casamento. 19,0% afirmaram ser Quase Sempre o mais importante. De acordo com a pesquisa, 28,6% se mostraram indiferentes quando questionadas a respeito do nível de interesse sexual hoje; e 20,6% afirmaram ser Bom o nível de interesse. Quando questionadas em relação a que nota dariam para as suas atividades sexuais, 50,8% deram notas entre 2 à 0; seguido de 20,6% que ponturam entre 10 à 8. A respeito do que a mulher busca na relação sexual, a grande maioria, com porcentual de 74,6%, afirmou que a mulher busca Sempre o carinho na relação sexual. Finalizando, gostaríamos de ressaltar que essa pesquisa é o começo de um trabalho mais abrangente para identificarmos e compreendermos melhor como mulheres da terceira idade estão sentindo e vivenciando suas sexualidades.

**Palavras-chaves:** Sexualidade, Terceira Idade, Idoso

**Atividade:** FORTALECIMENTO DE ADOLESCENTES E JOVENS PELA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE VOLTADAS PARA A SEXUALIDADE E SAÚDE REPRODUTIVA.  
(Experiências em Debate)

**Trabalho:**FORTALECIMENTO DE ADOLESCENTES E JOVENS PELA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE VOLTADAS PARA A SEXUALIDADE E SAÚDE REPRODUTIVA

**Autor(es):** Jorge Lyra, Ana Roberta Gomes Oliveira, Karina Xavier, Valéria Rocha

**Resumo:** A implementação de políticas públicas para adolescentes e jovens tem merecido atenção e destaque por parte de setores do governo federal, impulsionados pelas discussões e articulações oriundas de grupos e instituições da sociedade civil organizada que trabalham com/por/para este público. Dentre as temáticas pertinentes, a Saúde tem se mostrado um campo importante e fértil para a construção de espaços de exercício de cidadania e direitos. Entre 2004 e 2006, o Instituto PAPAI desenvolveu pesquisas no intuito traçar um diagnóstico sobre a saúde do adolescente no Recife e no Brasil, com foco na relação que adolescentes e jovens estabelecem com os profissionais e os serviços de saúde – especialmente os de Atenção Básica (Estratégia Saúde da Família). Identificou-se que a Saúde do Adolescente não tem sido prioridade das gestões públicas, o que se revela na falta de recursos para a realização de ações sistemáticas para essa população e na recorrente falta de preparo dos profissionais de saúde para lidar com as especificidades desse público. Constatou-se também que os serviços de saúde da Atenção Básica possuem marcadamente um caráter materno-infantil. Isto se deve, em parte, à própria origem do Programa Saúde da Família (programa de erradicação da mortalidade infantil). Por outro lado, é sabido que a Saúde da Mulher tem sido pauta de reivindicação histórica do movimento de mulheres. A partir do momento em que as mulheres passaram a se organizar coletivamente na reivindicação de uma atenção específica para suas questões de saúde, pôde-se acompanhar o avanço que este campo teve e vem tendo na saúde pública, sendo hoje prioridade das gestões. Desta forma, a organização coletiva dos sujeitos se revela como caminho reconhecido para o avanço na efetivação de direitos. Historicamente, adolescentes e jovens não se organizaram e apenas recentemente vêm se organizando em torno da pauta da Saúde. Atualmente é possível vislumbrar uma mudança de perspectiva, tendo em vista que adolescentes e jovens passam, cada vez mais, a ser vistos como sujeitos de direitos. Assim, o fortalecimento desses sujeitos passa pela formação na temática da saúde – notadamente saúde sexual e reprodutiva – e o fortalecimento de redes que possam favorecer sua articulação na reivindicação do direito fundamental à saúde. A atenção à saúde de adolescentes e jovens é tratada de maneira genérica e quase residual, na medida em que há uma concepção compartilhada por profissionais de saúde de que adolescentes não demandam por cuidados na arena da saúde, principalmente os do sexo masculino. Há aí preconceitos de gênero e geração que precisam ser quebrados. Por outro lado, constatou-se que boa parte dos adolescentes e jovens não busca seus direitos na esfera da saúde. Não buscam porque não precisam ou porque desconhecem que são sujeitos de direitos? O SUS, ao preconizar que os usuários do sistema são co-responsáveis pela sua saúde e pela saúde de suas comunidades, é de se considerar adolescentes e jovens pessoas com pleno potencial reivindicatório e de exercício de cidadania, que deve se dar através da educação de pares, em redes, articulações e grupos de adolescentes e jovens. Nesse sentido, o objetivo deste Projeto foi construir um espaço de participação política para adolescentes e jovens no contexto da sedimentação, fortalecimento e ampliação das redes políticas da sociedade civil organizada em prol da Saúde, especialmente Sexualidade e Saúde Reprodutiva. Trabalhou-se para fortalecer as estratégias de articulação política e mobilização de redes, sensibilizando e dotando os próprios adolescentes e jovens de ferramentas simbólicas, para que se façam ouvidos em vários espaços de incidência política. Para tanto, constituiu-se um grupo de 14 adolescentes e jovens de ambos os sexos, com idades variando entre 15 e 24 anos de idade, participantes de grupos populares e ONG integrantes da Rede MAB (Movimento de Adolescentes do Brasil) uma rede nacional que congrega em torno de 60 grupos de todo Brasil, cujas temáticas perpassem o campo da Saúde. Após período de capacitação em temáticas como Gênero, Raça/etnia, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, Políticas Públicas, Participação Social, Advocacy e controle social, Mídia e advocacy, prevenção em DST/HIV/Aids, entre outras; assim como participação em espaços de incidência política - Vigília pelo Fim da Violência contra as Mulheres, ações da Campanha do Laço Branco (Homens pelo fim da violência contra as

mulheres), ações da campanha Pai Não é Visita (pelo direito de ser acompanhante) - os/as integrantes do grupo realizarão visitas a grupos e instituições das capitais do Nordeste, com o intuito de fomentar a discussão sobre Saúde, fortalecer outros grupos, instituições e redes regionais para a participação desses sujeitos nos processos e espaços de deliberação e tomada de decisão política, como Conselhos de Saúde, Conferências municipais e estaduais, Orçamento Participativo. À medida que participam de atividades sócio-políticas, adolescentes e jovens vão, progressivamente, desenvolvendo habilidades e criando possibilidades de ação que extrapolam as dimensões originais do trabalho, tornando-se agentes que reivindicam o exercício da cidadania.

**Palavras-chaves:** Adolescentes e Jovens, Políticas Públicas de Saúde, SUS

**Atividade: Mulher, subjetividade e direitos  
(Temas em Debate)**

**Trabalho:** Violência conjugal: perspectivas teóricas e de intervenção

**Autor(es):** Kátia Neves Lenz César de Oliveira

**Resumo:** Violência conjugal: perspectivas teóricas e de intervenção A violência conjugal será discutida a partir de dois pólos de argumentação e uma terceira via que articula-os. O primeiro pólo iniciado pelo movimento feminista, na década de 70 do século passado, deu visibilidade ao problema da violência contra a mulher e explicitou que ele se constitui para além de psicopatologias individuais. O outro, fruto de críticas à política feminista, é sustentado por campos do conhecimento científico que focalizam os sujeitos concretos/singulares e sua atividade frente às representações coletivas, como a psicologia e a antropologia. O primeiro pólo formula 2 questões básicas. A primeira é “porque a mulher permanece por anos na relação violenta?” A primeira resposta construída remete a questões de ordem social que diz respeito a comportamentos-padrão das vítimas e as atitudes da comunidade em não se envolver ou culpar a mulher. A segunda se refere a uma patologia desenvolvida como efeito das situações traumáticas, como resultado da “pedagogia da violência”, chamada de “síndrome da mulher agredida”, que tem como sintomas a baixa auto-estima, o medo, a depressão, a culpa e a passividade. A segunda pergunta se refere a “porque os homens batem?” Mantendo o caminho de desvincular-se dos indicadores psicopatológicos individuais, a resposta é de que eles são apegados à visões estereotipadas sobre os papéis de homem e mulher, e que, ainda – amplia a socióloga Heleiete Saffioti (líder deste pólo no Brasil)-, repetindo a forma de relação hierarquizada, produzida por recortes da organização social como classe social e etnia, usam de força e violência contra as mulheres para introduzir e/ou reforçar o recorte de gênero. Este primeiro bloco de argumentação converge então em prol da explicação de que a violência conjugal contra a mulher é um ato ou postura relacionado diretamente à dominação masculina, desenvolvida ao longo da história da humanidade. Mas é preciso dizer ainda que esta última explicação de Saffiotti, acima citada, pôde ser produzida com a criação cunhada na academia na década de 80, da categoria “gênero” - que tem como idéia básica de que há machos e fêmeas na espécie humana, mas a qualidade de ser homem e ser mulher é condição realizada na cultura-, e que é a partir deste passo que as feministas se diferenciam entre si, criando-se uma geração que olha para as diferenças entre os homens e entre as mulheres, e não só para aquelas entre homens e mulheres. Esta nova geração irá compor, junto com outros grupos, o segundo bloco de argumentação e posicionamento diante da violência conjugal. De forma geral defendem ser a cultura patriarcal um dos fatores que gera violência, mas não o único ou de forma isolada. Tendem também a se aproximar mais de discussões sobre o sofrimento de ambos os parceiros. Uma primeira referência brasileira neste pólo é a antropóloga Maria Filomena Gregori que discute o papel da mulher como produtora, juntamente com o parceiro, da relação violenta; explicitando a função da “queixa” da mulher, que a coloca protegida de críticas enquanto tenta impor mudanças ao parceiro. Este pólo tende então a posicionar-se contra o discurso da “vitimização”, colocando a mulher como cúmplice, ancorando-se usando em teorias psicanalíticas sobre masoquismo feminino. A terceira via começa a ser formar a partir das seguintes referências centrais. A antropóloga Bárbara Soares contribui principalmente no sentido de legitimar as contribuições do feminismo clássico, ao criar o termo “vitimização afirmativa”, que designa um discurso

performático de auto-análise da mulher e não de passividade. A antropóloga Miriam Grossi, que defende a existência de homens "vitimizados", bem como a cambialidade das funções agressor e vítima; e principalmente propõe uma nova categoria para entender a violência conjugal, que engloba gênero, mas vai além deste: o modelo de conjugalidade ocidental moderno baseado da idéia de amor, que está recheado de contradições. Por fim, podemos lembrar de estudos desenvolvidos no final dos anos 90, sobre masculinidades, defendendo estar os homens pressionados pelo modelo de "masculinidade hegemônica" produzida pela cultura, que lhes cobra mostrarem-se sempre competitivos, ativos sexualmente, negar suas necessidades e fraquezas, etc, configurando-se uma situação em que não só as mulheres mas também eles estão sob risco de adoecerem. Concluo que o problema das intervenções ancoradas no primeiro pólo não é formular a dualidade mulher-vítima/homem-agressor, mas tentar atribuir uma verdade universal, conduzindo as pessoas a compor novas percepções e vivências apenas com as lentes dele, ao invés do usá-lo como um propiciador de uma contínua reflexão. Proponho construirmos intervenções polissêmicas, e múltiplas, que alie crítica social (com postura auto-reflexiva sobre seus próprios valores e conseqüências destes) e acolhimento ao diferente (serenidade).

**Palavras-chaves:** Violência Conjugal,Mulher,Política Feminista

**Trabalho:**Violência sexual: Há como reparar esse dano?

**Autor(es):** Francisco Jose Machado Viana

**Resumo:** A situação da violência tem sido motivo de preocupações tanto por parte das autoridades quanto da população em geral, que atualmente a aponta como problema prioritário para as agendas políticas. As cenas de violência contra a mulher já ganharam importância nacional e ocuparam, em passado recente, a tele-dramaturgia, o cinema, livros e outros meios de comunicação. No campo dos direitos, poderíamos comemorar as mudanças, já que não existem do ponto de vista jurídico diferenças entre homens e mulheres. Se no campo do direito a reparação dessa injustiça se faz presente, o mesmo não se pode dizer no campo social, econômico e das relações como os homens.O trabalho no modo de produção capitalista passa a ser uma atividade não somente dos homens e sim de uma das classes segundo as quais se dá a inserção dos indivíduos no sistema social. Em princípio, conforme aponta Eagleton (2005), o capitalismo gera um credo impecavelmente inclusivo: a estrutura social não faz distinções para explorar. Além disso, nela se legitima uma admirável e igualitária disposição para incluir qualquer um, homem ou mulher, na rede dos "mercados", na qual se pode mascatear produtos e serviços a um maior número de pessoas. (Viana e al 2006) Embora saibamos que não é exatamente isso que acontece na realidade, homens e mulheres tem salários diferentes para a mesma função e normalmente os homens tem salários melhores.O exercício da violência assim pode assumir contornos simbólicos, sua expressão pode apenas se apresentar com as diferenças de oportunidades de ocupação de lugares na sociedade, seja no trabalho, na vida pública ou no acesso aos bens produzidos por essa sociedade.Ainda assim é no campo das relações com os homens que a relação fica mais complicada. O tema da violência e sua percepção como quase inaceitável na vida social é algo da vida contemporânea. A expressão da violência já foi considerada e em muitas circunstâncias ainda o é, um método socialmente aceito para a defesa pessoal, do patrimônio ou de valores ideológicos e morais, outras vezes, até supostamente éticos. No entanto esse método é cada vez mais criticado pela própria sociedade. Mas é a violência sexual que nos traz imediatamente certo constrangimento. O nosso de homem: de pensar que seremos todos comparados com aquele agressor sexual. Aquela velha máxima; HOMEM É TUDO IGUAL. Outro é da própria mulher que se vê ultrajada, violada, muitas vezes cercada de violência física. Violência esta que não se resume ao ato sexual roubado. Mas vai além, passa desconfiança na historia contada por ela na delegacia ou no serviço de saúde, passa pela sua própria dúvida, se não deveria ter feito algo, já que a cobrança social impõe que ela tivesse feito algo para impedir o abuso. Nosso objetivo nessa mesa é exatamente esse tratar desse tema delicado, buscando compreender a construção subjetiva da culpa das mulheres em situação de violência e das dificuldades dessa relação tão necessária entre homens e mulheres.

**Palavras-chaves:** Violência de Gênero,Direitos Humanos,Subjetividade,Mulher

**Trabalho:**Mulheres, Identidades e Direitos

**Autor(es):** Maria Amélia de Almeida Teles

**Resumo:** RESUMO: A pluralidade ideológica existente entre as mulheres assim como a diversidade: negras, não-brancas, brancas, amarelas, indígenas, idosas, jovens , lésbicas, heterossexuais, deficientes, entre outras, mostra que há uma interconexão entre as categorias: gênero, classe social e raça/etnia.Não somos todas iguais como assim estabeleceu a ideologia patriarcal. Somos o resultado das desigualdades sociais, econômicas, étnico-raciais e de gênero.Só recentemente, temos falado por nossa própria voz. Devido à discriminação histórica que enfrentamos, éramos apenas a complementação dos homens. Éramos a sua sombra e dependentes deles. Há somente uns 40 anos, começamos a conhecer as nossas antepassadas, de forma mais profunda, recuperando suas histórias, idéias, lutas e ações. Sem conhecer o passado estamos condenadas a sermos repetitivas, dizendo o que sempre foi dito, sem potencializar nossa capacidade de inovar, rebelar, criar e construir. Só percebemos possibilidades de mudança de uma situação quando nos envolvemos também subjetivamente na questão. Quando, então, tomamos consciência de que a questão é parte do nosso cotidiano e que na nossa maneira de planejarmos e pensarmos numa perspectiva de mudança, podemos sentir, em nós mesmas, algo dessas mudanças.Nossas identidades sofrem um processo de construção conflituoso: de um lado, nossas experiências de vida, das expectativas sócio-culturais que são formuladas em torno de nossas vidas; do outro lado, a visão androcêntrica do mundo nos exige que sejamos pessoas “passivas”, “dóceis”, “pacientes”, preparadas para a “submissão”, e a “dependência”. Vivemos, assim, em conflito, com os discursos atuais de igualdade e com aquelas idéias tradicionais.Somos hoje , titulares de direitos, com cidadania plena, pelo menos, no campo formal, o que significa isso, como estamos vivendo com estas conquistas? Há necessidade de viabilizar estas vitórias no cotidiano feminino de modo que nós possamos sentir –nos empoderadas, de fato.O empoderamento, entendido aqui, como um processo pelo qual as pessoas oprimidas desenvolvem, por si mesmas, poder para desafiar as relações sociais de poder e modificá-las , enfrentando a ideologia patriarcal e buscando a construção de uma sociedade igualitária.Assim a mudança se opera também para os homens.

RESUMO: A pluralidade ideológica existente entre as mulheres assim como a diversidade: negras, não-brancas, brancas, amarelas, indígenas, idosas, jovens , lésbicas, heterossexuais, deficientes, entre outras, mostra que há uma interconexão entre as categorias: gênero, classe social e raça/etnia.Não somos todas iguais como assim estabeleceu a ideologia patriarcal. Somos o resultado das desigualdades sociais, econômicas, étnico-raciais e de gênero.Só recentemente, temos falado por nossa própria voz. Devido à discriminação histórica que enfrentamos, éramos apenas a complementação dos homens. Éramos a sua sombra e dependentes deles. Há somente uns 40 anos, começamos a conhecer as nossas antepassadas, de forma mais profunda, recuperando suas histórias, idéias, lutas e ações. Sem conhecer o passado estamos condenadas a sermos repetitivas, dizendo o que sempre foi dito, sem potencializar nossa capacidade de inovar, rebelar, criar e construir. Só percebemos possibilidades de mudança de uma situação quando nos envolvemos também subjetivamente na questão. Quando, então, tomamos consciência de que a questão é parte do nosso cotidiano e que na nossa maneira de planejarmos e pensarmos numa perspectiva de mudança, podemos sentir, em nós mesmas, algo dessas mudanças.Nossas identidades sofrem um processo de construção conflituoso: de um lado, nossas experiências de vida, das expectativas sócio-culturais que são formuladas em torno de nossas vidas; do outro lado, a visão androcêntrica do mundo nos exige que sejamos pessoas “passivas”, “dóceis”, “pacientes”, preparadas para a “submissão”, e a “dependência”. Vivemos, assim, em conflito, com os discursos atuais de igualdade e com aquelas idéias tradicionais.Somos hoje , titulares de direitos, com cidadania plena, pelo menos, no campo formal, o que significa isso, como estamos vivendo com estas conquistas? Há necessidade de viabilizar estas vitórias no cotidiano feminino de modo que nós possamos sentir –nos empoderadas, de fato.O empoderamento, entendido aqui, como um processo pelo qual as pessoas oprimidas desenvolvem, por si mesmas, poder para desafiar as relações sociais de poder e modificá-las , enfrentando a ideologia patriarcal e buscando a construção de uma sociedade igualitária.Assim a mudança se opera também para os homens.

**Palavras-chaves:** discriminação,empoderamento,mulheres

**Atividade: Escolha de Parceiros  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Influência dos filhos de relacionamentos anteriores na seleção de um novo parceiro.

**Autor(es):** Luísa Helena Pinheiro Spinelli, Maria Bernardete Cordeiro de Sousa, Maria Emília Yamamoto

**Resumo:** Grande parte dos estudos da Psicologia Evolucionista é dedicada a entender como ocorre a seleção de parceiros em humanos. A influência que a presença de filhos de relacionamentos anteriores pode ter para a seleção de um novo parceiro não tem sido abordada em profundidade até o presente momento, sendo o objetivo deste estudo. A amostra deste estudo incluiu 136 mulheres grávidas. Deste total foram caracterizados quatro grupos: G1- nenhum dos parceiros tem filhos de relacionamentos anteriores; G2- apenas a mulher tem filhos de relacionamentos anteriores; G3- apenas o homem tem filhos de relacionamentos anteriores e G4- os dois têm filhos de relacionamentos anteriores. A análise dos dados aponta diferenças significativas entre os grupos. Com relação à diferença de idade entre os parceiros, o G3 apresenta a maior diferença de idade, com o homem sendo em média 10 anos mais velho. No G3 encontramos também a maior diferença média de renda entre os parceiros, com os homens deste grupo ganhando em média até 10 vezes mais do que suas respectivas parceiras. Na comparação entre o nível de compromisso marital dos grupos (solteiros, namorados, co-habitação e casamento), o G3 apresenta o menor nível de compromisso, com a categoria namorados como a mais freqüente e nenhum dos pares deste grupo sendo formalmente casados. Com relação à auto-avaliação da auto-estima, as mulheres do G2 se avaliaram com pontuações inferiores se comparadas às mulheres dos outros grupos. E na avaliação que fizeram dos parceiros, as mulheres do G3 consideraram seus parceiros menos confiáveis e menos fiéis, se comparadas às mulheres dos outros grupos, enquanto as mulheres do G2 consideram seus parceiros menos maduros. A análise dos dados sugere que a presença de filhos anteriores não aparece como um fator limitante para os homens na seleção de uma nova parceira. Pode-se considerar até mesmo que o valor de mercado destes homens encontra-se bastante elevado, visto que conseguem parceiras sem filhos anteriores, muito mais jovens do que eles, sem um alto nível de compromisso marital neste novo relacionamento e a despeito destas parceiras considerá-los menos confiáveis e fiéis. Já a presença de filhos de relacionamentos anteriores aparece como um fator que diminui o valor de mercado para a mulher, na busca por um novo parceiro, considerando que neste novo relacionamento seus parceiros tendem a ser mais jovens do que ela, apresentarem menor diferença de renda, serem considerados pouco maduros e elas mesmas avaliarem sua auto-estima como mais baixa. Sugerimos que para um melhor entendimento destes resultados é importante considerar qual o padrão de cuidado oferecido aos filhos de relacionamentos anteriores. Para os homens do G3, o seu alto valor de mercado pode estar relacionado ao fato de que eles não detêm a guarda destes filhos, nem despendem com eles parte significativa dos seus recursos, o que acaba não afetando a sua atratividade para novas parceiras. Neste caso, a não apresentação do cuidado paterno aparece associada a uma estratégia quantitativa com relação ao número de parceiras, o que aumentaria o sucesso reprodutivo masculino. Tal padrão de acasalamento é bastante semelhante ao encontrado em sistemas poligínicos de outras espécies de mamíferos.

**Palavras-chaves:** seleção de parceiros, idade, Psicologia Evolucionista

**Atividade: Variação inter e intra-sexual nas estratégias sexuais de curto e de longo prazos: efeitos do perfil cognitivo quanto à empatia e à sistematização em jovens adultos  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Variação inter e intra-sexual nas estratégias sexuais de curto e de longo prazos: efeitos do perfil cognitivo quanto à empatia e à sistematização em jovens adultos



**Autor(es):** Marco Antonio Correa Varella, José Henrique Benedetti Piccoli Ferreira, Vera Silvia Raad Bussab

**Resumo:** As pessoas podem apresentar uma orientação sócio-sexual irrestrita, caracterizada por intenções e atitudes mais permissivas quanto ao sexo casual, ou uma orientação sócio-sexual restrita, na qual o ato sexual está relacionado a maior exigência prévia de envolvimento afetivo. A Teoria das Estratégias Sexuais prevê que homens serão mais irrestritos do que mulheres; sob a ótica do nível de análise da evolução e do valor adaptativo – causação última –, acredita-se que essas características tenham sido selecionadas em função das diferenças em investimento parental mínimo requerido para homens e mulheres na evolução humana. Para explicar porque homens são mais irrestritos que mulheres, ao nível do mecanismo causal proximal subjacente, Mikach e Bailey apontam a importância do nível de andrógenos pré-natais (Evo.Hum.Beha., 1999, 141-150). Propõem que variações intra-sexuais possam também ser explicadas por variações desses andrógenos. Como corolário, mulheres irrestritas seriam mais masculinas que a média correspondente e homens restritos, mais femininos. As diferenças entre homens e mulheres têm sido consistentemente reiteradas. Quanto às variações intra-sexuais, a maioria das pesquisas concorda quanto a um aumento nos demais índices de masculinização em mulheres de orientação irrestrita, como identidade de gênero mais masculina na infância e na juventude, taxa digital 2D/4D mais masculina e índices de acertos mais elevados em testes espaciais. Entretanto, a maioria das pesquisas com homens não apresentou a correlação esperada ou apresentou correlação inversa. No presente trabalho, investigamos as variações na orientação sócio-sexual, medida pelo “Inventário de orientação sócio-sexual”, em função dos indicadores de masculinização/feminização no perfil cognitivo de homens e mulheres, segundo a Teoria Empatia-Sistematização, que se baseia em evidências de superioridade masculina em sistematização e feminina em empatia. Foram aplicadas as escalas de empatia e de sistematização de Baron-Cohen, proponente dessa teoria (J. Aut. Dev. Dis., 2004, p. 163-175.). Empatia (E) é a capacidade de identificar emoções e pensamentos em outra pessoa, respondendo a eles com uma emoção apropriada; está relacionada à compreensão e previsão do comportamento do outro e ao estabelecimento de uma conexão emocional interpessoal. Sistematização (S) é a capacidade, disposição de analisar/construir um sistema (físico ou mecânico, como um lago, um veículo, uma planta), descobrindo intuitivamente como as coisas funcionam ao extrair regras subjacentes que governam o comportamento do sistema, o que também permite compreensão e previsão. Homens e mulheres diferem na proporção relativa destas capacidades. Há uma gradação normal entre perfis cognitivos, desde predominantemente empático (E>S), balanceado (E=S), até predominantemente sistematizador (S>E). Avaliamos a relação entre a variação inter e intra-sexual na orientação sócio-sexual e as variações no perfil cognitivo, ainda não investigada na literatura. Participaram anonimamente 226 jovens, 114 homens e 112 mulheres, com idade média de 21,51 anos, graduandos de São Paulo de cursos de Ciências Sociais, Psicologia, Engenharia Civil e Veterinária. Obtivemos as diferenças entre os sexos previstas para sócio-sexualidade, empatia e sistematização. Para o Inventário de Orientação Sócio-Sexual, obtivemos diferenças entre homens e mulheres ( $t(188) = 6,355$ ;  $p = 0,000$ ): homens mais irrestritos ( $N = 100$ ;  $x = 71,12$ ) do que as mulheres ( $N = 108$ ;  $x = 48,51$ ). No Quociente de Empatia, houve diferença entre os sexos ( $t(221) = -4,250$ ;  $p = 0,000$ ); as mulheres apresentaram maior capacidade de empatia ( $N = 112$ ;  $x = 43,0982$ ) do que os homens ( $N = 111$ ;  $x = 37,6847$ ). No Quociente de Sistematização ( $t(211) = 6,545$ ;  $p = 0,000$ ) os homens apresentaram maior capacidade de sistematização ( $N = 111$ ;  $x = 33,5946$ ) do que as mulheres ( $N = 112$ ;  $x = 24,0179$ ). Não houve correlação entre a sócio-sexualidade e o perfil cognitivo dos homens. Para mulheres, houve uma tendência para correlação negativa entre restrição sócio-sexual e empatia ( $N = 108$ ;  $r = -0,168$ ;  $p = 0,083$ ): quanto mais irrestrita, menos empatia tende a ter a mulher. Nossos resultados intersexuais concordam com a Teoria das Estratégias Sexuais e com a Teoria da Empatia-Sistematização: homens são mais irrestritos e sistematizadores, e mulheres mais restritas e empáticas. Os resultados intra-sexuais indicam que há uma tendência de que mulheres mais masculinas quanto à empatia apenas sejam mais irrestritas, concordando com a literatura e parcialmente com o modelo explicativo. O fato de não obtermos, nem parcialmente, as correlações previstas pelo modelo para a variação individual masculina indica que os correlatos intra-sexuais da sócio-sexualidade sejam diferentes para homens e mulheres. É

interessante notar que esse tipo de exceção já tinha sido encontrado na literatura para outros indicadores de masculinização, o que, em conexão com nossos resultados, sugere a necessidade de investigação de diferentes fatores mediando as correlações

**Palavras-chaves:** Psicologia Evolucionista, Sócio-Sexualidade, Empatia, Sistematização, Variação inter e intra-sexual

**Atividade: MTV: produzindo modos de vivência da sexualidade (Paineis)**

**Trabalho:** MTV: produzindo modos de vivência da sexualidade

**Autor(es):** Carolina dos Reis, Neuza Guareschi

**Resumo:** Na contemporaneidade a sexualidade tornou-se objeto de atenção de diferentes profissionais como médicos, psicólogos, educadores, religiosos, antropólogos, em especial quando o foco desta questão está relacionado à juventude. Com isso, algumas instituições têm investido em atividades que desenvolvem discussões sobre normas e padrões de como essa população experiencia a sexualidade. Entre essas instituições a mídia aparece como uma instância social de grande importância na sociedade contemporânea que produz cultura, veicula e constrói significados e representações. Assim, entendemos a mídia como um dispositivo pedagógico através do qual se delimitam saberes e práticas pertinentes na maneira como os jovens vivenciam a sexualidade. A efeito disso, observamos a emergência de uma grande quantidade de programas televisivos fixados em uma única modalidade, nos quais os convidados são chamados a falar sobre sua intimidade, escancarando fatos e situações como verdades. Aos telespectadores são então oferecidas técnicas de relacionamento consigo e com sua sexualidade, produzindo formas do sujeito se pensar e reconhecer. O presente trabalho tem por objetivo visibilizar as estratégias através das quais a mídia ensina aos jovens sobre sexualidade, a partir de um programa televisivo. Para desenvolvermos este trabalho utilizamos o programa "Ponto Pé", veiculado pela MTV, que tem como intuito "dar dicas" aos telespectadores sobre sexo através de conversas telefônicas. O programa atinge um público de idades entre 15 e 29 anos e possui apresentações semanais, no horário das 22h. A partir da gravação de 6 programas, buscamos identificar na fala da apresentadora os argumentos e a fundamentação utilizada para responder as perguntas realizadas pelo público jovem, procurando entender quem são os especialistas autorizados a orientar os telespectadores; quais são os modos ensinados aos jovens de viverem sua sexualidade e quais os campos de saber possuem o conhecimento que fundamentam as orientações dadas pela apresentadora. Os materiais levantados foram analisados e discutidos a partir das concepções foucaultianas de discurso, relações de poder e de modos de subjetivação. Até este momento da pesquisa identificamos que a apresentadora não utiliza ou fala em nome de especialistas sobre sexualidade. A própria apresentadora, se autoriza a falar sobre sexo enquanto uma especialista. Atrelado a esse posicionamento observamos que o programa não fundamenta as orientações dadas aos jovens em campos de saber científicos como a medicina ou a psicologia, fornecendo um conhecimento muito mais vinculado às vivências da apresentadora. Desta forma, os ensinamentos dados ao público passam a ser orientados para a busca do prazer, tratando questões importantes sobre sexualidade de forma naturalizada, o que leva facilmente os jovens a banalizações e vulgarizações sobre práticas sexuais.

**Palavras-chaves:** mídia, sexualidade, juventude, produção de subjetividades

**Atividade: Novas Configurações da Masculinidade no Mundo Contemporâneo (Paineis)**

**Trabalho:** Novas Configurações da Masculinidade no Mundo Contemporâneo

**Autor(es):** Willian Tito Maia Santos

**Resumo:** A discussão sobre a masculinidade surgiu de uma série de deslocamentos e de uma resignificação do lugar do homem e de seu papel na família e na sociedade. Esses deslocamentos são em grande parte decorrência das profundas transformações sociais, culturais e econômicas vivenciadas na sociedade ocidental principalmente a partir da década de 1960. Nesse momento em especial, o movimento feminista (mas também o movimento gay e lésbico) coloca em xeque as relações de trabalho, a configuração da família e a forma de se vivenciar a sexualidade em nossa sociedade. No decorrer deste processo, valores e crenças tradicionais, respaldados em grande parte por uma perspectiva patriarcal de distribuição de poder no mundo, foram e continuam sendo progressivamente confrontados e contestados. Um pouco mais adiante no tempo, homens insatisfeitos com um modelo padrão “sufocante” de se vivenciar a masculinidade se unem às mulheres, gays e lésbicas no sentido de discutir e tentar implantar na sociedade modelos mais igualitários no que diz respeito à convivência entre os gêneros. Surgem nesse momento grupos de homens, alguns deles declaradamente feministas, que visavam discutir novas e possíveis identidades de ser homem frente às novas configurações sociais que se apresentavam e se desenvolviam. Esses desdobramentos encontraram respaldo em disciplinas tais como a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia e a História, que passaram a desenvolver uma série de estudos e pesquisas que envolvem um olhar mais aguçado sobre o processo de transformação do homem na sociedade, paralelamente à intensa transformação vivenciada pelas mulheres. Nesse ínterim, surgem novos olhares sobre a questão, permitindo a possibilidade da desconstrução do modelo patriarcal e hegemônico do homem como única forma de se vivenciar a masculinidade, além de permitir o reconhecimento da complexidade que envolve o masculino. Fala-se na literatura sobre a temática que a consequência desse processo é o aparecimento de uma suposta “crise” do masculino na contemporaneidade, onde o homem assume sua confusão sobre o que é ser homem de fato. As formas como se expressariam os aspectos dessa “crise” são abundantemente explorados pela grande mídia, o que pode ser comprovado a partir de uma série de novos programas, veículos de comunicação de massa e de produtos os mais diversos, direcionados especificamente para os homens. Entre os discursos veiculados por esses canais midiáticos está o fato de que o homem está em busca de sua auto-estima perdida, desenvolvendo sua sensibilidade, se interessando mais pela paternidade, assumindo suas emoções, preocupando-se com seu corpo e com a estética de uma forma geral, entre outros aspectos. Junto a esses discursos percebe-se também uma angústia, muitas vezes não falada e admitida, na qual muitos homens não conseguem mais se enquadrar no modo tradicional de se exercer a masculinidade: aquele homem frio, seguro, bem-sucedido, provedor de sua família e portador de uma sexualidade irrefreável. A presente pesquisa objetiva compreender os elementos e as consequências que as mudanças sociais das últimas décadas provocaram nas concepções e nas vivências do homem no seu lidar com o “masculino”. Os deslocamentos observados nas últimas décadas, os mais múltiplos possíveis, geram sujeitos com, diríamos, múltiplas possibilidades de se vivenciar o masculino. A difusão de estilos de comportamento ditos modernos ou pós-modernos (dependendo da orientação teórica que vislumbramos) não se dá de forma homogênea na sociedade. Ela se dá de forma heterogênea, já que as dimensões de classe social, etnia, geração, contexto social e gênero se entrecruzam, influenciam e dão um caráter plural à transformação dos valores sociais acerca da masculinidade e da feminilidade. A modernidade ou a pós-modernidade (se é que podemos falar de algo “pós” moderno) não pode ser encarada como um padrão unitário que perpassa a totalidade dos países e das classes sociais. Podemos falar, isso sim, em micromodernidades fragmentadas em várias comunidades, bairros, famílias e grupos sociais, elaborando cada qual da sua forma e com sua intensidade as novas configurações dos papéis sociais entre os gêneros, onde permanências e mudanças em relação à forma patriarcal e hegemônica de se vivenciar a masculinidade convivem de forma muitas vezes caótica e competitiva.

**Palavras-chaves:** Relações de Gênero, Masculinidade, Novas Configurações do Masculino, Homem

**Atividade:** As relações de amizade entre os homens (Paineis)

**Trabalho:** As Relações de Amizade entre os Homens

**Autor(es):** Georges Daniel Janja Bloc Boris, Lígia Rocha Fontenele, Mariana Freitas e Silva Maia, Lucas Guimarães Bloc, Marcus César de Borba Belmino, Marcelo Barbosa dos Santos

**Resumo:** Na contemporaneidade, as relações sociais e afetivas entre os homens apresentam várias possibilidades de expressão, interferindo na construção da subjetividade masculina. Para Boris (2002), elas são constituídas de uma forma nem sempre integrada de sentimentos que envolvem solidariedade e admiração e, concomitantemente, violência e rivalidade. Tais elementos têm provocado uma diversidade nas relações entre os sujeitos do gênero masculino. A partir de entrevistas realizadas em pesquisa, foi possível conhecer alguns aspectos destas interações complexas e as distintas formas deles perceberem a amizade e a competição entre si. Tal investigação teve como objetivo discutir os significados que homens das classes populares de Fortaleza atribuem às suas relações com outros homens, destacando as dualidades de competição e violência versus amizade e intimidade. Optamos pela utilização do método fenomenológico, acreditando que seus instrumentos mais facilmente nos colocariam em contato com as vivências dos sujeitos investigados. Definimos que os 22 (vinte e dois) entrevistados deveriam ser homens adultos. Os dados pesquisados são essencialmente descritivos: foram considerados todos os dados fornecidos pela realidade, adotando-se transcrições de entrevistas, bem como citações dos entrevistados e de aliados teóricos para fundamentar uma afirmação ou para esclarecer um ponto de vista. A fenomenologia é um método essencialmente descritivo e a interpretação é sempre a sua última fase, desenvolvida a partir de pressupostos acerca do fenômeno investigado – no caso, acerca das relações de gênero - inicialmente suspensos (ou postos “entre parênteses” na fase de redução fenomenológica) para que os pesquisadores tenham acesso mais direto e sem elaborações prévias à vivência dos sujeitos. Os pressupostos teóricos são posteriormente retomados para a devida interpretação dos dados coletados. A presente pesquisa encontra-se ainda em andamento. No entanto, podemos, desde já, esboçar alguns resultados preliminares. Os depoimentos dos entrevistados atestam a dificuldade dos homens de manter relações de amizade com outros homens: “amigo, vírgula, né, que nunca a gente tem amigo” (Pedro, motorista, 61 anos). Mesmo quando tais relações ocorrem, há dificuldade de compartilhar assuntos pessoais com homens que estejam fora de seu ambiente familiar, apesar de muitos acharem válido conversar com amigos de confiança: “a gente fala sobre futebol, sobre trabalho ou qualquer outra coisa, mas, essas particularidades, eu prefiro... ficar comigo mesmo” (Jurandir, porteiro e cabeleireiro, 36 anos). Os dados ainda apontam certa diferenciação entre as relações de amizade que os homens estabelecem com as mulheres e com sujeitos do mesmo gênero. Vivemos, nos dias de hoje, um momento particular e único, pois a subjetividade do macho patriarcal está se desgastando. O homem começa a perceber que os velhos estereótipos de sua educação – objetividade defensiva, adequação social a qualquer custo, dureza e falta de contato com sua própria subjetividade - já não funcionam na sua vida. Também acreditamos que as relações sociais de gênero vêm se constituindo como um objeto significativo de investigação. Por conta da decadência do patriarcado, a subjetividade masculina vem também se transformando e se tornando um campo de pesquisa mais explorado. Assim, temos esperança de que os conhecimentos adquiridos nesta pesquisa possam ampliar a nossa compreensão acerca das relações sociais de gênero e, particularmente, sobre a subjetividade masculina e as relações sociais e afetivas dos homens entre si.

**Palavras-chaves:** Gênero, Construção da Subjetividade Masculina, Competição e violência, Sofrimento Psíquico, Amizade e intimidade

**Atividade: Pares homoafetivos e a adoção de crianças: o que pensam os discentes da Psicologia e do Direito em João Pessoa-Pb (Paineis)**

**Trabalho:** Pares homoafetivos e a adoção de crianças: o que pensam os discentes da Psicologia e do Direito em João Pessoa-Pb

**Autor(es):** Ludgleydson Fernandes Araújo, Josevânia da Silva Cruz de Oliveira

**Resumo:** As mudanças ocorridas na configuração familiar ao longo da história vêm ampliando a concepção do termo família. Tais mudanças não devem ser entendidas como decorrente de uma crise na instituição família, mas como reflexo de mudanças na sociedade. Assim, há uma reinvenção dos limites e características que compreendiam a concepção clássica de família baseada num modelo de união entre um homem e uma mulher para fins de procriação e transmissão dos bens. Na questão da adoção de crianças por pares homoafetivos há vários fatores intrínsecos, entre os quais se destaca o preconceito que em muitos casos fundamentam atitudes violentas contra estes. As discussões acerca da negação de direito aos homossexuais de constituir família, na qualidade de cidadãos, perpassam as esferas dos direitos humanos fundamentais, uma vez que lhes são negados esse direito, ainda que os pares possuam vínculos afetivos-sexuais estáveis. As Representações Sociais (RS) são constituídas por processos sócio-cognitivos nas interações sociais. Enquanto atores sociais se fazem necessário saber quais as representações que os futuros profissionais de psicologia e direito possuem acerca da problemática em questão, uma vez que a mesma evoca aspectos de cunho psicológico e de direito. Esta pesquisa objetivou analisar e comparar as Representações Sociais (RS) de estudantes em fase final do curso de psicologia e de direito acerca da adoção de crianças por casais homossexuais. Para tanto a amostra foi não-probabilística e intencional constituída de 104 universitários, de ambos os sexos (56% feminino e 44% masculino), sendo 51 concluintes do curso de Direito e 53 concluintes do curso de Psicologia. Para tanto foi utilizado como instrumento o teste de associação livre de palavras. Os dados foram processados no software Tri-deux-mots através da análise fatorial de correspondência. Evidenciaram-se posicionamentos contrários dos universitários de Psicologia e Direito acerca da adoção de crianças por casais homossexuais. Pode-se verificar entre as RS dos universitários de ambos os grupos que a adoção ocasionaria conseqüências para a criança como: influência na orientação sexual, preconceito e ausência de referencial materno/paterno. Ainda acerca das conseqüências da adoção os universitários de Psicologia mencionaram que tal fato poderia desenvolver distúrbios psicológicos na criança, ao passo que os universitários de Direito ancoraram suas RS nos problemas morais/religiosos. Percebe-se a necessidade do fomento de locus discussão/reflexão no âmbito universitário e na sociedade em geral com intuito de desenvolver mecanismos psicossociais e jurídicos que contribuam na elucidação desta temática complexa e dinâmica da sociedade contemporânea. Sugere-se, de forma parcimoniosa, que os resultados desta pesquisa contribuam para a formulação de estratégias na implementação de políticas públicas para os homossexuais, de modo a fornecer subsídios na mudança dos estereótipos negativos e preconceitos relacionados aos pares homoafetivos, de modo que haja respeito e tolerância à diversidade na orientação sexual na sociedade brasileira.

**Palavras-chaves:** adoção, Casais Homoafetivos, Família

**Atividade: QUANDO UMA CAMISA ROSA SE TORNA GOIABA  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho: IDENTIDADES SOCIAIS DE HOMENS TRADICIONAIS E METROSSEXUAIS\***

**Autor(es):** Thais Araujo Aragão, Paola Vargas Barbosa, Mariana Bonomo, Zeidi Araujo Trindade

**Resumo:** Lavar louça, ir ao salão de beleza, vestir camisa rosa, “coisa de homem”? Há quem diga que não, mas há também quem diga que sim. Diante da atual flexibilização dos papéis masculinos podemos observar diversas formas dos homens exercerem sua masculinidade, mas será que eles mesmos questionam a própria masculinidade? Está cada dia mais difícil caracterizar “o que é coisa de homem” e “o que não é coisa de homem”, gerando a já conhecida “crise da masculinidade” e tornando a vivência dessa masculinidade um tanto contraditória.

Partindo dessas questões, este estudo teve como objetivo investigar os processos identitários vinculados às masculinidades através de dois grupos de práticas e vivências diversificadas na forma de exercerem sua masculinidade. Participaram deste estudo 10 homens, sendo 5 identificados como homens tradicionais e 5 como homens metrossexuais, selecionados através da indicação de pessoas próximas que assim os caracterizassem. Para compor o grupo tradicional buscamos sujeitos que se mostravam contrários às mudanças, ou seja, aqueles que eram adeptos do modelo hegemônico de masculinidade. Os metrossexuais foram selecionados por serem adeptos das novas formas de masculinidades, por possuírem características mais condizentes com o modelo de “homem moderno”, principalmente quanto à questão estética. Foram realizadas entrevistas individuais, orientadas por um roteiro semi-estruturado com questões relacionadas aos diferentes modelos de masculinidades. Utilizamos para a análise dos dados o software ALCESTE (Analyse Lexicale par Contexte d’un Ensemble de Segments de Texte) e a técnica de Análise de Conteúdo. Partindo dos resultados gerados pelo software ALCESTE, verificamos diferenças e semelhanças nos discursos dos dois grupos. Tradicionais - Dinâmica dos papéis sociais: legítimos e não-legítimos. Eixo formado pela ligação entre a classe 1 (Família como cenário de vivência dos papéis sociais legítimos) e a classe 2 (Homem e Não-homem). O eixo Masculinidade em conflito, é composto pela ligação entre a classe 3 (Flexibilização do papel de homem pela prática) e a classe 4 (Mudanças dos papéis pressionados pela mulher). Metrossexuais - Papéis sociais masculinos e femininos. Esse eixo é formado pela ligação entre a classe 1 (Avaliação) e a classe 5 (Cenário de Vivência). O segundo eixo, denominado de as Masculinidades, passando pela questão das práticas é formado pela ligação entre a classe 2 (Hetero x Homo), a classe 3 (Masculinidades em Movimento) e a classe 4 (Flexibilização da fronteira entre os papéis). Na Análise de Conteúdo surgiram Unidades Temáticas comuns aos dois grupos e foram nomeadas de: A Masculinidade hegemônica X as masculinidades; O feminino como o out-group do masculino. Com base nos resultados e na análise geral do material obtido neste estudo, podemos concluir que os participantes dessa pesquisa, apesar de assumirem opiniões ou vivências distintas, se baseiam no modelo hegemônico de masculinidades para a construção de suas próprias identidades. Todos eles, independente de suas práticas, apresentam características que demonstram um cuidado na manutenção do “ser homem”, e é nesta tentativa que eles conseguem transformar a camisa rosa em goiaba, assumindo as mudanças aos poucos, mas sempre voltando ao modelo hegemônico. Evidenciamos aqui a dinâmica da teoria das Identidades Sociais, que afirma que os processos identitários estão em constante construção e movimento, modificando e sendo modificados pela realidade vivenciada pelos indivíduos. \*REPPSO - REDE DE ESTUDOS E PESQUISAS EM PSICOLOGIA SOCIAL

**Palavras-chaves:** Masculinidade, Identidade, Heterossexual, Metrossexual

**Atividade: “Nós e os nossos outros”  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Processos identitários em grupo de homens homossexuais no ES\*

**Autor(es):** Thais Araujo Aragão, Mariana Bonomo, Paola Vargas Barbosa, Zeidi Araujo Trindade

**Resumo:** Estudos atuais discutem a diversidade das masculinidades vividas cotidianamente, representantes dos mais diferentes pertencimentos sócio-culturais. O estereótipo, socialmente construído, de uma masculinidade hegemônica alicerçada na virilidade, na heterossexualidade e no poder masculino, sobretudo do homem branco, tem sido o grande referencial do que é “ser homem” na nossa sociedade ocidental. Debates atuais anunciam a chamada “crise da masculinidade”, traduzindo o encontro entre esse modelo ideológico do “homem de verdade” e as práticas masculinas efetivamente vividas nas mais diferentes realidades. A masculinidade, até então tratada em negativo, como aquela que não é étnica, não é feminina, não é homossexual, contribuiu para a produção de dimensões sexistas, racistas e homofóbicas da organização social. Neste sentido, orientados pela Teoria das Identidades Sociais, buscamos investigar os processos

identitários vinculados a um grupo de homens homossexuais. Como esse grupo significa sua masculinidade frente a essa pluralização do que é ser homem? Participaram do estudo cinco homens que se identificam como homossexuais, com idades entre 25 e 40 anos, moradores de área urbana no Estado do Espírito Santo. Os participantes foram contatados através de uma rede de sujeitos conhecidos pelas pesquisadoras. Para a condução das entrevistas utilizamos um roteiro semi-estruturado contemplando as seguintes questões: concepções e papéis do homem, da mulher e do homem homossexual; identificações e diferenciações, in e out-groups, a partir dos processos identitários do grupo empírico em questão. Para a análise dos dados obtidos utilizamos o Software ALCESTE e a Análise de Conteúdo. Os resultados conseguidos através do programa ALCESTE foram organizados em três classes: 1). A dinâmica dos papéis sociais: o encontro entre o prescrito e o vivido; 2). Nós e eles: “homossexuais x heterossexuais”; “homens homossexuais x homens afetados”; 3). “Masculino e feminino”. A análise complementar, realizada através da Análise de Conteúdo, evidenciou os elementos conflituosos entre a masculinidade tradicional e as “novas masculinidades” na narrativa dos participantes. Os processos da identidade masculina se revelaram alicerçados por uma cadeia de preconceitos, que se pauta, por sua vez, numa expectativa de manutenção da auto-imagem social positiva, segundo o padrão hegemônico do que é “ser homem”. Os dados mostraram uma primeira diferenciação em relação aos homens heterossexuais, vinculada ao preconceito vivido quando são considerados na categoria mais geral de uma masculinidade negada, a homossexualidade. Contudo, buscam a identificação na esfera social de homens viris, longe de qualquer associação com o plano feminino. Desta forma, de acordo com os participantes, as relações vividas no âmbito do grupo homossexual se dão entre indivíduos que exercem sua masculinidade de forma comum, recusando qualquer identificação com os chamados “afetados” ou com trejeitos, seja no plano social ou no afetivo, transformando-os no out-group prioritário. Reconhecem-se como homens que amam homens, se diferenciando dos heterossexuais apenas na opção sexual, mas se identificam com a imagem da virilidade tão valorizada para este grupo. Esses processos identitários vivenciados pelo grupo pesquisado permitem entender a dinâmica das relações intergrupais, em seus arranjos e movimentos, buscando a preservação ou a re-significação dos elementos que possam permitir a proteção da própria identidade social, ou da própria identidade masculina desses indivíduos.

**Palavras-chaves:** Identidade social, Homem homossexual, Grupo social, Masculinidades

**Atividade: O OLHAR DO ADOLESCENTE QUANTO À ESCOLHA DE PARCEIROS (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: O OLHAR DO ADOLESCENTE QUANTO À ESCOLHA DE PARCEIROS**

**Autor(es):** Wallisen Tadashi Hattori, FIVIA LOPES

**Resumo:** Baseadas na Teoria da Seleção Sexual darwiniana, inúmeras pesquisas têm sido desenvolvidas a fim de investigar as pressões seletivas que moldaram o comportamento sexual humano. Evidências sugerem que há bastante flexibilidade nas preferências relativas à escolha de parceiros. O processo de escolha ocorre com base na avaliação de um conjunto de certas características próprias, denominado ‘valor de mercado’ e este valor individual influenciará as decisões do indivíduo que seleciona. As diferenças encontradas nas características desejadas em um parceiro podem estar relacionadas com o balanço entre os valores de mercado daquele que seleciona e do objeto da sua escolha. Parece, portanto, haver certa ciência do próprio valor de mercado no momento da escolha, ou seja, ser exigente somente quando se tem muito para oferecer. Esse balanço entre os valores de mercado poderia gerar inclusive diferentes níveis de tolerância com as características menos desejadas (ou até mesmo defeitos) apresentadas pelos parceiros em potencial. Características morfológicas, fisiológicas e comportamentais, em diferentes contextos socioculturais e ecológicos, já tiveram sua influência demonstrada no processo de escolha de parceiros. De maneira geral, os estudos com adultos indicam que os homens são especialmente seletivos quanto à atratividade física das parceiras, enquanto as mulheres são mais seletivas para características que indicam a posse ou possibilidade de aquisição de recursos. Entretanto, algumas pesquisas têm verificado universalidades na

preferência de determinados traços, tais como gentileza e compreensão. A maior parte desses estudos sobre escolha de parceiros tem sido realizada com adultos jovens, principalmente estudantes universitários, norte-americanos, na faixa etária dos 20 anos. São escassos os estudos que abordem especificamente como ocorre o processo de escolha de parceiros na adolescência, fase do desenvolvimento na qual se inicia o interesse por indivíduos como parceiros românticos e a vida sexual. Por esta razão, nosso trabalho investigou os padrões de escolha de parceiros na adolescência, a fim de elaborar um instrumento para avaliação de escolha de parceiros com base nas citações dos próprios adolescentes. Nossa amostra foi composta por estudantes de 12 a 19 anos, provenientes de uma escola pública, uma instituição de ensino privada e uma feira de ciências; todos concordaram em participar da pesquisa de forma voluntária e não remunerada. A coleta de dados dividiu-se em duas etapas: (1) um questionário aberto, respondido por 164 adolescentes heterossexuais (108 mulheres e 56 homens), com média de  $15,6 \pm 1,72$  anos; e (2) uma escala Likert de 60 itens, respondida por 303 adolescentes heterossexuais (201 mulheres e 102 homens), com média de  $15,88 \pm 1,97$  anos. A análise estatística do questionário aberto foi realizada através de categorização e quantificação das características. Para análise da escala Likert, utilizamos o teste de Análise Fatorial, com método de extração alfa fatorial e método de rotação Varimax com normalização de Kaiser; consideramos o nível de significância de 5%. O resultado da quantificação das respostas do questionário aberto nos forneceu 60 traços distintos considerados importantes pelos adolescentes durante o processo de escolha de parceiros românticos. Estes traços fornecidos pelos adolescentes, estão divididos em três grandes grupos, cada um com 20 itens: (1) traços físicos; (2) traços comportamentais; e (3) outros traços. A partir deste resultado, foi elaborada a escala Likert de cinco pontos com 60 itens. Com a análise das respostas deste instrumento, verificamos a formação de 17 fatores: seis fatores agrupando traços físicos, seis para fatores comportamentais e cinco para outros traços. Cada um dos fatores corresponde a um grupo de características que apontam uma tendência de preferências por traços nos parceiros em potencial. Em relação aos traços físicos, os dois fatores de maior força indicam diferenças sexuais nas preferências e os demais apontam semelhanças nas preferências por traços físicos. Além disso, os fatores de traços comportamentais indicam o agrupamento de características que favorecem a manutenção do relacionamento, seja pelo bom tratamento entre o casal, seja pela exclusividade na relação. Os fatores de outros traços, sugerem preferências por indivíduos com hábitos saudáveis e apontam para certa atenção à sensualidade ou ao desempenho sexual dos parceiros. Dos fatores que explicam o maior percentual da amostra, observamos que os fatores dos traços físicos apresentaram diferenças sexuais, enquanto para os fatores dos traços comportamentais e outros traços verificamos similaridades sexuais. Nossos resultados sugerem um padrão de escolha de parceiros na adolescência visando à qualidade do parceiro em potencial, baseado em um conjunto de características físicas, comportamentais e de saúde.

**Palavras-chaves:** Psicologia Evolucionista, Seleção Sexual, Escolha de Parceiros, Adolescência, Comportamento Reprodutivo

**Atividade:** MEMÓRIA ESPACIAL DE TRABALHO EM TESTE DE ALTERNAÇÃO ESPONTÂNEA (Paineis)

**Trabalho:** MEMÓRIA ESPACIAL DE TRABALHO EM TESTE DE ALTERNAÇÃO ESPONTÂNEA: INFLUÊNCIA DO GÊNERO

**Autor(es):** Thiezia Graziella Araújo da Silva Góes de Melo, Danielle Souto de Medeiros, Laura Maria Pessoa Batista Alves, Luciana Figueredo Coelho, Regina Helena da Silva

**Resumo:** Foram observadas diferenças de gênero em humanos e animais de laboratório em muitas tarefas de comportamento. Diferenças de comportamento específicas entre machos e fêmeas incluem diferenças em jogos infantis, agressão e comportamento agressivo,



aprendizagem, exploração, nível de atividade, comportamento alimentício e sua preferência, busca por novidades, visão espacial, comportamento emocional, inserido nesse a busca por aventuras, entre outros. Tenta-se explicar essas diferenças por alterações hormonais e sociais entre os gêneros, contudo os resultados encontrados são apenas vislumbres do que se deseja elucidar. O intuito do estudo atual era investigar a influência do gênero na atividade locomotora e na memória espacial de trabalho usando um teste de alternância espontânea. A alternância espontânea é um tipo de teste que contabiliza o número de entradas que os animais fazem em seqüência nos braços do labirinto, onde se espera que os mesmos lembrem de um braço previamente visitado e vão a outro ainda não visitado e dessa forma fiquem alternando entre os braços. A cada alternância espera-se que o animal repita uma outra alternância, mudando ou não a ordem dos braços visitados. Foram colocados ratos no centro de um labirinto em cruz elevada modificado (elevado um metro do nível do chão e com os quatro braços fechados) e permitiu-se a exploração livre por um período de 10 (dez) minutos. Quando permitida a exploração livre, os ratos alternaram espontaneamente entre os braços, enquanto usaram a memória espacial de trabalho para reter o conhecimento de braços previamente visitados, como havia sido proposto. Durante a sessão, ratos machos executaram  $17.8 \pm 2.6$  entradas em braços,  $53.3 \pm 20.6\%$  de que era organizado em alternâncias (quadrigêmeo). Ratas fêmeas mostraram uma atividade locomotora aumentada e um comportamento de alternância reduzido, menos eficiente que os machos. Esses resultados vêm reforçar uma idéia de que machos teriam uma capacidade exploratória melhor visto que os mesmos teriam que proteger a prole, na natureza. Embora nenhuma diferença significativa tenha sido encontrada, os achados sugerem uma influência de gênero em memória de trabalho, uma vez que ratos machos executam melhor o trabalho que as fêmeas, mas não são resultados conclusivos devido às limitações do estudo. Faz-se ainda necessária a realização de outros experimentos, com um número aumentado de animais para a verificação dessa tendência, que é citada em outros artigos da área, tanto com testes similares e em aparatos idênticos e também com aparatos diferenciados, assim como e em outros diversos testes.

**Palavras-chaves:** gênero, memória espacial de trabalho, alternância espontânea, labirinto

**Atividade: Violência conjugal: os episódios de agressão segundo maridos e esposas (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Violência conjugal: os episódios de agressão segundo maridos e esposas

**Autor(es):** Mirian Béccheri Cortez, LÍDIO DE SOUZA

**Resumo:** A violência conjugal envolvendo casais heterossexuais cujo agressor é o parceiro tem provocado, além de indignação, inúmeras indagações que fundamentam as pesquisas na área de relações de gênero. As pesquisas nessa área foram iniciadas no final da década de 70, impulsionadas principalmente pelo movimento feminista que, nessa época, se fortalecia. Uma síntese da literatura disponível indica que nos estudos desenvolvidos até a década de 1980 apenas as mulheres eram acompanhadas, entrevistadas, questionadas. Hoje, passados mais de 30 anos, podemos identificar transformações no modo como os estudos da área focalizam o tema. Os homens passaram a ter mais espaço nas discussões visto que se considera que a violência está nas relações do casal, e não apenas no agressor. Os homens entram em cena, ainda timidamente, porque podem contribuir na compreensão da dinâmica da violência e também porque o conhecimento sobre os homens possibilita a criação de ações mais efetivas e benéficas para todos os envolvidos em programas de intervenção. O objetivo foi explorar e discutir o modo como cada um dos envolvidos na situação de violência compreende tais episódios, desde os fatores que desencadearam a ocorrência, passando pela descrição do fato e conseqüências observadas a curto, médio e longo prazo. Com isso, buscamos verificar as diferenças nas percepções de homens-agressores e mulheres-agredidas acerca de tais eventos e, mais do que isso, verificar se tais percepções resultam da reafirmação da cultura patriarcal, freqüentemente evocada para explicar a violência nas relações de gênero. A chamada cultura patriarcal impõe a homens e mulheres a execução de papéis estereotipados que não mais se adequam às necessidades atuais de organização social: o homem-macho e a mulher-donzela. Participaram da

pesquisa quatro casais com histórico de violência conjugal e pelo menos uma denúncia contra o parceiro por agressão. Os casais tinham de 04 a 23 anos de união e renda familiar variando um salário mínimo e meio a 7 salários (valor na época R\$ 350,00) Foram contatados após audiência de conciliação nos Juizados Especiais Criminais de Vitória e no Núcleo de Apoio Psicossocial aos Apenados, do município da Serra, ES. Foram realizadas entrevistas individuais com cada membro do casal, com base em um roteiro que na primeira parte recolheu dados sócio-demográficos e, na segunda parte, abordou questões a respeito dos episódios de violência. Os dados foram agrupados em dois grupos (maridos e esposas) e analisados por meio da análise de conteúdo, proposta por Bardin. Os principais resultados indicaram: 1. semelhanças nos discursos: esposas e maridos apresentaram definições tradicionais dos papéis de gênero, as quais em geral influenciam fortemente seus comportamentos; há concordância entre os cônjuges também quanto aos motivos das brigas, que geralmente envolvem abuso de bebida alcoólica e situações na qual a mulher contesta as características usualmente associadas à esposa ( vaidade “desnecessária”, emprego remunerado fora de casa, cobranças e gritarias, recusa em manter relação sexual com o marido); 2. divergências no discurso: apesar das descrições tradicionais de papéis de gênero que as esposas afirmam aceitar, se comportam fora desse padrão; os maridos, por outro lado, desqualificam tais comportamentos; as descrições das brigas e conseqüências foram marcadamente mais detalhadas e carregadas de sofrimento nos relatos femininos, e descrevem medo, gritos, ferimentos, descontentamento com a relação e expectativas negativas quanto ao futuro do casal. Nos relatos dos maridos sobre as brigas, foi possível verificar que tendem a minimizar ou negar as agressões e os sentimentos negativos das esposas. Os entrevistados se mostraram satisfeitos com o relacionamento e com parceira. A discussão dos resultados obtidos foi realizada utilizando-se os conceitos de masculinidade hegemônica, proposto por Connel, e empoderamento feminino, que, grosso modo, compreende a necessidade de a mulher, como indivíduo e categoria, alcançar espaços de poder e ser capaz de reconhecer possibilidades de escolha que possibilitem mudanças. Verificamos que as descrições das brigas demonstram a necessidade masculina de deter avanços femininos, que representam maior autonomia de suas esposas e são interpretados pelos maridos como uma ameaça aos “homens de verdade”, uma vez que o poder e controle masculinos sobre família e esposa parecem ser desestabilizados por estes novos comportamentos. As prescrições sociais de masculinidade e as dificuldades de envolvimento do homem em relações de intimidade estão em descompasso com os ganhos e novas demandas das mulheres. A reação violenta dos maridos aparece, então, como resultado da dificuldade de negociação entre a masculinidade hegemônica, fortemente enraizada em nossa cultura, e a masculinidade que as novas estruturas familiares requerem. A violência contra a mulher ocorre, então, em um contexto de reestruturação dos papéis de gênero, como uma estratégia utilizada pelos homens para reafirmar e manter a masculinidade patriarcal por meio do assujeitamento físico, moral e sexual da esposa.

**Palavras-chaves:** violência conjugal, gênero, masculinidade hegemônica, empoderamento feminino, episódios de agressão

**Atividade:** SEXUALIDADE E MENORES EM CONDIÇÕES DE RUA (Paineis)

**Trabalho:** SEXUALIDADE E MENORES EM CONDIÇÕES DE RUA

**Autor(es):** Louise Santos, Valdirene Alves de Lima

**Resumo:** São vários os motivos que podem levar o adolescente a iniciar sua vida sexual, decisão que envolve aspectos sociais, psicológicos, culturais e biológicos. Desta forma, faz-se necessário a realização trabalhos que possam vir a contribuir para um melhor esclarecimento da realidade de adolescentes expostos às condições de risco nas ruas. Durante a pesquisa, muitos menores estavam sozinhos, outros acompanhados da família, vindos do interior do Estado, ou até em “gangues”, ou em grupos predispostos à prostituição, roubo, pedintes, etc. Objetivos da pesquisa Investigar a idade em que menores expostos a situações de risco nas ruas, estão iniciando sua vida sexual; Por que meio estão recebendo informações sobre sexualidade; o nível de prevenção durante o ato sexual, entre outros. Material e Método A amostra foi escolhida

aleatoriamente, composta por 60 menores, sendo 47 do sexo masculino e 13 do sexo feminino, com idades variantes entre 9 e 17 anos. Os dados deste trabalho foram obtidos através de pesquisa de campo realizada à noite, nas ruas. Para esta finalidade foi elaborado um questionário contendo 16 questões. Resultados De acordo com a pesquisa, verificamos que dos 61,7% que já tiveram iniciação sexual, 64,8% sempre tiveram curiosidade sobre sexo, e 43,3% ouviram falar sobre o mesmo pela primeira vez na rua. Enquanto que a maioria dos que não iniciaram a vida sexual, não tem curiosidade sobre o assunto, mas receberam informações pela televisão (52%). Dos que já tiveram iniciação sexual, a maioria (48,7%) ocorreu entre 10 e 13 anos de idade, seguida de 35,1% de iniciação com menos de 10 anos; 78,4% não fizeram uso de preservativo na primeira vez, e 48,7% afirmaram ter iniciado com o namorado. Na seqüência, 27% iniciou com amigos. Encontramos a vontade própria como fator principal para a iniciação sexual, o que ocorreu em 81% dos casos. Conclusão Diante dos dados colhidos, verificamos que a iniciação sexual de menores em condições de rua tem sido relativamente precoce, considerando que, biologicamente, indivíduos de 9 a 13 anos em média, ainda não têm o corpo devidamente maduro para o ato sexual. Psicologicamente, não se encontram estruturados para lidar com as conseqüências, nem com as responsabilidades envolvidas no sexo. Apesar de a idade não ser considerada ideal para a iniciação, os entrevistados dizem sentir desejo, vontade própria de ter relações sexuais. Os menores entrevistados demonstraram pouco interesse quanto ao uso de preservativos e contraceptivos. Dentre os meios de informação que os pré-adolescentes poderiam recorrer, a família ficou com baixo índice de procura, demonstrando assim, a falta de diálogo.

**Palavras-chaves:** Sexualidade, Adolescência, Condições de rua

**Atividade: CEGUEIRA E SEXUALIDADE  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Cegueira e Sexualidade: investigações para além do que se vê.

**Autor(es):** Nara Thais Guimarães Oliveira, Camila Moreira Nobre Bonfim, Cinthia Danielle Araújo Vasconcelos, Hilário Ferreira dos Santos, Renata Ramalho de Queiroz, Wellyka de Araújo Pinto, Izabel Cristina Ferreira Borsoi

**Resumo:** Este estudo de natureza exploratório-descritiva é referente à conclusão das disciplinas Pesquisa em Psicologia I e II, do curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, realizadas em 2006. Teve por objetivo conhecer as percepções e a vivência de pessoas com cegueira total de nascença acerca de sua sexualidade, tomando-se por base a relação entre a cegueira e a percepção de corpo por eles construída. A investigação partiu das seguintes categorias teóricas: Cegueira, com destaque para a utilização de outros sentidos, em especial o tato, no exercício da percepção do próprio corpo e do corpo do outro; Sexualidade, atentando para as concepções de beleza existentes e para as formas de valorização da beleza física do outro; e Gênero, considerando possíveis diferenças de gênero quanto ao estabelecimento de um outro indivíduo como objeto de desejo. Para embasamento teórico, utilizaram-se fontes bibliográficas de autores como M. F. Araújo (2005), Bruns (2006), E. C. I. Costa (2005), Guacira L. Louro (2001), Masini (2003), Melo (2006), Piovesan et al (2002), dentre outros. O método dialético serviu de referencial teórico-metodológico e foi adotada metodologia de cunho qualitativo. Os dados foram coletados nos meses de outubro e novembro de 2006, por meio de entrevistas semi-estruturadas com um grupo de cinco pessoas com cegueira total de nascença (situação na qual a atividade visual do indivíduo, em geral, resume-se à percepção e projeção luminosa), sendo dois sujeitos do sexo feminino e três do sexo masculino, todos freqüentadores de uma instituição voltada particularmente para o atendimento de pessoas com cegueira em Fortaleza, CE, Brasil. Participaram jovens e adultos jovens, dentre solteiros (com/sem um

parceiro) e casados, com idades que variaram entre 16 e 28 anos. As informações foram submetidas à técnica de análise de conteúdo proposta por Minayo (1996), das quais emergiram três categorias principais. Na primeira delas, uma nova forma de olhar, estão contidas referências a “toque”, “vista dos outros” e “convivência”, a partir do que se entendeu que os aparatos cerebral, social e cultural permitem uma ampliação na definição do “ver” para os cegos através de vias colaterais de desenvolvimento. Na segunda categoria, um mesmo olhar por uma outra forma de se ver, foram apontados alguns aspectos de “beleza física” e “beleza interior”, a partir do que se compreendeu que a cegueira não é um fator que torna peculiar o que os indivíduos percebem no outro. A terceira categoria, ser homem, ser mulher, ser cego, considera a presença de representações da deficiência visual e certas construções da feminilidade, sugerindo uma questão de gênero que envolve considerável diferença no que diz respeito ao relacionamento de homens e mulheres videntes com homens e mulheres cegos em duas situações, antes de iniciarem uma relação amorosa e quando esta já se encontrava estabelecida. Observou-se a presença de modelos sociais nas preferências e na formação de cada indivíduo, independentemente de ser cego, de modo que os sujeitos vivenciam sua sexualidade de forma semelhante ao que ocorre de maneira geral na sociedade. Constatou-se que a forma pela qual os sujeitos se apropriam da realidade é peculiar, sendo notória a utilização de vias alternativas à visão. Além disso, verificou-se que diferentes pessoas cegas, com as quais houve contato, referem-se à cegueira como uma característica, não como um defeito, e avaliam que são capazes de realizar a maioria de suas atividades cotidianas de forma satisfatória. Percebeu-se ser esta uma temática ainda pouco explorada pela psicologia e com muitas questões carecendo de interpretações mais adequadas. Conclui-se que a realização de novos estudos sobre as representações que sujeitos cegos têm diante da cegueira, sobre as formas de posicionamento adotadas diante dessa característica, bem como sobre o desenvolvimento da sexualidade de pessoas cegas, é fundamental para a prática dos profissionais da saúde, particularmente os psicólogos, que necessitam de preparo para abordar essas questões e contribuir para o desenvolvimento psicossocial saudável desses indivíduos.

**Palavras-chaves:** Cegueira, Sexualidade, Representações sobre cegueira, Representações sobre feminino, Representações sobre masculino

**Atividade: Gênero e Sexualidade: Aspectos Psicossociais (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** A SEXUALIDADE DO IDOSO SOROPOSITIVO PARA O HIV

**Autor(es):** Ludgleydson Fernandes Araújo, Ana Alayde Werba Saldanha

**Resumo:** O crescimento da população idosa no Brasil e no mundo é algo presente nas estatísticas demográficas. Neste contexto emerge a Aids, cuja tendência sugere que o número de idosos contaminados pelo HIV será ampliado, principalmente devido a vulnerabilidade física e psicológica, pouco acesso a serviços de saúde, além da invisibilidade com que é tratada sua exposição ao risco, seja por via sexual ou uso de drogas ilícitas. O presente estudo surgiu da perspectiva de um trabalho abrangente, envolvendo a tríade paciente - família - profissional, concebido enquanto malhas de um atendimento em rede a portadores do HIV e paciente com Aids situados na faixa etária acima dos 50 anos de idade. Tem como objetivo principal identificar os fatores psicossociais relacionados a vivência da sexualidade em idosos soropositivos para o HIV. A amostra foi escolhida de forma não-probabilística, intencional e acidental, tendo 21 participantes soropositivos idosos, com idade variando de 50 a 72 anos; de ambos os sexos (71% masculina e 29% feminina), de uma ONG e de um Hospital de Referência em Aids, na cidade de João Pessoa-PB. Para a coleta dos dados utilizou-se um questionário sócio-demográfico, para melhor caracterização da amostra, e uma entrevista semi-estruturada. O material transcrito das gravações das entrevistas foi processado através de análise de conteúdos com base em Categorias Temáticas emergentes. Os principais resultados retratam que 57% dos idosos possuem vida sexual inativa devido a soropositividade ou a problemas anteriores em relacionamentos. Daqueles com vida sexual ativa, a maioria referiu possuir medos e/ou dificuldades referentes à sexualidade os idosos. Entretanto, ainda que ativa, a atividade sexual

no contexto da soropositividade, para alguns idosos, é acompanhada pela frustração de não executar o ato sexual devido ao temor da transmissão, pois alguns parceiros negam-se a usar preservativo, ou ainda pela ausência do prazer despreocupado devido à possibilidade de reinfecção, como também diminuição da capacidade sexual, do prazer e do apetite sexual. O fato da sexualidade e uso do drogas nesta faixa etária serem tratados como tabus, tanto pelos idosos como pela sociedade em geral, contribui para que a Aids não se configure como ameaça, levando os profissionais de saúde a não solicitarem o teste HIV nos exames de rotina, também em decorrência da associação dos sintomas a outras doenças (Alzheimer, câncer etc), ocasionando diagnóstico tardio, uma das principais razões de morte precoce. Desta forma, há desafios e contradições ao se lutar com a Aids na velhice, bem como tornar a sexualidade nesta faixa etária um assunto do dia-a-dia e presente nas discussões cotidianas. Logo além dos recursos farmacológicos visando o prolongamento da vida sexual na velhice, fazem-se necessárias campanhas destinadas a essa faixa etária que mencionem os riscos e perigos do sexo desprotegido e explicações acerca das doenças sexualmente transmissíveis, incluindo a Aids.

**Palavras-chaves:** Sexualidade, Idosos Soropositivos, Aids

**Trabalho:** Discutindo as relações de gênero, a identidade de gênero e o processo de mudança representacional deste cenário

**Autor(es):** Sheyla Christine Santos Fernandes, Conceição Bruna Soares Nascimento

**Resumo:** Atualmente o mundo vem nos mostrando que a intolerância aparece como marca central da condição humana. Entre as possíveis manifestações de intolerância, a questão do gênero apresenta-se de forma peculiar. Isto porque todo um processo sócio-histórico se firmou consolidando a apreciação da inferioridade feminina diante da supremacia masculina, responsável pela conjectura atual, fato este que concretiza o processo conflituoso das relações assimétricas de poder entre os grupos masculino e feminino. Neste sentido, constata-se que a construção das relações de gênero é um fenômeno ancorado em fatores contextuais principalmente, sendo estes componentes os concernentes ao processo de diferenciação entre o significado do ser homem e do ser mulher. Pode-se perceber, no decurso histórico-social, que com a saída das mulheres do espaço privado para o público, em decorrência de fatores como as guerras mundiais, a industrialização e o movimento feminista que ora tentava se firmar, decorreu a mudança da concepção tradicional entre os sexos, mudando de uma perspectiva biológica para uma perspectiva política, econômica e social. A mudança de cenário na vida de algumas mulheres e o contato com o mundo masculino fez com que estas percebessem que diferenças físicas não eram determinantes no desempenho de algumas atividades e o número dessas atividades foi aumentando gradativamente dando força a movimentos que contrariavam a hegemonia masculina. As relações sociais transformaram-se em sua essência e com elas dificuldades surgiram em se tratando da definição identitária para o sexo feminino e conseqüentemente para o masculino. O conceito de gênero consolidado na expressão relações de gênero, representa a aceitação de que a masculinidade e a feminilidade transcendem a questão da anatomia sexual, remetendo a redes de significações que envolvem diversas dimensões da vida das pessoas; comporta a permanente interdependência entre o biológico e o psicossocial em cada cultura específica. Desta forma, este debate parte de dois estudos empíricos, cujos alvos seguem a discussão que gira em torno das relações de gênero, da identidade de gênero e das representações frente às mudanças ocorridas neste cenário e compara as formas de se perceber as relações de gênero em associação a demais relações permeadas pela intolerância social. O primeiro estudo contou com uma amostra de participantes de seguimentos sociais distintos (N=120), os quais responderam a um questionário estruturado sobre as representações das relações de gênero. O segundo estudo foi composto por uma amostra de universitários (N=150), os quais responderam a uma escala tipo likert destinada a analisar as configurações e sentidos atribuídos às relações de gênero, desenvolvida a partir do primeiro estudo. Os resultados são discutidos à luz de outros estudos, que como estes analisam o decurso social do processo de inclusão/exclusão.

**Palavras-chaves:** gênero,sexualidade,identidade,exclusão social

**Trabalho:**LUTANDO CONTRA A EXCLUSÃO: O COTIDIANO DE MULHERES CASADAS QUE VIVEM COM HIV/AIDS

**Autor(es):** Ana Alayde Werba Saldanha,Marco Antonio de Castro Figueiredo

**Resumo:** A exclusão social é um fenômeno complexo, presente sob diversas formas ou prática, sendo a mais destrutiva aquela em que o indivíduo está presente fisicamente na comunidade, mas está privado do convívio social e cultural e do acesso aos benefícios de produzir e de viver em sociedade (benefícios materiais e simbólicos). Enquadram-se aí os portadores de HIV/Aids, os discriminados por questões étnicas, questões de opção sexual ou questões de gênero, os desempregados ou privados do direito ao trabalho. Os determinantes sócio-político-econômicos da epidemia de Aids estão intimamente ligados às concepções de gênero e sexualidade, cujas representações fazem da mulher - em especial a inscrita no processo de pauperização – um segmento extremamente vulnerável à infecção pelo HIV e exclusão social. Partindo do pressuposto de que o cotidiano é tecido por conceitos historicamente definidos, reapropriados e reconstruídos pelos indivíduos, este estudo visa compreender de que forma se dá a atribuição de significado à soropositividade por mulheres que vivem com o HIV/Aids e de que forma tais conteúdos influenciam na (re)construção da sua identidade e na construção do seu mundo. Baseado em depoimentos sobre histórias de vida, realizados por mulheres soropositivas para o HIV, adquirido via relações heterossexuais com o parceiro, foram identificados alguns significados sobre o convívio com a soropositividade e a forma com que tais significados influenciam a reconstrução da identidade. Foram entrevistadas 10 mulheres HIV positivas via relacionamento sexual estável com o parceiro, com a média de idade de 26 anos, tempo de diagnóstico variando de 2 a 10 anos, pertencentes a segmentos sociais subprivilegiados. Análises de conteúdo baseadas em categorias temáticas permitiram identificar elementos para intervenções com referência em determinantes de vulnerabilidade feminina envolvendo: papéis de gênero; subordinação nas relações conjugais; perda em auto estima; pauperização potencializada pela dependência financeira com relação ao provedor masculino e o fetiche das relações conjugais. Ficou evidenciado que a Aids está vinculada aos mais diversos determinantes de vulnerabilidade e exclusão e que as questões que concorrem para que essas mulheres não levem em conta os riscos da Aids, implicam em outros riscos que surgem de demandas, emanados da vida cotidiana, em cuja hierarquia não figura o contágio pelo HIV. A ausência de visibilidade pública da exclusão social, especialmente no caso das mulheres soropositivas, casadas e que são donas de casa, não possuindo atividades externas ao lar, esta diretamente vinculada a sua ausência de autonomia, ou seja, a incapacidade em ser considerada como sujeito com pleno direito de cidadania. Sendo assim, a Aids confirma a associação, historicamente determinada, entre as condições concretas de vida e a produção da doença. Tais resultados identificam necessidades no sentido de promover re-significações no enfrentamento do convívio doméstico com o HIV/Aids, onde as construções para uma nova identidade, poderiam constituir as bases do retorno à normalidade, possibilitando assimilar e produzir, de forma ativa, experiências, conhecimentos e ações, no cotidiano do convívio com a Aids.

**Palavras-chaves:** Aids,Gênero,Exclusão,Discriminação de gênero,Vulnerabilidade Feminina

**Atividade:** **Negociações sobre o gênero na conjugalidade pós-moderna (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Negociações sobre o gênero na conjugalidade pós-moderna

**Autor(es):** Sabrina Barbosa da Silva Nigri,Anna Paula Uziel

**Resumo:** Este trabalho visa desenvolver uma análise das vicissitudes das funções de gênero na contemporaneidade, objetivando refletir um pouco sobre as conseqüências decorrentes das demarcações de direitos e deveres, agora flexíveis e negociáveis. O interesse da pesquisa é

compreender melhor como os homens e as mulheres estão lidando com o fato, muito observado na pós-modernidade, de dividirem as responsabilidades diante dos afazeres domésticos e no que diz respeito ao suporte financeiro da residência. Desta forma, o tema proposto para investigação é, mais especificamente, verificar se estão ocorrendo mudanças no funcionamento da família, decorrentes do fato de as mulheres ganharem mais e pagarem mais despesas dentro de suas residências e, caso a hipótese seja confirmada, quais são essas mudanças e de que forma estão sendo vivenciadas pelos sujeitos em questão. Em relação à metodologia utilizada, optamos pela entrevista em profundidade, de abordagem qualitativa, que veio dar suporte a uma concepção de conhecimento como uma produção construtiva-interpretativa. Nessa direção, entendemos como de extrema importância o papel do pesquisador, que não está ali somente para computar dados, mas que exerce influência direta sobre seu estudo, estando especialmente implicado nas considerações e interpretações que faz. Primeiramente, houve a análise da produção bibliográfica já existente sobre a temática escolhida, seguida de discussões acerca dos temas cujo interesse fosse central para a organização e confecção da pesquisa. Após a etapa de leituras, ocorreu a produção do roteiro de perguntas para a entrevista. Observou-se, de início, que é cada vez mais frequente as mulheres ocuparem a posição de quem custeia as despesas do lar. Algumas vezes, isto se deve a uma contingência externa, tal como o desemprego do seu companheiro e, em outras, decorre do fato de a mulher ganhar um salário substancialmente maior. Neste caso, ela acaba por precisar de alguém para lhe ajudar no gerenciamento da vida familiar: nas questões domésticas e no cuidado com os filhos. No entanto, ao que parece, até então, esta nova constituição de família não resulta, de fato, numa inversão ou subversão das relações de poder estabelecidas; ou seja, o homem continua posicionando-se e sendo referenciado como o chefe da casa e como o provedor do lar, mesmo em famílias onde é a mulher que mantém o sustento. Mesmo entre pessoas das camadas médias, sujeitos desta pesquisa. Como inúmeros autores já discorreram, a posição do homem e da mulher, na conjugalidade, foram construídas ao longo do tempo e são atravessadas pela cultura da sociedade na qual se encontram. As entrevistas são rica fonte para um entendimento mais amplo da manutenção e desenvolvimento dos posicionamentos dos gêneros dentro das relações conjugais; principalmente no que diz respeito a possíveis mudanças estruturais ocorridas na família. A recusa de homens e mulheres que vivenciam esta situação em dar entrevista foi um dado significativo obtido no contato com alguns casais. De início, se o homem era contatado primeiro, envergonhava-se em negar o encontro com a pesquisadora, o que era declarado em seguida pela mulher. São mais raros os casos de pessoas que experienciam essa situação de forma tranqüila. Apesar de aparentemente ter subsídios para combater o preconceito em relação à situação de sustento da família pela mulher, nota-se que casais que “invertem” as tarefas não necessariamente a vêem sob olhos matemáticos. Significa afirmar que a construção sobre o gerenciamento e o sustento da casa é subjetiva, mesmo que isso leve a contrariar os números do contracheque. A partir dessa discussão é possível pensar se há um alargamento na compreensão dos gêneros nessas situações, ou se simplesmente o filtro é a inversão, seguida de lamentos.

**Palavras-chaves:** Gênero, Conjugalidade, Pós-modernidade

**Atividade: ATUAÇÃO EXTENSIONISTA NO NÚCLEO DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DE BANABUIU/CEARÁ (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Atuação extensionista no núcleo de enfrentamento da violência no município de Banabuiu/Ceará

**Autor(es):** Patrícia de Carvalho Capiotto, Aline Maria Barbosa Domício

**Resumo:** O núcleo de enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes moradores das comunidades do município de Banabuiu (CE), iniciou suas atividades em Outubro de 2005 e atualmente estabelece parceria com o Núcleo de Extensão e Pesquisa em Psicologia Comunitária (NEPUC) da Faculdade Católica Rainha do Sertão de Quixadá (FCRS), configurando-se como campo de estágio para estudantes de psicologia. O núcleo de

enfrentamento em Banabuiú, conhecido como “Projeto Sentinela”, possui uma equipe interdisciplinar composta por assistente social, psicóloga e educadora que atuam no contexto psicossocial com objetivo de favorecer o atendimento às vítimas e seus familiares nas questões relacionadas ao abuso sexual, negligência, abandono, violência física e/ou psíquica, além de atuar em parceria com o conselho tutelar e instituições locais para proteção dos direitos das crianças e adolescentes. A atuação extensionista no núcleo de Banabuiú consiste no acompanhamento das atividades do profissional psicólogo que inclui, além das abordagens individuais, a realização de visitas domiciliares, atividades em grupos operativos para apoio aos familiares, abordagem comunitária para conscientização do processo de formação da violência no contexto psicossocial e como estes aspectos interferem na formação da identidade das vítimas no cotidiano. Os principais instrumentos utilizados para realização das atividades de psicologia social no núcleo consistem nas entrevistas individuais para contextualização da situação de agressão, muitas realizadas em parceria com o serviço social, além da utilização das oficinas de arte-colagem, palavras geradoras, dinâmicas de grupo, debates entre familiares e vítimas da violência, apresentação de temas escolhidos pelos grupos de apoio e incentivo ao fortalecimento da auto-imagem e auto-estima dos participantes. Além disto, o diferencial da atuação extensionista consiste na realização do diagnóstico-ação (GÓIS, C.W.L.; 1991) da situação familiar de violência com a participação dos atores sociais envolvidos, com a perspectiva da observação-participante presente durante todo o processo de diversificação e entendimento da realidade social, tal como os pressupostos da investigação feminista (NOGUEIRA, C. & NEVES, S.; 2003). Considerando-se que a clientela do Núcleo de enfrentamento de Banabuiú é quase exclusivamente composta por mulheres, mesmo àquelas ainda na infância, observa-se que a própria situação materna perpetua a violência no seio familiar. Trata-se, então, da necessidade e efetivação de um olhar crítico sobre a situação de exclusão das mulheres de um modo geral na reabilitação dos seus direitos e mobilização de recursos institucionais para a reinterpretação das suas situações de vitimização (idem, ibidem). Como resultados iniciais da atuação extensionista neste contexto, podemos indicar o aumento da participação das vítimas nas atividades do núcleo de enfrentamento da violência de Banabuiú, e conseqüentemente uma maior valorização dos indivíduos no contexto familiar, perspectiva de envolvimento das comunidades para dissolução das situações de violência na esfera social, assim como a realização de pesquisas-ação (THIOLLENT, M.; 1999) para fortalecimento da formação do psicólogo social na região do sertão central do Ceará.

**Palavras-chaves:** violência, Atuação extensionista, Psicologia comunitária

**Atividade: A construção narrativa de um discurso feminino (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** A construção narrativa de um discurso feminino:

**Autor(es):** Thais Oliveira Brandão

**Resumo:** O trabalho propõe uma análise do processo de construção de um discurso feminino através de narrativas de vida de mulheres de dois distintos contextos sócio-culturais e históricos. A partir de uma pesquisa da oralidade cotidiana de mulheres da Galícia rural (Espanha) e de mulheres da periferia de Fortaleza (estado do Ceará, Brasil), examinamos um discurso feminino através de suas histórias de vida, marcado por traços universais dentro da singularidade de suas auto-biografias. Tratar a narrativa como ação social é também encontrar articulação entre o discurso construtor e o discurso reprodutor de identidades, nesse caso a identidade de gênero, construída a partir de muitos diferentes discursos - o político, o revolucionário, o social, o psicológico e tratado aqui especialmente através da voz da mulher em seus repertórios diários. Essa voz revela um discurso marcado por estereótipos, naturalizações e reproduções, mas ao mesmo tempo mostra um esboço de uma reconstrução identitária. Os estudos autobiográficos têm sido objeto de atenção de pesquisadore(as) da Psicologia Discursiva e disciplinas afins (Potter y Wetherel 1987, 2001; Íñiguez, 1997; Ricoeur, 1994, 1996; Bruner, 1997, 1998; Brockmeier e Harré, 2003) juntamente com estudiosas de um discurso feminino pós-moderno (Moure, 2005; Narotzky 1995; Pujal, 1993) que propõem uma ênfase especial na análise da linguagem como um instrumento mediador, regulador e modelador da subjetividade. Nessa



pesquisa comparada utilizamos uma metodologia de caráter etnográfico, ou seja, uma certa sensibilidade com o ponto de vista dos informantes em seus próprios termos, para com isso ter acesso aos contextos de significado e de identidade vinculados a suas histórias de vida. A partir da análise sob uma ótica psico-sócio-lingüística de entrevistas de seis histórias de vida narradas por mulheres, o estudo que segue assinala que os temas como submissão, sexualidade e poder, tão caros à voz feminina, são marcados em suas narrativas, atravessando gerações e culturas enlaçados no que é o produto narrativo de sua própria vida. Uma subjetividade herdada sócio-culturalmente que propomos ser além de suas construções discursivas, uma transformação de seu próprio discurso cotidiano através de sua narrativa de vida. Compreendendo assim, ser o discurso um instrumento de criação de valores e comportamentos, reconhecemos seu poder de desconstrução dos mesmos. A cultura e a sociedade modelando um saber transmitido através da voz, e nesse caso, da voz da mulher, reconhecidamente uma propagadora da história oral desde remotos tempos. Assim, examinamos a categoria do feminino como um saber reproduzido e recontado por gerações, modelada por essas construções e desconstruções, marcando a história das mulheres e da humanidade.

**Palavras-chaves:** narrativas de vida, linguagem, mulher, feminino

**Atividade: Estilos de aprendizagem, interesses e escolhas profissionais: uma análise evolucionista de diferenças sexuais. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Estilos de aprendizagem, interesses e escolhas profissionais: uma análise evolucionista de diferenças sexuais.

**Autor(es):** Monique Bezerra Paz Leitão, Álvaro da Costa Batista Guedes, FIVIA LOPES

**Resumo:** Dentre as diversas teorias que propõem modelos de aprendizagem, a Teoria da Aprendizagem Experiencial proposta por David Kolb defende que os sujeitos tendem a aprender de formas diferentes, construindo durante a vida estilos de aprendizagem. Kolb descreve quatro tipos de estilos: Divergente, vê situações por diferentes ângulos e gosta de lidar com pessoas; Assimilador, gosta de propor teorias e analisar logicamente os fenômenos; Convergente, hábil em aplicar teorias e tomar decisões; e Acomodador, bom em adaptar-se a novas situações e em assumir riscos. Por esta teoria existiriam estilos diferentes entre os gêneros? As diferenças em habilidades cognitivas entre os gêneros repercutem no contexto escolar ou profissional? Alguns estudos apontam para diferenças em relação a alguns destes aspectos, entretanto, desconsideram que fatores biológicos, decorrentes do processo evolutivo de nossa espécie, podem estar envolvidos. O objetivo desta pesquisa foi investigar, sob um olhar evolucionista, diferenças sexuais em estilos de aprendizagem, em interesses por disciplinas escolares, atividades ou tarefas profissionais e nas escolhas profissionais de adolescentes. Participaram deste estudo 221 adolescentes, sendo 151 do sexo feminino e 70 do masculino, estudantes do terceiro ano do ensino médio de escolas da rede pública e privada da cidade de Natal-RN. Dentre os instrumentos utilizados, temos o Inventário de Estilo de Aprendizagem - versão 3 (Kolb, 1999) que identificou os estilos dos indivíduos e questionários para a investigação das disciplinas escolares preferidas, das atividades profissionais de interesse e escolhas profissionais, isto é, o curso escolhido pelos sujeitos para a inscrição no vestibular de sua prioridade. Os cursos universitários foram agrupados com base nas áreas de conhecimento usadas pelo CNPq. Os dados evidenciaram predominância significativa do estilo divergente no sexo feminino e do estilo assimilador no sexo masculino. Quanto aos interesses, os sujeitos do sexo masculino preferiram as disciplinas de física e educação física e interessaram-se pelas atividades que envolva problemas técnicos e ligado a alta tecnologia significativamente mais do que os do sexo feminino, que, por sua vez, preferiram português e literatura e as atividades ajudar pessoas e atendimento a pessoas necessitadas. Em relação à escolha profissional, o sexo feminino foi mais freqüente nos cursos da área Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, já o masculino nos cursos de Ciências Exatas e Engenharias. Por uma ótica evolucionista, entende-se que homens e mulheres enfrentaram, no ambiente ancestral, pressões seletivas que favoreceram a evolução de

habilidades cognitivas específicas e interesses distintos entre os gêneros. Tais pressões moldaram apuradas competências interpessoais e de comunicação nas mulheres e refinadas habilidades lógico-matemáticas em homens, dentre outras, de modo que estas diferenças ecoam nos peculiares modos de aprender e nas preferências por distintos conteúdos escolares e profissões da atualidade.

**Palavras-chaves:** Estilos de aprendizagem, Interesses profissionais, Gênero, Cognição, Psicologia Evolucionista

**Atividade: Dançando entre o Catolicismo e a Umbanda (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Dançando entre o Catolicismo e a Umbanda - Gênero e posicionamento feminino a partir da espiritualidade

**Autor(es):** Fabricia Teixeira Borges

**Resumo:** Ao abordarmos o posicionamento feminino é interessante entender quais as ideologias regulam as mulheres, suas histórias e argumentações e como elas se apresentam ao mundo a partir desses significados. Pretendemos neste trabalho discutir como os posicionamentos do “ser mulher” podem ser influenciados pela religiosidade partindo da narrativa da história de vida de uma cartomante, mulher e mãe. A história é de Dama da Noite, escolhemos o seu pseudônimo a partir do nome de uma das plantas que é regido pela linha dos ciganos na Umbanda. Neste estudo, utilizou-se a metodologia qualitativa para a construção dos dados, baseada nos pressupostos teóricos da psicologia cultural e do dialogismo. Foram feitas entrevistas com Dama da Noite sobre sua história de vida e sua espiritualidade, onde foram construídos dados de suas atividades diárias, de como percebia o mundo, quais eram suas prioridades de vida, quais os valores mais relevantes e de que forma esses aspectos poderiam contribuir para uma organização de suas rotinas diárias, ações para o futuro e relacionamentos interpessoais. A partir das transcrições literais das entrevistas foram identificados os temas desenvolvidos nos turnos de fala e os subtemas que melhor caracterizavam cada etapa do discurso. Após a análise temática das entrevistas, foram selecionados alguns episódios da conversação e procedeu-se à análise dos diálogos com o objetivo de analisar o processo de co-construção dos significados durante as entrevistas. Sabemos que os significados da feminilidade são construídos socialmente e percorre os vários contextos pelos quais as mulheres circulam e interagem. A figura feminina aparece nas várias instituições religiosas, na maioria das vezes, em um sistema religioso patriarcal em que há sempre um Deus que é masculino e ao qual as mulheres têm que se submeter. Ora como submissa ao homem, ora (em casos mais raros) como detentora do poder, a religião traz diferentes modelos de mulheres: Eva ou Maria, como apresenta o catolicismo ou os vários orixás, como na Umbanda e no Candomblé. Apesar de haver um sincretismo dos orixás com os santos católicos, há uma diferenciação, em relação à posição feminina, na religião afro-brasileira: um maior poder atribuído às mulheres. Historicamente, as mulheres iorubas são, desde muito cedo, independentes financeiramente, são comerciantes e importantes no mercado. São elas responsáveis pelas trocas e pela mediação dos bens simbólicos. Através da narrativa de história de vida podemos entender tanto os significados religiosos que são transmitidos socialmente e culturalmente quanto os significados internalizados por Dama da Noite o que nos permitiu refletir sobre como as construções do si-mesmo se entrelaçam com os significados sociais e organizam formas de se posicionar como mulher e pessoa.

**Palavras-chaves:** psicologia cultural, mulheres, narrativa de vida, posicionamento feminino, espiritualidade

**Atividade: HOMOSSEXUALIDADE FEMININA: CONSTRUÇÕES SOCIAIS NO PROCESSO DE EXCLUSÃO (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** HOMOSSEXUALIDADE FEMININA: CONSTRUÇÕES SOCIAIS NO PROCESSO DE

## EXCLUSÃO

**Autor(es):** Cleocimar Machado da Silva, Maria Vilani Maia Sequeira

**Resumo:** A pesquisa sobre homossexualidade feminina: construções sociais no processo de exclusão traz à tona algumas discussões a cerca da condição de homossexual feminino. A problemática se insere no contexto social de Manaus, tendo como objetivo a possibilidade de identificar nos grupos homossexuais femininos, os processos de exclusão social, em decorrência de sua orientação sexual, especificamente buscando analisar as condições de aceitação sócio-culturais e históricas nestes grupos, verificando a interferência do preconceito que atravessa longo período de tempo perpassando estes coletivos, bem como, refletir sobre o reconhecimento dos direitos civis e humanos das homossexuais. A pesquisa contou com a participação de trinta (30) mulheres que adotam a condição de homossexual, estando ligadas a uma instituição social não governamental, que orienta esse grupo sobre saúde, prevenção e encaminhamentos sobre sua organização política e social por direitos humanos e civis, palco onde se realizou a pesquisa. Com base no discurso das participantes, foram coletadas as informações que colaboraram para o enriquecimento das discussões contidas nesta pesquisa sobre a temática, por meio de um instrumento contendo perguntas abertas e fechadas, aplicado pela pesquisadora, sobre a condição homossexual. O estudo realizado é de cunho exploratório, descritivo com abordagem qualitativa. Para organização e análise dos discursos coletados utilizou-se a Técnica de Análise de Discurso do Sujeito Coletivo – DSC, adotado como estratégia metodológica que visa tornar mais clara uma determinada representação social de um grupo de pertença. Na literatura científica encontrada é freqüente os autores se reportam a uma trajetória histórica, como forma de adoção de uma justificativa plausível para o comportamento homossexual feminino. Levando-nos acreditar que a homossexualidade feminina não é um fato recente, mas que percorre toda a existência da humanidade. Hoje já se permite desvelar a condição de aceitação ou não dessas mulheres. Os estudos sobre a homossexualidade feminina ainda não são capazes de esclarecer a existência. Nesse sentido, a literatura encontrada aponta desafios a serem superados, não somente pela psicologia, mas que também se insere nas discussões entre as ciências biológicas, e nas ciências sociais. Os estudos sobre essa temática têm avançado em outros países, enquanto no Brasil essa discussão percorre um campo muito restrito, e em se tratando de Manaus, considera-se uma lacuna que precisa ser preenchida com pesquisas, não somente por parte da psicologia, mas de forma interdisciplinar que corrobore para as orientações profissionais neste campo de atuação. A partir da realização do estudo, percebe-se a necessidade de que não somente pesquisas precisam ser desenvolvidas, mas também debates e discussões que ampliam os horizontes da compreensão sobre a condição adotada por essas mulheres, contribuindo inclusive no campo da saúde coletiva. Compreende-se que a partir de pesquisas e debates surgem novas políticas públicas voltadas à inclusão social de grupos marginalizados, incluindo os grupos dos homossexuais, sem esquecer que o ser humano somente pode ser entendido em sua dimensão bio-psíquico-social, cultural e religiosa.

**Palavras-chaves:** Orientação Sexual, Homossexualidade Feminina, Preconceito, Exclusão Social

**Atividade: Escolha de parceiro:  
(Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Escolha de parceiros: o início e o final do relacionamento romântico

**Autor(es):** Wallisen Tadashi Hattori, Nívia Lopes, FIVIA LOPES, Maria Emília Yamamoto

**Resumo:** O mistério da atração entre parceiros românticos tem sido discutido desde o início da história da humanidade e Charles Darwin trouxe uma base teórica revolucionária – a seleção sexual – na tentativa de desvendar este mistério, identificando o processo que favorece as características relevantes à sobrevivência do indivíduo, mas que são essenciais em termos

reprodutivos. Há algumas décadas a teoria da seleção sexual vem sendo revisitada através de inúmeras pesquisas, gerando hipóteses na tentativa de entender o foco do processo de escolha de parceiros. Ronald A. Fisher, em 1930, construiu um fundamento teórico, a seleção desenfreada, no qual sugeriu que uma característica atraente seria favorecida pela preferência do sexo oposto, gerando um traço exagerado ao longo das gerações. Robert Trivers, em 1972, acrescentou que um elevado investimento parental pelos indivíduos de um sexo, as fêmeas na maioria das espécies, tornou-os recurso limitante pelo qual indivíduos do sexo oposto devem competir. Em 1975, uma forma alternativa para explicar o surgimento de traços exagerados, foi proposta por Amotz Zahavi, o princípio da desvantagem, associados ao traço que é atraente, sugerindo que a sobrevivência até a idade reprodutiva do indivíduo que o possui demonstra sua qualidade enquanto parceiro. Finalmente, William Hamilton e Marlene Zuk, em 1982, propuseram que as características sexuais secundárias, tais como ornamentos elaborados, podem funcionar como indicadores de ausência ou resistência à parasitas e/ou patógenos. Independente das hipóteses que melhor explicam o processo sugere-se que a escolha de parceiros está baseada na avaliação de um conjunto de características que o próprio indivíduo apresenta, as quais interferem diretamente nas suas decisões ao selecionar um parceiro. Este conjunto de características é chamado de valor de mercado e a avaliação deste valor em um parceiro em potencial pode variar de acordo com a auto-percepção e com a comparação com os demais indivíduos. Se considerarmos, por exemplo, o longo período de gestação e lactação em nossa espécie, o que conseqüentemente traz um grande intervalo entre uma gestação e outra como um custo elevado da reprodução, podemos esperar mulheres mais exigentes do que homens com relação à seleção dos parceiros para o acasalamento. Esta exigência feminina pode ser medida pela seletividade da qualidade genética do homem e das habilidades em prover recursos e/ou cuidado aos filhos. Por outro lado, as características de participação obrigatória da mulher no investimento parental permitem ao homem dedicar seu esforço reprodutivo à fertilização. Por essa razão, sugere-se que, no caso da permanência obrigatória junto à fêmea para contribuir com a criação da prole, o mais provável é que o macho venha a escolher a fêmea mais fértil. Esta discussão sobre o grau de investimento na manutenção dos relacionamentos é fundamental para a compreensão dos fatores que influenciam a escolha de parceiros, no sentido de quais características podem indicar investimento em relacionamentos duradouros e quais motivos podem levar ao seu término. Comparamos o nível de envolvimento em relacionamentos românticos reais e ideais e verificamos que adolescentes de ambos os sexos, em média, gostariam de estar mais comprometidos do que realmente estão, preferindo relacionamentos duradouros. A partir de uma lista de trinta características físicas e comportamentais, os adolescentes citaram sinceridade, bom humor e fidelidade como sendo os traços mais importantes oferecidos por eles como parceiros. Além disso, estes mesmos traços foram os mais citados na avaliação de um parceiro romântico em potencial. Estas avaliações baseadas em traços e o tipo de envolvimento desejado sugerem uma busca por relacionamentos de longo prazo. Da mesma forma, verificou-se que alguns fatores aumentam o risco de término de um relacionamento romântico, em adultos. Para o homem tomar a iniciativa do término de uma união, os principais fatores estão relacionados à incompatibilidade com a parceira ou abandono por parte desta. Já para a mulher, a infidelidade, comportamento agressivo e abandono por parte do homem estão entre as causas mais freqüentes que as fazem desistir de seu parceiro. Portanto, no início e no final de um relacionamento, alguns pontos em comum podem ser traçados, tais como a importância da fidelidade para a construção e a manutenção de um relacionamento. Em muitos casos, o abandono pode revelar um investimento em outro parceiro, o que se configura como forte motivação à separação para ambos os sexos. O bom humor, revelado como forte fator de escolha encontra-se ausente nos relacionamentos que chegaram ao fim: o comportamento agressivo por parte do homem e a incompatibilidade com a parceira, revelam conflitos que impedem a continuidade dos laços. O desejo por um relacionamento romântico de longo prazo pode ser verificado tanto na preferência por determinados traços em parceiros ideais quanto na ausência destes traços em parceiros reais.

**Palavras-chaves:** Escolha de parceiros,adolescentes,características preferidas por adolescentes

**Trabalho:**Critérios para Escolha de Parceiros descritos por mulheres no Climatério e Menopausa

**Autor(es):** Regina Célia Souza Brito, Mauro Dias Silva Júnior

**Resumo:** A Psicologia Evolucionista tem provido base teórica para teste de hipóteses que visam avaliar a existência de mecanismos psicológicos selecionados nos indivíduos humanos, durante a evolução da espécie, no seu ambiente de adaptação evolutiva. São particularmente investigados os mecanismos envolvidos na seleção de parceiros. Inúmeros estudos têm sido desenhados para investigá-los e se estão contribuindo atualmente para o repertório comportamental dos indivíduos quando estes escolhem parcerias amorosas. As previsões são que mulheres em plena fase reprodutiva escolham parceiros amorosos com base em dicas indicativas de que estes serão bons provedores e dispostos a investir em relacionamentos de longo prazo. Tais preferências estariam ancoradas no esquema de investimento parental tipicamente humano no qual a prole é dependente por um longo período de tempo e demandam cuidado intensivo. Mulheres no final de sua fase reprodutiva (Climatério) e pós reprodutiva (Menopausa), com alto grau de instrução e renda própria, teoricamente estariam sob menor pressão reprodutiva e de busca de parceiro provedor de recursos que aquelas em plena fase reprodutiva. Motivados por esta hipótese, desenhamos uma pesquisa que está sendo realizada com uma população de mulheres servidoras públicas federais, lotadas em uma universidade, com idades entre 40 e 49 anos (Climatério) e renda média de 2.350 reais, e mulheres entre 50 e 60 anos (Menopausa) renda média de 2.600,00 reais. Selecionamos a amostra entre aquelas que têm, no mínimo, o ensino médio completo incluindo algumas com Pós-graduação. Até o momento, 185 mulheres preencheram um questionário auto-aplicável, o qual recebiam e devolviam lacrados. Com o questionário, composto de 43 questões abertas e fechadas, investigamos variáveis demográficas da respondente, de seu parceiro atual, do anterior e outras variáveis relativas a suas situações amorosas. Levantamos ainda as características que elas atribuíam aos relacionamentos de longo e curto prazo, quais destas elas usaram ou usam para escolher parceiros e se elas reconhecem estas características em seus parceiros atuais e nos anteriores. Investigamos ainda, como elas avaliavam a qualidade de suas vidas sexuais relacionando-a à utilização ou não de TRH e quais tipos de estimulações eram excitadores sexuais para elas. Ao final do questionário, incluímos uma lista de seis frases a serem completadas, que investigava como elas definiam relacionamento amoroso (RA) e como percebiam o RA nos diversos contextos sociais em que viviam. Das seis frases, três conferiam a percepção de RA na vida da respondente, uma levantava sua percepção de RA na sua família de origem, uma na vida de amigos e uma na sociedade em geral. Os resultados demonstraram que independente da fase do ciclo de vida que estas mulheres estão vivendo, elas escolhem, com percentual significativo, características indicadoras de relacionamento estável de longo prazo demandando parceiros “comprometidos”, “amorosos” e “sinceros”. Afirmam que usaram ou usam estes critérios para escolha e reconhecem que os parceiros atuais, mais que os anteriores, possuem estas características. Interessantemente, mais de 50% das respondentes, independente da idade, definem RA eventual como possuindo as seguintes características: “atração/aparência física”, “curtição/prazer/excitação”, “descompromisso”. Resultados semelhantes já haviam sido obtidos em estudo prévio e assim incluímos as questões sobre qualidade de vida e reposição hormonal no atual, buscando identificar se aquelas características escolhidas para RA eventual poderiam estar correlacionadas a qualidade de vida sexual descrita e se havia diferença para aquelas que faziam TRH. Os resultados obtidos até o momento não permitem esclarecer a questão uma vez que apenas 28% das respondentes da amostra atual fazem reposição hormonal. Quanto às outras questões investigadas, não encontramos diferenças importantes entre as mulheres no Climatério e na Menopausa. As respostas seguem, no geral, as previsões da literatura que investiga escolha de parceiros em mulheres jovens e férteis. As respondentes que escolheram parceiros após os 40 anos, quando já haviam obtido um alto grau de escolaridade e construído carreira profissional que lhes proporcionavam renda financeira com qual se manter, pareceram mais criteriosas do que quando fizeram a primeira escolha, mais jovens. Em todas as medidas os parceiros anteriores foram mais mal avaliados que os atuais. Com a análise da completação de frases obtivemos, na maioria das vezes, um conjunto de adjetivos mais ou menos coincidentes com os marcados no corpo do questionário onde elas escolheram características pré-determinadas. As questões que exploravam a percepção delas sobre RA na sua vida pessoal foram consistentemente avaliadas. Quando

definem RA como um aspecto importante da vida, elas também o definem assim na família que constituíram e na vida atual. A questão que mais sistematicamente foi mal avaliada pela maioria se refere à percepção de RA na sociedade em geral. Assim, a psicologia evolucionista parece prover base teórica para a compreensão dos dados aqui apresentados. Os mecanismos psicológicos que subjazem a escolha de parceiros por mulheres sob pressão para encontrar bons genes e bom provedor parecem atuantes mesmo quando tais pressões podem não estar mais presentes como no caso das respondentes desta pesquisa.

**Palavras-chaves:** psicologia evolucionista, escolha de parceiros, climatério, menopausa

**Trabalho:** Escolha amorosa e casamento: o lugar do laço conjugal no projeto de vida de jovens solteiros.

**Autor(es):** Terezinha Féres Carneiro, Andrea Seixas Magalhães, Cílio Rosa Ziviani

**Resumo:** Em pesquisas anteriores estudamos a questão da escolha de parceiros nas camadas médias da população carioca, investigando 240 sujeitos heterossexuais e 116 homossexuais, em diversas situações amorosas - namoro, casamento, separação e recasamento - e os conflitos vivenciados por eles na interação conjugal (Féres-Carneiro, 1997, 1998). Para isto, utilizamos uma metodologia quanti-qualitativa: 26 atributos dispostos em escalas de 5 pontos, tal como proposto por Buss (1989) para avaliar a escolha amorosa, e uma entrevista semi-estruturada para avaliar a interação conjugal. Os resultados mostraram que homens e mulheres heterossexuais valorizam as mesmas qualidades em seus parceiros, ou seja, fidelidade, integridade, carinho e paixão. Tais qualidades são igualmente valorizadas pelas mulheres homossexuais, enquanto os homens homossexuais tendem a enfatizar a importância da atração física e da capacidade erótica de seus parceiros. Quanto ao que foi considerado menos importante na escolha amorosa, homens e mulheres heterossexuais desvalorizam igualmente o atributo crença religiosa. Mas enquanto os homens deste grupo não valorizam a capacidade financeira, a ambição e a competência profissional de suas parceiras, as mulheres não valorizam a ausência de ciúme e a atração física em suas escolhas. Em análises por condições amorosas, pôde-se perceber que a capacidade para ter filho foi extremamente desvalorizada pelas mulheres heterossexuais separadas e recasadas, o que não ocorreu com as solteiras e casadas. Dentre outros resultados, constatou-se também que o nível de exigência em relação à escolha do parceiro(a) é muito mais alto nas mulheres no grupo heterossexual, enquanto no grupo homossexual, a maior exigência é demonstrada pelos homens. Em investigação quanti-qualitativa, que se encontra em fase final de análise (Féres-Carneiro, Magalhães e Ziviani, 2007), estamos desenvolvendo, em duas etapas, um estudo amplo com o objetivo principal de estudar as relações existentes entre a conjugalidade dos pais, tal como vivenciada e percebida pelos filhos, e o lugar do laço conjugal no projeto de vida dos filhos. Na primeira etapa foi realizada uma pesquisa de levantamento que teve como objetivo investigar a percepção dos filhos sobre a conjugalidade de seus pais. Inicialmente, 278 sujeitos responderam aos instrumentos utilizados nesta fase da pesquisa. Dentre eles, permaneceram, constituindo a amostra desta etapa da investigação, 251 jovens (136 homens e 115 mulheres) que satisfaziam as condições do estudo, ou seja: solteiros, heterossexuais, pertencentes às camadas média e média-alta da população carioca, com idades entre 19 e 30 anos. Os instrumentos, construídos por nós, utilizados nesta etapa foram a FAB-Ficha de Avaliação Biográfica e o QCP - Questionário sobre a Conjugalidade dos Pais. Na segunda etapa do estudo, foi realizada uma pesquisa qualitativa, com 14 sujeitos (7 homens e 7 mulheres), dentre aqueles que avaliaram o casamento dos pais com muito satisfatório e os que o avaliaram como muito insatisfatório, utilizando-se uma entrevista semi-estruturada, cujo roteiro invisível contemplava vários temas relevantes da dinâmica conjugal e familiar. O material obtido foi submetido a uma análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (1979). Desta análise emergiram as seguintes categorias: projetos de vida; concepções de casamento; escolha amorosa; sexualidade e casamento; casamento e gênero; ideais de casamento; casamento e relação amorosa; casamento e constituição de família; mitos familiares; identificação e diferenciação na família; influência da percepção da conjugalidade dos pais no projeto de casamento dos filhos. Entretanto, para a elaboração do trabalho que ora

apresentamos, tendo em vista o tema proposto na Mesa Redonda, selecionamos as categorias projetos de vida, concepções de casamento; escolha amorosa e influência da percepção da conjugalidade dos pais no projeto de casamento dos filhos para serem apresentadas e discutidas. Constatamos que a inclusão espontânea do casamento no projeto de vida dos filhos apareceu no discurso da minoria dos jovens e não estava relacionada ao gênero dos entrevistados, nem à situação conjugal de seus pais, nem à avaliação da conjugalidade dos pais como muito satisfatória ou muito insatisfatória. Quando os jovens incluíram o casamento em seus projetos, afirmaram desejar construir projetos bem distintos das percepções que tiveram da conjugalidade de seus pais, mesmo quando essa foi avaliada como muito satisfatória. O desejo de ter filhos, evidenciado no discurso das mulheres, mesmo daquelas que priorizam a vida profissional, confirma a relevância social da maternidade e o lugar que essa ocupa no universo feminino mesmo nos casos em que não existe um projeto de conjugalidade, como constatado em investigações anteriores (Féres-Carneiro, 1997, 1998). O lugar que o casamento ocupa nos projetos de vida parece estar relacionado com o modo como os jovens entrevistados se apropriaram de sua herança familiar e com o discernimento sobre os aspectos da conjugalidade dos pais que os influenciam.

**Palavras-chaves:** escolha amorosa, casamento, projeto de vida, jovens solteiros, pais

**Atividade:** Critérios de escolha de parceria amorosa por mulheres no Climatério e Menopausadas: dados preliminares  
**(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Critérios de escolha de parceria amorosa por mulheres no Climatério e Menopausadas: dados preliminares

**Autor(es):** Regina Célia Souza Brito, Mauro Dias Silva Júnior, Marilu Michely da Silva Cruz, Sheila Makiama, Shirlene Ferreira Borges, Nattasha Magalhães Silva

**Resumo:** A escolha de parceiros é um tema controvertido nas ciências do comportamento. As discussões giram, ainda hoje, em torno dos mecanismos que a controlam. Investiga-se se obedece a padrões de comportamento culturalmente estabelecidos ou se é controlada por características herdadas filogeneticamente. Diversas pesquisas vêm apontando que, de um modo geral, mulheres apresentam o mesmo padrão de escolha de parceiros independentemente da cultura à qual pertençam, o mesmo sendo verdadeiro para os homens. Levando em consideração essas descobertas, Buss e Schmitt propuseram a Teoria das Estratégias Sexuais (T.E.S), segundo a qual machos e fêmeas diferem em suas escolhas na tentativa de aumentar seu sucesso reprodutivo, seguindo estratégias de curto ou longo prazo. Não demorou, contudo, para que a T.E.S. fosse questionada por autores que enfatizam uma parcela maior dessa determinação para a formação de vínculos entre os casais, a existência de mecanismos específicos norteadores das escolhas e na sua falha em predizer, na prática, as escolhas realizadas pelas pessoas, ou mesmo a adoção de táticas ao invés de estratégias. Formulou-se um questionário auto-aplicável com o objetivo de identificar se as escolhas de parceiros são feitas segundo as predições da T.E.S. Participaram deste estudo 185 mulheres, distribuídas em dois grupos: o primeiro com mulheres vivendo a fase do climatério (com idades entre 40 e 49 anos) e o segundo de mulheres na menopausa (com idades entre 50 e 60 anos), servidoras públicas de uma universidade e com escolaridade a partir do nível médio. As participantes eram abordadas em seus locais de trabalho por um (a) pesquisador (a) e convidadas a participar da pesquisa por meio do preenchimento de um questionário auto-administrado. Hipotetizamos que o relato das escolhas dessas mulheres refletiria as predições da T.E.S., segundo a qual as mulheres escolheriam para parceiros fixos homens mais velhos; com status social elevado; características de um bom provedor baseadas na sua renda e dedicação ao trabalho, no seu interesse por elas e seus filhos além de ser sexualmente fiel. Para parceiros eventuais, esperou-

se que elas escolhessem homens fisicamente atraentes, com bom desempenho sexual e com boas qualidades genéticas, como saúde e vigor físico. Os resultados preliminares mostram que das 112 mulheres que estão no climatério, 48 se declaram casadas. Destas, 35 possuem parceiros com idades que variam entre 44 e 61 anos, os quais possuem renda variando de 260 a 6500 reais, sendo que 24 delas estão com parceiros que recebem renda entre 1200 a 3200 reais. Isto representa 50% das casadas. 10 mulheres das 112, declaram-se namorando, 4 das quais possuem parceiros na faixa dos 26 a 43 anos e com renda que varia de 260 a 1200 reais. Outras 3 escolheram parceiros na faixa dos 44 a 61 anos, com renda entre 1200 a 6500 reais, perfazendo um total de 30% das que se declaram namorando. Das 73 mulheres na menopausa, 25 estão casadas com parceiros de 44 a 61 anos e que possuem renda que varia entre 260 a 6500 reais, sendo que 23 delas possuem parceiros com renda de 1200 a 5200 reais. Quatro das 76 se declaram namorando, sendo que duas possuem parceiros de 26 a 43 anos; enquanto que as outras duas possuem parceiros de 44 a 61 anos. Das 17 mulheres no climatério, que estão namorando, 50%; 66,7% e 71,47% delas afirmam que as características inteligência, amor e respeito; respectivamente, são importantes quando selecionam parceiros, e declaram que tais características estão presentes nos parceiros atuais descritos como fixos, sendo que 37,5%, 16,7% e 25% delas descrevem seus parceiros atuais como eventuais apresentando essas características, respectivamente. Ainda, das 55 mulheres no climatério casadas (relacionamento fixo), 41%, 100% e 100%, descrevem seus parceiros atuais como: inteligentes, amorosos e respeitadores, respectivamente. Das 73 mulheres na menopausa, 9 estão namorando e descrevem seus parceiros como inteligentes (66,7%), respeitadores (66,7%), e trabalhadores (75%), todos fixos. Entre os eventuais, elas identificam essas características em 33,3%, 16,7% e 25% dos casos, respectivamente. Das 38 casadas, nesta faixa etária, elas identificam seus parceiros como inteligentes, respeitosos e trabalhadores em 83,3%, 100% e 83,3% dos casos, respectivamente. Percebe-se que as duas faixas etárias não diferem muito, em termos percentuais, nos critérios mais escolhidos, sendo que nos dois grupos há uma tendência maior para escolher essas características nos parceiros fixos do que nos eventuais. Percebe-se também um aumento significativo em termos percentuais nas preferências por essas características entre as mulheres nos dois grupos que se declaram casadas. Conclui-se, assim, que há uma exigência muito maior nos critérios utilizados por essas mulheres na escolha de parceiros fixos do que de eventuais, confirmando desta forma as previsões de T.E.S.

**Palavras-chaves:** psicologia evolucionista, seleção de parceiros, climatério, menopausa, teoria das estratégias sexuais

**Atividade: Critérios de escolha e definições de relacionamento amoroso fixo e eventual em mulheres no climatério e menopausa: Dados preliminares (Painéis)**

**Trabalho:** Critérios de escolha e definições de relacionamento amoroso fixo e eventual em mulheres no climatério e menopausa: Dados preliminares

**Autor(es):** Regina Célia Souza Brito, Nattasha Magalhães Silva, Mauro Dias Silva Júnior, Marilu Michely da Silva Cruz, Shirlene Ferreira Borges, Sheila Makiana

**Resumo:** A partir de Darwin, os estudos buscando compreender a dinâmica reprodutiva das espécies deram demasiada importância na competição entre machos pelo acesso às fêmeas. Contudo, desde o início do século passado, os biólogos evolutivos vêm reconhecendo o peso das escolhas femininas no curso da evolução das espécies em geral. Com relação à espécie humana, os estudos de seleção de parceiros priorizam a investigação de padrões comportamentais em indivíduos jovens, os quais estão vivendo o auge do seu período reprodutivo. De maneira geral, os resultados obtidos têm indicado que mulheres e homens usam estratégias diferentes para selecionar parceiros reprodutivos. Especificamente, as mulheres



selecionariam com base em características que indicam parceiros potencialmente bons provedores e dispostos a investir em relacionamentos de longo prazo, cuja prole necessita de cuidados intensivos. Podemos então perguntar: mulheres vivendo a fase de transição do climatério (decréscimo da fertilidade) e na menopausa (não reprodutivas) continuariam preferindo as mesmas características indicativas de bom provedor que mulheres em plena fase reprodutiva usam para avaliar parceiros? Para investigar esta questão, 185 mulheres com idades entre 40 e 60 anos, servidoras públicas de uma Universidade Federal, com, no mínimo, ensino médio completo, foram abordadas em seus locais de trabalho, e, após receberem explicações sobre o teor da pesquisa, eram convidadas a participar da mesma através de questionário auto-aplicável, que permitia mais de uma resposta por item. Neste estudo específico utilizou-se 21 categorias definidoras de relacionamentos de longo e curto prazo, elaboradas a partir de um conjunto de características descritas, em estudo prévio, por mulheres de mesma população e faixa etária. Assim, o objetivo do presente trabalho foi investigar, as características mais utilizadas por mulheres vivendo a fase do Climatério e Menopausa, para 1) descrever relacionamento fixo e eventual e 2) descobrir entre 10 categorias, quais elas utilizam para selecionar parceiros e quais destas, simultaneamente, elas encontram em seus parceiros atuais e anteriores. No grupo Climatério (40 a 49 anos), composto por 59% da amostra, as categorias mais freqüentemente escolhidas para descrever relacionamento fixo foram “companheirismo”; “amor”; “respeito”; “sinceridade/confiança”; e “compreensão/diálogo” (todas estas com mais de 50% das escolhas). As menos freqüentes foram: “mentiras/vulgar”; “descompromisso”; “raros encontros/encontros casuais” e “atração/aparência física” (até 6,3% das escolhas). Para descrever relacionamento eventual, as características mais citadas foram: “curtição/prazer/excitação”; “descompromisso”; “atração/aparência física”; “raros encontros/encontros casuais” (escolhas situadas entre 33,9% e 44,6%). Neste grupo, as menores freqüências foram para: “compromisso/segurança”; “fidelidade”; “amor”; “felicidade” e “sinceridade/confiança” (até 5,4%). Já no grupo Menopausa (50 a 60 anos) as mulheres escolheram preferencialmente como descritores do relacionamento fixo: “amor” (79,5%); “companheirismo” (78,1%); “respeito” (58,9%); “sinceridade/confiança” (57,5%) e “compreensão/diálogo” (54,8%); as menos escolhidas foram “mentiras/vulgar”, “raros encontros/encontros casuais” e “descompromisso” (0%) e “atração/aparência física” (9,6%). Para os relacionamentos eventuais, mulheres na menopausa, destacaram “atração/aparência física”; “curtição/prazer/excitação” e “descompromisso” (variação: 32,9% e 42,5%). As categorias menos selecionadas, variando de 0 a 5,5%, foram: “fidelidade”; “amor” e “compromisso/segurança”. As características consideradas importantes para selecionar um parceiro não variam segundo o momento no qual se encontra a participante. O que procuraram no parceiro atual, foi, em geral, encontrado, do mesmo modo que aquelas características procuradas no parceiro anterior também o foram. As participantes do grupo Climatério reconhecem em seus parceiros atuais: “inteligência” (64,2%); “amor” (63,6%) e “respeito” (59,4%), “situação financeira equilibrada” (42,4%) e “beleza/atração física” (50,0%). As características referentes ao parceiro anterior encontradas com maior freqüência foram: “inteligência” (52,8%) e “bom humor” (50,9%); “trabalhador” (50,0%); “companheirismo” (32,3%), “fidelidade” (26,8%) e “amor” (21,8%). No grupo Menopausa, foram reconhecidas as seguintes características presentes no parceiro atual: “trabalhador” (65,4%); “respeito” (64,0%), “inteligência” (57,1%), “fidelidade” (34,4%), “beleza/atração física” (30,8%) e “situação financeira equilibrada” (30,4%). Já para o parceiro anterior, as mulheres citaram mais “inteligência” (53,6%); “trabalhador” (50,0%) e “beleza/atração física” (46,2%), “fidelidade” (21,9%) “amor” (17,5%) e “companheirismo” (15,7%). Os resultados apontam que independentemente do grupo, Climatério ou Menopausa, as mulheres descrevem parcerias amorosas fixas e eventuais de forma indistinta. Para ambos os grupos, houve um percentual significativo de características, como “comprometimento”, “sinceridade”, “compreensão” e “paixão” indicadoras de relacionamento de longo prazo. Os relacionamentos eventuais são descritos nos dois grupos como oposto do fixo, onde predominam características como “infidelidade”, “descompromisso”, “insegurança” e “falta de amor”. Analisando a correlação entre as características descritas como importantes na seleção de parceiros e sua presença nos parceiros atuais e anteriores, nota-se que não existem diferenças significativas entre os dois grupos (Climatério e Menopausa). Contudo, observa-se que há um aumento significativo na presença dessas características nos parceiros atuais, comparando-se com os anteriores, dessa forma podendo-se concluir que a segunda escolha dessas mulheres tende a ser mais criteriosa, do seu ponto de vista, do que a primeira.

**Palavras-chaves:** psicologia evolucionista, seleção de parceiros, climatério, menopausa, características preferidas de parceiros amorosos

**Atividade: Estímulos preferidos como excitadores sexuais por mulheres no Climatério e Menopausa: dados preliminares (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Estímulos preferidos como excitadores sexuais por mulheres no Climatério e Menopausa: dados preliminares

**Autor(es):** Regina Célia Souza Brito, Shirlene Ferreira Borges, Mauro Dias Silva Júnior, Marilu Michely da Silva Cruz, Sheila Makiama, Nattasha Magalhães Silva

**Resumo:** Estudos mostram que as preferências femininas têm um papel fundamental na evolução da espécie: ao selecionar seus parceiros, as mulheres procurariam sinalizadores ou indicadores da aptidão que os machos escolhidos deveriam possuir. Essas escolhas são, segundo a biologia evolutiva, sempre adaptativas e não aleatórias ou casuais. Durante a escolha, as fêmeas avaliam os possíveis parceiros através de uma gama de características. Essas características ou sinais, além de estimularem os sentidos, ajudam as fêmeas a avaliarem as diferenças de aptidão entre os machos, observá-los, testá-los e conseqüentemente selecioná-los. Este estudo se propôs investigar quais estímulos, entre Físicos, Ambientais e de Interação, são mais apreciados como excitadores sexuais para mulheres que estão vivendo a fase do Climatério e Menopausa. Participaram 95 mulheres, com idades variando entre 40 e 60 anos, todas servidoras públicas de uma universidade federal, com no mínimo ensino médio completo. As participantes responderam voluntariamente um questionário para o estudo de seleção de parceiros. Os dados foram coletados e analisados obedecendo-se as normas éticas para pesquisa com humanos. Fazia parte do questionário um quadro com 40 itens, dispostos em duas colunas pareadas, contendo, entre elas, três pequenas lacunas. A participante escolhia uma delas conforme sua preferência pelo primeiro (lacuna esquerda) ou segundo excitador sexual (lacuna direita), tendo a possibilidade de dar igual importância aos dois itens (lacuna mediana). Foram feitos seis tipos de pareamentos segundo a categoria dos estímulos: 5 de tipo Físico X Ambiental, 10 de Interação X Físico, 11 de Interação X Ambiental, 6 de Interação X Interação, 5 de Ambiental X Ambiental e 3 de Físico X Físico. Consideraram-se estímulos de Interação aqueles no qual ambos os parceiros precisam estar envolvidos fisicamente, como por exemplo: Conversa, Beijo, Palavras Soltas, Percepção de Inteligência, Troca de olhar, Tomar banhos juntos e Massagem, entre outros. Os estímulos Físicos se traduziram pelas características individuais e físicas do parceiro tais como: Tamanho do pênis, Ter e Não ter pêlos, Cheiro natural masculino, Cabelos grisalhos e outros. Os estímulos Ambientais incluíram tanto o próprio ambiente como acessórios específicos que podem ser usados durante o relacionamento amoroso, como: cinema, motel, teatro, restaurante, praia, roupas íntimas e artigos eróticos. A média de idade no grupo de Climatério (Clim) foi 45,46 anos e no grupo de Menopausa foi 52,88 anos. Os resultados preliminares mostraram que mulheres, tanto as de 40 a 49 anos (Clim), quanto as de 50 a 60 anos (Men), consideraram os estímulos de Interação mais excitantes que os Físicos. Na opção Conversa X Beleza Física, por exemplo, consideraram Conversa como mais excitante (Clim=54,3% e Men=60,3%), e na opção Tamanho do pênis X Troca de olhar, preferiram Troca de olhar (Clim=68,9% e Men=53,5%). Elas avaliaram que os estímulos de Interação são mais excitantes que os Ambientais, como na opção Beijo X Cinema, na qual o Beijo foi mais escolhido (Clim=74% e Men=65%) e na opção Abraço X Motel, o primeiro foi considerado mais excitante (Clim=59% e Men=52%). Os estímulos Físicos foram tidos como mais estimulantes que os Ambientais, como na escolha do primeiro item entre Cheiro natural masculino X Música (Clim=42% e Men=60,3%) e na situação Teatro X Cheiro natural masculino, em que o segundo item foi mais escolhido (Clim=65,1% e Men=65%). Nos pares envolvendo Interação, as mulheres escolheram ambos os estímulos como tendo igual peso na excitação

sexual, como no caso do par Abraço X Inteligência (Clim=55,1% e Men= 51,7 %). Nos pares de estímulos Físicos, as mulheres dos dois grupos apreciaram mais como excitador sexual um estímulo específico, como por exemplo, entre Ter pêlos e Não ter pêlos, o primeiro item foi preferido (Clim=46,6% e Men=54,5%). Nos pares de estímulos Ambientais, também foi indicado um estímulo específico, como no par Restaurante X Praia, no qual o segundo foi considerado mais excitante (Clim= 48,1% e Men=52%) e em Espelho X Baixa iluminação ou velas, o segundo foi consistentemente escolhido (Clim=57,1% e Men=57,1%). Sabe-se que os sinais são essenciais para a comunicação animal, e estes evoluíram através de seleção natural, principalmente os relacionados ao sexo. É possível que as mulheres na faixa etária estudada prefiram ser excitadas por estímulos que as façam interagir com seus parceiros, e que essa preferência não seja resultado do acaso, mas da seleção sexual que tornou tais características adaptativas. Espera-se que com a ampliação da amostra seja possível confirmar de maneira mais robusta os dados aqui relatados, esclarecendo mais amplamente o papel das preferências de estimulação sexual em mulheres que estão vivendo a fase de Climatério e Menopausa.

**Palavras-chaves:** psicologia evolucionista, seleção de parceiros, climatério, menopausa, excitadores sexuais

**Atividade: Correlação entre qualidade da vida sexual de mulheres no climatério e na menopausa e a Terapia de Reposição Hormonal: dados preliminares (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Correlação entre qualidade da vida sexual de mulheres no climatério e na menopausa e a Terapia de Reposição Hormonal: dados preliminares

**Autor(es):** Regina Célia Souza Brito, Sheila Makiana, Mauro Dias Silva Júnior, Marilu Michely da Silva Cruz, Shirlene Ferreira Borges, Nattasha Magalhães Silva

**Resumo:** O envelhecimento é um processo comum a todos os seres vivos, no qual manifestações de eventos biológicos ocorrem gradativamente no decorrer do tempo. Nos seres humanos ocorrem diversas mudanças, como a alteração na atividade sexual e, especificamente entre as mulheres, a diminuição da fertilidade até a esterilidade total, por volta dos cinquenta anos de idade, período este denominado menopausa. O declínio da fertilidade feminina foi selecionado naturalmente ao longo da filogênese humana. Entretanto, o motivo da evolução deste fator ainda é discutido. Com o avanço da idade, ocorre uma redução quantitativa da resposta sexual em decorrência da diminuição na produção dos hormônios sexuais, o que leva a alterações físicas, como diminuição da elasticidade e da lubrificação vaginal. Por isso, a Terapia de Reposição Hormonal (TRH) é considerada um importante tratamento para mulheres na menopausa. O objetivo deste estudo foi avaliar a qualidade da vida sexual de mulheres entre 40 e 60 anos de idade. Noventa e cinco mulheres nesta faixa etária, todas servidoras públicas com, no mínimo, ensino médio completo, e residentes na cidade de Belém, responderam voluntariamente a um questionário para o estudo de seleção de parceiro. Neste questionário, respostas acerca da idade, reposição hormonal (se faz ou não), frequência da prática sexual e presença de dificuldades na atividade sexual foram examinadas neste estudo específico. Os dados foram coletados e analisados obedecendo-se as normas éticas para pesquisa com humanos. As análises estatísticas foram realizadas através do programa SPSS 11.5 for Windows. A média de idade das participantes foi de 48 anos, sendo que 57% tinham idade entre 40 e 49 anos. Entre as participantes de 40 a 49 anos, 81,5% mantiveram vida sexualmente ativa no último ano e, atualmente, 26,2% praticam sexo pelo menos 2 vezes por semana. Entre as participantes de 50 a 60 anos, 74% mantiveram vida sexualmente ativa no último ano e, atualmente, 31% praticam sexo 2 vezes por semana. Observou-se que apenas 15% das participantes com menos de 50 anos fazem TRH, enquanto que 47% das participantes com mais de 50 anos já o fazem. As dificuldades sexuais mais apontadas pelas mulheres até 50 anos,

foram: falta de desejo sexual e dificuldade para atingir o orgasmo (26% e 18,5% respectivamente), enquanto que entre as mulheres com mais de 50 anos, a falta de lubrificação (42,1%) foi a mais citada. Encontrou-se correlação inversa estatisticamente significativa entre a idade e a falta de lubrificação vaginal, mas não se obteve correlação entre a realização de Terapia de Reposição Hormonal e a ausência de dificuldades para a relação sexual. Pode-se inferir que outras variáveis como atratividade e grau de satisfação sexual com o desempenho sexual do parceiro atual tenham influenciado este resultado. Estima-se que, com a ampliação da amostra, consiga-se obter resultados mais legítimos. Sugere-se a replicação desta pesquisa e a realização de novas investigações, a fim de se avaliar, qualitativa e quantitativamente, as mudanças na qualidade da vida sexual das mulheres no período do climatério e menopausa, e se a TRH, quando iniciada no período do climatério, produz resultados mais expressivos.

**Palavras-chaves:** psicologia evolucionista, seleção de parceiros, climatério, menopausa, terapia de reposição hormonal

**Atividade:** ESCOLHA DE PARCEIROS NA ADOLESCÊNCIA: TRAÇOS PREFERIDOS (Painéis)

**Trabalho:** ESCOLHA DE PARCEIROS NA ADOLESCÊNCIA: TRAÇOS PREFERIDOS

**Autor(es):** Wallisen Tadashi Hattori, Tadeu Mattos Farias, Márcia Lyane Ribeiro Cavalcante Oliveira, Maria Emília Yamamoto, FIVIA LOPES

**Resumo:** Alguns autores compararam as leis da economia com o mercado reprodutivo, sugerindo que ambos os sexos escolhem seus parceiros de acordo com a percepção de seus próprios valores reprodutivos em um determinado ambiente. Apesar de variações ambientais e culturais, alguns traços são preferidos de forma universal. É reconhecida, porém, a necessidade de estudos relacionada à escolha de parceiros na adolescência. Nesta fase, que se caracteriza por mudanças em diversas esferas na vida dos indivíduos, dentre elas modificações hormonais, começam a ficar evidentes as características sexuais secundárias de cada sexo, alterando os atributos físicos, bem como as exibições comportamentais motivadas pela atração por parceiros. Este trabalho teve como objetivo avaliar a importância atribuída por adolescentes a características desejadas em parceiros em potencial. A amostra foi composta de estudantes de uma instituição de ensino privada do município de Natal e visitantes de uma feira de ciências, totalizando 201 mulheres (média = 15,88 ± 1,96 anos) e 102 homens (média = 15,87 ± 1,97 anos), com idade entre 12 e 19 anos. A participação foi voluntária e não remunerada, e todo o procedimento foi respaldado pelas recomendações do comitê de ética em pesquisa com seres humanos. Foram apresentados aos adolescentes três conjuntos de características, divididas em “traços físicos”, “traços comportamentais” e “outros traços” dos quais eles foram instruídos a escolher 21 (sete de cada conjunto) sem ordem de importância. Cada um dos conjuntos era composto de 20 características. Após quantificarmos as sete características mais citadas pelos adolescentes, foi possível observar padrões distintos para meninos e meninas quanto aos “traços físicos”. Dentre os sete traços mais citados pelas meninas, quatro são referentes ao rosto: sorriso, olhos/olhar, boca/lábios e dentes. Os meninos citaram quatro traços referentes ao corpo da parceira em potencial: bumbum, seios, pernas e cintura/quadril. Os “traços comportamentais” mais citados para ambos os sexos foram os mesmos: afetividade/carinho, amizade/companheirismo, fidelidade/lealdade, bom humor/ diversão, honestidade/sinceridade, comportamento/educação e maturidade/responsabilidade. Na categoria “outros traços”, outras similaridades sexuais foram encontradas: bom cheiro, bom cheiro, bom hálito, aprovação familiar e inteligência/sabedoria. Além disso, meninas citaram que preferem meninos que não usam drogas ilícitas nem sejam fumantes e os meninos citaram traços como sensualidade, desempenho sexual e estilo/visual. Segundo a Psicologia Evolucionista, alguns mecanismos psicológicos se desenvolveram para solucionar problemas adaptativos, tais como encontrar um parceiro reprodutivo. O fato de os resultados apresentarem similaridades e diferenças sexuais na

preferência por traços de parceiros em potencial sugere que certos traços têm a mesma importância para ambos os sexos no sentido de iniciar um relacionamento, enquanto outros se mostram importantes para cada sexo de forma específica na avaliação da qualidade desses parceiros dando ênfase aos traços indicativos de viabilidade reprodutiva de cada sexo.

**Palavras-chaves:** Psicologia Evolucionista, Seleção Sexual, Escolha de Parceiros, Adolescência, Comportamento Reprodutivo

**Atividade: Homossexualidade Feminina (Paineis)**

**Trabalho:** Homossexualidade Feminina: Vivências Pessoais e Familiares

**Autor(es):** Yáskara Arrial Palma, Daniela Centenaro Levandowski

**Resumo:** O tema da homossexualidade feminina foi por muito tempo considerado tabu. A partir do movimento feminista e da mudança social e científica a respeito da homossexualidade, não mais vista como pertencente ao campo das perversões, essa passou a ter uma maior visibilidade. Contudo, pouco ainda se conhece a respeito das vivências pessoais dessas mulheres e menos ainda acerca das suas relações familiares. Em função disso, o presente estudo teve como objetivo descrever as vivências pessoais e familiares de mulheres de orientação sexual homossexual. Para tanto, foi realizado um estudo de caráter qualitativo, no qual foram entrevistadas seis mulheres, que assumiram sua homossexualidade perante a família. A idade das participantes variou de 22 a 33 anos. Todas eram solteiras, de nível sócio-econômico médio, residiam em Caxias do Sul e região e exerciam alguma atividade profissional. As entrevistas foram realizadas individualmente, na residência das participantes ou na Universidade, tendo sido gravadas, transcritas e submetidas à análise de conteúdo qualitativa, conforme proposta por Bardin. A partir da análise das entrevistas, foi possível identificar diversas categorias e subcategorias temáticas: momento/situação da descoberta da homossexualidade, sentimentos em relação à descoberta, conseqüências positivas e negativas trazidas pela vivência da homossexualidade, mudança na forma de pensar/agir sobre a homossexualidade desde a descoberta até o momento atual, percepção atual sobre a homossexualidade, pessoas para quem revelou a orientação sexual, reação das pessoas ao tomarem conhecimento de sua orientação sexual, reação inicial da família frente à homossexualidade, sentimentos frente à reação dos familiares, forma atual de a família lidar com a homossexualidade e apoio durante o processo de descoberta. Foi possível constatar que, para a maioria das participantes, a atração por mulheres marcou a descoberta da homossexualidade, sendo permeada por sentimentos como estranhamento, culpa e confusão. Como aspectos positivos da homossexualidade, as participantes citaram que assumir sua orientação sexual trouxe-lhes felicidade, sendo essa considerada por elas como uma característica normal/natural. Como aspectos negativos, elas relataram a existência de preconceitos sociais. Quanto ao relacionamento afetivo homossexual, este foi percebido como mais harmonioso e completo, até mesmo na esfera sexual, em comparação ao heterossexual. Importante ressaltar que, das seis participantes, quatro já haviam tido experiências heterossexuais prévias. Dentre essas, duas haviam sido casadas e tinham filhos que residiam com elas. As amigas mais próximas foram as primeiras pessoas para quem as participantes revelaram a sua orientação sexual homossexual. Na percepção delas, a reação das amigas foi bastante positiva, no caso, de aceitação e compreensão. Já a reação das famílias frente à descoberta da sua orientação sexual foi negativa (silêncio, agressividade, choque, nervosismo e culpa), conforme a percepção das participantes, o que se modificou ao longo do tempo em algumas famílias. Outras continuavam negando a situação até o momento da realização do estudo, o que gerava um sentimento de tristeza nas participantes. Segundo elas, o apoio dos familiares foi sentido como insuficiente durante o processo de descoberta da homossexualidade. Dessa forma, os achados mostram que, apesar de estar havendo uma mudança social na forma de se pensar e agir frente à homossexualidade feminina, essa parece se dar de forma lenta e gradual dentro das famílias. Uma das razões para isso pode ser o fato de os pais, devido às expectativas sociais, depositarem nos filhos desejos de acontecimentos tradicionalmente ligados à heterossexualidade, como o casamento e os netos. Assim, em um

primeiro momento, os pais parecem apresentar uma dificuldade de entender que tais expectativas poderão ser cumpridas pelas filhas de uma forma diferente. Concluindo, ficou evidenciada a necessidade de atuação da psicologia de uma forma mais efetiva, através de programas de atendimento às famílias e às homossexuais, por exemplo, que propiciem melhorias no relacionamento familiar e no ambiente social, trazendo uma maior qualidade de vida a essas mulheres e seus familiares.

**Palavras-chaves:** homossexualidade feminina, vivências pessoais, relações familiares

**Atividade: A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA HOMOSSEXUALIDADE ENTRE ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. (Paineis)**

**Trabalho: A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA HOMOSSEXUALIDADE ENTRE ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

**Autor(es):** Carolina dos Anjos Almeida Brantes, Cristiane Albuquerque de Alcântara, Graceane Coelho de Souza, Rebeca Santanna Ramalho, Antonio Marcos Chaves

**Resumo:** A homossexualidade foi, por muito tempo, considerada um desvio de conduta religiosa, afinal era estabelecido que as pessoas deveriam formar uma família heterossexual, monogâmica e com uma prole grande para expandir o pensamento judaico-cristão. Foi a partir da segunda metade do século XIX que, de fato, as identidades sexuais modernas surgiram com maior força. Nos dias atuais, a homossexualidade é definida pela atração emocional, sexual e/ou estética por pessoas do mesmo sexo. Esse termo foi criado para substituir um outro comumente usado, o homossexualismo, que possui uma conotação negativa relacionada ao preconceito e à idéia de doença, além de referir-se apenas à prática sexual. Existem diferentes pontos de vista com relação às possíveis explicações das causas da homossexualidade, no entanto, hoje muitos investigadores concordam que não existe apenas uma causa determinante desta. Uma tendência mais recente elimina essa discussão à respeito das causas da homossexualidade, definindo-a como uma opção sexual e esta nova corrente é fortemente apoiada pelo movimento gay. Procurou-se, com a presente pesquisa, descrever e analisar a representação social da homossexualidade entre estudantes da Universidade Federal da Bahia, que estavam divididos nas áreas de Exatas, Biológicas e Humanas. A amostra constou de 60 estudantes (20 de cada área), sendo 35 homens e 25 mulheres, com idades entre 17 e 42 anos. O questionário utilizado continha três partes: a primeira era uma evocação livre, contendo três palavras estímulos (homossexualidade, gay e lésbica), e para cada qual o participante era solicitado a evocar outras cinco; a segunda parte consistia em 24 questões relacionadas às causas e ao conceito da homossexualidade, mensuradas através da escala Likert de cinco pontos, variando de 1 (discordo totalmente) à 5 (concordo totalmente); por fim, a terceira consistia em um questionário sócio-demográfico. Os principais resultados encontrados em relação às explicações sobre a homossexualidade indicam que as explicações psicossociais, com uma média de 3,6, obtiveram uma maior aceitação entre a amostra pesquisada. Já as explicações ético-morais ( $M = 1,39$ ), religiosas ( $M = 1,48$ ), biológicas ( $M = 1,94$ ) e psicológicas (2,28) não foram aceitas por essa amostra, apontando assim que a maioria desta encarou a homossexualidade como uma opção, já que as visões preconceituosas não devem existir no convívio em sociedade. Além disso, observou-se que não houve uma diferença significativa nas representações sociais entre os estudantes pesquisados das áreas de exatas, biológicas e humanas, visto que as médias encontradas para cada explicação tiveram uma variação máxima de 1,13 nas causas psicológicas e mínima de 0,17 nas causas ético morais, demonstrando assim que os estereótipos destinados a cada uma destas áreas não influenciaram nas representações que eles têm da homossexualidade. Os resultados apontam ainda que grande parte do universo pesquisado não consegue distinguir entre os conceitos de homossexualidade e homossexualismo, pois 80,3% da população pesquisada concorda totalmente que o

homossexualismo está relacionado à atração afetiva, emocional e sexual entre pessoas do mesmo sexo, sendo este o conceito de homossexualidade. E em relação ao preconceito aos homossexuais, nas questões objetivas 49,4% dos participantes concordam que casais homossexuais devem ter o direito de adotar uma criança e 55,5% concordam totalmente que o casamento homossexual deve ser legalizado no Brasil, indicando uma redução do preconceito para com estes e uma maior aceitação da relação e reconhecimento dos direitos dos homossexuais perante os universitários pesquisados. Todavia observou-se que a palavra “preconceito” obteve, respectivamente, frequências de 29, 12, e 16 nas palavras estímulos homossexualidade, gay e lésbica, respectivamente, sendo estas superiores às demais palavras evocadas, e sempre possuiu uma conotação negativa, demonstrando que as pessoas reconhecem que o preconceito existe, todavia, não admitem como partindo delas mesmas. Dessa forma, esse estudo demonstrou-se relevante por tratar de um assunto muito discutido na sociedade contemporânea e que ainda deve ser estudado com muito cuidado, por referir-se a um conteúdo carregado de preconceitos e sempre muito atual.

**Palavras-chaves:** Homossexualidade, Homossexualismo, Preconceito, Representações Sociais

**Atividade:** ANÁLISE DE DOCUMENTOS DE DOMÍNIO PÚBLICO VOLTADOS AO REGISTRO DE SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM RECIFE.  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** ANÁLISE DE DOCUMENTOS DE DOMÍNIO PÚBLICO VOLTADOS AO REGISTRO DE SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM RECIFE.

**Autor(es):** Benedito Medrado, Maria de Fatima de Souza Santos, Érika de Sousa Mendonça, Maria de Jesus Moura, Douglas Oliveira, Gioconda de Sousa Silva, Giselle Maria Nanes, Laís Oliveira Rodrigues

**Resumo:** Este projeto faz parte de uma pesquisa mais ampla desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisas em Gênero e Masculinidades (Gema) que integra o Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFPE. OBJETIVO: Identificar e analisar instrumentos atualmente empregados para registros de situações de violência contra mulheres na Região Metropolitana de Recife, a partir de análise de documentos e observação do cotidiano das instituições responsáveis por este registro. METODOLOGIA: O procedimento metodológico compõe-se de três etapas integradas (porém não necessariamente consecutivas): 1) identificação dos instrumentos formais de registro sobre atos de violência (física, moral ou psicológica) contra mulheres em diferentes setores públicos (saúde, justiça e segurança) na Região Metropolitana de Recife; 2) observações do cotidiano das unidades responsáveis pelos registros, a partir de visitas as diferentes organizações identificadas; 3) entrevistas com sete pessoas responsáveis pelo preenchimento de formulários e outros instrumentos de registro. A análise qualitativa dos instrumentos buscou identificar, consensos, lacunas e contradições nas diferentes formas de registro, bem como análise das práticas discursivas e não-discursivas registradas durante observações e entrevistas em trabalho de campo, tendo por base o olhar construcionista em psicologia social, especialmente as reflexões de Peter Spink sobre documentos de domínio público. RESULTADOS: Foi identificado um formulário distinto para cada uma das quatro instituições que realizam registro: 1) Delegacia Especializada de Crimes Contra as Mulheres (DECCM/PE), 2) Juizado Especial Criminal (JECRIM), 3) um Centro de Apoio Psicossocial, especializado em álcool e outras drogas (CAPS-AD) e 4) Coordenadoria de Prevenção aos Acidentados e à Violência da Secretaria de Saúde do Município (Recife-PE). Verificamos que a aplicação desses instrumentos nas unidades de segurança, de justiça e de saúde é realizada de diferentes maneiras, indicando que não há um procedimento padrão, nem um sistema integrado de

informações. Além disso, percebe-se a falta de uma capacitação adequada para os profissionais que realizam tais procedimentos, que muitas vezes ignoram a relevância de certos dados, alegando pouco tempo, carga de trabalho excessiva e condições inadequadas de trabalho em geral. **DISCUSSÃO:** Partindo do pressuposto de que a violência contra a mulher é fenômeno subnotificado em nossa sociedade, considera-se que a fragmentação da informação pode gerar obstáculos à superação do problema. Portanto, faz-se necessária a urgente padronização de instrumentos de coleta de informações e uma efetiva capacitação dos profissionais responsáveis pela implementação desses registros. Acreditamos que esta pesquisa possa contribuir para o debate teórico e político em torno da violência de gênero e contribuir inclusive com a proposição de um instrumento de registro e do levantamento do perfil sócio-demográfico da mulher agredida, do homem autor da violência e das características do ato de violência, para iniciativas locais e nacionais de enfrentamento e redução da violência contra as mulheres

**Palavras-chaves:** Violência de gênero, Gênero, Perfil sócio-demográfico, Instrumentos de registro

**Atividade: Representações Sociais da violência doméstica por meninas vitimizadas de um abrigo em Aracaju. (Paineis)**

**Trabalho:** Representações Sociais da violência doméstica por meninas vitimizadas de um abrigo em Aracaju

**Autor(es):** Gláucia Nunes Oliveira, Marcus Eugênio Oliveira Lima

**Resumo:** O presente trabalho pretende dar a conhecer o conteúdo das representações sociais de meninas vitimizadas acerca da violência doméstica. Além disso, pretende perceber como as meninas vitimizadas conviviam com essa problemática no seu ambiente familiar e ainda como identificavam seus agressores. O grupo considerado neste estudo é constituído de 20 crianças, do sexo feminino, de um Abrigo de Aracaju-SE que foram institucionalizadas devido às situações de risco impostas à vida delas. A faixa etária das meninas é de 7 e 14 anos de idade. Este abrigo, cuja pesquisa foi desenvolvida, apresenta caráter filantrópico sem fins lucrativos, fundado em 1914, com os seguintes objetivos: promover aulas de religião, promover ensino primário, aceitar as órfãs, ensinar trabalhos domésticos, promover momentos recreativos e educar moral e espiritualmente as crianças. O instrumento utilizado para coletar os dados sobre as representações sociais da violência doméstica foi uma entrevista estruturada, com perguntas que permitiam aos sujeitos se expressarem a respeito do tema da violência doméstica. As instruções, inicialmente, fornecidas eram: “estamos realizando uma pesquisa relacionada à violência nas famílias e gostaríamos de saber sua opinião sobre esse tema”. Durante o diálogo inicial era explicado que as respostas eram espontâneas e não havia resposta certa ou errada, o importante era a opinião individual a respeito do tema. A entrevista, inicialmente, enfatizava itens relativos à identificação sócio-demográfica dos sujeitos, como idade, gênero, composição familiar, situação na instituição. Logo após, seguíamos com as questões norteadoras, estruturadas de acordo com o referencial teórico adotado. Estas entrevistas foram realizadas entre os meses de outubro e novembro de 2006 e transcritas, sendo que para tal, foi realizado um acordo verbal com os sujeitos e a diretora da instituição, buscando a devida autorização e consentimento para o procedimento. O tempo médio de duração das entrevistas foi de 20 a 40 minutos. Os esclarecimentos a respeito da pesquisa foram feitos nesse ínterim. O método adotado no trabalho foi o enfoque da Teoria das Representações Sociais que tem sido um dos objetos de estudo da Pesquisa social nas últimas décadas, uma vez que surgiu da necessidade de conhecer como os indivíduos e os grupos interagem, produzindo diversos conceitos e imagens sobre a realidade. Optamos também pela Análise de Conteúdo Qualitativa que, de acordo com Bardin (1979), trabalha com o universo de significados que não podem ser reduzidos a variáveis. Para analisarmos as 20 entrevistas realizadas na instituição, formulamos, a partir das respostas referidas pelas meninas e utilizando o método de Bardin (1979), algumas categorias para cada questão. Logo após, utilizamos o programa SPSS, com o intuito de identificar quais respostas eram mais freqüentes para cada questionamento. Após esta análise dos resultados, evidencia-se que a maioria das meninas abrigadas representa a violência doméstica enquanto



agressões físicas e acredita que ela aconteça devido à desobediência dos filhos ou ainda a falta de amor dos pais aos filhos. Estas meninas também representam à violência sofrida, sobretudo como agressões físicas, desaprovam o fenômeno em questão e representam de forma negativa seus agressores, sejam pai, mãe ou qualquer outro familiar. Apesar desta representação ancorada em sentimentos negativos e de reprovação da violência sofrida, as crianças abrigadas oferecem diversas justificativas para explicar por que seus familiares as agrediam, tais como “desobediência dos filhos”, “o agressor é usuário de drogas”, dentre outras. Após a análise dos dados, nos perguntamos se é possível que a violência doméstica contra as crianças deixe de existir ou ao menos perca sua constância, uma vez que ela vitimiza as crianças não somente na infância, mas deixa marcas visíveis e não visíveis por toda a vida delas. Acreditamos que isto é possível mediante o processo de desnaturalização da violência, mas este requer o envolvimento de diversas organizações do Estado que precisam implementar políticas públicas, promovendo diálogos com a sociedade, a fim de que esta possa romper determinadas formas de perceber, sentir e pensar os fenômenos sociais, por exemplo, a violência doméstica.

**Palavras-chaves:** violência doméstica, abuso sexual, crianças

**Atividade: Gênero e Sexualidade: um estudo das representações sociais de jovens universitários do Distrito Federal (Paineis)**

**Trabalho:** Gênero e Sexualidade: um estudo das representações sociais de jovens universitários do distrito federal

**Autor(es):** Angela Maria de Oliveira Almeida, Cândida Beatriz Alves, Greisy González Vázquez, Ludmila Pereira Silva

**Resumo:** Neste estudo propusemo-nos a acessar o pensamento social da juventude brasileira acerca da categoria gênero e suas relações com a sexualidade. A abordagem teórica adotada foi a Teoria das Representações Sociais, a qual pressupõe um sistema explicativo da realidade construído a partir de um conjunto de opiniões, crenças, mitos e valores e que tem por função orientar e justificar os comportamentos e a comunicação entre os indivíduos. São as chamadas “teorias do senso comum”, construídas pelos sujeitos sociais, nas suas relações cotidianas, visando dominar o não-familiar. Participaram deste estudo 78 homens e 79 mulheres, com idade entre 17 e 24 anos, todos auto-definidos como heterossexuais. Foi utilizado como instrumento uma adaptação do BSRI – Bem Sex-Rol Inventory, em sua versão francesa, traduzida e adequada para o português. O inventário (escala Likert à sete pontos, sendo que 1 correspondia a “discordo totalmente” e 7 “concordo totalmente”) contém em sua estrutura atual 31 itens para cada uma das cinco escalas, as quais correspondem a cinco dimensões distintas: 1) traços sobre si mesmo; 2) traços correspondentes aos homens heterossexuais; 3) traços correspondentes às mulheres heterossexuais; 4) traços correspondentes aos homens homossexuais; e, por fim, 5) traços correspondentes às mulheres homossexuais. Na última parte do instrumento, destinada ao levantamento de informações para a caracterização sócio-demográfica dos sujeitos, continha seis questões relativas a: idade, religião, frequência da prática religiosa, profissão, situação familiar e práticas sexuais. Na escala referente a si mesmo era feita a seguinte solicitação: “Pedimos para que você pense em si mesmo e se descreva a partir desses traços...”. Nas demais escalas foi feita a seguinte solicitação: “Você deverá responder como você acha que (...homens heterossexuais; mulheres heterossexuais, homens homossexuais e mulheres homossexuais) em geral se descreveriam”. Todos os itens, das cinco sub-escalas, foram submetidos a análises estatísticas para verificar: a) consistência interna de cada uma das escalas analisadas - Alfa de Cronbach; b) diferenças entre homens e mulheres na escala de auto-avaliação - Análise de variância univariada (ANOVA); c) diferenças entre homens e mulheres nas quatro escalas referentes ao outro (ANOVA). Os resultados revelaram que as cinco escalas apresentaram uma alta consistência interna (Alfa de Cronbach de .86, .93, .86, .88 e .92 para as respectivamente 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª escalas). No que tange à auto-avaliação de

gênero/sexualidade foram encontradas diferenças nitidamente significativas entre os dois grupos ( $p < 0,03$ ). A ANOVA realizada sobre todas as escalas revelou diferenças não-significativas entre homens e mulheres no que se refere à caracterização de homens e mulheres “hétero” e “homossexuais”. A característica “não é masculina” foi a mais representativa da feminilidade, sugerindo que as representações desse conceito se constroem a partir da definição do masculino, particularmente numa relação de oposição. Ser masculino não foi considerado um item caracterizador da masculinidade, permitindo-nos hipotetizar uma crise da masculinidade, ou seja, uma certa dificuldade em se definir o que é ser homem na atualidade.

**Palavras-chaves:** gênero, sexualidade, representações sociais

**Atividade: A Representação Social da Sexualidade Feminina Sob a Perspectiva Geracional em Culturas de Classes Médias de Salvador-Bahia. (Painéis)**

**Trabalho:** A Representação Social da Sexualidade Feminina Sob a Perspectiva Geracional em Culturas de Classes Médias de Salvador-Bahia.

**Autor(es):** Marluzia Hora de Jesus

**Resumo:** Este trabalho visa entender como a mulher vê sua feminilidade através de análise das representações sociais da sexualidade feminina avaliando o discurso das mesmas na atualidade. Quando, objetivamente, tratamos da mulher, averiguamos que a sua condição muitas vezes esteve em conflito com o seu interesse e os papéis definidos socialmente nem sempre eram adequados a sua consciência pessoal. Além disto, os conflitos entre a consciência coletiva e a sua consciência individual, manifestaram reações psicológicas consideradas por alguns pesquisadores como transtornos psíquicos, como doenças atribuídas a um único gênero, como foi o caso da histeria. De certa forma, os estudos psicanalíticos de Freud resgatam a condição feminina e a necessidade de prazer que lhe tinham furtado, apesar de por outro lado, mergulhá-la na condição de neurótica por não ter um pênis (SOUZA, 1991). A imagem de ser frágil e necessitando de proteção, sob o domínio dos sentimentos, ganha outros contornos, fazendo dela um ser em construção, na busca do desenvolvimento e realização de potencialidades. Os caminhos traçados pela evolução marcam, contudo, continuidades ao lado de rupturas. Diante deste quadro, estudos clínicos e antropológicos que visem o entendimento da condição feminina são necessários para “libertá-la” da máscara que lhe é imposta pela sociedade, concedendo-lhe instrumento para que em algum dos níveis de sua vivência, exerça seu direito de escolha de como e quando atuar, da forma que lhe aprouver e expressando a sua sexualidade sem preconceito, tendo a sua consciência construída com bases sólidas para poder se ver de igual para igual. Nas últimas décadas, a mulher vem trançando estratégias para desmistificar todo e qualquer tipo de papéis que a fazem desigual em seu contexto sócio-cultural, conquistaram muitos direitos em todas as áreas, inclusive na da sexualidade. Isso não significa que todos os problemas já foram superados. As mulheres são intensamente moldadas e julgadas pelos padrões culturais, o que tem contribuído para uma certa imagem de que a mulher somente se preocupa com a forma física, sendo consumidoras capitalistas, esquecendo que a sociedade cobra destas mulheres, tais comportamentos e que no trabalho precisam superar os homens, a casa e os filhos não podem ficar de lado e, além disso, têm que estar deslumbrantes. A sociedade é uma vilã inconsciente, pois reflete a própria cultura, bombardeando-as com problemas sem soluções. A mulher é o centro das atenções, mas ainda é elevada a um mundo irreal. Para a realização deste projeto utilizamos a técnica de análise de conteúdo qualitativo e como estratégia análise comparativa de mulheres de faixas etárias distintas, heterossexuais, de classe média, fazendo uso da técnica de observação participante e entrevistas. Como instrumentos, utilizamos roteiros semi-estruturados e estruturados. Os principais resultados obtidos através dos discursos das mulheres mostraram que as mesmas apresentaram muitas respostas que não condiz com sua realidade apesar de estarem mais bem informadas sobre sua sexualidade e ainda existe uma resistência em manifestá-la. Concluímos que apesar de estarem vivendo em uma sociedade mais aberta e liberal as mulheres ainda estão presas a algumas representações criadas pela sociedade.

**Palavras-chaves:** Mulher, Sexualidade, Representação Social, Cultura

**Atividade: Homem X Mulher  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Homem X Mulher: Colorindo as representações

**Autor(es):** Fabiana Pinto Almeida, Alana Ferreira Cordeiro, Carmen Silvia Nunes Miranda, Gabriela Figueiredo Neves, Patricia Paz Bezerra, Samantha Pinheiro Ferreira

**Resumo:** A pesquisa que realizamos surgiu do interesse das pesquisadoras em estudar a importância do movimento homossexual para desencadear a reconstrução de representações de categorias consideradas tradicionais, como homem e mulher. Partindo deste pressuposto, formulamos a seguinte pergunta: "Como os gays representam o homem e a mulher?". Consequentemente, tínhamos como objetivo geral entender qual a representação que gays possuem de homem e de mulher. Como objetivos específicos, pretendíamos relatar a representação da homossexualidade feita pelos gays e analisar as questões trazidas pelos mesmos referentes à masculinidade e à feminilidade. Utilizamos o termo gay por acreditarmos que é mais politizado e menos estigmatizador, sendo, portanto, positivo. Entendemos, inicialmente, gay como sendo o homem homossexual, ou seja, o homem que se sente atraído sexualmente, emocionalmente e esteticamente por pessoas do mesmo sexo. Essa definição mudou a partir dos primeiros contatos com a realidade. A pesquisa torna-se relevante ao se propor a dar voz a esse grupo e, para isso, realizamos entrevistas parcialmente estruturadas com três gays, todos participantes ativos do movimento político homossexual. Devido ao nosso desconhecimento da população, a construção deste grupo se deu através de um contato inicial com alguns membros de uma associação, que, a pedido nosso, indicaram alguns sujeitos envolvidos no movimento dispostos a participar da pesquisa. A amostra foi composta, assim, pela técnica da bola de neve. A coleta de dados foi registrada através de gravações. Diante das falas dos entrevistados, fizemos uma análise de discurso e elaboramos três categorias empíricas: "Pronto, assumi...e aí?", "A diversidade... é isso que a gente procura" e "Transgredindo essa dualidade de gênero" que se remetem aos objetivos almejados. A primeira categoria se remete a representação de ser gay construída por esses sujeitos. E a partir da análise dos discursos, podemos concluir que esta representação passa por algumas questões. Primeiramente foi-nos colocado que ser gay é igual a ser homem, mas existe uma diferença quanto ao desejo afetivo, que no caso é dirigido para outro homem e que essa condição está permeada por um contexto histórico social, onde ainda existe um forte preconceito em relação a esses sujeitos que é permeado por algumas instituições dominantes, como a religião e o próprio caráter machista e heterossexual da sociedade. Devido a essa situação, o gay foi colocado à margem, ficando sem referências, sem um modelo para seguir. Também nos foi relatado que dentro da nossa sociedade, ser gay não está necessariamente ligado ao se identificar como gay. Muitas pessoas praticam a homossexualidade, mas não se assumem como tal, gerando mais preconceito, agora não só por parte da sociedade heterossexual, mas por eles mesmos. Eles ainda afirmam que ao assumir a identidade gay, o indivíduo passa a lutar pelos seus direitos perante a sociedade. No que diz respeito à segunda categoria empírica, observamos que o movimento homossexual possui duas principais funções. Primeiramente, sendo uma classe marginalizada pela sociedade, os homossexuais têm o movimento como uma forma de dar voz e visibilidade para sua classe. Mostrando assim, que eles também fazem parte da sociedade e que, por isso, possuem os mesmos direitos que todos os outros. E a segunda função seria a de buscar por esses direitos. Outro fator que também nos foi descrito sobre o movimento é a busca pela diversidade, pois para eles, apesar de lutarem pela igualdade de direitos, a beleza está na diferença e, por isso, sua luta busca a diversidade dentro da igualdade, onde cada um teria seus direitos perante a lei, mas também teriam direito de ser como são, independente de classe, raça ou orientação sexual. Já na terceira categoria, percebemos que para os entrevistados é fato que

as características biológicas promovem a diferença dos sexos, mas, além disso, essas diferenças se remetem muito mais às questões ligadas aos padrões de comportamento da sociedade heterossexual. São os valores hegemônicos e as instituições de poder que diferenciam o homem da mulher e que, ao mesmo tempo, moldam seus comportamentos. O homem, segundo os discursos, é visto como aquele que é ativo, que comanda e que não chora, já a mulher, ao contrário, estaria associada à passividade, fragilidade e submissão. Essa concepção social de masculinidade é claramente heterossexual, portanto a homossexualidade, dentro dessa concepção, passa a ter um papel negativo, de contraste, ou ainda do homem que se iguala a uma mulher, pois assumir a homossexualidade é caminhar em direção contrária de todo um modelo de concepção de mundo. Não se nega a existência desses padrões, mas o que se percebe nas entrevistas é a tentativa de transformar toda a carga negativa criada pelos discursos dominantes em algo positivo e natural.

**Palavras-chaves:** Movimento homossexual, Homem x mulher, Diversidade sexual

**Atividade: PROSTITUIÇÃO: PATOLOGIA, TRABALHO, PRAZER? O DISCURSO DAS MULHERES PROSTITUTAS\* (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: PROSTITUIÇÃO: PATOLOGIA, TRABALHO, PRAZER? O DISCURSO DAS MULHERES PROSTITUTAS\***

**Autor(es):** Roberto Mendes Guimarães, Dra. Maria Alves de Toledo Bruns

**Resumo:** Focamos nossa atenção no fenômeno da prostituição, o qual no decorrer dos séculos sempre teve várias explicações sobre as razões que mobilizam uma mulher a tal prática: meio de sobrevivência econômica, insatisfação com a família, a busca de status social, entre muitas outras. No contexto da atualidade, apesar de todas as mudanças com relação à sexualidade, e uma maior liberação sexual, verifica-se ainda a presença marcante dessa prática sexual. Vale considerar também que, a mulher passou a ocupar um espaço de maior destaque no cenário econômico mundial, como consequência disto, tem mais oportunidades do emprego que em outros períodos. Todavia, apesar de ser um fenômeno comum a literatura se apresenta escassa em relação a essa prática sexual por garotas que possuem oportunidades de exercerem uma atividade profissional licitamente aceita pela sociedade. A partir desta constatação, nos propomos a pesquisar, quais os motivos que levam tais garotas a se prostituírem. Para tanto, primeiramente, elaboramos a trajetória histórica da prostituição feminina até chegarmos na atualidade. Num segundo momento, analisamos esse fenômeno a partir de três eixos distintos: a prostituição enquanto um trabalho; uma manifestação da adicção sexual, viés patologizante (perversão e/ou também de uma prática fetichista; o terceiro eixo de análise é reservado a autores que enfatizam o papel do prazer sexual na prática da prostituição. Nossa finalidade é compreender as razões psíquicas envolvidas para que essa prática se efetive e, além disso, abranger seu significado para as profissionais do sexo. Optou-se pelo método da redução fenomenológica, constituinte da modalidade da pesquisa qualitativa fenomenológica, o qual nos permite retornar ao mundo da experiência vivida por essas mulheres pertencentes às classes sociais A e B, com idades entre 18 e 30 anos, com 2º grau completo, e desse modo compreender suas vivências sexuais enquanto profissionais do sexo. O acesso às 10 colaboradoras ocorreu em casas de prostituição, em anúncios da internet, e através de contatos mediados por sujeitos conhecidos do pesquisador que mantêm laços de amizade com algumas profissionais do sexo. Obtivemos as descrições por meio de uma entrevista consentida e mediada pela seguinte questão: "Gostaria que você falasse a respeito de sua história vida, como foi a sua infância, sua adolescência, sua vida adulta, relacionando com aspectos de sua vida sexual". O instrumento utilizado para termos acesso ao relato dessas mulheres colaboradoras da pesquisa foi a história oral de vida, a qual contempla a entrevista, a gravação, a transcrição na íntegra. A análise ocorre em dois momentos: leitura e re-leitura de todos os relatos com vista à compreensão do todo e apreensão das unidades de significados e identificação das categorias divergentes e convergentes. No segundo momento submissão das categorias com suas respectivas unidades de significados ao corpus elaborado a partir dos eixos que alicerçam a

pesquisa e, desse modo, não apenas ampliar, mas recriar um corpus de compreensão acerca das vivências sexuais de mulheres profissionais do sexo, pertencentes as classes sociais A e B. Até o momento da análise inicial dos depoimentos destacaram-se algumas categorias construídas a partir das unidades de significado: 1) Infância e adolescência: vivência familiar e iniciação sexual; 2) Vida adulta: as relações afetivo-sexuais; 3) A escolha pela prostituição: consumo, prazer, independência e questões de gênero; 4) Projeto de vida: a busca pelo príncipe encantado. Esta pesquisa nos permite concluir que o fenômeno estudado envolve uma multiplicidade de fatores associados e, o contato com a vivência das profissionais do sexo, abre novas perspectivas de compreensão, de reconstrução e de re-significação ao desvelar o significado que as mesmas atribuem à prostituição no contexto da pós-modernidade, auxiliando com isso, desmitificar, quebrar pré-conceitos e estigmas tão marcantes nesta prática. \*Bolsa FAPESP/ Processo n° 05/58495-9- Abril de 2006

**Palavras-chaves:** Prostituição, Sexualidade, Redução Fenomenológica, Estigma

**Atividade: Percepções e perspectivas de mulheres no Climatério e Menopausa sobre relacionamentos amorosos em diferentes grupos sociais: Dados preliminares (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Percepções e perspectivas de mulheres no Climatério e Menopausa sobre relacionamentos amorosos em diferentes grupos sociais: Dados preliminares

**Autor(es):** Regina Célia Souza Brito, Marilu Michely da Silva Cruz, Mauro Dias Silva Júnior, Nattasha Magalhães Silva, Sheila Makiama, Shirlene Ferreira Borges

**Resumo:** Mudanças anatômicas ocorridas ao longo da evolução da espécie humana em decorrência do bipedismo e o aumento relativo do tamanho do cérebro levaram-nos desenvolver padrões de acasalamento diferentes do padrão primata. Sugere-se então, que as emoções e sentimentos identificados como amor e provavelmente a tendência à monogamia foram selecionados por terem aumentado o sucesso reprodutivo da espécie uma vez que elevava a probabilidade dos parceiros sexuais permanecerem juntos por períodos mais longos. Os mecanismos psicológicos derivados daí continuariam funcionando durante as escolhas atuais? A vida moderna tem levado os humanos, em especial às mulheres, a viver por mais tempo, com alta produtividade, mesmo não sendo mais férteis, de modo que a escolha de parceiros visando a reprodução não faz, aparentemente, sentido. Esse estudo visa investigar como mulheres no Climatério, de 40 a 49 anos, e na Menopausa, de 50 a 60 anos, conceituam relacionamento amoroso (RA) em diversos contextos e se estas conceituações estão correlacionadas às estratégias de seleção de parceiros amorosos previstas pela psicologia evolucionista. Levamos em consideração o momento da escolha amorosa, se antes ou depois dos 40 anos, uma vez que, a maioria das mulheres que escolheram depois desta idade, já passou por um divórcio ou nunca se casaram, ao contrário das que escolheram antes que estão casadas há muitos anos, isso pode modificar a percepção de RA dessas mulheres. Estabelecemos assim quatro grupos, Grupo do Climatério (Clim) subgrupo 1 e Grupo da Menopausa (Men) subgrupo 1 compostos por mulheres que realizaram escolha de parceria antes dos 40 anos, Grupo (Clim) subgrupo 2 e Grupo da (Men) subgrupo 2 com mulheres que realizaram a escolha amorosa depois dos 40 anos. A pesquisa é composta de duas fases, participaram da primeira fase 82 mulheres, servidoras públicas de uma universidade federal, renda média de 2,600,00 reais. Elas receberam um questionário em seus respectivos locais de trabalhos, e combinou-se um prazo para que fossem devolvidos. Nestes questionários havia uma lista onde elas deviam completar as seguintes frases, a) RA é; b) RA na minha família de origem é; c) RA na família que constituí é; d) RA na sociedade em geral é; e) RA na vida dos meus amigos é; f) RA na minha vida é. Responderam ao questionário 32 participantes do (Clim) 1; 16 do (Men) 1; e 20 do (Clim) 2; 14 do (Men) 2. Em todos os quatro grupos houve um grande número de respostas limitadas a

algumas palavras, em geral adjetivos. As respostas para as frases (a) (c) e (f) foram relativas à percepção das respondentes de RA na sua vida e apresentaram grandes similaridades nos quatro grupos. Tendo ocorrido em (a) 61% de definições como “companheirismo”, “cumplicidade” e “respeito”, além de frases ligadas a idéia de um sentimento bom, positivo e compartilhado pelo casal. As respostas (c) foram igualmente positivas para os quatro grupos, sendo que para o (Men) 2 houve 33% de respostas ligadas ao passado. As respostas à pergunta (f) seguem o mesmo padrão das anteriores aparecendo novamente palavras como “companheirismo”, “cumplicidade” e RA como algo fundamental e importante para se viver. Nas respostas para a frase (b) encontramos que “respeito” apareceu em primeiro lugar em todos os grupos. Sendo que os Grupos do (Clim) 1 (16%) e (Clim) 2 (17%) referiram-se a RA usando respostas que incluíam adjetivos negativos como “desgastado” e “ligado a más recordações”. Nas respostas das letras (d) e (e) averiguamos a percepção de RA para os grupos não familiares, para (d) o número de respostas ligadas a sexo e conceitos pejorativos foram respectivamente de 19% e 39% em (Clim) 1; 23% e 39% em (Men) 1; 5% e 47% em (Clim) 2; 8 % e 54% em (Men) 2. Essa redução em relação às respostas envolvendo sexo e uma maior freqüência no uso de definições pejorativas nos grupos G2 pode estar relacionada com o fato de essas mulheres terem ou estarem escolhendo parceria amorosa no momento atual de suas vidas, tendo passado por experiências distintas do grupo 1. Em (e) respostas como “bom”, “varia” e “não tenho conhecimento” teve uma pequena freqüência, compondo 27% da amostra de (Clim) 1, já para (Clim) 2, 35% das respondentes atrelaram esse relacionamento a características negativas. O que não parece estar ligado ao momento de escolha uma vez que o grupo (Men) 2 apresentou 100% de respostas positivas. Na segunda fase, serão realizadas entrevistas temáticas com 10% das mulheres, a fim ampliar a compreensão dos conceitos apresentados. Pode-se concluir que as definições de relacionamento amoroso descritas pelas respondentes são coincidentes com as características indicadas pela literatura para definir relacionamentos de longo prazo por mulheres vivendo o ápice da fertilidade. Aparentemente os mecanismos psicológicos de busca por bom provedor e investidor de longo prazo permanecem afetivos mesmo quando não seriam mais funcionais, como no caso das mulheres investigadas aqui.

**Palavras-chaves:** psicologia evolucionista, seleção de parceiros, menopausa, climatério, relacionamento amoroso

**Atividade:** **Variação intra sexuais nas estratégias de curto e longo prazo: efeito dos estilos de apego em adultos. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Variação intra sexuais nas estratégias de curto e longo prazo: efeito dos estilos de apego em adultos.

**Autor(es):** José Henrique Benedetti Piccoli Ferreira, Marco Antonio Correa Varella, Vera Silvia Raad Bussab

**Resumo:** Padrões divergentes no desenvolvimento infantil são adaptativos nas situações em que emergem e determinam as características de socialização no adulto, inclusive a estratégia reprodutiva predominante. Modelo apresentado por Belsky et al. (Chi. Dev., 1991, p. 647-670.) chamado Teoria Evolucionista da Socialização. Segundo os autores, todas as crianças vêm equipadas com uma sócio-sexualidade potencialmente restrita (mais propensa a relacionamentos de longo prazo, com maior comprometimento) ou irrestrita (mais propensa a relacionamentos de curto prazo e com baixo comprometimento), e com adaptações psicológicas sensíveis às condições locais do ambiente, que influenciariam desejos e comportamentos sócio-sexuais no adulto de modo adaptativo e permitem a determinação de estilo de apego. Portanto, um padrão caracterizado por um ambiente de criação infantil estressante (discórdia marital e recursos inadequados) levaria ao desenvolvimento de apego inseguro quanto aos pais e uma como orientação interpessoal oportunista, puberdade e sexualidade precoce na adolescência, ligações instáveis de curto prazo e investimento parental limitado. O outro padrão seria o oposto - baixo estresse familiar, presença de ambos os pais na família, e apego seguro – e estaria associado a

uma sócio-sexualidade restrita no adulto. Pesquisas relacionadas a essa teoria indicam que a sócio-sexualidade irrestrita está positivamente relacionada com a ausência de um dos pais, com maior incidência de divórcio, com estilo de apego evitador para homens e mulheres. Testaremos esse modelo explicativo utilizando o Questionário de Relacionamentos para Apego Romântico Adulto de Bartolomew e Horowitz (J. Pers. Soc. Psy., 1991, p. 226-244.), que define estilos de apego segundo avaliações positivas ou negativas nos modelos internos de si e dos outros, conforme a variação em dependência e evitação de proximidade do respondente. Quanto maior for a sensação de ser digno de receber cuidado, atenção e amor, mais positivo é o modelo interno de si, o que acarreta uma menor sensibilidade à rejeição e maior sentimento de independência. Quanto maior for dos outros, o que leva a uma menor reação de evitação de proximidade emocional nos relacionamentos. A combinação de modelo interno positivo de si e dos outros, baixa dependência e evitação, caracteriza um estilo de apego seguro. A combinação de um modelo interno de si negativo, com um modelo positivo dos outros, alta dependência e baixa evitação, caracteriza um estilo de apego preocupado. A combinação de um modelo de si positivo, e um negativo dos outros, baixa dependência e alta evitação, caracteriza um estilo de apego rejeitador. E a combinação de um modelo interno negativo de si e dos outros, alta dependência e alta evitação, caracteriza o estilo de apego medroso. Avaliamos a variação intra-sexual na sócio-sexualidade com os estilos de apegos, composição familiar, idade da menarca e da primeira relação sexual. Participaram anonimamente 81 funcionários de uma universidade paulista, idade média de 38,55 anos. Utilizamos o Inventário de Orientação Sócio-Sexual e o Questionário de Relacionamento. Nas diferenças individuais da sócio-sexualidade em relação ao estilo de apego, os homens não apresentaram nenhuma correlação, estilo seguro (N = 34;  $r = 0,038$ ;  $p = 0,831$ ), preocupado ( $r = -0,060$ ;  $p = 0,736$ ), medroso (N = 34;  $r = 0,041$ ;  $p = 0,819$ ), rejeitador (N = 34;  $r = 0,122$ ;  $p = 0,490$ ). Quanto às mulheres, correlação positiva com o estilo de apego preocupado (N = 39;  $r = 0,398$ ;  $p = 0,012$ ) e negativa no restante, apego seguro (N = 39;  $r = -0,084$ ;  $p = 0,612$ ), medroso (N = 39;  $r = -0,084$ ;  $p = 0,612$ ), rejeitador (N = 39;  $r = -0,223$ ;  $p = 0,173$ ). Na comparação entre os estilos de apego e a sócio-sexualidade, nos homens não houve diferença ( $F(3,21) = 1,252$ ;  $p = 0,316$ ), para as mulheres o apego medroso mostrou-se mais positivamente relacionado com a sócio-sexualidade que os demais ( $F(3,27) = 3,042$ ;  $p = 0,046$ ). Na relação entre a sócio-sexualidade e a existência de divórcio ou falecimento na infância, a idade da primeira relação sexuais e no caso feminino a idade da primeira menstruação, os resultados masculinos não obtiveram correlação quanto ao divórcio (N = 33;  $r = 0,133$ ;  $p = 0,461$ ) e a idade da primeira relação (N = 33;  $r = 0,189$ ;  $p = 0,291$ ). Os resultados femininos correlacionaram negativamente quanto a idade da primeira relação (N = 39;  $r = -0,510$ ;  $p = 0,001$ ), mostraram uma tendência em relação ao divórcio ou falecimento (N = 39;  $r = -0,288$ ;  $p = 0,075$ ) e não se correlacionaram à idade da primeira menstruação (N = 37;  $r = -0,216$ ;  $p = 0,199$ ). A correlação positiva entre apego preocupado e sócio-sexualidade nas mulheres sugere que a estratégia sexual feminina seja parcialmente mediada pela vinculação afetiva primária, mas no geral o modelo do contexto de criação não foi totalmente capaz de explicar a variação intra-sexual na sócio-sexualidade em ambos os sexos.

**Palavras-chaves:** Psicologia Evolucionista, Sócio-Sexualidade, Apego, Menarca e Primeira Relação Sexual, Divórcio

**Atividade:** Diversidade Cultural, Identidade e Representações Sociais de Gênero entre Lideranças Políticas Femininas do ES: Mulheres Camponesas, MST, Índias e Grupos Urbanos.  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** Diversidade Cultural, Identidade e Representações Sociais de Gênero entre Lideranças Políticas Femininas do ES: Mulheres Camponesas, MST, Índias e Grupos Urbanos.

**Autor(es):** Renata Valentim

**Resumo:** Diversidade Cultural, Identidade e Representações Sociais de Gênero entre Lideranças Políticas Femininas do ES: Mulheres Camponesas, MST, Índias e Grupos Urbanos. Partindo de duas teorias\_ identidade e representação social\_ este trabalho analisa a diversidade das representações sociais de gênero entre as lideranças políticas femininas do ES na

confrontação de dois planos discursivos distintos. No primeiro estão as narrativas de atribuições, valores e disposições referentes aos papéis femininos assumidos majoritariamente pelas mulheres nas diversas comunidades ao longo de suas histórias. No segundo plano estão as narrativas da constituição do conceito de “gênero”, tal como apropriado pela diversidade dos discursos e práticas dos movimentos sociais e suas representantes. Participam deste estudo oito mulheres dos movimentos sociais capixabas\_ camponesas, sem terra, índias e urbanas\_ de idade e origem variadas, porém ligadas a trabalhos que focalizam as questões femininas em seus respectivos grupos. Estas lideranças foram entrevistadas a partir de roteiros semi-elaborados e suas falas interpretadas de modo qualitativo a partir da análise de discurso, particularmente a partir da teoria da enunciação (Maingueneau (1987), Ricoeur (1991)). Nesta análise estão indissociados os atos de enunciação de seus contextos de uso, ambos essenciais, tanto na designação de um “si-mesmo”, quanto na designação de uma alteridade. As entrevistas foram organizadas em quatro blocos distintos, aplicados sucessivamente, que compreendiam: dados pessoais da entrevistada (idade, comunidade, movimento em que atua); questões gerais, abertas, referentes aos papéis assumidos majoritariamente pelas mulheres de sua comunidade; questões acerca da problemática de gênero na vida pessoal e na militância de cada liderança; e por fim, a questão de como a categoria “gênero” é apreendida por cada uma. As discussões que surgem a partir dos resultados obtidos apontam a confirmação da hipótese inicial, que relaciona a diversidade de representações sociais de gênero trazidas por cada liderança a um contexto cultural específico. Nestas discussões, duas vertentes se destacam: a primeira é da construção de uma “identidade social”, tal como sistematizada por Tajfel (1974) onde os suportes simbólicos de cada grupo social são tidos como essenciais para a formação do estilo e da vida pessoal de cada liderança, bem como para suas orientações políticas inter e intra grupais. Uma segunda vertente, desenvolvida a partir da teoria das representações sociais de Moscovici (1978), também pode ser enfatizada. É a transposição da categoria de “gênero”, originalmente pertencente a um universo reificado, acadêmico ou científico, para o universo ordinário do mundo consensual, cotidiano destas lideranças, originando representações sociais capazes de aglutinar um grupo social e articular políticas e ações ancoradas em valores, crenças e conhecimentos gerais pré-existentes em suas comunidades. A análise e discussão dos resultados das entrevistas obedeceram a um padrão que não as condicionou em termos de concordância ou discordância desta liderança com relação aos papéis tradicionalmente assumidos pelas mulheres em suas comunidades. Neste caso específico, a análise se concentrou na maior ou menor adequação das respostas aos campos semânticos e simbólicos de seus grupos, bem como sua maior ou menor inserção nas problemáticas de construção identitária de seus grupos sociais.

**Palavras-chaves:** Gênero, Representação social, Identidade social

**Atividade:** **Variação inter e intra sexuais nas estratégias de curto e longo prazo: efeito do perfil cognitivo quanto à empatia e sistematização em adultos. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Variação inter e intra sexuais nas estratégias de curto e longo prazo: efeito do perfil cognitivo quanto à empatia e sistematização em adultos.

**Autor(es):** José Henrique Benedetti Piccoli Ferreira, Marco Antonio Correa Varella, Vera Silvia Raad Bussab

**Resumo:** As estratégias e táticas reprodutivas humanas e suas respectivas diferenças individuais têm sido um dos principais focos dos estudos da psicologia e da ecologia evolucionista nas duas últimas décadas. As estratégias são programas genéticos básicos, usados pelos indivíduos para alocar seus recursos somáticos e reprodutivos em um fenótipo alternativo específico (as táticas reprodutivas); as estratégias estão relacionadas a soluções adaptativas ligadas a um problema específico, como identificar um parceiro adequado ou um competidor à altura. As táticas, por sua vez, são ações e comportamentos que os indivíduos usam quando têm determinada estratégia. As estratégias reprodutivas costumam envolver uma grande variedade de táticas comportamentais. Existem diferenças individuais em relação à



adoção de estratégias e táticas reprodutivas de curto prazo ou de longo prazo. A orientação sócio-sexual indica o quanto alguém exige de envolvimento afetivo e emocional prévio à relação sexual ou o quanto está inclinado a engajar-se em relações sexuais casuais, sem comprometimento. A avaliação Sócio-Sexual distingue as intenções e atitudes a respeito de sexo casual, identificando orientações de tipo irrestrito, ou seja, maior propensão para estratégias de curto prazo, ou de tipo restrito, ou seja, maior exigência de envolvimento afetivo nas relações sexuais, utilizando a estratégia de longo prazo. As diferenças inter-sexuais encontradas com relação à orientação sócio-sexual demonstram que os homens são mais irrestritos que mulheres. Através desses resultados Mikach & Bailey (Evo.Hum.Beha., 1999, p. 141-150) argumentam que, já que homens são mais irrestritos que mulheres, em certo sentido, mulheres irrestritas são mais masculinas e homens restritos são mais femininos. Segundo os autores essa variação poderia decorrer do nível de andrógenos pré-natais e variações atípicas poderiam resultar em um padrão atípico do processo de desenvolvimento neuro-hormonal; mulheres irrestritas e homens restritos teriam aspectos atípicos também com relação a outras características sócio-sexuais dimórficas. Em nosso estudo desenvolvemos um paralelo entre as idéias Mikach & Bailey e os estudos de perfil que utilizam indicadores cognitivos de masculinização/feminilização. Usaremos como indicadores o Quociente de Sistematização e o Quociente de Empatia, que são sexualmente dimórficos: homens são melhores em sistematização e mulheres melhores em empatia. Segundo Baron-Cohen (J. Aut. Dev. Dis., 2004, p. 163-175.), a empatia envolve a capacidade de percepção mental alheia e uma dimensão reativa emocional à psicologia cotidiana, enquanto a sistematização está relacionada à noção intuitiva dos corpos físicos, incorporada à física cotidiana, abrangendo diversos tipos de sistemas possíveis. Nosso estudo foi realizado com indivíduos adultos com idade superior a 30 anos. Nossa amostra foi composta por 81 funcionários de uma universidade paulista, (idade média = 38,55), sendo eles 39 homens (idade média = 36,27 anos) e 42 mulheres (idade média = 40,61 anos). Utilizamos um questionário para a medição dos níveis de sócio-sexualidade, o Inventário de Orientação Sócio-Sexual, e outro para o perfil cognitivo, o Questionário de Empatia e Sistematização. Iniciamos nosso estudo procurando diferenças inter-sexuais quanto ao resultado desses instrumentos. No Inventário de Sócio-Sexualidade obtivemos diferença significativa ( $t = 3,897$ ;  $p = 0,001$ ): os homens apresentaram um valor maior ( $N = 34$ ;  $x = 79,00$ ) que as mulheres ( $N = 40$ ;  $x = 44,45$ ). Para o Quociente de Empatia, obtivemos uma diferença significativa ( $t = -3,483$ ;  $p = 0,001$ ): as mulheres apresentaram valor maior ( $N = 42$ ;  $x = 44,98$ ) que os homens ( $N = 37$ ;  $x = 37,54$ ). Quanto ao Quociente de Sistematização as diferenças também foram encontradas ( $t = 3,018$ ;  $p = 0,003$ ), tendo os homens apresentado maiores escores ( $N = 37$ ;  $x = 37,16$ ), do que as mulheres ( $N = 42$ ;  $x = 29,71$ ). Na segunda fase de nossa análise iniciamos testando as diferenças individuais na Sócio-sexualidade com base nos Quocientes de Empatia e Sistematização. Em nossos resultados masculinos obtivemos uma tendência de correlação entre a Sócio-sexualidade e a Empatia ( $r = 0,330$ ;  $p = ,061$ ), o mesmo não foi encontrado para a Sistematização ( $r = 0,281$ ;  $p = 0,108$ ). Quanto aos resultados femininos obtivemos uma tendência de correlação entre a Sócio-sexualidade e a Sistematização ( $r = -0,271$ ;  $p = 0,090$ ), o mesmo não foi encontrado para a Empatia ( $r = -0,070$ ;  $p = 0,668$ ). Nossos resultados nos dois instrumentos confirmaram as diferenças inter-sexuais já encontradas na literatura: os homens são mais irrestritos e sistemáticos, e as mulheres mais restritas e mais empáticas. Quanto ao teste da hipótese de Mikach & Bailey (1999), nosso paralelo com a Teoria da Empatia e Sistematização mostrou em suas correlações tendências contrária: as mulheres mais irrestritas seriam menos masculinas, ou menos sistematizadoras, e homens mais irrestritos seriam mais femininos, ou mais empáticos. Nossos resultados não podem ser relacionados diretamente aos demais encontrados na literatura, pois utilizamos uma amostra de indivíduos mais velhos, não os habituais estudantes universitário, podendo existir diferenças quanto ao estágio do ciclo de vida que esses indivíduos se encontram.

**Palavras-chaves:** Psicologia Evolucionista, Sócio-Sexualidade, Empatia, Sistematização

**Atividade:** Biopolítica, gênero e documentos no Sertão de Pernambuco  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** Biopolítica, gênero e documentos no Sertão de Pernambuco

**Autor(es):** Rosineide Cordeiro

**Resumo:** Este trabalho aborda como as mulheres agricultoras ao terem acesso a direitos sociais, especialmente, à Previdência Social, lidam com a normatização e regulamentação dos processos de nascimento, envelhecimento e morte. O objetivo é analisar as dificuldades e as estratégias que as mulheres utilizam para cumprirem as exigências legais de comprovação do trabalho na agricultura familiar através de documentos civis e profissionais. O estudo foi realizado durante os anos de 2001 a 2003 como parte da pesquisa de tese de doutorado em Psicologia Social. Além das observações etnográficas, considerei trechos de entrevistas realizadas com 14 agricultoras dos municípios de Santa Cruz da Baixa Verde e Triunfo, situados no Sertão de Pernambuco, Nordeste do Brasil. Para entender estes processos que regulamentam e normatizam a vida cotidiana, recorro às reflexões de Michel Foucault (2005). Para ele, na segunda metade do século XVIII, surge uma nova tecnologia de poder, que não exclui o poder disciplinar, mas o integra, atualiza e o conforma parcialmente. Ela não se aplica ao corpo, mas à vida, ao ser humano como espécie. É dirigida para regulamentar os processos como nascimento, morte, fecundidade, longevidade e doenças. Esta nova tecnologia de poder é denominada de 'biopolítica' da espécie humana. A biopolítica vai intervir e estabelecer mecanismos reguladores que incidem sobre a população e induzem novos comportamentos e cuidados com a vida, saúde, higiene. Lida com a população como um problema científico, político, biológico e como um problema de poder. Com a conquista de direitos sociais e a municipalização das políticas sociais, a partir do final década de 1980, as mulheres rurais passaram a lidar mais diretamente com as exigências legais de documentação civil e profissional para terem acesso a políticas e programas sociais. Entretanto, a falta de documentação das agricultoras só alcançou visibilidade política a partir das denúncias, reivindicações e campanhas organizadas pelas trabalhadoras rurais na década de 1990. Um marco desta luta foi em 1997, quando a Articulação Nacional de Trabalhadoras Rurais (ANMTR) lançou a Campanha Nacional de Documentação intitulada 'Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos'. No Nordeste, a Campanha de Documentação foi organizada pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE). Em 2003, o Governo Federal lançou o Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora, que assegura o fornecimento gratuito de documentos às mulheres agricultoras. De forma geral, no Sertão de Pernambuco, homens e mulheres dos setores mais empobrecidos da população rural possuem poucos documentos civis e profissionais. Contudo, isto não pode ser entendido como um problema de responsabilidade individual ou como uma variável numérica que serve para caracterizar uma parcela pobre e miserável do campo. Na minha compreensão, a ausência de documentação revela que a instauração dos parâmetros da vida moderna no Brasil teve como eixo, além da exclusão da população pobre, as diferentes modalidades de subordinação como gênero, raça, etnia e localização geopolítica. A ausência de documentos torna mais grave a privação material e social e é responsável por uma série de sofrimentos, constrangimentos aos quais as mulheres são submetidas quando elas se deparam com os mecanismos regulamentadores dos processos de natalidade, fecundidade, longevidade e mortalidade. Vale salientar, contudo, que as mulheres não aceitam com passividade estes mecanismos; elas resistem, pressionam, buscam saídas e inventam estratégias.

**Palavras-chaves:** gênero, agricultora, biopolítica

**Atividade: Homossexualidade sem Fronteiras (Paineis)**

**Trabalho:** Homossexualidade sem Fronteiras: A Escola Enquanto Lugar de Inclusão da Diversidade Sexual.

**Autor(es):** Laura Maria Monteiro Maravilha

**Resumo:** Introdução: A homossexualidade tem sido motivo de preconceito e discriminação - homofobia - que leva à baixa auto-estima, à repetência e à evasão escolar de homossexuais. RISCADO et al. (2002). CASTRO, ABRAMOVAY e SILVA (2004) em pesquisa com o apoio do Ministério da Educação, Ministério da Saúde (PN DST / AIDS) Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Instituto Ayrtton Senna e UNESCO, revelaram que "Quando se pergunta aos

alunos sobre quais pessoas eles não gostariam de ter como seu colega de classe, aproximadamente 1/4 dos alunos indicam que não gostariam de ter um colega homossexual". Portanto, conforme relata LOURO (1997, p. 29) apud CASTRO, ABRAMOVAY e SILVA (2004) " A homofobia, o medo voltado contra os (as) homossexuais, pode se expressar ainda numa espécie de "terror em relação à perda do gênero", ou seja, no terror de não ser mais considerado como um homem ou uma mulher "reais" ou "autênticos". Objetivos: Promover uma discussão participativa e construir coletivamente ações de interação entre as diversidades sexuais dentro do contexto educacional e o combate à violência e a discriminação contra os homossexuais. Metodologia: O trabalho foi realizado em sete municípios alagoanos (São Miguel dos Campos, Marechal Deodoro, Rio Largo, União dos Palmares, Porto Calvo, Maragogi e Palmeiras dos Índios) com representação aproximadamente de 42 escolas, bem como de profissionais da saúde como médicos, assistentes sociais e psicólogos. Foram realizadas oficinas de capacitação objetivando o nivelamento sobre a temática; sensibilização para o processo inclusivo; metodologias construtivistas, capacitações pedagógicas e dinâmicas de grupo. Resultados e Discussão: A grande maioria dos participantes concebe a homossexualidade como opção; relatos de professores denunciaram preconceito de famílias diante de diretores e / ou docentes homossexuais chegando a retirar os seus filhos da escola temendo uma suposta influência à homossexualidade; professores confessaram despreparo para lidar com homossexualidade e homossexuais na sala de aula, bem como para abordar o tema sexualidade de forma global, ficando restritos às aulas de ciências e ao conteúdo apresentado pelo livro adotado. Conclusões: Observou - se que os professores ainda apresentam dificuldades em abordar temas referentes à diversidade sexual na escola; há uma prevalência de concepções equivocadas sobre homossexualidade, sendo ainda tratada como doença ou transtorno de personalidade, além de um enorme receio por parte dos educadores em trazer à tona discussões sobre sexualidade nas escolas devido à resistência de algumas famílias e por haver ainda entre alguns docentes a concepção de que sexualidade não é assunto para sala de aula.

**Palavras-chaves:** homofobia, homossexualidade, educação, prevenção

**Atividade:** A Representação Social da Amante na cidade de Vitória da Conquista-BA (Paineis)

**Trabalho:** A Representação Social da Amante na cidade de Vitória da Conquista-BA

**Autor(es):** Maristela Viana Lima, Juliana Ferraz Telles, Layanne Malheiros Silveira, Verena Freire, Ivone Aguiar Andrade Carvalho, Luana Silveira

**Resumo:** Para a psicologia é de grande relevância a percepção da imagem do outro. Ela pode ser estudada tanto do ponto de vista da sociedade como do sujeito. A investigação que se segue tem como tema a imagem que a sociedade tem da mulher que vive na condição das outras, da amante. O estudo da construção das representações do grupo das amantes procura abranger toda a realidade delas, em que a condição de amante leva à discriminação e ao preconceito, ficando reservado para elas o desprezo e os estigmas. Este trabalho tem como objetivo conhecer as diferentes Representações Sociais de mulheres que mantêm um relacionamento amoroso com homens casados, assumindo o papel de amante, para uma sociedade monogâmica. Para tanto, foram realizadas duas reuniões de grupo focal com duração de uma hora e meia, com sete pessoas, que foram escolhidas por conveniência, três mulheres casadas, dois homens casados, um homem solteiro e um homem divorciado. A primeira reunião foi através de conversas, com o objetivo de discutir verbalmente a Representação Social que cada um tem da amante. Já na segunda, a expressão das idéias sobre o tema proposto foi feita através de confecção de cartazes, seguida da apresentação, por cada um, do significado das figuras escolhidas. Na análise dos resultados do primeiro encontro os entrevistados colocaram que as mulheres assumem o papel de amante, abrindo mão do casamento, por interesse financeiro, por gostar de

aventuras ou, em último caso, por amor. Nos cartazes confeccionados pelo grupo, as gravuras mais repetidas foram: relógio, carro, dinheiro, cartão de crédito, produtos de beleza, boca, batom, perfume, celular, jóias, celular, mulheres sensuais e bonitas (dentro do padrão de beleza ditado pela mídia) e mulheres com roupa íntima. Isso demonstra que as amantes são vistas como mulheres sedutoras, cheirosas, que têm uma preocupação muito grande com o cuidado do corpo, usando-o para a sedução, cujo símbolo principal é a boca pintada, uma das suas principais armas. Essas palavras também denotam que as amantes são vistas como mulheres mercenárias, as quais mantêm um relacionamento com um homem casado, por interesse em sustentar um padrão de vida que não tem condições de ter sem a ajuda financeira do amante. Já a gravura do relógio e do celular representam o tempo do amor com hora marcada. Pode-se classificar os cartazes nas categorias produção e romance. Na categoria “produção”, foi demonstrado que as amantes sempre andam arrumadas, produzidas, tendo coleções de roupas, óculos, sapatos, perfumes, maquiagem, etc. Já na categoria “romance”, mostra que o relacionamento é sempre de sedução, paixão, prevalecendo o sexo, em que a discussão de problemas e queixas não está presente, sendo deixados para quando chegar em casa. Nota-se uma exceção entre os cartazes apresentados, onde não se vê gravuras que denotam o interesse financeiro da mulher, mas de uma mulher que está sempre arrumada, esperando discretamente para o encontro. Percebe-se que a construção das Representações Sociais do grupo acerca de mulheres que têm um relacionamento com um homem casado é repleta de muito preconceito e discriminação.

**Palavras-chaves:** Amante, Representação Social, Triângulo amoroso, Preconceito, Discriminação

**Atividade: Análise das representações das relações de gênero com a utilização da escala de RRG (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Análise das representações das relações de gênero com a utilização da escala de RRG

**Autor(es):** Sheyla Christine Santos Fernandes, Conceição Bruna Soares Nascimento

**Resumo:** No passado o processo de configuração dos gêneros estava ancorado em características físicas e biológicas que hierarquizavam os gêneros masculino e feminino (Silva, 2000; Bourdieu, 2002). Desta forma, a mulher permaneceu durante longos anos sendo subjugada pela supremacia masculina, assim foi possibilitando ao homem certo domínio sobre a mulher, estabelecendo-se sempre a idéia de fragilidade feminina e de uma inevitável dependência desta em função do homem. Segundo Aronson e cols. (2002), se os estereótipos forem suficientemente fortes, até mesmo os membros do grupo estereotipado tendem a aceitá-lo. Tal situação só pôde ser revertida com a saída das mulheres da atmosfera familiar para o mercado de trabalho em decorrência de fatores como as guerras mundiais e a industrialização, que vieram fomentar o movimento feminista, acarretando então uma mudança da configuração do gênero como sendo unicamente biológica passando a ser respaldada também por uma concepção política, social e econômica (Laqueur, 1989, apud Silva 2000). A mudança de cenário da vida de algumas mulheres e o contato com o mundo masculino fez com que estas percebessem que diferenças físicas não eram determinantes no desempenho de algumas atividades. As relações sociais transformaram-se em sua essência, e com elas dificuldades surgiram em se tratando da definição identitária para o sexo feminino (Vieira, 2005) e consequentemente também para o masculino. Velho (2002) defende que os seres humanos nascem machos ou fêmeas (tal como animais), e através da educação que recebem se tornam homens e mulheres, sendo então, a identidade social socialmente construída, pois é próprio da espécie humana elaborar socialmente fenômenos naturais. Portanto, o comportamento do homem é determinado pela cultura e valores pertencentes a cada grupo (Ulson, 1997). A partir dos citados acima, nota-se que os estudos de gênero nas sociedades contemporâneas são entendidos a partir da leitura do biológico pelo social, onde cada sociedade elabora distintos significados para o mesmo fenômeno natural. O presente estudo, assim sendo, teve como objetivo central analisar as representações das relações de gênero em função de indicadores

sócio-demográficos em estudantes universitários sergipanos. Para tanto, 150 estudantes universitários da cidade de Aracaju, Sergipe, responderam à escala das Representações das Relações de Gênero (RRG), desenvolvida a partir de um estudo piloto e validada neste, além de um conjunto de questões sócio-demográficas. Através de análises psicométricas iniciais com o uso do pacote estatístico SPSSPW 12.0 e da validação de construto, pode-se encontrar indicadores psicométricos satisfatórios da escala de RRG, bem como relações parciais entre as representações das relações de gênero e as variáveis sócio-demográficas. Análises mais refinadas estão sendo realizadas no sentido de alcançar por completo os objetivos propostos pelo presente estudo.

**Palavras-chaves:** gênero,sexismo,representações sociais

**Atividade: Normas sociais, preconceito e intenção em manter o contato (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Normas sociais, preconceito e intenção em manter o contato

**Autor(es):** Sheyla Christine Santos Fernandes,Conceição Bruna Soares Nascimento

**Resumo:** O objetivo central do presente estudo foi analisar as relações existentes entre normas sociais, a partir dos eixos do individualismo e coletivismo, o preconceito, através da teoria da dominância social, o racismo, através da teoria do racismo simbólico e a intenção em manter o contato social com pessoas negras. As variáveis individualismo e coletivismo consistem em guias através dos quais os indivíduos expressam sua relação entre o eu e os outros, entre o indivíduo e a coletividade e podem ser definidos como crenças normativas e valorativas através das quais de pode representar as relações sociais. As pessoas que aderem ao individualismo priorizam o eu em detrimento ao grupo e valorizam principalmente o êxito pessoal, são pessoas que possuem uma forte tendência à individualidade em detrimento da coletividade; já as pessoas que aderem ao coletivismo valorizam o grupo e a coletividade, portanto, todos os seus esforços se dão em função do coletivo. Como normas sociais amplamente difundidas entre os grupos sociais as variáveis individualismo e coletivismo se fazem de grande relevância no estudo das atitudes e condutas grupais, pois são responsáveis por orientar a seleção e a avaliação dos comportamentos e das situações. O preconceito, por sua vez, estudado a partir da teoria da dominância social, articula os aspectos psicológicos e os aspectos sociais inerentes à sua natureza, assim, pode-se entender o preconceito como uma atitude negativa frente a grupos marginalizados socialmente, podendo levar a comportamentos hostis e discriminatórios em relação a grupos e membros pela simples pertença social. O racismo, uma modalidade específica de preconceito, o preconceito contra negros, engloba tanto atitudes quanto a expressão destas. A teoria do racismo simbólico tem como pressuposto fundamental a crença de que os sentimentos negativos contra os negros é fruto da preocupação dos americanos brancos acerca da violação dos princípios individualistas americanos por parte dos americanos negros (tais como, obediência, ética, disciplina, sucesso), sendo esta ameaça, portanto, simbólica. E o contato social, por fim, refere-se à proximidade em dois níveis, a distante e a íntima, como pessoas negras. Diversos estudos estão sendo desenvolvidos no sentido de analisar as relações entre normas sociais e preconceito, uma vez que são construtos intimamente associados em virtude de sua natureza psicossocial. Assim, salienta-se a importância dos princípios e das normas como fatores que podem contribuir na modelação das atitudes intergrupais. Este estudo conta com a participação de 100 estudantes universitários de uma capital do nordeste brasileiro. Os participantes responderam à escala multifatorial de individualismo/coletivismo, à escala de orientação à dominância social, à escala de racismo simbólico e a questões acerca do contato social, além de um questionário sócio-demográfico. A discussão dos resultados gira em torno da importância das normas sociais para as propensões do preconceito e enfatizam a escassez de estudos desta ordem no Brasil.

**Palavras-chaves:** individualismo,coletivismo,contato social,preconceito,normas sociais

**Atividade: Homoerotismo feminino: Um olhar sobre a vivência afetivo-amorosa**

## **(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Homoerotismo feminino: Um olhar sobre a vivência afetivo-amorosa

**Autor(es):** Maura Lúcia Santos de Olim, Aline Oliveira Machado

**Resumo:** Considerando que na sociedade brasileira a violência doméstica ainda aparece como uma das causas mais recorrentes de sofrimento psíquico, em especial no que se refere às mulheres, entendendo, também, que a agressividade não se desenvolve apenas no seio de relacionamentos heterossexuais, este trabalho teve por objetivo identificar os fatores que levam ao comportamento agressivo e passional entre parceiras na relação conjugal homoerótica feminina, que vivem juntas há mais de 2 anos na cidade de Aracaju-Se, analisar como são vivenciados os possíveis papéis de gênero na relação conjugal homoerótica feminina, os processos de constituição da identidade de gênero e sua influência no desenvolvimento do comportamento agressivo e passional, assim como é desenvolvida a agressividade e a passionalidade neste tipo de relação. Para tanto foram entrevistados 10 casais de mulheres, utilizando-se um roteiro de entrevista semi-estruturada de cunho qualitativo, uma vez que os pontos desencadeantes que nortearam o fluxo associativo das idéias do entrevistado, partiram do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito em questão. Tendo em conta que uma das características dessa amostra é a forma silenciosa de viver a própria sexualidade, quanto à sua orientação sexual, as mulheres homossexuais resguardam a sua intimidade, devido ao preconceito e discriminação sociais. A forma silenciosa de viver dessas mulheres, não é vista por elas como um escudo para distanciarem-se da sociedade, mas como uma maneira de se resguardarem da falta de visibilidade que a sociedade lhes propõe e dos estigmas impostos por esta mesma sociedade, gerando contra essas mulheres, preconceitos e discriminações. O acesso aos sujeitos deu-se através de rede de contato, sendo pesquisadas mulheres entre 21 a 54 anos de idade, com nível variado entre o 2º grau e superior de escolaridade. No tocante a análise dos dados, a agressividade foi definida nos termos de três tipos de violência: física, verbal e psicológica, sendo que a física foi expressa no sentido do comprometimento da auto-estima em função de atitudes egoístas e impositivas, gerando a perda do respeito mútuo. Um dos principais motivos que levaram o comportamento agressivo entre estas mulheres foi o ciúme de forma exarcebada, o que, segundo elas, ocasiona o término da relação. Estudar o homoerotismo feminino e suas relações de conjugalidade no que diz respeito à agressividade, é um marco de grande importância desta pesquisa, visto que o assunto em questão nos norteou acerca das relações homossexuais femininas, vistas, segundo alguns teóricos como pautadas no modelo patriarcal e caracterizadas pela hierarquia de gênero. Acreditamos que as mulheres homossexuais trazem consigo uma característica marcante no que diz respeito às relações de convivência conjugal: o amor romântico como forma de relacionamento mútuo, uma vez que o amor romântico é claramente orientado por ser necessariamente monogâmico, no sentido da exclusividade sexual. Este amor é constituído de intensa emocionalidade, onde elas buscam as mesmas características em suas parceiras: amor, carinho, fidelidade e respeito. Estas características são básicas também para as homossexuais, no tocante à mulher que incorporou o modelo de especialista em questões de amor e intimidade.

**Palavras-chaves:** Gênero, Homossexualidade, Agressividade

**Atividade: A sexualidade e a mulher na terceira idade: construção histórica e significados (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** A sexualidade e a mulher na terceira idade: construção histórica e significados

**Autor(es):** Cynara Rezende, Marcos Ribeiro de Melo

**Resumo:** É instigante o desconhecimento da sociedade atual, em todos os aspectos, no tocante à sexualidade feminina na terceira idade. Diante disso, esta pesquisa teve um olhar voltado para

as mudanças psicossociais pelas quais a mulher da terceira idade passou, fazendo-se um apanhado das suas experiências de vida, a fim de melhor observar como a mulher se percebe enquanto ser sexual; identificando as principais características desta faixa etária, destacando os fatores que influenciaram na sexualidade feminina, analisando suas sensações resultantes, bem como as dificuldades para vivenciá-la; além de ter avaliado os significados e as construções formuladas por essas mulheres sobre sua sexualidade. A partir deste pressuposto, o presente estudo teve por objetivo investigar junto às mulheres na terceira idade quais os significados e a importância da sexualidade em suas vidas. Para a consecução deste objetivo foi aplicado um roteiro de entrevista semi-estruturado, de cunho qualitativo, utilizando-se da pesquisa descritiva, estabelecendo relações entre variáveis. Para tanto foram entrevistadas 11 mulheres, com idade de 60 a 70 anos, frequentadoras do Centro de Referência e Assistência Social, localizado em Aracaju/SE, com a finalidade de coletar discursos sobre a temática, que foram analisados segundo o método proposto por Bardin, considerando todas as colocações durante a tabulação dos dados, ante a variabilidade das respostas nos discursos das mulheres entrevistadas, possibilitando a análise de conteúdo. Das entrevistadas, 06 (seis) possuíam o nível médio de formação escolar, sendo que 04 (quatro) delas fizeram o curso técnico em Pedagogia e Contabilidade, 05 (cinco) não concluíram o ensino fundamental. Os resultados obtidos nesta pesquisa apontam que a maioria das entrevistadas tem uma percepção negativa sobre seus corpos, considerando-se inaptas à possibilidade de relacionamentos amorosos e sexuais. Além disso, observou-se que as respostas evidenciam um desconhecimento acerca do conceito de sexualidade, fato vinculado à informação deficitária sobre o tema. Extraiu-se, também, das entrevistas que essas mulheres ainda desejam e buscam prazer, amor, união, parceria, vida, criação. Do quanto observado na pesquisa, evidenciou-se – pensando em termos de sexualidade – a importância que as mulheres deram ao carinho. Esse sentimento de necessidade em relação à proximidade física, mostrando o quanto era muito mais importante a proximidade e o contato dos corpos do que o ato sexual em si; um intercurso sexual que poderia ser manifestado através do toque e até pela simples situação de ter alguém ao lado para dormirem juntos, acompanhado do beijo, de modo que desfrutassem, de forma mais prazerosa, a sua sexualidade.

**Palavras-chaves:** Sexualidade, Mulher, Terceira Idade

**Atividade: Homoerotismo feminino: Um olhar sobre a vivência afetivo-amorosa (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Homoerotismo feminino: Um olhar sobre a vivência afetivo-amorosa

**Autor(es):** Maura Lúcia Santos de Olim, Aline Oliveira Machado

**Resumo:** Considerando que na sociedade brasileira a violência doméstica ainda aparece como uma das causas mais recorrentes de sofrimento psíquico, em especial no que se refere às mulheres, entendendo, também, que a agressividade não se desenvolve apenas no seio de relacionamentos heterossexuais, este trabalho teve por objetivo identificar os fatores que levam ao comportamento agressivo e passional entre parceiras na relação conjugal homoerótica feminina, que vivem juntas há mais de 2 anos na cidade de Aracaju-Se, analisar como são vivenciados os possíveis papéis de gênero na relação conjugal homoerótica feminina, os processos de constituição da identidade de gênero e sua influência no desenvolvimento do comportamento agressivo e passional, assim como é desenvolvida a agressividade e a passionalidade neste tipo de relação. Para tanto foram entrevistados 10 casais de mulheres, utilizando-se um roteiro de entrevista semi-estruturada de cunho qualitativo, uma vez que os pontos desencadeantes que nortearam o fluxo associativo das idéias do entrevistado partiram do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito em questão. Tendo em conta que uma das características dessa amostra é a forma silenciosa de viver a própria sexualidade, quanto à sua orientação sexual, as mulheres homossexuais resguardam a sua intimidade, devido ao preconceito e discriminação sociais. A forma silenciosa de viver dessas mulheres, não é vista por elas como um escudo para distanciar-se da sociedade, mas como uma maneira de se resguardarem da falta de visibilidade que a sociedade lhes propõe e dos

estigmas impostos por esta mesma sociedade, gerando contra essas mulheres, preconceitos e discriminações. O acesso aos sujeitos deu-se através de rede de contato, sendo pesquisadas mulheres entre 21 a 54 anos de idade, com nível variado entre o 2º grau e superior de escolaridade. No tocante a análise dos dados, a agressividade foi definida nos termos de três tipos de violência: física, verbal e psicológica, sendo que a física foi expressa no sentido do comprometimento da auto-estima em função de atitudes egoístas e impositivas, gerando a perda do respeito mútuo. Um dos principais motivos que levaram o comportamento agressivo entre estas mulheres foi o ciúme de forma exarcebada, o que, segundo elas, ocasiona o término da relação. Estudar o homoerotismo feminino e suas relações de conjugalidade no que diz respeito à agressividade, é um marco de grande importância desta pesquisa, visto que o assunto em questão nos norteou acerca das relações homossexuais femininas, vistas, segundo alguns teóricos como pautadas no modelo patriarcal e caracterizadas pela hierarquia de gênero. Acreditamos que as mulheres homossexuais trazem consigo uma característica marcante no que diz respeito às relações de convivência conjugal: o amor romântico como forma de relacionamento mútuo, uma vez que o amor romântico é claramente orientado por ser necessariamente monogâmico, no sentido da exclusividade sexual. Este amor é constituído de intensa emocionalidade, onde elas buscam as mesmas características em suas parceiras: amor, carinho, fidelidade e respeito. Estas características são básicas também para as homossexuais, no tocante à mulher que incorporou o modelo de especialista em questões de amor e intimidade.

**Palavras-chaves:** Gênero, Homossexualidade, Agressividade

**Atividade: Multiplicidade de parceiros e utilização de preservativo por adolescentes de João Pessoa – PB: Um estudo de vulnerabilidade à Aids. (Paineis)**

**Trabalho:** Multiplicidade de parceiros e utilização de preservativo por adolescentes de João Pessoa – PB: Um estudo de vulnerabilidade à Aids.

**Autor(es):** Josevânia da Silva Cruz de Oliveira, Regina Ligia W. de Azevedo Azevedo, Aline Arruda Fonseca

**Resumo:** A adolescência é um período de desenvolvimento cognitivo, emocional, físico e social, freqüentemente caracterizado pela experimentação, sendo também o momento inicial da exploração da intimidade, da sexualidade e do desenvolvimento de autonomia. Por estas razões é, simultaneamente, uma época de riscos cognitivos (distímias, depressão, ansiedade, etc) e comportamentais (agressividade, uso de drogas, rebeldia, etc), que podem levar à aquisição de novas vulnerabilidades, dentre elas a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS). Assim, o comportamento sexual na adolescência tem uma ampla conotação dentro do contexto sociocultural e biológico no qual está inserido, visto que a diminuição da idade de início das práticas sexuais, a multiplicidade de parceiros e a ausência do uso de preservativos, aliados a hábitos socioculturais, apresentam-se como fatores relevantes de vulnerabilidade, dificultando a quebra da cadeia de transmissão da Aids. Neste enfoque, o trabalho teve como objetivo realizar um levantamento acerca da multiplicidade de parceiros(as), bem como a utilização de preservativo nas práticas sexuais dos adolescentes residentes na cidade de João Pessoa/PB. Para tanto, participaram do estudo 166 adolescentes de ambos os sexos, com idades variando entre 13 a 19 anos. Estes jovens foram abordados em meio as suas atividades no contexto escolar que estavam inseridos. Durante todo o processo da pesquisa foi resguardado o anonimato dos participantes, bem como foi esclarecido o caráter voluntário da participação. Para coleta de dados foi utilizado um questionário com questões acerca da prática sexual, do número de parceiros(as) que estes jovens já haviam tido e a freqüência do uso do preservativo nesta prática. Os dados foram processados através do software SPSS versão 13.0 e analisados através de estatística descritiva. Verificou-se que 51,3% do total da amostra tiveram de 2 a 6 parceiros(as), 22,2% de 6 a 10. No que se refere ao uso do preservativo, 58% relatou utilizar o preservativo apenas algumas vezes ou nunca ter feito uso deste tipo de prevenção, deixando explícita a vulnerabilidade as doenças sexualmente transmissíveis (DST's), em especial a Aids.



Observou-se que na prática sexual destes jovens, a multiplicidade de parceiros é uma realidade e que, a utilização do preservativo não está sendo prioridade. Nesse sentido, demonstra-se que o uso de preservativos precisa ser mais incentivada entre os adolescentes de João Pessoa/PB, Brasil, pois o número de jovens que não estão se prevenindo na sua vida sexual foi bastante significativo, sendo um aspecto preocupante no âmbito da saúde destes adolescentes e futuros adultos. Espera-se que esta pesquisa contribua para a elucidação de estratégias preventivas no âmbito da saúde pública junto a essa população.

**Palavras-chaves:** multiplicidade de parceiros,adolescente,Aids,preservativo

**Atividade: O MACHO CEARENSE REVISITADO (Paineis)**

**Trabalho:O MACHO CEARENSE REVISITADO: UM HOMEM EM TRANSFORMAÇÃO**

**Autor(es):** Georges Daniel Janja Bloc Boris, Lucas Guimarães Bloc, Lígia Rocha Fontenele, Marcus César de Borba Belmino

**Resumo:** O MACHO CEARENSE REVISITADO: UM HOMEM EM TRANSFORMAÇÃO Partindo dos resultados de uma investigação anterior (Boris, 2000) que discutiu a construção da subjetividade masculina entre homens da classe média de Fortaleza na contemporaneidade, a pesquisa atual visa a averiguar se o fenômeno sociocultural de uma crise da subjetividade masculina também seria identificada entre homens das classes populares. Assim, a pesquisa se desdobrou em cinco unidades de sentido, abordando diferentes aspectos da construção do gênero masculino na contemporaneidade, conforme a discriminação abaixo: (1) como os homens percebem sua própria subjetividade masculina?; (2) como percebem a relação que têm ou tinham com seu pai e como têm lidado com sua própria condição de pais?; (3) como percebem sua relação com as mulheres e como compreendem seu vínculo com a figura materna?; (4) como compreendem suas relações de amizade com outros homens?; (5) qual o significado que atribuem a seu trabalho profissional? Neste sentido, o presente trabalho se desenvolve a partir da tipologia “O Homem em Transformação”, gerada pela primeira unidade de sentido. Boris (2002) destaca que o homem do século XXI tem dificuldade de se compreender o que significa ser homem hoje com clareza, pois as múltiplas transformações socioculturais sofridas pela condição masculina e a diversidade subjetiva, características da contemporaneidade, tornam difícil sua definição também por parte dos estudiosos do assunto. Face ao exposto, o seguinte trabalho, como parte da pesquisa O Macho Cearense Revisitado: A Crise da Condição Masculina nas Classes Populares de Fortaleza, visa a investigar possíveis transformações da construção da subjetividade masculina na contemporaneidade conforme a percepção de homens das classes populares de Fortaleza, enfocando particularmente (1) se percebiam diferenças entre os homens de hoje e os de tempos anteriores e (2) se percebiam tais mudanças e em que direção elas parecem se dirigir. Optamos pela utilização do método fenomenológico, acreditando que seus instrumentos mais facilmente nos colocam em contato com as vivências dos sujeitos investigados. Definimos que os 22 (vinte e dois) entrevistados deveriam ser homens adultos. Os dados pesquisados são essencialmente descritivos: são considerados todos os dados fornecidos pela realidade, adotando-se transcrições de entrevistas e de depoimentos, bem como citações dos entrevistados e de aliados teóricos para fundamentar uma afirmação ou para esclarecer um ponto de vista. A fenomenologia é um método essencialmente descritivo e a interpretação é sempre a sua última fase, desenvolvida a partir de pressupostos acerca do fenômeno investigado – no caso, acerca das relações de gênero - inicialmente suspensos (ou postos “entre parênteses” na fase de redução fenomenológica) para que o pesquisador tenha um acesso mais direto e sem elaborações prévias à vivência dos sujeitos. Os pressupostos teóricos são posteriormente retomados para a devida interpretação dos dados coletados. A pesquisa encontra-se em fase final e alguns resultados já podem ser esboçados. Ao serem perguntados se percebiam diferenças entre os homens de hoje e os homens de tempos anteriores, a grande maioria aponta transformações nos homens atuais em relação aos de antigamente. Mudanças no

comportamento masculino na família (maior liberdade, diminuição da rigidez moral e menos brutalidade) e na sociedade (aumento da criminalidade e do uso de drogas, mais flexibilidade sexual e maior aceitação da homossexualidade) são os principais aspectos evidenciados. A influência dos avanços tecnológicos, os novos conhecimentos, a conscientização dos próprios homens, a valorização das mulheres e o aumento da liberdade são os principais agentes transformadores apontados. Desta forma, os depoimentos dos entrevistados atestam a multiplicidade e a diversidade das manifestações da condição masculina, apontando para uma subjetividade em transformação. Da mesma forma, revelam homens inquietos e confusos com as mudanças dinâmicas que a realidade tem-lhes imposto, reagindo a elas de variadas formas: desde o ceticismo, passando por uma aparente indiferença, e chegando, mesmo, à violência. O sofrimento psíquico masculino contemporâneo é inegável, mas o que vai gerar ainda é incerto. O que se pode afirmar é que os homens estão mudando, evidenciando ainda mais a necessidade de mais investigações sobre o este tema.

**Palavras-chaves:** Condição Masculina, Relações de Gênero, Transformações socio-culturais, Construção da Subjetividade Masculina

**Atividade: Sexualidade na Terceira Idade (Paineis)**

**Trabalho:** Sexualidade na Terceira Idade

**Autor(es):** Vânia Lourenço Santos, Walter Lisboa Oliveira, Roseanne Souza Teixeira, Ana Luiza Andrade Prado, Elza Cunha

**Resumo:** Esta pesquisa teve por objetivo estudar a sexualidade de homens e mulheres da terceira idade, identificando alguns dos possíveis fatores que influenciam na atividade sexual nessa faixa etária. Pretendeu-se também verificar de que forma o preconceito existente na sociedade em relação à sexualidade na terceira idade está presente na concepção dos idosos. Foram levantadas as hipóteses em relação ao preconceito pessoal e social associado a questões biológicas irreversíveis como um dos agravantes para a diminuição da atividade sexual na terceira idade e a de que há possibilidade que essa faixa etária desconheça informações importantes que legitimem a prática sexual independente da idade ou de problemas de saúde. Para coleta de dados foi aplicado, a uma amostra de 20 pessoas de ambos os sexos entre 60 e 80 anos da cidade de Aracaju, um questionário formado por questões abertas e fechadas, o qual passou por um pré-teste. As informações foram submetidas a uma análise de conteúdo e, neste sentido, enquanto as questões fechadas foram tabuladas, as questões abertas foram categorizadas por similaridade e tabuladas em seguida. Os resultados mostraram que a maioria dos idosos acha normal e não vergonhoso o fato de falar sobre sexo. A maioria deles assumiu que houve uma redução em sua atividade sexual, sendo essa redução relacionada em geral a conseqüências das doenças e a falta de um parceiro e não diretamente à idade. Verificou-se também que a maioria dos entrevistados afirmou não possuir vergonha de manter relações sexuais e que todos, independente da escolaridade, possuíam informações sobre sexo. Esses dados contrariam a literatura pesquisada que afirma um baixo grau de informações sobre sexo por parte dos idosos. Em relação às influências sobre a atividade sexual, as mais citadas foram as mudanças biológicas que ocorrem no corpo e as doenças decorrentes. Pudemos perceber, a partir das informações dos participantes, que a idade poderia estar influenciando a atividade sexual dessas pessoas, devido às conseqüências negativas trazidas pela própria doença - ainda que tal afirmação não tenha sido aventada diretamente. Contudo, assinalamos o cuidado a este respeito porque entre inúmeras variáveis, esta questão envolve outras tantas que necessitam ser levados em consideração, tais como: as influências sociais e culturais a que o idoso está submetido, a qualidade de vida que eles levam e os seus relacionamentos. Percebemos também com a pesquisa que a influência do preconceito existente na sociedade, embora percebida, não foi significativamente mencionada pelos participantes, tendo os mesmos, na relação

preconceito/freqüência sexo, privilegiado outros aspectos, tais como: mudanças no corpo, doenças e falta de disposição. Os dados desta pesquisa apontam para a necessidade de se conhecer mais o universo das pessoas que a sociedade capitalista convencionou chamar de idosos e/ou da Terceira Idade. Entendemos a necessidade de se ampliar o entendimento das transformações características desta faixa etária, já que as mesmas são inevitáveis, graduais e cada um vai vivenciá-las de um modo diferente. Neste sentido, já que o declínio progressivo da atividade sexual não é regra geral para todos os indivíduos, não cabe fazer generalizações sobre esses acontecimentos, especialmente sem levar em consideração o tempo, o local e a cultura onde estão inseridos.

**Palavras-chaves:** sexualidade, envelhecimento, terceira idade

**Atividade: Relações de Gênero e “Solteirice” na atualidade: um estudo preliminar em Salvador (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Relações de Gênero e “Solteirice” na atualidade: um estudo preliminar em Salvador

**Autor(es):** Darlane Andrade

**Resumo:** A atualidade, com características de um momento social pós-moderno, tem sido caracterizada por diversas transformações econômicas, sociais, políticas e que vem influenciado o âmbito dos relacionamentos amorosos, quando nos deparamos com diversidades de estilos de casamento como a união entre homossexuais, o casamento em que os pares residem em casas separadas, o aumento do número de divórcios e separações, os recasamentos, a visibilidade dos relacionamentos temporários como o “ficar” e outros estilos. Autores como Butler, Haraway, Wittig, Giddens, Beck, Castells, entre outros, apontam diversos indícios de mudanças nas relações amorosas tendendo à democracia, igualdade de gênero, a busca de realização e prazer, além das diversas possibilidades de constituição familiar com a quebra da heterossexualidade normativa e influências de outras bandeiras levantadas pelas feministas, que questionaram modelos de relações interpessoais de caráter opressor. É sobre essas mudanças no âmbito dos relacionamentos que este estudo volta seu olhar, com foco nas pessoas solteiras, adultas jovens e maduras, residentes em Salvador na Bahia. Tem como objetivos de investigar a posição das pessoas solteiras na sociedade, o estilo de vida, os exercícios da sexualidade, as vivências geracionais, as redes de sociabilidade e vida laboral, a vivência enquanto pertencente à classe média urbana na Bahia, e inclusive as implicações do próprio contexto tanto na constituição e construção deste sujeito – pós-moderno – quanto na atuação e contribuição deste sujeito no contexto em que ele vive. Este estudo está sendo desenvolvido no mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo do Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher (NEIM), na Universidade Federal da Bahia, e se encontra em fase de coleta de dados e construção do arcabouço teórico, como preparação para o exame de Qualificação. O estudo terá caráter qualitativo, utilizando a entrevista semi-aberta como instrumento e história de vida. Neste primeiro momento da pesquisa, estão sendo realizadas entrevistas para colher o perfil de trinta pessoas, com objetivo de eleger algumas para entrevista em profundidade, compondo as histórias de vida. Para este perfil, foram temáticas das entrevistas: a vivência de ser solteiro/a, morar sozinho/a ou dividir a moradia com amigos/as em Salvador, a rotina (trabalho, lazer, organização das atividades domésticas), alguns dados sobre as relações familiares e afetivas (compondo a rede social) e expectativas para o futuro. Foram entrevistadas até o presente, onze pessoas solteiras, sendo oito mulheres, na faixa etária entre 20 e 46 anos que não possuem relacionamento estável, nem foram casadas, sendo algumas pessoas tiveram namoros que duraram até 3 anos e duas mulheres já foram noivas. São naturais de outros estados ou do interior da Bahia, mas residem em Salvador há mais de dois anos, são graduados em áreas diversas, com exceção de um estudante de Direito; exercem atividades remuneradas, sete residem sozinhos e os demais dividem o apartamento com colegas. Para uma análise preliminar, percebemos que as pessoas solteiras constroem uma rede de sociabilidade diversificada como círculo de amigos no trabalho, em cursos, em atividades de esporte e lazer, algumas buscam investir no auto-conhecimento como apontou quatro mulheres, investem na carreira profissional, a maioria tem uma empregada doméstica para auxiliar na organização da casa e os homens no

geral não se preocupam com horários e atividades domésticas, com exceção de um homem que se mostra organizado com a casa; as pessoas estabelecem relações amorosas de formas diversas, uns buscando alguém para fazer companhia em momentos específicos como para ir a um restaurante, ou para paquerar em bares e três mulheres mostraram o desejo de constituir família – casar e ter filhos, sendo que uma mulher encontra na religião um apoio para acreditar neste sonho. Outras pessoas não se preocupam em ter uma parceria e se sentem bem saindo sozinhas para atividades de lazer. Houve relato de sentimento de solidão que é amenizado com as relações de amizade, atividades de lazer e oração. Apontaram estímulo da família de origem quanto à busca de autonomia pessoal e independência financeira e até mesmo o não incentivo para o casamento. Os dados têm revelado diferenças de gênero e geração na vivência da “solteirice” e apontam indicadores de transformações no campo dos afetos na medida em que as pessoas se engajam em relacionamentos alternativos, as mulheres buscam emancipação e os homens reconhecem esta busca e procuram também se envolverem de alguma forma, em atividades domésticas e concomitantemente, ainda existe um modelo ideal de casamento e família que é almejado por algumas pessoas, dentre outras questões que estão sendo levantadas na construção deste perfil das pessoas solteiras em Salvador e serão apresentadas neste congresso.

**Palavras-chaves:** relações de gênero, “solteirice”, feminismo, pós-modernidade

**Atividade: Mulheres e meninas na beira do mar (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** As meninas em comunidades litorâneas: sutilezas do processo inclusão/exclusão psicossocial

**Autor(es):** Adélia Augusta Souto de Oliveira, Denise Maria Moura Soares, Daniel Santos Libardi, Rômulo Marcelo dos Santos Correia, Ariana Cavalcante Melo

**Resumo:** Esta proposta pretende discutir uma abordagem conceitual acerca da criança e de seu protagonismo metodológico nos estudos psicossociais, realizados em comunidades litorâneas, bem como a fecundidade da análise do processo de inclusão perversa das meninas, em um contexto de fortes transformações ocorridas, com a introdução do turismo de massa no Nordeste brasileiro. Serão focalizados os aspectos fossilizados da significação e o processo de produção de sentido. Os primeiros encontram-se presentes nos contos e lendas e nas lembranças relatadas, enquanto o segundo pode ser analisado a partir da produção dos desenhos e fotos acerca dessas histórias. A concepção dos papéis sexuais permite uma compreensão das experiências vividas hoje, no contexto comunitário no que se refere à dimensão do permanente e do flexível. Em um contexto marcado pelas determinações da natureza e de seus elementos constituintes, o mar é tido como um espaço reservado aos homens, tanto no que diz respeito ao trabalho, quanto à diversão. O feminino surge como perigoso e demanda afastamento. A mata, por sua vez, guarda segredos na figura lendária da “comadre-florzinha”, uma flor carnívora, devoradora e aterrorizadora. Ameaça também é a violação ao proibido e o castigo decorrente ao ser transformada em “burra de padre”, ou morrer afogada, por ter desobedecido aos pais, e denominar a “pedra da moça” ao local do ocorrido. Como não podem se banhar, se divertir, nem se aproximar de estranhos, a vida das meninas era auxiliar a mãe nos cuidados domésticos e aos irmãos menores. O que ainda lhe resta é tratar o peixe e preparar a comida no âmbito do privado. Dentre as influências da transformação no cotidiano dos moradores, a mudança na sociabilidade comunitária foi definitiva e as relações de gênero evidenciam uma imposição de sutis diferenças, constituindo-se como uma mediação do significado e vai-se configurando como aspecto definidor de sentido, por meio da memória do papel social da mulher na localidade, as meninas verbalizam que o turismo as libertaram. Mudam-se os tempos, o turismo chega e uma saída encontrada pelas filhas dos pescadores foi se dedicar aos estudos e continuar a ajudar a mãe nos cuidados domésticos, mas agora com a possibilidade de executar atividades que

passaram a ser remuneradas, mas que ainda estavam no âmbito do privado: lavar roupas, fazer comida e alugar quartos para os primeiros turistas, puderam ter seus negócios, casarem e irem embora com estrangeiros. Recentemente, o mar para as meninas ganha novas configurações e podem surfar, nadar, brincar. No entanto, essas novas possibilidades potencializadoras convivem com situações de vulnerabilidade psicossocial.

**Palavras-chaves:** gênero, comunidade, memória, turismo

**Trabalho:** As mulheres impulsionando a mudança: gênero nas relações familiares de uma comunidade litorânea

**Autor(es):** Heliane de Almeida Lins Leitão, Adélia Augusta Souto de Oliveira, Ariana Cavalcante Melo, Rômulo Marcelo dos Santos Correia

**Resumo:** A família se constitui num contexto primário de socialização e desenvolvimento humano, caracterizando-se por proporcionar experiências que se dão simultaneamente no âmbito do individual/pessoal, do relacional e do sócio-cultural. Este trabalho pretende discutir continuidades e mudanças nas relações de gênero na família considerando-se processos subjetivos e sócio-culturais. Entre as mais significativas mudanças na família contemporânea estão as que se observam no papel e comportamento feminino, marcadamente a crescente participação da mulher no mercado de trabalho e a sua inserção e participação nas diferentes áreas sociais. Os estudos sobre família mostram que as relações de gênero foram afetadas por estas mudanças, mas que valores e ideais tradicionais coexistem com aspirações por novos modos de conjugalidade, paternidade e maternidade. No entanto, estas transformações sociais não afetam uniformemente todos os grupos familiares em seus diferentes contextos sócio-culturais. Em uma sociedade plural como a brasileira, marcada por imensas variações geográficas, ambientais, sócio-econômicas e de formação sócio-cultural, é necessário considerar a diversidade de modos de vida familiar, os quais precisam ser conhecidos e compreendidos. Neste trabalho serão apresentados e discutidos aspectos das relações de gênero observadas em famílias numa comunidade litorânea. Através de vários instrumentos de pesquisa qualitativa e norteado por uma escuta clínica dos pais, mães e crianças participantes, buscou-se compreender as relações familiares neste contexto comunitário. A organização da maioria das famílias da comunidade não corresponde ao modelo de família nuclear, sendo observadas muitas famílias de pais separados, famílias chefiadas por mulheres sem a presença do pai e famílias sem filhos. Nas famílias nucleares estudadas, pais e mães possuem baixa escolaridade, mas as mães apresentam um nível mais alto de escolaridade que os pais. O pai se constitui no principal provedor material da família enquanto a mãe se responsabiliza pelos cuidados com a casa e as crianças. Esta rígida divisão de papéis, típica de um modelo tradicional de família é reconhecida e aceita como 'natural'. As mães, no entanto, rompem com este padrão na medida em que realizam atividades remuneradas e buscam qualificação profissional, fato que gera um discreto e excepcional envolvimento do pai em tarefas domésticas e nos cuidados básicos com as crianças. A mãe aparece como a principal referência para os filhos no que se refere ao espaço doméstico, à convivência no cotidiano e à satisfação de necessidades emocionais. O pai está principalmente associado com o trabalho, o espaço público e como autoridade moral na relação com os filhos, seja para orientar, corrigir ou punir. Ambos os pais são reconhecidos como responsáveis pela disciplina e educação moral das crianças. Enquanto nas falas de pais e mães, a autoridade parental aparece sustentada no diálogo e permeada de afeto, evidencia-se na prática um estilo de autoridade predominantemente restritivo e punitivo, baseado na hierarquia e na severidade de princípios. Este estilo de autoridade parental é contestado pelas filhas que aspiram por serem escutadas num diálogo fundamentado em relações familiares mais igualitárias. Existe uma importante diferença de gênero nas expectativas e ideais em relação ao exercício da paternidade: o modelo tradicional de família que enfatiza a responsabilidade financeira e moral do pai é bastante valorizado pelos homens; em contraste, as mulheres priorizam aspectos que refletem um ideal de pai mais em consonância com um novo modelo de paternidade, o qual se fundamenta na afetividade e em relações igualitárias. Em geral, observa-

se a coexistência de ideais e valores novos e tradicionais nas famílias estudadas, possivelmente relacionada com as grandes transformações sociais ocorridas na comunidade desde a introdução do turismo de massa. É a partir das mulheres e das meninas que emerge uma busca por novas modalidades de existência e de relações entre os gêneros, gerando uma desestabilização do modelo antigo e um movimento de ruptura com a tradição.

**Palavras-chaves:** gênero,família,comunidade

**Trabalho:**As malhas da rede: Movimento social de trabalhadoras de pesca e políticas públicas

**Autor(es):** Hulda Helena Coraciara Stadler

**Resumo:** Como busco demonstrar, nem os problemas gerados nas relações de gênero, nem as reivindicações das mulheres da pesca são muito diferentes das que encontramos em outros círculos de movimento de mulheres, como é no caso da agricultura familiar. As pescadoras no Brasil têm em comum com outras trabalhadoras a histórica luta pela sustentabilidade da pesca como economia familiar, por direitos trabalhistas, previdenciários, e ainda a constante luta em combate à poluição e degradação ambiental, muitas vezes causadas por pesca predatória e projetos mal elaborados, que regidos pela lógica do capital, toma o mercado como mediador e a natureza por mercadoria. As mulheres sempre fizeram parte da história da pesca, mas observadas como coadjuvantes ou sem muito destaque nas construções históricas (Callou, 1986; Cardoso, 2001). Porém, essa história tem sido revista desde 2001 e as mulheres entram na luta de forma mais apropriada. Como afirma Lobo (1991), essa categoria de trabalhadores também possui dois sexos. As informações obtidas para a construção desse trabalho resultaram de pesquisa participante desenvolvida com as pescadoras pelo Núcleo de Estudos de Gênero e Agroecologia (NEGA-UFRPE). Nos últimos anos temos acompanhado a organização dessas mulheres através de variados trabalhos, consultoria, entrevista e convívio com a liderança nacional e local. Já os aspectos comparativos com as trabalhadoras rurais são resultado de atividades de extensão e intervenções junto a trabalhadoras rurais em regime de agricultura familiar. Esse trabalho vem sendo efetivado através da Incubadora de Cooperativas do Departamento de Educação. Às mulheres pescadoras acrescenta-se a luta pelo reconhecimento do seu trabalho dentro da cadeia produtiva pesqueira, atividades complementares muitas vezes invisíveis. Sobretudo aquelas executadas na agregação do valor ao pescado dado em certas localidades, num processo embrionário de modernização e industrialização na pesca. Mulheres que trabalham nos mangues e nos barracões de beneficiamento, expostas a insalubridade e má remuneração, mas que, como no caso do trabalho doméstico, nunca tiveram suas ações contabilizadas para o capital. A estas têm sido negados os direitos ao seguro defeso, auxílio maternidade e outros benefícios conquistados pela categoria ao longo da história. Contudo, mãos que trabalham por toda a costa e águas continentais do território nacional juntam as malhas e tecem a rede da Articulação Nacional das Pescadoras (Recife, abril de 2006) com o compromisso de divulgar amplamente suas bandeiras de luta nas mais distintas e distantes localidades em que a pesca artesanal tem sido a fonte de renda e de segurança alimentar. A apresentação desse trabalho é uma proposta de demonstrar o tanto que as trabalhadoras da pesca vem, paralelamente ao movimento de mulheres, conquistando sua cidadania.

**Palavras-chaves:** gênero,pesca,movimentos sociais

**Atividade: Violência Sexual e Gênero: olhares sobre a infância (Mesas Redondas)**

**Trabalho:**O Abuso Sexual na Construção de Moralidades Sobre a Infância

**Autor(es):** Mônica Corrêa Meyer

**Resumo:** Pretendo apresentar nesta discussão as questões que dizem respeito aos sentidos forjados para a infância quando se problematiza o abuso sexual infantil. Quais as práticas sociais e que efeitos são produzidos no social junto ao surgimento da figura da criança abusada (ou explorada) sexualmente, da criança vítima sexual? No Brasil, os movimentos sociais da década

de 80, amparados nos processos de afirmação dos direitos humanos em curso no Ocidente, trazem novas discussões colocando em cheque os pressupostos que norteavam a legislação para a infância vigente: o Código de Menores de 1979. As discussões trazidas por esses grupos, produziram textos que foram incorporados a Constituição de 1988 e, que acabaram por embasar a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Novos temas e métodos de gestão das políticas sociais propostos pela lei entraram em pauta e, o abuso sexual de crianças mostrou-se um tema pregnante. Desde aquele ano até os dias de hoje, no Brasil, as tentativas de definição do abuso sexual de crianças intensificaram-se, o testemunho das crianças sexualmente abusadas passou a ser valorizado como prova nas Varas de Família como também em processos criminais de adultos e, coroando esses movimentos, surge no cenário social a figura da criança vítima de abuso e exploração sexual. Os cursos e manuais técnicos proliferam e orientam o trabalho com a criança, todos estes ressaltando o lugar de vítima a elas destinado nas situações de abuso sexual. A configuração da figura da criança vítima de abuso sexual pode ser percebida em textos acadêmicos e guias de orientação para a abordagem das situações de abuso e exploração sexual. Vou propor que esta figura vem sendo constituída como uma criança sem desejo, um objeto da sexualidade adulta; como também que a "inocência" das crianças sobre o amor erótico, mesmo após Freud, permanece sendo investida nas práticas sociais da cultura ocidental. Também vai ser explorada a configuração da criança vítima concomitantemente a definição do sujeito de direito do ECA (1990), que mantém o lugar da criança como alguém a ser tutelado, que precisa do olhar adulto e da proteção integral. O sujeito de direitos qualificado como vítima a partir de um modelo hegemônico e universalizado de infância. Neste jogo, a singularidade de cada sujeito é anulada e os sentidos que cada um deles pode dar à sua história são apagados. As proposições de Michel Foucault sobre o dispositivo da sexualidade na captura dos sujeitos pelo discurso científico dão suporte as formulações que proponho na construção da criança vítima de abuso sexual. No século XIX a figura da criança masturbadora permitiu a expansão do controle sobre o corpo da família ocidental, trazendo-lhe um novo desenho. Essa criança desapareceu no transcorrer do século XX, mas vemos alguns elementos daquela configuração aparecendo na figura da criança abusada sexual.

**Palavras-chaves:** infância, violência sexual, direito da criança

**Trabalho:** Fragmentos Generificados Nas Histórias Das Violências Sexuais

**Autor(es):** Regina Ingrid Bragagnolo

**Resumo:** As violências sexuais configuram-se de múltiplas formas, em diferentes graus, instituições e grupos. Algumas são constituídas nas relações entre adulto e criança, nas formas de opressão e de desigualdade, de uma dominação que assinala os contornos generificados e adultocráticos. Através de uma pesquisa etnográfica num Programa Sentinela de Santa Catarina se investigou os registros dos profissionais da pedagogia, psicologia e serviço social acerca das crianças em situação de violência sexual. Procuo nessa discussão abordar as informações presentes nesses registros sobre as histórias de violências sexuais de crianças que revelam o entrelaçamento com as relações de gênero, enquanto elementos construídos nas convivências sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos. Os estigmas das meninas abusadas "terem sexualidade aflorada" e os meninos abusados serem "bichinha", assim como o reforço que somente homens são agressores, revelando uma invisibilidade das mulheres como agressoras são um construto histórico e cultural, marcado pelas questões de gênero. Apesar dos indicadores sociais demonstrarem que o número maior de crianças violentadas é de meninas, não se pode excluir a possibilidades de meninos serem abusados. Um dos aspectos sociais que pode estar atrelado ao não acesso dos meninos aos Programas Sentinelas é o imaginário social que se estabelece em torno das questões da sexualidade masculina. Em uma reunião de estudo de caso, os(as) profissionais relataram que um dos meninos acompanhados pelo Programa Sentinela estava vivendo um processo de estigmatização; chamavam-no de "bichinha", pois foi abordado tendo contato sexual com seu amigo de infância. Nesse rótulo de "bichinha" há uma violência simbólica, que parte do pressuposto de que o menino viveu uma relação homoafetiva e está fora do padrão de normalidade. Para Louro (2000), a normalidade é representada pelo heterossexual, onde a identidade masculina e feminina se ajusta às representações hegemônicas do gênero. Louro (1992) afirma que esse aspecto relacional entre os sexos é uma

instância de fabricação, dentro das lógicas polarizadas, e constituem as masculinidades e feminilidades, assumido também pela vigilância e pela censura da sexualidade, as orientações pelo alcance da normalidade. A idéia de que a exposição do menino junto à rede de atendimento poderá ser algo que o estigmatize perante o grupo social e marque a sua identidade sexual, pode ser um dos componentes que impede algumas famílias de realizarem a denúncia. As denúncias também são silenciadas porque grande parte delas acontece no seio familiar, o qual 21% são pais e 41% padrasto segundo o levantamento dos perfis dos agressores realizado a partir dos prontuários de atendimento do Programa Sentinela em 1999 a 2002. Por ser no seio familiar que a maioria dessas violências acontecem, a casa é o lugar onde se centram os episódios destas violências. Para Almeida (1999: 264), a casa é reconhecida como o lugar do feminino e passa a ter sentidos para os homens, que significam esse espaço como atrelado ao prazer, ao gozo, à proteção e ao acolhimento.

**Palavras-chaves:** violência sexual,gênero,sexualidade

**Trabalho:**A construção e a desconstrução social da idade do consentimento

**Autor(es):** Mônica Corrêa Meyer,Regina Ingrid BRAGAGNOLO,Laura Lowenkron,Regina Ingrid Bragagnolo

**Resumo:** Minha proposta é analisar discursos em torno da sexualidade na infância, mostrando como, ao inventar o dispositivo da sexualidade, a `ciência sexual` criou um dispositivo gerador de uma sexualidade polimorfa e transformou a criança em uma `máquina de devir`. Assim, a sexualidade da criança apareceu na modernidade como um lócus privilegiado de risco, especialmente a partir do momento em que, no Ocidente, a sexualidade passou a ser entendida como um aspecto determinante na constituição dos sujeitos e da cultura. Ao mesmo tempo em que resgata a aproximação sexual entre adultos e criança sem uma espécie de família, de certa maneira, incestuosa, a psicanálise separa cuidadosamente a sexualidade da infância em relação à adulta de modo a garantir algum tipo de distância segura para que elas não possam realmente se misturar. A proximidade corporal entre crianças e adultos só é admitida sob a condição da sexualidade da primeira ter sido entendida enquanto suficientemente diferenciada em relação à segunda. Assim, entende-se que cabe ao adulto garantir a especificidade da sexualidade da criança para protegê-la, garantindo a normalidade de seu desenvolvimento. Se as noções, difundidas pela psicanálise, de que as pessoas são, desde os primeiros anos de vida, sujeitos desejantes e de que o desejo passa a ter uma "forma" admitida socialmente enquanto sexual (nos termos freudianos: subordinação das zonas erógenas ao primado da zona genital) no período da puberdade são razoavelmente aceitas socialmente, é difícil definir quando o sujeito passa a ter responsabilidade pelo seu desejo e quando o corpo pode começar a ser desejado sexualmente e por quem. Essas noções estão em jogo na definição legal da `idade de consentimento`. Mas não quero me concentrar na "idade de consentimento" definida legalmente, e sim investigar o processo de produção de discursos e valores que definem os limites entre o moralmente aceitável e o inaceitável. Observa-se, desde o século XVIII, um movimento crescente de proliferação de discursos morais de caráter aparentemente `repressor` em torno da sexualidade da criança e do adolescente. Essa tagarelice parece ter passado por uma nova onda de intensificação e ter ganhado novas formas desde as últimas décadas do século XX e até os dias atuais. Procuro mostrar como às mesmas tecnologias históricas de saber-poder que são acusadas de reprimir a sexualidade da criança pode se atribuir o papel de sua constituição. Baseando-me na obra de Michel Foucault, argumento também que foi justamente em torno do corpo da criança e de seus `perigosos` prazeres que se constituíram e se afirmaram novas técnicas de saber-poder. A noção de infância e a importância dessa `fase da vida` nascem subordinadas ao mesmo princípio `natural` que marca a família e a sexualidade no mundo moderno: a `centralidade da reprodução`. Não apenas a vida, mas a própria cultura se reproduz a si própria pela reprodução da criança. O modelo da família moderna prescreve valores e condutas que regulam não apenas as relações intrafamiliares, mas entre adultos e crianças e homens e mulheres de uma maneira mais geral. A família é um paradigma não apenas para as



relações de parentesco, mas para qualquer relação sexual na nossa cultura. A centralidade da reprodução na definição das diferenças entre as pessoas e, assim, da definição da relação entre elas baseada em termos de diferenças naturais está relacionada ao fato de que, no nosso sistema cultural, a produção de pessoas ocorre através da procriação sexual, como destacam Yanagisako e Collier (1987). Mas é preciso se dar conta de que as diferenças naturais são elas mesmas construções culturais. Ao explicitar os processos simbólicos por meio dos quais o mundo moderno organiza um sistema prescritivo de valores e condutas apoiados pela forma naturalizada da família biológica celular, meu objetivo não é propor novas prescrições que se oponham a esse paradigma. O que pretendo mostrar é como diferenças naturais que servem de base para justificação de desigualdades sociais foram criadas por e para uma classe específica em um dado momento histórico.

**Palavras-chaves:** sexualidade, infância, violência sexual

**Atividade: A influência das crenças sociais sobre homossexualidade nas opiniões sobre direitos civis (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Autoritarismo, Democracia e Exclusão Social: o caso dos portadores do HIV/AIDS

**Autor(es):** Margareth Regina Gomes Veríssimo de Faria, Thalita Vargas Leite Martignoni, Ana Raquel Rosas Torres, Maysa Maneira Bittar

**Resumo:** Partimos do pressuposto que, apesar de vivermos numa sociedade democrática, onde a legislação coíbe práticas discriminatórias, o preconceito não desapareceu completamente, mas vem se tornando cada vez mais sutil. No entanto, no caso dos homossexuais, pesquisas recentes realizadas no Brasil têm demonstrado que o preconceito contra esse grupo continua sendo flagrante. Considerando que o preconceito surge nas relações sociais, que envolvem lutas pelo poder baseadas em sistemas de crenças a respeito da organização da sociedade, e não nas características individuais dos cidadãos membros dela, este trabalho analisa o fenômeno do preconceito a partir de uma perspectiva psicossocial. Esta perspectiva leva em consideração o conhecimento produzido socialmente a partir de relações sociais. Por outro lado, apesar da ênfase dada pelas campanhas preventivas ao conceito de vulnerabilidade coletiva, a relação estigmatizante entre HIV/AIDS e homossexualidade ainda persiste no imaginário coletivo. Essa constatação leva alguns autores (Daniel & Parker, 1991) a afirmarem que o vírus mais poderoso e prejudicial à sociedade não é o “vírus biológico”, mas o “vírus ideológico”, que exclui o portador do HIV/AIDS, sua família e seus amigos levando-os a uma “morte social” que os coloca à margem da sociedade. Contudo, sendo o preconceito e a discriminação dele decorrente, processos justificadores da exclusão social e partindo do pressuposto de que a origem desses fenômenos está nas normas sociais dentro de um contexto social, a questão investigada neste trabalho refere-se ao papel dos ideais democráticos e autoritários adotados pela nossa sociedade na expressão do preconceito contra os portadores do HIV/AIDS. Portanto, este trabalho teve como objetivo investigar a influência dos ideais democráticos e autoritários na discriminação contra os portadores do HIV/AIDS. A análise do preconceito se deu a partir do apoio à obrigatoriedade da testagem do HIV, já que a concordância com a testagem e exposição dos nomes das pessoas contaminadas reflete a força do preconceito existente, pois fere o direito de privacidade do outro, segundo nossa legislação. Participaram deste estudo 105 estudantes universitários de Psicologia, com idade média de 26 anos. Os participantes responderam a um questionário individualmente, em aplicação coletiva, após autorização do professor em sala. O questionário era composto por escalas em formato Likert que variaram de 1 (discordo plenamente) a 7 (concordo plenamente). A primeira escala tratava sobre a Obrigatoriedade da Testagem do HIV como forma de identificar os portadores do vírus e assim proteger as pessoas saudáveis da contaminação; a segunda escala era sobre a importância dos ideais Democráticos para a organização da sociedade; a terceira escala era sobre autoritarismo e, finalmente, os dados sócio-demográficos. Os resultados demonstraram que apenas a adesão aos ideais

democráticos influencia a rejeição da obrigatoriedade da testagem anti-HIV. Ou seja, quanto mais os participantes acreditam que a democracia é a melhor forma de organização da sociedade, menos eles aceitam a idéia da obrigatoriedade da testagem Anti-HIV. Não foram encontradas relações nem com os valores autoritários nem diferenças entre as religiões dos participantes. Estes resultados demonstram que os valores democráticos possuem grande importância nas decisões e na organização de nossa sociedade: eles são importantes para a tolerância com o diferente. Os resultados também demonstraram que os valores democráticos e autoritários são construtos independentes mostrando que um mesmo indivíduo pode ter valores democráticos e autoritários em contextos diferentes. Alguns estudos (McClosky, 1964; Prothro & Grigg, 1960; Stouffer, 1956) explicam esse fenômeno justificando que há uma maior facilidade em concordar com valores democráticos abstratos, mas uma dificuldade em aplicá-los em situações concretas. Dessa forma, verificamos a importância de se adotar uma perspectiva mais psicossocial na investigação de fenômenos tais como o preconceito e discriminação.

**Palavras-chaves:** HIV/AIDS, crenças, discriminação, valores sociais

**Trabalho:** Representações sociais, preconceito e discriminação contra homossexuais

**Autor(es):** Luciene Campos Falcão, Cícero Pereira, Anelyse dos Santos Lira Soares Pereira, Ana Raquel Rosas Torres

**Resumo:** Investigações mostram que a manifestação explícita das atitudes preconceituosas e de comportamentos discriminatórios tem diminuído nas últimas décadas (Dovidio & Gaertner, 1996), mas vem indicar também que a sua expressão sutil (Gaertner & Dovidio, 1986) permanece inalterada. Contudo, no que se refere às minorias sexuais, a aplicação destes princípios parece ser mais complexa (Frank & McEneaney, 1999; Melton, 1989), como têm revelado as investigações sobre o preconceito contra os homossexuais. No Brasil, o debate sobre o apoio às políticas de combate à discriminação dos homossexuais tem se intensificado nos últimos anos e tem focalizado principalmente no reconhecimento legal das uniões homossexuais e na adoção de crianças por casais homossexuais. Com base na teoria das representações sociais, apresentamos um estudo sobre as relações entre as representações sociais que as pessoas têm da natureza da homossexualidade, o preconceito contra os homossexuais e o apoio a políticas de combate à discriminação dos homossexuais. Para podermos analisar de forma mais completa as teorias leigas sobre a natureza dos grupos sociais, propomos que as crenças essencialistas devam ser compreendidas no âmbito dos processos descritos por Moscovici (1969/1976) para caracterizar as representações sociais. Mais precisamente, pensamos que as dimensões das crenças essencialistas podem ser mais bem compreendidas se forem analisadas nos termos das teorias de senso comum, ou representações sociais, sobre a natureza dos grupos sociais. Contudo, Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi (1993) propuseram uma definição resultante de posições sociais diferentes ou opostas, que organizam as diferenças dos posicionamentos individuais em relação a pontos de referência comuns. Lacerda, Pereira e Camino (2002) mostraram que as representações sociais da homossexualidade, analisadas em termos de explicações ou atribuições das pessoas a respeito da natureza da homossexualidade, são compostas por cinco princípios organizadores: religiosas, ético-morais, psicológicas, biológicas e psicossociais. Os resultados levaram os autores a concluir que as explicações que os grupos apresentaram para a natureza da homossexualidade podem contribuir para a manutenção de práticas discriminatórias. Para este estudo responderam um questionário 297 estudantes dos cursos de psicologia, serviço social e direito. Inicialmente realizamos três equações estruturais para verificarmos quais as variáveis que se correlacionam com a oposição à adoção de criança, na primeira a pertença religiosa foi significativa; na segunda equação, quando as explicações da homossexualidade são acrescentadas, os efeitos do tipo de religião e do estado civil deixam de ser significativos. Os efeitos das explicações ético-morais, religiosas e psicológicas são positivos: maior adesão a estes tipos de explicações implica maior oposição à adoção de crianças por casais homossexuais. O efeito das explicações psicossociais é negativo e significativo. Na terceira

equação, com incremento substancial na variância explicada com a adição do preconceito no modelo. O efeito das explicações psicológicas deixa de ser significativo. A magnitude dos efeitos das explicações ético-morais, religiosas e psicossociais diminuem consideravelmente, mas continuam sendo significativamente diferentes de zero. Estes resultados significam que, após termos controlado o efeito das variáveis sócio-demográficas e do preconceito, estas explicações continuam a predizer a oposição à adoção. Posteriormente, realizamos três equações estruturais sobre a oposição ao casamento, os resultados da primeira equação revelam que os participantes evangélicos e os estudantes do sexo masculino se opõem mais fortemente ao casamento homossexual. Na segunda equação, quando as explicações da homossexualidade são acrescentadas ao modelo, o efeito do sexo dos participantes deixa de ser significativo. No entanto, o efeito do tipo de religião (evangélica) continua a predizer significativamente esta oposição. Além disso, a pertença à religião católica passa a predizer significativamente a oposição ao casamento homossexual. A maior adesão às explicações ético-morais, religiosas e psicológicas implica maior oposição ao casamento homossexual; a maior adesão às explicações psicossociais está associada à menor oposição ao casamento. Na terceira equação, os efeitos das pertenças à religião católica e evangélica indicam que estas pertenças predizem a oposição ao casamento homossexual, mesmo após termos controlado os efeitos das explicações e do preconceito. Por fim, o efeito do preconceito é substancial e significativo, de modo que o maior nível de preconceito implica maior oposição a este tipo de casamento. Estes resultados indicam que o preconceito pode ser o mecanismo psicológico através do qual as representações sociais, sobre a natureza dos grupos sociais, levam a discriminação contra esses grupos. Pensamos que estes resultados podem ser compreendido à luz da teoria das representações sociais, principalmente se recorrermos ao fato de as representações resultarem da transformação de conceito e relações elaborados no âmbito institucional e transformados em saber de senso comum (Moscovici & Hewstone, 1983). As relações entre as explicações religiosas e as ético-morais com o preconceito e a discriminação contra os homossexuais confirmam os resultados de investigações prévias, mostrando que explicações desta natureza estão na base das atitudes anti-gays (Lacerda et al., 2002). O efeito das explicações religiosas também é coerente com um conjunto de pesquisas que mostram o papel fundamental das crenças religiosas nas atitudes anti-homossexuais (Wilkinson & Roys, 2005).

**Palavras-chaves:** representações sociais,preconceito,homossexualidade

**Trabalho:**A transexual: entre a identidade e o corpo

**Autor(es):** Patricia da Silva,Fabiana Barbosa Santos Cruz

**Resumo:** O presente trabalho objetiva verificar o significado que a mudança de sexo exerce sobre os transexuais que estão passando pelo processo de “transgenitalização” e reconstruindo uma história da descoberta de sua identidade sexual e da assunção da mesma na sociedade. Participou da pesquisa um transexual, de 38 anos, do Estado de Sergipe, que respondeu a uma entrevista semi-estruturada composta de 09 (nove) questões abordando os seguintes aspectos: dados de identificação, sobre a compreensão identitária, identidade sexual, avaliação emocional, mudança fenotípica e aspectos pessoais. Neste sentido pode-se verificar no que se refere à compreensão das diferenças entre homens e mulheres, que a entrevistada afirma não existir uma distinção entre homem e mulher, e que em tais classificações trata-se mais de uma construção social. No entanto admite uma distinção no nível biológico, genético de 5% que considera inexpressivo. Quando questionada sobre a sua identificação com a figura feminina ou exatamente o quanto se sente enquanto mulher demonstra uma certa contradição com a resposta anterior, já que agora demonstra uma inclinação, de ordem intrapsíquica ou genética, da pessoa para assumir papéis de homem ou de mulher. Quando perguntado como é ser um transexual afirma que a partir do momento em que assume a sua identidade perante a sociedade vê-se discriminada e excluída. A assunção da identidade proporciona um conforto emocional e aumento da auto-estima para a transexual. A descoberta da sexualidade é relatada como proveniente de uma constatação genética, isto é, diz que já nasceu assim por ter cromossomos femininos e que sentiu muita dificuldade por ter se sentido discriminada pela própria família especificamente a sua mãe e por ter que sair da sua cidade para viver a sua vida. Já quanto ao

processo de mudança de sexo relata que foi complicado num dado momento, por não saber a sua identidade e por sentir dificuldade de se encaixar em um grupo, enquanto o processo de mudança em si foi simples pois contou com a ajuda de médicos e de toda uma estrutura para realizar essa mudança. A mudança das características físicas é relatada dando ênfase às questões da genética como fato que determinou a sua mudança física e que esse fator genético ajudou na retificação do seu nome, mais criticou essa mudança por ter dado oportunidade para que sofresse discriminações e preconceitos das pessoas com quem convivia. Quando foi questionada sobre o que idealizava para sua vida, a entrevistada relatou que não havia possibilidade para desenvolver-se na vida por questões relacionadas ao preconceito e a discriminação e o que a entrevistada mais deseja é ser aceita pela sociedade. Portanto, pode-se concluir que a transexual não contesta a diferença entre os sexos: ele ataca em sua formalidade exterior, em seu aspecto de convenção, mas se recusa a identificar-se com o que lhe apresenta o seu contorno anatômico. Para a transexual o seu sexo genital não corresponde à sua verdadeira “natureza” ou, àquilo que sente realmente ser, e a medicina que retifique o que considera um erro funesto que o impede de viver normalmente. Por isso, muitas delas desejam fortemente a adequação do sexo para serem reconhecidas como tais perante a sociedade. Quando uma transexual masculina opta pela cirurgia é porque ela não atribui valor algum ao seu pênis, ela o rejeita completamente, uma vez que se sente mulher, então a adequação do sexo requer uma outra programação anatômica, uma nova conformação sexual dessa pessoa. Depois de um árduo processo na construção da identidade e da mudança de sexo, a transexual tem que enfrentar o sistema judiciário para fazer a retificação do registro civil no que tange ao seu prenome e estado sexual, porque o mesmo não condiz com a sua realidade. Mesmo assim a mudança legal do sexo não garante a mudança do nome. Porque para a legislação o que define a pessoa é o sexo biológico original, mesmo que tenha extirpado seu sexo gonadal (testículos e ovários), que tenha construído uma nova genitália (neo-vagina ou neo-pênis), e que psicologicamente se identifique com o outro sexo e viva socialmente no gênero oposto ao que nasceu. Nesses casos o biológico prevalece em desprezo dos domínios psicossociais e até físicos, isso tem que ser revisto, pois não há razão lógica, além de preconceito que justifique tal postura antiética e desumana da justiça. Essa retificação é de fundamental importância na vida do indivíduo, pois de nada adianta ostentar um nome pelo qual não é reconhecido, que não o identifica e não exprime a realidade.

**Palavras-chaves:** transsexualismo, identidade, retificação de nome

**Atividade: As mães do Bom Pastor.  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** As mães do Bom Pastor.

**Autor(es):** Paulo Emílio Macedo Pinto

**Resumo:** Este estudo buscou investigar a condição materna da mulher presidiária. Pretendeu-se averiguar, especificamente, sobre o exercício da maternidade de mulheres encarceradas, que estivessem cumprindo pena na Colônia Penal Feminina do Recife, conhecida como Bom Pastor. A metodologia utilizada foi de natureza qualitativa, uma vez que possibilita maior interação entre o pesquisador e as pesquisadas. Para a coleta dos dados utilizou-se a entrevista semidirigida, partindo de uma pergunta disparadora: “Como você se sente sendo mãe e estando presa (reclusa)?”. As entrevistas foram individuais e gravadas; posteriormente, transcritas e analisadas, de acordo com a análise de tema de Minayo. Participaram da pesquisa dez mulheres, previamente selecionadas, com o apoio do Serviço Psico-social do Presídio, conforme a gravidade de sua sentença e respeitando a espontaneidade de cada uma na participação da pesquisa. Considerando-se a realidade das presidiárias e de suas famílias, conclui-se que o meio em que nasceram e cresceram, não lhes é favorável ao processo de crescimento emocional. As suas crianças, após a fase de aleitamento, são separadas delas e entregues aos familiares próximos. No caso de ausência destes, são confiadas às Casas de Custódia e Abrigos, muitas vezes não encontrando condições que supram a ausência materna. Os resultados apontam para a falta de apoio das Autoridades, no sentido de uma continuidade e cobertura dos Programas Sociais, dirigidos às famílias das presidiárias. A continuidade do estudo desse fenômeno pode

dar origem a intervenções sociais preventivas que beneficiem tanto a mulher presidiária, quanto filhos, companheiros e, por extensão, sua família, como um todo, bem como a sociedade, tida como palco das histórias de violência. Destacamos aqui uma especial atenção às mulheres provenientes de família pobre, situação que parece contribuir significativamente para a condição da violência. Pobreza que pode ser analisada tanto em termos absolutos como em termos relativos. Pobreza absoluta, compreendida quando um indivíduo ou uma família não tem recursos ou a renda mínima necessária para prover suas necessidades básicas; e pobreza relativa, definida em comparação com um grupo de referência adequado e revela a existência de desigualdade sócio-econômica. Ambos os tipos de pobreza podem contribuir para a violência, mas pobreza absoluta é considerada a base fundamental da violência familiar e da violência social. Para compreender o universo desta mulher presidiária escolhemos um caminho que nos levou a querer conhecer na história e na memória o que pareceu contribuir para esta condição. Como profissional atuante, durante o desenvolvimento do nosso trabalho voluntário no presídio e por ocasião do contato mais próximo com estas mães, pudemos ouvir suas histórias permeadas de preocupações com os filhos, de angústia de estar ali dentro, de sentimento de injustiça e de anseio pela liberdade. Estes sentimentos apresentados por elas nos conduziram a buscar respostas para nossos questionamentos. Enquanto não tomarmos consciência da dimensão desta problemática, enquanto não encontrarmos soluções concretas, estas famílias poderão estar por aí se destruindo. Pois sabemos que por serem famílias de risco, maiores são as chances de se tornarem infratoras, menores as possibilidades de bem estar e exercer os seus direitos de cidadania.

**Palavras-chaves:** Vínculo materno, Violência feminina, Presídio feminino, Família, Maternagem

**Atividade: Psicologia e Sistema Judiciário: um estudo exploratório do atendimento aos casos de violência de gênero junto ao Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte - MG. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Psicologia e Sistema Judiciário: um estudo exploratório do atendimento aos casos de violência de gênero junto ao Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte - MG.

**Autor(es):** Alessandro Vinicius de Paula, Ingrid Faria Gianordoli Nascimento, Alessandra Craig Cerello, Aline Sousa Alves, Flávia Gotelip Corrêa Veloso, Gisele Lúcid Domingos Pereira, Isadora Senra, Maria Cristina Leão de Araújo, Paulo Roberto da Silva Junior, Verônica Rocha, Viviane Cristina Fernandes Cézar

**Resumo:** A violência que se manifesta no âmbito doméstico tem despertado grande atenção de pesquisadores e órgãos públicos em vista dos custos que esta causa à estrutura da sociedade. Desde os anos 80, o Brasil aprovou e começou a implementar leis mais rígidas relacionadas à violência contra a mulher, e a estruturar uma rede especializada de atenção. Um intenso debate tem acompanhado a Lei que instituiu os Juizados Especiais Criminais/JECRIM (9.099/95), que julgam e processam infrações de “menor potencial ofensivo” – tais como os crimes de ameaça, agressão física e contra a honra – entre as quais a violência contra a mulher geralmente se enquadrava. Apesar de ter possibilitado o acesso de uma população que anteriormente não buscava a Justiça como canal de resolução de seus conflitos, há questionamentos sobre a eficácia das intervenções realizadas no JECRIM no tocante à interrupção e prevenção das violências intrafamiliar e/ou de gênero. A fim de desenvolver uma nova abordagem de intervenção judicial para os casos de violência no âmbito doméstico, foi criado pelo setor de

Psicologia e Serviço Social do Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte (JECRIM/BH) o Programa de Atenção à Violência Doméstica (PROVIDA). Um dos objetivos desse programa é desenvolver formas de atendimento e propostas de transação penal que contemplem a perspectiva de gênero, em alternativa à cesta-básica e à prestação de serviço à comunidade, para os autores de agressão, visando contribuir com a proposta de implementação de ações multidisciplinares através do Poder Judiciário e Ministério Público, conjugando a aplicação de medidas coercitivas com intervenções terapêuticas e sócio-educativas. Nesta pesquisa buscamos observar/analisar a dinâmica do atendimento inicial realizado no JECRIM/BH aos casos de violência de gênero, visando propor uma contribuição, por parte da Psicologia, na realização dos procedimentos que favoreçam as ações voltadas para a pacificação social através de uma justiça restaurativa em oposição a uma justiça punitiva. Foram realizadas as seguintes atividades: I) observação das audiências preliminares de conciliação conduzidas por estudantes de direito; II) observação de “audiências multitransatores”, conduzidas por um(a) Juiz(a), um representante do Ministério Público e por um representante do setor de Psicologia e Serviço Social do JECRIM/BH; III) conhecimento dos programas que integram a rede do PROVIDA. A partir da observação de 18 audiências que incluíam casos de violência de gênero (ameaça/agressão), verificou-se que: A) não existe um padrão na condução das entrevistas de conciliação realizadas pelos conciliadores; B) esta condução é permeada pela moralidade e valores pessoais de cada conciliador; C) os conciliadores não adotam qualquer abordagem ou metodologia de trabalho que contemple a perspectiva de gênero; D) as audiências acabam por servir para a reprodução dos padrões desiguais de dominação de gênero; E) os conciliadores utilizam excessivamente termos técnicos e/ou de uso restrito do Direito; F) nos casos de violência de gênero, os conciliadores e operadores de direito continuam, em parte dos casos, utilizando a proposta de transação penal tradicional, quando o Setor de Psicologia poderia fazer o encaminhamento do autor de agressão para grupos reflexivos sobre masculinidade, violência e diferenças de gênero. Apontamos que os encaminhamentos de casos muito semelhantes tomam rumos distintos de acordo com o conciliador que conduz o caso. Também é pouco frequente, por parte dos conciliadores, a preocupação em esclarecer os termos técnicos para as partes, o que dificulta a compreensão de todo o processo, inibindo a implicação e responsabilização dos autores de agressão que chegam ao JECRIM. Outra consequência observada, a partir do acompanhamento do trabalho desenvolvido junto aos grupos reflexivos, é que os autores de agressão chegam ao programa com expectativas negativas em relação a este. Tais expectativas são geradas, em parte, por falta de maiores informações e de compreensão da medida a ser cumprida. Identificamos a necessidade de uma maior sistematização na realização das audiências preliminares, de forma que haja um esclarecimento preciso de todo o procedimento para as partes envolvidas. Acredita-se que a partir disso será possível alcançar melhores resultados qualitativos nas medidas de transação penal, visando diminuir a reincidência da vítima e aumentar a participação do autor da agressão no processo, favorecendo a resolução do conflito.

**Palavras-chaves:** Violência de gênero, Poder judiciário, Conciliação

**Atividade:** A rede de atenção à violência contra a mulher em Belo Horizonte - MG: um estudo exploratório das intervenções da Psicologia junto a homens autores de violência. (Comunicações Científicas)

**Trabalho:** A rede de atenção à violência contra a mulher em Belo Horizonte - MG: um estudo exploratório das intervenções da Psicologia junto a homens autores de violência.

**Autor(es):** Alessandro Vinicius de Paula, Ingrid Faria Gianordoli Nascimento, Alessandra Craig Cerello, Paulo Roberto da Silva Junior

**Resumo:** O tema da violência deve ser abordado como um problema de Saúde Pública. Todo e qualquer indivíduo pode estar envolvido na dinâmica de praticá-la ou sofrê-la, o que torna necessário estudar as suas diversas facetas, buscando sempre alternativas para a sua

erradicação. Atualmente, o tema da violência contra a mulher é abordado através do entendimento do gênero como elemento constitutivo das relações sociais. No entanto, a maioria dos estudos sobre este tema ainda focaliza a mulher como vítima, naturalizando a posição de agressor do homem. Nesse sentido, torna-se necessário estudar o homem como autor de uma agressão, não estigmatizando e marginalizando sua postura de agressor, mas sim levando em conta as influências do processo de formação da masculinidade hegemônica e seus desdobramentos nas relações entre homens e mulheres; descobrindo, assim, outras formas de masculinidade muito distantes do seu padrão hegemônico. O objetivo deste trabalho foi o de realizar um levantamento das propostas de ações voltadas ao atendimento/encaminhamento a homens autores de violência de gênero, e às instituições de enfrentamento deste tipo de violência na região metropolitana de Belo Horizonte - MG. Foram mapeadas 25 instituições que atuam no enfrentamento da violência e no atendimento a homens autores de violência, no intuito de conhecer o público atendido pelas instituições, os trabalhos realizados, a existência do profissional psicólogo e a abertura para parcerias nos trabalhos realizados. Utilizamos três procedimentos para este mapeamento: I) levantamento das instituições via internet, catálogo telefônico e encaminhamentos intra-instituições; II) contatos telefônicos com as instituições levantadas; III) visitas/entrevistas. As instituições mapeadas foram categorizadas em dois grupos: o primeiro formado por 13 instituições voltadas para algum tipo de atenção aos homens autores de agressão e o segundo grupo constituído por 12 instituições que compõem a rede de enfrentamento à violência contra a mulher. Para a fase inicial do trabalho foram selecionadas 21 instituições que se adequavam ao objetivo da pesquisa. Realizou-se contato telefônico para obter maiores informações indisponíveis por meio de internet/catálogo telefônico. Com base nas informações obtidas, realizou-se 07 visitas/entrevistas e identificou-se 03 instituições voltadas para o atendimento a homens autores de agressão e 04 instituições que atuavam no enfrentamento da violência de gênero. Pode-se considerar a caracterização geral das instituições como: A) 02 ONG's com intervenções voltadas para homens; B) 01 parceria público/privado atendendo adolescentes infratores; C) 02 instituições municipais de atendimento a mulheres vítimas de agressão; D) 01 entidade voltada ao estudo/prevenção à violência; E) 01 instituição estadual criminal. Todas as instituições possuíam, no mínimo, 01 psicólogo realizando trabalhos de intervenções, sendo que, em 04 delas há psicólogos exercendo cargos de gestão. As atividades realizadas pelas instituições variaram entre: 04 realizavam atendimentos psicoterapêuticos individuais; 05 realizavam grupos reflexivos; 02 realizavam triagem de casos de mulheres em situações de riscos e encaminhamentos para instituições da rede de enfrentamento à violência; 02 realizavam oficinas. Dados preliminares apontam que poucas instituições apresentam, nos meios de divulgação, informações suficientes que possam subsidiar a compreensão do tipo de trabalho realizado e seus objetivos, dificultando o acesso da população aos serviços mesmo quando as informações se dão via contato telefônico. Um aspecto relevante que caracteriza estes serviços é a falta de uma rede interna de encaminhamentos entre as diversas instituições que atuam na rede de enfrentamento da violência, revelando que muitas vezes o contato entre elas acontece somente no nível das informações e favores pessoais/sociais, com grande informalidade. No que se refere aos trabalhos desenvolvidos pelas instituições, embora muitas delas façam parte da rede de enfrentamento da violência, é pequena a quantidade de instituições que trabalham com a temática da violência de gênero e apenas uma realiza atendimento a homens autores de agressão dessa natureza. De forma geral, todas as instituições reconheceram tanto a impossibilidade do atendimento a todos aqueles usuários que as procuram como a necessidade de uma maior diversificação das atividades desenvolvidas, a fim de aumentar a eficácia do trabalho realizado.

**Palavras-chaves:** Gênero, Violência, Psicologia Social

**Atividade:** Relacionamentos amorosos: uma análise a partir de anúncios classificados (Comunicações Científicas)

**Trabalho:** Relacionamentos amorosos: uma análise a partir de anúncios classificados

**Autor(es):** Lucila de Sousa Campos

**Resumo:** Esforços recentes em explicar as diferenças interssexuais e intrassexuais nas

motivações de homens e mulheres em relacionamentos sexuais de curta e longa duração resultaram na formulação da teoria das estratégias sexuais (Buss e Schmitt, 1993) que, embora sugerindo a existência de um repertório complexo de estratégias de acasalamento para ambos os sexos, prevê a existência de menor interesse por parte de mulheres em buscar relacionamentos de curta duração, compreendendo o uso desta estratégia de acasalamento como a adoção de uma estratégia sub-ótima em função da provável ausência de atributos capazes de inspirar investimento parental masculino significativo, e da teoria do pluralismo estratégico (Gangestad e Simpson, 2000) que coloca uma ênfase maior nos motivos evolucionistas para a escolha de relacionamentos de curta duração em mulheres, entendidos não apenas como uma estratégia substitutiva, mas como guiada pela procura de “bons genes”. A teoria das estratégias sexuais e a teoria do pluralismo estratégico colocam ênfases diferentes nos fatores da qualidade do investimento parental e da qualidade genética na determinação da escolha do parceiro. Com a finalidade de melhor entender as semelhanças e diferenças entre as estratégias adotadas por homens e mulheres em busca de relacionamentos de curta e longa duração, analisamos 924 anúncios masculinos (398 com vistas a um relacionamento de longa e 526 com vistas a um relacionamento de curta duração) e 505 anúncios femininos (431 com vistas a um relacionamento de longa duração e 74 com vistas a um relacionamento de curta duração) publicados entre 1997 e 1999 no jornal Folha de São Paulo. Os anúncios foram examinados quanto à oferta de características psicológicas, sociais, físicas, demográficas e em função do número de respostas obtido. Verificou-se diferenças de gênero quanto aos critérios usados em curta como em longa duração como também diferenças intrassexuais entre critérios em curta e longa duração, tanto em homens como em mulheres. A análise do número de respostas obtido por homens e mulheres revelou ser um ser um indicador bastante sensível quanto ao sucesso de cada atributo em suscitar respostas e uma indicação de seu valor funcional. Enquanto mulheres precisaram ser belas e jovens para garantir um maior número de respostas em relacionamentos de longa duração, a simples comunicação de que eram casadas oferecia vantagens na busca por um relacionamento de curta duração. Homens por sua vez foram beneficiados com o aumento da idade e oferta de ocupação profissional tanto em relacionamentos de longa duração quanto em relacionamentos de curta duração. Em relacionamentos de curta duração, mulheres evidenciaram uma discriminação em relação a possíveis mensagens enganadoras. Os resultados apoiam aspectos de ambas as teorias examinadas e abrem perspectivas para análises de aspectos novos das estratégias reprodutivas de homens e mulheres.

**Palavras-chaves:** Etologia,Relacionamento amoroso,anúncios classificados

**Atividade: VIOLÊNCIA DE GÊNERO E SAÚDE MENTAL:  
(Mesas Redondas)**

**Trabalho:**Subvertendo a noção de gênero: do biológico ao performativo

**Autor(es):** Ricardo Pimentel Mélo, Maria Lúcia Chaves Lima

**Resumo:** SUBVERTENDO A NOÇÃO DE GÊNERO: DO BIOLÓGICO AO PERFORMATIVO Ricardo Pimentel Mello e Maria Lúcia Chaves Lima (UFPA) A expressão “violência de gênero” é comumente utilizada para denominar os atos de violência contra a mulher cometidos por homens. Porém, a associação entre “mulher” e “gênero” é instigante, uma vez que noção de gênero não se refere unicamente às mulheres; ao contrário, ele surgiu como uma tentativa de eliminar a tradicional dicotomia entre os sexos masculino e feminino. O objetivo da presente exposição é problematizar a noção de gênero, entendendo seu desenvolvimento teórico e indicando seus limites. O termo gênero surgiu para opor-se ao determinismo biológico nas relações entre os sexos, atribuindo-lhes um caráter prioritariamente social. Esse novo conceito ganhou grande aceitação no discurso científico, passando rapidamente a integrar os referenciais teóricos de várias áreas do conhecimento. No início do desenvolvimento teórico sobre o gênero, postulava-se a existência de diferenças inatas entre homens e mulheres, o que não apresentava, portanto, uma distinção clara entre sexo e gênero. A partir das críticas a essa primeira concepção de gênero, desenvolveu-se uma abordagem sociológica sobre as chamadas “identidades sexuais”, a qual provocou um importante deslocamento da ênfase relativo ao



gênero: da biologia para a socialização. Tal abordagem sustenta a existência de um “interior psicológico” que (apenas) recebe sua forma através do aprendizado social. Porém, o presente estudo apóia-se em uma terceira possibilidade de abordar a noção de gênero, a qual provoca uma efetiva transformação na tradicional dicotomia entre homens e mulheres: a abordagem chamada de “pós-moderna”. De acordo com essa concepção, o gênero é compreendido como construído em um contínuo processo, inserido em um sistema histórico, social, político, do qual não pode ser retirado e estudado de forma independente. A novidade dessa concepção de gênero é a negação de qualquer essência que defina o que a pessoa é: tanto sexo quanto gênero em nenhum sentido revelam ou representam uma ordem verdadeira das coisas, não remetendo assim, a nenhuma natureza essencial. Torna-se interessante notar que essa forma “pós-moderna” de gênero consubstancia-se com uma perspectiva crítica em Psicologia Social denominada construcionismo. Para esta perspectiva, os termos com os quais entendemos o mundo são artefatos sociais, produzidos e situados historicamente através de intercâmbios entre pessoas. Portanto, também parte de uma atitude antiessencialista, onde presume que as pessoas e o mundo emergem em processos sociais, não possuindo uma natureza determinada, mas sim, constituídos nas práticas sociais. Assim, conceitos extremamente arraigados em uma determinada cultura, os quais muitas vezes são entendidos como inquestionáveis, naturais, imutáveis – como a noção de homem e mulher ou masculino e feminino, por exemplo – são, no entanto, frutos de modificações sociais ao longo do tempo. Neste caso, o gênero é concebido como construído performaticamente, ou seja, é uma reiteração constante de atos de fala (performativos) que dá à impressão de que certos enunciados são “naturais”. Percebe-se então, que o gênero não é a expressão de uma identidade preexistente, mas sim, é algo construído performaticamente, a partir de relações estabelecidas. As posições dessa perspectiva culminam na crítica da própria noção de pessoa psicológica, da idéia de uma suposta interioridade dos seres humanos. Ou seja, há uma crítica à tradicional noção de identidade. Dessa forma, torna-se fundamental problematizar a noção de gênero para compreendermos a partir de outras bases a chamada “violência de gênero”: não mais considerando os homens como os “agressores” que devem ser punidos por possuírem uma “natureza” violenta, mas entendendo que essas atitudes ditas “masculinas” são efeitos uma combinação de modos de ser construídas coletivamente. O que está em pauta é que, a partir da compreensão de que essa configuração atual de homem foi inventada ao longo da história, possamos questioná-la e criar novas formas de atuar no mundo.

**Palavras-chaves:** gênero, construcionismo, violência

**Trabalho:** Violência de gênero é um problema para a Saúde Mental? Reflexões sobre atendimento a homens no contexto da violência contra a mulher.

**Autor(es):** Benedito Medrado, Maria de Fatima de Souza Santos, Jorge Lyra

**Resumo:** VIOLÊNCIA DE GÊNERO É UM PROBLEMA PARA A SAÚDE MENTAL? REFLEXÕES SOBRE ATENDIMENTO A HOMENS NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. Benedito Medrado, Fátima Santos e Jorge Lyra (UFPE e Instituto Papai) Para compreender a violência de homens contra mulheres, a partir da perspectiva de gênero, é preciso incluir análises sobre os processos de socialização masculinas, sobre os significados de ser homem em nossa cultura e sobre as formas institucionalizadas que tendem a naturalizar a violência masculina, muitas vezes considerada uma forma socialmente aceita, como marca ou prova de masculinidade. Esta pesquisa visa, portanto, desenvolver uma pesquisa-ação que envolve ampla análise das atuais propostas de ação voltadas ao atendimento a homens autores de violência contra a mulher em cinco capitais do Brasil, tendo por base as atuais diretrizes do governo brasileiro para redução da violência doméstica e por outro, nas atuais políticas públicas brasileiras em saúde mental, a partir de uma perspectiva crítica. A metodologia envolve quatro vetores: 1) exaustivo levantamento bibliográfico sobre relatos de experiências, em nível local, nacional e internacional, de atendimentos voltados a homens autores de violência contra a mulher; 2) identificação dos principais iniciativas e obstáculos enfrentados por serviços de atendimento a homens autores de violência contra as mulheres em capitais das cinco regiões do país (Rio de Janeiro, Florianópolis, Recife, Goiânia e Belém); 3) análise quantitativa das

características comuns aos homens denunciados por mulheres vítimas de violência, tanto do ponto de vista de dados sócio-demográficos básicos, como também características do ato de violência e a relação entre “vítima” e “agressor”. Com base na realização de entrevistas com informantes privilegiados (especialistas e profissionais que atuam nos serviços), visitas institucionais, análises de documentos de domínio público e entrevistas com usuários e usuárias, é possível perceber que as ações de prevenção, assistência e combate à violência contra a mulher têm-se estruturado no Brasil em 3 áreas principais: justiça, segurança pública e saúde. Embora esta tríade associação seja considerada ideal, na prática, percebe-se que pouco diálogo entre os serviços, incompatibilidade de procedimentos de atendimento e/ou registro, além do pouco investimento em ações consideradas preventivas. Especialmente no que se refere à saúde mental, percebe-se que, apesar de exitosa, a experiência dos Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS) têm se restringido principalmente aos chamados “transtornos mentais clássicos” ou às políticas de redução de danos. Pouco diálogo se percebe entre os CAPS e o atendimento a homens autores de violência, que tem sido desenvolvido prioritariamente por organizações não-governamentais e delegacias da mulher. Além disso, é preciso notar que as mudanças no serviço de saúde mental têm ignorado, na maioria dos casos, a discussão sobre as relações de gênero. Deixando de considerar a interveniência dos aspectos da socialização e dos posicionamentos de gênero na produção e configuração do sofrimento psíquico e no envolvimento dos homens com episódios de violência. Considera-se necessário um maior investimento no campo da Saúde Mental, compreendendo este como um campo interdisciplinar por excelência, que busca o bem-estar social para todos/as, partindo do princípio que a saúde mental implica na capacidade de construir relações de respeito e intimidade com outras pessoas e é o elemento chave para entender diversas problemáticas, entre elas, a violência de homens contra as mulheres. Apoio: CNPq

**Palavras-chaves:** violência, masculinidades, gênero, Violência doméstica, homens

**Trabalho:** Violência sexual e saúde mental: perspectivas de atendimento em alguns países da América Latina

**Autor(es):** Maria Juracy Filgueiras Toneli, Mara Coelho de Souza Lago

**Resumo:** VIOLÊNCIA SEXUAL E SAÚDE MENTAL: PERSPECTIVAS DE ATENDIMENTO EM ALGUNS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA - Maria Juracy Filgueiras Toneli e Mara Coelho de Souza Lago (Universidade Federal de Santa Catarina) No contexto latino-americano, os trabalhos de investigação e de intervenção no campo das violências de gênero têm se mostrado cada vez mais expressivos. Do ponto de vista da compreensão do fenômeno é possível identificar mudanças conceituais importantes, em geral sustentadas pela busca da superação da lógica binária que separa em pólos inconciliáveis agressores e vítimas. Apesar do maior entendimento dos aspectos envolvidos nas situações de violência, em especial a sexual, incluindo os chamados “perfis dos agressores”, o atendimento tem se centralizado nas vítimas e suas famílias, o que tem se mostrado insuficiente no sentido da diminuição ou mesmo extinção dos episódios. Com o intuito de conhecer a realidade da América Latina nesse campo, foram investigados programas que atendem homens acusados de violência (doméstica, de gênero e sexual) em três diferentes países, além do Brasil: México, Peru e Argentina. Essa escolha pautou-se na trajetória consolidada de programas dessa natureza, em sua maior parte originados do México. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os gestores dos referidos programas, visitas às instituições, análise de material programático e, quando possível, observações participantes dos grupos de homens. Dentre os aspectos investigados ressaltam-se: formas de encaminhamento, modalidades de atendimento, suporte teórico, formação dos profissionais envolvidos, duração das atividades, dificuldades encontradas, formas de avaliação, natureza jurídica e financiamento do programa. Quanto às formas de encaminhamento que, por sua vez, engendram relações distintas dos usuários com os programas, foram identificados dois grupos: aqueles que trabalham exclusivamente com demanda espontânea; e aqueles que trabalham com homens encaminhados por vias jurídicas como, por exemplo, a obrigatoriedade da frequência às atividades estar incluída na sentença do juiz. Essa última modalidade é polêmica, uma vez que são apontados vários inconvenientes que podem levar ao fracasso da

iniciativa, dentre eles as resistências a qualquer possibilidade de mudança. Por outro lado, a demanda espontânea também traz dificuldades, pois exige um trabalho sistemático de sensibilização da população por meios diversificados, o que demanda tempo e financiamento adequados. Todos os programas visitados trabalham com módulos sucessivos de atividades que podem atingir quase dois anos seqüenciais. A despeito dos diferentes aportes teórico-metodológicos e da diversidade de formação dos agentes que trabalham com os usuários, é possível identificar estratégias comuns que partem do entendimento do que é violência e de que os sujeitos se reconheçam como autores de ações violentas. Nenhum dos programas é associado a órgãos governamentais e contam com financiamentos diversos, incluindo agências internacionais. Em todos eles, a violência sexual, quando identificada, esteve pouco presente em relação aos demais tipos de violência. A Lei nº 11340 (Maria da Penha), de 2006, recentemente em vigor no Brasil, inclui em seu texto o encaminhamento dos autores de violência para serviços especializados. Em Florianópolis, a equipe da Delegacia da Mulher vem se preparando para esse tipo de atendimento que será indicado pelos juízes envolvidos nos processos e solicitou auxílio do Margens (Núcleo de Pesquisa Modos de Vida, Família e Relações de Gênero) do Departamento de Psicologia da UFSC, para que possa elaborar e iniciar seu projeto de atendimento. Além dessa colaboração, foi empreendida pesquisa junto aos BOs e processos instaurados com o intuito de identificar as modalidades de violência mais freqüentes, locais, instrumentos utilizados, características do autor e da vítima e encaminhamento do processo. Chama a atenção a ausência de informações importantes nos BOs que acabam por se constituírem em instrumentos pouco eficientes para que se possam ter indicadores mais precisos sobre a população ali atendida, bem como sobre os eventos nos quais esteve envolvida. Além disso, projeto da Secretaria Municipal de Saúde propõe-se a atender de formas individual e grupal, menores de idade autores de violência sexual. Junto ao CAPSI (Centro de Atenção Psicossocial para Crianças e Adolescentes), em parceria com os Conselhos Tutelares e o Programa Sentinela, psicólogos e estudantes de Psicologia estão iniciando os atendimentos. Ou seja, há um início de conscientização, por parte dos poderes públicos, de que é necessária e urgente a atenção psicossocial voltada para homens autores de violência. No entanto, há uma grande ausência de preparo das diferentes instâncias para o desenvolvimento dessas atividades. Trabalhos de pesquisa e de intervenção nesse campo são imprescindíveis, inclusive no que diz respeito à elaboração de uma proposta de política pública de saúde nessa área. Apoio: SPM-Brasil/CNPq

**Palavras-chaves:** gênero, violência, masculinidades, violência contra a mulher

**Atividade: Da vociferação dissimulada do sexo na hipótese repressiva de Foucault (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Da vociferação dissimulada do sexo na hipótese repressiva de Foucault

**Autor(es):** José Euclimar Xavier de Menezes

**Resumo:** Sexo dá o que pensar. É o mote para reflexões filosóficas, ações pedagógicas, medidas políticas, ações jurídicas, intervenções médicas, inflexões religiosas, aplicações terapêuticas, etc. Quais são os seus atributos para que mobilize tantos saberes e poderes? Onde reside a força que possui? Qual a justificativa para a algazarra dos seus silêncios? Como é dissimulado nas excitações dos discursos científicos? De que modo a reflexão filosófica os trata? Com qual escopo? O presente estudo visa manejar tais questões na leitura de História da sexualidade de FOUCAULT. A meta é conferir a consequência no tratamento do sexo imputado pela hipótese repressiva, que sustenta a força do sexo como o mote promotor da construção de nossos discursos, sejam eles filosóficos, psicológicos, jurídicos, institucionais, afetivos. Busca-se, através da crítica dirigida à teoria psicanalítica, isolável na letra de Foucault, realizar esse percurso. Na presente análise persegue-se a lógica da posição de Foucault a respeito da repressão sexual a que teríamos sido submetidos na fundação da sociedade burguesa. Em sua lupa, trata-se de um pseudo-fato isolado através da categoria hipótese repressiva. É a desconstrução de tal hipótese que acompanharemos, sobretudo no esforço realizado pelo autor para desmascarar o discurso da existência de uma repressão sobre o sexo entre nós, discurso falseador da inflação de enunciados impregnados com a umidade, o calor, a viscosidade do

sexo, não obstante a cautela racional que o atrevesse. Um primeiro esforço do autor circunscreve o que nomeia de Hipótese repressiva. De chôfre, simula investir nos discursos que flagram a nossa sexualidade pasteurizada. No ardil de sua letra, o autor simula assentir que as coisas ocorreram assim, apresentando-nos essa contenção da força interna de nossa subjetividade como o resultado dos dois séculos do programa puritano que cala as expressões da sexualidade ou, numa concessão controladora, permite-lhe insinuar-se em espaços bem definidos, em seus gemidos codificados, a serem traduzidos pelo instrumental seguro dos profissionais da ordem puritana. Tudo em nome da produção, traduzida, na ordem do sexo, em procriação. Numa espécie de jogo retórico, efetiva um faz de conta que simula aceitar a proposição de forças repressivas precipitadas sobre a nossa sexualidade como arladeado por representantes expoentes das Ciências Humanas. O destaque recai sobre Freud, construtor de um saber acerca da subjetividade que reagiria contra a instalação de um regime de controle e assujeição dos sujeitos. Em síntese, a despeito de seu distanciamento para com a psiquiatria, o que resultaria do conformista Freud e do seu paciente é uma espécie de condicionamento político, bem anterior à prática terapêutica. Evidentemente que essa inversão, a saber, de paladino da desrepressão, a caucionador de um movimento engenhosamente arquitetado que implementa a repressão, carece demonstrar. Portanto, como o freudismo seria um braço privilegiado da política puritana na constituição do sujeito burguês?

**Palavras-chaves:** Epistemologia, Subjetividade, Sexualidade, Filosofia, Psicologia

**Atividade: Atos relacionados ao abuso sexual (Paineis)**

**Trabalho:** Atos relacionados ao abuso sexual

**Autor(es):** Diana Sampaio Braga, Hilana Maria Braga Fernandes, Antonia Oliveira Silva, Gilka Paiva Oliveira Costa

**Resumo:** Há uma imprecisão terminológica na literatura corrente sobre abuso sexual, evidenciadas nas diversas definições dada ao fenômeno que designam distintas realidades nos referenciais bibliográficos existentes (Faleiros, 2000). De acordo com National Center for Child Abuse and Neglect, abuso sexual é o contato ou interação entre uma criança ou adolescente e um adulto, quando a criança ou o adolescente está sendo usada para estimulação sexual do executor ou de outra pessoa. O abuso sexual pode ser cometido por uma pessoa de menos de 18 anos, quando o executor está numa posição de poder ou controle sobre a vítima. De acordo com Castro, Abramovay & Silva, 2004), os adolescentes não dispõem de informações que o habilitem a reconhecer as possíveis configurações de uma situação abusiva. Neste sentido, percebe-se a necessidade de investigar que atos os adolescentes consideram como abuso sexual para verificar se estes estariam preparados para identificar o processo de vitimização. Metodologia: A amostra foi composta por 221 adolescentes estudantes de duas escolas públicas da cidade de João Pessoa/PB, de ambos os sexos, na faixa etária dos 14 aos 19 anos. Para a coleta de dados foi utilizado um questionário contendo uma única questão aberta: (Que atos poderiam ser considerados como abuso sexual?), cujas respostas foram organizadas em categorias fundamentadas nas definições sobre violência sexual presentes no livro O grito dos inocentes, fruto de uma parceria com a uniceff (Vivarta, 2000). Resultados: Os adolescentes apontaram como atos peculiares a situação abusiva na maior parte das respostas a relação sexual forçada (58%), seguido pela violência física, 13%, exploração sexual (8.5%), pedofilia (7%) violência sexual sensorial (6,5%), sedução (4%), parafilias (1%) e pornografia (0.5%). Associar o abuso sexual necessariamente ao sexo sem consentimento evidencia a falta de informação dos adolescentes sobre este fenômeno, que engloba uma definição bem mais ampla (Azevedo, 1997); outro aspecto a ser ressaltado foi a presença de outro mito que circunda esta problemática, a ideia de que para efetivar o crime sexual o único meio utilizado pelo ofensor é a agressão física, entretanto existem outras formas de efetivar este ato como a manipulação psicológica ou uso do poder em uma relação assimétrica de autoridade. Além disso, a referência

a exploração sexual que embora também seja considerada uma forma de violência difere do abuso sexual em função do seu caráter comercial. Estes dados demonstram a ausência de conhecimento dos adolescentes sobre o que de fato caracteriza uma situação como abusiva, o que pode se constituir em um empecilho para a identificação do processo de vitimização e assim impedir esta população, caso necessário, de procurar instituições que possam lhe oferecer atendimento sócio-jurídico e psicológico.

**Palavras-chaves:** Abuso sexual, Adolescentes., Atos

**Atividade: PROJETO RE-CREIO  
(Experiências em Debate)**

**Trabalho:** PROJETO RE-CREIO: A Dança do Ventre na Reconstrução da Corporeidade em Adolescentes Vítimas de Abuso Sexual.

**Autor(es):** Teresa Paula Galvão Vieira da Costa

**Resumo:** Uma proposta que tem como objetivo central a proposição de uma nova identidade corporal e pessoal em um processo consciente de reconstrução da corporeidade, através de uma ação articulada entre diferentes áreas do conhecimento: dança, psicologia, educação e saúde. O projeto tem como população beneficiária adolescentes do sexo feminino, na faixa etária de 12 a 18 anos, assistidas pelo Projeto Viver, instituição da cidade de Salvador (BA) que presta atendimento médico, jurídico e psicossocial às pessoas em situação de violência sexual. As ações se estabelecem com o desenvolvimento de oficinas de dança do ventre, arte-educação e saúde da adolescente, por meio de uma metodologia dinâmica que enfatiza a interdisciplinaridade e se fundamenta em uma escuta sensível e dialógica, considerando a realidade existencial de cada adolescente assistida. A equipe técnica é formada por professora de Dança do Ventre, psicóloga, enfermeira e estagiárias de dança e psicologia. As oficinas de dança do ventre oferecem às adolescentes elementos para o desenvolvimento corporal expressivo, através da técnica básica da dança do ventre, demonstrativa e expositiva, com correções simultâneas e sucessivas à execução do movimento, improvisações livres, uso de estímulos externos e dramatizações - estendendo para construção da personagem – Odisseia. A arte-educação é a oferta de um espaço lúdico e educativo, que favoreça a auto-expressão, a interação e o fortalecimento dos vínculos grupais, potencializando a alegria, a autonomia e o exercício da cidadania; utilizando como recursos jogos psicopedagógicos e cooperativos, dinâmicas de grupo, dramatizações, pinturas, desenhos e autobiografias. Enquanto as oficinas de saúde sexual e reprodutiva se intencionam em transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo crenças e valores a ela associados, propiciando sua vivência de forma prazerosa e responsável – tendo três eixos fundamentais: Corpo Humano, Relações de Gênero e Prevenção à gravidez e às Doenças Sexualmente Transmissíveis. O conjunto das ações do projeto proporciona às adolescentes o conhecimento, a descoberta e o respeito ao próprio corpo; noções sobre cuidados que necessitam para qualidade de saúde; desenvolvimento de uma educação para valores; reconhecimento do potencial humano, feminino e pessoal, favorecendo a auto-estima e a autoconfiança; a construção do sujeito social, comprometido como cidadão e em relação com o mundo. Dá-se um processo constante de reapropriação, reorganização e reconstrução do esquema corporal e da corporeidade, através de uma abordagem abrangente, multi e transdisciplinar, efetiva na redução dos danos consequentes às pessoas vitimizadas por violência sexual. De forma lúdica e celebrativa, o projeto favorece um novo olhar que estimula a aceitação e o resgate de um relacionamento prazeroso com o próprio corpo, constituindo uma revalorização da autoimagem e uma renovação da identidade.

**Palavras-chaves:** violência sexual, dança, arte-educação, psicologia social

**Atividade: Circulação de pornografia infantil na rede: fator importante para o cometimento de atos de abuso sexual contra criança?  
(Painéis)**

**Trabalho:** Circulação de pornografia infantil na rede: fator importante para o cometimento de atos

de abuso sexual contra criança?

**Autor(es):** Marco Antônio Petterle Silveira Bolek, Andréina da Silva Moura, Silvia Helena Koller

**Resumo:** As definições de pornografia infantil variam muito para cada legislação, mas sempre pouco se distanciam da pedofilia. Com o advento da internet, o material com imagens pornográficas de crianças que antes era encontrado somente em meio aos círculos de pedófilos, hoje está disponível para qualquer pessoa que acesse a rede. A produção e escoamento da pornografia infantil passaram a ter um meio mais rápido, prático e menos arriscado de chegar as mãos de seu público alvo. Com as falhas na legislação quanto a crimes ocorridos na internet, muitos desses crimes não são julgados adequadamente, fato que estimula a produção desse tipo de pornografia. A facilidade de se obter esse material é tanta, que até uma pessoa sem o mínimo interesse pode, acidentalmente, deparar-se com ele. Diante desse quadro, o objetivo deste trabalho é realizar um levantamento de literatura sobre o impacto da acessibilidade a pornografia infantil, veiculada pela internet, no construtivismo de abusadores infantis. Poucos foram os estudos acessíveis sobre o tema. Alguns deles mostram que a livre circulação da pornografia infantil ocasiona na dessensibilização de indivíduos que acidentalmente manuseiam-na, colaborando na aprendizagem e/ou estimulação de comportamentos desviantes originados do livre arbítrio. A dessensibilização pode gerar também um sentimento de normalidade e convivência dos internautas com o material explícito tornando o meio ainda mais fértil para trocas e vendas de imagens infantis associadas à pornografia. Outras pesquisas demonstram que consumidores de pornografia infantil condenados por abuso sexual possuem três vezes mais chances de serem identificados em um teste falométrico para a pedofilia, demonstrando assim um desejo sexual acentuado por crianças. Mesmo um estudo contendo uma amostra de abusadores sexuais infantis, que não consomem pornografia infantil, quando testados para pedofilia apresentaram um índice menor que os que se interessam pelo material pornográfico, mas não cometeram abuso. Assim, os textos aos quais se teve acesso são claros ao afirmar que há uma clara associação de consumo de pornografia infantil e o cometimento de atos de abuso sexual. Uma maior da circulação e o livre a pornografia infantil pela internet seria danosa, pois o contato com esse tipo de material atuaria como um reforço para o cometimento de atos de abuso sexual contra crianças. É relevante colocar que a circulação de pornografia infantil na rede é também prejudicial, pois para produzi-los, crianças tiveram que ser abusadas e exploradas. Ou seja, quanto maior a procura, maior o estímulo para a produção e quanto maior a produção, maior o número de crianças vitimizadas. .

**Palavras-chaves:** internet,abusadores,abuso sexual infantil,pornografia infantil

**Atividade: O que pensam os meninos acerca do abuso sexual? Um estudo das Representações sociais (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**O que pensam os meninos acerca do abuso sexual? Um estudo das Representações sociais

**Autor(es):** Diana Sampaio Braga, Hilana Maria Braga Fernandes, Antonia Oliveira Silva, Gilka Paiva Oliveira Costa

**Resumo:** O abuso sexual se constitui em um grave problema de saúde pública em função de sua elevada incidência e pelas implicações nocivas psicossociais, físicas e comportamentais que pode acarretar em suas vítimas (Drezett, 2000). Segundo este autor a população juvenil é a mais vulnerável a ser vítima desta problemática. As adolescentes do sexo feminino estão mais expostas a sofrer este crime, provavelmente em virtude de questões culturais que permeiam as relações de gênero e traçam como características do universo feminino a passividade e

subordinação, contrapondo-se ao modelo de masculinidade, associado a dominação e a uma postura sexual ativa (De Souza, Baldwin & De Rosa, 2000). No entanto, os meninos também são vítimas de abuso sexual, embora este processo de vitimização esteja invisibilizado na mídia e no imaginário social (Libório 2000 & Tang e Yan 2004). Neste sentido, o presente estudo buscou investigar como os adolescentes do sexo masculino representam o abuso sexual e os atores sociais nele envolvidos, para verificar as possíveis implicações de gênero na forma de simbolizar o objeto de estudo. O suporte teórico escolhido foi a teoria das Representações sociais, por focalizar seu interesse no conhecimento do senso comum construído a partir das interações cotidianas (Moscovici, 1961). Esta pesquisa foi desenvolvida em duas escolas da cidade de João Pessoa/PB, participaram 75 adolescentes do sexo masculino, com idade entre 14 e 19 anos, foi utilizado como instrumento o Teste de Associação Livre de Palavras, esta técnica permite a realização de uma investigação aberta, em que o entrevistador emite um ou mais estímulos indutores a fim de que o entrevistado verbalize palavras relacionadas ao estímulo (Coutinho & Nóbrega, 2003). Os estímulos indutores utilizados foram: abuso sexual, vítima e agressor. Resultados: Na perspectiva dos adolescentes o abuso sexual transgride aspectos éticos e legais, expressados pelos elementos imoral e crime, em função disto é passível de punição, sendo sua efetivação representada na mulher aliciada pela exploração sexual. Com relação ao estímulo 2 (vítima), o público masculino elencou a mulher, a criança e o adolescente como sobreviventes de uma violação, numa clara percepção de maior vulnerabilidade destes segmentos populacionais convergente com o quadro patriarcal e adultocêntrico presente na cultura que preconiza a supremacia masculina e a subordinação da mulher, além de autorizar o poder do adulto sobre a criança e o adolescente (Saffioti, 1997). No que se refere ao estímulo 3 (agressor), o prisma masculino representou o agressor como um mau caráter, o relacionando ao ato do estupro e ao sexo masculino, ou seja, na ótica do senso comum o agressor é objetivado como homem, o que de fato ocorre na maior parte dos casos de abuso sexual e que segundo a perspectiva de gênero, é explicado de acordo com a construção social dos papéis sexuais do feminino e masculino (Korin, 2003).

**Palavras-chaves:** Representações sociais, Abuso sexual, Adolescentes do sexo masculino

**Atividade:** A Identidade da Mulher separada em Vitória da Conquista - BA (Paineis)

**Trabalho:** A Identidade da Mulher separada em Vitória da Conquista - BA

**Autor(es):** Maristela Viana Lima, Ivone Aguiar Andrade Carvalho, Juliana Ferraz Telles, Verena Freire, Luana Silveira, Layanne Malheiros Silveira

**Resumo:** A separação conjugal normalmente é permeada de conflitos, sofrimentos e perdas. Diante da possibilidade da separação, a mulher se depara com sentimentos de dúvida e hesitação, tendo por base a perspectiva de que ao fazer esta escolha deverá abrir mão de muitas coisas e ir em busca de outras. Esta passagem, porém, nem sempre é tão fácil de ser consolidada, mesmo que esta separação aconteça num real consenso de ambas as partes, tornando um pouco mais amenos seus efeitos. Este trabalho tem como objetivo conhecer o relato das transformações pelas quais passam as mulheres após uma separação conjugal, apontar as dificuldades enfrentadas no processo, bem como demonstrar as formas pelas quais elas reconstróem suas vidas. No trabalho de pesquisa foi utilizado o levantamento de dados por meio de entrevista semi-estruturada, abordando o tema da separação conjugal. Utilizou-se uma amostragem não aleatória com oito mulheres entre 31 e 46 anos de idade, que se casaram entre 17 e 22 anos, permanecendo casadas de quatro anos e meio a vinte anos. Os resultados mostram que as palavras mais repetidas pelas entrevistadas foram estas: amante, separação, triste, preconceito e sofreu, sugerindo que o término do casamento geralmente está relacionado com o fato do marido manter um relacionamento extraconjugal. Isso parece provocar muito

sofrimento para as esposas, tanto pela perda da convivência com o marido como pelo preconceito demonstrado pela sociedade diante do seu novo estado civil. As frases mais repetidas pelas entrevistadas foram estas: “Medo da solidão” e “No fundo do Poço”, retratando como ficaram emocionalmente na fase inicial da separação conjugal. As orações positivas mais citadas são estas: “Mudei o nome de casada”, “Auto estima melhorou”, “Passei a me cuidar mais”, “O sexo melhorou”. A presença de orações positivas mais faladas demonstraram sentimentos positivos, levando a concluir que com o passar do tempo, elas procuraram se refazer, construindo uma nova identidade de forma mais positiva. Os atores envolvidos nas entrevistas foram os ex-maridos, as amantes e filhos: “...descobri que ele tinha uma amante”, “...uma amante que ele arrumou”. As respostas das entrevistas se classificam nas seguintes categorias: trabalho, motivo da separação, principais medos e dificuldades, sentimentos pós separação, nome, sexualidade, preconceito, nova identidade. Na categoria trabalho, houve relatos de que desde a época de casadas já trabalhavam fora de casa tendo uma dupla jornada, pois mesmo as que tinham uma empregada, também faziam serviços domésticos e, com a separação, procuraram crescer profissionalmente. O casamento terminou devido à entrada de uma terceira pessoa, por o marido ter um relacionamento extraconjugal com uma amante e por uma seqüência de fatos desde a infidelidade à falta de confiança, agressão verbal e física e falta de prazer sexual. Os principais medos e dificuldades relatados foram: solidão, educar os filhos sozinhas e o preconceito sofrido por parte da sociedade, amigos e familiares, levando-as à tristeza, falta de esperança, um vazio, uma dor forte, que as fizeram sofrer. As quatro entrevistadas, quando se casaram, incorporaram o sobrenome do marido ao seu, retirando-o logo após a separação. No aspecto que se refere à sexualidade, todas relataram ter melhorado com a separação, pois se soltaram mais, apreenderam novas experiências, estando no auge da sexualidade. Quanto à auto-estima as quatro relataram que a vaidade aumentou, se preocupando com o corpo, cabelo e roupas. Das quatro entrevistadas, duas falaram abertamente do preconceito sofrido e duas demonstraram isto indiretamente através de sua fala. Todas as entrevistadas demonstraram que estão satisfeitas com a nova identidade, que o pior já passou que se sentem felizes, se amam, se cuidam e valorizam. Na análise, procurou-se também averiguar quem pediu a separação. Em três dos casos a iniciativa partiu da mulher e apenas em um, do marido. Quanto à mudança de endereço, três continuaram no mesmo e apenas uma fez questão de mudar. Mudou porque precisava esquecer algumas lembranças e também porque queria ir para uma casa menor, por questão de segurança.

**Palavras-chaves:** Separação, Amante, Identidade, Medos, Preconceito

**Atividade:** **Violência Contra a Mulher na Cidade de Vitória da Conquista, interior da Bahia - Enfoque na Delegacia Especial de Proteção à Mulher (DEAM) desta cidade. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Violência Contra a Mulher na Cidade de Vitória da Conquista, interior da Bahia - Enfoque na Delegacia Especial de Proteção à Mulher (DEAM) desta cidade.

**Autor(es):** Cássia Eugenia Reis Silva Cardoso, Rita de Cássia Silva Freitas, Kátia Aparecida Amaral Araújo, Verena Freire, Adriana Oliveira, Vanessa Santana Aguiar, Marta Alves Amorás, Cristiane de Oliveira Rodrigues, Taís Faria Lemos, Marizete Viana, Nora Ney Rodrigues Pales, Mônica Pinchemel Nascimento



**Resumo:** A violência contra a mulher é um fenômeno antigo presente em todas as classes sociais e em todas as comunidades desde as mais desenvolvidas às mais vulneráveis economicamente, sendo estudada, a partir de enfoques diferentes, a Psicologia, Sociologia, Antropologia e outras ciências. Diante do interesse de verificar possíveis fatores correlacionados à violência contra a mulher, iniciou-se esta investigação pelas demandas registradas na DEAM (Delegacia Especial de Proteção à Mulher), órgão que tem desenvolvido um trabalho pautado no reconhecimento das inúmeras dimensões e fatores relacionados ao problema da violência contra a mulher. Posteriormente foi realizado um estudo nesta instituição buscando entender às diferentes necessidades apresentadas pelas usuárias deste serviço, que em especial está localizado em Vitória da Conquista, interior da Bahia. Um questionário foi aplicado a trinta e uma mulheres com faixa etária entre 12 a 46 anos vítimas de violência, com perguntas fechadas resultando em uma análise quantitativa. As questões enfatizavam o tipo de violência sofrida pelas vítimas; buscando identificar possíveis fatores correlacionados com a agressão, o perfil do agressor e informações sobre o período de tempo que vêm sofrendo maus tratos. Constatou-se pela sistematização e análise dos dados que a maior parte das vítimas apresentava grau de escolaridade baixa; o tipo mais comum de violência sofrida foi a agressão física e essa se estende por um período de cinco a dez anos; 45% apontam o marido como o maior agressor, devido a seu temperamento, acompanhado do uso de álcool. Devido à agressividade sofrida pelas mulheres a ansiedade se torna a queixa mais freqüente nestes casos, mas os traumas e as cicatrizes físicas também são relatados, a omissão da denúncia parece se dar pelo medo, seguido do vínculo afetivo estabelecido com o companheiro e com os filhos. Diante desta situação a DEAM de Vitória da Conquista se propõe não apenas às tradicionais tarefas policiais, como registro e investigação das ocorrências, mas sobretudo se encontra empenhada em discutir e por em prática a Lei Maria da Penha, lei de combate à violência contra a mulher datada de 22 de setembro de 2006, a qual se constitui um instrumento legal que tipifica como crime a violência contra a mulher, a lei proíbe as penas pecuniárias, como pagamento de multas ou cestas básicas pelo agressor e retira dos juizados especiais a competência para julgar os crimes de violência doméstica, além de determinar a criação de juizados especializados, este órgão se propõe a acolher e orientar mulheres vítimas de violência intrafamiliar e casais que atravessam conflitos familiares, possibilitam a socialização e o enfrentamento deste problema pela sociedade e pela vítima em especial.

**Palavras-chaves:** violência,mulher,gênero,DEAM

**Atividade: O outro lado da moeda: A amante.  
(Paineis)**

**Trabalho:**O outro lado da moeda: A amante.

**Autor(es):** Maristela Viana Lima,Juliana Ferraz Telles,Ivone Aguiar Andrade Carvalho,Verena Freire,Luana Silveira,Layanne Malheiros Silveira

**Resumo:** A amante é ou está caracterizada por uma figura capaz de causar prazer e dor ao mesmo tempo. Mal vistas pela sociedade, muitas vezes são condenadas a viver fora do convívio social, se tornando uma figura ameaçadora e que pode desestruturar um convívio monogâmico, contribuindo para abalar a instituição do casamento. Resta às mulheres que não estão casadas, às amantes, momentos de insegurança. Elas se submetem a vivenciar o seu romance às escondidas, longe do círculo social do seu parceiro, por vezes desejando trocar de papéis com as esposas. Retratar as causas que levam uma mulher a aceitar ser a outra é algo muito complicado, pelo fato de que existem fatores sócio-econômicos e psicológicos, influenciando esse comportamento, especialmente variáveis como a afetividade e a sexualidade. A condição de amante é muito antiga e, até o momento, não se conseguiu acabar com a discriminação nem com o preconceito, ficando reservado para elas o desprezo e estigmas. A investigação que se

segue tem como tema a auto-imagem relatada pela mulher que vive na condição da amante, da outra; a percepção que tem de si, de sua realidade, do grupo ao qual pertence. Este trabalho se justifica por abordar os vários problemas vivenciados por essas mulheres, que, com suas razões e emoções, escreveram um capítulo da história real, cujas protagonistas são identificadas como concubinas, “teúdas e manteúdas”. Através dessa identidade, seguem suas vidas amando sem poder exigir um relacionamento estável com o homem que sempre ficam a esperar. Ao realizar este trabalho, buscamos compreender, através dos depoimentos pessoais, como as mulheres aceitam fazer parte deste fenômeno social que permeia a instituição do casamento e refletir a questão existencial do triângulo amoroso no relacionamento monogâmico. Para tanto, foi feita uma pesquisa qualitativa, utilizando-se o levantamento de dados por meio de entrevista semi-estruturada, feita por amostragem não aleatória com sete mulheres que se relacionam com homens casados por um período que variava de seis meses a dezesseis anos de duração, sendo que três delas são casadas e quatro solteiras. Nas entrevistas realizadas, o tema destacado foi o relacionamento com um homem casado, assumindo o papel da outra, da amante. As palavras mais repetidas pelas entrevistadas foram: atração, desejo, diálogo, companheirismo, cumplicidade, sexo, atração, motel, solidão, dias, noites, aproveitadoras, vagabundas, safadas, descaradas, putas. As repetições destas palavras demonstram que no relacionamento há muita atração e desejo, tendo o sexo como um dos pilares, mas há também diálogo e cumplicidade. Essas palavras retratam que essas mulheres sentem muita solidão, por seus encontros se darem em motéis, nos momentos em que o homem tem disponibilidade, seja de dia ou à noite, mas nunca em datas festivas, em que os mesmos ficam com suas esposas. Essas mulheres têm consciência de que são vistas pela sociedade de forma pejorativa. As orações mais repetidas pelas entrevistadas foram: “sentir amada”, e “armar barraco”, citadas quando as mesmas relatam que o positivo nesta relação clandestina é o se sentir muito amada. Com a oração “armar barraco”, demonstram como acreditam que as esposas reagiriam se descobrissem a relação extraconjugal do marido. O vocabulário falado pelas entrevistadas não teve uma grande variedade de palavras, podendo ser classificado como pobre. Os atores envolvidos nas entrevistas foram os homens com os quais elas mantêm um relacionamento e suas esposas. As respostas das entrevistas puderam ser classificadas nas seguintes categorias: começo do relacionamento, planos futuros e ciúmes da esposa. Na categoria “começo do relacionamento”, observa-se que os mesmos tiveram seu início a partir da frequência da convivência, principalmente no local de trabalho. Quanto aos “planos para o futuro” nenhuma das entrevistadas tem perspectiva de uma relação estável, mesmo as que os amantes toquem neste assunto. Na categoria “ciúmes da esposa”, cinco das entrevistadas demonstraram sentir-se incomodadas com o relacionamento do parceiro, caracterizando ciúmes. De acordo com os resultados obtidos nas entrevistas com as mulheres que mantêm um relacionamento amoroso com um homem comprometido, elas têm consciência de que são vistas pela sociedade como interesseiras, oportunistas, vagabundas, e que o sentimento que predomina nas suas vidas é o prazer sexual e o consumo por roupas, sapatos, jóias, carros, etc.

**Palavras-chaves:** Amante, Solidão, Sexo, Triângulo amoroso

**Atividade:** **RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO E INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA: UM OLHAR FEMINISTA SOBRE A VIOLÊNCIA PSÍQUICA CONTRA AS MULHERES NO MUNICÍPIO DE BANABUIU/CEARÁ.** (Comunicações Científicas)

**Trabalho:** **RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO E INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA: UM OLHAR FEMINISTA SOBRE A VIOLÊNCIA PSÍQUICA CONTRA AS MULHERES NO MUNICÍPIO DE BANABUIU/CEARÁ.**

**Autor(es):** Aline Maria Barbosa Domício

**Resumo:** A proposta do estudo das relações sociais de gênero no contexto comunitário teve início no ano de 2006 com a atuação da psicologia comunitária nas ações do Núcleo de Enfrentamento da Violência do município de Banabuiu/Ceará. Trata-se de uma estratégia de atenção às crianças e adolescentes vítimas de violência que tem como eixo principal o trabalho interdisciplinar de assistência às vítimas e seus familiares, além da promoção de atividades de

prevenção à violência doméstica com foco nas comunidades. O Núcleo de enfrentamento, conhecido pela população como “Projeto Sentinela”, possui uma equipe interdisciplinar composta por assistente social, psicóloga e educadora que trabalha diretamente com questões relacionadas ao abuso sexual, negligência, abandono, violência física e/ou psíquica, além de atuar em parceria com o conselho tutelar e instituições locais para proteção dos direitos das crianças e adolescentes. As atividades do psicólogo social inclui, além das abordagens individuais, a realização de visitas domiciliares, atividades em grupos operativos para apoio aos familiares, abordagem comunitária para conscientização do processo de formação da violência no contexto psicossocial, e como estes aspectos interferem na formação da identidade das vítimas no dia-a-dia comunitário. Utilizando métodos e categorias da psicologia social, além de instrumentais, como: entrevistas individuais para a contextualização da situação de agressão, oficinas de arte-colagem e palavras geradoras, dinâmicas de grupo, debates entre familiares e vítimas da violência, apresentação de temas escolhidos pelos grupos de apoio e incentivo ao fortalecimento da auto-imagem e auto-estima dos participantes, constatamos que dos 39 casos atendidos durante o período de Março a Dezembro de 2006, somente dois casos eram jovens do sexo masculino; indicando para a equipe entre outros aspectos, a necessidade de debates na área das relações sociais de gênero. Desse modo, no ano de 2007, iniciamos o planejamento de atividades do Núcleo de Enfrentamento a partir de um olhar feminista sobre a violência psíquica contra as mulheres no município de Banabuiu (Ce), efetuando ações de inclusão e de parceria com as mulheres para a reabilitação dos seus direitos no contexto comunitário. Este processo de emancipação feminista, além de sócio-historicamente determinado, incluiu o entendimento da realidade cultural das famílias e está sendo realizado a partir do diagnóstico-ação das comunidades, possibilitando às vítimas da violência a reinterpretação das situações de vitimização. A equipe conta com a atuação de extensionistas do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Psicologia Comunitária da Faculdade Católica Rainha do Sertão (FCRS), bem como a parceria com o programa de doutoramento do centro de investigação em psicologia da Universidade do Minho, Portugal. Como resultados iniciais do olhar feminista sobre a proposta de intervenção comunitária constatamos que está havendo uma maior participação das famílias e vítimas de violência de Banabuiu nas ações do Núcleo de enfrentamento, além da sistematização de metodologias mais eficazes para o fortalecimento da formação do psicólogo social na região do sertão central do Ceará.

**Palavras-chaves:** gênero, intervenção comunitária, feminismo, violência psíquica

**Atividade: PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE HOMENS NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: PESQUISANDO SENTIDOS EM FONTES DIVERSAS. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE HOMENS NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: PESQUISANDO SENTIDOS EM FONTES DIVERSAS.**

**Autor(es):** Edna Mirtes dos Santos Granja, Benedito Medrado, Maria de Fatima de Souza Santos, Paloma Silva Silveira, KÉDMA SILVA, Rhute Menezes, TIAGO CORREA, Jullyane Chagas Barboza Brasilino

**Resumo:** A produção bibliográfica sobre violência contra a mulher tem-se destacado em volume e diversidade no campo das publicações científicas em gênero e da militância feminista. Contudo, pouco se pesquisa sobre os homens neste contexto e sobre as iniciativas que têm sido desenvolvidas no trabalho com população masculina. Neste sentido, a presente pesquisa, em andamento no Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFPE, tem o objetivo de desenvolver uma leitura crítica sobre as atuais publicações que visam estudar o lugar dos

homens na prevenção, assistência e combate à violência contra a mulher. A metodologia de pesquisa envolveu um estudo sistemático e exaustivo de textos sobre homens no contexto da violência contra a mulher (não necessariamente os autores da violência, mas incluindo também amigos, familiares, policiais etc.). Foram pesquisadas bases on-line de fontes reconhecidamente científicas (SciELO e Portal de Teses e Dissertações da Capes), mas também fontes alternativas, tais como: 1) artigos localizados no Google acadêmico (banco virtual), 2) livros em sites de livrarias que dispõem de grande acervo acessível pela Internet, 3) estados da arte produzidos por outros pesquisadores, publicados recentemente e o que denominamos de 4) “textos avulsos”, localizados ao acaso na Internet ou que chegaram ao grupo de pesquisa por indicação de outros pesquisadores. Para este levantamento, contamos também com a colaboração direta das instituições não-governamentais que atuam na Campanha Internacional do Laço Branco: Homens pelo fim da violência contra a mulher, entre elas a White Ribbon Campaign – Canadá e o Instituto PAPAI (Recife). Além das pesquisas em bases de dados on-line feitas mediante o uso de termos de busca previamente definidos, isolados e inter cruzados, em português, inglês e espanhol, paralelamente, fez-se visitas a bibliotecas acadêmicas e especializadas, quando foram entrevistados/as profissionais destas bibliotecas, capazes de fornecer indicações sobre como encontrar o material bibliográfico desejado, bem como o procedimento para ter acesso a ele. Análises parciais dos documentos identificados indicam que a maior parte das publicações situa-se na área de saúde pública e há um número significativo para títulos pertencentes às ciências sociais. A saúde pública parece ter dado mais atenção ao fenômeno da violência de gênero do que os outros campos do saber (tais como educação, direito etc.), o que pode revelar uma deficiência de estudos sobre o tema em outras áreas e uma compreensão ampla da violência, considerada também um problema de saúde pública. Além disso, registrou-se um número relevante de estudos sobre gênero, mediano sobre violência e saúde mental, porém muito pequeno sobre homens e masculinidades no contexto da violência doméstica. Percebe-se que apenas uma parcela muito reduzida desses títulos se refere diretamente ao homem, associando o conceito de gênero quase exclusivamente às mulheres, pouco refletindo sobre questões relativas à socialização dos homens e os processos de construção simbólica, cultural e institucional mais amplos. APOIO: CNPq

**Palavras-chaves:** levantamento bibliográfico, gênero, masculinidades, violência contra as mulheres

**Atividade: ESTRATÉGIAS E OBSTÁCULOS PARA ATENDIMENTO A HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM PERNAMBUCO: INTERFACES DA PSICOLOGIA E A SAÚDE PÚBLICA (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: ESTRATÉGIAS E OBSTÁCULOS PARA ATENDIMENTO A HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM PERNAMBUCO: INTERFACES DA PSICOLOGIA E A SAÚDE PÚBLICA**

**Autor(es):** Edna Mirtes dos Santos Granja, Benedito Medrado, Maria de Fatima de Souza Santos, ANNA RENATA, BERTA BRUNET, JULIANA DA SILVA, STELA MARIANO

**Resumo:** Este trabalho apresenta uma leitura crítica sobre violência doméstica, a partir do enfoque de gênero, tendo por base a abordagem construcionista em Psicologia Social. Compreende um exercício desenvolvido dentro do campo da Saúde Pública, entendido como um campo interdisciplinar, do qual a Psicologia, enquanto disciplina da Saúde Mental, é parte integrante. Parte-se do pressuposto que a saúde mental deve se orientar pelos princípios que orientam as atuais diretrizes em políticas públicas em saúde, marcadas pelo respeito à cidadania e entendendo a saúde como um direito fundamental. Saúde mental implica, portanto, na capacidade da pessoa em construir relações de respeito e intimidade com outras pessoas, sendo

um dos elementos chave para entender diversas problemáticas, entre elas, a violência de homens contra as mulheres. Diante desse panorama, torna-se relevante entender como a ordem de gênero se institucionaliza nas práticas discursivas e não-discursivas dos profissionais que atuam em serviços de prevenção, assistência e combate a violência contra a mulher. Dessa forma, esta pesquisa mapeou todos os atuais serviços que atuam em Pernambuco na prevenção, assistência e combate à violência contra a mulher. Foram realizadas visitas a estas instituições, registrando-se, em diário de campo, observações do cotidiano destes serviços, além de entrevistas semi-estruturadas com profissionais e usuários. Este mapeamento também se fez pertinente para identificarmos se em que condições os homens são acompanhados por estes serviços, compreendendo que para transformação do quadro da violência, é imprescindível também a inclusão dos homens e uma progressiva ressignificação do masculino. Todos que estão imersos num contexto de violência constituem vértices diferentes de uma mesma problemática social (e portanto co-participes de possíveis transformações) em saúde pública. Os resultados demonstram uma predominância de serviços na área da segurança pública. Na área da saúde, o foco é prioritariamente sobre questões relacionadas a saúde sexual e reprodutiva, sendo os serviços voltados à violência também mascarados por esta especificidade. O atendimento aos homens autores de violência doméstica contra a mulher é ainda modesto e desenvolvido exclusivamente pela na Delegacia Especializada de Crimes contra as Mulheres (DECCM/PE), através da "Oficina do homem". Existente desde 2002 e suspensa em 2007 em função da transição de governo, esta oficina constitui um encontro pontual entre homens que foram denunciados por suas companheiras. O facilitador destes grupos é um policial, que, além das oficinas, também ministra palestras e distribui panfletos educativos. Tal serviço tem um caráter breve (apenas um atendimento, com duração de cerca de uma hora) e informativo (discussões conduzidas por policiais), além de não fazer parte da rede de atenção à saúde. Espera-se que as análises desenvolvidas pela pesquisa possam contribuir para uma ampliação do debate crítico sobre a efetivação do atendimento a homens autores de violência, no atual contexto da re-estruturação da legislação e dos serviços públicos para atendimento em casos de violência doméstica, especialmente no contexto pós-Lei Maria da Penha que estabeleceu novas diretrizes e novas perspectivas. Apoio: CNPq

**Palavras-chaves:** violência contr as mulheres,saúde pública,gênero,serviços

**Atividade: Mulheres no Climatério e Saúde Mental (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Mulheres no Climatério e Saúde Mental

**Autor(es):** Cristina Vianna Moreira Santos,Glaucia Ribeiro Starling Diniz

**Resumo:** O presente trabalho propõe uma reflexão sobre a promoção da saúde mental e o processo de envelhecimento feminino, como uma questão complexa e plurideterminada, levando em conta fatores psicossociais que afetam a vida das mulheres em todas as fases do ciclo vital e no climatério em especial. Mulheres no climatério, ou seja, que adentraram a fase não-reprodutiva, podem sofrer inúmeros preconceitos baseados em idéias e crenças associadas ao envelhecimento feminino que sugerem que a partir deste período experimenta-se um declínio progressivo em traços valorizados socialmente, tais como beleza, força, produtividade e valor como sujeito social. O excesso de medicalização nesta etapa também aponta que mulheres no climatério tendem a tomar mais ansiolíticos, sedativos, antipsicóticos e antidepressivos do que mulheres em outras faixas etárias e homens nesta mesma etapa de vida. No contexto de um projeto voltado para a saúde mental de mulheres no climatério – Projeto de Apoio e Valorização da Mulher (uma parceria entre a Universidade de Brasília e a Policlínica de uma cidade satélite do Distrito Federal) – a valorização da experiência de vida, o fortalecimento da auto-estima e a autovalorização são vistos como dimensões fundamentais na prática psicológica em uma perspectiva feminista. O feminismo, de um ponto de vista construcionista, assume uma ruptura epistemológica radical que assenta no reconhecimento de que as categorias através das quais entendemos o nosso mundo social são construídas e que podem ser potencialmente reconstruídas incluindo objetivos emancipatórios. A análise do discurso das participantes aponta

para o impacto da desvalorização sobre a saúde mental de cada uma delas, bem como para os recursos que o grupo de apoio pode proporcionar no processo de ressignificação de seu autovalor. Uma atitude feminista reflexiva e crítica, de reconstrução e subversão das posições de sexo/gênero e de seus discursos normativos incorpora o paradoxo de pertencimento a uma identidade que orienta mantendo papéis sociais, ao mesmo tempo em que investe na busca por uma ressignificação destes papéis. Esta possibilidade excêntrica propõe às mulheres excederem, extrapolar os limites pensados para os sexos construindo novas redes de sentido para suas experiências. O trabalho psicológico feminista com grupos de apoio a mulheres no climatério contribui na construção de espaços reflexivos para pensar suas condições de vida, suas experiências pessoais e interpessoais, suas participações nas famílias, comunidades e no convívio social, fortalecendo sua auto-estima em uma direção mais positiva. Este trabalho inclui o desafio de pensar para além das fronteiras cronológicas e identitárias considerando as implicações dos processos de envelhecimento das mulheres e as inscrições culturais que constroem estes processos como práticas discursivas. Nesta direção, como pesquisadoras comprometidas com o desdobramento dos estudos feministas na clínica psicológica, sugerimos fortemente a utilização desta crítica epistemológica na produção de formas alternativas de exploração teórico-metodológica.

**Palavras-chaves:** Climatério, Saúde Mental, Estudos Feministas

## Área: Meio Ambiente

### **Atividade: As percepções dos trabalhadores sobre gestão ambiental (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** As percepções dos trabalhadores sobre gestão ambiental: um estudo de caso em um hotel cinco estrelas

**Autor(es):** Elise Alves Santos, Kátia Barbosa Macêdo

**Resumo:** Trata-se de um estudo de caso realizado em um hotel cinco estrelas do Estado de Goiás que visou conhecer como os trabalhadores percebem o SGA – Sistema de Gestão Ambiental da empresa. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados: entrevistas semi-estruturadas, com os trabalhadores do Grupo de Chefias – G1 que compunham a comissão de gestão ambiental, por isso escolhidos intencionalmente, composto de três participantes e com os trabalhadores do Grupo de Operacionais – G2, quatro participantes escolhidos aleatoriamente. Somente um dos integrantes da comissão possuía formação acadêmica de nível superior e nenhum dos do grupo operacional possuía formação de nível superior. Também foi utilizada a análise documental de manuais da empresa (do colaborador, de fornecedores), documentos da ABIH (Associação Brasileira da Indústria Hoteleira) que apontam requisitos para certificação de hotel cinco estrelas, cartas sobre o programa de gestão ambiental enviadas para colaboradores, registros de venda de materiais recicláveis etc.. A coleta de dados se procedeu após a aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Católica de Goiás e depois da aprovação da direção do hotel e de cada um dos participantes em colaborar com a pesquisa através do termo de consentimento livre e esclarecido. Foi utilizada a análise gráfica do discurso para tratamento dos dados, que a partir de núcleos de pensamento induzidos (perguntas) direcionadas aos trabalhadores, que tem suas respostas gravadas em áudio e transcritas literalmente. Pode-se visualizar nos gráficos os núcleos de pensamento emergentes e a formação de categorias baseadas no discurso dos grupos. Essa técnica possibilitou confrontar os discursos de ambos os grupos. Os resultados indicaram que a empresa não tinha um SGA formalizado, apenas práticas voltadas ao meio ambiente visando redução de consumo e conseqüentemente redução de gastos. A falta de formação específica na área ambiental foi apontada como uma dificuldade para alcançar sucesso do programa de gestão ambiental da empresa. Segundo os entrevistados com a iniciativa de implementação de um sistema de gestão ambiental na empresa, houve mudanças de comportamento principalmente no ambiente doméstico. Houve relatos de falhas no processo de comunicação, divulgação, monitoramento e controle dos processos relativos à gestão ambiental. A geração de benefícios foi mínima, por falta de documentação e indicadores claros e precisos para pontuar as mudanças provenientes do programa de gestão ambiental. Os participantes do G2 relataram desconhecer ações na empresa; os do G1 mostraram-se, em alguns aspectos, desinformados e em contradição com os colegas do mesmo grupo. A empresa, em comparação à outras do setor apresentou destaque. Atendia à legislação, com ênfase reativa à EMBRATUR, embora motivos internos de preocupação ligada à preservação do meio ambiente e interesses econômicos também se evidenciaram. Os departamentos relacionados à comissão de gestão ambiental apresentaram quesitos objetivos (criação de reservatórios para produtos químicos, sistematização da coleta de lixo, troca de equipamentos e substituição de processos visando economia de água e energia) mais adiantados que as necessidades de recursos subjetivos (mudança de condutas, comunicação e envolvimento), de acordo com o discurso dos participantes. No entanto, para os entrevistados do G1, muito foi investido nesse sentido: palestras, campanhas para reciclagem do lixo, orientações, carta informativa aos colaboradores etc. A percepção da falta envolvimento, a sobrecarga de trabalho em alguns departamentos e a falta de pessoal especializado para tratar das questões ambientais, são fatores que indicam a vivência da fase inicial e de percepção da adaptação da empresa em relação às questões ambientais, justificada pelo pouco tempo de implantação do programa e sua inclusão no planejamento estratégico na empresa. As perspectivas futuras indicam aumento de benefícios e sensibilização de todos na participação efetiva do projeto.

**Palavras-chaves:** gestão ambiental,contradições,desconhecimento,benefícios

**Atividade: A Psicologia e a Questão Ambiental  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**A Psicologia e a Questão Ambiental: um estudo a partir das três ecologias de Félix Guattari

**Autor(es):** Marcus Marcello Porto Leopoldino,Gabriel Folly Nogueira Sertã,Liorno Werneck,Dalva Pinheiro,Jean Loup Jospin,Fátima Pinheiro,Elizabeth Silva,Antonio Oscar Vieira

**Resumo:** Este trabalho é o resultado de uma discussão levantada no Grupo de Estudos sobre a Questão Ambiental do Programa de Extensão Vida no Campus da Universidade Federal Fluminense. O Programa Vida no Campus consiste numa equipe multidisciplinar composta por alunos, professores, técnicos e membros da comunidade exterior ao campus, que tem como objetivo promover conscientização e sensibilização ambiental através de intervenções no campus universitário e nos bairros do entorno. Dentre essas atividades está o grupo de estudos aonde, desde o ano de 2005, viemos realizando leituras e discussões para pensar intercessões possíveis entre o campo da psicologia e os estudos e práticas ambientais, uma vez que este material nos fornece novas ferramentas para constantemente transformar nossas formas de intervir. Elegemos para isso o livro “As Três Ecologias”, de Felix Guattari. Esta escolha partiu dos integrantes do projeto que participavam das ações desenvolvidas e buscavam uma abordagem teórica da questão diferente da apresentada pelo campo nascente da Psicologia Ambiental, uma vez que esta ainda se mostrava muito ligada a alguns problemas da psicologia clássica, como a separação clara entre sujeito e objeto, e uma suposta neutralidade política do campo científico. De maneira diferente, a abordagem da questão proposta por Guattari nos mostra como esta separação e esta neutralidade, que podem ser entendidas aqui respectivamente como uma separação entre homem e meio ambiente e como uma não observância dos determinantes sócio-históricos dos problemas ambientais, têm estreita ligação com o modo de subjetivação capitalístico. Assim, o único trabalho ambiental possível seria aquele que levasse em conta os três registros citados por Guattari: o social, o mental e o ambiental. Segundo ele seria preciso aprender a pensar transversalmente a relação entre estas dimensões, ao invés de cair numa compartimentação reducionista típica do cientificismo ocidental. Pensando desta forma, o saber do especialista não tem muito espaço nesta nova abordagem frente à questão ambiental se este se apresentar como a última palavra sobre o assunto, excluindo outros saberes por acreditar que a compartimentação das áreas do conhecimento corresponde a uma divisão real. Sendo assim, não encontraremos um papel específico para o profissional de psicologia. No trabalho com o meio ambiente, área onde invariavelmente uma grande multiplicidade de profissionais é convocada para atuar, o psicólogo pode ter seu espaço no trato direto com os diferentes atores envolvidos, assim como o faz numa instituição qualquer, sem que se limite como o responsável exclusivo pela registro “mental” das três ecologias. Com a ampliação dos problemas ambientais, que são muitas vezes apenas remediados, Guattari destaca que cada vez mais os equilíbrios naturais dependerão das intervenções humanas, nem que seja para impedir a própria ação humana. A título de conclusão, após apresentarmos a discussão acerca desta intercessão da psicologia com os estudos do meio-ambiente, apresentaremos alguns exemplos de práticas realizadas pelo Vida no Campus como um “estudo de caso”, visando ilustrar a questão e abrir para um possível debate.

**Palavras-chaves:** Questão Ambiental,Psicologia Ambiental,Transversalidade



**Atividade: Casa das Plantas  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Casa das Plantas: Centro de convivência terapêutica com a Natureza

**Autor(es):** Liorno Werneck, Dalva Pinheiro, Marcus Marcello Porto Leopoldino, Gabriel Folly Nogueira Sertã, Nathalia Cardoso de Castro, Fátima Pinheiro, Paulo Herdy

**Resumo:** Ao longo de anos de trabalho, a equipe do Programa Vida no Campus constatou uma série de carências da comunidade ligadas à inadequação do ambiente do Campus da UFF, em Niterói-RJ, aos novos conhecimentos em psicologia, ecologia, paisagismo, saúde e qualidade de vida. Da comunidade sempre chegaram reclames da falta de árvores, da falta de flores e de frutos para alimentar os pássaros, do mato que tomava conta do espaço (principalmente nas férias), o mau trato aos canteiros, os bueiros sem tampa, a ausência de lixeiras e a falta de uma coleta racional do lixo. Tudo isso fazia do Campus um local com nítida aparência de abandonado. Essa é a história. O projeto que vamos apresentar teve origem, a cerca de 3 anos, num encontro no Campus do Gragoatá, em Niterói, entre integrantes do Programa Vida no Campus – UFF e uma equipe de psicólogos e estudantes que desenvolviam trabalhos de acompanhamento terapêutico com pessoas/pacientes portadores de deficiência ou transtorno mental. Inicialmente, utilizando referenciais teóricos da Psicologia Ambiental e trabalhando com a noção de setting terapêutico ampliado, a equipe do projeto foi realizando atividades com os portadores de deficiência/transtorno como: prática de jardinagem, educação ambiental e oficinas terapêuticas que envolviam a recuperação de jardins abandonados existentes no campus. Buscava-se paralelamente a elevação da auto-estima, da autoconfiança e, ainda, a inclusão social dos portadores de deficiência ou transtorno, através de um trabalho conjunto desenvolvido por eles e por alunos, professores e técnicos na área verde do campus universitário. Esse trabalho usa intensivamente o contato com materiais orgânicos como recurso terapêutico privilegiado e traz benefícios complementares junto à clínica psicoterapêutica tradicional. Como consequência dos resultados animadores apresentados pelas atividades, surgiu a idéia de se construir um espaço adequado para o aprimoramento e ampliação das ações terapêuticas com uso de materiais orgânicos. Foi elaborado então, pela equipe do Vida no Campus, um projeto formal de extensão intitulado "Casa das Plantas – Centro de Convivência Terapêutica com a Natureza" que permitirá a inclusão de um número maior de pessoas/pacientes neste processo, que chamamos de ecoterapêutico, visando uma experiência ampliada de clínica, usando como dispositivos os planos social e ambiental, além do subjetivo. A Casa das Plantas contará com uma estrutura octogonal simples, a base de materiais naturais, mas resistentes o suficiente para suportar as intempéries a que estará submetida. De forma concêntrica abrigará plantas terapêuticas, ornamentais, horta, sementeiras, jardim sensorial, espaço de aclimação e espaço para estudo ou oficinas. Tem-se também a intenção de aproveitar o referido local para exposições, oficinas e cursos voltados à comunidade em geral. Essas atividades manteriam estreita ligação com a psicoterapia, terapia ocupacional, terapia natural, botânica e sensibilização ambiental.

**Palavras-chaves:** subjetividade, clínica ampliada, meio ambiente

**Atividade: “Minha imagem já é associada à tartaruga”:  
(Paineis)**

**Trabalho:** “Minha imagem já é associada à tartaruga”: identificando as teias que suportam um Comportamento Pró-ambiental

**Autor(es):** Sayonara Freitas, Eunice Neves de Assis, Felipe Moreira

**Resumo:** Qualquer ação exercida na Biosfera tem como conseqüência um impacto sobre o ambiente e sobre quem o habita. No entanto, as ações humanas sobre seu entorno, principalmente no transcorrer do último século, têm apresentado um impacto de proporções tais que podem ser sentidas de forma cada vez mais global. Diante deste quadro, e das conseqüências nefastas para a sobrevivência da espécie humana surgiu a preocupação em sanar, ou pelo menos minimizar, os efeitos dos comportamentos inadequados. Embora a maioria das pessoas ainda não tenha modificado seu estilo de vida e suas condutas com relação ao meio em que vivem, alguns já despertaram para a urgência do assunto e levaram tal questão tanto para dentro do ambiente acadêmico como para suas ações diárias. Mas tais indivíduos, especialmente os que se dedicam integralmente, de forma quase abnegada, a fazer algo em prol da conservação e manutenção do meio ambiente, tem de lidar com o fato de ainda serem uma minoria que vai de encontro a todo um sistema de valores, postos tanto pela cultura quanto pelo sistema econômico predominante, que se não encoraja e também não faz nada para impedir que os comportamentos anti-ambientais sejam uma constante em nossa sociedade. Este trabalho tem o objetivo de localizar um indivíduo que se dedique integralmente à Questão Ambiental, de modo que venha a verificar quais fatores foram determinantes para o surgimento do interesse por esta problemática e os agentes que proporcionam a manutenção desse estilo de vida. Para isso se utilizou um estudo de caso por meio de uma entrevista semi-estruturada realizada com o biólogo Armando José Barsante de Campos, responsável pela base experimental do Projeto TAMAR em Pipa e colaborador do IBAMA/RN. A partir de tal resultado, constatou-se que comportamentos pró-ambientais (CPAs) são possibilitados apenas na medida em que existe o apoio, e porque não dizer o estímulo, de vários agentes sociais, que vão desde organismos internacionais até o suporte dado pela família e amigos, passando pelo interesse do governo e a estrutura do entorno que propicia CPAs; isto é, uma rede de apoio social. Essa rede é fundamental para o surgimento e manutenção de CPAs, principalmente nas que tem caráter integrais. Além da rede de apoio social, também seriam necessários alguns fatores descobertos por Corral-Verdugo (1999) e Degenhart (2002), como: conhecimento sobre o entorno, atitudes favoráveis, motivação, habilidades, locus de controle interno, grande senso de responsabilidade, crenças pró-ambientais, comportamentos de consternação, sentido de vida atrelado ao meio ambiente, experiências positivas com a natureza e doutrina religiosa, que pressupõe um cuidado com a natureza. Assim, pode-se perceber os múltiplos fatores que estão envolvidos em CPAs.

**Palavras-chaves:** Meio ambiente, Comportamento pró-ambiental, Rede de apoio social

**Atividade: Contribuição da Psicologia na construção do comprometimento ecológico (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Contribuição da Psicologia na construção do comprometimento ecológico

**Autor(es):** Maria Inês Gasparetto Higuchi, MARIA SOLANGE MOREIRA FARIAS, JOSANY KEISE DE SOUZA DAVID

**Resumo:** Este trabalho pretende apresentar programas de educação ambiental onde os pressupostos da psicologia embasam as ações desenvolvidas com crianças e adolescentes na cidade de Manaus, AM. O grande desafio de programas de Educação Ambiental reside na capacidade de transformação de comportamentos de uma sociedade que está em vias de colapso social e ambiental. Acredita-se que os problemas ambientais são em sua natureza problemas sociais, da interação das pessoas entre si e destas com os demais elementos constituintes. Fazer educação ambiental é, portanto, compreender e revelar a natureza dessas relações interpessoais e o processo de construção das mesmas não separando o locus dessas relações, ou seja, o ambiente. Não basta apenas tornar os conteúdos ambientais interessantes, mas inseri-los na realidade pessoal e coletiva vivida pelas pessoas com as quais estaremos envolvidos nesse processo educativo. Nessa perspectiva teórica as atividades de educação ambiental não se restringem apenas aos conceitos biocêntricos da natureza, mas aborda

principalmente as questões dos valores socioculturais que fundamentam a cidadania, tais como justiça, moralidade, saúde, política, economia, mitos, religião, status social, igualdades e diferenças de gênero e em particular as habilidades sociais e comprometimento ético. As práticas ecológicas não ocorrem num vácuo social, mas estão intimamente relacionadas com toda uma história pessoal e coletiva de um povo, a qual se constrói gradualmente. Um programa de educação ambiental não formal, tanto quanto a escola, é um importante espaço para o processo das transformações sociais que vão inevitavelmente desencadear determinadas relações ecológicas. Nos deparamos aqui frente a uma proposta onde a educação ambiental tem como princípio básico estimular no educando o senso da competência permitindo que os mesmos exerçam o direito de decidir sobre os problemas encontrados no seu cotidiano e fortalecer o comprometimento ético nas questões ecológicas. Para que isso aconteça, num processo de intervenção socioambiental deve existir uma complexidade de fatores, entre eles o estímulo ao desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais. O termo habilidades sociais se refere aos diversos comportamentos sociais que contribuem para a competência social, permitindo um relacionamento harmonioso entre as pessoas, e destas com os demais elementos do ambiente. Para lidar com os desafios e demandas atuais, a criança e o adolescente precisa desenvolver um repertório cada vez mais elaborado de competência social. A competência social é a capacidade de articular pensamentos, sentimentos e ações em função dos objetivos pessoais e coletivos em qualquer aspecto da vida. O programa desenvolvido pelo LAPSEA/INPA mostra aspectos psicossociais imbricados na questão ambiental, que mais do que nunca devem ser um campo de atuação da psicologia. O fortalecimento do comprometimento ecológico não é um processo linear, imediato e simples. Constatou-se, portanto, que mudanças psicossociais são necessárias para uma nova postura baseada na responsabilidade e zelo ambiental ancorados num direito coletivo, mas que está seguramente associado com a formação psicossocial do cidadão.

Em programas desenvolvidos LAPSEA/INPA procurou-se compreender esse processo socio-educacional a partir das propostas elaboradas pelo e no Projeto Pequenos Guias do Bosque da Ciência onde mais de 750 crianças na idade de 10 a 14 anos participam ou participaram desse programa desde 1994. Os resultados identificaram formas de relacionamento interpessoais que auxiliam os educadores no desenvolvimento de atividades educativas cuja finalidade seja a de estimular a construção das relações menos centralizadas no individualismo para irradiar movimentos coletivos e de maior comprometimento ecológico. Os resultados destas ações trazem novas informações sobre a realidade que ajudam crianças e adolescentes a construir e aperfeiçoar sua visão do mundo e sua capacidade de interagir com ele e se tornar co-responsável pelas ações de transformação para uma ética mais justa e equilibrada.

**Palavras-chaves:** educação ambiental, desenvolvimento infantil, comportamento ecológico, comprometimento ambiental

**Atividade: Uso do Celular por Motoristas em Brasília: Um estudo observacional (Paineis)**

**Trabalho:** Uso do Celular por Motoristas em Brasília: Um estudo observacional

**Autor(es):** Zuleide Oliveira Feitosa

**Resumo:** Grande maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, inclusive o Brasil têm legislação específica proibindo o uso do celular no trânsito. Porém seu uso por motoristas de Brasília é freqüente, o que sugere existir vários fatores influenciando esse comportamento, uma vez que o esperado seria o banimento do uso do celular no trânsito já que a legislação proíbe. Este estudo proveu uma referência mínima para o atual uso do celular por motoristas. O Método empregado foi o de Observação Sistemática, onde um total de 3.910 carros foi observado, dentre ao quais, 90 motoristas estavam usando o aparelho celular quando eles passaram pelo ponto fixado na via em uma área central da cidade de Brasília. Instrumentos: utilizou-se a ficha de observação, contendo 131 espaços para se efetuar os registros, caneta esferográfica e prancheta. Procedimentos: para o propósito deste estudo, o uso do celular foi definido a partir de certas considerações, tais como: se o telefone celular estava visível na mão do motorista, se o motorista estava segurando o celular próximo à cabeça (ouvido) ou em frente ao corpo, enquanto o veículo estivesse se movimentado. Esta definição foi utilizada tanto para incluir motorista que

poderiam estar ouvindo ou falando e dirigindo, quanto para motoristas que poderiam estar lendo mensagens ou que poderiam estar usando as funções do teclado, tais como escrever textos. As observações foram limitadas aos carros apenas, desse modo, foram excluídos ônibus, vans e caminhões. Para fazer os registros considerou-se: a) se o telefone celular estava ou não visível na mão do motorista quando o veículo estava em movimento, e b) o sexo (masculino ou feminino) do motorista. As observações foram feitas por um só observador, em um dos lados da via em apenas um local: eixo rodoviário de Brasília, priorizando duas fileiras de carros selecionadas pelo observador e deixando-se a terceira fileira sem registros, visto que a mesma é convencionalmente reservada para ônibus, vans e mini-vans. O eixo rodoviário de Brasília foi o lugar selecionado por viabilizar um bom fluxo de trânsito; boa visibilidade do observador na via e da faixa de pedestre, bem como do semáforo. Uma estrutura visível do lado da via (faixa de pedestre e semáforo) foi utilizada como um ponto fixo em que os veículos passavam no momento da observação. Os períodos de realização das observações foram: durante a manhã, o meio dia e à tarde, nos horários de 7 às 8:00h; 12 às 13:00h e 17 às 18:00h, respectivamente por dez dias úteis consecutivos, excetuando-se os finais de semana. O observador fez 130 registros por período de carros que estavam indo numa mesma direção. As observações foram coletadas em apenas um período de tempo, em agosto de 2006 (3.910 motoristas) as observações tiveram duração de aproximadamente sessenta minutos para cada período do dia, inclusive para o dia de treino de anotações preliminares que antecederam a observação propriamente dita. Após a catalogação dos dados obtidos através da enumeração das fichas-registro, os resultados das observações foram colocados em uma planilha de dados e em seguida, foram calculadas as frequências e distribuições. Resultados: de 3910 motoristas observados, um total 89 (2,98%) estava usando o celular enquanto dirigia passando pelo ponto de observação previamente fixado. Os homens (56,9%) foram mais propensos a usar o telefone celular do que as mulheres (43,1%). Entretanto, entre todos 3910 motoristas observados, houve mais homens (64,19%) do que mulheres (35,81%). O uso do celular apresentou tendência a ser mais freqüente entre os adultos (66,30) que entre os jovens (33,70%). A taxa de uso para os idosos foi (0%). O uso do celular foi quase o triplo daquele encontrado, por exemplo, na cidade de Ney York, na fase pós-lei, onde o uso do celular também foi proibido. O uso do celular enquanto dirige apresentou tendência a ser diferente entre homens e mulheres e entre jovens, adultos e idosos.

**Palavras-chaves:** automóvel, telefone móvel, observações

**Atividade: A fotografia como recurso educativo para a formação do sujeito ecológico (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** A fotografia como recurso educativo para a formação do sujeito ecológico

**Autor(es):** Larissa Souza da Silveira, Josineide Vieira Alves

**Resumo:** A questão ambiental vem adquirindo, ao longo do tempo, um status diferenciado. Quando consideramos o meio ambiente, estamos nos referindo a algo que vai além do espaço físico e natural, alcançando diretamente as relações intrapessoais, grupais, sociais e de poder presentes na sociedade. Entender esta problemática exige que pensemos de forma complexa, atentando sempre para a importância de um olhar multifacetado sobre este fenômeno. A relação do ser humano com o meio ambiente está baseada nos valores desse sujeito, o que, consequentemente, interfere na sua forma de ver e agir no mundo. Diante de tal consideração, é imprescindível pensar em medidas que visem uma mudança de valores no sujeito, fazendo com que os princípios que regem a ética antropocêntrica, como domínio sobre a natureza, dicotomia mente-corpo, que corroboram intensamente com a degradação ambiental, sejam modificados, caminhando para a busca de relações mais harmônicas entre indivíduos e meio ambiente. Assim como outros campos do saber, a Psicologia Ambiental tem se preocupado em promover tais mudanças, contribuindo para a formação do sujeito ecológico, considerado pela literatura como um tipo ideal, portador de valores éticos, atitudes e comportamentos ecologicamente orientados, que incidem sobre o plano individual e coletivo. O presente estudo teve como objetivo investigar, a partir da revisão da literatura, as contribuições da fotografia como recurso educativo e

metodológico em Psicologia Ambiental, para a formação de sujeitos participativos e atuantes no processo socioambiental. Para tanto, fizemos um levantamento bibliográfico da literatura especializada, o que possibilitou identificar a existência de poucos estudos sobre o tema. Ao longo dessa revisão, constatamos que a fotografia pode se constituir em um importante recurso educativo em Psicologia Ambiental, diante da sua possibilidade em atuar nos sujeitos quebrando a indiferença social, modificando a forma de ver o mundo, provocando questionamentos e reflexões, impulsionando os indivíduos a pensarem no meio ambiente a partir do seu referencial e de outras realidades não vivenciadas. Além disso, a fotografia permite a condução dos indivíduos a novas linguagens, inclusive à dimensão política dos fenômenos, por anunciar e denunciar a realidade, contribuindo fortemente para a atuação dos sujeitos nas políticas públicas ambientais. A fotografia é uma forma de apreensão do outro pouco valorizada na psicologia, que pode permitir a construção de um saber, desenvolver o olhar e a percepção do que se encontra não revelado aos olhos do outro. A convergência dessas características reforça a potencialidade da fotografia como um instrumento metodológico em Educação e em Psicologia Ambiental. A gravidade da questão ambiental solicita que exercitemos um olhar mais atento para aquilo que nos rodeia. É preciso que os sujeitos passem a se implicar nesse olhar e se conscientizem de que todos estão inseridos na problemática ambiental, podendo, assim, ser atingidos de alguma maneira. Isto explicita a necessidade de uma mudança da percepção social sobre a questão ambiental, evidenciando, ainda mais, a importância do trabalho dos psicólogos nesta área e da investigação de recursos educativos e metodológicos que auxiliem na formação de sujeitos ecológicos.

**Palavras-chaves:** Meio Ambiente, Psicologia Ambiental, Sujeito Ecológico, Fotografia

**Atividade:** Gestão comunitária entre os ribeirinhos de Tauaru, município de Tabatinga, Amazonas. (Paineis)

**Trabalho:** Gestão Comunitária entre os ribeirinhos de Tauarú, município de Tabatinga, Amazonas

**Autor(es):** Marcelo Gustavo Aguilar Calegare

**Resumo:** Há alguns anos, a defesa das populações tradicionais, sejam as indígenas quanto as não indígenas, vem sendo objeto de inúmeros estudos acadêmicos e de algumas políticas públicas, na tentativa de resguardar o modo de vida desses grupos e garantir o acesso a bens e serviços sociais. Parte dessas populações, como os indígenas e os quilombolas, já conseguiram uma série de benefícios e concessões, tais como terras, reconhecimento, direitos e legislações específicas que asseguram suas existências enquanto tais. Entretanto, outros segmentos ainda não conseguiram o mesmo destaque e tampouco possuem políticas públicas adequadas às suas realidades – como é o caso do caboclo/ribeirinho amazônico. Nesse último caso, por se tratar de uma parcela da população que vive em áreas cujos olhares estão voltados à conservação, tende-se a sobrepor questões ambientais às sociais, deixando a segunda em plano inferior. Compartilhando da ideia de que tais populações possuem conhecimentos a respeito de seu meio, que têm plenas condições de manejar seus recursos naturais de forma sustentável e que se organizam comunitariamente de maneira peculiar, este painel pretende apresentar os resultados parciais de um projeto de doutorado, sobre as investigações acerca da gestão comunitária da comunidade ribeirinha de Tauarú, município de Tabatinga, Amazonas, cujo objetivo central é colaborar com a proposição de políticas públicas que levem em conta a organização social das comunidades ribeirinhas amazônicas. Para tanto, adotou-se como método a pesquisa-ação, apoiada principalmente nas bases teóricas da psicologia social comunitária. A partir de entrevistas, questionários, diários de campo, dinâmica de grupo, participação nas atividades coletivas e supervisões, todos realizados em conjunto com o Grupo Interdisciplinar de Estudos Sócio-Ambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Apropriadas na Amazônia (Grupo Inter-Ação), do Departamento de Serviço Social do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas, por meio do “Estudo-diagnóstico sobre o modo de organização da produção pesqueira para implantação de empreendimentos solidários nas comunidades ribeirinhas nos municípios de Coari e Tabatinga – Amazonas”, traçaram-se alguns pontos centrais sobre a comunidade de Tauarú: os diferentes modos de organização do trabalho, envolvendo atividades coletivas e aquelas intra-familiares; fluxo de tomada de decisão e relações

de poder entre as lideranças formais e informais; traços identitários que diferenciam pescadores de agricultores; organização de entidades políticas formalmente organizadas e ligadas ao município; e forte influência da religião “associação cruzada católica apostólica evangélica” na vida comunitária. Tais características levantadas auxiliam tanto nas intervenções delineadas quanto na base para posteriores trabalhos em outras comunidades ribeirinhas.

**Palavras-chaves:** comunidades ribeirinhas, gestão comunitária, amazônia, pesquisa-ação

**Atividade: Pesquisa-ação em comunidades ribeirinhas amazônicas (Paineis)**

**Trabalho:** Pesquisa-ação em comunidades ribeirinhas amazônicas

**Autor(es):** Marcelo Gustavo Aguilar Calegare, Maria Francenilda Gualberto de Oliveira

**Resumo:** Este painel tem como objetivo apresentar o resultado do “Estudo-diagnóstico sobre o modo de organização da produção pesqueira para a implantação de empreendimentos solidários nas comunidades ribeirinhas nos municípios de Coari e Tabatinga – Amazonas”, realizado pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos Sócio-Ambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Apropriadas na Amazônia (Grupo Inter-Ação) do Departamento de Serviço Social do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), com a consultoria de psicólogos pós-graduandos do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP) e em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas (IDAM) e Agência de Agronegócios do Estado do Amazonas (AGROAMAZON). O estudo fez parte do Programa Amazonas de Apoio a Pesquisa em Políticas Públicas em Áreas Estratégicas (PPOPE) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas. A metodologia utilizada se pautou na pesquisa-ação, delineando ações sócio-educativas de investigação e intervenção em cinco comunidades ribeirinhas amazônicas, a saber, Terezina I, Terezina IV e Tauarú, no município de Tabatinga, e Vila Lira e Esperança I, no município de Coari, ambos no Estado do Amazonas. O referido projeto pretende desenvolver a implantação e implementação de empreendimentos solidários no setor da atividade pesqueira – mais especificamente, a construção de viveiros para criação de peixes para fins comerciais – que sirvam de modelo à proposição de políticas públicas voltadas à realidade da população ribeirinha do Amazonas. O método de pesquisa adotado no projeto foi norteado por algumas orientações fundamentais: a) a quebra do paradigma científico tradicional, em que se estabelece uma cisão fundante entre sujeito/cognoscente e objeto/fonte de informação; b) superação da posição de neutralidade do pesquisador para uma de agente ativo; c) a possibilidade de elaborar estratégias de ações conjuntas entre o grupo de pesquisadores e os comunitários das localidades em questão; d) conhecer as vicissitudes da vida local ao mesmo tempo em que se atua para a transformação de algumas questões levantadas ao longo do processo; e) participação dos grupos sociais ribeirinhos enquanto protagonistas na execução do projeto elaborado e na sua condução durante o tempo estimado e após seu término; f) perspectiva de construção coletiva de conhecimentos sobre a realidade local e de instrumentalização dos comunitários na busca de direitos sociais e políticos. Desta maneira, em cada comunidade se delineou uma estratégia de ação, respeitando-se a organização peculiar a cada uma delas, bem como fortalecendo os laços sociais particulares dessas localidades, o que também reforça o caráter político desse tipo de método adotado.

**Palavras-chaves:** pesquisa-ação, amazônia, comunidades ribeirinhas, políticas públicas

**Atividade: Curso de Capacitação como Agente Ambiental: Gerenciamento de Resíduos Sólidos. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Curso de Capacitação como Agente Ambiental: Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

**Autor(es):** Gabriel Folly Nogueira Sertã, Marcus Marcello Porto Leopoldino, Liorno Werneck, Dalva Pinheiro, Lívia S. Grees de Oliveira, Fátima Pinheiro, Paulo Herdy, Jean Loup Jospin, Nathalia Cardoso de Castro

**Resumo:** O curso Agente Ambiental – gerenciamento de resíduos sólidos surge a partir de uma demanda de uma cooperativa de catadores do município de Niterói, RJ - COOTCARJ -, que percebeu a necessidade de capacitar seus cooperados como uma forma de promover a valorização e o reconhecimento desses trabalhadores. A proposta foi apresentada ao Programa de Extensão Vida no Campus, da Universidade Federal Fluminense, que tinha como desafio desenvolver um projeto que solucionasse o problema de limpeza e conservação do campus universitário. Dessa confluência de interesses decidiu-se desenvolver o curso de capacitação de Agente Ambiental. Ao analisar o público alvo, percebeu-se que a capacitação deveria incluir prioritariamente os profissionais de conservação e limpeza das organizações. Observou-se que para consolidar um programa de coleta seletiva era importante sensibilizar tanto os profissionais que cuidam da conservação das organizações, os serventes de limpeza, e também quem trabalha nas ruas, os catadores. Sensibilizar esses dois elos da cadeia de gerenciamento de resíduos será determinante para a implantação da coleta seletiva. Em sua proposta pedagógica, a elaboração do programa do curso procurou abordar, além dos temas técnicos, aspectos comportamentais de valorização profissional e de relações de trabalho. A parte técnica aborda os processos da coleta, separação, armazenagem, transporte e destinação final de resíduos sólidos - lixo urbano - com técnicas de observação, coleta, processamento, armazenamento de resíduos, identificação de melhor destinação. A parte comportamental visa resgatar a auto-estima desses profissionais destacando a importância que esse trabalho representa para a sociedade. O módulo que trata das relações profissionais mostra que o cooperativismo é uma alternativa para a forma tradicional de emprego, onde predomina a relação patrão e empregado. Discute os prós e contras mostrando que o cooperativismo pode ser uma opção por causa da insuficiência de empregos, além de ser uma escolha consciente que pode propiciar melhores condições de realização profissional. Para as organizações preocupadas em atuar de forma ambientalmente responsável o curso funciona como um facilitador para implantar a coleta seletiva. A tomada de decisão pela direção da organização precisa estar acompanhada da preparação dos profissionais de limpeza, para entenderem porque deverão adotar novas rotinas de trabalho que incluam a separação dos materiais nas fontes geradoras. Complementada com campanhas educativas e equipando a organização com coletores diferenciados, a organização estará preparada para atender uma exigência crescente de que todos são responsáveis pelos resíduos que geram. Sendo uma atividade de extensão o curso de Agente Ambiental - gerenciamento de resíduos sólidos faz com que a Universidade Federal Fluminense, através do Programa Vida no Campus, cumpra o seu papel de devolver para a sociedade uma solução para que possa enfrentar de forma eficaz o enorme desafio de dar uma destinação adequada ao lixo que gera. Por ter como um dos públicos-alvo os catadores, pessoas que vivem marginalmente e que executam suas tarefas em permanentes condições de risco, o curso cria uma oportunidade de reintegrar essas pessoas na medida que aumenta as chances de sucesso de organização desses trabalhadores. Dessa forma cria condições objetivas para que seja implantada uma coleta seletiva com inclusão social, que é aquela que destina os resíduos para uma organização de catadores, visando torná-la auto-sustentável.

**Palavras-chaves:** inclusão social, educação, consciência ambiental

**Atividade: Programa Vida no Campus: um histórico construído na esfera sócio-ecológica e abordado na psicologia ambiental. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Programa Vida no Campus: um histórico construído na esfera sócio-ecológica e

abordado na psicologia ambiental.

**Autor(es):** Gabriel Folly Nogueira Sertã, Marcus Marcello Porto Leopoldino, Liorno Werneck, Dalva Pinheiro, Fátima Pinheiro, Paulo Herdy, Livia S. Grees de Oliveira, Jean Loup Jospin, Nathalia Cardoso de Castro

**Resumo:** Este trabalho pretende circunscrever historicamente o trabalho de 10 anos de um Programa de extensão universitária: o Vida no Campus. Marcado por lutas por uma melhor consciência sócio-ambiental, munido de questões em torno dos problemas relacionados ao meio-ambiente e abordado no campo da psicologia ambiental com a perspectiva da interação humana, este Programa da Universidade Federal Fluminense vem levantando ações e discussões expandidas e aprimoradas cada vez mais. Para tal, sabe-se que é fundamental seu engajamento às demandas interiores à Universidade ou externas, no âmbito da comunidade, pois se relacionando a essa fonte detemos a capacidade de funcionar como orientador, além de podermos avaliar e transformar nossas metodologias e objetivos empregados, o que é indispensável a qualquer iniciativa em que o público-alvo é o meio social. Neste processo, vincularam-se todas as atividades realizadas pelo Vida no Campus ao conhecimento que a psicologia ambiental dispôs, sempre articulado por seus membros a uma visão crítica e investigadora sobre o relacionamento das pessoas com o meio ambiente. O Vida no Campus constitui-se numa equipe de funcionários, alunos e professores da própria Universidade, e é composta por profissionais de campos diversos. Desde o seu planejamento, utilizou-se como guia um método de intervenção conhecido por pesquisa-ação. Através deste busca-se desenvolver um pensamento de sensibilização entre os membros, pois a ação do Vida no Campus junto às comunidades é frente aos problemas provenientes da problemática interação humano-ambiental, que é dependente da construção equivocada de valores éticos na sociedade atual. Para tal, o Programa utiliza-se dos saberes da psicologia, aprimorando práticas e repensando interesses. Pensando nisso, realiza-se semanalmente um grupo de estudos que tem como orientação a psicologia ambiental. Deste retiramos conteúdos sobre os quais podemos nos basear para que assim possamos melhor estruturar nossas formulações e modos de proceder. Por essa razão, o grupo de estudos é uma das nossas mais importantes atividades. O Programa está em crescimento e comporta muitos projetos atualmente. Dentre eles, há a vacinação e tratamento dos cães que transitam pelo campus. Produziu-se segurança para as pessoas que vêm às instalações da Universidade, pois foram registradas queixas de ataques dos cães. Há também outros projetos, como o plantio de mudas, que visa a recuperação dos jardins do campus abrindo-se novamente possibilidades do retorno das aves que parecem ter abandonado a região. Aliado a isso, o Vida no Campus atua na recuperação da fauna local, pensa o aspecto paisagístico e o controle da proliferação de pombos, todos interligados à boa saúde pública e imagem do campus. Vale frisar que o Programa conta com parceiros como o Ibama-RJ, a Prefeitura de Niterói, a Pró-Reitoria de Extensão, o Jardim Botânico de Niterói e uma cooperativa de catadores de lixo, a COOTCARJ. Sabendo-se que somente a preocupação com o bom estado dos jardins não seria suficiente para solucionar os entraves da má configuração do mesmo, o Programa aprendeu a implantação de um novo manejo do lixo, que foi chamado coleta racional. Até pouco tempo eram muitas as reclamações a respeito do pouco número de lixeiras e da falta de um trato e destino adequados para o lixo. Tendo isso em mente, o Vida no Campus implicou-se a pensar uma forma de reciclar e separar devidamente os materiais desperdiçados. Junto à colocação de lixeiras e avisos, foi oferecido o Curso de Agente Ambiental para as pessoas responsáveis pela limpeza do campus. Um outro projeto, o Casa das Plantas, foi elaborado para ser um centro de convivência terapêutica com a natureza, consistindo em um “setting terapêutico ampliado”. Pretende-se que se componha como um abrigo para plantas medicinais, ornamentais, hortas, sementeiras, jardim sensorial, área de aclimatação, estudo e oficinas. Nosso objetivo é



que também funcione para o trabalho psicoterapêutico com pacientes portadores de necessidades especiais, visando não só o tratamento mas também inclusão social. O Programa também promove atividades culturais, como oficinas de arte, apresentações musicais e exposições. E no plano acadêmico, foi responsável pela criação da disciplina da graduação em Psicologia, "Ecopsicologia". Procurou-se solidificar e aprimorar informações da esfera da psicologia ambiental e da ecologia. O Programa Vida no Campus, portanto, compreende-se como um espaço de reflexão e ação sócio-ambiental empreendendo-se em transformar a realidade ao redor. Há, para os integrantes do referido Programa, a necessidade de se atentar aos problemas relacionados ao meio-ambiente tão comuns, mas ignorados, de uma maneira crítica, atrelados à dimensão do cuidado e instrumentalizados pelos saberes que a psicologia ambiental pode oferecer.

**Palavras-chaves:** psicologia ambiental, intervenções sociais, pesquisa e extensão

**Atividade: O fazer e o pensar no envolvimento sócio-ambiental:  
(Experiências em Debate)**

**Trabalho:** O fazer e o pensar no envolvimento sócio ambiental

**Autor(es):** Daniele Cunha, Maria Inês Gasparetto Higuchi, Genoveva Azevedo

**Resumo:** As intervenções em psicologia que visam o envolvimento e mobilização comunitária têm por pressuposto fundamental o respeito aos grupos sociais. Este respeito está pautado na compreensão do processo cronológico das ações inerentes a cada grupo bem como na escuta atenta aos desejos e necessidades apontados pelos participantes. O trabalho proposto tem o objetivo de compartilhar como esse respeito é traduzido concretamente nas atividades desenvolvidas como um grupo comunitário. A compreensão de grupo aqui adotada é uma construção a partir dos pensamentos de Morin (2003), Tajfel (1982) e Guareshi (1996) que nos permite pontuar a noção de grupo como um conjunto de sujeitos que ao se relacionarem entre si (e só pela relação) sentem que formam um grupo, e as relações estabelecidas por sua vez, são recursivas, hologramáticas e sócio-históricamente construídas. O grupo em questão está situado na cidade de Manaus, mais especificamente formado por moradores de um bairro localizado na periferia da cidade, no entorno de uma Reserva Florestal mantida pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Estes moradores estão em situação de marginalização sócio-geográfica, uma vez que possuem um baixo poder aquisitivo e residem em áreas ocupadas espontaneamente. A Reserva Florestal Adolpho Ducke, um dos principais fragmentos de floresta urbana de Manaus, vem sofrendo impactos severos com a ocupação irregular. Como parte das atividades socioambientais a equipe de pesquisadores do Laboratório de Psicologia e Educação Ambiental desenvolve programas de socioeducativos nas comunidades do entorno da reserva. O grupo formado é composto por adultos de ambos os sexos de faixa etária entre 30 a 75 anos. O grupo ocorre com um número de 10 a 15 participantes assíduos, mas já freqüentaram o grupo aproximadamente 100 pessoas, isto ocorreu por ser um grupo sempre aberto a novos membros e visitantes. A metodologia utilizada para a apreensão dos dados e elaboração das reflexões a serem aqui apresentadas consiste na pesquisa-ação (Thiollent, 1985) efetuada nos encontros grupais, descritos nos diários de campo, e na análise de conteúdo (Bardin, 1977) de um questionário aplicado com entrevista. Propõe-se aqui o recorte para análise de um ciclo específico de atividades neste grupo, denominado "oficinas de capacitação". Estas oficinas foram realizadas num momento de evasão e desestímulo entre os membros do grupo. Acredita-se que esse movimento emocional tenha ocorrido pelo falta de atividades concretas que proporcionassem aos membros a visibilidade que os mesmos desejavam ter perante a comunidade como um todo. A idéia de oferecer cursos de capacitação se mostrou eficaz para esse momento do grupo. Os cursos desenvolvidos (reciclagem de papel e empreendedorismo) em parceria com o SEBRAE, tiveram uma adesão muito significativa, tanto dos membros do grupo quanto de outros moradores da comunidade. Estabelece-se com essa estratégia um sentimento de pertença fundamental para o envolvimento grupal e comunitário. Os vínculos foram sendo estabelecidos de forma muito rápida durante os cursos que duraram em média uma

semana cada um. Os cursos responderam a demanda de reconhecimento e valorização do grupo perante a comunidade e serviram também como estímulo para pensar e discutir acerca de outras atividades concretas a serem desenvolvidas. As capacidades valorizadas durante os cursos engendraram uma nova possibilidade no grupo, foram realizadas feiras de artesanato para expor os trabalhos dos participantes. O mais importante foi a incorporação dessas atividades mesmo sem a presença dos pesquisadores proponentes. Ao final de dois anos de nossas atividades neste grupo, realizou-se uma avaliação de todo o processo com objetivo de verificar os pontos mais significativos desta vivência. Nessa escala os pontos mais importantes que foram elencados pelos participantes dizem respeito às relações interpessoais e as ações concretas de promoção dos sujeitos, como os cursos e a feira de artesanato. As falas apresentadas nos remetem à importância da valorização dos sujeitos envolvidos, para isto o processo interventivo tem que alcançar desde a valorização do trabalho - compreendendo aqui trabalho como algo no qual o sujeito se reconhece e através do qual se sente valorizado – até as relações afetivas de forma que proporcione aos sujeitos uma ampliação de sua experiência cognitiva que nesta avaliação apresentou-se como ganho significativo. Conclui-se, portanto que atividades concretas embasadas no respeito ao “tempo” dos sujeitos e que promovam as habilidades e capacidades dos mesmos são ações que possibilitam o envolvimento grupal, mobilização comunitária, resgate da auto-estima e uma melhor qualidade de vida. Estas atividades específicas geram um sentimento de pertença, promovem saúde, cidadania e apresentam-se como meio eficaz de discutir e refletir acerca de noções de cuidado sócio-ambiental.

**Palavras-chaves:** envolvimento, respeito, capacitação, cuidado socio-ambiental

**Atividade: Percepção de problemas ambientais por moradores de Natal, RN: variações espaciais (local-global) e temporais (hoje-futuro). (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Percepção de problemas ambientais por moradores de Natal, RN: variações espaciais (local-global) e temporais (hoje-futuro).

**Autor(es):** Jose Q. Pinheiro, Andrezza de Figueirêdo Sousa, Rachel Medeiros Góes

**Resumo:** Investigamos a percepção de problemas ambientais por moradores da cidade de Natal (RN), considerando variações do ambiente relativas à amplitude espacial (local-global) e temporal (hoje-futuro), bem como o papel exercido por variáveis sócio-demográficas. Apesar de estarem relacionadas a slogans ecológicos antigos (exemplo: pensar globalmente, agir localmente), essas questões de escala espacial e temporal só recentemente estão sendo incluídas na agenda da pesquisa psicológica sobre conhecimento e comprometimento ambiental. Esta investigação foi realizada como parte de um projeto mais amplo, coordenado por Robert Gifford (Canadá), envolvendo coleta de dados em 18 países. Nesta comunicação apresentamos apenas os resultados relativos a Natal, Rio Grande do Norte (RN). Aplicamos a Escala de Futuros Ambientais (Gifford et al, 2005) a 94 moradores da cidade de Natal, de ambos os sexos, com níveis de instrução variando do ensino fundamental ao superior. Esse questionário contém 20 itens em que se pede ao participante sua opinião sobre a situação de problemas ambientais em nível local, nacional e global, tanto para os dias de hoje, como para daqui a 25 anos. A forma original do instrumento contém cinco níveis de resposta, de "1" (muito ruim) a "5" (muito boa). A indagação sobre cada um dos 20 problemas ambientais é repetida para a situação futura (daqui a 25 anos), com alternativas de respostas variando entre "-2" (muito pior), a "+2" (muito melhor). Registrava-se também sexo, nível de instrução, idade e tempo de moradia na cidade. Nesta comunicação a variação das respostas foi agregada em três níveis ("ruim", "aceitável" e "boa", para o presente; "pior", "a mesma coisa" e "melhor", para o futuro), assim como os resultados da escala espacial foram considerados apenas para os níveis "local" e "global". Tanto para a situação atual como para a futura, havia ainda a possibilidade de o respondente optar por "não sei" ou "não se aplica". De um modo geral, os resultados revelaram maior otimismo em nível local e pessimismo generalizado para a situação futura nos dois níveis da escala espacial. Em outras

palavras, há uma tendência das pessoas em “proteger” a sua zona proximal, percebendo os problemas ambientais do seu local de moradia de forma mais amena do que zonas externas (mundo), o que pode estar de alguma forma ligada à identidade de lugar. Porém, quando se trata do futuro, essa variação espacial não seria tão importante, sendo o ambiente avaliado com pessimismo tanto em nível local como global. No conjunto das respostas, problemas como "poluição sonora" e "poluição visual" são mais conhecidos em nível local do que global, talvez pela própria natureza do problema em questão. Há questões em que o inverso ocorre, como em "controle de radiação/lixo nuclear" e "chuva ácida", o que pode estar ligado à não aplicabilidade desses problemas a nível local. Frente a questões como qualidade do ar na cidade de Natal, a percepção dos participantes se mostrou familiar e otimista para os dias atuais. Na análise das respostas em relação às variáveis sócio-demográficas, destacou-se a diferença entre homens e mulheres; as demais variáveis (tempo de moradia na cidade, instrução e idade) mostraram-se correlacionadas apenas com algumas das questões. No conjunto de respostas para os sexos, constatamos que os homens são sistematicamente mais otimistas em suas avaliações dos problemas ambientais, atingindo médias superiores ou iguais às das mulheres em todos os itens, sendo algumas dessas diferenças estatisticamente significativas. A variável idade teve influência nas respostas de itens como água, rios e beleza das cidades, nas quais os jovens as avaliam positivamente a nível global. Observou-se uma correlação significativa de nível de instrução com "excesso populacional", positiva no nível local e negativa no global. Ou seja, pessoas com mais instrução avaliam que o efeito da grande quantidade de pessoas sobre o ambiente na idade de Natal não é prejudicial, ao contrário do que ocorre para o mundo como um todo. Isso pode estar relacionado ao fato de que os meios de comunicação propagam mais informação sobre os prejuízos da superpopulação em nível mundial do que local. Exploramos neste trabalho a percepção de questões ambientais por moradores da cidade de Natal, e constatamos diferenças para os níveis local e global, assim como variações dessa percepção frente à dimensão temporal (situação presente e futura), e a fatores sócio-demográficos, como a evidente diferença entre homens e mulheres. Tais resultados, ainda que uma expressão do caráter pioneiro e preliminar desse tópico de pesquisa, apresentam claras implicações para o planejamento de atividades no setor, como educação ambiental e políticas públicas e privadas de gestão ambiental.

**Palavras-chaves:** Percepção, problemas ambientais, otimismo-pessimismo

**Atividade: Mercado Central de Fortaleza: Um estudo sob a visão da Psicologia Ambiental (Paineis)**

**Trabalho:** Mercado Central de Fortaleza: Um estudo sob a visão da Psicologia Ambiental

**Autor(es):** Ana Karolina Pessoa Bastos, Rosa Angela Cortez Brito, Lorena Maria Fidelis Ferreira, Vanessa Luana de Freitas Melo

**Resumo:** O trabalho foi realizado na disciplina de Psicologia Ambiental, no curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Teve por objetivo apresentar uma leitura do espaço Mercado Central de Fortaleza a partir dos conceitos da Psicologia Ambiental e, assim, apresentar uma proposta de intervenção. O espaço urbano escolhido para este estudo é de grande importância para a economia de Fortaleza, pois é um centro comercial bastante movimentado. A escolha deste locus se deu pela verificação e por ser interessante o fato de que, apesar de o Mercado Central focalizar suas vendas em produtos que caracterizam culturalmente o Ceará, seus freqüentadores são, na grande maioria, turistas, constituindo, os fortalezenses, um número bastante reduzido de compradores desse mercado. Outra justificativa, a principal, para a escolha desse local, é o fato de se entender que esse é um espaço urbano onde a interação entre as pessoas é profundamente influenciada pelo ambiente e onde se pode perceber com facilidade as relações de influência dialética que ocorrem entre essas pessoas e o seu entorno. Os sujeitos da análise não foram os freqüentadores do Mercado Central, pois estes são, em sua maioria, turistas - não constituindo um grupo de pessoas que compartilham uma história de relacionamento com este espaço, o que torna menos viável o estudo dentro da Psicologia

Ambiental. Assim, os sujeitos do trabalho foram os permissionários (que são os donos de box dotados de uma permissão, cedida pela Prefeitura de Fortaleza), uma vez que possuem uma história compartilhada de interação tanto entre si como com esse ambiente urbano. Utilizou-se o referencial metodológico da Psicologia Comunitária. Dessa forma, reafirma-se a interdisciplinaridade da Psicologia Ambiental e a possibilidade de diálogo não somente com a Psicologia Comunitária, mas também com outras áreas, como a Arquitetura, a Geografia, entre outras. Com o objetivo de verificar a relação que os permissionários estabelecem com o Mercado Central, à luz da Psicologia Ambiental, utilizou-se a metodologia da observação-participante. De acordo com Góis (1993), a observação-participante é concebida como necessária para a apreensão das características singulares e compreensão do cotidiano do local estudado. Ainda segundo esse autor, “o estudo da realidade comunitária requer (...) uma ação direta (de inserção, de convivência real e objetiva) e uma ação intelectual (exploradora, analítica, sistematizadora e generalizadora)”. (GÓIS, 1993, p.62). A coleta de dados se deu de duas formas. A primeira foi por meio do órgão de administração do Mercado Central, ou seja, da Associação dos Lojistas do Mercado Central (ALMEC). Com ela, pôde-se obter dados geográficos e históricos, assim como sobre o funcionamento e a estrutura do Mercado Central. Já a segunda foi a realização de entrevistas semi-estruturadas com os permissionários. Quanto ao ambiente estudado, tanto o novo quanto o antigo prédio do Mercado Central foram focados, pois como se trata de um estudo de um espaço urbano, com base nos conceitos da Psicologia Ambiental, acredita-se que a mudança de local pode trazer alguns sentimentos e/ou conflitos nas pessoas que ali trabalham e frequentam. Foi necessário explorar alguns conceitos que tiveram maior relevância para a observação do lócus escolhido. De acordo com Moser (1998), a Psicologia Ambiental é uma disciplina que estuda a pessoa dentro do seu contexto, tendo as inter-relações – e não somente as relações – entre pessoa e meio ambiente físico e social como tema central. Essas inter-relações são dinâmicas, pois tanto os indivíduos agem sobre o ambiente como este modifica e influencia as condutas humanas. A partir dessa compreensão, conceitos como apropriação do espaço, apego ao lugar, topofilia, identidade de lugar, simbolismo do espaço, identidade pessoal e social, espaço simbólico urbano e proximidade foram explorados, relacionando-os com o que foi observado e apurado nas entrevistas. A proposta de intervenção foi baseada nos conceitos da Psicologia Ambiental e nos dados colhidos através da observação-participante. Essa intervenção ajusta-se ao modelo de pesquisa-participante e se propõe a analisar a dinâmica do processo das pessoas fazendo com que estas, juntamente com os pesquisadores, reúnam-se para juntos enfrentarem e resolverem um problema. Pelo fato de o Mercado Central ter sido arquitetado verticalmente, instalou-se um sutil processo de hierarquização, sendo constatado através dos valores condominiais dos boxes, que diferem conforme o metro quadrado e sua localização pelos andares. A fonte de insatisfação, conforme os entrevistados, dá-se pelo fato de os andares mais altos serem prejudicados em suas vendas, pois o cliente, ao chegar ao Mercado, depara-se logo nos andares de baixo, com muitos atrativos como: a praça de alimentação, área mais ampla para sentar, música ao vivo, caixas bancárias, além de uma ampla quantidade de boxes que comercializam, praticamente, os mesmos artigos que são encontrados nos outros andares. A proposta de intervenção caracteriza-se, portanto, pela tentativa de promoção de transformação na estruturação do ambiente, fazendo com que a coletividade presente no Mercado Central incorpore em seus processos cognitivos e afetivos, de forma ativa e atualizada, essa mudança.

**Palavras-chaves:** Psicologia Ambiental, Espaço Urbano, Mercado Central de Fortaleza

**Atividade: DA COMUNIDADE À CIDADE: BUSCA DE SIGNIFICADOS DO MEIO URBANO EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES (Experiências em Debate)**

**Trabalho: DA COMUNIDADE À CIDADE: BUSCA DE SIGNIFICADOS DO MEIO URBANO EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

**Autor(es):** Ariane Kuhnen, Scheila Machado da Silveira, Juliana Vieira Costa, Dennis SGH Meneses

**Resumo:** A relação que o indivíduo estabelece com seu ambiente vem sendo foco de estudos e pesquisas dentro das ciências humanas, inserido nesse campo, a Psicologia Ambiental propõe-se a investigar e contribuir para o entendimento desta relação de reciprocidade, pessoa-ambiente; busca entender o papel do ambiente e como cada pessoa constrói sua identidade e se apropria dos espaços nos vários níveis de vínculo com o meio. Inserido neste universo temático, este relato objetiva apresentar os métodos e resultados de projetos de pesquisa e extensão universitária, realizados pelo Laboratório de Psicologia Ambiental da UFSC. Estes projetos se correlacionam tendo como escopo reconhecer os processos de apropriação espaço-temporal de lugar, de representação ambiental e suas implicações na formação de seres cidadãos e ainda, de posse dos dados levantados, intervir nesses contextos. Os projetos tiveram lugar na Comunidade Chico Mendes, região periférica de Florianópolis, em Santa Catarina e desenvolveram-se junto à proposta da Associação dos Amigos do Centro de Atividades Comunitárias Chico Mendes - denominada Casa, e atenderam crianças e adolescentes de 7 a 14 anos. Esta comunidade convive com problemas sociais graves, como o tráfico, a violência, o desemprego e precárias condições ambientais. Seus moradores se caracterizam por serem, na sua maioria, migrantes que vêm na Capital uma oportunidade para melhorarem de vida. A proposta do trabalho sustenta-se em encontros semanais com os grupos na Casa e em saídas monitoradas dentro e fora da comunidade identificando os problemas da comunidade, objetivando analisar e intervir na relação entre o ambiente e os sujeitos, utilizando-se de aportes conceituais como os de identidade, apropriação e apego ao lugar, assim como investindo na promoção das relações sociais de integração da comunidade em si e desta com o meio ambiente e, assim, estimular comportamentos pró-ambientais. Nesses encontros promoveram-se atividades de investigação e intervenção, entre eles: imersão em campo, observação livre e participante, entrevistas, passeios dirigidos, atividades lúdicas, desenhos e fotografias. Dividem-se os trabalhos em três momentos: O primeiro sendo chamado de fase de Reconhecimento, onde os investigadores interagiram com as crianças em seu próprio ambiente. A aproximação ao grupo inicia-se com uma apresentação, esta é organizada com dinâmicas de grupo, buscando a formação de vínculo com as crianças e adolescentes, seguindo com atividades de integração, lúdicas e artísticas. O segundo momento foi nomeado Encontros-passeio, com visitas à comunidade e outros espaços da cidade, e concretizaram-se numa fase importante do trabalho, uma vez que seu objetivo extrapolava um fim recreativo e foi planejado para possibilitar o contato com as pessoas do bairro e além dele, o andar pela cidade, olhar e sentir o que lhe é próprio. O principal objetivo destes passeios é oferecer ao grupo a possibilidade de perceber os seus direitos e deveres para com os lugares e as pessoas a sua volta, ampliando suas possibilidades de atuação e de comportamento. Ao terceiro momento, chamado Encontros Temáticos, foram incorporado quatro temas norteadores e evocadores de conteúdo. O tema 1: A Cidade e a Comunidade, teve por objetivo alcançar como as crianças percebem a comunidade e a cidade em que vivem; tema 2: Construindo a Cidade, buscou trazer à tona elementos dos discursos e dos desenhos acerca da cidade; tema 3: Sonhando a Cidade, objetivou distinguir diferenças e similaridades entre aspectos levantados no tema 2 e os anseios presentes nos discursos e desenhos sobre a cidade dos sonhos e; tema 4: A Cidade Possível (ou a cidade que se quer) levantou elementos dos temas anteriores e buscou elucidar características estariam presentes numa nova cidade. Os recursos metodológicos comprovadamente demonstraram ser um importante modo de apreensão da realidade, já que alcançaram percepções e significações dos sujeitos. As fontes teóricas que fundamentaram a pesquisa, a intervenção e a análise foram primordialmente originárias da psicologia ambiental. Especialmente importante foi o conceito de apropriação de lugar - processo de significação que transforma espaços em lugares oportunizando identificação pessoal e o de identidade de lugar - que permite as pessoas se reconhecerem e se definirem em relação ao lugar onde moram ou freqüentam. Os dados foram analisados qualitativamente. Os resultados demonstram que esses sujeitos têm identidade com a sua comunidade, porém em relação aos outros lugares da cidade verificou-se o fenômeno de "guetificação" e conseqüentemente desconhecem a cidade além dos limites de seu bairro. Desta forma, vê-se que estas crianças estando privadas de estar e conviver na cidade estão também privadas como sujeitos em desenvolvimento, já que não se beneficiam de elementos que a cidade apresenta, desde suas variadas construções, expressões dos modos de vida, até os diferentes valores e culturas que convivem na vida urbana. Através das intervenções realizadas pelo projeto percebeu-se a alteração dos limites da cidade. Outrora se restringiam às

proximidades e passou a ser constituído por elementos além dos limites do bairro, assim como pela riqueza e variedade de novos elementos e questionamentos, tanto no discurso quanto nos desenhos.

**Palavras-chaves:** psicologia ambiental, extensão universitária, apropriação de lugar

**Atividade: Desenvolvimento Humano e Meio Ambiente: Cara e Coroa?  
(Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Contribuições da Psicologia Ambiental para a Psicologia do Desenvolvimento/Educação Infantil

**Autor(es):** Tatiana Souza, Mara Campos de Carvalho

**Resumo:** Temos apontado a frutífera integração entre a Psicologia Ambiental e a Psicologia do Desenvolvimento e aqui a estendemos para a Educação Infantil. A Psicologia Ambiental propõe-se ao estudo da inter-relação pessoa-ambiente, priorizando os aspectos físicos ambientais, enquanto que, na Psicologia do Desenvolvimento, os aspectos sociais do ambiente são focalizados. Entretanto, aspectos físicos ambientais, tanto quanto aspectos sociais, influenciam o desenvolvimento humano, pois os processos de desenvolvimento ocorrem através e nas interações entre a pessoa e seu ambiente, este incluindo aspectos físicos, sociais, educacionais, econômicos, políticos, etc.. Diversas maneiras de organizar o espaço oferecem suportes diferentes para o desenvolvimento e educação infantil, especialmente em ambientes de educação coletiva, como em creches. No âmbito da Educação Infantil, considerar o espaço como um elemento curricular facilitador, ou não, da aprendizagem e desenvolvimento infantil ainda é, infelizmente, uma novidade. A Psicologia Ambiental traz relevantes contribuições para a compreensão da organização do espaço como um elemento curricular, visando diversas funções relativas ao desenvolvimento infantil, tais como a promoção de competência, de identidade pessoal, de movimentos corporais e estimulação dos sentidos, de sensação de segurança e confiança e de contato social e privacidade. Neste trabalho apresentamos dados de nossas pesquisas que evidenciam a contribuição da organização do espaço para a qualidade do atendimento em instituições educacionais infantis, visando a promoção do desenvolvimento e da educação infantil. Nossas pesquisas com crianças de 1-4 anos em creches, modificando o arranjo espacial – maneira como móveis e equipamentos existentes em um local estão posicionados entre si – têm apontado, através da análise da ocupação do espaço pelas crianças e educadora, que determinado tipo de arranjo espacial pode auxiliar ou dificultar a ocorrência daquelas funções desenvolvimentais, por ex., interação adulto-criança e entre crianças. Atualmente estamos desenvolvendo um estudo com o objetivo de identificar o compartilhamento de princípios de qualidade em documentos sobre em educação infantil, produzidos pela comunidade educacional em países de cultura ocidental (Brasil, União Européia e Estados Unidos). A respeito da organização do espaço, a análise dos dados revelou o compartilhamento de: (1) quatro categorias temáticas pelos três locais de origem dos documentos – Adequação do prédio ao objetivo educacional, Organização dos espaços internos, Procedimentos de segurança e Espaço e mobiliário para adultos; (2) uma categoria temática, Organização dos espaços externos, pelos documentos do Brasil e Estados Unidos. Dentro de cada uma dessas categorias, são ainda compartilhados descritores tais como adequada iluminação e ventilação, boas condições sanitárias e de limpeza, brinquedos/materiais continuamente acessíveis e de livre escolha pelas crianças, materiais macios, atividades em pequenos e grandes grupos, etc.. Ademais, tais descritores sobre a organização espacial, apontam a promoção de várias daquelas funções relativas ao desenvolvimento infantil, através das mais diversas linguagens, tais como visual, oral, artística, etc.. Em conclusão, nossas pesquisas sobre a organização espacial vêm fornecendo subsídios tanto para a melhoria da qualidade do atendimento em creches, bem como para reflexões e discussões sobre este tema. Entretanto, a Psicologia Ambiental tem ainda muito a contribuir para a melhoria de qualidade na Educação Infantil, pois há uma carência de estudos empíricos sobre os comportamentos de crianças de 0-4 anos em creches, focalizando, por ex.: análise de mudanças no comportamento infantil frente aos espaços organizados e re-organizados periodicamente, levando a novos desafios; a proposição de atividades pelo adulto,

respeitando o tempo e o interesse infantil; o atendimento às necessidades dos adultos dentro e fora da área infantil, etc.(CAPES/CNPq/FAPESP.)

**Palavras-chaves:** Psicologia Ambiental, Psicologia do Desenvolvimento, Educação Infantil

**Trabalho:** Reflexões sobre o comportamento de crianças em um Pátio Escolar

**Autor(es):** Odara de Sá Fernandes, Gleice Azambuja Elali

**Resumo:** A gradativa redução dos espaços para lazer infantil nas habitações unifamiliares e na cidade como um todo (pelo adensamento da área urbana e aumento da inquietação social com a segurança) faz com que a existência de áreas para brincadeiras (livres, espaçosas e diversificadas), assumam cada vez maior importância na delimitação dos ambientes destinados à educação infantil, como locais que oportunizam o desenvolvimento da socialização, da psicomotricidade ampla e do contato com a natureza. Frente a isso, é fundamental uma maior atenção com as áreas livres das escolas enquanto lugares de atividade e interação social, uma vez que a quantidade e qualidade dos espaços, sua manutenção e os equipamentos disponíveis são associados à qualidade de vida das crianças. Apesar dessa inegável importância, na maioria das escolas brasileiras o pátio escolar ainda é compreendido apenas como um local onde as crianças ficam quando não estão envolvidas em atividades na sala de aula. Tendo por base esse quadro geral, foi investigado o comportamento de crianças nas diferentes áreas de um pátio de pré-escola, tendo como objetivo compreender a dinâmica da interação infantil nesses lugares. Tal conhecimento pode possibilitar um maior entendimento dos diferentes tipos de relação que as crianças estabelecem com o ambiente em suas várias fases de desenvolvimento, processo que se reflete no seu modo de atender tanto suas demandas internas quanto as demandas do meio, bem como os processos de “negociação” entre ambas. A pesquisa foi realizada no pátio escolar de um núcleo de educação infantil de uma universidade federal de uma capital nordestina, envolvendo crianças com idades entre 3 e 7 anos. Inicialmente foram realizadas duas semanas de observações e registro das atividades das crianças durante o recreio (matutino e vespertino), a fim de definir alternativas para o trabalho de campo e proporcionar a adaptação das crianças à presença da observadora. A coleta de dados definitiva, através de observação sistemática, recorreu ao mapeamento comportamental, método de pesquisa característico da Psicologia Ambiental, que permite correlacionar pessoas, comportamentos e ambientes em um mesmo instrumento de campo, de modo a representar graficamente as localizações e atividades dos usuários no local em que acontecem. Por ser amplo e conter áreas diferenciadas (setor de areia, área cimentada, zona arborizada, playground, quadra de esportes, bancos), o pátio da pré-escola favorece o uso pelas crianças. No local predominam as brincadeiras em grupos e atividades associativas amigáveis, embora existam áreas em que isso ocorreu mais do que em outras. A socialização foi mais intensa nos setores que dispunham de: (i) equipamentos com múltiplas utilidades (como a casinha multifuncional); (ii) grande área livre e sombreada, permitindo a realização de atividades em conjunto, como jogos informais, de pique-pega ou pique-trepa; (iii) quadra de esporte e elementos pintados no chão (caracol, amarelinha) reunindo as crianças em competições ou “treinos” coletivos. O mapeamento apontou diferenças na utilização dos espaços do pátio e nas atividades desenvolvidas pelas crianças em função de sua faixa etária e do gênero. Durante o recreio, as crianças de 3 e de 4 anos exploraram as diversas áreas do pátio, percorrendo vários locais e setores, embora as menores tendessem a se manter na proximidade visual dos adultos, enquanto as maiores ousavam se afastar mais. Além disso, suas brincadeiras ocorriam majoritariamente de modo solitário ou em pequenos grupos (díades ou tríades). Por outro lado, as crianças de 5 e 6 anos permaneceram grande parte do recreio em um mesmo local e realizando a mesma atividade, geralmente preferindo brincadeiras que exigiam a formação de grupos maiores, como os jogos estruturados. No tocante às diferenças no uso do ambiente em função do gênero, as meninas se mostraram mais interessadas por brincar na casinha, na areia ou nos equipamentos, e conversar entre si, enquanto os meninos se envolveram com objetos trazidos de casa (carrinhos e pão), futebol, uso dos equipamentos, casinha e imitação de animais. Além disso, durante o tempo disponível (30 minutos) elas permaneceram por mais tempo em uma mesma atividade, enquanto eles se dividiram em uma maior variedade de programas. A partir desse tipo de observação é possível inferir que, para

tornar os pátios escolares mais atraentes e úteis para o processo de desenvolvimento infantil, sua organização deve proporcionar oportunidades para que as crianças o utilizem tanto em brincadeiras ativas quanto passivas, quer individualmente ou em grupos, a partir de escolhas próprias e de suas necessidades na fase em que se encontram. Ou seja, é necessário planejar um local que promova a diversidade, organizando espaços que possuam equipamentos múltiplos, áreas livre para que os usuários possam utilizar seus próprios brinquedos, locais de encontros para jogos, leituras ou conversas, e espaços esportivos. Investir na compreensão das relações entre crianças e ambientes poderá proporcionar cada vez mais respostas para o desafio de elaborar um pátio escolar que contribua para o seu desenvolvimento e qualidade de vida.

**Palavras-chaves:** Psicologia Ambiental, Psicologia do Desenvolvimento, Educação Infantil

**Trabalho:** Ambiente de moradia e controle primário em idosos

**Autor(es):** Hilma Tereza Tôres Khoury, Isolda de Araújo Günther

**Resumo:** Este trabalho fez parte de uma pesquisa mais ampla que resultou em Tese de Doutorado, cujo objetivo foi investigar o controle primário (CP) e o controle secundário (CS) em idosos, buscando-se relações com algumas variáveis demográficas, inclusive o ambiente de moradia, e alguns indicadores de envelhecimento bem-sucedido. CP e CS são formas de controle pessoal percebido e se referem a esforços que o indivíduo empreende para: no CP, adaptar-se ao ambiente - físico ou social - às suas necessidades e realizar suas metas; no CS, adaptar-se ao ambiente e dançar conforme a música. Esses esforços podem ser em nível de ação/comportamento ou de cognição/pensamento. O CP foi avaliado em dois aspectos: esforço de realização com os próprios recursos do indivíduo (CP1) e esforço de realização com ajuda (CP2). O objetivo deste trabalho foi investigar o CP e o CS em idosos e sua relação com o ambiente de moradia, o qual foi estudado por meio das seguintes variáveis: densidade social do ambiente de moradia (DESAM), quarto exclusivo (só para si ou só para o casal), presença/ausência de elevador na residência e o piso/andar em que reside. Testou-se a hipótese de que o CP seria maior entre os idosos que viviam em ambientes com baixa densidade social –  $[(N^{\circ} \text{ de residentes na moradia} / N^{\circ} \text{ de quartos}) + (N^{\circ} \text{ de residentes na moradia} / N^{\circ} \text{ de banheiros})] / 2 = 1$  ou  $< 1$ . Esperava-se maior CP também entre aqueles que possuíam quarto exclusivo. Foram investigados 315 idosos (105 M; 210 F), residentes em Brasília/DF (Plano Piloto), com idades entre 60 e 92 anos (Média = 71,3; dp = 6,9), selecionados de forma não-probabilística, porém por cotas de gênero aproximadas às existentes na população. Os participantes possuíam, em média, 11,1 anos de escolaridade; R\$5043,64 de renda familiar mensal (per capita = R\$2077,93). Os dados foram coletados por meio de entrevista individual, no domicílio. Os instrumentos foram uma Escala para medir CP e CS (ECOPSE) e um questionário para dados sócio-demográficos. A ECOPSE compõe-se de 25 itens, distribuídos em três fatores - CP1, CP2 e CS, avaliados em uma escala tipo Likert (0 = nada a ver comigo; 4 = tudo a ver comigo). Os resultados mostram relação inversa entre CP1 e DESAM ( $r = -0,119$ ;  $p \leq 0,05$ ). Correlação fraca, porém significativa, indicando que o CP1 é menor naqueles que residem em ambientes com elevada densidade social. Uma regressão linear foi conduzida para determinar o efeito da DESAM sobre o grau de CP1 percebido. Constatou-se que para cada unidade de aumento na DESAM, o índice de CP1 diminuía 1,16 unidades (variância explicada = 1,1%). O valor do F foi de 4,50 (1,313);  $p \leq 0,05$ , demonstrando ser improvável que os resultados sejam devidos a erro amostral. O CP2 e o CS não mostraram qualquer associação com as variáveis ambientais. Realizou-se também o Teste t para averiguar diferenças quanto aos índices de controle, conforme as variáveis dicotômicas quarto exclusivo e elevador na residência. Os participantes que possuíam quarto exclusivo apresentaram maior índice de CP1 (Média = 33,7; dp = 6,8) do que aqueles que não possuíam (Média = 30,3; dp = 5,8). A diferença entre as médias foi de 3,4 ( $t = 2,21$ ;  $gl = 313$ ;  $p \leq 0,05$ ). Os dados revelam também que há um percentual maior de idosos com alto grau de CP1 (42,7%) entre os que possuem quarto exclusivo comparados com os que não possuem (15%). Em contrapartida, 55% daqueles que não possuem quarto exclusivo estão entre os que acusaram baixo grau de CP1. Realizou-se uma análise com o qui-quadrado, onde foi verificada uma associação entre o controle primário e a exclusividade do quarto ( $X^2 = 8,74$ ;  $p \leq 0,05$ ;  $gl = 2$ ). O V de Cramer obtido foi de 0,17; variância explicada = 2,9%. Assim, é possível concluir



que ter um quarto exclusivo (privacidade) afeta a percepção de controle primário. Os resultados desta pesquisa corroboram a literatura que aponta relação entre alta densidade do ambiente de moradia e perda de controle ou dificuldade para manter níveis desejados de privacidade e controle. Conclui-se que a baixa densidade social do ambiente de moradia facilita o controle primário nessa fase da vida, onde muitas das atividades são realizadas dentro da casa, fazendo da liberdade de ação e da privacidade necessidades importantes. Como apoio a estas conclusões, ressalta-se que os residentes em ambientes de elevada densidade social eram os que tinham menos amigos, os menos ativos no sentido de participarem de atividades fora da casa, e os mais dependentes. É como se a elevada densidade sócio-ambiental os imobilizasse. Poder-se-ia argumentar que a alta densidade social conduz à dependência entre idosos por haver no ambiente muitas pessoas com quem contar. Neste estudo, porém, a densidade sócio-ambiental não revelou associação significativa com a variável rede de apoio social. Palavras-chave: ambiente de moradia, percepção de controle, idoso.

**Palavras-chaves:** Psicologia Ambiental, Psicologia do Desenvolvimento, Ambientes de Moradia

**Atividade: O Campus do Pici (UFC) sob a ótica da Psicologia Ambiental: Diagnóstico e Intervenções (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** O Campus do Pici (UFC) sob a ótica da Psicologia Ambiental: Diagnóstico e Intervenções

**Autor(es):** Byanka Gomes Martins Campos, Delnise Silva, Zulmira Aurea Cruz Bomfim

**Resumo:** O presente trabalho refere-se a um estudo interdisciplinar – Arquitetura e Psicologia - realizado durante a disciplina de Psicologia Ambiental oferecida pelo Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Constitui-se no diagnóstico e na proposição de intervenções para o lugar por nós escolhido, no caso, o Campus Universitário do Pici, pertencente a UFC, que está localizado à Noroeste da Cidade de Fortaleza, contendo uma área total de 212 ha - área construída de 90.550m<sup>2</sup> e uma importante área de preservação de cerca de 613.500m<sup>2</sup>. Criado em 16 de Dezembro de 1954 e instalado em 25 de Junho de 1955, atualmente o Campus abriga os Centros de Ciências, Ciências Agrárias e Tecnologia, Pró-Reitorias de Graduação e de Pesquisa e Pós-Graduação, Biblioteca Universitária, Restaurante Universitário, núcleos e laboratórios diversos, além da área de esportes. O local foi escolhido pela importância que tem sobre a qualidade de vida de uma grande quantidade de pessoas que permanecem no campus durante muito tempo, que nele estudam e trabalham por muitas horas quase todos os dias. Soma-se a isso o fato de que o Campus é o local onde são formados os futuros profissionais da nossa sociedade e espera-se ter na academia modelos de cidadania em todos os âmbitos possíveis: em sua estrutura física, em seu funcionamento geral, em seus profissionais, funcionários e estudantes, na utilização dos recursos naturais, etc. O campus foi classificado como um espaço urbano e escolar. O estudo teve como objetivo analisar a qualidade física e social do espaço do campus, a influência deste nas formas de interação entre as pessoas que estão nesse espaço cotidianamente e a relação entre as pessoas e o próprio lugar, buscando captar isso através, por exemplo, dos sentimentos freqüentemente associados ao campus. Isto para em seguida propormos intervenções no sentido de otimizar o cotidiano no campus e potencializar a relação com esse espaço. A metodologia por nós utilizada para investigação foram visitas de observação analítica ao campus, nas quais foi avaliada a qualidade do espaço físico do lugar no que diz respeito à infra-estrutura e serviços, e a aplicação da metodologia dos Mapas Afetivos por meio de questionários pelos quais buscava-se compreender a relação dos respondentes com o lugar através dos sentimentos e emoções relacionados a este. O questionário requeria desenho e respostas abertas (subjetivas). A metodologia dos Mapas Afetivos (BOMFIM, Zulmira A.C. Cidade e Afetividade: Estima e Construção dos Mapas Afetivos de Barcelona e de São Paulo. São Paulo, Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC, 2003) nos orienta a avaliar os níveis de apropriação, apego e identidade social urbana e também aponta o nível de implicação do indivíduo no lugar. A

apropriação é a transformação de espaços em lugares, ou seja, em lugares que possuem um significado emocional. Apropriar-se de um lugar não é apenas utilizá-lo de forma reconhecida, é ir além e estabelecer uma relação com ele, integrá-lo na própria vivência, criar raízes e deixar as próprias marcas, ser ativo na sua organização e transformação (LAUWE, citado por POL, 1996). A apropriação, por possibilitar a transformação de espaços em lugares e a conseqüente identificação com esses lugares, promove o cuidado em relação ao ambiente apropriado. O apego a lugares pode ser definido como uma vinculação incondicional a um lugar ou a importância emocional que os espaços geográficos são capazes de assumir na experiência humana que os transforma em lugares (GIULIANE, 2004). E, por fim, identidade social urbana está relacionada a uma vinculação do indivíduo a seus entornos urbanos concretos, visto que as pessoas se identificam entre si também como membros de grupos ou comunidades e por pertencerem a lugares específicos, ou seja, por um sentimento de pertencimento a categorias socio-espaciais concretas. A partir dos resultados dos questionários e do que pôde ser observado nas visitas ao campus, propusemos algumas intervenções focalizando mudanças de infra-estrutura e serviços, sempre fomentando o comportamento ecologicamente responsável, a sustentabilidade e a acessibilidade; propusemos ainda atividades artístico-culturais que possam promover integração, campanhas de educação ambiental e de incentivo à participação em atividades de extensão e pesquisa e de engajamento social na universidade, como forma de elevar o grau de implicação, cuidado e responsabilidade em relação ao campus. Por fim, houve o comprometimento em buscar meios para a concretização das intervenções propostas.

**Palavras-chaves:** Psicologia Ambiental, Educação Ambiental, Afetividade, Sustentabilidade, Comportamento ecologicamente responsável

**Atividade: Fontes renováveis de energia: um tema pertinente à psicologia (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Fontes renováveis de energia: um tema pertinente à psicologia

**Autor(es):** Rafaella Lenoir Improta, Viviany Silva Pessoa, Jose Q. Pinheiro

**Resumo:** O ser humano ao longo de sua história, principalmente após a Revolução Industrial, utilizou a natureza com fonte inesgotável de recurso sem muito se preocupar com as possíveis conseqüências dessa forma de percebê-la. Como resultado disso, vivemos hoje uma crise ambiental sem precedentes, tendo o aquecimento global como um dos resultados mais alarmantes dessa falta de cuidado com o meio, tendo em vista suas implicações para a continuidade da vida de todos os habitantes desse planeta. As conseqüentes implicações para a qualidade de vida do ser humano são fatores que vêm chamando a atenção da sociedade de forma crescente, o que faz das questões relacionadas ao meio-ambiente um dos temas mais importantes dos dias atuais. Como resultado dessa realidade, desenvolveu-se a idéia da sustentabilidade, que propõe ao ser humano a adoção de um estilo de vida mais comprometido com a natureza, promovendo um meio ambiente mais saudável para esta e as futuras gerações. No intuito de favorecer formas ecológica e socialmente sustentáveis de consumo, atenuando assim problemas ambientais e sociais, tecnologias têm sido desenvolvidas a partir de fontes renováveis de energia. O vento, a biomassa, o sol, entre outras fontes renováveis, são responsáveis pela produção de energia em várias partes do mundo. As vantagens dessas alternativas é que são formas limpas de se obter energia, evitando a produção de efeitos nocivos ao meio ambiente, especialmente quando comparadas a fontes não-renováveis, como os combustíveis fósseis. Sendo assim, as fontes renováveis de energia são apontadas como uma das grandes soluções para o futuro sócio-econômico-ambiental sustentável do planeta em termos energéticos. No que diz respeito à energia eólica, já há países, como a Alemanha, em que essa forma de produção de energia é responsável por um percentual expressivo da energia elétrica consumida pela população. O Brasil tem um grande potencial natural para a produção desse tipo de energia, sendo o litoral do nordeste uma das regiões mais ambientalmente propensas à produção desse tipo de energia em razão da posição geográfica que favorece o vento forte e constante. Porém, o avanço verificado no desenvolvimento das tecnologias não tem

sido acompanhado do correspondente conhecimento pela população em geral, menos ainda da participação dessa população na adoção e implantação dessas alternativas energéticas. Esse descompasso, associado ao tardio posicionamento político dos governantes em favor das fontes renováveis de energia, só pode prejudicar o efetivo desenvolvimento do setor, a despeito da urgência em vermos nosso país apoiado em um conjunto estrategicamente integrado de opções energéticas, como hidrelétrica, petrolífera, eólica, etc. A divulgação de informações sobre a importância das fontes renováveis de energia para um futuro sustentável, assim como do grande potencial de produção que nosso país possui, se mostra de valor significativo. A partir desses conhecimentos, a população poderia participar, reivindicando mais ativamente a busca de um futuro energético sustentável, o que indiretamente promoveria um maior interesse e preocupação sobre esse e outros problemas sócio-ambientais que, se não solucionados, virão a comprometer a vida das gerações futuras. E, assim, a população poderia se beneficiar dessas novas tecnologias, com o estabelecimento de políticas públicas e privadas para o completo desenvolvimento do setor, incluídos aí seus aspectos sociais. Conceitos, teorias e métodos da psicologia podem vir a auxiliar nos estudos sobre fontes renováveis de energia e sua implicação sócio-ambiental. A verificação dos aspectos psicológicos implicados na adoção e manutenção do estilo de vida das pessoas possibilitaria o incentivo a intervenções voltadas à promoção de comportamentos ecologicamente corretos. Assim, a proposta desta comunicação é discutir um dos tipos de energia proveniente de fontes renováveis, a eólica, ou proveniente do vento, à luz de suas implicações sociais e psicológicas. Dessa forma, é interessante indagar-se sobre aspectos cruciais da questão. Como são construídos os significados psicológicos que envolvem esta temática? De que forma as pessoas entendem sua proposta? Qual o impacto sócio-ambiental provocado pela inserção de um parque eólico em uma comunidade? Estas e outras questões são pontos-chave que mostram a relevância da presença da psicologia nesse debate, participação essa que constitui o norte da presente comunicação.

**Palavras-chaves:** fontes renováveis de energia, psicologia ambiental, significado psicológico, impacto socio-ambiental

**Atividade: Entendendo como e porque as pessoas participam (ou não) de um programa de coleta seletiva de lixo doméstico (Comunicações Científicas)**

**Trabalho::** Entendendo como e porque as pessoas participam (ou não) de um programa de coleta seletiva de lixo doméstico

**Autor(es):** Fernanda Fernandes Gurgel, Jose Q. Pinheiro

**Resumo:** A adesão ao programa de coleta seletiva de lixo doméstico é o tema desta comunicação e de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida na cidade de Natal/RN. Embora muitos sejam os atores envolvidos no processo, dois foram selecionados para fazer parte da investigação: catadores cooperados e moradores dos bairros onde a coleta na modalidade porta-a porta é realizada. Dentre os diversos problemas humano-ambientais um dos mais divulgados atualmente está a questão da geração de resíduos sólidos, ou produção de lixo. Em parte, esse interesse se explica pela crescente industrialização, que produz cada vez mais bens de consumo descartáveis e pelo fato de que na maioria dos países – Brasil incluído – a solução encontrada para o destino do lixo ainda consiste em conduzi-lo para longe do convívio humano, para os depósitos a céu aberto, mais conhecidos como lixões. É importante reconhecer que a origem dos problemas ambientais não está no ambiente, mas no próprio ser humano e em seu comportamento destrutivo para com o meio em que vive. Por isso é que a cada dia os estudos ambientais seguem atraindo mais atenção de estudiosos do comportamento humano. Nesse contexto, a psicologia tem papel bastante relevante no sentido de investigar os aspectos humanos relacionados a essa crise ambiental e, mais especificamente nesta pesquisa, os problemas relacionados à produção e destinação do lixo. Nesta investigação, o lixo é considerado, não só como resíduo, de um ponto de vista técnico, mas como algo que tem significados variados, como no caso de quem o produz e descarta (moradores), e de quem o recebe e utiliza (catadores). Além disso, quando o assunto é lixo, estigmas e tabus ainda

convivem com a visão técnica ou ecológica. Considerando, portanto, os vários significados associados a lixo, esta pesquisa investiga o engajamento de moradores e catadores no programa de coleta seletiva de lixo doméstico em Natal-RN, levando em conta fatores sócio-demográficos, situacionais/contextuais, ambientais e disposicionais que interferem nesse engajamento. Além disso, procura verificar se a participação dos moradores é determinada por motivos ambientais, ou seja, (1) se é resultado de um compromisso ambiental individual, (2) se o apego que os moradores têm ao lugar onde residem interfere nesse engajamento e (3) se o vínculo dos moradores a alguma rede social local influencia na adesão ao programa. Reconhecer a participação na coleta seletiva como cuidado ambiental implica em também compreender que este é um fenômeno complexo, de múltiplas dimensões, múltiplos determinantes e atores diversos (catadores, famílias, ministério público, prefeitura, catadores informais/carroceiros). O enfoque é no lixo doméstico (ou domiciliar), e não em outros tipos de resíduos existentes (hospitalares, comerciais, tóxicos, etc.). Mesmo não sendo o que se apresenta em maior quantidade, ou o que tem maior impacto ecológico nos ecossistemas, o estudo do lixo domiciliar permite observar mais facilmente a participação dos diversos atores envolvidos e caracterizar a motivação dos moradores para a participação na coleta seletiva, aspectos considerados importantes para esta investigação. Na etapa exploratória da pesquisa, objeto desta apresentação, realizou-se observação do trabalho dos catadores de diversos bairros atendidos pelo programa de coleta seletiva; entrevistas com os próprios catadores e com gestores do programa; visitas aos galpões das associações de catadores e ao antigo lixão da cidade e análise de documentos obtidos junto ao órgão público responsável pela limpeza urbana municipal. Os dados obtidos nessa fase do estudo revelam que a criação do programa de coleta seletiva foi uma tentativa de inclusão social com geração de emprego e renda para os catadores, seguindo uma tendência nacional. E, ainda, que o interesse dos catadores nesta atividade é o auto-sustento. A questão ambiental quase não é mencionada pelos catadores e gestores do programa e, embora a natureza “lucre” com essa iniciativa, não há intenção de, por meio dela, cuidar do ambiente, o que descaracteriza tais ações como comportamentos pró-ambientais (CPAs). A partir dessa primeira etapa, percebe-se a necessidade de realização de uma etapa posterior, principalmente após constatar que são raros os estudos no Brasil que tenham como objetivo compreender os motivos que levam à participação dos moradores no programa e em que condições se dá essa participação. Os estudos existentes investigam, na maioria das vezes, a percepção e a vivência dos catadores no trabalho com o lixo. A segunda fase da pesquisa (em andamento) consiste em uma abordagem direta das famílias de moradores dos bairros participantes do programa para realização de mapeamento das residências que participam e não participam do programa, aplicação de questionários semi-abertos com escalas e entrevistas em profundidade. Espera-se que essa pesquisa, com características multimétodos, permita ampliar a compreensão de temas que fazem parte do escopo dos estudos da relação pessoa-ambiente, além de fornecer recomendações que possam contribuir para o funcionamento mais eficaz do programa.

**Palavras-chaves:** Coleta-seletiva, comportamento pró-ambiental, participação, moradores, catadores

**Atividade: Comportamentos adequados e inadequados em banheiros públicos: (Paineis)**

**Trabalho:** Comportamentos adequados e inadequados em banheiros públicos: uma investigação em áreas comuns e restritas.

**Autor(es):** Zenith Nara Costa Delabrida, Joana Santana de Melo Neta, Camila Lima Tavares, Luana Messielle Silva da Mota, Marcus Vinicius de Jesus Silva, Marcel Santiago Soares, Danilo Rocha Ribeiro

**Resumo:** Apesar de ser um local de frequência diária para qualquer pessoa, o banheiro é normalmente o último espaço a ser planejado em qualquer ambiente construído. Os banheiros públicos normalmente são de má qualidade, o que dificulta o seu bom uso. A literatura aponta a necessidade de uma preocupação com esse espaço público e com a forma pela qual as pessoas o utilizam. O uso do banheiro está tanto relacionado: a questões ambientais, como água e lixo; ao cuidado por ambientes públicos pelo uso dos suprimentos e pichação; à saúde pública, referente às condições e comportamentos sanitários. Entende-se, ainda, o banheiro como um contexto de interações sociais. Como uma forma de iniciar uma descrição sobre esse ambiente, este estudo procurou investigar os comportamentos que ocorrem em banheiros públicos. Foram observados 10 pares (feminino/masculino) de banheiros públicos em três blocos de prédios de uma universidade ao longo de 10 dias úteis. Os banheiros foram observados duas vezes por dia (manhã/tarde). Cada dupla de experimentadores ficou responsável por um par de banheiros, com exceção de três duplas que se revezaram na observação de quatro pares. No total foram 12 experimentadores. A observação durava entre 5 e 20 minutos. Foi utilizada uma planilha onde se descrevia comportamentos na área reservada (considerada privada) e na área comum (considerada pública), além de uma parte para investigação sobre vestígios comportamentais, ocorrência de suprimentos (sabonete, papel higiênico e toalha de papel) e qualidade da iluminação (natural/artificial). Cada experimentador entrava no banheiro, identificava os aspectos a serem observados e os registrava na planilha. Caso tivesse alguém no banheiro era utilizada a cabine para a marcação dos dados. Em seguida saía do banheiro e finalizava o preenchimento da planilha. Os resultados mostraram que os comportamentos adequados e inadequados mais frequentes na área reservada foram: atender o celular, conversar com amigos tanto na área comum quanto em outra cabine, tomar banho, lavar os pés, usar o sanitário com a porta fechada e aberta, enxugar as mãos com papel higiênico do sanitário, cantar. Já na área comum foram registradas conversas, higiene pessoal (escovar os dentes, ajeitar cabelo e roupa - olhando no espelho, lavar as mãos, rosto ou mesmo banhar-se na pia), cumprimentos – bom dia, boa tarde, uso do mictório, jogar papel no lixo, comer. Os comportamentos parecem estar associados à funcionalidade do contexto físico ou do contexto social. A área comum parece mais associada a comportamentos sociais (conversa, cumprimento), apesar de estes ocorrerem na parte reservada também (conversa). Ainda nesta área ocorrem comportamentos próprios da área reservada como banhar-se na pia. Para um melhor entendimento da dinâmica social no banheiro sugere-se identificar comportamentos que são específicos a esse contexto (p.ex.: lavar as mãos, usar o sanitário) e comportamentos que são independentes do contexto (p.ex.: cumprimentar). Ainda nessa linha, foram observadas pessoas comendo no banheiro e apenas entrando para conversar. Se essa dinâmica social não reduz a satisfação das necessidades fisiológicas, se propõe repensar o aspecto físico dos banheiros públicos. Eles devem ser pensados e planejados como ambientes não só sanitários, mas como locais educativos e como espaços de interação social.

**Palavras-chaves:** Banheiro público, Psicologia Ambiental, Público e privado, Interação social

**Atividade: Crenças ambientais de usuários de praias brasileiras (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Crenças ambientais de usuários de praias brasileiras: um estudo exploratório

**Autor(es):** Claudia Marcia Lyra Pato

**Resumo:** O Brasil tem vasta riqueza natural reconhecida mundialmente. Dentre essa riqueza destacam-se as praias. Apesar de o clima tropical favorecer a frequência às praias brasileiras praticamente durante todo o ano, no verão essa frequência tende a crescer devido ao período de férias escolares e ao aumento das temperaturas em todo o país, o que pode contribuir para agravar os problemas ambientais nesses locais, especialmente o do lixo. Estudos empíricos acerca da temática ambiental têm se dedicado à investigação da relação entre crenças ambientais, atitudes ambientais e comportamentos ecológicos específicos, como conservação da água, uso do automóvel particular e uso de energia, e apontado a importância dessa variável para explicar situações específicas relacionadas ao meio ambiente (Hodgkinson e Innes, 2000;

Corral-Verdugo, Bechtel e Fraijo-Sing, 2003). Esse estudo investigou as crenças ambientais de usuários de praias brasileiras durante o verão de 2006. A amostra consistiu de 207 pessoas (126 mulheres e 81 homens) com média de idade de 34,7 (DP = 12,5) frequentadoras de praias localizadas em Florianópolis (SC) e Natal (RN). O questionário continha vinte itens de crenças a respeito das condições das praias brasileiras e de seu uso, associado ao lixo e à limpeza, medidos com uma escala tipo Likert de cinco pontos (1 = discordo totalmente e 5 = concordo totalmente), além das variáveis demográficas. Os participantes foram selecionados aleatoriamente nas praias e concordaram em responder o questionário naquele local. As análises descritivas indicaram que as pessoas crêem que as praias brasileiras devem ser mais bem cuidadas (M = 4,87), que evitar a degradação das praias brasileiras deve ser um compromisso de todos nós (M = 4,86), que todos os usuários das praias devem se preocupar com o próprio lixo (M = 4,72), que os vendedores ambulantes das praias deveriam recolher o lixo que produzem (M = 4,64) e que se as pessoas continuarem a poluir as praias em breve não teremos condições de utilizá-las (M = 4,63). Não houve diferenças significativas nas crenças dos participantes em relação à região em que foram aplicados os questionários, assim como não se atribuiu papel diferenciado ao turista ou ao morador das cidades cujas praias foram pesquisadas em relação à responsabilidade pessoal por esses locais. Os resultados são congruentes com as observações realizadas nas praias onde foram aplicados os questionários, que demonstraram que as praias estavam limpas, sem lixo na areia ou na água do mar, e em bom estado para o uso. Esses resultados apontam que as pessoas estão mais conscientes acerca da problemática ambiental e que se sentem responsáveis pela conservação dos espaços naturais de uso coletivo, como as praias, assumindo seu papel de cidadão. É possível que tanto as condições do ambiente quanto sua beleza natural tenham influenciado os resultados, o que merece ser investigado em estudos futuros. Considerando a inexistência de estudos empíricos semelhantes no Brasil e dado o vasto litoral brasileiro, além dos demais espaços naturais como cachoeiras e parques, esse estudo pode contribuir para a compreensão das características pró-ambientais dos usuários de espaços coletivos naturais, o que pode favorecer a gestão ambiental e o estabelecimento de políticas e práticas compatíveis com o uso sustentável desses espaços.

**Palavras-chaves:** Crenças ambientais,lixo,espaço natural,praias

**Atividade: Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental - LOCUS

**Autor(es):** Gabriela Figueiredo Neves,Zulmira Aurea Cruz Bomfim,Ana Caroline Costa,Eloise de Brito Mudo,Helenira Fonsêca Alencar,Juliana Antunes Marques,Maria Eniana Araújo Gomes Pacheco,Wellyka de Araújo Pinto,Ana Karolina Pessoa Bastos,Antonio Fábio Coelho Paz,Byanka Gomes Martins Campos,Luiza Maria Soares Dias

**Resumo:** O Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental - LOCUS - da Universidade Federal do Ceará (UFC) é um espaço acadêmico vinculado ao Departamento de Psicologia da UFC, sendo composto por professores, alunos de mestrado e graduação e colaboradores de diversas áreas. Tem como objetivo desenvolver projetos de pesquisa, ensino e extensão na área de Psicologia Ambiental, construindo redes de atuação interdisciplinar com as áreas de Psicologia, Educação, Geografia, Arquitetura e outras áreas de intervenção no ambiente. O

LOCUS abre um campo em expansão hoje na psicologia, que é a perspectiva do ambiente como uma construção social e simbólica. O simbolismo do espaço na psicologia ambiental traduz-se nesta relação do indivíduo com o lugar, que transcende uma visão do espaço como cenário, onde as pessoas vivem seu cotidiano despojado de uma construção social. Existe, pois, uma conduta territorial, onde o indivíduo constrói a si mesmo como identidade na relação com o espaço, transformando-o e sendo transformado por ele, atribuindo-lhe um significado e deixando a sua marca. Esta conduta territorial é um dos principais temas estudados na psicologia ambiental que fundamentará as bases teórico-metodológicas do LOCUS. Poderíamos definir a psicologia ambiental como uma área interdisciplinar, que busca estudar a interação das pessoas com seu entorno sócio-físico, considerando o meio urbano, os recursos naturais e o comportamento. Apropriação, territorialidade, privacidade, aglomeração, condições ambientais e stress, cognição e valores ambientais, participação, educação ambiental e comportamento ecologicamente responsável, entre outros, são os principais conceitos estudados pela psicologia ambiental. Dentre estes, se destaca o comportamento ecologicamente responsável. O comportamento ecologicamente responsável provém de uma atitude pró-ambiental. É estudado na psicologia ambiental como sendo a interação de fatores que vão desde o grau de informação, aos fatores atitudinais e simbólicos. Estes últimos são avaliados como os grandes coadjuvantes na formação de uma ética ecológica. Uma conduta ecologicamente responsável pode ser definida como “um conjunto de atividades humanas cuja intencionalidade é contribuir a proteção dos recursos naturais, ou ao menos, à redução da deterioração ambiental” Agrupa uma série de ações individuais específicas relativas essencialmente à economia de recursos, ao consumo e a reciclagem de produtos e à redução de resíduos. A psicologia sócio-ambiental põe em evidência o entorno como uma dimensão da identidade dos indivíduos, em que interagem fatores psicossociais e sócio-físicos. Demanda, implícita e explicitamente, a solidariedade, tanto intergeracional como intrageracional como importante estratégia de mudança. O que fazer para desenvolver uma ética ambiental na coletividade? Onde e como podemos promover uma educação ambiental para a vida? Como facilitar a aprendizagem da solidariedade no coletivo nas diversas faixas etárias? O nível de informação interfere na mudança de atitudes e valores em relação ao ambiente? Como a psicologia pode contribuir para a participação nas políticas ambientais e urbanas? Estas são algumas das perguntas que buscamos responder nas linhas de investigação que nos propomos a desenvolver, sendo elas: Ambiente e Saúde; Apropriação, Identidade e Sustentabilidade; Cidade, Afetividade e Simbolismo do Espaço; e Educação Ambiental e Práticas Coletivas, através de pesquisas, extensão, monitoria e estudos aprofundados sobre os temas referentes a Psicologia Ambiental. Além dos objetivos do LOCUS e do aprendizado em como fazer pesquisas e extensão, a participação no Laboratório enquanto estudante de graduação traz a riqueza de aprender na diversidade. Atualmente muito se tem falado em interdisciplinaridade e no LOCUS temos a oportunidade de vivenciá-la; Conviver com áreas diversas da Psicologia ensina, além de conteúdos novos, o respeito e a escuta ao saber do outro, mostrando nossas limitações ao percebermos outras visões diante de um mesmo evento.

**Palavras-chaves:** Psicologia Ambiental, LOCUS, Experiência Acadêmica, Interdisciplinaridade

**Atividade:** Grupos de pesquisa em psicologia ambiental no Brasil  
(Mesas Redondas)

**Trabalho:** Grupos de pesquisa em psicologia ambiental no Brasil

**Autor(es):** Ariane Kuhnen

**Resumo:** Na história da ciência psicológica se encontram formulações que consideram os fatores contextuais do comportamento como parte de suas preocupações de estudo, mas tipicamente com ênfase no papel que o entorno cumpre no comportamento. Uma das primeiras preocupações da psicologia ambiental é ampliar este entendimento, ou seja, falar da relação específica recíproca do ser humano com os elementos próprios do meio e, a partir daí buscar melhorar esta relação. A psicologia ambiental surge com a meta de compreender os aspectos psicológicos na relação pessoa-ambiente. O foco de análise está nas inter-relações entre pessoas e seus meios sócio-físicos. Entretanto, existem múltiplos enfoques de ordem teórica e metodológica na área. Observa-se já nos trabalhos precursores um caráter inter e multidisciplinar

que se beneficia de contribuições de outras áreas da psicologia e mesmo de outras disciplinas, como geografia, sociologia, antropologia, arquitetura, entre outras. A emergência da psicologia ambiental verde – conjunto de estudos dedicado a estudar a perspectiva psicológica da sustentabilidade da vida no planeta –, alia-se à clássica psicologia arquitetural, tendência dominante. Firmando-se como disciplina, vem sendo marcada pela sua estreita relação com uma demanda social crescente. Num levantamento realizado pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) foi indicada como uma das áreas que apresentam lacunas na pós-graduação brasileira, opinião justificada pela importância da área para a sociedade ou para determinada região, a inexistência/insuficiência de programas e a importância dada à sua natureza interdisciplinar, entre outras. Algumas das dificuldades encontradas pela área no Brasil está a variedade de trajetórias de formação dos que atuam no setor, por certo relacionada à ambivalência da psicologia ambiental, que se apresenta como sub-disciplina da psicologia assim como campo multidisciplinar de atuação. No Brasil, apesar de as pesquisas e experiências serem recentes, a permeabilidade entre os setores de ensino, pesquisa e intervenção nessa área vem permitindo a geração de um conhecimento amplo, o que não apenas embasa ações como cria condições para uma real evolução da psicologia num exercício transdisciplinar contemporâneo, em que o trabalho de pesquisa ou atuação centra-se no problema, não na teoria ou no método utilizado. Tal posição oferece aos que se dedicam à área apoiar-se em qualquer teoria e/ou método considerado apropriado pelo pesquisador para entender o problema. No caso da psicologia, esta posição contribui para um aprimoramento das teorias e métodos já existentes, assim como amplia a possibilidade de, a partir do problema, conjugar e criar novas abordagens. A pesquisa em psicologia ambiental no Brasil tem uma história recente, entretanto grupos de pesquisa vêm se esforçando para superar o isolamento temático, metodológico, geográfico e institucional inerente à área comum. Algumas publicações vêm divulgando levantamentos da área. A proposta desta mesa segue o mesmo intuito, ao mesmo tempo em que pretende reunir representantes de três grupos geograficamente distantes (Grupo de Pesquisa Inter-Ações Pessoa-Ambiente da UFRN - Natal, Laboratório de Psicologia Ambiental da UNB - Brasília e, Laboratório de Psicologia Ambiental da UFSC - Florianópolis), participantes de outros grupos de pesquisa e demais interessados pela área. Ao apresentar estas experiências busca-se dar visibilidade e concretude à área e de igual forma oportunizar o encontro presencial de pesquisadores e interessados das mais diferentes e distantes regiões do país. Os Grupos de Pesquisa acima citados foram criados em 1980, 1990 e 1996, respectivamente. Desenvolvem pesquisa, ensino e extensão em suas regiões. As quatro linhas de pesquisa do grupo da UFRN são: (1) avaliação social do ambiente construído; (2) percepção e representação ambientais; (3) compromisso ambiental e conduta sustentável; e (4) aspectos teórico-metodológicos das relações pessoa-ambiente. As quatro linhas de pesquisa da UNB são: (1) ambiente urbano e desenvolvimento humano; (2) teoria e métodos de pesquisa em psicologia ambiental; (3) comportamento ecológico; e (4) psicologia, transporte e trânsito. As duas linhas de pesquisa da UFSC são: (1) percepção, representação ambiental e comportamento ecológico; e (2) interface entre psicologia ambiental e do desenvolvimento. O detalhamento da atuação de cada grupo está descrito nos resumos individuais.

**Palavras-chaves:** psicologia ambiental, questões humano-ambientais, grupos de pesquisa

**Trabalho:** A Experiência do Laboratório de Psicologia Ambiental da UFSC

**Autor(es):** Ariane Kuhnen, Scheila Machado da Silveira

**Resumo:** Preocupação antiga em muitos setores da sociedade, os problemas ambientais adentram recentemente o universo acadêmico. As ciências humanas vêm também tomando para si a tarefa de entender a problemática ambiental a partir da interação pessoa/ambiente. Muitos modelos têm sido anunciados para explicar essa relação. Por certo grande parte dos problemas não está no ambiente, mas sim na sociedade. Parece estar claro que a resolução dos problemas ambientais implica em mudança comportamental, influência social, cidadania ou em construir novas identidades responsáveis, políticas (e políticos) comprometidas com uma nova ordem e movimentos sociais engajados na busca de qualidade de vida. O sistema social e o conjunto de valores que lhe pertence devem promover comportamentos a fim de mudar o cenário social e



ecologicamente desolador em que nos encontramos. O conhecimento ambiental que temos deve se somar ao conhecimento do ser humano para podermos garantir níveis satisfatórios de vida para todos. É nesse espaço interacional que a Psicologia Ambiental vem firmando seu papel social enquanto ciência comprometida. Estudos sobre valores, representações, atitudes e a relação com o comportamento pró-ambiental podem contribuir tanto para o desenvolvimento da própria ciência quanto para o avanço da sociedade. Sustentando-se no diálogo de saberes e na idéia de que por meio deles a construção do ser poderá levar a uma nova racionalidade, sustentável, é que foi fundado o Laboratório de Psicologia Ambiental, em 1996, no Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. O estudo das relações entre a pessoa e o ambiente envolve muito mais do que o que a psicologia pode dar conta. Assim, o Laboratório mantém suas atividades buscando despertar e integrar interessados de várias disciplinas no estudo da complexidade humano-ambiental. A contribuição vem se dando no desenvolvimento e na aplicação de conhecimento psicológico abordando temas que investiguem essa ordem de aspectos (os psicológicos) da relação pessoa-ambiente. Especial atenção é dada ao estudo dos modos de vida e dos efeitos à qualidade de vida. Propõe-se a atuar em duas linhas de pesquisa: (1) percepção, representação ambiental e comportamento ecológico e; (2) interface entre psicologia ambiental e do desenvolvimento. As investigações e atuações inclinam-se para o entendimento de como as características psicológicas interagem com as características do ambiente e que implicação essa inter-relação tem nas representações e no comportamento humano. Níveis de análise diversos são aplicados para melhor compreensão das diversas facetas da relação que se estabelece entre a pessoa e o meio ambiente. Dedicam-se à atuação em trabalhos interdisciplinares. Um dos enfoques de pesquisa na linha 1 está vinculado a problemas de saneamento como os resíduos sólidos ou lixo e à água. As investigações nesta direção versam, sobretudo sobre percepções e representações. Quanto ao lixo estuda-se fatores de adesão a programas de coleta seletiva e a participação social em planos de gerenciamento integrado de resíduos. A água vem sendo enfocada a partir do estudo das percepções e representações assim como sua simbologia e pragmatismo quanto ao uso de um recurso natural estratégico para a humanidade. Em ambos os casos (lixo e água) a meta é oferecer subsídios acerca das implicações de aspectos humano-ambientais para gestão de políticas públicas de saneamento. A linha de pesquisa 2 pretende ver revisado o conceito clássico de desenvolvimento, priorizando a pesquisa das interconexões e associações que ocorrem nesse processo. Busca-se consistência teórica e metodológica para estabelecer novas bases de compreensão do desenvolvimento humano. Em nível específico, focaliza o desenvolvimento na interface com o espaço ou ambiente e a apropriação deste. Segue tendência da visão ecológica do desenvolvimento e da psicologia ambiental. Estudos com crianças tratam do universo simbólico e conceitual da cidade e a relação com o bairro onde vivem. Esta linha de pesquisa também orienta projetos de extensão em comunidades periféricas, onde alunos do curso de psicologia aplicam os conhecimentos da área. Aglutinando ambas as linhas vêm estudando os aspectos psicológicos presentes na educação ambiental. Como aspecto aglutinador desta atuação tem-se a dimensão de que o caráter multidimensional do meio ambiente é vivido por intermédio de atributos significativos, e assim o mundo físico adquire qualificações particulares para cada indivíduo ou grupo. Valores e significados imprimidos culminam num processo de apropriação e expressão de si ou de identidade. O investimento afetivo imprime tamanha importância a um objeto, recurso ou imagem que pode levá-lo a constituir-se como um elemento da identidade. Nesta direção o Laboratório vem se dedicando ao ensino, pesquisa e extensão universitária, que se retroalimentam uma dando suporte à outra. No ensino têm-se as disciplinas de psicologia ambiental; psicologia, ambiente e trabalho e; psicologia do desenvolvimento, para a graduação. Na pós-graduação a inserção é recente, neste ano uma disciplina está sendo oferecida tratando do tema interações humano-ambientais, bem-estar e qualidade de vida.

**Palavras-chaves:** grupo de pesquisa, psicologia ambiental, questões humano-ambientais

**Trabalho:** Grupo de Pesquisa Inter-Ações Pessoa-Ambiente, UFRN

**Autor(es):** Jose Q. Pinheiro, Gleice Azambuja Elali, Fernanda Fernandes Gurgel

**Resumo:** Elegendo as relações humano-ambientais como foco de sua atenção, os integrantes do Grupo de Estudos Inter-Ações Pessoa-Ambiente, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/Natal), atuam em ensino e pesquisa na área desde a década de 1980. Sua existência foi facilitada pela política institucional da UFRN no apoio a grupos de pesquisadores e estudantes aglutinados em torno de temas de investigação científica, perspectivas teóricas ou métodos/estratégias de pesquisa. O reconhecimento de tais grupos pela Universidade ocorre através de avaliação periódica realizada desde a década de 1990, implicando em pequenas subvenções para pesquisa e concessão de bolsas de iniciação científica a alunos de graduação vinculados a projetos de professores-doutores que integram a base. Tais bases de pesquisa também se constituem em importantes núcleos de ensino e pesquisa dentro dos programas de pós-graduação, acolhendo e norteando as atividades de mestrandos e doutorandos, que, por sua vez, fortalecem ainda mais o grupo como um todo, além de se envolverem, em menor ou maior grau, com extensão universitária. As bases de pesquisa se encontram menos presas aos limites disciplinares do que os departamentos acadêmicos, o que sempre favoreceu a proposta interdisciplinar de nosso grupo. No caso específico do Grupo de Estudos Inter-Ações Pessoa-Ambiente, os docentes envolvidos ministram disciplinas tanto em nível de graduação como de pós-graduação para as áreas de Psicologia (P) e Arquitetura-Urbanismo (AU) da UFRN. Na graduação: Introdução à Psicologia Ambiental (P) e Psicologia Ambiental (AU); na pós-graduação: Relações pessoa-ambiente: aspectos teórico-metodológicos (P), Relações pessoa-ambiente: enfoque psico-eco-social (P), Percepção e avaliação ambientais (P), Comprometimento ambiental e conduta sustentável (P), Relações Pessoa-Ambiente (AU) e Avaliação Pós-Ocupação (AU). O conteúdo programático dessas disciplinas está direta ou indiretamente relacionado às discussões desenvolvidas nas quatro linhas de pesquisa do grupo, que são: (1) avaliação social do ambiente construído; (2) percepção e representação ambientais; (3) compromisso ambiental e conduta sustentável; e (4) aspectos teórico-metodológicos das relações pessoa-ambiente. Em avaliação social do ambiente construído, nossos estudos já incluíram: o campus central da UFRN, em Natal, conjuntos habitacionais (em Natal/RN e São Paulo/SP), escolas, hospitais e uma residência universitária. Nessa linha de pesquisa empregam-se instrumentos e procedimentos como mapeamento comportamental, vestígios de comportamento, mapas esquemáticos e análise de behavior settings, além de técnicas mais habituais de investigação, como questionário, entrevista, fotografia, e similares, geralmente dando ênfase à utilização de multimétodos. A linha de pesquisa sobre percepção e representação ambientais inclui a representação cognitiva de grandes ambientes, como é o caso da representação de mundo, impossível de apreensão por meio da experiência direta no local. Projetos com essa temática tomam como referência o conceito de mapa cognitivo, utilizando principalmente mapas esquemáticos (sketch maps). Outros temas atualmente desenvolvidos nessa linha incluem: "Imagem sócio-ambiental de áreas urbanas" (programa de pesquisa de um dos pesquisadores) e "Uso do calçadão da Av. Roberto Freire" (dissertação de mestrado). O estudo do compromisso ambiental e conduta sustentável inclui tanto predisposições ao comportamento pró-ambiental como suas expressões concretas. A noção de sustentabilidade tem sido cada vez mais objeto de análise, tendo levado à inclusão da perspectiva temporal, seja em relação à conduta sustentável em geral, ou a comportamentos específicos, como o de economizar água. Os estudos atuais do grupo nessa linha de pesquisa investigam: "Relação da conduta sustentável com a perspectiva de futuro", "Participação dos natalenses na coleta seletiva de lixo" e "Percepção e implicações sociais de fontes renováveis de energia". Aspectos teórico-metodológicos das relações pessoa-ambiente reflete uma preocupação com o desenvolvimento formal das relações humano-ambientais, seja como disciplina no âmbito da própria Psicologia (e.g., Psicologia Ambiental); seja como campo de estudos e intervenções multi e interdisciplinares, quando envolve outras áreas de conhecimento (como Arquitetura, Geografia, Urbanismo, Educação Ambiental, Ecologia, Antropologia, etc.) e assume denominações diversas, como "ambiente e comportamento" (environment & behavior) e "estudos do lugar". De modo geral, todas as pesquisas desenvolvidas pelo grupo alimentam essa área, uma vez que tal inquietação está constantemente presente em nosso trabalho individual e discussões conjuntas. Sempre esteve no horizonte de nosso grupo buscar as relações teóricas entre as dimensões clássicas da pesquisa na área das relações pessoa-ambiente, ou seja, estabelecer relações conceituais entre fenômenos sócio-comportamentais, grupos humanos e lugares. Nessa perspectiva se inclui a aproximação entre as vertentes tradicionais de investigação científica na área, ou seja, realizamos esforços no sentido de integrar noções provenientes da vertente

"arquitetural" (como é o caso do apego ao lugar, ou place attachment), com interesses da vertente "verde" (ou "ecológica", como no caso do comportamento pró-ambiental).

**Palavras-chaves:** psicologia ambiental, questões humano-ambientais, grupos de pesquisa

**Trabalho:** O Laboratório de Psicologia Ambiental da Universidade de Brasília

**Autor(es):** Fabio Iglesias, Zenith Nara Costa Delabrida, Hartmut Günther, Isolda de Araújo Günther, Claudia Marcia Lyra Pato

**Resumo:** O Laboratório de Psicologia Ambiental (LPA) da Universidade de Brasília iniciou suas atividades em 1990, a partir de uma pesquisa sobre qualidade de vida na Capital Federal e as características das superquadras residenciais de seu Plano Piloto. Desde então, o objetivo dos estudos desenvolvidos no LPA é utilizar os referenciais da psicologia e da pesquisa em ciências sociais para compreender a interação do indivíduo com aspectos da vida urbana e, mais recentemente, comportamentos ecológicos. O objetivo deste trabalho é apresentar o passado e o presente do LPA, com ênfase nos projetos de seus atuais integrantes, apresentando ainda os estudos a serem delineados em função de suas linhas de pesquisa. Como cidade planejada, Brasília cresceu com características peculiares frente às demais cidades brasileiras, tornando-se um rico campo de pesquisa para estudos sobre as relações comportamento-ambiente. Nesse contexto encontra-se uma grande diversidade de ambientes urbanos, desde a parte original da Capital até cidades satélites e áreas que não seguiram os preceitos da Carta de Atenas originalmente previstos. Por outro lado, o Distrito Federal recebe um grande contingente migratório, exibindo grande diversidade social. Desta maneira, são investigadas as temáticas da habitação, do transporte, do trabalho e do lazer, e ainda, o paisagismo da região. Ortogonal a estas áreas temáticas, o LPA desenvolve estudos metodológicos, especialmente sobre aspectos do levantamento de dados (survey) e da abordagem multi-método em psicologia. Vinculadas ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações da Universidade de Brasília, essas atividades se organizam formalmente em quatro linhas de pesquisa com financiamento do CNPq. São elas: Ambiente urbano e desenvolvimento Humano; Teoria e métodos de pesquisa em psicologia ambiental; Comportamento ecológico; Psicologia, transporte e trânsito. O grupo é formado por pesquisadores da área de psicologia social e psicologia ambiental, psicologia do desenvolvimento, psicologia do trânsito e ainda de áreas da saúde e da educação, incluindo professores do quadro da UnB, alunos de graduação, de pós-graduação e colaboradores. Dentre os projetos atuais, destacam-se os que investigam os seguintes temas, que serão sumarizados na apresentação: comportamento pró-ambiental de adolescentes, comportamento de ajuda, uso de banheiros públicos, comportamento em filas de espera, valores humanos e comportamento ecológico, qualidade de vida em idosos, affordances ambientais, comportamento em elevadores, transporte público e fenômenos da psicologia do trânsito. Esses estudos são guiados por uma proposta maior, decorrente da fundação do LPA, intitulada "Qualidade de vida em Brasília: estudos prototípicos de psicologia ambiental". O trabalho será apresentado de maneira a articular os estudos do LPA com o cenário da psicologia ambiental no Brasil e no mundo.

**Palavras-chaves:** psicologia ambiental, questões humano-ambientais, grupos de pesquisa

**Atividade: A inter-relação entre homem e ambiente na literatura (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** A interrelação entre homem e ambiente na literatura

**Autor(es):** Lana Mara Andrade Nóbrega, Sylvania Cavalcante

**Resumo:** A psicologia ambiental analisa o comportamento humano e o ambiente, e essa análise tem como característica essencial, o exame do contexto em que essa inter-relação de ambos se dá (GUNTHER, ROZESTRATEN, 2004). Dessa maneira, fomos buscar no mundo literário uma forma de representatividade dessa inter-relação, uma vez que estão ali registrados não apenas individualidades de personagens construídos pelos autores, mas características culturais dos mesmos, bem como a criação descritiva do contexto em que se passa a história. Através de uma análise descritiva das personagens e dos cenários com que essas se relacionam, encontramos nos clássicos da literatura brasileira a inter-relação entre homem e ambiente estudada pela Psicologia Ambiental. As duas obras trabalhadas neste estudo são: “Memorial de Maria Moura”, da escritora Rachel de Queiroz, e “Vidas Secas”, do escritor Graciliano Ramos. As duas histórias escolhidas se passam no Nordeste brasileiro, e os ambientes nelas contidos são tão relevantes para os destinos das personagens e caracterizam esses de tal forma, que podem ser considerados, inclusive, personagens também. Em “Memorial de Maria Moura”, temos a luta de uma jovem órfã por uma terra que possa chamar de sua. Em “Vidas Secas”, vemos a constante relação entre o homem e o meio ambiente (este, afetado por mudanças climáticas que o definem sazonalmente) em que vive e a forma como os indivíduos lidam com essa regente de suas vidas e destinos: a terra. É essa inter-relação entre o comportamento humano e os espaços de que fazem parte que analisamos nas duas obras tratadas. O estudo faz, primeiro, a abordagem dessa relação em cada uma das obras, e em seguida faz uma análise comparativa das diferenças dessas relações entre os dois livros e suas personagens, valorizando assim a importância do contexto no âmbito da Psicologia Ambiental. Pretendemos, através desse estudo, traçar uma análise ilustrativa da inter-relação entre homem e ambiente, de modo que possamos evidenciar essa relação através da construção das histórias dos próprios personagens e, assim, colocar em evidência a relevância do meio nessa construção. Nos livros por nós avaliados, encontra-se a característica maior dos clássicos literários: a representatividade. Foi através dessa que nos guiamos para registrar a relação das personagens com o ambiente em que vivem, levando-se em consideração para tal, variantes como o tempo, personalidade, posição social e clima. Dentro do universo descritivo das obras literárias encontramos, no registro criado pelo autor, traços relevantes sobre a inter-relação entre homem e ambiente. Assim, é possível ao leitor-observador, registrar a inter-relação entre homem e ambiente na literatura ao longo da construção da própria trama, e da caracterização das personagens e do contexto em que essas estão inseridas. Para fazer essa análise, usamos trechos das obras dentro da mesma função simbólica que usaríamos transcrições de partes das entrevistas realizadas com indivíduos reais. É assim, muitas vezes a fala das personagens e a narração dos autores que registra essa inter-relação entre homem e ambiente nas obras em questão. BECHTEL e CHURCHMAN (2001) afirmam que o sistema de interação entre homem e ambiente está sempre em constante mudança. Com isso, retomamos a própria noção dessa inter-relação que sofre transformações mútuas a partir do comportamento, contexto e tempo; essas três variáveis estarão sempre presentes na inter-relação tratada neste estudo. A partir dessas, pretendemos chamar atenção para o critério subjetivo – sempre presente nas relações comportamentais humanas – das respectivas personagens, bem como para a importância do contexto de que fazem parte, essencial para entenderem-se essas relações.

**Palavras-chaves:** Psicologia Ambiental, Literatura, Representatividade, Meio Ambiente

**Atividade:** Projeto Qualidade de Vida no Campus  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** Projeto Qualidade de Vida no Campus

**Autor(es):** Ana Caroline Costa, Byanka Gomes Martins Campos, Zulmira Aurea Cruz Bomfim, Wellyka de Araújo Pinto, Maria Eniana Araújo Gomes Pacheco, Ana Kristia Martins

**Resumo:** O Projeto Vida no Campus vinculado ao Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental – LOCUS iniciou-se a partir da necessidade de se fazer um levantamento das dificuldades existentes no campus do Benfica, um dos três campi que compõem a Universidade Federal do Ceará, em relação às questões sócio-ambientais. Baseamos nosso estudo na teoria da Psicologia Ambiental e traçamos como metas a elaboração de um diagnóstico sócio-físico a partir de estudantes, servidores docentes e técnico-administrativos sobre o campus, e também a sensibilização para o desenvolvimento de comportamentos ecologicamente responsáveis. Foi nosso intuito a mobilização da comunidade universitária para participação e construção coletiva de um campus acessível e agradável para seus usuários. O método de diagnóstico utilizado foi a aplicação de questionários estruturados, que buscou relacionar os principais fatores que interferem na formação da percepção relativa à qualidade de vida no Campus do Benfica e a importância relativa a cada um deles, como segurança, acesso, estética, serviços de alimentação, estruturas físicas, com o intuito de elaborar, dessa forma, um diagnóstico sócio-físico do campus. Para que fosse possível analisar esses questionários, foi feito uso do Programa SPSS 9.0 for Windows. A análise dos resultados indicou algumas ações de intervenção necessárias para a melhoria da qualidade de vida no campus, como: ampliação da fiscalização e iluminação; maior interação com alunos para identificar necessidades; melhoria do calçamento do campus; adaptações das estruturas (banheiros, salas, laboratórios, centros acadêmicos) aos usuários (construção de rampas, corrimãos nos banheiros e nas salas); implementação do desenho universal; projetos de inclusão; guarda de trânsito para horário de pico; reforma na infra-estrutura (instalações sanitárias, cantinas, biblioteca); arborização da área 1; integração entre as áreas; construir políticas de intervenção nos ambientes deficitários; levantamento de dados sobre a ocupação do campus – debates com a comunidade acadêmica; 5 – Quebra da barreira arquitetônica. As atividades planejadas a partir do diagnóstico sócio ambiental foram: seminários, oficinas e palestras. Todas as atividades incentivaram a reflexão sobre os aspectos afetivos e de apropriação do espaço (identificação e ação transformação) pela comunidade do campus. No I Seminário do Laboratório de Psicologia Ambiental, com o tema “Psicologia Ambiental e Interdisciplinaridade” apresentamos e divulgamos pesquisas e trabalhos realizados pelo LOCUS, assim como promovemos debates interdisciplinares com profissionais de diversas áreas que estudam a relação pessoa-ambiente visando sensibilizar alunos e profissionais à referida temática. As oficinas tiveram como objetivo sensibilizar as pessoas no tocante à acessibilidade, tendo em vista que a afetividade é uma dimensão mediadora na ação transformação e, ao mesmo tempo, caracteriza-se como uma categoria transdisciplinar (objetiva e subjetividade; mente e corpo; razão e emoção). Na oficina de acessibilidade, que promovemos durante o I Seminário do LOCUS e também em outros momentos, os alunos percorreram parte da área universitária com vendas nos olhos, cadeiras de roda e muletas, em busca de locais e informações que lhes foram solicitadas, experimentando, assim, a dificuldade de acessibilidade encontrada no desenho arquitetônico da universidade e sensibilizando-se para a necessidade de um espaço planejado democraticamente para todos. Já na oficina dos sentidos oferecemos ao público participante, através de vivências musicais, sugestão de trajetos e situações espaciais especiais, um ambiente lúdico e criativo, criado de maneira a propiciar tanto uma maior sociabilidade entre os participantes como aguçar-lhes a percepção sensorial e apropriação desse espaço. Pautados em uma reflexão continuada, aberta e associada a ações exequíveis, acredita-se ser possível o encontro de soluções para os problemas de segurança e de utilização do espaço no Campus do Benfica. Faz-se necessária a otimização do patrimônio deste campus, dele fazendo uso mais sábio e responsável. Para tanto, é essencial que cada um de seus usuários se sensibilize e se comprometa com a busca de um ambiente em que a vida se espraie em toda a sua beleza e responsabilidade.

**Palavras-chaves:** Psicologia Ambiental, Identidade de lugar, Apropriação do espaço, Afetividade, Acessibilidade

**Atividade: Percepção do recurso natural água  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Percepção do recurso natural água

**Autor(es):** Rafaella Lenoir Improta, Scheila Machado da Silveira, Ariane Kuhnen, Roberto Moraes Cruz

**Resumo:** A qualidade da água é uma medida que diagnostica o estado de conservação do ambiente como um todo, já que por meio de sua análise se verifica o grau de erosão do solo, os lançamentos orgânicos, a poluição por esgotos e, inclusive, a poluição atmosférica. Uma forma de envolver a sociedade no processo de gestão dos recursos hídricos é entender como os percebem. Como recurso natural estratégico a água é ligada aos modos de vida e está associada ao conforto urbano cotidiano, seja pela disponibilidade do serviço de abastecimento seja pelas possibilidades de lazer e contemplação. Esta condição implica estratégias econômicas e políticas além de práticas de parceria e solidariedade da sociedade. Face à complexidade destas interações constroem-se sistemas explicativos, que correspondem aos conhecimentos científicos, mas também a vulgarização destes, a cultura, história e experiências de vida. Entender tal relação se justifica pela possibilidade de fornecerem dados que fundamentem ações de vigilância e na definição de políticas públicas. Entretanto, detectar o papel da população frente aos problemas ambientais e a repercussão dos seus atos, não é uma tarefa simples. A complexidade do comportamento humano, evidenciado pela ciência psicológica, impõe-nos uma tarefa importante. Para compreender as ações humanas pode-se partir de várias manifestações destas, por exemplo, atitudes, valores, percepções ou representações. Pesquisadores da área de psicologia ambiental têm divulgado estudos sobre comportamentos pró-ambientais esclarecedores e que identificam fatores individuais e sociais que resultam na proteção do ambiente. A percepção ambiental é também um construto importante dentro desses estudos sobre a relação do ser humano com o ambiente. A percepção ambiental pode ser definida como o processo pelo qual se organiza e interpreta a informação sensorial para configurar um quadro coerente do contexto. Sendo assim, é capaz de identificar as relações existentes entre as atitudes, os valores e as práticas individuais e grupais acerca do ambiente. Tal fenômeno configura-se como elo fundamental na cadeia de processos psicológicos que compõe as interações humanas com o ambiente. Tendo em vista este panorama a presente pesquisa investigou percepções, atitudes e comportamentos da população relativos à água. Esta pesquisa contou com o apoio do Ministério da Saúde, através da FUNASA (Fundação Nacional de Saúde). Pesquisaram-se cinco cidades em Santa Catarina e, três em São Paulo. Para tanto utilizou-se um questionário aplicado na forma de entrevista. A amostra foi constituída de 296 respondentes. O trabalho de análise dos dados iniciou pela exploração textual dos questionários, em que se buscou delinear os temas presentes no texto, reconhecendo os núcleos dos discursos. Essas respostas foram, posteriormente, analisadas e agrupadas por semelhança de conteúdo, gerando categorias. Após esta definição, os dados passaram por tratamento estatístico através do Programa SPSS (Statistical Package for the Social Sciences). Com o referido software fez-se uma análise descritiva. Os resultados mostram que o discurso dos usuários está baseado na construção subjetiva de uma representação complexa à respeito da água. Vê-se, por exemplo, que nas representações do recurso água a categoria simbologia predomina e, é expressa como ligada à manutenção da sobrevivência (49% da amostra geral). Por considerar a água não apenas como recurso, mas como meio de vida, a amostra apresenta seu anseio de ver equacionado o frágil equilíbrio entre as exigências econômicas e a preservação ambiental. A segunda categoria predominante refere-se à percepção da disponibilidade da água. Do total da amostra 89% responderam afirmativamente quanto à suficiência do abastecimento de água. Já em termos de disponibilidade do recurso no futuro, 77% da amostra total demonstra descrédito no futuro. A maioria dos entrevistados ancora suas percepções da disponibilidade de água em ações humanas, seja a causa da insustentabilidade seja a reversão da situação. Quanto à apreciação da qualidade da água; da amostra geral 53% entendem que para ser considerada potável a água deva ter qualidade. Ainda para 35,6% dos entrevistados água potável é sinônimo de própria para consumo. Chama à atenção a percepção da água servida pelas empresas de abastecimento que é a menos valorizada dentre as alternativas. Tendo em vista os dados, em geral, o tema da água é percebido, pela maioria da amostra, como um forte condicionante para o presente e o futuro. Conclusivamente pode-se dizer que os pesquisados questionam os modos de vida e de produção atual, a organização da sociedade e por conseqüência o consumo de água. A qualidade das entrevistas aponta para uma situação bastante positiva em relação à

capacidade de ter opiniões que se distanciam das tendências visualizadas nos meios de comunicação. São avaliações pertinentes e críticas do estado atual dos recursos hídricos no Brasil. Portanto conclui-se que se devam fomentar estudos que analisem atitudes e comportamentos frente a problemas ambientais atuais em função dos modos de percepção e representação ambientais. Tais estudos contribuem também para o fortalecimento de pesquisas em psicologia ambiental, auxiliando na comprovação e divulgação do seu papel dentre as ciências humanas e ambientais.

**Palavras-chaves:** recursos naturais, percepção ambiental, psicologia ambiental

**Atividade: ENSINO DE PSICOLOGIA AMBIENTAL: TRÊS EXPERIÊNCIAS (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** “O AMBIENTE NÃO ESTÁ LÁ FORA...” – ESTRATÉGIAS PARA APROXIMAR O ESTUDANTE DAS QUESTÕES AMBIENTAIS.

**Autor(es):** Gleice Azambuja Elali, Jose Q. Pinheiro

**Resumo:** Respeitando a máxima de “pensar globalmente, agir localmente”, uma de nossas preocupações como docentes de disciplinas na área das relações pessoa-ambiente diz respeito a promover maior aproximação entre os estudantes e as questões ambientais. Ou seja, estimular a compreensão de que, embora as grandes questões ecológicas que envolvem o planeta sejam importantíssimas (devam estar constantemente em nossos horizontes e ser analisadas com cuidado), o ambiente não está longe ou fora de nós. Antes, ele se faz presente do nosso aqui e agora (na nossa cidade, trabalho, escola, rua, casa, e mesmo em nossa mente), proximidade que permite a formação de significativas relações afetivas que influenciam nosso desenvolvimento pessoal e nossa auto-compreensão enquanto indivíduos. Nesse sentido, nas disciplinas ligadas à Psicologia Ambiental que são oferecidas tanto em cursos de graduação quanto de pós-graduação da UFRN, entre os principais temas abordados encontram-se: comportamento sócio-espacial humano, percepção ambiental, cognição ambiental, comprometimento pró-ambiental. Evidentemente, a discussão desses conteúdos ocorre de modo diferenciado em cada curso e/ou nível de ensino. Na graduação objetiva-se propiciar uma compreensão geral dos conceitos envolvidos, cujo debate possibilita a estimulação do interesse dos estudantes. Um maior aprofundamento teórico-metodológico das questões emergentes ocorre na pós-graduação, em direta relação com as pesquisas em andamento nos diversos programas. Para trabalhar tal temática, além das tradicionais aulas teóricas, discussões de textos e realização de seminários, as estratégias empregadas valorizam a aprendizagem através da experientiação (Tuan, 1980; 1983), envolvendo vivências e trabalhos de campo que facilitam a compreensão das relações pessoa-ambiente e sua influência em nossa vida diária. Entre as estratégias facilitadoras dessa atividade estão a “viagem dirigida à fantasia” (Rivlin, 1978; Cooper-Marcus, 1979; Bechtel, 1991), a elaboração de “autobiografias ambientais” (Cooper-Marcus, 1979) e vários tipos de exercícios de simulação. Visando melhor compreensão das vivências do aluno, a “viagem dirigida à fantasia” é um exercício de evocação de memória ambiental de cunho afetivo, que resulta numa experiência relatada como significativa pelos participantes, permitindo “que o vínculo afetivo do estudante com seu entorno se torne mais explícito e vulnerável, reduzindo a distância que normalmente existe entre ele/ela e os problemas ambientais que aparecem nos periódicos e na televisão”. (Pinheiro, 1998, p. 304). Já a “Autobiografia Ambiental” é um documento escrito, cuja elaboração exige do participante uma retomada de sua história pessoal de contato com o ambiente e um considerável esforço no que se refere à seleção de sensações, percepções, emoções e situações significativas, consistindo num importante momento para sua auto-reflexão. Por sua vez, as simulações e jogos permitem o esclarecimento dos conceitos ligados ao “circuito psicológico da experiência ambiental”, “comportamento sócio-espacial humano” e “percepção/cognição ambientais”. Como as experiências da turma são valorizadas e analisadas, tais exercícios permitem grande compreensão das relações dos diversos estudantes com o meio, reforçando sua percepção da presença do ambiente em sua própria vida. Um exemplo de “vivência” ocorre durante a introdução da problemática da acessibilidade ambiental, quando os alunos são colocados no

“lugar” de portadores de deficiência, usando cadeira de rodas ou muletas para locomover-se, ou simulando a perda da visão (Guimarães, 1996). Além da sensibilização para a questão e da discussão das condições de segregação espacial urbana, a proposta possibilita ao participante entrar em contato consigo mesmo e suas fantasias quanto a deficiências físicas, e rediscutir a alteração de sua própria percepção ambiental a partir da privação momentânea de algum sentido. Ao final do semestre, geralmente tem sido proposto um trabalho final, sobre tema relevante escolhido pelos alunos, e que indica a necessidade deles verificarem na realidade local algum(uns) do(s) conceito(s) previamente estudados na disciplina, momento que oportuniza o aprofundamento de temas específicos, ampliando sua identificação pessoal com tais estudos. Ressalte-se, ainda, que a presença e a participação dos estudantes é extremamente solicitada e valorizada em nossas disciplinas, de modo que a própria formatação semestral das mesmas tem sido influenciada pelos interesses e reivindicações dos alunos, que a cada período discutem os conteúdos oferecidos e opinam a respeito de sua continuidade para as próximas turmas.

**Palavras-chaves:** psicologia ambiental, docência, vivências ambientais

**Trabalho:** O VÍNCULO AMBIENTAL EM EVIDÊNCIA – PRÁTICA DE ENSINO - APRENDIZAGEM EM PSICOLOGIA AMBIENTAL

**Autor(es):** Sylvia Cavalcante

**Resumo:** As questões do ensino-aprendizagem são preocupações permanentes dos profissionais da educação que convivem diariamente com os embates e dificuldades da sala de aula, os quais condicionam seu contato com os alunos, clamando por soluções rápidas. Pensar a prática didática não é exclusividade daqueles que enfrentam dificuldades, mas de qualquer professor minimamente interessado por seu trabalho e consciente de seu papel. Qual a melhor maneira de passar o conteúdo, motivar os alunos e levá-los a aprendizagem? São questões que nos são próprias, seja qual for a área à qual nos dediquemos. Minha compreensão do que seja o papel do professor perpassa a didática que adoto. A tarefa de ensinar não deve ser realizada de forma impositiva ou unilateral, mas como um processo no qual cabe ao professor mostrar caminhos para levar o aluno a aprender por ele mesmo. Partindo deste princípio, estruturo as disciplinas de Psicologia Ambiental pelas quais sou responsável – graduação e pós-graduação - de maneira a propiciar a participação dos alunos na abordagem dos conteúdos, a partir de um trabalho individual e da socialização de suas produções em sala de aula. Desta forma visto, não apenas favorecer o conhecimento intelectual, mas também privilegiar aprendizagens paralelas, como a comunicação de idéias, a argumentação e defesa de seus pontos de vista, a avaliação de suas produções, o respeito à opinião dos colegas, entre outras. Para além de minha compreensão do que deva ser o papel do professor e da metodologia que utilizo, a Psicologia Ambiental, área que tem por objeto as inter-relações da pessoa com o espaço abordadas do ponto de vista psicológico e sócio-psicológico, possui especificidades que me levaram a refletir, de modo especial, sobre qual a didática mais apropriada para transmiti-la. Assim, a escolha do conteúdo, sua seqüência e a forma de abordá-lo foram, ao longo de minha prática sendo objeto de reflexão e intervenção. Entretanto, todas estas questões são perpassadas por um pressuposto básico que as condiciona: levo em conta que as pessoas muito pouco ou quase nunca refletem ou refletem sobre a relação intrínseca que estabelecem com os espaços e, a partir daí, implemento uma série de exercícios práticos ao longo do curso, acolhendo a experiência ambiental de cada participante, de forma que o vínculo entre homem e ambiente seja posto em evidência. Como a percepção deste vínculo geralmente surpreende e provoca a curiosidade, ela é trabalhada de modo particular no início da disciplina de forma a ganhar a atenção dos educandos para os conteúdos mais complexos a serem expostos posteriormente. Conseqüentemente, o programa da disciplina distribuído em quatro grandes unidades, se inicia pelo estudo do comportamento espacial humano, seguido pela apresentação dos conceitos principais, formação e história da Psicologia Ambiental. A terceira unidade enfoca os processos psicossociais da relação espacial – percepção, representação e avaliação do espaço, significação e apropriação – e a última analisa os espaços cotidianos - natureza, casa e ambientes de trabalho – aproveitando para chamar a atenção para os processos cognitivos, afetivos e comportamentais próprios da relação pessoa e lugar, que não tenham sido tratados anteriormente, como a vinculação aos lugares, a identidade de lugar, os comportamentos pro -



ambientais, entre outros. Ademais, é importante ressaltar que vários itens do conteúdo são trabalhados através da utilização de técnicas de pesquisa tais como exercícios de observação, pesquisa bibliográfica e de campo e, conforme o tamanho da turma, uma pesquisa exploratória sobre um tema definido é solicitada, visando lograr a autonomia do aluno na construção de seu conhecimento. Em síntese, dentro das 60 horas disponíveis, o objetivo da disciplina, qual seja, a compreensão do círculo de ação e reação entre o homem e o meio-ambiente, é contemplado, através da apresentação de seus principais temas de estudo, do que se faz e do que precisa ser feito na área, das possibilidades de investigação e de trabalho que se mostram aos interessados, da divulgação da bibliografia de base e, principalmente, através da motivação dos alunos para o envolvimento com este campo de conhecimento.

**Palavras-chaves:** psicologia ambiental, didática, vínculo ambiental

**Trabalho:** Psicologia Ambiental: Interdisciplinaridade e Educação para a Vida

**Autor(es):** Zulmira Aures Cruz Bomfim, Helenira Fonsêca Alencar

**Resumo:** A experiência de ensino da disciplina Tópicos Especiais em Psicologia I-Psicologia Ambiental apresenta dois desafios importantes para a formação do Psicólogo: a interdisciplinaridade e uma visão inovadora do conceito de subjetividade envolvendo a relação pessoa-ambiente. É comum na prática e formação do psicólogo certo fechamento para as pesquisas de áreas que se debruçam em questões ambientais, como se nestas não se encontrassem a subjetividade, pois é consenso de uma grande parte de teóricos da ciência psicológica que esta última corresponde mais a uma dimensão interna do sujeito. Também há uma dissociação entre os ensinamentos teóricos da formação do psicólogo e a vida cotidiana distanciando-se de uma educação para a qualidade de vida. Estes dois desafios levaram-nos a elaborar um programa de disciplina que envolvesse alunos, monitores, professores da psicologia, arquitetura, geografia, educação e ciências sociais. A equipe conta com a professora da disciplina, uma monitora graduanda do curso de psicologia, uma aluna de estágio docente do mestrado, um monitor graduando do curso de Geografia, uma professora da Geografia e integrantes do LOCUS (Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental). Esta equipe diversificada visa à possibilidade de contribuições variadas aos temas abordados na disciplina tais como: Psicologia Ambiental, Educação Ambiental, Comportamento Ecologicamente Responsável, Sustentabilidade, Gestão Ambiental, Aglomeração, Intimidade Residencial, Privacidade, Proxêmica, Topofilia, Territorialidade, Apropriação do Espaço, Identidade de Lugar, Mapas Afetivos, Mapas Cognitivos, Apego a Lugares, entre outros. O nosso método de ensino privilegiou o método dialógico (Freire, 2003) e o vivencial (Góis, 2000). Partimos da noção que o processo de aprendizagem não se dá somente a partir de conteúdos decorrentes de aulas expositivas, mas pela percepção e vivência de um fenômeno, ou seja, é necessário sensibilizar-se para entender temas que antes de tudo envolvem crenças e valores ambientais. Neste sentido a disciplina torna-se uma forma de educação ambiental, onde os conteúdos aprendidos vão determinar mudanças fundamentais dos níveis de implicação dos alunos em seu ambiente. Procuramos, portanto, proporcionar aos alunos visitas monitoradas a ambientes urbanos e ecológicos, oficinas de acessibilidade, apresentação e debates de filmes que se relacionassem com temas estudados, ademais de seminários utilizando o Círculo de Cultura de Paulo Freire (FREIRE 2003). Por intermédio de trilhas urbanas, problematizamos a revitalização do centro da cidade, a preservação do patrimônio público, a apropriação dos espaços urbanos enquanto construção cultural e social. Na trilha ecológica enfatizamos educação ambiental, sustentabilidade, comportamento ecologicamente responsável, áreas de risco, planejamento urbano, preservação ambiental, topofilia. Na oficina de acessibilidade os alunos percorreram parte da área universitária com vendas nos olhos, cadeiras de roda e muletas, em busca de locais e informações que foram solicitados, experimentando, assim, a dificuldade de acessibilidade encontrada no desenho arquitetônico da universidade e sensibilizando-se para a necessidade de um espaço planejado democraticamente para todos. Na oficina de fotografia, abordamos conteúdos da etnofotografia que nos ajudaram a registrar de uma forma mais sensível os ambientes visitados. Os resultados obtidos têm se mostrado muito satisfatórios pelo envolvimento e participação do aluno e pela formação de uma consciência crítica. Observamos

uma relação mais afetiva e descontraída entre a equipe e uma maior partilha dos conhecimentos adquiridos dentro e fora da disciplina. Foi de extrema importância a participação dos monitores de diferentes áreas pela riqueza da troca de experiência. A interdisciplinaridade permitiu ao psicólogo fazer uma maquete e ao arquiteto treinar a escuta. A troca de saberes e os diálogos realizados trouxeram novas questões para serem pensadas e pesquisadas, permitindo a articulação entre graduação e pós-graduação, e o ensino com a pesquisa e extensão. Concluímos pelo relato dos alunos que a metodologia de ensino-aprendizagem proporcionou uma reavaliação da forma como a formação na graduação compartimentaliza o conhecimento, trazendo para a psicologia uma nova noção da construção da subjetividade humana, ampliando as possibilidades e atuação da psicologia, ao mesmo tempo em que, trouxe elementos para mudanças de comportamentos pró – ambientais.

**Palavras-chaves:** comportamento ecológicamente responsável, interdisciplinaridade, psicologia ambiental

**Atividade: Percebendo a cidade  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Percebendo a cidade: reflexões acerca da interdisciplinaridade psicologia e arquitetura

**Autor(es):** Thyana Farias Galvão de Barros

**Resumo:** Discutir percepção ambiental sob o ponto de vista da arquitetura e do urbanismo, levamos a enfatizar a temática na forma e na função, sabe-se que o aluno, iniciante do curso de arquitetura, é condicionado a enxergar o espaço sob esta ótica bastante difundida pelos percussores da arquitetura moderna-funcionalista. Aliás, a Carta de Atenas (1933), dita “a cartilha do urbanismo funcionalista” pregava a setorização das funções urbanas básicas: o morar, o circular, o trabalhar e o distrair-se como solução aos problemas vividos nas cidades modernas. Desta feita, percebe-se que o modelo moderno trabalhava não só com uma arquitetura seriada, repetida, industrializada; com plantas arquitetônicas “tipo”, este modelo passou a classificar os indivíduos como usuários, “homens-tipo” – que teriam as mesmas necessidades, percepções, apreensões e funções físico-biológicas, independente de qual cidade ocupassem. O modernismo pregava uma arquitetura igual, seriada que reproduzisse as necessidades do homem-tipo, indivíduo isento de valores pessoais, históricos e culturais, e, apesar de estar sendo alvo de críticas e tentativas de mudanças na atualidade (com destaque para o surgimento do design ambiental que busca a melhoria das qualidades de vida) perdurou por algumas décadas e existe até hoje. É percebido nos projetos dos conjuntos habitacionais, condomínios fechados, alphasvilles – espaços que buscam destaque a partir da forma e da função que oferecem ao público, porém não têm identidade com os indivíduos, uma vez que são fruto de uma arquitetura industrializada, reprodutora de um padrão universal e que não busca evolução de conceitos a partir das percepções de seus habitantes. Percepção ambiental pode ser definida como sendo “o sentir o ambiente pelo homem”, ou seja, perceber o ambiente que se está inserido, aprendendo a protegê-lo e cuidá-lo da melhor forma. Sabe-se que o homem habita o meio a fim de realizar seus desejos, porém pensar acerca dessas atitudes sobre o ambiente (natural ou construído), levar-nos-á a perceber como tais ações afetam nossa qualidade de vida bem como nossa satisfação psicológica com o ambiente. É notadamente discutido também que cada pessoa sente, reage e se cola de forma diferente frente às atitudes que exerce sobre o espaço. Tais sensações e reações são respostas às percepções individuais, processos cognitivos, perspectivas e julgamentos de cada um, atitudes psicológicas que afetam nossa conduta, embora de forma inconsciente. Em relação ao “sentir a cidade” existem aspectos que afetam a percepção dos usuários. Violência, miséria, poluição interferem nas nossas percepções. Além disso, há fatores que fazem o meio urbano ser atrativo: movimentação, colorido, odores, sons, entre outros. A forma como a cidade se comunica com seus usuários também vem sendo estudada por vários profissionais: fala-se aqui dos wayfindings e suas qualidades enquanto ‘forma de situar-se’ por parte dos indivíduos. O estudo desta categoria vem sendo bastante trabalhado pela psicologia ambiental, que vê a sua utilização e aplicação (caso feita de forma adequada) como um fator de satisfação, uma vez que um ambiente urbano bem sinalizado e legível faz do ‘sentir a cidade’ algo mais agradável, que garante aos indivíduos uma melhor percepção acerca de seus

espaços. Na relação dialética homem-ambiente, ações como conhecer, sentir e fazer estão sempre presentes. Ao trafegar por um ambiente novo ou já conhecido algumas sensações dominam e imagens individuais criadas ficam gravadas em nossas mentes. Questionamentos como: quais imagens marcam determinados lugares ou que características dos ambientes nos atraem ou nos repelem estão sempre presentes em nossas mentes. Cheiros, sons, surpresas ou símbolos são captados pelos sentidos humanos e provocam várias sensações na relação entre o homem e o meio vivido. Sabe-se que os cinco sentidos dos seres humanos, enquanto receptores sensoriais de mensagens do ambiente e envio de sinapses, são igualmente transmissores de experiências emocionais. Assim, através de nossos sentidos somos capazes de “especializar” o mundo, determinando-lhe características e sentidos próprios, como códigos individuais que nos permitem descrever os ambientes como fonte de expressão individualizada. Discute-se aqui sobre as relações emocionais e de significação das cidades que podem ser constituídas por meio da percepção de nossos sentidos, como um possível caminho para a criação de lugares (recortes afetivos do espaço, áreas com identidade própria e com senso de apropriação), bem como o resgate de alguns elementos essenciais para a inter-relação homem-ambiente. Questiona-se de que forma trabalhos acerca da percepção ambiental de determinados espaços podem ajudar na construção e reconstrução das cidades, a partir da utilização da riqueza de nossas experiências emocionais, além de captar as contribuições de cada um dos sentidos humanos, despertando o interesse para a questão, que permeia qualquer discussão a respeito de percepção e qualidade ambiental.

**Palavras-chaves:** arquitetura, psicologia ambiental, cidade, percepção ambiental

**Atividade:** CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA UNIFOR  
(Paineis)

**Trabalho:** CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA UNIFOR

**Autor(es):** Terezinha Façanha Elias, Angela Maria Costa Araújo, Tereza Glaucia Rocha Matos, Ana Inez Oka Elvas de Lima, Carina Peixoto Leite, Rafael Soares Eduardo, Constance Pinheiro, MICHELLE LEAL RIOS, Karina Diógenes Rodriguez, Sylvania Cavalcante, Francisca Maria da GLória Plutarco Lopes

**Resumo:** Tendo em vista a tendência atual de se congregarem em um só espaço um grande número de atividades, as dificuldades de deslocamento e as formas como se lida, hoje, com o tempo e o espaço, os campi universitários cada vez mais oferecem uma série de serviços – restaurantes, banco livraria, gráfica etc – que ultrapassa, freqüentemente, o objetivo específico de ensino. Apesar de nem sempre haver um investimento direcionado para a criação de tais espaços por parte da administração das instituições de ensino superior, a maior universidade privada do Nordeste brasileiro, a Universidade de Fortaleza – UNIFOR, implementou no ano de 2004 o projeto de um Centro de Convivência – CC, espaço que além de reunir diferentes serviços se propõe ser um ponto nodal em seu campus, isto é um centro polarizador dos diversos segmentos envolvidos nas lides universitárias. Por ocasião de sua construção, o LERHA – Laboratório de Estudos das Relações Humano-Ambientais da Universidade de Fortaleza – UNIFOR, desenvolveu uma pesquisa para identificar as percepções e expectativas dos futuros usuários quanto ao referido espaço. Após um período de dois anos de uso, um novo estudo está sendo realizado pelo laboratório objetivando uma avaliação pós-ocupação da obra. Considerando que a percepção do significado de um lugar pode ser pensada envolvendo no mínimo três

espécies de conhecimento – o conhecimento dos aspectos objetivos, dos aspectos afetivos e dos comportamentais – este trabalho apresenta parte desta segunda pesquisa, especificamente o que diz respeito aos elementos afetivos relacionados a este espaço. Foram analisados três itens do questionário, aplicado a uma amostra de 350 sujeitos, entre alunos, professores e funcionários, referentes ao significado do lugar. A maioria dos respondentes considera o CC como lugar de encontro e de convivência, e também como centro de serviços e compras. Quanto aos aspectos positivos percebidos pelos usuários, um grande percentual destaca tanto características do local como praticidade e conforto quanto a variedade dos serviços oferecidos. No que se refere aos pontos negativos detectados, a maior parte dos respondentes ressalta fatores administrativos e estruturais como o preço praticado e a venda de produtos de um só fabricante. Frisam ainda aspectos físicos e arquitetônicos que desfavorecem o uso do lugar, como os problemas de acústica e a impossibilidade de deslocamento das mesas e cadeiras. Os resultados obtidos mostram que mesmo sendo percebido como um local de encontro e de oferta de serviços que facilita a vida das pessoas no campus, existem aspectos estruturais e físicos no CC que provocam insatisfação, dificultando sua apropriação e conseqüentemente restringindo a ocupação, deixando assim de atender, plenamente, a função a que se propõe.

**Palavras-chaves:** campus, Centro de Convivência, encontro, serviços, praticidade

**Atividade: GRUPOS DE PESQUISA E LABORATÓRIOS DE PSICOLOGIA AMBIENTAL:  
(Mesas Redondas)**

**Trabalho:** GRUPOS DE PESQUISA E LABORATÓRIOS DE PSICOLOGIA AMBIENTAL

**Autor(es):** Sylvia Cavalcante

**Resumo:** RESUMO DA MESA: Ensino, pesquisa e extensão formam o tripé de atividades de uma universidade, locus por excelência da produção de conhecimento. Entretanto, a universidade é geralmente caracterizada pelo ensino, sua atividade de maior repercussão. A pesquisa e a extensão são pouco conhecidas e mesmo menos divulgadas, seja porque o número de sujeitos envolvido nestas atividades é mais restrito, seja porque os investimentos para estas áreas são menos privilegiados no contexto geral das instituições brasileiras. Entretanto, mais recentemente, a pesquisa tem sido objeto de atenção e tem ganho importância nos ambientes acadêmicos, principalmente a pesquisa nas ciências humanas que tem buscado conquistar para estas status de ciência propriamente dita. Assim é que, cada vez mais, os pesquisadores da área se congregam em torno de um interesse comum, formando grupos de estudo e investigação que passam a denominar de laboratórios, a exemplo das ciências exatas, na busca de criar uma referência, atrair prestígio e impor seriedade e respeito aos trabalhos que desenvolvem. Embora os laboratórios se dediquem prioritariamente à atividade de pesquisa, a extensão e o ensino também são objeto de sua atenção, conforme podemos constatar pelos relatos que serão apresentados. Os laboratórios estão geralmente vinculados aos programas de pós-graduação e são coordenados por professores destes programas, visto que a pesquisa constitui tarefa primordial para estes docentes. Entretanto, como espaços de troca menos formais, os laboratórios recebem professores de graduação e mesmo profissionais de outras áreas, bolsistas, alunos e ex-alunos de graduação e pós-graduação são bem-vindos, desde que atendam a exigência de encontrarem alguma área de interseção com o objeto de estudo do grupo e queiram trabalhar, objetivando a troca de conhecimento e o aprofundamento do saber. Paralelamente, no mundo atual, o meio ambiente, com questões que clamam por soluções urgentes, como o aquecimento global, a superpopulação urbana, os entraves à mobilidade, entre outras, impõe-se como problema. Neste contexto, o estudo das relações pessoa - ambiente e suas repercussões psicológicas, sociais e ambientais, proposto pela Psicologia Ambiental vem se firmado de forma sistemática a partir dos anos 90, nas universidades brasileiras, e seus laboratórios se constituindo como espaços interdisciplinares, congregando o interesse de psicólogos, estudiosos das ciências humanas e diversos outros profissionais que voltam sua atenção para o meio ambiente, entre outros, arquitetos, urbanistas, paisagistas, agrônomos e biólogos. Neste Congresso, duas mesas redondas apresentando seis destes grupos de pesquisa, que têm como referencial teórico – metodológico a Psicologia Ambiental, estão sendo propostas no sentido de tornar conhecido de um maior número de estudiosos, suas experiências, objeto de

discussão do grupo de trabalho (GT) em Psicologia Ambiental da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP). São elas: a mesa redonda proposta por Ariane Kuhnen, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, que apresentará o Laboratório de Psicologia Ambiental da UFSC, o Laboratório de Psicologia Ambiental da Universidade de Brasília - UNB e a Base de Pesquisa Inter-Ações Pessoa-Ambiente(IAPA) /da Universidade Federal do Rio Grande do Norte- UFRN e esta mesa cuja proposta estamos encaminhando. Nela serão apresentados as atividades desenvolvidas pelos Laboratório de Psicologia e Educação Ambiental – LAPSEA do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental - LOCUS da Universidade Federal do Ceará – UFC e o Laboratório de Estudos das Relações Humano-Ambientais - LERHA / Universidade de Fortaleza - UNIFOR. A intenção é apresentar as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas na área, os temas específicos aos quais se dedicam, as metodologias que empregam, os resultados a que chegaram e as dificuldades que enfrentam, para que possam dar conhecimento de suas ações e trocarem experiências visando o enriquecimento mútuo.

**Palavras-chaves:** Laboratório, Psicologia Ambiental, Pesquisa

**Trabalho:** LABORATÓRIO DE ESTUDOS DAS RELAÇÕES HUMANO-AMBIENTAIS – LERHA / UNIFOR

**Autor(es):** Terezinha Façanha Elias

**Resumo:** Pretendemos apresentar neste evento o percurso do LERHA, seus objetivos e atividades, bem como os desafios diante do seu contexto geral, a cidade de Fortaleza, e específico, uma universidade privada no Nordeste brasileiro - a UNIFOR. O LERHA foi criado em maio de 2002, fruto de esforços anteriores no sentido da divulgação e produção de saberes relativos à Psicologia Ambiental nesta Universidade. É formado por professores e alunos da graduação em Psicologia, Ciências Sociais e Arquitetura e do Mestrado em Psicologia. Ex-alunos professores egressos da graduação e da pós-graduação também fazem parte do Laboratório. É coordenado pela professora Sylvania Cavalcante com doutorado realizado na França na área de Psicologia Ambiental. A introdução, no segundo semestre de 1998, da disciplina obrigatória de Psicologia Ambiental na graduação de Arquitetura foi um marco importante na valorização desta área do saber, seguido dos esforços para a implantação também desta disciplina no Curso de Psicologia, em caráter optativo. Os anos 90 também foram marcados por uma política mais clara da Universidade de incentivo à pesquisa, com a consequente criação dos Núcleos de Pesquisa dos diversos Centros. No Núcleo de Pesquisa do Centro de Ciências Humanas -NUPECH algumas pesquisas sobre a relação homem-ambiente foram desenvolvidas as quais impulsionaram a criação do LERHA, destacando-se a pesquisa sobre acessibilidade dos portadores de deficiência física aos campi das Universidades de Fortaleza. O LERHA, vinculado a linha “Ambiente, Trabalho e Cultura nas Organizações Sociais”, é parte integrante do Programa do Mestrado em Psicologia e vem consolidando a produção de saberes na área da Psicologia Ambiental, através de algumas pesquisas que tem desenvolvido ao longo da sua existência. Tem se dedicado, de forma especial, ao estudo do campus da UNIFOR onde foram realizadas duas pesquisas sobre o “Centro de Convivência”- espaço criado há cerca de três anos contendo serviços diversos e praça de alimentação, localizado numa área central do campus, sendo referência para encontros entre os membros da comunidade universitária. O Laboratório abriga também um banco de dados das diversas instituições que se dedicam ao meio ambiente em Fortaleza. Outra pesquisa examina as percepções dos habitantes de Fortaleza sobre a cidade, através das reclamações e observações publicadas numa coluna no jornal O POVO chamada “O povo nos bairros”. O LERHA oferece também suporte às pesquisas feitas por alunos do Mestrado, contando-se, já, com algumas dissertações concluídas na área. Alunos da graduação em Arquitetura e Psicologia também desenvolvem pequenos estudos, por ocasião da disciplina “Psicologia Ambiental”, tendo o LERHA como um grupo de referência nesses empreendimentos. No campo da extensão tem procurado atender as solicitações da comunidade prestando assessoria e contribuindo na discussão de temas relacionado com sua área de interesse. As pessoas que formam o Laboratório se reúnem sistematicamente nas dependências do Mestrado de Psicologia e realizam estudos diversos, promovem encontros e discussões com pessoas ligadas à problemática do meio ambiente e encaminham as pesquisas em andamento. Conta-se

também com participações da coordenadora em eventos nacionais e internacionais, sendo esta membro da ANPPEP. Foram também apresentados alguns trabalhos nos Encontros de Iniciação Científica da UNIFOR. O surgimento do LERHA em 2002 se coaduna com o estado e a evolução desta área do saber no Brasil, quando as primeiras articulações entre os profissionais interessados aconteceram na segunda metade dos anos 90 no 1º Encontro Brasileiro de Psicologia Ambiental em 1999. Até então o que havia eram iniciativas e esforços individuais. Temos muitos desafios pela frente no sentido da consolidação da Psicologia Ambiental a nível nacional e local. Em Fortaleza contamos com dois Laboratórios nesta área, o LOCUS na UFC e o LERHA na UNIFOR, sendo necessário aprimorar a articulação entre eles. No momento colocamos como meta a conclusão das pesquisas em andamento e a ampliação da participação de estudantes da graduação em Psicologia. Torna-se necessário também demarcar melhor a presença do laboratório na UNIFOR, garantindo-se a participação deste nas decisões da Universidade no que diz respeito às questões desta área. Há um movimento constante no campus de construções de novos espaços, reconstrução de outros, portanto se faz necessária a interlocução com os gestores a fim de que os espaços construídos atendam melhor às necessidades da comunidade universitária. A cidade de Fortaleza é outro interessante campo de pesquisa, tendo o LERHA discutido sobre suas praças, bairros, trânsito, especialmente sobre o Parque do Cocó, maior área verde em zona urbana no Brasil, atualmente sujeito à especulação imobiliária e devastação com a construção de novas avenidas. É desafio também do LERHA a sistematização e o registro das suas experiências, através de informativos para divulgação no campus, bem como o incremento na publicação de suas pesquisas em periódicos renomados. Está sendo construído também o site do Laboratório que dará acesso aos trabalhos desenvolvidos, bem como orientação bibliográfica aos interessados no assunto. Este é o caminho que temos pela frente!

**Palavras-chaves:** Psicologia Ambiental, Universidade de Fortaleza, LERHA

**Trabalho:** LABORATÓRIO DE PSICOLOGIA AMBIENTAL – LOCUS / UFC

**Autor(es):** Zulmira Aurea Cruz Bomfim

**Resumo:** O Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental - LOCUS - da Universidade Federal do Ceará (UFC) é um espaço acadêmico vinculado ao Departamento de Psicologia da UFC, sendo composto por professores, alunos de mestrado e graduação e colaboradores de diversas áreas. Tem como objetivo desenvolver projetos de pesquisa, ensino e extensão na área de Psicologia Ambiental, construindo redes de atuação interdisciplinar com as áreas de Psicologia, Educação, Geografia, Arquitetura e outras áreas de intervenção no ambiente. O LOCUS abre um campo em expansão hoje na psicologia, que é a perspectiva do ambiente como uma construção social e simbólica. O simbolismo do espaço na psicologia ambiental traduz-se nesta relação do indivíduo com o lugar, que transcende uma visão do espaço como cenário, onde as pessoas vivem seu cotidiano despojado de uma construção social. Existe, pois, uma conduta territorial, onde o indivíduo constrói a si mesmo na relação com o espaço, transformando-o e sendo transformado por ele, atribuindo-lhe um significado e deixando a sua marca. Na perspectiva do simbolismo do espaço, nossos estudos concentram-se principalmente na relação entre ambiente e afetividade, sendo esta traduzida como sentimentos e emoções que geram formas de conhecimento, orientação e ética nos espaços. A afetividade na cidade, por exemplo, pode ser entendida pela implicação do habitante com ela: "Sentir significa estar implicado em algo" (HELLER, 1979). As linhas de pesquisa do Locus são: Cidade, Afetividade e Simbolismo do Espaço; apropriação, Identidade e Sustentabilidade; e Ambiente e Saúde. A linha de investigação Cidade, Afetividade e Simbolismo do Espaço integra dimensões micro e macrossociais das dinâmicas do cotidiano urbano. O estudo da afetividade na cidade justifica-se pela possibilidade de desenvolvimento de uma racionalidade ético-afetiva, capaz de gerar espaços de interesses públicos e privados e potencializar a ação de seus habitantes. As políticas urbanas advindas de uma implementação conjunta entre gestores públicos e participação dos cidadãos promovem transformações compatíveis com as necessidades da sociedade. No projeto de pesquisa a cidade e a escola desenvolvido pelo Locus buscou-se conhecer a afetividade (emoções e sentimentos) de alunos de escolas da rede pública da cidade de Fortaleza, pela identificação dos mapas afetivos (Bomfim 2003). Foi nosso interesse, também, fomentar a

reflexão e participação de alunos em torno das questões urbanas tendo como base o estatuto da cidade. A linha apropriação, Identidade e Sustentabilidade envolve pesquisas que buscam conhecer e gerar mudanças de valores e atitudes pró ambientais ou comportamentos ecologicamente responsáveis. O Projeto vida no campus é um exemplo de pesquisa que se iniciou a partir um diagnóstico sócio-físico no campus do Benfica, um dos três campi que compõem a Universidade Federal do Ceará, escutando estudantes, servidores docentes e técnico-administrativos. Foi nosso intuito, a partir do levantamento, a sensibilização para o desenvolvimento de comportamentos ecologicamente responsáveis e a mobilização da comunidade universitária para participação e construção coletiva de um campus acessível e agradável para seus usuários. Esta pesquisa caracteriza-se como um tipo de educação ambiental por promover uma nova consciência dos usuários em relação ao ambiente universitário e uma reorientação do agir da comunidade universitária incluindo o ambiente. Ambiente e Saúde é outra linha de pesquisa que envolve espaços institucionais, em que pesquisamos a afetividade dos pacientes da UTI no hospital universitário com objetivo de intervir em mudanças no ambiente hospitalar para pacientes e familiares. Além da categoria afetividade é uma marca do Lócus o desenvolvimento de investigações que tenham como conseqüência uma intervenção que gere mudanças, quais sejam comportamentais e/ou estruturais. Algumas perguntas são geradoras dos nossos temas de interesse. O que fazer para desenvolver uma ética ambiental na coletividade? Onde e como podemos promover uma educação ambiental para a vida? Como facilitar a aprendizagem da solidariedade no coletivo nas diversas faixas etárias? Como a psicologia pode contribuir para a participação nas políticas ambientais e urbanas?

**Palavras-chaves:** Universidade Federal do Ceará, Psicologia Ambiental, LOCUS

**Trabalho:** LABORATÓRIO DE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL – LAPSEA/INPA

**Autor(es):** Maria Inês Gasparetto Higuchi

**Resumo:** A diretriz do LAPSEA é centrar estudos sobre o pensar e o fazer constituído na relação pessoa-ambiente em seus diferentes processos de criação da existência e a mediação da educação nessa relação na região amazônica. Entenda-se aqui o termo ambiente, na sua mais ampla caracterização, ou seja, natural, construído e social. De modo geral, essa vivência tem suscitado a compreensão e a problematização do modo como essa relação vem historicamente se constituindo e que, inevitavelmente, está na gênese da problemática ambiental atual. Os estudos e procedimentos propostos pelo LAPSEA visam contribuir na busca de um melhor entendimento desse processo sociocultural, considerando as diferentes lógicas e racionalidades das pessoas que vivem na cidade ou fora dela, em comunidades urbanas ou não, em instituições de organização formal ou não-formal. A atuação do LAPSEA tem ainda atenção especial de associação aos projetos em rede intra e inter-institucionais. O LAPSEA atua em duas grandes linhas de pesquisa. Tais linhas têm como foco principal, além do conhecimento científico orientado à responsabilidade social, a formação de recursos humanos para a carreira de pesquisa em ciências humanas e sociais tendo a educação ambiental como interface de grupos sociais diversos. As ações teóricas e práticas do LAPSEA se dão no campo da inter e da trans -disciplinaridade, onde os saberes científico e tradicional devem se comungar numa mesma linha para entendimento da relação pessoa-ambiente. O LAPSEA dá ênfase a abordagens epistemológicas que permitem um olhar multidimensional e multi-metodológico dessa realidade relacional, sempre numa visão contextualizada do comportamento que se quer investigar, não se fechando a uma única disciplina, mas acolhendo uma grande variedade de outros saberes. De modo particular, busca-se por meio da pesquisa a consolidação de processos metodológicos de socialização do conhecimento científico, ensino e aprendizagem formais e não-formais, que busquem a construção de uma cidadania ambiental, que preconize a melhoria das condições de vida das populações humanas da Amazônia. As linhas de pesquisa do LAPSEA são “Psicologia Social do Ambiente” e “Educação Ambiental”, cada uma delas subdividida em três tópicos congregando estudos mais específicos. A linha “Psicologia Social do Ambiente” acolhe os tópicos “Comportamento sócio ambiental humano”, “Saberes e Subjetividade ambiental” e “Envolvimento comunitário”. Neste último promove estudos e práticas onde diferentes grupos sociais (crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos) são solicitados a se mobilizarem em

torno de um objetivo comum – a melhoria do ambiente que está direta ou indiretamente relacionado com suas vidas. “Processos pedagógicos na formação de educadores”, “Produção de recursos didático pedagógicos” e “Processos de socialização do conhecimento científico” constituem os tópicos específicos da linha “Educação Ambiental”. Ademais o LAPSEA tem como meta a integração e formação de estudantes (nível fundamental, médio, graduação ou pós graduação) de múltiplas áreas disciplinares que tenham como alvo as linhas acima delineadas. Os estudantes podem se agregar à equipe a partir dos critérios estabelecidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA. A inserção nesse módulo de formação pode ser voluntária (estágio curricular) ou remunerada (bolsistas) sob orientação e supervisão dos pesquisadores e técnicos do LAPSEA ou dos setores associados em projetos conjuntos.

**Palavras-chaves:** Psicologia Ambiental, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, LAPSEA

**Atividade: Medidas não-reativas num ambiente cotidiano: (Paineis)**

**Trabalho:** Medidas não-reativas num ambiente cotidiano: identificando vestígios comportamentais em banheiros públicos

**Autor(es):** Zenith Nara Costa Delabrida, Timoteo Santos Matos, Waldez da Silva Santos, Cristiane Carvalho Gois, Catarina Barros Costa, Walisson Pereira Santos Barros

**Resumo:** Alguns estudos de psicologia ambiental no Brasil têm se direcionado a investigar ambientes urbanos cotidianos como filas, elevadores, pátios escolares e creches. A qualidade desses ambientes se relaciona com a qualidade de vida dos habitantes de uma cidade, bem como seu desenvolvimento saudável. As perguntas de pesquisa então geralmente se baseiam no modo como o ambiente físico (construído ou natural) influencia o comportamento humano. De outro ângulo, alguns estudos têm investigado os problemas ambientais, seja do lixo, da água, do uso da energia ou da educação ambiental. Nesses aspectos a questão agora é como o comportamento modifica o ambiente físico. Neste trabalho o ambiente físico de banheiros públicos foi escolhido como foco. A literatura aponta a necessidade de se investigar a relação direta entre comportamento e ambiente físico em função da grande quantidade de dados produzidos através de relatos. O presente trabalho é parte de um estudo que visa desenvolver métodos para a investigação de banheiros públicos. Foi desenvolvido, então, ra uma planilha de observação utilizando medidas não-reativas de observação dos vestígios comportamentais. Para o presente trabalho os objetivos foram: a) relacionar vestígios comportamentais e ambiente físico; b) identificar vestígios relacionados ao bom e mau uso do banheiro. A fim de investigar esses aspectos durante 10 dias foram observados nove pares de banheiros (feminino/masculino) em três blocos de prédios de uma universidade. Cada banheiro foi observado duas vezes por dia (manhã/tarde) sempre antes do horário de limpeza daquele período. Cada dupla de pesquisadores ficou responsável por um par de banheiros, sendo no total 12 experimentadores. No total foram feitas 180 observações, com duração variando entre 5 e 20 minutos. Foi utilizada uma planilha de observação de vestígios comportamentais (papel, água, sabão, pasta de dente, fezes, urina, cuspe, pichação, pêlos/cabelos, chiclete, absorvente) que poderiam ser identificados tanto na parte comum do banheiro (mictório, porta, espelho, paredes, chão, pia, lixeira) quanto na parte reservada (vaso, lixeira, chão, parede, porta). Para a avaliação desses aspectos foi desenvolvida uma escala tipo likert de seis pontos (0-nada a 5-excessivo). Os pesquisadores fizeram observações em conjunto para ajustarem entre si os critérios da escala. Foi registrada também a presença de suprimentos (sabonete, papel higiênico e toalha de papel) e a qualidade da iluminação do banheiro. Os dados foram analisados de maneira descritiva. Os vestígios que mais apareceram foram papel, água, sabão, urina, pêlos/cabelos. Quanto à relação ambiente físico e vestígios, o vestígio de pichação apareceu apenas na porta, na parede e na



lixeira. Os demais apareciam em diferentes partes do ambiente. Os banheiros se diferenciavam, dentre os três prédios, em termos da quantidade de suprimentos, qualidade do ambiente físico e volume de uso. Não houve diferença entre os banheiros em termos da qualidade da limpeza. Os banheiros, em cada prédio, femininos e masculinos, se diferenciavam por uma maior presença dos vestígios papel e sabão para o banheiro feminino. Discute-se a relação entre o comportamento realizado em cada ambiente físico e a coerência com os vestígios ambientais. Por exemplo, a maior presença no banheiro feminino de papel e sabão pode-se dever a um maior uso desses suprimentos pelas mulheres. A presença de urina no vaso pode ser indício de mau uso da descarga. Apesar de se localizarem na mesma universidade, os três banheiros possuem singularidades em função do aspecto físico, suprimento e uso pelos frequentadores, o que implicou em limitações na sua comparação e na padronização da escala. Pretende-se investigar quais vestígios comportamentais e suprimentos do banheiro podem ser preditores de um bom uso desse ambiente público.

**Palavras-chaves:** banheiro público, psicologia ambiental, vestígios comportamentais, método não-reativo

**Atividade: POR UMA PSICOLOGIA DO URBANO:  
(Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Desafios para a Psicologia ambiental

**Autor(es):** Zulmira Aurea Cruz Bomfim, Hartmut Günther

**Resumo:** Participante 1 Esta breve apresentação sobre a história, a relevância e os objetivos de uma psicologia urbana será, antes de tudo, programática para o contexto sócio-cultural brasileira. A psicologia urbana trata da relação recíproca entre o indivíduo e o ambiente social urbano, sendo que, assim, constitui uma variante da psicologia ambiental. A lista de potenciais questões para estudo é grande: quais os impactos do ambiente urbano no indivíduo? Como é que o indivíduo reage e se ajusta ao ambiente urbano? Como modifica o ambiente urbano para satisfazer às suas necessidades? Do ponto de vista da psicologia social, estas perguntas aplicam-se não somente à relação indivíduo – cidade, mas a um triângulo de relações: indivíduo–cidade, grupo–cidade e indivíduo–grupo no contexto urbano. É notável que o primeiro estudo teórico sobre o assunto do sociólogo alemão George Simmel, datado de 1903, tenha tratado do impacto das grandes cidades na vida mental. Simmel apontou o aumento de estimulação nervosa devido à rápida e constante mudança de estimulação, como a base que caracterizaria o indivíduo urbano. A obra seminal de Louis Wirth, 1938, tratou do urbanismo como um estilo de vida. Ressaltou o fato de ser a concentração de grande número de pessoas o que caracterizaria a vida urbana moderna. Cem anos após as primeiras reflexões de Simmel, pode-se constatar que mais da metade da população mundial vive em aglomerações urbanas e que o Censo de 2000 do IBGE estima, no Brasil, uma taxa de população urbana de 81%. Mesmo assim, o estilo de vida urbano e suas implicações nas pessoas têm recebido relativamente pouca atenção por parte da psicologia, não somente no Brasil. Viver na cidade proporciona aos moradores inúmeras oportunidades e, igualmente, muitos problemas e desafios. As vantagens e os problemas da vida urbana estão enraizados no fato do ambiente urbano agregar, em relativamente pouco espaço, alta densidade de pessoas, o que implica em contatos sociais de natureza as mais diversas. Desta maneira, temas como qualidade de vida, afiliação, senso de ter ao não ter poder e controle, marginalidade, alienação, medo, ansiedade, identidade, isolamento, solidão tendem a dominar os poucos estudos sobre as condições da vida humana sujeitas ao impacto da urbanização. A apresentação visa mostrar a maneira como a psicologia pode contribuir para compreender a vida urbana, o impacto da vida urbana sobre o bem estar das pessoas e a relação psicológica recíproca entre cidadão (isto é, morador de cidade) e ambiente urbano.

**Palavras-chaves:** Qualidade de vida urbana, Psicologia Urbana, Psicologia ambiental

**Trabalho:** HISTÓRIA, RELEVÂNCIA E OBJETIVOS DE UMA PSICOLOGIA URBANA

**Autor(es):** Zulmira Aurea Cruz Bomfim

**Resumo:** Esta breve apresentação sobre a história, a relevância e os objetivos de uma psicologia urbana será, antes de tudo, programática para o contexto sócio-cultural brasileira. A psicologia urbana trata da relação recíproca entre o indivíduo e o ambiente social urbano, sendo que, assim, constitui uma variante da psicologia ambiental. A lista de potenciais questões para estudo é grande: quais os impactos do ambiente urbano no indivíduo? Como é que o indivíduo reage e se ajusta ao ambiente urbano? Como modifica o ambiente urbano para satisfazer às suas necessidades? Do ponto de vista da psicologia social, estas perguntas aplicam-se não somente à relação indivíduo – cidade, mas a um triângulo de relações: indivíduo–cidade, grupo–cidade e indivíduo–grupo no contexto urbano. É notável que o primeiro estudo teórico sobre o assunto do sociólogo alemão George Simmel, datado de 1903, tenha tratado do impacto das grandes cidades na vida mental. Simmel apontou o aumento de estimulação nervosa devido à rápida e constante mudança de estimulação, como a base que caracterizaria o indivíduo urbano. A obra seminal de Louis Wirth, 1938, tratou do urbanismo como um estilo de vida. Ressaltou o fato de ser a concentração de grande número de pessoas o que caracterizaria a vida urbana moderna. Cem anos após as primeiras reflexões de Simmel, pode-se constatar que mais da metade da população mundial vive em aglomerações urbanas e que o Censo de 2000 do IBGE estima, no Brasil, uma taxa de população urbana de 81%. Mesmo assim, o estilo de vida urbano e suas implicações nas pessoas têm recebido relativamente pouca atenção por parte da psicologia, não somente no Brasil. Viver na cidade proporciona aos moradores inúmeras oportunidades e, igualmente, muitos problemas e desafios. As vantagens e os problemas da vida urbana estão enraizados no fato do ambiente urbano agregar, em relativamente pouco espaço, alta densidade de pessoas, o que implica em contatos sociais de natureza as mais diversas. Desta maneira, temas como qualidade de vida, afiliação, senso de ter ao não ter poder e controle, marginalidade, alienação, medo, ansiedade, identidade, isolamento, solidão, angústia tendem a dominar os poucos estudos sobre as condições da vida humana sujeitas ao impacto da urbanização. A apresentação visa mostrar a maneira como a psicologia pode contribuir para compreender a vida urbana, o impacto da vida urbana sobre o bem estar das pessoas e a relação psicológica recíproca entre cidadão (isto é, morador de cidade) e ambiente urbano.

**Palavras-chaves:** Psicologia Ambiental, Ambiente Urbano, Qualidade de vida urbana, Afiliação

**Trabalho:** AFETIVIDADE E ESTIMA: IDOSOS IMPLICADOS NO AMBIENTE URBANO

**Autor(es):** Zulmira Aurea Cruz Bomfim, Fátima Maria Araújo Bertini

**Resumo:** A cidade é o lugar dos encontros, da intersubjetividade, da formação de relações, pois os indivíduos nunca se afetam sozinhos. Os pensamentos, as ações e os afetos não se originam na essência de cada um, mas na relação. Elegemos a afetividade como uma categoria que promove o encontro do indivíduo com a cidade e entendemos que ela integra aspectos de conhecimento, percepção e orientação do espaço na superação de dicotomias subjetividade e objetividade, ao mesmo tempo em que instiga à reflexão sobre a possibilidade de desenvolvimento de uma “racionalidade ético-afetiva na cidade” (SAWAIA, 1995). A formação de lugares com calor pode ser reflexo de bons encontros na cidade quando estes lugares não se tornam excludentes dos diferentes padrões de identidade, como crença, etnia, idade, classe, etc. Conhecer a afetividade, emoções e sentimentos é para nós uma forma de valorizar as necessidades de uma população e proporcionar por intermédio do estudo desta categoria uma forma de intervir na participação cidadã e no resgate da estima dos habitantes e do lugar. Reabilitar o urbano é uma forma de resgatar o bom conceito da cidade. Uma política urbana deveria ter por objetivo reaver o bom conceito de cidade, o crédito que a cidade dispunha e restituí-la à estima pública (Valente-Pereira, 1991). Assim como as pessoas a cidade pode ser estimada. Qual a importância da revitalização e/ou reabilitação dos espaços da cidade? Esta pergunta pode ser respondida em uma pesquisa desenvolvida no centro de Fortaleza em que buscamos analisar as relações recíprocas entre pessoa-ambiente, envolvendo especificamente a questão da intervenção urbana e a afetividade de idosos. Para tanto, conhecemos os afetos de

idosos que moram e idosos que o freqüentam o centro de Fortaleza. O estudo desse ambiente deu-se pelo fato de que, historicamente, passa por processos de intervenções e ainda é afetado por Projetos de requalificação ou revitalização. Essas propostas de intervenções urbanas do centro da cidade fazem-se também em função da premência de soluções para a situação concreta de decadência estrutural dos prédios antigos que fizeram parte da história e da origem de Fortaleza. Investigar os idosos nesse ambiente tornou-se importante, visto serem testemunhas vivas do percurso cultural, histórico e urbanístico do Centro. Além disso, o tempo presente os torna testemunhas de mudanças ocorridas no entorno, o que lhes permite serem fontes de conhecimento das modificações realizadas no patrimônio ambiental e urbano. A referência aos afetos no presente estudo subentende que os mesmos propiciam a implicação dos sujeitos com algo e tem caráter orientativo em suas condutas, de acordo com o pensamento de Heller (1979), SAWAIA (1991), BOMFIM (2003). O objetivo desta investigação foi conhecer os afetos de idosos (que moram e freqüentam) o centro da cidade de Fortaleza. Buscou-se, também, identificar as imagens afetivas elaboradas por estes idosos e relacionar-las com as transformações urbanas pelas quais passa e passou o centro da cidade. Como resultados, os idosos investigados elaboraram cinco imagens afetivas do centro da cidade. As imagens de Destruição, Pertinência (ao passado), Insegurança, Agradabilidade e Contrastes. Percebemos que muitos dos idosos investigados resignificaram o Centro que vêem hoje a partir de suas identificações que vivenciaram em suas experiências anteriores. Associamos as imagens de destruição e de insegurança às referências ao lugar do passado quando vinham acompanhadas por sentimentos despotencializadores como tristeza, mal-estar, decepção e insegurança. De outra forma, essas mesmas referências, quando associadas a sentimentos mais potencializadores como alegria, paz, amor, saudade, satisfação, foram vinculadas à imagem de pertinência a um lugar do passado. Podemos dizer, por fim, que o percurso das transformações pelas quais passou e ainda passa a área central da cidade, colocou-nos diante de sentimentos que comunicavam um centro que “foi”, um centro que “está sendo” e um centro que “vai ser”. Por fim, as imagens afetivas dos idosos muitas vezes retrataram ora a continuidade ora a ruptura entre um presente e um passado e um devir.

**Palavras-chaves:** Afetividade, Psicologia ambiental, Requalificação urbana

**Trabalho:** A Psicologia Ambiental e a emergência da criminalidade nas cidades

**Autor(es):** Thyana Farias Galvão de Barros

**Resumo:** Sentimentos relacionados a lugares tendem a mudar e passar por transformações com o passar do tempo. Isto aconteceu comigo em relação à cidade do Recife. Ruas que gostava de transitar foram me dando péssimas sensações. Passei a desconfiar das mudanças arquitetônicas ocorridas a partir do crescente desenvolvimento urbano somado a verticalização acelerada, situações ocorridas fortemente nas duas últimas décadas na cidade. A mídia explorava e explora continuamente essa situação: violência, criminalidade, insegurança. Capas de jornais e chamadas de noticiários da TV estampam a situação diariamente. Sabe-se que moradores das grandes metrópoles mundiais assistem diariamente a mudanças nas características arquitetônicas e urbanísticas das cidades modernas, em função da criminalidade. Esta, aliás, virou lugar-comum, constituindo-se num problema global de enormes dimensões. Muitos estudos asseguram que o problema emergente da criminalidade é oriundo de fatores político-econômico-sociais profundos. Mas, o que dizer das causas espaciais da criminalidade? A percepção do problema aliada a insistência da mídia força-nos a adquirir mercadorias e produtos de alta tecnologia, em busca da tão desejada segurança. Observa-se a incorporação de elementos medievais nas edificações com a volta das muralhas, torres de vigia, fossos, portões duplos, trincheiras e guaritas. Elementos que impedem a visão aberta dos espaços, e acabam transmitindo medo e insegurança, influenciando diretamente o comportamento das pessoas no ambiente externo e interno. Desta feita, o “morar seguro” tornou-se o sonho da sociedade moderna: morar em um espaço seguro, confiável, sem medos, nem culpas. Na busca da realização desse sonho de ‘habitar com segurança’, alguns países como EUA, Inglaterra, França, Canadá e Austrália passaram a ler “Cartilhas” de Proteção às Cidades e Bairros, escritas com base em algumas teorias, desenvolvidas, em sua maioria, a partir da idéia de controle sócio-espacial. Como resultado ao que tais documentos promovem, muitas cidades e bairros estão

isolando-se cada dia mais, os seus habitantes não têm mais senso de comunidade e os espaços de uso e domínio público têm sido rapidamente substituídos por espaços privados voltados às necessidades de uma minoria populacional. Estudos anteriores constataram a relação existente entre a criminalidade e os espaços em que esta vem ocorrendo (Newman,1972; Brantingham & Brantingham, 1981; Hillier & Shu, 1999; Galvão, 2004); verificando-se que os ambientes são muitas vezes facilitadores de ações criminais através de suas características físicas. Todavia, nem só os atributos físicos devem ser considerados neste caso. O comportamento humano influencia bastante o ambiente, estabelecendo com este uma relação de dualidade, ou seja, ao mesmo tempo em que o influencia, também sofre influências deste. Acerca da relação criminalidade x comportamento ambiental, surgem alguns questionamentos: quais características de comportamento ambiental estariam relacionadas ao “morar seguro” (ou seja, aos ambientes que garantem uma sensação de segurança aos habitantes e baixas taxas de criminalidade)? Estariam estes ambientes relacionados ao controle sócio-espacial, ao apego que os habitantes teriam de seu lugar de moradia, a uma interação entre estes fatores ou a outros aspectos de ordem distinta? Desta feita, o objetivo geral do trabalho é investigar quais características de comportamento ambiental estariam associadas à moradia que assegure a sensação de segurança. Os objetivos específicos são: identificar os ambientes residenciais que garantam o morar seguro, bem como suas características sócio-físicas, objetivando espacializar os resultados encontrados; discutir e analisar os fundamentos teórico-metodológicos que norteiam a relação comportamento ambiental x criminalidade nos ambientes residenciais (ditos) seguros; verificar a relação entre place attachment (apego ao lugar) e a sensação de segurança no contexto “morar seguro”. A hipótese desta pesquisa é que os ambientes nos quais os moradores mantêm uma relação de apego e identidade são menos vulneráveis a criminalidade, portanto o “morar seguro” estaria mais relacionado ao apego ao lugar do que ao controle sócio-espacial. De forma ampla, os métodos de pesquisa a serem utilizados dividem-se em: qualitativos (as respostas podem ser interpretadas global e individualmente) e quantitativos, embora nesta etapa seja difícil precisá-las com exatidão. Todavia, no caso específico desta pesquisa serão utilizados multimétodos ou, utilização simultânea de várias técnicas de coleta de dados; o que irá enriquecer a avaliação, além de aumentar significativamente o leque dos elementos envolvidos no processo analítico. Por este trabalho tratar-se de uma pesquisa de análise do ambiente construído, serão utilizados os seguintes métodos na coleta de dados: observações (mapeamento comportamental), entrevistas (nas formas livre ou semi-estruturada), questionários e medições (levantamentos físicos), os dois primeiros associando-se especialmente a aspectos qualitativos, enquanto os segundos mais relacionados a definições quantitativas.

**Palavras-chaves:** moradia,Segurança,Place attachment,Comportamento ambiental

**Atividade: Adolescentes de uma periferia de Manaus: percepções sobre meio-ambiente e saúde (Paineis)**

**Trabalho:**Adolescentes de uma periferia de Manaus: percepções sobre meio ambiente e saúde

**Autor(es):** Carlos Henrique Ferreira Santos,Maria Inês Gasparetto Higuchi,Sônia Maria Lemos,Fernanda Brasil Coutinho,Ana Cláudia Menini Bezerra

**Resumo:** A partir das condições socioambientais de acentuada pobreza na comunidade Carijó e as reduzidas possibilidades de benefícios oferecidos pelo Município de Manaus, é contundente a situação de insalubridade ambiental vivida pela comunidade, identificado pelos órgãos públicos, juntamente com a situação de abandono social quanto as benfeitorias de responsabilidade dos governantes como: saneamento e energia. Tudo isso implica na manutenção e reprodução da pobreza e da desigualdade social, que conduz a comunidade ao estado de vulnerabilidade. Nessa área, a falta de oportunidades e os problemas sociais certamente desencadeiam conflitos inter-relacionais, no grupo familiar e em toda a comunidade. Estudar a adolescência a partir desses aspectos, implica em procurar este individuo em sua totalidade, dando um sentido mais

amplo de sua inserção no mundo. A adolescência é um conceito criado pelo homem, um conceito que muitas vezes não consegue chegar próximo dessa totalidade e acaba reproduzindo e disseminando os estereótipos e preconceitos que a própria sociedade condena, mas produz mesmo assim. Tendo em vista essas idéias, surge uma outra concepção, na qual a adolescência é concebida como uma construção social. As mudanças ocorrem a todo instante, mas não quer dizer que esse processo se forme em função de uma meta específica como se acreditava há algumas décadas, ou seja, o adolescente se prepara para ser adulto como se isto fosse um fim por si só. Na verdade o adolescente é ele mesmo, muito embora esteja numa formação contínua para ser pessoa. A partir do Projeto: Adolescentes, Saúde e Meio Ambiente desenvolvido pelo Núcleo de Estudos de Grupos Sociais na Amazônia, financiada pelo CEULM/ULBRA, foi possível trabalhar as percepções dos adolescentes a cerca do ambiente e suas estratégias para manter-se ou não com saúde. A saúde integral se realiza na inter-relação entre as pessoas e o sistema de vida que envolve o espaço e o lugar de moradia e das trocas simbólicas. Foi fundamental entender as formas de saúde já constituídas pelos adolescentes em situação de pobreza como forma de resistência e de se representar simbolicamente. Assim, tornou-se possível intervir junto com os adolescentes naquelas práticas que prejudicam o desenvolvimento da saúde na comunidade, como é o caso das questões ambientais, como é o caso do lixo e o uso do espaço, ou da falta de lugar para atividades de entretenimento e aprendizado formal. Esta pesquisa teve como característica a investigação e a intervenção, buscando entender o cenário em que o adolescente estava inserido e, ao mesmo tempo, construir modos de intervir numa realidade de exclusão social e moral. Para subsidiar ações de intervenção, fez necessário traçar o perfil e a dinâmica social dos adolescentes dessa população. Conhecer hábitos, estilos de vida, necessidades, características sócio-econômicas e infra-estrutura ambiental, pois tais aspectos revelaram-se importantes no que tange a compreensão do cotidiano desse grupo enquanto micro-sistemas sociais, estes integrando a complexidade do grupo no qual estão inseridos. A pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa, tendo como eixo norteador a pesquisa-ação. A produção de conhecimento se constituiu ao mesmo tempo em que se processavam ações visando a construção de um novo modo de pensar e agir do adolescente. Esse método transcende a observação pura e neutra, para envolver o pesquisador como um membro do grupo de tal forma que as práticas dos indivíduos passem a ser mais “naturais” e a observação que mais se aproxime da prática cotidiana seja facilitada na situação de pesquisa.

**Palavras-chaves:** Adolescentes, Meio ambiente, saúde, Periferia

**Atividade: Psicologia nos estudos ambientais: interdisciplinaridade, escala e comunicação. (Conferência)**

**Trabalho:** Psicologia nos estudos ambientais: interdisciplinaridade, escala e comunicação.

**Autor(es):** Jose Q. Pinheiro

**Resumo:** A Psicologia brasileira timidamente começa a ocupar um lugar entre as disciplinas envolvidas nos estudos ambientais. Entretanto, seu papel e seu discurso ainda não estão claros para as outras áreas do conhecimento que tradicionalmente ocupam um lugar à mesa nessas discussões. O mais preocupante é que esse discurso não está claro nem para os próprios psicólogos que se vêem envolvidos nesses papéis junto a setores da sociedade dedicados às questões humano-ambientais. Sobram dificuldades conceituais e epistemológicas, operacionais e políticas. Entre outras razões, porque o estudante de Psicologia pouco ou nada aprende sobre abordagens ecológicas do comportamento humano. Seu treinamento tem se beneficiado das aproximações dos psicólogos com outras áreas de conhecimento (saúde e educação são dois bons exemplos), frutos de esforços realizados ao longo das últimas décadas. Esse mesmo treinamento, no entanto, carece de base ecológica que permita ao psicólogo participar do importante cenário técnico e político das ciências ambientais, tão necessitado de compreender as ações humanas que têm levado à destruição da base de sustentação da vida no planeta. Assim, nesta apresentação, pretendo focalizar a noção de escala ambiental, analisando suas implicações para o processo de comunicação interdisciplinar da Psicologia com outras áreas do conhecimento e setores sociais, uma vez que a escala do ambiente é um dos determinantes

básicos da experiência ambiental. A experiência humana em ambientes de proporções reduzidas é substancialmente diferente das experiências frente a ambientes amplos, seja no sentido social, espacial e/ou temporal. Ou seja, mudando a amplitude do ambiente, muda o tipo da experiência vivida ali. Essa constatação tem óbvia relevância científica e tem merecido alguma atenção de pesquisas sobre cognição ambiental. Mas o mundo em que vivemos já tomou conta da totalidade do planeta que nos hospeda e hoje nos defrontamos com mega-fenômenos como a superpopulação, a concentração urbana e o aquecimento global, questões que levaram ao lema do "pensar globalmente, agir localmente". Os educadores ambientais já aprenderam que somente a informação ambiental não é suficiente, que o vínculo afetivo entre pessoa e ambiente também precisa ser trabalhado para que o processo de transformação dessa relação seja realmente efetivo. Analogamente, as investigações psicológicas da relação pessoa-ambiente cada vez mais têm tratado de questões afetivas. A experiência ambiental não acontece num vácuo de significados e valores; gostamos mais de certos lugares do que de outros, nos sentimos bem em alguns locais, mas não tanto em outros. Controlamos e somos controlados, num jogo de forças sempre presente na apropriação que fazemos dos ambientes. Isso vale para os ambientes imediatos, que nos circundam, contêm e abraçam – nos quais somos percebedores imersos em seu tempo e espaço. E vale também para os mega-ambientes, que não podemos vivenciar diretamente, pois as abstrações que os representam estão sempre carregadas de valores, significados e controles embutidos ali por seus criadores, de propósito ou não. É mais fácil chamar de "lugar" um ambiente que podemos ver, ouvir, tocar, percorrer, cheirar, enfim "sentir". Não dá para sentir – desse mesmo jeito – uma cidade inteira, um país, o Sudeste Asiático, ou a África Equatorial, pois esses ambientes não nos permitem uma experiência ambiental de "primeira mão". Não é possível exercitar um cuidado ambiental pleno, do local e também do global, sem considerar a amplitude das escalas espacial e temporal. E como essa amplitude é muito difícil de ser abrangida pelo raciocínio, pelo conhecimento, é preciso considerar o vínculo afetivo com o lar, mas também com o planeta, almejando que nossas ações no presente sejam baseadas no passado e inspiradas pelos sonhos coletivos de futuro. Se não, como encarar o imenso desafio da indagação colocada, por exemplo, pelas mudanças climáticas globais? Como pode um desastre que se armou ao longo de centenas ou milhares de anos provocar uma resposta rápida, intensa e planetariamente abrangente? A psicologia tem lugar garantido no debate sobre o futuro ecológico de nossa civilização, porém parece não ter se dado conta disso, ou não ter sabido se fazer entender, seja porque não entendeu a pergunta que lhe foi apresentada, ou porque não soube formular bem a resposta. Precisamos mudar essa situação, e logo. É este o convite que esta apresentação pretende trazer aos psicólogos.

**Palavras-chaves:** Diversidade, Política, Ética

**Atividade: Emergências e Desastres: contribuições da Psicologia para a construção de comunidades mais seguras (Temas em Debate)**

**Trabalho:** Perspectiva Social e Preventiva da Psicologia no âmbito das Emergências e dos Desastres

**Autor(es):** Angela Elizabeth Lapa Coêlho

**Resumo:** As emergências e os desastres são eventos complexos e multidimensionais. No mundo moderno, há um paradoxo entre o desenvolvimento tecnológico nas ciências, que contribui para uma vida mais segura e mais saudável, e a incidência de extremos da natureza, como por exemplo, enchentes, secas. O paradoxo torna-se mais complexo porque a aplicação dos avanços tecnológicos tem também alguns componentes de risco que são resultados da execução inadequada e/ou falhas das novas tecnologias. Atualmente, as comunidades estão em risco não somente por causa dos eventos geofísicos, mas também por causa de deslizamentos, da liberação de substâncias tóxicas e dos acidentes com produtos químicos. Nesse contexto, vale ressaltar que os sentidos que uma pessoa atribui ao evento determinam não só como a situação é vivenciada inicialmente, mas também interferirá nos processos de recuperação pós-desastre. Conseqüentemente, o significado não está apenas na situação em si, nem nas

peças, mas na interação entre as peças e o evento. O interesse na área das emergências e dos desastres surgiu com a Geografia Humana. A abordagem mais voltada para as questões sociais ocorreu a partir dos anos 1960 com a Sociologia. Com relação à Psicologia, essa inserção tem sido gradual nos últimos anos. No entanto, a intervenção está voltada quase que exclusivamente ao atendimento dos sobreviventes no período pós-desastre. A dificuldade de analisar as consequências das emergências e dos desastres está na tendência de observar o fato como inteiramente devido a uma relação de causa e efeito. Uma emergência ou um desastre, raramente, é um evento isolado. Geralmente, é o acúmulo de situações anteriores, e será apenas o início de consequências graves. As emergências e os desastres, suas causas e suas consequências estão também relacionados aos processos e às estruturas sociais. O grau de desorganização social que ocorre depois das emergências e dos desastres está intrinsecamente relacionado às estratégias pré-desastre da comunidade. Em países desenvolvidos, os sistemas para a detecção primária do evento, bem como as estratégias de gerenciamento pré e pós-desastre têm consideravelmente diminuído os danos físicos, e aumentado as chances que os sobreviventes terão de se recuperar e reconstruir suas comunidades. Nos últimos 20 anos, muitas mudanças sociais, econômicas e culturais influenciaram as estratégias de prevenção e de mitigação das emergências e dos desastres. Essas mudanças foram influenciadas pela abordagem de que os riscos são interfaces entre os processos naturais do ambiente e as comunidades que vivem nesses lugares. A perspectiva humana ecológica dos desastres enfatiza a análise da distribuição das vulnerabilidades humanas, de condições de intervenção e de respostas ao evento. O que é essencial à avaliação, é considerar as vulnerabilidades das pessoas e o risco com o qual elas têm que lidar como parte de sua vida diária, em vez de apenas enfatizar, o agente físico, que causou o desastre. O risco e a vulnerabilidade são as duas faces de uma mesma moeda. A Psicologia na América Latina deveria trabalhar com elementos que fortalecessem a prevenção e a promoção da saúde, para identificar os fatores que contribuem para as capacidades e as vulnerabilidades de uma comunidade. Essa abordagem exporia as desigualdades sociais existentes, uma vez que nem sempre as emergências e os desastres e/ou suas consequências são naturais. Com esse processo, espera-se que a Psicologia contribua para superar o isolamento de uma visão exclusivamente individualista das emergências e dos desastres e compartilhe idéias voltadas à promoção da saúde, que são básicas para mudanças sociais significativas.

**Palavras-chaves:** Psicologia, emergência, desastres, comunidades

**Trabalho:** Atuação do Psicólogo nas Ações de Defesa Civil no Brasil

**Autor(es):** Daniela da Cunha Lopes

**Resumo:** Os desastres, além das consequências imediatas, têm efeitos associados que provocam deterioração das condições de vida da população, aumento de despesas públicas com atividades de socorro e assistência, sem falar nas perdas humanas e danos emocionais que podem repercutir na perspectiva de vida dos afetados. No Brasil percebemos que as pessoas possuem um imaginário edênico sobre o seu país. Esta crença, que tem raízes históricas favorece a que o Brasil seja percebido como imune aos desastres. Realmente, no Brasil, não ocorrem furacões intensos, erupções vulcânicas ou terremotos arrasadores, mas, ao contrário da representação que se faz, a sociedade brasileira é muito vulnerável aos desastres, tanto naturais quanto provocados pelo homem. Um dos desastres naturais mais comuns no Brasil é a seca. Alguns outros fenômenos naturais de causas meteorológicas trazem as chuvas de granizo e as geadas na região do Sul do país. O excesso de chuvas, também, provoca inundações que assolam toda a fachada atlântica de norte a sul do país, produzindo em muitos Estados deslizamentos de encostas, provocando perdas materiais e de vidas humanas em várias cidades. Isto ocorre porque no Brasil o grau de vulnerabilidade a que a população está exposta é muito grande, se comparada com a vulnerabilidade em outros países onde as condições sociais são mais bem equacionadas. Isto porque neste país, a péssima distribuição da riqueza está aliada à ausência de serviços governamentais de amparo social aos mais carentes, e até mesmo às populações mais bem aquinhoadas. Os serviços públicos de saúde e educação funcionam em péssimas condições, favorecendo em ambiente de risco e vulnerabilidade permanente, impossibilitando a segurança institucional suficiente para que os indivíduos possam responder

eficientemente às situações de desastre".No entanto, apesar da existência de uma reação psicológica de temor frente a desastres naturais, aliada a alta vulnerabilidade de grande parte da população brasileira frente a estes eventos, o envolvimento da comunidade, de forma organizada e em uma perspectiva preventiva têm se mostrado como uma importante estratégia para a preparação dessas comunidades para possíveis situações de desastre. No entanto, apesar da existência de uma reação psicológica de temor frente a desastres naturais, aliada a alta vulnerabilidade de grande parte da população brasileira frente a estes eventos, o envolvimento da comunidade, de forma organizada e em uma perspectiva preventiva têm se mostrado como uma importante estratégia para a preparação dessas comunidades para possíveis situações de desastre. Palavras-chave (de 03 a 05): Psicologia, Vulnerabilidade,Prevenção.

**Palavras-chaves:** Psicologia,Vulnerabilidade,Prevenção

**Trabalho:**A Questão da Segurança na Sociedade da Incerteza

**Autor(es):** Marcos Antonio Mattedi

**Resumo:** O texto aborda o tema das contribuições da psicologia para construção de comunidades mais seguras do ponto de vista comportamental, cultural e organizacional. Sustenta que a adequação das intervenções da psicologia na produção da segurança constitui o resultado da forma como se configura a insegurança e bem como a maneira como as comunidades são dimensionadas. O desenvolvimento deste argumento baseia-se em dois procedimentos básicos: primeiro, consiste na apresentação das formas de caracterização da insegurança considerando três tradições de pesquisa (os estudos de Hazards, Desastres e Risco); o segundo, diz respeito à apresentação das transformações que marcam o desenvolvimento da sociedade moderna nas últimas décadas. Para relacionar a questão da segurança das comunidades com a questão da contribuição da psicologia foi empregada a noção de ator-rede introduzida por Michel Callon e Bruno Latour. Com base nestes dois procedimentos argumentamos que as contribuições da psicologia para construção de comunidades mais seguras está relacionada à capacidade da psicologia de mostrar que a segurança não constitui uma propriedade predeterminada e inerente a um tipo específico de comunidade, mas que constitui um efeito relacional de como cada comunidade percebe sua própria insegurança. Palavras-chave (03 a 05): Desastres, psicologia, segurança, comunidades, organizaçãoO texto aborda o tema das contribuições da psicologia para construção de comunidades mais seguras do ponto de vista comportamental, cultural e organizacional. Sustenta que a adequação das intervenções da psicologia na produção da segurança constitui o resultado da forma como se configura a insegurança e bem como a maneira como as comunidades são dimensionadas. O desenvolvimento deste argumento baseia-se em dois procedimentos básicos: primeiro, consiste na apresentação das formas de caracterização da insegurança considerando três tradições de pesquisa (os estudos de Hazards, Desastres e Risco); o segundo, diz respeito à apresentação das transformações que marcam o desenvolvimento da sociedade moderna nas últimas décadas. Para relacionar a questão da segurança das comunidades com a questão da contribuição da psicologia foi empregada a noção de ator-rede introduzida por Michel Callon e Bruno Latour. Com base nestes dois procedimentos argumentamos que as contribuições da psicologia para construção de comunidades mais seguras está relacionada à capacidade da psicologia de mostrar que a segurança não constitui uma propriedade predeterminada e inerente a um tipo específico de comunidade, mas que constitui um efeito relacional de como cada comunidade percebe sua própria insegurança. Palavras-chave (03 a 05): Desastres, psicologia, segurança, comunidades, organizaçãoPalavras-chave (03 a 05): Desastres, psicologia, segurança, comunidades, organização

**Palavras-chaves:** Desastres,psicologia,segurança,comunidades,organização

**Atividade:** A educação ambiental frente ao esfacelamento da cidadania no governo Lula (2002-2006).  
(Conferência)

**Trabalho:**A educação ambiental frente ao esfacelamento da cidadania no governo Lula (2002-2006).



**Autor(es):** Marcos Antônio dos Santos Reigota

**Resumo:** Resumo para Conferência: A produção na diversidade: compromissos éticos e políticos em Psicologia. O V Congresso Norte Nordeste de Psicologia (V CONPSI) apresenta-se com o objetivo geral de ampliar a discussão sobre o compromisso da Psicologia de compreender as realidades brasileiras, construir conhecimentos válidos e propor políticas necessárias à superação dos problemas sociais e humanos que vivenciamos em nossas regiões. A Comissão Científica está sensível ao contexto atual nacional e pretende auxiliar, por meio deste Congresso, na produção de saberes/fazer em Psicologia que participem ativamente nas transformações sociais que tanto o país necessita. As metas a serem alcançadas no V Congresso Norte-Nordeste e Psicologia envolvem as seguintes questões, além de outras: Fomentar o desenvolvimento da Psicologia enquanto área de produção de conhecimento científico no Brasil, particularmente nas Regiões Norte e Nordeste, ampliando o intercâmbio entre pesquisadores, professores, profissionais e alunos; Fomentar a interlocução entre pesquisadores e profissionais, potencializando a melhoria continuada da prática profissional e maior inserção da pesquisa nos problemas que desafiam os psicólogos; Estimular o debate sobre problemas nacionais e regionais como contexto indispensável à produção de conhecimento e intervenção profissional em Psicologia; Promover o encontro e a troca de experiências entre psicólogos, divulgadores de ciência, pesquisadores, profissionais, professores, empresários, políticos e representantes de instituições públicas; Discutir, analisar e propor formas e mecanismos que contribuam para a formação de novos psicólogos. Considerando a realidade atual do contexto sócio-político-econômico do nosso país, a Comissão Científica do V CONPSI definiu como tema central para este Congresso: "A Produção na Diversidade: compromissos éticos e políticos em psicologia". Vale destacar que as Conferências são derivadas do Tema Central do Congresso e são organizadas pela Comissão Científica. Os(As) Conferencistas são convidados pela referida Comissão e deverão apresentar seus textos na íntegra, pois serão publicados no livro do Congresso. O livro será lançado quando do início do Congresso. Para a constituição das Conferências, foram adotados os seguintes critérios: questões cotidianas emergentes e suas implicações com o Tema Central do Congresso ("A Produção na Diversidade: implicações éticas e políticas em psicologia"); e referências às questões do norte-nordeste à luz das temáticas gerais. Sempre orientadas pelos compromissos éticos e políticos da Psicologia. Serão 14 conferências ao todo e as temáticas abordadas abrangerão as seguintes áreas: saúde, educação, meio ambiente, direitos humanos, história e memória da psicologia, psicopatologias contemporâneas e pós-graduação e pesquisa em Psicologia. Espera-se que as Conferências e o Congresso contribuam efetivamente na produção de uma Psicologia justa, eticamente responsável, participativa e promotora de cidadania.

**Palavras-chaves:** diversidade, ética, política

## **Área: Mobilidade Humana**

**Atividade: Acessibilidade em questão: notas sobre a Legislação Brasileira (Paineis)**

**Trabalho:**Acessibilidade em questão: notas sobre a Legislação Brasileira

**Autor(es):** Mariana Bragança Gonçalves, Maudeth Braga, Maria da Conceição Pereira Guimarães, Maria Carolina do Espírito Santo Moraes

**Resumo:** A realidade brasileira nos coloca diante de problemas éticos, envolvendo questões de valor, de convivência, de consciência, de justiça. São questões que envolvem o ser humano, pois onde há ser humano, há problemas éticos. A ética aparece para denunciar onde o ser humano é desrespeitado na sua condição humana, pois é na convivência, na vida social e comunitária que o ser humano se descobre e se realiza enquanto um ser ético. O projeto de extensão Reabilitação Humana, Trabalho e Inserção Social propõe colocar a acessibilidade em questão, numa sociedade em que o acesso aos bens e serviços é cada vez mais restrito e, sobretudo, marcada pela desigualdade social. O acesso à cidade é condição para o acesso ao trabalho. Essa questão acentua-se em se tratando das pessoas com deficiência. Em tempos de desemprego estrutural é pela via da legislação e fiscalização que esse espaço vai surgindo na Sociedade Brasileira. Há um longo caminho desde a Carta de Direitos Humanos na década de 40 e a lei de cotas na década de 90. Um marco temporal é a Constituição Brasileira de 1988. A Constituição proíbe qualquer discriminação no tocante a critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência e indica a reserva de vagas. É digno de nota que as leis de acessibilidade iniciaram-se em 1961, possibilitando o acesso do deficiente à educação, buscando integrá-los à comunidade. Esse trabalho busca apresentar esse desdobramento, apresentado algumas leis relativas à acessibilidade da pessoa com deficiência no Brasil, observando que o estado de direito não necessariamente corresponde a um estado de justiça. Um longo caminho foi percorrido até chegarmos à legislação atual, onde se destaca o decreto nº 5.296 de 02/12/2004 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Observando que o estado de direito não necessariamente corresponde a um estado de justiça questionamos: O que está deficiente? Os ambientes de trabalho e as vias de acesso inclusive, nem sempre expressam uma preocupação com a acessibilidade. As barreiras arquitetônicas persistem em alguns prédios, nas ruas e ônibus. Coadunamos com a idéia de uma abordagem política da espacialidade. O que diferencia os lugares, segundo Milton Santos (2002), é a temporalidade: interpretação particular do tempo social por um grupo, ou por indivíduo. Em tempos de aceleração como exercer o direito a diferença respeitando ritmos temporais diversos. A ética deveria aparecer nesse momento, fazendo-nos refletir sobre nossa vida em sociedade, exigindo-nos uma avaliação, um julgamento, um juízo de valor entre o que é socialmente considerado bom ou mau, justo ou injusto. Os governantes do Brasil na atualidade demonstram um momento delicado no plano da ética. As transformações sociais passam pela ação governamental, pelo estabelecimento de políticas públicas e pela participação efetiva da população na defesa de seus direitos. Até que a acessibilidade seja uma realidade há obstáculos a serem superados nos âmbitos macro e micro políticos. A história do país nos leva a crer que muito precisa ser feito para que a acessibilidade seja possível. A sociedade brasileira clama por mudanças, por uma sociedade mais justa e igualitária e na recuperação de valores éticos.

**Palavras-chaves:** acessibilidade, legalidade, subjetividade, deficiência, mobilidade

**Atividade: Investigações sobre Comportamento Humano no Trânsito (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Aspectos comportamentais de incidentes no trânsito

**Autor(es):** Joao Carlos Alchieri

**Resumo:** acidente de trânsito constitui um grave problema em todo o mundo, sendo a principal causa de morte para os homens entre 15 e 44 anos de idade e a quinta causa para as mulheres da mesma faixa etária. A Organização Mundial de Saúde estima que, em 1998, 1,17 milhões de pessoas morreram em acidentes de trânsito no mundo e que mais de 10 milhões de pessoas ficaram feridas nesses acidentes (World Health Organization, WHO, 1999). Acidente de trânsito: evento ocorrido na via pública, inclusive calçadas, decorrente do trânsito de veículos e pessoas, que resulta em danos humanos e materiais. Compreende colisões entre veículos, choques com objetos fixos, capotamentos, tombamentos, atropelamentos e queda de pedestres e ciclistas. Três elementos essenciais no trânsito ou no transporte: a) o homem que dirige e que busca alcançar um objetivo; b) algo que se move e carrega, seja veículo ou animal; e c) uma via que permite ir de um lugar para o outro. Homem, veículo e via são os elementos essenciais, todo o resto provém do desenvolvimento cultural e econômico. (Rozenstraten 2003). Podemos identificar três dimensões de antecedentes a partir das quais se tenta prever o comportamento: conhecimentos, práticas e atitudes. O primeiro preditor do comportamento no trânsito é o grau de conhecimento sobre o que diz respeito ao trânsito e pode ser verificado de maneira bastante objetiva. Resta saber, entretanto: o que é relevante para ser conhecido, com que grau de profundidade e para qual nível de participação no trânsito? Embora o conhecimento das regras de trânsito e de certas leis da física constituam o sine qua non para atuar como participante no trânsito, ele está longe de ser suficiente, pois antes de mais nada o conhecimento precisa ser colocado em prática, na hora certa. Assim, prática é o segundo preditor de comportamento. Prática é uma habilidade que se adquire no decorrer do tempo. Tipicamente, antes de conceder à pessoa a permissão para dirigir um veículo motorizado, exige-se que ela realize certo número de horas de treino e seja submetida a uma prova prática. As atitudes configuram o terceiro preditor. A definição clássica de atitude foi dada, em 1935, por Allport: "estado neuropsíquico de prontidão para atividade mental e física". Esta definição aponta, no caso do trânsito, para a questão da prontidão, presteza ou disposição de utilizar o conhecimento e a prática em benefício de um comportamento no trânsito. Principais aspectos comportamentais relacionados aos acidentes: Alterações da percepção Capacidade de perceber e agir frente a realidade. Decorrente de erro no processo de apreensão e/ou expressão motora. Decisões com limitadas informações; Erro de avaliação e julgamento da realidade (emocionalidade) Ausência ou limitação das habilidades de condução, Perturbação do senso crítico da realidade, Agressividade Disposição emocional com vistas a autodefesa. Alterações perceptivas da realidade Alteração do padrão de obtenção das informações do ambiente (focalização da consciência), Modificação do padrão e da intensidade dos reflexos. Prejuízo na avaliação das respostas comportamentais. Sonolência. Quadro de afrouxamento da atenção e da consciência. Ausência momentânea da consciência e comprometimento da apreensão e/ou expressão motora. Limitada motivação; Erro de avaliação e julgamento da realidade, Ausência das habilidades de condução Perda do senso crítico da realidade Uso de substâncias, Busca por alterações da consciência. Disposição emocional comprometida. Percepção da realidade alterada, Alteração do padrão de obtenção das informações do ambiente (obnubilação da consciência). Modificação do padrão e da intensidade dos reflexos. Prejuízos quanto a avaliação das respostas comportamentais Erro de avaliação e julgamento da realidade. Estes aspectos podem ser norteadores de processos investigativos na psicologia no trânsito, caracterizando ações conjuntas de órgãos como DETRANs e universidades.

**Palavras-chaves:** Trânsito, Avaliação Psicológica, Detrans

**Trabalho:** Procedimentos da Gerência de Psicomedica do DETRAN-PE

**Autor(es):** MARIA CRISTINA BORGES FONTAN

**Resumo:** O Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco - DETRAN-PE é uma instituição governamental criada através do Decreto-Lei nº 23 de 24 de maio de 1969 cuja missão é "promover educação e cidadania para que o Estado de Pernambuco tenha um trânsito humanizado, com pedestres e condutores qualificados e veículos legalizados". É um órgão

executivo subordinado ao governo do Estado que tem passado ao longo dos anos por várias transformações cujo objetivo principal é melhorar continuamente a qualidade de seus serviços. Suas principais funções são: o ferecer à sociedade serviços e produtos de excelência relacionados ao sistema de registro de veículos e de habilitação de condutores, fiscalização e educação de trânsito, segurança e prevenção de acidentes, processamento de multas, estatísticas de trânsito, a operacionalização da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e atendimento ao usuário. Para dar conta de todas essas ações e tendo em vista que Pernambuco conta hoje com uma frota de 1.233.796 veículos e 1.186.796 condutores habilitados, o Detran descentralizou e informatizou todo o seu serviço. Hoje, o órgão possui 89 pontos informatizados de atendimento, espalhados da capital ao interior do Estado, o que reduziu o tempo médio de procedimentos, como realização de vistorias e desembaraços de documentação. Atualmente conta com 1,2 milhão de atendimentos por ano, 30 mil carteiras de habilitação emitidas por mês, 7 mil novos veículos registrados. Neste contexto, a Diretoria Psicomédica congrega os serviços Médico e Psicológico relacionados à obtenção/renovação/mudança de categoria da Carteira Nacional de Habilitação - CNH, isenção de impostos (Junta Multidisciplinar de Saúde para atender usuários com patologias mentais e suas famílias), supervisão dos profissionais credenciados, avaliação psicológica para obtenção da permissão para condução veicular, renovação da CNH e mudança de categoria (para usuários Inaptos, portadores de necessidades especiais e idosos) realizada pela Unidade de Psicologia, avaliação psicológica para Diretor de Ensino, Diretor de CFC e Instrutor (Fins Pedagógicos), entre outras atividades técnicas e administrativas. Paralelamente a essas atividades, encontra-se em fase de implantação o núcleo de pesquisa na área da Avaliação Psicológica para o Trânsito visando à produção de conhecimento científico bem como a possibilidade do desenvolvimento de novos instrumentais e paradigmas dentro desta área de conhecimento e prática. Assim, através da elaboração de projetos, buscou-se parcerias com Instituições de Ensino Superior do estado (UFPE e FAFIRE) e do estado do Rio Grande do Norte (UFRN) bem como os Detrans de outros estados visando a conjunção de esforços para oferecer cada vez mais um serviço contextualizado com a realidade social brasileira e regional dentro de altos padrões da ciência psicológica.

**Palavras-chaves:** Trânsito, Avaliação Psicológica, Detrans

**Trabalho:** ANÁLISE DOS MÉTODOS E INSTRUMENTOS UTILIZADOS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA DE MOTORISTAS NO BRASIL

**Autor(es):** Fábio Henrique Vieira de Cristo e Silva, Joao Carlos Alchieri

**Resumo:** A avaliação psicológica de condutores tem por finalidade contribuir com a segurança dos deslocamentos das pessoas nas vias públicas, identificando as pessoas aptas/inaptas para dirigir veículos. No Brasil, esta preocupação com o comportamento dos condutores e a segurança no trânsito remonta às décadas de 1920 e 1930, antes mesmo da existência da psicologia enquanto profissão no país. Desde então, o exame psicológico veio tornando-se obrigatório para os condutores brasileiros, desde os casos mais específicos, como os motoristas envolvidos em acidentes, motoristas profissionais, motoristas infratores, até todos os futuros condutores. O campo da avaliação psicológica de motoristas, todavia, vem sendo marcado por dificuldades e limitações importantes no campo teórico-prático, não existindo, desse modo, um consenso, tanto no cenário nacional quanto internacional, sobre sua relevância e necessidade para o processo de aquisição da habilitação, devido à falta de comprovação empírica consistente. Alguns problemas são apontados, por exemplo: imprecisão nos aspectos a serem avaliados, diversidade de critérios para aptidão/inaptidão dos motoristas, deficiente formação profissional, condições de aplicação insatisfatórias, uso de instrumentos copiados, simplificações e erros na aplicação dos testes, utilização de critérios menos rigorosos etc. Não obstante, milhares de pessoas se submetem anualmente ao processo de avaliação psicológica. Assim exposto, na perspectiva de contribuir com subsídios teórico-metodológicos para as investigações em avaliação psicológica de condutores, possibilitando o avanço e o desenvolvimento de novos procedimentos de investigação, elaborou-se o presente trabalho, que tem por objetivo analisar os trabalhos empíricos brasileiros em avaliação psicológica de motoristas das últimas cinco

décadas. Com esta finalidade, procedeu-se à pesquisa bibliográfica em periódicos científicos e trabalhos completos publicados em anais de eventos, objetivando obter a totalidade da produção científica nacional (1956 a 2006), sendo selecionadas apenas as publicações com pesquisas empíricas. A busca pelas publicações ocorreu em dois bancos de dados, o PePsic e o Scielo. Foram consultadas, ainda, as referências bibliográficas de trabalhos de revisão de literatura anteriores, que identificaram grande parte da produção científica em avaliação psicológica de condutores e em psicologia do trânsito. Posteriormente, foi realizada leitura sistemática de todo o material, procurando obter as seguintes informações: tema pesquisado e métodos utilizados (número da amostra, instrumentos utilizados e procedimentos de coleta adotados). Como resultado, observou-se um total de 22 trabalhos empíricos, sendo 21 artigos e um trabalho completo em anais. Três trabalhos são da década de 1950, dois da década de 1980, seis da década de 1990 e onze no período de 2000 a 2006. Nenhum trabalho foi encontrado nas décadas de 1960 e 1970. Em relação aos temas de investigação, as publicações referem-se à: idade; a relação entre traços de personalidade e nível educacional; investigação das características dos pesquisados nos instrumentos de aptidão e personalidade; nível de inteligência e a relação entre nível de inteligência e conhecimentos para conduzir veículos; estudos sobre validade e padronização de instrumentos; relação entre acidentes, infrações e variáveis de personalidade; construção de tabelas padronizadas; diferenças quanto ao gênero; e estudos comparativos com resultados de outros estados em relação a tabelas. Quanto aos métodos de investigação, especificamente sobre o número da amostra, a maior foi de 4.935 sujeitos, seguido de 1000, 535, 505, 356, 317, 248, 227, 212, 211, 139, 120, 115, 114, 110, 77, 65, 60, 40, 10 e um sujeito. Em relação aos instrumentos: nove estudos utilizaram o PMK, sendo que dois deles usaram uma versão digitalizada, o PMK-RD; três estudos com o Atenção Concentrada; três com o R-1; dois com o Bender; dois com o Teste Conciso de Raciocínio. Os demais instrumentos tiveram apenas um trabalho: Rorschach, EDAO, Simulador TTK, Raven, Atenção Difusa de Lahy, Toulouse-Piéron, TACOM-A, Atenção Sustentada, Teste de Cambraia, Teste de Aptidão para Motorista Militar, Reprodução de Figuras de Freitas, Disco de Walther, GEFT, Teste dos Três Labirintos, Kuder, INV-C, Teste de Escolha de Cores de Lüscher. Quanto ao procedimento de coleta de dados, tem-se o seguinte: divisão dos participantes em dois ou mais grupos objetivando a comparação e a observação de diferenças significativas; apenas um grupo de participantes, objetivando a aplicação e análise de resultados obtidos no(s) instrumento(s); análise comparativa entre amostras de diferentes nacionalidades (transcultural); análise comparativa entre amostras de diferentes contextos brasileiros; e estudo de caso. Como conclusão, observar-se a pouca produção na área de avaliação psicológica de condutores no Brasil. Além disso, a literatura pode ser considerada antiga, à medida que mais de 50% dos trabalhos foram publicados há mais de 10 anos. Por fim, destaca-se a necessidade e a importância da investigação científica para o desenvolvimento da área, tendo em vista não existir um corpo de conhecimento sólido que embase tal prática profissional.

**Palavras-chaves:** Avaliação psicológica de motoristas, método, instrumentos psicológicos.

## Área: Esporte

**Atividade:** ESTUDO SOBRE A LIDERANÇA NO FUTEBOL DE SALÃO  
(Paineis)

**Trabalho:** ESTUDO SOBRE A LIDERANÇA NO FUTEBOL DE SALÃO

**Autor(es):** Luiz Carlos da Silva, Gina Marcelle de Siqueira Dias, ELIZABETE SEVERINA SILVA, Antonio Roberto Rocha Santos

**Resumo:** A formação de qualquer grupo envolve a intervenção das diversas lideranças no sentido de conseguir o máximo de dedicação das pessoas, com o objetivo de atingir as metas propostas. Assim, a partir de uma maior organização, de um nível de integração e comunicação elevadas, os resultados favoráveis estarão ao alcance do grupo. O esporte como fenômeno plural também envolve as ações das diversas lideranças que interferem nas relações grupais e na efetividade das ações pretendidas. Assim, acredita-se ser importante conhecer as diversas lideranças no contexto do esporte, bem como as relações de poder estabelecidas por estes grupos, assim tornado possível à intervenção psicológica de forma mais efetiva. O objetivo do presente estudo foi avaliar as lideranças e as relações de poder existentes em um grupo de crianças e adolescentes do sexo masculino, todos participantes de um grupo esportivo de um clube da cidade do Recife, Pernambuco, Brasil. Participaram do estudo 17 sujeitos com idades entre 8 e 12 anos, atletas de uma equipe de futebol de salão que se preparava para participar de competições esportivas no âmbito da cidade onde residiam. Para a coleta dos dados foi utilizado um questionário com perguntas abertas. Os atletas responderam as questões individualmente em uma sala reservada do clube esportivo. Na entrega do questionário foi explicado aos atletas o objetivo da pesquisa, que não havia questões certas ou erradas e que a participação na pesquisa era livre, podendo as pessoas participar ou não da mesma. Além das questões demográficas, idade, sexo, etc., foram colocadas quatro questões aos atletas, quem era: seu melhor amigo; o melhor atleta; com quem gostava de jogar; e quem eles escolheriam para ser o capitão da equipe esportiva. Os dados foram organizados em gráficos através da técnica sociométrica de Jacob L. Moreno (1972), sendo realizadas análises qualitativas das respostas dos sujeitos, nas quais foi possível identificar as diversas lideranças encontradas na equipe de futebol de salão. Os dados revelaram que, a estrutura da equipe de futebol de salão, em estudo, encontram-se coesa, integrada, ou seja, os relacionamentos interpessoais demonstraram ocorrer, considerando a idade dos atletas de forma integrada. Via de regra, o melhor atleta é aquele que tem um melhor desempenho técnico das habilidades esportivas, exerce a liderança do grupo e tem forte poder sobre os demais atletas da equipe. Fato este que revela o estágio de formação que crianças e adolescentes se encontram e a forte influência que sofrem dos demais colegas na construção do "eu".

**Palavras-chaves:** LIDERANÇA, ESPORTE, FUTEBOL DE SALÃO, CRIANÇAS, ADOLESCENTES

**Atividade:** Psicologia do Esporte  
(Paineis)

**Trabalho:** A importância do trabalho psicológico dentro de equipes

**Autor(es):** Mayra Tavares

**Resumo:** O projeto tem como um dos seus focos a atuação do profissional da psicologia, no esporte, como pode ser feito o trabalho dentro e fora de campo, como a intervenção psicológica ajuda no desempenho da equipe. A psicologia do esporte vem estudando e atuando em

situações que envolvem motivação, personalidade, agressão e violência, liderança, bem estar dos atletas, caracterizando-se como um espaço onde o enfoque social, educacional e clínico se complementam. Este não é um assunto muito abordado, esse estudo vem ampliar o conhecimento dos atletas e profissionais que desejam atuar na área. Através das pesquisas realizadas foi possível perceber onde se encontravam as maiores necessidades dos atletas, o que facilita na atuação do psicólogo para melhor desempenho da equipe, já que o primeiro passo para entender os benefícios da preparação psicológica é conhecer melhor quais são essas variáveis que interferem no comportamento do atleta. Foi realizado um trabalho junto a um grupo de atletas de handebol do Centro Universitário Luterano de Palmas CEULP-ULBRA. Através de estudos científicos foi possível comprovar que algumas variáveis como motivação, concentração, ansiedade pré-competitiva, coesão de grupo, entre outras, interferem no desempenho do atleta. Entretanto, na maioria das vezes a importância dessas variáveis só é considerada quando alguma coisa dá errado. Geralmente a falta de conhecimento acaba, muitas vezes, simplificando um problema e colocando a culpa no -psicológico-. Diferente do psicólogo clínico, o psicólogo que atua na área do esporte irá acompanhar o atleta no seu dia a dia, analisando o comportamento do mesmo, e o ambiente a sua volta, tendo como foco principal o desempenho, sendo muitas vezes necessário propor intervenções para modificar esse comportamento e, assim, melhorar seu rendimento. A preparação psicológica é um processo, e deve fazer parte da preparação global do atleta. A Psicologia do Esporte também auxilia no entendimento de fenômenos psicológicos que ocorrem com atletas, como por exemplo a sensação de euforia denominada -clímax do corredor-, o -vício- em exercício físico, e até mesmo a -pausa pós reforço-, experimentada após o término de uma prova importante. A metodologia usada para o desenvolvimento do projeto foi modelo CEBs, o modelo consiste numa inserção na comunidade pela via da relação, que consiste num primeiro momento, conviver com o grupo. O contato vivenciado ocorreu através de: observações, entrevista individual, conversas em grupo e individual. A partir da realidade foi desenvolvido o levantamento de questões objetivas e subjetivas, para que fossem possíveis as análises. Foram cinco observações, nestas incluem os questionários aplicados aos atletas e conversas com grupo e o treinador. Os atletas, e treinadores estão sentindo necessidade por esse tipo de trabalho, e o crescimento da psicologia do esporte ocorre principalmente por esse reconhecimento, uma vez que ajuda dos companheiros, treinadores, amigos, entre outros, tem se tornado insuficiente para que esses atletas resolvam seus conflitos. Assim esses jovens têm esperanças de que o profissional da Psicologia do esporte os ajude a alcançar todo potencial e talento que possuem de uma forma menos sacrificada e mais prazerosa. Portanto este Projeto vem passar uma idéia diferente da prática do esporte, ou seja, que as pessoas inseridas no esporte possam perceber como o esporte pode ser mais proveitoso e menos desgastante, basta para isso uma orientação, acompanhamento adequado, que será possível com recursos da Psicologia do Esporte.

**Palavras-chaves:** Trabalho Psicológico, Equipe, Esporte

**Atividade: Apresentação do Vídeo: Psicodrama e Esporte: Intervindo na arbitragem do estado de São Paulo (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Apresentação do Vídeo: Psicodrama e Esporte: Intervindo na arbitragem do estado de São Paulo

**Autor(es):** Vera Lúcia Bonato

**Resumo:** O Vídeo em destaque foi desenvolvido no ano de 2006 e constitui parte de um projeto mais amplo denominado "Apto para o Apito". Este projeto tem como demanda fundamental a exigência do futebol do século XXI: contar com uma arbitragem dotada de perfil altamente profissional em campo e imune a amadorismos e assédios de qualquer ordem. Para tanto a equipe de árbitros deve ter, além de conhecimento técnico específico, contato com a dimensão psíquica e subjetiva que envolve o trabalho. O auto-conhecimento, capacidade para lidar com situações de alta pressão, estresse e saber trabalhar em equipe são pontos relevantes para o desenvolvimento de um trabalho sistêmico. O "Apto para o Apito" tem por objetivo buscar a integração e a identidade corporativa dos árbitros e seu desenvolvimento profissional, desde a

seleção para o Curso de Arbitragem até seu desligamento do Quadro de Árbitros da F.P.F.. Visa também capacitar o árbitro para a tomada de decisões rápidas no enfrentamento de realidades permeadas por grandes pressões sociais (como um jogo de futebol), dentro de preceitos éticos e humanos adequados ao desempenho profissional da especialidade. O projeto foi construído pelo Instituto do Coração – INCOR-HC/FMUSP, por solicitação da Federação Paulista de Futebol e foi realizado por uma equipe de profissionais vinculados a ABPS – Associação Brasileira de Psicodrama e Sociodrama, sendo composto por três fases: Fase I “Desenvolvendo o Papel do Árbitro – Espaço para Novas Possibilidades”: Definir o perfil de árbitro levantando as atuais necessidades e valores para o desempenho deste papel, através da visão dos mesmos, bem como de seus papéis complementares, e estabelecer as ferramentas de diagnóstico, intervenção e avaliação do projeto; Fase II “Conhecendo e Transformando a Identidade do Árbitro”: Avaliação biopsicosocial sistêmica dos árbitros federados, através de recursos psicodramáticos e biossociais, concluindo sua recomendação, com as seguintes possibilidades: Recomendado, Recomendado com Suporte e Não Recomendado. Sendo que os avaliados com resultado “Recomendado com Suporte” podem ser indicados para o Programa de Coaching e / ou para as Reuniões Temáticas; Fase III “Formando a Identidade do Árbitro”: Identificar através da avaliação biopsicosocial sistêmica o perfil dos candidatos à Escola de Árbitros. Dentre as ações do projeto estão as reuniões temáticas que têm por objetivo: Oferecer um clima estimulador aos participantes, criando condições motivacionais para a equipe de trabalho; Resgatar potencialidades como: criatividade, espontaneidade, percepção de si e do outro, buscando a realização profissional; Possibilitar ao grupo percorrer as diferentes fases do desenvolvimento emocional e relacional, baseando-se na Matriz de Identidade, visando seu desenvolvimento pessoal e profissional; Proporcionar o desenvolvimento do papel profissional de árbitro, através de reflexões e ações na relação trabalho / indivíduo. O trabalho envolve: \* Corpo: através de exercícios de respiração, percepção e contato consigo mesmo\* \*Mente: com questionamentos e propostas de reflexão sobre suas escolhas e atitudes no papel profissional de árbitros de futebol.\* \*Relacionamento Grupal: buscando a interação e a percepção da proposta de relacionamento estabelecida entre os quartetos de arbitragem em cada partida de futebol. As reuniões Temáticas são desenvolvidas através de atividades vivenciais e de reflexão, envolvendo o grupo dos atuais árbitros da Federação Paulista de Futebol, que foram filmadas em seu processo de realização e deram origem ao vídeo que será apresentado. Os resultados obtidos no decorrer do trabalho foram registrados e constituem relatórios de acompanhamento a serem apresentados neste evento. O método de pesquisa utilizado foi quali-quantitativo com 100% de participação.

**Palavras-chaves:** Federação Paulista de Futebol, Psicodrama, Vídeo

**Atividade: Atividade Física, Esporte e Psicologia: diversidade na contemporaneidade. (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Dimensões Existenciais da Atividade Física: perspectiva fenomenológica e psicologia do esporte.

**Autor(es):** Cristiano Antunes Barreira

**Resumo:** A potencial presença de dimensões existenciais na prática de atividade física em suas mais diversas modalidades, sejam ou não esportivas, é um campo sobre o qual a psicologia do esporte não pode se eximir de investigar. Tenha-se como princípio o fato de que – diferentemente dos estudos sobre motivação apoiados em teorias motivacionais, por exemplo – pesquisar os significados existenciais com os quais se envolvem os praticantes de atividade física, em sentido amplo ou específico (modalidades, faixas etárias, tribos, esporte adaptado, etc.) indica sobre a complexidade (física, volitiva, afetiva, cultural, temporal) de motivos, atualidades e finalidades menos ou mais profundas que os engajam em suas práticas. O acesso ao conteúdo manifesto – junto à superfície do fenômeno, portanto – consente um reconhecimento e identificação de fatores existenciais típicos de práticas e praticantes que, contudo, favorece um trabalho de aprofundamento e esclarecimento fenomenológicos que ainda aguarda vez. É, assim, fenomenologicamente, e não existencialmente, que se pretende delinear um gênero de investigação que apenas toma a efetividade da existência como sua matéria-



prima. Como ponto de partida metodológico está o pressuposto fenomenológico de análise da consciência, análise intencional que resgata o mundo-da-vida decantado sob abstrações conceituais, noções segundas sobre experiências primeiras obscurecidas e, eventualmente, outrora nunca esclarecidas, embora necessariamente assentes na intuição . Trata-se de investigações que querem ir a fundo, sem se contentar com os limites das expressões verbais pouco significativas que fazem repetir o convencional, mas reativando o esforço presente nas vivências, buscando, enfim, essências de fenômenos. Fenomenologia apoiada nos estudos de Ales Bello e de seu fundador, Edmund Husserl, visando uma descrição rigorosa e uma redução eidética precisa que, mesmo visando o conhecimento das fontes originárias da intuição, se sabe partindo de um valor cognitivo intermediário . Neste valor intermediário pode estar desde a denominação da prática investigada (judô, atletismo, escalada, futebol, etc.), a qual já pressupõe um conteúdo específico, até as múltiplas formas de coleta de dados, como a observação, a participação e a entrevista aberta em profundidade. A unidade do fluxo de consciência vem analisada na forma como manifesta os estratos que a constituem: estratos sensível-motores, afetivos e volitivo-intelectuais que compõem a unidade da pessoa em suas esferas corpórea, anímica (psíquica) e espiritual. Interessa distinguir tais esferas enquanto é propriamente a fluidez de suas dosagens que vai caracterizar de modo geral a atividade física como fenômeno em que corporeidade e psiquismo exercem um papel determinante na ação. É sobre preponderância de ambas as esferas que se coordenam os modos de atuação espirituais, isto é, volitivo-intelectuais. Arrefecimento da racionalidade abstraída – pode-se dizer de modo geral –, recrudescimento de razões sensíveis condensadas em gestos atrativo-repulsivos do corpo e do psiquismo. Assim, nos momentos limite de cada forma de prática, por exemplo, a repulsa à negatividade das imagens de fracasso, queda, derrota, desistência, caldo , etc. conta mais do que eventuais cálculos abstratos acerca da probabilidade ou não do sucesso da ação. A experiência prática mostra a força e a importância de tais conteúdos imagéticos, revelando a determinação psíquica dos eventuais gestos que se sucedem em acertos ou equívocos. O conjunto da história de consciência destas imagens, afetos e tensões volitivas correspondentes, conforma uma determinada atitude em maior ou menor consonância com seu correlato prático, isto é, a atividade física que esteja em questão. O corredor, cômico de suas possibilidades e limites físicos, faz da vontade, como auto-imposição de um esforço de continuidade, o seu desafio. Diferentemente, o surfista faz da sintonia com a natureza o saber que o orienta a acompanhar, a entrar na onda. Já na prática tradicional do karate há um misto que implica em orientar os modos de uma determinação volitiva e constitutiva do caráter de seu praticante de acordo com o que solicita uma experiência de esvaziamento . Estes exemplos apenas referem algumas das variações dos modos característicos de vivenciar a experiência continuada da atividade física de modo a tê-la como dimensão existencial significativa da vida do praticante. A investigação fenomenológica deste tema passa a interessar ainda mais em um momento de transformação da vida social que parece, segundo sinaliza Maffesoli , não ser mais orientada pela finalidade pré-determinada que se fez crer natural ao homem e à vida social na modernidade. A identificação de um presenteísmo como efervescência dos modos de se comportar na contemporaneidade, diz respeito à necessidade de uma releitura das práticas de atividade física que não parta previamente dos signos finalistas da saúde, da eficiência capitalista ou do restauro e condicionamento do corpo, seja para o mesmo capitalismo ou, ao contrário, para contribuir aos esforços revolucionários. Por outro lado, a simples hipótese presenteísta do prazer como causa e finalidade da prática, por exemplo, não exaure a questão, afinal, não define nem de que prazer se trata nem como se move tal ou tais prazeres.

**Palavras-chaves:** Fenomenologia, Dimensões existenciais, Esporte e consciência

**Trabalho:** Psicologia do esporte e a contribuição dos esportes de aventura

**Autor(es):** Sérgio Lúcio Torres

**Resumo:** Escalada livre, paragliding, snowboarding, rafting, mountain bike, cascading, esqui, surfe, canyoning, e trekking são alguns exemplos de esportes de aventura. Esta denominação popular é análoga a outros termos, como práticas corporais de aventura na natureza (VILLAYERDE, 2003), esportes radicais e outdoor recreation. Há uma tendência acadêmica a se referir oficialmente aos esportes de aventura como atividades físicas de aventura na natureza –

AFAN (BETRÁN, 1995; BETRÁN e BETRÁN, 2006; SCHWARTZ, 2006; MACHADO, 2006). Rompendo com o paradigma clássico do esporte (fenômeno sociocultural da modernidade), as AFAN são praticadas principalmente no contexto do lazer, em busca de prazer e integração com o meio ambiente. Segundo Marinho (2006), diferem dos esportes tradicionais, “pois as condições de prática, os objetivos, a própria motivação e os meios utilizados para o seu desenvolvimento são outros.” O risco envolvido nas AFAN (geralmente calculado), a motivação e os aspectos comportamentais de seus praticantes constituem elos com a psicologia do esporte e do exercício (PEE). De acordo com Weinberg e Gould (2001, p.28) a PEE é “o estudo científico de pessoas e seus comportamentos em contextos esportivos e de exercício e as aplicações práticas de tal conhecimento”. Para esses autores, a PEE pode auxiliar adultos e crianças na obtenção de benefícios da prática de atividade física desportiva. Para tanto, o psicólogo do esporte e do exercício busca conhecer como o desempenho físico de uma pessoa é afetado pelos fatores psicológicos, como ansiedade, autoconfiança, estresse e motivação, entre outros. Ressalta-se a relativa presença de tais fatores em muitas das AFAN. Não obstante a clássica aplicação da PEE aos esportes de rendimento, há cada vez mais profissionais dedicando-se, exclusivamente, aos aspectos psicológicos da atividade física, visando à promoção da saúde e ao bem-estar. O combate à depressão, via exercícios físicos, é um dos exemplos dos atuais focos da PEE. Para o presente debate, selecionaram-se alguns trabalhos que evidenciam a contribuição dos esportes de aventura ao campo da PEE. No entender de Marinho (2006), a prática de AFAN promove uma aproximação de distintas identidades, por conta de desejos e afinidades comuns suscitados nos em seus praticantes. Le Breton (2006) discorre sobre o risco e o lazer na natureza, apontando a busca por adrenalina, o esforço para a superação de obstáculos naturais e o desejo de experimentar (e vencer) o risco calculado como motivadores da prática de esportes de aventura. Para Bruhns (2006, p. 41), as AFAN correspondem a novos significados, construídos a partir da relação entre o homem e a natureza, podendo-se chegar ao entendimento de que “vencer pode significar ironizar o próprio desafio.” Marinho e Schwartz (2005), citando Kleiber (2000), destacam a contribuição das AFAN para a integração da identidade, principalmente de adolescentes, pois a individualização seria facilitada pelo aspecto libertador e alternativo à afirmação da identidade do indivíduo. Segundo tais autoras (p. 1), as AFAN “favorecem a expressão da imaginação e da experimentação criativa, componentes intrinsecamente relacionados com a individualização ou autoconsciência, proporcionando a chance de experimentação de interesses incipientes.” Finalmente, as AFAN também contribuem com a PEE quando se constituem foco de estudos de cunho fenomenológico, onde se tenta – por exemplo - desvelar o sentido da prática de esportes de aventura. Costa (2006) pesquisou o mundo simbólico dos praticantes de montanhismo com rigor husserliano. Para a autora, o simbolismo é inerente ao esporte de risco, povoando o imaginário social. No contexto da investigação motivacional, as AFAN constituem, assim, campo fértil aos psicólogos do esporte e do exercício.

**Palavras-chaves:** Esporte de Aventura,Atividade Física e Natureza,Psicologia do Esporte e Aventura

**Trabalho:**Neurociência do Esporte e do Exercício

**Autor(es):** Emilio Takase

**Resumo:** Os avanços tecnológicos de imageamento cerebral, nos últimos dez anos, resultaram em uma maior compreensão da mente humana, contribuindo, ainda, para o progresso de uma subárea da Ciência do Esporte: a Psicologia do Esporte e Exercício (PEE). Mesmo assim, ainda existem poucos trabalhos sendo desenvolvidos e aplicados pelos psicólogos do esporte e exercício cujo enfoque seja a Neurociência Cognitiva e Comportamental (NCC). A presente discussão apresenta alguns resultados de pesquisas recentes na área da NCC e sugerir mudanças de paradigmas na atuação do futuro profissional em PEE. Nesse contexto, seria relevante pensar em uma nova proposta – a Neurociência do Esporte e do Exercício – para estimular a criação de um novo caminho para as questões de performance e saúde mente-corpo. Nos últimos 30 anos, os trabalhos desenvolvidos pelos psicólogos do esporte e do exercício (PEE) têm estado em constante evolução. Porém, ainda há muito a se entender sobre desempenho dos atletas, a aderência ao treino, a concentração, entre outros temas da PEE. Apesar de inúmeras pesquisas nos últimos anos sobre a PEE, muitas estiveram focadas a temas

clássicos, como ansiedade, motivação e concentração, nas quais utilizaram-se instrumentos como questionários e inventários. O sucesso do atleta na maioria das modalidades esportivas depende muito do preparo físico e psicológico, sendo que algumas modalidades esportivas como o tênis e tênis de mesa, por exemplo, dependem muito mais do fator psicológico do que do físico. É freqüente observar a relação ente a capacidade de concentração e o desempenho do atleta em várias modalidades esportivas. Mesmo treinando muitas horas, erros são freqüentes. Um ponto importante a ressaltar é a necessidade da elaboração de meios de treinamento através do desenvolvimento de ferramentas e modelos de intervenção que se ajustem às características físicas e psicológicas individuais. Através dos avanços de imageamento cerebral e biofeedback por EEG, em um futuro próximo será possível uma melhor compreensão do cérebro nas diversas situações de tarefas cognitivas e emocionais, auxiliando os pesquisadores a construir novas alternativas no treinamento/desenvolvimento das habilidades físicas e psicológicas, a fim de melhorar a performance e o equilíbrio mente-corpo das pessoas. A formação de psicólogos do esporte e exercício com enfoque em NCC fará diferença nos próximos anos, pois negar as contribuições da NCC é impedir o desenvolvimento ou atrofiamento de novas teorias psicológicas. Os psicólogos do esporte e exercício a médio prazo serão influenciados e motivados a introduzir a NCC nos seus trabalhos e disciplinas porque: a) na maioria das modalidades esportivas, a competitividade está sendo decidida cada vez mais pelo lado mental; b) no desenvolvimento físico e psicológico das crianças, o enfoque em neurociências é fundamental na educação e c) na área de saúde, quanto mais cedo introduzirmos o trabalho mental à atividade física, melhores serão os benefícios a longo prazo.

**Palavras-chaves:** neurociência, psicologia do esporte, cérebro, exercício

**Trabalho:** Psicologia do Esporte e Biofeedback – Novas Tendências e Tecnologias em Debate

**Autor(es):** Kleber Lopes Lima Fialho

**Resumo:** A crescente evolução do campo de conhecimento sobre o cérebro tem contribuído intensamente ao campo da psicologia do esporte. As relações entre os eventos ambientais e as respostas do organismo podem estabelecer contingências, ou seja, relações condicionais entre classes de comportamento e as classes de estímulos que lhes são antecedentes ou conseqüentes. O cérebro e o corpo encontram-se indissociavelmente integrados por circuitos bioquímicos e neurais recíprocos, dirigidos um para o outro. O organismo e o ambiente interagem, abarcando o mundo exterior. Suas relações são medidas pelo movimento do organismo e pelos aparelhos sensoriais. No cenário esportivo, principalmente em ambientes de alto rendimento, as respostas observadas e os objetivos almejados têm que ser cada vez mais próximos. Desta forma, a utilização de procedimentos que visam mensurar as respostas sensoriais promovendo um aprendizado e conseqüente controle destas respostas, servem como auxílio na modificação do comportamento, prevenção e treinamento das habilidades esportivas. Nestes sentido, uma das fontes mais diretas do controle de respostas psico-fisiológicas refere-se ao uso de técnicas de Biofeedback, que provém dos experimentos de condicionamento operante no campo da psicologia animal e opera através da retroalimentação constante que o sujeito recebe sobre a função que se deseja submeter ao controle voluntário. Dando esta informação, os atletas têm a oportunidade de controlar gradualmente os processos sobre os quais está-se informado, enquanto que, sem isto, o controle seria muito difícil. Assim, o elemento chave e imprescindível do processo é a informação (feedback) direta, precisa e constante que o atleta recebe sobre a variável fisiológica de interesse. Devemos levar em conta que para conseguir controlar voluntariamente uma resposta fisiológica é necessário que o cérebro (o atleta) receba informação imediata do que ocorre no organismo, a fim de que possa aprender a regular sua atividade. O Biofeedback proporciona ao atleta e também, ao profissional que o acompanha, uma bioinformação dinâmica com especial referência a respostas fisiológicas que, ou não estão incluídas na estrutura biológica do organismo, ou conseguiram ficar alteradas como conseqüência de um processo patológico ou de um treinamento inadequado ou mesmo excessivo. Neste sentido, o Biofeedback facilita ao atleta a aprendizagem ou auto-regulação de tais respostas, o que pode ser concebido como uma forma de imposição de um circuito de feedback externo adicional aos circuitos de feedback naturais do sistema de controle adaptativo homeostático. Assim, o Biofeedback potencializaria estes circuitos de feedback naturais ou

substituiria em caso de alteração dos mesmos. Trata-se, definitivamente, de considerar que as respostas psicofisiológicas não são fenômenos isolados e que a própria utilidade do Biofeedback depende, em última instância, da capacidade do psicólogo do esporte para dar andamento a um plano de tratamento biocomportamental integrado. A utilização destes procedimentos em Psicologia do Esporte permite não só a aproximação experimental aos sistemas psicofisiológicos de resposta, mas também gera novos enfoques na investigação sobre a natureza da aprendizagem esportiva e os princípios que a regem.

**Palavras-chaves:** Psicologia do esporte, Neurociências, Biofeedback, psicofisiologia

**Atividade: Esporte Adaptado  
(Experiências em Debate)**

**Trabalho:** UMA EXPERIÊNCIA DE SUPERAÇÃO E DE INCLUSÃO SOCIAL

**Autor(es):** Maria Luciene Silva

**Resumo:** UNOESTE - Universidade do Oeste Paulista Palavras-chave: Psicologia do Esporte; Esporte adaptado; Inclusão Social. Objetivando o bem-estar físico e psíquico de atletas adeptos da atividade esportiva e de todos os envolvidos neste contexto, surgiu a Psicologia aplicada ao Esporte. Nos últimos 20 anos a Psicologia do Esporte tem se ocupado de temas como motivação, personalidade, agressão e violência, liderança, dinâmica de grupo, bem estar psicológico, pensamento e sentimentos de atletas e vários outros aspectos da prática esportiva e da atividade física. Sua contribuição permite um relacionamento interpessoal saudável e equilibrado, visando o desenvolvimento de atletas e suas equipes. “A Psicologia do Esporte e do Exercício é o estudo científico de pessoas e seus comportamentos no contexto do esporte e dos exercícios físicos e a aplicação desses conhecimentos (...) refere-se aos fundamentos psicológicos, processos e conseqüências da regulação psicológica das atividades relacionadas ao esporte, de uma ou mais pessoas praticantes dos mesmos (...) o foco desse estudo está nas diferentes dimensões psicológicas da conduta humana, ou seja, afetiva, cognitiva, motivadora ou sensorio-motora (...) os sujeitos investigados são os envolvidos nos esportes ou exercícios, como atletas, árbitros, professores, psicólogos, médicos”, fisioterapeutas, expectadores, pais”Becker (2000:19). De acordo com Weinberg & Gold apud (Samulsky, 1999:269), os Psicólogos do Esporte precisam entender e ajudar os atletas de elite, crianças, atletas jovens, atletas portadores de necessidades especiais, pessoas na terceira idade e pessoas que praticam atividades esportivas no seu tempo livre, com a finalidade de desenvolver uma boa performance, uma satisfação pessoal e um bom desenvolvimento da personalidade por meio da participação. No Basquete sobre Rodas (esporte adaptado) a intervenção através dos conhecimentos científicos da Psicologia do Esporte é fundamental. O Esporte Adaptado visa desenvolver o ser humano através da atividade física, com uma contribuição educacional relevante, relacionada com o desenvolvimento motor e a aptidão física para o bem-estar e saúde. Além disso, pode auxiliar no desenvolvimento da consciência coletiva, do significado de cooperação e cidadania. Os fundamentos do trabalho da Psicologia do Esporte nesta realidade permitem que, os atletas, compreendam estes fatores e atuem de maneira pró-ativa, possibilitando equilíbrio emocional e resultados no desempenho, tanto a nível pessoal, quanto grupal, pois, por ser uma modalidade coletiva, o trabalho de coesão e fortalecimento de equipe é essencial. A possibilidade de unir a prática esportiva ao processo de inserção e integração social é um bom indício de que a sociedade está buscando superar as barreiras que ela mesma colocou na história do seu desenvolvimento. A atividade física e/ou esporte competitivo pode significar para o portador de necessidades especiais, o desenvolvimento da auto-estima e da auto-imagem, o estímulo à independência, a integração com outras pessoas, uma experiência enriquecedora com seu próprio corpo, além de uma oportunidade de testar suas possibilidades, prevenir-se contra deficiências secundárias e integrar-se consigo e com a sociedade, construindo a percepção da identidade de atleta, ao invés da identidade de “pessoa deficiente”. Este trabalho refere-se a uma experiência de intervenção em Psicologia do Esporte, no contexto do Esporte Adaptado, e realizado na Universidade Estadual Paulista (UNESP) em Parceria com a Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE) na cidade de Presidente Prudente-SP. A proposta de intervenção está em andamento e refere-se a um programa de intervenção de estágio em Psicologia do Esporte do

curso de Graduação de Psicologia da UNOESTE – Universidade do Oeste Paulista. O time é composto por 13 atletas do sexo masculino, em categoria de segunda divisão, treinado especificamente para a atividade competitiva. Os objetivos da intervenção são: integrar a equipe; administrar a pressão psicológica vivenciada em treinos e competições; promover a autoconfiança; proporcionar momentos de escuta aos atletas e comissão técnica; desenvolver o papel do atleta; trabalhar e desenvolver a concentração, enfatizando treinos e competições. O trabalho realizado no basquete sobre rodas tem sido fundamentalmente, voltado para o desenvolvimento da equipe. Para isso é realizado, constantemente, o levantamento das necessidades através da observação da dinâmica e funcionamento do time, entrevista e orientação com a comissão técnica, palestras para conscientização da atuação do Psicólogo no Esporte, discussão sobre motivação e concentração, treinamentos mentais para administração da ansiedade excessiva pré e pós-competições através de vivências e exercícios de dinâmica de grupo. O resultado dos procedimentos utilizados correspondeu com a necessidade inicial do grupo de formar seus objetivos e desenvolver a coesão de equipe, favorecendo processos de autopercepção, melhora da auto-estima, integração grupal e reflexões sobre suas identidades sociais. Chegamos a essa conclusão, por observarmos uma maior integração grupal, responsabilidade para os treinos e competições, organização e comunicação adequada entre atletas e comissão técnica, enfim, percebemos que o grupo, realmente amadureceu enquanto equipe. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS RUBIO, K. (org.) Psicologia do Esporte: Teoria e Prática. São Paulo: casa do Psicólogo, 2003.

**Palavras-chaves:** psico, luci, eva

**Atividade: ESPORTE ADAPTADO  
(Paineis)**

**Trabalho: ESPORTE ADAPTADO**

**Autor(es):** Maria Luciene Silva

**Resumo:** UNOESTE - Universidade do Oeste Paulista Palavras-chave: Psicologia do Esporte; Esporte adaptado; Inclusão Social. Objetivando o bem-estar físico e psíquico de atletas adeptos da atividade esportiva e de todos os envolvidos neste contexto, surgiu a Psicologia aplicada ao Esporte. Nos últimos 20 anos a Psicologia do Esporte tem se ocupado de temas como motivação, personalidade, agressão e violência, liderança, dinâmica de grupo, bem estar psicológico, pensamento e sentimentos de atletas e vários outros aspectos da prática esportiva e da atividade física. Sua contribuição permite um relacionamento interpessoal saudável e equilibrado, visando o desenvolvimento de atletas e suas equipes. "A Psicologia do Esporte e do Exercício é o estudo científico de pessoas e seus comportamentos no contexto do esporte e dos exercícios físicos e a aplicação desses conhecimentos (...) refere-se aos fundamentos psicológicos, processos e conseqüências da regulação psicológica das atividades relacionadas ao esporte, de uma ou mais pessoas praticantes dos mesmos (...) o foco desse estudo está nas diferentes dimensões psicológicas da conduta humana, ou seja, afetiva, cognitiva, motivadora ou sensorio-motora (...) os sujeitos investigados são os envolvidos nos esportes ou exercícios, como atletas, árbitros, professores, psicólogos, médicos", fisioterapeutas, expectadores, pais" Becker (2000:19). De acordo com Weinberg & Gold apud (Samulsky, 1999:269), os Psicólogos do Esporte precisam entender e ajudar os atletas de elite, crianças, atletas jovens, atletas portadores de necessidades especiais, pessoas na terceira idade e pessoas que praticam atividades esportivas no seu tempo livre, com a finalidade de desenvolver uma boa performance, uma satisfação pessoal e um bom desenvolvimento da personalidade por meio da participação. No Basquete sobre Rodas (esporte adaptado) a intervenção através dos conhecimentos científicos da Psicologia do Esporte é fundamental. O Esporte Adaptado visa desenvolver o ser humano através da atividade física, com uma contribuição educacional relevante, relacionada com o desenvolvimento motor e a aptidão física para o bem-estar e saúde. Além disso, pode auxiliar no desenvolvimento da consciência coletiva, do significado de cooperação e cidadania. Os fundamentos do trabalho da Psicologia do Esporte nesta realidade permitem que, os atletas, compreendam estes fatores e atuem de maneira pró-ativa, possibilitando equilíbrio emocional e resultados no desempenho, tanto a nível pessoal, quanto grupal, pois, por ser uma modalidade

coletiva, o trabalho de coesão e fortalecimento de equipe é essencial. A possibilidade de unir a prática esportiva ao processo de inserção e integração social é um bom indicio de que a sociedade está buscando superar as barreiras que ela mesma colocou na história do seu desenvolvimento. A atividade física e/ou esporte competitivo pode significar para o portador de necessidades especiais, o desenvolvimento da auto-estima e da auto-imagem, o estímulo à independência, a integração com outras pessoas, uma experiência enriquecedora com seu próprio corpo, além de uma oportunidade de testar suas possibilidades, prevenir-se contra deficiências secundárias e integrar-se consigo e com a sociedade, construindo a percepção da identidade de atleta, ao invés da identidade de "pessoa deficiente". Este trabalho refere-se a uma experiência de intervenção em Psicologia do Esporte, no contexto do Esporte Adaptado, e realizado na Universidade Estadual Paulista (UNESP) em Parceria com a Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE) na cidade de Presidente Prudente-SP. A proposta de intervenção está em andamento e refere-se a um programa de intervenção de estágio em Psicologia do Esporte do curso de Graduação de Psicologia da UNOESTE – Universidade do Oeste Paulista. O time é composto por 13 atletas do sexo masculino, em categoria de segunda divisão, treinado especificamente para a atividade competitiva. Os objetivos da intervenção são: integrar a equipe; administrar a pressão psicológica vivenciada em treinos e competições; promover a autoconfiança; proporcionar momentos de escuta aos atletas e comissão técnica; desenvolver o papel do atleta; trabalhar e desenvolver a concentração, enfatizando treinos e competições. O trabalho realizado no basquete sobre rodas tem sido fundamentalmente, voltado para o desenvolvimento da equipe. Para isso é realizado, constantemente, o levantamento das necessidades através da observação da dinâmica e funcionamento do time, entrevista e orientação com a comissão técnica, palestras para conscientização da atuação do Psicólogo no Esporte, discussão sobre motivação e concentração, treinamentos mentais para administração da ansiedade excessiva pré e pós-competições através de vivências e exercícios de dinâmica de grupo. O resultado dos procedimentos utilizados correspondeu com a necessidade inicial do grupo de formar seus objetivos e desenvolver a coesão de equipe, favorecendo processos de autopercepção, melhora da auto-estima, integração grupal e reflexões sobre suas identidades sociais. Chegamos a essa conclusão, por observarmos uma maior integração grupal, responsabilidade para os treinos e competições, organização e comunicação adequada entre atletas e comissão técnica, enfim, percebemos que o grupo, realmente amadureceu enquanto equipe. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS RUBIO, K. (org.) Psicologia do Esporte: Teoria e Prática. São Paulo: casa do Psicólogo, 2003.

**Palavras-chaves:** psico, luci, eva

**Atividade:** CAPOEIRA E APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DE ENSINO PARTICULAR (Paineis)

**Trabalho:** CAPOEIRA E APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DE ENSINO PARTICULAR

**Autor(es):** Sarah Silva Lopes, Ione Maria Santos Araújo

**Resumo:** A psicologia é uma área de conhecimento caracterizado pela presença de várias correntes de pensamento, assim, com a aprendizagem não seria diferente, desse modo, existem várias formas de um psicólogo atuar na estrutura escolar. Considerando o esporte atualmente como uma forma de inclusão social, devemos considerar que esporte é toda e qualquer atividade em que o corpo entra em movimento com a finalidade de moldar-se ou adequar-se ao meio social, cultural e/ou biológico. Assim, a capoeira foi escolhida por se tratar de uma dimensão altamente cultural. A presente pesquisa teve como objetivo investigar de que forma a capoeira contribui para aprendizagem e interfere na cultura dos alunos matriculados numa rede particular de ensino da cidade de Aracaju (SE). A amostra foi composta de 09 (nove) alunos do ensino fundamental, sendo 03 (três) do sexo feminino e 06 (seis) do sexo masculino, selecionados aleatoriamente. A capoeira pode ser traduzida como arte-luta, e é uma manifestação cultural brasileira, surgiu como forma de ludibriar os senhores de engenho que proibiam as lutas nas senzalas. Eles revestiam a capoeira de gingado que acompanhavam o som dos atabaques. O seu objetivo geral consistiu em investigar de que forma a capoeira contribui para uma maior

aprendizagem e integração entre as culturas de uma rede particular de ensino, funcionando como instrumento de inclusão e interação social. Para coleta de dados utilizou-se um questionário com 14 (quatorze) perguntas fechadas, estas analisadas de forma quantitativas. Primeiramente, foi traçado um perfil dos alunos de capoeira. Percebeu-se que 44% dos alunos entrevistados praticam a modalidade há mais de 01 (um) ano, 56% iniciaram a prática no ano do ingresso no colégio, no mesmo período que foi realizado a pesquisa. Foi possível identificar que 80% responderam que a capoeira é uma luta que pode ser praticada por todos, 100% responderam que a prática influencia no seu cotidiano, 89% acredita que depois da prática facilitou no processo de aprendizagem escolar e o seu rendimento foi positivo com 56%. No que se refere à cultura apresentada na capoeira 56% informaram não diferir da cultura apresentada pela sua família durante seu desenvolvimento. Obtivemos 56% ter conhecimento de outras pessoas que praticam a mesma modalidade em distintos colégios da rede particular de ensino. Assim, tal modalidade traz raízes culturais africanas que não são muito explorados junto às famílias de classe média freqüentadoras de escolas particulares de ensino, no entanto, destacamos um aproveitamento satisfatório na aprendizagem educacional dos alunos depois da prática da capoeira. A partir dos dados apresentados na pesquisa realizada, foi detectado que os alunos que praticam capoeira estão satisfeitos com a modalidade e que esse tipo de envolvimento e esclarecimento cultural deve perdurar para que haja uma maior interação e integração entre os alunos da escola, e que isso seja levado não só aos alunos que praticam esta modalidade, mas também outras modalidades que deverão ser inclusivas socialmente. Desejável seria que as teorias repercutissem na educação, tornando mais eficiente o trabalho dos educadores e influenciando na prática escolar.

**Palavras-chaves:** Psicologia do Esporte,Cultura,Capoeira,Aprendizagem

**Atividade: ESTRESSE E PARADESPORTO.  
(Paineis)**

**Trabalho:**NÍVEL DE ESTRESSE EM PRATICANTES DE ATIVIDADE FÍSICA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA.

**Autor(es):** Rodrigo Freitas Monte Bispo,Neiza de Lourdes Frederico Fumes,Karina Torres Alucio,Marcia Torres Prado Mello

**Resumo:** Atualmente, o estresse é considerado uma patologia que atinge várias pessoas, independente do ciclo de vida. Em particular na fase adulta, as responsabilidades familiares e as pressões no trabalho são mais acentuadas, a manifestação do estresse é possivelmente maior. A sensação de estresse pode ser descrita como sendo um processo psiconeurofisiológico extremamente complexo, que tem por característica uma quebra da homeostase do indivíduo, desencadeando um processo bioquímico no qual está envolvida uma série de hormônios (LIPP, 2003). O estresse pode ser de origem física ou psicológica e pode ser dividido em quatro fases: alerta, resistência, quase-exaustão e exaustão. Sparrenberger et al. (2002) descrevem que as mulheres, os mais velhos, os mais pobres e os indivíduos que possuem um menor grau de escolaridade foram os grupos que apresentaram as prevalências mais altas de distresse quando comparados com seus pares. Existem diversos estudos utilizando como amostra enfermeiros, médicos, professores, crianças, usuários de drogas, juízes, servidores públicos, não foram encontrados estudos sobre o nível de estresse em pessoas com deficiência, praticantes de atividade física. Os indivíduos praticantes do esporte paraolímpico no Brasil passam por muitas dificuldades durante seu treinamento. Neste contexto, a preparação psicológica é necessária para que o atleta possa superar as dificuldades que podem gerar situações causadoras de estresse. Mesmo com as situações difíceis que o esporte paraolímpico vem passando, ele tem conquistado um espaço cada vez mais amplo no cenário mundial, nacional e estadual. No Brasil, o pára-desporto já é uma realidade, contudo, passa por dificuldades no que diz respeito à infraestrutura de treinamento, além da necessidade de conscientização do para-atleta e de sua família sobre a importância da prática esportiva e como se não bastasse, este contexto

extracompetitivo, existe ainda os fatores pré-competitivos como: estado psicológico, aspecto físico, jogo, preparação da equipe, estes podem contribuir para o surgimento de situações causadoras de estresse (DE ROSE; DESCHAMPS; KORSKAS, 1999). OBJETIVO: Verificar a prevalência, o tipo e a fase de estresse predominante em homens praticantes de atividade física, portadores de deficiência, residentes na cidade de Maceió. MÉTODO: Para a coleta de dados foi utilizado o Inventário de Sintomas de Estresse para Adultos de Lipp (2000). Foram entrevistados 32 sujeitos com idade entre 15 e 38 anos. RESULTADOS: Os resultados indicaram que 78% dos deficientes físicos, auditivos e visuais residentes no município de Maceió apresentaram estresse. Dessa população 20% encontravam-se na fase de alerta, enquanto 68% estavam na fase de resistência, 8% na fase de quase-exaustão e 4% na fase de exaustão. 78% dos entrevistados apresentavam estresse predominantemente do tipo psicológico e 22% do tipo físico. CONCLUSÃO: Homens, praticantes de atividade física, portadores de deficiência residentes no município de Maceió apresentaram alta prevalência de estresse, em fase de resistência, mais especificamente do tipo psicológico.

**Palavras-chaves:** Estresse, Distresse, Homeostase, Paradesporto

**Atividade:** A relevância da intervenção psicológica com atletas na adolescência (Painéis)

**Trabalho:** A relevância da intervenção psicológica com atletas na adolescência

**Autor(es):** Ticiane Siqueira Ferreira

**Resumo:** Diante da nossa atual realidade do desporto, verificamos uma grande evolução da preparação física, técnica, tática e da tecnologia aplicada ao mesmo. Quase tudo está à disposição do atleta para que na competição este possa apresentar seu melhor desempenho. Mesmo assim muitos atletas falham, pois o fator psicológico, também de grande importância, não foi tão bem cuidado como os demais. Somado a esta realidade o fato de que cada vez mais cedo os atletas ingressam em grandes competições, não tendo tempo de chegar à maturação emocional e obtenção de resposta esperada para o estímulo - competição. O pressuposto que norteia esta pesquisa é o de que na fase da adolescência os atletas têm elevada capacidade de assimilação e crescimento em seu desempenho, que são relevantes para sua carreira futura. Fase essa escolhida por apresentar também significativas mudanças na vida do indivíduo, tanto físicos como emocionais. Daí a relevância deste estudo que busca elevar o interesse de estudantes de psicologia para a informação à cerca desta nova área de atuação. O Psicólogo do Esporte é desconhecido pela maioria de treinadores e administradores de clubes. Porém, estes profissionais reconhecem que o fator emocional pode ser decisivo em situação de competição. Esta pesquisa tem como intuito a retratação da realidade atual deste campo de atuação do Psicólogo do Esporte através do contato com os poucos profissionais da área, atuantes na Capital do Ceará, com a finalidade de coleta de dados. Bem como atletas e treinadores. A metodologia de pesquisa empregada foi a de análise qualitativa com trabalho de campo. Para tal foi utilizada a entrevista não-estruturada, na qual o entrevistador apóia-se em um ou vários temas e talvez algumas perguntas iniciais previstas antecipadamente, para improvisar em seguida questionamentos que possam responder a pergunta tema desta pesquisa. O trabalho foi previamente realizado em uma academia situada na capital do estado do Ceará, onde dois treinadores e 25 atletas foram acompanhados em um período de 6 meses e posteriormente com duas profissionais de psicologia que atuam na área. Em conversas com a população acompanhada, ficou clara a necessidade de um profissional com conhecimento profundo no assunto, principalmente na modalidade em que o atleta pratica para um atendimento mais específico. Os treinadores sempre fazem este papel mesmo sem haver um conhecimento científico por traz de seus conselhos. A importância deste acompanhamento se faz não apenas para uma elevação do potencial destes atletas, mas também para um conforto emocional. As profissionais colocaram que existe esta demanda, porém não é reconhecido o trabalho do psicólogo especializado no esporte e o que acontece na maioria das vezes é que os atletas acabam procurando qualquer profissional de psicologia e este não consegue trabalhar suas demandas, por falta de conhecimento da realidade e desvio do objetivo das sessões. Fato que desmotiva o atleta a continuar este trabalho e tentar suprir suas necessidades em conversa com



outros atletas e em literatura. As reflexões e depoimentos alcançados nesta pesquisa poderão subsidiar a ações voltadas para a atuação de psicólogos na realidade desportiva que contribuam para repensar em uma formação voltada para esta área.

**Palavras-chaves:** psicologia do esporte,adolescentes,competição

**Atividade: Desafio da atuação interdisciplinar em Psicologia do Esporte: (Experiências em Debate)**

**Trabalho:**Desafio da atuação interdisciplinar em Psicologia do Esporte: relato da experiência de estágio com futebol de areia em projeto social.

**Autor(es):** Cristianne Almeida Carvalho,Crisonete Silva Barbosa,Eudócia Maria Nobrega Franco,Daniel Cavalcanti de Oliveira,Maria Emília Miranda Alvares

**Resumo:** O presente trabalho objetiva apresentar aspectos relevantes da experiência de estágio supervisionado na área de psicologia do esporte junto a um projeto social. Destaca-se a importância e de que forma a interdisciplinaridade pode beneficiar o alcance dos objetivos propostos pelo projeto. O projeto social em questão dedica-se a atender adolescentes na faixa etária de 14 a 19 anos interessados em aprender a jogar futebol de areia. As atividades são realizadas na arena de futebol de areia Domingos Leal, localizada nas proximidades de Lagoa da Jansen em São Luis MA. O referido projeto tem como objetivo a inclusão social por meio da prática do futebol de areia juntamente com uma equipe interdisciplinar composta de profissionais da área de educação física, psicologia, pedagogia, informática e por jogadores profissionais de futebol de areia que atuam como instrutores. A psicologia oferece suporte aos adolescentes através de estágio supervisionado curricular vinculado à Universidade Federal do Maranhão – UFMA desde 2006. O estágio em Psicologia do Esporte oferece o contato com a interdisciplinaridade diariamente. A contribuição da psicologia no projeto consiste em propiciar aos jovens aprendizes o desenvolvimento psicossocial a partir de atividades e dinâmicas planejadas a partir da observação da prática esportiva e das necessidades que os adolescentes apresentam como resistência à frustração, dificuldades de interação e aceitação de regras, além de deficiências em alguns processos psicológicos como percepção e motivação para citar algumas a serem melhor desenvolvidas. Os estagiários contam com uma supervisão docente e uma técnica para amparar sua atuação em campo através de um olhar fenomenológico. As informações são obtidas a partir da observação dos estagiários durante a prática de atividade física e do contato com a equipe de educação física, facilitando a coleta de informações sobre as dificuldades apresentadas pelos jovens na quadra. A proposta do projeto sugere que cada área de conhecimento deveria agir de forma complementar buscando, alcançar os objetivos do projeto como um todo. Porém, na prática, percebe-se que existem dificuldades impedindo a ação conjunta dessas diferentes áreas. Dentre as dificuldades encontradas destacam-se o cumprimento de horários, a comunicação e troca de informações entre os responsáveis pelas áreas. Por isso, enfatiza-se que a eficácia da interdisciplinaridade se faz de acordo com a flexibilidade e comunicação entre as áreas de modo a atender aos objetivos propostos pelo projeto. O desafio para alcançar os objetivos propostos através da interdisciplinaridade continua e apesar das dificuldades apresentadas são perceptíveis os resultados positivos da atuação da equipe interdisciplinar. Certamente, sem uma equipe interdisciplinar os objetivos e resultados esperados tardariam a surgir. Espera-se com esse trabalho discutir os resultados até aqui encontrados e refletir novas propostas de atuação.

**Palavras-chaves:** interdisciplinaridade,psicologia do esporte,projeto social,futebol de areia

## Área: Outros

**Atividade: Proximidade e Distanciamento:  
(Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Proximidade e distanciamento: a descentração na perspectiva piagetiana de desenvolvimento

**Autor(es):** Maria Thereza Costa Coelho de Souza

**Resumo:** O conceito de egocentrismo é de grande relevância para Jean Piaget e foi apresentado pelo autor em várias obras. Trata-se do processo pelo qual a criança pequena, em suas interações com a realidade deforma-a para assimilá-la. É assim, um movimento de adaptação da realidade ao próprio sujeito "ao seu bel prazer" (Piaget, 1964), o que acarreta, como consequência, a centração de pontos de vista, a dificuldade de cooperação, os sentimentos intuitivos e a ausência de reciprocidade nas relações com os outros. O autor escolheu algumas atividades da criança pequena para demonstrar como o egocentrismo se apresenta. É assim para os jogos simbólicos, a imitação e a linguagem (utilizada para comunicar o pensamento) da criança pequena, entre dois e seis anos, em média, conferindo à sua relação com o mundo e com o conhecimento uma forma 'absoluta', rígida e irreversível, que a faz OU aproximar-se OU distanciar-se, não sendo capaz de admitir que esses movimentos possam ser simultâneos. A centração em um único ponto de vista e em si mesmo, de maneira absoluta faz com que a criança se relacione com o mundo físico e social de modo inflexível. Para Piaget (1945) esta rigidez se deve, por um lado à irreversibilidade de seu pensamento e, por outro, às suas regulações afetivas por meio de sentimentos de simpatia e antipatia em relação aos outros e ainda de sentimentos semi-normativos (no sentido de regularem apenas parcialmente as interações). Com tamanha rigidez, os movimentos de aproximação e distanciamento ocorrem, mas de modo excludente, ou um ou outro. Por outro lado, a descentração cognitiva e afetiva permite esta simultaneidade, bem como a consideração de outros pontos de vista, de sentimentos regulados por uma organização superior (a força de vontade) e também a reciprocidade e a cooperação nas relações com os outros. A superação da irreversibilidade do pensamento pela construção das operações lógicas e a passagem a regulações normativas mais complexas, pela força de vontade torna o indivíduo mais flexível, podendo relativizar suas idéias e sentimentos, apoiado nas mudanças de contextos e em novas coordenações. O objetivo desta apresentação é discutir, do ponto de vista do pesquisador em Psicologia, o conceito de descentração em termos cognitivos e afetivos, a partir da perspectiva piagetiana do desenvolvimento, relacionando-o às idéias de proximidade e distanciamento entre teoria e método de pesquisa; entre sujeito conhecedor e objeto conhecido; e entre afetividade e razão, o que necessariamente encaminha ao enfrentamento e superação de visões dicotômicas do ser humano. O pesquisador descentrado que pretendemos apresentar deverá ser capaz de coordenar seus pontos de vista e suas opções teórico-metodológicas com os de outros de sua área; ser capaz de cooperar em grupos de pesquisadores; e de se aproximar de outras opções teóricas para, simultaneamente, distanciar-se delas para rever as suas posições e, inclusive reforçá-las, se for o caso. Trata-se, portanto, de um convite ao enfrentamento das centrações diárias vividas pelos pesquisadores em seus diversos campos de atuação.

**Palavras-chaves:** Piaget, descentração, método, proximidade, distanciamento

**Trabalho:** O respeito às diferenças e a alternância de condição entre sujeito e objeto do conhecimento: questões de proximidade e distanciamento

**Autor(es):** Paulo de Salles Oliveira

**Resumo:** Aprender a trabalhar as diferenças implica admitir que tanto pesquisador quanto pesquisados são, alternadamente, sujeitos e objetos numa pesquisa. Um se emudece temporariamente para que o outro se exprima. Bosi explica, em *Memória e Sociedade* (1979/2005), que "nesta pesquisa fomos ao mesmo tempo sujeito e objeto. Sujeito enquanto

indagávamos, procurávamos saber. Objeto enquanto ouvíamos, registrávamos, sendo como que um instrumento de receber e transmitir a memória de alguém, um meio de que esse alguém se valia para transmitir suas lembranças". Assim, numa pesquisa social, a aproximação entre o pesquisador e as pessoas estudadas constitui-se tarefa essencial a fim de que todos possam se expressar livre e desembaraçadamente. Todavia, isso não implica qualquer forma de cumplicidade ou complacência para com pessoas ou situações, sob pena de se incorrer em perda da dimensão crítica. Deste modo, o distanciamento também é importante, para captar nuances que freqüentemente escapam a olhares viciados. Este trabalho problematiza estas perspectivas, com base em pesquisas empíricas, procurando mostrar que tanto familiaridade quanto estranhamento são práticas importantes no exercício de pesquisa, cabendo ao pesquisador a incumbência de pacientemente se aproximar dos sujeitos, sem, todavia, pretender se confundir com eles e, deste modo, mostrar, através da própria prática, que um relacionamento ético e respeitoso pode se construir acatando (e não procurando abolir) as diferenças. Nesta proposta, o pesquisador se recusaria a ser um outro-distante dos sujeitos sociais a quem estuda e não aceitaria para si o propósito – de resto sempre ilusório – de se fazer passar por um daqueles (outro-igual), como se não houvesse diferenças entre eles. Longe disso, sua busca seria no sentido de se apresentar e se posicionar como um outro-diferente, que nutre simpatia pelas pessoas - portanto as respeita e não se julga superior a elas - mas que é capaz de, estando próximo, não recorrer a expedientes de dissimular sua posição, tentando ocultar, camuflar diferenças ou, ainda, de reproduzir e repassar os conteúdos que recolhe, tomando as palavras colhidas por expressões verdadeiras do real. O pesquisador como outro-diferente buscaria discernir nuances, compreendê-las, além de interpretá-las criticamente, pois, nenhum de nós (e aí se incluem os sujeitos a quem estudamos), quando realizamos a representação de nós mesmos, somos capazes de ter plena consciência e clareza de nossas potencialidades e de nossos limites. Sobra sempre um espaço para um olhar que se inclina a uma visada interior de questões e pessoas envolvidas na trama, olhar este que, por estar fora dos acontecimentos, pode exercitar um discernimento mais amplo e atento dos complexos meandros da vida social.

**Palavras-chaves:** diferenças, pesquisador, pesquisados, proximidade, distanciamento

**Trabalho:** Proximidade e distanciamento na pesquisa do professor de ciências sobre a sua própria prática

**Autor(es):** José Moisés Alves

**Resumo:** Partindo de minhas experiências de orientação de dissertações sobre construção de conhecimentos nas interações em sala de aula, focalizo neste trabalho o professor de ciências que pesquisa sua própria prática pedagógica, procurando entender como ele se constitui, simultaneamente, enquanto sujeito e objeto de sua investigação. Lanço mão dos conceitos bakhtinianos de dialogia e exotopia para compreender as relações entre sujeito e objeto de pesquisa. Nesta perspectiva, compreende-se que o objeto de estudo das ciências naturais é mudo. Sujeito e objeto têm uma natureza diferente. O pesquisador fala sobre o objeto de uma perspectiva monológica. O objeto das ciências humanas é um outro sujeito falante. Entre sujeito e objeto existe uma diferença no interior de uma identidade. O objeto pesquisado é um outro sujeito que tem voz e com o qual é preciso estabelecer um diálogo. De uma abordagem monológica passa-se a uma perspectiva dialógica. Da interação entre sujeito e objeto passa-se para uma relação entre sujeitos. O horizonte social de cada pessoa orienta sua compreensão e lhe permite uma compreensão dos acontecimentos e do outro que tem a ver com o lugar de onde ele fala. Esta compreensão se amplia na medida em que interage com os sujeitos pesquisados. Na pesquisa do professor que investiga a sua própria prática, pesquisador e pesquisado são a mesma pessoa. Neste sentido, creio que podemos falar de uma diferença no interior de uma personalidade. Em geral, na pesquisa em ciências humanas, é necessário, inicialmente, uma aproximação. O pesquisador vai a campo para familiariza-se com os sujeitos pesquisados. O professor de ciências que investiga a sua própria prática não é um estranho que precisa mergulhar na realidade para familiarizar-se com ela. Desta forma, ele inicia sua investigação fazendo o movimento inverso, reconhecendo que desconhece processos nos quais ele próprio está envolvido. Começa a pesquisa estranhando o que lhe é familiar. Procura uma posição distanciada, exotópica em relação ao seu papel social de professor. Esta posição ele alcança

dialogando com outros pesquisadores. É neste diálogo que o professor se apropria de conhecimentos e valores diferentes dos que tinha antes. Apesar de ser a mesma pessoa, o professor assume papéis sociais diferentes e dialoga com diferentes interlocutores no contexto de sua prática ou no contexto de sua pesquisa. Enquanto um dos participantes da prática, o professor pode avaliá-la da perspectiva de quem está próximo. O diálogo com outros autores lhe dá um “excedente de visão” para analisar sua própria prática também de uma perspectiva distanciada.

**Palavras-chaves:** professor-pesquisador, relação sujeito-objeto, dialogia, exotopia, distanciamento

**Atividade: Abuso Sexual Infantil: um estudo exploratório. (Paineis)**

**Trabalho:** Abuso Sexual Infantil: um estudo exploratório

**Autor(es):** Milena Rocha Seixas

**Resumo:** O abuso sexual, de acordo com a Associação Brasileira de Proteção à Infância e Adolescência – ABRAPIA (1997a), é uma situação em que a criança é usada para gratificação de um adolescente ou de um adulto, baseado em uma relação de poder, que pode incluir carícias, manipulação na genitália e da mama, podendo ter várias formas, que são: pornografia, estupro, assédio sexual, prostituição infantil, atentado violento ao pudor e violência sexual doméstica ou incesto. Crianças abusadas sexualmente, segundo ABRAPIA (1997a) e o Ministério da Saúde (2001), podem vir a ter conseqüências psicológicas e físicas graves, tais como sentimento de culpa, agressividade, relaxamento do esfíncter anal, lesões anais e na vida adulta, poderão estabelecer relações apenas transitórias com o sexo oposto. Preocupados com estas conseqüências e levando em consideração o número cada vez maior de crianças abusadas, buscou-se neste artigo, investigar de maneira exploratória, quais são os profissionais em Aracaju (SE) que lidam diretamente com crianças que sofreram e sofrem abuso sexual. O presente artigo também investigou os procedimentos utilizados por estes profissionais junto à criança, à família da vítima e ao abusador. Quanto à metodologia utilizada para alcançar os objetivos citados usou uma entrevista semidirigida, aplicada individualmente a 11 sujeitos, que são: 04 psicólogos, 01 médico – pediatra, 01 assistente social, 02 escrivões de polícia e 03 conselheiros tutelares. Em relação aos resultados notou-se que os entrevistados informaram que não existem regras claras para proceder junto à criança, família da vítima e abusador, pois cada indivíduo é único e deverá ser analisado singularmente em seu contexto, mas notou-se que o abuso sexual infantil deve ter um tratamento realizado por um conjunto de ações integradas, executadas por uma equipe interdisciplinar e especializada. Assim, a partir da atenção contínua e especializada da saúde física e emocional da criança, bem como de sua família, esta equipe interdisciplinar poderá restabelecer a auto-estima, a integridade física e psíquica das vítimas, reestruturando sua confiança nas pessoas e sua capacidade de lutar dignamente pela vida. Diferentes procedimentos, a depender da função do entrevistado, também foram detectados. Foram identificadas neste estudo, além dos profissionais supracitados, outras pessoas que lidam diretamente com crianças vítimas de abuso sexual, tais como: agentes de saúde de bairros de Aracaju, voluntários, religiosos de igrejas, delegados e juizes. Com esta pesquisa, nota-se a importância de promover programas de caráter preventivo junto às famílias, bem como políticas de recursos humanos para pessoas que lidam com abuso sexual. Os órgãos encarregados pela prevenção e repressão a essa violência poderiam, como sugestão, promover políticas para abordar conhecimentos científicos, na tentativa de nivelar os conhecimentos. Dessa forma, capacitando-as a orientar e encaminhar as vítimas de violência sexual a instituições especializadas na problemática do abuso sexual.

**Palavras-chaves:** Abuso sexual, procedimentos, profissionais

**Atividade: Tradução e Adaptação da Scale of Ethnocultural Empathy Para Uso no Brasil (Paineis)**

**Trabalho:** Tradução e Adaptação da Scale of Ethnocultural Empathy Para Uso no Brasil

**Autor(es):** Ilka Dayanne Medrado Lima, Leonardo Rodrigues Sampaio, Franciela de Carvalho Monte

**Resumo:** A teorização sobre a empatia etnocultural sugere que esta seja um constructo hierarquizado e multidimensional, relacionado à capacidade de tomada de perspectiva e de empatia para com pessoas de diferentes grupos étnico-raciais. Segundo Wang e cols. (2003), o constructo da Empatia Etnocultural pode ser compreendido como um traço pessoal ou habilidade aprendida composto por três componentes: a saber, empatia intelectual, que diz respeito à habilidade para compreender o modo de pensar e/ou sentimento de outro; emoções empáticas, que consiste na atenção ao sentimento de outro e na reação à demonstração emocional deste; e empatia comunicativa, que é a expressão de pensamentos e sentimentos empáticos para com outro. A partir da teorização apresentada na literatura e de estudos anteriores, Wang e cols. (2003) desenvolveram e validaram um instrumento chamado Scale of Ethnocultural Empathy (SEE), composto por 31 itens que buscam mensurar o nível de Empatia Etnocultural, em cada uma das dimensões supracitadas. A SEE é basicamente um instrumento do tipo lápis e papel, que utiliza escalas likert para avaliar o grau de concordância com cada uma das sentenças propostas. Através de análises fatoriais, Wang e cols. (2003) observaram que o modelo multidimensional que oferecia ótimo ajuste e poderia ser melhor compreendido teoricamente seria aquele formado por quatro dimensões: 1. Sentimento e expressão empática – demonstração por meio de pensamentos, sentimentos, palavras ou ações diretamente relacionadas às experiências discriminatórias ou às atitudes preconceituosas, e interesse empático/resposta emocional às tais experiências ou atitudes; 2. Tomada de perspectiva empática – esforço para entender experiências e emoções de pessoas étnico-racialmente diferentes a partir de sua perspectiva; 3. Aceitação das diferenças culturais – compreensão, aceitação e valorização das tradições culturais e costumes de grupos étnico-raciais diferentes; 4. Consciência empática – consciência e conhecimento das experiências e emoções dos outros. O presente estudo objetiva principalmente traduzir, adaptar e validar a Scale of Ethnocultural Empathy para ser utilizada no Brasil. Além disto, seus objetivos específicos são: investigar a multidimensionalidade do constructo da Empatia Etnocultural; verificar se as propriedades psicométricas observadas em estudos com indivíduos de outras culturas se repetem na amostra brasileira e, verificar se a estrutura fatorial observada no estudo de Wang e cols. (2003) repete-se na amostra brasileira. A tradução da SEE foi executada em etapas: houve uma primeira tradução feita separadamente pelo orientador e pela bolsista, sendo discutida em equipe. Em seguida foi feita a comparação entre as duas versões (back translation), com o auxílio de um docente mestrado em Letras que ajudou na adaptação de alguns termos das 31 sentenças da SEE. Estando pronta a tradução e adaptação da referida escala, foi preparado coletivamente um questionário sócio-demográfico para ser aplicado juntamente com a SEE. Além disto, na realização da pesquisa definitiva, será aplicada uma versão traduzida do Interpersonal Reactivity Index (IRI) de Davis (1983), que é um instrumento avaliador da empatia já validado no Brasil. Esta aplicação simultânea visa testar a validade do constructo da empatia etnocultural e verificar se existe correlação entre as duas escalas (SEE e IRI). Na primeira etapa da pesquisa serão aplicados o questionário sócio-demográfico, a SEE e a IRI a uma amostra de 350 estudantes de ambos os sexos, devidamente matriculados em algumas instituições de ensino superior do estado da Bahia. Após 15 dias dar-se-á uma segunda etapa, durante a qual 60 estudantes selecionados aleatoriamente dentre os 350 da amostra inicial preencherão novamente a versão traduzida da SEE, numa verificação do grau de confiabilidade teste-reteste dos resultados encontrados. Uma pesquisa-piloto realizada no campus da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) em Petrolina-PE, com 62 alunos (14 do sexo masculino e 48 do feminino) do I e II períodos do curso de Psicologia produziu um banco de dados preliminarmente analisado através do software estatístico SPSS 10. Dados preliminares sugerem que um modelo fatorial com quatro dimensões explica cerca de 48% da variância observada. Contudo, em apenas um dos fatores observa-se uma organização de itens semelhantes à do estudo de Wang e cols. (2003), a saber, no fator chamado aceitação das diferenças culturais. Outros resultados demonstraram que a maior parte dos itens relacionados à consciência empática e tomada de perspectiva empática estão altamente correlacionados, agrupando-se em único fator e não em dois, como sugerem Wang e cols.

(2003). Este resultado pode indicar que para a amostra brasileira ter ciência de experiências e emoções de outros está intrinsecamente correlacionado à capacidade de colocar-se no lugar desse outro, tomando sua perspectiva. Questionamentos a serem feitos poderiam versar sobre até que ponto a cultura local estaria influenciando a modificação desse modelo fatorial e se os dados obtidos têm uma representatividade razoável, pelo fato da amostra ter, em sua maioria, participantes do sexo feminino. Espera-se que com a realização da pesquisa definitiva, na qual se buscará garantir uma distribuição amostral mais adequada, estas e outras questões possam ser mais bem esclarecidas.

**Palavras-chaves:** Validação,Empatia Etnocultural,Tradução,Adaptação

**Atividade: O morar assistido na Residência Terapêutica de Natal (Paineis)**

**Trabalho:**O morar assistido na Residência Terapêutica de Natal

**Autor(es):** Ana Suzana Pereira de Medeiros,Magda Dimenstein

**Resumo:** Em 2001 com a Portaria 106 foram criados os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT's ou RT's) que tem como sua maior preocupação a inserção social e o morar, tornando-se um dispositivo que seja uma casa de fato para os seus moradores, retirando dos manicômios seus pacientes e instalando-os em casas em diversos municípios do país, abrigando até oito moradores por RT. Os beneficiados pelo programa são, em geral, internos, cuja permanência já não se justifica mais e que, na maioria das vezes, tiveram todos os referenciais familiares perdidos. Neste serviço há uma aliança que envolve: o morar assistido, a autonomia e a inserção social. A moradia permite a construção de laços sociais, familiares e da subjetividade, tornando um ambiente de suma importância para o sujeito. No Serviço Residencial Terapêutico, na maioria das vezes, o morar é assistido, ou seja, existem pessoas, diariamente, trabalhando no serviço, sejam técnicos, cuidadores ou acompanhantes terapêuticos. O morar torna-se um dispositivo de mudança, pois dentre um conjunto complexo de fatores, os moradores podem ocupar diferentes lugares além daqueles tradicionalmente instituídos nas relações manicomiais. Estes dispositivos de moradias apresentam uma especificidade que se pauta na convivência e na sobreposição de duas dimensões fundamentais: o morar casa e o morar serviço. Ou seja, o morador experimenta a dupla inserção, sendo como usuário de um serviço de saúde que recebe assistência e ao mesmo tempo como um habitante. Tendo em vista tal panorama, este estudo tem como objetivo geral investigar como os profissionais da Residência Terapêutica de Natal percebem o morar assistido nesta instituição. Na Residência Terapêutica de Natal/RN moram sete pessoas, sendo três mulheres e quatro homens, numa faixa etária de 31 a cerca de 70 anos. Estes moradores passaram por internações no Hospital Psiquiátrico João Machado que duraram de 4 a 39 anos, antes de morar nesta residência. Este serviço atualmente dispõe de um psicólogo, uma assistente social, seis técnicas em enfermagem, uma estagiária de psicologia e uma auxiliar de serviços gerais que circulam diariamente, sendo divididos em horários distintos durante a semana, pois o serviço funciona 24 horas. Neste estudo foram feitas quatro entrevistas semi-estruturadas, onde os resultados foram analisados de acordo com o discurso das mesmas. Nos resultados foi visto que os entrevistados remeteram a RT como sendo um lugar dos moradores, a sua própria casa, e referiam o hospital psiquiátrico como algo coletivizado, pois não existiam pertences pessoais para os moradores. Nisto pode-se perceber que há o pensamento público, em relação ao hospital, e o privado, sobre a residência, sempre diferenciando o hospital da residência. Os entrevistados, no presente momento, defendem a necessidade do morar assistido, devido às limitações dos moradores, como por exemplo, a institucionalização. Foi relatada também a possibilidade de criar novos laços sociais a partir do contato com um maior número de pessoas e com a circulação em diferentes equipamentos sociais (igreja, shopping, praia, parque, centro clínico, dentre outros). Em geral todos apóiam o morar e acreditam que é algo benéfico e construtivo para os moradores, permitindo novas vivências. Através da discussão dos entrevistados é possível concluir que o morar e o circular pela cidade estão para além das práticas e dispositivos de controle e que a proposta de inserção social das diversas residências terapêuticas, além de complexa, engloba muitos aspectos que ultrapassam a simples retirada da

população interna dos manicômios para uma nova morada e a circulação pela cidade. Outra questão que surge no morar da RT é a situação paradoxal da dupla inserção do morador, onde em um momento é usuário de um serviço de saúde, que recebe a assistência e ao mesmo tempo, é um indivíduo que, na casa, deve resgatar as funções fundamentais do morar, com um elevado nível de apropriação e cuidado. Essa situação, atravessa diariamente os moradores e os profissionais de saúde, pois sempre haverá essa dupla faceta, que gerarão bastante discussão acerca do morar e do trabalhar na Residência Terapêutica. O desafio para os profissionais, por sua vez, é favorecer as possibilidades de resgate da experiência de habitar desses novos moradores. Neste estudo ficou claro que o morar transcende e antecede as instituições psiquiátricas, pois não se restringe apenas aos aspectos assistenciais e terapêuticos dos diferentes dispositivos de saúde, abrangem criação de novas vivências, novas relações e novas aberturas para pessoas que foram contempladas com tal serviço. Esta transcendência deve também ser levada em conta na implantação das várias propostas de moradias para os indivíduos acometidos por sofrimento psíquico, que por sua vez, impõem o desafio de um ou de múltiplos olhares sobre a loucura.

**Palavras-chaves:** Residência Terapêutica, Profissionais da RT, O morar assistido

**Atividade:** ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES CONJUGAIS  
(Paineis)

**Trabalho:** ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES CONJUGAIS

**Autor(es):** Lucienia Libanio Pinheiro

**Resumo:** A violência contra a mulher tem permeado o cotidiano dos brasileiros em diversos contextos e de diversas formas. Pode-se dizer que o assédio moral é toda e qualquer conduta, que pode se dar através de palavras ou mesmo de gestos ou atitudes, que traz dano à personalidade, dignidade ou integridade física ou psíquica da mulher. Diante disso realizamos uma investigação (com apoio Delegacia Feminina de Teresina, na direção da delegada Vilma Soares) buscando identificar situações de assédio moral nas relações conjugais. Procuramos traçar o perfil das mulheres que registraram relatos de assédio moral em seus prontuários, na Delegacia Feminina em Teresina, e através de aplicação de questionários semi estruturados que abordavam temas diversos. Já foram aplicados 182 questionários de 380 da mostra total da pesquisa, em mulheres de 18 a 49 anos de idade. O instrumento de coleta de dados foi composto por 42 itens ancorado nas seguintes temáticas: características sócio-demográficas, escolarização/educação, lazer e esportes, religião, saúde, e fatores psicológicos como depressão, estresse, distúrbios digestivos, idéias suicidas, auto-estima, motivação, hipertensão, agressões físicas. As implicações de todo este fenômeno que se está pesquisando variam do isolamento ao medo, à depressão, ao estresse, além de quadros clínicos mais graves. Através dos dados coletados se identificou que 75% das mulheres vítimas sofrem de depressão; 45%, de aumento da pressão arterial; 40% têm dores de cabeça; 48% são acometidas por distúrbios digestivos e, surpreendentemente, 22% têm idéias de suicídio. Outros aspectos também foram identificados, a vítima de violência moral não consegue compreender o que se passa, sente-se, em geral, culpada e responsável pela agressão do seu companheiro. Não consegue entender os fatos, pois o agressor não lhe dá satisfações e a ignora; passa a hostilizá-la, ridicularizá-la e inferiorizá-la, até que a vítima se sinta culpada, confusa e desestabilizada emocionalmente. As mulheres que sofrem assédio moral, passam a chorar freqüentemente, ficam sensíveis e magoadas, têm ressentimentos. O medo é constante, chegando a passar mal, ter tremores e palpitações quando avistam o agressor. Passam a se achar sem valor, inútil. São solitárias e com a auto-estima em baixa, sentem-se fracassados. Observamos, portanto a incidência do assédio moral, e a cotidianidade do assédio moral na vida dessas mulheres. Nesse contexto cultural existe uma ineficácia do trabalho realizado pelas bases formais, na medida em que recorrem tardiamente às bases informais. Nesse sentido, é imprescindível buscar formas de potencializar tais redes de suporte social de enfrentamento ao assédio moral contra as mulheres. E o mais grave nisso tudo é que, diferentemente do que acontece com os agressões físicas, mais denunciadas nas delegacias femininas, a pressão psicológica não é materializável. Portanto, é impossível medi-la, a não ser a partir de suas conseqüências sobre a mente e o

corpo da mulher que é violentada. Desse modo, é importante que a Psicologia, a sociedade e entidades de segurança, e movimentos sociais que militam pelo direito da mulher estejam atentos à prática de assédio moral nas relações conjugais, a fim de que possam identificar o problema e buscar soluções.

**Palavras-chaves:** Assedio Moral, Identidade Feminina, Conseqüências Biopsicossociais

**Atividade:** O Impacto do Clima Social no Comprometimento Afetivo em Equipes de Trabalho (Paineis)

**Trabalho:** O Impacto do Clima Social no Comprometimento Afetivo em Equipes de Trabalho

**Autor(es):** Rafaella de Andrade Vieira, Katia Elizabeth Puente Palacios, Daniela Vilarinho Rezende, Samille Cavicchioli Cazetta

**Resumo:** No atual cenário organizacional, pode ser observada uma grande ênfase na implementação de equipes de trabalho, mas a literatura da área mostra que ainda não existem resultados conclusivos a respeito das variáveis que influenciam a efetividade dessas células de trabalho. Porém, vale destacar que o clima organizacional é consistentemente apontado como forte preditor, em termos gerais, de comportamento e desempenho nas organizações. Além disso, em relação ao papel desempenhado pelo clima, relatos de pesquisas empíricas evidenciam a relação entre este construto e comprometimento, envolvimento, esforço e performance, satisfação, rotatividade e absenteísmo, critérios de efetividade e práticas administrativas na organização. Logo, é grande o interesse dos pesquisadores da área pela melhor compreensão do seu funcionamento. Este interesse também está presente no campo do desempenho das equipes de trabalho. Entretanto, a investigação empírica é incipiente, principalmente no Brasil. Assim, constitui uma contribuição a indagação do papel dessa variável no contexto das equipes de trabalho. Tendo em vista este cenário, foi proposto um estudo cujo objetivo é investigar o papel preditivo das duas dimensões do clima social (gestão do trabalho e gestão das relações interpessoais) no comprometimento das equipes de trabalho. A presente pesquisa foi realizada com uma amostra de 68 membros de equipes de saúde bucal, dos quais 75% eram do sexo feminino e 23,5% eram do sexo masculino; 33,8% tinham ensino superior completo e 26,5% tinham ou pós graduação ou ensino médio completo. A média da idade foi de 28,4 anos (d.p. = 8,47). Os dados foram coletados por instrumentos validados de comprometimento ( $\alpha = 0,87$ ) e clima social (fator 1  $\alpha = 0,94$ ; fator 2  $\alpha = 0,92$ ) das equipes. Os resultados obtidos evidenciaram que a gestão do trabalho (fator 1) e a gestão das relações interpessoais (fator 2) impactam no comprometimento dos membros das equipes de trabalho ( $R^2 = 0,26$ ) de maneira diferenciada. Assim, quanto mais positiva a percepção que o indivíduo tem da gestão das relações interpessoais na equipe, maior o seu comprometimento ( $\beta = 0,59$ ). Porém, quanto maior a ênfase do clima na gestão das tarefas, ou seja, quanto mais o gestor priorizar regras e normas de trabalho, menor o seu nível de comprometimento ( $\beta = -0,093$ ). A partir destes resultados, hipotetiza-se que em decorrência da natureza do fenômeno predito ser eminentemente afetiva, o que o fortalece são as relações interpessoais positivas, antes que a ênfase no trabalho da equipe. Entretanto, reconhece-se que o tamanho da amostra pode estar sendo uma fonte de erro nos dados observados, portanto, sugere-se o avanço das pesquisas neste campo para verificar se as relações identificadas na amostra com a qual o presente estudo foi realizado, apresentam estabilidade. Contudo, vale destacar que esse resultado é semelhante aos obtidos por outros pesquisadores da área. Apesar dessa limitação, considera-se que o presente trabalho constitui um dos passos iniciais no estudo empírico dos preditores da efetividade das equipes de trabalho, mensurada, neste caso, a partir de um indicador afetivo, o que o torna uma contribuição relevante.

**Palavras-chaves:** equipes de trabalho, clima organizacional, comprometimento afetivo

**Atividade:** Conversando sobre Trabalho Corporal



## **(Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Conversando sobre Trabalho Corporal

**Autor(es):** Ester Felicia do Amaral Teixeira Correia

**Resumo:** Resumo: Essa conversa apresenta o trabalho corporal como uma estratégia facilitadora para se atingir conteúdos subjetivos, com possibilidades de transformação de identidade. A atividade corporal que pode ser utilizada tanto como terapia central como auxiliar tem sido empregada em situações e contextos diversos. O relato incluirá algumas vivências realizadas em grupo ou individualmente, enfatizando as que foram desenvolvidas numa pesquisa com professores da rede pública. Tal experiência está presente também num capítulo do livro: “As histórias que nos constroem – pesquisa interventiva e identidade de professores”, fruto do trabalho desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Identidade e Educação, do Núcleo de Estudos da Pós-Graduação da Universidade São Marcos, de São Paulo. Neste, o trabalho corporal cumpre duas funções: interromper a rotina das pessoas, facilitando o aquietamento, a soltura de tensões e a disposição para as atividades posteriores, denominadas na pesquisa “Atividade Principal”. A utilização dessas vivências parte da premissa de que os aspectos corporais são constitutivos da identidade. Portanto, a base teórica é a de identidade, proposta por Ciampa, apresentada no sintagma identidade-metamorfose-emancipação. Kolyniak, também apoiada neste referencial apresenta o conceito de corporeidade, considerando que a identidade se concretiza nos movimentos da corporeidade. Ambos consideram a importância da articulação entre a objetividade e a subjetividade, integrando estes aspectos que possibilitarão movimentos emancipatórios. Segundo Ciampa, os movimentos emancipatórios implicam no rompimento de expectativas sociais impulsionando o ser humano a uma autonomia. Kolyniak afirma que na escola construímos a nossa corporeidade. Conceitos e vivências trazidas por autores da abordagem corporal de diferentes linhas teóricas: Sandor, Stevens, Herkert e Till foram aliados a estas idéias. A partir daí foram desenvolvidas e/ou adaptadas vivências corporais que receberam a denominação de Trabalho Corporal, de modo que se encaixassem na proposta da pesquisa. Esta breve exposição abrirá espaço para questões como: O que é um Trabalho Corporal? Qual a duração de uma atividade corporal? Quais são os resultados esperados? Há contra-indicações para esta atividade? Qual o número ideal de participantes para esse tipo de trabalho? Que cuidados devemos ter no planejamento, durante e após a realização das atividades? Algumas reações observadas e/ou expressadas durante uma atividade, também serão relatadas, com o intuito de complementar a exposição do trabalho. Essa conversa se organizará em quatro momentos. Inicialmente, a vivência de uma atividade corporal, seguida de breve comentário dos participantes. Tão importante quanto ministrar um trabalho corporal é vivenciá-lo, o que justifica esta proposta. O segundo momento incluirá a apresentação da base teórica e os autores de referência. O terceiro momento se subdividirá em dois: os relatos da experiência com o trabalho corporal, algumas questões e reflexões que permeiam o tema. O quarto e último momento incluirá outra atividade.

**Palavras-chaves:** Identidade, corporeidade, Trabalho corporal

**Atividade: Concepções sobre a existência ou não de vida após a morte (Painéis)**

**Trabalho:** Concepções sobre a existência ou não de vida após a morte

**Autor(es):** Deise Araujo Valadares, Eloar Barreto Feitoza Sá, Reginaldo Vieira Santos Júnior, Rodomarque Macedo Júnior

**Resumo:** O presente trabalho trata das concepções sobre a vida após a morte e suas implicações nos modos de agir das pessoas em seu cotidiano. Dessa forma, não é relevante para a argumentação aqui desenvolvida a tentativa de provar a existência ou não da vida após a

morte, mas a questão principal consiste em investigar a forma como a crença em uma dessas alternativas interfere no modo de vida das pessoas. O objetivo maior deste trabalho, portanto, é identificar se e como as crenças a respeito da existência ou não de vida após a morte, ao gerarem atitudes, que são tendências de aproximação ou distanciamento com respeito a algo, traduzidas em predisposições ou prejuízos que determinam a conduta dos sujeitos, produzem efeitos na vida dos mesmos. O tema é abordado a partir da perspectiva de quatro grupos distintos: a) psicólogos transpessoais; b) católicos; c) espíritas, os dois últimos incluídos na categoria de crentes, e d) materialistas (não crentes). A Psicologia Transpessoal, corrente contemporânea que busca incluir a dimensão espiritual do homem no seu corpo teórico, assim como na prática clínica, será a perspectiva científica estudada com maior ênfase. São também abordadas as concepções da religião católica, da doutrina espírita e do materialismo, aqui entendido como uma perspectiva que não considera a existência de elementos sobrenaturais da realidade, acreditando apenas em seus aspectos concretos, conseqüentemente, na deterioração e finitude da existência com o perecimento do corpo. A variedade de abordagens quanto ao tema objetiva fornecer uma visão ampla sobre o assunto que nos permita conhecer e analisar diferentes perspectivas. A hipótese defendida é a de que, como crenças e ações não estão dissociadas, a adoção de uma postura quanto à existência da imortalidade da alma provoca efeitos concretos na vida das pessoas. Sendo assim, pode-se afirmar que a crença em um determinado sistema gera uma atitude, entendida como uma concepção prévia que leva as pessoas a se posicionarem de certa forma diante de uma situação, conforme o conceito acima mencionado. Por conta disso, é possível inferir que os grupos que têm uma crença religiosa voltada para a imortalidade da alma (crentes) sentem essa influência de forma mais intensa do que aqueles que não acreditam na continuidade da existência da vida após a morte (não crentes). Tal diferença possivelmente se manifeste em uma maior aceitação dos crentes frente ao sofrimento, fundamentada pela expectativa de uma recompensa futura. A metodologia utilizada é de base qualitativa. O instrumento utilizado consiste em entrevistas semi-abertas, contendo nove questões, realizadas com quatro participantes de cada uma das perspectivas mencionadas na faixa etária de 25 a 50 anos, totalizando dezesseis sujeitos. A análise dos dados coletados será organizada em forma de categorias emergentes do discurso dos sujeitos, posteriormente analisadas. A análise do discurso será utilizada como forma de extrair categorias a serem avaliadas com base nas hipóteses e no referencial teórico. Tal escolha baseia-se na idéia de que o material colhido através das entrevistas é capaz de fornecer dados mais representativos sobre a realidade estudada do que a formulação de categorias prévias que poderiam induzir as respostas dos sujeitos e, assim, comprometer a realização de todo o trabalho. Por fim, será realizada a comparação entre as diferentes perspectivas abordadas a fim de detectar os pontos convergentes e as diferenças, além de verificar se e como os estilos de vida dos sujeitos são diversamente afetados por conta da adoção de uma ou outra concepção.

**Palavras-chaves:** Vida após a morte, Psicologia Transpessoal, Materialismo, Espiritismo, Catolicismo

**Atividade: Marcos teóricos da Psicologia Comunitária no Ceará (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Psicologia Comunitária e Biodança: a vivência de um encontro

**Autor(es):** Kelen Gomes Ribeiro, Dayane Silva Rodrigues, Flora Lima Chaves, Geísa Sombra Castro, Verônica Morais Ximenes

**Resumo:** Nesse estudo, apresentaremos uma articulação entre a Psicologia Comunitária e um de seus marcos teóricos, a Biodança. Daremos destaque ao encontro histórico entre as duas disciplinas, apresentando o princípio biocêntrico e as categorias da afetividade, identidade e vivência. A Biodança é definida como um sistema de desenvolvimento humano que tem como objetivo estudar e fortalecer a expressão de potenciais genéticos, acessados pela deflagração de

vivências integradoras através do movimento corporal-existencial, da música e de situações de encontro em grupo (Toro, 2002). Os potenciais genéticos se dão em cinco linhas de vivência, quais sejam: vitalidade, afetividade, criatividade, sexualidade e transcendência. Com nossa pesquisa, verificamos que a história da Psicologia Comunitária se encontra com a da Biodança na realização de relevantes trabalhos em comunidades do Ceará na década de 1980, desenvolvidos pelo Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) da UFC e orientados pelo pensador dessa área da Psicologia no Ceará, Cezar Wagner de Lima Góis. Nesse momento, se assinala historicamente à mútua influência entre a Biodança e a Psicologia Comunitária, que partem da intervenção, com ações sociais, e da vivência. A vivência, aqui entendida, resgata a vida instintiva para um mundo de valores, símbolos e exacerbação da reflexão. Na Biodança, considera-se que as vivências são possibilidades humanas, de onde deve surgir a consciência, e que somente dentro da cultura humana podem acontecer. Tal noção de vivência encontra-se entrelaçada ao arcabouço teórico metodológico da Psicologia Comunitária, podendo ser verificada tanto em seu objeto de estudo (o processo do reflexo psíquico do modo de vida comunitário), até em seu método de intervenção (método de análise e vivência do modo de vida comunitário). A Biodança e a Psicologia Comunitária possuem como eixo uma Práxis de Libertação e de Vida, com as quais se almeja co-construir novas formas de se relacionar e de viver, mais integradas e conectadas ao indivíduo e à totalidade, o que caracteriza o princípio biocêntrico. Esse compromisso com a vida aparece na Psicologia Comunitária desde sua gênese, em que estudantes e professores se encontraram com moradores de comunidades também engajados na transformação positiva da realidade. Por isso, fala-se da pretensão de entrelaçar a teoria, a prática e o compromisso ético-político, ou a práxis e o compromisso social. Isso é feito também se adotando uma compreensão pautada na “racionalidade afetiva” (Sawaia, 2000), com o entendimento de que a consciência está ligada com o modo como sentimos e nos emocionamos, como significamos coletivamente e damos sentido individualmente, além do modo como analisamos e vivenciamos o cotidiano. Importa, portanto, saber como esse sistema de significados, sentidos e sentimentos se encontra presente nas atividades comunitárias e nas condições gerais de vida na comunidade e no município. Isso marca a inspiração da afetividade, como categoria da Biodança, para a Psicologia Comunitária, que propõe às pessoas a possibilidade do encontro afetivo com o outro e a realização de um trabalho com sentido, com prazer e, ao mesmo tempo, de luta contra a opressão e a exploração. É dentro desse contexto que se insere a construção da categoria identidade na Psicologia Comunitária Cearense, vista como processo de identificação e de metamorfose (Ciampa, 1987), que ocorre como fenômeno social mediante as relações sociais estabelecidas e inseridas numa realidade em constante transformação. A representação da identidade mostra a pessoa como presença viva e ativa, como singularidade no mundo, mas sempre em movimento, com possibilidade de realizar ações transformadoras. Assim, a experiência primordial da identidade é a vivência de sentir-se vivo. Compreendemos, como conclusão, que as influências da Biodança na Psicologia Comunitária passam por muitas dimensões, tanto éticas e teóricas como metodológicas e técnicas. Vimos que essa influência alcança: 1) o princípio biocêntrico, como eixo paradigmático de uma ética em favor da Vida, que ganha corpo na concretude do cotidiano, inclusive na postura comprometida e facilitadora do psicólogo comunitário diante das pessoas, do lugar e do trabalho; 2) conceitos e categorias importantes abordados ao longo do texto, tais como identidade (presença e consciência de si), afetividade (emoções e sentimentos) e vivência (pré-reflexiva, corporal, sensível, espontânea, imediata e biocêntrica); 3) o método de análise e vivência do modo de vida comunitário (Góis, 1993), que é dialógico-vivencial (Góis, 2005b), próprio da Psicologia Comunitária Cearense, a qual compreende a gênese da consciência humana relacionada com aspectos vivenciais, afetivos e racionais, e que ressalta também a importância da inserção comunitária e da implicação pessoal do psicólogo comunitário nos dramas e alegrias da comunidade; e 4) o aspecto técnico-instrumental, de facilitação de grupos propriamente dita, como o uso de exercícios de Biodança, no cotidiano de intervenção comunitária. Destacamos ainda a importância desse estudo para que lançássemos um olhar mais atento à influência da Biodança na Psicologia Comunitária e as repercussões desse encontro no decorrer de nossas atuações profissionais. Percebemos que foi possível contribuir de modo significativo, ainda que inicial, para o caminho de sistematização teórica dessa relação.

**Palavras-chaves:** Biodança, Vivência, Psicologia Comunitária

**Trabalho:** Contribuições de 3 marcos teóricos de base marxista à Psicologia Comunitária

**Autor(es):** Eugênia Bridget Gadêlha Figueiredo, Adna Fabiola Guimaraes T. Fontenele, Verônica Morais Ximenes

**Resumo:** Este trabalho surge de uma pesquisa bibliográfica que pretende demarcar os pressupostos teóricos de base marxista que contribuíram de forma efetiva para a construção teórica-metodológica da Psicologia Comunitária no Ceará. O diálogo com esses pressupostos teóricos produziu um síntese dialética que funcionou como base para a emergência e a consolidação desta forma de fazer Psicologia, para a organização do método dialógico-vivencial e de categorias utilizadas no trabalho em campo. A Psicologia da Libertação, de Ignacio Martín-Baró, a proposta de Educação Libertadora, de Paulo Freire, e a Teoria Histórico-Cultural da Mente, que tem como representantes os autores russos Leontiev, Vygotski e Luria. Esses pressupostos têm como base epistemológica o materialismo histórico-dialético, que pressupõe a realidade como a concretização de suas várias dimensões constitutivas, sobretudo, como totalidade, contradição e movimento. Sua visão de homem é a de um sujeito histórico que se constrói na relação com a materialidade da vida. A concepção de conhecimento implica num “conhecer para transformar”. Martín-Baró deixa uma rica contribuição para a práxis da Psicologia Social, provocando uma profunda reflexão com relação ao papel desempenhado pela psicologia na manutenção de uma ideologia de submissão e apontando para a necessidade de uma ruptura teórica-metodológica com os ideais positivistas. Para ele, a psicologia deve adotar uma postura ética e política que facilite a emancipação humana, a libertação das classes oprimidas, combinando o rigor científico com o compromisso com a transformação. Quanto ao papel do psicólogo, este seria o de facilitador dessa transformação, operando de forma a desvelar a realidade, provocando o aparecimento das contradições presentes nas relações de classes, induzindo o processo de conscientização, ampliando a leitura da realidade. Assim, o realismo crítico, de Martín-Baró enfatiza a necessidade de mergulhar na realidade para (re)-construir conceitos, categorias e teorias, promovendo uma práxis comprometida com as reais necessidades de pessoas e grupos. O tripé apontado por Martín-Baró teoria-práxis-compromisso, bem como o seu realismo crítico, alimentam a práxis da Psicologia Comunitária no Ceará. A obra de Paulo Freire tem um impacto considerável sobre a escola de Psicologia Comunitária no Ceará. Seu método foi utilizado nos primeiros trabalhos desenvolvidos e continua tendo grande relevância dentro de uma práxis que adota o diálogo como fundamental. Ele aparece como condição de possibilidade de crescimento pessoal e individual, sendo o primeiro passo para o aprofundamento da consciência e construção da autonomia, contra quaisquer formas de opressão e dominação. Assim, a sua proposta de Educação ultrapassa os limites de decifrar o alfabeto e alcança a dimensão de proporcionar uma leitura do mundo em suas várias dimensões. A Psicologia Histórico-Cultural surge como uma alternativa às psicologias de seu tempo, pois se sustenta na premissa da gênese social do psiquismo. Influenciado pelo materialismo dialético, Vygotski criou um método próprio à psicologia: o método genético-experimental. Este autor ressalta, ainda, o caráter integral da psiquê, pois cada aspecto do psiquismo está relacionado a um sistema, composto por outros aspectos do próprio psiquismo e por elementos do contexto da pessoa. Esse suporte teórico-metodológico influencia a práxis da psicologia comunitária, tal como sistematizada por Góis e Montero, pois esta, vai de encontro às atuações que perdem de vista a multiplicidade de relações da pessoa com seus contextos. Nesse sentido, a partir da Psicologia Histórico-cultural, o psiquismo decorreria do conjunto de ações que este realiza e das trocas intersubjetividade que ele efetua com os grupos e com sua cultura. A psicologia Comunitária também se nutre dessa sistematização, visto que apregoa que a profissional, sempre em diálogo com os agentes internos da comunidade, vivencie, reflita e facilite a atividade humana por perceber que estas atividades auxiliam na construção de novos arranjos objetivos e novas articulações entre as pessoas, além da construção subjetiva dos moradores e do fomento a novas produções de sentido. A perspectiva microgenética representa a tentativa metodológica de acompanhar, minuciosamente, a micro-história e a formação de determinados processos, em sua imbricação com outros planos da história, da cultura e de outros sistemas sócio-relacionantes. A Psicologia comunitária se inspira nesta perspectiva para acompanhar as transformações na consciência dos moradores, nas suas formas de dar sentido ao lugar, de

simbolizar as suas relações e de se articularem para transformar o contexto onde vivem. Outra tese vigotskiana que também é valorizada pela Psicologia Comunitária é a de que a constituição de tais funções se dá de forma socialmente mediada. O desenvolvimento, por sua vez, não é visto por Vigotski por um viés unicamente retrospectivo, mas, sobretudo, a partir de um ângulo prospectivo. Considerado isso, Vigotski criou o conceito de Zona de Desenvolvimento Imediato para elucidar a relação entre aprendizagem e desenvolvimento, bem como para frisar a importância da interação como aspecto formador da psiquê humana. Valendo-se desse conceito, a Psicologia Comunitária sugere que o encontro entre pessoas com saberes distintos e em processos também diferentes pode desencadear saltos no desenvolvimento destes indivíduos e maximizar suas possibilidades.

**Palavras-chaves:** Psicologia Comunitária, Materialismo Histórico-dialético, Marxismo, Epistemologia

**Trabalho:** Contribuições de Carl Rogers para a Psicologia Comunitária

**Autor(es):** Emanuel Meireles Vieira, Verônica Morais Ximenes

**Resumo:** Falar de possíveis contribuições de Carl Rogers para a Psicologia Comunitária não se constitui como tarefa simples. Aliás, este tema está longe de ser uma unanimidade para aqueles que trabalham nessa área da Psicologia. Este trabalho tem como ponto de partida, portanto, a pergunta: “que contribuições Rogers tem a oferecer para o desenvolvimento da Psicologia Comunitária?”. Esta pergunta, que já presume a possibilidade de haver contribuições, tem como ponto de partida os trabalhos de Góis, nos quais Rogers é citado, e intenta aprofundar esta discussão. Para tanto, num primeiro momento, descreve-se um pouco do percurso histórico-profissional de Rogers, no qual iniciou fazendo uma clínica diagnóstica com o que se denominava, à época (década de 1930 nos Estados Unidos), “crianças-problema”, até chegar, no fim de sua vida (meados dos anos 1980), à mediação de conflitos internacionais, como na África do Sul, à época do apartheid – o que lhe rendeu uma indicação, em 1987, ano de sua morte, uma indicação ao prêmio Nobel da paz. Posteriormente, situa-se o modo como o trabalho de Rogers aparece na Psicologia Social no Brasil e restante da América Latina – nas quais recebeu severas críticas de cunho marxista –, dando ênfase especial à Psicologia Comunitária realizada no Ceará, uma vez que, nesta, há uma referência positiva ao trabalho desenvolvido por Rogers, a partir dos desenvolvimentos dos conceitos de valor pessoal, poder pessoal, além da descrição das atitudes facilitadoras (consideração positiva incondicional, empatia e genuinidade) como componentes de um clima de crescimento pessoal e social, somando-se à luta reivindicatória e política e à organização comunitária e do desenvolvimento de uma metodologia criada por Góis – o círculo de encontro. Por fim, aborda-se que especificidades da obra de Rogers atravessam a Psicologia Comunitária no Ceará, compreendendo-se que mudança social não prescinde de mudanças pessoais, pois, caso os processos de mudança não façam sentido para os grupos envolvidos, eles não participam. No trabalho comunitário, o diálogo amoroso, bastante enfatizado na obra de Paulo Freire, por exemplo, soma-se ao diálogo amoroso presente nas atitudes facilitadoras, tal como descritas por Carl Rogers. Isto significa superar a condição de “carentes” em que, por vezes, seja através de discursos, ou através da interação cotidiana, são colocadas as pessoas envolvidas nos trabalhos de Psicologia Comunitária. Diz respeito, portanto, a reconhecê-los, através de atitudes (e não só de discursos ou técnicas), como seres cujas potencialidades lhes dão condições de superar as condições de opressão a que, por vezes, estão submetidos. Aponta-se, ao final, a diferença entre o trabalho de Rogers e a Abordagem Centrada na Pessoa – abordagem que ele criou –, afirmando-se que o primeiro se encaminhava, ao fim de sua obra, para uma aplicabilidade de maior relevância social de seu trabalho, enquanto que a segunda se encaminhou para uma ligação duvidosa com a Filosofia, deixando de lado um caminho traçado rumo à construção de um mundo de diálogo e paz.

**Palavras-chaves:** Carl Rogers, Psicologia Comunitária, Poder Pessoal, Pessoa

**Atividade: O Psicólogo Jurídico com as Famílias, Crianças e Adolescentes (Cursos - 6hs)**

**Trabalho:**O PSICÓLOGO JURÍDICO COM AS FAMÍLIAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM DIÁLOGO SOBRE AS MORALIDADES ENVOLVIDAS

**Autor(es):** Mônica Corrêa Meyer,Solange Diuana

**Resumo:** O curso tem como objetivo apresentar os desdobramentos práticos da atuação do psicólogo jurídico nas situações que envolvem disputa de guarda, adoção e maus tratos contra criança e adolescente. Destina-se a estudantes e profissionais que atuem em diferentes áreas da psicologia, embora a ênfase seja a possibilidade de atuação do psicólogo dentro de um espaço jurídico, dialogando sobre as moralidades envolvidas nesse espaço, contemplando as mudanças que se apresentam no cenário legal e cultural atualmente. O psicólogo tem sido cada vez mais requisitado pelos operadores do direito nas áreas que envolvem famílias com suas crianças e adolescentes. Desde a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, cresceu o número de psicólogos nas equipes interdisciplinares do Poder Judiciário de diversos tribunais do país. Mas, se por um lado a Psicologia pode contribuir com a justiça trazendo uma maior complexidade para as decisões judiciais, também corre o risco de acirrar o seu papel de normatizador e regulador dos comportamentos humanos. Sendo assim o encontro da Psicologia com o Direito traz a necessidade de discussões que interroguem as práticas que vão sendo construídas e incluam em sua atuação os aspectos sociais, culturais e éticos envolvidos. A família na cultura ocidental moderna é um paradigma para as relações de parentesco. No modelo de família ocidental moderna são prescritos valores e condutas que regulam as relações intrafamiliares. Quando uma família chega aos tribunais vai ser esse modelo que estará sendo desafiado; assim sendo, considerar os valores culturais envolvidos nos conflitos apresentados será também papel do psicólogo. Ao tornar públicas questões até então restritas ao âmbito privado da família e buscar nos tribunais de justiça soluções para seus conflitos, cada membro dessa família vivencia muita frustração, ansiedade e, via de regra, experimenta sentimentos contraditórios. Nessas situações, caberá ao psicólogo, para além de subsidiar as decisões do juiz, através dos estudos técnicos, oferecer um espaço diferenciado que permita a consideração da singularidade de cada situação, ultrapassando a universalidade das respostas legais. O curso vai problematizar, a partir de discussões de casos clínicos, vídeos e situações que se apresentam em Varas de Famílias, nos processos de disputa de guarda: as negociações no estabelecimento de visitação, as acusações de abuso sexual e o reconhecimento de paternidade. Nas Varas da Infância e Juventude serão contempladas as questões envolvidas nos processos de adoção (a habilitação de requerentes, o acompanhamento do estágio de convivência, os grupos de apoio à adoção) e nos processos de destituição de pátrio poder envolvendo denúncias de maus tratos serão ressaltadas as questões do testemunho das crianças em juízo, os caminhos percorridos pela denúncia no sistema de garantia de direitos e o acompanhamento das medidas protetivas.

**Palavras-chaves:** Psicologia Jurídica,FAMÍLIA,adoção,Maus-tratos

**Atividade: Cuidados de crianças: aspectos evolutivos (Mesas Redondas)**

**Trabalho:**Mãe e filhos, o laço social número 1 - Abordagem evolucionista do papel da mulher na criação dos filhos.

**Autor(es):** André Luís Lacerda

**Resumo:** Constitui consenso para a análise sociológica contemporânea que as tendências demográficas do pós anos oitenta indicam que as transformações significativas na estrutura da família nuclear ocorreram a partir de processos de modernização social em países como Estados Unidos e Brasil. Uma hipótese sociológica fundamental afirma que os papéis sociais da família como a reprodução, a manutenção física de seus membros, a atribuição de status à criança, a socialização e o controle social são funções que podem ser desmembradas e desempenhadas por especialistas. Não é necessário que os próprios pais socializem seus filhos. Cuidar de filhos,

uma função do sistema social família nuclear têm experimentado um processo de diferenciação social e, assim como ocorreu com outros conjuntos de papéis que se diferenciaram e suas funções se separaram, como ocorreu com o trabalho produtivo que deixou de ser realizado no lar organizado em torno do parentesco para ser desenvolvido nas oficinas e fábricas, estaria deixando de pertencer à estrutura da família nuclear. Contra esta hipótese da sociologia contemporânea, defenderemos que, de uma perspectiva sociológica evolucionista: (1) Os processos de diferenciação social e substituições no arranjo estrutural da família nuclear não implicam necessariamente em substituição da relação mãe-filho, pois a unidade objetiva que é, por definição, universal entre os mamíferos, é a unidade constituída pela mãe e sua progenitura e não a família nuclear, uma estrutura fundamentalmente cultural; (2) Cuidar de filhos não se constitui como uma função exclusivamente cultural, pois tem raízes biológicas em nossa estrutura social mamífera. De todos os mamíferos, é o homem que capitaliza o máximo de particularidades biológicas de sua ordem. Isso significa que ele exagera as características de comportamento – aumento na faculdade de aprender em relação com o maior tamanho e complexidade do cérebro, período ainda mais longo da dependência mãe-filho, maior instabilidade emocional, sexualidade mais elaborada, ações sociais mais complexas. Mas, tudo isso se assenta sobre o alicerce do laço mãe-filho, produto do processo vida-nascença-aleitamento, característica essencial da ordem zoológica à qual ele pertence; (3) O laço social mãe-filhos é um laço social primordial – o laço social número um do indivíduo – sujeito parcialmente a variabilidades culturais e, portanto, sujeito a processos de diferenciação social que podem promover re-organizações na sua função na relação mãe-filhos, mas não a sua substituição; (4) Que análises de dados sobre tendências demográficas em capitais como Cuiabá-MT entre 1980 e 2000 sustentam nossas hipóteses. Palavras-chave: 1 – sociologia; 2- psicologia evolucionista; 3 – família nuclear; 4 – laço social mãe-filho.

**Palavras-chaves:** sociologia,família nuclear,laço social mãe-filho,psicologia evolucionista

**Trabalho:**Cuidados de crianças: quem cuida dos filhos dos adolescentes?

**Autor(es):** Silvia Helena Koller

**Resumo:** Este estudo visou a investigar gravidez e cuidado de filhos presentes na vida de jovens brasileiros (n= 3130), de 14 a 24 anos de idade, ambos os sexos, nível socioeconômico baixo, estudantes de escolas públicas das capitais: Porto Alegre (n= 980), Recife (n=1126), e São Paulo (n= 1024). Em um questionário, foram levantados dados referentes à gravidez e a criação de filhos e aos custos e benefícios envolvidos. O nível socioeconômico baixo foi verificado através de indicadores sócio-demográficos em Porto Alegre e Recife e pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) por bairro, em São Paulo. Os resultados revelaram que os jovens de 14 a 17 anos de idade, G1, informaram com maior frequência terem estado grávidos (n= 850) do que os de 18 a 24 anos, G2 (n= 376), confirmando os dados do IBGE (2001) sobre os altos índices de fecundidade nestas faixas etárias. Os jovens de G1 têm levado menos gravidez a termo (43%) do que os de G2 (57%) e cometido mais abortos naturais e provocados. Há necessidade de entender mais a fundo os aspectos que provocam diferenças na presença de gravidez em faixas etárias diversas, sendo no entanto, a gravidez enfatizada, exatamente entre os mais jovens (G1) e, provavelmente, despreparados para assumir o cuidado paterno ou materno. A gravidez foi apenas em 35% dos casos desejada e, em geral, ter estado grávido e ter um filho foi definido pelos jovens como motivos para sentir-se envergonhado, deixar a escola, ter que trabalhar e ser obrigado a casar. O nascimento é identificado como um momento de mudança da dinâmica de vida e como muito importante para aproximadamente 70% dos jovens. Os filhos vivos de 120 jovens de ambas as faixas etárias residam principalmente com eles (n= 113), o que sugere que embora muitos jovens, estão tomando cuidado ou têm proximidade com seus filhos(as). No entanto explicam que isto só é possível porque recebem ajuda financeira, apoio e cuidados de suas famílias. Quarenta filhos vivos destes jovens moram com os avós ou outros parentes, dois foram adotados por outras famílias. Sete jovens não souberam informar o destino dos filhos nascidos vivos. Um terço dos jovens da amostra total de ambos os grupos informam que desejam ter outros filhos. Analisando os dados de jovens que informaram gravidez e nascimentos na adolescência e a falta de cuidado dos filhos, foi observado que estes apresentam comportamentos de risco importantes com relação à sexualidade, à futura gravidez,

ao uso de drogas e à violência

**Palavras-chaves:** juventude, gravidez na adolescência, cuidado com os filhos, psicologia evolucionista

**Trabalho:** A crença na paternidade influencia a violência doméstica contra a criança? Testando uma hipótese Darwinista

**Autor(es):** Paulo Nadanovsky, Gisele Caldas Alexandre

**Resumo:** O Modelo da Saúde Pública entende a violência como um problema de saúde, buscando fatores ambientais que “causam” essa “doença”. O Modelo Darwinista não encara a violência como um problema de saúde e, portanto, não a operacionaliza como uma doença dos indivíduos que a perpetram. O que se busca são situações no relacionamento inter-pessoal, principalmente entre perpetrador e vítima, que desencadeiam mecanismos psicológicos normais, i.e. da natureza humana, que levam o indivíduo a perpetrar violência. Notar que normal, nesse caso, quer dizer natural e que natural não quer dizer desejável. Embora a teoria da evolução através da seleção natural de Darwin, unida à genética de Mendel, seja central ao estudo do comportamento animal, ela tem sido amplamente ignorada quando o animal em questão é o ser humano. A teoria Darwinista da evolução, centrada no gene, longe de depreciar a influência do meio ambiente, fornece compreensão rica e precisa de sua importância na adaptação. Embora os genes “instruam” os seres humanos a sentir um interesse especial por seus descendentes visando à propagação dos seus genes, a manifestação fenotípica que ocorre não é uma contabilidade genética consciente, mas sim um sentimento de amor, um profundo sentimento de prazer em proteger e cuidar dos seus filhos. Mecanismos discriminatórios de parentesco permitem aos indivíduos modificar seu comportamento de acordo com a percepção da relação genética entre eles e tem sido demonstrado como esses mecanismos afetam o comportamento dos pais em relação à prole. Na espécie humana, a semelhança facial tem sido sugerida como um dos mecanismos de identificação de parentesco. A falta de semelhança física entre pai e filho foi associada à violência contra a criança na família. Várias circunstâncias influenciam os custos e benefícios de se assumir um filho não genético, em um contexto de reciprocidade criado com o novo parceiro. Porém tal investimento não pode ser entendido como se um padrasto sentisse a mesma forma de amor e compromisso como é normalmente sentido por um pai genético, mas sim como parte do custo em adquirir uma nova parceira. Esse estudo tem como hipótese central que quanto maior é a crença na paternidade, menor é a chance do homem perpetrar violência contra a criança. Essa crença pode ser influenciada tanto por mecanismos psicológicos conscientes quanto inconscientes. Nesse estudo, o mecanismo consciente será representado pela informação explícita, acessível ao homem, de que ele é o padrasto, não o pai da criança. O mecanismo inconsciente será representado pelo grau de semelhança física que existe entre o homem e a criança.

**Palavras-chaves:** Investimento Parental, violência, semelhança física, psicologia evolucionista

**Trabalho:** Alocuidados e agressão a crianças

**Autor(es):** Rosana Suemi Tokumaru

**Resumo:** O cuidado parental é extremamente variável. Pode existir ou não dependendo da espécie, pode ser dado pelo macho, pela fêmea ou por ambos, pode variar entre ninhadas de uma mesma fêmea ou casal ou mesmo dentre os filhotes de uma mesma ninhada. Os cuidados fornecidos aos filhotes variam em função dos custos e benefícios obtidos pelos pais. Do ponto de vista adaptativo, enquanto o benefício para os pais é representado por aumento de sua aptidão, os custos envolvem a diminuição de aptidão. De acordo com esta perspectiva o cuidado oferecido por alocuidadores deve envolver outros fatores já que não há ganhos em termos de aptidão direta. Estudos com diferentes espécies enfatizam os benefícios obtidos pelos alocuidadores em termos de aptidão abrangente, manutenção de relações recíprocas, inserção no grupo social e treino de habilidades parentais. No caso humano o alocuidado fornecido por



parentes pode ter evoluído por representar aumento na aptidão abrangente enquanto o cuidado por parte de não parentes pode ser fruto de reciprocidade e inserção social. Quando os custos para a aptidão do cuidador são maiores que os benefícios espera-se que não haja o fornecimento de cuidados ou mesmo que ocorra abandono e maus tratos com a criança. Dados provenientes do Canadá e Inglaterra demonstraram que crianças que coabitavam com um pai biológico e outro não biológico corriam maior risco de maus tratos e homicídios que crianças que habitavam com ambos os pais biológicos. Nossos dados coletados em Vitória, ES, mostraram o mesmo resultado. Analisamos, também na cidade de Vitória, a participação de cuidadores aparentados e não aparentados em diversos cuidados fornecidos a crianças de 0 a 12 anos. As respostas foram analisadas considerando-se o sexo da criança, a faixa etária e a escola (pública e privada). Os pais foram os principais cuidadores, porém, houve participação de alocuidadores, seja em conjunto com os pais, seja como cuidadores exclusivos, em todos os cuidados analisados. Os alocuidadores foram principalmente parentes das crianças. Alocuidadores não aparentados foram padrastos e madrastas, madrinhas e empregados. Em alguns cuidados identificamos maior participação de alocuidadores aparentados, como em relação aos gastos. Outros, como na atividade de levar a criança à escola, apareceram alocuidadores não aparentados. Os alocuidadores aparentados, como avós e avôs, tenderam a apresentar o mesmo padrão de cuidado que as mães e os pais, respectivamente. De forma geral, diminuiu a participação dos alocuidadores com o aumento da faixa etária da criança, porém, aumentou a diversidade deles. Houve pouca diferença na contribuição dos alocuidadores em relação ao sexo da criança. Não houve um padrão geral considerando os cuidados investigados. Crianças de escolas públicas receberam mais alocuidados de parentes e crianças de escolas particulares receberam mais alocuidados de empregados. Estes resultados indicam que alocuidadores estão presentes em todos os cuidados fornecidos às crianças e que há variação de acordo com a idade, sexo, classe sócio-econômica da criança e participação dos pais nos cuidados. Os resultados em conjunto dão suporte a hipótese de que o fornecimento de cuidado é regulado pela relação custo/benefício para o cuidador e que os custos são inversamente proporcionais a relação de parentesco entre cuidador e criança.

**Palavras-chaves:** cuidado alopaparental, cuidado parental, psicologia evolucionista, padrastos, violência

**Atividade:** **A prisão e o hospício não estão mais tão próximos? Análise dos discursos que marcam o afastamento das questões prisionais e manicomiais na contemporaneidade (Paineis)**

**Trabalho:** A prisão e o hospício não estão mais tão próximos? Análise dos discursos que marcam o afastamento das questões prisionais e manicomiais na contemporaneidade

**Autor(es):** Deise Maria do Nascimento

**Resumo:** Nesta pesquisa se pretende demonstrar as aproximações e afastamentos de duas instituições emblemáticas do século XX: O hospital psiquiátrico e a prisão. Partimos de uma análise do significado da prisão na contemporaneidade, discorrendo sobre as mudanças na lei de execução penal, com a implantação do RDD, com os ataques por parte de facções criminosas, a ênfase do discurso punitivo, buscando compreender essas mudanças a partir do conceito de sociedade do controle. Como elemento problematizador, retomamos o processo de constituição das prisões e dos hospícios a partir do século XIX. A prisão e o hospício como projetos da modernidade, inseridos na sociedade disciplinar, onde a disciplina atua aumentando a força do corpo em termos de sua utilidade, mas tira força do corpo em termos de obediência e servidão. Tira potência, pois se afirma na relação de submissão e sujeição, essa sociedade também se caracteriza pelo seu sistema de regras e de sanções para os que se desviam da norma. A idéia de normal tem como princípio abafar e suprimir as diferenças. Tudo que escapa ao normal é tratado como desvio, é preciso ser reformado e aí se instalam as duas instituições modelo do século XIX: hospício e prisão. Passamos a fazer uma discussão sobre a prevalência do hospício, a lida com a loucura e a emergência do doente mental e também as proposições dos reformadores do sistema penal francês, que mobilizados pelo discurso humanista, vão propor as reformas e que fugindo dos seus propósitos, culmina na instituição da prisão como modelo

punitivo ideal da sociedade disciplinar. Sustentados nas mesmas práticas, prisão e hospício adentram o século XX, passando por uma série de transformações que acompanham as mudanças históricas, sociais e culturais. Propomos uma análise das mudanças porque passam essas duas instituições, discussão de conceitos como antipsiquiatria, desinstitucionalização, os movimentos sociais, e no Brasil, o processo de reforma psiquiátrica. Diferentemente, dos hospícios, que tem sido objeto de discursos reformadores, buscando formas humanizadas de lidar com a doença mental e políticas públicas de saúde que propõem novas terapêuticas, na prisão o discurso segue direção oposta, resultando no estado de caos que se encontra. O hospício e prisão, são instituições do estado moderno, se incluem nos mecanismos do poder construídos na época clássica. Foucault (1996), com a finalidade de excluir para incluir, mas no final do século XX se registra um afastamento nos propósitos e na atenção a estas duas instituições e aos seus ocupantes. Partindo destas considerações temos como objetivo realizar a análise dos discursos que marcam os afastamentos entre as questões prisionais e manicomiais na contemporaneidade. Identificar as aproximações e afastamentos do hospital psiquiátrico e da prisão. Conhecer as práticas prisionais que promovem o acirramento das relações cotidianas. Contribuir para uma reflexão do modelo de privação de liberdade, contextualizando os mecanismos institucionalizantes no espaço prisional. Promover interlocução entre desinstitucionalização e abolicionismo penal. A perspectiva de discussão do problema é a proposta por Michel Foucault, tanto no aspecto metodológico quanto na compreensão teórica do problema. Em conformidade com essa perspectiva estamos realizaremos a análise do discurso de humanização da terapêutica mental e dos discursos que anunciam o recrutamento das práticas prisionais de correção e punição. Os discursos que serão objetos dessa análise se constituem em enunciados da antipsiquiatria e dos movimentos sociais e governamentais que culminaram na reforma psiquiátrica brasileira, também utilizaremos artigos de autores protagonistas da reforma psiquiátrica. O mesmo procedimento será efetuado com a legislação e autores que protagonizam a reforma do código penal e da lei de execuções penais. Também pode se configurar como fonte: matérias jornalísticas e artigos científicos que enfatizam o acirramento da violência e da criminalização nos centros urbanos. A objetivação destes discursos nas práticas prisionais cotidianas será investigada a partir da análise das portarias, regulamentos, regimentos e normativas elaborados por diretoria do governo que administra o sistema prisional e pelos documentos produzidos em estabelecimento prisional a partir dessas normativas da diretoria: Comunicações internas, recomendações de funcionamento e registro no livro de plantão de carceragem.

**Palavras-chaves:** Prisão, Foucault, contemporaneidade

**Atividade: A CONTRIBUIÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) NA CONSTRUÇÃO DO GRUPO DE PAIS DE ALUNOS SURDOS (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: A CONTRIBUIÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) NA CONSTRUÇÃO DO GRUPO DE PAIS DE ALUNOS SURDOS.**

**Autor(es):** Fernanda Medeiros, Rosângela da Silva Almeida, Christianne Thatiana Ramos Souza

**Resumo:** Vários autores destacam a importância do grupo familiar como uma rede de apoio fundamental para a constituição social e afetiva do sujeito. O grupo pode ser visto como um sistema de relações sociais, ou seja, várias pessoas que compartilham certas características, interagem umas com as outras, compartilham uma identidade. A formação de um grupo envolve ainda a criação de relações afetivas, nas quais estão os sentimentos e as emoções. Além disso, existe o imaginário compartilhado, constituído historicamente e culturalmente dentro das relações estabelecidas em grupos de relações mais íntimas como a família ou em outros tipos com ligações afetivas diferentes como a escola. Atualmente a família passou a se organizar visando a valorização emocional e afetiva de seus componentes, deixando de ser um grupo mobilizado para garantir apenas a sobrevivência destes. Neste sentido, a família pode ser vista enquanto uma rede de apoio para os indivíduos que a compõe, ou seja, um lugar que contribui não só nos

aspectos social e econômico, mas também afetivamente. A escola constitui-se numa segunda rede de apoio importante. Esta deveria oferecer suporte aos familiares e aos alunos, transformando-se num espaço onde seus integrantes possam se sentir acolhidos e impulsionados a novas superações e conquistas. Os grupos familiar e escolar tornam-se referência para a formação do indivíduo. Através da comunicação eles transmitem seus valores e conhecimentos aos mais jovens e estabelecem relações sociais e afetivas fundamentais para a construção da identidade. No caso de pessoas surdas esta relação com os pais e com a escola não ocorre assim. Não existe o compartilhamento de uma mesma língua e isto chega a impossibilitar a comunicação. A língua de sinais é a linguagem natural dos surdos, portanto escola e família devem utilizar a língua de sinais como forma de comunicação com os surdos para que seja superada uma das principais barreiras para o relacionamento entre pais – filhos e alunos-professores, a falta da comunicação. Assim, a escola tem um papel fundamental, pois ela pode contribuir para melhorar esta relação ensinando aos pais a língua de sinais. O objetivo geral deste trabalho foi ensinar a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS a um grupo de pais de alunos surdos. Especificamente buscou-se proporcionar uma melhor comunicação entre pais ouvintes e filhos surdos, além de criar um espaço para a discussão e reflexão sobre temas relacionados ao contexto familiar. Participaram do grupo 9 (nove) familiares, sendo 6 mães, 2 tias e 1 irmã, com idades variando entre 18 a 35 anos. O trabalho foi desenvolvido em uma escola estadual, especializada na educação de surdos. Foram realizados 24 (vinte e quatro) encontros semanais, em cada momento, eleito um tema de interesse dos participantes, sendo o conteúdo deste discutido e posteriormente ensinado aos pais os sinais em LIBRAS correspondentes ao tema proposto. Os registros eram feitos após cada encontro, apresentando a avaliação do dia. As categorias de análise que emergiram foram: percepção dos participantes sobre os encontros; contribuição das temáticas na relação com seu filho(a) considerando a surdez e a LIBRAS, aspectos positivos e negativos na relação familiar. Os resultados apontaram que a formação do grupo de pais e as temáticas refletidas proporcionaram aprendizagens, reflexões resultando em desenvolvimento pessoal e mudanças de atitudes em relação ao familiar surdo e a outras pessoas com surdez. A utilização da LIBRAS proporcionou a compreensão de códigos fundamentais na comunicação com os surdos, bem como na facilidade de interação com seus familiares surdos e outras pessoas com esse tipo de deficiência. A formação do grupo de pais se constituiu como uma rede de apoio social e afetiva, além de contribuir para que os participantes se sentissem acolhidos, promovendo uma segurança sócio-afetiva maior ao seu parente surdo a partir do momento que também se sentiu seguro no grupo de pais, desenvolvendo novas expectativas para experiências futuras.

**Palavras-chaves:** LIBRAS, grupo de pais, rede de apoio sócio-afetivo

**Atividade:** A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA DE SINAIS PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO SURDO  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA DE SINAIS PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO SURDO

**Autor(es):** Fernanda Medeiros, Christianne Thatiana Ramos Souza, Rosângela da Silva Almeida

**Resumo:** Os surdos lutam por uma maior participação dentro de nossa sociedade, para isso buscam legitimar o uso da língua de sinais como meio, instrumento, que possibilitará sua inclusão. De acordo com a abordagem sócio-histórica, a linguagem propicia a comunicação com o outro e consigo mesmo, a construção de conhecimentos e a formação da identidade, ou seja, através dela o ser humano adquire bases que o possibilite interagir socialmente, e assim, constituir-se enquanto sujeito não somente de uma perspectiva educacional, como também, psicológica. Esta pesquisa investigou o significado atribuído pelo surdo à língua de sinais para a construção de uma identidade surda; além disso, descreveu os efeitos causados no surdo pela proibição do uso da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, na construção de uma identidade surda, assim como, nas suas relações familiares e sociais. Participaram desta pesquisa 3 (três)

estudantes universitários surdos (dois com surdez adquirida e um congênita), todos eram oralizados, faziam leitura labial e usavam a língua de sinais, com idades entre 19 (dezenove) e 30 (trinta) anos. Para a coleta dos dados, foram realizadas entrevistas em Língua Brasileira de Sinais, semi-estruturadas e individuais, as quais foram filmadas, transcritas e organizadas nas seguintes categorias de análise: caracterização da surdez, percepção e sentimentos referentes à descoberta da surdez, relação com a família, amigos e comunidade surda/ouvinte antes do uso da LIBRAS, e a percepção enquanto indivíduo surdo e a relação com família, amigos e comunidade surda/ouvinte após a aquisição da LIBRAS. A análise do discurso dos universitários surdos evidenciou que todos apresentaram preocupações quanto à descoberta da surdez e o modo diferenciado de comunicação imposto pela ausência da audição despertaram inúmeros sentimentos nos entrevistados como de solidão, isolamento, medo e vergonha. Apontaram também que todos os participantes tinham dificuldades de relacionamento com a família, alguns porque além da mesma não utilizam a LIBRAS, proibiam o uso dessa língua, ou seja, a comunicação era feita somente através da oralização, o que dificultava muito o seu entendimento; os dados demonstraram que as dificuldades de relacionamento se apresentavam também com outros não familiares, pois não havia amizade com surdos e a relação com os ouvintes era considerada difícil devido não poderem usar a LIBRAS; quanto à percepção de indivíduos surdos afirmam que a LIBRAS os ajudou a se aceitarem como indivíduos surdos, participarem de suas comunidades e terem uma melhor relação com a comunidade ouvinte. Os resultados mostraram que para os entrevistados a língua de sinais possibilitou a construção de uma identidade surda, propiciou a aceitação da condição de surdo; além de entenderem que possuem uma identidade, cultura, são capazes de se comunicar e desenvolver, compreenderam também que são indivíduos diferentes, porém não inferiores. Quanto à proibição do uso da língua de sinais, todos afirmaram que esta situação dificultou a relação com a família e os fez sentirem-se excluídos, tanto no ambiente familiar quanto na sociedade, além de se sentirem inferiores enquanto indivíduo surdo e incapazes do ponto de vista da comunicação oral e estabelecimento de relações interpessoais.

**Palavras-chaves:** Identidade Surda, LIBRAS, Interações sociais

**Atividade:** COMO MÃES E PROFESSORAS AVALIAM PRÉ-ESCOLARES COM E SEM INDICATIVOS DE PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO (Paineis)

**Trabalho:** COMO MÃES E PROFESSORAS AVALIAM PRÉ-ESCOLARES COM E SEM INDICATIVOS DE PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO

**Autor(es):** Vanessa Barbosa Romera, Ana Carolina Villares Barral Villas Boas, Alessandra Turini Bolsoni-Silva

**Resumo:** A literatura sobre desenvolvimento infantil sinaliza que a utilização de diversos tipos de instrumentos e informantes em avaliações comportamentais pode proporcionar dados de pesquisa mais adequados para mensuração e compreensão dos fenômenos comportamentais, tais como os problemas de comportamento. Alguns destes estudos indicam tanto uma concordância quanto uma discordância entre avaliadores, especialmente entre pais e professores. Esta pesquisa tem por objetivo comparar avaliações de mães e de professoras sobre indicativos de habilidades sociais e de problemas de comportamento de pré-escolares. Para obter a amostra, dezenove professoras de Escolas Municipais de Educação Infantil indicaram alunos que apresentavam problemas de comportamento e aqueles que eram socialmente habilidosos e responderam ao Questionário de Respostas Socialmente Habilidosas (QRSH-Professores) e à Escala Comportamental Infantil B de Rutter (ECI B). Assim, foram selecionadas 20 crianças (15 meninos e 5 meninas) por apresentarem indicativos de problemas de comportamento, segundo a ECI B (score <math>\leq 9</math> – Grupo PROBL) e 20 crianças (15 meninas e 5 meninos) por não apresentarem indicativos de problemas de comportamento (Grupo HABIL). Em seguida, as mães responderam aos instrumentos: a) Questionário de Respostas Socialmente Habilidosas (QRSH-Pais); b) Escala Infantil A2 de Rutter (ECI A2). Todos os

instrumentos são constituídos de uma escala likert de três pontos, com escore variando de zero a dois, as quais avaliam a frequência de respostas das crianças. Para participar do estudo, foram adotados os seguintes critérios de seleção: a) as mães deveriam viver maritalmente; b) as crianças do grupo PROBL deveriam atingir o escore maior ou igual a nove na ECI B e maior que 16 na ECI A2, por serem os critérios indicativos de problemas de comportamento; c) as crianças do grupo HABIL são deveriam atingir nenhum destes escores com indicativos clínicos, seja na avaliação das professoras, seja na das mães. Para o tratamento dos dados, primeiramente foram selecionados os itens dos instrumentos que estavam presentes tanto na versão para professores como na versão para pais. Foram realizadas análises estatísticas (Teste Wilcoxon) entre os escores totais e dos itens que compõem os instrumentos para fazer comparações intragrupo e considerados estatisticamente significativos os resultados com  $p \leq 0,05$ . Os resultados para o grupo PROBL indicaram que tanto no escore total do QRSH quanto no da ECI, mães e professoras não apresentaram diferenças estatisticamente significativas nas avaliações das crianças. Todavia, notou-se que as professoras tiveram uma avaliação mais favorável, ainda que não significativa, em comparação com as mães, tanto em relação às respostas socialmente habilidosas quanto aos problemas de comportamento. Os itens com diferenças significativas para o grupo PROBL no QRSH e na ECI foram: Faz elogios, Expressa carinhos e Tem queixas de dores de cabeça avaliados com mais frequência pelas mães; Brinca com colegas/ amigos, Impaciente/irrequieto, Parece tristonho e Não consegue permanecer numa atividade qualquer avaliados com mais frequência pelas professoras. Já os resultados referentes ao grupo HABIL demonstraram que as professoras identificam respostas socialmente habilidosas com maior frequência e, por outro lado, avaliam que as crianças apresentam respostas indicativas de problemas de comportamento com menor frequência. Foram encontradas diferenças estatisticamente significativas a favor das professoras nos seguintes itens do QRSH: 1) Procura ajudar; 2) Brinca com colegas/amigos; 3) Expressa desejos e preferências; 4) Expressa frustração e desagrado; 5) Comunica-se de forma positiva; 6) Expressa direitos e necessidades; 7) Negocia e convence outras pessoas. Com relação a ECI, o item Tende a ser uma criança solitária foi avaliado com mais frequência pelas professoras e o item Desobediente foi avaliado mais frequentemente pelas mães no grupo HABIL. Discute-se que as mães do grupo HABIL parecem ser mais exigentes nas avaliações dos filhos, em comparação com as professoras, tanto na percepção dos indicativos de problemas de comportamento (níveis mais altos) quanto nas habilidades sociais (níveis mais baixos). É possível que as crianças deste grupo discriminem os ambientes da família e da escola, sendo mais contidas e cooperativas no contexto escolar, o qual é mais exigente. Por outro lado, as crianças do grupo PROBL apresentaram os indicativos de problemas de comportamento indiscriminadamente tanto no ambiente familiar como no escolar, o que se deve ao próprio delineamento do estudo, que adotou como critério de inclusão que as crianças do grupo PROBL apresentassem problemas de comportamento tanto na escola quanto em casa. Contudo, as mães deste grupo parecem ser também mais exigentes que as professoras, provavelmente devido ao maior contato com as crianças e ao fato de que o ambiente familiar envolve menos exigências e regras que a instituição escolar. Os resultados sinalizam para a necessidade de ter diferentes informantes, em diferentes contextos na avaliação comportamental infantil. Além disso, é importante que futuras pesquisas investiguem variáveis proximais, tais como as práticas educativas maternas, que possam estar relacionadas à ocorrência de problemas de comportamento e ao desenvolvimento de habilidades sociais.

**Palavras-chaves:** problemas de comportamento, habilidades sociais, avaliação por mães e professoras

**Atividade: Avaliação do desenvolvimento mental e motor de crianças prematuras e de baixo peso em um serviço ambulatorial e sua relação com as condições de nascimento (Paineis)**

**Trabalho:** Avaliação do desenvolvimento mental e motor de crianças prematuras e de baixo peso em um serviço ambulatorial e sua relação com as condições de nascimento

**Autor(es):** Luciana Esgalha Carnier, Cristiane Mendes Chiloff, Gimol Benzaquen Perosa, Lívia Vasconcelos, Geraldo Henrique Silva, Débora Gerardo

**Resumo:** Introdução: Os avanços na área de cuidados neonatais têm influenciado sobremaneira a queda das taxas de mortalidade, garantindo a sobrevivência de crianças nascidas prematuramente e com baixo peso. Esta relação entre idade gestacional, peso e condições de nascimento tem se mostrado imprescindível na elaboração de prognóstico acerca da mortalidade, morbidade e do desenvolvimento. No entanto, a relação entre prematuridade e problemas do desenvolvimento não é linear, pois o ambiente em que a criança está inserida pode ser um fator mediador para o desenvolvimento das potencialidades da mesma e minimizar a vulnerabilidade biológica. Há estudos mostrando que as dificuldades observadas no início da vida podem ser recuperadas a médio e longo prazo, após a passagem de grandes marcos do desenvolvimento, como os primeiros anos de vida. Objeto de estudo: Desenvolvimento de crianças prematuras de baixo peso (até 1500g). Objetivos: O presente estudo tem como objetivo avaliar o desenvolvimento mental e motor de crianças com dois anos de idade nascidas prematuramente e sua associação com as condições de nascimento. Metodologia: Foram avaliadas 20 crianças prematuras (26 a 35 semanas) de baixo peso (690g a 1500g) acompanhadas no ambulatório de UTI neonatal do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu - Unesp. As condições de nascimento foram mensuradas através do escore CRIB (Clinical Risk Index For Babies). O desenvolvimento mental e motor foram avaliados pela Escala Bayley II quando as crianças atingiram a idade de dois anos. Foi realizada análise descritiva dos dados e regressão linear. Resultados: Foram avaliadas 20 crianças, sendo 11 do sexo feminino e 9 do sexo masculino. O escore obtido no CRIB variou de 1 a 13 pontos, sendo a pontuação média 3,35 (DP = 3,15). A avaliação do desenvolvimento mental constatou 60% das crianças com desenvolvimento significativamente prejudicadas, seguidas de 25% moderadamente prejudicadas, 10% desenvolvimento normal e 5% acelerado. Na avaliação do desenvolvimento motor foi observado 35% das crianças com desenvolvimento significativamente prejudicadas, 30% moderadamente prejudicadas, 30% normal e 5% acelerado. Não foi observada relação estatisticamente significativa entre as condições de nascimento avaliadas pelo CRIB e o desenvolvimento mental e motor apresentados. Discussão/Conclusão: Neste estudo não foi observada associação significativa entre as condições adversas do nascimento e desempenho no desenvolvimento global. No entanto é importante ressaltar que além da amostra pequena, tal estudo não considerou outras variáveis como as psicossociais. Os dados obtidos confirmam a literatura mostrando que o desenvolvimento não é linear, mas a vulnerabilidade inicial pode ser bastante alterada por condições ambientais e biológicas, podendo minimizar os efeitos decorrentes da adversidade neonatal.

**Palavras-chaves:** desenvolvimento infantil, Escala Bayley II, CRIB (condições de nascimento)

**Atividade: Interdição Judicial de pacientes psicóticos: a amputação da cidadania (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Interdição Judicial de pacientes psicóticos: a amputação da cidadania

**Autor(es):** Tatiana Lacerda Medeiros, Andréa Pato Vieira de Campos, Mariana Ferreira Santos Carteador, Marcus Vinicius de Oliveira Silva

**Resumo:** A partir do movimento da Reforma Psiquiátrica, a assistência em saúde mental no Brasil tem sido alvo de importantes transformações. Alguns setores da sociedade civil lutam por um novo modelo de atenção que priorize a dignidade, autonomia e a reinserção na família, no trabalho e na comunidade dos usuários dos serviços de saúde mental. Com a promulgação da Lei Federal 10.216, os direitos dos portadores de transtorno mental foram reconhecidos legalmente. A experiência em um programa de intensificação de cuidados para pacientes

psicóticos, cuja atuação está em conformidade com as novas diretrizes políticas de atenção à saúde mental, constata uma falta de sensibilidade por parte de certos órgãos públicos em incorporar à sua cultura institucional os paradigmas da Reforma Psiquiátrica. Diante disso, pode-se perceber que tais instituições, ao operacionalizar as políticas públicas relacionadas a esta parcela da população, tendem a interpretar as leis sem ter em perspectiva tais paradigmas já que as mesmas são passíveis de julgamento subjetivo. Tendo em vista o redirecionamento da atenção aos portadores de transtorno mental a partir de uma concepção ampliada de clínica, que impõe aos profissionais de saúde uma prática profissional comprometida com os aspectos psicossociais destes sujeitos, faz-se urgente um debate em torno da mediação das práticas burocráticas por partes dos mesmos, já que, ao modo tradicional de fazer clínica, os diálogos com as instituições públicas e os trâmites burocráticos que as caracterizam e se apresentam eventualmente no cotidiano dos nossos pacientes, são compreendidos como “extraclínicos”. No acompanhamento a psicóticos no referido programa, uma situação específica envolvendo o requerimento de um benefício assistencial – o Benefício de Prestação Continuada, previsto na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) – se revelou como uma questão de pouca visibilidade e extrema relevância, devido à prática inconstitucional de exigência, por parte de determinados órgãos públicos, da declaração de que os requerentes são totalmente incapazes para o exercício dos atos da vida civil, o que acarreta a banalização da interdição judicial. Esse procedimento, indicado apenas para casos em que haja prejuízo grave da capacidade de discernimento para a prática destes atos, ao ser imposto como condição para o recebimento do benefício traz como consequência a amputação desnecessária da cidadania de inúmeros portadores de sofrimento mental. O direito a esta renda mínima, que poderia significar um avanço na conquista da autonomia por parte destes sujeitos, torna-se assim uma “armadilha da pobreza”. Com base na interpretação tendenciosa de um critério expresso na LOAS, que restringe a concessão do benefício mediante a comprovação de “incapacidade para a vida independente e para o trabalho”, criou-se uma cultura no interior do INSS de encaminhamento dos requerentes ao Ministério Público Estadual para dar entrada no processo de interdição. O Ministério Público, por sua vez, acata estes pedidos e os encaminha ao Judiciário, que finaliza o processo, desabilitando a cidadania do sujeito. Diante de recursos tão escassos de sobrevivência, o psicótico facilmente abre mão da sua cidadania em troca de um benefício financeiro, o que se justifica pelo fato de que a discussão da cidadania e dos direitos humanos se apresenta para tais sujeitos de maneira muito sofisticada, contrapõe-se a concretude das dificuldades financeiras do cotidiano. Tendo em vista uma clínica psicossocial das psicoses que opera no registro do respeito à autonomia e à dignidade do portador de transtorno mental, faz-se urgente atentar para as dinâmicas institucionais que vão de encontro a estes princípios, impedindo a evolução clínica dos nossos pacientes. Assim, o profissional de psicologia comprometido com o modelo assistencial defendido pela Reforma Psiquiátrica, deve assumir um posicionamento político ativo, manejando junto ao paciente as situações críticas emergentes da sua relação com as instituições.

**Palavras-chaves:** Saúde mental, Interdição judicial, Cidadania, Autonomia, Clínica psicossocial

**Atividade:** Investigação do Impacto da Resolução “Boa Noite Teresina” na Percepção dos Policiais Civis do 5º, 11º e 12º Distritos da Zona Leste de Teresina (Paineis)

**Trabalho:** Investigação do Impacto da Resolução “Boa Noite Teresina” na Percepção dos Policiais Civis do 5º, 11º e 12º Distritos da Zona Leste de Teresina

**Autor(es):** Clarissa de Andrade e Silva, Alexsandro Augusto Carvalho de Oliveira, Anderson de Moura Lima, Silvana Teixeira de Araújo Sousa, Silvia Milena Barbosa Leite

**Resumo:** O presente trabalho traz como temática a exploração da percepção dos agentes da lei sobre a Resolução nº 12.000-001 GS/ 2005 que esteve vigente no período de 2005, intitulada “Boa Noite Teresina”. Tal Resolução se configurou como uma medida preventiva da violência

urbana verificada no período noturno no Estado do Piauí. Esta regularizou o horário de funcionamento de bares, restaurantes, casas de show, entre outros estabelecimentos, causando grande repercussão no modo de vida dos cidadãos teresinenses, tanto nos seus costumes quanto na possibilidade de favorecer mais segurança para os mesmos. Essa pesquisa visou trabalhar a temática da percepção dos policiais civis sobre a Resolução “Boa Noite Teresina” por esta não ter sido ainda investigada a fundo. E por os policiais serem indivíduos em constante enfrentamento da criminalidade e terem visão, dentro de parâmetros definidos, coerente dos efeitos que a resolução teve sobre a criminalidade, estes foram escolhidos como sujeitos amostra da pesquisa. Os distritos escolhidos (5º, 11º e 12º) para aplicação dos questionários foram os da zona leste por apresentarem o maior índice de homicídios da cidade. Os questionários ainda estão sendo aplicados, pois pretende-se atingir 10% do número total (71) de policiais civis que trabalham nos distritos mencionados acima. O questionário possui nove questões objetivas, nas quais se referem ao conhecimento que os policiais possuem a respeito da resolução, como conheceram e se receberam um treinamento para atuarem na operação “Boa Noite Teresina”, se os estabelecimentos alvo da resolução cumpriram as determinações contidas na mesma, se houve uma mudança de hábito em relação à ingestão de álcool durante o período de vigência da resolução e como eles avaliam o índice de criminalidade em Teresina após a vigência da resolução, e finalmente se eles eram contra ou a favor da resolução. De posse dos questionários far-se-á a análise estatística dos dados utilizando-se para tanto do programa SPSS para tabulação dos dados. Posteriormente os dados obtidos serão apresentados por meio de gráficos e tabelas, sendo os resultados relacionados ao referencial teórico. Os resultados esperados da pesquisa são os seguintes: os policiais civis não têm pleno conhecimento da resolução do “Boa Noite Teresina” porque são os delegados que se fundamentam na resolução e requisitam os policiais que estão no distrito no momento da intervenção apenas quando vão agir; não houve um treinamento para os policiais agirem na operação do “Boa Noite Teresina”; a maioria dos estabelecimentos cumpriram a Resolução do Boa Noite Teresina; provavelmente houve uma mudança de hábito na ingestão de álcool na cidade, o consumo passou a se dar mais em residências após o horário de encerramento dos bares, acredita-se que o índice de criminalidade diminuiu no período noturno e aumentou no período diurno e presume-se que os policiais aprovaram o “Boa Noite Teresina” pela própria aprovação da sociedade teresinense. Este trabalho traz ganhos para a ciência no sentido de incentivar o crescimento da pesquisa em psicologia na área jurídica e em temas que mechem diretamente e efetivamente na vida do cidadão comum.

**Palavras-chaves:** Vitimologia, Criminologia, Boa Noite Teresina, Policiais Civis, Segurança Pública

**Atividade: Argumentação e Cognição  
(Mesas Redondas)**

**Trabalho:** O DESENVOLVIMENTO DE CONDUTAS OPOSITIVAS EM CRIANÇAS:  
ANTECIPAÇÃO DE POSIÇÕES CONTRÁRIAS

**Autor(es):** Ana Paula Monteiro Ferreira

**Resumo:** Dentre os estudos que focalizam argumentação e processos de desenvolvimento, destaca-se o desenvolvimento de habilidades argumentativas orais em crianças pequenas. Esses estudos consideram a possibilidade de antecipação de contra-argumentos, ou seja, antecipar objeções ou perspectivas contrárias para o próprio argumento, uma ocorrência mais tardia no desenvolvimento. É foco de interesse e de investigação neste trabalho, o desenvolvimento cognitivo de habilidades argumentativas orais, especificamente as condutas contra-argumentativas em crianças numa faixa etária precoce de aquisição da linguagem (de 2 a 4 anos). Neste estudo investiga-se a emergência precoce de condutas opositivas nas interações infantis, especialmente as condutas contra-argumentativas, verificando a possibilidade de antecipação de contra-argumentos pela criança dentro do seu próprio discurso, focalizando as formas e os tipos de oposição que surgem na fala da criança. A argumentação é aqui entendida como uma atividade social, de natureza eminentemente dialógica e discursiva, na qual pontos de vista divergentes são negociados com o objetivo de convencimento de interlocutores diversos. Dentre os elementos básicos da argumentação, ponto de vista, justificativa e resposta, destaca-



se o contra-argumento, devido ao seu papel de oposição na constituição da argumentação. O contra-argumento representa qualquer idéia que direta ou indiretamente desafie o ponto de vista do falante. Vale ressaltar que essa noção de contra-argumento abrange dois planos distintos: a) a crítica direta aos argumentos do interlocutor e a defesa de um ponto de vista contrário; b) a possibilidade de antecipar oposições para as próprias posições. É essa concepção de contra-argumentação que será adotada no presente estudo. Nas situações de argumentação do cotidiano, o contra-argumento é um elemento trazido pelo “outro, seja ele um oponente real ou virtual” (Leitão, 2000), no caso de antecipações de contra-argumentos em relação a si próprio. Face à concepção de argumentação explicitada, bem como, a distinção feita na consideração da contra-argumentação, entre opor-se a outro e antecipar oposição ao próprio argumento, uma questão que se coloca é, desde quando as crianças são capazes de antecipar oposição ao próprio argumento? A análise dos dados coletados foi micro-analítica, realizada através de transcrições videográficas de vinte protocolos extraídos durante situações de refeição, com quatro crianças (dois meninos e duas meninas) de 2 a 4 anos (faixa etária mais precoce do que a retratada pela literatura atual). A análise dos resultados possibilitou constatar como são praticadas e exercitadas em família as estratégias argumentativas pelas crianças. As condutas positivas desenvolvidas pelas crianças envolvem justificativas as próprias afirmações e ao próprio discordar, a possibilidade de contra-argumentar afirmações ou pontos de vista a quem as havia produzido, como também, antecipar contra-argumentos (oposições para as próprias posições). A criança ao incorporar o argumento do interlocutor, desloca-o da sua situação de uso, para negá-lo ou negociá-lo, construindo suas justificativas e explanações, tendo como suporte suas condutas positivas a argumentos elaborados pelo outro (proponente), e que anteriormente foram dirigidos à criança. Ao se colocar na perspectiva do interlocutor, a criança toma pra si a voz que atribui do outro. Tomar a perspectiva do outro, é, em muitas situações, tomar o seu argumento. Daí a possibilidade de antecipações de contra-argumentos para as próprias posições. De um modo geral, a análise das interações das crianças possibilitou investigar um repertório variado de condutas positivas presentes em fases precoces do desenvolvimento, inclusive de condutas antecipatórias relativas a posições contrárias ao próprio argumento. É isso que pretendo explorar neste trabalho, suscitando reflexões e despertando o debate acerca das condutas positivas nas interações infantis (Apoio: CNPq).

**Palavras-chaves:** argumentação, condutas positivas, contra-argumentos

**Trabalho:** A CONSTITUIÇÃO ARGUMENTATIVA DOS PROCESSOS INFERENCIAIS PREDITIVOS NA COMPREENSÃO TEXTUAL

**Autor(es):** Ticia Cassiany Ferro Cavalcante

**Resumo:** Os estudos acerca da compreensão textual trouxeram, até hoje, contribuições valiosas na tentativa de delimitar a complexidade dos processos cognitivos e lingüísticos envolvidos na compreensão textual, o que acabam por destacar alguns desses processos em detrimento de outros. Na mesma linha, algumas pesquisas propõem verificar a competência envolvida na leitura proficiente, seguindo o pressuposto cognitivista de que o leitor integra informações extra e intra-textuais. Tais estudos de base cognitiva (monológica) consideram que, ao compreender o texto, o leitor busca na mente (individual) informações que podem ser acessadas pela linguagem. O presente estudo não compartilha do pressuposto de que a compreensão de texto é alcançada pela representação mental dos leitores. Aqui, considera-se que o processo de compreensão textual se constitui dialogicamente, é sempre uma resposta ativa à enunciação de outrem. Há sempre um conflito tenso e ininterrupto inerente ao processo de compreensão, permitindo que haja um acento de valor apreciativo na sua constituição. Assim, para que uma inferência seja gerada, parece ser preciso estabelecer-se negociação com as diversas possibilidades de fazer sentido que emergem, possibilitando a elaboração de hipóteses confirmáveis ou refutáveis no decorrer da leitura. As inferências de predição são concebidas como processo de constante emissão e verificação de hipóteses, obrigatórias à constituição da compreensão textual. Por conseguinte, foram focalizadas no presente estudo pela complexidade de sua constituição, que permite a elaboração de hipóteses a serem confirmadas ou refutadas, e pela sua obrigatoriedade na constituição da compreensão textual. Na inferência de predição, talvez o leitor precise negociar com as possibilidades de fazer sentido do texto para a escolha da

sua hipótese sobre a continuidade textual, desencadeando a argumentatividade. Na geração de inferências de predição, o leitor pode se deparar com essa situação de contradição, ao negociar com as diversas possibilidades de continuação do texto para a escolha de sua hipótese (ponto de vista), para a continuação do texto. Para alguns estudiosos do discurso argumentativo, a contra-argumentação é o elemento mais explícito que indica a presença da oposição, o que leva ao estabelecimento da negociação. Contudo, os próprios elementos constitutivos do argumento remetem a esse caráter dialético inerente às situações enunciativas, pois, ao se elaborarem argumentos (ponto de vista e justificativa), imagina-se que haja inerentemente a apreciação (marcação axiológica) - a contradição discursiva. De modo mais específico, o discurso argumentativo possui natureza polêmica, pois o interlocutor está em situação discursiva específica em que precisa assumir um ponto de vista e defendê-lo frente a uma audiência (interlocutor). O objetivo do presente estudo é investigar a geração de inferência preditiva, levantando-se a hipótese de que esse processo tem natureza inerentemente argumentativa. Na tentativa de capturar o processo de geração de inferência de predição durante situação de leitura on-line, foi criada uma situação metodológica em que se utilizou uma história. Os participantes dessa investigação foram sete (07) leitoras universitárias, com idades entre 20 a 23 anos, de uma universidade particular da cidade do Recife, cursando Fonoaudiologia. As leitoras participaram individualmente de uma atividade de leitura de uma história e de um teste de compreensão on-line, sendo solicitadas a responderem, oralmente e em voz audível, a questões que apareciam no decorrer do texto na situação de leitura. As perguntas, que surgiam a cada fragmento do texto lido, foram elaboradas a fim de facilitar a emergência de inferências de predição, e posteriormente, a verbalização das bases geradoras dessas inferências. Para entender a argumentatividade inerente ao processo de inferência de predição, foi realizada uma análise processual que permitiu capturar as operações argumentativas presentes nas predições. Os resultados indicaram que as inferências preditivas possuem natureza essencialmente argumentativa, pois sua configuração emerge em forma de conclusão de argumento (pontos de vista) na maioria das seqüências discursivas investigadas. Ao explicitar as bases geradoras das inferências preditivas, as participantes demonstram que essas inferências foram elaboradas argumentativamente ao verbalizar os fundamentos dos pontos de vista (justificativas). Houve muitos movimentos de oposição nos argumentos das participantes, indicados pelos marcadores lexicais, que sugeriram um enfraquecimento dos argumentos dos participantes, ao precisarem negociar entre as diversas possibilidades de continuação do texto. Esses movimentos de oposição foram indicativos de ajuste e refutação de alguns argumentos das participantes ao negociarem com as vozes dialógicas pela consideração de outras perspectivas de continuação textual. Na constituição argumentativa das inferências de predição, ao assumir argumento e verbalizar as bases geradoras de suas inferências, já está embutida, no discurso do leitor, a negociação. Ao explicitar os fundamentos do seu ponto de vista (justificativa), o leitor demonstra haver atividade negociativa quando assume uma hipótese como continuação do texto, e não outra. Desse modo, as próprias justificativas estão impregnadas de oposição, pois o fato de haver o argumento, já é, em si, assumir a dimensão dialética da argumentação.

**Palavras-chaves:** argumentação, compreensão textual, dialogicidade

**Trabalho:** A ESCRITA: PROCESSO DIALÓGICO-ARGUMENTATIVO DE CONSTITUIÇÃO DO CONHECIMENTO

**Autor(es):** Angela Maria Oliveira Santa-Clara, Selma Leitão Santos

**Resumo:** Inegavelmente, muitos pesquisadores, tanto no campo da psicologia quanto da educação, dado o reconhecimento da escrita como um dos elementos fundamentais para o progresso escolar dos indivíduos, têm demonstrado um crescente interesse por investigações nesta área. Entretanto, observa-se que grande parte da literatura científica apóia suas investigações no pressuposto implícito de que o ato de escrever é um recurso que permite ao indivíduo a explicitação de idéias estocadas em sua memória, enquanto tais. Pouco tem sido dito a respeito do caráter que a escrita teria como constituinte dessas próprias idéias. Tentativas recentes nessa direção manifestam uma tendência de trabalhar na busca do suposto mecanismo responsável pela geração de novas idéias, tendo como foco central os processos

intrapicológicos tidos como subjacentes à produção da escrita. As abordagens de tradição cognitivista estão entre as que vêem a constituição de conhecimento na escrita como um processo de estabelecimento, no plano intrapsíquico, de novas relações entre conhecimentos anteriores. Os aspectos interpsicológicos e contextuais envolvidos na produção escrita, quando considerados, tendem a ser vistos apenas como agentes de estimulação e de geração de informações necessárias à escrita. Contrapondo-se a essa tendência, o presente estudo parte do pressuposto de que a produção da escrita possui um importante potencial de constituição do conhecimento humano, tendo como objetivo demonstrar que, ao escrever, o indivíduo não só explicita, mas também constitui/atualiza conhecimentos. Entende-se a produção de textos escritos como um esforço contínuo para a construção de sentido. Nada se encontra “pronto”, antecipadamente na mente do indivíduo. É, antes, um processo que vai se desenvolvendo à medida que se desenrolam as negociações entre o autor e as muitas ‘vozes’ (no sentido bakhtiniano) com que o mesmo dialoga ao gerar um texto escrito. A existência de uma argumentatividade inerente a esse processo de negociação é o que consideramos como o aspecto chave do caráter construtor/transformador da linguagem, e é precisamente nessa argumentatividade que identificamos o potencial constitutivo de conhecimentos na produção escrita. Entendemos que tal processo, embora não esteja excluído de outras modalidades da linguagem, parece encontrar na forma escrita o meio ideal para se desenvolver, dado o seu caráter de registro permanente e disponível que a transforma em objeto privilegiado de reflexão. Nossos dados sugerem que a produção do texto escrito, em certas condições de produção e em determinados gêneros do discurso, tais como os gêneros escolares, é um processo que se desenvolve no tempo, alternando momentos de estabilidade e de variabilidade. Nos processos de produção analisados, observamos que os momentos de variabilidade dão lugar à instauração do subprocesso de Revisão Local caracterizado pelo que conceituamos como operações dialógico-argumentativas, dando lugar a novos momentos de estabilidade. Estas operações promovem a constituição dos conhecimentos, participando da construção do próprio texto. Os conhecimentos identificados durante este processo, foram de diversas ordens, tais como conhecimentos de conteúdo, conhecimentos pragmáticos, conhecimentos lingüísticos e conhecimentos procedurais. Em suma, desde a difusão das teorias sócio-histórico-culturais no mundo ocidental, em meados do século XX, e do subsequente impacto causado sobre a comunidade científica, vem crescendo significativamente a produção de estudos que contribuem para o desenvolvimento dos postulados iniciais de Vygotsky, maior expoente dessa perspectiva. Entre as idéias mais fecundas exploradas nas últimas décadas, destaca-se o papel fundamental atribuído à linguagem na constituição do funcionamento mental humano; de acordo com essa perspectiva a apropriação de formas discursivas desenvolvidas nas interações sociais resultaria na própria constituição do psiquismo. Neste cenário, emerge uma questão crucial: Que elemento/aspecto da linguagem poderia conferir-lhe esse papel constitutivo? Tal questionamento se encontra na base do presente estudo, que investigou a linguagem escrita, buscando explicitar o seu potencial na constituição do conhecimento (Apoio: CNPq).

**Palavras-chaves:** argumentação, construção do conhecimento, dialogicidade, escrita

**Atividade: A Psicologia na mídia: uma reflexão sobre o Programa PLENAMENTE (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** A Psicologia na mídia: uma reflexão sobre o Programa PLENAMENTE

**Autor(es):** Elza Maria do Socorro Dutra, Louise Elali

**Resumo:** Atualmente, os meios de comunicação de massa assumem uma grande importância para a sociedade. O ser humano se vê refletido neles e, ao mesmo tempo, se espelha naquilo que é divulgado. Apesar disso, ainda são poucos os estudos sobre esse efeito, e, menos ainda, as tentativas de se usar disso para discutir com a população, de modo aprofundado, os problemas do homem contemporâneo, embora seja frequente que as emissoras de televisão entrevistem psicólogos a fim de esclarecer pontos obscuros presentes em assuntos ligados ao dia-a-dia do telespectador, como drogas, depressão, ansiedade ou ciúmes. Nesse sentido, a Psicologia costuma ser encarada pelos leigos como uma atividade quase “mística”, quer como

um treinamento profissionalizante que dá ao seu portador o poder de entender detalhes relacionados a fatos que a maioria das pessoas não entende, quer como um exercício de “adivinhação” (previsão de comportamentos e opiniões futuras, por exemplo). Sob esta perspectiva, foi proposto à TV Universitária da UFRN um projeto de extensão que consistiu na realização do PLENAMENTE, um programa voltado para a discussão de temas psicológicos, visando integrar um pouco mais a Psicologia à vida cotidiana dos natalenses, de modo a ajudar a população a entender melhor temas presentes em sua vivência diária e, ainda, desmistificar a visão anteriormente mencionada. Após a elaboração de um programa-piloto submetido à emissora, foram realizados 24 com 30 minutos de duração cada, tendo como âncora a Dra. Elza Dutra. O PLENAMENTE foi veiculado pela TV-U entre os meses de julho a dezembro de 2006, todas as terças-feiras às 19 horas. Entre os temas trabalhados encontram-se: o que é psicologia, maternidade, escolha profissional e vestibular, suicídio, prostituição infantil, doenças da alma, paixão pelo futebol, ditadura do verão, Carnatal (o carnaval fora de época de Natal-RN). Na elaboração do programa foi utilizado um método de trabalho coerente com sua proposta inicial de refletir a realidade não só local mas tentando atingir as pessoas enquanto seres humanos inseridos no mundo, buscando mesclar depoimentos de personagens externos (editados antecipadamente) e uma discussão do assunto com profissionais, mediada pela psicóloga-âncora. Para tanto, cada episódio envolveu: 1) Reunião de pauta, na qual era escolhido e discutido o tema da semana (em função dos acontecimentos marcantes naquele período e cuja discussão social se mostrasse evidente), bem como indicados os possíveis convidados e personagens a entrevistar. 2) Contato com os convidados e marcação dos depoimentos dos personagens. 3) Apuração dos depoimentos dos personagens (nos locais onde se encontrassem - externas). 4) Edição dos depoimentos, ou seja, assistir a entrevista gravada e reduzi-la ao tempo disponível no programa, escolhendo as melhores passagens e frases importantes, mantendo a essência do depoimento e trabalhando junto aos técnicos da TVU. 5) E, finalmente, gravação do programa (em estúdio), contando com dois convidados escolhidos em função de sua ligação com o assunto. Como um projeto acadêmico que aliou temas psicológicos à prática televisiva e foi desenvolvido em uma televisão universitária, algumas dificuldades relacionadas à organização e à maneira de trabalhar da instituição foram detectadas, sendo imprescindível que a equipe se adaptasse a tal situação, em alguns casos com algum prejuízo de nossas pretensões iniciais. Entre os problemas verificados encontram-se questões ligadas aos reduzidos custos de produção e aos horários rígidos dos técnicos disponíveis, pouco compatíveis com nossas atividades acadêmicas. Além disso, durante todo o processo foram necessários constantes negociações e ajustes para reduzir as divergências entre as práticas jornalísticas e as práticas psicológicas no que se refere a aspectos como, por exemplo, a condução das entrevistas (mais lenta para os psicólogos, e mais ágil para os jornalistas) e seu reflexo na utilização do tempo disponível (que, em televisão, precisa ser extremamente otimizado) e no ritmo imprimido ao programa. Apesar dessas dificuldades, de modo geral, as metas estabelecidas para o primeiro ano de existência do programa foram cumpridas, já que o mesmo conseguiu aliar um lado acadêmico de explicação de fenômenos com um lado de informação, muitas vezes não só sobre tais fenômenos em si, mas, também, sobre maneiras melhores de como lidar/reagir a eles. Permitindo uma maior reflexão tanto sobre os temas tratados quanto a respeito da dificuldade de popularizar sua discussão fora da esfera acadêmica, a elaboração do Programa PLENAMENTE foi um grande desafio. Espera-se que a iniciativa tenha continuidade (o que nos proporcionará oportunidade para seu aperfeiçoamento), e que, além disso, possa vir a inspirar tal tipo de empreendimento em outros contextos.

**Palavras-chaves:** psicologia e mídia, programa Plenamente, psicologia na TV

**Atividade: Cognição e Fenomenologia  
(Mesas Redondas)**

**Trabalho: COGNIÇÃO E FENOMENOLOGIA: REFLEXIVIDADE COMO PROCESSO  
COGNITIVO**

**Autor(es):** William Gomes, Amanda da Costa da Silveira, Maickel Andrade dos Santos

**Resumo:** O método fenomenológico tornou-se conhecido para grande parte dos estudiosos da psicologia por suas associações ao movimento humanista e à filosofia existencial. O método ganhou certa notoriedade nas décadas de 1970 e 1980 por ter sido uma das bases de sustentação dos métodos qualitativos, recém lançados. No entanto, o movimento fenomenológico se caracterizou por se tratar tanto de uma filosofia da facticidade, a injunção da existência humana aos fatos do mundo; quanto de um método para guiar o pensamento no seu modo de pensar. Enquanto método, a fenomenologia é um recurso para orientar nossos passos reflexivos, esse movimento da consciência sobre si mesma, essa reversão sistêmica entre perceber e falar, ou ainda essa conversação interna que mantenho continuamente comigo mesmo, entre o eu do presente, com o você do futuro, sobre o mim do passado. Na verdade, trata-se de três modos de se referir ao mesmo fenômeno da reflexividade. Enquanto metodologia, a fenomenologia, nas suas várias tradições, não se caracteriza pela exclusão desta ou daquela classe de fenômenos ou pela inclusão de contextos, contornos e afetos. Ela se caracteriza pela imersão do pesquisador na facticidade, na injunção de um corpo reflexivo inseparável de onde vive, do que já viveu e do que espera viver. Um corpo que dá acesso e responde à ação reflexiva. Assim, o objetivo desta exposição é traçar um paralelo histórico entre cognição e fenomenologia, para mostrar como a cognição se tornou fenomenológica, e a fenomenologia se tornou experimental. A presente exposição está dividida em três partes. A primeira revisa a história do pensamento psicológico para definir e elucidar o problema da facticidade, isto é, a inseparabilidade entre corpo, cognição e comportamento. A segunda esclarece alguns mal-entendidos que afastaram a fenomenologia das principais preocupações psicológicas, como por exemplo, as noções de fenomenalidade, fenomenismo, subjetividade e observação. A terceira apresenta o estudo da reflexividade como uma forma de aproveitar as contribuições da fenomenologia para a elucidação de problemas centrais da cognição. Na primeira parte, comparam-se as discussões epistemológicas entre dois encaminhamentos metodológicos para o estudo dos fatos psíquicos no final do século XIX: a introspecção experimental e a fenomenologia empírica. O objetivo é apontar a centralidade cognitiva nas duas proposições, contrastando a proximidade ontológica (consciência imediata) e o distanciamento epistemológico (modos de acesso à consciência imediata). Na segunda parte, percorre-se a trajetória da psicologia experimental e da fenomenologia empírica, ressaltando o período de maior distanciamento entre as duas correntes: a primazia da primeira pessoa para a fenomenologia e da terceira pessoa para a psicologia experimental. A análise destaca que a exploração das possibilidades do método experimental foi importante para o estudo dos processos psicológicos básicos, extrapolando o interesse exclusivo no comportamento para incluir a mediação cognitiva e os seus concomitantes neuroquímicos. Do mesmo modo, as contribuições da fenomenologia descritiva foram fundamentais para a renovação dos métodos de pesquisa, mas limitadas como projeto para construir uma psicologia sobre os alicerces da experiência vivida. Na terceira parte, a fenomenologia é redefinida como uma psicologia dos processos cognitivos, não para atualizar seu programa ou aplicações em conformidade com o que está na moda, mas para mostrar que seu campo de interesse e estudo é a injunção entre cognição e comportamento através da corporalidade. O argumento é ilustrado aqui pelos títulos dos capítulos do clássico “Fenomenologia da Percepção” de Merleau-Ponty, por exemplo: a “sensação”, a “associação” e a “projeção das recordações”, a “atenção” e o “juízo”, o corpo como expressão e a fala, e o Cogito. A apresentação conclui mostrando como o método fenomenológico tem se beneficiado das influências da semiótica e tem propiciado o diálogo com as neurociências, no sentido de se interligar o entendimento asséptico de terceira pessoa da psicologia experimental, com as vivências da primeira pessoa da filosofia existencial, introduzindo a dialogicidade da segunda pessoa, a intersubjetividade da fenomenologia. O encadeamento das três partes se fará por meio do estudo da reflexividade, nas suas implicações filosóficas, científicas e semióticas. (CNPq/CAPES)

**Palavras-chaves:** reflexividade, fenomenologia, cognição, semiótica, história da psicologia

**Trabalho:** DIALOGICIDADE E REFLEXIVIDADE: REGISTROS SISTEMÁTICOS DO PROCESSO CONSCIENTE

**Autor(es):** Mariane Lima de Souza

**Resumo:** A consciência é um processo que envolve a interação contínua entre pensamento e linguagem. A consciência de si é um processo específico que tem por base a reflexividade. Ao tomar a si próprio ou as suas próprias ações como objeto de seu pensamento, o processo consciente funciona como ato de fala, isto é, um ato de linguagem comunicativo. A psicologia sempre esteve atenta ao fenômeno da 'fala privada' que surge já nos primeiros anos da infância, conforme os registros piagetianos. Porém, somente a partir da década de 1960, com a introdução do trabalho do psicólogo russo Lev Vygotsky (1860-1934) no Ocidente, o fenômeno da fala privada infantil ou fala interna passa a ser entendido como um ponto chave no desenvolvimento do pensamento. A internalização da fala, mais especialmente dos diálogos que a criança ouve e reproduz quando está sozinha, estrutura o pensamento e torna-se um modelo para a fala privada adulta e, por conseqüência, para o processo reflexivo consciente. Contudo, para investigar processos psicológicos básicos tais como a reflexividade consciente a partir da fenomenologia é preciso antes resolver o problema de como integrar dados de primeira pessoa com dados de terceira pessoa para obter evidências confiáveis. Em outros termos, é preciso estabelecer as condições nas quais é possível verificar empiricamente a validade de algumas hipóteses formuladas sobre o processo reflexivo da consciência. A psicologia cognitiva vem estudando o pensamento em ação há várias décadas, com o objetivo de entender quais são as estratégias de raciocínio utilizadas pelas pessoas para resolverem problemas diversos. Com relativo sucesso, tem empregado uma metodologia que integra dados de observação, em situações mais ou menos controladas experimentalmente, com auto-relatos feitos pelos participantes dos experimentos. O foco da investigação é o processo reflexivo aplicado a uma situação específica: a resolução de problemas. Os resultados levantados, contudo, servem preferencialmente a uma avaliação das estratégias de pensamento como mais ou menos adequadas à resolução de determinado tipo de problema do que a uma investigação ontológica da reflexividade do processo consciente. O objetivo da presente exposição é apresentar a fenomenologia experimental como método de investigação da reflexividade, e traçar uma análise crítica de seus limites e possibilidades. Parte-se dos pressupostos de que a fala interna adulta verbalizada pode ser tomada como via eficiente de investigação fenomenológica da experiência consciente de reflexividade, de que a fala interna verbalizada é um índice confiável do processo reflexivo consciente, e de que o processo reflexivo consciente funciona como uma relação dialógica. As evidências que sustentam o argumento são fornecidas pelos achados de estudos empíricos sobre a fala privada infantil e adulta. Nesses estudos, um contexto de resolução de problemas é utilizado para eliciar a verbalização da fala interna. A análise dessas verbalizações, com foco na forma e no conteúdo, retoma a discussão sobre a reflexividade consciente na perspectiva da psicologia da comunicação. A lingüística e a semiótica contribuem com as noções de atos da fala e ato comunicativo para esclarecer como se estabelece a relação dialógica. Por sua vez, a relação dialógica é definida como supralingüística – ela não é nem lógica nem lingüística, mas funciona como as relações de concordância-discordância, pergunta-resposta, declaração-réplica. Cada reiteração em um diálogo é caracterizada a partir da função que ela desempenha no processo comunicativo, ressaltando a importância fundamental do contexto na relação comunicativa. Por fim, define-se a reflexividade como um processo de entrecruzamento entre o mundo interno e o meio externo, ou, nos termos da psicologia cognitiva, entre pensamento e linguagem, mediado pela comunicação; ou tomando-se a fenomenologia como recurso epistemológico para guiar nosso pensamento, como um processo de interação entre consciência e experiência, mediada pelo corpo.

**Palavras-chaves:** processo consciente, reflexividade, dialogicidade, fenomenologia, cognição

**Trabalho:** MEMÓRIA, COGNIÇÃO E EXPERIÊNCIA: EQUILIBRANDO EVIDÊNCIAS NEURAIS, COMPORTAMENTAIS E FENOMENAIS

**Autor(es):** Gustavo Gauer

**Resumo:** Nem todos os processos cognitivos são acompanhados por indicadores de sua ocorrência na consciência fenomenal do indivíduo. Por exemplo, em tarefas de memória implícita o indivíduo adquire e recupera nova informação sem que esteja ciente dessas modificações. Por outro lado, algumas capacidades de memória são marcadas pela presença de estados distintos

de experiência fenomenal. No caso da memória episódica e autobiográfica, os estados fenomenais não apenas acompanham os processos, mas definem a própria natureza destes últimos. Emerge daí uma questão fundamental, sobre o papel dos diferentes tipos de evidência na construção de modelos neurocognitivos. Três tipos, ou níveis, de evidências seriam relevantes à modelagem de processos cognitivos: o comportamental, o anatomo-fisiológico ou neural, e o fenomenal. Contudo, nem todos recebem a mesmo peso na modelagem. Tradicionalmente, os paradigmas de investigação de processos cognitivos baseiam-se em evidência comportamental. Trata-se de dados observáveis e quantificáveis, aferidos em medidas de tempo de reação e desempenho na tarefa. Esses dados são examinados segundo um critério inferencial de análise de tarefa, pelo qual define-se quais respostas correspondem a quais processos. O segundo nível, da evidência neural, tem conhecido um grande crescimento em virtude dos avanços tecnológicos em neuroimagem funcional. Eles são tomados como indicadores diretos de processos biológicos observáveis durante o desempenho em tarefas cognitivas. Passíveis de observação direta e quantificação, os dados neurais apresentam a vantagem de uma representação gráfica de grande apelo. Ainda assim, é por meio da análise de tarefa que o pesquisador definirá qual processo cognitivo está em funcionamento quando se observa uma determinada resposta comportamental, concomitantemente à ativação de determinadas regiões cerebrais. Por sua vez, a evidência fenomenal refere-se à experiência em “primeira pessoa”, aferida através de relatos do indivíduo sobre sua experiência com uma tarefa, durante ou após a execução da mesma. Esses dados são vistos com reservas por muitos pesquisadores. Argumenta-se que tal evidência introspectiva não atende a critérios metodológicos de quantificação e fidedignidade. De fato, essa evidência é mediada pela linguagem, estando portanto sujeita a nuances semânticas. No que tange à explicação, o aspecto experiencial é frequentemente relegado à condição de epifenômeno. Tem-se então a tradicional rejeição, presente em vários contextos de pesquisa psicológica, dos dados da experiência em primeira pessoa. Entretanto, mesmo reconhecendo-se as dificuldades metodológicas, novas propostas que abordem a evidência fenomenal de forma sistemática e rigorosa devem ser consideradas. A sistematização dos procedimentos colaborará para o manejo da fidedignidade de relatos, de forma que esses dados possam enriquecer o entendimento dos processos cognitivos em apreço. Por exemplo, a evidência introspectiva pode ser sistematicamente aferida na forma de relatos em que os participantes categorizam ou avaliam aspectos específicos da sua experiência podem propiciar necessário controle sobre as tarefas. Tais dados prestam-se à análise estatística e a procedimentos de controle fundamentais ao mapeamento por neuroimagem. Mais que isso, avanços em critérios rigorosos de análise qualitativa podem colaborar para uma interpretação desses dados que seja útil aos modelos neurocognitivos. Um campo de estudos que tem indicado para esta direção é o da memória autobiográfica. Memória autobiográfica é definida pela presença de um estado subjetivo específico, de recordação consciente, que acompanha a lembrança de eventos pessoalmente experienciados. Isso coloca desafios metodológicos importantes, sobretudo para o mapeamento dessas capacidades em modelos neurocognitivos. Aqui, a simples correlação entre desempenho comportamental e ativações cerebrais não dá conta da explicação do processo. Estudos recentes que investigam correlatos neurais da memória autobiográfica têm se deparado com a questão, propondo soluções metodológicas que integram os níveis de análise. Nesse campo, encontram-se consolidados os papéis da neuroimagem e do dado comportamental de desempenho. Esses esforços têm sido direcionados à necessária consideração de dados fenomenais, seja na forma de questionários de auto-relato, na montagem de protocolos de introspecção, ou na delimitação cuidadosa entre desempenho e experiência na tarefa. Para além das propostas atuais desses estudos, entende-se haver avanços possíveis nas frentes metodológica e epistemológica. Do ponto de vista metodológico, a contribuição vem do o avanço em critérios rigorosos de análise qualitativa de dados fenomenais e comportamentais. No âmbito epistemológico, uma proposta para combinar os níveis de evidência é a mútua demarcação, postulada no contexto da neurofenomenologia. Nessa perspectiva, por um lado, dados fenomenais impõem limites à análise e interpretação das evidências de processos fisiológicos, e dados referentes a estes últimos demarcariam o trabalho conceitual de maneira mais complexa que a análise da tarefa. No caso específico de capacidades cognitivas complexas tais como memória autobiográfica – e ainda funções executivas, processos atencionais, e estratégias metacognitivas, entre outros – cumpre continuar avançando nos métodos de coleta e análise de evidência fenomenal. Assim se poderá equilibrar a integração dos três conjuntos de evidências: modelos formais de processos cognitivos derivados da análise de respostas a tarefas; dados

neurais de ativação cerebral coletados por técnicas de neuroimagem; e dados fenomenais de primeira pessoa sistematicamente aferidos através de métodos rigorosos. (CAPES)

**Palavras-chaves:** memória, cognição, consciência, neurociências, fenomenologia

**Atividade:** SKINNER E WITTGENSTEIN: O QUE HÁ EM COMUM ENTRE O BEHAVIORISMO RADICAL E AS INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS  
(Paineis)

**Trabalho:** SKINNER E WITTGENSTEIN: O QUE HÁ EM COMUM ENTRE O BEHAVIORISMO RADICAL E AS INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS

**Autor(es):** Natália Santos Marques, Alexandre de Pontes Nobre, Aécio de Borba Vasconcelos Neto

**Resumo:** RESUMOTítulo: SKINNER E WITTGENSTEIN: O QUE HÁ EM COMUM ENTRE O BEHAVIORISMO RADICAL E AS INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS  
O Behaviorismo tem sido alvo de críticas freqüentes, em especial a partir de uma série de incompreensões derivadas das modificações que ocorreram ao longo de sua história. Uma proposta de Behaviorismo é a Análise do Comportamento, que se baseia nos escritos de B. F. Skinner. Suas concepções, por exemplo, a respeito de eventos privados e a natureza do conhecimento humano, relacionados principalmente com sua noção de linguagem, o distingue de outras abordagens psicológicas em geral, e outras propostas behavioristas em particular. Possíveis interlocuções entre esse sistema e outros campos do saber podem ser interessantes para uma maior compreensão da obra de Skinner. Nesse sentido, procuramos apresentar uma análise comparativa entre os posicionamentos epistemológicos de Skinner e L. Wittgenstein, visto que, apesar de estarem inseridos em campos diferentes do saber, diversas são as possibilidades de interlocução entre tais autores. A abordagem wittgensteiniana aqui apresentada se refere ao último momento de sua produção filosófica, ou seja, às concepções expostas em sua obra "Investigações Filosóficas". As concepções teóricas referentes ao Behaviorismo Radical, por sua vez, referem-se ao momento mais maduro da obra de Skinner, ou seja, o momento em que o autor começa a desenvolver uma noção funcional de linguagem, o que ocorre mais claramente a partir de seu texto "A Análise Operacional de Termos Psicológicos", de 1945. Assim, por meio de pesquisa bibliográfica, discutimos as semelhanças apresentadas por Willard Day em seu artigo "On certain similarities between the Philosophical Investigations of Ludwig Wittgenstein and the Operationism of B.F. Skinner", analisando as dez similaridades por ele apontadas. Em relação à primeira similaridade apontada por Day, antipatia ao positivismo lógico, os resultados da pesquisa constataram que, embora tenham sido de alguma forma vinculados ao positivismo lógico, tanto Skinner quanto Wittgenstein desenvolveram verdadeira oposição a certas propostas dessa doutrina filosófica, produzindo, posteriormente, trabalhos marcadamente distantes dos pressupostos lógico-positivistas. Quanto à segunda similaridade, o anti-reducionismo, a pesquisa pôde constatar que ambos os autores posicionam-se contrários à possibilidade de redução do fenômeno às suas partes constituintes, imprimindo análises funcionais do comportamento e distinguindo-se, portanto, da proposta reducionista. Quanto à terceira similaridade, o anti-dualismo, ambos os autores negam a proposta dualista de falar da mente como entidades internas, considerando que tal posicionamento envolve o erro de supor que a dicotomia físico-mental remete a dois reinos ontológicos distintos. Pela mesma razão, posicionam-se como anti-mentalistas, pois repudiam veementemente a concepção cartesiana que envolve a postulação de instâncias mentais (imateriais) causadoras de comportamento. A respeito da caracterização do significado dos eventos privados, constatamos que ambos admitem que ter uma experiência não é possuir alguma tipo de "objeto" mental, mas uma ocorrência de dimensões físicas cuja relação com o sujeito depende de determinadas contingências sociais. É também similar a argumentação de ambos contra a possibilidade de uma linguagem puramente privada, no sentido de uma linguagem cognoscível apenas ao indivíduo, pois, segundo eles, toda linguagem é uma convenção de uma comunidade de falantes. A ênfase na natureza comportamental da linguagem, apontada por Day, também pôde ser constatada como similaridade entre os autores, pois, em



ambas as perspectivas, a linguagem é vista como algo natural, parte do comportamento social da espécie humana. A oposição às teorias referenciais da linguagem também foi constatada como semelhança entre os autores, pois tanto Wittgenstein quanto Skinner propõem que tais teorias devam dar lugar à observação do uso das palavras e suas funções nos jogos de linguagem (nos termos de Wittgenstein), ou, segundo Skinner, dar lugar à descrição das contingências de reforçamento dispostas pela comunidade verbal. A pesquisa constatou ainda que ambos concebem o significado como uso, em substituição da noção de significado como instância, enfatizando o processo de aprendizagem. O interesse na descrição do comportamento, finalmente, foi também observado como semelhança entre os autores, pois Skinner se propõe a elaborar um sistema possuidor de observações empíricas como material básico, enquanto Wittgenstein propõe à filosofia a função de compilar os usos possíveis e cabíveis de cada termo dentro dos jogos de linguagem apropriados. Dessa forma, concluímos que o Behaviorismo Radical skinneriano pode apresentar uma interlocução interessante com outras formas de produção filosófica, em especial a análise da linguagem empreendida por Wittgenstein. Considerando o posicionamento altamente inovador acerca da linguagem de Wittgenstein e a originalidade do tratamento ao comportamento verbal feito por Skinner, a similaridade entre os autores aqui explicitados pode proporcionar uma compreensão mais ampla a respeito do Behaviorismo Radical e gerar novas e importantes discussões para o campo da Psicologia. Palavras-chave: Behaviorismo Radical; Comportamento Verbal; Skinner; Wittgenstein; Linguagem.

**Palavras-chaves:** Behaviorismo Radical, comportamento verbal, Skinner, Wittgenstein, Linguagem

**Atividade:** Aspectos sócio-culturais da comunidade Vila do Avião em Teresina-Pi (Paineis)

**Trabalho:** Aspectos sócio-culturais da comunidade Vila do Avião em Teresina-Pi.

**Autor(es):** Marília Dantas Lago, Rafaela Sampaio Portela

**Resumo:** Este estudo é resultado de uma experiência de estágio vivenciada na comunidade Vila do Avião, zona leste de Teresina-Pi; realizada na Fundação Padre Antônio Dante Civiero (FUNACI) que tem parceria com a FACID, no intuito de contribuir aos estudantes em sua graduação e aos profissionais da Fundação em seus serviços. O prédio onde a FUNACI funciona possui capacidade para cerca de aproximadamente cinco mil pessoas. É uma entidade filantrópica, onde são oferecidos cursos contribuindo para a formação profissionalizante das famílias da comunidade. Este teve como objetivo obter uma relação entre o pressuposto teórico e a prática da comunidade, para uma melhor atuação do profissional; possibilitar um crescimento pessoal, conhecendo de perto toda a história da comunidade e articulações políticas da Vila; e o reflexo psíquico da vida comunitária, tendo este como seu maior problema a transformação do indivíduo em sujeito, fazendo surgir, então, uma noção de saúde comunitária que enfatizava a prevenção a partir do modelo tradicional de saúde mental, cedendo terreno a uma concepção mais preventiva e voltada para a comunidade, buscando promover a integração da comunidade com os estudantes de Psicologia. O estudo da Psicologia Comunitária originou-se nos movimentos sociais comunitários de distintos países da América e Europa, surgindo em conseqüência da insatisfação com o modelo médico tradicional, evolução na concepção da saúde, ampliação do campo de investigação e ação da Psicologia e a convivência da união entre teoria e práxis. O trabalho comunitário visou aproximar-se da população desfavorecida, desligando-se da aridez, dos limites e da intensidade da psicologia que dominava aquele momento – experimentalista, individualista, que ao reconhecer a ordem social existente torrava-se um meio a serviço da dominação. Em 1965 nos EUA, a psicologia comunitária surgiu propondo trabalhar com a saúde mental das populações excluídas, partindo da premissa de que os problemas sociais ocorrem devido às instituições sociais serem insuficientes, fortalecendo-se a partir de 1970, quando alguns pesquisadores uniram-se e, ao descobrirem seus interesses comuns, preponderaram-se na criação de novos conhecimentos e ações comunitárias. Na década de 60, quando houve uma mobilização popular diante de questões sociais: direitos humanos, pobreza, racismo, etc; a psicologia comunitária voltou-se para os fenômenos da

população, em especial daqueles desfavorecidos ao acesso aos bens sociais e cuidados à saúde, cujas práticas caracterizam-se enquanto profilaxia, com o intuito de atenuarem os problemas sociais. Participaram deste estudo oito famílias, de ambos os sexos, de classe baixa, onde foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e observações participantes. Foram observados resultados positivos e negativos, sendo eles: apoio e boa formação dos profissionais de saúde, que facilitam a vida das pessoas necessitadas dos atendimentos básicos; a reciprocidade de ajuda entre a vizinhança no que diz respeito ao combate pela violência e melhoria da qualidade de vida; as boas situações das escolas trazendo melhores perspectivas aos alunos; e fatores negativos, como: o alto índice de violência; o desemprego; a falta de ambientes de lazer que é necessário para qualquer ser humano; a desorganização do acesso a saúde e saneamento, fazendo assim, com que a comunidade se unisse afim de buscar a melhoria da qualidade de vida coletivamente. Concluímos que o trabalho realizado com a comunidade permitiu o aprofundamento das agentes comunitárias sobre a realidade dos moradores e a necessidade de um profissional de Psicologia, pois a inserção social da Psicologia mostra-se clara à medida que aprendemos a estreita ligação que há entre nosso papel de promover saúde e a transformação social. Desta forma fica a certeza de que podemos contribuir para o bem estar dos moradores da Vila e que alcançamos nossos objetivos à partir do fato de termos entendido as contradições e as carências vividas pela comunidade.

**Palavras-chaves:** Comunidade, Psicologia Comunitária, inserção social, prevenção

**Atividade: Análise Experimental do Gradiente de Generalização da Resposta de Pressão a Barra em um Rattus norvegicus na Presença de Diferentes Intensidades de um Estímulo (Paineis)**

**Trabalho:** Análise Experimental do Gradiente de Generalização da Resposta de Pressão a Barra em um Rattus norvegicus na Presença de Diferentes Intensidades de um Estímulo

**Autor(es):** Camila Ramos, João Paulo dos Santos Nobre, Claudia Tatiana Ferreira Cavalcante

**Resumo:** O conceito de discriminação refere-se ao processo por meio do qual uma resposta tem sua probabilidade aumentada quando um determinado estímulo estiver presente e diminuída na presença de estímulos diferentes. Fala-se que uma resposta do organismo é discriminativa, entre dois ou mais estímulos, quando ela é emitida diferencialmente na presença de cada um desses estímulos. Se pelo contrário, um organismo responder de forma generalizada, na presença de estímulos fisicamente semelhantes ao qual a resposta foi originalmente reforçada, falamos em generalização de estímulos. A avaliação do responder em ambientes semelhantes àquele em que o fortalecimento original ocorreu, é conhecida como Gradiente de Generalização. O gradiente de generalização é geralmente avaliado por meio de um teste de generalização, onde estímulos semelhantes àquele ao qual uma resposta foi discriminada, são apresentados para testar se na presença dos estímulos novos o sujeito irá responder como na presença do estímulo original. Os fenômenos de generalização e discriminação são entendidos como operações complementares que sofrem influência da magnitude da diferença entre o SD e o S#916;. Ambos os estímulos, SD e S#916;, são discriminativos, no entanto o SD, estímulo discriminativo positivo, está associado à disponibilidade de reforçamento e o S#916;, estímulo discriminativo negativo, está associado à extinção da resposta. A generalização, assim como a discriminação, não é um processo do organismo e sim uma relação funcional entre as condições de estimulação e a distribuição de respostas. Objetivando testar o gradiente de generalização de diferentes intensidades de um estímulo luminoso (25%, 75% e 100%), para a resposta de pressão a barra em Rattus norvegicus treinado inicialmente com um estímulo luminoso de intensidade de 50%, um rato albino, macho, da espécie Rattus norvegicus, da linhagem Wistars, experimentalmente ingênuo, foi exposto a quatro fases experimentais: Modelagem, Esquema de Reforçamento Contínuo, Treino Discriminativo e Teste de Generalização. Na primeira fase foi instalada a resposta de pressão a barra (RPB) no repertório do sujeito experimental, realizada em uma sessão de 28 minutos. Na segunda fase, com a RPB já instalada, o controle do bebedouro foi passado para a posição ligada e automática, e realizado o Esquema de

Reforçamento Contínuo (CRF), no qual o reforço era liberado contingente à resposta de pressão à barra. Foram realizadas duas sessões de CRF, de 40 minutos cada. A fase seguinte foi a de Treino Discriminativo, para que a resposta de pressão a barra (RPB) ficasse sob controle discriminativo de um estímulo luminoso (a lâmpada da Caixa de Condicionamento Operante), de intensidade de 50%. No treino discriminativo, o reforço foi liberado quando a resposta foi emitida na presença do estímulo discriminativo (luz), período de SD e não era liberado quando a resposta era emitida na ausência do estímulo discriminativo (luz), período de S#916;. A apresentação dos estímulos foi intercalada durante toda a sessão, tendo apresentações de SD e de S#916; com duração de 1 minuto cada estímulo. Cada sessão de treino discriminativo teve duração de 40 minutos. No teste de generalização, foram apresentadas outras intensidades luminosas ao sujeito, diferentes do estímulo discriminativo original (50%). Com intensidades de 25%, 75% e 100%, e foram intercaladas com a apresentação do S#916;. A sessão de teste de generalização teve duração de 40 minutos. Obteve-se como resultados no treino discriminativo 1) uma taxa crescente de RPB na presença da luz (SD), ao contrário do que ocorreu no período de S#916;, onde houve um decréscimo na taxa de RPB; 2) no teste de generalização, as maiores taxas de RPB ocorreram na presença de estímulos luminosos de intensidade igual ou maior que a intensidade do SD (50%). Esses resultados corroboram com os estudos de Skinner (1953/1998), quando ele afirma que em uma discriminação, uma resposta terá a sua probabilidade aumentada quando um determinado estímulo estiver presente e diminuída na presença de estímulos diferentes e refutaram os dados apresentados por Millenson (1967), uma vez que se obteve nesse experimento uma curva com aumento progressivo da taxa de resposta, enquanto que ele afirma que o gradiente de generalização seria um decréscimo na taxa de resposta.

**Palavras-chaves:** Discriminação, Generalização, Treino Discriminativo, Gradiente de Generalização, *Rattus norvegicus*

**Atividade: A entrevista na pesquisa qualitativa: construção, condução e análise (Painéis)**

**Trabalho:** A entrevista na pesquisa qualitativa: construção, condução e análise

**Autor(es):** Maristela de Souza Pereira

**Resumo:** A utilização de entrevistas para realização de pesquisas em Psicologia remonta aos primórdios da constituição deste campo como ciência, sendo seu uso largamente empregado nas diversas áreas e dentro dos vários enfoques teóricos existentes. Nos contatos cotidianos dos pesquisadores com as publicações periódicas, relatos de pesquisas, monografias, teses e dissertações que fazem uso da entrevista, diversas são as abordagens utilizadas para sua confecção e utilização. No entanto, é possível distinguir alguns elementos comuns, independente da proposta da pesquisa e abordagem teórica utilizada, referentes à concepção de pesquisa e ao tipo de informação que se busca neste processo. O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma destas concepções, a qual se ampara na epistemologia qualitativa, utilizando como ilustração o modelo de entrevista utilizado pela autora em sua dissertação de mestrado. Para tanto, discorre sobre os momentos de concepção e construção da entrevista, sua realização, e também sobre a interpretação das informações surgidas durante a mesma. O referencial teórico subjacente é constituído pela epistemologia qualitativa, através das reflexões de Bleger, Rey e Turato, e pela Teoria dos Campos. Dentro desta perspectiva, considera-se que o mais importante em uma pesquisa não é o instrumento utilizado, e sim a relação estabelecida entre os sujeitos participantes e o sujeito pesquisador, a qual se converte no principal aspecto contributivo para o tipo de conhecimento gerado. Da mesma forma, o que interessa ao final não é que o sujeito pesquisado forneça as informações desejadas pelo entrevistador, ao contrário, o que se espera é que o campo da entrevista possa se configurar o máximo possível pelos aspectos que dependem da personalidade do entrevistado. Tais informações têm implicações evidentes para a construção da proposta de entrevista, a qual deve ter estímulos suficientemente ambíguos para permitir um maior engajamento da personalidade do entrevistado, para que este possa produzir respostas que reflitam profundamente sua forma de lidar com o fenômeno investigado, ao invés de fornecer verbalizações cujo sentido seja muito mais influenciado pela

cosmovisão do pesquisador que definiu e construiu o roteiro de perguntas. Do mesmo modo, operam diferenças na postura e papel do entrevistador durante a realização da entrevista, ao deixar o suposto lugar de “neutralidade”, para se engajar em uma escuta ativa, que pensa e gera idéias a partir das comunicações surgidas neste momento, produzindo um saber dialógico em sua relação com o entrevistado. Cabe ao entrevistador também agir como um ponto de apoio para que o entrevistado vá buscando e encontrando um caminho entre suas próprias colocações; em outras palavras, o entrevistador realiza intervenções para que se produzam mais sentidos sobre o tema discutido no momento da entrevista. E, por fim, a tratativa ao material obtido também possui particularidades, uma vez que não se pretende que estes sejam “dados” completos da vida total do sujeito, mas sim de seu comportamento total no decorrer da entrevista, e mais, de como as informações surgidas no diálogo entre ambos e as reflexões surgidas no pesquisador durante e após sua realização podem se configurar para dar novos sentidos sobre o tema estudado. A principal conclusão a que este estudo chega é que a construção da pesquisa como um todo deve estar alicerçada em uma opção epistemológica clara, a qual fornecerá o norte para a definição e criação dos instrumentos, para o tipo de relação estabelecida com os participantes e para a construção e compreensão do material resultante.

**Palavras-chaves:** Metodologia, Pesquisa Qualitativa, Entrevista

**Atividade: Clínica do incessante: a música como estruturante do sujeito e seus (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Clínica do incessante: a música como estruturante e seus efeitos na escrita

**Autor(es):** Natália Machado de Carvalho, Maria Cristina Machado Kupfer

**Resumo:** São comuns na psicose infantil os comportamentos incessantes, sem pausa, sem fim, repetitivos. Essas crianças não aceitam interrupções, não compreendem as regras que regem o convívio social, e o relacionamento com outras crianças é sempre mais difícil. Foram registrados no Grupo da Escrita, na pré-escola terapêutica Lugar de Vida muitos comportamentos incessantes. Não é uma tarefa fácil para os acompanhantes dessas crianças tentar impedi-los de saírem correndo, de atravessarem a rua. Por isso, a circulação social, vista aqui como a possibilidade de usufruir os espaços que a cultura oferece (fora de casa) para essas crianças é pequena. O Grupo da Escrita é um dispositivo de tratamento. Tem como objetivo oferecer à criança a construção de um sujeito da escrita. Desse grupo fazem parte crianças mais organizadas, que já estão em processo de inclusão escolar, em diferentes estágios da alfabetização. Na psicanálise lacaniana encontramos que o psicótico está impossibilitado de construir laço social, uma vez que este se estabelece no discurso. É possível, no entanto, promover um enlace social, uma forma de circulação social possível. O Grupo da Escrita se dispõe a oferecer a essas crianças essa circulação social, se valendo de atividades mais pedagógicas, com o olhar na alfabetização e no processo de letramento como entrada no discurso. Nesse caso, com a ajuda de atividades com músicas. Quando tais atividades foram introduzidas, o Grupo era recém-formado. E um dos maiores problemas que enfrentava era a falta de adesão, por parte das crianças, às atividades propostas. As relações estabelecidas no Grupo eram sempre em duplas formadas por uma criança e uma coordenadora, quase nunca entre duas crianças. Como não existia troca, cooperação, laço entre os meninos, o próprio nome “grupo” não cabia completamente. As atividades com música foram introduzidas como uma tentativa de promover enlace social para esses meninos, para esse grupo. E seus efeitos, analisados no processo de alfabetização de cada um. Falar é sobretudo falar ao outro, e o que assim se produz é o discurso que enlaça o sujeito ao discurso social. A criança alfabetizada pode, do mesmo modo, entrar no discurso da cultura e falar ao “outro cultural”. As atividades com música visavam ao estabelecimento de pausas, ritmos, começo, meio e fim, para que as crianças pudessem, também, começar a aceitar pausas, cortes, enfim, que a música pudesse ser um agente estruturador para elas. Depois da introdução de atividades com música, percebeu-se que algumas formas de enlace social surgiram entre as crianças, ainda que de modo inicial. Alguma cooperação ou a simples execução de um trabalho em grupo não existia quando o Grupo era recém-formado. Percebeu-se, então que a definição e as características do grupo

começaram a delinear-se. Também nesse momento, as atividades puderam contar com mais participação das crianças.

**Palavras-chaves:** psicanálise,música,escrita,psicose infantil

**Atividade: A abordagem multi-métodos em psicologia social: Curso prático de elaboração de instrumentos (Cursos - 6hs)**

**Trabalho:**A abordagem multi-métodos em psicologia social: Curso prático de elaboração de instrumentos

**Autor(es):** Fabio Iglesias,Zenith Nara Costa Delabrida

**Resumo:** O objetivo deste curso é apresentar os fundamentos da abordagem multimétodos (AMM) e explorar algumas de suas possibilidades de aplicação na psicologia social, a partir da elaboração de instrumentos de inspiração quantitativa. A AMM parte do princípio de que não existe um método de pesquisa específico que seja mais apropriado, mas que todos os métodos têm falhas e vantagens que podem ser compensadas e reunidas num mesmo programa de pesquisa. O objeto de investigação é visto como o principal determinante dos métodos a serem utilizados pelo pesquisador, como alternativa às abordagens que procuram selecionar objetos ou suas facetas pelo domínio de um método específico. Essa abordagem exige que o pesquisador tenha um leque de métodos e técnicas como recurso para a condução de sua pesquisa, de modo que serão apresentadas no curso diferentes modalidades de instrumentos e seus princípios de elaboração. O desenvolvimento do curso será baseado em fenômenos da psicologia social e da psicologia ambiental, principalmente as temáticas urbanas, áreas de pesquisa e atuação dos professores responsáveis, que têm adotado sistematicamente a AMM. Usando exemplos de fenômenos no contexto urbano, serão considerados os aspectos referentes às etapas básicas dos delineamentos multimétodos, com vistas à circularidade na relação entre a formulação do problema, a elaboração do instrumento, a coleta, a análise dos dados, sua interpretação e a formulação de novos problemas. Especial destaque será dado aos princípios de elaboração de instrumentos para seis modalidades: 1) survey (levantamento de dados), com os requisitos para construção de questionários e critérios de amostragem; 2) escalas do tipo likert e do diferencial semântico, para investigação de atitudes, imagens e significados; 3) cenários, com simulações para delineamentos quase-experimentais com textos e imagens; 4) sistemas de categorias de observação do comportamento em situações naturais; 5) medidas não-reativas, incluindo os vestígios comportamentais e a erosão como medidas da modificação humana do espaço; 6) experimentos, com destaque para a pesquisa experimental de campo. O curso terá forte ênfase em critérios psicométricos e níveis de medida, para mostrar como definem as possibilidades de análise estatística subsequentes. Espera-se que ao final os alunos tenham adquirido uma base para o planejamento de estudos que possam ser inspirados na AMM, conhecendo os procedimentos para elaborar instrumentos de registro de dados nas modalidades apresentadas. O objetivo maior é mostrar a viabilidade de delineamentos que empreguem diferentes métodos e técnicas numa mesma temática, tanto em função do objeto de estudo quanto do próprio contexto de pesquisa, zelando por maior validade interna e externa na pesquisa.

**Palavras-chaves:** instrumentos, metodologia, ambiente urbano, psicomетria, psicologia social

**Atividade: Discriminações de cores em uma Cebus apella fêmea (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Discriminações de cores em uma Cebus apella fêmea

**Autor(es):** Abraão Fonseca, Sheila Makiama, Olavo de Faria Galvão

**Resumo:** Descrições das relações funcionais entre os eventos no nível fisiológico e comportamental devem corroborar umas às outras. No caso da visão de cores, a discriminação deveria corroborar os dados fisiológicos de sensibilidade espectral das proteínas presentes nos cones presentes no aparato visual. Os humanos e algumas espécies de primatas do velho mundo vêem a partir de cones maximamente sensíveis a três comprimentos de onda, que podem ser curtos (azul), médios (verde) e longos (vermelho). Dentre os diversos animais presentes na natureza, os primatas do novo mundo podem ter dois ou três cones, possuindo, a maioria deles, dois. Na ausência de um dos cones não há resposta diferencial para estímulos, presente nos tricromatas. A protanotopia, a deuteranotopia e a tritanotopia, são condições do daltonismo. Estudos comportamentais com *Cebus apella* mostraram que eles não têm respostas diferenciais para os pares amarelo-verde, amarelo-vermelho e vermelho-verde. Foi usada uma fêmea de *Cebus apella*. Para a ocorrência das sessões foram necessários: um computador com monitor de tela sensível ao toque, um programa para o controle da apresentação dos estímulos, uma câmara experimental, a qual estavam acoplados três dispensadores de pelotas, pelotas – de sabor framboesa – que serviram como estímulos reforçadores a cada acerto. Foi feito um estudo com luminância constante, outro com luminância variável está programado. Nas sessões de treino, em cada tentativa de discriminação simples eram apresentados 16 estímulos coloridos, sendo um de cor diferente (S+) – que deveria ser tocado – dos demais (S-). Depois de treinados oito pares de cores foi feito o teste incluindo as cores que seriam de difícil discriminação. Na sessão de teste apresentava-se os dez pares de estímulos, oito deles treinados e dois novos. Os pares de cores utilizados foram azul-amarelo, azul-vermelho, amarelo-vermelho, amarelo-cinza, azul-cinza, amarelo-verde, azul-verde, verde-cinza e vermelho-cinza. Os resultados demonstram a dificuldade de discriminações entre as cores vermelho e amarelo, e mostra que os sujeitos não são capazes de diferenciar verde de amarelo. O desempenho da fêmea foi similar ao de uma fêmea e outros machos já testados no nosso laboratório, o que indica a possibilidade de que essa fêmea de *Cebus* seja dicromata. Como já demonstrado pela literatura, as fêmeas de *Cebus* podem ser dicromatas ou tricromatas. Novos estudos com equipamentos especiais para controle das variáveis das cores utilizadas como estímulos, deverão confirmar esses dados com maior precisão com a possibilidade de gerar matizes que realmente estejam nas linhas de confusão para cada fenótipo. CNPq, FINEP, NIH.

**Palavras-chaves:** discriminação simples, visão de cor, *Cebus apella*, primatas do novo mundo

**Atividade: VALIDAÇÃO DE UM INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO DE UM CURSO A DISTÂNCIA (Paineis)**

**Trabalho: VALIDAÇÃO DE UM INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO DE UM CURSO A DISTÂNCIA**

**Autor(es):** Raquel Vilas Boas Dias, Rafaella de Andrade Vieira, Raphael Andrade Nunes Freire, Gardenia Abbad

**Resumo:** A adoção e avaliação de programas de treinamento adequados à realidade organizacional tornaram-se essenciais nas organizações, em função da crescente necessidade de adaptação dos processos de trabalho às demandas do mercado. Este estudo relata uma pesquisa de validação empírica de um instrumento de impacto de um curso a distância, oferecido por uma universidade corporativa de uma empresa do setor bancário brasileiro, de âmbito nacional. Avaliação de impacto em profundidade refere-se à análise e mensuração da aplicação, no trabalho, dos desempenhos e competências específicas desenvolvidos pelos egressos do treinamento. Porém, a análise da literatura sobre educação e treinamento a distância revela a escassez de instrumentos válidos de avaliação de treinamentos a distância, baseados na Web. O curso analisado possui conteúdo relacionado a procedimentos de segurança empresarial e pessoal e foi oferecido pela universidade corporativa por meio da intranet, com carga horária

prevista para 10 horas, totalmente a distância e auto-instrucional. O questionário construído nesta pesquisa é composto por 23 itens associados a uma escala tipo Likert de 5 pontos (1=nunca a 5 =sempre), que avalia a frequência com que os egressos do curso aplicam no trabalho os comportamentos de segurança empresarial e pessoal aprendidos durante o curso. No total, responderam ao instrumento 1769 participantes do curso, os quais foram selecionados para a validação do instrumento. Destes, obteve-se dados de 1686 participantes para a caracterização da amostra, sendo que 47,1% dos empregados trabalhavam na região Sudeste, 54,2% são do gênero masculino, 56,2% possuíam o ensino superior completo, 54,9% trabalhavam no subsistema negocial, 54,2% eram casados e sua média de idade é de 38,30 anos (com desvio-padrão de 9,08 anos). O instrumento, submetido às Análises dos Componentes Principais e dos Eixos Principais, apresentou matriz de correlações fatorável ( $KMO=0,85$ ), estrutura empírica composta por três fatores, psicometricamente válida e consistente para dois desses fatores. Para o primeiro fator, composto por 9 itens, as cargas fatoriais variaram de 0,31 a 0,72 (Alpha de Cronbach= 0,73), enquanto que, para o segundo fator, o qual possui 7 itens, as cargas fatoriais variaram de - 0,32 a - 0,84 (Alpha de Cronbach=0,82), e para o terceiro fator, de 0,33 a 0,73 (Alpha de Cronbach=0,55), sendo composto por 3 itens. Quatro itens apresentaram carga fatorial abaixo de 0,30 e, portanto, foram excluídos do instrumento. Os resultados indicam que as duas primeiras escalas são estatisticamente válidas e confiáveis. Apesar de o terceiro fator não estar consistente, optou-se por mantê-lo, desde que se façam as devidas modificações no instrumento, acrescentando itens relacionados a ele. Serão, então, discutidas algumas implicações desses resultados para as áreas de treinamento e formação profissional. Apoio: Pronex-CNPQ.

**Palavras-chaves:** Avaliação de Treinamento, Treinamento a Distância, Impacto de treinamento, Transferência de Treinamento

**Atividade:** “O Fenômeno de Muitas-Faces em função do tamanho”  
(Painéis)

**Trabalho:** “O Fenômeno de Muitas-Faces em função do tamanho”

**Autor(es):** Hugo Marcelo de Faria e Silva, Luigi Deivson dos Santos, Viviane Ferreira do Amaral, Rafael Freitas Modesto Sedycias, Maria Lúcia de Bustamante Simas

**Resumo:** Introdução: Faces humanas são bastante relevantes afetivamente e socialmente. Desimone (1991) aponta algumas possíveis razões para a evolução dos neurônios faciais (células seletivas para faces) sugerindo algumas analogias com o desenvolvimento da linguagem em humanos. No decorrer dos estudos acerca da percepção do Fenômeno de Múltiplas Faces (Perception 29:1393,2000), verificamos uma maior ocorrência quando determinadas variáveis eram manipuladas. Dentre as variáveis que ainda merecem maior atenção existe a questão do tamanho das imagens. No presente estudo, relatamos resultados de dois experimentos: um na região do ponto cego e outro na região contralateral a esse. Metodologia: Na região do ponto cego, colaboraram com o estudo 120 sujeitos, todos não ingênuos em relação ao fenômeno, divididos equitativamente entre homens e mulheres, de faixa etária entre 18 e 51 anos, que apresentavam visão normal ou corrigida. Utilizamos quatro tamanhos de estímulos: 11,7; 15,6; 20,6 e 27,0 graus de ângulo visual, impressos em papel cartão. Tais tamanhos serão denominados 1, 2, 3 e 4 respectivamente. Aos voluntários foi pedido que tentassem quantificar, utilizando dois contadores mecânicos, o número de vezes que ocorresse mudanças de expressão ou o fenômeno de muitas-faces. Cada observação deveria ser marcada em um contador. No contador da mão esquerda, de forma contrabalanceada, deveria ser marcado o número de vezes que corresse mudanças de expressão ou movimento (classificado para o estudo como categoria 3 de Simas, 2000). No outro contador deveria ser marcado o número de vezes em que ocorresse mudanças nas características da face (classificado para o estudo como categoria 4 de Simas, 2000), e vice-versa. Depois da contagem, os sujeitos foram instruídos a relatar o que presenciaram e seus relatos foram gravados para possíveis estudos qualitativos

posteriores. No outro experimento os estímulos foram apresentados na região contralateral ao ponto cego a 40 adultos de ambos os sexos, faixa etária entre 19 e 25 anos, não-ingênuos quanto ao Múltiplas-Faces. Os estímulos foram apresentados na tela de um computador. Para essa contagem os sujeitos se utilizaram de teclado de computador. Os sujeitos deveriam pressionar uma tecla para a categoria 3 e outra para a categoria 4 (Simas 2000). Os relatos dos sujeitos também foram gravados para posterior análise qualitativa. Resultados e Discussão: O tratamento estatístico dos dois experimentos mostrou que estímulos entre 15 e 20 graus de ângulo visual induzem maiores frequências do fenômeno. Outro resultado interessante parece indicar a existência de lateralidade na percepção do fenômeno. No experimento realizado na região do ponto cego o fenômeno de muitas faces foi mais frequentemente relatado para o olho direito e tamanho 2, i. e. 15,6 graus de ângulo visual. Conclusão: Concluímos que a percepção de outras faces de diferentes identidades ocorre com maior frequência para o tamanho 15,6 graus de ângulo visual no lado contralateral ao ponto cego e no próprio ponto cego. Portanto tal evento parece ser independente da interpolação que ocorre nessa região. Já a mudança de expressão facial/movimento nestas condições apresenta baixa ocorrência e parece depender do tamanho.

**Palavras-chaves:** Fenômeno de muitas faces, percepção visual, percepção de faces, ponto-cego, percepção de tamanho

**Atividade: TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE ALUNOS DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (Paineis)**

**Trabalho: TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE ALUNOS DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**Autor(es):** Marlizete Maldonado Vargas, Lorena Santos Dantas, Renata Guimarães Machado

**Resumo:** O ser humano sempre buscou compreender aspectos que envolvem o seu contexto, os quais podem se direcionar para explicações acerca de sentimentos, pensamentos, comportamentos, relações sociais, dentre outros. A Psicologia ao tentar descobrir respostas das questões do ser humano, integra várias áreas do conhecimento, o que lhe confere caráter multiprofissional, multidisciplinar, interdisciplinar e até mesmo transdisciplinar. Ao apontar possibilidades de compreensão e atuação sobre seu objeto de investigação, a pesquisa em Psicologia vem contribuir para que esta se sedimente enquanto ciência que se ocupa da saúde integral dos sujeitos, grupos e organizações. A disciplinas de pesquisa em psicologia nos cursos de graduação, além de tratar da formação investigativa do graduando, pode contribuir para o debate de questões relevantes para a saúde mental da comunidade e para fomentar propostas de produção de conhecimento sempre voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população alvo das práticas investigativas. Promover a saúde mental da população consiste em intervir nas diversas esferas de ação na comunidade, sejam elas de saúde, educacionais, políticas, e seus meios de produção e comunicação. Salienta-se a importância das práticas científicas da psicologia ocupar o espaço que vem sendo, cada vez mais, preenchido pelos manuais de auto-ajuda, cujo interesse é estimulado pela incerteza social e facilidade de consumo de receitas de comportamento que visam a melhor performance dos sujeitos em qualquer situação (VARGAS et al 2003). Sabe-se que as atividades de pesquisa inseridas num curso de graduação, mesmo quando não suficientes para iniciar a formação de futuros pesquisadores, podem subsidiar atividades de estágio e extensão calcadas nas especificidades regionais e ocupam importante papel na inserção dos futuros profissionais no mercado de trabalho. Teve-se como objetivo levantar as áreas de maior produção do curso de psicologia de uma universidade particular e discutir a importância da sistematização e divulgação da produção acadêmica na graduação que também estimule o corpo discente de cursos que não tem tradição de pesquisa como acontece na maioria das IES particulares. Levantou-se o temário e o delineamento de trabalho de 134 monografias defendidas no período de 2000-2004, último ano de vigência da grade curricular que incluía a monografia como um dos requisitos para a graduação. Através de



estudo documental, constatou-se que a maioria versava sobre temas relacionados à saúde (30%), relações familiares, estrutura e saúde da família (14%), Psicologia Social e do Desenvolvimento (13% e 12%, respectivamente). Dos temas relacionados à saúde, destacaram-se a psico-oncologia, psicologia hospitalar, saúde mental só depois seguido de psicologia clínica, psicossomática e gravidez, parto e puerpério. A área clínica costuma ocupar o primeiro lugar nas opções de trabalho e pós-graduação dos psicólogos brasileiros, segundo pesquisas de opinião realizadas para o CFP (WHO, 2001; IBOPE, 2004). Observou-se, no entanto, que no curso de graduação objeto deste estudo, a produção dos alunos já se apresentava mais diversificada. O temário das pesquisas, na maioria de delineamento exploratório, descritivo mostrou que a produção de alunos, mesmo de pequena complexidade, está voltada para a saúde num contexto mais amplo do que a saúde mental. Em continuidade ao estudo pretende-se fazer uma análise comparativa da produção de monografias com os artigos de pesquisa que passaram a ser produzidos desde 2005. Considera-se a produção científica do discente de grande relevância para orientar sua formação, que aliada às motivações pessoais dos mesmos, seja um canal aberto, direto com a realidade da comunidade e suas demandas para a conquista da saúde na sua concepção integral e coletiva.

**Palavras-chaves:** formação, pesquisa, psicologia, graduação

**Atividade: A EXPERIÊNCIA SUBJETIVA DA MEMÓRIA DE RECONHECIMENTO EM JOVENS UNIVERSITÁRIOS (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: A EXPERIÊNCIA SUBJETIVA DA MEMÓRIA DE RECONHECIMENTO EM JOVENS UNIVERSITÁRIOS**

**Autor(es):** Daniel Raulino de Almeida, Sônias Lopes da Silva, Raphael Bender Chagas Leite, Flávio Freitas Barbosa, Fabíola da Silva Albuquerque

**Resumo:** A literatura aponta que a memória de reconhecimento é resultado de dois processos independentes: recordação e familiaridade; estes podem ser mensurados através do paradigma “Saber - Lembrar”, a experiência subjetiva associada à recordação de um evento. Manipulações experimentais podem produzir alterações em um dos processos sem alterar o outro ou alterar ambos. O contexto da codificação é um dos alvos desta manipulação. No estudo proposto, o “saber” foi considerado uma resposta acompanhada de detalhes ou do contexto de codificação e “lembrar” foi relacionado à presença de um forte sentimento de familiaridade na ausência desses detalhes. A experiência subjetiva foi avaliada em testes de reconhecimento de palavras considerando os diferentes contextos de aprendizagem (difícil = distratores iguais; fácil = distratores diferentes) e as diferentes composições da lista alvo (neutra = somente palavras neutras; mista = palavras neutras e tabus). Participaram desse experimento 13 jovens universitários, sendo 7 mulheres. Cada tarefa foi constituída por uma lista de palavras a ser estudada, sendo duas apenas com palavras neutras e duas mistas, contendo palavras tabus (o fator emocional). Essas listas passaram por um processo de aprendizagem em três séries, no qual a lista era apresentada seguida imediatamente por um teste de reconhecimento – formando a série 1; após o que a lista era novamente apresentada, em ordem aleatória, também seguida pelo teste de reconhecimento – formando a série 2; e por fim, mais uma vez a lista era apresentada seguida do teste e formando a série 3. No contexto fácil, para os testes de cada série, foram utilizados diferentes conjuntos de palavras distratoras; no difícil, o mesmo conjunto de palavras se repetiu nas três séries. Para avaliar a memória de curto prazo foi realizado um teste de reconhecimento 15 minutos após a aprendizagem e, para memória de longo prazo, o teste ocorreu com 1 semana de intervalo. Os resultados apontaram que o contexto de aprendizagem interfere com desempenho dos sujeitos em ambos os tipos de listas, tanto a curto quanto a longo prazo, ocorrendo melhor desempenho no contexto fácil. Resposta do tipo “saber” foram mais freqüentes no intervalo de 15 minutos e para listas de contexto difícil; respostas do

tipo “lembrar” não foram influenciadas pelo tempo e tenderam a ocorrer mais em listas de contexto fácil. Não foi constatada interferência significativa do caráter da lista sobre a experiência subjetiva. Uma vez que respostas do tipo “saber” se associam ao fenômeno de recordação em uma tarefa de reconhecimento e estas são mais freqüentes em situações mais difíceis, os resultados encontrados foram condizentes com os dados da literatura. Entretanto, esperávamos que o fator emocional (no caso as palavras tabus) pudessem influenciar o desempenho da memória a longo prazo, mas não identificamos diferença significativa entre a experiência do tipo “saber” conforme o tipo de lista estudada

**Palavras-chaves:** memória de reconhecimento, memória, cognição

**Atividade: Do Cogito ao Desidero – Do Indivíduo ao Sujeito (Paineis)**

**Trabalho:** Do Cogito ao Desidero – Do Indivíduo ao Sujeito

**Autor(es):** Zaeth Aguiar do Nascimento

**Resumo:** Neste trabalho propomo-nos a investigar, a partir do referencial psicanalítico (Freud-Lacan) e de elementos filosóficos destacados por Alain Badiou, o conceito de sujeito do inconsciente e sua relação com a linguagem. A abordagem da relação do sujeito com a linguagem foi inaugurada pela psicanálise no início do século XIX, quando Freud descobre o inconsciente e funda uma nova concepção de sujeito subvertendo a noção cartesiana, formulada no século XVII e até então em voga. Embora a subjetividade tenha sido formulada pela primeira vez com Descartes, ela foi identificada com a razão, com a consciência, com o cogito, o desejo sendo considerado como o grande perturbador da ordem racional. Na substituição do cogito cartesiano pelo desidero, localizamos a marca da filosofia hegeliana na psicanálise, na medida em que esta propõe que não é através da razão que o sujeito torna-se humano, mas pela via do desejo. Com Lacan (1964) constatamos que “Desidero, é o cogito freudiano”. Ao tratar da função do sujeito, Lacan, no texto A Instância da letra no inconsciente (1957), aborda a máxima de Descartes que coloca o pensar como o centro do sujeito – “penso, logo sou”, e sugere uma inversão para “penso onde não sou, logo sou onde não penso” contestando assim, com esta nova fórmula, a pretensão de uma transparência no discurso proposta pelo cartesianismo. Desta forma, Lacan (1954-1955) retoma a subversão freudiana e teoriza que “o sujeito está descentrado em relação ao indivíduo”. Este termo que provém do latim *individuum* significa o indiviso, aquele que não é dividido e, portanto, não comporta o conceito de sujeito do inconsciente. O sujeito teorizado pela psicanálise, ao contrário, tem como característica sua divisão constituinte, já que é lacunar e evanescente. Através de revisão bibliográfica percorremos as elaborações contidas na obra de Freud e do psicanalista Jacques Lacan pontuando os caminhos de elaboração do conceito de sujeito do inconsciente e sua relação com a linguagem. Constatamos que no decorrer de sua produção teórica Freud se detém nas características da linguagem pontuando desde seu artigo de 1890 (Tratamento Psíquico ou anímico) que a palavra tem uma importância fundamental no tratamento psíquico indicando-a como “a ferramenta essencial do tratamento anímico”. Segundo Lacan (1957-1958), quando Freud aborda o inconsciente ele ainda não afirma que este possui uma estrutura de linguagem, mas de certa forma é possível pensar que há uma aproximação desta concepção na medida em que ele indica a existência de leis de composição que regem o funcionamento do inconsciente e que coincidem “com algumas das mais fundamentais leis de composição do discurso”. Ao investigarmos o lugar central que a linguagem tem para a psicanálise constatamos que Lacan, ao reler Freud à luz da lingüística, devolve à psicanálise o fundamento nuclear da sua teorização, que diz respeito à questão do sujeito do inconsciente na sua relação com a linguagem. Lacan ainda constata, a partir da investigação das formações do inconsciente (chistes, atos falhos, sonhos) que elas têm um elemento comum, que é sua estruturação como linguagem. Desta forma, Lacan retoma o estudo das leis do funcionamento do inconsciente, que opera produzindo condensações e deslocamentos, e propõe que o inconsciente é estruturado como uma linguagem, estabelecendo uma equivalência entre os modos de funcionamento do inconsciente (condensações e deslocamentos) e as figuras da retórica clássica, metáfora e metonímia. Porém, diferentemente da retórica clássica, na qual está implícito o uso intencional que o sujeito faz desta, a partir do

referencial psicanalítico, localizamos um sujeito que, no momento em que fala, faz uso dos recursos retóricos para falar do seu desejo. Entretanto, diferentemente da retórica clássica, o que denominamos “retórica do inconsciente” se processa à revelia do sujeito.

**Palavras-chaves:** psicanálise, psicanálise e literatura, Grande Sertão: Veredas, Guimarães Rosa

**Atividade: Pluralidade, generalização e tipos de interpretação: investigação de um conto de fadas (Paineis)**

**Trabalho:** Pluralidade, generalização e tipos de interpretação: investigação de um conto de fadas

**Autor(es):** Maria Thereza Costa Coelho de Souza, Fernanda Ghiringhello Sato, Carolina Melo Simões

**Resumo:** Esta investigação dá continuidade ao programa de pesquisas da primeira autora, sobre representações de contos, desenvolvimento afetivo-cognitivo e contextos culturais. Os subsídios para este estudo são: 1) do ponto de vista teórico, a epistemologia genética de Jean Piaget em suas concepções sobre as relações entre afetividade e inteligência, bem como sobre processos de generalização e construção de conhecimento; e 2) do ponto de vista empírico, as pesquisas anteriores da autora e as investigações da equipe suíça, da Universidade de Lausanne sobre a pluralidade das interpretações de contos de fadas, matrizes interativas e sobre a influência dos contextos culturais nestas. Objetivo: Este estudo faz parte de uma pesquisa global sobre interpretações de um conto de fadas “O lobo e os sete cabritinhos” dos Irmãos Grimm, em dois contextos culturais (Suíça e Brasil), com crianças de 9 anos de idade, adolescentes e adultos. A pesquisa tem como objetivo central investigar as interpretações de adultos universitários para o conto de fadas dos Irmãos Grimm “O Lobo e os sete cabritinhos”, quanto à pluralidade de significados abstraídos, extensão (generalização) para outros contextos e tipos de interpretação. Método: A pesquisa foi realizada com 26 adultos universitários com idade entre 18 e 33 anos, alunos do primeiro ano de Graduação em Psicologia da Universidade de São Paulo. A coleta dos dados foi feita com: aplicação (coletiva) de questionário por escrito, elaborado em conjunto com a equipe suíça, no qual era apresentado o conto e questões relativas às possíveis interpretações para este e, numa segunda etapa, entrevista individual, visando a explicitação das interpretações no sentido de sua pluralidade e tipo de generalização. Os dados foram analisados com base na regularidade das respostas dos questionários quanto a: número de interpretações fornecido, possibilidade de relacionar interpretações a outros contextos mais amplos, focalização em uma única interpretação ou escolha de uma interpretação dentro de um conjunto de possibilidades interpretativas e quanto aos diferentes modos de integração do mundo real, humano e animal, e o mundo ficcional dos contos (tipo de interpretação). Resultados e discussão: Foram construídas três categorias para análise dos dados: categoria I (Interpretação única, relacionada ou não a exemplos), seria a mais básica, dado que o sujeito não descentra ou concebe a pluralidade de representações; II (Interpretação dentre outras, mas não relacionada a exemplos), na qual o sujeito concebe um leque de interpretações possíveis para o mesmo conto, mas não generaliza para outros contextos; e III (Interpretação, dentre outras, relacionadas a exemplos), que representa as interpretações de melhor qualidade, em que os sujeitos fazem abstrações de modo a perceber uma gama maior de interpretações possíveis e relacionam as respostas com outras situações, estendendo-as a diferentes histórias. Dos 26 participantes, 8 responderam de acordo com a categoria I, 4 com a categoria II e 16, com a categoria III. Os resultados desta fase da pesquisa parecem ir ao encontro da fundamentação teórico-empírica deste trabalho, parecendo confirmar que o desenvolvimento cognitivo pressupõe que o sujeito considere uma gama maior de possibilidades interpretativas, de forma a ampliá-las para outros contextos além do conto, através da generalização do tipo construtivo (Piaget, 1984), relacionando-as com questões de maior amplitude e identificando histórias com os mesmos princípios (Petitat, 2006). No entanto, uma porcentagem aparentemente significativa (30,8%) se encontra dentro de I, contrariando algumas expectativas e mostrando ser necessário a consideração de outras variáveis para uma melhor investigação. As interpretações fornecidas nos questionários foram analisadas também quanto a tipo de interpretação: A) Interpretações que

implicam em intersecção entre o mundo ficcional do conto e o mundo real humano ou animal; B) Interpretações fundadas no contraste entre o mundo ficcional e o mundo real; C) Interpretações como ligação entre o mundo da ficção e o mundo mágico-religioso; D) Interpretação-transposição, na qual o sujeito generaliza a interpretação para um outro contexto, ainda restrito; e E) Interpretação que é comentário sobre o conto sob determinado ângulo, mas restrito ao mundo ficcional do conto. Das 26 interpretações consideradas, 15 se encontram no tipo de interpretação A, nenhuma no tipo B, 3 no C, 2 no D e 6 no E. A comparação a ser feita entre os dados obtidos na pesquisa com crianças e na que irá ser realizada com adolescentes, de São Paulo e de Lausanne (Suíça), poderá enriquecer essa discussão e trazer novos elementos para análise das interpretações.

**Palavras-chaves:** Interpretação, Contos de Fada, Generalização, Desenvolvimento, Pesquisa Inter cultural

**Atividade: A PESQUISA-INTERVENÇÃO COMO ANALISADOR DA INSTITUIÇÃO  
PSICOLOGIA  
(Mesas Redondas)**

**Trabalho:** OS ANOS DE INVERNO DA ANÁLISE INSTITUCIONAL

**Autor(es):** Heliana de Barros Conde Rodrigues

**Resumo:** Nestes começos do século XXI, nós, institucionalistas brasileiros, muito temos 'explicado' nossos "anos de inverno" &#61485; expressão cunhada por Felix Guattari para designar o fim da primavera política dos anos 1960/1970 &#61485;; quer os denominemos globalização, neo-liberalismo, pós-fordismo, fim do Welfare State, pós-modernidade, hipermodernidade, sociedade pós-industrial, sociedade de consumo ou Império, principalmente no que se refere aos modos de subjetivação a eles imanentes. Para retomar uma distinção entre 'implicar' e 'explicar' cunhada por Jacques Ardoino, nos temos dedicado freqüentemente a 'mostrar, desenvolver, facilitar, desembaraçar, expor e esclarecer', ou seja, a explicar as instituições do Capitalismo Mundial Integrado, porém muito menos temos feito quanto ao que 'enlaça, entrelaça, embaralha, engaja, embaraça e liga', isto é, raramente temos analisado nossas 'implicações' nas tão 'explicadas' instituições. Em uma comunicação pouco divulgada a um colóquio do Institut National de la Recherche Pédagogique, datada de 1993, René Lourau redefiniu 'instituição' como "o que vem à luz no enunciado das implicações de cada um em uma situação, segundo um dispositivo de troca construído por um modo de intervenção". Não obstante mantenha evidente relação com a prática da socioanálise (análise institucional em situação de intervenção), esta nova definição é principalmente tributária das preocupações do autor com as condições de produção do saber científico e, mais do que isso, com as possibilidades de enunciação, na escritura, de tais condições. Se, em definições anteriores, as instituições apareciam em primeiro plano e como que teoricamente 'pressupostas', emergindo a análise de implicações em um segundo momento conceitual, na nova formulação as instituições somente se presentificam através da análise de implicações. Isto significa, por mais insólito que pareça, evocar uma situação de coletivização (a socioanálise) a propósito de um ato, a escritura, geralmente considerado, ainda nas palavras de Lourau, "solitário, individual e individualista, narcísico e quase autístico", ao mesmo tempo que oferece feição renovada à apreensão de modos contemporâneos de subjetivação. Segundo Lourau, trata-se de saber o quanto estamos voltados, como institucionalistas, a analisar/coletivizar a instituição de nossas análises, ou melhor, a enunciar as 'implicações' das 'explicações' que efetuamos. O problema não deve ser minimizado. Em nosso país, hoje em dia, não mais proliferam, como há 20 ou 25 anos, as intervenções institucionais a pedido, quicá militantes. Conquanto não tenham cessado inteiramente, somos atualmente menos nômades, em parte devido aos limites constitutivos dos 'tempos neoliberais', que não temos conseguido transgredir. Fazer intervenções institucionais exige flexibilizar temporalidades, manter grupalizações permanentemente analíticas, dispor-se ao confronto constante &#61485; práticas quase desaparecidas de nosso cotidiano. É muito comum que nos encontremos sediados na Universidade, a qual, estranhamente, nos acolhe sem maiores restrições. Porém se nela pensávamos encontrar uma espécie de 'repouso do guerreiro', defrontamo-nos, isto sim, com uma permanente injunção à sobreimplicação. Qual nas empresas

contemporâneas de que freqüentemente nos falam Guattari e Lourau, somos avaliados, em nossa prática universitária, por um 'grau de implicação' mensurado, acima de tudo, por nossa produção bibliográfica (cujas características se vêem freqüentemente pré-determinadas pelas exigências dos periódicos 'bem classificados' pelas agências estatais), pelos recursos financeiros diretos ou indiretos que conseguimos captar para a pesquisa e a pós-graduação, e pela quantidade de novos pesquisadores que orientamos-produzimos (para que, presumidamente, exerçam tarefas e funções análogas). Sendo assim, atingir um 'grau de implicação' ao menos razoável demanda a ausência de análise desses mandatos socioinstitucionais &#61485; "si quieres ser feliz como me dices, no analices...no analices...", verseja o poeta. O temível paradoxo que nos assedia é, pois, o do 'analista institucional sobreimplicado'. Sobreimplicado, inclusive, em uma escritura 'explicativa', isenta de qualquer enunciação minimamente apta a trazer à luz as 'implicações' nas instituições &#61485; hors-texte excluído, implícita ou explicitamente, do desejável para fins de qualificação acadêmica, pois desestabilizaria, mais uma vez recorrendo às palavras de Lourau, "o princípio de autoridade anexado ao texto científico tradicional". Se este é o mandato social que temos sido incapazes de analisar e com o qual não temos sabido romper &#61485; a ordem dos fatores, aqui, é irrelevante &#61485;, a Análise Institucional que (ainda?) praticamos está desafiada a um 'desprendimento de si', a uma reinvenção que será, simultaneamente, sua e das instituições que a atravessam. Neste sentido, o presente trabalho pretende tomar como foco multiplicador a seguinte pergunta: onde encontrar e/ou como forjar ferramentas para este trabalho (coletivo) sobre si, para esta ruptura com o 'governo através da sobreimplicação' que, entre os universitários, recebe, estranhamente, o nome de 'produção de conhecimento'?

**Palavras-chaves:** pesquisa-intervenção, análise de implicação, sobreimplicação

**Trabalho:** ACONTECIMENTO E ANÁLISE DE IMPLICAÇÃO NA PESQUISA-INTERVENÇÃO

**Autor(es):** Simone Mainieri Paulon

**Resumo:** O trabalho parte de uma breve retomada das variações existentes entre as modalidades de pesquisa qualitativa que se dispõem a problematizar a relação entre pesquisador e ato de pesquisar, para propor um comparativo entre as finalidades da pesquisa-ação e da pesquisa-intervenção. A posição que o pesquisador assume em seu campo de pesquisa, as relações que estabelece como os sujeitos de sua investigação, os efeitos que estas relações produzem em suas observações, a possibilidade de que a análise dos dados seja enriquecida ou deturpada por tais efeitos são alguns dos impasses próprios aos processos investigativos que aqui se pretende elucidar a título de enriquecer o debate ético e metodológico da pesquisa em psicologia. Sustentando-se em contribuições teóricas do movimento institucionalista e da filosofia da diferença, a noção de análise de implicação desponta como conceito-chave que permite nuançar as abordagens em debate. Consoante ao pensamento de Lourau, defende-se a idéia de que a consideração do conjunto de condições – incluídas aí desde as políticas, materiais às libidinais – que circunscrevem o ato de pesquisar é o que confere estatuto de cientificidade ao trabalho de pesquisa. A fim de afirmar o ato político que toda investigação constitui, a pesquisa-intervenção nasce da crítica ao "sentido da ação", até então visto pela pesquisa-ação como um planejamento conjunto de uma ação transformadora. Nesta nova modalidade de pesquisa participante, a ação assume mais a conotação de uma intervenção voltada para a produção de acontecimentos. Intervenção que carrega em sua etimologia não só o sentido de uma intromissão violenta, como se naturalizou compreendê-la, mas no resgate de um Interventio que contempla a idéia de um "vir entre", "interpor-se". Já o acontecimento em foco na pesquisa-intervenção, não se explica pelo estado de coisa que o suscita, mas pelo momento marcado por uma espontaneidade rebelde. Vai, por isso, sempre além daquelas condições que o criaram, produz a diferença, o inédito, um novo espaço-tempo. Abre-se, com isto, a possibilidade de pensar a intervenção como um caminhar mútuo por processos mutantes que, justo por não poder ser resumida ao encontro de unidades distintas (sujeitos da investigação X objetos a serem investigados), não pode ser pensada como uma mudança antecipável. O princípio norteador deste procedimento é o de que a aproximação com o campo inclui, sempre, a permanente análise do impacto que as cenas vividas/observadas têm sobre a história do pesquisador e sobre o sistema de poder que legitima o instituído, incluindo aí o próprio lugar de saber e estatuto de

poder do “perito-pesquisador”. O dispositivo saber-poder identificado por Foucault oferece a ferramenta conceitual necessária para que pesquisador/interventor coloque a instituição pesquisa em análise. Colocar a “instituição pesquisa” em análise, a partir daí, significa incluir desde o questionamento à encomenda da pesquisa e posição crítica frente a seus solicitantes, até a análise dos aspectos contratransferenciais do analista-pesquisador, que devem contemplar o lugar de poder e as injunções hierárquicas que sua posição de consultor/perito na intervenção inevitavelmente lhe outorga. Dois momentos de diferentes processos investigativos são destacados com o propósito de afirmar que, ao operar no plano dos acontecimentos, a intervenção deve guardar sempre a possibilidade do ineditismo da experiência humana e o pesquisador a disposição para acompanhá-la e surpreender-se com ela.

**Palavras-chaves:** pesquisa-intervenção, Análise de Implicação, Acontecimento

**Trabalho:** Autogestão como dispositivo transdisciplinar na pesquisa-intervenção

**Autor(es):** Marisa Lopes Rocha

**Resumo:** Este trabalho busca pensar a pesquisa-intervenção como um dispositivo autogestionário, partindo de discussões sócio-político-institucionais dos conceitos de autonomia e gestão, o que significa colocar em análise a constituição, o sentido e os efeitos de tais conceitos nos modos de subjetivação na atualidade. A perspectiva participativa, que nos últimos tempos vêm ocupando a mesa de trabalho das organizações sociais, representa a habilidade dos novos dirigentes para criar interesse e suscitar adesão ao empreendimento a partir do sentimento de um papel ativo e espontâneo. O projeto autogestionário tem como perspectiva cortar o cotidiano nos seus rituais através de dispositivos analisadores dos modos de vida naturalizados e a produção de saúde está diretamente ligada à interferência coletiva na organização do trabalho. A pesquisa-intervenção, por sua ação crítica e implicativa da comunidade participante do projeto, amplia as condições de um trabalho transdisciplinar caracterizado pela desconstrução das divisões convencionais das especialidades, pela democratização das relações de poder, na busca de formação de uma cidadania ativa. Pesquisa é ação, construção, transformação coletiva das formas convencionais de sentir, pensar e organizar a realidade pela análise das forças sócio-políticas que constituem as situações. É um modo de intervenção, na medida em que recorta o cotidiano em suas tarefas, em sua funcionalidade, em seu pragmatismo (variáveis imprescindíveis à manutenção do campo de trabalho que se configura como produtivo no mundo moderno). Para isso, a pesquisa-intervenção intensifica fatos do cotidiano através da utilização de analisadores - o que faz rupturas, decompõe, provoca análises, desnaturalizando procedimentos, crenças, padrões estereotipados. É neste sentido que a intervenção se articula à pesquisa para produzir uma outra relação entre instituição da formação/aplicação de conhecimentos, teoria/prática, sujeito/objeto, recusando psicologizar conflitos. Conflitos e tensões são índices das diferenças que buscam ganhar expressão em meio às representações e modelos hegemônicos atualizados nas práticas, nas regularidades que compõem a normalidade, no equilíbrio dos processos. Se o processo se constitui em luta autogestionária, a relação pesquisador/objeto pesquisado é dinâmica e determinará os próprios caminhos da pesquisa, sendo uma produção do grupo envolvido. O momento da pesquisa é o momento da produção teórica que escuta o cotidiano e coloca em discussão as representações teórico-práticas. Assim, a investigação se organiza através de dispositivos permanentemente criados que favoreçam a produção cooperativa e a quebra das hierarquias burocráticas e acadêmicas, cuja intenção é a de provocar discussões acerca das especialidades e dos especialismos que fragmentam o cotidiano. A transdisciplinaridade intervém nas áreas de conhecimento estabelecidas e traz o questionamento das divisões do saber e das competências, tendo como desafio a constituição dos objetos de análise que interroguem o cotidiano institucional nos seus valores, formas e ações naturalizadas. Para além da explicação ou da interpretação dos fatos, partimos para a análise coletiva, produzindo novas situações.

**Palavras-chaves:** autogestão, transdisciplinaridade, pesquisa-intervenção

**Atividade:** Evolução dos periódicos científicos de Psicologia no Brasil a partir da avaliação Qualis

## **(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Evolução dos periódicos científicos de Psicologia no Brasil a partir da avaliação Qualis

**Autor(es):** Keyla Mafalda de Oliveira Amorim, Ana Ludmila Freire Costa, Eunice Neves de Assis, Adriana Barbosa Ribeiro, Tatiane Medeiros Silva Gadelha, Isabel Fernandes de Oliveira, Oswaldo H. Yamamoto

**Resumo:** O periódico científico é o veículo mais utilizado pela comunidade acadêmica para a divulgação de seus produtos. O crescimento exponencial da produção científica nos últimos anos demandou a ocorrência de uma avaliação dos títulos publicados, no intuito de qualificar a divulgação do conhecimento produzido. Em Psicologia, os catálogos de periódicos disponíveis na Biblioteca Virtual (BVS-Psi) indicam diferentes quantidades de títulos da área: as Revistas de Psicologia do portal CAPES somam 1227, o Portal de revistas científicas internacionais em Ciências da Saúde – Psicologia conta 395 e o Catálogo Coletivo Brasileiro de Periódicos em Psicologia lista 252 títulos. Por meio da avaliação Qualis, as revistas são classificadas quanto ao conceito (A, B ou C) e ao âmbito (Local, Nacional e Internacional). Os responsáveis por esse monitoramento na Psicologia foram as Comissões CAPES/ANPEPP. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) decidiu por acrescentar um ranking dos títulos publicados na área à avaliação da pós-graduação e, em colaboração com a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), promoveu avaliações de periódicos nos anos 2000, 2001 e 2004. Ultrapassando o fim único de qualificar a produção para conceituar os programas de pós-graduação, percebe-se a dimensão tomada por tal avaliação em toda a comunidade científica. O objetivo desta pesquisa foi analisar a evolução das classificações obtidas pelos periódicos de Psicologia editadas no Brasil que foram submetidas à avaliação. Para isto, utilizaram-se as Listas de Classificação de Periódicos em Psicologia dos anos 2000, 2001 e 2004, disponíveis no sítio da ANPEPP na Internet. Também se recorreu ao primeiro estudo realizado em 1999 por pesquisadores da área e a atualização realizada pela comissão em 2003. Ao todo, foram citados pelos Programas de Pós-graduação 128 periódicos para a avaliação empreendida pela Comissão conjunta CAPES/ANPEPP. Entretanto, a avaliação com o maior número de revistas classificadas foi a de 2003, com 78 títulos. A última avaliação, tal qual a de 2000 monitorou 64 revistas. Em 1999 foram 47 e em 2001, 55 títulos. Do total de títulos citados, 15 não foram avaliados, possivelmente por interrupção ou atraso na publicação. Outros 35 títulos tiveram única avaliação, não possibilitando visualizar uma evolução do periódico. As revistas que passaram por mais de uma avaliação totalizaram 78. Nestas, a evolução positiva é inquestionável: 48,7% das revistas melhoraram sua classificação e 35,9% mesmo com oscilações entre as avaliações mantiveram o índice. Somente 15,4% dos periódicos obtiveram queda na classificação. No entanto, há um ponto controverso ao objetivo de orientação pedagógica às revistas: somaram 15 os periódicos que não modificaram seu índice nos monitoramentos, permanecendo com conceito C (19,2% das revistas com mais de uma avaliação). Apesar disto, deve-se advertir que a base Qualis responde pela significativa ampliação do quadro de revistas de âmbito nacional (de 29,8% em 1999 para 76,6% na última classificação) e que a maior classificação, atualmente, Nacional A, subiu de 8,5% na primeira avaliação para 43,8% na última. É a avaliação de periódicos que aponta as dificuldades das revistas (por exemplo, a irregularidade na periodicidade) como limites a serem ultrapassados pelas comissões editoriais. A avaliação de periódicos se consolida como único instrumento que verifica a qualidade dos veículos de divulgação do conhecimento e, em sua circunscrição, cumpre o objetivo de orientar a editoração de revistas de qualidade. Assim, ressalta-se a importância da monitoração de periódicos para a qualificação do conhecimento veiculado nos periódicos de Psicologia.

**Palavras-chaves:** Produção de conhecimento, Avaliação de periódicos, Periódicos de Psicologia

**Atividade: “A fila é lá atrás”: Um estudo sobre intrusões em uma rodoviária urbana (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**“A fila é lá atrás”: Um estudo sobre intrusões em uma rodoviária urbana

**Autor(es):** Lude Marieta Gonçalves dos Santos Neves,Rodrigo Araújo de Miranda,Fabio Iglesias,Hartmut Günther

**Resumo:** Dando continuidade a um estudo anterior que investigou a reação de usuários a intrusões individuais, planejou-se aqui um experimento de campo para investigar as reações de usuários a intrusões, efetuadas em dupla nas filas de embarque em ônibus numa rodoviária urbana. Filas de espera representam uma etapa inevitável em diversos setores do consumo de produtos e serviços, constituindo um objeto de investigação para a psicologia ambiental urbana. A ocorrência de uma intrusão rompe com normas socialmente compartilhadas que definem a prioridade de acesso pela ordem de chegada (“first come, first served”). Para este experimento foram induzidas 97 intrusões, com 2 confederados atuando como um casal de intrusos e um confederado como observador. As intrusões foram divididas em duas condições experimentais em função do sexo da vítima. O casal de intrusos se aproximava calmamente da 10ª posição na fila e ocupava ilegitimamente essa posição, sem qualquer contato verbal com a pessoa-alvo (vítima), enquanto o observador registrava as reações numa distância suficientemente grande para não ser notado. As reações dos usuários foram registradas durante 40 segundos e classificadas em quatro níveis: nenhuma reação ou reação positiva; reação postural ou comentários com outros usuários; reação verbal dirigida aos intrusos; reação física aos intrusos. Os resultados mostraram que os comportamentos mais freqüentes foram a não-reação (50,5% das intrusões) e reações indiretas, tais como postura negativa, comentários e olhares de desaprovação (21,6%). O mesmo foi observado em relação às pessoas na frente das vítimas (9ª posição) e atrás delas (11ª posição). Não se verificou qualquer distinção significativa no tipo de reação aos intrusos em função do sexo das vítimas. Em relação ao tamanho das filas, verificou-se que em filas menores houve uma tendência maior a não-reagir ou reagir indiretamente, enquanto que em filas grandes houve maior freqüência de reação verbal ou física ( $F(2,38) = 3,38; p = .06$ ). Análises das principais reações verbais mostraram que o comportamento mais freqüente é o de buscar suporte nos outros usuários, a fim de verificar a legitimidade do intruso ou coordenar uma reação grupal. Os dados confirmam as conclusões de estudos anteriores quanto à tolerância de pessoas em fila a situações de intrusão, seja em função de variáveis culturais e do significado desses comportamentos, seja por variáveis sócio-cognitivas referentes à má identificação de normas sociais, como fenômenos de ignorância pluralística, difusão da responsabilidade e atribuição de causalidade. São consideradas ainda as implicações desses comportamentos no contexto de ambientes com alta densidade, onde tipicamente a demanda é maior que a oferta, abrindo perspectivas de estudos desse tema na psicologia ambiental urbana.

**Palavras-chaves:** filas de espera,intrusões,ambiente urbano

**Atividade: Cuidado parental e aloparental fornecido a crianças adotivas (Paineis)**

**Trabalho:**Cuidado parental e aloparental fornecido a crianças adotivas

**Autor(es):** Anna Beatriz Carnielli Howat Rodrigues,Thalita Novaes Amorim,Rosana Suemi Tokumaru,Patricia Izar

**Resumo:** De acordo com a teoria do investimento parental de Trivers os pais investem em seus



filhos como forma de aumentar seu sucesso reprodutivo. Outros indivíduos, além dos pais, podem investir em infantes aparentados como forma de aumentar sua aptidão abrangente. Em espécies com cuidado comunal, como alguns pesquisadores têm caracterizado a espécie humana, o cuidado fornecido por outros indivíduos aparentados pode ser tão importante para a sobrevivência dos infantes quanto o cuidado parental. No caso humano, assim como observado em outras espécies, o investimento em infantes não aparentados pode ocorrer. Ao contrário de outras espécies, a ocorrência deste fenômeno entre humanos apresenta uma frequência muito maior, sendo uma de suas formas de ocorrência a adoção de crianças não aparentadas. Alguns pesquisadores propõem que o comportamento de adoção de crianças não aparentadas não seja adaptativo já que não traz aumento do sucesso reprodutivo e, portanto, não deve ter sido selecionado. A ocorrência deste comportamento seria possibilitada pela existência de mecanismos psicológicos selecionados para garantir o fornecimento de cuidados a crianças aparentadas que poderiam ser disparados em determinadas condições de convivência com crianças não aparentadas. De acordo com estas propostas e com alguns trabalhos que mostram que pais de crianças adotadas investem tanto quanto ou mais que pais de crianças aparentadas, esperaríamos que, em uma amostra brasileira, não houvesse diferença entre os cuidados recebidos por filhos biológicos e adotados de seus pais. No entanto, a despeito do importante papel que outros familiares têm no fornecimento de cuidados às crianças, não conhecemos investigações sobre os cuidados fornecidos as crianças adotadas pelos familiares dos pais adotivos. Encontramos relatos de associação entre estresse e ausência de suporte familiar em pais adotivos e diferenças entre o suporte fornecido por familiares a pais heterossexuais e homossexuais, sendo que os primeiros relataram maior suporte familiar e os segundos, maior suporte de amigos e instituições profissionais. Nosso objetivo foi comparar a percepção que filhos adotivos e filhos biológicos adultos têm sobre a participação de pais, parentes paternos, parentes maternos e adultos não aparentados nos cuidados recebidos durante a infância. O contato com os participantes foi realizado por meio de cadastro dos pesquisadores em grupos da Internet que reúnem filhos adotivos e/ou pais que adotaram crianças. Os interessados em participar da pesquisa entraram em contato com os pesquisadores por e-mail e receberam um questionário contendo questões sobre o perfil dos participantes e seus pais adotivos (ex.: idade, sexo, escolaridade, raça/cor, idade com que foi adotado) e sobre os cuidados recebidos (ex.: levar a escola, pagar a mensalidade da escola, brincar, levar para passear, cuidar quando estava doente). Os participantes apontavam, dentre uma lista de possíveis cuidadores (ex.: pai, mãe, primo paterno, irmãos por parte de pai e mãe), quem fornecia cada cuidado específico, podendo assinalar mais de uma pessoa. Analisamos, até o momento, 114 questionários, sendo apenas 8 de filhos biológicos. Apesar de não podermos ainda realizar análises comparativas dado o pequeno número de filhos biológicos, os resultados referentes aos filhos adotivos mostram que: os pais foram apontados como os principais cuidadores em todos os cuidados analisados; houve participação de cuidadores aparentados em todos os cuidados; a participação dos parentes maternos foi maior que a dos parentes paternos; houve participação de cuidadores não aparentados (como empregadas, amigos, vizinhos, padrinhos, cunhado) em todos os cuidados analisados, exceto no pagamento de mensalidade de escola. A análise comparativa destes dados com os obtidos a partir dos questionários preenchidos pelos filhos biológicos nos permitirá comparar a percepção que filhos adotivos e não adotivos têm sobre a participação de diferentes cuidadores nos cuidados recebidos durante a infância e fornecerá base para a discussão teórica a respeito dos custos e benefícios do investimento parental e aloparental.

**Palavras-chaves:** adoção,cuidado parental,cuidado aloparental,psicologia evolucionista

**Atividade: O ESPAÇO COMUNITÁRIO COMO REALIDADE VIVIDA E PERCEBIDA (Experiências em Debate)**

**Trabalho:**O ESPAÇO COMUNITÁRIO COMO REALIDADE VIVIDA E PERCEBIDA: uma experiência com adolescentes em Manaus

**Autor(es):** Sônia Maria Lemos, Maria Inês Gasparetto Higuchi, Carlos Henrique Ferreira Santos, Ana Cláudia Menini Bezerra, Fernanda Brasil Coutinho

**Resumo:** As pessoas estão inseridas no mundo e sua condição existencial as coloca, inevitavelmente, diante de percepções diferenciadas sobre o que acontece ao seu redor. O mundo é um só, visto por vários olhares e disciplinas. As pessoas atuam no mundo e, conseqüentemente, ocorrem mudanças na estrutura da consciência que advém dessa vivência. Estrutura aqui entendida não como fase ou algo determinado, mas como processo de construção. Esse processo bilateral – observador e ambiente – as leva a selecionar, se apropriar, organizar e conferir significados ao que vê. Imagem que varia significativamente entre os observadores. Essa construção da imagem é apenas um aspecto da percepção, que envolve a ação no mundo e não se limita apenas aos aspectos cognitivos. As condições socioambientais de acentuada pobreza a que estão expostas as comunidades de baixa renda e as poucas possibilidades de atenção do poder público têm exigido estratégias de resgate da cidadania e mobilização dos moradores na busca de recursos e autonomia para resolução de problemas. A inserção da Psicologia nesse espaço se dá na medida em que favorece a interlocução entre os diferentes grupos e atua no sentido de abrir um espaço para discussão das problemáticas enfrentadas pelos moradores. Pois, entendemos que resgatar o conceito de cidadania viabiliza que ações de mudança da realidade partam não somente das instâncias públicas de poder, mas que estas também emirjam da própria população. A experiência trata dos resultados de pesquisa-ação desenvolvida na comunidade Carijó, situada em ocupação urbana na cidade de Manaus. A equipe teve sua inserção na comunidade a partir de projeto aprovado pelo CNPq em 2002 e que tinha como objetivo trabalhar os aspectos de saúde integral das famílias em situação de vulnerabilidade socioambiental. Ao final dos dois anos desse projeto decidiu-se prosseguir trabalhando com as famílias em outros dois projetos (desenvolvidos nos anos de 2004 e 2005), trabalhando questões relativas à dinâmica familiar em espaços de vulnerabilidade. Nesses anos as atividades foram evidenciando problemas que afetam a todos, mas de forma mais contundente os adolescentes. A experiência é resultado de pesquisa de abordagem qualitativa, tendo como eixo norteador a pesquisa-ação. A produção de conhecimento se dará ao mesmo tempo em que se processam ações visando a construção de um novo modo de pensar e agir. A utilização de múltiplas técnicas como grupos focais e relatos a partir de entrevistas espontâneas ou semi-estruturadas tem permitido nos aproximarmos da subjetividade dos sujeitos e possibilitado a identificação do modo de estruturação da vida social. Percebe-se que para os adolescentes, a rua é o seu domínio de maior valor. Essa rua, entretanto, não é uma via pública de passagem como a que estamos acostumados a transitar. A rua na “Carijó” é um caminho estreito, uma trilha contorcida, onde passam apenas pessoas, ou carrinhos de mão. Essa trilha também não é necessariamente um território público, pois ela se amplia ao território da casa, não de uma, mas de várias. Inicialmente por não ter na comunidade um espaço coletivo, as atividades do grupo são desenvolvidas no pátio da casa da líder comunitária, porém sem as condições físicas adequadas (considerando que o espaço é aberto, a alta temperatura da região e o período das chuvas). Diante das dificuldades, e para que as atividades não deixassem de acontecer, em 2006 houve a interlocução da equipe no sentido de mobilizar a comunidade na busca de estratégias para resolução do problema. Foram contatadas pela equipe, pessoas que poderiam ajudar e a comunidade (mais especificamente os pais dos adolescentes) também se mobilizou na busca de recursos para a construção de um espaço que estivesse menos vulnerável às questões climáticas. Acreditamos que a aprendizagem não se dá apenas em casa e escola. Existem ruas, bairros, um mundo que pode propiciar experiências, permitir o contato com o outro, com o diferente e a compreensão de muitos aspectos que constroem a realidade. Se entendermos a cidade como produtora da subjetividade, como criadora de modos de relações, sejam elas de dominação, poder ou transformações perceberemos neste espaço possibilidades de mudança. Os jovens, embora esmagados nessas relações, não deixam de desenvolver novos significados para a realidade e criar formas de se distanciarem da condição de exclusão.

**Palavras-chaves:** Espaço, Adolescentes, Comunidade

**Atividade:** A atuação do psicólogo social no trabalho (Paineis)

**Trabalho:**A atuação do psicólogo social no trabalho

**Autor(es):** Eduarda Gadelha Aquino,Carine Teixeira Eleutério,Byanka Gomes Martins Campos

**Resumo:** A representação do psicólogo social na empresa ainda é bastante associada apenas a funções organizacionais de classificação e seleção de candidatos, dentro de um paradigma capitalista, em que o objetivo maior é sempre a produção e, por conseguinte, a obtenção de lucros. A partir dessa representação, a função do psicólogo pode ser entendida como baseada exclusivamente em exigências da empresa, desconsiderando as necessidades dos trabalhadores, em termos, principalmente, de saúde e bem-estar. Diante disso, realizamos nossa pesquisa tendo como objetivo caracterizar o campo de atuação do psicólogo social e de seu fazer psicológico na área organizacional, a partir do texto “Psicologia Social no Trabalho” das autoras Carmem Ligia lochins Grisci e Gislei Romanzini Lazzarotto presente no livro: “Psicologia Social contemporânea”, e de duas visitas à empresa de ônibus urbano de Fortaleza denominada Timbira. Na primeira visita, entrevistamos a psicóloga Maria Augusta Azevedo, e, na segunda visita, participamos de uma palestra sobre orçamento familiar ministrada pelos agentes da FortBrasil (empresa de cartão de crédito que tem convênio com a Timbira) e que também reuniu a psicóloga e um grupo de vinte motoristas. Um ponto importante que foi possível observarmos é o tripé: Psicologia, trabalho e saúde. O psicólogo deixa de exercer tarefas exclusivamente de seleção, recrutamento e adaptação e passa a ter a preocupação com a saúde dos funcionários até o momento em que ele se desvincula da organização, possibilitando-os que exponham suas queixas, necessidades e sugestões quanto ao trabalho e ao ambiente de trabalho. Outro ponto abordado é a importância da não culpabilização do trabalhador por seus “fracassos” e acidentes de trabalho. É possível observar, a partir do momento em que a fala é socializada e ocorre uma reconstrução da situação cotidiana, que a culpa não é tão individual como se costuma pensar, tendo muitas vezes relação com as exigências patronais para que o empregado produza mais, dentre outros motivos. Cada integrante da equipe escreveu um diário de campo expressando suas emoções, impressões, sentimentos e aprendizagens. De uma forma geral, foram analisados os aspectos físicos do ambiente, a conversa com a psicóloga, a realidade sócio-econômica dos funcionários e a interação entre eles. Pudemos observar a prática, as atribuições e as consequências sociais políticas e individuais da atuação do psicólogo social no ambiente empresarial e concluímos que se pode e se deve considerar a relação saúde X trabalho, não se ocupando apenas em maximizar a produção e os lucros da empresa.

**Palavras-chaves:** Psicologia,trabalho,sáude

**Atividade:** Consultoria em Avaliação Participativa de Desenvolvimento (APD)  
(Experiências em Debate)

**Trabalho:**Consultoria em Avaliação Participativa de Desenvolvimento (APD)

**Autor(es):** Fábio Porto de Oliveira

**Resumo:** Vivemos no Brasil um ambiente bastante razoável ao avanço mais consistente do desenvolvimento social, onde uma gama de iniciativas são propostas e executadas com vistas à inclusão social de segmentos e grupos sociais histórica e sistematicamente vulnerabilizados e fragilizados pelo modelo de desenvolvimento excludente, instituído ao longo dos séculos para a manutenção da hegemonia político-econômica do sistema capitalista e dos grandes grupos econômico-ideológicos que dele se nutrem. No âmbito das políticas de desenvolvimento social, e com o intuito de efetivar a proteção social básica, nível de proteção social previsto na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), surge o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), como uma unidade pública e estatal de referência das ações de assistência social, situado em um dado território, determinado a partir de indicadores de vulnerabilidade social. Os CRAS visam à inclusão social das famílias referenciadas, garantindo os direitos socioassistenciais mediante o acesso a serviços e atividades que fortaleçam a convivência

familiar e comunitária, favoreçam a inclusão produtiva e o desenvolvimento das potencialidades pessoais e comunitárias, com vistas à autonomização dos sujeitos e emancipação social. Cabe ressaltar que os CRAS têm como foco a matricialidade sócio-familiar, segundo preconiza a PNAS e aponta o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), obrigatoriamente executado por CRAS co-financiados pelo governo federal. Suas equipes são compostas por dois profissionais de psicologia e dois do serviço social. Espera-se que tais profissionais tenham determinadas habilidades e competências, tanto pessoais, como sociais e técnicas, para que consigam atuar de forma mais estratégica, efetiva e consistente, alcançando os objetivos e resultados significativos ao processo de desenvolvimento familiar e comunitário, sem perder o foco do desenvolvimento de potencialidades pessoais e coletivas. Tomando como base tais prerrogativas, foi deflagrada a presente experiência profissional, que consiste em uma consultoria prestada à Secretaria de Educação e Assistência Social (SEDAS) da Prefeitura Municipal de Fortaleza, no Ceará, iniciada em outubro de 2006, ainda em andamento, com sua primeira fase concluída. A demanda foi delineada juntamente à Coordenação dos CRAS de Fortaleza, resultando em basicamente dois pontos: a necessidade de avaliar como estão os CRAS no município e de capacitar os profissionais que compunham as equipes dos CRAS. Foi desenhada, então, uma proposta de intervenção junto à Coordenação dos CRAS, sobre dois eixos: a) construir um processo de Avaliação Participativa de Desenvolvimento (APD) e b) realizar encontros de Desenvolvimento Profissional em Intervenção Comunitária. Os objetivos básicos desta atuação são: a) deflagrar junto às equipes técnicas e à Coordenação dos CRAS um processo de Avaliação Participativa, com foco no desenvolvimento dos serviços e na proposta da PNAS; b) desenvolver uma cultura avaliativa alicerçada na participação e cooperação para a melhoria dos serviços e de seu impacto social; c) estimular a integração das equipes de técnicos entre si e com a equipe de gestão no desenvolvimento do CRAS; d) fortalecer o significado que possui a proposta do CRAS em Fortaleza, integrando-o com o sentido pessoal atribuído pelos profissionais ao seu trabalho; e) identificar e sistematizar dados e informações que subsidiem processos posteriores de melhoria sistemática e continuada da organização do serviço e de sua efetivação junto aos cidadãos usuários. Esta atuação foi estruturada em reuniões, grupos de trabalho, encontros ampliados e oficinas temáticas, nas quais foram e estão sendo estimulados processos efetivos de interação e comunicação com vistas à aprendizagem organizacional, onde as equipes de trabalho (sejam de gestão ou intervenção técnica) são convidadas a constituir uma espécie de Comunidade de Aprendizagem, a partir da qual se consolidaria a construção compartilhada do conhecimento e das possibilidades de melhoria com a participação, envolvimento e responsabilidade dos vários profissionais envolvidos. A consultoria prestada fundamentou-se no Método Dialógico-Vivencial (MDV), no qual o grupo e cada participante são estimulados em sua capacidade de reflexão, análise crítica e diálogo, bem como na expressividade afetivo-emocional das experiências vivenciadas. Tem como base também o Método de Processo (MdP), onde são valorizados e fomentados sobremaneira a experiência acumulada e o potencial da organização para interagir, comunicar-se, envolver-se, aprender e se desenvolver coletivamente, a partir de seus próprios recursos internos, ou seja, com a facilitação da expressão e efetivação de seus potenciais de desenvolvimento. São exemplos de ferramentas que compõem o instrumental de intervenção deste trabalho: círculo de cultura; círculo de encontro; dinâmicas de grupo; vivências grupais; exposições dialogadas; estudo e análise de casos e experiências; leitura e estudos de textos e vídeos. Ambos métodos (MDV e MdP) foram desenvolvidos pelo psicólogo Cezar Wagner de Lima Góis, professor do Depto. de Psicologia da UFC. O desenvolvimento do trabalho seguiu basicamente as seguintes etapas, segundo o Método de Processo em Consultoria Organizacional: contato e entrada; exploração do clima; compreensão da cultura; leitura da realidade do sistema-cliente / busca da necessidade-chave; verificação do potencial de trabalho conjunto; identificação de caminhos de melhoria; construção conjunta da melhoria organizacional; acompanhamento e avaliação.

**Palavras-chaves:** Avaliação Participativa de Desenvolvimento, Mobilização e participação organizacional, Consultoria Organizacional / Método de Processo, Política de Assistência Social / CRAS

**Atividade: Psicologia: Ciência e Profissão na Opinião de Graduandos (Paineis)**

**Trabalho:**Psicologia: ciência e profissão

**Autor(es):** Francisco de Assis Furtado Oliveira

**Resumo:** PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO NA OPINIÃO DE GRADUANDOS RESUMOA psicologia como ciência e profissão tem sido tema de debates e discussões nas mais diferentes instituições. As discussões sobre a cientificidade da psicologia remetem as questões pertinentes ao surgimento de um novo campo do saber e fazer. Objetivos: 1) Caracterizar os alunos de um curso de psicologia quanto à ocupação profissional. 2) Identificar atributos que melhor define o que seja psicologia; 3) levantar conceitos de ciência e 4) conceito de Profissão. Método: Participantes: 34 alunos, sendo 7 do sexo masculino e 27 do feminino; a idade variou entre 20 a 49 anos.Material: Um questionário com questões fechadas e abertas.. Procedimento: Inicialmente foi solicitado permissão ao coordenado do curso e posteriormente aos professores que se encontrava em sala de aula no momento da obtenção dos dados. Aos alunos foi pedida sua colaboração e selecionados aleatoriamente e agendado uma data para a devolução do instrumento. Resultados. Quanto a caracterização dos alunos os dados revelam que a maior percentagem recai na categoria estudante com 50.%, seguem com 20.5% e 11.7% as categorias “Trabalhadores de instituições pública” e “Trabalhadores e profissionais das ciências e das artes”. As demais categorias “Trabalhadores dos serviços e do comércio”; “Trabalhadores da saúde e da estética” e “Trabalhadores e técnicos de nível médio” com 5.8%. Com relação aos atributos que melhor define o que seja psicologia, 50% das respostas variaram entre 94.1% a 61.7% dentre as quais se destacam “Estuda o comportamento humano”; “ciência que estuda a mente humana”; “estuda mudança de comportamento”; “ajuda a compreender o outro”; “estuda a consciência”; “estuda as relações humanas”; “é uma profissão” e “estuda as variáveis ambientais”. 35.2% dos participantes quando inquiridos sobre o conceito de ciências, a análise dos dados indicaram o “positivismo” como uma forma de conceber a ciência. 17.6% indicaram o “estruturalismo” e a “dialética”; já 14.7% apontam à forma “funcionalista” e “fenomenologia” como concepção de ciência. No que diz respeito ao conceito de profissão 23.5% dos participantes consideram profissão como aquela função que “Implica em atividades ou ocupação especializada, da qual se podem tirar os meios de subsistências” ou aquela função que “Pode ser definida como um conjunto de atividades complexas definida pelo contexto do trabalho como área de conhecimento”. Com 20.5% seguem as ponderações: “condição socialmente reconhecida”; “é uma atividade caracterizada pelo exercício técnico e intelectual de conhecimento” e com 14;.7% conceberam o termo profissão como aquela atividade que “se refere a funções inerentes a um cargo” e “designa uma capacidade qualitativa exercida para o bem comum, com possibilidade socioeconômica”. Por fim com 11.7% atentaram para o termo profissão como algo que se “configura na prestação de serviço aos outros”. Conclusão. Considerando que a maior percentagem dos respondentes são estudantes é de se esperar que o conhecimento transmitido não seja assumido como uma doutrina e que possam desenvolver uma criticidade e, centralizar-se nas evidencias empíricas do saber psicológico e que todos possam como profissionais transformar a psicologia em uma profissão e ciência de padrões internacionais o que será conseguido por meios de pesquisas.

**Palavras-chaves:** Psicologia,Ciência,Profissão

**Atividade: Psicologia: ciência e profissão na opinião de graduandos (Paineis)**

**Trabalho:**Comportamento Agressivo em Escolar: opinião de professores

**Autor(es):** Francisco de Assis Furtado Oliveira

**Resumo:** O comportamento agressivo em criança na fase escolar é apontado pelos professores como um aspecto que contribui para o fracasso escolar. Com o objetivo de conhecer melhor a idéia de comportamento agressivo na visão de 20 professores do ensino fundamental de uma escola publica localizado em um bairro de periferia. Todos os participantes são do sexo feminino, foi entregue aos mesmos uma escala solicitando sua colaboração e, responder se assim desejasse. A escala compreende 40 itens que podem ser considerados comportamentos

agressivos. Esses comportamentos oferecem uma visão do que seja agressividade na opinião de professores e que podem ser classificados nas seguintes categorias: afetivo – emocional; físico – motor; ético – moral, de danificar e destruir patrimônio e infringir normas e leis. As alternativas de resposta foram: (1), não tem importância (2), tem pouca importância (3), é importante (4), é muito importante e (5) é extremamente importante. A análise dos resultados revelam que a alternativa não tem importância obteve um total de 60 indicações sendo que a categoria infringir normas e leis obteve o menor escore, 5% o maior escore foi para a categoria físico-motor com 45% .A alternativa tem pouca importância foi indicada 129 vezes, as categorias afetivo-emocional e físico-motor alcançaram percentuais de 11,6% e 44,1% respectivamente. 256 indicações foram para a alternativa é importante e a categoria afetivo-emocional alcançou um percentual de 7,8% e a categoria físico-motor 41,7%. 169 indicações obteve a alternativa é muito importante e a categoria afetivo-emocional atingiu um escore de 13% enquanto que a categoria físico-motor 40,2%. A alternativa é extremamente importante foi indicada 134 vezes, a categoria infringir normas e leis teve um percentual de 3,7% e a físico-motor 35,8%. A análise permitiu verificar que a categoria físico-motor é indicada como aquela que melhor expressa comportamento de agressividade, sendo que passar rasteira foi o comportamento mais indicado e o atirar objeto o menos indicado. A categoria afetivo-emocional foi apontada, porém com menor magnitude; e os comportamentos de humilhar os colegas e os pais dos mesmos são representativos desta categoria com o maior escore. Conclui-se, em medida considerável, que os padrões de comportamento no ambiente escolar, são determinados pela idade, sexo etc. e que o presente estudo apresentou o que os professores do ensino fundamental denominam de comportamento agressivo. Quanto à continuidade de estudo sobre o tema em questão sugere-se um estudo comparando alunos de diferentes classes social, localização e natureza da escola bem como uma análise mais detalhada e que se possa caracterizar melhor aquele que faz um juízo social.

**Palavras-chaves:** agressividade,comportamento agressivo,aluno agressivo

**Atividade: O discurso sobre a diferenças raciais e a identificação com organizações sociais (Paineis)**

**Trabalho:**O discurso sobre a diferenças raciais e a identificação com organizações sociais

**Autor(es):** Illova Anaya Nasiasene Pombo,Raniere Fonseca Souza,Wilker Luiz Pessoa de França

**Resumo:** Estudos recentes observam que o preconceito racial vem passando por transformações no que se refere à sua constituição: manifestações explícitas de racismo vêm sendo substituídas por formas mais sutis e menos evidentes de preconceito que burlam a legislação e fazem com que as pessoas mantenham uma postura politicamente correta. Apesar do que possa parecer, esta mudança não indica uma redução do preconceito, mas apenas uma adaptação às pressões feitas pelas normas sociais vigentes. A explicação proposta pelos teóricos do novo preconceito diz que existe um conflito interno do sujeito entre as atitudes negativas já aprendidas no processo de socialização e as normas sociais pós-modernas. Mas numa outra perspectiva podemos afirmar que não se deve inferir que a gênese deste conflito esteja relacionada aos processos psicológicos do indivíduo, mas sim, à reprodução de argumentos e repertórios contraditórios do contexto social no qual está inserido. Dessa forma, o que se observa atualmente nas sociedades pós-modernas, é que a cor da pele parece exercer uma função divisória entre dois mundos, estando relacionada a diferenças em termos de progresso sócio-econômico: cor de pele branca refere-se aos países desenvolvidos, com seus valores progressistas e, a cor negra aos países subdesenvolvidos e seus valores tradicionais e menos avançados. De fato, estudos anteriores mostraram que estudantes de uma instituição de ensino superior atribuíram com maior frequência adjetivos de terceiro mundo a pessoas negras e, além disso, mostraram também que, para eles, os brasileiros atribuíam com maior ênfase, adjetivos de primeiro mundo às pessoas brancas. Estes resultados mostram que o preconceito racial situa-se num contexto ideológico que o justificaria e que é socialmente aceito. No contexto discriminatório do Brasil, a população negra tem buscado formas de acabar ou minimizar o

preconceito racial e suas conseqüências. As minorias negras buscam a reivindicação de direitos que, historicamente, lhes foram negados. O presente trabalho se propõe a fazer uma análise da relação existente entre o nível de identificação/participação em organizações sociais de estudantes universitários e o seu discurso a respeito do Movimento Negro. Para a realização do estudo, foi utilizada uma amostra composta por 90 estudantes universitários distribuídos de maneira equivalente entre cursos de graduação de direito, psicologia e biologia de uma universidade pública na cidade de João Pessoa - PB. A eles, foi pedido que respondessem três questões: uma aberta, indagando sobre seu posicionamento frente ao direito de organização entre os negros e duas questões nas quais era proposto ao indivíduo graduar o seu nível de participação e identificação com organizações sociais, tais como partidos políticos, grupo familiar, movimento de minorias raciais, pastorais, grupo religioso entre outros. De posse dos dados colhidos nos questionários, primeiramente, foi feita uma categorização das respostas contidas na questão relativa ao posicionamento em relação ao movimento negro. Em seguida, foi feita uma análise dos discursos obtidos com o auxílio do software ALCESTE (Analyse Lexicale par Context d'un Ensemble de Segments de Texte – 2002). Em sequência, com o uso do programa de análise estatística SPSS, foram analisadas as respostas referentes às duas escalas de identificação/ participação em organizações sociais. De acordo com os resultados, pode-se observar que há uma tendência daquelas pessoas que tem uma maior participação ou identificação com grupos sociais (partidos políticos, pastorais, associação de moradores e etc.) - acima da mediana - de concordarem com a organização dos negros num movimento pela reivindicação de seus direitos. Enfim, com a realização deste trabalho, foi possível demonstrar a relação existente entre o nível de participação e identificação com organizações sociais e o posicionamento dos sujeitos frente à organização dos negros num movimento reivindicatório de direitos, refletindo assim, um das formas de expressão do racismo no Brasil.

**Palavras-chaves:** racismo,preconceito,movimentos sociais

**Atividade: Avaliação Formativa de um Treinamento Piloto a Distância: Desenvolvimento de uma Metodologia Qualitativa de Avaliação (Painéis)**

**Trabalho:**Avaliação Formativa de um Treinamento Piloto a Distância: Desenvolvimento de uma Metodologia Qualitativa de Avaliação

**Autor(es):** Gardenia Abbad,Lidia Parachin,André Wogel,Maria Emília Barroso de Oliveira Araújo,Talita Custódio,Karen da Matta

**Resumo:** O presente estudo relata a avaliação formativa de um treinamento híbrido (presencial e a distância) oferecido pela universidade corporativa de uma organização bancária de grande porte para uma amostra-piloto de consultores internos. A avaliação formativa é aquela em que a coleta e a análise de dados ocorrem durante o processo de desenvolvimento dos materiais do curso, a fim de obter informações que os validem e/ou indiquem correções a serem efetuadas para aperfeiçoá-lo. O curso avaliado neste trabalho é composto de cinco módulos, sendo os quatro primeiros dedicados a transmitir aos alunos conceitos relevantes sobre consultoria em ambientes organizacionais e o último, de natureza eminentemente prática, focado na aplicação de todos os conhecimentos durante o curso na elaboração de um projeto final de consultoria. A primeira etapa da avaliação formativa consistiu de uma avaliação de juízes acerca do material instrucional disponível para os aprendizes. Para sistematizar a avaliação, o grupo de pesquisa utilizou como guia uma lista de verificação, denominada Roteiro de Avaliação de Materiais Didáticos, que abordou a adequação dos objetivos instrucionais às estratégias educacionais, ao planejamento instrucional, à seqüência do conteúdo e aos recursos de informação disponibilizados no curso. As principais conclusões obtidas foram que: havia incompatibilidade do conteúdo do curso e dos exercícios com o perfil de conhecimentos, habilidades e atitudes,

levantados pela organização como necessidades de treinamento; inexistência e/ou inadequação de objetivos instrucionais focados no aluno e utilização de estratégias instrucionais inadequadas ao ensino dos conhecimentos, habilidades e atitudes almejados pelo curso. Em uma segunda etapa, após o recebimento da avaliação dos dois primeiros módulos do curso, a equipe instrucional da organização optou por planejar e propiciar ao grupo-piloto de alunos um encontro presencial, no qual foi aplicado coletivamente nos participantes do curso, um questionário contendo cinco questões abertas, referentes à qualidade do desenho instrucional. As respostas foram submetidas a análise qualitativa para identificação das principais categorias de conteúdo presentes nas respostas dos alunos. A análise detalhada de conteúdo mostrou que a opinião dos aprendizes sobre o curso coincidia com a avaliação técnica, realizada com o apoio do roteiro, criado a partir de teorias instrucionais. As informações obtidas no encontro presencial validaram a avaliação formativa do curso que realizada anteriormente, legitimando a indicação da necessidade de mudança em diversos aspectos do curso, entre os quais: articulação dos objetivos instrucionais ao perfil de necessidades de treinamento, aumento da complexidade dos objetivos instrucionais, aprofundamento do conteúdo teórico, adequação da linguagem do curso à cultura organizacional e ao perfil dos participantes, diversificação de estratégias instrucionais, aprimoramento dos exercícios, inclusão de estudos de caso e de práticas de aproximação à realidade do treinando, bem como a oferta de feedbacks informativos ao aluno. Considerando atualmente a ampla realização de treinamentos a distância em contextos organizacionais e educacionais, pode-se concluir que os procedimentos desenvolvidos neste estudo foram relevantes, uma vez que se mostraram efetivos como metodologia de avaliação, proporcionando uma análise imprescindível da relação entre as necessidades e expectativas dos aprendizes e da organização e qualidade do desenho instrucional do curso. A aplicação de estratégias qualitativas de coleta e análise de dados, tal como utilizadas nesta pesquisa, proporcionaram um diagnóstico válido e preciso de problemas existentes no desenho instrucional do curso aplicado na turma piloto, o que possibilitou a proposição de sugestões precisas sobre como solucioná-los, antes de oferecer o curso para os demais consultores da organização. Os resultados, discutidos com base em teorias instrucionais, serão comparados aos obtidos em avaliações somativas de treinamentos a distância ou mistos.

**Palavras-chaves:** avaliação de treinamento, avaliação formativa de materiais instrucionais, curso a distância, desenho instrucional

**Atividade: "Alguém tem que dar um jeito nisso":**  
**(Paineis)**

**Trabalho:** "Alguém tem que dar um jeito nisso": a escola pública pede socorro

**Autor(es):** Odilza Lines de Almeida, Fabio Andrade Botelho, Anamélia Santos Sobral Sirqueira

**Resumo:** O LAPSO – Laboratório de Psicologia Social da Faculdade Juvêncio Terra, situada em Vitória da Conquista-BA, que tem como objetivo promover estudos, pesquisas e intervenções na comunidade onde está inserida, desenvolveu um projeto com o intuito de conhecer as interações sociais existentes numa escola pública de primeiro grau em um bairro periférico na cidade de Vitória da Conquista-BA, conhecido por seu alto índice de violência. Essa proposta surgiu a partir dos estudos e discussões sobre socialização e da relação indivíduo-sociedade, as quais ocorreram no grupo do Lapso formado por alunos e professores do curso de Psicologia. Foi proposta uma pesquisa-ação que iniciou com a observação da realidade da escola e uma pesquisa acerca da qualidade das interações ocorridas naquela instituição bem como sobre os problemas existentes a partir da percepção dos alunos. Construiu-se um questionário misto, com perguntas abertas e fechadas, que foi re-ajustado após pesquisa-piloto versando sobre a origem do estudante, situação familiar, desempenho escolar, interações com o corpo docente e discente, violência e problemas percebidos. Foi delimitada uma amostra estratificada por séries – 1ª. a 8ª. séries e por turnos – matutino, vespertino e noturno. Os questionários foram aplicados através de entrevistas individuais onde se buscou criar um rapport inicial para facilitar a confiança e o vínculo com o pesquisador que foi orientado para informar sobre o objetivo do trabalho, o caráter



confidencial das informações e a possibilidade de o estudante interromper a entrevista quando lhe fosse conveniente. Os estudantes acolheram bem o trabalho e os dados foram coletados. Simultaneamente ao trabalho de coleta de dados, ocorreram discussões no grupo acerca das entrevistas realizadas e as impressões iniciais dos pesquisadores. Os dados qualitativos apontavam para um alto índice de violência percebida nas dependências da escola cujo espaço físico proporcionava, no intervalo, uma aglomeração de muitos alunos em um pátio pequeno, com crianças de todas as faixas etárias. Essa circunstância já teria levado a escola a fechar as salas de aula no intervalo devido a ocorrência de violência física nessas dependências nesse período que, por sua vez, não conta com nenhuma supervisão de um adulto. As falas das crianças indicam um pedido de ajuda para a situação vivenciada, especialmente pelas crianças menores, vítimas de assédio moral e sexual, além de externarem o desejo de terem equipamentos de lazer tais como parque infantil e campo de futebol, inexistentes atualmente. Os dados quantitativos foram armazenados em um banco de dados e estão sendo tratados através do SPSS e apontam para a violência como um dos principais problemas vivenciados na escola. Esse trabalho foi realizado no segundo semestre de 2006 e seus resultados serão apresentados aos professores da escola no retorno às aulas. Propõe-se uma discussão com todo o corpo docente e discente sobre as estratégias de enfrentamento dos problemas indicados com intervenções a serem planejadas e executadas no decorrer do primeiro semestre de 2007.

**Palavras-chaves:** Psicologia Social, Violência escolar, Pesquisa-ação

**Atividade:** EXPERIÊNCIAS DE MULHERES ENCARCERADAS NO SISTEMA PENAL: um olhar fenomenológico (Paineis)

**Trabalho:** EXPERIÊNCIAS DE MULHERES ENCARCERADAS NO SISTEMA PENAL: um olhar fenomenológico

**Autor(es):** Leidiane Diniz Pinheiro, Carla Daniele Nascimento dos Reis, Rosana Mendes Éleres de Figueiredo

**Resumo:** O presente estudo teve como objetivo conhecer como se configura a experiência de mulheres encarceradas no Centro de Recuperação Feminino do Estado do Pará, a partir da análise do discurso das participantes. Levantamento documental preliminar aponta que desde a década de 70, as mulheres começaram a praticar crimes com mais frequência. Hoje, já são responsáveis por 6% dos delitos cometidos no país, representando 4,5% do total da população carcerária brasileira. O censo penitenciário revela que quase 40% delas não recebem visita alguma e que apenas 18% são procuradas pelos companheiros. Entende-se que a criminalidade feminina sempre foi permeada de estereótipos e noções de menos valia da mulher. Com isso, a criminalidade feminina continua a ser um tema pouco explorado, necessitando de maiores investigações sobre a participação da mulher nesta condição, bem como de sua experiência como detenta. O cerceamento da liberdade por si só já promove sofrimento. Uma vez que Os prisioneiros são privados de sua liberdade, autonomia, segurança física, relações humanas autênticas e trabalho significativo. A pesquisa foi realizada no Centro de Recuperação Feminino do Estado do Pará, com três mulheres que estão atualmente encarceradas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de base fenomenológica. Os depoimentos foram gravados, transcritos e analisados a partir da proposta metodológica de Giorgi e os resultados apontam que, a experiência de viver na prisão é vivenciada com muito sofrimento e dor principalmente pela ausência da familiar, sendo este um aspecto que contribui para o aumento da dor da privação. As mulheres sofreram impacto na reação a chegada, acompanhado do sentimento de perplexidade. Neste sentido conclui-se que, as mulheres usam a prisão como espaço de aprendizagem e mudanças de vida. E que este fato é um marco em suas vidas, visto que utilizam o recurso da religiosidade como suporte para lidar com situações adversas no cotidiano da prisão. Como também sofrem com as dificuldades de convivência que enfrentam e a partir das experiências passaram a dar mais valor a liberdade demonstrando ter consciência do delito cometido, tendo a dor e o arrependimento como conseqüências, elaboram análise sobre o comportamento das

suas colegas, como também apresentam posicionamento sobre o sistema penal. Em seus discursos as participantes revelam as dificuldades e o sofrimento vivenciados por conta da precariedade do sistema penal que oferece uma estrutura insuficiente em relação à demanda...Fazendo assim com que elas dividam lugares apertados com as outras colegas presas, tendo que dormir em péssimas condições ocasionando incômodos, mal-estar e tristeza entre elas. Os diferentes motivos pelo qual cada uma chegou à prisão; contribui para que as mesmas apresentem comportamentos muito variados sendo umas muito mais violentas que outras. Sugere-se maiores estudos sobre os motivos que levam as mulheres para a vida do crime, como também quais os aspectos vivenciados na prisão que mais prejudicam na recuperação.

**Palavras-chaves:** Mulheres Encarceradas,Sistema Penitenciário,Abordagem Fenomenológica

**Atividade: O uso da fotografia em pesquisas sobre estereótipos (Paineis)**

**Trabalho:**O uso da fotografia em pesquisas sobre estereótipos

**Autor(es):** Joice Ferreira da Silva,Altair dos Santos Paim,Sonia Maria Guedes Gondim

**Resumo:** A riqueza de informações contida numa fotografia, evocando fatos de um passado remoto, representando um cenário, pessoas ou temas que despertam fortes conteúdos afetivos e emocionais, repleto de significados muitas vezes ambíguos. A fotografia pode ser um excelente recurso em pesquisas para auxiliar na comunicação de significados advindos de temas que os participantes teriam dificuldades de revelar através da expressão verbal, neste contexto se enquadram os estereótipos, definidos, como uma imagem mental simplificada de alguma categoria de pessoa, instituição ou evento que é compartilhado por um grande número de pessoas. A fotografia acompanha os trabalhos de pesquisa no domínio das Ciências Sociais desde o seu surgimento. Dentro do campo da pesquisa psicológica, o principal objetivo de utilizar a fotografia como instrumento de pesquisa, atualmente, é a atribuição de significado à imagem. A fotografia funcionaria como uma ferramenta para facilitar a comunicação, fazendo emergir conteúdos de forma mais fácil. As imagens fotográficas têm um potencial desencadeador para evocar memórias passivas podendo reunir informações em um todo organizado que uma entrevista ou qualquer forma de descrição verbal não se conseguiria. Neste caso, a fotografia funcionaria como uma ferramenta para facilitar a comunicação, fazendo emergir conteúdos de forma mais fácil e, conforme análise de Neiva-Silva e Koller (2002), tem sido utilizada em quatro funções: registro, feedback, autofotográfica e modelo. O objetivo do presente artigo foi analisar a utilização da fotografia como instrumento de pesquisa sobre estereótipos. Para a consecução deste objetivo, foi feita uma revisão de literatura, tendo como base de dados o PsycINFO, nos últimos cinco anos. Para localização e obtenção dos estudos que utilizaram a fotografia como instrumento de pesquisa em Psicologia Social dos Estereótipos, foram utilizados os seguintes procedimentos: a fonte primária para inclusão dos trabalhos na amostra foi a indexação no PsycINFO “photo\* and stereotype”, alcançando um total de 24 trabalhos referidos possíveis de ser incluídos neste trabalho. Nestas pesquisa observam-se duas características prevalentes: a utilização de fotografias como modelos para ativação dos estereótipos e posterior julgamento social, e de projeção destas fotos por meio de recursos mais contemporâneos como computadores e slides. Com os dados obtidos pôde-se perceber que o uso da fotografia em pesquisa sobre estereótipos nos coloca um desafio qualitativo, os pesquisadores se apropriam desta ferramenta, principalmente em estudos de natureza experimental, no entanto em tais pesquisas fica evidente a carência de discussão metodológica sobre o uso ou mesmo a importância da fotografia, na maior parte dos trabalhos não é apresentada ao menos uma justificativa para sua utilização. Em tais investigações há uma hegemonia dos métodos quantitativos, o que não deixa de estar de acordo com as tendências atuais do estudo dos estereótipos.

**Palavras-chaves:** psicologia social,estereótipos,fotografia,instrumento de pesquisa

**Atividade: Parcerias Interinstitucionais de Pesquisa na América Latina  
(Temas em Debate)**

**Trabalho:** PARCERIAS INSTITUCIONAIS DE PESQUISA NA AMÉRICA LATINA

**Autor(es):** Norberto Abreu e Silva Neto

**Resumo:** Gostaria de trazer para discussão algumas premissas que penso devam orientar a construção dos mecanismos de colaboração de pesquisa na América Latina, e também a análise dos programas já existentes, com vistas ao fomento de parcerias cooperativas e não concorrenciais. Entendo que para a elaboração de um Programa de Parcerias Latinoamericanas de Pesquisa conduzido pela ANPEPP devem ser consideradas, previamente, questões referentes aos seguintes aspectos ou esferas da vida: a economia política, o mundo do trabalho, a vida cultural, sistemas de educação e saúde, e, o universo da pesquisa científica e tecnológica em sua relação com o ensino universitário. No plano da economia política, a questão principal comum aos países latino-americanos (não somente a eles) trata do conflito entre os defensores do néo-liberalismo capitalista que fanaticamente pregam a submissão das nações à lógica do “livre” comércio internacional, que impõe a transformação do mundo em mercadoria, e difundem a ideologia da globalização, e os propositores de modelos alternativos ao da Organização Mundial do Comércio – OMC, que defendem que o objetivo da vida econômica não deve ser o crescimento como fim em si mesmo, mas fomentar o desenvolvimento das capacidades humanas; e que o critério não deve ser a rentabilidade financeira mas a utilidade social das atividades e das produções de um país. Assentado nessa lógica da mercadoria, o mundo do trabalho apresenta como problemas: a relação entre tempo de trabalho e tempo livre para o desenvolvimento da personalidade, o desemprego, os contratos de emprego precário ou de sub-emprego, a regulação dos mecanismos de proteção social e segurança no emprego, e, o da inserção do jovem que busca encontrar seu lugar no mundo do trabalho. Com respeito aos sistemas de educação e de saúde, a reflexão que vise a melhoria desses serviços precisa considerar esses bens da humanidade em seu valor de uso e não como mercadorias (pacotes educacionais e de saúde). No plano da cultura, para além do encontro de identidades, ou seja, de abstrações, a idéia é pensar as questões comuns tendo em vista o desenvolvimento das culturas nacionais, regionais, e locais, em uma sociedade na qual informação e conhecimento sejam compartilhados. Cabe investigar a recepção e os efeitos das transferências culturais, em particular aquelas transferências efetuadas pelas mídias eletrônica e informática. Para a apresentação e discussão da perspectiva alternativa ao modelo da OMC será usada a “A Carta de Havana”, documento resultante de projeto ambicioso das grandes potências do pós-guerra, que visava a organização de uma instituição especializada da ONU que deveria regular o comércio internacional de modo a evitar o caos econômico, as guerras comerciais, e o desemprego, que caracterizaram a década de 1920 e levaram à II Grande Guerra. Em 1946, a Carta foi assinada por 53 nações mas jamais foi ratificada por nenhuma delas. Mutilações dessa Carta deram origem à OIT e depois OMC, e ao GATT (Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e o Comércio). A “Carta de Havana” tem sido constantemente revivida porque propõe uma abordagem que se situa no oposto das concepções atuais do comércio internacional. Para ela, o comércio só pode ter um objeto: o desenvolvimento de cada país considerado individualmente, em um quadro de relações internacionais baseadas na cooperação entre os países e não na concorrência entre eles. A Carta de Havana não separa desenvolvimento e trabalho e visa prevenir o desemprego, o sub-emprego, e outras formas de exploração no trabalho, bem como estabelece limites ao que pode ser transformado em mercadoria. E, para aprofundamento nas discussões sobre os diversos temas, serão analisadas as propostas do Movimento “Alternative a Gauche 2007” (França) para a construção de um mundo não assentado na lógica da mercadoria imposta pelo capitalismo liberal. Penso que a clareza sobre esses aspectos pode nos ajudar a construir parcerias cooperativas entre os pesquisadores da psicologia brasileira e da América Latina.

**Palavras-chaves:** parcerias interinstitucionais, mecanismos de colaboração, carta de Havana

**Trabalho:** Integração, construção de redes e intercâmbio na área da Psicologia entre o Brasil e

os países Latino-americanos

**Autor(es):** Jorge Castellá Sarriera

**Resumo:** O Intercâmbio universitário na Comunidade Européia vêm sendo promovido intensamente através dos programas Erasmus, contribuindo para que os jovens construam uma identidade européia alicerçada nas suas identidades nacionais. Na América Latina ainda são tímidos os esforços políticos e econômicos para criar uma identidade latino-americana. O MERCOSUL se debate entre interesses nacionais e interesses supra-nacionais. O Brasil tem enfatizado alguns acordos bilaterais para estimular o intercâmbio universitário, com apoio das agências de fomento, como a CAPES e o CNPq. Tudo isso esbarra nas grandes desigualdades entre países e na forma como em cada país é tratada a questão científica e educacional. Nem sempre se encontra a reciprocidade que seria de esperar. Em outros casos, espera-se que os países com maiores recursos possam auxiliar aqueles com carência deles. As bolsas do Ministério de Assuntos Exteriores têm auxiliado a bom número de estudantes universitários da América-Latina a fazer estudos de pós-graduação no Brasil. As bolsas da CAPES e do CNPq, em convênios bilaterais, podem ser uma excelente oportunidade se, do outro lado (país parceiro), existe uma dinamicidade compatível para levar adiante o acordo. Na prática, os intercâmbios acontecem, quando co-existem alguns fatores: 1) Tutores de cada país dispostos a desenvolver projeto conjunto, troca de pesquisadores e formação de alunos de pós-graduação e graduação; 2) Apóio ou recurso de agência nacional ou regional, para viabilizar economicamente o intercâmbio; 3) Convênio assinado entre as universidades parceiras e aditivo específico de intercâmbio entre cursos, pesquisadores e projetos. Apesar dos incentivos oferecidos pelas agências, parece que estamos de costas a América-Latina, olhando para o outro lado do oceano, a Europa, ou para o alto, Estados Unidos e Canadá. Temos realmente muito que aprender destes países avançados e nós, também, temos a contribuir para eles. Porém desconhecemos o que os nossos pesquisadores latino-americanos fazem, com populações como a nossa, com maior afinidade cultural, enfrentando problemas semelhantes, com seus centros de excelência... Muito podemos aprender e trocar com os 'nossos irmãos'. Os pontos em comum enriquecem a colaboração e permitem discutir e propor investigações assentadas em nossa realidade e voltadas para a solução de problemas comuns. Como referência de intercâmbio podemos citar nossa experiência do Grupo de Psicologia Comunitária e da Saúde do MERCOSUL, formados por docentes das universidades Nacional de Argentina, da República Oriental do Uruguai, Nacional de Asunción e Federal do Rio Grande do Sul, onde temos um cronograma de trabalho, publicações e formação de quadros, buscando fontes de recursos para desenvolver as atividades programadas.

**Palavras-chaves:** parcerias interinstitucionais, América Latina, redes de intercâmbio

**Trabalho:** APORTES PARA A FORMAÇÃO DE REDES INFORMAIS DE COLABORAÇÃO CIENTÍFICA NA AMÉRICA DO SUL

**Autor(es):** Henrique Carneiro

**Resumo:** Este relato se centra na formação de Redes de Cooperação Internacional situadas no âmbito da América Latina, mais especificamente na América do Sul, envolvendo a experiência em curso realizada entre a Universidade de Fortaleza e a Universidad Nacional de Tucumán, na Argentina. O pressuposto é que, dada a complexidade de exigências para a formalização de uma rede de cooperação de pesquisadores, muitas vezes dificultada em função de uma pesada carga burocrática acompanhada de incontáveis etapas protocolares indicadas por organismos de filtragem e controle de qualidade, a prática de pequenas investidas resulta em um trânsito mais fluido e mais eficaz, na medida em que possa ser valorizado o compromisso entre investigadores, equipes e só posteriormente, como uma última etapa do processo de consolidação a ser cumprida, as instituições. 1) Do ponto de vista da relação entre pesquisadores é importante a identificação dos eixos comuns de trabalho existentes entre os recortes de objeto de estudo. Outro ponto relevante desta relação são os indicadores a serem considerados e que devem se sustentar na transferência de trabalho que se constrói pelas pesquisas e pela produção que cada investigador realiza, na forma de comunicação dos resultados e na relação

de intercâmbio de informações entre os investigadores; 2) Do ponto de vista da inserção do consorte, vale destacar que a instalação do parceiro dentro da outra equipe de pesquisa é facilitada, na medida em que um representante do grupo já se responsabiliza pela apresentação do convidado. Nesse ponto é de grande valia a fortificação dos laços entre os componentes da equipe e o pesquisador convidado, através de atividades de exposição dos trabalhos realizados nos respectivos lócus de pesquisa, bem como o envolvimento em atividades que começam a ser compartilhadas. RESULTADOS: apresenta-se a seguir, os dados relativos à experiência de cooperação entre as instituições citadas, que por um caminho pautado na informalidade já renderam os seguintes resultados: a) realização de cursos e conferências que são ministrados pelos dois colaboradores no Brasil e na Argentina, alternadamente. Foram ministrados dois cursos pelo participante brasileiro no Programa de Doutorado em Psicologia da Universidad de Tucumán e foram realizadas duas Conferências pela consorte argentina na Universidade de Fortaleza; b) participação da equipe de colaboradores argentinos em bancas de defesa de dissertação realizadas pelo Mestrado em Psicologia – UNIFOR e, orientação de Tese doutoral pelo representante brasileiro a doutorando do Programa em Psicologia da Universidad de Tucumán; c) Organização de eventos na Argentina e no Brasil, com a participação das equipes dos dois colaboradores em novembro de 2005 a Profa. Marta Gerez-Ambertin participou da organização da I Jornada do LABIO na Universidade de Fortaleza, congregando os pesquisadores locais e convidados do Rio e Minas Gerais. Em outubro de 2006 o retorno foi realizado através da organização do Congresso Internacional sobre Psicanálise, Direito e Ciências Sociais); d) A participação do consorte brasileiro na qualidade de comentarista dos trabalhos de investigação do projeto sobre violência da equipe de pesquisadores coordenados pela Profa. Marta Gerez-Ambertin, em novembro de 2006, na FLACSO - Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais, no Colóquio Internacional sobre Violência; e) Organização para outubro de 2007 do I Congresso Sul-americano sobre Violência, Culpa e Ato a ser realizado em Fortaleza, contando ainda com a colaboração de pesquisadores da Colômbia, como expansão da rede de colaboração; f) publicação de vários artigos de participantes da equipe argentina em periódicos nacionais A (Revista Mal-estar e Subjetividade, Latino-americana de Psicopatologia Fundamental, Latin American Journal of Fundamental Psychopathology on Line, Psicologia Clínica PUC-RIO).

**Palavras-chaves:** redes de cooperação, informalidade, identificação de parcerias

**Atividade: O Fim Possível das Prisões  
(Temas em Debate)**

**Trabalho:** O futuro das prisões

**Autor(es):** Ana Sofia Schmidt de Oliveira

**Resumo:** O primeiro passo é apresentar as várias etapas do sistema de justiça criminal – polícia, judiciário, sistema penitenciário, processo legislativo – para possibilitar a compreensão do processo de construção do problema da prisão a partir do processo de fabricação do condenado. Fundamentalmente é importante compreender o enfoque jurídico a partir da resposta à pergunta: o que aprende o estudante de direito acerca da punição? Ele aprende que existe uma técnica jurídica que justifica e traça a distinção entre o que é lícito e o que é ilícito. Quase sem perceber, ele aprende a fazer um salto – da separação das condutas para a separação das pessoas. Este salto às vezes é bastante sutil porque as pessoas, no sistema jurídico, não são simplesmente pessoas – são também categorias jurídicas, sujeitos ativos e passivos dos crimes. A partir daí, é possível compreender como o sistema trabalha com categorias binárias (justo/injusto, inocente/culpado) que não incorporam as infinitas matizes da realidade e que o processo de fabricação do condenado é muito mais complexo do que aparenta ser especialmente para os operadores do direito. Como o sistema trabalha de forma seletiva e como a idéia da anormalidade do crime está ainda profundamente enraizada, é possível afirmar que a construção de um estigma não é um efeito da prisão: é o pressuposto de funcionamento de todo o sistema penal. Com este pano de fundo é possível abordar especificamente o problema da prisão e o grande dilema que envolve sua finalidade: castigar ou reinserir? O artigo 1º da Lei de Execução Penal fala da harmônica inserção social do condenado e do internado. Mas é preciso encarar

melhor e sem hipocrisia esta questão. Afinal a idéia da reinserção é compatível com a idéia do castigo, do sofrimento? No Estado laico não. Mas como desmontar a crença na política do encarceramento quando até mesmo a prática das penas alternativas está contaminada pela lógica do castigo? O crescimento exponencial do sistema carcerário revela que ele é sustentado e alimentado por justificativas e crenças muito fortes. Em São Paulo, os dados mostram que o sistema triplicou de dezembro de 2005 (59.000 presos) a junho de 2006 (143.000 presos). Os problemas daí decorrentes não são apenas de ordem humanitária. Para aqueles que tem nos bolsos a área mais sensível do corpo (e aqui falo do corpo do Estado e da força das Secretarias da Fazenda na elaboração da pauta das políticas públicas) é preciso lembrar que este crescimento do sistema come uma fatia enorme do orçamento. Qual é a racionalidade capaz de construir um contra-discurso que coloque um freio neste crescimento? É este o questionamento essencial. Embora seja impossível tomar o distanciamento necessário para enxergar as tendências nas variadas manifestações do problema, cada área do conhecimento tem um papel importante a cumprir. Enquanto o conhecimento for produzido em guetos e reproduzido em linguagem para iniciados não é possível vislumbrar um contra-discurso suficientemente forte. A dúvida que fica é a possibilidade de uma reflexão conjunta numa sociedade de consumo, que deseja resultados rápidos.

**Palavras-chaves:** Sistema Punitivo, Prisões, Limites do direito penal

**Trabalho:** OS EMBARAÇOS DO LAÇO SOCIAL

**Autor(es):** Fernanda Otoni Barros

**Resumo:** Fernandda Otoni Barros: PSICANALISTA, MEMBRO DA EBP/AMP. COORDENADORA CLINICA DO PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL AO PACIENTE JUDICIARIO, COORDENADORA DO NUCLEO DE PSICANALISE E DIREITO DO IPISM-MG, SUPERVISORA DA REDE MUNICIPAL DE SAUDE MENTAL/BH, CORRDENADORA DO CURSO DE POS GRADUAÇÃO "CRIMINOLOGIA"/PUC-MG, COORDENADORA DO PROJETO CASA PAI-PJ DO CENTRO UNICERSITARIO NEWTON PAIVA, MEMBRO DA COMISSAO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DO CFP. RESUMO Pensar alternativas a violência das praticas de privação da liberdade é pensar em derrubar os muros do cárcere e logo se impõe a pergunta: como o laço social pode suportar o risco da convivência com aqueles que em algum momento romperam o pacto, rasgaram o tecido social com seus atos, dispensaram a solução do laço social? Será então possível oferecer respostas não violentas à violência, poderemos diante da complexidade da produção do laço social consentir em conviver com respostas que apresentam uma dissimetria na exposição das forças em jogo? Podemos dispensar a categoria de culpado e fazer circular a noção de responsabilidade e risco? Acredito que só a partir daí, incitados a construir um entendimento de vigilância sobre os poderes mortíferos que nos rondam, nossa barbarie constitutiva, podemos esperar um pouco menos dos júbilos bárbaros das promessas civilizadas; esperar que possamos nos aproximar do outro, e de modo responsável, considerá-lo um próximo, embarcados no mesmo barco, frágil, complexo e plural. Fernandda Otoni Barros: PSICANALISTA, MEMBRO DA EBP/AMP. COORDENADORA CLINICA DO PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL AO PACIENTE JUDICIARIO, COORDENADORA DO NUCLEO DE PSICANALISE E DIREITO DO IPISM-MG, SUPERVISORA DA REDE MUNICIPAL DE SAUDE MENTAL/BH, CORRDENADORA DO CURSO DE POS GRADUAÇÃO "CRIMINOLOGIA"/PUC-MG, COORDENADORA DO PROJETO CASA PAI-PJ DO CENTRO UNICERSITARIO NEWTON PAIVA, MEMBRO DA COMISSAO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DO CFP. RESUMO Pensar alternativas a violência das praticas de privação da liberdade é pensar em derrubar os muros do cárcere e logo se impõe a pergunta: como o laço social pode suportar o risco da convivência com aqueles que em algum momento romperam o pacto, rasgaram o tecido social com seus atos, dispensaram a solução do laço social? Será então possível oferecer respostas não violentas à violência, poderemos diante da complexidade da produção do laço social consentir em conviver com respostas que apresentam uma dissimetria na exposição das forças em jogo? Podemos dispensar a categoria de culpado e fazer circular a noção de responsabilidade e risco? Acredito que só a partir daí, incitados a construir um entendimento de vigilância sobre os poderes mortíferos que nos rondam, nossa barbarie constitutiva, podemos esperar um pouco menos dos júbilos bárbaros das promessas civilizadas;

esperar que possamos nos aproximar do outro, e de modo responsável, considerá-lo um próximo, embarcados no mesmo barco, frágil, complexo e plural.

**Palavras-chaves:** SATISFAÇÃO,Laço social,Liberdade

**Trabalho:**Alguns fins

**Autor(es):** Cristiane Saude Barreto Napoli

**Resumo:** Título do Resumo: Alguns finsPalavras-chave (03 a 05): Prisão, violência, Segregação, exclusão. Resumo O trabalho aborda a questão da liberdade e do seu avesso. Localiza a privação de liberdade e sua origem. E, especificamente, propõe uma reflexão sobre a situação atual dos presídios e as conseqüências sociais dos mesmos. A violência e as formas de seu tratamento implicam em posicionamentos políticos, éticos e ideológicos aos quais os psicólogos estão implicados em construir e sustentar. Ilustra, com o testemunho de trabalho com adolescentes infratores em liberdade a necessidade urgente de desconstrução e de criação de novas possibilidades. Título do Resumo: Alguns finsPalavras-chave (03 a 05): Prisão, violência, Segregação, exclusão. Resumo O trabalho aborda a questão da liberdade e do seu avesso. Localiza a privação de liberdade e sua origem. E, especificamente, propõe uma reflexão sobre a situação atual dos presídios e as conseqüências sociais dos mesmos. A violência e as formas de seu tratamento implicam em posicionamentos políticos, éticos e ideológicos aos quais os psicólogos estão implicados em construir e sustentar. Ilustra, com o testemunho de trabalho com adolescentes infratores em liberdade a necessidade urgente de desconstrução e de criação de novas possibilidades. Título do Resumo: Alguns finsPalavras-chave (03 a 05): Prisão, violência, Segregação, exclusão. Resumo O trabalho aborda a questão da liberdade e do seu avesso. Localiza a privação de liberdade e sua origem. E, especificamente, propõe uma reflexão sobre a situação atual dos presídios e as conseqüências sociais dos mesmos. A violência e as formas de seu tratamento implicam em posicionamentos políticos, éticos e ideológicos aos quais os psicólogos estão implicados em construir e sustentar. Ilustra, com o testemunho de trabalho com adolescentes infratores em liberdade a necessidade urgente de desconstrução e de criação de novas possibilidades. Palavras-chave (03 a 05): Prisão, violência, Segregação, exclusão. Palavras-chave (03 a 05): Prisão, violência, Segregação, exclusão.

**Palavras-chaves:** Prisão, Violência, Segregação, Exclusão

**Atividade:** Reunião do Conselho Editorial da Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa (Reuniões de Associações)

**Atividade:** Assembléia da ABEP (Comemoração do 8º Aniversário) - ABEP (Reuniões de Associações)

**Atividade:** Reunião: Subsídios da Psicologia - ABEP (Reuniões de Associações)

**Atividade:** Reunião sobre a Psicologia das Emergências e dos Desastres - ABEP (Reuniões de Associações)

**Atividade:** Reunião Anual com os Representantes dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia - ANPEPP (Reuniões de Associações)

**Atividade: Reunião da Coordenação Nacional dos Estudantes de Psicologia - CONEP  
(Reuniões de Associações)**

**Atividade: Reunião do Cuidar da Profissão  
(Reuniões de Associações)**

**Atividade: Assembléia da Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho - SBPOT  
(Reuniões de Associações)**

**Atividade: Reunião do Comitê Gestor do CONPSI  
(Reuniões de Associações)**

**Atividade: Plenária Nacional do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira - FENPB  
(Reuniões de Associações)**

**Atividade: Reunião com Professores de Psicologia - ABEP  
(Reuniões de Associações)**

**Atividade: Reunião com Estudantes de Psicologia - ABEP  
(Reuniões de Associações)**

**Atividade: Reunião com os Coordenadores de Cursos de Psicologia - ABEP  
(Reuniões de Associações)**

**Atividade: FESTA DE ABERTURA  
(Reuniões de Associações)**

**Atividade: IV Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas  
(Reuniões de Associações)**

**Atividade: Abertura Solene do V CONPSI  
(Reuniões de Associações)**

**Atividade: Solenidade de Encerramento do V CONPSI  
(Reuniões de Associações)**

**Atividade: VI Encontro Interinstitucional de Pesquisadores em História da Psicologia  
(Reuniões de Associações)**

**Atividade: Reunião das Entidades filiadas à ULAPSI  
(Reuniões de Associações)**

**Atividade: Reunião da Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO  
(Reuniões de Associações)**

**Atividade: Reunião da Sociedade Interamericana de Psicologia - SIP  
(Reuniões de Associações)**

**Atividade: Reunião da Comissão Organizadora do Encontro Regional dos Estudantes de Psicologia do Norte e Nordeste - COEREP  
(Reuniões de Associações)**

**Atividade: Grupo de Trabalho: Contextos Sociais de Desenvolvimento: Aspectos Evolutivos e Culturais**



## **(Reuniões de Associações)**

### **Atividade: Como preparar artigo científico (Cursos - 4hs Gratuito)**

**Trabalho:** Como preparar artigo científico

**Autor(es):** Biblioteca Virtual em Saúde BVS

**Resumo:** O Curso “Como Preparar Artigo Científico” tem como objetivo orientar estudantes, pesquisadores e profissionais da área de Psicologia e ciências afins quanto à preparação e normalização do artigo científico. O periódico científico, além de ser o veículo mais usual para comunicação de trabalhos científicos e ser o responsável pela consolidação das áreas e sub-áreas do conhecimento, assegura a autoria e legitima os direitos do produtor, além de registrar a memória da Ciência. Formado de partes distintas, o artigo científico, compõe o corpo do periódico. São considerados elementos pré-textuais do artigo: autores, título e subtítulo, resumo e descritores na língua do original e em língua estrangeira. Os elementos textuais são a parte do artigo onde a matéria é exposta e desenvolvida e podem ser resumidos em introdução, onde é feita a apresentação das idéias, a revisão da literatura, o que o trabalho acrescenta, os objetivos da contribuição e outros pontos. No desenvolvimento são apresentados o método utilizado na pesquisa, os resultados, a discussão sobre os dados encontrados e a conclusão, ou considerações finais. O pós-texto é formado pelas referências, anexos, apêndices e outros dados que complementam o artigo. O mérito de um periódico científico é determinado levando-se em consideração a representatividade do corpo editorial, dos consultores, além de aspectos como indexação em bases de dados, critérios de arbitragem dos textos, natureza do órgão publicador e abrangência quanto à origem dos trabalhos. Entretanto, é o conteúdo dos artigos que determina o real valor da revista científica. 2. Objetivo: Oferecer subsídios aos alunos da graduação, pós-graduação e profissionais da área de psicologia e ciências afins para elaboração e normalização de artigos científicos. 3. Conteúdo programático: Parte I - O desafio de escrever. - Por quê, onde e quando publicar. - Como e onde escrever. Periódicos ou Revista Científica. Indexação em Bases de Dados. Artigo Científico: Definições. Tipos de Artigo Científico. Estrutura e conteúdo do Artigo Científico. Trajetória do Artigo Científico: da preparação à publicação. 4. Metodologia de ensino: - Aula expositiva - Discussão em classe - Exercícios 5. Recursos didáticos: - Projetor multimídia - Computador com Internet - Telão American Psychological Association. (2001a). Manual de publicação da American Psychological Association (4a. ed., D. Bueno, trad.). Porto Alegre, RS: ARTMED. Tradução da 4a ed. de 1994. American Psychological Association. (2001b). Publication manual of the American Psychological Association (5th ed.). Washington, DC: Author. Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2003, maio). Informação e documentação - Artigo em publicação periódica científica impressa - Apresentação - NBR 6022. Rio de Janeiro: Autor. Duarte, P. F. Q. (1996). Organização e utilização de revistas científicas e sua importância como fator de integração. Integração, 2 (6), 213-216 GIBBS, W. W. (1995). The lost science in the third world. Scientific American, 273, 76-83. Granja, E. C., & Grandi, M. E. (1995). Resumos: teoria e prática. São Paulo: Serviço de Biblioteca e Documentação do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Pinto, A. C., & Andrade, J. B. (1999). Fator de impacto de revistas científicas: qual o significado deste parâmetro? Química Nova, 22(3), 448-453. Sabadini, A. A. Z. P., Sampaio, M. I. C., & Koller, S. H. (Orgs.). (2007). Escrever e publicar em psicologia. Em fase final de elaboração. Secaf, V. (2004). Artigo científico: do desafio à conquista (3a ed.). São Paulo: Green Forest do Brasil. Spector, N. (2002). Manual para a redação de teses, projetos de pesquisa e artigos científicos (2a ed.). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. Victora, C. G., & Moreira, C. B. (2006). Publicações científicas e as relações Norte-Sul: racismo editorial? Revista de Saúde Pública, 40 (No Especial), 36-42.

**Palavras-chaves:** Psicologia, Artigo científico, Elementos textuais

### **Atividade: Reunião do GT em Psicologia Organizacional e do Trabalho - ANPEPP (Reuniões de Associações)**

**Atividade: Timidez Patológica  
(Paineis)**

**Trabalho:** Timidez Patológica: Base de Dados

**Autor(es):** Barbara Borges Melo, Nádía Maria Dourado Rocha

**Resumo:** A fobia social pode ser definida como um medo acentuado de ser julgado, criticado ou humilhado em situações sociais e de desempenho. O sujeito acometido com esse transtorno enfrenta determinadas situações com grande sofrimento, o que normalmente o leva a evitá-las. O transtorno, a depender do seu grau, incapacita os sujeitos em todas as áreas de sua vida. Os fóobicos sociais têm a expectativa de que serão avaliados negativamente por outras pessoas, o que causa um extremo desconforto, e podem ficar embaraçados se os seus sintomas são percebidos. O que eles mais desejam é acobertar os seus sintomas, pois uma vez descobertos, é como se seus sentimentos de incapacidade e inadequação ficassem visíveis. O transtorno de ansiedade social tem início na infância e adolescência, e leva os sujeitos a estruturarem sua vida em função da patologia – estes procuram profissões em que lhes é exigido o mínimo de exposição e interações sociais. Conviver com essa ansiedade extrema, sem o devido tratamento pode acarretar conseqüências desagradáveis tanto do funcionamento acadêmico, como do social e ocupacional. O objetivo desse estudo foi compor e analisar a base de dados sobre Fobia Social. Para coleta dos dados foi usada a base de dados Scielo, acessada por meio da BVS-Psi, na qual foram localizados vinte e um artigos que tratam do presente tema. Inicialmente as informações sobre as pesquisas foram categorizadas no Microsoft Excel segundo: ano de publicação, autores, palavras-chave, periódicos, número de páginas, metodologia, instituição dos autores, UF das instituições dos autores e co-autoria. Após a tabulação dos dados, foram criadas tabelas dinâmicas, descritas nos resultados. Constatou-se a partir da presente pesquisa que 2005 foi o ano de maior publicação, sendo Antônio Nardi, psiquiatra e pesquisador, quem publicou mais trabalhos. As palavras-chave dos artigos foram contabilizadas após categorização e o termo mais utilizado entre os artigos foi a palavra “Ansiedade”. Uma vez que a fobia social é considerada um tipo de transtorno de ansiedade, esperava-se que um número significativo desse termo fosse encontrado. A Revista Brasileira de Psiquiatria obteve mais pesquisas na área de Fobia Social, seguidas dos periódicos Arquivos de Neuro-Psiquiatria, Revista de Psiquiatria Clínica e Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul. Os demais periódicos – Cadernos de Saúde Pública, Psicologia: Teoria e Pesquisa e Revista do Hospital das Clínicas – totalizaram três pesquisas ao todo. Vale considerar que, dentre todos os periódicos citados, somente um deles – Psicologia: Teoria e Pesquisa – foi da área de Psicologia. Embora a presente pesquisa somente tenha utilizado uma pequena amostra dentre os vários artigos sobre o tema, pode-se considerar que os periódicos que mais publicaram pesquisas dentre as citadas foram da área de medicina. O número de páginas variou de três a onze. Pôde-se constatar quanto a estrutura dos artigos publicados que, da totalidade, 14 artigos foram produto de pesquisa, cinco foram revisões bibliográficas e apenas dois foram estudos de caso. O Instituto de Psiquiatria da UFRJ foi a instituição que teve mais publicações de pesquisa, seguidos do Centro Pesquisas e Tratamento de Transtornos de Ansiedade e o Grupo de Pesquisas em Transtornos de Ansiedade. Pôde-se verificar que houve mais publicações no Estado de Rio de Janeiro, seguido de São Paulo e Rio Grande do Sul. Com relação a co-autoria, Ivan Luiz de Vasconcellos foi o pesquisador mais encontrado enquanto co-autor. O tema "Fobia Social", tipo específico de transtorno de ansiedade, parece ser mais discutido dentre os profissionais da área médica do que nas áreas da psicologia. Este dado nos informa a urgência que se faz que este assunto seja mais discutido em meio aos estudiosos da Psicologia e a carência de pesquisas publicadas em revistas da área.

**Palavras-chaves:** Ansiedade, Ansiedade Social, Fobia Social

**Atividade: Oficina de Divulgação da Mediação Comunitária no Grande Bom Jardim  
(Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Oficina de Divulgação da Mediação Comunitária no Grande Bom Jardim

**Autor(es):** Janille Maria Lima Ribeiro

**Resumo:** Oficina de Divulgação da Mediação Comunitária no Grande Bom Jardim A Mediação nas Raízes de Cidadania vai ao encontro do que o Projeto se propõe porque ambos almejam a promoção de uma cultura de paz, predomínio de relações dialógicas, diminuição da exclusão e saudável convivência familiar e comunitária. Objetivo: Sendo a Mediação um meio de acesso a Justiça ainda pouco conhecido faz-se necessário uma divulgação na comunidade. Por este motivo foi criada uma oficina dialógica e vivencial que abrangesse a informação e a importância do processo da mediação realizada pela Raiz de Cidadania do Bom Jardim. A atividade segue os seguintes passos amparada nas etapas de um Sociodrama: Aquecimento Inespecífico que é a acolhida aos participantes e apresentação de todos com dados gerais como nome, atividade laboral, onde mora, etc. Em seguida: levantar, alongar, espreguiçar. Antes desse primeiro momento, preparamos o espaço para a atividade pregando papéis em branco nas paredes da sala ou do espaço disponível para a oficina. Aquecimento Específico: ao som de uma música (Andar com Fé - Gilberto Gil) é pedido que as pessoas andem e/ou dançam pelo espaço, prestem atenção nos vários estímulos ao seu redor (pessoas, lugar, música, a si mesmo). A música é parada após alguns minutos e dada a seguinte consigna: "escrevam nos papéis em branco espalhados pelas paredes qual é o principal problema do Bom Jardim ou de Fortaleza" (depende do local e do grupo onde a oficina acontece). Após todos escreverem, a música volta a tocar e é pedido que leiam o que as outras pessoas colocaram nos papéis. Então, é solicitado que cada um escolha qual é o principal problema do Bom Jardim, podendo ser o que a própria pessoa escreveu ou o que outra o fez. Neste momento, procuramos que as pessoas se agrupem próximas ao problema escolhido e cada subgrupo levanta a defesa de sua escolha até que, em consenso, se opte por trabalhar um problema. Se a escolha for difícil é pedido que seja escolhido um problema a ser trabalhado pela mediação naquele dia na oficina. Dramatização: é solicitado que elaborem uma cena entre duas pessoas em que o problema escolhido apareça e seja levado para a Raiz de Cidadania do Bom Jardim. Por exemplo: foi escolhido a educação como principal problema e criou-se a cena entre um professor e um aluno discutindo em sala de aula. Na cena o mediador da Raiz facilita o processo como se fosse verídico a fim de demonstrar como realmente acontece no projeto. Compartilhar: todos compartilham como foi viver ou presenciar uma mediação, tiram dúvidas e fazem comentários sobre o processo. Principais conseqüências: Acreditamos que esta oficina propicia diálogo, percepção de contrastes, criatividade, reflexão, conscientização, escuta, problematização, sensibilização, informação, dentre outros aspectos tão relevantes no processo de Mediação e da construção do sujeito comunitário para atuação ativa na sociedade. Esta atividade ocorre desde Setembro de 2006 a hoje.

**Palavras-chaves:** Mediação, Transformação social, Sociodrama, Diálogo

**Atividade: Psicodrama e os Dramas na Comunidade Marrocos.**  
**(Paineis)**

**Trabalho:** Psicodrama e os Dramas na Comunidade Marrocos

**Autor(es):** Janille Maria Lima Ribeiro

**Resumo:** Título do trabalho: Psicodrama e os Dramas na Comunidade Marrocos. Objetivos: a partir de um projeto municipal denominado Raiz de Cidadania do Bom Jardim da Fundação da Criança e da Família Cidadã (FUNCI) buscou-se fortalecer as relações de parceria na comunidade para enriquecer o papel de sujeito comunitário no grupo; levar a comunidade a perceber seus problemas e potencialidades para o enfrentamento das questões por ela vivenciadas; elencar formas de enfrentamento e alternativas de superação das problemáticas através de várias articulações. Justificativa: Marrocos é uma ocupação localizada no bairro Bom Jardim que possui dentre muitos problemas (violência, falta de posto de saúde próximo, escolas, lugares para esporte, lazer e cultura) a falta de organização e mobilização comunitária. A intervenção tem como importância a facilitação da organização da comunidade para que junto ao Poder Público tenham seus direitos assegurados. Metodologia: foram realizados quatro encontros grupais semanais com o uso da teoria e prática do Psicodrama e visitas domiciliares no período de março a junho do ano de 2006 com moradores adultos, de ambos os sexos.

Conclusão: Desde o início este projeto tratava-se de algo muito audacioso e difícil. Pela dimensão da comunidade, pelo número reduzido de pessoas para visitar tão grande extensão, pelo perigo real que nossas vidas sofria a cada visita e ao ouvir cada relato de vitimização, pelo novo que representava tal empreendimento para todos da equipe. A própria divulgação dos encontros foi limitada, contamos com a colaboração da Escola de Ensino Fundamental Herbert de Sousa que nos abriu as portas para falarmos em todas as classes em dia de reunião de pais sobre a proposta e os encontros. Fizemos visitas às casas já conhecidas do Marrocos e a cada morador que por nós passava ou em casas com porta ou janela aberta. Alguns moradores nos acompanhavam e nos ajudavam nesta divulgação. Muitas pessoas passaram a ter conhecimento dos encontros quando passamos a nos reunir no Cepec Pé no Chão pois assiste a muitas crianças e famílias do Marrocos e adjacências. A cada encontro percebíamos que as reuniões repercutiam mais na comunidade, pelo menos em forma de que mais pessoas tinham conhecimento de que elas aconteciam. Quanto ao que foi percebido nas reuniões podemos enumerar: A comunidade tem clareza sobre os problemas e estigmas que sofre; O enfrentamento é ainda pouco organizado. A comunidade tem desejo por mudanças, conseguem se mobilizar quando há um facilitador mas a mobilização esbarra nas próprias dificuldades (medo, violência); Percepção superficial da resolução de problemas. No entanto, sabem que a quem recorrem, a polícia, também tem faces vinculadas a corrupção e a reprodução da violência; Descrédito quanto a própria ação da comunidade em busca de melhorias; Crêem que ações assistencialistas (as bolsas) não resolvem os problemas sociais; Percepção parcial da Raiz como colaboradora nas ações para as mudanças; Relações difíceis entre vizinhos, principalmente os envolvidos no tráfico; Baixa percepção das potencialidades; Sabem e sentem que são maltratados pela Associação ( que não alcança social e politicamente a todos) e pelo Poder Público; Não quiseram experimentar nenhuma vivência. A palavra imperou em todos os momentos e a ação se resumiu a estar em alguns encontros por nós marcados, embora acreditemos que já houve impacto subjetivo entre muitos que se envolveram; Parecem que necessitam de um mobilizador muito próximo deles para agirem ou, pelo menos, para pensarem em uma ação; Muitos tem apego ao lugar, vem somente a insegurança como empecilho para ter uma vida melhor ou continuar lá no Marrocos; Além do posto policial surgiram como necessidades um posto de saúde, infra-estrutura do Marrocos, oportunidades de trabalho e geração de emprego e renda, um projeto com cursos profissionalizantes e de arte para crianças e adolescentes. Foi uma experiência marcante e de muito aprendizado para todos os que se envolveram. Uma pontinha de frustração sobrevive porque o Psicodrama não foi plenamente vivido. No entanto, o vislumbre que obtivemos do sujeito comunitário, espontâneo e criativo que não mais se conforma com a repetição da opressão mas busca e sente que pode alcançar alternativas de transformação foi um excelente passo buscarmos a implementação de parcerias mais fortes e eficazes para as mudanças.

**Palavras-chaves:** Comunidade, Psicodrama, Mobilização e Organização comunitárias

**Atividade:** Representações Sociais do Ato Médico Elaboradas por Estudantes de Medicina e Psicologia da Universidade Estadual do Piauí (Paineis)

**Trabalho:** Representações Sociais do Ato Médico Elaboradas por Estudantes de Medicina e Psicologia da Universidade Estadual do Piauí

**Autor(es):** Juliana Gomes da Silva Soares, Raimundo Nonato Lopes Neto, Maria Zilda Silva Soares

**Resumo:** No ano de 2002 foi proposto no Senado Federal Brasileiro o projeto de Lei nº. 25/02 denominado Lei do Ato Médico. Iniciou-se, então, uma série de discussões em torno desse tema, pois de um lado encontram-se os profissionais médicos que defendem a necessidade da aprovação desse Projeto e do outro os demais profissionais da área da saúde que protestam por uma revisão do mesmo e modificação dos pontos que, segundo eles, trarão prejuízos à saúde coletiva. Assim, esta pesquisa foi realizada com o objetivo geral de se conhecer as

Representações Sociais desse Projeto de Lei elaboradas pelas classes de profissionais envolvidas nesse processo, aqui representadas por seus acadêmicos. Para tanto, foram escolhidos os cursos de Medicina e Psicologia, com uma amostra de 16 (dezesesseis) sujeitos de cada curso, totalizando 32 (trinta e dois). Através de pesquisa quanti-qualitativa, descritiva de levantamento, e com base sócio-histórica, investigaram-se os aspectos conceituais, afetivos e atitudinais dos sujeitos da amostra relacionados ao Projeto de lei nº. 25/02. O estudo foi realizado na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual do Piauí - FACIME/UESPI. Os instrumentos utilizados foram um Teste de Associação Livre de Palavras e um Questionário aberto constituído por três perguntas relacionadas aos objetivos específicos. O procedimento para a análise dos dados foi a Técnica de Análise de Conteúdo Temática de Bardin (1991). Nos resultados se encontraram 11 categorias formadas por unidades de análise – UA, de modo que cinco categorias foram comuns aos dois cursos: Legalização da Profissão Médica – LPM (34 UA na Medicina e 11 na Psicologia), Disputa de Mercado – DM (07 UA na Medicina e 13 na Psicologia), Sentimentos Conflituosos – SC (10 UA na Medicina e 14 na Psicologia), Sentimentos Negativos – SN (06 UA na Medicina e 26 na Psicologia) e Atitude Favorável – AF (15 UA na Medicina e 01 na Psicologia); três exclusivas da Medicina: Organização da Atuação dos Profissionais da Saúde – OAPS (37 UA), Sentimentos Positivos – SP (19) e Atitude Neutra – NA (01); e três exclusivas da Psicologia: Autoritarismo da Medicina – AM (46), Limitação de Atuação dos Demais Profissionais – LADP (30) e Atitude Contrária – AC (15). Dessa forma, os estudantes de Medicina, apesar de dúvidas e sentimentos negativos a respeito da possibilidade de aprovação deste Projeto, mostraram-se quase totalmente favoráveis a ela, pois afirmam existir a necessidade de regulamentação da profissão médica, melhorando a organização do sistema de saúde e a multidisciplinaridade. Em relação aos estudantes de Psicologia, houve demonstração de sentimentos de revolta e indignação, baseados na afirmação de que a aprovação do Projeto culminará num retrocesso às políticas públicas com a supervalorização da profissão médica e ênfase no âmbito biológico do ser humano. Concluiu-se que as justificativas usadas pelos estudantes foram reproduções pautadas no discurso de pessoas influentes para os mesmos, o que foi de certa forma esperado, visto que as Representações Sociais têm essa característica de formulação compartilhada por um determinado grupo. Entretanto o posicionamento frente à aprovação desse Projeto tem base em benefícios mercadológicos e, conseqüentemente financeiros aos futuros profissionais participantes da pesquisa. Portanto um dos pontos de maior destaque foi uma disputa discreta, porém visível entre as classes de profissionais da saúde, ou seja, o corporativismo.

**Palavras-chaves:** Ato Médico, Representações Sociais, Lei, Mercado, Saúde

**Atividade: Psicologia Jurídica  
(Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Psicologia Jurídica: uma disciplina e sua dimensão ético-política.

**Autor(es):** Taiane Mara De Filippo

**Resumo:** Nosso propósito com este relato é colocar em pauta nossa experiência no cumprimento do tirocínio docente com a disciplina Psicologia Jurídica, obrigatória para o curso de Direito, na cidade de Salvador, no ano de 2005, enquanto Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências da UFBA. Pretendemos relatar nossa experiência docente e as questões suscitadas durante o processo que se tornaram alvo desta reflexão. Nosso intento é questionar os limites ético-políticos e as possibilidades que a ciência psicológica comporta, hoje, na interseção com outros saberes e/ou práticas, em nosso caso, a área jurídica. Nosso ponto de partida para esta reflexão será o questionamento filosófico, trazendo deste modo a dimensão ético-política em que deve estar inserida qualquer tentativa de apresentar a psicologia, ou as psicologias, em nosso caso, para a prática jurídica. Eis aqui um primeiro limite, de que psicologia falamos? O que deve saber um estudante de direito sobre a história das psicologias? Ou, como nos questionou Canguilhem a tempos atrás, estamos, enquanto psicólogos, seguindo para o Pantheon ou para a Delegacia, de que lugar exercemos nossa práxis? Portanto, iniciamos nosso curso avaliando o estatuto de ciência da psicologia, inserimos assim uma discussão epistemológica ainda no primeiro contato dos estudantes com a

disciplina. Deste modo, pudemos introduzir a matéria com um pouco de história das psicologias apresentando nosso primeiro limite teórico, qual seja, a resposta sobre o que é psicologia. Estabelecendo este limite de demarcação e de unidade que carece a psicologia, avançamos, com os alunos, para nosso segundo desafio. Encontrar a possibilidade de diálogo entre a psicologia e o direito. Distinguimos assim um outro limite, neste caso, inerente à própria junção que fazemos da psicologia com o direito. A dimensão ético-política do direito deve considerar as coletividades, a sociedade e o bem-comum, afinal a lei deve ser para todos. Mas quando apresentamos a dimensão ético-política da psicologia trazemos a tona uma dimensão subjetiva, o caso particular, onde nem sempre a lei de todos comporta a justiça para um sujeito. Como promover a interseção destes saberes diante de tal contradição? Foram apresentados casos, notícias e reportagens onde pudemos introduzir a dimensão subjetiva, o caso particular, nesta tentativa de possibilitar a interseção destes dois saberes. A partir destas questões pensamos ter sido possível dar a forma e o conteúdo desta disciplina desafiadora. Estes questionamentos apontaram caminhos e certamente eles foram necessários para o desenvolvimento da disciplina do modo como passaremos a relatar então.

**Palavras-chaves:** Psicologia Jurídica, Docência, Epistemologia

**Atividade:** Estórias suscitadas pela prancha VII do Teste de Apercepção Temática (TAT) em função de uma modificação da aparência facial de um dos personagens: homem jovem com barba (Experiências em Debate)

**Trabalho:** Estórias suscitadas pela prancha VII do Teste de Apercepção Temática (TAT) em função de uma modificação da aparência facial de um dos personagens: homem jovem com barba

**Autor(es):** Altay Alves Lino de Souza

**Resumo:** A tendência para perceber as outras pessoas de forma estereotipada é considerada um processo humano inevitável: avaliar o outro rapidamente, antes que mais informações estejam disponíveis. É importante lembrar que o sucesso de uma pessoa a longo-prazo pode se modificar consideravelmente, embora a primeira impressão algumas vezes deixe marcas importantes e difíceis de ser superadas. O objetivo da presente pesquisa foi investigar a formação de impressões através de estórias suscitadas por uma prancha do Teste de Apercepção Temática (TAT). Estávamos particularmente interessados na influência da barba na formação de primeiras impressões e avaliamos que a Prancha VII se prestaria bem a esse interesse considerando as suas características. Um homem idoso com semblante sério aparece ao lado de um homem jovem, com o rosto barbeado, também com o semblante sério. Essa prancha tende a suscitar estórias que envolvem temas de disputa, conflito e cooperação. Partimos da hipótese de que a adição de uma barba ao rosto do homem jovem iria modificar seu status frente ao homem idoso mantendo-se a temática básica. Esta hipótese baseia-se num artigo provocativo intitulado "O valor de sobrevivência da barba" em que Freedman (1969: Psychology Today, 3, 36-39) argumenta que a barba sinaliza status e magnetismo sexual. Foram realizadas entrevistas com 218 estudantes universitários em São Paulo, com média de 27,3 anos, dos quais 117 (47 do sexo feminino e 70 do sexo masculino) relataram histórias tendo a prancha VII original como estímulo e 101 (30 do sexo feminino e 71 do sexo masculino) foram expostos à prancha modificada, em que uma barba foi desenhada no rosto do homem mais jovem. Conforme esperado, a questão da relação de status entre os personagens foi um dos conteúdos emergentes nas estórias. Outro conteúdo emergente foi a relação de afiliação entre os personagens. Avaliou-se a associação entre o status atribuído ao homem jovem (baixo, médio ou alto) e o tipo de prancha (original ou modificada) através do teste de qui-quadrado de contingência. Avaliou-se também o tipo de relação atribuído aos personagens (amizade, coleguismo ou parentesco) e o tipo de prancha (original ou modificada). O qui-quadrado de contingência mostrou que tanto homens ( $\chi^2 = 37,082; p < 0,01$ ) quanto mulheres ( $\chi^2 = 14,755, p < 0,01$ ) foram afetados pela presença de barba no homem jovem. Quando estava sem barba, o homem jovem foi visto com um status menor do que o homem idoso. A presença de barba aumentou o status do homem jovem, colocando-o em posição de igualdade com o idoso. Em relação ao nível de relação dos personagens, observou-se que, nas estórias das

mulheres, os personagens da prancha foram predominante vistos como parentes ( $\chi^2 = 6,439$ ,  $p < 0,05$ ). Nas estórias dos homens não houve distinção significativa quanto ao tipo de relação atribuído aos personagens ( $\chi^2 = 1,448$ ,  $p = 0,485$ ). Finalmente estudaram-se as associações entre as várias categorias de análise conjuntamente (sexo, tipo de prancha, status, relação entre os personagens, presença de agressividade na estória e qualidade da relação entre os personagens) geradas a partir do mapa perceptual resultante de uma Análise de Correspondência. (ANACOR). Utilizou-se a projeção simétrica, que permite examinar simultaneamente as relações entre linhas e colunas da tabela de contingência, ou seja, as relações entre todas as categorias das variáveis. Categorias com localização próxima na projeção plana têm relação mais forte do que categorias separadas por distâncias maiores. Qualquer categoria, representada como um ponto na projeção plana pode ser analisada em separado e caracterizada segundo a proximidade das projeções de todas as outras categorias sobre uma reta que ligue seu ponto característico à origem dos eixos do plano de projeção. Quando categorias das variáveis contingenciadas são projetadas próximas, isto sugere associação entre os eventos que eles representam. Dessa forma, na análise de proximidades resultante da ANACOR, tanto homens quanto mulheres relataram estórias predominantemente pouco agressivas. Além disso, as mulheres relacionaram os personagens predominantemente como parentes e com estórias envolvendo um contexto positivo. Já os homens contaram estórias envolvendo predominantemente um contexto negativo e relacionando os personagens como colegas de trabalho. Quanto ao status a ANACOR confirmou os resultados do qui-quadrado de contingência. A adição de uma barba ao jovem fez com que o status atribuído tanto por homens quanto por mulheres aumentasse, embora ele não tenha chegado a ser visto como mais dominante que o idoso, o que pode ser explicado pela diferença evidente de idade. Embora ensinadas a “Não julgar um livro por sua capa”, as pessoas tendem a “julgar livros por suas capas não-verbais” e as estórias suscitadas pelo TAT podem fornecer pistas sobre os tipos de vieses de julgamento.

**Palavras-chaves:** Comunicação Não Verbal, Primeiras Impressões, Barba

**Atividade:** DISCUSSÕES SOBRE A ASSISTÊNCIA À SAÚDE MENTAL PRESTADA PELO SERVIÇO AMBULATORIAL MÓVEL DE URGÊNCIA (SAMU) NA CIDADE DE NATAL/RN. (Painéis)

**Trabalho:** DISCUSSÕES SOBRE A ASSISTÊNCIA À SAÚDE MENTAL PRESTADA PELO SERVIÇO AMBULATORIAL MÓVEL DE URGÊNCIA (SAMU) NA CIDADE DE NATAL/RN.

**Autor(es):** Emanuela de Oliveira Justino, Katita Figueiredo de Souza Barreto Jardim, Magda Dimenstein

**Resumo:** O Serviço Ambulatorial Móvel de Urgência (SAMU) é regido pela Portaria 2048/GM que discorre sobre urgência/emergência no Brasil. Tal portaria atesta que os atendimentos psiquiátricos de urgência pré-hospitalar são de competência do SAMU, portanto este deve seguir as diretrizes da Política Nacional de Saúde Mental, consoante com a Reforma Psiquiátrica, já que é parte integrante do Sistema Único de Saúde (SUS). No entanto, o SAMU ainda não contempla a portaria neste aspecto. Desta forma, o Objetivo Geral da pesquisa é conhecer a dinâmica de atendimentos em urgência psiquiátrica realizados por profissionais do SAMU/Natal-RN. Os Objetivos Específicos são problematizar as possíveis articulações entre o SAMU e a Saúde Mental e discutir as discrepâncias e convergências entre a Portaria 2048/GM no que diz respeito às Urgências Psiquiátricas; os Princípios Doutrinários do SUS e a prática destes profissionais. Foi feito um mapeamento no campo para escolher o público alvo, o qual foram os próprios funcionários alocados no SAMU/Natal, que estavam ligados diretamente a esta demanda. O mapeamento indicou quatro sujeitos. Metodologicamente, foram utilizados a observação participante, diário de campo e um roteiro de entrevista semi-estruturada, instrumentos que ajudaram a pesquisa a obter uma maior fidedignidade quanto ao conhecimento da dinâmica do serviço. A análise dos dados foi feita a partir de analisadores do discurso apontados nos objetivos específicos. Os dados apontam não existir capacitações sobre saúde mental no serviço e que há

a necessidade, para a melhoria dos atendimentos, de promover estas capacitações para todos os funcionários. Foram encontrados sujeitos os quais se mostram mais afetados que outros com a demanda psiquiátrica, e que por este mesmo motivo, tendem a agir de formas diferenciadas nas formas de contenção e no atendimento de uma forma mais geral. Tais contenções podem variar da física para a verbal, podendo ser incluídas aí técnicas que pela falta de capacitação específica e de uma padronização no atendimento, não tem como ser uniforme para todos os profissionais que no SAMU trabalham. Quanto a isso, foi sugerida, pelos entrevistados, a criação de protocolo específico, que compreenderia técnicas de contenção adequadas e formas padronizadas de lidar com a demanda. Nesse ínterim, o SAMU poderia se articular com a rede de saúde mental através dessas capacitações, preparando seu pessoal para compor uma porta de entrada num âmbito pré-hospitalar em urgências, contribuindo para o movimento anti-manicomial, sendo, de fato, mais uma estratégia operante da Reforma Psiquiátrica. Tal estratégia inclui não somente a maior integração dos funcionários nas discussões, como também uma possível transformação de um paradigma antigo, vinculado à visão que a própria sociedade possui do paciente psiquiátrico, e das internações, um dos pontos fortes da luta anti-manicomial.

**Palavras-chaves:** Reforma Psiquiátrica; Luta anti-manicomial; SAMU.

**Atividade: Resiliência: Perspectiva de Promoção de qualidade de vida (Cursos - 4hs)**

**Trabalho:** Resiliência: Perspectiva de Promoção de qualidade de vida

**Autor(es):** Luisa Helena Albertini Padula Trombeta

**Resumo:** Enquanto mudanças tecnológicas, em ritmo acelerado, fazem com que o ser humano avance, outras representam sérias crises para alguns que vivem em condições adversas. Qual o impacto destas situações e/ou condições de vida estressantes para o desenvolvimento do indivíduo? O conceito de resiliência vem contribuir apontando a possibilidade de desenvolvimento saudável em ambientes não saudáveis ou de risco alguns não apenas superam as adversidades, mas o fazem com sucesso e manifestam competência. A atuação do psicólogo pode promover diminuição do impacto do risco e, ações que contribuam para construção de sujeitos resilientes. O curso em questão pretende promover discussão sobre o conceito de resiliência e ações do psicólogo para promovê-la nos mais diversos contextos. Parte do conteúdo do curso é direcionada à apresentação dos conceitos de Resiliência e do histórico do conceito de Psicologia enquanto ciência e profissão. O proponente também pretende fornecer subsídios para análise do grupo sobre Fatores de Proteção e Fatores de Risco estabelecendo a questão do equilíbrio entre os fatores para promoção de comunidades e sujeitos resilientes. Tal análise partirá dos determinantes expostos em diversas pesquisas sobre o tema e, num segundo momento; através de estudos de caso apontados pela literatura e das experiências da autora. A partir da pesquisa da tese de doutorado e outras do cotidiano de atuação profissional da própria autora e de outros pesquisadores brasileiros com experiências e publicações na área; espera-se apresentar e problematizar o estado atual da arte em Resiliência no Brasil. O grupo de psicólogos e estudantes de Psicologia presentes poderá ainda estudar alternativas de ação para o psicólogo nos diversos contextos, que enfatizem a responsabilidade social da Psicologia ao promover ações que fortaleçam indivíduos e comunidades, estimulando a qualidade de vida e desenvolvimento integral dos indivíduos. Conteúdo Programático do curso: Resiliência: Conceituação e Determinantes, Fatores de Riscos, Fatores de Proteção: equilíbrio necessário, Resiliência: pesquisas atuais no Brasil, Avaliação da Resiliência e métodos de pesquisa na área, Estudos de Caso: Resiliência em sujeitos e comunidades e Atuação do psicólogo para promoção de Resiliência. As estratégias utilizadas seriam aulas expositivas, estudos de caso, discussões e debates; troca de experiência entre os profissionais presentes. Os psicólogos precisam investir seus esforços, somando contribuições vindas de áreas diferentes para que se possa oferecer condições de enfrentamento de situações adversas e crises, parte invejável do cotidiano da população brasileira. A dedicação de tempo e recursos dos psicólogos, pesquisadores e profissionais de áreas afins ao estudo da Resiliência é fundamental para que a Psicologia possa de fato se fazer presente no fortalecimento das ações de prevenção de saúde e promoção da qualidade de vida.



**Palavras-chaves:** Resiliência, Prevenção, Risco/saúde

**Atividade:** Ser ou não ser “do crime”? O olhar (Mesas Redondas)

**Trabalho:** Mas afinal, o que é a etnopsicologia?

**Autor(es):** Sonia Maria Rocha Sampaio

**Resumo:** No presente, é possível identificar uma convocação do psicólogo, cada vez mais incisiva, para atuar na esfera social respondendo a uma exigência não apenas local, brasileira, mas internacional, para que a psicologia assuma uma posição afirmativa frente à defesa dos Direitos Humanos. Enquanto ciência e profissão, a psicologia se instaura como prática cultural inserida em contextos sócio-políticos específicos. Assim, as formas de atuação desenvolvidas por esse campo do saber apresentam interfaces com os diferentes aspectos da vida comum das pessoas, entre estes, as práticas relativas à saúde, o percurso escolar e a natureza da sua inserção numa comunidade específica e na vida urbana, de forma geral. Para dar conta dessa tarefa, a Psicologia tem se beneficiado de uma maior abertura ao diálogo com outros campos do saber. A interlocução com a Antropologia e a Sociologia tem aproximado a etnografia e os estudos interacionistas, especialmente aqueles ligados à segunda Escola de Chicago, configurando um novo campo - a etno psicologia - que se impõe onde o raciocínio prático dos atores sociais é requerido e a imersão do pesquisador no campo é condição para a o desenvolvimento do trabalho de pesquisa e/ou de intervenção. Esta abordagem parte do pressuposto que as pessoas desenvolvem anteriormente e fora do ato da pesquisa uma perspectiva sobre elas mesmas e sobre o mundo onde vivem em trocas sociais permanentes, o que quer dizer que um processo de definição de situações pré-existe à entrada de um pesquisador no campo. Para ter acesso a essas perspectivas, a essas definições que os atores fazem da realidade, ele deve trabalhar no ambiente onde se desenrolam as ações, nas situações “naturais”, forma privilegiada de religar essas perspectivas ao ambiente na qual elas emergem. A postura do pesquisador e sua estratégia de ignorância se apóiam em uma visão da sociedade humana – defendemos a hipótese que a pessoa cria seu próprio mundo, se segue a isso que o pesquisador-naturalista pressuporá de início, necessariamente, apenas rudimentos da situação sob observação. Seu trabalho, de natureza descritiva e interpretativa, será a tentativa de maximizar a possibilidade de apresentá-la da forma mais próxima da ótica e da subjetividade das pessoas em situação. As metodologias qualitativas características dessas abordagens, são promissoras nessas áreas, especialmente quando os sujeitos com quem lidamos são crianças e jovens permitindo que eles se estabeleçam, no interior dos estudos em desenvolvimento, como sujeitos epistemológicos reconhecidos. Os trabalhos de pesquisa a serem apresentados nessa mesa, buscam o olhar do participante e mostram como as “ethno” teorias apresentadas para os fenômenos vivenciados são explicações resultantes da observação e de reflexão sobre o vivido.

**Palavras-chaves:** Etnopsicologia, Contextos sócio-culturais, Pesquisa qualitativa

**Trabalho:** Histórias de (des)vínculos: um estudo com autores de delitos

**Autor(es):** Odilza Lines de Almeida

**Resumo:** Este trabalho situa-se no debate corrente em nossa sociedade, que se encontra perplexa com a crescente violência manifestada através do comportamento delituoso, por muitos considerada como o sintoma de nossa contemporaneidade, mas que ainda encontra-se envolta em questionamentos e discussões. Teorias diversas são relatadas na literatura internacional que está dividida, basicamente, em três diferentes níveis de análise: estrutural, individual e psicossocial. Essa pesquisa propõe-se a estudar aspectos psicossociais, enfatizando as interações do indivíduo com seu meio, espaço no qual a subjetividade vai sendo construída. Essas interações têm, como unidade de ligação, os vínculos estabelecidos nos diversos contextos de desenvolvimento ao longo da vida da pessoa. Com esse foco, a autora propõe uma abordagem que integra teorias de três campos de conhecimento para uma aproximação do

fenômeno cujas marcas são a complexidade e a multideterminação. Utiliza, assim, a Teoria do Controle Social, do campo da criminologia; a Teoria da Socialização Primária, proveniente da Psicologia Social e as Teorias do Apego e Ecológica, oriundas da Psicologia do Desenvolvimento. Com esses pressupostos, foi a campo com o objetivo de reconstituir a história de vínculos estabelecidos por adultos autores de delitos ao longo de sua trajetória de desenvolvimento, buscando compreender as associações possíveis entre essa história e o comportamento delituoso. Os dados foram, inicialmente, organizados numa linha de vida com o intuito de sistematizar as informações, identificar as estruturas cronológica (identificada temporalmente) e diacrônica (acontecimentos marcantes que se sucedem no tempo), bem como os sentimentos e julgamentos relacionados com as situações vividas. Em seguida, foi construída a rede de vínculos de cada participante com vistas a analisar o tamanho da rede e a presença de homofilia. Essa rede de vínculos foi descrita de forma gráfica através de uma adaptação da técnica do genograma, utilizando-se o software GenoPro (v. Beta). A análise dos resultados quantitativos resultou no perfil da população estudada. Na análise da rede de vínculos, pode-se notar o pequeno tamanho da estrutura da rede dos autores de delitos bem como a presença de homofilia. No trabalho, chega-se a conclusão de que nenhum vínculo, isoladamente, tem impacto suficiente para favorecer ou não o envolvimento com o crime. A rede de vínculos deve ser considerada de forma sistêmica: o movimento em uma parte modifica outras partes vinculadas e re-estrutura o todo. A rede de vínculos vai se re-estruturando na medida em que ligações são fortalecidas, desfeitas ou fragilizadas, de forma sistêmica, global contribuindo para o envolvimento em atividades delituosas. Os participantes foram autores de delitos, adultos, do sexo masculino os quais estavam em regime de privação de liberdade em uma Unidade Prisional do interior do Estado da Bahia.

**Palavras-chaves:** vínculos, comportamento delituoso, história de vida

**Trabalho:** ADOLESCER EM AMBIENTES SOCIALMENTE ADVERSOS: Duas itinerâncias

**Autor(es):** Maria das Graças de Carvalho Henriques Áspera

**Resumo:** Este estudo surge da prática profissional da autora como psicóloga da Fundação da Criança e do Adolescente, em atendimento a adolescentes em conflito com a lei. Propõe lançar um olhar diferenciado sobre o fenômeno da prática infracional entre adolescentes, através do estudo do seu contrário, ou seja, privilegiar a escuta daqueles que se encontram à margem das condições que permitem seu acesso a bens e serviços, vivendo sob forte tensão entre a transgressão que viabiliza o desejo, e o constante desafio de driblar as adversidades, numa sociedade que condiciona a constituição dos indivíduos ao que eles podem fazer e possuir. Tem como objetivo compreender como adolescentes que vivem em ambientes considerados como socialmente adversos desenvolvem uma atitude resiliente, evitando seu envolvimento em práticas infracionais; assim, descreve e analisa: as dimensões que ele utiliza para classificar o ambiente em que vive como socialmente adverso; o que ele considera como fatores de risco e de proteção disponíveis em seus ambientes proximal e distal; os modos de enfrentamento que utiliza para não incorrer em práticas infracionais. Para tanto, adota um modelo ecológico que apresenta o adolescente em interação com os recursos disponíveis nos diversos ambientes, analisados como um complexo de sistemas encaixados, as interconexões sociais entre os mesmos enquanto contextos de desenvolvimento, e os sistemas funcionais tanto dentro, quanto entre os ambientes (Bronfenbrenner, 1996). Considera o conceito de resiliência de acordo com a lei e com a moral do adolescente participante, baseada no amor e afetividade dos tutores que a tornam possível, permitindo ao indivíduo retomar o desenvolvimento em condições adversas, diante de um evento que lhe causou dor (Cyrulnik, 2004). Trata-se de um estudo de caráter descritivo e exploratório, a ser abordado de forma qualitativa, tendo como dispositivo a entrevista compreensiva (Kaufmann, 1996). Os sujeitos são adolescentes - um do sexo feminino e outro do masculino - com idade de 16 e 17 anos, respectivamente, moradores da Nova República, invasão do bairro de Santa Cruz, Região Nordeste de Amaralina, ambiente marcado pela violência, tráfico de drogas, baixo status sócio-econômico e precariedade de áreas de lazer e atividades culturais (Pré-diagnóstico da Região Nordeste de Amaralina). Verificou-se como fator de risco mais marcante no contexto, a violência de policiais e a que decorre do tráfico de drogas, além das precárias condições de infra-estrutura; como fatores de proteção, o modo de criação,

apoio e acompanhamento dos pais, e os vínculos afetivos; os atributos individuais como o bom humor, atitude positiva diante da vida, a capacidade de ressignificar experiências negativas e ter um projeto de vida aparecem como os principais modos de enfrentamento dos quais os adolescentes lançam mão para desenvolverem itinerâncias resilientes.

**Palavras-chaves:** Resiliência, Adversidade, Modos de enfrentamento

**Atividade:** A escolha profissional de estudantes do terceiro ano do ensino médio de Natal-RN. (Paineis)

**Trabalho:** A escolha profissional de estudantes do terceiro ano do ensino médio de Natal-RN

**Autor(es):** Monique Bezerra Paz Leitão, Álvaro da Costa Batista Guedes, FIVIA LOPES

**Resumo:** Escolha profissional é um tema que vem despertando a atenção de psicólogos, tanto para a elaboração de programas de orientação profissional como no campo das pesquisas, no sentido de compreender os fatores que guiam o comportamento de escolha do sujeito. Na contemporaneidade, a problemática da escolha profissional ganha uma importância toda especial por várias razões. Uma delas é a quantidade cada vez maior de carreiras profissionais que se apresentam ao indivíduo no momento da sua escolha, bem como as incessantes exigências colocadas pelo mercado de trabalho. Optar por uma ou outra carreira a seguir não é tarefa das mais simples e, neste sentido, os que mais demandam atenção por parte dos orientadores profissionais são os adolescentes. Mais especificamente aqueles situados no limiar da época de escolha, como por exemplo, os vestibulandos. Tendo isso em mente, este trabalho se propôs a investigar elementos que contribuem para a configuração da escolha profissional em estudantes do terceiro ano do ensino médio, analisando como o período do ano letivo pode influenciar alguns dos fatores estudados. Contou-se com a colaboração de 221 estudantes (151 do sexo feminino e 70 do masculino), entre 15 e 19 anos de idade, sendo 110 oriundos de três escolas privadas e 111 de uma escola pública de Natal-RN. Os dados foram coletados em duas etapas qualitativamente distintas, a primeira em meados do ano letivo e a segunda ao fim deste, quando já haviam sido encerradas as inscrições para os principais vestibulares locais. Por meio de questionários, foram investigados longitudinalmente os seguintes aspectos: a determinação diante da escolha profissional, visando avaliar o quanto os sujeitos estavam definidos e seguros em relação à escolha; e os principais motivos que estariam influenciando esta escolha, sendo oferecidas opções a serem ordenadas por importância. Além disso, foram pesquisadas, ao fim do ano, as perspectivas futuras dos adolescentes para o ano que se seguia e a ocorrência de inscrição em vestibulares. Os resultados indicaram que o nível de determinação da escolha dos sujeitos aumentou significativamente ao final do ano letivo, de modo que a maioria relatou estar certo ou quase certo da profissão. Em relação aos motivos de maior influência sobre a escolha, a ordem de importância atribuída aos quesitos fornecidos não se alterou, sendo a seqüência mais freqüente: Gosto pela atividade, Sucesso financeiro, Reconhecimento e valorização na sociedade, Desejo dos familiares e Continuidade ao negócio ou atividade de algum familiar. Ao fim do ano, a maior parte das respostas sobre os planos futuros versava sobre faculdade, seguida de estudos outros, trabalho e, por último, atividades de lazer/esportes, além disso, grande parcela dos sujeitos inscreveu-se em pelo menos um vestibular. Analisando os resultados é possível concluir que a maior determinação dos sujeitos diante da escolha profissional esteja relacionada a certo amadurecimento da escolha dada à iminência do exame vestibular, que demanda uma decisão por parte dos estudantes. Quanto aos motivos, aquilo que é levado em conta na escolha profissional remete a valores do sujeito que não se alteram em um curto período de tempo (de meados ao final do ano letivo). Pôde-se perceber, pela ordem atribuída aos motivos, que, a despeito dos múltiplos aspectos envolvidos na escolha, os estudantes procuram conciliar o Gosto pela atividade com o Sucesso financeiro das profissões, e que a entrada na universidade se mostrou uma forte preocupação dos mesmos, tendo em vista que a maioria se inscreveu em algum vestibular e citou a faculdade como plano futuro. A partir desta pesquisa, espera-se contribuir para a construção de alicerces teóricos que sirvam de guia a todos aqueles que trabalham na área da orientação profissional, tanto em sua práxis quanto em pesquisa

básica.

**Palavras-chaves:** Escola Profissional, Adolescentes, Vestibular

**Atividade:** Amazonas: sentidos espirituais e materiais da produção da saúde entre a etnia Sateré-Mawé  
(Experiências em Debate)

**Trabalho:** Amazonas: sentidos espirituais e materiais da produção da saúde entre a etnia Sateré-Mawé

**Autor(es):** Maria Alice Becker

**Resumo:** Este é um tópico de uma pesquisa interdisciplinar que foi realizada na área Marau-Urupadi, território indígena dos Sateré-Mawé, localizado no município de Maués/Amazonas. Financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Amazonas / FAPEAM, dentro do Programa Jovem Cientista Amazônico/JCA, a pesquisa iniciou-se formalmente em março de 2004, e vem desde então, desenvolvendo diversas ramificações. Neste tópico aqui relatado os pesquisadores pretenderam apreender etnoconhecimentos da relação gente/ambiente na produção/reprodução da saúde, aspectos espirituais e materiais. Estamos considerando como etnoconhecimentos sobre saúde os sistemas de significações e explicações dadas pelos Sateré-Mawé às situações de perigo e/ou doença para o corpo, o espírito e o meio, bem como as estratégias de prevenção e cura dos males do corpo e da alma, para estabelecer/restabelecer bem-estar; sistemas e estratégias estes estruturados numa lógica diferente da lógica do conhecimento científico. Ou seja, é conhecimento construído sem a divisão operada na produção da ciência ocidental, em que se separou a razão da emoção, o profano do sagrado, o homem de Deus (TOURRAINE, 1994). Portanto, os etnoconhecimentos, enquanto sistemas de explicações e significações da realidade caracterizam-se por articular, numa totalidade, o material e o espiritual, a razão e a emoção, o profano e o sagrado (ELIADE, 1988). Os dados levantados apontam que a estes etnoconhecimentos incorporam-se, gradativamente, saberes científicos e tecnológicos, mediados por diferentes agentes de instituições da sociedade envolvente – secretarias municipais e estaduais, universidade, igrejas e organizações não-governamentais – ampliando o âmbito e a natureza das explicações e significações relativas à saúde/doença, como também as estratégias de prevenção e cura, configurando-se, assim, uma produção de conhecimentos interculturais. É perceptível também, tanto nos discursos de alguns jovens e adultos escolarizados quanto nas observações do cotidiano nas comunidades, uma transformação de valores e sentidos tradicionais, pela assunção de lógicas diferentes na constituição e organização dos sentidos dados a essas situações de mal-estar/bem-estar do corpo e da alma. Tuxauas e professores(as) entrevistados externaram sua preocupação com o fato de haver uma crescente desvalorização dos tratamentos e curas tradicionais, e um aumento da busca pelos remédios do branco, mesmo quando existem processos de cura próprios. Nos registros de entrevistas coletivas (anotações de campo tanto do pesquisador sateré-mawé, quanto das pesquisadoras) está apontado este processo. Sistematizamos o conjunto de etnoconhecimentos, valores, diferentes estratégias de prevenção e cura, representações e diferentes saberes que tecem o matizado âmbito de sentidos e significações dos sateré-mawé às relações gente/ambiente na produção/reprodução de saúde/doença do corpo, da alma, do meio como: Estratégias de prevenção, Estratégias de cura, Sistemas de explicações das doenças curadas pelo pajé, Sistemas de explicações sobre algumas situações de perigo de morte, Sistema de explicações sobre saúde e doenças curadas pelo médico.

**Palavras-chaves:** produção da saúde entre a etnia Sateré-Mawé., etnia Sateré Mawé espiritual material, saúde espiritual

**Atividade:** Relacionamento Interpessoal: sistematização teórica, perspectivas e desafios  
(Cursos - 6hs)

**Trabalho:** Relacionamento Interpessoal: sistematização teórica, perspectivas e desafios

**Autor(es):** Bruno Eduardo Silva Ferreira, Kirlla Cristhine Almeida Dornelas

**Resumo:** A pesquisa sobre o relacionamento interpessoal apresentou um desenvolvimento significativo nas últimas décadas, sendo tema de interesse de diversas disciplinas. O ser humano se desenvolve inserido em sistemas macro e micro-sociais, que imprimem no sujeito diferentes maneiras de se portar, o que influenciará suas interações. Através dos relacionamentos interpessoais, os componentes subjetivos e objetivos da sociedade se materializam, normatizando os sentimentos, as expectativas e os compromissos assumidos por aqueles que se relacionam entre si. O presente curso pretende discutir os relacionamentos interpessoais, propondo uma sistematização da área de pesquisa, baseada na proposta de Hinde, em seu trabalho *Relationships: a Dialectical Perspective* (1997). Abordaremos as três principais áreas de concentração dos estudos acerca dos relacionamentos interpessoais, a saber: os relacionamentos românticos, os familiares e os de amizade, enfocando seus principais aspectos. Os estudos sobre os relacionamentos românticos englobam tanto os relacionamentos heterossexuais quanto os homossexuais, e apresentam diferentes perspectivas teóricas e empíricas na busca de compreender as crenças e comportamentos relativos ao iniciar, manter e terminar uma relação romântica, de acordo com a faixa etária, gênero e contexto cultural. Diante disso, as pesquisas trazem à discussão: a importância da atração física, as expectativas e os sentimentos envolvidos, os compromissos assumidos e as estratégias para a manutenção da relação, os conflitos e motivos para rupturas, bem como a compreensão do que seja amor e como este é expresso nos relacionamentos. As pesquisas sobre os relacionamentos familiares envolvem quatro grandes áreas: a construção da identidade, a importância da autonomia, o cuidado filial, as mudanças na estrutura familiar e os conflitos inerentes ao relacionamento. As pesquisas existentes sobre relações familiares são pouco coesas e distribuídas de forma desigual entre as diversas fases da vida, enfocando principalmente os laços infantis e a adolescência, sendo relativamente recente o interesse pelas relações entre pais e seus filhos adultos. O enfoque nas relações familiares entre adultos traz novos fatores à tona: sentimentos de obrigação, afeição, a proximidade e a satisfação que o relacionamento entre pais e filhos proporciona. Por fim, as pesquisas acerca das relações de amizade contemplam vários níveis de amizade, desde o simples “conhecido” até o “melhor amigo”. As temáticas abordadas nas pesquisas sobre as relações de amizade discutem a intimidade, a auto-revelação e o companheirismo, as expectativas e o conceito de amigo, os conflitos e sua resolução e as influências que os amigos exercem uns sobre os outros, influências estas que podem ser direcionadas tanto para comportamentos positivos quanto para comportamentos negativos. As pesquisas apontam ainda que as amizades variam em forma e conteúdo, de acordo com o gênero dos membros do relacionamento, com a idade dos mesmos e com a cultura na qual eles se inserem. Para contextualizar os apontamentos sobre as áreas de pesquisa, utilizaremos alguns dos estudos desenvolvidos recentemente no Brasil e no mundo, traçando assim um panorama da produção científica no que concerne à pesquisa sobre os relacionamentos interpessoais. O curso terá uma duração prevista de 6 (seis) horas, e o conteúdo programático abordará os seguintes tópicos: § Introdução à temática do relacionamento interpessoal; §

Principais áreas de pesquisa; § Relacionamento Romântico – principais aspectos: § Atração interpessoal; § Fidelidade e Traição; § Manutenção e término do relacionamento romântico; § Relacionamento Familiar – principais aspectos: § Identidade e mudanças na relação; § Cuidado filial e ambivalência de sentimentos; § Cooperação e comunicação; § Relacionamentos de amizade – principais aspectos: § Intimidade e Companheirismo; § Apoio social; § Conflitos e resolução dos mesmos; § Principais pesquisas sobre os relacionamentos interpessoais (já realizadas ou em andamento).

**Palavras-chaves:** Relacionamento Interpessoal, Sistematização Teórica, Amizade, Relações Familiares, Relações Românticas

**Atividade: Análise Interacional e Videográfica nas Interações Humanas e em suas Relações com Artefatos Materiais e com o Ambiente. (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Análise Interacional e Videográfica das Relações de Apego Mãe-Criança: Uma

## Proposta Teórico-Metodológica

**Autor(es):** Pompéia Villachan Lyra, Ana Karina Lima, Fabiana Wanderley de Souza Moreira, Isabelle Diniz Cerqueira Leite

**Resumo:** O termo 'microgênese' foi originalmente proposto por Werner, em 1956 e vem sendo usado pelos pesquisadores em psicologia do desenvolvimento para referir a um método específico para estudar microdesenvolvimento, ou seja, o desenvolvimento humano que ocorre durante um curto período de tempo (Grannot & Parzirole, 2002). Assim sendo, o método microgenético pode ser definido pela ênfase na densa observação de um curto período de mudanças. Baseando-se nestas observações, os pesquisadores obtêm dados que podem capturar as transições do desenvolvimento, proporcionando-lhes um acesso direto ao processo de mudança em curso. Esta análise microgenética é geralmente realizada tomando por base registros videográficos. Segundo Grannot e Parzirole (2002) este tipo de registro e posterior análise pode favorecer uma maior compreensão do fenômeno investigado, visto que assim os registros poderão ser analisados pelos pesquisadores diversas vezes, de diferentes maneiras e de modo extremamente minucioso. Na análise videográfica é possível capturar pequenos, mas importantes, detalhes das interações entre os participantes da pesquisa. Considerando tais questões e tomando por base a teoria dos sistemas dinâmicos e a perspectiva histórico-relacional, temos por objetivo discutir o uso da análise interacional e videográfica na investigação das relações de apego mãe-criança, sendo estas concebidas como um sistema dinâmico e histórico-relacional (e.g., Fogel, 1993, 2000; Fogel, Garvey, Hsu, & West-Stroming, 2006; Pantoja, 2001). Ou seja, através de uma análise interacional e videográfica empreenderemos uma análise que favoreça a investigação do funcionamento do sistema. E, mais precisamente, de como os elementos que constituem o sistema de apego se auto-organizam e favorecem a emergência e/ou manutenção de uma determinada configuração atratora do sistema. Para a efetivação deste objetivo, defendemos que a realização de estudo de casos, associada à realização de uma análise interacional e microgenética, à luz da teoria dos sistemas dinâmicos apresenta-se como necessária e pertinente. Trata-se de uma estratégia teórico-metodológica que pode favorecer a investigação do caráter dinâmico, histórico e relacional das relações de apego. Assim, neste estudo foi empreendida uma análise microgenética das interações diádicas em um contexto de brincadeira simbólica. Tal análise se fez com a finalidade de favorecer a compreensão da maneira como a mãe e a criança co-regulam suas ações em relação às ações do outro na co-construção de um senso de segurança e confiança tanto em si mesmo como no parceiro relacional. Serão apresentados episódios ilustrativos da relação de apego de uma díade mãe-criança, de modo a demonstrar de que maneira esta análise interacional e videográfica pode favorecer a investigação das relações de apego mãe-criança, sendo estas concebidas como um sistema dinâmico e histórico-relacional. Neste contexto, concordamos com alguns autores que defendem que a realização de pesquisas microgenéticas permite a criação de uma descrição detalhada do fenômeno investigado, de modo a capturar a dinâmica das interações diádicas, de maneira geral (e.g., Grannot & Parzirole, 2002, Lavelli, Pantoja, Hsu, Messinger, & Fogel, 2006; e Pantoja, Nelson-Goens, & Fogel, 2000) e em particular daquelas envolvidas no desenvolvimento e manutenção das relações de apego (e.g., Fogel, 2000, Coleman & Watson, 2000). Desta forma, entendemos que a análise microgenética poderá favorecer nossa compreensão de um sistema aberto e complexo como a relação de apego mãe-criança, possibilitando, assim, uma explicação da dinâmica de funcionamento deste sistema.

**Palavras-chaves:** Análise interacional, Videografia, Relações de apego

**Trabalho:** Contribuições da Análise Interacional e Videografia à Compreensão das Atividades Sociais em Rede em Ambientes Mediados por Computador

**Autor(es):** Ana Carol Pontes de França

**Resumo:** Nossas casas, escritórios e escolas estão repletos de instrumentos tecnológicos que

transformam nossas vidas. Tornamo-nos, assim, integrantes de diferentes práticas culturais que surgem com o uso de tais instrumentos, os quais, pelo alto grau de sofisticação, são capazes de realizar tarefas atribuídas, no passado, somente aos humanos. Assim são máquinas de lavar, caixas eletrônicas e os mais diversos programas de computador, que têm suas possibilidades ampliadas pela internet. Inseridos em contextos informatizados como os que nos envolvem no século XXI, muito podemos perguntar sobre as alterações no pensar decorrentes da informatização cotidiana. Preocupada com a compreensão dos processos, um dos desafios para a psicologia sócio-histórica é – e sempre foi desde suas origens soviéticas (Vigotski, 2001; Vygotsky, 1991; Leontiev, 2004) - a partir disso, explicar como o uso de instrumentos de qualquer atividade influencia as funções psicológicas. Entre as abordagens que se dedicam a esses aspectos, e defendem a necessidade de o estudo psicológico incidir sobre as atividades de pessoas em situação cotidiana, encontramos a Ação Situada (Suchman, 1987). Além dessa abordagem, há que se considerar também a da Cognição Distribuída (Hutchins, 1991), a qual considera a capacidade de realizar atividades complexas como conjuntamente dependente da interação entre indivíduos, do conhecimento desses indivíduos e dos instrumentos tecnológicos e elementos do ambiente. Sujeitos e artefatos se inter-relacionam nas atividades, através de ações cognitivas, de modo que estas são analisáveis como distribuídas entre os sujeitos, e entre os sujeitos e seus artefatos num tempo histórico específico (Scribner, 1997). Seguindo um artefato qualquer desde sua elaboração, encontramos uma seqüência de ações no curso dos eventos que se torna mais complexa à medida que focalizamos nossa lente para os detalhes do processo de sua produção e uso. No desenvolvimento de ferramentas como um programa de computador, por exemplo, podemos visualizar uma enorme rede social que conecta desenvolvedores e usuários, situados em pólos opostos, embora intimamente relacionados e complementares. Decorrente da colaboração e negociação de significados pelos desenvolvedores de determinado software (designers, programadores, entre outros), uma enorme orquestração de vozes, diálogos e ações coordenadas se formam gradualmente no entorno de vários tópicos que permitem à equipe de desenvolvimento a construção de um produto final adequado ao uso. Situado em outro tempo e espaço, o usuário só tem acesso à interface, que o remete às funções, agora embutidas no programa. Todo o percurso de negociações, ocorrido entre a equipe de desenvolvimento, agora se encontra abreviado em símbolos encapsulados na interface. Os recursos metodológicos das Configurações Contextuais de Charles Goodwin (2000) foram preciosos, bem como a possibilidade de diálogo entre esses recursos e a noção de gênero discursivo em Bakhtin (1992). Realizamos um percurso analítico a partir de um método de investigação da interação de indivíduos entre si e com os objetos materiais de suas situações, a Análise Interacional, que faz amplo uso de videografia e recursos tecnológicos que possibilitam a captura de alguns detalhes necessários, não perdendo as peculiaridades consideradas fundamentais. Isso porque investiga atividades humanas incluindo fala, interação não-verbal, uso de artefatos e práticas comunicativas variadas (Jordan e Henderson, 1995). Talvez justamente por essa minúcia no trato de seu objeto, o desenvolvimento dessa abordagem tenha crescido apenas nos últimos anos, quando recursos de alta tecnologia e informatizados possibilitam o registro preciso de alguns aspectos, perceptíveis aos sujeitos em interação, mas de difícil registro para efeito de pesquisa. Utilizando métodos e recursos da Análise Interacional e da videografia, registramos e analisamos as atividades de desenvolvimento em uma “fábrica de software”, seguimos os artefatos ali construídos por designers e engenheiros até o momento de uso, momento em que também registramos e analisamos a atividade de seus usuários. Evidenciamos particularidades da configuração dialógica inerente ao processo de desenvolvimento e uso de software. Mostramos que essas particularidades repercutem nas transformações das configurações contextuais em ambientes informatizados e, assim, repercutem nas diferentes formas que os sujeitos encontram para marcarem-se enquanto sujeitos e interagirem no trânsito entre os espaços virtual-real. Fazer uso de tal método, portanto, permitiu o acesso a alguns detalhes da coordenação de ações entre os participantes e, principalmente, da manipulação e do emprego de signos diversos, garantindo a compreensão da orquestração entre os envolvidos na atividade. Mais importante, permitiu ver que as configurações contextuais do processo de desenvolvimento interferem e contribuem com as configurações contextuais do processo de uso. O conhecimento das situações se somou a uma certa capacidade de formalizar as relações e construir um todo coerente. Decorrentes de nossos estudos, vemos contribuições para aquelas áreas que se interessam pela construção de significados pelos seres humanos em atividades complexas e, neste caso, complementares como desenvolvimento e uso de novas tecnologias.

**Palavras-chaves:** Análise Interacional, Videografia, Interação Humano-computador

**Trabalho:** A análise Interacional como Metodologia de Investigação das Dinâmicas Transformacionais das Relações Humano-Ambiente

**Autor(es):** Suzann Flavia Cordeiro de Lima, Henrique Jorge Simões Bezerra

**Resumo:** O espaço, enquanto utilizado pelos grupos humanos, enquanto produto cultural e enquanto meio de desenvolvimento das práticas sociais, participa nos processos de simbolização coletivos; é tanto um meio de manifestação das visões de mundo dos grupos humanos, quanto um condicionante de suas práticas. O ambiente não age de forma isolada em resposta à ação do homem, nem este último imprime modificações isoladas ao ambiente. O espaço construído funciona como campo de canalização cultural, que pretende ordenar as ações dos seres humanos. Estes, ao mesmo tempo em que têm suas ações ordenadas, modificam o espaço, reorganizando-o; o que, por sua vez, dispara uma variabilidade na ordenação das ações humanas. A presente pesquisa pretende discutir, preliminarmente, como as relações humano-ambiente podem ser investigadas a partir da perspectiva teórico-metodológica da análise interacional e videográfica. Mais especificamente, busca-se compreender como o espaço penitenciário regula as ações dos detentos, limitando-as ou possibilitando a emergência de novas modalidades de ações. Sendo assim, observa-se a necessidade de analisar como o indivíduo “re-cria” o espaço através dos campos semióticos (fala, gestos, uso de artefatos e de registros); como o espaço funciona como campo de canalização para regular as ações humanas; e como o indivíduo modifica o ambiente baseando-se nos limites e possibilidades subjacentes ao espaço ao seu redor. A análise interacional e videográfica, neste caso, apresenta um método e técnicas de investigação bastante adequados ao registro e à construção dos dados deste tipo de pesquisa. Sua orientação para a captura da complexidade das relações, associada à possibilidade de registrar detalhadamente as ações dos detentos sobre o espaço penitenciário, permitem ao pesquisador visualizar as transformações das ações e do espaço, inclusive no nível microgenético. Também viabiliza uma abordagem integrada com outros tipos de métodos e técnicas de orientação etnográficas - tais como observação-participante, entrevista local e reconstrução histórica dos eventos. Por fim, a análise interacional possibilita ao pesquisador trabalhar de modo colaborativo e multidisciplinar com outros investigadores, porque permite que todos tenham acesso à complexidade original dos dados. O que, por seu turno, estabelece certo controle sobre as interpretações do pesquisador e sobre seus próprios preconceitos de pesquisa, impedindo-o de apresentar perspectivas individualizadas ou distorcidas a respeito dos dados. Sendo assim, acreditamos que a perspectiva teórica, metodológica e técnica da análise interacional e videográfica pode funcionar como um recurso bastante eficaz no registro e na interpretação das relações humano-ambiente, permitindo, futuramente, o surgimento de novas propostas espaciais para o ambiente prisional.

**Palavras-chaves:** Análise Interacional, Videografia, Arquitetura Penitenciária, Relações Humano-ambiente

**Atividade:** Projeto Mãe Canguru  
(Paineis)

**Trabalho:** Projeto Mãe Canguru: concepções de mães participantes do Projeto na Maternidade Hildete Falcão Baptista

**Autor(es):** Tereza Cristina S. Nascimento

**Resumo:** A realidade socioeconômica dos países em desenvolvimento aponta para o significativo número de nascimentos de pré-termos (ou prematuros) e/ou baixo peso, o que causa um elevado percentual de morbi-mortalidade neonatal e, quando não, a necessidade de permanecerem em unidades de terapia intensiva neonatal (UTIN), acarretando alto custo financeiro e necessidade de aparelhagem. A partir desta experiência, estudos subseqüentes



apontaram que a presença contínua da mãe junto ao bebê, além de garantir calor e leite materno, trazia inúmeras outras vantagens dentre as quais a promoção do vínculo mãe-bebê, condição indispensável para a qualidade de vida e sobrevivência do recém nascido após a alta da UTIN. Sabe-se também, que a mãe assume um importante papel no desenvolvimento afetivo do bebê e, por conseguinte, nas suas relações futuras. Síntese dos dados: O trabalho objetivou analisar as primeiras relações afetivas entre mães de recém-nascidos pré-termos e/ou de baixo peso, participantes do Método Mãe Canguru (MM-C), na Maternidade Hildete Falcão Baptista (MHFB) em Aracaju -SE e avaliar as concepções/sentimentos das mães participantes do Método, quanto à sua aplicação, além de verificar a importância do contato físico pele-a-pele da mãe com seu bebê (Método Mãe Canguru) e o ato de tocar com carinho e amor os recém nascidos para a formação dessa primeira relação. Neste sentido foi realizada uma revisão bibliográfica, com o propósito de obter uma maior compreensão e reflexão do tema em questão. Foram consultados livros, artigos, dissertações, teses e textos oficiais produzidos pelo Ministério da Saúde e documentos científicos disponíveis na Internet. Compuseram a amostra de tal estudo, 07 (sete) mães-cangurus, entrevistadas individualmente, no interior da Maternidade. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, com o consentimento destas, além de conversas informais com as mesmas. A técnica utilizada para a coleta de dados foi um roteiro de entrevista semi-estruturado, por tratar-se de uma pesquisa qualitativa e envolver a subjetividade dos sujeitos e o material obtido foi submetido à análise de conteúdo. As categorias de análise que foram trabalhadas no referido trabalho foram as seguintes: deparando com a prematuridade do filho e vivenciando a experiência junto ao filho no Método Mãe Canguru. Dentro destas categorias escolhidas para analisar o MM-C foram utilizadas outras sub-categorias, entre as quais destacaram-se: prematuro, afetividade, medo, descrença, maternagem, entre outros. Constatou-se que o contato físico é imprescindível para a formação do vínculo afetivo mãe-bebê, logo o método é de extrema importância. Em Sergipe, o MM-C encontra-se apenas na MHFB. Conclusões: Há indicação de que o método reduz a morbidade, custos, tempo de internação hospitalar, humaniza a assistência e favorece o aleitamento materno. Há necessidade de mais outros estudos controlados sobre os sentimentos/concepções das mães participantes do Método Mãe-Canguru.

**Palavras-chaves:** Vínculo mãe-bebê;, concepções/sentimentos das mães;, aleitamento materno;, Método Mãe Canguru;

**Atividade: Da Crítica à Metafísica à “Crítica dos Fundamentos da Psicologia” (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Da Crítica à Metafísica à “Crítica dos Fundamentos da Psicologia”: uma reconstrução do kantismo na crítica de Politzer

**Autor(es):** Pablo Severiano Benevides

**Resumo:** O presente trabalho objetiva apresentar a crítica de Politzer à metapsicologia da Psicanálise nos momentos em que esta, ao construir a noção de inconsciente, se distancia de sua atitude clínica inicial (mais próxima a de uma “Psicologia Concreta”) e cede às exigências de uma Psicologia abstrata. Será explicitado, ainda, em que medida a “Crítica dos fundamentos da Psicologia” (1928) consiste numa continuação do projeto kantiano de uma crítica à Metafísica articulado em sua “Crítica da Razão Pura” (1781). Entre as denúncias das extravagâncias da Metafísica, Kant situava a Psicologia Racional. Esta supunha dispor, como objeto, um sujeito pensante desprovido de quaisquer predicados empíricos, sob o qual esta ciência atribuía a priori os predicados de imortalidade, substancialidade, imaterialidade, etc. Ao estabelecer uma crítica à confusão feita por esses Metafísicos (Descartes, Wolff, etc.) entre a substancialidade de um sujeito e sua transcendentalidade, Kant irá decretar a impossibilidade da Psicologia Racional, haja vista tomar por objeto um ente pensante ausente de predicados empíricos e dele extrair noções que só possuem significação no campo da experiência. Este sujeito transcendental é, portanto, uma mera unidade lógica do pensamento à qual não deve ser atribuído predicado algum relativo à existência, e toda a crítica versará sobre a atitude da Metafísica em supor que este sujeito é “alguma coisa” que possui subsistência própria, autônoma e interior. Um século e meio após a publicação da crítica kantiana, Politzer, em sua “Crítica aos Fundamentos

da Psicologia (1928), irá estabelecer uma cisão entre a atitude inicial da Psicanálise e suas posteriores elaborações teóricas de cunho metapsicológico. Segundo ele a Psicanálise, ao postular a noção de inconsciente, não havia se libertado por completo das exigências de uma psicologia abstrata no âmbito teórico, tendo, com isso, recuado diante da intuição fundamental dos primeiros escritos freudianos, que poderiam ter levado à construção de uma psicologia concreta. Há aí, desse modo, um elogio à atitude inicial da Psicanálise – eixo norteador de sua clínica – dissonante em relação a uma violenta crítica aos seus escritos teóricos reféns das conseqüências emprestadas da psicologia abstrata que a noção de inconsciente exige. Este estudo objetivará, portanto, apresentar a crítica de Politzer à metapsicologia da psicanálise estabelecendo as raízes kantianas de tal crítica. Tomando por fio condutor o “postulado da anterioridade do pensamento convencional”, Politzer irá afirmar que a Psicanálise, ao fundar a noção de inconsciente, finda por criar um campo onde as significações que aparecem de forma inusitada nos dramas vividos são redirecionadas numa tradução do inconsciente para as significações banais. O sonho, portanto, seria visto pela Psicanálise como algo derivado, e isto só é feito uma vez que se efetua um desdobramento do relato e se cria um relato anterior pertencente ao campo do inconsciente. Neste sentido, o inconsciente apresenta-se como uma ferramenta para tradução das lacunas da consciência no momento em que as significações banais não mais podem sustentar um saber consciente. Há aí, fora a denúncia de que o inconsciente trabalha a serviço da supressão dos signos dissonantes à significações ordinárias, uma crítica à atitude realista da Psicanálise. Ora, ao afirmar que a Psicanálise só pode provar o inconsciente por uma via realista – a saber, supondo que havia, de fato, um saber (“inconsciente”) num tempo em que este não era acessível ao sujeito – Politzer irá estabelecer o laço fundamental entre realismo e mentalismo na crítica às noções abstratas da Psicanálise. E é nesta circunstância que se faz possível reconstruir o aspecto kantiano de sua crítica. Ora, se o estreitamento de laços entre internalismo e realismo (um sujeito pensante existente) resultou também numa doutrina metafísica chamada de Psicologia Racional, certamente se faz possível aproximar a atitude de Kant à de Politzer, quando este recusa a noção de inconsciente tanto porque esta vincula realismo e mentalismo na noção de “vida interior” quanto porque constrói um campo de tradução das significações inusitadas para as significações ordinárias.

**Palavras-chaves:** Inconsciente, Postulado da antecipação do pensamento convencional, Sujeito transcendental

**Atividade: O QUÊ BUSCAM OS LEITORES DE AUTO-AJUDA?: CARACTERIZANDO O FENÔMENO NA CONTEMPORANEIDADE (Paineis)**

**Trabalho: O QUÊ BUSCAM OS LEITORES DE AUTO-AJUDA?: CARACTERIZANDO O FENÔMENO NA CONTEMPORANEIDADE**

**Autor(es):** Claudia Maria Tavares Saldanha, Graceane Coelho de Souza, Ludmilla Santos Souza, Renata Suéllen Nogueira Santos

**Resumo:** Grande sucesso de vendas em todo o mundo, a literatura de auto-ajuda é um gênero literário extremamente abrangente e diversificado, que se caracteriza por ser uma produção textual que ensina os sujeitos a descobrir dentro de si as respostas para os problemas da sua vida. Ela tem sido predominantemente estudada enquanto uma produção da sociedade ocidental e moderna, ligada a uma concepção de homem livre e autônomo produzida pela modernidade, o que permitiu a valorização da crença nos poderes dos recursos pessoais do sujeito. Nesse sentido, entende-se que a contemporaneidade impôs ao indivíduo uma série de desafios através de valores como consumismo, transitoriedade, felicidade como regra, de modo que a crescente demanda por auto-ajuda pode estar relacionada ao profundo mal-estar engendrado por tais valores. A auto-ajuda difunde a idéia de que o sucesso está ao alcance de todos e depende única e exclusivamente de cada sujeito, oferecendo aos leitores receitas pré-concebidas e generalistas para resolver seus problemas. Rüdiger defende que a literatura de auto-ajuda pode ser dividida

em duas categorias: livros que ensinam a desenvolver capacidades objetivas, como ter sucesso na vida profissional, conquistar um bom marido e aprender a falar em público, e livros que ensinam a desenvolver capacidades subjetivas: como elevar a auto-estima, lidar com o envelhecimento e encontrar a felicidade. O crescimento cada vez mais significativo da auto-ajuda na sociedade contemporânea e a percepção de uma associação entre a psicologia e este gênero literário suscitaram uma investigação sobre o tema. Procurou-se, com a presente pesquisa, identificar os motivos apresentados pelos leitores como justificativa da procura pela literatura de auto-ajuda; buscar relações entre o perfil sociodemográfico e esses motivos; e verificar nos motivos a presença de valores cultivados na sociedade contemporânea. Trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório e de natureza quantitativa e qualitativa, realizada através de um questionário disponível em um site na internet. Participaram 78 pessoas, sendo 56 do sexo feminino e 22 do sexo masculino, que se consideravam leitoras de auto-ajuda e freqüentavam o site de relacionamentos Orkut. Os principais resultados encontrados mostram uma busca de aspetos de natureza subjetiva, ou seja, os participantes apresentaram, de forma geral, como motivo para a procura pela literatura de auto-ajuda a tentativa de desenvolver aspectos intrínsecos a si mesmo, como autoconhecimento, auto-estima e motivação. Dentre esses aspectos, o mais destacado pelos participantes foi o autoconhecimento, o que revela a necessidade que o indivíduo tem de tomar consciência de quais são suas capacidades e limitações. Esses resultados indicam uma forte valorização da subjetividade e a crença na possibilidade de desenvolvimento dos recursos interiores como meio para se alcançar desejos e objetivos, o que revela a presença de um valor que sustenta significativamente a sociedade contemporânea, o individualismo. Além deste, outro valor observado nos resultados foi a transitoriedade, de modo que os participantes relacionaram os motivos ao intenso ritmo de vida e à uma perda de referências no mundo atual. Esse estudo demonstrou-se relevante por ser uma tentativa de contribuir para a construção de um conhecimento pouco estudado, principalmente pela psicologia, que deve estar atenta à evolução deste fenômeno.

**Palavras-chaves:** Literatura de Auto-Ajuda, Psicologia, Sociedade Contemporânea

**Atividade:** LITERATURA DE AUTO-AJUDA E PSICOLOGIA: INVESTIGANDO RELAÇÕES SEGUNDO A PERCEPÇÃO DOS LEITORES (Paineis)

**Trabalho:** LITERATURA DE AUTO-AJUDA E PSICOLOGIA: INVESTIGANDO RELAÇÕES SEGUNDO A PERCEPÇÃO DOS LEITORES

**Autor(es):** Claudia Maria Tavares Saldanha, Graceane Coelho de Souza, Ludmilla Santos Souza, Renata Suéllen Nogueira Santos

**Resumo:** A literatura de auto-ajuda é um gênero literário extremamente abrangente e diversificado, constituindo-se como um conjunto de relatos e manuais que ensina o indivíduo a descobrir, dentro de si, as respostas para os problemas da sua vida. Apesar de a psicologia e a auto-ajuda possuírem um ponto em comum, relacionado à meritocracia, ou seja, compreendem que as respostas estão contidas na subjetividade humana, a pretensão de cada uma é discordante. A psicologia investiga e busca conhecer o indivíduo inserido em seu contexto sócio-histórico, ao passo que a auto-ajuda oferece aos leitores receitas pré-concebidas e generalistas. Entretanto, estas costumam ser associadas pelo senso comum, uma vez que, os autores da auto-ajuda criam uma pseudopsicologia repleta de conceitos teóricos e técnicos da ciência psicológica, banalizando-os e distorcendo-os, com o intuito de atribuir-lhes uma consistência e até uma cientificidade. Por outro lado, mesmo não sendo uma prática reconhecida como pertencente à psicologia, percebe-se que a auto-ajuda é aceita e/ou adotada por alguns psicólogos, o que pode caracterizar infração ética. Seu crescimento, cada vez mais significativo na sociedade contemporânea, e a percepção dessa associação suscitaram uma investigação sobre o tema. Procurou-se, com a presente pesquisa, averiguar se os leitores consideram a literatura de auto-ajuda como medida substitutiva ao tratamento psicoterápico, investigando dois

aspectos: se elas são consideradas equivalentes e se a auto-ajuda pode ser compreendida como uma medida substitutiva do trabalho psicológico. Trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório e de natureza quantitativa e qualitativa, realizada através de um questionário disponível em um site na internet. Participaram 78 pessoas, sendo 56 do sexo feminino e 22 do sexo masculino, que se consideravam leitoras de auto-ajuda e freqüentavam o site de relacionamentos Orkut. Os resultados apontam para uma percepção de similaridade entre a psicologia e a auto-ajuda por parte dos participantes, os quais demonstram acreditar que os livros de auto-ajuda tratam de conteúdos da ciência psicológica. No entanto, eles parecem discernir os papéis próprios do psicólogo e dos livros do gênero, o que pode revelar que a psicologia já conquistou um espaço na sociedade. Chamam atenção os relatos dos participantes que afirmam recorrer à auto-ajuda na intenção de encontrar recursos para lidar com aspectos como autoconhecimento, motivação, depressão e auto-estima, os quais se mostram mínimos se comparados aos que podem ser encontrados em si próprios em um processo psicoterápico. Esse estudo demonstrou-se relevante por ressaltar a existência de uma associação partilhada pelos leitores entre a literatura de auto-ajuda e a psicologia, de forma que esta deve estar atenta aos conteúdos que têm sido divulgados pelos autores como referendados pela ciência psicológica, bem como ao fato de os livros serem usados para lidar com aspectos sobre os quais a psicologia tem construído seu saber.

**Palavras-chaves:** Literatura de Auto-Ajuda, Psicologia, Pseudopsicologia

**Atividade: Cognição e Resolução de Problemas: uma abordagem comparada (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** UMA ANÁLISE FUNCIONAL DA RESOLUÇÃO SÚBITA DE PROBLEMAS: “INSIGHT”

**Autor(es):** Marcus Bentes de Carvalho Neto

**Resumo:** Nem toda aprendizagem ocorre de modo gradual. Köhler observou que alguns chimpanzés eram capazes de solucionar de maneira súbita alguns problemas apresentados. Resoluções desse tipo foram denominadas por ele de “insight” e supostamente envolveriam processos psicológicos distintos e mais sofisticados do que a aprendizagem por “tentativa e erro” de Thorndike. Segundo ele, alguns processos cognitivos (especialmente perceptuais) estariam em curso durante o insight e seriam críticos para explicá-lo. Posteriormente, alguns autores sugeriram que aprendizagens complexas desse tipo estariam relacionadas ao volume cerebral dos animais e que por isso primatas apresentariam esse modo de resolução mais freqüentemente. Além disso, indicou-se um limite para as explicações behavioristas de aprendizagem que, supostamente, não poderiam lidar com complexidades dessa natureza. Em tese, os processos criativos ou gerativos estariam fora do alcance das ferramentas behavioristas. Contudo, uma análise mais minuciosa dos trabalhos de Köhler e alguns dados produzidos desde os anos 40 com chimpanzés, pombos, macacos-prego, ratos e humanos, permitem uma interpretação alternativa estritamente funcional e externalista do fenômeno. Köhler não tinha conhecimento da história prévia dos seus sujeitos e, portanto, boa parte de suas conclusões em moldes internalistas poderia ser colocada sob suspeita. De fato, ainda nos anos 40, Birch replicou um dos estudos de Köhler controlando a história prévia com uso de ferramentas desses sujeitos (também chimpanzés) e os resultados na resolução do problema foram negativos. Ao fornecer aos meus sujeitos uma experiência de contato com ferramentas similares, todos foram capazes de solucionar o problema imediatamente em uma segunda oportunidade. Esse trabalho indicou que o repertório comportamental prévio dos animais seria um pré-requisito para a ocorrência de uma resolução por insight. Nos anos 80, Epstein e colaboradores realizaram uma série de experimentos com pombos tentando simular processos cognitivos complexos, como “autoconsciência corporal” e “insight”. Para eles, não haveria uma descontinuidade entre os processos simples e complexos. Os segundos seriam derivados dos primeiros. O que haveria de extraordinário nos processos complexos é que a aprendizagem nesses casos seria emergente, ou seja, não diretamente treinada, mas ainda assim dependente de uma história específica e do contexto ambiental. No caso do insight o repertório final de resolução de problemas não seria construído gradual e diretamente através de contingências de reforçamento imediatas, mas sim produzido pela fusão de repertórios pré-requisitos aprendidos previamente de maneira isolada. O

procedimento de Epstein envolveu basicamente o treino separado de duas ou mais habilidades e depois o confronto dos sujeitos com uma tarefa para a qual apenas a junção dessas levaria à resolução. Apenas os sujeitos que aprenderam os pré-requisitos solucionaram imediatamente o problema. Posteriormente em nosso laboratório replicamos tais estudos usando um macaco-prego e ratos. Obtivemos resultados positivos com ambos e sugerimos mais detalhadamente, a partir de um modelo geral proposto por Epstein, que mecanismos estariam em curso em cada momento (aprendizagem dos pré-requisitos, extinção, variabilidade, ressurgência, generalização e encadeamento automático). Esse conjunto de mecanismos básicos parece ser o mesmo em ação nos animais estudados e recentemente Epstein derivou de seu modelo algumas estratégias de intervenção com o objetivo de gerar soluções criativas em humanos.

**Palavras-chaves:** Insight, Resolução de Problemas, Cognição Animal Comparada

**Trabalho:** PERCEPÇÃO/AÇÃO, PIAGET, CRIANÇAS E MACACOS: APRENDIZAGEM ATRAVÉS DA INTERAÇÃO COM O MEIO

**Autor(es):** Briseida Dogo de Resende

**Resumo:** O presente trabalho tem como proposta apresentar a abordagem da Percepção/Ação como uma nova linha de pesquisa capaz de impulsionar o estudo de aspectos do desenvolvimento e aprendizagem referentes à aquisição de comportamento manipulativo e uso de ferramentas. Os seres humanos não são os únicos detentores da capacidade de utilizar ferramentas de maneira plástica, mas são os mais dependentes e aqueles que as utilizam de maneira mais variada. Quando surge esta habilidade ao longo da ontogênese e como ela é adquirida? Esta foi uma das questões abordadas pelos estudos de Jean Piaget. É central em sua teoria a idéia de que as crianças estão aptas a resolver certos problemas apenas em certas idades e que estes problemas podem ser organizados numa seqüência de desenvolvimento que define estágios discretos de desenvolvimento cognitivo. Segundo ele, o uso de ferramentas só se dá quando a criança tem maturidade cognitiva suficiente para estabelecer as relações causais dos elementos envolvidos. A interação do sujeito com os objetos é considerada de suma importância para haver um desenvolvimento sadio. Esta abordagem tem sido muito frutífera: além das inúmeras implicações no que se refere à educação humana, também serviu de base teórica para estudos sobre a cognição de primatas não-humanos. No entanto, vem sofrendo algumas críticas com o avanço das pesquisas. Por exemplo, sabe-se que os estágios de desenvolvimento não são tão rígidos quanto se pensava, e que Piaget subestimou algumas capacidades dos bebês (ex: permanência de objeto ocorreria antes do que foi relatado por ele). Diante da constatação da existência de uso de ferramentas não-estereotipado em outras espécies, houve interesse na investigação dos processos de aprendizagem e desenvolvimento envolvidos na aquisição deste comportamento. Uma forma de abordar a questão foi lançar mão da teoria piagetiana: os pesquisadores testavam os animais, tentando verificar qual estágio do desenvolvimento eles atingiam. Mas, ao estudar resolução de problemas e uso de ferramentas, uma dificuldade se impõe àquele que pretende pesquisar sujeitos não ou pré-verbais através desta abordagem: como acessar a noção de causa-e-efeito, já que não há como recorrer à linguagem? Até o momento, por mais que os experimentos sejam refinados, sempre é possível explicar os resultados obtidos por meio de explicações associacionistas. A abordagem da percepção/ação é uma alternativa para contornar este impasse. Segundo esta linha de pesquisa, ao explorar o ambiente, os indivíduos produzem vários tipos de relações de espaço e força entre os objetos e superfícies, ricas fontes de informação. O desafio para as crianças ao longo do desenvolvimento é aprender como registrar e explorar estas informações através de rotinas que envolvam a percepção e a ação. Desta forma, além de aprender a respeito das propriedades e serventias de tais relações, aprendem a produzi-las, usando seu corpo. Esta aprendizagem embasa a descoberta do uso de ferramentas, tanto em primatas humanos, como não-humanos. Ou seja, tira-se a ênfase dada à maturação cognitiva e representação mental e coloca-se no resultado da prática e aprendizagem perceptual. Esta perspectiva tem nos parecido heurísticamente relevante, pois nos tem permitido avançar nos estudos referentes aos processos de aprendizagem envolvidos na manipulação de objetos em primatas não-humanos. Pesquisando a ontogênese do comportamento manipulativo de macacos-prego (com ênfase na emergência do uso de pedras para auxiliar a quebra de cocos) verificamos que, conforme

previsto pela teoria, inicialmente os filhotes manipularam um único objeto por vez, depois passaram a explorar as relações entre os objetos e as suas propriedades e serventias, o que inclui golpear objetos contra substratos. O sucesso na quebra de cocos só foi alcançado depois de haver o posicionamento do coquinho de maneira adequada sobre a bigorna. Há diferentes níveis de proficiência entre os macacos que conseguem romper a casca do coco, sendo que os mais jovens têm menos sucesso. De acordo com a abordagem da percepção/ação, o aparecimento do uso de ferramentas no desenvolvimento é visto como um processo de descoberta e exploração contínuo e gradual, que não é completamente dependente de alguma nova forma de representação, mas a consequência natural de toda a exploração efetuada até então. Isso não implica na negação dos processos de maturação cognitiva, porém implica em não considerá-los imprescindíveis para o surgimento de certas habilidades motoras e resolução de determinados problemas. Por fim, em termos de evolução humana, a complexificação das ferramentas humanas encontradas nos registros fósseis não é acompanhada linearmente de mudança no tamanho e morfologia cerebral. Isso pode ser um indicativo de que o uso de ferramentas primitivo não era vinculado a uma nova habilidade cognitiva, dependente de símbolo e linguagem, mas construído sobre capacidades e potenciais pré-existentes.

**Palavras-chaves:** Aprendizagem, Resolução de Problemas, Psicologia Comparada, Desenvolvimento

**Trabalho:** COGNIÇÃO ESPACIAL DE PRIMATAS

**Autor(es):** Patricia Izar, Andréa Presotto

**Resumo:** A abordagem tradicional da cognição humana freqüentemente adota uma posição nativista, baseada no desempenho de adultos ocidentais e, quando possível, apoiada por pesquisas com recém-nascidos e crianças. Sob essa perspectiva, considerava-se que o ser humano possuísse uma capacidade única de orientação espacial, que lhe permitiria traçar a rota mais curta entre dois pontos com base num sistema de coordenadas e triangulação, chamada de mapa cognitivo. Pesquisas recentes revelam diferenças culturais consideráveis em estratégias cognitivas, por exemplo, a cognição espacial de humanos varia sistematicamente, entre relações espaciais baseadas num sistema egocêntrico ou allocêntrico, de acordo com a cultura e a língua. No entanto, evidências acumulam-se a sobre uma continuidade filogenética para a capacidade de orientação espacial humana. A multiplicação de estudos comparativos sobre a cognição espacial de outros animais, de formigas a primatas não humanos, tem revelado que diferentes espécies apresentam distintos mecanismos de orientação espacial, adaptados ao seu modo de vida e sistema perceptual, muitos até mais complexos que o nosso. Por exemplo, aves migratórias orientam-se por um sistema de bússola, usando o sol e as estrelas para calibração. Abelhas também possuem esse mecanismo para voar entre a colméia e fontes de alimento, e utilizam fontes de informação adicionais, como marcos da paisagem, para orientação. A pesquisa sobre cognição espacial de primatas não-humanos tem crescido ao longo das últimas décadas. Sugere-se que os primatas, por viverem em grupo e por efetuarem grandes deslocamentos à procura de fontes de frutos para alimentar todos os membros do grupo social, devem ser capazes de perceber e memorizar a natureza, localização e disponibilidade temporal de recursos alimentares no ambiente, e orientar-se com base nessas informações, exigindo habilidades cognitivas espaciais complexas. Macacos-prego são primatas Neotropicais muito estudados por suas convergências adaptativas com humanos, incluindo a capacidade de usar ferramentas para obtenção de alimento, o que se considera evidência de grande habilidade cognitiva. Recentemente, a espécie tem sido investigada quanto à cognição espacial. O objetivo deste trabalho é proceder a uma análise dos dados de literatura existentes sobre a cognição espacial da espécie. Os resultados sugerem que a flexibilidade dos macacos-prego, geralmente estudada com base na versatilidade de dieta e habilidades de forrageamento extrativo, reflete-se também nos mecanismos de orientação espacial. O efeito da experiência permite a aprendizagem de rotas mais curtas, havendo um efeito sobre o mecanismo inato de orientação por marcos da paisagem, ou seja, a partir de um sistema de orientação allocêntrico desenvolve-se um sistema egocêntrico, exatamente o mesmo efeito exercido pela cultura sobre a cognição espacial humana. Conclui-se que uma abordagem evolucionista para o estudo da cognição

contribui para superar a controvérsia entre uma visão nativista da cognição humana, que não admite variação cultural, e a visão de uma tabula rasa, que não admite a herança filogenética.

**Palavras-chaves:** Psicologia Evolucionista, etologia cognitiva, primatas, orientação espacial

**Atividade:** A CATEGORIZAÇÃO RACIAL E A PERCEPÇÃO DE RAÇA  
(Mesas Redondas)

**Trabalho:** As relações raciais no Brasil: questões históricas e atuais

**Autor(es):** Renato da Silva Queiróz

**Resumo:** A questão das relações raciais no Brasil vem obtendo espaço crescente na mídia, seja em razão do ampliado debate em torno da política de quotas nas universidades públicas, seja em decorrência das demais “ações afirmativas” dirigidas à população afro-brasileira. Tal questão encontra eco no meio acadêmico, no qual as opiniões se dividem a favor e contra tais medidas “reparadoras” (para alguns, trata-se de “importação” de medidas empreendidas nos EUA e incompatíveis com a realidade racial brasileira). Ademais, as entidades que congregam os militantes que descendem de africanos escravizados têm expandido as pressões visando reduzir as assimetrias sócio-econômicas caracterizadas pela condição sempre inferiorizada dos pardos e negros. Além das contribuições oferecidas pelas ciências sociais - pioneiras no estudo das relações entre negros e brancos no Brasil, e decisivas para a compreensão da questão racial em nosso país na medida em que traçam as origens históricas das modalidades de preconceito e discriminação aqui vigentes e a conseqüente preterição, em praticamente todas as instâncias da vida social, dos pardos e negros -, a psicologia evolucionista tem oferecido uma visão original a respeito da auto-definição e da percepção pertinentes à raça, procurando esclarecer se a evolução teria ou não dotado o cérebro humano de habilidades para lidar com as diferenças raciais da maneira como lida com outras diferenças entre os humanos. Assim, seria de todo conveniente que as investigações sobre o tema mais geral das relações raciais procurassem sintetizar as contribuições mencionadas, visando oferecer informações relevantes a respeito da questão em pauta. Esse é o contexto mais geral em que determinados aspectos do problema serão abordados, com destaque para a ideologia racial brasileira, cuja característica fundamental conduz a um almejado “branqueamento” por meio da miscigenação e da assimilação dos afro-brasileiros. Entretanto, não se devem menosprezar manifestações de caráter racista, como, por exemplo, a que deu origem ao movimento separatista ocorrido em estados da região sul, cuja justificativa fundamentava-se na equivocada noção de que a mestiçagem produz híbridos configurados pelas piores características das raças que se misturam. Para esses racistas, o sul deveria ser preservado, racial e culturalmente, como uma região *sui generis*, “européia” e branca, em contraposição ao “Brasil mestiço e escuro”. Como se vê, o racismo constitui um tema complexo e controverso, envolto em emocionalidades, requerendo, pois, uma abordagem multidisciplinar. E se manifesta em diversos países, até mesmo no domínio esportivo, segundo as denúncias de jogadores negros e mulatos ofendidos por torcedores europeus, donde as medidas oficiais tomadas pela FIFA objetivando coibir tais comportamentos.

**Palavras-chaves:** relações raciais, branqueamento, preconceito racial, psicologia evolucionista

**Trabalho:** A categorização racial; Entre estruturas psicológicas e processos ideológicos

**Autor(es):** Leoncio Francisco Camino Rodriguez Larrain

**Resumo:** Os estudos que temos realizado até agora sobre as formas atuais do preconceito racial no Brasil (Camino, da Silva, Machado e Pereira, 2001; Camino, da Silva e Machado, 2004) partiam do processo da categorização social. Mas deve-se considerar que as categorias sociais não são estruturas psicológicas constantes mas possuem características bastante específicas. Elas variam de acordo com a situação onde se realiza o processo de categorização, particularmente do processo discursivo que está em jogo nesse momento; as categorizações não são processos puramente cognitivos que se apóiam em estruturas internas em relação a estímulos externos, mas são processos cognitivos que se fundamentam em teorias,

crenças, opiniões, construídas socialmente na história; e finalmente estas teorias, crenças e representações que fundamentam as categorizações, são construídas coletivamente nas relações assimétricas entre os grupos. Para Wetherell e Potter, (1996) os processos de categorização social se produzem dentro de um processo discursivo. A categorização social não ocorreria apenas no interior da mente, mas também no interior do discurso em forma de debates, argumentações e disputas ideológicas. Assim, por exemplo, quando em nossos estudos anteriores (Camino, Machado, da Silva e Pereira, 2001) constatávamos que mais de 69% das pessoas entrevistadas atribuíam espontaneamente aos negros o gosto por atividades ligadas diretamente a força física ou por atividades como a dança, os esportes etc., devemos pensar que nessas expressões as pessoas estão construindo e/ou reforçando uma visão do que significa a raça negra e, nesse sentido produzindo e/ou reproduzindo uma identidade social determinada para esse grupo. Devemos considerar que se o discurso tem uma função social a partir da qual é construído, ele variará de acordo com o contexto em que está inserido. Nossos estudos anteriores têm mostrado que as formas em que nos representamos as qualidades e aptidões de pessoas de cor negra e de pessoas de cor branca variarão em função de que as representações sejam feitas espontaneamente ou em comparação. Assim, espontaneamente atribuímos características “naturais” as pessoas de cor negra e características “culturais” as pessoas de cor branca. Mas quando as atribuições são feitas comparativamente tendemos a nos negar a comparar ou valorizar mais as pessoas de cor negra. Além do contexto poderíamos também afirmar que o argumento a favor de uma posição é sempre um argumento contra outra posição, esteja essa contraposição explicitada ou não (Billig, 1991). Vale a pena lembrar que nossos estudos têm mostrado que a um discurso sobre o negro como bem dotado pela “natureza” articula-se outro discurso sobre o branco bem dotado “culturalmente”. De fato, na pesquisa anteriormente citada observamos também, que 69,5% dos entrevistados atribuíam aos brancos a disposição para realizar atividades culturais, políticas ou administrativas. Estes dois discursos, que se complementam, opõem-se, em nossa sociedade à afirmação segundo a qual, negros e brancos não são diferentes em termos culturais nem são diferentes por natureza. A ênfase que damos no estudo da categorização racial tanto aos processos discursivos nasce da necessidade de recolocar os estudos clássicos do preconceito num contexto mais social. De fato, nos estudos clássicos o preconceito refere-se principalmente a uma orientação ou posicionamento afetivo negativo de um indivíduo ou de um conjunto de indivíduos, frente a um outro grupo social. Assim, dá-se maior ênfase ao estudo da pessoa que discrimina e perde-se de vista a relação social entre discriminador e discriminado, com a qual se perde a possibilidade de entender os processos de discriminação dentro dos processos mais amplos de exclusão/inclusão social. Na medida em que se aborda a pessoa preconceituosa isolada do meio, perde-se a possibilidade de entender as novas formas que o preconceito toma em função das novas dinâmicas sociais. Precisa-se portanto abordar o preconceito racial não como uma atitude individual o grupal como uma forma de relação inter-grupal, onde grupos dominantes constroem concepções e crenças sociais que sustentam a dominância e os processos de exclusão enquanto que os grupos dominados devem construir suas próprias concepções e crenças num quadro de dominância, embora procurando formas de se incluir cada vez mais na sociedade.

**Palavras-chaves:** Preconceito racial, Categorização social, Ideologia

**Trabalho:** Percepção de raça e coalizão: A Psicologia Evolucionista das alianças e da categorização social

**Autor(es):** Maria Emília Yamamoto

**Resumo:** A Psicologia Evolucionista propõe que: (1) a mente humana possui uma característica universal que consiste em um conjunto de programas específicos da espécie, que evoluíram para regular a cooperação intra-grupo e o conflito intergrupo em nossos ancestrais caçadores-coletores; (2) quando ativados, esses programas levam as pessoas a avaliar situações que envolvem grupos rivais (nós vs. eles) favoravelmente aos grupos de pertinência (nós) e contra grupos externos (eles); (3) um sub-conjunto desses programas representa uma especialização para a detecção de alianças (quem está aliado a quem); (4) categorias raciais e étnicas consistem um sub-produto desses mecanismos de identificação de alianças e pode ser facilmente erradicado. Uma busca por contextos sociais que diminuíssem a codificação racial



resultou em fracasso. Aparentemente, o mecanismo computacional que causa a codificação racial opera de maneira automática e obrigatória (i.e., a raça é codificada em todos os contextos e com igual força). Foi especulado que haveria mecanismos cerebrais especializados para codificar categorias raciais (ou étnicas). Deste ponto de vista, o conteúdo específico de conceitos e categorias raciais poderia ser socialmente construído, diferindo de uma cultura para outra. No entanto, o fato de que o cérebro usa categorias raciais para distinguir nós e eles não é historicamente arbitrário ou culturalmente contingente: está embutido na arquitetura da mente. Um estudo de Kurzban et al. (2001: Proc. Nac. Acad. Sciences, 98, 15387-15392) mostrou que a codificação da raça podia ser diminuída e algumas vezes até eliminada em situações nas quais ela não servia como indicador de pertinência a um grupo. A partir desses resultados os pesquisadores propuseram que a codificação de raça era uma expressão de uma psicologia subjacente de alianças: um conjunto de programas típicos da espécie que evoluiu para regular a cooperação intragrupo e o conflito entre grupos no mundo desaparecido de nossos ancestrais caçadores-coletores. Se isto está correto, então a codificação racial pode não ser inevitável, como proposto por vários psicólogos. Ao invés disso, a tendência a categorizar os indivíduos pela sua raça pode ser um efeito colateral, altamente volátil e mutável, de programas cuja função adaptativa é detectar mudanças em alianças e coalizões. Uma implicação deste ponto de vista é que a codificação racial irá diminuir sempre que: (i) houver um conflito entre grupos rivais; (ii) a raça não for um preditor da pertinência de grupo, e (iii) outras pistas, facilmente detectáveis forem preditores de pertinência (por exemplo, cor da camisa, crachás, etc.). Testamos essas implicações em uma amostra de 569 universitários dos Estados do Rio Grande do Norte, Bahia, Espírito Santo, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso, utilizando a mesma metodologia do estudo de Kurzban et al. (2001). Nossos resultados mostraram que: a coalizão foi codificada mesmo na ausência da pista de aparência compartilhada; na presença da pista de aparência compartilhada a coalizão foi codificada tão fortemente quanto a raça geralmente o é; na situação na qual a raça não predizia a coalizão, a codificação de raça diminuiu. Estes resultados são muito semelhantes aos obtidos nos EUA. Porém nossa amostra apresentava grande diversidade do ponto de vista étnico e cultural. Analisamos os resultados em função da composição étnica auto-declarada da população de cada estado (de acordo com o censo 2004 do IBGE) e da origem étnica auto-declarada dos sujeitos do estudo. A composição étnica da população, classificada como maioria de brancos ou maioria de pardos, teve um efeito sobre a codificação de raça, mas não na codificação de coalizão. Os estados com maioria de pardos mostraram um decréscimo mais acentuado na codificação de raça na condição em que havia um preditor de pertinência à coalizão comparada à condição na qual a pista estava ausente. Sugerimos que a exposição a um ambiente no qual há maior integração racial diminui a importância da raça na identificação da coalizão. Mais importante, o efeito sobre a codificação de raça foi ainda maior entre os sujeitos que declararam ter descendência mista (em contraposição a exclusivamente européia), sugerindo que o efeito é ainda maior quando a experiência de miscigenação é pessoal.

**Palavras-chaves:** psicologia evolucionista, percepção de raça, categorização social, detecção de alianças

**Atividade: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS, PERCEPÇÕES E COMPORTAMENTOS DE CUIDADO NEONATAL DE MULHERES PARTICIPANTES DE UM PROGRAMA MÃE CANGURU (Paineis)**

**Trabalho: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS, PERCEPÇÕES E COMPORTAMENTOS DE CUIDADO NEONATAL DE MULHERES PARTICIPANTES DE UM PROGRAMA MÃE CANGURU**

**Autor(es):** Manuela Beltrão Oliveira e Silva

**Resumo:** Nossas ancestrais que viviam da caça e coleta, durante a Evolução Humana, carregavam seus filhos amarrados ao seio, o que permitia livre acesso a alimentação e o recebimento de calor do corpo. Tal forma de cuidado foi abandonada há tempos atrás, porém, recentemente, um método denominado Mãe Canguru foi desenvolvido por neonatologistas para cuidar de recém-nascidos prematuros. A premissa do método é o contato pele a pele entre mãe e bebê 24 horas ao dia, onde o bebê recebe o estímulo, o calor necessário para a estabilização

de suas funções corporais e amamentação com o leite materno, assemelhando-se aos cuidados desempenhados por nossas ancestrais na pré-história humana. Na literatura encontramos como vantagens do método: a redução das infecções hospitalares, o favorecimento do aleitamento materno e o fortalecimento do vínculo da díade mãe/bebê. Evidências demonstram estas vantagens e benefícios para o bebê. No entanto, pouco foi investigado em relação aos comportamentos, as sensações e os sentimentos da mãe/mulher, uma vez que a realidade da mulher se modificou muito no decorrer da história. As mulheres e a ciência demonstraram que a crença, construída historicamente, de que a maternidade é um imperativo natural da fêmea da espécie humana, mostra-se como um pressuposto inadequado. Este estudo objetivou investigar as percepções, experiências e comportamentos de cuidado neonatal de mulheres participantes de um Programa Mãe Canguru, visando compreender como elas percebem e vivenciam esta experiência. Participaram da pesquisa 5 díades participantes do Método Canguru da Santa Casa de Misericórdia de Belém do Pará, cuja idade das mães variou entre 16 e 33 anos. O estudo foi dividido em 4 fases e foram utilizadas duas escalas: o Inventário de Depressão de Beck (IDB) e o Questionário de Aceitação Materna em relação ao Mãe Canguru (QAM). Além delas registrou-se o comportamento não verbal das participantes através da observação de comportamentos com 2 sessões diárias durante 10 dias. Realizou-se, também, entrevistas temáticas (vida afetiva e família de origem). Os resultados demonstraram que os índices obtidos no IDB, na primeira aplicação, quatro mães apresentaram sintomas depressivos e uma não, já na segunda aplicação houve um declínio desses índices, com apenas uma participante permanecendo com estes sintomas. No QAM foi detectado 100% de aceitação por parte das mães e 80% por parte dos membros da família em ambas as aplicações, o que nos levou a concluir que o método é bem tolerado pelas participantes. O resultado das observações dos comportamentos não verbais registrou que as categorias com maior frequência foram as de Cuidado com o bebê e Amamentação. Através das entrevistas foram esclarecidos muitos aspectos ainda obscuros dos dados coletados. Percebeu-se que três das participantes passavam por problemas relativos a Vida afetiva e buscavam suporte na Família de Origem. Concluiu-se que os acontecimentos pessoais exercem influência no comportamento e estado emocional das participantes, o que pôde ser comprovado com os resultados obtidos através dos instrumentos utilizados, que mostraram-se sensíveis em esclarecer as questões formuladas. Através deles pudemos detectar como essas mulheres se sentem e percebem sua participação no Programa e compreender que apesar do Mãe Canguru trazer muitos benefícios aos bebês prematuros e de baixo peso ao nascer, propiciar o fortalecimento do vínculo entre mãe-bebê, proporcionar novas formas de cuidado com o bebê e reduzir os custos hospitalares, como proposto na literatura concernente, entende-se que o sucesso do programa depende, fundamentalmente, da vontade da mãe em participar do mesmo, do apoio familiar e de uma equipe preparada. Observou-se que as mães desempenharam, regularmente, as atividades prescritas pelo Método e que o tempo de permanência na enfermaria foi utilizado pelas participantes como um momento de reflexão sobre suas vidas e seus problemas pessoais. Ressalta-se que este tipo de investigação ainda precisa ser explorada, a fim de propiciar melhores condições de estadia no Mãe Canguru.

**Palavras-chaves:** Comportamento Materno, Mulher, Método Mãe Canguru

**Atividade:** OS SENTIDOS DO APOIO PSICOSSOCIAL NAS NARRATIVAS DOS PORTADORES DE DOENÇAS REUMÁTICAS (Paineis)

**Trabalho:** OS SENTIDOS DO APOIO PSICOSSOCIAL NAS NARRATIVAS DOS PORTADORES DE DOENÇAS REUMÁTICAS

**Autor(es):** Priscila da Silva Oliveira, Bárbara Alanna Lins Basilio, Thiana Emanoela do Nascimento Santos, Marcella do Carmo Santos, Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro

**Resumo:** Esta pesquisa pode ser caracterizada como tendo duas perspectivas, uma de

investigação e outra de intervenção. Dá continuidade a um projeto interdisciplinar entre os cursos de Psicologia e Medicina de uma universidade federal, e que vem sendo realizado há sete anos. As pessoas portadoras de doenças reumáticas atendidas pela professora e médica reumatologista são convidadas e incentivadas a participarem, a cada primeira quinta-feira do mês, de um grupo. Este funciona como um grupo de apoio psicossocial e é aberto ainda à participação dos acompanhantes, comparecendo também a médica reumatologista, a psicóloga e professora (orientadora), e os alunos dos cursos de Psicologia e de Medicina. Esta pesquisa tem como proposta compreender a importância dos aspectos psicossociais na história de vida dos portadores de doenças reumáticas, como também o reflexo desses aspectos para o enfrentamento e tratamento da doença. Fundamenta-se no referencial teórico e metodológico das práticas discursivas e produção de sentidos, sustentado pela perspectiva do construcionismo social. O determinante social investigado no presente projeto foi o apoio social, evidenciado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como um dos aspectos que tem uma influência importante para as condições de saúde. As informações foram obtidas, principalmente, durante os encontros, através do registro das falas dos participantes, que eram incentivados a falar por meio do uso de técnicas de grupo ou jogos, focalizando sempre qual apoio social estava presente em suas vidas. Os temas discutidos durante os encontros eram escolhidos por eles de acordo com as datas comemorativas de cada mês. Foram utilizados os registros dos prontuários, nos quais se buscava informações, tais como: tempo de doença, tempo e uso de medicação, estado atual de saúde etc; e das entrevistas narrativas individuais, realizadas com cinco dos participantes do grupo, os quais participaram da pesquisa de forma voluntária. A análise das informações possibilitou identificar a relação entre a participação no grupo e a melhora nas condições clínicas. Percebe-se, neste sentido, uma atenuação dos sintomas, associada com o tratamento médico e o vínculo construído no grupo, onde fica evidenciada essa inter-relação entre saúde e bem estar social. O grupo foi identificado como um importante apoio, por ser um espaço no qual podem construir novas amizades; receber incentivos para a superação das dificuldades e restrições impostas pela doença; e compreender as situações vividas no passado. Evidenciou-se que o apoio psicossocial é ainda recebido tanto da família, como da religião, configurando-se como um determinante social importante que possibilita melhoras no estado clínico, a resignificação dos acontecimentos advindos a partir da doença e a reconstrução de seus projetos de vida.

**Palavras-chaves:** histórias de vida, doenças reumáticas, apoio psicossocial

**Atividade: Publicação e avaliação de periódicos científicos (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Publicação e avaliação de periódicos científicos: paradoxos da classificação Qualis em Psicologia

**Autor(es):** Ana Ludmila Freire Costa, Oswaldo H. Yamamoto

**Resumo:** A estrutura da pesquisa científica faz com que os pesquisadores se envolvam com o processo de comunicação: para que todo o conhecimento construído exerça sua funcionalidade, são necessários o registro e divulgação dos achados por meio da publicação científica, sendo inegável a necessidade da publicação para o progresso da ciência. Existem diversos instrumentos de disseminação científica, contudo, o periódico é o meio mais consagrado e utilizado para publicação dos resultados de pesquisa em todas as áreas do conhecimento. O cenário atual, de crescimento acelerado de títulos de periódicos científicos reflete a grande demanda por produtividade, principalmente das agências de fomento e regulação da Ciência e Tecnologia. O caso da Psicologia no Brasil não é diferente e seu quadro editorial tem passado por mudanças significativas nos últimos anos, tanto no que se refere a multiplicação de títulos de periódicos até maior diversidade de temáticas e inovação nos recursos metodológicos. Entretanto, tal evolução impõe a necessidade de qualificação dessa produção, uma vez que é imprescindível a publicação de material relevante e inovador. É nesse contexto, de necessidade de monitoramento da produção científica, que a avaliação de periódicos empreendida pela Comissão CAPES/ANPEPP na área de Psicologia gerou grande repercussão na comunidade

científica e suscita questionamentos em torno do modelo de avaliação utilizado. Considerando este impacto, o objetivo do trabalho é fazer uma meta-avaliação sobre o processo de avaliação de periódicos científicos utilizado nas revistas de Psicologia pela CAPES para alimentação da classificação Qualis. Para a pesquisa, foram consultados três grupos de respondentes: a) editores de revistas de Psicologia que participaram da avaliação de periódicos para a base Qualis da CAPES realizada em 2004, cuja amostra final correspondeu a 38 respondentes, representando uma taxa de devolução de 40%. Um questionário eletrônico contendo dados gerais de identificação e quatro questões abertas foi enviado por e-mail para os participantes da pesquisa; b) 5 profissionais da área de Ciências da Informação/Biblioteconomia com experiência em avaliação de periódicos e conhecimento sobre os periódicos de Psicologia. Foram feitas entrevistas semi-estruturadas, cujo conteúdo foi gravado e transcrito na íntegra; c) 8 profissionais, membros da Comissão CAPES/ANPEPP que participaram mais de uma vez das versões da avaliação Qualis, que responderam um questionário eletrônico, composto por três questões abertas. Os resultados foram agrupados em 3 eixos temáticos: avaliação geral sobre o processo de avaliação Qualis (incluindo posicionamento sobre constituição das Comissões de Avaliação), critérios de avaliação utilizados no modelo adotado e os efeitos decorrentes das avaliações para a comunidade científica, juntamente com as mudanças percebidas no quadro editorial. Com relação ao primeiro aspecto, destaca-se a divergência entre os atores envolvidos quanto à adequação do modelo em retratar a realidade editorial da área: os editores são a categoria que mais se dividem, entre apoio à iniciativa, críticas severas ao processo e há aqueles que ressaltam a importância deste tipo de prática, a despeito das falhas existentes. Os bibliotecários consultados foram o grupo mais homogêneo, valorizando este processo de avaliação da Psicologia, pontuando os aspectos positivos e as alternativas para o aprimoramento do modelo. Já os membros que participaram/participam da Comissão de Avaliação também foram mais enfáticos no que diz respeito aos ganhos obtidos com a iniciativa e sua adequação ao objetivo a que se propõe. O ponto mais marcante sobre o segundo aspecto avaliado, critérios adotados, refere-se à necessidade de inclusão de elementos de cunho mais qualitativo, voltados para avaliação do conteúdo dos periódicos científicos. A necessidade de levar em conta uma realidade tão heterogênea também foi apontada pelos diferentes atores consultados que afirmam que, em muitas circunstâncias, os periódicos podem ser prejudicados por não se encaixarem em um determinado padrão e, portanto, não atenderem a certos critérios muito específicos. O terceiro eixo investigado aponta que o efeito mais intenso, talvez, seja a adoção de tais resultados em vários contextos, absorvendo o ranking que objetiva qualificar a produção dos programas de pós-graduação para outras finalidades, inclusive como retrato da produção científica da área. Percebe-se que os resultados desta base se tornaram, em algumas áreas do conhecimento, um verdadeiro “dogma”, que acaba tendo grandes repercussões de natureza política, econômica, psicossocial e, sobretudo, acadêmicas e científicas, uma vez que passa a interferir nas formas de se produzir conhecimento. A grande questão que está por trás desse fenômeno é se esta classificação dos veículos científicos de Psicologia, tal como vem sendo desenvolvida, tem condições de ser utilizada amplamente pela comunidade científica da área, se ela consegue atender a essa demanda que surgiu entre os diversos pesquisadores, que são produtores e consumidores do conhecimento publicado. Apesar desses pontos, a avaliação dos periódicos em Psicologia continua a ser o principal instrumento para garantir um padrão mínimo de qualidade nas publicações da área.

**Palavras-chaves:** produção científica, periódicos de Psicologia, avaliação de periódicos, Qualis

**Atividade: Fazendo psicologia no CRAS: possibilidades e impasses (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Fazendo psicologia no CRAS: possibilidades e impasses

**Autor(es):** Cristiane Prado Vieira, Darlane Andrade

**Resumo:** Este relato de experiência visa refletir acerca da construção do papel profissional da psicologia dentro dos CRAS, a partir de reflexões de um grupo de dezoito psicólogos que atuam nestes Centros, na Bahia. Estes profissionais são em sua maioria recém-graduados, com

atuação de até dois anos nestes Centros e tem se reunido há cerca de seis meses para discutir as possibilidades e impasses da atuação profissional e assim tem buscado construir estratégias para atuações mais eficazes. Segundo informações do site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), os CRAS – Centros de Referência de Assistência Social, são espaços físicos públicos onde são necessariamente ofertados os serviços do PAIF – Programa de Atenção Integral à Família, e podem oferecer serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica relativos às seguranças de rendimento, autonomia, acolhida, convívio ou vivência familiar e comunitária. O PAIF é o principal programa de Proteção Social Básica, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Foi criado em 2004 (Portaria nº 78), pelo MDS, aprimorou a proposta do Plano Nacional de Atendimento Integrado à Família (PNAIF) implantado pelo Governo Federal no ano de 2003. Em 2004, tornou-se “ação continuada da Assistência Social”, passando a integrar a rede de serviços de ação continuada da Assistência Social financiada pelo Governo Federal (Decreto 5.085/2004). Desenvolve ações e serviços básicos continuados para famílias em situação de vulnerabilidade social na unidade do CRAS através do PAIF, tendo por perspectivas o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, o direito à Proteção Social Básica e a ampliação da capacidade de proteção social e de prevenção de situações de risco no território de abrangência do CRAS. O MDS estabeleceu como diretrizes metodológicas do PAIF: articular o conhecimento da realidade das famílias com o planejamento do trabalho; potencializar a rede de serviços e o acesso aos direitos; valorizar as famílias em sua diversidade, valores, cultura, com sua história, trajetórias, problemas, demandas e potencialidades; potencializar a função de proteção e de socialização da família e da comunidade; adotar metodologias participativas e dialógicas de trabalho com as famílias; implementar serviços socioassistenciais em caso de trabalho com famílias indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais. Estas ações destinam-se à população em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). Cada unidade do CRAS conta com: coordenador, assistentes sociais, psicólogos, auxiliar administrativo e estagiários (MDS,2006). A inserção da psicologia neste Centro de Referência da Assistência Social implica em uma reestruturação do fazer profissional dentro das áreas sociais e comunitária, na sua interlocução com o serviço social e uma rede de profissionais que compõem serviços prestados a comunidade onde o CRAS se instala. Os manuais técnicos disponibilizados pelo MDS não delimitam a atuação dos profissionais, sendo de responsabilidade de cada unidade juntamente com a coordenação do município construir esta atuação, gerando algumas questões as quais temos nos deparado: qual o papel do psicólogo no CRAS? Até onde a psicologia caminha junto ou separado do serviço social? Qual a importância da psicologia nos CRAS? Quais os limites da nossa atuação? Quais as metodologias que podem ser empregadas? A partir das reuniões destes profissionais, percebe-se que muito tem-se feito dentro dos Centros de Referência como trabalhos de grupos focais, utilizando abordagens teóricas diversas, visitas domiciliares e institucionais em equipe, palestras sobre desenvolvimento comunitário em instituições que compõem a rede, acompanhamento de famílias com intervenções de orientação breve, entrevistas e anamneses individuais, atividades articuladas com outros projetos sociais, mediação e conciliação de conflitos. Contudo, este fazer se depara com muitos impasses vindos na prática interdisciplinar, na articulação com coordenação e gestores pela falta de clareza a respeito da psicologia, as limitações dos recursos materiais e de infraestrutura, além das questões trabalhistas. Algumas estratégias vem sendo buscadas para o enfrentamento destas dificuldades e o favorecimento da construção do papel profissional, como a articulação com o Conselho Regional, reuniões sistemáticas para o compartilhamento de experiências, a articulação com profissionais da psicologia com mais respaldo teórico e prático na área social-comunitária. É necessária a ampliação destas discussões para fortalecimento da psicologia neste novo campo de atuação dentro de um contexto inter e multidisciplinar.

**Palavras-chaves:** CRAS, Psicologia Social, Psicologia Comunitária, Papel profissional

**Atividade:** A VIVÊNCIA DA MORTE E DO MORRER NA PERSPECTIVA DO PACIENTE, DA FAMÍLIA E DA EQUIPE DE SAÚDE.  
(Experiências em Debate)

## **Trabalho:**A VIVÊNCIA DA MORTE E DO MORRER NA PERSPECTIVA DO PACIENTE, DA FAMÍLIA E DA EQUIPE DE SAÚDE.

**Autor(es):** Benedito Medrado,Célia Regina Medeiros,Sandra Carolina Farias de Oliveira

**Resumo:** Neste trabalho relato minha experiência de Estágio, discorrendo sobre um assunto que muito me interessa, que já foi tema de trabalho meu ministrado em evento e que apresenta-se em meu anteprojeto de mestrado como foco: a MORTE. Em primeiro lugar, focalizarei a Tanatologia, enquanto campo de reflexões e práticas clínicas sobre a morte e o morrer. Posteriormente apresentarei dois casos por mim atendidos sob o prisma do paciente, do profissional de saúde e da família. A morte apresenta-se com diversos significados e desperta sentimentos variados, desde os mais pejorativos como: desintegração, sofrimento, até um fascínio e a idéia de descanso. Nos somos os únicos seres que temos consciência da nossa própria morte, sendo esta a causa de muita aflição para os indivíduos e fazendo sempre com que pensemos em afastá-la de nossas vidas, até por que a imagem que geralmente nos é passada pela mídia é de uma morte violenta, sofrida ao qual temos ojeriza. De acordo com Kastenbaum (1983) existem dois medos: medo da própria morte (deparar com a finitude) e da morte do outro (abandono). De acordo com Elisabeth Kubler-Ross, autora de renome da área da tanatologia, o indivíduo que se encontra fora de possibilidade terapêutica para a cura passa por fases comportamentais, são elas: Negação, Raiva, Barganha, Depressão, Aceitação. Diante de tudo que foi dito apresento agora o caso de uma paciente: Luíza. Luíza tinha 52 anos, era uma paciente com câncer em estado final de evolução da doença. Os atendimentos começaram na U.T.I, onde a paciente tinha idéias persecutórias (enfermeiros ia matá-la) e onde não dormia por medo de morrer. Durante seu longo tempo na enfermaria eu também estava lá, e para melhor dizer durante três semanas, só eu fui lá e todos os dias passava para vê-la. A paciente simplesmente foi esquecida no último leito da última enfermaria. A equipe parece que tinha medo de ser contagiada pela doença da paciente, que no caso era seu sofrimento por estar morrendo. Era trabalhada a questão de sua morte, do seu câncer e do que ela poderia fazer em casa para aproveitar o máximo de tempo. Todos aqueles estágios apresentados: negação, raiva, barganha, depressão e aceitação, foram apresentados de forma mesclada em seu discurso. É importante dizer que a esperança nunca se apagou. Finalmente “Luíza” foi para casa. A encaminhei para o atendimento ambulatorial, mas não deu tempo. Depois de duas semanas em casa tenho notícias de que ela foi internada no hospital e depois de 7 dias internada, Luíza pediu para sua vizinha, que era quem a acompanhava, que apagasse a luz pois queria dormir e com aproximadamente dez minutos ela faleceu de forma tranqüila, dormindo. Luíza sabia que ia morrer e sabia que sua família era consciente disso, pelas atitudes, gestos e olhares.No caso apresentado percebe-se o total abandono da paciente, entretanto relato agora a história de outro paciente, que neste caso pode-se dizer que a equipe tinha uma “obstinação terapêutica” em fazê-lo viver. Vamos então conhecer Léo, que tinha 20 anos e desde que nasceu apresentava uma Distrofia Muscular Progressiva de Becker. Aos 17 anos ele parou de andar e com isso cessou também seus estudos, seu brincar, suas amizades. Léo ficava mais tempo internado do que em casa, seu quadro clínico a cada volta ao hospital era mais degradante. Negava a morte completamente, os adolescente sentem-se muito longe da morte, sentem-se muito poderosos, e com ele não foi diferente. A família tentava ao máximo satisfazer suas vontades. Em entrevista com seu pai ele me disse: “Eu sei que meu filho está morrendo, estou cansado de me dizerem isso a toda hora. Eu quero viver com ele enquanto houver vida”. Léo tinha medo, medo de morrer, estava estampado nos seus olhos e sua atitudes mostravam que ele estava completamente ciente de que sua morte estava próxima. Quando se falou em U.T.I. ele apavorou-se, este lugar sim é a representação da morte. Lá morre-se mais. Afastou-se assim Léo da enfermaria, afastou-se a morte, afastou-se o sofrimento da família que já arrastava-se a anos. Ao contrário de Luíza que falou e expressou seus medos e fantasias a respeito da morte e do morrer, sendo o meu papel de facilitadora desse processo, Léo preferiu permanecer no silêncio. Minha atitude nesta situação foi de sempre deixar um canal aberto para que ele pudesse falar sobre o que estava se passando. Também fui a única da equipe de saúde que o acompanhou na U.T.I. e que todos os dias estava lá, até por que ele solicitava minha presença. Sendo a morte uma grande desafiadora de relações dentro do ambiente hospitalar, restando para nós psicólogos o papel de facilitador e

tradutor destes sentimentos que permeiam tanto a equipe de saúde, quanto o paciente.

**Palavras-chaves:** Morte,Paciente,Família,Psicólogo

**Atividade:** EFEITO DA DESNUTRIÇÃO PRÉ-NATAL PRODUZIDA PELA “DIETA BÁSICA REGIONAL” SOBRE UM MODELO COMPORTAMENTAL DE ATENÇÃO.  
(Paineis)

**Trabalho:**EFEITO DA DESNUTRIÇÃO PRÉ-NATAL PRODUZIDA PELA “DIETA BÁSICA REGIONAL” SOBRE UM MODELO COMPORTAMENTAL DE ATENÇÃO.

**Autor(es):** Elís Cavalcanti de Almeida Monteiro,Lianny Melo,Márlison Aguiar,Rubem Guedes,Cilene Alves

**Resumo:** A “dieta básica regional” (DBR) é uma dieta experimental multideficiente, composta pelos alimentos básicos da dieta de populações humanas economicamente desfavorecidas do Nordeste brasileiro. No rato, o seu uso durante o desenvolvimento pré e pós-natal pode ocasionar uma série de alterações no sistema nervoso que determinam a composição neuroquímica, as estruturas e os processos morfofuncionais cerebrais que podem ser definitivos nos sujeitos adultos. A inibição latente (LI) é um modelo de atenção que tem como base o fato de que a pré-exposição repetida a um estímulo neutro dificulta um condicionamento posterior quando esse estímulo tem função de estímulo condicionado (CS). O objetivo deste trabalho foi verificar o efeito da DBR pré-natal sobre a LI, em animais adultos. Metodologia: ratos Wistar, aos 3 meses de idade, foram acasalados na proporção de 2 fêmeas para 1 macho. Desde o início do acasalamento as ratas foram divididas em dois grupos e mantidas, respectivamente, com a dieta comercial de manutenção do biotério (MB, balanceada e contendo 23% de proteína) ou DBR (multideficiente e contendo 8% de proteína). As dietas permaneceram até o nascimento dos filhotes. Este procedimento tem como finalidade produzir a desnutrição pré-natal (PRÉ). Após o parto, os animais que estavam consumindo a DBR passaram a ser alimentados com a MB. Ao completarem 75-85 dias de vida (ratos adultos, MB e DBR, peso corporal= 250g, 40 animais por grupo), foram subdivididos em 4 grupos: MB-PE, MB-NPE, DBRPRÉ- PE e DBRPRÉ-NPE. Sob restrição de água, foram submetidos a: a) três dias de Pré-exposição a uma solução de sacarose a 5% (grupo PE) ou a água (grupo NPE); b) Condicionamento (4º dia): pareamento solução de sacarose – injeção de LiCl (50 mg/kg, ip., imediatamente após o término desta fase); c) Teste (5º dia): efeito do LiCl sobre o consumo de solução de sacarose. Resultados: A ANOVA (2X2) demonstrou que houve efeito significativo apenas da condição de exposição (PE > NPE) [F(3,36) =45,231, p<0,05]. Já a condição de dieta [F(3,36)=0,284, NS] e a interação entre condições de exposição e dieta [F(3,36)=2,790, NS] não demonstraram efeito significativo. O efeito da LI (PE> NPE), foi claramente observado nos animais MB-PE e NPE (X+EP=0,82+0,03 e 0,54+0,07), bem como nos animais DBRPRÉ-PE e NPE (X+EP=0,88+0,02 e 0,42+0,06). Discussão: Os dados obtidos nesse experimento: (1) não demonstraram efeito da desnutrição nos animais adultos que foram mantidos com a DBR durante o período PRÉ, bem como (2) mostraram efeito da LI (PE> NPE) nos animais do grupo MB e DBRPRÉ. Conclusão: Os resultados sugerem que a desnutrição pré-natal produzida pela DBR não afeta a aprendizagem de estímulos funcionalmente relevantes, envolvendo atenção. Apoio Financeiro: PIBIC/ UFPE/CNPq/FACEPE.

**Palavras-chaves:** Desnutrição pré-natal,Modelo Comportamental de atenção,Inibição Latente,Dieta Básica Regional (DBR),Teste Aversão Gustativa Condicionada

**Atividade:** Narrando a fotografia  
(Experiências em Debate)

**Trabalho:**Narrando a fotografia – discussão sobre o uso de imagens como mediadora da narrativa na pesquisa em psicologia

**Autor(es):** Fabricia Teixeira Borges

**Resumo:** O objetivo desse trabalho é discutir o uso da fotografia como mediador das narrativas e nas pesquisas em psicologia. A imagem não existe por si só, ela pressupõe uma pessoa que a veja e que a interprete. Interpretar é significá-la de acordo com seus processos históricos e culturais, sendo que, uma mesma imagem pode trazer diferentes significados para diferentes culturas. Vivemos em um mundo em que cada vez mais as imagens estão presentes, seja no cinema, na televisão ou nas fotografias. Na psicologia, a relação das imagens com os processos de significação é percebida nos vários testes que se apóiam na imagem como mediadora dos processos internos e subjetivos, além dos processos psíquicos descritos a partir das imagens mentais. Neste sentido, o uso de mediadores, como a fotografia, na pesquisa vem se intensificando tanto como fenômeno influenciado pelos contextos culturais quando pela própria epistemologia da psicologia. Na fotografia, o sentido se tece na relação com o entorno, no enquadramento. O contexto é dado pela forma como a imagem aparece na foto. Há também uma relação com a história em que foi produzida a imagem. Os processos significativos das imagens são construídos na história que percorre sua execução. A intenção, o objetivo e o próprio realizar da fotografia. Ao descrever a fotografia estamos colocando no presente um fato do passado. Apesar da fotografia ser designada como imagem parada e o cinema, como imagem em movimento, o que se observa é que a imagem não tem movimento, mas o sentido em que é produzida possui uma dinamicidade, mudando o contexto e a forma de conhecer, o que nos remete a Benjamin (1985) em sua discussão sobre a temporalidade e a fotografia. Ao rememorar o que aconteceu, tendo uma imagem com ponto de partida, construímos novos significados que dizem respeito ao que foi e, ao mesmo tempo, que ocorre no momento da narrativa. A imagem funciona como mediadora do que esteve presente mas no tempo atual, deste modo, ela colabora para a construção de novos significados sobre o que já havia ou o que já foi construído. Falar de algo que já foi indica uma construção dialética do presente e do passado onde cada fato possui novas representações diferenciadas e constantes no processo do pensamento. Por esses motivos, utilizar a fotografia e sua narrativa na pesquisa em psicologia, implica em conhecer as formas como os dados são construídos a partir deste instrumento, não apenas como processo do conhecimento mas, como processo cultural em que a história e os significados da fotografia para cada processo de investigação possuem uma importância primordial e esclarecedora para as análises e os objetivos propostos em cada estudo.

**Palavras-chaves:** Metodologia,narrativa,imagem,fotografia,pesquisa em psicologia

**Atividade: Diferenças sexuais na percepção de coalizão  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Diferenças sexuais na percepção de coalizão

**Autor(es):** Leonardo Antonio Marui Cosentino,Leandro Luis Santos Nascimento,Maria Emília Yamamoto,Fernando José Leite Ribeiro,José de Oliveira Siqueira,Vera Silvia Raad Bussab,Emma Otta

**Resumo:** A Psicologia Evolucionista propõe que a mente humana contém um conjunto de programas evoluídos para resolver problemas que foram relevantes e recorrentes para os hominídeos durante o Plio-Pleistoceno. Um destes problemas foi a cooperação intra-grupo e o conflito entre grupos. A tendência atual para separar indivíduos em coalizões (nós versus eles), e favorecer o endogrupo em detrimento do exogrupo, revelaria as marcas deste mecanismo mental. Uma outra proposta da psicologia evolucionista é a de que a mente humana seja sexualmente dimorfa naqueles aspectos em que pressões distintas foram enfrentadas por



homens e mulheres. A noção de dimorfismo sexual iria além das diferenças morfológicas evidentes entre indivíduos do sexo masculino e feminino, para incluir diferenças psicológicas e comportamentais. A presente pesquisa foi suscitada por este modelo teórico. Testamos a hipótese da existência de diferenças sexuais na percepção de coalizão. A amostra foi composta por 569 estudantes universitários de sete estados brasileiros: Rio Grande do Norte (40 homens e 38 mulheres), Santa Catarina (40 homens e 40 mulheres), Bahia (39 homens e 45 mulheres), Espírito Santo (40 homens e 44 mulheres), São Paulo (40 homens e 44 mulheres), Mato Grosso (41 homens e 38 mulheres) e Rio de Janeiro (40 homens e 40 mulheres). Comparou-se a codificação de coalizão na presença de pistas verbais e na presença de pistas visuais + verbais. Após assistir à uma discussão de dois times rivais, o participante deveria lembrar qual jogador disse cada frase. Foi usado um procedimento conhecido como Protocolo de Confusão de Memória. Trata-se de uma tarefa difícil em que o participante é exposto a um grande número de frases (no nosso caso 24) e deve lembrar, depois de exposto adicionalmente a uma tarefa de distração, quem disse cada uma das frases. Os erros são usados para inferir as dimensões de codificação usadas, considerando que as pessoas confundem mais facilmente indivíduos que codificaram como membros da mesma categoria do que indivíduos que codificaram como membros de categorias diferentes. Por exemplo, um habitante de Verona faria mais erros intra-categoria e confundiria um Capuleto com um Capuleto (ou um Montéquio com um Montéquio) que erros entre categorias, confundindo um Capuleto com um Montéquio (ou vice-versa). Na presente pesquisa o material estímulo procurou isolar duas dimensões passíveis de codificação: coalizão (time de pertencimento) e raça (negros e brancos). Foram apresentadas fotografias, usando um programa de gerenciamento de slides, de jogadores de basquete de sexo masculino de times rivais. Cada time foi representado por quatro jogadores, dois brancos e dois negros. Metade dos participantes foi testada na condição em que os jogadores vestiam camisetas iguais de cor cinza e, portanto, dispunha apenas do conteúdo das frases para inferir o pertencimento à coalizão. A outra metade foi exposta à condição em que cada time vestia camisetas de cor diferente (amarela e vermelha). A análise dos resultados evidenciou a dificuldade da tarefa proposta. A média de acerto foi 6,1, o que representa, aproximadamente, 25,4% ou um quarto do total de frases. O número máximo de acertos foi 15 e o mínimo, zero. Foram calculados quatro tipos de erros: “Mesma Coalizão/Mesma Raça”, “Mesma Coalizão/Raça Diferente”, “Coalizão Diferente/Mesma Raça” e “Coalizão Diferente/Raça Diferente”. Usando o agrupamento dos tipos de erros intra e inter-categorias estimou-se a magnitude do efeito (effect size) de coalizão. Este índice foi muito baixo na condição de protocolo cinza (variando  $r$  [r costuma denotar a estimativa do coeficiente de correlação linear de Pearson] entre 0,05 e 0,24). Ou seja, os participantes tiveram dificuldade em inferir o pertencimento à coalizão apenas pelo conteúdo das frases. A magnitude do efeito de coalizão na condição de protocolo colorido, por sua vez, variou entre 0,52 e 0,63, mostrando elevada codificação de coalizão na presença de pistas visuais + verbais. A análise dos dados por sexo mostrou que apenas numa das sub-amostras (Mato Grosso), a magnitude da codificação de coalizão pelos homens ( $r = 0,68$ ) foi significativamente maior que a codificação de coalizão pelas mulheres ( $r = 0,44$ ), o que se deveu a um predomínio de erros do tipo “Coalizão Diferente/Raça Diferente” entre as mulheres. Concluímos que, contrariamente à nossa hipótese inicial, os homens e mulheres apresentaram-se mais semelhantes do que diferentes na codificação de coalizão. Este trabalho recebe apoio do CNPq.

**Palavras-chaves:** Psicologia Evolucionista, Coalizão, Diferenças Sexuais

**Atividade:** Normas Sociais e Preconceito Contra Homossexuais (Paineis)

**Trabalho:** Normas Sociais e Preconceito Contra Homossexuais

**Autor(es):** Anelyse dos Santos Lira Soares Pereira

**Resumo:** Diversos estudos sobre o papel das normas na expressão do preconceito têm mostrado que a norma do anti-preconceito pressiona as pessoas a inibirem manifestações explícitas e implícitas do preconceito. Mesmo assim, ainda que as pressões sociais exercidas por essa norma tenham levado a uma acentuada diminuição na expressão pública do preconceito contra alguns alvos (e.g., negros, mulheres, cegos), pouca atenção teórica e empírica tem sido

dada ao papel dessa norma na redução do preconceito contra minorias sexuais (e.g., homossexuais). Neste sentido, a pergunta que pretendemos responder é a seguinte: por que a norma do anti-preconceito parece não reduzir o preconceito que é direcionado a determinados alvos? Estas normas parecem, de fato, não funcionar de forma tão acentuada na redução do preconceito contra como os homossexuais (e.g., Frank & McEneaney, 1999). Isto significa que simples saliência ou mesmo a existência de uma norma do anti-preconceito pode não ser condição suficiente para a redução do preconceito contra os homossexuais. Neste caso, levantamos a hipótese de que a redução desse preconceito deva ocorrer em contextos em que a norma não apenas esteja saliente, mas, sobretudo, quando as pessoas se sentem efetivamente pressionadas para cumprimento da norma. Para testar essa hipótese, realizamos um estudo em que analisamos o efeito diferenciado da simples ativação e da pressão objetiva da norma do anti-preconceito na expressão do preconceito contra os homossexuais. Para tanto, manipulamos diversos níveis de atuação dessa norma: condição de simples ativação; condição de controle; condição de pressão normativa. Analisamos o efeito dessa manipulação na dimensão avaliativa, nomeadamente o grau de rejeição de relações de proximidade (e.g., Pettigrew & Meertens, 1995), e na dimensão emocional, que se refere à expressão de emoções positivas e negativas (e.g., Lacerda, Camino, & Pereira, 2002), do preconceito contra os homossexuais. Participaram 91 estudantes universitários distribuídos aleatoriamente nas três condições experimentais. Os resultados de uma MANOVA mostram que o efeito multivariado é significativo, indicando que a manipulação da norma influenciou a redução do preconceito. A análise dos efeitos univariados mostra que as normas influenciam tanto a rejeição à proximidade como a expressão de emoções em relação aos homossexuais. Os participantes da condição de pressão normativa apresentaram menor nível de rejeição à proximidade, exprimiram menos emoções negativas e indicaram expressar mais emoções positivas do que os participantes da condição de controle e da condição de simples ativação da norma. Além disso, verificamos também que a manipulação da pressão normativa reduziu o preconceito quer nos participantes homens, quer nos participantes mulheres. Estes resultados confirmam a nossa hipótese de que a diminuição do preconceito contra os homossexuais ocorre apenas quando as pessoas se sentem pressionadas pela norma do anti-preconceito.

**Palavras-chaves:** Normas,Preconceito,Homossexualidade

**Atividade: EFEITOS DO ESTRESSE PSICOSSOCIAL NA EXPRESSÃO DA RESPOSTA COMPORTAMENTAL DE FÊMEAS EM SAGUI COMUM, CALLITHRIX JACCUS (Paineis)**

**Trabalho: EFEITOS DO ESTRESSE PSICOSSOCIAL NA EXPRESSÃO DA RESPOSTA COMPORTAMENTAL DE FÊMEAS EM SAGUI COMUM, CALLITHRIX JACCUS**

**Autor(es):** Nicole Leite Galvao Coelho, Maria Bernardete Cordeiro de Sousa

**Resumo:** Inúmeros modelos experimentais para estudo da resposta a fatores estressores usando espécies sociais usam o paradigma da separação para desencadear a resposta ao estresse. Estudos com espécies de primatas neotropicais evidenciam que a partir da privação social é possível identificar mudanças no repertório comportamental que demonstram diferentes processos adaptativos que foram incorporados ao repertório comportamental da espécie durante a evolução. Estudos sobre estresse sugerem que o suporte social possui efeito tampão (Buffering Model) durante uma situação de crise, quando age atenuando a carga alostática da resposta ao estresse. Porém a eficácia do efeito tamponador do suporte social é dependente de inúmeras variáveis como a espécie, o tipo do agente estressor, afinidade entre os parceiros e algumas características do indivíduo como; sexo e personalidade. Neste trabalho o objetivo foi demonstrar se díades de fêmeas de sagüi comum, adultas, aparentadas (n= 4) e não parentes (n=3) apresentam perfil diferenciado de interação comportamental diante de desafios desencadeados por mudanças ambientais e sociais. Os dois tipos de díades foram submetidas a três tipos distintos de agentes estressores: exposição a um novo ambiente físico, privação social e restabelecimento do grupo social. O estudo foi realizado em 4 fases: F1= basal, onde um perfil comportamental da interação social entre as díades foi traçado, com duração de 28 dias. A esta

fase se seguiram 3 fases sucessivas, de 7 dias de duração cada: F2= mudança das duas fêmeas juntas para um novo ambiente (gaiola); F3= mudança das duas fêmeas separadas, cada uma para uma gaiola nova,; F4= reunião das fêmeas na gaiola da fase basal. O procedimento experimental consistiu no registro do comportamento social e individual de cada uma das fêmeas, em sessões de observação comportamental de 30 minutos, em dias alternados durante a fase basal e diariamente nas demais fases. Para analisar os resultados foram utilizados testes estatísticos não-paramétricos e o nível de significância estabelecido foi  $p < 0.05$ . Observou-se que as fêmeas não aparentadas apresentaram uma frequência de marcação de cheiro significativamente mais elevada, à medida que avançavam as fases, sugerindo aumento de competição entre elas. Além disso, na fase de reunião (F4) as fêmeas parentes apresentaram uma frequência significativamente maior dos comportamentos de piloereção simultânea e catação social, cujo significado está, provavelmente, relacionado à maior afiliação entre as fêmeas geneticamente relacionadas. Deste modo, observa-se que o tipo de parceiro social influencia na modulação da expressão comportamental diante de um desafio nesta espécie e que as fêmeas reagem de modo diferenciado dependendo do parentesco. Estas observações evidenciam a maior tolerância entre fêmeas aparentadas sugerindo o envolvimento de mecanismos de aptidão abrangente na expressão da resposta comportamental a agentes estressores de natureza ambiental e social.

**Palavras-chaves:** Psicologia Evolucionista, Estresse, Aptidão Abrangente, Primatas não-humanos

**Atividade: Representação Social da homossexualidade por homossexuais (Paineis)**

**Trabalho:** Representação Social da homossexualidade por homossexuais

**Autor(es):** Ângela Sousa de Carvalho, Danilo Camuri Teixeira Lopes, CLARA MARIA SILVEIRA NOLETO CHAVES, IDIMÁ TELES DE ALMEIDA, Samila Marques Leão, Veronésia Maria de Sena Rosal

**Resumo:** A discussão sobre as relações homossexuais, na contemporaneidade, enfrenta algumas dificuldades, por este ser um tema ainda bastante controverso e pouco explorado pela ciência psicológica, bem assim nas demais áreas de produção de conhecimento. Historicamente a homossexualidade tem sido vista ora como doença, ora como desvio comportamental ou até mesmo como problema genético. Entretanto, o que observamos na contemporaneidade é uma tendência maior a aceitação da homossexualidade no meio social, especialmente no ocidente. A ciência também incorporou uma nova postura diante da homossexualidade, menos preconceituosa e mais investigativa. Mas mesmo diante dos avanços elencados acima o que se constata é o movimento dos homossexuais de irem a locais onde possam expressar livremente a sua homoafetividade (Guetos: bares, boates, casas de shows considerados GLS's). Isso nos remete a pensar sobre esse processo de segregação da população homossexual diante da não-aceitação de manifestações da sua sexualidade em meios considerados heterossexuais. O que, enquanto psicólogos, nos despertou bastante interesse, e nos impulsionou a tentar contribuir com o conhecimento e o esclarecimento das questões referentes a homossexualidade, permitindo a superação de preconceitos e discriminações. Assim, este estudo se propôs a investigar as Representações Sociais que os homossexuais têm a cerca da homossexualidade, sendo realizado no ano de 2006. O território escolhido para a coleta de dados foi um estabelecimento GLS (gays, lésbicas e simpatizantes). O instrumento utilizado foi o Teste da associação livre de palavras, desenvolvido por Jung (1905), sendo a palavra estímulo homossexualidade. A amostra constituiu-se de 12 sujeitos, do sexo masculino, residentes na cidade de Teresina, Piauí. A maioria possui o 3º grau completo (41,7%), trabalhando nas mais variadas ocupações, com idade variando de 16 a 36 anos, católicos na grande maioria (58,3%). Analisando os resultados

observamos um maior número de categorias de respostas positivas (63) do que negativas (10). Esses dados demonstram que os homossexuais masculinos investigados possuem uma visão positiva da homossexualidade. Mais precisamente pudemos deduzir que há não só a auto-aceitação dos testados como o desejo dos mesmos de que a sociedade também os aceite, tendo em vista as muitas palavras evocando sentimentos positivos e de liberdade de expressão, como: Alegria, liberdade, direitos, assumir, prazer, amor, etc. expressas pelos sujeitos pesquisados. Esta constatação condiz com o momento histórico, citado no texto, de luta e exposição dos homossexuais em favor dos seus direitos. Por outro lado, não podemos deixar de levar em conta o fato de o teste ter sido realizado em um bar GLS, local que os homossexuais freqüentam para viver livremente a sua orientação sexual, sem a presença de repressões sociais explícitas. Somente aplicando uma nova pesquisa, como essa, em um outro ambiente, que não tenha características de local de aproximação por identidade homossexual, é que poderemos ter mais certeza da influência do local nos resultados obtidos.

**Palavras-chaves:** Rpresentação Social,Homossexualidade,Guetos

**Atividade: GRUPOS VIVENCIAIS DE BASE SOCIONÔMICA:  
(Paineis)**

**Trabalho:GRUPOS VIVENCIAIS DE BASE SOCIONÔMICA: UMA AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM NA DISCIPLINA DINÂMICA DE GRUPO NA UFS.**

**Autor(es):** Cybele Maria Rabelo Ramalho,Deise Araujo Valadares,Martha Emanuela Soares da Silva,Patrícia Fernanda Cruz Binderli

**Resumo:** A pesquisa versa sobre a avaliação do processo ensino-aprendizagem com aulas vivenciais desenvolvidas na disciplina Dinâmica de Grupo e Relações Humanas. O referencial teórico utilizado é a Socionomia desenvolvida por J. L. Moreno (1889-1974), assim como por outros autores (YOZO, 1996; CASTILHO, 1998; ANDALÓ, 2006; MOTTA, 2004). O objetivo geral desse estudo é avaliar o processo ensino-aprendizagem da referida disciplina no Curso de Psicologia da UFS (Universidade Federal de Sergipe), através da aplicação de aulas práticas conduzidas pelo professor e pelos alunos a partir do referencial teórico e metodológico Socionômico. Os objetivos específicos são: a) oportunizar o desempenho do papel de facilitadores de dinâmica de grupo; b) oportunizar o desenvolvimento da capacidade de ser um pesquisador-participante da experiência desenvolvida no seu grupo-classe; c) observar se o grupo classe evoluiu no reconhecimento e enfrentamento de suas questões interpessoais, através da vivência grupal; d) avaliar se a metodologia Socionômica aplicada à Dinâmica de Grupo é construtiva, eficaz e adequada a este contexto educacional. As premissas básicas são de que uma compreensão teórica do processo grupal se dá através da experiência, quando o aluno vivencia os dois papéis, de membro integrante do grupo e de facilitador do mesmo. Pressupõe-se que mecanismos e fenômenos envolvidos na dinâmica de grupo não podem ser apreendidos se são apenas analisados teoricamente, mas somente quando vivenciados numa práxis coletiva. Assim, o objetivo desta Disciplina é implicar o aluno na experiência de ensino-aprendizagem, pois o mesmo está inserido no jogo de desejos, interesses e nos fenômenos emergentes do seu grupo-classe. Nesta experiência pedagógica, tenta-se articular o ensino com a pesquisa, de modo que se desenvolvam, simultaneamente, os papéis de professores e de pesquisadores-participantes, pois, quando se está trabalhando socionomicamente, no contexto de ensino-aprendizagem, se está fazendo uma investigação e uma intervenção sociométrica e sociodinâmica ao mesmo tempo. Optamos por uma metodologia qualitativa, desenvolvida nas aulas práticas da disciplina, constituindo uma forma particular de pesquisa-ação. Esta pesquisa engloba três turmas da Disciplina, durante dois anos seguidos (2004 e 2005). Foram utilizados como instrumentos a observação-participante, dinâmicas de grupo e um Questionário de Avaliação da Disciplina (semi-aberto). A análise qualitativa das respostas focalizou, principalmente, a eficácia da práxis vivencial desenvolvida, constatando que esta atingiu seus objetivos, despertando para novas formas de intervenção e práticas pedagógicas. A pesquisa

ainda está em andamento e encontra-se na fase de coleta de dados sobre a terceira turma, que se desenvolveu em 2006-2007. Posteriormente, serão analisados os resultados encontrados neste grupo. Por fim, será realizado um estudo comparativo sobre os três grupos estudados. Até o momento, pôde-se observar que a experiência sicionômica desenvolveu a capacidade dos alunos de fazer uma conexão da teoria estudada com a prática desenvolvida, apontando para uma compreensão mais ampla dos fenômenos envolvidos na experiência grupal, uma consciência mais crítica sobre os processos grupais e uma disposição mais espontâneo-criadora.

**Palavras-chaves:** Socionomia, avaliação da aprendizagem, dinâmica de grupo e relações humanas, psicodrama pedagógico

**Atividade: A atuação da equipe multidisciplinar na primeira vara de crimes de violência contra a mulher do Brasil (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** A atuação da equipe multidisciplinar na primeira vara de crimes de violência contra a mulher do Brasil

**Autor(es):** Eveny da Rocha Teixeira, Riane Conceição de Freitas, Isabella Marinho Bruzdinski Peracchi

**Resumo:** Em 25/01/2007 foram instaladas duas Varas de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, criadas pela Lei nº. 6.920/06 por proposta do TJE/PA. A 23ª. Vara tem competência privativa de crimes do juízo singular e cível por distribuição. A 24ª. Vara é responsável pelos processos de crimes dolosos contra a vida (Tribunal do Júri), ações de divórcio, separação judicial e dissolução de união estável e cível, também por distribuição. Essa iniciativa é pioneira no país na adoção das disposições resultantes da Lei Federal nº 11.340/06, que ficou conhecida como "Lei Maria da Penha", por ter sido inspirada na ocorrência que envolveu uma bio-farmacêutica de mesmo nome, submetida pelo marido, um professor universitário, a violências físicas e psicológicas. A "Lei Maria da Penha", promulgada em agosto de 2006 e que entrou em vigor em 22 de setembro deste mesmo ano, criou mecanismos para coibir e prevenir violência doméstica e familiar contra a mulher, de que trata o artigo 8º do artigo 226 da Constituição Federal e as diversas convenções internacionais e outros tratados de que o Brasil também é signatário, destacando-se a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher – “Convenção de Belém do Pará” (1994). As Varas instaladas contam com uma equipe multidisciplinar integrada por profissionais especializados nas áreas psicológica, pedagógica e de assistência social, conforme prevê a Lei. Tal equipe é responsável por fornecer subsídios por escrito ao juiz mediante laudos ou verbalmente em audiência. Para atender a tal demanda, realizam entrevistas com a mulher e filhos, se houver, buscando atendê-los com uma postura acolhedora, resolutiva e humana. Nestas entrevistas, o foco principal recai sobre a identificação de ocorrências dos diversos tipos de violência, seja ela física e sexual, a violência psicológica, que ocorre quando o agressor tenta controlar as ações da mulher, seus comportamentos, crenças e decisões por meio de ameaças, humilhação, isolamento e outros meios; a violência patrimonial, que ocorre quando a vítima perde bens, valores ou recursos econômicos por coação, chantagem ou manipulação; e o assédio moral, quando a vítima sofre repetitivamente atos de humilhação, desqualificação ou ridicularização. Vale ressaltar que a “Lei Maria da Penha” pretende dar conta da violência ocorrida dentro da família ou unidade doméstica, ou em qualquer outra relação interpessoal em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher, o que compreende também relacionamentos homo afetivos. Esta Lei também resguarda o direito da mulher vítima de violência ocorrida na comunidade que seja perpetrada por qualquer pessoa, seja crime de violação, tortura, maus tratos de pessoas, tráfico de mulheres, prostituição forçada, seqüestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimento de saúde ou qualquer outro lugar e que seja perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra. A fim de validar a experiência da mulher agredida, proporcionou-se um ambiente que lhe resguarda a privacidade, sem a presença de pessoas que possam inibir a

vítima, espaço de escuta individualizada no qual são contextualizados os seus aspectos sócio-culturais, históricos e econômicos. Na avaliação psicológica, são avaliados os sentimentos predominantes (medo, angústia, tristeza, culpa, revolta), o grau de desorganização da vida social (impacto da violência vivenciada no trabalho, nas relações familiares e sociais), a saúde desta mulher (inclusive identificando se há necessidade de encaminhamento para atendimento psiquiátrico). Se por um lado, esta escuta tem o cuidado de respeitar a autonomia da mulher a e evitar a revitimização e o discurso moralista/culpabilizante, por outro também prevê a escuta do agente de agressão, com vistas a elaborar um estudo de caso isento de julgamento ou preconceitos, posto que o fundamental é a garantia de direitos de todos os envolvidos. Dada a dimensão pedagógica do atendimento multidisciplinar no âmbito jurídico, estas entrevistas configuram-se como ocasião para o desenvolvimento de trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltadas para a ofendida, o agressor e os familiares, com especial atenção às crianças e aos adolescentes. Para tanto, foram buscados os programas municipais de assistência social, tanto de média quanto de alta complexidade, a saber, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social e o Albergue Emanuelle Rendeiro Diniz, respectivamente, que acolhem e dão suporte às mulheres vítimas de violência em Belém, bem como o Pró-Paz Integrado “Santa Casa de Misericórdia do Pará”, um programa de proteção social do governo do Estado que presta atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Outras alternativas ainda estão sendo buscadas, como programas de geração de renda e capacitação, que visem o empoderamento feminino (“empowerment”).

**Palavras-chaves:** psicologia jurídica, equipe multidisciplinar, violência contra a mulher

**Atividade:** Pressão Psicológica X **Rendimento:** dados de um experimento.  
**(Paineis)**

**Trabalho:** Pressão Psicológica X Rendimento: dados de um experimento.

**Autor(es):** Hugo Marcus Aguiar de Melo Rodrigues, Jivago Barbalho de Macedo, Raquel Ramos Campos, Stéfano Antognoni Rosso Nelson Francisco Antunes

**Resumo:** O trabalho a que este resumo se refere é fruto de uma atividade desenvolvida para disciplina de Psicologia Geral e Experimental no primeiro semestre do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no mês de maio do ano de 2006. Consiste num experimento conduzido pelo autor e pelos co-autores (na época ingressantes no curso supracitado) em que se tentou avaliar o efeito da “pressão psicológica” na resolução de atividades que demandassem o uso da inteligência do sujeito experimentado. Os sujeitos foram escolhidos randomicamente no universo do Setor de Aulas II da UFRN, com idade entre 18 e 22 anos. A pergunta de pesquisa foi a seguinte: “Há influência da pressão psicológica na resolução de testes que demandem o uso da inteligência?”; com a seguinte hipótese: “Se for exercida pressão psicológica em sujeitos resolvendo exercícios de inteligência, então a expressão de sua inteligência será menor do que àqueles que foram dados tempo livre”. Com isso, foram montados dois grupos (com 6 pessoas cada), aonde o primeiro foi dado o teste com tempo livre para sua resolução (grupo controle) afim de que fosse estabelecido o tempo médio em que essas pessoas concluiriam o teste. No segundo grupo, utilizando o mesmo teste, dissemos-lhe que um grupo anterior havia solucionado todo o teste num determinado período de médio tempo (que, na verdade, era metade do tempo realmente utilizado), e que eles teriam o dobro do tempo (que, na realidade, era a média real do primeiro grupo). Ainda, a cada minuto que se passava, o condutor do experimento dizia faltar X minutos para seu fim, e nos dois últimos minutos, ele dizia a cada 30 segundos. Ao fim do tempo, caso alguém não tivesse concluído o teste, ele seria recolhido e as questões em branco consideradas como erradas. Nas definições operacionais, definimos como expressão da inteligência o número de acertos obtidos por cada grupo, isso porque julgamos que o teste utilizado não era capaz de medir a inteligência dos sujeitos; pressão psicológica como o ato do sujeito condutor do experimento mentir ao dizer ao grupo experimental que o grupo anterior havia resolvido teste em tempo menor e, ainda, ele dizer constantemente

quanto tempo faltava para o fim do teste. Tendo feito isto, os resultados foram processados (foram contados os acertos individuais e coletivos dos grupos, e feito uma média de acertos por grupo) e comparados. Aqui encontramos um resultado surpreendente que contrariou a nossa hipótese de pesquisa original. Por fim, elaboramos uma fórmula para calcular o rendimento de cada grupo, aonde outra surpresa foi constatada. Como ponto final, apontamos algumas implicações sociais e éticas que este experimento pode provocar. Apesar dos dados serem bastante iniciais e o experimento ter sido conduzido por uma equipe de estudantes de psicologia, ele aponta, sem dúvida alguma, a necessidade de um olhar mais comprometido com a questão das pressões do dia-a-dia no desenvolvimento de nossas atividades.

**Palavras-chaves:** Pressão Psicológica, Inteligência, Teste

**Atividade:** VIOLÊNCIA CONJUGAL  
(Paineis)

**Trabalho:** VIOLÊNCIA CONJUGAL: PERPETUAÇÃO DE PADRÕES COMPORTAMENTAIS ADQUIRIDOS E SUA RELAÇÃO COM A ESCOLHA DO PARCEIRO

**Autor(es):** Rui de Moraes Júnior, Eduarla Resende Videira, Tânia Mendonça Marques, Tatiane Gouveia Miranda

**Resumo:** A violência contra a mulher é muito mais freqüente e presente do que, em geral, se pensa. E se este processo permanece encoberto e oculto é porque uma série de variáveis intervêm desfavoravelmente entre o momento da agressão e o da denúncia. Entre estes fatores encontramos a ineficácia do poder judiciário, que não pune adequadamente os agressores, a representação social negativa da mulher que denuncia o marido, a dependência econômica, o medo oriundo da intimidação do agressor, o desejo de preservar a família e sentimentos incondicionais de “amor”, mesmo perante cenas de violência. É sobre este último aspecto que iremos nos atentar. Quais são estes sentimentos, crenças, cognições e comportamentos que a mulher adquire durante a vida e influenciam na manutenção de uma relação em que ela é violentada? Por que eles perduram após as agressões? E qual a relação do histórico familiar nesse processo? Com este fim, para responder à estas questões e, assim, esclarecer os aspectos psicológicos da violência conjugal, e, ao mesmo tempo, explicitá-lo como um fenômeno social muito presente em nossa sociedade, que necessita de entendimento e atenção, este trabalho foi desenvolvido. Para isto, além de nos embasar em uma literatura específica, ao se levantar o referencial teórico, foi realizado um trabalho de prática na Delegacia da Mulher de Uberlândia, que consistiu em participar de um plantão para acolher as mulheres que se encaminham até lá para prestar queixa contra o agressor. Neste local, uma espécie de regularidade no depoimento das mulheres atendidas chama a atenção. Esta regularidade, em grande medida, está relacionada aos padrões comportamentais adquiridos pela mulher durante a infância e juventude no seio familiar. Certas características delineiam este tipo de mulher: em geral vêm de lares desajustados e são superatenciosas (principalmente com homens carentes e ao tipo familiar mais inacessível). É normal fazerem qualquer coisa para impedir o fim do relacionamento, com medo de serem abandonadas pelo parceiro, pelo qual fazem tudo para ajudar, bem como depositam neste esperança e paciência, tentando-o agradar cada vez mais. Comumente arcam com responsabilidades e culpa do relacionamento, têm a auto-estima baixa, são controladoras, fantasiam o relacionamento ideal e são dependente de homens e sofrimento. Também tendem a ser viciadas e depressivas e acham homens estáveis, gentis e seguros enfadonhos. Estes traços de personalidades, em geral, são adquiridos por contingências ambientais de lares desajustados. Então, a preferência por homens desequilibrados são explicados pela sensação de sentir-se bem, que esse tipo de mulher tem, com pessoas que oferecem vivências disfuncionais de relacionamento próximo ao que ela viveu na infância. Quanto mais próximo, maior a dor oriunda da infância e maior a vontade de dominar essa dor na fase adulta e de superar padrões dolorosos do passado. As mulheres que provém de família desajustada, são mais atraídas por homens que as fazem entrar nessa situação desafiadora, de

combater novamente os mesmos sentimentos de que lutaram em casa. E como não obtiveram êxito em casa, têm a crença de que a chave da felicidade está na mudança do parceiro, e vivem em função do potencial de homem e não percebem o real companheiro. Por isso é tão difícil para elas terminarem um relacionamento ruim, porque ele revive mais conflitos da infância. Para ilustrar a temática abordada pelo trabalho foi escolhido o relato de uma mulher, de 44 anos, residente em Uberlândia, que foi acolhida na Delegacia da Mulher. A pesquisa é classificada como básica, do ponto de vista de sua natureza, qualitativa, quanto à abordagem do problema. Ainda é descritiva, quanto a seus objetivos e de levantamento quanto a seus procedimentos técnicos. A catalogação dos dados de campo foi possível por meio uma entrevista não-estruturada, por meio da qual foram feitas perguntas que tinham por intuito identificar o sujeito e questionar sobre sua busca de ajuda, a origem e desenvolvimento da relação do namoro, bem como a origem dos conflitos no relacionamento, os problemas na família de origem, além de fazer uma avaliação de responsabilidades. A entrevista vai de encontro ao que preconiza a teoria estudada, ao destacar o papel da família de origem e perpetuação das atuais atitudes e padrões comportamentais das mulheres agredidas que se mantém na relação conjugal. histórico de contingências familiar. Assim, concluímos a pesquisa ao verificar a importância das contingências familiares. Porém, há de se salientar que nem todas as mulheres que sofrem ou sofreram agressões por parte dos parceiros vieram de um lar desajustado. Portanto a supervalorização da criação familiar não abrange todas as facetas da temática, pois, se tratando do ser humano, vários são os fatores que se somam para que o relacionamento nocivo aconteça.

**Palavras-chaves:** violência contra a mulher, agressão conjugal, acolhimento à mulheres agredidas

**Atividade: PERSONALIDADE:  
(Mesas Redondas)**

**Trabalho:** O Estudo da Personalidade numa Perspectiva Evolucionista.

**Autor(es):** Claudio Simon Hutz, Silvio José Lemos Vasconcellos

**Resumo:** O conceito de personalidade é amplo e inexistente uma definição consensual. Porém, basicamente personalidade se refere a traços e características que caracterizam o indivíduo na vida cotidiana e, por serem relativamente estáveis, tornam seu comportamento previsível. O presente trabalho descreve alguns avanços na compreensão da personalidade decorrentes dos avanços da Psicologia Evolucionista especialmente em função de duas revoluções científicas ocorridas nas últimas décadas: a revolução cognitiva e o desenvolvimento de um amplo conjunto de teorias que se agrupam em torno da perspectiva neodarwinista e que vão muito além de uma revisão dos achados da Sociobiologia, investigando uma série de mecanismos mentais a partir das suas bases filogenéticas. Para os psicólogos evolucionistas, uma determinada tendência psíquica pode ser explicada com base em algoritmos que operam dentro de um caráter modular em nosso cérebro e cuja sofisticação apresenta-se como o resultado de pressões seletivas. Esse enfoque permite o estudo sistemático de estratégias comportamentais estáveis, resultantes ou pelo menos fortemente influenciadas pelo processo evolutivo e, conseqüentemente, permite rever teorias da personalidade sob um novo enfoque epistemológico. Dentro dessa concepção, não há uma ênfase no determinismo genético, mas sim em predisposições que respondem aos diferentes tipos de ambiente nos quais o homo sapiens evoluiu. Em termos mais específicos, este trabalho aborda algumas convergências das teorias fatoriais de personalidade com os pressupostos evolucionistas, sendo a interface entre o Modelo dos Cinco Grandes Fatores da personalidade (Big-5) com a moderna psicologia evolucionista o principal eixo de análise desta apresentação. O estudo de questões relacionadas ao desenvolvimento da personalidade tem demonstrado o caráter adaptativo de perceber e organizar informações sobre as tendências comportamentais dos indivíduos com os quais interagimos a partir de cinco dimensões básicas. Estaremos revendo as proposições e achados de alguns pesquisadores e teóricos da área, como David Buss, Lewis Goldberg, Daniel Cervone, entre outros. Enfocaremos especialmente a hipótese léxica que fundamenta e justifica a proposição básica das teorias fatoriais da personalidade de procurar a descrição de traços na linguagem e uma possível explicação



proposta por Goldberg para a universalidade do Modelo dos Cinco Grandes Fatores. David Buss afirmou que teorias da personalidade que não se mostrarem consistentes com princípios evolutivos terão pouca ou nenhuma chance de estarem corretas. O Modelo dos Cinco Grandes Fatores, cujas origens remontam ao início do século passado, permite, ainda que incipientemente, uma compreensão de como o desenvolvimento da personalidade foi afetado por pressões evolutivas, considerando o caráter adaptativo dos conjuntos de traços em cada um dos cinco fatores.

**Palavras-chaves:** Psicologia Evolucionista;,Personalidade;,Modelo dos Cinco Fatores

**Trabalho:**Estilos de apego em diferentes contextos sócio-afetivos analisados como estratégias adaptativas de desenvolvimento

**Autor(es):** Vera Silvia Raad Bussab, Maria Lucia Seidl de Moura, Carla Cristina Kawanami, Isabella Bertelli Cabral dos Santos

**Resumo:** O objetivo do presente trabalho é analisar características do desenvolvimento inicial da vinculação afetiva humana, aplicando a perspectiva evolucionista e colocando em foco as questões relacionadas à natureza e à cultura. Desde o estabelecimento da teoria de apego por John Bowlby e Mary Ainsworth, em meados do século passado (1969, Apego, SP: Martins Fontes), constatou-se forte predisposição natural humana para a formação do apego, entendido como um impulso primário, assim como tendência para o desenvolvimento de estilos específicos de apego, como seguro, ansioso ou evitador, em função das características das interações sociais vivenciadas durante o primeiro ano. A aplicação dos níveis de análise da evolução e da função adaptativa, característicos da perspectiva evolucionista, tem permitido a compreensão do valor adaptativo da formação da ligação afetiva em si mesma e também o entendimento do valor adaptativo dos diferentes estilos de apego, definidos como seguros ou inseguros. Essa análise permite reconhecer que os estilos representam estratégias de ajustamento a condições específicas de criação, mediadas pela sensibilidade interacional e pelas características dos cuidadores. Essas constatações colocam-nos diante de um primeiro nível de integração e inter-determinação entre as propensões naturais e os efeitos da experiência: 1- existe uma predisposição básica para a vinculação, reconhecível no sistema motivacional, emocional e comportamental desde o nascimento; 2- a formação do vínculo requer experiência de regulação interacional recíproca continuada; 3- as peculiaridades de cada estilo de vinculação são ajustadas às condições de criação. Ampliando-se a lente de análise para o grupo social, constata-se que o contexto sócio-afetivo presente no modo de vida em que a criança e os seus cuidadores estão inseridos também se constitui num fator determinante das vinculações que efetivamente se desenvolvem. A formação de relações significativas é acompanhada intrinsecamente da constituição de uma matriz social primária e tem sido reconhecida como a tarefa essencial do desenvolvimento inicial. Experiências precoces com cuidadores primários se refletem na estruturação psicológica da criança e têm conseqüências no desenvolvimento subsequente e nas demais etapas – como auto-reconhecimento e auto-regulação. Ao mesmo tempo em que são reconhecidos estilos individuais de apego, em termos de confiança, ansiedade e intimidade, também são reconhecidos tipos de apego e de matriz social primária, em função do tipo de organização sócio-afetiva predominante. No presente trabalho pretende-se refletir sobre a importância das características do contexto cultural no desenvolvimento do apego, com base nos estudos comparativos inter-culturais, como os realizados por Heidi Keller (2006, Cultures of Infancy), e nas considerações teóricas sobre relações entre cultura e apego, desenvolvidas pela Psicologia Evolucionista. Bebês das mais diferentes culturas são semelhantes quanto às predisposições para a interação social. Expressam comportamentos de apego desde o nascimento: choram na separação e expressam emoções positivas, como sorriso e vocalização, quando estabelecem contato de olhar ou estão em proximidade da figura de apego. Experiências sociais predominantes ou significativas ficam representadas nos esquemas perceptuais e motores que formam a estrutura básica do self. As experiências precoces imprimem vias de desenvolvimento e criam lentes de organização. Em seu extenso trabalho

comparativo do desenvolvimento infantil em diferentes culturas, Heidi Keller definiu sistemas de cuidados parentais, que embora universais apresentam-se em proporção diferente nas diversas culturas, constituindo desse modo padrões de criação, desde os típicos das sociedades tradicionais dos caçadores coletores, até os característicos da vida urbana contemporânea. Cada um desses sistemas está associado a um aspecto do cuidado e a desenvolvimentos psicológicos específicos; diferenças no conjunto de cuidados produzem diferenças no desenvolvimento do padrão e da matriz social: 1- sistema de cuidados primários, alimentação, conforto e higiene, ligado ao desenvolvimento de confiança e intimidade; 2- de contato corporal, colo e contato físico, ligado ao sentimento de pertencer ao grupo; 3- de estimulação corporal- por em pé, exercitar - associado à percepção corporal ; 4- de interesse por objetos, atenção conjunta e atividades de exploração; 5- de trocas face a face, ligado à comunicação e à calorosidade; 6-do envelope narrativo, referente ao papel da linguagem dos cuidadores primários na construção do self. As culturas tradicionais dão mais ênfase aos 3 primeiros – e ao modo de atenção compartilhada (exclusiva nas contemporâneas). O conjunto de informações contribui para uma nova compreensão dos efeitos da cultura, anteriormente entendida como uma variável independente, e que passa a ser concebida como um contexto complexo que envolve processos psicológicos, sociais e ecológicos. Conforme salientado por Keller, a questão básica da dicotomia natureza e cultura pode ser então recolocada em termos de como emergem invariantes e variantes interculturais a partir de origens biológicas comuns em interação com o ambiente ecocultural no desenvolvimento. É difícil conceber uma teoria de apego sem considerar componentes de contexto, assim como sem levar em conta uma perspectiva universalista; as próprias peculiaridades ganham um caráter universal. Diferentes estratégias são usadas frente aos vários desafios, o que permite uma adaptação às mudanças dinâmicas do ambiente e aos limites impostos pelos diferentes nichos.

**Palavras-chaves:** Psicologia Evolucionista, Estilos de apego, Natureza e cultura, Estratégias adaptativas

**Trabalho:** Estilos de apego e bem-estar psicológico em adolescentes: influência de etnia (oriental vs. Ocidental) e sexo

**Autor(es):** Ernesto René Sang, Altay Alves Lino de Souza, Emma Otta

**Resumo:** A Psicologia Evolucionista considera que o desenvolvimento constitui a interface entre a biologia e a cultura e, nesta perspectiva, Greenfield e Keller (2003: Annual Review of Psychology, 54, 461-490) distinguem dois caminhos culturais distintos – da independência e da interdependência – a partir dos quais se dão as tarefas universais do desenvolvimento (formação de relação, aquisição de conhecimento e equilíbrio entre autonomia e vinculação). Este referencial teórico nos conduziu a uma releitura dos estudos sobre apego e à conclusão de que se baseiam numa psicologia do desenvolvimento profundamente enraizada no modelo individualista do ocidente sobre o que consideram o desenvolvimento adequado. Por exemplo, o apego seguro não é simplesmente uma categoria de comportamento, ele é também um ideal moral, na medida em que propõe um caminho para o desenvolvimento de qualidades culturalmente valorizadas como a auto-confiança, a curiosidade e, a independência psicológica. Foi também a partir deste referencial teórico que planejamos e realizamos uma pesquisa visando caracterizar adolescentes com base em questionários para avaliação de estilos de apego, inventário de apego a pais e amigos (IPPA) e escalas psiquiátricas para sinais de depressão (CESD) e esquivia social (EEDS) em função de etnia oriental e ocidental e sexo. A amostra foi composta por 328 participantes (203 do sexo masculino e 125 do sexo feminino) com idade média de 15 anos, dos quais 101 tinham pais de origem oriental (chinesa, japonesa ou coreana) e 227, de origem ocidental. O teste de Análise de Correspondência (ANACOR) revelou diferentes perfis em função da etnia. Etnia Oriental caracterizou-se por modelo de si negativo, estilo de apego preocupado ou medroso, distanciamento dos amigos, enquanto Etnia Ocidental caracterizou-se por modelo de si positivo, estilo de apego seguro ou rejeitador. Adicionando-se a variável sexo na ANACOR emergiram os seguintes padrões: Perfil Oriental Masculino: estilo de apego medroso ou rejeitador, comunicativos com os amigos, traços fóbicos; Perfil Oriental

Feminino: estilo de apego preocupado ou medroso, comunicativos com os pais, traços depressivos; Perfil Ocidental Masculino: estilo de apego seguro; Perfil Ocidental Feminino: estilo de apego seguro ou rejeitador, distanciamento dos pais e dos amigos. As diferenças verificadas em relação à origem étnica sugerem a importância que o fator cultural imprime no desenvolvimento do modelo de self e modelo do outro e, portanto, na qualidade do relacionamento de apego apresentada pelos adolescentes, afetando de maneira diferenciada seu ajustamento social em função, também, do gênero. Subjacente a estas diferenças pode estar a valorização da interdependência na cultura oriental em contraste com a valorização da independência na cultura ocidental. Nesse sentido, parece importante pensar que talvez a classificação dos estilos de apego precise ser revista levando em conta as diferenças culturais no âmbito da relação pais-filhos.

**Palavras-chaves:** Psicologia Evolucionista, Adolescentes;, Etnia oriental e ocidental;, Estilos de apego, Contexto cultural

**Atividade: EFEITO DO CLORETO DE LÍTIO (LiCl) SOBRE A RESPOSTA DE ATENÇÃO ATRAVÉS DO MODELO DE INIBIÇÃO LATENTE: CURVA DOSE-RESPOSTA EM RATOS ADULTOS. (Paineis)**

**Trabalho: EFEITO DO CLORETO DE LÍTIO (LiCl) SOBRE A RESPOSTA DE ATENÇÃO ATRAVÉS DO MODELO DE INIBIÇÃO LATENTE: CURVA DOSE-RESPOSTA EM RATOS ADULTOS.**

**Autor(es):** Elís Cavalcanti de Almeida Monteiro, Lianny Melo, Márlison Aguiar, Rubem Guedes, Cilene Alves

**Resumo:** A inibição latente (LI) é um modelo experimental que tem como base o estudo da atenção, que tem como base o fato de que a pré-exposição repetida de um estímulo neutro dificulta um condicionamento posterior quando esse estímulo tem função de estímulo condicionado (CS). O procedimento de Aversão Gustativa Condicionada (CTA, do inglês, Conditioned Taste Aversion) vem ganhando importância no estudo experimental da atenção no modelo de LI. Na CTA, a resposta de atenção é medida através da preferência a água açucarada após o pareamento do estímulo neutro (solução de sacarose a 5%) com uma injeção, ip., de LiCl (US- estímulo aversivo). O objetivo deste trabalho foi obter uma curva dose-resposta do efeito do LiCl sobre o comportamento de atenção, através do modelo de LI, utilizando o procedimento da CTA, em ratos adultos. Metodologia: Ratos Wistar, machos (n=80), com 75-85 dias de vida, foram divididos em 4 grupos experimentais de acordo com a dose de LiCl (25, 50, 70, 100 mg/kg), utilizada na LI. Em seguida, sob restrição de água, foram subdivididos e submetidos a: a) três dias de Pré-exposição a uma solução de sacarose a 5% (grupo PE) ou a água (grupo NPE); b) Condicionamento (4º dia): pareamento solução de sacarose – injeção de LiCl; c) Teste (5º dia): efeito do LiCl sobre o consumo de solução de glicose. O LiCl foi administrado, ip., logo após o término do Condicionamento. Resultados: A ANOVA 2X4 revelou efeito significativo da condição de exposição (PE e NPE -  $F(1,72)=81,914$ ,  $p<0,001$ ); da condição de droga (LiCl) ( $F(1,72)=24,841$ ,  $p<0,001$ ) e da condição de interação exposição e droga ( $F(1,72)=28,072$ ,  $p<0,001$ ). O teste post hoc de Duncan demonstrou efeito, claramente, da LI (PE>NPE) nos animais que receberam LiCl nas doses de 70 (X+EP: PE=0,72+0,08 e NPE+=0,14+0,03) e 100 mg/kg (X+EP: PE=0,82+0,02 e NPE+=0,17+0,03). Discussão: Este experimento: (1) não demonstrou efeito da LI nos animais do grupo administrado com 25 mg/kg de LiCl; (2) na dose de 50 mg/kg de LiCl, a inspeção dos dados, revelou uma tendência à diferença entre os grupos PE e NPE (X+EP: PE=0,65+0,08 e NPE+=0,41+0,08, NS) e (3) nas doses de 70 e 100 mg/kg de LiCl foi verificado efeito da LI (PE>NPE). Conclusão: Os resultados descrevem uma curva dose-resposta do LiCl no modelo de LI, sugerindo que a resposta de atenção, medida através desse modelo comportamental, é diretamente proporcional à intensidade do estímulo aversivo (US) utilizado no procedimento da CTA. Apoio Financeiro: PIBIC/ UFPE/CNPq/FACEPE.

**Palavras-chaves:** Curva dose-resposta, Modelo Comportamental de Atenção, Aversão Gustativa Condicionada, Inibição Latente, Estímulo Incondicionado

**Atividade: PesquisAÇÃO em Assistência Social: conhecer para transformar (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** PesquisAÇÃO em Assistência Social: conhecer para transformar

**Autor(es):** Aline Brandão Siqueira, Andréa Jean Silva Lins Lins, Lúcia Miriam da Silva Rodrigues, Karem Pollyana Pereira N. de Barros, Cristiane Rodrigues Martins

**Resumo:** O Programa de PesquisAÇÃO em Assistência Social é desenvolvido na cidade de Caruaru-PE, desdobrou-se da disciplina – Saúde Mental – ministrada no curso de Psicologia da Faculdade do Vale do Ipojuca – FAVIP. Atua em determinadas regiões consideradas setores de risco ou de vulnerabilidade social, atende a uma clientela desprovida dos mínimos sociais, de moradia adequada, educação de qualidade, emprego, família estruturada, são crianças, adolescentes, adultos e idosos que convivem diariamente com a pobreza, a violência, o uso abusivo de drogas e outras substâncias prejudiciais à saúde. Esse quadro de desestrutura biopsicossocial marca essa realidade e tantas outras em nosso país, o diferencial é a mobilização, seja ela pública ou privada, no sentido de minimizar esse sofrimento que assola essa população. Foi pensando em oportunizar uma melhoria na qualidade de vida dessas pessoas que surgiu a iniciativa desse Programa, que tem por objetivo a promoção de saúde e o resgate da cidadania. O grupo de estudos, pesquisa e extensão funciona com o seguinte formato: a partir de discussões teórico-metodológicas, com reuniões semanais; e com a fase empírica, que foi viabilizada graças a uma parceria com a Secretaria de Ação Social do município que possibilitou aos alunos envolvidos no projeto o aprendizado e a atuação nos Centros de Referência e Assistência Social – CRAS. O CRAS é um serviço público, atende aproximadamente 1.000 famílias por território, está localizado em áreas de vulnerabilidade social, executa serviços de proteção social básica, com famílias e indivíduos em seu contexto, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário, busca a reinserção e/ou inclusão social (PNAS, 2004). Nos CRAS são desenvolvidas atividades para todo o núcleo familiar, com suporte/escuta psicológica, orientação sexual, grupos operativos e terapêuticos, visitas domiciliares, centros de convivência para idosos, serviços sócio-educativos para crianças e adolescentes. O Programa também atua em uma ONG local direcionada para crianças, adultos e idosos que também se encontram em situação de vulnerabilidade social, dispõe de uma equipe multiprofissional, com atividades de educação infantil, atividades extra-curriculares para crianças matriculadas obrigatoriamente em escolas do ensino regular, com oficinas de música, de dança, teatro, atividades circenses, artes em pintura e artesanato, ginástica, arte culinária, marcenaria, plantio de horta e atividades lúdicas. Com o grupo de idosos são desenvolvidas atividades de dança, ginástica, banda de pifanos, coral, pintura, bordados e alfabetização para adultos. A ONG dispõe ainda do serviço de família substituta. Temos consciência da responsabilidade e do desafio que é essa parceria, mas cabe aqui ressaltar que o projeto vem colhendo bons frutos e possibilitando o conhecimento, o crescimento pessoal e profissional do alunado envolvido e principalmente transformando a qualidade de vida e promovendo a saúde dos atores sociais assistidos por essa iniciativa, fazendo acontecer...

**Palavras-chaves:** Promoção de Saúde, Qualidade de Vida, Vulnerabilidade Social, PesquisAÇÃO

**Atividade: MOTIVAÇÃO À PRÁTICA REGULAR DE ATIVIDADES FÍSICAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** MOTIVAÇÃO À PRÁTICA REGULAR DE ATIVIDADES FÍSICAS: UMA REVISÃO DE

## LITERATURA

**Autor(es):** Marina Pereira Gonçalves,Joao Carlos Alchieri

**Resumo:** A prática de atividades físicas regulares é imprescindível para aqueles que pretendem adotar hábitos saudáveis de vida. A atividade física diz respeito a todo movimento corporal produzido pela musculatura esquelética, que resulte em um gasto energético maior do que os níveis de repouso. Enquanto que o exercício diz respeito a uma atividade física planejada, estruturada e repetitiva que tem por objetivo a melhoria e a manutenção da aptidão física. Já os esportes são caracterizados como um sistema ordenado de práticas corporais de relativa complexidade que envolve atividades de competição institucionalmente regulamentada, praticadas conforme métodos próprios, em equipe ou individualmente. Porém, tanto os exercícios, quanto os esportes, são considerados subcategorias ou tipos de atividade física. Cabe ressaltar, que independente do tipo de atividade física desenvolvida, a mesma deve ser realizada regularmente e orientada para se obterem benefícios. Um dos principais desafios dos profissionais envolvidos com a atividade física é fazer com que pessoas sedentárias se tornem indivíduos fisicamente ativos, pois o número de indivíduos sedentários ainda é um problema grave que os órgãos responsáveis pela saúde pública têm enfrentado em todo o mundo. O sedentarismo, caracterizado pela ausência de atividade física regular, atualmente é considerado tão prejudicial à saúde quanto qualquer outro tipo de doença. Diante desta problemática, identificar e compreender acerca da motivação e da permanência das pessoas à prática de atividades físicas regulares torna-se necessário. Segundo Weinberg e Gould (1995), pessoas são motivadas por diferentes razões para praticar atividade física (AF), mas um ponto importante que as faz iniciar um programa é o conhecimento de seus diversos benefícios. Tanto aqueles fisiológicos quanto psicológicos podem ser mencionados para persuadir pessoas sedentárias a iniciar um programa. Andreotti e Okuma (2003), ao buscar identificar o perfil sócio-demográfico de indivíduos idosos que iniciavam a prática de atividade física, verificaram que as principais razões para a adesão inicial em um programa de atividade física foram: indicação de amigos, crença nos benefícios da AF para saúde, indicação médica e busca de convívio social. Pesquisas acerca da motivação à prática de atividades físicas, enfocam aspectos diferenciados do mesmo fenômeno. Por exemplo, Lindner e Kerr (2000) identificaram que um fator crucial o qual tem afetado a participação das pessoas nas atividades físicas tem sido determinar a sua orientação motivacional, que diz respeito às diferenças individuais em comportamentos participativos ligados a aspectos da motivação, tais como uma forte orientação intrínseca do indivíduo mais do que uma recompensa extrínseca. Cousins e Gill (2004) partiram do chamado self-talk, uma conversa interna na qual o indivíduo pratica consigo mesmo interpretando sentimentos e percepções. O self-talk é utilizado pelas pessoas não apenas para iniciar à prática de atividades físicas, mas, sobretudo, também é utilizado durante os exercícios, com pensamentos reforçadores, geralmente na segunda pessoa, como por exemplo, "Você faz 12 destes, você consegue". Fallon, Hausenblas e Nigg (2005), utilizaram o modelo transteórico de mudança de comportamento para compreender a motivação à prática de atividades físicas, tal modelo vê a mudança como um processo dinâmico em que as atitudes, decisões e ações evoluem através de diferentes estágios durante um período de tempo. De acordo com este modelo, estratégias diferentes devem ser usadas para persuadir as pessoas a refletirem sobre a mudança e então motivá-las a agir. Diante do exposto, percebe-se que a motivação à prática de atividades físicas pode ser compreendida sob diferentes modelos teóricos, de modo que se sugere o desenvolvimento de futuros estudos enfocando uma ou outra perspectiva teórica, com a finalidade de melhor compreender este fenômeno, bem como viabilizar possíveis estratégias de intervenção junto à população sedentária.

**Palavras-chaves:** motivação,atividade física,revisão de literatura

**Atividade: Atividades de Contação de Histórias (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Atividades de Contação de Histórias: sua contribuição para o processo de hospitalização infantil.

**Autor(es):** Priscilla Cristhina Bezerra de Araújo, Luciana Carla Barbosa de Oliveira, Camomila Lira Ferreira, Aline Francisca de Oliveira, Tabita Moreira, Eulalia Maria Chaves Maia

**Resumo:** A hospitalização infantil acarreta uma série de mudanças na vida da criança. Esta, ao ser internada, é restringida do seu ambiente familiar, de seus amigos, do contexto escolar e de seus objetos pessoais, perdendo assim grande parte de suas referências. Além disso, a criança hospitalizada está diretamente implicada com a dor, a limitação física e a passividade, emergindo assim medos, sentimentos de insegurança e culpa dentre outros. É na infância que o brincar exerce um papel fundamental para a criança. É através dos brinquedos e das brincadeiras que o indivíduo, na fase infantil, expõe seus sentimentos, suas preferências, seus receios, seus hábitos, suas fantasias e suas vivências. A brincadeira do faz de conta favorece tanto a separação, como a união dos aspectos do mundo imaginário com os do mundo real. Além disso, através da leitura, pode-se trabalhar as funções pedagógicas e terapêuticas com a criança. Sendo assim, considerando os aspectos supracitados, a ludoterapia (a terapia através do brincar) no hospital se torna uma técnica de extrema valia, contribuindo como elemento facilitador para superação dos possíveis efeitos negativos desta hospitalização, buscando ampliar a socialização, aprendizagem, expressão e desenvolvimento infantil. Diante do exposto, observou-se a necessidade de realizar uma atividade de Extensão Universitária nas enfermarias do Hospital de Pediatria Professor Heriberto Bezerra (HOSPED) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Tal projeto contou como recurso principal a contação de histórias, a fim de propiciar momentos de lazer e de entretenimento às crianças do ambiente hospitalar, minimizar o sofrimento inerente ao processo de hospitalização e de adoecimento, e, conseqüentemente, proporcionar o favorecimento do estado emocional geral e quadro clínico do paciente. Dentre as atividades realizadas, tem-se a leitura com elaboração ou continuidade de histórias e contos de fadas, dedoches, fantoches, leitura individual e grupal, desenhos temáticos, painéis coletivos, entre outras. A execução dessas atividades ocorreu na brinquedoteca hospitalar do HOSPED, localizada no setor das enfermarias, ou nos próprios leitos (no caso de crianças com impossibilidade de se dirigir a tal espaço). Todas as atividades de contação de histórias foram previamente selecionadas, cujos temas podiam ser livres ou dirigidos ao quadro clínico e ao estado emocional do paciente e seu acompanhante. Com a realização diária das atividades citadas, pode-se observar através dos relatos e comportamentos: a redução do sofrimento proveniente do processo de adoecimento e de hospitalização; a maior aceitação dos medicamentos e de procedimentos invasivos; a compreensão da doença e suas conseqüências; a melhora da auto-estima; a curiosidade e interesse pela leitura; o estabelecimento de um ambiente confortável, acolhedor e descontraído; uma melhor relação entre o paciente e sua família, e entre estes e a equipe de saúde. Portanto, verifica-se ser de fundamental importância a contação de histórias em um hospital pediátrico a fim de educar, divertir e conduzir as crianças e seus familiares não só a um mundo de fantasias, mas também desmistificar elementos advindos pelo processo de adoecimento de uma forma atrativa e educativa.

**Palavras-chaves:** Contação de Histórias, Desenvolvimento Infantil, Psicologia da Saúde, Brincar, Hospitalização Infantil

**Atividade: Psicologia Positiva e Resiliência (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** O movimento científico da Psicologia Positiva

**Autor(es):** Simone Paludo

**Resumo:** Esse trabalho tem como principal proposta apresentar e discutir as principais reflexões que a Psicologia Positiva tem propiciado a ciência psicológica. O movimento pela Psicologia

Positiva teve início em 1998, quando o psicólogo Martin Seligman assumiu a presidência da American Psychological Association (APA). Esse movimento emerge como uma tentativa de romper o viés negativo sobre o desenvolvimento humano ao oferecer uma nova abordagem psicológica às potencialidades e virtudes. Historicamente, a ciência psicológica direcionou seus estudos aos aspectos “anormais” e patológicos do comportamento. Inúmeros motivos podem ser apontados a fim de justificar o predomínio desses estudos e a pouca atenção que os aspectos positivos do desenvolvimento e da personalidade humana receberam no passado. Entre eles podem ser destacadas: a compaixão ou a necessidade de ajudar outras pessoas quando essas estão sofrendo, a II Guerra Mundial e as próprias teorias sobre os processos psicológicos, as quais focalizam os eventos negativos. Dessa forma, as pesquisas e o atendimento clínico concentraram-se no “reparo” dos danos e prejuízos provocados pelas patologias, de acordo com um modelo de doença do funcionamento humano. Tais pesquisas focalizadas nos aspectos negativos possibilitaram o reconhecimento das doenças mentais, seus tratamentos e seus prognósticos. Muitos avanços foram possibilitados, no entanto, permitiram um desequilíbrio no conhecimento. Poucos estudos teóricos e empíricos foram realizados sobre os aspectos positivos do desenvolvimento humano. Nesse sentido, o movimento da Psicologia Positiva emerge como o estudo científico dos aspectos virtuosos usuais presentes nos indivíduos. Essa definição demonstra a preocupação central desse movimento – estudar o que é típico, ordinário e usual na maioria dos indivíduos. Compreendem, portanto, os aspectos típicos como aspectos positivos. Esse movimento não implica condenar que o “resto” da psicologia como negativo. Ao contrário, não tem como objetivo negar o que é ruim, o que vai mal ou o que é desagradável na vida dos seres humanos. Reconhece a existência do sofrimento humano, situações de risco e as patologias, entretanto pretende investigar a outra face dessas questões como, por exemplo, a felicidade e o altruísmo. Essa mudança de abordagem oferece novas possibilidades de resposta às antigas questões. Esse movimento pretende contribuir para o florescimento e o funcionamento saudável das pessoas, de grupos e instituições, preocupando-se em fortalecer competências ao invés de corrigir deficiências. É interessante apontar que a Psicologia Positiva está favorecendo uma rápida e complexa produção científica no mundo, rompendo com os ideais epistemológicos vigentes até então. Apesar disso, a Psicologia Positiva ainda não recebeu a devida atenção no Brasil. O número de publicações na área ainda é pequeno, mas indica que a comunidade acadêmica brasileira está despertando para acompanhar os relevantes avanços nessa área. Alguns fenômenos inseridos nessa tendência têm sido destacados na literatura como, por exemplo, a resiliência. Discutir resiliência significa refletir sobre os aspectos saudáveis presentes nos seres humanos. Dessa forma, o presente trabalho pretende discutir os diferentes significados sobre esses fenômenos humanos e ressignificar os contextos nos quais podem ser identificados.

**Palavras-chaves:** Psicologia Positiva, Potencialidades Humanas, História da Psicologia

**Trabalho:** Considerações críticas sobre a construção do conceito de resiliência na Psicologia

**Autor(es):** Maria Angela Mattar Yunes

**Resumo:** O presente trabalho busca refletir sobre a questão da resiliência enquanto um fenômeno que vem sendo recentemente estudado pela Psicologia no Brasil. É importante ressaltar que a resiliência é um construto inserido no movimento da Psicologia Positiva, tendência esta bastante importante nas discussões contemporâneas dos diferentes campos das ciências humanas e sociais e que se propõe a estudar os fenômenos indicativos de vida saudável. A resiliência destaca-se por referir-se a processos que explicam a superação de situações de crises e adversidades. Revisar a construção do conceito de resiliência no campo da Psicologia requer o destaque de pesquisas atuais cujo foco tem sido predominantemente o indivíduo e formam o discurso dos especialistas ou discurso dominante que tem colaborado para naturalizar a resiliência como capacidade ou disposição humana. Mais recentemente, alguns renomados pesquisadores do assunto manifestaram-se a respeito das questões terminológicas defendendo uma posição mediadora no sentido de enfatizar o caráter processual da questão da resiliência. Um segundo foco dos discursos da resiliência tem por base o estudo de processos e percepções através de elementos qualitativos de experiências de vida, compreendidos na ótica sistêmica, ecológica e de desenvolvimento, conforme demonstra a abordagem de Froma Walsh e de Hamilton McCubbin sobre resiliência em famílias. Pode-se dizer que este corpo de

conhecimentos forma um discurso paralelo ou subordinado por estar ainda em construção. Por último, poder-se-ia apontar um terceiro discurso com uma dimensão crítica através do qual os pesquisadores demonstram as dificuldades conceituais e metodológicas do enfeixamento das complexidades do fenômeno da resiliência num mesmo quadro de universalidade. É um discurso que se opõe às substantivações do termo e dá sinais de alerta aos perigos de se cair nas armadilhas de caracterização de "resilientes", "mais resilientes", "menos resilientes" ou qualquer outra proposta de quantificação do construto em discussão. O agrupamento destas reflexões tem nos levado a tratar do construto de resiliência como condição humana que se manifesta por um conjunto de processos ou sistemas que são "possibilitadores do enfrentamento de dificuldades". Tais sistemas e possibilidades podem expressar-se das mais diferentes formas a depender do equilíbrio/desequilíbrio entre as condições de risco e proteção que permeiam a vida e o ecossistema de indivíduos, grupos e comunidades. Assim, além de recomendar cautela na utilização do termo, ressalta-se a importância de se pensar a questão da resiliência em crianças, adolescentes, adultos, idosos, grupos familiares e na comunidade em geral, com o dinamismo apropriado, ou seja, em diferentes camadas sociais, comunidades e culturas. Parece importante ter em mente as controvérsias assinaladas pelos discursos apresentados e, portanto, uma cautelosa investigação de sentido deve ser considerada no uso do termo e na tradução de sua aplicabilidade. Trata-se de um importante construto para ser pesquisado, principalmente num momento histórico e social em que os sentimentos de ameaça e insegurança violentam tanto de forma concreta como abstrata os sistemas de crenças que dirigem as existências humanas. Fica, portanto, o desafio de construção de linhas de pesquisa centradas num conhecimento que justifique os aspectos positivos e saudáveis da natureza humana sem incorrer em classificações ou rotulações ideologicamente determinadas.

**Palavras-chaves:** Resiliência, Psicologia Positiva, Família

**Trabalho:** Pesquisas com adolescentes em situação de risco pessoal e social: Processos de resiliência na formação de redes de apoio

**Autor(es):** Débora Dalbosco Dell`Aglia

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo apresentar e discutir algumas pesquisas desenvolvidas junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Adolescência (NEPA-UFRGS) e ao Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua (CEP-Rua/UFRGS), sobre adolescentes que vivem em abrigos de proteção no RS. Serão enfocadas, mais especificamente, as relações afetivas dos adolescentes com adultos e pares e as redes de apoio social e afetivo neste contexto, a partir dos referenciais teóricos da Psicologia Positiva e da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento. Embora tradicionalmente a literatura apontasse prejuízos ao desenvolvimento de crianças e adolescentes que viviam afastados de seus núcleos familiares, trabalhos mais recentes têm demonstrado que jovens institucionalizados apresentam processos adaptativos, e que as oportunidades oferecidas em uma instituição possibilitam o estabelecimento de vínculos afetivos positivos. Tais mudanças são decorrentes, principalmente, das mudanças propostas pelo ECA, que procuram garantir condições mais adequadas de atendimento nas instituições de abrigo. Entre elas, destaca-se a o direito à convivência familiar e comunitária, que permite que estes adolescentes continuem mantendo vínculos externos aos abrigos. Tendo em vista o afastamento familiar, decorrente da situação de institucionalização, a nova rede de apoio social e afetivo destes adolescentes passa a se constituir através de vínculos estabelecidos com os adultos que trabalham nos abrigos e os demais abrigados, além de colegas de escola e vizinhança. Os resultados dos estudos desenvolvidos têm apontado os adultos, principalmente técnicos dos abrigos, como principal fonte de apoio, indicando a importância destes para o desenvolvimento dos adolescentes institucionalizados. Os dados coletados, a partir das percepções dos adolescentes, demonstram que a instituição tem um significado positivo em suas vidas, por lhes fornecer segurança, caracterizar uma rede de apoio ampla e promover relacionamentos entre pares, além de tentar preservar as relações familiares, tanto com os pais como com irmãos. As possibilidades de formar vínculos afetivos com os cuidadores e demais abrigados, assim como de construir referenciais identificatórios positivos nas instituições, podem ser compreendidas como fatores que contribuem para o desenvolvimento de processos de resiliência frente às situações de risco vivenciadas. Assim, os fatores protetivos, disponibilizados



pelos abrigos, reforçam as características individuais para a ativação de processos de superação e enfrentamento de situações estressantes e/ou traumáticas, através da construção de novas oportunidades que promovem ou beneficiam o estabelecimento e manutenção da auto-estima, da auto-eficácia e de relações de apego. Dessa forma, as relações microsociais positivas e as possibilidades de atividades construtivas no micro e mesossistema da instituição atuam na promoção de saúde e resiliência. Discute-se, ainda, a necessidade de ações direcionadas às equipes das instituições, no sentido de capacitá-las para o trabalho junto a crianças e adolescentes, entendendo a instituição como um espaço de desenvolvimento positivo.

**Palavras-chaves:** Adolescentes, Institucionalização, Resiliência, Psicologia Positiva

**Atividade: Introdução à Psicologia Evolucionista  
(Cursos - 6hs)**

**Trabalho:** Introdução à Psicologia Evolucionista

**Autor(es):** Regina Célia Souza Brito, Eulina de Rocha Lordelo

**Resumo:** A psicologia evolucionista pode ser definida como a psicologia informada pelos conhecimentos da moderna biologia evolucionária. A perspectiva evolucionista está presente como paradigma na maior parte das ciências biológicas, mas também tem uma forte influência em diversos campos relacionados à psicologia, como a antropologia, demografia, economia, direito e filosofia. A psicologia evolucionista tem sido mais identificada com os estudos sobre cognição, a partir da influência crescente do Center for Evolutionary Psychology, da Universidade da Califórnia, dirigido por Leda Cosmides e John Tooby. Entretanto, o rótulo pode ser expandido para acomodar diversos campos de conhecimento, mais tradicionais ou mais recentes, como a etologia, a ecologia evolucionista e a antropologia cultural evolucionista. Nos últimos anos, os pesquisadores da área têm feito um esforço considerável na integração dos diversos campos de conhecimento, unificando ciências naturais e sociais. As realizações desse campo de conhecimento têm se estendido à formulação de teorias e produção de estudos empíricos em praticamente todas as áreas do comportamento, como desenvolvimento humano, relações sociais, dominância, status e hierarquias sociais, desenvolvimento da personalidade, comportamento reprodutivo e parental, cooperação, agressão e psicopatologia, entre outros. No cenário brasileiro, entretanto, permanece uma grande lacuna na integração das teorias psicológicas à perspectiva evolucionária e, embora essa tendência venha sendo revertida pela inclusão dessa disciplina nos novos currículos, permanecem sérios equívocos quanto à natureza dessa perspectiva e suas conseqüências para a visão de homem e das teorias que tentam entendê-lo. Muitos estudantes e profissionais da área da psicologia tendem a pensar nos termos inato versus adquirido como uma oposição, e a avaliar o pensamento evolucionista em psicologia como determinismo biológico e, por conseqüência, a rejeitá-lo como destituído de importância. A partir da atuação de cursos de pós-graduação mantidos por algumas universidades, o interesse por esse campo de conhecimento tem se ampliado consideravelmente, com a instalação e desenvolvimento de vários grupos de pesquisa no país. Desde 2004, com a criação do grupo de Psicologia Evolucionista da ANPEPP, a área tem se tornado um destaque no cenário nacional, com programação substancial em congressos e revistas científicas nacionais e internacionais. Em continuidade a esse esforço de divulgação e abertura da discussão sobre a perspectiva evolucionista em psicologia, o curso visa a fornecer a estudantes e psicólogos informações básicas sobre a Psicologia Evolucionista como campo de conhecimento, em suas origens e desenvolvimentos recentes. O curso está estruturado em três módulos de duas horas cada, cobrindo os seguintes tópicos: origem do pensamento evolucionista e seu impacto nas teorias psicológicas; princípios da teoria evolucionista e conceitos: seleção natural, sexual e comportamento (primeiro módulo); ambiente evolucionário de desenvolvimento e evolução do Homo sapiens; comportamento e mecanismos psicológicos; questões controversas em psicologia evolucionista: o inato versus o adquirido (segundo módulo); tópicos selecionados em psicologia evolucionista: cognição; comportamento reprodutivo e parental e desenvolvimento humano (terceiro módulo). O curso será realizado mediante exposição oral, auxiliada por material visual.

**Palavras-chaves:** psicologia evolucionista, ambiente evolucionário, seleção natural

**Atividade: Psicologia Jurídica:**  
**(Cursos - 6hs)**

**Trabalho:** Psicologia Jurídica: Avanços na Pesquisa e Intervenção

**Autor(es):** Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams, Paula Inez Cunha Gomide

**Resumo:** Por ser uma área de atuação profissional recente o psicólogo, muitas vezes, desconhece a enorme contribuição da psicologia como ciência para o Judiciário. De fato, a psicologia tem uma contribuição inestimável para a análise do comportamento violento ou delituoso, gerando estudos científicos que respaldam a intervenção com vítimas e agressores. O presente curso pretende se apoiar em resultados recentes de pesquisa e na experiência clínica de muitos anos das autoras, de forma a compartilhar o conhecimento que avança a atuação do psicólogo no sistema judiciário, dando respaldo para sua atuação de modo eficaz e apoiado em evidências, dentro de uma perspectiva cognitivo-comportamental. Serão apresentados resultados de pesquisa e intervenção do Laboratório de Análise e Prevenção da Violência (LAPREV), coordenado pela primeira autora, bem como resultados produzidos pelo grupo de pesquisadores liderados pela segunda autora responsável pela elaboração do IEP - Inventário de Estilos Parentais. Pretende-se demonstrar que o psicólogo terá um mercado de trabalho amplo se for capacitado a trabalhar efetivamente no combate e prevenção da violência. O objetivo do curso consiste em: Analisar a literatura recente de diversos tópicos referentes à Psicologia Jurídica. O conteúdo do curso envolverá discussão sobre: Criminologia e inter-relação com a psicologia (psicopatia e parricídio); o conceito de Violência e de violência intrafamiliar (definição, fatos, mitos, a extensão do problema e pressupostos do trabalho); Abuso sexual infantil (diagnóstico e avaliação, mitos, intervenção com vítimas e agressores, notificação e cuidados éticos); Violência contra a mulher: pesquisa e intervenção; O Perfil do agressor conjugal e Intervenção individual e em grupo; Maus tratos infantis; Adoção; Destituição do Poder Familiar (assessoria ao Judiciário); O Menor em Conflito com a Lei: perfil e intervenção; Mediação de Conflito (bullying e intervenção em escolas); Elaboração de Laudos e Pareceres, Violência e Deficiência e O Psicólogo e a Lei. O curso se encerrará com uma discussão sobre formas de prevenção de violência, programas de intervenção no âmbito do Judiciário, bem como a avaliação sistemática de tais programas. O curso se apoiará em leituras sobre temas pertinentes e literatura produzida pelas autoras, discussões em grupo, aulas expositivas, discussão de casos, e apresentações de trechos de filmes ou vídeos (por ex. Meu Amigo Girassol, Síndrome do Bebê Sacudido, entre outros). Ao final do curso, espera-se que o participante tenha adquirido um repertório que o facilite a atuar de forma eficaz no Sistema Judiciário, reforçando a idéia de que é possível a construção de uma comunidade menos violenta.

**Palavras-chaves:** Psicologia Jurídica, Psicólogo no Judiciário, Criminologia, Comportamento Violento, Violência intrafamiliar

**Atividade: Direitos humanos em diferentes contextos institucionais**  
**(Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Concepções de Agentes de Políticas Públicas sobre Direitos Humanos

**Autor(es):** Maria Lígia de Aquino Gouveia, Leoncio Francisco Camino Rodriguez Larrain, Cleonice Pereira dos Santos Camino

**Resumo:** Discute-se sobre a efetivação de direitos humanos nas diversas sociedades que participam de fóruns internacionais sobre esses direitos. A fim de que os direitos sejam efetivos e que atinjam a ordem jurídica é necessário o consenso social, bem como a transformação destes

direitos em práticas sociais, através de políticas públicas. Assiste-se, no Brasil, uma constante violação de inúmeros direitos do ser humano, inclusive em práticas políticas institucionais. Apesar da legislação brasileira ser muito avançada, a formulação e efetivação de políticas públicas não parece atingir o objetivo da igualdade de direitos. Muitas vezes, os agentes encarregados das políticas públicas não estão imbuídos do espírito dos Direitos Humanos, o que leva às próprias instituições funcionarem sem acordo com o respeito aos direitos do cidadão. Além disso, diversas pesquisas pontuam uma crítica da população em relação ao papel do governo na promoção de Direitos Humanos. Com o intuito de colaborar com o entendimento das dificuldades de efetivação de direitos, este trabalho se insere no campo das discussões sobre políticas brasileiras para a infância, especificamente, sobre a efetivação dessas políticas em abrigos para crianças em situação de risco. A relevância desse estudo refere-se a responsabilidade por parte do Estado, uma vez que, as crianças que se encontram em abrigos é retirada da família, passando o Estado a assumir o dever de garantir os direitos dessas crianças. Mais precisamente, este trabalho tem por objetivo investigar as concepções de agentes públicos de uma instituição abrigo, sobre Direitos Humanos. Acredita-se, portanto, que este trabalho tem importância para a prática social de efetivação dos direitos, na sociedade brasileira. Participaram dessa pesquisa 13 funcionários, 7 técnicos e 6 educadores. A coleta de dados foi realizada através de uma entrevista semi-estruturada sobre a visão que os agentes públicos têm sobre: os Direitos Humanos; a responsabilidade de promoção dos Direitos Humanos em relação ao governo, em relação a si próprio como agente público, e em relação às ONGs e a sua prática no abrigo para promoção dos Direitos Humanos. Todas as entrevistas foram feitas individualmente e analisadas através de análise de conteúdo. Os resultados obtidos que mais se destacaram foram: a maioria dos funcionários define Direitos Humanos de forma tautológica, como direitos que o ser humano tem; concebem que as ONGs se empenham mais que o governo na promoção dos Direitos Humanos; creditam responsabilidade tanto ao governo como a sociedade na promoção dos Direitos Humanos; os funcionários se julgam bastante empenhados na aplicação dos Direitos Humanos, tanto fora como no contexto do abrigo; a maioria das respostas, sobre como o abrigo poderia promover os direitos humanos, revela a necessidade de compromisso dos funcionários e da direção com a promoção dos direitos. Com base nestes resultados, observa-se: pouco conhecimento dos funcionários sobre a discussão especializada a respeito dos Direitos Humanos; que mesmo sendo agentes públicos, eles atribuem mais credibilidade às instituições não governamentais e que, apesar dos agentes se vêem como muito empenhados na promoção dos Direitos Humanos, vêm os funcionários do abrigo como pouco comprometidos com a sua aplicação. Os resultados desse estudo são discutidos em uma perspectiva psicossociológica.

**Palavras-chaves:** Direitos Humanos, Abrigos, Agentes públicos

**Trabalho:** DIREITOS HUMANOS E PRECONCEITO CONTRA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA: DISCURSO DE PROFISSIONAIS DE RECURSOS HUMANOS

**Autor(es):** Luciana Maria Maia Viana, Leoncio Francisco Camino Rodriguez Larrain, Cleonice Pereira dos Santos Camino

**Resumo:** O presente trabalho analisa a discriminação e o preconceito a partir de uma perspectiva psicossociológica. Nesta, o preconceito é uma produção social e histórica, determinada e justificada pelos sistemas de crenças e representações, avaliações e normas sociais, inerentes aos contextos culturais e ideológicos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como outros fatores ocorridos no campo social e político, contribuíram para determinar significativas mudanças no cenário mundial. Dentre essas, a criação de normas jurídicas que coíbem a manifestação do preconceito. Entretanto, o preconceito e a discriminação permanecem contribuindo para a exclusão social de indivíduos de diferentes grupos minoritários. No atual cenário “politicamente correto”, que condena as formas flagrantes de preconceito, tem surgido novas formas de expressão desse fenômeno. O preconceito agora se manifesta de modo sutil, velado, não infringindo diretamente as normas jurídicas. Neste trabalho, são estudadas essas novas formas de preconceito, especificamente, em relação às pessoas com deficiência.

Em relação a esse grupo, apesar da pressão social, do discurso que vem sendo propagado sobre a importância de inclusão social e das leis que garantem essa inclusão, o preconceito resiste, assume novas formas, mascarando as práticas e discursos discriminatórios. A literatura sobre o tema pontua que o preconceito em relação às pessoas com deficiência foi se sofisticando e se manifesta agora através de comportamentos estereotipados e superficialmente marcados por atitudes de compreensão e humanismo. Para investigar como se manifestam as novas formas de preconceito em relação a pessoas com deficiência física, selecionou-se funcionários de Recursos Humanos de 5 empresas de setores industriais importantes para a economia cearense. As primeiras análises indicam que os profissionais de RH vêem a contratação de pessoas com deficiência como algo que deve ser feito mas, sobretudo, em função da obrigatoriedade da lei e da multa pelo seu não cumprimento. Não se verificou, e nem tampouco foi considerado importante pelos profissionais de RH, procedimentos (recrutamento, seleção, desenvolvimento) dirigidos especificamente a pessoas com deficiência física. Embora todas as empresas tenham a obrigatoriedade de contratar pessoas com deficiência físicas, das 5 empresas estudadas, apenas uma delas já havia realizado algum tipo de ação (treinamento, integração, oficina, palestra) abordando algum tema relacionado a pessoas com deficiência física. Em nenhuma delas, encontraram-se pessoas com deficiência físicas ocupando cargos de chefia, embora algumas opiniões sobre a capacidade de trabalho dessas pessoas tenham sido favoráveis. Os profissionais de RH, em sua maioria, não reconhecem a existência de discriminação em relação a pessoas com deficiência física. Com base nestes resultados, julga-se que existe a manifestação encoberta de preconceito, caracterizada por ambivalência de sentimentos e atitudes, idéias de que profissionais com ou sem deficiência física têm as mesmas chances de competir no mercado de trabalho, exagero das diferenças sócio-culturais, incluindo nestas as diferenças de acesso à educação formal e comportamentos discriminatórios manifestados através de piadas, apelidos de cunho preconceituoso. Assim, observa-se que nas empresas, de fato, existem dificuldades na efetivação dos direitos humanos dos portadores de deficiência física.

**Palavras-chaves:** Preconceito, Pessoa com deficiência física, Recursos humanos

**Trabalho:** Concepções dos professores de escolas privadas sobre os Direitos Humanos

**Autor(es):** Márcia Magalhães Ávila Paz, Cleonice Pereira dos Santos Camino, Leoncio Francisco Camino Rodriguez Larrain

**Resumo:** Na última década tem-se ampliado a discussão sobre a importância de fomentar a promoção dos direitos humanos através da educação. Neste sentido, o governo vem estimulando o trabalho deste tema através da implantação de alguns projetos, dentre os quais se encontra em vigor os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Os PCN que defendem planos de ações relativos ao desenvolvimento de valores para a cidadania, abordam também os direitos humanos, ao eleger como princípios para orientar a educação escolar a dignidade da pessoa humana, a igualdade de direitos, a participação democrática e a co-responsabilidade pela vida social. Outro projeto educacional, que se encontra em desenvolvimento, é o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), o qual propõe programas e propostas que visam contribuir para a construção da cidadania, para o conhecimento dos direitos fundamentais, para o respeito à pluralidade e às diversidades. Estes dois projetos educacionais são considerados importantes, mas sua implantação depende da participação de educadores. Assim, considera-se que investigar o que os professores pensam e como julgam que atuam em relação aos direitos humanos é relevante para a educação e para a sociedade como um todo. Participaram da pesquisa 36 professores, de ambos os sexos, dos ensinos fundamental e médio, de escolas privadas da cidade de João Pessoa. Os participantes responderam individualmente a uma entrevista semi-dirigida, que continha questões sobre direitos humanos e dados sócio-demográficos. As entrevistas foram realizadas nas dependências da escola, com duração aproximada de 25 minutos; depois de gravadas, foram transcritas e submetidas à análise de conteúdo que contou com a participação de juízes na elaboração das categorias. Os resultados indicaram que: para os professores ter um direito é ter liberdade (sendo esta liberdade limitada

por um consenso da sociedade), é ter algo assegurado por merecimento; os tipos de direitos mais conhecidos por eles são o direito à educação, à liberdade e à saúde; os direitos que os professores acham importantes que sejam abordados na escola são liberdade e educação, mas a maioria dos respondentes não justificou o porquê; educar em direitos humanos é possível, mas a maior parte dos professores não justifica como isso pode ser feito; a responsabilidade pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes, tanto no plano abstrato, quanto no plano concreto, é atribuída principalmente à família. Observa-se que, apesar dos professores apresentarem algum conhecimento sobre os direitos difundidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos este conhecimento carece de uma maior reflexão sobre o porquê da importância dos direitos; sobre a forma de educar a fim de que os alunos aprendam a reconhecer e respeitar os direitos dos outros; e sobre o papel que cabe à escola na educação dos direitos. Os resultados dessa pesquisa serão analisados tendo em vista os trabalhos empíricos sobre direitos humanos dentro do enfoque psicossociológico.

**Palavras-chaves:** Professores, Direitos Humanos, Educação

**Atividade: AMBIENTE DE TRABALHO E VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA: UM ENCONTRO TRANSDISCIPLINAR (Paineis)**

**Trabalho: AMBIENTE DE TRABALHO E VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA: UM ENCONTRO TRANSDISCIPLINAR**

**Autor(es):** Andréa Séli Coelho, Marcelo Wilker Silva Oliveira

**Resumo:** A violência psicológica pode ser concebida como tão ou mais prejudicial que a física, e é caracterizada por deixar aquele que a sofre com cicatrizes emocionais, muitas vezes difíceis de serem tratadas. Entende-se que esta violência pode ser resultante das relações desarmônicas que se estabelecem entre pessoas e ambiente. É exatamente este o espírito deste estudo, ao focar a Violência Psicológica no Trabalho (VPT) em suas várias formas no contexto de call center, admitindo uma compreensão/intervenção transdisciplinar do fenômeno. O vértice formado pela Psicologia do Trabalho e Psicologia Ambiental, neste caso, estaria direcionado à produção de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) e à prevenção da violência psicológica. O significado do ambiente vai estar implicado na representação interna da organização espacial e nos elementos significativos em torno dos quais a representação se organiza. Nessa acepção, há o interesse em investigar se o ambiente de trabalho, mais que mero pano de fundo, pode ser pensado como potencializador do estresse neste caso. Investigamos, desse modo, se uma inadequação ergonômica ou alguma limitação no design pode rebater em prejuízo psicológico para os operadores no call center. A falta de adequação/eficácia entre ações e objetos, ou, dito de outro modo, a ausência de sinormorfia, quando comportamentos e objetos estariam descoordenados, poderia ser a causa - muitas vezes oculta - de insatisfações dentro daquela organização. Vinte e cinco operadores de um call center respondem a um questionário semi-estruturado, em que são abordados temas relacionados ao ambiente de trabalho e ao estresse. Ele está organizado com perguntas que pedem respostas afirmativas/negativas e questões que exigem respostas discursivas, sendo ainda apresentado um diagrama de indicação de partes do corpo (diagrama de Corlett). Investigamos as relações ergonômicas/sinomórficas no tocante à percepção da adaptação do corpo ao mobiliário de trabalho. Apesar de algumas ressalvas, como a menção a dificuldades de “personalização” do ambiente, a relação objeto/pessoa pôde ser considerada, em outros aspectos, de acordo com a terminologia barkeriana, como sinomórfica. Estes dados de tendência marcante de adaptação ao mobiliário físico do call center, contudo, não se coadunam com a avaliação de condições satisfatórias de trabalho. Apenas 35% dos funcionários se posicionaram como satisfeitos com estas. A alta proporção com que apontam algum tipo de perturbação do bem-estar pessoal relacionado ao trabalho (55%) contrasta, ademais, com a aparente harmonia indicada pela adaptação ergonômica geral sugerida por este grupo. A metade dos pesquisados respondeu que sente formigamento, dormência ou queimação em alguma parte do corpo. Os locais mais citados (no diagrama de Corlett) foram: pescoço, costas-superiores, mão esquerda e punhos. Para 85% da amostra, o trabalho contribuiu para o desenvolvimento de

algum comprometimento recente em sua saúde, como, por exemplo, a tendinite (citada por 65%), sendo que um quarto deles se afastou do trabalho nos últimos meses em razão de recomendações médicas. Discutem-se, nos resultados, algumas hipóteses para se compreender a dissonância entre a percepção de conforto ambiental, por um lado, e as queixas de incômodo físico e insatisfação relacionados ao contexto laboral. A incursão exploratória pretendeu contribuir para uma reflexão sobre os ambientes de trabalho como possíveis potencializadores do adoecimento psicológico daqueles que com eles interagem e sobre uma intervenção de forma mais holística, em relação ao sujeito e seus entornos. Este trabalho pretende ajudar na pavimentação de um caminho de maior integração entre disciplinas da Psicologia no contexto da prevenção e intervenção na VPT. Entende-se que a Psicologia, de forma geral, necessita e deve se propor a assumir um compromisso social, procurando se voltar mais para uma intervenção crítica e transformadora das condições de vida do ser humano. Nesse sentido a Psicologia precisa compreender os fenômenos organizacionais valorizando todo um contexto – que contemple com mais vigor também o ambiente – na análise de suas relações homem/trabalho.

**Palavras-chaves:** Violência Psicológica, Ambiente de Trabalho, Call center, Psicologia Ambiental, Transdisciplinar

**Atividade: Trilhas urbanas e rurais da Psicologia Comunitária nas políticas públicas e no terceiro setor no Ceará e no Rio Grande do Sul (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** A Psicologia Comunitária na interdisciplinaridade do VER-SUS Extensão: reflexões metodológicas na formação universitária e inserção comunitária

**Autor(es):** Ana Luisa Teixeira Menezes, Juliana Tavares Ferreira

**Resumo:** VER-SUS Extensão é um projeto de vivências em educação popular no sistema único de saúde, desenvolvido a partir do movimento estudantil que visa, dentre outros objetivos, o conhecimento da realidade do Sistema Único de Saúde (SUS) e o entrelaçamento desta com o conhecimento universitário. O projeto constitui-se de uma vivência em que alunos de vários cursos (Psicologia, Enfermagem, Nutrição, Fisioterapia, Medicina, Direito, Comunicação Social, Farmácia, Biologia, Educação Física, etc.) passam um período morando nas comunidades e continuam trabalhando nas mesmas ao longo de um ano. Destacamos aqui a experiência na Universidade de Santa Cruz do Sul, cujo projeto, financiado pelo Ministério da Saúde, tem gerado muitos questionamentos sobre a formação universitária. Este acontece em duas comunidades, uma urbana (Bairro Renascença) e outra rural (Rio Pardo). Em cada uma destas comunidades existem 14 estudantes participantes, dois estudantes facilitadores, duas professoras (cursos de Psicologia e Enfermagem), duas profissionais de saúde representantes da Secretaria Municipal de Saúde de Santa Cruz do Sul e duas agentes de saúde que participam ativamente na construção de uma proposta de intervenção comunitária autogestionária. A Psicologia Comunitária tem contribuído ativamente na reflexão metodológica pautada: na Educação Biocêntrica (Cavalcante, 2000), que desenvolve uma perspectiva educacional popular deflagrada de processos vitais dentro de uma escuta sensível e afetiva; no Método Dialógico de Paulo Freire, que problematiza uma intervenção autoritária e etnocêntrica, na qual os valores dos educadores são centralizados em detrimento de uma escuta contextual, cultural e singular; e na perspectiva da Psicologia Comunitária desenvolvida por Góis (2002), a qual evidencia questões fundamentais nas etapas de inserção, como o conhecimento das categorias atividade, consciência, identidade pessoal e coletiva, poder e valor pessoal, vivência e outros, abrindo-nos um campo reflexivo-vivencial de interação comunicativa com as pessoas na comunidade. Estas percepções têm norteado um trabalho minucioso na formação dos grupos, iniciado já no processo de seleção dos facilitadores e dos participantes, bem como na inserção dos grupos nas comunidades, nos olhares e interações que estes vão realizando nos espaços de convivência. No processo de “seleção” foi problematizado este próprio termo, tendo em vista o caráter participativo e autogestionário do projeto. Optamos pelo termo “escolha”, que pressupõe uma postura ativa diante dos caminhos, nos quais os erros e acertos fazem parte de uma decisão comum partilhada e renegociada permanentemente. Neste momento, foi trabalhada com

profundidade a dimensão dos processos grupais, a qual costuma ser excluída, por não ser tolerada e pela dificuldade de nos apropriarmos desta como um processo educativo transformador. Estes processos são representados por pessoas, relações, decisões, lutas de poder, enfim, aspectos que podem transformar-se em desintegração grupal quando não são apropriados. Ao contrário, foi se percebendo pelas dinâmicas grupais, a importância do sentido de pertencimento, de identidade pessoal e coletiva no trabalho comunitário. São vivências que não se separam daquelas vividas nas próprias comunidades, onde os alunos se deparam com diferenças de classes sociais, etnias, valores, relações de poder, diversos níveis de exercício de cidadania, problematizações que potencializam a formação profissional e pessoal. Destacamos a vivência do compartilhar a individualidade em grupo, como um grande instrumento de transformação do individualismo silencioso para a individualidade conectada ao grupal, o pertencimento social, vivência esta que produz olhares e ações reflexivos, impulsionadores de diálogos e de trocas construtivas, entre alunos e alunas e comunidades. Tais diálogos nem sempre são consensuais, mas são geradores de vida e de conhecimento respeitoso. O sentido ou a contribuição da Psicologia Comunitária neste trabalho interdisciplinar nasceu desta perspectiva autogestionária, na qual cada área profissional se entrelaça num campo mais amplo que é a saúde, ampliando as nossas visões e ao mesmo tempo, permitindo que os conhecimentos aflorem no ato de estarmos juntos, compartilhando e aprendendo.

**Palavras-chaves:** VERSUS-Extensão, Psicologia Comunitária, Interdisciplinaridade

**Trabalho:** Desenvolvimento Comunitário no município de Pentecoste uma parceria com o Programa de Educação em Células Cooperativas – PRECE

**Autor(es):** Verônica Moraes Ximenes, Carlos Eduardo Menezes Amaral, Francisco Gilmarino Rebouças Junior, João Paulo Lopes Coêlho, Luisa Cela de Arruda Coelho, Mayrá Lobato Pequeno, Carla Weyne Melo de Castro

**Resumo:** O Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) da UFC iniciou uma parceria com o Programa de Educação em Células Cooperativas (PRECE), que atua no município de Pentecoste localizado no semi-árido cearense, com o intuito de desenvolver trabalhos de desenvolvimento comunitário no meio rural, considerando a importância da articulação urbano-rural na construção da práxis da Psicologia Comunitária, a relevância de atuar em um contexto muitas vezes esquecido pela psicologia e principalmente visando o desenvolvimento regional. A atuação do PRECE no município ocorre desde 1994 e tem como proposta contribuir com o desenvolvimento local a partir de atividades efetivadas na área da educação, fundamentando-se no fortalecimento de jovens críticos e na cooperação entre eles a fim de proporcionar a formação de lideranças e de atores sociais comprometidos com a potenciação de suas comunidades. Dessa forma percebe-se a pertinência da parceria quando se enxergou sua efetiva inserção comunitária e o respaldo junto à população pentecostense. Esta experiência tem como objetivos contribuir com o desenvolvimento comunitário do município de Pentecoste, fortalecer a práxis da Psicologia Comunitária, bem como com a formação de estudantes e profissionais engajados na transformação da realidade. A parceria do NUCOM e do PRECE foi viabilizada no ano de 2006 em virtude do financiamento da extensão universitária através do Programa de Apoio à Extensão Universitária voltado as Políticas Públicas (PROEXT) - MEC/SESu/DEPEM. O trabalho foi organizado em três sub-projetos nas seguintes áreas: Educação, Trabalho/Renda e Arte/Lazer. Na área de educação, as atividades desenvolvidas foram junto ao Grupo de Desenvolvimento Político e Ação Comunitária – GDPAC, que desenvolve um programa de rádio, um jornal comunitário e o acompanhamento da câmara municipal. O NUCOM atuou na organização do grupo viabilizando a concretização das atividades além de fazer uma discussão sobre o que era desenvolvimento político para o grupo. Na área do trabalho e renda, foram desenvolvidos trabalhos com o Núcleo de Assessoria ao Pequeno Produtor Rural – NAPR formado por dois

agrônomos, originados de comunidade rurais e três estudantes de agronomia. Este grupo visitou as comunidades e visava desenvolver projetos de agricultura orgânica e economia solidária, viabilizando a renda dos trabalhadores rurais. O NUCOM atuou em conjunto com eles em visitas às comunidades e principalmente na formação dos sujeitos (profissionais e estudantes) para desenvolverem os projetos, que propiciou a construção de um Fórum de Segurança de Pentecoste, que se reuniu desde o ano passado e dele surgiu a idéia de implantar um Conselho de Segurança em Pentecoste. Na área de trabalho e renda, também foi realizada uma assessoria a União das Associações do Vale do Rio Canindé – UAVRC, esta se constituiu como um grupo de lideranças de várias comunidades rurais da região do vale do Canindé, onde o NUCOM assessorou o processo de organização da União e construção do seu regimento interno. E na área de esporte e lazer, um projeto na comunidade da Canafístula começou a ser desenvolvido junto com os moradores, associação comunitária e grêmio estudantil que ainda está em fase de construção. Dessa forma, podemos afirmar como resultados principais a co-construção de sujeitos participativos e críticos na transformação de sua realidade, além de capacitar os estagiários do NUCOM e os universitários do PRECE para a atuação junto com grupos populares, na mobilização e participação social. Nesta parceria com o PRECE em todas estas atividades, observamos que a formação a qual os precistas têm acesso na Universidade, com um caráter marcadamente urbano e voltado para “grandes empreendimentos”, não tem possibilitado sua (re)inserção no campo do trabalho em sua cidade natal, princípio fundamental do PRECE. Percebemos que, muitas vezes, sua graduação tem sido prejudicada, uma vez que não têm conseguido integrar as atividades relativas a suas áreas específicas de estudo/atuação com as atividades do PRECE em que estão envolvidos. Por outro lado, temos sentido certa dificuldade em efetivar nossa atuação junto ao PRECE no que diz respeito à dimensão do desenvolvimento comunitário, uma vez que a intensa dedicação dos precistas ao pré-vestibular deixa-os com pouco tempo disponível para a participação nas ações direcionadas àquela perspectiva. Assim, nossa atuação está sendo redefinida de modo a contribuir concomitantemente com o desenvolvimento comunitário e com uma formação profissional contextualizada e plena de sentido.

**Palavras-chaves:** Psicologia Comunitária, Comunidade rural, PROEXT, Desenvolvimento comunitário

**Trabalho:** Associação de Moradores como espaço de atuação em Psicologia Comunitária

**Autor(es):** Geísa Sombra Castro, Dayane Silva Rodrigues, Elívia Camurça Cidade, Francisco Wesley Oliveira Mendonça

**Resumo:** A Psicologia Comunitária do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) surgiu em um contexto de lutas populares, com forte influência dos movimentos sociais urbanos latino-americanos, por compreendê-los como potenciais de organização, participação e mobilização comunitária. Nesse sentido, destacamos as associações de moradores como espaços privilegiados de encontro, diálogo e vivência referentes a problematização da realidade local, contribuindo para o “aprofundamento da tomada crítica da consciência” (Freire, 2005) dos moradores. Portanto, durante sua trajetória, o NUCOM tem-se voltado a parcerias com movimentos de associações de bairro, fomentando o debate sobre a importância do trabalho junto às associações e suas implicações políticas, sociais e humanas. Assim, este trabalho tem como objetivos resgatar e problematizar acerca de duas experiências da parceria entre o NUCOM e associações de moradores das comunidades urbanas de Fortaleza: Sítio São João e Boa Vista, ambas localizadas em regiões periféricas da cidade. Estas atividades são referentes à práxis cooperativa entre o núcleo e as duas comunidades, sendo caracterizadas como projetos de extensão. Nestes projetos atuam oito estudantes estagiários do curso de psicologia da UFC e do NUCOM, sendo dois deles no Sítio São João e os outros seis na Boa Vista. Em nossa atuação, utilizamos o Método Dialógico Vivencial (Góis, 2005), que consiste na leitura dos sistemas de ações instrumentais e comunicativas próprios da atividade psíquica decorrente do modo de vida da comunidade, orientada para a construção dos indivíduos enquanto sujeitos do



seu mundo e do seu lugar de moradia, é através dele que se pode conhecer o que pensam, o que sentem e o que fazem os sujeitos comunitários; que se pode conhecer a atividade psíquica dos moradores decorrentes do modo de vida daquele lugar. Para isso, utilizamos também outras metodologias dialógico-vivenciais para esta atuação, a observação-participante e a ação-participante, bem como algumas técnicas de intervenção: encontros de quarteirão, conversas individuais, caminhadas pela comunidade e círculo de cultura. Ao longo dessas atuações, o NUCOM co-construiu espaços de encontro, diálogo e vivência acerca da importância das Associações Comunitárias para o Sítio São João e Boa Vista, junto aos diretores e alguns moradores; problematizando as atividades que eram desenvolvidas na comunidade pelos agentes internos ou externos, tais como ONG's e órgão públicos, contribuindo para a tomada crítica de consciência, tanto dos moradores, quanto da equipe do NUCOM. Atualmente, o campo de Boa Vista continua desenvolvendo suas atividades junto à associação, trazendo algumas questões relevantes para o desenvolvimento dessa atuação neste debate. Já no Sítio São João, as atividades foram encerradas, pela divergência de objetivos entre a equipe externa e a diretoria da Associação, que representava um grupo parceiro indispensável para o prosseguimento da atuação. Tais atuações trouxeram algumas questões pertinentes à práxis da Psicologia Comunitária a serem refletidas, tais como: trabalho voluntário e solidário, mobilização e participação comunitária e conscientização.

**Palavras-chaves:** Psicologia Comunitária, Associação de moradores, Comunidade urbana

**Trabalho:** Atuação em Psicologia Comunitária junto a crianças e adolescentes no Projeto Raízes de Cidadania da Prefeitura de Fortaleza

**Autor(es):** Emanuel Meireles Vieira, Eugênia Bridget Gadêlha Figueiredo

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é apresentar a proposta de trabalho em Psicologia Comunitária das Raízes de Cidadania, projeto multidisciplinar desenvolvido pela Fundação da Criança e da Família Cidadã (FUNCI), órgão vinculado à Prefeitura de Fortaleza, e que tem como foco a atuação junto a crianças, adolescentes e suas famílias. Este trabalho tem como base a experiências dos bairros do Lagamar e da Floresta, que possuem este projeto. As Raízes de Cidadania, antes denominadas Agências de Cidadania e que perfazem atualmente 24 unidades, passaram por um período de avaliação e reestruturação e encontram-se num momento inicial de efetivação de uma nova proposta. Quando denominadas “Agências”, o trabalho de psicologia nas “Raízes” era da ordem do atendimento clínico da demanda espontânea. A perspectiva atual – das Raízes de Cidadania – aponta em direção ao desenvolvimento comunitário e à construção da autonomia da população participante. O trabalho em Psicologia Comunitária tem como objetivos fortalecer a atividade comunitária e a conscientização, que implicam na construção do sujeito comunitário. O método que orienta sua práxis é o dialógico-vivencial (GOIS, 2005), que tem na atividade comunitária sua categoria central de análise. Suas principais características são: o diálogo como instrumento mediador para o fomento da autonomia pessoal e coletiva e ampliação da leitura da realidade; ações voltadas ao desenvolvimento comunitário; um olhar direcionado, principalmente, para as potencialidades das pessoas e da comunidade; a facilitação da cooperação entre agentes internos e externos à comunidade; a inserção como interação constante com o modo de vida da comunidade a fim de vivenciá-lo e refletir sobre ele com os moradores; investigar agindo e agir pesquisando; a aplicação de metodologias participantes que promovam o envolvimento crítico e afetivo; a criação e fortalecimento de grupos populares. Nesses moldes, a intervenção da Psicologia Comunitária no âmbito do poder público, em qualquer esfera, só poderá se efetivar em uma gestão participativa, compartilhada, uma vez que tem por objetivo o desenvolvimento de estratégias de desenvolvimento baseadas na ação coletiva, na participação orgânica, na atuação democrática, dialógica e produtiva que possibilitem a caminhada conjunta entre o poder público e a sociedade. No contexto desse trabalho, a criança e o adolescente – população participante do projeto – são compreendidos como sujeitos de sua história, capazes de intervir e modificar sua realidade local. Após um momento inicial, no qual estavam envolvidos na realização de um mapeamento psicossocial das comunidades em que cada unidade está inserida, os profissionais procuram, atualmente, desenvolver atividades conjuntas com a comunidade, com o intuito identificar as demandas e potencialidades locais,

para a construção de uma rede comunitária. Além disso, é realizado um processo de qualificação continuada e de efetivação da atuação em parceria com os outros profissionais que compõem o projeto, a saber, assistentes sociais, advogados e assessores comunitários.

**Palavras-chaves:** Psicologia Comunitária, Raízes da Cidadania, Atividade comunitária, Conscientização

**Atividade:** Produção científica em Psicologia divulgada no periódico Estudos de Psicologia (Natal)  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** Produção científica em Psicologia divulgada no periódico Estudos de Psicologia (Natal)

**Autor(es):** Jose Q. Pinheiro, Ana Ludmila Freire Costa, Juliana Teixeira da Câmara Reis, Isabel Fernandes de Oliveira, Márcio J. Capriglione

**Resumo:** O periódico ocupa um lugar de destaque na propagação da produção científica e tem sido considerado fundamental, pela comunidade científica, para o debate e o avanço da ciência. No Brasil, temos visto o crescimento dos periódicos, das avaliações de produção e, portanto, da qualidade desses trabalhos. Na Psicologia não é diferente. Nas últimas avaliações realizadas pela Comissão CAPES/ANPEPP, o número de periódicos saltou significativamente (de 47 títulos avaliados no biênio 1996-1997, passou para 72 periódicos na avaliação do ano de 2005), assim como a qualidade desses títulos tem sido melhorada (na primeira versão da avaliação, apenas 11 títulos receberam o conceito "A", contrastando com 31 periódicos da última versão com esse mesmo conceito de qualidade). Entre os principais periódicos científicos em Psicologia do país, encontra-se Estudos de Psicologia (Natal), uma publicação quadrimestral do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que existe desde 1996 e tem a classificação mais elevada da avaliação Qualis, "Nacional A". Nesses 10 anos, Estudos de Psicologia tem crescido em volume de artigos e abrangência, contando com autores de todas as regiões do Brasil e de vários outros países. Em virtude do crescimento e desenvolvimento do periódico, se faz necessário um levantamento detalhado da produção publicada ao longo desses anos, a fim de aprimorar as diretrizes do periódico e redefinir as políticas de sua gestão, além de fornecer subsídios para a compreensão da produção científica nacional em Psicologia. O projeto de pesquisa a que esta comunicação está vinculada visa mapear e caracterizar os trabalhos publicados nos dez anos de atuação desse periódico, por meio de um levantamento, quantitativo e qualitativo, de toda a produção publicada no período. Ressaltamos que a presente comunicação consiste em um recorte da pesquisa mais ampla, na medida em que aqui são apresentados os dados referentes aos cinco primeiros anos de atuação da Revista, ou seja, relativos aos anos de 1996 a 2000. O conjunto do material analisado consistiu de 75 artigos e resenhas, sendo excluídos os outros tipos de produção (notas técnicas, entrevistas, comunicações breves). Para coleta dos dados, foi elaborada uma planilha eletrônica contendo quatro blocos de dados, sendo eles: (a) identificação (código identificador de cada manuscrito, título e fascículo em que foi publicado); (b) conteúdo, com descrição de: área da Psicologia a que se refere o artigo/resenha, tipo de artigo (relato de experiência, relato de pesquisa ou artigo teórico) e método utilizado no artigo; (c) autoria, que especifica número de autores por artigo, titulação dos mesmos e afiliação institucional; (d) referências bibliográficas, bloco no qual estão contidos a quantidade total de referências utilizadas, total de referências que se referem a trabalhos não-publicados ou que estão no prelo, quantidade de livros, periódicos e sites utilizados, por idioma da obra consultada (português, inglês, espanhol, francês e outros), e, ainda, autocitações do autor e autocitações da Revista Estudos de Psicologia. Os dados foram coletados a partir dos fascículos disponíveis na biblioteca online SciELO (com exceção do primeiro ano de publicação, para o qual foram consultados os fascículos da versão impressa) e dispostos na planilha eletrônica em ordem cronológica de publicação. Os resultados referentes aos cinco primeiros anos indicam que do total de artigos/resenhas analisado, podemos agrupar a

maioria deles em cinco áreas temáticas da Psicologia: Desenvolvimento, Social, Clínica, Processos Básicos do Comportamento e Organizacional/Trabalho. A origem da autoria dos trabalhos se concentrou predominantemente no Nordeste, com ênfase de pesquisadores vinculados a UFRN, uma característica dos primeiros cinco anos que certamente não se manteve em anos mais recentes. A segunda região geográfica com maior participação em Estudos de Psicologia foi a Sudeste, devido em grande parte aos pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP). Destaca-se aqui a pouca expressividade da região Norte, em contraste com algumas colaborações de outros países, como Canadá, Venezuela e Noruega. Também constatamos que a qualidade do material publicado naqueles primeiros cinco anos justificou a indexação da Revista por bases de dados bibliográficos como PsycINFO (APA), SciELO, Lilacs, e IndexPsi. Esse levantamento nos tem permitido uma reflexão crítica sobre o que já foi publicado em Estudos de Psicologia. Essas informações, ao lado de outros elementos norteadores da política editorial em vigor, possibilitam melhor organização e planejamento da potencial contribuição que o periódico pode trazer para o avanço da ciência.

**Palavras-chaves:** periódico científico, psicologia, produção científica, avaliação

**Atividade: O que você tem feito da sua vida?**  
**(Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Cuidados com os cuidados com a infância no mundo contemporâneo: o que temos feito com o nosso passado e com a nossa experiência?

**Autor(es):** Marcelo Santana Ferreira

**Resumo:** O filme espanhol *O labirinto do fauno*, recentemente exibido nos cinemas, conta-nos os percalços de uma menina que vivia entre os ditames autoritários do padrasto militar e a distensão permitida pela imaginação. No bojo da ditadura de Franco, a menina Ofélia consegue sobreviver ao tempo histórico por intermédio do exercício imaginário, em que faunos, fadas e seres extraordinários vinham embê-la com a duração da experiência da infância. No entanto, os temas presentes em seus devaneios não a retiravam da aridez da situação concreta em que ela se encontrava. Tratava-se muito mais de uma espécie de colisão, de onde a realidade saía inteiramente transformada e a imaginação, essencialmente marcada de tempo (histórico).

Ofélia é, em nosso trabalho, o arquétipo do que queremos pensar sobre a infância, objeto de intervenção e colonização das práticas e discursos psicológicos. A partir da enunciação ficcional de Ofélia, propomos uma reflexão sobre o que temos feito e pensado sobre a infância, preocupados com o processo de medicalização da experiência infantil em voga em diversas instâncias das sociedades contemporâneas. Medicalizar e silenciar a infância têm sido marcas preocupantes da nossa relação com as crianças, já que rapidamente deve-se incorporar todos os indivíduos ao projeto de produtividade e de austeridade em voga nas sociedades capitalistas.

Através de um diálogo com a obra do pensador judeu alemão Walter Benjamin, estudioso da modernidade européia e, principalmente, da transição entre os séculos XIX e XX, queremos invocar a necessidade de uma consideração política e histórica sobre a infância, questão a que o pensador se voltou em parte da sua obra, por estar envolvido com a busca de uma imagem do século XIX através da sua própria biografia. Através de lembranças, o autor evocou traços do século XIX, alcançando uma compreensão histórica da passagem do tempo, não restrito à mera fruição individual e nem a um determinismo vulgar. O tempo da experiência, em Walter Benjamin, reflete a tensão entre o biográfico e o político, no esforço de alcançar o "histórico". Neste sentido, a sua infância se dilui e, paradoxalmente, perdura nos aforismos em que sentimos-nos compelidos a nos distrair com a paisagem evocada. Passeamos pelo século XIX, pelas casas prósperas das famílias ricas de Berlim, pelos quartos dos filhos de grandes comerciantes, pela situação do Natal em que os ricos ficavam constrangidos e mandavam os seus próprios filhos comprar lembranças dos filhos das famílias pobres. Através do nosso passeio, reconhecemos o próprio século XIX encoberto pelo esquecimento e pela lembrança do pensador, leitor assíduo de Marcel Proust e de Bergson, mas insatisfeito com o tratamento literário e filosófico que se deu ao problema do tempo nas obras lidas. Infância, para Benjamin, implica numa das formas de expressão da experiência, em que não somos os condutores absolutos daquilo que sentimos e, ao mesmo tempo, não estamos à mercê da arbitrariedade da

memória involuntária. O autor evoca, por exemplo, situações históricas precisas em que coletivamente tencionava-se a interrupção da passagem das horas e afirma que, na experiência da infância, é o próprio passado que nos acena, desfigurado, forçando uma percepção renovada sobre aquilo que nos tornamos. Numa brincadeira com letras, o pensador evoca os fragmentos da sua infância, afirmando que em sua lembrança do brinquedo “toca-se” a própria integridade da infância, no entanto nunca alcançada, como na experiência da saudade que nos remeteria a um “gradiente” de incompreensão de que não podemos nos livrar sob o risco de não experimentarmos mais a distância entre o passado e o presente. A partir de Benjamin, gostaríamos de fazer uma crítica à medicalização e à psicologização da infância, entendida de forma técnica nas sociedades atuais, que são o cenário de uma administração das individualidades e da própria experiência da brincadeira. Neste sentido, Ofélia e os textos de rememoração de Walter Benjamin serão os principais interlocutores do projeto de elaboração de um diagnóstico do tempo presente, no que se refere à nossa relação com a infância, numa tentativa ética de problematizar a colonização da infância pelas práticas/discursos psicológicos e de encontrar uma forma outra de compreensão da infância, experiência que colide com a tendência contemporânea de catalogar, silenciar, remediar e medicalizar. Fatalmente, a imaginação de Ofélia esbarra em nosso caminho, como promessa de uma relação renovada com a brincadeira e com a saudade, já que a própria infância não é uma experiência isolada do tempo histórico em que a vislumbramos e nem muito menos um tempo neutro, sobre o qual não teríamos nenhum tipo de responsabilidade. Falar sobre a infância será uma forma de enunciar sobre nós mesmos e sobre o que temos feito da nossa vida, pois espelhamos e refratamos aquilo que deixamos de ser e o que estamos em vias de nos tornar.

**Palavras-chaves:** Infância, História, Experiência, Passado

**Trabalho:** O que temos feito com nossa coragem de verdade?

**Autor(es):** Nádia Filomena Ribeiro da Silva

**Resumo:** Para a reflexão ética é exigido um tempo. Um tempo ethopoietico (Frederic Gros, 2006) comprometido não apenas com os regimes de aquisição de conhecimento, mas um tempo que engendre modificações no modo de ser do sujeito, garantindo um redimensionamento mais afinado de sua conduta. Ou seja, o tempo oportuno de maturação do eu ético, oposto ao modelo individualista do ethos narcisista do cuidado contemporâneo. A partir do meu trabalho de pós-doutorado em Psicologia Social, percebi que o tema da “coragem de verdade” (parreshía) atravessava, necessariamente, os estudos sobre a formação do sujeito ético na cultura ocidental, e que a Modernidade havia deixado marcas indeléveis na relação entre subjetividade e verdade, principalmente a partir da obra cartesiana, em que “conhecer” não era acompanhado por nenhum tipo de transformação no ser do sujeito moderno. O “momento cartesiano”, de acordo com Michel Foucault (2004) em *A hermenêutica do sujeito*, é marcado pela cisão entre o chamado princípio do cuidado de si e o conhecimento de si. Através do advento da racionalidade moderna, o conhecimento afasta-se das indagações éticas sobre as práticas de existência, ou seja, sobre aquilo que os indivíduos e grupos sociais fazem com as suas próprias vidas. Desde então, o próprio advento das ciências humanas veio acompanhado por uma desresponsabilização da ciência sobre o destino das relações do homem consigo mesmo, com a natureza e com os outros. Há, em complemento ao que se expôs, uma pulverização da “coragem de verdade”, já que os profissionais e pesquisadores passaram a obedecer a princípios morais sem problematizar os efeitos dos mesmos em suas práticas e existências. A ausência de problematização ética tem produzido uma acomodação improdutiva de pesquisadores e profissionais psi à normatização moral de suas ações, o que é contemporâneo ao processo de normatização da infância, ao desprestígio da reflexão diante de avanços tecnológicos e ao empobrecimento das práticas cotidianas. Logo, é perceptível o absentismo dos profissionais psi quando convocados a uma ação/reflexão sobre seu modo de atuação nas sociedades contemporâneas, dando maior ênfase aos códigos de regulamentação da profissão do que à natureza de sua ação ética no mundo. O conceito de “coragem de verdade” pode ser operatório para a reflexão que ora proponho. Encontra-se na obra de Michel Foucault (2004) supracitada, a discussão sobre os epicuristas e os estoicos – em sua historicização da subjetividade ocidental e da relação entre sujeito e verdade. Sustenta-se, inicialmente, na noção de parreshía,

que, de acordo com Foucault (2004), significava “(...) a abertura do coração, (...) a necessidade, entre os pares, de nada esconder um ao outro do que pensam e se falar francamente.”(p.169). Gradativamente, com a aproximação da Modernidade, tornou-se usual a total indiferença entre aquilo que se estuda e aquilo que se é (ou que se faz). Mesmo se tratando de um longo percurso teórico, é possível apropriar-se de parte da discussão foucaultiana a fim de entender o atual momento histórico. Hoje, pode-se perguntar: há espaço para o compartilhamento de perplexidades e a modificação do nosso modo de atuar nas instituições? Quem invocará a necessidade, expressa por Epicteto em uma de suas cartas, de ter a verdade no coração e não simplesmente nos lábios num momento histórico em que a burocratização e a formalização têm esmagado a criação, os laços coletivos, as ações políticas e a reflexão cuidadosa sobre as práticas cotidianas? Sem recair num anacronismo estéril, espero apresentar algumas das perplexidades experimentadas por mim ao me debruçar sobre a relação entre as práticas e discursos psicológicos e o tempo presente. Os textos e autores apresentados não possuem a resposta para as indagações a serem articuladas, mas são considerados interlocutores para a elaboração de um diagnóstico do tempo presente, principalmente no que diz respeito às práticas e discursos psicológicos. Espero discutir e apresentar os subsídios que garantiram a reflexão a partir da pergunta exposta no início da presente proposta.

**Palavras-chaves:** Ética, Coragem de Verdade, Bioética

**Trabalho:** Cuidados com o ‘cuidado de si’ entre os ‘psi’: desdobramentos críticos de uma interlocução entre Michel Foucault e Michel de Certeau

**Autor(es):** Heliana de Barros Conde Rodrigues

**Resumo:** É notável o interesse despertado entre os psicólogos pelos cursos e livros de Michel Foucault datados do final dos anos 1970 e da primeira metade dos anos 1980, relativos à ética, ou, em outros termos, aos modos de subjetivação. Se as teorizações foucaultianas acerca do poder já haviam mobilizado reflexões e críticas (principalmente autocríticas) por parte dos ‘psi’, tem-se hoje a impressão, pelo volume da produção recente, de que o tema das “artes da existência” tomou inteiramente o lugar desses estudos sobre o poder, à maneira de uma “esperança equilibrada” supostamente apta a fazer frente à inevitável tensão envolvida no diagnóstico de nosso lugar de peritos nas redes sociais de exercício (disciplinar-normatizador) do poder. Quanto a este novo panorama ‘psi’, julgamos indispensável, contudo, certos ‘cuidados’ com o ‘cuidado de si’. Neste sentido, recorreremos a uma articulação entre os textos, cursos e entrevistas do próprio Foucault e os de um de seus aliados-críticos mais argutos, Michel de Certeau. Em 1980, no livro “A invenção do cotidiano”, Certeau faz a Foucault uma indagação que avaliamos como extremamente significativa em face da teorização deste último acerca dos poderes e do desenvolvimento privilegiado da série dos dispositivos panópticos: “Qual o estatuto de muitas outras séries que, prosseguindo em seus silenciosos itinerários, não deram lugar a uma configuração discursiva nem a uma sistematização tecnológica?”. Após tal pergunta, Certeau hipotetiza que essas outras séries “poderiam ser consideradas como imensa reserva, constituindo os esboços ou os traços de desenvolvimentos diferentes”. Em uma declaração que parece fazer eco às colocações de Certeau, Foucault, em uma entrevista datada de 1984 (“A ética do cuidado de si como prática da liberdade”), quando indagado sobre uma eventual mudança de perspectiva na sua passagem da genealogia à ética, afirma: “.... eu diria que, se agora me interessa de fato pela maneira com a qual o sujeito se constitui de uma maneira ativa, através de práticas de si, essas práticas não são, entretanto, alguma coisa que o próprio indivíduo invente. São esquemas que ele encontra em sua cultura e que lhe são propostos, sugeridos, impostos por sua cultura, sua sociedade e seu grupo social”. Apoiado nesse hipotético diálogo crítico entre Certeau e Foucault, o presente trabalho tem por intuito arrancar expressões como “práticas de si” e “cuidado de si” de um eventual (e perigoso) “paraíso psi do sujeito-substância”, lançando-as novamente no terreno agonístico das relações de saber-poder em que estamos inevitavelmente envolvidos. Para tanto, além do diálogo já destacado, serão trazidas à luz outras polêmicas-intercessoras, promovidas por Gilles Deleuze (“Desejo e Prazer”, 1977), Judith Revel (“O pensamento vertical: uma ética da problematização”, 2002) e, em especial, Frédéric Gros. Este último, em um artigo datado de 2004 (“O cuidado de si em Michel Foucault”), adverte que o título do curso proferido em 1982, “A hermenêutica do sujeito”, pode ser enganoso:

longe de sugerir que o sujeito contemporâneo deva “dobrar-se sobre si próprio” a fim de decifrar seus estados de consciência, traços de desejo etc., Foucault opõe a tal procedimento outras técnicas de si &#61485; bastante distintas das práticas de confissão cristã e do exame psicológico (ou psicologizado). Nessa perspectiva, o eu ético é uma relação a si e aos outros, ou melhor, uma série de práticas de relação a si e aos outros, jamais um sujeito capaz de libertar-se incondicionalmente por intermédio de qualquer espécie de vontade soberana, desejo inconsciente ou liberdade criadora essencial. Pondo em conexão o diálogo Certeau-Foucault e as afirmações de Gros, pretendemos sugerir, à guisa de conclusão, que, para Foucault, as eventuais práticas de liberdade figuradas pela expressão “cuidado de si” remetem mais a simultaneidades &#61485; esquemas que o sujeito encontra em sua cultura, seu grupo ou sua sociedade como práticas não-hegemônicas, itinerários silenciados, com os quais se pode conectar &#61485;, do que a resistências verticalizadas e essencializadas, tão caras aos que gostariam de esquecer a Arqueologia do Saber e a Genealogia do Poder em favor de uma Ética presumidamente tranqüilizadora no que tange a estatutos profissionais. Não é “em si”, por conseguinte, que alguém descobre o “cuidado de si” conforme refletido por Foucault, mas em uma inventividade (necessariamente social e política) que aponta ao exterior, ao que estamos fazendo de nossa vida em relação a outras vidas. Tal conclusão talvez atenuie o ‘gosto psi’ por Foucault, mas quiçá nos ofereça, alternativamente, alguma possibilidade de pensar diferente do que até hoje pensamos e de agir-ser em imanência com esse novo modo de pensar, inventando cotidianamente uma ética da “coragem da verdade”.

**Palavras-chaves:** Cuidado de Si,História,Interlocução

**Atividade: Representações dos voluntários do Projeto Raio de Sol acerca dos pacientes infanto-juvenis acometidos pelo câncer (Painéis)**

**Trabalho:**Representações dos voluntários do Projeto Raio de Sol acerca dos pacientes infanto-juvenis acometidos pelo câncer

**Autor(es):** Ana Karolina Pessoa Bastos,Sabrina Leite Cardoso dos Santos,Elayne Cristina da Costa,Rosa Angela Cortez Brito,Aline Freitas de Sousa

**Resumo:** A pesquisa foi realizada na disciplina de Pesquisa em Psicologia II, no curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Teve como objetivo geral verificar as representações dos voluntários do Projeto Raio de Sol, vinculados à Associação Peter Pan (APP), acerca dos pacientes infanto-juvenis acometidos por doenças oncológicas internados no bloco C do Hospital Infantil Albert Sabin (HIAS). Como objetivos específicos, procurou-se conhecer o Projeto Raio de Sol bem como a sua ação junto aos pacientes infanto-juvenis com doenças oncológicas, internados no HIAS; verificar, por intermédio do discurso dos voluntários, quais as representações destes acerca do voluntariado e a motivação da escolha, em específico, pelo Projeto Raio de Sol, e verificar a possibilidade de enfrentamento e como é elaborada por parte dos voluntários a questão do câncer e da morte. A APP, que trabalha em parceria com o HIAS, é uma entidade filantrópica que desenvolve atividades por meio de uma equipe transdisciplinar contando com o apoio de voluntários treinados especificamente para cada ramo de atividade desenvolvida, tendo como objetivo a busca da humanização do tratamento do câncer infanto-juvenil. Dentre os projetos da APP, o Projeto Raio de Sol, que constitui o foco da pesquisa, tem como finalidade realizar visitas sistemáticas, realizadas nos três turnos (manhã, tarde e noite) no Bloco C do referido hospital e tem como alvo prestar apoio físico e emocional, bem como transmitir alegria e proporcionar descontração ao público infanto-juvenil portador de doenças oncológicas. Como norteadores desta pesquisa foram utilizadas categorias teóricas (câncer, representações dos voluntários acerca dos pacientes infanto-juvenis acometidos pelo câncer, voluntariado e enfrentamento da morte) que direcionaram para a busca da compreensão dos amplos e variados aspectos que se relacionam à temática explorada. Além disso, foi

necessário também buscar outras fontes para que pudesse haver um melhor entendimento sobre o material obtido nas entrevistas. A pesquisa, portanto, foi qualitativa, de caráter exploratório. A coleta de dados foi feita a partir de oito entrevistas semi-estruturadas com os voluntários do Projeto Raio de Sol, dos três turnos. Com isso, houve a possibilidade de se obter uma configuração que se adequasse à demanda da pesquisa, ao mesmo tempo em que possibilitou o surgimento de várias formas de abordar os voluntários, pois “trata-se de trabalhar com a percepção do vivido, com os significados e motivações, atitudes e valores”. (MINAYO, 1993, p. 133). Com base nos achados, construíram-se categorias empíricas, considerando o material teórico que orientou a análise de conteúdo. Como resultado do objetivo geral da pesquisa, tem-se a primeira categoria empírica: “Pessoa como Pessoa”, que traduz a visão dos voluntários sobre os pacientes que se encontram internados no Bloco C, no HIAS, os quais são o público-alvo do trabalho realizado pelo Projeto Raio de Sol. Nessa categoria, foi verificado que os voluntários vêem os pacientes para além do corpo físico (e do seu comprometimento), não fazendo uma identificação direta do paciente com a doença. Dentro dessa categoria, há uma divisão entre duas subcategorias, que são elas: Criança: Purificação e Adolescentes: Desafio. Essa divisão foi necessária, pois se notou uma maneira diferente de encarar os pacientes de acordo com a sua faixa etária. Como segunda categoria empírica, tem-se: “Voluntariado: Uma Vocação”. O título dessa categoria empírica provém da verificação que, o trabalho desenvolvido pelos voluntários do Raio de Sol se dá por uma vocação, ou seja, por um dom que deve ser canalizado para essa atividade. A terceira categoria empírica intitula-se: “Plantão Nota 10”. Ela foi percebida como uma necessidade motivada pelos voluntários de deixar de lado sentimentos que impeçam a realização de um bom trabalho para desenvolver, assim, a função do voluntário de proporcionar, incondicionalmente, alívio e apoio emocional aos pacientes. De acordo com o que foi apurado na realização das entrevistas, os voluntários revelaram que havia uma concepção sobre o câncer, que foi modificada ao longo do trabalho do Raio de Sol – que traduz a construção da quarta categoria empírica: “Significação e Resignificação do Câncer”. Como última categoria empírica, apresenta-se: Morte: “Tristeza Não, Saudade Sim”. O título dessa categoria provém da fala de um dos voluntários e expressa que a saudade é sentimento positivo que traz lembranças, e que, apesar da falta que a morte acarreta nas pessoas, não deixa marcas de tristeza e amargura, que impossibilitaria ao voluntário exercer um trabalho eficiente, proporcionando o verdadeiro alívio aos demais pacientes que sofrem com a doença. Acredita-se que esta pesquisa possa auxiliar na valorização do trabalho voluntário, assim como na possibilidade de reformulação dos moldes de treinamento voltado ao Raio de Sol, no sentido de averiguar se a procura pelo Projeto responde ao real interesse do voluntário, levando em consideração esta investigação no momento da avaliação da desistência do Projeto. Além disso, como foi ressaltado pelos voluntários entrevistados, há uma necessidade premente de contínuo suporte técnico e emocional para um aprimoramento da execução do trabalho.

**Palavras-chaves:** Representações sociais, Câncer infanto-juvenil, Voluntariado, Enfrentamento da morte

**Atividade:** LINGUAGEM POÉTICA E PRODUÇÃO DE IMAGENS NA OBRA DE MANOEL DE BARROS  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** LINGUAGEM POÉTICA E PRODUÇÃO DE IMAGENS NA OBRA DE MANOEL DE BARROS

**Autor(es):** Jorge José Maciel Melo

**Resumo:** Em que as artes, e mais especificamente a literatura, podem contribuir para o pensamento filosófico, ou mesmo psicológico? Vários foram os literatos que não se restringiram a uma escrita puramente ficcional, mas puseram seu fazer a serviço do pensamento, extrapolando fronteiras entre os gêneros, misturando as realidades empíricas. Textos literários de Dostoiévski, Lawrence, Proust, Bataille, Miller, só para citar alguns, reportam-se muitas vezes, implícita ou explicitamente, a correntes filosóficas ou mesmo à ciência em geral. De modo inverso, inúmeros filósofos, lingüistas e psicólogos fizeram uso da literatura para compor suas teorias. No entanto, para cada território, científico, filosófico ou literário, devemos estabelecer a

especificidade do pensamento. Para Deleuze (Proust e os signos, 1987), Proust levantou uma das maiores críticas ao modelo filosófico tradicional, tratando, não obstante, de personagens, e não de conceitos. Mas se a literatura não produz conceitos, o que ela produz? Afectos e perceptos, blocos de sensação, se seguirmos ainda o mesmo filósofo. E, dependendo da obra, tais efeitos podem nos fazer variar imensamente os objetos de estudo, trate-se da sociabilidade de uma época, de sua moral, etc. Objeto privilegiado deste estudo, a obra de Manoel de Barros sustenta o mérito de ter produzido um dos mais inventivos modos de poesia, com procedimentos de escrita tão subversivos e atraentes que já não podemos senão rirmo-nos de nossa própria língua ou da loucura a que ela nos leva. Seu efeito sobre nós é levar-nos a estranhar fundamentalmente nossa língua e o uso que fazemos dela. Inúmeras questões se destacam em sua leitura: por quê certas coisas devem ser ditas de determinada maneira e não de outra? O que sustenta a conduta do dizer (ou a própria comunicação)? O que acontece se tal conduta vier a baixo? O que uma palavra realmente significa? E se ela puder significar muito mais? Por quê, quando crianças, nossos enunciados riquíssimos, cheios de criação e espontaneidade, são tão constantemente encarados como erro, infantilidade, debilidade – ou pelo menos, algo passageiro e que dará necessariamente lugar a um modus operandi correto, maduro e responsável? E se a língua puder nos levar a horizontes muito mais fantásticos e inexplorados, se cada tentativa de expressar algo passar sempre pelo torpor de dizer mais do que esse algo, se, ao mantermo-nos em um solo gramatical comum, estivermos obscurecendo a verdadeira potência de uma de nossas faculdades mais interessantes, a Imaginação? Para fins de estudo, foram estabelecidas até o momento três linhas de investigação da obra de Manoel: 1) o procedimento de escrita, onde são descritas as distorções sintáticas e semânticas singulares que o autor criou, além de sua influência pelos procedimentos pictóricos dadaístas de colagem e sua importância para uma reinvenção da escrita poética; 2) a matéria de poesia, em que se assinala a preferência do autor por coisas “ínfimas”, “jogadas fora”, habitantes do chão e do lixo, personagens “loucos de pedra e estandarte” etc. e os efeitos disto para uma transvaloração dos valores hegemônicos, muitas vezes comerciais ou de uso; 3) o processo de produção de imagens novas, inesperadas, completamente destacadas de uma imaginação comum e que tem sua condição de possibilidade na articulação entre uma poética das palavras e uma imaginação inventiva, ou seja, destituída do princípio de reconhecimento. Com o estudo aprofundado do poeta pantanense, objetiva-se investigar justamente este solo imagético-linguístico, a condição de possibilidade da imaginação humana ser ativada e impulsionada a preencher formas vazias de ser, dar ser a coisas não ditas, como em enunciados do tipo “o sapo engole as auroras” (O livro das ignorâncias, 1993), “ia o Silêncio pela rua carregando um bêbado” (Ensaio fotográficos, 2000) ou “do lugar onde estou já fui embora” (Livro sobre Nada, 1996), e que não apenas se reporta ao modo funcional autêntico das crianças, mas também a uma abertura no sistema parcialmente “acomodado”, “inflexível”, do adulto. Seguindo a teoria diferencial das faculdades de Deleuze, tal como exposta em Diferença e Repetição (2006), a Imaginação deve ser concebida em sua singularidade, capaz de produzir objetos diferentes daqueles próprios de faculdades como a Memória, a Sensibilidade ou o Pensamento, mas capaz de se agenciar a estas e impulsionar a existência humana a novos horizontes.

**Palavras-chaves:** Manoel de Barros, Língua, Literatura, Imaginação

**Atividade:** Reflexões acerca da noção de tempo  
(Mesas Redondas)

**Trabalho:** O tempo em Lavoura arcaica

**Autor(es):** Renato Cury Tardivo

**Resumo:** A escolha pelo romance Lavoura arcaica, de Raduan Nassar, para discutir a dimensão temporal não é aleatória. A narrativa consiste na volta de um filho – André – para casa e está dividida em duas partes: “A partida” e “O retorno”. A primeira se passa no quartinho de pensão que André escolhe como morada e é marcada por uma dura conversa entre ele e o irmão mais velho – Pedro –, que sai de casa com a missão de trazê-lo de volta. A segunda parte trata de volta de André ao seio da família. É justamente entre esses dois momentos, ou, como sugere o título, entre os termos “lavoura” (que remete ao futuro) e “arcaica” (que remete ao passado), que



o texto de Raduan Nassar sai a galope. Mas o tempo, no retorno de André à casa, já não é mais o mesmo. Mudanças irreversíveis acometeram aquela família - é o que o tom trágico da narrativa trata de revelar: a dor de André (e, ao fim, a dor de toda a família) é sobretudo a dor do tempo. Não é por acaso que ele - o tempo - seja uma das personagens do romance. Assim, para o patriarca, sábio é aquele que respeita o tempo, pois o tempo é como um deus. Para André, por sua vez, o tempo deve ser ainda mais respeitado, posto que se aproxima à figura do diabo. Neste embate entre deus e o diabo resta, para o destino da família, o desfecho mais trágico: sua violenta dissolução. Quem conta a história é o narrador-personagem, André, que, por ter sofrido a dor do tempo, volta o olhar à trágica história da sua família e organiza, com rigor - diga-se -, por meio do verbo. É assim que podemos localizar dois narradores: um André que reflete e conta aquela história, e um André que a (re)vive justamente nas linhas do romance. Mas passemos então rapidamente pela estrutura narrativa da obra. Há um primeiro momento marcado pelas leis rígidas do pai (e que remontam aos tempos do avô); o corpo de André, no entanto, sufocado por essa rigidez e pelo excesso de afeto da mãe, trata de gritar por seus direitos - que vão explodir no incesto com a irmã, Ana; daí, diante da impossibilidade da experiência desse amor, André deixa a família. Na sua volta, as páginas do livro, ao invés de um retorno circular, nos apresentam uma volta em espiral. Já não se pode repetir o antigo modelo. Em "O retorno", o tempo é outro: o da ação acabada. Ou seja, toda a história nos traz uma série de elementos para uma reflexão sobre a dimensão temporal, a partir de uma forte ruptura na estrutura daquela família, na vivência subjetiva dos personagens: seriam eles reféns do tempo ou justamente os seus artífices? Seria o homem capaz de tamanho controle racional sobre o tempo (como pregou Iohána) ou ele o deve temer (como faz André) devido a suas traiçoeiras armadilhas? Com efeito, apesar de abordar um grande drama familiar e de falar sobre grupos e excluídos, não seria exagero afirmar que Lavoura arcaica é, também, um tratado sobre o tempo. Assim, esperamos poder discutir com os colegas de mesa e verificar a pertinência do diálogo entre fatias destas três diferentes áreas do saber tão caras à Psicologia: as artes, a filosofia e as neurociências.

**Palavras-chaves:** Lavoura arcaica, Psicologia da arte, tragédia

**Trabalho:** O tempo e o outro: reflexões a partir da obra de Emmanuel Lévinas

**Autor(es):** Danilo Silva Guimarães

**Resumo:** Entre 1946 e 1947 o filósofo Lituano, erradicado na França, Emmanuel Lévinas (1906-1995) realizou um conjunto de quatro conferências intituladas "Le Temps et l'Autre". Nessas conferências ele apresentou uma concepção do tempo como uma relação do pensamento com o "Absolutamente Outro, o Transcendente, o Infinito". Desse modo, a noção de tempo, tal como Lévinas propõe difere da concepção clássica que divide o tempo em minutos e segundos, que estabelece um parâmetro universal da passagem do tempo. Lévinas foi aluno e tradutor de Edmund Husserl (1849-1938) de quem recebeu grande influência intelectual. Outro discípulo de Husserl que marcou fortemente o pensamento de Lévinas foi o filósofo alemão Martin Heidegger (1889-1976). Lévinas faz críticas ao discurso filosófico ocidental que vem historicamente se propondo a iluminar a "existência" sob um conceito unificado: seja situando os homens como parte de uma existência que os englobaria; seja situando os homens como definidores dessa existência. Lévinas aponta que a lógica totalizante compreende a multiplicidade como degradação do Uno, ou seja, toda divergência tenderia a encontrar uma comunidade (previamente perdida) num horizonte em que se expressaria a essência das coisas mesmas. Lévinas, por sua vez, fundamenta filosoficamente a multiplicidade social, apontando a exterioridade do homem em relação à existência impessoal. Afirmar essa exterioridade implica apontar a ausência essencial de um plano comunitário sob o qual as relações intersubjetivas se estabeleceriam. É numa dimensão anárquica, de uma multiplicidade de seres sem totalidade, irreconciliável e inadequada a conceitualizações, que o rosto do "outro" se apresenta ao "eu". A apresentação de um ser exterior ao "eu" se dá pela abertura do rosto de outrem que lhe desperta o desejo. Para Lévinas a relação de alteridade conduz a uma dualidade de movimentos do eu em que se apresentam, tanto endereçamentos a outrem, quanto recolhimentos na interioridade de si-mesmo. Segundo o filósofo, esses movimentos são fundamentais para a compreensão da essencialidade do tempo e seu desmembramento em passado, presente e futuro. Entre o passado - o definitivo do ser - e o futuro - eterno desconhecido - estaria a liberdade de uma

consciência capaz de assumir sua existência determinando a sua própria significação. O tempo, para Lévinas, é entendido como um processo de ressurreição do eu que sofre a cada instante de interdição à sua liberdade. Essa interdição é realizada por outrem, pela exterioridade, que é exterior ao instante presente. A interdição (recusa ou negação pela diferença de outrem), entendida como morte num extremo, contudo, não mata o sujeito, mas produz-lhe sofrimento. A esperança (possibilidade de adiamento da morte ou realização da liberdade desejada), por sua vez, se expressa como resgate do presente num retorno à interioridade. Assim, a dialética da relação com outrem se configura como a própria dialética do tempo. O problema do tempo, para Lévinas, encontra-se fundamentalmente ligado à dimensão do diálogo e da relação social. Ao longo da Iniciação Científica e do mestrado, estudamos um conjunto de relações sociais que se estabeleceram entre jogadores de RPG (role-playing games), a partir do referencial epistemológico da psicologia semiótico - construtivista. Em nossa análise de diálogos, realizados em sessões desse jogo de representação de papéis, percebemos momentos de tensão, inquietação e desassossego, característicos das relações de alteridade, que se alternavam com momentos em que o tecido dialógico apontou para a convergência, ou seja, compartilhamento e consenso sobre os temas da conversa e sobre as posições relativas dos interlocutores. Os desentendimentos evidenciaram rupturas no compartilhamento intersubjetivo, algumas delas geradoras de tensão, que demandaram transições para a continuidade da relação eu-outro. Segundo nossa perspectiva, as rupturas são suportadas pelos recursos simbólicos apresentados no próprio contexto comunicativo, transformando esses recursos e o contexto da experiência vivida. Inspirados em nossas reflexões acerca das considerações de Lévinas sobre a dialética do tempo, procuraremos explicitar, na análise dos instantes de sessões do jogo de RPG, os modos como os jogadores produziam e lidavam com movimentos de ruptura provocadores de tensões. Alguns desses movimentos implicaram em tentativas de reorganização das fronteiras do eu e a percepção de marcas sofridas pelas ações: os limites e as balizas que destinam caminhos possíveis com nova exposição ao contato com os outros. Procuraremos mostrar os vestígios das relações de alteridade nas experiências subjetivas evidenciando a historicidade do desenvolvimento implicado nesse modo de relação eu-outro.

**Palavras-chaves:** Emmanuel Lévinas, Alteridade, Relação social, psicologia semiótico - construtivista

**Trabalho:** A construção do presente na neurociência

**Autor(es):** André Mascioli Cravo

**Resumo:** Em 1850, Hermann von Helmholtz mediu a velocidade de transmissão de um impulso nervoso, derrubando assim todas as especulações acerca da simultaneidade entre estimulação física e percepção consciente. Com isso, um novo campo de pesquisa foi aberto com o intuito de relacionar os aspectos temporais da experiência consciente com propriedades temporais de impulsos nervosos. Os impulsos nervosos produzidos por tudo o que sentimos, tais como sons, imagens e cheiros, possuem uma velocidade finita de condução, bem como diferentes tempos de processamento neural. As sensações chegam ao nosso cérebro em momentos distintos, mesmo que tenham partido de um mesmo objeto, ao mesmo tempo. Com alguma prática, nosso cérebro é hábil em juntar estímulos assíncronos, fazendo-os parecer simultâneos, tal como percebemos, ilusoriamente como síncronos, a imagem dos lábios ao se moverem e o som da voz de quem fala. A ilusão de uma consciência instantânea, e simultânea aos estímulos sensoriais que a evocam, foi denominada, por William James, de “presente especioso”. James considera o presente como sendo ilusório não apenas pelo conteúdo temporal de nossas consciências surgir com atraso em relação ao mundo, ou por dar coerência temporal a uma atividade neural inevitavelmente assíncrona, mas também por perceber que o “presente” é uma sensação estendida no tempo, possivelmente exigindo a revocação de uma “passado” recente, guardado em uma memória de curtíssimo prazo, além da expectativa de um “futuro” iminente. Resultados de outros e de nosso próprio laboratório demonstram, consistentemente, que dois estímulos simultâneos, quer sejam visuais, auditivos ou tácteis, poderão ou não ser percebidos como simultâneos, dependendo de vários fatores psicofísicos, dentre eles o foco de nossa atenção. Em um típico experimento de julgamento de ordem temporal (JOT), um voluntário senta-se à frente do monitor de um computador e fixa seu olhar em um ponto

demarcado da tela, onde serão apresentados, em uma rápida sucessão, dois estímulos visuais (por exemplo, dois pontos luminosos separados por uma certa distância). Sua tarefa é reportar qual dos estímulos foi percebido primeiro. Se o voluntário prestar a atenção ao local onde um dos estímulos será apresentado (mesmo que não dirija o seu olhar àquele local), são muito maiores as chances de que o perceba como antecedendo ao outro estímulo, mesmo que ambos sejam simultâneos. Nesse caso, a alocação da atenção, a um ou outro estímulo, teria papel fundamental na percepção de ordem destes dois estímulos. As nossas percepções de espaço e tempo também não cursam de maneira independente, e tarefas perceptivas que exigem um julgamento espaço-temporal possuem uma longa história na neurociência e ficaram conhecidos como experimentos de complicação, idealizados pelo pai da psicologia fisiológica, Wilhelm Wundt (1832-1920). Tais experimentos envolviam a comparação simultânea de estímulos em movimento contínuo e estímulos de apresentação súbita. Mais recentemente, o interesse em experimentos de complicação foi reavivado pela descoberta de uma ilusão visual simples, porém ainda muito controversa: o efeito flash-lag. Nessa ilusão, um objeto em movimento é percebido como estando à frente de sua real posição no instante em que um evento, ocorrendo subitamente, é utilizado como referencial no tempo. Muito se tem debatido sobre as origens neurofisiológicas desse fenômeno, mas um aspecto que pudemos demonstrar com alguma segurança é sua modulação por fatores atencionais: a magnitude do efeito flash-lag aumenta ou diminui à medida que prestamos menos ou mais atenção aos estímulos em questão. A modulação atencional de uma ilusão envolvendo a percepção de tempo e espaço sugere, mais uma vez, que a atenção entre em cena com um papel fundamental na percepção de eventos espaço-temporais. Um resultado recente de nosso e outros laboratórios mostram ainda que essa ilusão pode ser modulada também pela participação motora do sujeito. Quando o sujeito produz o flash, apertando um botão por exemplo, a magnitude do efeito é diminuída. Esse resultado, ainda sem explicação consensual, parece sugerir que a ação motora pode também influenciar a percepção temporal de estímulos visuais, podendo até compartilhar de mecanismos atencionais. Este conjunto de resultados sugere que a atenção e previsibilidade são aspectos fundamentais na percepção de instantes no tempo. Um estímulo inesperado além de processado mais lentamente que estímulos já presentes no campo visual do sujeito, também modifica o processamento destes.

**Palavras-chaves:** Percepção temporal, Neurociências, Neurofisiologia

**Atividade: POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE O GRAU DE CONHECIMENTO DE TEORIAS PSICOLÓGICAS E A AVALIAÇÃO QUE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA FAZEM DE UM TEXTO CIENTÍFICO (Paineis)**

**Trabalho: POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE O GRAU DE CONHECIMENTO DE TEORIAS PSICOLÓGICAS E A AVALIAÇÃO QUE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA FAZEM DE UM TEXTO CIENTÍFICO**

**Autor(es):** Artur Evilásio Ribeiro do Valle Bezerra, Christian Vichi, Héli da Luana Reis

**Resumo:** É bastante conhecido na literatura que, tanto na psicologia como na educação e nas demais ciências humanas, o nome de B. F. Skinner e a teoria a ele associada, o Behaviorismo Radical, apresentam certa conotação negativa. A literatura especializada sobre o tema aponta como causa múltiplos fatores, entre eles: a diferença entre sua visão de homem defendida pela análise do comportamento e a defendida pelo pensamento ocidental vigente; o pequeno número de professores versados na área disponíveis e; a abundância de material didático inadequado nos diversos livros introdutórios de psicologia, que causariam uma aprendizagem errônea. O presente estudo buscou investigar de que maneira os nomes de B. F. Skinner e J. Piaget podiam influenciar o modo como leitores, estudantes de pedagogia de terceiro e quinto períodos de uma universidade pública em Juazeiro – BA, avaliavam a qualidade de um texto científico, e se esta avaliação se relacionava a um conhecimento mais ou menos acurado da obra dos autores; para este fim foram usados dois instrumentos criados com esta finalidade exclusivamente. O primeiro instrumento era composto por questões que buscavam levantar dados acerca dos participantes

e, em seguida, apresentava um recorte de um texto de Thomas Kuhn assinado por Skinner, Piaget ou um autor anônimo, cada participante recebia um instrumento com o texto ficticiamente assinado por um dos três autores; ainda no mesmo instrumento o participante deveria julgar a qualidade do texto em questão assinalando uma nota numa escala likert que variava de zero (0) a cinco (5) para doze classes de adjetivos dicotômicos. Após terem respondido ao instrumento 1 os participantes que houvessem lido um texto assinado por Skinner ou Piaget recebiam outro instrumento com 20 questões sobre a teoria do autor que assinava o texto; os participantes que leram o texto anônimo eram dispensados. Os resultados mostraram que os alunos de pedagogia do terceiro período noturno avaliavam mais favoravelmente um texto científico assinado por Piaget do que um assinado por Skinner, no entanto, esse quadro se invertia entre os alunos do quinto período que avaliaram mais favoravelmente o texto assinado por Skinner. Além disso, a avaliação de qualidade variava nas mesmas direções que do grau de conhecimento da teoria demonstrado pelos participantes, ou seja, o grupo que conhecia melhor as propostas de um dos autores também avaliou de modo mais favorável um texto de sua autoria. Tais resultados, embora parciais, têm se mostrado discordantes da literatura revisada que apontava para um nível de avaliação semelhante dos textos assinados por diferentes autores, em alunos iniciantes de cursos de psicologia, e níveis diferenciados para alunos que estavam finalizando o curso; os resultados também sinalizam para a possibilidade das variáveis “conhecimento da obra do autor” e “avaliação de um texto assinado pelo autor” estarem relacionadas. Numa etapa posterior a pesquisa irá investigar um número maior de estudantes de pedagogia, inclusive estudantes de outras cidades e outras universidades a fim de averiguar a generalidade destes dados.

**Palavras-chaves:** Psicologia, Skinner, Educação, Piaget

**Atividade: ADOÇÃO  
(Paineis)**

**Trabalho: ADOÇÃO: MÃES BIOLÓGICAS E MÃES ADOTANTES**

**Autor(es):** Anna Paula de Andrade

**Resumo:** A prática da adoção existiu nos países de direito romano estabelecendo suas bases legais na idéia de filiação conferida por um certificado aos pais adotivos, anulando a filiação biológica e garantindo, através do adotado, a transmissão do nome de família (MONTEIRO, 1997). A adoção legal passou a ser usada nos países de direito anglo-saxão após a Primeira Grande Guerra para prover pais aos órfãos, “filhos de heróis”. No Brasil, a adoção foi regulamentada através do código civil de 1916, com a Lei nº 3.071, a qual determinava que somente os maiores de 50 anos podiam adotar, a diferença de idade exigida entre o adotante e o adotado era de 18 anos e a adoção por duas pessoas só era possível se estas fossem casadas. Mesmo com a lei, a adoção acontecia, muitas vezes, de forma ilegal, denominada de “Adoção à brasileira” (COSTA, 1988) onde pessoas de qualquer estado civil registravam como próprios os filhos de outros. A Lei que disciplina a adoção de crianças e de adolescentes atualmente é a Lei de nº 8.069/ 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A concepção que esta sustenta é a Doutrina de Proteção Integral que prioriza a criança e o adolescente em seu direito de cidadão brasileiro. O psicólogo jurídico, por “compreender a linguagem inconsciente e traduzir o que realmente aquelas pessoas estão procurando e se a criança encontra-se, naquele momento, com disponibilidade interna para estar sendo adotada” (RAMOS, 1994, p.151) terá, na adoção, o papel de fazer acompanhamento psicológico da criança que será adotada e do(s) adotante(s). A referida pesquisa foi sobre a teoria de adoção em relação à mãe adotante e à mãe biológica. Foram entrevistados um psicólogo jurídico (para entendimento da atuação do psicólogo nessa área), seis mães biológicas (para a compreensão do que leva uma mãe a doar o filho) e cinco mães adotantes (para captar o motivo de tomar o filho de outrem como seu). Constatou-se que a faixa etária das mães ao doar o filho consta entre 25 e 30 anos, tendo como principais motivos à situação financeira e o contexto familiar em que se encontravam. Em relação às mães adotantes notou-se que poucas escolhem as características da criança, visto que isso não ocorre durante a gravidez; a motivação delas seria o desejo de ser mãe, independente de já terem filhos biológicos. Constatou-se também que adoções ocorridas legalmente, acompanhadas pelo psicólogo jurídico, são bem sucedidas, e, portanto, a participação dele no processo de adoção é

indispensável.

**Palavras-chaves:** Adoção, Psicologia Jurídica, Mães

**Atividade:** O ócio como espaço privilegiado de produção subjetiva (Mesas Redondas)

**Trabalho:** Educação para o ócio: uma necessidade que se impõe no contexto atual.

**Autor(es):** Jose Clerton de Oliveira Martins

**Resumo:** Este tema é decorrente da experiência no estágio pós-doutoral desenvolvido pelo autor entre novembro de 2005 e julho de 2006 na Universidade de Deusto (Espanha), especificamente no Instituto de Estudos de Ócio da referida Universidade. No estudo, analisou-se o modelo de educação para o ócio proposto pela Universidade de Deusto, visando pressupostos teóricos para um projeto de Educação para o Ócio no tempo destinado ao trabalho e ao Tempo Livre, como uma necessidade da atualidade. Para tal, consideramos essencial revisitar o conceito e as compreensões do termo Ócio, pois apenas assim, chegaremos a um entendimento desprovido dos valores preconceituosos originados na cultura ocidental decorrente da revolução industrial e dos valores capitalistas. A partir do observado no estudo, infere-se que a implementação da Educação para o Ócio em espaços diversos e sobretudo na organização de trabalho, levaria à possibilidade de uma condição mais humanizada frente ao trabalho, ocasionada pela descoberta de valores desenvolvidos ou reconhecidos que se refletiriam além da organização, potencializando os sujeitos para o enfrentamento do sofrimento inerente a vida dentro e fora do trabalho. Em termos metodológicos desenvolvemos um estudo qualitativo na modalidade do estudo de caso, com base etnográfica e fenomenológica, a partir da análise de resultados da aplicação do método de Educação para o Ócio na experiência dos investigadores de Deusto, e ainda da experiência na definição dos princípios do referido modelo. O plano de trabalho dividiu-se em três fases: a primeira constou de uma introdução ao campo buscando descobrir a gênese do modelo, a segunda estabeleceu fases para uma interrelação com o campo e a terceira voltou-se para a sistematização de um relato final criterioso, pautado em escritos definidos nas fases anteriores, contrastados com a participação em eventos acadêmicos promovidos pelo Instituto de Estudos de Ócio. A partir do campo empírico e teórico, observamos que a sociedade ocidental atual impõe como valor de referência o capital, o lucro e volta-se a produzir conhecimento aplicado a estes valores. Desta forma, as instituições em todos os níveis voltam-se a tornar cada vez mais possível o vigor desse valor, elaborando homens que num momento produzem e noutro consomem. Neste contexto tudo volta-se para justificar tais valores e tudo é direcionado para fortalecê-los enquanto crença, inclusive o processo educativo/formativo para o trabalho e para a vida. Observa-se que na evolução das lutas trabalhistas, instituiu-se como tempo máximo de trabalho, no caso brasileiro, oito horas diárias, vislumbrando outros tempos importantes necessários às outras dimensões humanas de realização, satisfação e desenvolvimento. No entanto, numa observação geral, o homem comum dedica oito horas ao trabalho, oito horas para reconstituição da sua força de trabalho e mais outras oito voltam-se aos cuidados com o corpo, intelecto, vida social etc. Observa-se que apesar de todo um reconhecimento constitucional para os instantes pretensamente livres, a falta de uma educação para o ócio, aqui compreendida como uma consciência para o desfrutar de um tempo/espaço/experiência dedicado ao desenvolvimento pessoal, termina por minar todo o potencial de criatividade, transformando o homem em uma mera extensão de sua vida laboral e o ócio, num apêndice do trabalho. O tempo livre na atualidade não é verdadeiramente livre e nem é poupado de estereótipos comportamentais que desvirtuam o seu conceito original, principalmente por estar sujeito ao condicionamento econômico/produtivo, que amarra o trabalhador a uma condição massificadora e homogeneizante de sentidos. A função da educação seria o cultivo da inteligência que possibilite aos indivíduos o desenvolvimento de sua capacidade de pensar livremente. Educar significa conduzir para a compreensão do que é importante, distinguindo o essencial do efêmero. Desta maneira, o conhecimento deixa de ser um mero ingrediente que leva a aptidão técnica destinada ao exercício de uma função, tarefa, ou cargo para se tornar um hábito de busca da satisfação constituindo-se assim numa defesa contra o consumismo leviano que aliena.

**Palavras-chaves:** Educação, Ócio, Tempo livre, Trabalho, Organizações

**Trabalho:** Ócio x Trabalho: por uma nova redistribuição de domínio temporal?

**Autor(es):** Cássio Adriano Braz de Aquino

**Resumo:** Ao longo da modernidade, e, principalmente sob os auspícios da sociedade industrial, o trabalho ocupou lugar de destaque, tanto como atividade responsável pela atribuição de um `locus` social do sujeito, como também enquanto categoria fundamental de constituição da identidade desse sujeito. Seja pelo viés mais sociológico, seja pelo viés mais psicológico, fica claro que o trabalho torna-se central para os estudos da psicologia social, berço da sua reflexão na ciência psicológica. O surgimento e posterior desenvolvimento da psicologia organizacional e do trabalho - compreendidos aí suas diversas denominações -, entretanto, parece ter relevado essa origem a um segundo plano e centrado-se fundamentalmente nas demandas produtivistas que estavam profundamente afinadas ao modo de produção taylorista-fordista. Estudos sobre seleção, treinamento, motivação, comprometimento organizacional, etc; denotaram uma preocupação lógica de vinculação entre as demandas organizacionais e dos trabalhadores, que atendiam ao próprio delineamento da sociedade industrial. A reestruturação produtiva, no entanto, tem alterado radicalmente esse quadro, o que requer uma análise diferenciada do próprio cenário onde a atividade laboral ocupa o papel de protagonista. Os estudos que estamos desenvolvendo ao longo dos últimos oito anos e que resultaram inclusive numa tese doutoral defendida na Universidade Complutense de Madri, tentam situar esse novo contexto do mundo do trabalho, mantendo, entretanto, a compreensão da sua centralidade tanto no âmbito da estruturação social como na produção subjetiva dos cidadãos. Frente a diversidade de caminhos a percorrer para procedermos no nosso intento e reconhecendo a dificuldade metodológica que implica a confrontação de diferentes variáveis, optamos por privilegiar em nossas análises o estudo das transformações da temporalidade. Partindo do estudo das teorias dos tempos sociais tentamos focar as transformações sofridas pelo trabalho e o impacto dessas na produção subjetiva do trabalhador. O tempo, assim como o trabalho, é uma categoria complexa e de trânsito multidisciplinar, mas pouco estudado na psicologia, o que de certa forma cria dificuldades de aceitação e adaptação ao status quo dessa ciência. Tomando por base as reflexões de alguns dos principais autores que estudam os tempos sociais - Roger Sue, Gilles Pronovost, Giovanni Gasparini - vemos surgir um tema que demanda um olhar mais atento da psicologia, principalmente a psicologia social, qual seja, a perda do domínio do trabalho, ou para sermos mais precisos, do tempo de trabalho como atividade reguladora da ordem social. Dentro desse contexto e seguindo as premissas desses estudiosos surge no nosso espectro de análise o interesse no estudo sobre o ócio. Nosso intento nesse trabalho é analisar, a partir de uma nova dimensão temporal a importância do ócio como campo de estudo para as ciências sociais como um todo, e em particular, a psicologia social. O tempo, aqui, assume um caráter substantivo e subjetivo e não apenas cronológico, daí sua utilização como recurso de análise. Nosso percurso deriva de uma série de estudos realizados em alguns centros europeus que procuram articular uma certa autonomia do ócio frente a perda do domínio do trabalho como atividade responsável pelo ordenamento social e a necessidade de reconhecermos a partir do olhar multidisciplinar como analisar esse fenômeno social. Aqui tentaremos realizá-lo, tomando como referente nossa experiência do estudo de trabalho onde o tempo foi nossa categoria de base.

**Palavras-chaves:** tempo, trabalho, ócio, tempo livre

**Trabalho:** Tempo do trabalho, tempo do ócio: aproximações essenciais, divergências temporais

**Autor(es):** Iratan Bezerra Sabóia

**Resumo:** Historicamente a configuração do trabalho e do ócio aproximaram-se e se distanciaram a partir de determinados eventos histórico-sociais que refletiram profundas mudanças em cada uma dessas categorias separadamente e na indissociável relação entre elas. Nossos antepassados primitivos não possuíam a distinção de trabalho e de não-trabalho, logo suas atividades (que poderíamos considerar como laborais) resumiam-se a subsistência de si e

de sua pequena comunidade; nessa época havia, com efeito, uma indistinção da vivência do ócio e da vivência do trabalho e grande parte do tempo era empregada em atividades que encerravam em si mesma o motivo de exercê-la, ou seja o ócio autotélico segundo a Escola de Deusto. O início da propriedade privada trouxe consigo o emprego de escravos e uma rígida divisão do trabalho social, é nesse ponto onde acontece a primeira distanciação entre o trabalho e o ócio, sendo o primeiro imposto como atividade exclusiva para a casta de escravos. Entretanto o ócio como resgate de valores humanos se deu em seu apogeu na sociedade helênica, foram os Gregos, muitos anos depois da instituição da propriedade privada, que acusaram o ócio como a atividade essencialmente humana, pois era no exercício do ócio que o espírito, segundo os gregos antigos, podia transitar sobre as questões primeiras como a essência da Justiça, da Beleza, da Arte, da Sabedoria, em suma era na imersão do ócio, uma atividade profundamente criadora, que o homem podia produzir o conhecimento essencial à prática no mundo; assim eles próprios consideravam o ócio um trabalho per si, mas distinto e antagônico ao trabalho manual e de sobrevivência, como a colheita. O corte principal entre essas duas categorias vai acontecer com a positivação do trabalho feito pelo pensamento Protestante, ao enaltecer o trabalho enquanto atividade divina e redentora o protestantismo reverte a fórmula aplicada pelos helênicos na antiguidade, que consideravam o ócio divino, desta forma o ócio ficou relegado a um sub-espaço, quando não associado a uma atividade perniciosa que devia ser a todo custo evitada. Na atualidade o que podemos verificar é uma modificação nos ideais Protestantes, mas com a manutenção da positivação do trabalho, entretanto uma das mudanças que hoje se apresentam é um retorno a prática do ócio; do discurso médico, que incentiva os tempos de “parada” como coeficiente de qualidade de vida, ao discurso higiênico do capitalismo que não deseja trabalhadores mentalmente enfermos por exaustão laboral, passando pela prática do Turismo; como um resgate a uma humanização que o trabalho sem nenhum limite nos retira, parece mesmo que as sociedades humanas levaram mais de dois milênios e precisaram elevar o trabalho a sua máxima para perceber que o ócio é parte indissociável desse processo laboral e que é nele que o trabalho, enquanto atividade humana, encontra sua contra parte e seu complemento.

**Palavras-chaves:** tempo social,tempo de trabalho,ócio

**Atividade: Imperativos confessionais na modernidade (Paineis)**

**Trabalho:**Imperativos confessionais na modernidade

**Autor(es):** Ramon Cerqueira Gomes

**Resumo:** O cenário descrito por Foucault em História da Sexualidade I: A Vontade de Saber parece nos indicar que a prática incitadora do falar de si tem estado tão presente nas relações corriqueiras e formais, que nem nos damos conta da existência de múltiplos confessionários contemporâneos permeando as nossas vivências mais íntimas. O fato é que, segundo o autor, o sujeito moderno se transformou num “animal confidente”, seja o mais crédulo religioso, tanto quanto o mais cético ateu. No texto que nos ampara, analisam-se os vínculos da confissão com a proliferação dos discursos sexuais, mostrando que esse procedimento confessional constitui o corpus teórico-técnico das ciências humanas. Elucidando a questão que envolve a pesquisa, podemos inquirir: Existe relação entre a confissão originária do ambiente religioso e a pleora de dispositivos terapêuticos forjados pelas psicologias? Afinal, insinua o autor, tudo leva a crer que as psicologias decalcaram um modus operandis do espaço religioso cristão - a confissão - para montarem um dispositivo científico e técnico de saber-poder sobre a psique. Na visão de Foucault, ao verificarmos as receitas psicoterápicas modernas, especialmente a freudiana, é possível notar a utilização sistemática da confissão. A psicanálise, como participante da scientia sexualis, representa o modo culminante de uma terapia da psique que, segundo o autor, retoma para si a técnica arcaica da confissão religiosa. O autor insiste que a relação terapêutica ocorrendo nos moldes confessionais é um meio incisivo de se exercer a dominação sobre o sujeito através do poder-saber. Portanto, ao contrário da psicanálise revelar e libertar nossa sexualidade, ela domina a nossa própria experiência sexual, por uma articulação técnica do sexo contido no divã, pelos recursos racionais da confissão terapêutica. Em A Vontade de Saber,

constata-se que a tática confessional usufruída pelas psicoterapias se impõe com o aval da cientificidade, através da assertiva da “hipótese repressiva”: de que é preciso iluminar essa região reprimida da sexualidade. Para isso, a scientia sexualis prega que é preciso investir na ruptura das regras circundantes que sufocam a expressão nítida da sexualidade; que é necessário, enfim, retirar o sexo da regra do silêncio. Ele necessita ser dito para o bem do próprio sujeito. Nesse contexto, a psicoterapia freudiana exerce um papel fundamental nesse campo de saber moderno que incita o sujeito a falar de seu sexo. Mas, por que será que a ciência em plena modernidade, dotada de métodos inovadores rigorosos, no auge de seu status social se rende à técnica da confissão? Essa questão nos leva a recolocar o lugar privilegiado desta técnica que marca preponderantemente a configuração da ciência do homem nos tempos modernos. Importa muito instigar, inquirir, incomodar o paciente ou o objeto humano em discussão para que fale, enuncie-se, e desse modo, confesse-se. Pelas vias racionais, o sujeito é conduzido a uma forma particular de experiência de locução rigorosamente instituída que induz um domínio sobre o confidente, não só na psicoterapia, mas em todas as formas de saberes humanos que suscitam a confissão. O estudo, por conseguinte, dessas exigências confessionais que ultrapassam o campo religioso é relevante para examinar os caminhos múltiplos da confiança que desnudam as mais íntimas vivências do indivíduo, em prol de uma técnica de trabalho na modernidade que não hesita em justificar e praticar as mais diversas terapias e procedimentos confessionais no contexto do trabalho. Nesse ponto poder-se-á, então, tratar criticamente a via de mão-dupla do discurso de si e a vulnerabilidade latente do confidente se submeter a outro efeito que ele comumente não concebe: o controle. Pretende-se investigar a técnica confessional como participante de um rol avolumado de práticas terapêuticas e científicas, analisando a genealogia proposta por Foucault. Discutem-se algumas de suas implicações na psicoterapia, especialmente na freudiana, e nas práticas de trabalho modernas, apontando exemplos no Direito e na Administração a fim de enfatizar a disseminação do ritual da confissão, apontada por Foucault, nos saberes modernos. Num primeiro momento, apresenta-se a genealogia da confissão pelo autor, em seguida são tratados a psicoterapia e os procedimentos técnicos de saber-poder, nas ciências citadas acima, que promovem e utilizam a confissão. Também serão discutidos os seus efeitos relacionais e subjetivos resultantes da relação confidente-confessor e ainda apontar-se-á o aparecimento da scientia sexualis na modernidade. Essa pesquisa explora, como se vê, a idéia da confissão em História da Sexualidade I: A Vontade de Saber de Michel Foucault, buscando traçar uma discussão sobre o ritual da confissão ao longo do período histórico analisado pelo autor. Investiga as possibilidades que permitem observar o ritual confessional enquanto prática relacional do saber associado ao poder, identificando a ligação entre confissão e sexo. Pretende-se, igualmente, analisar a disseminação da confissão entre os saberes científicos modernos, principalmente na psicanálise, discutindo também exemplos de seu uso no Direito e na Administração. E, particularmente, analisa-se como ela se tornou um ritual do espírito científico para constituir as subjetividades.

**Palavras-chaves:** confissão, subjetividade, sexualidade

**Atividade: Pessoas que apresentam deficiência: um trabalho na perspectiva de entender o ser humano e respeitar suas diferenças (Paineis)**

**Trabalho:** Pessoas que apresentam deficiência: Um trabalho na perspectiva de entender o ser humano e respeitar suas diferenças

**Autor(es):** Mágnia Lúcia Bispo São Mateus, Aline Oliveira Machado

**Resumo:** Considerando o contexto sócio, econômico e cultural em que vivemos, o presente trabalho tem como proposta descrever como se apresenta a vivência de pessoas portadores de deficiência, melhorando a comunicação a respeito dessa população promovendo, assim, uma representação mais digna da mesma. Sob essa ótica, intentou-se averiguar quais as situações vividas concretamente por esta população, levando-se em consideração desde aspectos da estrutura física, a aspectos emocionais provenientes das dificuldades encontradas por ser um portador de deficiência física. Atualmente, diversas áreas se propõem a estudar este tema,



demanda que vem crescendo através de debates, discussões, seminários e encontros, almejando a busca de uma sociedade mais acolhedora, justa, e democrática, para que se faça valer o direito de ir e vir uma vez que, estrutura das sociedades, desde os seus primórdios, sempre inabilitou os portadores de deficiência, marginalizando-os e privando-os de liberdade. Essas pessoas, sem respeito, sem atendimento, sem direitos, sempre foram alvo de atitudes preconceituosas e ações impiedosas. Partindo desse pressuposto, o referido trabalho traz um registro histórico e empírico sobre a problemática dessas pessoas, mostrando suas implicações, visando ampliar as reflexões acerca das dificuldades enfrentadas por essa população. A dificuldade em aceitar as diferenças é um importante fator que causa barreiras dificultando o relacionamento sócio, econômico e cultural, causando assim uma imensa discriminação com o diferente a norma. Neste sentido, a compreensão desses aspectos constitui a base para a promoção da saúde psicológica e o bem estar destas pessoas. Para tanto, este estudo contou com relatos, utilizando-se uma entrevista semi-estruturada, de 8 deficientes físicos, congênitos e adquiridas. Dessa forma, ficou evidenciada a necessidade de possibilitar a esses sujeitos, sua independência e contribuição ativa para a sociedade em que vivem na busca da superação de desafios. Por fim, observou-se que além das dificuldades comuns relatadas por todos aqueles que sonham com a inclusão social, neste país, essas pessoas representam também a vitória na superação das barreiras enfrentadas para a sua permanência nos segmentos da sociedade. Segundo o relato dos participantes, pode-se constatar que a sociedade amadureceu, mas é muito pouco, ainda precisa tornar sua prática coerente com seu discurso, possibilitando não só uma inclusão em termos de estrutura física, mas também no tocante a integração social. Diante deste contexto, tornou-se evidente que existe a necessidade eminente de busca a soluções para a vida em uma sociedade, que tem na sua formação pessoas com limitações físicas, as quais devem ser levadas em consideração na busca por um país mais justo e desenvolvido, quebrando as barreiras físicas, sociais, psicológicas e culturais que as impedem de circular normalmente no espaço comum.

**Palavras-chaves:** Deficiência física, Discriminação, Promoção de Saúde

**Atividade: PSICOLOGIA E DIREITO NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Psicologia e Direito: um diálogo sobre a percepção de profissionais do direito do Distrito Federal na aplicação da Lei 9.099/95

**Autor(es):** Luisa de Marillac Xavier dos Passos Pantoja

**Resumo:** As reflexões sobre a crise paradigmática do conhecimento sobre o direito levaram ao surgimento de várias teorias críticas que, através dos seus discursos, procuram desconstruir o paradigma positivista, criando outras bases epistemológicas para a compreensão do fenômeno jurídico. Essa desconstrução vem ocorrendo na medida em que as reflexões críticas promovem revisões paradigmáticas das matrizes teórico-metodológicas a serem utilizadas, ampliando a compreensão do direito para além de um sistema de normas jurídicas. Inscreve-se nessa transição paradigmática o esforço pôr hegemonia de potenciais emancipatórios (atividade enunciativa de sujeitos, produtora de cidadania) sobre os potenciais reguladores; um abandono de referenciais colonizadores, verticalizantes, em prol de referenciais geradores de solidariedade, propiciadores de relações horizontais. Temos já uma gama de estudos que desestabilizam os pressupostos do paradigma positivista. Além disso, podemos contar com uma base principiológica constitucional razoável para dar suporte à transição ao novo paradigma, que tem como cerne a cidadania e a dignidade da pessoa humana e o comprometimento com a produção de relações sociais mais justas. Saindo do paradigma positivista, as respostas jurídicas ou as respostas de vida proporcionadas pelas práticas jurídicas deixam de ser o resultado de uma equação matemática, e passam a ser produto das várias subjetividades envolvidas no processo judicial. As pessoas envolvidas no processo (juiz, promotor, infrator, vítima, advogados, auxiliares da Justiça) e a comunidade passam a ter importância determinante nos resultados obtidos, especialmente quando se fala em Justiça como pacificação social. Nesse contexto, a possibilidade de se quebrar a verticalidade na relação entre os profissionais do direito

e as partes, e entre o sistema de Justiça e a comunidade, para propiciar o diálogo, é fundamental. A aproximação entre o direito e a psicologia - que procura enfatizar uma concepção de ser humano enquanto um ser de relações, parte essencial de uma rede social, que constrói sua identidade nesta interação social, provocando mudanças simultâneas em si e na sociedade - possibilita abertura de um território transdisciplinar essencial na construção de novos conhecimentos para essa transição paradigmática. O presente trabalho irá se utilizar de entrevistas realizadas em pesquisa com profissionais do direito do Distrito Federal, que aplicam a Lei 9.099/95, para avaliar as diferentes percepções desses sujeitos quanto à aplicação dessa lei, especialmente para verificar em que casos a aplicação da lei realmente significa uma prática transformadora no sentido de um novo modelo de Justiça penal. A Lei 9.099/95 instituiu no Brasil os Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Essa lei insere a oportunidade de conciliação e transação no processo penal no caso de infrações de menor potencial ofensivo e se orienta pelos objetivos de reparação dos danos sofridos pela vítima e de aplicação de penas não privativas de liberdade, alternativas à prisão. As medidas alternativas à prisão estão norteadas pelo moderno ideário inserido nas Regras Mínimas da ONU para a Elaboração de Medidas Não-privativas de Liberdade, as Regras de Tóquio (1990), surgiram como resposta à visão predominante, inicialmente, da Escola Clássica, que tratava o delito como uma ofensa ao Estado, e, mais tarde, com o enfoque da Escola Positivista, para a qual o objeto de estudo do crime deveria sediar-se na pessoa do delinqüente. Por outro lado, a responsabilidade é o conceito chave da aplicação das medidas alternativas, pois envolvem simultaneamente a punição e inserção social num processo de convivência social. (FALEIROS, 2001). Além disso, as Regras de Tóquio destacam a importância da participação da comunidade na aplicação das penas e medidas alternativas. A participação comunitária passa a ser um recurso capital e um dos meios mais importantes de reforçar laços entre os infratores submetidos a medidas não privativas de liberdade, suas famílias e a comunidade, promovendo oportunidades para o desenvolvimento dos sentidos de responsabilidade e de proteção para com a sociedade. Nesse contexto, a Lei 9099/95 sem dúvida implantou no Brasil condições para uma nova forma de aplicação da Justiça penal, visando também estabelecer uma política criminal em benefício do acusado, adotando assim uma lógica de responsabilização e inclusão social do agente do ato delituoso (GOMES, 1999). Portanto, a Lei 9.099/95 pode ser compreendida como importante marco na transição paradigmática da Justiça penal e bem assim do direito, pois preconiza um modelo consensual de Justiça criminal, em que a verdade e suas consequências deixam de ser construídas verticalmente, e possibilita o modelo integrador de reação ao delito, que considera o conflito em seu aspecto tridimensional: do ponto de vista do ofensor, do ponto de vista da vítima e do ponto de vista da comunidade. O diálogo Direito-Psicologia, sem excluir outras áreas do conhecimento, tem muito a contribuir para a aplicação dessa Lei com maior potencial transformador, oferecendo instrumental para uma abordagem que vise não apenas reformar o que aí está, mas romper com práticas reprodutoras de verticalidade, portanto, deficitárias em reparação e ressocialização

**Palavras-chaves:** Justiça Criminal, Medidas Alternativas, Comunidade, Interdisciplinaridade

**Trabalho:** O sistema de Justiça criminal e a violência doméstica contra a mulher: a perspectiva de mulheres vítimas de violência e dos profissionais responsáveis por seu acompanhamento

**Autor(es):** Suzana Canez da Cruz Lima, Claudiene Santos, Maria Eveline Cascardo Ramoso, Alessandra Campos Morato

**Resumo:** O presente trabalho propõe uma discussão acerca da relação entre o sistema de Justiça criminal e a violência doméstica contra a mulher no Distrito Federal, na perspectiva das mulheres vítimas de violência e dos profissionais responsáveis pelo seu acompanhamento (operadores de Justiça e técnicos). Os dados aqui apresentados fazem parte de uma pesquisa desenvolvida no Distrito Federal em 2006, numa parceria entre o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e a Universidade Católica de Brasília, com o objetivo de diagnosticar os casos de violência no casal heterossexual, notificados e acompanhados pelos Juizados Especiais Criminais do Distrito Federal em especial nas cidades satélites de Ceilândia e

Samambaia, com a finalidade de avaliação e proposição de alternativas para o Sistema de Justiça Criminal. Considera-se violência no casal a agressão, física ou psicológica, limitadora do livre exercício e gozo dos direitos humanos de uma pessoa praticada por alguém com quem ela já teve ou ainda tenha uma relação afetiva, de namoro, matrimônio ou união de fato. Como afirma Saffioti (2004), violência no casal é um modo de relação fundado no controle e na violência psicológica. Pesquisas sobre a violência praticada no espaço privado do lar ainda são escassas, o que dificulta a formulação de políticas públicas consistentes para o enfrentamento deste problema. Desse modo, essa pesquisa, de cunho quali-quantitativo visou contribuir para a compreensão deste fenômeno. A metodologia adotada para este estudo foi uma pesquisa documental baseada em sistemas de informação do MPDFT, nos processos judiciais selecionados por amostragem estratificada, nas localidades de Ceilândia e Samambaia, DF, compreendendo o período de agosto de 2003 a julho de 2006, para coleta de dados sobre o perfil do agressor e vítima, estrutura familiar, histórico da agressão, aplicação de medidas legais e processamento do autor. Para a coleta de dados qualitativos foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com mulheres vítimas de violência e profissionais (juizes, promotores, conciliadores e técnicos) envolvidos no acompanhamento desta problemática. O material referido foi analisado por tratamento estatístico e pela análise de conteúdo, conforme Bardin (1977). A estrutura familiar apresenta no geral casais com relação conjugal duradoura e com filhos. Um aspecto marcante, no caso das mulheres e agressores, é a transgeracionalidade da violência, ou seja, um histórico de violência na família de origem que implica na repetição deste padrão de relação. Os resultados indicam que a expectativa das mulheres vítimas de violência, no geral, é a resolução do conflito conjugal e não a punição do agressor, com o afastamento do lar ou prisão. Observou-se que existem práticas judiciárias diferenciadas no tratamento dos casos de violência doméstica, entretanto, predomina uma prática voltada para a harmonia familiar pelo uso da conciliação, o arquivamento dos processos e, com uma incidência maior em Samambaia, o encaminhamento para atendimento por equipes multiprofissionais dos envolvidos. Como medidas alternativas para o sistema Judiciário, a partir do relato dos operadores de Justiça, podem ser identificados dois aspectos importantes: a valorização das equipes multidisciplinares e terapêuticas no acompanhamento da vítima, agressores e familiares e a ênfase na atuação do Judiciário voltada para as transformações sociais, numa função preventiva, com a ampliação da rede social de apoio. Foi ressaltada a complexidade da problemática da violência doméstica que ultrapassa os limites do Judiciário e sociedade civil, inclusive com a criação e implementação de políticas públicas que diminuam assimetrias sociais e promovam a inclusão social.

**Palavras-chaves:** Violência doméstica, Transgeracionalidade, Família

**Trabalho:** A participação comunitária no contexto da justiça: uma investigação psicossocial

**Autor(es):** Maria Aparecida Penso, Maristela Muniz Gusmão

**Resumo:** O presente trabalho insere-se dentro da proposta da psicologia jurídica, em uma articulação entre a psicologia e o direito, e propõe uma discussão acerca da participação da comunidade e dos operadores do direito (juizes, defensores, e promotores) na definição, aplicação e execução de Medidas Alternativas e as implicações dessa participação em sua eficácia. Os dados aqui privilegiados fazem parte da Pesquisa "O papel da comunidade na aplicação e execução da Justiça penal", desenvolvida no Distrito Federal em 2006, em uma parceria entre o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e a Universidade Católica de Brasília. Esta pesquisa teve objetivo geral avaliar os mecanismos adotados pelo MPDFT para proporcionar a participação da comunidade na Justiça Penal. As medidas alternativas à prisão estão norteadas pelo moderno ideário inserido nas Regras Mínimas da ONU para a Elaboração de Medidas Não-privativas de Liberdade. As Regras de Tóquio (1990) consideram fundamental a busca de meios eficientes para ajudar indivíduos que cometem infrações de menor potencial ofensivo, denominados de autores do fato, na sua reinserção social, tendo em vista o colapso carcerário da atualidade. Compreende-se que as medidas alternativas se constroem num processo que envolve a punição, a educação e a reparação interna do autor do fato, sendo que neste último aspecto o papel da psicologia é fundamental, para proporcionar ao sujeito uma reflexão sobre a sua implicação subjetiva e social no ato cometido. Baseado em

procedimentos da metodologia qualitativa, foram estudados tanto a comunidade, representada por instituições não governamentais, instituições governamentais e instituições governamentais integrantes do sistema de Justiça; quanto os operadores do direito atuantes nos Juizados Especiais Criminais aplicando medidas alternativas. O instrumento de pesquisa utilizado para avaliar a percepção da comunidade sobre o fenômeno estudado foi o material produzido para documentar os Fóruns Comunitários de Medidas Alternativas do DF, denominados de cadernos de registro, realizados no decorrer do primeiro semestre de 2006. Já para a análise da percepção dos operadores do direito, utilizou-se como instrumento um roteiro de entrevistas semi-estruturada. O referido material foi analisado a partir da epistemologia qualitativa de Gonzalez Rey (1998), que propõe uma análise de conteúdo na perspectiva interpretativa-construtiva. Essa metodologia pressupõe a análise detalhada do material (caderno de registros, entrevistas, percepções do pesquisador, silêncios), visando o levantamento de indicadores e a construção de zonas de sentidos. O indicador é um momento hipotético no processo de produção da informação e as zonas de sentidos, são construções do pesquisador no seu contato com o sujeito pesquisado e com o material por ele produzido, sistematizado nos indicadores. Como resultados, a análise dos cadernos de registros apontou para as seguintes zonas de sentidos: Necessidade de aproximação com a Justiça; Necessidade de controle; Instrumentalização (capacitação); Reinserção social do autor do fato e a Necessidade de maior comprometimento da Justiça com o autor do fato. Na análise das entrevistas com os operadores do direito emergiram as seguintes zonas de sentido: Informação ou diálogo com a comunidade?; Relação utilitária com a comunidade; A Justiça como única e última esperança; O paradigma da vingança no lugar da punição e A Central de Medidas Alternativas - MPDFT como facilitadora da relação comunidade e Justiça. Tais zonas de sentido foram submetidas a uma atenta reflexão e discussão, onde se considerou as diferentes demandas e expectativas destes dois atores sociais, um em relação ao outro, onde conclui-se que o diálogo entre ambos é primordial para a eficácia das medidas alternativas.

**Palavras-chaves:** Psicologia e Justiça, Medidas alternativas, Inclusão social

**Atividade:** Grupo de vivência com moradoras de uma comunidade assistida pelo CRAS – uma abordagem fenomenológico-existencial (Experiências em Debate)

**Trabalho:** Grupo de vivência com moradoras de uma comunidade assistida pelo CRAS – uma abordagem fenomenológica existencial

**Autor(es):** Carla Valéria Nogueira

**Resumo:** As ações desenvolvidas no Centro de Referência da Assistência Social centralizam-se em torno da dinâmica da família e da comunidade, buscando o fortalecimento de seus vínculos e a promoção da autonomia dos sujeitos. Diante de um contexto em que as políticas de assistência social no Brasil ganham nova configuração, desfazendo-se de uma postura eminentemente assistencialista para a consideração do sujeito como agente ativo e potencialmente capaz de assumir e transformar sua realidade, oportunizou-se um processo de facilitação de um grupo vivencial, dentro do modelo da abordagem fenomenológica existencial, enfocando-se os princípios da Abordagem Centrada na Pessoa. O presente trabalho originou-se da atuação profissional em Psicologia no CRAS da zona rural do município de Itapipoca-CE, sendo desenvolvido no período de agosto à dezembro de 2006 com mulheres carentes da comunidade, com idades variadas, que participavam de um projeto de geração de renda através da confecção de bolsas de palha de milho. A demanda para constituição do grupo vivencial se deu a partir de queixas ligadas a problemáticas psicossociais, e da percepção de atitudes conformistas, apáticas e desintegradoras diante das situações de pobreza e violência intrafamiliar vivenciadas pelas moradoras. Configurando-se como uma rede de apoio e troca de experiências, a proposta do grupo vivencial surge como uma intervenção temporária e relativamente breve, acontecendo semanalmente. Teve como objetivo promover a conscientização e integração das experiências vivenciadas pelas moradoras, além da mobilização das próprias potencialidades do grupo, buscando desenvolvê-las de maneira a favorecer sua conservação e seu enriquecimento no sentido de superação dos problemas. Fundamentando-se no modelo de relação Eu-Tu,

desenvolvido por Buber (1979); no sentido de interpretação expresso por Heidegger (1979); e apoiado ainda nas condições facilitadoras elucidadas por Rogers (1976), o modelo de facilitação desenvolvido buscou transcender a dicotomia sujeito-objeto, abandonando a postura distanciada e intelectualizante própria dessa relação, a fim de compreender o outro em termos de uma elucidação puramente fenomenológica. As sessões não se davam a partir de programações prévias. Do contrário, as problemáticas eram expressas de forma espontânea e trabalhadas enquanto conteúdo emergente do grupo sob condições facilitadoras que propiciavam um clima de confiança e possibilitavam o Encontro (Buber, 1979). As temáticas levantadas eram diversas (religião, fé, violência, alcoolismo, repressão sexual, ócio, pobreza, desemprego, dentre outros) e se referiam, em geral, à condição feminina na cultura do sertão, na qual a mulher ainda ocupa um lugar secundário, estando sempre submissa à figura repressora masculina, fatores que, segundo as moradoras, dificultavam o desenvolvimento de potenciais para a geração de renda através do trabalho artesanal. Dessa forma, as participantes se recriavam enquanto pessoa a partir da troca de experiências no grupo, ao passo que desenvolviam seus potenciais de criação, referentes à tendência atualizante (Rogers, 1976) no enfrentamento de sua realidade. Durante o processo, a evolução do grupo se deu através do fortalecimento dos vínculos entre as participantes e do sentimento de pertença que foi se constituindo lentamente. De forma conjunta, aos poucos foi surgindo um interesse em inovar, que se consolidou através de ações que iam de encontro à rigidez cultural a que estavam fadadas e que se sobressaiam diante da falta de recursos, possibilitadas, sobretudo, pela identificação e comunicação com redes intermediárias oferecedoras de suporte psicossocial, como instituições de enfrentamento à violência contra a mulher, e pelas parcerias desenvolvidas com outros projetos sociais paralelos.

**Palavras-chaves:** grupo, vivência, potencialidades

**Atividade:** A exclusão racial e étnica e suas justificações: um estudo transcultural (Paineis)

**Trabalho:** A exclusão racial e étnica e suas justificações: um estudo transcultural

**Autor(es):** Raniere Fonseca Souza

**Resumo:** Nas sociedades contemporâneas, os atos explícitos de discriminação racial e étnica são publicamente condenados e proibidos por lei. Portanto, poder-se-ia supor que o preconceito racial e étnico estaria acabando? Não. Na verdade, o que parece estar ocorrendo é uma mudança nas formas de expressão e no conteúdo do preconceito. Assim, as explicações psicológicas da existência de um racismo aberto e agressivo, estão sendo gradualmente substituídas pela preocupação em revelar as formas menos evidentes e mais difundidas de racismo, formas estas que reproduzem atitudes discriminatórias sem desafiar as normas sociais vigentes. Estas reflexões pressupõem que existe uma relação muito complexa entre atitudes negativas frente às minorias raciais e étnicas e os processos concretos de discriminação e exclusão racial. De fato devemos considerar que as sociedades contemporâneas não só mantêm, de maneira sutil, preconceitos raciais arraigados na história, mas também desenvolvem argumentos aparentemente não preconceituosos, entretanto, em certa medida, naturalizam e justificam as atuais diferenças sócio-econômicas existentes entre etnias e entre grupos raciais. Para testar estas idéias empreendemos um estudo que comparava os discursos sobre diferenças raciais e étnicas entre estudantes universitários de dois países: Brasil e Espanha. Comparamos, pois, as justificações que estudantes davam as diferenças sócio-econômicas entre pessoas de raças e origens étnicas diferentes assim como suas atitudes frente a certa reivindicações próprias das minorias raciais e étnicas, a saber: a liberdade de se organizarem para defenderem tanto seus direitos como seus valores culturais; e a necessidade de políticas afirmativas que garantam seu acesso a educação, ao trabalho e a saúde. No Brasil, estudamos as explicações e justificativas dadas às diferenças sócio-econômicas existentes entre negros e brancos e a relação entre essas justificativas e os posicionamentos dos estudantes frente à política de quotas e a organização das minorias negras. No caso da Espanha, estudamos o que os estudantes universitários pensavam sobre as diferenças sócio-econômicas entre os espanhóis e os imigrantes marroquinos e a relação entre estas idéias e os posicionamentos dos estudantes frente à política em relação aos imigrantes e os direitos dos marroquinos de manter na Espanha

suas tradições e culturas. Para realizar estas análises utilizamos o software ALCESTE cuja denominação significa Analyse Lexicale par Context d'un Ensemble de Segments de Texte (2002). Trata-se de um método qualitativo e quantitativo de dados textuais desenvolvido na França por Reinert em 1990, que permite investigar a distribuição de vocabulário em textos diversos. A utilização do ALCESTE é muito vantajosa, pois permite rapidamente exame preciso de grande número de dados, reconhecido no programa como Corpus, que no caso destas pesquisas foram as respostas as nossas questões. Apesar de tratar-se de situações muito diferentes entre Espanha e Brasil pudemos observar que os discursos que negam inicialmente diferenças ou atribuem estas diferenças a valores culturais (caso da Espanha) ou a influências genéticas (caso do Brasil) estão associados geralmente com atitudes negativas em relação às reivindicações das minorias. Pelo contrário, os discursos que reconhecem as desigualdades e as atribuem ao preconceito e aos processos de discriminação se relacionam com atitudes favoráveis aos direitos das minorias raciais e étnicas.

**Palavras-chaves:** Preconceito, Exclusão Social, Estudo transcultural

**Atividade: Crescimento do Conhecimento (Paineis)**

**Trabalho:** Crescimento do Conhecimento

**Autor(es):** Nilson Guimarães Doria

**Resumo:** As relações entre as obras de Vigotski e Popper é um tema pouco explorado na literatura científica. Na maior parte das vezes em que o assunto merece a atenção de algum teórico, raramente a exploração do tema vai além da constatação de semelhanças pontuais, referentes a posturas epistemológicas gerais, como a oposição de ambos a tendências epistemológicas empiristas e positivistas, ou a simpatia de ambos por uma postura construtivista. Neste trabalho busca-se desenvolver este tema, introduzindo novos campos de diálogo entre a obra destes autores. As principais novidades introduzidas neste estudo relacionam-se à introdução da Teoria Evolucionista de inspiração darwiniana como um ponto de partida comum a ambos os autores, facilitando assim o diálogo entre suas posturas teóricas, e à discussão sobre as diferentes Teorias da História subjacentes a suas perspectivas. Vale notar, entretanto, que neste trabalho, optou-se por conceder maior ênfase aos pontos de convergência entre as posturas dos dois autores, cabendo aos distanciamentos entre eles um tratamento menos aprofundado. Esta opção assentou-se na idéia de que, para a eventual posterior discussão dos distanciamentos entre as proposições de ambos, haveria que se dimensionar convergências que fossem além daquelas semelhanças pontuais. O método de investigação utilizado para a condução da pesquisa que subsidia este estudo teórico foi a revisão bibliográfica crítica, tendo-se identificado sete campos privilegiados de diálogo ao início da pesquisa: a) as similaridades entre a teoria das linhas de desenvolvimento psicológico postulada por Vigotski, e a "teoria dos mundos" de Popper; b) a adoção de uma perspectiva evolucionista em Filosofia da Ciência e em Psicologia, por ambos os autores; c) a maneira como os dois autores entendem a especificidade do empreendimento científico: visceralmente incompleto e progressivamente aproximando-se da verdade; d) o papel de destaque concedido por ambos à função reguladora da linguagem sobre o comportamento e conduta humanos; e) a postura divergente dos dois ante a "crise da Psicologia", levando um a optar pela Lógica (Popper) e o outro pela Psicologia (Vigotski) da Descoberta; f) o compartilhamento de uma abordagem "objetivista" da arte; g) a solução que os dois autores dão ao problema da "origem do conhecimento", negando, ambos, o empirismo. No desenvolvimento da pesquisa, coube proceder ao aprofundamento das questões suscitadas a partir dos itens acima arrolados, à exceção do item "f", que não correspondia aos critérios de demarcação do objeto desta pesquisa, conforme explicitado no texto. Os principais resultados aos quais a pesquisa conduziu foram aprofundamentos teóricos nos âmbitos delineados acima, pondo relevo à contemporaneidade das contribuições metateóricas de Popper e Vigotski para a Psicologia, especialmente no que tange a desenvolvimentos contemporâneos como a Psicologia Evolucionista e o Construtivismo Semiótico-Cultural. Especialmente relevantes foram: i) os resultados trazidos pelas reflexões sobre o item "a" descrito acima que levaram ao estabelecimento de um diálogo profícuo entre a postura materialista dialética de Vigotski e a

postura emergentista de Popper, diálogo este que encontra paralelos notáveis com desenvolvimentos metateóricos de outros epistemólogos marxistas; ii) a exploração das especificidades das abordagens de ambos relativas à adoção de um viés lógico, ou psicológico para tratar do problema do crescimento do conhecimento (item “e”) que encontram eco na forma como ambos encaram a função desempenhada pela linguagem neste problema (item “d”); iii) o estabelecimento de pontos de incompatibilidade entre as divergentes e apenas parcialmente conciliáveis Filosofias da História que baseiam as contribuições de cada um dos autores.

**Palavras-chaves:** Epistemologia, Psicologia Histórico-Cultural, Vigotski, Popper

**Atividade:** Enredo de um grupo  
(Paineis)

**Trabalho:** Enredos de um grupo

**Autor(es):** Maria Carolina Gomes Barbalho, RONALD JOÃO JACQUES ARENDT

**Resumo:** Segundo Bruno Latour (misto de filósofo, antropólogo, sociólogo francês) a única maneira de compreender a realidade de um estudo científico é acompanhando os cientistas em ação, já que a ciência se funda em sua prática e não sobre idéias. A partir disso, a investigação deve ser guiada muito mais por uma pretensão descritiva do que explicativa; pressupondo, assim, um abdicar de idéias a priori (ou teorias a serem aplicadas a uma prática) para seguir os referenciais dos atores que compõem esta realidade intrincada, i.e, “seguir as coisas através das redes em que elas se transportam, descrevê-las em seus enredos.” Como bolsista de iniciação científica, tive a oportunidade de estar perto a um destes “laboratórios” onde se constrói o saber científico – no caso, um grupo de pesquisa em psicologia social da UERJ que se enlaça ‘justamente’ por dispor deste quadro de referência que são as idéias de Latour e sua ênfase nos mediadores (antes dos sujeitos ou objetos purificados). Desta forma, pode-se dizer que um ponto de partida ideal seria buscar descrever nossos diálogos travados (ou trovados) nas reuniões como emergências dessa rede como lógica de conexões, de vínculos, de nós – literalmente dar voz aos atores. Debruçar-se sobre tais acontecimentos vai incorrer em duas coisas a meu ponto de vista. Primeiro, narrar a multiplicidade de temas, idéias, racionalidades que podem ser aglutinadas sobre um referencial teórico-metodológico: histórias com palhaços recaucitrantes, imagens da resistência do Rio, violências institucionalizadas, o colorido das pipas, psicoterapia e LSD, Igreja, anarquismo e antipsiquiatria, e outros. E segundo, falar sobre os movimentos que constituem a fabricação destes conhecimentos – o olhar sobre os fluxos e não sobre as formas –, os agenciamentos que produzem efeitos, este fazer próprio que cria, antes uma rede da ciência que se estende e se estabiliza em grandes proporções, a uma ciência de caráter universal. Um dos fatos que exemplifica bem este arranjo se dá por conta da escolha do objeto de pesquisa de Fátima, uma das doutorandas, que a princípio só sabia que gostaria de tratar da história social de algum brinquedo popular. O grupo, sentado à volta da democrática mesa-redonda, foi então listando objetos-brinquedos que se lembravam e aí eliminando-os um a um (ou porque já haviam recebido por demais atenção de pesquisadores ou porque simplesmente a idéia não agradava à pesquisadora), até o ponto em que uma outra pesquisadora, Alessandra, sugeriu a pipa que, ao ser aceita passou não só a constituir em objeto de pesquisa, mas também em símbolo da proficiência e do diálogo do grupo. Por fim, espero também poder expor um pouco da realidade deste grupo que, quer seja pela perspectiva metodológica, quer, por disposições éticas pessoais de cada um, acaba por fazer acontecer uma grande associação de saberes, que embora estabilizados e cientes de sua legitimidade, não se privam de construir inter-relações democráticas, de alguma forma, simétricas, e de toda forma generosas.

**Palavras-chaves:** Teoria Ator-Rede, Grupo de pesquisa, Bruno Latour, Prática de pesquisa, Metodologia de Pesquisa

**Atividade:** Paralelo entre o processo de cura realizado pelos xamãs e o realizado pelos pastores da Igreja Universal do Reino de Deus nas “Sessões de Descarrego”  
(Paineis)

**Trabalho:**Paralelo entre o processo de cura realizado pelos xamãs e o realizado pelos pastores da Igreja Universal do Reino de Deus nas "Sessões de Descarrego"

**Autor(es):** Giovanna Cabral Doricci,Aline Fernandes Alves

**Resumo:** Este trabalho tem como principal objetivo relacionar os processos de cura realizados na Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), mais especificamente aqueles realizados na "Sessão de Descarrego", com as práticas Xamanísticas, e constatar a incoerência entre o discurso dos líderes da IURD acerca dos xamãs e suas práticas religiosas. Para tal, realizou-se uma pesquisa de campo na Catedral da IURD na cidade de Uberlândia-MG, bem como uma pesquisa bibliográfica sobre Xamanismo. O local foi escolhido devido a grande divulgação feita pela Igreja quanto às curas alcançadas. A amostra consistiu de quatro sujeitos, dois pastores e dois obreiros, número suficiente para se chegar ao objetivo deste trabalho. A coleta de dados foi realizada através de entrevista previamente estruturada contendo dez questões acerca do processo de cura que a Igreja Universal realiza, juntamente com suas considerações a respeito do outro ritual. De acordo com a bibliografia encontrada a respeito do Xamanismo, a cura se dá através da fé do doente, do curandeiro e da platéia que deve estar presente. Além disso, faz-se necessário haver uma performance que consiste no arranjo do espaço e utilização de meios como canta, dança e símbolos através do qual a cura é desenvolvida, e uma metáfora, que constrói uma analogia entre o ritual encenado e a vida real. Embora afirmem que a feitiçaria dos xamãs é surreal, os pastores da IURD utilizam-se do mesmo processo descrito anteriormente, a fé do doente e da platéia, performance e metáfora. A única diferença observada foi quanto à fé dos pastores, pois afirmam que esta é importante, mas não é necessária para se obter a cura. Esta diferença levanta uma questão com relação à crença dos pastores em seu processo de cura. As observações realizadas na "Sessão de Descarrego" são comparadas à performance, pois segue um ritual em um ambiente propício a fortes emoções. O ambiente é preparado, o ar-condicionado deixa o recinto gelado facilitando possíveis arrepios, o pastor faz seu discurso de forma rápida e com tom de voz muito elevado, o que provoca certo nervosismo nos ouvintes, o pastor também conduz sua fala de forma que os fiéis são sempre indagados sobre algo e levados a responder gritando, o que de alguma forma desperta euforia, enfim todos estes aspectos ambientais somados, fazem com que o espectador tenha algumas sensações que a fé os levam a crer que tem origem sobrenatural. Com relação aos meios, os pastores utilizam símbolos como a arruda que é passada no corpo do doente, o óleo que é passado nas mãos dos fiéis ou a água benta que é aspergida em toda a platéia. Em comparação, o xamã utiliza-se do cachimbo e sua fumaça, em ambos os casos, os símbolos fazem parte da performance. A metáfora pode ser observada na luta travada entre o bem e o mal, representada pela luta entre o pastor e o demônio "encarnado" no doente. Com base nos dados colhidos através de entrevista e pesquisa bibliográfica, chegou-se a conclusão de que a IURD embora afirme ser mais verdadeira do que a feitiçaria xamanística utiliza-se do mesmo processo que esta, a fé.

**Palavras-chaves:** cura,Xamanismo,Igreja Universal do Reino de Deus,fé

**Atividade:** ANÁLISE QUALITATIVA DO MATERIAL INSTRUCIONAL DE UM CURSO A DISTÂNCIA.  
(Paineis)

**Trabalho:**ANÁLISE QUALITATIVA DO MATERIAL INSTRUCIONAL DE UM CURSO A DISTÂNCIA.

**Autor(es):** Raphael Andrade Nunes Freire,Rafaella de Andrade Vieira,Carolina Rodrigues Catunda,Gardenia Abbad

**Resumo:** A Educação a Distância – EaD - vem ampliando a possibilidade de educação às



peças que não possuem tempo para o ensino presencial ou que estão distantes das instituições de ensino. A avaliação do material didático de cursos a distância aparece como uma ferramenta extremamente importante, permitindo que o público-alvo de EaD tenha não apenas acesso a qualquer modalidade de educação, mas àquelas de qualidade e que levem em consideração suas características. O presente estudo teve por objetivo relatar a avaliação da qualidade do material didático de um curso a distância, oferecido por uma Escola do Distrito Federal. As avaliações foram realizadas entre junho e setembro de 2006, por três pesquisadores, que realizaram o curso e em seguida analisaram seu material didático. O conteúdo do curso avaliado possui carga horária de 20 horas e relaciona-se às ferramentas e à navegação na Internet, sendo disponibilizado na forma de CD-ROM e material impresso. Além disso, tem como público alvo estudantes de cursos técnicos da área de informática e seu objetivo geral é definir os principais conceitos relacionados à linguagem utilizada na Internet bem como aqueles ligados ao seu funcionamento, além de utilizar diversos softwares que envolvem a navegação pela Rede. Para as avaliações, utilizou-se como base teorias objetivistas de desenho instrucional e um Roteiro de Análise de Material Didático, que funciona como um check-list e guia a observação de itens referentes à adequação dos objetivos e das estratégias instrucionais, aos exercícios, ao planejamento de atividades, à seqüência do ensino e às fontes de informação. Após a avaliação do material, observou-se que a maior parte dos objetivos do curso era descrita em termos de desempenhos observáveis e apresentava verbos precisos com foco no treinando, o que é recomendado pelas abordagens teóricas da instrução e do desenho instrucional. De modo geral, o curso obteve uma boa avaliação: a navegabilidade propiciava uma flexibilidade adequada, permitindo que o treinando tramitasse facilmente entre as páginas virtuais; outro aspecto positivo foi a clareza com que o conteúdo foi exposto, oferecendo ao treinando diversas simulações e facilitando a aprendizagem. Um aspecto negativo refere-se à baixa complexidade dos exercícios, considerados incompatíveis com os objetivos de aprendizagem pretendidos pelo curso; o que pode diminuir a sua efetividade. Apesar de o treinamento estar em CD-ROM, os exercícios eram disponibilizados somente em meio impresso, o que limitava a utilização das estratégias de transferência do conteúdo. Além disso, o conteúdo veiculado pelo curso estava ultrapassado, oferecendo exemplos de recursos da Internet que praticamente não são mais utilizados pelo usuário, como o ICQ (ferramenta de conversação pela internet). Um aspecto negativo encontrado na interface gráfica do curso na Internet foi a precária utilização de guias de orientação ao aluno sobre a seqüência e estudo dos módulos. O treinando era capaz de acessar qualquer módulo do curso, em qualquer ordem. Contudo, poucas eram as referências da seqüência recomendada. Por se tratar de um curso sobre a internet, ressalta-se também, a necessidade de uma constante e periódica atualização do conteúdo. Assim, os resultados obtidos mostraram que uma avaliação planejada e sistemática do material didático pode servir de insumo válido para reajustes nos cursos, sendo uma importante contribuição para a análise dos dados de avaliações de reação e de aprendizagem assim como na criação de soluções eficazes na área de Psicologia de Treinamento.

**Palavras-chaves:** avaliação de treinamento a distância, taxonomias de objetivos instrucionais, planejamento instrucional

## **Área: motivação e seus processos**

**Atividade: Diagnóstico da motivação profissional:  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Diagnóstico da motivação profissional: um estudo de gestão organizacional em serviço público municipal.

**Autor(es):** Flavio Rodrigues Costa, Renata de Oliveira Schweitzer

**Resumo:** A motivação tem sido, nos dias atuais, um dos maiores desafios gerenciais dos fenômenos comportamentais nas organizações. Com efeito, a relação entre produtividade, qualidade de vida no trabalho, satisfação, absenteísmo, rotatividade, comprometimento e outros aspectos psicológicos estão diretamente associados com a motivação do trabalhador. Diagnosticar o nível motivacional de um profissional em seu ambiente de trabalho é atuar com efetividade em todo sistema organizacional. Os benefícios dessa intervenção estão amplamente relatados em literaturas específicas e pesquisas científicas. Um dos grandes referenciais epistemológicos para se compreender o fenômeno da motivação nos é apresentado por Herzberg e sobre a sua Teoria dos Dois Fatores esta pesquisa se baseou. O principal objetivo dos autores foi diagnosticar, em um grupo de servidores públicos da secretaria de saúde do município de Palhoça/SC, a prevalência do Fator Motivacional ou do Fator Higiênico e com isso compreender a relação profissional destes trabalhadores com suas atividades funcionais. Hipotetizou-se que o predomínio estatístico de servidores insatisfeitos com o ambiente de trabalho (Fator Higiênico) e não-satisfeito com a identificação profissional (Fator Motivacional) poderia acarretar alguns dos problemas organizacionais citados anteriormente. Metodologicamente, a pesquisa teve como procedimento técnico um levantamento de objetivo exploratório e a forma de abordagem tanto quantitativa como qualitativa. A composição da amostra se deu com 100 participantes de ambos os sexos, com idade mínima de 18 anos e tempo de serviço público superior a um ano. Todos foram solicitados a responder um inventário de diagnóstico motivacional com 10 itens, criado pelos autores para este estudo. Além das respostas objetivas no instrumento, alguns servidores foram entrevistados para que se pudesse obter maior acesso a dados qualitativos relevantes. Com base nos resultados, foi possível diagnosticar a presença dos fatores, bem como mensurar a frequência das quatro categorias de vinculação profissional demarcada pelos autores em função da teoria, a saber: Profissionais Satisfeitos e Insatisfeitos (Tipo A), Satisfeitos e Não-insatisfeitos (Tipo B), Não-Satisfeitos e Insatisfeitos (Tipo C) e, por último, Não-Satisfeitos e Não-Insatisfeitos (Tipo D). O teste estatístico não-paramétrico do chi-quadrado revelou diferença significativa entre as categorias, com superioridade para servidores Satisfeitos (com o que fazem) e Não-satisfeitos (com os aspectos relacionados ao ambiente de trabalho), ou seja, Tipo A. A análise dos dados permitiu-nos inferir conclusões acerca dos objetivos e das hipóteses consideradas. De fato, há uma relação problemática da maioria dos servidores nos seus processos motivacionais o que pode desencadear dificuldades na formação de um processo subjetivo de identificação profissional. Consequentemente, a pesquisa nos sugere um maior aprofundamento das questões levantadas para que se estabeleçam intervenções eficazes na gestão pessoal do serviço público. Outros estudos comparativos com amostra de participantes advindos do setor privado estão sendo conduzidos no momento pelos autores com intuito posterior de desenvolvimento de estratégias gerenciais do comportamento humano nas organizações.

**Palavras-chaves:** Motivação, Diagnóstico organizacional, Serviço público

**Atividade: PERFIL DO ESTUDANTE DE PSICOLOGIA  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** PERFIL DO ESTUDANTE DE PSICOLOGIA: A OPÇÃO PELO CURSO DE PSICOLOGIA COMO RE-OPÇÃO PROFISSIONAL.

**Autor(es):** Artur Rafael Agostinho Theodoro

**Resumo:** O objetivo da presente pesquisa foi traçar um perfil do estudante de psicologia, tendo por base os ingressantes no curso de graduação em psicologia da Universidade de São Paulo, com especial interesse pela re-opção profissional. No campus de São Paulo o total de vagas por ano é 70 e no campus de Ribeirão Preto, 40. O número de candidatos por vaga é da ordem de 30:1. Tem chamado atenção nesses cursos a presença de muitos alunos egressos de outros cursos de graduação. Em 2006, por exemplo, entre os ingressantes do curso de graduação em psicologia do campus de São Paulo estavam alunos que já haviam concluído cursos de administração e direito e alunos que haviam cursado alguns anos de medicina, direito, engenharia, farmácia e geofísica, sem concluir esses cursos. Nas demais turmas esse fato também ocorreu. Houve inclusive estudantes que já haviam concluído dois cursos de graduação (exemplos: um estudante formado em física e odontologia e uma estudante formada em direito e letras). A partir dessa constatação, buscaram-se dados que retratassem tal situação no período de 1997 a 2006. Através de pesquisa junto à Fundação Universitária para o Vestibular (FUVEST), foram obtidos dados relativos aos alunos ingressantes, convocados para primeira matrícula, que concluíram outro curso universitário anteriormente (ET) ou que cursaram outro curso universitário anteriormente sem tê-lo concluído (ENT). Esses dados foram levantados para o curso de psicologia do campus de São Paulo (IP) e do campus de Ribeirão Preto (RP) e para o total das carreiras da USP (TDS). No total das carreiras, a média de ENT foi 7,6%. Chama atenção a baixa variabilidade deste indicador (desvio padrão = 0,4, faixa de variação entre 6,8% e 8,1%), ao longo do período de dez anos considerado. A porcentagem do ano de 1997 (8,0 %) foi praticamente equivalente à de 2006 (7,9%). Em contraste com o total das carreiras, os indicadores correspondentes para a psicologia apresentaram considerável variabilidade. A média de ENTIP foi 10,3% (desvio padrão = 4,6, faixa de variação entre 4,2% e 18,5%) e a média de ENTRP foi 10,5% (desvio padrão = 5,0, faixa de variação entre 3,7% e 20,0%). Os dados relativos a esse indicador situam-se numa série temporal ascendente em todo o período para o curso de psicologia do campus de Ribeirão Preto e nos últimos seis anos para o curso de psicologia do campus de São Paulo. Em seguida, examinamos os indicadores ETTDS, ETIP e ETRP. Também nesse caso houve uma variação menos acentuada para o total das carreiras da USP em comparação com os cursos de psicologia dos dois campi. A média para o total das carreiras da USP foi 5,3% (desvio padrão = 0,6, faixa de variação entre 4,2% e 6,2%). A média para ETIP foi 6,4% (desvio padrão = 2,2, faixa de variação entre 2,9% e 10%) e para ETRP foi 2,3% (desvio padrão = 2,5, faixa de variação entre 0,0% e 7,5%). Os dados relativos a este indicador revelam uma série temporal ascendente em todo o período para o campus de São Paulo, sem tendência clara para o campus de Ribeirão Preto. Considerando o total de ingressantes que eram egressos de outros cursos universitários, independentemente de tê-los completado ou não, temos para o conjunto das carreiras da USP média 12,9% (desvio padrão = 0,9, faixa de variação entre 11,3% e 14,2%) e para o curso de psicologia campus São Paulo média 16,8% (desvio padrão = 5,2, faixa de variação entre 9,9% e 27,0%) e do campus Ribeirão Preto média 12,9% (desvio padrão = 5,4, faixa de variação entre 5,0% e 22,5%). Nossos dados revelam que o curso de graduação em psicologia se destaca por atrair estudantes que abandonaram outro curso de graduação e que especialmente o curso de psicologia do campus de São Paulo se destaca por atrair profissionais de outras áreas. A presente pesquisa pode servir de apoio a outras pesquisas dentro da mesma preocupação e contribuir para que se compreenda melhor a motivação do estudante universitário e fornecer subsídios para que aumente a eficiência e qualidade do ensino superior.

**Palavras-chaves:** Ensino superior, Motivação, Evasão escolar, Egressos

**Atividade:** Análise dos traços infantis em histórias em quadrinho  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** Análise dos traços infantis em histórias em quadrinho: a análise dos personagens Mônica e Kenshin

**Autor(es):** Lia Matos Viegas, Luiz Fernando Cardoso, Emma Otta

**Resumo:** Um dos conceitos da etologia é o de Mecanismos Liberadores Inatos postulados para explicar a filtragem de estímulos do ambiente e a predisposição dos organismos para reagir de forma automática e adaptativa a determinadas situações. Não se tratam de limitações dos órgãos sensoriais/perceptuais, mas de reações naturais a configurações de estímulos típicas, dentro de contextos motivacionais específicos. As reações de afeição que um filhote desperta no indivíduo adulto de sua espécie são um exemplo desses mecanismos. O Esquema Infantil que desperta automaticamente no adulto sentimentos de afeição e cuidado caracteriza-se por: cabeça grande em relação ao corpo, testa larga em relação ao tamanho da cabeça, olhos grandes e baixo em relação à face, bochechas saliente, membros pequenos e grossos. A vulnerabilidade do bebê humano ao nascer faz com que necessite de cuidados especiais e o desencadeamento de sentimentos ternos nos adultos contribui para o provimento desses cuidados. Abre-se, contudo, a possibilidade de exploração deste mecanismo e sua manipulação pela propaganda, pela indústria de brinquedos, pela indústria de entretenimento. O foco de interesse do presente trabalho são os desenhos das histórias em quadrinhos e suas modificações, examinados à luz do referencial teórico da etologia. Tomamos como ponto de partida a análise feita por Stephen Jay Gould (1979, *Natural History*, 88, pp. 30-36), do personagem Mickey Mouse, da Disney. O famoso camundongo, ao longo de 50 anos de sua existência, transformou-se de um personagem malvado, sádico e cruel num símbolo Norte-Americano, bem-comportado, simpático e bondoso. As modificações da personalidade foram acompanhadas de mudanças no desenho do personagem, que passou a ter características mais infantis em relação aos desenhos anteriores: os olhos cresceram, o crânio aumentou, o focinho ficou mais arredondado, e as orelhas foram jogadas para trás – características que o deixaram mais juvenil. As modificações vieram ao encontro dos anseios dos consumidores e transformaram Mickey Mouse num sucesso comercial. O objetivo da presente pesquisa foi, utilizando os mesmos parâmetros de Stephen Jay Gould, analisar qualitativamente a evolução dos desenhos: (i) da personagem Mônica, de Maurício de Souza, com base na Revista Mônica 30 Anos: Edição de Aniversário, lançada pela editora Globo em 1993, em que aparecem desenhos atuais da personagem junto a desenhos antigos; (ii) do personagem Kenshin, de Nobuhiro Watsuki, com base nos números 2, 19, 35, 56 da Revista Samurai X: Ruroni Kenshin, lançados no Brasil pela editora JBC em 2001 e na história Crônicas de um Espadachim na Era Meiji, história inaugural do personagem. Os resultados obtidos no caso da personagem Mônica foram similares aos encontrados por Gould: ao longo dos anos, o desenho da personagem tornou-se mais infantil como podemos observar pelas modificações nos desenhos mais atuais em relação aos primeiros: feições mais suaves, traços mais redondos, olhos maiores em relação à cabeça, pernas mais grossas em relação ao tronco, maior proporção da cabeça em relação ao corpo. Observando-se, todavia, Kenshin, verifica-se o contrário: o personagem adquire, ao longo da história, traços mais maduros, passando a ter um rosto cada vez menor em relação ao corpo, queixo mais fino e olhos menores. Interpretamos as modificações dos desenhos para os dois personagens da seguinte maneira: I) o desenho de Mônica tornou-se mais infantil numa tentativa de agradar o público alvo, em geral crianças e adolescentes que procuram na personagem alguém de características meigas, à semelhança do que ocorreu com Mickey Mouse; II) o desenho de Kenshin, por sua vez, tornou-se mais maduro não apenas para agradar ao público – que varia entre o infante-juvenil e adulto, e não pretende encontrar em seu herói características meigas, mas uma pessoa séria, responsável–, como também para adequar-se à personalidade do personagem, que amadurece ao longo da história ao ser confrontado com situações de seu passado como assassino; outra mudança importante observada no personagem Kenshin é a mudança de traço nos diferentes momentos da história: quando duelando com outros personagens, ele assume características adultas mais acentuadas. Vale notar que, nas histórias de Kenshin, apenas ele se torna mais adulto ao longo da narrativa, diferentemente do que ocorre com Mônica, em que os outros personagens também se modificaram, como ela. Podemos concluir que nossos dois personagens, à semelhança de Mickey, tiveram seus traços modificados para adequar-se ao que seria deles esperado, mesmo que tais modificações tenham ocorrido de forma diferente e em direções opostas: enquanto Mônica, a exemplo de Mickey, tornou-se mais infantil, Kenshin, tornou-se mais adulto. Essas modificações do desenho sugerem que os criadores dos personagens possuem intuitivamente a percepção das características que diferenciariam um desenho neutro de um que suscitaria alguma reação na pessoa que o olhe, e acabam utilizando-as para transformar seus

personagens em mais verossímeis e bem aceitos por seu público alvo.

**Palavras-chaves:** Esquema Infantil, Mecanismos Liberadores Inatos, Histórias em quadrinho

**Atividade: Afeto e cognição: relação entre auto-relatos de estados de ânimo e identificação de emoções a partir de expressões faciais (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Afeto e cognição: relação entre auto-relatos de estados de ânimo e identificação de emoções a partir de expressões faciais

**Autor(es):** Renata Rezende Lacerda, Juliana Teixeira Fiquer, Débora Gaino Albiero, Márcia Juliana Silva Barbosa, Nathália Nabor Ramacciotti, Tatiana Thais Martins, Emma Otta

**Resumo:** De acordo com a Teoria de Beck de Distorção Cognitiva da Experiência e da Teoria de Bower de Rede de Emoção e Cognição, a distorção negativa do pensamento influencia o julgamento de eventos e situações. A percepção de estímulos emocionais é colorida pelo estado afetivo. Estado depressivo está associado a uma tendência para interpretar negativamente estímulos emocionais. Mesmo na ausência de psicopatologia podem ser encontrados vieses de atenção em função do estado de ânimo predominante. O objetivo da presente pesquisa foi investigar a relação entre reconhecimento de expressões faciais de emoções e auto-relato de estados de ânimo numa amostra não clínica. A amostra foi composta por 19 jovens (14-19 anos), 20 adultos (20-39 anos), 20 pessoas de meia-idade (40-59 anos) e 20 idosos (>60 anos), divididos igualmente entre homens e mulheres. Os participantes responderam uma Escala de Afeto Positivo e Afeto Negativo (PANAS), avaliando a frequência com que sentiram seis afetos positivos e seis afetos negativos nos últimos 30 dias numa escala de cinco pontos (1 = nunca a 5 = todo o tempo). Responderam também a Escala de Bem-Estar Subjetivo (EBES), avaliando 21 itens de afeto positivo e 26 itens de afeto negativo numa escala de 5 pontos (1 = nem um pouco a 5 = extremamente), e 15 itens relacionados com a satisfação com a própria vida (1 = discordo plenamente a 5 = concordo plenamente). Para avaliação de expressões faciais de emoções foram usadas 14 fotografias de expressões faciais de Ekman (2003: Emotions Revealed) que deviam ser avaliadas quanto à emoção expressa (alegria, tristeza, raiva, desprezo, nojo, medo, surpresa). Análise de Regressão Múltipla através do método Stepwise revelou relação significativa entre escores de afetos negativos na Escala PANAS e reconhecimento de expressões de nojo ( $t = 2,33$ ,  $p < 0,05$ ) e raiva contida ( $t = 2,81$ ,  $p < 0,01$ ). O modelo de Regressão Múltipla não revelou relação entre reconhecimento das expressões faciais e os escores de afetos positivos na PANAS, nem com os escores da EBES. Uma outra análise foi feita com o objetivo de avaliar o tipo de viés na atribuição de emoções às diferentes expressões faciais. Para esta análise os escores de afetos negativos na PANAS foram transformados em faixas (< 10 = Baixo, 11-20 = Médio, > 21 = Alto). Calculou-se através do teste de qui-quadrado a relação entre as faixas de afetos negativos e o tipo de emoção atribuída à fotografia. Tendo sido identificada uma relação global significativa, foram determinadas as caselas responsáveis por esta relação através do exame dos resíduos ajustados ( $RA > 2,0$ ). Foram encontradas relações de contingência significativas para Nojo ( $\chi^2(79, 8 \text{ gl}) = 31,284$ ,  $p < 0,001$ ), Alegria ( $\chi^2(79, 10 \text{ gl}) = 19,740$ ,  $p < 0,05$ ) e Medo Contido ( $\chi^2(79, 8 \text{ gl}) = 16,839$ ,  $p < 0,05$ ). No caso da expressão de nojo, os participantes na faixa alta acertaram mais que o esperado por acaso ( $RA = 3,1$ ) e, quando erraram, atribuíram esta expressão mais que seria esperado por acaso à emoção de tristeza ( $RA = 3,9$ ). Em contrapartida, os participantes na faixa baixa associaram mais do que seria esperado por acaso a expressão de nojo à emoção de raiva ( $RA = 2,1$ ). No caso da expressão de alegria, os participantes na faixa alta apresentaram um viés significativo de associação com as emoções de tristeza ( $RA = 3,5$ ) e de nojo ( $RA = 2,3$ ). No caso da expressão de medo contido, as pessoas na faixa média apresentaram um viés significativo de

associação com a emoção de tristeza (RA = 2,9). Nossos resultados comprovam numa população não clínica a relação entre estado de ânimo negativo e vieses na atribuição de emoções a expressões faciais. Deve-se levar em conta na interpretação dos resultados que os afetos negativos na PANAS remetem predominantemente a características depressivas (ex: inútil, sem esperança), o que não ocorre tão claramente na escala EBES. O tipo de viés encontrado está de acordo com o relatado na literatura para amostras clínicas de depressivos.

**Palavras-chaves:** Emoção, Comunicação Não-Verbal, Movimentos Expressivos, Afetos Positivos, Afetos Negativos

**Atividade: O cão e o bebê como catalisadores sociais na paquera (Paineis)**

**Trabalho:** O cão e o bebê como catalisadores sociais na paquera

**Autor(es):** Isabella Bertelli Cabral dos Santos, Marco Antonio Correa Varella, Aline de Araújo Leite Santos, Aline Closes Carvalho, Katia Yamamoto, Luiza Fernandes Ferreira, Vera Silvia Raad Bussab, Emma Otta

**Resumo:** A maioria das pesquisas tem focado a função de animais de estimação na saúde psicológica e física dos proprietários. Mais raros são estudos sobre os benefícios dos cães na catalisação de interações sociais. Os cães, enquanto catalisadores sociais aumentam a frequência de interações entre desconhecidos, elevam e reforçam a rede de relações sociais (Bri. J. Psy., v. 91, p. 61-70, 2000). Inexistem estudos sobre o possível efeito catalisador social dos cães em contextos de paquera, apesar de estarem comumente associados na esfera popular. Como no caso do cão, existem poucos estudos sobre o papel que um bebê pode ter no flerte humano. Brase (Evo. Hum. Beh, v. 27, p.145-147, 2006) encontrou evidências de que as mulheres são mais atentas do que os homens a sinais de bom caráter e de disposição do sexo oposto para cuidar da prole, assim como encontrado em Bleske-Rechek et al (Evo. Psy., v. 4, p. 248-261, 2006). Porém, essas pesquisas se restringiram a avaliar sinais comportamentais ativos de cuidado parental ignorando possíveis efeitos de julgamento pela simples presença do bebê. Em nossa pesquisa, ampliamos o estudo da catalisação social para a área do flerte humano, e ampliamos os estudos de seleção de parceiros amorosos segundo sinais de investimento parental para o passeio com o cão e com o bebê. Foi verificado o efeito da presença de um bebê e de um cão filhote nas primeiras impressões sobre quem os conduz em função do sexo do condutor e do respondente. O material utilizado consistiu em um questionário, que continha uma figura mostrando a aproximação de um homem e uma mulher, esquematicamente representados, em cinco versões diferentes - controle, cão filhote ou bebê conduzidos pela personagem masculina ou feminina - sobre a qual era pedido para que se escrevesse uma história breve de tema livre. O participante quantificava sua primeira impressão sobre características do condutor como: altruísmo, extroversão, atratividade, confiabilidade, poder aquisitivo, gostar de crianças e ser amigável. Respondia também ao Inventário de Sócio-sexualidade, que descreve a variação individual nas disposições, facilidades e propensões para solucionar o dilema evolutivo quanto à reprodução (conquistar muitos parceiros sexuais ou investir em manter um só parceiro). Participaram anonimamente 229 graduandos (119 homens e 110 mulheres) da cidade de São Paulo de idade média de 21,9 anos. As histórias foram analisadas quanto à relação entre as personagens e ao tema geral atribuídos pelos participantes. Os resultados apontam que o efeito do bebê e o efeito do cão filhote são semelhantes e seguem o mesmo sentido, ou seja, poucas vezes houve diferença significativa entre o julgamento da pessoa que conduzia o bebê e a que conduzia o cão; a maior parte das diferenças ocorreu em relação ao controle. Isto se apóia na grande literatura existente sobre semelhanças de tratamento

do cão e do bebê humano. Só houve diferença entre o efeito do cão e o maior efeito do bebê quando a personagem feminina os conduzia. Isto se relaciona ao fato de as mulheres gostarem mais de bebês do que homens e isso ser uma adaptação legítima em nossa espécie. Não houve influência da sócio-sexualidade no tema da história contada pelos sujeitos e nem nas primeiras impressões. Para os respondentes homens, a presença do cão ( $p=0,007$ ) e do bebê ( $p=0,029$ ) com a personagem masculina suscitou maior atribuição de “poder aquisitivo”, algo relevante na seleção intra-sexual masculina. A presença do bebê com a personagem feminina suscitou menos temas de “paquera” ( $p=0,003$ ), menor atribuição de “atraente” ( $p=0,045$ ) e “extrovertida” ( $p=0,011$ ). No ambiente ancestral, mulheres com bebês poderiam sinalizar indisponibilidade reprodutiva. A infertilidade por conta da amamentação pode estar associada à queda de atratividade. Para as mulheres, “atraente” foi atribuída apenas à personagem feminina com o cão ( $p=0,010$ ), algo relevante na seleção intra-sexual. A presença do cão com a personagem masculina suscitou mais temas de “paquera” ( $p=0,017$ ). Já a presença do bebê com a personagem masculina suscitou maior atribuição de “gosta de crianças” ( $p=0,043$ ). Ambas suscitaram maior atribuição de “altruísmo” (com bebê  $p=0,005$ ; com o cão  $p=0,026$ ), indicando uma preferência feminina por sinais de bom caráter e cuidado parental nos homens. Quanto a efeitos intersexuais, a condução do cão e do bebê pela personagem masculina surtiu maior efeito de seleção de parceiros amorosos nas mulheres segundo indicações de bom caráter. Quanto a efeitos intra-sexuais: cão indica riqueza para homens, e atratividade para mulheres. Nas primeiras impressões o efeito positivo do cão foi semelhante ao do bebê, apesar de o efeito do bebê ser mais pronunciado com a personagem feminina. O presente estudo inaugura as implicações evolutivas por trás do uso do poder de catalisação social do cão e do bebê atrelado aos indicadores de investimento parental nos contextos de paquera.

**Palavras-chaves:** Psicologia Evolucionista, Seleção de Parceiros Amorosos, Cão, Sócio-sexualidade, Primeiras impressões

**Atividade:** Tradução e Adaptação da Escala de Afeto Positivo e Negativo (PANAS) de Mroczek & Kolarz (1998).  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** Tradução e Adaptação da Escala de Afeto Positivo e Negativo (PANAS) de Mroczek & Kolarz (1998).

**Autor(es):** Juliana Teixeira Fiquer, Clarice Gorenstein, Ricardo Alberto Moreno, Claudio Simon Hutz, Janette Zamudio Canales, Altay Alves Lino de Souza, Emma Otta

**Resumo:** A Escala de Afeto Positivo e Negativo (PANAS – Positive Affect Negative Affect Scale) é uma medida de auto-avaliação de afeto amplamente usada em pesquisa, cuja utilidade começa a ser reconhecida na prática clínica. A PANAS de 12 itens, versão de Mroczek e Kolarz (1998: J Pers Soc Psychol, 75, 1333-49), baseada – dentre outros instrumentos - na versão da escala de avaliação em separado de afetos positivos e negativos de Watson e Tellegen (PANAS de 20 itens) (1988: J Pers Soc Psychol, 54, 1063-70) e na escala de Equilíbrio de Afeto de Bradburn, (1969: The Structure of Psychological Well-Being), é uma medida breve e de fácil aplicação, que consiste numa lista de seis afetos positivos (alegria, estar de bem com a vida, felicidade, calma, satisfação, entusiasmo) e seis afetos negativos (tristeza, tensão, incomodo, desesperança, desmotivação, inutilidade) avaliados com relação à frequência com que foram sentidos nos últimos 30 dias (1=nunca a 5=todo tempo). No Estudo 1, analisou-se a estrutura do instrumento. Após tradução e adaptação, a PANAS foi aplicada a 490 participantes (246 mulheres), com média de idade de 40,1 anos ( $DP = 20,8$ ), habitantes das cidades de São Paulo-SP, Socorro-SP, Salvador-BA e João Pessoa-PB. A consistência interna calculada pelo coeficiente alfa de Cronbach foi de 0,77. Uma Análise Fatorial pelo método Oblimin revelou dois fatores

correspondentes às dimensões de afeto positivo e negativo. No Estudo 2, foram comparados os escores da PANAS com os da Escala de Bem-Estar Subjetivo (EBES; Albuquerque e Trócoli, 2004, *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20, 153-64) composta por 21 itens de afeto positivo e 26 de afeto negativo e 15 itens relacionados com a satisfação com a própria vida. A amostra foi constituída por 159 participantes (81 mulheres), com média de idade de 41,0 anos (DP = 20,7), habitantes da cidade de São Paulo. A correlação de Pearson dos escores de Afetos Positivos na PANAS com os de Afetos Positivos na EBES foi 0,59 ( $p < 0,001$ ), com Afetos Negativos na EBES foi -0,44 ( $p < 0,001$ ), e com Satisfação com a Vida na EBES foi 0,39 ( $p < 0,001$ ). A correlação de Pearson dos escores de Afetos Negativos na PANAS com os de Afetos Positivos na EBES foi -0,37 ( $p < 0,001$ ), com Afetos Negativos na EBES foi 0,67 ( $p < 0,001$ ), e com Satisfação com a Vida na EBES foi -0,28 ( $p < 0,001$ ). No Estudo 3, comparamos uma amostra de pacientes ambulatoriais deprimidos do Instituto de Psiquiatria, Hospital das Clínicas da FMUSP ( $n=44$ ), com uma amostra não-clínica de voluntários de mesma faixa etária, segundo um conjunto de critérios que garantem a exclusão de histórico familiar de depressão ou qualquer outro transtorno psiquiátrico ( $n=19$ ). Os participantes do terceiro Estudo responderam também as Escalas de Depressão de Beck e de Hamilton. Os testes t revelaram diferenças significativas ( $p < 0,001$ ) entre os grupos Depressivo (D) e Controle (C) para o escore total de Afetos Positivos ( $D=13,3 \pm 3,6$  vs.  $C=23,0 \pm 2,6$ ), o escore total de Afetos Negativos ( $D=18,5 \pm 3,6$  vs.  $C=9,2 \pm 1,6$ ), o escore da escala Beck ( $D=23,9 \pm 8,6$  vs.  $C=2,6 \pm 3,1$ ) e o escore da escala Hamilton ( $D=20,7 \pm 5,3$  vs.  $C=1,0 \pm 1,3$ ). Os resultados obtidos são consistentes com o modelo bi-dimensional de estados de ânimo proposto por Watson e Tellegen (1985: *Psychological Bulletin*, 98, 219-35). A adequação da versão breve em português da PANAS para uso clínico foi evidenciada pelas correlações com outros instrumentos já validados e pela diferenciação entre depressivos e controles.

**Palavras-chaves:** Afeto Positivo, Afeto Negativo, PANAS, Psicometria

**Atividade:** **RELAÇÃO ENTRE ESTILOS DE APEGO E APOIO SOCIAL EM GESTANTES NA CIDADE DE SÃO PAULO (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** **RELAÇÃO ENTRE ESTILOS DE APEGO E APOIO SOCIAL EM GESTANTES NA CIDADE DE SÃO PAULO**

**Autor(es):** Gabriela Andrade da Silva, Luiza Azem Camargo, Fabiana Cristina Fonseca, Lia Matos Viegas, Aline Moreira da Silva Tafner, Emma Otta, Vera Sílvia Raad Bussab

**Resumo:** Pesquisas têm evidenciado que apoio social é um fator relevante na preservação e recuperação da saúde, relacionando-se com redução de mortalidade, prognóstico mais favorável e aumento da sobrevivência. A relação entre apoio social, saúde materna e desenvolvimento perinatal também tem merecido a atenção dos pesquisadores. A Escala de Apoio Social, validada no Brasil por Griep, Chor, Faerstein e Lopes (2003: *Cad. Saúde Pública*, 19, 625-634), é um instrumento para medir a percepção dos indivíduos sobre o apoio social que recebem, apresentando os resultados em cinco dimensões: "Material", "Emocional", "Informação", "Afetivo" e "Interação Positiva", além de uma pontuação de "Apoio Total". Nosso interesse na presente pesquisa foi relacionar apoio social e apego. Estudos orientados pela teoria do apego têm mostrado que as relações iniciais com os cuidadores têm um impacto substancial sobre a personalidade e o comportamento futuro. O modelo de funcionamento interno de si mesmo e de suas relações, desenvolvido na infância, é usado para direcionar o comportamento subsequente e as relações interpessoais. Um modelo de funcionamento seguro, de maneira geral, está associado a relações mais satisfatórias e estáveis durante a vida em comparação com os modelos inseguro e evitativo. A Escala de Apego Adulto de Collins e Read (1990: *J. Pers. Soc. Psychology*, 58, 644-663) foi desenvolvida para identificar o estilo de apego na fase adulta. É



constituída por um conjunto de 18 afirmações e o respondente deve julgar o quanto elas se assemelham a ele próprio, numa escala de 1 (Não tem nada a ver comigo) a 5 (Muito parecido comigo). Os resultados são apresentados em três dimensões: “Confiança”, “Ansiedade e medo de abandono ou de não ser amado” e “Conforto com intimidade/proximidade”. A presente pesquisa é parte de um estudo longitudinal que acompanhará mães e bebês, desde o terceiro trimestre de gestação até os três anos de idade da criança, visando a avaliar a relação entre estilos de apego, apoio social e incidência de Depressão Pós-Parto. Nesta fase inicial, objetivou-se relacionar o estilo de apego das gestantes com a percepção que elas apresentam de apoio social. Participaram da presente pesquisa 52 gestantes no último trimestre de gestação que realizavam o pré-natal em Unidades Básicas de Saúde da Zona Oeste de São Paulo. As participantes responderam a um questionário, do qual constavam a Escala de Apego Adulto de Collins e Read e a Escala de Apoio Social, integrante do Medical Outcomes Study. Foram encontradas correlações negativas entre a dimensão de apego “Ansiedade e medo de abandono ou de não ser amada” e todas as dimensões da Escala de Apoio Social (“Apoio Material”:  $r = -0,44$ ,  $p < 0,001$ ; “Apoio Emocional”:  $r = -0,47$ ,  $p < 0,001$ ; “Apoio de Informação”:  $r = -0,53$ ,  $p < 0,001$ ; “Apoio Afetivo”:  $r = -0,61$ ,  $p < 0,001$ ; “Apoio de Interação Positiva”:  $r = -0,64$ ,  $p < 0,001$ ), e também com o “Apoio Total” percebido pelas mulheres ( $r = -0,64$ ,  $p < 0,001$ ). Também foram encontradas tendências a correlações positivas entre a dimensão de apego “Confiança” e as dimensões da Escala de Apoio Social: “Apoio Material” ( $r = 0,24$ ,  $p < 0,10$ ) e “Apoio Emocional” ( $r = 0,27$ ,  $p < 0,10$ ). Os resultados indicaram a existência de relação entre o estilo de apego das gestantes e a percepção de apoio social, sendo que as que apresentaram maior ansiedade perceberam menor apoio. Constatou-se também uma possível relação positiva entre a dimensão “Confiança” no apego e a percepção de apoio material e emocional. Os resultados obtidos nesta fase inicial servirão de parâmetro para as análises subseqüentes da pesquisa longitudinal, que pretende relacionar as variáveis apego e apoio social com a depressão pós-parto, cuja incidência será avaliada nas participantes a partir do terceiro mês após o nascimento dos bebês.

**Palavras-chaves:** Psicologia Evolucionista, Apoio Social, Apego, Gestantes

**Atividade:** Ex-jogadores profissionais de futebol e suas representações sociais sobre o término da carreira  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** Ex-jogadores profissionais de futebol e suas representações sociais sobre o término da carreira

**Autor(es):** Pablo Vinicius Couto de Araújo

**Resumo:** A atuação de jogadores de futebol profissional é algo bastante discutido na mídia e no meio social, especialmente no caso de jogadores que se destacaram profissionalmente. O interesse em relação a tais jogadores permanece, em geral, enquanto os mesmos encontram-se na ativa. De maneira semelhante, do ponto de vista da ciência, as pesquisas sobre atletas profissionais centram-se principalmente no exercício de tal atividade. É fácil verificar que muito pouco tem sido estudado, do ponto de vista da psicologia e, em especial, da teoria das representações sociais, quanto ao impacto psicossocial que o término de uma carreira esportiva profissional bem sucedida tem na vida do ex-jogador. A partir de tal interesse e com o objetivo de conhecer e identificar representações sociais que jogadores de futebol aposentados têm sobre a importância do futebol em sua vida, sua aposentadoria e a relação com os torcedores após a mesma, foi realizada uma pesquisa qualitativa-descritiva na cidade de Vitória da Conquista, terceira maior cidade do estado da Bahia. Os dados foram coletados a partir de entrevistas semi-estruturadas realizadas com dez ex-jogadores de futebol profissional, com idade entre trinta e sessenta e dois anos, que atuaram em diferentes equipes de destaque nacional e regional. As entrevistas foram gravadas, transcritas e, após sistematizadas, as representações sociais encontradas nas mesmas foram organizadas em diferentes categorias. Em relação à importância do futebol na vida do ex-jogador, foram verificadas as seguintes categorias: a) o futebol como lição de vida ou como escola de formação do sujeito e; b) a importância das relações construídas durante a carreira profissional. Quanto à aposentadoria ou término da carreira de jogador, as categorias encontradas foram: a) a aceitação do término da carreira como jogador e a

continuidade no meio esportivo e; b) a não aceitação do término da carreira como jogador e a indignação com tal fato. Finalmente, considerando a relação com os torcedores após o término da carreira de jogador, emergiram as categorias: a) o reconhecimento pelos torcedores e; b) a atuação na comunidade como um modelo social. A partir destes resultados foi iniciada uma coleta de dados ampliada, com um maior número de ex-jogadores, de todo o território nacional, que estão sendo contatados por meio do uso de questionários e de entrevistas via internet, o que poderá possibilitar uma maior validade e generalização dos resultados. Espera-se também que os resultados contribuam com psicólogos do esporte, subsidiando-os na preparação de atletas para que o término da carreira possa ser vivenciado não apenas em seus aspectos negativos, mas também como uma migração satisfatória para novas atividades profissionais, ligadas ou não ao esporte

**Palavras-chaves:** Psicologia do esporte, Representações sociais, Aposentadoria

**Atividade:** INTERVENÇÃO DE UMA EQUIPE INTERDISCIPLINAR, EM GRUPO DE REABILITAÇÃO, COM PACIENTES ACOMETIDOS POR ACIDENTE VASCULAR ENCEFÁLICO.  
(Paineis)

**Trabalho:** INTERVENÇÃO DE UMA EQUIPE INTERDISCIPLINAR, EM GRUPO DE REABILITAÇÃO, COM PACIENTES ACOMETIDOS POR ACIDENTE VASCULAR ENCEFÁLICO.

**Autor(es):** Rayné Moreira Melo Santos, Ana Luiza Santos Nogueira

**Resumo:** As doenças cerebrovasculares (DVC) constituem a terceira causa de morte no mundo, atrás somente das cardiopatias em geral e o câncer; Dentre as DVC, encontra-se o Acidente Vascular Encefálico (AVE), também conhecido como Acidente Vascular Cerebral (AVC) ou derrame, caracterizado por um complexo de sintomas de deficiência neurológica, resultante de lesões cerebrais provocadas por alterações da irrigação sanguínea. Este trabalho visa promover a socialização dos pacientes através do grupo, que atua de forma interdisciplinar, levando-os a se reestruturar, construindo sua nova imagem corporal. Na Associação dos Deficientes Físicos de Alagoas – ADEFAL, os pacientes ao chegarem com relatos de AVE recente são entrevistados pelo Serviço Social e encaminhados ao tratamento multiprofissional, composto por psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, nutricionistas, assistentes sociais, fisiatras, fisioterapeutas e enfermeiros, além de encaminhamentos, quando necessário, aos demais profissionais; após nove meses de tratamento em Alta Complexidade – um dos procedimentos do Sistema Único de Saúde (SUS), são reavaliados e encaminhados ao grupo, onde é realizada a intervenção interdisciplinar. O grupo Reabilitar foi iniciado em 2004, no período vespertino, sendo composto por um psicólogo, um fonoaudiólogo, um terapeuta ocupacional, um enfermeiro, e um nutricionista, além de convidados como cardiologistas, neurologistas, fisioterapeutas, ginecologistas, assistentes sociais, ortopedistas, reumatologistas, angiologistas, e demais profissionais. São realizados atendimentos uma vez por semana com 30 pacientes acometidos por AVE há mais de um ano, com idade entre 45 a 70 anos, ambos os gêneros, deambulantes. Na atuação do Psicólogo são realizadas entrevistas, anteriormente às reuniões de grupo, promovendo a adaptação do paciente à sua nova realidade, respeitando suas limitações e desenvolvendo suas demais habilidades/ capacidades. Na atuação do Fonoaudiólogo, é imprescindível a participação do psicólogo, uma vez que a linguagem e a musculatura orofacial são aspectos que afetam o humor; O grupo sempre focaliza temas de reabilitação, proporcionando a inclusão social. O AVE apresenta seqüelas que levam à dependência e à perda da autonomia dos sujeitos, interferindo em sua qualidade de vida. São desenvolvidas atividades sociais, como passeios à clubes, praias, teatros, supermercados, shopping center, e demais locais de entretenimento/ lazer, sempre acompanhados da família, em que há um grande estímulo e a solicitação deles para realização contínua. As comemorações típicas são sempre lembradas e vivenciadas, como páscoa, dia das mães, festas juninas, dia dos pais e a confraternização do final de ano, onde é ressaltada a importância da socialização, do conhecimento do ser humano e de questões religiosas, além da brincadeira do amigo secreto, em que há também a participação dos familiares, sorteios, brincadeiras com premiação, entre

outras atividades. O sucesso do grupo Reabilitar depende da participação ativa dos pacientes, familiares, demais cuidadores e da equipe capacitada e comprometida, com o ideal de reintegrá-los à sociedade.

**Palavras-chaves:** Acidente Vascular Encefálico, Grupo, Interdisciplinar

**Atividade:** EMPATIA E EFEITOS DE CONTRASTE NA PERCEPÇÃO DE EXPRESSÕES FACIAIS  
(Paineis)

**Trabalho:** EMPATIA E EFEITOS DE CONTRASTE NA PERCEPÇÃO DE EXPRESSÕES FACIAIS

**Autor(es):** João Felipe Guimaraes de Macedo Sales Domiciano, Diego Rozenbergas Isquerdo, Fabio Aragaki Gishitomi

**Resumo:** Expressões faciais de emoção, previamente percebidas, podem influenciar o julgamento de uma expressão presente, caracterizando uma alteração do juízo desta que, se for de natureza oposta às expressões prévias, configura um efeito de contraste. O contraste se manifesta pela acentuação dos julgamentos, numa dimensão bipolar, no sentido oposto ao da expressão prévia, podendo se manifestar tanto na categoria emocional percebida quanto na intensidade com a qual é percebida. Com o objetivo de verificar efeitos de contraste causados por estímulos prévios (alegres, tristes) e de ver se o efeito está relacionado à capacidade de manifestar empatia dos observadores, 63 estudantes universitários de Psicologia, entre 19 e 35 anos, divididos em dois grupos, foram expostos a uma face neutra (figura 5), sendo esta a mesma em ambas as condições, depois de ter visto quatro faces (figuras 1-4), expressando alegria (na condição alegria-neutralidade, AN, n = 28) ou tristeza (na condição tristeza-neutralidade, TN, n = 35). Os estímulos foram selecionados a partir de um conjunto de fotos publicadas na mídia ou produzidas pelos experimentadores através da aplicação dos critérios do FACS (Ekman e Friesen, 1978). As séries de fotos foram apresentadas coletivamente com um datashow, sendo cada figura exibida por 15 segundos, pedindo-se aos participantes que anotassem, em suas próprias palavras, a emoção que acreditavam estar expressa em cada rosto, e que avaliassem a intensidade desta emoção numa escala de 1 a 10. Em seguida, preenchiam uma escala de empatia (EC scale, Doherty, 1997) com 15 afirmações – indicando a capacidade de sentir empatia - que deveriam ser ponderadas de acordo com o nível de concordância (de 1 a 5). As avaliações dos participantes quanto à categoria de emoção expressa foram codificadas de acordo com categorias gerais: alegria, tristeza, neutras, outras. Verificou-se que as faces prévias (fotos 1-4) de alegria ou tristeza (condição AN e TN) foram avaliadas como alegres ou tristes, respectivamente, pela maioria dos sujeitos (entre 82% e 100% de identificação). A face neutra (foto 5) foi avaliada como neutra ou triste em ambas as condições. Não houve diferença significativa na frequência com que foi categorizada como triste nas condições AN e TN. Houve, contudo, diferença significativa na intensidade atribuída, nas condições AN e TN, à tristeza na foto 5 (condição AN, média = 6,2; condição TN, média = 2,9). Desses dados, pode-se concluir, que o efeito de contraste não se manifestou quanto à categoria da emoção percebida, mas sim, quanto à sua intensidade. Quanto à relação entre a empatia e o efeito de contraste, encontramos na figura 5 uma correlação baixa, não significativa, entre a intensidade atribuída à tristeza e o nível de empatia dos participantes, não sendo possível, então, afirmar, que a empatia afeta o efeito de contraste.

**Palavras-chaves:** Efeito de contraste, Empatia, Expressões Faciais

**Atividade:** DESENVOLVIMENTO DA SENSIBILIDADE AO CONTRASTE PARA FREQUÊNCIAS ESPACIAIS EM CRIANÇAS DE 8 A 11 ANOS  
(Paineis)

**Trabalho:** DESENVOLVIMENTO DA SENSIBILIDADE AO CONTRASTE PARA FREQUÊNCIAS

## ESPACIAIS EM CRIANÇAS DE 8 A 11 ANOS

**Autor(es):** Paloma Cavalcante Bezerra,Thyala Maria Alexandre Lourenço,Ellen Dias Nicácio Cruz,Natanael Antonio dos Santos,Valtenice França,Melyssa Kellyane cavalcanti

**Resumo:** O Laboratório de Percepção, Neurociências e Comportamento (LPNeC - UFPB) tem investigado a resposta do sistema visual de crianças , adultos e idosos, utilizando estímulos elementares de frequências radiais, angulares e espaciais (ou grades senoidais). No presente estudo, o objetivo foi mensurar e comparar curvas de sensibilidade ao contraste (FSC) para frequências espaciais em crianças e adultos jovens. Participaram da pesquisa 11 voluntários distribuídos em três grupos com faixas etárias diferentes (três crianças com idades entre 8-9 anos, quatro com idades entre 10-11 anos e quatro adultos com idade entre 21-26 anos). Todos os participantes apresentavam acuidade visual normal ou corrigida e estavam livres de doenças oculares identificáveis. Foram utilizados estímulos de frequências espaciais de 0,25; 2,0 e 8,0 ciclos por grau de ângulo visual (cpg). Estes eram circulares com um diâmetro de aproximadamente 7,2 graus de ângulo visual e foram gerados em tons de cinza e em um Monitor LG colorido de 19 polegadas, de alta resolução (1280 x 1024), controlado por um microcomputador. A luminância média foi de 42 cd/m<sup>2</sup> ajustada por um Fotômetro OPTICAL produzido pela Cambridge Research. As medidas foram obtidas, binocularmente, a uma distância de 150 cm do monitor, usando o método psicofísico da escolha forçada. Este método se baseia no cálculo da probabilidade de acertos consecutivos por parte do participante, ou seja, em cerca de 100 apresentações entre os dois estímulos, a frequência espacial é percebida 79% das vezes. O procedimento para medir o limiar para cada frequência consistiu na apresentação sucessivas simples de pares de estímulos e o participante teve que escolher dentre eles qual continha a frequência espacial. O outro estímulo (estímulo neutro) foi sempre um padrão homogêneo com a luminância média. O critério para variar o contraste de cada frequência testada foi o de três acertos consecutivos para decrescer uma unidade e um erro para crescer da mesma unidade de contraste (0,08%). A tarefa dos participantes foi escolher, entre os estímulos, aquele que continha a frequência espacial, pressionando o botão do lado esquerdo quando a frequência espacial era apresentada primeiro ou botão do lado direito quando era apresentado em segundo (isto é, após o estímulo neutro). A sessão experimental variou em duração dependendo dos erros e acertos do participante até proporcionar um total de seis reversões conforme requerido para o final automático da mesma. Os dados foram tratados com a ANOVA para medidas repetidas que mostrou diferenças significantes entre os três grupos ( $F(2, 129) = 10,747$ ;  $p < 0,05$ ). As análises com o teste Post Hockey Turkey HSD mostraram diferenças significantes entre a FSC de crianças de 8-9 e 10-11 anos e entre crianças de 10-11 anos e adultos na frequência espacial de 8,0 cpg ( $p < 0,05$ ). Por outro lado, as análises não mostraram diferenças significantes entre nenhum dos grupos para as frequências espaciais de 0,25 e 2,0 cpg ( $p > 0,05$ ). Estes resultados sugerem que a percepção visual das crianças se desenvolve mais rápida para as frequências espaciais mais baixas (p.ex., 0,25 e 2,0 cpg) do que para as frequências espaciais mais altas (p.ex., 8,0 cpg). Isto é, o desenvolvimento da FSC para frequência espacial mais alta (8,0 cpg) se estende além das faixas etárias investigadas no presente estudo.

**Palavras-chaves:** percepção,sensibilidade ao contraste,grades senoidais

**Atividade: PERCEPÇÃO VISUAL: DETECÇÃO DE ESTÍMULOS RADIAIS EM CRIANÇAS SURDAS E OUVINTES (Paineis)**

**Trabalho:PERCEPÇÃO VISUAL: DETECÇÃO DE ESTÍMULOS RADIAIS EM CRIANÇAS SURDAS E OUVINTES**

**Autor(es):** Paloma Cavalcante Bezerra, Natanael Antonio dos Santos, Liana Chaves Mendes, Priscilla Anny de Araújo Alves, Jandilson Avelino Silva, Aline Mendes Lacerda, Thyala Maria Alexandre Lourenço

**Resumo:** As funções perceptivas podem ser alteradas pela privação sensorial? Existe uma discussão na literatura que alterações na percepção visual podem ocorrer em consequência da privação auditiva e/ou da utilização da linguagem de sinais. Neste sentido, o Laboratório de Percepção, Neurociências e Comportamento (LPNeC-UFPB) tem procurado investigar o desenvolvimento da percepção visual de crianças ouvintes e surdas, utilizando a função de sensibilidade ao contraste (FSC) para estímulos elementares. A FSC é um dos principais indicadores das funções visuais e da percepção visual de contraste. O objetivo do presente estudo foi medir a função de sensibilidade ao contraste para estímulos de frequências radiais (FSCr) em crianças surdas e ouvintes. Participaram dos experimentos 28 crianças de ambos os sexos, com acuidade visual normal ou corrigida e livres de doenças oculares identificáveis, sendo 14 surdas e 14 com audição normal, com idades entre 7 e 12 anos. As frequências radiais de 0,25, 0,5, 1,0 e 2,0 cpg utilizadas foram apresentadas em um monitor de vídeo CLINTON MEDICAL monocromático, tela plana, de 21 polegadas e de alta resolução (1024 x 1280), controlado por um microcomputador. As medidas foram obtidas, binocularmente, a uma distância de 150 cm do monitor, usando o método psicofísico da escolha forçada. Este método se baseia no cálculo da probabilidade de acertos consecutivos por parte do participante, ou seja, em cerca de 100 apresentações entre os dois estímulos, a frequência espacial é percebida 79% das vezes. O procedimento para medir o limiar para cada frequência consistiu na apresentação sucessiva simples de pares de estímulos e o participante teve que escolher dentre eles qual continha a frequência radial. O outro estímulo (estímulo neutro) foi sempre um padrão homogêneo com a luminância média (0,7 cd/m<sup>2</sup>). O critério para variar o contraste de cada frequência testada foi o de três acertos consecutivos para decrescer uma unidade e um erro para crescer da mesma unidade de contraste (0,08%). A tarefa dos participantes foi escolher, entre os estímulos, aquele que continha a frequência radial, pressionando o botão do lado esquerdo quando a frequência radial era apresentada primeiro ou botão do lado direito quando era apresentado em segundo (isto é, após o estímulo neutro). A sessão experimental variou em duração dependendo dos erros e acertos do participante até proporcionar um total de seis reversões conforme requerido para o final automático da mesma. As crianças surdas receberam as instruções em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). Os resultados demonstraram que a FSCr das crianças surdas foi melhor do que a das crianças ouvintes para as frequências radiais mensuradas [ $F(7, 1343) = 33,5; p < 0,001$ ]. Entretanto, as análises com o Teste Post-hoc Tukey HSD não mostraram diferenças significativas nas comparações entre os dois grupos, entre as frequências [0,25 ( $P=0,997$ ); 0,5 ( $P=0,976$ ); 1,0 ( $P=0,808$ ); 2,0 ( $P=0,874$ )]. Os resultados sugerem que as alterações encontradas na percepção visual de contraste para estímulos radiais (FSCr) em crianças surdas e ouvintes, em níveis baixos de luminância, não foram estatisticamente significativas.

**Palavras-chaves:** percepção, sensibilidade ao contraste, estímulos radiais

**Atividade: Preconceito e o endogrupo: uma pesquisa entre os jovens da comunidade judaica paulistana (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Preconceito e o endogrupo: uma pesquisa entre os jovens da comunidade judaica paulistana

**Autor(es):** Lia Cecilia Levin, Yara Paula Picchetti, Charlene Keiko Rezende, Rodrigo dos Santos, Leandro Luis Santos Nascimento, Emma Otta

**Resumo:** O preconceito geralmente é caracterizado pela manifestação de atitudes e comportamentos hostis em relação aos membros de grupos externos (exogrupo) ao grupo de pertencimento. A presente pesquisa foi realizada com jovens da comunidade judaica paulistana buscando-se examinar sua representação do grupo de identificação (endogrupo) em comparação com exogrupos. Pereira, Torres e Almeida (Psicologia: Reflexão e Crítica, 2003, 16, 95-107) definiram dois tipos de preconceito: o clássico e o encoberto. O primeiro é caracterizado por hostilidade em relação a um determinado grupo-alvo e o segundo é caracterizado por uma forma menos manifesta de preconceito (associado a exaltação do endogrupo). Participaram da presente pesquisa jovens entre 15 e 25 anos de idade da comunidade judaica, expressiva na sociedade paulistana, conhecida por sua coesão e portadora de fortes estereótipos. A Fase 1 consistiu na elaboração do questionário. Foram selecionadas três características positivas e três negativas geralmente atribuídas aos membros da comunidade judaica, através de levantamento feito com 26 participantes aleatoriamente escolhidos. O questionário do estudo piloto continha uma lista de 12 atributos (mão-de-vaca, tendência a fechar-se em grupo, capaz de gerenciar, próximo à família, apegado à cultura e às tradições, patrão explorador, rico, machista, conservador, prepotente, inteligente, comunidade unida) que foram avaliados através de uma escala Likert de 5 pontos, sendo 1 a avaliação mais negativa e 5 a mais positiva. Foram selecionadas três características positivas (capaz de gerenciar, inteligente e comunidade unida) com as médias mais altas e três características negativas com as médias mais baixas (machista, patrão explorador e prepotente). A Fase 2 consistiu na aplicação de questionários com os atributos selecionados na fase anterior. Os questionários foram aplicados a 70 participantes e continham três partes, sendo a primeira relativa a dados pessoais, idade, sexo, comunidade a que pertencia, religião e como aderiu à religião. A segunda parte continha atributos para avaliação de características de outro grupo étnico: “Negros”, para metade dos participantes, e “Orientais”, para a outra metade. Isto foi feito com o objetivo de ter um parâmetro de comparação. A terceira parte, foco do interesse de pesquisa, continha os atributos para avaliação dos “Judeus”. Para avaliação dos Judeus e dos Orientais/Negros, os participantes dispunham de uma lista em que as três características positivas e as três negativas foram intercaladas, sendo a avaliação feita através de escala Likert de 5 pontos (1 = pouco a 5 = muito). A análise dos dados foi feita através de teste t para amostras pareadas, com o programa estatístico SPSS 14.0. Foram identificadas diferenças significativas nas avaliações feitas por jovens da comunidade judaica paulistana de Judeus e de Orientais/Negros em relação às características “capazes de gerenciar” ( $4,4 \pm 0,69$  vs.  $3,9 \pm 0,96$ ,  $t(69) = 4,71$ ,  $p < 0,001$ ) e “próximos da família” ( $4,5 \pm 0,72$  vs.  $3,7 \pm 1,00$ ,  $t(69) = 5,44$ ,  $p < 0,001$ ), sendo os escores mais elevados atribuídos aos Judeus. Não foram encontradas diferenças para “inteligência”. Também não foram encontradas diferenças para os atributos negativos, tendo sido atribuídos escores próximos a três para todos os grupos. Isto é o que se espera numa sociedade moderna em que as pessoas são influenciadas por normas sociais de justiça e direitos igualitários. Não se exclui, contudo, a possibilidade de existência de preconceito encoberto. Seria interessante realizar o mesmo estudo com outras comunidades judaicas para aprofundar a investigação das motivações e características da atitude de exaltação do endogrupo.

**Palavras-chaves:** Preconceito, endogrupo, comunidade judaica, estereótipo

**Atividade:** Atitude em relação à psicologia como produtora de conhecimento científico (Paineis)

**Trabalho:** Atitude em relação à psicologia como produtora de conhecimento científico

**Autor(es):** Ana Maria Aguirre Alvarez, Aline Garcia Aveiro, Sthefânia Kurkdjian Restiffe Carvalho, Maira da Silva Barbosa, Cristiane Izumi Nakagawa, Leandro Luis Santos Nascimento, Emma Otta

**Resumo:** O propósito inicial do presente trabalho refere-se a uma investigação acerca da existência de preconceito para com a psicologia. Para que tal tema pudesse ser abordado de forma cautelosa e não generalista, foi necessário escolher um dentre os diversos recortes passíveis de serem configurados em torno desta questão. A questão do preconceito não está, necessariamente, vinculada à depreciação ou a uma postura pejorativa. Trata-se de um conceito previamente estabelecido sobre algo, alguém ou algum grupo. Contudo, quando é citado o termo “preconceito” neste trabalho, admite-se o preconceito em seu âmbito negativo, postura tomada por ser esta a hipótese da qual o grupo partiu: a psicologia sofreria da forma depreciativa do termo. O trabalho pesquisaria a respeito da psicologia como área produtora de conhecimento científico. O contexto teórico geral em que a presente pesquisa se insere trata acerca das teorias de representações sociais, que enfatizam o processo de ressignificação pelas pessoas dos conhecimentos elaborados pelas ciências (Almeida & Cunha, *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2003, 16, 147-155). Podemos dizer que estes significados são constituídos pela realidade social e também são constitutivos dela; podem ser considerados tanto explicativos como prescritivos da realidade social. Especificamente, na presente pesquisa traduzimos este interesse na seguinte pergunta: atribuir a autoria de um texto de divulgação científica de teor interdisciplinar a psicólogos afeta a motivação dos leitores em relação a este texto da mesma forma que atribuir a autoria a profissionais de áreas afins? De que forma o background dos leitores (formação em áreas de humanas, exatas ou biológicas) afeta sua motivação em relação ao texto? Foi apresentado para avaliação um ensaio curto de uma página sobre “Ópio: suas origens históricas, seus efeitos psicológicos e farmacológicos”. Este tema foi escolhido pela possibilidade que ele oferece de ser explorado simultaneamente pela psicologia e por outras duas áreas: história e farmácia. Sessenta universitários da região da grande São Paulo avaliaram o texto. Estes foram aleatoriamente divididos em três grupos: um deles recebeu o texto que indicava a autoria de psicólogos (Grupo Experimental), outro recebeu o mesmo texto com a autoria atribuída a historiadores (Grupo Controle 1) e o último recebeu o mesmo texto indicando a autoria de farmacêuticos (Grupo Controle 2). Nenhuma outra explicação foi dada sobre a autoria. Após lerem o texto, os participantes responderam a um questionário, o qual visava avaliar a motivação do leitor e a credibilidade conferida ao texto através de 10 questões (7 questões em escala Likert de 5 pontos e outras 3 questões de múltipla escolha). Os dados foram analisados através de um teste M-GLM com o programa SPSS 14.0. Encontrou-se efeito significativo da autoria do texto em duas das questões. Na questão O quanto o texto lhe trouxe informações novas? houve diferença significativa entre as avaliações do Grupo Experimental ( $3,17 \pm 0,25$ ) apenas em comparação ao Grupo Controle 1 ( $M=2,53 \pm 0,20$ ). Os participantes avaliaram que o texto atribuído a psicólogos lhes trouxe mais informações novas que o mesmo texto atribuído a historiadores. Por outro lado, o interesse despertado pelo texto foi menor quando a autoria foi atribuída a psicólogos. Na questão Quanto o tema te interessa? Os escores do Grupo Experimental ( $3,23 \pm 0,26$ ) foram significativamente menores em comparação aos do Grupo Controle 1 ( $4,03 \pm 0,22$ ) e Grupo Controle 2 ( $3,60 \pm 0,25$ ). Em nenhuma das questões, houve diferença significativa entre as avaliações dos Grupos Controles. A formação do leitor também mostrou-se uma variável relevante que se manifestou em diferenças significativas em três das questões. As avaliações dos estudantes de áreas de Humanas foram significativamente mais favoráveis que as dos estudantes de áreas de Biológicas nas questões Que nota você atribui ao texto? ( $3,46 \pm 0,12$  vs.  $2,47 \pm 0,18$ ) e O quanto o texto lhe trouxe informações novas? ( $3,03 \pm 0,15$  vs.  $2,20 \pm 0,24$ ). Por outro lado, na questão Quanto o tema te interessa? a avaliação dos estudantes da área de Humanas foi significativamente inferior à avaliação dos estudantes da área de Biológicas ( $3,39 \pm 0,17$  vs.  $4,27 \pm 0,25$ ). Concluímos que a metodologia usada na presente pesquisa gerou resultados que nos permitem refletir sobre a representação da psicologia em nosso meio e enfrentar, munidos deste conhecimento, algumas dificuldades potenciais na nossa atuação como psicólogos.

**Palavras-chaves:** Preconceito, Psicologia, Motivação, Atitudes





## **Área: PSICOLOGIA CLINICA**

**Atividade: “A Criança e seus Sintomas- Sintoma da Criança ou Criança-Sintoma?”  
(Experiências em Debate)**

**Trabalho:**“A Criança e seus Sintomas- Sintoma da Criança ou Criança-Sintoma

**Autor(es):** RAQUEL CONTE POLETTO

**Resumo:** RESUMO:Este trabalho é um estudo exploratório, resultado de experiências acerca dos atendimentos realizados pelos alunos da Disciplina “Técnicas de Diagnóstico Infantil”, da Universidade de Caxias do Sul. O objetivo do trabalho consiste em analisar as demandas recebidas no Serviço de Psicologia desta Universidade para a realização do Psicodiagnóstico Infantil, bem como estabelecer relações com os diversos fatores que influenciam a vida da criança, além do seu próprio mundo interno. Os instrumentos utilizados para a exploração do material foram: entrevista inicial com os pais, entrevista verbal e lúdica com a criança, aplicação de teste projetivos. As reflexões apontam para a necessidade de contextualizar as queixas inicialmente trazidas para o início da avaliação com as diversas influências contextuais e ambientais da vida da criança, bem como para aspectos da contemporaneidade como as novas organizações familiares se fazem imprescindíveis de serem analisadas. Inicialmente o trabalho identifica as demandas que chegam para a realização do Psicodiagnóstico Infantil, bem como as diversas fontes de encaminhamentos, sendo que estas procedem de várias profissionais e locais da comunidade. Dados estes presentes nas fichas de contato inicial, já realizado ou em fase de construção pelos próprios alunos no início dos atendimentos. A partir desta análise inicial, parte-se para uma reflexão teórica acerca dos termos: Criança-Sintoma e Sintoma da Criança, através de uma breve revisão teórica do posicionamento teórico de alguns autores como Mannoni, Lacan e Laplanche. Esta revisão teórica serve de suporte para a posterior análise dos casos trazidos para reflexão. Compreende-se que a Criança-Sintoma é a expressão sintomática de problemas do casal, ou representante dos fantasmas de um dos genitores, ocupando o lugar de Objeto e não de Sujeito, por intermédio de sua própria subjetivação no contexto no qual vive. Enquanto o Sintoma da Criança reporta-se para a análise da subjetividade, ainda que construída através do intersubjetivo, mas com um significado latente para criança em razão de conflitos intrapessoais, dos quais produziu na relação com o Outro, mas permeado por um angústia própria, causando danos e sofrimentos psíquicos. Nesta condição, a criança demanda sua própria queixa, diferente daquela trazida pelos pais. Posteriormente, a partir dos levantamentos de dados dos casos no 2º semestre de 2006, procura-se refletir a respeito dos conceitos “criança-sintoma e sintoma da criança”. Através disto, procura-se estabelecer uma relação entre a demanda inicial, os dados em geral trazidos e/ou coletados pelos envolvidos no Processo, em integração com a visão da Criança-sintoma ou Sintoma da Criança.

**Palavras-chaves:** psicodiagnóstico, infância, sintoma

**Atividade: A Eficácia do Treinamento em Habilidades Sociais para o Tratamento da Fobia Social - Aspectos Metodológicos  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**A Eficácia do Treinamento em Habilidades Sociais para o Tratamento da Fobia Social - Aspectos Metodológicos

**Autor(es):** Antonio Paulo Angélico, José Alexandre de Souza Crippa, Sonia Regina Loureiro

**Resumo:** As habilidades sociais são geralmente consideradas essenciais para os processos de ajustamento social dos indivíduos portadores ou não de transtornos psiquiátricos. A fobia social tem sido considerada um grave problema de saúde mental pela sua alta prevalência na

população geral e pelas incapacidades decorrentes no desempenho e nas interações sociais do indivíduo. Neste sentido, considera-se que os déficits de habilidades sociais dificultam o funcionamento social e a capacidade adaptativa do indivíduo diagnosticado com este transtorno, com implicações e prejuízos diversos, especialmente para o desempenho e as interações sociais. Objetiva-se apresentar e analisar os estudos empíricos que abordem o Treinamento em Habilidades Sociais (THS) enquanto abordagem terapêutica para o tratamento da fobia social, visando a análise crítica das metodologias de pesquisa empregadas nesses estudos. Foram compilados seis estudos que tiveram por objetivo avaliar, direta ou indiretamente, a eficácia do THS para o tratamento de indivíduos fóbicos sociais. Em quatro estudos, o THS foi administrado no formato grupal e em dois individualmente. Os estudos que compararam abordagens terapêuticas constataram a maior eficiência do THS para o desenvolvimento de repertório social mais competente, em comparação com outras modalidades terapêuticas, empregadas como controles metodológicos. Apenas dois estudos puderam ser caracterizados como de eficácia, atendendo ao critério de randomização para os grupos de intervenção na composição das amostras dos delineamentos de pesquisa. Os demais estudos clínicos se propuseram a testar a eficácia, mas não o fizeram, sendo melhor caracterizados como estudos de efetividade por não terem feito uma alocação randômica de participantes nos grupos. Considerando os resultados dos estudos analisados, atesta-se a aplicabilidade do THS no contexto clínico, sendo considerado um dos tratamentos de escolha para indivíduos com diagnóstico de fobia social. Contudo, a área carece de estudos sistemáticos que demonstrem de forma mais ampla tais achados com amostras recrutadas de ambiente clínico e não-clínico, com alocação randômica dos participantes e com diagnóstico preciso e sistemático, podendo assim evidenciar a funcionalidade e o processo pelo qual a ansiedade interfere no desempenho social dos indivíduos. Conclui-se, então, que o delineamento ideal para testar a eficácia do THS em indivíduos com fobia social seria aquele no qual esta modalidade terapêutica constituísse uma abordagem única de tratamento, sendo administrada no formato grupal, com alocação randômica dos participantes nos grupos de treinamento e de comparação, utilizando-se de tarefas de interação, contextualizadas com base em avaliação prévia dos recursos e déficits das habilidades apresentados pelos participantes em diferentes contextos, que contemplem a generalização dos resultados obtidos.

**Palavras-chaves:** Treinamento em Habilidades Sociais, fobia social, análise crítica, metodologias de pesquisa, tratamento de escolha

**Atividade: Passagem ao Ato na Ação: efeitos subjetivos contemporâneos (Painéis)**

**Trabalho:** Passagem ao ato na Ação: efeitos subjetivos contemporâneos

**Autor(es):** Henrique Carneiro, Lívia Figueiredo Teixeira Pereira Diógenes

**Resumo:** Passagem ao Ato na Ação: efeitos subjetivos contemporâneos O cenário contemporâneo tem nos traduzido os efeitos subjetivos ocasionados por transformações sociais desajustadas e desequilibrantes que afetam diretamente no esfacelamento dos laços sociais e nas construções simbólicas. Na dita civilização, pura ironia atual, há o enfraquecimento dos mitos e das leis que nos servem como suporte ao desamparo e nos estruturam enquanto cidadãos, ocasionando a perda de referenciais simbólicos, assim como uma falência na ordem dos pensamentos e da linguagem. Os discursos tecnocientíficos, a indústria de fármacos e, principalmente, psicofármacos nos fornecem diariamente estratégias imediatas que amenizam o sofrimento físico e psíquico, nos colocando em um mecanismo de tamponamento frágil e poroso, enfraquecendo o que temos de mais humano, a linguagem. E para onde escoar esse mal-estar? Que desvia de seus caminhos mais benevolentes e infiltra se não nas sintomáticas de nossa contemporaneidade? Diante dessa supressão, origina nada menos que uma onda de violência, insegurança e atos desesperados que pairam em grande parte de nossa humanidade. Não é mero acaso que estratégias desesperadas emergem em atos alucinados contra a si mesmo e ao outro diante de uma perda do nosso potencial de simbolização em momentos de pura angústia. Birman (2005) afirma que nas subjetividades contemporâneas, ocorrem umas supervalorizações

dadas ao corpo, à ação e às sensações em contrapartida de esvaziamento do campo do pensamento e da linguagem. Diante da precariedade de instrumentos simbólicos, o sujeito descarrega os excessos de excitabilidade em Passagens ao Ato na ação, seja ela através da violência ou de atos compulsivos de consumo a drogas, comida, compras... Com estudos pautados em Carneiro (2004), Ambertín (2006) e Lacan – O Seminário, Livro III, atentamos que no enfraquecimento de significantes, o discurso se esvazia e o sujeito atua com o corpo em sua dimensão real, não mais utilizando-se de significantes, podendo atuar contra o próprio corpo ou ao outro, em Ato, na eliminação do mal-estar que o suprime imaginariamente. A passagem ao ato, diferentemente do acting-out, é uma resposta do sujeito quando não há mais cadeia de significantes juntamente ao encontro do real, produzindo um desaparecimento do sujeito. Opera com uma desestabilização da posição do sujeito em resposta à separação dele a sua cadeia de significantes, alcançando o real sem a sua dimensão simbólica e o fazendo “caer fuera de escena”. Dessa forma, observamos atos violentos, atentados a si na ação compulsiva as drogas, na introdução e expulsão desordenada de alimentos, nas compras incessantes; e ao outro em ações violentas de criminalidade e agressividade que nos situam cada vez mais em meio de uma guerra mal declarada, como passagem ao ato em resposta, sem significantes, ao mal-estar que nos acomete na contemporaneidade.

**Palavras-chaves:** passagem ao ato, violência, compulsão, falência simbólica, contemporaneidade

**Atividade: A Fenomenologia Hermenêutica e as Práticas Psicológicas Clínicas (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Psicologia, Fenomenologia e Ciência: o desenraizamento de sentido da existência contemporânea e as práticas psicológicas clínicas

**Autor(es):** Roberto Novaes Sá, Jurema Barros Dantas

**Resumo:** Na última fase de sua produção intelectual, Edmund Husserl diagnosticou a crise da modernidade como uma crise de sentido, gerada por um afastamento entre a experiência vivida a partir do horizonte imediato da cotidianidade, o mundo da vida (Lebenswelt), e a representação idealizada do mundo erigida pelo pensamento científico-natural. Esta cisão, segundo o filósofo, esvazia e deixa sem raízes a existência humana, tentando reduzir toda a vida espiritual ao plano do determinismo objetivo-naturalista. Neste contexto, a fenomenologia anuncia a necessidade de uma profunda reforma da psicologia moderna, que supere toda concepção objetivante do psíquico e do ser-com-o-outro. Embora Husserl reconheça o valor prático de diversas descobertas empíricas da psicologia, afirma que isso lhe confere tanto o estatuto de uma autêntica psicologia, quanto uma estatística dos comportamentos morais poderia ser considerada como um saber sobre a ética em sentido próprio. A atitude fenomenológica de suspensão dos preconceitos naturalistas, característicos da atitude científica, e de descrição e análise da própria experiência, permite a uma psicologia de inspiração fenomenológica um retorno ao mundo da vida e, portanto, uma compreensão da existência em seu âmbito próprio e irreduzível de sentido. O pensamento de Martin Heidegger, discípulo destacado de Husserl, apesar de ter tomado um rumo original, converge em muitos aspectos com as reflexões de seu mestre, radicalizando-as em certo sentido. Suas reflexões sobre a época contemporânea, por ele denominada como a “era da técnica”, mostram que a hegemonia do pensamento técnico-calculante, em detrimento do que denomina como pensamento meditante, ou pensamento do sentido, promovem uma desertificação da “terra”, enquanto habitação existencial, transformando-a em um mero “planeta”, enquanto reserva de energia e recursos naturais exploráveis. No entanto, Heidegger concebe ainda, em meio à era da técnica, uma possibilidade de libertação do fascínio histórico imposto pela técnica e de enraizamento de sentido da experiência existencial do homem. Para tanto, propõe ele, o exercício de uma disposição específica do espírito nomeada como “serenidade” (Gelassenheit). Neste tipo de atitude o homem permaneceria igualmente aberto a tudo aquilo que lhe vem ao encontro no mundo sem privilegiar alguma região ou modo de ser a partir da imposição metafísica apriorística de um fundamento. Assim, poderia dizer sim ao uso circunstancialmente inevitável da técnica moderna, dizendo não à interpretação corrente que a impõe como modo superior de verdade sobre o ser dos entes. Ao contrário da compulsão de

controle e segurança que caracterizam o mundo contemporâneo, a atitude serena é indissociável daquilo que Heidegger denomina como “abertura ao mistério”. Se a partir da fenomenologia husserliana e mesmo da fenomenologia hermenêutica heideggeriana de “Ser e Tempo”, ainda se poderia pensar em uma psicologia fenomenológica enquanto disciplina científica com características mais adequadas ao seu objeto de estudo, a partir das obras posteriores de Heidegger, podemos pensar na contribuição essencial da fenomenologia à psicologia, não mais como uma mera adequação do modelo de cientificidade próprio da psicologia, mas como um convite para que a psicologia se liberte das preocupações de cientificidade e eficiência técnica, buscando um estatuto de saber menos ingênuo e mais rigoroso do que aquele das ciências modernas, onde rigor não signifique submissão por princípio ao método, mas exercício permanente de atenção ao sentido imanente da experiência vivida. Na época contemporânea, em que as práticas psicológicas clínicas cada vez mais se defrontam com demandas de sofrimento existencial derivadas do nivelamento histórico do sentido ao que pode ser computado no cálculo global de exploração e consumo, é imprescindível, para que essas práticas psicológicas possam constituir espaços de reflexão crítica liberadora de outros modos de existir, que elas próprias não permaneçam acriticamente subordinadas a esse mesmo horizonte de redução de sentido.

**Palavras-chaves:** Contemporaneidade, Fenomenologia, Heidegger, Husserl, Psicoterapia

**Trabalho:** A emergência da clínica do Ser e a clínica da emergência do Ser

**Autor(es):** Patrícia V. de Albuquerque Lima, Mário Fonseca Fialho

**Resumo:** A noção de emergência pode ser pensada, a partir da obra de Heidegger, em associação com a idéia de *physis*, no sentido originário grego. Muito distante do que compreendemos hoje como natural, ou como o que a ciência compreende como natureza, está o conceito de emergência do mundo, ou *physis*. Este trabalho tem como objetivo buscar uma compreensão da clínica sob um duplo viés emergencial. De um lado a “emergência” como urgência, que nos convoca aos acontecimentos do mundo e mais especificamente, da clínica no contemporâneo. De outro lado, a “emergência” enquanto surgimento, referindo-se àquilo que emerge e dá nascimento, na experiência da clínica, ao mais essencial do ser do homem. Propomos, então, abordar essa dupla condição emergencial da clínica sob um olhar fenomenológico. Não se trata de utilizar novas palavras, ou afirmar a superioridade de uma corrente de pensamento, mas de dar à experiência clínica uma fonte de pasmo e renovação, colocando a atenção em suspensão e desidentificando-se do mundo da técnica e do sujeito da produção para, assim, nos aproximarmos um pouco mais da terra, enquanto morada, e do homem, enquanto mortal. Neste trabalho, entendemos que a contribuição essencial do pensamento heideggeriano para a clínica está na própria compreensão do homem como abertura de sentido, existência, ser-no-mundo ou ser-aí (*Da-sein*). Apoiado na poética filosófica do heterônimo Alberto Caeiro de Fernando Pessoa, e na filosofia poética de Martin Heidegger, buscamos apreender a síntese intuitiva desses autores sobre os fenômenos da existência, bem como propor uma reflexão sobre suas ressonâncias na experiência clínica. A apropriação crítica e a superação da reflexão metafísica e humanista são os desafios que a perspectiva fenomenológico-existencial propõe para uma clínica do sofrimento psíquico na atualidade. É neste momento histórico de pleno vigor da Era da Técnica, em que chegamos “cedo demais para o Ser e tarde demais para os Deuses”, que nos é emergencial meditar sobre o sentido da existência, em busca de uma liberação para outros modos de experiência do homem e do mundo, menos mediados pelas representações técnico-científicas e mais abertos ao mistério do ser. Uma prática clínica, pacientemente aberta e atenta ao mistério, pode contribuir para o re-encantamento e a re-sacralização das experiências cotidianas do homem contemporâneo desterrado de sentido existencial. Como observar a nudez do mundo como se o víssemos a cada momento? Como diz Caeiro: “Eu não tenho filosofia; tenho sentidos.../ Se falo na Natureza não é porque saiba o que ela é,/ Mas porque a amo, e amo-a por isso”.

**Palavras-chaves:** Clínica, Fenomenologia, *Physis*, Poesia, Ser

## **Trabalho:**A Dimensão Arte da Existência nas Práticas Psicológicas

**Autor(es):** Crisóstomo Lima Nascimento, Cláudia Silvana Azevedo, Ágnes Cristina da Silva Pala

**Resumo:** Este trabalho busca refletir sobre o que chamaremos de “dimensão arte” da existência e suas possíveis ressonâncias no âmbito das práticas psicológicas clínicas. O pensamento de Martin Heidegger fornece elementos para uma compreensão de arte a partir da abertura mais originária e fundadora de sentido, co-originária de outros aspectos essenciais da existência humana tais como o próprio pensamento ou a linguagem. Neste “aberto”, dimensão prévia à qualquer estrutura identitária psicologicamente compreendida, conserva-se ativa a dinâmica ocultação/desocultação do sentido dos entes. É a partir desta abertura que se dá a possibilidade de instauração e concomitante habitação de “mundos”. Propomos, então, elaborar alguns desdobramentos desta concepção da “dimensão arte” nas práticas psicológicas, para a produção ou visualização de outras perspectivas de sentido no uso de técnicas que envolvam a expressão artística, tais como, por exemplo, expressão corporal, dança, pintura, desenho, canto, escrita, leitura, jardinagem, cinema, música ou o mero brincar. Estas atividades podem permitir aos psicólogos, juntamente com seus clientes, a criação de novos sentidos para as suas práticas frente às demandas cotidianas que se endereçam à clínica, podendo contribuir, tanto para o estranhamento das dimensões impessoais em que nos encontramos inseridos na maior parte de nossa cotidianidade, quanto para o surgimento de posições narrativas que não sejam meramente replicadores daqueles discursos impessoais. Com esta ampliação da liberdade frente aos discursos instituídos ou reativamente constituídos, é possível promover um “retorno” do olhar à existência enquanto abertura histórica de sentido, como ser-em-obra naquela dimensão desveladora/veladora, que denominamos dimensão arte do existir humano. Conforme a compreensão do homem enquanto ser-no-mundo e não enquanto um sujeito encapsulado, o papel terapêutico da arte não se reduz ao plano das projeções simbólicas de conteúdos psíquicos metaforicamente representados. O sentido nunca é apenas psíquico, é sempre desvelado a partir deste “ser-no-mundo-junto-a” que constitui a existência. Por isso, o enraizamento proporcionado pelo fazer artístico, não deriva somente da compreensão racional de supostas metáforas, mas, essencialmente, da correspondência criativa àquilo que nos vem ao encontro nesta atividade. Os sistemas tradicionais de conhecimento, como o Taoísmo, o Zen Budismo, o Sufismo e mesmo os esoterismos cristãos no Ocidente, sempre consideraram as artes e as atividades de cunho prático como importantes etapas no caminho iniciático de busca e transformação espiritual. Tanto por seu valor enquanto exercício de disciplina e aperfeiçoamento, quanto por seu potencial simbólico de estabelecer analogias integrativas entre os diversos planos da realidade. Lembremo-nos, para citar apenas alguns exemplos, o papel do ikebana e do bonsai no zen-budismo, da dança e da tapeçaria no Sufismo ou da arquitetura na Maçonaria. Em uma dimensão mais laica e despretensiosa, podemos dizer que a arte pode desempenhar nas práticas psicológicas um papel análogo ao dessas atividades tradicionais. Tanto no aludido aspecto de exercício de disciplina, continuidade e experiência de limites e possibilidades, quanto naquele da experiência simbólica de enraizamento que proporcionam, estas atividades podem contribuir significativamente para o processo de transformação pessoal de seus praticantes. Nesta perspectiva de se fazer/pensar a clínica, os participantes são convidados a uma postura de atenção para com as questões inerentes à dimensão arte do existir como fonte inesgotável de criação, conservação e transformação dos modos de existir, enquanto modos de construir/habitar moradas/mundos.

**Palavras-chaves:** Arte, Existência, Heidegger, Práticas Clínicas

**Atividade:** Escutando a criança surda: relato de uma experiência de psicoterapia psicanalítica com crianças deficientes auditivas (Paineis)

**Trabalho:** Escutando a criança surda: relato de uma experiência de psicoterapia psicanalítica com crianças deficientes auditivas

**Autor(es):** Graciele Oliveira Faustino, Lysia maria dos santos Pinto, Heliane de Almeida Lins Leitão, Cristiane Pedruzzi

**Resumo:** Este trabalho apresenta o resultado de uma experiência de psicoterapia psicanalítica com crianças surdas, onde o discurso verbal foi substituído pela língua de sinais (LIBRAS), tomando como fundamento a psicanálise com crianças proposta por Melanie Klein, a partir de sua técnica psicanalítica do brinquedo, juntamente com as idéias inovadoras da psicanalista e psicopedagoga argentina Alicia Fernandez, que propôs através de sua experiência em atendimento com crianças um trabalho mais diretivo e focal. Os dados utilizados para análise foram os registros terapêuticos escritos pós-sessões, além também da análise de alguns desenhos, de quatro casos clínicos de crianças com surdez congênita e profunda que foram atendidas em psicoterapia durante seis meses na AAPPE (Associação de Amigos e Pais de Pessoas Especiais) em Maceió - AL. Num atendimento também focal, e, assim, condizente com a proposta de atuação desta instituição, que é conveniada ao Sistema Único de Saúde – SUS. Os resultados desta experiência demonstram que é possível desenvolver a psicoterapia psicanalítica com crianças surdas, substituindo o discurso verbal pela língua de sinais, preservando o cerne da teoria e técnica psicanalítica, uma vez que na psicoterapia com crianças o discurso verbal não é somente o foco do processo, e sim toda atividade lúdica da criança, as brincadeiras, os jogos, seus desenhos, ou seja, toda a relação que a criança estabelece ao brincar. A análise dos casos pôde evidenciar que esta experiência psicoterápica, semelhantemente a realizada com crianças ouvintes, caracterizou-se pela expressão simbólica das dificuldades emocionais e conflituosas das crianças, como também permitiu o estabelecimento da transferência e da contratransferência, princípios técnicos da abordagem psicanalítica, possibilitando assim, o processo terapêutico. Foi possível fornecer acompanhamento psicoterápico com o respaldo psicanalítico a crianças que se utilizam de outra forma de linguagem, por apresentarem queixas semelhantes às ouvintes. Embora, partindo do pressuposto que sua construção de mundo foi elaborada através da ausência do som, implicando na sua percepção de mundo e construção de conceitos diferentemente da forma como acontece com crianças ouvintes, é observado que o processo de simbolização se dá independente da deficiência. Foi possível entender, que esta pesquisa poderá contribuir para a expansão dos benefícios que um processo psicoterápico pode fornecer, além de poder oferecer subsídios para o atendimento psicológico a crianças com surdez. Com esta adaptação da técnica psicoterápica de base analítica infantil, buscamos ampliar os horizontes da psicoterapia psicanalítica com crianças, oferecendo uma nova forma de tratamento a uma camada da população acometida por uma deficiência, favorecendo, de certa maneira, sua inclusão social, além de contribuir para o desenvolvimento da própria Psicologia, enquanto ciência.

**Palavras-chaves:** criança, surdez, psicoterapia psicanalítica

**Atividade:** **IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE PLANTÃO PSICOLÓGICO EM INSTITUIÇÕES DO MUNICÍPIO DE NATAL**  
(Experiências em Debate)

**Trabalho:** **IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE PLANTÃO PSICOLÓGICO EM INSTITUIÇÕES DO MUNICÍPIO DE NATAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

**Autor(es):** Symone Melo, Elza Maria do Socorro Dutra

**Resumo:** A atividade de aconselhamento psicológico, embora historicamente vinculada à formação e prática profissional do Psicólogo, tem sido, ao longo do tempo, alvo de inúmeras críticas. Nas últimas décadas, a necessidade de mudanças observada por profissionais envolvidos no processo de pesquisa e intervenção em aconselhamento em instituições formadoras (Mahfoud, 1987, 1999; Morato, 1999; Rosenberg, 1987) tem fomentado reflexões e apontado novas perspectivas neste campo, dentre as quais destaca-se a proposta de pronto-

atendimento nomeada “Plantão Psicológico”. No campo da Psicologia, a proposta de plantão como modalidade de aconselhamento tem sido implantada em contextos institucionais a partir das discussões suscitadas pela perspectiva de uma clínica ampliada (Dutra, 2004; Figueiredo, 2004). O plantão psicológico viabiliza, nas instituições, um atendimento de tipo emergencial. Trata-se de um serviço que privilegia a demanda emocional imediata do cliente, funcionando sem a necessidade de agendamento e sendo destinado a pessoas que a ele recorrem, espontaneamente, em busca de ajuda para problemas de natureza emocional (Cury, 1999). O foco do atendimento é a experiência do cliente em determinada situação e não a sua queixa. Na relação entre o plantonista e o cliente, objetiva-se que este último consiga desenvolver uma visão mais clara de si mesmo e de sua perspectiva ante a problemática apresentada e que demande um pedido de ajuda (Mahfoud, 1987). Atualmente, encontra-se um número crescente de profissionais inovando seus atendimentos e encontrando no plantão alternativas a muitas de suas inquietações, em especial no tocante à aplicabilidade da Psicologia em instituições (Tassinari, 1999). A partir do exposto e da necessidade de ampliar a concepção de clínica vigente na formação acadêmica, e tendo como referencial a Abordagem Centrada na Pessoa, procedeu-se à implantação do serviço de plantão em algumas instituições do município de Natal, a saber: Delegacia Especializada no Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Delegacia Especializada no Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência, Pronto-Socorro Clóvis Sarinho e Serviço de Psicologia Aplicada – SEPA, clínica-escola da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Tal projeto, empreendido sob a coordenação das docentes autoras deste trabalho, foi executado por alunos do 4º ano do curso de graduação em Psicologia da UFRN inscritos na disciplina “Aconselhamento Psicológico” e alunos do Curso de Especialização em Psicologia Clínica Fenomenológico-Existencial desta mesma instituição. Num primeiro momento, procedeu-se ao estudo da literatura relativa ao tema e à discussão sobre experiências já empreendidas em plantão psicológico, possibilitada pela presença de docentes de outras instituições (Profª Dra. Vera Cury, da PUC/Campinas; Profª Dra. Henriette Morato, da USP e Profª Dra. Heloísa Szymansky - PUC/São Paulo). Paralelamente, foram realizadas reuniões com as equipes das instituições envolvidas para discussão da proposta de trabalho. Após este período, durante os meses de agosto a dezembro de 2006, alunos e profissionais revezaram-se nas instituições supracitadas, realizando atividades de plantão, sob a supervisão semanal das docentes e alunas do Mestrado em Psicologia. Além das dificuldades operacionais (espaço físico inadequado, aspectos burocráticos prejudicando a agilização dos serviços, problemas na organização das escalas de plantão), a necessidade de esclarecimento às equipes das instituições acerca da natureza da proposta e a real compreensão das mudanças requeridas em relação aos modelos tradicionais da clínica psicológica para uma efetiva intervenção nesta modalidade de pronto-atendimento exigiram dos plantonistas e supervisores dedicação, flexibilidade e criatividade. A inclusão do serviço de plantão psicológico nas instituições revelou ser tal modalidade de intervenção eficaz em relação aos objetivos a que se propõe e promotora de experiências que contribuem significativamente no processo de amadurecimento pessoal e profissional dos estagiários envolvidos, corroborando dados presentes na literatura (Mahfoud, 1999; Morato, 1999; Rosenberg, 1987; Tassinari, 1999). Nota-se, a relevância da implantação do serviço nas instituições envolvidas, nas quais o sofrimento psíquico demanda uma escuta especializada. O feedback fornecido pelos plantonistas, por pessoas atendidas nos plantões e por profissionais das instituições revela a necessidade de continuidade do trabalho empreendido e a importância de compartilhá-lo com profissionais e estudantes, buscando a reflexão e o aprimoramento da experiência.

**Palavras-chaves:** Plantão Psicológico, Aconselhamento, Instituição, Clínica

**Atividade:** A lei e a sua relação com a culpa perante a violência na atualidade (Paineis)

**Trabalho:** A lei e a sua relação com a culpa perante a violência na atualidade

**Autor(es):** Renata Santana de Moura, Henrique Carneiro

**Resumo:** Em 2006.2 desenvolvemos estudos e pesquisas relacionadas à violência no

Laboratório sobre as Novas formas de Inscrição do Objeto – LABIO, sediado na Universidade de Fortaleza – Unifor, sob a coordenação do Prof. Dr. Henrique Figueiredo Carneiro. Neste ano, estamos a dar continuidade às atividades de pesquisa, a partir do projeto Violência, Culpa e Ato: causas e efeitos subjetivos para os adolescentes. Em apreço a essas referências, desenvolvemos este trabalho que se propõe a abordar a relação da violência e da culpa com a lei. A partir do surgimento da psicanálise pudemos ter um estudo minucioso da subjetividade humana. Com isso, não nos autorizamos a refletir sobre as estruturas psíquicas sem considerar substancialmente a importância da culpa para a construção da formação subjetiva e a sua relação com a lei na contemporaneidade. Observamos com Ambertín (2006) a importância de não extirpar a culpa do sujeito, já que isto, de algum modo, implicaria a dissolução de seu posicionamento subjetivo diante da situação geradora de tal angústia. Pretendemos ressaltar também neste trabalho, a importância das relações familiares, e a ampliação desta, que são as relações sociais, observando o alarmante aumento da violência dentro desses ambientes tanto públicos, quanto privados, o que nos preocupa substancialmente. Considerando a teoria psicanalítica, percebemos que o nosso aparelho psíquico se forma a partir dos primeiros contatos com a mãe e posteriormente se estrutura no meio familiar, ampliando-se bem depois ao meio social do sujeito e a cultura. Logo, essa é uma forma que encontramos para relacionar o âmbito familiar ao social, no entanto, devemos considerar a violência social um reflexo do que se iniciou no meio familiar? Não obrigatoriamente, mas necessariamente, já que os recursos subjetivos conquistados pelo sujeito são os mesmos do convívio familiar, modificando apenas, o grau de elasticidade dos vínculos estabelecidos. Ao fazermos esta relação consideramos que a resultante exacerbação da violência social está diretamente relacionada a ambientes familiares desestruturados. Isso não quer dizer que a violência social seja decorrente da falência familiar, ou vice-versa, pois na realidade não poderíamos provar quem surgiu primeiro, apesar de ficarmos tendenciosos a considerar a família como a grande precursora. Diante disso, preferimos uma relação mais dialética já que reconhecemos uma íntima relação entre o familiar e o social, e percebemos que os valores difundidos na cultura interfere na construção dos laços familiares. Identificamos graves inconsistências sociais com a difusão do discurso capitalista, com a supervalorização da beleza, e do consumo, percebemos em contrapartida uma grande desigualdade social, que exclui maior parte da população brasileira e estes ideais difundidos pelo capitalismo geram conflitos em todos os âmbitos. Para continuarmos este trabalho, estaremos a dar continuidade as nossas investigações a cerca de produções técnico-científicas que abordem esta temática, e em especial: As Vozes do Supereu na clínica psicanalítica e no mal-estar na civilização, de Marta Gerez-Ambertín e Culpa, Responsabilidad y Castigo en el discurso jurídico y psicoanalítico, compilação da mesma autora. Por fim, devemos considerar a importância deste trabalho, à medida que ele busca alternativas para melhor lidar com a violência em nossa sociedade, e possibilitará uma intervenção mais apropriada diante desta demanda.

**Palavras-chaves:** violência, culpa, lei, família, sociedade

**Atividade: Reflexões Acerca das Contribuições da Filosofia para a Prática Clínica (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Filosofia analítica e clínica da psicose: uma proposta de crítica analítica do conceito de esquizofrenia

**Autor(es):** Ileno Izídio da Costa

**Resumo:** O presente trabalho objetiva sistematizar uma crítica complexa e filosófica ao conceito de esquizofrenia a partir de alguns pressupostos da Filosofia Analítica de Ludwig Joseph Johann Wittgenstein (1889 -1951), filósofo austríaco considerado um dos mais influentes do século XX. No entanto, por profuso na literatura psi (psicológica, psiquiátrica, psicopatológica), não serão apresentadas as definições básicas ou caracterizada a nosografia psiquiátrica tradicional do conceito de esquizofrenia, pressupondo-se ser de domínio geral. Ao contrário, partir-se-á da análise da proposta inicial do conceito para demonstrar suas imprecisões, confusões e superposições que persistem até a presente data. Um dos conceitos centrais da obra de Wittgenstein, seja porque o aprofundou seja porque o criou, é o da certeza. Este conceito, além de contribuir para a epistemologia em geral, foi objeto de uma acurada reflexão do assim



chamado “segundo Wittgenstein”, que será privilegiado nesta discussão. Wittgenstein abordou esse tópico de forma direta no seu texto “Sobre a certeza”. Para Glock (1996) um ponto importante na argumentação de Wittgenstein é que “a convicção de Moore de que sabe ter duas mãos não garante que ele o saiba do fato, pois, enquanto exteriorizações, tais como “Acredito” ou “Tenho certeza”, constituem uma garantia de crença ou certeza, uma expressão como “Eu sei”, indicativa da convicção de que sabemos, não garante que de fato saibamos, mas apenas que acreditamos saber”. Outra noção fundamental da filosofia wittgensteiniana é a noção de critério. Critérios são modos de determinar se algo satisfaz o conceito X ou evidências que corroboram que algo é X. Embora tenha sido utilizado por Platão, o termo só alcançou proeminência filosófica no segundo momento de Wittgenstein. Na maior parte do tempo, Wittgenstein utiliza o termo sem se afastar de seu uso ordinário. Por vezes, entretanto, ele é mais específico, indicando que os critérios fornecem um tipo especial de evidência. Para ele, critério possui três características distintivas (e problemáticas, segundo a opinião de Glock, 1996): (a) Critérios determinam o significado das palavras que governam. O que vincula significado e critérios é a verificação; (b) Critérios são modos de determinar como sabemos alguma coisa. Especificar critérios para aferir a verdade de p é caracterizar modos de verificar p, de responder à questão “Como você sabe?”; e (c) Os critérios para algumas palavras são revogáveis. Aplicando as reflexões wittgensteinianas de certeza e critério ao conceito de esquizofrenia, podemos afirmar que (a) este conceito não é verificável pelas imprecisões adotadas posto que a verificação empírica não é confiável, donde se conclui que o significado do conceito não corresponde aos critérios adotados; (b) Neste sentido o “como sabemos o que é esquizofrenia” é impossível de determinar por absoluta imprecisão dos critérios de

veriPOST/modulos/submissao/sub\_atividade\_bd.asp?  
comando=inserirTrabalhoHTTP/1.1Host:www.conpsi5.ufba.brAccept:image/gif,image/x-  
xbitmap,image/jpeg,image/pjpeg,application/vnd.ms-excel,application/vnd.ms-  
powerpoint,application/msword,application/x-shockwave-flash,\*/Referer:http://www.

**Palavras-chaves:** Filosofia analítica, psicologia clínica, esquizofrenia

**Trabalho:** Fenomenologia, Psicologia e Práticas Clínicas

**Autor(es):** Adriano Furtado Holanda

**Resumo:** A História da Fenomenologia e do movimento fenomenológico, por si só, já seria justificativa para um estudo aprofundado das raízes que este pensamento plantou nas práticas psicológicas. A proposta deste trabalho é, primeiramente, elaborar um panorama histórico da inserção da Fenomenologia no campo psi, demonstrando a sua relevância e destacando seu papel na construção da psicologia como ciência humana e como ciência do cuidado. Neste sentido, principia pelo questionamento do paradigma naturalista, cujo legado pode ser encontrado nos grandes sistemas psicológicos, como o da Escola de Berlim. Esta historicização percorre caminhos desde as elaborações de Karl Jaspers, até as proposições de Ludwig Binswanger, Medard Boss e Eugène Minkowski no contexto da psicopatologia, passando pela sua influência sobre o maior conjunto de práticas clínicas conhecidas na psicologia atual (desde os modelos fenomenológico-existenciais europeus, como a Daseinsanalyse e a Logoterapia, até os modelos “humanistas” americanos, da Abordagem Centrada na Pessoa de Rogers até a Gestalt-Terapia de Fritz Perls), e as revisões contemporâneas dos modelos de atenção à saúde (como a Antipsiquiatria, por exemplo), sem desconsiderar a herança fenomenológica da Psicanálise. Num segundo momento, pretende-se realizar uma análise crítica destas influências, destacando a atualidade dos questionamentos fenomenológicos e as possibilidades de sua efetivação. Para tal, é importante, em primeiro lugar, situar o pensamento fenomenológico em três vertentes, são elas: a epistemologia, a filosofia e o método, para, em seguida, apontar as possibilidades e limitações de sua aplicação. No terreno das práticas clínicas, por exemplo, destaca-se sua participação como método e como epistemologia, gozando de razoável consideração no mercado psicoterápico; mas é no campo da pesquisa empírica que o método fenomenológico encontra lastro de amplo desenvolvimento, como se observa em variados modelos de pesquisa qualitativa, podendo ser um olhar distinto para uma gama de fenômenos psicológicos de considerável importância, como a psicologia da religião e da espiritualidade, com exemplo. Ademais, a fenomenologia como modo de pensar sustenta um conjunto de posturas e

posicionamentos de ajudam a psicologia a se situar como uma ciência social e de saúde. Defende-se a posição de que é esta mudança de postura o grande legado do movimento fenomenológico, legado este que ainda não se desvelou por completo, ganhando dimensões variadas e complexas a partir de novas revisões e novas interpretações, seja a partir de filósofos e pensadores contemporâneos ao movimento, como Jean-Paul Sartre, Max Scheler e Maurice Merleau-Ponty, até pensadores menos conhecidos como Jan Patócka, Mikel Dufrenne e outros.

**Palavras-chaves:** Fenomenologia, Psicologia Clínica, Contribuições fenomenológicas

**Trabalho:** A entonação (prosódia) como fator catalítico da interpretação na clínica

**Autor(es):** Valeska Zanello

**Resumo:** Desde Platão (em A República), fez-se conhecida a idéia de que o discurso é um *phármakon* poderoso, capaz de agir sobre a alma do ouvinte. *Phármakon* é uma palavra grega que aponta para a potencialidade de uma substância que pode realizar-se como remédio ou como veneno, dependendo de quem a usa, de que conhecimento possui da alma do ouvinte, e do contexto em que é utilizado. A idéia de que fazemos coisas com as palavras (ao dizer e por dizer) se inscreve também no coração de uma abordagem contemporânea na filosofia, denominada de filosofia da linguagem ordinária. Tal abordagem se firmou após a virada lingüística ocorrida no século passado, sobretudo com as Investigações Filosóficas de Wittgenstein. Segundo este autor, podemos fazer muitas coisas com a linguagem do que apenas representar o mundo; nesse sentido, dizer, muitas vezes, é fazer. Neste trabalho, buscamos mostrar que o terapeuta pode e deve utilizar a entonação como fator catalítico do efeito *pharmakológico* daquilo que profere numa interpretação. Nosso ponto de partida foi a idéia de ato perlocucionário, contribuição conceitual de Austin (1990). Segundo este filósofo, podemos diferenciar os atos de fala em perlocucionários ou ilocucionários. Esses últimos seriam marcados pela convencionalidade, isto é, ao proferirmos uma sentença (por exemplo: “eu prometo”), estaríamos de fato já realizando a própria ação (do prometer). Já os atos perlocucionários seriam marcados pelo seu caráter subjetivo, isto é, por proferirmos uma sentença de uma determinada maneira produzimos uma conseqüência no ouvinte (por exemplo: por dizer “você pegou minha caneta”, de maneira mais enfática, o ouvinte se sentiu acuado). Austin destaca que em tais atos de fala são importantes alguns fatores, como: a entonação, traços subjetivos do ouvinte, etc., isto é, esses atos são marcados pela não convencionalidade. Fónagy (1983), importante autor da psicofonética, contradiz tal perspectiva, ao mostrar que a entonação apesar de ser “natural” (tem bases psico-pulsionais), é também convencionalizada, de modo que a própria comunidade lingüística prescreve certas entonações e seus possíveis sentidos. Em outras palavras, teríamos implicaturas (parafraseando Grice, 1982) não apenas no plano semântico-pragmático, mas também prosódico. Fónagy (1983) aponta assim características distintas para a ironia, o humor, a ternura, etc. A partir de tais contribuições, buscamos refletir acerca das implicações da entonação na interpretação, sobretudo na forma do humor. A metáfora da catálise, por nós aqui adotada, aponta para uma modificação da aceleração dos “processos reativos” e uma alteração da própria substância (aqui, o discurso), influenciados pela “temperatura” ambiente (o momento transferencial), em função da entonação. Isto é, defendemos a idéia de que, em um processo terapêutico, o modo de dizer uma interpretação age como catalizador do que está sendo dito, de maneira completamente relacionada ao “calor” do campo terapêutico (ao momento transferencial vivido) e afetando seu efeito *pharmakológico* no paciente. A base clínico-teórica adotada foi a metapsicologia freudiana, que confere um lugar importante de “amansamento narcísico” ao humor (sendo o narcisismo o maior fator de resistência ao processo terapêutico). Acabamos por defender a idéia de que a interpretação humorada (e não irônica!) pode criar um *Stimmung* no campo analítico permeado de maior leveza e proporcionando uma transferência mais positiva.

**Palavras-chaves:** Psicologia Clínica, Filosofia da Linguagem, Atos perlocucionários, Psicofonética, Entonação

**Atividade:** Bastidores da construção da prática do acompanhamento terapêutico por uma equipe: uma visão psicanalítica

## (Experiências em Debate)

**Trabalho:** Bastidores da construção da prática do acompanhamento terapêutico por uma equipe: uma visão psicanalítica

**Autor(es):** Natasha Bazhuni

**Resumo:** Falar dos bastidores da construção da prática do acompanhamento terapêutico por uma equipe é buscar legitimar a aplicação do método psicanalítico à coletividade que o sustenta, problematizando a edificação de uma atuação e formação clínica que ocorreram em espaços grupais. São situações ocorridas entre uma equipe de alunos que se transformou em uma equipe de trabalho, aqui chamada de “Equipe”, e como essa passagem foi acompanhada pelo supervisor que também fazia parte de outra equipe, o “Grupo”, à partir da visão dos integrantes da “Equipe”. Estas são relações complexas que manifestam pontos em comum com relações mestre-discípulo apresentadas pela literatura na história do movimento psicanalítico. Uma característica presente nestas relações era que de, modo implícito, cabia apenas ao “Grupo” o lugar de criatividade e à “Equipe” o lugar de receptividade do que era oferecido. O ato terapêutico é um ato criativo que precisa ser estimulado pelo supervisor e não abafado ou usurpado. Esta regra terminaria em impasse principalmente se toda nuvem ideacional que este levanta não é adequadamente trabalhada por todos em conjunto sem a necessidade de ter que afirmar que o gesto criativo, ou iniciativa deva ser exclusivamente do espaço dos supervisores. Acredita-se que a necessidade desta demarcação foi uma defesa política para constituir uma autoridade já desgastada. Transmitir e assumir lugar de suposto saber implica poder, assim a formação de um analista passa por aceitar ser educado, o que traz uma dimensão política, pois é necessária uma submissão ou reconhecimento deste poder. Estas relações implicavam em um alto grau de tolerância à passividade, ou uma disposição para nos castrarmos enquanto indivíduos criativos. Portanto, é uma guerra de narcisismo, onde persistem os padrões infantis. Movimentos semelhantes são freqüentes na tentativa de instituição de qualquer prática e, portanto, podem ser compreendidos no escopo da política. O início da instituição da psicanálise, por exemplo, foi marcado por um jogo de poder, onde a moeda de troca era a multiplicação dos partidários de Freud (ROUSTANG, 1987). Referindo-se sobre a relação de Freud e seus seguidores, Roazen (1995, p. 64) aponta: “O que ele queria era olhar um caleidoscópio dotado de espelhos que multiplicassem as imagens que ele introduzisse”. O “Grupo” era quase uma legião, que devia se manter unida defendendo o ideal da causa do supervisor que ocupava o lugar de mestre. Queria um outro “ele-mesmo”, uma aceitação sem reservas. Caso o grupo não se encaixasse ou identificasse como seguidores fiéis seria expulso, “nada, como efeito, será melhor que o crime perpetrado por todos e por um, a coesão de uma horda” (ROUSTANG, 1987, p. 13). Repetimos aqui uma questão sempre posta na história do movimento psicanalítico: ver-se diante da dependência analítica ou tornar-se independente e colocar-se fora do movimento seguido até então. Portanto, trata-se de manipulação de poder, o que leva à passagem da transferência analítica para as relações sociais reais, o que na opinião de Roustang (1987) caracteriza a sociedade psicanalítica como ambígua e inviável por definição. De onde prossegue que a associação estabelecida visando ajuda mútua e propagação da doutrina por meio de submissão ao chefe gera um mal-entendido. Os agrupamentos de psicanalistas trariam em si a semente de sua desagregação. Há um drama nas relações comunitárias, por assim dizer, dos psicanalistas que se organizam em função da transferência com aquela figura do suposto saber. O supervisor ocupava o lugar do suposto saber, tendo-nos transmitido isso. Em contrapartida, os encontros entre equipes foram se constituindo como possíveis espaços para discussão de diagnóstico, encaminhamento e tratamento dos casos por nós atendidos. Cada profissional tinha um pedaço do caso, era necessário integrar estas informações e avaliá-las. Esta é a riqueza e o drama de um trabalho feito a muitas mãos, em que chegar a um acordo de manejo não se dá de forma simples. Precisa-se partir de um todo que faça sentido para cada um. É um conflito que merece paciência. Em relação ao trabalho de equipe, Figueiredo (1997, p. 58) afirma: “Tudo parece depender do exercício de persuasão, de uma certa disposição de cada especialista para convencer e ser convencido”. A discussão levantada aqui coloca-se dentro de uma questão teórica sobre os modos de funcionar de uma supervisão que precisa ser constantemente repensada e que legitima este trabalho. É necessário inventar formas que possam preservar e fortalecer as relações nesse jogo político sem que seja apenas burocrático. Nesta dimensão da

formação, qualquer desenlace possível deveria favorecer que o sujeito se sentisse criativo e capaz em sua atuação profissional sem tanta hierarquização. Estas relações misturam a dimensão política, técnica e estrutura psíquica de cada um dos envolvidos e o trabalho que fazemos é um resultado possível desse imbricado nó.

**Palavras-chaves:** Saúde Mental, Acompanhamento Terapêutico, Supervisão, Psicanálise

**Atividade: Jogo terapêutico para sessões conjuntas com pais e filhos: (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Jogo terapêutico para sessões conjuntas com pais e filhos: Versões para crianças e pré-adolescentes.

**Autor(es):** Cynthia Borges de Moura

**Resumo:** A dificuldade de interação entre pais e filhos tem sido identificada como um fator que acompanha vários tipos de queixas clínicas em crianças. Os pais por não saberem lidar adequadamente com comportamentos e, principalmente com os sentimentos das crianças, acabam desenvolvendo ou acentuando problemas que, muitas vezes, eles mesmos poderiam resolver. Quando os problemas de interação afetiva entre pais e filhos são claramente identificados, o terapeuta pode propor que, pais e criança, engajem-se num processo de aprendizagem de trocas afetivas, e aprendam formas de contato físico prazeroso entre (e para) ambos. Pais precisam aprender a ouvir os sentimentos e necessidades dos filhos e responder a eles de forma acolhedora e empática. O objetivo deste trabalho é propor uma estratégia terapêutica a ser usada na terapia infantil em sessões com pais e filhos: um jogo terapêutico onde quem “ganha, ganha e quem perde também ganha”. A versão para crianças é composta de um jogo de tabuleiro com perguntas sobre o cotidiano, preferências e comportamentos dos pais e da criança. A versão para pré-adolescentes é constituída apenas de cartões. Cada pergunta é seguida de três alternativas de resposta, o jogador da vez deve escolher a resposta que mais se parece com a escolha que seu parceiro faria naquela situação. Assim, pais (pai ou mãe) devem acertar a escolha do filho, e vice-versa. Quando chegam a casa “comemoração” (pois há apenas um peão) ambos sorteiam uma atividade conjunta prevista no jogo (abraços, beijos, cafuné, massagem, etc) para comemorar o quanto conseguiram andar no jogo por conhecerem um ao outro (as cartas de comemoração estão presentes apenas na versão para crianças). Uma variação da comemoração é quando acertarem comemorarem. Então, ambos sorteiam uma atividade comemorativa conjunta prevista no jogo (abraços, beijos, cafuné, massagem, etc). Quando erram, o parceiro escolhe um “castigo” para o jogador, que tem que fazer algum dos carinhos previstos e o outro apenas receber. Essa técnica é muito útil na observação dos padrões de interação afetiva entre pais e filhos, assim como no ensino de respostas afetivas, de contato físico de uma forma lúdica, descontraída e geralmente prazerosa, por mais desconfortável que possa ser inicialmente, cumprir as regras do jogo. Essa técnica pode ser manejada de acordo com os objetivos terapêuticos de cada caso clínico, porém os resultados geralmente apontam para uma melhoria das interações, tanto verbais quanto afetivas, uma vez que promove a reflexão sobre o quanto pais e filhos realmente se conhecem, a importância do diálogo para o relacionamento e para a transmissão de mensagem de amor e cuidado, principalmente dos pais para com os filhos.

**Palavras-chaves:** crianças, recursos lúdicos, terapia infantil, orientação de pais

**Atividade: O vínculo e a transferência na clínica psicossocial das psicoses (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** O vínculo e a transferência na clínica psicossocial das psicoses

**Autor(es):** Fernanda Rebouças Maia Costa, Andréa Pato Vieira de Campos, Érica Almeida

Coelho, Marcus Vinicius de Oliveira Silva

**Resumo:** O programa de intensificação de cuidados para pacientes psicóticos, realizado na cidade de Salvador, vai de encontro ao modelo de clínica tradicional e propõe uma atuação concordante com os pressupostos da Reforma Psiquiátrica. Nesse sentido, valoriza a intervenção psicossocial, propondo uma clínica ampliada. Essa prática tem como recurso a presença intensificada e intencionada junto aos pacientes. São feitas visitas domiciliares regulares, passeios e grupos terapêuticos, mediação na relação com os familiares, acompanhamento a consultas psiquiátricas e assessoria no encaminhamento de documentações, benefícios e questões jurídicas. Tal modelo de clínica psicossocial impõe a necessidade de ir além da interpretação e manejo da transferência, comum na experiência da clínica tradicional, para que seja valorizado o estabelecimento do vínculo, que se torna elemento terapêutico central nessa forma de atuação. O processo é vivido a todo tempo conjuntamente e, para pensar a relação usuário-profissional, há de se estar aberto para olhar para o encontro que se estabelece, para pensar a união no “entre” do que se cria e se recria nesse processo. A discussão desse tema é iniciada pelo conceito de transferência de Freud que trata da repetição, com a pessoa do médico, de sentimentos de afeição ou hostilidade que parecem já estar preparados no paciente e prontos a emergir tão logo surja uma oportunidade. Zygouris amplia essa idéia defendendo a impossibilidade de reduzir o vínculo estabelecido à repetição, pois essa relação é feita de “sentires”, de emoções conscientes e inconscientes, da presença, do que é próprio e único de cada um e que não pode exatamente se repetir. Inserido na clínica da psicose, o elemento do vínculo ganha uma nova especificidade dada a forma particular com que esses sujeitos se relacionam. Bleger fala sobre os aspectos simbióticos e autísticos que caracterizam a lógica bivalente que rege as suas relações, tornando-as mais conflituosas e frágeis e conferindo-lhes tal particularidade. Dito isso, pode-se entender porque o estabelecimento de um vínculo intencionado e sensível às particularidades do sujeito psicótico se mostra tão valioso para esta clínica. A partir daí, é importante o terapeuta suportar aquilo que é depositado ou transferido para ele, sem que se sinta ansioso e desconfortável, cuidando desses conteúdos. Sabendo-se necessário dialogar com a experiência psíquica do sujeito, dando lugar à sua significação e estando atento aos olhares e dizeres, aporta-se no que há de arte e no que há de técnica dentro da clínica; no que há de novo e no que há de repetido.

**Palavras-chaves:** Vínculo, Transferência, Psicose, Psicossocial

**Atividade: HABILIDADES SOCIAIS NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** A avaliação da freqüência de verbalização empática entre terapeutas de diferentes abordagens

**Autor(es):** Eliane Mary de Oliveira Falcone

**Resumo:** Diversos estudos têm demonstrado a relação entre a empatia manifestada pelo terapeuta e a eficácia do tratamento. A empatia é definida como um construto multidimensional, que inclui os seguintes componentes: a) cognitivo, entendido como a capacidade de tomar a perspectiva da outra pessoa e de agir em conformidade com esta; b) afetivo, definido como sentimentos de compaixão e de interesse genuíno pelo bem-estar da pessoa alvo e c) comportamental, que é expresso pela comunicação verbal e não verbal de entendimento, sem julgamento, acerca dos sentimentos e pensamentos da outra pessoa. Embora os três componentes sejam fundamentais para caracterizar a interação empática, a avaliação do conteúdo verbal permite a inferência dos componentes cognitivos e afetivos. Entretanto, os critérios utilizados para se avaliar a verbalização do terapeuta não devem se basear apenas no que estes consideram sobre o que é ou não empático, já que investigações anteriores sugerem que as correlações entre o nível de empatia percebido pelo cliente e pelo terapeuta são relativamente baixas. Além disso, a empatia percebida pelo cliente está mais correlacionada com o sucesso do tratamento do que aquela percebida por profissionais de ajuda. O presente estudo comparou a freqüência de verbalizações empática (VE) e não-empática (VN), bem como de cinco categorias de VE e cinco de VN, entre 16 terapeutas de diferentes orientações teóricas:

Centrada na Pessoa (TCP), Gestalt-terapia (GT), Cognitivo-Comportamental (TCC) e Lacaniana (TL). Os participantes, com no mínimo 10 anos de experiência clínica, foram distribuídos em quatro grupos de quatro, de acordo com suas orientações teóricas. Cada terapeuta entrevistou a mesma cliente que apresentou a mesma queixa. O conteúdo das entrevistas foi gravado, transcrito e posteriormente avaliado pela cliente e por três juízes independentes e cegos para as abordagens, os quais foram previamente treinados para avaliar e categorizar as verbalizações dos terapeutas. Os dados das avaliações foram tabulados e analisados estatisticamente. O índice de concordância entre os juízes para as avaliações das verbalizações foi de 0,88 para as dimensões VE e VN e de 0,71 para as cinco categorias de VE e de VN. A partir da avaliação dos juízes, os terapeutas TCP apresentaram maior frequência de VE e menor frequência de VN do que os terapeutas das outras três abordagens, sendo essas diferenças estatisticamente significantes em relação aos terapeutas TL e GT. Tais resultados são concordantes com dados da literatura, segundo os quais o terapeuta TCP expressa entendimento empático momento a momento na interação com o paciente. Entretanto, com base na avaliação da cliente, a frequência de VE do grupo GT foi significativamente superior a dos terapeutas das outras três abordagens, sendo esta seguida do grupo TCC que também se revelou significativamente superior a dos TCP e dos TL. Com relação às categorias de VE, verificou-se que os terapeutas GT possuem um estilo mais afetivo de demonstrar empatia, enquanto os terapeutas TCP, TL e TCC tendem a manifestar empatia acurada (cognitiva). Os resultados sugerem que o tipo de abordagem influencia na frequência de VE e de VN dos terapeutas, assim como nas categorias dessas duas dimensões. O estudo também confirma as divergências apontadas na literatura entre a empatia percebida pelo terapeuta e pelo cliente. Algumas limitações dessa pesquisa serão apontadas.

**Palavras-chaves:** Empatia, Verbalização empática, Relacionamento terapêutico

**Atividade: Uma contribuição da Psicanálise à clínica da ambigüidade genital (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Uma contribuição da Psicanálise à clínica da ambigüidade genital

**Autor(es):** Susane Vasconcelos Zanotti, Geraldo Alberto Viana Murta

**Resumo:** A atenção ao sujeito que porta a marca da ambigüidade genital, nos hospitais públicos, apresenta-se, na maioria das vezes, marcada pela fragmentação. Consideramos que nesse campo o saber médico isolado se revela precário e contraria a tendência atual de uma clínica que visa a ação do profissional sobre o sujeito e menos sobre a máquina orgânica. Nesse sentido, temos constatado a contribuição do saber psicanalítico a essa clínica. O presente trabalho objetiva a discussão da atenção ao sujeito com genitália ambígua realizado no Ambulatório de Pediatria do Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes (HUCAM), Vitória-ES. Nossa estratégia tem sido a realização de reuniões com a equipe onde se apresentam os casos que são encaminhados e/ou estão em atendimentos e tentamos, com a discussão do mesmo, um diálogo do saber médico com o saber psicanalítico. Com o objetivo de criar condições de acolhimento para esses sujeitos, tendo em vista o novo que o tema traz e o desafio a ele atrelado, iniciamos as investigações teóricas sobre o tema. A metodologia utilizada foi a de investigação própria à pesquisa teórica, com rastreamento conceitual no campo dos escritos pertinentes, análise dos conceitos levantados e elaboração das conclusões teóricas decorrentes. Privilegiamos o levantamento de textos psicanalíticos no que concerne à questão da constituição do sujeito e da família. Com Freud, os aspectos da sexualidade infantil, do Complexo de Édipo e da castração e com Lacan, o processo de estágio do espelho. Incluímos discussões contemporâneas sobre o tema tais como “a criança entre a medicina e a psicanálise”, “adoções”, “os distúrbios da diferenciação do sexo”, entre outros. Com todo o avanço das discussões acerca dos aspectos éticos envolvidos nos cuidados em caso de ambigüidade genital, ainda nos deparamos com questões delicadas em relação ao diagnóstico e tratamento médico. Sob o aporte da teoria psicanalítica vemos que a assunção subjetiva se processa no registro simbólico, não sendo determinada pela definição anatômica. A família que recebe o diagnóstico nos caso de ambigüidade genital pelo pediatra quando a criança ainda é um recém-

nascido (ou aqueles que possuem uma afecção congênita de insensibilidade total aos andrógenos, identificados apenas posteriormente) reage muitas vezes com um sentimento de estranheza em relação ao filho. Ter um filho com ambigüidade genital evoca algumas questões para os pais, tais como o enigma da origem e a própria castração. Retifica-se a importância do pai, não necessariamente o pai biológico, mas este pai que adota sua função de transmissor da castração. Assim, mesmo com a intervenção cirúrgica, por perfeita que resulte, não tem controle sobre os efeitos simbólicos decorrentes tanto na família como na criança. Evidencia-se a necessidade dessa criança ser adotada por seu pai e sua mãe. A partir da apresentação de um caso clínico enfocaremos alguns impasses na construção deste, na discussão de sua orientação clínica, no atendimento psicanalítico realizado e o benefício dessa modalidade de escuta para a família. Por fim, ressaltaremos os aspectos da realização daquele serviço ambulatorial: as dificuldades e os avanços dessa tentativa de aproximação e diálogo entre os discursos médico e psicanalítico e a forma de encaminhamento à equipe. Este trabalho encontra-se no âmbito do Grupo de Pesquisa "Incidências do trauma no corpo: a questão do sujeito" coordenado pelos autores.

**Palavras-chaves:** ambigüidade genital,psicanálise,clínica

**Atividade: ARTE E TRANSFORMAÇÃO: DIÁLOGO ENTRE VYGOTSKY E NISE DA SILVEIRA (Mesas Redondas)**

**Trabalho:**Psicologia: Processo de Significação, Criação e Arte

**Autor(es):** Maria C. D. P. Lyra

**Resumo:** O processo de significação é foco central de estudo para a compreensão do funcionamento humano. Na Psicologia ele tem sido investigado a partir das mais diversas perspectivas, particular daquelas que focalizam a natureza semiótica deste funcionamento. A chamada segunda revolução cognitiva é exemplo deste fato (Bruner, 1990). Neste trabalho vou explorar uma das perspectivas acerca da significação que, no meu entender, expande as concepções de Vygotsky ao elaborar uma proposta sobre a natureza mediada e imediata do mundo semiótico. Segundo Valsiner (2007), a atividade ou processo de significação pode ser descrito como tendo início a partir de uma espécie de inundação de signos/símbolos que atingem de forma imediatamente o sujeito. Essa etapa tem um caráter fortemente afetivo-emocional. Segue-se a ela a entrada no mundo da mediação, na qual o sujeito faz uso da linguagem e/ou de outras formas semióticas para sintetizar ou sistematizar aquilo que, inicialmente, era imediatamente percebido. Partindo dessa perspectiva, vou elaborar a proposta de que a arte é um processo de significação transformador analisando do ponto de vista do processo psicológico de significação. Duas características serão abordadas. A primeira característica considera a arte como atividade transformadora tanto individual como coletiva. A segunda propõe que o aspecto transformador da arte está diretamente relacionado a essas duas atividades humanas de significação: se deixar atingir pela inundação de experiências, que compõe o primeiro passo do processo de significação; e trabalhar essas experiências utilizando os sistemas semióticos que possibilitam a sintetização ou sistematização delas. Todavia, em que diferiria a arte das outras atividades humanas, também transformadoras e criativas? Não vou pretender responder a esta questão. O que pretendo fazer é discutir este duplo aspecto da atividade de significação do ponto de vista psicológico. Assim, pretendo elaborar primeiro as características imediatas e mediadas deste processo e, em seguida, propor que o caráter individual e coletivo é decorrência necessária desse processo de significação. De que maneira a compreensão do processo de significação possibilita conceber, por exemplo, que a criação e a arte requerem uma fase de abertura ou de "se deixar envolver" com a profusão de imagens -- ou de sensações anteriores às imagens -- que precedem o domínio da linguagem ou da sistematização reflexiva e mediada do símbolo? Espero despertar o debate, particularmente sobre dois temas, a psicoterapia e a arte e a educação e a arte. Em ambos os temas a contribuição da Psicologia sobre o processo de significação humana é de importância fundamental: estamos tratando, justamente, de situações de transformação.

**Palavras-chaves:** processo de significação,arte,transformação

**Trabalho:**O atelier de arte como espaço de transformação

**Autor(es):** Ana Angélica Albano

**Resumo:** Embora a utilização de atividades de pintura e modelagem, tanto no campo da psicologia como no da educação, sejam tratados com uma certa freqüência por diversos autores, a produção dos pacientes do atelier de arte orientado pelo artista plástico Almir Mavignier sob a supervisão da psiquiatra Dra. Nise da Silveira, no Centro Psiquiátrico D.Pedro II (Rio de Janeiro 1946-1974), ainda continua despertando interesse e motivando novas pesquisas. Este trabalho tem como objetivo contextualizar esta experiência, refletir sobre alguns aspectos particulares da forma de produção ali desenvolvida, procurando levantar questões que possam nos auxiliar a compreender a natureza transformadora da atividade artística. O atelier de pintura deste Centro Psiquiátrico era, inicialmente, apenas mais uma atividade do setor de terapia ocupacional, porém a qualidade dos trabalhos ali produzidos, logo despertou grande interesse tanto do ponto de vista científico, quanto artístico. Em seu primeiro livro sobre este assunto, "Imagens do Inconsciente" (Silveira,1982), Dra. Nise escreve como "era surpreendente verificar a existência de uma pulsão configuradora de imagens sobrevivendo mesmo quando a personalidade estava desagregada. Apesar de nunca terem pintado antes da doença, muitos freqüentadores do atelier, todos esquizofrênicos, manifestavam intensa exaltação da criatividade imaginária, que resultava na produção de pinturas em número incrivelmente abundante, num contraste com a atividade reduzida que tinham fora do atelier, quando não tinham nas mãos os pincéis." Depois de coletar um grande número de imagens que estes pacientes produziam, observou que, apesar da cisão da personalidade consciente, havia uma coerência, uma seqüência, um estilo que caracterizava o trabalho de cada um. Através das narrativas pictóricas, que, algumas vezes, reproduziam, padrões míticos, era possível ter acesso à história de cada um deles e observar o desenrolar de seus conflitos anímicos, interditos pela palavra. Reunindo um número significativo de pinturas, enviou-as para Jung, que revelou interesse em conhecer melhor o trabalho, convidando-a, em 1957 a aprofundar seus estudos no Instituto C.G.Jung, em Zurique. Paralelamente, artistas e críticos de arte, liderados pelo crítico Mário Pedrosa reconheciam a qualidade artística dos trabalhos, escrevendo artigos e abrindo espaço para que fossem expostos (a primeira exposição aconteceu no Ministério da Educação em fevereiro de 1947 e outra em outubro de 1949 no Museu de Arte Moderna de São Paulo). Proponho, para esta mesa, algumas questões acerca das particularidades deste trabalho, que possibilitaram tanto a qualidade das pinturas, como a riqueza dos conteúdos expressados. Em primeiro lugar, há que se considerar a presença constante da Dra. Nise, atribuindo significado e autorizando a transgressão, e outro aspecto, igualmente importante, é o fato das atividades terem sido orientadas, desde o princípio, por um artista. A produção dos pacientes não era vista, portanto, como simples atividade artesanal, não se tratava apenas de deixar tintas e pincéis à disposição, havia um artista presente, conhecedor da linguagem da pintura, atento ao vocabulário das cores e das formas. A atitude de interlocutor sensível, capaz de acolher os riscos e instrumentalizá-los com segurança foi, com certeza, decisiva. Dra. Nise reconhece a importância da presença do artista: "E quem mais ficava fascinado era meu jovem colaborador Almir Mavignier. Em 1946, Mavignier, atualmente um dos mais importantes pintores brasileiros, apenas se iniciava na pintura e era funcionário da secretaria do Centro Psiquiátrico (...) tomou-se de verdadeira paixão por seu novo trabalho. Nunca pretendeu influenciar os doentes que freqüentavam o atelier, respeitava e tratava de pessoa a pessoa aqueles habitantes do hospital psiquiátrico. Naqueles idos anos do fim da década de 40 vinham freqüentemente com Mavignier a Engenho de Dentro seus jovens amigos Ivan Serpa e Abraão Palatinik, que mais tarde teriam nomes famosos nas artes brasileiras" (Silveira,1982). Ainda que a atividade artística seja, por natureza, transgressora, há que se considerar a atuação dos mediadores presentes neste atelier, agentes catalisadores das transformações ali ocorridas.

**Palavras-chaves:** produção artística,esquizofrenia,transformação

**Trabalho:**O EFEITO CATÁRTICO DA ARTE EM VYGOTSKY

**Autor(es):** Ana Paula Monteiro Ferreira



**Resumo:** Vygotsky, em seu livro *Psicologia da arte* (1925/1999), lança vários questionamentos e idéias a respeito do olhar que a psicologia, enquanto ciência que busca compreender o homem, deve ter a respeito desta produção eminentemente humana chamada arte. Para ele, a arte é uma manifestação afetivo-emocional dos indivíduos em sociedade. Todavia, o seu mais importante papel é seu caráter transformador tanto do indivíduo como da sociedade. Segundo o autor, toda obra de arte carrega em si uma estrutura de natureza contraditória. Neste trabalho pretendo explorar o poder transformador da arte através da catarse. O termo catarse usado por Vygotsky, apesar de impreciso, conforme atesta o próprio autor, traduz com clareza o fato central de que as emoções angustiantes e desagradáveis são submetidas a certa descarga, à destruição e transformação em contrários. Para desenvolver o raciocínio a respeito da catarse Vygotsky se baseia, entre outros autores, em Freud (1950), que, entretanto, utiliza o termo catexia, para designar o processo pelo qual a energia libidinal disponível na psique é vinculada ou investida na representação mental de uma pessoa, idéia ou coisa. As emoções seriam, para Freud, as vias para o alívio da tensão e a apreciação do prazer. É neste sentido que a concepção de Vygotsky se assemelha à de Freud. O estudo psicológico realizado por Vygotsky demonstra que a arte desempenha o importante papel de sempre implicar algo que se transforma, que supera o medo, a dor, a inquietação, eliminando e transformando sentimentos opostos, e assim equilibrando o organismo com o meio. Ao considerar a produção artística como catarse, Vygotsky a considera como o veículo adequado para atingir o equilíbrio do organismo com o meio nos momentos críticos dessas relações. São nesses momentos que o sujeito se volta para a arte, desvelando-a como ato criador. O ato artístico, criador, não é constituído por meio de operações puramente conscientes. A criatividade do artista é feita de associações de imagens, onde cada imagem está impregnada de uma determinada emoção que será canalizada para a criação de uma outra imagem e assim sucessivamente. Essa associação de imagens repercute, então, numa ação que pode ser chamada de criatividade. Daí efeito catártico da arte, ou seja, a elaboração e transformação de sentimentos vitais que não encontram vazão na vida cotidiana, estruturando o psiquismo e ampliando possibilidades humanas. Esse poder transformador da arte revela para a vida potencialidades até então desconhecidas. Ao organizar nosso comportamento visando ao futuro, a arte é vista, então, como fonte de equilíbrio entre o indivíduo e o meio. Ao promover modificações duradouras no nosso organismo e comportamento, a arte pode ser considerada como um meio e recurso de educação, daí o sentido educativo da arte, elucidando seu efeito prático e vital. Pretendo com esse trabalho, refletir e suscitar o debate sobre o efeito catártico da arte enquanto veículo adequado para atingir o equilíbrio do organismo com o meio, ressaltando seu poder transformador e criador, ao estruturar nosso psiquismo, através da criação.

**Palavras-chaves:** arte,catarse,equilíbrio,criatividade

**Trabalho:**ARTE E TRANSFORMAÇÃO: DIÁLOGO ENTRE VYGOTSKY E NISE DA SILVEIRA

**Autor(es):** Letícia Scorsi Galembeck

**Resumo:** O objetivo desta mesa redonda é discutir o papel das manifestações artísticas naquilo que elas carregam como possibilidade de transformação, refletindo sobre o seu papel na psicoterapia, e almejando também estabelecer um diálogo com a educação. Para tal serão debatidas as idéias de dois autores que, apesar de partirem de referenciais teóricos distanciados exibem, nas suas diferenças, profícuas possibilidades de aproximações: as proposições de Vygotsky apresentadas em *Psicologia da Arte* (1925/1999), e o trabalho realizado por Nise da Silveira no Museu do Inconsciente (<http://www.museuimagensdoinconsciente.org.br>), e descrito em *O Mundo das Imagens* (1992). Vygotsky investiga o poder transformador da mensagem artística na vida humana, reconhecendo-a como técnica social do sentimento – atividade de fundo social na qual o homem interage com seus semelhantes e com seu mundo numa relação intercomplementar de troca. Nise da Silveira propõe e demonstra que a capacidade artística pode sobreviver à perda da razão e das habilidades sociais. Para ambos os autores, a arte é uma atividade expressiva do sujeito, carregada de emoção e afetividade. Seu mais importante papel é seu caráter transformador. Todavia este poder transformador é tratado de forma diversa pelos dois autores. A arte em Vygotsky é compreendida como um fenômeno humano que decorre da relação direta ou mediata do homem com um cosmo físico, social e cultural, expressando as

relações de reciprocidade entre homem e mundo e as representações que o homem faz do mundo (Bezerra, 1999). Assim, a produção artística atua como catarse, sendo, portanto, vista como o veículo adequado para atingir o equilíbrio do organismo com o meio nos momentos críticos dessas relações, superando sentimentos angustiantes e contraditórios, revelando para a vida potencialidades até então desconhecidas. Vygotsky utiliza-se com muita delicadeza da metáfora bíblica da transformação da água em vinho para evidenciar o “milagre” transformacional que a arte pode operar. Segundo ele, a arte é o “social em nós”, pois expressa a interação das dimensões filo, onto, socio e microgenética na constituição do indivíduo, em que passado, presente e futuro estão estreitamente ligados. O artista, então, situa-se entre o sonhador e o doente mental, sendo o processo psicológico em cada um deles o mesmo, diferindo apenas em grau (também Frayze-Prereira, 2003). Quando a arte dos alienados, trabalhada e explorada por Nise da Silveira, é comparada à produção artística, sobretudo às correntes artísticas expressionistas modernas, ocorre o que podemos chamar de diminuição da distância entre loucos e sãos (Dias, 2004). A psiquiatria dominante define que uma das características mais importantes da esquizofrenia é a cisão de diferentes funções psíquicas. Para Nise da Silveira ([http://www.museuimagensdoinconsciente.org.br/pdfs/mundo\\_imagens.pdf](http://www.museuimagensdoinconsciente.org.br/pdfs/mundo_imagens.pdf)), a esquizofrenia pode ser também definida como a invasão do campo do consciente por conteúdos emergentes de camadas profundas da psique. Assim, este indivíduo estará envolto em uma realidade diferente daquela do real-cotidiano e terá dificuldade em exprimir pensamentos e emoções através das palavras. Entretanto, existe nele uma necessidade imprescindível de se expressar, e o que torna tal expressão possível são as imagens. As imagens que constituem as produções artísticas deste pacientes, segundo a psiquiatra, vêm de estratos muito profundos do inconsciente, assumindo formas arcaicas, estranhas, carregadas de energia. Diante disto, a possibilidade do paciente retratar esta experiência caótica pode lhe proporcionar a despotencialização destas vivências, diminuir sua carga energética e, portanto reorganizar sua psique dissociada. A arte concebida como fonte de equilíbrio passa a se configurar como instrumento terapêutico, pois, um paciente psiquiátrico, ao produzir arte, pode exprimir seu inconsciente, e, num processo catártico, transformar-se e, assim, possivelmente estabelecer um caminho em direção à cura. Mas, além disto, a psiquiatra coloca que a volta à realidade não depende exclusivamente da prática artística, ela fica também condicionada à relação interpessoal, em que deve ser estabelecida uma relação de confiança entre o esquizofrênico e o outro (Silveira, 1992). Temos, então, o destaque do aspecto transformador das manifestações artísticas e seu caráter social evidenciado na necessidade do outro. Assim, a arte, tanto para Vygotsky como para Nise da Silveira, é uma atividade essencialmente transformadora que resulta de uma necessidade de expressão do ser humano carregando não apenas um caráter individual, mas, ao recriar as relações do indivíduo com seu meio, a arte recria o próprio meio onde ocorre. Nosso debate será constituído por reflexões acerca do poder transformador da arte através da catarse. Será desenvolvida também a noção de arte como um processo de significação transformador, destacando seu caráter individual e também coletivo, e o fato deste aspecto transformador da arte se relacionar a atividades humanas de significação, i.e., a inundação de experiências que atingem o indivíduo, e posteriormente a utilização dos sistemas semióticos que possibilitam a sintetização ou sistematização destas experiências. Ainda sobre a natureza transformadora da arte, serão exploradas particularidades do trabalho desenvolvido em parceria por Almir Mavignier e Nise da Silveira no Centro Psiquiátrico D.Pedro II, e o papel catalisador destes dois personagens nas transformações ali vivenciadas.

**Palavras-chaves:** arte, transformação, equilíbrio, catarse

**Atividade: Cultura da rua como regulador dos comportamentos de uma criança – Um estudo de caso (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Cultura da rua como regulador dos comportamentos de uma criança – Um estudo de caso

**Autor(es):** Maha El Zein Falluh, Fabricia Teixeira Borges

**Resumo:** Este trabalho tomou como ponto de partida a importância do estudo do homem e seu mundo psíquico como sendo uma construção histórica, cultural e social, visando também compreender o desenvolvimento dos contextos e das relações que permeiam a vida dos indivíduos. O objetivo geral deste trabalho consiste em identificar os significados construídos nos contextos da “casa” e da “rua” e sua influência como regulador dos comportamentos de uma criança em psicoterapia. Os objetivos específicos são identificar os significados atribuídos à casa e à rua pela criança e descrever como esses significados participam do processo de construção dos posicionamentos desta criança dentro do consultório e na narrativa de seus familiares. De acordo com Vigotski a internalização das atividades socialmente enraizadas e historicamente desenvolvidas constitui o aspecto característico da psicologia humana, é a base do salto quantitativo da psicologia animal para a psicologia humana. Ao internalizar, estes significados passam a ser os reguladores de seus comportamentos. Este processo pelo qual o indivíduo internaliza a matéria fornecida pela cultura não é algo passivo, mas de transformação, de síntese. O indivíduo realiza ações externas que são interpretadas pelas pessoas ao seu redor a partir dos significados culturalmente estabelecidos. De acordo com esta interpretação é que será possível para o indivíduo atribuir significados a suas próprias ações e desenvolver processos psicológicos internos que podem ser interpretados por ele próprio e compreendidos pelos membros desse grupo que compartilham de um mesmo contexto cultural. Este processo do desenvolvimento é algo que ocorre então “de fora para dentro”. As sociedades se desenvolvem em determinado tempo e espaço. O que faz-se necessário a contextualização da sociedade e cultura que permeiam o foco do trabalho. Entende-se por urbanidade como sendo o conjunto de atitudes e comportamentos, que possibilitam a aproximação entre diferentes, mas que estão submersos a um lugar de permanentes trocas sociais, as cidades. Iremos pontuar a importância da rua nestes centros urbanos, a partir de Ariès que entende a rua como sendo o lugar onde se praticam conversas, a vida profissional, os jogos, espetáculos, em fim, tudo se passa nas ruas, exceto a vida privada. Apesar de acreditar que a rua consiste como sendo o prolongamento da vida privada. Permeada pelo cenário familiar do trabalho e das relações sociais. Torna-se possível observar a repetição destas realidades e contextos através da brincadeira, em que comportamentos semelhantes aos dos policiais e bandidos, surgem permeados pelas fantasias individuais que fazem parte de uma rede de significações. O fascínio causado pelo “poder” daqueles que, teoricamente, lideram e ordenam as ruas, isto é, os policiais, faz com que desperte em crianças que vivem em comunidades mais violentas onde a incidência de crimes, furtos, entre outros é mais comum, o interesse por tais profissionais. Nestes casos que a rua, e a cultura que estão a ela subordinadas, exercem uma forte influência de forma que se sobressaia dos demais núcleos que a criança pertence e está inserida, por exemplo, casa, família e escola, têm-se a idéia de quais são os significados que estão sendo utilizados como reguladores de seu comportamento, servindo também para a construção do indivíduo.

**Palavras-chaves:** Psicoterapia, Psicologia cultural, cultura da rua, comportamento infantil

**Atividade: Psicose e autismo na infância: uma discussão sobre a construção diagnóstica a partir de estudo de caso (Paineis)**

**Trabalho:** Psicose e autismo na infância: uma discussão sobre a construção diagnóstica a partir de estudo de caso

**Autor(es):** Daniella de Souza Viana, Viviane Legnani

**Resumo:** Esse estudo originou-se a partir de um atendimento clínico a uma criança com graves comprometimentos em sua estruturação psíquica. Realizou-se uma revisão bibliográfica sobre as psicopatologias autismo e psicose na infância, sob a ótica da psicanálise. Destaca-se, a partir dessa teoria, que a subjetividade do sujeito é o foco na construção desses diagnósticos e que também o é na direção de tratamento a ser tomada em cada caso. Nessa visão não se mantém uma relação direta com a definição nosográfica, como se faz na psiquiatria, pois seu objetivo, ao caracterizar os quadros clínicos, é mapear a problemática específica no terreno simbólico do psiquismo. O autismo é um objeto privilegiado de estudo para os psicanalistas contemporâneos

e há um consenso frente à idéia de que, nessa estrutura, haveria um fracasso da operação significante e da inserção no simbólico, mediante a impossibilidade do Outro materno supor, no bebê, um sujeito de desejo. Nessa visão, questiona-se a noção de autismo associada às idéias de déficit, apregoada pela escola cognitivista americana, e não se culpabiliza os pais da criança autista, como erroneamente poderia se supor. No entanto, na proposta terapêutica inclui-se o casal parental para operar um redimensionamento subjetivo no entrelaçamento familiar, a partir do qual a criança possa vir a se constituir como sujeito. Em relação à psicose, a concepção preponderante é a de que haveria o mecanismo de forclusão em relação à metáfora paterna. Ou seja, nesta estrutura, pressupõe-se a não inscrição do significante Nome-do-Pai. Esse mecanismo impede a simbolização da falta primordial constitutiva e o sujeito não consegue se posicionar diante do discurso materno, fica, então, situado fora do discurso simbólico e tem, portanto, dificuldades em tecer laços sociais. No que se refere à psicose na infância, aponta-se hoje que esta se daria dentro de um processo estrutural onde ainda é possível reverter o mecanismo de forclusão. Assim, considera-se que a psicose nessa faixa etária é indefinida. Ressalta-se que na visão acima exposta diferencia-se estruturalmente o autismo da psicose, mas não se diferencia os tipos de “psicoses”, como por exemplo: a paranóia e a esquizofrenia, as quais a clínica demonstra ser muito diferenciadas. Na clínica com crianças essa estruturação está em curso e, nesse sentido, entende-se que como necessária uma melhor diferenciação conceitual para que se possa avançar no raciocínio estrutural. Destaca-se que autismo e esquizofrenia compartilham um traço estrutural comum: nas duas problemáticas haveria impasses na díade mãe- filho, os quais impossibilitam ao sujeito a construção de uma imagem que lhe possibilitaria ter a noção de corpo próprio. Infere-se, então, que tais dificuldades decorreriam do campo da função materna, que não pode sustentar tal operação simbólica, estando, portanto, as duas problemáticas, aquém do “Estádio de Espelho”, fato que diferenciaria, então, a esquizofrenia da paranóia. Na pesquisa, a metodologia utilizada foi um Estudo de Caso, no qual se utilizou tais questionamentos teóricos para obter-se um melhor entendimento das questões que envolviam a posição subjetiva da criança. O estudo teve como sujeito um menino de 09 anos de idade, atendido no Centro de Formação de Psicologia Aplicada da Universidade Católica de Brasília. A queixa apresentada pelos pais era falta de concentração, hiperatividade e dificuldades na alfabetização. A mesma queixa havia sido direcionada anteriormente para o setor de psiquiatria/neurologia de um serviço de saúde/escolar público do DF, sendo que, nesta instituição, a criança recebeu o diagnóstico de portador de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, a partir dos critérios diagnósticos descritivos do DSM IV (Manual Diagnóstico e Estatístico dos Distúrbios Mentais). Os procedimentos para coleta de dados foram sessões de atendimento psicoterápico junto à criança, entrevistas com os pais e observações na escola. A partir de uma conjunção dos dados coletados concluiu-se que a problemática subjetiva da criança advinha de sérios impasses constituídos precocemente na díade mãe-filho, uma vez que a criança não havia construído minimamente a noção de corpo próprio, a noção de diferenciação entre eu / outro e orientação tempo-espacial o que lhe ocasionava uma fala fragmentada, ausência de concentração e agitação psicomotora. Nas observações realizadas na escola percebeu-se que a criança não conseguia se socializar e não estava conseguindo se beneficiar do processo de escolarização. A partir desses dados, a intervenção pautou-se na inclusão do casal parental no tratamento, bem como em um redimensionamento do atendimento escolar que a criança recebia: propusemos, em uma reunião interdisciplinar junto à rede de ensino, que escola atendesse ao aluno em uma turma reduzida, dentro dos parâmetros da educação inclusiva. Tais dados clínicos possibilitaram um questionamento do diagnóstico médico de TDA/H, o qual foi estabelecido apenas a partir dos sintomas apresentados na queixa dos pais. Ressaltou, na conclusão, a importância de um diagnóstico processual, construído a partir de operadores teóricos/clínicos, mesmo que este permaneça em aberto, para se possa direcionar um trabalho terapêutico efetivo junto ao segmento infante -juvenil.

**Palavras-chaves:** autismo,esquizofrenia,infância

**Atividade: DIAGNÓSTICO DIFERENCIAL DA DEPRESSÃO ENQUANTO SINTOMA DO TRANSTORNO HISTRIÔNICO: ESTUDO DE CASO. (Paineis)**

**Trabalho:DIAGNÓSTICO DIFERENCIAL DA DEPRESSÃO ENQUANTO SINTOMA DO**

## TRANSTORNO HISTRIÔNICO: ESTUDO DE CASO.

**Autor(es):** Ana Lucia Barreto da Fonseca, Marcela Flores Cardoso Sobral

**Resumo:** Nas últimas décadas a depressão tem sido foco de muitas pesquisas, no entanto, este transtorno, como tantos outros, suscita varias investigações. É notório que os sujeitos deprimidos embarcam num grande sofrimento psíquico. As sintomatologias mais comuns denunciam uma extrema tristeza, desmotivação, negativismo e ideações suicidas. Porém, pela complexidade das patologias psíquicas, pode haver a predominância destes sintomas e não apresentar necessariamente uma depressão. Um diagnóstico defini uma direção no tratamento, estabelece um estigma, um comportamento social do indivíduo e seus pares, desse modo, deve ser realizado com bastante critério para que não sejam erroneamente diagnosticados como depressivos e serem constantemente reforçados à situação patológica, se esquivando, então, da condição de gerenciador da própria vida, assim como, não dirigindo as ações para a superação da patologia. Em alguns casos, os sujeitos adoecidos possuem características do transtorno depressivo como sintoma de outras patologias psíquicas, podem estar apresentando o Transtorno de Personalidade Histriônico, com comportamentos deprimidos, colocando-se na posição de “vítima”. A perspectiva do histriônico é comportar-se de tal maneira que possa gerar atenção em sua direção dos demais sujeitos sociais, para tanto, desenvolve sintomas que possam favorecer esta intenção. Então, ser visto como “doente”, leva aos cuidados de terceiros e o eximi das responsabilidades quanto às decisões da vida. O Transtorno Histriônico com manifestações depressivas é invariavelmente comum, mas o diagnóstico adequado é difícil, o que inviabiliza o tratamento, pois mantêm os reforços secundários promotores do transtorno. Com base no princípio da Terapia Cognitivo-Comportamental trabalha-se com o foco diretivo, concentrando-se nos fatores ambientais que promovem e mantêm o comportamento depressivo, o objetivo é reorganizar cognitivamente o sujeito, definindo novos reforçadores. Com base nestes pressupostos, realizou-se um estudo de caso cujo diagnóstico inicial foi Transtorno Depressivo e após acompanhamento terapêutico vislumbrou-se a presença de características do Transtorno Histriônico. A partir dos acompanhamentos terapêuticos da paciente, com foco nos relatos de episódios depressivos a ênfase nas percepções dos fatores pessoais e sociais envolvidos no sintoma, levantando no histórico de vida suas realizações, expectativas futuras e identificando as contingências do ambiente que correspondia a essa sintomatologia, levantou-se a perspectiva de uma depressão sintomatológica, com vista a reforços secundários. Com base no diagnóstico diferencial, foi possível definir estratégias mais adequadas de acompanhamento terapêutico com dessensibilização sistemática, tarefas de casa, técnicas operantes. Apesar da resistência ao processo terapêutico, aos poucos os reforços secundários foram sendo diluídos e surgiram novas perspectivas de ação diante da realidade, o que fez reanimar o sujeito em direção a terapia e proporcionou mudanças no seu repertório comportamental. O diagnóstico diferencial para os transtornos de personalidade defini modos mais efetivos de intervenções terapêuticas, o contrário disto, faz com que as ações sejam definidas de modo aleatório sem surtir efeitos no sofrimento psíquico.

**Palavras-chaves:** depressão, Transtorno Histriônico, Diagnóstico diferencial

**Atividade: Os estados depressivos na infância: uma discussão sobre as posições da psicanálise e da psiquiatria sobre essa problemática (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Os estados depressivos na infância: uma discussão sobre as posições da psicanálise e da psiquiatria sobre essa problemática

**Autor(es):** Daniella de Souza Viana, Viviane Legnani

**Resumo:** O trabalho aborda o tema depressão na infância contrapondo a visão médica e a visão psicanalítica sobre essa problemática. Para se chegar a tal entendimento realizou-se uma pesquisa teórica sobre o tema articulando tais teorizações em um estudo de caso para poder

compreender melhor a problemática em questão. Os estudos médicos relacionados à depressão na infância surgiram muito tempo após a referida delimitação do problema no adulto. Somente nos anos setenta, os estados depressivos nessa faixa etária começaram a ser valorizados como um quadro psiquiátrico. De acordo com os critérios diagnósticos do DSM IV para transtorno depressivo maior, a criança deve apresentar ao menos cinco sintomas por um período de duas semanas e esses devem representar uma mudança no seu funcionamento anterior. Os sintomas que necessariamente devem se fazer presentes são: o humor depressivo ou irritável ou a anedonia. Os outros sintomas são: mudança no apetite ou peso, distúrbio do sono, aumento ou diminuição da psicomotricidade, fadiga ou baixa energia, culpa e sentimentos de inutilidade, diminuição da concentração e indecisão e ideação suicida. Do ponto de vista da psicanálise, a depressão ou manifestações depressivas originam-se pela impossibilidade do eu em fazer um reinvestimento em si e em outros investimentos objetivos, a partir da perda do objeto primordial. Assim, o sentimento de ter perdido o objeto materno, a resignação passiva diante de tal perda e a impossibilidade de restaurar tal objeto internamente causam o estado depressivo. Nessa visão, a depressão estaria, em maior ou menor grau, associada às dificuldades subjetivas relativas ao manejo do narcisismo. Na clínica infantil percebe-se, com frequência, que os estados de inibição menos graves estão relacionados com as dificuldades advindas do campo do ideal-do-eu, ou seja, com a dificuldade da criança em “acreditar” que ela pode se tornar aquilo que ela deseja ser. A metodologia utilizada nesse estudo foi um estudo de caso intrínseco, no qual se usa a teoria para obter-se uma melhor compreensão das questões subjetivas que compõem o próprio caso. O sujeito é uma criança de 11 anos, do sexo feminino, cuja queixa inicial apresentada pelos pais era desmotivação, apatia e acentuada timidez. Os procedimentos utilizados para a coleta de dados foram sessões de atendimento psicoterápico e entrevistas com os pais. Quanto ao procedimento de análise dos dados obtidos, foi utilizado o método clínico. Método em que a subjetividade do pesquisador-clínico é considerada positivamente, não anulando a veracidade do material resultante, pois as falas e relatos do sujeito da pesquisa são assimilados pelo pesquisador a partir da teoria e de sua própria realidade psíquica. No caso atendido pode-se verificar, a partir de uma avaliação diagnóstica processual, que o percurso edípico ocorreu de forma a estruturar uma neurose. O estado depressivo decorria do fato da criança não conseguir corresponder ao ideal, designado por seu pai, no campo da intelectualidade, bem como por sua dificuldade em se identificar com a figura materna, uma vez que também não correspondia, nessa esfera, ao ideal de beleza e feminilidade estipulado pela mãe. O ideal-do-eu corresponde a um conjunto de traços simbólicos originados a partir da linguagem, da cultura e das leis. Com estes traços introjetados, o sujeito encontra um lugar para si num ponto que não é estático de onde se vê passível de ser amado. Por conseguinte, projeta-se no futuro, em uma posição desejante, para continuar ser digno de amor e de admiração. No caso estudado, a criança não encontra esse eixo subjetivo e sente-se extremamente inadequada com seu corpo e em suas atividades escolares, sem forças para modificar o que lhe incomodava, dessa forma, retrai-se e fica apática. A psicanálise coloca a depressão como um sintoma que pode advir tanto de uma problemática neurótica como de uma estrutura psicótica. A direção do tratamento é tomada a partir desse diagnóstico diferencial, sendo sempre necessário considerar o sujeito de forma única e singular durante todo o processo terapêutico. Por outro lado, a abordagem médica dentro da psiquiatria biológica exclui a subjetividade do sujeito. Isto ocorre pelo fato de se considerar a depressão como uma “doença” e tratá-la de maneira generalizada valendo-se psicofármacos para “curar” a dor psíquica e “acomodá-la” de maneira que o sujeito não sinta um incômodo diante do que lhe falta. Nas considerações finais destacou-se que nos dias de hoje a psiquiatria procura respaldar-se em fundamentos biológicos a fim de reafirmar sua cientificidade. Esse ideário sobre a relação saúde / doença classifica em siglas diagnósticas as problemáticas vividas pelo sujeito durante sua infância, as quais serão assimiladas pela família e pela escola - contextos significativos no desenvolvimento da criança - como verdades inquestionáveis. Nesse sentido, destaca-se a importância dos operadores clínicos da psicanálise por este campo de saber propor uma escuta à criança de sua história de vida a fim de possibilitar-lhe que ultrapasse suas dificuldades e se coloque como um sujeito desejante no mundo social.

**Palavras-chaves:** infância, psicanálise, medicina

**Atividade: Manejo de Estresse em Mulheres Divorciadas  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Manejo de Estresse em Mulheres Divorciadas

**Autor(es):** Silvana Ferreira de Sousa Alves, Sheila Giardini Murta

**Resumo:** A situação de divórcio implica em alto estresse e necessidade de readaptação de vida. Este artigo descreve um programa de manejo de estresse para mulheres em situação de divórcio e seus efeitos na redução dos sintomas de estresse e no aumento de estratégias saudáveis de enfrentamento às demandas da vida pós-divórcio. Participaram do programa duas mulheres, uma com idade de 50 anos e a outra com idade de 34, ambas em situação de divórcio. Foram feitas 13 sessões, com encontros semanais, com uma hora e trinta minutos de duração. A intervenção foi feita em grupo, com formato psico-educativo e fundamentação cognitivo-comportamental. Foram abordados os seguintes temas: conceito de estresse, suas causas e fases; crenças irracionais; resolução de problemas; estratégias de enfrentamento à separação conjugal; apoio social; processo de mudança; auto-estima; auto-cuidado com a saúde e arranjo de nova vida. Foram usadas vivências grupais, relaxamento, visualização, reestruturação cognitiva, ensaio comportamental, feedback, modelagem e exposição dialogada. Os resultados foram avaliados por meio do Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp-ISSL, aplicado antes e após a intervenção. Medidas de auto-relato foram feitas ao longo da intervenção para verificação de mudanças em estratégias de enfrentamento ocorridas em decorrência da participação no grupo. Ao final da intervenção, as participantes responderam a um questionário contendo 13 questões abertas sobre os benefícios obtidos com a intervenção. Os resultados do ISSL mostraram redução nos sintomas de estresse para as duas participantes. A análise dos relatos verbais mostrou duas categorias de benefícios produzidos pelo programa: desenvolvimento de estratégias de enfrentamento focado no problema e de estratégias focadas na emoção. Na primeira categoria, enfrentamento focado no problema, foram incluídas as subcategorias: capacidade de dizer não e se defender, cuidado e orientação para com os filhos, capacidade de prevenir e defender-se do ex-marido, estabelecimento de diálogos, iniciativa para resolver aspectos legais em relação ao divórcio, orientação dos filhos acerca da relação com o pai, mudança no papel materno e busca de melhora no desenvolvimento profissional. Na segunda categoria, enfrentamento focado na emoção, foram incluídas as subcategorias: busca de diversão, autoconhecimento, auto-imagem, abertura para novos vínculos, auto-eficácia, reinterpretação de causas do próprio comportamento, controle da impulsividade, expressão de carinho e religiosidade. Os resultados quantitativos e qualitativos desta intervenção indicam que foi adequada a escolha dos temas e técnicas utilizadas. É possível que, além da adequação metodológica, também a adesão das participantes ao tratamento e o clima de confiança e apoio mútuo no grupo favoreceram o alcance de bons resultados. Sugere-se que esta intervenção seja replicada em grupos maiores, com a inclusão de grupos controle ou de validação social.

**Palavras-chaves:** divórcio, estresse, enfrentamento, intervenção

**Atividade:** Grupoterapia para meninas vítimas de abuso sexual  
(Experiências em Debate)

**Trabalho:** Grupoterapia para meninas vítimas de abuso sexual

**Autor(es):** Luísa Fernanda Habigzang, Fernanda Helena Stroehrer, Roberta Hatzemberger, Fabiana Dala Corte, Silvia Helena Koller

**Resumo:** O abuso sexual contra crianças e adolescentes é uma forma de violência que pode desencadear disfunções cognitivas, emocionais e comportamentais que necessitam intervenção psicológica. O tratamento das vítimas e suas famílias são um desafio para a prática psicológica, devido à complexidade do fenômeno. O presente trabalho tem como objetivo descrever um

modelo de grupoterapia cognitivo-comportamental para meninas vítimas de abuso sexual. As técnicas utilizadas serão apresentadas detalhadamente, com exemplos clínicos derivados da experiência das autoras em uma pesquisa que está avaliando a efetividade deste modelo. Os objetivos da grupoterapia foram: reestruturar pensamentos, emoções e comportamentos disfuncionais relacionados à experiência de violência sexual; reduzir sintomas de transtorno do estresse pós-traumático, estresse, depressão e ansiedade; e, aprender habilidades de autoproteção para prevenir futuras revitimizações. Participaram do estudo 25 meninas com idade entre nove e 16 anos. Inicialmente, as participantes foram avaliadas individualmente, em três encontros, nos quais foram coletadas a história de abuso sexual e mensurados sintomas de depressão, ansiedade, stress, transtorno do estresse pós-traumático e percepções da menina sobre a violência. Após a avaliação psicológica, as participantes foram encaminhadas para o processo de grupoterapia cognitivo-comportamental. Esta intervenção é composta por 16 sessões com frequência semanal e duração de uma hora e trinta minutos, com atividades semi-estruturadas. Os grupos foram formados por quatro a seis participantes. O processo grupoterápico é dividido em três etapas conforme as técnicas empregadas: Etapa 1 - Psicoeducação (seis sessões); Etapa 2 - Treino de inoculação do estresse (quatro sessões); e, Etapa 3 - Prevenção à recaída (seis sessões). As sessões de psicoeducação têm como foco desenvolver a confiança entre os membros do grupo, estabelecer as metas terapêuticas, discutir o que é abuso sexual, como este ocorre e quais são as consequências para as vítimas e as famílias, compartilhar o modelo cognitivo-comportamental, mapeando pensamentos, emoções e comportamentos relacionados ao abuso e à percepção de si, do perpetrador e das mudanças na configuração familiar. As sessões de treino de inoculação do estresse objetivam ativar a memória traumática e detalhar os estímulos desencadeantes de lembranças intrusivas, possibilitando às participantes uma sensação de controle da intensidade das emoções associadas. Nesta etapa são aprendidas técnicas de relaxamento muscular e respiração e técnicas de auto-instrução e substituição de imagens negativas por imagens positivas. As sessões de prevenção à recaída têm como objetivos construir e fortalecer medidas de autoproteção, bem como retomar as técnicas e as estratégias aprendidas no contexto grupal para lidar com sintomas, pensamentos, emoções e comportamentos decorrentes do abuso sexual, em outras etapas da intervenção. Nesta etapa final são realizadas oficinas sobre educação sexual, Estatuto da Criança e do Adolescente, psicomotricidade e dramatizações de situações de risco e estratégias de autoproteção. Durante o processo terapêutico foram realizadas reavaliações psicológicas individuais após cada etapa da intervenção, nas quais foram aplicados os mesmos instrumentos psicológicos da avaliação inicial. Após as 16 sessões semanais, as meninas são acompanhadas durante um ano em sessões de grupo com frequência mensal. Os resultados parciais apontaram que o processo de grupoterapia contribuiu para a reestruturação de crenças, reações emocionais e comportamentais disfuncionais. Houve redução significativa de sintomas de ansiedade, depressão e transtorno do estresse pós-traumático. O grupo representou um elo na rede de apoio social e afetiva das meninas e promoveu melhoras na qualidade de vida.

**Palavras-chaves:** abuso sexual, grupoterapia, infância, adolescência

**Atividade: Oficinas Terapêuticas em espaços públicos: rompendo campos e restaurando relações (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Oficinas Terapêuticas em espaços públicos: rompendo campos e restaurando relações

**Autor(es):** Aline de Paula Cândido, Aline Miranda Schwartz de Araújo, Cristhiane Moura Nascimento, Fernanda Nogueira Campos, José Alberto Roza Junior

**Resumo:** Este trabalho relata a experiência de Oficinas Terapêuticas realizadas com um grupo de pessoas que apresentam algum tipo de sofrimento psíquico. As oficinas são coordenadas por cinco psicólogos em uma clínica particular, na cidade de Uberlândia – MG. O trabalho é realizado



a partir da demanda dos pacientes, e atualmente, as oficinas oferecidas compreendem: Oficina de Saúde, Oficina de Expressão Corporal, Oficina de Imagens, Oficina “Qual é a sua” e Oficina “Deu a louca no mundo”. Anteriores a essas atividades já foram realizadas outras oficinas com temáticas diferentes, como por exemplo, Oficina de Contação de Histórias e Oficina de Artesanato. A Oficina “Qual é a sua” possui um caráter especial, pois nela é feito um revezamento da coordenação da oficina entre usuários eicineiros, o que oferece uma maior autonomia aos usuários, pois quando lhes é dada a responsabilidade de coordenar a oficina, pensam sobre a atividade a ser feita e cuidam de sua realização, inclusive escolhem onde a mesma será realizada e, por isso, às vezes, a oficina acontece na casa de um dos usuários ou de um dos icineiros. Para enfocar a atualidade e a produção de realidade dos nossos tempos criou-se a oficina “Deu a louca no mundo”, a qual tem por finalidade incentivar o interesse dos participantes para discutir o que se vê, o que se escuta, o que se sente, ou seja, todas as informações e situações que lhes rodeiam, buscando assim, para cada um, um sentido para tudo o que acontece ao seu redor. Na Oficina de Imagens busca-se estimular a percepção (ou uma nova percepção) dos participantes sobre alguns espaços do dia-a-dia. Para tal são produzidas, dentre outros registros, fotos dos espaços públicos da cidade, tais como praças, ruas e etc, assim como fotos de pessoas que utilizam esses espaços. Também já foi produzido um vídeo de entrevistas feitas com pessoas escolhidas aleatoriamente em espaços públicos, cujas perguntas foram formuladas pelos usuários. Ao final do semestre, como encerramento, realizamos uma atividade inovadora e diferente do que já tínhamos realizado enquanto icineiros: organizar um acampamento, o qual aconteceu em uma chácara, num local afastado da cidade durante um fim de semana. Neste encontro prolongado a vivência em grupo foi prazerosa e muito diferenciada do que já tínhamos vivido, as diferenças apareceram não entre terapeutas e usuários, mas entre um indivíduo e outro, da forma que cada um permitiu-se ser e permitiu ao outro também sê-lo. Longe dos laços familiares os usuários mostraram-se autônomos e livres, e os icineiros livres de uma atuação vertical, e cada vez mais próximos de uma utopia ativa e saudável de construção de um mundo de novas possibilidades de existência e produção de subjetividade. Durante o acampamento aconteceu apenas uma oficina propriamente dita, a qual foi ministrada por um dos usuários, que em seu relato sobre a atividade ministrada, expressou o desejo de ser um professor, além da satisfação de, através da realização dessa atividade, estar “reencontrando” o seu “eu”.As oficinas da Clínica Espaço de Expressões se configuram de maneira particular e peculiar, diferenciam-se das oficinas terapêuticas que envolvem trabalhos manuais propriamente ditos. Elas têm adquirido um caráter de oficina itinerante, cujas atividades são realizadas nos espaços urbanos, buscando um trânsito livre e uma maior interação dos usuários com a sociedade. A equipe acredita nessa dinâmica de funcionamento e percebe-se que dessa forma os usuários se relacionam freqüentemente com pessoas diferentes do seu convívio diário. Através de passeios, atividades culturais, andanças por caminhos conhecidos e desconhecidos, os usuários experimentam novas possibilidades e formas de interação e socialização. As oficinas terapêuticas da Clínica Espaço de Expressões se caracterizam por um espaço de convivência e de relacionamento, o qual se estabelece entre icineiros e usuários, entre os próprios usuários e, o que é mais importante, entre os usuários e as pessoas que circulam pela cidade. E, ainda, as oficinas possibilitam que a expressão de cada um de seus integrantes seja respeitada, ouvida e compartilhada.

**Palavras-chaves:** Oficinas Terapêuticas, Saúde Mental, Espaços públicos, Ruptura de campo

**Atividade:** "Deixem que pense, que diga, que fale..."  
(Experiências em Debate)

**Trabalho:** "Deixem que pense, que diga, que fale..."

**Autor(es):** Silvana Petersen Gesteira, Isabella Regina Gomes de Queiroz, Wagner de Angeli Ferraz

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é apresentar as questões subjetivas que emergem em sua unidade cognição/afetividade, durante o processo de formação profissional dos estudantes de

psicologia da EBMS - Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública/FBDC, através das atividades clínicas desenvolvidas pelo Núcleo de Atenção Psicopedagógica - NAPP. O Núcleo desenvolve ações voltadas para o corpo discente e o docente dos cursos oferecidos pela EBMS: Biomedicina, Fisioterapia, Medicina, Odontologia, Psicologia e Terapia Ocupacional, através do Programa de Acompanhamento aos Cursos (PAC), Ações Institucionais (AI) e Atividades Clínicas (AC) em psicopedagogia, psicologia e psiquiatria. As atividades desenvolvidas pelo Núcleo fundamentam-se em aportes teóricos da psicanálise, do sócio-interacionismo e de abordagens da psicopedagogia que têm como objeto de estudo o ser em processo de construção do conhecimento. Enquanto um núcleo psicopedagógico, o NAPP dedica particular atenção à integração dos fatores que interferem nos aspectos subjetivos e cognitivos da comunidade acadêmica, tendo em vista a promoção da saúde mental e o Projeto Político Pedagógico Institucional. As atividades clínicas constituem-se em atendimento individual e/ou grupal ao estudante e atendimento à família em casos de transtorno mental. Os atendimentos são fundamentados pela abordagem da Psicoterapia Breve de cunho psicanalítico. As especificidades da clínica do NAPP decorrem, principalmente, do lugar de sua atuação, posto que situa-se em uma instituição de ensino superior da área de saúde, o que tem efeitos sobre a demanda dos atendimentos clínicos e implica a questão psicopedagógica. No caso do estudante de psicologia, objeto deste estudo, destaca-se uma particularidade: a natureza mobilizadora dos conteúdos programáticos que pode tocar questões relativas à sua subjetividade. As relações provenientes desta particularidade, que supõe relação entre matriz curricular, metodologia e psiquismo, provocam a emergência destas questões que se manifestam em sua unidade cognição/afetividade, presentificadas no discurso do estudante que procura o atendimento clínico. O problema que, por vezes, situa-se no campo da aprendizagem, toma forma no indivíduo, afetando a dinâmica da articulação entre organismo, corpo, inteligência e desejo. Por outro lado, quando se apresenta no campo da afetividade, surgem desdobramentos sobre o processo do aprender, constatando-se uma relação biunívoca desses fatores. O código pelo qual o sintoma fala não é escolhido ao acaso. Segundo PAÍN (1999) a função da ignorância - aquilo que falta no campo do conhecimento e/ou no campo do saber sobre si - funciona como mola propulsora na construção cognitiva, viabilizando o trânsito entre o saber e o não-saber. A metodologia aplicada neste estudo consistiu no levantamento das principais queixas a partir da consulta de prontuários dos pacientes da clínica do NAPP originários do curso de psicologia, no período entre 2000 e 2006, e na análise quantitativa e qualitativa dos dados categorizados de acordo com o ano do curso, o gênero, o quadro clínico e a idade. No âmbito psicopedagógico, os aspectos encontradas nos prontuários foram: 1. Dificuldade de adaptação ao ambiente acadêmico; 2. Mobilização de conteúdos internos a partir do estudo da psicologia; 3. Dúvidas sobre a escolha profissional da psicologia; 4. Suspeita diagnóstica de TDA/H; 5. Dificuldades com a expressão escrita; 6. Inibição para apresentar trabalhos de grupo; 7. Queda no desempenho acadêmico; 8. Escolha da área de estágio; 9. Mobilização diante das primeiras experiências em campo; 10. Preocupação com as exigências profissionais. Concluiu-se que a oferta do atendimento clínico (AC) aos estudantes de psicologia é de grande importância para os sujeitos que demandam o serviço e tem repercussões positivas para o rendimento acadêmico e a formação profissional, demonstrando haver em muitos casos uma indissociabilidade entre os campos afetivo e cognitivo, especialmente quando o objeto de estudo tangencia conteúdos pessoais e/ou, no sentido inverso, quando a dinâmica psico-afetiva interfere no funcionamento cognitivo do estudante. Ambos aspectos estão implicados no processo de formação profissional do psicólogo, quando saber e conhecer são peças fundamentais neste processo. Constatou-se que a técnica da Psicoterapia Breve é adequada ao objetivo psicopedagógico do Núcleo, uma vez que permite focar o processo terapêutico nas demandas do sujeito, além de identificar as questões que interferem na formação profissional, possibilitando orientações de caráter psicopedagógico. Os dados levantados na clínica (AC), resguardada, evidentemente a ética, constituem-se, também, em indicadores qualitativos para subsidiar ações pedagógicas do curso de acordo com o Projeto Político Pedagógico Institucional. A experiência da educação superior na área de saúde tem mostrado que as relações entre subjetividade e formação profissional requerem atenção das instituições e que as estratégias utilizadas para promover uma educação integral do estudante universitário repercutem diretamente sobre o perfil do futuro profissional.

**Palavras-chaves:** Cognição/afetividade, Formação profissional, Atendimento clínico, Psicopedagogia, Estudante de psicologia

**Atividade: Dança e xadrez: o papel da intensificação de cuidados no fortalecimento da autonomia de Felipe.**  
**(Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Dança e xadrez: o papel da intensificação de cuidados no fortalecimento da autonomia de Felipe.

**Autor(es):** Luane Matos Neves, VERA CHRISTIANE RITTEL, Marcus Vinicius de Oliveira Silva, Eduarda Motta Santos

**Resumo:** O presente resumo constitui-se num relato sobre o direcionamento clínico adotado com um usuário do Programa de Intensificação de Cuidados a Pacientes Psicóticos do Hospital Mário Leal, com vistas ao fortalecimento da autonomia. Este paciente é acompanhado pelo programa há três anos e por nós a cerca de seis meses, constituindo-se em visitas domiciliares semanais. Felipe foi adotado quando criança numa família de oito irmãos e atualmente reside com sua família adotiva, numa casa de classe média baixa. Há quatro anos ele apresentou a primeira crise psicótica e a partir de então faz uso de antipsicóticos, tendo sido internado em outra ocasião. Ele era dançarino profissional e aparentemente foi o surgimento da doença mental, aliado a seus desdobramentos, que interromperam sua carreira profissional. Destaca-se que Felipe mantinha rotinas bem estabelecidas em relação ao decorrer da visita e apresentava-se sempre com uma aparência de bem estar, na busca por atender às necessidades externas. A partir do seu desejo de aprender xadrez, propomos uma troca: nós lhe ensinávamos xadrez e ele nos ensinaria dança de salão; forma por nós encontrada para ele re-experimentar como se sente na posição de bailarino e professor. Essa também foi uma forma de valorizar o saber do paciente e propiciar um espaço em que ele pôde atuar como sujeito no mundo. Sentimos que as aulas de dança fortaleceram o vínculo entre nós, o respeito no estar junto, a alegria e a criatividade ao planejar as aulas. Tais aulas constituíram-se, assim, no elo capaz de fortalecer mais sua rede social, engajando-o na cultura; uma vez que ele demonstrava interesse pela atividade e já possuía uma história vinculada à mesma. A partir desta troca, Felipe começou dinamicamente a conduzir o planejamento de nossos encontros, alterando em diferentes momentos sua postura, da passividade para a atividade e autonomia. Ele começou, também, a se posicionar mais, expondo com antecedência o que queria fazer nas nossas próximas visitas. Depois das visitas em que jogamos xadrez, além de perceber sua iniciativa de organização, observamos também que ele promoveu uma delimitação maior de seu espaço através de palavras firmes em diversos momentos, direcionadas a seus familiares. No final do semestre ocorreu uma grande mudança no posicionamento de Felipe, que passou a discutir sobre a temática do estigma da doença e o constrangimento que esse sentimento de ser taxado de “maluco” produz. Compreendemos, assim, que na postura diferenciada do terapeuta foi possível aliviar os impactos que a visão estigmatizante produz. Segundo Barreto (1998), estar junto como pessoa real e não apenas como profissional ajuda evitar um lugar excessivamente institucionalizado, embora exija bastante discriminação, capacidade de análise e reflexão. Felipe nos relatou também que vem repensando se seu desejo e seus planos continuaram a incluir a dança e demonstrou bastante implicação no processo, centrando nele a responsabilidade de mudar. Percebemos, portanto, que uma vez estabelecido o vínculo, o paciente pode apresentar algo de sua realidade psíquica, sendo que ao compartilhar a angústia com o outro, esta se torna suportável e humanizada. Podemos perceber, assim, que Felipe desenvolveu conosco um “projeto” (termo utilizado por ele) que buscava novas experimentações e que foi permeado também por reflexões sobre o direcionamento que dará à sua vida, a partir das vivências anteriores. Considerando as intervenções e a convivência com a família no caso de Felipe, retomamos as teorizações de Barreto (1998) ao esclarecer que através do trabalho em nível dramático-vivencial, o paciente aprende modos diferentes de atuar e reagir frente às vicissitudes da vida cotidiana. Da mesma forma, o jogo de xadrez, em que a necessidade de avançar frente aos campos desconhecidos (campo do outro), constituiu-se em ato, ao invés de somente palavras. Durante as aulas de dança, percebemos mais vitalidade e graciosidade em seu corpo, resgatando um pouco da flexibilidade e auto-regulação (Lowen,

1982). Além disso, o trabalho corporal proporciona mudanças de pensamento e atitudes, ao facilitar uma maior integração mente-corpo; podendo ter como conseqüência uma diminuição da ansiedade. Por tudo isto, notamos que a inter-relação entre oferecermos as aulas de xadrez e Felipe nos ofertar as aulas de dança, permitiram uma alternância na posição de saberes (aquele que doa e aquele que recebe) e podemos perceber, então, o fortalecimento da autonomia de Felipe. Um ponto central para o desenvolvimento adotado neste caso foi o fato da intensificação de cuidados ser realizada em dupla. Isso permitiu que pudéssemos tomar consciência, discutir e elaborar as questões em nós suscitadas pelo paciente e pelos direcionamentos que consideramos mais adequados. Nos depararmos com nossos pré-conceitos e imaginários sobre a saúde mental e o investimento no fazer clínico foi de fundamental importância para que pudéssemos sustentar essa posição de troca, que exigia um grande envolvimento e disponibilidade para o processo.

**Palavras-chaves:** psicose, intensificação de cuidados, fortalecimento da autonomia

**Atividade:** Uma discussão crítica sobre a prática diagnóstica no campo da psicologia (Painéis)

**Trabalho:** Uma discussão crítica sobre a prática diagnóstica no campo da psicologia

**Autor(es):** Shirley Ananda Cardoso Costa, Viviane Legnani

**Resumo:** O presente trabalho analisa os pressupostos que delimitam o domínio da avaliação diagnóstica na clínica psiquiátrica contemporânea, na clínica psicanalítica e na psicologia clínica, três configurações diferentes de clínica, que utilizam referenciais próprios, os quais determinam trabalhos distintos. Levantamos um breve histórico e examinamos a maneira como esses profissionais se posicionam frente ao sintoma do paciente, ao processo de diagnóstico e ao tratamento. Diversos autores estudados possibilitaram-nos reflexões sobre a complexidade, importância e necessidade de se fazer uma avaliação diagnóstica. A partir da psicanálise, enfatizou-se que diagnosticar é discernir, a partir de parâmetros universais, e decidir, com o foco no singular, sobre a melhor direção de tratamento a ser tomada em cada caso clínico. Verificamos, também, que a clínica psiquiátrica atual, a avaliação diagnóstica relaciona-se a uma lógica classificatória que advém do DSM IV (Manual Diagnóstico e Estatístico dos Distúrbios Mentais). Esse manual postula ter uma visão ateuórica, mas, sua base epistemológica enfatiza os aspectos orgânicos com a causa dos Transtornos Psíquicos, sendo pertinente, então, com o cognitivismo, que se apóia nas neurociências. Sob essa ótica, na intervenção terapêutica entende-se que o sintoma é a “doença” e torna-se, então, excessivamente medicamentosa. Nessas circunstâncias, o sujeito, muitas vezes, não tem a possibilidade de ser escutado a partir da sua singularidade. No que tange à avaliação diagnóstica, considerando as diversas técnicas e correntes teóricas da psicologia, destaca-se a concepção de psicodiagnóstico em que se utiliza aplicação de testes, entrevistas, observações de comportamento com o intuito de identificar a personalidade das pessoas avaliadas e com a finalidade de clarificar problemas com base em pressupostos teóricos do campo da psicologia. As correntes humanistas, por sua vez, evitam posições reducionistas ao lidar com o homem, procuram manter uma visão global do mesmo, compreendendo seu mundo e seu significado. Criticam o processo de diagnóstico psicológico, seu aspecto classificatório e os rótulos que os sujeitos passam a ter após esse processo. Já o modelo Behaviorista considera que o comportamento humano não decorre de características inatas e imutáveis, mas é aprendido, podendo ser modificado. Esses teóricos criaram, então, formas próprias de avaliação do comportamento a ser estudado. Não utilizam o termo psicodiagnóstico, valendo-se dos termos “levantamentos de repertório” ou “análises do comportamento”. Quanto à Teoria dos Sistemas ressalta-se que diagnosticar conduz a conhecer, reconhecer e nomear os modos de relacionar-se e comunicar-se em um processo em desenvolvimento. Assim, para esta abordagem o sintoma surge como forma de equilibrar um sistema que está em vias de rompimento, proporcionando-lhe mudanças. A possibilidade de ver o sujeito como um “doente” é descartada e este passa a ser como um denunciador de uma dificuldade que está circunscrita no sistema familiar. Em suma, as diversas teorias trazem muita contribuição para a prática diagnóstica. No entanto, em nossa concepção, não é pertinente fazer

um mosaico dessas teorias para sustentar uma prática, mas cada profissional deve fazer sua escolha teórica e se aprofundar no conhecimento para se fazer diagnósticos efetivos e pertinentes com a sua abordagem. Na metodologia, optou-se por uma análise qualitativa. Os sujeitos da amostra foram quinze estudantes de psicologia da Universidade Católica de Brasília, estagiários da área clínica. A coleta de dados foi realizada no Centro de Formação em Psicologia Aplicada. Entrevistas semi-estruturadas foram realizadas como forma de obtenção de dados sobre os procedimentos técnicos e os operadores teórico-práticos utilizados nas avaliações diagnósticas, entre outras questões. Os resultados apontaram que a maioria dos sujeitos de nosso estudo reconheceu ter insegurança para realizar o processo diagnóstico. A maioria destacou sobre as dificuldades em articular teoria e prática, sendo que se sentem mais seguros utilizando recursos técnicos como os testes psicológicos e a linguagem operacional classificatória dos manuais de psiquiatra para realizarem essa tarefa. O ponto positivo comum, extraído das respostas dos sujeitos entrevistados, é que todos reconhecem que devem ter muita cautela e cuidados éticos na prática diagnóstica. Nas considerações finais, concluiu-se que é indispensável o conhecimento para conduzir uma avaliação diagnóstica, independente da linha terapêutica utilizada. Vale ressaltar, que a diversidade de formas para se chegar a um diagnóstico exclui a possibilidade de construção de um modelo padrão a ser seguido. Também se destacou que a prática diagnóstica psicológica ultrapassa o campo clínico. Estará presente também em contextos institucionais. O psicólogo, ao atuar nessas áreas, terá como objetivo organizar os elementos presentes, de forma a obter uma compreensão de qual será o seu alvo de intervenção. Deve cuidar, sobretudo, na concretização dessa prática, para que sua atuação não se baseie em soluções simplesmente pragmáticas, mais sim em soluções encontradas que sejam decorrentes de uma determinada abordagem teórica. De forma geral, o processo diagnóstico exigirá do psicólogo disponibilidade subjetiva interna para se fazer uma investigação, persistência, compreensão e abertura ao que pode surgir, considerando a complexidade do humano.

**Palavras-chaves:** diagnóstico psiquiátrico, avaliação psicológica, singularidade

**Atividade: Máscaras - Mistério Humano (Paineis)**

**Trabalho:** Máscaras - Mistério Humano

**Autor(es):** Rosilene Fidélis Lins Peixoto

**Resumo:** MÁSCARAS: MISTÉRIO HUMANOSylmara Patricia Lessa BulhõesRosilene Fidélis Lins Peixoto Centro de Estudos Superiores de Maceió – CESMACDesde os primórdios da vida em sociedade que o homem faz uso de máscaras para atuar em seu ambiente. As máscaras são utilizadas como um construto psicológico e social adotado para um fim específico do qual se relaciona com o desempenho de papéis na sociedade, onde são adicionadas atitudes coletivas convencionais e a representação de estereótipos sociais e culturais pelo indivíduo em vez de assumir e viver sua própria unicidade. Fundamentados nos pressupostos da Psicologia Analítica e seus conceitos básicos, através de Jung e pós-junguianos, objetivamos com este estudo desenvolvido para um trabalho de conclusão de curso em Especialização em Psicologia Clínica, do Centro de Estudos Superiores de Maceió, averiguar como se dá o uso de máscaras pelas pessoas e a relação com os papéis desenvolvidos no meio ambiente. Elegemos uma abordagem de investigação bibliográfica qualitativa. Realizamos um trabalho intensivo de pesquisa bibliográfica através de livros, revistas, periódicos e virtual. A partir dos dados coletados ficou claro que o ser humano vive as suas trocas de papéis lutando bravamente por seu espaço e revela cada vez mais suas conquistas e habilidade no uso das máscaras para enfrentarem seu dia-a-dia. A máscara é indicada como a forma encontrada para se apresentar nas relações sociais e, também, vimos que quando o indivíduo usa as máscaras, preserva sua intimidade e evita contatos que não deseja estabelecer. Contudo, o sujeito pode perder-se na percepção de si e estas endurecem, cronificando-se com o passar dos anos transformando-se em elementos de proteção. Denotando uma necessidade do mascaramento tão profunda que se impõe automaticamente e torna-se impossível deixá-la cair. Através de nossas avaliações, baseadas na teoria Junguiana, percebemos que a máscara pode vir com uma conotação natural para

relacionar-se com o ambiente e desempenhar seus papéis sociais, como se tornar patológica, dependendo de seu uso e da consciência que o sujeito tenha de si mesmo. Por outro lado, pode surgir a máscara patológica, que se dá quando o indivíduo não tem a percepção da fronteira do eu e os mecanismos de defesa psicológicos funcionais colapsam passando a viver sem saber discernir o que é real do que é fantasioso. Outro dado importante encontrado foi a importância do papel do psicólogo, independentemente da área que atue, como essencial no desvendar os mistérios a cerca da psique humana, através da compreensão do uso de máscaras, o qual poderá, através do processo de psicoterapia ao sujeito assimilar, reconhecer e até mesmo desnudar-se de suas máscaras, deparando-se com sua face natural e despida para conhecer-se verdadeiramente.

**Palavras-chaves:** Palavras-chave: Máscaras – papéis – proteção – pa, Máscaras - Pápéis - Proteção, papéis sociais

**Atividade: POR UMA CLÍNICA DA RESISTÊNCIA: EXPERIMENTAÇÕES  
DESINSTITUCIONALIZANTES EM TEMPOS DE BIOPODER  
(Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Da necessidade da invenção para se sustentar a desinstitucionalização: o trabalho com famílias na rede de Saúde Mental de Betim

**Autor(es):** Roberta Carvalho Romagnoli

**Resumo:** Esse trabalho tem como objetivo, a partir da prática efetuada no programa de Extensão Saúde Mental e Família, em uma parceria do curso de Psicologia da PUC - Minas com a Prefeitura Municipal de Betim, cidade da região metropolitana de Belo Horizonte, refletir acerca da necessidade de invenção para a sustentação da desinstitucionalização. Essa atividade extensionista iniciou-se em agosto de 2003, por demanda da Coordenação do Programa Saúde Mental dessa prefeitura, diante da verificação da necessidade dessas intervenções. Vale lembrar que o Movimento de Luta Antimanicomial, em sua proposta de reestruturação da assistência em saúde mental, foi bem sucedido em várias frentes, com méritos inegáveis, proporcionando o redirecionamento do modelo assistencial para núcleos de bases comunitárias e criando serviços substitutivos que possibilitam a desospitalização e têm repercussão na população e na cidadania. Entretanto, ainda tem muito o que alcançar em sua relação com a família, sendo cada vez mais premente encontrar novos dispositivos de atuação nesse campo. Principalmente porque a reinserção do portador de transtorno mental na sociedade dá-se prioritariamente nos espaços familiares, em famílias em geral carentes e sem preparo para prover cuidado familiar e subjetivo. Percebemos, em nossa atuação, uma atmosfera de tensão e de reprodução no grupo familiar, em que circulam não só conflitos cristalizados, mas também fortes sensações de impotência e incapacidade, tornando, na maioria das vezes, inviável a construção de alternativas no cotidiano da família. Observamos ainda que a ausência de saídas e o bloqueio das possibilidades de convivência geralmente são reforçados pelos profissionais que atendem o portador de transtorno mental e, indiretamente, as famílias. Tradicionalmente, em seu cotidiano de trabalho, os agentes de saúde culpabilizam a família pelo surgimento da doença mental. Longe de promover efeitos inventivos e de propiciar à família uma possibilidade de realizar uma outra composição, essa postura não só persegue o grupo em questão, como também não contribui para ajudar no estabelecimento de vínculos de acolhimento para com o membro doente, nem para que essas famílias utilizem o serviço como apoio e referência. Nesse panorama, o programa em questão visa a atender às famílias carentes portadoras de membros com neurose se psicose graves, a partir de uma perspectiva da clínica ampliada, amparada nas idéias de Gilles Deleuze e Félix Guattari. Esses autores defendem que a subjetividade não se aplica apenas ao indivíduo, mas é imanente a um campo social ativado por multiplicidades de dimensões tanto instituídas, quanto instituintes, que operam por transversalidade. Nesse contexto, a clínica se ancora em duas tarefas fundamentais para uma ação produtiva e transformadora da realidade: a identificação do que se repete, do que se instala como microfascismo no território clínico; e a ativação da potência de inventar novas maneiras de viver e de pensar. Trata-se de uma orientação teórica que privilegia a composição ético-política, de forças de diferentes naturezas, que emergem nos encontros e que possibilita a invenção de novas formas de subjetivação. Essa clínica pressupõe

uma articulação com a vida, refletindo acerca do espaço terapêutico como um dispositivo para a produção de processos de subjetivação singulares e inventivos, como uma tentativa de driblar a homogeneização, a reprodução de modos de existência tão presentes em nossa sociedade. Pensar a relação entre clínica e vida é, sem sombra de dúvida pensar também a política e os mecanismos cada vez mais sutis de dominação e de poder que gerenciam o cotidiano das subjetividades, em todos os domínios e aqui, mais especificamente, no território clínico.

**Palavras-chaves:** Clínica ampliada, Resistência, Saúde da Família, Saúde Mental

**Trabalho:** Educação Permanente em Saúde como dispositivo de cuidado aos cuidadores dos Serviços Residenciais Terapêuticos

**Autor(es):** Simone Mainieri Paulon, Karol Veiga Cabral

**Resumo:** Como dispositivos de desinstitucionalização na Rede de atenção substitutiva aos hospitais psiquiátricos, os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs) requerem o desenvolvimento de novos suportes teórico-metodológicos que transformem as práticas de cuidado neles presentes. A portaria do Ministério da Saúde que instituiu estes novos equipamentos da rede de assistência em saúde mental com a finalidade de “cuidar dos portadores de transtornos mentais egressos de internações psiquiátricas de longa permanência que não possuam suporte social e laços familiares e que viabilizem sua inserção social” não garante, por decreto, que este modo de cuidar desprenda-se da instituição manicomial. A reorientação da política de assistência requerida para que a Reforma Psiquiátrica avance implica, portanto, na reformulação das práticas de cuidado que necessariamente passam pela reflexão das equipes de trabalhadores em saúde mental em relação ao seu processo de trabalho. Partindo do princípio de que ninguém pode ofertar aquilo que desconhece ou não experimenta em suas relações cotidianas os departamentos de psicologia social e de psicanálise da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) construíram junto à coordenação de saúde mental da secretaria estadual da saúde do Estado um programa de extensão para cuidar das equipes de cuidadores de três residenciais terapêuticos do Estado. A fim de fomentar princípios desinstitucionalizantes da reforma psiquiátrica brasileira, desenvolvendo uma concepção do morar como dispositivo de cuidado, a extensão estruturou-se como um processo de Educação Permanente às equipes desenvolvido ao longo de 2006 através de três frentes de ação, quais sejam: assessoria ao grupo gestor, seminários sistemáticos de capacitação das equipes de trabalhadores e supervisão de estágios em acompanhamento terapêutico e em psicologia do trabalho. A parceria estabelecida entre universidade / governo do Estado / trabalhadores dos residenciais propôs-se a 1) sistematizar e divulgar as experiências de reforma psiquiátrica em curso no Estado; 2) possibilitar que os graduandos de psicologia tenham acesso a uma formação fundamentada no Sistema Único de Saúde, com ênfase nos dispositivos da Reforma Psiquiátrica e 3) facilitar a constituição de práticas terapêuticas nas equipes de cuidadores dos SRTs que se aproximem a uma “Clínica do Morar”. Concluída a primeira etapa deste programa de extensão universitária, as avaliações feitas junto às equipes de trabalhadores por ele beneficiados bem como as demandas já anunciadas para a realização de uma segunda etapa que garanta sua continuidade permitem identificar algumas conquistas que vale ressaltar pelo que apontam não só dos resultados até aqui obtidos, quanto, principalmente, pelo que indicam perspectivas de novas ações que se pretendam desinstitucionalizantes na concepção aqui adotada. O programa de assessoria institucional às equipes dos SRTs parece ter contribuído para: que a universidade possa cumprir seu papel social de interlocução com a comunidade favorecendo a formação de novos profissionais da saúde na lógica da Reforma Psiquiátrica; que os cuidadores dos novos equipamentos da rede de saúde mental compreendam suas posições institucionais enquanto agentes (mais ou menos qualificados, mas sempre implicados) da Reforma Psiquiátrica brasileira; que os gestores (coordenadores de casas, supervisores técnicos, diretores da estrutura estatal envolvidos no programa) analisem suas implicações com as instituições em jogo no exercício de suas funções de gestão, tomando-as também como práticas de cuidado; que um processo de Educação Permanente em Saúde possa ser concebido como dispositivo de cuidado na lógica do cuidado para a autonomia que se inscreve entre os princípios da Reforma Psiquiátrica; que a Clínica possa ser entendida como indissociável da Política na medida em que

produz efeitos desinstitucionalizantes e se afirma micropoliticamente como exercício de resistência e criação: novos modos de cuidar da vida.

**Palavras-chaves:** Reforma Psiquiátrica, Clínica Ampliada, Serviços Residenciais Terapêuticos, Cuidado em Saúde Mental

**Trabalho:** Serviço Residencial Terapêutico e os Desafios para a Construção de uma Rede Integrada e Territorializada de Atenção em Saúde Mental

**Autor(es):** Magda Dimenstein, Ana Karenina de Melo Arraes Amorim

**Resumo:** A reforma psiquiátrica brasileira é um processo social que visa à desconstrução de saberes, discursos e práticas que sustentam a loucura reduzida à doença mental e o hospital psiquiátrico como a principal referência da atenção em saúde mental (Amarante, 1994). Este processo ganha sentido no contexto mais amplo de concretização da reforma sanitária, com a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), com seus princípios de universalidade, equidade, integralidade e seu modelo de gestão e cuidado descentralizado compondo uma rede de atenção à saúde da população. No entanto, apesar dos diversos avanços do SUS, muitos são os problemas enfrentados e quando consideramos especificamente a atenção em saúde mental observamos fragilidades em termos de abrangência, acessibilidade, diversificação das ações, qualificação do cuidado e sustentabilidade das ações, seja nos planos jurídico e financeiro. Atualmente um dos grandes desafios para a produção do cuidado e de práticas territoriais em saúde mental é a inexistência de uma política nacional voltada para uma atenção compartilhada entre serviços básicos e especializados e conseqüentemente de redes que articulam serviços, profissionais, usuários, etc. Em decorrência disso, ainda são restritas em todo o país práticas de caráter territorial e integral que constituam a matéria prima de uma rede em saúde mental não segmentada internamente e articulada à rede de serviços do SUS. Esses impasses colaboram para a persistência de discursos e práticas segundo os quais a desinstitucionalização é sinônimo de desassistência, enfraquecendo assim seus avanços e justificando a manutenção da estrutura psiquiátrica tradicional. A problemática da inexistência de redes integradas em saúde mental é trazida de forma evidente pelo mais novo dispositivo de cuidado implementado pela política nacional de saúde mental: o Serviço Residencial Terapêutico (SRT). Este foi proposto como equipamento de cuidado destinado à pessoas que têm história de longa internação em hospital psiquiátrico e perderam os vínculos familiares e sociais, objetivando a construção de modos de vida para estas numa residência comum, com livre circulação pelos espaços públicos e com a assistência de cuidadores e acompanhamento ambulatorial dos CAPS. O SRT seria, dessa forma, potencialmente livre de “cronicidades” e exigiria da rede de serviços transformações e redimensionamentos para atender as suas demandas. Além disso, o SRT coloca como desafio a desconstrução das formas comuns e hegemônicas de morar e de cuidar, considerando que aponta para o paradoxo entre tutela e a construção da vida livre numa residência que é ao mesmo tempo um serviço de saúde que se supõe integrado a uma rede ampla de outros serviços. Em outras palavras, o SRT provoca uma série de questionamentos em relação ao funcionamento dessa rede de saúde, assim como em termos do que vem a ser práticas de saúde, clínica ampliada, produção de subjetividade, território e rede, sendo este último um conceito-chave que articula os demais na produção/invenção da saúde. Diante disso, elegemos o SRT de Natal como foco de nossa pesquisa que tem por objetivos: (1) cartografar o trânsito dos usuários do SRT na rede de saúde mental do município de Natal; (2) investigar como acontecem os fluxos e/ou fixações entre os serviços a partir desse trânsito; (3) identificar as demandas e os problemas que este fluxo produz para a rede de saúde; (4) investigar que práticas de saúde estão sendo desenvolvidas no contexto da rede de atenção à saúde mental. Para tanto, trabalharemos metodologicamente com a perspectiva cartográfica no sentido proposto por autores como Kirst e Fonseca (2003), de modo coerente com os referenciais teóricos adotados e dividida em três etapas. A primeira etapa será a da construção de uma cartografia dos fluxos dos usuários do SRT na rede de atenção à saúde mental através da observação participante do cotidiano do SRT e de entrevistas com os usuários e técnicos deste serviço. Numa segunda etapa, a partir desta cartografia, entrevistaremos os gestores dos serviços substitutivos de saúde mental do município de modo a identificar como estes percebem as demandas e os problemas



que este novo dispositivo coloca para a rede. Numa terceira etapa procuraremos construir uma cartografia das práticas de saúde que vem sendo desenvolvidas, considerando estas demandas e problemas apontados. Acreditamos, assim, poder contribuir para construção de reflexões sobre este novo serviço e sobre as práticas de saúde nele e a partir dele desenvolvidas, apontando potencialidades e impasses relativos ao processo de desinstitucionalização como desconstrução e à construção de novas práticas de saúde.

**Palavras-chaves:** Reforma Psiquiátrica, Clínica Ampliada, Serviços Residenciais Terapêuticos

**Atividade:** Terapia Cognitivo Comportamental (TCC) com crianças: algumas considerações teóricas e práticas sobre a participação dos pais no processo (Paineis)

**Trabalho:** Terapia Cognitivo Comportamental (TCC) com crianças: algumas considerações teóricas e práticas sobre a participação dos pais no processo

**Autor(es):** Luciana Tavares Andrade, Beneria Yace Donato

**Resumo:** A terapia cognitiva comportamental (TCC) diz respeito a intervenções que visam reduzir o sofrimento psíquico e modificar o comportamento desajustado, alterando processos cognitivos. Tal prática baseia-se no pressuposto que afeto e comportamento são também produto de cognições. Para tanto, propicia-se, durante as sessões, um aumento da autoconsciência, facilitando o auto-entendimento e o autocontrole pelo desenvolvimento de habilidades cognitivas e comportamentais mais apropriadas. Vários estudos encorajam a utilização da TCC com crianças a partir de conclusões que indicam efeitos positivos numa série de dificuldades psicológicas infantis. No entanto, cada vez fica mais nítido nos estudos que tal prática requer algumas adaptações, dentre as quais: o manejo necessário capaz de ajudar a criança a acessar e comunicar seus pensamentos e sentimentos, fazer ligações entre estes e os comportamentos desencadeados, além de construir atribuições alternativas para os eventos. Em se tratando de psicoterapia com crianças, torna-se inevitável destacar a família como co-participante no processo, seja porque é ela, em geral, que conduz a criança ao tratamento e se responsabiliza pela manutenção do mesmo, seja por compor a estrutura na qual a mesma desenvolve-se e na qual suas dificuldades são mantidas. Algumas evidências apontam para os benefícios adicionais de envolver os pais na TCC com crianças com a função de auxiliar no treino de habilidades e tarefas novas em casa ou mesmo de encorajar e oferecer reforço aos filhos na compreensão dos problemas e na modificação dos comportamentos. O objetivo do presente trabalho é, a partir de um caso clínico, apontar para a relevância de envolver os pais no tratamento da criança, não apenas como facilitadores do processo, mas por favorecer a compressão de que a mesma faz parte de uma estrutura familiar, sendo a mudança nessa estrutura facilitadora ao bom resultado do tratamento. O caso refere-se a um garoto de onze anos, trazido pelos pais ao consultório de psicologia, encaminhado pela escola na qual estuda por problemas nos relacionamentos e no respeito às regras devido à sua impulsividade, agressividade e baixa tolerância à frustração. Ao analisar a dinâmica familiar, percebeu-se que tais comportamentos do filho despertam nos pais intolerância e insatisfação, contribuindo para gerar neles uma alta expectativa de mudança na criança. No caso em questão, percebeu-se que a criança adota, predominantemente, como comportamentos impulsivos e agressivos, padrões verbais semelhantes aos da mãe e comportamentais semelhantes aos do pai. Para este trabalho, dentre as estratégias utilizadas com a criança no tratamento, destacaram-se as seguintes: a) auxiliá-la a compreender a relação existente entre seus pensamentos, sentimentos e suas reações, favorecendo a conscientização dos efeitos negativos de seus comportamentos e então poder engajá-la na aprendizagem de novos mais adaptativos, b) ajudá-la a explorar possibilidades alternativas para pensar sobre os eventos que lhe causavam frustração, gerando reações impulsivas e explosivas e c) auxiliá-la a identificar e reconhecer seus bons comportamentos e habilidades sociais, bem como sua capacidade de mudança já que em seu ambiente eram ressaltados os comportamentos destrutivos. No que diz respeito à participação dos pais no tratamento, os mesmos foram convidados para consulta, sem a criança, mas com seu conhecimento, após seis sessões já realizadas com a mesma. Na ocasião, foi feita, em conjunto,

uma avaliação do processo, foram dadas informações referentes à psicoeducação e orientou-se sobre as tarefas de casa para os mesmos. A avaliação do processo consistiu em apreender como os pais estão vendo o filho após iniciado o tratamento, ou seja, percepção de possíveis mudanças, positivas ou negativas no comportamento da criança. As orientações caracterizaram-se por viabilizar reflexões acerca de como a dinâmica familiar pode estar relacionada com as queixas apresentadas e que tanto os comportamentos quanto as expectativas parentais podem interferir no comportamento do filho. Quanto à psicoeducação, buscou-se promover uma compreensão básica dos princípios que norteiam a prática da TCC, enfatizando-se a teoria da aprendizagem social, ao indicar que a aprendizagem também ocorre pela observação do comportamento de outras pessoas. Dando continuidade, foi orientado aos pais, como tarefa de casa diária, empenho em identificar e comunicar à criança os comportamentos adequados, valorizando-os e registrando-os numa agenda, como também que os mesmos não reforçassem os comportamentos negativos, com o objetivo de que esses pudessem ser gradualmente extintos e continuamente substituídos pelos novos que forem sendo aprendidos. Apesar de tratar-se de um caso em andamento, alguns resultados já foram identificados como: tomada de consciência pela criança das conseqüências de suas reações e empenho na aprendizagem de comportamentos mais adaptativos, percepção de seus bons comportamentos e de sua capacidade de relacionamento e interação, engajamento dos pais na modificação dos próprios comportamentos explosivos e envolvimento nas tarefas propostas. A importância da participação dos pais destacou-se por favorecer a compreensão de que as dificuldades da criança estão relacionadas à estrutura familiar, situando-os como co-responsáveis e, que a mesma pode ser auxiliada, com a ajuda dos mesmos, na aprendizagem de comportamentos mais adaptativos.

**Palavras-chaves:** TCC com crianças, Participação dos pais, processo de aprendizagem

**Atividade: Clínica Psicanalítica Infantil:  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Clínica Psicanalítica Infantil: Um espaço de ressignificação.

**Autor(es):** Eliana Gomes da Silva Almeida, Pompéia Villachan Lyra

**Resumo:** Clínica Psicanalítica Infantil: Um espaço de ressignificação Este trabalho tem por objetivo empreender uma reflexão acerca de um dos aspectos de relevância no atendimento psicoterápico infantil em uma abordagem psicanalítica: A ressignificação vivenciada pela criança no setting terapêutico. Para tanto, é fundamental aludir à concepção freudiana de criança, vista como ser de desejo, ativa em seu processo de desenvolvimento. Ressaltamos também a concepção de criança de Rodolfo (1990), segundo a qual crianças são seres de inconsciente e de desejo, além de inseridas num contexto sócio-histórico. Compreender o campo de relações da criança e sua história de vida possibilita seu contato com sua pré-história, indo além de seus limites corporais, englobando crenças, valores, mitos e tradições de seus antecedentes diretos e indiretos, através dos quais são transmitidos os significantes. Ampliar a compreensão da criança para além dos limites psicofísicos é contribuição deste autor. Rodolfo defende que a criança se constitui como Ser a partir de uma rede de desejos, organizada a partir de significantes que a representam diante do desejo da família, dos pais – enfim, quando se situa no desejo do Outro. A partir dessas idéias, Rodolfo concebe o conceito de mito familiar (rede de significantes entrelaçados), por meio do qual circula o desejo constituinte do sujeito. Os significantes que constituem o mito familiar podem funcionar de duas maneiras: como significantes do Sujeito e como significantes Superegóticos. Estes não são antagônicos, uma vez que, toda a rede de significantes está entrelaçada e todos fazem parte do mesmo mito familiar. À criança cabe encontrar possibilidades de implantação na vida humana e “a única oportunidade que um sujeito tem é prender-se a um significante” (Rodolfo, 1990, p. 33). No início da vida a criança apóia-se nos significantes maternos para poder existir. Para se constituir como sujeito desejante, a criança precisa, além de extrair significantes do corpo materno, se apropriar destes, ressignificando-os de modo a torná-los seus próprios significantes - Significantes do Sujeito. São estes que irão representá-lo frente aos outros e ao mundo como um sujeito desejante. Este processo requer das figuras parentais certa disponibilidade para um movimento extrativo da criança, abdicando da

suposta plenitude experienciada na relação com seu bebê já que isto é condição básica para a constituição do sujeito: permitindo sua atuação sobre os significantes superegóicos de modo a transformá-los ou criá-los, tornando-os próprios. Para a criança, a saída de uma relação simbiótica requer um movimento de autonomia sobre seu próprio desejo, implicando também em perda dos benefícios vividos na relação de ilusão de complementaridade. Os significantes da criança retirados do mito familiar, se não ressignificados, podem manter-se fixados em significados previamente atribuídos, mantendo-se assim como Significantes do Superego. Em processo terapêutico, o que a criança precisará fazer é quebrar a hegemonia do discurso superegóico, e assim possibilitar que algo novo seja introduzido, a sua própria condição de sujeito diferenciado com valores, crenças e desejos próprios. Para Rodolfo, o brincar tem funções importantes nesse processo de constituição do sujeito. É através do brincar que a criança atua sobre os significantes que permeiam a sua constituição, ressignificando-os. O setting terapêutico ocupa aqui um lugar facilitador do processo de ressignificação. Nele o terapeuta infantil assume dupla função. Por um lado, atua como um Outro que se oferece ao esburacamento e de quem a criança precisa diferenciar-se. Por outro, procura direcionar seu olhar ao brincar da criança, atento ao modo como ela brinca e a que brinquedos escolhe. Segue tentando compreender a rede de mitos familiares da criança, qual o lugar da criança nessa rede, de que maneira a criança foi introduzida na rede de significantes e como ela atua sobre essa rede. A “escuta” e compreensão dessa rede de significantes é crucial para o processo psicoterápico, pois é a partir dela que o terapeuta direciona suas intervenções. É importante destacar que a “escuta” terapêutica não se limita aos aspectos verbais, pois os significantes também se apresentam sob a forma de ações semióticas. Mediante a análise do brincar, o tratamento psicanalítico busca possibilitar à criança conhecer, assumir e reconstruir a sua própria história dentro de sua rede de significantes, dando-lhes novos sentidos. A função do terapeuta seria então a de tentar restabelecer um movimento obstruído destes significantes, quebrando os círculos viciosos que se formam e possibilitando que eles voltem a “navegar” pela rede de significantes com a mobilidade que lhes é característica. Concluímos então que o tratamento psicanalítico com crianças é um caminho possível de ser trilhado. No entanto, não existe um caminho preestabelecido a ser seguido, mas um caminho a ser Construído e “Ressignificado” dentro da própria relação terapêutica.

**Palavras-chaves:** clínica infantil, ressignificação, significante

**Atividade: Inscrição, transgressão e Transmissão (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Inscrição, transgressão e transmissão

**Autor(es):** Marcilene Monteiro Doria

**Resumo:** É possível afirmar que é próprio do humano apoiar-se somente em traços, tanto os traços de memória, como os traços da escrita que formam a memória da civilização. A escrita supõe a linguagem, que separa definitivamente o homem da sua condição de animal natural. O presente trabalho busca abordar a função da escrita na determinação da posição do sujeito no contexto do mundo e na construção de uma marca identificatória como expressão do desejo que o habita. Esta operação, que é particularmente importante no momento adolescente, encontra na escrita dos diários íntimos e nas tatuagens, como escrita no corpo, uma via muito propícia de expressão. Podemos situar estas formas de escrita como um movimento não apenas transgressor, escrita íntima dos segredos ou o que se mostra como mancha, rasuras, marcas impressas na pele, mas também como movimento de elaboração que se processa no trabalho de luto pelo corpo e pelos ideais da infância e como uma forma e um instrumento para expressar a angústia diante das incertezas do amanhã. Concomitantemente este movimento vem a se constituir numa forma de inscrição simbólica, que se oferece a leitura e a um reconhecimento que possa vir a confirmar e/ou autorizar a posição do sujeito diante da singularidade do seu desejo. Para abordar este tema tomamos como referência o filme “O livro de cabeceira” do autor e diretor inglês Peter Greenaway, que nos oferece a bela metáfora do livro/corpo, pondo em cena o real da letra inscrita no corpo, lugar privilegiado das primeiras inscrições simbólicas. O filme, que transcorre em três tempos, infância, adolescência e maturidade, mostra de forma muito

poética a trajetória de Nagiko, uma jovem japonesa, que recebe do pai, desde os seus primeiros anos de vida a marca de sua criação e de sua progeneritura sob a forma de inscrições que ele pintava no rosto da menina, como um singular presente de aniversário. Assim podemos observar como estas primitivas inscrições vão determinar o corpo erógeno e vão se constituir na matéria prima que vai permitir o sujeito diferentes formas de nomear o desejo e fazer de modo singular sua inscrição na cultura. A trajetória de Nagiko, que se dá desde a sua posição de filha, isto é; de alguém que foi criada e de alguma forma destinada a uma certa situação, a um certo lugar no mundo, vai se empreender num percurso onde ela vai buscar por meio da escrita, resgatar a honra e o valor das insígnias paternas, para atingir depois na maturidade uma posição de mulher, de mãe e em fim uma posição de autoria, quando ela vai poder escrever a sua obra e fazer a transmissão para a filha das insígnias paternas e da tradição da família.

**Palavras-chaves:** escrita, corpo, desejo, transmissão

**Atividade: Violência, Culpa e Ato:**  
**(Cursos - 4hs)**

**Trabalho:** Violência, Culpa e Ato: aportes para uma discussão de causas e efeitos subjetivos

**Autor(es):** Henrique Carneiro

**Resumo:** Os pressupostos teóricos que estruturam o curso são: - Que a violência é efeito do enfraquecimento de limites discursivos que na atualidade, fomenta o ato de consumo como prioridade. - Que o ato de consumo suporta outros atos classificados como violentos dirigidos ao próximo. - Que a culpa do sujeito ao desenvolver este ato contra o próximo fica diminuída, na medida em que os mitos estruturantes dos limites estão desgastados e impossíveis de serem tomados como referência, dada a dinâmica substitutiva de investimento no consumo sem limites. Assim, autores como (Zizek, 2004) em sua obra “Violência em Acto”, dedica uma discussão que Lacan no seminário 17 (1969-70) apresenta, com a finalidade de destacar que “o que sucede na sociedade atual, com sua declinação do significante alvo e o surgimento do consumo é exatamente o oposto: o dado básico é a perda da identidade simbólica, o que Eric Santner chamou de “crise do investimento”, e o que percebemos como resultado desta perda é a condição de estar bombardeados com as formas e quinquilharias do gozo. (2004, pp. 118 e 119). Como esta questão ressoa diretamente na forma como o consumo se respalda, em uma lógica capitalista, então o que ressalta Zizek (2004) é que o capitalismo deve ser compreendido como um braço fundamental da dominação tecnológica, onde sua marca principal é o destaque da mais valia no funcionamento do sistema. Assim, a questão da violência em tempo de mais valia do gozo, que o sujeito sustenta na condição de consumidor, se articula diretamente com o que Freud (1930) ressalta no “Mal-Estar na Civilização”. Comparecem os pontos de contato entre a cultura e sujeito, permeado pela busca constante da felicidade e da tentativa de diminuição drástica do mal-estar. Neste interstício se deflagra a impossibilidade de que este movimento seja feito sem o acúmulo de efeitos sobre a subjetividade do cidadão. Com isso, o que destaca nesta lógica são as passagens ao ato, forma última de fazer valer uma inscrição subjetiva falida ou afetada por efeitos da supressão dos objetos sobre o corpo. Assim, altera o sentimento de culpa e o sujeito repete tanto passagens ao ato quanto imperativo for cada vez mais o discurso do consumo. Esta é a argumentação central do curso que se apóia ainda em uma ampla gama de autores e contribuições que serão discutidas durante a execução dos trabalhos. A metodologia utilizada será expositiva, sendo utilizada ainda a projeção de fragmentos centrais de textos para sustentar a lógica argumentativa indicadas nos pressupostos teóricos. Carga horária: 04 horas.

**Palavras-chaves:** Violência, Culpa, Ato, mito

**Atividade: Resiliência e redes sociais: uma articulação para o alcance da vida saudável**  
**(Paineis)**

**Trabalho:** Resiliência e redes sociais: uma articulação para o alcance da vida saudável

**Autor(es):** Nathalie Cunha Dias, Saidy Maciel

**Resumo:** O presente trabalho consiste em uma articulação teórica e prática decorrentes de atendimentos psicoterápicos em clínica escola, por meio de um estudo de caso, entre os conceitos de resiliência, redes sociais e vínculos familiares como um indicativo de vida saudável. A resiliência se caracteriza pela capacidade do ser humano responder de forma positiva a períodos de adversidades, depressões e estresse psicológico, demonstrando uma superação total ou parcial às situações de crise. Segundo Luthar e Cushing (1999), Masten (1999), Kaplan (1999) e Bernard (1999), é um processo dinâmico em que as influências do indivíduo e do ambiente estão em constante troca e interação permitindo que as pessoas se adaptem, de forma positiva, apesar das adversidades. As interações entre indivíduos e ambiente se dão em diferentes níveis de relações, a saber: no nível individual, familiar, comunitário (vinculado aos serviços sociais) e cultural (vinculado aos valores sociais) e é nesse sentido que a articulação com a rede social se faz importante e serve de indicativo para o desenvolvimento de qualidade de vida, principalmente quando os vínculos familiares se apresentam de forma precária, ou incluem fatores de risco não oferecendo condições favoráveis para que os membros da família possam se desenvolver de forma satisfatória. As redes sociais representam todas as relações significativas que um indivíduo estabelece em sua vida, comportando um potencial valioso para o exercício da solidariedade em situações diversas. O propósito deste trabalho constitui na apresentação de um estudo de caso, que promove um confronto entre manifestações de resiliência e o desenvolvimento de redes sociais frente a busca de amparo emocional, na medida em que os vínculos familiares do indivíduo estudado não se mostram suficientes. Sob a conclusão do caso, pode-se identificar que foi necessário uma mudança de paradigma acerca da percepção que a pessoa tinha de si mesma, como de alguém doente, sem recursos familiares e condições financeiras para se organizar e superar os problemas para a percepção de alguém que desenvolveu habilidades para enfrentar suas dificuldades, considerados por estudiosos como períodos críticos no estágio de desenvolvimento, tais como divórcio, o casamento da filha mais velha e uma doença diagnosticada por médicos como sendo incapacitante do ponto de vista mental. A mudança percebida pela cliente e pela equipe que trabalhou no caso foi positiva em todos os sentidos, porém, o fator indispensável que contribuiu para essa mudança foi a inclusão de serviços disponíveis na comunidade, sua inserção em atividades culturais e um trabalho clínico multiprofissional, nos quais a cliente pôde se amparar e desenvolver sentimentos de aceitação, proteção e segurança.

**Palavras-chaves:** Resiliência, redes-sociais, vínculos familiares

**Atividade: O DIAGNÓSTICO DAS PSICOPATOLOGIAS MAIS FREQUENTES EM ADOLESCENTES NA CIDADE DE ARACAJU (Paineis)**

**Trabalho: O DIAGNÓSTICO DAS PSICOPATOLOGIAS MAIS FREQUENTES EM ADOLESCENTES NA CIDADE DE ARACAJU**

**Autor(es):** Fayda Protásio

**Resumo:** Este artigo discorre sobre as psicopatologias que são encontradas com maior frequência na adolescência, diagnosticadas e acompanhadas por psicólogos e psiquiatras em Aracaju. Através da verificação dos quadros psicopatológicos dos adolescentes, somados a experiência dos profissionais que se tornaram sujeitos da pesquisa, foi possível definir um perfil dos adolescentes acometidos por tais doenças, tendo como objetivo superior avaliar como é eliciado o psicodiagnóstico e como os profissionais atuam para a categorização, perante cada psicopatologia específica. Em termos metodológicos, a pesquisa foi composta por um roteiro de entrevista semi-estruturado, um tipo de entrevista qualitativa onde o entrevistador possui de antemão algumas perguntas relacionadas ao tema que será pesquisado, porém deixa em aberto o espaço para que o entrevistado possa intervir durante a entrevista com questões que não estão propriamente escritas no roteiro, deixando o entrevistado livre para relatar algo que não tenha sido questionado. Composto os participantes da pesquisa, profissionais que trabalham com a abordagem psicanalítica, a mais de três anos nesta mesma cidade. Para isso, os

questionamentos feitos aos participantes propõem salientar também, um modelo da psicoterapia clínica recorrente e aplicada aos adolescentes na atualidade. Os resultados obtidos deram conta de provar que: - entre as respostas dos sujeitos entrevistados, o diagnóstico é estabelecido pelas primeiras entrevistas (preliminares) onde, o psicoterapeuta extrai dos seus pacientes subsídios que contestem os enfoques formadores do diagnóstico; - foi considerada a importância de avaliar as mudanças corporais, evolutivas e culturais na fase adolescência para que o diagnóstico seja bem estruturado na adolescência e não seja confundido com uma peculiaridade desta fase; a conhecida “psicopatologia da adolescência normal”; - domínio do diagnóstico da depressão em adolescentes seguidos por outros quadros patológicos: transtornos alimentares, distúrbios de conduta, drogatização, distúrbios de aprendizagem, TOC, psicoses, fobias e outros; - as causas mais comuns ao adoecimento são normalmente geradas por fatores psicogênicos, com ênfase nas estruturas familiares e sociais; - aliança terapêutica é estabelecida de acordo com o vínculo que surge na análise e com a utilização da transferência sendo que a confiança é um aspecto primordial na psicoterapia com o adolescente. Mediante resultados obtidos, a pesquisa demonstrou o seu compromisso social ao destacar para a classe de profissionais responsáveis pela saúde dos adolescentes, apontando os principais conflitos vividos por estes na atualidade, comprovando estratégias reais e eficazes para o tratamento dos mesmos, seguindo o aparato científico e prático da psicologia clínica em questão, privilegiando a saúde do adolescente e esclarecendo para os profissionais a cerca das doenças mentais que estão em evidência neste grupo social.

**Palavras-chaves:** adolescente, psicodiagnóstico, psicanálise, psicopatologia

**Atividade: A Sombra  
(Paineis)**

**Trabalho:** A Sombra: o mal nas Relações de Casais

**Autor(es):** Josele Pacheco Ávila, Patricia Peixinho Fiorindo, Caliandra Machado Pinheiro, Rita de Cássia Leite Pinto, Carlos Antônio São Paulo, Lívia Maria Moreira Paim

**Resumo:** Este trabalho surgiu da idéia de investigar o conceito de sombra, desenvolvido por Carl Gustav Jung, e a influência deste aspecto da personalidade nas relações humanas, mais especificamente nas relações de casais e em como homens e mulheres, de uma maneira geral, ao se relacionarem, projetam seus conteúdos inconscientes uns nos outros. Whitmont, um dos importantes autores da Psicologia Analítica, refere-se à sombra como a parte da personalidade que foi reprimida em benefício de um ego ideal. Desta forma, assim como qualquer outro conteúdo inconsciente, a sombra, geralmente é apreendida de forma indireta, visto que esta se manifesta através da projeção. O modo como homens e mulheres lidam com as próprias sombras e com a sombra e seus parceiros contribui fundamentalmente no desenvolvimento do relacionamento. Através de análise bibliográfica realizada a partir de alguns autores da abordagem da psicologia junguiana – Sanford, Whitmont, Hall, Stein, Zweig, Wolf e o próprio Jung - pudemos encontrar relações entre o conceito de sombra e outros conceitos fundamentais dentro da psicologia analítica, tais como: o ego, a persona, o Self e o grupamento pareado de anima e animus. Este último relacionando-se diretamente ao tema em questão por se tratar essencialmente de aspectos femininos e masculinos da personalidade, respectivamente no homem e na mulher, experimentados através de uma projeção no sexo oposto. Assim, num relacionamento íntimo não são apenas os egos dos parceiros que entram na combinação de psiques; são também as partes inconscientes e de modo muito importante, a anima e o animus. Quando os parceiros retiram suas projeções um do outro, o relacionamento amoroso chega num ponto crucial, ou o relacionamento termina e ambos os parceiros procuram novos relacionamentos e novos parceiros para, em busca do encaixe perfeito, desenvolverem novas projeções, ou o casal permanece junto, entram num relacionamento mais maduro, onde, como

dois indivíduos independentes, a relação é maior do que os dois parceiros, transcendendo, assim, seus egos individuais e suas sombras, funcionando como o que Zweig e Wolf chamam de Terceiro Corpo do relacionamento. A autenticidade entre ambos os parceiros se aprofunda e eles sentem um conforto e uma segurança mais palpáveis. Nosso objetivo, portanto, não é viver sem a projeção; esta seria uma tarefa impossível. Nós sempre vamos projetar automaticamente e naturalmente. Para melhor lidarmos com a projeção, precisamos enxergar continuamente através dela, procurando insights, e ao mesmo tempo permanecendo relacionados a outra pessoa como um ser humano de carne e osso.

**Palavras-chaves:** Psicoterapia analítica, relações de casal, sombra, Anima e Animus, Jung

**Atividade: Questões sobre Clínica e Política (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** É possível uma clínica da política?

**Autor(es):** Daniel Menezes Coelho

**Resumo:** Nossa fala se desenvolverá a partir da seguinte questão: o que a psicanálise, que sempre foi tomada como clínica do privado e do restrito, pode fazer no nível da política? Em primeiro lugar, devemos destacar que é falsa a crítica de que a clínica psicanalítica, no que ela se configurou desde Freud como uma clínica individual, nada tenha a ver com o âmbito político. Desde o início a psicanálise intervém no campo político. A obra de Freud conta com análises significantes no nível político, nas quais se tomam como objeto, mais ou menos declaradamente, desde a moral sexual civilizada causadora de neurose e prejuízo para indivíduo e sociedade, até intervenções preciosas acerca da guerra num debate com Einstein, passando pelo american way of life, pelo ideal do amor cristão, pela formação dos grupos, pelo mal-estar na cultura. Lacan, por sua vez, não se calou diante do levante de maio de 68, e severas discussões estão registradas nos seus seminários, entre ele e os estudantes rebelados. Quanto a Lacan, não podemos esquecer ainda da sua cisão com a IPA, e todo o debate eminentemente político que se monta a partir daí, no interior do campo psicanalítico. MD Magno, psicanalista carioca, aposta em uma Clínica Geral que estenda a postura de consultório à participação do analista nos mais diversos âmbitos. Ainda devemos citar, embora com reservas, as produções de um Wilhelm Reich, que sonhava com uma revolução sócio-sexual, ou Elizabeth Roudinesco, que aposta na psicanálise para fazer frente politicamente ao discurso médico-científico normatizador. No entanto, é preciso notar que, também, é raro o psicanalista que, na passagem do individual ao coletivo consiga manter-se psicanalista, ou seja, consiga manter-se na postura freudiana de neutralidade e indiferença (por isto entenda-se a manutenção da atenção flutuante como postura diante da fala seja do paciente no consultório, seja do mundo político). O que vemos mormente é a defesa de velhos ideais, mais ou menos próximos de um humanismo democrata, como foi visto nos ainda recentes Estados Gerais da Psicanálise, ou a adesão sem explicações nem escrúpulos a regimes de violenta repressão, como o caso Amílcar Lobo, motor do evento acima citado. Ambas as posturas, mais ou menos vestidas de linguajar psicanalítico no momento de sua postulação, a nosso ver, derrogam a postura clínica que a psicanálise, para existir como tal, necessita. Ao que parece, o psicanalista tem participado da política apesar de seu ofício, resguardando seu poder de intervenção analítica ao consultório privado. Assim, é preciso se perguntar também: é possível uma clínica da política? É possível atuar clinicamente (ou seja, a partir da postura de neutralidade que colhemos em Freud) no campo sujo, ao mesmo tempo (e necessariamente) corrupto e idealizado da política?

**Palavras-chaves:** Clínica, Política, Psicanálise

**Trabalho:** Psicanálise e política

**Autor(es):** Roberto Calazans

**Resumo:** Essa apresentação tem o objetivo de por em debate as relações entre a psicanálise e a política. É sabido que uma crítica comum feita à psicanálise, mas que nunca foi articulada em

um discurso demonstrativo, é de que ela não participa da vida política da cidade. Segundo essa crítica, a psicanálise é uma prática voltada tão somente ao indivíduo, configurando-se como uma clínica própria à esfera privada. O setting serve a um de cada vez, e lhe é resguardado o direito ao sigilo; importa a história pessoal e as condições familiares, e não o contexto histórico e as condições sociais e políticas. No entanto, se tomarmos como base alguns textos de nomes fundadores da análise tais como Sigmund Freud e Jacques Lacan, encontraremos posições políticas que derivam diretamente do ofício psicanalítico; se estes nomes não participaram da vida política no sentido de tomar partido entre uma ou outra proposta, era por que a psicanálise, ao se articular como discurso, propõe um novo laço social. O que temos, portanto, não é uma recusa defensiva à própria política, mas uma recusa lógica a uma certa política. Vemos isso principalmente no texto de Freud sobre o mal-estar na civilização e no seminário de Lacan sobre os discursos, mas é preciso apontar que ambos sempre estiveram atentos ao quadro político, e que suas intervenções aí são precisas e coerentes, mesmo que não tenham feito eco suficiente para serem reconhecidas. Assim, nossa proposta é demonstrar como podemos pensar a relação entre psicanálise e política no mundo contemporâneo. Tomaremos como fio condutor para pensar essa relação entre psicanálise e política a definição de política de Alain Badiou e de Slavoj Žižek, que afirmam que a política não é necessariamente o respeito à pluralidade de opiniões, mas a possibilidade de pensar e propor um corte em relação a certo estado de coisas. Seguiremos, a partir daí, em uma análise do que hoje é conhecido como proposta de avaliação das psicoterapias – movimento em prol da regulamentação das psicoterapias, incluindo aí a psicanálise, que tomou corpo principalmente na França – e demonstrar, a partir dos trabalhos de Jean-Claude Milner e de Jacques-Alain Miller em torno do tema, que essa proposta pretende justamente retirar da psicanálise sua dimensão de corte com um certo estado de coisas que são engendrados pelos conceitos de saúde e de bem-estar definidos pela Organização Mundial de Saúde, amordaçando então a psicanálise numa lógica que não é a sua. Para concluir, retomaremos a questão entre psicanálise e política com a afirmação de que a crítica à psicanálise de que ela não trata de política é, em verdade, ilusória, e que o debate em torno da avaliação das psicoterapias é a prova disso.

**Palavras-chaves:** Psicanálise, Clínica, Política

**Trabalho:** Sobre a formação do psicólogo clínico: questões políticas

**Autor(es):** Alessandro Gemino

**Resumo:** A formação do psicólogo clínico, circunscrita tanto pela “academia” quanto pelas chamadas “escolas de formação” centrou-se, desde suas origens, em uma otimização da relação entre teoria e prática. Nesse jogo, o “homem”, identificado a partir de sua psicopatologia preponderante, viu-se reduzido ao seu estado – normal ou patológico. O dia-a-dia, as condições de vida, o grau de mobilização social, enfim, o humano em sua complexa rede de relações sociais e culturais foi e ainda é representado no horizonte da psicologia clínica através do reconhecimento de suas projeções inconscientes, de sua inaptidão frente a luta cotidiana e de seus transtornos eficazmente identificados por psicólogos bem treinados nos diversos manuais de psicopatologia. Certamente, um clínico totalmente adaptado ao modo técnico-científico teria razão ao questionar a relevância do “social” nas questões individuais do sujeito – afinal, trata-se do “sujeito doente”. Outros saberes como a antropologia, as ciências sociais e mesmo a filosofia seriam, segundo aquele, os campos adequados para o tratamento de questões sociais. Sendo, portanto, um campo onde o que mostra são as “individualidades”, perguntar sobre os efeitos sociais dos tratamentos individuais seria mover-se em uma linha fronteiriça: natureza e cultura, público e privado, indivíduo e sociedade, conceitos opostos entre si e parceiros, pois delimitam as regiões de exploração do conhecimento. Nessa linha tênue, onde a responsabilidade social esbarra na fome de desejos individuais, a atuação do profissional que tem na clínica um ofício constante pode - se não deve - indagar sobre as implicações políticas de seu trabalho. Diante desse quadro, perguntamos: qual o lugar da política na formação do psicólogo clínico? Tradicionalmente, o profissional de psicologia que escolheu trabalhar com clínica sempre foi identificado como aquele que trata de questões relativas ao sujeito, problemas individuais que, mesmo remetidos ao conjugue, aos filhos ou aos pais, deveriam necessariamente dizer respeito a questões internas do próprio sujeito. Quanto ao estudo psicológico de questões sociais, estas



teriam seio na chamada psicologia social. A separação entre individual e social serviu de mote para legitimar a distinção entre os psicólogos clínicos e os psicólogos sociais. Mas, essa dicotomia seria originária? Seria ela uma versão moderna da antiga distinção entre público e privado? Neste trabalho é proposto uma reflexão sobre o lugar da política na formação do psicólogo clínico. Uma breve caracterização da compreensão usual da prática clínica. é delineada inicialmente. Em seguida, com base nas considerações propostas pela filósofa alemã Hannah Arendt, faz-se algumas reflexões sobre a essência da política. Por fim uma articulação entre a formação do clínico e a política é apresentada, ressaltando suas possibilidades e limites.

**Palavras-chaves:** política, psicologia clínica, formação profissional

**Atividade: A perspectiva fenomenológico-existencial e as relações afetivas: um enfoque clínico (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** A clínica fenomenológica e as relações amorosas no contemporâneo

**Autor(es):** Alessandro Gemino

**Resumo:** No trabalho clínico atual, grande parte das demandas tem como tema as relações amorosas. De "E o vento levou" às esculturas de Rodin, passando pelos romances famosos e secretos, privados ou públicos, as relações amorosas sempre fizeram parte do cotidiano moderno. Como fenômeno já demasiadamente inflacionado, refletir sobre as relações amorosas requer de início cuidar dos passos a serem dados sob o risco de afogamento no oceano de manifestações humanas dedicadas a esse tema. Aqui, o que se quer é abordar as relações amorosas no contexto contemporâneo, rápido, virtual, efêmero, onde o triunfo da tecnologia e o fracasso diplomático giram em torno do fluxo contínuo e autonomizado de informações. Sendo uma fonte de demanda comum no trabalho do psicólogo clínico, cabe-nos contribuir com argumentos que auxiliem na elucidação do sentido das relações amorosas na contemporaneidade e como elas aparecem no trabalho do psicoterapeuta. Se considerarmos que o fenômeno em questão não pode ser "objetivado" tão facilmente - se é que pode - então o rótulo de "pesquisa científica" torna-se desprovido de significado. É como fenômeno existencial que tratamos dessa questão. Embora nem sempre de modo explícito, as relações amorosas têm adquirido cada vez mais o caráter de fugacidade e descartabilidade. Neste trabalho, ensaiamos uma contribuição para melhor compreender esse caráter das relações no contemporâneo e uma reflexão sobre o papel da clínica psicoterápica no auxílio daqueles que, em maior ou menor grau, experienciam as relações amorosas como fonte de sofrimento. O momento da paixão, o congelamento da relação ao longo do tempo e a possibilidade de re-criar o sentido da relação serão vistos aqui a partir de um enfoque fenomenológico, visando, principalmente, esclarecer sobre as possibilidades e limites que a clínica psicoterápica tem no acompanhamento desses processos existenciais. Recorremos à noção de "amor líquido", nomeada por Zigmund Baumann, para exemplificar as relações românticas na contemporaneidade e pensar de que modo a clínica psicoterápica pode contribuir para a sua tematização e compreensão. Como horizonte de sentido de nossa empreitada, e já eliminando qualquer pretensão de "controle" do "objeto" em questão, é no exercício fenomenológico que encontramos o guia para essas reflexões. Assim, uma brevíssima introdução à fenomenologia e à clínica psicoterápica constituirá o momento inicial de nossa meditação. Em seguida, tendo como guia percursos da cotidianidade mediana do contemporâneo, observados através dos relatos clínicos, uma reflexão sobre algumas características comuns dos relacionamentos amorosos é apresentada. Neste sentido, é importante ressaltar que serão as restrições e descaminhos, que levam pessoas e casais ao espaço da clínica psicoterápica, o foco desta reflexão. Por fim, discutiremos como a psicoterapia de inspiração fenomenológica pode contribuir para uma melhor compreensão dessas questões.

**Palavras-chaves:** clínica psicoterápica, fenomenologia, relações amorosas

**Trabalho:** Contraposição entre encontro afetivo e transferência

**Autor(es):** Jadir Machado Lessa

**Resumo:** Nesse texto o autor faz a contraposição entre as duas idéias fundamentais da psicoterapia existencial e da psicanálise freudiana: os conceitos de encontro e de transferência; faz uma análise comparativa entre esses dois modos do psicoterapeuta compreender/explicar seu relacionamento com o paciente, valorizando a idéia de encontro ou de contato, que se dá aqui e agora e caracterizando a transferência como distorção do contato e evitação do encontro; apresenta uma síntese da concepção relacional da idéia de eu desenvolvida por Martin Buber no livro "Eu-tu", que se consagrou como uma verdadeira filosofia do encontro; e define o homem, não como unidade isolada que se destaca da massa para isolar-se no mundo intrapsíquico, mas como aquele que é fruto dos encontros com pessoas e coisas. O autor afirma que a psicoterapia existencial não se propõe a fazer acréscimo ou revisão da psicanálise, mas se apresenta como uma outra maneira de conceber e de compreender o ser humano. Tal maneira prioriza o aspecto concreto da existência, afastando-se das concepções teóricas que são muitas vezes abstratas e distantes da realidade do paciente. É, além de tudo, uma tentativa de modificar as formulações sobre o homem, de modo que a psicologia possa ter acesso a uma visão mais próxima da realidade existencial do ser humano. Segundo Rollo May a noção de transferência não valoriza o contato, mas sim o aspecto individual da fantasia que determinado indivíduo tem do outro, o que caracteriza mais uma posição solipsista do que uma experiência relacional. Na transferência, a prioridade na relação com o outro não é o encontro ou o contato com a alteridade, e sim a projeção no outro de padrões arcaicos ou da fantasia de padrões estabelecidos na infância, onde o outro é menos uma experiência de contato e mais uma tela onde é feita uma projeção. Para esse conceito de transferência, os contatos considerados importantes e significativos seriam apenas aqueles que se deram na infância, onde tais padrões foram se constituindo. O principal objetivo da relação transferencial seria identificar e trabalhar o aparecimento da repetição desses padrões, quando projetados no psicoterapeuta. A perspectiva existencial valoriza o encontro no aqui e agora, em que o outro comparece com sua alteridade própria, afetando e sendo afetado, e não apenas enquanto uma representação. Com essa afirmação não se quer dizer que no contato não haja projeção nem a possibilidade da transferência, mas sim que a projeção e a transferência aparecem apenas como elementos componentes do contato, mas não que o contato possa ser reduzido exclusivamente a projeção e a transferência.

**Palavras-chaves:** encontro, transferência, psicoterapia

**Trabalho:** A SOLIDÃO NAS RELAÇÕES AFETIVAS DO CONTEMPORÂNEO

**Autor(es):** Crisóstomo Lima Nascimento

**Resumo:** Tendo em vista que a solidão é uma das queixas mais correntes nos dias de hoje pretendemos aqui compreender o sentido desse sentimento que é hoje um dos grandes males da modernidade, traçando um caminho com base na filosofia existencial de Heidegger.

Queremos refletir acerca do modo como se estabelecem as relações atualmente, enfocando o tema da solidão a partir da noção de "cuidado" (Sorge) conforme desenvolvida pelo filósofo alemão Martin Heidegger em sua analítica da existência que, em seu sentido ontológico, é condição de possibilidade destes modos de relação contemporâneos sobretudo, a solidão. A designação do ser do Dasein como "cuidado" é um desenvolvimento integrador da multiplicidade estrutural que a análise fenomenológica do "ser-no-mundo" revela em Ser e Tempo. Por não ser nenhuma "substância" ou "ser-simplesmente-dado", o Dasein se dá sempre "no-mundo", numa estrutura de significância, num contexto de relações. O cuidado é a condição de possibilidade de tudo que entendemos por relacionar-se, e também do não relacionar-se, da solidão. Isto porque mesmo a solidão, percebida em geral como isolamento, não exclui a comunidade, mas, ao contrário, a pressupõe. O ente que é segundo o modo de "ser-no-mundo", não é encerrado em si mesmo, numa interioridade psíquica, estando sempre num contexto relacional. Ainda que esteja no isolamento, é "ser-com". É nesse ser-no-mundo-com-os-outros que aparece o sentido como desvelamento dos entes que lhe vêm ao encontro. A solidão então é uma forma de comunidade, aqui compreendida não como um grupo de indivíduos dotados de um psiquismo privado e encapsulado, apartado do mundo. Pelo contrário, basta olhar para o que somos e como somos, enquanto homens, para nos descobirmos desde o início em presença dos outros, que

nos aparecem sempre como nossos semelhantes. Existimos somente nesta abertura para a presença e significabilidade de tudo que nos vem ao encontro. Existimos somente nesta abertura para presença de tudo que nos vem ao encontro. Abertura pela qual o mundo se desvela.

Sendo assim, o ser-com é uma dimensão ontológica constitutiva do Dasein enquanto tal. Cada Dasein já é sempre no-mundo-com-o-outro e o modo mais próprio de ser si-mesmo não exclui, mas implica obrigatoriamente algum modo específico de ser-com. A compreensão da solidão não se reduz, portanto, jamais à questão de afastamento, presença ou proximidade. Ao contrário, essas somente são possíveis enquanto desdobramentos temáticos da pré-compreensão do outro em que já sempre se encontra o Dasein segundo seu modo de ser-no-mundo. Tal colocação é fundamental, pois desloca a questão da solidão do âmbito do estar ou não sozinho para aquele da existência, em que está sempre em jogo o próprio ser do homem. Deste modo a solidão faz parte do existir do homem. Podemos entender a solidão como condição inalienável da existência pela qual respondemos por nós mesmos. Queremos construir um espaço de meditação onde se reconhecendo onde ele se encontra o cliente possa habitar o paradoxo da existência, tematizando suas experiências e, vislumbrar, a partir da relação terapêutica, outras possibilidades de ser-no-mundo.

**Palavras-chaves:** solidão, filosofia existencial, Heidegger

**Atividade: Saúde e espiritualidade:  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Saúde e espiritualidade: discussões da prática psicoterápica

**Autor(es):** Thiago Sousa Felix, Mariana Maia Pinheiro Abreu, Gisneide Nunes Ervedosa, Carlos Irineu Granja Costa, Pavla Martins de Martins

**Resumo:** Articula-se aqui alguns conceitos fundamentais para a pesquisa “Espiritualidade e Prática Clínica: uma comparação crítica entre as formas de intervenção das abordagens psicoterápicas”, pesquisa esta vinculada à Vice-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Como o título indica tem-se como objetivo geral compreender o fenômeno da espiritualidade na clínica psicoterápica sob o olhar das diversas abordagens psicológicas. Também busca-se produzir saberes que sejam funcionais para os profissionais da área de saúde, notadamente, os da saúde mental sobre a relação entre espiritualidade e bem-estar que nos é apresentada em alguns estudos recentes. Entende-se, assim, a espiritualidade como um fenômeno que suplanta as práticas e manifestações religiosas e ritualísticas as quais estamos condicionados a pensar; podendo estar presente no sujeito mais cético e objetivo. Quanto à metodologia utilizada, a maioria dos estudos têm adotado os procedimentos quantitativos, por favorecerem quantificações precisas, possibilitando explicações mais objetivas sobre o objeto de estudo permitindo verificar relações entre as variáveis. Entretanto, vários autores vêm reclamando por modelos teórico-metodológicos mais compreensivos, por uma metodologia qualitativa. Ao possibilitar a descrição da experiência espiritual e, portanto, a apreensão de um conceito processual de religião/espiritualidade, essa perspectiva metodológica poderia ajudar também na discussão dos resultados. Procede-se com a entrevista semi-estruturada e aplicação de questionário entre os usuários, estagiários e supervisores de clínica do Serviço de Psicologia Aplicada da UNIFOR. A escolha desses ocorreu de forma aleatória, dentro dos padrões do Comitê de Ética vigente e entre os envolvidos com as abordagens estudadas no primeiro momento da pesquisa quais sejam: a psicanálise, o behaviorismo, a psicologia humanista e a psicologia junguiana. No momento posterior a análise final dos dados coletados nas entrevistas, apresentar-se-á os resultados quantitativos ficando aqui com seleções da revisão bibliográfica. A espiritualidade tem sua validade questionada não só no universo científico, mas em todos os espaços onde o homem incorpora uma postura consumista nesse mundo de mercado. Assim, a espiritualidade é questionada não só entre os cientistas, notadamente os psicólogos, mas também entre os diversos setores da sociedade que

não vislumbram a espiritualidade como meta de vida ao tempo que negam as próprias experiências do gênero, criando, mal-estar psíquico e doença mental. Constatase ainda que o diálogo entre ciência e espiritualidade é crescente e está se desenvolvendo não só em grupos de estudo, pesquisas acadêmicas e publicações científicas, como também ganha destaque em publicações da mídia eletrônica e impressa vigentes no Brasil, Estados Unidos e Europa.

**Palavras-chaves:** Espiritualidade, Saúde Mental, Prática da psicologia, Bem-estar psíquico

**Atividade: (Re)situando a intervenção nas psicoses a partir do questionamento diagnóstico e sua compreensão através do contexto psicoterápico. Um estudo de caso. (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** (Re)situando a intervenção nas psicoses a partir do questionamento diagnóstico e sua compreensão através do contexto psicoterápico. Um estudo de caso.

**Autor(es):** Raquel de Paiva Mano, Ileno Izídio da Costa

**Resumo:** “A psicose sublinha de forma acentuada a perda de algo que desde sempre o homem temeu perder – a razão” (Olié, 1996). Pretende-se neste trabalho fazer uma reflexão primeira sobre o percurso evolutivo dos processos psicodinâmicos de um quadro psicótico e a evolução alcançada da funcionalidade de uma pessoa diagnosticada como “esquizofrênica”. O caso “Maria”, nome fictício que daremos a paciente, nos remete a uma elaboração sobre seus primeiros pródromos, comportamentos e atuações pelos quais assumiu durante vários anos da sua vida. Com a terapia familiar, sabemos que as relações familiares, assim como os discursos dos pais, se apresentam como estruturantes do inconsciente do sujeito, designando os papéis a serem cumpridos no contexto da dinâmica familiar, como por exemplo, o de funcionar como um psicótico. Benoit (1994), um dos conhecidos teóricos da área, entende que as estruturas e os destinos dos membros familiares são vinculados aos padrões das famílias através de lealdade, delegações, méritos, legados, segredos, mitos e projeções. Na família, portanto, existem conteúdos que perpassam as gerações, dentre estes podemos destacar as “lealdades invisíveis”. Estas se referem à existência de expectativas diante das quais todas as pessoas assumem determinados compromissos, estabelecendo conexões firmes entre as gerações passadas e futuras (Borzormenyi-Nagy & Spark, 1973). Maria apresentou seus primeiros sinais de sofrimento psíquico desde muito cedo, porém a sua primeira crise psíquica grave ocorreu entre os doze e treze anos de idade. Filha única do primeiro casamento apresentava sérios conflitos na relação com a mãe, tendo sido considerada como uma “criança difícil”. A sua dinâmica familiar envolve aspectos de desorganização paterno-materna expresso em sentimentos como culpa e ausência de cuidados e atenção. Winnicott (1952), importante psicanalista, aqui nos ajuda ao afirmar que quando o ambiente não consegue ocultar ou resolver as distorções do desenvolvimento emocional, leva-se a criança a organizar-se em torno de uma linha de defesa que se torna reconhecível como uma entidade patológica. A partir do discurso de Maria sobre a sua infância, podemos refletir sobre o termo “mãe suficientemente boa e da adaptação suficientemente boa do ambiente” que segundo Winnicott produzem as distorções psicóticas do conjunto ambiente-indivíduo. Aos vinte e um anos ela ingressou numa “missão religiosa” com o objetivo de desenvolver o seu “chamado missionário”. Nesse período vivenciou intensos sofrimentos causados por pressões psicológicas envolvendo a sua sexualidade. Casada e atualmente com dois filhos, retornou a casa dos pais com sérios problemas de saúde física e mental. No início do processo psicoterápico Maria apresentava alucinações visuais e auditivas e também surtos que aconteciam geralmente de três a quatro vezes por semana, envolvendo auto-agressões, agressões aos filhos e aos pais, desmaios e tentativas de suicídio, que em algumas situações culminava em um estado catatônico. O processo psicoterápico iniciou-se em setembro de 2006 e permanece até a presente data. Desde o primeiro contato com Maria a atribuição do seu diagnóstico foi questionada. Em meio a manifestações do tipo alucinatórias e crises psíquicas em pleno consultório, ela apresentava uma clara consciência da sua situação e transmitia fortes indícios de sanidade e força interior. A intervenção psicoterápica vem buscando resgatar uma nova possibilidade de atuação e forma de se situar na vida. Maria se encontra em recuperação, desenvolvendo potencialidades antes ignoradas e desmistificando “legados” estabelecidos. No

âmbito da perturbação psicótica propomo-nos expor, sob as perspectivas psicodinâmica e relacional, o percurso evolutivo de uma paciente inicialmente diagnosticada com “esquizofrênica”, demonstrando esta evolução através de excertos do processo psicoterápico. Nesse contexto o presente trabalho pretende fundamentalmente salientar a metodologia de investigação utilizada, através da análise do estudo de caso. Por fim serão tecidas algumas considerações que, embora não assumam um caráter conclusivo, pretendem levantar algumas problematizações sobre a atribuição do diagnóstico e suas possíveis conseqüências na vida do sujeito, nas relações familiares e no processo psicoterápico.

**Palavras-chaves:** psicoses, diagnóstico, psicoterápico

**Atividade:** Programa de Habilidades sociais educativas para pais de crianças deficientes visuais: avaliação e discussão dos efeitos e relevância do programa e dos procedimentos de generalização propostos. (Comunicações Científicas)

**Trabalho:** Programa de Habilidades sociais educativas para pais de crianças deficientes visuais: avaliação e discussão dos efeitos e relevância do programa e dos procedimentos de generalização propostos.

**Autor(es):** Maura Gloria de Freitas, Zilda A. P. Del Prette, Fernanda Nogueira Gongora

**Resumo:** Estudos com crianças deficientes visuais têm destacado o relevante papel dos pais para o seu pleno desenvolvimento motor, cognitivo e socioafetivo, mas também indicam que, com relação à deficiência visual, os déficits sociais destas crianças estão mais relacionados à ausência de oportunidades para interagirem de maneira estimulante do que à deficiência propriamente dita. A literatura também aponta que comportamentos dos pais como medo, insegurança, superproteção e desempenhos sociais deficitários, podem interferir, de forma negativa, no aprendizado de repertórios sociais indispensáveis para as interações da criança com colegas e com outros adultos significativos em sua vida. Assim, é possível que ensinando habilidades sociais aos pais e/ou aperfeiçoando-as para planejarem e conduzirem práticas educativas habilidosas e pertinentes às necessidades do filho, eles se tornem hábeis na promoção de desenvolvimento e aprendizagem propiciando ao filho deficiente visual um desempenho social satisfatório e autonomia para viver. A literatura também tem apontado de maneira crítica, porém consistente, que muitos programas que visam ensinar comportamentos de habilidades sociais não têm conseguido demonstrar a generalização e a manutenção desses comportamentos. Uma das razões que tem sido apontada por diversos autores para esta dificuldade é a falha no planejamento da generalização dos comportamentos-alvo aprendidos. Portanto, esse estudo pretende abordar dois aspectos importantes. Com relação ao programa para ensinar habilidades sociais a pais de crianças deficientes visuais, avaliar seus efeitos (validade social, validade interna, validade externa e generalização) sobre o repertório de habilidades sociais cotidianas e habilidades sociais educativas destes e sobre o desempenho social dos filhos (habilidades sociais e problemas de comportamento) incluindo-se atividades de vida diária (AVDs) e com relação a generalização dos aprendizados, discutir a importância, para a consistência de programas de habilidades sociais, de considerar-se a generalização como uma etapa que requer estudo e planejamento nesse modelo de intervenção. Para o seu desenvolvimento, participaram 18 crianças e suas mães, divididas em um grupo experimental e um grupo controle. O repertório social das crianças e das mães foi avaliado nas fases de pré-intervenção, pós-intervenção e seguimento e constou de medidas comportamentais indiretas e diretas para sua efetivação. Os resultados indicaram que o desempenho social das crianças deficientes visuais era mais deficitário do que o de crianças videntes em várias habilidades sociais avaliadas. Essas diferenças de desempenho diminuíram ou foram superadas quando suas mães aprenderam formas mais efetivas de ensinarem seus filhos. Esse resultado demonstra que a sistematização de programas para ensinar habilidades sociais educativas a pais e educadores em geral é uma proposta relevante de intervenção para a promoção de habilidades sociais de seus filhos. Com relação a validade do programa, além dos novos comportamentos aprendidos na situação de treino, serão discutidos também os efeitos, em termos de

generalização e manutenção, desses comportamentos tanto para contextos discriminadamente diferentes quanto ao longo do tempo. Considera-se também, que os resultados obtidos subsidiem ações mais efetivas, com detalhamento e refinamento propostas de programas de habilidades sociais que permitam orientar outros pesquisadores e profissionais da Psicologia, da Saúde e da Educação no planejamento de ações educativas em diferentes contextos e com diferentes demandas de população.

**Palavras-chaves:** Habilidades Sociais, Crianças, Deficientes Visuais

**Atividade: Técnicas Projetivas e Psicoterapia Psicanalítica (Cursos - 4hs)**

**Trabalho:** Técnicas Projetivas e Psicoterapia Psicanalítica

**Autor(es):** Jussára Cristina Van De Velde Vieira Silva

**Resumo:** Técnicas Projetivas e Psicoterapia Psicanalítica: construindo uma compreensão sobre o sistema vincular no diagnóstico. Propõe-se neste curso discutir a formação do pensamento clínico e a importância do diagnóstico psicodinâmico como elemento especial no trabalho psicológico. Os momentos iniciais do processo devem abranger algo a mais que as técnicas de entrevista e procedimentos de uso exclusivo do psicólogo. A investigação dos aspectos conscientes, inconscientes e latentes do paciente que busca ajuda pode ser melhorada com a administração de técnicas projetivas. As modalidades expressivas e pictóricas possibilitam o acesso ao mundo inconsciente e avaliação destes mecanismos na realidade. O fenômeno da transferência instalado e observado em diferentes momentos do encontro terapêutico enriquece a dupla de trabalho. O sistema vincular que o paciente estabelece com os seus objetos e sua compreensão é de fundamental importância para a escolha da abordagem e técnicas da psicoterapia psicanalítica. O exercício do pensamento indutivo-dedutivo do profissional e suas aplicações na condução do período diagnóstico podem determinar o sucesso do tratamento. Selecionamos para este importante evento a discussão de um caso clínico que ilustra algumas das aplicações e desenvolvimentos na prática clínica com o Teste de Relações Objetivas de Phillipson (TRO). Como auxiliar diagnóstico preenche as condições pertinentes à projeção de qualidades significativas e relativamente constantes da personalidade. O pensamento clínico induzido pelas respostas e análise da história do caso e entrevista garante constante testagem e retestagem afastando a subjetividade na inferência dos dados. Publicações recentes de pesquisas brasileiras com o uso deste instrumento apresentam resultados interessantes com diferentes amostras e em diferentes contextos. Grupos de pacientes usuários da oferta institucional puderam se beneficiar com ajustes das técnicas de psicoterapia psicanalítica, de consulta terapêutica, no método de psicodiagnóstico interventivo. Na interface da área educacional e clínica bem como no planejamento de atendimento a adolescentes e crianças a eficácia do instrumento ficou revelada pelas possibilidades de melhor compreensão abreviando o processo de conhecimento terapeuta-paciente. Phillipson (1955) elaborou o teste composto de 13 lâminas, distribuídas em três séries, A, B e C com 1, 2, 3 e grupo de personagens; acrescenta uma lâmina Branca (semelhante ao TAT) sendo a última a ser apresentada. O instrumento se coloca entre o Rorschach e o TAT. Privilegia as relações interpessoais como sendo o núcleo das relações objetivas no presente, explorando o conteúdo de realidade e o clima emocional que evocam, na relação transferencial, diferentes tipos e níveis de sentimentos. A principal vantagem do teste se refere à fundamentação teórica baseada na teoria das Relações de Objeto de Melanie Klein. Contribuições de autores pós-freudianos têm enriquecido a interpretação dos resultados ao Teste de Phillipson. Este curso se propõe a: 1. discutir a importância do uso de técnicas projetivas no trabalho clínico; 2. valorizar o encontro paciente-terapeuta organizando os fenômenos intersubjetivos; 3. aplicar as principais contribuições da teoria das Relações de Objeto de Melanie Klein, norteando a interpretação das respostas frente às lâminas do TRO; 4. melhorar a indicação de psicoterapia; 5. incentivar a pesquisa, os registros diagnósticos e categorizar as evoluções de pacientes em psicoterapia de orientação psicanalítica, ATENDENDO ao Código de Ética e à Resolução 03/2003 do Conselho Federal de Psicologia (Testes projetivos: requisitos C1 a C5, pgs 7 e 8). Por meio de exposição dialogada, exame de material clínico e suporte didático, será oferecida uma visão geral do instrumento; forma de aplicação; registro das respostas;

manejo do inquérito e preparo para o registro do Sistema Tensional Inconsciente Dominante (STID). Especial atenção será dada aos quatro índices de favorabilidade diagnóstica; exame do Equilíbrio Adaptativo do Ego na escala ordinal (STID) segundo Phillipson (1955) e escala de 7 pontos (Rosa, 1988; 1995;2005).

**Palavras-chaves:** Teste projetivo, psicodiagnóstico, psicanálise

**Atividade: A psicanálise e a clínica da atenção psicossocial: novos desafios (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Uma proposta da psicanálise para o trabalho coletivo nos CAPS

**Autor(es):** Ana Cristina Costa de Figueiredo, DORIS RANGEL DIOGO

**Resumo:** Considerando que a psicanálise se dissemina entre as práticas da atenção psicossocial a partir da presença do psicanalista, mas não exclusivamente dele, deve haver aí a instalação de uma transferência com a psicanálise, uma referência a Freud em seus princípios mais do que seus conceitos. Dito de outro modo a partir de Lacan seria algo que remeta mais ao discurso do analista como operador do que ao discurso do mestre (a própria instituição em suas normas e regras de funcionamento) ou ao discurso universitário (o saber estabelecido como referência e agente das intervenções). A partir dessas premissas, trata-se de construir a 'transferência de trabalho' no coletivo ao invés do já banalizado modelo multi ou interdisciplinar. No que diz respeito ao 'saber', este seria mais suposto ao sujeito ('clínica do sujeito' no coletivo) do que suposto ao técnico numa coleção de saberes adquiridos (interdisciplinar). A concepção do coletivo como não-todo difere do modelo coletivista democratista da maioria simples ou de 'todos' num 'todo'; o manejo do gozo como recurso clínico difere do modelo pedagógico da reeducação do sujeito; a construção coletiva do caso na perspectiva dos elementos dados pelo sujeito difere do estudo de caso que supõe uma conjunção de saberes médico-psicológicos sobre o sujeito; e a sustentação do sintoma na via indicada pelo sujeito difere da dissociação entre sintoma e sujeito mais presente na psiquiatria. Em suma: consentir a se situar do lado do não-todo, do não fálico; interrogar a partir de um lugar estratégico de não-saber, colocando o saber estabelecido em reserva; buscar recolher a posição do sujeito diante do Outro; circunscrever e tratar uma parte do gozo intratável que emerge nas psicoses, são as principais indicações do modo de operar no um a um e no coletivo da atenção psicossocial a partir da psicanálise. Nessa perspectiva, há problemas importantes, e ao mesmo tempo corriqueiros e cotidianos, que devem ser manejados, sob pena de não se conseguir avançar no trabalho em equipe. Entre eles encontramos a pregnância do imaginário nas relações entre profissionais de diferentes formações, que valoriza as pequenas diferenças individuais e trabalha a favor do que Freud chamou de "narcisismo das pequenas diferenças" que pode causar grandes danos; além disso, há o corporativismo, um correlato desse narcisismo, que é inimigo do trabalho conjunto entre diferentes profissionais; há também a tendência, que às vezes beira a compulsão, de reeducar e infantilizar o sujeito através de preceitos normativos de comportamento que vão além do necessário para o bom funcionamento da instituição e ignoram a singularidade de cada caso; o tratamento ainda é centrado na figura do médico e/ou da medicação; e, finalmente, o especialismo arraigado por um lado, e a implosão das especialidades por outro, são armadilhas que geram confrontos na equipe em ambos os casos. A supervisão tem uma função princeps nos CAPS que é a de garantir e legitimar o trabalho coletivo na equipe sem perder a dimensão do um a um nas intervenções, pois cada profissional responde por seus atos e, ao mesmo tempo, a responsabilidade é compartilhada. As ações devem caminhar na direção da transferência de trabalho, sustentando a construção coletiva do caso e manejando as inevitáveis pregnâncias imaginárias no trabalho cotidiano da atenção psicossocial.

**Palavras-chaves:** Atenção Psicossocial, Psicanálise, Trabalho em equipe, Função da supervisão

**Trabalho:** Os desafios da clínica na atenção psicossocial

**Autor(es):** Doris Luz Rinaldi, Daniela Bursztyn

**Resumo:** A reforma psiquiátrica, ao colocar em questão a hegemonia do saber médico-psiquiátrico sobre o tratamento das psicoses e neuroses graves na assistência pública, abriu espaço para a construção de novas formas de abordar o sofrimento psíquico, através da conjugação de diferentes saberes e práticas. Em particular nos novos dispositivos de atenção criados a partir da reforma psiquiátrica brasileira, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), observamos os desafios e impasses lançados aos profissionais no trabalho clínico que se desenvolve nesse campo. Nosso interesse é discutir essa clínica, levando em conta a pluralidade de dispositivos presentes no cotidiano da atenção psicossocial, onde destacamos o dispositivo médico – psiquiátrico, os dispositivos de atenção psicossocial trazidos pela reforma e o dispositivo psicanalítico. A partir da apresentação de algumas experiências de trabalho nos CAPS, discutiremos os desafios que se colocam ao psicanalista inserido na assistência pública, que derivam não apenas das condições em que exerce o seu trabalho, na convivência com "muitos", seja do lado dos profissionais que compõem a equipe, seja do lado dos sujeitos assistidos e seus familiares, mas principalmente do real da clínica que impõe sempre respostas novas que dêem lugar ao sujeito, a partir de uma postura ética pautada pelo desejo e pelo respeito à diferença. Na pesquisa que desenvolvemos no Programa de Pós-graduação em Psicanálise na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, procuramos analisar o lugar da clínica no conjunto das ações institucionais, assim como discutir as diferentes abordagens clínicas em jogo no trabalho dos CAPS. Para avançar nessa discussão não podemos deixar de levar em conta a importância que o discurso médico ainda ocupa na configuração desses serviços, pelo poder que tem esse discurso de modo geral na cultura, assim como as novas propostas da reforma psiquiátrica que enfatizam a atenção psicossocial, na perspectiva de reinserção social e da luta pela cidadania. Neste quadro, a pergunta que fazemos é: de que discurso se retira os referenciais que orientam o trabalho, diante da pluralidade de formações que contem o quadro de profissionais nesse serviço de saúde mental e da pluralidade de perspectivas adotadas? Qual o lugar que o discurso analítico ocupa na construção de novos dispositivos clínicos? Nesta última perspectiva a clínica é concebida não como lugar de aplicação de saber, mas de sua produção, isto é, como um campo virtual de construção de discursos, que possibilitam aprender sobre a estrutura e as soluções que ela encontra para si mesma, na abertura de espaços que propiciem a emergência do sujeito.

**Palavras-chaves:** Atenção Psicossocial, Psicanálise, Clínica do sujeito

**Trabalho:** O encontro com o psicanalista na clínica da atenção psicossocial

**Autor(es):** Andréa Máris Campos Guerra

**Resumo:** Um dos atuais desafios da clínica da atenção psicossocial é o risco da cronificação na assistência dos serviços abertos e substitutivos. Pretendemos discutir, a partir da psicanálise aplicada num caso de psicose em tratamento na rede de Saúde Mental (em Betim/Minas Gerais), estratégias clínicas para o enfrentamento dessa questão. O que atualmente denominamos Psicanálise Pura ou Psicanálise em Intensão (no sentido de intensidade, intenso) diz respeito à formação do analista, à Psicanálise que produz, ao final de uma análise, um psicanalista. Diferentemente da Psicanálise Aplicada ou em Extensão, uma de suas conseqüências, que não possui essa exigência. Trata-se antes de uma aplicação da Psicanálise a certos campos sociais, os campos do mal-estar na civilização onde os fundamentos da psicanálise estão aplicados. Trata-se do mesmo processo, do mesmo dispositivo, dos mesmos fundamentos, mas a finalidade muda. À medida que se aplica a Psicanálise às instituições pode se produzir o efeito inverso. Ao invés de se produzir um objeto novo, o psicanalista, como a psicanálise pura, a psicanálise aplicada retornaria sobre a teoria e a clínica psicanalíticas, delineando com mais clareza o que é uma psicanálise. Ora, a psicanálise aplicada ao tratamento da psicose já de saída se depara com um obstáculo. Ela acontece numa situação na qual a transferência, enquanto estratégia, teria que ser reconsiderada, pois de saída ela coloca questões ao próprio método psicanalítico. Além disso, sabemos também que os fenômenos psicóticos, dentro do tratamento possível oferecido pela orientação psicanalítica, não são passíveis de interpretação. Há, portanto, um deslocamento do lugar do analista que exige invenção no manejo de suas



intervenções. A idéia de trivialização da transferência e de articulação do sujeito no laço social, mais do que uma aposta na construção delirante são efeitos desse deslocamento. Somam-se a essas questões da clínica com a psicose, outras referentes à aplicação da psicanálise à clínica ampliada na Saúde Mental. Sabemos que a proposta anti-manicomial impõe à prática do trabalhador em Saúde Mental uma posição política. E ela não nos parece ser a falta-a-ser, mas antes a da aposta na destruição do manicômio, enquanto dispositivo simbólico de controle social e dispositivo concreto de tratamento. Além disso, numa prática 'feita por muitos' ou em outras palavras, no trabalho em equipes multiprofissionais, a transferência ganha novas formatações, pois se dilui no trabalho institucional dissipando-se da figura de um apenas. Também, no que corresponderia à tática ou aqui à construção – em lugar da interpretação –, surgem novos dispositivos de intervenção como as visitas domiciliares, as oficinas, as reuniões ou assembléias coletivas no mesmo cenário em que convivem as consultas psiquiátricas e prescrições medicamentosas ou a psicanálise clínica. Como os princípios da Psicanálise poderiam contribuir na constituição da clínica da atenção psicossocial? Quais estratégias, então, poderíamos desenvolver nessa clínica para enfrentamento do risco de cronificação do sujeito nos novos serviços estruturados em rede? O que a psicose ensina aí à Psicanálise e ao campo da Atenção Psicossocial? A partir da discussão de um caso de psicose em acompanhamento na rede de Saúde Mental de Betim (MG), buscaremos extrair dessa experiência singular orientações mais amplas que possam ser úteis em outras situações clínicas nas quais o risco de uma nova cronificação se apresenta.

**Palavras-chaves:** Atenção Psicossocial,Psicanálise aplicada,Clínica da psicose

**Atividade: A Psicanálise na Clínica da Atenção Psicossocial (Cursos - 4hs)**

**Trabalho:**Curso: A psicanálise na atenção psicossocial

**Autor(es):** Ana Cristina Costa de Figueiredo,Doris Luz Rinaldi

**Resumo:** A partir das novas diretrizes de assistência em saúde mental estabelecidas pela reforma psiquiátrica brasileira, o trabalho que se desenvolve nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) envolve uma equipe multiprofissional que é central para a organização e funcionamento desses serviços, e busca articular diversos saberes e práticas em uma clínica redimensionada, que aparece com várias denominações, entre elas: clínica ampliada (oferece outros dispositivos além dos tratamentos tradicionais em psiquiatria e psicoterapia), clínica do cotidiano (dá ênfase à convivência) e, também, clínica do sujeito (uma referência genérica marcada pela influência da psicanálise). Nesse contexto, ganham importância novas propostas e premissas que orientam a prática, tais como: cuidado, acolhimento, escuta, sujeito e cidadania, ressignificados pelos agentes de diferentes maneiras. Qual seria a contribuição efetiva da psicanálise para essa proposta de reinventar a clínica para essa população com transtornos psíquicos graves para além dos dispositivos hospitalares de internação - medicação ambulatorial e, às vezes, psicoterapia? A contribuição da psicanálise a essa clínica pode ser localizada em duas propostas que se articulam: 1. A proposta marcada pela expressão "clínica do sujeito" ressalta o lugar do sujeito, não apenas como cidadão, ou paciente, mas como sujeito do desejo, sujeito do inconsciente, ou ainda, sujeito em ato, chamando a atenção para a importância de acolhermos e escutarmos a sua fala e seus atos, pois essas seriam as melhores indicações para a direção do tratamento. 2. A proposta que toma da psicanálise aplicada a direção para o trabalho coletivo em equipe, não só referida ao tratamento propriamente dito, mas traçando coordenadas para esse trabalho como: a 'transferência de trabalho', que aqui tem um uso diferente do termo referido ao tratamento, isto é, trata-se de um dispositivo para o trabalho entre pares; a 'construção coletiva do caso'; e a posição subjetiva dos técnicos como 'aprendizes da clínica'. Todas essas indicações são referidas ao item anterior e, portanto, visam à clínica do sujeito a cada caso e também nas práticas coletivas da convivência e dos atendimentos em grupos. O curso visa apresentar e discutir questões clínicas pertinentes a esse trabalho realizado nos CAPS a partir da orientação psicanalítica, enfocando os diferentes dispositivos da atenção psicossocial no trabalho coletivo, e apresentando resultados de pesquisa nesse campo a fim de

fornecer subsídios para o trabalho em equipe multiprofissional e sua articulação com a rede e o território. Serão abordados os temas apontados acima como norteadores dessa clínica, a saber: a 'clínica do sujeito', em sua acepção propriamente psicanalítica, nos diferentes dispositivos do CAPS; o trabalho em equipe com ênfase na 'transferência de trabalho' e na 'construção coletiva dos casos'; e a função da supervisão nesse processo como sustentação e garantia do trabalho.

**Palavras-chaves:** Atenção psicossocial,Psicanálise,Trabalho coletivo,Clínica do sujeito

**Atividade: Programa de promoção de habilidades sociais (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Programa de HS e Comportamento Moral em adolescentes com práticas parentais deficitárias

**Autor(es):** Paula Inez Cunha Gomide

**Resumo:** Várias pesquisas têm demonstrado a correlação negativa entre habilidades Sociais e comportamentos anti-sociais (Gomide, Salvo, Pinheiro e Sabbag, 2005; Del Prette e Del Prette, 2001; Gomide, 2003) e entre comportamento moral e comportamento anti-social (Comte-Sponville, 2000; Araujo, 1999; Gomide, 2006). O Objetivo deste programa foi realizar atividades que proporcionassem o desenvolvimento de alguns valores morais e habilidades sociais junto a adolescentes de 5<sup>a</sup> a 7<sup>a</sup> séries do Ensino Fundamental. Foi realizado, em 2006, numa Escola Estadual do Estado do Paraná, em bairro com indicadores de violência social elevados. Dentre setecentos estudantes que responderam ao IEP (Inventário de Estilos Parentais - Gomide, 2006) foram selecionados 10, com índice de estilo parental negativo, tanto para pai como para mãe. O Inventário de Estilos Parentais (Gomide, 2006) avalia a incidência das práticas parentais positivas (monitoria positiva e comportamento moral) e das práticas negativas (negligência, abuso físico, monitoria negativa, disciplina relaxada e punição inconsistente) nas relações entre pais e filhos. Se existir a predominância de práticas negativas o índice do IEP será negativo, indicando que as relações parentais poderão ser de risco. Por outro lado, se o índice de estilo parental for positivo as relações parentais estarão, provavelmente, proporcionando o desenvolvimento de comportamentos pró-sociais. O grupo do HS-CM foi realizado durante 10 (dez) semanas, com uma sessão semanal, de 1h e meia, no horário de aula. Os alunos eram dispensados pelos professores para participarem da atividade. Os temas abordados foram Boas Maneiras, obediência, empatia, honestidade, generosidade, justiça, amizade, vergonha e culpa. Estes temas são tratados pela literatura que aborda comportamento moral como fundamentais para o desenvolvimento de atitudes inibidoras de comportamentos anti-sociais. As Boas Maneiras e Obediência são consideradas pré-requisitos necessários ao desenvolvimento das demais virtudes. A vergonha e a culpa são sentimentos, que quando associados aos atos anti-sociais (mentiras, furtos, uso de drogas, gaguejar aulas) funcionam como inibidores da ocorrência futura destes comportamentos. A empatia, a generosidade, a honestidade, a justiça e a amizade são virtudes ou valores morais que aumentam a capacidade do indivíduo de melhorarem o convívio social e, conseqüentemente, diminuírem os índices de violência. Ao final do programa os adolescentes mostraram comportamentos apropriados ao funcionamento do grupo (ouvir o outro, esperar sua vez), assim como aprenderam o significado das virtudes e realizaram algumas experiências com estes conteúdos. Medidas avaliativas da eficácia do programa serão desenvolvidas neste ano junto aos colegas e professores destes e de outros alunos que participarão do programa. Foram testadas as medidas de observação direta do comportamento de obedecer e de boas maneiras e serão introduzidas as medidas da aceitação e rejeição do aluno junto aos colegas de sua sala de aula.

**Palavras-chaves:** habilidades sociais,comportamento moral,estilos parentais

**Atividade: A Psicologia de Nietzsche (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**A Psicologia de Nietzsche

**Autor(es):** Mario Alberto Miranda Costa

**Resumo:** Em 1886, em seu livro “Para Além de Bem e Mal- Prelúdio para uma Filosofia do Futuro”, Frederick Nietzsche escrevia no §23: “Toda a psicologia se deteve até agora com preceitos e receios morais: ela não ousou aventurar-se até às profundezas. Ousar conceber a psicologia como morfologia e como teoria da evolução da vontade de poder, tal como eu a concebo- ninguém pensou ainda em fazê-lo, nem de longe: tanto, bem entendido, quanto é permitido ver no que até hoje se escreveu um sintoma do que até agora se silenciou”. Em outra passagem, ele se declara o 1º psicólogo, além de sempre enfatizar e se gabar de ser um grande psicólogo, que, na realidade, ele se considerava o único até aquele momento. O curioso é que a psicologia acadêmica, oficial, institucional, estatal até hoje ignorou os reclamos e as análises de Nietzsche. Nos cursos de psicologia, Nietzsche é mais colocado como um objeto da psicologia e do psicólogo, isto é, como um doente, um louco, do que como um diagnosticador dos males de nossa civilização. A psicologia oficial aceitou bem Freud, se bem no início resistiu muito, mas como não teve opção e, com o tempo, viu no que a psicanálise desembocava, preferiu a solução psicanalítica que não tocava na classe dominante. É assim, como disse Nietzsche no aforismo citado, a força dos preceitos morais penetrou profundamente no mundo mais intelectual, mais livre de pressupostos e teve os efeitos mais perniciosos porque o entrou, cegou e desnaturou. Contudo não pretendemos comparar a psicologia nietzscheana com a freudiana, a não ser eventualmente seguindo o encadeamento de nossa exposição. A história da obra de Nietzsche começa e termina com a avaliação do presente chamado de modernidade, com vista ao diagnóstico para uma possível determinação do futuro. Ele havia pressentido e constatado a decadência do mundo ocidental pelo triunfo dos valores negativos da vida que veio a chamar de nihilismo, ou a vontade do nada. Constata ainda um total empobrecimento da vida e um apequenamento do homem pelo que ele considera uma inversão dos valores, o predomínio dos valores fracos sobre os fortes, sobretudo como está postulado pela doutrina do cristianismo. Nietzsche escreve uma história considerada por muitos como a história do ser que forma a base de nossa cultura nos nossos modos de ser, agir e sentir. Para contrapor a todo o nihilismo Nietzsche mergulha no mundo antigo grego, nos primórdios de nossa civilização, e descobre no deus Dioniso a figura com plenitude de vida ao colocar a afirmação da vida como o supremo prazer e alegria, que deu origem à tragédia como forma da cultura se ver a si mesmo. Nietzsche se considera fundamentalmente um discípulo de Dioniso, de preferência um Sátiro como ele próprio se intitulou. (BM, 295) Dioniso é um deus em tudo e por tudo diferente e mesmo contrário ao deus na cruz do cristianismo, já que é um deus dançarino e do vinho, que prega a embriaguez como o supremo estágio do aumento das forças vitais. Embora Nietzsche enfatize sempre o aspecto alegre de aceitação do sofrimento da vida, Dioniso é sempre descrito pelos helenistas como o deus do terror, do conflito e da confusão por ser ele um nascido de uma mortal (Sêmele), “uma síntese de um deus e um bode na figura de um sátiro” (OT, p.22), quer dizer, encarna a animalidade e a divindade, o humano ficando no meio dessa passagem, significando o caráter ambíguo e indefinido do humano, tido como um ser transitório. Muitas vezes Dioniso sequer é reconhecido como deus porque não vem do alto, é filho daqui da terra, a mais sublime das deusas, cuja origem é considerada grega, ele aparece na “cidade de Tebas onde, diz ele, nasceu, e nasceu até duas vezes” (M. Detienne). Quando é posto em dúvida a sua divindade, ele ataca com fúria, enlouquecendo as suas vítimas, como fez com as Bacantes e, mesmo nas suas festas, ele apresenta o seu vinho, que é enlouquecedor, deixando as pessoas agressivas e dilaceradas pelo prazer e pela dor. Como o nosso deus cristão é diferente em todos os pontos, decadente, prega o apaziguamento, a abnegação, a caridade, piedade e compaixão, todos sentimentos e valores da vontade negativa, então Nietzsche decreta a “Morte de Deus”, isto é, do nosso Deus, do Deus cristão, esperando que o homem invente um novo deus, ou novos deuses, dentre eles Dioniso, “o deus que voltará”.

**Palavras-chaves:** psicanálise, discurso, psicoterapia, capitalismo, pós-moderno

**Atividade: Avaliação de um programa multimodal de habilidades sociais na prevenção em saúde na adolescência (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Avaliação de um programa multimodal de habilidades sociais na prevenção em saúde

na adolescência

**Autor(es):** Sheila Giardini Murta, Danilo Cruvinel Ribeiro, ELIANA PORTO ROCHA, Francimara Azevedo Borges, Jordana Calil Lopes Menezes, Marina de Moraes e Prado

**Resumo:** As doenças sexualmente transmissíveis, as condutas anti-sociais e o consumo abusivo de substâncias encontram-se entre os problemas de maior incidência entre adolescentes. Por isto, programas preventivos e de promoção de saúde tornam-se urgentes. Programas de habilidades sociais têm sido descritos na literatura como uma estratégia de promoção de saúde na adolescência, dada sua correlação com um melhor ajustamento psicossocial e melhor desempenho acadêmico. O presente trabalho visa descrever o processo e resultados alcançados em um Programa Multimodal de Habilidades Sociais para uma amostra não-clínica de adolescentes. Tratou-se de um programa multimodal por incluir, além de habilidades sociais, também habilidades de manejo de estresse e de solução de problemas. Participaram 18 adolescentes, entre 12 e 14 anos, parentes de funcionários de uma universidade. Foram conduzidas 16 sessões, com duração de 90 minutos, totalizando 24 horas de intervenção. Foram discutidos os temas auto-estima, auto-eficácia, observação de pensamentos e sentimentos, reestruturação de crenças irracionais, comunicação assertiva, relações de amizade e familiares, resolução de problemas, manejo de estresse, tomada de decisão, riscos à saúde associados ao gênero, diferenciação entre riscos para o crescimento pessoal e riscos vazios, enfrentamento a riscos à saúde, locus de controle interno e a busca de recursos para crescer e prevenção de recaída. Estes temas foram trabalhados por meio de técnicas cognitivo-comportamentais, incluindo ensaio comportamental, relaxamento, exposição dialogada, reestruturação cognitiva, solução de problemas, modelagem e tarefas de casa. A avaliação consistiu na aplicação de escalas de habilidades sociais e estresse antes e após a intervenção e no registro anedótico de relatos emitidos durante as sessões acerca da prática de habilidades aprendidas no programa e (in)satisfação em relação à intervenção. Adicionalmente, foi conduzida uma avaliação de metas intermediárias previstas para o programa, relativas à qualidade da participação dos adolescentes durante as sessões. Foram observados e registrados em um checklist os comportamentos: relato de problemas pessoais, relato de progressos pessoais, choro na sessão, explicação de causas do próprio comportamento e fornecimento de apoio ao colega. Os resultados mostraram uma estabilidade nas médias de estresse e habilidades sociais, obtidas antes e após a intervenção. A avaliação de processo da intervenção evidenciou que os adolescentes praticaram diversas habilidades aprendidas durante o programa, incluindo habilidades sociais, habilidades cognitivas de solução de problemas e habilidades comportamentais de enfrentamento a problemas. Observou-se ainda que as metas intermediárias previstas para o programa ocorreram, com predominância de relatos de problemas pessoais, explicação de causas do próprio comportamento e relatos de progressos pessoais. Foram constatadas verbalizações dos participantes se referindo ao grupo como promotor de sentimentos de bem-estar e um espaço onde podiam expressar seus problemas e crescimentos. Os resultados apontam rumo à efetividade da intervenção, mas conclusões definitivas deverão aguardar estudos futuros, preferencialmente com delineamentos experimentais e avaliação longitudinal de resultados.

**Palavras-chaves:** habilidades sociais, adolescência, prevenção, intervenção em grupo

**Atividade:** Arte, Religião e Psicologia Fenomenológica na prática clínica (Mesas Redondas)

**Trabalho:** Os poetas, os psicólogos e os religiosos: uma perspectiva fenomenológica

**Autor(es):** Marília Ancona Lopez

**Resumo:** O homem apresenta uma tendência virtual na direção da integração que se realiza no encontro com o outro e com a cultura, no qual é envolvido por uma matriz de significados que engloba experiências estéticas e religiosas. O processo da integração de um self pessoal e do estabelecimento da matriz de significação que se torna referência para as experiências a serem vividas é complexo. Implica na internalização criativa dos padrões grupais que se tornam constituintes da subjetividade de cada estrutura psíquica particular (Rizzuto, 1996). Cada pessoa, em seu processo de amadurecimento, cria a sua ontologia, as suas mitologias, metáforas e desenvolve concepções particulares sobre a origem e final da existência. É o potencial criativo que possibilita originar o inédito e transformar o que é conhecido atribuindo-lhe novos sentidos, enraizados na própria história (Safra, 2004). O homem cai em um mundo que o antecede e sua tarefa é conhecê-lo e conhecer a si mesmo, podendo então transformá-lo. O seu modo particular de estar no mundo, o seu estilo, vai sendo estabelecido através dos diferentes atos de consciência que se dão em um campo intencional. O pensar, imaginar, perceber, lembrar, sonhar, entre outros, da humanidade estabelecem um espaço e tempo cultural nos quais infinitos significados se tornam possíveis. A poesia, a arte e a religião refletem a amplitude do espaço e do tempo na cultura. Elas integram os diferentes atos de consciência e por isso ultrapassam o âmbito do racional e restauram vivências criativas iniciais. Os artistas e os religiosos, portanto, não se conformam em viver apenas no mundo consensual. Eles transgridem, desafiam e se instalam em uma realidade que inclui no seu cotidiano as possibilidades transformadoras do seu potencial criativo, estabelecendo o seu espaço e o seu tempo psicológico particular, assim como a sua matriz de significação. Para isso valem-se de todos os recursos criativos do seu campo intencional. O caminho científico segue a direção oposta. Exige submissão à lógica e, portanto, a seleção dos atos constituintes da subjetividade. É preciso pensar segundo determinados cânones, seguir métodos específicos, neutralizar e objetivar os aspectos não científicos. A concretude do trabalho clínico, porém, envolve a estimulação e a interação do mundo subjetivo do psicólogo e do seu paciente. O bom clínico pensa e sente, lembra e imagina, intui, vive e experimenta emoções, deixa-se afetar em sua totalidade por seu paciente, e este modo de ser, exigido pela clínica, contrapõe-se à redução necessária para o trabalho científico. Conseqüentemente, o psicólogo clínico, assim como o aluno religioso e poeta, sente o ambiente cientificista como limitador de suas possibilidades de conhecimento e de elaboração. Uma pesquisa desenvolvida com pós-graduandos que se consideram religiosos mostra que eles se sentem impedidos de criar algo próprio e singular em seu ambiente de estudo e trabalho por serem instados a abandonar suas crenças, carregadas de valores, imagens e símbolos. Conseqüentemente não se sentem sujeitos, autores de seu cotidiano profissional. Terminam por limitar-se a atuações técnicas ou agir a partir de um ecletismo pragmático que o afasta dos referenciais teóricos da área. A ausência de um espaço acadêmico que permita discutir as aproximações e distanciamentos entre crenças religiosas, experiências estéticas e teorias psicológicas, assim como os seus efeitos na atuação clínica, é vivida como restrição e desenraizamento dificultando o desenvolvimento de um trabalho significativo do ponto de vista pessoal e consistente do ponto de vista profissional.

**Palavras-chaves:** Psicologia, Religião, Psicologia Fenomenológica, Prática Clínica

**Trabalho:** Nietzsche – discípulo de um Deus desconhecido

**Autor(es):** Marisa Forghieri

**Resumo:** A obra nietzscheana inclui uma poética da tragédia grega, constituída a partir da interpretação ontológica do trágico. Tal interpretação é a matriz do pensamento dialético e marca o início da modernidade. Mais de cem anos após a morte do autor, seus questionamentos permanecem vivos e atuais, em busca de novas respostas. Nietzsche observa que a luta entre as forças antagônicas representadas por Apolo e Dionísio dá origem à arte trágica. A dimensão dionisíaca traduz a experiência da reconciliação do homem com a natureza, possibilitando a integração da parte na totalidade. Apolo, entretanto, é um elemento estrangeiro na natureza grega. A tragédia grega apresenta o conflito entre liberdade e destino, onde o herói perece proclamando sua vontade. A essência do trágico é a junção monstruosa entre Deus e o homem. A experiência do excesso, proposta na tragédia, instaura o limite que separa o homem do divino, inaugurando seu desejo entusiasta de se igualar a Deus. A filosofia de

Nietzsche tem seu ápice em Zarathustra, representado em sua poética como além do homem. Zarathustra tem atração pelo lado tenebroso da vida e quer atingir uma visão trágica da existência. Depois de saturar-se de sabedoria, deve voltar ao convívio com os homens; desce das alturas e caminha para o vale. Não existe a casa ancestral para onde o herói retorna, o que existe é só o percurso. Zarathustra celebra a vida como vontade de potência. Vida é movimento de geração, crescimento; crescer, aqui, significa intensificar. Todo movimento de criação se estende para além do criador, propondo superação. Viver é lançar-se, a cada momento, no devir, no por fazer, na abertura do inseguro. A dimensão do vir a ser possibilita ao homem tornar-se criador para além do bem e do mal. Olhar para além do último degrau e não ficar preso à escada.

Contrapondo-se às eternas certezas contidas nos dogmas religiosos, Nietzsche é discípulo de um Deus desconhecido, que tem suas origens nas abissais tramas do devir. Um Deus que possibilita ao homem tornar-se aquilo que verdadeiramente é; na irreversibilidade do tempo, experienciar a vida como fragmento, enigma, tremendo acaso. Um Deus que permite olhar o aberto, o amplo, o possível - tudo aquilo que ainda não foi nomeado pela dimensão planificadora da racionalidade. A arte, ao contrário da ciência, não quer tudo ver, nem tudo reter - ela afirma a vida em seu conjunto. Enquanto a experiência do real nos submete, a experiência artística nos liberta. E Nietzsche, um filósofo artista, só acreditaria num Deus que soubesse dançar.

**Palavras-chaves:** Nietzsche, Psicologia Clínica, Religião

**Trabalho:** Perspectiva Fenomenológica do Aconselhamento Terapêutico

**Autor(es):** Yolanda Forghieri

**Resumo:** O aconselhamento, de um modo geral, sempre existiu entre os seres humanos. Desde tempos imemoriais, pessoas consideradas mais sábias ou competentes em alguma área do saber, aconselham às que necessitam de esclarecimentos nessa área. Isto tem acontecido também com indivíduos que precisam de alguma ajuda terapêutica. Antes do aparecimento dos médicos e dos psicoterapeutas sempre existiram os “curandeiros” que se dispunham a tratar dos doentes. O Aconselhamento Terapêutico já aparece na Antiguidade com filósofo Empédocles, que no ano 450 antes de Cristo recomendava e se utilizava um tratamento denominado por ele de “cura pela palavra”, que consistia em uma conversação com a pessoa doente, com a finalidade de aliviar os seus sofrimentos, fossem eles orgânicos ou psíquicos, pois não havia, ainda, distinção entre os diversos tipos de doenças. Depois dele, vários outros filósofos tais como Platão e Aristóteles e médicos quando estes surgiram a partir de Hipócrates, também recomendavam a conversação com o doente para ajudá-lo a recuperar sua saúde. O tipo de conversação variava desde um diálogo amigável e compreensível até imposições a serem rigorosamente seguidas. A partir do século XX principalmente após as duas grandes guerras mundiais e a descoberta da bomba atômica, houve um considerável aumento de pessoas com perturbações psicológicas, diante de uma pequena quantidade de indivíduos considerados credenciados para tratá-los. Estes eram apenas alguns psiquiatras que eram também psicanalistas. A partir dessa ocasião, diversos profissionais, principalmente as enfermeiras e os orientadores educacionais, por força das circunstâncias passaram a prestar uma ajuda terapêutica aquelas pessoas no decorrer de suas funções específicas. Desse modo o Aconselhamento Terapêutico teve rápido e amplo desenvolvimento nos hospitais, nas escolas, assim como nas instituições de orientação e treinamento profissional, de serviço social e de higiene mental. Entretanto foi só a partir da década de 50 que o Aconselhamento Terapêutico, também denominado de Aconselhamento Psicológico, passou a ser reconhecido pela comunidade científica psicológica como uma eficiente forma de ajuda terapêutica, próxima, porém diferente da psicoterapia. Desde então ele passou a ser influenciado pelas terapias psicológicas tais como a rogeriana, a comportamental e a fenomenológica, da qual trato nesta exposição. A perspectiva fenomenológica do aconselhamento terapêutico que elaborei e tenho utilizado em minha prática, fundamenta-se nos filósofos Husserl, Merleau-Ponty e Buber, e nos psiquiatras Binswanger, Boss, Minkowski e Van den Berg. Nessa perspectiva o ser humano é considerado como um ser-no-mundo; precisa existir no mundo relacionando-se com a natureza e os outros seres humanos para ir, então, gradativamente conhecendo ao mundo e a si mesmo. E no decorrer de seu existir vai atualizando suas possibilidades, mas tem também que enfrentar

seus limites, conflitos e vicissitudes, próprios de sua vida como ser humano. Estes podem levá-lo a se sentir muito aflito, impotente para enfrentá-los e numa profunda solidão... apenas por alguns momentos ele geralmente consegue superar. Mas se tais momentos se prolongarem, é necessário que ele sinta a presença de alguém em quem confia. Por todas essas razões considerando que o Aconselhamento Terapêutico constitui-se de dois momentos básicos, complementares e reciprocamente reversíveis: o envolvimento existencial e o distanciamento reflexivo. No envolvimento o aconselhador procura entrar em sintonia com o aconselhando, estar plenamente presente, sem defesas que possam distanciá-los. No distanciamento reflexivo, analisa com e aconselhando os fatos que este lhe relata, para que juntos possam encontrar recursos do próprio aconselhando para enfrentar e resolver seus conflitos, ou caso isto não seja possível, ambos verificam como transcende-los, partindo para outras possibilidades, entre as inúmeras que o aconselhando possui, como ser humano.

**Palavras-chaves:** Prática Clínica, Psicologia Fenomenológica, Aconselhamento Terapêutico

**Atividade: Um novo olhar sobre a aposentadoria (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** UM NOVO OLHAR SOBRE A APOSENTADORIA

**Autor(es):** JANES SANTOS HERDY, Mariana Bragança Gonçalves, Regina Helena Silva Neves

**Resumo:** Esse projeto iniciou em 2003, e no primeiro semestre de 2006 aconteceu o 6º grupo. O objetivo da proposta é proporcionar ao participante uma reflexão sobre o seu novo momento de vida, merecidamente adquirido como resultado de longo tempo de trabalho, revendo a possibilidade de um novo engajamento profissional ou não, a partir do resgate de interesses anteriores proporcionando um novo olhar. É um trabalho de extensão ao estágio curricular "Desenvolvimento de Pessoas e da Organização", coordenado pela professora Janes Santos Herdy. O trabalho se desenvolve em grupos e tem como dispositivo metodológico a dinâmica de grupo e jogos psicodramáticos, sendo realizado em 5 encontros de 2 horas cada, 1 vez por semana. 2 alunos facilitam o grupo e 2 acompanham como observadores e apoio técnico. É elaborada uma programação inicial, mas revisada após avaliação que é feita em supervisão ao término de cada encontro. A divulgação é feita através de panfletos e cartazes distribuídos nos campi da UFF e em locais estratégicos das cidades do Rio de Janeiro e Niterói; através de anúncio no site da UFF e em jornais dos bairros de Niterói. Ao término do grupo uma ficha de avaliação é preenchida e posteriormente analisada pela equipe de trabalho. Os 2 últimos grupos ocorreram nos meses de junho/ julho e outubro/novembro respectivamente. O primeiro iniciou com 15 participantes, terminando com 13 e o 2º iniciou com 5 terminando com 4. Cabe ressaltar que o número de participantes não impossibilita atingir os objetivos da proposta, o que se constata a partir das avaliações, uma vez que todos os participantes afirmaram que o objetivo do trabalho foi alcançado, como também proporcionou uma qualidade no relacionamento dos sujeitos participantes, mesmo não sendo nosso objetivo principal. É também unânime a disponibilidade de divulgar o projeto para outras pessoas de seu conhecimento. Os participantes avaliam a atuação dos alunos facilitadores como adequada, compreensiva e eficiente, alcançando assim a proposta de aprendizado acadêmico. Acredita-se nessa proposta como sendo de intervenção e prevenção, já que o grupo é composto por aposentados e pré-aposentados. A equipe do projeto afirma que o preparo para a aposentadoria é uma forma de promover bem estar psíquico, evitando que a aposentadoria seja vista como o "fim da linha". Visão esta que pode contribuir para situações depressivas, incluindo também a visão do mercado de trabalho, que muitas vezes vê o aposentado como inválido em vez de encará-lo com experiência e possibilidades de resgatar interesses congelados pela necessidade de fazer uma opção profissional em determinado momento de sua vida. Essa é uma das principais queixas dos participantes ao chegarem ao grupo. Uma participante, em especial, do último grupo desenvolvido chegou dizendo que sua expectativa em relação ao projeto era voltar a sonhar. Ao final do trabalho, em uma das últimas dinâmicas como dispositivo de avaliação verbalizou que o que levava daquele projeto era a "capacidade de sonhar novamente". Tal fala se confirmou no

questionário escrito. Muitas outras experiências têm contribuído para a continuidade da proposta e a cada novo grupo que se forma, a equipe de trabalho reavalia os grupos anteriores e reflete sobre a necessidade de alguma modificação, pois acredita-se que cada grupo é um grupo e neste sentido é preciso rever possibilidades de modificações.

**Palavras-chaves:** aposentadoria, reflexão, novo olhar, novas possibilidades

**Atividade: Ansiedade como sofrimento contemporâneo (Paineis)**

**Trabalho:** Ansiedade como sofrimento contemporâneo

**Autor(es):** Ana Nayra Brainer, Ana Karenina de Melo Arraes Amorim

**Resumo:** Na contemporaneidade, a ansiedade compõe tema de diversas pesquisas e debates no campo da saúde mental, tendo em vista que constitui uma importante forma de adoecimento psíquico diante dos conflitos e exigências do mundo capitalista. Assim sendo, este projeto tem como objetivo analisar a demanda de ansiedade, enquanto sofrimento psíquico que motiva a procura de atenção psicológica no Serviço Integrado de Psicologia da Universidade Potiguar (SIP – UnP), em Natal/ RN. A investigação desta demanda se dá a partir das relações entre a prática clínica dos estagiários deste serviço e a percepção dos mesmos acerca da queixa de ansiedade enquanto sintoma presente em diversas psicopatologias e que diz dos modos de vida atuais e seus conflitos, tal como expresso nos prontuários dos clientes. Neste trabalho é feito um estudo teórico sobre o tema da ansiedade que fundamenta a análise e discussão dos dados obtidos num estudo documental de 144 prontuários do SIP – UnP. A análise de dados foi realizada a partir do método de análise de conteúdo, envolvendo uma etapa quantitativa cujas categorias são: idade, sexo, renda familiar, localidade de residência, profissionais de saúde procurados anteriormente ao SIP – UnP e encaminhamento; e a outra foi qualitativa, cujas categorias são: queixa inicial, síntese da história clínica do cliente e justificativas de encaminhamento. Com a análise dessas categorias foi possível conhecer melhor esta demanda que chega ao serviço. Ao contextualizar esta demanda percebemos e concluímos que os clientes que procuram o SIP – UnP, são compostos na maioria por mulheres jovens, com renda per capita em torno de um salário mínimo e vêm encaminhadas na maioria das vezes, da clínica neurológica. No que se refere aos dados qualitativos, constatamos que a ansiedade expresse-se mais sob a forma de sintomas psicológicos e físicos como angústia, medo e fobia, assim como palpitação, tremores, taquicardia e problema psicossomáticos em geral. Esses sintomas parecem ser motivados principalmente por conflitos relativos ao trabalho e desemprego, gerando, em muitos casos, restrição à vida social o que motiva a procura pelo serviço. Acreditamos que essa construção acadêmica sobre a demanda de ansiedade num serviço-escola de psicologia é muito relevante, no sentido de que não encontramos um significado homogêneo e sim, uma interligação de sentidos de modo singular. Diante desses dados, discutimos a teoria relacionada com a prática para uma melhor compreensão dos dados, pois acreditamos, com isso, poder contribuir com reflexões acerca da formação profissional em psicologia frente ao sofrimento psíquico contemporâneo.

**Palavras-chaves:** ansiedade, contemporaneidade, formação em psicologia

**Atividade: Horizontes de racionalidades sobre o fenômeno das drogas e suas implicações no tratamento da dependência (Cursos - 6hs)**

**Trabalho:** Horizonte de racionalidades sobre o fenômeno das drogas e suas implicações no tratamento da dependência: contribuições da psicologia existencialista

**Autor(es):** Daniela Ribeiro Schneider

**Resumo:** As características do consumo de drogas modificaram-se significativamente nas últimas décadas, colocando em risco a vida de muitas pessoas, tornando-se mais um dos fatores



estressantes a espelhar o sistema econômico contemporâneo e seu ciclo da sociedade de consumo. Houve, com isso, um aumento significativo do número de pessoas dependentes. Por outro lado, estudos mostram que um dos tratamentos de saúde com resolutividade mais baixa é o da dependência de substâncias psicotrópicas, cujos índices de recaída e de abandono são superiores a 60 %, implicando em um alto custo financeiro e social, tanto para o Estado quanto para as famílias. Muitos fatores estão envolvidos nas dificuldades descritas nos tratamentos, sendo que um dos mais significativos é a questão do horizonte de racionalidade que os norteia. A perspectiva hegemônica sobre a dependência é, em geral, de cunho moralista e/ou psicopatologizante, cuja visão é, ou de que a droga é o “grande mal da humanidade”, ou de que a dependência é uma “doença incurável” que acomete a qualquer um que tenha predisposição genética. Tal concepção hegemônica, mescla de diferentes racionalidades - médica, religiosa, moral, psicossocial - embasa os diferentes programas de tratamento, sustentada em noções como a “incurabilidade” da dependência e a necessidade de um processo de “recuperação para a vida toda” do paciente, tendo como meta principal a “abstinência”. Essas concepções têm uma perspectiva ahistórica e associal, com claras repercussões para os processos de recuperação que nelas se baseiam. Algumas alternativas têm sido construídas visando à superação a esses modelos hegemônicos, cujos questionamentos são dirigidos a essa visão determinista. Tal é o caso dos Programas de Redução de Danos, bem como da perspectiva teórico-metodológica oferecida pela psicologia existencialista. A proposição desta psicologia sustenta-se na compreensão da drogadição enquanto um “fenômeno”, quer dizer, um conjunto de variáveis constitutivas (ocorrências internas, que constituem e definem o fenômeno no que ele é) e determinantes (ocorrências externas, que o desencadeiam), que se articulam por relações de funções. As variáveis constitutivas compõem o que se costuma chamar da dimensão biopsicossocial da drogadição e abarcam desde questões da química das drogas, passando pelos aspectos neuroquímicos e orgânicos, pela história e dinâmica da personalidade do usuário, além de envolver aspectos da conjuntura social e econômica. Já as determinantes do fenômeno em pauta estão na realidade sócio-histórica que envolve o dependente, tendo como mediador principal sua rede sociológica. Daí a necessidade de uma racionalidade histórico-dialética do fenômeno da dependência de drogas, que implica numa concepção igualmente histórico-dialética da personalidade. Tal compreensão torna-se, assim, um instrumento fundamental para que as pessoas envolvidas nesse tipo de problemática adquiram condições de enfrentar a situação com vistas a sua superação, na medida em que compreendam que sua dependência foi construída em sua história, envolvendo o processo de mediação com a rede sociológica e sua inserção em um contexto social e, portanto, pode ser desconstruída, desde que se intervenha nos fatores que construíram a dependência. Rompe-se, assim, com a visão determinista. O curso abordará: 1) a definição de uso, abuso e dependência de drogas; 2) A epidemiologia do uso de drogas no Brasil; 3) A compreensão da dependência enquanto um fenômeno, com suas variáveis e determinantes; 4) As variáveis biopsicossociais e as determinantes sócio-históricas do fenômeno em pauta; 5) Os diferentes modelos de compreensão da dependência e suas implicações nos modelos de tratamento; 6) Questionamentos ao modelo hegemônico de tratamento da dependência de drogas: programas de redução de danos e psicologia existencialista; 7) A psicologia existencialista na compreensão e intervenção no fenômeno da dependência de drogas; 8) Estudos de casos de dependência de drogas na perspectiva existencialista.

**Palavras-chaves:** dependência de drogas, modelos de tratamento, psicologia existencialista, psicologia clínica, perspectiva histórico-dialética

**Atividade: A EMPATIA NA RELAÇÃO MÉDICO-PACIENTE (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: A EMPATIA NA RELAÇÃO MÉDICO-PACIENTE**

**Autor(es):** Patrícia de Souza Barros

**Resumo:** A empatia constitui-se numa habilidade interpessoal de extrema importância e vem sendo estudada e aplicada em diversas áreas da psicologia, bem como em todas aquelas que fazem uso do relacionamento humano na sua prática cotidiana. A medicina é uma das áreas que pode utilizar a empatia como componente da relação entre profissional e cliente, viabilizando

inúmeros efeitos benéficos, tais como a aderência ao tratamento médico, a redução no nível de estresse do paciente, além de valorizar o aspecto emocional no processo do adoecer. Estudos sobre a empatia têm apontado que a metodologia mais eficaz para medir os efeitos dessa habilidade deve avaliar a acuidade entre o empatizador e seu interlocutor. Em outras palavras, isso significa que é o interlocutor, nesse caso, o paciente, quem deverá apontar o nível de acolhimento e compreensão de seu médico (o empatizador). Desse modo, o presente estudo avaliou a empatia na relação médico-paciente em redes pública e privada de saúde, através da concordância entre as avaliações dos médicos e dos pacientes sobre o desempenho dos primeiros durante uma consulta. Vinte médicos da rede pública e 20 da rede privada, bem como seus respectivos pacientes, responderam a um questionário que avaliava o modo como os primeiros (os médicos) se comportaram na interação com os seus pacientes. De acordo com dados da literatura, os resultados mostraram um baixo percentual de concordância entre as respostas dos médicos e de seus pacientes (56%), sendo esse percentual maior entre as díades do serviço privado (61,4%) do que do serviço público (50%). Dentre as discordâncias, revelou-se que os médicos da rede pública avaliaram-se de forma mais negativa do que os seus pacientes, enquanto os médicos da rede privada se avaliaram mais positivamente. Tais resultados sugerem uma baixa acuidade perceptiva dos médicos acerca do próprio desempenho social, que pode estar relacionada à deficiência do ensino médico acerca das habilidades de interação com o paciente. Ao mesmo tempo, parece que as condições de trabalho, o que inclui ambiente, físico, remuneração e o tipo de paciente, influencia a percepção da empatia dos profissionais em medicina bem como das necessidades de seus pacientes. Além disso, a percepção dos pacientes sobre a capacidade empática dos seus médicos parece sofrer influência de condições sociais e econômicas. Essa diferença parece estar associada a fatores sociais e educacionais, visto que o primeiro grupo de pacientes apresentou um baixo nível de escolaridade, o que pode estar ligado a uma maior passividade e aceitação das atitudes médicas, tornando esses pacientes menos exigentes do que o grupo usuário do serviço particular de saúde.

**Palavras-chaves:** empatia, Relação médico-paciente, público-privado

**Atividade: A formação do terapeuta de grupo: contribuições construcionistas sociais (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** A formação do terapeuta de grupo: contribuições construcionistas sociais

**Autor(es):** Emerson Fernando Raserá

**Resumo:** Os escritos do construcionismo social têm permitido uma reflexão sobre o fazer terapêutico em suas diferentes modalidades. Na prática grupal, eles redimensionaram o processo de composição grupal, a descrição sobre a mudança terapêutica e a relação do terapeuta com os membros do grupo. Estas transformações na psicoterapia têm exigido uma revisão sobre o processo de formação dos terapeutas. Buscando colaborar na construção coletiva de uma proposta de formação dos terapeutas que incorpore tais contribuições construcionistas, este trabalho apresentará o modo como tem sido realizado o processo de formação de terapeutas de grupo no curso de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia. Esta se dá fundamentalmente por meio do estágio "Psicoterapia de grupo em uma perspectiva construcionista social". Neste estágio, os alunos, além de participarem de discussões de textos da área, atendem semanalmente, por 1h30, grupos de curto prazo (12 sessões) com população adulta com diversas queixas. Os alunos se dividem em duplas de terapeutas de campo e de equipe reflexiva. Enquanto os primeiros cuidam da conversa e interação direta entre os participantes do grupo, aqueles que estão na equipe oferecem, quando solicitados, questões e outras possibilidades de entendimento do que está ocorrendo no grupo. A utilização da equipe reflexiva no contexto de formação de terapeutas funciona como um suporte aos terapeutas de campo, promovendo um senso de auto-confiança e maior liberdade a eles para se conectarem com o momento interativo e com os detalhes das falas de cada participante. Além disso, como parte do modelo de atendimento, os terapeutas escrevem semanalmente cartas terapêuticas que são entregues aos membros do grupo e servem, de um lado, para promover novas reflexões sobre os acontecimentos grupais e de outro, para registrar institucionalmente o atendimento. Na perspectiva da formação de terapeutas, a utilização de cartas permite a revisão das intervenções

dos terapeutas na sessão anterior e a reflexão sobre as narrativas trazidas pelos clientes. Ela também facilita o desenvolvimento da capacidade de realizar perguntas conversacionais, pois o terapeuta pode construí-las num ritmo mais lento e favorável à reflexão, e de forma aprimorada à medida que a carta é escrita e reescrita até sua versão final. O processo de formação prática se complementa com “as conversas sobre as conversas da sessão” ou a supervisão. Esta se organiza a partir das situações, momentos, e questões mais significativas de cada um dos terapeutas. Após um terapeuta relatar determinada situação, inicia-se uma conversa sobre a mesma envolvendo o supervisor e os outros terapeutas. Os mesmos princípios teórico-metodológicos que organizam a conversa da sessão também se encontram presentes na conversa da supervisão. Assim, o supervisor busca sustentar uma postura de não-saber e promover conversas dialógicas entre os terapeutas. A exploração de acontecimentos extraordinários e a ampliação das narrativas que fortalecem o senso de autoria do terapeuta também orientam o desenvolvimento da supervisão. Não há, assim, uma definição externa, a priori, do supervisor na decisão do que deve ser conversado. O foco não está na correção das intervenções realizadas pelo terapeuta, mas na construção de uma postura terapêutica. Este é um momento de criar um espaço de reflexão sobre as ações dos terapeutas no contexto grupal e gerar novos entendimentos a respeito das situações vivenciadas pelos mesmos, promovendo a ressignificação de suas angústias e anseios, e a identificação de recursos potencialmente úteis para os atendimentos seguintes. Esta forma de realizar o processo de formação do terapeuta busca reconhecer o caráter performático da linguagem; promover um discurso de potencialidades e de construção de realidades futuras; visando desenvolver um senso de autoria do terapeuta, por meio de uma relação de colaboração deste com o supervisor.

**Palavras-chaves:** Formação profissional, terapia de grupo, construcionismo social

**Atividade: OFICINA TERAPÊUTICA: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PSICANALÍTICA (Paineis)**

**Trabalho: OFICINA TERAPÊUTICA: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PSICANALÍTICA**

**Autor(es):** Janara Pinheiro Lopes, Adriana Maria Monteiro Dall’Olio, Leônia Cavalcante Teixeira

**Resumo:** O presente trabalho visa apresentar a proposta de atendimento infantil em grupo no modelo de oficina terapêutica realizado no Serviço de Psicologia Aplicada – SPA da Universidade de Fortaleza – UNIFOR. A oficina terapêutica “Conto e Traço” foi realizada dentro da clínica-escola da UNIFOR – SPA/NAMI, sendo esta uma instituição que visa desenvolver atividades para o público que precisa de acompanhamento psicológico, mas que não tem condições financeiras para tal. Nessa instituição foi criado o ateliê terapêutico, ampliando a gama de serviços oferecidos pela instituição e possibilitando a redução da fila de espera de crianças em busca de atendimento. A Oficina “Conto e Traço” pode ser considerada uma proposta de escuta, um espaço privilegiado de expressão, onde pode-se extravasar emoções, sentimentos, vivências conflituosas, proporcionando trocas intersubjetivas que podem levar a ressignificação do sofrimento do sujeito. Como uma forma de intervenção da clínica psicológica, a oficina terapêutica buscou a expressão através da fala e da criação, acolhendo as formas que o sujeito dispõe e através das quais pode se apresentar no momento. Assim, a oficina terapêutica é um espaço no qual a atenção ao paciente não se restringe ao reconhecimento e à remissão dos sintomas, mas um lugar de subjetivação no qual os sujeitos envolvidos – pacientes e terapeutas – podem vincenciar possibilidades de elaboração do mal-estar através da produção, da criação e do fazer. Enfatizamos que essa modalidade psicológica não teve o propósito de ser uma psicoterapia de grupo, embora, muitas vezes, ela produzisse efeitos psicoterápicos. Seus objetivos foram: atender a demanda que chegava até a instituição, tendo em vista a grande quantidade de pacientes em lista de espera, já que essa oficina possibilitava o atendimento a um maior número de crianças; contribuir para ampliação de novas formas de prevenção de saúde no SPA-NAMI; proporcionar escuta e intervenção; realizar processos de entrevistas com os familiares para contextualizar a história de vida do sujeito, situando a criança no discurso parental; fazer encaminhamentos quando necessários, tanto com as crianças quanto com os

familiares; além de realizar um estudo teórico-prático para melhor intervir junto às crianças. A abordagem psicoterápica da Oficina Terapêutica tem o referencial teórico psicanalítico. Nas sessões clínicas, realizamos a escuta da história de vida de cada criança a partir dos desenhos, da contação de histórias, das pinturas, das modelagens, das dramatizações e de outras produções, visando uma intervenção junto ao sofrimento da criança. Trabalhamos com uma vasta literatura infantil como contos de fadas, mitos, fábulas, histórias folclóricas e poesias. A oficina foi facilitada por duas estagiárias de Psicologia da Universidade de Fortaleza, no período de fevereiro a dezembro de 2005, tendo a participação de cinco crianças, variando entre seis e onze anos de idade. Os encontros ocorreram semanalmente, com duração de uma hora para o atendimento do grupo e meia hora para a discussão entre as estagiárias, sendo este o momento que escreviam o relato clínico após o término de cada sessão. Além disso, realizamos entrevistas mensais com os pais de cada uma das crianças individualmente. Ressaltamos também que esse trabalho clínico foi supervisionado semanalmente por uma professora responsável. Observamos que a postura das estagiárias no grupo, enquanto facilitadoras, foi ativa ao participar das histórias, dos desenhos e de todas as atividades desenvolvidas, já que para um bom funcionamento do grupo o analista grupal não deve ser apenas um observador, devendo interagir e partilhar desse espaço potencialmente criador. Consideramos, ainda, a presença das transferências e contra-transferências que ocorrem nos grupos, como em qualquer outra forma de atendimento psicoterápico, fazendo-nos perceber as peculiaridades do vínculo construído entre terapeutas e crianças, assim como a forma diferenciada que cada criança afetou as estagiárias. Concluímos, então, que a oferta de serviços variados mostra-se importante por possibilitar acolhida às transgressões e às singularidades que são agenciadoras de mudanças e instauradoras de novos olhares clínicos e teóricos. Portanto, a oficina Terapêutica Conto e Traço foi um lugar de trocas, de encontro e de agenciamentos de subjetividades, constituindo um espaço de escuta das queixas, demandas, pedidos de socorro fugazes e pontuais que, se escutados em sua singularidade, podem sofrer intervenções cujos efeitos possibilitem o reposicionamento do sujeito frente a si próprio e ao outro.

**Palavras-chaves:** clínica infantil, oficina terapêutica, psicanálise, clínica-escola

**Atividade:** A deficiência mental na suplência de uma psicose não decidida (Experiências em Debate)

**Trabalho:** A deficiência mental na suplência de uma psicose não decidida

**Autor(es):** Patrícia Pinheiro, Taya Soledade

**Resumo:** Este texto é parte de um intenso e desafiador trabalho de análise e supervisão, que se constituiu numa das experiências mais importantes para a formação profissional, de uma das autoras, e de sua escolha pela psicanálise, principalmente nos estudos sobre a psicose. O caso clínico, em questão, produziu reflexões sobre como entender a transferência na condução analítica de uma paciente com traços estruturais de psicose e, ainda, acerca da imprecisão do que seja a deficiência mental, da importância da função diagnóstica, no papel do analista na subjetivação de seus pacientes, cujo diagnóstico indica debilidade mental. O presente relato tem como objetivo delinear a função das entrevistas preliminares no estudo de caso da paciente M., em tratamento entre 2002 e 2004, no Serviço de Psicologia da Faculdade Ruy Barbosa, em Salvador (Ba), pelo Programa de (Re)abilitação Cognitiva e Novas Tecnologias da Inteligência associado ao Estágio Específico Supervisionado em Clínica. A paciente foi atendida pela estudante de psicologia, por dois anos, e depois, no período de um ano, pela psicóloga já graduada. Tratava-se de uma mulher de 30 anos, com prévio diagnóstico de deficiência mental, histórico de depressão - em acompanhamento psiquiátrico continuado - e interrupção de processo psicoterapêutico anterior. Apresentava problemas de aprendizagem e de repetência desde os cinco anos, na época do atendimento cursava de forma conjunta a 3ª e 4ª séries (numa escola especial). Questiona-se a analisabilidade do sintoma neste caso específico e formulavam-se hipóteses diagnósticas. Quinet (1993) divide as três funções das entrevistas preliminares em: 1) A função sintomal (sinto-mal); 2) A função diagnóstica; 3) função transferencial, tomadas numa ordem muito mais lógica que cronológica. A função sintomal encontra neste caso um

obstáculo para seu desfilamento: a suposta inexistência de sujeito. Ora, em M. será que não haveria sujeito? Se assim o fosse, não haveria sintoma? Portanto, o sintoma em M., tal qual na criança, não lhe pertenceria, mas sim àqueles que encarnavam o Outro, os “Outros reais” (Lerude-Fléchet, 1985, p.40). Parecia ter havido um entrave na introdução da função paterna no vínculo simbiótico entre a mãe e M. que turbou a inserção da paciente enquanto criança, no mundo da cultura, ou seja, da linguagem (Groisman & Jerusalinsky, 1999, p.243). M. padeceria da falta de subjetivação, portanto não teria La Língua (Cordié, 1996), produção original de si mesma, talvez por isso insistisse tanto para que os outros falassem por ela em análise. Esta suposta falta de subjetivação indicava a possibilidade de psicose no caso M.. Sob hipótese, como na criança psicótica, poderia se pensar, em termos de futuro, numa provável estrutura psicótica ou numa psicose não decidida (Coriat, 1997 e Jerusalinsky, 1999). Estabeleceu-se uma analogia entre a criança com psicose e M., a partir do conto de Edgar Allan Poe, “A Carta Roubada”, comentado por Lacan (1954-1955/1998), encarnando a paciente o lugar da carta, mutatis mutandis posição da criança psicótica institucionalizada, na formulação de Laznik-Penot (1985). Mas, se poderia afirmar que M. teria uma estrutura psicótica? Ou que tem traços psicóticos, e, assim, que a debilidade ou a inibição seria a suplência de uma psicose? Pode-se afirmar que a inibição da função intelectual é uma conjuntura que faz do indivíduo um débil, cujas circunstâncias lhe barraram o acesso ao saber. A debilidade assim como a psicose gera uma imobilidade e uma inflexibilidade na cadeia de significante, o que faz com que se diga que o débil está à “margem dos fatos” ou que ele “não está solidamente instalado num discurso” (Lacan, 1971-1972). Assim como o psicótico o débil toma as palavras pelas coisas (Cordié, 1996), é resistente à metáfora e não consegue se desprender do sentido literal das palavras. M. não conseguia abstrair e relacionar, sua capacidade simbólica parecia rarefeita, o que dificultava sua obediência à regra fundamental, gerando entraves em sua análise. Segundo Lacan (1958/1998), “a base da estratégia do analista na direção da análise se refere à transferência, à qual o diagnóstico deve estar relacionado”. A paciente requeria que a analista chamasse as tias da escola para falar por ela, o que não foi atendido imediatamente, o que causou tensão na relação transferencial. O dever da analista foi entendido como subjetivar M., portanto, inscrevê-la no mundo da linguagem através da Psicanálise. O trabalho de análise se perfilou em não dar prontamente a M. o que ela requeria, fazendo-a esperar, colocando a palavra como postergadora da ação, como mediadora. (Groisman & Jerusalinsky, 1999). O não se constituiu, neste caso, na possibilidade a um querer, ao desejo, através da linguagem (Groisman & Jerusalinsky, 1999). A finalidade dessa ação terapêutica foi a de deixar que a palavra estivesse no lugar da ação, possibilitando que a linguagem se tornasse constituinte da estrutura do sujeito. Enfim, para se subjetivar, M. precisaria passar do fazer ao ser na linguagem.

**Palavras-chaves:** deficiência mental, psicose, entrevistas preliminares

**Atividade: Análise funcional de comportamentos de impulsividade e autocontrole (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Análise funcional de comportamentos de impulsividade e autocontrole

**Autor(es):** Ana Lúcia Alcântara de Oliveira Ulian

**Resumo:** Os objetivos do presente trabalho foram verificar os possíveis efeitos do ensino da análise funcional na aprendizagem de autocontrole e identificar o tipo de conseqüência (reforço social ou autoreforço) que influencia os comportamentos de impulsividade e autocontrole. A partir dos auto-registros de uma jovem universitária de 26 anos com queixa de impulsividade foi possível ensinar a ela a analisar o próprio comportamento, identificando várias classes de antecedentes e conseqüentes para as classes de respostas impulsivas e de autocontrole, permitindo que novas regras de ação fossem adotadas. Como comportamentos impulsivos foram definidas as ações da participante cujas conseqüências consistiam em produção de estimulação aversiva para si própria; ações estas emitidas sem pensar nas conseqüências possíveis para tais ações no ambiente social com o qual interagia. As de autocontrole foram definidas como aquelas cujas conseqüências implicavam em bem-estar social e evitamento de estimulação aversiva produzida por outros indivíduos. Este trabalho mostra o resultado das oito primeiras sessões de atendimento. A primeira sessão serviu como uma linha de base levantando-se a freqüência de

ocorrência das respostas impulsivas (tanto aquelas que a cliente julgava adequadas como as inadequadas) e as de autocontrole, bem como os eventos antecedentes e conseqüentes mais comuns para cada classe de respostas, antes da intervenção propriamente dita. Nas sessões subseqüentes procedeu-se o ensino da análise funcional do comportamento identificando-se, junto com a cliente, os efeitos mais comuns para as respostas impulsivas (adequadas e inadequadas) e de autocontrole, de forma a detectar como o ambiente social as influenciava. Em caso de ocorrência de respostas impulsivas, levantavam-se hipóteses de como a participante poderia influenciar outras pessoas emitindo outras respostas; e em caso de ocorrência de respostas de autocontrole expunha-se a diferença entre os efeitos produzidos por tais classes, comparando com os produzidos pelas de impulsividade. Também foi solicitado à cliente que relatasse sentimentos que acompanhavam respostas impulsivas e de autocontrole quando ocorriam. Dessa forma, ensinava-se a cliente a observar respostas emocionais comumente sobrepostas às classes alvo do estudo levando-a a identificar, através de sensações fisiológicas, o momento em que podia vir a agir impulsivamente e as condições ambientais que possibilitavam a ocorrência de respostas indesejáveis. Os dados foram categorizados em antecedentes, respostas impulsivas, respostas de autocontrole e conseqüentes. Foram também quantificados facilitando a demonstração do processo de mudança de comportamento de impulsividade para autocontrole através da análise das contingências de reforçamento expressas por instrução verbal da terapeuta, levando a cliente a identificar como afeta seu ambiente com respostas tanto impulsivas quanto de autocontrole. Algumas das técnicas de autocontrole descritas na literatura estão ocorrendo naturalmente e parece que as contingências sociais são as que estão mantendo tal comportamento sem que haja necessidade de auto-reforço, tornando possível questionar a utilidade deste procedimento como procedimento de autocontrole. Entretanto, são necessários mais estudos que possam lançar luz quanto às implicações do reforço social e do auto-reforço para a aquisição de autocontrole e auto-regras no que diz respeito à aprendizagem de repertórios comportamentais.

**Palavras-chaves:** reforço social, impulsividade, autocontrole

**Atividade:** Algumas contribuições ao manejo do acompanhamento terapêutico no tratamento da dependência química: relato de caso  
**(Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Algumas contribuições ao manejo do acompanhamento terapêutico no tratamento da dependência química: relato de caso

**Autor(es):** Natasha Bazhuni

**Resumo:** O tratamento da dependência química visa minimizar prejuízos na vida do indivíduo necessitando abranger todas as áreas afetadas. Tendo conseqüências de diferentes dimensões, é necessária uma abordagem multiprofissional para um tratamento eficaz. Pode-se utilizar como recurso o Acompanhamento Terapêutico (AT). Serão apresentados fragmentos de um caso identificando manejos que contribuam para a necessidade de elaborações teóricas que norteiem atuações mais definidas (LERNER, 2006; SAFRA, 2006). O paciente de 21 anos foi indicado para AT pelo psiquiatra devido ao comprometimento de suas atividades diárias. O objetivo principal era estabelecer novos vínculos possibilitando a retomada de atividades laborais, sociais e esportivas. O caso demandava quatro horas diárias de atendimento, sendo realizado por uma equipe e durou sete meses. B. é o filho do meio de dois irmãos e com pais separados. Seu pai era proprietário de uma fábrica de sapatos, onde costumava levar os filhos. Lá B. iniciou, solitariamente, o uso de drogas aos 13 anos inalando “cola de sapateiro” e passando a usá-la freqüente. Nesta época começou a ir mal nos estudos e acentuaram-se problemas de indisciplina, saindo da aula, acompanhado de seus amigos, para consumir drogas no banheiro. Foi transferido para escola pública onde aumentou o consumo de drogas e experimentou maconha, sua droga de escolha. Por repetições de ano foi retirado da escola e não terminou os estudos. Aos 16 anos utilizava ácido lisérgico e cocaína em festas. Consumia drogas cada vez mais sozinho e em casa. Aos 17 anos sua família descobriu que fazia uso regular da maconha e fizeram-no viajar. Ao retornar fez sua primeira tatuagem: o rosto de um demônio, alucinação durante uma “bad trip” causada por cocaína. Tatuava-se após fatos marcantes em sua vida.

Começou a frequentar academia e usar anabolizantes, quando conheceu sua namorada, com quem fumava maconha. O pai tem um histórico de rigidez e agressividade com os filhos e com a ex-esposa. A mãe tinha depressão, era dependente de nicotina o que causou enfisema pulmonar. Ela não trabalhava e por vezes ficava o dia inteiro em seu quarto. Seus irmãos usavam drogas, porém não tinham a vida pessoal tão prejudicada quanto a dele, que não trabalhava e não tinha nenhuma atividade fora de casa. B considerava os irmãos manipuladores por usarem drogas e esconderem do pai. Aos 21 anos a família descobriu que roubava dinheiro de sua mãe e objetos da casa e buscaram tratamento. Os atendimentos estavam inseridos numa rede de profissionais com espaços de discussão de caso e supervisão. B. fazia uso de medicação psiquiátrica na presença dos ATs por risco de auto-medicação excessiva. B. estabeleceu um tipo de vínculo com cada profissional, era agressivo e a cada momento tentava expulsar alguém do tratamento. Concordeu em iniciá-lo, pois visava ganhar um carro e poder trabalhar com o pai caso mostrasse as melhoras esperadas pela família. Descrevia os efeitos das drogas como muito prazeroso do qual não sabia se queria se livrar. Expressava raiva e medo de seu pai, o que dificultava sua aproximação. Demonstrava-se revoltado por sua mãe estar doente e não buscar tratamento. Quando chegamos em sua casa, ele estava muito magro, devido ao uso da droga e por não se alimentar adequadamente. Passava seus dias deitado e assistindo televisão. Não havia empregada na casa e a mãe não cozinhava. Logo também não havia comida na casa. O manejo da equipe foi contatar o pai para que disponibilizasse compras de supermercado, contratasse uma empregada e pagasse a academia. Com o passar do tempo todos começaram a comer e até almoçarem juntos. Outro manejo foi definir quais atividades retomar. Cada At cumpria uma destas atividades, em função da relação estabelecida. Um dos Ats cozinhava com ele, outro o acompanhava na academia e na casa da namorada, outro realizava passeios pela cidade e outro permanecia em sua própria. Ele voltou a praticar esportes sem fazer uso de anabolizantes. B. tatuou-se no início do tratamento. Para Costa (2003), tatuagens são bordas, fronteiras do corpo marcando-o com traços que procuram o olhar. O tatuar-se marca em ato a busca por um lugar de amor do outro através da decifração de traços corporais. O suporte ofereceu a reconstituição da imagem corporal e assim seu corpo aumentou e ganhou forma, época em que voltou a dar atenção a sua alimentação, higiene pessoal e vestuário. Sua mãe passou a frequentar a academia junto com ele, fruto de contatos dos Ats buscando inseri-la no tratamento. O tratamento promoveu mudanças na dinâmica psíquica e familiar do paciente. Houveram recaídas, porém foi a primeira vez que o paciente ficou abstinente. Como iniciou muito jovem, as drogas tiveram um efeito devastador em sua vida escolar, produtiva, afetivo-relacional e psíquica. Trata-se de uma família com um funcionamento bastante comprometido, incapaz de fornecer as provisões básicas, o que foi foco de manejo dos profissionais.

**Palavras-chaves:** Saúde mental, Acompanhamento Terapêutico, Dependência química, Psicanálise Lacaniana

**Atividade:** TRANSTORNOS ALIMENTARES: ANOREXIA NERVOSA E BULIMIA NERVOSA EM JOVENS NO MUNDO VIRTUAL  
(Paineis)

**Trabalho:** TRANSTORNOS ALIMENTARES: ANOREXIA NERVOSA E BULIMIA NERVOSA EM JOVENS NO MUNDO VIRTUAL

**Autor(es):** Thaís Abasto Iglesias, Suely P. Marin, Agnes V. Shidomi, Juçara O. Rodrigues, Ivana Moraes de Alencar, Ivani T. Mendes, Renata C. G. Ponchirolli

**Resumo:** TRANSTORNOS ALIMENTARES: ANOREXIA NERVOSA E BULIMIA NERVOSA EM JOVENS NO MUNDO VIRTUAL  
O tema escolhido decorre do crescente aumento da exposição

de meninas com Transtornos Alimentares no mundo virtual (blogs, Orkut, etc), o que provocou no grupo um interesse em compreender melhor as causas e conseqüências dessa auto-agressão para com o corpo. O trabalho se inicia com um breve relato histórico sobre casos de mulheres que desde a Idade Média já praticavam jejuns, porém, com objetivos diferentes do nosso século. Discorre ainda sobre o mundo virtual, onde essas jovens se apresentam, enfatizando que o meio onde vivem (virtual e real) pode ter grande influência sobre o comportamento apresentado. Compreender as possíveis causas dos Transtornos Alimentares em jovens no mundo virtual dentre elas, transtornos psiquiátricos, imposição de um padrão de beleza e distorção da imagem corporal. Realizamos pesquisa quantitativa e utilizamos 100 depoimentos obtidos da internet de meninas com Transtornos Alimentares entre 15-25 anos. Ao analisarmos os depoimentos retiramos as opiniões mais freqüentes e criamos 10 categorias das características agressivas encontradas nos depoimentos de meninas com Transtornos Alimentares e construímos uma tabela mostrando a freqüência dos sintomas agressivos nas respectivas categorias. A partir da tabela apresentada observamos que o maior índice obtido foi o da categoria de participar de grupos de incentivo a doença Pró-Anna (Anorexia Nervosa) e Pró-Mia (Bulimia Nervosa) 16% o que nos fez refletir em algumas teorias que encontramos no decorrer da pesquisa, entre uma delas, a de Moser que o comportamento agressivo pode ser adquirido por diversos mecanismos como a aprendizagem pela observação. Ao observarmos a categoria auto flagelação ao sentir fome 2% das meninas apresentaram este comportamento. Foram encontrados muitos depoimentos e “conselhos” que as jovens imitavam para induzirem o vômito, e dicas de dietas drásticas, o que se enquadra 15% das meninas que constitui a Categoria Restrição alimentar. As jovens utilizam objetos para provocar vômito, que são 14%, Uso de remédios para a indução do vômito com 9%, Uso de remédios para emagrecer e/ou tirar a fome com 10%, e Uso de laxantes e diuréticos com 10%. Encontra-se com freqüência características que aponta 7% das jovens que gostam de exibir o corpo magro, e que não poupam esforços para conseguirem atingir suas metas, praticando exercícios físicos em demasia, com 7%. Existem técnicas apresentadas também nos depoimentos para adquirirem nojo em relação à comida, o que constitui 10% das jovens que quando criam repulsa pelo alimento, conseguem ficar sem se alimentar por mais tempo. No decorrer do trabalho, percebemos que as meninas que sofrem de Transtornos Alimentares possuem uma baixa auto-estima, elas próprias se agredem, de maneira violenta, sem ter nenhum respeito com o seu corpo. Sendo assim concluímos que havia uma distorção da imagem corporal. A maioria dos autores, afirmam que a agressividade é aprendida, e que o ambiente interfere no modo de viver do indivíduo. Ao analisarmos os depoimentos tivemos certeza de que a sociedade pós-moderna, a mídia e a tirania por uma busca incansável de um “corpo perfeito” influenciam o nosso comportamento. De acordo com Cordás (1998) as causas dos Transtornos Alimentares são diversas: interações sócio-culturais, fatores biológicos e psicológicos que contribuem para o desenvolvimento da doença. Constatamos que a auto-agressão das meninas com Transtornos Alimentares não é somente uma agressão ao seu corpo, mas também ao seu desenvolvimento psicológico, biológico e social. Enfim, é imprescindível campanhas para o esclarecimento, conscientização e reeducação sobre os Transtornos Alimentares e trabalhos multidisciplinares em ampla escala na saúde pública e privada.

**Palavras-chaves:** TRANSTORNOS ALIMENTARES, MUNDO VIRTUAL, grupos de incentivo a doença

**Atividade:** Possíveis contribuições da psicanálise à clínica do acompanhamento terapêutico: relato de caso  
**(Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Possíveis contribuições da psicanálise à clínica do acompanhamento terapêutico: relato de caso

**Autor(es):** Natasha Bazhuni, Jussara Falek Brauer

**Resumo:** À partir da convulsão da jurisdição psiquiátrica surgiram iniciativas em diferentes territórios no campo da saúde mental como a figura do acompanhante terapêutico (AT). Esta



prática constitui-se por intervenções clínicas dentro e fora dos enquadres e dispositivos tradicionais de tratamento e das instituições como família, equipamentos de saúde e espaços sociais (GHERTMAN, 2005). As representações que este profissional dispõe não são suficientes para situá-lo. Portanto, precisa-se delinear novos mapas. Articularemos conceitos da psicanálise Lacaniana com fragmentos de um caso clínico na busca por uma referência teórica que norteie esta prática clínica. Realizou-se AT com uma mulher de 27 anos após alta de internação psiquiátrica por um mês ocasionada por delírios iniciados após cirurgia da válvula cardíaca danificada por um vírus. Não identificou-se origem da contaminação, que é freqüente em pessoas com baixa resistência imunológica. Nos dois anos precedentes a cirurgia fez acompanhamento medicamentoso sem intercorrências seguindo com sua rotina de estudo e trabalho. Teve uma discussão com sua mãe que não a acompanhou nos períodos pré e pós-cirúrgicos, sendo acompanhada pelos irmãos e avó paterna. No período de recuperação ficou em casa – que mora com sua mãe e irmãos – por período inferior ao prescrito, pois “não agüentava ficar tanto tempo com sua mãe”, além da casa estar reformando com barulho, sujeira e circulação de pedreiros. Os delírios começaram ao encontrar seu irmão na cozinha com um amigo carregando uma mala que acreditou conter drogas. Falou com seu irmão, mãe e pai que não deram importância a ela e simplesmente negaram a veracidade de suas suspeitas. Ela acreditou que seus pais sabiam, mas eram chantageados pela quadrilha de traficantes da qual amigo e irmão participariam. Acreditava haverem homens espiando-a no banho e que era vigiada como se estivesse no programa de televisão “Big Brother” por câmeras em tomadas da casa. O telefone estaria grampeado e receava falar abertamente com seu pai. A relação entre seus pais era permeada por muitas discussões, não estavam formalmente separados, porém ele morava e trabalhava em outra cidade e passava alguns finais de semana na casa dela. Ela trabalhava numa empresa multinacional onde haveria uma conspiração de funcionários fornecendo segredos industriais e desviando verbas. Esta idéia iniciou em uma reunião na qual dados diferentes dos que ela conhecia foram apresentados para uma comissão de superiores. Desconfiava de todos ao seu redor e tratava-os com agressividade. Seu chefe pede que se trate e a afasta. Ela vai para casa, faz sua mala e sai escondida da família para casa de uma amiga, onde acha que também é vigiada. Volta para casa e os pais a internam forçadamente. Após a alta estava proibida pela mãe de usar o telefone, falar ou ver pessoas, sair desacompanhada ou ir trabalhar. Estava impedida de fazer qualquer coisa que desejasse, anulada em seu ato. No discurso da mãe queria “proteger sua imagem” das pessoas que a viram em surto, que a equipe de tratamento não a conhecia e não sabia o que poderia fazer, como mentir, roubar e brigar com as pessoas próximas. Conta de uma discussão em que sua filha lhe arremessou um cacho de uvas de pedra na cabeça. A empregada conta que foi após a mãe tê-la arrastado pelo cabelo escada abaixo. O AT entrou no caso por indicação do psiquiatra, que conta da dificuldade em “retirar” o delírio resistente a mais alta potência de medicação, em concordância da família, que pede para que a ajude a retomar atividades cotidianas. De saída o pedido era contraditório a forma como vinha sendo tratada. Os atendimentos eram a princípio em sua casa e gradualmente se estendeu para outros espaços. Neste percurso conta uma cena onde sua mãe entrou em seu quarto com água fervendo ameaçando jogá-la se continuasse dormindo. Fala do relacionamento conturbado e agressivo com a mãe desde criança considerando que esta não lhe amava, que era mentirosa, de caráter duvidoso e desequilibrada emocionalmente. Apontou-se o quanto estava identificada com sua mãe, parecendo-se com ela e tratando-a de maneira semelhante. A postura do profissional é o ponto fundamental que definirá os atos da intervenção do AT, assim o trabalho efetuou um corte que pôde suspender a figura da mãe como algoz, fazendo surgir o desejo da paciente. Este ato promoveu alternativas que fraturaram esta ligação de gozo. Devido à intervenção pôde iniciar sua análise e conseguiu manter novamente espaços próprios, tentando driblar o gozo que pode ser traduzido nos significantes “controle” e “vigilância”. O ato analítico impõe que o sujeito, para aceder a outra condição que não a de ficar alienado ao que faltaria ao Outro, precisa se colocar na consequência de uma perda até para poder saber o que lhe falta (LACAN, 1995). O AT com sua mecânica traduzida neste caso clínico introduziu com o saber psicanalítico um corte nas diferentes formas de gozo.

**Palavras-chaves:** Saúde mental, Psicanálise Lacaniana, Acompanhamento terapêutico

**Atividade:** Reflexões sobre o manejo clínico no atendimento de crianças de comunidades pobres do Rio de Janeiro: teoria e técnica.

## (Experiências em Debate)

**Trabalho:** Reflexões sobre o manejo clínico no atendimento de crianças de comunidades pobres do Rio de Janeiro: teoria e técnica.

**Autor(es):** Maria Inês Garcia de Freitas Bittencourt

**Resumo:** O trabalho apresenta uma reflexão teórica sobre a prática clínica institucional no SPA da PUC-Rio a partir da experiência numa equipe de atendimento a crianças das classes populares, vivendo em comunidades carentes do Rio de Janeiro. O relato de um caso é utilizado como ilustração da apropriação da teoria numa prática clínica onde é preciso adequar o trabalho às regras da instituição que determinam condições de tempo e espaço e ainda à realidade fora do setting. A incidência crescente das queixas de “transtornos de comportamento” no atendimento destas crianças remete a um conjunto de sintomas onde se destacam simultaneamente, por um lado, diversas formas de agressividade, e por outro, timidez, inibição, fobias, distúrbios psicossomáticos diversos. A presença da violência no dia a dia dessas comunidades leva a experiências traumáticas que bloqueiam os modos de expressão simbólica. O que deve se propor fazer, nestes casos, um terapeuta de crianças? Como lidar com o desafio de instituir espaços e limites, estimular e conter, proporcionando, através do brincar, uma relação de confiança capaz de promover uma integração e organização dos afetos e do pensamento? Os desafios que alguns casos apresentam, por exigirem especial criatividade no manejo das situações, têm nos levado a buscar nas idéias de Winnicott o referencial capaz de nos sustentar, provendo um holding/ continente para nossas ansiedades e organização para nosso próprio pensamento. Privilegiamos aqui contribuições como a compreensão da função da agressividade no desenvolvimento do self e as relações com o ambiente como fator essencial, o que nos permite pensar sobre questões envolvendo o setting terapêutico. Este é visto como espaço transicional permitindo que possam emergir novas formas, novos sentidos, não necessariamente a partir da interpretação, mas a partir do estabelecimento de características importantes no ambiente facilitador, como continuidade, confiança, adaptação gradativa às necessidades e provisão para concretizar o impulso da criança, com realce nas qualidades de flexibilidade e criatividade do terapeuta. Se nas primeiras relações ocorreram entraves ao processo de significação, pela mãe, da onipotência infantil, seguida da progressiva desilusão da criança para introduzi-la na realidade, torna-se impossível a construção de uma "abordagem criativa dos fatos". Pois não há, neste caso, possibilidade de uso de um espaço de experimentação, de entrelaçamento das realidades interna e externa, lugar do simbolismo, da criatividade e da capacidade de brincar, que só pode ser construído com base num sentimento de confiança relacionada à fidedignidade da figura materna. O conceito de uso de um objeto é também de fundamental importância para a compreensão do fenômeno da agressividade nas relações da criança com o ambiente, portanto, com o terapeuta. Esta noção é fundamental para a compreensão da agressividade, na diferenciação entre a destruição na fantasia e aquela que é atuada, possibilitando que o outro (no setting, o terapeuta) se torne objeto que deixa de ser apenas um feixe de projeções e adquire capacidade própria de resistir aos ataques. A descoberta da sua capacidade autônoma do objeto em sobreviver aos ataques marca a passagem do relacionamento aniquilador, que exclui esperança, para a experiência de uma destruição simbólica, pano de fundo para a relação de uso com um objeto situado na realidade externa. A leitura de Winnicott permite acompanharmos o processo de desenvolvimento do self num movimento que se inicia na agressão primária (onde estão fusionados amor e agressão), e se dirige para uma progressiva diferenciação entre idéias e experiência, intenção e possibilidade. O caso clínico que será apresentado ilustra alguns desafios que nos remeteram à busca de soluções. Em particular, procuramos uma explicitação da tarefa do terapeuta, que não tem que ser a mãe, mas desempenhar algumas funções da mãe, de escudo protetor e ego auxiliar. de modo a prover o que é necessitado. Dentro do setting isto envolve promover condições para brincar e, participar ativamente do jogo e saber movimentar-se criativamente no papel do adulto que dá contenção e participa com a criança na criação de regras, constituem estratégias essenciais para o desenvolvimento do processo. Além do setting formal, é também muitas vezes necessário criar estratégias para promover mudanças no ambiente da vida cotidiana, na comunidade, em casa, na escola. Bibliografia BITTENCOURT, Maria Inês G.F. (2004) Sobre o movimento criativo: espaço e brincadeira no atendimento a crianças em instituição. In: J. de

Vilhena (org) A Clínica na Universidade.S. Paulo, Loyola, 2004.WINNICOTT, Donald W (1971) A criança e seu mundo. Rio de Janeiro, Zahar----- ([1951] Objetos transicionais e fenômenos transicionais In: Winnicott, DW O brincar e a Realidade. Rio de Janeiro, Imago,1975-----[1967] O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil . In: Winnicott, DW O brincar e a realidade. RJ, Imago, 1975----- [1969] O uso de um objeto e relacionamento através de identificações. In: Winnicott, DW. O brincar e a realidade. RJ, Imago, 1975

**Palavras-chaves:** clínica da infância,agressividade,brincadeira

**Atividade: Projeto de inserção social de indivíduos portadores da síndrome de Rubinstein-Taybi (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Relações emocionais em indivíduos portadores da síndrome de Rubinstein-Taybi

**Autor(es):** Bruno Vivas Sá,Francisco Kelmo,Mariana Sousa Lima,Marina Lima Duarte Moreira,Luiza Sampaio,Jarbas Cersosimo,Anderson Almeida Chalhub

**Resumo:** UM ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES EMOCIONAIS EM PORTADORES DA SÍNDROME DE RUBINSTEIN-TAYBI.Universidade Salvador – UNIFACSE-mail: bruno.sa@psi.unifacs.brO projeto de inserção social de indivíduos portadores da síndrome de Rubinstein-Taybi (RSTS) propõe que a realidade desses sujeitos seja compreendida como diferente, não como uma deficiência humana, como prega o pensamento cartesiano. Portadores RSTS apresentam retardo mental heterogêneo, baixa estatura, polegares largos e dedos grandes, anomalias craniofaciais, incluindo microcefalia, disgenesia do corpo caloso, bossa frontal proeminente, fissuras palpebrais oblíquas antimongolóides, estrabismo, alterações da pirâmide nasal, crescimento anterior do septo cartilaginoso em direção à columela, desvio de septo, hipoplasia maxilar, palato ogival, fissura palatina submucosa com ou sem úvula bífida, micrognatia e alterações odontomorfológicas. Com bastante frequência o nível intelectual é rebaixado com disfunções, o sujeito vive uma realidade atípica: as relações sociais são entendidas mediante o pensamento clássico. Por isso, tais relações são excludentes ao extremo. A categorização do sujeito como portador RSTS não pode ser discriminatória, mas deve servir ao avanço do conhecimento a respeito da realidade desses sujeitos. Compreender os aspectos emocionais de indivíduos portadores de RSTS é um fator essencial para a análise das relações humanas, uma vez que, as emoções estão na base das relações sociais. Esta pesquisa propõe o desenvolvimento de atividades que forneçam suporte para que os indivíduos portadores de RSTS possam estabelecer relações sociais para além do automatismo emocional, cuja natureza é extremamente destrutiva. O processo cognitivo insere as respostas emocionais em um outro sistema, no qual outros seres humanos podem usufruir das suas expressões, reconstruindo-as de acordo com o contexto social. Após as visitas realizadas na residência do voluntário, nas quais foram feitas entrevistas semi-estruturadas com a mãe e com a professora particular, registrou-se duas observações importantes: (i) ao longo dos anos, sua progenitora procurou os mais diversos auxílios que proporcionassem o desenvolvimento do analisado, desde médicos a professores particulares, (ii) a mãe utilizou estratégias para que o indivíduo pudesse adquirir independência, e resolver as atividades diárias com o mínimo de assistência. Das visitas à escola do sujeito, observou-se que o processo escolar guarda uma íntima relação com os aspectos emocionais, pois conferem às respostas emocionais – automotivas e destrutivas – formas mais elaboradas de expressão. A instituição escolar constrói as bases das relações sociais, pois concede atividades aceitas socialmente para a expressão humana. Apesar de apresentar retardo mental moderado, o sujeito ultrapassa as expectativas registradas na literatura. Sugere-se que as

investidas maternas e o trabalho multiprofissional são os fatores determinantes no bom desenvolvimento cognitivo do analisado, uma vez que em quadros típicos de retardo mental moderado é improvável que um indivíduo alcance o nível de abstração registrado neste estudo: (i) atua nos palcos da escola e (ii) iniciou o processo de simbolização primitiva. A interação de profissionais possibilitou ao sujeito interagir com o ambiente social sem destruí-lo. O tratamento continuado ofereceu possibilidades de respostas mais adequadas ao meio de convívio – anteriormente, o voluntário tinha pouca paciência para estabelecer comunicação, quando seu desejo não era compreendido sua única alternativa era, tomado pela cólera, responder agressivamente. Outro aspecto comportamental observado são os movimentos bruscos e involuntários, como as agressões contra a si mesmo sob estresse emocional. Uma alternativa sugerida foi de introduzir outras vias de expressão na realidade do analisado para que ele pudesse desenvolver a consciência sobre seu processo subjetivo e poder optar por qual caminho gostaria de se expressar. A proposta do projeto de inserção social de indivíduos portadores da síndrome de Rubstein-Taybi é a de que a partir de grupos multidisciplinares novas intervenções sejam criadas para possibilitar o pleno desenvolvimento de sujeitos portadores dessa síndrome. As intervenções mais eficazes tiveram relação direta com a realidade do sujeito, pois as vias primitivas de expressões emocionais incidem no concreto. A abstração é uma condição da atividade cognitiva. Segundo estudos recentes, deixar o sujeito escrever do seu jeito é crucial para o seu amadurecer psíquico. Por isso, incitar a curiosidade do analisado, trazendo práticas relacionadas com sua realidade, para que depois possa escrever o seu mundo, mostrou-se bastante adequado em diversas situações. O amadurecimento psíquico permitirá ao analisado entender que a linguagem e o mundo são regidos por leis, transformando-o em um ser geneticamente social. As práticas desenvolvidas com o voluntário servirão de parâmetro para que outras pessoas possam se beneficiar dos mesmos achados podendo alcançar um pleno desenvolvimento subjetivo. Como qualquer padrão de comportamento, as emoções também têm uma parcela de origem genética. Acredita-se que, a continuidade dos estudos a respeito das conseqüências comportamentais causadas pela alteração genética de RSTS, será possível antever a expressão dos comportamentos emocionais de outros sujeitos que apresentem a mesma síndrome, possibilitando, assim, os suportes adequados para seu pleno desenvolvimento. O tratamento adequado permitirá que sujeitos portadores de RSTS compartilhem sua subjetividade com outros indivíduos.

**Palavras-chaves:** Rubinstein-Taybi, Inserção social, desenvolvimento emocional

**Atividade: Vínculo patológico:  
(Paineis)**

**Trabalho:** Vínculo patológico: Um estudo psicanalítico do vínculo como relação de dependência

**Autor(es):** Antonieta Lira e Silva

**Resumo:** O mundo no qual vivemos vem apresentando mudanças avassaladoras, e evidentemente transformações também ocorrem na clínica psicanalítica, que se depara com novas formas dos sintomas. Dentre essas novas formas de sintoma, podemos citar a relação de dependência. Na atualidade, multiplicam-se as descrições de dependência à cocaína, ao álcool, aos medicamentos, aos alucinógenos, ao tabaco, à comida, ao açúcar, ao chocolate, ao café, entre outros. Incluem-se aí, também, os mais diversos comportamentos excessivos e compulsivos, como jogo, televisão, esporte, paixão, trabalho e sexo. Em todos esses casos, pesa mais o tipo de vínculo do que o objeto em si. À primeira vista, pode-se valorar que a dependência à cocaína causa mais danos ao sujeito do que a dependência ao açúcar, considerando-se as substâncias químicas envolvidas. Não se desconhece que diferentes objetos produzem diferentes efeitos e graus distintos de devastação. Mas, tratando-se de dependência psíquica, a busca de um ou outro, ao tornar-se excessiva, escraviza o sujeito, a ponto de reduzir sua existência para buscar o encurtamento da distância com o objeto ou para entregar-se a um gozo mortífero ao encontrá-lo. Um primeiro olhar a respeito do sujeito na contemporaneidade mostra que ele está tornando-se mais indiferente ao outro quanto a afetos; relaciona-se de uma maneira menos interativa, sem investimentos afetivos intensos; conduz-se, portanto, a uma existência sem compromissos. Nesse contexto, as relações entre sujeitos tomam uma feição utilitária e

fugaz, pois, sem reflexão, sem implicação interpessoal, tudo não passa de objetos dos quais eles se utilizam, para obter algum prazer e continuar vivendo. Uma vida sem grandes investimentos, sem ideais, mais só do que compartilhada. O narcisismo, tão fundamental para a manutenção da vida, assume uma conotação de prisão em si mesmo e uma dificuldade de interagir com o Outro. Este homem, que ao nascer, depende de alguém para continuar vivendo, conferindo a ele uma característica de um desamparo fundamental, no qual necessita do suporte do outro para sua sobrevivência. Observa-se, que algumas pessoas, “necessitam” permanecer na posição de “dependente” do outro ou de algo, forma com que ele “consegue” vincular-se ao longo da vida. Buscando entender essa forma de vinculação, objetivamos compreender, a partir das contribuições de Freud, de Lacan e de teóricos que podem acrescentar de forma significativa, a relação de dependência entre sujeito e objeto. Em seguida, discutimos, a partir de um viés psicanalítico, a questão do vínculo patológico, articulando-o com a relação de dependência. Entendemos que, subjacente ao vínculo patológico, encontra-se uma relação de dependência. Finalizando, falamos de um vínculo que se estabelece entre sujeito e objeto no sentido de dependência, que deve ser entendida como relativa a determinados comportamentos caracterizados pelo abuso e pelo excesso, essa relação passa a se configurar numa patologia pela intensidade e preponderância, independente das características desse objeto. A dependência ao “objeto escolhido” leva o sujeito à servidão. Submeter-se a qualquer coisa para não perder é a regra do sujeito que apresenta uma estrutura aditiva. Logo, a consequência marcante é a perpetuação da situação de dependência em relação ao outro, negando-se o princípio básico da alteridade. Pretende-se, posteriormente, o aprofundamento da pesquisa, bem como, a inclusão de estudo de casos clínicos.

**Palavras-chaves:** Vínculo patológico, Relação de dependência, Psicanálise

**Atividade: A questão do “limite” nas patologias psicossomáticas: um estudo psicanalítico (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** A questão do “limite” nas patologias psicossomáticas: um estudo psicanalítico

**Autor(es):** Lília Frediani Martins Moriconi

**Resumo:** A noção de limite tem sido investigada, no campo da Psicanálise, por diversos autores que estão interessados em buscar compreender alguns dos fenômenos clínicos que se apresentam de maneira cada vez mais freqüente no espaço analítico, como é o caso das doenças psicossomáticas. Estas vêm colocar em questão o limite entre o somático e o psíquico, na medida em que dizem respeito a um adoecimento corporal que encontra suas raízes em certos aspectos particulares da dinâmica subjetiva. Esta particularidade parece atingir o limite entre o representável e o irrepresentável, que encontra articulação com os limites entre alteridade interna e externa. Ao ser encarada como uma noção pela Psicanálise, assumindo assim um estatuto metapsicológico, a noção de limite permite uma maior compreensão do funcionamento psíquico envolvido no fenômeno psicossomático, tornando-se de fundamental importância investiga-la de maneira mais aprofundada. Para tanto, contudo, é necessário sair de uma concepção que se restringe à idéia de limite entre neurose e psicose, para outra que busque abordá-la em termos dos limites entre o eu e o outro, entre as próprias instâncias psíquicas, ou mesmo os limites da representação. Neste trabalho pretende-se refletir sobre alguns dos mecanismos presentes na formação desta forma específica de adoecimento, buscando interrogar de que maneira estariam sendo exercidas as funções dos “espaços limites”. Entendem-se tais espaços, tal como define André Green, como regiões que permitem tanto a delimitação, quanto a comunicação entre as diferentes partes que separam, bem como a transformação (ou simbolização) de seus conteúdos. Entretanto, para que estas funções possam ser de fato exercidas, é necessário que o ego, na sua relação com o outro interno, realize o que Green denominou de “trabalho do negativo”, operação de fundamental importância no processo de constituição psíquica. A análise desta questão vem auxiliar o entendimento da origem e do desenvolvimento das afecções psicossomáticas. O que se pretende por em relevo aqui é a importância do contato corpo a corpo do bebê com sua mãe e mais ainda da qualidade deste contato. A interiorização da face negativa do objeto pode se dar de uma maneira específica no

caso das doenças psicossomáticas. Estas contribuições permitem igualmente uma análise sobre a singularidade da clínica nestes casos. A partir desta discussão é possível explorar de que maneira o espaço analítico, ele próprio, pode ser entendido como uma região limite em que trocas e transformações estão sujeitas a ocorrer, aspecto especialmente relevante no tratamento psicanalítico de tais quadros.\* Este trabalho faz parte da pesquisa que venho desenvolvendo no mestrado, realizado no Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica da UFRJ, sob orientação da professora-doutora Marta Rezende Cardoso.

**Palavras-chaves:** psicossomática,psicanálise,noção de limite,clínica

**Atividade: ANÁLISE DO REPERTÓRIO DE HABILIDADES SOCIAIS EDUCATIVAS DE UM TERAPEUTA DE GRUPOS: UM ESTUDO OBSERVACIONAL. (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:ANÁLISE DO REPERTÓRIO DE HABILIDADES SOCIAIS EDUCATIVAS DE UM TERAPEUTA DE GRUPOS: UM ESTUDO OBSERVACIONAL.**

**Autor(es):** Sheila Giardini Murta,Leonardo Freire Machado,Mariana Vieira Pajaro,Mariana Alvarenga Rodrigues,Mariana Morais Jardim Cunha

**Resumo:** Habilidades sociais educativas dizem respeito às habilidades interpessoais empregadas em contextos de promoção de aprendizagem e desenvolvimento do outro. As relações entre pais e filhos, chefe e subordinados, professor e aluno e psicoterapeuta e cliente são contextos em que são requeridas habilidades sociais educativas. O estudo das habilidades sociais educativas necessárias a uma atuação qualificada do facilitador de grupos é uma das linhas de pesquisa relevantes na área, dada sua aplicação direta na formação do psicólogo. Estas habilidades do coordenador de grupos são consideradas relevantes tanto para o uso adequado da técnica psicoterápica quanto para o fortalecimento do vínculo terapêutico e do clima de confiança no grupo. O presente trabalho consiste em um caso clínico em que foram descritas as verbalizações emitidas por um facilitador de grupos durante seu trabalho. O contexto de intervenção era uma oficina de habilidades sociais para universitários, que almejava desenvolver habilidades sociais, de solução de problemas e de manejo de estresse. O tipo de grupo era psicoeducativo, com sessões semanais, de duas horas de duração e orientação teórica cognitivo-comportamental. A metodologia de intervenção consistiu no uso de vivências grupais. A participante foi uma psicóloga com doutorado em psicologia e experiência anterior na condução de intervenções grupais psicoeducativas. Sua atuação enquanto conduzia as sessões foi filmada, a partir da quarta sessão, ao longo de nove sessões consecutivas, num total de 13:30 horas de filmagem. A observação direta e sistemática das filmagens, por meio de registro contínuo, mostrou a ocorrência das seguintes categorias comportamentais: perguntas para acessar sentimentos, perguntas para acessar ganhos e perdas resultantes da ação, perguntas para acessar recursos para enfrentamento, auto-revelação, escuta empática, solicitação ao grupo para que ofereça suporte social, solicitação ao grupo para que dê feedback a uma ação, reforço de progressos, explicação das causas do comportamento e fornecimento de instruções para a ação. Estes resultados evidenciam uma diversidade de habilidades sociais empregadas no contexto de atuação em grupo. Novos estudos descritivos com amostras maiores e mais diversificadas quanto ao contexto de atuação são sugeridos para confirmação e ampliação destas categorias comportamentais. Estes dados poderão ser úteis para a elaboração de checklists para uso no ensino e supervisão de facilitadores de grupos. Um passo posterior da pesquisa poderá ser a condução de estudos correlacionais sobre a conduta do facilitador de grupos, no que se refere ao uso das habilidades sociais educativas, e os resultados e impacto sobre indicadores de saúde dos participantes deste tipo de grupo.

**Palavras-chaves:** Habilidades sociais educativas,Psicoterapia de grupo,facilitador do grupo

**Atividade: Oficinas Terapêuticas: trabalho gerúndio  
(Mesas Redondas)**

**Trabalho:**ENTRE Letras

**Autor(es):** Simone Moschen Rickes, Ana Carolina Rios Simoni

**Resumo:** O trabalho com a escrita não é novidade para a psicanálise quando se trata de pensar a psicose. A análise do livro Memórias de Um Doente dos Nervos, escrito por Daniel Paul Schreber (1909), é o estudo mais conhecido deixado por Freud sobre um caso de psicose. Neste, Freud (1911) avalia com rigor e interesse teórico a obra de Schreber que, em sua autobiografia, narra os acontecimentos cruciais de suas internações psiquiátricas e disserta sobre sua relação estreita com Deus. As biografias que sucederam a esta publicação de Schreber destacam uma considerável melhora de seu trânsito social após a publicação de seu livro. Supomos, hoje, que a escrita possa ter funcionado como um instrumento de inscrição de si numa relação mais estável ao Outro (Costa, 1998, 2001). O trabalho que aqui trazemos para discussão toma como objeto de elaboração elementos emergentes no espaço de oficina de escrita implementado no ano de 2006 na Clínica de Atendimento Psicológico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Após longa experiência no atendimento, em ambulatório, a sujeitos com grave sofrimento psíquico, a Clínica iniciou o trabalho sob a modalidade de oficinas terapêuticas. Estas ocorrem semanalmente, com duração de uma hora e meia, e congregam participantes que, de algum modo, vêm-se preocupados pelo escrever, muito embora possam ser até mesmo analfabetos. A proposição de um espaço de oficina sustenta-se na tomada da psicose, numa perspectiva psicanalítica, como condição existencial que recusa a operação que organiza o laço social e não como uma patologia a ser debelada (Lacan, 1954-55). Decorre disso a escolha por agregar, ao atendimento individual, a realização de um trabalho que se desdobra em um espaço comum onde a materialidade dos traços, desenhos e letras produzidos, encontra o testemunho dos demais participantes da oficina e pode retirar deste testemunho uma consistência minimamente sustentadora da posição do sujeito frente aos outros que, com ele, constituem aquele espaço coletivo. Desde esse ponto de vista, o fazer das oficinas busca constituir, a partir da criação de uma cena do coletivo, um lugar potencializador da produção de laço ao outro/Outro que se faz presente na escrita enquanto código e enquanto lugar de endereçamento do texto (Costa, 1998, 2001; Eco, 1979). Sabe-se que a escrita não é o elemento preferencial de produção de si e do mundo para todos os sujeitos. Ela se coloca como tal para alguns. A oferta do espaço para produção de textos e narrativas sobre os textos quer expor essa superfície aos sujeitos para que nela possam fertilizar as produções daqueles mais afeitos a este solo. A proposta da folha em branco busca ofertar uma superfície de inscrição mais ou menos estável, já que a ela pode-se voltar em diferentes momentos através da retomada dos textos. Ao produzir pedaços de papel crivados de letras, pequenos textos e desenhos, completamente inúteis do ponto de vista pragmático (Arendt, 2001), os sujeitos da oficina trabalham para construir uma permanência, uma estabilidade, ali onde sua condição psíquica inscreve como impasse princeps a volatilidade e a deriva. A materialidade da produção pode funcionar então inscrevendo um intervalo de tempo, bem como de espaço, uma diferença, entre o sujeito e outro / Outro que, na psicose, não raras vezes, se torna invasivo. O que está em questão é a aposta na possibilidade de a concretude da folha rasgada pelo traço adquirir o estatuto de produção de um sujeito e realizar uma função mediadora no encontro com o outro/Outro. Desse modo, interessa a este trabalho refletir sobre os efeitos dessa experiência entre as letras e seu potencial de produção daquilo que Guerra (2004) denomina de “densidade simbólica diferenciada”.

**Palavras-chaves:** psicanálise, oficinas terapêuticas, escrita, alteridade

**Trabalho:** Foto-grafando numa oficina terapêutica

**Autor(es):** Thoya Lindner Mosena

**Resumo:** Este trabalho pretende trazer algumas reflexões que vieram surgindo ao longo de uma Oficina de Fotografia realizada no hospital-dia de uma instituição psiquiátrica do Rio de Janeiro. A

fotografia é uma forma de narrativa cara à contemporaneidade. Resulta, tecnicamente falando, das marcas que a incidência de luz cunha numa superfície fotossensível, promovendo um jogo entre claro e escuro, entre luz e sombra, entre aquilo que fica registrado e aquilo que fica de fora. Mas o que parece pôr em pauta, de um modo que lhe é peculiar, é a forma como aquele que fotografa produz uma moldura singular do instante que se registra com o clique. Tomando-a como foto-grafia, isto é, como uma escrita que se faz com a luz, nos perguntamos o que com essa luz é possível escrever ou o que a fotografia pode dar a ver deste recorte do olhar. Associando o fotografar a um convite a criar narrativas sobre e a partir deste gesto e das imagens que lhe são resultantes, acreditamos que algo da ordem de uma escrita de si pode vir a ser potencializada. Ajustando o foco sobre essa possibilidade da escrita de uma ficção de si mesmo (Costa, 1998), e partindo da noção de que o sujeito é primeiro uma imagem antecipada no Outro – tal como enunciou Lacan (1949) no Estádio do Espelho – é que escrita e imagem são elementos que se tecem na proposta desta Oficina. Falamos aqui de ficção, mesmo quando se trata do trabalho com imagens, porque a fotografia nos mostra que há uma distância entre aquilo que vemos e a realidade que acreditamos ver. Trata-se sempre, de alguma forma, de uma ficção, de um recorte, de um modo singular de emoldurar essa realidade. Que efeitos o fotografar pode ter para aquele que fotografa? Concordamos aqui com Costa (1998) que em qualquer enunciação o sujeito é a um só tempo aquele que conta e aquilo que é contado. Sendo assim, apostamos que a possibilidade de produzir narrativas a serem compartilhadas pode permitir um reenlace com a própria história. É neste sentido que tomamos a fotografia como o suporte material a partir do qual o trabalho nesta Oficina pode acontecer. Na Oficina de Fotografia esta aposta traduz-se por tomar a foto como produto e como produtora de narrativas, e por acreditar que o espaço de testemunho que uma oficina terapêutica pode engendrar constitui-se num de seus trunfos. As oficinas terapêuticas surgiram como dispositivo terapêutico alternativo pós-Reforma Psiquiátrica. O que as caracteriza, segundo Guerra (2004), é a possibilidade de operar sobre uma superfície material concreta na criação de um produto. A materialidade deste produto é que poderia conferir a este fazer o que esta autora denomina uma “densidade simbólica diferenciada”, podendo então ter efeitos subjetivos. O que pode ainda produzir este efeito? No mais das vezes podemos dizer que o que pode conferir alguma consistência psíquica é a constituição de um endereçamento deste fazer e de seu produto, ou seja, o encontro de um destinatário, a constituição de uma alteridade. Seria este o movimento privilegiado de operação de uma inscrição psíquica, e o que poderíamos reconhecer como um efeito terapêutico do espaço denominado oficina. A partir da experiência desta Oficina de Fotografia pretendemos lançar luz sobre algumas hipóteses acerca do que pode catalisar e do que pode cristalizar o trabalho em uma oficina terapêutica. Refletindo sobre os rumos que o próprio dispositivo tomou ao longo de sua história, podemos nos perguntar que espaços para o sujeito se delineiam então neste território.

**Palavras-chaves:** oficinas terapêuticas,psicanálise,alteridade,imagem,fotografia

**Trabalho:**A moldura da cena na esquizofrenia: montagem imaginária e advento da palavra

**Autor(es):** Joceline Fátima Zanchettin

**Resumo:** A esquizofrenia instiga interrogantes teóricos e clínicos no campo psicanalítico. Não se sabe bem ao certo qual o tratamento possível para estes sujeitos destoantes de uma dita normalidade neurótica. Segundo Lacan (1955-1956), em *As psicoses – Seminário 3*, o sujeito esquizofrênico é corporalmente despedaçado e estes pedaços parecem demandar lugar. O presente escrito objetiva tecer algumas reflexões sobre o lugar possível para os pedaços corpóreos do sujeito esquizofrênico. Entende-se que neste corpo fragmentado não há o que dizer, há sim o que fazer/mostrar. Articulam-se reflexões sobre o lugar do recorte da cena, sustentado na operação primordial de expulsão, na estruturação psíquica esquizofrênica. Situa-se nele o romper da totalidade espacial e temporal. Operação esta que delimitaria uma superfície sobre a qual o corpo que ainda não pode falar, mas pode fazer – mostrar-se, dar-se a ver, recortar-se -, entraria em cena. Na esquizofrenia nos defrontamos com uma produção dissociada de imagens sonoras e visuais – alucinações. Segundo Lacan (1958), em *De una cuestión preliminar a todo tratamiento posible da la psicosis*, tais construções protegem o sujeito da morte, na medida em que, restabelecem precariamente o enlace com o Outro, pois referenciam um



objeto entregue ao gozo do Outro. Articulam-se idéias em torno do que pode vir a se instaurar no obrar imagético do esquizofrênico a partir do instituir das bordas da cena. O dispositivo teatral trágico-grego adentra a presente reflexão instigando articulações clínicas e teóricas sobre o armado da borda da cena na Esquizofrenia. A partir de elementos identificados como estruturantes na origem do teatro grego - a voz/canto/palavra/coro e o olhar/imagem/gesto/cena – bem como o ato trágico em si, elementar na tragédia, buscar-se-á efetuar articulações sobre o possível e impossível do emoldurar da cena na Esquizofrenia, identificando o potencial inventivo/criativo ali contido. (Lacan, A ética da psicanálise – Seminário 7, 1959-1960/ Brandão, Teatro grego origem e evolução, 1992) Compreende-se que o teatro é uma arte que se dá no coletivo, que delimita um espaço e um tempo, que institui um lugar. O teatro demanda um Outro presencial, pois não podemos fazer teatro entre quatro paredes. Necessitamos do olhar, do reconhecimento presencial do Outro, ou seja, precisamos de sua sustentação corpórea, que se evoca em seu olhar e em sua voz. O teatro parece explorar o mundo dos não-ditos, dos não-escritos, do que não circula pelas palavras, mas mobiliza um ser que necessita de fala. Trata-se de um ser que se apresenta e não se representa - isso que não-fala e que por si só já diz, ou seja, o real. Em oficinas de teatro nos deparamos com a dimensão deste fazer, do sujeito que ao produzir se produz a si mesmo. Segundo Pommier (1989), em El desenlace de un análisis, este seria o próprio status da obra, isto é, essa coisa que vive por si só e que sustenta o sujeito pela autonomia que lhe foi delegada. Supõe-se que no criar há a dimensão da construção de um Nome, de um Lugar, no qual o sujeito esquizofrênico encontra morada. A obra, por desprender-se do artista, legitima um saber sobre o fazer, compo o saber-fazer - lugar possível de apresentação do sujeito. No teatro, a partir do recorte da cena, a construção do personagem, enquanto puro fazer, desprende-se do sujeito, e neste cair institui superfície de apresentação de um saber sobre este fazer – saber-fazer. O personagem cai no palco, funda uma exterioridade a partir do olhar e da voz de quem testemunha sua criação. A obra se recorta no olhar e na voz de quem nela se encontra e se desencontra. Sabe-se que na esquizofrênica não existe falta inscrita, logo não existiria desejo, porém se crê que exista a possibilidade de um fazer – da criação. Estaríamos no nível da criação do buraco que instauraria algo do desejo? Tratar-se-ia do instituir primordial de uma superfície de apresentação do sujeito da esquizofrenia?

**Palavras-chaves:** Oficinas terapêuticas,Psicanálise,Alteridade,Teatro,Imagem

**Atividade: Experiências-limite  
(Mesas Redondas)**

**Trabalho:**Qual o limite do corpo?: Quando a dor constrói experiência subjetiva

**Autor(es):** Leônia Cavalcante Teixeira

**Resumo:** As técnicas do corpo, como define Marcel Mauss, significam os modos como os homens sabem se servir de seus corpos. Em consonância com tal definição, pensamos que os lugares do corpo na atualidade histórico-sócio-cultural questionam paradigmas dualistas, interrogando as formas habituais de constituição subjetiva e dos laços sociais. Considerando, como referencial teórico, a psicanálise na interdisciplinaridade, o objeto de interesse deste trabalho é o corpo como espaço de existência, como subjetividade em devir. A partir das investigações do filósofo português José Gil, a concepção de corpo virtual consiste no articulador conceitual na apreensão das práticas corporais que têm na experiência da dor sua consistência. As marcas impressas por perfurações na carne consistem em exercícios de construção de orifícios, bordas e limites somato-psíquicos que escapam aos ditames usuais do uso corporal, não se conformando ao campo da moda e da inclusão em grupos. Quando tratamos das práticas da tatuagem, do piercing, da escarificação, do branding e da suspensão não as abordamos como modalidades de adereço e enfeite, mas como experiências que visam marcar corpos, inscrevendo-os em uma rede simbólica pela dor e pelo sangue. Tais experiências, quando não negativizadas pelo olhar da nosografia psicopatológica, extravasam o caráter de estranheza expresso na prática do excesso. A desmesura que forja essas marcas corporais consiste em um campo fértil de investigação da subjetividade que interroga dicotomias como eu-outro, dentro-fora, prazer-desprazer, privado-público. A clínica psicanáltica nas suas interfaces com a filosofia, a antropologia e a arte constituem o solo de análise acerca da corporeidade, da dor e do

excesso, merecendo destaque os seguintes autores: Freud, Bataille e Gil. Os conceitos de angústia, morte e excesso atravessam a abordagem teórico-clínica do tema, recebendo atenção as concepções de sagrado e de ritual. Tendo o corpo carnal em desmesura como foco de investigação, pensamos que as categorias psicopatológicas de neurose, psicose e perversão não correspondem à complexidade da experiência de construção de corporalidades pela delimitação de bordas, limites e orifícios que desafiam ideais sociais de simetria e beleza homogêneos pelos padrões midiáticos de moda. A dor parece delinear possibilidades de existência pelo excesso afetivo, pela extravagância de um corpo em constante fabricação. O desejo em desmesura desenha corpos que se fazem além do princípio de prazer, no campo da experiência-limite que, por mais abjeta e repulsiva, marca a alteridade em sua radicalidade, transbordando a excentricidade do desejo que irrompe à flor da pele e no gemido de dor.

**Palavras-chaves:** subjetividade, psicanálise, corpo, interdisciplinaridade

**Trabalho:** Da lesão cerebral à reconstrução de si.

**Autor(es):** Monah Winograd

**Resumo:** A abordagem dos pacientes com lesão cerebral centra-se usualmente na neurologia e na neuropsicologia. Porém, seu entendimento não deve ser reduzido somente aos aspectos relacionados à lesão. Além das perdas cerebrais, motoras e cognitivas, também está em questão uma experiência subjetiva traumática e transformadora. A investigação psicanalítica de pacientes com lesão cerebral ainda é marginal. Internacionalmente, são apenas dois os grupos conhecidos por trabalharem com este tipo de pacientes numa abordagem psicanalítica. Em suas pesquisas com pacientes lesionados cerebrais, o inglês Mark Solms e sua esposa Karen Kaplan-Solms têm realizado diagnóstico neuropsicológico e utilizado a psicanálise como método investigativo e técnica de tratamento. Eles pretendem demonstrar que não somente tais pacientes apresentam sofrimento subjetivo considerável por suas dificuldades de comunicação e expressão, como também podem se beneficiar do atendimento psicanalítico modificado. Além disso, eles procuram esclarecer e relacionar conceitos provenientes da psicanálise e da neuropsicologia, num movimento controverso de composição entre os dois campos (conhecido internacionalmente como Neuro-psicanálise) que ultrapassa os limites da clínica. Na França, a psicanalista Hélène Oppenheim-Gluckman e seu grupo também se dedicam a atender pacientes que sofreram lesões cerebrais, trazendo o problema da cognição para o centro da pesquisa em psicanálise. Para ela, o traumatismo craniano constitui uma experiência existencial transformadora, tanto para o paciente, quanto para as pessoas que o cercam. A identidade subjetiva, seus aspectos narcísicos e a relação do paciente consigo mesmo e com o mundo modificam-se irremediavelmente, gerando um sofrimento psíquico nem sempre passível de verbalização adequada, até mesmo por conta das lesões sofridas. Estes dois esforços demonstram que o campo da psicanálise é capaz de oferecer um instrumental bastante adequado para a apreensão da experiência subjetiva de pacientes com doença somática grave ou com deficiência, neste caso, a lesão cerebral e suas conseqüências. Centrada sobre os signos de expressão do psiquismo encontrados tanto no funcionamento normal e cotidiano, quanto nos processos mórbidos, a psicanálise é classicamente definida como: (a) um método de investigação dos processos psíquicos, (b) uma forma de tratamento das afecções psíquicas e (c) o corpo de conhecimentos que sustenta e é enriquecido por (a) e (b). O trabalho com pacientes neurológicos se enquadra perfeitamente nesta definição e se constitui como campo de pesquisa clínica bastante fértil. Propomos uma investigação psicanalítica que privilegie a relação do sujeito com sua doença e todas as suas conseqüências, sem negligenciar os aspectos fisiológicos e cognitivos existentes, e as possibilidades de reconstrução subjetiva após o adoecimento. Assim, objetivamos apresentar as primeiras elaborações a respeito desta pesquisa, destacando alguns aspectos. De saída, formulamos os objetivos de um atendimento psicanalítico de casos neurológicos, sublinhando suas diferenças e suas complementaridades relativamente ao atendimento neuropsicológico. A seguir, evidenciamos as contribuições que a psicanálise pode trazer para a abordagem destes casos no que diz respeito aos aspectos da perda, da falta e da temporalidade. Os fatores importantes e as fases do atendimento também são abordados, com destaque para as questões envolvendo a demanda de atendimento, a irrupção do Real e os lugares do corpo em tais casos. Finalmente, sistematizamos certos conjuntos significativos

relativos à relação do sujeito consigo mesmo (conjuntos intra-subjetivos) e com os outros (conjuntos intersubjetivos) observados ao longo da pesquisa. Tais conjuntos significativos dizem respeito a processos subjetivos ancorados nos modos de estar conscientes e inconscientes do sujeito e em suas operações biológicas, cognitivas, perceptivas, sociais, relacionais. Eles estão na convergência entre a estrutura psíquica de cada paciente e a vivência da doença e dos danos cognitivos e perceptivos que ela engendra. Embora específicos, tais fenômenos psíquicos não caracterizam uma estrutura psíquica particular, ou seja, cada sujeito utiliza a sua estrutura psíquica na experiência da doença, fazendo uso de sua história e de sua dinâmica específicas. Intra-subjetivamente destacam-se: (1) risco de perda da identidade subjetiva; (2) perda da consciência de si; (3) tentativas de manutenção da identidade com apoio no passado ou na identidade profissional; (4) construção de “próteses de representação”, ou seja, o apoio em elementos exteriores que o sujeito com lesão cerebral constrói para tentar representar o adoecimento e suas conseqüências, na falta de uma representação interna; (5) afetos ansiosos ou depressivos dentre outros; (6) mecanismos de defesa; (7) negação da limitação física e cognitiva; (8) aspectos da personalidade anterior; (9) capacidade de insight (capacidade do sujeito de se analisar, interrogar-se a si mesmo, tentar se compreender); (10) dificuldade no trabalho de luto e (11) dificuldade de simbolizar a perda e de se confrontar com a falta. Intersubjetivamente, merecem relevo: (1) re-socialização; (2) regressão e construção de mitos como tentativa de dar conta do confronto com a morte e com a dependência extrema; (3) as dúvidas; (4) as diversas linguagens em jogo; (5) a doença como passagem ao ato ou ato de origem; (6) vergonha e culpabilidade.

**Palavras-chaves:** lesão cerebral, subjetividade, psicanálise, interdisciplinaridade

**Trabalho:** Experiências-limite, fundamentalismos e homens-bomba

**Autor(es):** Mériti de Souza

**Resumo:** No cenário contemporâneo, conceitos como limite, borda e fronteira são utilizados para iluminar a compreensão relativa à constituição de redes societárias, de laço social e de sintomas marcados por experiências que extravasariam ou que excederiam os limites do aparato somato-psíquico e da rede societária. Nesse contexto, teríamos a produção de configurações subjetivas e de laços sociais que vivenciam o sofrimento limite nos planos da organização psíquica e da social. Entretanto, os parâmetros definidores das bordas que delineiam ou extravasam as subjetividades; dos contornos que marcam ou rompem as fronteiras; dos limites que conformam ou extrapolam as normas da sociabilidade nas redes societárias atendem de forma precípua a pressupostos e a axiomas, ainda que definidos por uma maioria. A presente comunicação se insere em um projeto amplo, no qual investigamos a organização societária contemporânea e as reverberações do projeto moderno na configuração do laço social e dos sintomas. A partir desse projeto nos interessou o discurso disseminado nos últimos anos que vincula o fundamentalismo à determinada rede social e a uma religião específica, associadas às denominadas sociedades arcaicas. Com o objetivo geral de questionar essas afirmações, passamos a analisar o fundamentalismo como um fenômeno que explicita uma forma de funcionar do humano vinculado ao conhecimento acerca do real que ele elabora e dissemina. Nessa perspectiva, esse fenômeno pode se associar tanto às sociedades orientais quanto às denominadas modernas ocidentais, em decorrência dos processos de elaboração de conhecimento, de subjetividades e de cultura, produzidos nessas sociedades. A dificuldade que se estabelece para o questionamento desse fenômeno, na sua inserção histórica, no seu aspecto político e nas suas configurações subjetivas se deve aos seus vínculos com a ordem moderna liberal apesar da aparente contradição com os pressupostos modernos e democráticos. O objetivo específico dessa apresentação é o de analisar a configuração subjetiva dos denominados homens-bomba e das suas relações com a rede cultural denominada tradicional e fundamentalista. Concomitante, se objetiva problematizar o conhecimento referenciado na psicologia e na psicanálise e direcionado à escuta e à compreensão do sujeito configurado por experiências - limite. A pergunta se dirige aos limites para o ato de conhecer, de subjetivar e de construir vínculos, que estariam sendo extravasados segundo as leituras definidas pelos padrões ocidentais e modernos. Utilizamos o referencial psicanalítico e o psicossocial para investigar essas questões a partir dos diversos discursos presentes no cenário contemporâneo referentes

às representações acerca da constituição psíquica no que tange às bordas, aos limites, as fronteiras. Dirigimos a esses discursos algumas perguntas: quais os sentidos por eles atribuídos às configurações fundamentalistas? Quais os sentidos por eles atribuídos à configuração subjetiva do homem-bomba? Como esses sentidos se articulam à subjetividade capturada pelo discurso moderno? Como as teorias relativas à constituição subjetiva se articulam aos discursos denominados fundamentalistas? Trabalhar com discursos calcados no modo de operar fundamentalista, quer se produzam no terreno das sociedades ocidentais e modernas, quer no terreno das sociedades tradicionais, se revela necessário ao trabalho do profissional atento às reverberações da rede social contemporânea na prática psicológica. Em outras palavras, conhecer a organização social contemporânea e as suas relações com a construção do laço social pode contribuir para o desenvolvimento de estratégias de intervenção e de referenciais teóricos críticos em condições de operar a escuta da subjetividade calcada no universal e no singular.

**Palavras-chaves:** experiência-limite, fundamentalismo, homem-bomba

**Atividade: Desafios Contemporâneos no Atendimento a Pacientes Difíceis: Teoria e Técnica Redondas (Mesas)**

**Trabalho:** Os Limites do Holding

**Autor(es):** Patricia Vianna Getlinger

**Resumo:** O objetivo do trabalho aqui proposto é refletir sobre um paradoxo que acompanha o atendimento dos casos difíceis (borderline). Não há dúvida que o trabalho terapêutico depende fortemente do acolhimento (holding) oferecido pelo psicanalista para que os aspectos emocionais primitivos destes pacientes sejam desenvolvidos. Mas há sempre o risco de favorecimento de uma regressão maciça, à qual o paciente reage com agressividade, com sadismo ou através de manipulação do analista. Talvez a atitude do analista tivesse que ser descrita como um holding com limites, ou seja, acolhimento acompanhado de claras delimitações das fronteiras internas e externas. O que se busca com esta apresentação, portanto, é relativizar o holding como atitude principal e eventualmente única no atendimento a pacientes borderline ou casos-limite. Em função da baixíssima tolerância à frustração por parte destes pacientes e da decorrente resistência (por vezes violenta) a qualquer tentativa de colocação de limites; em função da fase primitiva de desenvolvimento psíquico-emocional em que costumam estar fixados; em função dos mecanismos primitivos de defesa de que prioritariamente fazem uso (cisão e identificação projetiva), tende-se a pensar que aquilo de que estes pacientes precisam para se desenvolver é holding. O caso discutido neste trabalho visa possibilitar a ampliação do debate em torno deste aspecto da clínica psicanalítica, fazendo dialogar noções freudianas e winnicottianas de modo não dogmático. Este trabalho aborda o atendimento psicanalítico de uma paciente de 20 anos, que por várias de suas características pode ser considerada um caso difícil (borderline ou caso-limite). Suas oscilações emocionais são freqüentes, intensas e sem motivo externo aparente. Ela se sente incompreendida por todos ocasionalmente e por alguns em situações vividas como imperdoáveis. Está sempre precisando ser reassegurada de seu valor, e muitas de suas oscilações ocorrem quando ela não encontra este objeto narcísico externo reassegurador. Sua capacidade de tolerância à frustração é mínima. O atendimento a esta jovem exige ampla flexibilidade do setting no que concerne aos horários, à freqüência de sessões e aos acordos sobre como viabilizar o atendimento, pois ela tem muita dificuldade em manter qualquer rotina e reage muito mal a qualquer limite. Entretanto, o que ocorre em algumas situações em que o setting é flexibilizado em função de um pedido seu, é que ela passa a manipular o setting e ter atitudes que são vividas pela analista como de caráter irônico, manipulador ou mesmo sádico. Este atendimento ocorre “assentado” sobre algo que se pode chamar de um “fio-de-navalha”, onde se criam situações paradoxais: a paciente precisa de um ambiente acolhedor, relativamente permissivo e que funcione de acordo com suas necessidades imediatas, ou seja, precisa de holding; mas ao mesmo tempo tende a desprezar e manipular este ambiente e as atitudes compreensivas da analista sempre que tem chance. Isto configura uma situação sui-generis, pois faz com que toda e qualquer atitude (ato analítico) da analista corra o risco de provocar um efeito

paradoxal, ou seja, o efeito contrário daquele que é esperado. Isto exige da analista que ela acompanhe a paciente em suas mínimas oscilações emocionais, para procurar simultaneamente compreender e suprir sua condição de desamparo e não ser vítima inerte de sua condição sádico-manipulatória. A apresentação e discussão deste caso clínico procura abranger os aspectos teóricos e técnicos relativos ao atendimento de pacientes difíceis, abordando, entre outros conceitos, holding, atos analíticos, fronteiras, limites e contratransferência, visando uma compreensão não maniqueísta da situação paradoxal a que estes atendimentos estão sujeitos. Vale lembrar, o paradoxo faz parte da condição fronteira do paciente, e no lugar de evitá-lo é necessário submeter-se a ele para repetidamente dele se recuperar.

**Palavras-chaves:** psicanálise,atendimento clínico,caso limite,técnica,holding

**Trabalho:**A atualidade de Winnicott na clínica de pacientes borderline

**Autor(es):** Camila Junqueira

**Resumo:** Esse trabalho tem por objetivo examinar a atualidade da contribuição de Winnicott para a clínica de casos borderline em dois eixos: (1) a relevância atual de suas propostas clínicas, e (2) a valorização dos atos do analista no manejo do setting em detrimento da interpretação. Winnicott concebia a psicose, a tendência anti-social, bem como os quadros borderline, objeto de nosso interesse, como distúrbios psíquicos relacionados às falhas do ambiente nos momentos mais primitivos do desenvolvimento emocional, diferentemente das neuroses, compreendidas como conflitos psíquicos relacionados com as vicissitudes do complexo de Édipo desde a época de Freud. Para Winnicott os quadros borderline eram localizados entre a neurose e a psicose. Ele escreve: “pela expressão ‘caso fronteira’, quero significar o tipo de caso em que o cerne do distúrbio do paciente é psicótico, mas onde o paciente está de posse de uma organização psiconeurótica suficiente para apresentar uma psicose, ou um distúrbio psicossomático, quando a ansiedade central psicótica ameaça irromper de forma crua” (1971, p.122). Note-se que esta é uma definição marcada pelas influências da escola inglesa de sua época, um tanto diferente da tendência atual de pensá-los a partir da problemática da constituição dos limites do aparelho psíquico, constituindo uma psicopatologia que se diferencia tanto da neurose tanto como da psicose (Brusset, 1999). Por outro lado, Winnicott centrava sua compreensão desses quadros na fase de diferenciação eu/não-eu, ou seja, na fase do estabelecimento do primeiro limite que instaura o que denominamos de psiquismo, não estando, desse modo, tão distante da literatura mais atual. Contudo, o mais atual na contribuição de Winnicott para esses quadros é sua teoria da clínica. Grande parte da literatura psicanalítica atual sobre o manejo de pacientes borderline, ou ‘casos-limite’ – como preferem os psicanalistas de orientação francesa – encaram esses quadros como um grande desafio para a técnica psicanalítica e enfatizam a necessidade do estabelecimento de um setting mais flexível, inspirados nas orientações de Winnicott (Uchitel, 2002; Figueiredo, 2003; Cardoso, 2004; Mayer, 2001; entre outros). Entretanto, flexível não significa frouxo. As regras devem ser claras e consistentes para dar ao paciente a sensação de continuidade e de estabilidade, mas devem ser flexíveis em relação ao setting clássico proposto por Freud: o divã pode ceder lugar à cadeira, o corpo do paciente e do analista devem ser incluídos no discurso, materiais lúdicos podem ser utilizados com pacientes adultos, a interpretação deve ceder lugar às construções, ou ainda, às simples descrições do que está se passando, e assim por diante. Winnicott desenvolveu uma teoria própria sobre o desenvolvimento emocional primitivo baseado, de um lado, na observação da relação mãe-bebê e de outro no tratamento de psicóticos e crianças com tendências anti-sociais, que já em sua época colocavam desafios técnicos para a teoria psicanalítica. Baseado nesta teoria e disposto a vencer estes desafios, Winnicott privilegiou o manejo do setting e o holding para a instauração de um momento de regressão analítica que viabilizasse com que o desenvolvimento emocional pudesse ser retomado do ponto em que foi interrompido por interferências do ambiente. Esta postura foi adotada em detrimento de uma clínica que privilegiava as interpretações, na tentativa de solução de conflitos psíquicos através da suspensão do recalque de certos conteúdos. Winnicott comenta em várias passagens de sua obra como foi importante para ele aprender a reter as interpretações para si e assim não atrapalhar o desenvolvimento natural do paciente. Frequentemente estabelecendo relações com a maternagem, Winnicott afirma que uma interpretação prematura é como uma antecipação da mãe que aborta o gesto espontâneo do

bebê, favorecendo a submissão e, portanto, o desenvolvimento de um falso self. Winnicott afirma: “no tratamento das pessoas esquizóides o analista precisa saber tudo que se refere às interpretações que possam ser feitas, relativas ao material apresentado, mas deve ser capaz de se conter para não ser desviado a fazer esse tipo de trabalho, que seria inapropriado, porque a necessidade principal é a de apoio simples ao ego, ou de holding. Esse holding, como a tarefa da mãe do lactente, reconhece tacitamente a tendência do paciente a se desintegrar, a cessar de existir, a cair para sempre” (1979, p.217). Winnicott vai, deste modo, destacando como essencial no tratamento psicanalítico desses quadros a presença consistente do analista e do setting, e a sobrevivência do analista diante da agressividade implicada na passagem do analista para fora a área de controle onipotente. Ele constrói, assim, uma proposta clínica que flexibiliza o setting no tratamento de pacientes borderline e, em detrimento da interpretação, valoriza os atos do analista no manejo do setting.

**Palavras-chaves:** Winnicott, teoria da técnica, borderline

**Trabalho:** A clínica da nodulação: Lacan e os casos difíceis

**Autor(es):** Perla Klautau

**Resumo:** Esta apresentação tem por objetivo contribuir para o debate atual sobre o atendimento dos casos-limite na clínica psicanalítica, sob a ótica do ensino de Lacan. Apenas recentemente os analistas de orientação lacaniana começaram a mostrar interesse pela inclusão dos casos que não respondem ao método clássico da associação livre e da interpretação. Embora em sua prática Lacan tenha partido do atendimento a pacientes psicóticos (com isso avançando, como outros de sua geração, para além dos limites da clínica freudiana), como se sabe a fundamentação teórica da obra lacaniana sempre se caracterizou por tratar de forma estrutural (portanto, não processual) o campo dos quadros psicopatológicos. Sua conhecida insistência no trinômio estrutural neurose-psicose-perversão colocou para os herdeiros de sua tradição o difícil impasse de ter que ou recusar os assim chamados casos-limite como uma categoria em si, ou recusar a própria formulação lacaniana. É claro que sempre foi possível tentar algum malabarismo classificatório, procurando incluir os casos-limite em alguma das estruturas clínicas já estabelecidas teoricamente. Como se verá, o panorama atual aponta em outra direção, já que a valorização da parte final da obra de Lacan operada por alguns autores tem colocado estas questões sob outro prisma. Basta recorrer à Conversação de Arcachon – nome dado ao encontro dos participantes das seções clínicas francôfonas do Instituto do Campo Freudiano realizado em 1997 – para que se constate a preocupação dos analistas lacanianos diante dos, assim chamados, casos inclassificáveis. Estes casos, conhecidos na literatura psicanalítica como casos ou estados-limite, além de decretar uma certa falência à classificação estrutural, questionam os limites da analisabilidade. As primeiras décadas do ensino de Lacan são marcadas pela primazia do simbólico e pela castração como organizador nuclear das estruturas clínicas. É com esta teoria que Lacan conquistou e renovou o campo psicanalítico, erguendo seu império teórico. Atualmente, no entanto, com a ênfase na última parte do ensino de Lacan, o chamado “último Lacan”, há uma busca de acesso ao tratamento do sofrimento não neurótico através de uma clínica que não tenha a castração como referência exclusiva. A clínica da nodulação deve ser entendida como consequência direta do último ensino de Lacan. O que há de fundamental na lógica da nodulação é o alcance operatório do nó que, por sua vez, abre um leque de possibilidades não comportado pela lógica estrutural. Tal abertura amplia o horizonte clínico lacaniano permitindo, assim, a inclusão dos casos-limite que não encontravam lugar na clínica estrutural.

**Palavras-chaves:** Lacan, casos limite, teoria da técnica

**Atividade:** A produção de enunciados metafóricos verbais em crianças com transtornos globais do desenvolvimento (Paineis)

**Trabalho:** A produção de enunciados metafóricos verbais em crianças com transtornos globais do desenvolvimento

**Autor(es):** Viviane Costa de Leon, Cleonice Bosa, Maria Alice de Mattos Pimenta Parente, Karine Duvignau

**Resumo:** A produção de enunciados metafóricos verbais em crianças com transtornos globais do desenvolvimento. O estudo das crianças com transtornos globais do desenvolvimento (TGD) revela peculiaridades dos portadores na interação com o meio, que se manifestam por falhas severas nas habilidades comunicativas, apesar da preservação em maior ou menor grau da estrutura da linguagem. Uma das manifestações dessa discrepância encontra-se na dificuldade dessas crianças em produzirem linguagem não literal. Os estudos sobre essa temática ainda são iniciais e são categóricos em afirmar a impossibilidade da produção de enunciados metafóricos por sujeitos com TGD, em especial com o transtorno autista. Entretanto, tais estudos não contemplam teorias contemporâneas sobre o tema. A teoria das aproximações semânticas confere o estatuto de enunciados metafóricos verbais a determinadas emissões realizadas por crianças na fase de construção do léxico, ou seja, entre os dois e os quatro anos de idade. Isto é, na ausência de conhecimento do verbo específico para cada ação, a criança busca expressões análogas em outros domínios semânticos realizando um amplo uso de cada termo para compensar o léxico em desenvolvimento. Por exemplo, quando diz “abrir a banana” porque desconhece o verbo “descascar” a criança usa no campo semântico referente aos alimentos um verbo não usual neste domínio indicando flexibilidade em sua capacidade lingüística. Este processo possibilita à criança novas aprendizagens e novos conhecimentos. Portanto, à luz dessa teoria, o presente estudo investigou tanto a freqüência quanto a qualidade da produção de enunciados metafóricos verbais em crianças com TGD. A Tarefa de Denominação de Ações utilizada para avaliar a produção de enunciados metafóricos é composta de 17 filmetes apresentados em vídeo digital. Cada filmete tem duração entre 42 segundos a 1 minuto e 13 segundos. Após assistir ao filmete a criança deve verbalizar qual foi a ação realizada. A apresentação de cada ação do instrumento foi produzida de forma a atrair a atenção de crianças pequenas. O examinador anota a resposta da criança e depois a analisa em categorias que vão desde a resposta correta e convencional até as respostas aproximativas de conotação metafórica. A amostra foi constituída de 28 crianças com TGD, de ambos os sexos, com idade entre 7 e 11 anos. Destas, 24 apresentam transtorno autista, 4 têm transtorno de Asperger e 1 com transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação. Os instrumentos utilizados foram: a Tarefa de Denominação de Ações, a versão brasileira do Perfil Psicoeducacional Revisado e a Ficha de Dados de Identificação, Clínicos e Sociodemográficos. A análise dos dados revelou a produção de enunciados metafóricos verbais em 13 sujeitos.

**Palavras-chaves:** autismo, metáfora, linguagem figurada

**Atividade: FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA E FORMAÇÃO ANALÍTICA (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Considerações sobre psicoterapia e avaliação no contexto da formação analítica e universitária

**Autor(es):** Francisco Catunda Martins

**Resumo:** A formação dos psicanalistas e dos psicoterapeutas não é mais um assunto das instituições corporativas fora das universidades. Passou a convocar a construção de um espaço discursivo na e com a universidade, visto a procura cada vez maior de formação pós-graduada por parte dos seus praticantes. Vivemos uma era na qual a psicoterapia, depois de altamente valorizada nos anos 60 e 70, encontra-se com um campo esfacelado e com pouca diferenciação. Essa situação não é somente dos que pretendem abraçar a profissão. Ela diz respeito a todos nós, inclusive os pacientes. As apreciações de pessoas externas ao campo são importantes e devem ser consideradas tal como cada paciente ou o grande público, e também pesquisadores de dentro do campo terapêutico, como de fora do campo terapêutico. A pressão societária, e

também das instituições públicas, bem como o enorme afluxo de psicoterapeutas (51% de psicólogos no mercado se dizem psicoterapeutas ou psicanalistas, por exemplo) no mercado, levou várias instituições a interrogarem sobre critérios mínimos para a formação tanto de psicoterapeutas quanto de psicanalistas. Entendemos que as investigações positivas têm sublinhado essencialmente o aspecto avaliativo, via de regra com formulações tecnocientíficas, e insistimos na necessidade de se qualificar o aspecto valorativo. Por valorativo entendemos, por exemplo, o estudo da posição do analista que ensina psicanálise, a constituição histórica da clínica, a transmissão que se faz através da fala e, situação ordinária não controlada por meios experimentais, a especificidade do método clínico, entre outros aspectos. Distinguimos de antemão o método científico do método clínico, pois o cientista é pago para duvidar e colocar à prova hipóteses e teorias. O método clínico implica um modo de tratar que leva em primeira consideração o dever do clínico de promover o bem-estar, saúde do paciente. Assim, por exemplo, a psicanálise clínica não é uma pesquisa científica imparcial, mas implica em atos terapêuticos que fogem a preceitos pretensamente científicos. Como atividade clínica ela tem certa independência da avaliação externa. Tem também um valor intrínseco, mas que passa pela valoração que os que fazem e os que são usuários acordam, doam, ao que é feito e conseguido como melhora. Assim, avaliação e valoração são qualificativas da atividade clínica. Se o aspecto avaliativo tem se esforçado por qualificar a intervenção, ela não deixa de ter seus limites apontados pela valoração que é dado pela prática clínica e experiência dos pacientes e analisandos. Reforçamos que cuidado e intervenção devem ser considerados e nem sempre são passíveis de investigação tecnocientífica tão somente.

**Palavras-chaves:** Psicoterapia, Avaliação, Formação universitária

**Trabalho:** A construção do problema e uma saída de resolução pela transferência entre uma suposição de saber e a constatação do saber

**Autor(es):** Henrique Carneiro

**Resumo:** A construção do problema de pesquisa coloca o formando diante de um impasse. Um impasse que pode ser debatido em várias direções, mas que pode gerar uma paralisia durante a produção da dissertação ou da tese proposta. Esse problema muitas vezes é tema de análise, entretanto, ele não pode ser um problema de análise que vem para a universidade, por trazer em si uma superposição que em dado momento pode levar o pesquisador a se deparar com a impossibilidade de condução do problema. O problema na formação analítica leva o pleiteante a trabalhar o impasse sustentado em uma transferência de suposição de saber. O problema apresentado na universidade leva o sujeito a constituir um mestre sustentado na transferência de trabalho. Essas duas afirmações são de extrema importância, por serem facilmente mescláveis. Pretende-se com estes dois pressupostos avançar a discussão já iniciada no âmbito do GT Psicopatologia e Psicanálise, concernente aos espaços de alienação e separação, lugar da demanda de saber e da demanda de amor, causa de produção e causa de estagnação. Pretende-se ainda alcançar com a construção deste trabalho uma separação sobre o fim da produção na formação universitária e o fim da produção do paciente no percurso de análise. Com isso, vem à tona a discussão sobre o objeto alvo da análise e o objeto alvo da construção acadêmica. Quais os limites e as possibilidades desencadeadas a partir de cada produção? O que se faculta ao sujeito em formação universitária em proximidade ou distanciamento ao sujeito próximo ao final de um percurso de análise? Quais os pontos confluentes? A essas perguntas, construídas em torno do fim de análise, serão aplicadas as referências sobre os limites do discurso analítico, o sintoma como estrutura de linguagem, o inefável do sintoma, para que, a partir desse ponto se possa fazer uma articulação sobre os limites da escrita enquanto produção acadêmica. Serão utilizados para seguir a construção deste trabalho os seguintes percursos teórico-conceituais: Análise terminável e interminável de Sigmund Freud (1937); Seminário 8 – A Transferência, de Jacques Lacan; “Meu ensino” – Jacques Lacan (2005); Comment finissent les analyses (Textes réunis par L’Association Mondiale de Psychanalyse). Finalmente, será utilizada ilustração de produções em que a formação acadêmica é tomada como parte da formação de analista. Testemunhos de orientandos, as produções em forma de artigos, a publicação de livros e outras produções que indicam a presença de um discernimento conceitual em função do objeto de estudo recortado e a saída construída pelo autor.



**Palavras-chaves:** problema, pesquisa, análise, formação, universidade

**Trabalho:** A “psicopatologia psicanalítica” em questão

**Autor(es):** Ilka Franco Ferrari

**Resumo:** Em 2006 foi concluída a pesquisa “Justaposição entre psicopatologia e psicanálise: dificuldades e implicações no ensino da psicologia”, realizada em parceria com a Universidade de Barcelona (Espanha) e a Universidade Fumec (Belo Horizonte). Ela se baseou em pesquisa anterior (Ferrari, 2004), que investigou a situação do ensino da psicanálise nas disciplinas de psicopatologia em Minas Gerais e concluiu que o curso de Psicologia da PUC Minas, unidade Coração Eucarístico, era o único a oferecer uma disciplina de psicopatologia com conteúdo exclusivamente psicanalítico. Todos os cursos, no entanto, ao incluírem a participação da psicanálise nesse tema, privilegiavam as estruturas clínicas – neurose, psicose e perversão –, construindo o perigoso terreno denominado “psicopatologia psicanalítica”. Financiada pelo Fundo de Incentivo à Pesquisa (FIP) da PUC Minas, a pesquisa atual percorreu, então, a psicopatologia que Freud encontrou em sua época, o uso que dela fez e a originalidade que desenvolveu em torno da disciplina. Examinadas também as formalizações de Lacan, concluiu-se pela complexidade de se considerar como psicopatologia as “estruturas subjetivas”, mais conhecidas como “estruturas clínicas”, construídas no âmbito da teoria da castração. Entre outros aspectos, o tema da estrutura conduz ao questionamento da psicopatologia. Embora em Complexos familiares, de 1938, anterior, portanto, ao tempo dedicado ao estruturalismo, apareça a questão da “patologia” relativa a um complexo, as formalizações lacanianas sobre o complexo assinalam o caminho das estruturas, no qual desaparece por completo a distinção entre normal e patológico, já bem esfumada em Freud. Como se sabe, tal distinção é forte alicerce da psicopatologia. Em Lacan, o que existe são diferentes formas de defesa frente ao gozo, das quais deriva a normalidade das estruturas. Em seu último ensino, época dos nós borromeanos que resultam do enlaçamento do real, do simbólico e do imaginário, a estrutura é o enlaçamento da realidade psíquica, construída com esses três registros. Sintoma e gozo são privilegiados nesse momento em que se vê, claramente, que não se trata do sintoma enquanto patológico e sim do sinthome, um arranjo particular, um instrumento para cada um lidar com o gozo. O particular de cada estrutura subjetiva é, assim, a forma de tratamento do gozo que esta comporta como invenção, ou seja, forma de tratar o pathos. Pathos como mal-estar, como um problema com o gozo que o sintoma tenta regular. Dessa forma, o ensino da psicopatologia que se pretende psicanalítico deve considerar muitas variáveis, incluindo aquela em que as expressões “psicopatologia”, “patológico” e “patologia” dão lugar a tipos de sintoma.

**Palavras-chaves:** psicanálise, psicopatologia, sintoma, pesquisa, ensino

**Atividade: TREINAMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS PROFISSIONAIS: PREPARANDO ADOLESCENTES PARA O TRABALHO (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** TREINAMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS PROFISSIONAIS: PREPARANDO ADOLESCENTES PARA O TRABALHO

**Autor(es):** Camila de Sousa Pereira, Almir Del Prette

**Resumo:** Dentre os inúmeros problemas que os jovens enfrentam na sociedade atual, um deles é a dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Os obstáculos que os jovens se deparam na busca de emprego podem envolver fatores conjunturais – exigência de maior qualificação profissional, mão-de-obra excedente, crescimento insuficiente dos postos de serviço – como pessoais – falta de experiência profissional, formação educacional insatisfatória, entre outros déficits no perfil profissional. Todavia, alguns estudos sugerem que um repertório elaborado de habilidades sociais nos candidatos a vagas de emprego pode ser um diferencial, dada a valorização desse requisito no recrutamento e na seleção de pessoal e na sua importância para a

qualidade das relações interpessoais no ambiente de trabalho e para o clima organizacional. Diante desses pressupostos, o objetivo deste estudo é descrever um programa de treinamento de habilidades sociais profissionais para adolescentes. Participaram desta pesquisa 13 jovens de baixa renda, ambos os sexos, com idades entre 14 e 16 anos, alunos de uma instituição profissionalizante de uma cidade do interior do estado de São Paulo, que apresentaram indicadores de necessidade de treinamento. O programa foi desenvolvido em formato grupal, com oito sessões de aproximadamente duas horas de duração. As sessões foram divididas em três partes: (a) Parte inicial - instruções, avisos, relatos de tarefas de casa, esclarecimentos e apresentação de novas tarefas; (b) Parte central - aplicação de procedimentos planejados para atender necessidades específicas apresentadas em instrumentos; (c) Parte final – avaliação e feedback. Os procedimentos empregados envolveram técnicas cognitivo-comportamentais contextualizados em atividades estruturadas (vivências). Instrumentos de avaliação foram utilizados como pré e pós-intervenção e compreenderam: (a) Escala de Habilidades Sociais para Adolescentes (EHSA-Del-Prette, projeto em andamento) - instrumento de auto-relato destinado a adolescentes para aferir a frequência de habilidades sociais, bem como a dificuldade de emitir comportamentos socialmente habilidosos. Possui 55 itens, caracterizando diversas situações e diferentes interlocutores em uma escala tipo Likert de cinco pontos; e (b) Cenários comportamentais de situações organizadas previamente para proporcionar ocasião para a ocorrência de desempenhos sociais específicos - compreende quatro situações criadas pelos autores que demandam habilidades sociais de entrevista de seleção de emprego, cooperar com o colega de trabalho, relatar atividades e lidar com crítica do chefe. O envolvimento dos participantes, as aquisições obtidas e a estabilidade do programa indicaram ser esta uma alternativa de intervenção viável para o desenvolvimento pessoal-profissional de adolescentes, candidatos ao trabalho. Discutem-se questões de pesquisa-intervenção, principalmente quanto à relevância de se combinar diferentes instrumentos de avaliação como auto-relato e observação de desempenho. Apoio: FAPESP

**Palavras-chaves:** habilidades sociais profissionais, mercado de trabalho, adolescentes

**Atividade: Relato de experiência da escuta clínica na universidade (Paineis)**

**Trabalho:** A escuta clínica na universidade

**Autor(es):** Karynna Magalhães Barros da Nóbrega

**Resumo:** Resumo: A escuta clínica na universidade Este trabalho é um relato de experiência do NAE núcleo de atendimento aos estudantes que é um serviço que surgiu na universidade devido a demanda dos alunos e a transferência, ou melhor, a suposição de saber nos professores pertencentes ao Curso de Psicologia. O núcleo caracteriza-se por um atendimento semanal na quarta-feira das 19hs às 21hs, com duração média de trinta minutos cada, usualmente cinco alunos são atendidos por noite. Cada aluno pode ser atendido até três vezes, com intervalo quinzenal entre os atendimentos, de acordo com a queixa, uma vez que o NAE não se caracteriza como um processo psicoterápico sistematizado, caso haja necessidade encaminhamos para um outro profissional da área. Ao contrário do que supúnhamos, a demanda mais significativa diz respeito a conflitos familiares graves (desagregação familiar), conflitos de ordem afetiva, relacionamento amoroso e ainda dificuldade de estabelecer um vínculo afetivo. Com isso, percebemos ser necessário um maior esclarecimento e delimitação do tipo de atendimento e serviço oferecido pelo NAE. Um outro dado também surpreendente foi o significativo uso de medicação, em especial o uso de ansiolíticos, uma estratégia para lidar com a ansiedade e a angústia de uma forma rápida. Tal como na subjetividade contemporânea, demonstrado por alguns estudiosos a citar a psicanalista Marília Millan (2002), há uma tentativa do sujeito de livra-se do sintoma sem o perceber como resultado de um conflito de algo subjetivo que o indaga. Devido à pluralidade das queixas e a presença significativa da angústia nos relatos sugiro a divisão do NAE em dois grandes núcleos, um voltado para problemáticas escolares (orientação vocacional e técnicas de estudo) e um outro para a clínica propriamente dita, que se caracterizaria por trabalhar com os pontos de urgência, ou seja, os principais conflitos levantados pelos alunos. Com isso, o NAE trabalharia em três níveis de prevenção: a) Primária - por

evitar o desenvolvimento de doenças psíquicas. Como por exemplo, ao intervir em casos onde há uma inércia, desânimo e tristeza por parte do estudante podemos evitar os surgimento de uma depressão.b) Secundária - evitar que a doença já instalada não se prolongue. Como por exemplo, no caso de queixa como bulimia fazer o encaminhamento para o endocrinologista e também ao psiquiatra devido o risco de vida do quadro clínico. c) Terciária - evitar as conseqüências da doença. Como por exemplo, podemos pensar em trabalhar futuramente com os familiares, no caso de desagregação familiar a citar a presença de alcoolismo e de agressão física a fim de intervir nas dinâmicas familiares.

**Palavras-chaves:** NAE,sujeito,sintoma

**Atividade: Um estudo psicanalítico sobre os idosos (Paineis)**

**Trabalho:**Um estudo psicanalítico sobre os idosos

**Autor(es):** Karynna Magalhães Barros da Nóbrega,Paula Frassineth de Carvalho Magalhães,Weruschka Kathiane Bezerra Trajano,Tarciana Barbalho de Sousa Carneiro,MARIA DAS GRAÇAS ALVES DE SOUZA

**Resumo:** Vivemos num momento da ditadura da beleza, e ser belo implica em ser jovem, mas o corpo tem limites e não é possível parar o tempo. Observamos um culto crescente ao corpo, no sentido de retardar e pior de recusar o envelhecimento como um processo natural do desenvolvimento humano, seja por meio de cirurgias plásticas, seja por meio de produtos de beleza entre tantos outros recursos. A literatura especializada demonstra que há uma série de mudanças e perdas vividas durante a terceira idade, perdas essas responsáveis por significas mudanças na vida de homens e de mulheres, os quais passam a enfrentar novos desafios como à sociabilidade, a esperança e o enfrentamento e elaboração das perdas. Bacelar (1999) questiona O que significa envelhecer para a nossa cultura? Eis aqui uma indagação nada fácil de responder. Percebemos com alguns teóricos que o envelhecimento é um momento de transição, de mudanças em nossa vida e particularmente na nossa cultura um momento de perdas e de elaborações, perda de identidade profissional, perda da autonomia, perda do corpo jovem, entre outras.Para a psicanalista Mucida (2004) a terceira idade é vista como uma posição subjetiva – com isso propõe a velhice deslocada da amarra cronológica – ela nomeia a velhice como sendo uma dificuldade encontrada pelo sujeito em lidar com as perdas sociais e corporais. Essa é uma leitura interessante para a compreensão da velhice, uma vez que a idade cronológica deixa de ser determinante para a compreensão da velhice.Goldfarb (1998) faz uma distinção entre o uso do termo velho e velhice, quando se trata de velho falamos do particular do traço singular de cada sujeito, já quando falamos da velhice se trata de uma categoria, nesse sentido há um paradoxo, pois mesmo no campo da universalidade há uma particularidade, pois cada sujeito tem sua velhice. Em cada um de nós habita o velho e temos as nossas fantasias quanto a essa fase da vida. Como seremos? Onde estaremos? Para Goldfarb (1998) o termo velhice é um significante mestre presente no discurso da modernidade que aponta para o real, ou seja, que aponta para a morte.Baseando-nos no referencial psicanalítico, essa pesquisa visa identificar qual a compreensão da velhice dos funcionários da casa dos pobres São Francisco de Assis, bem como a concepção dos próprios idosos e para tanto utilizaremos questionários semi-estruturados. Com isso, pretendemos conhecer quais os principais desafios e perdas enfrentadas pelos internos.

**Palavras-chaves:** velhice,psicanálise,perdas e limites,posição subjetiva,idoso

**Atividade: Reflexões e produções clínicas no âmbito do Laboratório de Psicopatologia Fundamental, Psicanálise e Psicossomática da Universidade Federal Fluminense (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Inclusão perversa e sistema público de saúde

**Autor(es):** Fernando Antonio Feitoza dos Santos,Érica Ferreira do Nascimento

**Resumo:** No Brasil, país marcado por profundas desigualdades sócio-econômicas, o acesso aos serviços e aos bens de saúde apresenta lacunas bastante graves. Ainda que na 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília, no ano de 1986, a saúde como um direito de todos e dever do Estado tivesse sido uma conquista adquirida, e ainda que no ano de 1988 tivesse sido votada a criação do Sistema Único de Saúde ( SUS ), e com ele tivessem sido afirmadas a universalidade, a integralidade e a equidade da atenção em saúde, o que temos percebido é que as práticas assistenciais desenvolvidas no sistema público de saúde, de modo especial no contexto dos hospitais gerais, ainda deixam, na maioria das vezes, a desejar. No mundo moderno e globalizado, dominado pela comunicação e pela informação, alguns termos têm sido usados de forma tão abusiva que muitas vezes acabam subinformando ou mesmo desinformando todo um contingente de leitores. Geralmente são termos que tratam das grandes e dolorosas feridas da sociedade contemporânea, chagas cujas causas e características reais a muitos não convém expor no modo como se constituem, permanecem em cena e produzem efeitos. A desgastada noção de exclusão social é um destes termos. Neste trabalho, em seu lugar optamos por falar em dialética exclusão/inclusão social, visto que a exclusão remeteria necessariamente a um modo específico de inclusão. Na maioria das vezes o sujeito é excluído de forma a levar uma vida de menor valor, de desvalorização e inferiorização sociais, de privação e de degradação moral.Em outros termos, a exclusão é antes, inclusão perversa. Considerando o hospital geral como um lugar potencialmente crítico , e onde o limite entre a vida e a morte encontra-se presente a todo instante, pacientes e integrantes das equipes de saúde são convocados, cada um a seu modo, a dar conta e a responder a essa questão. Entretanto, apegando-se intensamente ao saber e à técnica como uma espécie de refúgio, os profissionais da área de saúde buscam diluir o impacto decorrente do fato de ter que se defrontar, em seu cotidiano, com o sofrimento, ter que lidar com o processo de adoecimento, com a finitude da vida e com o horror suscitado pela fatalidade do morrer. Assim sendo, o psicólogo que esteja inserido no contexto dos hospitais gerais, ou seja, em território médico, e que encontra na psicanálise uma parceria promissora para avançar em relação aos problemas acima mencionados, deve ficar atento à demanda que esse contexto institucional estabelece em sua direção. Treinados a adotar práticas rotineiras, como numa linha de produção, sem avaliação crítica caso a caso, os profissionais da área de saúde costumam endereçar ao psicólogo tudo aquilo que pretensamente esteja fora do contexto médico. Disso decorre um grande número de intervenções desnecessárias e potencialmente iatropatogênicas, ou seja, intervenções pautadas em uma ação contínua de inserção do sujeito em um contexto social onde a perversão se acha presente como um elemento determinante. Em última instância, as práticas assistenciais no âmbito do sistema público de saúde são capazes de produzir inclusão perversa, visto que elas em geral desconsideram que existe no paciente um sujeito que deve ser necessariamente incluído na ação médica. Perguntamo-nos, portanto, ao nos lembrarmos que a psicanálise nos mostrou que não há nada melhor do que a histeria para ser olhada, se não caberia ao psicólogo proporcionar um novo olhar sobre as práticas implementadas pelos diversos profissionais que aí atuam, de modo a que elas possam se tornar mais livres de vícios, de acomodações, e menos determinadas pela padronização que se impõe na área de saúde.

**Palavras-chaves:** Inclusão perversa,Sistema público de saúde,Psicanálise,Sofrimento

**Atividade: Psicoterapia psicanalítica infantil no contexto da violência familiar: uma ilustração clínica (Experiências em Debate)**

**Trabalho:**Psicoterapia psicanalítica infantil no contexto da violência familiar: uma ilustração clínica

**Autor(es):** Elisa Corbett, Maíra Bonafé Sei

**Resumo:** Os seres humanos precisam de condições suficientemente boas para um desenvolvimento emocional saudável usualmente proporcionadas pela família de forma geral, com um importante papel desempenhado pela mãe ou substituto, que entra em um estado de preocupação materna primária, podendo identificar mais facilmente as necessidades do bebê quando o mesmo ainda não é capaz de comunicá-las. O Estatuto da Criança e do Adolescente pontua os direitos e deveres de crianças e adolescentes, reconhecendo-os como seres em formação e assim apontando os cuidados que família e sociedade tem para com os mesmos. Contudo, nem sempre a família consegue cumprir com seu papel, como no caso da violência familiar. A violência familiar pode acontecer de variadas maneiras, como através de abusos físico, sexual, psicológico ou como uma omissão dos cuidados necessários, denominado de negligência. Tais situações acarretam importantes conseqüências para o desenvolvimento não apenas emocional, como físico, cognitivo e social. Os estudos nesta área usualmente discorrem sobre a etiologia e seqüelas da violência, com um número menor de estudos relatando intervenções junto a esta população. Sabe-se que existem instituições diversas no país que buscam combater a violência familiar e atender a população atingida por este fenômeno, mas ainda não há nas mesmas uma cultura de divulgação, no meio científico, das reflexões, conquistas e dificuldades encontradas no atendimento realizado. Assim, o presente trabalho busca refletir sobre a psicoterapia de orientação psicanalítica realizada no contexto institucional junto a uma pré-adolescente que havia passado por uma situação de abuso sexual. Tal intervenção se deu no SOS Ação Mulher e Família, uma instituição localizada no município de Campinas, interior do Estado de São Paulo, fundada em 1980 e que tem como missão prevenir e/ou atuar em situações de violência intrafamiliar. A paciente foi encaminhada para atendimento no Programa Gira-Vida, de atendimento psicológico individual de crianças e adolescentes, devido a queixa de abuso sexual. Inicialmente utilizava-se mais a linguagem verbal como forma privilegiada de comunicação na psicoterapia, dado a forma madura e organizada com que a paciente se apresentava. Contudo, observou-se que a garota apresentava um discurso dissociado, relatando de forma adulta e detalhada o abuso sofrido, sem mostrar um contato com sentimentos e emoções despertadas com o relato. Percebeu-se que questionamentos quanto a sua vivência não eram interessantes, reforçando uma conduta defensiva da paciente. Buscou-se, então, respeitar mais o ritmo imposto pela garota, em suas associações livres, que giravam em torno de conteúdos que poderiam ser vistos como de cunho edípico, mas perdurando uma sensação de que outras formas de aproximação com a menina deveriam ser utilizadas. Optou-se pela utilização do desenho livre e, quando, oferecido um espaço de maior ludicidade, a garota pôde sair de um lugar de adulta e mostrar seu lado mais infantil, seus medos e sentimentos. Estudos apontam que indivíduos que passam por situações de abuso sexual podem sentir-se culpados, como se tivessem ocasionado a ocorrência do abuso e isso se mostra claro em um dos desenhos da paciente, que faz uma rosa, escrevendo ao lado que não poderia dá-la à terapeuta, já que a rosa tinha espinhos. Havia um medo de machucar o próximo, como se fosse portadora de aspectos demasiadamente negativos e pudesse prejudicar o outro com os mesmos, aspecto apontado para a menina. Ela passa então a poder se aproximar mais da terapeuta, valorizando o espaço de escuta recebido, que se constituía como um espaço de holding, não invasivo e que permitia que aspectos não abusados de sua personalidade pudessem ser desenvolvidos. Ela mostra o medo de machucar sua mãe, caso seus “espinhos” fossem externalizados, algo trabalhado ao longo da psicoterapia, mostrando que nem sempre a demanda esperada pelo terapeuta é efetivamente aquela apresentada pelo paciente. Neste caso, a situação de abuso não precisava ser constantemente verbalmente contada e repetida, mostrando-se suficiente a vivência do encontro entre terapeuta e paciente, sendo que com o desenvolvimento da confiança, medos mais primitivos foram se mostrando e sendo elaborados nas sessões. Através dessa experiência, pensa-se que o papel do terapeuta, nos casos de violência familiar, deve ser o de um sustentador do processo de desenvolvimento emocional de seu paciente, sem uma conduta investigativa, que pode reforçar ainda mais as defesas do paciente, assemelhando-se às invasões já sofridas. Além disso, o espaço para o brincar, para o lúdico, é essencial, não apenas no caso de crianças pequenas, mas dos pacientes em geral, abrindo espaço para outros aspectos e linguagens serem trazidos para dentro da sessão, promovendo um encontro mais genuíno e mutativo entre terapeuta e paciente.

**Palavras-chaves:** violência familiar, psicoterapia, criança

**Atividade: Contando histórias  
(Paineis)**

**Trabalho:** Contando Histórias - o recurso dos contos na ludoterapia

**Autor(es):** Daniela Botti da Rosa

**Resumo:** A criança, em seu desenvolvimento, precisa mover-se lentamente em direção à auto-sustentação, e os contos de fadas auxiliam nessa caminhada cujos passos são, muitas vezes, difíceis e receosos. Ela se espelha nas histórias buscando justamente aquilo que necessita refletir nesse processo sem fim de mudanças, ajudando a dominar um caldeirão de emoções novas e confusas. Partindo de onde a criança está, as histórias oferecem alternativas, pesos e medidas para seu desenvolvimento psicológico. Os contos de fadas tradicionais têm uma estrutura própria, uma configuração especial que os faz aptos a auxiliar as crianças a trabalharem, a nível inconsciente, seus conflitos básicos, como o nascimento e a morte, o amor e ódio, fraqueza e força, medo e coragem, bem e mal. Esta estrutura dá segurança à criança ao tratar de questões para as quais ela ainda não tem respostas, assegurando-lhe o direito a um recurso que ela tem condições de manusear: a fantasia. A dinâmica psíquica da criança se assemelha à estrutura dos contos de fadas, pois estes falam por metáforas, ou seja, expõem os dramas e conflitos da criança de forma simbólica onde ela pode projetar-se, identificar-se, reconhecer-se, apenas na medida das suas possibilidades. Os contos se tornam, assim, uma potencialidade não ameaçadora para a criança resolver ou buscar soluções para seus dilemas, por permitir que ela tenha certo controle sobre seus dramas internos através das histórias. Através da teoria psicanalítica, podemos fazer a relação de cada fase do desenvolvimento psicosssexual com alguns contos, e demonstrar como auxiliam a criança a entender e dominar sentimentos que ainda estão confusos para ela. Lida com ansiedades típicas das fases oral, anal, fálica, latência e genital. Entretanto, nos detemos particularmente na teoria Junguiana, que nos permite ver os contos em relação aos arquétipos, ou moldes de experiências acumuladas pela história, que se fazem presentes através de personagens ou configurações. Vemos presente nos contos a Persona, a Sombra, o Animus, a Anima e o Self. Também permite analisar alguns dos símbolos universais presentes nestes contos e que carregam de forma inconsciente momentos da história da humanidade, repetindo-se inclusive na literatura moderna, como ocorre com o fenômeno atual "Harry Potter", que analisamos no decorrer do trabalho, sempre relacionado com casos clínicos e acontecimentos universais do desenvolvimento humano. Utilizando estes referenciais teóricos, procuramos salientar as aplicabilidades terapêuticas dos contos de fadas, tanto nas áreas de atuação do psicólogo, entre elas a ludoterapia, como em áreas afins, que lidam com crianças. A ludoterapia, como o nome indica, é uma terapia que utiliza o lúdico (as brincadeiras, jogos, dramatizações, desenhos, histórias) como forma de possibilitar que a criança entre em contato com emoções e sentimentos, ou, ainda que não o perceba, trabalhe estas questões a nível inconsciente. A criança, através do lúdico, brinca de dizer verdades, e compartilha as verdades psíquicas profundas escondidas nos contos de fadas.

**Palavras-chaves:** Conflito, Criança, Histórias, Inconsciente, Ludoterapia

**Atividade: HOMOFOBIA E SOFRIMENTO PSÍQUICO  
(Paineis)**

**Trabalho:** HOMOFOBIA E SOFRIMENTO PSÍQUICO: AS RESPOSTAS DOS PSICÓLOGOS CLÍNICOS DE ABORDAGEM PSICANALÍTICA À HOMOSSEXUALIDADE.

**Autor(es):** Ítala Fabiana Santos do Nascimento, Luiz Felipe Rios do Nascimento, Cristiano da Silva Soares

**Resumo:** Estudos realizados em países de língua inglesa têm evidenciado que crianças e

adolescentes com práticas homossexuais são mais susceptíveis ao abuso e violência, o que, muitas vezes, se desdobra em transtornos mentais. Embora, no país, a homossexualidade tenha sido despatologizada desde 1988, os sentidos a ela associados ainda, e perversamente, são certos nos seus efeitos para aqueles que amam, sentem atração erótica e se relacionam sexualmente com pessoas do mesmo sexo: discriminação e estigmatização. No Brasil há poucos estudos sobre aspectos psicossociais relacionados à homofobia. Esta comunicação apresenta os primeiros resultados de um projeto de pesquisa que busca responder a supracitada carência e objetiva investigar os efeitos da homofobia nas respostas dos psicólogos clínicos às demandas relacionadas às homossexualidades, apresentadas por crianças e adolescentes. A pesquisa, de base qualitativa, foi conduzida a partir de um marco teórico que percebe o sexual como uma construção social, e busca encontrar nos relatos dos profissionais, obtidos através de entrevistas semi-estruturadas com foco na descrição e interpretação de suas atuações clínicas, as marcas dos diferentes dispositivos de sexualidade (teorias psicológicas, psicanalíticas, sexológicas, feministas etc.), bem como de outros sistemas em disputa para a construção e interpretação do sexual. Considerando a construção de uma amostra constituída por conveniência e saturação, foram entrevistadas 8 psicólogas de base analítica, residentes na região metropolitana do Recife. Observamos que os discursos das psicólogas variavam dentro de um leque que vai da patologização/tratamento das práticas homossexuais e trânsitos de gênero (4 entrevistadas), até concepções mais libertárias que as consideram como expressões normais da subjetivação humana (4 entrevistadas). Estas últimas enfatizam, no atendimento, a construção de autonomia e fortalecimento da auto-imagem dos clientes para lidar com as situações de estigmatização na família e alhures. Contudo, apesar de considerarem a homossexualidade um fenômeno normal, foi observado que 2, destas 4 últimas psicólogas entrevistadas, deslizam, na construção de suas narrativas, em “clichês científicos” estigmatizadores, ainda que apareçam, muitas vezes, apenas nas “entrelinhas” dos discursos. Não obstante, e independente da normatização do Conselho Federal de Psicologia, em sua resolução 001/99, que considera “que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão”, estabelecendo que “os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados”, os relatos obtidos acenam para a recorrência de uma visão naturalizante e estigmatizante das homossexualidades. Assim, entender de modo mais aprofundado o relato dos próprios profissionais, os tipos de respostas existentes, as matrizes conceituais que as orientam, são elementos fundamentais quando se quer intervir neste campo de saber-poder de modo a desestabilizá-lo e redescrivê-lo, rumo a termos atendimentos que, de fato, garantam, favoreçam e fomentem a vida e qualidade de vida dos clientes – num quadro eticamente aceitável.

**Palavras-chaves:** Psicologia Clínica, Homofobia, criança, adolescente

**Atividade: Reflexões e Produções Clínicas no Âmbito do Laboratório de Psicopatologia Fundamental, Psicanálise e Psicossomática da Universidade Federal Fluminense (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Sobre a clínica psicanalítica no território instável da vida

**Autor(es):** Paulo Roberto Mattos da Silva

**Resumo:** O trabalho aqui em evidência pretende, em um primeiro tempo, mapear, a partir da criação do Laboratório de Psicopatologia, Psicanálise e Psicossomática do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, a construção de um espaço polifônico de trocas de diferentes aportes sobre a dimensão pática da experiência humana. Toma-se esse território de intercâmbio à luz da Psicopatologia Fundamental, entendida aqui em sua perspectiva de resgate das... “potencialidades dos discursos sobre o pathos humano, onde quer que este se situe em sua origem, independentemente de matriz teórica específica, e deles se utiliza para investigar as trilhas produtivas já abertas e criar novas vias de acesso para o entendimento e para o ato clínico que visa dar estatuto de suportabilidade produtiva ao que de ácido corrói a existência do sujeito.” (Mattos, 2005). Dessa forma, concebe-se a Psicopatologia Fundamental como um “locus de tensão dos discursos clínicos”, incorporando em seu bojo a reflexão crítica sobre as perspectivas metapsicológicas, clínicas, éticas e epistemológicas inerentes aos atos

que visam dar acolhimento ao que de dor transborda do existir humano. Em continuidade, serão apresentadas as linhas de pesquisas desenvolvidas no referido laboratório, a saber: Os Confins da Psicanálise e a Psicopatologia Fundamental; Psicanálise em Território Médico e Psicossomática; Inclusão Perversa, Iatrogenia e Sistema Público de Saúde e, finalmente, Vulnerabilidade Psíquica, Poder e Teoria Política. Em seguida é concedido realce à Psicanálise, onde a noção de “confins” é explorada como elemento crítico para se colocar em destaque aspectos que favoreçam a uma apreensão do pensamento psicanalítico em sintonia com a radicalidade subversiva da construção freudiana. Isso porque, os constantes reducionismos promovidos para facilitar o entendimento da proposta psicanalítica, longe de produzir o seu intento, concorrem para a manutenção de uma visão superficial do ser humano que em nada contribui para a apreensão efetiva do que realmente conta na sua experiência de mundo. Ao contrário, somente alimentam uma concepção alienada que pretende divulgar princípios gerais para o bem viver, conforme toda sorte de ideologias criadas para o seu apaziguamento forçado. Se “o homem é o lobo do homem”, enjaulá-lo não seria a estratégia mais promissora. Poupá-lo de si mesmo é exercício delicado a exigir trânsito por caminhos que evitem o cárcere da sua domesticação e fomentem possibilidades criativas para que possa, assim, amar e trabalhar. Para tal, não é esforço diletante se recorrer à filosofia trágica de Clément Rosset, e conjugá-la com a Psicanálise, no sentido de se procurar produzir novas rotas para a reflexão analítica manter seu vigor e sua produtividade. É pelo caminho da ânsia pela certeza, como aponta Rosset, que o homem intensifica sua dor já que ela lhe servira de parâmetro cruel para justificar sua existência. Não é sem sentido que um paciente disse sobre sua internação em hospital geral: “...as injeções doem, mas é bom que seja assim, a dor faz a gente saber que se está vivo”. Além do ganho primário e secundário da doença e de sua dor, há o ganho epistêmico que servirá de guia para o sujeito se aferrar ao que julga ser utilizável para enfrentar o enigma de existir e dar sentido à sua vivência. A dor dá a consistência de certeza às suas ilusões, apaziguando as incertezas quando abre a possibilidade que se venha a ocupar sem vacilo algum a posição de vítima. Sofro, logo tenho razão, nos lembra Rosset. Por derivação, pode-se afirmar que saber e sofrimento se acham absolutamente implicados, estabelecendo uma dialética usada no varejo das relações cotidianas para se lidar com o desafio de se viver quando, inexoravelmente, algo escapa do sentido estabilizado pela ação de certezas alucinadas. É sob esse prisma que a ação clínica demanda reflexão constante, principalmente, por oferecer o risco de se implementar, como alternativa à angústia, certezas do mesmo tipo que encarceram e cerceiam trajetórias criativas por onde poder-se-ia levar a vida.

**Palavras-chaves:** Psicanálise, Confins, Psicopatologia Fundamental

**Atividade: O Sandplay Psicodramático (Experiências em Debate)**

**Trabalho:** O Sandplay Psicodramático : a aplicação do Psicodrama na caixa de areia

**Autor(es):** Cybele Maria Rabelo Ramalho

**Resumo:** "O SANDPLAY PSICODRAMÁTICO: A APLICAÇÃO DO PSICODRAMA NA CAIXA DE AREIA". AUTORA: Cybele Maria Rabelo Ramalho. RESUMO: Este trabalho visa refletir a respeito do percurso do Psicodrama enquanto abordagem aberta à criação de novas estratégias e técnicas, numa visão transdisciplinar. Apresentamos o relato de uma pesquisa que temos desenvolvido a respeito de uma estratégia terapêutica que denominamos de Sandplay Psicodramático. Este é um jogo na caixa de areia inspirado na técnica clássica do Sandplay da abordagem junguiana, porém adaptado ao contexto teórico e prático do Psicodrama. Na apresentação da nossa pesquisa, traremos inicialmente uma breve introdução do paradigma científico e da visão de homem que filosoficamente nos orienta, a descrição da técnica clássica do Sandplay (desenvolvida pelos terapeutas junguianos) e, em seguida, demonstraremos como desenvolvemos na nossa experiência, uma alternativa de trabalho no Psicodrama, tanto na estratégia bipessoal quanto na grupal e com casais, nos focos psicoterápico e no sócio-educacional. Utilizamos os métodos de estudo de caso (no contexto bipessoal) e a pesquisa-ação (nas experiências grupais). Colhemos vários exemplos de casos clínicos acompanhados com esta técnica e alguns exemplos do uso da mesma em aulas e supervisões clínicas



desenvolvidas em Aracaju na PROFINT (entidade de Formação em Psicodrama) e na Universidade Federal de Sergipe (com os estudantes do Estágio Supervisionado em Psicologia Clínica). Partimos do princípio de que Moreno e Jung, cada um através do desenvolvimento de teorias e metodologias próprias, talvez complementares, se aproximam nesta forma de pensar a complexidade dos fenômenos da natureza e do humano. Moreno, centrado nas relações interpessoais e Jung, nas relações do homem consigo mesmo, ambos sem perder de vista suas relações mais amplas e transcendentais. Com isto, justificamos a direção desta pesquisa com o Sandplay Psicodramático, uma estratégia de trabalho que integra um pensar complexo e multidisciplinar, entre a obra psicodramática de J. L. Moreno e a obra da Psicologia Analítica de Jung. Partimos da Terapia na Caixa de Areia (ou Sandplay), que é uma forma metodológica de psicoterapia desenvolvida inicialmente pelos analistas junguianos, como uma abordagem de terapia não-verbal, vivencial, não racional. Segundo a autora desta técnica (Dora Kalf, em 1956, quando publica o livro "Caixa de Areia: uma abordagem psicoterapêutica da psique"), a mesma permite uma regressão criativa e facilita o processo de crescimento psicológico, através da expressão tangível, concreta e tridimensional dos conteúdos inconscientes. Assim, o Sandplay permite o fazer simbólico da psique, se constituindo num método psicoterápico do nível pré-verbal, pois as cenas representadas no cenário da Caixa de Areia são consideradas fotografias do inconsciente naquele momento específico. Através da criação com as mãos, as forças se tornam visíveis e reconhecíveis, ou seja, o interior e o exterior de algum modo se conectam e se atravessam. Por outro lado, atua como um processo transformador da visão de mundo, levando a uma ampliação da consciência, a partir do confronto com os processos inconscientes. O Sandplay na Caixa de Areia se caracteriza por ser um jogo sem regras, bastante flexível. Ao utilizarmos nossa adaptação da técnica junguiana para a abordagem psicodramática, seguimos estas instruções originais da técnica clássica, mas, após a criação da história, se propõe ao cliente que ele dramatize a cena, se coloque no papel de cada elemento escolhido e fale em nome dele, no "como se", que inverta os papéis, etc. O cliente é encorajado a criar aquilo que desejar na Caixa de Areia (exemplos: um cenário qualquer, uma paisagem, passagens de sonhos, esculpir na areia, etc.). O Sandplay é uma espécie de "imaginação ativa concreta", que também permite o acesso a uma realidade suplementar. O adulto brinca na caixa com seriedade, entrando num rito de iniciação do sentimento, do afeto e do mundo espontâneo-criativo da criança. Lembranças perdidas vêm à tona e aumenta a capacidade de distinguir o ilusório do real, pois trabalha na "brecha entre a fantasia e realidade". Por outro lado, favorece a catarse do sentimento e o simples ato da criação gera satisfação e liberação da tensão. O "fazer" cenários e a ação dramática desenvolvida em seguida se torna muito eficaz, principalmente nos casos em que o cliente se encontra muito "desamparado" e pouco espontâneo. Porém, a técnica se torna também uma forma de reflexão ou meditação, pois fomenta a sensibilidade para as imagens internas, condição para o relacionamento com o mundo interior, favorecendo a concentração relaxada. Ao se completar o cenário, a tensão é aliviada, toma-se consciência da condição interna exposta.

**Palavras-chaves:** Psicodrama, Sandplay, Psicoterapia

**Atividade: Psicólogo da Silva  
(Experiências em Debate)**

**Trabalho:** Psicólogo da Silva

**Autor(es):** Tonio Luna

**Resumo:** A atividade proposta é uma apresentação teatral interativa. Consta de um monólogo que conta a história de um psicólogo desde os seus tempos de academia. Utilizando-se do humor como forma de mobilização, a peça tem a intenção de provocar a reflexão sobre o lugar do psicólogo, a relação com sua sombra e o poder frente ao que se apresenta como desafio profissional. Esta peça foi apresentada pela primeira vez no X Encontro Paranaense de Psicologia, em Curitiba, sendo uma atividade proposta pela comissão científica do CRP 08. Desde este encontro foi apresentada mais de 10 vezes em eventos no Paraná e em Santa Catarina. Também recebeu o convite para ser apresentada no Congresso Norte Nordeste anterior mas, por questões logísticas, não pode ser apresentada. O Psicólogo da Silva tornou-

se personagem da revista Diálogos do Conselho Federal de Psicologia e da revista Diálogos, do CRP 08. A peça, com duração de quarenta e cinco minutos, apresenta quatro momentos da vida de um psicólogo clínico. O primeiro é um relato de sua escolha pela Psicologia e sua carreira acadêmica. O mesmo relata o quanto teve sucesso em todas as matérias, como dominava a filosofia e várias línguas e que terminou a faculdade em primeiro lugar. O segundo consta das experiências de recém formado, o encontro com a Psicologia Social quando trabalhou em uma pequena Comarca no interior e também o período em que trabalhou em uma instituição hospitalar. No terceiro momento, que marca o final de fase narrativa da peça, relata os fatos ocorridos quando do primeiro atendimento clínico. Relata como o mesmo organiza a estrutura física de seu consultório, a preocupação com os detalhes estéticos e os sentimentos que antecederam o primeiro atendimento clínico. Em todos estes momentos ocorre interação com a platéia, incluindo a participação desta no palco. No quarto momento é apresentada em mídia uma reflexão sobre os relatos anteriores. A peça foi inicialmente escrita para ser apresentada a estudantes de Psicologia, mas acabou sendo convidada para ser apresentada em eventos da área de saúde não só de Psicologia. Nestes eventos, segundo depoimentos de profissionais não psicólogos, a percepção de que a Psicologia faz uma reflexão autocrítica pública, permite àqueles, além da provocação da própria auto-avaliação, uma maior aproximação da Psicologia. A peça, que anteriormente tinha um desenho para ser apresentada em qualquer lugar público, necessita de um auditório adequado, com computador, multimídia e sistema de som ligado ao computador. Caso haja interesse desta comissão em conhecer o texto, o mesmo poderá ser posteriormente enviado.

**Palavras-chaves:** Peça, Autocrítica, Pessoa do Psicólogo

**Atividade: CONFLITO EDIPIANO E SINTOMA OBSESSIVO  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho: CONFLITO EDIPIANO E SINTOMA OBSESSIVO**

**Autor(es):** Girlene Marques Pinheiro, Katia Cristina Tarouquella Rodrigues Brasil

**Resumo:** CONFLITO EDIPIANO E SINTOMA OBSESSIVO Girlene Marques Pinheiro <sup>1</sup>Kátia Cristina Tarouquella R. Brasil <sup>2</sup>Este trabalho apresenta uma reflexão psicanalítica sobre as relações entre o interdito e os conflitos obsessivos, em que a analidade é marcada pela regressão relacionada à dinâmica edipiana em uma linguagem pré-genital. A neurose obsessiva, objeto de estudo deste trabalho, caracteriza-se por conflitos psíquicos que se exprimem por meio de sintomas, tais como a compulsão em realizar atos indesejáveis, mas que alude ao que há de mais radical na pulsão, isto é, sua irrefreável repetição. Diante de tais características e da dificuldade em intervir psicoterapeuticamente junto a esses pacientes, este trabalho pretende lançar-se no desafio de buscar compreender esse quadro clínico e o modo como psiquicamente o sujeito se relaciona com as interdições inconscientes, bem como o modo como seus conflitos contribuem para a instalação e o desenvolvimento de tal patologia. A paciente, uma mulher de 24 anos, apresentava sintomas compulsivos de limpeza corporal. A impossibilidade de entrar em contato com sua erogeidade revelou-se por intermédio de uma repulsa pelo sexual, que a impedia de tocar o corpo do marido e de se deixar ser tocada por ele. Considera-se que esses sintomas apontavam para o modo como o corpo da referida paciente era convocado na relação intersubjetiva e para o modo como seu corpo encontra-se implicado no conflito psíquico. Destacam-se, portanto, as questões de interdição e interdito relacionadas à constituição da imagem e das vivências corporais inconscientes. As reflexões deste trabalho apóiam-se na concepção de Freud (1923), de que o Eu é formado a partir da projeção da superfície corporal, e de Anzieu (2000), que subsidiou a compreensão das interdições e do interdito a partir do conceito de Eu-pele. Na discussão, aborda-se o papel do conflito inconsciente e sua relação com os traços deixados pela situação edipiana. Um dos traços abordados na discussão é o “nojo” pelo corpo do marido e pela relação sexual; entende-se que essa repulsa pelo sexual revela-se como uma defesa da interdição frágil dos desejos edipianos, em que o corpo masculino estaria relacionado de modo inconsciente ao corpo do pai, lugar de investimento dos desejos sexuais infantis, sem interdição. Essas defesas possuem um caráter sintomático na neurose obsessiva e

são reveladoras de um conflito com caráter incestuoso de uma vivência edipiana que deveria ser barrada, que teve, justamente, uma trajetória contrária, a saber, um desejo infantil de certo modo satisfeito que não foi submetido à lei da interdição. Um dos eixos das considerações finais sugere que a psicoterapia contribui para a perlaboração dos conflitos edipianos e para uma melhor compreensão dessa paciente em relação ao modo como seu corpo encontrava-se marcado psicologicamente pela cena de sedução paterna. A interdição edipiana atualizava-se e renovava-se por meio da experiência sexual com o marido, que, mesmo permitida, era desorganizadora, uma vez que estava relacionada de modo inconsciente à experiência incestuosa. Por fim, entrar em contato com suas contradições internas permitiu a essa paciente desvincular-se da culpabilidade e assim dissolver o interdito de tocar e de ser tocada enquanto um ato de violência ou de sedução sexual.<sup>1</sup>Psicóloga<sup>2</sup>Professora do curso de psicologia da Universidade Católica de Brasília, Doutora em Psicologia

**Palavras-chaves:** Neurose,obsessiva-compulsiva,conflito psíquico,interdição,edipiana

**Atividade: Reflexões e produções clínicas no âmbito do Laboratório de Psicopatologia Fundamental, Psicanálise e Psicossomática da Universidade Federal Fluminense (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Além da boa intenção em tratar: o lado obscuro da medicina

**Autor(es):** Maria Silveira da Rocha

**Resumo:** Ainda é tradição considerar o saber médico a grande forma de saber a ser reproduzida por todos aqueles que pertencem às outras disciplinas ligadas à tarefa assistencial no campo da saúde. O médico é quem sabe. Sabe o que é bom, o que deve ser feito e como deve ser feito. Todos não passam de meros consultores daquele que incorpora o saber. O médico acredita assim ocupar o lugar do saber e assume uma postura tão onipotente quanto perigosa. Essa relação é legitimada cada vez que não se questiona sua atuação, quando essa ultrapassa os limites da formação própria do médico, que é uma formação restrita e baseada na pretensa verdade. Ao se atribuir, freqüentemente, ao médico um saber além da sua formação, corre-se o risco de uma produção de interferência problemática na vida daqueles que buscam seus cuidados. Existe um transbordamento para outras esferas da vida engendrado por tais intervenções, e cria-se um empobrecimento em largo aspecto da vida com conseqüências inevitáveis também para a área de saúde. O paciente perde em qualidade de assistência e é submetido a uma prática estereotipada. Tais circunstâncias são fruto de ato contínuo e repetitivo que, não recebendo reflexão própria e adequada à sua área de atuação, não abarca a profundidade da situação posta em cena. Isso pode ser resumido ao exercício repetitivo de um saber pretensamente aplicável de maneira uniformizada. Mas como o profissional da área da psicologia pode interferir neste contexto e atuar para além da cumplicidade estéril com o discurso médico é a questão que aqui se toma como eixo da nossa reflexão. Considere-se aqui a exigência hodierna para se pensar na possibilidade de uma outra forma de trabalho na área da saúde, onde o papel da Psicanálise pode e deve ser mais do que dar eco ao que simplesmente já se faz no contexto referido, proporcionando um novo olhar sobre as práticas existentes por parte dos diversos profissionais que atuam no campo em questão. O caráter sempre reflexivo sobre questões cruciais que dizem respeito à vida e à morte, em detrimento de um saber instaurado, é o que nos permite contribuir para que se possa exercer uma prática mais livre de vícios, de acomodações, ou ainda, atentar para detalhes apagados pela violenta padronização que se vê que marca o contexto examinado. Nenhuma padronização que desconsidera o seu objetivo principal de tratar dignamente um sujeito singular pode ser eficiente, caso não se situe para além de um padrão meramente tecnicista. Quando cuidar da saúde de uma pessoa tem como desnecessária a qualidade desse cuidado pelas pessoas que dele se ocupam, o resultado, em boa parte dos casos, é trágico. No caso da saúde, podemos ver a medicina ocupando um saber totalitário cujos representantes, sejam eles médicos ou não, atuam numa dimensão plana, rasa, por pensarem o humano a partir de uma dimensão que lhe é inerente, mas que não detém a hegemonia da vida que incorpora planos existenciais que transbordam do registro meramente biológico.É desafio que a Psicanálise não pode se furtar refletir e intervir em um campo em que o saber se encontra blindado a inscrições que ultrapassem a dimensão biológica. A própria biologia

não evita que o médico venha a se defrontar com um furo no seu saber, fazendo despontar a angústia no exercício de sua prática. Não recuar diante da tarefa de construção de novas possibilidades, inclusive em termos da facilitação do desempenho médico em direções mais produtivas, é o que se mostra como caminho decisivo para engendrar uma nova forma de se pensar a ação assistencial no campo da saúde. A psicanálise é fruto fértil da medicina, fundada a partir de um novo olhar direcionado ao pathos humano. Desse novo olhar, criou-se uma possibilidade inédita para a compreensão de doenças graves que acometiam o homem, revelando condição enigmática a desafiar o saber médico. Há que se pensar que um retorno ao seu campo de origem possa concorrer para uma ampliação do horizonte da própria medicina e propiciar um exercício médico menos defensivo e mais de acordo com sua proposta inicial de bem cuidar do outro que padece.

**Palavras-chaves:** Iatrogenia, Saber médico, Morte

**Atividade: Reflexões e produções clínicas no âmbito do Laboratório de Psicopatologia Fundamental, Psicanálise e Psicossomática da Universidade Federal Fluminense (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** Reflexões e produções clínicas no âmbito do Laboratório de Psicopatologia Fundamental, Psicanálise e Psicossomática da Universidade Federal Fluminense

**Autor(es):** Roberto Novaes Sá

**Resumo:** A atividade que estamos aqui propondo é uma comunicação científica. Ela é decorrente de estudos que estão sendo realizados no Laboratório de Psicopatologia Fundamental, Psicanálise e Psicossomática da Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, por três professores e uma psicóloga. Tais estudos expressam aspectos críticos do trabalho clínico sustentado em diferentes circunstâncias e perspectivas terapêuticas. O referido Laboratório tem a intenção de aglutinar pesquisas clínicas, de diferentes matizes, que abordam o pathos, enquanto expressão da dimensão trágica inerente ao ser humano, a fim de melhor avançar na construção de dispositivos consistentes com parâmetros éticos. A Psicanálise recebe ênfase, embora não estejam sendo excluídas outras leituras do humano, e o trabalho institucional na esfera do Hospital Geral ganha relevo pelo potencial de sofrimento que potencialmente faz eclodir. Em decorrência, a pesquisa clínica em Psicossomática ganha destaque pelo seu potencial enigmático a espera de melhor deciframento. A investigação psicanalítica sustenta o caráter preponderante da criação, tanto no âmbito da teorização quanto na esfera da clínica e, para tal, há que se abrir mão de condicionar a reflexão e o ato clínico ao mero exercício de certezas que, em última instância, restringem-se ao efeito placebo advindo do irrestrito apego a uma crença. A teoria e a clínica psicanalítica só se constróem no espaço específico dos Confins da Psicanálise. O deslocamento do eixo do saber do epicentro do território psicanalítico em direção à região dos seus confins equivale à assunção do papel produtivo, porém cruel, das incertezas na análise dos fenômenos humanos complexos. A perspectiva situada nos confins da psicanálise procura recuperar a plasticidade do invento de Freud, revisitando a clínica psicanalítica a partir da contribuição da filosofia trágica e da perspectiva da Psicopatologia Fundamental. Encontra-se nesta última parceria sintônica que, em relação ao saber clínico serve-lhe para pôr à prova seus achados. Na esfera do trabalho clínico, orientado psicanaliticamente em instituição hospitalar, a temática da Inclusão Perversa, Iatrogenia e Sistema Público de Saúde discute as práticas assistenciais no âmbito do sistema público de saúde, de modo especial no contexto dos hospitais gerais, e seus efeitos em termos patogênicos nas esferas biológica, psíquica e social. A utilização do termo inclusão perversa é aqui sublinhada em detrimento da desgastada noção de exclusão social, pois coloca em destaque uma ação contínua de inserção do sujeito em contexto social onde a perversão se acha presente como elemento determinante. Nesse sentido, procurar-se-á pensar os efeitos iatrogenéticos como sendo fruto do processo de inclusão perversa do sujeito.

**Palavras-chaves:** Laboratório de Psicopatologia, psicanálise, psicossomática

**Atividade: Experiência clínica num Centro de Defesa de Direitos humanos**

## **(Experiências em Debate)**

**Trabalho:** O atendimento psicológico num Centro de Defesa de Direitos Humanos

**Autor(es):** Wanda Lage, Pedro Figueiredo

**Resumo:** A demanda que chega para o acompanhamento psicológico na instituição Centro Dom Hélder Câmara de Estudo e Ação Social - CENDHEC, da qual faço parte como psicóloga clínica, é caracterizada por crianças e adolescentes em sua maioria de camadas populares que vivenciam uma situação de crise, sendo esta instalada através da violência doméstica e/ou sexual. Esta situação de crise é aguçada e elevada com a denúncia onde tanto as famílias, quanto as crianças e adolescentes têm suas vidas e intimidades expostas. Desta forma, carecem de um suporte psicológico com intervenções mais diretas que promovam um fortalecimento e uma re-organização imprescindíveis para o enfrentamento do processo jurídico. Optei por dar continuidade à metodologia anteriormente trabalhada, a Psicoterapia Breve, por perceber seus resultados favoráveis e apresentar maior coerência com a demanda acima descrita, com as peculiaridades da instituição e da equipe técnica. Essa técnica objetiva, de forma geral, amenizar o impacto sobre a organização estrutural e dinâmica da personalidade de crianças, adolescentes e familiares, o maior fortalecimento das famílias que procuram o atendimento. A duração das sessões é de 45 minutos e o tempo de terapia varia de três a seis meses, seguindo após a finalização da terapia, a entrevista de follow up (nova avaliação que visa evidenciar os recursos internos que estão sendo utilizados para o enfrentamento da crise). Também utilizamos a técnica da Psicoterapia Breve em grupos de adolescentes e de familiares. Os sintomas predominantes observados no Grupo de Familiares das crianças vítimas de violência sexual são: agressividade, irritabilidade, negação, insegurança quanto ao papel de mãe, profundo sentimento de tristeza e desamparo, medo da denúncia (reação negativa de familiares), conflito familiar (separações, perda do provedor), tendência a se culpar e a culpar a vítima. Os objetivos do acompanhamento psicológico em grupo de familiares são os de oferecer um espaço de escuta e aceitação das demandas e sintomas apresentados. Através de intervenções mais diretas, em diferentes medidas, o acompanhamento psicológico visa fortalecer o vínculo dos familiares com a criança, sensibilizando-os sobre os seus direitos e dos prejuízos causados pela violência, fortalecendo-os para o processo jurídico. Visa também minimizar os sentimentos de culpa, medo e tristeza. Assim como, reduzir a ansiedade e sentimentos negativos em relação ao processo jurídico e aos conflitos familiares. Os sintomas predominantes observados nas crianças são: agressividade, profundo sentimento de tristeza, sentimento de menos valia, irritabilidade, vivência precoce da sexualidade, manipulação dos genitais, insegurança, sintomas fóbicos (medo intenso de espaços abertos, de ficar só). Além destes outros sintomas também se apresentam associados como a dificuldade de aprendizagem, distúrbio do sono, amadurecimento precoce, pouca percepção da inadequação dos agressores, tendência a não respeitar limites, necessidade de receber mais atenção. Através dos recursos lúdicos, o acompanhamento psicológico, que tem um tempo limitado por basear-se na terapia breve e por isso é caracterizado por intervenções mais diretas, tem por finalidade reduzir em diferentes medidas, a tensão e o conflito interno da criança, gerados pelo trauma da situação de violência. Este reverbera através dos sintomas acima evidenciados. Esses sintomas aparecem de forma diferenciada, sendo uns mais evidentes que outros, variando de caso para caso, e caracterizam o foco terapêutico. O encorajamento da autonomia e capacidade de expressão são aspectos importantes de ser trabalhados.

**Palavras-chaves:** violência doméstica, violência sexual, sintomas, crise

**Atividade: A autoridade conferida pelo amor  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** A autoridade conferida pelo amor

**Autor(es):** Vera Lopes Besset, Luiza Mendes Rubim, Marina Pereira Vieira, Bruna Brito, Gabriella Valle Dupim Silva

**Resumo:** No que concerne a questão do amor, a psicanálise caminha na contramão da lógica atual, regida pelo discurso capitalista, mestre contemporâneo. Nesse trabalho, partimos da indicação freudiana sobre a autoridade em jogo na experiência analítica: uma autoridade conferida pelo amor, amor de transferência. Inclusive em intervenções que fogem ao enquadramento formal de um tratamento analítico estrito senso, onde a construção de um desejo de saber pode se apresentar como via de solução para sujeitos desnorteados. Os dados de nossas pesquisas indicam que a psicanálise tem a contribuir, sobretudo, com um saber, saber-fazer sobre a transferência, na construção de laços de trabalho. Especialmente, se considerarmos nossa época, tal como o faz Bauman, como uma era do 'homem sem vínculos', pouco favorável à instauração da confiança nas relações humanas, posto que os objetos de amor, tal como os gadgets, são passíveis de trocas rápidas e as relações amorosas caracterizam-se por sua fluidez. Nesse tempo, onde o declínio da autoridade, vinculado à queda dos ideais, é terreno fértil para o retorno de um autoritarismo, como se pode comprovar no terreno da política, a proposta da psicanálise baseia-se na instauração da confiança, primeiro nome da transferência em Freud. Nesse contexto, onde o sujeito apresenta-se, no dizer de alguns autores, desbussolado, é possível, entretanto, valer-se do amor –de transferência- à condição de se abster de responder a ele, obedecendo ao princípio ético que rege essa prática. Os dados de pesquisas realizadas no âmbito do NIPIAC-UFRJ com jovens de comunidades carentes do Rio de Janeiro, marcadas pelo alto índice de violência, trazem-nos subsídios para avançar na construção de novas modalidades de intervenção com adolescentes em contexto de risco. Ao mesmo tempo, dados coletados em duas entrevistas com Marina Maggesi, ex-inspetora Geral da polícia civil do Rio de Janeiro, ajudam-nos a traçar o contorno do contexto sócio-cultural onde se inserem esses jovens sujeitos de nossas pesquisas. Marina foi a responsável pela apreensão de grandes chefes do tráfico de drogas no Rio de Janeiro, ocupando a Coordenadoria de Inteligência Policial, a CINPOL, da Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE). Discorrendo sobre os jovens do tráfico, sublinha o fato de muitos deles não terem a possibilidade de falar sobre si. Explica que esses meninos-trafficantes, criados na cocaína, são jovens abandonados pelas famílias e pelo Estado, usuários de drogas que, em muitos casos, trabalham para pagar as dívidas do vício. Entretanto, no domínio do fora-da-lei, esses meninos estão sempre submetidos ao comando de um chefe, uma autoridade, a quem devem obediência. Trata-se de um lugar e não de uma pessoa determinada identificada como líder, pois as trocas se sucedem, por vezes, a uma velocidade vertiginosa. A particularidade de Marina, caracterizado pelo esforço em evitar o embate físico com traficantes e o oferecimento de um espaço à fala aos detidos, aproxima sua prática dos princípios que norteiam nossa clínica. Pois, em sua lida com esses jovens, dá ênfase ao caso-a-caso e a um saber que se constrói na contingência. Dentro desse cenário, entendemos que, sua prática, paradoxalmente, policial, demonstra um saber-fazer com o impossível da contemporaneidade. Considerando nosso compromisso de produção de saber, como pesquisadores da área da psicanálise, interessa-nos a contribuir para o debate sobre a psicanálise aplicada na promoção de espaços que favoreçam uma transformação subjetiva dos jovens.

**Palavras-chaves:** psicanálise, autoridade, amor, juventude

**Atividade:** Enquadres Winnicottianos Diferenciados junto ao Programa de Saúde da Família (Paineis)

**Trabalho:** Enquadres Winnicottianos Diferenciados junto ao Programa de Saúde da Família

**Autor(es):** Diana Pancini de Sá Antunes Ribeiro, Tânia Maria José Aiello Vaisberg

**Resumo:** No contexto da saúde mental coletiva, este trabalho focaliza a atuação de psicólogos em formação junto ao Programa de Saúde da Família (PSF) sob uma visão preventiva voltada

para a atenção psicossocial. O objetivo é construir uma prática psicológica a partir da demanda específica para psicologia infantil da área de abrangência de um Programa de Saúde da Família em uma cidade do interior do estado de São Paulo. Alunos estagiários de psicologia clínica de uma universidade pública realizam estudos teóricos/práticos em psicanálise winnicottiana e, através de supervisão clínica semanal, organizam as ações que efetivam no contexto comunitário de abrangência do Programa de Saúde da Família, no qual atuam também semanalmente. Através de visitas domiciliares realizadas a pedido de famílias, acompanhadas de um agente comunitário que trabalha e mora na região compreendida por esta Unidade de Saúde Pública, construiu-se uma atuação em duas frentes distintas: plantões de atendimento a pais e "consultas terapêuticas domiciliares" concebidas a partir das propostas de Donald W. Winnicott. Os alunos/estagiários trabalham em duplas, tanto nos plantões aos pais, quanto nas "consultas terapêuticas domiciliares". Vale acrescentar que o agente comunitário apresenta os estagiários às famílias, mas não participa diretamente das consultas tal como propostas atualmente. Observou-se que algumas famílias visitadas não haviam solicitado o serviço psicológico, sendo então trabalhado junto ao agente comunitário a origem da demanda pelo atendimento na busca de uma real significância da atuação psicológica para a comunidade. As duas possibilidades de atuação do psicólogo clínico que foram propostas, construídas junto ao Programa de Saúde da Família, são complementares, pois atendem tanto as famílias que procuram atendimento psicológico diretamente, no âmbito do PSF, quanto outras que o fazem indiretamente, por meio de solicitação aos agentes comunitários. Observou-se que as "consultas terapêuticas domiciliares" são mais adequadas às expectativas desta comunidade trabalhada, embora os plantões com as famílias também possibilitem um trabalho preventivo, mesmo que não se apresentem tão efetivos até o presente tal como as visitas demonstram ser. O contato com o cotidiano das famílias proporcionou visibilidade para um sofrimento psicossocial real na medida em que se pôde perceber uma necessidade das pessoas em serem ouvidas e um grande interesse na busca por alternativas que as ajudem amenizar o sofrimento familiar. Este trabalho também demonstra a importância da comunidade na produção de espaços culturais intermediários para o encontro significativo psicólogo-paciente e aponta que a prevenção em psicologia clínica junto à Saúde Mental Coletiva deva realizar-se junto à equipe do Programa de Saúde da Família, principalmente aqueles que atuam e residem no contexto comunitário do PSF.

**Palavras-chaves:** saúde mental coletiva, psicanálise winnicottiana, programa de saúde da família, prevenção psicológica

**Atividade:** A ESCUTA DOS CUIDADORES: PERSPECTIVAS E DESAFIOS DO CENTRO DE ONCOLOGIA DR. MUCCINI - APAMI EM PETROLINA (Paineis)

**Trabalho:** A ESCUTA DOS CUIDADORES: PERSPECTIVAS E DESAFIOS DO CENTRO DE ONCOLOGIA DR. MUCCINI - APAMI EM PETROLINA

**Autor(es):** Darlindo Ferreira Lima, Vanessa Rocha Novaes, Albertina Marília Alves Guedes, Elzenita Falcão de Abreu, Geida Maria Cavalcanti Souza

**Resumo:** O nascimento da Psicologia enquanto profissão tem no Brasil pouco mais de 40 anos. Teve início de maneira regulamentar a partir da Lei 4.119/1962 que instituiu as bases legais para a prática da profissão e funcionamento dos cursos. Nos últimos anos a produção científica tem se voltado mais sistematicamente para questões práticas que tenham um significativo impacto nas vidas das pessoas, grupos e instituições. Nesse sentido, esse trabalho de investigação se voltou para a pesquisa no âmbito da escuta clínica. A perspectiva aqui apresentada não foi a da escuta enquanto dispositivo técnico-instrumental para coleta de dados, intervenção clínica e orientação de ações, mas a escuta enquanto um dispositivo de cuidado e acolhimento com o outro que sofre. No âmbito da Psicologia Clínica, a Escuta é um dispositivo fundamental para o trabalho clínico, pois se tornou uma espécie de porta de entrada e, sobretudo, de acolhimento ao

sofrimento daqueles que procuram ajuda. Os profissionais da área Psi (psicólogos, psiquiatras, psicanalistas) possuem, a partir de suas perspectivas teóricas e técnicas, diversas formas de localizar e manejar a Escuta em suas práticas. Mais especificamente no âmbito da Psico-Oncologia, a Escuta tornou-se mais que um instrumento, sendo, desde sempre, uma forma de intervenção. Seja com os pacientes, familiares ou com a própria equipe de cuidadores, todos em algum momento lidam com o processo da Escuta, configurando-se, dessa forma, como um campo abrangente de possibilidades de produção de conhecimento. A pesquisa da Escuta neste tipo de serviço tem a condição de ampliar a sensibilização dos profissionais com relação aos cuidados com os pacientes e a reflexão sobre novas possibilidades de intervenção no sentido de promover uma qualidade de vida principalmente para aqueles que se encontram em estado terminal. Assim, o objetivo desta pesquisa diz respeito a compreender os sentidos da escuta para os profissionais cuidadores do Centro de Oncologia Dr. Muccini, situado na cidade de Petrolina – PE. Nesse contexto, a escuta é considerada como uma forma de intervenção e acolhimento para o sofrimento humano. Tanto a Psicologia Clínica quanto a Psico-Oncologia são áreas de conhecimento cuja prática da Escuta, como forma de cuidado, permeia o fazer cotidiano dos profissionais envolvidos. A abrangência, coerência e importância desse dispositivo de cuidado possui inúmeras formas de compreensão, tantas quantas são as perspectivas teóricas que norteiam o saber –fazer dos profissionais cuidadores. Nesse trabalho foi trilhado um caminho que passou pela Metodologia Qualitativa Fenomenológica, pois se entende que nessa abordagem o pesquisador procura implicar significativamente para compreender algumas nuances do real, buscando resgatar na complexidade desse a dimensão fenomênica (fenômeno) e não objetificante (objeto). Entrevistou-se onze cuidadores, sendo considerados cuidadores todos os funcionários do Centro de Oncologia Dr. Muccini que, direta ou indiretamente, lidam com pacientes em seu cotidiano de trabalho. Como forma de instrumento de acesso à experiência da Escuta dos cuidadores foi utilizada a técnica da narrativa mediante entrevistas não estruturadas. Nesse sentido a narrativa foi entendida como uma maneira de se compreender a experiência vivida pelo narrador em sua dimensão existencial. Nesse trabalho, além da narrativa, também foram utilizados outros instrumentos para colheita dos dados. Dessa forma, partindo de sua inserção no campo de observação (no centro de oncologia), os pesquisadores entraram em contato com a realidade pesquisada: o ambiente, as pessoas, os profissionais e as relações no ambiente pesquisado. Os registros foram realizados em um instrumento de registro denominado de Diário de Campo, ou seja, instrumento de registro das observações e implicações do pesquisador com seu campo de vivência na instituição. Portanto, tivemos acesso, a partir do registro das observações, às percepções, sentimentos, comportamentos, de todos os colaboradores que estiveram implicados no campo de observação, de como a escuta se dá nesse ambiente e nas relações que ali se mantêm. Após o registro dos depoimentos, estes foram transcritos e transformados em texto. A seguir foram realizadas as análises das literalizações a fim de que fosse possível a emergência das tematizações, que consistiram em apreender os sentidos que surgiram da experiência das leituras das narrativas literalizadas. A pesquisa se encontra atualmente na fase de análise das narrativas. Os primeiros resultados apontam para uma constituição da escuta como um instrumental nas relações de objetificação que se estabelece entre os cuidadores e os usuários da instituição; há poucos indícios da escuta como forma de relação de cuidado que visa promover um acolhimento do sofrimento daqueles que a demandam. A escuta eminentemente das queixas parece proporcionar um distanciamento possibilitador da convivência com a realidade do Centro de Oncologia que implica em cotidianamente lidar com a morte, o sofrimento e as incertezas que o próprio tipo de tratamento suscita. Apesar de não ter sido ainda analisadas a totalidade das entrevistas, já se pode compreender a importância do aprofundamento e continuidade de pesquisas com esta temática, sobretudo nessa região, visto que ainda são escassos os dados nesse contexto.

**Palavras-chaves:** cuidado,cuidadores,escuta,prática

**Atividade: Sobre os lugares do psicanalista e do imprevisível nos tratamentos de reprodução (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:**Sobre os lugares do psicanalista e do imprevisível nos tratamentos de reprodução



**Autor(es):** Simone Perelson

**Resumo:** A comunicação terá como objetivo abordar: 1) O lugar do imprevisível - isto é, daquilo que não pode ser medicamente esclarecido, e que se refere à marca do inconsciente no corpo - na infertilidade e na fertilidade, assim como no tratamento de reprodução; 2) o lugar de um psicanalista num Centro de Reprodução: aqui se buscará tanto especificar o que pode um psicanalista realizar dentro de um Centro de Reprodução, onde trabalha normalmente junto com uma Equipe Médica, como também distinguir o trabalho que o psicanalista exerce nos longos tratamentos em consultório daquele que ele pode realizar nesses Centros onde, numa grande parte das vezes, seu contato com os pacientes se reduz a um único encontro. Para alcançarmos esses objetivos, abordaremos, em primeiro lugar, a revolução que a possibilidade de controlar medicamente os nascimentos operou, a saber, a separação entre sexo e reprodução, e conseqüentemente, entre acaso e reprodução. Com efeito, antes dessa revolução, um filho vinha como uma das conseqüências possíveis do ato sexual; ele vinha do desconhecido, do acaso, do risco inevitável que se corria ao se fazer amor. Hoje, a vinda de um filho pode ser e é cada vez mais racional, consciente e voluntariamente programada. O lugar do sexo, por sua vez, se desloca: não mais lugar do risco, e sim do meio a que se pode, ou não, recorrer para a realização de um projeto fundado na razão, na consciência e na vontade. A gestão racional do voto de filho encontra-se hoje, portanto, em grande parte realizada, de modo que o surgimento do imprevisível encontra-se também em grande parte excluído. Segundo o que alguns psicanalistas puderam observar em sua clínica, no momento em que, graças às novas descobertas da medicina, a mulher adquire a liberdade de programar e decidir sua maternidade, ela deve contar com um novo problema, a infecundidade. Nesses termos - quão maior o controle científico da procriação, maior a infertilidade erótica, psíquica - se resume uma das hipóteses com as quais vem trabalhando diversos psicanalistas que exercem sua prática em Centros Reprodutivos, hipótese que buscaremos, em nossa comunicação, trazer e analisar. A essa hipótese, associa-se uma outra: se a fertilidade, do ponto de vista objetivo, pode ser regulada pela técnica, do ponto de vista subjetivo, ela se situa no modo pelo qual o corpo é animado pela linguagem do desejo inconsciente. Em outros termos, o desejo inconsciente tem um alto poder seja fecundante seja infertilizante e da mesma forma que uma infertilidade pode estar relacionada à impossibilidade de expressão ou de escuta desse desejo, a fecundação pode advir de uma articulação inconsciente até então impossível de se realizar. É aqui que tanto o médico quanto o psicanalista podem e devem trabalhar em conjunto. Em nossa comunicação buscaremos explorar, através de alguns exemplos, os modos de escuta médica caracterizados pela resposta meramente técnica, que tem como resultado muitas vezes o fracasso do tratamento, e a escuta subjetiva, que pode vir seja do psicanalista seja do médico, escuta que busca revelar, nas narrativas dos pacientes, a arquitetura lógica inconsciente que impede, em alguns casos, e viabiliza, em outros, a fecundação. Os principais autores nos quais nos basearemos nessa comunicação são Jean-Claude Czyba, Jean-François Daubech, Marie-Magdeleine Chatel, Marilena Corrêa, Paola Mieli e Michel Tort.

**Palavras-chaves:** inconsciente, infertilidade, corpo

**Atividade:** Ser ou estar autista? Uma reflexão acerca do psicodiagnóstico de autismo infantil  
(Comunicações Científicas)

**Trabalho:** Ser ou estar autista? Uma reflexão acerca do psicodiagnóstico de autismo infantil

**Autor(es):** Denise Maria Nunes Alencar

**Resumo:** Ser ou estar autista? Uma reflexão acerca do diagnóstico de autismo infantil Este trabalho tem o objetivo de refletir acerca do diagnóstico de autismo infantil fazendo uma leitura psicanalítica. Para isso, algumas questões foram levantadas para servir como norte nessa empreitada: qual a repercussão que o uso da palavra ser e estar terá sobre a vida da criança que recebe o diagnóstico de autismo? Como as teorias psicanalíticas compreendem não só as crianças, mas os pais frente a esse tipo de diagnóstico? Qual a posição do psicólogo de base analítica que traz menos sofrimento a esse pequeno paciente e a seus pais? Desde quando

Havelock Ellis inventou a palavra autismo, o diagnóstico de autismo carrega a idéia de um isolamento psíquico visto como: perda de contato com a realidade para Eugen Bleuler e independência em relação ao mundo externo, para Freud. Esta idéia deu margens para se pensar num ser humano nascido de lugar nenhum, um autóctone, como supõe Silva (2004). Sob a perspectiva da psiquiatria, o olhar do autismo causa controvérsias. Por um lado, influenciados por Leo Kanner, os manuais de classificação das doenças, descrevem a sintomatologia autística com o enfoque baseado na negativa. Segundo o DSM IV e o CID 10, essas crianças não falam, não interagem e não são inteligentes, por exemplo, o que as coloca na posição de deficiência. Por outro lado, os psiquiatras, baseados nos diferentes olhares da psicanálise, têm uma outra forma de ver e tratar essa criança, considerando as suas potencialidades. Por falar na Psicanálise, ela também não escapa da controvérsia teórica e técnica provocada pela clínica do autismo. Diante disso, vários autores investiram em pesquisas e estudos sobre o tema e as conclusões (se é que se pode falar em conclusão nesse caso) são as mais diversas. Há correntes cujo discurso sobre o autismo fala de uma criança sem possibilidades de pensar e sentir; outros dizem que o autismo corresponde a um modo de subjetivação, há aqueles que afirmam a inexistência do autismo enquanto doença e, ainda, há os que dizem que existe não o autismo em si, mas autismos. Concordando com Winnicott (1966) quando esse diz haver uma fronteira muito tênue entre o normal e o patológico e ao afirmar que o autismo não existe, é possível pensar que o ser ou estar autista dependerá do suporte teórico escolhido pelo profissional ao realizar uma avaliação psicodiagnóstica da criança. Finalmente, olhar o autismo infantil apenas como uma patologia a qual se finda nas suas limitações, é deixar de prestar atenção na criança para focar a doença, o que determina o prognóstico da mesma como ruim, pois é não reconhecer suas potencialidades, ainda que com alguns obstáculos.

**Palavras-chaves:** autismo, Psicanálise da CRIANÇA, psicodiagnóstico

**Atividade:** Uma pesquisa referente à percepção dos usuários evadidos da clínica CAPS-AD em relação ao atendimento clínico recebido dos profissionais psicólogos.  
(Paineis)

**Trabalho:** Uma pesquisa referente à percepção dos usuários evadidos da clínica CAPS-AD em relação ao atendimento clínico recebido dos profissionais psicólogos

**Autor(es):** Giovanna Barbosa Santos, Márcia Santos Cordeiro

**Resumo:** Esta pesquisa teve como tema “Identificar os motivos que levaram os usuários do CAPS-AD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas) a abandonar o tratamento”. Sendo que dentre vários objetivos específicos iremos contemplar: “Verificar a percepção do usuário evadido do CAPS-AD em Montes Claros/MG em relação ao atendimento clínico recebido dos profissionais psicólogos”. Foi feita uma divisão da turma do 6º período de Psicologia das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros, no segundo semestre de 2005, em dez grupos. Na 1ª fase cada grupo de pesquisa elaborou o referencial teórico de acordo com cada objetivo específico. Ao final desta fase foi feita a junção desses referenciais. A 2ª fase foi à ida a campo. Foram realizadas visitas domiciliares aos evadidos do CAPS/AD onde utilizamos como instrumento de pesquisa uma entrevista semi-estruturada, contendo treze questões, englobando todos os objetivos. Na 3ª fase foi realizada a análise de dados. Esta pesquisa justificou-se pela possibilidade de encontrar os motivos da evasão possibilitando à clínica neste caso específico, o CAPS-AD, a buscar melhorias nos serviços prestados para assim oferecer um melhor tratamento aos usuários desta forma diminuindo a evasão. Muitos são os lugares da clínica psicológica na contemporaneidade, principalmente ao que diz respeito à experiência dos novos serviços ou serviços substitutivos no contexto da Reforma Psiquiátrica e do Sistema Único de Saúde (SUS). Mais conhecidos como Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), para Anaya (2004), a forma de se pensar a dimensão técnico-assistencial desses serviços, ou seja, de se praticar a clínica, se configura como um dos grandes desafios, em vista às rupturas que operam em oposição à clínica tradicional e ao modelo de atendimento hospitalocêntrico. Nesse sentido, a atuação do psicólogo, assume outra dimensão que aposta na flexibilidade de suas ações e na reinvenção da clínica que deve operar ao contrário da exclusão e do controle social. Figueiredo (1994) indica

que há diferentes maneiras de interpretar a missão da escuta, podendo ser entendidas a partir dos três pólos: no Pólo Liberal há uma valorização da razão e defesa de seu espaço privado. Exigências e valores de uma identidade claramente estabelecida, autônoma, auto-controlada e transparente (reinado do eu), pois considera que todos os indivíduos são iguais. No Pólo do Romantismo, Aposta nos sentimentos intensos, com críticas à razão valorizada das experiências subjetivas. Considera que todos os indivíduos são diferentes e únicos, liberdade positiva. No Pólo Disciplinar “trata-se da redução do excluído, ou seja, pratica-se aqui (ou tenta-se) a ‘cura dos sintomas’” (Figueiredo, 1994, p.39). O Homem é tomado como objeto. Há uma padronização do indivíduo, e uma tentativa de eliminar o subjetivismo. Para Figueiredo (1994:39), o objetivo que a configuração cultural contemporânea impõe às clínicas psicológicas é a escuta. A partir desse compromisso com a escuta do interdito e com a sustentação das tensões e dos conflitos dos pólos é que a clínica então, define-se por um dado ethos. Neste sentido, Neto (2004:164), acrescenta que é pertinente se pensar a clínica, justamente a partir desse ethos, do espaço de acolhimento do sofrimento que cada teoria oferece ao homem e não somente como uma área de atuação, mas como atitude, uma posição de escuta. A partir da análise dos dados obtidos observa-se que possibilitaram uma avaliação mais institucional do motivo do abandono dos usuários em relação ao seu tratamento. Pode-se observar que as respostas se referiam à instituição e não ao atendimento psicológico oferecido pelo CAPS-AD. Sabe-se que muitos são os fazeres e lugares do psicólogo no serviço substitutivo, entretanto, podemos supor que a inspiração que orienta o tratamento parte do eixo romântico possibilitando ao sujeito o reconhecimento da liberdade de ser diferente sem precisar-se excluir, afirmar sua subjetividade, responsabilizar-se por seus atos e por sua participação no tratamento. A resposta clínica do tratamento pode ser interpretada como uma resposta que não é levada individualmente, mas se constrói no coletivo, no trabalho de equipe. Podemos supor que daí aparece a dificuldade de se localizar o fazer do psicólogo a partir da fala dos usuários, já que o trabalho no CAPS-AD e a clínica que se propõe neste serviço é diversa da clínica tradicional. Entretanto, a ética desta clínica deve ser centrada no cuidado do usuário e em sua emancipação social. Como cidadão o usuário tem direito a ter assistência e essa assistência possibilitará a sua inserção social que é um dos pilares da Reforma Psiquiátrica que originou este tipo de serviço substitutivo. A análise dos dados permitiu verificar que esse lugar da clínica psicológica é algo construído no coletivo e que o espaço de escuta pode ser diluído entre os membros da equipe multiprofissional. Sabe-se, entretanto, que ao se eleger um técnico de referência, se eleger um trabalhador em especial que se responsabilizará pela escuta e o projeto terapêutico do usuário.

**Palavras-chaves:** clínica,CAPS-AD,escuta,evadidos

**Atividade: Aconselhamento Psicológico:  
(Paineis)**

**Trabalho:**Aconselhamento Psicológico:uma abordagem analítica

**Autor(es):** Isabela Arruda Soares,Ana Paula Chaplin Andrade,Ila Nunes Silveira,Keline Mendes Cavalcante,Rosa Virgínia Freire Brandão,Guilherme Caldeira

**Resumo:** Este trabalho nasce de uma proposta da disciplina Orientação e Aconselhamento Psicológico, do curso de psicologia ,9º semestre da Universidade Tiradentes, e se engaja numa pesquisa de cunho bibliográfico sobre o aconselhamento na orientação da psicologia analítica de Carl Gustav Jung.Neste trabalho propomos explanar um modelo teórico do aconselhamento psicológico apresentando possíveis aproximações entre o modelo de aconselhamento proposto por PATTERSON (1988), enfatizando :as definições de aconselhamento,etapas do processo de aconselhamento , postura e atuação do aconselhador.O modelo teórico surgiu do interesse pela abordagem analítica, bem como de reflexões sobre sua aplicabilidade na prática clínica.Reflexões que nos permitiram encontrar comunalidades e complementaridades entre

esses modelos, apesar da utilização de terminologias diferentes por seus autores. A Psicologia Analítica, também conhecida como Psicologia Junguiana, é um ramo de conhecimento e prática da Psicologia, iniciado por Carl Gustav Jung o qual se distingue da psicanálise iniciada por Freud, por uma noção mais alargada da libido e pela introdução do conceito de inconsciente coletivo. A Psicologia Analítica foi o nome escolhido por Jung para abarcar todo o seu sistema teórico, que apresenta conceitos como: psique, ego, consciente, inconsciente (pessoal e coletivo), complexos, arquétipos, persona, sombra, anima, animus, self, entre outros. Na análise da personalidade Jung trabalha com os tipos psicológicos (introverso e extroverso). Convém destacar que é pouco comum a utilização da abordagem junguiana, sendo mais observado a utilização do aconselhamento e psicoterapia orientados psicanaliticamente nas práticas de ajuda humana. Patterson (1988) considera o aconselhamento com o objetivo de “capacitar o cliente a dominar situações da vida, a engajar-se em atividade que produza crescimento e a tomar decisões eficazes. Como resultado do processo, o aconselhamento aumenta o controle do indivíduo sobre as adversidades atuais e as oportunidades presentes e futuras”. Comparando o objetivo do aconselhamento proposto por Patterson com os da psicoterapia junguiana, podemos considerar que existe uma aproximação entre ambos. Jung (1984) e (1985) afirma que: “a questão fundamental para o terapeuta é não somente como eliminar a dificuldade momentânea, mas como enfrentar com sucesso as dificuldades futuras”, “eis porque o objetivo mais nobre da psicoterapia não é colocar o paciente num estado impossível de felicidade, mas sim possibilitar que adquira firmeza e paciência filosóficas para suportar o sofrimento”. A psicologia junguiana enfatiza, portanto, “o desenvolvimento propositado, o sentimento de significado pessoal e a adaptação criativa como fatores operativos na psique. Ela é vista como um processo de integração psíquica contínua (...)” (EISENDRATH E DAWSON, 2002). No processo terapêutico junguiano assim como no aconselhamento, existe um conjunto previsível de etapas que ocorrem numa seqüência completa. “Inicialmente, o conselheiro e o cliente devem estabelecer contato, definir juntos em que ponto o cliente está em relação a sua vida, e identificar os problemas. Segue-se uma conversa, que leva a uma compreensão mais profunda das necessidades e desejos do cliente no contexto de seu mundo interpessoal, com objetivos de mudança emergindo lentamente. Por fim, há o planejamento de ações apropriadas, para realizar alguns objetivos identificados” (PATTERSON, 1988). Alguns autores afirmam que é importante considerar na postura de um bom terapeuta junguiano a sua habilidade e dedicação para unir, como fez Jung ao longo de sua atuação profissional, o conhecimento profundo de sua abordagem e uma compreensão subjetiva da alma humana. Paralelamente as afirmações de Jung, pode-se perceber em Patterson (1998), ênfase no interesse e respeito pelas pessoas que estão procurando ajuda, interessando ao terapeuta / aconselhador as preocupações e os problemas que o paciente esteja enfrentando, de modo que seja oferecida ajuda eficiente, oferecendo tempo e energia, escutando ativamente e atentamente as pessoas a quem estão ajudando. A partir do modelo junguiano, propomos uma forma de intervenção que se inscreverá na prática clínica posterior.

**Palavras-chaves:** Abordagem Analítica, Aconselhamento Psicológico, Prática Clínica

**Atividade: A ESCUTA CLÍNICA NA PERSPECTIVA PSICOSSOMÁTICA (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: A ESCUTA CLÍNICA NA PERSPECTIVA PSICOSSOMÁTICA**

**Autor(es):** Katia Cristina Tarouquella Rodrigues Brasil

**Resumo:** Este trabalho aborda a temática da psicossomática, fenômeno em que o paciente apresenta sintomas somáticos em um corpo, palco de sua experiência psíquica e biológica. Com efeito, a doença pode aparecer e surpreender o sujeito com sua força desorganizadora. Nesse contexto, o corpo se revela como suporte para os impactos da função psíquica, o que significa dizer que os sintomas dos pacientes ouvidos na perspectiva psicossomática se colocam de uma maneira particular em relação à semiologia do corpo. Na semiologia médica, a causa orgânica deve ser detectada no fenômeno apresentado – refere-se a uma semiologia de signos unívocos; na semiologia psicossomática, por sua vez, a causa orgânica é detectada no fenômeno – e nos encaminha ao encontro de signos equívocos – em um corpo palco do conflito psíquico.

Aparentemente, entre o sintoma orgânico e o sintoma psíquico não existe tanta diferença, se o sintoma neurótico encontra-se no registro da linguagem e o sintoma orgânico aparece distanciado dela, ambos os sintomas nos convidam a compreender de que forma o psiquismo encontra-se implicado na formulação e na manutenção do sintoma, e, de que forma o corpo convoca e rearticula a vida psíquica. Dentre as razões do interesse da psicologia e da psicanálise pela psicossomática, destacam-se as dificuldades encontradas no manejo da intervenção psicoterápica com pacientes somatizadores. Este trabalho elege o paciente psoriásico para estar no centro das reflexões teóricas e clínicas que serão desenvolvidas. A psoríase se apresenta como uma doença com evolução crônica, caracterizada por lesões eritemato-escamosas. Sua etiologia não é totalmente conhecida, sabe-se que existem duplicidades de casos de psoríase na história familiar, além disso foi identificada uma importante relação entre a dinâmica psíquica do paciente, tanto no aparecimento, quanto no agravamento do processo de adoecimento. Entende-se que os pacientes com sintomas de psoríase, sem conseguirem encontrar palavras que veiculem seu sofrimento, investem no corpo como um herdeiro incondicional de suas dores. Assim, a questão proposta para ser discutida é: que escuta deve ser disponibilizada para estes pacientes na clínica? Inicialmente pode-se destacar a importância do paciente construir no espaço psicoterápico, um pensar que lhe permite habitar seu corpo, não apenas do modo biológico com ênfase no adoecimento e no sofrimento, mas também um corpo erótico, investido libidinalmente. Uma das questões que instigam o trabalho clínico com esses pacientes é justamente compreender como o corpo, amputado de sua eroticidade, pode ser resgatado, uma vez que o corpo doente atingido pela psoríase em sua superfície envelopante, sua pele, domina de modo freqüente o cenário psíquico. A pesquisa percorreu a trajetória de uma escuta clínica psicoterápica psicanalítica construída em duas instituições diferentes, a saber, dentro do HUB , em um serviço de dermatologia, e outra no CEFPA . Entende-se que, mesmo privilegiando a fala, o corpo por meio do agir expressivo se revelou um ponto fundamento no trabalho com os pacientes nesta clínica. Dessa maneira, o agir expressivo se enuncia pela dramaturgia corporal, como por exemplo, quando os pacientes psoriásicos se coçam ou retiram as descamações da pele durante o atendimento e assim, atribuem palavras às sensações inscritas no corpo surdidas pela doença. Desse modo, a relação com o corpo se inscreve em uma espécie de “somatização mental”, na qual o corpo erótico desertificado é inundado pelo corpo biológico, como se o paciente fosse estrangeiro à sua própria erogeneidade e é portanto, partindo do que é sentido no corpo, pela sensação, que o paciente é impulsionado a construir um pensar que lhe permite se encontrar e habitar seu corpo erótico, tão fragilizado pelas imposições do corpo biológico. Certamente, a sensação se revela como mobilizadora do pensar no sentido de um trabalho psíquico. Este pensar emerge, tanto no aspecto psíquico, pelas metáforas recorrentes, apoiadas no corpo e particularmente na pele, quanto no aspecto da concretude sintomática, a partir de um corpo mobilizado a serviço do "agir expressivo", em busca de significação.

**Palavras-chaves:** Psoríase, psicossomática, clínica psicanalítica

**Atividade: PSICOTERAPIA DE GRUPO COM MULHERES IDOSAS  
(Comunicações Científicas)**

**Trabalho: PSICOTERAPIA DE GRUPO COM MULHERES IDOSAS**

**Autor(es):** Maria Angélica Saraiva Rodrigues de Barcelos, Katia Cristina Tarouquella Rodrigues Brasil, Carmen Jansen de Cárdenas

**Resumo:** A população do planeta está envelhecendo e a psicologia não poderia estar indiferente a esta realidade. Portanto, este trabalho lançou-se na investigação sobre a clínica com pacientes idosas e procurou discutir as particularidades que permeiam o trabalho psicoterápico psicanalítico com esta população. A psicologia clínica ao qualificar a dimensão humana procura englobar o pathos enquanto uma disposição afetiva que permeia todo o universo do ser. Assim, o processo do envelhecimento revela um pathos particular como as perdas e as transformações inerentes a esta etapa de vida e o modo como o corpo, nas suas dimensões erótica e somato-psíquica, comparece na experiência do envelhecimento. A coleta de dados ocorreu por meio de

gravações e transcrições de doze sessões dos atendimentos de um grupo psicoterápico composto de oito mulheres entre 61 e 71 anos de idade, atendidas no CEFPA uma vez por semana durante 8 meses por duas estagiárias do curso de psicologia da Universidade Católica de Brasília. Os dados obtidos permitiram a construção de categorias, de acordo com a proposta metodológica de Bardin (1977), compreendidas dentro do referencial psicanalítico. As categorias evidenciadas foram: identidade do sujeito e identidade do grupo; sexualidade e dimensão somato-psíquica. A categoria identidade do sujeito e identidade do grupo objetivou-se quando as participantes batizaram o grupo com um nome, o grupo nasceu e ganhou um corpo, ou seja, tornou-se vivo e foi nomeado “Grupo Sagrado Coração de Maria”, tendo em vista que quase todas as componentes chamavam-se Maria. Nomear o grupo possibilitou a consolidação de um corpo grupal, uma vez que o grupo só se organiza como metáfora do corpo ou partes dele, além disso, ao nomear o grupo, as participantes formaram um envelope que abrangeu a somatória dos aparelhos psíquicos individuais. Além disso, o nome “Sagrado coração de Maria” parece estar relacionado à maternidade, à dedicação, como Maria mãe de Jesus. Em relação à categoria sexualidade ficou evidente certa ambivalência em relação ao tema, tendo em vista algumas experiências de sofrimento associadas à vida sexual e ao entendimento de que a vida sexual é privilégio da juventude. Vale a pena destacar que as psicoterapeutas, ao se lançarem na escuta da sexualidade das mulheres idosas no grupo foram mobilizadas contratransferencialmente. Por último, a categoria somato-psíquica possibilitou a emergência dos conflitos destas mulheres em relação às limitações reais que o corpo lhes impõe e desnudou uma certa fragilidade somato-psíquica neste período da vida. Em relação às considerações finais, pode-se destacar algumas particularidades deste grupo, uma delas foi a dinâmica relacional estabelecida que por meio do compartilhamento das angústias, das alegrias e das esperanças possibilitou a construção de uma cumplicidade fundamental dentro do grupo grupal. Sublinhamos também que a clínica psicanalítica na velhice revela que o sujeito que se apresenta para a psicoterapia é o sujeito do inconsciente e para este o tempo não existe.

**Palavras-chaves:** psicoterapia, grupo, idosas

**Atividade: Os usos do pai e o feminino na literatura e na clínica (Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Servir-se do pai; a construção do caso clínico de Edmund, personagem de Rei Lear de Shakespeare

**Autor(es):** Luis Flávio Silva Couto

**Resumo:** Neste texto procura-se fazer a construção do “caso clínico” de Edmund, personagem da tragédia Rei Lear, de William Shakespeare (1605), nos moldes de um relato de caso, tal como proposto por Eric Laurent (2003). É claro que, por se tratar de um personagem de ficção, certas analogias serão usadas, bem como alguns ajustamentos serão necessários para aproximá-lo de um relato da prática clínica de consultório. Para a confecção deste texto foram tomadas como base duas considerações teóricas fundamentais: a transmissão da herança paterna em Freud (1913/1974 e 1939/1974) e a questão do prescindir do Nome-do-Pai com a condição de dele se servir de Lacan (13-04-1976/2005). Na medida em que o autor considera que o relato do procedimento do passe é o relatório por excelência da pesquisa psicanalítica, o relato de um caso – fictício ou não - pode auxiliar na difícil tarefa de transmissão da psicanálise. O texto toma como um de seus fundamentos teóricos certas considerações de Freud, tomadas tanto no contexto da eliminação do pai primevo pelos filhos da horda em Totem e Tabu (idem, p.188), quanto na questão dos precipitados que as vivências filogenéticas primevas e as aquisições culturais da criança deixaram atrás de si no id, como supereu. O texto toma também como base de consulta o Moisés, quando Freud diz que “não hesito em declarar que os homens sempre souberam que um dia possuíram um pai primevo e o assassinaram” (Freud, 1939/1974, p.122). Isso suscita para ele duas perguntas: “Sob que condições uma recordação desse tipo ingressa na herança arcaica, e em que circunstâncias ela pode se tornar ativa?” (idem) Para ele, a resposta à primeira pergunta é simples: a recordação ingressa na herança arcaica se o acontecimento foi suficientemente importante, repetido com bastante frequência ou ambas as coisas. Em relação à segunda, Freud diz que um grande número de influências pode estar

presente, embora nem todas devam ser necessariamente reconhecidas. O que é importante assinalar, conclui Freud, é que o fator decisivo se relaciona ao despertar do traço de memória (Erinnerungsspur) esquecido por uma repetição real e recente do acontecimento. O “caso clínico” de Edmund pode ilustrar tal rememoração? Quanto ao servir-se do pai, teorizado por Lacan, vamos considerá-lo juntamente com a questão do Nome-do-Pai mas sem tomá-lo, como Freud o fez, na condição de ideal. Como construir esse caso sem desconsiderar as formulações teóricas que o situariam na fixação edípica e no gozo com o Nome-do-Pai, mas avançando em direção ao abandono dessa instância? Ensaia-se, nesse texto, a construção dessa espécie de “caso clínico” utilizando as considerações de Freud e de Lacan. A primeira, nas relações com o pai primeiro, e a segunda no “servir-se do pai” desenvolvida por Lacan tanto no Seminário 5, quando diz que “é preciso ter o Nome-do-Pai, mas é também preciso que saibamos servir-nos dele” (Lacan, 08-01-1958/1999), quanto na lição 09 do Seminário O Sinthoma, quando ele diz que “pode-se também prescindir dele com a condição de dele se servir (13-04-1976/2005b, p.143-155).

**Palavras-chaves:** Psicanálise lacaniana, Nome do pai, Relato de caso clínico, Rei Lear, Edmund.

**Trabalho:** O sujeito feminino, a devastação e a transferência

**Autor(es):** Sonia Maria de Araujo Couto, Luis Flávio Silva Couto

**Resumo:** Este texto trata da constituição do sujeito feminino em sua relação àquilo que Lacan chama de *ravage*, devastação. Para isso, tomamos por base algumas posições de Freud, de Lacan e de Miller. Em Freud, tomamos algumas de suas considerações sobre a constituição da feminilidade, em Lacan a própria questão da devastação e em Miller o problema das parcerias sintomáticas. Freud, em “Observação sobre o amor de transferência” (1915a [1914]p.217), aponta-nos algumas dificuldades encontrada por ele no trabalho analítico com um determinado tipo de mulheres, às quais denominou de ‘Filhas da natureza’. Diante delas, o analista se vê frente ao dilema de retribuir o amor a ele endereçado ou, então, lidar com a inimizade e o rancor, algumas vezes o ódio de uma mulher desprezada. Em seu texto “A sexualidade feminina” (1931, p.259), Freud considera que é mais complicada para a menina lidar com a sua sexualidade do que o menino, não somente pela necessidade de efetuar uma troca do clitóris pela vagina, enquanto a principal zona de prazer genital, mas principalmente pela necessidade de efetuar a troca do objeto original, a mãe pelo objeto posterior, no caso, o pai. A descoberta da diferença anatômica entre os sexos provoca na menina não somente uma decepção em relação à sua mãe por não lhe ter dado um pênis, mas também o desenvolvimento de um sentimento de hostilidade a ela direcionado. A menina não lhe perdoa e mesmo a responsabiliza por essa falta. A ligação afetiva tão significativa dos primórdios da vida de uma menina em relação à sua mãe transforma-se, então em ódio mesclado com os sentimentos de inveja e de ciúmes experimentados em relação ao menino. Esses sentimentos, que surgem no momento em que se vê desprovida de um pênis, foram denominados por Freud de *Penisneid*, que corresponde a uma fixação infantil precoce da ordem do impossível de suportar. Lacan, ao focar o complexo de Édipo no Seminário V (1999, p.280-298), aponta que a relação da menina com o falo pode ser considerada como fazendo parte da estruturação do desejo no sujeito enquanto desejo do desejo do Outro, ou desejo de ser desejado (idem, p.171). É na decepção, no desapontamento e no fracasso da relação da menina com a mãe que não pode lhe dar aquilo que deseja (por estar também em falta), que se descortina a relação com o pai. A criança, ao orientar a sua demanda de falo ao pai, entra na posição feminina. A condição essencial para ela se dirigir ou não ao pai está na forma de satisfação da mãe enquanto mulher. Se a mãe não se divide, se ela é toda mãe, a filha permanece na posição de completar a falta de uma mãe-toda para uma filha-única. Essa posição da menina, denominada de *ravage*, devastação, é decorrente desse intercâmbio impossível, pois diz dessa confrontação da mulher com o gozo feminino da mãe. É nessa dificuldade estrutural e própria a todo sujeito feminino que a devastação retorna, tanto nas relações da mulher com o seu próprio corpo, quanto na perda desse corpo ou nas parcerias amorosas. Esse assunto é trabalhado por Miller em seu livro *O osso de uma Análise* (1998, p.114), quando diz que a mulher se dirige a seu parceiro através de uma demanda de amor, uma demanda infinita que, ao não ser plenamente atendida, lhe retorna sob a forma de devastação. Um exemplo paradigmático de devastação é fornecido por Lacan no texto *Homenagem a Margherite Duras* (Lacan, 2003, p.

198). Ali, ele toma o exemplo de Lol V. Stein, a personagem do romance de Marguerite Duras, para exemplificar o ravissement, o arrebatamento ou o deslumbramento como uma ravage, uma devastação. O deslumbramento como uma rejeição visceral do próprio corpo, acompanhado por de uma despersonalização ligada à desfalicização, à uma auto-desaparição como uma modalidade determinada pela maneira com que a linguagem fez a sua marca. A demanda de um amor infinito, quando não atendida, traz a devastação como consequência. Este desencadeamento pode também se apresentar na relação de uma mulher com o seu analista. Nesse caso, como o analista poderia lidar com essa demanda exagerada de amor?

**Palavras-chaves:** sujeito feminino,devastação,transferência

**Trabalho:**A loucura e o feminino

**Autor(es):** Angélica Bastos Grimberg

**Resumo:** O objetivo do presente trabalho é discutir a emergência da loucura feminina no contexto da relação amorosa e dos impasse na sexualização. Com esse intuito, recorreremos a Homenagem feita a Margherite Duras (Lacan, 2003) e ao romance da autora que lhe deu ensejo: Le ravissement de Lol. V. Stein, publicado em 1964. Sabe-se que o personagem literário possui existência discursiva conferida por seu criador que, segundo Freud, é capaz de antecipar o que o psicanalista testemunha na experiência do inconsciente. Assim, Lacan pode afirmar que Marguerite Duras "sabe sem mim aquilo que eu ensino" (Lacan, 2003), documentando a confluência entre exercício da letra na arte literária e o trabalho do inconsciente. Realizaremos um exercício sobre a referida ficção, advertidos de que outros seriam possíveis. Partimos da premissa de que não fica louco quem quer, vale dizer, a loucura se inscreve como uma possibilidade numa estrutura. A teoria lacaniana dos anos cinqüenta estabeleceu o desencadeamento da psicose como um momento de perda de sustentação em bengalas imaginárias, momento de confronto do sujeito com a falta de um recurso simbólico primordial que, não podendo ser compensado, acarreta o crepúsculo da realidade. Pretendemos cotejar essa concepção com o que Lacan denomina "ser a três" em seu comentário do romance de Margherite Duras, ao descrever o estado de Lol V. Stein diante do casal de amantes formado por seu próprio noivo e uma outra mulher, e a subsequente perda da razão, a loucura que irrompe em Lol. Interessa-nos particularmente a repetição da cena "o nó que se refaz" (Lacan, 2003) com o encontro de um novo par de amantes, assim como as consequências da ruptura do nó. Será examinada a questão do amor nas psicoses enunciada nos seguintes termos: "A que se deve a diferença entre alguém que é psicótico e alguém que não o é? Ela se deve a isso, que para o psicótico uma relação amorosa é possível que o abole como sujeito, [...]. Mas esse amor é também um amor morto"(Lacan, 1955-56). Reencontramos no romance esse aspecto mortificante do amor aliado à ausência de palavra. Em relação à posição do sujeito na divisão dos sexos, sabe-se que a ausência de significante do Nome-do-pai, nos termos da De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose (Lacan, 1957), ou a inoperância da função fálica, nos termos do seminário 20 Mais... ainda (Lacan, 1972-73), não dispensa o sujeito de uma resposta para seu ser sexuado. Retomamos o "ser a três" na perspectiva da sexualização e abordamos o percurso da personagem na trama como uma tentativa de dar-se um corpo de mulher.

**Palavras-chaves:** loucura,feminino,sexualização,amor,corpo

**Atividade: FAMÍLIA E INTERVENÇÃO PRECOCE NAS PSICOSES  
(Cursos - 6hs)**

**Trabalho:**Família e intervenção precoce nas psicoses

**Autor(es):** Ileno Izídio da Costa

**Resumo:** FAMÍLIA E INTERVENÇÃO PRECOCE NAS PSICOSES O presente curso pretende apresentar ao participante o assim chamado "novo paradigma da intervenção precoce" tendo como eixo central de trabalho o acompanhamento familiar. A intervenção precoce se refere a



ações terapêuticas (medicamentosas, psicológicas e relacionais) imediatas em primeiras crises de sofrimento psíquico grave, particularmente nos casos em que se detectam sinais ou sintomas de altos níveis de angústia, sejam eles da estrutura neurótica ou psicótica. Será exemplificado com a experiência do proponente, que é Coordenador do Grupo de Intervenção Precoce nas Psicoses (GIPSI) da Universidade de Brasília.1) EmentaRevisão crítica dos conceitos de psicose, loucura e esquizofrenia. Propondo uma compreensão complexa do que seja família. A clínica e a pesquisa familiar da esquizofrenia. Estudo do papel e da função da família nas primeiras crises psicóticas. Situando o que é intervenção precoce nas psicoses. Caminhos para uma intervenção precoce nas psicoses na saúde mental.2) Objetivos- Possibilitar ao(à) aluno(a) uma reflexão aprofundada sobre a relação familiar em face de crises do tipo psicótica. - Refletir sobre as formas de abordagem e encaminhamentos das interações familiares em crises psicóticas.- Interrelacionar o sofrimento psicótico presente na relação familiar com seus aspectos inconscientes, individuais, familiares, transgeracionais e sociais.- Possibilitar a construção de uma reflexão crítica e conseqüente do papel da intervenção precoce nas psicoses.3) Conteúdo Programático- Revisão dos conceitos de loucura, psicose e esquizofrenia (Cap. III.1, 2 e 4 de COSTA, I.I., 2003)- O que é família e os dois eixos complexos de sua compreensão (Cap. III.3 de COSTA, I.I., 2003)- As pesquisas sobre família e esquizofrenia: transmissão da irracionalidade, pseudomutualidade e duplo-vínculo (Cap. V.1 de COSTA, 2003)- A clínica familiar das psicoses: os jogos psicóticos na família (Cap. IX de PALAZZOLI, 1988. Resumo no Cap. V.1.c de COSTA, 2003)- A crítica epistemológica aos conceitos, modelos e pesquisas da área (Cap. V.3 e 4 de COSTA, I.I., 2003)- Intervenção precoce nas psicoses: princípios, pressupostos e propostas de intervenção.- O papel e a função da família nas primeiras crises psicóticas- A avaliação psicológica e relacional da família - Aplicações da intervenção precoce na promoção da saúde mental4) Bibliografia (Básica)AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. (2002). Manual diagnóstico e estatístico das desordens mentais-DSM-IV-TR. 4a. Ed. Artmed. RS.BERGERET, J. (1998). A personalidade normal e patológica. Ed. Art Med. RS.COSTA, I. I. (2002). Família, constituição do sujeito e o futuro da humanidade. <http://www.fatorsocial.jor.br/modules.php?op=modload&name=News&file=article&sid=1008>COSTA, I. I. (2002). Avaliação diagnóstica relacional familiar (ADiRF). Artigo inédito, enviado à publicação. Brasília.COSTA, I. I. (2003). Da fala ao sofrimento psíquico grave. Ensaio acerca da linguagem ordinária e a clinica familiar da esquizofrenia. Positiva/Abrafipp: Brasília.COSTA, I. I. (2003). Ética, linguagem e sofrimento. Positiva/Abrafipp: Brasília.DALGALARRONDO, P. (2001). Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. Artes Médicas. RS.EIGUER, Alberto. (1985). Um divã para a família. Artmed, RS. (Capítulo 1: Nascimento e organização fantasmática da família).MCGORRY, P. D. & EDWARDS, J. (2002). Intervenção precoce nas psicoses. Jansen-Cilag Farmacêutica.NASIO, J.-D. (2001). Os grandes casos de psicose. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.PINCUS & DARE. (?). Psicodinâmica da família. Artmed, RS. (Capítulo: O contrato secreto do casamento).RICHTER, Horst. (1990). A família como paciente. Martins Fontes, SP. SAGESSE, E. (2001). Adolescência e psicose. Rio de Janeiro: Companhia de Freud Ed.SLUZKI, Carlos.(1994). Psicopatologia e Psicologia do Casal. Editorial Psy II, Campinas. STERIAN, A. (2001). Esquizofrenia. São Paulo: Casa do Psicólogo.SZASZ, T. S. (1971). A fabricação da loucura. 3a. ed. Rio de Janeiro: Guanabara.SZASZ, T. S. (1974). O mito da doença mental. São Paulo: Circulo do Livro.SZASZ, T. S. (1978). Esquizofrenia: o símbolo sagrado da Psiquiatria. Rio de Janeiro: Zahar.7) Leitura Básica indicada COSTA, I. I. (2003). Da fala ao sofrimento psíquico grave. Positiva/Abrafipp: Brasília.

**Palavras-chaves:** Psicoses,Família,Intervenção Precoce,Sufrimento Psíquico Grave

**Atividade: PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (Experiências em Debate)**

**Trabalho:**PROJETO DE EXTENSAO UNIVERSITARIA

**Autor(es):** Denise Rocha Rodrigues,Cynthia Castiel Menda,Natália Lima Carvalho

**Resumo:** PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA INTERVENÇÃO JUNTO A

**CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO PSICOSSOCIAL:** Co-terapia de Grupos A instituição atendida pelo projeto faz parte da ANBEAS-Associação Norte Brasileira de Assistência Social, é administrada e mantida por freiras da igreja católica e está localizada na zona norte de Teresina-Piauí. É um local que tem por objetivo abrigar crianças e adolescentes, de 4 aos 17 anos, de nível sócio- econômico baixo, sexo feminino, que vivem em situações de risco psicossocial. A finalidade da Casa é resgatar a auto-estima dessas crianças e adolescentes, procurando garantir, dentre outros objetivos, a formação de uma consciência cidadã, crítica e profissional, proporcionando a este público a construção de uma nova identidade. As meninas moram na Casa, recebem uma alimentação adequada, atendimento médico, psicológico e odontológico, estudam em escolas particulares, públicas ou filantrópica, que ficam próximas, realizam atividades extra-curriculares como: apoio pedagógico, oficinas de esportes, cultura, entre outras. No ano de 2003, a Faculdade Santo Agostinho firmou convênio com a instituição, trabalhando com estágio curricular de psicologia escolar, clínica e a partir do segundo semestre de 2006, com o projeto de extensão, com atividades de co-terapia e oficinas de aprendizagem. De acordo com Pichon – Riviere (1991), na terapia de grupo, o grupo funciona como um conjunto de pessoas movidas por necessidades semelhantes que se reúnem em torno de uma tarefa específica. Assim, no cumprimento e desenvolvimento das tarefas, deixam de ser um amontoado de indivíduos para cada um assumir-se enquanto participantes de um grupo, com um objetivo mútuo. Rogers(1994), complementa referindo que a grupoterapia trabalha com a capacidade natural e espontânea dos membros do grupo para tratar, de um modo útil, simples e terapêutico, a dor e o sofrimento dos outros. Ele diz, ainda, que todo movimento da experiência intensiva de grupo, em todas as suas formas, tem um profundo significado. Dessa forma a grupoterapia é adequada e indicada para essa demanda. Na prática dos grupos, é realizado o GRUPO OPERATIVO – que consiste em uma técnica de trabalho em grupo através da estrutura grupal, onde aprender em grupo possibilita a mudança do sujeito, constituindo uma ação formadora para a vida do mesmo. O grupo operativo está centrado no processo de inserção do sujeito no grupo, centrado na tarefa, sendo esta um conjunto de ações destinadas à conquista de objetivos comuns. Na Casa, os grupos foram divididos de acordo com a fase de desenvolvimento; os encontros grupais foram realizados na sala de grupoterapia, aconteceram semanalmente e duraram cerca de 1h e 30m a 2 horas. Inicialmente, foi realizada uma avaliação e sondagem no grupo, para depois ser traçado um plano de atividades, de acordo com as necessidades das mesmas. Os temas trabalhados foram: Grupo criança 1( 4 a 7 anos): relações interpessoais, agressividade, limites e regras, amizade, família, perdas; Grupo criança 2( 8 a 10 anos): relações interpessoais, individualidade, respeito, regras, amizade, puberdade, adolescência, família, perdas; Grupo Pré-adolescente (11 aos 13 anos): Auto-estima, integração, sexualidade (puberdade, masturbação, virgindade, relação sexual, menstruação, gravidez, métodos contraceptivos, DSTs), regras, namoro, responsabilidade; Grupo adolescente (a partir de 14 anos): auto-estima, integração, sexualidade (puberdade, masturbação, virgindade, relação sexual, menstruação, gravidez, métodos contraceptivos, DSTs), amizade, amor, regras, vocação profissional. O projeto de extensão contou no ano passado com 4 alunas da FSA. Cada extensionista era responsável por um grupo, dividido de acordo com a faixa etária, tendo as mesmas a função de atuar junto à psicóloga da instituição, como co-terapeutas, observando o grupo, as intervenções realizadas e as possíveis demandas a serem trabalhadas. A supervisão ocorreu uma vez por semana, com 1h e 30m de duração, com a participação da psicóloga responsável e das 4 extensionistas. Eram discutidos os temas em questão, mudanças ocorridas após o grupo e a visão das extensionistas sobre o comportamento das crianças e atividades realizadas. Além disto, houve reuniões de avaliação geral com as demais extensionistas da Casa. Na primeira etapa do projeto, as extensionistas tiveram a aceitação das crianças e contaram com a participação de todas na realização do mesmo. Na avaliação final percebeu-se uma grande contribuição por parte das co-terapeutas, pontos de vistas diferentes foram discutidos, um olhar novo surgiu, enriquecendo a atuação do terapeuta. Notou-se ainda que, surgiram novas demandas a serem trabalhadas no final do semestre, fazendo com que o projeto se prorrogasse por mais um ano.

**Palavras-chaves:** PROJETO DE EXTENSAO UNIVEERSITARIA, grupoterapia, co-terapia

**Atividade: TRABALHANDO COM GRUPOS EM INSTITUIÇÕES ACADÊMICAS**  
**(Experiências em Debate)**

## **Trabalho:**TRABALHANDO COM GRUPOS EM INSTITUIÇÕES ACADÊMICAS

**Autor(es):** Larissa dos Santos Baptista,Clicia Pereira Franco,Valdeni Terezinha Soares Silva,Wanderly Lima Alele

**Resumo:** A crescente procura por atendimento psicológico pela população de baixa renda na cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas, tem aumentado, consideravelmente, nos últimos anos, a lista de espera na clínica psicológica da Universidade Paulista. Sendo o número de estagiários insuficiente para atender a uma grande demanda, se pensou em mecanismos que pudessem agrupar os pacientes para receber atendimento em tempo viável. Assim, foi iniciado o grupoterapia, trabalho pioneiro em clínica-escola na cidade de Manaus. Com o aumento da prevalência das enfermidades psíquicas, novos desafios se colocam para os profissionais da área da saúde mental. A terapia em grupo surge, assim, como um meio importante de promoção de saúde mental, principalmente para uma população que não dispõe nem de tempo nem recursos suficientes para aguardar atendimento individual em fila de espera na Instituição. Partindo desta perspectiva, o trabalho teve como objetivo principal atender um maior número possível de pessoas que buscaram, no ano de 2006, atendimento gratuito na clínica-escola, promovendo, deste modo, o bem estar psicológico através do desenvolvimento bio-psico-socio-econômico-cultural do paciente. Os grupos foram formados dentro de uma visão analítica Bioniana, a qual enfatiza a interpretação e os pressupostos básicos do comportamento dos indivíduos no grupo. Para consolidar sua formação foram realizadas entrevistas não estruturadas, num período de duas sessões de, no mínimo, cinqüenta minutos cada. Em seguida, foram feitas triagens com o objetivo de reunir, em um único grupo, pacientes com queixas semelhantes. Os grupos obedeciam a uma estrutura composta por no mínimo seis pessoas e no máximo oito, além do terapeuta e co-terapeuta. As sessões foram realizadas uma vez por semana com a duração de aproximadamente noventa minutos, onde os pacientes eram estimulados a interagir uns com os outros, verbalizar suas experiências de vida, dificuldades, angústias, ansiedades e medos. O grupo se estabeleceu como promotor de interação, reflexão e transformação do indivíduo tanto no meio familiar, como no meio social. O trabalho em grupo possibilitou aos pacientes a oportunidade de resignificar seus sofrimentos através do olhar do outro, das experiências de vida diferenciadas. Muitos pacientes, durante os trabalhos em grupo, conseguiram a aquisição de um sentimento de identidade, a ampliação da capacidade de suportar frustrações, elaborar lutos, suportar perdas e diminuir ansiedades. A criação do grupoterapia, na clínica-escola da Universidade Paulista oportunizou aos pacientes um espaço para expor sentimentos, opiniões e impressões. A escuta do outro possibilitou a reflexão sobre o próprio comportamento e conseqüentemente a mudança de atitudes consideradas prejudiciais. Na prática, o atendimento em grupo mostrou-se uma alternativa mais dinâmica de acesso ao atendimento gratuito, na clínica-escola UNIP, ao eliminar as longas listas de espera. O atendimento psicológico individual ainda não é uma realidade acessível a todos que necessitam de terapia, principalmente quando nos reportamos a pacientes com recursos financeiros escassos. Neste contexto, a terapia em grupo se mostra uma alternativa eficaz, respeita o paciente que não tem condições de suportar sua dor por longo tempo e valoriza, na sociedade, a Psicologia como uma ciência responsável e envolvida com o bem estar da comunidade.

**Palavras-chaves:** GRUPOTERAPIA,GRUPO,(PRÉ)SUPOSTOS BÁSICOS

**Atividade:** Um estudo experimental sobre a a intolerância à estímulos ambíguos em sujeitos com diferentes graus de ansiedade.  
(Paineis)

**Trabalho:**Um estudo experimental sobre a intolerância à estímulos ambíguos em sujeitos com diferentes graus de ansiedade

**Autor(es):** Alexandre Vianna Montagnero, Fernando Inacio Silva

**Resumo:** O modelo cognitivo prediz que pessoas com alta ansiedade alocam seus recursos atencionais para estímulos do meio que possam ameaçá-la, mantendo-se em permanente estado de hipervigilância e preocupação. Este alerta leva a uma memorização privilegiada de situações e eventos negativos, além de uma intolerância frente a estímulos ambíguos. São raros no Brasil estudos que promovam a avaliação experimental das teorias cognitivas da ansiedade, sobretudo aquelas com foco no papel de contextos ambíguos. O objetivo deste trabalho foi avaliar o desempenho de sujeitos com diferentes graus de ansiedade frente a uma tarefa de evocação de estímulos semânticos ambíguos. Participaram da pesquisa 30 alunos de graduação de ambos os sexos com idades entre 18 e 26 anos. Os participantes assinaram termo de consentimento livre esclarecido e preencheram a escala Beck de ansiedade. O experimento consistia em se memorizar uma lista de seis palavras que apareciam individualmente na tela do computador, estas palavras formavam 3 pares no que diz respeito às suas letras iniciais, por exemplo: caixão e caixote ou idioma e idiota, mas apareciam de forma nunca consecutiva e aleatória para cada sujeito. Após memorizar a lista o participante via brevemente um fragmento de palavra frente ao qual deveria completá-la com base na lista memorizada anteriormente. Como o fragmento era ambíguo exemplo: “caix\_” o sujeito poderia responder tanto com a escolha negativa (caixão) como com a neutra (caixote). O programa Super lab armazenava o tempo de latência dos sujeitos e as escolhas das palavras eram anotadas em uma folha padrão. A tarefa foi composta por trinta pares de palavras onde um dos elementos tinha conotação negativa e outro com conotação neutra. Os dados foram analisados a partir do tempo de latência médio dos sujeitos para completar as palavras e com base na quantidade de palavras positivas e negativas que foram escolhidas. Os resultados indicaram que existe uma correlação positiva entre a maior quantidade de escolha das palavras negativas e o grau de ansiedade  $r=0,506$  a  $p=0,0004$ ;  $0,001$ , além disso uma análise de variância não paramétrica de Friedman identificou uma diferença significativa entre a quantidade de escolhas positivas ( $X=8,7$ ) e as escolhas negativas ( $X=21,3$ ) com um Qui-quadrado de  $26,33$  e  $p=0,0004$ ;  $0,0001$ . Estes dados sugerem que existe uma relação entre o nível de ansiedade de uma pessoa e seu viés para melhor memorização de estímulos negativos, além disso identificou que frente a uma situação ambígua a preferência é pela interpretação negativa. Estes dados estão de acordo com o modelo cognitivo da ansiedade e demonstram a importância de se avaliar experimentalmente modelos teóricos da psicologia clínica.

**Palavras-chaves:** cognição, ansiedade, ambiguidade

**Atividade: Amor e laço social:  
(Mesas Redondas)**

**Trabalho:** Reflexões sobre a prática analítica na era do homem sem vínculos

**Autor(es):** Vera Lopes Besset, Bruna Brito, Graciela Bessa

**Resumo:** Por estar sujeito às modulações do discurso de cada época, o amor não se mantém constante na diacronia do tempo. Para Baumann, o amor, tal como se apresenta hoje, é ‘líquido’. Isso, porque a lógica consumista, marcada pela rotatividade, mais do que pelo acúmulo de bens, imprime fluidez às relações amorosas. Assim, os objetos são usados, descartados e substituídos por outros. Os objetos amorosos, tal como os gadgets, são trocados velozmente. Em consequência, os laços são efêmeros, o investimento libidinal não se liga muito tempo a um determinado objeto. Essa efemeridade, essa fluidez, é terreno bastante desfavorável, sublinha o autor, para o estabelecimento da confiança. Dentro dessa perspectiva, nossa era é a do Homem sem vínculos. Ao mesmo tempo, numa cultura dominada pelo discurso técnico-científico, constata-se uma procura crescente por manuais com estratégias para serem aplicadas às relações, receitas para se alcançar a felicidade. Aproximando-se, assim, de uma técnica, o ‘amor líquido’ distancia-se, ao mesmo tempo, de outras configurações do amor, como que se apresenta em “O Banquete” de Platão. Isso coloca um problema para a prática da clínica psicanalítica, que

depende do estabelecimento de um vínculo –amoroso- para ter lugar. É o amor, de transferência, como indica Lacan, fiel à tradição freudiana, que leva um sujeito a caminhar à construção de um saber. Para tanto, a confiança é essencial, como constatou Freud desde o início, condição `sine qua non` para a realização e o sucesso de um tratamento. Isso, porque, para o autor, nele está em jogo a ‘revelação de eventos psíquicos íntimos e secretos’. Trata-se de uma confiança depositada a partir da transferência, ou seja, do laço entre um sujeito e um analista. Como pensar na instauração desta confiança a partir da transferência numa época em que o que predomina é a desconfiança? Também, como contar com um amor ao saber, saber singular, sobre o qual essa clínica se alicerça, quando predomina a atração pelo saber universal, aplicável a todos, oferecido pelos especialistas? Neste trabalho, interessa-nos debater sobre as condições de possibilidade da prática analítica num contexto marcado pela fragilidade dos vínculos. Nele, partimos da ‘liquidez’ que marca as relações na cultura e da especificidade do amor de transferência para sublinhar a peculiaridade desta proposta de tratamento. As reflexões que queremos trazer à debate valem-se de dados da clínica e referem-se à pesquisas desenvolvidas no trabalho é relativo às reflexões desenvolvidas no âmbito do Grupo de Pesquisa CLINP (Clínica Psicanalítica).

**Palavras-chaves:** clínica psicanalítica, amor, objeto, transferência

**Trabalho:** O amor e a fragilidade do laço social

**Autor(es):** Thiago Costa Matos Carneiro da Cunha

**Resumo:** Como sustentar o laço social? Tal pergunta nos desperta várias indagações e entra em consonância com a inquietação de diversos analistas frente às manifestações sintomáticas que se apresentam nos dias atuais. Dado que a sustentação do laço social nos evidencia, pelo menos, uma certa organização simbólica do sujeito, nos propomos a analisar essa questão levando em consideração um referencial central na teoria da psicanálise: o amor. Para este intento, elegemos o filme *Cazuza: o tempo não pára* – baseado na vida de sexo, drogas e rock-and-roll de um conhecido cantor brasileiro dos anos 80 e 90 – a fim de demonstrar, através dos diversos relacionamentos constituídos pelo protagonista do filme, a relação do amor com o laço social, a formação discursiva privilegiada em nosso cotidiano que o institui e as questões que giram em torno da sua sustentação empreendida pelo sujeito. O que observamos, inicialmente, com a análise da vida de Cazuza são os efeitos de um discurso que se apresenta em nossos consultórios. Efeitos que trazem o ideal de felicidade em seu bojo, rechaçando qualquer referência ao sofrimento. Os sintomas de adição conduzem o sujeito a não assumir a sua posição de ser faltante. Condição que o desculpabiliza, fazendo com que este não construa uma saída amorosa (libidinal) para o seu sofrimento e inviabilizando a constituição do laço social a partir da ênfase na satisfação pulsional. Sem culpa, o sujeito se aventura no mundo preocupado somente em obter prazer. Mas, a partir da proximidade da morte (aparição do real), proporcionada por sua enfermidade e pela mudança de atitude de seus pais em relação a ele, Cazuza inicia uma nova construção de sentido para a sua vida. Sentido que foi reconstituído a partir de um novo dado, de uma realidade que lhe afeta e o destitui de sua posição de gozo. Com a AIDS, Cazuza não vai poder ser o que era e fazer o que fazia. Teve que redirecionar a sua libido, reaprendendo a amar. Tal reviravolta em sua vida nos conduz a seguinte questão: Como sustentar o laço social – sem ter que esperar uma aparição tão abrupta do real, em sua proximidade com a morte, como no caso de Cazuza – se hoje o sujeito está mergulhado em uma referência à obtenção de prazer, ou seja, à pulsão de morte? Esta é uma das perguntas centrais que ecoam na clínica hoje. E a resposta para ela é dada pelo próprio sujeito, em sua verdade, na construção de sua vida amorosa, sendo culpabilizado pelo seu desejo. Pois só assim teremos a constituição do outro no amarramento do laço social, e do sintoma, que representaria o início de sua entrada em análise. Desta forma, o nosso trabalho abre espaços para questionarmos o modo de vida contemporâneo e os sintomas produzidos por este, resgatando o conceito de amor distorcido por uma cultura consumista e a sua importância na economia psíquica de cada sujeito.

**Palavras-chaves:** amor, lei, laço social

**Trabalho:** O amor como efeito do laço social: do discurso do capitalista ao discurso analítico

**Autor(es):** Marina Pereira Vieira, Marcelo Frederico Augusto dos Santos Veras

**Resumo:** Seguindo as orientações de diversos autores que se debruçam sobre a questão da nossa época, chamada por alguns de contemporâneo, por outros de hipermoderna, notamos pontos em comum no que diz respeito a uma mudança na subjetividade e nos modos de relação entre os sujeitos. Esse período caracteriza-se por uma fluidez, pela flexibilidade e movimento. Tempo onde os sujeitos encontram-se indiferentes aos princípios estruturantes da modernidade. Os ideais que antes orientavam e funcionavam como balizas para o psiquismo hoje se encontram pluralizados e fragmentados. Bauman nos indica a fragilidade dos laços dessa época, onde as pessoas passam a se conectar e desconectar umas com as outras de acordo com a satisfação ou o desprazer que o relacionamento pode vir a provocar. Assim, nessa era também marcada pelo consumo exacerbado, os sujeitos estão em busca constante pelo prazer passageiro com satisfação instantânea, e contam também com as novidades produzidas pela ciência e pelos avanços tecnológicos. Assim, vivemos em um mundo onde se priorizam os resultados rápidos, eficazes, que tenham seus efeitos comprovados e recomendados pelos especialistas. Essas novidades trazem como promessa a garantia do resultado “ou seu dinheiro de volta”. Nesse panorama, o sujeito encontra-se apagado, ávido por receitas testadas, por medidas que lhe tragam alívio e procurando sempre uma solução que não precise levá-lo a se responsabilizar. Nesse discurso que aponta para a fluidez, para os laços que se conectam e desconectam com tanta facilidade, como o sujeito pode se implicar? Lacan em seu seminário, livro 17, propõe uma teoria da discursividade a fim de abordar o laço social. Para este autor, o sujeito constitui-se a partir de uma falta fundamental, a castração. É essa hiância que constitui o desejo e caracteriza para a psicanálise o sujeito dividido, sujeito do inconsciente. Lacan propõe então, quatro discursos como modos para pensarmos o laço social. No entanto, dois anos após a sua primeira formalização acerca deste dispositivo discursivo, este autor introduz um quinto discurso, chamado discurso do capitalista. Este seria o discurso do mestre moderno, aquele que orienta as relações na atualidade. Segundo essa formulação, esse discurso é aquele que não faz laço social, característica que o difere dos demais. O campo do sujeito não se relaciona ao campo do outro. O que fica evidente nesse discurso é que o laço se dá entre o sujeito e o objeto de consumo. Diante de um mínimo sinal de mal-estar, um objeto é oferecido ao sujeito com a promessa de lhe restituir a harmonia, bem-estar. Dessa maneira, no discurso do mestre capitalista o laço se dá entre o sujeito e o objeto que poderia tamponar a falta do sujeito desejante em sua divisão constitutiva. Observamos, com efeito, os sujeitos cada vez mais se posicionando de maneira isolada, individualizando-se, demarcando, portanto, um alargamento no laço entre o sujeito e o outro. Esse distanciamento favorece a não-responsabilização do sujeito, refletindo em seu modo de se relacionar com o mundo. No entanto, a psicanálise trabalha a partir de um laço que se estabelece entre o analista e o sujeito. É o discurso analítico que aloja a prática clínica e convoca o sujeito a comparecer e responder por suas escolhas. Entendemos também que essa ligação entre analista e paciente produz o amor, fenômeno transferencial que possibilita a produção e a construção em análise. Desde Freud, esse amor é entendido como o motor do tratamento. Em seu seminário inédito de 1971-1972, Lacan nos indica que todo discurso conectado ao capitalismo, deixa de lado as coisas do amor. Assim, temos por objetivo discutir de que maneira a psicanálise e o discurso que a caracteriza, se inserem na contemporaneidade, favorecendo a inclusão do sujeito em outro discurso que não o do mestre capitalista, convocando-o em sua responsabilidade. Para tal, acreditamos que é preciso tomar como instrumento o amor de transferência, produto desse laço social que é o discurso analítico.

**Palavras-chaves:** clínica psicanalítica, amor, discursos

**Atividade:** A TRANSGERACIONALIDADE NA CONSTITUIÇÃO DA PSICOSE  
(Paineis)

**Trabalho:** A TRANSGERACIONALIDADE NA CONSTITUIÇÃO DA PSICOSE

**Autor(es):** Renata Arouca de Oliveira Morais, Viviane Legnani

**Resumo:** A TRANSGERACIONALIDADE NA CONSTITUIÇÃO DA PSICOSE Renata Arouca de Oliveira Morais, Viviane Legnani Este trabalho visa a desenvolver uma discussão sobre a questão da transgeracionalidade na constituição da estrutura psicótica. Discutiu-se sobre essa questão a partir do pensamento de Lacan de que esta estrutura se constitui a partir de três ou mais gerações. Abordou-se, mediante uma revisão bibliográfica que, do ponto de vista dessa teoria, a psicose decorre de uma falha na introdução da metáfora paterna, a qual deixa o sujeito em uma posição de fusão subjetivo em relação ao desejo do Outro primordial. Em outras palavras, algumas mulheres desorganizam-se com o advento da maternidade, estabelecendo uma determinada relação com a criança num momento em que esta vive um momento estruturante e fundante de sua subjetividade. Nesse sentido, ter-se-ia um campo propício para o surgimento da psicose quanto mais a mãe tomar para si seu filho como seu objeto e quanto menos a função paterna operar para romper esta relação. Alguns autores psicanalistas destacam criticamente que haveria no senso comum a difusão da figura de uma “mãe ideal”, a qual sempre objetivaria as melhores condições para os filhos, negligenciando as demandas decorrentes de sua posição de mulher. É uma visão impregnada pela ideologia do instinto materno e do sacrifício: caberia à mãe estar a serviço das necessidades do filho. No entanto, vale ressaltar que a mãe que se divide em também ser uma mulher que desempenha um papel significativo para a passagem de uma relação diádica para uma relação triangulada com o pai. Ou seja, o desejo da mãe precisa ser divergente, precisa se dividir entre a criança e o homem-parceiro. A questão transgeracional comparece quando podemos detectar no processo constitutivo dessa mãe/mulher questões subjetivas que a levam a ocupar um lugar em que a lei simbólica é escamoteada e o amor materno passa a ser desmedido, tornando-se um obstáculo ao seu desejo de mulher. Na metodologia, ilustramos essas considerações com a exposição de um Estudo de Caso, o qual foi construído a partir do entrecruzamento de elementos clínicos advindos dos atendimentos de uma criança de 7 anos e dos atendimentos a sua mãe, ambos realizados por duas psicoterapeutas, de forma concomitante, no Centro de Formação em Psicologia Aplicada da Universidade Católica de Brasília. A queixa inicial trazida pelo pai em relação à criança era de que a mesma tinha alguns comportamentos estranhos e uma linguagem diferenciada, que somente sua esposa compreendia. Já a mãe da criança queixava-se de sintomas depressivos e de ansiedade; destacou que ficara órfã precocemente e que sentia um vazio e uma grande solidão desde então. Ao longo dos atendimentos, com a mãe da criança, percebeu-se que havia uma postura fraterna, sem sexualidade entre o casal. Percebeu-se também que o pai da criança “poupava” sua mulher e não fazia uma “entrada”, um corte na relação mãe-filho, a qual era marcada, então, por um desmedido apego. Essa postura paterna também decorria do fato de que este homem era extremamente vinculado a sua família de origem, situava-se mais na posição de filho do que na posição de pai. A avaliação diagnóstica da criança, por sua vez, apontou para uma estruturação psicótica: era muito retraída, nos atendimentos demonstrava uma linguagem desarticulada, não possuía orientação tempo/espacial. Não havia em seu discurso uma articulação na cadeia significante e as redes de sentido estavam desamarradas. Tinha dificuldade em perceber a polissemia das palavras, o que lhe dificultava se comunicar com uma conexão discursiva para se dirigir ao outro. Detectamos, neste caso, que havia nessa dinâmica familiar uma tríade composta por um pai que não exercia sua função e uma mãe que como saída para sua angústia substituíra sua falta a ser com seu filho, colando-se a ele para tentar escamotear seu desamparo. Neste contexto, foi possível, então, entender a constituição de estrutura psicótica que estava se consolidando como decorrente de um processo geracional que provocava impasses nos emaranhados relacionais dessa família e, por conseguinte, na estruturação psíquica da criança. Há nestes casos uma inscrição opaca do significante “ nome-do-pai”, impeditiva de uma transmissão efetiva da lei simbólica para as gerações subseqüentes. Nas considerações finais, ressaltamos a importância dos operadores teóricos que a teoria lacaniana coloca para se pensar a clínica com crianças ao separar as figuras dos pais reais da forma como estes cumprem suas funções, pois essa visão possibilita ao clínico uma escuta que não se prende ao aparente. Muitas vezes pais considerados zelosos e afetivos estão impedidos de cumprirem suas funções junto ao filho em função da forma diferenciada de lidar com a lei simbólica e com a castração, construída nos seus próprios percursos subjetivos. Palavras chave: psicanálise, psicose na infância, transgeracionalidade.

**Palavras-chaves:** Psicose, clínica com crianças, psicanálise, transgeracionalidade

**Atividade: PSICOTERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL: teoria e prática (Cursos - 4hs)**

**Trabalho: CONHECENDO A TEORIA E A PRÁTICA DA PSICOTERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL.**

**Autor(es):** Marcia Torres Prado Mello, Maria Cilene Holanda Gameleira

**Resumo:** JUSTIFICATIVA: A partir do momento em que a saúde deixou de ser vista como um estado de ausência de doença e passou a ser entendida como um estado de bem estar físico, mental, social, espiritual e ambiental, a ciência voltou-se para a saúde e não a doença, passou-se a ter um interesse maior quanto a forma como o sujeito vive e experimenta o seu estado de saúde e de doença na sua relação consigo mesmo, com os outros e com o mundo. A integração dos aspectos biológicos com os emocionais nos cuidados da saúde, tanto na clínica, como no hospital geral e ambulatorial, acarretou progressiva sensibilização dos profissionais de saúde e dos próprios pacientes para uma abordagem biopsicossocial. Essa compreensão proporcionou um aumento considerável na procura por atendimento psicoterápico inclusive na saúde pública, tornando necessário repensar as formas psicoterapêuticas existentes e partir em busca de um trabalho que abrangesse uma maior demanda de interessados. É nesse contexto que se insere a Psicoterapia Cognitivo-Comportamental: uma abordagem que abrange uma gama variada de conceitos de campo de atuação como a Psicologia Clínica, Social, Comunitária, Hospitalar, Organizacional, entre outras (Caminha 2003: 239). A Psicoterapia Cognitiva foi desenvolvida por Beck, na universidade de Pensilvânia, no início da década de 60, como uma Psicoterapia breve, estruturada, orientada ao presente, direcionada a resolver problemas atuais e a modificar os pensamentos e os comportamentos disfuncionais, (Beck, 1964). A Psicoterapia Cognitivo-Comportamental (PCC), em suas diferentes modalidades, trouxe uma verdadeira explosão de inovações e apresentou o maior crescimento na última década, em comparação com outras formas de Psicoterapias. Este crescimento deve-se, ao fato da PCC apresentar características melhor adaptadas à dinâmica do mundo atual: tratamento eficaz, em espaço reduzido de tempo, conseqüente redução de custos. Consiste em uma abordagem essencialmente ativa, na qual interagem terapeuta e paciente de maneira cooperativa, objetivando solucionar problemas, fazendo com que o paciente identifique e modifique seus pensamentos. Tem caráter diretivo, sendo sua proposta trabalhar os problemas atuais da pessoa, utilizando pensamentos, sentimentos e comportamentos como ponto de partida. (Caminha, 2003:240). Tem duração limitada, de maneira geral, com número reduzido de sessões. Dessa forma, faz-se necessário a divulgação dos fundamentos teóricos/práticos da Psicoterapia Cognitivo-Comportamental, seu princípios e aplicabilidade, ampliando o conhecimento de profissionais e estudantes da área de saúde no que se refere a essa ainda jovem, porém consistente abordagem

Psicoterápica. OBJETIVOS: GERAL Desenvolver junto aos participantes conhecimentos relativos aos fundamentos da Psicoterapia Cognitivo-Comportamental e sua prática clínica.

ESPECÍFICOS · Compreender o embasamento teórico e prático da Psicoterapia Cognitivo-Comportamental; · Identificar esquemas disfuncionais; · Identificar técnicas cognitivo-comportamentais; · Avaliar consistentemente sua identificação com a abordagem. PÚBLICO ALVO: Estudantes e profissionais de Psicologia, Medicina e demais áreas da saúde. PROGRAMA 1.0 Conceitos básicos da Psicoterapia Cognitivo-Comportamental; 2.0 Distinção entre Esquemas Cognitivos e Pensamentos Automáticos; 3.0 Principais Técnicas da TCC; 4.0 Perfil do profissional Cognitivista-Comportamental. REALIZAÇÃO Núcleo Alagoano de Psicoterapias Cognitivas – NAPC. FACILITADORES Márcia Torres Prado Mello, Ma. Cilene Holanda Gameleira

**Palavras-chaves:** Esquemas disfuncionais, Teoria e Prática, Psicoterapia, Cognitivo-Comportamental

**Atividade: A RELAÇÃO SUJEITO/CULTURA E AS MUDANÇAS NA EXPRESSÃO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO (Comunicações Científicas)**



## **Trabalho:** A RELAÇÃO SUJEITO/CULTURA E AS MUDANÇAS NA EXPRESSÃO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO

**Autor(es):** Viviane Legnani

**Resumo:** Esse trabalho visa uma discussão da relação sujeito/cultura, de modo a focalizar as mudanças na expressão do sofrimento psíquico tanto em uma perspectiva histórica, quanto no contexto contemporâneo. Freud inaugurou sua produção científica estudando a histeria e sua sintomatologia histriônica que traduzia o mal-estar do sujeito na cultura vitoriana do final do século XIX. Do ponto de vista epistemológico, a originalidade do pensamento freudiano foi a de ultrapassar e estabelecer rupturas com o saber vigente da psiquiatria clássica, no momento em que postulou outros nexos causais, para além do orgânico, com o propósito de se pensar as produções sintomáticas desse quadro. Na atualidade, essa terminologia juntamente com outras que se inserem na categoria das neuroses, foram praticamente banidas da cena diagnóstica psiquiátrica. Essa exclusão ancora-se em um “novo” cientificismo advindo da psiquiatria biológica e da neurobiologia, áreas de conhecimento que, nas últimas décadas, alcançaram um grande prestígio social mediante os resultados das pesquisas de novas drogas psicofarmacológicas, como também de novos achados científicos sobre o metabolismo químico e sobre o mapeamento do cérebro. Os sujeitos humanos modificam suas concepções sobre si mesmos em função dos conhecimentos que sobre eles são adquiridos pelo campo científico. À medida que esse conhecimento invade o campo das práticas sociais, surgem, portanto, não somente novos objetos de investigação e novos conceitos, mas também nascem formas diferenciadas de produções discursivas para falar sobre o sofrimento psíquico. Assim, o sujeito, na esperança de ser escutado, dirige sua queixa ao outro, utilizando os significantes disponíveis no discurso social. Desse modo, as terminologias diagnósticas, diferentes a cada época, resultam em novas possibilidades para a expressão da angústia. Essas formulações afetam também o próprio psiquismo, pois o “lugar” social a elas atribuído acaba por recriar a problemática subjetiva, em razão dos significantes que vão surgindo sobre esse “novo modo de adoecimento mental”. As mudanças da sintomatologia da histeria, detectadas ao longo da história, constituem-se como uma prova de que as queixas dos sujeitos são formuladas a partir dos significantes que circulam no campo cultural. Dentro da estrutura discursiva desse quadro, encontrar-se-ia uma busca de transcender os referenciais de conduta e pensamento socialmente aceitos, por isso fazer a história da histeria significa falar de um quadro sintomático sempre capaz de mudar. Na atualidade por meio da propagação através da internet, livros de auto-ajuda, telejornais, etc. há um maior contágio social dos sintomas, criando-se, muitas vezes, verdadeiras epidemias de “novas doenças”. Assim, os pacientes histéricos, em função de sua posição subjetiva, na tentativa de ter um problema “legítimo”, desenvolvem narrativas similares às que são veiculadas sobre os sintomas de um determinado distúrbio. Ou seja, criam uma forma de expressar um “adoecimento” que pode vir a ser considerado como um “distúrbio médico verdadeiro” e não um embuste. Desse modo, por meio dessa intertextualidade, tentam falar de forma a produzir, no médico, a convicção de que eles também são merecedores de atenção. Cria-se, então, uma espiral viciada, na qual tais sujeitos se informam sobre as doenças na mídia e passam a expressar sua angústia a partir desses sintomas. Do outro lado, os próprios meios de comunicação apregoam os tratamentos “inovadores” e supostamente eficazes, bem como a incidência (alarmante) de tal doença, legitimando ainda mais a queixa que é criada. A proposta dessa pesquisa é discutir se as diferenças das queixas sintomáticas dos sujeitos histéricos se acentuam mais no eixo diacrônico do que no eixo sincrônico em razão dessa referida espiral, que, alimentada pelos meios de comunicação de massa, possui o poder de estabelecer uma certa homogeneidade entre os discursos das pessoas pertencentes a grupos urbanos distintos. A metodologia utilizada foi a análise das queixas iniciais formuladas por pacientes adultos, de diferentes níveis sócio-econômicos, ao fazerem suas inscrições para receberem atendimento psicológico no Centro de Formação de Psicologia Aplicada da Universidade Católica de Brasília. Os resultados apontam que no fenômeno da expressão de sofrimento inicial a ser direcionada ao médico/psicológico, há uma semelhança evidente na queixa dos sujeitos, apesar das suas diferenças econômicas e sociais. Nas considerações finais destaca-se a importância que a escuta clínica feita no campo da psicologia não tampone o sofrimento psíquico advindo do sintoma, retirando-lhe a força de contestação, resistência e mudança. Uma vez que, a prática

médica contemporânea anula o efeito simbólico da queixa sintomática e responde ao paciente com um arsenal de drogas psicofarmacológicas, a partir de um saber tecnizado e dessubjetivado que inviabiliza uma escuta mínima da expressão da angústia.

**Palavras-chaves:** sintoma, clínica psicanalítica, histeria

**Atividade: Atitude Fenomenológica e Atitude Psicoterápica (Paineis)**

**Trabalho:** Atitude Fenomenológica e Atitude Psicoterápica

**Autor(es):** Roberto Novaes Sá, Mário Fonseca Fialho, Crisóstomo Lima Nascimento, Jadir Machado Lessa, Jurema Barros Dantas, Alessandro Gemino

**Resumo:** A fenomenologia retoma, na época moderna, um antigo termo grego, usado principalmente pelos céticos, a epoché, que significa a suspensão do juízo, para caracterizar a atitude propriamente filosófica. Segundo Husserl, a atitude natural considera as coisas como existentes em si mesmas, independentemente de sua relação com a consciência. Contrariamente, a atitude fenomenológica deve ater-se apenas àquilo que se dá à experiência, tal como se dá: o que chamamos de fenômeno, palavra que provém do grego phainomenon, significando o simples aparecer dos entes. Para Heidegger, a fenomenologia, herdada de seu mestre Husserl, visa dirigir-se “às coisas elas mesmas - por oposição às construções soltas no ar...”. Porém, diferentemente de Husserl, a fenomenologia de Heidegger não se reduz apenas à descrição das estruturas do ser-homem, elabora de forma radical este ser-homem como “ser-no-mundo”, abandonando qualquer determinação do homem como sujeito psicológico ou transcendental. Segundo ele, o traço essencial da fenomenologia, “voltar-se para as coisas mesmas”, é a recuperação da atitude básica dos pensadores gregos: abrir-se para a experiência do ser dos entes em seu desvelamento e ocultação. Além disso, o pensador deixa claro que embora a expressão “fenomenologia” refira-se a um conceito de método, não se trata da noção corrente de método usualmente empregada nas ciências, aquela de um artifício técnico usado como meio para um fim. Na primeira etapa deste trabalho, foi realizada a pesquisa bibliográfica das fontes filosóficas primárias, Husserl e Heidegger, e de alguns de seus principais comentadores, bem como os articuladores iniciais de seu pensamento com a clínica psicoterápica, destacadamente o psiquiatra suíço Medard Boss. A análise inicial dessas fontes levaram-nos à conclusão de que, se em Husserl a atitude fenomenológica pode ser mais facilmente sistematizada enquanto método, já no pensamento de Heidegger esta atitude está sempre associada a um modo específico de disposição afetiva (Befindlichkeit), ora descrita como angústia (Angst), ora como tédio (Langweile), que propicia a suspensão do modo cotidiano e impessoal de compreensão da realidade. Na segunda fase de sua produção intelectual, particularmente no contexto de suas reflexões sobre a técnica moderna, Heidegger distingue o modo técnico-científico de pensar, denominado “pensamento calculante”, do “pensamento que medita sobre o sentido”. Também neste momento, o pensamento meditante é associado à uma disposição privilegiada do espírito nomeada como “serenidade” (Gelassenheit). Se a partir da fenomenologia husserliana e mesmo da fenomenologia hermenêutica heideggeriana do período de “Ser e Tempo”, ainda se poderia pensar em uma psicologia fenomenológica enquanto disciplina científica com características mais adequadas ao seu objeto de estudo, a partir das obras posteriores de Heidegger podemos pensar na contribuição essencial da fenomenologia à psicologia, não mais como uma mera adequação do modelo de cientificidade próprio da psicologia, mas como um convite para que a psicologia se liberte das preocupações de cientificidade e eficiência técnica, buscando um estatuto de saber menos ingênuo e mais rigoroso do que aquele das ciências modernas, onde rigor não signifique submissão por princípio ao método, mas exercício permanente de atenção ao sentido imanente da experiência vivida. Na segunda etapa do trabalho, a ser realizada, propomos uma investigação de campo, na forma de

entrevistas abertas, com profissionais de psicologia, de diferentes inspirações teóricas, sobre o modo como tematizam suas experiências de escuta nas diversas modalidades de práticas clínicas. A investigação seria guiada por duas questões básicas: o profissional percebe alguma diferença entre seu modo cotidiano de atenção à realidade e aquele de sua prática clínica? Em caso afirmativo, como explicita a experiência dessa diferença? Sobre este material, será realizada uma análise, a partir das noções fenomenológicas já recenseadas, que vise contribuir para uma melhor elaboração temática daquilo que se poderia caracterizar como específico da atitude de atenção nas práticas psicológicas clínicas.

**Palavras-chaves:** fenomenologia,psicoterapia,Heidegger,Husserl

**Atividade: A singularidade na diversidade: a psicanálise na realidade social (Mesas Redondas)**

**Trabalho:**Reflexões sobre adoção tardia

**Autor(es):** Edilene Freire Queiroz

**Resumo:** A prática da psicanálise em extensão, realizada na Clínica Escola da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), associada à atividade de pesquisa, desenvolvidas no Laboratório de Psicopatologia Fundamental e Psicanálise da mesma Universidade, têm resultado em dados que, organizados e analisados, oferecem significativas contribuições ao mundo acadêmico e aos estudiosos da psicanálise. São experiências que nos têm levado a sistematizar uma prática clínica alicerçada na dialética constante entre prática clínica e produção de pesquisa. Nessa perspectiva, desde 2002, temos nos dedicado ao tema da adoção. O interesse por tal tema começou com o acompanhamento clínico de crianças e pais adotivos, pacientes da Clínica de Psicologia da UNICAP, local onde, paralelamente, vínhamos desenvolvendo, desde 1980, atividade de supervisão clínica com alunos concluintes do curso de psicologia. As pesquisas empreendidas deram sustentação para que pudéssemos investir na criação do Serviço de Orientação à Filiação por Adoção - o SOFIA – , vinculado à Clínica de Psicologia da UNICAP. Nesta mesa estamos nos propondo apresentar algumas reflexões sobre casos de adoção tardia atendidos no referido Serviço de Orientação. A literatura tem mostrado que o sucesso na adoção tardia depende da maneira como são tratadas as questões pertinentes à história pregressa da criança, ou seja, a forma de separação da família biológica, o tempo de permanência no abrigo onde se encontrava e o grau de comprometimento narcísico da criança nesse contexto, bem como a preparação da criança e dos pais para iniciar uma convivência. As feridas narcísicas da criança, quando em situação de abandono, após a consumação da adoção são revividas e transferidas para a nova situação familiar. É difícil, para os pais, compreender e sustentar as agressões que, embora dirigidas a eles, são respostas a situações anteriores. Igualmente difícil, para eles, é conviver com a regressão do jovem que mantém, ao mesmo tempo, dois padrões de comportamento: a) demandam que sejam reconhecidos e aceitos como são e testam os limites dos pais e, ao mesmo tempo, regridem para etapas primitivas do desenvolvimento; b) querem atenção e amor, mas recusam a aproximação. O apelo à identificação do primeiro significante da adoção na história de cada pai, aquele que atraiu ou mobilizou o ato de adotar, tem facilitado o trabalho de implicá-los na decisão de adotar e a conviver melhor com a história pregressa de seus filhos. Esse trabalho tem sido marcado pelo esforço em refletir, com eles, que por trás de cada filho adotivo existe um pai adotivo marcado pelo significante adoção.

**Palavras-chaves:** Adoção tardia,SOFIA,Prática clínica

**Trabalho:**Depressão: um dos nomes do mal-estar na atualidade

**Autor(es):** Glacy Gonzales Gorski

**Resumo:** Tendo como objeto de estudo a “depressão”, neste trabalho pretendemos trazer elementos para fomentar um debate sobre o diagnóstico na Psiquiatria e na Psicanálise, bem como sobre suas conseqüências para o tratamento. Tal escolha pauta-se no fato de que a depressão tem sido considerada como sendo o mal da atualidade e a mídia divulga a existência

de uma “pseudo epidemia”. No mercado dos medicamentos a oferta de uma variedade imensa de novas drogas antidepressivas tem se multiplicado, assustadoramente, e o consumo tem crescido de forma avassaladora. Tanto a prescrição quanto o uso abusivo de medicamentos acabam gerando uma nova forma de toxicomania lícita, ocasionando um apagamento da implicação do sujeito frente ao seu sofrimento. A medicina e a psicanálise têm no diagnóstico e no tratamento da depressão um divisor de águas. De um lado, situam-se a medicina e as ciências, denominadas de para médicas, que têm no discurso da ciência o seu alicerce, e, de outro lado, localizamos a psicanálise que tem um discurso que se pauta pela ética do bem dizer. Enfocaremos neste trabalho o diagnóstico na psiquiatria moderna assinalando que esta se movimenta num afã cientificista, e ao seguir a tradição de Esquirol, ela prima por limitar-se a fatos observáveis. Neste campo reina uma desconfiança em relação à teoria e à causalidade psíquica, pois o que não é evidente não é considerado como confiável e, conseqüentemente, passa a ser desprezado. Os manuais de diagnóstico foram reformulados adquirindo um perfil classificatório, descritivo, atóxico e universalizante, tendo por meta ser uma referência objetiva para todos os profissionais de saúde. O DSM III e o IV têm no cientificismo o seu ponto de ancoragem. Nestes manuais o sujeito desaparece sob a classificação. Ao dar o nome de depressão, definindo uma queixa como transtorno, considerando-a como déficit, a medicina emudece o sintoma e nega a angústia. Isto tem conseqüências sérias para o tratamento. Segundo Leguil, se por um lado os pacientes se converteram em depositário de transtornos classificados, de outro o clínico perdeu sua função, pois o diagnóstico pode ser feito de forma automática, a partir de uma sistematização dos dados recolhidos. A Psicanálise, por sua vez, tem seus fundamentos numa epistemologia do caso único. O diagnóstico não tem como referência o universal da classe, senão um sujeito, pois o universal apaga a singularidade e, como assinala Miller, no seu texto, A Arte do Diagnóstico, “o indivíduo é sempre um exemplar com uma lacuna”. Neste contexto, o diagnosticar não é um ato científico, mas antes sim uma arte que não se orienta nem por regras e, tampouco por classes. Através de uma vinheta clínica da análise de um sujeito, que foi catalogado e tratado como depressivo, questionaremos o diagnóstico e buscaremos exemplificar o que é uma clínica fundamentada na epistemologia do caso único, onde prevalece a crença no sujeito e no sintoma, no sentido de que este pode falar, tendo como princípio ordenador da clínica que ali onde isso fala, isso goza. Laurent adverte, no texto “ Pluralização atual das clínicas e orientação em direção ao sintoma” que a bússola do analista deve estar centrada no “real do sofrimento do sintoma”, este deve orientar a clínica psicanalítica. É, portanto no real que a psicanálise deve encontrar o seu norte.

**Palavras-chaves:** Depressão,Caso clínico,Mal-estar,Diagnóstico psiquiátrico e psicanalítico

**Trabalho:**SINTOMA E INTERPRETAÇÃO: considerações sobre a ética e a política do analista

**Autor(es):** Vera Lopes Besset

**Resumo:** Esta intervenção é fruto do trabalho desenvolvido no Grupo de Pesquisa Clínica Psicanalítica (CLINP), que tem por objetivo investigar os limites e o alcance da ação do analista, considerando sua inserção na cultura. Em nossas pesquisas, trata-se de abordar o vivo da clínica com o recurso dos instrumentos teóricos que nos foram legados por Freud e Lacan, tentando avançar a partir das indicações de alguns autores contemporâneos. Nelas, levamos em conta a configuração da subjetividade em consonância com as coordenadas de nossa época, marcada pelo predomínio do saber técnico-científico, ao mesmo tempo em que pelo declínio das tradições e dos ideais. Tempo marcado pelo sucesso de uma clínica das substâncias e pela proliferação de ofertas de ‘cura’ pela fala, por vezes, a partir do uso autoritário da palavra e dos efeitos de sugestão que a transferência acarreta. Época que se caracteriza, igualmente, pelos efeitos de uma desinibição generalizada, com o predomínio de práticas em que onipresença do olhar acompanha-se da ausência de pudor. Contexto onde a angústia perde seu valor de sinal, destacando-se em sua vertente automática, em crises de angústia, re-nomeadas ataques de pânico. Paradoxalmente, ao mesmo tempo, o empuxo à desinibição parece favorecer o incremento das inibições, entre elas, a depressão. Em meio à degradação das relações amorosas, a falta de recursos –simbólicos- deixa, muitas vezes, o sujeito sem recursos para construir um sintoma que faça laço com o Outro. Na clínica, esses sintomas, que convencionamos chamar de ‘novos’, apresentam-se como um desafio para o analista. Pois, tais

como os sintomas das 'neuroses atuais', parecem não se atrelar a nenhum sentido, como Freud bem assinalou. Trata-se, por assim dizer, de sintomas mudos que, diversamente dos sintomas histéricos, não 'entram na conversa'. Exibindo seu valor de gozo, não demandam o saber da interpretação e oferecem um limite à ação do analista. Pois, o sintoma é o que permite à psicanálise operar. O desafio, aqui, é fazer valer o valor de sentido do sintoma, promessa de saber que permite a instauração do dispositivo. Desse modo, se há uma política do analista, esta política é a do sintoma. Uma política do sintoma que implica colocar em pauta a verdade sob forma de um sintoma como mensagem a decifrar. Isso viria na contramão da hegeomonia de um saber –científico- 'para-todos', universal, que promove o apagamento da dimensão do particular –subjéctiva- e favorece a vitimização, desresponsabilizando os sujeitos por seu gozo. Mas, se a 'orientação lacaniana' nos conduz a pensar que não há clínica sem política, não é possível considerar essa política sem a ética, sem a presença desse desejo inédito, o do analista. Em tempo de queda dos ideais, é preciso redesenhar-se o semblante para que o sujeito tenha lugar. O discurso do analista indica que seu dizer não se confunde com o dizer de um sujeito dividido por seu desejo ou inspirado por seu gozo. Na direção de um tratamento, da qual é responsável, o analista deve se abster de qualquer direção de consciência, a fim de respeitar a neutralidade necessária a sua função. A esse respeito, Freud já nos advertia: a ambição pedagógica é tão inadequada quanto a terapêutica. Na experiência, o analista é posto no lugar do objeto de desejo, aquele que tem o que falta para completar o sujeito. O silêncio sobre seu desejo de sujeito faz valer o desejo do analista. Desse modo, a pergunta 'O que você quer de mim?' pode dar lugar à questão: "O que eu quero?", a partir da qual um trabalho de análise pode se iniciar. Esse trabalho se atrela à interpretação e, ao mesmo tempo, à escrita.. No trabalho de análise, o significante, descolado de sua pretensa significação, opera como enigma, convocando à interpretação. Tomada dessa forma, a fala de um sujeito, tal como o escrito, é algo para ser decifrado. Sempre há no escrito um aspecto ilegível que, na fala oral se apresenta como um impossível de escutar, que convoca à produção e ao ato.

**Palavras-chaves:** Interpretação, Sintoma, Psicanálise, Ética, Política

**Atividade: Uma discussão clínica-conceitual a partir dos fundamentos da psicanálise sobre o diagnóstico médico de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (Comunicações Científicas)**

**Trabalho: RELAÇÃO SUJEITO E CULTURA E AS MUDANÇAS NA EXPRESSÃO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO**

**Autor(es):** Viviane Legnani

**Resumo:** Esse trabalho visa uma discussão da relação sujeito/cultura, de modo a focalizar as mudanças na expressão do sofrimento psíquico tanto em uma perspectiva histórica, quanto no contexto contemporâneo. Freud inaugurou sua produção científica estudando a histeria e sua sintomatologia histriônica que traduzia o mal-estar do sujeito na cultura vitoriana do final do século XIX. Do ponto de vista epistemológico, a originalidade do pensamento freudiano foi a de ultrapassar e estabelecer rupturas com o saber vigente da psiquiatria clássica, no momento em que postulou outros nexos causais, para além do orgânico, com o propósito de se pensar as produções sintomáticas desse quadro. Na atualidade, essa terminologia juntamente com outras que se inserem na categoria das neuroses, foram praticamente banidas da cena diagnóstica psiquiátrica. Essa exclusão ancora-se em um "novo" cientificismo advindo da psiquiatria biológica e da neurobiologia, áreas de conhecimento que, nas últimas décadas, alcançaram um grande prestígio social mediante os resultados das pesquisas de novas drogas psicofarmacológicas, como também de novos achados científicos sobre o metabolismo químico e sobre o mapeamento do cérebro. Os sujeitos humanos modificam suas concepções sobre si mesmos em função dos conhecimentos que sobre eles são adquiridos pelo campo científico. À medida que esse conhecimento invade o campo das práticas sociais, surgem, portanto, não somente novos objetos de investigação e novos conceitos, mas também nascem formas diferenciadas de produções discursivas para falar sobre o sofrimento psíquico. Assim, o sujeito, na esperança de ser escutado, dirige sua queixa ao outro, utilizando os significantes disponíveis no discurso social. Desse modo, as terminologias diagnósticas, diferentes a cada época, resultam em novas

possibilidades para a expressão da angústia. Essas formulações afetam também o próprio psiquismo, pois o “lugar” social a elas atribuído acaba por recriar a problemática subjetiva, em razão dos significantes que vão surgindo sobre esse “novo modo de adoecimento mental”. As mudanças da sintomatologia da histeria, detectadas ao longo da história, constituem-se como uma prova de que as queixas dos sujeitos são formuladas a partir dos significantes que circulam no campo cultural. Dentro da estrutura discursiva desse quadro, encontrar-se-ia uma busca de transcender os referenciais de conduta e pensamento socialmente aceitos, por isso fazer a história da histeria significa falar de um quadro sintomático sempre capaz de mudar. Na atualidade por meio da propagação através da internet, livros de auto-ajuda, telejornais, etc. há um maior contágio social dos sintomas, criando-se, muitas vezes, verdadeiras epidemias de “novas doenças”. Assim, os pacientes histéricos, em função de sua posição subjetiva, na tentativa de ter um problema “legítimo”, desenvolvem narrativas similares às que são veiculadas sobre os sintomas de um determinado distúrbio. Ou seja, criam uma forma de expressar um “adoecimento” que pode vir a ser considerado como um “distúrbio médico verdadeiro” e não um embuste. Desse modo, por meio dessa intertextualidade, tentam falar de forma a produzir, no médico, a convicção de que eles também são merecedores de atenção. Cria-se, então, uma espiral viciada, na qual tais sujeitos se informam sobre as doenças na mídia e passam a expressar sua angústia a partir desses sintomas. Do outro lado, os próprios meios de comunicação apregoam os tratamentos “inovadores” e supostamente eficazes, bem como a incidência (alarmante) de tal doença, legitimando ainda mais a queixa que é criada. A proposta dessa pesquisa é discutir se as diferenças das queixas sintomáticas dos sujeitos histéricos se acentuam mais no eixo diacrônico do que no eixo sincrônico em razão dessa referida espiral, que, alimentada pelos meios de comunicação de massa, possui o poder de estabelecer uma certa homogeneidade entre os discursos das pessoas pertencentes a grupos urbanos distintos. A metodologia utilizada foi a análise das queixas iniciais formuladas por pacientes adultos, de diferentes níveis sócio-econômicos, ao fazerem suas inscrições para receberem atendimento psicológico no Centro de Formação de Psicologia Aplicada da Universidade Católica de Brasília. Os resultados apontam que no fenômeno da expressão de sofrimento inicial a ser direcionada ao médico/psicológico, há uma semelhança evidente na queixa dos sujeitos, apesar das suas diferenças econômicas e sociais. Nas considerações finais destaca-se a importância que a escuta clínica feita no campo da psicologia não tampone o sofrimento psíquico advindo do sintoma, retirando-lhe a força de contestação, resistência e mudança. Uma vez que, a prática médica contemporânea anula o efeito simbólico da queixa sintomática e responde ao paciente com um arsenal de drogas psicofarmacológicas, a partir de um saber tecnizado e dessubjetivado que inviabiliza uma escuta mínima da expressão da angústia.

**Palavras-chaves:** Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, Psicanálise, Clínica Interdisciplinar

**Atividade: A terceira idade (Comunicações Científicas)**

**Trabalho:** A terceira idade na melhor idade

**Autor(es):** Márcia Morais de Macedo, Ana Luiza Tham

**Resumo:** A expectativa de vida no mundo tem aumento consideravelmente, na virada do século XX, a perspectiva de vida era apenas de 47 anos, atualmente ela passa dos 70 anos. O processo de envelhecimento é definido como um processo dinâmico, progressivo e inevitável, onde ocorrem modificações morfológicas, fisiológicas, bioquímicas e psicológicas que decorrem de acordo com o passar do tempo. (Skinner e Vaughan, 1985). A pessoa idosa passa por uma série de alterações que o conduzem a dependência, destacando-se aquelas relacionadas ao adoecimento, as quais apresentam as características de cronicidade gerando assim a necessidade da presença de outrem por longos períodos, que se configura na pessoa do cuidador na maioria das vezes atribuídos a pessoas da família. A imagem que temos formada de “velho” se dá a partir das observações, de vivências ou dos conceitos passados pela família e pela sociedade. A definição de “velho” geralmente é feita em cima de estereótipo construído para

uma determinada faixa etária. Velho é aquele que tem diversas idades: a idade do seu corpo, da sua história genética, da sua parte psicológica e de sua ligação com sua sociedade. Ele será sempre a mesma pessoa, só com um acréscimo de experiência, vivência, mais anos de vida, mais perdas, mais enfermidades, sofre mais discriminação e tem mais tempo disponível. Ser velho e ter tudo “mais” e precisar de muito mais Respeito, atenção, cuidados, carinho, dedicação e oferecer-lhes condições para que ele esteja sempre produzindo de alguma maneira para que não percam a alegria de viver. Diante das observações realizadas, das informações colhidas e a partir do conhecimento da comunidade atendida pela Unidade Básica de Saúde Anália Pinna de Assis/Se, foi possível estruturar um diagnóstico institucional visualizando no idoso a necessidade de um trabalho voltado para suas necessidades de ressocialização e de conhecer de uma maneira digna o processo pelo qual está atravessando. O trabalho foi realizado na então já citada Unidade de Saúde, através de intervenção em modos grupais com os idosos a partir de 60 anos, assistidos no PSF, com encontros semanais, onde foram desenvolvidas atividades que visando a trabalhar os aspectos físicos, sócias e psíquicos dos mesmos. Foram desenvolvidas atividades como palestras, atividades com o corpo, tarde de lazer, passeios, etc. Este trabalho correspondeu à segunda fase do estágio básico, realizado na Unidade Básica de Saúde Anália Pinna de Assis, por estudantes de psicologia da Universidade Tiradentes, tendo como objetivo desenvolver as Práticas Educativas e a Promoção de Saúde.

**Palavras-chaves:** Terceira Idade,cuidados,aspectos do envelhecer

